00100.067287/2019-48

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXIV SUP. A AO Nº 59, SEXTA-FEIRA, 3 DE MAIO DE 2019

ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

BRASÍLIA - DF

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)

Presidente

Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)

1º Vice-Presidente

Senador Lasier Martins (PODE/RS)

2º Vice-Presidente

Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)

1º Secretário

Senador Eduardo Gomes (MDB-TO)

2º Secretário

Senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ)

3º Secretário

Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS)

4ª Secretário

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º - Senador Marcos do Val (PPS-ES)

2º - Senador Weverton (PDT-MA)

3º - Senador Jaques Wagner (PT-BA)

4º - Senadora Leila Barros (PSB-DF)

DIÁRIO SENADO FEDERAL
EXPEDIENTE

Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Ilana Trombka
Diretora-Geral do Senado Federal

Roberta Lys de Moura Rochael
Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Quésia de Farias Cunha
Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Patrícia Gomes de Carvalho Carneiro
Coordenadora de Elaboração de Diários

Alessandro Pereira de Albuquerque
Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen

Deraldo Ruas Guimarães
Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

1.1 – COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

Ata da 1ª Reunião, extraordinária, realizada em 13 de fevereiro de 2019. 6

Ata da 2ª Reunião, ordinária, realizada em 19 de fevereiro de 2019. 10

Ata da 3ª Reunião, ordinária, realizada em 26 de fevereiro de 2019. 53

Ata da 4ª Reunião, ordinária, realizada em 12 de março de 2019. 162

Ata da 5ª Reunião, ordinária, realizada em 19 de março de 2019. 219

Ata da 6ª Reunião, ordinária, realizada em 26 de março de 2019. 221

Ata da 7ª Reunião, extraordinária, realizada em 27 de março de 2019. 271

Ata da 8ª Reunião, ordinária, realizada em 2 de abril de 2019. 391

1.2 – COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

Ata da 1ª Reunião, extraordinária, realizada em 14 de fevereiro de 2019. 456

Ata da 2ª Reunião, extraordinária, realizada em 20 de fevereiro de 2019. 475

Ata da 3ª Reunião, extraordinária, realizada em 27 de fevereiro de 2019. 524

Ata da 4ª Reunião, extraordinária, realizada em 13 de março de 2019. 544

Ata da 5ª Reunião, extraordinária, realizada em 20 de março de 2019. 567

Ata da 6ª Reunião, extraordinária, realizada em 26 de março de 2019. 613

Ata da 7ª Reunião, extraordinária, realizada em 27 de março de 2019. 615

Ata da 8ª Reunião, extraordinária, realizada em 3 de abril de 2019. 617

Ata da 9ª Reunião, extraordinária, realizada em 10 de abril de 2019. 682

1.3 – COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.067287/2019-48

Ata da 6ª Reunião, ordinária, realizada em 20 de março de 2019. 723

Ata da 7ª Reunião, ordinária, realizada em 27 de março de 2019. 788

Ata da 8ª Reunião, ordinária, realizada em 3 de abril de 2019. 898

Ata da 9ª Reunião, ordinária, realizada em 10 de abril de 2019. 977

Ata da 10ª Reunião, extraordinária, realizada em 16 de abril de 2019. 1039

1.4 – COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

Ata da 3ª Reunião, extraordinária, realizada em 26 de fevereiro de 2019. 1078

Ata da 4ª Reunião, extraordinária, realizada em 12 de março de 2019. 1138

Ata da 5ª Reunião, extraordinária, realizada em 19 de março de 2019. 1166

Ata da 6ª Reunião, extraordinária, realizada em 26 de março de 2019. 1219

1.5 – COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR

Ata da 4ª Reunião, ordinária, realizada em 12 de março de 2019. 1244

Ata da 5ª Reunião, ordinária, realizada em 19 de março de 2019. 1250

Ata da 6ª Reunião, extraordinária, realizada em 20 de março de 2019. 1259

Ata da 7ª Reunião, extraordinária, realizada em 21 de março de 2019. 1260

Ata da 8ª Reunião, extraordinária, realizada em 26 de março de 2019. 1455

Ata da 9ª Reunião, ordinária, realizada em 2 de abril de 2019. 1512

Ata da 10ª Reunião, ordinária, realizada em 9 de abril de 2019. 1520

Ata da 11ª Reunião, extraordinária, realizada em 11 de abril de 2019. 1528

Ata da 12ª Reunião, ordinária, realizada em 16 de abril de 2019. 1530

1.6 – COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

Ata da 5ª Reunião, ordinária, realizada em 14 de março de 2019. 1532

Ata da 6ª Reunião, ordinária, realizada em 21 de março de 2019. 1559

Ata da 7ª Reunião, conjunta, realizada em 28 de março de 2019 (em conjunto com a 5ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática). 1592

Ata da 8ª Reunião, extraordinária, realizada em 28 de março de 2019. 1640

Ata da 9ª Reunião, ordinária, realizada em 4 de abril de 2019. 1644

Ata da 10ª Reunião, extraordinária, realizada em 4 de abril de 2019. 1700

Ata da 11ª Reunião, ordinária, realizada em 11 de abril de 2019. 1708

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Ata da 12ª Reunião, extraordinária, realizada em 17 de abril de 2019. 1746

1.7 – COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

Ata da 5ª Reunião, extraordinária, realizada em 26 de março de 2019. 1779

Ata da 6ª Reunião, extraordinária, realizada em 2 de abril de 2019. 1828

Ata da 7ª Reunião, extraordinária, realizada em 9 de abril de 2019. 1875

1.8 – COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO

Ata da 6ª Reunião, extraordinária, realizada em 27 de março de 2019. 1893

Ata da 7ª Reunião, extraordinária, realizada em 3 de abril de 2019. 1938

Ata da 8ª Reunião, extraordinária, realizada em 10 de abril de 2019. 1965

Ata da 9ª Reunião, extraordinária, realizada em 10 de abril de 2019. 2022

Ata da 10ª Reunião, extraordinária, realizada em 17 de abril de 2019. 2025

1.9 – COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

Ata da 5ª Reunião, extraordinária, realizada em 27 de março de 2019. 2041

Ata da 6ª Reunião, extraordinária, realizada em 10 de abril de 2019. 2058

1.10 – COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

Ata da 3ª Reunião, extraordinária, realizada em 13 de março de 2019. 2104

Ata da 4ª Reunião, extraordinária, realizada em 27 de março de 2019. 2123

Ata da 5ª Reunião, conjunta, realizada em 28 de março de 2019 (em conjunto com a 7ª Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional). **(Vide item 1.6)**

Ata da 7ª Reunião, extraordinária, realizada em 10 de abril de 2019. 2154

1.11 – COMISSÃO SENADO DO FUTURO

Ata da 2ª Reunião, realizada em 20 de março de 2019. 2175

1.12 – COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE

Ata da 3ª Reunião, extraordinária, realizada em 14 de março de 2019. 2187

Ata da 4ª Reunião, ordinária, realizada em 20 de março de 2019. 2251

Ata da 5ª Reunião, extraordinária, realizada em 27 de março de 2019. 2255

Ata da 6ª Reunião, extraordinária, realizada em 28 de março de 2019. 2298

Ata da 7ª Reunião, extraordinária, realizada em 4 de abril de 2019. 2310

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 1ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE FEVEREIRO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às quinze horas e trinta e oito minutos do dia treze de fevereiro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob as Presidências dos Senadores Omar Aziz e Otto Alencar, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Rodrigo Pacheco, Eduardo Braga, Jean Paul Prates, Marcos Rogério, Plínio Valério, Veneziano Vital do Rêgo, Mecias de Jesus, Fernando Bezerra Coelho, Tasso Jereissati, Irajá, Alessandro Vieira, Luiz do Carmo, Leila Barros, Lasier Martins, Angelo Coronel, Paulo Paim, Lucas Barreto, Arolde de Oliveira, Dário Berger, Telmário Mota, Jorginho Mello, Izalci Lucas, Nelsinho Trad e Paulo Rocha. Deixam de comparecer os Senadores Fernando Collor, Rogério Carvalho, José Serra, Rose de Freitas, Styvenson Valentim, Jorge Kajuru, Kátia Abreu, Randolfe Rodrigues, Confúcio Moura, Ciro Nogueira, Daniella Ribeiro e Wellington Fagundes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Instalação e Eleição**. **Finalidade:** Instalação dos trabalhos e eleição do Presidente e Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos para o biênio 2019/2020. O Presidente Otto Alencar sugere que a votação seja por aclamação. Fizeram uso da palavra os senadores Eduardo Braga, Tasso Jereissati e Marcos Rogério. **Resultado:** Realizada a votação, foram eleitos Presidente e Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, respectivamente, os Senadores Omar Aziz e Plínio Valério. O senador Omar Aziz assume a presidência da sessão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e quarenta e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Otto Alencar

Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Econômicos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Havendo número regimental para abertura da 1ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, quero convocar os Senadores para que eles possam vir à Comissão para atingirmos o número regimental – esta Comissão tem 27 membros titulares, 27 membros suplentes – para abertura de votação. Para eleição da Presidência e Vice-Presidência desta Comissão, são necessários 14 Senadores. Nós completamos o número exatamente agora – 15, com o Veneziano, que teve dificuldade aqui e não estava ainda no painel eletrônico da Comissão.

Então, declaro aberta.

A finalidade é a instalação dos trabalhos e eleição do Presidente e Vice-Presidente desta Comissão de Assuntos Econômicos.

Até agora só foi apresentada uma chapa concorrente, a chapa liderada pelo nobre Senador Omar Aziz, do Maranhão; e, para Vice-Presidente, o Senador Plínio Valério... Presidente, Omar Aziz, do Amazonas, capital Manaus. Aliás, a bancada do Amazonas está toda presente: o Plínio Valério, candidato a Vice, o Senador Omar Aziz e o Senador Eduardo Braga, Líder do PMDB, a quem eu passo a palavra.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Sr. Presidente, primeiro quero cumprimentar V. Exa., que sempre, com muita competência e muito bom humor, conduz os trabalhos nesta Casa.

Segundo, Sr. Presidente, é para contribuir no sentido de que há entendimento, há um acordo entre todos os partidos e a Presidência da Casa com a eleição do Senador Omar e do Senador Plínio Valério para a Comissão de Assuntos Econômicos. Portanto, quero pedir a V. Exa. que sugira a aclamação, para que nós possamos, portanto, eleger por aclamação aquele que é o acordo em torno do Senador Omar e do Senador Plínio.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Acato a questão de ordem de V. Exa. e passo a palavra ao nobre Senador Tasso Jereissati, do Estado do Ceará.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – Presidente, eu gostaria também apenas de confirmar e apoiar as palavras do Senador Eduardo Braga, dizer do acordo que houve entre todos os partidos ao redor do nome do Senador Omar Aziz, do Estado do...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Amazonas!

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – ... Amazonas, para presidir, o que pessoalmente faço com muita satisfação, por ter sido durante os últimos dois anos Presidente da CAE. Tenho certeza de que o Senador Omar Aziz vai liderar esta Comissão com muito mais brilho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – V. Exa. presidiu a CAE. Eu também fui membro aqui sob a presidência de V. Exa. e fizemos um trabalho importante pelo Brasil. Votamos matérias relevantes. Eu relatei algumas dessas matérias. Portanto, acolhendo...

Pode usar a palavra.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, é apenas para concordar também com a proposição do nobre Senador Eduardo Braga, e fazendo já, desde logo, menção elogiosa ao nosso nobre Senador do Norte, que vai ocupar esta importante Comissão e que terá de todos nós a colaboração para conduzir essa pauta, que é importante para o País; e concordando, Sr. Presidente, com o Senador Eduardo Braga.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – De acordo com a questão de ordem formulada, eu consulto o Plenário se todos concordam, para que a votação seja por aclamação. (*Pausa.*)

Os Srs. Senadores concordam, então a votação será por aclamação.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovada a chapa comandada pelo nobre Senador Omar Aziz, do Amazonas, e pelo Vice-Presidente, Senador Plínio, também do Amazonas. (*Palmas.*)

Sem nenhuma dúvida, Senador Omar Aziz, a Zona Franca de Manaus nunca estará tanto em evidência como agora. Dois Senadores do Amazonas presidindo a Comissão de Assuntos Econômicos.

Como não há nenhuma outra matéria na pauta, declaro...

Convido V. Exa., aliás, para tomar posse aqui no meu lugar.

Aliás, Senador Omar Aziz, existia uma grande dúvida aqui. Quem comanda é aquele que tem idade cronológica maior. E eu estava na dúvida se competia ao Senador Tasso Jereissati ou a mim. Quando eu fui conversar com o Tasso Jereissati, vi que a diferença é de meses.

Com a palavra o nobre Senador Omar Aziz. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Convido o Senador Plínio Valério, que me honra muito em ser nosso Vice-Presidente nesta Comissão.

Quero agradecer a confiança dos companheiros Senadores e Senadoras e dizer que esta Comissão vai ter um papel muito importante neste momento que o Brasil vive. Eu espero podermos fazer, em conjunto com os senhores e as senhoras, uma pauta de debate nesta Comissão. Há matérias importantes, polêmicas, que, independentemente de passarem ou não pela Comissão de Assuntos Econômicos, sobre as quais acho que nós temos que nos posicionar. E iremos nos posicionar de que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

forma? Ouvindo a sociedade, ouvindo os segmentos, para que possamos trazer e levar a melhor proposta para o povo brasileiro.

Nós não podemos deixar de confundir o público com o privado. Muitas vezes, o agente público tem responsabilidades e deveres, mas tem muito privado que presta serviço público que é tratado como privado, quando, na realidade, é um serviço público o que ele está prestando ao Brasil, e esta Comissão deverá debater esses assuntos para que a gente possa dar uma solução aos diversos, milhares de problemas que nós vivemos hoje no Brasil.

Terça-feira eu vou convocar os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras, às 10h da manhã, e vou apresentar uma pauta para os senhores ao longo deste ano. Concordando com essa pauta, a gente aprova essa pauta aqui.

Hoje, eu fui procurado pelo Presidente do Banco Central, e espero, na terça-feira, já ter em mãos, encaminhado pelo Presidente do Senado, o pedido da sabatina, que nós faremos no dia 26 deste mês. Isso porque, até o final do mês, vai haver reunião do Copom, e o Presidente atual já quer presidir essa reunião, mas ela só será presidida por ele caso seja aprovado pelo Senado o nome dele e dos diretores.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Do Banco, só o Presidente, mas estão faltando os dois diretores, e eu quero fazer a sabatina com os três de uma vez, para a gente otimizar tempo.

E, como foi tratado ontem na reunião de Líderes, vão passar por esta Comissão questões internacionais, de acordos internacionais, que, se, até o dia 22, o Senado não... A Câmara deverá votar hoje, e o Senado vai ter que discutir esse assunto aqui para a gente colocar para o Plenário decidir.

Dito isso, quero agradecer a você também, Plínio, por me fazer companhia nessa empreitada. Espero que Deus possa nos abençoar para a gente conduzir esse trabalho com o equilíbrio necessário.

Nós temos aqui diversos pensamentos, e eu me comprometo a respeitar o pensamento de cada colega Senador e de cada colega Senadora, mas, principalmente, respeitar a opinião, que é aquilo que é o melhor para o Brasil neste momento. É possível fazermos um bom trabalho aqui e daqui levarmos boas propostas para serem discutidas com os outros colegas Senadores em Plenário.

Então, como temos outras reuniões e outras votações e eu também sou membro de outras Comissões e tenho que votar para Presidente de outras comissões, declaro encerrada esta reunião e convoco para terça-feira que vem, às 10h da manhã, para a gente debater a nossa pauta.

(*Iniciada às 15 horas e 38 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 47 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 2ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE FEVEREIRO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e dez minutos do dia dezenove de fevereiro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Omar Aziz, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Fernando Bezerra Coelho, Confúcio Moura, Ciro Nogueira, Daniella Ribeiro, Dário Berger, Marcelo Castro, Marcio Bittar, Luis Carlos Heinze, Plínio Valério, Tasso Jereissati, Flávio Bolsonaro, Lasier Martins, Oriovisto Guimarães, Major Olimpio, Jorge Kajuru, Veneziano Vital do Rêgo, Alessandro Vieira, Leila Barros, Acir Gurgacz, Eliziane Gama, Cid Gomes, Jean Paul Prates, Rogério Carvalho, Paulo Paim, Telmário Mota, Otto Alencar, Irajá, Angelo Coronel, Rodrigo Pacheco, Wellington Fagundes, Zequinha Marinho, Jorginho Mello, Izalci Lucas e Paulo Rocha. Deixam de comparecer os Senadores Mecias de Jesus, Luiz do Carmo, José Serra, Rose de Freitas, Styvenson Valentim, Kátia Abreu, Randolfe Rodrigues, Fernando Collor e Marcos Rogério. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência declara aberta a reunião e propõe a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 1ª Reunião, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Mensagem (SF) n° 2, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 84, inciso XIV, combinado com o art. 52, inciso III, alínea d, da Constituição Federal, o nome do Senhor ROBERTO DE OLIVEIRA CAMPOS NETO, para exercer o cargo de Presidente do Banco Central do Brasil." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Eduardo Braga. **Relatório:** Pronto para deliberação. Após leitura do relatório, fizeram uso da palavra os (as) Senadores (as) Rogério Carvalho, Major Olímpio, Flávio Bolsonaro, Jorge Kajuru, Veneziano Vital do Rego, Tasso Jereissati, Jean Paul Prates e Fernando Bezerra Coelho. **Resultado:** O Presidente da Comissão, senador Omar Aziz, concede vista coletiva, nos termos regimentais. **ITEM 2 - Mensagem (SF) n° 5, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do o art. 84, inciso XIV, combinado com o art. 52, inciso III, alínea "d", da Constituição, o nome do Senhor BRUNO SERRA FERNANDES, para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Rodrigo Pacheco. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** O Presidente da Comissão, senador Omar Aziz, concede vista coletiva, nos termos regimentais. **ITEM 3 - Mensagem (SF) n° 7, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do o art. 84, inciso XIV, combinado com o art. 52, inciso III, alínea "d", da Constituição, o nome do Senhor JOÃO MANOEL PINHO DE MELLO, para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Wellington Fagundes. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** O Presidente da Comissão, senador Omar Aziz, concede vista coletiva, nos termos regimentais. **ITEM 4 - Mensagem (SF) n° 6, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 6º

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, com redação dada pelo art. 1º, da Lei 10.411, de 26 de fevereiro de 2002, o nome da Senhora FLÁVIA MARTINS SANT´ANNA PERLINGEIRO para exercer o cargo de Diretora da Comissão de Valores Mobiliários – CVM." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Tasso Jereissati. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** O Presidente da Comissão, senador Omar Aziz, concede vista coletiva, nos termos regimentais. Fizeram uso da palavra os senadores Ciro Nogueira, Zequinha Marinho e Plínio Valério. **ITEM EXTRAPAUTA 5 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 2, de 2019** que: "Requer a realização de Audiência Pública, para debater o endividamento dos estados brasileiros e os repasses da Lei Kandir." **Autoria:** Senador Luis Carlos Heinze. Após leitura do requerimento, fez uso da palavra os (as) Senadores (as) Rodrigo Pacheco, Rogério Carvalho, Zequinha Marinho, Luis Carlos Heinze, Tasso Jereissati, Eliziane Gama, Jorge Kajuru, Otto Alencar, Cid Gomes e Wellington Fagundes. **Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº 2/2018 – CAE. **ITEM EXTRAPAUTA 6 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 3, de 2019** que: "Requer a realização de audiência, em conjunto com a Comissão de Educação, Cultura e Esporte - CE e a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação e Informática - CCT, com o objetivo de instruir o PLC 142/2018, que institui a política de inovação educação conectada, e altera a Lei nº 9.998 de 17 de agosto de 2000." **Autoria:** Senadora Daniella Ribeiro. **Resultado:** A Comissão aprova o Requerimento nº 3, de 2019 - CAE. **ITEM EXTRAPAUTA 7 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 4, de 2019** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a Reforma Bancária abrangendo a necessidade de desconcentração, competição e inovação no sistema financeiro." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho. **Resultado:** A Comissão aprova o Requerimento nº 4, de 2019 - CAE. **ITEM EXTRAPAUTA 8 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 7, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 58 da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o Senhor PAULO GUEDES, Ministro de Estado da Economia, para que apresente as diretrizes e os programas prioritários de sua pasta." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** A Comissão aprova o Requerimento nº 7, de 2019 - CAE. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Omar Aziz

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Bom dia! Bom dia aos Srs. Senadores!

Havendo quórum, nós vamos iniciar a reunião.

Nós temos a ata da última reunião para ser aprovada. Eu vou dispensar a leitura da ata.

Os Srs. Senadores e Senadoras que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Hoje nós teremos a leitura de quatro pareceres do Presidente do Banco Central, de dois Diretores e da Presidente da Comissão de Valores Mobiliários. Os Relatores já devem ter apresentado esse relatório. O Relator do Presidente do Banco Central é o Senador Eduardo Braga, que vai ser o primeiro a ler o relatório. Após a leitura dos relatórios feita pelos Senadores que são encarregados, nós iremos abrir vista coletiva e, na semana que vem, nós haveremos de ouvi-los aqui nesta Comissão.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 2, de 2019

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 84, inciso XIV, combinado com o art. 52, inciso III, alínea d, da Constituição Federal, o nome do Senhor ROBERTO DE OLIVEIRA CAMPOS NETO, para exercer o cargo de Presidente do Banco Central do Brasil.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Eduardo Braga

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações:

1. O relatório será lido nesta reunião, concedida vista coletiva automática, e a apreciação se dará na reunião seguinte, nos termos do art. 383, II, "b" e "e" do RISF.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu passo a palavra ao Senador Eduardo Braga para que ele possa ler o relatório sobre o Presidente do Banco Central.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Para leitura de relatório.) – Eminente Presidente Omar Aziz, Vice-Presidente Plínio Valério, de acordo com a incumbência a mim externada por V. Exa., tivemos ontem uma reunião de uma hora e meia com S. Exa. o Dr. Roberto de Oliveira Campos Neto.

É desnecessário dizer, Sr. Presidente, da alegria de encontrarmos o neto do nosso Senador Roberto Campos, que foi, em última análise, o grande responsável pela implantação da Zona Franca de Manaus, através do Decreto-Lei 288, de 1967. Sabemos, portanto, da visão nacional e nacionalista do eminente Senador e professor de Direito Econômico, professor de várias teses em áreas da macro e da microeconomia.

Dito isso, Sr. Presidente, o relatório:

Esta Comissão de Assuntos Econômicos recebe, do Presidente da República, a indicação do Sr. Roberto de Oliveira Campos Neto para ser conduzido ao cargo de Presidente do Banco Central do Brasil, consoante art. 84, inciso XIV, combinado com o art. 52, inciso III, alínea "d", da Constituição Federal.

Os referidos dispositivos conferem competência privativa ao Presidente da República para nomear e, ao Senado Federal, para aprovar, previamente, por voto secreto e após arguição pública, o presidente e os demais diretores do Banco Central.

Nos termos do disposto no art. 99, inciso V, do Regimento Interno do Senado...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou pedir um pouquinho de silêncio, por favor.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) opinar sobre a escolha do Presidente do Banco Central. Ainda nos termos do art. 383 do referido Regimento, a CAE deve arguir o indicado e apreciar o relatório com dados sobre o candidato.

A Lei nº 6.045, de 1974, dispõe que os diretores do Banco Central do Brasil e o seu presidente serão escolhidos entre brasileiros de ilibada reputação e notória capacidade em assuntos econômico-financeiros.

A mensagem presidencial traz em anexo o currículo do Sr. Roberto de Oliveira Campos Neto, relatando sua formação acadêmica e experiência profissional.

O Sr. Roberto de Oliveira Campos Neto nasceu em 1969.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Graduou-se como Bacharel em Economia em 1993, concluindo o Mestrado em Economia em 1995, ambos na Universidade da Califórnia, Los Angeles.

Fez o Programa Executivo em Liderança oferecido pelo U.S. Military Academy at West Point, Nova York, em 2017, e o Programa Executivo em Inovação Tecnológica da Singularity University, da Califórnia.

O Sr. Roberto de Oliveira Campos Neto tem uma longa trajetória no sistema financeiro. Trabalhou no Banco Bozano Simonsen em várias funções, como as de operador de derivativos de juros e câmbio, de dívida externa, de bolsa de valores e de executivo de renda fixa internacional, no período de 1996 a 1999. No Banco Santander Brasil, atuou como Chefe de Renda Fixa Internacional entre 2000 e 2003 e como chefe de *trading* de 2006 a 2010. Entre 2010 e 2018, foi responsável pela Tesouraria Global para as Américas, membro do Conselho do Santander Investment nos EUA e membro do Conselho Executivo do banco de investimentos no Brasil e no mundo. Também foi gerente de carteiras da Claritas Investimentos de 2004 a 2006, membro externo do Comitê de Produtos e de Precificação da B3 no período 2017 a 2018 e membro do Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial, em 2018.

Quanto às declarações de cunho pessoal, para atender o disposto no art. 383, inciso I, alínea "b", do RISF, também exigidas pelo art. 1º, inciso II, alínea "a", o candidato declara que seu irmão teve participação no capital da Mint Capital Gestora de Recursos Ltda., encerrada em 2017, e que não possui outros parentes que exerçam ou tenham exercido atividades vinculadas à sua atividade profissional. Também declara que é proprietário de três empresas sediadas no exterior, “veículos de investimento, exclusivamente de recursos próprios, em ativos internacionais, de longa data, sem movimentação recente”, que serão administradas sem sua participação efetiva enquanto estiver na Presidência do Banco Central, caso sua indicação seja aprovada. Declara ainda que não possui nenhuma pendência em seu nome, relativa a tributos federais, estaduais ou municipais, e que não figura como autor ou réu de nenhuma ação judicial.

O seu currículo, que se encontra à disposição dos eminentes integrantes desta Comissão, revela o nível de qualificação profissional, bem como a formação acadêmica e técnica do indicado. Esta Comissão fica, desta forma, em condições de deliberar sobre a indicação do Sr. Roberto de Oliveira Campos Neto para ser conduzido ao cargo de Presidente do Banco Central do Brasil.

Sr. Presidente, esse é o relatório.

Eu queria apenas fazer um adendo: a sabatina do eminente Dr. Roberto Campos Neto será também uma oportunidade para que nós Senadores da CAE possamos discutir algumas questões que impactam o cotidiano do povo brasileiro, o cotidiano dos trabalhadores e o cotidiano dos empreendedores e investidores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Brasil tem hoje uma taxa Selic que é referência de tomada de recursos por parte do Governo e que sempre é a referência do custo de captação de recursos para os *fundings* bancários. O que não se consegue entender, o povo, as pessoas comuns não conseguem entender, é como a taxa Selic é 6,5% ao ano e como, para o consumidor ou para o empresário, essa taxa de juros chega a uma variável que vai de 35% a 250% ao ano. A grande pergunta é: será que não é falta de concorrência? Será que nós não estamos com o mercado financeiro muito fechado com o monopólio de apenas três bancos privados e dois bancos públicos? Qual é a base de crédito a partir da qual nós poderemos avançar para que possamos financiar a economia? Qual é o impedimento para um banco de varejo europeu, japonês ou até mesmo chinês poder entrar no Brasil e até mesmo financiar?

Creio que essas questões que estarão presentes na sabatina para entendermos o norte que esta administração dará à política monetária no nosso Brasil.

Era esse o relatório, eram essas as nossas considerações, mais uma vez agradecendo a V. Exa. a deferência de ter designado a mim a função de relatar a indicação do nobre brasileiro e neto de um grande brasileiro, o Roberto Neto, para ser Presidente do Banco Central.

Eram essas as considerações.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Eduardo Braga, V. Exa. tem toda razão. Hoje o *spread* brasileiro só perde para uma ilha na África, a diferença entre o que você capta no depósito e o que você passa para aquele que quer contrair empréstimo junto ao banco. É uma diferença muito grande. E a alegação deles é sempre a mesma: você tem 25% de compulsório, você tem a inadimplência, uma série de coisas que é colocada em cima daquele que procura o banco. Infelizmente, nós estamos vivendo isso. O Brasil só perde para Madagascar em termos de diferença entre o que você deposita e o que vai pegar de empréstimo. O único local para o qual o Brasil perde é para uma ilha chamada Madagascar. Lá são maiores os juros do que no Brasil.

Acho que esta Comissão de Assuntos Econômicos terá uma participação importante no que diz respeito a atrair investidores. E dito pelo próprio Presidente do Banco Central, Dr. Roberto Campos, de quem é neto e que era Ministro do Planejamento e fez a redação do Decreto 288. O eminente Senador Roberto Campos é conhecido por todos nós e respeitado por todos nós. Infelizmente, nasceu no momento errado. Se tivesse nascido hoje, as ideias dele seriam também inovadoras, como foram lá atrás.

Passo a V. Exa., Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Quero agradecer, Sr. Presidente, por esta possibilidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Corroborando o que disse o nosso ilustríssimo Senador Eduardo Braga, acho que a CAE tem a oportunidade ímpar de abrir o debate sobre a reforma do sistema bancário brasileiro. Não é possível as pessoas físicas pagarem 300% de cheque especial, e o empresário pagar 36% de juros no seu capital de giro. É impossível você tocar uma economia dessa forma com cinco grandes bancos concentrando 86% do mercado financeiro brasileiro. E mais, e mais: se fosse verdade a questão do *spread*, do compulsório e da inadimplência, três bancos isoladamente não teriam tido um lucro de mais de R$60 bilhões no ano passado, lucro que, somado ao lucro do Banco do Brasil, ultrapassa a casa dos R$ 73 bilhões.

Portanto, eu apresentei hoje um requerimento para uma audiência pública para que a gente possa iniciar o debate sobre a reforma do sistema financeiro, abrindo espaço para as *fintechs*, abrindo espaço para as cooperativas de crédito, para que a gente possa de fato colocar o sistema financeiro a serviço do Brasil e do desenvolvimento econômico, que é o que, em última instância, trará para a sociedade saúde, educação, desenvolvimento e igualdade.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Senador...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Senador, V. Exa. me permite só um aparte?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. *Fora do microfone*.) – Claro.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Eu queria, primeiro, cumprimentá-lo pelo discurso de V. Exa.; segundo, adicionar um tema, Sr. Presidente, que ontem, inclusive, foi motivo de boa parte da nossa conversa: além da questão dos juros escorchantes que o Brasil está enfrentando, a questão do financiamento para a micro e pequena empresa.

Está provado no mundo, inclusive no Brasil, que o microcrédito é aquele que mais gera emprego e renda na economia. No entanto, por falta de capilaridade dos bancos, pela ausência da concorrência... No nosso Estado mesmo, no Amazonas, mais de 40 Municípios não possuem casa bancária e mais de 40 Municípios não têm Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal! Ora, nesses Municípios, ter acesso ao Pronaf é praticamente impossível. Nesses Municípios, para receber o Bolsa Família, você tem de passar uma procuração para alguém receber. E o microcrédito, sem dúvida, precisa ser muito discutido neste ano na CAE para que nós possamos ter uma nova política de *funding* e uma nova política de capilaridade para o financiamento.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É o que a gente espera.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou passar para o Major Olímpio, que pediu a palavra.

Senador.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – Sr. Presidente, corroborando as manifestações de Senadores aqui: dizem que o melhor negócio do mundo é um banco bem administrado no Brasil e o segundo melhor negócio do mundo é um banco mal administrado no Brasil. É impossível dar errado. E é o resultado dessas políticas de juros escorchantes, que vai arrebentando e tirando a expectativa e o sonho de crescimento para todo o povo brasileiro.

Quero dizer que eu prestava atenção ao relatório do Senador Braga. Tive a oportunidade de conhecer o Roberto Campos Neto, que será avaliado, ou sabatinado, aqui na CAE, e devo reforçar que, muito embora ele seja neto do saudoso Roberto Campos, um ícone para todos nós, um frasista de primeira ordem – sou seu fã –, a avaliação será sobre Roberto Campos Neto, um profissional altamente capacitado que, ao longo de toda a formulação de programa econômico de governo, na equipe do Prof. Paulo Guedes, colocou-se como um brasileiro altruísta e idealista, afastando-se da administração de banco privado, o que certamente lhe proporcionava condições materiais muito mais favoráveis do que lhe proporcionará a missão a que se está propondo a desempenhar.

Então, é com muita expectativa que nós vamos, se Deus quiser, na data já marcada por V. Exa., promover essa sabatina, que vai ser o momento em que Roberto Campos Neto terá a oportunidade de se apresentar à CAE, ao Senado brasileiro, que tem a responsabilidade constitucional dessa sabatina, mas muito mais de se apresentar ao povo brasileiro como um dos integrantes imprescindíveis para que se promovam as medidas de que o Brasil precisa, inclusive em relação ao equilíbrio de forças com o sistema financeiro nacional.

Então, a minha manifestação é de que muito melhor do que o passado familiar, em relação a ser filho ou neto do Senador Roberto Campos, é a grandeza e o conhecimento de Roberto Campos Neto, que será avaliado nesta Comissão. Tenho certeza absoluta de que esse será o melhor cartão de apresentação dele à sociedade brasileira como futuro presidente do Banco Central do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Flávio Bolsonaro.

Nós temos vários Senadores... Só um minutinho, Senador. Nós temos vários Senadores inscritos, temos ainda que ler o relatório dos dois diretores – o Senador Tasso já chegou – e também temos que ler o relatório do presidente da CVM.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Sr. Presidente, permita-me, então, pedir vista coletiva. Dessa forma, tendo vista coletiva, V. Exa. poderá encerrar a questão desse relatório, e os outros, obviamente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Quando todos tiverem lido os relatórios, eu vou dar vista coletiva de todos os quatro relatórios, Senador Eduardo.

Quanto ao relatório do Senador Eduardo, para ninguém pedir vista, a Mesa se antecipa e dá vista coletiva para todos para que, na terça-feira que vem, às 10h da manhã, nós possamos ouvir o Presidente do Banco Central aqui nesta Comissão.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – A vista coletiva será de todos os currículos que serão lidos hoje, Excelência?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, sim, sim. Isso é para a gente dar agilidade. Se eu der individualmente, na semana que vem alguém pode pedir individualmente também, e a gente vai protelar. Não é interesse desta Comissão protelar absolutamente nada.

Senador Flávio Bolsonaro.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - RJ) – Peço a V. Exa. para trocar a ordem. O Senador Kajuru quer usar da palavra antes de mim. Eu falarei depois dele, sem problema.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sem problema.

Senador Kajuru, por favor.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Bom, primeiramente agradeço ao Senador Flávio Bolsonaro por esta oportunidade – ele estava inscrito antes de mim.

Um bom-dia, uma boa semana, antes de tudo, a esta qualificada Comissão, Presidente Omar, Vice Plínio.

Eu só gostaria de, rapidamente, observar que o relatório de V. Exa., Senador Eduardo Braga, é insofismavelmente cirúrgico. Mas eu gostaria de apreciar mais o seu adendo, que vai aqui entrar em um vespeiro a partir do momento da nossa sabatina com o Presidente Roberto Campos Neto, que, eu já digo de passagem, é meu amigo pessoal desde os 17 anos de idade, porque eu trabalhei com seu avô nos jornais *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo* e tinha o seu avô como ídolo.

Ele foi ao meu gabinete conversar comigo, como conversou com todos os demais e todas as demais, com certeza, e a minha conversa com ele, que era para ser de vinte minutos, foi de duas horas, porque tenho profundo reconhecimento do talento dele, da capacidade dele. Ouvi o alinhamento econômico dele, que se parece muito com o meu e com o de minha assessoria. Conversei com o Senador Cristovam Buarque e conversei com o Senador Pedro Simon, que são meus conselheiros,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sobre a minha conversa com Roberto Campos Neto e, depois, passamos a viver aqui, desculpem, uma conversa de *stand-up comedy,* porque ele brincou comigo: "Meu avô tinha você como ídolo de frases, embora você achasse que ele era muito mais frasista do que você."

Mas, falando sério: o Sindicato dos Bancários revelou em 2018, dentre outros, os seguintes devedores da Previdência – já que V. Exa., sobre relatório feito pelo Senador Eduardo Braga, falou aqui de bancos. Então, pasmem: o lucro em 2016 do Banco Itaú foi de 21,6 bilhões, dívida previdenciária de 11,8 milhões; Bradesco, lucro de 15 bilhões, dívida previdenciária de 75 milhões; Santander, lucro de 7,3 bilhões, dívida previdenciária de 218 milhões; Banco do Brasil, lucro de 8 bilhões, dívida previdenciária de 209 milhões; Caixa Econômica Federal, lucro de 4 bilhões, dívida previdenciária de 589 milhões.

Esse é o vespeiro, Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Flávio.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - RJ) – Bom dia, Presidente Omar, bom dia a todos os Senadores presentes aqui nesta sala.

Analisando aqui o currículo do candidato ao Banco Central, eu fico, mais uma vez, com muito boas expectativas em relação a mais um nome que o Governo Bolsonaro indica para ocupar uma função importantíssima em nosso País, o do Sr. Roberto Campos Neto, para o Banco Central, cuja independência esta Casa vai analisar ainda. Mas é de um perfil que, tudo indica, caminhará para essa linha de independência do Banco Central. É uma pessoa que, por sua qualificação, por sua origem aqui – Universidade da Califórnia, onde ele se formou – e por todos os degraus que ele foi ascendendo para construir esse brilhante currículo, tenho certeza, é muito bem indicada para garantir a estabilidade e a segurança do nosso sistema financeiro.

Eu não vejo problema nenhum em banco ter lucro. O grande problema é esse lucro estar embasado numa falta de concorrência, numa espécie de protecionismo que impede que novos bancos ingressem e façam o seu trabalho aqui no nosso Brasil, que é o que esta Casa tem que discutir, sem dúvida alguma. E, durante a sua sabatina, num futuro próximo, isso vai ser questionado. É óbvio que isso precisa ser revisto, os juros que são praticados principalmente para os micro e pequenos empreendedores, para as pessoas físicas e, inclusive, com o BNDES atuando, até então, numa linha de fomentar muito mais os grandes, os peixes grandes, os amigos do governo do que aqueles que realmente geram emprego neste País e fazem a economia funcionar em cada recanto dos nossos Estados. Esse contexto todo precisa ser visto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tenho a convicção de que o nome de Roberto Campos Neto vai ser convergente com o que esta Comissão – já sinto aqui – tem em comum, que é se preocupar com o micro e com o pequeno empreendedor, sem interferência do Estado, mas equilibrando-se esse mercado com a entrada de novos bancos e com o fornecimento de crédito a juros bem menores.

Então, fico satisfeito também com a sua indicação. Parabenizo o Governo Bolsonaro por mais essa indicação.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB) – Sr. Presidente...

Sr. Presidente, rapidamente, a título de sugestão, não sei se V. Exa. concorda e os demais outros companheiros...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador...

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB) – Se nós formos, neste instante, quando V. Exa. já concedeu vista coletiva... Se a cada momento... E aqui não é um propósito nosso limitar a exposição de cada uma e de cada um dos Srs. Senadores, mas imaginem o seguinte. Como nós temos mais três relatórios a serem lidos e temos outras comissões a nos cobrar presença, penso eu ser muito mais oportuno, porque daqui a pouco cada um vai adentrar...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – No mérito.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB) – Sim, no mérito da questão. Eu sugeriria, se V. Exa. assim compreender, com a anuência dos demais companheiros, que fossem feitas as leituras dos outros três relatórios e, *a posteriori*, quem assim desejar, o faça, porque senão nós vamos nos estender e algumas considerações já feitas, merecendo, inclusive, algumas outras opiniões, terminarão por estender a sem fim este início de trabalho nosso aqui na CAE. É uma sugestão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Veneziano, V. Exa. já tinha pedido... Eu já o tinha inscrito aqui. Há dois Senadores inscritos. Eu pergunto ao Senador Fernando Bezerra e ao Senador Ciro Nogueira, que são os únicos dois inscritos, o seguinte. Vamos ler os outros relatórios e, depois de ler os três relatórios restantes, nós abriríamos para o pronunciamento dos Senadores. Pode ser assim?

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pode? Eu não quero cercear ninguém.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu posso ouvi-lo, Fernando. Depois de ouvir o Senador Fernando Bezerra, nós leríamos os outros três relatórios. E, aí sim, os Senadores ou Senadoras que quisessem comentar sobre a...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador Tasso.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE. Pela ordem.) – Primeiro, eu queria cumprimentá-lo pela condução desta primeira reunião nossa aqui da Comissão.

E gostaria de pedir a V. Exa.: há um empréstimo para a cidade de Fortaleza que está aí, sobre a mesa. Gostaria de pedir a V. Exa. que colocasse esse empréstimo em regime de urgência para que seja votado já na próxima reunião. Agradeceria a sua atenção.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Tasso, eu vou entregar a um Senador para fazer o relatório. E, antes de a gente ouvir os membros do Banco Central e da CVM na semana que vem, na terça-feira, a gente vota o empréstimo da cidade de Fortaleza, seu pedido aqui de urgência.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE. *Fora do microfone*.) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E, aí, também podemos aprovar para, já à noite, votar em Plenário esse empréstimo. Eu sei do carinho que o senhor tem pela cidade de Fortaleza.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – Agradeço, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Presidente...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Pela ordem.) – Sr. Presidente, pela ordem aqui, rapidamente, só para referendar a proposição do meu colega Rogério da audiência pública sobre os bancos e sobre juros. Acho que é importantíssimo, no momento em que a gente discute a presidência do Banco Central e os diretores, relembrar que o Banco Central é a agência reguladora dos bancos. Não existe agência reguladora fora do Banco Central em relação a bancos, então, é fundamental que a gente faça essa audiência, que a gente marque como prioridade, chame o Banco Central logo após a nomeação desses diretores e discuta não só a questão dos juros como a questão da democratização do acesso ao crédito, e não apenas uma reforma bancária, mas ir além disso. Eventualmente nós podemos voltar a criar...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Jean...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... as bolsas regionais. É só para subscrever aqui o requerimento de Rogério e deixar à vontade para correr a audiência.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Longe de mim querer chamar a atenção de alguém aqui, mas o que o Senador está colocando é uma coisa muito séria e não dá para a gente ficar escutando...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. *Fora do microfone*.) – Os assessores.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não consegui ouvi-lo nem vê-lo, Senador. Desculpe-me. É que o nosso amigo Senador Angelo Coronel, com essa potência toda aí, me atrapalha. (*Risos.*)

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – É, ele é grandão. (*Risos.*)

Então, repetindo, é só realmente para ratificar a proposta do Senador Rogério quanto à reforma, o.k.?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nós temos vários requerimentos aqui pedindo audiências públicas para discutir assuntos temáticos da nossa Comissão. Após a sabatina, nós vamos nos reunir e definir um calendário com o conjunto dos Senadores. Houve Senador que fez requerimento pedindo a presença de vários Governadores para discutir a Lei Kandir, discutir endividamento dos Estados; há o de V. Exa., a proposta de ouvirmos sobre essa questão dos bancos brasileiros com o próprio Banco Central... Ele será... Serão explicadas algumas coisas, a política que ele deve adotar dentro do Banco Central, porque ele me disse pessoalmente que é mais fácil um pequeno comerciante montar um banco no Brasil do que um grande banco internacional se instalar no Brasil, para você ter uma ideia da proteção que o Brasil tem em relação a trazer novos bancos para o País e dar a competitividade necessária. Quanto mais bancos, mais competitividade, quanto menos bancos... Aí os juros são desse tamanho com o qual as pessoas estão trabalhando.

Então, nós iremos fazer isso sim, Senador, vamos fazer um calendário. Eu solicito à assessoria aqui que a gente faça esse calendário, ouvidos os membros, e vamos aprová-lo com certeza.

Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu queria apenas dar aqui testemunho da visita que me foi feita na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

semana passada pelo indicado a Presidente do Banco Central, Dr. Roberto Campos Neto, acompanhado do Dr. Bruno Serra Fernandes, que será também Diretor do Banco Central. Eu não vou aqui repetir as qualificações técnicas já apontadas no brilhante relatório do Senador Eduardo Braga, mas eu queria compartilhar com esta Comissão o entusiasmo do Roberto Campos Neto com essa missão que lhe será confiada pelo Senado Federal para presidir o Banco Central do Brasil e se constituir na nossa mais importante autoridade monetária.

Queria fazer três destaques do que eu ouvi no meu gabinete, do entusiasmo e dos compromissos do Dr. Roberto Campos Neto.

Primeiro, o que já foi aqui cobrado, reclamado, solicitado por diversos Senadores: ampliar a competição do sistema bancário nacional para que a gente enfrentar um dos maiores desafios da economia brasileira, que é a questão dos *spreads* bancários.

Mas fico animado com o enfoque que o Dr. Roberto Campos Neto quer dar a dois temas.

O primeiro é o crédito imobiliário. O Brasil tem muito pouco volume de crédito no setor imobiliário. Nós não temos sequer 10% do PIB, quando, comparados com outras nações mais desenvolvidas, nós chegamos a alcançar 70%, 80%, 100% do PIB. Nós temos hoje casas que foram adquiridas pelos mutuários brasileiros, e essas casas não se constituem em garantia para dar acesso a novos empréstimos. Então, ele falou com muito entusiasmo de impulsionar o crédito imobiliário, e isso poderá também ajudar na promoção e na criação de milhares de empregos para a economia brasileira.

O segundo tema que eu gostaria de destacar é o absoluto compromisso do novo Presidente do Banco Central no sentido de priorizar, destacar políticas públicas que possam incentivar o microcrédito. Eu sou Senador por Pernambuco, represento a região que é a mais pobre do País, que é a Região Nordeste, e sei que a falta do crédito para os pequenos negócios, para quem quer montar um salão de beleza, para quem quer montar uma pequena quitanda, para quem quer fazer um pequeno comércio ou uma confecção, é uma realidade nua e crua que termina freando a atividade produtiva. Então, é muito salutar ouvir da autoridade monetária máxima do País o compromisso de ampliar o compulsório para o microcrédito, de ampliar as linhas do Banco Central para estimular o microcrédito no nosso País. Que vá além dos bancos oficiais, que possa chegar às agências de fomento estaduais e municipais – muitas prefeituras atuam na área do microcrédito. Foi com alegria que ouvi esse testemunho e esse compromisso do Dr. Roberto Campos Neto.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – V. Exa. me permite um aparte, Senador?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Pois não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – É só para complementar, Presidente, cumprimentando o nosso sempre brilhante e competente Senador Fernando Bezerra.

O BNDES poderia oferecer o *funding* para todas essas empresas, *fintechs*, cooperativas etc., para que haja capilaridade para chegar ao sertão de Pernambuco, para chegar ao interior da Amazônia, porque, caso contrário, nós não chegaremos com o projeto tão importante de oferecer microcrédito para quem mais precisa.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Eu quero encerrar, Sr. Presidente, dizendo que, além desse apoio do Dr. Roberto Campos Neto, já estive com o Presidente da Caixa Econômica Federal, Dr. Pedro Guimarães, e a Caixa vai dar *funding* para as agências de fomento municipais e estaduais atuarem na área do microcrédito. Então, é também um belo começo das autoridades do sistema bancário oficial: estarem com suas vistas voltadas para ampliar o crédito ao pequeno empresário, ao microempresário, que é aquele que gera os empregos na economia brasileira.

Portanto, é com uma expectativa muito positiva que a gente aguarda aqui, na próxima semana, os indicados para o Banco Central e para a Comissão de Valores Mobiliários, para que a gente possa, nesta nova quadra, assistir à sequência do trabalho iniciado pelo Presidente Ilan, que fez um belo trabalho no Banco Central. Que o Dr. Roberto Campos Neto possa assegurar as condições de uma política monetária madura, para poder dar condições de o Brasil retomar o seu crescimento!

Precisamos, Sr. Presidente, gerar emprego, precisamos criar um ambiente de negócios no nosso País, para que o emprego possa voltar e para que as famílias brasileiras possam se sustentar, tendo acesso à renda, para proverem as suas necessidades de educação, de saúde, de habitação, de lazer e de entretenimento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador, eu vou passar a palavra ao Senador Wellington para que ele possa ler o relatório sobre um dos diretores do Banco Central.

Depois, o próximo orador será o Senador Rogério, que vai ler o relatório sobre o Bruno Serra...

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – É Senador Rodrigo Pacheco, Sr. Presidente. Só retificando: Senador Rodrigo Pacheco, de Minas Gerais.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Desculpe! E olha, Rodrigo, que eu falei para ele: "Dê para o Líder do DEM."

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – O Marcos Rogério é o nosso colega do Democratas, de Rondônia.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É verdade!

ITEM 3

MENSAGEM (SF) Nº 7, de 2019

- Não terminativo -

Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do o art. 84, inciso XIV, combinado com o art. 52, inciso III, alínea "d", da Constituição, o nome do Senhor JOÃO MANOEL PINHO DE MELLO, para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Wellington Fagundes

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

1. O relatório será lido nesta reunião, concedida vista coletiva automática, e a apreciação se dará na reunião seguinte, nos termos do art. 383, II, "b" e "e" do RISF.

Com a palavra o Senador Wellington, por favor.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT. Para leitura de relatório.) – Senador Omar Aziz, eu o cumprimento, como também o Senador Plínio Valério, da Mesa, agradecendo também a oportunidade de estar aqui relatando a indicação de um dos diretores do Banco Central.

Trata-se de um relatório em que... Eu gostaria, inicialmente, antes de proceder à leitura do meu relatório, de ressaltar a importância deste momento, deste processo de apreciação pelo Senado Federal das indicações feitas pelo Presidente da República para a presidência e para as duas diretorias do Banco Central do Brasil.

Nós Senadores estamos sempre cumprindo o dever constitucional de avaliar, para aprovar ou reprovar, as indicações de algumas das mais importantes autoridades deste País. Cabe a nós aprovar previamente as indicações dos Ministros do Supremo Tribunal Federal e das demais Cortes Superiores, do Procurador-Geral da República e dos Ministros do Tribunal de Contas da União. No entanto, dada a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

precária situação de nossa economia, que vive em constante crise há tempos, talvez este seja aqui o mais importante processo de aprovação de autoridade nos últimos anos.

Todos nós conhecemos a importância do Banco Central para o nosso País. Seu trabalho afeta, direta ou indiretamente, o dia a dia de cada um de nós brasileiros, mesmo que muitos não se deem conta disso, afeta, às vezes, o trabalhador, o pequeno trabalhador que está lá na ponta. Mas é claro que a inflação é o que mais corrói o salário. Por isso, a inflação ainda é um fantasma que, volta e meia, nos assombra a todos. Mas tenham a certeza de que os sustos seriam bem maiores e bem mais frequentes se não fosse o excelente trabalho realizado pelo competente corpo técnico do Banco Central.

Nas intempéries econômicas causadas por crises externas ou mesmo por crises políticas internas, é o Banco Central que se desdobra para garantir o poder de compra de nossa moeda. Nos momentos de crise aguda, é o Banco Central, com os *swaps* cambiais e com outros recursos que ao leigo parecem mirabolantes, que contém uma maior desvalorização do real frente ao dólar.

Mas a boa condução da política monetária e cambial não é o único benefício que o Banco Central nos proporciona. Há um benefício menos visível, porém igualmente importante: o bom funcionamento e a estabilidade do nosso sistema financeiro.

Quando depositamos nossas economias em um banco qualquer, nem passa por nossas mentes a possibilidade de aquela instituição perder o nosso dinheiro. Sim, na teoria, esse risco existe, poderia acontecer um erro, um problema, e o nosso dinheiro simplesmente sumir das nossas contas. No entanto, na prática, nenhum de nós teme isso. Nós temos confiança de que nosso recurso, nosso dinheiro, estará seguro dentro das instituições brasileiras.

Mas, se pararmos para pensar de onde vem essa nossa confiança nos bancos do nosso País, muitos de nós não sabemos, mas vem também do trabalho do Banco Central. É o Banco Central que regula e fiscaliza todo o sistema financeiro nacional para que não tenhamos que nos preocupar, quando pagamos um boleto, se a dívida será quitada ou não; para que nem nos ocorra a hipótese de fazermos uma transferência e o dinheiro não chegar à outra conta para a qual estamos enviando. E se, por qualquer circunstância, falta momentaneamente dinheiro para um banco particular, é o Banco Central que vai lá e empresta dinheiro para esse banco, e ainda cobra dele providências para que essa situação não se repita.

É por isso que o Banco Central é chamado de o banco dos bancos. Graças a ele a quebradeira de bancos brasileiros é um problema que ficou num passado cada vez mais distante. Somos reconhecidos como detentores de um sistema financeiro dos mais sólidos do mundo.

Enfim, se eu fosse elencar aqui os pontos que ilustram a importância do Banco Central para o Brasil, essa reunião não terminaria tão cedo. Por isso, concluo parabenizando o Presidente Ilan

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Goldfajn pelo vitorioso ciclo que em breve ele estará encerrando, e passo agora à leitura do nosso relatório.

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 7, de 2019 (Mensagem nº 42, de 2019, na origem), da Presidência da República, que submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 84, inciso XIV, combinado com o art. 52, inciso III, alínea "d", da Constituição Federal, o nome do Sr. João Manoel Pinho de Mello, para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil.

Relatório.

Esta Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) recebe, do Presidente da República, a indicação do Sr. João Manoel Pinho de Mello para ser conduzido ao cargo de Diretor do Banco Central do Brasil, consoante art. 84, inciso XIV, combinado com o art. 52, inciso III, alínea "d", da Constituição Federal.

O Presidente da República tem competência privativa para nomear o presidente e demais diretores do Banco Central do Brasil. Ao Senado Federal, por sua vez, compete aprovar, previamente, por voto secreto e após arguição pública, as referidas indicações.

O art. 99, V, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF) estabelece que compete à CAE opinar sobre a escolha do presidente e diretores do Banco Central. Os termos do art. 383 do RISF dispõem, ainda, que a CAE deve arguir o indicado e apreciar o relatório com dados sobre o candidato.

A Lei nº 6.045, de 1974, dispõe que os diretores do Banco Central e o seu presidente serão escolhidos entre brasileiros de ilibada reputação e notória capacidade em assuntos econômico-financeiros.

A Mensagem Presidencial traz como anexo o currículo do candidato, atendendo ao disposto no art. 383, I, do Regimento Interno do Senado Federal, no que tange às declarações pessoais, à argumentação escrita e ao conteúdo do currículo a serem apresentados pela autoridade.

O currículo anexo à mensagem presidencial demonstra que o Sr. João Manoel Pinho de Mello tem formação e experiência compatíveis com o cargo ao qual está sendo indicado.

O candidato nasceu em 1973 e desenvolveu uma carreira sólida no âmbito acadêmico. Possui graduação em Administração Pública pela FGV em São Paulo (1997), mestrado em Economia pela PUC do Rio de Janeiro (2000) e doutorado em Economia pela Stanford University, nos EUA (2005), concentrando suas pesquisas acadêmicas nas áreas de Economia Bancária, Antitruste e Defesa da Concorrência, e Economia do Crime. Entre 2004 e 2013, foi professor de Economia na PUC do Rio de Janeiro e, atualmente, é professor licenciado do Insper. Publicou diversos artigos acadêmicos em periódicos nacionais e internacionais de alto prestígio além de inúmeros capítulos de livros e artigos em jornais de grande circulação, tendo sido colunista fixo da *Folha de S.Paulo*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Sr. João Manoel Pinho de Mello também tem uma longa trajetória profissional. No setor financeiro, foi sócio da Pacífico Gestão de Recursos e consultor da área de renda variável do Grupo Opportunity. Como *expert* na área antitruste, atuou como consultor, analista econômico e testemunha especialista em inúmeros processos judiciais e arbitrais. No setor público, atuou nos últimos dois anos no Ministério da Fazenda como Assessor Especial para Reformas Microeconômicas, Secretário de Produtividade e Advocacia da Concorrência e também como Secretário de Política Econômica. Nesse período, trabalhou em parceria com o Banco Central na formulação e implementação de reformas estruturantes para a melhoria da intermediação financeira no País e para a promoção da concorrência no sistema financeiro nacional.

Quanto às declarações de cunho pessoal, o candidato declara que não possui parentes que exerçam ou tenham exercido atividades vinculadas à sua atividade profissional; que não atuou, nos últimos cinco anos, em conselhos de administração de empresas estatais ou em cargos de direção de agências reguladoras; que é sócio das seguintes empresas: WPMello Participações, Escola Brasileira de Professores e Achurra de Mello Participações; que não possui nenhuma pendência relativa a tributos federais, estaduais ou municipais e que não figura como autor ou réu de nenhuma ação judicial.

O seu currículo, que se encontra à disposição dos eminentes integrantes desta Comissão, revela o nível de qualificação profissional, bem como a formação acadêmica adequada do indicado. Esta Comissão fica, desta forma, em condições de deliberar sobre a indicação do Sr. João Manoel Pinho de Mello para ser conduzido ao cargo de Diretor do Banco Central do Brasil.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador Wellington.

O Senador Líder do DEM, Senador Rodrigo Pacheco, vai fazer a leitura relativa ao Sr. Bruno Serra Fernandes para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil. Assim como foi feito no caso do relatório do Senador Eduardo Braga, do relatório do Senador Wellington também fica concedida vista coletiva para os Senadores para que, na semana que vem, possamos fazer aqui audiência com eles.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Isso mesmo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) –

ITEM 2

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

MENSAGEM (SF) Nº 5, de 2019

- Não terminativo -

Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do o art. 84, inciso XIV, combinado com o art. 52, inciso III, alínea "d", da Constituição, o nome do Senhor BRUNO SERRA FERNANDES, para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Rodrigo Pacheco

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

1. O relatório será lido nesta reunião, concedida vista coletiva automática, e a apreciação se dará na reunião seguinte, nos termos do art. 383, II, "b" e "e" do RISF.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG. Para leitura de relatório.) – Sr. Presidente Senador Omar Aziz, a quem cumprimento e desejo boa sorte na condução desta Comissão de Assuntos Econômicos e, igualmente, ao Senador Plínio Valério, seu Vice-Presidente.

Esta Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) recebe, do Presidente da República, a indicação do Sr. Bruno Serra Fernandes para ser conduzido ao cargo de Diretor do Banco Central do Brasil, consoante art. 84, inciso XIV, combinado com o art. 52, inciso III, alínea "d", da Constituição Federal.

O Presidente da República tem competência privativa para nomear o presidente e demais diretores do Banco Central do Brasil. Ao Senado Federal, por sua vez, compete aprovar, previamente, por voto secreto e após arguição pública, as referidas indicações.

O art. 99, V, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF) estabelece que compete à CAE opinar sobre a escolha do presidente e diretores do Banco Central. Os termos do art. 383 do RISF dispõem, ainda, que a CAE deve arguir o indicado e apreciar o relatório com dados sobre o candidato.

A Lei nº 6.045, de 1974, dispõe que os diretores do Banco Central do Brasil, e o seu presidente, serão escolhidos entre brasileiros de ilibada reputação e notória capacidade em assuntos econômico-financeiros.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador, peço silêncio em respeito ao Senador que está lendo o relatório, por favor. É a terceira ou quarta vez que estou falando a mesma coisa! O mínimo que se pode pedir numa reunião de comissão é que nós possamos ver e ouvir o relatório do Senador, mas, aí, existem conversas paralelas e fica parecendo que o que menos importa aqui é o relatório do Senador. É a terceira vez – não se trata de chamar a atenção – que eu alerto as pessoas. Por favor, vamos ouvir atentamente.

Senador, por favor, conclua.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Obrigado, Sr. Presidente.

A Mensagem Presidencial traz como anexo o currículo do candidato, atendendo ao disposto no art. 383, I, do Regimento Interno do Senado Federal, no que tange às declarações pessoais, à argumentação escrita e ao conteúdo do currículo a serem apresentados pela autoridade sujeita à arguição desta Comissão.

O currículo anexo à mensagem presidencial demonstra que o Sr. Bruno Serra Fernandes tem formação e experiência compatíveis com o cargo para o qual está sendo indicado.

O candidato nasceu em 1978. Graduou-se em Economia no Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais – IBMEC (1999), e concluiu o Mestrado, também em Economia, na Universidade de São Paulo – USP (2004). Participou, ainda, do Programa de Educação Executiva da Fundação Dom Cabral (2017).

O Sr. Bruno Serra Fernandes tem uma longa trajetória profissional no setor financeiro. Foi Gerente de Carteiras, responsável pela gestão de recursos de terceiros, no BankBoston Asset Management (2002 a 2005); Estrategista de Renda Fixa para as diretorias de Banking e Trading, no Banco BankBoston (2005 a 2006); responsável pela gestão de risco de mercado na diretoria de Banking, no Itaú Unibanco S.A. (2006 a 2014); e Superintendente Executivo de Renda Fixa, no Itaú Unibanco S.A. (2014 a 2019).

Na argumentação escrita, o indicado afirma que seus 18 anos de experiência no setor financeiro exigiram acompanhamento e conhecimento aprofundados das economias brasileira e internacional, como também da execução das políticas monetária e cambial e das decisões de política econômica em geral.

Quanto às declarações de cunho pessoal, o candidato declara que seu cunhado, Mário Marques Cavalieri, exerce atividade vinculada à sua atividade profissional, como superintendente do Banco Máxima S.A.; que não atuou, nos últimos cinco anos, em conselhos de administração de empresas estatais ou em cargos de direção de agências reguladoras; que tem participação acionária no Itaú Unibanco, mas que tal participação será alienada até a data da posse, caso o Senado Federal aprove

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sua indicação; diz ainda o candidato que não possui nenhuma pendência relativa a tributos federais, estaduais ou municipais, e que não figura como autor ou réu de ação judicial.

O seu currículo, que se encontra à disposição dos eminentes integrantes desta Comissão, revela o nível de qualificação profissional, bem como a formação acadêmica adequada do indicado.

Esta Comissão fica, desta forma, em condições de deliberar sobre a indicação do Sr. Bruno Serra Fernandes para ser conduzido ao cargo de Diretor do Banco Central do Brasil.

É esse o relatório, eminentes Senadores e Senadoras.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Da mesma forma como fiz com os outros relatórios, será concedida vista coletiva do relatório do Senador para que os Senadores possam dele tomar conhecimento.

O Senador Tasso Jereissati vai ler o relatório da Presidente da CVM.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE. *Fora do microfone*.) – Da Diretora da Comissão de Valores Mobiliários.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Aliás, Diretora da Comissão de Valores Mobiliários.

ITEM 4

MENSAGEM (SF) Nº 6, de 2019

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 6º da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, com redação dada pelo art. 1º, da Lei 10.411, de 26 de fevereiro de 2002, o nome da Senhora FLÁVIA MARTINS SANT´ANNA PERLINGEIRO para exercer o cargo de Diretora da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Tasso Jereissati

Relatório: Não apresentado

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1. O relatório será lido nesta reunião, concedida vista coletiva automática, e a apreciação se dará posteriormente, nos termos do art. 383, II, "b" e "e" do RISF.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE. Para leitura de relatório.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, o Presidente da República, submete à apreciação do Senado Federal, na forma da legislação vigente, a indicação da Sra. Flávia Martins Sant'Anna Perlingeiro para exercer o cargo de Diretora da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Compete ao Senado Federal aprovar, previamente, por voto secreto, após arguição pública, ocupantes de cargos públicos, que assim tenham sido determinados em lei. Neste caso, a escolha recairá entre brasileiros de ilibada reputação e notória capacidade em assuntos de mercado de capitais.

A Lei nº 6.385, de 1976, estabelece que os mandatos do Presidente e dos Diretores da CVM são fixos e estáveis, devendo ser renovado a cada ano um quinto dos membros do Colegiado, vedada a recondução imediata de seus titulares.

Ressalte-se que o cargo para o qual a candidata foi indicada é de grande importância para o mercado de capitais e para a economia brasileira, haja vista que a CVM é a principal autoridade normatizadora, reguladora e fiscalizadora das sociedades emissoras de valores mobiliários.

Em anexo à Mensagem, encontram-se o currículo da candidata e vasto material que comprovam formação e experiência compatíveis com o cargo ao qual está sendo indicada.

A candidata é brasileira, natural do Rio de Janeiro. Graduou-se em Direito em 1993, pela PUC do Rio de Janeiro. Fez pós-graduação em Câmbio e Operações Financeiras com o Exterior em 1995 na Fundação Getúlio Vargas e mestrado em Direito Corporativo na Universidade de Nova Iorque no período de 1997 a 1998.

A candidata trabalhou em reconhecidos escritórios de advocacia, inclusive assessorando companhias brasileiras na emissão de valores mobiliários no mercado de capitais norte-americano. Posteriormente, a partir de 2012, trabalhou na área jurídica e de mercado de capitais do BNDES. Além disso, tem comprovada experiência como docente, tendo lecionado nas principais instituições vinculadas ao mercado de capitais, como o IBMEC/RJ, a Fundação Getúlio Vargas, além de ter dado aulas no BNDES e na Enap.

No que se refere às declarações de cunho pessoal, de modo a atender ao disposto no art. 383 do nosso Regimento Interno, a candidata trouxe diversos documentos que estão disponíveis para consulta e que atestam a legalidade de sua indicação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O currículo da indicada revela o nível de qualificação profissional e a formação acadêmica plenamente adequados. Fica, assim, esta Comissão em condições de deliberar sobre a indicação da Sra. Flávia Martins Sant'anna Perlingeiro para exercer o cargo de Diretora da CVM.

Em virtude da natureza da matéria, essas eram as considerações relevantes a apresentar no âmbito deste relatório.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador Tasso.

Da mesma forma, será dada vista coletiva.

Nós ouviremos... A proposta é ouvir os indicados a presidente, a diretores do Banco Central (dois) e a indicada para dirigir a CVM na próxima terça-feira. Essa é a proposta que a Mesa tem.

Se acharem que é muita gente para nós ouvirmos no mesmo dia, nós podemos fazer na quarta-feira uma reunião às 9h para ouvir somente a Diretora da CVM.

Eu vou colocar isso para os Senadores e Senadoras para que possam decidir juntamente comigo.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Vamos fazer uma só.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vamos fazer uma só?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – É, por aclamação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está bem. O.k.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu sei, mas a votação é secreta aqui. Aclamação é que vamos ouvir a deliberação... Terça-feira...

Então, na terça-feira, nós ouviremos o presidente do Banco Central, os dois diretores do Banco Central e a diretora da CVM aqui na Comissão de Assuntos Econômicos. E também o relatório do empréstimo à cidade de Fortaleza, que será lido antes de a gente ouvir... O relatório é rápido.

Nós temos ainda o Senador Ciro Nogueira inscrito.

Conforme acertamos, agora está aberto... O.k.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, Dr. Roberto, eu queria fazer alguns questionamentos ao Dr. Roberto.

Eu tenho acompanhado já há algum tempo, Dr. Roberto, a situação da concentração bancária no nosso País e queria até que a minha assessoria distribuísse para os outros Senadores um trabalho muito bem feito pelo Deputado Júlio César, do meu Estado, em que ele faz esse levantamento.

Eu gostaria de saber... (*Pausa.*)

Então, vou deixar para depois as arguições. Eu não sabia disso, Sr. Presidente. Peço desculpas.

Então, na quarta-feira...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Na terça-feira que vem é que vamos saber as posições dele, dos diretores e do Presidente.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Eu vou deixar já com o senhor esses números do Deputado Júlio Cesar. Eu gostaria muito que fosse esclarecida a veracidade desses dados, porque são dados assustadores no que diz respeito à concentração bancária no nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É verdade.

Com a palavra o Senador Zequinha Marinho.

Senador Zequinha Marinho, por favor...

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Bom dia a todos!

Eu quero começar cumprimentando e felicitando o Diretor Presidente, Dr. Campos Neto, assim como também todos os outros diretores que estão chegando ao Banco Central neste novo momento.

Naturalmente, boa parte daquilo que eu queria falar já foi dito principalmente pelo Senador Fernando Bezerra, mas é importante, meu próximo Presidente – tenho satisfação em revê-lo –, levar em consideração alguns itens que certamente vão influenciar a economia, principalmente a microeconomia. Temos um País de tanta gente desempregada, que precisa arrumar um posto de serviço, produzir, fazer acontecer a vida. É preciso facilitar o acesso ao crédito, principalmente ao micro. E esse micro não pode ser tão micro assim, porque de repente não se avança. É claro que quem mexe com crédito precisa de um período, digamos assim, pedagógico para ir aprendendo, trabalhando, para desenvolver sua capacidade de usar o dinheiro, o que é fundamental.

Outro lado já foi dito também com relação à questão do crédito imobiliário. É preciso que se trabalhem taxas diferenciadas. O Brasil cobra muito caro desse mercado. A gente vê as famílias se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sacrificando, até pela falta de capacidade de fazer um cálculo que possa dar noção do que vai pagar daqui a 15, 20 ou 30 anos. As pessoas entram em um negócio e depois se arrependem amargamente, comprometem a vida toda. Isso é muito difícil. Então, é um setor para o qual eu pediria ao nosso Presidente que, de forma gentil, olhasse com muito carinho com relação a isso.

Outro setor, rapidamente, para dar uma pincelada aqui, seria relativo à autorização do Banco Central para a abertura de novas agências e de novos postos avançados de bancos que querem entrar pelo interior do Brasil e que, de repente, têm uma enorme dificuldade para terem esse licenciamento, essa carta patente. Esse é um setor que precisa ser trabalhado, atualizado, para que se facilite a expansão das redes bancárias.

Por último, faço uma observação com relação à questão da cooperativa de crédito. É importante que se trabalhe com carinho porque é uma forma de se democratizar e socializar a oferta de crédito para setores diversos da sociedade.

São esses os pedidos preliminares. Eu tenho a certeza de que V. Exa. vai, com muito carinho, trabalhar e se debruçar sobre eles, com sua equipe. O Brasil precisa pensar melhor, simplificar e melhorar acima de tudo a sua eficiência nesse setor.

Quero lhe desejar boa sorte, quero lhe desejar sucesso. Que a gente possa ter não só um regulador da economia, da questão bancária, cambial, etc., mas, acima de tudo, uma instituição parceira da economia brasileira!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador.

Com a palavra o Senador Plínio Valério.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Presidente e Senadores, quero falar do entusiasmo de ver tanta participação boa. E, nesse embalo do entusiasmo pelas indicações – a gente notou esse entusiasmo –, que vai ao encontro de nossas carências, eu acho que esta é a oportunidade que este Senado tem de abrir um amplo debate, esclarecedor, sobre essa questão do microcrédito, essa questão da Selic, porque o povo lá fora não entende nada.

Então, eu acho que, com essas indicações, nós podemos – por que não? – começar a discutir uma reforma bancária, a questão do microcrédito, a questão da burocracia excessiva. Na Amazônia, Senador Ciro, a burocracia exige uma garantia de um caboclo que só tem a canoa e os filhos, que não pode garantir nada.

Então, vejo isso com entusiasmo. Acho que nós não podemos perder esta oportunidade, com a Presidência do Omar e com a assessoria do nosso ex-Presidente Tasso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Saio daqui entusiasmado, porque vejo que este Senado vai discutir com transparência as questões que devem ser discutidas, como a concentração bancária e o crédito a juros menores. Estou feliz por participar disto aqui e grato a vocês por estar nesta Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Antes da fala do Senador Rodrigo Pacheco, há aqui um requerimento do Senador Luis Carlos Heinze:

> Requeiro, com fundamento no inciso II do art. 93 do Regime Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos destinada a debater o tema "Endividamento dos Estados brasileiros e repasses da Lei Kandir", com a presença dos seguintes convidados, entre outros que possam ser sugeridos por este Plenário: [...].

São 12 convidados. Aliás, são 29 convidados, como o Ministro de Estado da Economia, o Ministro Chefe da Casa Civil e os 27 Governadores dos Estados, para uma audiência pública.

Acho que alguns Estados são prejudicados principalmente pela Lei Kandir, porque o Governo arrecada da Lei Kandir um valor bem acima daquele que ele distribui – isso é do conhecimento de todos –, principalmente os Estados que têm exportação de *commodities.*

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Permita-me fazer uma sugestão, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu queria uma sugestão, porque eu acho que botar 29 pessoas aqui em uma audiência pública seria...

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Se permite fazer uma sugestão, Sr. Presidente, de acordo com o Senador Heinze...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – A sugestão seria a de convidarmos os seis principais Estados mais atingidos por essa distorção da Lei Kandir, inclusive o meu Estado, Minas Gerais, e eventualmente um Estado por região, além desses seis, para se fazer uma composição democrática, que abarque todo o Território brasileiro, para que possamos ouvir os representantes de cada uma das regiões, além dos seis principais atingidos.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Presidente, o Pará pode ser o maior prejudicado nessa história toda.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Já é prejudicado. Exporta minério.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Estamos candidatando o Governo do Pará para que participe.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu acho o seguinte: Estados exportadores de *commodities* são os grandes prejudicados pela Lei Kandir, como o Pará, com o minério, Minas também, Goiás, Tocantins.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – A nossa ideia não é relativa apenas à Lei Kandir. A Lei Kandir, sim, é uma situação, mas há ainda a dívida que os Estados têm com a União; começa aqui o processo. E a gente tem visto uma romaria de vários Governadores, chegando ao Ministro Paulo Guedes e ao Palácio do Planalto e já tentando resolver o seu assunto.

O meu Estado, o Rio Grande do Sul, hoje, tem mais de R$60 bilhões de dívida, é o quarto devedor do Brasil. São Paulo é o maior devedor, Minas Gerais é o segundo maior devedor, o Rio de Janeiro é o terceiro maior devedor, e o Rio Grande do Sul é o quarto maior devedor. O.k.! São Paulo tem a maior dívida; 40% da dívida estão em São Paulo, ou quase 40%. Mas há Estados que, em função do faturamento, podem representar tanto ou mais até do que São Paulo, com R$2 bilhões, R$3 bilhões ou R$4 bilhões. Como falava outro dia o Governador de Roraima, cada Estado tem a sua situação. A ideia é fazer uma discussão em bloco. E, aí sim, entra a Lei Kandir, mas não apenas a Lei Kandir.

Trago algo importante. Um fiscal tributário do Rio Grande do Sul mostrava que, no Rio Grande do Sul, de 1991 a 1995, o pagamento da dívida representava 8% da Receita Corrente Líquida e que, de 1998 a 2015, representava quase 17% da receita. Nós temos de rever essa situação também. Quanto à taxa de juros, o valor que nós tomamos em dezembro de 2017 era de R$32,6 bilhões; pagamos R$42 bilhões, Senador Kajuru, e estamos devendo R$60 bilhões! Isso não se dá só no Rio Grande do Sul. Acho que nós temos de debater essa questão. E, aí sim, entra a Lei Kandir, o que nós temos a receber.

O Senador Wellington Fagundes foi relator em uma comissão especial da qual participei, composta por Deputados e por Senadores. No ano passado, só pela Lei Kandir, deveria ser repassado aos Estados exportadores algo em torno de R$390 bilhões, mas foram repassados R$39 bilhões. Então, apenas 10% foram repassados para os Estados exportadores. Acho que, nessa questão, nós faríamos uma discussão em bloco. É o que estou tentando fazer, porque, é claro, os Estados exportadores têm mais prejuízo do que outros Estados. Mas a situação é a dívida em si, que é impagável.

Eu conversava com o Governador Doria outro dia. O Governador Witzel, por exemplo, do Rio de Janeiro, me disse: "Olha, com a negociação que o Governador anterior fez, eu não consigo pagar!" Então, cada Governador... O Caiado, que chegou agora a Goiás, está se deparando com essa situação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, não é um Governador... O meu Rio Grande do Sul, por exemplo, está da mesma forma. Assim, em cada Estado, há uma situação.

A ideia é fazer um debate com a área econômica do Governo e com a área política do Governo sobre como é que nós vamos enfrentar essa situação, senão nós ficaremos lá sangrando. No meu Estado, hoje, não se está conseguindo pagar a folha de pagamentos. O professor não recebe, o brigadiano não recebe, o funcionário não recebe. E o Estado também não pode investir em outras funções essenciais.

Portanto, tínhamos de discutir com a União esses mais de R$600 bilhões que os Estados devem para a União e, logicamente, a forma com que nós podemos equacionar isso. Aqui, os colegas veriam como é que nós poderíamos discutir isso. Hoje, cada Governador vem aqui para tratar do seu assunto. Acho que é um assunto que interessa ao Brasil. E cada Estado vê a sua situação.

Por isso, a proposta que eu fiz era a de realizar uma audiência com os Governadores interessados e, logicamente, com os Senadores desses Estados.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou passar a palavra para o Senador Tasso, mas, antes, Senador Luis, quero dizer que fui Governador do Estado do Amazonas. Essa é uma discussão que vem sendo feita há muitos anos. O Rio Grande do Sul, historicamente, tem esse grande problema. Por isso, no Senado, no Congresso, aprovamos aqui uma lei que dava um limite para o gasto. A Lei de Responsabilidade Fiscal não é respeitada pelos Governadores, e todo Governador que se candidata tem a obrigação de saber qual é o problema que ele vai encontrar. Ele não pode chegar lá e dizer: "Ah, estou surpreso!" As pessoas que são candidatas sabem disso.

Agora, essa discussão já foi travada. Não vejo nenhum problema em travar essa discussão, para a gente avançar. Eu só não acredito que a atual equipe econômica tenha interesse em renegociar. Isso já foi feito. No Governo Fernando Henrique, renegociou-se dívida com os Estados, reduziram-se os juros; no Governo do Presidente Lula, também foi feita a mesma coisa; no do Sarney, foi feita a mesma coisa.

O que acontece? O Rio Grande do Sul tem um problema atípico: é um dos poucos Estados que não reelege Governador. Então, é passado de um governo para outro. Eu sei das dificuldades do Rio Grande do Sul, tenho a obrigação de saber, e de todos os Estados brasileiros. Hoje o endividamento dos Estados com empréstimos que foram feitos é muito grande. Quando se fala em R$200 bilhões no Estado de São Paulo, se a gente pegar a arrecadação do Estado de São Paulo, comparada com a dos outros Estados, talvez não seja tão grande esse endividamento. É possível renegociar. Mas concordo com V. Exa. no sentido de que a gente tem que debater. Só não acho vantajoso colocar muita gente em um debate que nós não vamos ter. Então...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE. *Fora do microfone*.) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Tasso.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE. Pela ordem.) – Eu poderia fazer uma sugestão? São dois assuntos diferentes.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – Poderíamos dividir em pelo menos duas reuniões: uma audiência pública sobre a questão da Lei Kandir, que é um assunto muito específico e interessa acentuadamente a quatro ou cinco Estados; e outra reunião, outra audiência pública para discutir a questão das dívidas dos Estados, em que nós nos concentraríamos também nesses Estados que têm um problema de relação dívida-receita maior. Essa é a sugestão, se V. Exa. achar razoável.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O.k.!

Inclusive, para os colegas entenderem, já há decisões do Supremo Tribunal Federal, já há decisões do Tribunal de Contas da União, e o Congresso não regulamenta, o que cabe a nós. Então, vamos chamar esse assunto para nós. E esta é a Comissão, o fórum em que nós representamos os Estados para discutir. Isso pode ser feito, não há problema. Podemos discutir a Lei Kandir separadamente – são seis ou sete Estados que têm a Lei Kandir – e discutir a dívida dos Estados também. O.k.!

É o que eu coloquei e V. Exa. coloca: a dívida de São Paulo é a maior, mas o faturamento deles, a receita deles é bem maior do que a de qualquer Estado. Proporcionalmente, pode ser a dívida deles menor do que a de Rondônia, de Roraima, de qualquer Estado da Federação. Por isso, há o debate. E acho que é esta Casa que tem que trazer o debate, independentemente de ele ter sido feito com outros Governos.

Está chegando um Governo novo. O Paulo Guedes e o Ministro Onyx dizem: "Ah, vamos resolver no ano que vem." Mas o meu Estado não pode esperar o ano que vem, o Rio de Janeiro não pode esperar o ano que vem, bem como, seguramente, Minas Gerais ou qualquer Estado.

Então, acho que é o momento certo de nós começarmos a fazer essa discussão. Essa é a proposta.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só para se ter uma ideia – V. Exa. deve ter acompanhado –, os Governos brasileiros abriram crédito para os Estados, e houve Estado que pegou o recurso até para custeio. Veja bem, para custeio! Isso foi endividando o País, os Estados brasileiros, e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

agora a gente fica nessa situação. É lógico que quem herdou isso não tem culpa, mas tinha a obrigação de saber que estava herdando isso. Não dá para chegar lá, o cara se eleger Governador e dizer: "Ah, estou surpreendido!" Não, não está surpreso. Existe o debate, e ele tem a obrigação de ter conhecimento. Não é questão só do Rio Grande do Sul, não. É uma questão de...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – No nosso caso, nós somos conscientes. O Estado estava desse jeito, eu sei. Eu era candidato a Governador e sabia da dívida. E tem que atacar. E uma parte é aqui em Brasília que nós temos que resolver.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O que eu estou colocando, Senador, é que nós temos obrigação de tentar contribuir para o debate e achar uma solução para todos os Estados brasileiros. Só não podemos achar que as pessoas que se elegeram são coitadinhas: "Ah, eu me elegi e não sabia!" Volte para casa, peça para sair! A minha proposta...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO. *Fora do microfone*.) – Senador Omar...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, Kajuru!

Vamos aprovar com a condição de a gente fazer a metodologia dessa... Como é que a gente vai fazer isso? A gente senta e vai definir como é que a gente vai ouvir sobre Lei Kandir e ouvir sobre a questão do...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Acho que a proposta do Senador Jereissati é legal.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Presidente, eu acho que, sobre essa questão da audiência em relação à Lei Kandir, estão sendo definidos aqui alguns Estados apenas. Que a gente já pudesse até definir quais são esses Estados. Por exemplo, o nosso Estado deixa de arrecadar R$200 milhões com a Lei Kandir, tem prejuízos realmente exorbitantes. Eu não sei quais são os Estados especificamente, porque não se está dando uma definição em relação a quais seriam esses Estados. Então, já seria bom a gente fazer esse encaminhamento.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Eu já vejo...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Por exemplo, em relação à dívida, praticamente todos os Estados brasileiros têm problema em relação a dívidas grandes. Aí, ficaria, no meu entendimento, até difícil você fazer um recorte em relação a esses Estados, porque o impacto se dá praticamente sobre todos. Já em relação à Lei Kandir, você pode até fazer uma delimitação. Agora, sugiro que a gente já fizesse este encaminhamento de quais seriam esses Estados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Eu tenho e lhe passo. E passo para o Presidente da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Com a palavra o Senador Kajuru.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Presidente, V. Exa. foi muito feliz no que tange aos Governadores eleitos. É o caso do Governador do meu Estado de Goiás, que é meu amigo pessoal há 35 anos, Ronaldo Caiado, amigo de casa. Ele sabia que, do Governo Marconi Perillo, de 20 anos, ele iria receber uma herança maldita, desse maldito Marconi Perillo aliás. Agora, ele, quando entrou, viu que era muito pior. Aí ele não conseguiu pagar o mês de dezembro, teve que parcelar. E o Estado todo está revoltado com ele. Ele não pode sair de casa, porque o trabalhador e o servidor respondem o seguinte, Senador Cid Gomes, preparado como é em gestão pública: "Eu não trabalho parceladamente, cara pálida! Portanto, eu não aceito receber parceladamente." Então, é uma situação difícil.

O requerimento do Senador Heinze, eu li, acompanhei. A questão da agricultura, quanto à Lei Kandir, é uma prioridade nossa aqui, em pauta. Hoje – rapidamente, estou concluindo –, quanto à agricultura, eu, como jornalista, se for colocar uma manchete em jornal, vou dizer: "A agricultura vai bem, mas, para o agricultor, está péssimo!" Essa é a situação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Com a palavra o Senador Otto...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Senador Omar...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... que é meu Líder.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Senador Omar, quero desejar a V. Exa. que faça um bom trabalho, como fez o Senador Tasso Jereissati.

Tanto a Lei Kandir quanto à questão da dívida dos Estados... Há alguns Estados que não têm problema com a dívida. É o caso da Bahia, que tem a sexta ou a sétima economia do Brasil e tem um débito com a União de R$5 bilhões. Acho que outros Estados também estão na mesma situação, acho que o Estado do Ceará também está nessa situação. Nós não temos nenhum problema com a dívida, até porque a Lei de Responsabilidade Fiscal é do ano 2000, tem 18 anos, e o Estado da Bahia cumpriu fielmente, durante esses 18 anos, o ajuste fiscal. O nosso comprometimento com pessoal está em torno de 46%, e temos uma condição bem favorável, que já vem há 18 anos, com todos os Governadores cumprindo a Lei de Responsabilidade Fiscal. Então, não atinge a Bahia, tanto é que a Bahia não foi signatária dessa questão; quando houve aqui a PEC dos Gastos, o Governador não aceitou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No entanto, eu creio que os Estados, até por um... Não era para ser assim. Os Estados com maior arrecadação, com economias mais fortes, são os mais endividados. São Paulo, como falou o Senador Heinze, tem R$220 bilhões de dívida; Minas Gerais, acho, tem mais de R$89 bilhões. A capital do Estado de São Paulo tem R$80 bilhões de dívida, só a capital; é a segunda maior do Brasil, talvez. Então, não deveria ser assim, Estados mais ricos com maior endividamento.

Sem nenhuma dúvida, ao longo desses anos, sem citar nomes, houve o descumprimento flagrante da Lei de Responsabilidade Fiscal, com um gasto excessivo, com uma arrecadação que não correspondia aos gastos excessivos. Mas não é por isso que eu não concordo com que possa haver na CAE essa discussão sobre o endividamento e depois sobre a Lei Kandir. A Lei Kandir atinge a Bahia, e nós já lutamos há muito tempo por isto, para resolver essa questão, sem conseguir. No entanto, eu quero deixar bem claro que essa situação não se resolve só no Congresso Nacional, nem na Câmara, nem no Senado; ela se resolve se o Governo que está aí, que assumiu agora, tiver disposição, através do seu Ministro da Fazenda, para entender essa realidade, porque, se o Poder Executivo não concordar em fazê-lo, não haverá nenhuma solução para esse problema.

É importante, antes de qualquer coisa, trazer aqui, depois ou antes disso, o Ministro da Fazenda, o do Planejamento, os homens que são responsáveis pela economia, para saber se haverá disposição de flexibilizar o pagamento da dívida. Veja aí que o Rio Grande do Sul não teve condições de efetuar o pagamento; pagou pouco mais de R$40 bilhões, mas teria que pagar mais R$60 bilhões e está inadimplente em relação à dívida do Estado.

Portanto, é importante perguntar ao trazer aqui o Ministro: o Governo Federal, o Poder Executivo vai ter condição de negociar, vai ser sensível? Não o foram os Presidentes do passado, que não tiveram essa sensibilidade. É importante saber isso, porque só o Congresso Nacional não vai dar solução para o problema.

Eu quero indagar se o atual Presidente, Jair Bolsonaro, ou o Ministro da Fazenda, Paulo Guedes, vai ter essa sensibilidade de resolver o problema, que é um problema que, se não tiver solução, vai se agravar permanentemente até chegar a uma situação de mínima condição de administrar as coisas de interesse do Estado. Aí entra saúde pública de baixa qualidade, segurança pública e educação de baixa qualidade por falta de recursos, o que vai levar esses Estados, que são os mais fortes da Federação, a terem um problema muito grave no futuro.

Portanto, concordo com o Senador, mas é importante trazer aqui os homens que são responsáveis pela economia do Brasil hoje, para lhes perguntar: "Vocês vão querer negociar dentro de um padrão em que se possa pagar a dívida ou não?" Vamos fazer um esforço grande, vamos diagnosticar uma coisa de que nós já temos diagnóstico, como eu o tenho do meu Estado, e os Senadores de outros Estados também têm o diagnóstico tanto da Lei Kandir, como da renegociação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, se o Governo Federal ficar indiferente, vamos aqui gastar energia inutilmente, como já aconteceu em outras reuniões na Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O.k., Senador Otto, aqui...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senador Omar, por favor, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vou já...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Pela ordem.) – Eu queria apenas lembrar, agora que nós estamos aqui na visada, rapidamente, que temos outro requerimento também do Senador Rogério. Eu queria insistir para que a gente também o colocasse em apreciação. O.k.?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vou já colocar... Há três requerimentos: o do Senador Heinze, o da Senadora Daniella e o do Senador Rogério. Onde está o do Senador?

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeito, é o do Senador Rogério Carvalho.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ah sim! Peço só um minutinho.

Só para terem uma ideia, Senador Otto e demais Senadores – foram-me repassados alguns números pelo Senador Heinze –, há Estados que, pela arrecadação anual que eles têm, não teriam como ter essa dívida que têm hoje, quer dizer, lá atrás, abriu-se alguma coisa. São Paulo tem R$254 bilhões de dívida; Minas Gerais, R$98 bilhões; Rio de Janeiro, R$90 bilhões; Rio Grande do Sul, R$60 bilhões; Goiás, R$18 bilhões.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE. *Fora do microfone*.) – São R$19,6 bilhões.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É a dívida de Goiás.

O Ceará não deve nada, tem crédito.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE. *Fora do microfone*.) – O Ceará deve R$13,9 bilhões.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, aqui, quanto ao Ceará, constam R$6 bilhões.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE. *Fora do microfone*.) – São R$13,9 bilhões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Bem, a verdade é que, entre o que o Estado deve e o que ele está arrecadando hoje não sobra dinheiro para o custeio da educação, da saúde ou de programas sociais e muito menos para fazer novos investimentos. Esta é a grande realidade da maioria dos Estados brasileiros: não têm recursos porque estão pagando a folha e a dívida, só isso, não têm mais dinheiro para nada.

Vamos colocar aqui...

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – A diferença desses números aí é que o Senador Heinze está colocando a dívida com a União, e, a rigor, os Estados...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, há dívida com o Banco Mundial, há outras dívidas.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – Nesses dados aí, não. Pelo que estou entendendo, esses dados aí são limitados a dívidas com a União.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Os Estados todos pegaram recursos no BID, no Banco Interamericano...

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – Nesses dados aí, é com a União, nesses dados que V. Exa. colocou.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, a dívida é bem maior do que isso.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – É bem maior!

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – Presidente, posso fazer aqui uma...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – No caso da Bahia, a Bahia tem uma carteira de crédito com o Banco Mundial, com o BID, Banco Interamericano, e está propondo agora com o Banco Europeu, mas, quanto à Bahia, esses débitos com esses bancos estão fora desses débitos da Bahia aí.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Aqui constam R$10 bilhões de débito da Bahia.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Mas aí...

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE. *Fora do microfone*.) – São R$25 bilhões.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, está bem endividada a Bahia.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Não, não, mas não é da União. É carteira de...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – São R$10 bilhões de dívida com a União e mais R$15 bilhões com instituições...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, mas tem pagado.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Está pagando em dia, está pagando rigorosamente em dia.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu sei, eu sei.

Senador Tasso...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – É mais uma tentativa de sugestão.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Uma coisa é a dívida com a União, outra coisa é a dívida com os bancos.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – Nós temos aqui o ponto levantado pelo Senador Otto, que eu acho que é verdadeiro: antes de qualquer discussão, nós precisamos saber qual é a disposição do Governo Federal de enfrentar esses problemas, porque, sem essa disposição, não vamos a lugar algum.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Correto!

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – Como o Ministro Paulo Guedes nunca esteve nesta Comissão e está em início de mandato, como não conhecemos também o seu trabalho e suas propostas, não seria o caso de V. Exa. fazer uma primeira audiência pública com o Ministro Paulo Guedes, na qual nós trataríamos do seu plano econômico, em que nós tomaríamos, pela primeira vez, conhecimento dos seus projetos na economia e discutiríamos qual é a posição do Ministério da Fazenda em relação aos governos estaduais? Em seguida, nós chamaríamos os Governadores para outras audiências, dependendo do que ele dissesse aqui.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Presidente, inclusive, na mesma linha do Senador Tasso, nós estamos encaminhando um requerimento exatamente para essa audiência, para entendermos melhor essa economia, sobretudo pelo que temos visto.

A minha preocupação se dá especificamente com os Estados da Região Nordeste, com as populações minoritárias. O nível de desigualdade social no Brasil é gritante. Eu tenho alguns dados aqui: menos de 1% do PIB brasileiro é direcionado a uma parcela significativa da nossa população que vive em situação de miséria e que hoje é atendida, por exemplo, pelos programas sociais de transferência de renda. A gente está vendo uma agenda extremamente liberal. Precisamos entender

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

qual é verdadeiramente o olhar para essas populações minoritárias a partir da perspectiva da eficiência dessa economia.

Temos uma taxa de juros muito alta, comparativamente com a de países que estariam no mesmo nível que o nosso. Nós precisaríamos ter uma taxa menor. Estamos vivendo um momento de crise do ponto de vista da inflação, do ponto de vista do desemprego, e só quem sofre são as populações minoritárias, sobretudo, por exemplo, as do meu Estado do Maranhão e as dos demais Estados da Região Nordeste.

Vejo que é fundamental isso. Nesse sentido, Senador Tasso, nós também encaminhamos um requerimento, agora há pouco, para que tenhamos uma audiência com o Ministro, para entendermos melhor a sua economia, no meu entendimento muito mais para essas populações minoritárias.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Há vários requerimentos convidando o Ministro para vir aqui. Nós teremos agora, na terça-feira que vem, a sabatina. Depois, vem a semana do Carnaval, em que não vai haver... No dia 12 de março, será a próxima sessão. Vamos pegar todos os requerimentos em que os Senadores estão pedindo isso, convidando o Ministro. Vamos convidá-lo para estar aqui no dia 12. Nós não vamos convocá-lo, mas vamos convidá-lo.

Eu, pessoalmente, vou ligar e dizer: "Ministro, o senhor está convidado para estar, no dia 12, às 10h da manhã, na Comissão de Assuntos Econômicos." Só se ele tiver alguma coisa agendada, a gente marcará outra data.

Então, para aqueles que estão pedindo a vinda do Ministro aqui, digo que vamos acertar o dia 12 de março, terça-feira. Essa será a primeira data que teremos para ouvi-lo. Eu acho correto ouvi-lo primeiro.

Aí, Senador Luis Carlos, vamos ouvi-lo para saber se há uma perspectiva, porque, para se renegociar essa dívida, tem de haver vontade política, decisão política. Se não houver decisão política, tanto do Presidente quanto do Ministro da Economia, dificilmente vamos conseguir fazer algo aqui. Vamos debater, debater, mas não temos o poder da decisão. O poder da decisão não está aqui. Aqui, nós podemos encaminhar sugestões. O poder da decisão está na mão deles.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – V. Exa. vai submeter o requerimento à aprovação do Plenário agora?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Há vários requerimentos.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Mas digo desse requerimento do Senador Heinze especificamente, com o adendo do Senador Tasso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E há aqui também o requerimento da Senadora Daniella, que trata praticamente do mesmo assunto, como colocou a Senadora agora há pouco.

Ficariam contemplados os requerimentos que estão pedindo a vinda do Ministro, e nós faríamos uma metodologia depois para ouvir os Governadores, após ouvir o Ministro. Correto?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Perfeito, Presidente! Acho que essa é a ordem mais correta.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Com a palavra o Senador Wellington.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Sr. Presidente, eu sou o Relator na Comissão Especial do Congresso Nacional da regulamentação do Fundo de Compensação das Exportações, oriundo da Lei Kandir. Tivemos inúmeras audiências em Brasília, nesta Comissão, e inúmeras audiências no Ministério da Fazenda. É claro que houve uma decisão interposta por 13 Estados brasileiros no sentido da regulamentação do Fundo de Compensação. E houve uma decisão do Supremo Tribunal Federal dando prazo, que era, na verdade, outubro do ano passado, para que o Congresso Nacional resolvesse isso sob pena de sermos taxados de omissos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Até porque a Lei Kandir foi votada aqui, no Congresso.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Pois é, exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E o Governo não respeita a Lei Kandir. Ela só distribui esse valor de que o senhor disse a partir do momento em que há o superávit primário. Não é isso?

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Na verdade, eu sempre tenho dito que o Governo paga se quiser e se puder. Então, já houve anos em que não pagou, e é o caso do ano passado, em que não foi pago.

No Tribunal de Contas – nós tivemos inúmeras audiências com o Consefaz –, eles dizem que não é papel deles e que eles não têm condições de fazer esses cálculos. Essa é uma decisão realmente política na relação do Congresso, que tem que regulamentar junto com o Executivo.

Esse assunto agora está sendo bastante comentado e está na pauta da Câmara dos Deputados, porque nós já votamos aqui. Existe, inclusive, outra comissão especial da Câmara, mas, pelo fato de a nossa ser do Congresso, ela não precisa tramitar em comissão nenhuma mais. Votada no Plenário da Câmara, ela vem para o Plenário do Senado, e nós teríamos, então, com isso, uma decisão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, acontece que a Fazenda sempre é irredutível, totalmente irredutível! O único aspecto que eles aceitaram foi o de tornar obrigatório o FEX, e, hoje, como nós dissemos, o Governo paga se quiser e se puder.

Mas a situação dos Estados vem se agravando. Então, o Ministro Paulo...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mato Grosso...

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Wellington, só para eu ter conhecimento, Mato Grosso teria hoje qual direito de receber da Lei Kandir anualmente, por exemplo?

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Anualmente, hoje, Mato Grosso recebe por volta de R$500 milhões. Pelos nossos cálculos, seriam R$39 bilhões no total. Hoje, é de R$5 bilhões. O direito dos Estados, pelo que estão exportando atualmente, iria para R$39 bilhões. Então, em Mato Grosso, isso subiria para quase R$6 bilhões, iria de R$500 milhões para quase R$6 bilhões, porque Mato Grosso é o que mais recebe, pois é o que mais exporta também.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Mas existe hoje uma tese em que muitos, inclusive, estão querendo acabar com a Lei Kandir. Então, acabar com a Lei Kandir representa tirar qualquer estímulo às exportações de matérias-primas e de semielaborados.

Então, creio que não há como acabar com a Lei Kandir se não se fizer uma reforma tributária. Eu sou aqui, também, Relator do Projeto de Resolução nº 1, que trata da guerra fiscal. Esse projeto está tramitando aqui há 18 anos. É claro que um projeto desses, se não houver o interesse do Governo para sentar, para conversar e para analisar, não anda, com certeza.

Eu penso que, com relação à vinda do Ministro Paulo, a gente poderia aprovar o requerimento da forma que foi sugerido, para ele fazer uma explanação do que pensa. Mas, pelo menos em relação a essa questão da Lei Kandir, como ela é mais emergencial, que fosse colocada como item claro para se discutir também! Que ele trouxesse a posição ou o posicionamento deste Governo em relação à Lei Kandir! Penso que...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sr. Presidente, se nós pudéssemos já pedir essa súmula do Tribunal de Contas da União de que nós não temos mais o que receber, os Estados...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Posso falar?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Presidente, o que houve na verdade não foi uma súmula. O que houve foi uma manifestação do Presidente da Câmara e uma manifestação do Presidente do Tribunal de Contas, dizendo que, enquanto não se regulamentar, não há obrigação. E é verdade; é assim que está hoje.

Como eu sempre tenho dito, o Governo paga se quiser e se puder. Então, em alguns anos, atrasou; em outros anos, pagou. Inclusive, pagaram dois anos em um ano só. E o ano passado está em atraso; pode ser que neste ano eles paguem os dois anos. Mas o valor é ínfimo, pelo esforço que nós estamos fazendo.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – São mais ou menos 10% do que teria a receber.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – É menos, muito menos! É muito menos! O valor que ele está repassando hoje é de R$1,9 bilhão da Lei Kandir e de R$1,9 bilhão da compensação da Lei Kandir, ou seja, isso não dá nem R$5 bilhões. Mas, pelos cálculos, seriam R$39 bilhões.

Então, penso que seria extremamente importante a gente discutir isso aqui. Qual vai ser o viés? Vai ser o de derrubar a Lei Kandir? Então, para derrubar a Lei Kandir, vamos fazer uma reforma tributária! O foco do Governo hoje é a previdência. Então, vai colocar no segundo foco a reforma tributária? O.k., vamos discutir! Mas não dá para acabar com essa situação, como a do Estado do Rio Grande do Sul... Aliás, hoje, o Estado do Rio Grande do Sul é representado por dois Estados, porque o Mato Grosso também é Rio Grande do Sul, porque estão lá os sulistas. O parque industrial do Rio Grande do Sul está praticamente acéfalo. Por quê? Porque, quanto a esse instrumento da exportação, se não há uma compensação justa, o Estado perde muito. No Estado do Rio Grande do Sul, a situação é muito complexa também.

Mato Grosso tem uma vantagem: é um Estado em abertura. Mas também está sem recursos para infraestrutura, para o Governo atender as necessidades. No nosso Estado, são 900 mil quilômetros quadrados com uma população de menos de 3,5 milhões de habitantes, ou seja, a necessidade de investimento em infraestrutura é muito grande. E lá algumas estradas federais foram construídas com empréstimos do Governo do Estado. Inclusive, nós estávamos falando aqui do Roberto Campos Neto. Foi exatamente o Roberto Campos que, à época, foi eleito Senador de Mato Grosso e que conseguiu, com o projeto Cyborg, recursos internacionais, e, naquele momento, o Estado fez as estradas federais, mas não devolveu.

Então, o mais importante – esta é a nossa preocupação – é essa discussão, porque alguns Estados já estão taxando. Mato Grosso do Sul, Goiás, Mato Grosso estão taxando, e pelo menos 30% da produção têm de ficar no Estado. Mas, em um Estado como o Pará, que, basicamente, explora minério,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

como também em Minas Gerais, a condição é completamente diferente, porque é um produto só. E nós temos a produção agropecuária como um todo.

Então, penso que seria muito oportuno que nós conversássemos com ele, que ele viesse aqui para falar sobre isso.

Presidente, na audiência que tivemos na Comissão de Orçamento, ele manifestou que não tinha ainda nenhum posicionamento. Ele não tinha ainda nenhum posicionamento a esse respeito. Eu conversei com o Presidente do Banco Central que deverá ser sabatinado e que deverá assumir, pelo que observo em todos os pronunciamentos feitos aqui, e ele também manifesta que a política econômica não tem ainda uma definição, principalmente em relação ao FEX, que é o Fundo de Compensação das Exportações.

Por isso, é oportuno a gente aqui discutir a política macro do Governo e, especificamente, o que o Governo pensa em fazer a curto prazo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vamos colocar em votação os requerimentos.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – A sugestão que eu faço, Sr. Presidente, é a seguinte: votar da forma como se deu aqui, genérica, mas com uma observação sobre a Lei Kandir.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O.k.!

Vamos apreciar o requerimento do Senador Luis Carlos Heinze, que...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... trata de convidar o Ministro da Economia, o Chefe da Casa Civil da Presidência e os 27 Governadores de Estado para tratar sobre a Lei Kandir e sobre o endividamento dos Estados.

EXTRAPAUTA

ITEM 5

REQUERIMENTO Nº 2, de 2019

- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública, para debater o endividamento dos Estados brasileiros e os repasses da Lei Kandir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Luis Carlos Heinze

Relatório: pela aprovação.

Aqueles que o aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Da mesma forma, junto, aprova-se o da Senadora Eliziane e o do Senador Tasso Jereissati, que tratam mais ou menos do mesmo assunto.

EXTRAPAUTA

ITEM 8

REQUERIMENTO Nº 7, de 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58 da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o Senhor PAULO GUEDES, Ministro de Estado da Economia, para que apresente as diretrizes e os programas prioritários de sua pasta.

Autoria: Senadora Eliziane Gama

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT. *Fora do microfone*.) – Com a subscrição de todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É uma subscrição.

Aqui há um requerimento da Senadora Daniella, que pede: "Requeiro, nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Educação, Cultura e Esporte e a Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação, com o objetivo de instruir o PLC 142, de 2018, que institui a Política de Inovação Educação Conectada e altera a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000."

EXTRAPAUTA

ITEM 6

REQUERIMENTO Nº 3, de 2019

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer a realização de audiência, em conjunto com a Comissão de Educação, Cultura e Esporte - CE e a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação e Informática - CCT, com o objetivo de instruir o PLC 142/2018, que institui a Política de Inovação Educação Conectada e altera a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000.

Autoria: Senadora Daniella Ribeiro

Aqueles que o aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

E agora vamos apreciar o requerimento do Senador Rogério Carvalho, subscrito pelo Senador Jean Paul: "Requeiro, nos termos da Constituição Federal e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de debater a reforma bancária, abrangendo a necessidade de desconcentração, competição e inovação no sistema financeiro. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: Banco Central; Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor; Prof. Guilherme Santos Melo, da Unicamp; Sr. Paulo Nogueira Batista Júnior, Diretor-Executivo do FMI pelo Brasil."

EXTRAPAUTA

ITEM 7

REQUERIMENTO Nº 4, de 2019

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de debater a Reforma Bancária abrangendo a necessidade de desconcentração, competição e inovação no sistema financeiro.

Autoria: Senador Rogério Carvalho

Aqueles que o aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a nossa reunião, convocando os Srs. Senadores para a semana que vem, dia 26, às 10 horas, aqui.

Bom dia a todos!

(*Iniciada às 10 horas e 10 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 53 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 3ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE FEVEREIRO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e quatro minutos do dia vinte e seis de fevereiro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob as Presidências dos Senadores Omar Aziz, Plínio Valério e Marcelo Castro, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Mecias de Jesus, Fernando Bezerra Coelho, Confúcio Moura, Luiz do Carmo, Ciro Nogueira, Daniella Ribeiro, Tasso Jereissati, Styvenson Valentim, Flávio Bolsonaro, Lasier Martins, Oriovisto Guimarães, Major Olimpio, Jorge Kajuru, Veneziano Vital do Rêgo, Kátia Abreu, Randolfe Rodrigues, Alessandro Vieira, Leila Barros, Eliziane Gama, Jean Paul Prates, Rogério Carvalho, Paulo Paim, Otto Alencar, Angelo Coronel, Rodrigo Pacheco, Marcos Rogério, Wellington Fagundes, Zequinha Marinho, Jorginho Mello, Fabiano Contarato, Luis Carlos Heinze, Eduardo Gomes, Eduardo Girão, Marcos do Val e Paulo Rocha. Deixam de comparecer os Senadores José Serra, Rose de Freitas, Fernando Collor e Irajá. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência declara aberta a reunião e propõe a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 2ª Reunião, que é aprovada. A presidência então comunica que submeteu à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ a consulta nº 1/2017, de iniciativa desta comissão, acerca da constitucionalidade das proposições de iniciativa legislativa que tenham como objeto a criação ou instituição de fundos. Informa que a CCJ decidiu pela inconstitucionalidade, por vício de iniciativa, de quaisquer projetos de lei de autoria parlamentar que instituam fundos cujos recursos sejam geridos e empregados pelos órgãos dos poderes Executivo ou Judiciário, pelo Tribunal de Contas da União, pelo Ministério Público da União ou pela Defensoria Pública da União. A iniciativa legislativa para instituição de fundos orçamentários no âmbito da Câmara dos Deputados e do Senado Federal cabe aos membros ou comissões das respectivas das casas. Não há reserva de iniciativa às propostas de emendas constitucionais que instituam fundos orçamentários, podendo ser apresentadas pelos legitimados, previstos no art. 60, caput, da Constituição Federal, proposições que criem fundos no âmbito de qualquer dos poderes. Sendo assim, informa ainda, as matérias que tinham a tramitação suspensa até a referida manifestação voltam a tramitar neste momento, aguardam a designação de relatores, que terão tal entendimento da CCJ como escopo para a elaboração do relatório. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Mensagem (SF) nº 4, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US$ 73,300,000.00 (setenta e três milhões e trezentos mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Município de Fortaleza, no Estado da Ceará, e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Programa Fortaleza Cidade Sustentável"." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Plínio Valério. **Relatório:** Favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. **Resultado:** A comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto, nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado. Aprovada, também, a apresentação de requerimento de urgência para a matéria, apresentado pelo senador Tasso Jereissati (item 3). **ITEM 2 - Mensagem (SF) n° 8, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US$ 50.000.000.00 (cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Estado da Paraíba e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD (Banco Mundial), cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Programa Paraíba Rural Sustentável"." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Confúcio Moura (*Ad hoc*), substituiu Senador Rogério Carvalho. **Relatório:** Favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado, apresentado pelo senador Confúcio Moura. Fizeram uso da palavra os senadores Oriovisto Guimarães, Alvaro Dias, Veneziano Vital do Rego, Daniella Ribeiro e Tasso Jereissati. Após a leitura do relatório pelo senador Confúcio Moura, fez uso da palavra o senador Veneziano Vital do Rego. **Resultado:** A comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto, nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado. Aprovada, também, a apresentação de requerimento de urgência para a matéria, apresentado pelo senador Veneziano Vital do Rego (item 4). **ITEM EXTRAPAUTA 3 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 11, de 2019** que: "Nos termos regimentais, requeremos urgência para a Mensagem do Senado Federal nº 4 de 2019, que "Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US$ 73,300,000.00 (setenta e três milhões e trezentos mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Município de Fortaleza, no Estado da Ceará, e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Programa Fortaleza Cidade Sustentável"."." **Autoria:** . **Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº 11/2019 – CAE. **ITEM EXTRAPAUTA 4 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 12, de 2019** que: "Nos termos regimentais, requeremos urgência para a Mensagem do Senado Federal nº 8 de 2019, que "Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US$ 50.000.000.00 (cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Estado da Paraíba e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD (Banco Mundial), cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Programa Paraíba Rural Sustentável"."" **Autoria:** . **Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº 12/2019 – CAE. **2ª Parte - Indicação de autoridades**. **ITEM 1 - Mensagem (SF) n° 2, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 84, inciso XIV, combinado com o art. 52, inciso III, alínea d, da Constituição Federal, o nome do Senhor ROBERTO DE OLIVEIRA CAMPOS NETO, para exercer o cargo de Presidente do Banco Central do Brasil." **Autoria:** Presidência da República.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Eduardo Braga. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Após a realização da sabatina, a comissão aprova o nome do senhor Roberto de Oliveira Campos Neto, para exercer o cargo de presidente do Banco Central do Brasil, por 26 votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **ITEM 2 - Mensagem (SF) n° 5, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do o art. 84, inciso XIV, combinado com o art. 52, inciso III, alínea "d", da Constituição, o nome do Senhor BRUNO SERRA FERNANDES, para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Rodrigo Pacheco. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Após a realização da sabatina, a comissão aprova o nome do senhor Bruno Serra Fernandes, para exercer o cargo de diretor do Banco Central do Brasil, por 26 votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **ITEM 3 - Mensagem (SF) n° 7, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do o art. 84, inciso XIV, combinado com o art. 52, inciso III, alínea "d", da Constituição, o nome do Senhor JOÃO MANOEL PINHO DE MELLO, para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Wellington Fagundes. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Após a realização da sabatina, a comissão aprova o nome do senhor João Manoel Pinho de Mello, para exercer o cargo de diretor do Banco Central do Brasil, por 26 votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **ITEM 4 - Mensagem (SF) n° 6, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 6º da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, com redação dada pelo art. 1º, da Lei 10.411, de 26 de fevereiro de 2002, o nome da Senhora FLÁVIA MARTINS SANT´ANNA PERLINGEIRO para exercer o cargo de Diretora da Comissão de Valores Mobiliários – CVM." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Tasso Jereissati. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Após a realização da sabatina, a comissão aprova o nome da senhora Flávia Martins Sant'Anna Perlingeiro, para exercer o cargo de diretora da Comissão de Valores Mobiliarios, por 26 votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Durante a sabatina fazem uso da palavra os (as) Senadores (as) Eduardo Braga, Rodrigo Pacheco, Wellington Fagundes, Tasso Jereissati, Álvaro Dias, Luiz do Carmo, Styvenson Valentim, Ângelo Coronel, Otto Alencar, Jorge Kajuru, Plínio Valério, Rogério Carvalho, Major Olímpio, Mecias de Jesus, Fernando Bezerra Coelho, Flávio Bolsonaro, Kátia Abreu, Marcos Rogério, Jean Paul Prates e Marcelo Castro. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e dezenove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Omar Aziz

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/02/26

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Bom dia!

Declaro aberta a 3ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 2ª Reunião.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Na Legislatura passada, havia alguns projetos de criação de fundos se iniciando por esta Comissão. Foi feita uma consulta à Comissão de Constituição e Justiça acerca da constitucionalidade da iniciativa legislativa que tenha como objeto a criação ou a instituição de fundos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania decidiu pela inconstitucionalidade por vício de iniciativa de quaisquer projetos de lei de autoria parlamentar que instituam fundos cujos recursos sejam geridos e empregados pelos órgãos dos Poderes Executivo ou Judiciário, pelo Tribunal de Contas da União, pelo Ministério Público da União ou pela Defensoria Pública da União. A iniciativa legislativa para a instituição de fundos orçamentários no âmbito da Câmara dos Deputados e do Senado Federal cabe aos membros ou comissões das respectivas Casas. Não há reserva de iniciativa às propostas de emendas constitucionais que instituam fundos orçamentários, podendo ser apresentadas, pelos legitimados previstos no art. 60, *caput*, da Constituição Federal, proposições que criem fundos no âmbito de qualquer dos Poderes.

Sendo assim, as matérias que tinham a tramitação suspensa até a referida manifestação – ao todo, são seis projetos criando fundos aqui nesta Comissão – voltam a tramitar e, neste momento, aguardam a designação de relatores, que terão tal entendimento da CCJ como escopo para a elaboração do projeto.

Mensagem nº 4, de 2019.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 4, de 2019

- Não terminativo -

Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US$73,300,000.00 (setenta e três milhões e trezentos mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Município de Fortaleza, no Estado do Ceará, e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Programa Fortaleza Cidade Sustentável".

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Plínio Valério

Relatório: favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta.

Vou passar a palavra ao Relator, para que ele faça a leitura do seu relatório.

Eu queria aqui dizer às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores que, caso nós não aprovemos esses dois empréstimos, tanto o da cidade de Fortaleza como o da Paraíba, e não os votemos em plenário hoje, eles perderão esses empréstimos porque se expira no dia 20 de março a validade. E, quanto à

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tramitação, quem já procurou empréstimo sabe que não basta sair desta Comissão para ser resolvida no dia seguinte, no Governo, a assinatura final desse empréstimo.

Então, como se trata de duas localidades do Nordeste – o Estado da Paraíba e a cidade de Fortaleza –, eu pedi ao Senador Plínio e ao Senador... O Senador Confúcio vai relatar isso, porque parece que o Relator do caso da Paraíba não chegou a tempo.

Então, Senador Plínio, vamos votar, primeiro, o empréstimo da cidade de Fortaleza e depois vemos o da Paraíba. O.k.?

O Senador Plínio está com a palavra.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM. Para leitura de relatório.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu vou me permitir não ler o relatório de "a" a "z", posto que está publicado, todo mundo tem conhecimento, e hoje o dia aqui é muito cheio. Vou resumir naquilo que eu considero de mais importante.

Trata-se de parecer da Comissão de Assuntos Econômicos sobre a Mensagem nº 4, de 2019, do Presidente da República, que solicita autorização do Senado Federal para que seja contratada operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$73.300.000,00 (setenta e três milhões e trezentos mil dólares dos Estados Unidos da América), entre o Município de Fortaleza, no Estado do Ceará, e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do “Programa Fortaleza Cidade Sustentável”.

Eis o relatório, Presidente.

A Mensagem nº 4, de 2019, do Presidente da República, contém pleito para que seja autorizada operação de crédito externo, com garantia da União, do Município de Fortaleza, no Estado do Ceará, junto ao Bird.

O objetivo geral do Programa é promover a integração entre os ambientes natural e construído no Município de Fortaleza, de modo a impactar positivamente na saúde ambiental e na segurança da população. Para tanto, é prevista a execução de despesas ao longo de seis anos em dois componentes, “Recuperação do Ambiente Social, Urbano e Ambiental” e “Governança, Planejamento e Gestão Urbana e Ambiental”.

O primeiro componente se divide em três subcomponentes: “Águas da Cidade”, determinado à melhoria das condições sanitárias e da balneabilidade das praias de Fortaleza; “Rede de Sistema Naturais”, destinado à oferta de áreas de lazer para as áreas mais pobres no Município; e “Reciclando Atitudes”, ligado à ampliação da coleta seletiva de lixo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O programa em questão foi considerado como passível de obtenção de financiamento externo pela Comissão de Financiamentos Externos (Cofiex), na forma da Recomendação nº 03/0112, de 15 de dezembro de 2015, homologada pelo então Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão em 11 de fevereiro de 2016. A operação foi ainda credenciada no Banco Central do Brasil sob o Registro de Operações Financeiras em 6 de junho de 2017.

Análise.

O art. 52, inciso V, da Constituição Federal confere ao Senado Federal a competência para autorizar operações externas de natureza financeira de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Cabe também a esta Casa dispor sobre limites globais e condições para as operações de crédito externo dos entes da Federação, inclusive suas autarquias e entidades controladas, e para a concessão de garantia da União para as referidas operações.

Essas normas constam das Resoluções nºs 40 e 43, de 2001, e nº 48, de 2007, todas do Senado Federal.

Nesse sentido, a Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda presta as devidas informações sobre as finanças da União, na condição de garantidora da operação, bem como analisa as informações referentes ao mutuário.

A Copem declara que o Município de Fortaleza atende a regra de ouro das finanças públicas nos exercícios financeiros de 2017 e 2018.

Em relação a esse último aspecto, convém observar que a STN estipulou prazo de validade da verificação dos limites do art. 7º da RSF nº 43, de 2001, de 270 dias.

E aqui a única coisa a salientar, senhores e senhoras, é que, embora as decisões pretéritas da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) em questões de ordem não constituam automaticamente jurisprudência, é razoável seguir o encaminhamento proposto pela então Presidente desta Comissão, ex-Senadora Gleisi Hoffmann, durante a 9ª Reunião da CAE, em 12 de abril de 2016, quando da exposição das razões de indeferimento da questão de ordem formulada, em 5 de abril de 2016, pelo então Senador Ricardo Ferraço, relativo à conduta do Senado Federal diante de pareceres com análise vencida dos limites de endividamento.

À época, a Presidência da CAE declarou que, se, durante o exame de determinado pleito, a análise da STN estivesse vencida, o Senado Federal poderia discutir e votar a matéria normalmente, pois as resoluções do Senado Federal acerca de operações de crédito têm caráter tão somente autorizativo, não impondo ao mutuário a obrigação de contratar. Neste ponto pairava, até então, Sr. Presidente, na Legislatura passada, alguma dúvida que já não há mais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em prosseguimento à análise, ainda de acordo com a Copem, existe declaração do Chefe do Poder Executivo do Município de Fortaleza, no Sistema de Análise de Dívida Pública, Operações de Crédito e Garantias da União, Estados e Municípios, comprovando que o programa está incluído no Plano Plurianual para o quadriênio 2018-2021.

Em relação à adimplência, a Copem afirma que o Município de Fortaleza está adimplente com os financiamentos e refinanciamentos concedidos pela União ou garantias por ela honradas, além de entender que a verificação da adimplência do ente relativamente ao pagamento de precatórios deverá ocorrer no momento da assinatura do contrato de garantia.

A Copem revela ainda que a União apresenta margem para a concessão da garantia pleiteada.

Ademais, a Copei cita o memorando emitido pela Coordenação-Geral de Operações da Dívida Pública atestando e confirmando tudo o que a lei exige. Esse documento demonstra que o custo efetivo da operação, flutuante conforme a variação da taxa de seis meses para o dólar dos Estados Unidos da América, mais a margem variável definida pelo banco, está situado em 4,1% ao ano para uma duração de 14,07 anos.

Em resposta à garantia a ser concedida pela União, o Município de Fortaleza oferecerá contragarantias sob a forma de vinculação da parcela municipal da arrecadação com impostos federais, conforme previsto nos arts. 158 e 159 da Constituição Federal.

A seu tempo, por meio da Nota Técnica SEI nº 21, de 5 de março de 2018, a Coordenação-Geral das Relações e Análise Financeira dos Estados e Municípios expõe que a classificação final da capacidade de pagamento do Município de Fortaleza é "A", de modo que a operação de crédito pleiteada atendeu a um dos requisitos para a sua elegibilidade à concessão de garantia da União.

Por sua vez, a Coordenação-Geral de Operações Financeiras Externas da União (COF) da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), por intermédio do Parecer SEI nº 45, de 18 de maio de 2018, frisa que as minutas contratuais não contêm disposição de natureza política, atentatória à soberania nacional e à ordem pública, contrária à Constituição e às leis do País.

Enfim, tentando resumir, tanto a STN como a PGFN não apresentam óbices para a autorização do presente pleito, que se encontra de acordo com o que preceitua a legislação vigente.

Voto.

Ante o exposto, apresentamos voto favorável à autorização pleiteada na Mensagem nº 4, de 2019, nos termos do seguinte projeto de resolução, Sr. Presidente – não vou ler os artigos, só a ementa:

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº , DE 2019

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoriza o Município de Fortaleza, situado no Estado do Ceará, a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), no valor de até US$73.300.000,00 (setenta e três milhões e trezentos mil dólares dos Estados Unidos da América).

Aí vêm os artigos e parágrafos que legalizam e tornam possível que Fortaleza possa fazer esse empréstimo.

Diante do exposto, lido o relatório, peço a compreensão dos membros da CAE.

Foi o máximo que eu pude fazer, Presidente, resumindo, para não tomar tanto tempo assim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador Plínio.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queria discutir a matéria, encerro a discussão.

Em votação o relatório do Senador Plínio Valério.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

O Senador Tasso Jereissati tinha pedido a palavra.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – Senador Omar Aziz, ao pedir que seja requerida urgência na tramitação desse projeto, pelos motivos que V. Exa. já nomeou, eu queria agradecer também, em nome da cidade de Fortaleza, a presteza com que V. Exa. encaminhou esse projeto, sabedor das dificuldades e dos prazos que nós estávamos enfrentando. Fortaleza agradece a sua presteza e a sua eficiência em colocar esse projeto em votação.

Ao mesmo tempo, quero agradecer o relatório do Senador Plínio Valério, que, com a mesma presteza e eficiência, fez esse relatório, dando à cidade de Fortaleza esses recursos tão necessários para a sua população.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vou colocar em discussão o requerimento feito pelo Senador Tasso, para que seja votado em urgência ainda hoje, em Plenário.

EXTRAPAUTA

ITEM 3

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO Nº 11, de 2019

- Não terminativo -

Nos termos regimentais, requeremos urgência para a Mensagem do Senado Federal nº 4 de 2019, que "propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US$73,300,000.00 (setenta e três milhões e trezentos mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Município de Fortaleza, no Estado da Ceará, e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do 'Programa Fortaleza Cidade Sustentável'".

Autoria: Senador Tasso Jereissati

Em votação. (*Pausa.*)

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento de urgência do Senador Tasso Jereissati.

Que a cidade de Fortaleza possa fazer bom uso desses recursos! Nós sabemos das dificuldades em que as cidades e os Estados se encontram. Esses recursos que são captados do Banco Interamericano são recursos subsidiados, são recursos com os juros baixos, quer dizer, é possível se fazer um bom trabalho, e vários Estados já fizeram isso.

Vamos ao segundo empréstimo. O Relator seria o Senador Rogério Carvalho, mas o nosso querido amigo do Estado de Rondônia, Senador e ex-Governador Confúcio Moura será o Relator *ad hoc* e fará a leitura do relatório.

Terá a palavra o Senador Confúcio para fazer a leitura do relatório do empréstimo.

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 8, de 2019

- Não terminativo -

Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US$50.000.000.00 (cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estado da Paraíba e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD (Banco Mundial), cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Programa Paraíba Rural Sustentável".

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Confúcio Moura

Relatório: não apresentado.

O Senador Rogério Carvalho foi o Relator, mas o Senador Confúcio Moura...

Pois não, Senador.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, antes da leitura do relatório, eu gostaria de chamar a atenção, talvez, se o Sr. Presidente concordasse, para que nós suspendêssemos a análise desse pedido, uma vez que ele chega até nós por força de decisão judicial ainda em forma de liminar, e não por força de uma decisão definitiva, podendo ser alterado no próprio Supremo.

O Estado da Paraíba buscou essa decisão judicial para superar um óbice que, a meu ver, é muito sério, uma vez que o Estado não vem cumprindo a Lei de Responsabilidade Fiscal e, no que diz respeito ao Poder Executivo, está com 51% de gastos. Ainda hoje, o jornal *Valor Econômico* traz uma reportagem que diz que, de acordo com o Tesouro, a Paraíba já estourou o teto em quadrimestres anteriores e tem só mais quatro meses para se ajustar e não receber sanções.

Eu quero lembrar que esta mesma CAE, por autoria até do Senador Tasso Jereissati, em casos anteriores em que o processo chegou até nós por decisão provisória judicial, suspendeu esses processos e tentou modificar o próprio Regimento, para que esses processos não fossem apreciados. Infelizmente, isso foi para a Comissão de Constituição e Justiça, ainda não foi alterado. Então, o fato se repete. Mas me parece grave quando um Estado não cumpre a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Eu quero dizer que, se fosse o Estado do Paraná, se fosse o meu Estado, a minha posição seria a mesma. Não tenho nada contra o Estado da Paraíba. Eu adoraria poder aprovar, como adorei poder votar a favor de um empréstimo para Fortaleza. Sei que esses empréstimos são importantes, sei que esses empréstimos ajudam o povo daquele Estado, sei o quanto de trabalho tiveram para chegar até aqui, mas devo levantar essa questão porque nós precisamos ter uma norma. Haverá outros processos de outros Estados em situações idênticas. Se, de repente, o Senado aprova uma Lei de Responsabilidade Fiscal que não é cumprida e se nós, por decisão provisória da Justiça, resolvemos ignorar a lei, que não é cumprida, como ficam as coisas?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, isso me preocupa muito. Eu pediria a análise e o pensamento dos meus pares, porque nós não estamos votando apenas o caso da Paraíba, nós estamos estabelecendo uma norma que deveremos seguir em outros casos idênticos.

Era o que eu tinha a observar, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É só um minutinho.

Senador Oriovisto, existe uma liminar. Eu, como Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, na minha vida toda, sempre cumpri decisão judicial.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Perfeito!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A decisão judicial é discutida no âmbito da Justiça. Eu posso até discordar dela, mas eu a cumpro. Já as cumpri como Governador, como Vice-Prefeito, como Secretário de Segurança, como Secretário de Obras, cargos que exerci na minha vida toda. Mas decisão judicial é decisão judicial. Se a gente não concordar com ela, a gente recorre da decisão judicial. Esse é o primeiro ponto.

Segundo ponto: o Senador Tasso realmente tem uma resolução que ainda está na Comissão de Constituição e Justiça. Mas, no ano passado, como membro desta Comissão, aprovamos dois projetos com liminares, dois empréstimos com liminares. Por isso, sei da sua preocupação, que não diverge da minha preocupação em colocarmos recursos em Estados que, amanhã ou depois, não terão capacidade para fazer o pagamento ou prejudicarão outros serviços do Estado. Mas eu não estou aqui para discutir decisão judicial; estou aqui para cumpri-la. Por isso, infelizmente, não vou poder atender a sua questão de ordem, mas podemos nós, como Senadores, pedir à Comissão de Constituição e Justiça que a resolução apresentada pelo Senador Tasso Jereissati seja aprovada aqui, para que, quando houver uma decisão judicial cujo mérito não tenha sido discutido nem decidido, nós nem possamos iniciar a discussão em relação a isso.

Quando isso é encaminhado para cá, a CGU analisa, todos do Governo Federal analisam. Não chega essa decisão aqui diretamente do Governo da Paraíba ou de qualquer Governo. Isso passa pelos trâmites do Governo Federal, até porque quem é o avalista final do empréstimo é o Governo Federal, não é só o Estado da Paraíba. Então, existe todo um processo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu sei da sua preocupação, que é a preocupação de todos os pares. Até os Senadores da Paraíba estão preocupados com essa questão. Qual é o interesse deles em colocar o Estado numa situação de endividamento em que o Estado não possa pagar?

Mas não posso atender ao seu questionamento – e peço desculpas a V. Exa. – por essa questão, por princípios. Eu discordo de muitas decisões que a Justiça toma, mas cumpro as decisões judiciais. Se há uma decisão aqui, uma liminar, eu a cumprirei.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB) – Sr. Presidente...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Com a palavra o Senador Alvaro Dias.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ah, sim, desculpa!

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu gostaria de acatar a decisão de V. Exa., mas sem prejuízo de registrar a relevância da intervenção do Senador Oriovisto. Não é a primeira vez em que se discute esse tema aqui no Senado Federal.

O cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal tem sido empurrado para as calendas. O Conselho de Gestão Fiscal, instituído na Lei de Responsabilidade Fiscal, não foi até hoje constituído. Nós convalidamos aqui iniciativas do Executivo em relação a endividamento dos entes federativos sem a análise técnica de profundidade que se exige especialmente no respeito à legislação vigente, sobretudo à Lei de Responsabilidade Fiscal. Com isso, nós nos tornamos cúmplices desse endividamento irresponsável do País. As operações compromissadas que são hoje utilizadas para a rolagem da dívida pública chegam a R$1,1 trilhão, o que é correspondente a 16% do Produto Interno Bruto, quando, em 2006, correspondiam apenas a 2,3%.

Portanto, esse endividamento está levando o País à bancarrota. Nós estamos quebrando o País e abastecendo, por consequência, o caixa das instituições financeiras privadas, que se valem da rolagem dos títulos públicos para aumentar lucros estratosféricos.

Mas é fundamental dizer que de nada adianta fazer uma reforma da previdência como milagre próximo. A reforma da previdência hoje é cantada em prosa e verso como o próximo milagre, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

salvação da lavoura, a solução de todos os problemas do País. De nada adianta uma reforma da previdência se nós não cuidarmos do endividamento. O País se endivida de forma assombrosa. Não há nada no cenário internacional que possa ser comparado ao que ocorre no Brasil, sobretudo o impacto da dívida pública na economia nacional, o custo dessa dívida. Fala-se de uma reforma da previdência que vai economizar R$1 trilhão em dez anos, mas só o pagamento de juros da dívida pública consumirá, em dois anos e meio, essa economia de mais de R$1 trilhão com a reforma da previdência, que sacrificará, inclusive, direitos adquiridos.

Portanto, Sr. Presidente, é relevante a questão de ordem do Senador Oriovisto. Nós nos quedamos à decisão porque já há jurisprudência firmada nesta Comissão, há precedentes estabelecidos, mas nós precisamos mudar isso, nós precisamos mudar essa jurisprudência, nós precisamos acabar com esses precedentes e temos que iniciar um novo tempo aqui também no Senado Federal para mudar este País para melhor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Com a palavra o Senador Veneziano e, depois, a Senadora Daniella.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB) – Eu gostaria de fazer...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho!

Senador Alvaro, eu acho que é unânime a gente concordar com o Senador Oriovisto, que falou há pouco. Só que eu estou cumprindo a lei. Vou cumprir a lei aqui, independentemente da questão política.

Mas eu acho que nós temos um modo para acabar com isso, é só votar o projeto do Senador Tasso Jereissati na CCJ. Aprovaremos e acabaremos com esse problema.

Com a palavra o Senador...

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB) – Sr. Presidente, eu me comprometo com V. Exa. e com todos os demais companheiros, até porque temos uma agenda longa a cumprir no dia de hoje, a não fazer discursos e fugir do tema central. Eu não haveria de impingir aos demais companheiros esse tipo de atitude.

E digo mais a V. Exa., primeiro registrando a sensibilidade que V. Exa. teve desde a semana passada, quando nos recebeu, quando recebeu o chefe do Executivo estadual, quando atendeu também a uma sugestão para se acostar a esta sessão extraordinária, ao lado do pleito autorizativo para a cidade capital do Ceará, Fortaleza. Eu quero primeiro agradecer a V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E digo mais: quanto às preocupações que foram expostas, Sr. Presidente, eu não me coloco como integrante dessa unanimidade. Bastaria que nós pudéssemos ter tido o cuidado para ouvir o denso relatório que foi feito pelo Senador Rogério Carvalho, que vai ser lido pelo Senador Confúcio Moura, para não se colocar absolutamente dúvida alguma, mínima que fosse, em relação à capacidade que o Estado da Paraíba tem de poder contrair.

Pergunto a V. Exa., que já respondeu indeferindo a questão de ordem – e eu gostaria muito de crer que a inquietude só se reserve às questões técnicas: quem mais poderia fazê-lo senão aquele que está se apresentando como garantidor, Presidente? Quem mais poderia fazê-lo senão a STN? Eu já fui chefe de Executivo e sei muito bem quão duros e quão exigentes e criteriosos são os integrantes da Secretaria do Tesouro Nacional.

Então, a V. Exa. faço o pedido para que nós possamos ler o relatório. E há demonstração no relatório, repito, denso e incontroverso, da capacidade de um Estado que, durante oito anos, cumpriu rigorosamente os seus deveres, está com a nota "B", colocou-se como o primeiro Estado do Nordeste com melhor competitividade e o décimo entre todas as unidades da Federação. Seria, de fato, uma agressão ao Estado da Paraíba e aos paraibanos desconhecer esse direito. Há dois anos, nós temos lutado e, quando se chega à constatação... E o próprio Governo Federal – reservo-me aqui a fazer justiça –, identificando isso por força do amplo estudo técnico da PGR e também da Secretaria do Tesouro Nacional, levou o encaminhamento ao Senado Federal.

Portanto, primeiro, o meu reconhecimento à sua sensibilidade. E o pedido que faço é à compreensão e igual sensibilidade dos demais companheiros, para que nós votemos esse justo pleito do Estado da Paraíba e dos paraibanos.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Com a palavra a Senadora Daniella, por favor.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB. Pela ordem.) – Sr. Presidente, colegas Senadores e Senadoras, eu me sinto, como paraibana, ainda mais tranquila, porque, além disso, sou oposição ao Governador do Estado. É importante que eu faça esta fala, até porque tive os cuidados que são necessários, não só por questões da Paraíba, mas do País como um todo. E, assim como os colegas, aqui agradeço. Tenho a certeza de que, como V. Exa. colocou muito bem, para chegar até aqui, a matéria teve que passar por todos os trâmites e estar de acordo com aquilo que a lei defende, prescreve ou escreve.

É importante dizer que, já no relatório, como bem colocou o meu colega Senador Veneziano, o Estado já apresenta classificação final de capacidade de pagamento "B". Então, ele atende às normas que são prescritas e que são necessárias para que a gente possa aprovar. No mais, há o meu compromisso e o compromisso de cada um de nós de fiscalização daquilo que vai ser feito, realizado,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que se propõe através da justificativa para o pedido desse empréstimo, que tem que ter a autorização do Senado Federal.

Fiz questão de fazer esta fala, mesmo como oposição, mas em defesa do povo do meu Estado, vendo que o Estado da Paraíba tem condições, sim, de pagamento e de endividamento de fato por tudo aquilo que foi posto – e o próprio relatório vai mostrar isso a cada um de nós. Eu não poderia deixar de fazer este registro, defendendo isso, assim como defenderia qualquer outro Estado nas mesmas condições.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Com a palavra o Senador Confúcio para fazer a leitura do relatório do empréstimo.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE. *Fora do microfone*.) – Sr. Presidente, por favor...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador Tasso.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE. Pela ordem.) – Já que foi citada uma decisão nossa, de quando nós estávamos da Presidência da CAE, eu queria esclarecer o seguinte: foi uma decisão tomada por este Plenário, da qual V. Exa. participou, de que, aberto o precedente, nós iríamos, ora em diante, apenas colocar em votação aqueles projetos que fossem aprovados sem liminar ou até que o mérito fosse julgado.

O grande problema, Senador Omar Aziz, é que nós estamos indo... Eu esclareço logo aqui, porque estou vendo o Senador Veneziano olhando com uma cara feia para mim, que eu não vou votar contra em função de todas as coisas colocadas.

Acho que é a primeira votação que tem esse caso na sua gestão, mas nós estávamos com um processo de judicialização em que as liminares estavam proliferando – e elas estão proliferando –, não valendo mais os conceitos técnicos da Secretaria do Tesouro Nacional.

Então, como precaução, entendendo a posição de V. Exa., eu gostaria de ressalvar que a colocação feita pelo Senador Oriovisto foi bastante oportuna e relevante, para que, doravante, de agora em diante, nós tenhamos uma regra em relação a esses empréstimos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Tem a palavra o Senador Confúcio.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Para leitura de relatório.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, o Exmo. Senador Rogério Carvalho, Relator

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desse procedimento, por impedimento pessoal, com outros compromissos já assumidos, pediu-me que eu aqui fizesse a leitura e a defesa do seu relatório.

Como esse relatório tem 14 páginas e como todos tiveram acesso a ele anteriormente – prova disso é que o Senador Oriovisto fez suas observações, estudando o relatório previamente –, para não me delongar muito, eu vou fazer uma leitura resumida.

O projeto autoriza a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US$50 milhões, entre o Estado da Paraíba e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do Projeto Paraíba Rural Sustentável, que tem como finalidade beneficiar comunidades rurais com investimentos em abastecimento de água entre outras áreas.

E, assim, no transcurso do relatório, o Senador Rogério explica: fundamentada nos parâmetros que ela utiliza para avaliar o risco de a União conceder a garantia solicitada, a STN entendeu que o Estado da Paraíba apresenta suficiência de contragarantias oferecidas e capacidade de pagamento para fazer frente a esse acréscimo de endividamento.

Assim, embasada em estudo sobre o comprometimento das transferências federais e das receitas próprias do Estado, afirma que há disponibilidades financeiras para a cobertura das obrigações advindas do empréstimo, pois as margens disponíveis apuradas são suficientes para cobrir eventual dívida que venha a ser honrada pela União, conforme consignado no Memorando SEI nº 80, de 27 de novembro de 2018.

As leis estaduais também foram aprovadas, por fim, em 2018.

Salto para o voto.

Voto.

Em conclusão, a operação de crédito em exame atende as exigências previstas nos arts. 6º, 7º e 21 da Resolução nº 43, de 2001, observando, assim, os limites de endividamento nela estabelecidos, assim como o previsto na Resolução nº 40, de 2001, também do Senado Federal.

Ele expõe o seu projeto de resolução esboçado na forma regimental e conclui pela aprovação do empréstimo.

É esse o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em discussão. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra o Senador Veneziano.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB. Para discutir.) – Sr. Presidente, só quero fazer dois registros – e V. Exa. há de compreender, de entender e de me perdoar – daquilo que mais toca a profundidade e a condição de paraibano.

Existem dois parágrafos, além da leitura que se permitiu fazer o nosso ex-Governador, Senador Confúcio Moura, de forma muito sensível, por força da ausência do Senador Rogério Carvalho, que dizem o seguinte, Sr. Presidente, até para que nenhum companheiro ou companheira possa seguir simplesmente porque há um sentimento majoritário, mas ter a plena compreensão de que não se está fazendo um favor ao Estado da Paraíba, mas se está reconhecendo a condição da Paraíba, um Estado com limites territoriais visíveis e constatáveis, com limitações econômicas, mas que, durante esses oito anos, trabalhou para chegar a essa condição. Diz-se o seguinte:

> Mais ainda, de acordo com a Coordenação-Geral das Relações e Análise Financeira dos Estados e Municípios – Corem, da STN, em sua Nota Técnica SEI nº 119, de 30 de outubro de 2018, os resultados financeiros obtidos no estudo demonstram que o Estado apresenta classificação final da capacidade de pagamento "B". Ficam atendidos, assim, os requisitos que tornam a operação pretendida elegível para recebimento de garantia da União, nos termos definidos na Portaria do Ministério da Fazenda nº 501, de 2017 [Sr. Presidente]. Note que, como enfatizado no relatório, a operação de crédito pleiteada apresenta custo efetivo favorável [Senador Eduardo Braga].
> Por fim, quanto às exigências de adimplência, fica destacado no processado que o Estado da Paraíba não possui pendências com a União relativamente aos financiamentos e refinanciamentos dela recebidos. Quanto à verificação de sua adimplência financeira [Senador Kajuru] em relação à Administração Pública Federal e suas entidades controladas, inclusive sobre a prestação de contas dos recursos dela recebidos, nos termos da Resolução nº 41, de 2009, do Senado Federal, deverá ela ser verificada por ocasião da assinatura do contrato de garantia.

Então, Sr. Presidente, eu peço, renovando e reiterando o agradecimento a V. Exa. e a sua sensibilidade, para que nós todos acostemos em torno de um propósito que é plenamente defensável: o de a Paraíba contrair, como garantista havendo o Governo Federal, esses valores de US$50 milhões, que servirão para a continuidade de um projeto importantíssimo, principalmente para o Semiárido do nosso Estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em votação o relatório do Senador Rogério Carvalho, relatado *ad hoc* pelo Senador e ex-Governador Confúcio Moura.

As Senadoras e os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB) – Sr. Presidente, se V. Exa. me permitir, valendo-me do pedido que também foi feito pelo Senador Tasso Jereissati no tocante à autorização deste Colegiado para o empréstimo ao Município de Fortaleza, capital do Estado do Ceará, eu pediria a V. Exa. para, em regime de urgência, transferir ao Plenário a decisão final sobre esse nosso pleito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vou colocar em votação o requerimento de urgência proposto pelo Senador.

EXTRAPAUTA

ITEM 4

REQUERIMENTO Nº 12, de 2019

- Não terminativo -

Nos termos regimentais, requeremos urgência para a Mensagem do Senado Federal nº 8 de 2019, que "Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US$ 50.000.000.00 (cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Estado da Paraíba e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD (Banco Mundial), cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Programa Paraíba Rural Sustentável"."

Autoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo

Em votação.

As Senadoras e os Senadores que concordam com o requerimento do Senador Veneziano permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovada a apresentação de requerimento de urgência para a matéria, que será encaminhada ao Plenário ainda hoje para ser votada.

Pedindo desculpa ao Senador Oriovasto...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – Oriovisto.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Oriovisto – desculpa! –, concordo com a sua tese em gênero, número e grau. Nós temos que fazer uma mudança nisso, mas eu não vou discordar de uma liminar aqui.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – Sr. Presidente, as suas explicações foram convincentes, como também as explicações dos colegas. Não era nada tão específico...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não é nada demais, é verdade. Não é nada demais!

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – Não é nada demais.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não é nada pessoal.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – É uma questão formal, porque eu tenho um grande amor pela Lei de Responsabilidade Fiscal e acho que o Brasil precisa cumprir essa lei, não só o Estado da Paraíba, mas todos os Estados. Eu tenho a intenção, inclusive, de apresentar algumas propostas de lei com base nisso, mas é coisa para o futuro. Não é nada contra a Paraíba, e sei que o dinheiro vai ser bem usado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado.

Agora vamos à sabatina do Presidente do Banco Central, dos dois Diretores e da Diretora da CVM.

Eu quero convidar o Sr. Roberto de Oliveira Campos Neto, o Sr. Bruno Serra Fernandes, o Sr. Manoel Pinho de Mello e a Sra. Flávia Martins Sant'Anna Perlingeiro para que possam tomar assento à mesa. (*Pausa.*)

Srs. Senadores e Sras. Senadoras, nós passaremos a palavra ao Sr. Roberto de Oliveira Campos Neto, para que ele possa fazer uma breve exposição do que ele pretende fazer à frente do Banco Central.

Logo após a breve exposição de todos os membros que estão à mesa, nós passaremos a palavra aos Relatores, para que façam as devidas perguntas a eles.

Depois, nós vamos estabelecer uma regra aqui em que nós ouviremos quatro Senadores.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Os sabatinados responderão aos quatro Senadores, e assim por diante, porque já estão inscritos 21 Senadores.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – A ponderação é a de que fossem ouvidos de cinco em cinco, porque são 21 Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sem problema, podem ser cinco Senadores. As perguntas se repetirão, às vezes, e vamos evitar fazer perguntas repetitivas aqui. Isso é normal numa sabatina como essa.

O Sr. Roberto de Oliveira Campos Neto está com a palavra.

O SR. ROBERTO DE OLIVEIRA CAMPOS NETO (Para exposição de convidado.) – Muito obrigado, Presidente.

Bom dia a todos!

Exmo. Senador Omar Aziz, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos; Exmo. Sr. Senador Plínio Valério, Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos; Exmo. Sr. Eduardo Braga, Relator do processo que trata da indicação de meu nome ao cargo de Presidente do Banco Central do Brasil; Exmas. Sras. Senadoras; Exmos. Srs. Senadores; demais autoridades presentes; representantes da imprensa e aqueles que nos assistem pela TV Senado; senhoras e senhores presentes, muito bom dia!

É com enorme honra e satisfação que compareço a esta Comissão na condição de indicado ao cargo de Presidente do Banco Central do Brasil.

Agradeço ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, pela honra concedida ao indicar meu nome à apreciação desta Casa e pela confiança em mim depositada, por intermédio de S. Exa. o Sr. Ministro da Economia, Paulo Guedes, para desempenhar missão tão relevante.

Esta arguição pública é uma importante amostra da governança do arcabouço institucional de nossa República, que, conforme nossa Constituição Federal, estabelece que os membros da diretoria colegiada do Banco Central sejam indicados pelo Poder Executivo e aprovados pelo Legislativo.

Permitam-me, inicialmente, falar um pouco sobre minha trajetória.

Meus estudos formais em Economia têm sido complementados por uma rica experiência prática. Tenho ampla e diversificada experiência profissional, atuei em diferentes instituições financeiras e fui responsável por tesourarias no Brasil e no exterior, tratando de temas relativos aos setores público e privado, bem como de temas diretamente ligados à atuação do Banco Central.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ao longo dos últimos anos, tenho estudado e me dedicado intensamente ao desenho de como será o sistema financeiro do futuro e o papel da evolução tecnológica nesse cenário. Pretendo levar a minha experiência e a minha perspectiva sobre esse assunto para o Banco Central, caso esta Casa me conceda a honra de servir como Presidente daquela autarquia.

Além disso, por ter atuado em diversos países, pude acompanhar de perto a história recente da modernização das políticas econômicas na América Latina e interagir com seus formuladores.

Também participei da criação de grandes tesourarias internacionais na América Latina com foco em clientes estrangeiros. Graças a essa experiência, acumulei vasto conhecimento do segmento de fluxo de investimento internacional, o que espero utilizar em prol do desenvolvimento do País, por meio da promoção do investimento privado, seja ele de origem nacional ou estrangeira.

Tendo em vista a minha atuação ao longo das últimas décadas, que me permitiu acumular os conhecimentos e experiências necessários para fazer parte do grande desafio que o Brasil precisa enfrentar, estou convicto de que posso contribuir para o desenho de um País melhor no desempenho do cargo de Presidente do Banco Central do Brasil.

Exmas. Sras. Senadoras, Exmos. Srs. Senadores, à frente do Banco Central manterei seu trabalho incansável na busca do cumprimento de sua missão de assegurar a estabilidade do poder de compra da moeda, entendida como cumprimento da meta para a inflação definida pelo Conselho Monetário Nacional, e de assegurar um sistema financeiro sólido e eficiente.

O período recente foi repleto de desafios. Após o período de alta no preço de *commodities* que beneficiou a economia brasileira ao longo dos anos 2000, o País sofreu um grande revés. Políticas econômicas excessivamente intervencionistas levaram ao aumento da inflação e a uma recessão profunda com grave piora nas contas públicas.

O ano de 2015 se encerrou com a inflação em quase 11% e sem perspectivas sólidas de reversão. Neste quadro, o PIB recuou cerca de 7% no acumulado de 2015/2016. Em 2016, iniciou-se um processo de mudanças. A política econômica como um todo e a política monetária em particular mudaram de rumo. O atual Governo vem trabalhando para aprofundar essas mudanças em uma perspectiva de ampliação de espaços para a atividade privada em vários aspectos do nosso cotidiano e, em especial, no âmbito econômico. Como liberal, considero-me perfeitamente alinhado com essa perspectiva. E, como Presidente do Banco Central, caso eu tenha a honra de ser aprovado por esta Casa, buscarei empreender uma atuação de Estado estritamente técnica e ética, como deve ser a postura de uma autoridade monetária.

O trabalho realizado pelo Banco Central desde meados de 2016 foi excelente: conseguiu reduzir a inflação e balizar as expectativas. Esse trabalho só foi possível, a meu ver, com o reforço da credibilidade institucional, que se encontrava abalada pelos resultados negativos colhidos em 2015 e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em parte de 2016. Esse reforço se baseou na transparência, na cautela, na serenidade e na perseverança da condução da política monetária, valores que devem ser preservados e aprimorados no que for possível. A partir de 2017, iniciou-se um processo de recuperação ainda tímido da atividade do emprego. Mesmo com resultados positivos até aqui, há muito trabalho pela frente para alcançarmos a recuperação plena da economia brasileira.

Não nos podemos deixar seduzir pela falácia do estímulo inflacionário e da intervenção estatal, afinal, como demonstra a literatura econômica, não existe incompatibilidade entre a estabilidade de preço e o desenvolvimento econômico. Ao contrário, a literatura sugere e a nossa experiência comprova que o controle da inflação é condição necessária para o crescimento de longo prazo, que se materializa por meio de aumento da produtividade da economia e gera ganhos de bem-estar para a população.

Exmas. Sras. Senadoras, Exmos. Srs. Senadores, em paralelo à estabilidade macroeconômica, a estabilidade do sistema financeiro também colabora para o bem-estar de todos nós brasileiros. A crise global de 2007-2008 e seus desdobramentos tornaram clara a importância de um sistema financeiro sólido e eficiente para o desempenho da economia real. O sistema financeiro canaliza recursos para a atividade produtiva e para a inovação através de intermediação entre poupadores e investidores; gerenciamento de risco da atividade produtiva; e provisão de serviços financeiros para a população.

Caso receba o voto de confiança desta Casa, trabalharei na modernização do Sistema Financeiro Nacional, de modo a garantir que ele continue líquido, capitalizado e bem provisionado. A busca pela eficiência do Sistema Financeiro Nacional deve ser uma tarefa cotidiana do Banco Central do Brasil. Nesse aspecto, avanços relevantes foram feitos recentemente em várias questões por meio da já consagrada Agenda BC+, uma agenda de reformas estruturais que trouxe transparência ao constante processo de modernização do nosso sistema financeiro e se mostrou uma importante ferramenta de comunicação com a sociedade. A Agenda BC+ é importante para todo o País, com claros benefícios para a sociedade, tanto imediatos como de longo prazo. Eu pretendo mantê-la e expandi-la, buscando sempre a inovação e a eficiência, de modo a posicionar o Brasil para as mudanças que temos vivenciado e que se intensificarão nos próximos anos.

Em relação à inclusão financeira, que até o presente se focou na garantia de acesso a serviços de pagamento e mercado de crédito, precisamos ainda avançar na modernização dos mecanismos de inclusão de outras dimensões. Há pouco, mencionei a importância do setor financeiro e sua capacidade de prover recursos para o setor produtivo. A literatura demonstra que existe uma clara correlação positiva entre o tamanho do mercado de capitais e o PIB de uma economia. Assim, é preciso avançar nas mudanças que permitam o desenvolvimento do nosso mercado de capitais, democratizando e garantindo acesso a firmas e investidores, brasileiros e estrangeiros, grandes e, especialmente, pequenos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa democratização do acesso é também um elemento importante para garantir adequada precificação dos produtos financeiros, por meio de formas competitivas de acesso ao mercado e da adequada distribuição de produtos. Precisamos também criar mecanismos para aumentar a transparência no setor financeiro, com instrumentos para a provisão de informação, que deem maior visibilidade às opções à disposição de poupadores e investidores.

Maior transparência é importante não apenas para aumentar a disponibilidade de alternativas de investimento de captação de recursos, mas também para que essas decisões sejam realizadas com base em informação adequada.

Entretanto, o efeito de maior transparência sobre o comportamento do pequeno poupador ou do tomador final será mais significativo quanto maior for o nível de educação financeira. Essa é uma dimensão em que o País precisa avançar.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROBERTO DE OLIVEIRA CAMPOS NETO – Considero que duas maneiras interessantes de promover esse avanço são os programas de microcrédito e o estímulo ao cooperativismo. O microcrédito permite o contato prático da população com conceitos financeiros em ambiente simplificado e de risco controlado, enquanto as cooperativas de crédito, por trazerem o cooperado para o centro das decisões, cria um ambiente para troca de experiências que promove a consolidação do espírito empreendedor e de importantes conceitos financeiros. Experiências internacionais demonstram o sucesso dessas políticas. Precisamos considerar exemplos bem-sucedidos e buscar adequá-los à realidade do nosso País e a cada uma de nossas regiões.

Como mencionei anteriormente, o mundo passa atualmente por uma onda de inovação e mudanças. É crucial pensar hoje em como será o sistema financeiro no futuro e preparar o Banco Central para desempenhar apropriadamente suas funções neste novo ambiente, que será certamente baseado em tecnologia e no fluxo rápido de informação. Novas tecnologias, como *blockchain*, o uso de inteligência artificial, pagamentos instantâneos, *open banking*, entre outras inovações, estão alterando completamente os modelos de negócio e os serviços financeiros. Caso eu tenha a honra de ser aprovado por esta Casa, trabalharei na direção para preparar o Banco Central do Brasil para o futuro.

Exmas. Sras. Senadoras, Exmos. Srs. Senadores, o momento que o País atravessa é bastante especial. Foi um longo processo de amadurecimento, mas parece haver certo consenso hoje, na sociedade, de que o Estado brasileiro se tornou grande demais, ineficiente, excessivamente custoso e não atende muitas das necessidades básicas da nossa população. A Nação já percebe a necessidade de reformas, e precisamos empregar essa oportunidade na criação de uma cultura em que haja mais empreendedores e menos atravessadores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O atual Governo está trabalhando para implementar uma agenda modernizadora e liberalizante. É hora de fazer mais com menos. É necessário haver eficiência, transparência, prestação de contas e mensuração do impacto quanto ao uso de recursos públicos. Talvez, mais importante que isso, seja necessário que o Estado abra espaço para a atividade privada, saindo de cena ou reduzindo drasticamente sua atuação em diversas áreas. O Brasil precisa se reinventar para o seu futuro, e os atores dessa reinvenção estão no setor privado.

O trabalho até aqui realizado pelo Banco Central, permitindo uma queda sustentável da taxa de juros básica, trouxe à tona imperfeições de nossa economia. Custos burocráticos gerados pela excessiva intervenção estatal se diluíam em comparação às elevadas taxas de política praticada. Agora que temos a Selic em seu mínimo histórico de 6,5% ao ano, temos a oportunidade de perceber melhor essas imperfeições e propor políticas alternativas que melhorem a eficiência dos nossos mercados.

Quanto à questão fiscal, o País precisa avançar na estratégia de ajustes e reformas em particular, mas não apenas, na reforma da previdência, para que possa colocar o balanço do setor público em trajetória sustentável. É preciso agregar a sociedade em torno dessas questões, com a participação e a contribuição de todos. A estabilidade fiscal é fundamental para a redução das incertezas, o aumento da confiança de investimento e consequente crescimento da economia de longo prazo. Estou certo de que avançaremos nessa direção.

Ainda em relação às reformas, o Governo apresentou prioridades para os cem primeiros dias de mandato. O Banco Central tem uma ampla agenda de trabalho, e duas dessas ações foram priorizadas pelo Governo neste início de mandato: a fixação de critérios para o exercício de cargos de dirigentes em instituições financeiras públicas e a lei de autonomia do Banco Central. Essas propostas serão debatidas pelo Congresso Nacional e serão muito importantes.

Em relação à primeira medida, precisamos aprimorar a governança, alinhando as exigências para os dirigentes de bancos públicos àquelas já existentes no setor privado. Quanto à autonomia do Banco Central, o objetivo é aprimorar o arranjo institucional da política monetária, para que ela dependa menos de pessoas e mais de regras e para que estejamos alinhados à moderna literatura sobre o tema e aos melhores pares internacionais.

Existem projetos em discussão no Congresso Nacional, e acredito que o País esteja maduro para mais este avanço. A mudança, se aprovada por este Parlamento, trará ganhos para a credibilidade da instituição e para a potência da política monetária, reduzindo o *trade-off* de curto prazo entre inflação e atividade econômica e contribuindo para a queda da taxa de juros e para o crescimento econômico.

Já me aproximo do final de minha intervenção e gostaria de ressaltar as quatro dimensões que busquei abordar ao longo de minha fala e que considero importantes para democratizar o acesso ao mercado de capitais no Brasil: inclusão, que significa facilidade de acesso ao mercado para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

investidores e tomadores nacionais e estrangeiros, pequenos e grandes; precificação adequada, garantida por instrumentos de acesso competitivo aos mercados; transparência no processo de formação de preço e nas informações de mercado; e, finalmente, educação financeira, dando estímulo para a participação de todos no mercado e para a formação de poupança.

Exmas. Sras. Senadoras, Exmos. Srs. Senadores, eu gostaria também de agradecer ao Dr. Ilan Goldfajn pelo excelente trabalho à frente da instituição, pela dedicação e pelo espírito público com que desempenhou sua função.

Finalmente, caso V. Exas. aprovem meu nome para presidir o Banco Central do Brasil, quero assumir publicamente o compromisso de trabalhar incansavelmente para desempenhar minhas funções liderando a instituição e cumprindo suas missões legais e institucionais.

Essas foram minhas palavras. Agradeço a atenção e me coloco à disposição de V. Exas. para atender aos eventuais questionamentos.

Muito obrigado. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Passo a palavra ao Sr. Bruno Serra Fernandes, pelo tempo de até dez minutos para sua fala.

O SR. BRUNO SERRA FERNANDES (Para exposição de convidado.) – Obrigado, Presidente.

Exmo. Senador Omar Azis, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal; Exmo. Senador Plínio Valério, Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal; Exmo. Senador Rodrigo Pacheco, Relator do processo que trata da indicação do meu nome para o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil; Exmas. Senadoras e Exmos. Senadores; senhoras e senhores, sinto-me imensamente honrado por ter meu nome indicado para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil. Terei muito orgulho e dedicação durante o exercício dessa função, caso meu nome seja aprovado por V. Exas., pelo Senado Federal.

Agradeço ao Presidente Jair Bolsonaro por essa honrosa indicação; ao atual Presidente do Banco Central do Brasil, Ilan Goldfajn; ao Presidente indicado ao cargo, Roberto Campos Neto, assim como ao Ministro da Economia, Paulo Guedes, pela confiança.

Iniciei minha formação acadêmica na área de Economia ao final da década de 90, aprofundando-me em seguida nos estudos da matéria em curso de mestrado, para o qual tive valioso suporte como bolsista do CNPq.

Durante os últimos 20 anos, tive a oportunidade de aprimorar meus conhecimentos teóricos sobre economia e finanças, sobre a realidade dos mercados financeiros nacional e internacional. O exercício de minhas atividades, desde então, esteve sempre relacionado à política econômica e às

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

atribuições do Banco Central do Brasil, sobretudo nas áreas relacionadas à implementação das políticas monetária e cambial, à administração da liquidez e à regulação bancária.

Novamente, os cenários econômicos brasileiro e mundial encontram-se em momento desafiador. A adequada condução das políticas monetária, cambial e regulatória serão fundamentais para que o Banco Central seja capaz de cumprir seus objetivos de uma inflação baixa e estável ao redor das metas definidas pelo Conselho Monetário Nacional, bem como manter um sistema financeiro seguro e eficiente.

Nesse sentido, gostaria de mencionar o excelente trabalho feito pela atual Diretoria Colegiada, que foi capaz de ampliar e dar visibilidade à atuação do Banco Central do Brasil com a Agenda BC+. Ficarei muito honrado em dar continuidade e trabalhar para ampliá-la, buscando maior eficiência e inclusão na prestação de serviços financeiros para a população.

A prestação de serviços financeiros passa atualmente – não só no Brasil, mas em todo o mundo – por grandes mudanças. Por um lado, os reguladores têm incentivado a concorrência e a inovação, adotando o que se chama de regulação proporcional, que reduz o custo para os novos entrantes no mercado. Por outro, em resposta a esse ambiente, as instituições tradicionais têm desenvolvido novos modelos de negócios e soluções. Como resultado, verifica-se um ambiente mais eficiente, com uso intenso de tecnologias que permitem a redução de custos e o provimento de serviços mais customizados, beneficiando o usuário final.

Estamos vivenciando um momento especialmente rico em termos de desenvolvimento tecnológico, capaz de aumentar a eficiência e a competição do setor bancário com o surgimento das chamadas *fintechs*, o *open banking* e a criação do sistema de pagamentos instantâneos brasileiro.

Ao Banco Central cabe promover o adequado incentivo regulatório para que a sociedade se beneficie o mais rapidamente possível deste processo, sempre tendo como importante pilar a preservação da segurança do sistema financeiro.

Agora falarei um pouco sobre a economia internacional.

Após a crise financeira de 2008, as principais economias mundiais adotaram políticas monetárias e fiscais expansionistas, aumentando a liquidez dos mercados e reduzindo suas taxas de juros. Para as economias emergentes, dentre elas o Brasil, essas medidas aumentaram o influxo financeiro e de investimentos internacionais.

Nos últimos anos, porém, as economias mais avançadas iniciaram o processo de reversão dessas políticas, com potencial impacto negativo sobre a liquidez disponível às economias emergentes. Além disso, alguns dos nossos principais parceiros comerciais vêm apresentando sinais de enfraquecimento em seu crescimento. Esse enfraquecimento pode ainda ser agravado por disputas comerciais vigentes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

entre algumas dessas economias. Esse cenário de risco apresenta também potencial redução de demanda e preço de matérias-primas comercializadas internacionalmente por países emergentes como o Brasil.

Além do câmbio flutuante como primeira linha de defesa a choques externos, o nosso estoque de aproximadamente US$380 bilhões em reservas internacionais, mesmo quando avaliado conjuntamente com os quase US$70 bilhões vendidos em *swaps* cambiais, tem se mostrado um seguro adequado e pode ser usado para suavizar os impactos de eventual deterioração da liquidez internacional sobre a economia brasileira. Por outro lado, a efetividade desse seguro tende a estar comprometida enquanto não endereçarmos nosso desequilíbrio fiscal corrente.

Em relação ao cenário econômico brasileiro, saímos da maior e mais longa recessão da nossa história. Entramos em um processo de recuperação resiliente, mas que tem se mostrado, até o momento, bastante gradual.

A inflação corrente e suas expectativas para os próximos anos se encontra em níveis condizentes com as metas fixadas pelo Conselho Monetário Nacional.

A taxa básica de juros encontra-se em nível historicamente baixo, de forma a estimular a atividade econômica, que, por sua vez, ainda se destaca pela ociosidade na utilização dos fatores de produção.

Nesse cenário, uma reforma fiscal capaz de indicar uma reversão da trajetória recente de endividamento do setor público será capaz de elevar a confiança dos agentes econômicos, reduzindo os riscos de uma parada brusca no fluxo de capitais.

Mais do que uma preocupação com o estoque de dívida pública em suas várias medidas e de como reduzi-la de forma rápida, é premente a sinalização de contenção dos déficits correntes e de melhora no perfil de destinação dos gastos públicos. Assim, serão oferecidas condições para que a política monetária siga no campo estimulativo, com foco nas metas de inflação definidas pelo Conselho Monetário Nacional.

Exmas. Sras. Senadoras, Exmos. Srs. Senadores, ao longo de minha vivência profissional, pude acompanhar – e, por que não dizer admirar? – o trabalho desenvolvido pelo Banco Central do Brasil. De fora, sempre acreditei que a mescla entre um corpo funcional de altíssima qualidade técnica com a experiência de alguns nomes vindos do setor privado seria uma das bases para o excelente trabalho dessa instituição ao longo destes mais 50 anos.

Caso tenha a honra de ter meu nome aprovado por V. Exas., terei o orgulho de me somar ao corpo técnico dessa autarquia, buscando assegurar a estabilidade do poder de compra da moeda, de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um sistema financeiro sólido e ainda mais eficiente, além de preparar o Banco para os novos desafios que o desenvolvimento tecnológico cada vez mais acelerado do setor nos apresentar à frente.

Portanto, são essas minhas palavras iniciais de apresentação a esta Comissão. Fico à disposição de V. Exas. para responder quaisquer perguntas que porventura tenham.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Dr. Bruno.

Passo a palavra ao Sr. João Manoel Pinho de Melo, para que faça em até 10 minutos a sua exposição.

O SR. JOÃO MANOEL PINHO DE MELLO (Para exposição de convidado.) – Muito obrigado, Presidente.

Exmo. Sr. Senador Omar Aziz, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos; Exmo. Sr. Senador Plínio Valério, Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos; Exmo. Sr. Senador Wellington Fagundes, Relator do processo que trata da minha indicação ao cargo de Diretor do Banco Central do Brasil; Exmas. Senadoras; Exmos. Senadores; senhoras e senhores; muito bom dia!

É com muita honra que compareço a esta Comissão após minha indicação ao cargo de Diretor do Banco Central do Brasil, cargo que exercerei com muito orgulho zelo, caso meu nome seja aprovado por V. Exas. e pelo Senado Federal.

Agradeço ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Jair Messias Bolsonaro; a S. Exa. o Sr. Ministro da Economia Paulo Guedes e ao presidente indicado o Sr. Roberto Campos pela minha indicação e pela confiança em mim depositada para o cumprimento de missão tão relevante.

Espero corresponder plenamente aos anseios não apenas do Senhor Presidente e do Sr. Ministro, mas também da população brasileira ao assumir como membro da Diretoria Colegiada de nossa autoridade monetária, a qual tem a nobre função de zelar pelo bom funcionamento do sistema financeiro e, consequentemente, da própria economia brasileira.

Creio estar capacitado para exercer o cargo, dada minha extensa formação acadêmica e vasta e variada experiência profissional, com várias incursões tanto na iniciativa privada quanto no setor público.

Sou formado em Administração Pública pela Fundação Getúlio Vargas, mestre em Economia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e Doutor em Economia pela Universidade de Stanford. Fui professor do Departamento de Economia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Janeiro e atualmente sou professor titular do Insper, até recentemente em licença no extinto Ministério da Fazenda. Também lecionei na Universidade de Harvard, nos Estados Unidos.

Minha produção acadêmica é de conhecimento público. Publiquei vários artigos acadêmicos sobre diversos temas, muitos deles com foco em competição e economia bancárias, em periódicos nacionais e internacionais de primeira linha.

No debate público, fui colunista da *Folha de S.Paulo* e publiquei vários capítulos de livros e colunas em outros jornais de grande circulação.

No setor privado, fui sócio da Pacífico Gestora de Recursos e consultor da área de renda variável do Opportunity Asset Management. Atuei como perito e consultor em questões antitruste em vários processos judiciais e arbitrais.

No setor público, fui Assessor Especial para Reformas Microeconômicas, Secretário de Promoção da Produtividade e Advocacia da Concorrência e Secretário de Política Econômica, todas posições no extinto Ministério da Fazenda. Nesse período, trabalhei em conjunto com o Banco Central e com este Legislativo na formulação e na implantação de reformas estruturantes para a melhoria da intermediação financeira no País e, principalmente, para a promoção da concorrência no Sistema Financeiro Nacional.

Tenho convicção, portanto, de que minha formação acadêmica e minha trajetória profissional habilitam-me para o desempenho do cargo de Diretor do Banco Central do Brasil, caso me seja concedida essa honra pelo Senado Federal.

O Brasil, Exmas. Senadoras e Exmos. Senadores, obteve importantes conquistas nas últimas décadas. Debelamos o flagelo da hiperinflação, ampliamos a franquia democrática, distribuindo renda e retirando um enorme contingente de brasileiros da pobreza e da miséria, conquista essa que não seria possível sem a estabilização monetária. A consolidação das conquistas dependerá da capacidade de produzirmos um crescimento robusto e sustentado nas próximas décadas.

Vários fatores determinarão o nosso êxito. Um deles é o bom funcionamento da intermediação financeira, ou seja, os mercados de crédito, de pagamentos e de capitais. A intermediação financeira exitosa faz o recurso de quem poupa chegar a quem tem os investimentos mais produtivos, gerando renda e emprego; diminui o risco ao qual os indivíduos estão expostos, permitindo-nos manter um nível de vida quando enfrentamos dificuldades momentâneas; em suma, aumenta a capacidade de produzir e o bem-estar.

Uma condição necessária para que os mercados de crédito e de capitais funcionem a contento é sua solidez. Nosso sistema financeiro é resiliente, como ilustra bem a grande recessão da qual estamos saindo, saímos no ano passado. No nosso sistema, o produto *per capita* caiu oito pontos percentuais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em três anos, e o sistema financeiro seguiu sólido, algo notável. É preciso fazer esse registro e lembrar que crises bancárias estão associadas a quedas dramáticas no PIB, causando níveis elevadíssimos de desemprego e, consequentemente, sofrimento social.

Entretanto, solidez não basta. O sistema financeiro deve dar acesso a crédito a juros baixos. Para isso, é essencial que o risco de conceder empréstimos seja baixo e que haja forte competição entre os credores. A taxa de juros é alta sempre que o risco de conceder crédito for alto. A experiência brasileira é prova cabal dessa afirmação. Sempre que demos segurança às garantias subjacentes aos empréstimos, a taxa de juros caiu fortemente. Foi assim com a consignação em folha de pagamento para o crédito pessoal, foi assim com a alienação fiduciária para o financiamento de automóveis e imóveis, foi assim com o patrimônio de afetação para o financiamento à construção civil, e será assim com as reformas estruturantes recentemente implantadas, nas quais tive participação, em parceria com o Legislativo, em particular esta Casa, e com as várias equipes do Executivo, principalmente o Banco Central. Cito duas de muitas: a duplicata eletrônica e o cadastro positivo.

A duplicata eletrônica dará segurança ao desconto de duplicatas; o cadastro positivo, medida originada nesta Casa, dará transparência sobre os devedores e uniformizará as informações entre credores. Os juros cairão, principalmente nas modalidades sem garantias, que são as mais importantes para o cidadão de menor renda, que, muitas vezes, não tem bens para penhorar em empréstimos, mas dar segurança tampouco basta. É preciso que haja competição acirrada entre os credores. Sem competição a queda no custo de conceder empréstimos advindos da redução de risco é apropriada pelos credores e acaba beneficiando poucos consumidores e os que fazem investimentos produtivos.

Há quatro maneiras de fomentar a concorrência no setor financeiro. A primeira é exatamente dando segurança às garantias e provendo informação sobre os tomadores de crédito. Um sistema no qual os atuais credores sabem mais do que os entrantes sobre os tomadores e no qual seja difícil navegar a burocracia e o sistema judicial, para recuperar garantias, inevitavelmente beneficiará ou prejudicará menos aqueles que já atuam no mercado. As reformas com a duplicata e o cadastro positivo além de aumentarem a segurança na concessão de crédito fomentarão a concorrência ao igualar as condições entre os que já estão no mercado e os que querem entrar para competir.

A segunda maneira de fomentar a concorrência é a vigilância constante com atos de concentração e com condutas anticompetitivas. O trabalho já começou: hoje há intensa coordenação entre o Banco Central e o Cade para aprimorar a atuação conjunta dos dois órgãos na defesa da concorrência no sistema financeiro, inclusive com a assinatura de um memorando de entendimento. Essa iniciativa, é importante lembrar, conta com o apoio fundamental desta nobre Casa, que já aprovou o projeto de lei que torna perene o arcabouço.

A nova governança da análise de atos de concentração já deu frutos. Um exemplo é a decisão que autorizou investimento do Itaú Unibanco na XP Investimentos. Por um lado, o Banco Central

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

permitiu um investimento que fortalece a XP, uma plataforma inovadora que desafia instituições tradicionais no mercado investimentos.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOÃO MANOEL PINHO DE MELLO – De outro lado, impediu que o investidor tenha qualquer ingerência na administração e na gestão da operação da XP, garantindo que ela continue desafiando as instituições tradicionais. Quem ganha é a intermediação financeira, a produtividade e o consumidor. Se esta nobre Casa por bem entender, redobrarei a vigilância ferrenha na análise de atos de concentração tanto horizontais, aqueles entre concorrentes no mesmo mercado, como verticais, empresas em mercados correlatos. Atos de concentração devem ser analisados caso a caso, com base na regra da razão. Dito isso, à luz da atual estrutura dos mercados de crédito, de pagamento e de capitais, o sarrafo para autorização de novos atos de concentração horizontais ou verticais me parece que deve ser colocado em nível elevado.

A terceira maneira de aumentar a concorrência é incentivando a entrada de novos concorrentes no mercado financeiro que gerem oferta adicional dos serviços financeiros, mais competição com fornecedores tradicionais. É o caso das *fintechs* de crédito recentemente regulamentadas pelo Banco Central. Elas atingem um público muitas vezes não alcançado pelas instituições tradicionais e podem surgir de maneira rápida e simples, cumprindo um conjunto mais leve de requisitos prudenciais proporcional aos riscos que assumem.

A concorrência no sistema financeiro não vem só de bancos comerciais mas também de instituições de pagamento, as IPs. Elas têm mudando muito a forma de fazer negócio, de aplicar recursos financeiros, de conceder crédito e de usar dinheiro no Brasil. O Banco Central também tem atuado de forma firme no desenvolvimento do sistema de pagamentos, especialmente de cartões de crédito.

V. Exas. conhecem bem o tema, objeto do excelente trabalho da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre Cartões de Crédito, que fez várias recomendações importantes e que pretendo ajudar a implantar, caso este Senado entenda que estou qualificado para a tarefa. Minha missão, entre outras, caso esta Casa entenda que estou qualificado, é aprofundar a agenda que o Banco Central já tem levado a cabo no incentivo à entrada de novos competidores no sistema financeiro. Para isso, temos que implantar celeremente as recomendações que esta Comissão registrou em documento valiosíssimo que resume os trabalhos da CAE sobre *spread* e competição bancárias.

Por fim, mas certamente não menos importante, a quarta forma de fomentar a concorrência no setor bancário é garantir que o mercado se aproveite das enormes oportunidades pró-concorrenciais que o avanço tecnológico nos traz. Como mencionou o Sr. Roberto Campos, em sua manifestação, a onda de inovação e de mudanças em andamento vai definir o ambiente financeiro do futuro. Ele

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mencionou novas tecnologias, como *blockchain*, inteligência artificial, identidade digital, pagamentos instantâneos e *open banking*, que estão alterando os modelos de negócio e os serviços financeiros.

Na verdade, iria mais longe. A tecnologia resolverá, cedo ou tarde, quaisquer problemas concorrenciais que possa haver no mercado bancário, não só brasileiro como em outros países. A evidência sugere que a tecnologia está derrubando barreiras à entrada e retirando as vantagens competitivas que a escala dá ao modelo bancário tradicional.

Para nos aproveitarmos desse enorme potencial, a regulação dos mercados de crédito de capitais tem que facilitar que a tecnologia floresça. Considero que minha principal missão é esta: garantir que os benefícios pró-concorrenciais da tecnologia cheguem mais cedo do que mais tarde.

Se tiver a honra de ser aprovado por V. Exas. para compor a Diretoria do Banco Central, quero me comprometer a aprofundar o trabalho pró-competitivo que o Banco Central já vem desempenhando com excelência.

Agradeço a atenção e me coloco à disposição de V. Exas. para prestar quaisquer esclarecimentos.

Muito obrigado.

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) – Obrigado, Sr. João Manoel Pinho de Mello.

Eu vou passar a palavra à Sra. Flávia Martins Sant'Anna Perlingeiro, para que em até dez minutos faça sua exposição.

A SRA. FLÁVIA MARTINS SANT'ANNA PERLINGEIRO (Para exposição de convidado.) – Obrigada.

Exmo. Sr. Senador Omar Aziz, Presidente desta Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal; Exmo. Sr. Senador Plínio Valério, Vice-Presidente desta Comissão; Exmo. Sr. Senador Tasso Jereissati, Relator do meu processo que trata da minha indicação; Exmas. Senadoras, Exmos. Senadores; Ilmo. Sr. Roberto de Oliveira Campos Neto, indicado para exercer o cargo de Presidente do Banco Central do Brasil; Ilmos. Srs. Bruno Serra Fernandes e João Manoel Pinho de Mello, indicados para o cargo de Diretores do Banco Central; a todos os presentes nesta audiência pública, bom dia.

É com grande honra que agradeço esta oportunidade de me apresentar perante a CAE como indicada para exercer o cargo de Diretora da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). É também com muita alegria e entusiasmo que me apresento para avaliação de V. Exas. reconhecendo a enorme responsabilidade que, caso eu venha a ser aprovada, tomarei como inerente ao desempenho da referida função, tendo em vista a irrefutável relevância da CVM para o pleno desenvolvimento do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mercado de valores mobiliários, à luz da importância basilar de sua atuação regulatória, fiscalizatória, sancionatória.

No cenário atual, a importância do papel da CVM é ainda maior, sendo intensificada pela premência em impulsionar o crescimento e o fortalecimento do mercado de capitais brasileiro, diante das perspectivas de aquecimento de nossa economia, de redução da taxa de juros e de aumento da participação do mercado de valores mobiliários entre as fontes de financiamento das companhias.

Além disso, é importante trabalhar para o incremento da percepção de segurança jurídica no País, de forma a atrair mais investimentos e reduzir o chamado custo Brasil, cabendo acentuar a relevância das decisões do colegiado da CVM, com efeitos preventivos e pedagógicos.

São também inúmeros os desafios e as oportunidades que se colocam para a própria CVM, seus servidores, de notória especialização técnica e reconhecido compromisso ético e profissional, bem como para seu presidente e seus diretores, de forma a conduzir a autarquia a elevados e contínuos ganhos de eficiência, por meio de atuação célere, técnica e independente.

Se aprovada como diretora da CVM, trabalharei intensa e continuamente para a consecução de resultados efetivos, em linha com a sua missão e seu propósito, no sentido de estimular a formação de poupança e aplicação em valores mobiliários, assegurar o funcionamento eficiente e regular do mercado, proteger os investidores, assegurar o acesso do público a informações tempestivas e de qualidade e julgar, também tempestivamente, os acusados por infrações administrativas cometidas no âmbito de atuação da CVM.

Para tanto, venho discorrer então, brevemente, sobre a minha formação acadêmica e experiência profissional, demonstrando, a meu ver, plena compatibilidade e aptidão para exercer o cargo para o qual fui indicada.

Inicio por minha formação acadêmica.

Sou advogada. Graduei-me em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, em 1993, tendo conquistado bolsa de estudos integral, por excelência acadêmica, em razão do mais alto nível de desempenho ao longo do meu curso de graduação.

Em 1995, fiz curso de pós-graduação em Câmbio e Operações Financeiras com o Exterior, na Fundação Getúlio Vargas (FGV), no Rio de Janeiro.

De 1997 a 1998, fiz mestrado em Direito Societário, na Universidade de Nova Iorque (NYU), mais uma vez com bolsa de estudos integral, por excelência acadêmica, conquistada em processo seletivo internacional, patrocinada pelo programa Hauser Global Scholarship, da própria NYU, tendo sido a primeira estudante sul-americana a conquistar a referida bolsa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em paralelo à atuação como advogada, lecionei, entre 2002 e 2005, no curso de pós-graduação em Direito Empresarial do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (Ibmec). Depois, desde 2010, dou aulas na pós-graduação em Direito Empresarial, em Direito Societário e de Mercado de Capitais da FGV, lecionando disciplinas acerca do financiamento das sociedades anônimas, seus órgãos sociais e fundos de investimento, matérias centrais no âmbito de atuação da CVM.

Por fim, desde 2016 leciono também em cursos de treinamento interno no BNDES, sobre Estruturação de Operações de *Project Finance*, disciplina que, no ano passado, ministrei também aqui em Brasília, na Escola Nacional de Administração Pública (Enap).

Com relação à minha experiência profissional, considero que minha trajetória me permitiu reunir competências e habilidades necessárias e pertinentes para a atuação na CVM. Meus 18 anos de advocacia privada e os últimos seis anos no setor público, como advogada do BNDES, permitiram-me conjugar o dinamismo e o pragmatismo tão marcantes na iniciativa privada com elevado senso de responsabilidade, propósito, espírito público, essenciais para uma atuação eficiente e transparente na Administração Pública.

No setor privado, eu atuei ao longo de mais de 17 anos num mesmo escritório, o Ulhôa Canto, Rezende e Guerra Advogados, uma das mais respeitadas firmas de advocacia tributária e empresarial do País. Entre 1996 e 1997, atuei por um ano como advogada estrangeira, no renomado escritório Cleary Gottlieb Steen & Hamilton, em Nova York, tendo lá trabalhado em emissões por companhias brasileiras de títulos de dívida e de ADRs no mercado de capitais norte-americano. Fui também aprovada no concorrido exame da Ordem dos Advogados do Estado de Nova York, em que sou inscrita.

Em 1998, eu regressei para o escritório Ulhôa Canto, passando a conduzir e liderar uma equipe responsável pela estruturação e negociação de operações de captação de recursos para financiamento de projetos, notadamente, na modalidade de *project finance*. Essa experiência me possibilitou ascensão à sócia-conselheira, posição em que permanecia até 2010. Acompanhei, assim, por mais de uma década, diversas companhias e projetos, muitas vezes desde sua concepção original, constituição societária, negociação de acordos de acionistas e de contratos das mais variadas espécies.

Em 2012, relevante mudança ocorreu em minha trajetória profissional, com meu ingresso no BNDES, por admissão em concurso público. O chamado ao serviço público me trouxe uma nova perspectiva de contribuição. Saindo do universo das preocupações de tal ou qual cliente, para o desafio de uma visão bem mais ampla, em prol de toda a sociedade e de tudo de extraordinariamente positivo que o mercado de capitais plenamente desenvolvido pode trazer para o País. Passei, então, a lidar com questões jurídicas não menos desafiadoras, mas já em prol da formulação de execução de políticas públicas, o que me traz enorme satisfação. Nos meus primeiros anos no BNDES, eu integrei a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

equipe de consultoria jurídica operacional, responsável pela elaboração de pareceres sobre questões jurídicas complexas, notadamente no campo do direito societário, empresarial e contratual.

Em 2017, passei a atuar na área de mercado de capitais do BNDES, em que pude me envolver diretamente na formulação de nova política de atuação no mercado de capitais e na revisão de produtos relativos a fundos de investimento e debêntures de infraestrutura.

No que tange ao fomento dos chamados fundos de capital de risco, de fundamental importância para pequenas e médias empresas e, de forma geral, para a economia do País, pude acompanhar de perto a correlação de tais fundos com o financiamento das empresas ao longo de todo o seu ciclo de crescimento, desde os aportes iniciais de aceleradores de *startups* e investidores-anjo, passando ao investimento pelos fundos de capital semente, pelos fundos de capital empreendedor, pelos fundos de *private equity*, com vistas a viabilizar posteriores aberturas de capital e emissões públicas primárias e secundárias de valores mobiliários.

De acordo com os números apresentados pela ABVCAP, o capital comprometido em fundos de investimento de *private equity* e *venture capital* no Brasil cresceu de forma acelerada até 2015...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. FLÁVIA MARTINS SANT'ANNA PERLINGEIRO – ... chegando a R$153 bilhões.

Participei também de discussões e estruturações pertinentes aos fundos de dívida, que, desde a crise de 2008, representam classe de ativos alternativos que mais cresceu no mundo, impulsionados por restrições verificadas no mercado de crédito bancário.

No Brasil, verifica-se potencial relevante de crescimento desse mercado, o que demandará um incremento da atuação da CVM, especialmente com relação aos Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDCs) e às ofertas públicas de debêntures.

Com relação às debêntures incentivadas, de acordo com boletim informativo de novembro de 2018 do Ministério da Economia, entre 2012 e 2018, o volume total distribuído em debêntures de infraestrutura com esforços amplos e irrestritos foi de R$50,1 bilhões. Nesse contexto, entre outros temas, integram a intensa agenda regulatória da CVM para 2019 os fundos de infraestrutura, a reforma dos FIDCs, o desenvolvimento do mercado de dívida corporativa, ao que espero ter a oportunidade de muito contribuir.

Também trabalhei na adaptação do Estatuto Social da BNDESPAR à Nova Lei das Estatais, na formulação de política de participações societárias e na revisão de processos e alçadas decisórias com aprimoramento em normativos e controles internos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim e não menos relevante, no âmbito dos trabalhos voltados à promoção das melhores práticas de governança corporativa, participei de discussões que levaram à edição da política socioambiental do sistema BNDES no mercado de capitais e à adesão da BNDESPAR ao Código de Stewardship da Amec, voltado ao desenvolvimento da cultura de engajamento responsável pelos gestores e pelos investidores institucionais na vida dos emissores dos valores mobiliários.

Nesse trabalho, participei de estudos e discussões pertinentes à implementação e divulgação de mecanismos de gerenciamento de conflitos de interesse, à influência dos fatores ASG – isso é, ambientais, sociais e de governança – nos processos de investimento e acompanhamento, ao exercício ativo e diligente de direitos de voto, além de engajamento coletivo e transparência. Todas essas são questões muito caras aos investidores e aos investidos, revelando a dimensão do muito que há a ser feito no âmbito da CVM.

Essas são, em síntese, as considerações que apresento a V. Exas. com relação à minha formação acadêmica, experiência profissional e as razões pelas quais entendo que se coadunam plenamente com o exercício do cargo de diretora da CVM.

Encerro, assim, colocando-me à inteira disposição de V. Exas. para quaisquer esclarecimentos adicionais e perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nós temos aqui, até agora, 24 inscritos.

O Regimento fala em dez minutos para a pergunta, dez para a resposta, e há a tréplica de até cinco minutos.

Se nós formos cumprir o Regimento, nós vamos nos alongar bastante, até porque não é um sabatinado, são quatro pessoas sendo sabatinadas neste momento.

Nós vamos tentar levar o que manda o Regimento aqui, até porque eu não posso mudar o Regimento a meu bel-prazer.

Depois de dez Senadores fazendo perguntas, nós vamos abrir já o processo de votação enquanto os outros estariam questionando, porque, senão, nós teremos... Naturalmente os Senadores têm outras Comissões para participar e outros afazeres e não vão ficar o tempo todo.

Então, a minha proposta é que, depois de ouvirmos a pergunta e resposta – vai ser bloco de cinco Senadores, conforme proposta do Senador Fernando Bezerra há pouco –, nós podemos abrir a votação para se votar os quatro de uma vez.

Senador Major Olimpio, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP. Pela ordem.) – Sr. Presidente, se fosse possível, de forma consensual, tirando os relatores, que acho que vão arguir primeiro, todos nós demais Senadores fizéssemos as nossas arguições num tempo de 5 minutos, e não de 10, e deixando réplica e tréplica para quem possa estar ouvindo, que acho que poderia ser mais produtivo sintetizarmos as nossas argumentações. Desde que haja o consenso, é possível fazer adequação ao Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Major, geralmente nessas audiências, nessas sabatinas, quando chega ao quinto ou sexto Senador, as perguntas se tornam um pouco repetitivas já, e o próprio Senador às vezes fala: "Eu ia perguntar isso, mas já estou contemplado com a sua resposta", e aí vai diminuindo o tempo do debate, porque a pessoa que está aqui está prestando atenção nas perguntas e nas respostas.

Há perguntas aqui que eu recebi há pouco, nós estamos recebendo várias perguntas via internet, e eu depois vou ler as perguntas aqui. Caso não tenham sido contempladas, o presidente ou um dos diretores ou a diretora irão responder, e caso não haja tempo de ser respondidas, serão respondidas por escrito e repassadas ao internauta que fez a pergunta, até por uma questão de respeito.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Senador Rogério Carvalho foi o primeiro a pedir.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Marcos Rogério também.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Depois V. Exa., Senador.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Pela ordem.) – Eu acho que devemos, na medida do possível, ser sucintos, mas vamos seguir o Regimento, porque nós não estamos falando de uma coisa qualquer; nós estamos falando do futuro da economia do Brasil e nós não podemos simplificar este momento.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Foi a minha posição inicial, Senador.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, a ponderação que faço à Presidência e à Comissão é que realmente nós estamos num momento absolutamente importante, nós vamos escolher aqui não só o presidente do Banco Central, como diretores do banco e a diretora da CVM. Não é uma tarefa fácil, e fazer a sabatina nessa modelagem me parece, de certa forma, comprometer até o bom debate que poderíamos fazer se estivéssemos direcionando o debate, os questionamentos à diretora e ao diretor, e especialmente,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

apartadamente, ao presidente do Banco Central. Até porque, embora haja convergências em algumas das diretorias, em outra, não.

Então, o tempo é curto e a sistemática que está sendo adotada acaba comprometendo a qualidade do bom debate.

Faço essa ponderação para que a gente possa, se fosse o caso, fracionar aqui a sabatina...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não foi adotada ainda nenhuma sistemática. Eu estou seguindo até agora o sistema do Regimento: dez minutos de pergunta, dez minutos de resposta...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Para cada diretor?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Pois é...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Bom, mas aí não é... As perguntas...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu estou fazendo essa ponderação apenas, Sr. Presidente, chamando ao bom senso...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu fico aqui o dia todo. Não há problema para mim. Eu não tenho problema nenhum em debater, até porque eu acho que nós estamos aqui debatendo quem é o guardião da moeda brasileira – que é o Banco Central –, e também a expectativa que nós temos em cima do Banco Central para redução de juros e geração de emprego para os brasileiros.

Então, nós não estamos fazendo favor aqui, nós estamos fazendo a nossa obrigação.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E obrigação não há tempo, a gente tem de ficar mesmo. Sem problema nenhum.

A proposta não será minha, será das Sras. e dos Srs. Senadores. O que vocês decidirem eu topo aqui.

Senador Kajuru.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO. Pela ordem.) – Presidente, Omar, desculpe-me. Eu sou juvenil aqui. Cumpra-se o regulamento e vamos começar logo, pelo amor de Deus.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está bom. Sem problema nenhum.

Eu acho que os Senadores podem se reinscrever, se quiserem. Está bom?

Bom, vamos lá: com a palavra o Senador Eduardo Braga, como Relator do Presidente do Banco Central.

Tem dez minutos, Senador Eduardo Braga. Pode fazer extensivo aos outros membros daqui da Mesa.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Para interpelar convidado.) – Sr. Presidente, primeiro, quero cumprimentar V. Exa., porque, sem dúvida, esta é uma audiência das mais importantes do cenário nacional, porque estamos deliberando sobre a Direção do Banco Central e, óbvio, a Diretora da CVM também não tem menor importância dentro da nossa estruturação econômica.

Mas, se me permitem os Srs. Senadores, até por uma questão de reconhecimento e gratidão, eu quero aqui cumprimentar o Sr. Roberto de Oliveira Campos Neto, fazendo um registro extremamente importante para o povo do meu Estado, o de que V. Exa. é neto do nosso querido Senador, Deputado Federal, economista, ministro do Planejamento, presidente do BNDES, responsável pela criação do próprio Banco Central, como um dos seus mentores e fundadores: o nosso queridíssimo Roberto Campos.

O povo do meu Estado tem uma gratidão pelo Senador Roberto Campos, quando da implementação da Zona Franca de Manaus. E eu abri aqui o cadastro do Wikipedia, com relação ao nosso Senador Roberto Campos, e mencionam-se várias atividades grandiosas que ele teve, seja na carreira de diplomata, como economista, como Parlamentar, etc., mas não existe o registro que para milhares de amazonenses é extremamente importante, da criação da Zona Franca de Manaus pelo então Ministro Roberto Campos.

Quero fazer esse reconhecimento e assim, dessa forma, saudar V. Exa.

Quero cumprimentar o nosso Bruno Serra Fernandes, eminente indicado para a Diretoria do Banco Central.

Quero cumprimentar o João Manoel Pinho de Mello e registrar aqui a minha concordância com o discurso de V. Exa. Acho que há uma questão central no Brasil, que é a questão do *spread* bancário e quanto custam para o povo brasileiro, para a economia brasileira, os juros bancários neste País.

É óbvio que nós vivemos diferentes momentos na nossa economia. Num determinado momento, a situação frágil do setor financeiro levou à quebra de vários bancos – Banco Econômico,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Banco Nacional, Banco Bamerindus, para ficar nesses três –, e isso trouxe graves e sérios problemas à economia brasileira.

Hoje, o nosso sistema financeiro é extremamente robusto, saudável, resistiu às crises contemporâneas da nossa geração, no entanto, há um desafio muito grande, e não creio que o liberalismo puro será responsável exclusivamente pela diminuição desses *spreads* e pela diminuição da taxa de juros para aqueles que são os verdadeiros excluídos.

E aqui eu quero também, por razão de reconhecimento, Senador Omar, fazer uma menção ao que o João Manoel citou rapidamente, mas eu quero aqui prestar uma homenagem ao trabalho do Senador Tasso Jereissati, do grupo de trabalho formado por esta Comissão, no período anterior ao que V. Exa. preside, juntamente com o Senador Armando Monteiro, em que apresentaram um relatório extremamente importante, sobre o *spread* bancário e sobre a agenda microeconômica para o crescimento econômico brasileiro.

É óbvio que esta sabatina se reveste de maior importância diante do número de desempregados que nós temos no nosso País.

Não há dúvida e não há questionamento. Isso é uma matéria pacífica, dentro dos fundamentos econômicos mundiais, de que a micro e a pequena empresa são uma das formas mais eficientes de geração de emprego e de renda no País.

E eu quero, escudando-me nesse trabalho da Comissão de Economia e Finanças... E aqui fica uma recomendação, Senador Omar. Muitos dos novos Senadores talvez não conheçam esse trabalho. Portanto, seria talvez de bom alvitre que a Comissão pudesse distribuir para os membros esse trabalho feito pela Comissão.

E esse trabalho, Dr. Roberto Campos Neto, diz o seguinte. Há o reconhecimento, inclusive por parte do próprio Banco Central, que os *spreads* bancários e o custo de financiamento do capital no Brasil são desproporcionalmente elevados para qualquer padrão de comparação internacional. Uma queda estrutural e sustentável do custo do crédito contribuiria para o aumento da eficiência e da produtividade da economia.

Mudando, em outras palavras, para que o nosso brasileiro que está nos escutando e assistindo a nós pela televisão e pelas plataformas de comunicação do Senado possa entender. Isso seria uma fonte de geração de emprego e renda para milhares de brasileiros que estão buscando uma oportunidade.

Aqui, o trabalho mostra algumas questões que são fundamentais e dá fontes importantes. Diz, por exemplo, que a questão da taxa de juros no Brasil e do referido *spread* bancário é reconhecida como um exemplo, pelo Banco Mundial, que foi dado num trabalho publicado pelo Banco Mundial,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

que estima como tendo sido da ordem de 38,4% no Brasil a questão do *spread*. Ocorre que o Banco do Brasil divulga... Aliás, o Banco Central do Brasil divulga que o *spread* bancário é de 22,7%. E aí começam os truques dos números, porque nós temos determinadas fontes de crédito que são direcionadas, que, portanto, têm subsídio financeiro, seja para agricultura, seja para habitação, seja para microcrédito mesmo, agricultura familiar.

E aqui esse trabalho chega a uma conclusão importantíssima de que, no Brasil, essa concentração desestimulou a grande e importante questão do liberalismo, que é a concorrência. Nós temos três grandes bancos privados no Brasil – Itaú, Bradesco e Santander – e dois grandes bancos públicos – Banco do Brasil e Caixa Econômica. Ora, se não houver, portanto, uma melhoria naquilo que foi colocado pelo João Manoel na questão da agilidade no processo judicial para a execução das garantias, de um lado, e de outro não houver uma compreensão de como efetivamente se distribui a cobrança da taxa de juros, nós vamos ficar aqui fazendo um discurso, fazendo perguntas e falando um economês que o povo não entende.

Mas esse mesmo trabalho, feito pela Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, dá uma oportunidade para que todos possam compreender. Esses números, por exemplo: para cada R$100 de diferença entre os valores cobrados por juros ativos de empréstimos de todas as operações de crédito e juros pagos por recursos captados, R$37,4 se referem à inadimplência, R$25 se referem aos custos administrativos, e nada mais, nada menos do que R$22,7 são relativos às despesas tributárias e R$14,9 são relacionados às margens financeiras, ou seja, lucros para as operações de instituições ou capital agregado.

Aí, começa a grande discussão: ora, se uma *fintech* é capaz de usar plataforma tecnológica e ser extremamente competitiva com custos baixos, por que os grandes bancos, que têm lucros fabulosos, quebram recorde, ano a ano, da sua lucratividade, não conseguem fazer com aplicação das plataformas tecnológicas uma redução do seu custo administrativo, uma melhoria na sua eficiência para que possam tornar mais baratos os juros para o consumidor? Os juros para o consumidor e para as pessoas jurídicas no Brasil têm aberrante marca de ser 50 vezes maior que a taxa Selic, que, em última análise, é a taxa de referência para captação de recursos no mercado econômico.

Aí vão as minhas primeiras perguntas. É hora de o Brasil voltar a ter expansão de crédito – e expansão de crédito para o microcrédito – e facilidades de acesso a esse crédito. Muitos dizem: "As *fintechs* vão resolver". Este trabalho aqui apresenta um dado fabuloso do que tem sido a oportunidade para as *fintechs*. Este trabalho diz que, no Brasil, o mercado de *fintechs* está em franca ascensão – nos últimos três anos, Senador Omar, nada mais, nada menos que um crescimento de 648%. Ora, num período de repressão e de crescimento econômico baixo ou até mesmo de crise, de queda do PIB brasileiro, esse setor cresceu 648%. Ora, por que o Bradesco não pode oferecer juros mais baratos? Por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que o Banco Itaú não pode oferecer juros mais baratos? Por que o Santander não pode oferecer juros mais baratos?

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Por que o Banco do Brasil e a Caixa Econômica não podem oferecer juros mais baratos? A grande resposta que o povo brasileiro quer ouvir de todos nós é como poder entregar juros mais baratos para que o Brasil volte a gerar emprego, renda e tenha crescimento na atividade econômica. E essa é a questão central para o Banco Central. A questão central para o Banco Central é como oferecer ao povo brasileiro, à economia brasileira juros mais baixos, acesso ao crédito, para que nós possamos destravar a nossa economia e voltar a crescer.

Essa é uma pergunta que cabe a todos os senhores aqui presentes e tenho certeza de que há um espaço pela competência de todos. Quero dizer do nosso reconhecimento à graduação, seja acadêmica, seja profissional, pelos currículos de todos os senhores que aqui se apresentaram. Isso seguramente é fruto de uma nova geração de executivos que o Brasil foi capaz de construir através das suas instituições de ensino e através dos seus mecanismos da iniciativa privada. Quero aqui cumprimentar todos, que estão tendo espírito público de sair do conforto de estar em instituições financeiras do mercado privado, muitas vezes ganhando milhões e milhões de reais por ano não só de salário, mas como bônus pelos resultados apresentados pelos lucros do setor. Estão com espírito público assumindo o desafio de ajudar o Brasil a crescer.

Fica essa pergunta, porque eu creio que é a mais importante de todas, fica esse reconhecimento a todos e nós precisamos explicar ao povo brasileiro como vamos baixar juros e aumentar crédito.

Finalmente, quero uma resposta também com relação à expectativa dos senhores e o que vocês acham da questão da autonomia do Banco Central e do mandato com prazo certo para os diretores e presidentes dos referidos órgãos de fiscalização e controle na área monetária.

Eram essas as considerações, agradecendo ao seu Presidente pela honra de poder, mais uma vez, relatar o Sr. Roberto Campos Neto, neto de um grande brasileiro, um grande homem público, que deu ao povo do meu Estado a oportunidade de sair do desemprego, do atraso e de criar uma expectativa de vida melhor através da Zona Franca de Manaus.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador Eduardo Braga.

O Senador Roberto Campos foi o que redigiu o Decreto 288, que criou a Zona Franca de Manaus. Já naquela época, o Senador Roberto Campos, avô do futuro Presidente do Banco Central, já

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tinha uma visão amazônica, já tinha uma visão de Brasil, de ser uma Federação de oportunidades a todas as Regiões.

Por isso a nossa gratidão, dos amazonenses, àquele que redigiu o Decreto 288, como Ministro do Planejamento à época.

Eu vou passar a palavra ao Senador Rodrigo Pacheco.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG. Para interpelar convidado.) – Sr. Presidente, Senador Omar Aziz, agradeço.

Srs. Senadores, Sras. Senadoras, eu saúdo os quatro indicados nas mensagens presidenciais: o Sr. Roberto Campos Neto, indicado ao Banco Central do Brasil, com vínculos no Estado de Minas Gerais; a Dra. Flávia, advogada por formação, como eu, e agora indicada à Comissão de Valores Mobiliários; e os dois Diretores, Sr. João Manoel, e, especialmente, Sr. Bruno Serra Fernandes, de cuja mensagem presidencial sou o Relator.

Eu gostaria, inicialmente, como introdução, de constatar que a grande preocupação dos Senadores, revelada nos muitos pronunciamentos que aconteceram na semana passada, quando lidos os pareceres referentes às mensagens presidenciais, é aquilo que foi sintetizado pelo Senador Eduardo Braga, quando se refere à concentração do Sistema Financeiro Nacional nas mãos de quatro ou cinco instituições financeiras públicas e privadas. Parece-me que, no pronunciamento do Sr. João Manoel, ele foi muito incisivo quanto à referência feita acerca dessa concentração.

Então, isso é algo que revela uma grande preocupação dos brasileiros, externada pelo Senadores da República, que haverá de ser uma preocupação do Banco Central do Brasil em democratizar o Sistema Financeiro Nacional, invocando até um princípio, indicado Bruno Serra Fernandes, que é um princípio do Sistema Financeiro, das leis que regem a matéria, inclusive a Lei 7.492, de 1986, dos crimes contra o Sistema Financeiro. Quando uma instituição financeira de pequeno ou de médio porte concentra as suas operações de crédito com quatro, cinco ou seis clientes específicos, isso é um limite entre uma gestão agressiva e uma gestão temerária, considerada como um tipo penal da Lei 7.492, aliás tipos penais muito amplos: gerir fraudulentamente instituição financeira, pena de três a 12 anos; se a gestão é temerária, pena de dois a oito anos. Trata-se de algo até que o Congresso deve debater, para tornar taxativo esse rol, até para facilitar o trabalho do Banco Central sobre o que é gestão fraudulenta e o que é gestão temerária.

Mas isso é só uma analogia a essa questão da concentração, porque, se isso não serve para uma instituição financeira, não haverá de servir para o Sistema Financeiro Nacional essa concentração em poucos bancos públicos e poucos bancos privados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria destacar os princípios invocados pelo indicado à Presidência do Banco Central, Roberto Campos Neto, da inclusão, da precificação, da transparência e da educação financeira. Algo que pode inclusive, em algum momento, ser delineado e melhor explicado, porque presumo serem princípios absolutamente fundamentais para a sua gestão como Presidente do Banco Central.

E em relação ao indicado, de cuja mensagem eu sou o Relator, eu gostaria de formular alguns questionamentos, Sr. Bruno Serra Fernandes. Primeiro deles, a operacionalização da política monetária é uma das atribuições mais importantes do Banco Central. No regime atual de política monetária, o instrumento de política monetária é a taxa de juros básica da economia, a denominada taxa Selic. A meta da taxa Selic é obtida gerenciando sua liquidez no mercado monetário. Na atualidade, o Bacen utiliza as operações compromissadas para fazer a gestão de liquidez, retirando e injetando liquidez no mercado.

Eu pergunto ao senhor se novos instrumentos poderiam ser úteis nesse processo de gestão de liquidez, além da Selic? Por exemplo, depósitos voluntários remunerados. Poderia nos explicar as vantagens desses mecanismos para a gestão de liquidez e para a condução da política monetária nacional e se existem impactos relevantes sobre as contas públicas devido à escolha desses distintos instrumentos de gestão de liquidez e quais seriam esses impactos?

Então o tema é referente a essa questão de gestão de liquidez atrelada à Selic ou a algum outro instrumento.

Segundo ponto, que é uma questão que está na agenda do Congresso e do Governo, algo inclusive que eu questionei ao Sr. Roberto quando esteve comigo, juntamente com os diretores, no gabinete, para uma visita cordial, que é quanto à autonomia do Banco Central do Brasil.

Não há autonomia formal do Banco Central. E eu pergunto novamente as vantagens e as desvantagens dessa autonomia formal do Banco Central e como poderiam funcionar os mandatos dos dirigentes do Banco Central (prazo fixo, recondução, mandatos de quatro anos), se seriam suficientes ou não na ótica de V. Exa.

E o terceiro ponto a que me refiro. A economia brasileira é grande e diversificada, com um acentuado grau de complexidade. Recentemente, no Congresso tivemos discussões com o Cade a respeito de manipulações da taxa de câmbio doméstica por parte de instituições financeiras, que inclusive rendeu alguns acordos de leniência do Cade com instituições financeiras. Queria saber de V. Exa., Dr. Bruno, como o senhor vê a legislação atual a esse respeito e qual deve ser o papel do Banco Central, que é o depositário das reservas internacionais e que executa a política cambial? E como o Cade e o Banco Central poderiam atuar conjuntamente para evitar a formação de novos cartéis no futuro, que, como dito, já renderam alguns acordos de leniência com o Cade?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

São esses três pontos, com alguns questionamentos, que resumidamente gostaria de ouvir de V. Exa. as suas considerações a respeito.

Permito-me, Senador Omar Aziz, repercutir quatro questionamentos que foram feitos pelo Portal e-Cidadania, que considero pertinentes, de cidadãos brasileiros.

O primeiro deles, do Sr. Atila Conceição, do Estado da Bahia, que indaga: "Como o Bacen pode atuar para coibir o compartilhamento de dados de clientes entre instituições financeiras [...]?"

Segundo questionamento de cidadãos brasileiros, o Sr. Valdemagno Silva, do Estado de Pernambuco quer saber se o Banco Central vai intervir nos altos juros dos cartões de crédito e do cheque especial, segundo ele, "hiperinflacionários, enquanto, nossa inflação, quando muito, é de dois dígitos". Na verdade, é de um dígito.

Então, é um questionamento que eu acho que até crianças de dez anos de idade têm: por que os juros do cartão de crédito e do cheque especial são tão altos quando temos uma inflação controlada atualmente no Brasil. É uma pergunta recorrente, inclusive, citada pelo eminente Senador Eduardo Braga.

Terceiro questionamento do público, de cidadão brasileiro, do Sr. João Pereira, de São Paulo: "Por que o excesso de liquidez do sistema é remunerado pelo Banco Central pela taxa Selic?" Que vai ao encontro ao primeiro questionamento que fiz. "O ativo mais líquido e seguro do mercado não deve ter uma taxa menor?" Essa é a pergunta do Sr. João Pereira, de São Paulo, que ainda indaga: "Por que o Brasil ainda possui dívida externa?" É um questionamento um tanto singelo, mas que eventualmente pode ser considerado.

E a última a indagação é da Lais Pupo, também do Estado de São Paulo que indaga especificamente quanto a meios de pagamento: "Quais as perspectivas do Banco Central para o mercado de meios de pagamento?"

Creio que exagerei um pouco nas perguntas, são muitas e o senhor terá pouco tempo para respondê-las, mas, sinteticamente, se pudesse dar as suas considerações, seria muito importante para o Senado, para o processo de escolha e para transparência que deve nortear os trabalhos do Senado Federal. E destaco, com muita alegria, a qualidade do currículo daquele de que fiquei responsável pela relatoria, o Sr. Bruno Serra Fernandes, com aspectos teóricos muito significativos, com uma passagem muito significativa no sistema financeiro brasileiro, que seguramente contribuirá muito para a política, para a qualidade e para a eficiência do Banco Central do Brasil, destacando uma vez mais aquilo que é a filosofia do Presidente, que é a inclusão, a precificação, a transparência e a educação financeira que vem muito a calhar neste momento do País.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – São esses os meus questionamentos.

Agradeço a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado Senador Rodrigo Pacheco.

Senador Wellington Fagundes.

As perguntas que o Senador Rodrigo Pacheco acabou de fazer algumas estão chegando – aquilo que falei no primeiro momento – via internet, pelo e-Cidadania. Temos várias perguntas aqui: perguntas para a Sra. Flávia Martins, perguntas para o Presidente do Banco Central.

É aquilo que eu dizia há pouco ao Sr. Roberto Campos: ao discurso técnico elitizado, muitas vezes, o povo brasileiro não tem acesso. Vamos simplificar para que as pessoas possam entender o que é a economia, como com uma pergunta simples: por que os juros são altos? É uma pergunta que qualquer cidadão brasileiro, de qualquer faixa etária ou classe social quer saber. Então, são coisas às vezes que nós, tecnicamente, falamos aqui num linguajar técnico, mas a grande maioria da população brasileira não teve acesso a essas informações técnicas e querem saber, no dia a dia, que é o que move o cidadão brasileiro, por que ele paga esses valores absurdos de juros, o que foi colocado aqui pelos dois primeiros.

Eu vou ouvir o Senador Wellington e, depois, o Senador Tasso e eles passam a responder. Aí, a gente começa a sabatina. Eu dei primeiro aos Relatores a abertura, a prioridade aqui, nas sabatinas, é dos Relatores.

Senador Wellington, por favor.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT. Para interpelar convidado.) – Sr. Presidente, Senador Omar Aziz, em seu nome, cumprimento todos aqui, os sabatinados, Roberto Campos Neto, João Manoel Pinho de Mello, Bruno Serra Fernandes e a Sra. Flávia. E tenho certeza de que, pelo currículo já apresentado por todos, nós não teremos dificuldade em aprovar os nomes de todos vocês.

Claro, é a oportunidade que temos, até para que a sociedade, como disse o Senador Omar, conheça um pouco do que é esse Banco Central, que não conseguimos pegar, sabemos que existe, mas não está próximo do cidadão.

Então, eu queria aqui apenas dizer, não colocamos no relatório, o João Manoel é *expert* em área antitruste, atuou também como consultor analista econômico e testemunha especialista em inúmeros processos judiciais e arbitrais. No setor público, atuou nos últimos dois anos no Ministério da Fazenda como Assessor Especial para Reformas Microeconômicas e ainda Secretário de Produtividade e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Advocacia da Concorrência, como Secretário de Política Econômica também. Nesse período trabalhou em parceria com o Banco Central na formulação e implementação de reformas estruturantes para a melhoria da intermediação financeira do nosso País e também para a promoção da concorrência no sistema financeiro.

Então, é um currículo que atende perfeitamente àquilo que está previsto na indicação de V. Sa.

Também como mato-grossense, nós tivemos a oportunidade de receber os diretores, mas nós sempre temos que tocar um pouco no saudosismo. O Roberto Campos nasceu em Mato Grosso e foi Senador pelo meu Estado, e para mim, como um Parlamentar mato-grossense, é impossível tratar nesta sabatina sem falar dessa figura ilustre do nosso Estado brasileiro, avô do indicado para o Banco Central, Roberto Campos Neto.

Haveremos aqui de fazer inúmeros questionamentos vitais ao interesse da Nação, que, por ora e já há algum tempo, enfrenta uma verdadeira crise fiscal aguda que está a exigir de todos nós esforço adicional em busca de soluções para que aquele mais simples e mais humilde trabalhador seja resgatado em suas necessidades básicas e essenciais.

E aí, Senador Omar, quero inclusive registrar para a população brasileira que o Congresso Nacional está dando resposta. Conseguimos, através da Presidência do Senador Davi, formar as comissões. Esperava-se que esta sabatina fosse acontecer depois do carnaval, mas não, já estamos fazendo aqui e provavelmente, hoje ainda, deverá ir ao Plenário. Essa é uma demonstração da responsabilidade que todos nós estamos assumindo neste momento em que o Brasil passa por toda essa crise política e econômica ao mesmo tempo.

Aqui faremos os questionamentos, mas quero, antes de tudo, usar um pouco deste tempo para enaltecer mais uma vez Roberto de Oliveira Campos, o avô, que considero um dos expoentes do conhecimento e da intelectualidade nacional, cuja contribuição ainda está a serviço da nossa Nação.

Quero dizer que estou ao lado também do companheiro Ricardo Corrêa, que foi Deputado Estadual, Deputado Federal, que esteve inclusive em campanha como candidato a Senador junto com Roberto Campos.

Roberto Campos chegou de volta a Mato Grosso em 1981, após cumprir com brilhantismo excepcional o seu trabalho nos mais diversos postos-chave do País, de criador e Presidente do BNDES a Embaixador renomado pelo mundo. Em conjunto com outros, criou o Banco Central do Brasil. E – olhem só o destino – agora o neto está aí para assumir aquilo que foi a criação do nosso saudoso Senador Roberto Campos. Ele também criou o extinto BNH e esteve à frente do FGTS e do Estatuto da Terra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em defesa do seu conhecimento, enfrentou as adversidades do poder quando necessário. Na sua biografia, constam as duras críticas que recebeu de Adhemar de Barros e também de Carlos Lacerda, Governadores de São Paulo e Rio, respectivamente, que eram contra o corte de gastos públicos que Roberto Campos determinou para combater a inflação na época. Liberal ao extremo, na carreira parlamentar foi um contestador.

Narro o que está escrito na página 669 do seu monumental livro de memórias, onde ele dizia: "A Lanterna na Popa." Ele relata o incidente em que o Marechal Arthur da Costa e Silva, segundo Presidente do ciclo revolucionário de 1964 a 1985, resolveu demitir o primeiro Presidente do Banco Central, Dênio Nogueira. Assim ele conta:

"Dois meses antes da transmissão do poder, fui, como Ministro do Planejamento, instruído por Castello Branco para explicar ao presidente eleito [naquela época, indiretamente] Costa e Silva os capítulos econômicos da nova Constituição de 1967."

Aí, segundo ele: "Aproveitei para sugerir-lhe que pusesse termo aos boatos de substituição do presidente do Banco Central [à época], pois a lei lhes dava mandato fixo, precisamente para garantir estabilidade e continuidade da política monetária. O Bacen é o guardião da moeda – acrescentou [ele dizia isso sempre e relatou ao Presidente]. O guardião da moeda sou eu – retrucou Costa e Silva", rechaçando-o.

Logo em seguida, Roberto Campos concluiu: "Foi inútil tentar persuadi-lo de que nem o Legislativo nem o Executivo costumam portar-se heroicamente na luta anti-inflacionária, pois ambos estão sujeitos a enormes pressões de gastança, que recrudescem nos anos eleitorais." E aí Costa e Silva ignorou os mandatos, [Antônio] Delfim Netto, o novo ministro da Fazenda, não tinha fanatismo pela ideia de independência do Banco Central."

Creio que a desilusão provocada pelo episódio que acabo de relatar levou Roberto Campos a este desabafo, em que ele disse: "É enorme a brecha entre os objetivos idealizados na legislação de 1964", integrante do conjunto de medidas de modernização econômica formuladas por ele e pelo Prof. Otávio Gouveia de Bulhões, Ministro da Fazenda do Governo Castelo Branco, e as realidades também daquela época. "Concebido como o anjo Gabriel, o Bacen virou um Frankenstein. Por isso, quando me perguntam se sou ou não a favor da 'independência' do Bacen, minha resposta é do tipo existencial: será que o monstro deve existir?" Foi o que disse Roberto Campos na época.

Mas, senhoras e senhores, além de contestador, acima de tudo e ao mesmo tempo, Roberto Campos foi um dos maiores realizadores de obras. Pelas suas mãos, Mato Grosso conseguiu, em 1982, linha de crédito da ordem de US$100 milhões que permitiu ao Governador na época, Júlio Campos, realizar o maior e mais ousado programa de infraestrutura jamais visto no nosso Estado, entre os quais a pavimentação de 2.000km de rodovias federais com empréstimo do Governo do Estado que até hoje

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o Governo Federal não restituiu ao Estado. Isso mesmo, o Governo do Estado bancou, naquela ocasião, a pavimentação da BR-070, da BR-163 e também da BR-364, eixos de desenvolvimento econômico e social do nosso Estado, algo inimaginável nos dias de hoje.

Senador Omar, a BR-163 é extremamente importante para toda a nossa Amazônia, porque tudo que demanda aquela região tem que passar pela BR-163.

Portanto, Roberto Campos, o avô, foi um pouco mais do que se conhece dele. E ele disse ainda certa vez: "O mundo não será salvo pelos caridosos, mas pelos eficientes". Quem há de duvidar dessa máxima?

(*Soa a campainha.*)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Já concluindo, Sr. Presidente.

Cada vez que ele subia à tribuna do Senado para se manifestar era ouvido por todos. Aliás, anunciava-se: "Hoje Roberto Campos fará um pronunciamento". Era dia de galerias lotadas, ouvia-se apenas sua voz. Sua boca transmitia de sua inteligência uma aula de patriotismo e defesa maior dos interesses da Nação e do nosso povo.

Eu quero agradecer a todos, inclusive ao Presidente Omar, pela oportunidade de estar aqui relatando, porque penso que nós estamos fazendo um trabalho conjunto para aquilo que vai ser o futuro do nosso País, principalmente da nossa estabilidade econômica. Temos que sair da estagnação, sair dessas taxas de juros extorsivas, e principalmente buscar a distribuição de recursos com juros acessíveis para aqueles que mais geram empregos, que são os pequenos e médios no País, porque, infelizmente, o Banco de Desenvolvimento Nacional praticamente não consegue chegar à ponta.

Foi criada, há oito anos atrás, uma linha de crédito para a Amazônia, pelo BNDES, de R$6 bilhões à época; desses recursos, menos de 3% foram aplicados, exatamente, pela falta de capilaridade, pela visão que às vezes não se tem de o que é o "S" do Social. Às vezes, o banco só quer saber da garantia e não vê o talento e a capacidade do pequeno empreendedor.

Por isso, eu quero aqui dizer, já encerrando, que Roberto Campos nasceu na cidade de Nossa Senhora do Livramento. Eu quero pedir à nossa diretoria que tomará posse, através do seu neto, Roberto Campos Neto, que faça como Nossa Senhora do Livramento e que livre o Brasil desses juros extorsivos, faça com que o Brasil se liberte das amarras do sistema financeiro internacional, que, às vezes, não quer olhar o desenvolvimento da Amazônia, do cidadão que está lá protegendo toda aquela riqueza, a biodiversidade, mas que não tem o apoio necessário para promover o seu desenvolvimento.

Eu quero aqui, Sr. Presidente, tenho ainda... Já excedi?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Dois minutos.

Quero fazer três questionamentos que foram preparados, inclusive, pela assessoria.

Os empréstimos bancários são inegavelmente muito caros, com taxas de juros exorbitantes em termos nominais e em termos reais, ou seja, descontada a inflação. Nesse aspecto, o que explica esse fenômeno? Por que um mercado tão lucrativo tem tão poucos competidores?

Ainda, a Selic caiu de 14% para 6,5%, menos da metade. Por que os juros ao consumidor também não caíram pela metade? Ainda há Municípios sem agência bancária do Banco do Brasil. Como atender a essa população, que não tem acesso a bancos, ainda nessa realidade? Como a tecnologia poderia ajudar a sanear essa deficiência?

O Governo passado subiu o custo dos empréstimos para as grandes empresas por meio do BNDES, agora, recentemente. Agora parece querer subir o custo também para os agricultores. É apenas para os grandes ou também para todos? Sabemos que, na verdade, esse custo é muito maior para o pequeno.

Apesar de a política monetária da atual gestão do Bacen ter conseguido eficientemente controlar a inflação, ainda não vislumbramos um retorno sólido do crescimento econômico e uma queda consciente das taxas de desemprego no Brasil. Nesse sentido, eu gostaria de perguntar: a atual política monetária não tem sacrificado excessivamente a atividade econômica? O combate à inflação deve ser priorizado ou é mais importante um afrouxo monetário para combater as crescentes taxas de desemprego e o ambiente de retração econômica?

Quais medidas devem ser tomadas pelo Governo em paralelo à política monetária do Bacen a fim de se retomar o crescimento da política econômica?

É isso, Sr. Presidente.

É claro que teremos muitas mais outras perguntas, inclusive aqui feitas também pelos meios de comunicação da Casa, mas creio que todas essas também estão chegando à Presidência e V. Exa. poderá fazê-las.

Eu agradeço imensamente.

É claro que seria bom o quanto antes abrirmos a votação, já que outras comissões estão nos chamando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Exª já falou 15 minutos, Senador Wellington. Eu, de uma forma democrática, estou sendo paciente, porque geralmente 10 minutos são 10 minutos.

Se vocês repararam, as perguntas são muito parecidas, correto? Tanto as do Senador Eduardo quanto as do Senador Rogério e as do Senador Wellington são parecidas e vai ser assim sucessivamente. Por isso, o Senador Tasso vai falar e depois falará o Senador Alvaro Dias, que é o primeiro inscrito.

Eu vou abrir a votação, até porque está havendo um problema aqui. Muitos Senadores estão me dizendo...

O SR. LUIZ DO CARMO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... que têm de ir para outras Comissões.

O SR. LUIZ DO CARMO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, pois não, Senador.

O SR. LUIZ DO CARMO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO) – Eu acho que é muito injusto abrir votação no meio das perguntas. É até indelicado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu sei, mas...

O SR. LUIZ DO CARMO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO) – É até indelicado. Quem está fazendo por último?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Presidente, pela ordem aqui.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É comum acontecer isso, Senador.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Eu queria fazer um argumento a V. Exa. É que o quórum é alto para votação de autoridade, os Senadores estão saindo da Comissão, e isso vai acabar inviabilizando a votação. V. Exa. está certo. Vamos abrir a votação.

O SR. LUIZ DO CARMO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO) – Que vote em outro dia. Não podemos fazer... Vou fazer uma pergunta: em algum dia não foi aprovado um Presidente do Banco Central nesta Comissão? Sempre foi aprovado?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Acho que sim. Eu não sou... Eu só estou há quatro anos aqui. Há gente que está há 40 aqui e deve saber mais do que eu. Eu só estou há quatro anos aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIZ DO CARMO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO) – Pelo jeito, já está tudo organizado para ser aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu ouvi agora o Senador Wellington, que falou uma coisa muito importante: da intervenção do presidente de plantão em uma política de Estado, que é a do Banco Central. Não dá para confundir política do Governo que está de plantão com política de Estado, até porque, em 1985, antes de os militares saírem do Governo, eles deixaram uma inflação de 233% do IPC, por causa dessa intervenção que houve dos Governos. E, depois de alguns anos, houve uma intervenção recente, que deu no que deu, e nós entramos numa recessão muito grande.

Então, nesse tipo de exemplo, a história se repete. Não dá para dizer que tudo foi maravilha na época de alguns governantes ou tudo foi ruim. Nós temos que pegar aquelas coisas que foram boas. E essa foi uma história que o Sr. Roberto Campos deixou para a gente: uma discussão com o Costa e Silva dizendo que ele mandava no Banco Central. Deu no que deu. Vinte e um anos depois, a inflação era 233% do IPC (Índice de Preços ao Consumidor). Então, nós não pegamos o Brasil, na saída de um regime para outro, numa maravilha, em que as pessoas querem colocar na cabeça da gente que tudo vai ser resolvido a toque de caixa, batendo continência. Não vai ser. Vai ser na democracia que vamos resolver o problema. É aqui dentro desta Casa. Não é marginalizando os políticos, como estão fazendo hoje, que vamos resolver o problema do povo brasileiro. É discutindo politicamente, é dando transparência nas ações do Banco Central, é acabando com qualquer tipo de sigilo de informações. Esse sigilo de informações já levou o País à penumbra. E nós não vamos permitir que isso aconteça aqui.

E eu, como Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, quero debater profundamente. Por isso, eu quero abrir a votação, porque vou ficar aqui até a hora em que puder. Daqui a pouco, o Senador Plínio vai assumir o meu lugar um minutinho, até porque eu não sou de ferro, mas voltarei aqui com certeza absoluta.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) – Pela ordem, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador Angelo Coronel, que não é coronel, tá? Por favor.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA. Pela ordem.) – Pois não.

Presidente, Omar, eu quero aqui comungar com o meu amigo aqui vizinho, Senador Luiz do Carmo, da Bancada de Goiás, porque, do jeito que a gente vê, isso aqui não é uma sabatina. A partir do momento em que se marca uma reunião para haver uma sabatina, há perguntas e respostas para ver se os Senadores se convencem da indicação dos membros para o Banco Central. A partir do momento em que se vota sem uma discussão, sem ouvir, inclusive, as respostas dos futuros diretores, fica uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

reunião inócua. Eu não sei... Eu sou Senador de primeiro mandato. Se sabatina for assim, eu acho que deveria o nome. Deveria ser sessão de apresentação dos diretores. Ficaria mais prático.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu concordo com V. Exa. Agora, essa é uma praxe no Senado, até porque o senhor não consegue manter o quórum durante horas.

Tudo bem. Vamos fazer o seguinte: eu vou abrir a votação. Aqueles que quiserem votar votem e aqueles que não quiserem não votem.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – Senador, eu gostaria de fazer...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador Tasso.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – Eu gostaria de esclarecer aos Srs. Senadores que quem está com sua convicção já firmada vota e quem não está com a convicção firmada não vota e fica até às 6h, 7h da noite, se for necessário. Essa é a praxe aqui. Por isso que, não só em relação a esta sabatina, mas em outras sabatinas, essa é a praxe que se faz. Ninguém tem obrigação de votar neste momento.

Era isso que eu queria esclarecer, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador.

O SR. LUIZ DO CARMO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador.

O SR. LUIZ DO CARMO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO) – Eu estou me sentindo tratorado aqui.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, amigo, não faça isso.

O SR. LUIZ DO CARMO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO) – Eu estou me sentindo. Sabe por quê? Eu vou fazer minha pergunta, eu quero ouvir a resposta dele. Eu não formei a minha opinião ainda, concorda?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor espera.

O SR. LUIZ DO CARMO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO) – O.k. Mas vai abrir a votação. E aí?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou aguardar... Mas deixe-me dizer uma coisa... A proposta do Senador Tasso, com a qual concordo, é: aqueles que estiverem convencidos vão votar e aqueles que não estiverem convencidos esperam a resposta e votam. É normal, Senador.

O SR. LUIZ DO CARMO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO) – Isso não é questão de maioria. É questão de convicção. Tem maioria, já está aprovado. Não é questão de maioria.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, mas agora dizer que o senhor está sendo tratorado, não.

O SR. LUIZ DO CARMO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO) – Eu estou me sentindo. Eu sou Parlamentar e posso falar isso, concorda? Vamos ouvir, pelo menos dez para depois abrir. Não foi esse o trato primeiro? O.k?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou ouvir todos. Já há 30 inscritos.

O SR. LUIZ DO CARMO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO) – Eu sei, mas, para abrir, vamos ouvir pelo menos dez.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Há mais gente inscrita aqui do que o total de membros da Comissão.

O SR. LUIZ DO CARMO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO) – Para abrir, vamos ouvir os dez; depois, fazemos as perguntas.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – Senador Omar, eu gostaria de fazer a minha intervenção.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por favor.

Com a palavra o Senador Tasso.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE. Pela ordem.) – Eu gostaria, primeiramente, de fazer uma referência à qualidade dos que estão sendo aqui sabatinados hoje. Com certeza, como disse, se não me engano, o Senador Eduardo Braga ou outro Senador, é relevante e importante a perspectiva quanto à qualidade, à formação técnica e à experiência de uma nova geração de executivos públicos deste País, o que nós só temos a elogiar.

Embora o próprio Senador Eduardo Braga já tenha feito uma série de questões que eu gostaria de fazer sobre *spread* bancário, concentração bancária, eu gostaria ainda de aproveitar e dar ênfase à questão da verticalização e da competição no mercado de cartões de crédito, tema que foi objeto de uma discussão que nós tivemos muito aqui na composição passada desta Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ainda sobre uma outra questão que também já foi colocada aqui, eu gostaria, mais uma vez, de ressaltar – é fundamental, é a grande pergunta – a timidez do crescimento da economia e os resultados pouco alentadores em termos de crescimento da economia. A inflação foi controlada e uma série de conquistas foram feitas pela brilhante atuação, que nós temos de reverenciar, do Dr. Ilan Goldfajn, mas os resultados na economia são muito tímidos. A grande vontade, o grande desejo, que é a recuperação da geração de empregos, nós não temos conseguido até agora. Como essa gestão vê a possibilidade de ajudar nesse item?

Gostaria também, em função da menção, de agradecer ao Senador Eduardo Braga e, mais uma vez, fazer menção ao trabalho que foi coordenado pelo Senador Armando Monteiro, que faz muita falta aqui nesta Casa hoje.

À Drª Flávia Perlingeiro, especificamente, um fato que me chamou a atenção foi o aumento das multas da CVM, que passarão, pela Lei nº 13.506, de R$500 mil para R$50 milhões. Quais serão os critérios a serem adotados na aplicação dessas penalidades, já que há uma pressão muito grande e muita reclamação em relação à CVM quanto à pouca celeridade dos processos que lá chegam? Ao mesmo tempo que nós queremos uma maior celeridade – o mercado exige isso –, é preciso também esclarecer os critérios que farão valer essas multas que chegam a R$50 milhões.

E, mais uma vez, eu gostaria de elogiar o trabalho e a capacidade técnica, a formação técnica de todos aqui presentes.

Ao Roberto Campos Neto, que vai ter uma tripla responsabilidade – substituir o Ilan, que não é fácil, dirigir os destinos da nossa moeda e atender às expectativas ao redor do seu nome, Roberto Campos –, eu desejo sucesso.

Senador Omar, economizei tempo para V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado.

Senador Styvenson. (*Pausa.*)

Não se encontra.

Senador Alvaro Dias; depois, o Senador Luiz do Carmo.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR. Para discursar.) – Presidente, eu vou procurar ser bem objetivo, dispensando os cumprimentos a todos e me referindo rapidamente ao sistema financeiro como um monstro que nos faz reféns.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Somos 62 milhões de brasileiros devedores, especialmente dos cinco maiores bancos do País, e continuamos alimentando a inadimplência com as altas taxas de juros aqui já condenadas pelos que me antecederam; taxas de juros que, comparativamente a outros países, se constituem verdadeiro escárnio, afronta à pobreza nacional.

Se nós compararmos, por exemplo, as nossas taxas de juros com as de Portugal, Portugal pratica uma taxa de juros de 3,9% para crédito pessoal e 16,6% para o cartão de crédito e limites bancários. Em Portugal, o Banco Central é que define neste trimestre a taxa do cartão de crédito do próximo trimestre e não permite que se ultrapasse, neste caso, a 16,6% neste ano. Se nós olharmos para o Brasil, verificaremos que os cartões de crédito no Brasil são taxados entre 260% e 310%; o crédito pessoal entre 60% e 90% e, em alguns casos, chegando à ordem de 300% a taxa anual de juros e até 1.000%. Os cartões de crédito, da mesma forma, chegando a 230% e 340% ao ano, e com instituições financeiras que chegam a cobrar 1.300% ao ano. Portanto, há que se olhar com maior atenção para o sistema financeiro.

Nós estamos falando em reformar a previdência. A reforma da previdência para alguns é o próximo milagre, a salvação da Pátria, a solução de todos os problemas e poucos falamos na reforma do Sistema Financeiro Nacional que, a meu ver, é a principal reforma, que devemos encarar com muita responsabilidade.

Se nós olharmos, por exemplo, para a Espanha, a Justiça espanhola cancelou o crédito do Banco Sigma para um consumidor com juros de 24,6% ao ano no cartão de crédito rotativo. O Supremo Tribunal, com base na lei de repressão à usura, que está em vigor naquele país, considerou abusiva a taxa de 24,6%, e, no Brasil, como vemos, nós temos uma média de 340% ao ano nas taxas de juros do cartão de crédito.

Em outras duas ações, a Justiça em primeira instância na Espanha, uma nas Astúrias e outra em Barcelona, cancelou taxas de juros cobradas pelo Banco Santander no contrato de cartão de crédito rotativo em situação semelhante, e, no Brasil, o Banco Santander cobra 248% em média do cartão, no cartão rotativo. Portanto, falta regulação no Brasil? Essa é a indagação.

Outra questão que eu considero da maior importância e que será um desafio para todos nós, mas especialmente para os senhores que aqui se encontram hoje, diz respeito à dívida pública, que cresce de forma avassaladora. Eu pedi uma auditoria ao Tribunal de Contas sobre a dívida pública brasileira. Em que pesem as dificuldades estruturais para um trabalho de profundidade, o Tribunal de Contas revela algumas distorções importantes e aponta algumas sugestões também interessantes.

Na análise do Tribunal de Contas, os *dealers*, por exemplo, recebem tratamento diferenciado em relação aos não *dealers* na rolagem dos títulos públicos, que dizem respeito ao crescimento da dívida pública no País. E o Tribunal de Contas da União revela que há necessidade de uma investigação em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

relação ao comportamento do Banco Central no que diz respeito a essa prática das taxas de juros diferenciadas em relação a *dealers* e não *dealers* na rolagem da dívida.

O Banco Central também aponta a ausência do Conselho de Gestão Fiscal, que, instituído pela Lei de Responsabilidade Fiscal, não foi constituído até hoje.

O Banco Central também... Aliás, o Tribunal de Contas também revela que não há transparência no endividamento público do País, e que nós deveríamos ter, por meio eletrônico, numa plataforma, a publicidade do endividamento de Municípios, Estados e União, com o detalhamento da dívida pública, valores, prazos de carência, taxas de juros e beneficiados etc. Da mesma forma, o Tribunal de Contas aponta a ausência de transparência nos leilões dos títulos públicos. Deveríamos ter também uma plataforma que possibilitasse à sociedade fiscalizar os leilões de títulos públicos.

Outra questão – uma situação que o Banco Central pode investigar, e por isso nós estamos colocando aqui esta questão, que, além da indagação, é uma reivindicação – também importante diz respeito às tais operações compromissadas. Em 2006, eram ao redor de R$77 bilhões, correspondendo, portanto, a 3,2% do Produto Interno Bruto. No ano passado, elas chegaram a R$1,1 trilhão, correspondendo a 16,4% do Produto Interno Bruto. O Tribunal de Contas aponta que há certamente a utilização das operações compromissadas para a rolagem da dívida pública, e essa não é a finalidade precípua das operações compromissadas.

É uma questão importante a se destacar, exatamente porque o crescimento avassalador da dívida pública brasileira nos impede de nos desenvolvermos economicamente. Se nós vamos fazer uma reforma da previdência para economizar, em dez anos, 1 trilhão, como diz o Governo, temos que constatar que esse 1 trilhão desaparecerá em apenas dois anos e meio no pagamento de juros da dívida pública.

E nós estamos verificando que a adoção dessas operações compromissadas – até porque elas beneficiam extraordinariamente os grandes bancos brasileiros, especialmente os *dealers*, e não beneficiam a sociedade – fazem do Governo para os bancos o cliente generoso, que oferece a possibilidade de taxas de juros elevadas, fazendo com que os bancos não tenham que competir no mercado, na economia privada e, com isso, as taxas de juros se mantêm elevadas. Como não há competição junto ao setor privado para a prática das taxas de juros, elas não são nunca rebaixadas e são sempre impulsionadas, graças à generosidade do Governo.

A indagação que nós fazemos é exatamente no sentido de que o Banco Central, em que pese o fato de nós defendermos sempre o liberalismo econômico, nessa área financeira, especialmente em razão desse complexo sistema que nos esmaga economicamente, deve intervir, sim, impondo normas reguladoras. Essa fiscalização deve ser implacável, mas, sobretudo, a normatização para a prática das taxas de juros e a transparência no que se refere à administração da dívida pública do País porque, se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não administrarmos com maior competência a nossa dívida pública, de nada adiantarão as demais reformas anunciadas pelo Governo, de nada adiantará essa reforma da previdência decantada e cantada em prosa e verso, porque certamente nos engolirá o monstro do sistema financeiro, acabará com as nossas pretensões de crescimento econômico a curto prazo, e certamente impedirá o ajuste fiscal necessário para impedir que o déficit público continue impedindo que o Governo invista em setores essenciais como saúde, educação, segurança pública etc.

São essas as nossas modestas indagações com algumas perguntas que podem ser respondidas, mas, sobretudo, com o sentido da reivindicação. Em razão daquilo que constatamos hoje, eu creio que são medidas urgentes, indispensáveis para que o Brasil possa trilhar novamente os caminhos do desenvolvimento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Depois da pergunta do Senador Alvaro, foi o primeiro bloco de cinco e vamos às respostas dos indicados.

Depois, então, teremos mais cinco blocos de cinco Senadores que eu posso até dizer a sequência, após as respostas, qual seriam: Luiz do Carmo, Angelo Coronel, Confúcio Moura, Jorge Kajuru. São cinco depois que virão. Agora, eles vão responder às perguntas dos cinco primeiros.

Não é preciso necessariamente obedecer à ordem. Quem quiser, dos senhores ou das senhoras, responder fiquem a vontade para responder ao Senador. (*Pausa.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

O Roberto será o primeiro a falar porque assim ele escolheu, mas os outros também.

(*Intervenção fora do microfone.*)

Se for dirigida pergunta a alguém da Mesa terá que responder, está bom?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – São dez minutos.

O SR. ROBERTO DE OLIVEIRA CAMPOS NETO – São dez minutos? O.k.

São muitas perguntas, e eu vou tentar agrupar por blocos.

Primeiro, gostaria de parabenizar a Casa pelos excelentes trabalhos feitos tanto no tema do *spread* bancário quanto no tema da verticalização. Eu me debrucei sobre os trabalhos e gostaria de parabenizá-los pela qualidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos ao primeiro tema que foi abordado por vários dos senhores que é o *spread* bancário. De fato, de 2012 a 2016, o Brasil foi um dos poucos países de mercados emergentes que teve aumento de *spread* bancário, foi aproximadamente 5,4 pontos. Depois de 2016, iniciou-se um trabalho muito elaborado do Banco Central para combater o *spread* bancário. Eu vou primeiro elaborar um pouco sobre o que é o *spread* bancário para poder tecer os comentários em relação ao que foi feito e ao que se pode fazer.

Então, primeiro, acho que é extremamente importante entender o que é *spread* bancário. *O spread* bancário hoje, total, está em torno de 20%, 20,5%, sendo que nós temos duas partes: uma parte que é direcionada, que é o crédito direcionado, onde o *spread* bancário está em 8,7%; e uma parte que é livre, onde o *spread* bancário está em 31%. Então, mais ou menos, temos duas partes.

Também acho interessante decompor o *spread* bancário. Eu vou arredondar aqui para fazer uma análise mais simples. Basicamente, 35% de inadimplência; 25%, custo financeiro; 25%, imposto; e 15%, lucro.

Quando nós olhamos outros países, o componente lucro é razoavelmente maior do que no Brasil. Então, grande parte do *spread* bancário não é lucro, é comido por outros custos. Eu vou elaborar um pouco sobre que significa isso.

O primeiro grande componente que é inadimplência... Acho importante analisar que a operação de inadimplência tem um problema antes de ser formulado e depois de ser formulado. E a gente tem que combater os dois problemas. O problema antes de ser formulado é um problema de informação. Hoje os agentes financeiros no Brasil têm menos informação do que seus pares têm na média. Usando um exemplo simples: se nós tivéssemos dois amigos, e um nós conhecêssemos mais o histórico de bom pagador, mas os dois tivessem o mesmo crédito, nós emprestaríamos mais barato para o que temos mais informação. O sistema financeiro também funciona assim. Então, o tema da informação é muito importante.

O Brasil, novamente, é um país onde existe um problema que os economistas chamam de informação assimétrica muito grande.

O que está sendo feito na parte de informação? Na parte de informação, temos o Cadastro Positivo, em que o colega João Manoel trabalhou bastante, que acredito que veio para o Senado hoje. Então, é uma forma de disseminar a informação e acabar com a informação assimétrica. Temos alguns projetos futuros que eu vou mencionar depois.

De uma forma geral, a gente tem de deixar claro que a informação é dele. A informação do cliente não é do banco, não é de ninguém. A gente tem de deixar claro para o cliente que ele tem a prerrogativa de usar a informação dele para benefício próprio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E na parte que a gente chama de ex-post, na parte depois do empréstimo concedido, temos um problema maior, porque existe um grande questionamento: por que a inadimplência caiu de 4 para 3? Por que o custo de inadimplência é tão alto se a inadimplência caiu tanto e esse custo não baixou? Bom, não baixou porque a parte depois da operação contratada continua muito problemática. O Brasil hoje tem uma recuperação de crédito muito lenta e muito custosa. Para terem uma ideia, hoje, de cada R$1 emprestado, recuperam-se R$0,13. E se leva na média quatro anos. Enquanto, em outros países emergentes – porque os não emergentes são inclusive superiores –, estamos falando de 60% de recuperação de crédito e um prazo de um ano e meio, dois anos, enquanto que no Brasil o prazo é de quatro anos.

Então, aqui temos um problema que precisamos endereçar e nessa parte temos muitos projetos, os projetos que já temos na Casa e projetos também que vou mencionar no futuro para combater o tema da recuperação de crédito. Temos o projeto de duplicatas, o projeto de centralização de recebíveis, todos os projetos onde fica mais verificável a garantia, o colateral e tudo o que pode ser usado em contrapartida do empréstimo.

O segundo grande componente é o custo operacional. O custo operacional tem duas partes: o custo financeiro, em que nós temos uma parte que é o compulsório, outra parte que é o crédito direcionado, que acabei de mencionar, outra parte que está ligada a custos financeiros associados ao empréstimo, à captação, e aí há uma outra parte de custos que é a parte operacional, que também o Brasil, no *ranking,* é um dos últimos, ou dos mais caros. E aí acho que figura principalmente o custo trabalhista, mas há todo um custo burocrático, o custo de manter agência, transporte de numerário, tudo está relacionado.

Em relação ao custo do *spread*, uma vez já explicada um pouco a origem do custo, o que a gente pode fazer? O que o Banco Central pode fazer e no que eu, se indicado pela Casa, posso contribuir? Na parte de inadimplência, o Cadastro Positivo; segurança jurídica; e uso de garantias. Na parte de custos operacionais, trabalhista; a parte burocrática nós temos que reformar. Há um grande plano do Governo de fazer uma reforma burocrática. Hoje é muito custoso operar qualquer empresa no Brasil, banco não é diferente disso. E incentivar o uso do dinheiro digital. Eu vou depois também elaborar um pouco mais isso.

Na parte de custo financeiro, há os compulsórios, em que já foi feita uma equalização. Num volume total de 500 bilhões de recolhimento, nós estamos hoje em 420. Então, foram liberados 80 bilhões.

Existe espaço para remodelar mais o compulsório, é uma coisa que vai ser feita a longo prazo, mas é importante mencionar que o compulsório não tem um impacto tão grande. Para cada 10%, estamos falando de 0,1%, 0,2%, o custo de *spread*. Então, não é tão relevante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí eu queria enfatizar dois temas importantes, que acho que não foi feito, não foi falado e pode ser feito. Primeiro, mercado de capitais. Existe no Brasil uma percepção de que mercado de capitais é banco. Mercado de capitais não é banco. Se os senhores forem a outras economias mais avançadas do mundo, o mercado de capitais tem todo um mercado de intermediação financeira que está fora do banco.

Então, na parte – inclusive mencionei isso no meu discurso – de inclusão, nós precisamos fomentar o mercado de capitais. Hoje, as pequenas empresas não têm acesso ao mercado de capitais; elas vão ao banco. A gente precisa fazer uma intermediação mais robusta, mais limpa, com maior credibilidade.

O maior instrumento democratizante do século está aqui: tecnologia. Um telefone como este tem uma capacidade computacional que o computador da Nasa tinha alguns anos atrás. E hoje isso aqui tem mais penetração do que saneamento, muitas vezes mais.

É importante os senhores entenderem que, se a gente tem um estímulo à tecnologia e a gente tem uma intermediação muito grande, a tecnologia vai ser o principal elemento de desintermediar isso, porque, se temos plataformas eficientes, há alguém querendo emprestar a juro muito caro e há alguém que está disposto a emprestar, essa plataforma é que vai fazer conexão. Então, a primeira medida que eu mencionaria é mercado de capitais e a segunda é estimular as plataformas digitais, estimular desintermediação por meio de tecnologia.

E aí eu vou mencionar em específico o *open banking*, que é um fenômeno que tem acontecido e que já está em prática em alguns países. O *open banking*, basicamente, é o cliente ser dono do próprio dado, a gente ser capaz de abrir os dados para todas as instituições que não estão no sistema fechado dos bancos, e, aí, você diminui vários dos aspectos que eu mencionei anteriormente.

Por fim, a reforma para diminuir a burocracia. Essa reforma para diminuir a burocracia, como mencionei no meu discurso, é incluir novas dimensões no mercado de crédito, porque hoje se gasta muito tempo falando do credor – eu acho justo, porque o credor é muito importante –, mas não falamos do poupador, não falamos da pequena empresa – a pequena empresa hoje não tem acesso a mercado de capitais –, não falamos de cooperativa – falamos pouco, cooperativa no Brasil é 3% do crédito, muito pouco –, não falamos de toda a parte de microcrédito – que é um direcionamento pequeno e é uma modalidade de crédito muito interessante, porque gera educação financeira, gera emprego. Então, há todo um tema ligado à competição que nós precisamos estimular, sindicado por Banco do Brasil, obviamente como...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Pois não, Senador Tasso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – O Presidente Ilan tinha um projeto de diminuição de exigências por camadas de instituições financeiras. Esse projeto vai adiante?

O SR. ROBERTO DE OLIVEIRA CAMPOS NETO – Sim. Na verdade, o Presidente Ilan fez uma segmentação que vai em linha de deixar os custos mais baratos para as empresas que têm risco sistêmico. Isso continua. Nós vamos incentivar a ideia, incentivar mais ainda tecnologia na parte de baixo da camada.

A resposta é sim, isso continua.

Então, na parte de *spread*, eu acho que elaborei o suficiente. Vou aqui a algumas outras perguntas.

A pergunta da competição bancária, que eu acho que é importante também. Eu acho que aqui valem alguns esclarecimentos e acho que há uma literatura bastante ampla sobre o tema.

Primeiro, eu acho que a gente precisa distinguir competição e concentração.

Na crise financeira de 2008/2009, o que grande parte dos países fez foi aceitar uma troca de mais concentração por mais segurança. Então, quando nós olhamos os índices de concentração bancária em todos os países, com a experiência dos Estados Unidos da Lehman Brothers, eu acho que o que aconteceu foi que os governos até estimularam, de certa forma, mais concentração, porque achavam que um sistema mais concentrado era mais sólido. Então, a concentração bancária aconteceu em vários países, não só no Brasil.

Quando a gente olha a concentração bancária no Brasil, a concentração em si é muito proporcional, muito parecida com a concentração em vários outros países, como Alemanha, Itália, Inglaterra. E há vários índices que medem isso: há um índice que se chama IHH, há um índice que se chama RC. Vários trabalhos foram feitos nesse sentido. A concentração bancária no Brasil é equivalente a vários outros países. Esse é um ponto.

O segundo ponto é o tema de competição bancária. E, quanto à competição bancária, também vários estudos mostram que a competição bancária no Brasil não é muito diferente do mundo emergente. Aí há vários índices também: há o Índice de Lerner e o Índice de Boore, que foram trabalhos que foram feitos para comparar a competição em vários países. Então, em termos de competição bancária, no Brasil, apesar de ser concentrado – reconhecemos isso –, acho que dá para dizer que existe competição; no entanto, essa competição não gerou um *spread* adequado. Acho que hoje grande parte do questionamento dos senhores é, se há competição, se há um incentivo do Governo, se o Banco Central está atento, por que a taxa de juros de 6,5% não se reflete ao cliente na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ponta numa taxa mais baixa? E aí eu acho que é importante lincar com o que eu acabei de falar, que é o tema do *spread* bancário.

Em relação às *fintechs*, eu acho muito importante mencionar, porque eu acho que é importante a gente entender: na parte de tecnologia, existe uma curva que acompanha a capacidade computacional, que a gente chama de curva exponencial. Se a gente olhar, por exemplo, o mercado de *fintech* dois anos atrás, ele basicamente não existia. A gente está falando de 300 empresas. Como esse crescimento é exponencial, os senhores podem imaginar o que vai acontecer daqui a dois anos. Então, parte da competição está automaticamente acontecendo. Isso está acontecendo. E, quando nós pegamos países mais avançados, onde a tecnologia já está numa parte mais alta da curva exponencial, já se desintermediaram os bancos completamente. Então, eu acho que existe um processo hoje, em curso, que já vai gerar isso. Obviamente, nós temos que monitorar, para que esse processo seja feito de uma forma saudável.

Outro tema que eu gostaria de mencionar é a diferença entre lucro e rentabilidade, que é uma confusão que também acontece bastante, e eu vejo que muitas pessoas escrevem artigos e publicam comentários baseados no lucro crescente do banco. Só olhar o lucro não é uma boa métrica, porque a gente tem que ver qual é o lucro sobre o capital que foi empregado. Então, se eu tenho um capital maior e tenho um lucro maior, na verdade, o meu retorno daquele lucro sobre o capital foi igual. Então, quando nós pegamos o retorno dos bancos, ele já foi bem maior – já foi em torno de 19%, 20%. Ele caiu para perto de 12%. E aqui eu gostaria de lembrar que ele caiu para 12% quando a Selic era 12%. Ou seja, imaginem que os bancos rendiam a mesma coisa que o título do Governo. Então, muitos investidores estavam muito infelizes nessa situação. E agora ele voltou para alguma coisa em cerca de 15%. Apesar de o lucro ser crescente, a rentabilidade baixou muito, e agora ela voltou a subir, mas está num nível ainda bem abaixo do máximo. Então, para esclarecer isso.

Para fechar essa parte de *spread* e competição bancária, eu acho que é importante entender que o que está acontecendo é um movimento de tecnologia. Os bancos vão deixar de ser uma empresa de serviço financeiro – já estão deixando – para ser uma empresa de serviço tecnológico. Quem acompanha o setor bancário de perto vê que, cada vez mais, isso está acontecendo. A gente tem o fenômeno de agências que estão sendo fechadas, e o sistema está ficando cada vez mais digital. Esse é o banco do futuro.

E aí acho que vale uma colocação final, que é o que nos falta e que acho que o Brasil precisa aprimorar bastante, que é a cobertura digital no País. Hoje nós temos ainda buracos de 3G enormes, e isso basicamente inibe essa competição digital em alguns lugares mais remotos. Em relação ao *spread* e à competição bancária...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria tecer alguns comentários sobre a autonomia do Banco Central, porque eu acho que é muito importante. De fato, a ideia do Banco Central foi elaborada pelo meu avô. Agradeço a todos pelos comentários. Tenho muito orgulho de ser neto dele.

Quanto à parte de autonomia do Banco Central, quando foi elaborada, muito tempo atrás, havia três vertentes: independência orçamentária, administrativa e operacional. A ideia era de que o Banco Central tivesse essas três autonomias de forma apartada. E, ao longo dos anos, o debate se concentrou basicamente na autonomia operacional. O que que é autonomia operacional? Autonomia operacional é ter autonomia para seguir as metas que são dadas ao Banco Central; não é autonomia para determinar as suas metas. A autonomia a que o Banco Central hoje se refere, que é a autonomia operacional, é uma autonomia somente para seguir as metas que são dadas. As metas são feitas no CMN, com a participação dos membros do CMN. Então, primeiro, eu gostaria de dizer que a autonomia do Banco Central não é uma autonomia para desenhar metas, e sim para seguir as metas.

Por que a autonomia é importante? Porque toda vez que existe um risco em qualquer preço ou qualquer atividade, a pessoa coloca no preço aquele risco. Então, se existe um risco, em algum momento, de o Banco Central não ser independente e não seguir exatamente a sua missão que é controle de preços e estabilidade do sistema financeiro, obviamente, quem está olhando para aquele risco vai colocar no preço a probabilidade de ter uma ruptura naquilo.

Então, basicamente, traduzindo em uma linguagem o mais popular possível, o que a autonomia do Banco Central faz? Ela permite que, com a mesma inflação, os juros sejam mais baixos. Por quê? Porque você removeu esse componente de risco que tem na curva. Esse é um ponto.

Outro ponto que eu queria mencionar é que, em 1999, por aí, quando começou a adoção do sistema de metas em grande parte do mundo, e foi inicialmente adotado por 15 países, a ideia sempre era de que o Banco Central seria independente. Então, basicamente, hoje o Brasil é uma jabuticaba nesse sentido, porque nós temos um sistema de meta que é comparável com os de outros países, mas não temos a independência. A independência nos coloca junto aos pares no sentido de melhores práticas. Isso vai baratear o custo de crédito, isso vai facilitar a entrada do Brasil em organismos internacionais, como a OCDE. Eu acho que essa já é uma prática de mercado que é bastante elaborada em todo o mundo.

Seguindo agora para os outros questionamentos, eu acho que, agregando por grupos, seria importante falar um pouco da compromissada também, que eu vejo que é um tema de questionamento forte. V. Exa., Senador Alvaro Dias, questionou, e eu acho que está implícita no questionamento de outras pessoas, inclusive na pergunta que recebemos aqui dos telespectadores.

Compromissadas. O que é compromissada? Basicamente, a compromissada é uma forma de o Banco Central enxugar a liquidez. Quando o Banco Central tem uma meta: "Olha, meus juros são de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

6,5", eu tenho que dar liquidez e tirar liquidez para regular que a taxa de 6,5 esteja perto da taxa de mercado. E aí mencionando um pouco o Senador Wellington, que citou o meu avô, dizendo que o Banco Central era um monstro, meu avô se referia a monstro porque o Banco Central, em algum momento, foi capaz de emitir dívida. Desde a Lei de Responsabilidade Fiscal, isso não é mais possível. Então, a monstruosidade do Banco Central, nesse sentido, desapareceu.

Voltando à compromissada, é importante, porque é um veículo para controlar a Selic. O Banco Central não emite dívida, o Banco Central não tem política pública, o Banco Central não tem políticas fiscais. O Banco Central basicamente tem um instrumento para perseguir essa meta, que é a política monetária. Então, o estoque de compromissadas que há hoje, que é ao redor de 1,3 trilhões, é basicamente uma posição espelho do acúmulo de reservas. Em algum momento, foi decidido que reservas eram um bom seguro para o País. Em 2007, compraram-se 97 bilhões de reservas, e, para comprar reserva, você tem que emitir títulos para gerar liquidez, e você depois tem que enxugar a liquidez do mercado com as operações compromissadas.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – Rapidinho. Além de enxugar a liquidez, o Tribunal de Contas suspeita que as operações compromissadas estariam sendo utilizadas para rolagem da dívida pública. Essa é uma questão que pode ser investigada pelo novo Banco Central.

O SR. ROBERTO DE OLIVEIRA CAMPOS NETO – Muito obrigado, Exmo. Senador.

Na verdade, quando se emite dívida, quando se gasta mais, gera-se um excesso de liquidez. Para enxugar essa liquidez, são emitidos títulos para o Banco Central, e o Banco Central usa os títulos para enxugar essa liquidez.

Então, de novo, a decisão de rolar dívida ou de emitir dívida não é do Banco Central. O Banco Central não tem essa capacidade, desde que foi implantada a Lei de Responsabilidade Fiscal. Nesse sentido, essa afirmação merece, obviamente, uma investigação, mas o principal fundamento hoje das compromissadas é ser capaz de conduzir a política monetária. Por exemplo, se a gente colocasse um limite nas compromissadas, vamos imaginar que, olha, não quero... O que aconteceria? Como você tem automaticamente juros da dívida que têm de ser pagos, e, toda vez que há juros, há mais liquidez no mercado, há que se emitir mais para enxugar os próprios juros, chegaria um momento em que você não teria mais compromissada para fazer as operações. O que aconteceria? Haveria um excesso de liquidez no mercado, a taxa Selic iria para zero. Então, o Banco Central não teria capacidade de fazer o seu trabalho.

É muito importante entender que o Banco Central é um piloto simplesmente com uma meta. E a meta é política monetária. O Banco Central não tem capacidade, em nenhum momento, nem de administrar dívida nem de fazer política fiscal. Então, a resultante do excesso de liquidez são

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

basicamente duas coisas: o acúmulo de reservas, número um; e, segundo, o próprio endividamento do Governo, que gastou mais do que arrecadou. Eu gostaria de esclarecer esse ponto.

E, finalmente, eu vou, como várias questões estão mais ou menos... Aqui acho que enderecei esse tema da dívida.

Então, vou falar um pouco da relação Selic e outras variáveis macroeconômicas. Parece que há um questionamento grande: a Selic caiu muito, foi à metade, foi de 14,5 para 6,5, mas isso não foi capaz até agora de gerar um crescimento robusto.

Aqui, eu acho que é importante frisar que a coisa mais importante para o crescimento é a estabilidade de preço. Em vários experimentos em vários países, em que se sacrificou a inflação para gerar empregos de curto prazo, o que aconteceu foi um crescimento por um curto espaço de tempo e, depois, veio uma recessão. Nós mesmos já experimentamos isso.

É muito interessante comparar, por exemplo, os temas que estão sendo abordados aqui com as outras sabatinas a que eu assisti, porque eu vejo que existe uma maturidade, uma maturidade grande na consciência do estabelecimento de que o sistema de meta funcionou, é importante. A inflação baixa é uma conquista. Temos de manter essa conquista. E essa vai ser a principal conquista para gerar empregos no futuro.

O ano de 2018 foi um pouco decepcionante, mas foi um ano atípico também, porque nós tivemos crise em mercado emergente – a Argentina e Turquia, com vários problemas; tivemos uma expectativa de alta de juros nos Estados Unidos, que drenou um pouco a liquidez. Inclusive, o fluxo de portfólio no Brasil, no ano passado, foi negativo pela primeira vez em muito tempo. Isso demonstra que os investidores tinham bastante receio do que ia acontecer. Além disso, tivemos o tema dos caminhoneiros e tivemos eleição, que foi uma grande incerteza. Então, obviamente, o crescimento no começo do ano parecia mais robusto e foi decaindo ao longo do tempo.

Estou convicto de que, neste ano, a gente pode esperar um resultado melhor. Obviamente as reformas são essenciais. O que fez a política monetária voltar para o trilho foi uma combinação de credibilidade do Banco Central, mas também de um governo reformista, que entrou e fez o teto dos gastos, que fez a reforma trabalhista. Então, eu acho que a história recente mostra que é muito importante continuar na trajetória de reformas.

Eu vou deixar tempo aqui para os outros, porque eu já vi que me excedi um pouco.

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Bastante.

O SR. ROBERTO DE OLIVEIRA CAMPOS NETO – Bastante?

Desculpem-me.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo a palavra para os outros.

Desculpem-me S. Exas.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Antes que o Omar reassuma, deu para perceber que não dá para seguir o Regimento Interno, mas eu pergunto em relação aos outros: no primeiro bloco de Senadores, há algum Senador que não foi contemplado na resposta?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Por isso eu pergunto.

De repente, já não é mais necessário a gente ouvir os outros e podemos passar para o próximo bloco. Entenderam? Para agilizar, porque é humanamente impossível que ele responda em dez minutos.

Então, o primeiro bloco daqueles cinco Senadores está contemplado nas respostas? É isso que eu quero saber, porque senão a gente já passa para o próximo bloco.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Existe o questionamento do Senador Tasso Jereissati à Sra. Flávia, e ele é o Relator dela.

Por favor...

A SRA. FLÁVIA MARTINS SANT'ANNA PERLINGEIRO – Eu agradeço muitíssimo, Excelência, a pergunta do Senador Tasso Jereissati, e serei breve, com relação a dois questionamentos na verdade.

Com relação à Lei 13.506, que é de novembro de 2017. Ela já está em vigor, mas essas penalidades vão ser aplicadas para fatos que ocorrerem após a entrada em vigência da lei, 2017, e trouxe avanços muito importantes na verdade para o processo sancionatório, administrativo sancionatório, tanto na esfera do Banco Central quanto da CVM. Eu vou falar aqui sobre a CVM. No caso da CVM, o ponto destacado entre outros da lei foi o aumento da multa, do teto da multa pecuniária, que antes era de 50 mil e passou para 50 milhões. A percepção era de que aquele teto anterior era um teto não dissuasivo, ele não era suficiente, ele ficou defasado ao longo do tempo e que é preciso que haja esse teto substancial para que haja o desincentivo à prática das infrações.

Mas, claramente, a questão da dosimetria aqui, da dosagem da pena vai ser fundamental, inclusive para que não haja maiores questionamentos a respeito da aplicação das penalidades,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

lembrando também que essas penalidades, além desse teto pecuniário, na verdade, é o maior dos seguintes critérios, esse teto de 50 milhões, mas ela pode chegar também até o triplo da vantagem ilícita obtida ou perda evitada e até o dobro das perdas causadas. Então, a multa pode ser maior do que os 50 milhões num caso que seja aplicável.

Essa dosimetria vai ser objeto de uma instrução da CVM específica a respeito, que separa as infrações em grupo, por gravidade, dosa esse valor... Essa norma está em audiência pública. A CVM faz audiências públicas e recebe de todo o mercado, dos participantes e do público em geral todos os comentários. Esses comentários foram recebidos já e agora está na fase de análise. Vai ser publicado depois o relatório, então vai sair a nova norma e o relatório em que a CVM, como de praxe, na verdade justifica todos os comentários que aceitou, os que não aceitou, as razões, então é um processo bastante transparente, muito elucidativo.

Para além dessa questão da multa, foi feita também a ponderação de que há uma crítica em relação à celeridade da CVM no julgamento dos processos. D fato, no passado, foi mais incisiva essa crítica, a situação vem sendo muito aprimorada. Havia, anos atrás, processos com mais de oito anos de duração de tramitação, e isso vem sendo reduzido com bastante eficiência. É claro que há um estoque, existe um estoque de mais de 300 processos sancionadores ainda em trâmite, e vai ser necessário usar não só a própria tecnologia, e a lei trouxe também a previsão inclusive de atos processuais que agora podem se dar eletronicamente, como citação e outros, e também as outras medidas que a CVM tem para atuar, que são os termos de compromisso, que encerram e suspendem processos em curso, quando se considera que isso é pertinente. Esses termos de compromisso não implicam reconhecimento da infração. E, além dos termos de compromisso, a CVM tem processos não sancionadores, de alertas, *stop orders* e outras medidas em que ela faz o processo preventivo. Ela tem feito muito esse esforço para não ser só a questão do punir, mas sim prevenir e impedir que esses ilícitos aconteçam, porque esse seria sempre o melhor cenário, claro, sem eliminar a função precípua de julgamento dos processos sancionadores.

Não sei se esclareci.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado.

O próximo orador é o Senador Luiz do Carmo; depois, o Senador Styvenson, porque eu chamei, mas ele não estava aqui. Devia estar em outra Comissão.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Perdão, Presidente, eu estava na Comissão de Educação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É uma questão de primeira vez.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Depois, o meu companheiro Angelo Coronel; depois o Senador Confúcio Moura. Está aqui o Confúcio?

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Não, está na CE também.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, vai Angelo Coronel, Jorge Kajuru...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E você chega cedo aqui, Jorge. Você chega cedo demais. Daí, é lógico que tem prioridade. Mas vamos, agora...

Senador Luiz.

O SR. LUIZ DO CARMO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO) – Primeiramente, felicito os Drs. Roberto Campos Neto, Bruno Serra Fernandes, João Manoel Pinho de Mello e a Dra. Flávia Martins pela indicação. Desejo êxito e tenho certeza de que vocês vão fazer um bom mandato no Banco Central.

As minhas perguntas vão ser simples, não vai ser uma coisa muito complicada, não vou gastar nem cinco minutos. Talvez já responderam, mas que respondam depois. O cartão de crédito chega a ser uma vergonha, os juros cobrados são referência para os agiotas do Brasil. Vai apreçar o agiota ou o cartão de crédito que faz tanto mal para a sociedade. O que você vai fazer a respeito disso, doutor?

Segunda. Eu fui bancário na década de 80 e 90 e, na época, quem fazia o serviço para os bancos eram os bancários; hoje quem faz são os clientes – nada contra a tecnologia. Só que os juros e taxas aumentaram, e os bancos trabalham com um lucro absurdo. O senhor vai ter coragem de enfrentar esse sistema perverso?

Terceiro. O Banco do Brasil... Os bancos não podem quebrar. Será que ele tem dinheiro do povo ou ele trabalha com capital próprio?

Tempos atrás, a política de Governo para regular o mercado financeiro era o depósito à vista – você depositava o dinheiro lá, e o Governo que fazia isso – como depósito compulsório. Hoje, no Banco Central – de primeiro, no tempo do seu avô, eram 75% dos depósitos com cliente fazendo no banco e quem movimentava era o Banco Central, direcionava para quem ia emprestar, regulava o mercado, emprestava mais, diminuía, de acordo com o crédito –, 21% do dinheiro que deposito no banco é compulsório e no resto o banco é livre. Então, mudou muito isso aí, demais. E mudou para pior porque o dinheiro não é do banco. Ele trabalha com capital de terceiro e ele empresta do jeito que quer, o Banco Central.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria saber o que o senhor vai fazer nesses quatro itens que perguntei ao senhor para melhorar a vida do cidadão? Isso aqui estou falando diretamente ao cara que vai à boca do caixa. Não estou falando de outra coisa. É de quem vai sacar. E isso aqui é um absurdo. O dinheiro meu hoje quando é depositado, o banco já o leva para a poupança de imediato. Eu não pedi para fazer poupança e, quando fui lá, perguntei: cadê o meu dinheiro? Transferiram para a poupança, enquanto o Banco Central podia ter esse dinheiro para movimentar e regular o mercado e deixa ao bel-prazer dos bancos que estão aí.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E há uma coisa que o Roberto Campos respondeu há pouco sobre a questão dos lucros em que diz: "Lucro é uma coisa e rentabilidade é outra". Só que ele diz uma coisa aqui interessante: de cada R$1 de crédito, em quatros anos, recebe-se 13 centavos. Imagina se recebesse acima de 50 centavos por real. Aí a rentabilidade do banco seria um negócio...

O SR. LUIZ DO CARMO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO) – Eu não entendi bem o que ele falou. Qualquer empresa, a não ser banco, que tem uma inadimplência de 30% vai quebrar, qualquer uma. Agora, se você empresta um dinheiro, e 30% não vai te pagar, o sistema está errado, não pode emprestar para quem não paga, não pode emprestar para quem não paga.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Bem, Senador Styvenson.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN. Para interpelar convidado.) – Sr. Presidente, obrigado.

Perdão por ter-me ausentado, estava em outra Comissão, na Comissão de Educação. E todas são importantes aqui nesta Casa.

Uma pergunta, vou ser sintético, vou ser simples. Acho que o que as pessoas querem ouvir é o que eu quero perguntar.

Para o Sr. Roberto de Oliveira Campos Neto. Eu tenho uma percepção na condição de cidadão de que a taxa de juros gera um impacto direto na nossa capacidade financeira. Juros altos, em médio e longo prazo, podem acarretar menor qualidade de vida, redução na capacidade de investimento, compra, lazer, saúde, etc. Dentro disso que estou falando, desse cenário, uma rápida pesquisa feita, constatei que a Caixa Econômica, um banco público, cobra juros tão altos no cheque especial quanto os bancos privados. Em relação a esse assunto, queria saber como esse banco pode contribuir para esse crescimento das pessoas sociais.

E uma segunda pergunta seria – não sei se foi falado aqui –, é uma curiosidade minha pelas redes sociais ou pela tecnologia que a gente usa, sobre as *startups*, que dão uma celeridade, que diminuem a burocracia, que aceleram, acho que não tão burocráticas quanto os bancos. Se a gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pode esperar alguma regulamentação, algum freio nesse tipo de relação, para esse tipo de relação econômica. Seria para qualquer um responder.

E especificamente para a Sra. Flávia: eu tenho uma preocupação com a criptomoeda, porque hoje ninguém tem controle sobre ela, ou, se já existe, poderia ser dito aqui.

E essa transação que existe no globo terrestre me causa um temor, porque o crime organizado pode estar se valendo dela, pode estar sendo usada como lavagem de dinheiro, muitas coisas. Então, seria também um foco de regulamentação, especificação?

E mais uma pergunta ao Sr. Roberto de Oliveira Campos sobre as reservas internacionais. Desde 2011, quando ultrapassou o patamar de 300 bilhões, sendo que em janeiro estava em cerca de 376, segundo o Banco Central. Como o senhor avalia esse custo de manutenção de nesse nível de reserva? E esse nível é adequado ou não?

Obrigado.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – Um esclarecimento ao Presidente Roberto Campos: se não gostar da pergunta dele, pode chamá-lo para resolver lá fora. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Aí o Presidente vai levar uma desvantagem, Senador, bem grande. (*Risos.*)

Senador Angelo Coronel, por favor.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA. Para interpelar convidado.) – Eu queria parabenizar ainda a Diretoria do Bacen, na pessoa do Presidente Ilan, por ter colocado o Brasil no quinto lugar dos países com maior taxa de juros, melhor dos últimos 13 anos. Então, merece também que sejam tecidos parabéns a eles.

Eu queria aqui iniciar a minha pergunta à nossa Flávia Martins. Eu tenho até o sobrenome Martins. Eu não sei, mas com esse negócio de PEP, se for parente, piora mais ainda. Considerando o volume financeiro de emissões de debêntures, Drª Flávia, realizadas somente pelas grandes empresas, existe alguma política para facilitar o acesso dos emissores de menor porte a esse mercado?

Dr. Roberto, países desenvolvidos têm como padrão juro zero, em que se prefere investir na economia real, que gera emprego e renda, a investir no rentismo. O senhor, com sua equipe, acha difícil atingirmos esse padrão de juro zero a médio prazo?

Os juros rotativos dos cartões – não quero ser repetitivo, mas é importante citar um dado aqui nesta pergunta –, os juros rotativos dos cartões de crédito são aproximadamente 285% ao ano. São

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

apontados como o principal tipo de dívida de 76% das famílias brasileiras. O que o Bacen tem como meta para extirpar efetivamente esse câncer financeiro das famílias brasileiras? Sei que houve regras novas, estão até em vigor, mas o que se viu foi uma queda de 300% para 285% ao ano. Não resolveu o problema. E ainda temos os juros escorchantes do cheque especial que também tomam conta das famílias brasileiras.

O que se vê, Dr. Roberto, é que a agiotagem informal está mais competitiva do que os bancos. Eu fiz uma conta rápida aqui com uma HP improvisada: se uma pessoa ficar devendo R$10 mil no cheque especial, ela vai pagar 12 parcelas de R$2,6 mil. Se ela for financiar o rotativo direto, ela vai pagar 12 parcelas de 1,7 mil. E, se ele tomar na mão do agiota, a 5%, já baixa para 12 de 1,2 mil, ou seja, a agiotagem informal está sendo mais concorrente, mais abrasiva do que os próprios bancos.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) – E o cigano, segundo o Senador Otto Alencar, já caiu para três. Então significa que a informalidade está superando a formalidade.

Eu tenho aqui mais uma pergunta rápida: qual seria a política cambial que essa nova Diretoria deseja implantar? É manter o dólar nesse patamar, fazer gestões para o dólar cair ou manter o dólar nessa fase de crescimento?

Outra pergunta que eu sei que o povo brasileiro que está aqui nos ouvindo e nos assistindo pela TV Senado... Se o Bacen pretende retirar os 6% de IOF nas transações internacionais com cartão de crédito, ou pretende manter, essa nova Diretoria.

E outra coisa que foi citada por V.Sa. é a questão do Cadastro Positivo, que vem para esta Casa a ser votado. O Serasa já tem um escore e, na verdade, o escore do Serasa já é um Cadastro Positivo. Não sei se não vai ser redundante votar o Cadastro Positivo aqui.

E outra coisa, ouvindo aqui meu colega Luiz do Carmo, é a questão do PEP, porque hoje o político, até me parece que o terceiro grau, entra na lista do PEP, ou seja, fica com seu crédito restringido em bancos. Eu acredito até que quem tem mandato pode estar na lista do PEP, mas uma nora, parente de segundo grau, eu não vejo por que estar com esse crédito restringido, fazendo parte das pessoas expostas publicamente. Então, ficam aqui essas perguntas.

Queria parabenizar V. Exa. e toda a sua equipe. Pelo currículo que estive analisando, realmente, trata-se de uma equipe competente que, com certeza, vai fazer história no Banco Central.

Ficam aqui minhas considerações.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Agora, o nosso querido amigo Jorge Kajuru.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Presidente, só para complementar aqui o que o Senador Angelo Coronel falou. Nós estivemos aqui participando... Esta é a terceira sabatina em que estou. Houve a do Tombini, do Ilan e, agora, a de V. Sa. E eu queria perguntar o seguinte: todos os dois anteriores prometeram resolver essa questão do crédito na ponta, ou seja, é 6,5% a taxa Selic, mas chega lá 300%. Eu quero saber, se na sua gestão, agora, vai conseguir fazer. Porque todos os dois prometeram, e não cumpriram.

Essa situação é uma situação muito desagradável, como falou aqui o Senador Angelo Coronel. A taxa Selic é 6,5%, no cartão é 300%, no desconto de uma duplicata na Bahia é 5%, 6%, faz o Banco do Brasil isso, faz a Caixa Econômica isso. Então, você tem uma empresa correta, ela está arrumada, está com liquidez, vai lá, leva uma promissória para descontar no banco, são 5%, 6%. Por isso, eu falei aqui que, realmente, os juros da agiotagem estão menores do que o dos bancos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador, daqui a seis meses V. Exa. poderá questioná-lo, até porque daqui a seis meses ele estará aqui novamente.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Pronto.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Aqui todos que passaram por sabatina, no Senado, de seis em seis meses vêm prestar conta do que estão falando, porque senão fica *ad aeternum* e ninguém sabe. Então, V. Exa. já sabe que será convidado para estar daqui a seis meses aqui. Caso não venha, será convocado para estar aqui, para que essas perguntas que os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras estão fazendo ele possa responder novamente. Então, guarde isso aí, Presidente.

Senador, desculpe, Jorge Kajuru.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO. Para interpelar convidado.) – Presidente Omar Aziz, V. Exa. sabe, até porque é minha obrigação, moro aqui em Brasília e respeito os colegas que moram longe, distantes... Eu sou um dos únicos ou único que fico em qualquer trabalho do começo ao fim. Então, eu peço desculpas à equipe econômica aqui presente, porque não vou poder acompanhar a resposta – estou aqui desde 9h30 da manhã, o senhor sabe disso, acompanhei tudo –, porque tenho a reunião dos Líderes com o Presidente Davi, e às 14h começa a sessão plenária, eu sou o primeiro a fazer uso da tribuna, para variar, e tenho um assunto importante lá. Mas acompanharei e depois, evidentemente, terei conhecimento do que será respondido.

Bom, antes de mais nada, nada na minha vida é secreto, como eu provei no dia da eleição, quando eu pedi para todo exibir o voto para o Brasil, e 51 acompanharam aquele abaixo-assinado, naquele dia do tal do voto secreto, e exibiram o voto. Então, eu já fui lá e já votei "sim" em toda essa equipe econômica. Motivo – curto e grosso –: entre erros e acertos do Presidente Bolsonaro, o seu maior acerto foi na escolha, e aí temos que saber dar crédito, ao Ministro Paulo Guedes, não por ter

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

amizade familiar comigo, por respeito a ele, pelo preparo dele, pela honradez intocável e irretocável dele, enfim, um homem que soube, como João Saldanha nos bons tempos, em 1970, escalar uma seleção, na minha opinião, de Ministros e de pessoas qualificadas em todos os segmentos. Então, o mérito para mim é todo do Ministro Paulo Guedes ao escolher cada um dos senhores e a senhora aqui.

Bom, todos aqui tiveram a oportunidade, em seus gabinetes, de conversar e de receber o Presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto. No meu caso, o senhor deve estar lembrado, eu praticamente fiz uma sabatina ao senhor. Então, a sabatina que eu tinha que fazer ao senhor eu praticamente fiz lá – e fiquei contente –, bem como ao Bruno, enfim, a todos lá. Tanto que, depois da longa sabatina nossa sobre a questão econômica do País, depois eu até lhe ofereci um *stand-up comedy*, e o senhor falou que seria inesquecível aquela audiência. Tomara que também seja inesquecível o mandato dos senhores da equipe econômica no Banco Central. Eu tenho certeza.

V. Exa. sabe que eu sou um dos poucos aqui, por eu ser jornalista, que convivi com o seu avô, Roberto Campos, entre 1994 e 1999, nas redações dos maiores jornais do País. Tive o privilégio de ser amigo dele, no caso do seu avô, e de ser um concorrente dele, humilde, em frases, porque ele para mim foi o maior frasista deste País. Eu perdia de cem a um para ele, é evidente, mas ele gostava de ouvir algumas minhas e eu anotava todas as dele.

Eu queria que o senhor permitisse aqui duas para o trabalho dos senhores e da senhora. Dizia ele: "O único pecado que a política não perdoa é dizer a verdade antes do tempo". Lembra-se dessa? A outra dele – essas duas frases cabem neste momento do Governo Bolsonaro – é a seguinte: "A diferença entre a inteligência e a estupidez é que a inteligência é limitada". Lembra também dessa? Eu tenho todas dele, todas.

Eu queria colocar aqui dois questionamentos apenas, para não ser longo. Existe o lado Kajuru ternura, que o senhor acabou de acompanhar, mas tem o lado Kajuru malvadeza ou Kajuru dureza. Então, eu vou aqui, baseando-me naqueles que não aprovam V. Exa. como Presidente do Banco Central – e é uma minoria, confesso, pelas minhas 30 redes sociais –, resumir aqui um questionamento. O senhor tem uma longa carreira profissional como executivo em bancos brasileiros, o que trará conhecimento e experiência importantes para o exercício da relevante e nobre função de Presidente do Banco Central. Entretanto, a atuação como regulador e supervisor das instituições financeiras em que o senhor trabalhou pode implicar conflitos de interesse, dado que muitas das decisões a serem tomadas vão afetar diretamente os resultados financeiros daquelas instituições? Como o senhor responde a essa crítica de possível conflito de interesses?

Por fim, em relação à gestão de abismais reservas cambiais brasileiras, como o senhor enxerga as seguintes propostas: a primeira, vender partes das reservas e utilizar os recursos para reduzir o volume de dívida interna, principalmente as operações compromissadas, caracterizadas pelos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

curtíssimos prazos de vencimento; a segunda, alongar os prazos das aplicações feitas com os recursos das reservas com o objetivo de elevar o nível de rendimento obtido?

Há uma questão que domina o debate quando se fala em Banco Central do Brasil: a independência ou não, vantagens e desvantagens de um Banco Central independente, aqui já discutido. Apontam como vantagem o fato de países com bancos centrais independentes terem baixos índices de inflação graças à capacidade de resistir a eventuais pressões expansionistas dos governos em períodos eleitorais. Em contrapartida, como principal desvantagem, citado justificadamente, o risco de uma política expansionista, porque o governo menos interveniente poderia afrouxar o controle da austeridade fiscal. O senhor concorda com esses argumentos?

E, para terminar, não ser longo e em função da vida, porque aqui nós, como Senadores, temos que ser Garrincha, temos que driblar aqui, driblar ali, tanta coisa para fazer, mas é o nosso dever como empregado público... Nunca me refiro a V. Exa. e a nenhum dos integrantes da sua equipe, pelo amor de Deus! Eu sou respeitoso com quem eu questiono.

Agora eu confesso: eu entendo o meu colega goiano. Ele é evangélico. Ele é mais educado que eu. Eu realmente sou, de vez em quando, meio do jeito que sou. É o jeito meu. Não generalizo, mas eu não consigo compreender a sua resposta sobre juro alto e sobre inflação baixa. Essa aí é a única que V. Exa. não conseguiu me convencer, Roberto Campos, que tanto admiro e tanto respeito, não em função do seu avô, por quem, quando morreu em 2001, eu confesso que chorei, porque eu choro pelas pessoas que sempre amo. Eu aprendi com Shakespeare.

Mas eu entendo que a maioria dos bancos, uma grande maioria, em negócios... Banco é melhor do que crime organizado para mim – crime organizado. Eu vejo banco assim. Não generalizo. Então, eu não entendo e não consigo respeitar um governo que não enfrentar para valer os bancos deste País, não enfrentar realmente – como vai enfrentar outros segmentos, enfrentar os bancos. Então, se este Governo Bolsonaro não enfrentar os bancos... A reforma da previdência mostra a nós até agora que ele blinda os caloteiros, os maiores caloteiros da dívida previdenciária – e V. Exa. sabe muito bem disso – e prejudica exatamente os trabalhadores da iniciativa privada, urbanos, rurais, os idosos, as idosas, as pessoas especiais, que poderão receber salário mínimo de R$998, que já é um salário criminoso, para R$400. Esse para mim é o ponto mais grave da reforma previdenciária, porque ela tem pontos bons, inquestionáveis, que eu aprovaria tranquilamente se a equipe econômica respeitasse o trabalhador brasileiro e não o sacrificasse.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador.

Senadora Daniella Ribeiro. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Veneziano Vital. (*Pausa.*)

Senador Plínio Valério.

O Plínio é o quinto Senador. Os senhores irão responder depois do Senador Plínio.

Eu vou fazer o seguinte: quem não estiver aqui, se tiver que falar, só no final agora, tá bom, pessoal?

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM. Para interpelar convidado.) – Presidente Omar, senhores, eu peço só paciência, Kajuru, eu vou fazer um resumo aqui de dois, três minutos para fazer a minha pergunta, e ela, no final, talvez, se mostre pertinente.

Aos nossos indicados hoje aqui eu faço a seguinte ponderação: se a Amazônia fosse um país separado do Brasil, seria o 18º maior país do mundo e, certamente, seria o mais rico em recursos naturais. Na Amazônia, há nióbio, há ouro, ametista e outros minerais em condições de aproveitamento comercial. É a maior floresta tropical do Planeta, a maior biodiversidade do mundo, a maior reserva de água doce do mundo e por aí afora. No entanto, Presidente, se a gente estabelecesse um *ranking* de desenvolvimento econômico com 132 países, o Brasil ficaria em 46º lugar e a Amazônia na 93ª posição.

Há, pois, um abismo grande entre Brasil e Amazônia. Isso ocorre porque, apesar de riquíssima, a Amazônia não pode explorar os seus recursos naturais, amordaçada que sempre foi por leis severas que estão tornando o seu território um santuário intocável. Tanto é que, somadas as áreas de proteção da Amazônia, temos duas vezes o tamanho da Alemanha – repito: só de áreas preservadas na Amazônia, Senador Kajuru, temos duas vezes o tamanho a Alemanha.

Para compensar, criou-se no Amazonas um modelo econômico que é exitoso, a Zona Franca de Manaus, que tem sustentado o Amazonas, tem tirado o Amazonas do seu isolamento e ajudado a preservar a floresta. Mesmo assim, a cada Governo Federal se mutila mais a Zona Franca, retirando-se as suas vantagens competitivas. O Polo Industrial de Manaus empregava, no ano passado, 88 mil pessoas. Nós perdemos, de 2012 a 2018, 43 mil postos de trabalho.

A minha pergunta – e eu a faço aos quatro ou a um só – é a seguinte: para fins de desenvolvimento regional, dados os graves desequilíbrios internos do País, o senhor considera recomendáveis subsídios mediante renúncia fiscal ou taxa diferenciada de juros, entre outros mecanismos, ou o senhor faz parte da corrente de economistas para a qual, a princípio, todo subsídio é condenável? É importante para nós da Amazônia sabermos a opinião de quem vai gerir os destinos do Banco Central. É a única pergunta, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou passar a palavra ao Presidente do Banco Central, e, se tiver contemplado a resposta por todos os outros membros, nós ficaríamos apenas com V. Sa. O.k?

O SR. ROBERTO DE OLIVEIRA CAMPOS NETO – Muito obrigado a V. Exas.

Eu vou, mais uma vez, agregar as perguntas em blocos, porque fica mais fácil a condução da resposta. Assim, eu acho que um bloco que realmente não foi endereçado na última parte e que foi, novamente agora, alvo de questionamentos é o tema das reservas. Então, eu gostaria de falar um pouco aqui sobre o tema das reservas.

O Banco Central, hoje, tem cerca de US$378 bilhões em reservas e tem uma posição de *swap* cambial que é contrária ao direcionamento das reservas, ou seja, a reserva está comprada em dólar e o *swap* está vendido, de US$70 bilhões. Então, quando a gente faz a soma das duas posições, da posição de reservas e da posição de *swap*, temos, mais ou menos, US$310 bilhões.

E aqui eu queria, primeiramente, deixar claro que as reservas foram acumuladas basicamente em dois períodos – nos outros períodos isso se deu em menor escala. Houve um período, em 2007, quando nós estávamos nos áureos períodos das *commodities,* quando havia muita liquidez, havia muito dinheiro entrando no Brasil, e o Governo decidiu, então, acumular reservas, porque se achava que era um seguro interessante e o câmbio estava com um preço atrativo. Depois teve um segundo momento, depois da crise, que foi quando os governos desenvolvidos colocaram a taxa em zero, e aí gerou também um excesso de liquidez e houve uma nova onda de compras de reservas. Tirando esses dois períodos, ela foi basicamente estável, com alguma compra, mas não muita.

Então, o primeiro questionamento é: a reserva é vista como um seguro, é um seguro para a crise, como que funciona? Bom, ela protege as contas de capital, ela protege as crises, e as reservas se mostraram bastante importantes na administração da nossa crise. Nós passamos por crises em que outros mercados emergentes tiveram uma depreciação cambial muito maior, por não ter reservas. Então, ela é um seguro.

Então, aqui eu pergunto aos senhores... E, de novo, acho que não cabe aqui discutir se vamos vender, se não vamos vender, porque acho que isso é um tema em que eu preciso, se aprovado nesta Casa, me aprofundar depois, no Banco Central. Mas eu gostaria de fazer uma colocação: imaginem que a reserva seja um seguro, os senhores têm carro, compram os seguros de carro. Imaginem que o preço desse seguro fosse de 14%, que era a taxa de juros local, contra 0%, que era a taxa de juros americana, ou seja, é proporcional a diferença de 14% para 0%. Hoje a taxa de juros local está em 6,5%, e a taxa lá fora está em 2,5%. Então, o preço desse seguro ficou muito mais barato. Então, se nós acharmos que o seguro não é pertinente, é porque a probabilidade de sinistro caiu muito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu acho que vale a pena refletir nessa forma, porque é uma forma de se fazer uma análise comparativa de se o preço que nós pagamos está adequado ou não. Como todo investimento, eu acho que sempre é importante fazer uma análise de retorno, de valor e de retorno. Então, o valor da reserva de fundo de seguro e o retorno que ela gera.

Um outro esclarecimento que eu queria prestar é que as reservas – e poucas pessoas têm conhecimento disso – administração de reservas nos últimos dez anos, o custo dela para o País foi zero. Foi em torno, levando em consideração da taxa Selic, a remuneração da taxa Selic, de 13 bilhões positivos. Então, nesses últimos dez anos, o seguro foi de graça. E o preço atual do seguro caiu. Então, nos últimos dois anos, o seguro foi de graça, porque teve uma desvalorização cambial que foi no sentido de proteção. E agora nós temos um preço mais baixo. Então, acho que isso tem que ser levado em consideração e, de novo, acho que não cabe aqui criar nenhum tipo de especulação sobre o que vai ser feito, mas acho que são importantes esses dados e vejo que são pouco mencionados. Então, esse é um primeiro tema.

O segundo tema, que eu acho que é importante, que não foi tocado amplamente no primeiro bloco, é o tema de cartões de crédito. E aqui também acho interessante mencionar que o histórico de cartão de crédito do Brasil e de regulamentação é bastante recente. Até 2013, nós basicamente não regulávamos cartão de crédito, e existiam dois grandes grupos. De lá para cá, o Banco Central começou a olhar o mercado de cartões de crédito, começou a fazer regulamentações.

Vários aspectos da Agenda BC+ estão presentes. Gostaria de destacar algumas das principais atuações: o fim de exclusividade de credenciamento; a retirada da barreira; a participação, prestação de serviços; a liquidação centralizada, que agora tem uma consulta pública, porque a liquidação centralizada é uma forma de antecipação para o credenciador, uma forma que não gere um risco acentuado; diferenciação de preços, que foi muito importante, porque uma forma de competir com o cartão de crédito é criar outra modalidade de crédito, que possa competir com ele; outra coisa, o Banco Central limitou a taxa de intercâmbio para os cartões de débito, ou seja, transformou o cartão de débito em um instrumento mais barato, para competir com as taxas de crédito; e eu acho que o que está em estudo mais recentemente, que vai ser uma grande evolução no sistema financeiro nacional, é o pagamento instantâneo.

O que é o pagamento instantâneo? O pagamento instantâneo é a pessoa poder fazer um pagamento em qualquer hora, 24 horas por dia, em qualquer dia da semana e, automaticamente sai da conta dela e debita a outra conta, sem ser crédito, sem depender de nenhum processo, é completamente automático. Esse é um processo dos mais avançados, e o Banco Central está trabalhando. Eu pretendo me aprofundar nisso.

Então, quanto à parte de cartão de crédito, primeiro, há que se reconhecer esse enorme avanço que houve. A Casa participou muito com estudos e relatórios, que ficaram muito bons. Eu acho que,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

agora, olhando para frente, para o futuro do mercado de cartão de crédito, é importante entender – e volto a mencionar o tema das credenciadoras – que a gente teve quase 30 a 40 credenciadoras novas entrando no mercado num curto espaço de tempo, o que criou uma competição bastante grande. E o MDR, que é a taxa de desconto, caiu 30% em 1,5 ano. Então, apesar de parecer ainda na ponta que a taxa de juros é bastante alta, ela caiu de 420% para 460%, há um processo em curso que vai reduzir mais essas taxas. E o que nós precisamos é estimular essas plataformas eletrônicas e essas *fintechs* para continuar essa competição.

Então, acho que peguei esses dois pontos.

Não sei se respondo os outros ou passo para os...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Houve também uma pergunta aos outros, feita por um Senador. Há uma para a senhora e uma para você.

João Manoel, por favor.

O SR. JOÃO MANOEL PINHO DE MELLO – Obrigado, Sr. Presidente.

O Senador Tasso Jereissati já havia pedido um comentário sobre verticalização. Eu vou emendar, inclusive, com algumas considerações que o Senador Eduardo Braga fez e que eu acho muito pertinentes.

Primeiro o comentário: acho que é uma conquista e um avanço institucional do País que estejamos discutindo *spread* bancário em vez de discutir inflação e solidez do Sistema Financeiro. Dito isso, é nossa obrigação. Eu me comprometo, se aprovado pela Casa, a avançar a agenda e aprofundar a agenda de diminuição do *spread* bancário.

O Senador Otto Alencar fez uma consideração que eu acho extremamente feliz, que é sobre a avaliação das políticas públicas e dos efeitos de suas intervenções. Eu vou emendar com o comentário sobre o Cadastro Positivo. Vou convidá-los, inclusive, porque o projeto de lei, como saiu da Câmara, prevê uma avaliação após um certo período.

O Senador Angelo fez um comentário muito pertinente aqui a respeito do Serasa, se já não há o Serasa Score. Hoje o Score é só com a nota negativa. É como se a professora desse nota para o aluno só com base nas vezes em que ele não fez a lição de casa. O Cadastro Positivo, na verdade, é: vamos dar a nota para o aluno com base nas vezes em que ele não fez, mas também com base nas vezes em que ele fez a lição de casa e cumpriu os seus deveres. Isso aumenta a informação que os credores têm sobre os devedores e melhora a capacidade de emprestar a juros mais baratos.

Como eu coloquei na minha fala inicial, também aumenta a competição, porque, com o Cadastro Positivo, todos os bancos e as *fintechs*, os entrantes, esses que vão desafiar os tradicionais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vão poder ver a nota composta com as vezes em que você não fez a lição de casa e as vezes em que você fez a lição de casa. Com isso, eles vão poder competir melhor com os tradicionais, porque o seu banco vê as vezes em que o Sr. Senador fez a lição de casa ou não; o outro não vê. Então, melhora as condições de competição.

A pergunta do Senador Tasso Jereissati era a respeito de verticalização. A orientação é liberal. Nós vamos tentar, primeiro, fazer com que a concorrência ocorra. É esse o nosso papel. Agora, não há dogmatismo. A primeira tentativa é sempre fomentando a concorrência. Se houver mais para a frente, com muita calma, porque intervenções mais fortes, muitas vezes, têm consequências indesejadas na frente, como nós aprendemos com vários mercados, por exemplo, o mercado do setor elétrico.

Então, a primeira tentativa: concorrência. Mais para frente, com uma avaliação ponderada, consideram-se outros instrumentos que possam ser aplicados. O Senador Tasso Jereissati mencionou verticalização. O Banco Central, como o Sr. Roberto Campos disse, já fez várias intervenções para aumento de concorrência, inclusive uma delas que restringiu a taxa intercâmbio no cartão de débito. Então, eu acho que o norte está dado. Se nós olharmos as tendências recentes, já houve melhora.

Dito isso, os níveis em alguns produtos, as taxas de juros são muito incômodos, e nós temos que trabalhar para melhorá-los.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Dra. Flávia.

A SRA. FLÁVIA MARTINS SANT'ANNA PERLINGEIRO – Na verdade, são duas perguntas. A primeira – eu agradeço – é um excelente questionamento do Senador Styvenson Valentim sobre a questão das criptomoedas, dos ativos virtuais.

Esse é um desafio enorme para o Brasil e para o mundo. A CVM está enfrentando esse desafio em conjunto com o Banco Central. Existem, na verdade, discussões sobre se isso é moeda, é ativo, é valor mobiliário. A natureza econômica e jurídica desses ativos pode variar de acordo com as características. O bitcoin é o mais conhecido, mas há dezenas e dezenas delas.

No que tange à CVM, à atuação da CVM quando há um valor mobiliário e se a essa moeda ou ativo for atribuída uma remuneração, uma participação, uma parceria, pode-se, sim, configurar um valor mobiliário. Se houver uma oferta pública, uma captação de recursos ao público através disso, é sujeito a registro na CVM. Esse registro é justamente para garantir que as informações necessárias para tomada de decisão dos investidores seja dada.

No Brasil, ainda não houve um registro de oferta pública dessa natureza como valor mobiliário, mas já há iniciativas no exterior e os fundos de investimento, na verdade, brasileiros que estejam

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

autorizados por seus regulamentos a fazer esses investimentos no exterior... A CVM até recentemente, no fim do ano passado, se manifestou sobre isto, alertando exatamente para o ponto que o senhor levantou, sobre a questão da lavagem de dinheiro, do risco de atividades ilícitas, além de vários outros alertas que a CVM fez e do chamado à responsabilidade dos gestores, administradores e auditores independentes desses fundos a tratar desses riscos como uma mitigação. Foi visto que, se eles são negociados em plataformas que são fiscalizadas pelos reguladores dessas outras instituições, isso pode ser um mitigador desse risco de lavagem, mas estão todos atentos a essa questão.

A segunda questão – agradeço também muito a oportunidade – é a pergunta do Senador Angelo Coronel sobre a questão das debêntures, quanto às iniciativas para facilitar o acesso a empresas de menor porte. Isto é uma coisa realmente crucial, como eu tinha falado na minha apresentação: a expansão desse mercado de dívida, inclusive para empresas de pequeno e médio porte.

A CVM atualmente já tem como categoria de emissores uma chamada categoria "b", que já tem alguns descontos regulatórios em comparação com as de categoria "a", que são as companhias que emitem ações, mas isso não está suficiente para realmente essas empresas de pequeno e médio porte.

Então, há, sim, iniciativas em estudo. Isso faz parte da agenda regulatória da CVM para 2019, inclusive a criação de uma eventual categoria "c". E também um grupo de trabalho do GTMK. É um grupo de trabalho de mercado de capitais do Ministério da Economia. Começou antes, já no ano passado, e envolve a CVM, o Banco Central e diversas outras instituições. E um dos pontos específicos é exatamente este: a questão das debêntures e da expansão desse mercado para empresas desse porte.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado.

Vou passar... Vai falar? (*Pausa.*)

Só um minutinho, Bruno.

Senador Angelo Coronel, V. Exa. não votou ainda. Senador Marcelo ainda não votou. Não vá se esquecer, por favor. O Senador Plínio já votou, não é, Plínio? Por favor...

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Só não tive a resposta ainda.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ah, sobre a questão da Amazônia, Bruno, por favor, depois o Roberto complementa a resposta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. BRUNO SERRA FERNANDES – Obrigado, Presidente.

Vou tentar rápido em respeito ao tempo.

Em primeiro lugar, a pergunta de S. Exa. o Senador Luiz do Carmo sobre o compulsório. De fato, em comparações internacionais, o nosso compulsório no Brasil ainda é elevado em relação aos pares emergentes, sem falar de países desenvolvidos.

O Sr. Senador citou a queda do compulsório de depósito à vista, que já foi maior e recentemente caiu no mandato do Presidente Ilan, caiu de 45% para 21%. Vale notar que boa parte dessa queda ocorreu em cima de simplificações. Um dos exemplos era o do encaixe bancário, o dinheiro que os bancos deixam em caixas eletrônicos, por exemplo, nas agências, que era usado para cumprir compulsório, se um custo enorme até de acompanhamento e de regulação por parte do Banco Central... Então, boa parte dessa alíquota nominal que foi baixada, de fato, mudou muito pouco do estoque total de compulsório do sistema.

Como o Dr. Roberto mencionou há pouco, o estoque de compulsório do sistema caiu perto de R$500 bilhões para alguma coisa como R$420 bilhões. Não foi uma queda ainda tão sensível. Acredito que temos espaço para seguir discutindo essa agenda de redução de compulsório, mas temos também que atentar, porque o Brasil tem algumas especificidades no mercado de crédito.

Eu cito, por exemplo, a poupança. A poupança é uma captação *overnight*, de um dia, do sistema bancário, e o sistema bancário oferece crédito de 20, 30 anos com recursos de um dia numa taxa que é uma taxa abaixo do que vigora no sistema bancário usualmente. Hoje em dia, a poupança paga 70% da taxa Selic. Os bancos não conseguiriam captar nessa taxa para manter o *funding* das suas operações de longo prazo. Nesse sentido, é importante que exista algum colchão de compulsório como segurança para o sistema financeiro – que é uma das razões da existência do Banco Central –, que, no caso da poupança, é de 20%. Como um todo, acho que vale a gente seguir revisitando o tema e seguir avaliando espaço para reduzir compulsório.

Também eu gostaria de responder a pergunta do Senador Rodrigo Pacheco, S. Exa. o Senador Rodrigo Pacheco, sobre a possibilidade de criarmos outros instrumentos para atuar na liquidez do sistema bancário que não compromissadas – que foi levantada também por outros Senadores aqui, inclusive o Senador Alvaro Dias. Sim, outros Bancos Centrais do mundo usam outros instrumentos. Um clássico é o instrumento de depósitos remunerados, ou seja, em vez de o Banco Central captar recursos via emissão de compromissada, ele abriria uma conta em que os bancos depositariam a sobra de caixa no próprio Banco Central. Há um PL enviado já para a Câmara dos Deputados, que está na Câmara dos Deputados, é o PL 9.248, de 2017, que é um importante instrumento para o Banco Central ter alguma flexibilidade ainda maior de atuação na liquidez bancária e potencialmente reduzir alguma medida o uso de compromissado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por último, colocando um pouco mais de cor à resposta que o Dr. Roberto deu ao Senador Kajuru, que foi um tema de outros comentários de outros Senadores, sobre a inflação que está baixa e o juro ainda alto. De fato, eu só queria trazer um pouco de cor aos números recentes, aos avanços que já aconteceram tanto pela atuação do Banco Central quanto pela atuação desta Casa, tanto do Senado como da Câmara dos Deputados. E já mencionado aqui o relatório da CPI dos cartões, e o grupo de trabalho sobre o *spread* bancário também, foram duas fontes de informação muito importantes.

Segundo o ICC, que é o Índice de Custo de Crédito, calculado pelo Banco Central para 2018, o custo total de crédito geral na economia, consumidor e pessoa jurídica, está em 20%. No caso das pessoas físicas, um pouco acima de 25, sendo que o custo para recurso direcionado está um pouco abaixo de 10%. Então, é importante chamar a atenção. Surge muito na Casa, na atual audiência: cartão de crédito, cheque especial. De fato, são duas modalidades que saltam aos olhos.

Não é à toa que houve a CPI dos cartões, relatada pelo Senador Fernando Bezerra. E é aí que a gente tem que atacar. Está bem claro o mapa, está bem claro onde que a gente tem que abordar. Como o Dr. Roberto mencionou, tem sido feita bastante coisa no mercado de cartões. Eu, se tiver a honra de ser aprovado pela Casa, terei o prazer de seguir com a agenda, acho que, de fato, é aí que temos que trabalhar e gastar mais energia.

Muita coisa já foi feita. Eu lembro que, há 15 anos, o custo que o Tesouro Nacional captava para horizonte de um dia, até um ano estava na casa de vinte e poucos por cento. Hoje em dia, o crédito geral da economia está em 20. Ainda temos essas modalidades, esse foco de trabalho, mas muita coisa já foi feita, é só reconhecer esse outro lado também, tanto do BC quanto da ajuda desta Casa.

Obrigado.

O SR. ROBERTO DE OLIVEIRA CAMPOS NETO – Muito obrigado.

Gostaria de me desculpar, Senador Plínio Valério, mas, na verdade, decidi passar para os meus colegas, mas vou endereçar a sua pergunta que é muito relevante, que é muito importante, sobre o tema da Amazônia. Eu acho que o principal questionamento aqui é se nós somos contra subsídio. Eu queria deixar claro que não somos contra subsídio, somos contra a falta de transparência. É importante que o subsídio seja transparente, que seja mensurável e que a gente preste uma conta para a sociedade de quanto está sendo gastado e qual o retorno.

E outro tema que acho muito importante: a rede de subsídio que nós criamos foi feita quando a taxa de juros estava 14%. Hoje a taxa de juros está 6,5%. Então, eu acho que é a hora de reavaliar, ver onde estamos empregando os recursos e como podemos fazer de uma maneira melhor e mais distributiva.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí gostaria de enfatizar, como enfatizei no meu discurso, que os dois principais canais que gostaríamos de estimular, e vamos criar grupos de estudo sobre isso, são microcrédito, que é uma modalidade muito boa, muito importante para o Amazonas, como o senhor mencionou quando estivemos juntos. A capilaridade na Amazônia é um tema importante, e mesmo os bancos de fomento não chegam aos lugares. Então, precisamos investir em tecnologia para ver como atingimos o máximo possível de pessoas.

E a segunda é o cooperativismo, que também hoje é muito pequeno. No Brasil são 3% do crédito. Nos países envolvidos beira a 20%. E, quando nós olhamos a figura do Brasil, o cooperativismo está muito concentrado no Sul. Em Rondônia, realmente há um experimento bom, mas em grande parte está concentrado no Sul.

Então, para deixar clara a resposta: não somos contra subsídios, somos contra falta de transparência. E gostaríamos de reavaliar para exatamente colocar mais recurso onde é mais preciso, e eu acho que nas áreas em desenvolvimento é onde nós temos que concentrar.

E gostaria de mencionar que parte do exercício foi feito com os fundos constitucionais, que eram fundos em que a taxa era basicamente decidida nas reuniões do CMN. Não existia uma regra clara. Ficava muito difícil para a pessoa investir a longo prazo sem ter uma taxa clara e predeterminada, e o que o Governo fez foi criar uma taxa a preço de mercado, e criando um fator de desenvolvimento que beneficia os Estados que são menos desenvolvidos. É isso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Bem, a gente espera que isso aconteça na sua gestão, porque até hoje não tem acontecido. Só no Estado do Amapá, para você ter uma ideia, o BNDES investiu menos de 300 milhões. Vamos lá: se você colocar, o subsídio que é dado para o BNDES, vai para grandes empresas que estão envolvidas em corrupção aí.

Enquanto isso, o Norte e o Nordeste sofrem. Com o pequeno agricultor... Se eu pego o Estado da Amazônia – como o Senador Plínio colocou – e aí eu vou incluir o Amapá, que faz parte dessa nossa região, não há absolutamente nenhum investimento desse "s" do social, que é subsidiado pelo povo brasileiro, mas, sim, a J&F tem subsídio, há um monte de gente que recebeu esse subsídio. Era muito mais negócio ele pegar recurso do BNDES subsidiado e pegar o dinheirinho dele e investir em outras coisas, que era muito mais lucrativo... E, nesse aspecto, o BNDES tinha a obrigação e o Banco Central tem obrigação de ser fiscal desse tipo de empréstimo, não, faziam olhos de mercador. Por quê? Por causa da interferência do Presidente ou da Presidenta ou de quem quer que seja.

A partir deste momento, quando o Senador Plínio coloca essa questão sobre subsídio, não é que a gente quer favor; nós queremos um Estado brasileiro sendo tratado igual: Norte, Nordeste, Sul, Sudeste e Centro-Oeste. É isso que nós estamos pedindo. Nós não estamos pedindo esmola.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, pegue aí o Amapá. Eu coloco o Amapá, Randolfe, porque é um exemplo para mim de falta de vontade política de se fazer investimento com recursos do BNDES. Eu fiz o levantamento e em quatro anos o Amapá recebeu menos de 300 milhões, enquanto Estado de São Paulo – nada contra o Estado de São Paulo, acho que tem que receber e receber bastante também – recebeu 40% do recurso do BNDES.

Então, é essa dificuldade que você, como Presidente do Banco Central, terá de nos dar explicação daqui a seis meses, trazer aqui quais foram as aplicações que o Governo fez através dos bancos, do subsidiado, Banco da Amazônia, Banco do Nordeste, BNDES, porque todos são vinculados ao Banco Central.

Então, eu tenho sido aqui o mediador. No final, irei lhe fazer alguns questionamentos, que não são só meus, são questionamentos que muitas pessoas mandaram para o meu gabinete, e falarei em nome de outras pessoas.

Mas é isto que eu estou colocando: o Senador Plínio, quando coloca essa questão do subsídio, vamos deixar claro... Há alguma interpretação por alguns economistas que subsídio parece que é esmola. Não! A Amazônia tem um diferencial, o Nordeste tem seu diferencial, o Norte, o Centro-Oeste tem seu diferencial. Nós somos uma Nação de 8,5 milhões de quilômetros quadrados, e diferente uma região da outra. A dificuldade é muito grande tanto na mão de obra qualificada, como na mão de obra científica para fazer o investimento no desenvolvimento tecnológico e outras coisas, questões mais que nós temos. Por isso, a colocação de V.Exa. é para colocar isso claro.

Agora vai falar a Senadora Kátia Abreu.

Não está.

Senador Oriovisto Guimarães.

Senador Jean Paul.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Sou eu: Rogério.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É que você tinha feito a troca, Rogério.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para interpelar convidado.) – Bom, eu queria agradecer, Presidente Omar.

Eu queria, antes de fazer a pergunta, primeiro dizer que entre 2014 e 2018 houve aumento de mais de 6 milhões do número de pessoas desempregados no País. A promessa da geração de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

empregos da reforma trabalhista do Governo Temer mostrou-se ineficaz. O número de desempregados cresceu ao mesmo tempo em que aumentou a precarização do mercado de trabalho.

Em 2018, o número de trabalhadores ocupados com carteira assinada foi o mais baixo de toda a série histórica segundo o IBGE. O número de trabalhadores subutilizados aumentou em 2018 em relação a 2017, batendo o recorde da série histórica e alcançando 27,4 milhões de trabalhadores. O número de pessoas desalentadas, aquelas que desistiram de procurar trabalho, seja porque cansaram de procurar ou porque não têm dinheiro para o ônibus para se deslocar à procura de emprego, também aumentou em 2018, na comparação com 2017, em 13% e em 200%, na comparação com 2014, atingindo 4,7 milhões de brasileiros que não têm mais esperança de buscar emprego.

Diante desse cenário tão desolador no mercado de trabalho, o Banco Central não altera a sua taxa de juros, a sua taxa básica de juros, a Selic, há quase um ano, desde março de 2018. Se o Banco Central do Brasil não tivesse apenas o objetivo de estabilidade da moeda, portanto monomilitância, militância única, mas tivesse também que considerar a realidade do mercado de trabalho, como ocorre com o Banco Central americano, o senhor entende que já deveríamos ter aberto esse debate e ampliado esse debate para o Banco Central também olhar para o desemprego como o indicador que regula o crescimento econômico e a economia? Essa é uma questão.

A segunda, o Brasil possui a sexta maior taxa de juros real do mundo – 2,83% de juro real –, o que significa nove vezes a média de juros real do mundo a mais. Nove vezes maior! A ata da última reunião do Comitê de Política Monetária do Banco Central sugere uma redução adicional na taxa de juros, a depender da continuidade no processo de reforma e ajustes necessários na economia brasileira, praticamente condicionando a redução da taxa de juros à aprovação da reforma da previdência. O Governo Federal encaminhou para este Congresso uma proposta de reforma da previdência que, na prática, significa o fim da previdência pública, portanto, do sistema de seguridade social conquistado a duras penas pelo povo brasileiro. A PEC adota o sistema de capitalização. Nós sabemos que esse sistema de capitalização vai tirar dinheiro do caixa do Governo e, no curto prazo, vai aumentar o déficit fiscal das contas públicas, porque o dinheiro sai para a capitalização e não entra na conta do Governo, e o rombo do passivo previdenciário continuará existindo, a não ser que o BPC seja atingido frontalmente, porque aí deixa de ser um bode para fazer negociação e vira, sim, a forma de financiar a entrada dos bancos no sistema de capitalização e a forma de financiar a transferência da poupança para os bancos. Eu quero saber qual é a posição do Banco Central em relação a essa questão.

Eu queria só continuar: a proposta inviabiliza a aposentadoria especial rural ao exigir a comprovação da efetiva contribuição e não mais a condição de trabalhador rural. A minha mãe é aposentada rural, nasceu na roça, viveu e até hoje trabalha na roça. Nunca teve carteira assinada. Ela não é trabalhadora rural? Pela regra, ela não pode se aposentar. Ela vai se aposentar aos 70 anos, mas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ela começou a vida na roça e até hoje vive na roça, porque conseguiu comprovar a condição de trabalhadora rural. O meu pai da mesma forma. Então, como nós vamos lidar com aposentadoria rural exigindo 20 anos de contribuição? Os trabalhadores da cidade, que hoje são obrigados a contribuir por 20 anos, 60% não conseguem comprovar 20 anos de contribuição – 60% dos trabalhadores urbanos! –, vocês imaginem os trabalhadores do campo, os trabalhadores rurais.

Então, quebrar, ferir o nosso sistema de seguridade desvinculando o salário mínimo do Benefício de Prestação Continuada e pagar um salário de R$400? Sr. Presidente, eu quero dizer uma coisa para o senhor: no meu Estado, 39 Municípios têm como renda principal o Benefício de Prestação Continuada. Na cidade de Nossa Senhora da Glória, que é um Município polo da região do Semiárido, a renda gerada pelo Benefício de Prestação Continuada é quatro vezes maior do que a do Fundo de Participação dos Municípios. Em outras palavras, essa reforma da previdência quebra toda a Região Nordeste e Norte do Brasil.

Portanto, meus colegas, meus companheiros, Senadores e Senadoras, nós precisamos ter clareza disso. Nós não podemos colocar a conta para os trabalhadores e trabalhadoras, para a população mais pobre do Brasil, para garantir que a poupança do Brasil vá direto para as mãos do sistema financeiro, com o qual nós não teremos mais força para definir no que investir para promover as diferenças regionais e a construção de um país solidário. Nós estamos acabando, com essa proposta de reforma da previdência, com um dos princípios mais extraordinários de uma sociedade civilizada: a solidariedade entre pessoas e gerações de uma nação.

Então, eu queria deixar aqui uma pergunta que é a seguinte: nesse sentido, na visão de V. Sa., quais medidas estarão ao alcance do Banco Central que possam reduzir a taxa real de juros sem que a gente precise massacrar, humilhar, ser cruel e acabar com a solidariedade do povo brasileiro para com o povo brasileiro?

Num país com a extensão territorial que a gente tem, com as reservas que a gente tem e que pode ter uma poupança gigantesca a serviço do desenvolvimento, mas não nas mãos de um sistema financeiro concentrado em cinco instituições financeiras, nós vamos pegar a poupança dos brasileiros e colocar nessas cinco instituições? O Funpresp está aí. Se é capitalização, já há o Funpresp. O rombo da dívida pública, um terço dela é dos regimes próprios de previdência e não do Regime Geral da Previdência. E a gente precisa abrir esse debate com mais profundidade e com mais rigor, independentemente de ser Governo de oposição ou de situação. Essa é uma responsabilidade que a gente tem que ter com o Brasil, mas, acima de tudo, com o povo brasileiro.

Muito obrigado.

Já votei e acho que a equipe tem suficiência, não sabemos se vai ter condição e liberdade de agir conforme a competência que V. Exas. demonstraram ter.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador Rogério Carvalho.

Senador Major Olímpio.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP. Para interpelar convidado.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, todas as autoridades que estão sendo sabatinadas nesta Comissão no dia de hoje.

Sr. Presidente, em primeiro lugar, antes de fazer algumas considerações ou arguições, eu gostaria de deixar registrado o meu lamento pela votação nesta Comissão aqui também ser fechada. Não há o menor problema, é um problema regimental, mas há alteração do Regimento – assim como lutamos no Plenário e depois o Supremo Tribunal Federal derrubou – para que, inclusive, as votações para a Presidência fossem abertas também. Não vejo pertinência de não podermos assumir os nossos votos seja aqui, seja na Comissão de Relações Exteriores, com qualquer autoridade que a Constituição determine que seja arguida nas Comissões do Senado.

Também há de se considerar, até para agilidade, que, no momento em que estamos, já tendo votado, já votei pela aprovação dos quatro, fazendo uma arguição, de certa forma significa dizer que, independentemente do que possam dizer, já não está valendo mais. Então, eu acho que precisamos pensar também no nosso Regimento – até respeito a posição do Senador que está fazendo a arguição e também dos convidados –, para que pudéssemos fazer, em situações futuras, a arguição e depois marcar um horário em que todos possam votar, respeitosamente, após a arguição ser concluída.

Quero dizer da minha satisfação, como brasileiro, de poder dizer, neste instante, que essas autoridades tecnicamente são o que há de melhor para o País. A arguição mostrou simplesmente o grande preparo que eles têm e o Senado referenda isso.

Queria dizer, dirigindo-me ao Presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, da minha preocupação como brasileiro – V. Exa. até já se manifestou exaustivamente sobre isso. Mas a nossa preocupação, a preocupação da dona de casa, do taxista, da Dona Maria é exatamente sobre essa circunstância das taxas de juros no nosso País. Se fôssemos imitar os judeus, Brasília tinha que se chamar Jurosalém. (*Risos.*)

Sobre uma coisa que V. Exa. até se manifestou, gostaria que pudesse se manifestar um pouco mais sobre isto: o que poderá ser feito de concreto em relação a essas questões?

Também, como autoridade monetária, como é possível ter um controle maior sobre as próprias instituições financeiras privadas? Dizem que o melhor negócio do mundo é um banco bem administrado no Brasil – está aí o Unibanco, está aí o Bradesco, está aí o Santander –, e o segundo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

melhor negócio do mundo é um banco mal administrado no Brasil; é impossível dar errado, sob pena e sob sacrifício do povo brasileiro.

E a gente vê a interferência dos bancos privados, inclusive aqui nesta Casa. Na Câmara, nós estamos tentando votar desde de 2012 – era para a Copa do Mundo, depois para a Olimpíada – o estatuto da segurança privada. A Febraban trava isso, arrebenta, é o que a Febraban quer, é o que o banco quer. Então, eu tenho preocupações como brasileiro não com a condução de V. Exas., mas que possa haver uma sinalização de respeito, de controle realmente do Banco Central em relação a essa questão de juros estratosféricos, e o repasse disso, que vai agonizando o cidadão brasileiro. O cidadão mais pobre é que diz: "Olha, na porta do banco eu não chamo a minha mulher de meu bem, senão o banco toma".

Então, fica aqui o meu respeito, a minha consideração, e gostaria que V. Exa., na minha arguição – e se demais diretores quisessem –, expusesse o que pode ser feito de concreto para minimizar, e a curto espaço de tempo, essa extorsão dos juros aqui no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Mecias de Jesus; depois, Senador Flávio Bolsonaro, Senador Fernando Bezerra; depois, Senadora Kátia Abreu e Senador Marcelo. Os outros não estão mais aqui – está bem, pessoal? Por isso é que eu queria que vocês fizessem todas as perguntas para eles responderem de uma vez – está bom? O.k.?

O Senador Flávio Bolsonaro pode anteceder você, Senador Mecias?

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR) – Sem nenhum problema. Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, você é muito mais importante, porque você é da minha região. Vamos deixar claro! (*Risos.*)

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - RJ) – Muito mais. Por favor, Mecias, fique à vontade. Eu respeito a hierarquia aqui, Presidente. Sou o mais novo. Por favor, V. Exa. está com a palavra...

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR. Para interpelar convidado.) – Sr. Presidente, eu quero me dirigir ao Presidente Roberto Campos e dizer que a indicação pelo Presidente Jair Bolsonaro, pelo Ministro Paulo Guedes, do nome de V. Exas. para o Banco Central é sem dúvida nenhuma de grande relevância, mas a importância que esta Comissão e que o Senado – a responsabilidade do Senado da República – têm de aprovar o nome de V. Exas. é uma demonstração de confiança muito grande, porque o Senado representa aqui o Estado brasileiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A minha fala é o seguinte: o Brasil é campeão de desigualdades; temos uma população que é extremamente pobre e carente de tudo – água, saneamento básico, condições mínimas de subsistência; precisamos de políticas públicas que busquem melhorar as condições de vida dessas pessoas que vivem em situação tão precária. Um dos entraves consiste no grande endividamento do Estado. Quais são os desafios que a crise fiscal que assola o nosso País impõe à condução do Banco Central? A tão propalada reforma da previdência irá resolver o problema fiscal? Ou serão necessárias mais reformas?

Era o que eu tinha, Presidente.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senadora Kátia, V. Exa. tem que votar.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Fora do microfone*.) – Não posso falar antes?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, depois V. Exa. fala.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Eu gostaria de votar, e o senhor me boicota? (*Risos.*)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Presidente, uma questão de ordem!

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Como eu vou votar nele se ele não me respondeu?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Para questão de ordem.) – Antes de conceder a palavra ao Senador Flávio Bolsonaro, V. Exa. me chamava à mesa e eu compreendi. Tendo em vista que os Senadores estão saindo, eu queria consignar que é do interesse da Liderança do Governo que, após abertos o placar e votação e confirmadas as indicações por esta Comissão, a gente pudesse apreciar os nomes do Presidente do Banco Central, dos diretores e da Presidenta da CVM ainda na sessão de hoje à tarde aqui do Plenário do Senado Federal. Portanto, é essa a minha indicação, o meu requerimento, para que a gente não perca aqui o quórum que ainda temos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Os Senadores e as Senadoras que concordam com a proposta do Senador Fernando Bezerra permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. *Fora do microfone.*) – V. Exa. aprovou o requerimento de urgência?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O requerimento de urgência para nós votarmos hoje ainda, porque nós precisamos ter quórum.

Senador Flávio Bolsonaro.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - RJ. Para interpelar convidado.) – Boa tarde a todos.

Presidente Omar Aziz, prezados Roberto Campos Neto, Bruno Fernandes, João de Mello, prezada Flávia Perlingeiro, na verdade eu não vou estender ainda mais esta reunião. Acho que está bem claro para todo mundo os posicionamentos sobre as questões estratégicas e que realmente precisam ser encaradas finalmente por um time de pessoas tão qualificadas em posições estratégicas. No meu entendimento, as indicações dos senhores e da senhora já corroboram com o pensamento do Governo do Presidente Bolsonaro de um Banco Central independente, de não interferência do Governo em questões estratégicas para a manutenção e para a segurança do nosso sistema financeiro. Sou testemunha: talvez o Presidente Bolsonaro tenha se encontrado uma ou duas vezes com o indicado para a presidência do Banco Central. Em que pese o seu histórico familiar já dizer muito sobre a pessoa do senhor, analisando-se os currículos de todos, as experiências, isso nos dá muita segurança de que o Brasil finalmente vai tomar o rumo correto na questão da economia, sem interferência por parte da política, garantindo a independência das instituições, com um olhar que não é aquele olhar criminoso sobre aqueles que de fato geram empregos neste País, que são os empreendedores.

Criou-se uma cultura equivocada, por décadas, de demonizar empresários, como se ganhar dinheiro neste País fosse algo criminoso. Na verdade, é o segmento que sustenta a nossa economia. E quando o Estado não atrapalha, já está ajudando demais.

Então, quando eu vejo um indicado para Presidência do Banco Central falar "mais empreendedores, menos atravessadores" no seu discurso, isso me dá uma tranquilizada, me dá a certeza de que o País está indo no caminho correto. São pessoas que vão trabalhar, sim, sem essa interferência, como aconteceu por anos, por décadas neste País. A preocupação, desde sempre, do então candidato Jair Bolsonaro já era: "Onde o Estado não atrapalha?", porque dessa forma as coisas começam a acontecer neste País de um jeito muito mais natural.

E as perguntas que eu faria já foram respondidas por todos, inclusive no tocante a criptomoeda, para a indicada, Dra. Flávia, para a CVM. Na verdade, talvez uma pergunta, então, para a Dra. Flávia sobre a questão dos pequenos poupadores: como desenvolver um mercado de capitais mais estável em que o pequeno poupador brasileiro possa vê-lo como alternativa segura para os seus investimentos?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, quero parabenizar todos os candidatos e desejar boa sorte. Que Deus ilumine e dê muita sabedoria a todos vocês.

Também quero dizer a este Senado, Presidente Omar, que tem que encarar, de uma vez por todas, a reforma da previdência, sim. O discurso hipócrita de que os mais pobres vão ser penalizados, de que isso é o fim daquelas pessoas que mais precisam do amparo estatal, esse discurso vai ser dizimado em Plenário, porque, só pela leitura da proposta que foi enviada para cá, já está bem clara a preocupação do Governo com aqueles mais pobres, inclusive propondo antecipação no recebimento de suas aposentadorias por prazo de até dez anos, mostrando que a intenção não é desamparar. Pelo contrário, a intenção é proteger este País, porque se continuarmos no rumo que nós estamos no tocante às despesas com essa parte previdenciária, em 15 anos o Brasil quebra – o Brasil quebra! E todos nós, cada um de nós, Senadores e Deputados, têm neste momento uma responsabilidade muito grande de aprovarmos, sim, a reforma da previdência.

Posso garantir a todos que ninguém está feliz de ter que apreciar uma matéria como essa aqui no Congresso Nacional, ninguém gostaria de fazer isso. Mas é extremamente necessário que o façamos o quanto antes. A cada mês, a cada bimestre, a cada trimestre que nós não encaramos de frente esses problemas, a bola de neve, o problema se vai avolumando.

Então, Presidente, é apenas essa questão à indicada Dra. Flávia, para dar uma sinalização de que não há uma cultura no País, na verdade, de se investir em Bolsa de Valores, no mercado de ações. Todos muito conservadores, e acho que muito em função de não haver claramente uma comunicação de que é possível fazer isso sem correr tantos riscos.

E mais uma vez: já dei meu voto favorável aos quatro sabatinados hoje. Desejo boa sorte! E contem comigo também na votação no Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Fernando Bezerra, depois Senadora Kátia Abreu, depois Senador Marcelo e Senador Marcos.

Os outros não estão presentes, encerro no Senador Marcos as inscrições. E, aí, vamos abrir a votação.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, Senador Fernando Bezerra.

Eu estou fazendo isso até para... Daqui a pouco, vai abrir o Plenário, e aí a gente é obrigado a fechar a reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Já abriu. Vai abrir é a Ordem do Dia.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, quero cumprimentar o Dr. Roberto Campos Neto, o Dr. Bruno Serra; cumprimentar a Dra. Flávia Martins; e cumprimentar – me permita dirigir-me desta forma – o meu amigo João Manoel, que também foi distinguido com a indicação para Diretoria do Banco Central.

Eu faço questão de dar um testemunho do trabalho de João Manoel no Governo anterior para a criação de um ambiente de negócios melhor no Brasil, um trabalho articulado aqui com a Comissão de Assuntos Econômicos. Ele já teve oportunidade de destacar o trabalho da duplicata eletrônica, do cadastro positivo e muitos outros trabalhos. Eu aqui destacaria a criação da taxa de juros de longo prazo, que foi um marco estabelecido pelo Governo anterior, que vai abrir a possibilidade de o setor privado investir cada vez mais no apoio a nossa iniciativa privada, nos projetos de maior e de longa maturação.

E, no bojo dessa negociação, João Manoel, eu quero aqui registrar que nós negociamos, em nome da Região Norte e da Região Nordeste, sobretudo, a questão de um rebate no coeficiente dos juros para a Amazônia e para o Nordeste, que é o coeficiente de desenvolvimento regional estabelecido em lei e que foi aqui tão bem destacado pelo Presidente Roberto Campos Neto ao falar que a nova direção do Banco Central, a nova equipe econômica têm compromisso na manutenção dessa mudança, que vai produzir resultados cada vez mais positivos no setor de crédito no Brasil – estou convencido disso.

E quero apenas registrar para o meu Presidente Omar Aziz: hoje as taxas de juros mais baratas no Brasil são do Finor e também lá do Fundo da Amazônia, o Fundo Constitucional do Norte do Brasil. São as taxas hoje mais atrativas, o que tem permitido que o Banco do Nordeste tenha tido recorde de aplicação. Só para dar uma ideia, o BNDES fechou, no ano passado, um dos mais baixos níveis de aplicação de crédito, pouco menos de R$80 bilhões. O Banco do Nordeste financiou mais de R$40 bilhões. Portanto, pela primeira vez na história do Banco do Nordeste, uma aplicação é maior do que a metade dos financiamentos de todo sistema do BNDES.

Portanto, eu saio daqui muito reconfortado com as palavras do novo Presidente do Banco Central, sobretudo ao afirmar que vai perseverar na Agenda BC+, e uma agenda ampliada. Essa agenda está produzindo resultados, o foco tem que ser nela.

E fico aqui na expectativa de que essa ampliação vá se dar em duas áreas que são muito carentes no setor de crédito no Brasil. A área do microcrédito foi aqui destacada, e eu estou curioso. Acho que, assim que V. Exa. chegar ao Banco Central, poderemos ter novidades do ponto de vista da elevação do compulsório para aplicação no microcrédito ou o estímulo para as instituições oficiais de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

crédito, como Caixa Econômica, Banco do Brasil e BNDES, ampliarem os recursos para o microcrédito para justamente atender o reclamo do nosso Presidente Omar Aziz de deixar de financiar os grandes conglomerados econômicos e empresariais para financiar o pequeno e o médio empresário brasileiro.

Quero também corroborar aqui as palavras do Senador Flávio Bolsonaro. Olha, eu acho que é histórica a fala aqui do Presidente Roberto Campos Neto ao dizer que quer um Brasil de mais empreendedores e menos atravessadores – isso vindo da autoridade monetária maior do nosso País. Torcemos pelo seu sucesso, pelo sucesso da sua equipe para que as políticas públicas do Ministério da Economia e do Banco Central realmente criem as condições para que os empreendedores possam, de fato, prosperar.

Quero apenas, Sr. Presidente... V. Exa. falou, Roberto Campos Neto, da educação financeira. Foi uma coisa que me chamou a atenção. E eu pediria apenas para que V. Exa. desse uma olhada no nosso relatório da CPI dos Cartões de Crédito. No âmbito desse relatório, nós apresentamos projetos de lei, que estão tramitando na Casa, que buscam coibir a propaganda enganosa, que utiliza expressões como "parcelado sem juros", "gratuito", "sem acréscimo", "taxa de juros zero", ou outras expressões semelhantes. Então, nós estamos propondo alterar o Código de Defesa do Consumidor de modo a configurar esses termos como uso de propaganda enganosa.

Também incluímos a necessidade de se advertir, nas propagandas de produtos financeiros, os riscos às finanças pessoais em virtude do endividamento por meio do cartão de crédito ou do cheque especial. A gente tem que fazer como é feito com o cigarro: o cigarro faz mal à saúde. Tem que haver na agência bancária: o cheque especial faz mal à saúde financeira, o cartão de crédito faz mal à saúde financeira. Esses não são os únicos produtos do setor de crédito no Brasil.

Então, esses projetos estão tendo revigoradas as suas tramitações no início desta nova Legislatura e vêm ao encontro de um dado da Confederação Nacional do Comércio realizado em 2018: 76% das famílias endividadas apontam o cartão de crédito como o principal tipo de dívida.

Então, eu pediria a atenção dos Diretores do Banco Central, da nova Diretoria do Banco Central para eventualmente dar uma olhada nessas sugestões, nessas propostas, para que a gente pudesse ver como tramitar mais rápido isso, para que se possa dar uma resposta à sociedade brasileira, que tanto reclama das taxas desses dois produtos.

Finalmente, Sr. Presidente – e agora prometo encerrar para não me alongar –, é importante que a gente também coloque algo que foi feito pelo Senador Rogério Carvalho. De fato, para termos sucesso com a política de crédito e com a política de juros – todos queremos taxas de juros menores –, o Governo tem que equilibrar suas contas públicas.

As contas públicas do Governo estão desmanteladas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quem lê o balanço do Governo do ano passado vê que a maior despesa do Governo é o serviço da dívida, são R$400 bilhões por ano. E a segunda maior despesa do Governo é tapar o buraco da previdência social brasileira, são R$300 bilhões por ano.

Nós somos 30 milhões de aposentados no regime geral e somos 1,5 milhão de aposentados no regime próprio. Portanto, estamos falando de 31,5 milhões de brasileiros que estão consumindo da Nação R$300 bilhões. E o Governo Federal, no ano passado, não conseguiu investir sequer R$50 bilhões para levar creche, para levar escola, para levar hospital, para levar estrada, para levar energia, para levar banda larga que não chega ao País, para construir aeroportos, para fazer portos. Portanto, há 200 milhões de brasileiros que estão sendo mal atendidos. E isso não pode continuar, não pode perdurar.

E essa situação do Brasil se reproduz nos Estados. Eu vou falar do meu. Nós somos 9 milhões de pernambucanos; temos 100 mil aposentados do Estado. Esses 100 mil aposentados do Estado cobram do Tesouro estadual R$3 bilhões por ano, e o Governo de Pernambuco não investe sequer R$1,5 bilhão para atender aos 9 milhões de pernambucanos. Já passou da hora de enfrentarmos a situação da previdência no Brasil e nos Estados. Por isso é que nós temos que fazer o debate. É evidente.

O Presidente Bolsonaro, quando veio trazer a proposta, referia-se à trajetória política dele como Deputado, 27 anos na Câmara dos Deputados, e foi humilde ao dizer: "Errei, posicionei-me, muitas vezes, aqui nesta Casa e na campanha, contra a necessidade da reforma da previdência". E ele é o primeiro a reconhecer que a previdência precisa ser reformada e teve humildade para saber que a proposta certamente vai ser aprimorada, mas ela jamais vai ser tachada como uma reforma que esteja pesando sobre os mais pobres.

Na realidade, dos 30 milhões de aposentados brasileiros, dois terços, mais de 20 milhões, só ganham o salário mínimo. Estes hoje pagam 8% e vão pagar menos, 7,5%. É um ganho para dois terços dos aposentados brasileiros. Os deficientes do Benefício de Prestação Continuada vão continuar recebendo o salário mínimo, não se tocou nisso. Nas aposentadorias especiais dos que só se aposentam depois que completam 65 anos, também não se mexe. É um salário mínimo.

O que se está querendo na área rural? Na área rural se está querendo coibir a fraude. É preciso ter coragem para dizer isso. O IBGE identifica como trabalhador rural no Brasil apenas 6,5 milhões de brasileiros, e há 9 milhões de aposentados no setor rural. É com isso que precisa acabar. Nós não podemos continuar com a farra, com a displicência do gasto público, mas precisamos ter justiça. A proposta de antecipar o pagamento para o trabalhador rural a completar 60 anos é meritória.

Talvez precise haver alguns ajustes nos valores para poder ficar neutra do ponto de vista financeiro, mas é muito melhor antecipar. Eu sou do Nordeste, eu sou do Semiárido, eu não tive o meu pai trabalhador rural, mas eu convivo com os trabalhadores rurais. É muito melhor receber aos 60 a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

receber aos 65; agora, é preciso fazer ajustes, e os ajustes serão feitos. O que nós precisamos é distinguir aquele que nada contribui e que vai ter direito à aposentadoria aos 65 anos daquele que contribui, mesmo que contribua pouco. Se o valor que está estimado para a contribuição ao trabalhador rural está pesado, está estimado em R$600, eu pergunto: quanto é que os trabalhadores rurais pagavam aos sindicatos de trabalhadores rurais? Quanto? Trezentos, quatrocentos, quinhentos reais para que o sindicato pudesse atestar a aposentadoria?

Essa discussão nós vamos ter que fazer nesta Casa, e é normal que os Senadores tenham trazido a questão da reforma da previdência durante a sabatina da autoridade monetária brasileira, porque o trabalho dele ficará comprometido se nós não aprovarmos a previdência, se não aprovarmos, se não tivermos coragem cívica, amor ao Brasil para poder dar um passo no sentido de equilibrar as contas públicas.

Para encerrar, Presidente, eu estou convencido. Com essa agenda, nós vamos gerar emprego. O que os brasileiros querem e do que reclamam é emprego, e só com o saneamento das contas públicas o Brasil poderá voltar a crescer 3%, 4%, ao ano, e gerar 2 milhões de empregos de carteira assinada a cada ano, para dar esperança, sobretudo aos mais jovens que chegam ao mercado de trabalho.

Cumprimento os indicados e desejo sucesso na missão que certamente esta Casa vai lhes confiar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu acho que se aproveitou o momento para se falar sobre a previdência, e o trato é outro. A verdade é que há 513 Deputados e 81 Senadores, e cada um tem uma previdência na cabeça. É unanimidade entre Senadores e Deputados que nós temos que aprovar uma reforma da previdência; só unanimidade no pensamento, cada um tem uma previdência. A verdade é que cada um pensa de uma forma, e, depois, para a gente chegar num denominador comum, é lógico que o debate vai fluir e esta Comissão vai ser, com certeza, um local em que nós vamos debater bastante essa questão da previdência, no momento certo, quando chegar aqui no Senado.

Senadora Kátia Abreu.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. Para interpelar convidado.) – Obrigada, Sr. Presidente!

Presidente do Banco Central, Srs. Diretores, já votei, votei a favor, é um crédito de confiança ao Presidente da República para enfrentar os seus desafios e também por causa do currículo de V. Exas., que é acima de qualquer comentário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, eu gostaria de iniciar e, então, para ganhar tempo aqui e não brigar com o Fernando Bezerra Coelho, porque eu não posso e não quero brigar com ele, eu vou falar de outro assunto para depois eu me acalmar e voltar nesse assunto que ele terminou agora. Certo?

Então, eu vou começar por um projeto de lei, Sr. Presidente Roberto de Oliveira Campos Neto – que nome comprido! –, que diz respeito à existência de uma subvenção da agricultura com relação ao seguro-agrícola, que fica lá no Ministério da Agricultura, e, para avaliar esse projeto, eu estou pedindo ajuda para qualquer gente da área econômica. Ele está aqui na CAE e só não foi aprovado porque, no dia, não havia quórum e ele é terminativo, mas havia a concordância de todos os membros.

E a subvenção da agricultura fica no Tesouro para equalizar a taxa de juros. Certo? Então, são duas gestões, em dois lugares diferentes.

Qual é a proposta do projeto? É juntar toda subvenção do seguro e da equalização de taxa de juros no Tesouro, tudo junto. Se, por um acaso, a taxa Selic subiu, vamos investir na equalização de taxa de juros; se a taxa desceu, vamos investir tudo, graças a Deus, no seguro-agrícola. Então, esses recursos teriam uma ótima gestão de riscos, uma excelente, equilibrada e eficiente gestão de riscos no Tesouro. Seria um dinheiro só, e nós teríamos condições de também dividir o atendimento para um maior número de produtores rurais. Não teria condição de um produtor ser atendido duas vezes.

Então, esse projeto está tramitando, ele foi amplamente debatido, ainda quando eu estava no Ministério da Agricultura, e não é um projeto da Kátia, da cabeça dela, eu fui um instrumento. Nós tivemos um grande avanço no Governo militar, com a criação da Embrapa; depois tivemos um grande avanço no Governo Collor, com a criação do preço mínimo, que ajudou a agricultura a crescer enormemente; depois passamos a ter o seguro de clima. E esse projeto eu creio que seja um novo avanço na agropecuária brasileira, porque nós precisamos é de seguro-agrícola; nós precisamos de subvenção no prêmio do seguro-agrícola. Nos Estados Unidos, chega quase a 100% a subvenção do prêmio de tempo, clima, preço e custo. Então, não precisa de dinheiro de Governo, porque todo mundo quer financiar quem está segurado, porque é uma atividade altamente de risco por conta da volatilidade de preço, porque é uma economia perfeita, todo mundo produz tudo, e, ao mesmo tempo, nós dependemos de São Pedro para haver chuva ou sol.

Então, eu acredito, e peço a análise de V. Exa. junto com os demais, que possa dar uma atenção especial a esse projeto, que eu creio – e é claro que está sempre aberto a modificações – que possa ser bastante bom.

Com relação à subvenção – eu não estava aqui, mas soube que o senhor falou sobre ela –, é simples, muito simples, e eu não tenho o menor medo de submeter a agricultura a essa análise de custo-benefício, porque o custo-benefício de subvenção à agricultura é extraordinário – é perigoso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vocês ficarem com vergonha do quanto vocês dão para a agricultura brasileira, vocês, não, todos os Governos. Certo!

Então, enquanto nós subvencionamos 7 bi de dólares para a agricultura brasileira, por ano, os Estados Unidos subvencionam 96 e a União Europeia, 105. Se juntar com Japão e Austrália, é 1 bi por dia. Então, nós somos apenas 7 bi de dólares, quando, de acordo com um VBP em que nós aplicamos a cláusula *de minimis,* poderíamos chegar a até 20% do Valor Bruto da Produção. E isso representa 4% do Valor Bruto da Produção. Os americanos já passaram a cláusula *de minimis*, nós poderíamos entrar na OMC contra eles, lá são 26%; na União Europeia, são 29%. Muito acima de tudo isso!

E eu sempre falo, Presidente Marcelo, que é da roça como eu também, que, se a gente tiver um pedaço de terra boa, Presidente do Banco Central, e um pedaço de terra ruim, e tiver só um saco de adubo, você vai aplicar na terra boa ou na terra ruim esse saco de adubo? O que o senhor acha?

O SR. ROBERTO DE OLIVEIRA CAMPOS NETO (*Fora do microfone*.) – Na boa.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Na boa! Muito bem! Graças a Deus, o senhor respondeu certo!

É isso aí. Eu quero dizer, com isso, que nós estamos dando subvenção à terra boa, à terra fértil, que dá resultado para a agricultura. Os números estão aí. Se for conferir com a Zona Franca de Manaus... Eu quero aproveitar que o nosso Presidente de Manaus não está aqui, eu sou igual ao senhor, eu não tenho nada contra Manaus, mas eu só preciso ver o custo-benefício, porque há muito pobre no Brasil que não pode financiar a ineficiência e a incompetência de ninguém, inclusive da agricultura. Certo?

Então, se a gente for comparar a subvenção da Zona Franca de Manaus, é exatamente o tamanho da subvenção de toda a agricultura brasileira, uma das gigantes, que representa 36% do emprego brasileiro, que representa 50% das nossas exportações. Vá comparar com a Zona Franca. Então, fale para o Dr. Paulo Guerra... Paulo Guedes, desculpe-me, mas ele está quase se transformando em Paulo Guerra, de tanta briga que está arrumando para arrumar voto contra a previdência. Acho que ele está em campanha de votos contra a previdência. Eu tenho desconfiança disso, porque ele quer guerrear com todo mundo. Antes da previdência, ele já quer tirar a subvenção, sem conversar com ninguém sobre a subvenção da agricultura. Mercado financeiro é mercado financeiro, é outra atividade. Agora, agricultura, Dr. Paulo Guedes, é lugar de trabalho, de suor, de esforço e de coragem; é lugar de doido, porque quem depende de chuva, de sol e de preço avaliado em Nova York, em Xangai, na Bolsa de Tóquio é doido mesmo, sem seguro-agrícola. Então, é esse povo que planta e faz todo esse gigantismo. Então, eu quero dizer que não tenho medo de submeter a agricultura ao custo-benefício da subvenção. Repito: ficarão envergonhados do que tem dito por aí o Sr. Paulo Guedes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com relação à melhora dos juros e do *spread*, eu quero aproveitar esta oportunidade em que a TV Senado é tão vista no Brasil. O Banco Central, no ano passado, aprovou uma resolução maravilhosa que abriu o registro de recebíveis de cartão de crédito. O que quer dizer isso? Os empresários não sabem, vocês não fazem propaganda, têm que fazer, os bancos não vão fazer nem as TVs, que têm como patrocinadores principais os bancos. O que acontece, Presidente Marcelo Castro? Com o meu cartão de crédito do Banco do Brasil, se eu comprar lá na loja X, parcelado em dez vezes, esse passivo é do Banco do Brasil. Então, o dono da Renner tem que ir lá negociar, fica preso, então, o... O Banco do Brasil é que dá o desconto do recebível das dez parcelas para receber adiantado. O que o Banco Central fez no ano passado? O Presidente... Como é que ele se chama?

O SR. ROBERTO DE OLIVEIRA CAMPOS NETO (*Fora do microfone*.) – Ilan.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Ilan. Muito competente ele.

O que ele fez? Agora, as lojas têm uma central de recebíveis. Então, eu, da loja A, B, C, C, coloco os meus recebíveis parcelados nessa central, e qualquer banco ou qualquer fundo de investimento pode entrar numa competição para oferecer para o lojista um juro mais barato para comprar o recebível dele. Perguntem quantas lojas no Brasil sabem disso. Nenhuma! Não são 1% as que sabem disso. Isso ajuda a baratear o *spread*, ajuda a baratear os juros, assim como o Cadastro Positivo, que vai voltar para cá – e eu até já pedi ao Presidente, que me concedeu, a relatoria do Cadastro Positivo, que é maravilhoso. Então, eu gostaria de pedir ao Governo que fizesse propaganda disso. Isso vai baratear o custo bancário, juros e *spread!* Isso é concorrência na veia. Hoje, há um monopólio total e absoluto de três, quatro bancos.

Por último, agora, eu vou brigar com o meu amigo.

Em primeiríssimo lugar, quero dizer que eu tenho vontade demais de votar a reforma da previdência, sempre tive; acho que isso é muito importante. Eu só não posso aceitar que façam disso um dilúvio, a terceira guerra mundial. Vamos colocar as coisas nos lugares, porque, para aprovar a PEC do teto dos gastos, eu suei de dizer aqui, na tribuna, que ela sozinha não faria verão. E ela não fez verão nenhum. Ela só fará efeito se as outras reformas forem aprovadas, mas o discurso era o mesmo, igual ao do Fernando Bezerra aqui: "O mundo vai acabar se não aprovar a PEC do teto dos gastos". E nós sabemos que saímos de uma vinculação para uma indexação, tanto da saúde como da educação. Então, o que eu quero colocar é que isso é, repito, muito importante, por um simples motivo.

É que hoje nós estamos consumindo, com a previdência, 14% do PIB, e todos os países da OCDE – não são países ricos, são países similares ao Brasil – estão gastando 7% do PIB. E nós estamos num volume crescente. Isso é um jacaré com uma boca deste tamanho que vai engolir todos os brasileiros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Meu Líder Fernando Bezerra, você sabe o quanto eu torci para você ser Líder do Governo, pela sua experiência. Assim como na eleição da Mesa, minha disposição era a mesma: votar em alguém que tivesse experiência para ajudar o Brasil, ajudar o Governo. Então, você é um homem experiente. Agora, não é atacando determinados setores que nós vamos arrumar voto aqui; ao contrário, nós vamos arrumar antipatia, porque, lá fora, a pressão de milhões e milhões de trabalhadores rurais e da agricultura familiar que escutam esse tipo de discurso não nos deixa votar. E eu sou obediente a eleitor, eu sou obediente que é uma maravilha! É por isso que eu tenho quatro mandatos. Então, eu quero votar com o Brasil, mas eu não posso admitir, silenciosamente, este ataque brutal e frontal em dizer que a aposentadoria rural é uma fraude! Uma fraude é a miséria e a pobreza em que vivem os produtores rurais deste País! Peguem o censo agropecuário feito agora e olhem o tamanho das classes D e E no campo. Nós estamos caminhando para uma agricultura sem agricultores, em que meia dúzia de produtores está fazendo quase 70% do PIB da agropecuária, em que não existe classe média, Líder Fernando Bezerra, e em que as classes D e E estão sendo ampliadas. Então, a grande parte da pobreza hoje do Brasil se encontra no campo, dentro dos assentamentos, dos povoados, dos distritos. São pessoas que estão desassistidas de saúde, de educação. É uma pobreza geral e irrestrita! Uns são trabalhadores, outros são moradores, porque não têm nem opção de trabalhar no campo. Então, não há fraude! Fraude existe aqui também dentro desta Casa em muitos momentos, há Lava Jato, há na área médica, há na área de juiz, há na área de produtor rural; em todas as áreas, há corrupção. Então, eu não posso admitir, silenciosamente – desculpe-me, meu Líder –, que a aposentadoria rural é uma fraude. O senhor conhece o campo, o senhor conhece o interior de Pernambuco, eu conheço o interior do Brasil inteiro como Presidente da CNA e como Ministra de Estado. A pobreza é total e absoluta! Eu voto a previdência; agora, tirar dinheiro de trabalhador rural – eu só tenho eleição daqui a quatro anos, eu não tenho eleição agora, eu não jogo para plateia – eu não voto! Eu não voto contra trabalhador rural, porque eu os conheço como a palma da minha mão. Se tiver fraude, isso é questão de Polícia Federal, não é questão de Senador da República nem de Deputado Federal. Isso é ineficiência do Estado que não sabe fiscalizar os seus programas, que não tem indicadores, não tem meta, não tem fiscalização, não tem nada. Isso não cabe a nós, aqui cabe a nós fazer justiça a quem merece justiça.

Agora, eu não vi, em momento algum, alguém atacar os grandes salários, os grandes privilégios. Eu não sou de esquerda, Sr. Presidente do Banco Central e da Mesa, eu sou de direita, de direita racional, equilibrada e que não perdeu o coração e que quer uma solução pragmática para os pobres deste País. Eu não vou virar as costas. Eu não sou de uma direita que tem vergonha de falar de pobre, de uma direita que tem vergonha de falar da área social. Não! Eu sou de uma direita que tem sensibilidade e dimensão humana.

Não vamos votar, sob hipótese alguma, contra os trabalhadores rurais. Que as imperfeições sejam corrigidas. Não vamos votar contra os idosos do País. Com R$400 a um idoso, ele vai ser

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

devolvido para o asilo; se hoje os velhos estão na casa de suas famílias, é porque o BPC é atrativo e os filhos querem o dinheiro com eles. E R$400 não são atrativos, não dá nem para comprar os medicamentos. Eles vão devolver os velhos todos com R$400 para os asilos do País. Então, o grande benefício do BPC foi para trazer os idosos para dentro de casa, para os seus familiares, e não ser um peso; ao contrário, contribuir com o salário mínimo. É nojento falar nesse valor de R$400. É inadmissível falar nesse valor. E isso não significa nem 1% do rombo da previdência. Vamos falar de outras coisas! Então, eu repito: a previdência é prioridade por conta do consumo do PIB; 14% é inadmissível, mas eu quero aqui deixar muito claro que a previdência sozinha não fará verão. Nós temos que fazer, e o Governo não sinalizou ainda. Eu peço ao Governo que pense nesse assunto.

Os outros temas importantes, que são complementares à previdência, e que aí sim vão ajudar a votar, que são: tributar lucros e dividendos, que já disseram que não vão fazer – por quê, se o mundo inteiro tributa lucros e dividendos e nós, brasileiros, bonitos e ricos, não vamos fazer? E por que nós vamos permitir continuar tributando PJ, que na verdade é salário na veia, disfarçado, porque não quer contribuir com a previdência? Quantos profissionais liberais são PJs disfarçados de recebimento de salário? Isso dá em torno, meu amigo, de R$10 bilhões, somente essa correção com os mais abastados. Se é para cortar na carne, vamos cortar na carne de todo mundo.

A outra coisa é a dívida ativa, uma dívida ativa incompetente, que deveria dar crime de responsabilidade. Estou cansada de ouvir que são empresas falidas, quebradas, Varig, Vasp Não é não! De R$2 trilhões de dívida ativa, nós só recebemos, em 2017, R$26 bilhões. Se nós conseguimos, modestamente, com muita incompetência, mudar a legislação, que a PGFN tenha um diagnóstico perfeito dos seus servidores, do que fazer para melhorar a agilidade na cobrança da dívida ativa, que leva nove anos e meio. Apenas 3,8% entram na Justiça. Alguém poderia dizer assim: "é o trâmite da Justiça que é moroso". Não. Apesar de 3,8% entrarem na Justiça para reivindicar seus direitos, todas as ações dos R$2 trilhões vão para o Judiciário. Nos Estados Unidos não é assim. Se eu não entrei na Justiça, por que é que o Governo, por que é que a União vai judicializar? Seis meses para iniciar, apenas, a intimação; quatro anos e meio para o cidadão ser intimado. Então, quase 40% dessa dívida tem decurso de prazo, perde os recursos, por falta de mudança em normas, em regras, que nós poderíamos, dos R$2 trilhões. Não vamos sonhar com muita coisa, não: dobrar os R$26 bilhões. Será que, modestamente, não poderíamos melhorar essa eficiência e aumentar mais R$20 bilhões nessa cobrança, mais R$10 bilhões do PJ disfarçado de salário, mais dividendos e lucros? Nada, nada, são R$50 bilhões.

Agora, vamos para as despesas tributárias. As despesas tributárias, que são as desonerações, que não têm nada a ver com subvenção – são outra coisa, diferente – são dar desconto de imposto para determinados excluídos. Faço a lista, bonita, e os coloquei lá há anos. Não é esse Governo, não; vários e vários governos. Lá dentro está a Zona Franca de Manaus, lá dentro está o Simples, lá dentro está uma porção de coisas. Agora, qual o resultado de tudo isso? Quem é que mediu? Quem é que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

analisou? Então, o mundo inteiro aplica despesas tributárias a 2% do PIB. Nos últimos cinco anos, nós dobramos para 4%. É inadmissível em qualquer lugar do mundo. Então, se nós aumentamos de 2% para 4% do PIB de desconto de imposto, por que, nos próximos quatro, o Governo não pode fazer a proposta de dar ré, ano a ano nós encolhermos a despesa tributária, fazendo uma análise de cada caso, e não um corte reto? Porque só a desoneração de inovação e tecnologia é apenas R$5 bilhões. Não é nada. Não pode cortar, tem é que aumentar. Empresas de inovação e tecnologia não podem pagar imposto, se o Brasil quiser crescer e virar gente. Empresas de tecnologia têm que pagar é zero de imposto, igual comida. Então, se as subvenções forem regressivas, se nós fizermos um projeto de lei, se o Governo propuser essa redução de 4% do PIB para 2%, eu tenho certeza de que nós encontraremos a solução.

Eu quero aqui, apenas para resumir e encerrar, dizer que a reforma da previdência é super importante, muito importante, mas não é a última coca-cola do deserto, certo? Nós temos outras medidas, outras ações, que o Governo precisa sinalizar. Não precisa aprovar tudo junto, para não tumultuar, mas o Governo tem que sinalizar que vai mexer nos privilégios, que vai mexer naqueles grandes que receberam as subvenções como se fossem deles. Aquilo congelou, aquilo virou patrimônio pétreo, e aquilo é patrimônio do povo brasileiro, Presidente. Esse dinheiro é do povo brasileiro, de nós todos, que estamos bancando ineficiência, que estamos bancando o que não é produtivo, o que não dá resultado. Então, mexer com mulher, com produtor rural, mexer com professor e polícia, não é privilégio não, é justiça.

Eu quero ver o cidadão na rua, dando tiro em bandido 40 anos; enfrentar uma sala de aula sem ar condicionado, com 40 ou 50 meninos, por 40 anos; e quero que o senhor vá trabalhar na enxada, no trator, em cima de um cavalo, por 40 anos, para o senhor ver o que é bom para tosse. Então, não é privilégio, é justiça. Eu já fui tudo, só não fui polícia. Mãe, mulher, produtora rural e... Qual é o outro que eu falei agora? Professora! Eu fui professora no início da minha vida! Eu sei o que é menino hoje. Antigamente você podia mesmo dar uma bronca e por de castigo. Hoje, se você fizer isso, você vai presa, então as professoras estão todas com depressão, tomando remédio, com licença saúde.

Então, não dá. Vamos votar, vamos levar com seriedade, vamos tirar os privilégios, vamos cortar na carne de todo mundo, vamos enfrentar o *lobby* aqui dentro, mas vamos fazer justiça a quem precisa de justiça. Nessas condições, pode contar comigo, que eu sou a favor da reforma da previdência – e sem agressões, sem agredir ninguém, por favor.

Obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Eu sou o próximo inscrito, mas como estou presidindo, vou fazer a concessão aqui enquanto Omar Aziz volta e vou passar a palavra, então, para o nosso colega, Senador Marcos Rogério. Com a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Para interpelar convidado.) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores da República. Aos candidatos aos cargos de diretoria do Banco Central, incluindo seu Presidente, e da CVM, minha saudação.

Eu não vou entrar nesse debate paralelo que se iniciou nesta Comissão, porque nós vamos ter muito tempo para discutir essas matérias doravante. É uma pena que nos últimos 13, 15 anos esse tema não tenha sido discutido e todos esses avanços apontados aqui não tenham sido praticados. O Brasil estaria em uma condição muito melhor do que a que está hoje.

Eu gostaria, Sr. Presidente, de avançar sobre os temas da reunião de hoje, discutindo um pouco mais sobre *spread* bancário, Cadastro Positivo, também modelo de intervenção no câmbio e taxa de juros.

Eu acho que o tema que mais se repetiu na reunião de hoje aqui foi justamente taxa de juros, e, sim, talvez esse seja o grande tema, o tema que mais incomoda todos aqui: taxa de juros, que representa em algumas operações, especialmente no caso do cartão de crédito, um assalto ao cidadão; cobram-se juros dos brasileiros como se fosse uma apropriação do próprio patrimônio do cidadão. É mais do que usura, é crime o que se faz no Brasil, o que se pratica no Brasil. E faço aqui... não vou fazer pergunta em relação a esse tema, porque já foi abordado pelos nossos sabatinados: que o Banco Central, através dos seus mecanismos de regulação e controle, adote medidas, posturas eficientes com relação a essa matéria.

Quanto à democratização do sistema financeiro, absolutamente concentrado e caro no Brasil, é mandamento constitucional. É o que dispõe o art. 192 da Carta de 88, que fala especificamente em relação a isso, ou seja, "o sistema financeiro nacional, estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do País e a servir aos interesses da coletividade, em todas as partes que o compõem [...]". E aí, indaga-se aqui à exaustão, repetidamente: o modelo cumpre essa função, essa missão constitucional? Promove o desenvolvimento equilibrado, conhecendo as peculiaridades regionais do País? Serve aos interesses da coletividade? Ou atende demandas de quem precisa menos em detrimento daqueles que precisam mais? As regras e as práticas do microcrédito, também já mencionadas aqui, onde estão? Nessa descentralização – ou democratização, como eu ouvi o termo sendo repetido aqui –, qual o papel das cooperativas de crédito? Porque avançam muito em algumas regiões do País, especialmente na Região Sul do País, e na minha Região Norte, Estado de Rondônia, avançam muito: onde não se tem banco tem cooperativa de crédito; e por que não valorizar, empoderar mais, atribuir uma carteira maior para esse segmento, que está mais próximo do cidadão? E está no 192 da Constituição Federal: as cooperativas.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, esse tema é um tema que nos incomoda muito, e eu tive a oportunidade de receber em meu gabinete o nosso futuro Presidente do Banco Central, Dr. Roberto de Oliveira Campos Neto, e acho que fiz lá para ele as perguntas que não farei aqui em razão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da exaustão do tema. E posso assegurar – foi o único com que eu tive a oportunidade de dialogar e debater – que é um quadro absolutamente preparado, talhado para a missão que assume, que é de conduzir o nosso Banco Central, ao lado dos demais diretores, e, pelo que eu ouvi dos demais diretores aqui, todos se mostram absolutamente preparados, não para a função, mas para a missão que estão recebendo, para a delegação de missão que recebem; porque V. Sas. não estão recebendo apenas uma oportunidade ou uma função, é uma missão: implementar aquilo que foi dito hoje e o muito que se ouviu aqui nessa sala hoje, para fazer o Brasil avançar de verdade.

E aí, Presidente, permita-me adotar a frase que V. Exa. falou aqui, mas trazendo um ingrediente novo: sim, queremos um Brasil com mais empreendedores, com mais empregos e renda, desenvolvimento de verdade e menos economia de papel. Falei com V. Exa. lá no meu gabinete sobre isso. O País está estruturando o seu desenvolvimento, o seu crescimento econômico em cima de balizas e marcos que não são os que nos interessam ao fim e ao cabo. Nós queremos mais empresas, mais empregos, mais renda, mais desenvolvimento. E é preciso apostar num modelo diferente.

Então, eu não vou fazer nenhuma pergunta pontual a V. Sas. aqui, mas apenas parabenizá-los pela indicação e desejar muito sucesso na missão que cada um está assumindo a partir da agora.

Eu já votei e já cumpri o meu papel. Votei a favor de todas as indicações, num voto de crédito ao Presidente, na biografia de V. Sas., na trajetória de cada um e na esperança de que consigam fazer o melhor pelo Brasil. Todos nós estamos empenhados nesse esforço e tenho certeza de que essa também é a missão de todos vocês.

Sr. Presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Em seguida, concedo a palavra ao nobre Senador Jean Paul.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para interpelar convidado.) – Presidente Marcelo, é só para saudá-los rapidamente. Não vou cansá-los com mais perguntas. Devido ao adiantado da hora, eu perdi aqui a minha vaguinha para fazer as perguntas. Portanto, não sei se vocês deram sorte ou azar. Mas eu vou saudá-los, Roberto, João, Bruno, Flávia, e ratificar as falas, como já conversamos também antes desta audiência, ratificar as falas dos meus colegas sobre redemocratização ou democratização, mais precisamente, do mercado financeiro.

Nós precisamos de mais bancos, mais cooperativas de crédito, mais Fintech, mais bancos populares, mais microcrédito e talvez até junto à CVM, Flávia, considerar a volta de algumas bolsas regionais. Isso também é uma forma de disponibilizar crédito e dar mais acesso ao sistema financeiro como um todo. Então, falamos aqui de várias modalidades. Nós precisamos realmente trabalhar para que elas funcionem melhor, para que estejam mais acessíveis diante de toda a situação que se caracterizou aqui de juros altos e de dificuldade de crédito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Era isso.

Agradeço a atenção e agradeço a exceção.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Com a palavra o Senador Marcelo Castro.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI. Para interpelar convidado.) – Quero cumprimentar o Presidente, os colegas presentes, os sabatinados, e dizer que também fui um dos que tive a honra de receber no meu gabinete o Dr. Roberto Campos Neto, que demonstrou na ocasião grande conhecimento, grande espirito público, experiência, *expertise*. E nós não temos a menor dúvida de que o Banco Central estará em boas mãos com os diretores que estão presentes aqui e também a indicada para a Presidência da CVM. E já votei, votei secretamente, mas não é proibido declarar o voto: votei favoravelmente a todos. Agora, quando o Dr. Roberto Campos Neto esteve em meu gabinete, eu fiz algumas observações que quero tornar públicas aqui, até para a sociedade brasileira se sentir representada, porque acho que o que eu disse representa esse sentimento nacional.

Eu vejo que há, na sociedade, não vou dizer propriamente uma aversão, mas um certo descontentamento com o sistema bancário brasileiro. O País está atravessando a maior recessão da sua história, com empresas quebrando, pais de família, mães de família perdendo o emprego, e a gente fica horrorizado quando vê os lucros bancários. Então, a todo instante sai o lucro dos bancos. É uma coisa estarrecedora! Fica até um certo sentimento de que é como se o Brasil fosse mais dos banqueiros do que dos demais. E não é essa a finalidade. É claro que o setor bancário tem um papel importante na economia do País, mas está se formando um sentimento de que há realmente um excesso, um exagero: que os banqueiros estão lucrando demais em detrimento dos demais setores da sociedade.

Por exemplo, o meu caso: sou médico psiquiatra, professor universitário e agropecuarista, um misto assim de atividade empresarial e de diletantismo também. Mas tenho algum conhecimento da área, e uma atividade pecuária no Brasil, se tudo correr bem, se for feita dentro da técnica, se chover, não pegar fogo, correr tudo dentro da hora, o vaqueiro não beber cachaça todo fim de semana, a vaca não morrer abandonada, ele vai ter um lucro aí, se conseguir que tudo corra bem, de R$500 por hectare implantado de capim. E, para colocar um hectare para funcionar, ele precisa investir R$5 mil. Então, um lucro de 10% ao ano. Se você for pecuarista, não vou falar sobre outras atividades, está impossibilitado de tomar empréstimo no Brasil, porque eu estou aqui com o *spread* bancário, cuja fonte é o Banco Mundial, e nós temos aqui comparativamente: no Japão, o *spread* bancário é 0,7; na Austrália, é 3,2; no Chile, é 1,7; no Canadá, é 2,5; no México, 3,4; na Guatemala, 7,6; na Nigéria, 9.3; em Angola, 10,14; na Namíbia, 4,2; e, no Brasil, 39,6.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, aqui seria o caso de se dizer "um ponto fora da curva". Eu diria "foríssima" da curva. Essa palavra não existe no português, mas é tão fora que se teria de usar um superlativo.

Então, é evidente que isso aqui está errado. Precisa ser corrigido. Não há motivo para o Brasil ser tão destoante do resto do mundo inteiro! Estive olhando as taxas aqui de *spread*: vão de 0,6, normalmente, a 10. É o praticado no mundo inteiro, com exceção do Brasil e de Madagascar, o Brasil com 40% e Madagascar 45% o *spread* bancário.

O resto do mundo todo – América Central, América Latina, África, Europa, Ásia – está nessa faixa aí.

O outro tema, que já foi debatido aqui demais, mas que nos causa espécie e estranheza... Eu passei ali no caixa eletrônico do Banco do Brasil e imprimi o meu saldo aqui. O meu saldo é impublicável. (*Risos.*)

Mas está aqui, o banco oferecendo dinheiro aqui para os seus clientes, do cartão de crédito, que são... O Banco do Brasil dá uma taxa efetiva de 250% ao ano. Eu fui também à Caixa Econômica, que dá uma taxa efetiva – retirei hoje no caixa eletrônico – de 320% ao ano. Ora, se a pessoa tomar R$100 mil, um valor 100, seja o que for, 100 unidades, num ano ele vai estar devendo R$420 mil. Qual é a atividade em cima da Terra que pode dar isso? "Não, porque o cartão de crédito tem uma explicação..."

Bom, eu acho, Sr. Roberto Campos Neto, que precisa haver uma consciência mais nítida de que isso é um acinte, um desrespeito. São taxas indecentes. Eu não conheço, não sei como funciona a economia do mundo, mas acredito que não deva haver nenhum país do mundo que pratique um juro desses aí. Mas eu estou citando aqui o Banco do Brasil e a Caixa Econômica, não estou citando banco privado. Então, se nós não controlamos nem o Banco do Brasil, nem a Caixa Econômica, nós vamos controlar o quê?

Então, eu espero que isso aí possa sensibilizar quem vai comandar a questão da moeda no Brasil e ver que essa situação não pode continuar.

V. Sa. está tendo um crédito de confiança aqui e eu acredito que de toda a Casa, mas o nosso Presidente, em boa oportunidade, já chamou a atenção para o fato de que V. Sa., muito provavelmente, estará aqui de volta...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – ..., e é evidente que nós esperamos que V. Sa. possa trazer números mais confortáveis, até para a gente se explicar na sociedade, porque aquilo que disseram hoje aqui alguns Senadores a gente constata no dia a dia. Isso é uma vergonha nacional! Um País em que as pessoas tomam dinheiro emprestado de agiota para pagar banco oficial porque os juros dos bancos oficiais são superiores aos de agiota! Isso é uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desmoralização nacional! Isso é uma coisa que não se pode admitir! Então, entendo que deve haver uma consciência nacional de que agora, de uma vez por todas, nós precisamos colocar um fim nisso daí. Porque isso não foi inventado hoje, não; isso vem se arrastando há décadas.

Eu me lembro de que eu era criança ainda e meu pai lia lá um livrinho do Carlos Lacerda, e ele falava de um dia na vida do Brasilino. Aí mostrava que o sujeito ia tomar empréstimo no banco dos Estados Unidos e era 3%. Aí o camarada achava alto os 3%. Mas era 3% ao ano. Aqui, no Brasil, sempre foi uma exorbitância, nunca se pensou em cobrar uma taxa dessa anual.

Então, é essa a minha contribuição. V. Sas. têm o nosso crédito de confiança, não só meu, mas da Casa inteira, mas nós queremos resultados, e, evidentemente, V. Sas. vão ser cobrados da próxima vez que aqui vierem.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador Marcelo.

O Presidente do Banco vai responder a V. Exa. e, logo em seguida...Vamos abrir o resultado da votação, por favor.

O SR. ROBERTO DE OLIVEIRA CAMPOS NETO – Muito obrigado.

Vou responder à pergunta de S. Exa., Senador Marcelo Castro. Foi muito oportuna porque levanta um exemplo que, inclusive, eu verifiquei, que é a comparação do Brasil com o Chile. Inclusive, também, fui responsável pela tesouraria do Banco, no Chile. Não tenho ciência desse estudo do Banco Mundial, mas tenho alguns dados do Banco Central e alguns dados internacionais que levantei. O *spread*, no Brasil, está em torno de 20,5%, não tenho esse conhecimento de 40%. Para pessoa física ele é 30%, alto. Então, depende do que está sendo considerado. Mas o exemplo ainda vale, porque o *spread* do Chile é 2,6% – o senhor acertou. Curiosamente, os bancos, no Chile, são mais rentáveis do que no Brasil. Então, isso mostra o tamanho do trabalho que a gente tem para fazer. Se o Chile tem um *spread* de 2,6% e o Brasil tem um *spread* de 20,5%, se você olhar só a pessoa física é quase 30%, ainda assim o banco, no Chile, é mais rentável.

Então, acho que isso aí mostra todo o resto que foi discutido aqui ao longo da sabatina, todas as áreas em que nós precisamos fazer uma intervenção: na área de informação assimétrica, que é ter informação; na área de recuperação de crédito; de não ser judicial o sistema. Então, aproveito o exemplo para mencionar isso.

Gostaria de dizer que, se confirmado pela Casa, nós vamos trabalhar incessantemente nisso.

Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Já foi confirmado. Estou há muitas votações aqui. Dificilmente você tem a unanimidade.

Roberto de Oliveira: 26 votos SIM; 0 NÃO.

Sr. Bruno: 26 votos SIM; 0 NÃO.

João Manoel: 26 SIM; 0 NÃO.

Sra. Flávia: 26 SIM; 0 NÃO.

Isso demonstra, claramente, a confiança de todos os Senadores e Senadoras desta Comissão em relação ao trabalho que os senhores irão realizar frente ao Banco; e a senhora frente à Comissão de Valores Imobiliários.

Como eu disse antes, daqui a 6 meses a Comissão tem a obrigação de convidá-los a estarem aqui para debater com os Senadores e as Senadoras o que aconteceu na nossa economia, a partir de hoje até daqui a 6 meses. O nosso papel nós iremos fazer aqui: tentar contribuir. São debates que nós iremos ter e são debates democráticos.

A previdência, se fosse fácil aprovar, já teria sido aprovada há muito tempo. Então, o debate será longo, as discussões serão longas, mas espero que, no final, a gente consiga fazer o melhor possível para o Brasil.

Dito isso, quero agradecer a presença do Sr. Roberto Campos, do Sr. Bruno Fernandes, do Sr. João Manoel Mello e da Sra. Flávia. Que vocês possam servir ao Brasil da melhor forma possível. O Brasil tem uma esperança muito grande.

Você, Presidente, como o guardião da moeda brasileira, tem a oportunidade de fazer história, como o seu avô lá atrás fez e é uma referência para todos nós. Que você possa ser, daqui a algumas décadas, uma referência, como o seu avô foi, para muitos brasileiros.

Muito obrigado.

A sessão está encerrada.

(*Iniciada às 10 horas e 04 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 19 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 4ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE MARÇO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e dezesseis minutos do dia doze de março de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Omar Aziz, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Mecias de Jesus, Fernando Bezerra Coelho, Confúcio Moura, Luiz do Carmo, Esperidião Amin, Plínio Valério, Tasso Jereissati, Styvenson Valentim, Flávio Bolsonaro, Lasier Martins, Elmano Férrer, Major Olimpio, Izalci Lucas, Jorge Kajuru, Veneziano Vital do Rêgo, Alessandro Vieira, Leila Barros, Acir Gurgacz, Eliziane Gama, Cid Gomes, Jean Paul Prates, Rogério Carvalho, Paulo Paim, Telmário Mota, Otto Alencar, Irajá, Rodrigo Pacheco, Wellington Fagundes, Jorginho Mello, Marcos do Val, Paulo Rocha e Luis Carlos Heinze. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Ciro Nogueira, Daniella Ribeiro, José Serra, Rose de Freitas, Kátia Abreu, Randolfe Rodrigues, Fernando Collor e Marcos Rogério. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Fez uso da palavra o senador Espiridião Amin, sugerindo que a Consultoria Legislativa elabore um quadro comparativo das propostas de alteração da previdência social durante os governos dos ex-presidentes Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva, Dilma Rousseff e Michel Temer. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei da Câmara n° 93, de 2015 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 6.615, de 16 de dezembro de 1978, para dispor sobre o piso salarial dos radialistas." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Fernando Bezerra Coelho. **Relatório:** Favorável ao projeto, nos termos do substitutivo apresentado. **Resultado:** Retirado de pauta, a pedido do relator, para reexame. **ITEM 2 - Projeto de Lei da Câmara n° 69, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Altera o inciso IV do caput do art. 5º da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que regulamenta os fundos constitucionais, para incluir na área considerada como semiárido os Municípios localizados no Baixo Parnaíba, no Estado do Maranhão." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Fernando Bezerra Coelho. **Relatório:** Contrário ao projeto. Fez uso da palavra a Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Retirado de pauta, a pedido do relator, para reexame. **ITEM 3 - Projeto de Lei do Senado n° 62, de 2015 - Não Terminativo -** que: "Aumenta o percentual de recursos destinados ao paradesporto e a programas de incentivo à inclusão desportiva de estudantes portadores de deficiência." **Autoria:** Senador Romário. **Relatoria:** Senadora Rose de Freitas. **Relatório:** Favorável ao projeto, com duas emendas de sua autoria. **Resultado:** Retirado de pauta, a pedido de relatora, para reexame. **ITEM 4 - Projeto de Lei do Senado n° 374, de 2015 (Complementar) - Não Terminativo -** que: "Altera o parágrafo 2º do Artigo 3º da Lei Complementar 63 de 1990, tornando facultativo para os Estados a possiblidade de considerar ou não, para efeito de cálculo do valor adicionado, as parcelas isentas ou com benefícios fiscais e as operações imunes do imposto ." **Autoria:** Senador Fernando Bezerra Coelho. **Relatoria:** Senador Wellington Fagundes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Favorável ao projeto, com duas emendas de sua autoria. Após leitura do relatório, fizeram uso da palavra os (as) Senadores (as) Rogério Carvalho, Fernando Bezerra Coelho, Tasso Jereissati, Eliziane Gama, Major Olímpio, Cid Gomes, Espiridião Amin, Luiz do Carmo e Jorge Kajuru, **Resultado:** O presidente da comissão, senador Omar Aziz, concede vista coletiva da matéria, nos termos regimentais. **ITEM 5 - Projeto de Lei do Senado n° 315, de 2017 (Complementar) - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para vedar a limitação de empenho e movimentação financeira das despesas relativas à inovação e ao desenvolvimento científico e tecnológico custeadas por fundo criado para tal finalidade, bem como altera a Lei nº 11.540, de 12 de novembro de 2007, para modificar a natureza e as fontes de receitas do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT – e elevar o percentual de empréstimo à Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP." **Autoria:** Senador Otto Alencar. **Relatoria:** Senador Omar Aziz. **Relatório:** Favorável ao projeto, com a Emenda nº 1-CCT. **Resultado:** Retirado de pauta, a pedido do relator, para reexame. **ITEM 6 - Projeto de Lei do Senado n° 344, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Insere o art. 120-A na Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para responsabilizar solidariamente a empresa pelos prejuízos causados ao Regime Geral de Previdência Social, em decorrência de crime cometido por seus administradores." **Autoria:** Senador Telmário Mota. **Relatoria:** Senador Omar Aziz. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Retirado de pauta, a pedido do relator, para reexame. **ITEM 7 - Projeto de Lei do Senado n° 337, de 2015 - Terminativo -** que: "Acresce os incisos XVIII, XIX, XX ao Art. 20 da Lei nº 8036/90 – que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço para permitir a utilização da conta vinculada do trabalhador na quitação de débitos vinculados à imóveis de parentes de primeiro grau." **Autoria:** Senador Donizeti Nogueira. **Relatoria:** Senador Elmano Férrer. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, com as Emendas nºs 1 e 2-CAS. Após leitura do relatório, fez uso da palavra os (as) Senadores (as) Fernando Bezerra Coelho, Rogério Carvalho, Jorge Kajuru, Otto Alencar, Telmário Mota e Jean Paul Prates. **Resultado:** O presidente da comissão, senador Omar Aziz, concede vista coletiva da matéria, nos termos regimentais. **ITEM 8 - Projeto de Lei do Senado n° 272, de 2018 - Terminativo -** que: "Veda que a instituição emissora ou credenciadora do cartão de crédito exija exclusividade quanto à antecipação de recebíveis e imponha trava bancária além do volume de recebíveis necessários para garantir a operação de crédito." **Autoria:** Senador Ataídes Oliveira. **Relatoria:** Senador Fernando Bezerra Coelho. **Relatório:** Pela rejeição da matéria. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 9, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública,com o objetivo de debater a política de preços do Gás Liquefeito de Petróleo parauso residencial (GLP Residencial ou P-13), conhecido gás de cozinha vendido nasrefinarias às distribuidoras para botijões de 13kg; em especial, após a adoção dapolítica de reajustes trimestral em janeiro de 2018." **Autoria:** Senador Ciro Nogueira. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 10, de 2019** que: "Requeiro nos termos do art. 99, do Regimento Interno do Senado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Federal, que trata de competência dessa Comissão, avaliar os critérios estabelecidos pela Secretaria do Tesouro Nacional para classificação da situação fiscal dos Estados." **Autoria:** Senador Jorginho Mello. **Resultado:** Adiado. **ITEM EXTRAPAUTA 11 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 13, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a reforma da previdência apresentada recentemente pelo Poder Executivo, que modifica o sistema de previdência social, estabelece regras de transição e disposições transitórias, e dá outras providências." **Autoria:** Senador Plínio Valério. Após leitura do requerimento, fez uso da palavra os (as) Senadores (as) Rogério Carvalho, Jorge Kajuru, Veneziano Vital do Rego, Espiridião Amin, Major Olímpio e Mecias de Jesus. **Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº 13/2019 – CAE, com a inclusão do nome do ex-senador José Pimentel para debatedor na audiência pública a ser realizada. O presidente registra a presença do ex-senador Garibaldi Alves Filho e do deputado Federal Sillas Câmara. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Omar Aziz

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Bom dia, Sras. Senadoras e Srs. Senadores!

Declaro aberta a 4ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Primeiramente, eu queria informar aos Srs. Senadores que estava prevista, através do convite que fizemos ao Ministro da Economia, Dr. Paulo Guedes, a presença dele aqui nesta reunião de hoje para discutirmos dois assuntos específicos: a dívida dos Estados brasileiros e a Lei Kandir. Eu fui procurado pelo Ministro, e ele justificou a não possibilidade de estar aqui hoje e no dia 19, porque no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dia 19 estará fora do País tratando de assuntos comerciais com outros países. Ficou agendada para o dia 26 deste mês a presença do Ministro da Economia, Paulo Guedes, nesta Comissão.

Há outras Comissões que também aprovaram a presença do Ministro. Eu irei conversar com essas outras Comissões, e pode ser que a gente faça uma audiência conjunta. No melhor entendimento da Casa, acho que seria melhor realizá-la conjuntamente. Nós sairíamos só do debate para o qual esta Comissão o convidou, que seria a dívida dos Estados e também a questão da Lei Kandir. Eu falei: "Ministro, ninguém pode cercear a fala de um Senador. Ele pode perguntar outras coisas, e, naturalmente, isso vai acontecer."

O Ministro virá a esta Comissão no dia 26. Já está marcado.

Na semana que vem, nós temos aqui alguns requerimentos para serem votados, inclusive sobre uma audiência aqui para tratarmos sobre a reforma da previdência que seria realizada no dia 19. Há uma proposta do Senador Plínio Valério. Havendo número aqui, nós iremos aprovar esse requerimento do Senador Plínio Valério.

Nós temos alguns projetos para serem relatados e lidos hoje aqui. Alguns, a pedido do Governo, foram retirados de pauta pelo tempo em que o Governo está instalado. É normal um novo Governo analisar os projetos que vêm de anos passados. Há dois projetos meus que seriam relatados hoje. Um deles foi relatado na Comissão de Ciência e Tecnologia e trata do fundo. Hoje não é feito investimento em inovação e tecnologia principalmente no Nordeste e no Norte. A pedido do Governo, nós o estamos retirando, para que a gente possa adequá-lo à realidade, para que isso possa funcionar normalmente e para que não haja o contingenciamento desses recursos, que é feito todos os anos. Trata-se de um fundo de inovação e tecnologia que é contingenciado, e o nosso projeto é favorável para que acabe o contingenciamento. Fomos procurados pelo Governo e vamos atender dando um prazo de, no máximo, duas ou três semanas para que eles possam analisar e trazer um parecer.

Eu tenho aqui alguns projetos. Um é oriundo da Câmara dos Deputados, a que o Senador Fernando Bezerra Coelho é contrário em seu relatório, mas vamos esperar ser lido esse relatório. No mais, não há nenhum Senador presente neste momento e que tenha algum relatório sobre isso.

Pois não, Senador.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Pela ordem...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu lamento a posição do Governo em relação ao seu projeto. Ontem, até a madrugada, eu o estudei com muito carinho. Inclusive, pedi a opinião de meus conselheiros voluntários: Senador

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pedro Simon, Senador Cristovam Buarque e a Senadora Heloísa Helena. Entendo seu projeto. V. Exa. diz com clareza de quando o administrador da empresa deixa de repassar à Previdência Social os valores recolhidos dos seus empregados, causando aos cofres públicos um duplo prejuízo. Eu queria que esse projeto fosse aqui hoje aprovado. Eu tenho a certeza de que ele seria aprovado. Sinto muito por essa posição do Governo. Permita-me discordar do Governo, por se tratar de um projeto tão importante. Eu não entendo essa questão de tempo do Governo – o tempo já está passando, já estamos em março –, a menos que o Governo entenda que ele vai começar a trabalhar hoje.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu concordo com V. Exa., Senador, mas, se a gente não tiver um pouco de... Neste momento, eu acho que, por unanimidade, os Senadores e Deputados tentam contribuir para que a gente saia desta grande crise, para que a gente possa fazer as reformas, e não será a nossa Comissão que fará esse tipo... Se a gente esperar uma semana ou duas semanas, tenho a certeza de que nós iremos debater e aprovar esse projeto aqui.

Há outro projeto também que é de uma importância muito grande, que é da ciência e tecnologia. Quando se fala em abrir fronteiras, em trazer redução de alíquotas para importação, o Brasil sofre de um problema seriíssimo, porque nós não temos tecnologia para competir, infelizmente. Se tivéssemos tecnologia própria, nós estaríamos produzindo eletroeletrônicos, bens de informática e automóveis com nossa tecnologia. Mas nós não temos tecnologia para isso. Nós importamos essa tecnologia. Por isso, a importância do investimento na inovação e na pesquisa.

Mas esta Casa e o Relator dessas duas matérias tiveram essa compreensão pela falta realmente de conhecimento da equipe técnica que se instalou no Governo. Eles agora poderão até contribuir com sugestões; são naturais as contribuições.

Nós faremos isso, com certeza, nas duas próximas reuniões, Senador. Sua preocupação é a nossa. (*Pausa.*)

Senador Plínio, V. Exa. tem um requerimento. Eu queria que V. Exa. falasse aos Senadores sobre esse requerimento que o senhor está fazendo para o dia 19, por favor.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Obrigado, Presidente.

Srs. Senadores, Sras. Senadoras, o tempo já começa a contar para todos nós do Parlamento sobre essa questão da reforma da previdência. Na CAE, pelo pouco tempo em que estou aqui, percebo a importância que tem esta Comissão e a cobrança que nós sofremos externa e internamente. Eu acho de bom alvitre a gente discutir essa reforma da previdência em termos até pedagógicos, ou talvez não exclusivamente pedagógicos, para que nós possamos, Senador Kajuru, compreender.

Então, a minha proposição através do requerimento é a de que nós possamos realizar aqui uma audiência pública, trazendo para cá, Senadores, pessoas que reconhecidamente dominam esse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

assunto de previdência. O meu requerimento, nos termos que a gente prevê aqui, é uma audiência pública para o dia 19, convidando – já convidamos – o Leonardo Rolim, que é o Secretário de Previdência na Secretaria Especial de Previdência e Trabalho; o Felipe Salto, que é o Diretor Executivo da Instituição Fiscal Independente, órgão do Senado Federal que já tem notas técnicas apresentadas sobre o tema, e que é favorável à reforma; o Paulo Tafner, que é pesquisador da Fundação Instituto de Pesquisa Econômica; e o Pedro Nery, que é Consultor do Senado Federal e tem um livro publicado sobre previdência juntamente com Paulo Tafner. O objetivo único e exclusivo é o de que nós possamos ouvir desses *experts* a tradução da reforma.

Nesses termos, eu proponho, Presidente, uma audiência pública para o dia 19. É claro que aceitamos sugestões.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Rogério Carvalho, por favor...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu queria pedir a permissão do Senador Plínio Valério para falar da possibilidade de incluirmos o Gabas ou o Pimentel, que foi Senador e que foi Ministro da Previdência, para podermos fazer um debate conjunto. Poderia ser o Pimentel, que é ex-Senador, que é uma pessoa conhecida de todos e profundo conhecedor do tema.

Eu queria, Presidente, dizer que fiz um estudo para o Senador Tasso Jereissati: em 90% dos Municípios do Ceará, na verba que entra de aposentadoria rural e do BPC, entram mais de 200% em relação ao FPM de recursos dessa natureza. Portanto, o Estado do Ceará é o Estado mais dependente do BPC e da aposentadoria rural no Brasil. É importante a gente ter esses dados. E esse debate sobre a previdência é fundamental que a gente faça aqui na Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador, receber o Senador Pimentel para a gente é sempre uma grande honra; ele foi nosso colega aqui por quatro anos. O Senador José Pimentel realmente é um estudioso e vem defendendo, desde o Governo Dilma, a reforma da previdência. Como Ministro da Previdência, ele sabe dos gargalos realmente e poderia contribuir muito para o nosso debate aqui, não tenho dúvida nenhuma.

Eu só acho que nós teríamos que parar em cinco, porque, se a gente trouxer mais do que cinco debatedores aqui, nós não vamos ter debate, nós não teremos debate, porque a experiência que nós temos aqui... Há Senadores que têm outros compromissos, têm que sair, se ausentam e voltam para fazer uma pergunta, não esperam, porque demora bastante. Então, se a gente quiser dar realmente um efeito para esse debate e tirar conclusões do debate, o número de debatedores terá que ser bem reduzido. Isso objetiva a discussão, senão nós não chegaremos à conclusão nenhuma, e o debate será mais um debate sobre o assunto.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Eu conversava aqui, em função da maior experiência de ambos, com o Senador Tasso Jereissati e com o Senador Cid Gomes. Não estou questionando o requerimento do Senador Plínio, até porque conheço a sua lisura e a sua isenção, mas penso – ontem, conversei muito com o Senador Paulo Paim – que esses debates são ricos. Eu os tenho feito em redes sociais, eu os tenho feito com os Senadores. Inclusive, o Major Olimpio, que me parece estar aqui, participou do primeiro programa, que, aliás, chegou a 21 milhões de visualizações. Nesse programa, o Senador Major Olimpio debateu com a Senadora Eliziane Gama, como um pinga-fogo, como fazia o Heraldo Pereira no Jornal da Globo. Para que os Senadores... Quero convidar outros aqui. Acho interessante a sociedade brasileira participar dessa discussão, vendo os dois lados.

Concluindo, quanto ao debate, eu gostaria só de saber, perguntando ao Senador Plínio, sobre esses quatro; alguns nomes eu reconheço, inclusive. Qual é a posição deles? Se são quatro, a meu ver, teriam de ser dois a favor e dois contrários, para ouvirmos as duas opiniões. Ouvir quatro pessoas que são favoráveis ou que são contrárias à reforma não enriquece o debate, a meu ver.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Senador Veneziano está inscrito, bem como o Senador Espiridião Amin. E, depois, fala o autor do requerimento.

Com a palavra o Senador Veneziano.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB) – Será bem rápida a minha participação.

Já tendo ouvido o seu sentimento e a sua percepção, a meu ver, isso se torna impraticável para o tento desejado tanto pelo autor do requerimento, S. Exa. o Senador Plínio, quanto por todos nós. Eu não imagino, não concebo até mesmo o número de quatro, porque um bom debate... Penso eu que seria, de certa forma, deselegante reservarmos a um expositor que vem aqui, que se permite vir aqui para colaborar, 10 ou 15 minutos para a sua exposição, porque isso termina fugindo àquilo que nós desejamos, que é a profundidade exigida do tema, para ficarmos perfunctoriamente em algumas observações.

Nós temos um tempo hábil até que a matéria venha a esta Casa, se vier – e tomara que venha, mas aperfeiçoada –, para que não corramos, não nos precipitemos e façamos uma reunião simplesmente para dizer que a fizemos, mas longe de alcançar aquilo que nós desejamos, que é a produção, para que nós absorvamos, para que nós tenhamos a oportunidade desse bom debate.

Eu sugeriria, se concordasse V. Exa. e, obviamente, o autor e o Plenário, por força de termos tempo suficiente para tanto, que aqui viessem, todas as terças ou terça sim, terça não, para não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

prejudicar, inclusive, as pautas relativas aos projetos que vão ser debatidos, dois participantes. E acolho a sugestão que foi dada pelo Senador Kajuru: que, dos dois convidados, um tenha uma visão defensora da proposta, e o outro possa fazer também a exposição questionadora. Caso contrário, deixaremos de alcançar efetivamente o resultado que pretendemos, e é o que está como fulcro do requerimento esposado por S. Exa. o Senador Plínio Valério. Com dois debatedores, terça sim, terça não, chegaremos já bem às minudências do projeto, quando ele vier à Casa.

Essa é a minha modesta sugestão, Sr. Presidente.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Com a palavra o Senador Esperidião Amin, por favor.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – Eu não tenho dúvida de que a iniciativa é muito útil. Se nós prolongarmos, na forma proposta pelo Senador Veneziano, ela pode ser mais útil, mas sempre deveria, como mencionou o Senador Rogério, haver um de cada lado. Eu sugiro um recurso didático: seja feita numa reunião só, seja nas muitas que nós teremos... O Senador Tasso, pelo que tudo indica, vai ser designado o grande olho não de Deus, mas do Senado no acompanhamento dos trabalhos da Câmara.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não, não! O grande olho é divino, é um só. Ele pode ter acessórios, como óculos perfurocortantes, como os do Kajuru, que penetram em corpos opacos e desvendam mistérios do raio-X.

Eu queria só sugerir o seguinte – este é um vício de professor: a Consultoria deveria elaborar um retrospecto das propostas sobre previdência, como a do Governo Fernando Henrique, em que um Parlamentar, cujo nome eu não vou mencionar, teria se enganado – seu companheiro – na hora de votar, e por isso houve quórum para aprovar um dispositivo muito importante, a idade. Então, poderia nos trazer a proposta do Governo Fernando Henrique; a proposta do Presidente Lula, que também foi alterada substancialmente no Congresso – já se falou aqui em se convocar o Ministro Gabas, que é um especialista no assunto –; a proposta da Presidente Dilma e a proposta do Presidente Temer. Nós temos pelo menos quatro. Nenhum Presidente se omitiu nisso, nenhum partido que tenha participado desses governos – e alguns participaram de todos, alguns participaram de todos! – deixou de reconhecer que isso é prioritário. Como diz o Senador Cid Gomes, não é patriótico desconhecer isso. Eu concordo. Eu posso não concordar com o dispositivo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas fazer a comparação na planilha das cinco propostas feitas, consolidando as propostas dos cinco governos que eu mencionei, acho que vai favorecer o debate, porque vai desmistificar uma porção de posições e vai racionalizar a apreciação que o Senado neste momento deve fazer. Tudo indica que será liderada pelo Senador Tasso Jereissati, mas cada um de nós vai acompanhar isso de alguma maneira. É o tema mais importante do ano, é o tema que absorve a preocupação por inteiro da sociedade brasileira.

Dessa forma, eu voto por que haja sessões continuadas, como sugeriu o Senador Veneziano, com um de cada lado. E vamos atualizando este recurso didático: um quadro comparativo das proposições dos governos nos últimos 20 anos, pelo menos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só quero fazer um esclarecimento. Eu acho que, primeiro, é uma obrigação nossa debatermos. Isso não é nenhum favor que a gente fará. E, se tivermos de debater terça, quarta, quinta, sexta, sábado e domingo, nós iremos fazê-lo, até porque o entendimento de todos nós é o de que, se a reforma da previdência não avançar um pouco, nós não teremos realmente nenhum futuro para o País.

Eu só não concordo quando as pessoas dizem bem assim: quem é a favor, quem é contra? A proposta enviada pelo Governo tem vários pontos; com muitos deles todos concordam, mas há alguns pontos em que há divergência entre um e outro. Não é uma posição de ser contra a reforma da previdência. Até hoje eu não ouvi ninguém aqui no Brasil dizer: não, eu sou contrário a que se faça a reforma da previdência. Todos são favoráveis, só que cada um no Brasil tem uma proposta. Aqui, no Senado, são 81 Senadores que pensam diferentemente, e cada um tem uma proposta. Na Câmara, são 513 Deputados que pensam diferentemente, e cada um tem uma proposta.

Então, não seria um debate a favor ou contra, seria um debate em que os pontos divergentes seriam debatidos, porque não conheço, sinceramente... Quem seria um convidado aqui contrário à reforma da previdência?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Pode ser contra alguns aspectos da proposta.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Pode ser contra alguns pontos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pode ser contra alguns aspectos da proposta.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Contra pontos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Isso! Então, veja bem, quando a gente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Há os pontos bons e os ruins.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Isso! Por isso, quando o Senador...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Por isso, Presidente, aquela sucessão de tópicos, como foi enfocado o tópico idade, na proposta A, na proposta B, na proposta C...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Sim.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Mais importante do que a locução sobre se sou contra ou sou a favor é ver o que propuseram.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por isso mesmo! Veja bem, nós temos aí nos últimos... Vamos colocar que, de 1998 para cá, houve a reforma da previdência feita pelo Presidente Fernando Henrique, em 1999, se não me engano. Eu não estava aqui, mas há os Senadores que já estavam aqui nessa época. Depois, o Lula, em 2001, fez uma reforma, uma minirreforma. Depois, a Presidente Dilma tentou fazê-la e não conseguiu, e o Presidente Temer tentou fazê-la e não conseguiu.

Não se trata de trazer pessoas que são contra ou a favor, mas de nós escolhermos os pontos em que há divergência, para debatermos, porque em si a proposta é muito complexa, e sempre haverá uma divergência. E não só há divergência, mas há também aqueles que puxam para o lado do segmento que representam. Correto? Ninguém quer mexer com o seu segmento.

Então, eu, pessoalmente, não conheço os quatro convidados do Senador Plínio. Um deles eu sei quem é. Aliás, eu os conheço, mas não sei qual a opinião deles sobre o assunto, se são a favor ou não. Portanto, vou chegar aqui e dizer que os quatro são favoráveis e têm o mesmo tipo de pensamento só depois de ouvi-los.

Com a palavra o Major Olimpio.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Presidente...

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP. Pela ordem.) – Pela ordem, Sr. Presidente, eu gostaria de falar para contribuir com esse debate.

Vejo também da mesma forma que V. Exa. Não há contrariedade e sim pontualmente questões a serem debatidas. Mas muito embora esteja simplesmente citada a simetria dos militares, no art. 42 com o art. 142, militares federais e estaduais, dizendo que isso será objeto de lei específica, para contribuir para esse debate também, eu gostaria que fosse adicionado a esse requerimento o Coronel

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Elias Miler da Silva, da Feneme, que é um *expert* em previdência dos militares, para também trazer para esse debate importantes contribuições.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois é. Eu acho que... Vamos definir aqui esse primeiro debate. Primeiro, vamos definir... A proposta do Senador Plínio é de quatro pessoas para debaterem esse assunto. Futuramente, nós poderíamos trazer por segmentos, como agora o Major Olimpio falou, sobre a questão dos policiais militares...

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – E dos militares federais, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, mas dos militares federais está chegando a proposta dia 20 ainda. A gente não tem conhecimento dela ainda, de qual é a proposta.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – Sim, mas o debate vai ser intenso em função disso também. Muito embora já tenha sido feita uma ressalva na PEC 6, até que nós tenhamos aprovada por V. Exas. a realização desses debates, nós já teremos esse projeto em mãos. Isso também deve ser objeto de discussão porque vai ter uma relação com toda a PEC 6. Observe na Câmara que não se consegue nem instalar as comissões em função de não se ter o projeto dos militares.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Plínio.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Presidente, o objetivo do requerimento já foi alcançado, que era exatamente trazer o tema para que nós possamos debater aqui. Nós não podemos ficar alheiros a esse tema tão importante.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, Senador.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou pedir, por gentileza... Há um Senador ao microfone aqui...

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Tentando falar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É importante, porque nós estamos debatendo aqui quem nós vamos trazer ou não.

Pois não, Senador.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Eu queria concluir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o objetivo já foi alcançado, que era fazer com que a gente debatesse esse tema aqui. Eu acho interessante essa proposta de, ao iniciarmos a reunião, ouvirmos um ou dois sobre o tema. Eu acho interessante isso, Presidente.

Então, nós teríamos aqui, parece-me, duas propostas concretas. Seria o meu requerimento com quatro e a outra proposta, que seria de dois a cada sessão, a cada reunião da Comissão. Eu acho muito interessante essa proposta.

Presidente, fique à vontade para...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador, Plínio, deixe-me explicar-lhe: nós temos 210 projetos que eu vou distribuir para os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras relatarem. Veja bem, eu estou aqui e muitos projetos a que a gente dá entrada não saem das comissões. Nós Parlamentares ficamos angustiados. Eu queria dar uma dinâmica diferente: vamos votar a favor ou contra, mas vamos votar os projetos que há aqui na Casa. Senão, há uma frustração daquele Parlamentar que estudou e fez o projeto tentando contribuir para o debate, e a gente nem debate. Há 210. Então, é impossível eu pegar e não haver a votação. Quando eu começar um debate, a gente não tem horário para terminar, Senador Plínio. Depois, não haverá quórum para votar e relatores. O que eu proponho é o seguinte: em duas terças-feiras, nós votarmos projetos e em duas terças-feiras debater a questão da previdência.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – É outra proposta.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Seria assim.

Então, numa terça-feira votamos projeto, na outra debatemos; na outra terça-feira votamos os projetos, na outra debatemos. Correto? Seria a forma mais eficaz para que a gente também desse celeridade aos projetos que há aqui e que eu vou distribuir para os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras relatarem, para que a gente possa... Se vai aprovar ou não vai, é outra conversa, mas nós temos que aprovar projetos.

Então, é impossível...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, por mim... É uma honra tê-lo aqui sempre.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Então, para incluir o convite ao José Pimentel nessa primeira fase.

Eu acho que essas propostas todas são interessantes. Essa que ele fez também é, só precisamos definir o que nós queremos.

(*Intervenções fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – A gente tenta falar, mas, aí do lado, está um barulho, Presidente. Ele não estava nem me ouvindo aqui perto, e eu estou ao microfone – e eu estou ao microfone! Eu acho que vou ter que chamar o Kajuru para relatar aqui para mim, para poder...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Senador, o Plínio vai ter que falar baixo e eu falo bem alto!

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Isso.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Senhoras e senhores...

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Isso, o Kajuru já chamou a atenção.

Obrigado, Kajuru!

Então, Presidente, só para resumir, eu acho toda e qualquer proposta vinda do Senador interessante. A gente só precisa definir o que dá mais celeridade e o que nós queremos. Eu quero debater a reforma, eu quero aprender – eu quero aprender! –, eu tenho o meu pensamento, tenho a minha opinião e tenho uma coisa valiosa que é o voto. Eu preciso simplesmente ouvir debatedores.

Então, há essas propostas. Eu acho interessante aquela de dois em dois. A gente pode permanecer com o requerimento e chamar mais o Pimentel, eu não sei. Eu acho que o meu objetivo foi cumprido...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou colocar em votação o requerimento do Senador Plínio Valério.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR) – Presidente. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR) – Mecias.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador, desculpe, o senhor estava inscrito. Mecias, o meu colega do... (*Risos.*)

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR) – Pois é. Sei que V. Exa. já vai encerrar a discussão. Eu quero colaborar com a discussão e parabenizar o Senador Plínio, porque

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

já trouxe, como disse ele... De qualquer forma, o requerimento dele já alcançou o objetivo. E o requerimento dele, além de estar muito bom, foi aperfeiçoado aqui pelas ideias do Senador Kajuru e do Senador Veneziano. E o debate, nas próximas reuniões, será ouvindo duas pessoas, e certamente com temas em que eles possam dizer quanto ao que são contra ou favoráveis.

Eu creio, Presidente, que a ideia do Senador Major Olimpio de trazer esses pontos específicos como: Polícia Militar, Exército, Polícia Federal, enfim, talvez vá trazer servidores públicos... Cada instituição dessa, cada órgão de interesse pode nos trazer o ponto em relação ao qual é favorável ou contra. E isso pode aperfeiçoar bastante o nosso trabalho aqui.

Portanto, eu quero aproveitar, Presidente, para dizer da nossa satisfação de reencontrar todos aqui depois do Carnaval. Parece-me aqui todo mundo bem animado. Quero cumprimentar todos os Srs. e as Sras. Senadoras.

E quero aproveitar para fazer o registro, Presidente, da presença, no nosso Plenário desta Comissão, do Deputado Gabriel Picanço, do meu Partido, Deputado Estadual Gabriel Picanço, lá de Roraima, que se encontra ali e veio a nosso convite para prestigiar os trabalhos do Senado aqui na Comissão de Assuntos Econômicos.

Um abraço a todos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Deputado Federal Silas Câmara também estava aqui presente há pouco.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR) – O Deputado Silas Câmara estava aqui, mas já saiu.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É do seu Partido.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR) – É o nosso Líder maior do Amazonas e de Roraima.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está bom.

Em votação o requerimento do Senador Plínio, incluindo o nome do ex-Senador José Pimentel.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu queria fazer uma ressalva de que a sugestão do Kajuru... O Senador Kajuru sugeriu – Kajuru, eu falo Kajuru, desculpe, Senador Kajuru – que a gente tivesse o debate, mas que houvesse pessoas, se forem duas, uma a favor e uma contra, para a gente poder fazer o contraponto. Então, nessa linha, eu queria aproveitar para sugerir o nome de Eduardo Faiani, se a gente for fazer dessa forma.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não será agora, será numa próxima oportunidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Agora, eu não tenho como mexer mais do que nós estamos mexendo nesse requerimento, mas, como nós vamos ter outros debates, nós traremos, sim, com certeza.

Volto a dizer: eu acho que não há voto contra ou a favor; são questões pontuais a favor e questões pontuais contrárias.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Visões diferentes.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Visões diferentes. Mas a favor? Eu acho que todos somos a favor de uma reforma.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE. *Fora do microfone*.) – Senador, a presença do Garibaldi.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Garibaldi, é uma honra tê-lo aqui com a gente.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em votação...

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador Major Olimpio.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP. Pela ordem.) – Em relação à adição que eu fiz ao requerimento...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Também será...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – ... da votação do Cel. Elias Müller da Silva para falar sobre a previdência dos militares, nós a estaremos votando nesse momento?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, porque já haveria cinco debatedores. Nós a faremos na próxima... Não! No dia 26, nós vamos receber o Ministro Paulo Guedes, e, logo em seguida, na primeira reunião de abril, nós faremos...

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – Então, não é mais necessário que façamos um requerimento? V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu peço só que V. Exa. dê os nomes para que façamos o convite através...

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – Está perfeito.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Eu queria solicitar a retirada de pauta do item 2, atendendo...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu estou votando o requerimento agora do Senador Plínio. Daqui a pouco eu o ouço, Senador Fernando. Por favor.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Pois não, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em votação o requerimento, nos termos do art. 58, §2º, da Constituição Federal, e do art. 93, §2º, do Regimento Interno do Senado Federal.

ITEM 11

REQUERIMENTO Nº 13, de 2019

- Não terminativo -

Audiência Pública para debater Reforma da Previdência

Autoria: Senador Plínio Valério

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O principal objetivo dessa audiência pública é fazer um diagnóstico amplo, com estimativas de impacto fiscal decorrentes das mudanças previstas pela Proposta de Emenda à Constituição nº 6, de 2019, com a presença dos seguintes convidados:

- Leonardo Rolim – Secretário de Previdência na Secretaria Especial de Previdência e Trabalho;

- Felipe Salto – Diretor-Executivo da Instituição Fiscal Independente;

- Paulo Tafner – Pesquisador da FIPE (Fundação Instituto de Pesquisa Econômica);

- Pedro Nery, consultor do Senado Federal; e

- José Pimentel, ex-Senador e amigo nosso, que todos respeitamos pelo conhecimento que tem em relação a esta matéria.

Aqueles que o aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Então, nós teremos audiência pública na próxima terça-feira...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Presidente, reiterando o meu pedido...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... para que a Consultoria comece a elaborar o quadro comparativo – que já deve existir na Câmara – das propostas relacionadas à previdência, em nível de Constituição, dos últimos governos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas nós temos já nota técnica sobre essa reforma.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Quadro comparativo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O que o Senador está propondo aqui é que a nossa Consultoria faça um comparativo com as propostas feitas pelo ex-Presidente Fernando Henrique, ex-Presidente Lula, ex-Presidente Dilma, e ex-Presidente Temer...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... que a gente faça um comparativo com essa nova proposta, aquilo que diverge ou não para cada momento...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Comecemos pelas propostas. Depois nós vamos ver o que foi aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, mas eu quero que todos os Senadores da Comissão tenham conhecimento disso, está bem? É possível ser feito.

Senador Fernando Bezerra com a palavra, por favor.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Presidente, na realidade, eu queria solicitar a retirada de pauta do item 2, que diz respeito à inclusão de Municípios localizados no Baixo Parnaíba, no Estado do Maranhão, no sentido de eles poderem ser enquadrados como Municípios da região do Semiárido do Nordeste brasileiro.

Essa é uma questão sensível. A Senadora Eliziane me pediu para fazer a retirada de pauta, porque o meu relatório é contrário à pretensão do Deputado Hildo Rocha por uma razão muito simples e muito objetiva:

esses Municípios participam do território legal do Nordeste, mas para a política de definição de juros existe uma política diferenciada para o Semiárido, porque lá a precipitação é menor, são regiões secas, portanto, mais sofridas e dependentes da agricultura familiar, da caprinovinocultura. E essas atividades dependem de juros mais facilitados. Na medida em que a gente inclui as regiões úmidas, a gente vai ter de incluir a Zona da Mata de Pernambuco, da Paraíba, do Rio Grande do Norte, de Alagoas, onde predomina a atividade sucroalcooleira. Então, não pode haver juros do FNE para produzir cana igual para os que moram nas regiões mais inóspitas do Nordeste.

O meu relatório é contrário, mas a Senadora Eliziane pediu um tempo para que pudesse trazer para mim novos argumentos e a gente aprofundar essa questão.

Quero lembrar que essa é uma questão antiga. Quem disciplinou essa questão foi o então Ministro da Integração Ciro Gomes. Todo mundo quer ser Semiárido, todo mundo gostaria de ser Semiárido, mas a gente tem ou não tem uma política para poder ter acesso a juros mais baratos, aos juros do FNE. Então, quem trabalhou na fixação desse território do Semiárido foi a Funceme, no Ceará, foi a Sudene. Há uma série de indicadores que têm a ver com precipitação e com as condições de adversidade das regiões mais áridas e mais difíceis para o desenvolvimento de atividades produtivas.

É nesse sentido, mas faço a solicitação de retirada de pauta do item 2.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O item 1 também foi retirado por V. Exa. através de requerimento.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senadora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Sr. Presidente, eu queria cumprimentar o Senador Fernando Bezerra.

Aliás, queria fazer o reconhecimento, Senador, de que V. Exa. tem tido muita sensibilidade. A sua postura em relação a alguns temas mostra a sua forma democrática de conduzir, como Líder do Governo, esta Casa.

Eu queria cumprimentá-lo e dizer que, na verdade, esse projeto veio da Câmara. Nós tivemos um debate aprofundado, uma expectativa diferenciada desses Municípios do Estado do Maranhão por conta dos vários acessos que V. Exa. acabou de citar, a questão da Sudene, e, ao mesmo tempo também, no que isso vai resultar na melhoria da qualidade de vida, da expectativa de vida, de sonhos de milhares de maranhenses. Isso significa muito para essas comunidades, Senador.

Eu quero agora, de forma antecipada, solicitar a V. Exa. que possa pensar um pouco mais de forma diferenciada. Nós vamos conversar, fazer um debate mais aprofundado e pedir a sua sensibilidade para o atendimento a esses 16 Municípios do Estado do Maranhão.

Mas, *a priori*, quero lhe agradecer pela iniciativa de retirar de pauta.

Vamos fazer um debate aprofundado, já pedindo aos colegas Senadores desta Comissão, inclusive vários da Região Nordeste brasileira, que realmente possam nos ajudar a aprovar um parecer favorável relativo à inclusão desses Municípios no Semiárido.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A Senadora Rose de Freitas também pediu a retirada do item 3 para reexame.

Senador Wellington Fagundes, o item 4, PLS nº 374, de 2015.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 374, de 2015

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera o parágrafo 2º do Artigo 3º da Lei Complementar 63 de 1990, tornando facultativo para os Estados a possiblidade de considerar ou não, para efeito de cálculo do valor adicionado, as parcelas isentas ou com benefícios fiscais e as operações imunes do imposto.

Autoria: Senador Fernando Bezerra Coelho

Relatoria: Senador Wellington Fagundes

Relatório: Favorável ao projeto, com duas emendas de sua autoria.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Sr. Presidente...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT. Para leitura de relatório.) – Sr. Presidente, esse projeto é da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o Projeto de Lei do Senado nº 374, de 2015 – Complementar, do Senador Fernando Bezerra Coelho, que altera o§2º do art. 3º da Lei Complementar 63, de 1990, tornando facultativa para os Estados a possibilidade de considerar ou não, para efeito de cálculo do valor adicionado, as parcelas isentas ou com benefícios fiscais e as operações imunes do imposto.

Sr. Presidente, de acordo com a justificação, a atual regra de rateio do ICMS entre Municípios é injusta, porque beneficia os Municípios com maior geração de valor agregado, que são justamente os Municípios mais ricos, com maior volume de emprego. O atual §2º do art. 3º da Lei Complementar nº 63, de 1990, torna ainda mais grave o problema, pois a participação do Município no rateio do ICMS passa a depender somente do valor adicionado em seu território, mesmo que não tenha havido geração correspondente do tributo em decorrência de algum tipo de benefício fiscal ou imunidade tributária. Com a regra proposta, os Estados poderão – não sendo, portanto, obrigados – alterar suas regras de rateio para excluir parcelas do valor adicionado que não geram receitas do ICMS. Dessa forma, a distribuição de ICMS entre Municípios poderá se tornar mais equilibrada e equânime.

Vamos à análise, Sr. Presidente. Vou tentar resumir.

O PLS, então, não afronta a Constituição, pois trata de assunto de competência da União.

Em relação ao mérito, entendemos que o principal avanço do PLS é deixar em aberto a forma de computar o valor adicionado para fins de rateio de 75%, no mínimo, da parcela do ICMS que o Estado é obrigado a distribuir para seus Municípios. Portanto, há dois critérios de rateio do valor adicionado: i) proporcional à efetiva participação do Município na arrecadação do ICMS ocorrida; e ii) proporcional à participação potencial do Município na arrecadação do ICMS. No primeiro caso, parte-se do total de ICMS arrecadado e o rateio é feito conforme a contribuição de cada município para esse total. No segundo caso, considera-se somente o valor adicionado, independentemente se a atividade gerou ou não ICMS.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se um Estado optar por fazer o rateio proporcional à participação efetiva do Município na geração de ICMS, criará incentivos para o Município induzir atividades econômicas que não desfrutam de benefícios fiscais. Por exemplo, se a prefeitura puder oferecer terreno e infraestrutura para uma fábrica, provavelmente, optará por aquela que gerará mais volume de ICMS.

Aqui, ainda, Sr. Presidente, quero destacar que um importante ponto positivo do PLS é permitir melhor distribuição de renda entre os Municípios. Com a eventual aprovação da matéria, Municípios que atualmente produzem mercadorias ou serviços sujeitos a mais isenções de outros benefícios fiscais perdem e Municípios que produzem mercadorias não sujeitas a isenções fiscais ganham.

Em princípio, não há relação unívoca entre grau de desenvolvimento de um Município e se sua produção é mais fortemente ou francamente beneficiada por incentivos fiscais.

Entendemos, contudo, Sr. Presidente, que podemos aprimorar o projeto. Nesse sentido, apresentamos emenda para exigir que lei estadual decida o critério de rateio. Além de gerar maior estabilidade e previsibilidade, estabelecer em lei o critério de rateio dificulta que um governador adote critérios pouco republicanos na distribuição de recursos, como, por exemplo, seu relacionamento com o prefeito de determinada cidade. Optamos por manter o *status quo*, ou seja, o cômputo do valor adicionado incorpora as operações isentas e imunes do ICMS, enquanto lei estadual não decidir sobre o tema.

Também é necessário alterar a cláusula de vigência. A redação do PLS prevê vigência imediata, mas produzindo efeitos financeiros a partir de 2017.

Por fim, recomendamos aprimorar a técnica legislativa.

Voto.

Diante do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 374, de 2015 - Complementar, com as seguintes emendas.

EMENDA Nº – CAE

Dê-se a seguinte redação ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 374, de 2015 – Complementar:

> Art. 1º O art. 3º da Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:
> "Art. 3º.....
> .....
> §2º Lei estadual definirá se, para efeito de cálculo do valor adicionado, serão ou não computadas:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

.....

§14 Enquanto lei estadual não dispuser em contrário, as operações e prestações referidas no §2º serão computadas para efeito de cálculo do valor adicionado.” (NR)

EMENDA Nº – CAE

No art. 2º do Projeto de Lei do Senado nº 374, de 2015 – Complementar, substitua-se a expressão “produzindo efeitos a partir da distribuição a ser feita no exercício de 2017 e seguintes” por “produzindo efeitos a partir do segundo exercício subsequente àquela data”.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. *Fora do microfone*.) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu não sei se eu perdi algo aqui na leitura...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Já está em discussão, Senador.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu não sei se eu perdi algo na leitura, mas o senhor acrescentou uma emenda, Senador, que obriga os Estados a terem uma lei específica para disciplinar a distribuição do ICMS nos Estados ou não?

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Esse é o espírito do projeto.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Porque veja: com a isenção fiscal na forma como é hoje, o Município não perde. O Estado abre mão, faz a sua política, mas preserva o interesse dos Municípios. É razoável que os Estados possam definir um critério, mas não de forma discricionária por parte do governador. É importante que esse debate vá para a Assembleia Legislativa para proteger os Municípios que porventura venham a perder parte do incentivo, ou parte do imposto que seria arrecadado. Então, para mim não ficou claro se vai ser regulamentado em lei.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Senador Tasso pediu vista do projeto.

Eu vou conceder vista coletiva.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – Está o.k.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Ótimo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Aí eu acho que nós temos que... Se realmente você tem as suas... Eu fui Governador e aqui alguns já foram Governadores. Sabemos que as coisas não são desse jeito, não são tão simples assim. Você tem que dar satisfação à assembleia legislativa.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Claro, claro.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nós não podemos passar por cima dos Poderes, atropelando, e dizer qual será a regra estabelecida no Piauí, no Acre, não! Cada Estado tem a sua autonomia, principalmente em se tratando de distribuição. E se falar em valor agregado, é subjetiva essa questão do valor agregado. Não, o Prefeito deu aqui incentivo para padaria, então entra no valor agregado. Essas questões subjetivas, quando se fala em números, é complicado. Por isso daremos vista coletiva, para analisarmos e contribuirmos para o projeto do Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Presidente, eu concordo com o pedido de vista. O Senador Tasso já tinha indicado que faria isso.

Eu, inclusive, quero aplaudir aqui o relatório do Senador Wellington Fagundes. Na realidade, a minha proposta remete para o Estado definir um ou outro critério e consequentemente haveria a possibilidade de passar por assembleia. Mas ele deixa claro. Portanto, o relatório aperfeiçoa, deixando claro que a assembleia terá que deliberar sobre qual critério será fixada a partilha do ICMS.

Eu apenas quero recuperar o mérito do projeto. Darei um exemplo: a fábrica da Fiat, em Pernambuco, está sediada no Município de Goiânia. Para a fábrica da Fiat ir para o Município de Goiânia, ela recebeu isenção de ICMS do Estado, noventa e tantos por cento. E na hora em que ela vai participar de todo ICM que é arrecadado do Estado, menos o ICM da produção de carros, calcula-se o valor agregado daquela fábrica que é enorme. Consequentemente, portanto, o Município de Goiânia termina levando uma soma grande na partilha do ICMS, em detrimento de quem? Dos Municípios pobres. Então você penaliza duas vezes os Municípios pobres do Estado, porque você dá o incentivo que tira de todo mundo para estar ali o empreendimento e na hora de partilhar você reconhece o valor adicionado daquele empreendimento.

Então, nós estamos dizendo que para não concentrar o ICMS em poucos Municípios... Eu darei o caso de Pernambuco para que os senhores possam entender. O Recife fica com 33% do ICMS do Estado; em segundo lugar vem Ipojuca, onde está a Suape, o Complexo Industrial Portuário de Suape. Um Município de cem mil habitantes tem a segunda participação no ICMS do Estado, com a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

população de cem mil habitantes! Jaboatão, que é a segunda cidade do Estado, tem 800 mil habitantes e é o terceiro em partilha do ICMS.

Então, é preciso, através dessa iniciativa, que os Estados tenham a flexibilidade de definir critérios da partilha do ICMS que sejam mais justos do ponto de vista econômico e do ponto de vista social, sem prejuízo dessas regiões mais dinâmicas. Mas o que está ocorrendo se reproduz no Ceará, com o Complexo do Pecém; isso se reproduz na Bahia, com o complexo petroquímico do Polo Industrial de Camaçari. Isso se reproduz em vários Estados, como nos polos industriais de Campina Grande e de João Pessoa. E isso em detrimento... De Manaus, o Presidente está lembrando a situação.

Então eu acho que a iniciativa

Então, eu acho que a iniciativa do projeto é oportuna e quero aqui aplaudir o aperfeiçoamento que foi dado pelo Senador Wellington Fagundes no sentido de que, de fato, fique claro que isso passará pela deliberação da Assembleia Legislativa do Estado, para se atender ao critério da transparência, para se atender ao critério do debate mais amplo dentro dos Estados, mas é importante que a gente quebre essas amarras para que o único critério de partilha seja o critério do valor adicionado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Tasso.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – Presidente, eu gostaria apenas aqui de aproveitar para esclarecer que eu louvo a oportunidade e a importância da iniciativa do Senador Fernando Bezerra Coelho. Entendo que existem essas distorções profundas acontecendo, principalmente em Estados da Região Nordeste, e não só da Região Nordeste, da Região Centro-Oeste também, em Goiás, que concentra alguns incentivos em alguns Municípios, e em outros Estados brasileiros, mas existem alguns pontos específicos em que ficam dúvidas quanto à operação e ao critério de redistribuição desses recursos. Por isso é que nós solicitamos vista, sem desmerecer a iniciativa do Senador Fernando Coelho.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vamos passar...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Sr. Presidente, antes de passar ao próximo item, V. Exa. me concede um tempo?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senadora.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Sr. Presidente, depois eu também gostaria, antes de encerrar, de fazer uma observação em relação ao projeto.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Estou inscrito também, Presidente, com a sua aquiescência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Com a minha aquiescência, não, vocês é que mandam aqui. Eu já concedi vista coletiva, quer dizer, nós vamos debater esse assunto novamente, mas está aberta a palavra.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Sr. Presidente, na verdade, eu vou tratar de outra questão. Este mês de março é o mês em que nós estamos fazendo as comemorações relativas ao Dia da Mulher. E, entre as várias lutas que nós temos no Brasil, está a questão da redução da violência. Hoje, mais da metade das mulheres brasileiras sofrem algum tipo, já sofreram algum tipo de violência, ou seja, esse é um dado estarrecedor que precisa ser reduzido ou eliminado, o que é, na verdade, o objetivo de todos nós.

Nesse sentido, nós tivemos um caso emblemático, que chocou não apenas o Brasil, mas o mundo, que foi esse assassinato brutal, cruel da Marielle. Tivemos hoje, pela madrugada, a prisão de um PM, de um ex-PM. Depois de um ano do seu assassinato, a comemorar... A comemorar, não! É um dado a se registrar agora, no próximo dia 14 – portanto, um ano após o seu assassinato –, mesmo que tardiamente, a prisão de quem a executou e de quem conduzia o veículo. E fica, na verdade, a grande pergunta: onde estão ou como chegar, na verdade, ou quem são os mandantes desse assassinato brutal?

Eu queria deixar os meus cumprimentos ao ex-Ministro Raul Jungmann, que teve um papel muito preponderante lá atrás, quando, inclusive, nos seis meses iniciais após o assassinato, solicitou, de uma forma muito contundente, a entrada da Polícia Federal, que é uma das polícias mais preparadas do mundo, para proceder a essa investigação. A Procuradora-Geral, Raquel Dodge, por exemplo, chegou a fazer esta solicitação, a da federalização desse crime, respaldada, inclusive, na Emenda Constitucional 45, e o Ministério Público do Rio de Janeiro pediu o bloqueio, entrando no Conselho Nacional do Ministério Público. A partir daí, o que nós tivemos apenas foi uma ação da Polícia Federal para investigar a investigação.

Nós temos hoje a prisão. Os dados que são apresentados são ainda muito temerários. Não se dão, por exemplo, elementos suficientes para nós chegarmos a uma condenação, e vamos ficar aqui simplesmente numa ansiedade, aguardando quem são verdadeiramente os mandantes.

Nós temos, hoje, Presidente – para finalizar –, no Rio de Janeiro, mais de 800 comunidades infelizmente comandadas por milicianos. Se não houver uma ação enérgica que envolva de fato a Polícia Federal e os órgãos de investigação em nível federal, nós infelizmente não chegaremos aos mandantes desse brutal assassinato.

Eu quero deixar este registro e sobretudo a nossa indignação. Não é um crime apenas contra uma mulher; é um crime contra uma ativista, uma mulher que lutou até a morte para o combate à violência, uma mulher que lutou com todas as suas forças para que realmente situações como essas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pudessem ser evitadas, e ela, infelizmente, acabou pagando isso com a própria vida através de uma ação covarde e brutal.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A senhora queria só falar sobre esse assunto?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Na verdade, eu queria fazer esse registro apenas à Comissão, muito embora esta seja a Comissão de Assuntos Econômicos...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está registrado.

Quero parabenizar todas as mulheres pelo dia 8, que passou.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Parabéns a todas nós, mulheres. Que a violência possa ser reduzida...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É, mas não só com a Marielle. Acho que nós deveríamos ter força-tarefa para todas as mulheres que são assassinadas no Brasil, independentemente do nome, porque há muitas mulheres incógnitas no Brasil que são assassinadas também. Elas só não têm a felicidade de serem um nome nacional, como é a Marielle. A Marielle foi assassinada juntamente com um rapaz que era motorista dela, cuja família deve estar passando por dificuldades, até porque era ele quem pagava as contas. Eu acho que nós temos de ver o crime da Marielle, sim! Mas há milhares de marielles assassinadas, e não há essa repercussão toda que a mídia dá!

Aqui, a Comissão de Assuntos Econômicos está bem-vinda... Nós estamos discutindo aqui economia... Eu sou solidário à família da ex-Vereadora Marielle, que foi assassinada brutalmente, mas, como a Marielle, vamos deixar claro, existem milhares de mulheres sendo assassinadas no Brasil. Existem! Ou por milícias, ou por traficantes, ou pelo marido, ou pelo namorado... E essas mulheres também têm de ter o respeito e a dignidade do Governo brasileiro e das polícias federal, militar e civil. Que elas façam esse tipo de força-tarefa também para investigar e colocar na cadeia esses assassinos, não só os dela, mas de todas as mulheres que são assassinadas. Porque, quando se falou em Marielle, a senhora falou: "O Raul Jungmann, sim... Parabéns, Ministro!". E as outras mulheres que foram assassinadas na época em que o Raul Jungmann foi? Ele fez esse tipo de esforço? Não, não fez. Então, ele não pode ser parabenizado somente por um ato. Ele tem de ser parabenizado pelo conjunto da obra, e o conjunto da obra dele foi fraco. As nossas fronteiras estão descobertas, o País continua... Fizeram uma intervenção no Rio de Janeiro que não deu em absolutamente nada, só factoide. E essas coisas, se formos discuti-las e nos aprofundarmos nelas, não são tão simples.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho legal, acho positivo não só as mulheres defenderem as mulheres, mas os homens têm de defender as mulheres. Foi delas que nós viemos.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Não me parece ser uma ação sua, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu não fui parido por um homem, eu fui parido por uma mulher. Eu tenho de ter todo o respeito e todo o amor pela mulher.

Então, veja bem, Senadora, eu quero dizer que, como V. Exa. tenha fez um discurso aqui fora do contexto da nossa discussão... A senhora pediu a palavra, e eu concedo a palavra. Não vou perguntar qual é o assunto em que o Senador ou a Senadora vai tocar.

Eu acho que a polícia está de parabéns por ter chegado ao crime da Marielle e espero que ela tenha esse mesmo tipo de atitude em relação às milhares de marielles que são assassinadas no Brasil diariamente.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Sr. Presidente, Sr. Presidente!

Eu quero realmente falar rapidamente. V. Exa. fez referência a mim.

Primeiramente, infeliz é o senhor quando fala da forma como se coloca em relação às mulheres.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Infeliz?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – O senhor falou da felicidade que a Marielle teve em morrer, em ser uma pessoa de...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, não! Não faça isso não!

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – V. Exa. falou! Está registrado e pode colocar novamente. V. Exa. disse que as mulheres, infelizmente, não tiveram a felicidade que a Marielle teve de ter uma repercussão nacional e internacional. Então, a palavra infeliz foi de V. Exa.

Outra coisa: estou aqui destacando um crime brutal, grotesco...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E as outras não são?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – ... que teve repercussão nacional e internacional...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Os outros não são?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Obviamente que sim! Quatro mil...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A senhora...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Quatro mil e seiscentas mulheres são assassinadas por ano no Brasil, infelizmente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E por que a senhora não luta por elas também?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Falamos, Senador. Todos os casos que chegam ao nosso conhecimento nós fazemos a colocação e pedimos a sua profunda...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A felicidade que eu falei Senadora...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Não, senhor! V. Exa. tem de pedir perdão, V. Exa. precisa se retratar!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Sim, senhor! V. Exa. precisa se retratar da sua colocação; colocação errada, colocação infeliz.

Esse caso foi brutal e grotesco. O Ministro Raul Jungmann teve um papel preponderante, sim, não apenas nesse caso, mas em vários outros! Ele pediu ação da Polícia Federal para fazer essa investigação, e nós não chegamos, até o presente momento, aos mandantes desse crime em um ano se passou o caso da Marielle. Então, esse caso, Presidente...

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Sr. Presidente, pela ordem.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – ... é o caso que retrata quase cinco mil mulheres assassinadas no Brasil brutalmente, friamente.

Então, eu realmente lamento que V. Exa. se incomode em eu trazer um caso realmente a esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, Senadora. Desculpas, mas eu não me incomodo, não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Desculpas?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pelo contrário. Eu acho que a senhora...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Muito bem! Peça desculpas mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não! Eu não vou lhe pedir desculpas pelas palavras que eu coloquei. Todas aquelas que eu coloquei reafirmo. Quando eu falo em felicidade é porque o crime dela está sendo investigado pelo que se tem de melhor no Brasil. Foi isso. Agora, a senhora querer aqui dimensionar barbárie em um assassinato... Aí, a senhora não tem essa qualificação para dimensionar. Para mim, assassinato é assassinato...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Esse crime não foi bárbaro?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não. E os outros não o são?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Sim!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ah!

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Quatro mil e seiscentas mulheres são mortas brutalmente no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Veja bem, Senadora, eu a ouvi. Senadora, eu a ouvi...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Não! V. Exa. não se colocou bem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não. Eu não retiro um milímetro do que eu falei e reafirmo para a senhora: quando eu falo em felicidade, não foi o assassinato da Marielle. Eu falo na felicidade porque a família dela saberá e colocará na cadeia os autores desse brutal assassinato.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Não será felicidade, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não vai acontecer com o resto das outras mulheres brasileiras. É isso que eu digo.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Não será. Nunca haverá felicidade em um caso dessa natureza.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, Senadora...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – A família está sofrendo. Nós não chegamos aos mandantes ainda depois de um ano do assassinato da Marielle.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senadora...

Senador Major Olimpio...

Eu não vou bater boca com a senhora, porque acho que a senhora está querendo colocar... Quer se melindrar, fazer mi-mi-mi em discussão que não é por mi-mi-mi.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Não é mi-mi-mi, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A senhora não citou...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Pelo amor de Jesus Cristo! Mi-mi-mi?! Tratar de um assunto dessa natureza é mi-mi-mi, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Como dessa natureza?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Pelo amor de Jesus Cristo!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu quero saber cadê as outras, quais foram os...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Quatro mil e seiscentas mulheres são assassinadas por ano. É o que diz o Mapa da Violência.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senadora, eu vou lhe fazer uma pergunta.

Eu tenho todo respeito pelo Ministro Raul Jungmann. Qual foi o outro assassinato que o Ministro Raul Jungmann mandou investigar?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Ele investigou dezenas de casos...

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Sr. Presidente, vamos voltar a ordem do dia!

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Senador, nós temos, por ano...

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Vamos virar a página?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – O Mapa da Violência é claro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Sr. Presidente, esse assunto está perturbando e constrangendo.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Sr. Presidente, V. Exa. pode determinar o encerramento desse assunto e partir para outro ponto da pauta.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – Apenas para contribuir...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Major Olímpio, estava com a palavra agora o Senador Wellington, que queria explicar essa questão, depois o Senador Cid, o Senador Major Olimpio...

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – Eu tinha pedido a palavra, por gentileza, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... Rogério Carvalho e Major Olímpio.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – Eu tinha pedido a V. Exa. V. Exa. já tinha até me concedido.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É verdade, ele estava na frente.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – Apenas para contribuir...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Eu também estava, Presidente, mas vou abrir mão porque o assunto mudou completamente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mudou completamente.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – Sr. Presidente, apenas para uma contribuição.

A pertinência da violência e da criminalidade acaba tendo um impacto que é objeto de debate desta Comissão, à medida que perdemos 13% do PIB brasileiro com a criminalidade, com a violência e com a barbárie.

Apenas para dizer que, nesse lamentável episódio dessa tragédia da morte, da execução da Vereadora e do seu motorista, fica implícita, por enquanto, do que se tem do investigado e que é de domínio público, a orquestração, a premeditação, a formação da quadrilha, a milícia. Quero dizer que, como um policial militar veterano – está aqui o Styvenson, Senador policial militar que estava na ativa –, nenhum de nós compactua com o crime, compactua com o criminoso. Sempre tive o entendimento de que o bandido é bandido; não há esquerda, não há direita, não há partido político. Conduta de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

bandido é conduta de bandido; conduta de miliciano, de pé de pato, de matador de aluguel, seja o jargão que se tenha, tem que ser combatido efetivamente no limite e no rigor da lei.

Pelas informações preliminares que nós temos, um dos autores ou o pseudoautor que foi preso hoje, ex-policial militar – para vergonha das instituições policiais militares – que, fica muito bem claro, tinha sido expulso da corporação, tinha feito pesquisas na internet, inclusive, sobre a vida do Gen. Braga Netto, interventor do Rio de Janeiro, possivelmente com o fito de ver a possibilidade de uma execução do general que era o Interventor no Rio. Então, a coisa transcende o lado político. Nós temos um problema de enfrentamento da criminalidade, que é um problema de todos nós. O próprio Senado está se debruçando neste momento nas pautas de combate à corrupção da segurança pública, o que será objeto de debate por este semestre também.

Quero simplesmente dizer, como policial: nós não compactuamos, de forma nenhuma, com miliciano, com quadrilheiro, com assassino. Gostaríamos até que a lei, para aquele de nós que a transgride, fosse até muito mais severa do que é. Nós temos médicos que saem da sua função e vão fazer casas de aborto. A lei é até mais firme, mas eu gostaria, por exemplo, que no Código Penal Militar houvesse o crime de morte para aquele que é traidor da Pátria, o policial que se torna bandido, que se torna executor, assassino. Nós temos como cláusula pétrea na Constituição não haver pena de morte, mas, para o militar que pratica crime contra a sociedade, quadrilheiro miliciano, nós temos que ter a pena de morte, sim. Então, nós não queremos alisar, nós queremos chegar, sim, também, aos mentores, sejam quais forem. Qualquer espécie de apuração, o Senado tem de apoiar, a Câmara tem de apoiar, assim como o Ministério Público no País todo e todos os segmentos da sociedade.

Quero simplesmente deixar um registro: o fato de serem, possivelmente, mentor e executor um ex-policial militar e um policial militar veterano em nada macula a imagem das instituições, porque quem prende o mau policial é o bom policial, não é comentarista de televisão, não somos nós da área política. Quem foi lá prender maus policiais foram bons policiais, e nós não podemos diminuir os bons policiais do Brasil, que são a esmagadora maioria. Nós temos de identificar aqueles que não prestam e aplicar o rigor da lei em todos os momentos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Sr. Presidente, como já nos estendemos e nos desviamos completamente do objetivo, eu só quero chamar atenção, quanto ao projeto que estávamos aqui relatando, para a importância que representa. Foi pedida vista. Eu creio que todos, principalmente porque muitos aqui chegaram agora, podem contribuir com esse projeto.

Nós temos aqui o Projeto de Resolução nº 1, de que inclusive fui Relator e estou pedindo sua inclusão novamente... É porque a guerra fiscal no Brasil é outro tema que preocupa todos. Então, para um assunto como esse, eu creio que todos os Parlamentares e todos os companheiros da Comissão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

podem contribuir ainda, principalmente neste novo momento do Brasil. Então, como Relator, eu quero, na verdade, abrir para todos. Esse pedido de vista permite que experiências dos Estados possam ser trazidas. Por isso, inclusive, falei aqui com o Senador Cid sobre a experiência do Ceará.

Acho que todos podem contribuir, porque o que nós queremos é exatamente acabar com essa guerra fiscal que não ajuda ninguém, principalmente os Municípios com mais dificuldades econômicas.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Cid.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – Sr. Presidente, esse projeto de lei de autoria do Senador Fernando Bezerra procura, a meu juízo, abrir margens para que Estados possam ter mais autonomia no que toca à repartição dos recursos do ICMS, que – é bom lembrar – é um imposto 100% estadual, cobrado 100% pelos Estados, e do qual a Constituição obriga que 25% sejam destinados aos Municípios.

Eu comecei minha vida, Presidente, como Deputado Estadual e, à época, impressionava-me a pequena possibilidade de legislar que têm as assembleias legislativas.

Vejam esta questão específica: nós estamos falando de um tributo estadual, que é cobrado 100% pelo Estado – a União não tem nenhuma participação na arrecadação desse tributo –, sendo parte dele, repito, destinada aos Municípios, e a legislação federal chega ao ponto, na nossa Constituição, não é nem nessa lei complementar que o Senador Fernando Bezerra tenta alterar...

A nossa Constituição diz, tamanha a intromissão da nossa Constituição Federal em assuntos federativos, que 75% do arrecadado, do que deve ser distribuído aos Municípios, deve ser proporcional ao valor adicionado. Em nome de quê? Por que a União Federal, por que a legislação federal chega a esse ponto de disciplinar um critério de distribuição de três quartos de um imposto estadual naquilo que vai repassar aos Municípios?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E, se não me engano...

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – Não é? Então, eu...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só para contribuir, Cid.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – Pois não, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Até me auxiliem nisso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parece que de dois em dois anos a Secretaria de Fazenda do Estado tem que rever esses valores agregados, não é?

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – Tem, tem. O valor adicionado é feito a partir de um cálculo que lá no Estado do Ceará chama GIEF.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É um cálculo de dois em dois anos...

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – Eu estudei profundamente essa questão porque lá no Ceará nós procuramos, pelo menos naquilo que diz respeito à autonomia do Estado de legislar, que é apenas 25% do que é repassado aos Municípios... Nós lá fizemos critérios, e boa parte dessa iniciativa das alterações ou foi minha como Deputado Estadual, ou foi minha como Governador. Tomei a iniciativa também. Hoje, o Ceará, nesses 25%, coloca a maior parte vinculada a gastos e resultados na área da educação, principalmente na alfabetização e nos indicadores dos primeiros anos do ensino fundamental.

Então, Senador Fernando Bezerra, é muito louvável a sua iniciativa, mas eu queria aqui avançar um pouco mais. Eu acho – e vou me comprometer com isso – que é preciso apresentar uma proposta de emenda à Constituição para que esse percentual vinculado à União seja reduzido e para que os Estados possam ter, através das suas assembleias, naturalmente, maior autonomia para criar critérios segundo a sua linha pública de buscar prioridades. Se em determinado Estado o grande desafio é saúde, o investimento dos Municípios é em saúde pública, um percentual maior pode ser vinculado aos indicadores relativos à saúde pública; se no outro Estado o grande desafio é na área da Educação... E assim por diante, portanto, dando mais autonomia aos Estados.

Então, Senador Fernando Bezerra, parabenizo V. Exa. pela iniciativa. Isso aponta dois grandes desafios que nós temos: a política de incentivo fiscal, que a meu juízo não deveria ser feita por Estados, deveria ser feita centralmente pela União – isso é algo que precisa entrar em discussão aqui nesta Casa –; e o outro é a intervenção exagerada da União em assuntos que dizem respeito a Estados e Municípios.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu queria pegar carona aqui nas considerações do Senador Cid Gomes, porque acho que a gente está na hora de abrir o debate sobre cobrança do ICMS ou imposto no destino e não na origem, porque esse é o grande mal e a base... Eu diria que é a causa de todos os males, porque o Estado já tem a empresa, já produz e ainda fica com o imposto de quem consome a dois mil, três mil quilômetros de distância.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, eu acho que esse é um tema que a gente precisa tornar prioritário.

Aqui há vários ex-Governadores, pessoas que compreendem muito bem o sofrimento dos Estados, a crise fiscal dos Estados. E a gente precisa abrir esse debate o mais rápido possível.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Presidente, eu quero aproveitar também a fala do Senador Cid Gomes para fazer duas observações. Eu já procurei, há pouco, o Senador Luiz do Carmo e fiz um apelo para ele, porque eu consegui "federatizar", tornar federativo, "federativizar" o terceiro projeto que eu apresentei às duas Casas, o segundo no Senado e um na Câmara, e versa este último sobre renúncia fiscal.

Sei que V. Exa., Senador Omar Aziz, quando escuta falar sobre renúncia fiscal, se sente um pouco ferido. Não tem nada a ver com Zona Franca de Manaus. O que nós precisamos é, em termos federativos, avaliar o custo e o benefício dessa montanha de renúncias fiscais que o Brasil carrega. Governo Federal este ano: 330 bilhões. Se somarmos Estados e Municípios, segundo Luiz Carlos Hauly, que é a minha referência, vamos provavelmente a mais de R$550 bilhões. Num país que está vivendo uma situação de penúria tal que o Ministro da Economia propõe socializar o custo de elaborar o orçamento... Porque é lógico que o Ministro Paulo Guedes não proporia, Senador Fernando Bezerra, entregar-lhe, como Líder do Governo, ou à Deputada Joice, como Líder do Governo no Congresso, dizendo: "Olha, está sobrando dinheiro; vocês o apliquem!". Não: "Como está faltando dinheiro, vocês cortem!". O raciocínio do Ministro Paulo Guedes é este: "Olha, está muito difícil fazer esse orçamento, sempre com déficit; quem vai fazer é o Congresso". E não se discute renúncia fiscal, e não se discute o proveito.

Não é que eu seja contra incentivo, não; sou a favor, mas cada incentivo doravante tem que ter uma meta: o que eu quero alcançar em termos de emprego, em termos de competitividade do setor e em termos de ganho por cidadão. E os que já existem têm que ser avaliados, sob pena de nós sermos tentados, como alguns Estados, inclusive vizinhos aqui, fazem. "Eu preciso de dinheiro. Onde é que há? Tire um bilhão de lá". E aprova-se sem avaliação um corte que pode ser danoso para a economia, pode ser danoso para o emprego, para a competitividade e exatamente para o consumidor.

Então, eu queria aproveitar o ensejo, já que eu estou diante do Relator, para fazer este pedido público da sua atenção. O primeiro projeto que eu apresentei nesse sentido foi em 1991 – 1991! Eu o chamei de "torneira dos espertos". E os espertos foram muito mais eficazes do que eu. Passou no Senado e, na Câmara, na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara, sob a égide do meu amigo Delfim Netto, foi enterrado.

sob a égide do meu amigo Delfim Neto, foi enterrado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu queria fazer um apelo para que, junto com esse tema tão oportuno, eu pudesse fazer essa petição pública. Se eu fosse o Ronaldo Cunha Lima, eu faria inversamente. Como eu não tenho esse talento, eu faço mediocremente, mas faço um apelo ao Senador Luiz do Carmo e a todos os integrantes da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. LUIZ DO CARMO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Luiz do Carmo.

O SR. LUIZ DO CARMO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO) – Só uma resposta pequena, Presidente.

Isso é um absurdo, realmente. No meu Estado, o ICMS é tão... O Kajuru sabe disso. Havia empresa que vendia ICMS para outra empresa para pegar o incentivo. Isso foi muito constatado lá. Então, vamos nos debruçar sobre o seu projeto, vamos estudá-lo e fazer uma coisa justa para o País.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O que aconteceu...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... também, Senador Espiridião Amin, é que, ao longo dos anos, com a guerra fiscal, os Estados começaram... E nós acabamos com a guerra fiscal com uma lei que aprovamos aqui no Senado. Hoje não há mais. Os Estados não podem...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É... Se acontecer... Veja bem, Senador. Eu estou me...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Primo,não seja tão otimista. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, eu estou me pautando por aquilo que a lei manda. De lá para cá, eu não tenho conhecimento de algum Governador ter passado por cima e ter... Eu não tenho conhecimento. Nós tomamos uma providência. É lógico que nós temos de avançar um pouco mais nisso. E, quando a gente fala... Falar sobre política econômica, Senador Espiridião Amin... Eu tenho de dar minha opinião também sobre esse assunto que diz respeito à distribuição de poucos recursos para os Municípios mais pobres do Brasil.

O Ministro Paulo Guedes, quando remete ao Congresso, parecendo uma coisa boa... "Olhe, o cara tem outro pensamento, ele pensa como os americanos, como os alemães, como os ingleses!" Já é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

constitucional o Congresso analisar e fazer o orçamento. Isso já é constitucional. Não é nenhum favor. Só que, depois dos déficits que nós temos em áreas, contingenciamentos em áreas importantes... E há aqui uma matéria que nós iríamos votar hoje, mas, a pedido, eu, compreendendo a situação do Governo neste momento, retirei de pauta. Ela iria acabar com o contingenciamento do fundo de inovação e pesquisa, que é importante para chegarmos aonde o Ministro Paulo Guedes quer, para que tenhamos conhecimento e tecnologia para produzirmos aqui e não sermos apenas montadoras ou produzir tecnologias...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Ou perdedor de *commodity*.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É isso.

Então, veja bem, quando a gente entra nessa discussão técnica, e o Senador Amin, pela experiência como Parlamentar, como Senador, como Governador que foi, é lógico... Eu acho que o Senado e esta Comissão podem dar uma grande contribuição para essa discussão, mas me dá uma satisfação muito grande quando eu vejo o Ministro Paulo Guedes dizer que ele quer fazer uma inversão. Hoje, ele quer acabar com as contribuições, criar um imposto único e, 70% disso ir para os Estados e Municípios, que é a forma mais democrática de uma Federação administrar. Mas, se vai chegar agora ou não, nós temos de começar a fazer o nosso papel aqui, discutindo as reformas necessárias para o País. É o meu pensamento.

Senador Kajuru, nós demos vista... A esse projeto, já foi dada vista coletiva.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – É rápido...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Só um comentário rápido.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Pois não.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – O Senador Espiridião Amin falou de um número expressivo de renúncia fiscal da ordem de R$330 bilhões, e, antes de trazer esse número

Antes de trazer esse número, ele falou que V. Exa. sempre ficava muito sentido quando fosse para discutir renúncia fiscal em função da Zona Franca de Manaus...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Fico não. Eu tenho mil argumentos para defender.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Ou os incentivos regionais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas é importante, para quem está nos assistindo pela TV Senado, que, desses 330 bilhões de incentivos regionais, incluindo aí a Zona Franca de Manaus, não dão 30 bilhões. A grande massa de incentivo deste País, 90% da renúncia vão para incentivos setoriais, onde a concentração para os Estados mais desenvolvidos também ocorre. Então, eu estou a favor. Vamos reduzir a renúncia fiscal, vamos analisar, vamos avaliar. Os incentivos fiscais podem estar exagerados. Quatro por cento do PIB! Vamos cortar para 2% do PIB, mas vamos fazer de forma criteriosa e não ficar imaginando que são o Nordeste e o Norte que estão à farra dos incentivos. Não é! A grande massa dos incentivos fiscais, da renúncia tributária no País se destina para setores específicos da economia, e esses setores estão concentrados, mais uma vez, no Sul e no Sudeste do País.

Portanto, eu apoio a iniciativa. Acho que a gente precisa ter coragem para mexer nessa caixa-preta que é a caixa-preta dos incentivos fiscais.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Kajuru.

Depois, passamos ao próximo item da pauta. Senão, daqui a pouco, esvazia e a gente não vota.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Eu vou ser rápido.

Primeiro, tranquilizo o Senador Esperidião Amin. O Relator, que é goiano, Luiz do Carmo, será cirúrgico. Eu tenho certeza de que ele não errará absolutamente em nada, até porque o Senador Luiz do Carmo, como eu, sabe da situação de Goiás. Então, que o Brasil inteiro saiba que, durante 20 anos, Goiás, governado por um só cidadão que simplesmente dava o perdão fiscal a grandes empresas, entre elas principalmente a JBS- Friboi – pasme, Presidente! Fique aturdido com o que vou lhe falar; e eu provo – de 9 bilhões por ano. E sabe quanto ele cobrava de comissão? Cinco por cento. Por isso a Justiça agora bloqueou os seus bens no valor de 5 bilhões.

Como eu dou nome aos bois e aos bandidos, estou me referindo a Marconi Perillo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vamos ao próximo item.

Item 7.

ITEM 7

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 337, de 2015

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acresce os incisos XVIII, XIX, XX ao Art. 20 da Lei nº 8036/90 – que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço para permitir a utilização da conta vinculada do trabalhador na quitação de débitos vinculados à imóveis de parentes de primeiro grau.

Autoria: Senador Donizeti Nogueira

Relatoria: Senador Elmano Férrer

Relatório: Pela aprovação do projeto, com as Emendas nºs 1 e 2-CAS.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com parecer favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1 e 2-CAS.

O Senador Elmano Férrer é o Relator do projeto do Senador Donizeti Nogueira.

Por favor, Senador Elmano.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Presidente, parece que o Relator não está presente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está ali. Mas eu já tinha arranjado uma outra forma, caso o Senador Elmano não nos desse a honra da sua presença aqui.

Como ele está aqui, por favor, Senador Elmano.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PI. Para leitura de relatório.) – Agradeço a V. Exa. e passo a ler o relatório.

Vem a exame desta Comissão de Assuntos Econômicos o Projeto de Lei do Senado 337, de 2015, de autoria do Senador Donizeti Nogueira, aqui presente. O projeto modifica a redação da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço e dá outras providências, acrescentando três incisos ao art. 20, de modo a "permitir a utilização da conta vinculada do trabalhador na quitação de débitos vinculados a imóveis de parentes de primeiro grau".

de débitos vinculados a imóveis de parentes de primeiro grau".

O PLS possui dois artigos. O art. 1º altera o art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990. O referido artigo lista as situações em que a conta vinculada do trabalhador do FGTS pode ser movimentada. O projeto acrescenta os seguintes incisos ao art. 20:

> XVIII – Liquidação ou amortização extraordinária do saldo devedor de financiamento imobiliário, que tenha sido concedido no âmbito do SFH, pertencente a parentes de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

primeiro grau do titular da conta, com sua anuência e interstício mínimo de 02 (dois) anos para cada movimentação.

XIX – Liquidação ou amortização de dívidas vinculadas a imóvel rural pertencente ao titular da conta ou de parentes de primeiro grau do titular da conta, com sua anuência e interstício mínimo de 02 (dois) anos para cada movimentação.

XX – Na aquisição de imóvel objeto de inventário pertencente à família do titular da conta.

O art. 2º do PLS é a cláusula de vigência. A lei entraria em vigor na data de sua publicação.

Na justificação, o autor argumenta que a proposta, se aprovada, daria ao detentor da conta vinculada no FGTS a possibilidade de usar os recursos do fundo em três novas situações, todas elas relevantes. O projeto permitiria ao titular da conta, entre outras coisas, o direito de utilizar os recursos do fundo para compra de imóvel urbano ou rural que seja objeto de inventário e espólio do qual faça parte. Ele argumenta que, entre muitos herdeiros, não existe o interesse na manutenção da propriedade em conjunto após a morte do pai. O inciso acrescido na lei do FGTS permitirá que um dos herdeiros possa comprar as partes dos demais com recursos do fundo.

O Projeto foi encaminhado à apreciação da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e desta Comissão de Assuntos Econômicos, cabendo à última – consequentemente, a esta – a decisão em caráter terminativo.

Não foram apresentadas emendas.

Análise.

Nos termos do inciso I do art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre os aspectos econômico e financeiro de qualquer matéria que lhe seja submetida, assim como opinar, conforme o seu inciso IV, dentre outros temas, sobre finanças públicas; normas gerais sobre direito tributário, financeiro e econômico; e dívida pública.

O Projeto de Lei do Senado nº 337, de 2015, do Senador Donizeti Nogueira, acresce os incisos XVIII, XIX, XX ao art. 20 da Lei nº 8.036/90 – que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – para permitir três novas situações em que a conta vinculada do trabalhador pode ser utilizada.

As novas situações são as seguintes: a quitação de financiamento de imóvel de pai ou filho, no âmbito do SFH; o pagamento de dívida de imóvel rural pertencente ao titular, seus pais ou filhos; e a aquisição de imóvel pertencente a familiar do titular que seja objeto de inventário.

Quantos aos aspectos jurídicos, inexistem vícios.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quantos aos aspectos jurídicos, inexistem vícios. A matéria trata da regulamentação do FGTS, que se insere na categoria Direito do Trabalho, a qual não se encontra entre as matérias de iniciativa privativa do Presidente da República, arroladas no §1º do art. 61 da Carta Maior. Além disto, nos termos do art. 48, *caput*, da Constituição Federal, compete ao Congresso Nacional legislar sobre todas as matérias de competência da União, inclusive sobre o Direito do Trabalho.

Passando ao mérito da proposta, entendemos que as três novas situações em que poderia ser movimentada a conta do FGTS estão bem justificadas e podem ser acolhidas. São três situações de alta relevância econômica e social em que, na nossa opinião, o resgate da conta do FGTS estaria plenamente justificado.

A função social do FGTS é justamente permitir ao trabalhador a formação de uma reserva monetária que possa ser utilizada em situações de alta importância pessoal, como a aquisição da casa própria, dos filhos ou dos pais (parentes de primeiro grau); o pagamento de dívidas rurais da família e a aquisição de imóvel objeto de inventário.

Assim sendo, entendemos que o PLS nº 337, de 2015, aperfeiçoa a Lei do FGTS e deve prosperar.

Quanto às emendas de redação aprovadas pela Comissão de Assuntos Sociais, acreditamos que elas devam ser acolhidas. A primeira emenda da CAS aperfeiçoa a redação da ementa do projeto. A segunda emenda altera a redação do inciso XX do art. 20 da Lei nº 8.036, de 1990, deixando claro que a possibilidade de compra no âmbito do inventário ficaria restrita ao sucessor do inventariado.

O voto, Sr. Presidente.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 336, de 2015, com as duas emendas aprovadas pela Comissão de Assuntos Sociais.

São estes, Sr. Presidente, o relatório e a análise do projeto.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em discussão.

Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Eu quero fazer o pedido de vista dessa matéria...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Eu queria pedir vista coletiva.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Faço um apelo aos meus companheiros da Comissão de Assuntos Econômicos.

Essa matéria é sensível, embora o projeto seja meritório. Por que é sensível? Porque o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) é o grande financiador das obras públicas neste País, notadamente para o setor da habitação e para o setor de saneamento e abastecimento de água, e já existem diversas matérias tramitando no Senado Federal modificando os critérios de saque do FGTS. Para que V. Exa. tenha uma ideia: são mais de 60 matérias!

Então, eu acho que nós deveríamos, antes de deliberar sobre mais um critério para saque do FGTS, fazer aqui uma plenária, convidando representantes da Caixa Econômica Federal e do Ministério da Economia, para que pudéssemos saber qual é a situação, o *status quo,* do FGTS. Na realidade, isso vai produzir saques ao fundo, isso vai diminuir o saldo do fundo e, consequentemente, vai diminuir a capacidade de financiamento dessas obras, que são demandadas sobretudo por Estados e Municípios brasileiros a uma taxa de juros menor.

Então, no momento em que o grande pleito dos Estados e dos Municípios é a contratação de empréstimos...

pleito dos Estados e dos Municípios é a contratação de empréstimos a juros menores, para financiar as obras de infraestrutura, eu acho que seria prudente, antes de darmos sequência na deliberação de matérias que são importantes do ponto de vista social, a gente fazer uma reflexão para saber se estamos dando com uma mão e tirando com a outra, porque vai bater muito mais na classe mais pobre a falta de financiamento para gerar emprego, a falta de financiamento para gerar habitação popular. Está aí o Programa Minha Casa Minha Vida precisando de *funding* para continuar as contratações. Nós temos contratos que estão em suspenso porque não temos capacidade orçamentária para contratar um maior número de unidades.

Então, eu faço um apelo respeitoso a todos os meus companheiros de Comissão. Compreendo. Acho que o relatório está muito bem elaborado, demonstra a sensibilidade do nosso Senador, companheiro, Elmano Férrer, mas peço vista dessa matéria e sugeriria a V. Exa. que antes de voltarmos para deliberar, que nós aqui, numa dessas reuniões de debates, trouxéssemos alguém da Caixa Econômica e do Ministério da Economia para falar um pouco sobre a situação do FGTS.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O projeto do Senador...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Coletiva?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, vou dar vista coletiva, até porque... Mas a Caixa Econômica tinha que colocar à disposição três bilhões agora. Só está colocando 700 milhões para o Minha Casa Minha Vida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há uma apreensão muito grande nas incorporadoras pelo Brasil afora em relação ao cronograma de obra. E acusam fortemente o novo Presidente da Caixa Econômica Federal por não ter tido habilidade para conduzir esse processo aí. Aliás, é uma coisa também que esta Comissão deveria discutir. Convidá-lo a vir aqui para dar explicações sobre quanto nós temos realmente no fundo e tal.

Então, juntamente com esse pedido que V. Exa. faz, seria importante que o Presidente da Caixa Econômica, que é o maior usuário do fundo de garantia dos trabalhadores, do FGTS, viesse aqui explicar qual valor existe hoje, qual seria a perspectiva de saque, caso seja aprovado esse projeto – correto? –, para fazermos o equilíbrio e não irmos para o sensacionalismo puro e simples.

Pois não, Senador.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente, eu queria concordar com V. Exa. sobre a pertinência e a importância de fazermos um convite ao Presidente da Caixa. Hoje nós fomos tomados de surpresa com a demissão do Superintendente da Caixa no Estado de Sergipe, o meu Estado, e o boato é que a Superintendência da Caixa não haverá mais no Estado de Sergipe. E nós precisaremos resolver as questões cotidianas na Bahia, em Salvador.

Ou seja, Líder Fernando Bezerra, essa é uma questão muito séria. A Caixa Econômica Federal é um banco público! Tem um papel para garantir o desenvolvimento. É a maior agência de serviço público bancário do Brasil! Ela é mais do que um banco, ela é uma agência de Governo extraordinária que deve cumprir esse papel! E o que nós estamos vendo? Ela demite o Superintendente Regional

E o que é que nós estamos vendo? Ela demite o Superintendente Regional já com o plano de anexar a Superintendência de Sergipe à Superintendência da Bahia.

Eu peço a V. Exa. que nos ajude junto à Presidência da Caixa para evitar tamanho dano a uma economia já combalida que é a economia do nosso Estado, que, neste momento, está com mais de 16% de desemprego. E tirar a Superintendência da Caixa do Estado de Sergipe significa afundar ainda mais a economia. Não é a economia de um superintendente, de uma superintendência que vai inviabilizar a Caixa, mas isso pode tornar a vida dos sergipanos e a economia sergipana mais frágil e vulnerável.

Eu queria pedir o seu apoio, Presidente, e o seu apoio, Líder.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não é só a Caixa. Se você pegar o Banco da Amazônia, o Basa, ele tem sede nas capitais onde você não tem setor primário nenhum, você não tem nenhum tipo de atividade agrícola. E, nas regiões onde possivelmente você poderia ter, eles fecharam as sedes. E aí o agricultor tem que sair do meu Estado, sair do Município, passar seis, sete dias num barco, para ir à cidade de Manaus para tentar conseguir um crédito. Então, isso está acontecendo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, quando a gente estava discutindo aqui com o Presidente do Banco Central – porque a gente só fala nos bancos públicos, públicos, públicos –, esse assunto foi pouco debatido, foi um erro nosso, inclusive, na sabatina, mas a gente vai trazê-lo novamente para discutir essa questão da importância social dos bancos que não é só lucrativa, mas da importância social que tem o Basa, o Banco do Nordeste, o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal, porque a importância social não se pode perder num banco desse. E hoje nós estamos perdendo essa importância social, porque, por uma série de razões, estão fechando essas coisas.

Então, está-se dando a vista coletiva.

Senador Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Quero vista também e, na próxima discussão, vamos incluir o crédito cooperativo, que é a única solução para dar essa capilaridade que V. Exa. e todos nós reclamamos.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Kajuru...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Ah, desculpe!

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Agora, estamos sem quórum para continuar, não é?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, mas não há mais o que votar.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só teríamos uma que é um projeto do Senador...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Telmário.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, o Telmário já...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não, sou eu que sou o Relator, há um projeto meu.

(*Intervenções fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Presidente...

Sr. Presidente...

Sr. Presidente, apenas para dar uma palavra ao Senador Rogério. Na realidade, eu me coloco à disposição dele para marcar uma audiência com o Presidente da Caixa. O Dr. Pedro Guimarães é um grande profissional. S. Exa., ao ser atendido por ele, vai mudar a sua percepção. Vai fazer um grande trabalho à frente da Caixa Econômica Federal para poder tirar essa possibilidade que está inquietando S. Exa. de um possível fechamento da Superintendência da Caixa no Estado de Sergipe.

Mas eu queria também informar que, semana passada, o Ministro do Desenvolvimento Regional, Gustavo Canuto, esteve aqui nesta Casa e já anunciou a regularização no fluxo de pagamento das unidades habitacionais contratadas do Minha Casa, Minha Vida. Na realidade, em janeiro e fevereiro, foram pagos 50% dos valores que estavam sendo desembolsados, isso já foi regularizado. Agora, precisamos lutar ainda por espaço orçamentário para retomar a contratação das unidades que foram contratados entre outubro e dezembro.

E aí o Presidente

das unidades que foram contratadas entre outubro de dezembro. Aí, o Presidente tem toda a razão de a gente colocar essa cobrança e fazer essa reivindicação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas o Ministro Paulo Guedes já disse que você vai elaborar... Então, você vai dar um jeito de arranjar os recursos...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Com certeza. Contando com a sua ajuda, com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vou conceder a palavra ao meu Senador...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Com o Presidente da Caixa, menos...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Eu só queria lembrar que eu tenho ainda um item a relatar de um projeto...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É, mas vai ficar para a próxima reunião, até porque você está rejeitando o projeto, que é terminativo.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Ele é terminativo, mas... Talvez...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Deixemos o Senador Otto falar.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Pois não. Depois do Senador Otto, eu volto a pedir a palavra.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu quero concordar com a colocação do Senador Rogério Carvalho. Tudo o que acontece para resolver problema do Brasil estoura na conta dos Estados do Nordeste. Lá na nossa região, em Sergipe, na Bahia, querem desativar a Fafen... Sobre a Caixa Econômica nos Estados do Nordeste, na Bahia, sobretudo, as agências estão fechando. Os bancos que deveriam dar uma assistência maior aos Municípios de menor porte querem fechar para ficarem concentrados só nos Municípios de maior porte, Municípios grandes, em cujo entorno os pequenos gravitam. Os aposentados estão vivendo uma situação gravíssima.

Eu apresentei um projeto aqui no Senado, que foi aprovado na Câmara e sancionado pelo Presidente Michel Temer, para aumentar a pena pelo arrombamento de bancos e também para não permitir que os bancos comemorem quando se arromba uma agência num Município pequeno. Eles comemoram! Sabem por quê? Porque eles não vão ter o custo mais daquela agência. Vão ficar centralizados só num local.

Fui à Casa da Moeda lá atrás para saber por que o Ministro da Fazenda não obrigava a colocar dispositivos nos bancos para danificar as cédulas. Não havia lei! Agora há lei! É essa minha lei que foi sancionada e que obriga os bancos agora a colocar nos caixas eletrônicos dispositivos para que, quando arrombados, sejam danificadas as cédulas. Isso já está em vigor.

O que eu vejo é o seguinte... Quero chegar ao ponto principal: a declaração que foi dada pelo Governo a respeito da questão da Ford em São Paulo. A Ford vai desativar a fábrica de caminhões, mas vai manter a fábrica de motores em Taubaté. Ameaçam os Estados, como o Estado da Bahia, que fez um sacrifício enorme para levar a Ford para lá, e os outros Estados podem pegar também. Podem pegar a Fiat em Pernambuco; podem pegar aqui em Goiás a Caoa. Eles dizem que a Ford, para desativar, vai ter de fazer uma compensação pelo que foi feito na Bahia em termos de incentivos fiscais. Inclusive, essa foi uma matéria que foi publicada na *Folha de S.Paulo*. Ou seja, os grandes incentivos, como o Fernando falou, foram dados ao longo desses anos todos ao Sudeste, ao Sudeste! Quando acontece uma coisa pequena para a economia do Estado de São Paulo – porque é uma coisa pequena para um Estado que tem praticamente 38%, 39% do PIB do Brasil –, já olham para os Estados do Nordeste, que estão ainda labutando para ter um desenvolvimento econômico maior de valor agregado, para dizer: "Nós vamos ter que resolver." E cria-se essa dificuldade.

Então, nós tivemos, nessa semana, na Ford, uma situação muito grave. Os trabalhadores, o próprio Governador Rui Costa estão preocupados com essa situação.

Nesses quatro anos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ou seja, eu, nesses quatro anos – Fernando acompanhou isso; Omar acompanhou –, eu passei quase quatro anos da minha vida dentro do Senado Federal querendo levantar a unidade dos Estados mais pobres da Federação, sobretudo do Nordeste e do Centro-Oeste, para se fazer um grupo de Senadores para defender esses interesses de maneira uniforme. Não tive essa possibilidade, não consegui fazer isso, sobretudo no que tange a maior bandeira dos meus quatro anos aqui, que foi a defesa da Bacia do Rio São Francisco, que agora agoniza para morrer. E todos do Nordeste brasileiro deveriam – são 29 Senadores; eu falei com o Fernando, que agora é o Líder do Governo – tomar essa decisão, porque foi feita a transposição, que está para ser concluída, mas a revitalização é zero.

Então, quanto essas questões todas de interesse do Centro-Oeste e do Nordeste, faço o apelo ao Senador, inclusive ao nosso amigo Kajuru e a todos que estão aqui e defendem essa posição de movimento econômico, para se fazer uma unidade, talvez um grupo de Senadores, que possam defender os interesses nossos em detrimento dessa condição de dificuldades que são impostas ao Nordeste e ao Centro-Oeste. E fica essa situação lá de São Paulo e do Sudeste de uma maneira geral.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Inclua o Norte também.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Incluo o Norte também.

Quando foi feita a negociação da dívida dos Estados – e nós votamos a favor para ajudar os Estados ricos da Federação... São Paulo tinha uma dívida de R$220 bilhões; Minas com R$79 bilhões; a capital de São Paulo, R$75 bilhões; o Rio Grande do Sul com mais de R$70 bilhões; e a minha Bahia devia à União R$5 bilhões. Por quê? Porque, ao longo dos anos, foi carreado dinheiro para desenvolver do Sul de Minas até o Rio Grande do Sul, deixando isolados o Nordeste e o Centro-Oeste.

Está na hora, Fernando – você, que é Líder do Governo –, de levantar essa bandeira.

Por exemplo, não vamos aceitar nenhuma retaliação à Ford na Bahia. Nós vamos quebrar esse Governo, se tiver de se mexer na Ford, na Fiat, na Caoa em Goiás ou mexer na Fafen. Nós temos de ter unidade para dizer: "Chega de querer isolar esses Estados que estão lutando há tantos anos para se desenvolverem". De repente, chega uma figura política ou de Governo, como é o caso da declaração do Ministro Paulo Guedes, para dizer: "Se fechar a fábrica de caminhões lá em São Paulo, a Bahia, que tem a Ford e recebeu incentivos vai ter, de alguma forma vai dar uma contrapartida para isso acontecer". Não aceito de jeito nenhum!

Eu sei que o Governo está sustentado em quatro pilares: no Planalto, as decisões são tomadas pelo Planalto, pelos militares, pelo Sergio Moro e pelo Paulo Guedes. São quatro pilares que sustentam e, às vezes, batem cabeça e não dizem coisa com coisa. Mas nesse ponto eu quero conclamar os meus colegas para terem coragem e decisão de defender esses Estados que estão lutando para se desenvolver e terem o nível de vida que têm os Estados do Sudeste.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Falo até como desabafo porque desde quinta-feira a Bahia está inquieta com essa decisão, com essa matéria publicada na *Folha de S.Paulo*, em que o próprio Ministro da Economia diz que teria de haver uma compensação para São Paulo.

Eu nada tenho contra São Paulo, até porque votei a favor da renegociação da dívida. Votamos a favor e fizemos aqui um movimento muito grande. Trabalhamos e aprovamos aqui a convalidação dos incentivos fiscal, que era uma absurdo que estavam fazendo com Pernambuco, com a Bahia e com os Estados todos que tinham dado incentivos fiscais. Aprovamos isso

com a Bahia, com os Estados todos que tinham dado incentivos fiscais. Aprovamos isso num acordo que foi feito e que não prejudicou nem o Estado.

Agora, a vida inteira ouvir essa cantilena de que quem tem que pagar a conta é quem é mais pobre, aqui não vai colar de jeito nenhum.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu queria...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... só me colocar à sua disposição para trabalhar junto na ideia de a gente montar – não sei se é uma frente – pelo menos essa articulação das regiões que mais perdem. Como disse o Líder do Governo aqui, a maior parte dos incentivos é setorial, não é regional. Os incentivos regionais correspondem a 10% dos incentivos setoriais, que, com certeza, estão no Sul e no Sudeste, pelo menos uns 70% de todos os incentivos concedidos neste País.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Telmário.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – Sr. Presidente, nessa mesma linha, eu acho que se deve formar – Senador Otto – uma frente, sim. V. Exa. se esqueceu do Rio, foram 63 bilhões negociados por três anos e prorrogáveis por mais três anos. E Roraima, que está com dois bilhões e não consegue negociar? Imagine! Então, realmente, são os pobres pagando a conta dos ricos.

Mas, Sr. Presidente, há um projeto meu hoje, item 6, de que V. Exa. era o Relator...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu sou ainda, eu sou o Relator.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – V. Exa. me disse que tirou o projeto em função de um pedido do Governo. Eu queria fazer um apelo ao Líder do Governo, Fernando Bezerra, que esse projeto volte na próxima semana, porque é um projeto de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

austeridade, que hoje é a tônica do País, que é a previdência. Ora, nós estamos, Senador Kajuru, pedindo que as empresas detentoras dos administradores que criem prejuízo à previdência também sejam corresponsáveis. Então, é uma matéria de austeridade que não está contemplada no projeto do Governo, essa previsão aí não está contemplada no projeto Governo. Portanto, ela cabe muito bem ainda em votação.

Então, peço ao Governo que analise e traga a proposição já na próxima semana para que a gente possa colocar isso em pauta.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou ser o mais urgente possível nessa questão. Vou explicar aqui. V. Exa. é autor do projeto e fico muito feliz em poder relatar um projeto de V. Exa., Senador Telmário.

Logo no início da reunião, expliquei aqui que eu tinha sido procurado pela equipe do Governo. Como o Governo está iniciando agora, é natural que eles queiram se inteirar de algumas questões que vão mexer no orçamento e na contribuição. E uma das coisas que alegaram rapidamente – eu disse: "Não, vamos retirar, vamos sentar e vamos discutir" –, seria que hoje, quando a pessoa é autuada por não estar repassando o recurso da previdência, ela é obrigada a pagar imediatamente. Com o seu projeto, ele deixaria de pagar isso e esperaria até ser julgado pela última instância. Então, é uma preocupação porque eles deixariam de arrecadar. Eles estão autuando... Hoje, quando a empresa é autuada, tem que recolher imediatamente. Essa foi uma preocupação que ele colocou. Eu falei: "Olha, não há problema nenhum de a gente discutir, até porque eu não estou aqui para fazer nenhum cavalo-de-batalha, sou contra por ser". Não é isso, não é meu papel nem vai ser meu papel como Senador e nem será de nenhum de nós.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Mas, Sr. Presidente, eu queria chamar a atenção para um outro dado, que eu acho que ainda é mais grave do que esse argumento que V. Exa. colocou.

Ocorrida uma fraude que é praticada por uma pessoa física, como querer responsabilizar a pessoa jurídica? O crime é um crime individual, é um ato individual, como é que você vai transferir...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Hoje já é, não é?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Como você vai imputar?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Hoje, você tem um contador, você paga o contador, ele faz um erro no seu Imposto de Renda

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Hoje você tem um contador, você paga o contador e ele comete um erro no seu Imposto de Renda, mas não é o contador que paga a multa e nem vai ser preso...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Mas eu estou falando que isso tem que estar de acordo com os princípios que dirigem o nosso Código de Processo Penal, isso não pode ser a partir de uma iniciativa legislativa...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por isso é que eu cedi ao apelo para a gente discutir...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – ... para transformar a imputação de um crime numa ação solidária...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – E eu não concordei com V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Como?

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – E eu não concordei com V. Exa. Eu não entendi essa posição do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, mas eu até expliquei aqui no início, Senador Fernando Bezerra. O senhor não estava e eu já tinha comentado...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Pois não, eu agradeço...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... que eu tinha retirado os dois projetos porque havia recebido o Dr. Vítor, que é assessor do Ministro da Economia. Ele foi ao meu gabinete hoje cedo e disse "Olha, eu não cheguei tão cedo quanto V. Exa., mas cheguei bem cedo hoje", e ele pediu, fez um apelo... E a gente não está aqui, como eu disse... Nem V. Exa. vai receber esse tipo de apelo e vai compreender que uma semana a mais, uma a menos, não vai acabar... Mas o meu parecer... Tanto é que é favorável ao seu projeto, Senador Telmário.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – Sr. Presidente, concordo, só que eu discordo ainda do Senador Fernando pelo seguinte. O administrador de uma empresa comete uma fraude, um delito contra a previdência, e a empresa fica impune? E se houve um acordo entre a empresa e ele? Então, a empresa começa a trabalhar com pessoas que têm corresponsabilidade, porque assim fica muito fácil: a empresa tem o benefício, é beneficiada pela fraude ou pela irregularidade, e a responsabilidade fica só para a pessoa jurídica? Não, eu acho que aí tem que ter a corresponsabilidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O.k., já foi dada vista do projeto que foi relatado pelo Senador Elmano. Está dada a vista coletiva. Na semana que vem...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... nós teremos uma audiência aqui, a partir de um ofício que foi aprovado hoje aqui, da previdência; depois, na outra semana, nós o votaremos.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Presidente, só uma palavra rápida sobre as colocações que foram feitas pelo Senador Otto Alencar.

Ele terá sempre o nosso respeito e a nossa solidariedade nas lutas em prol do desenvolvimento regional e, de forma particular, da Região Nordeste do Brasil. Eu queria apenas lembrar que o que houve em relação ao regime automotivo do Nordeste seria um exemplo de revisão para todos os incentivos do Brasil. No ano passado, em deliberação que foi tomada por esta Casa, reduziram-se os incentivos do setor automotivo do Nordeste em 40%. Imaginem se isso fosse levado para toda a gama de incentivos que o País pratica: nós teríamos uma economia de R$120 bilhões – só para citar número expressivo que foi trazido pelo Senador Esperidião Amin. Então, eu acho que nós temos que lutar pelo desenvolvimento do Nordeste, temos que lutar pelos incentivos. A nossa região mais pobre vai continuar precisando de incentivos fiscais e de crédito subsidiado para que ela possa, de fato, prosperar, gerar emprego, gerar renda.

Mas queria fazer a defesa do meu Ministro da Economia, de Paulo Guedes. Ele pode ter, eventualmente, até feito uma colocação que não cabia no contexto da discussão da Ford da Bahia, mas ele está diante de um enorme desafio. Todos sabem da situação das contas públicas no Brasil. O Brasil vive um desequilíbrio fiscal de grandes proporções. Apesar de todo o esforço que foi feito nos últimos dois anos e meio, nós ainda temos muito a caminhar para poder equilibrar as contas públicas. A agenda que o Ministro Paulo Guedes apresenta é uma agenda que me parece correta, adequada ao tamanho do desafio que o Brasil... É evidente que podem haver divergências, mas é evidente também que o Brasil anseia por uma alternativa de modelo de desenvolvimento econômico, porque o que foi...

anseia por uma alternativa de modelo de desenvolvimento econômico, porque o que foi experimentado, sobrecarregando o Estado, levando ao desequilíbrio dessas contas, está aí: a produção de 13 milhões de desempregados. Foi isso que levou o Brasil a toda essa situação de quase convulsão social, que levou a um resultado eleitoral que ninguém esperava, no qual ninguém acreditava.

Portanto, creio que nós precisamos dar o crédito para a proposta cujo debate está sendo iniciado lá na Câmara. E agora temos a iniciativa do Presidente Davi Alcolumbre de trazer o debate do Pacto Federativo aqui para o Senado, trazer os Governadores, trazer os Prefeitos, trazer o Ministro Paulo Guedes aqui, para fazer uma exposição ampla, numa sessão plenária, tratando não só de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

reforma da previdência, mas tratando de todas as outras reformas que fazem parte do programa do Governo, para que possamos dar protagonismo ao Senado Federal em matérias que são importantes para equilibrarmos as contas públicas e fazermos com que o Brasil se reencontre com a sua trajetória de crescimento e desenvolvimento.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Presidente, um minuto, por favor.

Só para corroborar uma fala... Duas falas dos dois Senadores, Rogério e Otto, e complementar com o Senador Fernando. Eu gostaria até talvez de convidar o Ministro Paulo Guedes a fazer uma incursão pelo Nordeste e pelo Norte. Eu estou dizendo isso pelo seguinte, no escritório e na posição de Ministro importante que ele tem hoje, é importante que ele tenha a visão real do que é o Nordeste hoje! Não é mais o Nordeste do livro de geografia em que ele estudou lá. Não é mais. Eu vou dar um exemplo claro disso aí. O Nordeste e o Norte hoje são provedores de matéria bruta e de energia para o País.

Então, todos aqueles incentivos que a gente imaginou, nas décadas de 60, de 70 e de 80, que a turma dos grupos que hoje influenciam o Governo, militares e economistas, conhecem, dos livros de geografia e eventualmente das excursões e dos trabalhos que desenvolveram ao longo da vida, mudaram terrivelmente; mudaram até por ações de Governos que funcionaram. Então, acontece que na época em que foram criados esses incentivos, eles foram criados para regiões longínquas, pobres, diferentes, em que não podia desmatar, ou porque eram desérticas. E hoje a realidade é diferente. Hoje, essas regiões são os provedores de energia e de matéria prima para muitas indústrias. E, pasmem, interessante é que no caso da energia, por exemplo, as fábricas em São Paulo ganham duas vezes. O cara consome energia e recebe o ICMS da energia. Produz a boneca de plástico e recebe o ICMS da boneca de plástico. Isso está errado!

Então, o Pacto Federativo não será só para discutir a questão de incentivo fiscal não! Incentivo fiscal é a pontinha do iceberg. Nós precisamos discutir destinação de alguns impostos; rediscutir alguns conceitos de *royalties*, porque *royalties* se aplicam a recursos não renováveis. Mineração, petróleo, gás? Beleza. Está resolvido. Mas e vento? E terra, no Centro-Oeste? O uso da terra no Centro-Oeste? Quanto custa aquilo ali? E a água, minha gente? A água?

A água é um grande debate. A água não é um recurso renovável. É uma ova! Não é! A água, em um horizonte de tempo maior, evidentemente, do que petróleo e gás, é um recurso igualmente não renovável. A água que passou ali e foi para o mar não volta mais! Ah, mas o vento é. Sim, o vento tudo bem. Vento e sol ainda vai. Mas mesmo assim, para produzir energia solar você ocupa terra, você ladrilha o solo. Isso tem um custo para essas pessoas e para essas regiões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, só para salientar, há uma inversão de mentalidade. Não é mais a região pobrezinha que precisava de incentivo para alguém produzir a boneca Barbie lá, em vez de produzir em São Paulo, perto do consumo.

incentivo para alguém produzir a boneca Barbie lá, em vez de produzir em São Paulo, perto do consumo. Não é mais essa lógica; é a lógica de quem produz, usa seu solo, empata suas dunas, suas praias; há licenciamentos complicadíssimos de se fazerem, inclusive, para nem se mencionar a Amazônia, nem se fala – não é, Senador Telmário? –; regiões que não podem ser tocadas, têm que ser preservadas, e não é remunerado para isso. E a pessoa que está lá não recebe absolutamente nada por isso.

Então, nisso a gente tem que pensar, e não é de forma simples, não; não é só onerando o investidor, não. Cria o *royalty* do vento, cria o *royalty* da árvore, cria o *royalty* da terra. Não, não é só assim, não; isso aí é fácil, qualquer um faz isso, bota a conta para o investidor pagar e aí depois ficam dizendo que ninguém quer investir nos nossos Estados. Então, não é simples, é muito complicado. E a gente tem que pensar muito, claro com uma frente para analisar isso, mas não só em incentivo fiscal, geral, e fazer o Ministro ir lá para conhecer o que é cisterna, o que foi feito no Nordeste e no Norte pelos Governos anteriores para não sair dizendo besteira por aí, que é o que está acontecendo. O pessoal está falando bobagem sem ir e sem conhecer o Brasil. Isso é muito preocupante.

É isso aí.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Srs. Senadores, eu vou encerrar a discussão, porque já foi...

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PI) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... concedida vista desse projeto.

Pois não, Senador Elmano.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PI) – Eu queria só fazer um comentário para tratar do projeto que nós relatamos. Eu vi nascer neste País, em 1966, o instituto Fundo de Garantia do Tempo de Serviço; eu o vi nascer desde 1966; e vi o drama que houve entre Governo e trabalhador. E vi nascer também o Fundo de Amparo ao Trabalhador. São dois fundos que alavancam o desenvolvimento do nosso País. O Fundo de Garantia do Tempo de Serviço é que tem financiado todo o sistema imobiliário de adaptação neste País, a mobilidade urbana, serviços e saneamento. *Mutatis mudandi* o Fundo de Amparo ao Trabalhador, que é operacionalizado pelo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

BNDES, também, quer dizer, os investimentos feitos pela iniciativa privada são, através desse fundo, administrados pelo BNDES.

Agora, em 2015, Sr. Presidente, meus nobres Senadores, eu pedi informações, mandei fazer, inclusive, uma nota técnica, sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço: quanto foi arrecadado do trabalhador, quanto está disponibilizado, onde foi gasto em saneamento, em mobilidade urbana e em muitos outros setores. Não sabemos.

Então, eu acho relevante a proposta aqui do nosso Fernando Bezerra de que nós precisamos saber, porque são os fundos do trabalhador que alavancam o desenvolvimento do País. Nós não sabemos, ninguém sabe neste País quanto esses fundos arrecadaram, tanto o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, quanto o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Então, nós precisamos...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu tive oportunidade, Senador Elmano, de – e aí o Senador Fernando Bezerra, o Senador Otto, os Senadores que estão aqui... Não lhe interrompendo, mas lhe falando uma coisa aqui. Eu tive a oportunidade de conversar isso com o Presidente Lula, com a Presidente Dilma e com o Presidente Temer; com o Presidente Lula, quando era Governador, e depois com a Presidente Dilma e com o Presidente Temer, já como Senador da República.

Eu tenho outra preocupação muito maior do que qualquer outra. Esse Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, que é depositado, a remuneração que o trabalhador recebe é uma brincadeira de mau gosto. Se ele pegasse esse dinheiro e aplicasse num banco particular, mesmo pagando esses jurozinhos de nada, ele teria muito mais lucro depois de 20, 30 anos contribuindo, porque o fundo é dele, do que hoje sendo remunerado pela Caixa Econômica ou por qualquer outro banco que

do que hoje é remunerado pela Caixa Econômica ou por qualquer outro banco que tenha parte nesse negócio. É uma coisa que nós temos que debater. É lógico...

"Ah, não, tem que ser subsidiado, porque nós estamos dando para fazer casa...". Mas e o trabalhador com isso? Parece até que essas casas que estão sendo feitas são todas para eles. Não. Ele, mesmo contribuindo, quando se credencia para receber uma casa dessas, é um cidadão igual aos outros. Mesmo aquele que nunca contribuiu para o Fundo de Garantia tem as mesmas vantagens...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. *Fora do microfone.*) – O subsídio, que é pago em cima dos recursos do FGTS, é pago pelo Orçamento federal.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não... A remuneração que eu digo é do dinheiro dele que fica imobilizado ali no banco.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PI) – Não. O que eu estou querendo chamar...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – São os juros. Quais são os juros que ele recebe?

O trabalhador coloca lá R$10. Quais são os juros que ele recebe desses recursos que colocam, dele, lá?

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PI) – Aquém da poupança. Aquém da poupança. É insignificante.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não. É mais do que a poupança. O do FGTS é remunerado mais do que a poupança. Agora, o subsídio, na aplicação final, quem dá é o Governo, é a União. Aí a União banca e bota no Orçamento federal. Só que não há espaço no Orçamento federal, e nós não estamos conseguindo financiar. Agora, quando saca no FGTS, você não tem o Fun Day para fazer sequer a operação de financiamento. Você tem dois problemas: o do Fun Day, ter recursos para financiar novas obras – porque você está sacando dos fundos, aí os fundos diminuem os recursos –, e você tem um outro problema: é o subsídio para financiar casas na faixa 1, que são casas mais baratas...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, Senador Fernando Bezerra. Eu concordo. Eu concordo. Sem retirar o dinheiro do fundo, não vai haver dinheiro para financiar absolutamente nada. Não estou entrando nisso. E o financiamento disso gera mais emprego, gera mais oportunidades, gera uma série de outras coisas com esse recurso.

Eu estou falando o seguinte: é o recurso que você, como trabalhador, coloca nesse fundo. A sua remuneração, no final dos anos em que esse fundo passa lá, é bem menor que qualquer aplicação que você faz no banco hoje.

Quando você fala "ah, não, é, é..."

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Tem risco, não é?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Hã?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Qualquer outra aplicação no banco tem risco.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Hoje? Não...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – É uma aplicação que o Governo garante a remuneração.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Deveria ser a mesma que o Governo paga para os bancos, quando pede dinheiro emprestado. Pelo menos essa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Mas é mais... Aí é que está, porque é mais do que a Selic. Na realidade, é mais. É mais do que a Selic. O que ele remunera, o FGTS, é mais do que a Selic.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PI) – Bem, Sr. Presidente, eu queria só...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só para concluir, querido.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PI) – Só para concluir.

Então, o Líder do Governo, o nosso companheiro Fernando Bezerra, propôs que nós convidássemos o administrador do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. Tudo bem. Mas seria interessante também, de outra parte...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Trazer um representante do trabalhador.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PI) – Do Fundo de Amparo do Trabalhador.

Há um desconhecimento total, sobretudo dos próprios trabalhadores. Nós não temos conhecimento da gestão desses fundos.

Então, eu proporia que se convidasse quem administra, tanto o do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço quanto o de Amparo ao Trabalhador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O.k.

Eu vou pedir à assessoria que, quando nós formos fazer esse debate que o Senador Fernando Bezerra propôs, trazendo o Presidente da Caixa e outros membros aqui, para discutirmos essa questão do FGTS, do Fundo, também se traga aqui um membro que represente os trabalhadores nessa área, uma pessoa para discutir essa questão. É importante ouvirmos os dois lados.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Fazer um equilíbrio.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Um equilíbrio.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Telmário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – Eu quero registrar aqui... Inclusive, na reunião que houve ontem, no Estado de V. Exa., o Amazonas, entre as Bancadas estadual e municipal, estadual do Amazonas e de Roraima

estadual e municipal – estadual do Amazonas e de Roraima. Ali saiu uma carta ao Presidente Bolsonaro com relação à questão energética do Estado de Roraima. Você sabe que, nos 120km dos atroaris-uaimiris, nós somos o único Estado que não estamos ainda interligados?

Eu estava vendo aqui: com a Venezuela agora suspendendo o fornecimento por causa desse blecaute que houve lá, nós estamos vivendo das termoelétricas, o nosso consumo são 250MW, e as termoelétricas só estão fornecendo 150MW. Então, nós já estamos tendo uma diferença.

Mais grave: gastamos de 600 mil a 700 mil litros por dia...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Num total de 1 bilhão.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – Num total de 3,5 milhões de gasto diário com essas termoelétricas.

Essa carta é pertinente. E, junto com essa carta solicitando as providências imediatas para passar essa energia, veio também a questão da corrente, porque, nessa mesma área dos atroaris-uaimiris de 120km, às 18h, baixam uma corrente, que é aberta no outro dia às 6h. São 12 horas com Roraima isolada, albergada. Albergaram Roraima! Ela está albergada!

Eu queria aqui fazer esses registros.

Já aproveito para dizer, ainda com relação ao nosso projeto, que me chegou uma informação até interessante. O Senador Fernando Bezerra reclama de penalizar as empresas. Sabem em quanto a Petrobras foi penalizada nos Estados Unidos por atos irregulares de servidores? Em 3,5 bilhões! Os americanos penalizam as empresas quando seus servidores cometem erros; e o Brasil poupa essas empresas. Portanto, o projeto é pertinente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado.

Esta reunião está encerrada, convocando os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras para reunião na próxima terça-feira aqui, às 10h da manhã.

(*Iniciada às 10 horas e 16 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 30 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 5ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE MARÇO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e onze minutos do dia dezenove de março de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob as Presidências dos Senadores Omar Aziz, Fernando Bezerra Coelho e Rogério Carvalho, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Mecias de Jesus, Confúcio Moura, Luiz do Carmo, Ciro Nogueira, Daniella Ribeiro, Dário Berger, Marcelo Castro, Plínio Valério, Tasso Jereissati, Styvenson Valentim, Lasier Martins, Elmano Férrer, Oriovisto Guimarães, Major Olimpio, Jorge Kajuru, Kátia Abreu, Leila Barros, Eliziane Gama, Jean Paul Prates, Paulo Paim, Telmário Mota, Otto Alencar, Irajá, Angelo Coronel, Wellington Fagundes, Zequinha Marinho, Jorginho Mello, Humberto Costa, Selma Arruda, Zenaide Maia e Marcos do Val. Deixam de comparecer os Senadores José Serra, Rose de Freitas, Flávio Bolsonaro, Veneziano Vital do Rêgo, Randolfe Rodrigues, Alessandro Vieira, Fernando Collor, Rodrigo Pacheco e Marcos Rogério. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência declara aberta a reunião e propõe a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 4ª Reunião, que é aprovada. Em seguida, comunica aos membros que a comissão recebeu os seguintes documentos para seu conhecimento: Ofício nº 015//2019, de 22 de fevereiro de 2019, da Câmara Municipal de Camaçari-BA, encaminhando cópia do acordão, referente ao Agravo de Instrumento nº 8001327-96.2018.8.05.0000, oriundo do Egrégio Tribunal de Justiça da Bahia, que anulou os efeitos da Sessão Legislativa ocorrida em 26 de dezembro de 2017. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 13/2019 - CAE, de autoria do Senador Plínio Valério. **Finalidade:** Audiência pública destinada a debater a reforma da previdência apresentada pelo Poder Executivo, que modifica o sistema de previdência social, estabelece regras de transição, disposições transitórias, tendo como principal objetivo fazer um diagnóstico amplo, com estimativas de impacto fiscal decorrentes das mudanças previstas pela Proposta de Emenda à Constituição nº 6, de 2019. **Participantes:** Felipe Scudeler Salto, Diretor-executivo da Instituição Fiscal Independente - IFI; Ricardo Berzoini, Ex-Deputado Federal; Pedro Nery, Consultor Legislativo do Senado Federal. Paulo Tafner, Pesquisador da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE. **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e vinte minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Omar Aziz
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/03/19

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 6ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE MARÇO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e vinte e dois minutos do dia vinte e seis de março de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob as Presidências dos Senadores Omar Aziz e Plínio Valério, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Luiz do Carmo, Ciro Nogueira, Dário Berger, Marcelo Castro, Marcio Bittar, Esperidião Amin, Tasso Jereissati, Elmano Férrer, Oriovisto Guimarães, Major Olimpio, Izalci Lucas, Jorge Kajuru, Veneziano Vital do Rêgo, Alessandro Vieira, Leila Barros, Eliziane Gama, Jean Paul Prates, Rogério Carvalho, Paulo Paim, Telmário Mota, Otto Alencar, Angelo Coronel, Rodrigo Pacheco, Wellington Fagundes, Jorginho Mello, Jayme Campos, Juíza Selma, Nelsinho Trad, Paulo Rocha e Marcos do Val. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Mecias de Jesus, Fernando Bezerra Coelho, Daniella Ribeiro, José Serra, Rose de Freitas, Styvenson Valentim, Flávio Bolsonaro, Kátia Abreu, Randolfe Rodrigues, Fernando Collor, Irajá e Marcos Rogério. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência declara aberta a reunião e propõe a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 5ª Reunião, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Mensagem (SF) nº 68, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Encaminha, nos termos do art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, a Programação Monetária para o 3º trimestre de 2018." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Plínio Valério (*Ad hoc*), substituiu Senador Fernando Bezerra Coelho. **Relatório:** Favorável ao projeto, nos termos do Projeto de Decreto Legislativo apresentado. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto, nos termos do projeto de decreto legislativo apresentado. **ITEM 2 - Mensagem (SF) nº 93, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Encaminha, nos termos do art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, a Programação Monetária para o 4º trimestre de 2018." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Plínio Valério (*Ad hoc*), substituiu Senador Fernando Bezerra Coelho. **Relatório:** Favorável ao projeto, nos termos do Projeto de Decreto Legislativo apresentado. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto, nos termos do projeto de decreto legislativo apresentado. **ITEM 3 - Mensagem (SF) nº 1, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Encaminha, nos termos do art. 6º da Lei no 9.069, de 29 de junho de 1995, a Programação Monetária para o 1º trimestre de 2019." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Plínio Valério (*Ad hoc*), substituiu Senador Fernando Bezerra Coelho. **Relatório:** Favorável ao projeto, nos termos do Projeto de Decreto Legislativo apresentado. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto, nos termos do projeto de decreto legislativo apresentado. **ITEM 4 - Projeto de Lei do Senado nº 374, de 2015 (Complementar) - Não Terminativo -** que: "Altera o parágrafo 2º do Artigo 3º da Lei Complementar 63 de 1990, tornando facultativo para os Estados a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

possiblidade de considerar ou não, para efeito de cálculo do valor adicionado, as parcelas isentas ou com benefícios fiscais e as operações imunes do imposto." **Autoria:** Senador Fernando Bezerra Coelho. **Relatoria:** Senador Wellington Fagundes. **Relatório:** Favorável ao projeto, com duas emendas apresentadas. Fizeram uso da palavra os senadores Tasso Jereissati, Espiridião Amin e Wellington Fagundes. **Resultado:** A matéria é retirada de pauta. **ITEM 5 - Projeto de Lei do Senado n° 129, de 2016 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre o regime de especial das Áreas Especiais para Desenvolvimento Turístico – AET, e dá outras providências." **Autoria:** Senador Roberto Rocha. **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Favorável ao projeto e às Emendas nºs 1 e 2-CMA, com uma emenda de sua autoria. O presidente designa relator ad hoc o senador Ângelo Coronel. Após leitura do relatório, fizeram uso da palavra os senadores Tasso Jereissati, Alessandro Vieira, Espiridião Amin, Otto Alencar, Rogério Carvalho e Confúcio Moura. **Resultado:** O presidente da comissão, senador Omar Aziz, concede vista coletiva da matéria, nos termos regimentais. **ITEM 6 - Projeto de Lei do Senado n° 304, de 2016 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 7.560, de 19 de dezembro de 1986, para destinar aos Municípios no mínimo 70% dos recursos do Fundo Nacional Antidrogas." **Autoria:** Senador José Agripino e outros e Senador José Agripino e outros e . **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. Após leitura do relatório, fez uso da palavra os Senadores Veneziano Vital do Rego, Angelo Coronel, Confúcio Moura e Tasso Jereissati. **Resultado:** A comissão aprova o projeto, por 13 (treze) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Observação:** A presença do presidente é contada para efeito de quórum. (Art. 51, RISF). **ITEM 7 - Projeto de Lei do Senado n° 272, de 2018 - Terminativo -** que: "Veda que a instituição emissora ou credenciadora do cartão de crédito exija exclusividade quanto à antecipação de recebíveis e imponha trava bancária além do volume de recebíveis necessários para garantir a operação de crédito." **Autoria:** Senador Ataídes Oliveira. **Relatoria:** Senador Fernando Bezerra Coelho. **Relatório:** Pela rejeição do projeto. **Resultado:** A apreciação da matéria é adiada. **ITEM 8 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 9, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública,com o objetivo de debater a política de preços do Gás Liquefeito de Petróleo parauso residencial (GLP Residencial ou P-13), conhecido gás de cozinha vendido nasrefinarias às distribuidoras para botijões de 13kg; em especial, após a adoção dapolítica de reajustes trimestral em janeiro de 2018." **Autoria:** Senador Ciro Nogueira. **Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº 9/2019 – CAE. **ITEM 9 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 16, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 9/2019 - CAE, sejam incluídos dois convidados, quais sejam: Carlos Alexandre Jorge da Costa, da Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade do Ministério da Economia, no lugar do Sr. Waldery Rodrigues Junior; e Representante da Associação Brasileira dos Revendedores de GLP (ASMIRG-BR)." **Autoria:** Senador Ciro Nogueira. **Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

16/2019 – CAE. **ITEM 10 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 10, de 2019** que: "Requeiro nos termos do art. 99, do Regimento Interno do Senado Federal, que trata de competência dessa Comissão, avaliar os critérios estabelecidos pela Secretaria do Tesouro Nacional para classificação da situação fiscal dos Estados." **Autoria:** Senador Jorginho Mello. **Resultado:** A apreciação da matéria é adiada. **ITEM 11 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 14, de 2019** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PLS 337/2015, que Acresce os incisos XVIII, XIX, XX ao Art. 20 da Lei nº 8036/90 – que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço para permitir a utilização da conta vinculada do trabalhador na quitação de débitos vinculados à imóveis de parentes de primeiro grau." **Autoria:** Senador Fernando Bezerra Coelho. **Resultado:** A apreciação da matéria é adiada. **ITEM 12 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 15, de 2019** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o custo de transição da proposta de reforma da previdência, em decorrência da adoção do modelo de capitalização no sistema de Previdência Social brasileiro." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho. **Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº 15/2019 – CAE. **ITEM 13 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 17, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do arts. 50, caput, e 58, § 2º, III, da Constituição Federal e do art. 397, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado o Sr. Presidente do Banco do Nordeste (BNB), Romildo Carneiro Rolim, para que compareça à esta Comissão, a fim de apresentar e discutir as metas e diretrizes do governo voltadas para a atuação do BNB." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo. **Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº 17/2019 – CAE. **ITEM 14 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 18, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do arts. 50, caput, e 58, § 2º, III, da Constituição Federal e do art. 397, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado o Sr. Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Joaquim Levy, para que compareça à esta Comissão, a fim de apresentar e discutir as metas e diretrizes do governo voltadas para a atuação do BNDES." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo. **Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº 18/2019 – CAE. **ITEM EXTRAPAUTA 15 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 20, de 2019** que: "Analisar, propor iniciativa e aprimorar a legislação sobre a gestão das cadeias produtivas como alternativa e instrumento do desenvolvimento econômico local e regional no ambiente e na estrutura federal do Brasil, bem como analisar e refletir sobre os impactos socioeconômicos da política de renúncias fiscais e desonerações " **Autoria:** Senador Rogério Carvalho. **Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº 20/2019 – CAE. **ITEM EXTRAPAUTA 16 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 22, de 2019** que: "Requer, ao Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, o envio ao CADE de Solicitação de instauração de Inquérito Administrativo para investigar a majoração das tarifas aéreas, do preço dos combustíveis e dos impostos de aviação no Estado do Rio Grande do Norte." **Autoria:** Senador Jean Paul Prates.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Resultado: A comissão aprova o Requerimento nº 22/2019 – CAE. **ITEM EXTRAPAUTA 17 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 23, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater os impactos para a economia brasileira de uma possível entrada do Brasil na Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e também de uma possível mudança de sua condição de país emergente na Organização Mundial do Comércio (OMC)." **Autoria:** Senador Jean Paul Prates. **Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº 23/2019 – CAE. **ITEM EXTRAPAUTA 18 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 24, de 2019** que: "Requer sejam prestadas, pelo Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública e pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, informações sobre o spread bancário no País." **Autoria:** Senador Ciro Nogueira. Usou da palavra o senador Rogério Carvalho. **Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº 24/2019 – CAE. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Omar Aziz

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/03/26

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Declaro aberta a 6ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovação da ata.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 5ª Reunião.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada.

Nós temos alguns projetos para serem votados e vários requerimentos para serem aprovados por esta Comissão.

Há três projetos do Senador Fernando Bezerra, como Relator. Ele nos pediu para que um Senador lesse *ad hoc*. E eu vou pedir ao Senador Plínio que leia *ad hoc* a MSF 68, de 2018, que tem como Relator o Senador Fernando Bezerra.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 68, de 2018

- Não terminativo -

Encaminha, nos termos do art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, a Programação Monetária para o 3º trimestre de 2018.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Plínio Valério

Relatório: Favorável ao projeto, nos termos do Projeto de Decreto Legislativo apresentado.

Ad hoc, o Senador Plínio Valério.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM. Para leitura de relatório.) – Bom dia a todos.

Eu vou, na leitura, tentar também resumir, tirando alguns parágrafos. Se porventura alguém, ao final, não compreender, eu posso voltar, porque normalmente são longos os relatórios. Eu vou tentar, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone.*) – Bem sucinto...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Isso.

Vem ao exame desta Comissão de Assuntos Econômicos a Programação Monetária para o terceiro trimestre de 2018.

A Programação Monetária é composta por três seções. A primeira aborda as perspectivas para evolução da economia no terceiro trimestre de 2018. A segunda apresenta a evolução dos agregados monetários no primeiro trimestre de 2018. A última seção discute as metas indicativas da evolução dos agregados monetários para o terceiro trimestre de 2018.

Os saldos da base monetária restrita, base monetária ampliada e dos meios de pagamentos mantiveram-se nos intervalos determinados pela Programação Monetária para o primeiro trimestre de 2018.

Projetou-se elevação, em relação ao mesmo período do ano anterior, da média dos saldos diários dos meios de pagamento de 8,6% para o terceiro trimestre de 2018. Para o saldo médio da base monetária restrita, a projeção de elevação é de 6,7% no terceiro trimestre de 2018. A base monetária ampliada teve variação estimada, em doze meses, de 7,9% ao final do terceiro trimestre de 2018.

As projeções para todo o ano de 2018, média dos saldos diários, é de crescimento de 7,6% para o M1 e 5,8% para a base monetária restrita.

Análise.

Cabe a esta Comissão de Assuntos Econômicos analisar o projeto.

Após o Plano Real, o Congresso Nacional tem participação mais ativa na definição de parâmetros e metas relativas à evolução da oferta de moeda e crédito na economia.

Em 1999, foi adotado o regime de metas para inflação no qual a taxa básica de juros passa a constituir o principal instrumento de política monetária. Esta é utilizada para manter a inflação dentro dos intervalos de tolerância.

As projeções para a expansão monetária, feitas em junho de 2018, foram compatíveis com as efetivamente ocorridas e com a manutenção de taxa de inflação, medida pelo IPCA, em 2018, em níveis abaixo da meta perseguida pela autoridade monetária.

Voto.

Pelas razões expostas, voto pela aprovação da Programação Monetária para o terceiro trimestre de 2018, nos seguintes termos:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 2019
O CONGRESSO NACIONAL decreta:
Art. 1º Fica aprovada a Programação Monetária para o terceiro trimestre de 2018, nos termos da Mensagem nº 68, de 2018 (nº 371, de 2018, na origem), do Presidente da República.
Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão.

Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em discussão o relatório *ad hoc* do Senador Plínio Valério. (*Pausa.*)

Se nenhum Senador quer discutir, nós votaremos quando tivermos o quórum necessário.

Vou passar ao próximo item, Senador Plínio Valério. É a MSF 93, de 2018.

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 93, de 2018

- Não terminativo -

Encaminha, nos termos do art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, a Programação Monetária para o 4º trimestre de 2018.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Plínio Valério

Relatório: Favorável ao projeto, nos termos do Projeto de Decreto Legislativo apresentado.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM. Para leitura de relatório.) – Também de relatoria do Senador Fernando Bezerra Coelho.

Vem ao exame desta Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) a Programação Monetária para o quarto trimestre de 2018, atendendo ao art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, que dispõe sobre o Plano Real, encaminhada pelo Presidente da República, acompanhada da exposição de motivos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Programação Monetária é composta por três seções... Vou dispensar, a gente acaba de ler, é aquele mesmo argumento do projeto anterior, Senador Tasso.

Em relação ao cenário externo, enfatiza-se que os principais riscos estão associados à normalização das taxas de juros em algumas economias avançadas e às recentes disputas no comércio global.

Em relação aos fatores de risco para a inflação, argumenta-se que, por um lado, a possível propagação, por mecanismos inerciais, do nível baixo de inflação passada e o nível de ociosidade ainda elevado podem produzir trajetória de inflação prospectiva abaixo do esperado. Por outro lado, uma frustração das expectativas sobre a continuidade das reformas e ajustes necessários na economia brasileira pode afetar prêmios de risco e elevar a trajetória da inflação no horizonte relevante para a política monetária.

Os saldos da base monetária restrita, base monetária ampliada e dos meios de pagamentos mantiveram-se nos intervalos determinados pela Programação Monetária para o segundo trimestre de 2018.

Projetou-se elevação, em relação ao mesmo período do ano anterior, da média dos saldos diários dos meios de pagamento.

A proporção entre M4 e PIB era prevista para apresentar relativa estabilidade ao longo do segundo semestre de 2018, trajetória consistente com o comportamento esperado para as respectivas variáveis no período.

Análise.

Cabe a esta Comissão...

Após o Plano Real... Já foi lida a mesma exposição.

As projeções para a expansão...

Então, vamos ao voto.

Pelas razões expostas, voto pela aprovação da Programação Monetária para o quarto trimestre de 2018, nos seguintes termos:

> PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 2019
> Aprova a Programação Monetária para o quarto trimestre de 2018.
> O CONGRESSO NACIONAL decreta:
> Art. 1º Fica aprovada a Programação Monetária para o quarto trimestre de 2018, nos termos da Mensagem nº 93, de 2018 (nº 545, de 2018, na origem), do Presidente da República.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Enquanto não há quórum, eu queria que, com o prestígio de V. Exa. e com a boa relação que V. Exa. tem com o Presidente da Câmara, nós pudéssemos... Foi aprovado aqui um projeto de lei que permite a dupla militância do Banco Central, ou seja, olhar a taxa: olhar a inflação e olhar ao mesmo tempo o emprego, olhar a taxa de juros olhando a taxa de inflação e o nível de emprego.

Esse projeto de lei está na Comissão de Fiscalização e Controle da Câmara precisando ser aprovado. A gente já fez o trabalho aqui no Senado. Esse debate está acontecendo e está ampliando no País, ou seja, a necessidade de olhar o desemprego para ver a taxa de juros que a gente pratica.

Então, é oportuno porque essas questões e essas mensagens acabam sendo uma mera formalidade, e temos um projeto de lei, lá, que poderia ajudar muito mais a gente a tirar o País da paralisia econômica em que a gente está vivendo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou entrar em contato com o Presidente Rodrigo Maia e fazer a solicitação, para que ele possa conversar com o Presidente da Comissão, pautar esse projeto e encaminhar ao Plenário para ser votado.

Em votação o relatório do Senador, *ad hoc*, Plínio Valério.

Os Senadores e Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim. O Relator que é *ad hoc*.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então devo ter me confundido. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – E preferia outro peixe, não é? (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Devo ter me confundido, Senador.

O nosso querido amigo Plínio Valério é meu conterrâneo, e a gente...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O item 1...

Em votação o item 1 desta pauta, cujo relatório já foi lido...

Em votação o relatório do Senador Plínio Valério.

Senadores e Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Vamos para o item 3, que também é matéria oriunda da Presidência da República.

ITEM 3

MENSAGEM (SF) Nº 1, de 2019

- Não terminativo -

Encaminha, nos termos do art. 6° da Lei no 9.069, de 29 de junho de 1995, a Programação Monetária, de conformidade com a inclusa Exposição de Motivos do Banco Central do Brasil, destinada à Comissão de Assuntos Econômicos dessa Casa.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Fernando Bezerra Coelho

Relatório: Favorável ao projeto, nos termos do Projeto de Decreto Legislativo apresentado.

O relatório é do Senador Plínio Valério.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM. Para leitura de relatório.) – Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 1, de 2019, da Presidência da República, que encaminha, nos termos do art. 6° da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, a Programação Monetária, de conformidade com a inclusa Exposição de Motivos do Banco Central do Brasil, destinada à Comissão de Assuntos Econômicos desta Casa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O relatório fala da mensagem que veio ao exame da Comissão, que a Comissão tem competência para isso, fala da Programação Monetária, e traz aqui, no balanço para o primeiro trimestre de 2019, destacado o alto nível de ociosidade dos fatores de produção e as perspectivas de retomada gradual da atividade econômica, condicionada a um cenário de reformas de natureza fiscal e ajustes na economia brasileira, como iniciativas que busquem aumento de produtividade, ganhos de eficiência, mais flexibilidade na economia e melhoria no ambiente de negócios.

O cenário externo continua desafiador, sendo o principal risco o de uma eventual normalização das taxas de juros em economias avançadas e as incertezas referentes ao comércio global.

Diante desse quadro, o Banco Central entende que deve ser realizada uma política monetária estimulativa, com taxas de juros abaixo da taxa estrutural. Deste modo, está incorporando em sua análise a evolução da atividade econômica, o balanço de riscos relevantes e as projeções e expectativas de inflação.

Os saldos da base monetária restrita, da base monetária ampliada e dos meios de pagamentos mantiveram-se nos intervalos determinados pela Programação Monetária para o terceiro trimestre de 2018.

Projetou-se a elevação em 12 meses da média dos saldos diários dos meios de pagamento M1 de 9,9%, para março de 2019. Para o saldo médio da base monetária restrita, a projeção de elevação é de 7,8% em março de 2019. A base monetária ampliada deve ter variação em 12 meses de 6,9% ao final do primeiro trimestre de 2019, enquanto o crescimento dos meios de pagamento ampliados M4 deve ser da ordem de 7,9% em março de 2019.

A proporção entre M4 e PIB deve apresentar valor de aproximadamente 96,2% em março de 2019 e 97,1% em dezembro de 2019.

Análise.

Cabe a esta Comissão a legalidade. Analisou-se e chegou-se à seguinte conclusão, voto.

Pelas razões expostas, voto pela aprovação da Programação Monetária para o primeiro trimestre de 2019, nos seguintes termos:

> PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 2019
> Aprova a Programação Monetária para o primeiro trimestre de 2019.
> O CONGRESSO NACIONAL decreta:
> Art. 1º Fica aprovada a Programação Monetária para o primeiro trimestre de 2019, nos termos da Mensagem nº 1, de 2019 (nº 777, de 2018, na origem), do Presidente da República.
> Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sala de Comissões, na data de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queria discutir a matéria, em votação o relatório do Senador Plínio Valério.

Os Senadores e as Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE favorável ao projeto, nos termos do projeto de decreto legislativo apresentado.

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal.

A próxima matéria.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 374, de 2015

- Não terminativo -

Altera o parágrafo 2º do Artigo 3º da Lei Complementar 63 de 1990, tornando facultativo para os Estados a possibilidade de considerar ou não, para efeito de cálculo do valor adicionado, as parcelas isentas ou com benefícios fiscais e as operações imunes do imposto.

Autoria: Senador Fernando Bezerra Coelho

Relatoria: Senador Wellington Fagundes

Relatório: Favorável ao projeto, com duas emendas apresentadas.

Observações:

1. Em 12/3/2019, foi concedida vista coletiva da matéria.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queria discutir...

Só um minutinho.

Pois não, Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – Para discutir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE. Para discutir.) – Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, essa matéria é uma matéria importante. E eu entendo as intenções e o mérito que o Senador Fernando Bezerra teve ao escrever esse projeto. No entanto, eu queria dizer que fui fazer um exercício, por exemplo, no meu Estado, das consequências dessa decisão. É evidente que o Senador teve o cuidado de deixar facultativa aos Estados a implantação ou não desta lei e também obrigando a que houvesse aprovação da Assembleia Legislativa.

No entanto, as consequências podem ser ainda duvidosas, alcançando resultados contrários ao que se deseja. Por exemplo, no Estado do Ceará, o Município que seria mais beneficiado, estou lembrando que se trata da redistribuição com novos critérios do ICMS, seria justamente o Município de Fortaleza, que é o mais rico, evidentemente, do Estado do Ceará. O segundo Município é o de Aquiraz, que faz parte da região metropolitana de Fortaleza. E Municípios como Aracati e Pacatuba seriam imensamente prejudicados.

Por esta razão, eu queria colocar que acho que dessa lei já foi pedida vista. Como não vale mais a discussão, eu votaria contra para que a gente pudesse rediscutir e avaliar em profundidade as consequências. Eu queria colocar a posição...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou fazer uma proposta. Como hoje está muito vazio e se trata de uma matéria muito polêmica, porque é uma coisa que tem consequências, e o Relator não está aqui nem o autor do projeto, eu o estou colocando pela pauta que foi distribuída aos Srs. Senadores... Porque para mim existe também uma questão dúbia aí: quando se torna facultativo, sim ou não, é uma coisa que não funciona. Ou é ou não é.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Você joga... Permite-me?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Você joga para uma maioria eventual da Assembleia Legislativa...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... que pode ser a favor ou contra um prefeito ou não.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... que pode ser concentracionista em caso de emergência. Você imagine o Rio Grande do Sul votando isso, com salário atrasado, não pagando seus compromissos elementares, parcelando salário há quantos anos?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu entendo aqui que...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Pode haver um surto concentracionista...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Os Municípios que beneficiam com isenção teriam de dizer de onde vêm esses recursos para entrar também... Ou não entrariam na discussão do valor adicional?

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – Não entrariam.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não entrariam. Por exemplo, um Município que quer ter um projeto de turismo isenta uma empresa, e essa empresa, quando for fazer o valor adicional, não entraria esse...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – Não entraria pelo incentivo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pelo incentivo.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – No caso de Manaus, a Zona Franca de Manaus entraria? Parece que não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou retirar de pauta o projeto...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Sim, mas, só para concluir, dentro da sua linha de retirar. O Município – isso está agora evoluindo – adota, por exemplo, que se você usa energia renovável, na sua casa há descontos de toda sorte para os tributos que o Município administra ou recebe. Então, você vai estar facultando que isso seja adotado por outro Município ou não. Por essa razão, acho que é prudente retirar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Wellington, nós estamos propondo retirar o projeto para a gente poder chegar a um determinado entendimento dele. Como se trata de mais de cinco mil Municípios no Brasil, cada um com a sua peculiaridade, e a lei diz o seguinte: "poderá ser adotado ou não", quer dizer, abre um... É facultativo. E coisas facultativas dependem do governador de plantão, do prefeito de plantão ou da assembleia de plantão, não é uma coisa que possa ou não permanecer.

Então, V. Exa. fez o relatório, foi pedida vista coletiva, nós trouxemos novamente para votar; e há aqui o argumento do Senador Tasso Jereissati, do Governador Confúcio, do Senador Amin para que retiremos de pauta, é a proposta que eu faço, para podermos analisar com um pouquinho mais de equilíbrio a matéria – eu diria –, para que não cometamos aqui um ato falho, porque isso já é terminativo, vai ao Plenário para ser aprovada ou não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Senador Omar, eu só quero justificar, pois a nossa vida aqui é muito atribulada. Mas eu vim aqui antes de começar a reunião, tive de passar em outras Comissões. Eu agora acabo de pedir para entregar aqui aos Senadores um relatório de análise da Confederação Nacional de Municípios, inclusive com os dados de todos os Estados daqueles Municípios que mais ganham e que mais perdem; os que mais recebem hoje atualmente.

Se formos observar aqui, de um modo geral os Municípios menores são aqueles que acabam recebendo menor recurso *per capita*. De um modo geral. Então, essa discussão com a Confederação Nacional de Municípios... Inicialmente, eles não gostariam nem de se manifestar, porque realmente é aquela história da faca de dois legumes, nunca contenta gregos e troianos. Mas esse relatório...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Beneficia sempre o maior.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Sempre o maior, hoje principalmente. Mas isso aí é um critério, porque cada Estado tem as suas peculiaridades. Por exemplo, no caso do meu Estado de Mato Grosso, é um Estado ainda em desenvolvimento e, claro, o começo do Estado se deu principalmente pelos bandeirantes que foram em busca do ouro; depois, os nordestinos foram em busca do garimpo de diamante; e depois veio o novo ouro que é a soja.

Então, os Municípios mais antigos, que são de origem principalmente garimpeira, são os Municípios que tiveram – digamos – mais dificuldade no desenvolvimento e muitos desses Municípios... Eu quero exemplificar aqui o Município de Cáceres. A partir daquele Município foram criados 17 Municípios. Aí também é o que acontece na legislação anterior. Quando se cria um Estado ou Município, o Estado-mãe ou o Município-mãe fica com as dívidas. No caso, cria-se um Município novo desmembrado daquele mais antigo com a vocação da produção agrícola. Então, esses Municípios se desenvolveram muito. E, claro, a renda está cada vez mais concentrada, principalmente de acordo com a produção e a exportação.

Tudo que se vai discutir hoje no Brasil em termos de questão tributária sempre é complexo. Por isso eu disse aqui, na reunião passada, sobre a questão da guerra fiscal também, que acaba empatando. Então, nós temos de discutir talvez a reforma tributária profunda neste País, porque sempre há injustiça hoje com os Municípios que às vezes, na ânsia de trazer uma empresa, entregam os incentivos fiscais, e a empresa às vezes usa pelo tempo que pode e depois até abandona o Município.

Então, eu concordo com V. Exa. sobre a decisão, porque isso aqui não é uma coisa de facilidade, de unanimidade. Até respeitando um Senador hoje, Fernando, que é o Líder também do Governo – ele não está presente hoje –, eu penso que é perfeitamente possível discutirmos com mais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

profundidade. Mas sobre esse documento da Confederação eu gostaria que todos também pudessem se debruçar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou pedir somente um favor ao Senador Wellington, ao Senador Confúcio, ao Senador Tasso e ao Senador Amin: que os senhores quatro Senadores possam sentar, no momento oportuno, e analisar profundamente isso; e depois de analisado, que V. Exa. Trouxesse para a gente votar aqui. Pode ser?

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – Pode.

Poderia, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Presidente.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – Só aqui colocando algo para o Senador Wellington sobre a observação que fiz. Eu entendo o objetivo meritório do projeto, mas eu fiz uma avaliação, por exemplo, do Estado do Ceará, e bate um pouco com o que está aqui.

No Estado do Ceará, o Município mais beneficiado seria Fortaleza, que é justamente o Município mais rico do Estado. Vamos fazer a conta como está nisso aí, *per capita*...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – Perfeito. *Per capita* muda muito.

Mas, por exemplo, no seu Estado, e com certeza no Estado do Senador Confúcio... Fortaleza, além da divisão do ICMS, com certeza, tem uma capacidade de recolher IPTU muito alta, porque existe toda uma classe média, edifícios e casas de alto valor sobre os quais se recolhe IPTU. Tem também ISS bastante significativo, já que a quantidade de empresas de serviços numa cidade como Fortaleza é muito grande. Acredito que aconteça a mesma coisa no seu Estado.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Além do servidor público federal, universidades...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – Além do servidor público.

Se você pega um Município pobre do Nordeste, mas com certeza o mesmo ocorre em outros Estados também – talvez Santa Catarina seja um pouco diferente –, verá que não tem praticamente IPTU e não tem praticamente ISS.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não tem.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – Praticamente, não é isso? Um Município do interior do Amazonas...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – Só isso...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Fundo de Participação, aposentados rurais, pensionistas e Bolsa Família, não há outra atividade econômica.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – Estou pedindo para que se avaliem as consequências disso, maiores, para que a gente possa, enfim, com maiores informações, tomar essa decisão. Reconheço o mérito do projeto e do seu relatório.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só uma coisa. Eu acho que aqui alguns já tiveram oportunidade de ser Governadores. Se a gente for levar ao pé da letra essa distribuição de ICMS, Manaus, por exemplo, ficaria com todo o dinheiro do Estado, praticamente. Então, Manaus abre mão de recursos para que possam ser distribuídos entre Municípios mais pobres. A relação de valor agregado entre Manaus ou qualquer outro Município é muito grande, quer dizer, é desproporcional.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone.*) – O mesmo vale para qualquer cidade portuária.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É, nós sabemos disso. Por isso que é uma matéria muito...

Então, a proposta que eu faço é essa. Pode ser, Senador Wellington?

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Perfeito.

Só que o Fernando Bezerra precisa ser também incorporado...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, mas ele não está. Eu estou tomando a decisão por ele.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Não, é incorporado nessa equipe aqui para que a gente possa conversar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O.k. Obrigado, Senador. (*Pausa.*)

Item 5: é o Projeto de Lei do Senado nº 129, de 2016. O Relator é o Senador Otto Alencar. A autoria é do Senador Roberto Rocha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 129, de 2016

- Não terminativo -

Dispõe sobre o regime de especial das Áreas Especiais para Desenvolvimento Turístico – AET, e dá outras providências.

Autoria: Senador Roberto Rocha

Relatoria: Senador Angelo Coronel

Relatório: Favorável ao projeto e às Emendas nºs 1 e 2-CMA, com uma emenda de sua autoria.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, com parecer favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1 e 2-CMA.

2. A matéria será apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, em decisão terminativa.

Vou pedir ao Senador Angelo Coronel, colega do Senador Otto, que leia o relatório relativo a esse item 5, por favor.

Passe para o Senador Angelo Coronel.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Enquanto o Senador se prepara, Senador Omar, só aproveitando aqui o intervalo, eu queria suscitar aqui uma questão da nossa economia também, que está acontecendo no Estado do Amazonas. Fui procurado pelo pessoal do Dnit quanto à questão dos portos, porque no Amazonas os portos funcionam praticamente como rodoviárias, e daqueles portos construídos, hoje muitos deles estão sendo fechados por uma decisão de enxugamento da folha do Dnit. Eu gostaria, já que V. Exa. inclusive é daquele Estado, é um grande conhecedor, que esse assunto pudesse ser também oportunamente discutido aqui pela nossa Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Com certeza absoluta. Há vários portos que tinham funcionários do Dnit que estão sendo demitidos, e eles funcionavam... Até porque não são rentáveis esses portos, se não houver uma contribuição do governo e muitas vezes das prefeituras, eles vão realmente ficar sem nenhum tipo de manutenção, e isso vai dar problema. A gente pode fazer uma audiência sobre isso aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Angelo Coronel.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA. Para leitura de relatório.) – Parecer da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o Projeto de Lei do Senado nº 129, de 2016, do Senador Roberto Rocha, que dispõe sobre o regime especial das Áreas Especiais para Desenvolvimento Turístico (AET), e dá outras providências.

Relatório.

Chega para a análise desta Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) o Projeto de Lei do Senado (PLS) 129, de 2016, de autoria do Senador Roberto Rocha, que dispõe sobre o regime especial das Áreas Especiais para Desenvolvimento Turístico (AET), e dá outras providências.

O PLS 129, de 2016, autoriza o Poder Executivo federal a criar Áreas Especiais para Desenvolvimento Turístico, com a finalidade de aumentar a competitividade do setor turístico brasileiro, conforme seu art. 1º.

O PLS é dividido em três capítulos. No primeiro deles, autoriza o Poder Executivo federal a criar áreas denominadas Áreas Especiais para Desenvolvimento Turístico (AET); determina que a sua constituição, após proposta dos Estados ou Municípios, será feita por meio de decreto que delimitará sua área; assim como estabelece os requisitos para a criação dessas áreas.

O Capítulo II trata do Conselho Nacional das Áreas Especiais para Desenvolvimento Turístico (Caet), instituído por decreto, com competência para: analisar as propostas de criação de AET; aprovar os projetos correspondentes; traçar a orientação superior da política das AET; decidir sobre os pedidos de prorrogação dos prazos para a caducidade do ato de criação da AE; e declarar a caducidade da AET.

O Capítulo III enuncia disposições gerais, entre elas: as regras para suspensão de pagamentos de impostos e contribuições pelos prestadores de serviços autorizados a operar em AET; procedimentos para sua instalação e atividades; e as sanções legais decorrentes de infrações.

O art. 16 da proposição trata da entrada em vigor da lei resultante na data de sua publicação.

E, por fim, o art. 17 revoga a Lei nº 6.513, de 20 de dezembro de 1977, que dispõe sobre a criação de Áreas Especiais e de Locais de Interesse Turístico; sobre o Inventário com finalidades turísticas dos bens de valor cultural e natural; acrescenta inciso ao art. 2º da Lei nº 4.132, de 10 de setembro de 1962; altera a redação e acrescenta dispositivo à Lei nº 4.717, de 29 de junho de 1965; e dá outras providências.

A proposição recebeu parecer favorável da Comissão de Meio Ambiente em 13 de junho de 2017, com duas emendas. A primeira altera a expressão “órgãos federais” no inciso II do art. 8º do PLS nº 129, de 2016, para “Poder Público”, [ou seja, sai "órgãos federais" e entra a expressão "Poder

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Público"], pois somente o Presidente da República pode determinar as funções dos órgãos federais. A segunda emenda suprime o licenciamento ambiental simplificado e a dispensa de licenciamento ou autorização dos órgãos competentes pela proteção do meio ambiente e segurança do transporte marítimo. Desta Comissão, segue para a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, para decisão terminativa.

No tempo regimental, não foram apresentadas emendas ao PLS.

Análise.

Compete a esta Comissão de Assuntos Econômicos, nos termos do art. 99, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, apreciar o aspecto econômico e financeiro das matérias que lhe sejam submetidas.

Com relação ao mérito, o autor afirma que a criação das Áreas Especiais para Desenvolvimento Turístico (AET) contribuiria para aumentar a competitividade do turismo brasileiro, pois teriam "regime jurídico próprio para a atração de investimentos, com benefícios tributários e administrativos e procedimento simplificado para licenciamento ambiental".

Em relação ao mérito turístico, deixaremos o exame da proposição à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, que a analisará em decisão terminativa.

Concordamos com as alterações promovidas pela Comissão de Meio Ambiente com relação ao estabelecimento de um procedimento simplificado para o licenciamento ambiental, que colocaria em risco a própria competitividade do setor, pois boa parte da atração exercida sobre o turista estrangeiro decorre da presença de um meio ambiente equilibrado em nossas florestas e praias. E é justamente o processo de licenciamento ambiental que assegura a preservação desse meio ambiente.

Também, somos de acordo com a alteração dada pelo relatório da CMA à questão da "dispensa de licença ou de autorização de órgãos federais, com exceção dos controles de ordem sanitária e de interesse da segurança nacional", consoante o art. 8º, inciso II, do PLS.

Quanto à questão econômico-financeira da proposição, concordamos com o argumento apresentado por seu autor de que a aprovação da proposição em análise poderá fazer com que o turismo possa vir a se tornar uma das principais atividades econômicas a contribuir para que o País retome o seu crescimento por meio da geração de emprego e renda e desenvolvimento regional.

Cremos ser oportuno, no entanto, acrescentar o fato de determinada área ser reconhecida como patrimônio histórico e cultural entre os critérios que recomendam a prioridade para o seu enquadramento como Área Especial de Desenvolvimento Turístico. Com esse propósito de aprimorar a matéria, apresentamos uma emenda ao referido projeto de lei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Voto.

Em razão do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 129, de 2016, e das emendas aprovadas no parecer da Comissão de Meio Ambiente, com a seguinte emenda adicional:

EMENDA Nº - CAE
Acrescente-se o seguinte inciso ao § 1º do art. 3º do Projeto de Lei do Senado nº 129, de 2016, renumerando-se os demais:
"Art. 3º.....
.....
"§ 1º.....
.....
"II – prioridade para as propostas de criação de AET em áreas reconhecidas como patrimônio histórico e cultural.
....."

Sala da Comissão.

Está aqui apresentado, Sr. Presidente, o relatório.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em discussão a matéria.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE. Para discutir.) – Desculpe-me hoje estar fazendo papel de chato aqui. Mas, em função do momento que nós vivemos, em que se discutem intensamente os tais gastos tributários ou subsídios, etc., parece-me que esse projeto abre um leque muito grande de isenções e subsídios.

Eu pediria vista para que nós pudéssemos avaliar melhor.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - SE) – Vista coletiva, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou dar vista coletiva.

O Relator do projeto já se encontra em Plenário, mas muito bem substituído pelo meu querido amigo Angelo Coronel, até bem demais.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – O último turco da Bahia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vamos conceder vista coletiva...

Pois não, Senador Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para discutir.) – Exatamente por tratar de um benefício fiscal – é um benefício fiscal – sem avaliação, sem projeção de meta a alcançar, eu sou preliminarmente contrário. Esse o viés principal do projeto de lei complementar que eu apresentei. Os novos têm que ter programação do que pretende. O que você pretende? Além disso, o que você pretende em matéria de emprego, em matéria de competitividade do setor e vantagem para o consumidor cada vez que você estabelecer alguma forma de incentivo? E os antigos têm que ser avaliados.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Uma espécie de PPP para esse setor.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu não diria tão... Eu não falaria tão mal do projeto porque parceria público-privada no Brasil está *sub judice*. Mas é uma tentativa de pôr um paradeiro numa conta que não se avalia, que, incluindo Estados e Municípios, chega a mais de 550 bilhões neste ano, num país que está lacrimejando falência.

Então, é uma incoerência. Como é que, se eu estou com um prejuízo neste ano de 550 bilhões, eu ainda ofereço – por mais modesta, por mais útil porque isoladamente todas são importantes – uma mesada para alguém?

Sou contra enquanto nós não decidirmos sobre um projeto – para concluir – que eu desenho há 28 anos. O primeiro que eu apresentei é de 1991.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Otto, Relator do projeto.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Para discutir.) – Bom, eu queria dizer ao nobre Senador Tasso Jereissati, como Líder do Governo...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Não? (*Risos.*)

Mas é Líder do Governo.

Ele está querendo controlar aí essa questão do subsídio, não é? O Senador Tasso Bezerra... Desculpe-me: Tasso Jereissati. (*Risos.*)

Este projeto é do Líder do PSDB aqui no Senado Federal, Senador Roberto Rocha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que ele não é terminativo aqui. Não é terminativo. Ele vai para outra comissão. Se eu não me engano, a Comissão de...

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – ... Desenvolvimento Regional e Turismo.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Hein?

Desenvolvimento Regional e... Pode ser apreciado lá, não é?

Portanto, quanto a essas isenções – normalmente o pensamento do Senador Roberto Rocha, que é o meu também – são só para algumas áreas de turismo que precisam realmente ter um desenvolvimento maior.

No Ceará mesmo, há Municípios assim; na Bahia, como os Municípios de Lençóis, Mucugê, Porto Seguro; e, de alguma forma, vai facilitar investimento importante nessas áreas.

O que se poderia fazer – e eu pensei até em fazer isso – é excluir alguns Municípios que já têm hoje uma infraestrutura turística muito grande – pode-se fazer com a vista do Senador Tassos Jereissati –, mas, agora, aqueles que não têm realmente seriam muito beneficiados. Sobretudo, alguns Estados do Nordeste seriam beneficiados.

Então, V. Exa. pediu vista, pode até apresentar uma alteração nesse sentido de fazer a exclusão dos grandes Municípios, dos que têm já uma vocação grande para o turismo, tipo Florianópolis, Rio de Janeiro, os grandes Municípios do... Fortaleza, por exemplo.

Então, eu acho que cabe uma reflexão a respeito disso.

Então, o meu parecer foi pensando em desenvolvimento econômico...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Como?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Não, não. V. Exa...

É mais Santa Catarina. É mais Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Rogério.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – O pensamento foi esse.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas eu fiz aqui uma ironia com o Senador Tasso e peço desculpa. Porque não adiantar trabalhar aqui no Senado mal-humorado, porque não dá. Tem que ter no mínimo bom humor. Não é não, Senador...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – Presidente...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – O Espiridião Amin é o chefe da turma que puxa o bom humor, para apreciar essa situação.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – ... eu sei que o Senador Otto Alencar é um dos maiores e melhores Senadores desta Casa, assim como meu amigo Roberto Rocha. E, com certeza, aqui ele está querendo beneficiar a área turística da Bahia que ele mais aprecia, que é o Monte do Pai Inácio.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – É o Morro do Pai Inácio.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – O Morro do Pai Inácio...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Morro do Pai Inácio, Lençóis, Mucugê...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – ... onde ele costuma fazer as suas reflexões, quando...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Exatamente.

Eu sou o único Senador da Bahia... O Coronel não vai muito, não. Mas foi comigo lá, na Cachoeira do Mosquito.

Eu faço as minhas reflexões é no Morro do Pai Inácio mesmo. São 1.300m acima do nível do mar.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Depois vocês dois matam...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – As minhas reflexões... Você fica mais perto do céu. Reflexão no alto é muito bom.

Há mata virgem lá, que é tranquila.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – Só mata; só há mata virgem lá, só mata também.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Só mata virgem.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – Só mata que há.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Sem santo-daime?

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Não; não há, não.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – Senador, mas eu gostaria de esclarecer o seguinte: eu estou pedindo vista, porque é muito amplo e concede uma porção de benefícios. E queria lembrar o meu querido amigo Otto Alencar: quando Presidente desta Comissão, no ano passado, o Senador Omar também estava presente, nós votamos uma resolução aqui definindo que nós só votaríamos qualquer projeto que implicasse isenção fiscal se fosse quantificado o impacto que isso teria nas contas. Então, principalmente em função dessa resolução que V. Exa. votou, inclusive, elogiando a medida, é que nós estamos pedindo vista.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou fazer uma recomendação aqui. Eu não vou colocar um projeto que faça qualquer tipo de benefício fiscal se não houver já no relatório essa resolução que foi votada aqui dentro desta CAE. Então, não encaminhe mais nenhum tipo de projeto, não paute projeto se não estiver dentro dos critérios em que a resolução foi votada. Inclusive, há uma matéria para ser votada em Plenário de V. Exa. que trata desse assunto.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Mas o art. 2º do projeto é claro, quando ele diz que passará por um decreto a definição dessas áreas que merecerão incentivo. No art. 2º, consta...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Otto, eu acho que um dos Estados que tem um potencial turístico muito grande é o Estado do Amazonas, como todo mundo sabe, e nós temos dificuldade de infraestrutura, de logística, uma série de coisas. E o Poder Público não tem como manter e fazer esses investimentos; só o poder privado e dando incentivos, senão não vão para lá, principalmente em áreas preservadas que têm um tipo de turismo totalmente diferenciado. Você não vai a uma área preservada, uma área que é uma APP, ou área de conservação... Você pode fazer turismo sustentável ali dentro, mas com várias e várias regulamentações. Então, o Amazonas seria muito beneficiado, mas nós temos que realmente seguir um critério aqui, porque senão a gente vai na contramão do que nós estamos pensando para o País.

Senador Rogério, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para discutir.) – Presidente, eu acho que o projeto tem uma importância grande para promover o desenvolvimento do turismo, mas nós temos aqui, pelo que eu estou percebendo, nós temos uma questão precedente, nós temos um debate que precede este debate que é rever os incentivos fiscais no momento em que a gente coloca em risco o BPC, a aposentadoria rural; no momento em que a gente quer acabar com o sistema de seguridade social. Dizem que fariam 1 trilhão de economia e a gente com mais de 500 bilhões anuais de renúncia fiscal.

Então, diante dessa situação, é inoportuno, não pela qualidade, pelo debate de mérito do projeto, mas pelo momento que a gente vive, que a gente precisa aprofundar este debate sobre as renúncias fiscais. E mais: fazer um debate sério sobre o que é incentivo fiscal para desenvolvimento regional e o que é renúncia fiscal, que deveria ter uma duração temporária, limitada, e que virou renúncia fiscal eterna, *ad aeternum*.

Então, acho que esse é o motivo que mobiliza todos os colegas aqui a fazer o debate anterior, tem precedência esse debate das renúncias fiscais.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Confúcio.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Para discutir.) – Senador Omar, minha intervenção coincide muito com o que V. Exa. acabou de expor. Por exemplo, a Amazônia, pelas suas características, sua beleza, sua diversidade e alternativas turísticas tão variadas, seria muito bem contemplada caso isso viesse a acontecer. Mas, de cara, com uma passagem de São Paulo, de Brasília a Buenos Aires, ida e volta, gasta-se R$1,2 mil, R$1 mil, R$1,5 mil. Com uma passagem de Manaus a São Paulo, se comprar para amanhã, você gasta R$6 mil. Então, turismo para a Amazônia hoje está muito proibitivo. A primeira causa é a passagem aérea. Segunda, as condições locais.

O senhor abordou muito bem, e eu não quero me delongar, porque já abordou esse tema, a questão dos incentivos fiscais, e é extremamente cauteloso hoje em dia a gente se precaver dessas concessões, porque a gente só sabe começar; como termina, ninguém sabe.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está concedida vista coletiva.

ITEM 6

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 304, de 2016

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera a Lei nº 7.560, de 19 de dezembro de 1986, para destinar aos Municípios no mínimo 70% dos recursos do Fundo Nacional Antidrogas.

Autoria: Senador José Agripino e outros

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com parecer favorável ao projeto.

Esse projeto é do Senador Garibaldi Alves e o Relator é o Senador Otto Alencar.

Vou passar a palavra ao Senador Otto Alencar para ler...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não. Garibaldi Alves está aqui... Ah, José Agripino e Senador... Os dois. José Agripino e Garibaldi Alves.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Para leitura de relatório.) – Sr. Presidente, Senador Omar Aziz, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 304, de 2016, do Senador José Agripino e do Senador Garibaldi, que altera a Lei nº 7.560, de 19 de dezembro de 1986, para destinar aos Municípios no mínimo 70% dos recursos do Fundo Nacional Antidrogas.

Esta Comissão tem a prerrogativa de analisar este projeto.

Conforme o art. 1º da proposição, são acrescentados dois parágrafos ao art. 5º-A da Lei nº 7.560, de 19 de dezembro de 1986, que cria o Fundo de Prevenção, Recuperação e de Combate às Drogas de Abuso, dispõe sobre os bens apreendidos e adquiridos com produtos de tráfico ilícito de drogas ou atividades correlatas, e dá outras providências.

Nos termos do novo §1º, um mínimo de 70% dos recursos do Funad, de que trata o art. 2º da referida lei, serão destinados aos projetos das entidades do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) desenvolvidos no âmbito dos Municípios.

Já o §2º propõe que o repasse dos recursos de que trata o §1º ocorrerá em parcelas semestrais, nos meses de janeiro e julho de cada ano, e sua repartição observará, na medida do possível, os critérios aplicáveis aos recursos do Fundo de Participação dos Municípios de que trata o art. 159, I, "b", da Constituição Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O art. 2º é a cláusula de vigência, que determina que a lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Na justificação, o autor da matéria defende o pressuposto de que a descentralização é a forma mais eficaz de fazer os recursos reservados à prevenção e ao tratamento de dependentes químicos chegarem a quem realmente precisa. Tais recursos permitiriam garantir uma infraestrutura de atendimento adequada e a devida capacitação dos agentes públicos. Ademais, aponta que os recursos do Fundo Nacional Antidrogas têm ficado concentrados em ações da União, enquanto o problema das drogas precisa receber a atenção conjunta e coordenada de todas as unidades da Federação, em especial dos Municípios.

A proposição foi distribuída às Comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Assuntos Econômicos (CAE), cabendo a esta última a decisão terminativa.

Não foram oferecidas emendas no prazo regimental.

Em 30/05/2018, a CAS aprovou o relatório da Senadora Ângela Portela, que passou a constituir parecer da CAS favorável ao projeto. Na CAE, cabe a mim a tarefa de relatar essa matéria.

Análise.

Nos termos do art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal, compete a nós, aqui e agora, opinar sobre o aspecto econômico e financeiro da matéria. Por se tratar de decisão terminativa, cabe também analisar os aspectos formais de constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa da proposição.

Quanto à constitucionalidade, compete à União legislar sobre educação (art. 24, IX, da Constituição Federal), proteção e defesa da saúde (art. 24, XII), combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos (art. 23, X), proteção à infância e à juventude (art. 24, XV), e Direito Financeiro (art. 24, I), não sendo tais matérias reservadas à iniciativa privativa do Presidente da República, conforme o §1º do art. 61 da Constituição Federal do Estado brasileiro.

No tocante à juridicidade, o projeto possui os atributos de novidade, abstração, generalidade e potencial coercibilidade, sendo compatível com o ordenamento jurídico vigente. Em relação à regimentalidade, a proposição mostra-se em acordo com os o que dispõe o Regimento Interno do Senado Federal. Já quanto à técnica legislativa, o texto respeita os preceitos da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

No mérito, estamos de acordo com a análise empreendida pela Senadora Ângela Portela, pois a proposição versa sobre a questão da dependência química, um problema de saúde pública de grande

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

relevância social, para cuja solução devem contribuir sobretudo ações de prevenção e educação voltadas para as populações mais vulneráveis.

O Fundo de Prevenção, Recuperação e de Combate às Drogas de Abuso (Funcab) foi instituído, no âmbito do Ministério da Justiça, pela Lei nº 7.560, de 1986, mas teve sua denominação alterada para Fundo Nacional Antidrogas pela Medida Provisória nº 2.216-37, de 31 de agosto de 2001, que alterou a Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências.

O art. 5º da Lei nº 7.560, de 1986, que se pretende modificar, determina que os recursos do Funad serão destinados, entre outros, aos integrantes do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, conforme o inciso X, desse dispositivo. Caso tais entidades tenham atuação municipal, o projeto em comento garante a aplicação de setenta por cento dos recursos do fundo nesses projetos.

Cabe destacar que tais entidades devem desenvolver trabalho junto aos adolescentes que cumprem medidas socioeducativas em meio aberto, próprias da esfera de atuação municipal, excluindo-se aquelas cuja atuação abarca adolescentes em regimes de semiliberdade e internação, que são da alçada dos Estados.

Do ponto de vista econômico, como costuma acontecer com vários problemas de saúde pública, a contenção de danos quando já se adquiriu uma grande dimensão tende a ser mais cara do que a prevenção. Nesse sentido, pode-se entender o dispêndio nas modalidades de intervenção aqui abarcadas como um investimento social, através do qual pode-se prevenir que o jovem seja envolvido em uma espiral de dependência, falta de perspectivas, crime e morte.

De 2013 a 2017, foram executados em média 58% do montante de recursos do Funad – ou seja, não houve aplicação integral – autorizados nas leis orçamentárias anuais. Em 2018, com o agravamento da crise fiscal, a execução orçamentária do fundo chegou apenas a R$2,7 milhões até agosto, em face de uma dotação de R$118,8 milhões – foi, então, uma aplicação muito pequena em relação àquilo que era necessário para a recuperação socioeducativa desses jovens.

Diante do contexto de crescente abuso de drogas no País, que tem avançado inclusive cada vez mais para os médios e pequenos Municípios, é preocupante que os recursos do Funad não estejam disponíveis para serem efetivamente aplicados em ações de educação e qualificação profissionais.

Nesse sentido, a descentralização da gestão desses recursos poderá ajudar a viabilizar os projetos de intervenção socioeducativa voltados para adolescentes autores de atos infracionais, enfraquecendo o poder de influência do tráfico de drogas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Do ponto de vista financeiro e orçamentário, não há criação de nova despesa e, infelizmente, tampouco há garantia de que o recurso chegará aos Municípios no volume necessário para atender às necessidades de ação pública nesse campo, pois essa rubrica continuará sujeita à limitação de empenho e movimentação financeira, ou seja ao contingenciamento de gastos. Ainda assim, consideramos que se trata de medida positiva e merecedora de aprovação.

Sr. Presidente, como V. Exa. sabe, eu sou um defensor, já há muitos anos, da aplicação integral desses fundos em favor daqueles que precisam. Nós, na Comissão de Ciência e Tecnologia, com o apoio de V. Exa., aprovamos o meu projeto, destinando os recursos do Fust à aplicação da telefonia móvel da banda larga. Aqui, nesse fundo... Eu acho que é um projeto importante que deverá até ser acolhido pelo Governo, para que 70% desses recursos sejam aplicados de forma descentralizada nos Municípios em suas várias ações. Hoje os Municípios suportam muito mais essa pendência, que é de responsabilidade também do Governo Federal e dos Estados, do que os próprios Estados e o Governo Federal.

Ante o exposto, nós votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 304, de 2016, do nobre Senador Agripino Maia.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Otto Alencar, eu não tenho conhecimento – se algum Senador tiver... Dos 280 fundos que o Governo Federal tem aprovados, muitos deles pelo Congresso Nacional, eu não conheço um fundo que tenha tido cumprida integralmente, quanto aos recursos do fundo, a aplicação direta daquilo para que foi proposto o fundo. Os fundos foram criados para retirar dinheiro dos Estados e Municípios, colocando-o à disposição do Governo Federal. Como esse, existem 280 fundos. Então, o fundo teve 1 bilhão e só se gastaram 3%, 4%, 5%, isso virou regra. E o mais impressionante é que é uma regra, e o Tribunal de Contas da União faz de conta que não está acontecendo nada.

Ora, se existe uma lei que criou o fundo, esse dinheiro tem que ser aplicado no fundo. Senão, acaba com o fundo, e o dinheiro vai para a conta, para o FPE, para o FPM, para ser distribuído naturalmente para os Estados e para os Municípios. E fazem essa alegação de que a economia não vai bem, mas, mesmo com o crescimento de 6%, 7% ao ano no Governo Lula, os fundos eram retidos do mesmo jeito, a Lei Kandir não era cumprida, os fundos que V. Exa. coloca aí não eram cumpridos... Então, ou nós tomamos uma posição aqui...

A gente faz de conta tudo aqui. A gente aprova um valor no orçamento para o fundo, e o fundo não é executado; e parece normal, virou regra. E você vai conversar com o Ministro da Economia, com o Ministro da Fazenda, ele diz: "Não, eu não posso liberar porque eu tenho que ter superávit primário". Sim, mas aquele fundo...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Não foi para isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... não foi para isso. E nós, aqui, fazendo de conta que vamos resolver o problema aprovando a previdência. Não vamos resolver o problema aprovando a previdência.

Eu sou 100% favorável a se destinarem não 70%, mas 100% dos valores para se aplicar em políticas públicas antidrogas. E é nos Municípios, não é nem no Estado. É nos Municípios. É você dotando os Municípios de Centro de Apoio Psicossocial, é você dotando os Municípios para que você faça prevenção para esse jovem não entrar na droga... E recurso existe, estão aqui os recursos.

Então, não adianta. O Governo Federal não tem atividade fim; o Governo Federal não administra um hospital nesse Brasil, nem um. Quem administra são os Estados e Municípios.

Então, vejam bem, é sério isto. O que eu estou colocando é que a gente aprova uma lei aqui, e essa lei, com certeza, será aprovada, porque é uma lei que... Qualquer gestor sabe da dificuldade por que os Municípios estão passando, com a droga avançando. Os pais não têm dinheiro para botar o filho numa clínica, para pagar R$10 mil, 15 mil, mas o Município tem que ser dotado de quê? De aparelhos que possam controlar a entrada de drogas e de aparelhos que possam prevenir a ida ou tentar salvar o jovem que já está drogado, porque esse jovem, pelos números... Um jovem desse, se tratado, custa muito menos do que depois que ele é preso, porque, quando ele vai preso, ele vai custar em torno de R$5 mil para o Estado por mês. Por mês! E tenham certeza absoluta de que tratar de um jovem desse, com psiquiatra, com psicólogos, assistentes sociais, com uma série de capacitação de pessoas, nós podemos ajudar.

Eu sou favorável ao projeto. Só quis colocar essa posição porque, em todas as vezes em que se discute fundo, a gente olha, faz de conta que aprova um projeto aqui, aprova e faz de conta que vai ser cumprido.

Eu aprovei um projeto aqui, Senador Otto e Senadores, no ano passado – está na Câmara ainda para ser votado –, que retirava também o recurso que vai ser repassado para aplicação na segurança pública dos Municípios, para onde se tem de repassar recursos, da lei que obrigava o Município a estar adimplente, colocando a segurança pública na mesma situação da saúde, da educação e da área social, porque eu sei que o grande problema da segurança pública está nos Municípios. É lá que o problema está acontecendo e é lá que nós temos que ver. Então, eu sou favorável.

O Senador Veneziano pediu a palavra por primeiro; o Senador Angelo Coronel; e, depois, o Senador Confúcio a pediu.

Por favor, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Só para complementar, Presidente, e me perdoe o nosso colega: no ano passado, esse fundo tinha um contingente de R$118 milhões; foram aplicados R$2,7 milhões. V. Exa. tem completa razão, completa razão.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB. Para discutir.) – Sr. Presidente, brevemente, até porque a mim me parece que, por ser terminativo, teremos votação nominal, e a minha preocupação é a de que não tenhamos quórum. Então, eu não vou me estender...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu posso abrir já a votação e a gente ir discutindo?

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB) – Penso que seria importante, para que nós não percamos a oportunidade...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, eu vou abrir... Desculpe-me, Senador. V. Exa. me alertou para uma coisa séria. Eu vou abrir a votação e, aí, a gente vota...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Líder vota com a gente.

Eu vou abrir a votação para os senhores poderem votar, e a gente vai discutindo a matéria. Pode ser?

Obrigado.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB) – Obrigado, Sr. Presidente.

De tão importante, eu gostaria muito – como todos os demais outros companheiros, quiçá assim o fariam ou o farão – de falar, como V. Exa. bem o disse, conhecedor à profundidade, até porque já esteve à frete de obrigações executivas, mesmo em nível estadual e não em nível municipal, e saudá-lo, saudando os autores potiguares desta propositura e o nosso conterrâneo nordestino, Senador Otto Alencar, que fez o seu relatório.

Obviamente, não haveria de ser... E trazendo um pouco aquilo que me cabe, lembrando-me, quando, Senador Plínio, fui prefeito de Campina Grande, de exatamente situações como essas, porque nos é dado e nos é permitido muito mais conhecer para elaboração, para execução e para, enfim, poder levar, como consequências benfazejas, aplicações de recursos como os previstos em fundos que, como bem disse V. Exa., no País, lastimavelmente, independentemente dos governos que se instalem, são muito mais aparências do que efetivas estruturas que permitam ações nos diversos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ambientes, nos diversos setores para os quais foram pensados e criados – não sei se nesse número de 280...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Isso foi dito pelo Ministro da Economia, 280 fundos.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB) – Duzentos e oitenta fundos.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Segundo ele.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB) – Pois bem, eu pensei que o senhor estaria a fazer algumas...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Não.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB) – ... menções exageradas.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Não, 280 fundos tem o Governo Federal, segundo o que o Ministro disse ontem, não foi? Ele disse ontem, numa reunião conosco. Eu não sabia o número realmente. Ele que disse. Ele disse: "Há 280 fundos. Vocês, Parlamentares, é que têm que decidir quais têm que ficar, porque é impossível haver 280 fundos no País".

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB) – Pois bem, Presidente. Imaginemos nós que estamos diante também, proximamente, de debater um pacote, e nem gosto muito de utilizar o termo "pacote", mas um conjunto de sugestões apresentadas pelo Ministério da Justiça, Senador Rogério, mas, sem perda da importância de algumas dessas, não há uma única menção – não há, Senador Otto Alencar, uma única menção, e, se eu estiver enganado, gostaria de por V. Exas. ser corrigido –, não há nenhuma menção de iniciativas que o Governo Federal pudesse assumir de maneira efetiva, eficiente e comprovada naquilo que é fundamental, quando se fala sobre combater crime organizado.

E aí, quando nós falamos sobre o combate com políticas antidrogas, nós estamos nos antecipando à mais famigerada forma de crime organizado, que é aquele perpetrado por aqueles que vivem da sociedade com o tráfico de drogas. Ou não? Esse é o problema maior vivenciado hoje, não mais nos grandes centros, nas megalópolis brasileiras, mas nas cidades medianas e também, hoje, de menor porte.

Mas eu não li numa única linha, das propostas que chegaram ao Congresso – no caso, à Câmara Federal –, qualquer preocupação desta natureza: prevenção. E nós vamos ter amanhã, parece-me, a própria presença, na CCJ, de S. Exa., o Ministro Sergio Moro, para que nós perguntemos, porque você não faz política de combate à prática criminosa simplesmente com repressão. Muito mais pelo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

contrário: prevenção é necessário. E o Governo tem se mostrado, ao longo dos últimos anos, com muita incompetência para gerir, para administrar, de uma maneira eficiente, de maneira efetiva.

Então, eu quero saudar o Relator, Senador Otto Alencar, somando-me aos demais outros companheiros e dizer que, se há o interesse de nós falarmos, e temos que falar, em enfrentar a questão do Pacto Federativo, não como S. Exa. o Ministro da Economia quer fazer, Senador Rogério, que é com a desvinculação orçamentária, que em nada modificará a realidade que trata cada Município e cada Estado, nós começamos a fazer uma repactuação dessa forma, transferindo responsabilidades aos Municípios, que já não são poucas, que pelo menos poderão tratar situações extremamente delicadas, candentes, do nosso dia a dia, com alguns recursos que possam ser colhidos durante esse processo de apreensão, em relação ao que propõe o projeto.

Então, quero cumprimentar a todos os que se acostam a defender esta matéria, aprovando-a nesta manhã de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Muito bem.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Angelo Coronel. Depois o Senador Confúcio vai falar também.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) – Presidente Omar Aziz, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, defender e falar de droga é um dos grandes problemas que afligem o nosso Brasil.

Nesse projeto ora apresentado, que será, com certeza, aprovado aqui nesta Comissão, nós precisamos, Presidente Omar, fazer uma pressão para mudar, quem sabe, até o regime desse fundo, acabar com o contingenciamento, para que esses recursos possam ir para os Estados e Municípios.

Sr. Presidente Omar Aziz, agora substituído pelo nosso amazonense, Presidente Plínio, eu gostaria também de apresentar, neste momento, um requerimento oral para convocarmos o Ministro da Defesa, já que aqui estamos falando de droga, para que ele pudesse explanar aqui como é que está o projeto Sisfron, que é o projeto de monitoramento das nossas fronteiras – temos 17 mil quilômetros de fronteiras terrestres cobrindo dez países –, talvez o maior projeto de monitoramento do mundo em construção. Visamos a saber do Ministério da Defesa em que pé anda a instalação e o término do Sisfron, porque não adianta combatermos somente as drogas, combatermos o efeito; nós temos que combater a causa.

O Brasil não produz drogas sintéticas; as drogas são importadas. Vêm pelas nossas fronteiras. E precisamos fazer com que, Srs. Senadores e Senadoras, se trabalhe para coibir a entrada de drogas no nosso Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse Sisfron, ao ser implantado na sua totalidade, com certeza irá monitorar os nossos 17 mil quilômetros de fronteira terrestre com dez países. E, com isso, vai-se evitar que a droga entre livremente, como entra, no Brasil.

Então, quero aqui, neste momento, fazer esse convite – que não seja nem uma convocação – ao Ministro da Defesa, para que possa vir aqui, à CAE, explicar como é que estão as dotações orçamentárias para a conclusão do Sisfron.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Antes de finalizar a reunião, nós vamos colocar em votação o seu requerimento, Senador. (*Pausa.*)

Nós estamos em votação ainda, não é? (*Pausa.*)

Já é suficiente? Está faltando apenas um voto para que a gente possa atingir o quórum e encerrar.

Nós temos aqui Senadores inscritos: Senadores Tasso, Confúcio, Rogério. E depois o Ciro.

Pois não, Senador Tasso. Confúcio primeiro. Sim, Confúcio está na frente.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Sr. Presidente, já voltei "sim", mas fiquei com algumas dúvidas.

Estou há 50 dias no Senado e não peguei a história do projeto, que já vem de longe apresentado. Mas esse recurso... (*Falha na gravação.*)

... muito maior, não gastado em anos anteriores. Eu estive relendo, deve haver de R$1,7 a R$2 bilhões retidos.

O problema dos fundos é a burocracia para o Município acessar esse dinheiro. É muito difícil conseguir recursos dos fundos. A melhor maneira seria uma lei mais completa de descentralização automática aos Municípios, como se fosse um fundo a fundo, para evitar que os Municípios formatem projetos que aqui rolem um a dois anos para serem liberados. Demora muito!

Quanto ao Fundo Penitenciário (Funpen), há três anos os Governadores estão acessando o dinheiro disponibilizado na conta do Estado, e não conseguem gastar.

Então, não basta somente essa concessão que há hoje, se não houver uma agilidade processual para que os Municípios consigam ter acesso a esses recursos e gastar convenientemente, tanto nas medidas socioeducativas, nas medidas preventivas e no tratamento das unidades terapêuticas contratadas pelos Municípios.

Eu acho que tem que descentralizar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Alguém falou anteriormente do Fust. Isso é uma vergonha histórica! Isso deve ter quase 20 anos! Esse fundo, Rogério, deve ter hoje uns 25 bilhões! E ninguém consegue gastar esse dinheiro.

Esse dinheiro serve como lastro de déficit fiscal, para segurar a base. Fica tudo contingenciado, para fazer essa base financeira de déficit. Então, é uma coisa ilusória.

Se a gente não for claro na lei, nós estaremos votando aqui seis por meia dúzia. Vai ficar do mesmo jeito.

Então, eu encerro as minhas palavras, mas eu votei "sim", em consideração ao estudo histórico do Senador Otto, que, de longe, vem estudando esse caso, e eu não poderia vir aqui, de maneira nenhuma, votar contra o seu parecer, sem ter o conhecimento prévio dos seus estudos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Nós já podemos... Senador Tasso, só um minuto.

Já podemos encerrar a votação? (*Pausa.*)

Já podemos até proclamar a votação, e a gente continua já com o Senador Tasso, depois o Senador Rogério e o Senador Ciro.

SIM, 13; NÃO, nenhum.

Abstenção: zero.

Então, tivemos o quórum... Ah, aí o Presidente lá. Catorze. Com o Presidente, 14.

Portanto, sim: aprovado o projeto.

Senador Tasso.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – É uma observação rápida, que eu não poderia deixar de fazer: é que não só pelo mérito evidente da proposta aqui ratificada por todos, esse projeto também, pelo brilhantíssimo relatório do Senador Otto Alencar, que me fez lembrar, em alguns momentos, o seu conterrâneo Ruy Barbosa.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – E que me faz lembrar também que não custa comprar um frango assado – os dois, depois – e conversarem bastante.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente, eu nasci na cidade, no Município de Ruy Barbosa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Ah, sim...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Mas, do ponto de vista jurídico, eu sou ortopedista qualificado. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Senador Rogério. Por favor.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Ah... Passar para o Senador Ciro?

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Sr. Presidente, eu gostaria que fosse colocado em votação, se for possível, o item 8, que é um requerimento de nossa autoria, que trata, do meu ponto de vista, de um dos fatores de maior preocupação, hoje, no nosso País, dos nossos consumidores.

Acho que grande parte dos Senadores aqui... Pelo menos, grosso modo, dois terços disputaram a eleição, e nada afetou mais o consumidor, principalmente de baixa renda, no nosso País, que a questão do gás de cozinha no nosso País. E eu estou sugerindo essa audiência pública, o próprio Ministério da Economia já sugeriu alguns nomes – eu queria até que fosse corrigido, eu acho que o item 9, por sugestão do Ministério da Economia –, para que a gente possa realizar essa audiência pública.

Acho que existe muita falácia sobre esse tema, e acho que o Senado tem que se debruçar, para que a gente possa dar uma resposta ao consumidor de baixa renda, principalmente às donas de casa do nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Vamos já colocar sim em votação, Senador Ciro, até porque o item 7 é o projeto do Ataídes Oliveira – nosso amigo de Tocantins, que saiu –, com relatoria do Fernando Bezerra.

Como, particularmente, o Relator não está aí, eu tenho interesse em pedir vista desse projeto. Eu acho que a gente pode, sim, retirar, e adia para a próxima.

Então, nós podemos, após ouvir o nosso Senador Rogério, já passar para o item oitavo.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu queria também, Senador Plínio, pedir para colocar em votação o requerimento de minha autoria, que é o item nº 12, para a realização de uma audiência pública para a gente discutir o custo da transição do regime de partição para o regime de capitalização.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E há outro, extrapauta, o qual combinei com o Senador Omar Aziz, para a criação de uma subcomissão, para discutir desenvolvimento econômico, porque a gente não tem quem faça esse debate. O Governo não faz, e a gente precisa estimular o debate sobre desenvolvimento econômico regional.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Vamos, então, só ao pedido extrapauta do Senador Rogério...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – No finalzinho, não é?

Então, pronto, Senador Ciro: o item oitavo.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI. *Fora do microfone.*) – Os itens oitavo e nono.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Isso. Oitavo e nono aqui.

Vamos lá.

ITEM 8

REQUERIMENTO Nº 9, de 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública,com o objetivo de debater a política de preços do Gás Liquefeito de Petróleo parauso residencial (GLP Residencial ou P-13), conhecido gás de cozinha vendido nasrefinarias às distribuidoras para botijões de 13kg; em especial, após a adoção dapolítica de reajustes trimestral em janeiro de 2018.

Autoria: Senador Ciro Nogueira

ITEM 9

REQUERIMENTO Nº 16, de 2019

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 9/2019 - CAE, sejam incluídos dois convidados, quais sejam: Carlos Alexandre Jorge da Costa, da Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade do Ministério da Economia, no lugar do Sr. Waldery Rodrigues Junior; e Representante da Associação Brasileira dos Revendedores de GLP (ASMIRG-BR).

Autoria: Senador Ciro Nogueira

Os requerimentos são complementares. Por esta razão, os coloco em apreciação complementar.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Sr. Presidente, desculpe-me.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Pois não.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Por sugestão do Ministério da Economia e também por uma sugestão, eu gostaria muito que fosse incluído também, nessa audiência pública, o Sr. Alexandre Manoel Angelo da Silva, da Secretaria de Acompanhamento Fiscal, Energia e Loteria do Ministério.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Alexandre... Pode repetir?

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Alexandre Manoel Angelo da Silva.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – O.k.

Os requerimentos são complementares. Por esta razão, eu os coloco em apreciação conjunta.

Consulto o autor dos requerimentos se quer fazer uso da palavra.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Não, Sr. Presidente. Já...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – O.k. Já se considera satisfeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em votação o requerimento.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se estão. (*Pausa.*)

Aprovados os requerimentos dos itens 8 e 9... É: aprovados os dois, então.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Foi o 16? Não foi o 9?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Ah, os itens 8 e 9.

Lendo: aprovados os Requerimentos nºs 9 e 16 aqui na CAE.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Sr. Presidente, posso usar a palavra?

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Pode, mas com o adendo que o senhor fez. Já está feito com adendo.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Não... É um outro requerimento, Sr. Presidente, que eu gostaria de apresentar à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Qual o item? Oral?

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – É. Eu vou apresentar e não sei nem se é possível ser votado.

Eu queria até, Senador Tasso, que o senhor me desse um pouquinho da sua atenção, até porque o senhor participou dessa discussão, no ano passado, como Presidente desta Comissão.

Eu acho que nós tivemos a sabatina do Presidente do Banco Central, e existe muita preocupação, pelo menos do meu ponto de vista, no que diz respeito à participação desses diretores e presidentes que, ao longo da história, vão sendo escolhidos para presidentes do Banco Central, e a grande maioria são empregados de bancos, e não há como ser diferente, não há como ser diferente, até por conta da *expertise*. E me preocupam que esses senhores vão para lá, depois saem e voltam para o setor bancário...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós estamos vivendo... Acho que o Senador Tasso acompanhou, no ano passado, houve um grupo de trabalho sobre essa questão das taxas de juros... E eu acho que uma solução que esta Comissão pode dar, que eu encontrei, é requerer ao Ministério da Justiça e principalmente ao Cade algumas informações.

E eu chego... Aqui... O requerimento é bastante longo, mas o principal item dessa nossa proposta é a possibilidade, Sr. Presidente, de apuração ou investigação pelo Cade das possíveis combinações de preços das grandes instituições financeiras do nosso País, numa espécie de cartelização do preço final ao consumidor no crédito bancário e na tarifa bancária. Isso... Acho que é o único campo...

Eu não tenho mais esperança, Senador Tasso, de o Banco Central tomar alguma medida quanto a isso, essa extrema concentração.

Nós não podemos mais ter o setor bancário do nosso País arrecadando, com tarifa, mais de R$120 bilhões, enquanto gasta, com toda a sua folha e dividendos e lucros, menos de R$100 bilhões. Então, existe uma cortina de fumaça no nosso País. O Banco Central não vai tomar essas atitudes. O único órgão que eu tenho confiança de que possa tomar alguma atitude neste País é o Cade.

Nós tivemos, Senador Otto, há algum tempo, um dos maiores escândalos mundiais do setor financeiro em âmbito mundial: foi a combinação de taxas cambiais pelo UBS mundial. Isso foi mandado para o Banco Central do nosso País, com todas as combinações dos grandes setores aqui. Está saindo alguma coisa, parece, de leniência, mas isso é um escândalo maior do que o da Petrobras, porque o prejuízo dado por esse setor ao nosso País... E não deu em nada! Ficou aquela disputa de que o Cade não poderia tomar atitude... E não deu em nada!

Então, eu acho... Pelo menos alguma coisa parece que... Estão me falando que eles vão ter que pagar uma grande leniência quanto a isso, Senador Otto, mas eu não vejo a intenção do Banco Central de tomar uma atitude nesse setor, por conta dos vínculos que eles têm.

Eu confio muito no Cade. Acho que esta Comissão pode sugerir uma apuração ou uma investigação, que é o ponto alto desse meu pedido aqui, para que um requerimento seja encaminhado por esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – O.k.

Alguém quer falar sobre esse assunto ou eu boto os requerimentos em votação?

Senador Rogério.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para discutir.) – Eu acho, Sr. Presidente, que é pertinente a manifestação do Senador Ciro Nogueira. Eu não sei se ele apresentou o requerimento à Comissão...

Já foi apresentado?

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI. *Fora do microfone*.) – Estou apresentando agora.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Está apresentando agora.

Mas eu acho que seria importante que aqueles que já estão na pauta e que já foram apresentados fossem apreciados, para que, depois, a gente apreciasse...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – O dele fica para o final.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... o dele no final.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Perfeito.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – O autor do item 10 não compareceu e do item 11 também não. Nós vamos então direto ao item 12.

ITEM 12

REQUERIMENTO Nº 15, de 2019

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o custo de transição da proposta de reforma da previdência, em decorrência da adoção do modelo de capitalização no sistema de Previdência Social brasileiro.

Autoria: Senador Rogério Carvalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A autoria é do Senador Rogério Carvalho, do PT de Sergipe.

Consulto o autor do requerimento se quer fazer uso da palavra.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Ele é autoexplicativo. Não precisa.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Está o.k.

Em votação o requerimento.

As Senadoras e os Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o Requerimento nº 15, de 2019, aqui na CAE.

Vamos ao item 13.

ITEM 13

REQUERIMENTO Nº 17, de 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do arts. 50, caput, e 58, § 2º, III, da Constituição Federal e do art. 397, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado o Sr. Presidente do Banco do Nordeste (BNB), Romildo Carneiro Rolim, para que compareça a esta Comissão, a fim de apresentar e discutir as metas e diretrizes do governo voltadas para a atuação do BNB.

Autoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – O autor já fez uso da palavra, pediu permissão e saiu.

Em votação o requerimento portanto.

As Senadoras e os Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

O item 14, o 14º item de nossa pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 14

REQUERIMENTO Nº 18, de 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do arts. 50, caput, e 58, § 2º, III, da Constituição Federal e do art. 397, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado o Sr. Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Joaquim Levy, para que compareça à esta Comissão, a fim de apresentar e discutir as metas e diretrizes do governo voltadas para a atuação do BNDES.

Autoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo.

O autor, Senador Veneziano Vital do Rêgo. Já fez uso da palavra.

Em votação o requerimento.

As Senadoras e os Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado, portanto, o item.

Agora vamos à extrapauta.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Há mais um, há mais um, há mais um...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Extrapauta, não é...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – É, extrapauta.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – ... Senador Rogério?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Só um, só um, só um.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Requerimento nº... São três requerimentos, todos...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Não, do Jean Paul Prates...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Vamos colocar em votação, então, o do Senador Rogério, que está aqui e pediu.

ITEM 15

REQUERIMENTO Nº 20, de 2019

- Não terminativo -

Analisar, propor iniciativa e aprimorar a legislação sobre a gestão das cadeias produtivas como alternativa e instrumento do desenvolvimento econômico local e regional no ambiente e na estrutura federal do Brasil, bem como analisar e refletir sobre os impactos socioeconômicos da política de renúncias fiscais e desonerações

Autoria: Senador Rogério Carvalho.

Trata-se da criação de subcomissão temporária, composta por cinco membros titulares e igual número de suplentes, para, no prazo de 120 dias, analisar, propor iniciativa e aprimorar a legislação sobre a gestão das cadeias produtivas como alternativa e instrumento do desenvolvimento econômico local e regional, no ambiente e na estrutura federal do Brasil, bem como analisar e refletir sobre os impactos socioeconômicos da política de renúncias fiscais e desonerações.

Apresenta a justificativa, o autor vai falar... Leio todo o requerimento?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Não, não precisa. Eu acho que esse tema está na Ordem do Dia aqui da Comissão.

Nós precisamos, primeiro, apresentar algum caminho para que os Estados, as unidades federadas, passem a ter algum protagonismo no que diz respeito ao desenvolvimento econômico, porque toda a política econômica ficou nas mãos do Governo central, como a definição de taxa de juros e câmbio... Toda a macroeconomia é resolvida pelo Governo central, pela União. E os Estados, que deveriam ter o papel de mapear as cadeias produtivas, de organizar o crédito, de organizar o aporte tecnológico e de ter linhas de crédito mais facilitadas, para promover o desenvolvimento econômico, acabam tendo um protagonismo pouco efetivo e limitado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a ideia é que a gente possa fazer esse debate, preparar e trazer aqui para a CAE esse debate e, junto com isso, discutir como os incentivos fiscais se coadunam com o estímulo das diversas cadeias produtivas e qual é a situação no País para que a gente possa apresentar algum caminho ou transformar em algum projeto de lei já para o orçamento deste ano, no sentido de, na LOA e na Lei de Diretrizes Orçamentárias termos recursos para investimento e como investir nas diversas cadeias produtivas que podem, de fato, promover o desenvolvimento econômico regional do País.

A ideia é essa, em linhas gerais.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Algum Senador quer discutir? (*Pausa.*)

Podemos colocar em votação, então.

As Senadoras e os Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado, Senador Rogério.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Temos mais aqui.

Requerimento do Senador Jean Paul Prates, do PT, do Rio Grande do Norte: requer ao Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos o envio de solicitação de instauração de inquérito administrativo ao Cade.

EXTRAPAUTA

ITEM 16

REQUERIMENTO Nº 22, de 2019

- Não terminativo -

Requer, ao Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, o envio ao CADE de Solicitação de instauração de Inquérito Administrativo para investigar a majoração das tarifas aéreas, do preço dos combustíveis e dos impostos de aviação no Estado do Rio Grande do Norte.

Autoria: Senador Jean Paul Prates

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Presidente, requeiro a V. Exa., nos termos do art. 66, § 6º, da Lei 12.529, de 2011, que envie ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) solicitação de instauração de inquérito administrativo para investigar a majoração das tarifas aéreas do preço dos combustíveis e dos impostos de aviação do Estado do Rio Grande do Norte.

Alguém para a discussão? O autor?

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Aqui.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Pois não.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para discutir.) – Só explicar, Senador Plínio. Obrigado por ter colocado o item extrapauta. Realmente é um item em que há uma urgência porque apareceu nesta semana um debate gigante sobre a questão do preço das tarifas aéreas para o nosso Estado, inclusive em comparação com capitais vizinhas, como João Pessoa e Fortaleza. O setor turístico, o setor hoteleiro, enfim, todos os consumidores desse produto, que é a passagem aérea, que hoje em dia não é mais um item de elite, estão preocupadíssimos com a questão da diferença, que chega a quase o dobro, no preço. Nós, em várias investigações informais, não conseguimos respostas concretas para entender a parcialização desses preços, a composição deles e onde está o erro, até para que o Governo do Estado e o Governo Federal possam ajudar a compor uma tarifa mais amigável do que as que estão sendo praticadas hoje.

Então, por isso esse requerimento manso ao nosso Cade. Parece-me que é inédita a utilização desse expediente, dessa lei, abrindo caminho para outras requisições desse tipo para os nossos Senadores.

É isso.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Senador, eu coloco já em votação, mas me permita: eu não posso deixar também de citar a nossa região da Amazônia. Lá, a tarifa é tão alta, porque os aviões são obrigados – e o Senador Tasso e o Senador Confúcio sabem disso – a deixar 35% das poltronas vazias para voar com combustível para ir e vir porque não há aeroportos no caminho, Tasso. Então, 35% das poltronas vão vazias, ou seja, a tarifa aumenta cada vez mais. Portanto, Senador, nós somos companheiros de infortúnios, de ideais...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Completamente.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – ... e nós temos muito a fazer nisso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Coloco em votação, então, o requerimento do Senador Jean Paul Prates.

Os que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado, portanto, Senador, seu requerimento.

Temos mais outro aqui, também do Senador Jean Paul.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, mais um, exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Item 17.

EXTRAPAUTA

ITEM 17

REQUERIMENTO Nº 23, de 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater os impactos para a economia brasileira de uma possível entrada do Brasil na Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e também de uma possível mudança de sua condição de país emergente na Organização Mundial do Comércio (OMC).

Autoria: Senador Jean Paul Prates

Propõe, para a audiência, a presença dos seguintes convidados:

1. Armando Monteiro Neto, ex-ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior do Brasil;

2. Rubens Ricupero, diplomata e ex-ministro da Fazenda do Brasil;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

3. Antonio Corrêa de Lacerda, professor da PUC-SP, especialista em Economia Internacional, Globalização e Inserção Externa da Economia Brasileira;

4. Ivan Tiago Machado Oliveira, diretor de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais do Ipea.

O autor vai fazer a justificativa na sua fala.

Se algum Senador quiser acrescentar um convidado, a hora é esta.

Com a palavra o autor.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para encaminhar.) – Pois não, Presidente Plínio.

Mais uma vez, obrigado por incluir mais esse item extrapauta, que também surgiu na semana passada de uma fala do ilustre Senador José Serra, a que eu aduzi a minha preocupação. Procuramos o nosso gabinete e fizemos uma parceria PSDB/PT, Senador Tasso, em relação a essa demanda, que é meramente para explicar, esclarecer melhor quais são as consequências da questão de a grife OCDE ser aplicada ao Brasil e nós entrarmos nela.

Parece-me, pelas primeira oitivas que houve, informalmente, que as vantagens não superam as desvantagens. Por isso, compusemos uma lista de egrégios especialistas do tema, incluindo o nosso querido ex-Senador Armando Monteiro e o ex-Ministro da Fazenda Rubens Ricupero, para discutir esse assunto e ver se, de fato, a grife OCDE nos cabe nesse momento ou se é mais um peso e um ônus do que um bônus.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Em votação o requerimento.

Aqueles Senadores que com ele concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Nós temos ainda aqui extrapauta um requerimento do Senador Rogério... Não, é do Senador Ciro; o do Rogério já foi.

EXTRAPAUTA

ITEM 18

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO Nº 24, de 2019

- Não terminativo -

Requer sejam prestadas, pelo Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública e pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, informações sobre o spread bancário no País.

Autoria: Senador Ciro Nogueira

> Requerimento.
> [...] nos termos [...] que sejam prestadas pelo Sr. Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Fernando Moro, juntamente com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), informações sobre o *spread* bancário no País.
> .....

Em votação.

O autor já...

Quem concorda permaneça como está. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Por último, para encerrar a nossa reunião, há um convite do Banco Central do Brasil endereçado ao Presidente para um café da manhã.

Se algum Senador tiver interesse, eu leio.

> Com muita satisfação, convido V. Exas., Sras. Senadoras e Srs. Senadores, membros titulares e suplentes desta Comissão de Assuntos Econômicos para participar de café da manhã neste Banco Central a se realizar no dia 3 de abril próximo, de 8h30 às 10h.
> Na oportunidade, estarei acompanhado pelos demais membros da Diretoria Colegiada desta autarquia, ocasião em que teremos a oportunidade de debater assuntos econômicos de interesse do Senado Federal, desta autarquia e do País.
> Respeitosamente,
> Roberto de Oliveira Campos Neto.

Nada mais havendo a discutir, está encerrada a nossa reunião deste dia.

(*Iniciada às 10 horas e 22 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 02 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 7ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE MARÇO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às quatorze horas e vinte e três minutos do dia vinte e sete de março de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob as Presidências dos Senadores Omar Aziz e Rose de Freitas, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Mecias de Jesus, Fernando Bezerra Coelho, Confúcio Moura, Luiz do Carmo, Daniella Ribeiro, Renan Calheiros, Dário Berger, Marcelo Castro, Marcio Bittar, Esperidião Amin, José Serra, Plínio Valério, Tasso Jereissati, Styvenson Valentim, Flávio Bolsonaro, Lasier Martins, Elmano Férrer, Oriovisto Guimarães, Major Olimpio, Roberto Rocha, Izalci Lucas, Veneziano Vital do Rêgo, Kátia Abreu, Randolfe Rodrigues, Alessandro Vieira, Leila Barros, Eliziane Gama, Cid Gomes, Jean Paul Prates, Rogério Carvalho, Paulo Paim, Telmário Mota, Otto Alencar, Irajá, Angelo Coronel, Lucas Barreto, Arolde de Oliveira, Rodrigo Pacheco, Marcos Rogério, Wellington Fagundes, Chico Rodrigues, Zequinha Marinho, Jorginho Mello, Juíza Selma, Marcos do Val, Luis Carlos Heinze, Soraya Thronicke, Jayme Campos, Sérgio Petecão, Weverton, Zenaide Maia, Paulo Rocha e Carlos Viana. Deixam de comparecer os Senadores Ciro Nogueira, Jorge Kajuru e Fernando Collor. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência declara aberta a reunião. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 2/2019 - CAE, de autoria do Senador Luis Carlos Heinze, e REQ 7/2019 - CAE, de autoria da Senadora Eliziane Gama e outros e da Senadora Eliziane Gama e outros. **Finalidade:** Audiência pública destinada a debater o endividamento dos estados e os repasses da Lei Kandir, bem como para a apresentação das diretrizes e dos programas prioritários do Ministério da Economia. **Participante:** Paulo Guedes, Ministro de Estado da Economia. Fizeram uso da palavra a senadora Kátia Abreu e o senador Davi Alcolumbre, presidente do Senado Federal, que compareceu à reunião. Após a exposição do convidado, usaram também da palavra os senadores Tasso Jereissati, Eliziane Gama, Luis Carlos Heinze, Oriovisto Guimarães, Espiridião Amin, Lasier Martins, Major Olímpio, José Serra, Plínio Valério, Rogério Carvalho, Jean Paul Prates, Kátia Abreu, Alessandro Vieira, Paulo Paim, Flávio Bolsonaro, Luiz do Carmo, Rose de Freitas, Zequinha Marinho, Weverton, Carlos Viana, Cid Gomes e Irajá. **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezenove horas e vinte e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Omar Aziz

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/03/27

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Boa tarde! Declaro aberta a 7ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Esta audiência pública foi solicitada através de um requerimento do Senador Luis Carlos Heinze, da Senadora Eliziane Gama e do Senador Tasso Jereissati. Especificamente, primeiro era a questão da dívida dos Estados e da Lei Kandir, mas é lógico que o Senado vai tratar de outros assuntos aqui, que são de interesse da Nação.

Esta reunião será realizada em caráter interativo, ou seja, com a possibilidade de participação popular. Dessa forma, os cidadãos que queiram encaminhar comentários ou perguntas poderão fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, no endereço do Senado Federal.

Eu peço à Senadora Eliziane e ao Senador Amin que tragam o Ministro até aqui, à bancada da Comissão de Assuntos Econômicos, e convido para entrar o Presidente do nosso Senado Federal, Senador Davi Alcolumbre, que está aqui. (*Pausa.*)

Também irão compor a mesa os Srs. Waldery Rodrigues Junior, Secretário Especial da Fazenda; Esteves Pedro Junior, Secretário Adjunto da Secretaria Especial da Fazenda; Otavio Ladeira de Medeiros, Secretário Adjunto da Secretaria do Tesouro Nacional; e George Alberto de Aguiar Soares, Secretário do Orçamento Federal. (*Pausa.*)

De acordo com os arts. 397 e 398 do Regimento Interno do Senado Federal, a Presidência adotará as seguintes normas: o Ministro...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Sr. Presidente, pela ordem, um minutinho.

Antes de começar a reunião, eu gostaria apenas de fazer um comentário.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. Pela ordem.) – Eu estou aqui há 12 anos. Eu nunca vi a vinda de um ministro aqui e nós cercearmos a entrada de assessores e, inclusive, da imprensa. É a primeira vez. Pode ter havido e eu ter perdido.

(*Manifestação da plateia.*)

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – E ninguém me pediu para falar isto, não. Ninguém da imprensa me pediu. Eu que fui passar ali agora, com a minha assessoria de costume, porque eu participo da Comissão, e está barrada. Eu perguntei se o Presidente da República estava aqui. Aí o assessor disse "quase". Eu falei "não, não existe quase Presidente; ou é Presidente ou não é Presidente". Então, eu gostaria que a gente voltasse à normalidade.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, a decisão foi minha, não do convidado. Quem manda aqui é o Presidente da Comissão.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Pois é. Então, eu gostaria, Sr. Presidente, que o senhor pudesse rever...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ah, sim, mas aí vamos dizer o seguinte: para a presença do Ministro Paulo Guedes, como a presença do Ministro Moro ou a presença de outros ministros aqui, na Casa, se estabeleceu um critério. Qual foi o critério? A imprensa que estiver credenciada terá acesso, e cada Senador traria um assessor, até porque...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Desde quando?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, foi tomada essa decisão por mim ontem.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Ah!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por quê? O que acontece? Um monte de assessores aqui dos lados, a gente aqui tentando debater e as pessoas batendo papo ou no celular ou coisa parecida.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Nisso o senhor está correto, está corretíssimo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, para a gente poder ter agilidade nos trabalhos que são do interesse do Senado Federal e da população brasileira, nós tomamos essa decisão, mas longe de mim cercear a entrada de qualquer um. Eu acho que um assessor por Senador é o suficiente para dar qualquer tipo de assessoria, até porque hoje, com WhatsApp, a pessoa tem mais acesso à informação do que nós aqui sentados à mesa. Então, foi essa a decisão, mas a própria imprensa está toda aí. Eu acho que não tem mais do que isso no Brasil. Está toda presente. Se tiver alguma coisa...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está toda presente aqui. Eu acho que está aqui.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Foi atendido o pedido...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim. E há uma jornalista que, há pouco, pediu até para colocar os tripés, o que a gente autorizou. Não é uma decisão feita pelo Ministro, não; essa decisão foi minha.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Presidente, é porque, por exemplo, naturalmente, todos os dias, havendo ministro ou não, me acompanha um assessor técnico, me acompanha a minha secretária e a assessoria de imprensa. Normalmente, é assim que eu ando aqui, independentemente de quem esteja aqui. Então, é por isso que eu estou reclamando, porque eu pedi para os três entrarem, como de costume...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A senhora...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Ninguém vai conversar, ninguém vai fazer nada, mas é importante que as equipes possam trabalhar naturalmente. Agora, o silêncio...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A senhora está falando pela senhora. Nenhum outro Senador aqui reclamou.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Não, mas cada um fala é por si mesmo, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É por isso mesmo. Os seus três já estão aqui dentro, Senadora?

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Já estão aqui dentro.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, tudo bem, Senadora.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Mas...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A sua condição de Senadora com assessoria de que a senhora precisa já está de plena satisfação para a senhora. Agora, vamos tocar o trabalho aqui, Senadora.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – O.k.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigada pela atenção, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está bem.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – E não precisa ficar nervoso, meu amigo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não estou, não.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Está, está nervoso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A senhora é uma criadora de caso, Senadora.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Não, o senhor é que está criando...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É. Por que a senhora não veio aqui comigo e falou comigo? A senhora tem...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Porque o senhor já estava começando a reunião, e eu quis falar isso antes.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, Senadora. Por favor, não faça isso. Eu tenho muito respeito...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Olha a democracia!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não. Eu?

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Gente, o que é isso?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A senhora não lutou mais pela democracia do que eu, não, Senadora.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Isso não acontece aqui.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Quando a senhora estava do outro lado, eu estava na rua lutando para que isso aqui acontecesse hoje.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Qual outro lado, meu amigo? Eu não tenho essa idade que o senhor imagina, não. Eu sou bem mais nova do que você. (*Risos.*)

Posso estar envelhecida pela luta do dia a dia e, às vezes, pelas grosserias que a gente passa, mas é a vida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Bem, eu não sou grosso com ninguém, mas a senhora tem um histórico aqui.

Eu vou...

De acordo com os arts. 397 e 398 do Regimento Interno...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Eu, em outro momento, vou dizer qual é o seu histórico. Se o meu é de briga, em outro momento eu digo qual é o seu histórico.

Muito obrigada. (*Pausa.*)

O Ministro terá 30 minutos para fazer sua exposição. Em seguida, abriremos a fase de interpelação pelos Senadores inscritos. Cada um terá cinco minutos para fazer sua interpelação ao Ministro.

Eu queria agradecer a presença do Presidente da Casa, o Senador Davi Alcolumbre, e dizer que o fato determinante do convite feito ao Ministro é a relação da Lei Kandir e a questão da dívida dos Estados.

Eu vou passar a palavra ao Presidente para que deseje boa tarde aos Senadores e às Senadoras. (*Pausa.*)

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Boa tarde a todas e a todos.

Quero cumprimentar a imprensa aqui presente, abraçar os Senadores da Comissão de Assuntos Econômicos, os Senadores que não são membros desta Comissão, mas que se fazem presentes, os assessores e dizer ao Ministro Paulo Guedes e à sua equipe que agradeço a visita à Comissão, como sinal de prestígio a esta Casa, ao Senado da República, por se fazerem presentes no plenário da Comissão de Assuntos Econômicos para falar de temas importantes que estão em debate na sociedade brasileira e neste Parlamento.

Então, para fazer uma rápida saudação, Ministro, tenha, no Senado da República, nos Senadores e nas Senadoras brasileiros que querem ajudar a melhorar o Brasil, querem colaborar com as suas intervenções nesse processo de reconstrução desse modelo que vive o Estado brasileiro hoje, e sua vinda aqui também é um sinal de prestígio do Governo com esta Casa. Então, seja muito bem-vindo. Em nome do Senador Omar, Presidente da Comissão, abraço os Senadores que fazem parte desta Comissão, e, em nome do Senado da República, esta Casa, que ouve os anseios da sociedade, estende suas mãos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para a sua chegada a esta Casa, num sinal de colocar esta instituição a serviço do Brasil. Então, minha presença aqui também é sinal de prestígio à Comissão, mas em especial ao senhor e à sua equipe, que prestigiam o Senado da República.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. *Fora do microfone*.) – Presidente, o senhor pode me inscrever? Minha inscrição.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não está inscrito ainda não, Senador?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Estarei agora, por V. Exa., se V. Exa. assim deferir.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor vai ser o 18º, Senador.

Vou passar a palavra ao Ministro Paulo Guedes, por até 30 minutos.

O SR. PAULO GUEDES – Boa tarde a todos.

Agradeço o convite para vir à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, agradeço ao Senador Omar Aziz pelo convite e agradeço ao Senador Davi Alcolumbre pela atenção de ter vindo também a esta nossa conversa.

Eu vou falar algumas breves palavras sobre o caráter sistêmico do problema que nós estamos analisando aqui. Vamos analisar a Lei Kandir, que, aparentemente, não foi respeitada por nenhum Governo desde que começou, lá atrás, por desvios orçamentários. Há um passivo enorme aí de R$37 bilhões, R$38 bilhões ou R$39 bilhões atrasados que não foram resolvidos no Governo Fernando Henrique, não foram resolvidos no Governo Lula, não foram resolvidos no Governo Temer, no Governo Dilma. Evidentemente, para quem está chegando agora – faz 60 dias que eu estou aqui, nesta Capital –, ao cair uma bomba de R$39 bilhões na sua cabeça, a gente precisa raciocinar um pouco, pensar em como sair disso.

Mas, mais do que resolver um problema desse tipo, nós temos que entender o que está acontecendo sistemicamente. Se fosse um Estado que estivesse com problemas, você teria um caso de má gestão. Se todos os Estados – e eu tive ontem uma conversa com 27 Governadores, inclusive o do Distrito Federal – estão pressionados financeiramente, é porque há algo mais importante acontecendo no País do que simplesmente um problema de má administração num Estado ou noutro.

Da mesma forma, dois dias atrás, eu tive uma reunião também com mais de 50 Prefeitos, e todos estão com dificuldades financeiras também. Então, de novo, é algo sistêmico. É algo sistêmico e maior do que um problema de má administração de um particular Prefeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu queria fazer umas breves considerações iniciais. Antes de entrar exatamente no tema tanto da Lei Kandir quanto do endividamento acelerado em que entraram os Estados e de como sair desse problema, eu quero fazer uma breve introdução sobre a natureza sistêmica do problema.

Nós conversamos, primeiro, durante a campanha, e agora tenho reforçado, daí a minha honra de estar aqui no Senado conversando sobre isso, que eu tenho plena convicção de que o Brasil é uma democracia virtuosa. Nós estamos votando a cada dois anos, há trinta e poucos anos, com alternância no poder, do ponto de vista sempre de centro-esquerda; foram alianças de centro-esquerda absolutamente naturais. Se você teve um regime militar durante vinte anos associado à direita, era natural que, em algum momento, houvesse uma predominância, uma hegemonia da centro-esquerda, e assim foi por trinta anos.

E, agora, do ponto de vista sistêmico, houve uma aliança política entre conservadores e liberais, uma aliança de centro-direita. Não há muita consciência ainda disso, isso não é claro ainda, há dificuldade de comunicação. Os diversos agentes estão começando a conversar ainda, porque é, de certa forma, uma ruptura; é uma ruptura no sistema de alianças, quer dizer. Mas é compreensível, e eu tenho atribuído as disfunções da economia inclusive não só às manifestações que nós tivemos financeiras, sintomas financeiros das disfunções, como foi a hiperinflação, a moratória externa, o endividamento em bola de neve, juros altos. São disfunções financeiras. São disfunções financeiras, mas são só manifestações de um fenômeno mais grave por baixo, e eu atribuo isso ao modelo econômico.

Em uma economia que é dirigida pelo Estado e, ainda pior, pelo Governo Federal, há concentração de poderes, recursos e atribuições, o que foi natural durante um fechamento político por definição. Toda ordem politicamente fechada centraliza recursos, atribuições e responsabilidades. Então, era natural que, nessa ordem politicamente fechada, você concentrasse os recursos no Governo Federal e disparasse o seu programa de prioridades, que eram, na verdade, as nossas empresas estatais: Eletrobras, Telebras, Siderbras, Portobras, Nuclebrás. O Governo tinha uma série de prioridades, construiu a infraestrutura brasileira e, com o tempo, o ritmo de crescimento da economia brasileira, que já foi a economia de maior crescimento no mundo – durante três quartos do século passado, cresceu 7,4%, mais do que Japão, Coreia e todo mundo –, quando nós centralizamos tudo, tivemos um período de crescimento também ainda acelerado e depois começamos a descer. E as manifestações começaram a acontecer, sempre em torno do mesmo mal: o desequilíbrio, o excesso, o descontrole de gastos públicos. Enquanto nós não compreendermos que a matriz tem sido essa, que o principal problema tem sido esse, nós vamos continuar prisioneiros cognitivos desse mau diagnóstico.

Então, ainda no final do Governo militar, o Governo Geisel gastou excessivamente com substituição de importações, etc., e recorreu ao endividamento externo. Crises cambiais recorrentes só pararam quando nós acumulamos agora US$400 bilhões de reservas, aí acabaram, mas tivemos crises recorrentes, até agora, em duas eleições recentes, ataque à especulação cambial exatamente pela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vulnerabilidade que vem de memórias passadas de um excesso de gastos financiado com o endividamento externo.

Aí, no último Governo, que já foi o de João Figueiredo, o excesso de gastos foi para dentro, foi crédito agrícola, conta aberta no orçamento monetário, "plante que o João garante", e, no meio do choque de petróleo, a manifestação foi o começo de uma hiperinflação. O excesso de gastos de novo, excesso de gastos públicos, o Governo Federal dando a instrução: "Vamos expandir os gastos agrícolas com base em emissão de moeda". E lá fomos para o início de hiperinflação. Entraram os serviços, congelamento de preços, congelamento de ativos. Perderam-se. E aí, quando fizeram o grande trabalho de estabilização, também fizeram sem a dimensão fiscal. Resultado: juros de 70% ao ano, 60% ao ano, 50% ao ano. Paraíso dos rentistas, inferno dos empreendedores. O investimento brasileiro caindo o tempo inteiro, não só do setor público, onde os investimentos públicos em infraestrutura vieram de 14%, 15% do PIB para 1,5%, mas também no setor privado os investimentos começam a cair, e o Brasil vira prisioneiro de uma armadilha de baixo crescimento.

A média de crescimento dos últimos 30 anos está em torno de 2%, abaixo de 2%, o que é lamentável. E aí você vai dizer: "A culpa é da democracia". Não, é culpa do modelo econômico. O modelo econômico dinamitou o final do regime militar e dinamitou a democracia também. O modelo econômico está equivocado, e isso aconteceu em vários países, em épocas diferentes através da história. O exemplo mais notável foi o colapso da União Soviética, e o exemplo mais recente é a tragédia venezuelana. Sempre o excesso de gastos, a concentração de poderes e atribuições na mão de poucos lá em cima, no Governo Federal. Nós somos uma forma mitigada disso. Nós somos uma variante tropical amenizada, graças ao vigor da nossa democracia.

A nossa democracia foi se autocorrigindo, os poderes independentes surgiram. Primeiro, o Legislativo declarou sua independência: fez um *impeachment* à esquerda e fez um *impeachment* à direita. Quando houve uma distorção, um mau funcionamento, quando o Executivo tenta influenciar o voto parlamentar através de recursos, acordou o Judiciário, que prendeu os dois. Então, nós temos hoje três poderes independentes. O quarto poder, que era a imprensa, quando também não percebeu o fenômeno que estava acontecendo, sofreu uma ruptura através das mídias sociais. Um Presidente foi eleito com menos de R$2 milhões, R$3 milhões de gastos. Então, há um fenômeno acontecendo numa democracia vibrante. Ela oscila, ela tem agora alternância, tem os conservadores, tem os liberais, tem os sociais-democratas. Ela começa a se movimentar, mas as digitais dos equívocos passados estão aí. Uma enorme digital se chama plano Kandir, é uma das digitais, e tem outras, tem várias.

Então, eu queria começar justamente terminando aqui a introdução dizendo o seguinte: acredito nos nossos poderes independentes, acredito na mídia, que trabalhou muito bem nesses últimos 30 anos, demonstrando exatamente as nossas deficiências, corrigindo-as através da transparência e da opinião pública, a correção de rumos natural de uma democracia. O que caracteriza tanto uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

democracia quanto uma economia de mercado é justamente a existência de centros de decisão inteligentes, de processo de decisão inteligente descentralizado, que é o que nós temos: a mídia faz a parte dela, o Senado faz a parte dele, a Câmara dos Deputados faz a parte dela, a Presidência faz sua parte, os ministros fazem a sua parte, os empresários fazem a sua parte. E evidente: se o Governo tiver poder demais e gastar 45% do PIB como o nosso Governo gastava, ele vai necessariamente entortar, distorcer e criar sintomas perversos em todos os outros agentes econômicos. Ele pode influenciar indevidamente a mídia e o próprio Parlamento; e eu poderia citar dezenas de exemplos aqui, mas eu prefiro guardar para depois.

Então, eu estou iniciando dizendo o seguinte: eu acredito plenamente no vigor de nossa democracia. Eu, em nenhum momento, estive preocupado com fofoca, ruídos. Eu tenho certeza de que cada um vai fazer o seu papel. A democracia é madura o suficiente para saber que cada um no seu papel, cada um o que tem que fazer, as iniciativas que tem que tomar, e nós temos poderes que são independentes e vão convergir no maior interesse público do País, que é maior do que cada um individual, seja partidário, seja regional.

Então, eu quero começar dando esse depoimento inicial da minha fé inabalável nisso. Eu escrevo sobre isso há anos, acredito firmemente e acho mais: nós estamos nos aperfeiçoando ao longo do tempo, todos nós – oposição, situação, Governo, social-democrata, liberal-democrata. Todos estamos compreendendo o nosso papel, todos, tanto que, primeiro, a inflação batia em 5.000%, antes de o despertador tocar, agora bateu em 10%, e nós observamos um *impeachment* com bases de desequilíbrio fiscal; e um Governo frágil politicamente, com menos de 3%, 4% de aprovação popular, derrubou a inflação de 11% para 3,5% porque as instituições se aperfeiçoaram. Nós somos uma sociedade livre que sabe se proteger e proteger seus próprios interesses.

Bom, em segundo lugar, quero falar rapidamente sobre a natureza desses desequilíbrios e o que nós estamos fazendo para atacá-los. É mais uma explicação para o Senado em geral porque nós não tivemos ainda ocasião de conversarmos.

O nosso diagnóstico é muito simples, é esse que eu disse. Houve um excesso, um descontrole sobre os gastos públicos, e você, então, mergulha nos orçamentos públicos e vamos ver as fontes de desequilíbrio. A primeira e maior de todas é o desequilíbrio do sistema previdenciário, daí a reforma da previdência. Também não estou falando nada de novo. Aliás, a Lei Kandir vem pelo nome dado a um Deputado.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – É o nome de um Deputado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO GUEDES – É o nome de um Deputado, que errou na hora de fazer a reforma da previdência. Ele não errou na hora de apertar o botão da reeleição, mas ele errou na hora de fazer a reforma da previdência, ele estava distraído, mas não de fazer a reeleição.

Então, isso mostra como não era prioritária, como não era prioritária a reforma previdenciária naquele momento. O tempo foi passando. O Governo Temer se encerrou, e eu estive aqui em Brasília em novembro e dezembro pedindo para fazer uma infraconstitucional ou o que fosse, uma contribuição de um Congresso que estava indo embora, mas que pudesse ajudar numa reforma infraconstitucional, porque o problema previdenciário é muito sério, e o nosso sistema previdenciário está quebrando antes de a população envelhecer.

Na população brasileira, o envelhecimento está em torno de 10 a 11% – os idosos, como fração da população –, e nós já estamos com o sistema no limite. Golfadas de 40 bilhões, o déficit aumenta 40 bilhões a cada ano, o que é absolutamente insustentável.

Então, a nossa primeira medida foi justamente o ataque à previdência. A previdência tem várias deficiências. Eu não vou me estender sobre isso aqui agora, mas eu vou falar só de duas ou três, que são letais.

A primeira delas é justamente a insustentabilidade financeira. Há uma bomba-relógio demográfica. A pirâmide demográfica brasileira está virando, na verdade, um losango – já virou. Vai virar uma pirâmide invertida, e o sistema vai quebrar. Então, nós lançamos não só um sistema previdenciário que corrige... Ele precisa de potência fiscal, e aí, quando eu digo que nós precisamos de pelo menos R$1 trilhão, é a responsabilidade com as futuras gerações. Se fizermos menos de R$1 trilhão, não tem problema: nós estamos sacando contra nossos filhos e netos. Nós não poderemos lançar a nova previdência no regime de capitalização. Nós vamos ficar com a antiga e nós vamos condenar filhos e netos. Por nosso egoísmo, nossa incapacidade de fazer um sacrifício entre nós mesmos, nós vamos empurrar essa armadilha para nossos filhos e netos, nós vamos aprisioná-los na mesma armadilha. E essa bola está com o Congresso.

A segunda, eu vou mencionar só a segunda, grande e letal, é que os encargos sociais e trabalhistas são armas de destruição em massa de empregos: 46 milhões de brasileiros não conseguem emprego formal, porque os encargos são 100%. Para cada brasileiro empregado, um tem que ficar desempregado, porque custa dois. Então, isso também é algo que precisa ser atacado, e a nossa reforma tenta criar uma alternativa para as nossas futuras gerações.

Bom, mas, então, o primeiro ataque aos gastos era a previdência.

O segundo ataque é o endividamento em bola de neve, que é tema nosso aqui dos Estados – Estados, Municípios e a Federação. E eu tenho dito isso: nós gastamos um Plano Marshall por ano; são US$100 bilhões. O Brasil reconstrói uma Europa por ano sem conseguir sair da pobreza. Isso é um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

absurdo total, porque nós estamos carregando ativos que não têm essa rentabilidade. Então, você está carregando ativos... Os exemplos mais recentes foram da Eletrobras, quer dizer, havia risco de o Amazonas e também Alagoas mergulharem no escuro por falta de investimento em eletricidade. As estatais não investem, não têm capacidade financeira, também estão quebradas financeiramente. As subsidiárias da Eletrobras estavam quebradas, não conseguem investir, não deixam o setor privado investir, e com passivos trabalhistas colossais também. Então, essa armadilha do endividamento em bola de neve é o que também mutila hoje Estados e Municípios.

Bom, eu não vou falar de privatizações, abertura da economia, reforma tributária. Nós vamos fazer tudo isso ali na frente. Eu queria só deixar a mensagem de que há uma agenda positiva pela frente, mas eu queria me solidarizar, em nome da ideia de um pacto federativo ali na frente, me solidarizar com a seguinte concepção: o Governo Federal justamente, como ficou com recursos e poderes em demasia, centralizados, ao longo do caminho começou a criar contribuições não compartilhadas com Estados e Municípios, ao mesmo tempo em que foram retirados os poderes dos bancos estaduais. Então, os Estados foram mais ou menos circunscritos e principalmente prisioneiros de uma disparada de gastos.

Os gastos não só cresceram muito mais do que as receitas, mas, dentro dos gastos, vocês vão ver que os gastos com pessoal cresceram ainda mais do que os gastos gerais. Então, se você pegar as despesas primárias dentro de cada Estado e dentro de cada Município, os gastos com pessoal cresceram muito mais e, quando você mergulha nos gastos com pessoal, os gastos com inativos cresceram mais ainda, saíram de 26%, 27%, 28% para quase 38%, 39% de cada uma dessas rubricas de gastos. Então, claramente, hoje Estados e Municípios estão sem capacidade de gestão e cercados por gastos que eles não controlam – gastos com inativos, que eles não controlam, gastos com funcionalismo e pessoal, que eles também não têm capacidade de controlar, gastos com endividamento em bola de neve, que eles também no têm capacidade de controlar.

Então, o que eu tenho dito é que, embora... E nós vamos entrar no assunto de Lei Kandir, tudo isso aqui. A minha visão é que o buraco é muito mais profundo e o mal é sistêmico. A solução não é 1,9 bilhão, que é a Lei Kandir a cada ano, quer dizer, é muito pouco para salvar os Estados a cada ano e é demais se alguém quiser pagar o passado, que são 39 bilhões, que não existem. Hoje nós estamos tendo que contingenciar 29 a 30 bilhões porque o déficit já é 139 bilhões, ou seja, temos um déficit hoje de 139 bilhões e estamos tendo que contingenciar, porque senão ele vai para 169 bilhões. Então, a discussão hoje é um perde-perde. Só que nós temos uma visão de futuro extraordinariamente construtiva. E eu acho que vamos trabalhar juntos para fazer isso. Eu não tenho dúvida.

Eu tenho conversado com Governadores de oposição, tenho conversado com Prefeitos de oposição e, num momento como esse, não há oposição ou situação. Nós estamos discutindo o orçamento e os orçamentos públicos. E a ideia do pacto federativo... E eu estou muito honrado de ter aqui não só o convite do Senador Omar, mas do Presidente do Senado, Senador Davi Alcolumbre,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque eu acho que, da mesma forma que nós mandamos uma reforma da previdência para a Câmara dos Deputados, nós deveríamos examinar a conveniência – e aí é uma coisa em que a classe política que tem assumir este protagonismo – de mandar o pacto federativo para o Senado, porque se trata de redesenhar, não é só salvar este ano as finanças de Estados, Municípios e da União; trata-se de redesenhar as finanças públicas no Brasil, corrigindo esse mal sistêmico que vem do modelo econômico, com esses recursos centralizados excessivamente no Governo Federal – atribuições, recursos, tudo no Governo Federal. Isso tem que ser descentralizado. O Ceará é como se fosse a Itália, Minas Gerais é como se fosse França, São Paulo é como se fosse a Alemanha, o Rio é como se fosse a Espanha. São países. O Brasil é um país de dimensão continental, que já tem uma moeda única há muito tempo, não é como a Europa, que fez o euro agora. Nós já temos a nossa moeda há muito tempo. Então, nós precisamos descentralizar esses recursos.

E a execução... Uma coisa é a classe política recuperar – e essa é a ideia um pouco do pacto federativo – o controle sobre os orçamentos públicos. Vamos desvincular, vamos desobrigar, vamos desonerar, vamos descentralizar os gastos dos orçamentos públicos. E a classe política é convidada a assumir o protagonismo.

Em qualquer lugar do mundo, a classe política não vem para disputar 0,2 ou 0,3 ou 0,4 de emenda impositiva, que é um balãozinho de oxigênio para tentar respirar mais seis meses pela frente. O que se discute no mundo inteiro, um Congresso discute no mundo inteiro, é: "O que nós vamos fazer com os orçamentos públicos?". Chegam a quase 4 trilhões, quase 5 trilhões. O da União é 1,5 trilhão, e a gente fica discutindo aqui se vai 1,5 bilhão da Lei Kandir, se vai ou se não vai.

Então, a proposta do pacto federativo é redesenhar. E evidentemente ninguém é revolucionário. Ninguém vai, do dia para a noite, salvar um Estado e quebrar a União. É suicídio. Agora, nós temos que lançar para o futuro... E o futuro já chegou, porque nós vamos, este ano ainda, desentupir o problema da extração do petróleo, que, por um desentendimento entre vários orçamentos – e houve até também uma conversa sobre cessão onerosa também, que envolveu o Congresso –, por falta de entendimento, nós estamos num perde-perde, aprisionados com orçamentos mais baixos do que poderiam ser caso nós tivéssemos já acertado como acelerar a extração de petróleo, porque nós podemos acelerar.

E estamos falando de algo entre US$500 bilhões e US$1 trilhão nos próximos 10 a 15 anos, que vão redesenhar as finanças públicas brasileiras, porque, ao contrário do que é hoje, que a União tem 100% dos recursos, embora esteja escrito que, por lei ordinária, se possa mexer nessa distribuição, o que nós estamos pensando é em justamente inverter a distribuição atual de recursos. A distribuição atual de recursos fica em torno de 65%, quase 70% com a União e 35%... Não chega a 40%, 38% com Estados e Municípios. Nós queremos inverter isso na margem, nós queremos fazer 70% para Estados e Municípios e 30% para a União. A ideia é corrigir a hipertrofia do Governo Federal no tempo, descentralizando recursos para Estados e Municípios.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, isso está ao nosso alcance, isso é a essência do pacto federativo. Eu acho que isso é uma pauta extraordinariamente importante não só para o Brasil, mas para a própria classe política.

A classe política tem duas opções: uma, ficar discutindo a previdência um ano. E não interessa se você é oposição ou situação. Fique a oposição atacando a reforma da previdência um ano também e depois tente ser eleito ali na frente, em vez de resolver, atacar frontalmente o problema. Você imagine se o Governo decidir o seguinte: "Então, está bom. Vamos mandar uma emenda que diz que para quem está a favor da reforma da previdência, votar a favor, aplique-se; quem não estiver, nós vamos respeitar a vontade soberana do povo daquele Estado, não será aplicada a menos que a assembleia local autorize". Vai ficar uma situação desagradável para quem ficar atacando de graça, sem reconhecer que há um problema dramático para os Estados e Municípios também geridos pela oposição.

Então, o que eu acho é que nós temos que atacar isso frontalmente nos próximos dois, três, quatro meses, e abrir uma pauta construtiva imediatamente após, que é exatamente a pauta do pacto federativo, que já pode ser coconstruído por todos os agentes agora. Nós estamos já com a coisa bastante bem andada, mas ela é uma coisa ainda fria, ainda técnica, ela não teve ainda o sabor da política. E nós queríamos começar essa interação já, para daqui a três, quatro meses, isso feito em conjunto pelo Congresso com o Executivo. Nós então temos uma discussão interessante pela frente. Como é que nós vamos já ir aos orçamentos, como vamos redistribuir esses recursos, descentralizando no tempo.

Eu estou entre os economistas que não criticam dois aspectos fundamentais da Constituição de 1988. Depois de 20 anos com recursos centralizados e investimentos em infraestrutura física, máquina, equipamentos, etc., que foi a infraestrutura brasileira construída pelo regime militar, o que fizeram os Constituintes em 1988? Eles carimbaram o dinheiro dizendo: "Olha, vamos investir em saúde e educação, resgate da dívida social. Vamos investir no trabalhador brasileiro." E, ao mesmo tempo, disseram o seguinte: "E o faremos de forma descentralizada, reempoderando a classe política." Disseram: "Olha, tira o dinheiro dos ministérios lá em Brasília, e vamos jogar o dinheiro para Estados e Municípios."

Os representantes do povo são os Governadores, são os Prefeitos, foram eleitos para gerir, não para ter o dinheiro 96% carimbado e vir correndo a Brasília pedir dinheiro a um suposto superministro. Ficar pedindo dinheiro para ministro é uma disfunção. O sistema está torto. Como o sistema econômico está torto, ele deformou a política também.

Então, do ponto de vista, primeiro, da crença no nosso processo de resolver problemas através do aperfeiçoamento das nossas instituições; segundo, este meu depoimento a respeito da minha convicção de que o problema é sistêmico e tem a ver com essa centralização de recursos no Governo Federal e que nós podemos construir uma saída e um País melhor com o pacto federativo, atacando esse problema um pouco à frente, porque o problema da previdência é de sobrevivência este ano ainda e o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

problema do pacto federativo é como redesenhar o futuro do Brasil, fortalecendo instituições democráticas e, principalmente, a descentralização de poder. Finalmente, o aspecto do endividamento em bola de neve e quais são os remédios que nós estamos desenhando para isso.

Eu tenho interagido com Prefeitos, com Governadores, e a nossa equipe desenhou um programa com três dimensões, que eu gostaria de comunicar aos senhores.

Uma deve ser anunciada em menos de 30 dias, que é a dimensão de curto prazo, é o que nós chamamos de Plano de Equilíbrio Financeiro, que é basicamente dar um fôlego financeiro aos Governadores que estão sendo vítimas de heranças que receberam. O Governador acabou de entrar e já pega um Estado com...

Vou dar um exemplo. Aliás, eu posso dar vários. Eu não quero cair num particular, mas eu tenho conversado com os Governadores. O Governador assume e está devendo três meses de salário, está devendo fornecedor, está devendo todo mundo. Ele não fez nada de errado, ele simplesmente chegou lá e... Quebraram o Estado antes de ele chegar, o Estado foi quebrado. Chegou na hora errada, ganhou a eleição no momento errado. Ora, então, nós estamos lançando um programa que nós chamamos de plano ou programa de equilíbrio financeiro.

Já separamos, no orçamento monetário, 10 bilhões, mas eu acho que nós vamos conseguir aumentar isso, dependendo justamente de a reforma da previdência passar. Se nós começarmos a avançar nessa direção, vai se abrir naturalmente uma folga fiscal e nós poderemos aumentar isso.

Essa primeira dimensão, esse Plano de Equilíbrio Financeiro, foi elaborada pelo Ministro Waldery, pelo Mansueto, pessoal que já tem experiência. Quando eu cheguei, conversamos e desenhamos esse programa de emergência. É a primeira camada de ataque ao problema de desequilíbrio fiscal.

Uma segunda camada se destina a atacar exatamente o problema da Lei Kandir, mas não só da Lei Kandir: também do FEX, que é o fundo das exportações. Lei Kandir é 1,9 bilhão por ano; o FEF também é um pouco menos de 2 bilhões. Então, os dois juntos são menos de 4 bilhões. Nós desenhamos um programa bem maior do que isso. Todos os Estados ganham, e ganham mais do que ganhariam se estivessem funcionando o FEX e a Lei Kandir.

Então, isso já está desenhado também. Isso é um projeto de lei, vai ter que passar evidentemente por aqui. E isso aí, na verdade, dá estabilidade, dá previsibilidade, o que nem a Lei Kandir nem o próprio FEX têm hoje. Isso é uma espécie de aposta já no futuro, porque nós acreditamos, exatamente, que essa construção do futuro passa por Estados e Municípios saberem que nós estamos comprometidos com essa descentralização de recursos. Então, nós vamos ter que dar um jeito de ir apertando o Governo Federal para ir abrindo essa possibilidade. Então, em vez de ficar discutindo só o para trás, eu queria justamente dizer o seguinte: nós estamos lançando uma coisa que é maior do que o FEX e a Lei Kandir

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

somados, e esses recursos virão exatamente dessa folga financeira que deverá chegar à União quando desentupirmos esse problema do petróleo que estava acontecendo. Então, é uma segunda dimensão.

E a terceira dimensão, que é a maior de todas... Então, é como se fosse assim: a Lei Kandir... Desculpem-me, o Plano de Equilíbrio Financeiro: o Governador que assumiu e que está com três meses ou quatro meses de atraso vai lá e redesenha o ajuste que ele vai fazer.

Há um exemplo específico que eu vou dar, de um Estado – não vou mencionar o santo; vou contar só o milagre. Ele já se comprometeu com o ajuste: no primeiro ano, tem 1 bilhão; no segundo ano, 2 bilhões; no terceiro, 3; e no final, 4. Ora, ele pegou o carro com o tanque vazio e, aí, ele vai ficar fazendo sacrifício durante quatro anos e entregar com o tanque cheio para o sucessor? Não, deixe-o antecipar os recursos e, em vez de gastar nada agora e muito lá no final, nós vamos tornar previsível e homogênea essa capacidade dele de gasto. Então, ele vai gastar um pouco mais do que ele poderia gastar agora e um pouco menos do que ele iria gastar lá no futuro. Essa é a essência do plano, que eu chamo de Plano Mansueto, plano de equilíbrio financeiro.

Depois disso, há o nosso Plano Waldery, que é o nosso Secretário das Finanças aqui, que se debruçou sobre isso. Eu falei: "Waldery, tudo bem, salvamos um ano, dois anos com isso. Agora, vamos olhar para a frente, se estivéssemos redistribuindo isso." E nós vamos redistribuir de várias formas, porque nós vamos marchar em várias direções para todo mundo entender que é um compromisso.

O "mais Brasil"... E eu até tenho usado "menos Brasília", e as pessoas interpretam mal. O Governador Ibaneis me pediu ontem para não dizer nunca "menos Brasília", porque ele é Governador do Distrito Federal. Mas é a imagem justamente de descentralização de recursos, poderes e atribuições. Então, com essa ideia de descentralizar, nós queremos mostrar o nosso comprometimento e vamos, então, abrir esse espaço de qualquer forma.

Por exemplo: o Governo Federal criou várias contribuições não compartilhadas. O que nós estamos fazendo? Nós vamos fundir isso tudo num imposto único federal compartilhado. Então, nós vamos compartilhar. Não vai haver imposto não compartilhado. Quando a União se salvou lá atrás e jogou Estados e Municípios ao mar... Nós vamos reverter isso, nós vamos compartilhar e vamos simplificar os impostos. Então, vai existir o Imposto Único Federal compartilhado com Estados e Municípios.

Então, essas provisões nós estamos fazendo, e esse plano do Waldery vai garantir que, tanto sobre a Lei Kandir quanto o Fundo de Exportações, não haja mais conversas. Ele vai provar que, linha por linha, ano por ano, Estado por Estado, vai haver ganho para todo mundo, para ninguém nunca mais se lembrar da Lei Kandir e achar que nós não estamos... E, sobre isso – depois nós vamos ter os debates específicos –, a turma me alerta que já cessou a validade da lei no sentido de que já chegamos a 80% da receita vindo do ICMS na origem. Então, já está tudo... Mas, independentemente disso, dessas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

discussões... Eu não quero nem entrar nelas, porque eu prefiro olhar para o ganha-ganha do futuro a ficar discutindo um passado que não resolveu a vida de ninguém: nem a União fez, nem os Estados receberam.

E, finalmente, a terceira dimensão – só para terminar e entrar nas perguntas –, que é a mais importante: é a que eu chamo de Pacto Federativo, que é para realmente desentortar o Brasil. Eu usei, durante a campanha, essa imagem. Você, quando vai a países onde o Congresso realmente decide a alocação dos recursos públicos, ou alguém que foi votado... Ninguém votou no ministro. Quem foi votado foram os representantes: foi o Prefeito, foi o Deputado, foi o Governador. Então, a classe política tem que assumir os orçamentos, tem que assumir os orçamentos. Hoje é o contrário: 96% do dinheiro estão carimbados e, relativamente aos outros 4%, há um superministro que manda, seja da saúde, seja da fazenda. Isso está equivocado...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO GUEDES – ... está totalmente equivocado. Então, nós vamos redesenhar isso.

Você sente a presença do Estado... Se você for aos países onde se trabalha o ano inteiro para desenhar o orçamento... E a função do Congresso, evidentemente, é essa, quer dizer, vem-se a Brasília e se define o que nós vamos fazer, quais são as verbas, o que nós vamos fazer. Agora, decidir como fazer cabe ao Poder Executivo descentralizado.

Nós vamos fazer educação. O dinheiro tem que estar todo aqui, com o Ministro da Educação, aqui em Brasília, ou o dinheiro tem que estar com os Governadores, que fazem educação? E, na verdade, o Ministro da Saúde, o que faz? Desenha políticas públicas de saúde, porque quem vai tocar é quem está na porta do hospital, quem sabe do que precisa – de dinheiro, ambulância –, são os homens que foram eleitos, que têm votos, que estão lá embaixo, na execução.

Não é acidente os índices de educação terem melhorado em alguns Estados onde os Governadores foram efetivos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO GUEDES – ... que os índices de saúde melhoraram em outros, onde os Prefeitos foram mais efetivos. Então, este é o jogo da democracia: os recursos têm que ser descentralizados.

Então, eu termino aqui dizendo que o pacto federativo é a grande aposta para reverter... Será algo entre US$500 bilhões e US$1 trilhão nos próximos dez, doze, treze, quinze anos no máximo. Esses leilões de petróleo serão um sucesso, todo o nosso contato lá fora tem sido nesse sentido. Quer dizer, vai haver fila. Se vocês já estão vendo ágio para aeroporto e para essas coisas que são menores, vocês vão ver o que vai acontecer no petróleo! Nós vamos fazer uma revolução também de energia barata, de gás também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, há uma agenda positiva extraordinária vindo por aí, agenda que é boa para todos, é boa para a oposição também. O discurso é bom para todo o mundo se nós trabalharmos direito.

Obrigado.

Abrimos para as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Ministro.

Nós temos, até o momento, 26 inscrições aqui. A proposta da Mesa é que façamos blocos de cinco, cada Senador ou Senadora usaria cinco minutos. Ou querem diminuir o tempo dos Senadores?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Três minutos.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE. *Fora do microfone*.) – Três minutos, blocos de três, para dar mais agilidade.

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) – Eu estou aqui para ouvi-los. Eu não vou tomar uma decisão, até porque eu quero dar agilidade.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE. *Fora do microfone*.) – Três minutos, blocos de três.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Três minutos, blocos de três.

Vai falar primeiro... São três Senadores os autores do requerimento: Senador Luis Carlos, Senadora Eliziane e Senador Tasso Jereissati.

Falarão o Senador Luis Carlos Heinze, autor do requerimento, depois a Senadora Eliziane Gama e, depois, o Senador Tasso Jereissati, por três minutos. Aí o Ministro responde, e a gente continua.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE. Pela ordem.) – Eu vou ter que me retirar porque acontece agora a abertura da MP do Saneamento e eu tenho que estar lá presente, mas volto em seguida. Queria solicitar uma troca com o Senador Esperidião Amin. Ele iria para terceiro...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, o Senador Luis Carlos está trocando com você.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – No final eu estou dormindo... (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Tasso Jereissati com a palavra. O Senador Luis Carlos vai ser o terceiro, no seu lugar – ele já abriu mão. Pode falar, Senador.

Obrigado, Senador Luis Carlos.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE. Para interpelar Ministro.) – Sr. Presidente, nosso Presidente que nos dá a honra aqui com a sua presença, Srs. Senadores, Sr. Ministro, Srs. Secretários do Ministério da Economia, primeiro eu gostaria de fazer algumas observações sobre o que V. Exa. aqui falou.

Eu diria a V. Exa. que, se não estou muito errado, existe aqui hoje, pelo menos no Senado Federal, na Câmara eu não tenho condições de falar... Eu não me lembro de uma época em que houve uma boa vontade tão grande do Congresso em relação a uma reforma da previdência, e suprapartidária. Não existe aqui – e é importante que V. Exa. tenha essa consciência – uma oposição organizada tentando impedir a reforma da previdência. Pelo contrário, é quase consenso que a reforma tem que ser feita – evidentemente, existem ali eventuais discordâncias pontuais. Portanto, essa impressão que às vezes passa, de que existe uma oposição, de que a oposição quer isso, de que a oposição quer aquilo, eu acho que é um pouco equivocada. Aqui existe, por exemplo, um dos maiores opositores da previdência, que eu vejo aqui, que é membro do partido do Presidente da República. Então, não é uma questão partidária hoje, até porque os partidos estão bastante diluídos, em várias siglas, e fragmentados.

É possível se construir, sim, um consenso positivo em relação à previdência. Eu mesmo, que... Aparentemente o Presidente Davi me designou como Relator de uma comissão no sentido de nós podermos abreviar, discutir paralelamente aqui no Senado o que está sendo discutido na Câmara, para que, quando chegar aqui o projeto, nós estejamos já bastante adiantados no debate sobre o assunto.

Preocupa-me certa disposição de criar uma oposição que não existe. Não é esse o clima que existe aqui. No entanto, é preciso também deixar bem claro que, quando – e me permita – V. Exa. fala que houve pouca atenção à reforma da previdência, por exemplo, na época da votação equivocada do Deputado Kandir, eu não posso concordar com V. Exa. Essas coisas acontecem com as melhores famílias da Inglaterra e de Sobral, aqui do Senador Cid Gomes. Essas coisas acontecem, não foi por causa de nenhuma falta de atenção; derrotas acontecem no Parlamento, vão acontecer agora e acontecerão sempre. A disposição nossa é essa.

A questão fiscal é prioritária para a gente. Na minha opinião, a questão do pacto federativo é uma questão importantíssima, mas não é o momento para essa discussão entrar aqui. Nós temos que estar focados na reforma da previdência. Se nós fizermos isso sem abrir discussões desnecessárias, sem entrar em questões absolutamente irrelevantes, nós vamos conseguir isso, pelo menos aqui no Senado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É essa a colocação que eu queria deixar para V. Exa.

Eu vou ter que sair, mas volto imediatamente.

E também não posso deixar de, depois, tentar entender com V. Exa. por que é que V. Exa. viu como um governo de esquerda o Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Eu queria entender melhor essa sua definição de esquerda de Pedro Malan, André Lara Resende e outros. Eu queria entender melhor...

O SR. PAULO GUEDES (*Fora do microfone*.) – Social-democracia.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE. *Fora do microfone*.) – No nome.

O SR. PAULO GUEDES – É o centro. É social-democracia. O que nós não tivemos foi a liberal-democracia. Nós não tivemos, nem temos no momento. Vamos tentar formar uma liberal-democracia.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – O Gustavo Franco, por exemplo... Essa esquerda que eu não...

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE. *Fora do microfone*.) – É um esquerdista vibrante. (*Risos.*)

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – Gustavo Franco é um comunista perigoso...

O SR. PAULO GUEDES – Não, não. (*Risos.*)

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – Mas essa questão eu queria depois...

(*Soa a campainha.*)

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – ... com V. Exa. discutir com calma. Quero entender qual é esse modelo de direita.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senadora Eliziane.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, V. Exa. trocou com o Senador Tasso. O senhor é o terceiro agora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Não, mas eu posso... O Heinze pode falar antes de mim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ah, está bom. Então, o Senador Luis Carlos... É porque houve uma troca.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Não, ele pode falar, eu prefiro.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, ela é a segunda. É a senhora. Ele trocou.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Não, mas, na verdade, não há nenhum problema o Heinze falar, sem problema.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É que, como houve uma troca de lugar, ele passou a ser o terceiro, no lugar do Senador Tasso. É a senhora agora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA. Para interpelar Ministro.) – Cumprimento o Sr. Presidente, as senhoras e os senhores, o nosso Presidente Davi, o Ministro Paulo Guedes.

Ministro, primeiramente, falando da questão da Lei Kandir, o senhor fez algumas exposições e a referência acerca dos R$39 bilhões em perdas. Eu não sei se eu entendi muito bem, mas, na verdade, esse é um valor anual; nós temos uma perda anterior acumulada nos últimos anos em função da qual nós chegamos ao valor de R$548 bilhões. No meu Estado, por exemplo, nós temos perda acumulada em R$11 bilhões, e temos, inclusive, uma participação importante no PIB Nacional a partir da grande produção de soja que nós temos.

A minha pergunta é especificamente sobre a Lei Kandir, Ministro.

Primeiramente quero saber qual será a ação mais direta – digamos assim. Primeiro nós temos as colocações feitas, e me parece – não tenho um ponto de vista formal, mas a gente acompanhou na imprensa – que, na semana que vem, a Câmara poderá votar o projeto de lei que trata dessa questão de compensação, portanto estabelecendo os R$39 bilhões/ano para o Governo. Eu queria saber se o senhor vai se antecipar a essa pauta, fazer uma proposta; se existe um entendimento, por exemplo, de fazer o encontro de contas entre a dívida dos Estados e esse crédito da Lei Kandir – da dívida dos Estados com a União e esse crédito da Lei Kandir –, dando aí um fôlego para os Estados, inclusive com a possibilidade de buscar novas operações de crédito. Aliás, o meu Estado está sofrendo muito com isso.

O tempo é muito pouco, só três minutos!

Já pergunto ao senhor se há algum entendimento em relação a essa formatação dos critérios para novas linhas de crédito. Por exemplo, o nosso Estado sofreu muito, porque tem duas posições A e uma posição C. No somatório dos três, poupança, liquidez... E acaba tendo uma na posição C. No somatório

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dos três, ele vai para o C, o que não me parece algo muito justo, não há um meio termo entre essas três posições. Queria saber se o senhor tem algum entendimento nesse sentido de avançar e fazer uma nova adequação, inclusive através de uma decisão, se não me foge à memória, da Secretaria do Tesouro Nacional, que fala especificamente sobre esses pontos específicos de delimitação em relação a novas linhas de crédito.

Por fim, queria perguntar ao senhor sobre a reforma da previdência. Pergunto isso como mulher da Região Nordeste brasileira, como alguém que sabe exatamente o que significa, por exemplo, a vida do trabalhador rural. Nós temos, quanto a vários pontos que foram apresentados na reforma da previdência, algumas questões. Por exemplo, a elevação da idade mínima da mulher do campo para 60 anos. Nós temos uma média já de aposentadorias de 7 anos: ela começa e, só 7 anos depois, consegue essa aposentadoria. Se nós aumentarmos para 60 anos, nós vamos ter quase aos 70 anos a possibilidade de essa mulher do campo ter a sua aposentadoria. Muitas delas, Ministro, já poderão até estar mortas, porque a expectativa de vida da pessoa do campo é bem menor do que e expectativa de vida da pessoa urbana.

Nesse sentido, há a questão também do BPC. Nós tivemos aí uma redução para R$400,00. Ou seja, só terá um salário mínimo aos 70 anos de idade. Para mim, fica muito clara a possibilidade real de termos idosos em situação de mendicância no Brasil novamente. Isso é um problema gravíssimo! O que é que nós vamos ter nos próximos anos?

E, nesse somatório geral, quando o senhor faz... E a gente viu aí as apresentações gerais feitas pelo Governo mostrando uma economia de R$1 trilhão, R$1,3 trilhão (um trilhão e trezentos bilhões de reais). Dados que foram apresentados por estudos desta Casa apontaram, por exemplo, que a questão da aposentadoria rural, que a questão da redução da idade mínima da mulher do campo e a questão do BPC não chegam a 8% desse total. É um valor muito pequeno num montante muito grande, mas o impacto na vida dessas pessoas vai ser uma coisa terrível! Aí pergunto ao senhor: não há outra saída?

Aí, por exemplo, você vê o militar. Você tem uma redução, em tese, de R$93 bilhões, mas tem uma implantação de 80 bilhões, ou seja, essa implantação também não foi considerada para o trabalhador rural, para o professor, enfim, para vários profissionais que, inclusive, têm situações de insalubridade e precisam de compensação. O atendimento que foi dado aos militares não foi dado a essas outras categorias profissionais de trabalho. Então, eu queria saber se nós não temos outra saída.

Para finalizar, ainda neste minuto que nós resta, quero falar de algo referente a esse valor final. É necessário mesmo termos essa economia de R$1 trilhão pelos próximos dez anos? Se não a tivermos, o que vai acontecer?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E a última pergunta, Ministro: o senhor, não aprovando a reforma da previdência, sai do Ministério? Foi colocado isto algumas vezes, que é impossível continuar; foi colocado, inclusive, pela imprensa. O senhor entrega se não for aprovada?

E eu lhe peço, em nome das mulheres, como neta de trabalhadores rurais, em nome da Região Nordeste brasileira, peço-lhe de coração e de alma, Ministro: reveja esses pontos em relação ao BPC e em relação à aposentadoria rural, à aposentadoria do campo.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – E do Norte também!

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – E do Norte do meu amigo Eduardo!

Em relação à questão do trabalhador rural – para finalizar, Presidente. Parece-me que o maior problema é a questão das fraudes. Nós já temos uma MP, que já veio para cá, do INSS. Então, se temos essa MP, para que pesar mais a mão em cima deles aumentando a idade mínima? Para que pesar mais sobre ele reduzindo o valor do BPC, que é para pobres, para miseráveis, para pessoas com deficiência? Então, não me parece justa essa colocação e essa decisão que foi feita em relação à reforma da previdência.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Luis Carlos Heinze com a palavra.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Para interpelar Ministro.) – Sr. Presidente Omar, Sr. Presidente Davi Alcolumbre, Sr. Ministro, senhores secretários, cumprimento-os.

Nós tínhamos conversado, Sr. Ministro Paulo Guedes, em relação a estarem presentes os Governadores. O Senador Tasso havia colocado: "Quem sabe a gente faz uma abordagem geral sobre a situação econômica do País e depois nós entramos com os Governadores?" Mas, numa outra oportunidade, nós queremos que os Governadores estejam presentes também, porque todos eles têm dívidas, dos Estados, sob a Lei Kandir.

Primeiro, sobre a Lei Kandir. Há estudos feitos pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará segundo os quais os Estados deixaram de arrecadar, ao longo da Lei Kandir, 812 bilhões e receberam 175 bilhões. Portanto, há um déficit de 637 bilhões – esse é o déficit da Lei Kandir. Aí nós temos aqui quatro ex-Governadores: Santa Catarina, Ceará, Rondônia e também do Amazonas.

E com relação às dívidas que os Estados têm hoje com a União. Segundo relatório do Banco Central, nos temos 662 bilhões, é o que os Estados devem. É praticamente um encontro de contas. A Senadora Eliziane também falou pelo Estado dela, mas vale para todos os Estados. No Rio Grande do Sul

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

– o Senador Lasier está aqui; o Senador Paim não está, mas deve retornar –, a situação é insustentável, assim como na grande maioria dos Estados hoje. O maior devedor é São Paulo. Nós somos o quarto maior devedor

Cito dados de um auditor fiscal do Rio Grande do Sul – e aqui é o ponto importante que eu quero colocar –, o Dr. João Pedro Casarotto, aposentado. "Em valores de dezembro de 2017, o Rio Grande do Sul tomou 32,6 bilhões. Já pagou, até lá, 42,2 bilhões e devia, em dezembro de 2017, 58 bi." Aqui está o abuso e o absurdo que foi colocado em cima dos Estados! Se nós pegamos de 1999 a 2017, deu 1.379% entre juros e indexador; a inflação no período foi de 237; a poupança, 341; o IGPDI, 342. Portanto, esse juro mínimo de 6% ao ano fez com a dívida saltasse de 340 para 1.339! Enquanto isso, o BNDES – não é culpa de V. Exa. -, ao longo dos últimos anos, concedeu empréstimos generosos para empresas a 7% ou 8% ao ano, tomando da União dinheiro para pagar essa conta. Agora, os Estados, que têm professores, brigadianos, sei lá, toda essa situação que têm hoje, estão numa situação insustentável. Portanto, esses números aqui falam por si sós: os Estados não aguentam. Por isso, tem de haver uma negociação diferente. E, aí, Senador Omar, é a primeira conversa entre tantas que nós teremos, porque nós queremos levantar essa questão.

O meu Estado, em novembro do ano passado, devia 64 ou 65 bilhões. O Governador Sartori ficou quatro anos e não pagou a folha em dia – quatro anos! O atual Governador chegou há três meses e ainda não está pagando a folha em dia, e não vai conseguir pagar. E isso porque ele tem uma liminar na Justiça!

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Isso com liminar do Supremo Tribunal Federal!

Portanto, temos que focar nessa questão, tem que haver um encontro de contas, nós temos que discutir essa situação.

Quanto às medidas que V. Exa. coloca: eu até entendo que são necessárias, mas o que nós temos que fazer é ajustar a situação. Os Estados não aguentam pagar o que pagaram: juro de agiota praticamente em cima de um ente da Federação, a União com o Estado, não é uma dívida de uma empresa com um banco.

Essa é uma situação que eu quero colocar, nós temos que reavaliar essa posição, porque é insustentável a forma pela qual a dívida chegou aos Estados. Se os Estados forem perdoar, nós temos que resolver... E os Estados estão se ajustando ao longo dos anos, como a União. V. Exa. já demonstrou também que tem que fazer um acordo com a União. O crescimento da folha e tantas despesas mais, ninguém aguenta essa situação. Portanto, tem que reduzir as despesas, nós teremos que reduzir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, a proposta que eu lhe deixo: temos que voltar a conversar em cima desses números escancarados que nós temos aqui, em cima dos indexadores, que foi a inflação...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – ... que foram os indexadores que o Brasil teve ao longo desses anos e o juro que foi cobrado ao longo dos anos, o que inviabilizou praticamente os Estados e Municípios do Brasil em cima da negociação das dívidas com a União.

Essa é a nossa colocação.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador.

Com a palavra o Ministro Paulo Guedes.

O SR. PAULO GUEDES – Não está aí o Senador, mas eu faço questão de fazer uma breve consideração a respeito...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PAULO GUEDES – Mas é interessante para todo mundo saber, já antecipadamente – depois eu posso falar com ele também –, o seguinte: eu estou usando esse negócio de esquerda e direita como uma simplificação ante o caos. É que as pessoas ficam com medo: "O que está acontecendo no Brasil politicamente? É o caos, é caos!"

Não. Houve, pela primeira vez, uma candidatura que ocorreu nas mídias alternativas em vez de correr na mídia oficial. Apesar de ser alguém que estava com vocês aí há 30 anos, era considerado um *anti-establishment*. E a simplificação que eu vejo é a seguinte: foi uma aliança em torno de valores, princípios, costumes, segurança, alguns valores desse tipo, e mais uma aliança com liberais; então, virou uma espécie de aliança de centro-direita. E quase que, por definição... Durante esse combate da eleição, se definiu mais ou menos o seguinte: ou é pessoal da esquerda ou é de centro-direita, o que é uma simplificação. No fundo, a gente sabe que não é isso. No fundo, a gente sabe que um social-democrata bem centrado está muito próximo de um liberal-democrata, e eles estão muito longe dos extremos, seja da extrema direita ou da extrema esquerda. É só uma simplificação perante o choque que foi a eleição. E todo mundo: "O que está acontecendo?" Eu tive que explicar isso lá fora.

Lá foram as pessoas diziam: "O que houve? O que está havendo no Brasil? A democracia está em risco?" Eu: "De jeito nenhum, não há risco nenhum, simplesmente o polo de gravidade saiu daqui e foi para o outro lado agora; da mesma forma que ficou 30 anos de um lado, agora andou um pouco para o outro lado."

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bem, é só uma simplificação, nenhum conteúdo ideológico mais dramático.

A Senadora Eliziane colocou três questões interessantes. A primeira, e é justamente... É muito interessante isso porque é bem parecido com o que foi dito a respeito do encontro de contas, do endividamento bola de neve.

Quando a pimenta está nos olhos dos Estados, aquela dívida cresce, é uma loucura. A Lei Kandir é o contrário: é a dívida crescendo em cima da União e, aí, vira 600 milhões, 500 milhões, são números absurdamente estonteantes. Eu sempre digo que é um modelo econômico equivocado. Se o juro fosse 0,25%, 1% ao ano, como foi durante 10, 15, 20 anos em várias economias do mundo, a dívida não matava ninguém. Agora, no Brasil, é mortal. Se, realmente, o Congresso aprovasse agora que o Governo Federal tem que pagar essa dívida para os governos estaduais, o Governo Federal quebraria, acabaria o Governo Federal, da mesma forma que hoje estão quebrados os Estados.

Então, esses juros astronômicos que o Brasil tem são consequência direta do excesso de gastos. Como os governos se endividaram excessivamente, eles saíram aumentando os impostos, saíram subindo os juros para se financiar, e o resultado é esse desastre nas contas públicas nacionais, em que um excelente Governador consegue só sobreviver. Aliás, eu tenho profunda admiração por alguns que conseguiram fazer coisas interessantes, como melhorar a educação, fazer coisas ainda importantes apesar disso. Houve gente até que não perdeu o banco estadual: na época, quando tiraram os bancos estaduais dos Estados, havia gente que não precisava entregar banco estadual porque as finanças estavam em ordem, mas a Federação foi lá e tomou o banco de todo mundo mesmo.

Então, eu reconheço esse problema de os juros criarem contas absolutamente...

A primeira pergunta sua para mim foi: "O que vocês vão fazer com esses 39 bilhões por ano?"

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Mas o senhor reconhece esse valor?

O SR. PAULO GUEDES – Não...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Mas o senhor reconhece o valor dos quinhentos...

O SR. PAULO GUEDES – Não, deixa eu falar.

O TCU olhou esse troço todo, isentou e disse... O Supremo disse que houve uma cessação em 2003, porque justamente a arrecadação vinda de ICM no destino atingiu 80%, ou seja, só valia enquanto essa perda de receita fosse menor do que 20%. O dia em que essa perda passou de 20% acabou. Então, isso já cessou lá atrás.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas ficam esses números malucos lá de trás. Se você for olhar esses números com os juros que vigoraram nesse período inteiro, verá que é como a Ilha de Manhattan: ela foi vendida por um dinheirinho que, se trouxer para hoje, você vende a ilha toda e não dá para pagar.

Juros compostos são um fenômeno dilacerante do ponto de vista financeiro, ninguém sobrevive. Então, não me surpreende que os Estados estejam *in a corner.* Da mesma forma, se o TCU, o Supremo ou o Congresso dessem causa ganha para os Estados contra a União, a União acabaria, quebraria, porque ela não tem os 700 bilhões para pagar agora de jeito nenhum.

Então, isso é um problema sério. Eu estou nos convidando a construir para o futuro, porque eu acho que, se a gente for nessa linha, para trás, são mais 10 anos de... Porque, aí, a União falaria: "Não, então está bom, parem os programas todos, deixa todo mundo quebrar, vai todo mundo para a Justiça." É um perde-perde, o Brasil vai se paralisar. Eu prefiro construir para frente do que judicializar o passado. Aliás, esta é a história nossa: nós temos judicializado e nós não saímos do lugar, nem o petróleo sai do chão na cessão onerosa, nem os Estados recebem o fundo de exportação, nem recebem a Lei Kandir, ninguém anda para lado nenhum. Eu prefiro andar para frente.

Mas vamos conversar sobre tudo isso. Nossa equipe tem conversado sobre tudo isso com os Governadores. Eu estive com os Governadores ontem, passei a manhã inteira com eles, e estavam os Governadores de oposição de situação, estava todo mundo lá e conversamos abertamente sobre tudo isso.

A sua segunda questão foi justamente sobre a mulher, sobre a idade mínima, e é muito interessante isso porque... Eu acho que o Congresso é quem decide, a única coisa... Nós fizemos uma proposta. A nossa proposta trabalhava em todas as dimensões. Então, você vai lá e fala que os militares tem que entrar também. Eu usava um símbolo, eu brincava dizendo: "Há uma kombi, a kombi vai sair, tem que entrar todo mundo na kombi, todo mundo tem que participar do esforço. Então, vêm os militares, vêm as mulheres, vem a turma do campo, vem todo mundo, todo mundo tem que entrar."

Eu estudei cinco, seis, sete propostas alternativas, selecionamos os melhores aspectos e fizemos um programa forte, no qual todo mundo contribui.

O problema da mulher – para você ver – foi debatido até o final, a idade mínima das mulheres deveria ser... O Presidente chegou a propor, em algum momento: "Vamos passar dois anos a mais para todo mundo." Então, as mulheres passariam de 55 para 57, os homens passariam de 60 para 62, mas sem período de transição. Ora, para nós seria extraordinariamente vantajoso isso. Durante dois anos, ninguém se aposenta do nosso Governo, nós estamos salvos, o problema é empurrado um pouco para frente. Aí, depois, que entrasse outro governo e fizesse isso, cuidasse para frente. E o Presidente pensou isso, assim, sem maldade nenhuma, querendo sacrificar pouco as pessoas. Aí, a nossa equipe mesma volta e fala: "Olha, não pode. À pessoa que ia se aposentar hoje, você chega e pede mais dois anos? É

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

diferente da situação de um sujeito que está com 18 anos hoje ouvir que lá na frente tem mais dois anos." Eu cheguei a ver quase que como uma convocação: cada brasileiro vai dar um ano a mais ou, então, cada brasileiro vai dar dois anos a mais, mas aí não tem período de transição. Quando você examina isso, dá um impacto financeiro muito bom para o nosso Governo, agora, deixa uma bomba para os outros. Nós não resolvemos o problema lá para frente. Então, tivemos que sair dessa também.

Em alguns momentos, o Presidente até dizia, com a maior... Ele é uma pessoa transparente, autêntica. Ele dizia o seguinte: "Olha, eu votei contra isso e, por mim, as mulheres tinham que aposentar mais cedo mesmo". Aí, algumas pessoas da equipe diziam: "Veja, as mulheres têm uma expectativa de vida hoje maior que a dos próprios homens, e os homens hoje já estão se aposentando... Os mais pobres só é que estão se aposentando mais tarde. Quem está se aposentando cedo é justamente quem tem recursos, começou a contribuir cedo, pegou emprego cedo, tem qualificação, nunca ficou desempregado, então, está sempre contribuindo."

Então, são situações super complexas. Nós passamos meses examinando isso, simulando tudo e jogamos isso. Agora, eu reconheço, quando isso bate... A minha função, e aí é a diferença entre o papel do Congresso e o papel do técnico... O técnico fala assim: "Olha, eu preciso de um trilhão, porque com um trilhão eu consigo..." É a imagem que eu tenho usado. Aliás, eu uso duas imagens. Uma é a seguinte. O sistema atual é um avião que está indo para alto-mar sem combustível e você pede ao seu filho para vir. Ele traz o seu paraquedas. Você pula na praia e ele vai embora para alto-mar. Nenhum brasileiro gostaria de fazer isso com seu filho. Significa dizer: "Olha, eu quero que você entre no meu sistema antigo, que vai quebrar, porque você traz o meu paraquedas. Você paga, eu pulo e você segue para quebrar."

Então, eu considero isso uma questão de responsabilidade nossa com as futuras gerações. Nós temos a responsabilidade de não deixar as futuras gerações caírem na mesma armadilha em que nós caímos. Nós caímos numa armadilha, porque antes havia dez contribuindo para um se aposentar. Daqui a pouco, são seis para um se aposentar. Daqui a pouco, um vai contribuir e dez vão se aposentar: são seus filhos que vão se aposentar lá na frente.

Por isso é que eu peço uma transição para o regime de capitalização. Estudamos vários desses regimes na história, algumas propostas recentes também. Havia outros candidatos com proposta de capitalização também. Depois disso, houve economistas que propuseram regime de capitalização. Nós estudamos tudo e chegamos à conclusão seguinte: se tivermos um trilhão, a gente consegue ter potência suficiente. É como se você tivesse... Mando outra imagem: você precisa de um foguete potente o suficiente no início para fugir da força da gravidade e, aí, ele escapou da força da gravidade... Você pode ver que os lançamentos são assim: primeiro, um foguete grande, com muita potência fiscal, vence a força da gravidade e, aí, passou a força da gravidade, você dispara um pequenininho, que é o que vai para a Lua, que vai para Marte, pequenininho, porque aí já não há atrito mais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A previdência é a mesma coisa. Com esse um trilhão, eu sei que eu tenho potência fiscal para deixar os jovens optarem por um regime novo. É o que eu chamei de Carteira Verde e Amarela, e é opcional, não é obrigatório: quem quiser entra no sistema antigo, quem não quiser entra no sistema novo.

O sistema novo são contas individuais, regime de capitalização. Nós não estamos tirando nada de ninguém. Quem quiser fica no antigo, quem quiser fica no novo. Você só está fazendo uma pergunta para o seu filho: "Filhinho, se você quiser, vem com o papai aqui nesse avião que vai cair. Se você preferir, e eu acho bom para você, vai nesse outro voo aqui, que é para outro lugar, você tem controle da sua própria conta etc. e você vai nessa outra direção."

Você está democratizando o ato de poupança, você está dando a capacidade de investimento para esse jovem. São jovens frágeis, de famílias frágeis financeiramente, que precisam. Na família que tem mais recursos, o filho já aprende a usar recursos, a usar a poupança. O mais jovem precisa ser aculturado em matéria financeira, ele precisa saber que ele tem a caderneta dele, que ela está capitalizando, que ele está acumulando recursos desde o primeiro emprego dele. Isso é muito bom, além de botar o Brasil para crescer, porque os recursos, em vez de serem destruídos na mesma geração... Porque hoje o jovem... O mais idoso vai se aposentar, o jovem dá o dinheiro, e aquele dinheiro é consumido, é destruído. Você está prometendo salários lá na frente, mas você não está levando nada para o futuro. Enquanto que, num regime de capitalização, você promete, mas leva recurso, você está levando recurso para o futuro.

Bom, então, quando a gente fala na mulher... Houve propostas até o último minuto: baixa a mulher, aumenta a mulher, bota aqui... Aí, nós resolvemos fazer o seguinte: "Olha, passa em um trilhão. Agora, deixa o Congresso decidir. Se ele quiser que as mulheres se aposentem antes, pede para o pessoal rural, pede para o militar. Ah, você quer que a mulher se aposente antes e o militar também não contribua? Pede para o rural." O Congresso tem essa capacidade.

Por exemplo, quando o Congresso diz: "Olha, o BPC não pode, porque são pessoas..." O pensamento que passou na minha equipe... O Marinho, por exemplo, quando conversamos sobre isso, ele falou: "Paulo, justamente esses que não contribuíram nunca e que são os mais pobres e ficam idosos...", os candidatos, como a Senadora disse, a mendicância num sistema desse... O que o Marinho tentou fazer foi o contrário. Ele virou e falou o seguinte: "Olha, vamos começar a pagar antes. Em vez de pagar com 65 só, começa a pagar com 60." Agora, se você pagar igualmente com 65 ao que contribuiu e ao que não contribuiu, existe um estímulo enorme para ninguém contribuir, porque você vai ganhar a mesma coisa. Então, faz o seguinte: paga um pouco antes. Já que ele não tem capacidade de arrumar emprego, empregabilidade etc., paga um pouco antes, mas deixa ele também só receber o salário cheio um pouco mais tarde. "Ah, isso é muito infeliz, e o Congresso todo está contra." O.k., vocês podem ir lá e mexer nisso. O que é que acontece?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ministro...

O SR. PAULO GUEDES – O que é que acontece? Essas opções, vocês, como Congresso, é que têm que fazer, não somos nós. A única advertência que faço é a seguinte: se baixar de um trilhão, fica difícil lançar o outro. Vocês estão condenando... Aí, é aquele negócio: nós, por falta de coragem, de disposição ao sacrifício, nós fomos adiando, adiando, adiando... Aí, em vez de nos olharmos uns aos outros e falarmos "Vamos tirar... Militar paga mais ou, não, mulher paga mais, paga mais..." Em vez de nós fazermos isso, nós estamos jogando: "Não, nossos filhos vão pagar. Não vamos resolver isso não. Joga nossos filhos no mesmo problema que nós temos hoje." É só esse o alerta que eu estou fazendo.

A terceira pergunta, então...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Exa. vai responder depois, porque já ultrapassou todos os tempos aqui estipulados pela Comissão.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Presidente, só um pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Para uma questão de ordem, Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Pela ordem.) – Apenas para contribuir: o Presidente Davi Alcolumbre acaba de se retirar e informa que daqui a pouco, às 16 horas, vai abrir a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Desde quando ele assumiu, nunca aconteceu isso.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – É, mas ele acabou de se levantar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não é hoje que ele vai abrir...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Eu apenas estou contribuindo. Como, por enquanto, ainda é ele o Presidente... Então, eu estou apenas contribuindo, pelo fato de que...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Vamos cumprir o horário, lá e aqui.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PAULO GUEDES – As mulheres no campo rural, qual é a preocupação no rural? A população rural registrada é 6,5 milhões. As aposentadorias rurais são 9 milhões. Então, há uma fraude. Então, essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

contribuição do rural que está aí é mínima, são R$50 por ano, é um número pequenininho. É muito mais para ser um combate antifraude, entendeu?

Como há 6 milhões de registrados como população rural e há 9 milhões de aposentadoria rural... Tem o sujeito que sai de Uberlândia, vai para o mato próximo, pede uma aposentadoria rural e volta para Uberlândia. Ele está vivendo às custas da população brasileira. Então, isso aí, na verdade, não tem grande potência. Aliás, a Senadora falou muito bem, tem coisas aí que, se tirar, financeiramente não vai fazer... Mas vai permitir que a fraude continue solta, entendeu?

O outro aspecto, finalmente, foi... Bom, R$1 trilhão. "O senhor vai sair do Governo. ou não vai sair. se não for R$1 trilhão?" É muito interessante isso, porque há várias questões que estão ligadas e sempre me perguntavam... E eu penso a mesma coisa. Desde que me perguntaram na campanha: "Vem cá, mas você está com o Governo? Você sairia? Você ficaria?" Eu respondo sempre a mesma coisa. Eu digo o seguinte. Eu acredito em três coisas. Eu acredito numa dinâmica virtuosa da nossa democracia. Eu tenho certeza de que os partidos e, particularmente, os Poderes – a Câmara dos Deputados, o Senado, o Executivo –, cada um vai fazer o seu papel. Eu não tenho a menor dúvida sobre isso.

Em segundo lugar – aliás, até eu tinha colocado em primeiro na entrevista –, eu dizia o seguinte. Primeiro, se o Presidente apoiar as coisas que eu acho que podem resolver para o Brasil, eu estarei aqui. Agora, se ou o Presidente ou a Câmara ou ninguém quer aquilo, eu vou obstaculizar o trabalho dos senhores? De forma alguma! Eu voltarei para onde eu sempre estive. Eu tenho uma vida fora daqui.

Eu venho para ajudar, acho que tenho algumas ideias interessantes. Aí, o Presidente não quer, o Congresso não quer. Vocês acham que eu vou brigar para ficar aqui? Eu estou aqui para servi-los. Se ninguém quiser o serviço, vai ser um prazer ter tentado. Mas não tenho apego ao cargo, desejo de ficar a qualquer custo, como não tenho a inconsequência e a irresponsabilidade de sair na primeira derrota. Não existe isso.

Agora, eu acreditava em três coisas. Eu acreditava que a democracia é virtuosa e vai seguir o seu trabalho; eu acreditava que o Presidente apoia o programa; e eu acredito que os Poderes vão fazer as suas funções. Agora, suponham que os Poderes aprovem que a União deve R$800 bi, que não haja reforma previdenciária, nadinha. Eu vou ficar fazendo o que aqui? Só se for para apagar incêndio! Eu vou entrar para o Corpo de Bombeiros de Brasília para ajudar vocês.

Bom, Senador Heinze...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ministro, desculpe. O senhor me desculpe, Ministro. O senhor estourou todos os tempos.

O SR. PAULO GUEDES – Estourei tudo. Desculpe, desculpe.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Vai responder para mim. Só um minuto!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, porque depois eu viro antidemocrata. Eu quero fazer...

O SR. PAULO GUEDES – Eu quero respeitar. Não posso dar mal exemplo.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Senador Omar, ele vai me responder a pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vai, vai te responder sim, Senador, mas deixa eu dizer uma coisa. Ele fez uma exposição aqui sobre capitalização, mas não foi feita pergunta sobre capitalização. Nenhum dos três Senadores falou sobre capitalização, e ele respondeu, passou meia hora respondendo sobre capitalização.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu sei... Não, não, veja bem. O debate tem que fluir. Nós não podemos é ficar aqui duas horas em três perguntas.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Um minuto.

O SR. PAULO GUEDES – Um minuto.

Governadores. O seu pedido é legítimo, os Governadores deviam estar aqui. Estive com eles ontem, conversamos longamente já na segunda reunião. Terceira reunião já marcada, estarei com eles. Então, tenho estado regularmente com os Governadores, estou ouvindo todos.

Kandir, 600 bi. É a pergunta que a Senadora tinha feito antes. São contas astronômicas mesmo, são inviáveis. Da mesma forma que os Estados são vítimas disso, se jogar para o lado de cá, quebra o lado de cá também. É a bola de neve. Agora, quanto aos números que estão lá nos Estados, dados e indexadores, os números são esses mesmos. O TCU vai lá e olha. É o juro composto, é um absurdo: 7% compostos dobram, a cada dois anos...

Aliás um lembrete para nós é este: a nossa dívida pública federal... Para vocês entenderem o drama e por que eu até falei em acelerar privatizações: houve um tempo... Eu ajudei a fazer a campanha do Afif. Se nós vendêssemos a participação do Governo nas estatais, zeraríamos a dívida pública mobiliária federal interna. Sabe o que significaria hoje isso? Vocês teriam R$400 bilhões ao ano para saúde, para educação, para segurança. Como nós não fizemos lá, hoje, se vender tudo, são só 25%. Agora, se esperar mais 10 anos e vender tudo, são 2%, porque esses ativos não estão rendendo, e o juro composto mata, ele mata os Estados, ele mata as empresas, ele mata tudo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Mas, Ministro, aqui não é só questão de o Governo quebrar: é só encontrar as contas, e ninguém deve para ninguém, está mais ou menos acertado. A União não vai pagar e o Estado também não vai pagar. Resolve-se o assunto, zera.

Vamos voltar a conversar depois.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu acho que eu vou mudar o método: três minutos para fazer pergunta e três para responder, senão eu vou ser antidemocrata, eu vou encerrar. Se não for assim, não vai dar!

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Corto daqui, corto de cá!

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vou cortar, Ministro.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Olha só, nós vamos ficar repetitivos aqui: sobre BPC, sobre capitalização, sobre aposentadoria rural e aposentadoria dos militares, ou um ponto ou outro. Todos os Senadores irão fazer perguntas sobre essa questão e também sobre o endividamento. Então é melhor fazer pergunta e resposta, pergunta e resposta, pergunta e resposta.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas, se for bloco de dez, ele passa três horas para responder aqui!

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu acho que as perguntas serão repetitivas.

Vamos manter então.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Oriovisto Guimarães.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR. Para interpelar Ministro.) – Sr. Presidente Omar Aziz, cumprimento o senhor, cumprimento o Exmo. Ministro da Fazenda Paulo Guedes.

Eu serei breve, vou tentar economizar parte dos meus três minutos.

Ministro, primeiro eu quero parabenizá-lo pela sua visão global do País, por pensar no País, pensar no País como um todo, pensar no futuro. Quero dizer que temos uma profunda coincidência de pensamento quando o senhor diz que a origem de todos os males é o fato de que os governos gastam mais do que arrecadam, o déficit público. Nesse sentido, eu quero lhe informar que eu apresentei mais uma lei para se somar às que nós já temos, como a Lei de Responsabilidade Fiscal, a Lei do Teto. Eu apresentei uma lei de responsabilidade compartilhada. Ela dá várias providências, mas uma delas é proibir o aumento de salário para todo o funcionalismo público naqueles entes da federação onde existir déficit primário.

Mas, Ministro, eu tenho três perguntas para o senhor muito simples. A primeira delas é a seguinte. Qual é a sua opinião sobre essa emenda aprovada ontem na Câmara dos Deputados, emenda de 2015 que torna impositivas as emendas de bancada? Isso vai gerar uma obrigação, a partir de 2020, de 3,9 bilhões de novas despesas. De onde vocês vão cortar gastos dessa ordem? Pergunto porque, se serão obrigados a gastar 4 bilhões, nós temos a Emenda Constitucional 95, de 2016, do teto de gastos, que não permite que esse gasto avance além de um certo ponto. Então, necessariamente, os senhores terão que tirar dinheiro de algum lugar, terão que tirar 4 bilhões de algum lugar para poder suportar mais esse gasto impositivo. A minha opinião é que isso vai no sentido contrário de tudo o que deveria ser feito. Trata-se de engessar mais ainda o Orçamento, o contrário da sua exposição. Gostaria do seu comentário sobre essa aprovação, que, aliás, foi em tempo recorde: a Câmara deu uma demonstração de eficiência fantástica, em um dia ela desenterrou uma coisa que estava lá desde 2015 e liquidou o assunto, foram dois turnos no mesmo dia. Se usar essa mesma velocidade para aprovar a reforma da previdência, o Brasil está salvo. Espero que os Deputados peguem o exemplo e continuem.

Ministro, não quero insistir em previdência, até porque o tema não é esse hoje, eu apenas queria salientar o seguinte. O Presidente Bolsonaro – e não só ele, eu também – tem uma imensa admiração pelos Estados Unidos. Os Estados Unidos são um país que estão constantemente em conflito armado, os seus militares têm uma participação em guerras seguidas – a guerra do Iraque, enfim, tantas outras guerras em que eles se envolvem, como a guerra do Vietnã etc. e tal –, e lá o sistema de aposentadoria dos militares é muito simples: a partir de 2018 – o senhor deve saber –, eles podem se aposentar com 10, com 15, com 20 anos, de forma proporcional, 2% ao ano do tempo que eles trabalharam; depois eles vão para um fundo para onde vão todos os funcionários públicos. Não há lá outro privilégio. Então a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

minha sugestão é que nós copiemos, na reforma da previdência para os militares, o exemplo dos Estados Unidos.

Só isso, Ministro. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para interpelar Ministro.) – Eu também vou ser muito conciso.

Quero saudar todos, cumprimentar o Ministro e a sua equipe.

Vou me dispensar de repetir o que disse o Senador Luis Carlos Heinze porque o oráculo é o mesmo: é o João Pedro Casarotto, que nos alimenta com gotículas a cada semana sobre as maldades que a União fez com os seus queridos filhos, Estados, no tratamento da dívida. Só vou acrescentar um dado: sobre o quanto custou o endividamento para a União – porque ela se endividou para emprestar para os Estados –, e o senhor vai poder conferir com a sua equipe.

Em 2015, véspera do ano em que eu tive o privilégio de relatar o último acordo com os Estados, em que quase derrubamos o anatocismo, que é o juro sobre o juro a que o senhor se refere... Quase o derrubamos no Supremo. Quem fez o parecer para derrubar o anatocismo foi Carlos Ayres Britto, não é pouca coisa. Mas, em 2015 – preste bem atenção ao dado! –, o custo do empréstimo que a União fez para si para emprestar para os Municípios, para os Estados, foi de R$ 23 milhões, e os Estados pagaram à União R$ 30 bilhões. Portanto, a mãe cobrou dos filhos 130.000% ao ano! Isso mostra como é que esse passado não pode ser apagado. A cidade mais beneficiada foi São Paulo, porque São Paulo não tinha dado nada a título de 20% de amortização da dívida e, por isso, tinha o maior juro, mas, quando caiu para seis, foi a que mais ganhou.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Esse desequilíbrio no tratamento tem que ser avaliado nesse plano – Waldery, não é? – que vai tratar do assunto.

Segundo: o senhor não incluiu os chamados gastos tributários e renúncias fiscais como uma das necessidades prioritárias para o Brasil. E quero tornar a informar que eu próprio apresentei o meu terceiro projeto de lei sobre esse assunto – é o terceiro da minha vida! –, o Projeto de Lei Complementar nº 41, de 2019. Eu gostaria que merecesse o acompanhamento da sua equipe.

Quanto ao pacto federativo, para concluir.

O Guillherme Afif Domingos chegou há pouco, não sei se ele está ainda...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, naquela época, o senhor não propôs liberar os porcentuais de obrigação de dispêndio em educação, porque o País não estava nas dificuldades em que está. De forma que, essa proposição que o senhor coloca, nós vamos discutir depois.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador Amin.

Senador Lasier, três minutos.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS. Para interpelar Ministro.) – Obrigado, Presidente Omar Aziz.

Ministro Paulo Guedes, eu vou voltar ao surrado tema da Lei Kandir, porque, pelo que vi hoje, a Lei Kandir está sendo definitivamente enterrada.

Nós temos visto que os Governadores que assumiram – e o do Rio Grande do Sul, o meu Estado, é um deles – viam na Lei Kandir, no ressarcimento, uma tábua de salvação. Essa tábua, no entanto, não apareceu até hoje.

Há dois anos estivemos com o Ministro anterior, Eduardo Guardia – o Senador Wellington Fagundes, que está aqui, estava junto. O Ministro Guardia disse: "O Governo não tem esse dinheiro para reembolsar os Estados." E estava acompanhado de um grupo de advogados da União e do ministério para dizer que, não tendo havido a regulamentação da Lei Kandir no ano de 2003, não tinha mais como nem fazer os cálculos. Como é que alguém ia saber quanto é que tinha que destinar a cada Estado, a cada Município do Brasil, sendo que os quatro maiores credores são Pará, Minas Gerais, Mato Grosso e Rio Grande do Sul, depois vêm os outros.... E hoje o senhor usou a expressão "é inviável". Oitocentos bilhões de reais... O Governo que está com as contas... Até anotei uma frase sua: "O desastre das contas públicas." A União não tinha. Então, para acabarmos com essa ilusão permanente, eu gostaria que o senhor dissesse bem claramente: "A Lei Kandir morreu, não tem como pagar." É para terminarmos com essa discussão permanente.

E, para concluir, ser bem sucinto e obedecer ao tempo, pergunto sobre o regime de recuperação fiscal implantado em 2017. Só o Rio de Janeiro foi contemplado até agora. O meu Estado está apelando quase que desesperadamente para que seja também atendido. Pergunto: há possibilidade de uma flexibilização das regras junto à Secretaria da Fazenda do Estado para poder socorrer esses Estados em situação tão crítica, falidos, como o Rio Grande do Sul, através do regime de recuperação fiscal?

Duas perguntas bem objetivas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador.

Eu vou dar cinco minutos ao nosso convidado...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO GUEDES – Cinco para cada um ou cinco para tudo? Cinco para tudo?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – São três em três...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – São três em três.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Já é a regra, Major Olimpio.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Uma questão de ordem do Major...

O SR. PAULO GUEDES – Então, são nove minutos, três, três, três.

Senador Oriovisto...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nove minutos, por quê?

O SR. PAULO GUEDES – Ele teve três para perguntar, eu tenho três para responder.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Perguntas idênticas...

O SR. PAULO GUEDES – Pode ser. Eu faço em menos... Eu faço mais rápido.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Senador Omar, Sergio Moro chegou às 10h e está até agora aqui. Podemos ficar até à noite, não há problema nenhum. O Sergio Moro chegou às 10h, e estamos até agora. Vamos seguir, esse assunto é importante para nós.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, Senador, eu só estou dizendo o seguinte: nas três perguntas, eu vi muitas coisas parecidas entre as três perguntas. É isso que eu estou dizendo só. Tudo bem.

O SR. PAULO GUEDES – Vamos tentar, eu vou tentar o máximo. Eu vou correr o máximo entre cinco e nove minutos.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Deixem o homem falar.

O SR. PAULO GUEDES – Senador Oriovisto, meus parabéns, nesse período difícil que foi esse excesso de gastos públicos o tempo inteiro, pela sua consistência tentando atacar o problema, sendo essa última iniciativa, essa de travar o salário de funcionalismo, completamente compreensível. É um dos recursos de que os gestores públicos precisam. Se o Estado está quebrado, como é que eu vou ficar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dando aumentos? Pelo menos travar um certo tempo. É perfeitamente compreensível. É melhor que quebrar a empresa, é melhor travar um pouquinho... São acordos que os particulares fazem: "Olhem, travem um pouco aí". Não existe aumento automático. Então, parabéns pela iniciativa.

Uma segunda observação sua foi justamente: o que eu acho do que foi aprovado ontem? Só vocês entendem essas coisas mais complexas, eu estou chegando agora. Eu só posso dizer que o Deputado Rodrigo Maia tem sido extraordinariamente construtivo em relação à minha pessoa, a me ajudar: "Olhe, nós vamos construir uma coisa interessante". Evidente, quando eu olho... São as duas faces da lua. Se me perguntar e eu estiver olhando de um lado, eu vou dizer uma coisa; se eu estiver olhando do outro, eu vou dizer do outro lado. Eu proponho, no pacto federativo, que haja justamente um empoderamento da classe política no sentido seguinte: não há mais nada carimbado. Então, evidentemente, se você me perguntar, como a medida de ontem está carimbando, se eu aprovo, eu falo: o lado onde ela está carimbando mais ainda eu não gosto, porque o que vai acontecer com isso evidentemente, é que vai estourar o teto de gastos mais cedo ainda, bem mais rápido. Está tudo carimbado... Com 96%, já está quase estourando; se estiver 98%,99% carimbados, tudo indexado, subindo sem parar, vai explodir rápido. Então, eu não gosto do carimbo. Por outro lado, eu acho que ninguém mais legítimo para gastar o dinheiro que um Deputado que foi eleito, muito mais que qualquer ministro. Então, se um sujeito foi eleito, ele vem aqui, num orçamento de 1,5 trilhão, nos orçamentos públicos de 5 trilhões, e ele sai com 10 milhões, 15 milhões ou, então, com esse aumento agora, sai com um pouquinho mais e leva para casa, se você somar tudo, dá algumas dezenas de milhões, não dá nem centenas de milhões. Em um orçamento de trilhão, eu vou dizer que está errado o Deputado poder levar um dinheirinho para a base dele? Eu também não posso ir contra. Então, ele fez um movimento que eu fiquei olhando e falei assim: um sinal mais, um sinal menos. Sinal menos, porque está carimbando, está contra o espírito que nós queremos; sinal mais, porque, já que é para ser carimbado, que seja carimbado por alguém que foi votado lá embaixo, não o Governo central, em que hoje qualquer ministério tem mais poder orçamentário que qualquer Governador ou qualquer Prefeito.

Terceira pergunta é dos militares. Eu também, da mesma forma, disse: olhe, eu vou até um certo ponto, eu preciso da contribuição. Então, do ponto de vista da reforma previdenciária, eu não posso reclamar, porque vieram R$96 milhões para a reforma previdenciária. O meu objetivo principal é tornar a previdência saudável.

Eles, naturalmente, falam: "Olha, mas tem um problema de um atraso". E aí é aquilo: às vezes um jovem está entrando para trabalhar no Poder Judiciário e o primeiro salário dele é R$20 mil, e um general, depois de 50 anos, se aposenta com R$21 mil. Aí ele diz o seguinte: "Olha, se for na carreira pública, o sujeito faz um concurso público, é promovido; faz o segundo concurso e é promovido. Aqui o cara faz 18 cursos e não é promovido para lugar nenhum, só se ele virar general". Então, eles têm lá... Essa é uma redistribuição deles. Orçamentariamente, a única coisa que nós fizemos, como equipe... Nós falamos... As discussões foram: "Olha, não dá para"... Tem que ter equilíbrio fiscal. O sistema tem que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acabar em equilíbrio fiscal. Não pode aumentar o buraco em ano nenhum. Nas primeiras simulações, no primeiro ano dá R$4 bilhões de buraco, no segundo ano dá R$6 bilhões. Não pode. Então, está tudo orçamentariamente... Vai melhorando ano a ano, superávit o tempo inteiro daqui até lá. Isso é até onde eu posso ir. Daí para frente escapa ao meu regime de ação.

O Senador Espiridião Amin. Primeiro, a conversa dos juros, a dívida interna. Eu conheço isso. Como setor financeiro, eu sei que é a morte certa. O juro composto é a morte certa. Vocês veem o mundo inteiro com juro de 0,25%, 0,5%, 1%. O Brasil praticou um regime econômico suicida. Juros de 70% ao ano, 60%, 50% ao ano, aplaudidos na Faria Lima. Todos os economistas brasileiros viraram banqueiros. Você não conhece nenhum economista brasileiro que virou... Aliás, tem um ou dois que a gente vê que mudaram de profissão, mas são um ou dois. Todo mundo foi para banco, todo mundo, porque virou um... E aí é o que eu falei um pouquinho antes, Senador, que foi só um recurso para simplificação, porque o acontece, houve um regime militar associado à direita durante 20 anos. Era natural que houvesse uma hegemonia social-democrata durante 30 anos, centro-esquerda, do leve, do moderno, até a forma mais primitiva e mais obsoleta, mas era centro-esquerda. Não houve um espaço. Mesmo as práticas liberais... Eu debatia com esses economistas quando nós todos tínhamos 30 anos. E eles é que me chamavam de liberal, ofensivamente: "Você é um liberal". Trinta anos depois, eles estão privatizando, estão soltando o câmbio. Aí você pergunta assim: eles não são de esquerda? Eles é que se diziam de esquerda. O Pedro Malan é que se dizia de esquerda. Os mais jovens, Gustavo Franco, Armínio Fraga, esses não, esses já atravessaram, já entraram em regime. Quem se dizia de esquerda era o Pedro Malan, não era eu, não. Ele que se dizia de centro-esquerda. Eu simplesmente era um economista, técnico. Eu dizia que eu não tinha, e nunca entrei para partido político nenhum. Ajudei uma pessoa, que era um candidato liberal. E perdeu! Perdeu, nunca mais mexi com política.

Então, era só um recurso para simplificar um pouco, de forma que lá fora se entendesse o que está acontecendo no Brasil, porque lá fora ninguém entendia o que estava acontecendo no Brasil. Eu disse: olha, é uma aliança de conservadores e liberais, é uma aliança política de centro-direita, depois de muitos anos de centro-esquerda, em diversas tonalidades. Nada com o pretexto de antagonizar, não.

Senador Espiridião Amin, então, a primeira coisa, da dívida interna, é um encontro de contas na LOA, dos dois lados. Flexibilizar os gastos é uma questão superinteressante, porque, como a Constituição foi feita em 1988, quando eu defendi o programa do Afif, que seria o programa econômico, em 1989 – foi um ano depois –, à época, eu vi os economistas todos criticando a Constituição de 1988. E eu falava assim: que coisa interessante! Eu estava aprendendo política. Eu era economista, técnico: mas por que esses caras carimbaram o dinheiro para educação e saúde?

Então, essas perguntas me aculturaram gradualmente no universo político. Eu falava: bom, para mim, dinheiro não pode ter carimbo. Aí, falavam assim: "Por que esses caras carimbaram?". Eu falava: bom, regime de 20 anos que gastou em Eletrobras, Telebras, Siderbras, só em infraestrutura... Eles estão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

querendo dizer alguma coisa com isso, estão querendo dizer que a prioridade agora é outra. Então, tinha passado só um ano. Não fazia sentido eu exigir: tira da Constituição, porque não pode botar dinheiro em saúde e em educação. Era para botar mesmo na época. Da mesma forma, a descentralização.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO GUEDES – Estava na Constituição a descentralização de recursos e o Governo central fugiu a isso criando as contribuições não compartilhadas com o Plano Real, porque justamente, como não houve a dimensão fiscal forte, o plano foi um plano monetarista, foi brilhante, foi o plano monetarista mais brilhante que eu já vi: juros na lua...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PAULO GUEDES – Concentrador? Eu estava do lado de lá da cerca. Foi muito generoso comigo o plano. Eu, à época, tinha o meu banco. Foi muito generoso. Agora, foi um plano que mudou a história do Brasil para melhor também. Faltou a dimensão fiscal que nós estamos tentando atacar agora.

O Senador Lasier...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO GUEDES – Ah, sim, os 300 bilhões da renúncia fiscal, 300 bilhões. Há 1 trilhão de contencioso, e isto que é muito interessante: quando você chega a um lugar onde há 1 trilhão de contencioso fiscal e tributário, há uma indústria de advocacia em torno disso – 1 trilhão de contencioso – e, ao mesmo tempo, 300 bilhões de desoneração, você já sabe que os impostos são muito altos e há dois tipos de cidadão: o que tem poder político, e esse está desonerado, os grupos de interesse que têm poder político se autodesoneram; e os que não têm e vão para o contencioso porque estão quebrados, aí vão transferir dinheiro para advogado – é melhor pagar 50 milhões para o advogado do que pagar 150 milhões para a União.

Então, quando os contribuintes do Brasil estão divididos entre os que pagam zero e os que vão para a Justiça para não pagar, você sabe que os impostos que estão no lugar errado. Se você baixar o imposto, você não tem nem tanto contencioso, nem a turma do desonera. Todo mundo paga e todo mundo paga menos.

Senador Lasier, Lei Kandir morreu há muito tempo, há 30 anos que não se paga a Lei Kandir, 20 anos: em 1996, 1997, fizeram a lei; em 2003, ela foi sepultada. Mas ela começou em... Quer dizer, os Estados pararam de receber em 1996, 1997, cessou o direito em 2003.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – O senhor não vai ressuscitar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO GUEDES – Evidentemente que não. Nós estamos fazendo algo muito melhor no lugar. Nós estamos dizendo o seguinte: quanto é que você esperava ganhar e não recebeu nada até hoje? Um e novecentos? Um bi e novecentos? E quanto que você achava que era o Fundo de Exportação? Mais 1 bi e não sei quanto? Então, somando esse troço todo aí, dá uns 3 e tanto? Dá menos de 4? Pois é, nós vamos fazer um negócio que vai te dar 4,5. Daí para cima, crescente, a partir do pré-sal, lá na frente. Aliás, desculpa, não é nem a partir do pré-sal. Esse é um fundo social nosso. Não é nem a partir do pré-sal. Já em 2020, começa com ou sem pré-sal.

O que eu digo é que, além desses quatro bilhões e pouco que soterram a necessidade da Lei Kandir e também do FEX, quer dizer, em vez dos 2 bi, do 1,9 do FEX mais 1,9 da Lei Kandir, nós estamos dizendo que, com ou sem pré-sal, vamos, a partir de 2020, dar acima de quatro. Então, acabou, não precisa mais falar de Lei Kandir, terá 4 bi. A Lei Kandir é 1,9 por ano, e tem 4 bi. Então, já começa assim. Agora, vai ser muito mais do que isso, porque o que vamos fazer, na verdade, é pegar o pré-sal, que é esse que vem de 500 bilhões até um trilhão, um trilhão e pouco nos próximos anos – não são nem 15, 20 anos, sei lá, 30 anos. Isso é dinheiro para sempre, isso é para mudar a República Federativa do Brasil.

Eu acho que a classe política tem que, este ano, dar um passo à frente, mergulhar nessa questão do pacto federativo, trabalhar um ano nisso – de julho deste ano até junho ou julho do ano que vem – para desenhar um Brasil novo, porque, no ano que vem, já estará chegando esse dinheiro, e ele já tem que chegar irrigando o Brasil e não mais os ministérios.

Eu, se pudesse, quando saísse daqui... Qualquer ministério é deste tamaninho, qualquer ministério é deste tamaninho! Esse negócio de ter um ministério com muito recurso, muita verba e muito poder é uma disfunção. Eu já perguntei sobre isso várias vezes. É uma atividade meio. O que você prefere: o Ministro da Saúde com 1 trilhão e os Estados sem dinheiro ou os Estados com 1 trilhão e o Ministro de Saúde falando que política pública tem que ser vacinação contra o *Aedes aegypti* etc.? É evidente que uma Federação é muito mais forte quando você sente a presença do Estado onde o povo está. Então, se num país avançado, onde o Congresso realmente responde pela representação popular, onde vocês controlam os orçamentos públicos, se você cair na rua, desmaiado, em três segundos surge uma ambulância; se você sair e puxar um revólver e der três tiros para cima, três minutos depois, há oito *snipers* apontando para ele, há segurança, há saúde, você sente a presença do Estado, porque o dinheiro está na base. Aqui não: se o sujeito der três tiros para o alto, você tem que vir correndo para Brasília para falar com um ministro, para chamar o outro, para pedir uma intervenção no Estado do Rio de Janeiro. Está tudo errado! Então, vocês têm que assumir esse protagonismo, não têm que vir lá debaixo para pedir dinheiro para o ministro, vocês têm que controlar os orçamentos públicos.

Vocês não vão se lembrar de quem é o ministro... Hoje, se eu perguntar quem é o ministro da Fazenda da Alemanha, quem é o ministro da Fazenda da Suíça, quem é o ministro da França, vocês não irão saber. Agora, se perguntar assim: quem é o Schwarzenegger? Não é porque ele era halterofilista,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mas vocês vão dizer: "Foi Governador da Califórnia". Quem foi o Bloomberg? "Ah, foi Prefeito de Nova Iorque." Vocês sabem. São pessoas que tiveram um milhão, dois milhões, três milhões de votos. Quem tem voto é que tem que manobrar os orçamentos públicos, não é ministro. O ideal é que os ministérios sejam pequenininhos, os recursos estejam descentralizados e ninguém nem lembre quem é o Ministro da Fazenda, porque, nos países mais avançados, ninguém nem sabe direito quem é; só os mais especializados sabem quem ele é. Mesmo nos Estados Unidos, pouca gente sabe quem é. Talvez um ou outro aqui, que já esteja mais sintonizado, saberá que ele se chama Mnuchin, mas ninguém nem acompanha esse troço. Está certo?

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – Então, com esses 4 bilhões do ano que vem, o regime de recuperação fiscal também é abandonado?

O SR. PAULO GUEDES – Não, não, o regime de recuperação fiscal, como bem dito, foi usado num lugar só e não deu certo, ele é pouco potente. Então, nós vamos lançar o nosso programa novo, o programa de equilíbrio financeiro, que vai ser mais potente.

Repetindo, são três atos. O primeiro ato: plano de equilíbrio financeiro, que em 30 dias sai. Você chega lá e fala: "Eu vou fazer o seguinte, vou fazer essas reformas, vou ganhar 1 bilhão no primeiro ano, 2 bilhões no segundo, três e quatro. Em vez de entregar o tanque cheio, nós vamos homogeneizar isso, redistribuir isso no tempo. Esse é plano de equilíbrio fiscal.

Aí há o segundo, que é esse outro plano, e é o seguinte: pode esquecer Lei Kandir, pode esquecer o FEX, porque a partir do ano que vem vocês estarão recebendo mais do que a soma dos dois, garantido, sem falar em pré-sal.

Terceiro: pacto federativo. Esse é um redesenho para os próximos 30 anos da República Federativa Brasileira. E é muito dinheiro.

O programa de recuperação fiscal do Rio continua, só que ele não tem potência, não está dando certo. Então, o Governador novo vai ter que chegar... Já está conversando com o BNDES, já está conversando com o programa de privatização nosso, porque ele vai receber recursos. Então, você tem três formas de receber recursos.

Eu volto a isso, não quero estourar o tempo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor não estourou, o senhor já falou 22 minutos. (*Risos.*)

Se for assim a nossa economia, tudo bem. Se de 9 minutos vira para 22 minutos, se de 0,5%, fortalecer 8%, o senhor pode falar muito aqui.

O SR. PAULO GUEDES – Sem vocês é só conversa. Se vocês não votarem, é só conversa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só para colocar, Senador Lasier: não fique triste somente com a Lei Kandir, nós temos mais de 270, 280 fundos. Talvez, só o Fundeb funcione; os outros, nenhum funciona.

O SR. PAULO GUEDES – São 280 fundos!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E não funcionam.

O SR. PAULO GUEDES – São 280 fundos com dinheiro carimbado por interesses corporativos passados, não estão mais entre nós essas pessoas. Os fundos estão lá, e os Governadores sem dinheiro. Nós queremos desvincular esse dinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois é.

O SR. PAULO GUEDES – O Congresso decide: esse fundo continua em pé, esse em pé, esse a gente derruba, esse a gente derruba, e vai na veia. Se o fundo é relativo ao Nordeste, derrubando, é dos Governadores do Nordeste.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Acho que há fundos, Ministro, que nós temos..., que é necessário mantê-los, como o Fundo da Segurança Pública, só que tem que descontingenciar, porque, senão não vai chegar à atividade fim para a população que está precisando. Essa é uma discussão.

Major Olimpio, por favor, três minutos. (*Pausa.*)

O Líder do PSL, Major Olimpio, por favor.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP. Para interpelar Ministro.) – Muito boa tarde, Ministro, toda a equipe. Não preciso dizer do apreço e da amizade pessoal que tenho por V. Exa., Ministro, e do quanto sou aliado e me mobilizo pela causa.

Ontem nós estávamos numa discussão acalorada a respeito de CPI da Toga, faz ou não faz. De repente, alguém... Eu sai da reunião do Colégio de Líderes e me falaram: "Votaram a PEC do orçamento impositivo lá na Câmara". Eu falei: besteira, isso é *fake*, e saí andando, Ministro. Mas não. Isso vai engessar o Orçamento, que já tem um gesso de 90%, como V. Exa. já me ensinou, me ensinou a defender isso, dizendo: "Nós precisamos desburocratizar, nós precisamos fazer o Orçamento chegar. Menos Brasília, mais Brasil". V. Exa. repetiu, e depois eu fui...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – Não, foi votado isso mesmo. E o teu Partido, o PSL, de que você é Líder aqui no Senado, votou também. Então, eu estou desde ontem agoniado, porque nós não recebemos nem uma nota técnica de nada aqui no Senado, e eu não sei o que defender. O Maia está dizendo: "Eu não voto nada sem falar com o Esteves Colnago".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Disso eu gostaria de ter o esclarecimento, não só sobre isso, e dizer a V. Exa. que nós pudéssemos estar alimentados tecnicamente para sustentar. Eu vou sustentar, sou aliado, sou aliado do Presidente, sou vosso aliado, quero...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – ... mas muitas vezes nós ficamos sabendo depois da interpretação de um terceiro da imprensa, que fatalmente deve ter as variantes e muitas vezes tem outras interpretações. E hoje eu tenho visto nos jornais: "Vem mais pauta-bomba da Câmara". E agora nós temos um desafio: esse projeto foi votado ontem, o da PEC, e numa velocidade astronômica, para ajudar o Brasil, segundo Maia, com a votação da maioria dos Parlamentares do meu partido – depois eu não sabia se cumprimentava ou se xingava no grupo nosso.

Então, eu peço a V. Exa., primeiro: qual seria a orientação em relação a isso agora para o Senado? Segundo, que a vossa equipe econômica... Nós falamos: estamos só com 90 dias de Governo, mas nós nunca tivemos uma reunião, nós nunca tivemos uma nota técnica, e a gente carece de ter as informações aqui para fazer essa sustentação. Sei que V. Exa. é da área técnica econômica; da questão política, não vou aqui entrar no mérito, porque não é o ministério de V. Exa., senão eu ia dizer, com muito mais profundidade, que eu estou achando umas coisas. Mas quero encarecer, pedir a V. Exa. e à equipe econômica que, por favor, nos alimentem de informações, porque nós estamos juntos na guerra, só que sem a logística, sem a munição e, muitas vezes, sem saber como fazer essa sustentação.

Então, eu tenho uma preocupação hoje: quais serão os passos agora dentro do Senado? Terminou a votação e eu ouvi o Presidente do Senado falar assim: "Eu também sou simpático à votação". Se nós formos todos simpáticos à votação, nós vamos colocar no próximo Colégio de Líderes, nós vamos fazer, fazemos e votamos em dois turnos também na semana que vem. Nós estaremos comemorando ou chorando o engessamento do Orçamento brasileiro. É isso que eu encareço a V. Exa.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Major Olimpio. (*Pausa.*)

Major Olimpio. (*Pausa.*)

Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Agora, Senador Marcio Bittar.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Sr. Presidente, me permite fazer um esclarecimento muito importante?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Exa. vai ser o próximo a falar.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – É que o andamento da discussão...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – A ordem de inscrição está como, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A ordem de inscrição está aqui: Senador Marcio Bittar, Daniella Ribeiro – a Senadora Daniella Ribeiro, não está –, Senador Eduardo Braga, que teve que sair mas volta, e o próximo é o Senador José Serra a se pronunciar. O senhor pode se pronunciar, e aí o senhor...

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – O que eu queria para orientar o próximo debate é que esse dispositivo que está sendo criticado, daquilo que foi aprovado na Câmara, caiu; a obrigatoriedade de o Executivo executar o orçamento linha por linha caiu na votação da Câmara. A nossa preocupação aqui, portanto, não se justifica. Não estou fazendo nenhuma defesa, estou apenas esclarecendo. É preciso ver direito aquilo que foi aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador José Serra, V. Exa. tem três minutos para fazer a pergunta ao Ministro Paulo Guedes. O senhor está com a palavra.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Para mim?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É. Sim, senhor.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP. Para interpelar Ministro.) – Aqui está, olha: eu verifiquei a versão final aprovada na Câmara. Não foi aprovado o dispositivo mais perigoso, que determinava a execução obrigatória de programações previstos na LDO e no PPA. O que passou foi somente o dispositivo que fixa uma parcela da receita para Deputados e Senadores por meio de emendas de bancada, artigo que já está na LDO de 2019; ou seja, é apenas reiterativo.

Cabe lembrar que as emendas de bancada obrigatórias, nos termos do art. 68 da LDO, já são obrigatórias. Portanto, não temos um fato novo negativo, tal como foi apontado. Seria negativo caso esse dispositivo tivesse sido mantido. Digo isso apenas para orientar a discussão e para que tenhamos isso presente.

A minha questão ia para outro terreno. Tenho, inclusive, um artigo que sai amanhã no jornal *O Estado de S. Paulo* falando disso. Trata-se da questão OMC/OCDE. O Presidente visitou os Estados Unidos e declarou que o País estaria disposto a abandonar a OMC em troca de ingressar na OCDE. Meu argumento é que as perdas serão maiores do que os ganhos.

Entrar na OCDE é bom? É bom. É bom para a imagem.

Ficar na OMC é importante? É, porque há medidas concretas que nos beneficiam no comércio. Poderia enumerá-las aqui, mas ficaria muito longo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a meu ver é uma troca desvantajosa. Não teria por que haver a troca. Só ao Governo americano, com sua arrogância, ocorreu essa ideia de que, para entrar na OCDE, nós temos de largar os benefícios da OMC.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – O País não deve aceitar isso.

Não vou me alongar aqui, ponto por ponto, mas poderia fazê-lo e tenho um texto que vou me permitir distribuir depois aos colegas, explicando isso em detalhes, e o enviarei ao Ministro. Sai amanhã no jornal *O Estado de S. Paulo*, na página 2. Não posso me antecipar ao texto que para lá foi enviado, mas é um equívoco. A ideia dessa troca é equivocada. Não vale a pena!

Tive inclusive experiência com relação a isso quando ocupei o comando do Itamaraty. Também havia pressão de entrar na OCDE. Eu disse: "Entramos, é bom para a imagem, isso e aquilo, etc., mas sem concessão de espécie alguma".

Na OCDE não se ganha vantagem do ponto de vista de acordos comerciais. "Ah, vai atrair mais investimento." O Brasil já atrai. O México está na OCDE há muito tempo, e o Brasil atrai muito mais investimentos do que o México. Não estou dizendo que estar na OCDE prejudique. Pode até ajudar, mas não é um fator de tanta relevância, uma vez que nós temos acordos com a OCDE em mais ou menos 80% dos dispositivos que eles preveem. O Brasil tem uma relação muito próxima com a OCDE hoje em dia. Não vale a pena uma posição formal, e só a um Presidente americano poderia caber essa ideia estapafúrdia de tirar o Brasil da OMC para entrar na OCDE, com a arrogância que é mais ou menos inerente aos governos americanos quando tratam assunto dos países latino-americanos, inclusive do Brasil.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Plínio Valério.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM. Para interpelar Ministro.) – Ministro, assim que cheguei ao Senado há alguns meses, me encantava ver o discurso do Executivo. O senhor falou que é economista, aprendeu um pouco de política, e me encantava ver o discurso como um todo do Executivo. E eu dizia sempre que o Executivo estava se confundindo: o Senado, o Legislativo não é quartel onde se dá uma ordem e cumpre-se, não é vara criminal onde se dá uma sentença e executa-se. O Senado é diálogo, é conversa. E me encantava ver o Executivo não perceber isso. Portanto, a sua presença aqui eu considero um avanço que supre aquela falha que eu observava. O Senado, o Legislativo é conversa, diálogo, convencimento, argumento. Certamente o senhor vai convencer muita gente hoje aqui expondo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A minha pergunta vem bem simples. Eu acho que, ainda pelo hábito de ser vereador em Manaus, aquela coisa bem simples, eu vejo milhares de pessoas – acho que estão assistindo – e a minha pergunta é pela não aprovação. Gostaria que V. Sa. fizesse um exercício para nós. Considerando que a base de pessoas elegíveis da aposentadoria, mantidas a regras atuais, vai aumentar pelas alterações da demografia, por hipótese, então, vamos imaginar que as regras atuais de aposentadoria não fossem alteradas e a idade média continuasse próxima da atual, na casa de 58 anos a 60, qual seria o impacto da questão fiscal a presenciarmos nos próximos anos? Ou seja, se a reforma não for aprovada o mundo acaba ou o mundo não acaba porque há outra saída fora a reforma? Essa é a minha pergunta, Ministro.

O SR. PAULO GUEDES – Major Olimpio, com o esclarecimento do Senador José Serra de que a coisa não foi tão explosiva ou deletéria como seria, eu acho que a sua intuição estava certa no seguinte: minha primeira reação: há coisas que acontecem na dimensão política. O que eu acho que aconteceu ontem foi uma demonstração de poder de uma Casa. Se querem saber o que eu acho, eu acho isso, e eu não consigo entrar nesse espaço. Eu não sei exatamente como é que é, mas para mim é muito claro que houve uma exibição de poder político.

Dito isso, do ponto de vista econômico, é claro que se eu defendo e acredito que para a classe política é muito bom flexibilizar os orçamentos, em qualquer movimento na direção de carimbar orçamento eu tenho que botar o sinal menos. Dito isso, dentro desse sinal menos, você fala assim: "Mas carimbar o dinheiro de quem? É o Ministro da Saúde que é obrigado a gastar? É o Ministro do Turismo que é obrigado a gastar? Ou é um Parlamentar que foi eleito que tem o direito a levar esse dinheiro para a base?". Dentro disso, há um sinal mais, ou seja, é uma descentralização carimbada. Eu sou a favor de descarimbar e descentralizar. Então, eu tenho que dar um menos quando carimba, tenho que dar um mais quando descentraliza.

Para mim foi uma demonstração de poder político com um sinal menos e um sinal mais. Se o dinheiro fosse carimbado, sem o esclarecimento do Senador José Serra, se está indo rapidamente para a explosão dos tetos e de tudo. Se, ao contrário, é um alerta para 2022 e nós mesmos podemos, no pacto federativo, descarimbar tudo, foi só um alerta. Para mim foi um movimento num espaço político. Foi mostrado o seguinte: vocês têm uma reforma aí e estão falando em seis meses para aprovar, a da Previdência, que vocês acham importante. Pois é, pode durar dois dias. Aliás, pode ser um dia só em dois turnos até. Depende de como a gente ache que deve trabalhar junto para fazer a coisa acontecer. Para mim, sou de marte, cheguei agora, estou olhando, vi um movimento que eu classifico assim.

Então, eu prezo tanto a sua demonstração de que quer votar que me penitencio se o nosso time está falhando. Acho que tem havido uma falha dramática. Um Governo que entra com uma aprovação popular enorme, em 60 dias, manda uma medida anticrime que ele prometeu ao longo... De 60 mil crimes por ano, ele manda uma anticrime e manda uma previdenciária. Eu acho que é um Governo que está trabalhando. Eu acho que é um Governo que está tentando acertar. E aí, de repente, quando ele

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

parte para as ações no Congresso, o principal opositor dele é ele mesmo, quer dizer, está falhando alguma coisa entre nós, é do nosso lado que está falhando alguma coisa.

Como foi dito pelo Senador Tasso, existe uma boa vontade extraordinária particularmente aqui no Senado. E isso tem que ser mobilizado a favor do Brasil e das reformas, não do partido a ou do partido b. Agora, realmente é assustador.

Ontem, eu tomei um susto também, porque o aviso que eu tinha era mais ou menos o seguinte: "Olha, você foi convocado para ir a um lugar onde não há nem relator, já está todo mundo preparado para jogar pedra e o seu partido vai atirar pedra também porque eles estão contra". Eu falei: pô, eu não estou entendendo mais nada aqui, pelo amor de Deus.

Então, é evidente que, para mim, politicamente, o que eu imaginaria agora? O PSL, 52 votos, fecharia a questão a favor da reforma. Pode até mexer numa coisa ou noutra. O DEM, que também está com alguns ministérios e tem sido um interlocutor, também partiria numa direção disto: aprovar a reforma, que é importante para eles. E o Congresso, no seu papel, falaria: "Olha, isso aqui não; o BPC está demais, não queremos, está tirando dinheiro, vai condenar, como disse a Senadora Eliziane, está condenando os velhinhos à mendicância; isso aqui não. Tira isso aqui também". E pronto! E com responsabilidade, sabendo que não pode ser assim, tem que ser na linha de um trilhão, porque senão nós estamos condenando as futuras gerações. Eu acho que está todo mundo maduro para isso.

Então, eu atribuo isso só a um choque de acomodação. Há um grupo chegando e ainda não sabe direito onde é a cadeira, está tentando achar o lugar. O grupo que já sabe onde está a cadeira está dizendo: "Olha, se não conversar comigo, não vai sentar na janela. Quem senta aqui dentro... Para sentar na janela, só quem conversa comigo, senão vai sentar lá atrás". É um choque de acomodação, agora, que eu acho que será superado. É a minha opinião a respeito dessa medida.

O Senador José Serra falou da OCDE e da OMC (Organização Mundial de Comércio). Quando nós chegamos lá para conversar com o governo Trump, foi uma visita, eu acho, muito exitosa do ponto de vista de aproximação dos países, porque o Presidente Trump... Eu não quero entrar muito em detalhe, porque aí eu entro em relações exteriores, política, não quero entrar muito nisso. Vou me ater à coisa econômica. É o seguinte: esse assunto saiu pelo seguinte, porque, quando nós começamos a negociação, foi muito bem com dois negociadores. Por exemplo, para vocês terem uma ideia, o Departamento de Comércio americano, chama-se Wilbur Ross o responsável pelo Departamento, ele não vem ao Brasil há dez anos, nove anos. Ele virou-se e falou assim: "Em 30 dias estou no Brasil", para mostrar que ele quer aproximação. Esse é o Wilbur Ross. Da mesma forma, o Larry Kudlow, que é o consultor do Presidente da República, do Presidente Trump, nesses assuntos, conversou duas horas pela manhã conosco, gostou tanto da conversa que falou assim: "De tarde, vamos continuar a conversa". Eu falei: tudo bem, vamos conversar. Quando nós estávamos andando para a Casa Branca, chegou a ligação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dizendo o seguinte: "Não precisa nem ir lá, ele vem aqui". Então, ele veio nos visitar e ficou mais um hora e meia conversando conosco.

Estava indo tudo direitinho. Só que havia um negociador, que é o mais duro deles, que eles chamam de Robert Lighthizer, um cara negociador, é advogado, é durão, tem uma lista, que chega com aquela lista, pega a lista lá: "Olha, você está exportando mais bananas, está exportando mais cupuaçu do que eu, mais isso, mais aquilo, você tem um superávit". Eu brinquei com ele e falei assim: vem cá, não me trata como chinês, não. *Don't treat me like a Chinese.* Vocês têm déficit com todo o mundo, não chateiam ninguém, e logo conosco, nós temos déficit com vocês, você vem dar uma de durão? Comigo? Essa conversa não está boa, não. Vamos conversar em outro nível. Vamos conversar em nível institucional? Nós queremos entrar na OECD. Aí ele virou e falou assim: "Só se vocês saírem da OMC, porque, afinal de contas, vocês não podem ser ricos e pobres ao mesmo tempo. Ou vocês são pobres, ficam lá no OMC pedindo condição favorável, ou vocês vêm para a OCDE e vocês são ricos. Vocês não podem ser ricos e pobres ao mesmo tempo". Eu falei: você vai falar a mesma coisa com a China, com a Coreia, com todo mundo, ou vai falar só com a gente? Aí ficou uma tensão e tal, acabou a reunião, não foi uma boa reunião; com ele, particularmente, não foi.

Depois o Presidente Trump reuniu o time dele, o nosso time do lado de cá, e a primeira coisa, quando o Presidente Trump virou e falou para mim, eu falei assim: olha, você tem um cara aí que acha que eu sou chinês. Bati de novo no cara. O cara ficou desconfortável. A nossa Ministra Tereza deu uma tesoura voadora nele, porque, quando chegou lá, ele tinha dito que o açúcar não negociava de jeito nenhum, e ela falou em açúcar, o Trump gostou do assunto, porque só pode entrar o etanol, no Brasil, de milho, que é mais barato. Mas nós não vamos deixar o etanol entrar, quebrar o Nordeste, e, de repente, como é que nós vamos fazer com o açúcar? Só se eles abrissem o açúcar, porque a gente converte o combustível de etanol em açúcar e manda o açúcar para lá. Começou essa conversa, ela falou isso com ele, o Trump gostou, olhou para a gente, e eu falei: é isso mesmo, o seu problema é só o cara que acha que a gente é chinês ali do lado. Porque eu sabia que de manhã ele disse que era inegociável. E o Trump gostou da ideia. Aí nós viramos e falamos: olha, esse cara aqui é só ele que está contra, todo mundo aqui está a favor.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO GUEDES – Então o assunto OCDE e OMC, como disse o Senador Serra, leva algum tempo. É um ano, um ano e meio para você ir naquela direção. O Brasil não tem usado tanto as vantagens que poderia usar como membro da OMC. O Brasil usa relativamente pouco, e há um tempo de transição entre uma coisa e outra. Então a coisa foi muito mais no sentido desse negociador particular deles, que virou e falou assim: "Não, se vocês quiserem entrar na OCDE, tudo bem, mas vocês não podem ser ricos e pobres ao mesmo tempo. Então saiam da OMC, saiam da OMC." Eu falei: você vai exigir isso dos chineses, vai exigir isso do coreano? Ou só da gente?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então foi uma discussão um pouco assim, mas nós sabemos que a OECD é vantajosa até para nossa autodisciplina, a nossa avaliação de políticas públicas, tudo isso, quer dizer, é o ingresso na primeira divisão. Tem muitas vantagens do ponto de vista de investimentos, do ponto de vista de disciplinar os impostos, da forma como nós trabalhamos impostos, tudo isso. É um sinal, realmente, de entrar numa primeira divisão. Tem muitas vantagens. Algumas desvantagens: deixar justamente alguns benefícios, listas preferenciais, e isso nós temos usado até pouco, entendeu? Mas não ficou nada assim...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO GUEDES – ... é isso, é aquilo, são trinta dias, nada disso. Foi bastante sereno, eles estão vindo para conversar, o clima é muito bom, de negociação, à exceção do cara lá que é o mais enjoado deles, mas que é superável.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Fernando Bezerra...

O SR. PAULO GUEDES – Ah, o Senador Plínio. Não, o Senador Plínio. O Senador Plínio fez uma pergunta também, falando (*Fora do microfone.*) de Manaus. Eu estive ontem com toda a bancada de Manaus, ontem ou anteontem. O Senador Omar levou toda a bancada lá, nós conversamos sobre isso. E a pergunta dele é o que acontece se ficarmos sem reforma.

As despesas previdenciárias, como eu disse, e isso vale para Estados e Municípios, por isso que os Prefeitos todos... Eu tive uma conversa com 50, 60 Prefeitos, tive uma conversa com os 27 Governadores, todos estão a favor da reforma previdenciária porque sabem que não só a despesa está crescendo aceleradamente, mas, particularmente, a despesa com inativos, que é explosiva dentro do orçamento público – ela que é explosiva dentro do orçamento público. Então, todos estão favoráveis à reforma.

Quando você faz as simulações, os números, as golfadas são de 40, 50 bilhões por ano. Então, se você está com um déficit de 130 e não fez a reforma, no ano que vem irá para 170, 180 bilhões; no ano seguinte, 230. Quer dizer, o Brasil vai explodir muito rapidamente do ponto de vista fiscal. E não é uma explosão – aí é que eu quero acentuar a coisa – abstrata, é uma explosão financeira. É o seguinte: você não vai poder pagar salário do funcionalismo público, do servidor público. Quem está quebrando não é o setor privado, quem está quebrando é o setor público. Então, de repente, a Prefeitura vai parar de pagar os seus funcionários, não tem mais dinheiro. Existe Governo que já está há três meses sem pagar salários. Eu não estou fazendo uma ameaça, eu estou fazendo uma projeção do que já está acontecendo. Há Governos que estão atrasados três meses, quatro meses, salários de funcionários públicos. O que vai acontecer é que a máquina pública brasileira vai implodir e muito rápido, porque os números são muito grandes, a coisa é exponencial.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Houve um...

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Sr. Presidente. Só uma menção.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senadora Rose de Freitas.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Com a maior admiração que eu tenho pelo trabalho de V. Exa., diante das pessoas que aqui estão, ilustres, conheço quase todas, eu queria sugerir a V. Exa., só pelo tempo, nós ficamos sete horas em uma reunião na CCJ e estamos aqui agora, que limitasse o nosso tempo de pergunta e também para sugerir ao nobre Ministro um tempo de resposta. Eu gosto da fala dele, eu ficaria ouvindo...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu tentei...

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – ... o dia inteiro, Ministro, mas, se não, prejudicaremos as perguntas dos Senadores que têm ânsia em fazer aquilo que poderia ter acontecido na Câmara.

Se V. Exa. aceitar, eu ficarei grata.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu já ouvi o Ministro repetir a resposta três vezes durante as três vezes em que ele teve a oportunidade de falar aqui por mais de nove minutos, falando sobre o mesmo assunto. Mas eu tentei fazer isso há pouco e o Senador Luis Carlos Heinze, do Rio Grande do Sul, chamou a minha atenção e disse: "Não, deixe ele falar". Aí eu fico numa situação... Porque não quero ser indelicado, para não passar que eu estou sendo indelicado, estou querendo fazer as coisas...

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Submeta ao Plenário, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não. Já submetemos, Senadora Rose.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Cinco minutos. Três minutos para pergunta e...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Já definimos isso.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – ... dez minutos para resposta.

Submeta ao Plenário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Porque eu já vi o Ministro falar três vezes sobre o mesmo assunto, as mesmas coisas.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Se todo mundo estiver de acordo... Entendeu?

Nós ficamos aqui, Ministro, até 10 horas da noite, mas...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Senador Serra, no seu momento de falar, se equivocou, achando que estava numa questão de ordem e não entrou no mérito da presença do Ministro. Como o Senador Fernando Bezerra, que era o próximo a falar, o Líder do Governo aqui no Senado, não está presente, eu vou deixar o Senador Serra concluir, porque ele só falou um minuto – faltaram dois minutos para ele falar –, em deferência ao ex-Governador de São Paulo, o Senador Serra, que tem uma contribuição a dar ao Ministro aqui. Ele veio aqui e falou: "Pensei que eu só estava fazendo uma questão de ordem para explicar o que foi votado lá na Câmara".

Então, Senador Serra, por favor.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP. Para interpelar Ministro.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu queria começar por um ponto, fazer uma coisa bem resumida.

Primeiro, no Brasil, o gasto público já é bastante descentralizado. Eu, como Parlamentar, não defendo uma transferência maior de recursos para Estados e Municípios. Eu sei que é uma posição heterodoxa, pode até ser chocante, mas temos aqui os números e os gráficos mostrando isso com muita clareza. A agenda fiscal tem que ir por outro lado. Primeiro, nós temos – e aqui, Ministro, é uma sugestão de pauta – que regulamentar a regra de ouro para acabar com a contabilidade criativa, porque a regra de ouro, do jeito que está na Constituição e do jeito que é interpretada, acaba sendo um elemento de perversão e não de controle do gasto público. Ela é leito de criação de contabilidade.

Segundo, temos que criar um Conselho de Gestão Fiscal, previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal, para reorganizar as contas dos Estados, ajudando-os a abrir espaço fiscal para ajustar investimentos. Não se trata de aumentar os recursos de forma permanente dos Estados. Os recursos já são suficientes, apesar da crise atual. Trata-se de controlar a sua aplicação ao longo do tempo.

Mais ainda: temos que ter um mecanismo de controle do gasto público por meio do chamado *spending reviews,* revisões periódicas do Orçamento, que a maioria dos países civilizados têm. Em cada período se faz uma revisão daquilo que se está gastando e de qual é o efeito. Isso se faz dentro do Congresso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mais ainda: no caso dos Estados, eu apoio, nós devemos ter um plano de auxílio financeiro aos Estados, mas com contrapartida clara, medidas efetivas de ajuste fiscal. Indo além: avaliação de custo benefício dos subsídios creditícios, que ocupam um grande espaço nas contas fiscais e com proporção do PIB.

A transparência dos projetos de lei que criam renúncias fiscais a torto e a direito.

Alterar o marco regulatório para as concessões e autorizações na área de ferrovias, que é um potencial inexplorado. Nós somos um país *cucaracho* em matéria de ferrovia de maneira injustificada, dada a demanda que existe e a capacidade de produção dos equipamentos necessários.

Aqui coincidimos, quero chamar a atenção, porque coincidiu com o Ministro: securitização da dívida ativa para melhorar a cobrança da dívida ativa e reduzir estoque de créditos tributários devidos ao Governo. Esse projeto está na Câmara. Inclusive, a maioria do Governo está sendo contra. E é um projeto que o próprio Governo defende.

Cobrar impostos de investidores e de fundos de investimentos fechados, que hoje não pagam.

Criar, enfim, aí é melhorar a cobrança, tornar mais eficiente a cobrança de impostos e o incentivo fiscal, que é essencial e deve ser o número um para investimentos em saneamento básico.

Essa, Ministro, é uma agenda fiscal que eu tenho a ousadia de propor a V. Exa., reconhecendo que há coincidências e há diferenças, para que o Governo levasse em consideração.

Estou jogando. Não jogo no quanto pior melhor. Quero que o Governo acerte pelo bem do País. Posso ter até motivos políticos para apreciar o desgaste, mas, como homem público, como Senador eleito, quero que as medidas corretas sejam adotadas.

Muito obrigado.

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) – Obrigado, Senador Serra.

Agora, o Senador Rogério Carvalho. Depois, o Senador Mecias de Jesus.

Aí o senhor vai responder os três Senadores: Serra, o Senador Rogério Carvalho e Mecias de Jesus.

Depois vai falar, só para dizer quem está ainda inscrito aqui: Senador Jean Paul Prates, Senadora Kátia Abreu, Senador Randolfe Rodrigues, Senador Roberto Rocha – ele teve que sair e ia deixar a pergunta por escrito para o Ministro –, Senador Alessandro Vieira, Senador Paulo Paim, Senador Flávio Bolsonaro, Senador Luiz do Carmo, Senadora Rose de Freitas, Senador Zequinha Marinho, Senador Marcos Rogério, Senador Jorginho Mello, que trouxe até o estudo de que nós tratamos no primeiro assunto aqui, Senador Weverton e Senador Irajá. São esses Senadores inscritos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra o Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para interpelar Ministro.) – Eu quero primeiro cumprimentar o Ministro e todos os Senadores e Senadoras.

Parece-me que, quando a gente governa com um ideologismo exacerbado, seja ele de extrema-direita ou de extrema-esquerda, a gente cega na construção de caminhos que são razoáveis. Porque a ideologização que nós estamos presenciando neste momento no debate político conduzido pelo Governo nos leva a uma ideia de desconstrução de algo que me parece muito difícil desconstruir sem destruir o País.

Então, o meu apelo é no sentido de que a gente pense mais na construção de alternativas de ajustes no campo da previdência. Por exemplo, nós temos um sistema solidário, que é uma conquista do povo brasileiro. E, obviamente, é uma posição, que eu defendo, porque eu acredito que o Estado tem um papel regulador de distribuição de riqueza e a Previdência e a Seguridade Social cumprem esse papel.

Fazer a desconstrução disso e migrar para um sistema de capitalização pode custar ao País muito mais do que resolver a crise fiscal da União e dos Estados. Essa conta precisa ser trazida para o Congresso. A gente precisa fazer essa conta para a gente não embarcar só no debate ideológico...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... como sendo a coisa mais importante.

Por exemplo, o debate da OMC ou da OCDE me parece uma coisa muito mais ideológica do que objetiva, de interesse do País. Outro exemplo: dar isenção fiscal às empresas petrolíferas me parece mais uma questão ideológica do que mesmo de relevância para o País. A questão das desonerações fiscais que foram feitas ao longo do tempo, que a gente pode rever e encontrar recursos para... Como disse o Senador Serra, eu também tenho a preocupação com essa descentralização, com o País perder a capacidade de reconstruir e se construir reduzindo as diferenças regionais e as diferenças sociais. Eu acho que isso pode se comprometer. Portanto, eu acho que nós precisamos de mais debate sobre teses e menos argumentos ideológicos e posições nem de extrema-esquerda, nem de extrema-direita. Que a gente possa colocar aqui ideias concretas, objetivas sobre desenvolvimento regional, sobre desenvolvimento econômico.

Eu não vi até hoje do Governo nenhuma proposta para aquecer a economia, para gerar emprego, para gerar renda. Eu não vi nenhum caminho objetivo para redução da taxa de juros. O Banco Central manteve a taxa de juros no mesmo patamar. Eu não vi nenhuma manifestação do Banco Central no que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

diz respeito a olhar para a taxa de desemprego e controlar os juros, olhando o desemprego, olhando a inflação. A gente não vê inovação, a não ser muita ideologia de extrema-direita. Não tenho nada contra, mas a gente precisa encontrar o termo, para que não venha uma desconstrução que signifique a destruição do País e a destruição daquilo que nós acumulamos ao longo do tempo, que é um pouco de dignidade para o nosso povo.

Para concluir, Presidente, veja, nós não podemos tirar do povo pobre brasileiro a sua grande conquista, que é a sua cidadania. Nós estamos indo buscar no ventre do País um pouco da riqueza com que o brasileiro nasce, que são alguns direitos. Isso não pode acontecer sob nenhum argumento e sob nenhuma tese, por mais brilhante que ela seja, mas que é só uma tese ideológica.

Portanto, a gente tem que ter a responsabilidade de olhar a realidade objetiva e concreta do País antes de se alinhar a uma matriz ideológica exclusiva e de querer, a ferro e fogo, implantar um discurso ideológico pura e simplesmente desconsiderando a constituição histórica do País.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador Rogério.

Senador Mecias de Jesus.

Jean Paul Prates.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para interpelar Ministro.) – Presidente, Ministro Paulo, obrigado. Mais uma vez, obrigado pela presença aqui conosco.

Como eu tenho dito nas outras audiências com Ministros, é muito bom criar este ambiente saudável de discussões com os Ministros. Que vocês se sintam muito bem aqui na nossa Casa, do povo, na Casa que institucionalmente representa os Estados e também na Câmara! Sempre que possível, venham fazer esses debates. Como eu disse nas outras audiências, nós estamos construindo um país independentemente de Governo, de partido "a", partido "b", coligação "a" ou "b". Nós, ao fazermos leis, construímos o país, tanto quanto os Ministros, tanto quanto o Presidente da República. Então, é muito bom criar esse ambiente afável e construtivo.

Eu queria tomar a liberdade de voltar a abordar a questão muito importante da receita decorrente do petróleo e gás. E aí um conceito que eu gostaria que o Ministro esclarecesse para nós é em relação ao que o Governo entende como sendo o momento que nós vivemos hoje.

Ontem nós tivemos aqui uma audiência com o Ministro de Minas e Energia, Alm. Bento, muito cordato também. Esteve aqui conosco discutindo muitas coisas e mencionou – não fomos nós que mencionamos, ele mencionou – que, na viagem aos Estados Unidos, houve um encontro, não nesta agora, mas ele esteve presente no CeraWeek, um dos eventos importantes de planejadores de petróleo no mundo. Ele esteve lá e ouviu do Presidente da BP que o Brasil seria o novo Oriente Médio, seria visto assim pelo mercado de petróleo internacional. E eu fiquei muito satisfeito porque, há pouco tempo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ministro Paulo, nós tínhamos dúvidas colocadas por brasileiros sobre a veracidade do pré-sal, que era tido, dez anos, doze anos atrás, como um blefe eleitoral. Então, agora, está comprovado que, de fato, a reserva existe, é verdadeira e nós estamos sendo cobiçados.

Isso nos leva, Ministro Paulo, a uma situação... Eu que venho dessa área, são muitos anos operando na área de petróleo e gás tanto na Petrobras quanto, depois, fora dela, fiz parte do grupo que fez a lei do petróleo, em 1997, nós vivemos, em petróleo, o mercado de direitos exploratórios. Nesse mercado de direitos exploratórios, o nosso cacife subiu muito. Nas últimas décadas, principalmente com o pré-sal, nós, que éramos uma província secundária, terciária no mercado de exploração e produção, passamos a ser um mercado, uma *blue chip* – digamos assim –, para falar a linguagem de que vocês gostam mais, do mercado de exploração de direitos, de direitos exploratórios de petróleo no mundo.

Diante desse fato, nós precisamos refletir o cacife que nós temos quando vamos a uma mesa de negociação, que são os leilões de blocos: o leilão da cessão onerosa, o leilão de outros blocos do pré-sal, o leilão das nossas áreas convencionais, que, aliás, não acabaram, porque só se fala em pré-sal, parece que o resto acabou, e não acabou. Temos petróleo em terra, temos áreas novas para explorar em bacias consideradas ainda pouco exploradas, inclusive em terra. Nós estamos com o cacife alto, e, de repente, nós abrimos mão aí, por exemplo, e prejudicamos – e aí que eu entro no assunto Lei Kandir e tudo acaba se conflitando nesse caso –, nós perdemos receita do FPE e do FPM pela dedução do bônus e do *royalty* na base de cálculo para fins da incidência do Imposto de Renda e da Contribuição Social. Só isso aí, na cessão onerosa, representaria R$77 bi. No total do pré-sal, uma estimativa muito superficial daria talvez R$1 trilhão em 25 anos. Muito bem. Com isso aí nós praticamos uma política de estímulo à entrada dessas empresas, tirando o bônus e o *royalty* da base de cálculo do Imposto de Renda e CSLL.

Nós apresentamos pelo PT, pelo Partido dos Trabalhadores, um projeto para recolocar estes itens na base de cálculo. Por quê? Porque nós consideramos que nosso poder de barganha é maior do que isso e nós não queremos ser Nigéria, e, sim, Noruega. Nós queremos não só exportar *commodity*, abrir totalmente as condições aqui para que todos entrem em qualquer jeito, queremos uma parcela desse lucro do óleo que também venha capilarmente a beneficiar os Estados e Municípios. Nosso cacife, como eu disse, subiu e nós precisamos, então, valorizá-lo.

Nós podemos, de fato, estimular investimento em petróleo e gás no País. Há várias formas de fazer isso. Essa, particularmente, eu acho que é um pouco exagerada, principalmente em relação ao bônus, porque o bônus não é uma tributação que o Estado estabelece de início. Ele estabelece até o bônus inicial, mas o bônus é proporcional à competitividade do leilão. Quem dá o bônus é a companhia de petróleo. Ela voluntariamente o oferece. Aliás, é um sistema muito bem bolado, muito bem feito, que o Brasil empreendeu lá, na década de 90, em que o leilão é por bônus de assinatura, um dos critérios principais. Então, quando eu ofereço muito para pegar aquele bloco, eu quero muito aquele bloco, depois eu vou deduzir isso no Imposto de Renda e na Contribuição Social? Não faz muito sentido,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque é uma coisa voluntária, que o cara dá para arrematar aquele bloco em relação ao competidor da outra empresa que está competindo ali no calor daquela data, daquele dia, daquele momento, e não depois. Então, tributariamente, parece-me um pouco desconexo isso aí.

E queria perguntar também, bom, primeiro, o que se acha disso no Governo. Como está o nosso cacife de petróleo no mercado de petróleo?

Por que a gente tem de abrir mão de tanta tributação no momento em que a gente está em alta?

Segundo, em relação à própria questão da cessão onerosa, já falamos várias vezes da Governadora Fátima Bezerra e de outros Governadores que estão aguardando ansiosamente algum direcionamento em relação ao que vai ser, em curto prazo, colocado disponível aos Estados e Municípios, para tirá-los da situação em que estão. Isso não aproveita a ninguém no País.

Então, vai ser o fundo social sobre toda a partilha – se for o fundo social da cessão onerosa, a gente só vai ver o dinheiro daqui a quatro, cinco anos; o bloco vai ser licitado, só vai produzir daqui a quatro, cinco anos –, ou será um pedaço do bônus?

Então, basicamente são essas as perguntas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Responderá agora ao Senador Serra, ao Senador Rogério e ao Senador Jean Paul.

O SR. PAULO GUEDES – Inicialmente, respondo ao Senador Serra.

Ele está aí?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Não, ele deixou a contribuição dele e saiu.

O SR. PAULO GUEDES – Ele deixou a contribuição dele. Está certo. Eu faço as observações de qualquer forma.

Eu sou a favor da descentralização de recursos de Estados e Municípios. É natural, o Senador Serra tem um ponto de vista diferente. Inclusive, quando no Governo, atuaram assim, criaram as contribuições não compartilhadas, e o Governo central se fortaleceu. Eu atribuo uma boa parte justamente da situação financeira precária hoje em Estados e em Municípios a essa centralização de recursos que houve também naquela época, além dos juros, que foram muito altos durante o período do Plano Real. Os programas de estabilização bem-sucedidos são programas que duraram um ano, um ano e meio, e a inflação cede. O nosso problema de estabilização é que são 10 anos, 15 anos de juros muito altos. Então, o resultado é este: é uma devastação nas finanças de quem estava endividado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Depois, quando fala da regra de ouro, eu gostaria também que a regra fosse respeitada tanto para cima quanto para baixo. Por exemplo, você só pode se endividar se você acumular ativos para o Estado; você não pode se endividar para gastar em gastos correntes, só se for em investimento. Mas vale o vice-versa: se você vender um ativo da União, você tem que reduzir dívida, senão você fica vendendo também ativo.

Eu ouvi críticas ao programa de privatização que eu defendi, quando eu falava sempre explicitamente: "Você tem que vender os ativos para reduzir a dívida". Aí as pessoas disseram: "Ah, está vendendo os talheres para pagar o jantar". Ao contrário, você tem que abater a dívida, senão você realmente está vendendo os talheres para comprar o jantar. Então, eu gosto da regra de ouro, mas temos que aperfeiçoá-la, sim, para ela ficar cada vez mais ligada ao ritmo de investimentos ou desinvestimentos.

O Conselho Fiscal, que é uma proposta que ele deixa, eu acho que está na essência do pacto federativo. Ele chamou de Conselho Fiscal, e eu gosto muito da expressão que tenho usado com a minha equipe: a ideia de um Conselho Fiscal da República, do Conselho Fiscal da República. Para mim, isso é mais importante do que a reunião hoje que nós temos. O País todo está em expectativa esperando. O Banco Central, na reunião do Copom, vai aumentar 0,25% ou baixar 0,25% os juros. Foi uma conquista nossa ter um Banco Central que, realmente, combate a inflação. Agora, isso hoje, para mim, é menos importante do que um Conselho Fiscal. Ele falou sobre *spending reviews*. Realmente, a cada bimestre, esse Conselho Fiscal da República faz um monitoramento, aprova no final do ano o Orçamento. Este é o trabalho basicamente do Congresso: trabalhar o ano inteiro no estabelecimento do Orçamento do ano que vem e do monitoramento do deste ano. Então, eu sou a favor do Conselho Fiscal.

Essa agenda também que ele citou de ajuste fiscal com contrapartida é a essência do plano de equilíbrio financeiro, é o ajuste fiscal com contrapartida.

O Estado do Rio de Janeiro, por exemplo, estava com dificuldade, não queria entregar a Cedae etc. Então, o BNDES também fica com dificuldade de fazer a antecipação de recursos. Agora, se ele entregar a Cedae, os recursos saem mais rápido também, porque há uma contrapartida ou outro ativo que ele queira entregar ou um plano que ele tenha de restruturação de gastos.

Na análise de custo-benefício de programas e subsídios, estou 100% de acordo com o Senador Serra. Realmente, a gente tem muitos não só subsídios, mas também desonerações sem a análise de custo-benefício. Quando você dá uma desoneração, você tem que saber para quem você deu e qual o efeito: gerou emprego, gerou retorno social, o que está acontecendo? Nós, normalmente, concedemos concessões baseadas em poder político e em poder econômico. Quem tem mais bala influencia e, seja político, seja econômico, vem aqui, pressiona e leva o benefício, independentemente desta análise de custo-benefício que nós deveríamos fazer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto à securitização de dívidas, da dívida ativa, estamos de acordo. Quanto ao imposto sobre fundos fechados, também estamos de acordo com isso.

Finalmente, sobre o saneamento, ele falou que seria a favor de incentivos para saneamento. Nós achamos que saneamento é uma nova fronteira que pode realmente atrair muitos recursos. Gente do mundo inteiro está querendo trazer dinheiro para auxiliar em programas de saneamento. E é um problema básico. Os Municípios não estão conseguindo resolver o problema de saneamento, e os Estados também estão com dificuldades. Então, eu acho que nós vamos ter que fazer alguma coisa, sim, nessa direção, mas isso está muito mais ligado ao marco regulatório, como ele mesmo chegou a falar. Dependendo de como estabeleçamos o marco regulatório, podemos decolar o ritmo de investimentos em saneamento.

Senador Rogério Carvalho, eu acho, Senador, que, depois de quatro mandatos no Governo, falando muito em ideologia... É quem falou mais em ideologia. A eleição do Bolsonaro... Veja: eu nunca tive partido político, nunca estive de lado nenhum político. Eu acho que a eleição do Bolsonaro foi uma resposta a uma conversa ideológica de quatro mandatos seguidos. Quem está levantando ideologia fala: "Ah, o Bolsonaro chegou com ideologia hoje". Eu acho que foi o contrário. Houve uma conversa de ideologia de anos, anos e anos, e aí surgiu uma reação natural. E eu espero que haja espaço democrático para ver também o discurso do outro lado. Não pode ser que, em dois meses, já está tudo errado, que a ideologia está dominando tudo. Eu não estou vendo isso. Eu estou fazendo um discurso absolutamente pragmático. Não há nada de ideologia no discurso no sentido de que eu concordo com a sua avaliação de que a ideologia cega. A ideologia cega, cega mesmo as pessoas! As pessoas perdem o sentido das coisas, perdem o critério de avaliação objetiva do que está acontecendo. Então, eu concordo 100% com você de que a ideologia cega.

Eu acho até... Você usou expressões como "ferro e fogo". Eu não vi nada de ferro e fogo até agora. Eu cheguei aqui, não vi nenhum ferro e fogo, não vi ninguém fazendo ferro e fogo. Não estou entendendo nem o discurso do que você quer dizer com um Governo a ferro e fogo. Eu estou vindo aqui e apresentando um programa de previdência. Aí você fala o seguinte: "Estamos atacando o ventre do País, tirando as pessoas do ventre do País". Eu imagino que você esteja se referindo talvez ao BPC (Benefício de Prestação Continuada). Refere-se possivelmente a alguma coisa assim?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Ao nosso sistema de seguridade, que é uma...

O SR. PAULO GUEDES – Do sistema de seguridade eu vou falar.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... conquista da democracia brasileira e dos direitos. Materializa a cidadania do povo brasileiro.

O SR. PAULO GUEDES – Vou falar sobre isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Olha só, em nenhum momento... Isto é importante, hem? Você tem um sistema de seguridade que está aí há muitos anos. Ele é muito solidário e muito fraterno e quebrou. Então, ele está quebrado, está quebrado! Financeiramente, ele está quebrado. E aí eu vou dizer um negócio: ele não é tão fraterno como você acha, não. Sabe por quê? Há gente que recebe 20 vezes... Você, por exemplo, como político, pode se aposentar ganhando 20 vezes o que ganha um trabalhador. Eu acho isso ruim. Eu acho isso errado.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Fora do microfone*.) – Não, a aposentadoria é de R$5,5 mil.

O SR. PAULO GUEDES – Nossa proposta está reduzindo e fazendo convergir os ganhos dos empresários, da classe política, de quem tem privilégio. Isso está sendo reduzido.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Há um teto de R$5,5 mil!

O SR. PAULO GUEDES – Por favor, eu posso falar?

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Pode. Eu também posso!

O SR. PAULO GUEDES – Obrigado.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – É de R$5,5 mil o teto da aposentadoria.

O SR. PAULO GUEDES – A senhora terá o seu horário.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – O senhor não é o mandante da Comissão!

O SR. PAULO GUEDES – De forma alguma! Mas nós temos que ter alguma disciplina.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – O senhor está enganado. Estou só corrigindo...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, Ministro Paulo Guedes, espere aí!

O SR. PAULO GUEDES – Nós temos que ter alguma coisa...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, espere aí!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Estou só corrigindo, dizendo que a aposentadoria nossa não é dez vezes mais que a outra.

O SR. PAULO GUEDES – Senadora, Senadora...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, Ministro!

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Em audiência pública, o Senador também pode dar a opinião dele!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ministro, não, não, espere aí! Só um minutinho!

O SR. PAULO GUEDES – Por favor! Vamos todos falar ao mesmo tempo?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não! Espere aí, Ministro!

O SR. PAULO GUEDES – Todo mundo vai falar ao mesmo tempo?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ministro, dá licença!

O SR. PAULO GUEDES – Vai falar ao mesmo tempo todo mundo?

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Fora do microfone*.) – Não, Ministro!

O SR. PAULO GUEDES – Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, Ministro! O senhor é convidado aqui, e nós vamos tratá-lo com respeito, mas o senhor não vai desrespeitar Senador nem Senadora aqui, não.

O SR. PAULO GUEDES – Eu não estou desrespeitando ninguém.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor me desculpe, Ministro. Com todo o respeito, o senhor é convidado.

O SR. PAULO GUEDES – Com todo o respeito, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor adiou três vezes sua vinda aqui. Entre nós, podemos até ter divergência política, mas, em relação aos Senadores...

O SR. PAULO GUEDES – É claro! São todos contra! É claro, perfeitamente!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eles estão aqui e são os verdadeiros representantes da população brasileira.

O SR. PAULO GUEDES – Com todo o respeito, com todo o respeito...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mal ou bem, o Governo atacando a velha política ou a nova política, nós somos representantes do povo.

O SR. PAULO GUEDES – Eu falei alguma coisa semelhante a isso, à velha política?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor disse que a Senadora calasse a boca.

O SR. PAULO GUEDES – Não, eu não disse isso.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – O senhor mandou eu calar a boca.

O SR. PAULO GUEDES – Não mandei calar a boca.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Mandou eu calar a boca, sim.

O SR. PAULO GUEDES – Eu não usei a expressão "calar a boca".

A senhora deixa eu falar?

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Eu disse que eu tinha que fazer um reparo, porque o senhor errou.

O SR. PAULO GUEDES – Ah, quer dizer que a senhora não me deixa falar? Perfeito!

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – O senhor cometeu um equívoco. Nós não aposentamos com 30 vezes o salário de ninguém. Nós estamos no teto. Os Senadores se aposentam com R$ 5,5 mil no máximo, e não 30 vezes acima do que a população brasileira. Agora os militares, sim, aposentam com 30 vezes mais.

O SR. PAULO GUEDES – Deixa eu fazer uma pergunta factual.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Dr. Paulo Guedes, quero fazer só um reparo.

O SR. PAULO GUEDES – Posso fazer uma pergunta factual? Alguém recebe uma aposentadoria... Vocês já leram no jornal alguma vez que alguém tem uma aposentadoria de R$60 mil ou de R$70 mil?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Sim, Dr. Paulo Guedes...

O SR. PAULO GUEDES – Já leram, não é? Pois é, isso é que nós estamos...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Dr. Paulo Guedes, quero fazer só um reparo.

O SR. PAULO GUEDES – Senador, vamos fazer o seguinte...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu fui Relator do projeto de lei da reforma da previdência do Funpresp, e o senhor sabe que é um sistema de capitalização com uma aposentadoria complementar.

O SR. PAULO GUEDES – Pois é, eu ia lhe perguntar isso.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Sim, o problema não está aí. O problema é capitalizar...

O SR. PAULO GUEDES – Que bom!

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... para o coitado...

O SR. PAULO GUEDES – Que bom, que bom! Estamos de acordo!

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... e só haver contribuição do trabalhador, e não contribuição do patrão. Aí fica difícil!

O SR. PAULO GUEDES – Que bom, não é, Senador? Estamos de acordo, então. Eu entendi que o senhor falou que o sistema de capitalização é terrível, que ele é muito ruim. Eu ia perguntar se o Funpresp...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Veja: nós não podemos misturar o sistema geral de previdência com os regimes próprios de previdência. Se a gente fizer essa mistura, a gente vai criar uma conta que é impagável, e o trabalhador do sistema geral de previdência não pode pagar essa conta.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Querido Senador Rogério, por favor...

O SR. PAULO GUEDES – O senhor teve um tempo para falar. Eu estou pedindo um tempo para eu falar agora, só isso!

Quando o senhor falou em ideologia, eu podia ter virado e falado assim: "Não, ideologia, não!". Eu não falei. Eu esperei o senhor falar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ministro, o senhor pode concluir as respostas que o senhor quiser. O senhor tem o tempo necessário para concluí-las, por favor. Pode continuar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO GUEDES – Eu não vou nem entrar nesse assunto. Sabe por quê? Esse assunto de ideologia é um território conhecido dos senhores. Os senhores conhecem esse território. Os senhores usaram esse território. E agora houve uma eleição justamente que entrou nesse território. Eu não estou nesse território.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Veja, Ministro: se o Presidente manda...

O SR. PAULO GUEDES – Por favor! Eu não estou nesse território.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Se o Presidente manda no dia 31 de março...

O SR. PAULO GUEDES – Eu não estou nesse território.

O SR. PAULO GUEDES – ... fazer comemoração do golpe militar, isso não é ideologia?

O SR. PAULO GUEDES – Pois é, o senhor acha que eu...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Pelo amor de Deus!

O SR. PAULO GUEDES – ... vou entrar numa discussão dessas com o senhor hoje?

Por isso, quando o senhor falou em ideologia, o senhor puxou um território que não é o meu. Eu não quero entrar nesse território.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vamos garantir a palavra ao Ministro.

Por favor, Ministro...

O SR. PAULO GUEDES – Eu não quero entrar nesse território. Entendeu?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pode continuar, Ministro.

O SR. PAULO GUEDES – Eu adoraria que o senhor discutisse isso com os políticos. Político tem de discutir ideologia, esse troço todo. Eu sou um técnico e estou dizendo o seguinte: estou tentando uma migração para um sistema de capitalização que, em primeiro lugar, é um sistema que visa a garantir as aposentadorias que hoje estão sob risco. Essa é a primeira coisa. Esta é a primeira coisa na nossa reforma previdenciária: é uma obviedade hoje que o sistema está quebrando. É uma obviedade hoje que o sistema está quebrando! Então, nós estamos tentando – é a primeira preocupação – assegurar o pagamento das aposentadorias atuais dos mais pobres, principalmente, porque nós estamos indo justamente nas aposentadorias mais altas e cobrando deles. Então, quem está pagando mais é quem tem aposentadoria mais alta, e está tudo convergindo lá na frente. Está no melhor espírito da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fraternidade. O senhor sempre defendeu, o seu partido sempre defendeu fraternidade, participação – é o que nós estamos fazendo! –, progressividade, ao invés de regressividade.

Então, em si, a reforma tem duas fases. A primeira fase é uma fase para consertar, reduzir as desigualdades sociais, remover privilégios, fazer convergir, cobrar mais de quem tem mais, o que é absolutamente compreensível para uma plataforma como a sua, absolutamente! Aí há a segunda fase, que seria uma transição para um regime de capitalização. Essa fase... Nós somos tão respeitosos com o Congresso, que essa fase é uma segunda fase; ela não foi definida ainda. E cabe perfeitamente, em qualquer sistema de capitalização, uma camada de fraternidade, de solidariedade, do que você quiser. Ela cabe; o que não cabe é o inverso. Você nunca... Num sistema de repartição que quebrou, você não tem como ir para a capitalização. Num sistema de capitalização que leva recurso para o futuro, você sempre pode botar uma camada, dizendo o seguinte: "Olha, isso está muito baixo, vou botar um imposto geral de fraternidade sobre todo mundo para pagar aquilo, tranquilamente".

Então, essa transição está... Você tem sempre essa opção de recuar. No regime de capitalização, você pode recuar, porque ele tem recursos. Eu ia perguntar justamente isso. Vocês fizeram – e foi um passo acertado – sistemas de capitalização, lançaram o Funpresp, lançaram tudo isso. Da mesma forma... É por isso que eu acho que não pode... Eu achei interessante você introduzir ideologia. Você viu como é que esquentou? Esse é o clima que, quando criado, provoca; se não é criado, não provoca. Ninguém quer falar em ideologia. Aí você vira para uma reforma que tem o seu espírito. É assim: "Olha, nós estamos aqui tirando de quem tem mais e passando para quem tem menos e vamos dar uma opção voluntária para quem quiser entrar num regime novo". É tudo voluntário. Não mexemos em nada, não fizemos violência nenhuma. "Ah, isso é ideologia, está levando para um território agressivo, a ferro e fogo!" São dois meses de governo! Será que só vale... Eu tenho que ficar quatro anos, quatro mandatos, olhando e dizendo "legal, bacana o experimento deles"! Agora, em dois meses, já é ferro e fogo, ideologia? Não vamos confundir a campanha eleitoral com o nosso ambiente aqui, senão o que dá é isto: uma discussão danada.

Eu lamento se eu... Nós estávamos indo super bem. Aí, de repente, há uma... Estou tentando fazer uma colocação construtiva, e aí, de repente, alguém entra e fala. Aí eu falo: "Espere aí. Posso falar agora?" Desculpe, mas eu sou assim também. Há hora em que um fala, o outro escuta; há hora em que um escuta, o outro fala. Eu não quis desrespeitar ninguém. Eu quis fazer valer o meu tempo para responder.

Ainda sobre as suas observações, eu quero dizer o seguinte: isso é absolutamente...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO GUEDES – ... pragmático, as nossas reformas são absolutamente pragmáticas e têm este sentido social, sim, de fazer justamente com que a previdência recupere a sua estabilidade financeira, fazendo quem pode pagar mais e convergindo tudo lá na frente.

Eu não quis usar o exemplo político. Pode usar político, pode usar empresário, qualquer um. Nós queremos dizer o seguinte: qualquer cidadão brasileiro pode se aposentar com o mesmo resultado lá no final. Esse seria um ideal republicano. Os que ficaram para trás, os desassistidos... Para você ter uma ideia, eu tenho 69 anos, eu nunca pedi minha aposentadoria. É simples como isso! Então, isso é para quem ficou para trás. Isso não é para garantir privilégios, para facilitar a acumulação de privilégios, nada disso! Então, a reforma que nós fizemos foi com esse espírito republicano. Peço essa compreensão antes de se involucrar isso como se fosse um negócio ideológico; não o é! É um negócio prático. No futuro, todos os regimes previdenciários serão de capitalização.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO GUEDES – Estou lhe dizendo isso com a convicção de quem conhece a dinâmica dos juros compostos. Ou você bota os juros compostos para trabalhar a favor do trabalhador... Você vê como ele é capaz de destruir Estados e Municípios quando ele trabalha contra? Ele é a favor do trabalhador se você botá-lo para trabalhar a favor. É só isso. É uma observação técnica.

Eu ia dizer também o seguinte: as outras observações... O Banco Central ainda não baixou os juros. São 60 dias. Eu também não vou defender aqui o Banco Central. O Banco Central é independente. O Banco Central derrubou uma inflação aí trabalhando... Eu não vou nem entrar nesse espaço. Eu só quero lhe explicar que não vou entrar no espaço do Banco Central. Distribuição de renda, nenhuma visão de Brasil... Puxa, acabou de acontecer uma eleição. Um Governo foi eleito. Aí o que eu posso responder? "Não existe visão de Brasil! Eu não sei o que vocês querem fazer!" Essa é uma discussão política, e peço desculpas por não entrar nisso, porque isso apaixona, e eu não quero entrar na paixão. Não quero entrar na paixão.

O Senador Jean Prates fez três observações também, uma sobre o Imposto de Renda.

No mundo financeiro, Senador, eles calculam o valor presente num projeto qualquer de exploração de petróleo, e aí, se você cobrar o imposto... Primeiro, eu concordo 100% com a sua ideia. É o seguinte: o Brasil está sendo visto mesmo e percebido lá fora como uma nova fronteira, como o que há de melhor do ponto de vista de exploração de petróleo para os próximos 20 ou 30 anos. É fato isso. Existe essa percepção. O Brasil pode ter uma riqueza semelhante àquela que foi a riqueza do Oriente Médio, sim; é uma fronteira enorme. É isso que estou jogando a favor. Quando falo no pacto federativo e na descentralização de recursos, há a ideia justamente de você usar esses recursos para criar um novo país onde as federações são fortes, onde o dinheiro está próximo do povo, onde o Presidente eleito, o Prefeito eleito e o Governador eleito têm capacidade financeira de resolver o problema de saúde e de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

educação na base. Não é o Ministro, aqui de cima, abstratamente, falando: "Vou acabar com o problema da educação no Brasil". Não existe isso. Quem já foi executivo sabe que a ação é feita localmente, lá dentro. É o Prefeito, é o Governador que enfrenta isso. Nós conversávamos sobre isso. Pouco antes de vir para cá, eu conversava com o Senador Aziz, que estava dizendo: "Dinheiro no Ministério é uma coisa; dinheiro na mão de quem está lá fazendo uma escola ou fazendo um ambulatório é outra!".

Então, o que eles fazem, Senador, é o seguinte: se você... Vamos supor que há certo interesse e que eles pagariam cem. Há um interesse enorme, e eles pagariam cem. Se você bota o imposto, ele deduz esse imposto, e ele pagaria... Vamos supor que o imposto, no final, dê 30% ou 40% e que você ache que é muito bom cobrar esse imposto: "Já que eles são competitivos e estão competindo para extrair nossa riqueza, vou botar o imposto." Na hora em que você bota o imposto de 30%, ele faz o cálculo econômico dele, e eu pagaria cem. Se 30% vão para o Governo sob forma de imposto, eu só pago 70, eu vou "bidar" no leilão por 70. "Ah, o imposto é zero!" Ele paga cem. Eu lhe digo isso como uma pessoa que já participou de muito leilão do outro lado, sempre sabendo o seguinte: eu estou disposto a pagar tanto.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Eu também já participei de muitos.

O SR. PAULO GUEDES – Pois é! Então, pronto!

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Já fiz estudo de viabilidade de entrada nisso.

O SR. PAULO GUEDES – Isso.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – É um fluxo de caixa de 45 anos.

O SR. PAULO GUEDES – Isso, faz o seu fluxo de caixa...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – E não dá para colocar num bônus de um dia. Não dá, não cabe.

O SR. PAULO GUEDES – Não, eu estou dizendo...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Eles fazem o cálculo, sim, da participação governamental do fluxo de 45 ou 50 anos de produção.

O SR. PAULO GUEDES – O que eu digo é o seguinte: ninguém paga mais por que há imposto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – O bônus não reflete isso.

O SR. PAULO GUEDES – Ninguém paga mais por que há imposto; você paga menos.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Está certo...

O SR. PAULO GUEDES – Se houver imposto, você paga menos. Se houver muito imposto, você paga muito menos ainda. Faça um teste no limite: ponha um imposto de 100%, que você vai pagar zero.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Não, esse é aquele conceito, Ministro...

O SR. PAULO GUEDES – Você vai pagar zero!

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Desculpe! É aquele conceito que a doutrina internacional da área de análise econômica, da área de petróleo e de todas as concessões desse tipo chama de *government take*. O *government take* do Brasil pode subir, sim! E *government take* é composto de *royalties*, de participação especial, de bônus de assinatura, de *rental fee*, de todos esses... Isto tudo se combina: Imposto de Renda, CSLL! É o *government take*!

O SR. PAULO GUEDES – A beleza da economia sabe qual é? A beleza da economia é que você estuda por anos, anos e anos para entender que você pode botar da forma que você quiser, que, no final, isso tudo vira um número.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Exatamente!

O SR. PAULO GUEDES – E você sabe que, quando você tenta tirar de um lado, do outro lado o sujeito compensa. Entendeu?

Mas eu respeito o seu ponto de vista.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Não, mas, nesse caso, o senhor está comparado isso com outros cenários de entrada em países diferentes.

O SR. PAULO GUEDES – Não, não!

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Está somando lugares para entrar.

O SR. PAULO GUEDES – Bom, vamos fazer o seguinte, eu vou simplificar: esse é assunto do Ministro que esteve aqui ontem.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO GUEDES – É ele que vende as reservas brasileiras.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Mas a visão do Ministro da Economia é fundamental.

O SR. PAULO GUEDES – Bom, eu já tenho a minha visão.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Se a gente for muito esfomeado...

O SR. PAULO GUEDES – Eu já tenho a minha visão.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... a gente perde o investidor ou perde o investimento.

O SR. PAULO GUEDES – Eu já tenho a minha visão e acho o seguinte: você tem várias formas de extrair isso do investidor estrangeiro; uma delas é você botar bastante imposto, e ele faz...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO GUEDES – ... um lance um pouco menor, e a outra é você botar menos imposto, e ele faz um lance um pouco maior.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Essa é a nossa discordância. Ele não o faz.

O SR. PAULO GUEDES – Perfeito!

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – E a outra é quanto ao conteúdo nacional e à capacitação de mão de obra, porque também não há um plano claro do Governo. Desculpa!

O SR. PAULO GUEDES – Mas é válido, é tranquilo. Mas essa é uma conversa boa, longa. Essa é uma conversa de duas horas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu também acho, mas...

O SR. PAULO GUEDES – Mas não é para ser tratada aqui.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Vamos lá!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É o seguinte: eu fui informado agora pelo Presidente do Senado que, às 18h, vai começar a Ordem do Dia e que, talvez, seja votada a PEC que foi votada ontem na Câmara. Então, nós vamos encerrar esta reunião em 40 minutos. Eu vou interromper. Se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ultrapassar o tempo, eu vou interromper, porque senão não tenho como... Nós temos que abrir a sessão ainda do Senado. A sessão não foi aberta porque esta Comissão está funcionando.

O SR. PAULO GUEDES – Perfeito!

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA) – Presidente, quero só fazer uma reclamação aqui.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA) – O nosso Presidente Davi vai votar hoje a PEC. Ele está mais rápido que a oposição, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu soube disso...

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA) – Ele nem deixou a gente articular nada.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não! Ele não me falou isso. Eu fui...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Como Líder da oposição, eu fui derrotado pelo Presidente da Casa. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Isso vai ser votado hoje?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. *Fora do microfone*.) – Ele se adiantou.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A Senadora Kátia Abreu, depois o Senador Alessandro Vieira e, depois, o Randolfe Rodrigues...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG. *Fora do microfone*.) – E eu?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, o senhor é o último. Há muita gente aqui.

Agora, há duas coisas aqui...

Ministro Paulo Guedes, quanto à sugestão do projeto, peço que o senhor dê só o que recebeu, para mandar para a gente uma sugestão em relação a esse aí das unidades. (*Pausa.*)

Senadora Katia Abreu, por favor...

Senador Jorginho, já deu o recebido?

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - SC. *Fora do microfone*.) – Já dei o recebido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, está bem. Obrigado.

Senadora, por favor...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – São três minutos?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É um pouco mais, é um pouquinho mais sempre.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. Para interpelar Ministro.) – Não há problema em cortar, porque a minha conversa é comprida mesmo. Pode cortar.

Sr. Ministro da Economia – eu ia falar Presidente do Banco Central, não era Presidente do Brasil, não se preocupe –, a agricultura brasileira, nos últimos 25 anos, teve um acréscimo no PIB de 98% e, na produção, de 236%, tudo isso graças à eficiência e à produtividade, e não àquela subvenção capenga e protecionista, à incompetência! Durante todo esse período, nós salgamos carne boa, não salgamos carne podre. Certo? Isso o mundo inteiro faz. Por quê? Porque a subvenção agrícola, infelizmente, é para proteger de climas – o senhor nunca correu esse risco –, chuva, sol, falta de chuva, porque nós dependemos, além de tecnologia, de São Pedro. E ainda temos uma economia perfeita em que todo mundo produz tudo. Então, o controle é feito nas bolsas do mundo inteiro, e nós não temos controle sobre isso. Nós fazemos tudo certo da porteira para dentro. Nós fazemos tudo com a maior eficiência.

Por que a subvenção é feita no mundo inteiro? Em alguns lugares, por incompetência mesmo, mas, na grande maioria dos lugares, que hoje somam US$1 bilhão/dia... Os Estados Unidos, a Europa, a Austrália e o Japão gastam mais ou menos, de acordo com a OMC, em termos do valor bruto da produção, entre 26% e 28% sobre o valor bruto da produção, desobedecendo em muito à cláusula de *minimis*. Ao contrário, nós gastamos apenas 4% e poderíamos chegar até 12% em subvenção.

A subvenção brasileira, no caso, não é para nos proteger da nossa incompetência, mas para nos proteger da incompetência do Estado brasileiro, que...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – ... não tem estradas, que não tem ferrovias, que não tem hidrovias, que não tem portos. (*Pausa.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Eu vou aguardar. Não tenho pressa. Eu vou esperar terminar, não tenho pressa.

Obrigada.

Então, a subvenção é para dar essa proteção a quem não tem a eficiência do Estado brasileiro da porteira para fora – o senhor sabe muito bem como está o Brasil hoje – e também para nos proteger da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

formação de preços. A subvenção não é uma caridade, não é uma dádiva; ao contrário, trata-se de fazer uma alocação correta de recursos a quem está dando retorno no dia a dia. Nós contribuímos com 38% do emprego nacional, muito mais de um quarto do PIB, e representamos 50% das exportações.

Eu tenho visto, por várias vezes, desde o início do seu mandato... Aliás, o senhor não mentiu na campanha – quem não quis ouvir foram os ruralistas – quando disse que o senhor tiraria a subvenção da agricultura. E a subvenção tem sido...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Pode falar. Eu espero. (*Pausa.*)

Então, está bem.

A subvenção da agricultura, o senhor dizendo ou não, tem sido reduzida drasticamente, começando pelas máquinas e implementos agrícolas. Nós crescemos no PIB 298% e 236% em produtividade porque nós tivemos a Embrapa, a pesquisa, a inovação, a tecnologia à disposição dos produtores para aplicar e porque tivemos máquinas e implementos de primeira linha, de qualidade máxima. Então, com essa pequeníssima subvenção, foi possível nós nos tornarmos, nos últimos 40 anos, um dos maiores gigantes da agropecuária mundial.

Eu gostaria de registrar que, nos Estados Unidos, o seguro agrícola é de 100% – para não mentir, é de 98%. E lá não há zero de crédito rural subvencionado. Nós faríamos essa troca com tranquilidade. Se o senhor nos der 100% de seguro agrícola e de preços, como é nos Estados Unidos, nós também não precisaremos de subvenção para o financiamento. Lá isso funciona automaticamente em todas as estações do país inteiro, e se mostra a diferença de custo de produção e preço de mercado. Então, lá isso não funciona apenas por falta de chuva ou por excesso de sol, mas também por preço de mercado.

Eu estou muito preocupada com o recuo dessa subvenção, que acontece no mundo inteiro, repito, não é uma graça brasileira. E nós damos resultado: nós triplicamos a subvenção investida em nós.

Ao saberem dos recursos para a agricultura, às vezes, quando anunciados, as pessoas levam um susto, como se R$200 milhões, R$200 bilhões fossem dados; na verdade, eles são emprestados, e nós pagamos de volta todo esse financiamento.

Então, esse recuo é muito difícil de ser tolerado. Com isso, vamos ter consequências graves.

Nós tínhamos, até quatro safras atrás, 1.150 produtores financiados; já estamos hoje com 850 mil produtores financiados, com uma redução de 300. Isso é preocupante, porque nós estamos caindo na mão dos *traders*, que é o juro do mercado livre, em que não há subvenção nem cuidado. O que está

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acontecendo? Nós estamos nos dirigindo para uma agricultura sem agricultores, uma gigante agricultura com meia dúzia de produtores que conseguem sobreviver a expensas dos grandes *traders.*

Para concluir, eu queria saber o que o senhor acha... Sobre a subvenção da agricultura, eu já sei o que o senhor acha, o senhor é contra. Eu queria saber o que o senhor pretende fazer com a "subvenção" – entre aspas – para os impostos sobre lucros e dividendos, o que, na realidade, é uma subvenção na veia. Hoje nós cobramos 4%, enquanto, nos Estados Unidos, são 29%, e há países em que são 49%. O seu Ministério imagina, junto com a importância da reforma da previdência, que essa questão tributária também vai ser considerada? De certa fora, há uma satisfação a se dar ao povo brasileiro que tem um salário mínimo, em média, de aposentadoria, enquanto sobre as grandes fortunas e dividendos não há imposto algum.

E sobre as desonerações tributárias, o que o senhor imagina fazer? Nós estamos a 4% do PIB, e, em média geral, no mundo, são 2%. Existe algum planejamento para classificar, avaliar e analisar as desonerações tributárias que poderiam compensar e muito esses setores que dão retorno ao País?

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senadora.

Com a palavra o Senador Alessandro Vieira.

Depois, fala o Senador Paulo Paim, e eu passo a palavra ao Ministro, para ele responder à Senadora Kátia, ao Senador Alessandro e ao Senador Paulo Paim.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - SE. Para interpelar Ministro.) – Boa tarde, quase boa noite, Sr. Ministro e Sr. Presidente!

Eu vou dividir minha fala só em duas pequenas perguntas. Faço a primeira delas.

Eu venho do menor Estado da Federação e o represento, um Estado pobre e quebrado, que é o Estado de Sergipe. É quebrado por toda a conjuntura econômica e pelas péssimas gestões que lá se acumularam ao longo dos anos.

Eu vejo o senhor manejando, com muita tranquilidade, números imensos, a ponto de se referir à questão original desta pauta, que seria a questão da Lei Kandir, como uma questão de menor importância. Se o Estado tem recebimentos na casa de R$1,9 bilhão, não é preciso discutir, porque o senhor vai viabilizar, já no ano que vem, R$4 bilhões, R$4,5 bilhões.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - SE) – Exato. São números gigantescos!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a primeira pergunta é basicamente esta: de onde vai sair essa fortuna tão díspar do que temos hoje?

Relembrando, o Estado brasileiro não paga a Lei Kandir ao longo de uma década e pouquinho. São valores muito altos. O senhor usou um exemplo, R$1,9 bilhão, e não vamos discutir R$1,9 bilhão. Vamos dizer que esqueçamos a Kandir porque, no ano que vem, já caem na conta R$4 bilhões, R$4,5 bilhões. Então, vamos descobrir de onde vem esse dinheiro, porque acho que é uma notícia muito boa. Eu quero compartilhar com os sergipanos e com todos os brasileiros essa solução mágica.

No segundo ponto, Sr. Ministro, aí eu me somo ao que o senhor coloca com relação a ideologias. Realmente, debater ideologias, ainda que seja esta a Casa para debatê-las, não é o melhor caminho para se buscarem soluções para questões econômicas e financeiras. Mas não vamos debater nenhuma ideologia, nem de A nem de B, porque, senão, só estaremos trocando de sentido a biruta e vamos continuar ao sabor dos ventos.

Com relação à reforma da previdência, nós concordamos plenamente que ela é necessária porque ela hoje é insustentável fiscalmente, ela aumenta a desigualdade – esse é um ponto pouco compreendido e explorado, porque quem mais recebe aportes é justamente aquele que tem maior benefício, quando você faz a conta, e isso tem de ser mais bem esclarecido. Sem dúvida nenhuma, o nosso regime previdenciário perpetua privilégios.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - SE) – Então, concordamos com a necessidade da reforma, mas eu gostaria de receber do senhor uma informação com relação ao tamanho exato necessário dessa reforma para a gestão previdenciária, apartando da óbvia necessidade e do óbvio desejo do Governo em sinalizar para investidores. Isso tem que ser separado. Uma coisa é a correção de rumos para que a nossa previdência funcione bem, apartando da previdência a questão da assistência, porque são questões totalmente diversas, e aquilo que é sinalização de um novo momento histórico.

E, só como observação, quero mencionar que me preocupou a ligeireza com a qual o senhor tratou o possível ingresso nosso na OCDE e a saída da OMC, mencionada em uma conversa de passagem numa negociação de um dia nos Estados Unidos. Eu tenho a certeza de que deve ter sido um problema de comunicação, para que tenhamos um pouco mais de densidade num assunto de tamanha importância para vários setores produtivos.

Muito obrigado, Sr. Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador Alessandro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou passar a palavra para o Senador Paim, mas, por obrigação de ofício, lembro que, pelo e-Cidadania, pessoas mandam perguntas para cá, e eu vou passá-las ao Ministro.

Adaiane Ferraz, de Minas Gerais, pergunta: "Qual vai ser o plano para tirar o Estado do endividamento de uma forma que não prejudique mais [a população] os cidadãos?".

Alexandre Weber, de São Paulo, pergunta: "Como relançar a economia? O que se usará para dar um *start* na paradeira geral, principalmente no pequeno comércio e indústria?". Acho que é paradeira ou quebradeira.

Flávio Queiroz, de Minas Gerais, indaga: "Boa tarde! Ministro, a reforma da previdência dos militares ataca os privilégios?".

São perguntas que a gente recebe. Vou repassá-las ao senhor. A sua assessoria depois pode passar aqui, que a gente encaminha para as pessoas que mandam essas perguntas.

Senador Paim, por favor...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para interpelar Ministro.) – Presidente Omar e Ministro Paulo Guedes, eu vou começar pela fala do Senador Alessandro, porque há algo que eu também não consegui entender. A gente fala que não tem dinheiro, tem de fazer a reforma da previdência, e V. Exa. anuncia aos Estados: "Não se preocupem porque, no ano que vêm, vão ser R$4 bilhões!". E o que estava previsto era o valor de R$1,6 bilhão. Eu não consegui entender isso. O termo que ele usou foi "mágica". Essa matemática eu não consegui entender.

O debate hoje – eu tinha essa preocupação – era para ser feito em torno do pacto federativo e da questão da Lei Kandir. Muito pouco se discutiu isso aqui, e se entrou no debate da previdência. Eu nem quero falar aqui... Foi isso que aconteceu a maior parte do tempo. V. Exa. sabe disso e, habilmente, usou o tempo dez vezes mais do que qualquer Parlamentar. Mas isso faz parte do jogo. Eu não estou fazendo uma crítica. Então, V. Exa., além de economista, sabe politicamente usar o tempo.

Eu nem quero falar aqui, porque não seria o debate, dos R$400 de quem ganhava um salário mínimo! Não quero falar disso, e nem precisa responder. Nem quero falar aqui que não vai haver mais a correção dos benefícios, sendo que nós Constituintes fizemos um pacto social naquela época. Eu fui Constituinte. Nem quero falar aqui que esses R$400 estão engessados na Constituição pelo texto que aqui chegou! Nem quero falar aqui como vão ficar os acidentes no trabalho! Nem quero falar disso, porque não há tempo. Nem quero falar aqui da situação do trabalhador rural! A PEC chega ao absurdo – não sei se foi erro de redação – de dizer que, para quem está no regime geral, entre homem e mulher há uma diferença de três anos; para quem está na área rural, a mulher tem que trabalhar o mesmo tempo que o homem. Não quero nem falar disso, e não precisa responder hoje. Eu vou explicar isso no final.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não precisa falar aqui do regime de capitalização. É claro que a gente também foi olhar os últimos dados da OIT sobre os 30 países do mundo que usaram esse sistema. O que aconteceu? Dezoito já recuaram! E podemos apontar quais eram os partidos. E os outros estão recuando. A gente copiar o que é bom lá fora é excelente. Mas copiar o que deu errado? No Chile, há aposentado e pensionista ganhando R$6; mais que a metade ganha R$500. E lá havia uma visão semelhante à nossa. É o país do mundo onde mais idoso se suicida! Isso se dá devido a quê? Ao regime de capitalização! E todos nós sabemos disso. Mas não precisa responder isso hoje.

Quanto aos privilégios, mostre-me os privilégios! Eu duvido que haja um Senador aqui que não... Eu não sou daqueles que dizem: "Não voto nada, sou contra tudo." Nada disso! Se tem de debater, vamos debater, como fizemos nos outros Governos. No Governo Lula, eu iria votar contra, anunciei que votaria contra. Daí surgiu a PEC Paralela, uma construção coletiva do Senado. E votamos praticamente por unanimidade. Então, estou aberto ao diálogo, como sei que todos aqui estão. Mas, como está posta, Ministro, não há a mínima condição de passar essa proposta nem aqui nem... Ela nem vem da Câmara, não virá da Câmara. Não virá, e eu vou dizer por que no encerramento aqui.

Privilégios? Diga os privilégios. Eu tenho certeza absoluta de que não vai haver nenhum aqui! Eu acho que fazem uma injustiça com o servidor público. O servidor público, desde 2013, tem o teto de R$5,8 mil. Naquela emenda – eu até elogiei no primeiro dia –, há um "ou". Não tem de haver "ou" coisa nenhuma! Para todos os políticos, de Vereador a Presidente da República, Governador, Deputado, Senador, o teto de todo mundo é de R$5,8 mil. Somos parceiros. Ali vocês citam essa questão que eu tenho elogiado: "Não, aqui eles citam." E pegaram algumas recomendações da própria CPI que eu presidi.

Por fim, sobre a aposentadoria especial, como ficam os professores? Como fica quem trabalha em atividades insalubres, perigosas e penosas? Como ficam os policiais civis e militares? Para os militares das Forças Armadas, botaram um plano de carreira dentro da reforma da previdência que mandaram para cá; eles misturaram! Não dá! Eu não sou contra, não! Acho que o Exército, as Forças Armadas têm de ter um tratamento diferenciado. Eles têm que ter esse tratamento, mas não dá para, no meio da reforma da previdência, botar um plano de cargos e salários!

Estou concluindo, Ministro. Eu disse que não queria me alongar.

Ontem, no Plenário, na tribuna, eu li uma nota pequenina do centrão. Eram 11 partidos, e agora dizem são que 13. São 13 partidos que assinam essa nota. O que eles dizem? Que não aceitam a questão rural, não aceitam a questão da desconstitucionalização, ou tirar da Constituição, e não aceitam também a história do BPC que todo mundo sabe. Esse é o quadro que se apresenta.

Não precisa me dizer nada, porque hoje não é debate, Ministro. Quero deixar outros falarem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu só quero pedir, mas quero pedir mesmo... Ministro, olhe o meu pedido aqui. Eu sou daqueles que querem dialogar, que querem construir o que for possível para o bem do País. Eu sei que essa é a visão da maioria dos Senadores. Como está, não passa, mas não passa mesmo! Pode ter certeza absoluta de que não passa! Será um desastre para o País, e nós não vamos pactuar com isso. Acho que, no fundo, nem V. Exa.... Até o Presidente disse que ele não queria essa reforma. Até o Presidente disse isso! Eu fui Deputado com ele e aqui não faço nenhuma crítica. Ele também tem dito isso. Eu tenho tido o cuidado de não fazer ataque pessoal a ninguém ao longo da minha vida e não o farei hoje.

Por fim, qual é o pedido que eu quero fazer? Peça para os seus técnicos que estão aqui... São todos capacitados, homens que conheço, brilhantes! Peça que eles venham aos debates para fazerem o contraditório. Eu já fiz oito debates sobre a reforma da previdência. Eu imploro ao Governo que mande o outro lado. Eu já comecei a ir para a tribuna e dizer: "Pelo amor de Deus, venha alguém que defenda essa reforma!". Ninguém quer defendê-la! Então, faço um apelo aos senhores que estão aqui. Sei que são preparados e construíram a proposta. Vamos acertar um ciclo de debates para o qual venham dois ou três favoráveis e dois ou três contrários. Por fim, a gente propõe irem ao Plenário do Senado quatro contrários e quatro a favor.

A população tem de saber que reforma é essa. A população não sabe!

A sua fala aqui, é claro... O senhor fala um tempo maior do que cada Senador, o que é legítimo, mas nós temos de construir uma proposta sabendo onde estamos pisando, o que queremos, de fato, aprovar.

Ministro, eu lhe confesso: para mim, o problema número um é o regime de capitalização. Calcule: se 80% dos trabalhadores ganham de um a dois salários mínimos neste País – é mais ou menos isso que ocorre neste País –, como eles vão ter dinheiro para fazer uma poupança individual, sem que haja mais a contribuição do Estado e dos empregadores? Não vão ter dinheiro, não vão ter! Eles não têm dinheiro para fazer essa poupança. Como eles vão sobreviver na sua velhice? Eles não têm como se manter!

Ministro, então, veja: quero ser com V. Exa. o mais elegante possível, porque assim eu entendo que a gente constrói um projeto de Nação. Nós queremos debater o projeto.

Eu termino com isto: por favor, mandem alguém que defenda essa reforma, porque, até o momento, ninguém a defende. Eu não consigo achar no Brasil... Quando a gente propõe o debate na Comissão de Direitos Humanos... E seus assessores estão aqui. Se não me engano, aquele é um que ontem me disse que vão mandar agora alguém para fazer o contraditório. Eu me comprometo, tanto na Comissão como aqui, com o meu querido Omar Aziz, que isso será feito em alto nível.

Outro dia, mandaram para cá três para defenderem a reforma e um contrário. O que aconteceu? O que era contra fez uma defesa mais equilibrada do que os três que eram favoráveis. Assim, não convencem ninguém! Eram três favoráveis à reforma e um contrário. Vou dizer que quem era contra era

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o Berzoini. Os Senadores que estavam aqui viram que foi a defesa mais equilibrada da construção de uma proposta – não a que está aí – coletiva para o amanhã.

Mas, dos três que vieram defender, houve um que chegou a dizer o seguinte: "Senadores, vocês têm certeza de que todo mundo que ganha um ou dois salários mínimos tem uma poupança". Eu ganhava um salário mínimo na fábrica. O salário mínimo não dá nem para comer! Como é que vai fazer poupança e pensar em sobreviver na velhice? É desumano, é desalmado!

Por isso, faço um apelo a V. Exa.

Este Senado, eu tenho certeza... Não falo aqui pelos Senadores, mas eu os conheço. Todos eles querem uma alternativa, mas a que está aí, Ministro, é impossível.

Se 13 partidos na Câmara mandam um documento assinado pelos Líderes – eu botei nos *Anais* da Casa e li ontem – é porque eles não aceitam como está. Então, o apelo é dialogar, dialogar, dialogar. A Casa do parlar é o Parlamento.

Obrigado, Presidente, pela tolerância.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador Paim.

Eu acho que foi aquilo que nós dissemos aqui na última vez, Ministro Paulo: não há a favor nem contra; todos nós temos ciência da importância da reforma da previdência, como também das outras reformas que têm de ser feitas. Agora, qual é a reforma? É o entendimento, é a conversa, é este debate que nós estamos tendo aqui.

Em cada região... Em um País deste tamanho, nós temos peculiaridades regionais. É impossível chegar à Região Norte e apresentar esta proposta: "Vamos acabar com o BPC, vamos acabar com a aposentadoria rural ou vamos diminuir qualquer coisa". Essa aposentadoria, Ministro... Parece até brincadeira o que vou lhe dizer, mas o comércio funciona através dessa aposentadoria. Esse recurso volta para o Estado, volta para o Governo. Ele não fica... O cara não vai viajar e gastar nos Estados Unidos ou em qualquer outro lugar. Ele vai comprar no comércio da cidade, na farmácia da cidade.

Então, há essas coisas todas, Ministro. É lógico que o senhor tem uma proposta e está colocando aqui que está aberto à discussão. A sua presença aqui já demonstra claramente que o senhor está aberto.

A Senadora Kátia fez as perguntas, bem como o Senador Paim e o Senador Alessandro.

O SR. PAULO GUEDES – Em primeiro lugar, respondo à Senadora Kátia.

Senadora, é inconteste a liderança do setor agrícola brasileiro como a maior fronteira de produção agrícola do mundo hoje, junto com os Estados Unidos; essas são as duas maiores potências

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

agrícolas do mundo. Mas também há a importância do ponto de vista de exportações. O Brasil hoje vive de exportações do setor agrícola. A sua atuação no setor agrícola é conhecida; há décadas, a senhora luta pelo setor agrícola.

Então, eu até acho interessante conceitualmente um economista preocupado com finanças públicas estar atento a subsídios, conceitualmente! Eu nunca falei na campanha... Eu até achei interessante determinado candidato dizer: "O Paulo Guedes vai acabar com o subsídio agrícola, vai quebrar o campo, vai tirar o dinheiro todo". Eu nunca disse isso, eu nunca fiz uma declaração contra o setor agrícola, não há uma, aliás contra nenhum setor específico. Eu sempre falei: "Olha, nós temos de examinar subsídios, desonerações". O Governo está mal financeiramente e tem de examinar essas coisas. Agora, nunca houve nenhum movimento explícito.

Eu concordo que o principal risco para a agricultura brasileira sempre foi o problema do tempo e dos preços. Os preços oscilam selvagemente. Você plantou, fez tudo direitinho, mas, na hora em que você tirou, é um colapso total, você não conseguiu colher. Então, existem formas de lidar com isso, como o seguro agrícola, tudo isso. O crédito subsidiado era uma das formas iniciais.

É evidente que a gente tem que estar atento. Essa mesma preocupação que a senhora tem nós temos. Se for para dar subsídios para três ou quatro grandes *traders* globais que pegam dinheiro barato para fazer isso, enquanto milhões de produtores independentes estão sem crédito, nós também não queremos.

Da mesma forma que a previdência tem de ser generosa justamente com os mais frágeis, o crédito também. O crédito não é para ir para quatro ou cinco... Tudo no Brasil são quatro ou cinco. São quatro ou cinco construtoras, quatro ou cinco grandes bancos, quatro ou cinco grandes *traders.* Esse tem sido um problema do Brasil. Eu entendo até que boa parte das bandeiras de Governos passados...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Fora do microfone*.) – Todas a ferrovias...

O SR. PAULO GUEDES – Sim! Boa parte das bandeiras de Governos passados foi de bandeiras generosas: fraternidade, transparência, orçamento participativo. Agora, quando entrou isso numa máquina de poder central lá em cima, perderam-se na máquina. Todo poder corrompe. O poder absoluto corrompe absolutamente. A essência, o segredo de um sistema democrático forte é a limitação e a descentralização do poder. Nós estamos fazendo o contrário; nós estamos dando poderes enormes centralizados.

Às vezes, é um cara simpático, que quer fazer só um estádio de futebol para o time dele, quer só ajudar duas ou três Repúblicas que ele acha importantes, que são amigas, ou quer ajudar só dois ou três empresários porque ele acha que são bons, mas essa é uma arbitrariedade de qualquer forma. É uma arbitrariedade! E, às vezes, está na mão do amigo, mas, às vezes, a máquina de moer vai para a mão do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

inimigo; aí é terrível a vida. Então, a maior defesa que uma democracia tem é limitar e desconcentrar o poder. Então, toda a defesa da Federação, da economia de mercado, da redução dos subsídios é para evitar justamente a desoneração para quem tem mais *lobby,* é mais forte, o crédito concentrado para quem é mais forte.

Sei que nós, como brasileiros, estamos juntos, acima dessas coisas. Se a gente pensar e conversar sobre isso, nós vamos estar do mesmo lado. Agora, botou a camisa do time, acabou; começa o tiroteio. Então, nós temos de ter tranquilidade de conversar sobre essas coisas sem a camisa e de ver como a gente melhora.

Então, do ponto de vista de subsídios, de seguros, não houve ainda nenhum movimento ainda explícito nessa direção. Tem de haver... Nós queremos evitar a concentração. Já estamos atentos para o negócio do seguro agrícola, que é muito importante, que é uma ferramenta importante. Tudo que a gente tem de decidir... Outro dia, tomamos uma decisão desse tipo. Haveria a importação de leite em pó, e foi dito que isso desorganizava, que, trazendo leite em pó, iria desorganizar milhões de pequenos produtores. A Ministra da Agricultura veio correndo conversar comigo, e eu, na mesma hora, falei: "Não, não pode! Segura, então! Não deixa! Bote aí um negócio qualquer para compensar, enquanto a gente entende o negócio". Aí, depois, vieram produtores menores dizerem: "Não, ao contrário, você tem de deixar entrar o produtor de leite em pó para esses caras pagarem mais para nós, porque hoje são dois ou três no Brasil que fazem isso, e eles exploram o pequeno produtor, porque só eles compram e, então, pagam menos". Então, essas coisas são complexas. A gente quer evitar a concentração. A gente não quer, de forma alguma, desproteger o setor produtivo brasileiro.

A vocação natural do Brasil é a agroindústria. O Brasil tem essa vocação natural. Isso é motivo de força. É a maior frente parlamentar que há aqui, é uma frente grande. Então, essa representação popular tem de ser ouvida. Eu não acho que... A princípio, não há nada assim: "Ah, eles querem tirar o subsídio da agricultura!". Não. Qualquer economista responsável está contra o subsídio. O subsídio é que tem que se explicar.

Em princípio, isso é contra todos, mas se fala: "Não, este aqui é um setor desprotegido e precisa disso. São milhares de pequenos produtores". Aí você fala: "Então, pode". Mas, em princípio, é não, porque você sabe que normalmente é *lobby*, normalmente é quem tem mais poder, quem tem mais cacife. Então, é só isso. Mas nunca houve nenhuma declaração explícita minha contra um subsídio específico.

Em segundo lugar, os impostos... Em segundo lugar, as desonerações são 4% do PIB no Brasil, são 2% em outros lugares. É exatamente o que a gente conversava. Eu quero pegar o assunto, que é justamente isso. Como houve essa escalada de desonerações? Na hora em que a crise econômica começou a se abater, o Governo acuado, em desespero, começou a sentir a pressão, e a pressão maior é do ABC Paulista mesmo, onde estava a indústria automobilística, onde estava a base política, onde está

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a autopeça. A turma começa a bater ali, há uma pressão política forte. Você desonera um, desonera dois, desonera três, vai desonerando, desonerando! Aí, extraordinariamente, a desoneração foi lá para cima. Como eu olho para isso? Se os impostos fossem mais baixos e se todos pagassem, você não precisaria desonerar tanto – foi o que eu falei antes. Agora, como o imposto é muito alto, quem tem o poder político vem a Brasília, pressiona e é desonerado. Aí vai para 4% do PIB. Quem não tem poder político quebra. Se for pequenininho, quebra; se for grande, contrata um grande escritório de advocacia e fica anos devendo R$100 milhões, R$150 milhões, R$200 milhões, paga R$5 milhões, R$10 milhões, R$15 milhões para o escritório de advocacia e fica enrolando. Então, há um contencioso de R$1 trilhão de um lado e desonerações de R$300 bilhões do outro lado. Nós temos que nos debruçar sobre isso.

Quanto aos impostos sobre lucros e dividendos, eu não sei se são referentes ao setor agrícola ou se são impostos sobre dividendos...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PAULO GUEDES – ... na economia como um todo. Na economia como um todo, o raciocínio é o seguinte. Está havendo no mundo inteiro uma noção de que as empresas são mecanismos, são entes que fazem a acumulação de recursos, investimentos, isso tudo, e representam justamente uma acumulação de capital, que é o que aumenta a produtividade. Vejam: se um trabalhador está dentro de uma fábrica e ganha seis ou sete salários mínimos, o número que for, e se ele sai de lá e vai trabalhar no mercado informal, se ele não tem capital, tecnologia, nada do lado dele, o salário dele é bem mais baixo. Então, o setor informal brasileiro é praticamente um setor de sobrevivência.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO GUEDES – O pessoal não consegue emprego. É praticamente de sobrevivência.

Eu acho que estourei o meu tempo, não é? Já tocou esse troço.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE. *Fora do microfone*.) – Não, falta um minuto. É que é automático.

O SR. PAULO GUEDES – Então, é um setor de sobrevivência.

O que a gente quer fazer, na verdade? Se o mundo todo começa a reduzir impostos sobre empresas... Como você pode reduzir impostos sobre empresas sem piorar a distribuição de renda? Você fala o seguinte: "Tudo bem, o imposto era de 35% e está em 34% hoje. Está bom!" Então, no mundo todo... Nos Estados Unidos, o Trump agora baixou os impostos para 20%. Então, um brasileiro que já tem algum recurso fala: "Eu vou ficar aqui no Brasil, nesta selva financeira, com imposto, com muita coisa, ou eu vou para Orlando?". Muitos brasileiros têm vinha na Itália, têm time de futebol em Orlando. Os caras estão indo embora! Você fala o seguinte: "O brasileiro pode abrir uma empresa nos Estados Unidos a 20% de imposto e aqui a 34%. Vamos fazer o seguinte? Quem sabe a gente baixa a nossa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

também pelo menos para 20% ou menos um pouco?". Agora, pega o imposto sobre dividendos e sobe. Isso é normal. Está dentro da empresa? Está bom, está criando emprego, está aumentando a produtividade do trabalho, milhares de pessoas estão se beneficiando, está investindo. Se saiu da empresa, para quem tem dinheiro, e pagou o dividendo: "Opa, venha cá e pague aqueles 20%. Eram 34%, e eu reduzi o de empresa para 20%. Então, vão ser 15%. Hoje, sobre dividendos, é menos." Ou, então, diz: "Baixei para 15%. Então, vai para 20% o dividendo".

Você tem que fazer uma compensação para quem tem dinheiro, é mais rico e recebe o dividendo não sair na vantagem. Hoje ele paga menos, porque o pretexto é este: "Bom, já que a empresa paga, eu não pago nada". A gente está dizendo o seguinte: "Então, vamos baixar o da empresa porque lá há geração de emprego, investimento, tudo isso, mas vamos aumentar o do dividendo". É isso que está sendo estudado quanto à sua pergunta.

O Senador Sandro Vieira...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Alessandro!

O SR. PAULO GUEDES – O Senador Alessandro Vieira perguntou de onde vem o dinheiro. Nós vamos travar o Governo Federal, nós estamos segurando os gastos do Governo Federal e queremos descentralizar. E R$4 bilhões não é um número grande. Você sabe disso? Há Ministério com verba de R$100 bilhões. O Ministro é 20 vezes mais importante que os Estados todos somados. Vocês acham que isso é razoável? Eu não acho isso razoável. Eu acho que esse dinheiro na mão de um Governador ia ter melhor uso do que na mão de um Ministro, sinceramente. Eu vejo que os Ministros... Não estou falando do Governo atual ou de outro, estou falando em geral. Há Ministro que nunca administrou uma banca de jornal, e o cara, de repente, está administrando um orçamento de R$1,5 trilhão. E, às vezes, acontecem tragédias financeiras; nós assistimos a algumas. Agora, um Prefeito passou no teste, geriu uma cidade, depois foi Deputado, depois foi Governador de Estado e, de repente, chegou aqui e volta para ser Governador. Então, é um cara que já foi na ponta de execução, que já tem outra visão sobre o uso do recurso.

Então, não é raro haver pessoas que já tiveram experiências executivas falarem o seguinte: "Olha, eu prefiro dinheiro na mão dos Governadores e dos Prefeitos que na mão de um Ministro desses aí, atirando para qualquer lado". Inclusive, há contaminação política: se você está do lado do Governo, aquele Ministro vai lhe dar o dinheiro, mas, se você é da oposição, não vai dinheiro para você. Que culpa tem o povo daquele Estado que votou diferentemente? Agora não vai receber dinheiro porque há um jogo político lá em cima maior? Está errado esse troço. Nesse sentido, eu falo que o pacto federativo não é só descentralizar, é realmente assumir os orçamentos públicos.

Então, de onde vem esse dinheiro? Hoje, nós sabemos que vem de nosso próprio sacrifício. Não é grande, nós vamos fazer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A partir do ano que vem, a gente acha que, com o desentupimento do mercado de petróleo, o petróleo vai sair do chão. Nós vamos fazer também uma desregulamentação em gás, e o gás vai sair do chão também. Vai haver dinheiro, sim, e esse dinheiro vai irrigar. Os Estados e os Municípios vão receber muito mais do que estão sonhando, muito mais do que estão sonhando! Isso vai ser fruto justamente do pré-sal, que é nosso. O Governo passado geriu um pedaço, agora nós estamos entrando, depois vem outro Governo. É um recurso nosso e vai sair do chão.

A outra observação foi sobre OMC *versus* OCDE. Não é leve, não é rápido, é um negócio tenso. Não foi fácil a conversa, mas foi muito amistosa. Estamos juntos na dimensão geopolítica, somos parte do hemisfério ocidental. O Brasil não quer... "A China pode comprar nossos produtos, mas não vai comprar o Brasil. Nós estamos mais próximos dos americanos do que da China." Há toda essa conversa de aproximação geopolítica, mas, na verdade, do ponto de vista econômico, nós somos cautelosos. Eu mesmo, conversando com eles lá, falei: "Olha, o Presidente gosta muito de vocês americanos, eu gosto também, acho todo mundo muito simpático, mas é o seguinte, se houver um chinês querendo comprar a nossa soja, eu vou fazer negócio com o chinês. Vocês estão dançando de rosto colado com os chineses há 20 anos e agora vão querer que a gente... Brigaram com a namorada. E nós vamos brigar porque vocês brigaram com a namorada? Não, esperem aí! Vamos conversar isso com calma". O Brasil tem uma posição de soberania. Não existe isso.

A sinalização que ficou clara é a seguinte: nós queremos ir para a OECD, isso é bom para nós. Nós entramos na primeira divisão. Eles responderam, dizendo o seguinte: "Então, vocês saiam da segunda divisão; quem entra na primeira sai da segunda e abre mão disso, daquilo e daquilo outro". Isso é um processo, sair de listas preferenciais de uma coisa ou de outra. Nós vamos fazer a conta. É bom? Tem resultado benéfico para nós? O custo-benefício para nós é positivo? É, podemos dar o passo. São passos longos, isso não é rápido, não. Com muita boa vontade, é um ano, um ano e meio. Sem boa vontade, três anos ou quatro anos. Entendeu? Vai haver prudência.

A outra observação final sua foi justamente a da calibragem da reforma da previdência, esse um trilhão, de por que um trilhão ou não? Eu falei isso um pouco antes, vou voltar no assunto. Eu talvez já possa até entrar com o Senador Paim, que é o tamanho dessa reforma. Uma coisa é o quantitativo, outra coisa é o quantitativo. Qualitativo é a discussão da capitalização ou não.

Veja, quando houve a Funpresp, já foi um reconhecimento do seguinte: nós precisamos levar alguma coisa para o futuro. E eu realmente faço uma evocação aos Srs. Senadores com o seguinte aspecto: a reforma que está lá diz o seguinte: vamos reformar essa que está aí porque ela está ficando inviável. E, nesse aspecto, vamos supor que o Congresso falasse assim: "Tira o benefício de prestação continuada porque nós não queremos atingir os idosos". Foi colocado lá com a melhor das intenções. Foi colocado assim: em vez de esperar ele fazer 65, quando ele fizer 60, você já dá alguma coisa. Eu também achei, quando falou assim... Bem, mas aí, lá na frente, 70? Bota 62, então, antecipa com 62 ou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

68. Mas para essas coisas há um time inteiro lá dando palpite e sugerindo: "Ah, mas se a gente botar muito próximo, você está estimulando o sujeito...". Porque nós estamos pensando no mendigo, no pobre, no cara que não conseguiu contribuir, mas quem já está há muito tempo nisso, fazendo isso, também sabe que há uma indústria de gente que não recolhe porque sabe que vai... Como eu disse, há mais gente registrada recebendo benefício rural do que a população rural. Isso é um absurdo! Se há seis milhões de pessoas no campo, como pode haver nove milhões de aposentados do campo? Então, há coisas que eles botam lá muito mais para forçar, uma vez por ano, que a pessoa, nem que seja com R$20 ou R$30, a contribuir, porque aí você sabe que o cara está vivo, é verdade, ele está no campo mesmo, ele está lá. Então, há coisas que foram colocadas com esse espírito, mas, se o Congresso falar assim: "Isso não é importante. Nós achamos que há muito mais gente pobre do que o fraude" e votar diferentemente, tudo bem.

O único alerta que eu dou é que, se vier menos de um trilhão, fica muito difícil ir para a capitalização. E aí, você fica condenado ao regime de repartição, em que, por mais fraterna e solidária que seja essa percepção que a gente tem de uma conquista da democracia brasileira, na verdade, o dinheiro acaba; ele não tem capacidade de sustentação. Embora a gente ache que os salários são muito baixos no regime de capitalização, não, nada impede... Vou dar como exemplo o negócio mais simples do mundo. Suponham o seguinte: vamos aprovar essa reforma que está aí, mas nós não queremos ainda porque nós não estamos aprovando, nós estamos dizendo que vamos fazer ali na frente um regime de capitalização. Então, você pode aprovar e falar assim: "Está aqui, olha, vou aprovar isso aqui e naquilo ali vou ficar de olho. Na hora em que sair a capitalização, eu vou exigir um sistema", que eles chamam de – não é nominal, é nocional – , "eu vou botar o nocional". O nocional é o seguinte: é capitalização, mas eu não quero que algum trabalhador receba menos do que "x". Acabou! É um sistema de capitalização, o cara vai juntando, ele aprende desde jovenzinho... Porque isso é importante, um menino de 16 ou de 17 anos vem de uma periferia, não tem capacidade de defesa nenhuma, não tem educação financeira, não tem nada.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO GUEDES – Ele recebe uma carteirinha verde e amarela – dele, com o nome dele. Ele pode mudar de um lugar para o outro e vai capitalizando.

Chegou lá na frente...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu só ia dizer: vamos fazer um Funpresp para todo mundo, pronto!

O SR. PAULO GUEDES – Você bota um nocional... O nocional é o seguinte: você vai capitalizando; na hora de aposentar, quanto você juntou? Tem direito a quanto? A tanto. O.k., está aqui o Imposto de Renda negativo em direção à renda universal que eu quero. Eu quero que o salário, a renda de cidadania

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

brasileira seja de R$1 mil, o salário mínimo. Quanto você acumulou? Deu quanto? Deu 850. O.k., você tem 150 de Imposto de Renda negativo. Acabou!

Você tem esse recurso. O problema do sistema atual é que você fica prometendo e não leva nada. Então, o buraco só vai aumentando. Por mais que a gente critique o Chile, a verdade é que, se o Chile aumentar 2% dos seus impostos, ele paga três vezes a aposentadoria que você quiser. Sabe quanto cresceu o Chile com esse sistema de acumulação? Cresceu 5,5% por 30 anos seguidos. Com oito presidentes de esquerda, nenhum teve coragem de mexer no sistema.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É que a hora de pagar foi depois dos 30, como vai acontecer conosco.

O SR. PAULO GUEDES – Mas, olha só, nenhum presidente teve coragem de mexer no sistema.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O dinheiro só estava entrando. Eu não sou mestre em economia, mas, nesse período de 30 anos, o dinheiro entra; depois dos 30 tem que começar a pagar. Aí, quebrou!

O SR. PAULO GUEDES – Mas, sabe o que aconteceu? O nosso já quebrou antes de o dinheiro entrar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Há controvérsia, a CPI disse o contrário. Vamos fazer um debate com tempo, não é hoje. Aqui não dá.

O SR. PAULO GUEDES – Agora, só vou propor a coisa do debate.

Houve uma eleição e um lado ganhou. Se ele for debater tudo que for fazer, é como se estivesse... Nós vamos debater 50 anos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mas tem que debater com o Congresso.

O SR. PAULO GUEDES – Sim, com o Congresso, sim. Com o Congresso, sim. Aliás, a sua sugestão já foi adotada. Haverá uma equipe nossa, que é muito mais qualificada do que eu, porque está fazendo isso há 30 anos...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem!

O SR. PAULO GUEDES – Há 30 anos eles estão fazendo isso. Eles estarão acampados no Congresso...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sinto-me contemplado, Ministro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO GUEDES – ... à disposição dos senhores, porque são especialistas nisso. Vão estar lá.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Próxima segunda-feira, 9h da manhã, primeiro debate.

O SR. PAULO GUEDES – Isso, isso. A única coisa que eu gostaria seria justamente fazer o seguinte: você pegar agora a minha equipe e chamar quatro economistas do ABC Paulista, mais seis de não sei o quê...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não, não, Ministro...

O SR. PAULO GUEDES – ... e dizer: "Agora vamos debater".

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ministro, eu tenho palavra! Eu tenho palavra: dois a favor e dois contra, ou quatro a favor e quatro contra. É o debate no mundo das ideias.

O SR. PAULO GUEDES – Não, eu acho que é um pouco diferente o que eu visualizo. Eu visualizo o seguinte: dúvidas que os senhores tenham sobre o sistema e críticas sobre o sistema. Podem trazer dezoito, não precisam ser dois ou quatro, não; tragam dezoito. Mas é o seguinte: "A minha dúvida é essa, eu acho isso, eu acho aquilo...". E aí eles vão respondendo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Aí, no debate vamos tirando as dúvidas.

O SR. PAULO GUEDES – Isso, vão tirando as dúvidas.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A democracia é com o debate.

O SR. PAULO GUEDES – Perfeitamente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Fizemos um acordo.

O SR. PAULO GUEDES – Só vou dizer o seguinte: durante o Governo – agora é uma brincadeira, é uma brincadeira – durante o seu Governo, eu não fui chamado para nenhum debate. Eu não debati nada, ninguém me chamou para debate nenhum aqui.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Está bem, está bem.

O SR. PAULO GUEDES – Sabe por quê? Eu era liberal, e é um perigo isso, é perigosíssimo. Pode pegar, pode contaminar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu nunca tive medo de liberal. Seja bem-vindo, Ministro.

O SR. PAULO GUEDES – Eu sei, eu respeito sua posição.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ministro, eu vou passar para o próximo Senador, mas tenho que admitir uma coisa aqui – e eu acho que todos nós vamos admitir: o Ministro defende, ele não se furta de falar e discutir, ele não é monossilábico nas palavras, ele não chega aqui e mede o que vai falar, diferente de outros ministros que nós já recebemos aqui nessa área.

O SR. PAULO GUEDES – Você sabe uma coisa que eu queria dizer?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, é o seguinte: ele defende aquilo que ele entende que é correto, e isso a gente tem que respeitar, a posição dele.

Senador Flávio Bolsonaro.

O SR. PAULO GUEDES – Sabe um negócio que eu acho lindo da democracia brasileira? Por que o PSOL nasceu? Porque o PT fechou questão na reforma previdenciária. Olha, que coisa linda da democracia brasileira! Não é bonito isso?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Funpresp para todo mundo...

O SR. PAULO GUEDES – Mas não foi bonito isso?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E é tão bom que eu quero para todo mundo.

O SR. PAULO GUEDES – O PT falou o seguinte: "Nós vamos fazer uma reforma".

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Funpresp.

O SR. PAULO GUEDES – O primeiro Presidente que aposentou alguém sem aposentadoria integral? Lula. A primeira Presidente que mexeu na aposentadoria das mulheres? Dilma. O primeiro fundo de capitalização brasileiro? Dilma. Olha que coisa linda a democracia brasileira! E ninguém disse que o sistema de capitalização é horrível, que aposentar com R$400 é um horror, ninguém disse isso, entendeu? Então, essa é a beleza da democracia.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É bom lembrar que no Funpresp o teto é 5,9 mil.

O SR. PAULO GUEDES – E olha que coisa mais bonita ainda: a renda básica, do Senador Suplicy...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Flávio Bolsonaro.

O SR. PAULO GUEDES – ... é o *voucher* do Milton Friedman. Olha que coisa linda!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Comece a falar, Senador, por favor. (*Risos.*)

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - RJ. Para interpelar Ministro.) – Posso passar o meu tempo para o Ministro? (*Risos.*)

Presidente, obrigado pela oportunidade.

Ministro Paulo Guedes, obrigado por mais uma vez estar nesta Casa prestigiando o Parlamento. Cumprimentando V. Exa., cumprimento também toda a sua equipe que está aqui presente, numa clara demonstração de respeito ao Congresso Nacional, vindo debater, sem a preocupação de discutir ponto a ponto.

O senhor tem razão: a eleição já passou. Esta Casa não precisa ter um terceiro turno, ainda mais numa pauta que eu tenho a certeza de que no final nos une. Se há um consenso que essa eleição mostrou, a dissociação, a separação do Congresso Nacional com a vontade da sociedade, com os anseios, com a direção que a sociedade estava buscando, essa pauta, Ministro, é a oportunidade que nós temos de nos unir e de nos reconectarmos com as ruas, porque não tem jeito, a gente pode discutir aqui detalhes... Vamos discutir a questão dos militares? Vamos discutir. Vai haver o debate aqui. Olha, os caras estão há 20 anos sendo massacrados, massacrados, massacrados, tanto é que, no final de carreira, depois de 50 anos de Exército, ele está ganhando igual a um início de carreira no Ministério Público, no Judiciário. É uma discussão... A da MP 2215 está congelada desde 2000 – Governo Fernando Henrique ainda. Por que aqui não se pode de repente trazê-la para a pauta? A gente tira o projeto aqui, "vamos apresentar aqui, vamos discutir os direitos dos militares". É tanto privilégio que não tem nenhum filho de Senador, de Ministro, de Desembargador querendo ser militar. Ou tem algum filho, algum pai, alguma mãe aqui que quer que o seu filho pegue um fuzil e vá subir o morro para trocar tiro com bandido no Rio de Janeiro? Não quer. Que privilégio é esse? Eu acho que até nesse aspecto o raciocínio é parecido com o tratamento que tem que ser dado às camadas mais pobres, àqueles hipossuficientes.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - RJ) – O Estado está aí para isso.

Então, acho que, no fim das contas, essa pauta vai nos unir, porque não é preciso ser um grande especialista em economia para entender que esse momento é o seguinte: não é um bolo que a gente vai

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fatiar e que para dar para quem ganha menos tem que tirar de quem ganha mais; essa é a oportunidade que nós temos de o bolo crescer e ser distribuído para todo mundo. Talvez o problema não seja tanto a desigualdade, a distância social; é, sim, tirar da linha de miséria aqueles que não tiveram condições ou que – pior – porventura tenham sido estimulados a permanecer nessa linha de miséria, estão acomodados.

Então, o projeto que foi vitorioso nessa eleição é aquele que defende o Bolsa Família, sim, mas que vai se orgulhar de tirar as pessoas do Bolsa Família porque elas conseguiram caminhar com as próprias pernas, deixaram de depender do Estado. E essa é a melhor forma de você tratar os pobres, ou não é? Você dar uma oportunidade para ele caminhar sozinho com as próprias pernas, ter oportunidade de trabalho. E como é que isso vai acontecer? Eu vou chegar à pergunta ao Prof. Paulo Guedes. Não há outra forma. Os grandes investidores estavam esperando o resultado das eleições para começarem a resgatar a confiança de aplicar aqui no nosso País. A eleição passou. Agora estão todos aguardando a aprovação da reforma da previdência para investir bilhões e bilhões de dólares aqui. E é isso que vai gerar emprego, é isso que vai fazer a máquina girar, é isso que vai dar aporte para a gente mexer em infraestrutura para escoar a produção do agronegócio.

Está cheio de americano, chinês, vários fundos bilionários aguardando esta Casa, este Congresso dar esse passo importante. Se a gente retalhar essa reforma, essa nova previdência, como até alguns já estão falando, num tom até de radicalismo... A gente não pode radicalizar neste momento. A consequência será a aprovação de um texto que não vai surtir efeito, para que, daqui a três, quatro anos, a gente esteja de novo discutindo esse tema aqui, porque é uma necessidade.

Eu próprio já fui contra reforma da previdência. Olhe o cenário hoje. Não é porque o Presidente é Jair Bolsonaro. É óbvio que não é. Ele próprio já falou que sempre foi antipático a essa matéria. É uma matéria amarga de se tratar, mas, como bem colocou o Prof. Paulo Guedes em outras ocasiões, é um avião que está caindo. A gente pode escolher: ou cai agora no colo do Presidente Bolsonaro ou cai no colo do próximo Presidente, num prazo curto, num espaço curto de tempo.

Então, Presidente, a pergunta que eu quero deixar ao Ministro é a seguinte. Não adianta a gente obviamente ficar aqui retalhando, rachando, porque está trabalhando contra o Governo Bolsonaro. Quem for contra, no todo, à concepção de que é preciso reavaliar esse tema está sendo contra seus filhos e netos. Isso é uma realidade. Não é contra o Governo do Bolsonaro; está sendo contra o Brasil, porque, se os Estados, que já estão com dificuldade, os Municípios, que já estão com dificuldade, não virem o efeito prático desse projeto rápido e começarem a não pagar os servidores ativos, quem dirá os inativos, quem dirá as pensionistas. A gente já viu esse filme acontecer na Grécia. Alguém quer que o Brasil passe por uma Grécia; a gente discutindo aqui, daqui a um ano, dois, a não demissão de servidores públicos em troca de receberem 50% do salário, 30% do salário, para terem o que comer? Essa é a realidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a pergunta que eu faço, Ministro Paulo Guedes, é para que V. Exa. explicasse, até porque há muitas pessoas nos assistindo, não só para os Senadores, mas para... Eu acho que esse é o debate, a narrativa que tem que ser... E nisso eu concordo com o que foi dito aqui: a gente tem que explicar melhor, fazer chegar ao conhecimento a importância de se aprovar essa matéria. Que o senhor pudesse explanar rapidamente qual a razão de esses grandes investidores estarem aguardando tanto a reforma da previdência para começar a investir no Brasil, porque, se não passar, não vão investir. Então, o que é que eles esperam? Qual a consequência da aprovação dessa nova previdência e o impacto disso numa recuperação da nossa economia e na retomada da geração de vagas de emprego?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador Flávio Bolsonaro.

Com a palavra o Senador Luiz do Carmo.

Depois, a Senadora Rose de Freitas.

O SR. LUIZ DO CARMO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO. Para interpelar Ministro.) – Boa noite, Presidente; boa noite, Ministro.

Quero fazer umas perguntas simples aqui, Ministro. O Flávio fala aqui do Senado, de todo este Senado aqui... O Senado tem boa vontade com essa proposta, só que ela tem que chegar aqui para nós começarmos a votar. E a mudança vai ser pouca, não vai ser muita, não. Aqui há vontade. Está faltando o Governo articular para chegar aqui. E, quanto mais rápido chegar, melhor.

A pergunta que eu quero fazer para o senhor é sobre desemprego. Eu acho que nós não podemos ficar esperando resolver a previdência para ajudar quem está desempregado. Tem muita gente desempregada aí que não quer nem saber de reforma de previdência, quer o emprego dele. Eu dei uma sugestão... Tentei falar com o Ministro, mas eu não sei por que o senhor não pôde me atender. Eu não consegui, não sei, com o Líder... Eu tentei falar com o senhor. Eu queria dar uma sugestão para o senhor. Eu queria só dar uma sugestão para o senhor: é sobre o que nós temos que fazer para a economia do Brasil, independente disso, para a gente começar a movimentar. Na construção civil, começar a gerar emprego na construção civil, construir casa.

No ano passado, no final do Governo, houve 13, 14 mil casas que ele fez, do Minha Casa, Minha Vida. E eu fui atrás do orçamento. Tudo legalizado, feita a licitação. Em Goiás, no meu Estado, em Goiânia, há 1,5 mil casas. Cheguei lá, falei com o Ministro, ele disse: "Olha, não tem orçamento, não deixaram orçamento". "Sr. Ministro, mas como não deixaram orçamento? Está aqui a licitação, está tudo". O.k., ele não deixou, mas e os empenhos que vão ser cancelados, milhões? Como é que eu vou fazer isso? Então é falta de vontade. Aí o que ele me falou? Que depende do Ministro Guedes.

Então o senhor, infelizmente ou felizmente, é o segundo homem do Brasil.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIZ DO CARMO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO) – Está abaixo só do Presidente. Quando o senhor fala nos outros ministros e tal, tudo depende do senhor. Fui a outra ministra agora mesmo – não vou dizer o nome – que disse: "Fala com o Guedes". Tudo depende do senhor. Fui a três, já falei. E é verdade, Ministro. É verdade, o senhor está com caixa, e nós temos de distribuir. O senhor vai distribuir. Mas tudo bem, não é isso aqui.

Então, a construção civil, eu acho que é o jeito de nós deslancharmos a economia do Brasil.

Eu fui bancário, Sr. Ministro, há muito tempo. Graças a Deus, não quero nem aposentar, eu quero arrumar uns barracõezinhos e alugar, para não depender de previdência, vou fazer isso. No meu tempo, os bancos mandavam, e continuam mandando. Eu era bancário, e os bancos... Mas havia um detalhe: o dinheiro do povo, que é o dinheiro nosso, depositava-se no banco, era o compulsório: 70% ficavam no Governo Federal, e 25% para os bancos. O Governo movimentava esse dinheiro. Hoje é o contrário: o banco fica com 75 e o Governo com 25, e olha que o dinheiro é do povo. Então, os bancos estão negociando com o dinheiro do povo, e o senhor deve saber disso, porque o senhor sabe. No meu tempo, isso há 20 anos, o banco estava emprestando o próprio dinheiro meu para o povo aqui.

Outra coisa, Ministro: a previdência do setor privado está resolvida. Isso é coisa de dois anos, três anos, quatro anos mais. O setor público está com problema, não é o privado. É cinco mil e acabou. Então está resolvido esse problema. Nós temos que ver é quem está ganhando esse dinheiro, certo? Eu quero deixar a pergunta para o senhor.

Outra coisa: quando... Eu queria saber do senhor se o senhor vai liberar esse orçamento do Minha Casa, Minha Vida, que no Rio de Janeiro tem duas mil e poucas casas no Alemão para fazer.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - RJ. *Fora do microfone*.) – Na Rocinha...

O SR. LUIZ DO CARMO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO) – Na Rocinha. Lá na cidade do Davi são mais 500 casas. Se o senhor liberar – esse orçamento eu acho que está em torno de 1 bilhão ou 800 milhões –, começa a girar a economia já nesses Estados deficitários.

Então, o que eu queria era que o senhor ajudasse o Brasil a sair da crise, antes da previdência.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador Luiz do Carmo.

A Senadora Rose de Freitas, do Espírito Santo.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES. Para interpelar Ministro.) – Obrigada, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de mais nada, quero dizer, Ministro Paulo Guedes, que, apesar de tudo, já conheci um pouco V. Exa. aqui hoje. V. Exa. responde com a veemência de quem acredita em tudo que está fazendo, e isso é importante.

Quanto a ser acessível, V. Exa. não é. Muitas vezes o nosso entorno nos dificulta – está ouvindo, eles estão ouvindo, eles sabem do que eu estou falando. Quando V. Exa. lançou o projeto na Casa, nós queríamos tão somente fazer reuniões. Não era possível fazer esse debate todo. Está vendo como funciona. De vez em quando, a gente ouve sermão de Senador, dizendo que nós temos que prestar atenção no que está acontecendo. Eu estou no oitavo mandato. Todo mundo aqui – olhe bem, olhando para o Paim, olhando para a Kátia, até o próprio Rogério, que aqui estava –, todos nesta Casa, o Dário, que está à sua frente, vou falar pelo Cid, Weverton, todos querem encontrar um caminho. Portanto, aqui ninguém precisa levar lavagem de ninguém. Não estou falando do senhor, não. Estou falando de outros que querem apregoar a verdade.

Então, eu estou diante de V. Exa. com a preocupação de que a gente possa construir esse caminho. Tudo que o Paim falou, o histórico do Paim, com a ideologia ou não, ele não confunde as coisas na hora de tratar do Brasil. Portanto, tem o meu respeito eterno, porque já foi... Toda vez que eu quero relatar projeto social que cabe a mim como autora, eu peço: "Dê para o Paim". Ele não vai por nenhuma tendência ideológica. Então, aqui o senhor saiba que o senhor está sendo abrigado com aqueles que acreditam no País. Portanto, eu acredito.

O senhor é meio esquentado, não é? E eu gosto até que seja, porque água morna para mim não funciona. Não tem... Está aqui, todos me conhecem nessa mesa aí, sabem que eu defendo o que eu acredito. Estou com algumas dúvidas.

Primeiro, nessas mudanças na concessão aí da aposentadoria do regime geral da Previdência, RGPS, estão custando hoje R$7 bilhões. Com a mudança vai viabilizar uma economia de 700 bi em dez anos? Eu não entendi. Desculpa, eu não sou economista. Eu exercito o mandato com tudo o que aprendo e com o *feeling* social e político que a gente tem.

Outra coisa, e ouço muito isso, e ouço há décadas: que se não houver reforma o Estado vai parar. Como fica o excesso do gasto público, que nós temos em várias áreas e em que até hoje não se tocou? Eu preferia estar aqui... A reforma nós vamos ter tempo para debater, vamos debater, tenha certeza de que vão ser abrigados os melhores sentimentos e propostas da reforma nesta Casa. Aqui não adianta ninguém ensinar nada a ninguém. Imagina! Se o Cid chegou aqui precisando aprender, se a Kátia, o Confúcio, que está aqui... Não adianta.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – O Flávio Arns.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – O Arns, coitadinho, está tão velhinho aqui do meu lado... (*Risos.*)

O Veín aqui o senhor sabe que é o Elmano Férrer, não é? Mas...

Então, eu tinha algumas... Eu queria saber das medidas que estão sendo feitas para a eficiência da máquina pública, porque há pouco tempo eu fui eleita generosamente pelos colegas como Presidente da Comissão de Orçamento, e havia quatro anos que o Brasil não tinha orçamento. Nós... Eu vi alguém pegar – um Presidente ou uma Presidenta, não vou dizer – na minha bochecha e dizer:

"Você não vai aprovar o orçamento". Com isso que o senhor está fazendo aqui, apesar de esquentado, V. Exa. vai conseguir, porque, quando eu entrei na Comissão de Orçamento, quatro anos sem orçamento, a Presidente não fazia questão, eu cheguei lá não para fazer milagre, mas procuramos fazer aquilo que tentamos fazer com V. Exa. dois meses atrás: estabelecer o diálogo que o Paim propõe; sentar à mesa, equacionar as ideias, levantar as propostas; ver quem cede, onde cede, para onde vai. Não foi possível.

O que aconteceu na Câmara... Desculpe-me só fazer... Eu não vou dar uma de Paulo Guedes aqui, não. Não vou para cá nem para lá, vou ser objetiva. O que aconteceu na Câmara não precisava ter acontecido. Não precisava. E V. Exa. poderia ter, na Câmara, minha impressão, porque, quando V. Exa. fizesse o que está fazendo aqui agora... O que o Moro fez hoje com oito horas de conversa, debate, esclarecimento? Conseguiu nos colocar junto, numa articulação em conjunto. Faça isso, Ministro. Pode deixar riscar fósforo no seu pé; não deixe queimar o seu pé, está certo?

Eu queria aqui, coloquialmente, o que não gosto muito de fazer, perguntar sobre enxugar o gasto da máquina pública, que é muito importante. Alguns anos atrás, eu estive na Infraero. Imagine, Eduardo... Na Infraero, Senador Eduardo, havia três mil engenheiros. O aeroporto do meu Estado foi construído com cinco. Eu perguntava sobre aquele negócio da demissão incentivada, o que aconteceu, e ninguém sabia dizer porque não aconteceu. Então, é preciso... Eu sei, entendo o que o Senador disse há pouco. O senhor virou um superministro. Eu não sei, no meu conhecimento, se está certo ou errado, porque passei por todos esses Governos. Cada um chegava e dizia: se não fizer isso quebra, se não fizer isso acaba. E no final, todo mundo chegava no meio de campo para conversar. É preciso fazer isso!

Eu tenho uma observação. Já que o senhor é o superministro – eu acho que o senhor não deveria ser, mas o senhor é... Fizeram um plano de privatização para o Brasil. Eu queria entender a lógica da privatização. Não sou contra, quero dizer, mas no meu Estado, Presidente Weverton, nós construímos um aeroporto que custou 564 milhões, colocando no osso assim; pode ter alguma coisa a mais – 544 mais 22 dá 566. Privatizaram o aeroporto, agora, e levaram de lambuja Macaé, por 437 milhões. Nosso aeroporto tem um ano e pouco. Foi construído agora. Novo! Não tem reparo! Não tem um vidro quebrado. Vão perder dinheiro? Por quê? Por quê?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, já que estamos falando do Brasil como um todo, há que se ter um olhar do seu lado, ter uma equipe competente, como todos que estão aqui – eu sou fã desse Ministro... Ele é Ministro ainda? Não, né? Não é mais. Mas não o rebaixaram. Você é o Ministro do Planejamento, ao lado do Ministro... É isso?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – É o Ministro Adjunto. É isso. Não fuja das responsabilidades.

O SR. PAULO GUEDES – Ele é o Ministro Adjunto.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Então, Ministro, eu precisava ter esclarecimento, porque a minha vontade é mover uma ação pública, porque há perdas significativas.

Em paralelo a isso, já tenho um elogio, porque fomos, agora, fazer o arrendamento lá do Porto de Vitória, das áreas, e tivemos 186 milhões de um terminal, quando na verdade ele custaria uns 120, por aí. Então, há perdas e ganhos. Mas perder? De jeito nenhum. Quando tiver ganhado, a gente elogia.

Já terminando, quero dizer assim: fico aqui com o pensamento... V. Exa talvez não saiba, mas eu pedi muita audiência a V. Exa. Muita audiência.

O SR. PAULO GUEDES (*Fora do microfone.*) – Eu não tenho essa informação aqui.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Pois é, mas o senhor não tem que ter; quem tem que ter são os seus assessores.

O SR. PAULO GUEDES – Cadê o responsável nosso?

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Não...

O SR. PAULO GUEDES – Está ali. Pode pegá-lo!

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Bora pegar? Eu o pego todo dia! Todo dia!

O SR. PAULO GUEDES – Pega e apela. (*Risos.*)

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – O que Ministro não precisa, com a sua feição, com o seu comportamento, com aquela capacidade de diálogo, o que Ministro não precisa...

O SR. PAULO GUEDES – Eu estou recebendo gente todo dia, lá. Todo dia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Ministro não tem que ser frango em descampado, que a gente tem que correr para pegar.

O SR. PAULO GUEDES – Não. Eu estou sempre...

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Não é isso! V. Exa. não é. Está mostrando aqui pelo comportamento.

O SR. PAULO GUEDES – Estou sempre disponível.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Então, concluindo...

O SR. PAULO GUEDES – Alguém pisou na bola.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Eu sei. Eu conheço todos aqui. Acessível como é, com a veemência que tem, porque sem sangue na veia não vai... Nós estamos aqui para debater, para ajudar, para construir. Se o senhor topar, está feito o trato.

O SR. PAULO GUEDES – Está topado.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Por favor, só quero explicações sobre as questões que eu elenquei aqui. Agradeço. Seja bem-vindo.

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA) – Muito bem, nós temos seis inscritos. Começou a Ordem do Dia, e eu gostaria aqui de sugerir aos próximos inscritos que a gente estipulasse um tempo de três minutos e, se vocês me autorizarem, eu vou...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA) – É, mas se vocês me autorizarem, eu vou ser chato no tempo. Se cumprirmos três, dá para todo mundo falar.

Claro que eu tenho juízo e não iria enquadrá-lo nesse tempo. (*Risos.*)

Senador Zequinha Marinho, três minutos.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA. *Fora do microfone*.) – O senhor quer responder logo, Ministro?

O SR. PAULO GUEDES – De novo: são três e eu respondo. Senão, acumula e eu não consigo.

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA) – Já há três aqui?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO GUEDES – Já há três. Primeiro foi o Senador Flávio, que perguntou... Essa ligação... Muita gente acha que a gente quer aprovar a reforma por causa do investidor estrangeiro. Não é assim. Na verdade, os investidores estrangeiros sabem que o País vai entrar numa crise financeira dramática se não aprovar a reforma. Então, eles gostariam de entrar e estão olhando. Se não se aprovar a reforma, eles sabem que o Governo vai começar a girar e entrar em dificuldade financeira, e aí ninguém quer investir no País.

Agora, eu sinceramente não tenho ido muito lá fora, porque eu também não quero atrair capital financeiro que não esteja comprometido com as transformações de longo prazo. Então, o que eu estou fazendo é o contrário. Nós estamos, a equipe toda está preparando reformas de redução de impostos, estamos preparando justamente controle de gastos, maior eficiência da máquina pública; tudo isso. E queremos que venha o dinheiro que na verdade fará infraestrutura e logística.

Tudo o que a Senadora Kátia falou do custo Brasil, para o setor da agroindústria, é muito bom, mas existe o problema do tempo e existe o problema da logística, que ela falou também, dos transportes, quer dizer, ferrovias, rodovias, hidrovias. Esse dinheiro quer entrar no Brasil. Há fundos de longo prazo canadenses, americanos, alemães, chineses, todo mundo querendo entrar para fazer a infraestrutura brasileira. Essa é a grande fronteira. Para nós, isso é extraordinário, porque é dinheiro de fôlego longo. Não é dinheiro que quer entrar, ganhar um dinheirinho e sair rápido; é dinheiro de dez anos, quinze anos, vinte anos. Todos os bancos multilaterais também estão querendo entrar no Brasil. Então, existe um clima muito favorável.

Eu tenho dito, em conversas internas do Governo... Vocês acham que eu estou fazendo a "venda" – entre aspas – aqui da previdência? A venda foi feita internamente também. Nós estamos conversando sobre isso há um ano, um ano e pouco, na campanha, e eu dizendo: "Olha, pessoal, tem que fazer essa reforma, porque sem isso não há estabilidade fiscal no País". Havendo essa estabilidade fiscal, é o que o Senador Flávio falou: vai chover dinheiro para investimento em infraestrutura, de longo prazo, além dos fundos de curto prazo. E isso significa que o Brasil vai realmente entrar numa fase de crescimento.

Eu tenho dito até o seguinte: eu acho que nós vamos entrar num ciclo longo de dez anos de crescimento. Nós podemos ter aí dez anos de crescimento econômico extraordinário, se nós... E não é só a reforma da previdência, porque... E aí a reforma da previdência tem duas dimensões, uma que parece que é o sacrifício e tal, mas eu insisto: está na mão do Congresso. Se o Congresso aprovar uma reforma pequena, ele estará dizendo: eu não quero ir para capitalização, eu quero ficar... Será uma reforma *à la* Temer. O Temer começou falando em 800, 700, no final estava 600, 500. Se fizerem uma reforma desidratada, bem desidratada, vocês simplesmente adiaram o problema e mantiveram seus filhos e netos nesse sistema. E, daqui a dez anos, seus filhos e netos estarão sentados aqui falando sobre o mesmo assunto. E o Brasil sem crescer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, se tivermos a ousadia de ir para um sistema de capitalização, conscientes de que, se ele não cumprir o desejado, nós temos o nocional, que é o seguinte: eu quero tanto... Se você juntou só isso aqui, o Estado dá o Imposto de Renda negativo e completa isso. Então, isso é simples fazer. Pelo menos você está se precavendo; você está prometendo, mas está levando alguma coisa para o futuro. Se não for o ideal, você paga a diferença; você tem cacife para pagar a diferença.

Foi o que aconteceu com o Chile. O Chile era mais pobre do que a Venezuela. A renda *per capita* do Chile é quase o dobro da do Brasil hoje. Então, não adianta dizer que não deu certo. É um papo furado esse. Não deu certo? Cresceu 6% ao ano, em 30 anos. Como é que não deu certo? Ficou mais rico que o Brasil. A renda *per capita* é muito maior.

Você quer fazer o sistema de repartição solidária e fraternidade?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Com todo respeito, Ministro, mas cresceu para quem?

O SR. PAULO GUEDES – Quer fazer a fraternidade para a eternidade? Coloca o imposto e dá o que você quiser, porque tem dinheiro lá. Lá tem. Sabe quantos são os impostos sobre o PIB, lá? Vinte por cento. Sabe quanto é aqui? Trinta e seis. Pega 16%, coloca igual é aqui, coloca mais 16%, você triplica, quadruplica, quintuplica o que você está dando de previdência.

A pergunta é a seguinte: você precisa... A fraternidade exige a eficiência. Você tem que ser eficiente para poder ser fraterno, senão você quebra! Aliás, o último Governo tinha um coração grande. O penúltimo. Tinha um coração grande. Quebrou tudo! Quebrou a Petrobras, quebrou a Caixa, quebrou tudo ao mesmo tempo, de tão generoso.

Então, uma coisa não dispensa a outra. Você quer ter o coração grande? Você tem que ser mais eficiente. Você tem o coração enorme? Seja muito mais eficiente. Entendeu? Essas coisas estão juntas. Nós não somos inimigos, nós estamos construindo um País melhor. Então, tem uma turma que na verdade fala: olha, espere aí, e os menores? E os mais fracos? E os que estão ficando para trás? Puxa o cobertor para cá. O.k. Agora, impulsiona, cresce, coloca para acumular capital, porque aí você consegue estender o cobertor.

É dessa dinâmica que vem a riqueza de uma democracia. Se houvesse só democrata nos Estados Unidos, estaria mal. Se houvesse só republicano, estaria mal. Se houvesse só o conservador na Inglaterra, estaria mal. Se houvesse só trabalho também, o *label-party*, estaria mal também, estaria quebrado também. Vocês estão vendo o que é ter um partido só: olhem a Venezuela. Então, é um equívoco. Nós estamos construindo um país juntos.

Essa potência fiscal... Eu digo que, com um trilhão, eu ouso ir em direção ao regime de capitalização, mas, se vocês falarem "não, o sacrifício é muito grande para mim e para os meus

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

contemporâneos, eu não vou tirar nem das mulheres, nem dos militares, nem dos civis, nem do rural", o.k. Vocês fizeram uma escolha preferencial pelos contemporâneos e condenaram filhos e netos a continuarem prisioneiros disso, crescendo pouco, em um sistema que não tem capacidade... Porque ele tem... Essa é uma conversa longa. Eu voltarei aqui para nós debatermos. Geneticamente, ele tem vários defeitos muito sérios, entendeu? Então, você pode ir para o outro, mas mantenha a dimensão de generosidade sempre. O outro permite fazer isso.

Inclusive, a forma como está sendo apresentada aqui, se tiver o que eles falaram ontem – "nós vamos tirar o BPC, vamos fazer isso e aí vamos discutir o de capitalização"... Você aprovou a reforma... E aí eu digo: essa reforma, a dimensão dela, você pode saber – foi a Senadora Rose que perguntou depois... A reforma, se você aprovar menos, se você aprovar 600, 700, 800, você fez uma reforma; se você aprovar um trilhão, você aprovou um novo regime; além de fazer uma reforma no antigo, você deu potência fiscal para fazer um novo regime. E aí, sim, você vai se beneficiar dessa dinâmica.

Quanto a esse juro composto que estraçalhou os Estados, e Municípios, e a União também, com uma dívida de 4,5 trilhões, hoje, nós vamos botar esse juro composto para trabalhar para a população trabalhadora e para os jovens que hoje nascem na periferia e nem sabem o que é isso. Aquela acumulação vai sendo... Ao longo da vida, ele vai acompanhando, investe aqui, investe ali, acompanha aquilo. E, no final, se você achar pouco, você dá uma suplementar. Pode até aprovar uma suplementar agora também, está na mão de vocês. Eu acho que há tempo para desenhar o sistema futuro. Não há muito tempo para salvar o que está aí; o que está aí está capotando.

O Senador Luiz, de Goiás, falou do desemprego. Curiosamente, só com essa expectativa de que as coisas podem entrar no eixo, nos dois primeiros meses do ano, foram criados mais empregos do que no ano passado inteiro. Saiu um Caged agora de 176 mil novos empregos, mais janeiro, já deu mais emprego do que ano passado inteiro. Então, a economia já está querendo se movimentar. Se a gente começar a aprovar as reformas, ela vai embora, ela vai pegar e vai embora, e aí só há notícia boa daí para frente.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO GUEDES – Só há notícia boa, porque nós vamos justamente descentralizar os recursos. E é boa para a oposição também; não é para a situação, não, porque o Governador, o Prefeito que está lá no Estado dele e que é de oposição vai receber o dinheiro e vai poder fazer obra, vai tocar o pau.

Você falou, inclusive, do Minha Casa, Minha Vida, mover a economia e que eu sou superministro. Eu brinco, eu falo: "Eu não sou, não; eu não sou, não". Conversando com os outros Ministros, eu disse: "Há 22, não é? Então, são 21 contra 1". Você acha que todo dia não há um que pede lá: "Eu quero 5 bi", "Eu quero 20 bi"? E, curiosamente, os pedidos dos Ministros são maiores... Se você pegar todo mundo e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

falar que a Lei Kandir é mais 1,9 bilhão ou 2 bilhões... Há Ministro que pede oito, quatro vezes o que todos os Estados e Municípios pediram – para você ver que o negócio não é brincadeira, não.

Então, eu estou mais para Brumadinho do que para Itaipu, entendeu? Um faz um furo aqui, o outro ali, o outro ali. De repente, vai a enxurrada e arrasta tudo, e não é bom o efeito. Se eu virar Brumadinho, o negócio não vai ser bom, porque aí descontrola geral. Então, o meu papel é um papel chato, que é só o de lembrar às pessoas do seguinte: "Olha, há um orçamento, a gente prometeu cumprir o orçamento".

Déficit previsto para este ano: 139 bilhões. Primeiros dois meses: rodaram. Déficit previsto para esse ano: 139 mais 30. Que negócio é esse? Então, contingenciamento. "Segura aí, vamos ver, vamos conversar".

Agora, o Minha Casa, Minha Vida dá, vai dar. Você sabe por quê? Vai dar para botar algum dinheiro, porque havia o FI-FGTS. Esse é o dinheiro dos campeões, esse aí é para os campeões. Então, você pega a grana que iria para os campeões e fala assim: "Não, joga lá embaixo; vamos jogar lá embaixo, na casinha pequenininha". Mesmo o Minha Casa, Minha Vida nós estamos examinando. Você sabia que há 70 mil casas devolvidas, 60 mil não terminadas, 17 mil aprovadas no dia 30 de dezembro? Você acha que isso é razoável? Chega 30 de dezembro, você vai, assina 17 mil casas novas e sai correndo, com 70 mil devolvidas e 60 mil não terminadas? Então, há uma porção de problemas.

Eu preferiria que esse dinheiro estivesse na mão de Prefeitos e Governadores. Um prefeito não faz 60 mil casas sem saber para quem são, não. Agora, um Ministério faz. Um Ministério faz 300 mil casas sem saber se vai alguém morar lá. Aliás, o exemplo limite é na China, onde há uma cidade inteira de 300 mil habitantes, e não há nenhum habitante; os prédios estão todos lá.

O SR. LUIZ DO CARMO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO) – Ministro...

O SR. PAULO GUEDES – São coisas que um Governo Central faz.

O SR. LUIZ DO CARMO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO) – ... quem está fazendo essas casas, em Goiás é a Agehab, é a cooperativa do Estado, é o Governador que faz, entendeu? Então, não solta para o empresário. É em parceria com o Prefeito. Há a parceria do Prefeito também, entendeu?

O SR. PAULO GUEDES – Tudo bem, não é coincidência também que o Governo do Estado esteja numa situação dramática hoje, não é?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vou passar...

O SR. PAULO GUEDES – Alguma coisa lá salda o eixo um pouco, mas tudo bem...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O próximo...

O SR. PAULO GUEDES – ... para frente.

A Senadora Rose perguntou como é calculado esse negócio da economia: 600 bilhões, 700 bilhões, no sistema geral e tal. Justamente você recalibra... O sistema foi feito, essas... E a equipe vai estar aqui à disposição de vocês para explicar, porque eles fizeram o seguinte: "Pega quem tem as maiores aposentadorias e recalibra um pouco para baixo. E pega os menores...". Quer dizer, quem tem mais está contribuindo mais e recebendo um pouco menos; e quem tem menos está contribuindo com menos ainda.

Eu até perguntei: "Gente, mas o negócio está quebrado e vocês ainda vão baixar?". "É, para os pequenininhos". Trinta milhões de brasileiros, que são os pequenininhos, vão recolher menos ainda do que recolhem hoje, mas quem tem mais vai recolher mais. E, quando você pega isso no tempo, dá uma economia grande. Eu não sei se o número é esse, os números não sei se batem, se são 700 só nisso, não, porque é um pouquinho ali, um pouquinho ali, é de todo lado, mas eles vão estar aqui à disposição.

Eficiência na máquina pública é uma seção. Eu posso trazer um outro time aqui que vai ficar uma tarde inteira conversando com vocês também sobre a reforma do Estado. Há muitas medidas que estão sendo aprovadas, muitas, são muitas coisas. Uma empresa levava 60 dias para abrir, você tinha que passar em oito órgão. Agora, é o contrário: você abre primeiro e depois você notifica, em vez de ter que pedir para abrir; primeiro, você abre, depois você avisa o que está fazendo. Nós estamos invertendo e simplificando uma porção de coisas.

Eu vou à Câmara semana que vem. E não é que eu não tenha ido à Câmara; eu fui aconselhado. Há gente que politicamente se preocupa comigo e fala assim: "Olha, você vai chegar lá, e o seu partido vai atirar em você. Além disso, a oposição toda vai atirar. Além disso, não há Relator. Você vai perder seu tempo". Eu falo: "Bem, é essa a orientação?". "É essa". "Obrigado". Aí eu não vou. Foi só isso. Agora, já está marcado para semana que vem. Semana que vem eu já vou lá. Parece que eu não vou levar tiro pelas costas do nosso partido, e eu estou celebrando. Eu acho que do nosso... Eu só vou levar na frente, da Senadora... (*Risos.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PAULO GUEDES – Não; da Senadora, não – a Senadora não estará lá –, da turma da Senadora.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PAULO GUEDES – Ah, do meu partido mesmo?

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO GUEDES – É, mas eu vou lá, eu vou lá. É claro que eu vou lá.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Ministro, isso é terrorismo. O senhor vá, fique tranquilo.

O SR. PAULO GUEDES – É claro que eu vou lá.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – O senhor é competente, tem a fala, discute, tem a paciência que o senhor mostrou, e a nossa também – vamos dizer que é grande. Eu vou dizer para o senhor: vá com tranquilidade. Quem o aconselhou está longe da política, não entende nada de política.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou passar, Ministro, e dizer para o senhor: olha, nós políticos temos obrigação de ter o dom de tentar convencer, mas você superou todos aqui, porque tem vontade de defender aquilo em que acredita. Isso aí nós temos que respeitar.

Marcos Rogério não está aqui.

Zequinha Marinho.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA. Para interpelar Ministro.) – Presidente, obrigado.

Ministro, ainda sobre a Lei Kandir. Eu sou do Estado do Pará. O Pará exporta muitas *commodities*, principalmente minério. E eu queria relatar aqui um fato do Consefaz, que é o comitê de secretários de Fazenda dos Estados e do Distrito Federal. Eles pegaram um espaço temporal de 20 anos e fizeram as contas em cima das perdas não compensadas pelo Governo Federal aos Estados exportadores. Chegaram a um total de 548...

O SR. PAULO GUEDES (*Fora do microfone*.) – Só para o Pará?

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Não, o Brasil.

O SR. PAULO GUEDES – Ah, o Brasil todo.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – O Brasil...

Chegaram a um total de R$548,7 bilhões. Desse total, os Estados foram compensados em 17,8, o que corresponde a 97,6 bilhões. Saldo a compensar, a entregar aos Estados: R$451,1 bilhões.

Eu sei que a situação do Brasil não é fácil, mas a situação dos Estados é bem mais difícil do que a do Brasil. A pergunta é: é justo a União dar um balão desse porte nos Estados que já vivem em situação de dificuldade?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No meu Estado, a nossa Fundação de Amparo a Estudos e Pesquisas apurou, com muito trabalho, R$35,7 bilhões, só o Pará. Esse é o valor líquido, sem nenhum tipo de correção. Isso me impressiona e me deixa um tanto preocupado. O meu Estado tem 8,5 milhões de habitantes; 4 milhões vivem com a renda daquela linha abaixo da linha da pobreza, quer dizer, na miséria. Esse recurso pode ajudar a gente a construir a infraestrutura de que nós precisamos para atrair investimentos, mudar a vida dessa gente.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – No entanto, parece que estou vendo que a coisa passa, e os Estados pouco terão desse valor que gostariam de ter porque é justo, necessário, importante, e acima de tudo porque fizeram por onde isso acontecer, extraindo de um recurso que não é renovável, não se vai ver nunca mais.

Então, eu queria que V. Exa. tentasse consolar o nosso coração, dizendo-nos alguma coisa que eu pudesse dizer ao meu Estado, porque a expectativa lá, neste momento, é muito ruim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Weverton; depois, Senador Irajá.

Senador Weverton, por favor.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA. Para interpelar Ministro.) – Sr. Presidente, colegas Senadores, Sr. Ministro e toda a sua equipe, eu vou tentar aqui obedecer ao tempo, até porque eu fiz um apelo para que todos o fizessem por conta da Ordem do Dia já instalada.

Então, além desta fala de hoje, a minha principal consideração, Ministro, que eu vou fazer aqui é um apelo para que V. Exa. faça uma tratativa junto à sua equipe, principalmente ao Tesouro Nacional, quanto à questão da classificação fiscal dos Estados. Não é justo, e nós compreendemos que todo campeonato tem que ter uma regra. Se você mudar a regra, no meio do jogo, para dizer que, no final, a equação vai ser de acordo com essa mudança, no final desse jogo ela pode prejudicar alguns Estados, principalmente os que vêm fazendo o dever de casa. Eu falo isso porque nós vivemos isso diretamente lá no nosso Estado. Isso foi no governo anterior, a mudança da equação da classificação desses Estados, e essas três notas que se somam para se poder chegar a esse resultado... Antes, era mais ou menos justa a nota da capacidade de endividamento do Estado, da liquidez dele e da questão dele de poupança.

Então, para o senhor ter uma ideia, um caso concreto: o nosso Estado, lá no meio da mudança, quando vinha cumprindo todas as tarefas, viu o governo anterior mudar a regra. Aí, o que aconteceu? A capacidade de endividamento, a liquidez... O governo, AA, e, aí, na poupança, como todos os Estados do Brasil e, óbvio, a União – ninguém tem poupança hoje –, foi para a nota C. Então, se você tem nota AA e C, óbvio que o razoável seria ser um B, não é? Aí, o nosso Estado, por exemplo, foi para a nota C, conforme essa equação que foi modificada no governo anterior. Então, é só uma questão de justiça,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para que o Governo olhe de forma isonômica e possa fazer a correção dessa regra, porque, se você tem uma nota AA e outra C, é justo chegar ao B...

(*Soa a campainha.*)

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA) – ... como acontece em outros locais. E isso vai autorizar, por exemplo, um Estado como o nosso, o Maranhão, a contrair um empréstimo de quase 600 milhões – já está tudo pronto, só falta ser aprovado, passar pela equipe econômica e vir para o Senado –, para que a gente possa recuperar uma importante rodovia, Sr. Ministro, a 006, no Estado, que tem 1,5 mil quilômetros de extensão. Ela corta o Estado do sul ao norte. Só para vocês terem uma ideia, ela vem desde Balsas, Tasso Fragoso/Balsas, até a região da baixada, próxima a Alcântara, onde vai haver outro grande porto, ou seja, essa 006 escoa a produção dos grãos de soja, de tudo. Ela é importante para o Matopiba, é importante para os agricultores, para os produtores e para toda a economia do nosso País.

Então, é um apelo que aqui faço.

Quanto às questões das matérias pontuais, reforma da previdência e todas que estão aqui em voga, claro, o tempo não me permite. E eu também nem irei apresentar aqui detalhes e críticas ao projeto da reforma da previdência, até porque ele está ainda na Câmara e nós já declaramos a nossa posição: da forma que está nós não temos condição de votar. Mas o problema hoje é lá na Câmara. Então, a equipe econômica e política, principalmente, do Governo tem que resolver esse problema lá antes de chegar aqui. A minha opinião é que, do jeito que está lá, nem chega aqui ao Senado. Então, não há por que queimar energia neste momento quanto a esse assunto.

Eram essas as minhas considerações, Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só há mais dois Senadores: o Senador Irajá e o Senador Carlos Viana.

Eu vou pedir para o Senador Irajá falar e, depois, o Senador Carlos Viana também falar o que tem que falar. Em seguida o senhor responde, e eu encerro a reunião, porque já começou a Ordem do Dia, pessoal.

Senador Irajá, por favor.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. IRAJÁ (PSD - TO. *Fora do microfone*.) – Eu vou passar para o Carlos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Você vai abrir mão?

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, só eles dois. Inscritos, sim.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ah, está bem.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Então, muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Carlos, fale.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG. Para interpelar Ministro.) – Ministro Paulo Guedes, meu boa noite.

Em primeiro lugar, quero saudar V. Exa. pela presença aqui, pela clareza das exposições, naturalmente diante de um assunto tão importante, como colocou bem o Senador Paim, que necessita de muito diálogo. Nós precisamos de uma reforma da previdência que equilibre as nossas aposentadorias sem prejudicar os mais pobres, mas que retire os privilégios, se torne mais equilibrada. E, quando nós nos deparamos com os números, a demagogia perde a máscara. Nós temos que colocar claramente o que está acontecendo para que possamos tomar uma decisão sempre muito madura.

O senhor é bem-vindo. A Casa vai recebê-lo sempre bem, o debate é muito importante, e há boa vontade para que a gente possa discutir e aprovar essa reforma da melhor maneira possível para o Brasil, dentro do que for proposto também pelo próprio Parlamento.

A questão é a seguinte: há dois pontos que eu gostaria que o senhor colocasse, não sobre a reforma, mas sobre um assunto que nos interessa muito em Minas Gerais, que é a ajuda aos Estados. Há uma proposta do ministério de V. Exa. no sentido de que, nos próximos 30 dias, nós teremos um plano de ajuda, de socorro aos Estados. Eu gostaria que o senhor o detalhasse, por gentileza. O senhor, a uma parte, já fez referência, falou sobre a questão do pré-sal, que nós poderemos ter no ano que vem, mas nós estamos pensando é no agora: nestes próximos 30 dias, que tipo de ajuda os Estados vão receber do Governo Federal?

Com relação à Lei Kandir, que foi bem colocada pelo Senador Zequinha, qual é o caminho? O passado é muito difícil, nós não vamos falar em dívida daquilo que não foi recebido, mas, em relação ao futuro, o que o senhor pensa para que possamos solucionar essa questão e garantir um equilíbrio na exportação, lembrando que hoje não temos nenhum tipo de ICMS prejudicando os Estados?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Senador Irajá e, depois, o Senador Cid Gomes.

Ou quer deixar o Cid falar primeiro?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A conversa está boa aí, não é?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE. Para interpelar Ministro.) – Sr. Presidente, Srs. Ministros, quero saudar aqui de modo especial o Secretário Especial da Fazenda, meu conterrâneo de Missão Velha e que tem aí uma nova missão, desafiadora missão, de propor uma reforma tributária, que acho que é o que dará sustentabilidade ao nosso País no futuro.

Ministro, eu quero aqui, primeiro, render justamente uma homenagem ao senhor, pela forma transparente e clara pela qual o senhor tem colocado as questões e, de fato, dado um passo na direção de atingir o objetivo.

Eu tenho, assim, me furtado a fazer críticas a um governo que nem completou os cem dias, mas, cada dia mais, eu chego à conclusão de que parece ser um governo contemplativo. Parece, como regra – repito, faço uma exceção ao senhor –, que não assumiram ainda, parece que já não estão no governo há quase três meses, há quase cem dias, com um rol de medidas anunciadas previamente e que deveriam acontecer nesses cem dias. Eu estou aguardando esses cem dias para, de uma por uma, cobrar de um governo que tenho achado contemplativo – vou repetir sempre essa questão.

Eu nem queria discutir reforma da previdência, porque acho que o senhor mesmo não gostaria, mas, como o senhor fez isso tão à vontade aqui, eu vou ficar também à vontade.

Há algumas questões que acho justas. Eu acho que quem ganha mais... Acho que previdência devia ser, assim, uma coisa em que você colocasse os números no computador para que ele devolvesse o resultado; o famoso cálculo atuarial. É lógico que um governo não pode se render à matemática fria, e é lógico – defendo isso – que diversos setores da sociedade, os mais pobres...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – ... podem ser contemplados. E penso eu que devam ser contemplados não pela previdência, mas por programas de assistência social do Governo, até para que esses números da previdência fiquem claros. Enfim, preocupa-me avançar no apoio a isso quando há algumas questões que o Governo, e mesmo o Ministério da Fazenda, não têm colocado.

Quantas pessoas compõem o Copom hoje? O Copom é composto de quantas pessoas?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – O Copom, o Conselho...

O SR. PAULO GUEDES (*Fora do microfone.*) – São oito votos.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – São oito componentes? O Copom não é o Ministro da Fazenda, o Ministro do Planejamento e o Presidente do Banco Central?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – Desculpe... O Conselho Monetário Nacional.

O SR. PAULO GUEDES – O Copom fixa os juros; são oito votos.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – Eu quero falar é de juros mesmo.

O SR. PAULO GUEDES – O Conselho Monetário...

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – Eu quero falar é de juros.

O SR. PAULO GUEDES – Eu imaginei isto, que você quer ir na direção dos juros.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – O Copom, então, é composto de oito pessoas. São os diretores do Banco Central mais o Ministro da Fazenda?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – Ou não, nem o Ministro da Fazenda...

O SR. PAULO GUEDES – O Ministro nem passa perto.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – Muito bem, mas, certamente, pode dar uma opinião.

O senhor fez referência ao seguinte fato: o Brasil deve R$4,5 trilhões. Um por cento de redução na taxa de juros daria de economia ao Governo Federal, numa conta simples, R$45 bilhões. Se fossem 2%, o que é bastante razoável com a inflação que a gente tem tido hoje, de redução na taxa de juros, seriam R$90 bilhões de economia. Por que a gente não tem um esforço paralelo e que seja âncora, ou que seja, a meu juízo, condicionado ao esforço de sacrificar... Mesmo os mais aquinhoados, pelo que eu vi, passariam para 22% ou 23% de contribuição. O Ceará tem feito, o Ceará já... Boa parte do que o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Governo Federal está propondo, o Ceará já fez enquanto reforma da previdência. Eu acho que seriam necessários sinais como esse para que houvesse realmente uma disposição no sentido de que esse sacrifício deve ser coletivo. Indústrias fechando, comércio fechando e bancos praticando, a cada ano, quebra de recordes! É óbvio que isso não está correto! Então, esse setor tem que dar uma contribuição para que o País possa reencontrar o seu caminho.

Desculpe, já me alonguei, mas, enfim, acho que é preciso algo paralelo para que mais gente possa se envolver nesse esforço.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Boa contribuição, Senador Cid.

Senador Irajá.

O SR. IRAJÁ (PSD - TO. Para interpelar Ministro.) – Cumprimento o Sr. Presidente, os Srs. Senadores, as Sras. Senadoras.

Ministro Paulo Guedes, quero também agradecê-lo por sua presença aqui em nossa Comissão.

Eu acredito, Ministro, que nenhum Senador aqui, em sã consciência, seja contrário à reforma da previdência. Acho que a questão do mérito é o único ponto para o qual convergem as opiniões de todos os Senadores. Todos aqui são favoráveis, sabem da necessidade, da relevância de alterar, aperfeiçoar e mudar a nossa atual previdência. O que está em discussão realmente é o método, em relação ao qual muitos divergem.

Eu, particularmente, tenho muita dificuldade, principalmente por vir do Estado do Tocantins, com relação a dois pontos centrais da proposta, que são as mudanças apresentadas no texto relacionadas ao BPC e, em primeiríssimo lugar, também à questão rural.

Eu tenho dois questionamentos, dois pontos sobre os quais eu gostaria que V. Exa. pudesse discorrer. O primeiro é com relação à dívida da nossa previdência, que triplicou de tamanho nos últimos dez anos. Já estamos chegando à casa dos R$479 bilhões e, segundo a própria PGFN, desses R$479 bilhões, quase R$200 bilhões – para ser mais preciso, R$190 bilhões – são créditos passíveis de recebimento, descontadas todas aquelas dívidas de empresas que já não existem mais ou que faliram, como a Vasp e tantas outras empresas que são devedoras da previdência. Em que o ministério e a proposta avançam ou evoluem, ou trazem de inovador, para que esse crédito de R$200 bilhões possa ser recebido com todos os instrumentos que o Ministério da Fazenda e o Governo possuem?

O meu outro questionamento – para concluir, Presidente; não quero me estender porque já estamos com a Ordem do Dia iniciada – é com relação ao próprio texto, ao objeto do projeto.

Nós tivemos aqui, no final do ano passado, a proposta do ex-Presidente Michel Temer e, segundo o IFI, que é o Instituto Fiscal Independente do Senado, essa proposta, se aprovada na íntegra, teria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

como *deadline*, ou seja, como ponto de corte, o ano de 2023, que seria o ano a partir do qual, se aprovadas as medidas no ano passado, nós passaríamos a equilibrar a relação entre o que é arrecadado e o que é pago na previdência, não ampliando mais esse déficit, esse passivo. Segundo o próprio IFI, se aprovada também na íntegra a proposta que foi apresentada pelo Governo Bolsonaro, talvez esse ponto de corte fosse reduzido para o ano de 2022 ou 2021 – salvo engano, se eu não estiver equivocado. Então, a minha pergunta...

Vejo V. Exa., em todos os momentos, sempre pontuando a necessidade da economia de R$1 trilhão, que esse é o número a ser perseguido, a ser alcançado, que essa é a necessidade real da previdência para equilibrar as contas. Se a gente se ativesse apenas à alteração do tempo de contribuição – no caso do rural, do urbano e dos professores – e à idade, esses dois gatilhos, esses dois critérios, e fizéssemos ajustes, isso não poderia contemplar esse número total? Não seria possível equalizar essa economia que a proposta objetiva, mas usando apenas como instrumentos e critérios o tempo de contribuição e a idade em todos esses casos, sem precisar mexer nesse vespeiro que envolve tantas categorias que são contrárias e, assim, tentar pacificar mais o ambiente? Claro que isso exigirá um sacrifício maior no tempo e na idade, mas que a gente pudesse resumir a proposta apenas a esses dois critérios, nem que isso signifique sacrificar um pouco mais o trabalhador, seja da zona rural ou da zona urbana. Que a gente pudesse resumir, pura e simplesmente, em cima desses dois fatores. Essa é a dúvida que encaminho, sobre a qual gostaria que V. Exa. pudesse discorrer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador Irajá.

Dr. Paulo Guedes, para responder aos últimos Senadores...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PAULO GUEDES – É Pará?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Isso. Zequinha Marinho

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Guedes) – No mundo inteiro as exportações são isentas de impostos. Isso é que criou esse problema aqui, e a gente acabou sugerindo a isenção. É claro que isso atinge um Estado como o Pará, que extrai minério, por exemplo, que é exaurível. Realmente, aquilo vai acabar um dia lá na frente e você terá de cavar cada vez mais fundo, e ficará cada vez mais caro. Então, realmente, quando você isenta, você tira uma base importante do Estado, e é natural e compreensível que...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só que isso foi feito lá atrás para ajudar as exportações. Talvez a melhor medida na época fosse... No mundo inteiro eles isentam as exportações de tributação, essa que é a verdade, senão você perde competitividade lá fora.

Claro que, talvez, se tivéssemos um câmbio melhor, um troço assim, talvez nem tivessem pensado nisso. É aquele problema: você fica com crise cambial, apertado, e acaba apertando. Então, tira as tributações. Se o câmbio estivesse melhor, tivéssemos menos juros, mais baixos esses anos todos, e o câmbio um pouco mais alto, em vez do contrário, como nós fizemos, com o juro muito alto e o câmbio lá embaixo, pode ser que nem tivesse sido necessário esse recurso, entenderam? Isso é que dá pena quando eu olho. Agora, passou. Hoje a arrecadação no destino do ICMS já é mais do que 80%. Então, isso já ficou para trás. Fica aquele sentimento de que eu perdi, e que eu perdi principalmente perante juros, uma dívida que se acumulou. Fica aquela sensação de... Eu adoraria fazer um encontro de contas. Eu adoraria – se saísse dinheiro de algum lugar, fosse até do pré-sal – tentar fazer uma coisa assim. Hoje não é possível, porque, se o Ministro da Fazenda fizer isso...

Eu penso no Brasil até mais do que na União. Acho que, durante o nosso plano econômico todo, eu tentei deixar isso claro. Acho que o Brasil é mais importante do que só uma das unidades federativas. Agora, eu estou aqui tendo que controlar os gastos e o orçamento. Só que, como eu entendo o outro lado, eu quero ser o mais flexível possível, porque eu defendo a tese de uma federação forte. Então, nós estamos pensando... E aí, já emendando... Bom, eu trato disso um pouquinho à frente.

Então, a Lei Kandir... O meu entendimento é que cessaram, lá atrás, ficou um contencioso aí, os números são muito grandes, muito difícil ser exequível fazer isso. E o que eu acho é que nós temos um programa que é melhor do que a Lei Kandir, vai dar mais recursos. Então, eu acho que isso vai ficar para trás mesmo e vai ficar muito claro para todos os Governadores e todos os representantes estaduais que o futuro vai ser muito melhor e ninguém nem vai se lembrar da Lei Kandir.

O Senador Weverton, falando da classificação fiscal... Nós estamos tão sensíveis a isso que o nosso programa já leva isso em consideração. Então, o nosso plano de equilíbrio financeiro leva isso em consideração. Nós mudamos os parâmetros. Realmente, se você é A e depois C, da forma como estava, o seu Estado não era elegível. Então, nós estamos mexendo nos parâmetros para tornar elegível. Vai haver contrapartida. Exatamente onde é o seu ponto mais vulnerável, se é liquidez, se for disponibilidade de caixa, se for poupança, é ali que tem que fazer o ajuste maior, mas vai haver o recurso. Nós já separamos 10 bilhões. Para falar especificamente sobre isso, nós já separamos 10 bilhões, que é mais do que o dobro do que seria a soma do PEF, de exportações, do FEX, fundo de exportações, mais a Lei Kandir. Então, é mais do que o dobro da soma.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO GUEDES – Em 30 dias a gente está lançando isso, é coisa de curto prazo. Não é o petróleo do ano que vem.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA) – Porque esse empréstimo é com bancos dos Brics, não vai pegar nada...

O SR. PAULO GUEDES – Não, os empréstimos, se vão estar elegíveis... Aliás, eu já assinei uma porção de papéis, nós já assinamos alguns papéis...

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA) – ... a equação para quem está solicitando.

O SR. PAULO GUEDES – Nós estamos reclassificando. Nós estamos reclassificando.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG. *Fora do microfone*.) – Reclassificação fiscal?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – A reclassificação fiscal.

O SR. PAULO GUEDES – É reclassificação fiscal.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Para efeito de financiamento?

O SR. PAULO GUEDES – Para efeito de financiamento.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas é isso, Ministro, nós batemos tanto aqui numa questão de endividamento dos Estados, e o que nós estamos tentando? Nós tentamos fazer um arranjo para rever essa classificação para poder dar dinheiro para o Estado que já está quebrado. O senhor está me entendendo? É uma coisa que é meio...

O SR. PAULO GUEDES – E é isto que nós estamos fazendo: nós estamos reclassificando para os Estados que fizerem o esforço fiscal. Se eles não fizerem esforço fiscal, não adianta dar dinheiro. Se já está quebrando... Vou te dar dinheiro e você não vai fazer ajuste nenhum?

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA) – Não é o caso dos que estão quebrados, Senador Omar.

O SR. PAULO GUEDES – Isso, isso.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA) – É dos que estão fazendo o dever de casa corretamente.

O SR. PAULO GUEDES – Isso. Exatamente.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA) – Nós não podemos, por exemplo, pagar pelo erro lá do Rio Grande.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO GUEDES – Exatamente.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA) – Então tem que...

O SR. PAULO GUEDES – Exatamente.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA) – Obrigado.

O SR. PAULO GUEDES – Senador Carlos, a ajuda aos Estados é exatamente isto: PEF. Esse plano já tem 10 bilhões garantidos. E a Lei Kandir é a mesma coisa. Isso tem que ficar para trás. A lei acabou. Nós temos que matar a lei, esquecê-la. Você fala: mas há possibilidade de haver um encontro de contas, tal? Eu não vejo. Eu cheguei agora, cheguei e já me trouxeram as contas. Falaram: "Estão as contas arrumadas aqui, há o passivo fiscal do lado de lá". Eu acho mais importante, de novo, repito, é mais importante nós desenharmos um futuro correto do que nós ficarmos olhando para trás, porque olhando para trás não estamos chegando a lugar nenhum.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Ministro, nesse caso da ajuda aos Estados, os Estados vão ter que oferecer alguma garantia? Eles vão ter que pegar algum ativo para a União? Como é que os senhores estão imaginando essa ajuda?

O SR. PAULO GUEDES – Não, isso é um extra. Isso é um extra. Quer dizer, se você estiver disposto a fazer os ajustes... É engraçado porque eu acho que o pacto federativo resolveria tudo isso, porque, com o pacto federativo, você tem condição de desindexar, desobrigar todas as suas despesas. Então, se você não fizer nada – temos uma inflação de 3% ou 4%, mais um crescimento de 3% ou 4% –, basta você segurar salários, benefícios ou despesas um ano e acabou a crise fiscal; mas hoje, não. Hoje está tudo indexado, não para, é galopante, sobe tudo.

Então, o que nós estamos fazendo é o seguinte: enquanto não houver o pacto, se você fizer ajuste, nós antecipamos o dinheiro. Se você tiver qualquer ativo, nós também antecipamos o dinheiro. Então, o Estado que tiver ativo e disposto a ajuste, em 30 dias, sai das cordas, porque ofereceu um ativo e, ao mesmo tempo, está disposto a fazer um ajuste. A gente tem que resolver isso, senão os Estados vão parar.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Nós precisamos conversar!

O SR. PAULO GUEDES – Vamos sim, viu?, vamos continuar conversando, eu sei da sua boa-fé.

O Senador Cid, o Ministro Cid tinha também um regime até duro de transição para o regime de capitalização. Gostei muito não só do programa como daquele do Mauro Benevides, que preparou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aquele programa, um programa interessante, porque há a capitalização e, ao mesmo tempo, há ali um nocional, uma rede, o mínimo garantido, há vários elementos interessantes.

Então, eu entendo, e não vamos conversar aqui muito sobre previdência, mas eu acompanho o trabalho de vocês lá, o que vocês fizeram com educação no Estado, quer dizer, está aqui o que vocês fizeram com a educação no Estado. Vejo isso no Brasil inteiro. Há gente muito boa em todo lugar...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PAULO GUEDES – Os trabalhos de Chicago, do James Heckman. James Heckman é um PhD de Chicago, Prêmio Nobel de Economia. Vocês fizeram um trabalho semelhante.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PAULO GUEDES – Essa turma é danada. Eles são...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PAULO GUEDES – Tem, tem, tem.

Mas a sua observação quanto aos juros e o Copom é muito interessante pelo seguinte: o que houve? O BNDES foi... Pedalaram o BNDES. Levaram, emprestaram dinheiro para ele fazer os empréstimos que fez etc. Despedalando o BNDES, só puxando de volta o que ele deve para a União e liquidando a dívida, nós vamos liberar 30 bilhões em juros, de despesa de juros. Quer dizer, na verdade, o Governo se endividou e paga 30 bilhões de juros só para carregar, via subsídio, para o BNDES ficar lá com aqueles empréstimos que ele tinha. Nós vamos puxar esse dinheiro de volta, e a despesa de juros da União vai cair 30 bilhões.

Quanto à gente interferir no banco, isso é que é interessante. No Banco Central, o que acontece? Se aprovarmos a reforma da previdência, os juros caem 1% ou 2% e você tem toda a economia que queria. Se você não aprovar a reforma da previdência e baixar os juros meio no empurrão, nós vamos repetir a experiência que a Dilma fez com o Tombini. Ela baixou e ali na frente o negócio imbicou e foi embora.

Então, o grande segredo de ter juro baixo é o Governo falando: "Não preciso de dinheiro, eu não preciso de rentista, eu não vou dar vida mansa para vocês", entenderam? E esse é um objetivo nosso. Eu quero zerar o déficit de caixa este ano. Como eu sei que as reformas não vão entrar ainda, ainda têm que ser aprovadas, leva meses, etc., o compromisso nosso foi justamente o seguinte: "Olha, Salim, vende aí 80 bilhões de estatais; Waldery, segura lá pelo menos 30, 40 bilhões de cessão onerosa", o outro vai não sei onde. Se eu conseguir juntar esses 139, que é o déficit, mesmo que seja vendendo caixa aqui, eu não aumento a minha dívida. Então, eu já dou um sinal para o mercado do seguinte: o que aconteceu depois de 30 anos? O Governo não está aumentando dívida. Houve uma amortização, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

amortização este ano é de 400 bilhões. Amortizei, não girei a dívida, paguei tudo, não estou me endividando, os juros desabam.

Então, nós precisamos mostrar potência fiscal. Por exemplo, se saísse no limite: saiu uma reforma previdenciária de 1,170 trilhão, aprovaram na íntegra, aí o juro desce 2% sem ninguém falar nada. Aprovaram um negócio de 400, 500, o juro fica onde está, vai ficar onde está, olhando e falando: "Isso aí não é potente o suficiente, pode haver um problema ali na frente". Mas melhor do que nada. Cai, cai um pouquinho, cai zero qualquer coisinha. Agora, se o Banco Central, de modo próprio, tentar empurrar sem a política fiscal... E esse foi o drama nosso. Nós estamos com esse drama há muitos anos. Esse foi o grande equívoco nosso. Não tínhamos problema nenhum.

Eu considero que o Brasil está em uma transição incompleta de modelo. Os militares fizeram Telebras, Eletrobras, Siderbras, Portobras, aquelas empresas todas. Aí veio um governo civil e falou: "Quero saúde e educação através dos orçamentos públicos, dar dinheiro para Estados e Municípios, vamos fazer educação, saúde. O trabalho que vocês fizerem em educação lá em cima vamos fazer também em saúde, vamos fazer em saneamento".

O Estado tinha de se transformar, ele tinha de deixar de ser um estado hobbesiano, Estado máquina, investidor, tomando dívida em mercado, juro alto, para ser o Estado social baseado em impostos, que é como é hoje a economia chilena, 20% de impostos só, e não 36%, então os juros são baixos. Agora, esses 20% são na veia. É programa social na veia. Está o dinheiro lá, há a bolsa, o *voucher* de educação, há a bolsa para a família mais pobre, há o auxílio social, que é diferente da aposentadoria.

Quer dizer, então, nós temos como fazer essa síntese. Nós precisamos fazer essa síntese. Essa inimizade, essa competição que é criada no espaço político... Na verdade, na democracia são dois vetores que desenham uma resultante melhor. Então, há uma turma falando assim: "Pô, mas esse juro tem de ser mais baixo". Tudo bem. Gaste um pouco menos.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO GUEDES – Mas como é que eu vou gastar menos? Cortando privilégio. Não tira do pequeno. Tira do grande.

Então, eu acho que essa dinâmica é uma dinâmica saudável, tem acontecido. Eu estou seguro de que a reforma da previdência vai ser aprovada, só que vai ser aprovada com um certo grau. Possivelmente vocês vão tirar de lá o BPC, possivelmente vocês vão tirar de lá o rural, uma coisa assim. Aprovando uma coisa assim, eu não sei ainda o que vocês vão tirar, mas deixando ela ainda consistente, parruda, em torno de um trilhão...

E aí vem uma pergunta também, que foi a última pergunta do Irajá, vou respondê-la primeiro porque ela emenda com isso: por que esse 1 trilhão, por que esse 1 trilhão? É porque esse 1 trilhão dá a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

potência fiscal para você atravessar o rubicão e falar: "Eu vou para a capitalização". Porque a empregabilidade vai explodir. No mundo inteiro, o desemprego entre jovens é quase o dobro do que entre o resto da população, porque o jovem é quem não tem experiência de trabalho ainda, às vezes, não completou os estudos. Então ele e o idoso, o idoso e o jovenzinho são os mais discriminados no mercado de trabalho.

Ora, se você cria um novo regime previdenciário onde os encargos trabalhistas desabam, praticamente desaparecem, onde o mecanismo de acumulação de capital é criado, o mecanismo de fundos, uma nova indústria de acumulação de recursos para investir, o País vai voar, vai aumentar o emprego. É o que aconteceu no Chile. O Chile cresceu nos últimos 20, 30 anos, 5%, 5,5% ao ano em média. O Chile virou um fenômeno. O Brasil era um fenômeno, crescia 7%, 7,5%. O Brasil afundou e o Chile, que era o pato manco, com 5,5%, 30 anos seguidos, com governos de esquerda, todos eles, ninguém ousou mexer no sistema. O sistema era muito bom, capitalizava, fazia crescer e tornou o país com renda *per capita* de US$26 mil. O Brasil tem 15 mil, 16 mil. O Chile virou um país mais rico. Realmente virou um país bem mais rico do que o nosso. E é um país pequenininho. A população é do tamanho da do Rio de Janeiro, do Estado do Rio de Janeiro, da cidade, da grande Rio de Janeiro. Então, é algo que foi feito à base disto: de capitalização, de mais economia de mercado.

Então, esse 1 trilhão não é um número mágico, é um número que nos dá conforto suficiente para ir rumo à capitalização...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO GUEDES – ... o que também vai ser objeto de muito debate no Congresso. Se você aprovar aqui, não quer dizer que, no dia seguinte... Não, vai todo mundo aqui... Como é que vai ser o regime de capitalização? Vai haver ou não vai haver o nocional? Tem que haver uma garantia. E se a capitalização não chegar? Vai haver ou não vai haver o patronal? Eles contribuem ou não no início, já desde o início? Então, isso já é uma outra discussão. Por isso que a gente já desconstitucionalizou, que é para vir aqui conversar: "Ah, não; mas a gente quer deixar na Constituição". Aprovem. Ontem soltaram uma nota dizendo: "Desde que não desconstitucionalizem e desde que tirem o BPC e isso, nós aprovamos". O.k. É uma possibilidade. A bola está com vocês, está certo?

Também as observações do Irajá. O BPC e o rural. O BPC (Benefício de Prestação Continuada) curiosamente não tem muita potência fiscal. Ele foi feito mesmo muito mais para dizer: "Vamos pagar um pouquinho antes de o cara envelhecer". Havia dois objetivos, e um era o seguinte: em vez de o cara esperar 65 anos, comece a pagar aos 60, mas não paga... Se ele tinha o direito de receber R$1.000 a partir dos 65 – R$1.000 é o salário mínimo, arredondando –, se ele tem o direito de R$1.000 a partir dos 65, ele não pode estar pior se você falar: "Olha, eu vou te dar 400 a partir de hoje". Aí vocês falam assim: "E se você fizer só isso?". Então, a gente começou assim: façam só isso então. Aí alguém vira e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fala assim: "Mas se você fizer isso, o cara não vai recolher nunca e prefere não contribuir, porque ele vai se aposentar igualzinho ao cara que pagou...

Porque os dois, quando chegarem a 65, ganharão o salário mínimo". "Ah, não; então, faça o seguinte: empurre-o para 70". Aí, estourou a corda. Você pegar e levar o cara para 70, aí o cara vai estar quase morrendo. Então, deu um desequilibriozinho. A reação foi o contrário do que a gente esperava. A gente esperava uma reação boa porque estava antecipando...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Agora, Ministro, uma pessoa com quase 70 para conseguir o benefício numa zona rural também...

O SR. PAULO GUEDES – É, é, é...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Demora dez anos.

O SR. PAULO GUEDES – Então, eu entendo. Esse tipo de crítica é compreensível, é super-razoável. A gente sabe, entendeu?

Quanto ao rural, como eu expliquei, o número não é grande. É muito mais para a gente ter certeza de que quem está pegando a aposentadoria não pegou num fim de semana um ônibus, foi lá se inscrever e voltou para viver na cidade; é um cara que realmente vive no campo. Porque a população do campo está menor do que a população de beneficiados, há algo errado ali. E também não é tão potente fiscalmente, entendeu?

E, finalmente, crédito. Você falou dos tributos e de créditos a receber; dívida ativa. Nós fizemos dois grandes movimentos. Nós temos um, que é focar no grande devedor e no devedor contumaz. Fizemos um negócio, um movimento não só na previdência, para pegar fraude, mas nós acabamos de fazer uma medida dentro do Ministério da Fazenda, na PGFN (Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional), que vai pegar mesmo, vai voar no cangote...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO GUEDES – ... do devedor contumaz e vai pegar o dinheiro dele. Senão, como é que você pode realmente sair apertando todo mundo e deixar... São algumas dezenas, são 30 ou 40, sempre os mesmos, que transformaram isso em uma indústria.

O SR. IRAJÁ (PSD - TO) – Pelas projeções, Ministro, no curto prazo aí nesse ano, o que seria possível reaver desse crédito? Uma estimativa; a gente sabe que é uma estimativa.

O SR. PAULO GUEDES – Bem, há outra discussão que está acontecendo lá. Como havia um bônus para arrecadação, os caras estavam todos voando em cima, querendo arrecadar um trilhão, mas agora está havendo um questionamento até jurídico sobre se podem ficar pagando esse bônus de desempenho para a Receita. Imagine: a Receita, ela mesma faz a lei, ela mesma corre atrás e pega o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cara, e ela mesma se dá um bônus se arrecadar muito. Fica um negócio tão... E há gente de fora, de outros Poderes, querendo regulamentar isso. E isso é outro rolo para a gente, porque a Receita não gosta que mexam nesse incentivo dela.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO GUEDES – Mas tanto a Receita quanto a Procuradoria-Geral estão muito motivadas para fazer esse número ser um número grande.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Muito obrigado, Ministro.

Quero agradecer ao Ministro Paulo...

O SR. PAULO GUEDES – Eu quero pedir... Eu quero só falar, Presidente... (*Fora do microfone.*)

Eu quero pedir desculpas se em algum momento eu fiquei irritadiço. Sabem o que é? Eu ando cansado. A gente cansa também...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É lógico.

O SR. PAULO GUEDES – ... porque, às vezes, você avança dez metros e, quando vê, levou um balaço de gente que é nossa mesmo. O cara dá um tiro, eu falo: "Espera aí...". Eu estava olhando para o adversário e, de repente, vem um balaço pelo lado aqui, de um cara que era para me escoltar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu quero...

O SR. PAULO GUEDES – Aí, de vez em quando, eu fico nervoso.

E, quando eu entro aqui também, eu já vi umas pelejas aqui, uns combates... A Senadora Kátia é brava. É brava! Quando ela levantou e partiu para cima fora do horário, eu disse: "Pelo amor de Deus, espere aí! Agora, falo eu" – porque, senão, ela me pega aqui e me dá um couro, entendeu?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ministro, nós queremos agradecer...

O SR. PAULO GUEDES – Então eu lamento, eu peço desculpas. Eu acho que não fui ofensivo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não.

O SR. PAULO GUEDES – Eu fui defensivo, disse: "Não; espere aí, é a minha vez! Espere aí, deixe-me falar". Se pareceu que eu fui ofensivo, eu quero pedir desculpas. Vou pedir desculpas a ela, que é uma figura histórica, defende o setor agrícola há muitos anos. Já cansei de vê-la na televisão. Agora, nos últimos dois anos, eu a vi em combate e fiquei com medo mesmo. Quando ela levantou, eu falei: partiram para o ataque antes de eu começar; eu nem falei ainda e já vou ser atacado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outra questão também que foi falada muito aqui é o tempo de falar. Temos que ver o seguinte: cada Senador por quatro, cinco minutos, vezes 60, 70 que havia aqui, isso dá bem mais tempo do que eu falei na defesa, certo?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não... Mas ninguém o atacou!

O SR. PAULO GUEDES – Não, não...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ninguém o atacou.

O SR. PAULO GUEDES – Não, foi ótimo. Eu estou supergrato...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu acho que houve um debate aqui...

O SR. PAULO GUEDES – Pessoal...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... e V. Exa. colocou sua posição. Não houve ataque.

O SR. PAULO GUEDES – Foi muito bom, não houve ataque nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não houve ataque...

O SR. PAULO GUEDES – Não houve ataque nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... nem desrespeito.

O SR. PAULO GUEDES – A única hora em que eu achei que ia ser atacado, eu esperneei e gritei alto para ver se vinha socorro.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, mas aí não há debate.

O SR. PAULO GUEDES – Só gritei alto para ver se vinha socorro.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nós queremos agradecer ao Ministro e aos seus assessores, secretários especiais: ao meu amigo Afif, que está aqui, muito obrigado; e obrigado, Vitor, por essa interlocução que você faz junto ao Ministério da Economia.

O Senador Cid foi unanimemente escolhido para ficar aqui para representar a todos no encerramento.

Quero agradecer à imprensa. Desculpem qualquer incômodo que houve. Da próxima vez, vou pedir para conversar com vocês para saber qual é a melhor forma, mas era impossível a gente ter aqui 200 pessoas como assessores. Se cada Senador trouxer três, quatro – são 30 Senadores passando por aqui –, dá 120 pessoas. Não cabe. A gente tem que ter bom senso na questão, até porque é uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

matéria polêmica, uma matéria que está na pauta brasileira, e às vezes as conversas paralelas prejudicam.

Ministro, primeiro, vou lhe dizer uma coisa...

O SR. PAULO GUEDES – Eu quero agradecer muito ao Senador Omar Aziz, particularmente, pela condução e por, inclusive, baixar a minha bola quando eu fiquei...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não baixei a sua bola.

O SR. PAULO GUEDES – Baixou, bem abaixada.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não...

O SR. PAULO GUEDES – Bem abaixada...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A questão é a seguinte...

O SR. PAULO GUEDES – Bem abaixada. Defendeu a categoria...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, mas não é questão... Não, não...

O SR. PAULO GUEDES – Defendeu a Casa do povo, que é o Senado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor foi convidado pela nossa Casa...

O SR. PAULO GUEDES – É... Como é que pode?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... e a gente tem que dizer. E a Senadora...

O SR. PAULO GUEDES – E foi correto. Foi tudo certo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Quanto à Senadora Kátia, a gente tem embates do ponto de vista político, divergências, mas não do ponto de vista pessoal. Longe disso!

O SR. PAULO GUEDES – Nunca, nunca.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nunca.

Eu quero aqui agradecer, Ministro, e dizer ao senhor: eu já debati com... Eu fui da Comissão de Economia nos quatro anos em que estou como Senador; fui Governador, Vice-Prefeito, Secretário de Segurança, Secretário de Obras... Tudo que um político podia ser na vida, a não ser Presidente da República, eu fui. Deus e o povo do Amazonas me abençoaram com isso. Mas é a primeira vez que eu vejo uma pessoa da área econômica, sendo Ministro da Economia, ter tanta vontade e tanto vigor para defender aquilo que acredita que é melhor para o Brasil. Isso daí é louvável na sua pessoa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E concordo com o senhor: acho que a máquina, a atividade meio do Estado brasileiro é uma irresponsabilidade tamanha... Não se resolve o problema de saúde dentro do Ministério da Saúde; não se resolve o problema da educação...

O SR. PAULO GUEDES – Eu acredito nisso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... dentro desse ministério; resolve-se nos Municípios. É lá que está o problema. Esse custo na atividade meio, o custeio da atividade meio tem tirado muito dinheiro da atividade fim para que a gente faça as políticas públicas.

E mais, eu estava dizendo aqui ao Esteves: os deuses, o universo conspirou a nosso favor em nos ter dado uma educação com qualidade para nos colocar aqui nesta sala, mas conspirou contra milhões de brasileiros que vivem na zona rural, que não tiveram oportunidade, não têm assistência médica, não têm assistência odontológica. Uma mulher morre de câncer de mama sem saber o que é isso, porque ela nunca teve a oportunidade de conhecer um mamógrafo. São essas pessoas que nos preocupam. Ah, os grandes salários, os políticos... Tem que cortar? Tem que cortar. Política não é emprego. E político não é obrigado a ser candidato; ele é porque quer. E, se ele quer, não tem nenhum direito de ter benefícios. Sabe aqueles políticos que chegam e "Ah, estou cansado! Larguei minha família..."? Eu sempre disse no meu Estado: "Não largue a sua família. Ninguém o obriga. Fique com a sua família e deixe outra pessoa ser candidato no seu lugar". Então, político nenhum faz sacrifício nenhum; quem faz sacrifício é o povo trabalhador.

E, quando a gente vê a questão do BPC, da área rural, isso nos assusta, não pela questão eleitoral, porque eleição é nuvem: um dia você está bem, outro dia você está mal. Isso nunca foi permanente.

Ninguém foi permanente na vida pública brasileira. Ninguém! Já houve altos e baixos. O Fernando Henrique Cardoso já foi o grande líder brasileiro; Lula...

O SR. PAULO GUEDES – Gigante!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... Dilma ganhou duas eleições; todos nós já tivemos liderança no Estado, perdemos, retomamos. Mas para essa população que não teve a conspiração dos deuses, do universo a favor dela e depende de pessoas como nós, que estamos aqui em Brasília, para esses a gente tem que ter um olhar diferenciado, sim.

O SR. PAULO GUEDES – Eu concordo. Eu concordo com isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por isso, o apelo que eu lhe faço, Ministro, porque não existe nada, nada que possa fazer...

O SR. PAULO GUEDES – Ainda bem que existem vocês...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... com que a gente prejudique essas pessoas.

O SR. PAULO GUEDES – ... para tirar da proposta...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Muito obrigado.

Está encerrada esta reunião.

Na terça-feira, nós teremos reunião aqui.

(*Iniciada às 14 horas e 23 minutos, a reunião é encerrada às 19 horas e 28 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 8ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 02 DE ABRIL DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e cinco minutos do dia dois de abril de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Omar Aziz, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Mecias de Jesus, Fernando Bezerra Coelho, Confúcio Moura, Marcelo Castro, Marcio Bittar, Esperidião Amin, José Serra, Plínio Valério, Tasso Jereissati, Rose de Freitas, Styvenson Valentim, Oriovisto Guimarães, Major Olimpio, Izalci Lucas, Jorge Kajuru, Veneziano Vital do Rêgo, Kátia Abreu, Alessandro Vieira, Leila Barros, Eliziane Gama, Jean Paul Prates, Rogério Carvalho, Paulo Paim, Otto Alencar, Irajá, Rodrigo Pacheco, Marcos Rogério, Wellington Fagundes, Jorginho Mello, Juíza Selma, Paulo Rocha, Luis Carlos Heinze, Fabiano Contarato e Jayme Campos. Deixam de comparecer os Senadores Luiz do Carmo, Ciro Nogueira, Daniella Ribeiro, Flávio Bolsonaro, Randolfe Rodrigues e Fernando Collor. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência declara aberta a reunião e propõe a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 6ª e 7ª Reuniões, que são aprovadas. Em seguida, comunica aos membros que a comissão recebeu os seguintes documentos para seu conhecimento: Ofício "S" nº 6, de 2019 (nº 461, na origem), de 25 de março de 2019, da Prefeitura de Hortolândia, Estado de São Paulo, informando sobre a instituição de Parceria Pública-Privada daquele Município; e Ofício nº P-120/2019 P.G. nº 1.591/2019, de 08 de março de 2018, da Câmara Municipal de São Bernardo do Campo - SP, encaminhando manifestação da comissão especial da Câmara Municipal de São Bernardo do Campo instituída para o acompanhamento das tratativas sobre a saída da empresa Ford do referido Município. Os expedientes serão encaminhados aos membros da comissão. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei do Senado nº 631, de 2015 - Não Terminativo -** que: "Institui o Estatuto dos Animais e altera a redação do art. 32 da Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998." **Autoria:** Senador Marcelo Crivella. **Relatoria:** Senador Plínio Valério. **Relatório:** Favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 2-CCJ (Substitutivo). Após leitura do relatório, fizeram uso da palavra os senadores Paulo Paim, Otto Alencar, Fernando Bezerra Coelho e Rogério Carvalho. **Resultado:** O presidente da comissão, senador Omar Aziz, concede vista coletiva da matéria, nos termos regimentais. **ITEM 2 - Projeto de Lei do Senado nº 511, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Acrescenta o art. 14-A à Lei nº 4.119, de 27 de agosto de 1962, para dispor sobre duração da jornada normal semanal de trabalho do Psicólogo." **Autoria:** Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** A matéria é retirada de pauta, a pedido do relator, para reexame. **ITEM 3 - Projeto de Lei do Senado nº 466, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para prever a instituição de programa de auxílio financeiro para as famílias de baixa renda que não conseguirem matricular crianças de 0 a 5 anos em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estabelecimentos de educação infantil, bem como a divulgação de lista de espera de interessados em vagas nas referidas unidades." **Autoria:** Senador José Serra. **Relatoria:** Senadora Rose de Freitas. **Relatório:** Favorável ao projeto. Após leitura do relatório, fizeram uso da palavra os senadores José Serra, Otto Alencar, Confúcio Moura, Kátia Abreu, Fernando Bezerra Coelho, Eduardo Braga, Tasso Jereissati, Alessandro Vieira, Mecias de Jesus, Rogério Carvalho e Veneziano Vital do Rego. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto. Vota contrário o senador Confúcio Moura. **Observação:** A matéria vai à Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa. **ITEM 4 - Projeto de Lei do Senado n° 92, de 2018 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre a obrigatoriedade da utilização de materiais biodegradáveis na composição de utensílios descartáveis destinados ao acondicionamento e ao manejo de alimentos prontos para o consumo." **Autoria:** Senadora Rose de Freitas. **Relatoria:** Senador Eduardo Braga. **Relatório:** Favorável ao projeto, com uma emenda apresentada. **Resultado:** A matéria é retirada de pauta, a pedido do relator, para reexame. **ITEM 5 - Projeto de Lei do Senado n° 272, de 2018 - Terminativo -** que: "Veda que a instituição emissora ou credenciadora do cartão de crédito exija exclusividade quanto à antecipação de recebíveis e imponha trava bancária além do volume de recebíveis necessários para garantir a operação de crédito." **Autoria:** Senador Ataídes Oliveira. **Relatoria:** Senador Fernando Bezerra Coelho. **Relatório:** Pela prejudicialidade do projeto (votação simbólica). **Resultado:** A comissão aprova relatório, que passa a constituir parecer preliminar da CAE, pela prejudicialidade do projeto. **ITEM 6 - Projeto de Lei do Senado n° 344, de 2018 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013, para limitar em dois dias úteis o prazo para que o estabelecimento comercial ou prestador de serviço receba os valores da venda com cartão de crédito." **Autoria:** Senador Ataídes Oliveira. **Relatoria:** Senador Otto Alencar. Foi aprovado requerimento para a retirada da Emenda nº 1 Substitutiva, de autoria do senador Plínio Valério. **Relatório:** Pela rejeição do projeto. Após leitura do relatório, fizeram uso da palavra os senadores Jorge Kajuru, Marcos Rogério, Eduardo Braga, Tasso Jereissati, Mecias de Jesus, Rogério Carvalho, Fernando Bezerra Coelho, Oriovisto Guimarães, Kátia Abreu, Major Olímpio, Espiridião Amin e Veneziano Vital do Rego. **Resultado:** A comissão rejeita o projeto, por 19 votos contrários, nenhum voto favorável e nenhuma abstenção. **ITEM 7 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 21, de 2019** que: "Requeremos, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte e a Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo de discutir o alto custo do tratamento e manutenção de indivíduos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no Brasil." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo. **Resultado:** Aprovado o Requerimento nº 21/2019-CAE. **ITEM 8 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 25, de 2019** que: "Requer audiência pública para discussão das Reformas da Previdência e do Sistema de Proteção Social dos Militares." **Autoria:** Senador Major Olimpio. **Resultado:** Aprovado o Requerimento nº 25/2019-CAE. **ITEM EXTRAPAUTA 9 -**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 28, de 2019 que: "Requeiro nos termos do Art. 256, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, retirada da Emenda n°1 Substitutiva, apresentada ao PLS 344 de 2018, que altera a Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013, para limitar em dois dias úteis o prazo para que o estabelecimento comercial ou prestador de serviço receba os valores da venda com cartão de crédito. Requeiro nos termos do Art. 256, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, retirada da Emenda n°1 Substitutiva, apresentada ao PLS 344 de 2019, que altera a Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013, para limitar em dois dias úteis o prazo para que o estabelecimento comercial ou prestador de serviço receba os valores da venda com cartão de crédito. Requerimento de retirada de emenda ao PLS 344 de 2018" **Autoria:** Plínio Valério. **Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº 28/2019 – CAE. **ITEM EXTRAPAUTA 10 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 27, de 2019** que: "Debater o impacto fiscal da proposta do Poder Executivo de reestruturação do sistema de proteção social das forças armadas (reforma dos militares)" **Autoria:** Senador Rogério Carvalho. **Resultado:** Aprovado o Requerimento nº 27/2019-CAE. **ITEM EXTRAPAUTA 11 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 19, de 2019** que: "Requeiro a realização de audiência pública para debater com os setores produtivos o recente posicionamento do Governo Federal no sentido da concordância em abrir mão do tratamento especial e diferenciado no âmbito da OMC em troca do apoio americano para ingresso do Brasil na OCDE, vantagens e desvantagens envolvidas." **Autoria:** Senadora Leila Barros. **Resultado:** Aprovado o Requerimento nº 19/2019-CAE. **ITEM EXTRAPAUTA 12 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 14, de 2019** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PLS 337/2015, que Acresce os incisos XVIII, XIX, XX ao Art. 20 da Lei nº 8036/90 – que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço para permitir a utilização da conta vinculada do trabalhador na quitação de débitos vinculados à imóveis de parentes de primeiro grau." **Autoria:** Senador Fernando Bezerra Coelho. **Resultado:** Aprovado o Requerimento nº 14/2019-CAE. **ITEM EXTRAPAUTA 13 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 26, de 2019** que: "Debater a Proposta de Reforma da Previdência dos Militares, designada de Reestruturação do Sistema de Proteção Social das Forças Armadas. " **Autoria:** Senador Rogério Carvalho. **Resultado:** O presidente da comissão, senador Omar Aziz, declara prejudicado o REQ 26/2019-CAE. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Omar Aziz

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/04/02

(Texto ainda não revisado.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Bom dia. Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas das 6ª e 7ª Reuniões.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas. (*Pausa.*)

Vou esperar mais Senadores chegarem para dar um aviso.

Comunico o recebimento dos seguintes documentos para conhecimento:

Ofício nº 6, de 2019 (nº 461, na origem), de 25 de março de 2019, da Prefeitura de Hortolândia, Estado de São Paulo, informando sobre a instituição de parceria público-privada destinada à modernização do sistema de iluminação pública daquele Município.

Ofício nº 120, de 2019, de 8 de maio de 2018, da Câmara Municipal de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, encaminhando manifestação de comissão especial instituída para acompanhar tratativa sobre o encerramento das operações da empresa Ford naquele Município.

Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 631, de 2015

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Institui o Estatuto dos Animais e altera a redação do art. 32 da Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.

Autoria: Senador Marcelo Crivella

Relatoria: Senador Plínio Valério

Relatório: Favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 2-CCJ (Substitutivo).

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com parecer favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 2-CCJ (Substitutivo).

2. A matéria será apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, em decisão terminativa.

Com a palavra o Senador Plínio Valério, Relator.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM. Para proferir relatório.) – Bom dia a todos; bom dia, Presidente.

Como se trata de um projeto de lei aqui do Senado que está dando – e vai dar – muita polêmica, e é um assunto que diz respeito ao Brasil inteiro, eu quero, primeiro, antes do relatório, Senador e Senadora, fazer uma observação.

No presente momento, aqui na CAE, não se trata de análise de constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade, técnica legislativa, porque quanto a isso já foi, lá na CCJ, aprovado. Então, para a gente não entrar na questão do mérito – e, claro, cada Senador vai poder discutir os itens na questão do mérito –, eu quero dizer que meu parecer é técnico, de um Senador que pertence à Comissão de Assuntos Econômicos. Então, a pergunta aqui

A pergunta aqui é se causa despesa, se impacta o orçamento. Então, a gente se ateve a isso.

Passo agora a ler o relatório.

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 631, de 2015, do Senador Marcelo Crivella, que institui o Estatuto dos Animais e altera a redação do art. 32 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.

Eu vou ler todo porque é pequeno e é bom que a gente leia todo.

Por designação do Presidente da Comissão, veio para a gente.

A proposição é composta de quinze artigos, que dispõem sobre:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

i) objetivos, conceitos e delimitação de aplicação da norma;

ii) direitos dos animais ao bem-estar e obrigações destinadas à guarda de animais;

iii) proibição de práticas consideradas maus-tratos;

iv) infrações e penalidades; e

v) disposições finais e transitórias.

Cumpre salientar que, nas disposições finais e transitórias, o PLS altera o art. 32 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (Lei de Crimes Ambientais), para aumentar a pena do crime de maus-tratos a animais.

Por fim, de acordo com o art. 15, a lei resultante da proposição entrará em vigor decorridos cento e vinte dias de sua publicação oficial.

Nos termos da justificação ao PLS, foi destacado que o texto constitucional reconhece o valor intrínseco conferido aos animais, inexistindo tolerância a atos cruéis, e já seria hora de o País possuir uma legislação que vede a dor, o sofrimento e a lesão moral aos animais.

Como consentâneo, segundo o autor, a proposição assegura a proteção à vida e ao bem-estar dos animais, mediante a tutela estatal e a consideração da sua integridade física e mental como interesse difuso.

O PLS foi distribuído inicialmente à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), e à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), cabendo à última a decisão terminativa.

Portanto, ao votarmos aqui ela vai para a Comissão de Meio Ambiente, onde, então, sim, o projeto será terminativo.

No período de 25/9/2015 a 1º/10/2015, não foram apresentadas de emendas ao projeto.

Por força da aprovação do requerimento de autoria do Senador Telmário Mota, o projeto deve passar por exame da CAE, já que fora apreciado pela CCJ, como falei, seguindo posteriormente à CMA para decisão terminativa.

Em 23/3/2016, foi apresentada a Emenda nº 1, perante a CCJ, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues.

Na 7ª Reunião Ordinária da CCJ, realizada em 30/3/2016, a Comissão aprovou o Relatório do Senador Antonio Anastasia, que passou a constituir o Parecer da CCJ, favorável ao Projeto e contrário à Emenda nº 1, nos termos da Emenda nº 2... Portanto, fez um Substitutivo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não foram oferecidas outras emendas ao Projeto.

Análise.

Compete...

Como não se trata de análise em caráter terminativo, como eu disse...

Oportuno ressaltar, no entanto, que a CCJ já se manifestou pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do projeto na forma da emenda.

No que diz respeito ao mérito, a Comissão opinou pela inclusão da classe Cephalopoda, que possui grande número de espécies cujos indivíduos podem ser considerados sencientes, ou seja, seres com a capacidade de apresentar sensações e sentimentos de forma consciente. Aqui, Presidente e Senadores, que será o debate na Comissão ambiental, lá onde é terminativo. Aqui se dará esse grande embate.

Portanto, estou sempre reiterando que estou me prendendo, reservando à análise técnica no que diz respeito à Comissão de Assuntos Econômicos.

Aí, vem uma série de observações nesse aspecto do mérito. Vou poupá-los disso.

Desse modo, conclui-se que o PLS em análise não implica

Desse modo, conclui-se que o PLS em análise não implica – e aqui está a importância clara do nosso parecer, Presidente – aumento de despesa e/ou redução de receitas públicas, razão pela qual não apresenta quaisquer problemas quanto à sua respectiva adequação orçamentária e financeira, bem como está em linha com o anseio de garantir proteção à vida digna e ao bem-estar dos animais, mediante atuação eficiente da tutela estatal.

Voto.

Sendo assim, opinamos pela aprovação do PLS nº 631, de 2015, na forma da Emenda nº 2, substitutivo que veio da CCJ.

Esse é relatório e o voto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador Plínio Valério.

Em discussão a matéria.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Paim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discutir.) – Eu quero, na verdade, apoiar o relatório do Senador Plínio Valério ao projeto original do Senador Marcelo Crivella no momento em que há tanta agressão à vida, à fauna, à flora, ao meio ambiente, enfim, a todas as áreas.

Eu acho que o estatuto cai no momento certo. Eu sei que haverá um debate profundo. Aprovando nesta Comissão, vai para a Comissão de Meio Ambiente, onde é terminativo.

Só como exemplo, falando da vida, eu li ontem no Plenário, ao fazer um pronunciamento – o Senador Kajuru estava lá – sobre o meio ambiente, vida, enfim... Eu falei das abelhas, mas tem tudo a ver com os animais. Sabem quantas abelhas morreram nos últimos quatro meses no Brasil? Meio trilhão! Isso, na verdade, é uma agressão à natureza que repercute naquele ser mais fraco e que é um termômetro inclusive da vida.

Por isso, esse debate agora do estatuto dos animais, da vida, do meio ambiente vem em um bom momento. Eu sou parceiro para votar favoravelmente e continuar o debate na Comissão de Meio Ambiente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em discussão a matéria.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Se não houver ninguém, eu entro de novo, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Faltam quatro Senadores para dar quórum para a gente votar a matéria.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Então, dá para a gente comentar alguma coisa enquanto chegam os quatro Senadores?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Seria importante, Senador, se V. Exa. tiver oportunidade, fazer um comparativo sobre qual a mudança que está havendo no mérito dessa matéria, que é uma matéria que hoje comove 100% da população. Qualquer pessoa hoje tem um apreço por essa matéria.

A gente se imagina mais jovem, Senador Kajuru, quando a gente não tinha a sensibilidade que temos hoje. A vida nos ensinou a ter sensibilidade. Eu não me imagino matando perdiz lá Rio Grande do Sul, que é um esporte, uma coisa que existe. Mas eu pessoalmente não me imagino mais. Talvez mais jovem eu faria isso com estilingue, com aquelas espingardas de chumbinho ou coisa parecida.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É só a correção do número. É meio bilhão de abelhas, 500 milhões de abelhas morreram em quatro meses.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Hoje, lógico, passado o tempo e com a gente ensinando isso para as crianças a partir deste momento, há outro pensamento sobre essa questão. Todos nós fomos crianças. Quem morou no interior era caçador, era pescador. A gente tem de ter realmente o estatuto que defina...

Então, Senador Plínio, seria importante V. Exa. entrar na questão do mérito

... Plínio, era importante V. Exa. entrar na questão do mérito da lei.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – O.k.

Há uma nota aqui da assessoria técnica que avalia os possíveis impactos desse PLS.

Então, eu falo aqui, Senadores e Senadoras, dos possíveis impactos para que a gente... Isso vai ser discutido lá adiante, no mérito.

Há várias questões que poderão vir a ser suscitadas com a aprovação desse projeto. Por exemplo, o art. 3º estatui que ninguém deverá causar dor ou sofrimento aos animais, com exceção dos casos de controle de zoonoses, controle de espécies invasoras e de ensino e pesquisa científica na área da saúde e o abate de animais para fins comerciais, que será objeto de legislação específica, com a adoção de métodos que minimizem ao máximo possível o sofrimento e a dor dos animais.

O conceito de dor e sofrimento, embora primário, pode vir a não ser uniforme e sua aplicação ser de difícil execução. Esse é um dos pontos, Sr. Presidente.

Há também o conceito de dignidade, Senador Kajuru, de tratamento compatível ao animal de que trata também o art. 3º. Ele não é de aplicação simples no nosso entendimento. Entende-se que esses conceitos são abertos e que a sua aplicação pode levar a significativas discussões com o setor produtivo. Igualmente preocupante para o setor produtivo seria a própria definição de bem estar do animal e o alcance do significado de "promoção da integridade física e bem estar do animal, de modo a assegurar necessidades".

Eu quero lembrar às Senadoras e Senadores que estão chegando e a quem está nos assistindo pela TV Senado que isso aqui é uma análise dos possíveis impactos que esse Estatuto causará, porque não nos cabe, aqui na CAE, discuti-los para votar. O meu parecer foi técnico pela aprovação do Estatuto.

A ampliação da classificação dos animais, por exemplo, pode ter grande interferência nos atuais sistemas produtivos, que passam a ter novas limitações nos termos do próprio projeto. Por exemplo – e aqui é interessante –, a utilização de cercas elétricas ou de dispositivos eletromagnéticos deverá passar por nova regulamentação, porque seria causar considerável dor, sofrimento ou dano e não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

seria desarrazoado, sob essa ótica, imaginar que esses dispositivos poderiam ser proibidos com a nova legislação.

O art. 5º estabelece que todos os animais em território nacional possuem direito à existência em um contexto de equilíbrio biológico e ambiental, de acordo com as peculiaridades das espécies, variedades, raças e indivíduos, e que a integridade física e mental e o bem estar animal são considerados objetos de interesse difuso, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de protegê-lo e prover ações que garantam esse direito.

O abate – a questão que mais vai causar polêmica – de quase todos os animais poderia ser facilmente enquadrado nessa proibição. Ainda que o §2º do art. 3º demande lei específica, imagina-se que, mesmo em ambiente de regulamentação, há a possibilidade de ampliação de custos para o sistema produtivo, que muitas vezes opera com margens apertadas, sobretudo para os agricultores familiares. Por exemplo, a marcação de gado pode vir a ser altamente contestada.

Então, eu acho que esse Estatuto, Senador Paim, ainda vai dar muito o que falar, até ele passar na Comissão de Meio Ambiente, quando, então, nós vamos poder julgar o mérito e essas recomendações.

Isso aqui é a análise dos técnicos mostrando a abrangência disso tudo, Senadores, até que ponto esse Estatuto pode chegar.

Repito sempre que não compete a este Relator entrar no mérito da questão, mas sim na questão técnica.

Eu estou pulando, falando só das principais recomendações.

Esses artigos demandariam a necessidade de criação de novo sistema de logística de transporte de animais de interesse econômico no País; Portanto, esse Estatuto...

em termos de logística de transporte de animais de interesse econômico no País. Portanto, esse estatuto, apesar de ser um clamor nacional, de merecer de todos nós um apoio, vai mexer, sim, com a classe produtora; ele vai mexer, sim, com o abate no Brasil. E a gente precisa estar atento para isso.

A esterilização e outros métodos introduzidos poderiam vir a ser severamente limitados, o que de fato demandaria um debate mais amplo. Eventual proibição de confinamento e de isolamento prolongado do animal poderia ter impacto significativo na produção leiteira de carne de corte em todos os setores.

Presidente, assim que o senhor achar que pode interromper, quando chegarem os Senadores...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não. São importantes essas explicações, Senador Plínio, porque a Comissão de Constituição e Justiça viu a legalidade do projeto e entendeu como legal. E aqui a Comissão de Assuntos Econômicos também não entrar no mérito da questão, mas vê se economicamente é viável ou não é viável.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Isso!

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Eu acho que a Comissão de Meio Ambiente poderá ver esses detalhes que estão aí sendo colocados por V. Exa. É importante ressaltar essa questão que o senhor está colocando, como transporte, marcação do gado, uma série de coisas que afetam realmente a produção. Então, não será aqui nesta Comissão que nós vamos discutir. Mas o alerta que V. Exa. coloca é importante para que se saiba realmente o que nós estamos votando.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Exatamente, porque os técnicos nos alertam aqui, por fim, em síntese, que seria necessário que se ponderasse se o PLS em questão não poderia trazer sérias consequências para a produção do setor agropecuário, o impacto. Aí ele fala do sistema produtivo, que vai impactar, e fala também do sistema de controle dos animais, no trato com os animais, no sistema específico de abate, no sistema de transporte, na logística, no regramento processual. E por aí vai, Presidente.

Eu vi que o Senador vai pedir vista, e é um direito. Eu estou lendo só para... Eu posso, inclusive, tirar cópia desse relatório e mandar...

A minha análise foi favorável ao parecer. Não há como não ser favorável à tramitação do Estatuto dos Animais. Não causa impacto no Orçamento, nem causa despesa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em discussão a matéria.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente, eu analisei esse projeto que é um tanto quanto polêmico. Já tivemos aqui outras discussões em outras matérias correlatas, como foi a PEC da vaquejada e o projeto também de regulamentação... Vou pedir vista, até porque me parece que existe uma análise de ideias um tanto quanto confusas a esse respeito. O projeto fala em marcação dos animais. Eu acredito que alguns defensores, inclusive, desse projeto não se sensibilizam com a castração dos animais, às vezes até sem anestesia, como se faz com os cães por ai afora no Brasil, inclusive, lá no meu Estado, lá na Bahia.

Portanto, eu vou pedir vista para analisar melhor o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou conceder vista coletiva, então.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. *Fora do microfone*.) – Individual.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Individual.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Presidente, ninguém pediu vista coletiva.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas eu posso...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Você pode, mas eu estou pedindo que não, porque eu quero analisar com mais tempo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu posso.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Mas eu estou pedindo mais tempo para analisar.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Mas eu queria pedir também, Senador, vista coletiva.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vista coletiva a pedido do Senador Rogério Carvalho e vista individual para o meu querido Líder...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Não, não! Agora já é coletiva.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu sei. Eu acho que essa questão, por exemplo, que foi colocada pelo Senador Plínio, e V. Exa. chama a atenção, a Comissão aqui não discute o mérito. Nós é que estamos levantando

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu sei.

Eu acho o seguinte: quanto a essa questão, por exemplo, que foi colocada pelo Senador Plínio, para a qual V. Exa. chama a atenção, esta Comissão não discute a questão do mérito disso; nós é que estamos levantando isso.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Presidente, vamos ter que discutir o mérito. Sabe por quê?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Será discutido na Comissão de Meio Ambiente.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Um projeto como esse, se aprovado, vai levar a uma análise da questão dos esportes equestres. Nós aprovamos aqui uma PEC!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Esse esporte equestre no Brasil hoje emprega 1,2 milhão de trabalhadores. O negócio do cavalo, hoje, é um negócio que envolve mais de R$2 bilhões no Brasil. Então, votar a favor de um projeto desses é colocar em xeque hoje os esportes equestres.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Mas, Senador Otto...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Emprega o vendedor de picolé, o veterinário, o que produz ração, o que produz a sela, o baixeiro, a ferradura dos animais. Enfim, é uma coisa que vai desempregar muita gente se for feita.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Mas, Senador Otto...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Esse projeto é mais uma tentativa...

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Por isso é que eu alertei...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – ... de se criar um problema na vaquejada.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Por isso é que eu alertei no relatório. Mas a mim não compete discutir isso na CAE, na Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Mas há uma questão econômica nisso.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Eu alertei para o problema que vai causar, para a gente discutir. Mas o parecer causa despesa? Não. Impacta o orçamento? Não. Então, sou favorável, embora eu discorde de muita coisa no mérito.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Mas, se impacta a geração de emprego e renda, tem que se analisar na CAE, na minha opinião.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Mas nós estamos falando de despesas públicas, de orçamento. Não estamos falando dessa questão...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Isso vai para a Comissão de Meio Ambiente?

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Isso! É lá que é terminativo, Senador Otto. Na Comissão de Meio Ambiente, é que será terminativo. Aqui, são assuntos econômicos.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Na de Meio Ambiente, é terminativo?

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Na de Meio Ambiente. Pelo menos é esse o regimento.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Mas qual impacto no meio ambiente que vai haver se...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Eu queria vir ao socorro do Senador Otto Alencar. Essa matéria foi votada no Plenário do Senado em relação aos esportes equestres. Então, é uma decisão do Senado soberana.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E, a pedido do Senador Otto, eu votei a favor.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Pois é, há uma decisão do Senado. É uma PEC que, inclusive, foi analisada no Supremo Tribunal Federal. Ela foi considerada mantida, constitucional. Então, essa é mais uma tentativa de um projeto desses...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas, quando nós votamos isso, só foi a questão equestre. Agora, nós estamos falando do Estatuto dos Animais, que abrange, inclusive, esse aspecto.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Presidente, não é a primeira vez que se apresenta projeto de lei aqui para, de alguma forma, levar em consideração o que já foi julgado neste Senado, no Plenário do Senado, de forma majoritária, como a questão dos esportes equestres. Então, essa é mais uma tentativa de se conseguir de alguma forma criar essa dificuldade para quem vive do campo, para quem hoje gera mais de 1,2 milhão de empregos, como ocorre no negócio do cavalo, no Brasil inteiro, inclusive no Rio Grande do Sul, do meu amigo e Senador Paulo Paim. Lá temos o nosso cavalo crioulo e várias modalidades.

E há outra coisa: o que acho interessante é que nenhum desses defensores vem aqui justificar o que, na minha opinião, é o maior dos maus-tratos que se pode fazer a um animal, que é a castração do animal, como se faz no Brasil inteiro. As carrocinhas pegam os cães e os castram sem anestesia. Eu pergunto: isso são maus-tratos? Sim. Mas os defensores, os que apoiam esse projeto não consideram que esses são maus-tratos, porque estão relacionados, muitas vezes – não são todos – com os *pets*, com o comércio de *pets* e de medicamentos, por aí afora. Muitas vezes, eu já vi isso.

Agora, querer levar um projeto desses à aprovação no Senado Federal – e já há uma PEC que foi aprovada de forma majoritária no Senado Federal –, para desconstituir isso, é um absurdo! Por isso, eu pedi vista. Eu vou fazer um substitutivo à matéria pela rejeição.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Sr. Presidente...

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Sr. Presidente...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente, eu queria só fazer um comentário, porque

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Sr. Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Sr. Presidente...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Sr. Presidente...

Eu queria só fazer um comentário, porque aqui também se abre espaço, Otto, para as questões religiosas, o que é outro problema.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. *Fora do microfone.*) – Mas agora, recentemente, o Supremo já decidiu.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Já decidiu, mas aqui se diz assim: "a explicitação da vedação de maus-tratos em práticas culturais". Em "práticas culturais" se incluem as questões religiosas.

Por isso, vista coletiva.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou conceder vista coletiva e vou passar a uma matéria, a do item 6, que é terminativa e precisa de quórum qualificado, para depois a gente retornar à pauta normalmente.

Senador Otto, item 6. V. Exa. é o Relator do item 6.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou passar a ela enquanto nós temos quórum.

Foi concedida vista coletiva do parecer do Senador Plínio Valério.

ITEM 6

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 344, de 2018

- Terminativo -

Altera a Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013, para limitar em dois dias úteis o prazo para que o estabelecimento comercial ou prestador de serviço receba os valores da venda com cartão de crédito.

Autoria: Senador Ataídes Oliveira

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: Pela rejeição do projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

O senador Plínio Valério apresentou a emenda nº 1 - CAE (substitutivo).

V. Exa., Senador Otto.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente, eu vou atender aqui ao pedido do nobre Senador Esperidião Amin e vou relatar esse projeto sob anestesia, mas não é anestesia...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador, havia uma emenda do Senador Plínio, mas ele mandou um ofício aqui retirando a emenda dele, está bem?

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Está bem. Agradeço ao Senador Plínio.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em votação o requerimento...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Eu vou relatar sob anestesia, mas não é geral, não; vou fazer um bloqueio. Vou fazer um bloqueio, um Cullen-Campf na supraclavicular.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Deixe-me botar em votação este requerimento.

ITEM 9

REQUERIMENTO Nº 28, de 2019

- Não terminativo -

Requeiro nos termos do Art. 256, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, retirada da Emenda n°1 Substitutiva, apresentada ao PLS 344 de 2019, que altera a Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013, para limitar em dois dias úteis o prazo para que o estabelecimento comercial ou prestador de serviço receba os valores da venda com cartão de crédito. Requeiro nos termos do Art. 256, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, retirada da Emenda n°1 Substitutiva, apresentada ao PLS 344 de 2019, que altera a Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013, para limitar em dois dias úteis o prazo para que o estabelecimento comercial ou prestador de serviço receba os valores da venda com cartão de crédito. Requerimento de retirada de emenda ao PLS 344 de 2018

Autoria: Senador Plínio Valério

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Posso falar, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Aqueles que...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Plínio.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Essa retirada a que se refere o requerimento é o típico caso do diálogo e do convencimento. No primeiro minuto, eu pensei que beneficiaria ao consumidor, aos micro e apresentei a emenda. Depois, em conversas com técnicos e ouvindo todos, cheguei à conclusão de que, pelo contrário, é pior. Daí a retirada. Ela beneficiaria muito mais a quem tem dinheiro do que a quem não tem, e a gente está aqui para ajudar quem precisa ser ajudado. Daí a retirada.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em votação o Requerimento 28, de 2019.

Aqueles que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Senador Otto Alencar.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Para proferir relatório.) – Eu quero, primeiro, agradecer. Entendo a posição do Senador Plínio. Ele pensa exatamente como eu penso.

Esse projeto, Sr. Presidente, o PLS nº 344, de 2018, de autoria do Senador Ataídes de Oliveira, vem a esta Comissão, que está com a competência para analisá-lo. Nós o analisamos e ouvimos, inclusive, vários segmentos da sociedade, sobretudo os mais interessados, que são os usuários do cartão de crédito, que são explorados permanentemente no Brasil, em detrimento até do

permanentemente no Brasil, em detrimento até dos seus interesses de que tenha a condição de juros pelo menos de mora.

Nós ouvimos, inclusive, o Banco Central, que é favorável ao meu relatório, e representantes dos usuários de cartões de crédito. Para fazer esse relatório, nós ouvimos muitas pessoas para chegar a um relatório que fosse sintonizado com o interesse daqueles que necessitam e fazem uso do cartão de crédito e também de todos os comerciantes.

Portanto, nosso relatório vem depois de muita audição de vários segmentos interessados nessa matéria.

O Senador Ataídes Oliveira, na justificação, argumenta que o projeto foi fruto da CPI do Cartão de Crédito, que ele presidiu. Nas audiências da CPI, ficou claro que o Brasil tem um modelo de mercado de cartões de crédito único no mundo. Segundo o Senador Ataídes Oliveira, em todos os países o estabelecimento comercial recebe o valor de suas vendas no D+1 ou, no máximo, D+2, um dia mais um ou um dia mais dois.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A proposição tem o objetivo de corrigir essa anomalia existente no mercado de cartões de crédito do País. Alega que o lojista e o prestador de serviços têm que esperar 30 dias para receber o valor correspondente à venda realizada por meio do cartão de crédito. Na linguagem de mercado, os recursos são transferidos para D+30.

A matéria foi distribuída para esta Comissão em decisão terminativa.

Durante o prazo regimental houve a apresentação de uma emenda do Senador Plínio, que agora a retirou.

Na nossa análise, nos termos dos incisos I e III do art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal, a CAE tem a competência para apreciar esta matéria.

Acerca da técnica legislativa, o projeto observa as regras previstas na Lei Complementar nº 95, de 29 de fevereiro de 1998, com as alterações promovidas pela Lei Complementar nº 107, de 26 de abril de 2001.

O meio para dispor a matéria mostra-se adequado, pois não é exigida lei complementar para essa matéria. Não se trata de assunto afeito à organização do sistema financeiro, caso em que o art. 192 da Constituição exige lei complementar para tratar a matéria. Refere-se tão-somente a aspecto de uma forma específica de pagamento, o que dispensa a exigência de lei complementar.

Dessa forma, o PL é justificadamente válido.

Sob o aspecto formal, não há óbices constitucionais ao projeto em análise, pois, nos termos do inciso VII do art. 22 da Constituição Federal, compete à União legislar sobre política de crédito e, conforme estabelece o art. 48, XIII, da Carta Magna, cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especificamente sobre matéria financeira, cambial e monetária, instituições financeiras e suas operações.

Ademais, o assunto em tela não figura entre as competências privativas do Presidente da República previstos no art. 61 e 84 da nossa Carta Magna, não havendo restrição à apresentação da matéria por Parlamentar.

Também não há impacto financeiro e orçamentário a ser apontado na tramitação desse PLS.

Quanto ao mérito, a proposta visa a beneficiar o lojista. No entanto, entendemos ser uma medida que prejudica não apenas o lojista, como o próprio consumidor e toda a cadeia produtiva que se baseia no instrumento do cartão de crédito para efetuar as vendas, além de prejudicar novos entrantes no mercado de cartões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando esteve aqui o ex-Presidente do Banco Central Dr. Ilan – o Presidente agora é o Roberto Campos Neto –, nós questionamos aqui sobre essa questão de

O Roberto Campos Neto. Nós questionamos aqui essa questão de se ampliar a oferta de crédito com outros instrumentos de crédito, ou seja, que novas empresas pudessem entrar no mercado, porque é uma coisa muito restrita. Cincos bancos no Brasil dominam 82% de todo o crédito ofertado: Bradesco, Itaú, Santander, Caixa Econômica e Banco do Brasil. Outros bancos estrangeiros que trabalhavam no Brasil deixaram o Brasil. O HSBC, por exemplo, foi comprado pelo Bradesco, só para citar um caso além de tantos outros que saíram pelo monopólio que se deixou estabelecer no Brasil e que agora, no questionamento que eu fiz aqui ao Doutor Roberto Campos, eu solicitei que ele tomasse as providências para democratizar, para abrir esse mercado, para que a competição pudesse oferecer a quem toma o dinheiro um juro menor do que está se praticando agora. Esta questão da SELIC em 6.5 é uma falácia, porque o cartão de crédito está em 324% ao ano.

Portanto está aqui, este relatório é para defender quem usa o cartão de crédito. O Brasil precisa tomar essa providência e eu espero que isso possa acontecer.

A medida atual do cartão de crédito no Brasil é um evolução do antigo carnê de prestação de clientes da loja, que pagava as prestações todos os meses. Trata-se de um modelo de venda que facilita especialmente a venda de produtos com maior valor agregado, e que está associado ao pagamento, da mesma forma parcelado, aos fornecedores dos lojistas. Ou seja, há uma cadeia de produção que se baseia no crédito ao consumidor final para viabilizar a produção e a venda final.

No caso, o pagamento do cartão de crédito, mesmo em uma parcela apenas, apenas replica essa estrutura de pagamento diferido pelo cliente da loja à loja, por meio da intermediação do cartão magnético. Não há cobrança direta de juros, por dois aspectos. Primeiro, porque a estrutura da operação subjacente junto aos fornecedores da cadeia produtiva é montada com prazo de pagamento que permite o deferimento do recebimento da venda mercantil. Segundo, porque o preço ao consumidor também pode embutir eventual custo financeiro envolvido, estando incluso no preço final da venda.

O PLS quer modificar essa estrutura organizacional do comércio brasileiro, em que o lojista e a cadeia produtiva subjacente financia o prazo de pagamento do seu cliente. A alternativa é que o banco financie o cliente, mas cobrará a conta de alguém — provavelmente o titular do cartão como acontece na maioria das vezes.

A questão é, portanto, quem arcará com custo financeiro derivado de novo prazo, em que o banco intermediário terá que captar recursos para adiantar o pagamento ao estabelecimento comercial antes de receber do titular do cartão. Alguém vai ter que financiar o pagamento à vista ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

lojista, enquanto o consumidor paga até 40 dias da data da compra, dependendo da data de fechamento de sua fatura mensal do cartão.

Isso porque haverá um descasamento entre o recebimento do cliente e o pagamento ao lojista, gerando um pagamento a descoberto ao lojista, que é preciso ser coberto, ou diretamente pelo consumidor, pagando juros em cada compra a crédito ou pelo banco intermediário, que precisará captar recursos para pagar ao lojista, recursos que custam juros. Em outras palavras, no caso da redução da média de pagamento, o estabelecimento com comercial de 30 para 2 dias, ocorrerá o descasamento médio de 28 dias entre a data em que o banco estará pagando-o e a data que receberá do cliente titular do cartão de crédito.

e a data que receberá do cliente titular do cartão de crédito.

Com essa diminuição do prazo para dois dias, muito provavelmente as instituições financeiras cobrarão tarifas ou juros nas compras com cartão de crédito entre a data da transação comercial e a data da fatura, e o usuário do cartão de crédito passará a pagar com o cartão no modo débito. Com isso, não haverá mais o pagamento a crédito pelo cartão na forma atual, que propicia ao cliente pagar a fatura em até 40 dias da data da compra, dependendo da data de emissão de sua fatura. O cartão de crédito passará a ser mero instrumento de crédito.

Nesse caso, entendemos ser significativo o risco deletério para as vendas do varejo brasileiro e todas as cadeias produtivas subjacentes.

A tendência é que tenhamos aumento de custo para o usuário do cartão na função crédito ou até mesmo aumento dos juros para os usuários em outras modalidades, na forma de subsídio cruzado (quando uma operação custeia outra).

A medida também afeta o modelo de negócios das empresas credenciadoras de cartões. No modelo vigente, os estabelecimentos comerciais menores fazem a antecipação dos recebíveis de cartão de crédito junto às credenciadoras – as donas das "maquininhas" –, constituindo importante fonte de receita para muitas credenciadoras. Por isso, mexer no prazo teria impacto no modelo de negócios dessas empresas.

A eventual imposição legal também pode levar a efeitos negativos sobre a concorrência no setor de cartões do País. Esse cenário onde o pagamento ao lojista acontece dois dias depois da venda, novos entrantes e pequena emissoras de cartões não bancárias como as *fintechs* têm menos condições de financiarem o custo desse capital necessário para pagar os lojistas antes do pagamento do titular do cartão. Além disso, suas condições de crédito são menos vantajosas do que a dos bancos grandes. Ao contrário dos grandes bancos emissores de cartões - que têm caixa -, essas empresas precisariam ir a mercado para se financiar e poder pagar o lojista. Nesse contexto, algumas empresas da indústria de cartões de crédito poderiam se tornar economicamente inviáveis, caso se obrigue uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

redução no prazo de pagamento aos lojistas. Corre-se o risco, nesse caso, de inviabilizar a incipiente competição e a inovação nesse setor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em discussão...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Não terminei, Sr. Presidente. Ainda estou sob anestesia. Tenha calma.

Entendemos haver uma problemática ampla derivada de eventual...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Otto hoje está baiano.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Hein?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Hoje tu estás baiano mesmo. (*Risos.*)

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Entendemos haver uma problemática ampla derivada de eventual aprovação desse PLS. Ademais, o Banco Central está estudando a questão junto com as instituições financeiras, até como resposta às conclusões da recente CPI dos Cartões conduzida em 2018 neste Senado, devendo equacionar algum ajuste regulamentar ao setor a esse respeito.

Hoje eu tive, pela manhã, uma reunião com o diretor de institucionais do Banco Central, que entende perfeitamente as razões que são aqui apresentadas por nós.

Além disso, não é o caso de lei para dispor sobre esse limite para o ressarcimento aos estabelecimentos comerciais, que pode ser estabelecido diretamente por Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN), com base na Lei nº 4.595, de 1964, como em relação a diversos outros assuntos específicos sobre o sistema financeiro nacional. E também, a Lei 12.865, de 2013, estabelece o Banco Central do Brasil como responsável...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, Senador Otto. Na última reunião aqui eu quase

responsável, respeitadas as diretrizes estabelecidas...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, Senador Otto.

Na última reunião aqui, eu quase tive um problema, porque eu limitei o número de pessoas aqui dentro. Você vê que é impossível a gente trabalhar desse jeito, com a quantidade de pessoas conversando nas laterais.

Aí, para a gente não ser deselegante, eu vou pedir para vocês fazerem um pouquinho mais de silêncio, para que a gente possa ouvir o relatório do Senador Otto, senão ninguém consegue ouvi-lo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – É, e eu estou procurando falar grosso, Presidente.Tomei um engrossante agora de manhã.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu sei, você fala grosso sempre. Baiano é assim mesmo.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Eu tomei um engrossante, de manhã cedo, com limão, pinga com limão, para vir fazer esse relatório aqui. Uma batida de limão e botei uma canela dentro ainda, para melhorar a garganta.

Com relação a diversos assuntos específicos do sistema financeiro nacional. E também, a Lei 12.865, de 2013, estabelece o Banco Central do Brasil como responsável, respeitadas as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional, por disciplinar os arranjos do sistema de pagamentos e transferência de valores monetários por meio de dispositivos móveis.

Portanto, não é desejável que o Congresso Nacional tente interferir nesse arranjo através de proposições legislativas que determinem o prazo de pagamento aos lojistas.

O voto.

Ante o exposto, manifesto voto pela rejeição do PLS nº 344, de 2018.

Esse é o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Kajuru.

Em discussão a matéria.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Obrigado, Presidente Omar Aziz.

Senhoras e senhores, V. Exas., de forma objetiva, o presente Projeto de Lei, de autoria do Senador Ataídes Oliveira, propõe, então, limitar em dois dias úteis o prazo para que o estabelecimento comercial ou prestador de serviço receba valores da venda com o cartão de crédito.

Essa proposta que traz, aparentemente, um benefício para o pequeno comerciante, um elo importante na cadeia de consumo da população brasileira, foi, então, aqui, agora apresentada e contraditada pelo nobre Relator Senador Otto Alencar.

Em sua análise, o Relator argumenta que o resultado dessa medida seria um aumento na cobrança de tarifas e juros nas operações de crédito e um eventual estímulo – eventual – para a utilização do cartão de débito, representando também um risco para as vendas de varejo e das cadeias produtivas subjacentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A medida, então, pode, eventualmente, aumentar a concentração bancária, eliminando, assim, uma nascente concorrência, aumentando o poder dos grandes bancos. Isso implica também numa desestruturação de um mercado de cerca de 10% do PIB.

Por fim, o relator argumenta, com honesta propriedade, que cabe ao Conselho Monetário Nacional estabelecer as normas para esse mercado e que não cabe ao Poder Legislativo estabelecer normas para o complexo mercado financeiro.

Por todos esses motivos, eu acompanho o voto do relator, manifestando-me, Presidente Omar, contrário a esta proposição inicial.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em discussão ainda, o Senador Marcos Rogério.

Depois, o Senador Mecias de Jesus.

Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu inicio ressaltando aqui a

Eu inicio ressaltando aqui a qualidade e o acerto do voto do eminente Relator, Senador Otto, que, com a cautela que o tema exige, apresentou um voto na direção com a qual eu também concordo.

Esse projeto propõe limitar, como já referido aqui também pelo Senador Kajuru, em dois dias úteis o prazo para que o estabelecimento comercial prestador do serviço receba os valores com venda de cartão de crédito.

Quanto ao ideal de fazer o dinheiro girar mais rápido, oferecer capital de giro ao comerciante, ao empreendedor, tudo certo, eu acho que é uma boa ideia.

Ao comparar práticas de outros países e querer adotar no Brasil, o problema é comparar o Brasil com outros países quanto ao juro, porque, se você tem um modelo que é mais eficiente, que oferece respostas mais assertivas para o empreendedor em outros países, e quer importar a ideia, associado a essa ideia também deveríamos adotar as taxas de juros praticadas lá fora.

Indago: é o que estamos a construir aqui? É o que propõe o projeto de lei? Não. O projeto de lei não propõe isso. Ele tenta trazer o que seria uma solução para o capital de giro do empreendedor, mas alguém vai pagar a fatura, vai pagar a conta, esse preço, esse custo da antecipação vai para alguém. E alguém tem dúvida de que quem vai pagar isso é o usuário do cartão de crédito?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, importar ideias boas faz bem quando elas vêm completas. Agora, com todo respeito mesmo a boa intenção do Senador que apresentou a proposta, parece-me ser algo que vai trazer mais prejuízos ao consumidor do que soluções para o mercado.

Então, com essas brevíssimas ponderações, eu acompanho o eminente Relator nas conclusões que apresenta em seu voto pela rejeição do projeto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador Marcos Rogério.

Aqui ao meu lado, a Deputada Joana Darc, do Estado do Amazonas, que é uma liderança na proteção dos animais e que veio hoje aqui acompanhar a votação do Estatuto dos Animais, mas foi dada vista coletiva. Ela é uma pessoa do nosso Estado que tem uma representatividade muito grande e se elegeu Deputada com esta bandeira de proteção dos animais. Por isso, a presença dela aqui hoje. Honra-nos muito a sua presença aqui por saber do seu trabalho, no Estado do Amazonas, em relação à proteção dos animais. Seja bem-vinda a esta Comissão.

Senador Mecias.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR) – Sr. Presidente, tendo em vista que a matéria já foi bastante discutida aqui, com um brilhante relatório da lavra do Senador Otto Alencar, mas ainda me causa algumas dúvidas. Portanto, eu gostaria de requerer vista do presente projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Eduardo Braga, eu vou colocar já em...

Eu vou ouvir o Senador Eduardo Braga, o Senador Fernando Bezerra, o Senador Rogério e depois eu coloco em votação o seu pedido de vista só para...

Eu vou conceder a vista coletiva para que a gente volte na semana que vem. Aliás, na semana que vem, nós vamos ter uma audiência pública por proposta do Major Olimpio para discutir a questão da previdência, e também do Senador Rogério,

previdência e também do Senador Rogério. E depois, Major Olimpio e Senador Rogério, queria que vocês dois se sentassem para ver os convidados, porque vocês têm que acertar aí para nós não termos dez convidados, termos quatro, para poder fazer o debate, senão a gente não consegue fazer o debate. Vocês podem fazer esse favor para a Comissão? Acertar aí os convidados, para que a gente possa fazer um debate dinâmico em relação à previdência dos militares, que é uma proposta feita pelo Senador.

Senador Eduardo Braga.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Para discutir.) – Bem, Sr. Presidente, primeiro cumprimento V.Exa., cumprimento nossa Deputada Joana D'Arc, que como bem V.Exa. disse, é uma Parlamentar que tem um compromisso com a causa de proteção dos animais, se elegeu Vereadora com essa tese, se elegeu agora, muito bem votada, Deputada Estadual, também defendendo essa tese, e que vem hoje a esta Casa exatamente acompanhar a votação de um importante projeto, que eu tenho certeza de que na próxima semana...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fazendo soar a campainha*.) – Um minutinho, Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por favor, pessoal, é impossível a gente... Aí o Senador vai ter que aumentar a voz para que a gente possa ouvi-lo. E aí vai ficar uma disputa de quem fala mais alto. (*Risos.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Então, agradecendo a V.Exa., mais uma vez cumprimento-a pela sua presença. É uma alegria recebê-la aqui no Senado.

Mas, Presidente, indo ao caso em espécie, relatado pelo Senador Otto Alencar, eu confesso a V.Exa. que aquele provérbio que diz que a água só corre na direção do mar é uma verdade. Primeiro, porque o sistema financeiro e o sistema de cartão de crédito neste País são o sistema que mais lucro aufere na nossa economia. A gente até não compreende como é que os bancos estrangeiros foram embora do Brasil, se os bancos têm tanto, tanto lucro a cada três meses, como nós temos visto os bancos apresentarem lucros absurdamente altos.

Agora, na hora em que a gente vai fazer um projeto de lei que visa defender o consumidor, nós esbarramos na seguinte ameaça: quem vai pagar por isso? E sempre a corda arrebenta do lado mais fraco. Veja, se você atrasa um cartão de crédito, os juros que eles te cobram são de mais de 300%; se você usa o financiamento do cartão de crédito, eles te cobram juros de mais de 200%. Mas o coitado do vendedor, o coitado daquele que emprega o seu dinheiro para fazer o capital de giro, que gera emprego no comércio, no varejo etc., este, para poder vender com cartão de crédito, tem que esperar trinta dias para poder receber e ainda paga um comissionamento para o cartão de crédito.

Mas eu sou obrigado a reconhecer que o...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – E o imposto sobre serviço vai para Barueri.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – E esse imposto sobre serviço muitas vezes vai para Barueri ou para outros Municípios que têm alíquota muito baixa, muito baixa. Portanto, há uma guerra fiscal, inclusive, sobre o ISS, para poder receber esses tributos gerados pelo cartão de crédito.

Portanto, Sr. Presidente, é absolutamente desequilibrado esse sistema. Cabe, portanto, e aí eu sou obrigado a reconhecer a forma correta do relatório do nosso Senador Otto Alencar, como sempre, porque ele visa exatamente dizer o seguinte, em outras palavras: cabe ao Banco Central baixar uma resolução que possa fazer com que o consumidor não seja prejudicado e com que o lojista, que gera emprego, que corre o risco do seu capital para poder abrir o seu negócio, não seja penalizado. E aquele que faz atividade-meio, que é do financiamento, no caso o cartão de crédito, não penalize nem o seu usuário, ou seu cliente, muito menos o empresário, usuário ou seu cliente, muito menos o microempresário, que muitas vezes é obrigado a se curvar diante disso. Portanto eu quero dizer que o meu parecer, com essas ressalvas, é no sentido de que o Banco Central precisa ter uma resolução. Aliás, no final do ano passado, ele baixou uma resolução com relação aos recebíveis, mas ele precisa, é urgente que se faça uma pressão sobre o Banco Central para que o Banco Central baixe uma resolução e controle efetivamente esses cartões de crédito, porque sinceramente, Sr. Presidente, o brasileiro não aguenta mais pagar juros e pagar comissões no sistema financeiro. Quem beneficia com isso lamentavelmente são sempre os banqueiros e nunca o comércio, nunca o consumidor, mas reconhecendo o mérito do relatório do Senador Otto e ainda, Sr. Presidente, vendo que inclusive a associação Proteste, que é uma associação ligada ao consumidor, apresenta um relatório que foi encaminhado a V. Exa., pedindo que nós não cometêssemos aqui a aprovação desse projeto de lei com medo de serem prejudicados. Não é que eles não sejam a favor. Eles têm medo é que eles paguem a conta.

Portanto eu voto com o relatório do Senador Otto, fazendo um apelo a V. Exa. que esta comissão possa emitir um documento ao Banco Central, recomendando ao Banco Central que tome providências com relação a essa resolução.

Diante disso, Senador Mecias, eu queria fazer um apelo a V. Exa., porque, tal qual V. Exa. e também o Senador Tasso, no sentido de que tendo em vista... Não, eu acho que o Tasso não pediu vista não. Foi o Mecias. Portanto queria fazer um apelo, porque acho que o que nós poderíamos, Senador Mecias, avançar era se esta comissão fizesse diligência junto ao Banco Central para que nós pudéssemos ter uma decisão que seja vencedora tanto para o consumidor, tanto para o empresário, o pequeno e o microempresário que é quem mais sofre com isso, como também desse uma normatizada e uma transparência nessa relação cartão de crédito, sistema financeiro e consumidor.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Só um minutinho. Amanhã, às 8h30, a Comissão de Assuntos Econômicos foi toda convidada para estar com o Presidente, tomar café com ele. Eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mandei avisar todos os gabinetes. 19 Senadores e Senadoras já confirmaram a presença. Mas eu estou convidando tanto os titulares da Casa como os suplentes também para estarem presentes. E a gente pode até debater este assunto amanhã com o Presidente do Banco Central.

Estão inscritos – só um minutinho, Senador Amin – o Senador Fernando Bezerra, o Senador Rogério, o Senador Oriovisto, o Senador Major Olimpio, o Senador Amin... Você vai falar também? Senador Tasso, por favor

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – Só para fazer um esclarecimento. De fato eu não pedi vista. Pelo contrário, concordo *ipsis litteris* com o relatório do Senador Otto. Apenas, diante do pedido de vista, eu pedi vista coletiva para o andamento mais rápido.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente, só para uma informação rapidinho. Hoje, pela manhã, eu tive a preocupação de ter uma reunião com o Diretor Institucional do Banco Central sobre este assunto. O Banco Central concorda plenamente com o meu relatório.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Senador Fernando Bezerra, depois Senador Rogério. Nós temos aqui inscritos seis Senadores para debater esta matéria. Foi pedida vista pelo Senador Mecias

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Presidente, esse projeto apresentado que foi relatado pelo Senador Otto Alencar

Esse projeto apresentado, que foi relatado pelo Senador Otto Alencar, é fruto do trabalho da CPI dos Cartões de Crédito, que foi presidida pelo Senador Ataídes e relatada por mim. Houve, digamos, uma divergência que nós não conseguimos superar: o Senador Ataídes considerava que todas as propostas deveriam ser trazidas para a lei, e nós defendíamos, como continuamos defendendo, que esse é um trabalho que tem que ser tradado em nível da legislação infralegal, através das resoluções do Banco Central. Inclusive, outro item da pauta, que é o item 5, a matéria está prejudicada justamente porque o Banco Central está atendendo as recomendações da CPI. Foi estabelecido um prazo de seis meses após as conclusões dos trabalhos da CPI para o Banco Central fazer uma avaliação dos avanços que nós obtivemos com o trabalho da CPI. Essa questão dos recebíveis já está superada. Por isso é que o projeto que eu vou relatar já está prejudicado.

E nesse caso específico para redução do prazo de 30 dias para 2 dias, essa é uma matéria que não é consenso no mundo. Alguns países trabalham com 20 dias, 19 dias, outros com 2 dias. E aqui, no caso do Brasil, é importante a gente dar um espaço para que, de fato, exista competição, e a competição que está ocorrendo é aquela trazida pelas FINTECs, que estão apenas se iniciando nesse mercado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, eu apoio 100% o relatório do Senador Otto Alencar, renovo aqui o apelo ao Senador Mecias para ele desconsiderar o pedido de vista, para que a gente possa aprovar, tendo em vista as manifestações que aqui ocorreram. Que a gente possa aprovar o relatório do Senador Otto Alencar ainda na sessão de hoje.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Rogério!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Com a palavra o Senador Mecias, que pediu uma questão.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, o meu pedido de vista... Esse projeto tramita aqui no Senado desde 2013, e eu estou há dois meses aqui no Senado da República. Achei brilhante o relatório do Senador Otto Alencar, e não me manifestei contra em nenhum momento, e pelo que percebo é favorável à maioria dos Senadores que aqui já se manifestaram. O meu pedido de vista é tão somente no sentido de que eu também possa conhecer um pouco mais da matéria, até porque V. Exa. fala, no momento, que haverá um café com o Banco Central, que eles haverão de fazer algum tipo de orientação nesse sentido também. Então, eu gostaria de poder conhecer mais, mas se for da vontade da maioria aqui – e eu percebo isso aqui –, eu retiro o pedido de vista...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR) – ... para que a gente possa continuar fazendo a votação...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Tasso, também retira?

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR) – ... seguindo a orientação do nosso Líder Eduardo Braga e do Líder Fernando Bezerra.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador Mecias, e obrigado, Senador Tasso.

Eu acho que é consenso. É uma matéria que realmente nós não temos muito que discutir. Ninguém consegue enxergar um benefício para quem paga essa conta. Ninguém consegue.

Senador Rogério, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Pela ordem.) – Eu queria, na mesma linha do Senador Fernando Bezerra... Como estamos num processo de ampliação do número de operadores financeiros – e operados financeiros, com certeza, com menor capacidade de levantamento de dinheiro, de crédito para garantir essas operações –, eu acho que o relatório do Senador Otto Alencar dialoga com este momento que a gente vive de ampliação do número de empresas

este momento em que a gente vive de ampliação do número de empresas que podem entrar nesse mercado e, quem sabe, no futuro próximo, quando consolidar mais empresas nesse mercado, a gente possa voltar a discutir essa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador.

Eu vou abrir a votação e ainda vou ouvir o Senador Major Olimpio, Senador Amin, Senador Veneziano Vital do Rêgo e o Senador Oriovisto. Aliás, o Senador Oriovisto é agora, após o Senador Rogério.

Agora, eu vou abrir a votação, para votar com o Relatório tem que dizer: "não".

(*Procede-se à votação.*)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. *Fora do microfone.*) – Para o Relatório é "não".

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Quem vota com o Senador Otto Alencar vota "não".

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Amin?

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Se a gente votar...

Veja bem, quem vota com o Relator vota "não", porque o parecer do Relator é "não". Então, nós vamos votar "não"; não é "sim" com o Relator.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. *Fora do microfone.*) – Eu já votei.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Para a gente enterrar o projeto vota "não".

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Nós estamos votando o projeto, gente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Oriovisto, desculpe-me.

Com a palavra o Senador Oriovisto Guimarães.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – Sr. Presidente, só para ajudar na discussão, primeiro, eu quero dizer que vou votar "não" também, apoio também o Relatório do Senador Otto.

Mas já que vamos tomar o café da manhã com o Presidente do Banco Central – e acho que essa matéria precisa ser regulada, realmente, de forma infralegal, por portarias do Conselho Monetário Nacional, o Presidente do Banco Central tem assento no Conselho Monetário Nacional – vale a pena, Sr. Presidente, entrar um pouco mais no mecanismo dos cartões de crédito, até para a gente saber o que dizer para o Presidente do Banco Central sobre como ele poderia regulamentar.

Ocorre hoje que o pequeno lojista, é claro, não tem capital para financiar o giro do financiamento da mercadoria. Às vezes, eles dizem para nós assim: "É parcelado em dez vezes sem juros". Evidentemente, trata-se de uma mentira. Ninguém parcela nenhum pagamento em dez vezes sem juros, ainda mais aqui no nosso País. O consumidor já está pagando juro embutido. E pior ainda, se você disser: "Não, eu quero pagar à vista, o preço é o mesmo", aí você paga juro de dez meses estando pagando à vista.

O que os grandes bancos fazem é que, como o lojista não tem o dinheiro para bancar esse giro, eles descontam os recebíveis, o canhotinho do seu talão, a loja do *shopping* é obrigada a descontar com o próprio banco que é dono do cartão. Ele não tem a opção de trocar esse recebível num banco menor, por taxa menor. Não pode trocar com *factoring*, com outras entidades de crédito menores. E aí o juro do cartão vai lá em cima. Quer dizer, a forma como a coisa está armada hoje é, realmente, primeiro, para estabelecer uma máquina de ganhar dinheiro para os grandes bancos, há um monopólio, porque só eles podem descontar esses recebíveis a taxas que, obviamente, eles impõem.

Então, seria muito melhor para o lojista que o Banco Central, o Conselho Monetário Nacional estabelecesse uma norma em que ficasse claro que o lojista dono do recebível pudesse descontar esse recebível em qualquer instituição financeira.

descontar esse recebível em qualquer instituição financeira, fossem as pequenas instituições, como *factorings*, ou outras. Isso, no entanto, não é permitido. Há um monopólio. E esse monopólio pode ser facilmente quebrado pelo Banco Central. É só com isso que eu queria contribuir.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senadora Kátia.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. Pela ordem.) – Obrigada, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só para complementar o Senador Oriovisto, o Banco Central pretende, Senador, fazer uma central de recebíveis de cartão de crédito. E é exatamente isso que o senhor quer. O único problema é que eles estão demorando muito para que isso aconteça e estão prometendo – o dia que vieram aqui, eu conversei com o diretor – apenas para o ano que vem. Eu não entendo porque essa burocracia.

Com a central de recebíveis, qualquer banco pode entrar na concorrência e descontar o seu parcelamento com um juro menor do que o dono do cartão daquele dia que foi emitido. A outra coisa é que são fundos de investimentos também que podem ser criados para comprar esses recebíveis. E aí acaba o cartel. Isso só interessa aos bancos, aos principais, que são donos das bandeiras.

Então, essa proposta dele eu gostaria de colocar aqui na reunião, para que a gente pudesse discutir com o Presidente do Banco Central, que é a favor, mas o diretor que estava aqui naquele dia disse que só será possível o ano que vem. E a gente poderia antecipar, porque baratearia e muito o juro do cartão de crédito, por conta, claro, da concorrência.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nós vamos amanhã e eu reafirmo o convite feito por ele, para que possamos debater isso.

Senador Major Olimpio. Depois, Senador Amin. E Senador Veneziano por último.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu não tenho a menor dúvida de que a iniciativa do Senador Ataídes Oliveira foi justamente tentar favorecer os sofridos comerciantes, aquelas pessoas que estão também produzindo no nosso País.

Ocorre que a grande preocupação fica por conta do que já apresentou com brilhantismo o Senador Otto Alencar. Vários Senadores aqui se mostraram profundos conhecedores de que numa iniciativa dessa natureza, bancos, operadores de cartão não vão perder nenhum centavo. O repasse e os juros que certamente cresceriam em função dessa medida, mais do que própria, dos dois dias para o recebimento seria repassada diretamente ao senhor José, à dona Maria, àqueles que estão na ponta da linha, desesperados.

Graças a Deus que nesta Comissão de Assuntos Econômicos, a cada momento eu aprendo mais. Faz valer muito a possibilidade do mandato. A responsabilidade e a sapiência dos Srs. Senadores nos impressionam, realmente, e nos dão uma grande expectativa de que nós vamos ajustar os rumos do País em sintonia com a população. Não tenho dúvida de que ao levarmos esse problema ao Banco Central, que pode... Não é porque um diretor vai querer ou não, mas eu tenho certeza absoluta de que a sensibilidade se fará na medida em que a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado se posicionar. E quando o Senado se posiciona, ele tem E, quando o Senado se posiciona, ele exerce

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

força de pressão em nome de todo o País, de todos os Estados e de cada cidadão. Então, eu acho que mais oportuno será... Não tenho dúvida de que o tema central que o Senado pode levar amanhã, através da CAE, para esse café da manhã é justamente a exigência de uma postura antecipada até de regramento pelo Banco Central dessa matéria.

Já votei acompanhando o Senador Otto Alencar, com o relatório perfeito dele, com o voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Esperidião Amin, o senhor não votou ainda.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Primeiro eu vou declarar e, depois, eu vou votar. O Otto Alencar não pode ter unanimidade!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está bem.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Isso eu não discuto de jeito nenhum!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Senão ele vai achar que...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não vou discutir nada!

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Ele vai achar que pode fazer cirurgia sem anestesia...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Mas é muito conciso...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Como ortopedista ele é unanimidade, viu, Esperidião?

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não, não, você não pode... V. Exa. ameaçou com cirurgia – e não vou dizer que tipo de cirurgia – sem anestesia, e eu fiquei muito preocupado.

Mas é muito conciso. Eu só gostaria, Presidente, que essa moção que V. Exa. vai entregar ao Banco Central – pode ser pessoalmente ou pode ser nesse encontro de amanhã – fosse distribuída para nós o mais rapidamente possível, antes da reunião, porque isso aí vai ao encontro do que o Presidente do Banco Central anunciou como candidato.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Foi uma proposta do Senador Eduardo Braga fazer essa moção.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Exatamente!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A gente não redigiu nada ainda.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Vamos redigir.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vamos redigir e, aí...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu estou preocupado é com a redação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor poderia ajudar bastante nisso.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Posso ajudar, mas acho que o Senador Eduardo Braga foi muito claro: essa moção é que dispensa o projeto de lei, essa é a anestesia. Com essa moção, eu vou votar "não", e vou votar em confiança, sem ler a moção primeiro, como mandaria São Tomé, meu padroeiro. (*Risos.*)

É mesmo! Eu nasci no dia de São Tomé!

Então, vou assinar em confiança, vou votar "não".

Agora, queria só deixar claro o seguinte. Nós estaremos prestando um serviço além deste caso, porque nós estamos, de alguma forma, combatendo mais um atravessador. Essa etapa que nós estamos eliminando faz parte da cadeia do improdutivo, da chamada cadeia parasitária, que medeia o tomador do dinheiro daquele que recebe o dinheiro. Então, acho que isso é importante. Vou votar "não" por isto: porque, com essa moção que V. Exa. vai redigir inspirado pelo Senador Eduardo Braga e com o nosso consentimento, nós estaremos lutando para suprimir um elo nessa cadeia improdutiva.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador.

Por último, o Senador Veneziano Vital do Rêgo com a palavra.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB) – Sr. Presidente, meus cumprimentos. Bom-dia a V. Exa. e aos demais outras e outros companheiros.

Todos os demais tiveram oportunidade de falar ou, em não querendo, ouviram atentamente as exposições muito lúcidas dos Srs. e Sras. Senadores. Eu não vou deixar aqui, Líder Fernando Bezerra, de expor o sentimento do quanto me leva ao incômodo estar...

do quanto me leva ao incômodo estar votando premido... Observem, as palavras do Senador Eduardo Braga, com todo respeito aos demais outros expositores, foram perfeitas, e se ele me permitisse, eu não poria nem retiraria absolutamente nada do que S. Exa. disse.

Em resumo, V. Exa. disse que nós estamos aqui votando sob uma ameaça. Correto?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. *Fora do microfone.*) – Correto.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB) – Eu falava com o Líder Fernando Bezerra, e ele dizia: "Veneziano, a nossa preocupação é a de que nós venhamos a criar no mercado, que é muito tomado, quase que por completo controlado por poucos, abrindo os acessos através das Fintechs...". E aí, o Senador Eduardo Braga, o Senador Kajuru, o Senador Marcos Rogério, o meu querido Senador Paulo Paim trazem as preocupações dos consumidores através de suas associações.

Não é que as mesmas – atentem V. Exas. – não gostariam de votar ou não gostariam de ver o projeto original, da maneira como esteve sendo discutido e que vai ser rejeitado, aprovado por esta Comissão. Não é isso. A proposta do Senador Ataídes, se nós não vivêssemos nesse mundo onde o quinto poder se estabeleceu antes dos outros três, e depois do quarto poder... E hoje no Brasil o primeiro poder é o sistema financeiro, são os bancos que regem em grande parte, e até mesmo nos impõem essas situações: "Não, não vamos votar porque há um risco iminente de que os bancos"... Sempre eles, que tiveram, no ano passado, 70 bilhões de dividendos, que foram distribuídos entre seus acionistas e completamente sem conhecerem pagamentos tributáveis – 7% somente –, são estes que dizem: "Olha, tudo bem, se os senhores quiserem votar favoravelmente, nós não temos problema algum, nós vamos repassar esse nosso prejuízo pra os consumidores". E é sempre assim.

É sempre assim, e eu pergunto até quando vai ser assim, Senadora Kátia Abreu.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando esta Comissão, quando o Plenário, diligentemente, depois de termos decidido pelo cadastro positivo, levamos com urgência ao Plenário, sabe o que trouxe no outro dia – e tive eu a oportunidade de ler numa entrevista – uma das autoridades do Banco Itaú? Que – não creiam –, senão, seria só a partir do próximo ano a discussão para uma possível, desejável, ansiada diminuição dos juros. E quando nós, à unanimidade, votávamos em Plenário, como votamos aqui, dizíamos: "Vamos dar mais essa chance, vamos acreditar que, votando, assim, o cadastro positivo, irá estimular um novo momento". No outro dia, por meio de uma pessoa autorizada, representando o Banco Itaú, levava-se exatamente ao contrário.

Então, Presidente, eu lastimo. Eu votei "não". Votei de acordo com as ponderações que foram feitas pelo Líder Fernando Bezerra, pelo relatório do Senador Otto Alencar, mas corroborava, pelas apreensões do Senador Mecias: não é possível que nós nos agachemos e não é possível que nós nos permitamos e permaneçamos sempre crentes, fiando-nos em propósito daqueles que fazem e que compõem o

em propósito daqueles que fazem e que compõem o sistema como condutores, tendo eles – todos eles, Senador Tasso Jereissati –, sido egressos desse mesmo universo do sistema financeiro, todos eles! A minha pergunta, começando... Eu posso estar aqui por força exatamente de ser neófito nesta Casa, eu queria muito crer que aqueles que estão sentados... E eu não estou discutindo mérito de quem quer que seja, absolutamente, porque todos eles têm extraordinários currículos, mas todos eles têm conceitos e concepções que advogam e continuarão a advogar aquilo que nós temos visto no País, eu só queria me convencer do contrário.

Então, eu lamento. Lamento por quê? Porque fica, de fato, uma decisão desse colegiado com receios de que os bancos venham impor aos senhores – como nós, consumidores – aquilo que poderia trazer-lhes de prejuízo, quando, na verdade, nós estaríamos estimulando com capital de giro tantos milhares e milhares de pequenos negócios.

É esse o lamento que faço, pedindo desculpas se não foi pertinente essa observação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador.

Senador Eduardo.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Presidente, se V. Exa estiver de acordo e os colegas Senadores e Senadoras estiverem de acordo, hoje à tarde mandaremos o texto da moção por WhatsApp para V. Exa para que possa submeter à contribuição de todos os Senadores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estando aprovado por V. Exa., nós poderemos assinar ainda hoje para que no café da manhã de amanhã nós possamos estar com essa moção pronta para entregar então ao Presidente do Banco Central sobre...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Aprovada? Ela ode ser assinada só por ele.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Então, como...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Aprovada em confiança por todos nós.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Sugestão do Senador Amin de que V. Exa. pode assinar a moção. Nós encaminharíamos... Já pedi para a assessoria preparar a moção, encaminharemos a V. Exa. para que amanhã todos nós possamos entregar essa moção ao Presidente do Banco Central.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Alexandre vai receber e vai distribuir para todos os Senadores, vai mandar aos seus gabinetes. Eu assino, a gente encaminha e amanhã de manhã a gente entrega em mãos...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... ao Presidente do Banco Central, o.k.?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – A Tati entrega para você, Alexandre, o texto e a gente segue. O.k.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vamos abrir aqui a votação.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Encerrar a votação e ver o resultado.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – NÃO, 19; SIM, 0.

Abstenção: 0.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Presidente, de forma rápida, a inversão. Votar o item 5 porque a matéria está prejudicada, não vou nem relatar. É só votar, porque se tem que votar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em votação o item 5.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 272, de 2018

- Terminativo -

Veda que a instituição emissora ou credenciadora do cartão de crédito exija exclusividade quanto à antecipação de recebíveis e imponha trava bancária além do volume de recebíveis necessários para garantir a operação de crédito.

Autoria: Senador Ataídes Oliveira

Relatoria: Senador Fernando Bezerra Coelho

Relatório: Pela prejudicialidade do projeto.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – É votação simbólica.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Simbólica. É uma matéria prejudicada o item 5.

Em votação o item 5.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – É a mesma coisa, porque essa matéria já foi atendida por uma resolução do Banco Central editada em dezembro do ano passado.

Então, o relatório é pela prejudicialidade.

Votação simbólica.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Agora, item 2, Senador Paim, que é o Relator.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 511, de 2017

- Não terminativo -

Acrescenta o art. 14-A à Lei nº 4.119, de 27 de agosto de 1962, para dispor sobre duração da jornada normal semanal de trabalho do Psicólogo.

Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com parecer favorável ao projeto.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sr. Presidente, o item 2 vou pedir para retirar de pauta e explico por quê.

Eu havia me comprometido com o setor hospitalar que não colocaria o meu relatório em votação sem primeiro uma audiência pública.

Eu havia me comprometido com o setor hospitalar que não colocaria meu relatório em votação sem primeiro uma audiência pública. Foi uma falha de encaminhamento. Eles só me lembraram elegantemente. Eu disse a eles então que eu tiraria de pauta, e faríamos uma audiência pública para debater esse projeto, com total aval aqui da Senadora Kátia Abreu, que lembrou da importância desse compromisso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas não precisa nem ser especialista para saber que 30 horas de psicólogo é você ouvir... Trinta horas por semana, nós temos de...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Presidente, pela quantidade de coisa que há no Brasil, é pouco! Inclusive aqui no Senado Federal e nas redundâncias.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Já estou tirando de pauta, Presidente. E faremos uma audiência pública na data.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está retirado de pauta, Senador, mas é importante a gente regulamentar o tempo de trabalho do psicólogo sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu entro com o requerimento, Presidente, para votar na próxima.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Projeto de Lei do Senado nº 466, de 2018, não terminativo, que altera a Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Sr. Presidente, eu confesso que tenho dificuldade de ouvir V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu já chamei a atenção três vezes.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – As pessoas têm de colaborar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas eu já chamei a atenção três vezes e fica chato também ficar chamando a atenção.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Então, o que nós vamos fazer?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu peço aos assessores que, por favor, ajudem a gente aqui, senão fica difícil.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Ele fala baixo, gente.

O senhor fala baixo.

Sinceramente, não é o senhor o culpado. Está certo?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu sei. A senhora está com a razão, Senadora Rose.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 466, de 2018

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para prever a instituição de programa de auxílio financeiro para as famílias de baixa renda que não conseguirem matricular crianças de 0 a 5 anos em estabelecimentos de educação infantil, bem como a divulgação de lista de espera de interessados em vagas nas referidas unidades.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador José Serra

Relatoria: Senadora Rose de Freitas

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa.

Esse projeto é do Senador José Serra, e a Senadora Rose de Freitas vai ler o relatório.

Por favor.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES. Para proferir relatório.) – Presidente, o autor tem direito de palavra, não tem? Ele gostaria de falar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Na discussão, sim.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Na discussão apenas?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Na discussão, ele vai...

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – É que o Serra para mim tem sempre primazia.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu também quero entender o mérito desse projeto do Serra, porque a matéria diz que tem de ter orçamento para que isso aconteça.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Não, não. Ela é autorizativa.

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) – Não, não!

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Ela é autorizativa, tanto que o Líder do Governo, que pediu inclusive prazo para discussão, já é favorável; o próprio MEC é favorável. Nós estamos de uma matéria...

Esse projeto, Sr. Presidente, não cria despesas adicionais e ainda resguarda os recursos já assegurados nos respectivos orçamentos. Por isso que é bom esclarecer...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu posso pedir um favor para a senhora, Sra. Senadora?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu acho que eu vou pedir para o Serra falar primeiro, antes da senhora. Pode ser?

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Pode. Não é pela questão de que ele tenha a primazia por ser homem não, não é?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não! A senhora que sugeriu, Senadora.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Eu sugeri, e o senhor fez não. Agora eu comecei a falar, e o senhor fez sim.

Mas se o Serra...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não! É por causa de uma dúvida que eu tenho inclusive.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – E que eu não poderia esclarecer. Então, o senhor dê a palavra para o Serra que ele pode esclarecer.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não! É uma dúvida que eu tenho e que estou pedindo para a senhora me esclarecer.

Eu entendi do projeto...

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Presidente, o autor pode esclarecer melhor, com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Porque a gente vai votar a matéria e vai pedir vista, Senadora Rose.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A gente vai votar a matéria e vai pedir vista, Senadora Rose.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Caros colegas, o objetivo principal desse projeto de lei é estabelecer regras gerais para a criação de programas do auxílio-creche no âmbito municipal, e é pertinente que o Senado e o Congresso possam fazer isso, pois não se está invadindo a autonomia municipal quando se estabelecem essas regras para a criação de auxílio-creche nos Municípios.

A proposta regulamenta a instituição de programas de auxílio-creche a famílias de baixa renda que não tenham conseguido matricular os filhos em unidades públicas ou conveniadas de educação infantil. Para que se tenha uma ideia, a proporção de crianças que ficam fora é enorme. Hoje, no Brasil,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Presidente, apenas 14%, ou seja, uma em cada sete crianças mais pobres da população, têm acesso a creche – não sei se os colegas Senadores sabem disso –, e 34% das crianças de 0 a 3 anos que pertencem ao estrato dos 20% com renda familiar *per capita* mais baixa do País, ou seja, 34% das crianças de 0 a 3 anos mais pobres, não frequentam escola porque não há vagas em creches públicas próximas ao seu local de moradia ou ao local de trabalho dos seus pais. E nós sabemos que, para os 20% de renda mais alta, desde logo, o percentual de crianças de 0 a 3 anos fora da escola é de apenas 6,9%, ou seja, a criança de renda mais alta vai para a creche, e a de renda mais baixa não vai para a creche.

Eu quero chamar a atenção para um fato: a idade crítica de 0 a 3 anos é crucial. Eu me lembro disso, porque, quando eu estava no Ministério da Saúde, organizamos programas de amamentação, de assistência, de auxílio para famílias com crianças de até 3 anos. O que a criança será no futuro depende muito do que ela tenha recebido, do padrão de vida, do padrão educacional, do padrão de assistência, quando ela tinha de 0 a 3 anos. Esse é o nosso foco com esse projeto.

O Governo Federal ou pelo menos as pessoas próximas têm se colocado contra essa proposta com o argumento de que nós não podemos interferir nos Municípios. Ora, seria como se nós não pudéssemos fazer a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. É claro que o Governo Federal, a esfera federal tem a capacidade constitucional de orientar a estrutura do ensino, incluindo as creches, no resto do Brasil.

Realmente, olhando os pontos todos que são apresentados como objeção, fica até difícil rebater, porque se dá a impressão de que não houve a leitura do projeto.

fica até difícil rebater, porque dá a impressão de que não houve leitura do projeto. Agora, o fato é que nós estamos atendendo as crianças de zero a três anos, que representam o estrato dos 20% por renda domiciliar mais baixa do País, que não vão à escola porque não há vagas, e nós estamos criando mandamentos para que haja. E os Municípios terão que procurar recursos. Não é transferência federal; nós não estamos nem criando um sistema de financiamento agora, neste projeto federal, nem...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Cria-se o mandamento. O Prefeito vai ter que se virar, quer dizer, não se trata aqui...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Serra, só um minutinho. Eu só quero...

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – ... nem de autorizativo...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É o seguinte, Senador Serra: só uma explicação aqui. Eu tinha entendido, e estou correto naquilo que eu entendi, que a Senadora Rose disse que não era assim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Veja bem, no art. 1º: "Ficam o Distrito Federal e os Municípios autorizados a instituir, por ato do poder executivo, condicionado" – condicionado! – "a disponibilidade orçamentária [...]". Se o Prefeito disser que não tem, não vai ter. Então, é uma lei que não funciona. A gente autoriza, mas hoje nós não precisamos fazer uma lei aqui... Há muitas prefeituras... O que acontece hoje é uma coisa muito mais séria...

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES. *Fora do microfone*.) – Presidente, o senhor coloca dúvida...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não... O que eu coloquei, a dúvida, Senadora Rose, foi isso, quando eu disse bem assim: a lei permite ao Prefeito, se quiser ou não; não é uma lei que obriga.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP. *Fora do microfone*.) – Não, não... Ela é autorizativa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ela autoriza, foi isso que eu disse.

Eu acho que houve entre nós dois foi essa... O meu entendimento era esse. A senhora tinha...

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Não; eu aceito as desculpas de V. Exa. tranquilamente. Na verdade, o senhor não está pedindo, mas eu aceito, porque eu sei da sua intenção.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não... Eu peço desculpas à senhora, mas eu entendia dessa forma.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – O Senador Serra ainda não sabe – talvez, o erro seja meu – que, na verdade, isso teve uma grande discussão, com o Líder do Governo, com o Líder do PMDB, com o Ministério da Educação, e já superamos essas fases. Nós não estamos na fase de engatinhar. Eu estou com medo de ele começar a falar, e todo mundo votar contra porque está achando que é uma terra arrasada. Portanto, não altera, não cria despesa adicional, é autorizativa, é importante. E nós mulheres e os homens também podem falar sobre isso, porque o dever do Estado com a educação está falho. Nós sabemos que metas e metas para construir creches não foram atingidas. Então, não temos nenhuma garantia da educação infantil. O que faz o projeto dele? Ele cria uma possibilidade, autorizando que se possa criar esse método, oferecendo às crianças de zero a cinco – porque está muito aquém aquilo que deveria ser a política pública de educação infantil – uma capacidade necessária de que essas gerações possam usufruir através desse *voucher*. Eu olho de forma cristalina... Os dados que ele deu oficialmente são importantes. Há falta de vagas, todos reconhecem: os que foram Prefeitos, Governadores, quem acompanha os Municípios, o Estado. Então, não é decorrência só da má gestão; é também da falta de recurso, da falta de iniciativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É isso que o projeto do Senador Serra... Nós vamos ganhar muito com esse projeto. Ganham as famílias, ganham as crianças.

E, por isso, já que o senhor deu a palavra para ele esclarecer... Ele esclareceu?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Não.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Não esclareceu?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senadora, a senhora está com a palavra para ler o relatório da senhora. Vou ouvir atentamente a senhora.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Eu já...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Dado como lido.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Já deu por lido, Senadora?

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Eu vou dar...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Presidente...

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – V. Exa. tem a palavra

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Já deu por lido, Senadora?

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Eu vou dar.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente...

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – V. Exa. tem a palavra do autor. É muito importante.

Eu vou resumir aqui. Quando V. Exa. abordou a previsão de que o Distrito Federal e os Municípios, respeitada a capacidade financeira e sem prejuízo do recurso já destinado à educação básica, que é quase nenhum, conforme já falei, possam instituir esse programa de auxílio às famílias de baixa renda que tenham crianças de zero a 5 anos, que consigam ser matriculadas, aí o Município decide se quer ou não fazer. Ele tem autorização para fazer. Antes não tinha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, eu acho que é uma forma eficiente autorizar que as famílias possam, através do Poder Público...

Presidente, eu estou quase lendo o Regimento Interno. V. Exa. virou o discurso...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não...

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Presidente, me permita, eu vou concluir.

Como resultado final, para que se consiga essa vaga nas instituições, espera-se que os entes da Federação possam dar cumprimento às diretrizes constitucionais de obrigatoriedade de matrícula e de proteção à infância. Ganham as famílias e suas crianças, como eu falei, que poderão receber – poderão receber –, desde a mais tenra idade e sem a limitação relacionada às condições econômicas de seus pais, estímulos e cuidados necessários para o desenvolvimento cognitivo, psicomotor, emocional e educacional. Por estas razões, entendemos que o presente projeto é oportuno, meritório, digno.

Diante do exposto – V. Exa. me permita, não quero debater com V. Exa. –, eu manifesto meu voto favorável à aprovação do Projeto de Lei 466.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Voto favorável também.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Sr. Presidente, só um complemento.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu só queria... Eu voto favorável também ao projeto.

Eu só queria dar a palavra ao autor do projeto, Senador Serra. Está inscrito o Senador Confúcio, está inscrita a Senadora Kátia, estão inscritos o Senador Fernando Bezerra, Senador Eduardo Braga e Senador Tasso para discutir a matéria.

Agora, vamos para a prática, porque para mim o que funciona no Brasil é o que tem exemplos práticos. Fui Vice-Prefeito e Secretário de Obras durante seis anos. Nós criamos um programa em Manaus chamado Creche Social, em que uma mãe, uma senhora, num bairro, trazia várias crianças para ficar com ela e a Prefeitura ajudava com alimentação e tal. O Ministério Público entrou com uma ação proibindo por causa das condições e não sei o quê.

A Presidente Dilma fez o programa de creches no Brasil e muitas prefeituras estão com as creches paradas porque não tinham dinheiro para custeio. Se não têm hoje dinheiro para custeio dessas creches que estão prontas, imaginem a gente achar que isso vai...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou votar a favor do projeto porque depois podem dizer: "Ah, votou contra". Não, eu voto a favor.

Agora, a prática que eu tive me ensina a dizer que isso não vai, na prática, funcionar. Nós vamos votar, agora, eu estou dizendo da prática. Creche social, projeto bonito. Chegava uma pessoa desempregada, mãe, que levava... As mães saíam para trabalhar, eram empregadas domésticas, secretárias, ficavam o dia todo dentro da casa daquela senhora com a Prefeitura dando todo tipo de alimentação, pagando um salário para essa mãe que cuidava dos filhos dos outros. O Ministério Público entrou com uma ação contra. Quantas creches foram liberadas pelo Governo da Presidente Dilma para serem construídas no Brasil e quantas estão funcionando?

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente, só para dar um dado para V. Exa., a Confederação Nacional dos Municípios levantou que

a Confederação Nacional dos Municípios levantou que no Brasil nós temos 917 creches inacabadas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Inacabadas! E as que estão acabadas não estão funcionando!

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Só em Manaus há 50 inacabadas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois é! Tudo bem.

Senador Confúcio.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu, aqui nesses 60 dias de Senador, creio que 90% dos meus discursos foram em defesa da educação. Mas a Meta 1 do Plano Nacional de Educação, aprovada em 2014, diz o seguinte – Lei. Já tem lei aprovada:

> Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE [que é ano que vem, 2020].

Já está na lei. É a Meta 1 do Plano Nacional de Educação. Está muito claro. E aí a meta, inicialmente, já furou, porque de quatro a cinco anos era para 2016. E a educação infantil, até três anos, é até ano que vem, 2020. Está na lei! Na Meta 1 do Plano Nacional de Educação!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu acredito... Aqui veio Osmar Terra, dias atrás, e falou no Criança Feliz, que justamente é o apoio do Governo Federal às crianças de zero a três anos, importantíssimo na formação da memória da criança, na acumulação de possibilidades boas de aprendizado no futuro.

Sr. Osmar Terra, se o Governo Federal tem o Programa Criança Feliz e o MEC tem essa boa vontade, pegue esse dinheiro e ajude os prefeitos. Prefeito não tem dinheiro não, Sr. Presidente. Prefeito de cidade pequena do Brasil não tem recurso nenhum para criar e pagar... fazer *charter school*, pagar creches privadas; e nem creches privadas tem, nos Municípios pequenos.

Então, eu, que defendo educação, sou contra esse projeto. Eu, que defendo educação... Nós estamos sendo redundantes, porque a Meta 1 do Plano Nacional de Educação já está clara. É ano que vem, 2020, para sacramentar a situação! Então, para que mais lei? Lei em cima de lei? Lei em cima de prefeito? Lei em cima de... Complicações para as prefeituras não têm sentido prático!

Então, eu, infelizmente, eu que defendo educação, neste caso específico sou contra.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Com a palavra a Senadora Kátia Abreu.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. Para discutir.) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senadora Kátia, o Senador José Serra...

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Mas pode falar.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Não. Deixe-o falar. Pode falar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador José Serra.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP. Para discutir.) – Vejam, eu ouvi com muita atenção a exposição do Senador Confúcio. O fato de que não se tenha cumprido meta não é motivo para que nós não insistamos nisso, não criemos uma obrigação e não sigamos a batalha. Seria se render aos acontecimentos

O fato é que só 34% das crianças de zero a três anos têm acesso a creche, no Brasil, entre as mais pobres. Essa é uma realidade. Nós temos de continuar empenhados nessa direção; só que o projeto não pressupõe recursos orçamentários, mas pressupõe a indução, a pressão sobre o sistema dos Municípios, para atenderem ... a pressão sobre o sistema dos Municípios para atenderem as crianças mais carentes na faixa das creches. Na vida pública é assim: são pressões contra pressões, obrigações. Nós estamos induzindo a melhora da situação no que se refere a essas crianças. Seria uma crueldade, na verdade, se nos omitíssemos nessa matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por outro lado, eu quero dizer que há um fator relevante que vai ajudar muito na pressão, que é a obrigatoriedade de se ter listas das crianças não atendidas. Que essas listas sejam publicadas, que haja uma inscrição: esse é um instrumento de pressão também muito grande. Disso é que se trata. Não se trata, como alguns poderiam pensar, de destinar recursos orçamentários, até porque seria inconstitucional – "Dinheiro tanto para tal coisa" –, nós não podemos fazer isso porque a Constituição proíbe, Parlamentares não podem tomar iniciativas de aumento de gastos, mas podem, sim, criar programas que venham a ser instrumentos de pressão e de obrigação para o Executivo atender essa matéria.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Pois não, Senador José Serra.

Só queria fazer uma observação para V. Exa. O Senado já aprovou aqui um projeto, da Senadora Ana Amélia, pelo qual qualquer projeto ou qualquer programa do governo federal que seja instituído para cumprimento através dos Municípios deve ter também a vinculação da receita para financiá-lo, porque, ao longo dos anos, o que se fez foi passar para os Municípios, lá na ponta, a obrigatoriedade de fazer a parte social, mas não se mandaram os recursos.

O PSF mesmo, hoje, cai todo na conta da prefeitura, o governo federal não passa absolutamente nada. Então, esta é uma realidade – sabe disso quem conhece, como eu conheço e outros tantos conhecem, assim como V. Exa, a vida nos Municípios –, uma realidade dura nos Municípios: eles não têm recursos para financiar as ações sociais.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senadora Kátia Abreu.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. Para discutir.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Olha, eu gostaria apenas de reforçar – além de ser da roça, eu também sou psicóloga de formação – que, nessa idade de 0 a 3 anos, é exatamente quando ocorre a formação de todas as conexões neuropsicomotoras. Se isso ficar prejudicado...

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Exatamente!

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Eu não preciso nem dizer, o próprio nome já fala: neuropsicomotora. Todos os neurologistas do País sabem disso. Então, as crianças mais pobres, que ficam fora dos cuidados, de fato, ficarão prejudicadas, com atraso no ensino, com a repetência, com o abandono das escolas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, diante dessa proposta do Senador Serra, a despeito de nossas divergências pessoais, eu tenho que reconhecer: ele é uma pessoa que, como poucos, conhece o Estado brasileiro por dentro e por fora. Essa questão é de uma gravidade muito grande. Eu sei que isso aqui não é obrigatório, é autorizativo, é uma forma de pressão, porque isso é uma pouca vergonha.

O Confúcio está correto quando diz que a meta já existe e ninguém olha para a cara dela. Quando eu cheguei, no ano passado, como titular na Comissão de Educação, a meta escolhida era a 1. A 1 era exatamente essa, de creches e primeira infância até 5. A primeira pergunta que eu fiz, pragmática que sou, ao lado de Cristovam Buarque: "Qual é o orçamento, até 2020, para cumprirmos essa meta?" Aí, Cristovam Buarque aproveitou e fez um desabafo em cima da minha palavra e disse: "Você tem razão, é zero! Isto aqui é uma casa de faz de conta, porque estabelece meta e não põe recurso para o cumprimento da meta."

Então, eu clamo a todos: nós poderíamos apoiar essa proposta...

Então eu clamo a todos: nós poderíamos apoiar essa proposta como instrumento de pressão, porque isso é grave.

Esse modelo que o senhor apresentou agora há pouco, em Palmas já foi também criado, a mãe crecheira. Gente, "quando não vai com tu, tem que ir com tu mesmo". Uma senhora da quadra que adapta sua casa, que pode receber quatro, cinco crianças, cada uma paga R$300, já é um cuidado. Antes isso do que nada. "Ah, mas não tem psicólogo, não tem assistente social". Gente, é melhor do que nada.

Então eu apoio a proposta. Acho que até cinco anos é da maior gravidade, agora, é gravíssimo de zero a três o abandono dessas crianças pobres.

A outra coisa que o Senador Serra não mencionou é o art. 2º do projeto dele, que é essencial: "Caso haja carência de vagas nas unidades públicas ou conveniadas de educação infantil", ele estabelece que, em todos esses casos, as creches públicas têm que colocar transparência de quem é que está usando essas vagas.

Eu fui visitar uma creche em São Paulo há dois anos que era um modelo nacional, que tinha todo mundo de carro zero na porta deixando crianças. Isso é para criança pobre. O projeto dele estabelece que tem que ter transparência, igualzinho ao sistema de regulação do SUS. Vai alguém passar na frente para ver o que acontece! E nas creches não há. Existe gente que pode pagar, sim, uma creche, com menino nessas creches porque tem voz ativa, tem amizade com político, com Vereador, com Deputado, com Senador, e arruma vaga na creche. Então, eu quero aplaudir o art. 2º, que é exatamente o controle transparente, rigoroso daqueles que se utilizam das creches públicas, com dinheiro público. Isso é para pessoas pobres.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Fernando Bezerra.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Sr. Presidente, queria apenas enfatizar isso que a Senadora Kátia enfatizou e que eu disse muito rapidamente na minha exposição, que está traduzido no art. 2º do projeto de lei:

> Caso haja carência de vagas nas unidades públicas ou conveniadas [...], os sistemas de ensino deverão divulgar, a cada ano letivo, em página oficial em sítio eletrônico da internet, os critérios adotados para realização de matrícula, bem como a relação nominal dos interessados remanescentes, a respectiva ordem de classificação e o cronograma para as chamadas ulteriores.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado.

Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Para discutir.) – Sr. Presidente, esse projeto, de autoria do Senador José Serra, tem como Relatora a Senadora Rose de Freitas. Ela me fez um veemente apelo, porque esse projeto foi incluído dentro da agenda legislativa das Senadoras em homenagem ao mês da mulher aqui no Senado Federal.

Ontem nós tivemos uma reunião na Casa Civil da Presidência da República, presidida pelo Ministro Onyx, e a análise é de que o projeto é muito meritório, por todos os argumentos aqui já professados pela Senadora Rose, pelo Senador José Serra, pela Senadora Kátia Abreu, mas eu quero que esta Comissão também reflita sobre as palavras do Senador Confúcio, e mais: o Governo vai encaminhar favoravelmente aqui no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos, mas é importante a gente recuperar que há uma decisão da Comissão de Constituição e Justiça que considera inconstitucionais todos os projetos autorizativos.

Na Câmara dos Deputados, os projetos autorizativos se transformam em indicações de políticas públicas para o Governo Federal ou para os Estados e os Municípios. Eu estarei apresentando no Colégio de Líderes, hoje, um projeto de resolução para que os projetos autorizativos, todos eles, possam ter esse caráter de indicação, como já ocorre na Câmara dos Deputados

possam ter esse caráter de indicação, como já ocorre na Câmara dos Deputados, e em respeito à manifestação da Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O projeto vai à Comissão de Educação daqui, ainda vai a uma outra Comissão antes de ir a Plenário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Eduardo Braga.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES. *Fora do microfone*.) – Pela ordem.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Bem, Sr. Presidente...

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES. Pela ordem.) – Só esclarecendo, Sr. Presidente. Eu havia informado a V. Exa. que os Líderes assinaram um pedido de urgência, todos eles, em homenagem, inclusive, à luta das mulheres, para que esse projeto... Eu comuniquei a V. Exa., falei que ficava à disposição de V. Exa., inclusive para estar nesta Comissão. Tem a assinatura de todos os Líderes para que essa matéria vá com urgência ao Plenário do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sem passar pela Comissão de Educação?

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Sem passar pela Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O.k.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Para discutir.) – Bem, Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, primeiro dizer do mérito do projeto. Eu queria cumprimentar o Senador José Serra porque é óbvio que o Brasil tem uma dívida social muito grande com as crianças que, no seu momento mais importante do desenvolvimento psíquico e neuromotor, muitas vezes estão excluídas do sistema educacional.

Portanto, voto a favor do projeto e vou além, Senador Fernando Bezerra, e vou além.

Presidente, pouco está se debatendo aqui no Senado, mas fato é que em 2020 o fundo que financia o desenvolvimento da educação básica e remunera os professores da educação básica, que é o Fundeb, será extinto. Se nós queremos efetivamente resgatar as dívidas que este País tem com o ensino das crianças, a preparação e o desenvolvimento das crianças e o ensino básico, é hora de nós estamos, neste momento, aqui no Senado da República, discutindo qual será o novo fundo que nós vamos implementar a partir de 2021. Porque em 2020, Srs. Senadores e Sras. Senadoras, o Fundeb acaba e novo fundo terá que ser instituído.

Ora, o Fundeb tem sido uma evolução. Nós primeiro tivemos um sistema de financiamento que só atendia os anos básicos da educação, que era o Fundef; depois, nós entendemos que dever-se-ia incluir o ensino médio; depois, nós entendemos que dever-se-ia incluir o ensino infantil, em idade infantil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E nós precisamos agora, neste Senado... E aí, eu acho que a contribuição que este projeto traz é de nos alertar, todos nós Senadores e o povo que assiste a nós, que precisamos construir um novo fundo de educação a partir de 2021 que possa resgatar essas dívidas históricas. Porque, como bem disse o Senador Confúcio, as cidades do interior do Brasil não têm condições de pagar *voucher*, não têm condições de pagar vaga de creche, não têm condições para nada. No entanto, nós podemos colocar no Orçamento de 2019 para 2020 no Fundeb as verbas para que a prefeituras possam iniciar. E, no fundo de 2021 que nós teremos que aprovar nesta Casa, nós deveríamos incluir para o ensino infantil uma série de novidades. Uma delas é consertar o projeto de creche que não estabeleceu de forma correta...

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Boa ideia, Senador.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – ... o financiamento do custeio.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Senador, V. Exa. teve uma excelente ideia.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Obrigado, Senador Serra. Não é muito comum, mas quero dizer que a gente acaba por indução aprendendo.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – O que não é muito comum, não é?

Mas o que eu quero dizer é que a gente acaba, por indução, aprendendo. E uma das formas que eu acho que é fundamental para que esse projeto possa se colocar de pé... E eu falava ainda há pouco com o Fernando que, obviamente, esse é um projeto autorizativo, Sr. Presidente, mas que provoca o debate.

Acho que o grande mérito desse projeto é estar alertando a todos nós duas coisas: primeiro, o ensino infantil está carecendo de financiamento público federal para que ele possa, efetivamente, chegar até as crianças. Segundo, que na constituição, seja do Orçamento do ano que vem, seja do fundo a partir e 2021, nós precisamos colocar isso como prioridade no Senado para atendermos crianças que serão desenvolvidas e que amanhã se tornarão os grandes líderes desta Nação. Nós precisamos investir nas crianças!

Portanto, eu voto favoravelmente por isto, porque acho que é meritório, para que possamos ter um debate para o financiamento dessa educação.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente, só para esclarecer o Senador Eduardo Braga.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

V. Exa. deve saber de onde vêm os recursos que compõem o Fundeb. Vem do Imposto de Renda da pessoa física...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Da pessoa jurídica e do ICMS.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Mas se tira do ICMS? Não!

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Também.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Do FPE, não. O Fundo de Participação dos Estados é composto de...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – O senhor está falando de FPE ou de FNDE?

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – De FPE.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Não! Estou pensando que é de Fundeb.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Mas desse FPE tiram-se 20% para o Fundeb, que tiram dos Estados. O Governo Federal não está botando nada nisso.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – O FPE é composto de 21,5% do Imposto de Renda da pessoa jurídica, da pessoa física e IPI, e tira 20% disso para o Fundeb.

O Governo Federal tirou o braço há muito tempo disso. Não bota nada, entendeu? Então, é sempre Brasília fazendo cortesia com o chapéu dos Estados e dos Municípios para manter essa posição de assistência à educação, a creches, a essas coisas todas.

Então, nós temos, como V. Exa. falou, constituir um novo fundo que não prejudique os Estados. Tem de sair de contribuições. Por que não saem das contribuições PIS/Cofins?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Sr. Presidente, apenas para reforçar o que diz o Senador Otto, é mais uma razão para que nós nos debrucemos para a criação de um novo fundo que nós possamos robustecer sem penalizar. Agora, é fato que nós precisamos criar mecanismos mais justos de financiamento para a educação, principalmente para as crianças que estão excluídas, de zero a cinco anos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Para esse fundo, há Estados que contribuem mais e Estados que contribuem menos. Há uns que contribuem e recebem muito menos do Fundeb. Mas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

essa questão é o seguinte: o nosso Estado, por exemplo, dá uma contribuição maior porque há outros que não têm como, para dar um equilíbrio.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Por causa da receita do ICMS.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por causa da receita do ICMS e receita federal também.

Agora, só para esclarecer e até para deixar alertas os Senadores e as Senadoras, eu mais de uma vez já vi o Ministro Paulo Guedes dizendo que ele acha que nós temos de acabar com o Fundeb, acabar com o fundo de Saúde, porque ele entende que alguns Municípios ou Estados podem querer gastar mais ou menos e deixar essa liberdade para os gestores.

É lógico que sou totalmente contra, mas eu só quero dizer para vocês que eu já ouvi o Ministro Paulo Guedes falar mais de uma vez sobre isso.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – A beleza da democracia é esta: é que ele não pode tudo. Ele pode muito, mas não pode tudo. O Congresso precisa estar de acordo com isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois é, Senador Eduardo Braga.

Senador Tasso. Depois do senhor, Senador Alessandro, Senador Mecias...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Falou o Senador Eduardo Braga.

Com a palavra o Senador Tasso.

Depois, falam o Senador Alessandro, o Senador Mecias, o Senador Rogério.

Pois não, Senador Tasso.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE. Para discutir.) – Senador Omar, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, eu gostaria de dar o meu apoio entusiástico à iniciativa do Senador José Serra. Entendo as razões do Senador Confúcio, a sua inconformidade em relação às leis que nós fazemos e não são aprovadas, mas eu queria colocar aqui também um pouco da nossa experiência como Governador, cargo que exerci por 12 anos.

Às vezes, Senador, a emulação de uma competição entre os Municípios rende mais efeitos e consequências do que uma simples legislação. Se você coloca – gostei muito da ideia que aqui foi relatada brilhantemente pela nossa Senadora Rose – que os Municípios autorizativamente vão poder ou não aderir a esse programa e listar as crianças de 0 a 3 anos que estão fora desse programa, que é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

voluntário, e se determinado Município adere ao programa, independentemente dos recursos – é melhor que haja recursos, mas, às vezes, muitos Municípios têm condições e aderem ao programa –, isso estimula uma concorrência entre os Municípios, porque o concorrente vizinho começa a ouvir falar que o Município tal aderiu a esse programa e publicou uma lista de crianças, sendo que o seu Município não o fez, e começa a haver uma pressão por parte da sociedade. Então, isso, às vezes – eu usei disso muitas vezes e acho que o fez o Senador Eduardo, que já foi Governador, como também o Senador Otto e o Senador Omar –, tem resultados muito melhores, muito mais eficientes, do que uma legislação.

Então, por isso e pela razão aqui levantada pelo Senador Eduardo Braga, que se remete à prioridade desse programa, eu acho importante que nós possamos aprovar e, principalmente, colocar na lista de prioridades das nossas discussões esse programa que atende a crianças de 0 a 3 anos, que, como disse a Senadora Kátia, que não está mais aqui, é a idade mais importante para...

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES. *Fora do microfone*.) – O desenvolvimento cognitivo...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – ... o desenvolvimento cognitivo. Era mais complicado.

Senador Rogério...

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES. *Fora do microfone*.) – ... e psicomotor.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – É a idade mais importante para o desenvolvimento psiconeuromotor da criança.

É esse o meu voto e minha observação.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. *Fora do microfone*.) – É desenvolvimento neuropsicomotor.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES. *Fora do microfone*.) – Desenvolvimento neuropsicomotor.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – É neuropsicomotor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É importante ressaltar que há especialistas hoje nessas áreas, mas, aqui, acho que nenhum de nós usou desses... Na nossa época, não havia essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

questão de psiconeuromotor, nós não sabíamos nem para onde isso ia. Não há idade para isso, não! Há especialistas nisso já há muito tempo.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Senador Alessandro...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Eu queria destacar aqui a presença do Senador Walter Pinheiro, da Bahia.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Ele já veio falar comigo aqui. Já pediu a bênção.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Ele já pediu a bênção? E V. Exa. abençoou?

(*Intervenção fora do microfone*.)

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – E também está aqui o Paulo Magalhães, nosso Deputado Federal.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - SE. Para discutir.) – Sr. Presidente, quero manifestar apoio integral à proposta apresentada pelo Senador Serra. É uma proposta madura, sóbria, que dá mais garantia e mais proteção ao gestor municipal, que abre uma alternativa mais barata para suprir uma demanda imediata, porque, evidentemente

abre uma alternativa que é mais barata para suprir uma demanda imediata, porque evidentemente o *voucher* é mais barato do que a construção e o custeio de uma creche, mas sem descuidar daquilo que o Senador Confúcio apresentou: a necessidade da cobrança do atendimento à média.

Então, quero valorizar, Senador Serra, um projeto muito bem definido, muito bem desenhado, que sinaliza positivamente e que enobrece a nossa participação no Senado.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador.

Senador Mecias, depois Senador Rogério.

Eu vou colocar em votação e, depois, nós vamos votar só requerimentos.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu jamais chegaria aqui ao Senado, há 60 dias, e votaria contra um projeto de lei de autoria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Senador Serra, até porque votei nele para Presidente da República já duas vezes. Então, jamais me sentiria...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Votou mal! (*Risos.*)

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR) – Eu votei e não estou arrependido, Presidente, de ter votado no Presidente Serra para Presidente da República.

No entanto, eu fico um pouco triste de ver, Presidente, o Senado da República votar projetos de lei autorizativos. Eu via isso lá na Assembleia Legislativa de Roraima; a Assembleia Legislativa votando projetos autorizativos, que, no final, a gente já sabia que não dariam em nada. Ninguém tem obrigatoriedade nenhuma, Senador Rogério, de seguir o projeto.

Acho bonito, louvável, é meritoso. É uma oportunidade para que os Municípios que têm condições de fazer possam fazer, mas creio que o Senador Confúcio também está cheio de razão. Os Municípios brasileiros não têm dinheiro para absolutamente nada. No meu Estado, por exemplo, Estado de Roraima, Senadora Rose, há Municípios que há seis meses não conseguem pagar a folha de pagamento dos servidores, porque todos os recursos que eles têm do Fundo de Participação dos Municípios, quando chega dia 10, 20, 30, o INSS, a Receita Federal vai lá e recolhe todo o dinheiro para pagamento de dívidas patronais de exercícios anteriores, de administrações anteriores, ou seja, os Municípios não têm dinheiro para nada.

Já que nós estamos falando de projeto autorizativo, por que já não se colocou, então, uma autorização para que o Governo Federal destinasse um percentual de verba para manter isso para os Municípios brasileiros? Os Municípios precisam, as pessoas precisam, as mães de família, os pais de família não têm de fato onde colocar os seus filhos. Não há creche para todo mundo e nem eles têm condições de pagar.

Assim, apesar de votar favoravelmente – quero que se considere meu voto favorável –, quero deixar a minha insatisfação de saber que estou votando em um projeto que dificilmente terá obrigatoriedade, ou não se terá obrigatoriedade nenhuma de obedecer-lhe.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Primeiro, quero dizer do grande respeito que eu tenho pelo Governador Serra. É um dos maiores quadros do Brasil.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Muito bem!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Foi um grande Ministro da Saúde, e nós temos muitos avanços na saúde graças ao Senador Serra como Ministro da Saúde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu fiz uma brincadeira – foi uma brincadeira que não tem nada a ver –, mas ele sabe do respeito e do carinho que tenho pelo Senador Serra, um respeito muito grande. Nós já tivemos muitos embates entre Amazonas e São Paulo, mas a nossa relação sempre foi altiva, e eu o reconheço como um dos maiores quadros da política brasileira. Ele contribui muito aqui no Senado e, por onde passou, deixou a marca de um bom administrador. E não é diferente nesse projeto que ele apresenta aqui, muito bem relatado pela Senadora Rose de Freitas, que nos alertou de que há um compromisso agora, na questão da mulher, para a gente votar hoje – eu espero que a senhora vá à reunião de Líderes e peça para o Presidente...

Senador Rogério, por favor.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para discutir.) – Como está na agenda das mulheres – não é, Rose? Está na agenda das mulheres. Eu queria propor que esse projeto passasse pela Comissão de Educação para estabelecer alguns critérios, mas não vou fazer isso. Deixe-me só

ter alguns critérios. Então, eu não vou fazer isso. Deixa só eu ter o direito de discutir, porque, veja, nós estamos falando de um *voucher* para pagar por um serviço público. Esse dinheiro é público. Portanto, o serviço que deve ser ofertado por essa instituição privada tem que preencher alguns requisitos. Esses requisitos, em tese, deveriam ser estabelecidos, algum regramento, pela Comissão de Educação ao analisar a proposta, porque nós estamos falando de recurso público, que não pode ser destinado sem nenhum tipo de regulamento.

Agora, como se trata de uma agenda, de uma pauta que está na agenda em comemoração ao Mês da Mulher, que já se encerrou, mas ainda estamos no passivo, vou só emitir esta opinião: acho que a gente precisa aprofundar este debate. Na hora da definição, como o Eduardo Braga falou, de destinar recursos para essa finalidade, que fosse definido qual é o critério mínimo, o que o estabelecimento precisa ter para receber esse recurso público, esse *voucher*, para poder abrigar uma criança enquanto os seus familiares estão trabalhando. Acho que isso é muito importante para a gente evitar situações como tantas que a gente já viu por aí, de incêndio, de maus-tratos, de abandono. É preciso que a gente também tenha esse tipo de preocupação agregada a, além de ter a possibilidade de fornecer o serviço, algum regramento para proteger essas crianças.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Quantas mães brasileiras, neste momento, estão trabalhando e deixaram seus filhos com uma criança de oito anos para cuidar? Essa é uma coisa, na nossa Região...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Pois é, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Uma criança de oito anos está criando uma criança de quatro meses.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Concordo plenamente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por isso mesmo, uma coisa que chama a atenção no projeto do Senador Serra e que a Senadora Rose coloca é esta: qual é o critério? Tem que ser amigo do Prefeito para colocar meu filho lá? Como é isso? A questão tinha de ser social. Isso é uma das coisas mais absurdas que acontecem. E aí, por exemplo, tem interferência, às vezes, porque o prefeito tenta encontrar uma alternativa para poder acolher, e não consegue. Mas, aí, todo mundo fica achando normal uma criança de oito anos cuidando de duas, três crianças de um ano, de dois anos em casa, com a mãe saindo...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Temos total concordância em relação a isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É uma coisa urgente.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Quando se trata de recurso público, quando você libera o recurso público, a exigência é sempre maior e a responsabilidade pública é muito maior. Portanto, é preciso que esse tipo de situação seja observada. A gente não pode colocar recurso público sem alguns critérios mínimos para que aquilo se caracterize um serviço público. É fundamental.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Veneziano.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente, apesar da observação que eu fiz, V. Exa. retirou, fiz uma observação sobre o projeto do Senador José Serra, essa questão do financiamento desse projeto, vou votar a favor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu também voto a favor.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Porque eu sei que o Senador José Serra tem os melhores propósitos para esse setor da educação, sobretudo das creches, atendimento às crianças.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB) – Sr. Presidente, na linha, na esteira de todos os demais companheiros que se pronunciaram, não haveria de estar ou de me posicionar diferentemente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

de estar ou de me posicionar diferentemente. E até, Senador Otto, Senador Presidente, um dia, quando as discussões se deram, e alguém ou alguns puderam dizer: "Não, mas essas propostas são autorizativas, elas são fruto muito da nossa imaginação, da nossa utopia", foi através dessa crença de que nós poderíamos produzir algo que terminasse por gerar efeitos efetivos que constituímos – exemplifiquemos – o próprio Fundeb.

Como se deu a constituição e o debate inicial para termos um fundo, e aí não igual aos 280 que V. Exa. mencionou, Presidente, há cerca de 15 dias, o Fundeb... E aí falo que muitos dos que aqui estão, como o ex-Governador Tasso, como o ex-Governador Omar, o ex-Governador Eduardo, como ex-Prefeito, a gente sabe da valia e da importância do então Fundef, do hoje Fundeb. Foi dessa forma.

Então, não vamos perder de vista, não vamos desmerecer – e de nenhuma parte houve desmerecimento – o propósito, a ideia extremamente meritória do Senador José Serra, que teve a relatoria da Senadora Rose de Freitas. E aí V. Exa. disse algo. Quando o Ministro da Economia fala sobre a desvinculação orçamentária, tem de mim uma repulsa, porque se hoje nós estamos diante dessa...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB) – Pois bem. Imagine se nós – sem perdas do valor, do compromisso, do comprometimento de grandes gestores, sérios gestores – deixamos a cavalheiro, imaginemos nós, diante dos fatos que nós estamos antevendo e presenciando.

Apenas também, para finalizar, até porque nós temos uma sessão importante do Congresso Nacional e imagino que todos nós desejamos estar presentes, da agenda da indústria, eu queria dizer a V. Exa. que mesmo diante da situação falimentar de grande parte dos Municípios brasileiros, é um equívoco quando nós facilitamos e damos comodamente, a muitos gestores, a desculpa de que não há recursos para prover as obrigações com educação infantil. É arriscado, Senador Tasso Jereissati.

Existem muitos Municípios geridos e administrados por pessoas que não elegem e não priorizam aquilo que é prioridade, como o ensino infantil. E vou, perdoem-me... Particularizava isso ao Senador Fernando Bezerra. Em Campina Grande, durante os oito anos em que estive como Prefeito, nós não apenas reconstruímos, ampliando, as 21 creches existentes, oferecendo mais de três mil novas vagas, como deixamos seis com mais de 90% de suas execuções. Perguntas: *A posteriori*, essas seis foram entregues, Senador Omar? Não!

Perdoem-me. Será que uma prefeitura como a de Campina Grande, de porte médio, mesmo passando e atravessando situações delicadas, não teria como fazer, e eleger como prioridade as crianças do nosso Município? Claro que sim! Mas priorizou-se aquilo que é "muito bom" – entre aspas – para aqueles que fazem, na condição de agentes políticos, o voto mais fácil. É a precarização do serviço. É a ausência de concurso público, para termos lá 8.500 servidores precarizados, terceirizados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, fazendo a separação entre os efetivos gestores, que não dispõem de condições mínimas para prover essas obrigações que são e deveriam ser eleitas por nós como prioridade, daqueles outros que fazem, de maneira negasta, a opção de algo menos importante. Mas acompanho a Senadora Rose, como não diferentemente a autoria intelectual do Senador José Serra.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Obrigado, Senador.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ponho em votação...

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Sr. Presidente, permita–me só um comentário? O Fundef foi criado no Governo Fernando Henrique

O Fundef, que foi criado no Governo Fernando Henrique, foi executado por mim a partir de uma ideia do Governador Tasso. Creio que vale a pena mencionar isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor já deu uma grande contribuição e continua dando uma grande contribuição!

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Queria também agradecer as referências feitas pelos diversos colegas, favoráveis a minha pessoa – valorizo isso muito, ao extremo –, muito especialmente à Senadora Rose, que, como Relatora, soube conduzir esse projeto para este momento de aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vamos colocar em votação o projeto do querido Senador José Serra – uma pessoa pela qual todos nós temos um grande respeito –, que foi muito bem relatado por esta grande representante do Espírito Santo, a Senadora Rose de Freitas, uma mulher guerreira com quem tive o prazer de conviver por quatro anos, sempre muito presente, batalhando, lutando pelo bem do Brasil e do Estado do Espírito Santo.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Ela é da terra do Senador João Calmon, que foi o primeiro Parlamentar a fazer a vinculação de recursos orçamentários para a educação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em votação.

Aqueles Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Sr. Presidente, posso agradecer?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Eu quero muito agradecer ao Eduardo Braga, ao Fernando Bezerra, pelas palavras do Tasso e de todos que contribuíram. Quero agradecer também a V. Exa. Esse compromisso, Presidente, foi feito na reunião passada e será levado ao Plenário em função do compromisso assumido pelos Líderes. Só tenho a agradecer. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Com o voto contra do Senador Confúcio.

Temos aqui...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Temos agora o item 7, que é... O Senador Veneziano quer uma audiência pública conjunta reunindo a CAE, a CDH, a Comissão de Educação e a CAS.

ITEM 7

REQUERIMENTO Nº 21, de 2019

- Não terminativo -

Requeremos, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte e a Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo de discutir o alto custo do tratamento e manutenção de indivíduos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no Brasil.

Autoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo.

Inclusive, hoje é o dia... Quero dizer a vocês que eu faço questão de estar presente nessa audiência. Eu sei da importância desse trabalho. Precisamos de mais profissionais, principalmente nas escolas. Não estou falando de creches, mas de escolas: quantas delas hoje recebem uma criança

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

autista e não têm profissionais para atendê-la? Daí a importância do Fundeb, que garante 60% para pagamento de pessoal; é a garantia hoje, senão nós estaríamos aí com distorções enormes.

Vou colocar em votação.

Aqueles que o aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Há outro requerimento aqui, do Senador Major Olímpio, que solicita audiência pública sobre a reforma da previdência e do sistema social dos militares, que é em conjunto com... O senhor acertou já, não é, Senador Rogério?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. *Fora do microfone.*) – Já acertei.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Essa audiência será terça-feira que vem – é preciso mandar os convites –, em conjunto.

ITEM 8

REQUERIMENTO Nº 25, de 2019

- Não terminativo -

Requer audiência pública para discussão das Reformas da Previdência e do Sistema de Proteção Social dos Militares.

Autoria: Senador Major Olimpio.

Em votação.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O 25 e o 26... O 27, aliás. E há mais um requerimento aqui....

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Dois requerimentos. Um é da Senadora Leila – ela estava aqui há pouco –, que é...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ah, tá.

É para a gente debater com o Governo o tratamento diferenciado na Organização Mundial do Comércio em troca do apoio americano para o ingresso do Brasil na OCDE.

Acho que é um debate que vamos ter... Vamos marcar uma data para fazer esse debate.

ITEM 11

REQUERIMENTO Nº 19, de 2019

- Não terminativo -

Requeiro a realização de audiência pública para debater com os setores produtivos o recente posicionamento do Governo Federal no sentido da concordância em abrir mão do tratamento especial e diferenciado no âmbito da OMC em troca do apoio americano para ingresso do Brasil na OCDE, vantagens e desvantagens envolvidas.

Autoria: Senadora Leila Barros.

Em votação.

debate que nós vamos ter. Vamos marcar uma data para fazer esse debate.

Em votação.

Aqueles que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

O último, do Senador Fernando Bezerra.

EXTRAPAUTA

ITEM 12

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO Nº 14, de 2019

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PLS 337/2015, que Acresce os incisos XVIII, XIX, XX ao Art. 20 da Lei nº 8036/90 – que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço para permitir a utilização da conta vinculada do trabalhador na quitação de débitos vinculados à imóveis de parentes de primeiro grau.

Autoria: Senador Fernando Bezerra Coelho.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:
1. Representante da Caixa Econômica Federal
2. Representante do Ministério da Economia
3. Representante do Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

Em votação.

Aqueles que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

O Requerimento nº 26 está prejudicado porque nós já aprovamos outro.

(É o seguinte o requerimento prejudicado:

EXTRAPAUTA

ITEM 13

REQUERIMENTO Nº 26, de 2019

- Não terminativo -

Debater a Proposta de Reforma da Previdência dos Militares, designada de Reestruturação do Sistema de Proteção Social das Forças Armadas.

Autoria: Senador Rogério Carvalho.)

Convocamos os Srs. Senadores para, na próxima terça-feira, uma reunião com audiência pública aqui, para falar sobre previdência dos militares.

(*Iniciada às 10 horas e 05 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 20 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 1ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE FEVEREIRO DE 2019, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às nove horas e trinta e cinco minutos do dia quatorze de fevereiro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência Eventual do Senador Luis Carlos Heinze, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Leila Barros, Nelsinho Trad, Mara Gabrilli, Jayme Campos, Styvenson Valentim, Irajá, Rogério Carvalho, Flávio Arns, Luiz do Carmo, Paulo Paim, Jorge Kajuru, Carlos Viana, Soraya Thronicke, Zequinha Marinho, Zenaide Maia, Rose de Freitas, Mailza Gomes e Marcos do Val. Deixam de comparecer os Senadores Humberto Costa, Juíza Selma, Weverton, Eliziane Gama, Renan Calheiros, Eduardo Gomes, Marcelo Castro, Maria do Carmo Alves e Otto Alencar. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Instalação e Eleição**. **Finalidade:** Instalação dos trabalhos e eleição da Presidência e Vice-Presidência da Comissão de Assuntos Sociais para o biênio 2019/2020. **Resultado:** Instalada a Comissão de Assuntos Sociais, foram eleitos por aclamação os Senadores Romário e Styvenson Valentim Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, para o Biênio 2019 – 2020. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e vinte minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Romário

Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/02/14

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura do Senado Federal.

A presente reunião destina-se à instalação dos trabalhos desta Comissão e à eleição de sua Presidência e Vice-Presidência para o biênio 2019/2020.

Foi registrada até o presente momento a seguinte chapa: para Presidente, Senador Romário; para Vice-Presidente, Senador Cap. Styvenson.

Tendo sido essa a única chapa apresentada até o momento, consulto o Plenário sobre a possibilidade de realizarmos a eleição por aclamação, a exemplo do ocorrido em outras Comissões. (*Pausa.*)

Senadora, deu certo?

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES. *Fora do microfone.*) – Eu não ouvi.

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Podemos fazer por aclamação?

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES. *Fora do microfone.*) – Podemos.

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Então, as Sras. e os Srs. Senadores que concordam com a presente chapa permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Declaro eleitos por aclamação o Senador Romário e o Senador Cap. Styvenson, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, da Comissão de Assuntos Sociais no biênio 2019/2020.

Convido os eleitos a ocuparem seus lugares à Mesa. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ. *Fora do microfone*.) – Muito obrigado a todos.

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Por favor, Senador.

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS. Pela ordem.) – Gostaria de parabenizar o Senador Romário e o Senador Styvenson por essas honrosas indicações dos Líderes desta Casa, cumprimentar todos os Senadores que fazem parte desta importante Comissão e me apresentar a vocês. Eu sou Nelsinho Trad, Senador pelo Mato Grosso do Sul, sou médico, urologista, com especialidade também em cirurgia-geral e saúde pública. Eu me formei no Rio de Janeiro, Senador Romário, na Universidade Gama Filho, onde fiz minha residência, represento a área da saúde do meu Estado, e gostaria de trazer a esta Casa essa representatividade.

Fui provocado pelo Vice-Presidente do Conselho Federal de Medicina, Dr. Mauro Ribeiro, que é do meu Estado, para debatermos oportunamente nesta Comissão – e na próxima reunião entrarei com um pedido de audiência pública sobre o assunto – a telemedicina, que é um mecanismo inovador, diferente, moderno, que, com certeza, dará a esta Casa uma visibilidade na sua discussão, até porque toda a classe médica do Brasil e toda a sociedade esperam por esse avanço.

Então, na próxima pauta, Sr. Presidente e Senador Styvenson, entraremos com um pedido de audiência pública para que a gente possa debater esse assunto nesta Comissão.

Parabéns! Que Deus abençoe o trabalho de vocês.

Podem contar com este Senador aqui.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito obrigado, Senador Nelsinho Trad, pelas palavras.

Quero dizer que é uma honra ter V. Exa. aqui também nesta Comissão. Fico mais feliz ainda em saber que a sua formação foi feita no meu Estado do Rio de Janeiro. Parabéns!

Bom dia a todos.

Muito obrigado a todos pela presença. Quero dizer que me sinto honrado e é com muito prazer que assumo a Presidência desta Comissão de Assuntos Sociais daqui do Senado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero fazer um agradecimento especial ao meu Vice-Presidente, Senador Capitão Styvenson, do meu Partido, e dizer que nós dois, Senador, vamos dar certo. Assim como deu a famosa dupla Romário e Bebeto, vai dar agora a dupla Romário e Styvenson. Tenho certeza de que a gente vai fazer aqui, na Presidência e na Vice-Presidência nesta Comissão, um grande trabalho, trabalho esse em que necessitamos da ajuda de todos, do empenho de todos. Sabemos que o Brasil vive um momento diferente de outrora. Hoje, temos mais da metade de Senadores de primeiro mandato, Senadores que chegam – inclusive, quero dar boas-vindas a todos que estão chegando pela primeira vez na Casa – com vontade – pelo que eu senti nesses dias de contatos, de primeiros contatos – realmente de mudar o Brasil. A gente definitivamente tem que entender, como já entendemos, que o Brasil de corrupção – desculpem-me a palavra –, de sacanagem, de mau-caratismo, esse Brasil vai ter que ficar para trás, a gente tem que pensar no Brasil diferente, no Brasil pelo qual nós, Senadores e Senadoras, temos a nossa responsabilidade nesta Casa.

Eu tenho certeza de que, através desta Comissão, vamos poder ajudar o nosso povo brasileiro, vamos poder principalmente melhorar a qualidade de vida do nosso povo. É o que nós temos por obrigação, fomos eleitos exatamente para isso, independentemente de Estado e de Partido, o objetivo aqui maior de todos nós, a partir deste momento nesta Casa do Senado, é fazer o melhor para o nosso povo. Eu tenho certeza de que juntos, trabalhando seriamente, dedicados e, principalmente, com muita honestidade, vamos conseguir.

Esta é uma comissão importante na área social. Eu particularmente milito já nos últimos 13 anos da minha vida na área das pessoas com deficiência e doenças raras. São segmentos da nossa sociedade, com certeza, esses temas passarão todos por aqui. A nossa saúde, que sabemos que, infelizmente, vive um momento cada vez pior. A precariedade que existe na saúde do Brasil é uma coisa impressionante. Nós temos hoje aqui, a partir de agora, uma oportunidade de melhorar esses temas.

Temos o tema importante sobre o povo indígena, que é um tema que tem sido muito colocado pelo nosso Governo. Nós temos essa responsabilidade de, com seriedade, debater esse tema do começo ao fim.

Enfim, essas são as minhas palavras, principalmente de agradecimento a todos Senadores e Senadoras que me aclamaram para este momento, para a posição de Presidente desta importante Comissão da Casa. Mais uma vez, muito obrigado.

Senador Styvenson, seja bem-vindo. Assim como outros, V. Exa. está chegando agora. Desejo boa sorte. No que depender da minha ajuda como novo companheiro e também como Presidente desta Comissão, pode contar comigo.

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIZ DO CARMO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO) – Bom dia, Sr. Presidente.

Sou o Senador Luiz do Carmo, de Goiás. É um prazer muito grande fazer parte desta Comissão. Existem temas muito relevantes para tratarmos aqui, um deles é a demência. Há muitos brasileiros com demência, e eu acho o Governo não está dando devida atenção à demência, vários tipos de demência. Então, eu quero, juntamente com os nossos companheiros, tratar de uma doença silenciosa, que poucos veem e que está realmente acometendo muitos brasileiros.

Então, eu quero fazer parte aqui desta Comissão e trabalhar para melhorar a vida dos brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, Senador. V. Exa. pode ter certeza de que esta Presidência dará uma atenção diferenciada a esse tipo de deficiência, de doença que nós temos no País. Muito obrigado pela presença de V. Exa. aqui nesta Comissão.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Sim, Vice-Presidente.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Vai falar? Vai falar?

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES. *Fora do microfone.*) – Não, eu quero ouvir V. Exa.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Ah, eu quero agradecer primeiro às mulheres, Senadoras aqui presentes, porque acho que esta Comissão fica mais uniforme com a presença feminina das novas Senadoras que vêm com essa ideia que o Romário, o nosso Presidente daqui da Comissão, já disse, dessa renovação, dessa busca da área social, não só para a área médica, mas para tudo o que for possível fazer dentro desta Comissão, porque é importante para a população, porque é importante para quem está lá fora, para realmente transformar a vida deles, de quem precisa, de quem está precisando de um medicamento, Romário, daquele medicamento bem caro, pessoas que têm doenças raras. Então, vamos trazer aqui, Nelsinho, essa discussão, essa telemedicina. Sobre se é bom ou se é ruim, a gente vai discutir. Então, estou grato por estar aqui ao seu lado. Essa dupla realmente... Vou ser seu zagueiro sempre, vou estar sempre na sua retaguarda.

Agradeço a todos os presentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E vamos fazer aquilo para o qual a população escolheu, o melhor para eles.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Senadora Rose de Freitas, com a palavra por favor.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Está tão protegida esta Comissão aqui, há dois atletas e dois Senadores brilhantes.

Primeiro, eu quero parabenizá-lo, Styvenson, pela sua estreia fantástica nesta Casa, poliativo, sempre disposto ao trabalho. E, junto com o Romário, que nós já conhecemos, esta Comissão vai ter a agilidade que teve quando da Presidência da Marta, mas são muitos projetos. Esta é uma das maiores e melhores Comissões da Casa.

Eu queria dar as boas-vindas – viu, Romário? –, estou à disposição, Senador Presidente nosso agora, para trabalhar. E, em face disso, saudando-o e me colocando à disposição, saúdo as minhas colegas e meus colegas; o Flávio querido; a Leila; o Flávio tenho o prazer enorme de encontrá-lo aqui e de estarmos na mesma Comissão; então, todos os que aqui estão.

Digo que temos uma pauta aqui... O meu assessor pegou a minha pauta... (*Risos.*)

Nós temos 14 projetos aqui nesta Comissão – alguns precisando de que sejam indicados os relatores – que estão dormindo aqui nesta Comissão há bastante tempo. Eu sei que esta Comissão numericamente é a que mais tem projetos, pela sua abrangência. E eu queria, eu queria... Pois não.

Eu queria solicitar de V. Exa. que fosse apreciado um projeto não-terminativo, se meus companheiros estiverem de acordo. Trata-se do Projeto 132, de 2018, sobre a questão das leis do trabalho e da dispensa coletiva.

Eu queria que fosse submetido aos meus colegas. Ele é não-terminativo, portanto, não há óbice, pode ser votado simbolicamente. Se todos acessarem o computador, vão conhecer o projeto que já tem inclusive parecer favorável.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Senadora, um minuto.

Eu vou designar a partir da próxima reunião já alguns Relatores para esse e outros projetos. Esse projeto especificamente é do Senador Paulo Rocha, que infelizmente não se encontra mais nesta Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Segundo a nossa Mesa, isso poderá ser feito a partir da próxima reunião. Gostaria que a senhora entendesse isso. Estou dando minha palavra a V. Exa. de que vamos colocá-lo na primeira pauta desta Comissão para ser discutido por todos Senadores e Senadoras.

Por favor.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Eu vou atender V. Exa., mas quero dizer o seguinte. É muito comum nesta Casa, e aconteceu ontem numa Comissão especial, aquela Comissão que nós brigamos por ela, em que eu fiz um requerimento de convocação do Presidente da Vale e imediatamente o chefe da Comissão induziu o meu assessor a tirar a convocação e colocar convite. Eu nunca vi uma coisa prevalecer sobre um requerimento que estava baseado no Regimento Interno.

O que eu quero dizer a V. Exa., porque conheço, participei da de Educação. Não há nesta Casa, em todos os lugares, existem alguns, o espírito de fazer as coisas acontecerem.

Hoje nós estamos iniciando as Comissões na metade de fevereiro. O que eu quero mostrar? Só cuidando da minha pauta, que hoje está em 14 projetos e mais 6 que estão entrando agora, se levarmos em conta a pauta de todos, nós teremos uma pauta já obstruída por excesso de trabalho no início.

Quando eu provoquei isso aqui, não sou estudante, não tenho que marcar posição, foi apenas porque ele estava em condição de ser votado e trata de uma matéria que foi amplamente discutida e que pode ser acessada pelos Senadores.

Atendo V. Exa., não entendendo uma questão apenas. Nós estamos aqui para dar posse e trabalhar. E sei que esse vai ser o ritmo que V. Exa. vai impor. Se for pelo ritmo normal que os assessores da Mesa colocam, nós acabamos votando dois projetos por dia, e só Deus sabe quando.

Por isso fica aqui a observação. Estou à disposição. Vou trabalhar junto, mas eu não aprendi a andar devagar. Desculpe-me.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, Senadora. V. Exa. me conhece um pouco, eu fui Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte desta Casa, e nesses dois anos que assumi esta Comissão, nós batemos o recorde de projetos analisados, avaliados.

Enfim, V. Exa. pode ter a certeza de que aqui a gente vai dar prioridade a todos os projetos, não só aos de V. Exa., como também aos de todos os Senadores e Senadoras desta Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É claro que a Secretaria tem uma importância muito grande para ajudar a Presidência, mas, como não poderia ser diferente, o regime aqui é o presidencialismo, e aqui quem manda é o Presidente, aqui quem vai mandar sou eu, pode ter certeza.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Quero acrescentar apenas um pedido a mais, para que fique registrado na assessoria, obviamente.

Há três projetos de 2017 que estão aguardando um relator. E, como V. Exa. é ativo, vou solicitar que o... Não vou conseguir ler, mas são três projetos de minha autoria que aguardam um relator desde 2017, desde o início de 2017.

Então, tenho a certeza de que o Presidente não vai ter dificuldade em despachar isso.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Com a palavra o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senador Romário, Senador Styvenson, eu estava despachando no meu escritório, que fica no Cafezinho, naquela mesa que fica bem no canto, como todo mundo já sabe, pois é tradicional, e vim correndo aqui porque eu não queria perder essa votação. Pelo menos está no painel que eu acompanho a posição aqui unânime da votação dos senhores.

Quero dizer, Senador Romário, que tive uma experiência muito boa no trabalho com V. Exa., como V. Exa. sabe, nos últimos quatro anos. Então, não tive problema algum em dar um depoimento na última disputa de que V. Exa. participou, bem como V. Exa. deu um depoimento para mim, mesmo sendo de partido diferente. V. Exa. mostrou que não é só campeão do mundo – sempre repito isso –, mas que é campeão também na forma de atuar aqui, no Parlamento.

Fico muito feliz, porque esta é a Comissão de Assuntos Sociais. V. Exa. e o Cap. Styvenson... Nós nos falamos, antes de ele chegar aqui, pelo WhatsApp. Ele me perguntou: "E aí, Paim? Como é que é? Pediram-me que eu falasse com você". Isso mostra essa liberdade suprapartidária. Fiquei feliz, porque o colega já vai para a Comissão de Direitos Humanos; o Flávio Arns também vai para lá. Com o meu comandante aqui nós conversamos ontem.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Eu também continuarei lá.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O Nelson Trad... Fui Parlamentar junto com o pai dele, que foi um grande Parlamentar, um grande Parlamentar!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta aqui também foi Constituinte comigo. Aqui, ontem, a Senadora me empossou e poderia ter destacado qualquer um. Ontem, ela me deu a posse na Comissão de Direitos Humanos.

Eu não quero falar muito. Só quero dizer que fiquei muito feliz com os senhores dois.

Aqui, falo com o coração, porque esta é a Comissão de Assuntos Sociais. Quero, inclusive, fazer muita parceria entre esta Comissão e a Comissão de Direitos Humanos, com audiências e debates. A previdência vai ter de ser discutida! Nós vamos discutir. Ninguém é contra discutir a previdência. Nós vamos discutir juntos, se os senhores e as Comissões assim entenderem, na Comissão de Direitos Humanos e na Comissão de Assuntos Sociais, alguns temas, como esse tema da previdência.

Eu só vim aqui para bater palmas para os senhores. Permitam-me pedir palmas para esses dois, porque eles merecem. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito obrigado, Senador Paulo Paim. Mais uma vez, é uma honra contar com V. Exa. aqui, nesta Comissão. A nossa parceria, desde o que dia em que cheguei aqui até hoje, deu mais do que certo. Tenho a certeza de que, daqui para frente, a tendência é melhorar cada vez mais. Hoje, V. Exa., como Presidente da CDH, e eu aqui, como Presidente da CAS, temos muitas coisas em comum no nosso mandato, principalmente no que se relaciona a pessoas com deficiência e com doenças raras. Então, boa sorte para todos nós! Vamos ter dois anos de muita luta e de muito trabalho nessas Comissões. Pode contar aqui com o Presidente da CAS.

Muito obrigado.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Com a palavra o Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Eu quero, da minha parte...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Sou seu fã. (*Risos.*)

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Tudo bem, não é?

Quero cumprimentar V. Exa. como Presidente e, como Vice-Presidente, o Cap. Styvenson. Que alegria! Já conversamos, nos encontramos diversas vezes. Que V. Exas. realmente possam liderar o trabalho com todos os Senadores e Senadoras daqui da Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu digo que é uma Comissão das mais importantes, porque trata da saúde, da assistência, do trabalho, da previdência. São temas, como o Senador Paulo Paim colocou, relacionados a direitos humanos, e isso é fundamental, debater isso é uma necessidade para o Brasil.

Permitam-me até tornar público um comentário que fiz em relação ao nosso Presidente. Eu disse que ele deveria, em meio ano, colocar-se em forma para voltar para a Seleção do Brasil também! (*Risos.*)

Ainda daria muito *show* na nossa Seleção, que está precisando de um Romário também, não é verdade?

Que bom que estamos aqui, e com temas que são comuns a nós. V. Exa. sempre destaca, de uma maneira muito apropriada, o trabalho com a pessoa com deficiência, e eu quero dizer que também, da minha parte, até como pai também, queremos que essa área seja uma área em que os direitos sejam realizados. Ninguém quer pena, compaixão, mas quer que as pessoas com deficiência, e toda a população, tenham acesso à saúde, à previdência, à assistência, ao trabalho – estou aqui ao lado da Senadora Leila –, também acesso à educação, à cultura, ao esporte, enfim, que os direitos humanos sejam realizados.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Permita-me, Flávio: campeã do mundo também!

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Campeã do mundo, sim! Campeã do mundo, mas ontem ela disse, lá na Comissão de Cultura e Esporte, uma verdade sobre a qual a gente tem de pensar: poucos chegam à condição de campeões de mundo...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – É verdade.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – ... como o Romário e a Leila. (*Palmas.*)

Mas o que nós temos de fazer é permitir que toda população pratique esporte, porque isso faz bem para a saúde, para o desenvolvimento, para a área social e, se todo mundo praticar esporte, a gente vai identificar aquelas pessoas que realmente têm talento especial nas diversas modalidades esportivas. Isto é fundamental: o esporte escolar, comunitário ou social.

Mas quero me colocar à disposição, quero ajudar, quero ser parceiro em todos os sentidos, quero colaborar. Deixo muito claro isto: estamos juntos nisso. Eu até apresento um requerimento, para ser apreciado na próxima reunião, no sentido de que aqui, na Comissão de Assuntos Sociais, possamos criar uma subcomissão permanente dos assuntos sociais da pessoa com deficiência, para que tenhamos um foco na saúde, na previdência, na assistência e no trabalho para essa parcela da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

população, de todas as áreas de deficiência. Quero entregar à Mesa e, no momento oportuno, que o requerimento possa ser votado.

Parabéns para todos nós. Que a gente sinalize para a sociedade que a Comissão está aberta para a ampla participação de todos os setores da sociedade. Queremos, juntos, como nosso Presidente falou, nosso Vice-Presidente também, construir um Brasil melhor.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, Senador! Muito obrigado pelas palavras.

Quero lhe dizer que ter V. Exa. nesta Comissão é uma honra, é um prazer. Sou fã mesmo de carteirinha, já de muitos anos. Inclusive, bem antes de entrar na política, sempre acompanhei os feitos de V. Exa. e do meu hoje amigo Paulo Paim em defesa do trabalhador, dos que mais necessitam. E principalmente essa defesa que vocês fazem, no dia a dia, das pessoas com deficiência e com doenças raras.

V. Exa. pode ter certeza de que vamos caminhar juntos pelo caminho certo, vamos trabalhar muito e com certeza vamos ajudar diretamente a melhorar a qualidade de vida dessas pessoas que mais necessitam.

Muito obrigado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senador Romário, só por um lapso meu, permita-me...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Fique à vontade.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Os novos estão chegando e vêm com muito pique. Eu estou aqui para trabalhar junto. Como dizia o outro, o mundo cabe num abraço, nas grandes causas. Eu quero somente citar o nome da querida Mailza – eu não tinha o seu nome decorado ainda – que me deu posse, e também do Zequinha Marinho, que eu não citei e já esteve no Plenário dialogando com a gente. Só isso.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Obrigado, Senador.

Senador Zequinha Marinho com a palavra, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Presidente, Senador Romário; Senador Styvenson, caros colegas aqui, Senadoras e Senadores.

Eu sou do Estado do Pará, da Região Norte, e com muita honra estamos integrando esta Casa. Hoje é uma alegria muito grande poder participar também aqui desta Comissão, na condição de suplente. Estamos correndo por outras também. Digo que queremos somar para que a Comissão cumpra sua missão e possamos contribuir com o Brasil.

Desejamos a V. Exa., ao Vice-Presidente e a todos os colegas aqui um ano produtivo, de trabalhos, que possamos corresponder à expectativa não só do eleitor do nosso Estado, mas, acima de tudo, do Brasil como um todo. Então, contem conosco. Queremos ser úteis. E eu quero ver... Sei que um é do futebol e outra é do vôlei, mas queremos assistir, se Deus quiser, a grandes passes de craques, de campeões, nesta Comissão, em favor do Brasil, com uma legislação afinada com aquilo que quer e que pensa a sociedade brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Obrigado, Senador Zequinha Marinho, pelas palavras. Pode ter certeza de que tudo isso que nós – posso até falar pela Leila, agora – conseguimos dentro do nosso esporte, traremos aqui para a política, para esta Comissão, com o objetivo sempre de ajudar o nosso País, que é o nosso dever.

Senadora Leila, com a palavra, por favor.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Bom dia, Sr. Presidente, Senador Romário.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Bom dia.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Senador Styvenson; minhas companheiras, Senadoras aqui presentes; Senadores. Enfim, a imprensa.

Primeiro, é um prazer conviver com pessoas, estar aprendendo tanto com o Senador Flávio Arns. Ontem, na Comissão, Senador, eu comentei a respeito de que poucos chegam ao nível que nós chegamos, mas entendendo que muitos ficaram e aprenderam muito com os valores esportivos, tornaram-se grandes cidadãos, pais de família, grandes profissionais, porque nós dois entendemos o que o esporte, além do alto rendimento, pode promover, que é cidadania, formação de valores. Então, hoje eu estou ao seu lado nesta Comissão, o que me honra muito.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Você é representante do futebol e eu do vôlei. Fomos de esportes coletivos, mas ainda entendemos a força do coletivo, a comunhão de ideias, de vontades, de forças, para que a gente faça o melhor pelos nossos jovens, pelas nossas crianças, pelas pessoas com deficiência, enfim, pela população de um modo geral.

Então, quero desejar aos dois que estão à frente, principalmente ao senhor, Senador, muita força, disposição, que eu sei que não lhe falta, para o comando desta Comissão, e dizer que pode contar comigo. O esporte, a educação e a cultura são pilares de formação de uma juventude saudável, de uma população saudável, de mente sã, e nós estamos precisando demais trabalhar essas políticas de uma forma efetiva na nossa sociedade. Nós não podemos excluir, tirar força, tirar recursos de educação, não entender a força do esporte e da cultura na formação dos nossos jovens, das nossas crianças, e simplesmente não aproveitarmos estes momentos para esses debates, para lutarmos por essas políticas que são fundamentais para eles.

É isso que eu queria ressaltar aqui, deixar bem claro. Como eu falei lá na Comissão de Educação, eu estou com sangue nos olhos para poder ajudar realmente o País e esta Comissão a de fato entregar políticas consistentes que vão ajudar a nossa população, as nossas crianças e os nossos jovens. Estou focada demais nisso, no futuro do nosso País, no que esta Legislatura vai entregar, daqui a quatro e oito anos, no que vamos entregar efetivamente para esses jovens e para essas crianças.

Obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, Senadora. Obrigado pelas palavras.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Só me desculpem, que eu falo alto. Eu vou melhorar, gente. Eu sou superempolgada!

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Isso é bom, isso é bom. Ser campeão do mundo, como V. Exa. mesma colocou, não é nada fácil. Não significa que aqueles que não foram também não têm seus valores, como V. Exa. mesma colocou. Em relação ao trabalho desta Comissão, eu conto muito com a sua ajuda, conto muito com a sua determinação. Como V. Exa. mesma colocou, esse sangue nos olhos terá uma importância muito grande nos trabalhos desta Comissão. Eu tenho certeza de que, com esse pensamento de todos em prol da população brasileira, principalmente da melhora da qualidade de vida do povo brasileiro, vai dar certo e a gente vai fazer aqui, com certeza, um grande trabalho.

Senadora...

A SRA. MAILZA GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - AC) – Mailza Gomes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Mailza.

A SRA. MAILZA GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - AC) – Bom dia a todos! Também quero cumprimentar o Presidente, Senador Romário, e o Vice-Presidente, Senador Styvenson Valentim, e parabenizá-los por esta missão que vocês recebem agora, e também por contribuir com esta Comissão que vai tratar de assuntos relevantes, importantíssimos, para transformação do nosso País.

Eu quero fazer um pedido também para termos atenção especial a uma lei de 2016, que é o Marco Legal da Primeira Infância. Ontem participei de um debate, um encontro na Câmara Federal, e notamos a importância que tem desenvolver essa cultura de colaboração, valorização da criança. Esse é o meu pedido. Quero contribuir e desejar boa sorte a todos. Que venhamos a fazer um bom trabalho para o nosso Brasil.

Obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Parabéns, Senadora Mailza Gomes. Seja bem-vinda! Tenho certeza de que a presença de V. Exa. nesta Comissão vai engrandecer bastante. Pode contar com este Presidente, principalmente nessa área social, das pessoas com deficiência e com doenças raras, área essa em que eu milito já há muitos anos da minha vida.

Senadora Zenaide Maia, com a palavra, por favor.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Bom dia a todos! Quero cumprimentar aqui o Senador Romário, Presidente, e o Senador Styvenson Valentim, do meu Estado do Rio Grande do Norte, e dizer a todos os colegas aqui da minha alegria de poder participar desta Comissão. Na Câmara eu era da Comissão de Seguridade Social e Família, e os temas que vão ser abordados eu sempre... Também era Vice-Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, e quero dizer que estou feliz por estar aqui e que vou ajudar nisso aqui no possível.

Aqui eu estou vendo que há atletas, há tudo. Eu sou médica de formação, e é bom que a gente tenha todos. Eu digo que eu considero esta Comissão de uma importância fundamental. Aqui é onde a gente fala sobre a saúde da população, onde se fala do social, da família. É um prazer estar aqui.

Parabéns, Romário! Parabéns, Styvenson! Parabéns a V. Exas. Eu estou aqui para dar o apoio necessário.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito obrigado, Senadora! Da minha parte, pode ter certeza de que nós vamos fazer o máximo para que possamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

realmente dar uma outra cara a esta Comissão. Não que os presidentes anteriores não foram capazes; pelo contrário, fizeram grandes trabalhos aqui nesta Presidência. Mas como temos hoje no Senado a maioria dos Senadores novos, eu tenho certeza de que essa mentalidade de ajudar e de trabalhar sério, e muito, será importante para os trabalhos desta Casa.

Senador Cap. Styvenson, por favor, com a palavra.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Presidente, é só para lembrar. Foi dito aqui do esporte, foi dito da criança, dos portadores de necessidades especiais. Só para lembrar do que foi dito aqui, parte da medicina, parte das necessidades especiais, parte das crianças, mas a gente não pode esquecer também de uma população que vai ser pauta agora da previdência, os idosos. Vamos nos lembrar deles. Estamos envelhecendo, e vamos envelhecer com qualidade de vida. Vamos dar qualidade de vida de que realmente precisam. Então, é só para deixar registrado aqui que também essas pessoas não vão ficar esquecidas, não, como já estão esquecidas lá fora.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem colocado, Senador. Pode ter certeza de que essa é uma pauta de grande relevância nesses próximos anos. Aqui nesta Casa, nesta Comissão, principalmente, nós levaremos muito a sério esse tema, e haverá aqui muitos debates importantes sobre a previdência. Automaticamente, a gente está falando dos idosos. Então, a gente tem que ter um carinho e um respeito muito grandes. Por parte desta Presidência, com certeza isso não faltará.

Agora, passo a palavra à nossa querida e maravilhosa Senadora Mara Gabrilli. Por favor, amiga.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Presidente, que honra! É uma honra para mim.

Tudo bem, Senador?

Quero cumprimentar todos os Senadores, o Senador Paulo Paim, que, junto com o Senador Romário, junto com o Senador Flávio Arns, foram os construtores da Lei Brasileira de Inclusão, do Estatuto da Pessoa com Deficiência. Então, faz-me muito gosto tê-lo como Presidente desta Comissão.

Quero dizer, Presidente Romário – você também, Zenaide! –, que nós estamos vindo de uma Comissão lá na Câmara, que é uma Comissão praticamente nova, que foi criada na última Legislatura, que era a Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Eu já sei que o Senador Flávio Arns está propondo que a gente tenha uma subcomissão.

Também faço a proposta para que a gente tenha a Subcomissão de Doenças Raras, que é outro tema que está muito em pauta, porque embora há muito que a gente tenha mais de 15 milhões de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

brasileiros com doenças raras, a gente está em um momento em que a tecnologia está trazendo novas tecnologias e novos medicamentos. Então, acho que a gente tem que trabalhar de muito perto a incorporação desses novos medicamentos, que são medicamentos que vêm salvando vidas.

Queria também propor à Comissão... No ano passado eu participei de uma eleição internacional, aquela eleição no Comitê da ONU, e eu fui eleita para exercer um mandato que começa neste ano. Então, é a primeira vez que o Brasil tem assento no comitê que monitora a Convenção da ONU sobre Direitos das Pessoas com Deficiência. Eu queria propor que a gente tivesse, nesta Comissão, uma ligação muito direta com o Comitê, porque a partir de então eu passei a ser uma perita da ONU. Vou relatar países e fazer recomendações sobre inclusão da pessoa com deficiência e acessibilidade. Então, a gente poderia trabalhar de uma forma bem uníssona para conquistarmos juntos isso, porque é uma vaga do Brasil. Eu represento o nosso País lá. Não é à toa que eu estou lá. Eu estou lá muito por conta da nossa Lei Brasileira de Inclusão, por ela ser a Convenção da ONU regulamentada. O Senador Romário participou disso, muitos aqui participaram disso, e venho com essa proposta de a gente construir também isso junto.

Como falou o Senador Styvenson, por conta da reforma da previdência, acho que não só a gente tem que falar muito sobre idosos, porque daqui a pouco os idosos serão 24% da população, mas principalmente aqueles que vivem em uma situação mais vulnerável. Eu acho que é muito o nosso papel aqui, porque é um público brasileiro de que, se a gente tirar o pouco que eles têm hoje, mais tarde vai ficar muito caro para o País, bem mais caro. Então, temos que estar vigilantes com relação a isso, com o público que a gente trabalha.

Então, queria agradecer. Estou muito feliz de participar desta Comissão e feliz com o senhor de Presidente, Senador Romário. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito obrigado, Senadora Mara, pelas palavras. Sinto-me muito honrado de mais uma vez poder participar de uma comissão com V. Exa., uma guerreira em todos os sentidos. Como V. Exa. mesma colocou, aqui nesta Comissão estão reunidas quatro pessoas que tanto iniciaram quanto terminaram a LBI, no caso: Senador Paim, Senador Flávio Arns, V. Exa. e eu. E eu posso afirmar a todos os segmentos das pessoas com deficiência e doenças raras que, junto com essas novas Senadoras e Senadores que aqui estão chegando, essas pessoas terão uma atenção especial, uma atenção diferenciada através desta Comissão.

E quero comunicar a V. Exa., Senadora Mara Gabrilli, que aqui na CAS já tinha sido aberta uma Subcomissão Especial sobre Doenças Raras, da qual eu fazia parte e que era presidida pelo antigo Senador, ex-Senador Waldemir Moka. E essa Subcomissão continuará. Falaremos dela já a partir da próxima reunião, mas com certeza, se depender do meu voto, V. Exa. já será Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – E quero dizer que é uma honra estar participando de novo de temas importantes, relevantes que V. Exa. sempre coloca nesses anos de mandato na política. E vamos ter, sim, uma relação muito direta com esse comitê da ONU de que V. Exa. faz parte. E a relação que nós temos que ter é direta com esse comitê e eu posso afirmar que a gente terá. E, junto dessa parceria, surgirão grandes projetos, grandes ideias e trabalhos importantes e interessantes para esses segmentos do nosso País e do mundo de modo geral.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Obrigada, Senadora Rose.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Agora dou a palavra ao Senador Irajá.

Senador, por favor.

O SR. IRAJÁ (PSD - TO) – Bom dia, Presidente. Bom dia, Senadores e Senadoras.

É apenas para registrar a minha alegria de poder estar participando desta Comissão, uma Comissão extremamente importante, que vai debater temas relevantes nacionais, temas também locais em cada um dos seus respectivos Estados, e sob a liderança do Senador Romário, por quem eu pessoalmente tenho admiração, um grande respeito, e com tive o privilégio de poder estar na Câmara dos Deputados entre 2011 e 2014.

Quero também aproveitar para parabenizar o meu colega Styvenson. Parabéns pela eleição na Vice-Presidência. Junto com o Romário, vão conduzir com muita maestria nossa Comissão. É um privilégio estar dividindo essa responsabilidade com você.

E quero também externar o meu entusiasmo com relação a alguns assuntos que nós iremos certamente debater na Comissão: as relações trabalhistas, o equilíbrio entre essas relações trabalhistas, que são superimportantes em todo País – nós precisamos ser guardiões dessa tarefa e desse dever –; o tema da previdência, que certamente também será amplamente debatido aqui nesta Casa, o que todos nós estamos aguardando de forma ansiosa; e outros temas também relevantes.

Portanto, eu queria apenas agradecer a oportunidade, desejar muita sorte, sucesso ao Romário, ao Styvenson e muita sabedoria na condução dos trabalhos.

Obrigado, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito obrigado, Senador Irajá.

Parabéns por ser o Senador mais jovem da história deste Senado. Contamos muito com a sua juventude, sua disposição e sua maneira séria de trabalhar. Temos uma relação já de amizade fora daqui do Senado. E, no que depender desta Presidência, pode contar conosco, porque estaremos juntos para fazermos o melhor possível para o nosso País.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senador, permite-me só uma palavra?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só uma palavra, porque não quero falar demais.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – V. Exa. pode falar sempre!

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não... Eu só quero dizer uma frase que eu aprendi lá no interior de Caxias do Sul, nas colônias, onde eu passava minhas férias com os meninos e meninas que me levavam, porque na cidade eu não tinha, meus pais não tinham colônia. Eu queria só dizer que "a maçã não cai longe do pé". O Irajá é filho da brilhante – vocês todos que são novos vão ver –, da brilhante Senadora Kátia Abreu. Só isso.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Exatamente isso.

Não havendo mais nada a discutir e a tratar, declaro encerrada esta reunião.

Voltaremos... (*Pausa.*)

Já anuncio a próxima reunião deliberativa para quarta-feira da semana que vem às 9h.

Muito obrigado pela presença de todos.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Presidente, quero só atentar para o detalhe de não marcar no mesmo horário das outras Comissões, porque nós trabalhamos aqui hoje, mas outras Comissão ainda não conseguiram a instalação completa, porque falta eleição do Vice-Presidente...

Você está em quantas?

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Oito. Veja se não há outras no mesmo horário, porque gostaríamos de participar delas.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – A princípio fica marcado às 9h, mas qualquer coisa a gente pode passar para o gabinete de V. Exa. alguma mudança. Até amanhã, no caso, vocês receberão exatamente o horário, está bom?

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Está certo. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito obrigado a todos pela presença.

(*Iniciada às 9 horas e 35 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 20 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 2ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE FEVEREIRO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às nove horas e onze minutos do dia vinte de fevereiro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Romário, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Leila Barros, Nelsinho Trad, Jayme Campos, Eduardo Gomes, Styvenson Valentim, Rogério Carvalho, Weverton, Otto Alencar, Flávio Arns, Juíza Selma, Luiz do Carmo, Luis Carlos Heinze, Paulo Paim, Jorge Kajuru, Soraya Thronicke, Mecias de Jesus, Zenaide Maia, Eduardo Girão, Chico Rodrigues, Fabiano Contarato, Rose de Freitas, Mailza Gomes, Marcos do Val, Izalci Lucas, Major Olimpio, Jean Paul Prates, Sérgio Petecão, Arolde de Oliveira, Telmário Mota, Dário Berger, Paulo Rocha, Wellington Fagundes e Angelo Coronel. Deixam de comparecer os Senadores Humberto Costa, Mara Gabrilli, Eliziane Gama, Renan Calheiros, Marcelo Castro, Maria do Carmo Alves e Irajá. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Após a aprovação da ata, a presidência procedeu à leitura de comunicados. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei do Senado n° 439, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Institui o Marco Regulatório Nacional do Acolhimento de Crianças e Adolescentes." **Autoria:** Senadora Marta Suplicy. **Relatoria:** Senador Humberto Costa. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Retirado de Pauta a pedido do Relator para reexame do Relatório. **ITEM 2 - Projeto de Lei do Senado n° 314, de 2015 - Terminativo -** que: "Altera o artigo 71 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto Lei nº 5.452, de 1º de Maio de 1943 e a Lei nº 12.587, de 03 de janeiro de 2012, para dispor sobre a redução e/ou fracionamento de intervalo intrajornada e dá outras providências." **Autoria:** Senador Acir Gurgacz. **Relatoria:** Senadora Rose de Freitas. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Retirado de Pauta a pedido da Relatora para reexame do Relatório. **ITEM 3 - Projeto de Lei do Senado n° 498, de 2017 - Terminativo -** que: "Altera o artigo 235-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, de 1º de maio de 1943, que aprova a Consolidação das Leis do Trabalho, e dá outras providências." **Autoria:** Senador Acir Gurgacz. **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e da Emenda que apresenta. **Resultado:** Lido o Relatório, a Presidência concede Vista Coletiva ao Projeto nos termos regimentais. **ITEM 4 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 1, de 2019** que: "REQUEIRO, nos termos dos artigos nos. 73 e 89, IV, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), que seja criada no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), a Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência (CASPCD), composta por cinco membros titulares e igual número de suplentes, destinada à discussão colegiada de temas, problemáticas e questões nacionais afetas às pessoas com deficiência, em todas as suas abrangências e contextos, inclusive com o intuito de se aperfeiçoar o marco legal da área." **Autoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 5 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 2, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

73 do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de Subcomissão Temporária, composta de 5 (cinco) membros titulares e igual número de suplentes, destinada a propor iniciativas para promoção e defesa dos direitos e da inclusão de pessoas com Doenças Raras, bem como o devido aprimoramento na legislação específica." **Autoria:** Senadora Mara Gabrilli e outros. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Subscrito pelo Senador Nelsinho Trad. **ITEM 6 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 3, de 2019** que: "Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos aprovação do evento destinado a comemorar e sensibilizar o público quanto ao dia internacional de Síndrome de Down. O evento ocorrerá na semana de 18 a 22 de março, sendo que o momento principal do referido evento, ocorrerá no dia 21 de março, no Senado Federal." **Autoria:** Senador Romário. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 7 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 5, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a Política de Saúde dos povos indígenas e discutir a proposta de municipalização do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. Representante da Secretaria Especial de Saúde Indígena - SESAI. 2. Representante do Fórum de Presidentes de Conselhos Distritais de Saúde Indígena - FPCONDISI. 3. Representante da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira - COIAB. 4. Representante da Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo - APOINME. 5. Representante do Conselho Indigenista Missionário - CIMI." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Excluído da lista de convidados o Representante do Ministério da Saúde. **ITEM 8 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 7, de 2019** que: "Requeiro, nos termos regimentais, que seja convidado o Ministro de Estado da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, para que compareça à Comissão de Assuntos Sociais, a fim de prestar informações sobre a Nota Técnica divulgada pelo Ministério da Saúde que versa sobre mudanças no atendimento à saúde mental no Brasil. O Ministro deverá prestar informações que esclareçam as seguintes questões: a) Inclusão dos hospitais psiquiátricos nas Redes de Atenção Psicossocial (Raps); b) Financiamento para compra de aparelhos de eletroconvulsoterapia, mais conhecidos como eletrochoques; c) Possibilidade de internação de crianças e adolescentes; d) Abstinência como uma das opções da política de atenção às drogas." **Autoria:** Senador Jorge Kajuru e outros. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Subscrito pelo Senador Rogério Carvalho. **ITEM 9 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 8, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo senhor presidente do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Renato Rodrigues Vieira, informações sobre o montante atualizado das dívidas consolidadas junto ao INSS pelos 500 maiores devedores da previdência. Nesses termos, requisita-se: 1. Relação integral atualizada da dívida previdenciária dos 500 maiores devedores, discriminando CNPJ, razão social e montante atualizado; 2. Relação atualizada da dívida previdenciária livre e desimpedida de constrição judicial dos 500 maiores devedores da previdência; 3. Especificar o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

montante devido da parte empregadora e da referente aos empregados." **Autoria:** Senador Nelsinho Trad e outros. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Adição do tópico 3 pelo Senador Luiz do Carmo: Especificar o montante devido da parte empregadora e da referente aos empregados. Subscrito pelo Senador Luiz do Carmo. **ITEM 10 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 9, de 2019** que: "Requeiro, nos termos regimentais, no âmbito desta Comissão de Assuntos Sociais (CAS) a realização de Audiência Pública para debater o uso da telemedicina como forma de prestação de serviços médicos mediados por tecnologias. Para tanto sugiro que sejam convidados: - Representante do Ministério da Saúde; - Representante do Conselho Federal de Medicina; - Representante da Associação Médica Brasileira; - Representante da Associação Nacional de Hospitais Privados; - Presidente da Federação Brasileira de Hospitais, Sr. Luiz Aramicy Pinto; - Representante da Confederação das Santas Casas." **Autoria:** Senador Nelsinho Trad. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 11 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 10, de 2019** que: "Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a realização de audiência pública, nesta Comissão, para debater a reforma previdência, com a presença do seguinte convidado: - Rogério Marinho, Secretário Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia." **Autoria:** Senador Paulo Paim. **Resultado:** Aprovado. **Observação:** - Definição do convidado. **ITEM EXTRAPAUTA 12 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 11, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, inciso II da Constituição Federal e dos arts. 90, inciso II e 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) para debater sobre denúncias de uso de doping nos treinamentos e competições de fisiculturismo, no Brasil. Para tanto, sugiro que sejam convidados representantes dos órgãos e entidades relacionados a seguir: – Presidente da Confederação Brasileira de Musculação, Fisiculturismo e Fitness; Maurício de Arruda Campos – Presidente do Tribunal Antidopagem – Ministério do Esporte; Dra. Tatiana Mesquita – Representante no Brasil da Federação Internacional de Fisiculturismo; Alexandre Bortolato - Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem (ABCD) – Ministério do Esporte; - Dr. Eduardo De Rose – referência brasileira no exterior no combate ao uso de doping; - Um atleta de fisiculturismo; a ser indicado pela Confederação de Fisiculturismo; - Savaget Promoções, Congressos e Eventos Ltda." **Autoria:** Senador Romário. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 13 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 13, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 216 (combinado com o art. 50 CF), do Regimento Interno do Senado Federal, que seja encaminhado requerimento de informações ao Ministério da Saúde, para fornecer dados sobre as políticas públicas adotadas com relação aos hospitais, santas casas e hospitais filantrópicos, especificamente com relação à liberação de recursos. O objetivo é obter dados sobre os limites financeiros disponíveis para a Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar (MAC), que incluem os incentivos de custeio que são transferidos de forma regular e automática aos fundos de saúde dos estados, DF e municípios. E que o Ministro apresente a Política que será implementada pelo Ministério da Saúde na sua gestão nas diversas áreas." **Autoria:** Comissão de Assuntos Sociais (CAS). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Adição de Informação solicitada. - Requerimento de iniciativa dos Senadores Rose de Freitas e Rogério

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Carvalho, aprovado por unanimidade pela Comissão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Romário

Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/02/20

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciar os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A presente reunião está destinada à deliberação do item 1, não terminativo; item 2, terminativo; e requerimentos, conforme pauta previamente divulgada.

Há expediente sobre a mesa, que passo a ler.

Esta Comissão comunica o recebimento das seguintes manifestações: moções de apoio às reivindicações de funcionários dos Correios para que as matérias legislativas que envolvam o Postalis e seus planos possam ter a atenção e o comprometimento das estruturas políticas federais, visando mitigar os impactos sofridos pelos aposentados e aposentáveis da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos oriunda das Câmaras dos seguintes Municípios do Estado de São Paulo: Lutécia, Pirassununga, Taubaté, Américo Brasiliense.

Conforme instrução normativa da Secretaria-Geral da Mesa, o referido documento ficará à disposição na Secretaria desta Comissão e na página da Comissão da internet, pelo período de 15 dias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta Presidência comunica o recebimento do Aviso 164, de 2018, do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia do Acórdão 12.162, de 2018, ao apreciar os autos de acompanhamento realizados sobre a concessão, a manutenção e o pagamento de benefícios assistenciais no âmbito da Secretaria Nacional de Renda de Cidadania, da Secretaria Nacional de Assistência Social e do Instituto Nacional do Seguridade Social junto ao então Ministério do Desenvolvimento Social.

Conforme instrução normativa da Secretaria-Geral da Mesa, o referido documento ficará à disposição na Secretaria desta Comissão e na página da Comissão da internet, pelo período de 15 dias.

Esta Presidência comunica o recebimento do Aviso 800, de 2018, do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia do Acórdão nº 2.860, de 2018, sobre os autos de auditoria realizada na Superintendência Nacional de Previdência Complementar, na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos e no Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos, com vistas a apurar a ocorrência de prejuízos nos fundos de investimentos dos quais o Postalis participa.

Conforme instrução normativa da Secretaria-Geral da Mesa, o referido documento ficará à disposição na Secretaria desta Comissão e na página da Comissão da internet, pelo período de 15 dias.

Esta Presidência comunica o recebimento do Aviso nº 38, de 2019, do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia do Acórdão 2.901, de 2018, sobre os autos de relatório de auditoria com o objetivo de avaliar a eficácia e a efetividade das políticas públicas federais de inclusão produtiva, urbana e rural, voltadas à população pobre, com destaque para os aspectos de articulação e focalização.

Conforme instrução normativa da Secretaria-Geral da Mesa, o referido documento ficará à disposição na Secretaria desta Comissão e na página da Comissão da internet, pelo período de 15 dias. (*Pausa.*)

Como os autores de requerimentos já se encontram presentes, farei a leitura dos três requerimentos, e esperaremos aqui a presença de quórum para serem colocados em votação.

ITEM 4

REQUERIMENTO Nº 1, de 2019

- Não terminativo -

REQUEIRO, nos termos dos artigos nos. 73 e 89, IV, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), que seja criada no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), a Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência (CASPCD), composta por cinco membros titulares e igual número de suplentes, destinada à discussão colegiada de temas, problemáticas e questões nacionais afetas às

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pessoas com deficiência, em todas as suas abrangências e contextos, inclusive com o intuito de se aperfeiçoar o marco legal da área.

Autoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Pronto para deliberação

Concedo a palavra ao autor do requerimento, para encaminhar.

Por favor, Senador.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR. Para encaminhar.) – Agradeço, Sr. Presidente. É um requerimento, eu diria, muito importante. A questão da deficiência abrange, assim, um contingente enorme da população. Pelo menos mundialmente, a estimativa que se aceita é de 10% população, 20 milhões de pessoas. Se nós tomarmos como base os dados do IBGE, seriam 40 milhões de pessoas, 20 e poucos por cento.

De qualquer forma, é um contingente enorme, e estão incluídas aí pessoas com deficiência visual, cegos, visão subnormal, surdez, autismo, dentro do que se denomina o espectro autista, deficiência intelectual, múltipla. E são desafios gigantescos, tanto para a família como para a sociedade, para que haja a inclusão plena na vida da sociedade, com chances, oportunidades, direitos respeitados.

Então, nada melhor do que termos aqui, na Comissão de Assuntos Sociais, uma Subcomissão permanente que se dedique a esse debate, a essa discussão, a construir caminhos, ver as políticas públicas, fiscalizar, particularmente a Lei Brasileira de Inclusão. Há questões importantes na saúde, medicamentos, fisioterapia, fonoaudiologia, exames genéticos; na área da assistência, toda a discussão, por exemplo, sobre o BPC, Benefício de Prestação Continuada. Existe, inclusive, o movimento nacional das mães, denominado Eu Empurro essa Causa, para que esse benefício da assistência – não é da previdência, é da assistência – possa ser melhorado nos seus critérios. Na previdência, no trabalho, na acessibilidade, em muitas coisas, inclusive, nos assuntos sociais, a gente pode também contribuir, discutindo, porque é um direito social a educação, a cultura, os esportes.

Então, eu sei que V. Exa. tem uma sensibilidade particular nessa área – e eu também tenho, eu sou pai de uma pessoa com deficiência. Então, a gente trabalha e luta para que os nossos filhos e os filhos de todas as famílias tenham os seus direitos e suas necessidades atendidas.

Então, por isso que eu penso que ter uma Subcomissão permanente é um espaço de discussão bem interessante para atendermos em conjunto essa parcela significativa da população.

Agradeço a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, Senador Flávio Arns.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiro, quero dizer a V. Exa. que existia uma expectativa muito grande quanto à chegada de V. Exa. à Casa, principalmente minha, em relação a esse tema, a esse segmento dessa nossa sociedade, segmento hoje que já é visto por parte não só dos políticos do Brasil como do Brasil em geral, de uma forma diferente, mas respeitosa.

E eu acredito que nós, aqui no Senado, temos uma responsabilidade muito grande, uma obrigação muito grande para com essas pessoas que são, hoje, praticamente 20 milhões de pessoas afetadas por algum tipo de deficiência. E V. Exa. pode contar aqui comigo nessa luta.

Eu acabei de me certificar aqui com a Secretária se eu posso fazer parte dessa Subcomissão e, se for de agrado e do interesse de V. Exa., eu gostaria realmente de participar.

Muito obrigado.

Como agora já temos quórum, vamos para a votação.

Em votação requerimento.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Sr. Senador, por favor.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Inicialmente, quero parabenizar o Senador Flávio Arns por essa iniciativa. E quero deixar claro que naquilo que eu, humildemente, também puder contribuir, pode contar comigo, porque é triste nós sabermos que, no Brasil, temos pessoas com deficiência e que nem em seus próprios locais públicos elas têm acessibilidade.

É triste você ver que as próprias instituições, como o Ministério Público, o Poder Judiciário... Digo mais: aqui, no Senado Federal...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Exatamente.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Nós temos a Senadora Mara Gabrilli, que teve até dificuldade de entrar. Então, eu acho que esse dever de casa passa inicialmente pelo Poder Público, que é o principal violador desses direitos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu fico triste não só como Senador, Flávio Arns, mas quando eu vejo postura sendo veiculada no meio de comunicação social em que o Chefe do Executivo ainda pensa em retirar, entre aspas, "pseudobenefícios" de pessoas com deficiência.

É lamentável que vivamos em uma sociedade em que se prima pelo princípio da igualdade, de que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza... E só quem tem filho em casa, por exemplo, paralítico, tetraplégico, que você tem que retirar a urina seis vezes por dia, senão vai para os rins, que detona, para o que não há políticas públicas de inclusão... Porque não basta você estabelecer um determinado percentual de conta. A inclusão passa por outros fatores muito mais graves. E passou da hora de este Senado Federal fazer essa faxina moral e dar o exemplo para toda a população brasileira. E dar um mínimo de dignidade para as pessoas com deficiência física.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito obrigado, Senador Fabiano Contarato. Parabéns. Concordo plenamente com todas as suas palavras.

ITEM 6

REQUERIMENTO Nº 3, de 2019

- Não terminativo -

Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos aprovação do evento destinado a comemorar e sensibilizar o público quanto ao dia internacional de Síndrome de Down. O evento ocorrerá na semana de 18 a 22 de março, sendo que o momento principal do referido evento, ocorrerá no dia 21 de março, no Senado Federal.

Autoria: Senador Romário

Relatório: Pronto para deliberação

Para encaminhar, eu só gostaria de colocar para as Sras. Senadoras e os Srs. Senadores a importância desse dia na vida dessas pessoas com síndrome de Down. Eu tenho uma filha com síndrome de Down, que tem 13 anos. E, nesses últimos 13 anos da minha vida, eu passei a entender e a acompanhar de perto a convivência com essas pessoas, não só com a minha filha, mas com muitos que têm síndrome de Down.

A partir do momento em que cheguei a esta Casa, no Congresso Nacional – nos primeiros quatro anos, como Deputado e, nos outros quatro anos, como Senador –, a gente decidiu fazer um evento como esse, desse tamanho, dessa natureza, para que a gente pudesse dar voz e para que o Brasil pudesse entender, ver e sentir de perto o que essas pessoas com síndrome de Down realmente podem trazer de positivo para a nossa sociedade e para a nossa vida de uma maneira geral.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, como não poderia ser diferente, não só por ser hoje o Presidente desta Comissão, não só por ser Senador da República, não só por ser pai de uma criança com deficiência, com síndrome de Down especificamente, mas pelo fato de ser um cidadão interessado hoje nesse segmento da nossa sociedade – porque, como eu já havia colocado antes, existe por parte do Brasil hoje um entendimento, uma aceitação, uma respeitabilidade muito maior e muito melhor do que há 13 anos, quando nasceu a minha filha –, a gente, aqui no Senado, tem por obrigação continuar fazendo com que essas pessoas continuem entendendo que essas pessoas têm, sim, que fazer parte do nosso dia a dia, em todos os segmentos, como no esporte, na educação, no trabalho, na música, na cultura.

E este requerimento vai exatamente ao encontro disso para a gente dar a essas pessoas a oportunidade de elas mostrarem ao Brasil o que elas realmente podem fazer. E muitos, infelizmente, até por ignorância e por falta de conhecimento, não sabem o quanto essas pessoas podem nos ensinar nos vários sentidos da palavra.

Então, é por isso que eu fiz este requerimento, estou encaminhando e vou colocá-lo em votação.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

A Senadora Soraya com a palavra, por favor.

Logo em seguida, o Senador Flávio Arns.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Senador, bom dia. Bom dia a todos os presentes, a todos os Senadores.

Presidente, esse é um assunto que muito me toca. Há alguns anos, eu recebi uma... Eu sou advogada, e uma amiga minha, a Cláudia Pael, mãe da Ana Carolina, com síndrome de Down, colocou-me nessa seara e eu abracei muito a causa.

Lá em Campo Grande, como eu acho que acontece em muitos lugares, essas crianças têm direito a um professor especializado, cada criança tem direito a ser assistida exclusivamente por um professor especializado. Infelizmente a Prefeitura não estava cumprindo isso na capital, nós conseguimos uma liminar e hoje a Ana Carolina é assistida. Aí eu comecei a assistir juridicamente outras crianças, e, para aquelas crianças sem recursos, nós fizemos no meu escritório *pro bono.* Então, o que mais dói é perceber também que, quando nós ganhamos a liminar, já foram umas duas ou três vezes, a Prefeitura colocava um estagiário, não colocava o professor especializado, o professor que já estava no quadro da Prefeitura, num total descaso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí eu quero levantar também a bandeira de que eles precisam também de um cuidador, porque não basta o professor estar dentro da sala de aula. Eles, durante o recreio, nos horários em que estão fora da sala de aula, precisam ir à toalete, têm várias necessidades, precisam ser cuidados porque são muito ingênuos também, né! Então, precisam dessa assistência, desse olhar especial, bem como os autistas, enfim.

Então, quero parabenizar V. Exa. e destacar que nós deveremos – e eu quero! – estar presentes nesse dia dessa homenagem.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, Senadora.

Assim como V. Exa. colocou esse problema, eu, no meu Estado, principalmente nas cidades menores que existem e que são muitas, são 92 cidades no Estado, tenho esse problema. A partir da LBI, os colégios municipais, estaduais, os colégios públicos de um modo geral, têm por obrigação ter um mediador – vamos chamar de mediador –, na sala de aula, para cada duas, se não me engano, pessoas com deficiência. E muitas dessas escolas não cumprem a lei. E, assim como V. Exa. falou, é uma obrigação, não só nossa como Parlamentares, como políticos, mas da sociedade brasileira de modo geral, cobrar isso da escola. Então, essa atitude é digna realmente de pessoas que entendem a dificuldade que é para determinadas pessoas com deficiência conviver numa sala de aula. Parabéns por cobrar isso dessa instituição, porque esse é o nosso dever, não só como Senadores, mas também e principalmente como cidadãos.

Passo a palavra agora ao Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Presidente, eu quero, em primeiro lugar, concordar inteiramente com o requerimento. Quero parabenizar V. Exa., que já é muito admirado por todos nós como jogador de futebol. Graças ao Romário o Brasil foi campeão, junto com a equipe também, várias vezes. Não é, Kajuru?

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Essa eu vi!

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Se não fosse o Romário, eu não sei o que teria acontecido!

Mas, de um tempo para cá, também V. Exa. teve a oportunidade de contribuir com o País de uma maneira muito significativa, que é justamente pela sua caminhada a favor da cidadania da pessoa com síndrome de Down e da pessoa com deficiência, porque todas as políticas públicas que por ventura envolvam a pessoa com síndrome de Down se aplicam também à criança com autismo, com surdez, com cegueira, com deficiência intelectual de uma maneira geral, deficiências múltiplas. Então, quando a gente pensa numa semana nacional – o que é muito importante – da pessoa com síndrome

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de Down, é sempre dizer "olha, vamos batalhar", porque o bonito dessa trajetória é que a gente não abre o caminho para o filho da gente; abre para o filho da gente e abre para os filhos de todas as famílias. Isso que é o bonito, porque uma política pública é para todo o mundo.

Então, a gente quer que todo o mundo seja respeitado, não só pessoa com deficiência: quilombola, indígena, o pessoal da periferia, de zona rural, de zona urbana. Nós estamos discutindo aqui a pessoa com deficiência, e é um assunto sensível. Imagem 20 milhões de pessoas. Uma pessoa dessas tem, pelo menos, pai, mãe, vamos supor, um irmão. São 80 milhões de pessoas no Brasil diretamente interessadas nesse assunto, fora o tio, a tia, o avô, a avó, o primo, enfim, todo mundo que possa...

Então, quero que o pessoal olhe para... Permita-me chamar para você, Romário, como jogador, mas como uma referência no Senado nessa área. Continue firme e animado e conte com a gente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito obrigado, Senador.

Passo a palavra agora ao Senador Nelsinho Trad.

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS) – Senador Romário, queria dar um testemunho. Nos idos de 2011, V. Exa. foi à minha cidade – e eu, Prefeito de Campo Grande –, junto com o seu colega, Deputado Mandetta, onde vocês conseguiram, através das interlocuções que fizeram, a cobertura da quadra de esportes da Fundação Juliano Varela, que cuida exatamente das crianças com síndrome de Down. Essa causa, V. Exa., de uma maneira muito própria, sabe conduzir com toda a sensibilidade que ela merece.

E eu gostaria aqui, até enriquecendo a fala da Senadora Soraya, de dizer que, na ocasião em que era Prefeito de Campo Grande, de 2005 a 2012, nós criamos um departamento da educação especial na Secretaria Municipal de Educação, justamente com a finalidade da inclusão dessas crianças dentro da nossa sociedade.

Então, todas as atividades pertinentes à secretaria, como "vai ter festa junina", eles tinham a festa junina deles, promoviam; "vai ter aniversário da cidade", eles tinham também as atividades deles. E essa questão de disponibilizar um profissional para poder acompanhá-los na sua educação e no seu desenvolvimento foi criada na nossa época. Funcionou muito bem. Ocorre que, quando saímos, fomos sucedidos por alguém que não teve a mesma percepção.

Então, quero parabenizar V. Exa. por essa causa, lembrá-lo de que a gente conseguiu trazer para cá, na ocasião dessa data comemorativa, a primeira banda de portadores de síndrome de Down. Até a BBC de Londres veio fazer uma matéria com eles, lá, na nossa cidade, tamanha a inclusão que eles sentiram desempenhando essa atividade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Afora isso, eu gostaria aqui também... Não sei se é o momento apropriado. A Senadora Mara Gabrilli pediu para que eu pudesse subscrever um requerimento dela, em função de ela não conseguir chegar a tempo. Então, é o item 5, Requerimento da Comissão nº 2. Então, eu queria aqui registrar que eu acabo de subscrevê-lo, para poder entrar na ordem da pauta, porque ela não vai conseguir chegar a tempo, em função do horário em que ela teve que sair de lá.

Muito obrigado, Senador. Parabéns por essa luta de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Obrigado pelas palavras, Senador Nelsinho Trad.

Lembro-me muito bem do dia em que estive na sua cidade com o hoje Ministro Mandetta e também do dia do evento onde essa banda fez sucesso em todos os segmentos, em todos os sentidos. E a gente via nos olhos dessas pessoas, daquelas crianças e jovens a satisfação de estarem ali e poderem demonstrar para o Brasil e para o mundo – como V. Exa. falou, a BBC esteve presente para filmar – que eles podem, sim, a partir do momento em que a gente tenha a sensibilidade e a percepção de dar oportunidade a eles. Então, parabéns a V. Exa. também pelo trabalho que sempre fez nessa área, como Prefeito, e continuará fazendo agora, com certeza, como Senador.

Passo a palavra, agora, ao Senador Kajuru. O Jorge fica para quem não o conhece. (*Risos.*)

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Presidente, Senador Romário Souza, ser humano Romário Souza, antes de mais nada, eu gostaria aqui de mostrar a minha alegria sincera de estar tão bem acompanhado nesta Comissão de Assuntos Sociais por seres humanos – em nome dos homens, eu falo de ser humano como o Senador Flávio Arns, como o Senador Contarato, que esses dias subiu ao Plenário para falar de direitos iguais, para falar dos elevadores deste Senado Federal, que separam o Senador das outras pessoas, esquecendo-se daquela frase: depois do jogo, o peão e o rei voltam para a mesma caixa, ou seja, caixão; em nome das mulheres Senadoras aqui, cito também seres humanos como a Senadora Soraya, como a Senadora Rose, que merecem o meu absoluto respeito.

Mas desejo fazer uma confissão pública que nunca fiz até hoje, embora o Senador Romário saiba que, como V. Exa., eu já falei de tudo na minha vida em 40 anos de televisão. É difícil saber o que o Kajuru não falou e de quem ele não falou.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Bastante.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – É uma confissão pública aqui. O momento mais difícil da minha vida, Senador Styvenson, desejando a todos nós aqui que Deus nos ilumine neste trabalho, que tenho certeza de que será marcante na história do Senado, com a Presidência de Romário e com todos os demais integrantes desta Comissão: em novembro de 2009, eu vivi o pior momento de minha vida quando perdi 94% da minha visão através do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

descolamento da retina em função do diabetes. Fui operado pelo mesmo médico que operou V. Exa. – nós dois –, o Dr. Aureo Ludovico, às pressas, para não perder o restante da visão. Eu estava pesando 128kg e fui parar com 62 quilos. Aí entrei naquela depressão que é inevitável. Quem ignora a depressão não é ser humano. É uma doença do mundo. E, nessa depressão, lá encostado em Ribeiro Preto, ao lado do ex-jogador de futebol Sócrates, que era quem me amparava, eu comecei a viver momentos de Raul Seixas, ou seja, eu não acreditava em mais ninguém, em mais nada, pensei até em suicídio, confesso, só que, antes de ser operado, comecei a pensar em pessoas, e a primeira pessoa que veio à minha cabeça foi Romário, Porque, além do gênio que foi como jogador de futebol... Eu me tornei amigo do Presidente Romário, amigo pessoal, mas quando eu conheci o ser humano Romário, eu falei: "Gente, por existir ser humano igual ao Romário, eu ainda tenho que acreditar na raça humana". E aquilo me levantou, aquilo me fez acreditar na cirurgia, que na época era proibida, em 2009, e a cirurgia era um risco. O meu irmão, amigo, José Luiz Datena, que é como meu pai, não queria que eu fizesse jamais, quase ninguém queria que eu fizesse, e eu fiz, como V. Exa. também fez. E eu estou feliz por ter feito, não me arrependo. Então, eu fico muito emocionado, neste momento, em fazer essa confissão para mostrar ao País o outro lado do Romário. O Senador Flávio Arns falou do lado do futebol e também falou do lado do ser humano, mas eu queria fazer essa confissão aqui.

Então, eu estou junto evidentemente. O requerimento do Senador Flávio Arns não tem que ser só aprovado, tem que ser aplaudido. Quero fazer parte, junto com o Romário e com o Contarato, dessa subcomissão.

Daqui a pouco, Presidente, V. Exa. vai colocar em pauta, o que me deixou muito triste... Daí eu requeiro aqui, contando com apoio de V. Exas., a presença do Sr. Luiz Henrique Mandetta, que eu admiro, mas ele me deixou aturdido, aturdido completamente, na nota técnica divulgada pelo Ministério da Saúde sobre mudanças no atendimento à saúde mental neste País.

Gostaria da atenção dos senhores e das senhoras neste requerimento que daqui a pouco será colocado em pauta pelo Presidente Romário.

É só isso, desculpem-me se me alonguei, mas eu precisava falar, de coração, do ser humano Romário e do tanto que a gente vai falar aqui do diabetes, do que ele representa hoje no Brasil, 48% das mortes no Brasil hoje são provocadas pelo diabetes.

Eu criei em Goiás, como Vereador, o primeiro centro diabético do Brasil. Hoje à tarde, na sessão plenária, nós poderemos aprovar hoje o centro diabético para todo o Brasil, estendê-lo para todo o Brasil. É um projeto meu que eu entreguei, na época, ao Senador Ronaldo Caiado, meu amigo pessoal. E ele disse: "Kajuru, vou conseguir aprovar no Senado". Foi aprovado. Hoje vai à votação. Eu espero que o Senado seja sensível...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Já foi votado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Não, a votação é hoje. Ontem não chegou a ser votado; ontem chegou só a ser apresentado, parece-me. Pelo o que entendi. Se foi, graças a Deus, Rogério!

Eu também quero apresentar aqui, Presidente Romário, estendendo esse centro do diabético, como nós fizemos lá em Goiás agora, através do Dr. Aureo Ludovico e de sua equipe voluntária, para os transplantes de múltiplos órgãos, o transplante de rins, de fígado e de pâncreas, para os necessitados que não têm condições financeiras. Então, eu estou acrescentando a esse projeto do centro diabético, de minha autoria, o primeiro do Brasil, completíssimo, que atende a todos... Então, posteriormente, eu vou apresentar esse outro projeto no Senado, mas inicialmente aqui na Comissão, na CAS, para estender a todo o Brasil os transplantes de rins, fígado e pâncreas.

Obrigado, Presidente Romário.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, Senador Kajuru. Muito obrigado pelas palavras, fico, realmente, emocionado.

Quero dizer que essa sua luta é uma luta minha também, pode contar comigo. A minha luta hoje é para levar essa cirurgia que começou com o Dr. Áureo Ludovico... Hoje existem outros profissionais que conseguem fazer essa cirurgia, que é cara, principalmente porque 95% da população, com certeza, não tem condição. Vou precisar da ajuda de todos os senhores e senhoras aqui presentes para que a gente possa levar esse tipo de cirurgia também para o SUS, que tem uma importância muito grande hoje para as pessoas que têm a diabete, principalmente a diabete tipo 2, que é a que tem cura por enquanto.

Vamos aqui ao item 8, depois eu volto para o item 5, Senador Nelsinho.

Darei a palavra à Senadora Zenaide. A senhora quer falar agora?

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Sr. Presidente, eu queria só dizer do meu interesse de participar dessa Subcomissão permanente das pessoas com deficiência da Comissão de Assuntos Sociais os assuntos sociais das pessoas com deficiência. Quero oferecer meus trabalhos. Lá, na Câmara, eu era de uma comissão permanente que existe já de defesa das pessoas com deficiência.

Era só isso.

Quero agradecer aqui o meu colega Girão, que me concedeu tão gentilmente...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Obrigado, Senadora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes do Senador Eduardo Girão, Senador Flávio, eu acho que a gente vai ter que estender o número de participantes dessa subcomissão. Que ótimo, não é? E eu tenho certeza de que esse próximo Senador também vai querer participar dessa Comissão.

Eduardo Girão, por favor.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Estimado Presidente, Senador Romário, eu queria dizer que fiquei extremamente feliz. Desde os seus primeiros trabalhos no Senado Federal, V. Exa. se revelou com muita sensibilidade, com muito compromisso com as causas sociais, com as crianças com deficiência.

Nessa aprovação que a gente acaba de fazer do Regimento Interno, requerendo a aprovação do evento destinado a comemorar e sensibilizar o público quanto ao Dia Internacional da Síndrome de Down, eu queria fazer uma consideração.

Eu tenho observado há muito tempo andando pelo Brasil, especialmente no mundo, algo que me deixa aflito, que me deixa aflito: essa questão de crianças, de pessoas com síndrome de Down. A gente via há 20 anos, 30 anos atrás com muita frequência nas ruas e nos parques os pais junto com os filhos andando, uma quantidade enorme, e a gente sabe quem tem na família o amor puro que são essas crianças que são presentes de Deus, e essa cultura que tem se proliferado no mundo, a cultura da morte, a cultura do aborto, tem eliminado essas crianças no ventre de suas mães.

Então, eu queria fazer esse registro do perigo que é a liberação do aborto. Esse amor é interrompido, e esse aprendizado e esse exercício da paternidade e da maternidade ficam altamente comprometidos com essa questão de quando não é respeitada a vida desde a concepção.

Então, ficam meus votos de parabéns por estar cada vez mais V. Exa. junto com os colegas aqui tocando na importância de termos uma abordagem humanitária.

E que a vida seja preservada, porque o valor da vida é algo que extrapola, é algo importantíssimo que a gente preserve. Cada vida humana tem um sentido, cada vida humana é importante.

E ficam meus votos de parabéns pela sensibilidade de V.Exa. E tê-lo como Presidente é uma honra, participar, mesmo como suplente, desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito obrigado, Senador Girão, pelas palavras.

E eu tenho certeza de que a voz de V. Exa. aqui no Senado, nestes próximos oito anos, será uma voz de grande relevância e importância para todos os segmentos da nossa sociedade, do nosso País, mas principalmente para esse segmento, que precisa cada vez mais de vozes que são de pessoas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sensíveis à causa, de pessoas que conhecem realmente o sacrifício dessas pessoas que têm deficiência e dos familiares dessas pessoas. Parabéns!

Passo a palavra agora ao Senador Luiz do Carmo, por favor.

O SR. LUIZ DO CARMO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO) – Bom dia, Presidente, bom dia a todos. Eu quero falar sobre o meu requerimento e do Senador Jorge Kajuru, de Goiás. Eu sei que aqui nós somos Senadores, uma Casa revisora de leis e de fazer leis.

Quando vocês aqui nesta Comissão... Eu até não queria fazer parte desta Comissão; queria outras, mas o meu Líder me pôs aqui, e hoje eu estou me sentindo à vontade.

Quando você fala, o Kajuru pede aqui... A saúde mental do Brasil é algo gravíssimo.

Eu há quatro anos, quando me candidatei, juntamente com o Caiado – o Caiado a Senador, e eu suplente dele... Eu fui Deputado Estadual por dois mandatos, e o Caiado... Eu topei isto aqui, há quatro anos.

Tenho uma mulher linda, chamada Ivana, e ela falou assim: "Olha, nós vamos ao Senado?" E ela não gosta muito de política. "Não, Luiz, vamos para o Senado." E hoje ela tem uma doença chamada frontotemporal. Vocês conhecem, a maioria conhece essa doença. Hoje ela não tem capacidade de me acompanhar aqui mais. Uma doença mental grave que deu nela, e não tem remédio. Ando no Brasil todo, no mundo, e não tem remédio.

Esta Comissão – sinto na pele isso aí – tem a obrigação de achar uma solução, porque graças a Deus, hoje eu tenho condição de pôr cuidador. Está lá, está bem, estou aqui, estou levando. E quem não tem? Então o Estado brasileiro tem de ver isso. Quando você tem o seu, que não é um problema, que você tem lá, que todo mundo vive isso praticamente, e eu tenho também, então nós temos a obrigação de fazer alguma coisa. E nesta Comissão, através daqui, como eu sinto na pele isso, que a Ivana não pode estar comigo aqui no Senado, e eu quero fazer alguma coisa, ajudar. E o Brasil e esta Comissão têm de ter uma responsabilidade muito grande de ajudar as pessoas que não têm condição nem de ter um alento para a pessoa lá. Hoje são quatro cuidadoras com ela. E quem não tem condição de pagar? Então nós temos a obrigação de fazer alguma coisa nesta Comissão, eu sei que é muito importante, para nós acharmos uma solução para esse problema.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Pode ter certeza que, não sei se todos, mas a grande maioria aqui desses Senadores e dessas Senadoras são bastante sensíveis a essa causa e que falta de trabalho, de esforço não vai ter para que a gente possa continuar, a cada ano que passa, dando mais oportunidade, dando mais voz, atenção, e principalmente, qualidade de vida a essas pessoas que têm deficiência, independente de qual seja.

Muito obrigado pelas suas palavras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo a palavra agora para a Senadora...

A Senadora vai querer falar ou não?

Quer, não é?

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Sr. Presidente, é só uma pergunta, porque daqui a pouco começam outras Comissões e dependem do quórum, como a CCJ agora, às 10 horas.

Eu queria apenas perguntar... Primeiro, dizer que a pauta já se encontra em poder de V. Exa. com os projetos que estão sem relatores.

Aqui, tanto o Senador Rogério como o Senador Nelsinho Trad, Luiz do Carmo... Eu mostrei a lista das relatorias, como falei com V. Exa., a quem se interessasse pelo projeto. Eu queria perguntar se V. Exa. vai designar os Relatores ainda essa semana.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – A partir de hoje, serão designados os Relatores para esses projetos que não estão com Relatores. Acho que os Relatores não foram reeleitos e não se encontram mais na Casa.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Então, no caso do Senador Paulo Paim, que assumiu, no caso do Paulo Rocha, a quem nós já encaminhamos o ofício... Vou encaminhar aqui os demais companheiros que se habilitaram para a relatoria para V. Exa.

São 13 projetos. Há aqui quatro nomes com sugestões para alguns, de interesse do tema, porque é muito importante que o Relator, que aquele que seja Relator se interesse pelo tema...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Perfeito.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – ... que estude o tema, que acrescente alguma coisa que possa contribuir.

E, sobre a questão... Permita-me, Kajuru, é uma questão só de observação. Eu nunca peguei um elevador nessa Casa em que todos que estivessem na fila não entrassem comigo. Então, isso aí não depende mais de quem estiver induzindo que entre só o Parlamentar no elevador. Isso já acabou. Eu estou há 30 anos aqui e nunca fui no elevador sozinha com outros Senadores.

Então, acho que a gente tem que conduzir o nosso comportamento como exemplo. Não se trata também de ficar dizendo que a Casa procede assim, porque não é o caso mesmo, efetivamente.

Mais uma coisa, Sr. Presidente.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Senadora Rose. Senadora Rose.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Eu queria sugerir...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Só um aparte, permita-me.

É que ocorreu com duas Assessoras do meu Gabinete, 16, a Renata e a Diana. A Diana, que é filha, Presidente Romário, do Ivan Lins, um dos melhores músicos do mundo, e ela é muito sensível, a Diana. Quem quiser pode ir lá, no meu Gabinete, conhecê-la. Ela cuida da Assessoria de Meio Ambiente e é poliglota, cuida de assuntos de recursos internacionais. E ela subiu com a Renata, e o ascensorista que estava no elevador disse assim, vou repetir para a senhora, V. Exa., disse assim: "Eu vou dar uma carona para vocês, porque esse elevador é só de Senador".

Então, eu não falei, porque, antes de acionar a boca, eu ligo o cérebro.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Senador...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Isso já aconteceu comigo, Senadora.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Senador, eu entendi, mas o senhor ignore, abra a porta do elevador e ponha quem o senhor quiser dentro do elevador. Aí, as pessoas vão aprendendo, porque não podemos...

Presidente, só uma coisa, para podermos ir para a CCJ, eu queria sugerir a V. Exa... Eu fiz um requerimento pedindo que o Ministério da Saúde mande informações adequadas sobre a liberação dos recursos da saúde, como eles são liberados para média e alta complexidade, porque nós não temos acesso a essas informações. Todo ano eu tenho que praticamente dormir dentro do Ministério para consegui-las.

V. Exa., como Presidente, requerendo esses dados e dando divulgação a eles, acho que seria uma maneira como todos nós poderíamos interagir na área da saúde e colocar mais transparência nas atitudes governamentais, seja este ou outro Governo.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – E sugerir a V. Exa. um seminário específico sobre a questão da Síndrome de Down, para dar a maior divulgação possível no Brasil, para que as pessoas tomem conhecimento do trabalho que é realizado e possam fazer, inclusive, sugestões de projetos de lei que nos ajudem e a V. Exa. também.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito obrigado, Senadora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Item 8.

ITEM 8

REQUERIMENTO Nº 7, de 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos regimentais, que seja convidado o Ministro de Estado da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, para que compareça à Comissão de Assuntos Sociais, a fim de prestar informações sobre a Nota Técnica divulgada pelo Ministério da Saúde que versa sobre mudanças no atendimento à saúde mental no Brasil.

O Ministro deverá prestar informações que esclareçam as seguintes questões:

a) Inclusão dos hospitais psiquiátricos nas Redes de Atenção Psicossocial (Raps);

b) Financiamento para compra de aparelhos de eletroconvulsoterapia, mais conhecidos como eletrochoques;

c) Possibilidade de internação de crianças e adolescentes;

d) Abstinência como uma das opções da política de atenção às drogas.

Autoria: Senador Jorge Kajuru.

Eu poderia conceder a palavra, mas V. Exa. já falou. Quer falar de novo? Por favor.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Sr. Presidente, eu queria subscrever, com a devida autorização do Senador Kajuru.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Que prazer! Que prazer, porque realmente a nota técnica dele foi lamentável.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – O Senador Rogério Carvalho subscreve também esse requerimento.

Vamos colocar em votação.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o Requerimento nº 8.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Eu só quero dizer, Sr. Presidente... Desculpe-me.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Eu só quero dizer que também concordo com o requerimento.

É uma das áreas mais fundamentais hoje para serem discutidas, a saúde mental. Lá no Paraná, por exemplo, de todos os casos de afastamento do trabalho, 20% ou mais se relacionam à área da saúde mental.

Há um desconhecimento gigantesco. O problema de álcool e drogas é algo que assola... Eu, pessoalmente, sou totalmente a favor que haja uma política pública voltada para as comunidades terapêuticas. Também não é o caso de a gente pensar naquele sentido de a pessoa ficar no hospital psiquiátrico a vida inteira, mas o hospital tem um papel relevante, importante no atendimento.

Crianças e adolescentes... Eu fui Secretário de Educação do Paraná e acompanhei o caso de uma adolescente cuja família precisa também de apoio. Quebrava, batia a cabeça, machucava-se, agredia os outros, a casa da família destroçada.

Então, precisamos pensar no caso específico o que é melhor para essa pessoa e sermos sensíveis, flexíveis, porque é uma área essencial. O álcool e as drogas estão levando ao distúrbio mental, ao distúrbio psiquiátrico. E esse é um problema muito sério também.

Não sei por que essa ênfase que o Ministro deu aos equipamentos, aos materiais. A gente sabe que é uma metodologia, uma forma de abordagem... Mas, então, nada melhor, concordando com o Senador Kajuru, do que convidar o Ministro e a gente ter uma política pública boa, bem discutida, que atenda às necessidades do povo brasileiro em termos de promoção de saúde mental.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem.

Inclusive, eu gostaria de...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Antes, Senador, só quero fazer um agradecimento pessoal ao Senador Jorge Kajuru, porque esse requerimento, em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

princípio, seria uma convocação. E, vendo o documento, telefonei para S. Exa. semana passada, no sábado, e conversei com S. Exa., que entendeu, gentilmente, que essa convocação poderia passar para convite, como foi feito.

E eu tenho certeza, Senador Kajuru, de que o Ministro da Saúde, Mandetta, estará presente aqui para responder a todas as suas perguntas, aos seus questionamentos e também aos de todos desta Comissão.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Vou dar a palavra agora ao Senador Paulo Paim, ao Senador Fabiano Contarato e, depois, ao Senador Jayme.

Por favor, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pela ordem.) – Senador Romário, que preside esta reunião, Senador Styvenson, Vice-Presidente, quero cumprimentar a ambos. O Romário já vem de quatro anos atrás. De tudo que foi falado aqui, eu assino embaixo. E o Senador Styvenson está vindo com todo o pique também. Meus cumprimentos pelo trabalho até o momento.

Mas, Senador Romário e demais Senadores e Senadoras, no dia de hoje, o Presidente da República entrega à Casa sua visão da reforma da previdência. Vejo que há um movimento não só no Congresso, mas em todo o Brasil, em relação a essa reforma. Eu encaminhei à Mesa, Presidente, uma proposta de audiência pública durante esta semana porque entendo que esta Comissão é fundamental. Claro que eu também vou debater na Comissão de Direitos Humanos, mas esta Comissão de Assuntos Sociais é que vai tratar com a devida profundidade da questão da reforma da previdência. Se V. Exa. entender que poderia, talvez, só ler, e, se puder votar, vota... V. Exa. é quem decide. Mas eu acho que é importante que a sociedade saiba que esta Comissão, presidida por V. Exa. e pelo nosso querido Styvenson, que é o Vice, vai se debruçar e vai ouvir a sociedade sobre o tema reforma da previdência, que interessa hoje, sem sombra de dúvida, a 210 milhões de brasileiros. É esse o pedido que eu faço a V. Exa.

Eu não vi na pauta... Eu sei que o dia que encerra a pauta é sexta. Talvez só tenha chegado na segunda o meu requerimento. Talvez. Estou até justificando já.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Está aqui.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Se V. Exa. puder colocar em votação...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Aqui a gente colocará todos os requerimentos em votação.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Excelente, Presidente. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Pode ficar tranquilo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E, quanto à data, claro, podemos acertar junto com os Senadores aqui qual o dia mais adequado que entendemos todos para fazer o primeiro debate sobre a previdência.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, Senador Paim.

Passo a palavra agora ao Senador Fabiano Contarato.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES. Pela ordem.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Primeiro, quero agradecer a oportunidade ao Senador Paim, que trouxe à tona esse tema e que tem bastante relevância ao que eu vou falar, porque não há que se falar em reforma da previdência quando o próprio Poder Público, e aí me refiro ao Executivo, desde 1988, está dormindo eternamente em berço esplêndido, quando, no art. 7º, inciso IV, da Constituição Federal, determina que a União tem que instituir um salário mínimo digno capaz de suprir as suas necessidades e as da família com saúde, educação, habitação, moradia, lazer, vestuário e higiene e nós temos esse mísero salário.

Este assunto tem que ser tratado aqui porque esta é uma comissão de assuntos sociais, tudo passa por aqui. Passou da hora de a gente debater por que, como quantificar...

Eu queria que essas pessoas que estão no governo vivessem com um salário mínimo para ter esses direitos e garantias que já estão consagrados no art. 5º da Constituição Federal.

Outro alerta – e aí eu peço perdão, em que pese não estar aqui, mas que passa por aqui – é sobre a violência que foi feita com a Consolidação das Leis do Trabalho. Olha, é inadmissível que nós retrocedamos, em pleno século XXI, determinando que mulheres grávidas e lactantes possam trabalhar em ambiente insalubre!

É inconcebível você terceirizar atividade fim! Nós vamos criar dois tipos de categoria: o motorista de uma companhia aérea que ganha "x" e outro terceirizado que ganha "y". É inconcebível nós estabelecermos o trabalho intermitente, sendo que o salário tem um caráter alimentar, em que o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

familiar tem de se planejar durante um mês! É inconcebível falar que a rescisão de um contrato de trabalho, que antes era feita pela Delegacia Regional do Trabalho, ou pelo sindicato, agora é feita pelo empregador! Como fica o princípio da impessoalidade? Da imparcialidade?

Então, passou da hora de esta Comissão aqui trazer isso à tona, sim, porque, se vai haver reforma da previdência, é preciso que o Poder Público assuma aquilo que está omisso desde 88 no art. 7º, inciso IV. A partir do momento em que ele instituir aquele salário mínimo... Isso porque só quem vai pagar a conta dessa previdência, eu digo, vai ser pobre, semianalfabeto e as pessoas que ganham um mísero salário mínimo. E quem deve mais tem de pagar mais, e isso começa para essa camada privilegiada. É preciso reduzir esse abismo dos milhões que estão na pobreza ou no ínfimo do salário mínimo e a concentração de riqueza na mão de tão poucos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, Senador Fabiano.

Antes de passar a palavra para o Senador Jayme Campos, eu quero dizer a V. Exas. que eu não tenho aqui nenhum tipo de obrigação com o Governo em relação a colocar aqui alguns requerimentos que sejam positivos ou que sejam negativos para o Governo. A minha obrigação aqui é para com o povo brasileiro, principalmente para os quase 4,7 milhões de votos que tive para estar aqui presente hoje como Senador e para com os senhores que me elegeram Presidente desta Comissão. Aqui, tudo será votado. Tudo será colocado em pauta pelo voto. Aqui é democracia.

E eu concordo plenamente com as palavras do Senador Fabiano: que existem muitas coisas dentro dessa lei trabalhista atual, da CLT, que realmente não condizem com o que o povo brasileiro merece, e inclusive várias coisas que foram citadas pelo Senador também são indignas à nossa população.

Com a palavra agora o Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Senador Romário, Sr. Vice-Presidente, Senador Styvenson, eu quero apenas manifestar aqui a minha alegria, o meu contentamento de retornamos a esta Comissão de Assuntos Sociais, da qual eu tive a primazia de ser Presidente por dois anos no mandato que exerci como Senador da República.

Desta feita, liderado por V. Exa. como Presidente, espero que aqui nós possamos travar bons debates e, acima de tudo, boas políticas públicas na área social.

Tive o privilégio de conviver aqui com o Senador Paulo Paim por vários anos – não é, Paulo? Acho que por mais de quatro anos –, eu presidindo e Paulo fazendo parte. Depois, mesmo eu não participando como Presidente, mas ao lado de Paulo, com quem aprendi muito, discutindo naturalmente assuntos de interesse de toda a sociedade brasileira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui, particularmente, Sr. Presidente, a título apenas de sugestão, estamos com algumas demandas em relação a vários projetos para o Brasil, entre eles a reforma previdenciária. Eu acho que esta Comissão, mesmo regimentalmente esse projeto vindo só para a CCJ, todavia, não há nenhum motivo ou prejuízo que nos impeça de também convocarmos aqui uma audiência pública, pois, com base no art. 93, inciso II, quando é de interesse público social, V. Exa. tem a autoridade de convocar aqui as audiências públicas para discutirmos, da melhor maneira possível, sobretudo com maior amplitude e ouvindo os segmentos da sociedade, para que, ao fecharmos naturalmente esse grande debate, possamos encaminhar também e compartilhar com a relatoria, que vai ser alguém designado da CCJ.

Portanto, quero cumprimentá-lo e dizer que esta Comissão é muito importante. Por aqui passam assuntos que mexem com a vida das pessoas, particularmente dos menos afortunados deste País, dos mais pobres, daqueles que dependem visceralmente das instituições públicas deste País, particularmente do Poder Executivo, que tem a obrigação de atender às demandas sociais. E eu fiquei muito feliz, quando fui Presidente, e nós conseguimos avançar nesta Comissão, não é, Senador Paulo Paim? Avançamos aqui de tal maneira que esta Comissão, que era uma Comissão muito modesta, passou a ser uma das Comissões – Senador Flávio Arns, que também participou conosco aqui – mais importantes do Senado Federal.

Então, eu confio que V. Exa., que nós destacamos para esta Comissão, possa trazer para cá assuntos importantes, pertinentes, como o caso da reforma previdenciária, baseado no art. 93, inciso II, do Regimento Interno desta Casa, para discutirmos essa matéria, que é do interesse de toda a sociedade brasileira.

Quero cumprimentá-lo e dizer que pode contar comigo. V. Exa. terá aqui, na minha pessoa, o Senador Jayme Campos, um parceiro que conhece mais ou menos as matérias que tramitam aqui nesta Comissão para fazermos, com certeza, um bom desempenho nesta Comissão e, acima de tudo, boas políticas públicas para o povo brasileiro, particularmente para os menos favorecidos da sociedade.

Sucesso, parabéns e que Deus abençoe o senhor nesta nova missão!

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito obrigado, Senador Jayme Campos. Com certeza, a sua ajuda aqui para esta Presidência terá uma importância muito grande. V. Exa. pode ter certeza de que aqui nós daremos espaço, daremos voz, daremos a possibilidade de a sociedade brasileira participar de uma maneira geral. E a previdência, com certeza, e tudo o que se refere a esse assunto, a esse tema, com certeza não tem como não passar por esta Comissão. Passará, e todos nós teremos a oportunidade de fazer as nossas colocações, tirar as nossas dúvidas, fazer as nossas perguntas, porque aqui essa é nossa obrigação. E, como V. Exa. mesmo falou,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esta Comissão, que alguns anos passados não tinha tanta importância, hoje tem uma importância significativa. Agradeço a V. Exa. escolher estar presente aqui e, mais uma vez, peço a V. Exa. que me ajude, já que eu estou chegando agora e não tenho a intenção de sentar na janela, ainda!

Vou ler aqui, agora, o requerimento extrapauta da Senadora Rose.

> Requeiro, nos termos do art. 216 (combinado com o art. 50 CF), do Regimento Interno do Senado Federal, que seja encaminhado requerimento de informações ao Ministro da Saúde, para fornecer dados sobre as políticas públicas adotadas com relação aos hospitais, santas casas e hospitais filantrópicos, especialmente com relação à liberação de recursos.
> O objetivo é obter dados sobre os limites financeiros disponíveis para a Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar (MAC), que inclui os incentivos de custeio que são transferidos de forma regular e automática aos fundos de saúde dos estados, DF e municípios.

Senadora Rose de Freitas, com a palavra, por favor!

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Senadora, eu queria propor à senhora...

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Pois não.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... se fosse possível, ao invés de a gente tratar somente sobre os recursos, que a gente pudesse convidar o Ministro, para que ele possa apresentar qual é a política que ele tem para a saúde pública brasileira, incluindo as formas de repasse e financiamento para a atenção básica, para a atenção ambulatorial especializada, para a atenção hospitalar, para todas as áreas assistenciais e de vigilância, que também são relevantes para a gente fazer a saúde pública funcionar.

Então, se a senhora me permitisse, eu queria propor uma extensão desse requerimento, que fosse um convite para que ele pudesse trazer essas informações e, além disso, apresentar qual a sua política para a saúde pública brasileira.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Senador, eu agradeço.

Inclusive, Presidente, eu peço autorização de V. Exa. para considerar incluído – depois, formalmente, apresento à Mesa –, e que seja votado na forma sugerida pelo Senador. Considero de bom alvitre.

Nesse momento, eu tratava apenas... É o início dos nossos trabalhos. Porque, olhando todos os empenhos que foram feitos, Senador Eduardo Gomes, no ano passado, a metade deles foi cancelada

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

arbitrariamente, sem nenhuma satisfação, nenhuma programação. Não se estabelece o que é prioridade, o que não é prioridade. Então, eu considero de bom alvitre a proposta de V. Exa.

Se o Presidente permitir, Presidente, eu queria transformar esse requerimento, e formalizo imediatamente, na forma do texto sugerido pelo Senador, e sem abrir mão de que seja oferecido imediatamente, até para que possamos debater com ele os requerimentos sobre a liberação de recursos no âmbito da...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Senadora Rose, um aparte, por gentileza. Senadora Rose, Senador Jayme Campos.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Pois não, Senador.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Só para fazer um adendo, se me permite.

Eu acho louvável e meritória a iniciativa do ilustre Senador, de convidar o Sr. Ministro da Saúde, meu amigo Mandetta. Entretanto, eu gostaria de dar uma sugestão de que esse convite seja feito não de forma individualizada, pelo próprio Senador e pela Senadora Rose, que está agregando a esse requerimento, ou ele está agregando, naturalmente, à senhora. Que seja da Presidência da Casa, aqui, aprovado, de forma unânime, pelo Colegiado aqui, liderado pelo Senador Romário. Que V. Exa., como Presidente da Comissão, naturalmente, com a aquiescência de todos nós, Senadores aqui, encaminhasse esse convite para que o Ministro Mandetta comparecesse aqui, naturalmente, para discutirmos a política pública de saúde.

Isso é apenas para título de engrandecer o trabalho, não só de todos os Senadores, mas, sobretudo, da Presidência desta Comissão. E todos nós concordamos, não é? Partiu de V. Exa. a iniciativa de fazer esse encaminhamento desse requerimento, ou seja, esse convite ao Ministro Mandetta.

Todavia, acho que todos nós estamos solidários. Partiria essa iniciativa do próprio Presidente da Comissão, e todos nós aqui solidários com V. Exa. Acho que seria meritória, louvável essa iniciativa. Não sei se os demais pares, Senador Paulo, concordam com essa minha opinião, do ponto de vista de a Comissão de Assuntos Sociais promover esse convite.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, Senador.

Só para informar às Sras. e aos Srs. Senadores, antes do requerimento do Senador Jorge Kajuru, foi encaminhado um pedido, foi votado e foi, por unanimidade, aceito o convite ao Ministro Mandetta aqui, nesta Casa. A pergunta que eu faço a V. Exa. é se a gente aproveitaria essa vinda dele para falar desses assuntos também ou a gente está falando de um novo convite?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Presidente, a título de sugestão, enriquecida pelo Senador Jayme, eu acho que uma atitude coletiva vai ter muito mais respaldo, muito mais peso.

Eu queria sugerir a V. Exa. transformar esse requerimento em um convite da Presidência, com a aprovação de todos, para que nessa oportunidade se trate desses assuntos. Portanto, se V. Exa. estiver de acordo, não remeteríamos aos tópicos do Senador Kajuru ou aos que eu estou apresentando, mas que seja um convite à Presidência apoiado por todos nós, com os termos que nós estamos elencando.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem. Assim será feito.

Em votação o requerimento.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Incluiremos nesse requerimento o convite ao Ministro Mandetta.

(É o seguinte o requerimento aprovado:

EXTRAPAUTA

ITEM 13

REQUERIMENTO Nº 13, de 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 216 (combinado com o art. 50 CF), do Regimento Interno do Senado Federal, que seja encaminhado requerimento de informações ao Ministério da Saúde, para fornecer dados sobre as políticas públicas adotadas com relação aos hospitais, santas casas e hospitais filantrópicos, especificamente com relação à liberação de recursos.

O objetivo é obter dados sobre os limites financeiros disponíveis para a Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar (MAC), que incluem os incentivos de custeio que são transferidos de forma regular e automática aos fundos de saúde dos estados, DF e municípios.

E que o Ministro apresente a Política que será implementada pelo Ministério da Saúde na sua gestão nas diversas áreas.

Autoria: Comissão de Assuntos Sociais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

- Adição de Informação solicitada.

- Requerimento de iniciativa dos Senadores Rose de Freitas e Rogério Carvalho, aprovado por unanimidade pela Comissão.)

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Só por uma questão disciplinar, eu queria saber: esse requerimento não está prejudicado? Está aprovado mas terá que receber o apoio do Presidente, um convite à Presidência assinado por todos os Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Exato.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – De acordo? É isso?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Muito obrigada a todos.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Item 5 da pauta.

ITEM 5

REQUERIMENTO Nº 2, de 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 73 do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de Subcomissão Temporária, composta de 5 (cinco) membros titulares e igual número de suplentes, destinada a propor iniciativas para promoção e defesa dos direitos e da inclusão de pessoas com Doenças Raras, bem como o devido aprimoramento na legislação específica.

Autoria: Senadora Mara Gabrilli e outros.

O Senador Nelsinho Trad subscreve esse requerimento.

Passo a palavra ao Senador Nelsinho Trad.

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS. Para encaminhar.) – Senador Romário, nosso Presidente, Senador Styvenson, nosso Vice-Presidente, é apenas para encaminhar, dizendo aos demais pares desta Comissão que todos nós somos sabedores do trabalho da Senadora Mara Gabrilli no que se refere a essa questão. É mais do que justo o apoio que nós deveremos emprestar a essa causa no sentido de aprimorarmos a legislação específica relativa às pessoas com as doenças raras. Eu penso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que esta Comissão tem toda a condição de dar um suporte bastante justo, mais razoável, nos tempos em que estamos vivendo, a essas pessoas que sofrem com patologias raras.

Esse é o encaminhamento que faço, pedindo o apoio de todos os Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bom.

Em votação o requerimento.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

ITEM 7

REQUERIMENTO Nº 5, de 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública,com o objetivo de debater a Política de Saúde dos povos indígenas e discutir a proposta de municipalização do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

1. Representante do Ministério da Saúde do Mato Grosso do Sul

2. Representante da Secretaria Especial de Saúde Indígena - SESAI.

3. Representante do Fórum de Presidentes de Conselhos Distritais de Saúde Indígena - FPCONDISI.

4. Representante da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira - COIAB.

5. Representante da Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo - APOINME.

6. Representante do Conselho Indigenista Missionário - CIMI.

Autoria: Senador Rogério Carvalho.

Concedo a palavra ao Senador, por favor.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para encaminhar.) – Eu queria inicialmente cumprimentar V. Exa. pela Presidência, ao Styvenson pela Vice-Presidência. Todos que me antecederam já falaram da importância desta Comissão, e essa é a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Comissão que trata do maior bem que a gente tem, que é a vida das pessoas. Infelizmente, esse bem maior, que é de fato o único que a gente tem, e de maior relevância, tem sido pouco respeitado nos nossos tempos: tem sido pouco respeitado pelas políticas, tem sido pouco respeitado pelas iniciativas de governo, tem sido pouco respeitado no que diz respeito às regulamentações ambientais, tem sido pouco respeitado o debate sobre a defesa da vida no nosso País. E por aqui passam interesses de todos os brasileiros, mas, acima de tudo, de 150 milhões de brasileiros que dependem da assistência social, que dependem da previdência, que dependem da saúde pública; passam por esta Comissão. Portanto, todo o debate feito aqui é da mais alta relevância e de impacto na vida de dois terços da população brasileira, de forma direta, incisiva.

Então, quando a gente tem um problema como eu tive com o meu pai, com a minha esposa, como qualquer um de nós tem um problema, é que a gente sente na pele o quão difícil é. Eu vivi uma experiência e propus a criação de uma CPI das Órteses e Próteses que produziu frutos, mas motivado por ter sido Secretário Municipal, Secretário Estadual, Deputado Federal e um colega que foi meu calouro ter me cobrado R$129 mil para corrigir um erro de implantação de uma prótese total do joelho no meu pai, cuja prótese original tinha custado R$20 mil, que fora importada da Alemanha; na substituição, ele queria cobrar R$129 mil. Eu estou chamando a atenção porque eu sou médico, professor universitário, ex-Secretário Municipal de Saúde, ex-Secretário de Estado da Saúde, Deputado Estadual, Deputado Federal, e ele tentou passar para mim uma prótese por R$129 mil. Agora vocês imaginem como se dá o tratamento a cada cidadão e cidadã que não tem informação e que não tem relacionamento, que é o grande desespero do povo brasileiro. Então, cabe a nós, com muita humildade, com muito amor inclusive, com muita capacidade de incluir e de acolher, fazer um debate aqui muito rico, muito voltado para cuidar das pessoas e daquelas necessidades mais básicas, mais prementes, que é o objeto desta Comissão.

E, nesse sentido, pensando nos índios, os índios tinham um sistema de assistência em que a mortalidade infantil era alta e nós não tínhamos um controle nem da taxa de mortalidade, nem do crescimento e desenvolvimento das crianças indígenas, nem do mapeamento do que de fato acometia essa população. E os distritos sanitários indígenas, gerenciados pela Sesai, Secretaria de Saúde, Secretaria Especial de Saúde Indígena do Ministério da Saúde, reverteram essa situação.

E a gente está vendo aí uma proposta de mudança. Por isso que eu proponho uma audiência pública, para a gente aprofundar, para saber o que vem para o lugar da Sesai? O que virá dará conta? Será que os Municípios, com a sua pouca infraestrutura, vai ser capaz, em Estados como o Amazonas, que tem distâncias de 2 mil quilômetros, em que só dá para chegar de barco ou de avião, vai conseguir, o Município... Há Municípios no Brasil que, de uma ponta a outra, têm mil quilômetros de extensão. Será que vai ser possível a esse Município prover as condições para garantir a esses povos a atenção à saúde?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse sentido que eu estou propondo essa audiência pública. Obviamente que é um complemento à vinda do Ministro. O Ministro vem e ele vai tratar desse assunto, depois nós podemos aprofundar o debate sobre esse tema.

E vi aqui também... Não sei se há um requerimento. Eu vi o Senador Paulo Arns... É isso? Flávio Arns, Paulo é o seu tio, não é?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Seu tio, grande figura, admirável!

Saúde mental é um outro tema que eu acho que a gente tem que trazer para esta Comissão, porque não se faz saúde mental somente com hospital. Não se faz saúde mental somente com centros de acolhimento, não se faz saúde mental só com desintoxicação, não se faz saúde mental somente com Caps. Saúde mental é um problema complexo, em que a gente precisa de diversos tipos de estabelecimento, configurados em rede, que se articulam, distribuídos territorialmente e que se complementam tecnologicamente de forma vertical. Portanto, nós precisamos fazer este debate aqui para que a gente não volte às trevas, que seria jogar e trancafiar pessoas, seres humanos, em manicômios, como a gente viu no começo da década de 90, final da década de 80 por este País.

Eu mesmo fui responsável pelo fechamento de manicômios. A coisa mais triste e mais absurda e desumana que a gente pode ver é um manicômio, com pessoas jogadas, largadas, abandonadas. E agora estamos vendo o retorno de técnicas que foram abandonadas, com todo o desenvolvimento da farmacologia. É possível hoje um psicótico viver e conviver socialmente, se tomar medicação regular. Um esquizofrênico conviver, dirigir e ter uma vida praticamente normal, se tomar medicação regular. É possível controlar a ansiedade, é possível controlar a depressão, com os medicamentos da indústria farmacêutica, que foram e que estão no mercado. Qual é a questão? O custo. Mas é muito mais barato pagar o remédio do que manter a hotelaria, manter uma pessoa trancafiada num manicômio ou num recinto fechado. A tecnologia que nós temos hoje nos permite cuidar dessas pessoas.

O que não é possível, o que a tecnologia farmacológica não resolve é a reabilitação de usuários de drogas. Esse é um processo que requer militância, envolvimento afetivo, requer outras questões que são fundamentais. Acho que aqui na Comissão poderíamos também fazer esse debate, formar a nossa opinião. E, Romário – me permita chamá-lo assim porque você sempre foi o nosso peixe e a gente via que, naquela Copa de 94, todo mundo vibrou com você fazendo a diferença –, é fundamental que a gente possa sair do senso comum.

Uma Casa como esta não pode se submeter ao debate raso sobre os diversos temas; a gente tem que ir mais fundo, a gente tem que fazer a discussão que vai além do pensamento comum porque esta não é uma Casa de comuns, esta é uma Casa de pessoas que, ao longo da vida, construíram experiências e que têm uma contribuição a mais a dar para melhorar a vida das pessoas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado e desculpe por me alongar neste primeiro momento.

Obrigado, Presidente.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, Senador. Antes de passar a palavra ao Senador Flávio Arns, eu só gostaria de fazer uma colocação, que, uma vez que a Senadora Mara Gabrilli não está, pode ser para V. Exa.: desta subcomissão que será feita eu gostaria também de participar, por favor.

Quero agradecer aqui a presença da Viviane Lucas e da Mônica Azevedo por estarem nos ajudando aqui com Libras; duas profissionais que são bastante competentes e que, neste momento, fazem com que aquelas pessoas que tenham problemas de audição possam participar diretamente e entender tudo o que aqui está sendo colocado, falado e discutido. Muito obrigado a vocês duas pela participação.

Senador Flávio Arns, por favor.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – É bem rápido. Também, a exemplo do que V. Exa. disse, eu gostaria de participar da subcomissão de doenças raras.

Concordo também com todo o argumento de que temos que ter uma política pública bem definida para a área da saúde mental. Eu só acho que – estou olhando a televisão – que o pessoal intérprete de Libras não está aparecendo na televisão. Quer dizer, quem acompanha...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Isso é uma falha.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – ... esta reunião nos Estados, no Brasil não está tendo a oportunidade; só para quem está presente aqui na Comissão. Então, é só pedir à TV Senado, porque temos que ter um mecanismo para que a interpretação pela Língua Brasileira de Sinais apareça também para o povo todo do Brasil que está acompanhando o nosso trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – É uma forma de acessibilidade também.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Sem dúvida alguma. Acessibilidade em sentido amplo.

Eu queria propor só no requerimento, porque o item 1 é representante do Ministério da Saúde e o item 2 é o representante da Secretaria de Saúde Indígena. Então, acho que só o item 2 seria suficiente, porque o Ministro já virá para dar um panorama geral. O item 2... Poderíamos tirar o item 1 e ficariam cinco pessoas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero fazer o apelo para que o representante da Articulação dos Povos e Organizações Indígenas que venha a ser indicado pela articulação represente também a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, não só do Nordeste... Está aqui: do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo, que é importante, mas a pessoa a ser convidada traria o panorama do Brasil, porque há a representação da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib).

Então, essa pequena mudança. Eu concordo totalmente com o requerimento, sou contra a extinção da Secretaria, acho um absurdo passar isso para os Municípios, e tudo isso feito sem dialogar com as comunidades indígenas. A mesma coisa na área da pessoa com deficiência: vamos fazer uma política pública, mas não vamos conversar com as famílias, com as pessoas, com ninguém. Então, não resolve isso. Quando você toma uma atitude, deve dialogar com a comunidade interessada. Se há problemas, vamos resolver os problemas, e não tomar atitudes sem dialogar e conversar com o povo interessado no assunto.

Então, são as duas sugestões: uma pessoa só, porque já representa o Ministério e a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil; pode vir uma pessoa do Nordeste, mas representando a ideia do Brasil também.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Veja, por mim não há problema. O importante é que a gente faça o debate.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Está ótimo.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Todas as sugestões serão bem-vindas.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Essa era a pergunta que ia fazer a V. Exa., mas já estamos acordados.

Em votação o requerimento.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado com a inclusão dos nomes colocados aqui pelo Senador Flávio Arns e com o entendimento do autor do requerimento, Senador Rogério Carvalho.

Senadora Soraya com a palavra e Senador Mecias de Jesus também, por favor.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Eu só questionei o Senador quanto à necessidade da presença do Cimi (Conselho Indigenista Missionário) na questão. Nós havíamos conversado para que se retirasse e, aí, o Senador Girão falou "não". Então vamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conversar sobre isso, porque, na questão indigenista, pelo menos no meu Estado, a presença do Cimi na demarcação de terras indígenas é altamente preocupante.

Então, queria entender do Senador, ele disse que poderíamos tirar, mas de repente seria bom ouvir. Eu não compreendo tamanha ingerência do Cimi. Mas, então, vamos ouvir. Está bom, era isso mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Inclusive, Senadora, já foi colocado em votação, foi aprovado. No caso de retirada, só mesmo com autorização do Senador.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Sem problemas, é que eu pedi para falar antes, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Senador, por favor, com a palavra.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR) – Presidente Romário, quero manifestar a minha satisfação em participar desta Comissão.

Claro, apesar de o requerimento já ter sido aprovado, de autoria do Senador Rogério Carvalho, quero manifestar o meu apoio ao requerimento na forma como apresentado, com as modificações sugeridas pelo Senador Flávio Arns.

O Estado de Roraima, se a memória não falha, tem a segunda maior população indígena do Brasil. E não poderia me furtar de participar desse debate, principalmente porque a população indígena de Roraima sofre muito há muito tempo, mesmo antes de a saúde pública de Roraima ter entrado em colapso depois da entrada dos venezuelanos – a nossa saúde pública colapsou –, antes disso a população indígena de Roraima já vivia em estado de calamidade pública. Nós queremos participar, sim, desse debate.

Quero também manifestar a minha posição contrária à extinção da Secretaria Especial de Saúde Indígena. Se precisa modificar alguma coisa naquela Secretaria, que seja modificado, que sejam trocadas as pessoas, mas a Secretaria Especial de Saúde Indígena trouxe grandes ganhos à sociedade e ao povo indígena brasileiro.

Em Roraima, por exemplo, existe o distrito sanitário ianomâmi. Nenhum Município é capaz de cuidar daquilo lá. Primeiro, porque só se chega em cada comunidade se for através de avião. Lá não se vai de carro, não se vai no barco, é de avião. Então, é preciso que o Ministério da Saúde conheça melhor a situação do Brasil, em especial das comunidades indígenas, para poder se posicionar nesse sentido.

É o que tinha a manifestar, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Obrigado pela participação, Senador Mecias de Jesus.

Agora que temos quórum, vamos passar às votações dos projetos de lei.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 498, de 2017

- Terminativo -

Altera o artigo 235-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que aprova a Consolidação das Leis do Trabalho, e dá outras providências.

Autoria: Senador Acir Gurgacz.

Relatoria: Senador Otto Alencar.

Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda que apresenta.

Observações:

- Votação nominal.

Esta será uma votação nominal.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Concedo a palavra ao Senador Otto Alencar.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Pela ordem.) – Senador, queria pedir vista.

O SR. LUIZ DO CARMO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO) – Quero pedir vista também, Presidente, vista do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Senador Otto, por favor, V. Exa. gostaria de ler o relatório?

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Tenho que informar ao Senador que o pedido de vista pode ser feito depois da leitura do relatório. Regimentalmente sempre se faz isso aqui, do ponto de vista regimental.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Questão de ordem, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Senador Jayme, por favor.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Tem que ser lido primeiro o relatório. Após isso aí, eu indago a V. Exa., pela ordem, se é de forma coletiva ou de forma individual.

Eu acredito ser louvável, para um bom trabalho na Comissão, nós pedirmos, como V. Exa. já antecipou o pedido de vista, de forma coletiva.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Claro.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – É para o bom encaminhamento dos trabalhos da Casa aqui. Esta é a minha opinião, o meu ponto de vista. Que se lesse o relatório... O Senador já manifestou a sua vontade de pedir vista e, depois, pediríamos de forma coletiva. Não sei se V. Exa. concorda, Senador Otto?

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Concordo plenamente.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Para os bons trabalhos na Casa.

Isto é uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidente, só para a minha orientação, porque eu, inclusive, informei a alguns Senadores que me perguntaram.

A Senadora Rose de Freitas havia me dito, no Plenário, e quando me dizem, para mim... Ela é a autora do projeto, não?

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – O autor é o Senador...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – O Senador Acir Gurgacz.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O item 2, em que ela era Relatora, saiu de pauta, não?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – O item 2 ainda não entrou, entrará.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só para esclarecimento: saiu de pauta?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Não, os itens 1 e 2 saíram de pauta, desculpe.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Então está esclarecido.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Item 3.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Os próprios autores pediram para tirar de pauta, Senador.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Correto. É o item 3 este?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Por favor, Senador Otto Alencar.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Pois não, Senador Romário.

Quero dizer aqui sobre o meu compromisso com V. Exa. de trabalhar, como fizemos, sob o seu comando na Comissão de Educação. V. Exa. fez um ótimo trabalho àquela época.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Obrigado, Senador.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Aprovamos aqui, inclusive, a obrigatoriedade do ensino da capoeira nas escolas. Eu lhe presenteei com um berimbau, toquei aqui...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Ele está lá guardado.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Toquei aqui um São Bento Pequeno para V. Exa. Não sei se V. Exa. está lá treinando o berimbau... É mais futebol mesmo, não é?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Capoeira é meu forte também. (*Risos.*)

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – É mais futebol mesmo.

Mas este projeto, Senador Romário, que é do Senador Acir Gurgacz, na verdade, faz uma alteração no art. 235 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 43, que aprova a Consolidação da Lei do Trabalho, e dá outras providências.

É uma modificação na chamada Lei dos Motoristas. Ele altera a composição dessa lei para normatizar e dar as condições iguais aos motoristas intermunicipais, interestaduais e também de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

transporte público, que, na minha opinião, talvez sofram as maiores tensões nos centros urbanos, dirigindo ônibus e outros tipos de transporte urbano.

Ele, de alguma forma, procura melhorar as condições daqueles que estão nos grandes centros, dirigindo e sofrendo as dificuldades e as tensões todas que acontecem.

Portanto, acho que é um projeto meritório. Nós vamos fazer uma alteração única na redação, através de uma emenda de redação. Essa emenda de redação é ao projeto de lei que veio da Câmara com o nº 498, de 2017, e altera o art. 1º do art. 235-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio, e passa a vigorar com a seguinte alteração:

> "Art. 235-A .....
> .....
> I – de transporte rodoviário coletivo de passageiros, privado ou público, em linhas permanentes e de itinerário fixo, municipal, intermunicipal em região metropolitana ou fora dela, interestadual e internacional.
> .....'(NR)"

O projeto de lei obedece a toda a legislação e também é da competência da Comissão de Assuntos Econômicos apreciar, alterar e melhorar um projeto dessa natureza.

Portanto, está na Casa certa para a alteração.

O nosso voto é pela aprovação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, Senador.

De acordo com os termos do art. 132 do Regimento, concedo pedido de vista coletiva. Ficam adiadas a discussão e a votação da matéria.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sr. Presidente, como foi pedido vista, eu também queria entrar no pedido de vista, porque me foi pedido que eu olhe com muito carinho esse projeto e assim quero fazer, com certeza, junto com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, Senador Paim. Concedido o pedido.

ITEM 9

REQUERIMENTO Nº 8, de 2019

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo senhor presidente do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Renato Rodrigues Vieira, informações sobre o montante atualizado das dívidas consolidadas junto ao INSS pelos 500 maiores devedores da previdência. Nesses termos, requisita-se:

1. Relação integral atualizada da dívida previdenciária dos 500 maiores devedores, discriminando CNPJ, razão social e montante atualizado;

2. Relação atualizada da dívida previdenciária livre e desimpedida de constrição judicial dos 500 maiores devedores da previdência;

3. Especificar o montante devido da parte empregadora e da referente aos empregados.

Autoria: Senador Nelsinho Trad e outros.

Relatório: Pronto para deliberação

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Concedo a palavra ao Senador Nelsinho Trad.

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS) – Senador Romário, nosso Presidente, primeiramente, antes de entrar no assunto lido por V. Exa., queria parabenizar sua iniciativa, sempre inovando, de trazer aqui a tradução por Libras. Eu penso que, com esse seu exemplo, as outras comissões deverão fazer o mesmo, quiçá até o Plenário da nossa Casa, porque realmente é uma maneira de inclusão. Quero parabenizar a sensibilidade de V. Exa. por essa iniciativa.

Bom, nós estamos aí diante da pauta da previdência, que todo mundo fala, todo mundo lê, todo mundo ouve e todos estão de acordo com sua importância para o País. Mas, Senador Otto, eu penso que uma das funções do Senador é ele ter o conhecimento a fundo das matérias pertinentes que vão impactar a vida das pessoas.

Já ouvi dizer que isso é uma caixa-preta, que há informação que não chega. Em função disso, eu fiz esse requerimento pedindo para que os pares me ajudem nessa aprovação, a fim de que a gente possa ser subsidiado da informação, que consta lida por V. Exa., dos quinhentos maiores devedores da Previdência. Esse é o meu encaminhamento.

Queria aproveitar a oportunidade, Presidente Romário, e registrar a presença de dois Deputados Estaduais do meu Estado, o Deputado Herculano Borges e o Deputado Lucas de Lima. É um prazer recebê-los aqui no Senado.

É só, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito obrigado, Senador. Bem-vindos os Deputados aqui à Casa.

Senador Luiz do Carmo, por favor.

O SR. LUIZ DO CARMO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO) – Sr. Presidente, eu quero ajudar o Governo nesse imbróglio do INSS aí, ou da previdência. Mas eu, como empresário – você foi feliz ao fazer o requerimento –, tenho que ter informações precisas. Aliás, eu ia fazer um requerimento praticamente igual a esse aqui.

Nós temos de saber se realmente existe esse débito. Como é que é? E uma das coisas que eu queria acrescentar aqui é que se discriminasse a parte do patrão e a do funcionário. Porque, quando o patrão pega a parte do funcionário, já descontou no salário dele. Aí, é crime. E nós temos de ver isso.

Então, eu queria incluir isso aqui nesse requerimento, mais esse pedido, se fosse possível.

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS) – Não vejo nenhum problema. Penso que o que abunda não prejudica. Acho que vai ser importante para nós termos essas informações mais precisas.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Senador Romário, Senador Romário...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, será incluído aqui neste requerimento.

Senador, por favor.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Rapidamente, só para parabenizar nosso colega Nelsinho Trad por esse requerimento. É algo que nos deixa... Ontem estávamos lá, Senador Paulo Paim, lá no Plenário, discutindo isso. Os números que chegam são assustadores, os números dos devedores do INSS. É meio trilhão; não é bilhão não, é meio trilhão. Entre os devedores estão bancos e grandes empresas envolvidas em operação que eu considero um patrimônio nacional, que é a Lava Jato, como a JBS.

Então, nós precisamos realmente, nesse debate que nós vamos fazer sobre previdência, olhar isso para equilibrar o jogo. E tem que ser concomitantemente, tem que ser simultaneamente.

Quero reiterar os parabéns ao Nelsinho por essa iniciativa muito importante.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Em votação o requerimento...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Senador Paim, por favor.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sr. Presidente, é só para apoiar a iniciativa do querido Senador Nelsinho Trad e com o adendo aqui dos outros Senadores.

Essa questão é fundamental. Como a gente trabalhou e eu presidi a CPI da Previdência, sei que esses dados são alarmantes e, depois, que terminou a CPI, eles não vieram aqui explicar tudo o que foi atestado.

Eu vou mandar para cada Senador uma apostila onde eu mostro o trabalho da CPI da Previdência.

É só para cumprimentá-lo. Estamos juntos. Parabéns pela iniciativa!

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem.

Em votação o requerimento.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

ITEM 10

REQUERIMENTO Nº 9, de 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos regimentais, no âmbito desta Comissão de Assuntos Sociais (CAS) a realização de Audiência Pública para debater o uso da telemedicina como forma de prestação de serviços médicos mediados por tecnologias. Para tanto sugiro que sejam convidados:

- Representante do Ministério da Saúde;

- Representante do Conselho Federal de Medicina;

- Representante da Associação Médica Brasileira;

- Representante da Associação Nacional de Hospitais Privados;

- Presidente da Federação Brasileira de Hospitais, Sr Luiz Aramicy Pinto;

- Representante da Confederação das Santas Casas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Nelsinho Trad.

Relatório: Pronto para deliberação.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Concedo a palavra ao Senador Nelsinho Trad.

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS) – Senador Romário, nós estamos diante de um grande avanço que poderá atender a sociedade brasileira no que tange à telemedicina. O Conselho Federal de Medicina abriu um canal na sua página para debater esse assunto, uma vez que havia encaminhado uma resolução que gerou polêmica muito grande na classe médica, na classe dos hospitais.

Até para contribuir com o Conselho Federal de Medicina e com os Conselhos Estaduais de Medicina, eu, que sou médico, propus esta audiência pública no sentido de nós debatermos e esgotarmos esse assunto e fazer com que ele possa, de forma mais sintonizada, ser implantado para o bem da sociedade brasileira.

Esse é o meu pensamento. Peço o apoio dos nobres pares neste encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Em votação o requerimento.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento do item 10.

Requerimento nº 10, de 2019, extrapauta.

EXTRAPAUTA

ITEM 11

REQUERIMENTO Nº 10, de 2019

- Não terminativo -

Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a realização de audiência pública, nesta Comissão, para debater a reforma previdência, com a presença do seguinte convidado:

- Rogério Marinho, Secretário Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia.

Autoria: Senador Paulo Paim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os convidados serão informados posteriormente.

Concedo a palavra ao autor.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sr. Presidente, na mesma linha do requerimento do Senador Nelsinho Trad, que vai nessa linha também. Só para complementar: só de apropriação indébita, são 30 bilhões por ano que desapareceram, conforme levantou muito bem o Senador aqui.

Então, sobre esta audiência pública, Sr. Presidente, eu tomei a liberdade de ligar para o Secretário da Previdência, que tem o papel de Ministro da Previdência na minha avaliação – o meu sonho é que volte ainda o Ministério da Previdência. E o ex-Deputado Marinho disse que está à disposição. É só nos agendarmos o dia que ele está disposto a vir à Comissão de Direitos Humanos, à Comissão de Assuntos Sociais.

Eu achei muito positivo isso, porque esse debate tem que ser aprofundado, não pode um tema como esse, como eu digo, que interessa a toda a sociedade brasileira, ser votado de afogadilho, como foi a reforma trabalhista no passado – V. Exa. acompanhou aquele debate. A preocupação é enorme!

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Em relação ao qual fui contra.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Assim como V. Exa.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Votamos juntos, votamos juntos.

Eu cumprimento todos os Senadores. Sei que será aprovado aqui para que possamos aprofundar esse debate com a presença, quem sabe, até do Secretário; que ele venha aqui e explique qual, de fato, é a reforma da Previdência que está sendo entregue na Câmara no dia de hoje!

Não preciso mais falar desse tema – eu falo todos os dias na tribuna. A justificativa é a de que temos que aprofundar o debate, ouvindo toda a sociedade sobre a reforma da previdência que nós queremos. Só deixo claro que não sou daqueles que são contra e pronto, soldadinho no passo certo, não é isso. Acho que é no debate que nós vamos construir, com certeza, uma alternativa viável e vamos usar também os dados da própria CPI da Previdência.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem.

Quando V. Exa. coloca que serão informados posteriormente os convidados, isso significa que outros Senadores também podem chamar convidados?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A intenção é contribuir com ideias junto à Mesa. Eu não quis ter a prioridade de indicar todos os nomes. Indiquei o Secretário, que é correspondente ao Ministro, que é quem entende da matéria, para que ele venha explicar a reforma. Entendo que podemos indicar entidades da sociedade civil para fazer uma composição – de repente, quatro a favor, quatro contra. Enfim, que haja um grande entendimento, para que, nesse dia, a gente faça um debate aberto, equilibrado, tranquilo, na boa técnica, que V. Exa. naturalmente vai orientar, para que o debate não saia daquele patamar que todos nós esperamos.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Eu só gostaria de sugerir, Sr. Presidente, se o Ministro for convidado, que venha o Ministro aqui, só o Ministro.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Nesse dia só o Ministro?

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – E ele vai debater com os Senadores e Senadoras.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Conosco.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Mas a gente tem que trazer sem dúvida...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A sociedade civil num outro momento.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – ... na sequência, a sociedade civil, gente a favor, gente contra, e tal, para haver equilíbrio nesse sentido, mas preservar para haver um bom debate com o Ministro mesmo naquele dia, unicamente com ele.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É essa a ideia, Sr. Presidente. No primeiro dia, por isso eu fiz o contato com ele... Na Comissão Direitos Humanos, será só o Ministro. Até eu já adotei lá por critério – os Senadores que estiveram lá viram essa questão – que, no dia em que se convoca o Ministro, é só o Ministro, mas sem prejuízo, num outro dia, de ouvirmos a sociedade civil.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Mas, nesse caso, a gente está...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só o Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Só o Ministro.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Seria o Secretário da Previdência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Então, não se trata do "convidados", é "o convidado".

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Em votação o requerimento.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o Requerimento, extrapauta, nº 10.

Requerimento, extrapauta, nº 11, de 2019.

EXTRAPAUTA

ITEM 12

REQUERIMENTO Nº 11, de 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, inciso II da Constituição Federal e dos arts. 90, inciso II e 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) para debater sobre denúncias de uso de doping nos treinamentos e competições de fisiculturismo, no Brasil. Para tanto, sugiro que sejam convidados representantes dos órgãos e entidades relacionados a seguir:

– Presidente da Confederação Brasileira de Musculação, Fisiculturismo e Fitness; Maurício de Arruda Campos;

– Presidente do Tribunal Antidopagem – Ministério do Esporte; Dra. Tatiana Mesquita ;

– Representante no Brasil da Federação Internacional de Fisiculturismo; Alexandre Bortolato ;

- Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem (ABCD) – Ministério do Esporte;

- Dr. Eduardo De Rose – referência brasileira no exterior no combate ao uso de doping;

- Um atleta de fisiculturismo, a ser indicado pela Confederação de Fisiculturismo;

- Savaget Promoções, Congressos e Eventos Ltda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Romário.

Este requerimento extrapauta é de minha autoria. Quero dizer que hoje, infelizmente, no nosso esporte – a Leila pode confirmar o que estou dizendo –, o *doping* definitivamente invadiu o Brasil. Falando especificamente do futebol, que é o esporte preferido da maioria: nós, infelizmente, não temos o controle que deveríamos ter dentro do futebol profissional, até porque a sua maior entidade, que é a CBF, todos nós já sabemos, é a entidade mais corrupta que temos no futebol no País e não se interessa por esse tema. O objetivo maior da CBF, já nos últimos 20 anos, é enriquecer aqueles que lá estão, e a decência do futebol fica em terceiro, quarto plano.

Por isso, entendo que este meu requerimento vem em bom momento, já que, nesta Legislatura, existem pessoas que, independentemente de serem desportistas, são atentas a esse segmento. Acredito que muitos dos novos Senadores e dos Senadores antigos também gostem de praticar esportes – acredito que a maioria pratique futebol e, depois, vôlei, não é, Leila? E isso é de grande relevância para que possamos entender melhor e saber o que realmente está acontecendo com o *doping* no esporte – aqui, no caso do fisiculturismo, mas podemos aproveitar e estender a fala e o debate para outros esportes.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Com a palavra a Senadora Leila.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. Pela ordem.) – Inclusive, há a questão das políticas educacionais com relação ao jogo limpo, o *fair play*. Na escola, a gente tem a maior preocupação com esse trabalho de antidopagem, que não é desenvolvido, principalmente por ministério, por comitê olímpico, e é uma preocupação...

Esse *doping* de que o senhor está falando já começa na categoria de base. Antigamente nós víamos atletas de alto rendimento se dopando – isso nós já víamos em grandes competições –, mas, a partir desta última década, a gente vê a ocorrência já na base, atletas tendo suas carreiras interrompidas porque estão se utilizando do *doping* para melhorar suas performances. Então, percebemos que, na base, a relação com as pessoas que cuidam das carreiras está cada dia mais profissional, menos humanizada, e esse menino é jogado profissionalmente de forma totalmente despreparada.

Parabéns pela iniciativa. Eu apoio integralmente a iniciativa e peço aos pares aqui para que vejam com muito carinho esse requerimento, que é importante para o esporte brasileiro.

Obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito obrigado, Senadora.

Em votação o requerimento.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT. Pela ordem.) – Senador Romário. Senador Romário, pela ordem. Um minuto só. Um minuto só, Senador Romário.

Eu queria sugerir ao ilustre Senador Rogério...

Senador Rogério, por favor, me ouça um segundo só.

V. Exa. fez aqui as possíveis convocações, ou convites, para as pessoas virem debater questão da política indigenista em relação à saúde. Qual é a visão, tendo em vista que Mato Grosso é o sexto Estado da Federação com a maior população indígena? O primeiro é o Estado do Amazonas, depois vêm Bahia e Pernambuco, depois o Mato Grosso. Após a conclusão dessa, vamos chamar assim, oitiva que vamos fazer com as autoridades que serão convidadas a virem aqui... V. Exa. também tem que ter, assim espero, sensibilidade suficiente... Vamos convocar também, se possível, uma ou duas etnias para virem ser ouvidas aqui.

O que acontece hoje, o que ocorre hoje, na maioria das vezes? Lamentavelmente, o dinheiro que tinha que chegar à ponta, para os povos indígenas, fica pelo meio do caminho. Quanto ao que se está propondo, a descentralização desses recursos para os Municípios fazerem essa política de saúde para os povos indígenas, isso tem algum fundamento. Lamentavelmente – e eu moro num Estado de dimensão continental, que é Mato Grosso, com 900 mil quilômetros quadrados, enorme, gigantesco –, o que se percebe, com muita clarividência, é que a maioria absoluta dos recursos não chega à ponta lá, não atende o índio coisa alguma. Muitas vezes, superfaturam até os voos, porque a maioria absoluta lá é transportada em avião. E ali fica o dinheiro no meio da estrada. O índio não vê nem a cor do dinheiro para assistência à saúde e muito menos para outras políticas públicas decentes.

Na conclusão dos trabalhos... Eu só vou fazer aqui uma demonstração. Eu tenho um bom relacionamento com algumas etnias do Estado. Na semana passada, Presidente Romário, a Ministra da Agricultura, acompanhada do Ministro do Meio Ambiente, com outras autoridades nacionais, esteve numa região nossa chamada Campo Novo do Parecis. Lá os índios estão plantando 12 mil hectares de soja. Então, hoje, a conclusão a que chego é que eles estudaram por conta própria, lá há técnico agrícola, engenheiro agrônomo, lá tem tudo. Eles estão plantando 12 mil hectares. Se o senhor for lá, vai ver que a qualidade de vida dos índios que estão ali é de Primeiro Mundo. Tem de tudo na comunidade. Será de bom alvitre se, amanhã ou depois, esta Comissão montar uma comissão aqui e ir

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

visitar. O que o índio quer, a bem da verdade, com certeza, é ser respeitado, ser tratado como cidadão normal, como nós brasileiros somos tratados e temos que ser tratados. De forma que, na conclusão desse trabalho... O que me deixa indignado, muitas vezes, é que há o recurso, mas esse recurso não chega à ponta. A turma é tão malandra que consegue roubar no sacolão que tem que ser levado para as tribos de índio, eles roubam a metade no caminho, na estrada. O próprio representante da Funai, muitas das vezes, rouba o dinheiro, compra 1000 em sacolão e chegam 500 à ponta – às vezes, só vai a nota e não vai, de fato, a alimentação que está prevista no orçamento para ser comprada. Essa é a minha indignação!

Mato Grosso tem quase 50 mil índios. A maior população indígena está no Estado do Amazonas, com 168 mil, depois Pernambuco com 76 mil, depois o Estado da Bahia com 54 mil. São os maiores Estados em população...

Depois, V. Exa., que é médico, que entende do assunto, eu sou apenas curioso, mas já convivo... É porque fui Governador, duas vezes Senador, três vezes Prefeito. Em síntese, V. Exa. terá uma oportunidade ímpar. Eu gostaria de sugerir que traga uma etnia dessa aqui. O senhor vai ver a maravilha de pessoas... O senhor vai falar: "Gente, não posso acreditar que há povos indígenas, etnias como essas aqui, que têm engenheiros agrônomos, advogados, técnicos agrícolas!" Eles têm tudo, mas sabe do que precisam? De mais oportunidades.

Só para simplificar e concluir, Sr. Presidente. Essa reserva indígena, Senador Flávio Arns, é de 1 milhão e 400 mil hectares. É é a reserva dos parecis – 070, 364, Porto Velho –, com 1 milhão e 400 mil hectares. Eles estão plantando 12 mil hectares de soja, mesmo assim sob chicote do MPF, que foi lá e os multaram em R$160 milhões. É que o MPF também quer tutelá-los, também há os pseudodefensores dos povos indígenas – também é uma quadrilha de malandros que usam o índio como massa de manobra. E o índio chegou à conclusão agora de que não quer ser mais massa de manobra, não! Ele já tem inteligência, capacidade, professores, tudo! Eles querem liberdade para trabalhar também e ter o direito de ter uma caminhonete Hilux, de frequentar também bons restaurantes quando vai à cidade, de ter uma boa assistência médica.

A assistência médica hoje... Eu não sei no seu Estado, mas eu imagino que deva haver índio lá que viva em situação de penúria, passando fome, morrendo criança... No Mato Grosso do Sul, até então, nos últimos quatro ou cinco anos, morria, todos os dias, uma criança nessas reservas indígenas.

A título de sugestão, quando concluir esse trabalho que V. Exa. está propondo, convide... Se V. Exa. me permitir, sugiro que convide uma etnia, se for o caso do Mato Grosso, ou, se for o caso de Mato Grosso do Sul, com o Nelsinho Trad. V. Exa. pode convidar outro Estado da Amazônia, através de alguns Deputados e Senadores aqui, para ouvir do índio o que o índio quer, a bem da verdade. É apenas a título de contribuir com V. Exa. pelo trabalho...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Com certeza, Senador. Dentre os convidados, há algumas etnias que vão participar...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, Srªs e Srs. Senadores.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado a todos pela presença.

(*Iniciada às 09 horas e 11 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 05 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 3ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE FEVEREIRO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às nove horas e dezessete minutos do dia vinte e sete de fevereiro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Romário, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Jayme Campos, Mara Gabrilli, Nelsinho Trad, Maria do Carmo Alves, Rogério Carvalho, Styvenson Valentim, Eduardo Gomes, Otto Alencar, Zenaide Maia, Juíza Selma, Eliziane Gama, Luiz do Carmo, Paulo Paim, Jorge Kajuru, Carlos Viana, Eduardo Girão, Marcos do Val, Telmário Mota, Dário Berger e Izalci Lucas. Deixam de comparecer os Senadores Humberto Costa, Leila Barros, Weverton, Flávio Arns, Renan Calheiros, Marcelo Castro, Luis Carlos Heinze e Irajá. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Após a aprovação da ata, a presidência procedeu à leitura de comunicados. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei do Senado n° 498, de 2017 - Terminativo -** que: "Altera o artigo 235-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, de 1º de maio de 1943, que aprova a Consolidação das Leis do Trabalho, e dá outras providências." **Autoria:** Senador Acir Gurgacz. **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e da Emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovados o Projeto de Lei do Senado nº 498, de 2017, e a Emenda nº 1-CAS. **ITEM 2 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 12, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 58 da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o Senhor OSMAR TERRA, Ministro de Estado da Cidadania, para que apresente as diretrizes e os programas prioritários de sua pasta." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 3 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 15, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a administração, o orçamento e a gestão dos recursos da previdência social sob o modelo de sistema previdenciário de capitalização proposto pela reforma da previdência de 2019. Proponho para audiência a presença dos seguintes convidados: 0. Secretário Executivo do Ministério da Economia. 1. Representante da Secretaria de Previdência, do Ministério da Economia. 2. Representante do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS. 3. Representante do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE. 4. O professor do Instituto de Economia da Unicamp, Márcio Pochmann. 5. A professora da UFRJ, Denise Gentil." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho. **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Incluído um convidado: Secretário Executivo do Ministério da Economia. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e quatorze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Romário

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/02/27

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Bom dia a todos

Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais da 1º Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciar o nosso trabalho, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

As Sras. e Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A presente reunião está destinada à deliberação de itens terminativos e requerimentos, conforme pauta prevista divulgada.

Há expedientes sobre a mesa, que passo a ler.

Esta Presidência comunica o recebimento das seguintes manifestações:

1. Ofício nº 152, de 2019, da Câmara Municipal de Taubaté, São Paulo, que manifesta apelo ao Projeto de Lei Complementar nº 143, de 2018, de autoria da Deputada Carmen Zanotto, que "altera a Lei nº 12.732" a fim de determinar celeridade em votação, para que os exames relacionados ao diagnóstico de neoplasia maligna sejam realizados no prazo de 30 dias;

2. Ofício nº 42, 2018, do Grupo Brasileiro de Tratamento da Leucemia Linfoide Aguda da Criança do Centro Infantil Boldrini. Segundo o centro infantil, em descumprimento de decisão da Ação Civil Pública nº 1007458-75.017.4.01.3400, do Ministério Público Federal, o Ministério da Saúde continuou distribuindo o medicamento Leuginase, que não possui eficácia comprovada, conforme documentação anteriormente encaminhada pelo referido Centro Boldrini;

3. Ofício nº 613, de 2018, da Câmara Municipal de São Carlos, São Paulo, que encaminha a Moção de Repúdio nº 312, de 2018, ao Governo Federal pela intenção de reduzir os investimentos em assistência social em 2019;

4. Ofício nº 1.096/CMG, de 2018, da Câmara Municipal de Garanhus, Pernambuco, que encaminha moção de repúdio à Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS, pelo fato

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de não autorizar a incorporação de medicamento Spinraza, próprio para tratamento da doença atrofia muscular espinhal;

5. Moção de Repúdio nº 2, de 2018, da Câmara Municipal de Abaetetuba, Pará, referente à quebra de contrato de parceria que garantiria aos médicos cubanos atenderem em nosso País pelo Programa Mais Médicos;

6. Carta do cidadão Antônio de Souza, da cidade Santo Estevão, Bahia, que envia sugestões para contribuir com o texto da proposta da reforma da Previdência Social;

7. Ofício nº 282, de 2018, que encaminha a moção, de 2018, do Sinagências, Distrito Federal, de repúdio referente à indicação do nome de André Luís Dantas Ferreira para a Direção da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, conforme a Mensagem nº 731, de 2018.

Os referidos documentos ficarão à disposição da Secretaria desta Comissão para as consultas que se fizerem necessárias.

Item 3.

ITEM 3

REQUERIMENTO Nº 15, de 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a administração, o orçamento e a gestão dos recursos da previdência social sob o modelo de sistema previdenciário de capitalização proposto pela reforma da previdência de 2019.

Proponho para audiência a presença dos seguintes convidados:

1. Representante da Secretaria de Previdência, do Ministério da Economia. 2. Representante do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS. 3. Representante do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE. 4. O professor do Instituto de Economia da Unicamp, Márcio Pochmann. 5. A professora da UFRJ, Denise Gentil.

Autoria: Senador Rogério Carvalho

Concedo a palavra ao Senador Rogério Carvalho. Por favor, Senador.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para leitura de relatório.) – Bom dia, Senador!

Bom dia, Senadoras!

Quero cumprimentar o Presidente Romário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A solicitação desta audiência pública tem como objetivo esclarecer e fazer um debate nesta Casa – iniciar o debate aqui pela CAS – sobre qual destino, quem vai gerenciar, como serão aplicados os bilhões, talvez trilhões de poupança que serão gerados com o sistema de capitalização no novo regime de previdência proposto pelo Governo. Nós sabemos que a riqueza de um país está nas suas reservas, nas suas terras agricultáveis, na sua água, nas suas reservas minerais, na capacidade instalada de parque industrial, na capacidade de produção de conhecimento, mas, sem poupança, nenhum país vai adiante. E também sabemos que o mundo vive em função da poupança dos fundos de previdência, que são os grandes movedores do investimento nas diversas economias.

No Brasil, isso aconteceu por um tempo e ainda acontece – os grandes fundos de previdência, que têm uma participação pública e privada, foram e são responsáveis pelos grandes investimentos que ocorreram no nosso País; depois das privatizações feitas no Governo Fernando Henrique, grande parte dos investimentos vieram de recursos desses fundos. E agora? Esse dinheiro vai direto para um sistema financeiro concentrado, esse dinheiro vai para o sistema financeiro, que pode investir no Brasil, em Singapura, nos Estados Unidos, na China, em qualquer lugar do mundo. Qual o controle que nós brasileiros teremos e daremos? Que destino nós brasileiros daremos à riqueza do nosso povo, se esse for o caminho adotado na reforma da previdência? Por isso, a pertinência de discutirmos esse assunto e aprofundarmos esse tema aqui, na Comissão de Assuntos Sociais.

Essa é a posição.

Eu também queria, Presidente, se o senhor me permitir, já fazer aqui uma solicitação de adendo de tema. Era um requerimento extrapauta, mas nós não precisamos votar um requerimento extrapauta, mas, sim, incluir na audiência com o Ministro da Saúde, que virá ao debate no dia 27, a questão do Mais Médicos, que nós não incluímos em todos os requerimentos. Já que ele vem, que ele possa também falar sobre o Programa Mais Médicos, quais são os rumos do programa, etc., etc. Eu vou deixar a proposta de requerimento sobre a mesa ou de inclusão sobre a mesa, para que a gente possa incluir, se houver acordo com os demais membros da Comissão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, Senador.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Sr. Presidente, pela ordem. Eu quero discutir o item 3, requerimento encaminhado pelo Senador Rogério.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Por favor, Senador Jayme. Por favor, com a palavra.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT. Pela ordem.) – Senador Rogério, primeiro, eu acho louvável a iniciativa de V. Exa., quando propõe a esta Comissão esse requerimento convidando essas autoridades para discutirmos aqui o regime de capitalização.

Eu acho também de bom alvitre, se possível, óbvio, evidente, se tivéssemos aqui um representante do próprio Ministério da Economia – o próprio Ministro Paulo Guedes ou talvez o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Secretário-Geral do Ministério, pela agenda tomada que ele deve ter todos os dias –, na medida em que eu, particularmente, tenho a sensação de que, às vezes, essas pessoas que estão sendo convidadas aqui poderão dar uma informação mais técnica, mas não terão a capacidade de informar para onde vão esses recursos. V. Exa. é pertinente em seu requerimento...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – É para sabemos para onde, de fato, vai essa riqueza – falam em até trilhões de reais.

Nessa capitalização, que já existe, lamentavelmente, há algumas maracutaias em alguns fundos, o que já está provado e comprovado no Brasil. Nós queremos saber também, na possibilidade da aprovação dessa nova lei, para onde vai o dinheiro. Daqui a pouco, ele vai ser desviado, vão colocar em fonte, vai ser aplicado talvez em locais não adequados. E quem vai pagar a conta é o trabalhador brasileiro.

Então, eu quero me associar a V. Exa., mas espero que V. Exa., se possível, faça um adendo ao seu próprio requerimento – pode ser de forma verbal, se for o caso – para vir alguma autoridade da área econômica, o que, imagino, Senador Romário, é fundamental para este debate bem amplo e bem transparente aqui na nossa Comissão.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Seria um representante do Ministério da Fazenda, então, Senador Jayme?

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – O que eu proponho... É óbvio, é evidente, eu estou me associando. Se for naturalmente possível no requerimento do próprio Senador, eu acho que é bom vir aqui alguém para nos dar essa explicação.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – A gente tem um representante da Secretaria de Previdência do Ministério da Economia, mas o que ele está propondo é que venha, por exemplo, o Secretário Executivo, convidar o Secretário Executivo do Ministério da Economia.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Da Fazenda, da Economia.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Da Fazenda.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Incluo aqui, então, o Secretário Executivo da Fazenda também neste requerimento.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Até para ele dirimir qualquer dúvida, não é, Senador?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Em votação o requerimento.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Passo a palavra agora ao Senador Jorge Kajuru.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Sr. Presidente Romário, senhoras brasileiras e senhores brasileiros, nossos únicos patrões, permitam-me aqui quebrar um pouco o protocolo em função de uma notícia extraordinária para o Brasil na área da saúde e também de uma preocupação que eu trago aqui, Presidente, em relação ao Dia Mundial das Doenças Raras, amanhã, dia 28.

Bom, inicialmente, como o novo Presidente do Banco Central foi escolhido por nós ontem, por maioria, no Plenário, o Roberto Campos Neto, eu lembro aqui uma frase do seu avô, histórico frasista, que dizia o seguinte: "A diferença entre a inteligência e estupidez é [rigorosamente] que a inteligência é limitada". E a sensibilidade para alguns assuntos também é limitada.

Amanhã, Presidente, dia 28 de fevereiro, comemora-se o Dia Mundial das Doenças Raras. A data foi celebrada pela primeira vez em 2008 pela Organização Europeia de Doenças Raras. Pelo menos 70 países em todo o mundo celebram essa data com o objetivo de sensibilizar a população, órgãos de saúde pública, médicos e especialistas.

Eu comentava aqui com o Senador Jayme antes da nossa reunião: todos estão voltados para os tipos de doenças raras existentes, tanto no que diz respeito a pesquisas, quanto ao atendimento a pessoas que são acometidas por essas doenças, a fim de que tenham um tratamento digno ou até mesmo o principal, que é a cura.

A Organização Pan-Americana de Saúde informa que o Brasil conta com 15 milhões de pessoas com algum tipo de doença rara. São consideradas doenças raras, Senador Styvenson, aquelas que alcançam até 65 pessoas em cada 100 mil. Normalmente, as doenças raras manifestam-se nos primeiros anos da vida de uma criança, como certamente sabe a Senadora Maria do Carmo, aqui ao lado. Calcula-se que 8% da população mundial, Presidente Romário, têm algum tipo de doença rara, ou seja, uma em cada 15 pessoas.

Eu trago, então, para o Senado uma grande preocupação com a saúde, pois, como Vereador em Goiânia, por um ano e meio de mandato, como lembra o colega Luiz aqui ao lado, já atuava eu com a criação do Centro Diabético de Goiás. Apresentei o projeto ontem ao Ministro Luiz Henrique Mandetta, que, aliás, enviou-lhe um abraço e confirmou sua presença aqui através de requerimento apresentado por mim sobre a saúde mental e outros assuntos para o próximo dia 27. E ele foi muito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gentil, preparado me pareceu. É médico do Mato Grosso do Sul, formou-se no Rio de Janeiro, na sua terra, Presidente.

Então, quero fazer aqui um esforço, pedindo a todos os companheiros, respeitosos colegas, porque isso tudo começou... E aqui eu tenho que ser justo, eu nunca serei injusto. O Senador Otto Alencar, da Bahia, criou lá um centro diabético que é referência nacional. Eu ontem tomei conhecimento em detalhes. Ele me entregou ontem para que eu conhecesse, como diabético que sou, como o Presidente Romário, que também é, e fizemos a cirurgia.

Mas eu aproveito para compartilhar com os colegas e com a população brasileira o fato de que o meu Estado de Goiás tem uma comunidade, que o Luiz do Carmo certamente conhece, que é Faina, onde graça uma dessas doenças raríssimas. O xeroderma pigmentoso é uma doença rara que provoca deformidades físicas, e, em Goiás, acomete moradores da comunidade de Araras, no Município de Faina, num quantitativo de cerca de duas dezenas de pessoas. Concluo. Essas pessoas situam-se, entretanto, num universo de possível incidência de 200 famílias. No mundo, a incidência é de um caso em cada grupo de 200 mil pessoas. Em Araras está a maior concentração da doença registrada pelos pesquisadores em todo o mundo. O agravante da doença é que se apresenta como genética – genética! –, excelências, cujo portador possui dificuldade em reverter as agressões que a radiação solar provoca no DNA das células da pele. O xeroderma provoca outras doenças, como a degeneração do sistema nervoso, a cegueira e a perda de audição.

Solicitei, então, à minha conselheira voluntária, Senadora histórica desta Casa Heloísa Helena, que atua em meu gabinete 16, um estudo para vermos o que poderei fazer com os senhores e as senhoras em termos de legislação e de acompanhamento por parte das secretarias, e, no meu caso, da Secretaria da Saúde de Goiás.

Finalizo, Presidente Romário, trazendo-lhe uma notícia que sei que será a sua grande felicidade do dia de hoje. Ontem, obtive a assinatura do Ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, com o apoio total do Ministro Paulo Guedes e também do Presidente Jair Bolsonaro, ao projeto de lei que começou com o Senador e meu amigo irmão hoje Governador de Goiás, Ronaldo Caiado, e com o apoio total de V.Exas., eu me lembro, aqui no Senado, no ano passado, no primeiro semestre. E aqui eu tenho a certeza mais absoluta de que todos vão concordar, todos na semana que vem, depois do Carnaval, para a aprovação imediata em Plenário, pois o Ministro da Saúde liberou recursos inicialmente na ordem de R$6 milhões, depois o custeio mensal. E a grande notícia, Presidente: não mais será um centro diabético em Goiás, como já há, desde 27 de junho, como já tem o Senador Otto Alencar, na Bahia; agora será para todo o Brasil, ou seja, todos os diabéticos brasileiros terão acesso, via SUS, de forma gratuita, evidentemente, não só ao fornecimento de remédios, de insulina, Senador Luiz, como também a cirurgias. Então, estendeu-se ao Brasil inteiro essa praga silenciosa, essa doença grave.

Eu creio ser uma vitória de todos nós, começando aqui com o Senador Romário, com o Senador Ronaldo Caiado, e agora, na nossa Legislatura, a gente vai poder estender o atendimento aos diabéticos de todo o Brasil via SUS em todos os níveis, repito, desde remédios, insulinas, bomba de insulina, cirurgias e pré-diabéticos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado, Presidente.

Era o registro que eu queria fazer.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Senador Romário...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – É só para agradecer aqui as palavras do Senador Jorge Kajuru e para dizer que essa é uma excelente notícia, Senador, para as pessoas que têm diabetes. Nós sabemos o quanto essas pessoas sofrem – nós particularmente passamos por isso antes de nossas cirurgias. Infelizmente muitos da população diabética brasileira não têm condição de bancar um tratamento, um acompanhamento, e, com a abertura dessa ideia de eles poderem ter um acompanhamento através do SUS e de a insulina ser liberada e outros remédios também, isso realmente passa a ser uma notícia mais que relevante, de uma importância muito grande. Quero parabenizar o novo Governo por dar essa oportunidade a essas pessoas que realmente tanto precisam e necessitam.

Parabéns pelo trabalho que V. Exa. vem fazendo em defesa dessas pessoas com diabetes!

Senador Otto Alencar.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Senador Romário, eu agradeço.

Eu passei, realmente, para o Senador Kajuru um trabalho na área de saúde que eu comecei na Bahia quando eu fui Secretário em 1994. Nós temos na Bahia uma quantidade muito grande de pessoas com diabetes melito. Inclusive no caso de diabetes infantil, a coisa é muito mais grave ainda. Então, naquela época, nós criamos os Cedebas, os centros de diabéticos da Bahia, que vieram evoluindo.

Do ponto de vista organizacional, nós contratamos e colocamos os melhores técnicos do nosso Estado para fazer esse trabalho, que é coordenado por uma técnica, uma endocrinologista, Dra. Reine Chaves, que faz um trabalho quase missionário, com algumas dificuldades. Mas o que aconteceu? A qualidade do serviço, a excelência do serviço cresceu tanto que organismos internacionais financiam esses serviços hoje, com medicação, com assistência, com bons endocrinologistas. E é de lá que se fazem todos os exames para, a partir daí, através do SUS, se fazerem as cirurgias bariátricas, quando são indicadas, com assistência psicológica, com todo o atendimento necessário.

Eu passei para o Senador Kajuru, porque eu acho que esse é um problema em que, dentro do Sistema Único de Saúde, o Governo Federal precisa avançar, porque nem todos os Estados terão condição de bancar. Esse Cedeba, que é de 1994 – portanto, há 24 anos que eu o criei –, ele cresceu, e hoje a sustentação quase logística dele é por organismos internacionais que ajudam no seu funcionamento. Portanto, o Governo Federal deveria ter um setor e uma verba destinados a colocar novos centros pelo Brasil afora, para evitar os danos que a diabetes pode causar, como as amputações, problemas visuais...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Cegueira.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – ... cegueira e tantas outras complicações que acontecem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse é um fato, e o outro fato que eu até vou levar ao Ministro – já tinha levado a outros ministros – é essa questão da hipertensão essencial.

No meu Estado da Bahia, por exemplo, na região do Recôncavo, há predominância dos afrodescendentes, da raça negra, que contribuiu muito para o nosso Estado, que é um segmento que nós valorizamos bastante tem a tendência à hipertensão essencial, que pode levar a um AVC hemorrágico, a um AVC isquêmico. Na Bahia, já existe esse centro. É outra coisa que poderia evitar muito o internamento das pessoas que vão hoje procurar os hospitais públicos com sequelas de AVC hemorrágico, de AVC isquêmico.

Acho que o Sistema Único de Saúde está numa situação um tanto quanto difícil por falta de recurso, até porque nós votamos naquela época – eu votei a favor da PEC dos gastos –, porque tinha de parar a sangria. Está na hora de tirar a saúde dessa PEC dos gastos, para aumentar os recursos e os investimentos, para que nós possamos ter, na rede básica, esse centro de excelência, para evitar o internamento.

Então, foi isso que eu falei com o Senador Jorge Kajuru. Ele vai abraçar essa causa, como V. Exa. também abraçou a causa e luta por isso, que é uma coisa quase que patriótica o que V. Exa. faz em relação à síndrome de Down. O seu nome é um nome nacional, porque abraçou uma causa que é uma causa superimportante de alguém que, tendo sensibilidade, passa a ser humanista, como V. Exa. tem sido nesse setor.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, Senador Otto. Muito obrigado. E parabéns pelo trabalho de excelência que V. Exa. sempre fez nessa área da diabetes.

Passo a palavra ao Senador Luiz do Carmo, por favor.

O SR. LUIZ DO CARMO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO) – Também não posso deixar aqui de falar bem do meu companheiro Senador Jorge Kajuru. Realmente, em Goiás, ele encampou isso aí. E, como o Kajuru é uma pessoa conhecida, pública, todo mundo o ajudou, mas ele encampou isso lá em Goiás. E realmente deu certo. Meus parabéns!

E vocês sabem que o Áureo Ludovico, um médico famoso, operou a minha filha também e teve dificuldade para implantar isso. Foi difícil. Saiu matéria negativa a respeito daquela cirurgia dele. Enquanto não chegaram vocês, que acreditaram nele, famosos, que daria certo, a coisa não melhorou. Então, Kajuru, meus parabéns por essa iniciativa. E nós vamos apoiá-lo.

E outra coisa interessante aqui: eu não sou diabético, mas, de seis em seis meses, faço um exame e fico com medo: "Olha, você está no limite, está no limite. Não coma o arroz...". Não é mesmo, Kajuru? Então, realmente, isso é uma doença silenciosa e está havendo muito.

Então, meus parabéns a vocês, e o SUS tende a encampar isso mesmo.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito obrigado, Senador.

Passo a palavra aqui ao meu Vice-Presidente, Senador Styvenson Valentim.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Eu percebo, Sr. Presidente, essa atenção toda com a diabetes e com outras as doenças também que são silenciosas e que podem ser evitadas justamente se houvesse essa profilaxia, esse exame antecipado.

Lembro, Kajuru, às pessoas que estão ouvindo, a todos, principalmente aos jovens, que o hábito de esporte, o hábito alimentar, tudo isso influencia. Há a parte genética? Há. Mas, segundo pesquisas, se for descoberto, com diagnóstico precoce até 50 anos, pode ser até evitado que passe para os filhos. Então, eu aqui, além de estar o apoiando na questão brasileira dessas doenças – a Leila não está aqui, mas Romário está do meu lado –, digo que uma prática esportiva pode evitar isso, Romário.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Claro.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Uma boa alimentação pode.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Nutrição é fundamental.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Bons hábitos de esporte.

Agora, a gente vive hoje na era da comida rápida, do *fast-food*, que abre muito mais do que uma alimentação natural. As crianças se alimentam hoje com quê? Com excesso de carboidratos, com excesso de açúcares. Por isso a gente está passando por esse problema. É tão silenciosa, porque a gente se cala para comer. A gente passa mais tempo mastigando do que pensando, falando e evitando que essa doença esteja presente em nossa vida. Evitar ou combater essa doença só com remédios, se pode ser feito desde uma fase embrionária, desde esse hábito que passa da mãe para o filho, dos pais, principalmente? Tem que começar nas escolas, temos que ser mais rígidos.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – A prevenção...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Isso. Prática de esportes, prevenção, boa alimentação e vão restar só aquelas pessoas que tenham a predisposição genética.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Permita-me, Senador Styvenson.

O Senador Romário não teve oportunidade, ele vai estar em Goiânia, parece-me, ainda este mês. E eu faço questão de convidar V. Exa., Sr. Presidente, para conhecer. O Senador Luiz do Carmo, a quem eu agradeço, parece-me que já foi lá. Ele fica na Avenida Anhanguera, esquina com a Alameda das Rosas, ali bem no Centro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ali, Senador Otto Alencar, que é um pioneiro, ali nós temos também direito a cirurgias diabéticas, essas, a que se referiu o Senador Luiz, feitas pelo criador, que é o goiano Áureo Ludovico e também agora o Dr. Paulo Reis e outros que começaram a fazer. E a equipe lá de médicos é voluntária, isso é importante, o Senador Rogério, que tanto me ajudou, que tanto colaborou, que é um guerreiro também dessa questão, dessa causa, sabe disso. Lá existe – inclusive em homenagem à minha mãe, Dona Zezé – a área de nutrição, onde dez médicos orientam os médicos de todo o Estado de Goiás para a questão da nutrição, da alimentação do diabético e do pré-diabético; e há também quatro podólogos, que diariamente atendem até aquele que tem a unha encravada, que, de repente, amanhã terá que amputar o seu pé.

Então, é um centro de diabéticos completo, que o Ministro Mandetta conheceu, ele que é amigo pessoal do Governador de Goiás, Ronaldo Caiado, que também é do DEM, são amigos há muito tempo. E ele foi lá e fez questão de conhecer, e, ao conhecer, ele disse: "Tem que ser um modelo para o Brasil inteiro e eu faço questão". E ontem ele assinou, portanto, esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, parabéns Senador, mais uma vez!

Eu gostaria de fazer uma fala aqui também sobre o Dia Mundial das Doenças Raras, que é amanhã, já que infelizmente muitos de nós não estaremos aqui.

Desde 2008, reserva-se o último dia do mês de fevereiro para sediar a celebração do Dia Mundial das Doenças Raras. Neste ano será o dia 28, amanhã no caso. As doenças raras compõem um grupo de doenças que apesar de distintas guardam inúmeras semelhanças. Na maioria dos casos são doenças genéticas crônicas, progressivas e incapacitantes, que comprometem enormemente as vidas dos portadores e de suas famílias e frequentemente não têm uma cura definitiva.

A definição de doença rara varia de país para país. Na União Europeia deve afetar menos de uma a cada 2 mil pessoas. Nos Estados Unidos menos de 200 mil habitantes. No Brasil é até 65 a cada 100 mil pessoas.

Esses números são parecidos e o conceito por trás deles é o mesmo. São doenças pouco comuns que afetam comparativamente poucos indivíduos. Consideradas, entretanto, como um grupo de doenças com características comuns, as doenças raras formam um conjunto de mais de 8 mil doenças diferentes.

O número de pessoas afetadas é muito grande. Para efeito de comparação, há mais pessoas sofrendo com doenças raras no Brasil do que o número de eleitores de qualquer Senador ou Senadora desta Casa. São mais de 13 milhões de brasileiros e brasileiras precisando de diagnóstico, tratamento e acompanhamento adequado. São homens, mulheres e crianças que precisam do nosso apoio.

A visão que rege o Dia Mundial das Doenças Raras harmoniza-se com a chamada Agenda Pós-2015, materializada nos objetivos de desenvolvimento sustentável das Nações Unidas.

O Brasil é participante ativo nessa agenda. E a filosofia que nos guia na elaboração de políticas públicas nesse campo é de que, para alcançar o desejado desenvolvimento sustentável, é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

imprescindível que ninguém, nenhum cidadão, nenhuma pessoa seja deixada para trás. Na Comissão de Assuntos Sociais, criamos uma subcomissão, no caso aqui, somente para tratar desses assuntos, a qual será presidida pela Senadora Mara Gabrilli e contará com a participação ativa de diversos membros, entre eles com a minha participação, claro.

Desejo ainda que a CAS possa contar com a parceria da recém-criada coordenação nacional de doenças raras, que faz parte do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Nosso objetivo é que sigamos juntos, unidos, todos no mesmo navio. Como diz o Presidente desta Casa, que ninguém seja esquecido ou deixado para trás.

Realmente, amanhã é um dia especial, um dia em que o Senado teria de fazer, na minha opinião, algum tipo de evento, para que a gente possa, a cada ano, conscientizar as pessoas a respeito desse dia e dar voz e visibilidade a milhões dessas pessoas que têm essas doenças raras. Como, infelizmente, não vai ser possível, uma fala, assim como fez o Senador Jorge Kajuru, a minha e a que muitos outros Senadores farão de hoje até amanhã, acredito que também tenha uma importância grande para as pessoas se conscientizarem sobre esse tema.

Antes de entrar aqui na pauta, no item 1, projeto de lei do Senado, chegou agora a nossa brilhante Senadora Mara Gabrilli, e passo a palavra a V. Exa.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Senador, brilhante é o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Obrigado.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Eu queria lhe agradecer pelo fato de a gente poder dar andamento à CASRARAS. Ainda, depois de tudo o que o senhor falou e sabendo que a gente está comemorando o Dia Internacional de Doenças Raras, lembro sempre que a gente tem 7 mil doenças raras, que a gente tem quase 15 milhões de brasileiros com algum tipo de doença rara e que a gente tem, por exemplo, Senador Romário, alguns caminhos fáceis de a gente chegar. Um deles é o teste do pezinho, pelo qual hoje o SUS reconhece seis doenças. Até que, aqui no GDF, a gente consegue reconhecer mais, mas a gente quer chegar ao mesmo número que os particulares conseguem chegar. E isso vai nos ajudar não só a acelerar diagnóstico, mas a conseguir futuramente ter mais protocolos clínicos de diretrizes terapêuticas para tratamento, porque a gente não tem mais de 50. Tendo 7 mil doenças raras, então, ainda é muito pouco.

E há uma outra questão que a gente vem tentando estudar, trabalhando e conversando inclusive com o Conselho Nacional de Educação, porque hoje os médicos não têm, por exemplo, Genética Humana como uma disciplina obrigatória na faculdade de Medicina. Por isso, muitos médicos têm pouca intimidade. Aliás, quase todos, porque as doenças já são raras, e ainda a gente não tem algo especializado na formação do profissional.

Então, chega na hora, o profissional recebe uma pessoa com doença rara... Imagine hoje que a porta de entrada do SUS são as unidades básicas de saúde. Então, chega alguém – foi o que aconteceu, por exemplo, em Pernambuco com o zika vírus. As mães chegavam com os bebês com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma microcefalia devastadora, por conta do zika vírus, chegavam à unidade básica de saúde, as pessoas ficavam apavoradas, mandavam as mães embora para casa.

Então, hoje, a gente só tem sete centros de referência de raras no Brasil. O nosso trabalho aqui, termos recomeçado com as raras, as frentes parlamentares, o interesse da Primeira da Dama com o tema, o nosso Ministro da Saúde também focado no tema, tudo isso acontecendo, acredito que esse tipo de política social pode representar políticas que alavanquem a economia do País, que nos ajudem, porque hoje a principal política pública de raras, embora tenhamos a Portaria 199, que já existe, mas temos que fazer com que ela seja cumprida, infelizmente é a judicialização. Imagine, na judicialização, a gente gasta num medicamente o que poderia gastar para distribuir para todo o brasileiro que necessita. Então, a gente está jogando dinheiro no lixo. Isso é falta de gestão.

E eu sempre dou o exemplo, Senador Romário, da cadeira de rodas, até falo aos Senadores, no Maranhão, por exemplo, uma cadeira está demorando de cinco a seis anos para chegar pelo SUS. Isso quer dizer o quê? O primeiro crime é a criança fora da escola, porque não é toda a mãe que consegue carregar uma criança para a escola. E a criança fica fora da escola, porque não tem cadeira. E sabe o que é pior? É que a cadeira chega e não serve mais, vai para o lixo. Essa é a nossa dispensação de órteses e próteses. Então, não é dizer que não temos o dinheiro, porque a cadeira chega. Então, isso está acontecendo no Ministério da Saúde, na saúde brasileira, e podemos dizer que a nossa saúde está muito doente, porque estamos jogando dinheiro no lixo.

Então, há toda uma questão de gestão que a gente tem que transformar. E, claro, como a gente não vai compreender uma mãe que está com um filho com uma doença progressiva, degenerativa crônica, que pode morrer a qualquer instante? É óbvio que ela vai judicializar. É um desespero.

Amanhã irei a um evento em São Paulo e estou bastante satisfeita, porque se juntaram o Ministério Público com a Defensoria Pública, o Governo do Estado de São Paulo com a Prefeitura de São Paulo, e mais o TJ – isso tudo por iniciativa do Procurador-Geral da Justiça –, para a gente fazer um *script* diferente, anterior à judicialização. Então, quando chega a prescrição de um medicamento de alto custo, um medicamento órfão, primeiro o Estado vai reagir, para dizer se vai distribuir aquele medicamento, se for urgente, em 36 horas, se não for tão urgente, em um mês, ou o Estado vai sugerir outra medicação, ou ele não vai entregar. Se ele realmente assumir que não vai entregar, aí judicializa-se. Pelo menos é um processo anterior à judicialização para dar uma ajuda. Isso eu acho que é uma ideia que a gente pode tentar multiplicar no Brasil. Essa nova tentativa vai acontecer amanhã, a cerimônia, para a gente começar o trabalho em São Paulo. Então, é uma ideia, porque a gente assiste. E os nossos pacientes ficam nas redes vendo o que os pacientes com a mesma doença em outros países têm. É devastador não você não ter acesso, não poder...

Enfim, estamos engatinhando, mas ainda bem que temos aqui a Senadora Maria do Carmo também que vai fazer parte da CASRARAS. E a gente precisa dar essa acelerada nessa política brasileira, porque qualquer brasileiro pode vir a ter uma doença rara. É isso.

A SRA. MARIA DO CARMO ALVES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - SE) – Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Eu só gostaria de fazer um pedido a V.Exa., que a gente pode retomar esse assunto, que tem uma grande importância no dia a dia das pessoas, principalmente que são acometidas pelas doenças raras, mas a gente tem aqui agora quórum para votar o item 1.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Exatamente.

Vou colocar aqui o item 1 na pauta, depois a gente volta a esse assunto.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 498, de 2017

- Terminativo -

Altera o artigo 235-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, de 1º de maio de 1943, que aprova a Consolidação das Leis do Trabalho, e dá outras providências.

Autoria: Senador Acir Gurgacz

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda que apresenta.

Observações:

- Em 20.02.2019, lido o Relatório na CAS, a Presidência concede Vista Coletiva ao Projeto, nos termos regimentais.

- Votação nominal.

Lido o relatório, a matéria está em discussão.

Consulto as Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que queiram fazer alguma manifestação decorrente do pedido de vista. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, em votação o projeto e as emendas nos termos do relatório apresentado. Solicito que se prepare a votação para que eu possa iniciá-la.

Quem vota com o Relator vota "sim." (*Pausa.*)

Iniciada a votação. (*Pausa.*)

A SRA. MARIA DO CARMO ALVES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - SE) – Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente, foi inaugurada ontem, naquele corredor que vai para o Anexo 1, em comemoração às doenças raras, cujo dia é amanhã, uma exposição patrocinada pela Presidente das Vidas Raras. Está lá no corredor que vai para o Anexo 1 do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – A senhora poderia apertar aí, Senadora?

A SRA. MARIA DO CARMO ALVES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - SE) – Apertei. Está ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Eu estou. Não sei se os outros estão. Acho que agora sim.

A SRA. MARIA DO CARMO ALVES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - SE) – Eu convido os Senadores para visitar essa exposição. Vai até a próxima semana. Foi inaugurada ontem.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Está o.k., Senadora.

A SRA. MARIA DO CARMO ALVES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - SE) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Convite feito.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu queria aproveitar que a Mara Gabrilli tocou nesse assunto e dizer que, no Estado de Sergipe, nós criamos... Primeiro que o princípio da integralidade... O Sistema Único de Saúde é o único, junto com o sistema espanhol e o sistema cubano, são os únicos sistemas que têm na Constituição o princípio da integralidade. Isso significa dizer que o cidadão, a cidadã tem direito a tudo o que precisa para atender a sua necessidade, mas não há como você materializar isso em planejamento se não houver uma carteira de saúde ou um padrão de integralidade com um rol de todos os procedimentos que o sistema público vai disponibilizar no tempo da necessidade, que é um outro problema, ou seja, o que as pessoas precisam não chega ao tempo da necessidade delas, por conta de uma crise de financiamento, por conta de uma série de outras questões.

Há situações que não estão e que é difícil, inicialmente, estar nesse padrão de integralidade ou nessa carteira. Portanto, é preciso que haja um espaço institucional. E nós, em Sergipe, criamos uma comissão de especialistas para receber essas demandas, avaliar a pertinência de incorporá-las ao padrão, para comprar com regularidade. E, nos casos em que não há necessidade de incorporar o padrão, porque não se repete com muita frequência, essa comissão autoriza a compra imediata da órtese ou da prótese ou do medicamento específico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além disso, nós criamos uma comissão de apoio ao Judiciário para explicar ao Judiciário quais são as alternativas terapêuticas que existem para cada tipo de situação, os medicamentos que estão em uso, qual o grau de eficácia, e os novos medicamentos que são propostos, se eles já ultrapassaram as barreiras dos estágios de pesquisa clínica – estágio 1, 2, 3 –, se já estão regulamentados no país de origem, se já existe preço definido. Isso ajudou e tem ajudado bastante a desjudicializar a atenção à saúde e garantindo que as pessoas possam ter, sim, acesso a medicamentos para doenças raras, acesso às órteses que são caras e que precisam para alguns tratamentos.

Então, eu acho que este é um caminho que poderia ser adotado: primeiro, no Ministério da Saúde há uma comissão de incorporação tecnológica já funcionando, mas é preciso haver uma comissão de apoio ao Judiciário, de conversa permanente, para garantir que essas questões não irão para a judicialização. Porque, às vezes, o tempo da judicialização é o tempo que a pessoa precisa para ter um prognóstico compatível com a sua sobrevivência.

Então, queria deixar essa sugestão para a criação da comissão de apoio ao Judiciário, das comissões técnicas para avaliar a incorporação desses itens no padrão que compõe o padrão da integralidade do sistema público de saúde.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, Senador.

Passo a palavra agora ao Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Presidente, Senador Romário, demais colegas daqui da CAS, eu queria, neste momento, reiterar a minha participação, Senador Romário, solicitar a minha participação na CASRARAS, nesse grupo que, com muita honra, seremos presididos, liderados pela Senadora Mara. E ela fez uma colocação muito pertinente.

Eu tive a oportunidade de acompanhar um pouco da realidade das crianças que nasceram dois, três anos atrás, Senadora Mara, com o zika vírus, e se criou um terror naquela época. E mesmo com pouquíssimo atendimento, com pouca estrutura, pois realmente há poucos centros no Brasil que os desenvolvem, mas é impressionante a evolução das crianças com o atendimento. Você imagine o incremento que a gente pode vir a dar a partir de políticas públicas nesta Casa. Então, as crianças começaram a andar e há uma reação muito positiva aos tratamentos. Isso a gente precisa observar.

Eu queria aproveitar este momento e também desejar muita luz, muita paz, muita harmonia e toda a saúde a esta minha irmã que hoje está fazendo aniversário, a Senadora Eliziane. Que Deus a abençoe! Ela é uma pessoa de pura superação, sensível às causas sociais, que vem muito enriquecer também esta nossa Comissão. Muita paz, que Deus a abençoe!

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem.

Parabéns, Senadora! Saúde, felicidade, paz, sabedoria, tudo de bom!

Não havendo mais quem queira votar...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Sr. Presidente, está encerrada a votação?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – ...encerro a votação.

A Senadora Selma Arruda chegou e vai votar. (*Pausa.*)

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Para uma questão de ordem.

Eu quero apenas cumprimentar a Senadora Mara pela extraordinária explanação, com conhecimento de causa. V. Exa. tem conhecimento, Senadora, de que nos últimos quatro anos aumentaram 150% essas doenças raras, segundo estudo feito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, sobretudo na Região Nordeste do nosso Brasil, por falta de prevenção.

A prevenção, particularmente do zika vírus, que é um exemplo que dou aqui, é dos metais usados na água, através dos garimpos e das barragens que, nos últimos dias, explodiram neste País. Quero crer que é muito oportuno, quando a senhora fala aqui sobre chegar uma cadeira de um cidadão portador de necessidade especial lá no interior, no mais distante interior do Maranhão, quanto no Estado do Mato Grosso. Eu acho que o próprio Ministério da Saúde – particularmente, porque fui Prefeito por três mandatos e eu via a dificuldade do Governador do Estado, Senador – dificulta muito, pois existe verba, recursos suficientes para a aquisição dessas cadeiras. Mas o que acontece? Quando esse recurso vai para adquirir essa cadeira, às vezes, para uma criança de dois ou três anos, quando ela chega, essa criança está com seis anos, e ela tem numeração para quatro anos, para oito anos, para adulto e para adolescente.

Então, eu acho que o próprio Ministério da Saúde teria, nesse caso particularmente, de ter um departamento, não sei, um setor, para que os próprios Municípios fossem alimentando os pedidos e eles adquirissem aqui em alta escala, o que diminui sobremaneira até o próprio preço da aquisição dessas cadeiras aqui e que, de imediato, o próprio Ministério aqui entregasse, através naturalmente de meios, haveria uma logística para isso. Agora, não pode ocorrer a demora que hoje existe. Eu tenho acompanhado e visto lá pessoas que, muita vez, por uma cadeira, não podem ter acesso a nenhum colégio ou à própria universidade. Às vezes, a pessoa, lamentavelmente, tem um poder de aquisição ruim, ou seja, não tem capacidade financeira para a aquisição.

Quando a senhora aborda essa questão das doenças raras, lamentavelmente, o Brasil ainda vem numa quadra muito ruim. O dado da Universidade Federal do Rio Grande do Sul é assombroso: 150% nos últimos quatro anos. Fruto do quê? Deve fazer uma política de prevenção.

Então, eu acho que é fundamental esse debate, como a senhora vai debater com o TJ lá, com a Procuradoria, com a Defensoria Pública do seu Estado de São Paulo a questão da judicialização. Às vezes, ela tem sido perniciosa. Eu acompanho bem de perto. Muitas vezes, o médico ou o próprio hospital não têm compromisso com o cidadão, têm compromisso só com a parte financeira. E os preços que eles colocam, muitas vezes, numa cirurgia – muitas vezes, o cidadão está na fila lá

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aguardando a sua regulamentação – são exagerados, muitas vezes até de conluio com alguma autoridade judicial. Eles fazem conluio – é bom a senhora ficar sabendo – na medida em que...

Eu acompanhei, ainda há poucos dias, uma cirurgia numa criança lá. Eu imagino que fazer essa cirurgia, qualquer hospital, mesmo sendo privado, é obrigação do SUS, R$600 mil. E, por incrível que pareça, quando se pediu o bloqueio desse recurso junto à Prefeitura, a criança foi a óbito. O hospital já tinha recebido esse dinheiro, e a criança foi a óbito. E a senhora não imagina, Senadora, quanto foi difícil, a dificuldade que houve para devolver esse dinheiro, que já tinha sido abocanhado do Erário, para a Prefeitura. E era um preço exacerbado, extremamente exagerado pelo preço de mercado, porque hoje praticamente você tem uma tabela não só no SUS, mas no setor privado, nos hospitais privados.

Então, acho louvável a sua iniciativa. É fantástica. Agora nós temos que buscar instrumentos, mecanismos para também fazermos com que o pouco dinheiro ou o bastante que há hoje no Ministério da Saúde e na rede, ou seja, para as prefeituras, os próprios Governos... As prefeituras são obrigadas a aplicar 15% por força da Constituição Federal, e os Estados, 12%. Nós temos muito dinheiro. O que está faltando chama-se gestão e compromisso com a sociedade, sobretudo com os menos afortunados, que, lamentavelmente, não têm acesso a um serviço público de saúde. Pelo menos, tentar não ser bom, mas médio. É triste, é doloroso. Essas pessoas não têm o mínimo de coração, não são cristãos, não veem o sofrimento do povo brasileiro.

Particularmente, numa região distante dos grandes centros, na Amazônia brasileira, é ali que se vê dificuldade. Lamentavelmente, ainda temos escassez até de médicos, que não querem sair dos grandes centros – uns não querem sair da Vieira Souto, outros não querem sair da Paulista –, mesmo ganhando, talvez, mais. Eles querem ficar nos grandes centros. Há mais conforto.

Mas eu quero cumprimentar a senhora, sei da sua luta. V. Exa. tem na figura do Senador Jayme Campos um aliado para travarmos uma grande guerra aqui, uma grande luta para o bem-estar e, sobretudo, fazer uma boa política social para o povo brasileiro, particularmente para os menos favorecidos da sorte.

Parabéns, Senadora!

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Pela ordem, Presidente.

Pela ordem, Eliziane.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Senadora Eliziane, aniversariante do dia.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA. Pela ordem.) – Obrigada, Presidente, muito obrigada.

Eu queria só pedir aqui – o Senador Girão, meu colega, também vai sair – à Senadora Mara Gabrilli que pudesse subscrever o próximo item, que é um requerimento de minha autoria, Presidente,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que é o chamamento aqui, o convite ao Ministro Osmar Terra. Eu estou com o item lá na CCJ, que está iniciando, e há também outra Comissão de que sou membro. Eu vou precisar sair, de fato, agora, mas queria também fazer um encaminhamento em relação a esse requerimento, Presidente.

A gente tem já outro requerimento aprovado na Comissão de Educação de convite ao Ministro Osmar Terra. Portanto, a minha sugestão é que a gente fizesse uma audiência conjunta das duas Comissões. A gente vai dar muito mais efetividade. É um Ministro que tem uma pauta gigante, que envolve o esporte, a cultura, a assistência social. Portanto, há um impacto muito grande, inclusive, nesta Comissão.

Peço à minha colega que subscreva e, desde já, eu a cumprimento pelo seu trabalho brilhante, pela sua forma aguerrida e determinada de atuar como Senadora, assim como o fez como Deputada Federal no tempo em que formos colegas ali na Câmara dos Deputados.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – O.k, Senadora. Muito bem.

A SRA. SELMA ARRUDA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Eu gostaria de ponderar a V. Exa. que tenho que encerrar essa votação e, só depois, então, eu volto a dar a palavra a todos. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira votar, encerro a votação.

Resultado: aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 498, de 2017 e a Emenda nº 1-CAS.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

Senadora, por favor, com a palavra.

A SRA. SELMA ARRUDA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Senadores presentes, eu apenas gostaria de pedir escusas pelo meu atraso para chegar à esta votação. Estava na Comissão de Direitos Humanos, onde, lá também, levamos a efeito a discussão e votação de um projeto de extrema importância que trata de violência doméstica. Então, apenas para deixar registrado que o meu atraso não foi proposital, assim como agora também preciso me ausentar para ir a outra Comissão, já que os horários das Comissões são conflitantes.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, Senadora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na verdade, a gente aqui tem que ser três ou quatro, já que as reuniões das Comissões são todas praticamente no mesmo horário.

Eu vou subscrever aqui o item 2.

ITEM 2

REQUERIMENTO Nº 12, de 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58 da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o Senhor OSMAR TERRA, Ministro de Estado da Cidadania, para que apresente as diretrizes e os programas prioritários de sua pasta.

Autoria: Senadora Eliziane Gama e outros.

A autoria é da Senadora Eliziane Gama, mas o estou subscrevendo.

Em votação o requerimento.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta reunião.

Muito obrigado e um excelente Carnaval para todos!

(*Iniciada às 09 horas e 18 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 14 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 4ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE MARÇO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às nove horas e dezenove minutos do dia treze de março de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Romário, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Leila Barros, Humberto Costa, Nelsinho Trad, Jayme Campos, Maria do Carmo Alves, Styvenson Valentim, Irajá, Eduardo Gomes, Rogério Carvalho, Zenaide Maia, Luis Carlos Heinze, Paulo Paim, Carlos Viana, Cid Gomes, Chico Rodrigues, Eduardo Girão, Paulo Rocha, Mailza Gomes, Marcos do Val, Izalci Lucas, Dário Berger e Rodrigo Pacheco. Deixam de comparecer os Senadores Mara Gabrilli, Juíza Selma, Weverton, Flávio Arns, Eliziane Gama, Renan Calheiros, Marcelo Castro, Luiz do Carmo e Otto Alencar. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Antes de dar prosseguimento à apreciação da pauta, a presidência procedeu à leitura de comunicados. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei da Câmara n° 103, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Disciplina o exercício da profissão de mercadólogo (marketing)." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Eduardo Gomes. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CAS. **Observação:** Durante a Reunião, o Senador Eduardo Gomes apresentou Relatório reformulado, com voto favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta. **ITEM 2 - Projeto de Lei do Senado n° 769, de 2015 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, para vedar a propaganda de cigarros ou qualquer outro produto fumígeno e o uso de aditivos que confiram sabor e aroma a estes produtos, bem como estabelecer padrão gráfico único das embalagens de produtos fumígenos; altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para configurar como infração de trânsito o ato de fumar em veículos quando houver passageiros menores de dezoito anos; e dá outras providências." **Autoria:** Senador José Serra. **Relatoria:** Senador Humberto Costa. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com as Emendas nº 1-CTFC e 2-CTFC, e quatro emendas que apresenta. **Resultado:** Concedida vista coletiva, nos termos regimentais. **ITEM 3 - Projeto de Lei da Câmara n° 96, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Anula débitos tributários oriundos de multas que especifica." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido do Relator. **ITEM 4 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 16, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 50, caput, da Constituição Federal e art. 58, § 2º, III; e art. 397 § 1º do Regimento Interno do Senado Federal, a Convocação do Ministro de Estado da Saúde, podendo ser convertida em convite, perante a Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo de expor a proposta de extinção do programa mais médicos, respectiva substituição por outro programa de governo, bem como o modelo de atuação complementar da União para a atenção básica em serviços de saúde: financiamento e formação dos profissionais médicos em atendimento à saúde da família e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

comunitária." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 5 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 17, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir o tema "Câncer Colorretal: ações e políticas para prevenção, diagnóstico e tratamento". Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. Luciana Holtz, Presidente do Instituto Oncoguia. 2. Sergio Simon, Presidente da Sociedade Brasileira de Oncologia Clínica (SBOC). 3. André Sasse, Professor de pós-graduação na Faculdade de Medicina da Unicamp. 4. Fernando Maluf, fundador do Instituto Vencer o Câncer (IVOC). 5. Representante do Ministério da Saúde." **Autoria:** Senadora Maria do Carmo Alves e outros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 6 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 18, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do arts. 50, caput, e 58, § 2º, III, da Constituição Federal e do art. 397, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado o Exmo. Ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, para que compareça à Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal, a fim de prestar informações sobre a política e diretrizes do Ministério da Saúde. O presente convite tem como objetivo esclarecer questões relacionadas à área de competência do Ministério. A audiência para comparecimento será marcada por essa comissão de acordo com a disponibilidade de agenda do referido Ministro." **Autoria:** Senador Romário. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 7 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 19, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PDS 16/1984, que Aprova o texto da Convenção nº 87, relativa à Liberdade Sindical e à Proteção do Direito Sindical, adotada em São Francisco em 1948 por ocasião da 31ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho, da Organização Internacional do Trabalho." **Autoria:** Senador Paulo Paim e outros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 8 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 20, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RQS 5/2019, seja incluído o seguinte convidado: Priscila Ribeiro da Cruz - Coordenadora-Geral de Promoção dos Direitos Sociais - FUNAI." **Autoria:** Senadora Soraya Thronicke. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 21, de 2019** que: "Requeiro, na forma do inciso II, do art. 93, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF) combinado com o §2º do art. 58 da Constituição Federal de 1988, que esta egrégia Comissão se digne a debater, em audiência pública com a presença do Exmo. Ministro de Minas e Energia, Senhor Bento Albuquerque, as recentes declarações feitas pelo chefe da Pasta e amplamente divulgadas pela imprensa acerca da intenção do Governo Federal em abrir as terras indígenas para a atividade de mineração." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato. **Resultado:** Retirado pelo autor. Antes do encerramento da reunião, a presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e doze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Romário

Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/03/13

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 4ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Comunico às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores o recebimento do seguinte expediente:

Aviso nº 54, de 2019, do Tribunal de Contas da União, que trata de representação a respeito das possíveis irregularidades em aportes realizados pelo BNDES;

Memorando nº 10, de 2019, da Presidência do Senado Federal, a qual encaminha cópia de correspondência da Maurício de Sousa Produções, contendo considerações sobre a defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes;

Carta: Campanha Outubro Rosa, encaminhada pelo Programa de Mulheres em foco do Distrito Federal, a qual apresenta sugestões ao Poder Público em temas relacionados à saúde da mulher;

Ofício nº 491, de 2018, da União de Vereadores de Santa Catarina, a qual encaminha moção de repúdio ao Decreto nº 9.546, de 2018, que exclui a previsão de adaptação das provas físicas para candidatos com deficiência e estabelece que os critérios de aprovação dessas provas poderão seguir os mesmos critérios aplicados aos demais candidatos;

Ofício nº 523, de 2018, do Instituto dos Advogados Brasileiros, que manifesta considerações sobre a indecência de Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza na prestação de serviços de transporte individual de passageiros;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ofício nº 212, de 2018, da Câmara Municipal de Guaíba, a qual encaminha moção com considerações sobre a situação das creches no Município.

Os expedientes encontram-se à disposição na Secretaria desta Comissão, e fica consignado o prazo de 15 dias para manifestações dos Senadores, a fim de que sejam analisados pelo Colegiado.

Aproveito a oportunidade para convidar todas as Sras. Senadoras e todos os Srs. Senadores para o evento em comemoração ao Dia Internacional da síndrome de Down, que será realizado no dia 21 de março, quinta-feira, a partir das 9h, no Auditório Petrônio Portela. Teremos a presença de vários profissionais e personalidades com síndrome de Down.

Eu tenho certeza de que será um evento muito importante e relevante para esse segmento do nosso País.

Informo às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores que o Senador Fabiano Contarato, autor do Requerimento nº 21, de 2019, da CAS, item 9 da pauta, solicitou a retirada definitiva do requerimento.

Dessa forma, informo que a presente reunião destina-se à deliberação dos itens nºs 1 a 8.

Não temos quórum ainda para nenhum tipo de deliberação.

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Em princípio, como os autores dos itens 1, 2 e 3 não estão presentes, não debateremos esses temas.

Algum Senador ou alguma Senadora quer usar a palavra neste momento?

Então, esperaremos.

Senador, por favor.

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS) – Sr. Presidente, apenas para informar a V. Exa. e aos demais Pares que, em função da revogação da resolução do Conselho Federal de Medicina sobre a telemedicina, nós tínhamos um requerimento aprovado nesta Casa para discussão desse tema. Na nossa avaliação, esse debate nunca será prescindido. De tal sorte que nós vamos reformular alguns pontos desse requerimento, para poder encaminhar esse debate, essa audiência pública, que, no nosso entendimento, é muito importante não só para a área da saúde como para toda a sociedade.

Era esse o informe que gostaria de passar a V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito obrigado, Senador Nelsinho Trad.

Com a presença do Senador Humberto Costa, podemos começar a discutir o item 2.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 769, DE 2015

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, para vedar a propaganda de cigarros ou qualquer outro produto fumígeno e o uso de aditivos que confiram sabor e aroma a estes produtos, bem como estabelecer padrão gráfico único das embalagens de produtos fumígenos; altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para configurar como infração de trânsito o ato de fumar em veículos quando houver passageiros menores de dezoito anos; e dá outras providências.

Autoria: Senador José Serra

Relatoria: Senador Humberto Costa

Relatório: Favorável ao Projeto, com as Emendas nº 1-CTFC e 2-CTFC, e quatro emendas que apresenta.

Observações: *Matéria a ser apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (em decisão terminativa).*

Concedo a palavra ao Senador Humberto Costa para proferir relatório.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para leitura de relatório.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, é o seguinte o relatório.

Vem ao exame da CAS o Projeto de Lei do Senado, do Senador José Serra, que altera a Lei nº 9.294, de 1996, para vedar a propaganda de cigarros ou qualquer outro produto fumígeno e o uso de aditivos que confiram sabor e aroma a estes produtos, bem como estabelecer padrão gráfico único das embalagens de produtos fumígenos; altera a Lei nº 9.503, de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para configurar como infração de trânsito o ato de fumar em veículos quando houver passageiros menores de 18 anos; e dá outras providências.

O projeto promove alterações na redação de diversos dispositivos da Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, que dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumígeros, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, nos termos do § 4° do art. 220 da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Constituição Federal, e da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro.

As modificações propostas pelo autor, todas voltadas para os produtos fumígenos, podem ser assim sintetizadas:

1) vedação total de qualquer modalidade de promoção ou patrocínio desses produtos, mesmo nos locais de venda, incluindo a exposição das mercadorias;

2) obrigação de que as embalagens dos produtos sejam padronizadas e que contenham advertências quanto aos riscos e prejuízos do fumo, conforme regulamento da Anvisa;

3) proibição da importação e da comercialização no País de produto fumígeno que contenha substâncias sintéticas ou naturais que possam conferir, intensificar, modificar ou realçar sabor ou aroma do produto;

4) punição com multa e cômputo de pontos na Carteira Nacional de Habilitação para o motorista que fumar ou permitir que passageiro fume em veículo que esteja transportando menores de 18 anos de idade.

A proposição promove, ainda, ajustes na redação de alguns dispositivos da Lei nº 9.294, para conformá-los aos novos comandos legais, além de revogar dispositivos que passarão a perder a eficácia.

Na justificação da proposição, o autor afirma que o Brasil atravessa atualmente um período de letargia no que se refere às medidas antitabaco. Recorda a época em que o País assumiu um papel de protagonismo na implementação de iniciativas antitabagistas, com resultados muito expressivos na redução dos índices de consumo de cigarros. No entanto, argumenta o autor, é preciso avançar nessa questão e eliminar de vez a propaganda de produtos fumígenos no País, além de punir aqueles que fumam no interior de veículos que estejam transportando menores de 18 anos de idade. O PLS nº 769, de 2015, foi previamente apreciado pela Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC), onde recebeu parecer pela aprovação com duas emendas de redação. A primeira delas ajusta o comando do *caput* do art. 2º à boa norma de técnica legislativa, enquanto a segunda acresce dispositivos já exauridos à cláusula de revogação.

Após a análise por esta CAS, a proposição seguirá para a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), em virtude da aprovação do Requerimento nº 80, de 2019, de autoria do Senador Luis Carlos Heinze. Em seguida, a matéria será apreciada, em caráter terminativo, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Cabe registrar, por fim, que o PLS nº 769, de 2019, tramitou na Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional, contudo nunca foi por ela apreciado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só para lembrar aqui, Sr. Presidente, que na sessão de ontem essa decisão de encaminhar essa matéria à CRA foi suspensa por processo formal relativo ao requerimento, mas deverá ser objeto de apreciação do Plenário novamente. Por enquanto, é na CAS e na CCJ.

A distribuição do PLS nº 769, de 2015, à análise desta Comissão, está fundamentada no inciso II do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal, que lhe atribui competência para opinar sobre proteção e defesa da saúde. E "proteção e defesa da saúde" descrevem precisamente o escopo da proposição ora analisada por este Colegiado, afinal, ela visa a combater uma das maiores ameaças à saúde pública dos tempos modernos: o tabagismo.

Curiosamente, a primeira evidência cientificamente registrada dos males provocados pelo fumo data ainda do final do século XIX, quando foi defendida a tese de que o cigarro estaria relacionado à gênese do câncer de pulmão. A comprovação definitiva, contudo, somente se deu em meados do século passado, após estudos epidemiológicos e fisiopatológicos demonstrarem, de maneira inequívoca, o papel do tabagismo na etiologia não apenas do câncer de pulmão, mas também de dezenas de outras enfermidades graves e muito prevalentes, a exemplo do enfisema pulmonar, da doença coronariana e do acidente vascular cerebral. Hoje a questão está mais do que sedimentada. De acordo com a OMS, o tabagismo é responsável pela morte de mais de sete milhões de pessoas por ano em todo o mundo. Desse total, quase um milhão são não fumantes, ou seja, pessoas afetadas pela fumaça emitida por outros, os chamados fumantes passivos.

No Brasil, publicação do Instituto Nacional de Câncer aponta que o tabagismo provoca a morte de pouco mais de 400 pessoas por dia. Conforme dados do Instituto, 12,6% de todas as mortes registradas no País são atribuíveis ao consumo de tabaco. Dessa forma, 156.216 mortes poderiam ser evitadas todos os anos caso o uso do tabaco fosse totalmente eliminado. Em verdade, é desnecessário alongar a discussão sobre os malefícios do tabagismo nesta Comissão. Todos os seus membros – bem como o restante da sociedade brasileira – estão plenamente cientes do problema. A questão central que deve ser aqui examinada é se as medidas contidas no PLS nº 769 de fato contribuirão para a redução da prevalência do tabagismo no País. E a resposta é sim.

Com efeito, as disposições do projeto encontram-se em consonância com as iniciativas previstas na Convenção-Quadro da Organização Mundial de Saúde para o Controle do Tabaco, tratado internacional, cuja ratificação foi aprovada pelo Senado Federal em 2005, após longo processo de discussão que contou com a realização de seis audiências públicas para instruir a matéria. A proposição sob análise simplesmente conforma o ordenamento jurídico às diretrizes contidas nesse documento.

A proibição do uso de aditivos em produtos de tabaco confere maior segurança jurídica à Resolução da Diretoria Colegiada nº 14, da Anvisa, que dispôs sobre os limites máximos de alcatrão, nicotina e monóxido de carbono nos cigarros, proibir o uso de palavras como *"light"*, "suave" e "*soft*",

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dentre outras, e restringir o uso de substâncias aditivas nos produtos fumígenos derivados do tabaco, permitindo somente a utilização dos aditivos indispensáveis ao processo produtivo.

Cabe recordar que essa norma foi atacada pela indústria, por meio da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.874, julgada improcedente no início do ano passado pelo Supremo Tribunal Federal. Assim, a norma permanece em vigor, mas sua validade foi mantida com "placar" bastante apertado, com cinco Ministros opinando pela regularidade da RDC, enquanto outros cinco entenderam que a Anvisa não teria competência legal para editar normas nessa natureza. O empate resultou na improcedência da ação, mas sem efeitos *erga omnes* e sem eficácia vinculante. Dessa forma, a questão não pode ser considerada pacificada em nossa Jurisprudência.

Ressalte-se que o mérito da proibição é inquestionável. Trata-se de medida essencial para proteger as crianças e os adolescentes de estratégias que promovem a iniciação do consumo de produtos de tabaco.

Esses aditivos incluem o mentol, que refresca e entorpece a garganta, facilitando a adaptação do iniciante ao fumo. Contêm ainda pequenas quantidades de amônia, que acelera a absorção da nicotina.

Com efeito, a restrição ao uso de aditivos é medida de controle do tabagismo adotada mundialmente. Pelo menos 40 países adotaram restrições a aditivos de sabor e aroma em cigarros, incluindo o Canadá, que baniu o uso de mentol em produtos de tabaco em 2017, e os 28 membros da União Europeia, cuja proibição para sabores característicos em cigarros e outros produtos de tabaco será ampliada para incluir o mentol em 2020.

Em relação à obrigatoriedade da adoção de embalagens padronizadas para os cigarros, a iniciativa está embasada em sólidas evidências científicas. Após a introdução de medida semelhante na Austrália e na França, foram identificados declínio na prevalência do tabagismo e elevação do percentual de fumantes dispostos a largar o vício.

Na América do Sul, coube ao Uruguai o pioneirismo na adoção de embalagens padronizadas, seguindo tendência já bastante estabelecida na Europa.

A vedação da exibição de qualquer forma de propaganda, mesmo nos pontos de venda, inclusive com proibição da exposição dos produtos fumígenos, também é medida adotada em diversos países, com a finalidade de evitar o contato e a familiarização das crianças e dos adolescentes com esses produtos.

Por fim, a vedação ao uso de produtos fumígenos em veículos na presença de crianças ou adolescentes é justificada pela necessidade de proteger os mais vulneráveis do fumo passivo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sabidamente pernicioso e responsável por significativa parcela da carga de doenças provocada pelo tabaco.

No entanto, a despeito do mérito indiscutível, a proposição merece alguns reparos, especialmente no tocante à técnica legislativa empregada pelo autor. Julgamos apropriado incluir as empresas importadoras na vedação ao patrocínio institucional de que trata o inciso II, do § 2º, do art. 3º, acrescido à Lei nº 9.294, de 1996, em vez de limitar a vedação apenas aos fabricantes e exportadores. A nosso ver, o tratamento desigual proposto pelo PLS nº 769, de 2015, que privilegia o importador, é injustificável.

Na alteração efetuada no art. 3º da Lei nº 9.294, de 1996, é conveniente renumerar os §§ 8º e 9º para §§ 3º e 4º, visto que a nova redação nada mais é do que uma adaptação dos dispositivos vigentes à nova regra de vedação total à propaganda.

A supressão do § 10 desse mesmo artigo, que determina a regulamentação de dispositivos pela Anvisa, é necessária, tendo em vista o disposto no art. 61, § 1º, I, "e" e no art. 84, VI, da Constituição, os quais estabelecem a competência privativa do Presidente da República para dispor sobre organização e funcionamento da administração federal.

Ademais, o comando legal é despiciendo, visto já ser a Agência o órgão competente para disciplinar o conteúdo das embalagens de cigarro.

Na redação proposta para o art. 5º da Lei nº 9.294, não há que reproduzir o § 1º, visto que não houve alteração em seu texto.

Por sua vez, no caput do art. 4º – cláusula de revogação – o autor equivoca-se ao apontar o ano de 2015 como o de publicação da referida Lei, falha de redação que deve ser corrigida.

Por fim, o art. 5º do PLS em comento deve ser ajustado ao disposto no caput do art. 8º da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que diz:

> Art. 8º A vigência da lei será indicada de forma expressa e de modo a contemplar prazo razoável para que dela se tenha amplo conhecimento, reservada a cláusula "entra em vigor na data de sua publicação" para as leis de pequena repercussão.
> .....

Considerando que é a expectativa de todos que a lei eventualmente originada pelo PLS nº 769, de 2015, tenha repercussão significativa e que mude o comportamento da sociedade, especialmente no que se refere ao fumo em veículos na presença de crianças, é mandatório estabelecer o prazo de que trata a referida lei complementar, que sugerimos como sendo de noventa dias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os demais equívocos presentes no texto do PLS nº 769, de 2015, já foram apontados pelo Relator da matéria na CTFC, Senador Cristovam Buarque, e devidamente sanados pelas emendas aprovadas naquele Colegiado. Elas que devem ser acatadas pela CAS, portanto. Da mesma forma, é preciso dar o devido crédito ao criterioso trabalho do Senador Otto Alencar, Relator da matéria na extinta Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional, cujo relatório já apontara a maioria das falhas de redação aqui tratadas, bem como sugerira as correções pertinentes. Em vista do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 769, de 2015, e das Emendas nºs 1 e 2 – CTFC, com as seguintes emendas, cuja leitura eu dispenso, por já ter tratado delas.

Portanto, Sr. Presidente, este é o voto, favorável, com as emendas.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, Senador. Coloco em discussão a matéria.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Sim, Senador.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Eu peço vista desse projeto.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Vista coletiva, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Concedida a vista coletiva, nos termos regimentais.

Passo agora ao item 1.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 103, DE 2017

- Não terminativo -

Disciplina o exercício da profissão de mercadólogo (marketing).

Autoria: Deputado Felipe Bornier

Relatoria: Senador Eduardo Gomes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta.

Antes de conceder a palavra ao Senador Eduardo Gomes para proferir o relatório, eu gostaria de agradecer a presença ilustre do Deputado Marcelo Moraes, do PTB do Rio Grande do Sul – muito obrigado pela presença – e a Sra. Viviane Lucas e o Sr. Caio César de Oliveira, por estarem aqui nos ajudando com a Libras, linguagem das pessoas com deficiência auditiva e que com certeza tem uma grande relevância aqui nesta Comissão. Muito obrigado a vocês pela presença.

Concedo a palavra ao Sr. Eduardo Gomes para proferir o relatório.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO. Para leitura de relatório.) – Sr. Presidente, Srs. e Sras. Senadoras, bom dia!

O relatório.

O Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 103, de 2017 (na origem, Projeto de Lei nº 1944/2017), de autoria do Deputado Felipe Bornier, regulamenta o exercício da profissão de mercadólogo (*marketing*), definindo as responsabilidades e atribuições desses profissionais, além de elencar as pessoas habilitadas ao exercício desse trabalho.

Segundo o autor, no texto que justifica a proposta há uma grande confusão no mercado de trabalho quando se fala sobre a atuação dos profissionais do *marketing*, com o uso de conceitos equivocados e incompletos, inclusive nas divulgações midiáticas sobre o assunto. O proponente também destaca que já existem aproximadamente 40 cursos de graduação voltados à essa formação específica, com cerca de três mil profissionais já formados e outros seis mil estudantes em formação. Nessas condições, a regulamentação profissional demandada é necessária e urgente, no sentido de resguardar os direitos e salários desses profissionais. A proposição foi encaminhada à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), onde recebeu parecer favorável, sem emendas, e agora se encontra em exame desta Comissão de Assuntos Sociais.

Item II. Análise.

O inciso I do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal atribui à CAS competência para opinar sobre matérias que tratem de relações de trabalho, organização do sistema nacional de emprego e condição para o exercício de profissões, seguridade social, previdência social, população indígena e assistência social.

No caso, o Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2017, insere no ordenamento jurídico brasileiro normas relativas ao trabalho dos profissionais da mercadologia – *marketing*.

O tema vincula-se às preocupações desta Comissão, tendo em vista o art. 5º, inciso XIII, da Constituição Federal, que diz que "é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ. *Fazendo soar a campainha*.) – Gostaria de pedir silêncio por favor.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO) – ... ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer".

Especificamente em relação à proposta em análise, temos que ela pretende regulamentar uma profissão, dando-lhe condições justas e favoráveis ao trabalho. E ela o faz sem ferir o direito genérico à livre escolha do emprego, eis que não cria espaços privativos de trabalho ou reservas de mercado. Sendo assim, não implica cerceamento de direitos de outros profissionais. Com certeza, será um avanço na construção da dignidade desses profissionais.

Com esse dispositivo pretende-se criar novos postos de trabalho, viabilizando e efetivando o direito ao trabalho de um maior número de pessoas, sem descuidar da ética e da responsabilidade social, o que implica em respeito aos direitos humanos difusos dos cidadãos e consumidores que se utilizam do trabalho mercadológico.

Mais adiante, ainda relacionados aos direitos humanos, temos os deveres dos profissionais de mercadologia elencados no art. 5º da proposta, que incluem, além do respeito às mais "rigorosas regras éticas e de responsabilidade social", a garantia do sigilo das informações e o planejamento e a implementação de ações de mercado, com respeito ao Código de Defesa do Consumidor.

No mérito, então, somos igualmente favoráveis à aprovação da proposta, à regulação dos mercados e à prestação de serviços de forma adequada. E a regulamentação da profissão de mercadólogo pode colaborar para a eficácia e a efetividade dos direitos, inclusive com a responsabilização dos profissionais que atuem contra as garantias mínimas e a dignidade humana dos outros.

No mérito, sugere-se uma emenda para que os mercadólogos sejam registrados no Conselho Regional de Administração – fruto de um acordo, Sr. Presidente, por solicitação de vários Parlamentares da Câmara e do Senado; e destaco aqui o Deputado Zarattini, nosso amigo, nosso colega da Câmara dos Deputados –, por afinidade daquele conselho com as atividades desempenhadas por esse profissional.

Item III - Voto.

Em razão do exposto, concluímos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2017, com a seguinte emenda:

Dê-se ao inciso I do art. 3º do Projeto de Lei da Câmara dos Deputados nº 103, de 2017, a seguinte redação:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

I - os portadores de diploma de nível superior em *marketing* (mercadologia), devidamente registrado nos Conselhos Regionais de Administração, expedido por instituição brasileira de ensino superior oficialmente reconhecida;

Sala da Comissão, na data de hoje.

Este é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, Senador.

Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação o relatório.

Os Srs. Senadores e Sras. Senadoras que aprovam o relatório queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 96, DE 2018

- Não terminativo -

Anula débitos tributários oriundos de multas que especifica.

Autoria: Deputado Laercio Oliveira

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações: *Matéria a ser apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos.*

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, para proferir o relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para leitura de relatório.) – Sr. Presidente, essa matéria vem da Câmara dos Deputados, do Deputado Laercio Oliveira, e ele, no conjunto da proposta, propõe... Vou resumir aqui.

A proposição é estruturada em três artigos. O primeiro dispositivo anuncia o objeto da lei ao estabelecer que trata da extinção de débitos tributários relativos ao descumprimento da obrigação da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

entrega da Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia e também da Previdência. São multas que foram feitas pelo atraso da guia.

Há um clamor enorme dos profissionais que atuam nessa área e eu aceitei relatar, com enorme cuidado, e eu digo aqui que a questão econômica vai ter que ser aprofundada lá, na CAE, porque nós não podemos estar dando anistia, nem que seja de multa, em questões que vão repercutir em fundo de garantia e previdência.

A assessoria do Governo, preocupada com o tema, embora ele fosse aprofundado na CAE, procurou-me e pediu, com muita diplomacia, se eu poderia retirar o projeto de pauta, para ver se eles conseguem construir um entendimento que não venha, em hipótese nenhuma, prejudicar aqueles que esperam que haja de fato essa devolução pelo atraso do recolhimento.

Portanto, Sr. Presidente, eu acato o pedido da Liderança do Governo e peço gentilmente a V. Exa. que retire de pauta para a gente aprofundar o entendimento, se possível, sobre esse tema.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, Senador.

Atendido o seu pedido.

Retirado de pauta o item 3.

Item 4, Requerimento, da Comissão de Assuntos Sociais, nº 16, de 2019.

Autoria Senador Rogério Carvalho.

ITEM 4

REQUERIMENTO Nº 16, DE 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 50, caput, da Constituição Federal e art. 58, § 2º, III; e art. 397 § 1º do Regimento Interno do Senado Federal, a Convocação do Ministro de Estado da Saúde, podendo ser convertida em convite, perante a Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo de expor a proposta de extinção do programa mais médicos, respectiva substituição por outro programa de governo, bem como o modelo de atuação complementar da União para a atenção básica em serviços de saúde: financiamento e formação dos profissionais médicos em atendimento à saúde da família e comunitária.

Autoria: Senador Rogério Carvalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo a palavra para o Senador Rogério Carvalho para a leitura do requerimento.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sr. Presidente, pela ordem, aqui. Só para dizer que eu subscrevi aqui o requerimento, que na verdade é de autoria da Senadora Maria do Carmo Alves, que propõe uma audiência pública para discutir o tema "Câncer colorretal: ações e políticas para prevenção, diagnóstico e tratamento".

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Colocaremos em pauta, Senador. Depois da leitura do...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Sr. Presidente, na verdade, eu estou pedindo aqui uma audiência pública, convidando o Ministro de Estado da Saúde.

É, na verdade, um convite para que a gente possa discutir o Programa Mais Médicos, respectiva substituição por outro programa, bem como o modelo de atuação complementar da União para a atenção básica em serviços de saúde: financiamento e formação dos profissionais médicos em atendimento à saúde da família e comunitária.

A ideia é que a gente possa trazer o Ministro para fazer esse debate. Até hoje, duas mil vagas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Senhoras e senhores, eu gostaria de pedir um pouco mais de silêncio aqui para que o Senador possa concluir o seu pensamento.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Há dificuldade de se raciocinar com tanto barulho. Não é um estádio de futebol, não é, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Bem diferente, Senador.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Como eu estava falando, até hoje, duas mil vagas do Programa Mais Médicos não foram preenchidas, porque os candidatos se inscrevem e acabam não ficando nos lugares mais distantes; e há, pelo menos, mil Municípios sem médicos no momento.

Então, diante do quadro, diante da importância do programa, dos mais de 60 milhões que foram beneficiados por esse programa e diante da normatização que foi estabelecida com o Programa Mais Médicos para a criação de novos cursos, considerando a demanda regional – e um fato a que ninguém

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

se atenta foi a universalização da residência médica, criando o programa de medicina geral e de família em comunidade para atender o SUS –, a gente precisa fazer esse debate com o ministro. E nada melhor do que a presença dele, aqui nesta Comissão, para que a gente possa debater esse tema.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, Senador.

Os Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado como convite.

Só quero lembrar aos senhores que já está marcada a primeira vinda do Ministro da Saúde no dia 27. Ele falará sobre alguns dos temas aqui já colocados, mas, para esse novo convite, vamos tentar marcar outra data. Existem, na verdade, até o momento, quatro pedidos de convite ao atual Ministro da Saúde. Eu acredito que ele encontrará um tempo necessário para estar aqui presente.

ITEM 5

REQUERIMENTO Nº 17, DE 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir o tema "Câncer Colorretal: ações e políticas para prevenção, diagnóstico e tratamento". Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

1. Luciana Holtz, Presidente do Instituto Oncoguia.

2. Sergio Simon, Presidente da Sociedade Brasileira de Oncologia Clínica (SBOC).

3. André Sasse, Professor de pós-graduação na Faculdade de Medicina da Unicamp.

4. Fernando Maluf, fundador do Instituto Vencer o Câncer (IVOC).

5. Representante do Ministério da Saúde.

Autoria: Senadora Maria do Carmo Alves e outros.

Subscrito pelo Senador Humberto Costa.

Passo a palavra ao Senador Humberto Costa para fazer a leitura do requerimento.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Por favor, poderia repetir, Senador.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, o requerimento diz o seguinte:

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir o tema "Câncer Colorretal: ações e políticas para prevenção, diagnóstico e tratamento".

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: Luciana Holtz, Presidente do Instituto Oncoguia; Sergio Simon, Presidente da Sociedade Brasileira de Oncologia Clínica (SBOC); André Sasse, professor de pós-graduação na Faculdade de Medicina da Unicamp; Fernando Maluf, fundador do Instituto Vencer o Câncer (Ivoc); representante do Ministério da Saúde.

Justificativa.

A campanha Março em Cores busca, desde 2017, trazer atenção para o câncer colorretal, também conhecido como câncer de cólon e reto ou câncer do intestino grosso, e levar informação e empatia aos pacientes que estão passando por tratamento.

O objetivo é alertar para que o câncer colorretal não pode passar em branco, pois é o segundo mais incidente em mulheres e terceiro em homens.

Por conta da importância de ampliar o conhecimento sobre a sua alta incidência e o alerta sobre opções de tratamento específicas para cada paciente nos casos metastáticos, o mês inteiro de março é dedicado a ações de conscientização. A proposta é conscientizar os cidadãos sobre os fatores de risco, formas de prevenção, alternativas de diagnóstico e possibilidades de tratamento do câncer colorretal.

De acordo com levantamento do Instituto Nacional de Câncer (Inca), em 2018, o câncer de intestino tem estimativa de 36.360 novos casos, sendo 17.380 homens e 18.980 mulheres. E o número de mortes, de acordo com o Atlas de Mortalidade por Câncer de 2015, é de 16.697, sendo 8.163 homens e 8.533 mulheres.

A intenção é realizar uma audiência pública para discutir o tema "Câncer Colorretal: ações e políticas para prevenção, diagnóstico e tratamento". Isso se justifica, pois, quando o câncer colorretal é diagnosticado em um estágio inicial, aumentam as chances de cura ou de sobrevida dos pacientes. Infelizmente, a maior parte dos casos somente é diagnosticada em estágio avançado. Assim, em razão do exposto, acreditamos que a campanha Março em Cores será de grande importância para estimular o conhecimento e permitir que mais pessoas tenham a possibilidade de se prevenir ou procurar o tratamento adequado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Assim sendo, tendo em vista a importância e relevância do tema, peço o apoio dos nobres pares na aprovação do presente requerimento para que possamos aprofundar o debate.

Senadora Maria do Carmo.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, Senador.

Os Senadores e as Senadoras que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Item 6, Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais nº 18, de 2019, de minha autoria.

Passo à leitura:

ITEM 6

REQUERIMENTO Nº 18, DE 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do arts. 50, caput, e 58, § 2º, III, da Constituição Federal e do art. 397, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado o Exmo. Ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, para que compareça à Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal, a fim de prestar informações sobre a política e diretrizes do Ministério da Saúde. O presente convite tem como objetivo esclarecer questões relacionadas à área de competência do Ministério. A audiência para comparecimento será marcada por essa comissão de acordo com a disponibilidade de agenda do referido Ministro.

Autoria: Senador Romário

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Mais uma vez, faço a comunicação a V. Exas. do agendamento da audiência pública com o Ministro da Saúde para dia 27 de março de 2019, quarta-feira, às 9h da manhã.

ITEM 7

REQUERIMENTO Nº 19, DE 2019

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PDS 16/1984, que aprova o texto da Convenção nº 87 relativa à Liberdade Sindical e à Proteção do Direito Sindical, adotada em São Francisco em 1948 por ocasião da 31ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho, da Organização Internacional do Trabalho.

Autoria: Senador Paulo Paim e outros

Passo a palavra ao Senador Paulo Paim para a leitura do requerimento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidente, primeiro, eu queria fazer uma consideração rápida com a intenção de contribuir com os trabalhos.

Eu noto que tanto o Ministro da Saúde como o da Previdência – que é Secretário Executivo, mas eu prefiro chamar de Ministro, porque eu gostaria que tivessem mantido o Ministério da Previdência – estão sendo chamados diversas vezes nesta Comissão e também na Comissão de Direitos Humanos, com objetivos idênticos.

Então, eu deixaria uma contribuição: poderíamos fazer até audiências conjuntas e tratar de dois ou três temas em cada reunião. Fica como contribuição da Comissão de Direitos Humanos, que eu presido, de fazermos reunião, conjuntamente com V. Exa. – eu não tenho problema nenhum quanto a isso –, dos temas que forem coincidentes.

Fica aqui, então...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Em relação a mim, pode ter certeza de que também acho uma brilhante ideia, Senador.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É bom para os ministros e bom para nós.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Claro.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidente, o tema que me traz agora neste requerimento exige de minha parte...

V.Exa. já pediu silêncio não é dos Senadores e Deputados, é dos assessores que estão em volta aí.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Porque eu faço um apelo enorme também aos assessores.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Mais uma vez, por favor: silêncio.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Outros Senadores já fizeram aí, que é difícil. Lá na Comissão de Direitos Humanos é a mesma coisa.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Está complicado!

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidente, o Governo... Eu tenho usado sempre uma forma de atuar aqui de não citar nomes, porque a questão não é pessoal e, sim, é das causas, é política. O Governo editou uma medida provisória, Sr. Presidente, que acaba com o movimento sindical brasileiro, tanto de empresários como de trabalhadores.

Ontem, tivemos uma reunião – eu fui convidado e estive lá – com o Presidente da Casa, e estavam presentes acho que 10 ou 12 centrais sindicais, confederações, federações, preocupados com essa medida provisória, porque ela proíbe até que o sócio... O cara é sócio por livre e espontânea vontade, ele vai lá à empresa: "Olha, eu me associei aqui", como há hoje até plano de saúde... O meu é descontado em folha, por exemplo, aqui. Não permite nem isso. Não estou dizendo outras questões que estão lá envolvendo.

Nunca vimos isso, nem no tempo da ditadura e muito menos em outras épocas quando surgiu o movimento sindical do empregado e empregador como uma forma de dialogar.

Mediante esse quadro, Presidente, ontem foi pedido ao Presidente da Casa que ele devolvesse essa medida provisória. Ele disse que não conhecia nem o teor dela, como também o Presidente da Câmara foi no mesmo sentido. Todos ficaram preocupados. Vai haver uma reunião hoje, vamos conversar no Colégio de Líderes, para devolver essa medida.

Eu, me adiantando aqui, no aspecto que ela possa ser devolvida, e esta é a Comissão competente, casualmente sou Relator de uma proposta que vai discutir a questão sindical no Brasil. Então, para alguns que até me ligaram: "Paim, mas tu achas que é o momento de discutir isso?" O momento é este, porque a medida provisória está aí e está em plena vigência. Vamos torcer que ela seja desenvolvida, mas não temos problema nenhum de enfrentar o debate da questão sindical, como deveria ser.

Por isso, eu passo a fazer leitura do requerimento e, claro, no período que V.Exa. entender adequado que haja essa audiência pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PDS 16/1984, que aprova o texto da Convenção nº 87 relativa à Liberdade Sindical e à Proteção do Direito Sindical, adotada em São Francisco, em 1948, por ocasião da 31ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho, da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Justificação

O Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 16, de 1984, é de extrema importância para as entidades sindicais brasileiras – eu diria também no mundo, porque isso aqui orienta no mundo todo.

Trata-se o projeto de exame – do qual sou Relator – do tratado internacional, ou seja, a famosa Convenção nº 87 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que foi adotada em 1948 pela Conferência Internacional do Trabalho – que é o órgão plenário da OIT.

Essa Convenção, considerada pela própria OIT como uma das mais importantes, senão a mais importante de suas Convenções, diz respeito à liberdade e à autonomia sindical, que existem praticamente em todos os países democratas do mundo. Em todos os países em que existe a democracia, existe a liberdade sindical. Por isso, nada mais adequado do que a gente realizar a proposta, Sr. Presidente – duas audiências públicas: uma para ouvir as entidades sindicais e outra para ouvir as entidades patronais. Como eu sou o Relator da matéria, eu estaria propondo primeiro a audiência destinada a ouvir as entidades sindicais de empregados e, na sequência, uma audiência para ouvir os empregadores.

E aqui, Sr. Presidente, V. Exa. poderá, claro, arbitrar, se entender que é um número exagerado de convidados nas duas audiências. Eu pensei em duas mesas em cada audiência, pelo número de entidades que se propuseram a vir debater o tema. É para debater o tema sindical, a estrutura sindical na sua amplitude. Não é para vir aqui discutir se há imposto sindical ou não; é para discutir toda a estrutura sindical.

Vagner Freitas de Moraes, Presidente da CUT; Adilson Araújo, Presidente da CTB; do CSP-Conlutas, o secretário, porque lá não há presidente que indicaria – aqui eu não tenho o nome; Ricardo Patah, da UGT; Miguel Eduardo Torres, da Força Sindical; Antonio Fernandes dos Santos Neto, da CSB; José Calixto Ramos, da Nova Central Sindical de Trabalhadores; Ubiraci Dantas de Oliveira, Presidente da CGTB; Edson Índio, Secretário Executivo da Intersindical Central da Classe Trabalhadora; Oswaldo Augusto de Barros, Coordenador do Fórum Sindical dos Trabalhadores, que funciona como uma central.

Em uma segunda audiência, os empresários. Primeiro, o Sr. Robson Braga de Andrade, Presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI); José Roberto Tadros, Presidente da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC); João Martins da Silva Junior,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente da CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil); Clésio Soares de Andrade, Presidente da Confederação Nacional do Transporte (CNT); Breno de Figueiredo Monteiro, Presidente da Confederação Nacional de Saúde; Paulo Skaf, Presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo; Murilo Portugal Filho, Presidente da Federação Brasileira dos Bancos (Febraban) e também Presidente da Confederação Nacional do Sistema Financeiro.

Esse é o pedido, Sr. Presidente, para a gente se debruçar sobre esse tema, que está na Casa há algumas décadas, e nunca nós o enfrentamos.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu queria subscrever o seu requerimento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem!

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Eu também quero subscrever. Eu queria chamar a atenção aqui ao seguinte: de repente, os trabalhadores e servidores públicos são como se tivessem sido... Eu costumo dizer que – para os próprios grandes empresários, Presidente Romário – ninguém enrica sem botar os outros para trabalhar.

Nós temos que parar e olhar para aquele trabalhador que está ali, no campo, com um chapéu na cabeça, homem e mulher, o dia todo colhendo frutas, por exemplo, para um grande agropecuarista. O olhar para ele é dizer: esse cara é quem me dá uma vida muitas vezes nababesca; esses homens e essas mulheres são quem cria um patrimônio até a minha décima geração. Não são eles os meus adversários, e, sim, os bancos, os grandes inimigos das nossas empresas se chamam juros bancários, e não os homens e mulheres que estão trabalhando para construir este País.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, Senadora.

Senadores e Senadoras que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

E juntos marcaremos essa audiência pública, Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Antes de encerrarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa de leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Convoco para o dia 20 de março, quarta-feira, em caráter excepcional, às 9h, reunião extraordinária desta Comissão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 21 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 12 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 5ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE MARÇO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às nove horas e dezessete minutos do dia vinte de março de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob as Presidências dos Senadores Romário e Styvenson Valentim, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Leila Barros, Humberto Costa, Jayme Campos, Maria do Carmo Alves, Irajá, Eduardo Gomes, Rogério Carvalho, Weverton, Flávio Arns, Marcelo Castro, Otto Alencar, Zenaide Maia, Juíza Selma, Luiz do Carmo, Luis Carlos Heinze, Mecias de Jesus, Jorge Kajuru, Soraya Thronicke, Paulo Paim, Carlos Viana, Eduardo Girão, Paulo Rocha, Fabiano Contarato, Mailza Gomes, Marcos do Val, Telmário Mota e Angelo Coronel. Deixam de comparecer os Senadores Mara Gabrilli, Eliziane Gama, Renan Calheiros e Nelsinho Trad. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Antes de dar prosseguimento à apreciação da pauta, a presidência procedeu à leitura de comunicados. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei do Senado n° 769, de 2015 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, para vedar a propaganda de cigarros ou qualquer outro produto fumígeno e o uso de aditivos que confiram sabor e aroma a estes produtos, bem como estabelecer padrão gráfico único das embalagens de produtos fumígenos; altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para configurar como infração de trânsito o ato de fumar em veículos quando houver passageiros menores de dezoito anos; e dá outras providências." **Autoria:** Senador José Serra. **Relatoria:** Senador Humberto Costa. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com as Emendas nº 1-CTFC e 2-CTFC, e quatro emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nº 1-CTFC-CAS, 2-CTFC-CAS e 3-CAS a 6-CAS. **Observação:** 1- Vota contrário o Senador Luis Carlos Heinze. 2- Matéria a ser apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa. **ITEM 2 - Projeto de Lei do Senado n° 374, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social), para elevar o limite da renda familiar que habilita ao recebimento do benefício de prestação continuada." **Autoria:** Senador Dalirio Beber. **Relatoria:** Senador Romário. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Concedida vista coletiva, nos termos regimentais. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 582, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Acrescenta o inciso XXII ao art. 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para isentar do Imposto de Renda das Pessoas Físicas quaisquer rendimentos percebidos por maiores de 75 (setenta e cinco) anos de idade, desde que não percebam rendimentos de aposentadoria, reforma ou pensão superiores ao limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social." **Autoria:** Senador Alvaro Dias. **Relatoria:** Senador Romário. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Concedida vista ao Senador Marcelo Castro, nos termos regimentais. **ITEM 4 - Projeto de Lei da Câmara n° 161, de 2015 - Não Terminativo -** que: "Altera o Decreto-Lei nº 972, de 17 de outubro de 1969, e a Lei nº 6.615, de 16 de dezembro de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1978, para dispor sobre as atividades de repórter cinegrafista e cinegrafista radialista, respectivamente." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Jorge Kajuru. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido do Relator, para reexame. **ITEM 5 - Projeto de Lei da Câmara n° 153, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Acrescenta dispositivos à Lei nº 6.615, de 16 de dezembro de 1978, para dispor sobre a identidade profissional de Radialista." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Jorge Kajuru. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta (de redação). **Resultado:** Aprovado Parecer favorável, com a Emenda nº 1-CAS (de redação). **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 616, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre a vigilância sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, saneantes e outros produtos, e dá outras providências, para dispor sobre a regulação ambiental de cosméticos, e dispõe sobre a proibição de protetores solares considerados tóxicos para os recifes de corais." **Autoria:** Senador Lasier Martins. **Relatoria:** Senadora Zenaide Maia. **Relatório:** Favorável ao Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido do Autor. **ITEM 7 - Projeto de Lei do Senado n° 352, de 2015 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, para determinar a absorção, pelo Sistema Único de Saúde, de profissionais de saúde recém-formados na rede pública de ensino." **Autoria:** Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). **Relatoria:** Senadora Zenaide Maia. **Relatório:** Favorável ao Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Concedida vista coletiva, nos termos regimentais. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 401, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Acrescenta os §§ 1º e 2º ao art. 1º da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), para estabelecer que a pessoa com deficiência seja considerada idosa com idade igual ou superior a 50 (cinquenta anos), limite que poderá ser reduzido mediante avaliação biopsicossocial multidisciplinar da deficiência." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido do Relator, para reexame. **ITEM 9 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 20, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objetodo RQS 5/2019, seja incluído o seguinte convidado: Priscila Ribeiro da Cruz - Coordenadora-Geral de Promoção dos Direitos Sociais - FUNAI." **Autoria:** Senadora Soraya Thronicke e outros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 10 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 22, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do arts. 50, caput, e 58, § 2º, III, da Constituição Federal e do art. 397, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Senhor Ministro de Estado da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, para que compareça à Comissão, a fim de prestar informações sobre a moratória na abertura de novos cursos de Medicina no Brasil." **Autoria:** Senador Styvenson Valentim. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 11 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 23, de 2019** que: "Requeiro, com fundamento nos incisos II do artigo 93 do Regimento Interno do Senado Federal

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e na Lei nº 12.345, de 9 de dezembro de 2010 - que fixa critério para instituição de datas comemorativas -, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, para instruir a relevância da instituição, por projeto de Lei, da Semana Nacional da Pessoa Idosa a ser comemorada na primeira semana de outubro (de 1° a 8 de outubro)." **Autoria:** Senador Marcelo Castro. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 12 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 24, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 19/2019, com o objetivo de instruir o PDS 16/1984, que Aprova o texto da Convenção nº 87 relativa à Liberdade Sindical e à Proteção do Direito Sindical, adotada em São Francisco em 1948 por ocasião da 31ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho, da Organização Internacional do Trabalho, seja incluído o seguinte convidado: Martin Hahn, Diretor da OIT no Brasil." **Autoria:** Senador Paulo Paim e outros. **Resultado:** Aprovado. Antes do encerramento da reunião, a presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e dezenove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Romário

Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/03/20

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 5ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Comunico às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores o recebimento dos seguintes expedientes:

Correspondência eletrônica da Comissão de Aprovados no Concurso para Tecnologistas do Ministério da Saúde e Inca, a qual solicita o apoio das Senadoras e dos Senadores para que ocorra a nomeação dos aprovados no concurso, cujo prazo de validade está próximo de expirar – dia 26 de março deste ano.

Ofício nº 43, de 2019, da Câmara Municipal de Carazinho, Rio Grande do Sul, a qual sugere que sejam realizados estudos e debates com a sociedade sobre as dívidas da Previdência Social. Ofício nº 1, de 2019, da União Brasileira dos Comissários de Menores, Agentes, Inspetores, Voluntários Efetivos de Proteção à Criança e ao Adolescente, a qual sugere a apresentação de projeto de lei que conceda pensão ao viúvo ou viúva dos comissários mortos em serviço.

Os expedientes encontram-se à disposição na Secretaria desta Comissão, e fica consignado o prazo de 15 dias para manifestação dos Senadores a fim de que sejam analisados pelo Colegiado.

Gostaria de aproveitar a oportunidade para convidar todas as Sras. Senadoras e os Srs. Senadores para o evento amanhã, dia 21 de março, em comemoração ao Dia Mundial da Síndrome de Down, que será realizado no Auditório Petrônio Portela, começará a partir das 9h da manhã, com a participação de personalidades, autoridades. Confirmaram presença, inclusive, entre outros, o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), o Ministro Dias Toffoli, o Presidente do Congresso, Senador Davi Alcolumbre, e muitos outros.

Informo que a reunião presente destina-se à deliberação dos seguintes itens: do nº 1 ao 12.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 769, de 2015

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, para vedar a propaganda de cigarros ou qualquer outro produto fumígeno e o uso de aditivos que confiram sabor e aroma a estes produtos, bem como estabelecer padrão gráfico único das embalagens de produtos fumígenos; altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para configurar como infração de trânsito o ato de fumar em veículos quando houver passageiros menores de dezoito anos; e dá outras providências.

Autoria: Senador José Serra

Relatoria: Senador Humberto Costa

Relatório: Favorável ao Projeto, com as Emendas nº 1-CTFC e 2-CTFC, e quatro emendas que apresenta.

Observações:

1) Matéria a ser apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (em decisão terminativa); 2) Em 23/03/2019, foi concedida vista coletiva.

Consulto os Srs. Senadores sobre eventual manifestação decorrente do pedido de vista.

Dou a palavra ao Senador José Serra, autor do projeto. Por favor, Senador.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Se me permite, sugiro dar a palavra inicialmente ao Senador Humberto Costa, que é o Relator; eu gostaria de falar em seguida.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Normalmente, o Relator fala por último, mas, neste caso, Senador Humberto Costa, por favor, com a palavra.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Eu falo em seguida, se V. Exa. concordar.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – O.k., Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sr. Presidente, na verdade, não houve nenhuma manifestação em decorrência do pedido de vista, não foram apresentados votos em separado ou outra proposição de mudança. Nesse sentido, eu mantenho o meu relatório, o meu parecer. Este projeto tem uma relevância muito grande. Já tive uma oportunidade, mais de uma vez, de homenagear o Senador José Serra por essa sua cruzada contra o fumo. Nós sabemos que o consumo de tabaco está associado a doenças extremamente graves, é um tipo de dependência muito significativa, muito forte. É uma das formas de drogadição mais efetivas, no sentido de que produz uma dependência rápida e de forma intensa.

O cigarro está envolvido em vários tipos de câncer, não apenas o câncer de pulmão, mas câncer de faringe, câncer de laringe, câncer até mesmo de rim – a implicação do consumo de cigarros –, além de uma série de outras doenças – diabetes se agrava –, que o tratamento exige um gasto público importante, significativo, com atendimento, inclusive, hospitalar de alta complexidade, pelas consequências que o consumo do tabaco gera. Ao mesmo tempo, também essas doenças terminam onerando a nossa Previdência Social. Muitas delas colocam a pessoa sem absoluta condição permanente de trabalhar, além de, nos períodos de agravamento do quadro, haver afastamento do trabalho, enfim.

Além do mais, o projeto tem um mérito importante. Ele não vai interferir em nada do ponto de vista de produção ou não do fumo. Na verdade, o Brasil deveria ter aproveitado o fato de ter aderido à Convenção-Quadro para promover a substituição, especialmente do ponto de vista da agricultura familiar, do cultivo do tabaco. O nosso Governo, inclusive, criou linhas de crédito, estímulo para que os produtores de tabaco pudessem fazer a substituição da produção de tabaco por outras culturas que fossem igualmente rentáveis. Lamentavelmente, agora o Governo suspendeu esses programas de substituição da cultura do tabaco.

Mas o que está proposto aqui é para evitar que novas pessoas se tornem dependentes do cigarro e, ao mesmo tempo, também criar dificuldades para quem quer fumar. Ele é muito importante quando define que tem que ter um tipo de embalagem padrão para que a marca do cigarro ou os diferenciais não estejam expostos ou propostos para as pessoas, como forma de atração, como atrativo. Ele impede a utilização de aditivos, tipo mentol, que já foi usado, canela, cravo e tal, que terminam sendo fatores que facilitam a criação da dependência. E um terceiro ponto, que é em relação ao fumante passivo, especialmente crianças, que já têm a condição de identificar o fumo como algo que não é tão trivial hoje, não é tão comum, mas ainda o é, e isso, por si só, pode despertar o interesse pelo cigarro. Também quanto ao fato de alguém ser fumante passivo, nós temos comprovação de que isso também acarreta problemas de saúde importantes.

Então, esse projeto do Senador José Serra é extremamente importante para a política de saúde no nosso País. Ele é extremamente meritório e muito condizente com todo o trabalho que o Senador

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fez como Ministro, como Parlamentar, como Governador, nessa cruzada antitabagista à qual eu me integro permanentemente. Então, eu creio que é muito importante que nós possamos aprovar este projeto.

Eu não sei se os senhores já tiveram oportunidade de ver, mas a indústria do tabaco internacionalmente vem numa ofensiva grande, numa ofensiva subliminar. Quem aqui gosta de assistir a filmes, por exemplo: antes a gente só via atores fumando nos filmes quando eram filmes de época. Então, diziam respeito aos anos 50, 60 ou até anteriormente a isso. Agora, é diferente: você começa a ver filmes que estariam mostrando a realidade de hoje, mas o consumo de cigarro é completamente incompatível com a realidade que há. A quantidade de pessoas que deixaram de fumar, que abandonaram o vício hoje é muito grande. Então, isso é uma forma sorrateira de ficar fazendo propaganda do consumo do cigarro, de criar um exemplo, na nossa visão, negativo.

Não quero me delongar mais. Ao final das diversas manifestações, se for necessário, eu posso me manifestar mais uma vez, mas reafirmo aqui não só os meus parabéns ao Ministro Serra, ao Senador José Serra, mas também peço a aprovação deste projeto.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, Senador Humberto Costa.

Passo a palavra agora ao Senador José Serra.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero agradecer aqui o empenho do Senador Humberto Costa na elaboração do seu relatório, do seu voto. Realmente, ele fez um trabalho bastante bom e à altura da sua responsabilidade aqui dentro do Senado.

Nós estamos tratando de um assunto que é crucial para a saúde da população brasileira. No mundo, há 6 milhões de mortes por ano por causa do cigarro. No Brasil, mais de 130 mil pessoas morrem todos os anos devido à mesma causa. Isso é mais do que 10% do total de óbitos que acontecem em nosso País.

É importante entender também qual é o foco principal do ponto de vista social da indústria do cigarro. O foco da sedução é o adolescente. No Brasil, 90% dos fumantes começam a fumar antes dos 19 anos, ou seja, um em cada cinco fumantes começa na adolescência.

O Brasil tem avançado e obteve o primeiro lugar no mundo em matéria de retrocesso do cigarro, e isso graças às políticas que nós levamos adiante no Governo Fernando Henrique quando eu era Ministro da Saúde e depois como Governador de São Paulo quando nós proibimos o fumo em lugares públicos fechados. Essa foi uma medida estadual que, em pouco tempo, todo os demais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Governos estaduais adotaram e acabou se transformando em lei federal. Nos últimos 20 anos houve, assim, uma redução de 46% do número total de fumantes.

Agora, por outro lado, é interessante mencionar que, numa pesquisa, se viu que 76% das pessoas acreditam que a exposição de cigarros estimula o consumo e a compra. Também são favoráveis a vender cigarros embaixo do balcão e concordam em proibir aditivos de sabores nos cigarros, ou seja, há uma posição da opinião pública favorável à restrição. E o mais interessante é que 92% dos não fumantes e 88% dos fumantes, Senador Kajuru, apoiam que o Governo continue atuando ativamente para o controle do tabagismo. Os fumantes são a favor.

Agora, para que se tenha uma ideia da força do esquema de vendas de cigarro, 98,9% dos jovens de 14 a 17 anos frequentam locais onde existe a exposição de maços de cigarros, e 97% percebem ou notam essas propagandas.

Os custos são assombrosos: 21 bilhões anuais é o custo do tratamento de doenças relacionadas ao cigarro, mais de três vezes o que as empresas de tabaco pagam de impostos – isso para aquela argumentação de que geram empregos, que já é uma argumentação torta porque fabricar veneno gera emprego. Em princípio, qualquer processo de fabricação gera emprego; o problema não é o emprego, o problema é o valor de uso do bem.

Pois bem, ainda para insistir na coisa dos adolescentes, é importante entender que 16% da população dos escolares com 15 anos experimentaram cigarro em idade igual ou inferior aos 13 anos. E, dentre estudantes do 9º ano do ensino fundamental, 20% experimentaram cigarro, e a maior frequência é na Região Sul do País.

Um dado, ainda, importante a respeito da produção de cigarros, do tabaco, é que 80% aproximadamente da produção brasileira de tabaco vão para a exportação, o que relativiza o argumento alarmista daqueles que defendem o tabaco em relação ao emprego, ou seja, de cada cinco unidades de tabaco, quatro são exportadas. Então, o efeito eventual sobre produção das medidas que adotemos é bastante restrito. O problema de exportação é problema dos outros países, que devem fazer ou não o combate ao cigarro segundo entendam.

O projeto é composto basicamente de quatro itens. O primeiro, a proibição de qualquer forma de propaganda, inclusive nos locais de venda. O segundo, a adoção de embalagens padronizadas dos cigarros, mantendo advertências quanto aos riscos e prejuízos do fumo, ou seja, vai-se ter o cigarro genérico, a mesma cor, o maço branco, sem fantasia, sem nada que possa aumentar a sua atratividade. O terceiro, a proibição do uso de substâncias que possam realçar o sabor ou o aroma de cigarros ou outros produtos fumígenos, como perfumes ou substâncias que tornem mais agradáveis o cigarro ao paladar. E, por último, a punição ao motorista que fumar ou permitir que passageiro fume em veículo que esteja transportando menores de 18 anos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Todas as medidas estão de acordo com a Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco, que o Brasil ratificou, e o Brasil é considerado uma das maiores, se não a maior, vanguardas dessa matéria. Esta é uma posição que nós temos no contexto mundial: de vanguarda na luta contra o tabaco, e esse projeto avança nessa direção.

Esses são os argumentos, Sr. Presidente.

É importante que entendamos que qualquer tipo de produção pode ser abordado do ponto de vista da oferta ou da demanda. O meu projeto não se refere à oferta, à maneira como produzem, etc., mas à demanda; ele visa aos consumidores, e é com eles o nosso dever número um neste momento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, Senador.

Antes de darmos sequência à palavra do Senador Luis Carlos Heinze, quero parabenizá-lo pelo aniversário no dia de ontem e desejar ao Senador Serra muita paz, felicidade e saúde. Parabéns pelo projeto!

Passo a palavra aqui, agora, ao Senador Luis Carlos Heinze. Por favor.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, vou fazer alguns esclarecimentos aos colegas que estão aqui, com exceção do Senador Flávio Arns, que tem noção do que eu estou falando porque o Estado dele é produtor. Nenhum outro Estado do Nordeste, do Sul, do Sudeste praticamente produz o que Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul produzem; são produtores de tabaco. Nos três Estados do Sul são 556 Municípios cuja atividade econômica mais importante é a lavoura de fumo. Diferentemente do que o Senador Serra fala, de que não vai atrapalhar, mais de 500 mil famílias – mais de 500 mil famílias! – serão diretamente afetadas por esse projeto.

Eu não fumo, não recomendo que fumem. Na minha terra natal, Candelária, 3.232 pequenos agricultores vivem dessa atividade – na minha terra natal, Senador Kajuru. E no Rio Grande do Sul são em torno de 80 mil famílias...

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – E quanto eles exportam?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Eu vou lhe responder, Senador. O senhor escute; eu o escutei, por favor.

Nós temos hoje, nesses Municípios... Essa atividade está no Brasil há mais de cem anos. Eu gostaria de que as senhoras e os senhores procurassem saber, nos Municípios, os tipos de terras em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que produtores plantam: íngremes, nos morros, nas montanhas, mas conseguem plantar essa atividade e viver decentemente com três a quatro hectares. Esta é a área média da lavoura de fumo: dois, três, quatro hectares. O Senador Flávio Arns conhece o que eu estou falando. Não são lavouras extensas.

Alguém fala que nós podemos substituir essa atividade e falam na Convenção-Quadro. A China é o maior produtor mundial; o Brasil é o segundo produtor; a Índia, o terceiro produtor; o Zimbábue é o quarto produtor; os Estados Unidos, quinto produtor. O Brasil é o maior exportador mundial – o Brasil é o maior exportador mundial! Sobre a Convenção-Quadro, de que o Senador Humberto Costa falou, o Senador Serra falou, nenhum país adotou a Convenção-Quadro. E quando dizem que se pode substituir essa atividade, eu digo: os programas do Governo Lula e do Governo Dilma tentaram mudar, não conseguiram fazer isso. Essa atividade é rentável.

Quem conhece a agricultura como eu conheço – há mais de 40 anos que eu trabalho nessa área, como técnico agrícola, como engenheiro agrônomo; estudei quase 20 anos, quer dizer, estou há 60 anos praticamente nessa atividade – sabe que no Brasil, Senadora Zenaide, 3,775 milhões de famílias vivem como miseráveis. São 360 mil no Norte do País, 2,149 milhões no Nordeste do País, 216 mil no Centro-Oeste, 572 mil no Sudeste e 477 mil no Sul do País. Sabe qual é a renda média dessas famílias? No Brasil é R$5.149,00/ano – R$5 mil/ano! Isso dá meio salário por mês. Por que esse pessoal não migrou com os programas que o Lula, que a Dilma fizeram quando o País fez a Convenção-Quadro? Por que, Senador Serra? Por que não fizeram isto, largaram a atividade fumígera? Sabe quanto é ganha um produtor de fumo? Em média R$50 mil reais/ano. Porque eu tenho um negócio rentável, eu não largo o negócio rentável. Para fazer o quê? Plantar chuchu, melancia, abóbora, abacaxi, arroz, qualquer coisa? Com três, quatro hectares, não se mantém uma família.

Se as senhoras e os senhores conhecessem a região de que eu venho, no Rio Grande do Sul – ou vá a Santa Catarina, ao Paraná... Essas pessoas vivem decentemente. Têm uma casa de material, têm antena parabólica, têm internet, têm filho na faculdade. Três, quatro, cinco mil por mês é a renda dessas famílias. Vivem decentemente! Tirem essa atividade, não há problema: vão ser os mais miseráveis que nós vamos ter no Brasil, com a força da expressão. Eu sou do ramo, eu conheço o que eu estou falando. Vão plantar arroz. O pessoal meu está quebrado, 30 mil famílias plantam arroz no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina e no Paraná. Ontem a notícia era de que o Presidente Bolsonaro abre mais a importação de trigo dos Estados Unidos, mata mais produtor de trigo.

Então, para essas atividades é que eu peço a atenção das senhoras e dos senhores. Nós estamos matando uma atividade econômica. Nós já acabamos... Nós temos hoje 150 mil famílias que plantam fumo nos três Estados do Sul, fora Arapiraca e Cruz das Almas, na Bahia. Há 40 mil famílias que trabalham nas indústrias de tabaco. Entre os pontos de venda, o caminhãozinho que busca o fumo na lavoura, enfim, a assistência técnica, há mais de 2 milhões de pessoas envolvidas nesse processo –

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mais de 2 milhões! O Senador Serra disse que não há problema, são só 25%. Sim, 25% são 500 mil famílias.

Quando foram feitos projetos aqui nesta Casa, no Senado e na Câmara, proibindo a propaganda do cigarro na televisão, no jornal, no rádio – "não se faz mais propaganda" –, sabe o que aconteceu, Senador Kajuru, V. Exa. que é da imprensa? Hoje, 46 bilhões de cigarros são consumidos no Brasil legais, dessas empresas; 54 bilhões são do consumo clandestino, contrabando, que era de 25 bilhões. Quando essas leis foram aprovadas... A carga tributária é mais de 80% em cima do tabaco brasileiro, do cigarro brasileiro. Agora, aumentou a carga tributária e diminuiu a propaganda; entrou cigarro clandestino.

O Paraguai é o maior exportador de cigarro para o Brasil – maior exportador! Esteve aqui outro dia o Presidente paraguaio, eu disse a ele e ao ministro lá, que era tipo o chefe da Polícia Federal deles: por favor, nos ajudem nesse processo aqui. Eu sei que de lá vem esse cigarro contrabandeado.

Pasmem as senhoras e os senhores que estão nos ouvindo aqui: quem financia o PCC é o tráfico do cigarro, é o tráfico de drogas e é o tráfico de armas. Está tudo interligado. Quantos bilhões isso aqui fatura?

Está bem, então nós vamos agora proibir mais ainda, tirar mais gente da atividade. Não há problema; agora, nenhum país produtor, nem os Estados Unidos, nem a Índia, nem o Zimbábue, ninguém fez a lei que nós temos aqui. Não há problema, vocês acham que agora nós vamos proibir? Que uma lei aqui vai proibir? A droga é proibida, e não estão usando droga? Há qualquer tipo de droga aqui no Brasil. Portanto, ela existe. Vocês acham que vão terminar com o cigarro só por lei, Senador Serra?

Quando V. Exa. foi candidato a Presidente, eu fiz campanha para V. Exa. V. Exa. perdeu para a Dilma em 2010. Eu fiz campanha. E V. Exa. fez este documento para mim, porque na minha região, onde eu trabalho, fiz campanha para V. Exa. e eu dizia: o Serra não vai trabalhar contra o cigarro, contra o fumo. Eu me enganei, Senador. Eu me enganei. V. Exa. mentiu para mim e mentiu para aqueles eleitores que votaram no senhor. Eu não faço isso.

Portanto, eu só apelo para as senhoras e para os senhores que estão presentes neste momento...

Eu vou lhe dar direito de resposta depois, o senhor pode falar.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – É que nós passamos para o terreno dos insultos, quanto à questão de mentira. Eu não ganhei a eleição. Como V. Exa. pode afirmar que eu fiz isso ou fiz aquilo? V. Exa. poderia ficar no nível do argumento. Não imaginava que a sua paixão pelo fumo, que a sua defesa dos interesses da indústria do cigarro...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Não, não. Não é da indústria do cigarro.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – ... o levassem ao ponto de agredir seus colegas que sempre o trataram com cortesia.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Não, senhor. Não, senhor.

O senhor fez um documento que eu espalhei para Prefeito e Vereador de cada Município em que eu fiz campanha, de que o senhor não prejudicaria a lavoura de fumo. Foi isso que eu fiz.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – É a absoluta verdade.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Não é verdade.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – As medidas que eu adoto estão relacionadas com a demanda, não com a oferta.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Marcelo Moraes, Marcelo Moraes! Está aqui um Deputado Federal, filho do Sérgio Moraes. V. Exa. era Deputado Estadual, seu pai era Deputado Federal e a Kelly Moraes era Prefeita da cidade de Santa Cruz. Lembra-se disso, Marcelo? Vocês faziam campanha para Dilma, eu fazia campanha para o Serra. Lembra-se disso, Marcelo?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Esse moço é Deputado Federal de Santa Cruz do Sul, da região fumageira. Isso aconteceu lá na região. Foi assim ou não foi, Marcelo?

Então, por isso, senhoras e senhores, o que eu peço às senhoras e aos senhores... Entendo esse processo.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente, quem são os inscritos?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Eu não sou a favor de fumar; eu não recomendo que fumem. Agora, no momento em que o Brasil tem 13 milhões de desempregados, eu jogar 500 mil pessoas na vala da rua é um problema.

Se alguém acha que nós vamos proibir isso aqui e, de uma certa forma, nós vamos inverter o FAT, vamos parar de fumar, não há problema. Vai vir cigarro dos Estados Unidos, vai vir cigarro da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

China, vai vir cigarro de qualquer país, e até do Paraguai, como já entra hoje. Repito: eram 25 bilhões de cigarros que nós recebíamos aqui no País contrabandeados; hoje são mais de 50 bilhões. Só cresceu o contrabando.

O Brasil arrecadou R$13,7 bilhões de impostos nesse ano passado. Esse foi o imposto que essa cadeia gerou para o Brasil. Bom, esses Municípios dependem dessa atividade. Se tirarmos essa atividade, não há problema, quer dizer, será mais gente na miséria, em cima dos Prefeitos, em cima dos produtores rurais, em cima dos trabalhadores que estão nas indústrias, que estão no comércio, que estão no transporte, enfim, é uma cadeia organizada.

Isso é um negócio que foi montado no Brasil, um negócio legal, repito, sobre a Convenção-Quadro: nenhum país – China, maior produtor do mundo; Brasil, segundo maior produtor; Índia, terceiro maior produtor; Zimbábue; e Estados Unidos –, ninguém tem uma campanha como tem o Brasil. Ninguém! Só o Brasil tem essa campanha.

Não há problema nenhum... Eu estou fazendo isso não em favor das indústrias do cigarro. Se alguém quiser imaginar e pensar que me financiaram, eu recebi R$10 mil de um engenheiro agrônomo – R$10 mil! –, isso está na minha prestação de conta. Recebi R$10 mil de uma empresa. O que eu faço é para 150 mil famílias no Paraná, em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, que plantam fumo; 40 mil famílias que trabalham nas indústrias de fumo. E eu sei o que representa para essas regiões, para os 556 Municípios, essa atividade.

Há um Prefeito aqui, Antao Perufo, do Município de Nova Esperança do Sul – o Município dele planta fumo; é um dos 556 Municípios –, e ele sabe o que representa para o Município dele essa atividade. Essas pessoas, se não tiverem essa atividade, estão fadadas a serem mais um que vai buscar Bolsa Família, pegar toda assistência do Governo Federal. Chega! Há 13 milhões de desempregados; nós não temos que arrumar mais 500, 600 mil que vão estar procurando emprego não sei onde.

Portanto, se todos os países do mundo, Senador Serra – a Europa, que compra o nosso cigarro, a Ásia, que compra o nosso fumo, os próprios Estados Unidos, que importam o nosso fumo –, se todo mundo fizesse isso, não haveria problema. Mas só o Brasil que tem essa campanha.

Portanto, não fumo, não recomendo que fumem. Nunca fumei na minha vida. Agora, infelizmente eu vejo essas pessoas que vivem dessa atividade. Se os colegas Parlamentares e colegas Senadoras e colegas Senadores puderem me acompanhar, o.k. Pensem nessas famílias que vivem decentemente plantando essa lavoura, que é uma atividade rentável.

E se fosse como alguém diz: "Não. Mudem de atividade"... Mostrei para vocês esse dado dos 3,775 milhões. É de quem? É um dado da Embrapa. O Prof. Eliseu Alves, ex-Presidente da Embrapa, junto com a Fundação Getúlio Vargas fizeram esse trabalho chamado Pobreza Rural. Se fosse tão simples, pega dinheiro e bota para lucrar em qualquer coisa, já teriam resolvido o problema dessas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

famílias, que não estão só no Nordeste ou no Norte do País; estão no Sul, no Sudeste e no Centro-Oeste também.

Aqui está a relação para quem quiser ver como vivem essas famílias. Então, eu estou defendendo uma atividade econômica legal de gente que precisa continuar tendo essa atividade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, Senador Heinze.

Volto a palavra aqui ao Senador José Serra; em seguida, Senador Rogério Carvalho. Depois, Senadora Zenaide Maia e Senador Eduardo Girão.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Sr. Presidente, o raciocínio do nobre Deputado deixa de lado, insistentemente, o número que aqui apresentei, que é aproximado: cerca de 80% da produção de tabaco é destinada à exportação.

Segundo, ele tem uma enorme dificuldade em entender – não há outra explicação – que, no processo econômico, existe o lado da oferta e o da demanda. E o meu projeto está localizado do lado da demanda, não da oferta.

Não se está adotando nenhuma restrição em relação à produção. Estão sendo adotadas medidas para condicionar a demanda, não a oferta. A liberdade de produção se mantém no que se refere às questões legais, de autorizações de créditos etc.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. *Fora do microfone*.) – Tem a ver, sim!

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Mais ainda: fala-se do contrabando como se tivesse algo a ver com esse assunto. Não tem. O contrabando é combatido da mesma maneira. Se o contrabando no Brasil viceja, não é porque nós somos contra o cigarro ou adotemos medidas legais contra o cigarro. Eu diria que é porque não se enfrenta o problema adequadamente. E, na base dessa questão do contrabando, nós podemos legalizar a maconha, podemos legalizar outras drogas: "Ah, não; tem contrabando, logo, vamos legalizar". São argumentos furados da indústria que o nobre Deputado representa.

Eu me lembro de que, quando era Ministro, veio falar comigo o Presidente da Souza Cruz. Eu me lembro sempre da Souza Cruz porque, quando eu era estudante, Presidente da UNE, nós tínhamos uma apresentação de teatro que era Um Dia na Vida de Brasilino. E havia um trecho em que se dizia que ele fumava um cigarro da Souza Cruz, que não era do Sr. Souza, muito menos do Sr. Cruz, mas da British American Tobacco. Não estou querendo aqui criar preconceito com relação a ser capital

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estrangeiro, mas dá-se também esse acaso. Eu perguntei ao Presidente da Souza Cruz se ele tinha filhos. Ele disse que sim, tinha um de 15, 16 anos. Eu perguntei o que ele diria ou disse para o filho dele quando o filho lhe perguntou se deveria fumar. Ele disse que disse ao filho que não fumasse. Eu falei: pois bem, o senhor não quer que o seu filho fume, mas quer que os filhos dos outros fumem. Essa é que é a realidade.

Os dados são aqui cruéis: 130 mil pessoas morrem no Brasil por ano por causa do cigarro. Não vamos ficar aqui com fru-fru de que o produtor de não sei onde vai passar por necessidades etc. Eu insisto: 80% é exportação, e 20% podem ir para reconversão, se avançasse de tal maneira que reduzisse o consumo a zero, o que não vai acontecer. Na verdade, o que vai acontecer é apenas ajudar a frear o consumo, porque o Brasil já é campeão mundial nessa matéria, graças a medidas que nós adotamos, com muito orgulho, no Governo de Fernando Henrique, quando eu era Ministro e quando eu era Governador, que funcionaram. O Brasil ganhou prêmios internacionais, e as condições de saúde eu diria que pioraram menos no Brasil nesse período, em virtude do sucesso da luta contra o cigarro.

Por isso é que nós apresentamos o projeto e confiamos que o Senado brasileiro estará sintonizado com essa causa da saúde no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem! Passo a palavra ao Senador Rogério Carvalho, por favor.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente, eu sou de uma cidade que já foi grande produtora de fumo, de um Estado vizinho de outro que ainda tem uma cidade que produz bastante fumo. E o fato de haver regras na produção do tabaco que vão para o consumo não impede nem diminuiu a produção de fumo nessas regiões. O que diminuiu a produção de fumo na minha cidade foi o fato de uma empresa comprar a marca da cooperativa e explorar os produtores de fumo de forma agressiva. Então, não foi porque se estabeleceram regras no beneficiamento do fumo em rolo para empacotar e vender. Isso não foi nenhum motivo para se reduzir a produção de fumo, como não se reduziu em Arapiraca, porque em Arapiraca os produtores não tiveram uma empresa grande, beneficiadora de fumo, que comprasse a marca que comercializava o fumo.

Então, nós estamos falando aqui de algo que é muito maior do que simplesmente a defesa da produção dos produtores rurais. Nós estamos falando de algo que é da indústria. Ninguém aqui está propondo restringir a produção do fumo em nenhuma região do País. Essas medidas já vêm tardiamente. Fora do Brasil, essa regulamentação, em vários países, já existe. Inclusive, o maço do cigarro é praticamente o mesmo para todas as marcas de cigarro no mundo. Já não existe a inclusão de aditivos no tabaco beneficiado que compõe o cigarro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós estamos falando de algo que não impede que a indústria continue produzindo, não impede que o Brasil continue sendo exportador de fumo para outros países; aqui nós estamos falando só da inclusão de aditivos na produção de cigarro, que são estímulos ao consumo e que despertam a vontade de fumar, mudam o jeito de as pessoas consumirem o cigarro. Então, eu queria dizer que a luta do Senador José Serra é uma luta correta, justa, tem a ver, sim, com a saúde pública. O Brasil foi um dos países que mais avançaram no combate ao tabagismo no mundo por conta dessas medidas. Não proibiu nem a produção, nem a comercialização, mas, através de campanhas e através de medidas como essa, foram reduzindo o número de fumantes no País, o que é uma vitória para nós. Em todos os países do mundo há uma preocupação da saúde pública em reduzir o consumo de tabaco.

Eu fui Deputado entre 2011 e 2015, esse debate veio e foi interrompida a aprovação. Ou seja, não foi aprovado o projeto de lei na Comissão pelos mesmos argumentos. Espero que hoje, aqui no Senado, a gente não sucumba a esses argumentos, que são argumentos que se colocam frontalmente contra a vida.

Então, acho que a gente tem, aqui, a oportunidade de ganhar ou, pelo menos, evitar mais dez anos de espera para resolver um problema que pode diminuir a vontade de as pessoas iniciarem o vício ou o ato de fumar.

Então, eu queria parabenizar o Senador José Serra, o Senador Humberto Costa pela relatoria e dizer que está na hora de a gente superar esse debate, porque é um debate que não produz nenhum resultado prático para a saúde pública e para a defesa da vida e que também não atrapalha os produtores agrícolas que produzem fumo, porque há demanda no mundo inteiro.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para questão de ordem.) – Presidente, só uma questão é ordem. É porque eu vou precisar, daqui a pouco, me retirar. Eu queria ver se tem muita gente inscrita ainda.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Temos apenas a Senadora Zenaide Maia, o Senador Eduardo Girão e o Senador Carlos Heinze, que quer a palavra de novo.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Por favor, Senador, com a palavra.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Só para fazer um esclarecimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Senadora, depois a senhora.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O colega que me antecedeu falou que em todo o mundo quatro países adotaram esse procedimento: Austrália, Inglaterra, França e Irlanda. O que eu disse aqui – se os colegas puderem prestar atenção –, que o contrabando aumentou no Brasil de 25% para 54%, já foi constatado na Austrália, que aumentou em 30% o contrabando, quando a Austrália usou esse mesmo procedimento que está sendo proposto pelo Senador José Serra. A Ministra da Saúde da Irlanda disse que a embalagem branca não iria diminuir o consumo de cigarro. Então, quatro países: Austrália, Inglaterra, França... Só peço para refletirem: o mundo adotou; está tudo resolvido? Não, senhor. Não é essa a verdade. Podemos pegar mais dados sobre essa questão.

Portanto, chamo a atenção e peço aos colegas e às colegas, Senadores e Senadoras, que reflitam. Nós estamos falando aqui de 500 mil famílias – e não é qualquer coisa – que serão jogadas no lixo se nós acabarmos com a indústria do cigarro no Brasil, o.k.? E o contrabando vai continuar aqui ajudando a financiar o PCC e outras organizações criminosas.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, Senador.

Passo a palavra agora à Senadora Zenaide Maia, por favor.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Bom dia, Sr. Presidente, colegas Senadores aqui. Eu quero parabenizar pelo projeto o Senador José Serra e, pela relatoria, o Humberto e seguir a linha, mais ou menos, do Senador Rogério.

Queria dizer o seguinte ao colega Luis Carlos: os argumentos de um senhor civil para provar que, se a gente agregar valores, sabor ao cigarro, reduzir e proibir... Ou seja, se não agregarmos valores, proibirmos a agregação e evitarmos propaganda, cai o consumo. A gente sabe que pode ter aumentado o contrabando, mas nós reduzimos, o Brasil reduziu em 30%.

E digo o seguinte: falou-se de gasto aqui com a previdência, com o sistema SUS, mas o gasto maior, gente, são as vidas humanas, e isso é o que a gente tem que ver.

Eu estou aqui com o Senador Kajuru, que fala sobre diabetes. O fumo é um dos fatores que desencadeiam diabetes para aqueles que já têm o fator hereditário. Então, esta Casa tem obrigação. Nós sabemos dos danos; nunca uma droga foi tão estudada como o cigarro. Sabe-se que a maioria... Converse com os oncologistas deste País. Então, nada justifica.

E outra coisa: não estamos proibindo a produção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ninguém mexeu com a produção de cigarro, diferentemente de outras drogas cuja produção nem pode existir. Cigarro é uma droga. E o que é que eles defendem ao agregar sabor? A gente sabe que os jovens têm um paladar muito dirigido só para o doce. O cigarro, como outras bebidas, tem um sabor amargo. Então, essa é a importância que a indústria dá em agregar valor. E só está provado que, se a gente fizer propaganda e der visibilidade, como se dá... A gente já teve um ganho proibindo a propaganda. Vocês têm ideia do que é uma celebridade mostrando o cigarro, um cara jovem e saudável? A maioria nem fuma. Então, quero dizer que hoje nós temos essa responsabilidade com as vidas da nossa população.

Sobre o contrabando, mesmo tendo aumentado, nós reduzimos o consumo pela falta de propaganda, pela redução das propagandas nos grandes meios de comunicação. Vamos tirar a propaganda. Produzam o tabaco que quiserem; a gente não vai atrás disso. Agora, nós não vamos pactuar com isso, nós não podemos ser omissos e deixar fazer propaganda para o jovem, que é o mais influenciável.

E é um dos vícios que causa mais dependência. Tirar alguém do fumo não é fácil, e ele acaba morrendo. Então, há custos na Previdência e custos no SUS (Sistema Único de Saúde), mas nada chega perto da quantidade de vidas do povo brasileiro que são ceifadas, e sabemos que esta Casa pode reduzir isso.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, Senadora Zenaide!

Passo a palavra agora ao Senador Eduardo Girão e depois ao Capitão Styvenson. E vamos à votação!

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE. Para discutir.) – Muito bom dia, Presidente, Senador Romário, e demais colegas Senadores!

Esse assunto é tão emblemático, que, quando a gente começou aqui a debater, o nosso Relator, Senador Humberto Costa, começou a espirrar aqui e quase não parava. (*Risos.*)

Realmente, a atmosfera já fica um pouco densa.

Em primeiro lugar, dou os parabéns para o nosso Senador José Serra, autor do projeto que tornou o Brasil...

Desculpe-me, mas eu quero fazer uma colocação aqui direta, Senador José Serra. Eu considero V. Exa. como um ícone nessa luta contra a indústria do cigarro, por uma conscientização da população brasileira dos malefícios, que são imensos, do consumo do fumo. São cinco mil substâncias que fazem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mal à saúde. Então, não adianta você ter R$12 bilhões de arrecadação de tributos e gastar R$60 bilhões com a saúde dos brasileiros.

V. Exa. foi Ministro da Saúde. E nós temos aqui outra coincidência: o Senador Humberto Costa, que é o Relator deste projeto, também foi Ministro da Saúde. Então, são duas pessoas que têm realmente conhecimento de causa, que desenvolveram um trabalho dentro dessa linha.

Eu fui Presidente de um clube de futebol também, o Fortaleza Esporte Clube, e, no estádio, incomodava-me muito, Senadora Zenaide, ver os pais e tudo ali, porque isso ainda é permitido – ainda é permitido.

Eu acho que a gente tem que começar a trabalhar também num projeto de lei, Senador Kajuru, que é um desportista, já que o foco da indústria é o jovem, para que a gente possa também proibir que os pais, que as pessoas adultas fumem cigarro em estádio de futebol, porque ali há crianças, há adolescentes, e esse é um péssimo exemplo.

Então, eu queria fechar dizendo que estou muito consciente deste momento, da importância desse projeto. Quero também reiterar os meus parabéns por esse debate tão importante.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sr. Presidente, é só uma questão de ordem. Realmente, vou precisar me retirar. Eu poderia deixar consignado o meu voto?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Na verdade, Senador, segundo me informaram aqui na Comissão, a presença de V. Exa. é importante, é fundamental nesta votação, é obrigatória, no caso.

Passo a palavra ao Capitão Styvenson.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN. Para discutir.) – Serei bem rápido. Quero só lembrar, já que a discussão está sendo feita sobre o cigarro, sobre a combustão, que há um perigo que está vindo aí, bem silencioso, e que é visto como alternativa ao cigarro, que é o cigarro eletrônico. Até agora, não há nenhum estudo sobre o efeito dele na saúde. Mas, provavelmente, as pessoas estão migrando para esse tipo de cigarro como uma tentativa para parar de fumar. Então, não se sabe ainda do risco que há nesse cigarro eletrônico, principalmente para os jovens. Ele parece um brinquedo. Eu só queria alertar para isso. Desde 2009, se não me engano, existe uma legislação que proíbe isso, mas ele é vendido abertamente pela internet.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem!

Senador Flávio Arns, seja o mais breve possível, para a gente iniciar, por favor, a votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR. Para discutir.) – Eu quero, rapidamente, em primeiro lugar, cumprimentar o José Serra pelo aniversário de ontem, desejando-lhe saúde, força, alegria, realização. Que bom! Não tivemos um bolo, mas deveríamos ter alguma coisa para festejarmos aqui. Ao mesmo tempo, eu quero cumprimentar o José Serra por toda a sua trajetória de vida, como Senador, como Deputado, como Ministro, como ser humano que tanto contribuiu para o Brasil. Então, nesse sentido, quero enaltecer o seu trabalho.

Eu quero dizer que também concordo com tudo que possa ser feito em relação à diminuição do consumo do cigarro. Não fumo também; como o Luis Carlos falou, nunca fumei. Mas a gente sabe também dos prejuízos que isso pode causar e está causando para tanta gente no Brasil.

Quero cumprimentar o Luis Carlos Heinze pela posição a favor da geração de emprego, da geração de renda. Isso é fundamental.

Não é possível pedir vista, porque já foi pedido, senão eu a pediria. Por que eu a pediria? Porque, na época da aprovação da Convenção-Quadro, nós fizemos audiências públicas no Brasil. Eu fui para o Paraná, junto com o Senador Heráclito Fortes, na época, para discutirmos os termos da Convenção-Quadro. O salão lá estava superlotado de famílias de produtores. A gente sabe que essa é uma dificuldade. O que não me agrada no processo legislativo, eventualmente – por isso é que eu evito fazer essas coisas –, é a gente aprovar uma coisa sem explicar direito para a população. Como é que a população que produz fumo lá vai saber, vai entender que não é sobre a produção, que é sobre o consumo, que é isso ou aquilo? Então, a gente tem que apresentar isso e discutir mais para ver o que fazer.

Não sei se isso foi feito, mas, se não o foi, deveria ter sido feito, porque, na Convenção-Quadro, essa iniciativa valorizou bastante o trabalho do Senador Heráclito e a aprovação posterior da Convenção-Quadro. Mas é um assunto bem polêmico. Eu não gostaria de causar essa polêmica sem explicação no Estado do Paraná, porque no Sul há muitos produtores de fumo, particularmente no sul do Paraná.

Como não é terminativo nesta Comissão – esse projeto vai para a Comissão de Constituição e Justiça –, eu vou me articular com as pessoas lá para que esse debate seja feito e para que as pessoas entendam e, inclusive, sugiram, porque o processo legislativo tem que estar articulado com quem é beneficiado ou prejudicado, porque, senão, as pessoas vão dizer: "Poxa, você votou contra a gente, nem discutiu com a gente. A gente nem sabe o que está acontecendo. Isso vai afetar a nossa produção." Então, fazer esse debate em uma audiência pública na região é uma coisa interessante, porque até podem surgir, eventualmente, ideias.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Senador Arns, o projeto tramita desde 2015, e já tivemos duas audiências públicas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Não. Eu penso em audiência pública não aqui, mas lá com o povo, lá na base mesmo, porque, quando fizemos audiência pública na Convenção-Quadro, havia mil pessoas presentes. No começo, foi algo extremamente tumultuado. Ficamos algumas horas lá. Eu presidi, inclusive, a audiência. Havia argumentos pró e argumentos contra. E isso até levanta a ideia de uma legislação participativa.

Então, eu quero só qualificar o voto nesse sentido, mas dizer que isso é fundamental, senão o povo fica por fora. E surgem as mais variadas notícias do que pode acontecer e do que pode não acontecer. Então, tem que discutir, tem que ver, tem que explicar e chegar a uma conclusão. Agora, Senador José Serra, quero compartilhar isso. Acho que tudo que a gente puder fazer para melhorar a saúde também tem que ser feito.

Agradeço, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, Senador! Isto foi muito bem colocado por V. Exa. Essa discussão ainda será apreciada na Comissão de Constituição e Justiça.

Agora, não havendo mais quem queira discutir o relatório, vamos à votação.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam o relatório queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sr. Presidente, registro o meu voto contrário.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Está registrado o seu voto, Sr. Senador.

Foi aprovado o relatório, com as Emendas nº 1-CTFC-CAS; nº 2-CTFC-CAS; nº 3-CAS; e nº 6-CAS.

A matéria será encaminhada ao Plenário para a deliberação do Requerimento nº 80.

Passo a Presidência ao Senador Styvenson, para que eu possa relatar o item a seguir. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Vamos ao item 2 da pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 374, de 2018

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social), para elevar o limite da renda familiar que habilita ao recebimento do benefício de prestação continuada.

Autoria: Senador Dalirio Beber

Relatoria: Senador Romário

Relatório: favorável ao Projeto.

Observações: *matéria a ser apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.*

Concedo a palavra ao Senador Romário para proferir o relatório.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ. Para leitura de relatório.) – Muito bem, Sr. Presidente!

Vem à Comissão de Assuntos Sociais o Projeto de Lei do Senado nº 374, de 2018, do Senador Dalirio Beber, que altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, Lei Orgânica da Assistência Social (Loas).

Seu objetivo é elevar dos atuais 1/4 (um quarto) para 3/5 (três quintos) de salário mínimo *per capita* mensal o limite da renda familiar que habilita a pessoa ao recebimento do Benefício de Prestação Continuada (BPC).

Para tanto, a proposição, em seu art. 1º, muda a redação do §3º do art. 20 da Loas. Em seguida, remete à elaboração do projeto de lei orçamentária o cálculo do montante necessário para pagamento do benefício, uma vez que reajusta os critérios para sua concessão. Por fim, determina que a matéria entre em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do primeiro dia do exercício financeiro seguinte a essa data.

Na justificação, o autor do texto afirma que a extensão da renda familiar vai permitir o amparo a pessoas idosas e com deficiência que são muito pobres, mas não são elegíveis para o recebimento do BPC por não se encontrarem na mais absoluta miséria. Afirma, também, que tribunais espalhados pelo País vêm reconhecendo a justiça da inclusão dessas famílias, mas apenas nos casos em que julgam, sendo necessário a adoção de uma regra geral.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A matéria foi despachada para a CAS e para a Comissão de Assuntos Econômicos, que irá deliberar sobre o tema em decisão terminativa.

Não foram apresentadas emendas ao texto.

Análise.

Nos termos do inciso I do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Assuntos Sociais opinar sobre proposições que tratem de assuntos relativos à assistência social, tema do PLS nº 374, de 2018.

A proposição atende aos requisitos de juridicidade e constitucionalidade e se apresenta na correta forma legislativa.

No mérito, vem ao encontro do mandamento constitucional que aponta a cidadania e a dignidade da pessoa humana entre os fundamentos de nossa República, assim como afirma ser objetivo fundamental de nossa sociedade a erradicação da pobreza e da marginalização e a promoção do bem de todos, sem qualquer forma de discriminação.

Sabemos que a pobreza extrema não condiz com esses valores, e, nesse sentido, o País vem, ao longo de todo o processo de redemocratização, lutando para superar o terrível fosso de desigualdade social que aniquila nossa gente.

Uma das políticas mais felizes inauguradas na Constituição de 1988 foi justamente o Benefício de Prestação Continuada, individual, que se trata de prestação social não vitalícia, na forma do pagamento mensal de um salário mínimo à pessoa idosa, com 65 anos ou mais, e à pessoa com deficiência, de qualquer idade, com impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, que comprovem não possuir meios para prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família.

Entretanto, hoje, para ser elegível ao recebimento do benefício a condição exigida é muito severa, draconiana mesmo, pois exige que cada membro da família com idosos ou pessoa com deficiência não ganhe mais que o valor de R$249,50 para viver um mês inteiro – isso é um absurdo! –, o que corresponde a 1/4 (um quarto) do salário mínimo vigente.

O PLS nº 374, de 2018, aumenta esse valor para R$598,80, ou seja, para 3/5 (três quintos) do salário mínimo por pessoa. Essa medida liberta as famílias atualmente beneficiárias dessa condição de absoluta miséria, permitindo-lhes buscar melhores ganhos sem o risco de perder o benefício. Permite, também, principalmente, que outras famílias possam buscar esse amparo e, assim, serem alcançadas pelas políticas sociais que visam ajudá-las a superar as condições de vulnerabilidade em que se encontram.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Apresento meu voto.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 374, de 2018.

Eu gostaria muito de contar com o entendimento, com a ajuda e com a aprovação de todos os senhores aqui presentes, para que a gente possa melhorar um pouco mais a qualidade de vida dessas pessoas, que, definitivamente, continuarão tendo dificuldade para viver com R$598 por mês, mas, com certeza, esse é um número bem melhor do que R$249.

Uma coisa importante que eu quero dizer é que o mérito financeiro desse projeto será decidido na CAE. Aqui o mérito é social. E eu acredito que aqui não poderia ser diferente esse projeto.

Mais uma vez, peço às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores o entendimento, para que a gente possa dar a essas pessoas uma melhora de qualidade vida e também – por que não? – mais dignidade. Esse é meu pensamento.

Esse é meu voto, Sr. Presidente.

A SRA. SELMA ARRUDA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Sr. Presidente, peço vista da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Está concedida vista da matéria.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Sr. Presidente, eu também peço vista, mas eu só queria fazer uma observação pela ordem.

Eu concordo 100% com o relatório do Senador Romário e quero enaltecer o trabalho que o Senador faz aqui, no Senado Federal, até para que a população saiba, a favor da pessoa com deficiência.

Eu só penso que, talvez, no relatório, a gente poderia pensar nas famílias que têm dois filhos com deficiência, vamos dizer. O primeiro recebe, e aquilo passa a constituir renda. Então, quero dizer assim: o primeiro não constitui renda. Ou pode ser uma família que tenha um filho de 20 anos que esteja na cama, usando fralda, um filho que precisa de alimentação. Qual o critério?

Se V. Exa. concordasse, no relatório a gente poderia dar uma afinada. Há aquele movimento no Brasil Vem pra a Rua, que é a favor do BPC para a pessoa com deficiência.

Então, da minha parte, eu gostaria só de colaborar isso, para que o relatório fosse uma revolução na área, para nós nos articularmos depois também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Senador, como não poderia ser diferente, vêm de V. Exa. sempre ideias brilhantes em relação a esse segmento da nossa sociedade. Com certeza, peço a V. Exa. e às pessoas que trabalham com V. Exa. que a gente possa sentar aqui e rever alguns detalhes importantes.

Tudo que for em benefício das pessoas idosas e das pessoas com deficiência é sempre muito bem-vindo. E, vindo principalmente de V. Exa., isso não poderia ser diferente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Então, a vista coletiva está concedida.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Com a palavra o Senador Kajuru.

Depois, falarão o Senador Rogério e a Senadora Zenaide.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO. Pela ordem.) – Obrigado, Presidente, Capitão Styvenson.

Apenas quero acompanhar o brilhante pensamento do Senador Flávio. Na sua proposta embasada, eu o acompanho.

Antes de tudo, lembro que hoje é o Dia Mundial da Felicidade. Como este é o mês mundial da mulher, eu aqui faço, rapidamente, uma homenagem poética a duas notáveis Senadoras presentes, em nome de todas as mulheres de nossa Pátria amada, a Senadora Zenaide e a Senadora Leila: "Meu coração diz o que eu preciso. Basta o seu sorriso, que eu serei feliz." A gente precisa de muito pouco para ser feliz nesta vida.

Presidente, eu gostaria de solicitar a V. Exa. a retirada de pauta do PLC 161, de 2015, item 4 desta pauta, para reexaminá-lo. A matéria estará pronta para a pauta na próxima semana, se V. Exa. permitir.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Sim, está atendido, Senador. Fica retirado.

Com a palavra o Senador Rogério.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Foi pedida a vista coletiva, mas, de qualquer forma, eu não poderia deixar de reafirmar a importância

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desse projeto. Primeiro, ele mostra a sensibilidade da Casa com relação ao BPC, que está sofrendo um ataque frontal pela Medida Provisória 871, que dificulta que as pessoas mais pobres deste País tenham auxílio-doença e acesso aos benefícios do BPC.

Nessa medida provisória, com a mesma sensibilidade que a gente, na CAS, acolheu a relatoria do Presidente da Comissão, do Senador Romário, que a gente vá com este olhar e não deixe aprovar aquelas medidas que tornarão quase impossível o acesso ao Benefício de Prestação Continuada.

Da mesma forma, a reforma da previdência apresentada pelo Governo também vem para retirar e atacar os Benefícios de Prestação Continuada que estão hoje no nosso sistema de seguridade.

Então, eu fico feliz ao saber que a Casa e os Parlamentares têm sensibilidade, e isso fortalece a nossa luta contra a Medida Provisória nº 871 e contra a reforma da previdência.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito obrigado pelas palavras, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Agora, com a palavra a Senadora Zenaide.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Eu queria parabenizar aqui o Senador Romário pela sensibilidade.

Eu uso para isso o modo prático: uma mãe tem um filho tetraplégico – não vou botar nem a deficiência intelectual, que ainda é mais grave, mas vamos botar uma deficiência física – e deixa de trabalhar para cuidar do filho. Se ela tiver mais dois ou três filhos, o benefício é de pouco mais de R$259, se não me engano.

O que me assusta é que, sempre que vamos para o lado do mais vulnerável neste País, fala-se em impacto financeiro. São R$500! Na Câmara, nós tínhamos a Comissão de Defesa das Pessoas com Deficiência, uma Comissão permanente. Eu acho, Senador Romário, que, com isso, a gente dá muita visibilidade. Aqui, parece que está sendo criada uma subcomissão, porque toda semana... É aquela história de se dar visibilidade. E também acredito nele.

Sabe o que acontece? Quando as mães me procuravam, mesmo como médica, diziam: "Eu fiquei agora em casa sem ter como pagar alguém para cuidar do meu filho. Agora, se alguém arranjar um emprego, eu já perco esse benefício." A gente tinha uma luta lá – eu, Mara Gabrilli, Eduardo Barbosa – para não se considerar isso renda e para não se dividir essa renda. Eles perdiam, às vezes, até o direito às fraldas descartáveis e às sondas, porque já era beneficiado por isso aí.

Então, isso é uma luta. E, apesar de aqui ter sido dada vista coletiva, eu quero dizer que estou querendo isso. Continuo dizendo que, num país que não tem condições de abraçar, que não abraça as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pessoas com deficiência, quem é deficiente é esse país! Ouviu, meu amigo? Não é quase um quarto da população brasileira.

Então, vamos rever e vamos voltar a esse assunto com urgência.

Eu estava com a esperança de que a gente aprovasse, porque, daqui, já iria para o Plenário. Eu costumo dizer, pela minha experiência, que os entraves nos projetos das pessoas com deficiência estão sendo feitos nas Comissões. Ouviu, Kajuru? No Plenário, não são todos que têm coragem de votar contra. Entendeu?

Então, vamos agregar esse valor aqui para a família que têm dois deficientes. Não é raro a gente pegar família com mais de um deficiente. Vamos lutar por isso.

É terminativo aqui, e o levamos para lá.

Obrigada.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – É isso aí, Senadora!

Essa é uma luta desde quando cheguei a esta Casa há oito anos. Todos que me conhecem sabem que eu tenho essa como uma bandeira principal na minha vida.

Podem ter a certeza de que, com a ajuda de V. Exas. que chegam agora a este Senado, essa luta fica mais forte, a gente ganha mais musculatura para combater essas pessoas que, infelizmente, entendem diferente.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Vamos passar ao item 3.

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 582, de 2019

- Não terminativo -

Acrescenta o inciso XXII ao art. 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para isentar do Imposto de Renda das Pessoas Físicas quaisquer rendimentos percebidos por maiores de 75 (setenta e cinco) anos de idade, desde que não percebam rendimentos de aposentadoria, reforma ou pensão superiores ao limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social.

Autoria: Senador Alvaro Dias

Relatoria: Senador Romário

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: favorável ao Projeto, com duas emendas que apresenta.

Observações: *matéria a ser apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.*

Concedo a palavra ao Senador Romário para proferir o relatório.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ. Para leitura de relatório.) – Muito obrigado, Presidente.

Vem a exame desta Comissão de Assuntos Sociais o Projeto de Lei nº 582, de 2019, de autoria do Senador Alvaro Dias. Referido projeto busca isentar do Imposto de Renda os rendimentos de pessoas com 75 anos ou mais, desde que não recebam benefício previdenciário superior ao teto do Regime Geral de Previdência Social.

O projeto acrescenta o inciso XXII ao *caput* do art. 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, que altera a legislação do Imposto de Renda e dá outras providências. Referido dispositivo isentaria do Imposto de Renda os valores recebidos a qualquer título, a partir do mês em que o contribuinte completar 75 (setenta e cinco) anos de idade, desde que não perceba rendimentos provenientes de aposentadoria, reforma ou pensão superiores ao limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social de que trata o art. 201 da Constituição.

O art. 2º da proposição determina que o Poder Executivo estimará o montante da renúncia fiscal para fins de cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000) e que os efeitos tributários da isenção somente se aplicarão a partir do primeiro dia do ano fiscal seguinte ao da sua aprovação.

Justifica o autor a apresentação do projeto, sustentando que as mudanças do sistema previdenciário ressaltam a importância da poupança para ajudar a enfrentar as despesas próprias da terceira idade. Argumenta que o projeto é um estímulo à poupança e investimento e que, fundamentalmente, estende o reconhecimento legal que já existe, no sentido de conferir isenção parcial aos aposentados, para estender à totalidade dos rendimentos de todos os idosos que recebam até o limite máximo de benefícios do RGPS.

A matéria foi distribuída à CAS e à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), cabendo a essa Comissão decidir terminativamente.

Análise.

Nos termos do art. 100, I e IV, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CAS debater e decidir sobre assuntos referentes à seguridade social e assuntos correlatos. A matéria, a rigor, é de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

direito tributário, atraindo-se a competência da CAS pela relação explicitada no texto com o tema previdenciário.

A matéria é de competência do Congresso Nacional, nos termos do art. 24, I, da Constituição, dada a competência concorrente da União e dos Estados para legislarem sobre direito tributário; do art. 48, I, da Constituição, que reafirma a capacidade do Congresso para dispor sobre sistema tributário e arrecadação; e da ausência de reserva de iniciativa de outro Poder ou órgão da União.

Destarte, não vislumbramos impedimento puramente formal à tramitação do projeto.

Concordamos, ademais, em linhas gerais, com o conteúdo da proposição, ainda que tenhamos alguns aperfeiçoamentos a sugerir.

A proposição, como sustenta o seu autor, tem por objetivo fomentar a formação de poupança e investimento para garantia de melhores condições de vida na terceira idade.

Dessa forma, a isenção conferida pelo projeto, se viesse a ser adotada, agiria como um ponderoso incentivo à adoção de hábitos econômicos mais prudentes, à multiplicação do investimento decorrente dos maiores índices de poupança e, em decorrência, favorecendo uma velhice mais tranquila.

Apesar disso, consideramos excessiva a isenção total dos rendimentos integrais dos maiores de 75 anos, que pode provocar fortes efeitos concentradores de renda. Esse seria o caso, por exemplo, de pessoa que não recebe qualquer benefício previdenciário, mas que possui elevado patrimônio mobiliário ou imobiliário. Essas pessoas – sabemos que elas existem – não recebem benefício da previdência porque nunca precisaram dela depender. Em tais casos, a concessão de isenção ilimitada do Imposto de Renda representaria uma benesse excessiva a quem dela não necessita.

Assim, apresentamos emenda no sentido de limitar a isenção aos rendimentos de qualquer natureza que atinjam um montante equivalente a quatro vezes o valor máximo dos benefícios do RGPS. Dessa forma, entendemos que o pressuposto geral do projeto é atendido sem que isso implique uma inadequada renúncia fiscal.

Além disso, sugerimos modificação de redação do projeto: o inciso XXII do art. 6º da Lei nº 7.713, de 1988, já existe e diz respeito à isenção de Imposto de Renda sobre os valores pagos por Estados e Municípios no âmbito de programas de concessão de créditos voltados ao estímulo à solicitação de documento fiscal na aquisição de mercadorias e serviços. Não nos parece, com efeito, que o projeto tenha o propósito de revogar esse dispositivo, pelo que houvemos por bem alterar a numeração do novo inciso de XXII para XXIV.

Voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do PL nº 582, de 2019, com as seguintes emendas:

EMENDA Nº - CAS
Dê-se à ementa do Projeto de Lei nº 582, de 2019, a seguinte redação:
"Acrescenta inciso ao art. 6º da Lei nº 7713, de 22 de dezembro de 1988, para isentar o Imposto de Renda das pessoas físicas quaisquer rendimentos percebidos por maiores de 75 (setenta e cinco) anos de idade, desde que não percebam rendimentos de aposentadoria, reforma ou pensão superiores ao limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social."

EMENDA Nº - CAS
Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei nº 582, de 2019, a seguinte redação:
"Art. 1º. O art. 6º da Lei 7.713, de 22 de dezembro de 1988, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso XXIV:
'Art. 6º .....
XXIV – os valores em montante igual ou inferior a quatro vezes o limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social de que trata o art. 201 da Constituição Federal, recebidos a qualquer título, a partir do mês em que o contribuinte completar 75 (setenta e cinco) anos de idade, desde que não perceba rendimentos provenientes de aposentadoria, reforma ou pensão superiores àquele limite máximo.
.....' (NR)"

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Coloco em discussão a matéria.

O Senador Luiz do Carmo está com a palavra.

O SR. LUIZ DO CARMO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO. Para discutir.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, é um projeto muito interessante. Gostei muito dele. Mas, Sr. Presidente, o projeto implica renúncia fiscal. Eu gostaria que o Relator esclarecesse de onde virá a compensação financeira.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Sr. Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Senador, essa é uma pergunta que poderá ser mais bem respondida pela CAE. Esse projeto sairá daqui diretamente para a CAE e será terminativo nessa próxima Comissão.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Sr. Presidente, eu gostaria de pedir vista desse projeto, porque eu estou com uma dúvida aqui. Embora eu ache meritória a intenção do projeto, a de liberar as pessoas que tenham renda inferior ao limite estabelecido pelo Regime Geral de Previdência Social para quem tem acima de 75 anos, quando diz "quaisquer rendimentos", fica uma expressão muito ampla. Se a pessoa tiver muitos recursos aplicados em instituição financeira, isso deixa de ser rendimento ou entra como rendimento? É a dúvida que tenho.

Então, eu gostaria de pedir vista do projeto, para que eu pudesse analisar com maior profundidade e proferir o voto.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Concedo vista ao Senador Marcelo Castro, nos termos regimentais.

Devolvo a Presidência ao Senador Romário.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI. Pela ordem.) – Pela ordem, eu gostaria, com a anuência do Plenário, de pedir a inversão de pauta para o item 11. Trata-se de um requerimento da minha autoria. Eu estou com um problema, vou ter de viajar daqui a pouco. Se fosse do acordo de todos, eu gostaria que houvesse uma inversão para a gente votar logo, enquanto estou presente aqui para fazer a defesa do item 11.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Se não houver nenhum impedimento em relação às Sras. Senadores e aos Senadores no momento, sem problema... (*Pausa.*)

Vamos ao item 11.

ITEM 11

REQUERIMENTO Nº 23, de 2019

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requeiro, com fundamento nos incisos II do artigo 93 do Regimento Interno do Senado Federal e na Lei nº 12.345, de 9 de dezembro de 2010, que fixa critério para instituição de datas comemorativas, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, para instruir a relevância da instituição, por projeto de lei, da Semana Nacional da Pessoa Idosa, a ser comemorada na primeira semana de outubro (de 1° a 8 de outubro).

Autoria: Senador Marcelo Castro

Passo a palavra ao Senador Marcelo Castro, para fazer a leitura do requerimento.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Requeiro, com fundamento no inciso II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal e na Lei nº 12.345, de 9 de dezembro de 2010, que fixa critério para instituição de datas comemorativas, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, para instruir a relevância da instituição, por projeto de lei, da Semana Nacional da Pessoa Idosa – essa é a finalidade do requerimento –, a ser comemorada na primeira semana de outubro (de 1° a 8 de outubro).

Para isso, peço que sejam convidados o Sr. Luiz Sinésio Silva Neto, Coordenador e Assessor Técnico da Universidade da Maturidade (UMA - Tocantins); Maria Lúcia Secoti Filizola, Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa; Dália Romero, Coordenadora-Geral do Sistema de Indicadores de Saúde e Acompanhamento de Políticas do Idoso; Ana Amélia Camarano, técnica do Ipea, especialista em envelhecimento; Carlos André Uehara, Presidente da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia; Marilia Anselmo Viana da Silva Berzins, Presidente do Observatório da Longevidade Humana e Envelhecimento; e Paula Regina de Oliveira Ribeiro, Defensora Pública do DF, especialista em Direito do Idoso.

A criação da Semana Nacional da Pessoa Idosa é uma oportunidade de dar destaque mais amplamente às questões dessa camada da população, da assistência aos idosos e de sua integração e participação na sociedade, bem como da independência que lhes é inerente e que lhes deve ser garantida em direitos como: oportunidade de trabalho, lazer, educação e segurança.

Envelhecer com dignidade diz respeito a ter acesso à saúde e a condições de sobrevivência, o que inclui o usufruto de vários outros direitos. A exemplo, os arts. 8° e 9° do Estatuto do Idoso trazem claramente que – abro aspas – "o envelhecimento é um direito personalíssimo, e a sua proteção, um direito social, nos termos desta lei e da legislação vigente" e que "é obrigação do Estado garantir à pessoa idosa a proteção à vida e à saúde, mediante efetivação de políticas sociais públicas que permitam um envelhecimento saudável e em condições de dignidade".

O IBGE calcula que, até em 2042, nós teremos dobrado nossa população de idosos, ou seja, pessoas acima de 60 anos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, acho que seria oportuno a gente trazer aqui as autoridades que mais se destacam no estudo desse tema no Brasil, para que a gente pudesse fazer aqui uma audiência pública e chegar a um entendimento se seria importante realmente essa semana para dar destaque a essa categoria que está crescendo tanto no nosso País, graças a Deus.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, Senador!

Em votação o requerimento.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento, item 11.

Passamos agora ao item 5.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 153, de 2017

- Não terminativo -

Acrescenta dispositivos à Lei nº 6.615, de 16 de dezembro de 1978, para dispor sobre a identidade profissional de Radialista.

Autoria: Deputado Andre Moura

Relatoria: Senador Jorge Kajuru

Relatório: favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta (de redação).

Observações: *matéria a ser apreciada pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.*

Concedo a palavra ao Senador Jorge Kajuru para proferir o relatório.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO. Para leitura de relatório.) – Pois não, Presidente Romário. É um raro amigo V. Exa.

Vamos ao relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

V. Exas. também o são, integrantes desta Comissão.

Em exame nesta Comissão de Assuntos Sociais, o Projeto de Lei da Câmara nº 153, de 2017 (PL nº 458/2015, na origem), do Deputado Andre Moura, ao acrescentar dispositivos à Lei nº 6.615, de 16 de dezembro de 1978, tem por finalidade dispor sobre a identidade profissional de radialista.

Na sua parte substancial, a proposição prevê que:

a) a carteira de identidade profissional de radialista tem validade em todo o Território nacional, como prova de identidade, para qualquer efeito, e será emitida pelo sindicato da categoria;

b) não havendo sindicato na área de atuação do radialista, a carteira poderá ser emitida por federação devidamente credenciada e registrada junto ao Ministério do Trabalho;

c) o modelo da carteira de identidade do radialista será aprovado por federação desses profissionais e trará a inscrição "Válida em todo o Território nacional";

d) o radialista não sindicalizado também fará jus à carteira de radialista, desde que seja habilitado e registrado perante o órgão regional do Ministério do Trabalho nos termos da legislação que regulamenta a atividade profissional.

Sr. Presidente, ao justificar sua iniciativa, o autor da proposição argumenta que sua proposta vem ao encontro de antiga reivindicação da categoria profissional dos radialistas, que aspira ser-lhe aplicável a mesma medida constante da Lei nº 7.084, de 21 de dezembro de 1982, que "atribui valor de documento de identidade à carteira de Jornalista Profissional". Alega ainda que muitas outras categorias profissionais têm documento próprio de identidade profissional reconhecido em todo o Território nacional como prova de identificação.

Após o exame desta Comissão, a matéria será também objeto de deliberação por parte das Comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e de Constituição, Justiça e Cidadania.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

Vamos à análise rápida.

Nos termos do art. 99, I, do Regimento Interno deste Senado Federal, compete à CAS discutir e votar proposições que disponham sobre organização do Sistema Nacional de Emprego e condição para o exercício de profissões.

No mérito, não há reparos a fazer, pois a proposição visa tão somente conferir força de identidade civil à carteira profissional de radialista, assim como ocorre com outras profissões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A norma que se pretende criar está em sintonia com o disposto no art. 2º da Lei nº 12.037, de 1º de outubro de 2009, que regulamenta o art. 5º, inciso LVIII, da Constituição Federal:

> Art. 2º A identificação civil é atestada por qualquer dos seguintes documentos:
> I – carteira de identidade;
> II – carteira de trabalho;
> III – carteira profissional;
> IV – passaporte;
> V – carteira de identificação funcional;
> VI – outro documento público que permita a identificação do indiciado.
> *Parágrafo único*. Para as finalidades desta Lei, equiparam-se aos documentos de identificação civis os documentos de identificação militares.

Nesse contexto – concluo –, a medida que se está a implementar permite dar condições ao radialista para exercer a profissão na sua amplitude de direitos, não permitindo a atividade de terceiros não qualificados tecnicamente e sem formação para o seu exercício.

Por fim, com o objetivo de adaptar a proposição à nova denominação do Ministério do Trabalho, apresentamos, ao final, emenda de redação nesse sentido.

Vamos ao voto.

Pelo exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 153, de 2017, com a seguinte emenda de redação:

> EMENDA Nº - CAS
> Substitua-se, no PLC nº 153, de 2017, a expressão "Ministério do Trabalho" por "Secretaria da Previdência e Trabalho do Ministério da Economia".

Assim, aprovo, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

Os Srs. Senadores que aprovam o relatório queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1-CAS, de redação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A matéria vai à CCT.

A pedido do autor, o Senador Lasier, retiro de pauta o item 6.

ITEM 7

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 352, de 2015

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, para determinar a absorção, pelo Sistema Único de Saúde, de profissionais de saúde recém-formados na rede pública de ensino.

Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Relatoria: Senadora Zenaide Maia

Relatório: Favorável ao projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta.

Concedo a palavra à Senadora Zenaide Maia, para proferir o relatório.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para leitura de relatório.) – Sr. Presidente, na verdade, este projeto começou com Jovem Senador e foi levado para a Comissão de Direitos Humanos.

Eu quero ler o relatório. Quero ir direto ao relatório.

Vem ao exame da Comissão de Assuntos Sociais o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 352, de 2015, de autoria da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, que altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, para determinar a absorção, pelo Sistema Único de Saúde, de profissionais de saúde recém-formados na rede pública de ensino.

Decorrente da aprovação da Sugestão nº 20, de 2011, no âmbito da 1ª Legislatura do Projeto Jovem Senador, o projeto em comento é composto de dois artigos. O art. 1º acrescenta um §2º ao art. 27 da Lei nº 8.080, de 1990, para determinar que profissionais de saúde recém-formados na rede pública de ensino prestem atendimento nos estabelecimentos do Sistema Único de Saúde, em regime integral e, no mínimo, por dois anos. O art. 2º, cláusula de vigência, determina que a lei originada da proposição entre em vigor na data de sua publicação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O projeto será analisado por esta Comissão e, em seguida, pelo Plenário desta Casa. Não foram oferecidas emendas no prazo regimental.

A apreciação do PLS nº 352, de 2015, por esta Comissão encontra fundamento nos incisos I e II do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal, que conferem à CAS competência para opinar sobre matérias relacionadas ao exercício de profissões (inciso I) e à proteção e defesa da saúde (inciso II).

Fruto da aprovação da Sugestão nº 20, de 2011, oriunda do Projeto Jovem Senador, a proposição legislativa sob análise pretende instituir, no âmbito do SUS, o serviço civil obrigatório de profissionais de saúde egressos das instituições públicas de ensino superior. Para isso, vale-se do compreensível argumento de que o sistema público de saúde do País sofre constantemente com a deficiência de seus recursos humanos.

Por esse motivo, julgamos a proposta inovadora e pertinente e, por isso, acreditamos que a sábia ideia emanada do Jovem Senador merece ter seu escopo expandido. Confiamos que sua eficácia será bastante aumentada se se propuser que não somente os profissionais de saúde, mas todos os egressos de instituição pública de ensino superior ou de curso financiado com recursos públicos, prestem serviço compulsório na sua área de atuação.

Os problemas relacionados à falta de recursos humanos não se restringem à área da saúde. De fato, existem carências em praticamente todo tipo de assistência profissional no âmbito do setor público no Brasil. Sabe-se, por exemplo, que todas as unidades da Federação sofrem com a crônica falta de professores nas suas redes públicas de ensino, o que compromete gravemente a qualidade do aprendizado desde a educação infantil até o ensino médio, especialmente nas áreas mais carentes e de difícil acesso.

Da mesma forma, a despeito do que dispõe a Lei nº 1.060, de 5 de fevereiro de 1950, que "estabelece normas para a concessão de assistência judiciária aos necessitados", e a Lei Complementar nº 80, de 12 de janeiro de 1994, que "organiza a Defensoria Pública da União, do Distrito Federal e dos Territórios e prescreve normas gerais para sua organização nos Estados, e dá outras providências", a deficiência de assistência jurídica a ser prestada aos necessitados é permanente e grave. Tal situação é reconhecidamente uma das principais causas da famigerada superlotação das prisões brasileiras.

Já a falta engenheiros civis e arquitetos no setor público tem contribuído para aumentar sobremaneira o tempo de aprovação de novos empreendimentos imobiliários, uma vez que esses profissionais são responsáveis por avaliar tecnicamente os projetos e dar encaminhamento à autorização para a execução de obras. Essa demora gera reflexos negativos em toda a cadeia econômica da construção civil, com consequências diretas sobre a taxa de desemprego, por exemplo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pode-se facilmente inferir que exemplos semelhantes acontecem em praticamente todos os âmbitos profissionais. Decorre disso o fato de a população mais carente ainda não dispor de efetivo acesso aos direitos sociais previstos na Constituição de 1988, quais sejam: "a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados".

Assim, depreende-se que se ater somente aos profissionais de saúde é medida limitada e até mesmo discriminatória, quando se considera todo o universo de direitos sociais previstos e, infelizmente, ainda indisponíveis para grande parcela da população brasileira. Dessa forma, achamos justo e necessário que egressos de cursos de graduação de instituições públicas de ensino superior ou de cursos de graduação financiados com recursos públicos retribuam, mediante a prestação de serviços públicos, à sociedade que os financiou.

Além disso, cremos que, ao ampliar o enfoque do projeto em comento, estamos instituindo um tratamento justo e isonômico a todas as profissões, cuja importância é reconhecida pela sociedade brasileira. Assim, não seria correto que olvidássemos profissionais de quaisquer áreas de atuação, pois reconhecemos que todos são essenciais para o aprimoramento dos serviços prestados à sociedade brasileira, notadamente aos mais necessitados.

Note-se que a prestação de serviço obrigatório não deve ser tratada como cobrança de fatura do ensino público e gratuito fornecido pelo Estado. Em verdade, essa proposta configura-se numa oportunidade de promover o estreitamento dos vínculos entre o conhecimento acadêmico e as reais demandas da sociedade. Não há como duvidar que dessa interação resultarão benefícios tanto aos profissionais – que ganharão experiência prática em sua área de formação – quanto à sociedade – que passará a ter maior acesso a serviços públicos de qualidade.

Dessa forma, apresentamos um substitutivo para tornar obrigatório que todos os recém-graduados de instituições públicas de ensino superior ou de curso financiado com recursos públicos prestem serviço público. Todavia, para que não se produzam prejuízos aos projetos pessoais e profissionais dos recém-formados, propomos que os serviços públicos sejam prestados no período máximo de um ano. Além disso, julgamos que as peculiaridades de cada profissão justificam que as jornadas de trabalho e as remunerações sejam definidas em regulamento.

Ressalte-se, por fim, que o projeto não contém inconformidades quanto à constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa.

Voto.

Em vista do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado 352, de 2015, nos termos do seguinte substitutivo:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 352, de 2015

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que *estabelece as diretrizes e bases da educação nacional*, para tornar obrigatório que egressos de cursos de graduação de instituição pública de ensino superior ou de curso financiado com recursos públicos prestem serviços públicos em sua área de atuação.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro 1996, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 84-A:

"Art. 84-A. Os egressos de cursos de graduação de instituição pública de ensino superior ou de curso de graduação financiado com recursos públicos prestarão serviço público obrigatório na sua área de formação profissional pelo período máximo de um ano.

Parágrafo único. A jornada de trabalho e a remuneração de cada categoria profissional serão definidas em regulamento."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor cento e oitenta dias após a data de sua publicação oficial.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, Senadora.

Coloco em discussão a matéria.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Eu conversei com a Senadora Zenaide, porque recebi um apelo também do Ministério da Saúde, da própria Presidência, do Governo para a gente poder estudar um pouco isso. Eu disse para eles: "Olha, até semana que vem". Assim, a Senadora Zenaide concorda, e semana que vem eu já devolvo.

Então, peço vista.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu queria pedir vista também, Presidente.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Eu acho que pode ser aperfeiçoado, mas eu queria mostrar este lado: o Jovem Senador pensou só na saúde, porque a gente pensa mais na dificuldade de levar médicos. Porém, quando você vai para outros profissionais... E seriam dois anos, segundo o projeto original. Aí eu pensei: por que – depois de ver ouvir as consultorias – não estender aos outros profissionais?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu fui Secretária de Saúde e sei como isso funciona – é só para mostrar o porquê, nada contra a gente estudar mais, tranquilo; a gente deve ter alguns ajustes, porque a gente estendeu a muitos profissionais. Eu vejo projetos importantes, na saúde, no esporte e no lazer dos serviços públicos, prejudicados, porque, se você for atrás das secretarias de saúde, de educação, em termos de engenharia, de arquitetura, a maioria tem que contratar empresas terceirizadas se quiser ter os projetos aprovados em tempo hábil.

Quero só explicar o porquê da extensão, porque eu acho que a saúde, a educação... Não se tem saúde sem educação, não se tem saúde sem muita coisa. Por isso que eu pensei em reduzir o prazo – em vez de dois anos, um ano – e estender às outras categorias, como a advocacia, que a gente sabe que precisa disso, mas está tudo tranquilo: a gente senta, e todos os colegas que quiserem rever e acrescentar... Ninguém é dono da verdade. E há algo aqui para o qual eu já quero chamar a atenção: todos financiados com recursos públicos. Aí, a gente vai discutir outras coisas.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu queria... É porque...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Senador Rogério.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Posso falar, Presidente?

Obrigado.

Na lei do Mais Médicos, em tese – se ela fosse implementada –, essa obrigatoriedade já é prevista para todos os médicos que se formam, porque eles seriam obrigados a fazer o primeiro ano em Medicina Geral de Família e Comunidade como pré-requisito para acessar todas as residências especializadas. Então, a ideia de pedir vista e de a gente abrir esse debate é para saber se eles vão manter a lei do Mais Médicos, porque até agora eles não implementaram... Por exemplo, eles ainda não universalizaram a residência médica, que já deveria ter sido universalizada para todos os egressos, e nessa universalização o primeiro ano seria obrigatório em Medicina Geral de Família e Comunidade. Então, é nesse sentido, para a gente avaliar.

Se não, eu queria dizer que o relatório que a senhora apresenta atende, sim, uma demanda da sociedade, e aí a gente teria que recolocar o debate, inclusive para os médicos.

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – ... vista coletiva concedida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 8

PROJETO DE LEI Nº 401, de 2019

- Não terminativo -

Acrescenta os §§ 1º e 2º ao art. 1º da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), para estabelecer que a pessoa com deficiência seja considerada idosa com idade igual ou superior a 50 (cinquenta anos), limite que poderá ser reduzido mediante avaliação biopsicossocial multidisciplinar da deficiência.

Autoria: Deputado Eduardo Barbosa

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

Matéria a ser apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns para proferir o relatório.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Eu quero dizer a V. Exa. que o Deputado Eduardo Barbosa, já mencionado pela Senadora Zenaide, sempre também em contato com V. Exa., é uma das grandes autoridades...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Inclusive tomamos café juntos hoje.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – ... é uma das grandes autoridades, pessoas nessa área da deficiência. Ele apresenta um projeto muito importante, porém, antes desta reunião, conversando com outros Senadores, achamos melhor ainda esclarecer um pouco mais – o que aparentemente pode ser um tempo maior, mas sempre é bom discutir – para que eventuais dúvidas que as pessoas tenham possam ser solucionadas.

Então, eu peço para retirar de pauta, para que esse diálogo possa acontecer, e retornar à pauta o mais breve possível.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, Senador. Está retirado de pauta o item 8.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 9

REQUERIMENTO Nº 20, de 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RQS 5/2019, seja incluído o seguinte convidado: Priscila Ribeiro da Cruz - Coordenadora-Geral de Promoção dos Direitos Sociais - FUNAI.

Autoria: Senadora Soraya Thronicke e outros

Foi subscrito pelo Senador Rogério Carvalho.

Passo a palavra ao Senador Rogério Carvalho para a leitura...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Não é Rogério Carvalho, é Eduardo Girão.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Ah... Eduardo Girão.

Passo a palavra ao Senador Eduardo Girão para a leitura do requerimento.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) –

> Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RQS 5/2019, seja incluído o seguinte convidado:
> 1. Priscila Ribeiro da Cruz - Coordenadora-Geral de Promoção dos Direitos Sociais - FUNAI.
> [...], 28 de fevereiro de 2019.
> [Estou subscrevendo aqui.]
> Senadora Soraya Thronicke.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, Senador.

Os Senadores e as Senadoras que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

ITEM 10

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO Nº 22, de 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do arts. 50, caput, e 58, § 2º, III, da Constituição Federal e do art. 397, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Senhor Ministro de Estado da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, para que compareça à Comissão, a fim de prestar informações sobre a moratória na abertura de novos cursos de Medicina no Brasil.

Autoria: Senador Styvenson Valentim

Passo a palavra ao Senador Styvenson para a leitura do requerimento.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Sr. Presidente, eu queria fazer só uma alteração nesse requerimento, uma modificação de convocação para convite, e que se estenda, além do Ministro, a qualquer outro secretário que possa estar aqui presente, uma vez que essa presença seria, diante desta Comissão, para discutir sobre a informação da moratória na abertura dos novos cursos de Medicina no País. Então, eu queria fazer essa modificação, o.k.?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, Senador.

Os Senadores e as Senadoras que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

ITEM 12

REQUERIMENTO Nº 24, de 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 19/2019, com o objetivo de instruir o PDS 16/1984, que Aprova o texto da Convenção nº 87 relativa à Liberdade Sindical e à Proteção do Direito Sindical, adotada em São Francisco em 1948 por ocasião da 31ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho, da Organização Internacional do Trabalho, seja incluído o seguinte convidado: Martin Hahn, Diretor da OIT no Brasil.

Autoria: Senador Paulo Paim e outros

Foi subscrito pela Senadora Zenaide Maia.

Passo à palavra à Senadora Zenaide Maia para a leitura do requerimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) –

> Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RQS 19/2019 [...], *com o objetivo de instruir o PDS 16/1984, que Aprova o texto da Convenção de nº 87 relativa à Liberdade Sindical e à Proteção do Direito Sindical, adotada em São Francisco em 1948 por ocasião da 31ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho, da Organização Internacional do Trabalho*, seja incluído o seguinte convidado:
> 1. Martin Hahn, Diretor da OIT no Brasil.

A autoria é do Senador Paulo Paim, e eu subscrevi, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Os Srs. e as Sras. Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Sr. Presidente, eu poderia só fazer duas observações, se V. Exa. permitir?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Por favor, Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR. Pela ordem.) – Nós aprovamos aqui a Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência. Foi muito bem recebida, é uma expectativa boa. Eu só quero me articular com a assessoria da Presidência para que as pessoas que desejarem participar dessa Subcomissão Permanente, no decorrer desta semana, possam falar conosco – é uma área importante, de uma sensibilidade grande – para que nós possamos instalar, se assim for possível, junto com a assessoria, na semana que vem, a Subcomissão, e ao mesmo tempo já propor uma pauta de trabalho para que possamos todos saber como os trabalhos serão conduzidos. Então, se V. Exa., Senador Romário, que é da área também e já demonstrou interesse inclusive em participar... Que a gente possa fazer isso.

E a segunda observação é que eu estava olhando sempre lá no telão também, vendo o esforço que os tradutores de Libras fazem, o que é muito importante, mas eles fazem esse trabalho gigantesco só para efeitos internos. Então, nós temos que achar um jeito de falar...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Mas isso a TV Senado...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Eu fiz uma reunião com...

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Porque o nosso objetivo é que o pessoal do Brasil inteiro acompanhe, e não só...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Foi feito já um encontro semana passada com a área que compete ao Senado. Eles estão estudando essa possibilidade de que não só as pessoas que estejam aqui, como as que estejam vendo televisão também possam ver o excelente dessas pessoas que falam com Libras.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Antes de encerrarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata aprovada será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Convido novamente as Sras. Senadoras e os Srs. Senadores para o evento em comemoração ao Dia Internacional da Síndrome de Down, que será realizado amanhã no Auditório Petrônio Portela.

Convoco para o dia 26 de março, terça-feira, em caráter excepcional, às 14h, reunião extraordinária desta Comissão, em forma de audiência pública destinada a debater o tema "Câncer colorretal: ações e políticas para prevenção, diagnóstico e tratamento", em atendimento ao Requerimento nº 17, de 2019, da CAS, de autoria da Senadora Maria do Carmo Alves e do Senador Humberto Costa.

Convoco para o dia 27 de março, quarta-feira, em caráter excepcional, às 9h da manhã, reunião extraordinária desta Comissão, em forma de audiência pública, destinada a receber o Ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, para que apresente a proposta de extinção do Programa Mais Médicos e respectiva substituição por outro programa de governo, o modelo de atuação complementar da União para atenção básica em serviços de saúde, financiamento e formação dos profissionais médicos em atendimento à saúde da família e comunitária, bem como informações sobre as políticas e diretrizes do Ministério, em atendimento aos Requerimentos nºs 16 e 18, de 2019, da CAS, de minha autoria e de autoria do Senador Rogério Carvalho.

No dia 9/04 será marcada a reunião para a formação da Subcomissão das pessoas com doenças raras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado a todos pela presença.

(*Iniciada às 9 horas e 18 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 19 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 6ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE MARÇO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às quatorze horas e quatorze minutos do dia vinte e seis de março de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob as Presidências dos Senadores Romário e Maria do Carmo Alves, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Leila Barros, Nelsinho Trad, Jayme Campos, Styvenson Valentim, Rogério Carvalho, Flávio Arns, Marcelo Castro, Zenaide Maia, Eliziane Gama, Juíza Selma, Luiz do Carmo, Jorge Kajuru, Soraya Thronicke, Paulo Rocha, Mailza Gomes, Marcos do Val, Telmário Mota, Wellington Fagundes, Angelo Coronel, Dário Berger e Izalci Lucas. Deixam de comparecer os Senadores Humberto Costa, Mara Gabrilli, Weverton, Renan Calheiros, Eduardo Gomes, Luis Carlos Heinze, Irajá e Otto Alencar. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 17/2019 - CAS, de autoria da Senadora Maria do Carmo Alves e outros. **Finalidade:** Debater o tema "Câncer Colorretal: ações e políticas para prevenção, diagnóstico e tratamento". **Participantes:** Luciana Holtz, Presidente do Instituto Oncoguia; Marcelo Campos Oliveira, Diretor do Departamento de Atenção Especializada e Temática da Secretaria de Atenção à Saúde - Ministério da Saúde. Gustavo Fernandes, Vice-Presidente da Sociedade Brasileira de Oncologia Clínica. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e cinquenta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Romário

Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/03/26

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.067287/2019-48

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 7ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE MARÇO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às nove horas e vinte e três minutos do dia vinte e sete de março de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Romário, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Leila Barros, Humberto Costa, Nelsinho Trad, Jayme Campos, Maria do Carmo Alves, Styvenson Valentim, Irajá, Eduardo Gomes, Rogério Carvalho, Flávio Arns, Marcelo Castro, Otto Alencar, Zenaide Maia, Eliziane Gama, Juíza Selma, Luiz do Carmo, Luis Carlos Heinze, Mecias de Jesus, Soraya Thronicke, Zequinha Marinho, Cid Gomes, Fernando Bezerra Coelho, Lucas Barreto, Chico Rodrigues, Sérgio Petecão, Fabiano Contarato, Mailza Gomes, Marcos do Val, Vanderlan Cardoso, Telmário Mota, Wellington Fagundes, Angelo Coronel, Izalci Lucas, Major Olimpio, Randolfe Rodrigues e Dário Berger. Deixam de comparecer os Senadores Mara Gabrilli, Weverton e Renan Calheiros. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 16/2019 - CAS, de autoria do Senador Rogério Carvalho, e REQ 18/2019 - CAS, de autoria do Senador Romário. **Finalidade:** Receber o Ministro de Estado da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, para que apresente informações sobre as políticas e diretrizes de sua pasta, bem como a proposta de extinção do Programa Mais Médicos, respectiva substituição por outro programa de governo, e o modelo de atuação complementar da União para a atenção básica em serviços de saúde: financiamento e formação dos profissionais médicos em atendimento à saúde da família e comunitária. **Participante:** Luiz Henrique Mandetta, Ministro de Estado da Saúde. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e vinte e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Romário

Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/03/27

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 8ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE ABRIL DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às nove horas e dezesseis minutos do dia três de abril de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob as Presidências dos Senadores Romário e Styvenson Valentim, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Leila Barros, Nelsinho Trad, Jayme Campos, Maria do Carmo Alves, Irajá, Eduardo Gomes, Rogério Carvalho, Flávio Arns, Marcelo Castro, Zenaide Maia, Eliziane Gama, Juíza Selma, Luiz do Carmo, Luis Carlos Heinze, Jorge Kajuru, Paulo Paim, Carlos Viana, Cid Gomes, Eduardo Girão, Paulo Rocha, Fabiano Contarato, Mailza Gomes, Marcos do Val, Izalci Lucas, Telmário Mota, Dário Berger e Wellington Fagundes. Deixam de comparecer os Senadores Humberto Costa, Mara Gabrilli, Weverton, Renan Calheiros e Otto Alencar. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em duas partes: **1ª Parte - Deliberativa - 9h**. **ITEM 1 - Projeto de Lei do Senado nº 374, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social), para elevar o limite da renda familiar que habilita ao recebimento do benefício de prestação continuada." **Autoria:** Senador Dalirio Beber. **Relatoria:** Senador Romário. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com as Emendas nº 2 e 3. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nº 2-CAS e 3-CAS. **Observação:** 1) Rejeitado o Requerimento nº 25, de 2019-CAS, de autoria da Senadora Selma Arruda (item 6 da Pauta), apreciado durante a discussão do Projeto; 2) Matéria a ser apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa. **ITEM 2 - Projeto de Lei nº 582, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Acrescenta o inciso XXII ao art. 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para isentar do Imposto de Renda das Pessoas Físicas quaisquer rendimentos percebidos por maiores de 75 (setenta e cinco) anos de idade, desde que não percebam rendimentos de aposentadoria, reforma ou pensão superiores ao limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social." **Autoria:** Senador Alvaro Dias. **Relatoria:** Senador Romário. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nº 1-CAS e 2-CAS. **Observação:** Matéria a ser apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa. **ITEM 3 - Projeto de Lei do Senado nº 352, de 2015 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, para determinar a absorção, pelo Sistema Único de Saúde, de profissionais de saúde recém-formados na rede pública de ensino." **Autoria:** Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). **Relatoria:** Senadora Zenaide Maia. **Relatório:** Favorável ao Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido da Relatora. **ITEM 4 - Projeto de Lei do Senado nº 235, de 2018 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, para incluir nos programas públicos de assistência farmacêutica modalidade de subsídio para possibilitar que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

todo aposentado ou pensionista adquira os medicamentos a ele prescritos com o desconto que especifica." **Autoria:** Senador Paulo Paim. **Relatoria:** Senadora Mailza Gomes. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Concedida vista coletiva, nos termos regimentais. **ITEM 5 - Projeto de Lei do Senado n° 151, de 2017 - Terminativo -** que: "Altera os arts. 392, 392-A e 473, III da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para estabelecer o compartilhamento da licença maternidade e da licença adotante." **Autoria:** Senadora Rose de Freitas. **Relatoria:** Senadora Soraya Thronicke. **Relatório:** Pela consulta à Comissão de Assuntos Econômicos sobre os impactos econômicos, financeiros e orçamentários do Projeto (art. 99, I, RISF). **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 25, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 335, III, do Regimento Interno do Senado Federal, o sobrestamento do PLS 374/2018, que Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social), para elevar o limite da renda familiar que habilita ao recebimento do benefício de prestação continuada para aguardar o recebimento da Proposta de Emenda à Constituição nº 6/2019, que trata da Reforma da Previdência, que trará disposições relativas à matéria." **Autoria:** Senadora Juíza Selma. **Resultado:** Rejeitado. **ITEM 7 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 26, de 2019** que: "Nos termos do inciso II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo de instruir a apreciação do PL 616, de 2019. Para tanto, e sem prejuízo de outras indicações, sugiro sejam convidados: Representante do Ministério do Meio Ambiente (MMA); Representante da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA)." **Autoria:** Senadora Zenaide Maia. **Resultado:** Adiado. **ITEM EXTRAPAUTA 8 - Projeto de Lei n° 1902, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Institui a Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio, a ser implementada pela União, em cooperação com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios; e altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Eduardo Girão. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado Parecer Favorável ao Projeto. **Observação:** Matéria a ser apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. **ITEM EXTRAPAUTA 9 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 28, de 2019** que: "Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos aprovação de seminário destinado a debater as questões médicas, científicas, legais e sociais que envolvem o Zika Vírus e a microcefalia." **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Durante a discussão, foram incluídos, como convidados para o Seminário, o Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Dias Toffoli, e a Ministra Carmen Lúcia. **2ª Parte - Audiência Pública Interativa - 10h**, atendendo ao requerimento REQ 11/2019 - CAS, de autoria do Senador Romário. **Finalidade:** Debater sobre denúncias de uso de doping nos treinamentos e competições de fisiculturismo no Brasil. **Participantes:** Maurício de Arruda Campos, Presidente da Confederação Brasileira de Musculação, Fisiculturismo e Fitness; Tatiana Mesquita Nunes, Presidente do Tribunal de Justiça Desportiva Antidopagem; Alexandre Dias Bortolato, Representante da Federação Internacional de Fisiculturismo. André Siqueira, Diretor-Técnico da Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Romário

Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/04/03

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Bom dia a todos!

Havendo número regimental, declaro aberta a 8ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores.

Os Srs. Senadores que as aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Aproveito a oportunidade para reforçar aos autores de requerimentos para realização de audiência pública que a Secretaria da Comissão está à disposição de V. Exas. para agendar tais compromissos, lembrando que, para a realização de audiência pública, é imprescindível a presença do Senador ou da Senadora requerente durante toda a reunião, incluindo para eventualmente presidir e conduzir os trabalhos.

Reforço ainda às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores que a Secretaria desta Comissão ainda está recebendo até amanhã, dia 4 de abril, sugestões dos membros deste colegiado acerca de políticas públicas desenvolvidas no âmbito do Poder Executivo para serem avaliadas em 2019, sendo que a definição ocorrerá na próxima reunião deliberativa, prevista para o dia 10 de abril. As sugestões devem ser encaminhadas no formato de requerimento.

Informo que a primeira parte da presente reunião destina-se à deliberação dos itens 1 a 7 e a segunda parte destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de debater denúncias de uso do *doping* nos treinamentos e competições de fisiculturismo no Brasil. (*Pausa.*)

Consulto os Srs. Senadores sobre requerimento do Senador Eduardo Girão para inclusão extrapauta do PL nº 1.902, de 2019, que institui a Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio, a ser implementada pela União em cooperação com os Estados, Distrito Federal e Municípios, e altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Srs. Senadores que aprovam a inclusão extrapauta queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Sr. Presidente...

EXTRAPAUTA

ITEM 8

PROJETO DE LEI Nº 1902, de 2019

- Não terminativo -

Institui a Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio, a ser implementada pela União, em cooperação com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios; e altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998.

Autoria: Deputado Osmar Terra

Relatoria: Senador Eduardo Girão

Relatório: Favorável ao Projeto.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Girão para proferir o relatório.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Senadora Selma Arruda.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Bom dia!

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Bom dia!

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT. Pela ordem.) – Pela ordem, eu gostaria, antes da discussão, de já deixar requerida, porque provavelmente eu terei que me ausentar, a inversão da pauta com relação ao item 1, que, segundo consta, seria o Projeto de Lei do Senado nº 374, de 2018, em relação ao item 6, que é um requerimento formulado por esta Senadora no sentido de sobrestar a votação desse projeto por conta da tramitação da reforma da previdência.

Obrigada!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, Senadora. Será votada durante a discussão do item 1, já que a gente ainda não tem quórum suficiente para a votação. O.k.?

Com a palavra o Senador Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE. Para proferir relatório.) – Muito bom dia, caros Senadores, Senadoras, todos os presentes aqui.

Venho ler aqui um relatório de algo muito importante, que aflige a todos nós, aos nossos jovens, às nossas crianças, com relação à automutilação e ao suicídio, grandes males deste século.

Vem a exame desta Comissão de Assuntos Sociais o Projeto de Lei 1.902, de 2019, do Deputado Osmar Terra, que institui a Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio, a ser implementada pela União, em cooperação com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e altera a Lei 9.656, de 3 de junho de 1998.

Em síntese, o autor do projeto em tela cita que a automutilação é um comportamento sugestivo de intenso sofrimento e que tem se tornado cada vez mais comum na atualidade, como temos presenciado, dia a dia, na nossa comunidade.

O projeto foi distribuído à Comissão de Assuntos Sociais e à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Não foram oferecidas emendas.

Análise.

Nos termos do inciso I do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Assuntos Sociais opinar sobre as proposições que tratem de assuntos relativos à assistência social, tema do PL 1.902, de 2019.

A proposição atende aos requisitos de juridicidade, constitucionalidade e se apresenta na correta forma legislativa.

No mérito, vem ao encontro do mandamento constitucional que aponta a cidadania e a dignidade da pessoa humana entre os fundamentos de nossa República. O combate à tentativa de suicídio e a automutilação é dever do Estado e a importância do tema ultrapassa as fronteiras do Direito Constitucional e alcança os direitos humanos de uma forma geral e irrestrita.

O assunto da violência autoprovocada ainda é um tabu na nossa sociedade e pouco discutido. A ausência de informação e de diálogo vem acarretando a falta de dados e de notificação aos órgãos públicos responsáveis pelo atendimento direto aos automutilados.

O suicídio ocupa o terceiro lugar em causa de morte entre os adolescentes no nosso País e vem crescendo nos últimos anos. A importância deste tema é evidenciada pela ampla divulgação feita pela imprensa brasileira, como no caso recente de Suzano, em São Paulo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A revista *IstoÉ* publicou recentemente uma matéria com o título – abro aspas – "Uma opressão maior que a vida" – fecho aspas –, que relata o aumento de 65% na taxa de suicídio entre crianças e adolescentes nos últimos 15 anos no Brasil.

A dificuldade de acesso a tratamento especializado, psíquico e psicológico às pessoas que estão em sofrimento – automutilação e tentativa de suicídio – requer a instituição de uma Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio a ser implementada pela União, os Estados, os Municípios e o Distrito Federal.

A proposta do projeto vai ao encontro das iniciativas já implantadas ou em fase de implantação no Brasil. O Ministério da Saúde estabeleceu ainda, de forma inicial, diretrizes nacionais para a prevenção do suicídio, quando editou a Portaria do Ministério da Saúde 1.876, de 2006 (Portaria de Consolidação nº 2). Também contamos com a atuação do Centro de Valorização da Vida (CVV), que utiliza da Central 188, a qual é disponibilizada em todo o Território nacional, como forma de apoio e prevenção ao suicídio.

Este projeto aborda aspectos relevantes na prevenção das lesões autoprovocadas, bem como no atendimento telefônico gratuito e nas notificações compulsórias; torna obrigatório o atendimento desses casos pelos planos e seguros de saúde, já que uma grande parte da população brasileira se utiliza da saúde suplementar para o seu atendimento.

A matéria foi despachada para a Comissão de Constituição e Justiça, que irá deliberar sobre o tema.

Voto.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei 1.902, de 2019.

Era esse o relatório, Sr. Presidente.

Muito obrigado aos colegas pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, Senador.

Coloco em discussão a matéria.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT. Para discutir.) – Eu quero apenas manifestar que, do ponto de vista da técnica, nós não recebemos esse material, esse relatório que foi feito pelo ilustre Senador Eduardo Girão – por sinal, é meritório o projeto, mas nós não tivemos conhecimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu indago: esse é extrapauta? Porque nós não tivemos oportunidade de ver aqui, Senador Eduardo Girão, essa matéria aqui, o processado do qual V. Exa. é o Relator. Então, nós não tivemos conhecimento.

Só isto eu indago: quer dizer que essa matéria que está sendo proferida, agora lida pelo Senador Eduardo Girão não foi colocada aqui, nem disponibilizada aqui?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Não. É extrapauta.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – É extrapauta, não é?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – É.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Eu quero agradecer e, de qualquer forma, dizer que é meritório o projeto e muito bem relatado pelo Senador Eduardo Girão. Em última análise, eu quero me manifestar favoravelmente. É o meu voto.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, Senador.

Não havendo mais quem queira discutir, eu encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Senadoras e os Senadores que aprovam o relatório queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão favorável ao projeto.

A matéria será encaminhada ao Plenário.

Gostaria de passar a palavra ao Senador Styvenson, por favor, para presidir aqui esta reunião.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Vamos lá. É o item 1, não é?

Bom dia a todos.

Item 1, projeto de lei do Senado...

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT. Pela ordem.) – Pela ordem.

Eu pedi ao Presidente, agora Relator, a inversão da pauta por conta de um requerimento que eu fiz que exatamente é prejudicial à leitura do relatório.

Esse requerimento é no sentido de sobrestamento desse projeto de lei.

Então, eu gostaria de pedir que o requerimento fosse analisado primeiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Sim, Senadora, mas me informaram que teria de ser lido primeiro para depois ser avaliada essa possibilidade da senhora. Está o.k.?

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Não compreendi.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Vai ser anunciado o item 1 e o requerimento da senhora vai ser discutido durante essa leitura.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – O requerimento é para sobrestamento.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT. Pela ordem.) – Senador Styvenson, me permite: o dela não é pela ordem, o dela é para questão de ordem.

V. Exa. me desculpe, Senadora, por fazer essa observação, mas é questão de ordem. Nesse caso, particularmente, prevalece naturalmente o requerimento da ilustre Senadora Selma Arruda, porque ela quer sobrestar a matéria.

Depois de lida a matéria aqui, para sobrestar, eu acho que não é o correto.

Nesse caso...

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – É prejudicial, exatamente.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – ... eu acho que poder-se-ia fazer a leitura do requerimento dela, Presidente Romário, e colocá-la em votação.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Isso. Eu vou só anunciar o item 1 e chamo a votação da senhora.

Só anunciar, então, está o.k.?

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 374, de 2018

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social), para elevar o limite da renda familiar que habilita ao recebimento do benefício de prestação continuada.

Autoria: Senador Dalirio Beber

Relatoria: Senador Romário

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Favorável ao Projeto, com as Emendas nº 2 e 3.

Observações:

1- Em 20/03/2019, foi concedida vista coletiva, nos termos regimentais.

2- Matéria a ser apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

Em 26/03/2019, o Senador Flávio Arns apresentou a Emenda nº 1, mas a retirou em 27/03/2019.

Observação 3: em 27/03/2019, o Senador Flávio Arns apresentou a Emenda nº 2.

Observação 4: no dia 01/04/2019, o Senador Flávio Arns apresentou a Emenda nº 3.

Agora, o pedido da Sra. Senadora.

Existe a apresentação de requerimento de autoria da Senadora Selma Arruda para o sobrestamento do Projeto de Lei do Senado nº 374, de 2018, com base no art. 335, inciso III, do Regimento Interno.

ITEM 6

REQUERIMENTO Nº 25, de 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 335, III, do Regimento Interno do Senado Federal, o sobrestamento do PLS 374/2018, que Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social), para elevar o limite da renda familiar que habilita ao recebimento do benefício de prestação continuada para aguardar o recebimento da Proposta de Emenda à Constituição nº 6/2019, que trata da Reforma da Previdência, que trará disposições relativas à matéria.

Autoria: Senadora Juíza Selma

Ressalto que a deliberação do requerimento incidental ao projeto é prejudicial à discussão do mérito e é obrigatória e que, em respeito à transparência e à colegialidade da Comissão, submeterei o requerimento de ofício à votação nominal.

Concedo a palavra à autora do requerimento para leitura ou eventuais considerações a respeito.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, o requerimento é simples.

Nos termos do art. 335, inciso III, do Regimento Interno desta Casa, pede-se o sobrestamento do PLS 374, de 2018, exatamente por conta de uma discussão maior que está sendo colocada à nossa disposição, que é a reforma da previdência. Eu penso que nós aprovarmos agora emendas ou projetos de lei que digam respeito ao mesmo assunto pode acabar fazendo uma confusão enorme na hora de nós aprovarmos o pacote geral.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, até por conta de bom senso, eu vejo a necessidade de se sobrestar a votação dessa PEC, embora, no mérito, veja que realmente é bastante meritória, é uma emenda que pretende trazer, sem dúvida nenhuma, benefícios, é uma emenda que merece todos os meus elogios. Mas apenas por conta dessa tramitação quase concomitante é que eu peço o sobrestamento.

Obrigada.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Coloco o requerimento em discussão.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Pela ordem, Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Primeiro o senhor, então, Senador Fabiano.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES. Para discutir.) – Eu queria, desde já, manifestar o meu voto pelo indeferimento desse requerimento. Nada é tão ruim que não possa piorar. O Benefício de Prestação Continuada é dado para quem tem renda familiar no valor de R$244,50, veja bem, para ganhar R$998.

Esse projeto visa aumentar a renda familiar em R$598,80. Nós temos um Brasil de desiguais em que mais de 450 Municípios estão em extrema pobreza. Eu acho que passou da hora de o Poder Executivo fazer o seu dever de casa, porque ele está inerte, para não dizer outra palavra, desde 1988, quando foi promulgada a Constituição Federal, que é taxativa, no art. 7º, inciso IV, quando diz que a União deve instituir um salário mínimo digno, capaz de suprir as suas necessidades da família com saúde, educação, habitação, moradia, lazer, vestuário, previdência. Nós temos esse mísero salário mínimo e agora a população que mais sofre não pode ficar à mercê de uma suposição de quando vai entrar uma proposta de reforma da previdência. É mais uma vez colocar na conta daqueles que estão...

Este projeto é urgente, porque o caráter é alimentar, o caráter é de sobrevivência. Não é razoável nós adiarmos isso. Se nós fôssemos pegar, Senador Paim, pelo Dieese, o valor do salário mínimo tinha que ser quase R$4 mil, R$3.960,57.

Então, o meu voto é pela rejeição do sobrestamento e para que nós efetivamente demonstremos que nós estamos atentos nesta Comissão de Assuntos Sociais ao principal destinatário, que é a população menos favorecida, que é desprovida de tudo, que não tem saúde, que não tem educação, que não tem alimentação, que não tem oportunidade de emprego, que não escola pública de qualidade, que está morrendo nos hospitais públicos e que, com R$244,50 de renda familiar para conseguir um Benefício de Prestação Continuada, não pode esperar. Eu acho que nós passamos da hora de dar uma resposta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, aqui o meu voto é, com todo o respeito ao requerimento da nobre e culta Senadora Selma Arruda, pelo indeferimento, pela rejeição desse requerimento. É como penso.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Senadora Zenaide.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para discutir.) – Bom dia, Presidente.

Eu queria parabenizar aqui o colega e eu também, com todo o respeito à colega Selma Arruda, queria dizer, primeiro, mesmo que fosse da previdência, gente, num país como o Brasil, com mais de 200 milhões de habitantes, a oitava economia do mundo, para-se tudo para discutir uma reforma da previdência? Não! Isso aqui é urgente, é como ele falou, isso é humano. Você sabe o que é ter uma pessoa com deficiência totalmente dependente, que a mãe, na maioria das vezes, é quem desiste de ter uma vida própria, para cuidar do seu filho, e R$249,50 por uma pessoa, *per capita*, por uma pessoa? Com isso aqui eu concordo, que é urgente, sim. Isso é uma coisa digna que a gente tem que votar aqui.

Então, eu voto contra o requerimento. Com todo o respeito aqui à colega, Selma Arruda, sou contra o requerimento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Estou na fila, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Senador Paulo Paim com a palavra.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discutir.) – Presidente, Senador Romário; Vice-Presidente, Senador Styvenson; eu confesso a vocês que, com todo o respeito que eu tenho à Senadora Selma Arruda, que vem se destacando com um belo trabalho aqui na Casa, nas Comissões, eu considero improcedente, Sr. Presidente, e votarei também contrário. Primeiro, cumprimento o brilhante projeto apresentado pelo Senador Dalirio Beber, do PSDB, o relatório do Senador Romário, que a gente conhece, não poderia ser diferente, qualificadíssimo, e as emendas do Senador Flávio Arns, que só melhoraram, aperfeiçoaram-se e foram acatadas, pelo que eu entendi, pelo próprio Relator.

Se há alguma coisa hoje na reforma da previdência que é consenso nas duas Casas, vamos falar na Câmara, então, primeiro, é que esse projeto do BPC vai ser excluído. Eu vi hoje pela manhã, inclusive, o Líder do Governo falando que, primeiro, não vai estar na reforma – não vai estar –, então, este tema que nós vamos tratar aqui ninguém vai tratar lá, porque não vai estar; segundo, é a questão rural. Claro que eu acho que a capitalização também não pode estar, mas isso me parece que está avançando também que não vai entrar.

Então, Sr. Presidente, é o mínimo que a gente pode fazer. Já há decisão do Supremo Tribunal Federal entendendo que um quarto do salário mínimo como renda *per capita*, para a pessoa ter dinheiro a um salário mínimo, na família, é incompreensível, é inaceitável.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu me somo aos Senadores, mesmo com o carinho que eu tenho pela Senadora Selma Arruda, pela intenção, mas, como já está bem avançado o debate da reforma, este tema não será tratado na reforma, porque, senão, nós ficaríamos na suposição até daquilo que estou dizendo ou daquilo que poderá acontecer, e nós temos um projeto na pauta para votar, inclusive, projetos semelhantes já foram aprovados em outras Comissões, mas, no momento, temos um projeto para aprovar.

Por isso, eu declaro o meu voto, sem nenhuma dúvida, favorável ao autor, ao Relator e às emendas do Senador Flávio Arns, e, naturalmente, ao relatório de Senador Romário.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Bom, não havendo mais nenhum Senador que queira discutir, coloco o requerimento da Senadora Selma em votação eletrônica.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – É preciso, porque nem todos se pronunciaram.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Três.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Vamos votar, Paim, eletrônico, aí o resultado vai ser positivo.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. Para discutir.) – Senador, então eu vou me pronunciar a respeito. Acho que o consenso aqui é unânime a respeito do requerimento, com todo respeito também à Senadora Selma Arruda, mas é um tema que não será tratado na reforma, e nós aqui dentro desta Comissão precisamos avançar nessas pautas.

Então, estou junto com os pares a respeito desse tema.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Presidente, é "sim" ou "não"? Sou favorável.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Quem é contra o requerimento da Senadora Selma Arruda vota "não".

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Tem que limpar?

(*Intervenções fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Está bom. Então, vamos aguardar limpar. Tem que limpar para fazer a votação.

Sr. Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Nós estamos votando o requerimento. Quem é a favor do requerimento vota "sim" e quem for contra vota "não". É isso.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Exato.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Isso. Isso, Senador Paulo Paim. (*Pausa.*)

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Presidente, quer dizer que para votar contra o requerimento tem que ser "não"? É isso, Flávio?

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Isso.

O requerimento que está sendo discutido agora é o requerimento da Senadora Selma Arruda, que apresenta requerimento de sua autoria para sobrestamento do Projeto de Lei 374, que seria o projeto que seria apresentado pelo Senador Romário, o Relator. (*Pausa.*)

Falta algum Senador? (*Pausa.*)

Senador Rogério.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Mas o senhor já sabe que houve um requerimento da Senadora Selma Arruda? (*Pausa.*)

Ele chegou agora e já está sabendo de tudo. (*Pausa.*)

Pronto? Posso anunciar o resultado. (*Pausa.*)

Rejeitado o requerimento da Senadora Selma Arruda.

Consulto os demais Senadores sobre eventual manifestação decorrente do pedido de vista.

Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR. Para discutir.) – Havia sido pedida vista até coletiva naquela ocasião, mas todo mundo é a favor do projeto, do relatório. Foi acrescentada uma observação, pois acontece muito no Brasil: uma família pode ter dois filhos com deficiência, e o benefício que vai para o primeiro filho, com o critério atual, passa a constituir renda, quando não é renda, é benefício da assistência social. Então, essa acumulação não constitui renda. A segunda emenda é no sentido de que, às vezes, o idoso tem um benefício e o benefício constitui

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

renda, e aí a pessoa com deficiência acaba não tendo o benefício concedido, porque há outro benefício.

Então, as emendas tiveram, por esse objetivo, aprimorar o projeto. Mas eu quero dizer que o projeto é altamente meritório. Eu quero render a minha homenagem à Senadora Selma, a quem eu admiro muito também.

Agora eu sempre citei no Plenário o fato de não entender por que o Governo está mexendo no BPC, na reforma da previdência, porque não tem nada a ver com salário, com aposentadoria, com pensão. Não é para aposentadoria, não é para pensão, não é salário; é um benefício da assistência social, porque seguridade é previdência, assistência e trabalho. Então, é a mesma coisa que a gente querer mudar alguma coisa na saúde na reforma da previdência. Não há cabimento! Isso é outra coisa; isso é assistência. E temos que aprimorar, melhorar, como, aliás, foi bem ressaltado.

E quero parabenizar todos também, a própria Senadora Selma, que é amplamente a favor desse debate, e todo mundo. Enfim, eu acho que é um clamor da sociedade.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Passo agora a palavra ao Senador Romário, para fazer as considerações sobre as emendas apresentadas.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ. Para discutir.) – Na verdade, eu quero primeiro agradecer a todos os Senadores aqui presentes, que, ao votarem "não" a este requerimento automaticamente estão voltando "sim" ao meu relatório, que é sobre o projeto de autoria do ex-Senador Dalirio Beber. Já foi colocado por todos aqui nesta reunião a importância que é esse valor, que, ainda, na verdade, está longe de ser a realidade do que essas pessoas precisam, mas, com essa votação positiva, a gente poderá dar mais um passo adiante em relação a essas pessoas que realmente necessitam e que precisam urgentemente desse valor.

Agradeço à Senadora Selma Arruda pela sua colocação em relação ao requerimento. Isso reforça sempre o debate. Mas eu acredito que, como já foi dito por todos, isso é um tema, já foi colocado pelo Governo, que não virá na PEC da previdência. Então, nós aqui temos a responsabilidade de dar às pessoas o que elas precisam, e elas realmente precisam, necessitam desse valor, que não é o ideal, mas, com certeza, já ajuda bastante algumas famílias, a todas essas famílias que estão presentes dentro do BPC.

Mais uma vez, obrigado pelo entendimento, a gente está dando aqui um passo positivo para essas pessoas, que, realmente, vivem um momento muito difícil de suas vidas.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Algum outro Senador queria discutir ainda a matéria? (*Pausa.*)

Bom, não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Srs. e as Sras. Senadoras que aprovam o relatório queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com as Emendas nº 2, CAS, e nº 3, CAS. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 582, de 2019

- Não terminativo -

Acrescenta o inciso XXII ao art. 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para isentar do Imposto de Renda das Pessoas Físicas quaisquer rendimentos percebidos por maiores de 75 (setenta e cinco) anos de idade, desde que não percebam rendimentos de aposentadoria, reforma ou pensão superiores ao limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social.

Autoria: Senador Alvaro Dias

Relatoria: Senador Romário

Relatório: Favorável ao Projeto, com duas emendas que apresenta.

Observações:

1- Em 20/03/2019, foi concedida vista ao Senador Marcelo Castro, nos termos regimentais.

2- Matéria a ser apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

Consulto os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras para eventual manifestação decorrente do pedido de vista.

Está aqui o Senador Marcelo? (*Pausa.*)

Então, concedo a palavra ao Senador Romário, para as suas considerações.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ. Para proferir relatório.) – Presidente, apesar de eu já ter lido esse relatório, eu quero só falar mais um pouco sobre a análise, para que as pessoas que, por acaso, não estiveram presentes nesse dia, possam se inteirar do que se trata o assunto realmente.

São vislumbrados impedimentos puramente formais à tramitação do projeto. Concordamos com o conteúdo da proposição, ainda que tenhamos alguns aperfeiçoamentos a sugerir.

Justifica o autor a apresentação do projeto, sustentando que as mudanças do sistema previdenciário ressaltam a importância da poupança para ajudar a enfrentar as despesas próprias da terceira idade. Desta forma, a isenção conferida pelo projeto – se vier a ser adotada – agiria como um poderoso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

incentivo à adoção de hábitos econômicos mais prudentes, à multiplicação do investimento decorrente dos maiores índices de poupança e, em decorrência, favorecendo uma velhice mais tranquila.

Apesar disso, consideramos excessiva a isenção total dos rendimentos integrais dos maiores de 75 anos, que pode provocar fortes efeitos concentradores de renda. Esse seria o caso, por exemplo, de pessoa que não recebe qualquer benefício previdenciário, mas possui elevado patrimônio mobiliário ou imobiliário. Essas pessoas – sabemos que elas existem – não recebem benefícios da previdência, porque nunca precisaram dela depender.

Em tais casos, a concessão de isenção ilimitada do Imposto de Renda representaria uma benesse excessiva a quem dela não necessita. Assim, apresentamos emenda no sentido de limitar a isenção aos rendimentos – de qualquer natureza – que atinjam montante equivalente a quatro vezes o valor máximo dos benefícios do RGPS. Dessa forma, entendemos que o pressuposto geral do projeto é atendido sem que isso implique uma inadequada renúncia fiscal.

E o voto, vou repetir aqui. Diante do exposto, o voto é pela aprovação do PL nº 582, de 2019, com as seguintes emendas:

EMENDA Nº - CAS
Dê-se à ementa do Projeto de Lei nº 582, de 2019, a seguinte redação:
"Acrescenta inciso ao art. 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para isentar do Imposto de Renda das Pessoas Físicas quaisquer rendimentos percebidos por maiores de 75 (setenta e cinco) anos de idade, desde que não percebam rendimentos de aposentadoria, reforma ou pensão superiores ao limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social".
E a outra emenda:

EMENDA Nº - CAS
Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei nº 582, de 2019, a seguinte redação:
"Art. 1º O art. 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso XXIV:
'Art. 6º.....
.....
XXIV – os valores em montante igual ou inferior a quatro vezes o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201 da Constituição Federal, recebidos a qualquer título, a partir do mês em que o contribuinte completar 75 (setenta e cinco) anos de idade, desde que não perceba rendimentos provenientes de aposentadoria, reforma ou pensão superiores àquele limite máximo.
.....' (NR)"
Gostaria de contar com a compreensão dos senhores e com o voto positivo.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Algum Senador ou Senadora que ainda queira discutir essa matéria? (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não?

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Sr. Presidente, eu quero, desde já, só manifestar a minha gratidão na leitura do voto, quando fez essa ressalva e essas emendas, porque a minha preocupação justamente era essa: às vezes, nós temos empresários que são aposentados pelo Sistema Único de Saúde – estão lá no teto – que seriam abraçados, se não fosse a emenda proposta por V. Exa., Senador Romário, como bem leu aí. Então, eu quero só, simplesmente, parabenizar, porque nós estaríamos aí evitando que se cometesse uma injustiça. Nós temos que dar tratamento igual a comportamento igual. É só isso.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam o relatório queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com as Emendas nº 1, da CAS, e nº 2.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

Devolvo a Presidência ao Senador Romário.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – O item 3 foi retirado de pauta pela Relatora.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 352, de 2015

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, para determinar a absorção, pelo Sistema Único de Saúde, de profissionais de saúde recém-formados na rede pública de ensino.

Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Relatoria: Senadora Zenaide Maia

Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta.

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em 20/03/2019, foi concedida vista coletiva, nos termos regimentais).

Passamos agora ao item 4.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 235, de 2018

- Terminativo -

Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, para incluir nos programas públicos de assistência farmacêutica modalidade de subsídio para possibilitar que todo aposentado ou pensionista adquira os medicamentos a ele prescritos com o desconto que especifica.

Autoria: Senador Paulo Paim

Relatoria: Senadora Mailza Gomes

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

Votação nominal.

Concedo a palavra à Senadora Mailza Gomes, para proferir o relatório.

A SRA. MAILZA GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - AC. Para proferir relatório.) – Bom dia.

Obrigada.

Relatório.

Vem ao exame desta Comissão de Assuntos Sociais (CAS) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 235, de 2018, do Senador Paulo Paim, que altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, para incluir nos programas públicos de assistência farmacêutica modalidade de subsídio para possibilitar que todo aposentado ou pensionista adquira os medicamentos a ele prescritos com o desconto que especifica.

A proposição é composta de três artigos. O primeiro deles define o escopo da lei que se pretende criar. O art. 2º acrescenta parágrafo único ao art. 19-M da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, a Lei Orgânica da Saúde. O referido dispositivo determina que os programas de assistência farmacêutica em atividade no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) deverão garantir três modalidades: a) fornecimento gratuito de medicamentos e classes de medicamentos definidos por critérios

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

epidemiológicos; b) subsídios para a aquisição de medicamentos e classes de medicamentos definidos por critérios epidemiológicos; c) subsídios para possibilitar que todo aposentado ou pensionista adquira quaisquer medicamentos a ele prescritos com 50% de desconto sobre o preço de referência do produto.

O derradeiro artigo do PLS nº 235, de 2018, constitui a cláusula de vigência e prevê que a lei eventualmente originada passará a exercer seus efeitos 180 dias após a data de sua publicação oficial.

Na justificação da proposta, seu autor traça um breve histórico do Programa Farmácia Popular do Brasil e argumenta que os aposentados e pensionistas necessitam de tratamento diferenciado em relação ao restante da população no que se refere ao acesso à assistência farmacêutica. Em função de sua idade avançada, eles precisariam consumir medicamentos em maior quantidade, onerando-lhes sobremaneira o orçamento familiar. A solução apontada pelo autor seria criar um subsídio de 50% na aquisição desses produtos, sem qualquer vinculação a critérios epidemiológicos.

O PLS nº 235, de 2018, foi distribuído à apreciação exclusiva desta CAS, para decisão em caráter terminativo. A proposição não foi objeto de emendas.

Análise.

A competência deste colegiado para apreciar e decidir terminativamente sobre o PLS nº 235, de 2018, está fundamentada no Regimento Interno do Senado Federal (Risf), especialmente no inciso II do art. 100, opinar sobre proteção e defesa da saúde e sobre matérias de competência do SUS; e no inciso I do art. 91, discutir e votar matérias, dispensada a competência do Plenário. Em virtude do caráter terminativo da decisão, cabe a este colegiado apreciar, também, os aspectos relativos à constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa da proposição.

A proposição ora apreciada por esta Comissão não poderia ser mais oportuna. Em um momento em que o Parlamento debate a reforma da previdência, com a perspectiva de redução dos direitos dos aposentados e pensionistas, o PLS nº 235, de 2018, vai no sentido oposto, ao conceder-lhes subsídio de 50% para a compra de medicamentos.

Trata-se de medida justa e necessária, visto que os gastos com medicamentos representam quase metade dos gastos das famílias com saúde.

Com efeito, estudo publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) estimou que os medicamentos respondem por mais de 40% dos gastos das famílias em saúde. De outro lado, trabalho mais recente, produzido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apontou aumento constante dos gastos das famílias com saúde: em 2015, as despesas com saúde corresponderam a 9,1% do Produto Interno Bruto do País, contra 8,7% em 2014, sendo que 5,1% vieram das famílias, e 3,9% do Governo. Apenas com medicamentos, os gastos atingiram R$92,5 bilhões, aproximadamente 1,5% do PIB.

Esses números não representam fidedignamente, contudo, a realidade dos beneficiários da proposta sob análise, os aposentados e pensionistas. Para estes, a questão é ainda mais grave. Levantamento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

realizado com idosos no Município Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, mostrou que a parcela da renda familiar mensal gasta com medicamentos para os idosos nas classes A, C e E foi 4%, 5,7% e 10%, respectivamente.

São números realmente impressionantes, principalmente se considerarmos as outras despesas com que os idosos têm que arcar. Um quadro representativo do problema foi descrito no estudo desenvolvido por instituição de ensino do Espírito Santo. O levantamento mostrou que os gastos com saúde podem atingir até 57% da renda familiar no caso dos idosos, principalmente porque é nessa etapa da vida que os custos dos planos de saúde são maiores. A pesquisa concluiu, portanto, que a qualidade de vida dos aposentados fica muito comprometida, pois o orçamento familiar é direcionado às despesas com saúde e pouco resta para outras áreas relevantes, como alimentação e lazer.

Não há dúvidas, assim, quanto ao mérito da proposição.

Os requisitos formais e materiais de constitucionalidade, por sua vez, são atendidos pelo projeto, tendo em vista que compete à União legislar sobre proteção e defesa da saúde, no âmbito da competência concorrente, a teor do disposto no art. 24, inciso XII, da Constituição Federal (CF). Ressalte-se, igualmente, que o projeto em tela não vulnera cláusula pétrea constitucional. Ademais, a medida se insere no âmbito das atribuições do Congresso Nacional, em conformidade com o *caput* do art. 48 da Carta Magna, não havendo reserva temática a respeito (art. 61, §1º, da CF).

No que concerne à juridicidade, a proposta afigura-se irretocável, porquanto: i) o meio eleito para o alcance dos objetivos pretendidos (normatização via edição de lei) é o adequado; ii) as disposições nelas contidas inovam o ordenamento jurídico; iii) possuem o atributo da generalidade; iv) mostram-se dotadas de potencial coercitividade; e v) são compatíveis com os princípios diretores do sistema de direito pátrio.

Por fim, não há reparos a fazer quanto à técnica legislativa empregada pelo autor da proposição.

Voto.

Em vista do exposto, o voto é pela constitucionalidade e juridicidade do Projeto de Lei do Senado nº 235, de 2018 e, no mérito, pela sua aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, Senadora.

Coloco em discussão a matéria.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO) – Sr. Presidente, gostaria de pedir vista regimental da matéria para uma contribuição.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Sr. Presidente, vista coletiva.

Quero pedir vista coletiva para...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Concedo vista coletiva nos termos regimentais.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sr. Presidente, eu queria rapidamente cumprimentar principalmente a Senadora Mailza Gomes pelo relatório. O relatório atende ao interesse do povo brasileiro, porque é inegável que as camadas populares foram praticamente desativadas, a ampla maioria. Isso aqui é para retornar o direito de o aposentado ter o remédio gratuito e, no mínimo, nos casos mais necessitados em que ele não encontre na farmácia, ele possa pagar pelo menos só 50%.

Mas o Senador Fabiano Contarato me alertou sobre algo que entendo que poderá ser ajustado, minha querida amiga e querida Senadora Mailza Gomes. Ele acha que poderíamos fazer uma emenda limitando quem são os beneficiados, baseado no teto do INSS.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO) – Sr. Presidente!

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Então, eu vejo com simpatia o pedido de vista de todos.

Meus respeitos aqui pelo brilhante relatório, e acho que vamos caminhar para um grande entendimento no relatório de V. Exa. de acordo com as emendas que surgirem.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO) – Sr. Presidente, é sobre o projeto.

Eu quero também concordar com o Senador Paulo Paim. É a minha preocupação, inclusive, com pedido de atenção à Liderança do Governo. Justamente é essa a nossa dúvida. A contribuição ao projeto, para que a gente possa fazer uma linha de corte, uma análise mais aprofundada, mas, no mérito, a minha concordância é plena com relação ao projeto.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Perfeito!

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO) – Então, também concordo com o Senador Contarato e com o Senador Paim.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Presidente!

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Esse benefício tem que ser dado para quem efetivamente precisa.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO) – Realmente precisa.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Senão, nós vamos ter aqui, com todo respeito, Ministros ganhando R$30 a R$40 mil, sendo beneficiados, e a população aí não tendo nada.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO) – Exatamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – É para fazer essas correções que eu peço vista.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Senador...

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Eu só quero... Nós não estamos debatendo o projeto, porque foi pedido vista coletiva, mas eu quero dizer, inclusive, que nós devemos avançar mais, quer dizer, 50% para quem tem o teto da previdência é muito pouco.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Gastar 50% da renda familiar com remédio, quanto a isso, o idoso, a pessoa que tem o teto da previdência deveria ter acesso a medicamento gratuito, totalmente, e mudar essa política de medicamentos.

Outro dia, eu comprei um antibiótico. Precisava usar oito para o meu filho, mas tive que comprar a caixa com quinze. Por que isso?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Quer dizer, há tanta coisa errada nessa área. Eu acho que chegou a hora de nós olharmos e dizermos que pessoas com deficiência, famílias que gastam... Eles dizem: "Eu preciso do BPC para comprar medicamento". Eu digo que isso é um absurdo absoluto. Medicamento tem que ser fornecido. O BPC é para você comprar roupa, comida, sair, ter uma vida melhor e tal. Então, nem o básico. Quer dizer, e ainda há impostos em cima dos medicamentos. De repente, aumentam o ICMS em 10%, 15% em cima dos medicamentos!

Então, eu acho que chegou a hora, Senador Paulo Paim e Senadora Mailza, vamos dar, assim, uma invertida nesse fluxo, porque a gente precisa melhorar e muito nesse sentido para que a pessoa tenha tranquilidade, segurança, particularmente, lógico, dentro de critérios de renda e tal, mas 50% é muito pouco. "Ah! Vai gastar metade da renda com isso; agora, vai gastar 30%". Não pode gastar tanto. Então, vamos caprichar nisso. Digo caprichar, Mailza, no sentido de que precisamos discutir e achar um caminho bom a favor do povo.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, Senadores. Requerimento extrapauta.

Consulto os Senadores e Senadoras sobre a inclusão extrapauta do requerimento apresentado pelo Senador Eduardo Girão. (*Pausa.*)

Não há óbices.

EXTRAPAUTA

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 9

REQUERIMENTO Nº 28, de 2019

- Não terminativo -

Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos aprovação de seminário destinado a debater as questões médicas, científicas, legais e sociais que envolvem o Zika Vírus e a microcefalia.

Autoria: Senador Eduardo Girão

Passo a palavra ao Senador Eduardo Girão para leitura do requerimento.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Sr. Presidente, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a aprovação de seminário destinado a debater as questões médicas, científicas, legais e sociais que envolvem o zika vírus e a microcefalia. O evento ocorrerá no auditório do Interlegis no dia 25 de abril deste corrente ano.

Para este evento, solicito que sejam convidados como palestrantes, além do autor deste requerimento, as seguintes autoridades: a Senadora Simone Tebet; a Senadora Daniella Ribeiro; a Deputada Chris Tonietto; o Deputado Diego Garcia; a Secretária Adjunta de Políticas para Proteção à Mulher do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Srª Rosinha da Adefal; a Drª. Lenise Garcia; e o Dr. José Miranda de Siqueira.

Justificação.

Em meados de 2015, os casos de zika vírus e microcefalia tomaram conta dos noticiários. A doença, que até tempos atrás não era conhecida, passou a ser mais uma fonte de preocupação para o povo brasileiro, especialmente mulheres em idade fértil, que passaram a se preocupar com uma doença que até pouco tempo não estava presente no dia a dia do brasileiro.

Na época, quando o número de crianças que nascia com microcefalia só fazia crescer, descobriu-se que a infecção pelo zika vírus, transmitido pelo mosquito *Aedes aegypti*, poderia levar à ocorrência de microcefalia em recém-nascidos.

A microcefalia é uma condição que afeta o amadurecimento cerebral e também pode ser causada por muitos outros fatores que não só o zika vírus, tais como herança genética, exposição à radiação e outras substâncias tóxicas durante a gestação; consumo excessivo de bebidas alcoólicas, drogas e cigarros na gravidez; infecção, rubéola, sífilis, herpes ou parasitas, como o da toxoplasmose; traumatismo craniano ainda durante a gestação, deficiências nutricionais graves por parte da gestante.

Em 22 de maio de 2019, a possibilidade de mulheres infectadas pelo vírus da zika terem o direito a abortar entra na pauta do STF. A questão que foi levada à Corte em uma ADI (Ação Direta de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Inconstitucionalidade) da Anadep (Associação Nacional dos Defensores Públicos), questiona as políticas públicas do Governo Federal na assistência a crianças com microcefalia, malformação provocada pelo zika vírus e tem como Relatora a Ministra Cármen Lúcia. Hoje, o aborto é permitido quando das circunstâncias presentes nos incisos I e II do art. 128 do Código Penal ou com a comprovação de que o bebê tem anencefalia.

O fato é que essa possibilidade me traz enorme inquietação, principalmente no que se refere a dois aspectos. Primeiramente, a questão de estar sendo aberta mais uma perigosa brecha para a prática do aborto, fato que acarretará na morte de tantos outros bebês indefesos e que provocará nas mães sequelas físicas, psicológicas e emocionais graves que envolvem também a infertilidade, consumo de drogas, perda de autoestima, tendência ao suicídio, de que falamos aqui na primeira pauta, entre outros distúrbios.

Segundo o artigo científico publicado no *British Journal of Psychiatry* (2011), mulheres que praticam aborto têm 34% mais chances de desenvolver transtornos de ansiedade, 37% de depressão, 110% de aumento de risco do abuso de álcool, 220% do uso de maconha e 155% – repito 155% – mais chances de cometer o suicídio em relação às mulheres que não fazem aborto.

Na direção contrária de tantas mazelas, temos que, com o avanço da Medicina, o tratamento e reabilitação de crianças acometidas de microcefalia podem proporcionar melhor qualidade de vida e aumentar a expectativa da vida dessas crianças. Tratamentos realizados desde os primeiros meses melhoram o desenvolvimento dos pacientes, especialmente com a ajuda de fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais e fonoaudiólogos. Inclusive, Presidente, no seminário, haverá mães com filhos que têm microcefalia e você vai ver como respondem bem a tratamentos e como estão felizes, andando, brincando.

Outro fator que me traz indignação reside no fato de que a Suprema Corte estará, em mais essa oportunidade e como já fez no passado, usurpando a alçada do Poder Legislativo para legislar sobre a referida matéria, no que temos denominado o famoso "ativismo judicial", que tanto tem indignado o povo brasileiro neste momento. O Senado Brasileiro, desde o início desta Legislatura, tem dado inúmeros sinais de que não tolerará mais esse tipo de intromissão do Poder Judiciário na esfera da competência das Casas Legislativas.

No momento em que voltaremos a discutir nesta Casa a PEC nº 29/2015, mais conhecida como PEC da Vida, a qual busca o reconhecimento de que a vida humana tem início no momento da concepção, e na iminência de mais um julgamento do STF que poderá provocar a morte de tantos bebês, nada mais apropriado do que promovermos um evento em que a temática zika vírus e microcefalia venha a ser discutida de forma ampla, séria e responsável por especialistas e por familiares, da mesma com forma que V. Exa., Presidente Romário, fez aquele evento memorável e inesquecível no dia 21 de março com as pessoas com síndrome de Down.

Então, eu solicito o apoio dos meus Pares na aprovação deste requerimento.

Muito obrigado pela atenção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Senador Flávio Arns com a palavra.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Eu gostaria de propor... Não sei se V. Exa. falou das gestantes que têm zika vírus. Quantos por cento delas têm filhos com microcefalia? Não apareceu no seu texto, não é?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE. *Fora do microfone*.) – Não, vai ser discutido lá no seminário.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Então, é um percentual... Não me lembro. Gostaria de dizer aqui, inclusive para as pessoas que nos acompanham, qual é o percentual, mas é um percentual muito pequeno, muito pequeno.

Então, muitas pessoas que, porventura, estivessem praticando o aborto com o medo, vamos dizer, de ter um filho com microcefalia, muitas, a grande maioria dessas crianças não vai ter microcefalia, a quase totalidade. Haverá microcefalia, mas é um assunto ainda a ser estudado. E o que falta é política pública para essas pessoas, como você – permita-me chamá-lo de você –, como V. Exa. colocou.

Agora, eu faria duas observações. A primeira, Presidente: eu proporia esse requerimento aqui na Comissão; que a Comissão de Educação requeira ao Presidente do Senado e que este requeira ao STF que o assunto venha ao Congresso Nacional no sentido de, pelo menos, colocar a necessidade de nós legislarmos sobre o assunto. Então, esta Comissão requer ao Presidente do Senado que este oficie ao Presidente do STF para que esse assunto venha, em primeiro lugar, ao Congresso Nacional. Só para sabermos qual vai ser a resposta do STF para esse nosso pedido.

Eles legislam? Então, vamos dizer: mandem para cá o assunto que nós queremos legislar sobre esse assunto para que o STF, na sequência, opine sobre constitucionalidade ou não, mas não o STF legislar. Então, essa é uma mudança fundamental, Sr. Presidente.

Acho que ficou claro, não é?

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Ficou bem claro, Senador Flávio Arns. Será aceita a sua solicitação.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – O segundo aspecto: não ser no Interlegis, mas aqui na Comissão. Faz-se o debate. Por que não? O Interlegis também fica fora do ambiente do Congresso. Acho que, politicamente, o debate deve acontecer dentro desse prédio aqui. É pequeno, eu sei, mas a gente pode ir ao Nereu Ramos, a algum lugar assim, para uma coisa maior. Mas é que tem que acontecer aqui dentro mesmo. Acho que isso repercute mais e tem que repercutir. Pegamos uma sala maior, a daqui é pequena. A de Assuntos Econômicos ou da CCJ. Acho que para aparecer mais e discutir mais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Quero agradecer, de coração, a V. Exa., Senador Flávio Arns, com sua sensibilidade peculiar, com sua humanidade, por essas sugestões, que nós acatamos. Já vamos, neste momento, Presidente Romário, ver alguma sala aqui próxima. A maior sala aqui é a da Comissão de Direitos Humanos, aquela que é utilizada geralmente, Paim, aquela grande, a 6. É muito boa a colocação. Vamos convidar, também, o Exmo. Ministro Dias Toffoli para estar presente neste seminário. É muito importante isso.

Agradeço se V. Exa. puder, Presidente Romário, atender o pedido e encaminhar esse ofício à Presidência do Senado. A Presidência encaminhará para o Supremo, pedindo para esse assunto ser tratado aqui. Sabe por quê? Ele não está nem sabendo ainda desse detalhe, Senador, mas está marcado para o dia 22 de maio o julgamento, no Supremo Tribunal Federal, para liberar o aborto, em casos de microcefalia.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Senador, por que não também a Relatora desse projeto no STF, que é a Ministra Cármen Lúcia? Seria bem interessante a presença dos dois.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Muito interessantes, porque vão ter especialistas, mães, pais. Muito bom!

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Acataremos aqui esses pedidos.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento do Senador Girão.

Segunda parte do dia. Vou dar início à segunda parte da reunião, que tem por objetivo debater denúncias de uso de *doping* nos treinamentos e competições de fisiculturismo no Brasil.

Solicito ao Secretário da Comissão para que acompanhe os convidados para tomarem assento à mesa.

Os convidados são: Sr. Maurício de Arruda Campos, Presidente da Comissão Brasileira de Musculação, Fisiculturismo e Fitness; Sra. Tatiana Mesquita Nunes, Presidente do Tribunal de Justiça Desportiva Antidopagem; Sr. Alexandre Dias Bortolato, representante da Federação Internacional de Fisiculturismo; e o Sr. André Siqueira, Diretor Técnico da Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem.

Sejam todos bem-vindos!

Informo que a audiência tem a cobertura da TV Senado, da Agência Senado, do Jornal do Senado e da Rádio Senado e que contará com os serviços de interatividade com o cidadão Alô Senado, através do telefone 0800-612211, e do e-Cidadania, por meio do portal www.senado.leg.br/ecidadania, que transmitirá, ao vivo, a presente reunião e possibilitará o recebimento de perguntas e comentários aos expositores da Internet.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta audiência pública debaterá sobre o uso de *doping* do fisiculturismo e a atuação de entidades sem registro legal para realizar competições no Brasil.

Fui atleta e sei do significado do *doping*. Trata-se de uma praga que é crime, desmoraliza o nosso esporte, em geral, e compromete também a saúde de milhares de brasileiros que participam e que praticam atividades físicas em academias.

Infelizmente, no mundo de hoje, a gente ainda vive situações como essas. O fisiculturismo é uma modalidade vista até com certo preconceito por algumas pessoas, talvez por desinformação. Porém, é preciso valorizar aqueles atletas que fazem um jogo limpo e era necessário, nesse sentido, que também convocássemos esta audiência pública para que esses profissionais aqui possam esclarecer muitas das dúvidas que existem por parte dos brasileiros em relação ao fisiculturismo e ao *doping* nesse esporte.

Sendo assim, agradeço aos expositores e passo a palavra ao primeiro convidado.

Na verdade, vamos passar palavra a Sra. Tatiana Mesquita Nunes, Presidente do Tribunal de Justiça Desportiva Antidopagem.

Elas primeiro.

A SRA. TATIANA MESQUITA NUNES – Bom dia a todos! Obrigada, Senador.

Em relação a esse tema, o Tribunal tem... A nossa atuação, no dia a dia, é ligada ao controle de dopagem nas modalidades esportivas. O Tribunal tem bastante preocupação...Desculpe-me, Senador...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Sra. Tatiana, só gostaria de pedir um pouco de silêncio, por favor.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito obrigado.

Por favor.

A SRA. TATIANA MESQUITA NUNES – O Tribunal agradece o convite e a oportunidade de participar desta discussão, porque nós temos uma grande preocupação com essa matéria e com a existência dessas competições em que não há controle de dopagem.

O Tribunal de Justiça Desportiva Antidopagem é um tribunal que só cuida dessa matéria. É um Tribunal ligado ao Ministério do Esporte. A gente tem uma representação pluripartite, ou seja, a gente tem representantes ligados ao Poder Executivo, aos atletas e às confederações. Essa nossa representatividade permite que nós tenhamos um olhar bastante diversificado sobre a questão da dopagem. Esse olhar diversificado permite que nós consigamos chegar a discussões da matéria antidopagem, discussões profundas que envolvem a Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

os próprios atletas. São discussões que vão passar não só pela repressão da dopagem no esporte, como também pela educação.

Quando a gente está falando da prevenção, da educação, essa prevenção não pode passar só pelas entidades que fazem parte do sistema WADA, que é o sistema da Agência Mundial de Controle de Dopagem. Essa prevenção tem de passar por toda e qualquer pessoa que pratique uma modalidade esportiva. A questão do *doping* não é só uma questão de garantia de uma competição justa, ela não é só uma questão de garantia de um controle de que, na *performance*, os atletas estejam todos nas mesmas condições. É também isso – isso é extremamente relevante –, mas o *doping* é uma questão de saúde pública, uma questão social. Então, quando a gente está falando de controle de dopagem, a gente não está apenas falando em garantia de uma competição hígida e justa; a gente está falando na garantia da saúde de nossos atletas, quer esses atletas sejam amadores, quer sejam praticantes de fim semana, como laser, quer sejam atletas profissionais.

O Tribunal, embora só possa atuar em determinadas situações – claro por questões da nossa legislação atual –, tem uma preocupação presente em todas as nossas discussões, em todos os nossos julgamentos, com a questão da saúde e, mais do que isso, com a questão do exemplo.

O atleta, desde a Grécia antiga – se a gente voltar lá para as Olimpíadas antigas, na Grécia –, tinha uma condição de herói, era um mito. Eram feitas odes para os atletas, as famosas odes de Píndaro, um poeta grego. Esse mito do herói, do atleta como herói, existe até hoje. Nossas crianças olham – vejam a nossa querida Leila aqui – a Leila e dizem: "Cara, essa é a Leila." Isso faz com que o atleta tenha de passar um exemplo positivo para a sociedade, qualquer que seja a modalidade que ele pratique e qualquer que seja o local onde ele está praticando, quer esse local seja oficial ou extraoficial. O exemplo está ali para todas as crianças. Por isso, falo que não é só a saúde do atleta que a gente tem que verificar no controle de dopagem, como também uma questão social, de exemplo na nossa sociedade.

Faço essa pequena introdução, que é um pouco mais filosófica, sobre o tema porque, como eu disse, o Tribunal atua na medida em que essa modalidade está dentro de uma Confederação e aqui a gente vai falar de casos, de situações, que estão fora dessa jurisdição. Mas a ideia é justamente trazer, de alguma forma, para alguma espécie de jurisdição, esses casos, ou seja, que esses casos sejam de alguma forma levados em conta quando a gente trata de controle de dopagem.

O controle de dopagem oficial que a gente tem hoje é o controle que é realizado no âmbito das competições oficiais, de atletas federados, e assim por diante, mas a gente está falando de casos em que a gente vê a utilização de substâncias proibidas, que estão na lista de substâncias proibidas da Agência Mundial Antidopagem, mas que, por hora, por questões específicas que vão ser explicadas mais adiante, estão fora dessa possibilidade de controle e estão gerando essas questões, esses problemas relacionados à saúde pública, a essa questão social.

Com essas ponderações, essas preocupações, eu passo então a palavra aos demais colegas que estão aqui, representando as suas entidades.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigada, Senador, pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem. Obrigada, Sra.Tatiana Mesquita Nunes, pela sua fala.

Agora eu vou passar a palavra ao Sr. André Siqueira, Diretor Técnico da Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem.

O SR. ANDRÉ SIQUEIRA – Bom dia a todos! Agradeço o convite, Senador Romário. Agradeço a participação dos demais Senadores e Senadoras aqui presentes e dos demais. É uma satisfação grande estar aqui representando a ABCD.

Vou passar uma rápida explanação para contextualizar o que é a ABCD, o que nós fazemos, o que nós podemos fazer e o que nós não podemos fazer.

Estas são as missões principais da ABCD, que refletem basicamente livrar da dopagem o esporte e fundamentalmente proteger o atleta limpo, zelar pela saúde do atleta, promover a ética dentro do esporte. A ética, de que a gente tanto fala, temos que levá-la para o esporte também, e a ABCD é fundamental nessa participação.

Aí está a nossa missão, visão e objetivos, que refletem isso que eu já falei: a gente vai ao encontro, obedecendo às normas das WADA e procurando buscar sempre o esporte de dopagem.

Estes são os nossos valores. O interessante é perceber que a dopagem é contra tudo o que se prega no esporte. É contra aquilo que estava combinado; é você jogar sujo, é você trapacear, é você fazer aquela coisa feia, que a nossa mãe, quando a gente é criança, falou para a gente: "Ó, não faz isso não, meu filho, que é feio, não é bonito!" É isto que é o *doping*: é a trapaça dentro do esporte. A gente tem que combater isso aí. A gente não pode simplesmente achar que está tudo bem.

Esses são os nossos princípios de atuação. Vou me deter sobre isso aí. Já estou falando a verdade sobre isso. É importante ressaltar que a ABCD é uma signatária da WADA. Então, o Brasil assinou a convenção com a Unesco. A WADA é ligada à Unesco e nós seguimos as determinações da WADA, através do Código Mundial Antidopagem.

O Código está em permanente atualização. Então, o primeiro surgiu em 2004. Tivemos em 2009; o atual vigente é de 2015, e teremos um em 2021. A legislação brasileira tem se atualizado e tem que permanecer atualizada no sentido de ficar em consonância com o que prescreve a Agência Mundial Antidopagem, que é a WADA, não só no Código Antidopagem, mas com as muitas outras determinações.

Este aqui é o Código Brasileiro e há vários que a gente chama de *international standards,* padrões internacionais a lista proibida, o de testes e investigações, o de laboratórios, o de autorização para uso terapêutico. É uma legislação ampla, complexa até, eu diria, e que boa parte das pessoas não entende. Elas não compreendem porque é pouco acessível realmente, é muito específica do esporte. Mas nós temos que seguir. É obrigação da ABCD seguir e fazer cumprir essas normas dentro do País.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lembro que a dopagem é muito mais do que só tomar uma substância proibida: é tudo que vai do item 2.1 ao 2.10 do Código da WADA – são dez fatores que causam. Então, ao ser cúmplice em assistir um atleta a se dopar, eu estou cometendo uma infração de dopagem. Por exemplo, se eu uso não uma substância, mas um método proibido, eu estou fazendo uso de *doping*: eu posso ser punido e posso ser condenado.

Esta aqui é uma visão geral da WADA e da abrangência da atuação dela. Ela tem os laboratórios, tem as organizações nacionais, tem as federações internacionais, tem o Comitê Olímpico Internacional, o Comitê Paralímpico. A gente se enquadra ali na Secretaria Especial do Esporte, sob o Ministério da Cidadania, se ligando ao Conselho Nacional do Esporte e ao Tribunal de Justiça Desportiva Antidopagem, do qual a Dra. Tatiana, aqui ao meu lado, faz parte. E ABCD é uma das muitas organizações nacionais antidopagem, tal qual outras espalhadas mundo afora.

Queria chamar a atenção para um detalhe importante, que o Código Mundial define... Eu chamo a atenção para o fato de se estar sujeito às limitações de jurisdição. Então, a ABCD não é todo-poderosa em relação a todos os atletas, eu tenho uma limitação. No caso aqui específico do tema, o que acontece? Existem atletas que competem por uma organização que não é signatária da WADA, ela está fora da caixa. Então, a ação da ABCD sobre esse atleta é muito restrita; eu não posso fazer testes neles, eu não posso condená-los, eu não posso mandá-los para o Tribunal, até porque, se eu os mandar e forem condenados a dois anos, três anos, quatro anos, eles vão olhar para mim e dizer que "Está bom, obrigado". E vão continuar competindo no dia seguinte, porque são partes de uma organização que é a federação internacional Pro League, que não é a federação internacional signatária da WADA, que é fora do sistema.

Ao mesmo tempo, a gente não pode se omitir. Então, assim que a gente recebe uma essa denúncia aqui, a gente tem tentado chamar os organizadores do evento para assinar conosco um Termo de Ajuste de Conduta – está difícil localizar as pessoas –, mandamos uma carta inicialmente para a Prefeitura de São Paulo. Essa carta foi enviada esta semana, para quê? Porque São Paulo vai organizar, se não me engano, três ou quatro – não me lembro agora – dos principais eventos do ano dessa organização; recomendamos à Prefeitura de São Paulo que não incentive nem apoie esse evento porque vai de encontro a tudo que nós prescrevemos, vai de encontro à saúde dos atletas, vai de encontro à ética no esporte, vai de encontro ao jogo limpo, e é um péssimo, é o pior exemplo que pode ser dado para os jovens e crianças que vão assistir a esses eventos. Eles vão lá e vão aprender o quê? Que eu tenho que me dopar, então, para ter sucesso na carreira esportiva? É isso que eles vão aprender? E é isso o que a gente quer passar para a juventude do País? Eu acho que não. Mas esse é o limite que a ABCD pode ir. Infelizmente, ou felizmente, nós temos que seguir a lei e não podemos ultrapassar o limite da nossa competência.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR. Para interpelar convidado. *Fora do microfone*.) – Recomendaram para quem?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANDRÉ SIQUEIRA – Para a Prefeitura de São Paulo, para o Prefeito e para a Secretaria Municipal de Esportes, para eles agirem. Eles podem seguir ou podem não seguir. Isso aí foge da nossa alçada. A gente escreveu uma carta e mandou. Eu tenho até uma cópia da carta aqui recomendando isso a eles.

Dentro desse aspecto de dopagem, a gente tem três autoridades, que são teste, coleta e gestão de resultados, cada um com sua competência, mas a ABCD nesse caso não pode atuar como nenhuma das três, porque são pessoas que estão, como eu disse antes, fora do sistema.

As autoridades que existem normalmente são essas aí: as organizações nacionais, como a ABCD, as federações internacionais e as organizadoras de grandes eventos, como o COI e o IPC (Comitê Paralímpico Internacional), por exemplo.

Um exemplo do que nós fazemos: isto é o que nós fizemos no ano passado, nosso plano de distribuição de testes. Nós fizemos testes em cerca de 50 modalidades, em todos os esportes, olímpicos e não olímpicos, de verão e até de inverno, e paralímpicos. Ao todo foram quase 7.600 testes de controle de dopagem, fora de competição e em competição. Encaminhamos 172 processos de resultados analíticos adversos para o Tribunal de Justiça, e 69 casos foram julgados.

Esse talvez seja o eslaide mais importante. Na campanha Jogo Limpo – que a gente promove todo ano –, no ano passado, a gente atingiu quase 140 mil jovens e crianças que atuam no esporte nacional. Então, esse, eu acho, deve ser... Claro, a gente tem que continuar fazendo controle, mas educação é o foco principal a que a ABCD tem que se ater. Se o jovem, a criança, o jovem atleta aprender e tiver a consciência de que o *doping* é trapaça e que não deve ser feito – isso tem que ser incutido desde cedo na cabeça dos nossos jovens, eu acho; e é feio mesmo –, a gente passa a se preocupar, a longo prazo, no futuro, com menos controles, com ações muito mais inteligentes. E mais: a gente salvaguarda nossa juventude de péssimos exemplos e ela terá, provavelmente, uma melhor saúde.

Muito obrigado. A mensagem é essa.

Estou aberto a perguntas posteriormente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito obrigado, Sr. André.

Passo a palavra, agora, ao Presidente da Confederação Brasileira de Musculação, Fisiculturismo e Fitness, Sr. Maurício de Arruda Campos.

O SR. MAURÍCIO DE ARRUDA CAMPOS – Bom dia!

É um prazer estar aqui. Muito obrigado, Senador Romário, por ter abraçado essa causa.

Eu queria começar falando que eu sou Presidente da Confederação Brasileira de Musculação, Fisiculturismo e Fitness e dirijo a Comissão Antidoping da Federação Internacional de Fisiculturismo. A Federação Internacional de Fisiculturismo está em 199 países, é a sexta maior federação esportiva do Planeta. E nós somos signatários do Código Mundial Antidoping e estamos participando agora do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

programa olímpico dos Jogos Pan-Americanos como esporte de medalha oficial e, para isso, nós temos que seguir um monte de procedimentos, como qualquer outro esporte olímpico.

Eu só queria falar da minha experiência dentro dessa área, porque, quando houve a postagem do Senador com relação à convocação desta audiência, várias pessoas o criticaram com relação ao motivo de ele estar chamando uma audiência deste tipo, ao que ele entenderia de *doping* em outro esporte que nem é o dele. Então, eu acho que ele abraçou uma causa muito importante, vocês vão ver a importância disso. E eu quis expor a minha experiência no assunto para não ter o mesmo tipo de fala: de que não sabe do que está falando.

Sou profissional de educação física; atuei em duas academias; tive duas academias de musculação durante mais de vinte anos; fui professor universitário na área de cinésio e biomecânica por mais de dez anos; tenho sete livros na área da musculação; já dei curso em mais de sessenta países; já visitei mais de cem países com a federação internacional fazendo controle de *doping;* trabalho como Oficial de Controle de Doping desde as Olimpíadas de Sidney, em 2000; já trabalhei com a equipe do Dr. Eduardo Henrique De Rose, que, inclusive, foi convidado e não pôde estar aqui hoje; venho participando dos simpósios e congressos da WADA desde a criação da Agência Mundial Antidoping, em 1999; até hoje, venho participando de todos os eventos, congressos e simpósios da WADA. Então, é um tema que eu já conheço há muito tempo dentro do fisiculturismo, dentro dos outros esportes. Fiz esse controle de *doping* praticamente em todos os esportes reconhecidos.

A federação internacional é signatária do Código Mundial Antidoping, e eu estou envolvido como diretor da entidade para os 199 países já há dez anos. Então, todo o processo de reconhecimento e de se tornar signatário do Código Mundial Antidoping foi um processo de que eu participei também.

Eu queria que vocês tivessem certeza de que estou falando do assunto com bastante propriedade, por estar dentro das academias no Brasil inteiro, por estar dentro das universidades.

Primeiro, eu queria começar falando que o uso de drogas como forma de melhoria de *performance* não implica somente o fisiculturismo, mas é um problema de todos os esportes. Nós chamamos a audiência por ser um problema de saúde pública. Está dentro do nosso esporte, mas está dentro de todos os esportes. Isso eu estou falando com experiência de causa. O que muda entre os esportes é o tipo de droga que o atleta está usando e não a ausência do uso de droga.

Por exemplo, eu coloquei lá betabloqueador no tiro. O atleta de tiro usa betabloqueador para poder causar uma bradicardia e, entre uma respiração e outra, ele conseguir dar o tiro com mais precisão. O betabloqueador é um medicamento usado para cardiopata, e uma pessoa saudável está usando o remédio para melhorar a eficiência dele no tiro. Então, há em todas as áreas do esporte, o que muda entre os esportes é o tipo de droga e não a ausência do problema.

Eu queria deixar claro que não é um problema do fisiculturismo, é um problema do esporte. E também queria deixar claro que o problema não é do esporte somente, é um problema social, é um problema de saúde pública, porque, como já foi dito antes aqui, os atletas influenciam as crianças e os jovens, são modelos para esses jovens, e, se a gente não punir quem está fazendo o contrário, eles vão ser um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mau exemplo para todos esses jovens. Então, não é um problema só do esporte, mas de toda a sociedade, é um problema de saúde pública.

A gente vê, por exemplo, dezenas de artistas e cantores que já morreram por comprovada *overdose* de drogas, caminhoneiros que utilizam drogas para ficar acordado, dirigir por várias horas e conseguir cumprir o horário de trabalho. Nas discotecas, nas boates, as pessoas utilizam bebida alcoólica misturada com energético e outras drogas ilícitas para poder se divertir. Então, toda a sociedade utiliza algum tipo de droga, e o que está acontecendo é que só o esporte bate de frente nesse assunto. O esporte colocou e está pondo a cara para bater; o resto da sociedade faz a mesma coisa e julga o esportista depois quando ele é pego no *doping*.

Então é uma hipocrisia até nossa e do resto da sociedade, porque está julgando, fazendo a mesma coisa, só que não há ninguém os controlando e fazendo uma coisa, como acontece no esporte. Então, na verdade, a única área da sociedade que está batendo de frente com o problema é o esporte. Eu queria chamar a atenção de que é um problema social, de saúde pública e clamar aos Senadores, ao Poder Público que realmente enfoquem o tema de uma maneira muito maior, porque não é só um problema do esporte.

Com relação à IFBB, como que o fisiculturismo está combatendo esse problema? Nós sabemos que há um problema, e estamos botando a cara para bater, como todos os outros esportes reconhecidos. É a única entidade reconhecida por mais de cem comitês olímpicos em todo o mundo, incluindo o Brasil, pela Assembleia geral de federações internacionais do esporte, a SportAccord. A Unesco e todas as entidades que reconhecem internacionalmente o esporte reconhecem a IFBB como autoridade no esporte fisiculturismo.

A IFBB é a única representante do fisiculturismo que é signatária do Código Mundial Antidoping, desde 2008, e realiza todos os procedimentos como acontece com qualquer outro esporte olímpico: testes fora de competição, em competição... Todos os critérios utilizados com os atletas são utilizados dentro do fisiculturismo.

Nós somos olímpicos, aqui nas Américas; vamos participar, pela primeira vez, dos Jogos olímpicos Pan-Americanos, em Lima, agora em 2019.

Nos últimos dez anos, a gente vem criando novas categorias dentro do fisiculturismo com padrões corporais que diminuíram drasticamente o uso de drogas no esporte. Houve uma redução bem grande nos últimos dez anos na quantidade de casos positivos dentro do fisiculturismo, e um dos motivos foi esse. Então, exemplos são as categorias: *bikini*; outra que chama *men's physique*; *fitness* coreográfico; e *classic bodybuilding*, nas quais o atleta não pode ter um peso acima do que está caracterizado para a altura dele, para conter a massa muscular.

Então, em todas essas modalidades, essas categorias criadas, a pessoa com uma genética boa não necessita de nenhum tipo de recurso ergogênico para conseguir chegar e competir, ser campeão brasileiro, ser campeão mundial – em qualquer uma dessas categorias que nós criamos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Extinguimos, há mais de seis anos, a categoria fisiculturismo feminino, que era uma categoria que tinha um alto índice de positivos. Mudamos várias regras e critérios de arbitragem com a intenção de baixar a pontuação de atletas com sinais claros do uso de droga – tais como a ginecomastia, que é o aumento da glândula mamária, causada pelo uso de substâncias anabólicas; o abdômen dilatado, que também é outro indício de uso de substâncias dopantes – e do uso de outros artifícios – tais como óleos e implantes, para aumentar uma área do corpo, para tirar um problema da hipertrofia em alguma área que esteja com deficiência – que podem causar, por exemplo, perda do membro em que foi aplicado o óleo. Há vários casos, inúmeros casos de amputação de membro por causa de aplicação de óleo. Não é exatamente um *doping,* é uma coisa usada para mudar a forma do músculo, mas que traz um problema para a saúde igual aos outros artifícios utilizados dentro do esporte.

A gente faz controle de doping fora de competição, sem aviso prévio, como determina o Código Mundial Antidopagem, nos atletas de nível internacional. Fazemos controle de *doping* no campeonato brasileiro que classifica os atletas para os eventos internacionais. Temos um programa educacional que inclui as orientações contra o uso de drogas no esporte e as alternativas que os atletas podem ter para isso, para terem uma *performance* atlética com saúde.

E os resultados dessas ações já trouxeram excelentes progressos nos últimos anos, como por exemplo, agora nos Jogos Sul-americanos em Cochabamba: a categoria tinha 38 atletas, nós fizemos os testes nos 38 antes de saírem dos seus países, fora de competição, sem aviso prévio; quando eles chegaram lá, no dia da pesagem, nós testamos todos os atletas outra vez. Num evento olímpico, por exemplo, não acontece isso. Mas a federação internacional falou: "Como é nossa primeira participação, queremos testar todos". E zero positivos, nenhum positivo. O mesmo aconteceu nos Jogos Olímpicos da Ásia, jogos olímpicos de praia na Ásia, que aconteceram em Phuket, na Tailândia. Nós levamos 68 atletas, do mesmo jeito, e eles foram testados antes de saírem dos seus países, como acontece com qualquer outro atleta do programa olímpico antes da Olimpíada; foram testados quando chegaram lá na Tailândia; e foram testados logo após o campeonato – todos os atletas. Foi um acordo do Presidente da federação internacional com o Xeique Al-Sabah, que é o Presidente do Comitê Olímpico da Ásia, para se fazer com todos os atletas, sendo a primeira vez a participação do esporte como esporte de medalha. E também não houve nenhum positivo dentro do esporte. Isso foi até a notícia do dia quando saíram os resultados; foi a notícia do dia no Comitê Olímpico da Ásia, nos *sites,* nos jornais todos do evento esse sucesso do fisiculturismo lá. Então, é um trabalho árduo que a gente vem fazendo há muito tempo e que tem tido um resultado muito importante nesse sentido de reduzir o uso de drogas no esporte.

O problema é: o que é que atrapalha a nossa luta como fisiculturistas? Várias empresas... Também este detalhe que eu vou falar agora não é um problema do fisiculturismo somente. Eu estive agora num fórum de federações internacionais que acontece todo ano em Lausanne, na Suíça, promovido pelo Comitê Olímpico Internacional; a gente estava lá como representantes oficiais do fisiculturismo, e uma das exposições logo depois da do Presidente do Comitê Olímpico foi a de um senhor falando das situações com todas as federações internacionais, com empresas fazendo eventos dos esportes deles com a intenção de fazer um evento paralelo mesmo, não seguindo nenhuma legislação esportiva, não seguindo o Código Mundial Antidoping, e não havendo nenhum controle por parte de ninguém. É um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

evento privado usando as regras do esporte, usando os atletas que são formados há muito tempo, e bagunçando completamente o cenário esportivo internacional. Então, isso não é um problema do fisiculturismo, isso tem acontecido em todos os esportes também.

Como nós somos do fisiculturismo, eu vou falar da situação nossa, específica, aqui, mas queria deixar claro que é um problema que está acontecendo. Se há alguém de outras áreas aqui, vocês vão poder confirmar isso que eu estou falando, porque em todos os esportes está acontecendo isso.

Então, nos últimos anos foram criadas inúmeras empresas organizadoras de eventos que não são federações esportivas com a intenção de obter benefício financeiro dentro do esporte e que não seguem nenhuma regulamentação, regra ou código de ética desportiva – regulamentação nenhuma.

Uma dessas empresas é americana e se chama NPC. Essa NPC era afiliada da federação internacional lá nos Estados Unidos; era a federação nacional afiliada à federação internacional. E o presidente da entidade autorizava os atletas suspendidos por violações do Código Mundial Antidoping, suspendidos pela federação internacional, a competir lá.

Quando nós soubemos dessa situação, nós fizemos um processo juntamente com a Agência Mundial Antidoping. Ele foi suspenso, depois foi expulso, e não só ele, como a federação NPC foi expulsa do sistema, para deixar de ser afiliada da federação internacional. E, logo em seguida, por causa de ele continuar com as múltiplas violações ao Código Mundial Antidoping, a WADA (Agência Mundial Antidoping) decidiu colocar o nome dele, do presidente, numa lista que chama lista de associação proibida.

Essa lista de associação proibida é uma lista que a Agência Mundial Antidoping tem, em que estão médicos que comprovadamente prescreveram e tiveram influência na dopagem de atletas, atletas envolvidos com tráfico de drogas, então todo o pessoal que comprovadamente tenha uma influência negativa no esporte por causa de tráfico de droga e influência no uso de dopagem e tudo mais está nessa lista. É uma lista com vários nomes, com o nome da pessoa, o período que ele está dentro da lista, suspenso, e o país da pessoa.

Então, o presidente dessa entidade, que se chama Jim Manion, está na lista de associação proibida.

E o Código Mundial Antidoping novo, a última versão do código, tem um artigo que fala especificamente sobre associação proibida. Ele fala o seguinte: que as entidades ou atletas que se associarem com alguém que está dentro dessa lista estão passíveis de punições também pelo Código Mundial Antidoping.

Então, esse senhor está lá. Essa empresa está punida, foi expulsa da IFBB. E o que aconteceu? Ele continua fazendo eventos como empresa privada. Veio fazer eventos aqui no Brasil e com a história de liberdade: "Aqui a gente é livre. Vocês podem vir e tal".

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Nós não temos uma legislação que barre isso, que os faça responder criminalmente? Que essas pessoas que estejam numa lista até internacional respondam criminalmente aqui no País? Porque isso que ele está falando aqui é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um absurdo. Isso que ele está declarando aqui nesse momento é um absurdo. A gente tem que fazer alguma coisa.

Temos? O que nós estamos fazendo? Não?

O SR. MAURÍCIO DE ARRUDA CAMPOS – O Dr. Alexandre, na exposição dele, acho que vai aclarar isso do ponto de vista legal. Do ponto de vista legal, ele vai...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. *Fora do microfone*.) – Porque eu fiquei perplexa.

O SR. MAURÍCIO DE ARRUDA CAMPOS – Então, o que acontece? Essa empresa, além de não respeitar a legislação esportiva e *antidoping*, permite aos atletas suspendidos por violações do Código Antidoping participarem nos seus eventos.

Então, o que acontece? Eles chegam assim com a história – eu vou mostrar uma foto depois para vocês – de liberdade: "Aqui nós somos uma democracia, imagina ter regra". E eu estou falando para os atletas: "Você tem regra na sua casa, com seu pai e com a sua mãe; você tem as suas regras de convivência; no trânsito, você para no sinal vermelho porque é uma regra. Imagina, se não houver regra dentro do esporte, a baderna que vai acontecer?". E eles estão vindo com essa história de liberdade para os atletas e muitos atletas jovens estão caindo nessa história.

E, inclusive, eles têm usado o nome da federação internacional ainda, como se fizessem parte, o que está confundindo mais ainda os atletas que estão no meio.

Então, além disso, essa empresa fará, na semana que vem, em São Paulo, um campeonato de fisiculturismo em conjunto com os organizadores do Arnold Sports Festival, que é um evento com o Governador Arnold Schwarzenegger, o artista, que também foi campeão na área do fisiculturismo. A feira leva o nome dele. Então, que mensagem nós estamos levando para esses milhares de ídolos do Schwarzenegger se ele está envolvido com essa entidade? E ele falou: "É o meu nome, mas eu não quero saber de quem é". Ele se eximiu de qualquer situação mesmo a gente tendo explicado isso para ele.

Então, é uma situação que está fugindo do controle por quê? Porque uma pessoa que deveria estar influenciando positivamente o esporte está falando: "Para mim tanto faz o que está acontecendo, se esse pessoal usa droga, se atleta suspendido vocês estão deixando competir, se essa entidade vai fazer o evento aqui com o meu nome acima disso". E é isso que está acontecendo agora, vai acontecer na semana que vem em São Paulo.

Então, como todo mundo sabe, ele é um grande influenciador e formador de opinião na área do fisiculturismo por ter sido do esporte. Ele se tornou conhecido no Planeta por causa do esporte. Depois foi para a vida política, filmes e tal, mas começou com o esporte. E o vínculo dele com a NPC traz uma mensagem completamente contra todo o trabalho que nós estamos fazendo nos dez últimos anos para tentar acabar com o problema dentro do esporte.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As mais de 30 mil academias que nós temos no País, com 14 milhões de praticantes de atividade física, estão lotadas de jovens inspirados em tudo o que o Arnold Schwarzenegger representa e conquistou. Eu mesmo era um fã incondicional dele até outro dia pelo que ele conseguiu como pessoa. E isso não tira o mérito de tudo o que ele conseguiu fazer, só que ele está dando um exemplo terrível para a sociedade e para esses jovens que estão dentro das academias.

Como eu falei para vocês, eu dou aula dentro de universidades, vou fazer parte prática nas academias e tenho visto que o tráfico de anabolizantes dentro das academias do Brasil está fora de controle – completamente fora de controle. E essas crianças e esses jovens, com o culto ao corpo, estão querendo melhorar o corpo se utilizando da rapidez, porque essa moçada mais nova, com tecnologia e tudo, perdeu a noção de tempo. Eles querem tudo na hora e querem fazer a mesma coisa com o corpo. Um corpo que demora dez anos, quinze anos para um fisiculturista conseguir ele quer conquistar em poucos meses.

E sempre há alternativa melhor para essas pessoas que estão esperando por isso mesmo, estão promovendo e fazendo apologia ao uso de drogas no esporte por causa de um sistema de tráfico de drogas dentro do País. Só falta oferecer... É dar doce para criança. Então, o sistema está completo, e o Poder Público não está fazendo absolutamente nada para isso mudar. Por isso é que eu falei que é um problema muito maior do que um problema do fisiculturismo ou do esporte; é um problema de saúde pública nacional.

Problema de saúde pública. Os jovens todos seguem o estilo de vida do fisiculturismo porque o estilo de vida do fisiculturismo é extremamente saudável se não houver a droga. O atleta segue uma alimentação regrada que eu nunca vi em outras modalidades esportivas – e olha que, como eu falei para vocês, já acompanhei todas as olímpicas nesses últimos anos da minha vida, 20 anos pelo menos. Então, eles levam uma alimentação extremamente saudável e controlada.

O cara vai sair com os amigos e leva uma marmita para não comer... Ele sai para ter uma vida social, mas leva a marmita dele. Enquanto está todo mundo comendo no restaurante, ele está comendo uma marmita que ele levou, porque ele não pode sair da dieta. Controla o sono absurdamente para poder ter o período certo de descanso e a fase de reconstrução do tecido muscular. Treina religiosamente, não faltando o treino por nada. Então, leva uma vida extremamente regrada que leva a um índice de saúde extremamente alto. A única coisa... Então, seguir o estilo de vida fisiculturista é extremamente importante para qualquer pessoa.

Os idosos, por exemplo, se seguirem o estilo de vida do fisiculturismo, vão no sentido contrário da doença. Todas as doenças que levam à morte, doenças crônicas que levam à morte têm algum vínculo com perda de massa muscular. E esse estilo de vida fisiculturista vai no sentido contrário com o idoso. Então, é um estilo extremamente importante. A única coisa é que não pode haver a droga ali.

E a mensagem que a sociedade e que formadores de opinião, como o Sr. Arnold Shwarzenegger e essa entidade que veio aqui, para o Brasil, com o presidente, na lista dessa associação proibida, falando em "liberdade para os atletas. Aqui vocês podem vir. Aqui não tem problema nenhum. Você pode estar suspenso que você compete aqui". Então, o atleta fala assim: "Ah, é! Estou punido? Tchau!".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Amanhã ele está competindo num evento da NPC que esteja acontecendo em algum lugar aqui do Brasil, sem nenhum tipo de ação por parte do Poder Público, sem ser importunado também por nenhum...

Então, como eu mencionei no começo da exposição, esse é um problema de todos nós da sociedade, não é um problema do esporte, porque extrapolou o problema do esporte faz muito tempo – extrapolou completamente. Se os legisladores do Brasil, educadores, influenciadores do mundo digital, atletas de todos os esportes e todo o resto da sociedade não abraçarem esta causa, que já é um problema de saúde nacional, as consequências podem ser irreparáveis. Nós vamos ter um problema no sistema de saúde público, nos próximos anos, irreparável; não vai haver condição, a qualidade de vida desses nossos jovens, no futuro, vai ser extremamente comprometida; e vamos perder para o tráfico de drogas, para o tráfico de anabolizantes. É uma luta que tem que ser de todos nós. E é isto que a gente veio pedir aqui: que toda a sociedade abrace essa causa, os Senadores, o Poder Público, para a gente tomar uma providência urgente com relação a esse assunto.

Só para finalizar, para vocês verem, por exemplo, no campeonato que houve em Columbus, em que essa entidade e o Arnold Shwarzenegger estavam presentes, há uma foto em que ele está entregando uma premiação para um atleta que está suspenso pelo Comitê Olímpico do Catar por oito anos. Eles estão de mãos dadas, e ele está dando o troféu de primeiro lugar para o atleta. Então, que mensagem que nós estamos mandando ou que ele está mandando para todo mundo? "Pode fazer, que não tem problema nenhum. Siga sua vida aí, e, se for suspenso, você muda de lado, que tanto faz também. Siga a sua vida de atleta do jeito que você achar melhor".

E há umas fotos – se você puder colocar aí – em que quero explicar só um detalhe, o que é.

Esse é um evento da NPC, é um evento dessa entidade NPC. Eles têm uma liga profissional que chama Pro League. Olhem o tamanho do símbolo IFBB na camiseta da pessoa lá, o que torna completamente irreparável a situação. Como é que o atleta sabe quem é quem? Eles estão se chamando de IFBB e não têm nenhum vínculo com a gente, tá? E fazem isso para confundir os atletas. Então, ainda estão usando de falsidade ideológica e tudo para confundir as pessoas.

Pode mudar, por favor.

Olhem, nessa propaganda de um evento deles, de novo escrito IFBB. E olhem o tamanho lá: "Você é livre para ir e vir". Então, qual é o detalhe? É essa argumentação. Isso é o mínimo do que se está fazendo, porque há grupos de WhatsApp, conversas por telefone com esta argumentação: "Por que você está perdendo tempo ali, cheio de regra? Aqui nós somos superlivres". Olhem aí, está mostrando na própria publicidade: "Você é livre para ir e vir".

Muda para mim, por favor.

Outro detalhe, as redes sociais, todas, atletas de todas as modalidades e traficantes de drogas oferecendo droga na própria rede social, e o Poder Público não faz nada. Está infestado de gente vendendo droga nas redes sociais. Olhem aí um cara mostrando um atleta. Eu não chamo nem de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

atleta essa situação aí. A mãe dele aplicando um anabolizante, e ele falando: "Isso é que é amor, minha enfermeira particular, 'mamis'", e "minha feiosa". E aplicando o anabolizante dele lá.

Muda, por favor.

Então, ele não só faz como ainda quer mostrar. E o Poder Público não está fazendo absolutamente nada sobre isso.

Por favor.

Este vídeo agora está mostrando um atleta de uma entidade.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. MAURÍCIO DE ARRUDA CAMPOS – Pode parar um pouquinho, por favor, o vídeo?

Só para vocês entenderem. Na camiseta dele, está escrito Landerlan. Landerlan é uma empresa paraguaia que fabrica anabolizantes. Então, é patrocinadora do atleta. O logotipo lá atrás é de um evento dessa entidade, NPC. Isso aconteceu há pouco tempo na Bolívia, num evento que eles fizeram na Bolívia. Eles têm esse mesmo evento programado para outubro aqui no Brasil. Não sei se vocês estão conseguindo ver que, na boca dele, há uma seringa de anabolizante. E ele está falando lá: "canetinha louca", com a camiseta da empresa e com...

E também eu gostaria de falar que nós temos aqui uma pessoa que está aqui no auditório, um senhor ali atrás com um telefone, o Sr. Karamello. Ele é um nutricionista aqui de Brasília. Vocês podem digitar Karamello Landerlan – este é o nome da empresa –, Karamello, com "k", Landerlan, no YouTube, e vão ver vários vídeos desse senhor que organiza os eventos da NPC aqui no Brasil. Ele é organizador dessa empresa aqui no Brasil. Ele se mostra dentro da fábrica, falando sobre os anabolizantes: "Isso aqui é de qualidade, vejam o selo holográfico, olhem a qualidade de fabricação desses anabolizantes e tal".

Sobre esse mesmo senhor, vocês podem achar agora, se virem no seu celular de vocês, Karamello, com "k", espaço, Landerlan, que é o nome da empresa. Vocês vão ver vários vídeos dele, com a camiseta da empresa, fazendo publicidade da empresa. E é esse mesmo senhor que é um dos principais envolvidos na organização desses eventos, inclusive esse que vai ter com Schwarzenegger agora, na próxima semana. Está bom?

Eu acho que é isso.

Gostaria de agradecer a atenção de todos e espero que eu tenha conseguido mostrar o nível de consequência disso que nós estamos falando aqui para a saúde da população. Então, extrapolou faz muito tempo o âmbito do esporte e, de novo, não é um problema do fisiculturismo, porque muitos atletas falam: "Nossa, isso vai expor o fisiculturismo". Não vou expor, vou expor um problema social, um problema que é grave, que é de todo mundo, não é só do nosso esporte. Nós estamos na luta, como vocês puderam ver, para banir o uso de drogas no nosso esporte há mais de dez anos. Só tem gente atrapalhando e nós queremos parar com esse processo. Está bom?

Obrigado pela atenção de todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, Presidente. Muito obrigado por sua explanação.

Agora eu passo a palavra ao Sr. Alexandre Dias Bortolato, representante da Federação Internacional de Fisiculturismo.

Antes de o Sr. Alexandre falar, eu gostaria de agradecer a presença aqui dos alunos do Ensino Fundamental 7 de Ceilândia. Muito obrigado a todos vocês pela presença.

Por favor, Sr. Alexandre.

O SR. ALEXANDRE DIAS BORTOLATO – Obrigado, Senador.

É uma honra estar em tão nobre Casa e estar na presença de Parlamentares. Desde 1993 que eu aprendi neste País que, quando a gente tem um problema insolúvel, você chama o Romário. (*Risos.*) E foi o que nós fizemos. Desde 1993, quando ele nos salvou, levou-nos para a Copa do Mundo, fomos campeões mundiais, eu aprendi – e a minha geração inteira aprendeu – que a gente tem que chamar o Romário na hora do aperto.

Senador, obrigado por permitir a nossa presença aqui nesta Casa.

Eu vou falar dos aspectos jurídicos, aumentando e ampliando aquilo que foi falado pela Dra. Tatiana, pelo Sr. André e pelo Maurício. Eu vou falar especificamente da parte jurídica do fisiculturismo e aquilo que pode ser aplicado aos outros esportes, para a gente entender esse problema, como o Presidente Maurício falou, como um problema de saúde pública.

Doping no fisiculturismo, um problema de saúde pública. Vocês veem ali dois logos: um da IFBB Internacional e um da IFBB Brasil, que é a confederação brasileira. Por favor, não confundam, não confundam esse nome, não confundam essa logo com aquilo que o Maurício disse, que a NPC quer trazer o nome IFBB Professional League para o Brasil. Isso não existe. Ela não é uma federação internacional. Federação internacional é aquilo que está no eslaide: IFBB Internacional e IFBB Brasil.

Como o Prof. Maurício disse, nos últimos dez anos, a Federação Internacional de Fisiculturismo luta para transformar o esporte em algo oficial. Nós somos signatários da Agência Mundial Antidoping, nós fazemos parte do Gaisf, nós estamos no The World Games, nós estamos em praticamente todos os jogos esportivos regionais do mundo, estaremos nos Jogos Pan-Americanos de Lima agora, neste ano. Só nos faltam dois reconhecimentos: reconhecimento regional olímpico da Europa e do Comitê Olímpico Internacional. Só nos restam esses dois reconhecimentos.

Foram dez anos de muito trabalho, e a gente agora está a um passo de se transformar em esporte olímpico, embora muita gente tente nos tirar esse mérito por esse trabalho de dez anos.

Eu vou trazer aqui dois conceitos básicos, só para a gente não confundir. Uma coisa é anabolizante. Vamos lá, um conceito bem simples e genérico: os esteroides androgênicos anabólicos, também conhecidos simplesmente como anabolizantes, são uma classe de hormônios esteroides naturais e sintéticos que promovem o crescimento celular e sua divisão. Ponto. Anabolizante é toda substância

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que produz o desenvolvimento de diversos tipos de tecidos – muscular e ósseo. Isso é anabolizante. É importante a gente frisar esse entendimento e a gente diferenciar isso de *doping*. A gente confunde *doping* como simplesmente só anabolizantes esteroides, como bem disse aqui o André na sua primeira explanação. Muitos jovens se utilizam de anabolizantes esteroides na academia da sua esquina, da esquina da sua casa. Isso é um problema de saúde pública. Isso é um problema de saúde pública.

Doping é a presença de uma substância no corpo do atleta ou o uso ou evidência do uso de qualquer substância, ou o método que tenha o potencial para aumentar o desempenho esportivo, que ofereça risco desnecessário a atletas ou atue de forma contrária ao espírito desportivo.

Esse é o art. 2º do WADA Code, que é o Código Mundial Antidopagem.

Doping, atleta, anabolizantes esteroides estão espalhados na sociedade.

Um breve histórico sobre a utilização do *doping*. É a necessidade de melhora de *performance*. E o uso, a gente puxa na história: você vê, lá em 1886, um ciclista se utilizando de Speed Balls, que era cocaína misturada à heroína. Lá em 1886 já se iniciou no ciclismo a utilização do *doping* para melhorar a *performance* de um ciclista. A gente está falando de século XIX.

Em 1920, há relatos de pessoas que colocavam testículos de macaco em atletas. Eu não sei como, eu não quero nem saber como eram implantados esses testículos de macacos em atletas para melhorar a *performance*.

Em 1940, a testosterona; em 1953, você tem ali os hormônicos sintéticos, quando se iniciaram, e depois, com os blocos socialistas, na época da Guerra Fria, você começa a ter uma intensificação na utilização do *doping* no mundo esportivo. Nesse mesmo momento da guerra fria, inicia-se o combate ao *doping*. O Comitê Olímpico Internacional, em 1967, criou uma comissão médica para analisar os casos que a ele eram levados. E nos anos 70, o Comitê Olímpico Internacional credenciou vários laboratórios ao redor do mundo. Hoje são 32, e pode ser que haja algum que tenha sido descredenciado algumas horas atrás ou algum outro que foi credenciado em algum momento atrás. Mas hoje, pelos números que tenho, são 32 espalhados em cinco continentes.

E a legislação? A legislação começou a surgir lá em 1963, quando a França falou: esse é um problema nosso, esse é um problema de saúde pública. E ela começou a trazer para a sua legislação interna o combate ao *doping*.

Em 1998, houve o escândalo do Tour de France, que é uma prova de ciclismo, e, a partir desse escândalo, o Comitê Olímpico Internacional disse: agora, chega. Precisamos realmente nos estruturar funcionalmente, organicamente, para combater o *doping*.

Em 1999 – você estava presente nesse seminário, Maurício – nasce a WADA, que é a Agência Mundial Antidoping, para promover e coordenar o combate ao doping. A WADA é financiada pelo movimento esportivo e por governos do mundo. Ela credencia laboratórios, financia pesquisas, coordena a criação de agências nacionais em cada pais, desenvolve e mantém o programa ADAMS, que é o banco de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dados para monitorar e coordenar o combate ao *doping*. Nós, eu e o Maurício, fazemos parte da Federação Internacional de Fisiculturismo. É muita burocracia. Há muita coisa para fazer. É muito documento, é muita informação. E o Prof. Maurício não disse isso, mas mérito e competência dele, hoje, no *compliance* que o Comitê Olímpico Internacional divulgou para as federações internacionais, nós estamos no mesmo nível que a Federação Internacional de Basquete. Olha o quanto avançamos em dez anos no combate ao *doping* e no movimento de transformar esse esporte num esporte bonito, limpo.

No Brasil, em 2011, foi criada a ABCD, como bem foi dito pelo seu Diretor, o Sr. André. Ela foi criada em 2001. É um órgão vinculado à Secretaria Nacional de Esporte. Até o ano passado era vinculado ao Ministério do Esporte.

Em 2016, através da Lei 13.322... Está aqui a Dra. Tatiana, que é a Presidente do nosso Tribunal de Justiça Desportiva Antidopagem, ou, como nós conhecemos, JAD.

A ABCD coordena e controla o combate ao *doping* no Brasil, e a JAD julga os casos com direito à ampla defesa, ao contraditório dos atletas que forem testados positivamente.

Aqui entra, depois dessa breve contextualização, a minha parte nesta audiência pública em específico. Tínhamos a estrutura orgânica ao redor do mundo e precisávamos de uma legislação específica para esse caso. Foi quando se criou o Código Mundial Antidopagem, também conhecido como WADA Code. Esse código foi criado em 2003. O COI (Comitê Olímpico Internacional) organizou a Conferência Mundial sobre o Doping nos Esportes, em Copenhague, na Dinamarca, e nasceu o Código de Antidopagem. Temos um código, temos regras, temos estrutura orgânica. Agora, precisamos efetivamente combater o *doping*.

O princípio desse código específico é o *strict liability principal*, proveniente da *common law*, proveniente de uma forma de entender o Direito. Explicando vulgarmente o que é a *common law*, é uma forma de entender o Direito diferente de nós, latinos. Lá eles têm princípios, costumes, as fontes são diversas. Aqui a gente tem sempre a ideia de criar uma legislação. Existe um fato social, criamos uma legislação específica para isso. É o oposto na *common law*. E nós temos dificuldade de entender esse princípio, o princípio da responsabilidade estrita. Não se fala em dolo. Foi testado positivamente: olha, se você não tem ali um teste, algum laudo terapêutico, alguma coisa que possa trazer uma novidade para o seu procedimento administrativo, você vai ser condenado; você vai ser punido por quatro anos no mínimo.

Ocorre que várias federações internacionais se tornaram signatárias do Código Mundial Antidopagem em 2003, e o Brasil, o Estado, a República Federativa do Brasil ratificou esse tratado, depositando a ratificação em 2007, na Convenção da Unesco; ou seja, o Código Mundial Antidopagem diz:

4.2.1. As partes que aceitarem o Código deverão implementá-lo, assim como os padrões internacionais aplicáveis, por meio de políticas, estatutos, regras ou regulamentos, de acordo com sua autoridade e dentro das esferas de sua responsabilidade.
[...]

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Artigo 22 - Envolvimento dos governos.
[...]
22.1 Cada governo tomará todas as providências e medidas necessárias para dar cumprimento à Convenção da Unesco.
Ou seja, é preciso que o Governo se envolva na questão – Governo: a União, os Estados, o Distrito Federal e o Município. Todos nós, todos os entes públicos têm de se envolver nessa questão.

É dever dos entes públicos aplicarem o Código Mundial Antidopagem e tomarem medidas administrativas a combater o *doping* em todo o Território nacional, e não apenas nas modalidades esportivas ou vinculadas.

Aí, *data maxima venia* aqui, eu quero explicar uma coisa que o André bem disse. "O limite da minha jurisdição ABCD são as entidades esportivas signatárias do Código Mundial Antidopagem". Concordo plenamente. Está ali no art. 5.2 do Código Mundial Antidopagem, vírgula: a autoridade brasileira de combate ao *doping* é um órgão público e não apenas a ABCD, a Autoridade Brasileira de Combate ao *doping* deve se envolver nesse combate, além das entidades que são apenas signatárias do Código Mundial Antidopagem, senão todos aqueles que se estão vinculando ao Código Mundial Antidopagem, na verdade, estão fora do sistema, porque há mais gente que se dopa do outro lado do que dentro do sistema.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. *Fora do microfone*.) – E se dopam e estimulam a dopagem...

O SR. ALEXANDRE DIAS BORTOLATO – Exatamente! Se nós estamos tratando de um assunto de saúde pública, de interesse difuso e coletivo, é dever, sim, dos entes públicos se envolverem nessa questão.

A Convenção de Paris, de 2005, ratificada no Brasil em 2007, é um tratado internacional que, para ingressar no sistema jurídico brasileiro, dependia de aprovação desta Casa, do Congresso Nacional, e da Presidência da República. O Congresso aprovou: Decreto Legislativo nº 306, de 2007.

Ótimo! Peguei um tratado internacional e o estou trazendo para o meu ordenamento jurídico.

A Presidência da República aprovou a convenção pelo Decreto 6.653, de 2008, ou seja, o Código Mundial Antidopagem está dentro do sistema jurídico brasileiro. Não pode uma entidade lá em Manaus falar: "Não, aqui não vai ter controle de *doping* não". Se é dever dos entes públicos, se nós temos que nos envolver com essa luta, se se trata de uma tutela de interesse difuso e coletivo, por que não?

No mínimo, nós temos uma lei ordinária. No meu entendimento, supraordinária, mas aqui não vamos entrar em questiúnculas jurídicas. No nosso entendimento, é uma norma supralegal. O fato é que a Convenção Internacional contra o Doping nos Esportes está inserida no ordenamento jurídico. É dever do Estado o combate ao *doping* em todo o Território nacional, ponto. Em todo o Território nacional. As medidas de combate ao *doping* no Brasil devem servir não apenas aos esportes olímpicos, como, por exemplo, o caso de Manaus.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A IFBB viu um evento lá que estava colocando o IFBB no nome e falou: "Olha, somos autoridade de teste. Vamos mandar uma missão para lá". E foi a missão, escoltada pela polícia estadual do Amazonas. Não deixaram entrar para fazer teste de *doping*. "Não, aqui é um evento privado, aqui vocês não entram, eu não sou signatário". Ué, mas você não é IFBB? Você não é uma federação internacional? "Não, aqui vocês não entram, aqui quem manda somos nós".

Se houvesse teste de *doping*, um achismo meu, eu duvido que um atleta testasse negativo naquele evento. Um!

Enquanto isso, senhores, pessoas morrem. Pessoas morrem e definham pelo uso de anabolizantes esteroides, induzidas por atletas e treinadores que se utilizam do *doping* para melhorar suas *performances*, propagando o uso via rede social.

Senhores, eu comecei a minha explanação dizendo o seguinte: para minha geração, esse senhor que está do meu lado é meu ídolo. Para aquele cara que está na academia, lá, treinando lá na cidade dos meus pais, lá no interior do Estado de São Paulo, eles estão treinando nas suas academias, eles olham a referência, o atleta que é campeão, e esse atleta está com *doping* até aqui no fisiculturismo.

Nós precisamos tomar medidas sérias para acabar com isso. Pessoas estão morrendo. Uma pessoa, logo após injetar anabolizantes esteroides, morreu em uma academia em Ribeirão Preto no ano passado. Sabem o que veio no laudo médico? Ataque cardíaco.

Como a gente vai mensurar quantas pessoas estão morrendo e quantas pessoas estão definhando pelo uso de anabolizantes esteroides? É difícil! Só que a gente precisa punir ali em cima, a gente precisa punir o atleta de alto rendimento e não só o atleta de alto rendimento, porque ele é a menor partícula. A gente precisa punir o treinador, a gente precisa punir o *coach*, a gente precisa punir a pessoa que está inelegível pelo Código Mundial Antidopagem porque já cometeu uma série de infrações contra o Código Mundial Antidopagem e continua fazendo evento e continua tendo patrocinador e continua pegando todos os atletas e passando esses atletas de uma entidade oficial para o mundo pirata, porque é mais fácil. É muito mais fácil!

No fisiculturismo, o efeito dominó é regressivo: competições piratas que permitem o incentivo de uso do *doping* se proliferam. Os espelhos disseminam... Os espelhos de que eu falo são principalmente os atletas, mas eu quero enfatizar isso: se houver alvos, o atleta é o menor. O nobre Parlamentar sabe disso: o atleta é a menor partícula. Tem ali médico, tem nutricionista, tem *coach*, tem um monte de gente por trás desse sistema e muita gente ganhando muito dinheiro, dinheiro fácil. E muita gente morrendo.

O número de praticantes aumenta, de musculação, vertiginosamente pela ideia do culto ao corpo e não do culto à saúde, e as entidades oficiais, como nós, a Confederação Brasileira, a Federação Internacional de Fisiculturismo, perdem os atletas associados para entidades piratas. E os patrocinadores e as feiras migram para onde está o atleta que é referência no YouTube. O cara tem curtidas, vamos para lá. E a gente fica chupando o dedo, a gente que gastou dez anos e muito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dinheiro, muito dinheiro, para viajar o mundo inteiro, tempo. A gente está perdendo os nossos atletas, e a sociedade está definhando. Pessoas morrem, senhores.

Acho que me empolguei tanto que acabou aqui a pilha. Preciso passar o eslaide para o próximo.

E o que deve ser feito, senhores? Para finalizar a minha explanação. Acho que a gente tem de voltar mais um só. Está no três. Só preciso voltar mais um. Já voltou? O que deve ser feito?

Tráfico de anabolizantes. Lembram que eu falei, naquela introdução, que anabolizante é uma coisa, *doping* é em atleta. Tráfico de anabolizante é crime, já é crime, já se pode prender.

Substância sob controle especial da Anvisa. Todo ano a Anvisa solta uma portaria. A última é a RDC 227, de 2018. Temos a Lei 11.343, de 2006, que é a Lei de Tráfico de Drogas. O art. 33 diz:

Importar, exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor [...], oferecer, ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar, prescrever [...] [um monte de tipos, um monte de verbos] "sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar. Pena - reclusão de 5 (cinco) a 15 quinze) anos e pagamento de 500 (quinhentos) a 1.500 (mil e quinhentos) dias-multa. A Secretaria Nacional de Esporte, a ABCD, a Polícia Federal já tem documentos informativos pela IFBB. É necessária a atuação.

Aqui quero fazer uma ressalva. Eu frequento a ABCD desde julho de 2014. Vim, pela primeira vez, trazer esse tema ao Ministério do Esporte, à época, em janeiro de 2018. Espetacular o movimento desse senhor que está aqui à nossa esquerda, o Sr. André. Ele, sim, falou: "Esse é um trabalho nosso também". E a ABCD enviou cartas para o governo municipal, tomou medidas administrativas. Fizemos uma reunião, foi registrada em ata. Espetacular o trabalho! Foi o único. Pena que o André começou na ABCD há pouco tempo. Foi o único. E olhem que a gente bateu à porta da ABCD por muito tempo.

Nós batemos à porta da Polícia Federal. A Polícia Federal sabe de tudo, sabe de tudo o que é isso, de todos os laudos, o que se faz, o que é tráfico de anabolizantes, da portaria, sabe de tudo, todo mundo está sabendo de tudo. E quais as medidas que os entes públicos podem tomar, tendo em vista que o código mundial da WADA já está no nosso ordenamento jurídico, através daquele decreto de 2008? O que já pode ser feito? Comunicação via mídia, documentos a serem apresentados à Vigilância Sanitária do Município onde se realizam os eventos – foi isso que o André fez –, um termo de ajustamento de conduta com responsabilidade civil e criminal para organizadores de eventos e feiras. Olha, se eu sou organizador de eventos e feiras e não estou fazendo nenhum ilícito, por que não assino um termo de ajustamento de conduta com a Advocacia-Geral da União, com o Ministério Público Federal? Enfim, por que eles não vieram aqui?

Necessidade de atuação em conjunto com a Advocacia-Geral da União, o Ministério Público Federal, a Polícia Federal, a Secretaria Nacional de Esporte e a ABCD.

O Ministério do Esporte e a ABCD, como eu disse, têm conhecimento, desde janeiro de 2018, especificamente desses casos que nós trouxemos aqui hoje.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por último, o que esta nobre Casa pode fazer? Desta audiência pública – eu rezo –, quem sabe, saia um projeto de lei de criminalização do *doping*. Se a gente punir o espelho, se a gente punir lá em cima, aqui embaixo ele vai perder a referência. Lá em cima vou ter que ter alguém saudável, senão perdi a minha referência. É preciso, sim, punir o *doping*. O anabolizante esteroide já é crime; aqui nós temos o *doping*. Que possam ser punidos criminalmente os organizadores de eventos e campeonatos que se associem a pessoas ou entidades traficantes de anabolizantes...

Senhores, daqui a duas semanas vai ter um evento no Brasil cujo principal organizador está na lista de inelegíveis da WADA desde o ano passado, e o cara está fazendo dinheiro aqui. Se ele não vem, ele manda alguém no lugar dele. Isso é empresa internacional, tem mais essa.

Que possam ser punidos criminalmente organizadores de feiras e eventos, que possam ser punidos os treinadores, médicos, nutricionistas, toda pessoa que faça parte do *staff* do atleta, que induza o atleta a se dopar. Que possam ser punidos criminalmente todos aqueles que divulgam o uso do *doping*, de anabolizantes, através de qualquer meio de comunicação; que possam ser punidos criminalmente os responsáveis de empresas e entidades privadas que se associem a fabricantes ou traficantes de anabolizantes ou que, em seus produtos, fazem inserir substâncias que estão sob aquela portaria da Anvisa. Tem muito isso. Tem muito isso, e todo mundo sabe.

Senhores, muito obrigado. Mais uma vez, esta exposição tinha de ser assim. A gente tem que trazer de uma maneira que os senhores entendam a real necessidade. Vou acabar a minha explanação com a seguinte frase: tem gente morrendo. Tem gente morrendo. Esse é um assunto... Criminalizar o *doping* é uma questão de saúde pública.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Parabéns pelas palavras, pelas colocações, pela explanação.

Nós vamos começar, agora, a fazer as perguntas. Vamos, primeiro, perguntar para a Dra. Tatiana, porque ela tem um voo e tem que sair daqui ao meio-dia.

Doutora, vou ser o primeiro a perguntar. Tenho uma curiosidade em relação ao evento, que foi falado, do Arnold Schwarzenegger: se as pessoas que lá frequentam, se esses competidores que fazem parte desse evento usam drogas... Lá é um evento que não é oficial da IFBB, pelo que estou entendendo, certo? Se é sabido por todos que esses atletas participam desse evento usando drogas, por que eles não podem ser punidos? Ou seja: o que eu quero dizer é se, quando ele for participar de um evento que seja oficial, no caso da IFBB, ele automaticamente não poderia participar porque foi punido pelo uso de drogas. Como é que é feito esse acompanhamento se existe essa possibilidade de acontecer, já que ele usa drogas – e a gente sabe que usa –, e lá ele pode? Nesse aqui, ele não pode e ele não usa, mas usa lá, que a gente sabe. Não acontece nada?

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Só para pensar, nessa mesma pergunta: há uma lista negra, que é clara para todos nós aqui, e eles estão no Brasil

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tripudiando na nossa cara dizendo: "Venham, porque no Brasil está liberado"? Foi o que vocês dois praticamente disseram para a gente.

Então, só para concluir o que o Senador Romário disse, doutora.

A SRA. TATIANA MESQUITA NUNES – Obrigada pela pergunta.

Em relação, especificamente, ao ponto do atleta que compete naquele evento privado, nessa competição paralela e que, depois, vem competir em um evento oficial. Na verdade, o Código Mundial Antidopagem, que foi integrado à legislação brasileira, prevê a possibilidade de jurisdição da ABCD, digamos assim, em basicamente duas situações: ou em uma competição oficial, se a competição foi organizada pela federação, ou também é possível se o atleta for um atleta que participe de competições oficiais, ou seja... Eu não vou usar o conceito de atleta profissional, porque, na nossa legislação, o conceito de atleta profissional é muito debatido e muito complexo. Se formos pegar ao pé da letra, o único atleta profissional é o do futebol, é o que tem o contrato desportivo. Mas, usando a linguagem um pouco mais vulgar do atleta profissional, aquele que pratica o esporte e que não é considerado o amador, fazendo por exclusão, também é possível que ele esteja sujeito ao controle de dopagem.

Existe uma peculiaridade nesse caso, Senador: o anabolizante é uma substância não especificada e, na lista de substâncias da agência mundial, as substâncias podem ser classificadas como especificadas e não especificadas. As especificadas são as substâncias que, presumivelmente, o atleta não tomou para fins de dopagem. Então, existe uma presunção positiva para o atleta. É o caso, por exemplo, da Neosaldina. A Neosaldina é uma substância proibida, mas é presumível que ele possa ter tido uma dor de cabeça e não a usou para fins de *doping*. Quanto às não especificadas, ao contrário, a presunção é de que houve a utilização com intenção de aumento de *performance*. O exemplo clássico é o anabolizante. Então, o anabolizante é uma substância não especificada.

Em geral, as substâncias não especificadas são controladas tanto em competição como fora de competição. Então, é possível, sim, que esse atleta, se ele for atleta que participe regularmente de outras competições, seja testado fora de competição.

O que me parece que está acontecendo nesses casos? Alguns atletas sequer estão competindo, não estão competindo em mais nenhuma competição oficial; estão completamente afastados e estão completamente inseridos nesse sistema paralelo, o que faz com que, do ponto de vista do tribunal...

O André, talvez, possa trazer alguma questão ligada à ABCD, mas, do ponto de vista do tribunal, a gente só consegue julgar os casos sobre os quais a ABCD tem jurisdição e traz para o tribunal. Havendo uma dificuldade de jurisdição da ABCD, porque o atleta não é um atleta profissional, sob o ponto de vista vulgar, ou seja, ele não participa mais de nada, não está ligado mais a uma federação, ele se desfiliou da federação e está completamente nesse campeonato privado, a gente perde a jurisdição sobre esse atleta.

E, quanto à questão da lista negra, o que me parece é que eles trouxeram não só atletas, mas também organizadores que compõem essa lista negra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que é essa a discussão que a gente está trazendo aqui para esta Casa, porque, como foi bem colocado pelo Alexandre, a gente tem a convenção. A convenção fala: "Estado, vocês têm de tomar medidas". Mas, neste momento, talvez seja necessária uma espécie de passo legislativo para que haja os mecanismos pelos quais serão possíveis tais medidas.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Mais uma pergunta, doutora: quais são as modalidades que mais registram casos de *doping* no País?

A SRA. TATIANA MESQUITA NUNES – Eu estou inclusive com os dados abertos.

É muito difícil a gente responder à pergunta sobre quais modalidades mais possuem casos de *doping*. Por quê? Porque existe toda a questão da estruturação da possibilidade de teste.

Então, há modalidades que acabam sendo, por questões de organização, por questões de possibilidades, mais testadas e outras menos testadas. Mas, entrando particularmente nos casos que chegam ao Tribunal de Justiça Desportiva Antidopagem, que são os casos em que há o resultado positivo de *doping* ou uma evasão, ou uma recusa de parte do atleta de se submeter ao exame, o que também é possível, a modalidade em que hoje a gente mais tem tido incidência é o futebol, mas não porque o futebol seja o que tem mais casos de *doping*, mas porque o futebol é o que mais tem jogos e campeonatos no Brasil, e, consequentemente, muito mais testes. Então, assim, é um dado que é um pouco falacioso.

Mas, entrando no caso do fisiculturismo, o tribunal já recebeu... Só para passar aqui um dado que pode ser interessante para esta discussão: o tribunal já recebeu e julgou nove casos de fisiculturistas desde a sua criação. A gente teve o julgamento de 150 casos... Estamos processando 150 casos desde a nossa criação, recebemos 150 casos, mais ou menos, e, desses, nove são de fisiculturismo. Mas, em 100% dos casos de fisiculturismo, são anabolizantes, sendo que, na verdade, dois foram por recusa do atleta em se submeter ao exame, o que gera a presunção de que ele tinha alguma substância no seu corpo.

Então, o fisiculturismo é um caso bastante emblemático, porque a gente tem, diferentemente do que ocorre nas outras modalidades em que, às vezes, a gente tem substâncias especificadas, que são menos sérias, digamos assim, menos graves, e, às vezes, não especificadas, que são mais graves, no fisiculturismo a gente só... Tanto que todas as punições do tribunal foram de quatro anos, que é uma punição gravíssima; é a punição mais grave se não houver outros agravantes como uma reincidência. Mas, do ponto de vista da dosimetria penal, a mais grave é a punição de 48 meses. E todas as punições que tivemos no fisiculturismo, até hoje, foram desse tempo.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Doutora, uma outra pergunta: reconhecidamente pela Justiça Desportiva, qual é o laboratório do Brasil que representa a WADA aqui no País?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero te perguntar isso porque tivemos aqui uma audiência pública, há dois anos passados, na Comissão da qual eu era Presidente, a CE, onde houve algumas conversas sobre esse tema, e até hoje eu não consegui entender, definitivamente, qual é o laboratório que é reconhecido pela nossa Justiça Desportiva.

Eu não sei se a senhora poderia responder essa pergunta.

A SRA. TATIANA MESQUITA NUNES – Senador, nós temos hoje um laboratório no Brasil que é vinculado à Universidade do Rio de Janeiro, é o LBCD. Esse laboratório é hoje o laboratório no Brasil credenciado pela WADA, que é onde a ABCD realiza os testes relacionados à coleta. Esse laboratório passou um período em que ele não estava credenciado. Talvez tenha sido neste momento em que houve a discussão.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Na verdade, o credenciado era uma faculdade de São Paulo. Houve um período desse, se eu não me engano?

A SRA. TATIANA MESQUITA NUNES – Isso acho que foi, inclusive, antes da criação, não sei se foi antes da criação da ABCD, mas certamente antes da criação do tribunal.

A partir do momento em que houve a criação do nosso tribunal...

O SR. ALEXANDRE DIAS BORTOLATO – Só um parêntesis, Senador. Sim, era na USP, em São Paulo.

A SRA. TATIANA MESQUITA NUNES – E isso deve ter sido já há alguns anos.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Exatamente.

A SRA. TATIANA MESQUITA NUNES – Com certeza, desde a criação do tribunal, é o LBCD que é o responsável por esses testes.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem.

Senadora Leila, se quiser fazer alguma pergunta à Dra. Tatiana.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – E, doutora, quais os critérios que foram postos para a seleção desse laboratório? Como é que... Porque nós temos vários laboratórios no País, vários. Quais foram os critérios para a seleção desse laboratório?

A SRA. TATIANA MESQUITA NUNES – Senadora, eu não sei responder essa pergunta.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – No caso, a WADA poderia me responder, o André?

O SR. ANDRÉ SIQUEIRA – O LBCD submete os processos dele para a WADA, a WADA analisa e vê se está em conformidade com o *international standard*, o padrão internacional para laboratório e aprova ou não. É um processo absurdamente rigoroso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na América do Sul, hoje, nós temos só Rio de Janeiro e Bogotá, sendo que Bogotá está suspenso, não sei até quando, e não há mais intenção da WADA de abrir outros laboratórios aqui, na América do Sul. Há a intenção de abrir na África somente, que eu saiba.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Então, esse laboratório atende à América do Sul?

O SR. ANDRÉ SIQUEIRA – Boa pergunta. Ele atende ao Brasil. À América do Sul atende, se a facilidade de se mandar material biológico para cá for implementada. Isso é uma dificuldade que o laboratório tem, tremenda, porque é mais barato a Argentina mandar para o Canadá, mandar para Los Angeles, para Cuba, para México, para Portugal, para qualquer lugar do que mandar para o LBCD, porque Anvisa, Receita criam tantas barreiras, é tão difícil, é tão complicado, é tão caro, que preferem mandar para mais longe.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Entendi.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Sr. André, só uma pergunta.

O SR. ANDRÉ SIQUEIRA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – A gente está falando desse laboratório, ele atende a todos os esportes?

O SR. ANDRÉ SIQUEIRA – A todo o esporte nacional. E é o único credenciado pela WADA para tanto aqui, no Brasil. Na América do Sul, há o de Bogotá que estava, até pouco tempo atrás, descredenciado. Não sei como é que está agora.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – No caso, a ABCD, que é a Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem, já tem todos os seus membros nomeados no presente Governo?

O SR. ANDRÉ SIQUEIRA – Não, ainda não temos.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – O que falta?

O SR. ANDRÉ SIQUEIRA – Falta a nomeação do secretário, do chefe de gabinete e faltam alguns membros do corpo da ABCD.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – E o orçamento da ABCD para este ano permite que se possa contar com uma atuação efetiva em programa de combate ao uso de *doping*?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANDRÉ SIQUEIRA – Sim, temos orçamento. A gente tem orçamento para isso. Já temos o plano de distribuição de testes feito, temos tudo caminhando perfeitamente nesse sentido. Claro que, se tivéssemos mais verba, poderíamos fazer mais ações e mais coisas, mas, como está, a gente vai bem.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Depois desses grandes eventos que nós tivemos aqui, no País, como Copa do Mundo, Olimpíadas e Paralimpíadas, como o senhor vê a atuação hoje do controle de dopagem do Brasil? Evoluiu?

O SR. ANDRÉ SIQUEIRA – Sem dúvida que evoluiu. E, na verdade, o fato de os Jogos Olímpicos terem vindo para o Brasil foi o grande fator para ter sido criada a ABCD. Se a gente não tivesse aqui o Rio 2016, eu tenho quase certeza absoluta de que estaríamos até hoje sem uma autoridade brasileira de controle de dopagem. Apesar de a assinatura do nosso acordo com a Unesco ter sido feita lá, em 2005, V. Exa. veja que só em 2011 é que foi implementada a ABCD de fato e de direito.

A situação depois dos Jogos, Copa do Mundo e Pan-Americano, dessa época de esporte, se compararmos com o período anterior, melhorou, mas, se compararmos com aquele período pré-Jogos e pré-Copa, a situação, obviamente, como de todo o esporte nacional, deu uma caída. Isso é inegável.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Senador, só quero dizer que nós não acabamos o período. Nós temos Pan-Americano e Olimpíadas no ano que vem.

O SR. ANDRÉ SIQUEIRA – Sim! Sim, sim, sim, sim.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Então, esse ciclo é contínuo...

O SR. ANDRÉ SIQUEIRA – E eterno.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – E a minha preocupação é a seguinte: sobre recursos. A gente sabe que a secretaria nacional está parada, está numa letargia – vou aproveitar aqui e falar sobre isso. Nós estamos precisando, realmente... E, aí, peço ajuda ao Senador Romário e aos pares, aproveitando aqui o Flávio Arns e o Senador Styvenson – desculpe, Styvenson, já é meio-dia, hora do almoço, já vai faltando energia.

Secretaria Nacional de Esportes parada, a da Cultura parada. Temos que entender o que está acontecendo ali. Não é só a ABCD que está parada. Todo o corpo da secretaria nacional, a Secretaria Nacional de Esportes está parada, Senador. Nós precisamos ver com o Ministro Osmar Terra o que acontece. Já estive com o General Marco Aurélio, ele já esteve aqui, em audiência conosco, inclusive os dois, falando, explanando aí os objetivos do Ministério da Cidadania, cada um explicando a questão das secretarias, mas até o momento não houve as nomeações.

A ABCD está parada, que eu sei, e...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – É uma comissão que tem que ser feita.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Precisamos demais!

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – E não foi nomeada ainda essa comissão, segundo o General.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Também.

Então, nós precisamos realmente, junto, aqui, aos pares – não sei como é que nós podemos proceder aqui –, pedir um esclarecimento junto ao ministério e junto à secretaria do porquê. Nós estamos falando de um ano muito importante para os atletas, e diariamente eu recebo mensagens, venho e faço audiências com atletas aqui, referências esportivas, entidades, todos muito preocupados com os trabalhos da Secretaria de Esportes lá, do Ministério da Cidadania.

Só para ressaltar isso aqui para todos nós aqui, que estamos na audiência.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem.

Dra. Tatiana.

A SRA. TATIANA MESQUITA NUNES – Na verdade, é só para colocar mais um aspecto em relação à pergunta. Também o tribunal é fruto dessas discussões pré-Jogos, pré-Jogos Olímpicos. O tribunal foi criado, não por coincidência, em 2016. E o tribunal é fruto de uma discussão bastante importante e é um ganho para a nossa Justiça Desportiva, para o nosso controle de dopagem, porque a discussão vinha muito em relação à uniformidade das decisões em relação à modalidade esportiva. Ou seja, a gente tinha, por ser o *doping* julgado em cada uma das confederações, e cada modalidade tinha o seu próprio tribunal, a gente tinha a mesma substância, às vezes, encontrada com o mesmo tipo de intencionalidade e, em um tribunal, era dada uma pena de dois anos, no outro, de quatro, por exemplo.

Então, o tribunal vem justamente nesse pleito de tratar de ser um tribunal que acaba sendo especializado na matéria antidopagem, que é uma matéria muito específica, diferente da matéria disciplinar que também é tratada pela Justiça Desportiva das confederações, vem com essa ideia, vem com esse caráter pluripartite, que coloca as discussões em um nível bastante elevado, e vem justamente para dar essa uniformidade de que o esporte precisava e em resposta a todas essas necessidades que nasceram no momento da construção dos jogos.

Então, só para agregar à questão da ABCD.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Eu só gostaria...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Senador Flávio Arns, com a palavra.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – ... Presidente Romário, de dizer que, em primeiro lugar, eu gostei muito das falas, muito preocupantes ao mesmo tempo. Estava conversando, rapidamente, com a Senadora Leila e com o Senador Styvenson. Da minha parte – eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acho que é também o sentimento da Comissão –, gostaria de receber de vocês subsídios para a elaboração daquilo que dependa do Congresso Nacional. Vocês, como tribunal, como autoridade, também como profissionais da área, poderiam mandar um documento para a gente. Aí nós submetemos isso para a Consultoria Legislativa para não ficarmos estudando... Para que tudo aquilo que vocês pensarem nós possamos colocar naquilo que dependa do Congresso Nacional, não é, Senadora Leila e Senador Styvenson? Aí a gente faz um projeto até da Comissão, talvez, alguma coisa coletiva.

Agora, ao mesmo tempo, recebemos denúncias sérias aqui, sérias, e nós todos somos agentes públicos. Então, a gente precisa pensar. Olha, foram feitas denúncias, e a gente tem que pensar no que fazer. Agora, eu diria o seguinte, em primeiro lugar. A Comissão, em função da audiência pública, deve oficiar, como Comissão de Assuntos Sociais do Congresso Nacional, para o Prefeito, para o Secretário de Saúde lá do Município de São Paulo, para o Secretário de Segurança do Município de São Paulo, para todas as autoridades, para a Comissão de Educação e dizer: olha, recebemos essas denúncias todas e queremos providências para que, pelo menos, as coisas sejam feitas de acordo com os documentos internacionais já agregados ao nosso ordenamento jurídico. Segunda coisa: oficiar a todos os órgãos mencionados, porque foi dito que todos os órgãos já têm conhecimento exaustivo do problema.

Então, vamos, como Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal, oficiar para a Polícia Federal, para a Receita, para o Ministério da Saúde, porque, quando um braço é amputado, uma perna é amputada ou tem um problema de saúde, como foi dito, toda a sociedade vai ter que pagar por isso. Nós já não temos dinheiro de saúde... Quer dizer, vamos prevenir, evitar, mas oficiar, principalmente para a Polícia Federal. Eu estava perguntando aqui para o Aires, que é o meu chefe de gabinete, inclusive, por exemplo, qual é o processo de autorização, de fiscalização de academia, já que há uma denúncia de que lá o corriqueiro é ter o uso de substâncias proibidas. Quer dizer, houve essa denúncia. Então, temos que dizer o que nós vamos fazer, não é verdade?

Então, é nesse sentido de tomar essas providências. Agora, eu colocaria a Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem e tudo, quer dizer, fora, oficial. Nós temos que ter a nossa legislação aqui no Brasil. Porque é só oficial... Claro, se é um tribunal, você não ficar julgando, mas que aconteça o controle, a autoridade, que é o André no caso, mas é preciso que nós recebamos de vocês – permitam-me chamar de "vocês", os que participaram da audiência –, porque vocês sabem onde está o pepino lá, onde dói o negócio, para a gente fazer uma legislação prática, objetiva, que funcione e pensando no bem da população.

Quando você falou no jogo limpo, André, achei muito bom. Achei pouco 130 mil pessoas, porque eu fui, por exemplo, Secretário de Educação lá do Paraná e incentivamos muito os jogos escolares, por exemplo – de 5 mil passamos para 15 mil –, mas há os Jogos da Juventude, Jogos Universitários, Olimpíadas das Apaes, das entidades coirmãs. Só no Paraná, a gente vai para umas 30, 40 mil pessoas. Então, a gente deveria pensar – não é desta Comissão, porque aqui é saúde basicamente, mas nós estamos juntos aqui na educação, cultura e esporte também – para ter esse material, porque eu gostaria de saber... Eu nunca vi nada – não prestei atenção, pelo menos – de filme, de material e tal. E

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trata-se de articular essas coisas, mas, principalmente, de fazer com que a polícia fique em cima. Hoje em dia, a Polícia Federal... Vamos mandar para o Juiz Sergio Moro também. Vamos mandar essa denúncia... Aliás, juiz, não, para o ex-Juiz Sergio Moro, Ministro da Justiça. A Polícia Federal está lá. Eu acho que mais interessante do que mandar para a polícia é mandar para o Ministro e para a polícia junto, manda-se para os dois ao mesmo tempo. E vamos trabalhar para promover a saúde, o esporte, claro, o bem-estar.

Eu gostei muito das falas, mas fiquei muito preocupado também. Vamos falar com o Bruno Covas, neto do Mário Covas, para ele, pelo menos, dizer assim: "Olha, o Senado, o Congresso me alertou que o Secretário de Segurança, que o Secretário de Saúde... Para eles verem essa coisa de comunicação, cobrarem, verem, fazerem os exames e tal. E vamos batalhar nisso, não é, Leila?

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Sim, sim.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – E Styvenson também, não é?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Ficamos no aguardo então.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ALEXANDRE DIAS BORTOLATO – Claro.

Eu posso, Senador, Presidente da Mesa, pela ordem, só fazer um breve parênteses? O Senador Arns, a Senadora Leila e o Senador Romário pegaram o espírito mesmo. É mais do que a gente ficar naquela discussão de o Código Mundial da WADA me diz que a jurisdição é essa. Então, eu só posso atuar aqui. Eu não posso fazer teste de controle. Nós sabemos disso. Isso é verdade, só que todos, a partir do momento em que a autoridade brasileira de combate ao *doping* é um órgão público, são agentes públicos. É mais do que simplesmente cumprir o ritualzinho do Código Mundial Antidopagem. Podemos, sim, tomar medidas administrativas e ir além, nós somos agentes públicos e temos um problema sério de saúde pública.

Então, a gente pode enviar ofício para os Municípios onde há eventos. Duvido que – há muitos eventos acontecendo – todos os eventos tenham alvará de vigilância sanitária, alvará do Corpo de Bombeiros, alvará de segurança pública. Algumas feiras, megafeiras, sim, mas eu duvido que o resto tenha. Podemos ir além. Podemos entender a autoridade brasileira de combate ao *doping* não apenas no aspecto restrito daquilo que diz o Código Mundial Antidopagem: ali também existe um órgão público, são agentes públicos, e se pode ir além, pode-se fazer mais.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Quer fazer uma pergunta para a Dra. Tatiana?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Eu ia, mas eu vi que ela está com tanta pressa...

A SRA. TATIANA MESQUITA NUNES – Pode fazer, dá tempo!

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Vai perder o voo? Se for perder o voo, eu faço a pergunta aos demais.

A SRA. TATIANA MESQUITA NUNES (*Fora do microfone*.) – Não, não, pode fazer.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Eu separei bem, Sr. Presidente, a questão do *doping*. Separei bem o que o Flávio Arns disse e que Leila estava falando também, sobre uma nova legislação ou uma adequação da legislação, mas que seja cumprida, porque o que já existe... É a pergunta para a senhora: não funciona porque não tem fiscalização? Já li ali que há até penalidade de 5 a 15 anos no caso da venda da substância, da droga.

Já que a senhora vai embora e está com muita pressa...

A pergunta, além dessa: seria necessário a gente criar hoje um mecanismo... Porque o *doping* existe, mas, no momento em que é feita a fiscalização, em que é feita a triagem por amostragem durante a competição ou fora da competição... Como é que um atleta chega a um nível de competição só com batata doce e frango? Por que não entra na minha cabeça... Se existe esse atleta, se é feito durante a vida toda dele de atleta ou só durante a competição.

Vou ser bem claro. Eu vou ser motorista de caminhão, uso drogas, passo seis meses sem usar, faço aquele sacrifício, depois volto a usar de novo. Passo um período sem utilizar, já que vou passar pelo *antidoping,* ou tomo um medicamento que corta o efeito e altera essa substância ou boto a urina de alguém, burlo de qualquer forma, vou trapacear. Não poderia ser feito de forma contínua? Mas eu já ouvi que a senhora respondeu que há uma dificuldade muito grande de atendimento dessa questão do *doping*.

Mas, na questão do jogo de futebol, e aí o Romário pode me dizer melhor... Há centenas de atletas de futebol e de outros esportes que são dependentes químicos de maconha, *crack*, cocaína. Isso pode ser considerado também como *doping*? É qualquer substância, como foi lido ali, que possa modificar a característica... Há uma estatística do tribunal da senhora sobre qual é a substância mais presente? Porque, se for a porcaria da droga mesmo, da cocaína ou do *crack*... Há vários atletas que deixam a profissão para serem internados em readaptação. Gostaria de saber se isso acontece e se poderia ser feito esse processo de fiscalização esporádica, ou de surpresa, em atletas.

Eu não consigo imaginar... Está aqui um monte de crianças, eu vejo um monte de crianças de escola da Ceilândia. Todos têm um sonho aqui, de ser atleta ou de ser grande, forte, bonito, musculoso, *fitness*, se sacrificando não só com a disciplina da alimentação, mas muitas vezes se sacrificando para o corpo perfeito. É preciso deixar claro aqui: tem um custo ter um corpo perfeito para essas competições, tem um custo e o custo é muito alto. As pessoas precisam saber disso. De anoréxicos a pessoas com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

problema de bulimia, existem muitas. Há pessoas que se privam de certos alimentos e ficam desnutridas. De que adianta ficar gigante e desnutrido?

Já que a senhora está com tanta pressa...

Dou um exemplo de punição rígida, um exemplo de punição que foi eficiente e que desmotiva. Acho que nem todos aqui vão lembrar, mas um ciclista americano – depois teve câncer – usou a vida toda anabolizante, foi campeão centenas de vezes, e ele afirmou em entrevista que, se pudesse voltar no tempo, tomaria tudo de novo.

Pergunto-lhe: é o que está acontecendo hoje na sociedade? Mesmo com tanta proibição, Flávio Arns, com tantas leis, com tanto enrijecimento penal... Vai parar?

A SRA. TATIANA MESQUITA NUNES – Bom, essa é a grande pergunta.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Foi pena perpétua a dele, foi banido do esporte para sempre e teve seu nome apagado.

A SRA. TATIANA MESQUITA NUNES – Essa é a grande pergunta do controle de dopagem.

Divido um pouquinho a sua pergunta.

O nosso primeiro desafio é o seguinte: enquanto o controle de dopagem... Isso até tem mais relação com a atividade da ABCD do que do tribunal, mas como acaba havendo... Como nós conhecemos toda a atividade da ABCD pelo fato de o caso chegar ao tribunal, eu posso responder um pouquinho sobre isso. O grande desafio que a gente enfrenta no controle de dopagem é conseguir acompanhar as inovações, porque todo esse sistema de que a gente está falando – médico, nutricionista, *coaching* –, que gera dinheiro, faz com que muitas vezes as inovações estejam um passo à frente do nosso conhecimento. Então a WADA está incluindo novas substâncias na lista, fazendo a detecção de novas substâncias que causam efeito dopante, mas amanhã já há uma nova que está sendo utilizada pelos atletas, que ainda ninguém sabe que é utilizada para esse fim, além dos métodos mascarantes.

Então amanhã o atleta está tomando um anabolizante... Foi o caso do Armstrong: ele utilizava um método que, inclusive, era com o incremento das hemácias, se não me engano. Eu li a biografia dele. Ele usava o próprio sangue e, até então, os exames não detectavam quando era o próprio sangue da pessoa, mas só quando você utilizava o sangue de outra pessoa. A questão é que a evolução das práticas fraudulentas às vezes está um passo à frente da evolução do nosso conhecimento de que essas práticas existem.

Então existe esse primeiro desafio – isso é um desafio – e, quanto mais a ABCD e as autoridades responsáveis tiverem orçamento, estrutura, mecanismos, mais rápido a gente vai conseguir chegar a esse patamar.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Está dentro do que eu perguntei sobre... Já que a senhora disse que tem acesso a todos esses processos, qual é a estatística de droga, maconha, cocaína, *crack*?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. TATIANA MESQUITA NUNES – Não são as substâncias mais encontradas. Nós temos, disparadamente, que o anabolizante é o mais encontrado. Já tivemos casos tanto de maconha como de cocaína. Disparados à frente estão os anabolizantes, é a primeira substância. E a segunda são os diuréticos, porque eles são mascarantes de outras substâncias. Não são os diuréticos em si, que muitas vezes são utilizados para fins, por exemplo, de esporte de luta, para fins da pesagem –a pessoa emagrece para poder ser pesada e entrar numa categoria diferente –, mas os diuréticos também têm um efeito mascarante, de mascarar outras substâncias no organismo. Então, primeiro são os anabolizantes e, em segundo, vêm os diuréticos. Hoje, em termos de estatísticas, são os mais encontrados no nosso controle, o que é extremamente preocupante; o fato de a substância mais encontrada ser um anabolizante é extremamente preocupante.

A questão dos testes. Eu digo que mais de 90% – o André vai poder me corrigir se eu estiver errada – do que a gente detecta são substâncias encontradas após testes em competições. Mas há, sim, casos de testes fora de competição. Eu acho que isso também é uma questão de possibilidades...

O SR. ANDRÉ SIQUEIRA – A gente faz o balanço de mais ou menos 70/30: 70 em competição e 30 fora de competição, 70% e 30%.

A SRA. TATIANA MESQUITA NUNES – Mas certamente eles vão encontrar sempre mais casos em competição. Por quê? Porque há substâncias que são proibidas só em competição e outras que são em ambos os casos, tanto fora de competição como em competição. Então necessariamente...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Qual é a substância que não é proibida durante a competição que pode ser usada? Há uma substância que você disse que melhora a massa muscular...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. TATIANA MESQUITA NUNES – Teoricamente não. Só se for uma substância que sequer se conheça, que, como eu estava dizendo, esteja adiante ainda, que a gente não chegou lá. E, quando eu digo "a gente", não é só o Brasil, porque a lista de substâncias proibidas vem da Agência Mundial Antidopagem. O Brasil é signatário do código e o incorporou no nosso ordenamento jurídico, a gente segue a lista mundial. Ou seja, quando a gente está falando "a gente", está falando do mundo, não é só Brasil não. O mundo ainda não conseguiu, às vezes, detectar...

O SR. ANDRÉ SIQUEIRA – São laboratórios do mundo inteiro que estão nessa corrida, na corrida contra o *doping*. Então, o atleta consegue uma substância ou consegue usar as substâncias de maneira diferente ou usando outro método diferente, e os laboratórios do mundo inteiro – esses 32 e mais alguns – vão tentar, então, chegar junto, correr atrás e conseguir um meio confiável de detectar aquela substância ou aquele método para poder dizer com certeza: "Esse atleta se dopou com essa substância, dessa maneira. Então, ele tem que ser punido."

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Então, a pergunta que eu fiz... Eu a fiz para a Leila aqui, em *off, v*iu, Romário? Eu perguntei para Leila: "Leila, me diga uma coisa: você nunca tomou nada?" (*Risos.*)

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Eu falei para o Styvenson que eu e o Romário somos de uma geração que era talento.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Amém!

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Muito treino...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – É isso aí.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – ... e nós tínhamos pavor dessa coisa. Nós tínhamos até preconceito. O máximo que nós tomamos foi aminoácido ramificado, creatina, substâncias que só ajudavam a gente a se recuperar para o próximo treino.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Mas com acompanhamento de especialista, claro.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Total. Assim, o que eu quero falar sobre *doping*?

Você terminou, Styvenson?

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Não, não...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Ah, então termina.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Não, pode falar. Eu quis dizer isso.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Eu acho assim... Primeiro, eu não pude concluir porque eu acho que a doutora está saindo, não é, doutora?

A SRA. TATIANA MESQUITA NUNES – Não.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Não é nem direcionado à senhora, mas quero agradecer e dizer que foi ótima a explanação de todos vocês. Também dou os parabéns ao Presidente pela iniciativa, também pelo convite feito ao Centro de Ensino Fundamental 7, da Ceilândia Sul, aos meninos que estão aqui com os professores, ao Diretor José Idoval e ao Prof. Lúcio Rogério – é bacana a gente ver o trabalho que eles estão fazendo com os nossos alunos.

Já emendando a respeito disso, eu queria saber o seguinte. Você falou muito sobre as campanhas, sobre o trabalho, o programa educativo, o jogo limpo, o *fair play*. O que a ABCD efetivamente tem feito nesse trabalho de parcerias com as escolas também? Eu acho que é importante. A gente tem que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trabalhar a base com as confederações, o esporte de base. A nossa preocupação maior: a gente tem que trabalhar o esporte de base. Essa é uma parte.

Além disso, eu quero dar os parabéns aos dois, ao Prof. Maurício e ao Prof. Alexandre, pela coragem. Vocês estão aqui representando o fisiculturismo, mas... A preocupação de expor a modalidade... Muito pelo contrário, vocês vieram aqui e tiveram a coragem de expor uma realidade, como os Senadores Flávio Arns e Styvenson falaram. Vocês abriram os nossos olhos para a realidade principalmente das academias. A questão do *doping* não é um problema no esporte só – e o esporte está monitorado; nós temos aqui uma ABCD que está monitorando, nós temos várias entidades –, mas é um problema de saúde pública. Nós estamos perdendo os nossos jovens por causa dessa questão da cultura ao corpo, do culto ao corpo, da mulher marombada, do rapaz bonito.

Então, nós temos que ter uma maior fiscalização nas academias, ver essa questão do trabalho junto aos preparadores físicos, a questão da educação física. Realmente, nós precisamos discutir isso de uma forma mais aprofundada.

Eu acho que foi importantíssimo esse tema que vocês trouxeram para nós. E vocês podem ter certeza de que esta Casa está de portas abertas para escutarmos toda essa demanda, toda essa denúncia com relação a essa questão do *doping,* porque o esporte, gente, virou um grande negócio para a indústria de entretenimento, e o grande garoto-propaganda desse uso de substância e de performance é o atleta, que está sendo, na verdade, usado por essas pessoas que estão utilizando o esporte de forma errada, porque o esporte não é isso.

Eu quero dizer para você, Styvenson, meu amigo, o seguinte. Você me perguntou como é que eu joguei quatro Olimpíadas e já fui uma das melhores do País e do mundo na minha modalidade. Isso foi possível treinando diária e exaustivamente, abdicando da minha adolescência e da minha família pelo sonho de representar o meu País. O esporte é isto: é jogo limpo, é saúde. O esporte não é o que estão vendendo nas academias, não é o que estão vendendo nesses eventos baratos e errados. Isso não é saúde. A gente tem que trabalhar, esta Casa não pode se omitir com relação a isso. Nós vamos trabalhar isso.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, Senadora!

Dra. Tatiana com a palavra.

A SRA. TATIANA MESQUITA NUNES – Senadora Leila, antes de o André poder responder a sua pergunta, eu gostaria de colocar uma última coisa antes de sair.

O seu discurso me deixa empolgada de fazer o que eu faço. Eu acho que a questão do controle da dopagem, que é o que a gente faz todos os dias nas nossas atividades... O tribunal inclusive... Todos os auditores que compõem o tribunal... Nós fazemos isso gratuitamente, não recebemos nada para compor o tribunal. Então, todos estão lá pelo amor a essa causa, à causa do controle de dopagem. Os atletas que participam do tribunal, os representantes das confederações e os nossos representantes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Poder Executivo, estamos todos ali combatendo essa causa efetivamente por acreditar nisso que a Senadora Leila falou: os atletas que abdicam da sua infância, da sua adolescência, que têm que controlar a alimentação, controlar o corpo, não podem ir ao cinema e pedir uma pipoca, esses atletas têm que ser prestigiados. E como a gente prestigia esses atletas? Impedindo que os outros se utilizem de substâncias para chegar na mesma situação ou, às vezes, em situação até melhor de uma forma fraudulenta, porque o *doping* é uma fraude ao espírito esportivo, e isso está lá na carta do movimento olímpico que o Barão de Coubertin fez no início.

Então, a gente não pode deixar que isso aconteça, porque isso vai fazer com que... Por exemplo, no fisiculturismo, vai fazer com que as pessoas que queiram chegar a patamares de campeão e de vice-campeão, em patamares de campeonatos nacionais e regionais, tenham que se dopar, vai fazer com que entendam que tenham que se dopar para conseguirem competir. É isto que a gente não pode deixar acontecer: que os atletas que tentam trabalhar sem a utilização dessas substâncias proibidas e sem fraudar o espírito esportivo sejam de alguma forma encorajados a mudarem a sua postura e usarem substâncias. É isso que a gente tem que impedir.

Então, é esse o trabalho diário do nosso tribunal, é esse o trabalho diário da ABCD. Nós ficamos muito, muito felizes e satisfeitos em saber que esta Casa está em parceria conosco nessas medidas, nessa missão. Acho que, mais do que tudo, é uma missão que nós acabamos tendo.

Então, agradeço pela possibilidade de estar aqui presente, agradeço o Senador Romário pelo convite para participar desta Comissão. Peço desculpas por ter de me retirar, mas foi um compromisso que eu não consegui alterar. Agradeço a disponibilidade de podermos tratar desse tema e pelas portas que nos estão sendo abertas.

Muito obrigada a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito obrigado, Dra. Tatiana, pela sua participação.

A gente acredita e espera que, no Brasil, possam haver pessoas com a sua determinação e com a sua coragem para que, definitivamente, a gente possa exterminar o *doping* do nosso esporte, porque realmente é uma questão de saúde pública e também de segurança pública. Eu acredito, depois do que ouvi aqui, principalmente do Presidente Maurício e do representante da Federação Internacional, o Alexandre, que a Polícia Federal, assim como falou o Senador Flávio Arns, tem que participar disso, tem que ser sabedora...

Por exemplo, nós já sabemos que o próximo evento que será conduzido pela empresa do Sr. Karamelo – com "K" –, que é um evento em que todo mundo usa 100% o *doping*... A Polícia Federal tem que ir lá e fechar esse evento. Assim, simples. Isso não pode acontecer.

E, assim como esse, outros. Aquela academia em que os professores usam *doping*, usam drogas e as receitam para os seus alunos... A Polícia Federal, a Estadual, a Civil ou a Militar tem que ir lá e fechar essa academia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse é o meu o meu entendimento... (*Palmas.*)

Depois de hoje aqui, a gente não pode mais aceitar esse problema, que é um problema de saúde e, como o próprio Alexandre Dias falou, é um problema que mata, e há pessoas morrendo.

De minha parte aqui, já posso encerrar. Há alguém que gostaria de fazer algum comentário? Algum dos alunos quer fazer algum tipo de pergunta ou algum comentário? Fiquem à vontade...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Obrigado, Doutora.

Caio, por favor.

O SR. CAIO EMANUEL BEZERRA ALVES – Eu tenho uma pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Pode sentar, Caio – nosso Senador mirim hoje!

O SR. CAIO EMANUEL BEZERRA ALVES – Eu tenho uma pergunta que é a seguinte.

(*Intervenções fora do microfone.*) (*Risos.*)

O SR. CAIO EMANUEL BEZERRA ALVES – A minha pergunta é a seguinte. Eu queria saber se há uma forma existencial de legalizar o *doping*, não para campeonatos, porque essa que está totalmente errada...

Eu queria pensar assim, de forma mais livre, se nós poderíamos usar para corridas, para nos fortificar, mas não para nos matar, ficar se machucando, basicamente, com anabolizantes, essas coisas.

Era isso. Essa é a minha pergunta.

O SR. ALEXANDRE DIAS BORTOLATO – Eu vou começar a resposta, mas acredito que a pessoa mais indicada da Mesa para responder é o Prof. Maurício, que está aqui do meu lado.

O ideal...

Qual é seu nome?

(*Intervenção fora do microfone.*)

Caio, obrigado pela sua pergunta e obrigado pela sua participação.

O ideal é você não utilizar nada. Aqui você tem dois representantes da geração que eu cresci vendo, do voleibol feminino e do futebol, que disseram aqui: "Nós nunca precisamos de nada, era na raça mesmo. O máximo que a gente tomava era um suplemento alimentar" – e isso não é *doping*, isso também não é anabolizante. Disseram: "O máximo que a gente fazia era complementar a nossa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

alimentação, porque a gente vencia pelo talento" – e essa é uma geração talentosíssima – "vencia pelo talento e pela dedicação."

O que eu aconselho? É você falar assim: "Eu vou tirar da minha cabeça qualquer possibilidade que eu possa ter de querer me dopar um dia na minha vida. Eu prefiro ganhar pelo meu talento e pela minha dedicação." Se você for por esse caminho, você vai por um caminho brilhante, não é Professor?

O SR. MAURÍCIO DE ARRUDA CAMPOS – Há até uma frase que escrevi outro dia numa rede social, que eu vi e que eu achei muito interessante. A pessoa falou assim: "Cuide bem do seu corpo. Você vive nele." É simples assim. Você vive nele e, se você não cuidar dele, ninguém vai cuidar, entendeu? Então, o esporte tem que ser feito para cuidar do seu corpo, e não para aparentar alguma coisa ou para ganhar alguma performance e perder saúde, certo?

Então, pensem sempre nesta frase: "Cuide bem do seu corpo. Você vive nele."

O SR. CAIO EMANUEL BEZERRA ALVES – Lembro uma frase que a minha mãe falava alguns anos atrás, quando eu era pequeno. Ela dizia que era para se alimentar bem, não usar essas coisas. Naquela época nós não comentávamos muito de anabolizantes porque a inteligência foi vindo com a tecnologia, nós nos informamos muito mais com a tecnologia.

Minha mãe falava também que o nosso corpo é um templo, que nós teríamos que cuidar desse tempo para deixá-lo de forma agradável, cuidar da nossa saúde é um tempo. Isso é que seria a representação do nosso corpo.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Por favor, Senador Capitão Styvenson.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Creio que entendi a pergunta de Caio. Acho que ele quis saber se não existe a possibilidade de ele usar substâncias que podem fazê-lo ficar mais forte.

Existem os casos em que o médico recomenda. Se você realmente passar por um problema de saúde, raquitismo ou alguma doença que agrave o seu crescimento, aí sim, com orientação médica – claro, precisa –, isso seria feito, mas não para ganho estético, não para ficar bonito, forte, auto, veloz. Isso aí, não.

Agora, um trabalho de escola para vocês. Um trabalho de pesquisa é saber quantas pessoas famosas no nosso País usaram anabolizantes e se arrependeram. Pesquise na internet, já que você falou em tecnologia. Coloque lá: "Quantos famosos se arrependeram de usar anabolizantes?" Você vai encontrar um monte de cantores, vai encontrar um monte de gente que diz: "Eu não usaria, não faria mais isso por questão estética." – não foi para competição.

Eu, quando dividi a questão do *doping* e do anabolizante...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E outra pesquisa que vocês devem fazer também, crianças, é para saber como essas porcarias são feitas: em laboratórios dentro de casa, com produtos comprados no Paraguai – é caso de Polícia, viu, Romário? –, porque o sal da testosterona é vendido aos quilos – o cara não vai buscar não, eles mandam deixar; custa R$1 mil o quilo, se eu não me engano.

Em uma pesquisa feita rapidamente no celular, a gente vê que pode comprar pela internet. Se eu quiser botar um laboratório de anabolizantes, eu boto em casa, porque eu compro todos os produtos pela internet, e eles me ensinam a fazer ainda, me dão uma aula de Química, sobre como é feito! Você acha que uma substância dessa vai fazer bem para a sua saúde, ainda mais sendo clandestina?

O SR. CAIO EMANUEL BEZERRA ALVES – O que é padrão do corpo... Eu não me envolvo com coisas químicas.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Pois é, não se envolva. As químicas naturais...

Então, só para completar a fala aqui do amigo: uma estudante de Direito de 24 anos do Ceará morreu, teve uma parada cardíaca. Ficou em coma duas semanas por causa do uso de anabolizantes, no ano de 2015 se eu não me engano. Há alguns casos que foram citados. E sabe por quê? Porque queria ficar bonito, queria ficar alto, forte, musculoso, Schwarzenegger.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Caio, continue bonito e saudável naturalmente. Esse é o papo! (*Palmas.*)

Todos os que desejarem participar deste evento poderão fazê-lo através do portal e-Cidadania, no *site* www.senado.leg.br/ecidadania, ou através do telefone 0800-612211.

Tivemos a participação do Leonardo Samary, do Espírito Santo: "A discussão sobre hormônios para fins estéticos não pode ser unilateral, romântica, nem passional, mas criteriosa, científica e prática. Hoje o Brasil possui um grupo de profissionais de saúde altamente competentes para discutir o tema e o uso para fins terapêuticos e estéticos."

Muito obrigado, Leonardo, por sua participação nesta audiência pública.

Não há ninguém mais para falar? Nenhum aluno...

O SR. ALEXANDRE DIAS BORTOLATO – Só vou concluir a minha participação, Senador, dizendo o seguinte.

Senador Arns, nós vamos enviar para todos vocês todo o material que nós temos a respeito do caso do fisiculturismo. Vocês vão recebê-lo através dos *e-mails* de vocês, nós vamos protocolizá-lo junto ao gabinete de vocês. Esta Casa vai ter acesso a todos os documentos.

Peço um segundo para dizer o seguinte. Essa proliferação de entidades piratas é acobertada por uma garantia fundamental, que é a garantia da livre associação. Todo mundo pode se associar livremente a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

qualquer entidade. A diferença entre o joio e o trigo está na criminalização, está nesse movimento, e nas medidas que nós já podemos tomar contrárias à utilização do *doping*.

O SR. MAURÍCIO DE ARRUDA CAMPOS – Só para finalizar, Senadores: se vocês puderem cumprir com o que vocês sugeriram – principalmente o senhor, da Polícia Federal, da Prefeitura, da vigilância sanitária, todas as entidades que foram citadas de São Paulo – com relação a esse evento que está para acontecer, seria de grande valia. Então, eu gostaria de pedir a atuação mesmo nesse sentido, por favor.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Só lembrando – a Secretaria está aí – que foi feito e sugerido. Isso a gente vai fazer...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Isso tem que ser feito através de um requerimento de informação e, na próxima reunião, a gente vai deliberar para ser votado.

Com relação a mim, Presidente, pode ter certeza de que, a partir de hoje, a gente vai fazer um levantamento – preciso da ajuda dos senhores – para que todos os eventos no País em que o *doping* participará diretamente, a droga... A gente vai fazer um comunicado às polícias locais e principalmente Polícia Federal no intuito de deixar acontecer o evento.

Agradeço a presença aqui do...

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Senador Romário, só uma sugestão. Se for possível regimentalmente – eu também não sei –, em vez de termos um requerimento de informação, apresentaríamos uma denúncia.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Senador, eu me coloquei... Na verdade, o requerimento de informação é sobre essas informações que a gente vai pedir que eles nos passem para futuramente formatarmos um projeto foto de lei.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Isso.

Agora, em relação aos outros fatos... Quer dizer, recebemos uma denúncia... Às vezes as pessoas falam comigo, e eu digo: "Olhe, você está apresentando uma denúncia. Eu sou agente público." Daqui a um ano acontece alguma coisa e ele vai à Polícia e diz: "Há um ano eu falei para o Senador Flávio e o que ele fez?" Recebeu a denúncia? Manda para o Ministro da Justiça, para a Polícia Federal, para todos os órgãos mencionados.

Eu gostaria que isso acontecesse pela Comissão, porque a Comissão recebeu. A gente poderia fazer isso individualmente, mas eu acho que institucionalmente fica melhor como comissão: "Recebemos essa denúncia na Comissão. Estamos passando para os órgãos competentes."

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, Senador!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado ao Sr. André Siqueira, ao Sr. Alexandre Dias Bortolato, ao Sr. Maurício de Arruda e à Dra. Tatiana pela presença. Com certeza, a partir de hoje, a gente está muito mais informado sobre o que realmente acontece em relação ao *doping*, não só no fisiculturismo, mas no esporte de maneira geral.

Muito obrigado a todos os Senadores e Senadoras que participaram, agradeço a presença de todos aqui neste Plenário.

Queria aproveitar e convidar a garotada para vir aqui bater uma foto com os convidados e com os Senadores.

Um abraço e muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

Convoco para o dia 10 de abril, quarta-feira, às 9h, reunião extraordinária desta Comissão destinada à deliberação de proposições e, ainda, à definição da política pública desenvolvida no âmbito do Poder Executivo a ser avaliada por esta Comissão em 2019.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Antes de encerrar, eu gostaria de agradecer, mais uma vez, a Marcia de Sousa e Lira Matos pela participação com a linguagem de Libras aqui para todos nós. Muito obrigado.

(*Iniciada às 9 horas e 16 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 33 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 9ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE ABRIL DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às nove horas e vinte e dois minutos do dia dez de abril de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob as Presidências dos Senadores Romário e Styvenson Valentim, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Jayme Campos, Leila Barros, Mara Gabrilli, Nelsinho Trad, Maria do Carmo Alves, Rogério Carvalho, Eduardo Gomes, Otto Alencar, Zenaide Maia, Marcelo Castro, Juíza Selma, Eliziane Gama, Luiz do Carmo, Paulo Paim, Jorge Kajuru, Soraya Thronicke, Lucas Barreto, Paulo Rocha, Chico Rodrigues, Eduardo Girão, Fabiano Contarato, Mailza Gomes, Marcos do Val, Telmário Mota, Izalci Lucas, Renilde Bulhões, Esperidião Amin e Arolde de Oliveira. Deixam de comparecer os Senadores Humberto Costa, Weverton, Flávio Arns, Renan Calheiros, Luis Carlos Heinze e Irajá. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Antes de dar prosseguimento à apreciação da pauta, a presidência procedeu à leitura de comunicados. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em duas partes: **1ª Parte - Definição de Política Pública a ser avaliada**. **ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais nº 33, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 96-B, do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Assuntos Sociais avalie o Programa Nacional de Imunizações (PNI), no exercício de 2019." **Autoria:** Senador Romário. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais nº 34, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 96-B, do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Assuntos Sociais avalie o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), no exercício de 2019." **Autoria:** Senador Romário. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais nº 35, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 96-B, do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Assuntos Sociais avalie o Programa Seguro-Desemprego, no exercício de 2019." **Autoria:** Senador Romário. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais nº 36, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Assuntos Sociais avalie a Política de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde (SUS), no exercício de 2019." **Autoria:** Senadora Mara Gabrilli. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais nº 39, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Assuntos Sociais avalie a Política de Atenção Ambulatorial Especializada do Sistema Único de Saúde, no exercício de 2018." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais nº 40, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Assuntos Sociais avalie a política de reconhecimento das pessoas com deficiência para fins de gozo de direitos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

previstos em lei, no exercício de 2019." **Autoria:** Senadora Soraya Thronicke. **Resultado:** Adiado. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei nº 585, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera o inciso XIV do art. 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para incluir o diabetes melito entre os agravos à saúde a cujos portadores é concedida a isenção do imposto de renda sobre os proventos de aposentadoria ou reforma." **Autoria:** Senador Alvaro Dias. **Relatoria:** Senador Romário. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto. **Observação:** Matéria a ser apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa. **ITEM 2 - Projeto de Lei do Senado nº 151, de 2017 - Terminativo -** que: "Altera os arts. 392, 392-A e 473, III da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para estabelecer o compartilhamento da licença maternidade e da licença adotante." **Autoria:** Senadora Rose de Freitas. **Relatoria:** Senadora Soraya Thronicke. **Relatório:** Pela consulta à Comissão de Assuntos Econômicos sobre os impactos econômicos, financeiros e orçamentários do Projeto (art. 99, I, RISF). **Resultado:** Concedida vista ao Senador Fabiano Contarato, nos termos regimentais. **ITEM 3 - Projeto de Lei do Senado nº 235, de 2018 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, para incluir nos programas públicos de assistência farmacêutica modalidade de subsídio para possibilitar que todo aposentado ou pensionista adquira os medicamentos a ele prescritos com o desconto que especifica." **Autoria:** Senador Paulo Paim. **Relatoria:** Senadora Mailza Gomes. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1-CAS. **Observação:** Durante a discussão da matéria, a Relatora acata a Emenda nº 1, de autoria do Senador Fabiano Contarato. **ITEM 4 - Projeto de Lei do Senado nº 357, de 2015 - Terminativo -** que: "Altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e a Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, para disciplinar a comercialização de alimentos nas escolas de educação básica e a elaboração de cardápios do programa de alimentação escolar, e promover ações para a alimentação e nutrição adequadas de crianças e adolescentes." **Autoria:** Senador Paulo Paim. **Relatoria:** Senador Chico Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Projeto de Lei do Senado nº 328, de 2015 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre a regulamentação da profissão de educadora e educador social e dá outras providências." **Autoria:** Senador Telmário Mota. **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e das Emendas nº 1-CCJ-CE, 2-CE e 3-CE, e pela rejeição da Subemenda nº 1 à Emenda nº 2-CE. **Resultado:** Aprovado o Projeto, as Emendas nº 1-CCJ-CE-CAS, 2-CE-CAS, 3-CE-CAS e a Subemenda nº 1-CAS à Emenda nº 2-CE-CAS. **Observação:** Durante a discussão da matéria, o Relator altera o voto para aprovar também a Subemenda nº 1. **ITEM 6 - Projeto de Lei do Senado nº 184, de 2018 - Terminativo -** que: "Especifica as atribuições de Agente Indígena de Saúde e Agente Indígena de Saneamento dentre os quadros de Agente Comunitário de Saúde previstos na Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006." **Autoria:** Senador

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Telmário Mota. **Relatoria:** Senador Zequinha Marinho. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - Projeto de Lei do Senado n° 359, de 2015 - Terminativo -** que: "Altera os incisos V, VI e VII do art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para reduzir o prazo de carência para utilização da conta vinculada do FGTS para fins de aquisição de moradia própria e amortização e pagamento de prestações de financiamentos habitacionais." **Autoria:** Senador Paulo Paim. **Relatoria:** Senador Jayme Campos. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e pela rejeição da Emenda nº 1-CAE. **Resultado:** Aprovado o Projeto e rejeitada a Emenda nº 1-CAE. **ITEM 8 - Projeto de Lei do Senado n° 40, de 2016 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, que institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec); altera as Leis nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial e institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social e institui Plano de Custeio, nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, e nº 11.129, de 30 de junho de 2005, que institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem); e dá outras providências, para estimular a capacitação de agentes de educação sanitária para o setor agropecuário." **Autoria:** Senador Dário Berger. **Relatoria:** Senador Chico Rodrigues. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido do Relator para reexame. **ITEM 9 - Projeto de Lei da Câmara n° 143, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.732, de 22 de novembro de 2012, para que os exames relacionados ao diagnóstico de neoplasia maligna sejam realizados no prazo de 30 (trinta) dias, no caso em que especifica." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Nelsinho Trad. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto. **Observação:** Aprovado o Requerimento nº 42, de 2019-CAS, de autoria do Senador Romário, de urgência para a matéria. **ITEM 10 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 26, de 2019** que: "Nos termos do inciso II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo de instruir a apreciação do PL 616, de 2019. Para tanto, e sem prejuízo de outras indicações, sugiro sejam convidados: Representante do Ministério do Meio Ambiente (MMA); Representante da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA)." **Autoria:** Senadora Zenaide Maia. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 11 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 29, de 2019** que: "Nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, e em aditamento ao REQ nº 26, de 2019, solicitamos que sejam incluídos como participantes da referida audiência os seguintes convidados: a) Sérgio Luiz Lira Palma, Presidente da Sociedade Brasileira de Dermatologia; b) Leonlene de Sousa Aguiar, Diretor-Geral do IDEMA - Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte, ou alguém por ele indicado; c) João Carlos Basílio, Presidente Executivo da ABIHPEC – Associação Brasileira da indústria de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos." **Autoria:** Senadora Zenaide Maia. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 12 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 30, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater as garantias e o princípio de não retrocesso dos direitos sociais da seguridade social sob o modelo de capitalização proposto pela reforma da previdência." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho. **Resultado:** Adiado. **ITEM 13 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 31, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre o "Enquadramento Funcional dos Trabalhadores nos Conselhos de Fiscalização das Atividades Profissionais"." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho. **Resultado:** Adiado. **ITEM 14 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 32, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RQS 5/2019, seja incluído o seguinte convidado: Representante da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil – APIB." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho. **Resultado:** Adiado. **ITEM 15 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 37, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 93, II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública Conjunta nesta Comissão de Assuntos Sociais - CAS juntamente com a Comissão de Assuntos Econômicos – CAE, a fim de debater o Projeto de Lei da Câmara nº 37, de 2013, que altera as Leis nºs 11.343, de 23 de agosto de 2006, 7.560, de 19 de dezembro de 1986, 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, 8.981, de 20 de janeiro de 1995, 8.315, de 23 de dezembro de 1991, 8.706, de 14 de setembro de 1993, 8.069, de 13 de julho de 1990, 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e 9.503, de 23 de setembro de 1997, os Decretos-Lei nºs 4.048, de 22 de janeiro de 1942, 8.621, de 10 de janeiro de 1946, e 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas e as condições de atenção aos usuários ou dependentes de drogas e para tratar do financiamento das políticas sobre drogas." **Autoria:** Senador Romário. **Resultado:** Retirado pelo Autor. **ITEM 16 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 38, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o Financiamento da Saúde." **Autoria:** Senador Jorge Kajuru. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 17 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 41, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 113 do Regimento Interno do Senado Federal, a apreciação conjunta pelas Comissões de Assuntos Econômicos e de Assuntos Sociais do PLC 37/2013, que "altera as Leis nºs 11.343, de 23 de agosto de 2006, 7.560, de 19 de dezembro de 1986, 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, 8.981, de 20 de janeiro de 1995, 8.315, de 23 de dezembro de 1991, 8.706, de 14 de setembro de 1993, 8.069, de 13 de julho de 1990, 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e 9.503, de 23 de setembro de 1997, os Decretos-Lei nºs 4.048, de 22 de janeiro de 1942, 8.621, de 10 de janeiro de 1946, e 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas e as condições de atenção aos usuários ou dependentes de drogas e para tratar do financiamento das políticas sobre drogas"." **Autoria:** Senador Romário. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 18 - Requerimento da Comissão de Assuntos**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sociais n° 42, de 2019 que: "Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, a apresentação de Requerimento de urgência, perante o Plenário do Senado Federal, para o Projeto de Lei da Câmara nº 143, de 2018." **Autoria:** Senador Romário. **Resultado:** Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e cinquenta e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Romário

Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/04/10

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 9ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Comunico às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores o recebimento dos seguintes expedientes: Memorando nº 32, de 2019, da Presidência do Senado Federal, o qual encaminha o Ofício nº 48, de 2019, da Câmara Municipal de Jundiaí, contendo moção de repúdio ao Projeto de Lei do Senado nº 545, de 2018, que dispõe sobre dispensação da prescrição de receita para medicamentos à base de substâncias classificadas como antimicrobianos de uso sob prescrição, isolados ou em associação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Memorando nº 35, de 2019, da Presidência do Senado Federal, o qual encaminha correspondência do Sindicado dos Trabalhadores e Profissionais de Saúde Indígena, que solicita providência junto ao Ministério da Saúde, apuração de falta de repasse para pagamento das entidades privadas que prestam serviços por meio de convênios na área de saúde indígena. Em nota técnica solicitada pela Presidência desta Casa, a Consultoria de Orçamento do Senado informa que as alegações do sindicato são parcialmente procedentes.

Ofício nº 5, de 2019, do Centro Infantil Boldrini, o qual apresenta considerações sobre o uso do medicamento Leuginase no Brasil.

Os expedientes encontram-se à disposição na Secretaria desta Comissão e fica consignado o prazo de 15 dias para manifestação dos Senadores, a fim de que sejam analisados pelos Colegiados.

Informo às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores que o Senador Chico Rodrigues, Relator no PLS 40, de 2016, item 8, da segunda parte da reunião, solicitou a retirada do projeto de pauta.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 8

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 40, de 2016

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, que institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec); altera as Leis nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial e institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social e institui Plano de Custeio, nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, e nº 11.129, de 30 de junho de 2005, que institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem); e dá outras providências, para estimular a capacitação de agentes de educação sanitária para o setor agropecuário.

Autoria: Senador Dário Berger

Relatoria: Senador Chico Rodrigues

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações: *Matéria a ser apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Informo que a primeira parte desta presente reunião destina-se à definição de política pública desenvolvida no âmbito do Poder Executivo, a ser avaliada por esta Comissão em 2019, tendo em vista o disposto no art. 96-B, do Regimento Interno do Senado Federal; e a segunda parte destina-se à deliberação dos itens nºs 1 a 16.

No caso da primeira parte, como nós recebemos as notas técnicas somente ontem, vamos dar mais uma semana para que possamos entrar nesse assunto com mais calma e para que os Senadores possam entender e ler melhor as sugestões.

Antes da pauta da nossa reunião, eu faço um pequeno comunicado.

Na última reunião, decidimos, ao final de uma audiência pública sobre *doping* em fisiculturismo, que esta Comissão alertaria as principais autoridades nacionais, municipais e estaduais de São Paulo sobre alguns riscos à saúde de atletas, que poderiam ocorrer no campeonato e feira Arnold Classic Festival, evento de fisioculturismo na capital paulista, de amanhã até domingo.

Mais tarde, já no Rio de Janeiro, fui procurado por algum grupo de atletas e promotores se referindo ao evento. Eles sugeriram a realização de uma audiência pública, a fim de explicarem que não há qualquer risco nessa competição, que inclusive se realiza em vários países já há alguns anos. Ontem, recebi também outro grupo, no meu gabinete, aqui no Senado, outros promotores e dirigentes do mesmo evento, atletas, diretores de outras associações e ligas de fisioculturismo, também apoiando a proposta da nova audiência. Sendo assim, ficou definido de a gente marcar uma nova audiência em relação a esse tema, para finalmente decidirmos sobre o melhor encaminhamento junto às autoridades competentes.

Reitero que o problema do *doping* é grave em todo o nosso País, inclusive identificado em vários esportes, ao longo dos anos. E a gente está aqui sempre para brigar contra o que não é saudável e positivo para o esporte. E esse será o nosso papel. Pelo menos o meu, com certeza.

Senador Kajuru, com a palavra. Por favor, Senador.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Obrigado, Presidente Romário, e amigo raro desta Comissão de Assuntos Sociais.

Inicialmente, senhoras e senhores presentes... Agora, sim, temos lá o quórum de 11. Espero que estejam aqui presentes 11 Senadores, porque é importante informar à sociedade brasileira que alguns aqui hoje poderão faltar, porque daqui a pouco, às 10h da manhã, começa a reunião da CCJ e o primeiro item da pauta, Presidente Romário, é a discussão para a aprovação ou não da instalação da CPI da Toga. Consequentemente, muitos vão preferir estar lá.

Quero fazer um registro aqui, Presidente, da importância que tem esta Comissão presidida exatamente por um ser humano do seu tamanho, porque vieram aqui jovens, dezenas deles, de longe,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de Jaraguá do Sul, em Santa Catarina, e estão aqui, porque queriam ver de perto como é o trabalho de uma Comissão como esta, a CAS. Então, cumprimentamos esses jovens.

Há aqui também a presença... E aqui uma causa, Presidente, que todos nós, Senador Telmário, Senadora Zenaide... Eu sei da preocupação de ambos; e a preocupação de ambos, do ponto de vista humano, com a saúde. Aqui há a presença de mulheres que representam o Recomeçar, que nós vamos ter que discutir, Presidente, o mais rápido possível, porque essa doença, quanto mais avança, mais piora. Hoje ela não tem prazo. Então, é uma PL chamada PL 30 dias, em que essas mulheres com câncer de mama fazem aqui um diagnóstico do câncer em até 30 dias, pelo SUS.

O diagnóstico ágil aumenta as chances da cura do câncer. E, se aprovado, o PLC 143/2018 determinará que o período entre a suspeita do câncer e a sua confirmação em biópsia, no SUS, não ultrapasse 30 dias. O objetivo, então, é evitar que o tumor evolua durante a investigação e garantir ao paciente o direito à maior perspectiva de sucesso no enfrentamento dessa grave doença.

E concluo, Presidente, para pedir o entendimento dos nossos colegas aqui, das nossas colegas, para um requerimento que eu apresentei em nossa primeira reunião, Presidente Romário, para uma audiência pública cujo debate é o financiamento da saúde. E eu falava com a Senadora Zenaide agora mesmo, antes da reunião aqui começar. É a discussão que se propõe: como resolver, em nosso País, a questão do desequilíbrio? Na realidade, o desequilíbrio entre as obrigações de um sistema de saúde da complexidade do SUS e sua real capacidade...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Senador.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – ... de atender a tudo o que ele se propõe.

Enfim, Presidente, em resumo, o grande problema está em equilibrar despesas e receitas. E creio que cabe a nós, como empregados públicos responsáveis que somos, entrar nessa ferida do SUS o mais rápido possível.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, Senador Kajuru.

Vamos, então, aqui ao item 16.

ITEM 16

REQUERIMENTO Nº 38, de 2019

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o Financiamento da Saúde.

Autoria: Senador Jorge Kajuru.

Passo a palavra ao autor, Jorge Kajuru, para fazer a leitura do requerimento.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Aqui, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal, Presidente, e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública com o objetivo de debater o financiamento da saúde.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: Representante do Ministério da Saúde; Alberto Beltrame, Presidente do Conselho Nacional dos Secretários Estaduais de Saúde; Mauro Guimarães Junqueira, Presidente do Conselho Nacional dos Secretários Municipais de Saúde; José Garcia Neto, Diretor do Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Goiás, representando os hospitais universitários de todo o Brasil; Edson Rogatti, Presidente da Confederação das Santas Casas de Misericórdia do Brasil; e, por fim, Francisco Batista Júnior, Presidente do Conselho Nacional de Saúde.

O SUS é considerado um dos maiores e mais complexos sistemas de saúde pública do mundo. O seu equilíbrio deve ser buscado em função do que é o serviço de saúde do País, conforme descrito pelo próprio Ministério da Saúde, em relatório:

> A gestão das ações e dos serviços de saúde deve ser solidária e participativa entre os três entes da Federação: a União, os Estados e os Municípios. A rede que compõe o SUS é ampla e abrange tanto ações quanto os serviços de saúde. Engloba a atenção básica, média e alta complexidades, os serviços urgência e emergência, a atenção hospitalar, as ações e serviços das vigilâncias epidemiológica, sanitária e ambiental e assistência farmacêutica.

Este é o requerimento que apresento. E peço a compreensão desta Comissão, Presidente Romário de Souza.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, Senador Kajuru.

Os Senadores e as Senadoras que o aprovam...

Antes, a Senadora Zenaide...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Os Senadores e as Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A Senadora Zenaide com a palavra, por favor.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Pela ordem.) – Bom dia a todos e ao Senador Romário.

Falar sobre o SUS é importante. Eu queria chamar atenção aqui para que é o maior sistema de saúde que existe. Há anos se sabe que está subfinanciado. Tanto é, Presidente e Kajuru, que, em 2015, a PEC 001, de que a Deputada Carmen Zanotto foi Relatora, já exigia uma contrapartida maior do Governo Federal para o SUS, porque os Municípios já têm obrigação de 15%, o Estado de 12%, e o Governo Federal no máximo de 6%. Então, já havia essa conclusão. Essa PEC 001 foi aprovada em 2016 por unanimidade, em primeiro turno, mas depois não voltou mais à pauta, e o que voltou foi a Emenda 95, congelando os recursos da saúde, educação e segurança pública por 20 anos.

Eu queria dizer aqui da importância do SUS, Senador Contarato, porque é muito frequente você ter o plano de saúde... Eu ouvia como médica. "Ah! Eu não preciso do SUS". Todos os brasileiros usam o SUS, gente. Quando você pede um Samu, quando você vacina seu filho, porque a gente tem o cartão de vacina mais completo do mundo, gratuitamente. Aqui se vacina, sobra para as crianças, quando se vacina corretamente. Tem uma importância tão grande! A vacina é gratuita e mesmo assim o Governo tem que fazer propaganda para pedir aos pais que vão vacinar.

Mas eu queria dizer o seguinte, o mais importante que a população tem que saber é que eu tenho o meu plano de saúde. O que eu pago com minha saúde, eu deduzo do Imposto de Renda. E esse Imposto de Renda ia para onde, gente? Para o SUS. A maior ironia disso é que quem tem plano de saúde... O povo, a população em geral financia uma saúde de qualidade para uma minoria.

Então, parabéns, Kajuru. A gente tem que ver aqui... O plano da gente, desta Comissão, o projeto da gente não é reduzir recursos, a gente tem é que ampliar. Esse é um direito. A saúde é um direito de todos e um dever do Estado. Então, a gente tem, nesta Comissão, que correr atrás de mais.

Dos Municípios, há uns que chegam a gastar 30% do seu orçamento. Está faltando a contrapartida do Estado, do Governo Federal.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, Senadora Zenaide.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam o relatório queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Passo a Presidência ao Senador Styvenson, para que eu possa relatar o item a seguir. Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Item 1.

2ª PARTE

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 585, de 2019

- Não terminativo -

Altera o inciso XIV do art. 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para incluir o diabetes melito entre os agravos à saúde a cujos portadores é concedida a isenção do imposto de renda sobre os proventos de aposentadoria ou reforma.

Autoria: Senador Alvaro Dias

Relatoria: Senador Romário

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

Matéria a ser apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

Concedo a palavra ao Senador Romário para proferir o relatório.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ. Para proferir relatório.) – Muito obrigado, Presidente.

Vou direto à análise.

O PL nº 585, de 2019, dispõe sobre defesa da saúde e direito tributário, inserindo-se na competência da União (art. 23, inciso II; e 24, incisos I e XII, da Constituição Federal). Cabe ao Congresso Nacional legislar sobre a matéria (art. 48 da Constituição Federal), que não está incluída no rol de matérias de iniciativa privativa do Executivo (art. 61, *caput* e §1º).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Compete à CAS manifestar-se sobre a proteção e a defesa da saúde, nos termos do art. 100, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal.

Nesse sentido, é preciso reconhecer as dificuldades que enfrentam os diabéticos no Brasil, haja vista as deficiências do SUS, que deveria garantir a assistência à saúde de forma universal e integral à população brasileira.

O SUS falha na prevenção do diabetes ao não promover de forma eficiente a alimentação adequada e hábitos de vida saudável. Falha também quando a doença se instala, haja vista a frequente falta dos medicamentos indispensáveis à manutenção da saúde do paciente diabético. Falha, por fim, por falta de acesso à atenção especializada quando sobrevêm as complicações.

O diabético precisa manter sua glicemia dentro da faixa desejada, sob pena de, persistindo níveis altos de açúcar no sangue, sobrevirem complicações como doença renal, cegueira, amputações, infartos e outras condições cardíacas. Por isso, faz uso contínuo de hipoglicemiantes orais ou insulina, que deveriam ser fornecidos pelo Estado. Mas nem sempre essa é a realidade.

A principal causa de morte em diabéticos é a doença cardiovascular. Os diabéticos apresentam incidência duas a três vezes maior de doença cardiovascular que a população em geral. Aproximadamente 65% a 70% dos diabéticos terão a doença cardiovascular como causa da morte.

A doença renal diabética ocorre em 20% a 40% dos diabéticos e é a principal causa de insuficiência renal terminal. A retinopatia diabética é a principal causa de cegueira na população entre 20 e 74 anos. A neuropatia diabética ocorre em 20% a 30% dos pacientes diabéticos. O diabetes também é de longe a principal causa de amputação de membros em nosso País. Estudo publicado no volume 34 do Caderno de Saúde Pública informa que, de 2013 a 2018, no Brasil como um todo, 102.056 amputações foram feitas no SUS, das quais 70% em pacientes diabéticos.

Sem acesso aos serviços de saúde que o Estado tem o dever de oferecer, os diabéticos têm que recorrer a seus próprios recursos para custear o controle da glicemia e o tratamento das complicações, além de, muitas vezes, sofrerem a redução da sua capacidade laboral em função da doença.

Portanto, restringindo-nos aos aspectos de competência desta Comissão, e deixando para a CAE a análise econômica e orçamentária do impacto da renúncia fiscal e outras questões de cunho econômico, vemos como meritória a iniciativa contida no PL nº 585, de 2019, como medida de promoção de saúde e aumento da qualidade de vida dos diabéticos no Brasil.

O voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 585, de 2019, ao qual peço o entendimento e o voto positivo de todas as senhoras e os senhores.

Era isso, Senador Presidente Styvenson.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Coloco a matéria em discussão.

A palavra com o Senador Kajuru.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO. Para discutir.) – Presente, Cap. Styvenson, são 9h43. Eu sou o primeiro inscrito lá na CCJ, que discute agora se instala ou não a CPI da Toga.

Eu vou ser objetivo, embora o tema... É cirúrgico e é insofismável o relatório apresentado pelo Senador Romário, que é o primeiro dono desta causa. Eu me coloco como vice-líder, como segundo, porque me espelhando nele, quando começou aqui no Congresso Nacional, criei em Goiás o primeiro centro diabético do Brasil – hoje é o mais completo –, que se iniciou no dia 27 de junho do ano passado. Atende a mais de mil diabéticos por dia, tem quatro podólogos, dez médicos à disposição. Funciona em Goiânia, na Avenida Anhanguera, esquina com Alameda das Rosas. Já fez mais de 623 cirurgias via SUS, sejam bariátricas ou diabéticas.

E o projeto do Senador Romário vai na ferida, o escopo dele vai na mira do problema dessa doença que é responsável hoje por 48% das mortes no Brasil, porque o AVC e a hipertensão são provocados, esses sintomas e essas doenças, pelo diabetes, essa doença silenciosa. Então, o Senado me deu o maior orgulho de aprovar por unanimidade para que se estendesse o atendimento via SUS a todos os diabéticos do Brasil.

Aqui concluo, dizendo que, depois de amanhã, sexta-feira, às 13h30, teremos a felicidade de receber, lá em Goiânia, para conhecer esse centro diabético e verificar se ele pode ser modelo para todas as demais capitais do País – esse Centro Diabético, inclusive, leva o nome de minha mãe, falecida por diabetes, Dona Zezé –, o Ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, que lá estará pessoalmente; a Primeira-Dama, Michelle Bolsonaro; e também, representando os colegas do Senado, a Presidente da CCJ, Senadora Simone Tebet.

Então, eu tenho certeza de que esse projeto do Senador Romário será aprovado por unanimidade aqui e na Câmara. É um projeto histórico importantíssimo e que poderá se juntar ao meu projeto de atendimento a todos os diabéticos e a todas as diabéticas. São 30 milhões no Brasil, porque existem aqueles que ainda nem sabem que são diabéticos.

Não existe pré-diabético. Quando você fala: "Eu sou pré-diabético", não, amigo, você já é diabético. Essa história o Senador Telmário conhece bem, até relatou alguém próximo dele; o Senador Heinze também, do Rio Grande do Sul, contou-me algo sobre um parente dele, que achava que era pré-diabético; o Senador Paulo Paim também me contou uma história parecida, em que ele falou: "Eu achava que eu era pré-diabético. Aí, eu fui ver, não, eu sou diabético".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, essa é uma causa nobre. Eu tenho certeza de que terá o apoio de toda esta Casa. Parabéns, Senador Romário, por mais essa iniciativa na saúde, que é exemplar a todo o País. Aprovadíssimo, a meu ver.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Senador Fabiano.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES. Para discutir.) – Muito obrigado. Bom dia!

Quero parabenizar o brilhante relatório do Senador Romário, que só demonstra sua sensibilidade por uma camada da população que sofre muito. Quero parabenizar o Senador Kajuru pelo seu requerimento.

Eu fico muito triste, quando no Sistema Único de Saúde as pessoas, para conseguirem uma licença, por exemplo, por doença, uma aposentadoria, eles têm que estar morrendo, ao passo que um funcionário público, se ele pede 30 dias de licença, o médico até oferece se ele quer 60, 90, um ano, dois anos. Esse é o Brasil de iguais com essa reforma da previdência que só vai massacrar a população menos favorecida.

Então, eu estou muito feliz em votar acompanhando o voto do eminente Relator, Senador Romário. Esse é um problema muito sério, que tem de ser visto com um olhar humanizador: humanizar a dor e se colocar na dor do outro. Mas eu não posso deixar aqui de fazer essa minha crítica ao Executivo, ao Governo, que, na minha opinião, está perdido. Ele está perdido no meio ambiente, quando autoriza exploração de minério em terras indígenas; ele está perdido quando quer liberar licenças ambientais. Agora ele está retirando todos os radares das rodovias federais; ele não está criando, não está coibindo a indústria de multas, não, ele está criando indústria de mortes. Ele está perdido na previdência, quando ninguém vai chegar aos 40 anos de contribuição; está perdido na educação, que até agora nós não sabemos nem para onde que vai; criminaliza a pobreza...

Então, eu estou aqui só para parabenizar e falar que tem meu total apoio nesse tema com relação aos diabéticos. Parabéns, mais uma vez, pelo seu voto.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito obrigado, Senador, pelas palavras.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Senador Girão, com a palavra.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE. Para discutir.) – Senador Styvenson; Relator, Senador Romário; colegas aqui presentes; é uma matéria realmente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

importante. Nós estamos na CAS, Comissão de Assuntos Sociais, que tem tudo a ver com essa matéria que é humana, toca a alma. Há muita gente sofrendo e a gente precisa sempre estar evoluindo.

Então, o relatório do Senador Romário é um relatório muito feliz. Eu quero deixar claro que voto pela aprovação, embora faça uma ressalva pensando na questão de – isso vai ser visto mais na frente, na CAE, até para se preparar com dados, com impactos financeiros que pode haver para o País – abrirmos um precedente para questão de hipertensão. São 50 milhões de pessoas que também sofrem dessa doença e nós precisamos avaliar o impacto disso. Eu acho que isso, lá na Comissão de Assuntos Econômicos, vai ser visto com mais cautela.

Agora aqui, na CAS, Comissão de Assuntos Sociais, que é para ajustar e fazer com que ande de forma mais célere esse tipo de assunto com o qual muita gente sofre, eu acredito que nós temos que aprovar aqui até por unanimidade e depois tentar ver o impacto financeiro disso e ver como é que a gente pode encontrar um consenso, uma solução para isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Senador Girão, o impacto financeiro é de 100 mil amputados, 70% da população sendo amputada, fora do mercado de trabalho. Isso é um impacto gigantesco para quem é amputado e para o mercado de trabalho.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES. Pela ordem.) – Pela ordem, Sr. Presidente. Aqui, Fabiano.

Eu pediria, se fosse possível, a gentileza de inversão de ordem para deliberar o item 3 por causa do quórum. Há uma emenda que foi apresentada já em comum acordo com o Senador Paim. Se fosse possível, só para aproveitar o quórum.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Assim que acabar este projeto, a gente faz isso.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Não havendo mais nenhum Senador e nenhuma Senadora a discutir...

Paim...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discutir.) – Presidente, apesar da voz... Parece que estou copiando V. Exa. Estou eu com problema de voz. É só um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

registro rápido. Quero falar rápido, porque não posso dar a impressão de que estou legislando em causa própria, já que também tenho problema de diabetes.

Mas quero dizer, Senador Romário, mais uma vez, meus cumprimentos por V. Exa. ter feito esse brilhante relatório, porque vai atingir e melhorar a vida – porque é qualidade de vida, no fundo – de milhões de brasileiros.

Homenageio também o autor da matéria, o Senador Alvaro Dias. O Senador Alvaro Dias foi o autor e V. Exa., o Relator, ambos estão de parabéns. A diabetes é tão grave que nesses dias eu tive uma audiência com uma comunidade indígena. Estava eu e o Raoni, que você conhece muito bem, e os caciques me falavam de a quantos casos de diabetes estão chegando já, uma vez que não havia na nação indígena, mas isso está chegando lá.

Então, é uma questão, de fato, gravíssima. V. Exa., mais uma vez, com a sensibilidade de sempre, faz um belíssimo relatório.

Meus cumprimentos ao Senador Alvaro Dias e ao Senador Romário, autor e Relator.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Obrigado, Senador. Falou em índio é com o nosso Telmário. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Senador Telmário.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR. Para discutir.) – É que ele tocou num assunto que realmente é muito pertinente, o Senador Paulo Paim.

Primeiro, quero parabenizá-lo, Senador Romário. Esse relatório realmente é muito oportuno e vem numa hora extremamente... Essa doença, lamentavelmente, vem se alastrando no dia a dia, chegando a esse ponto, nas comunidades que não tinham. Os indígenas não tinham a questão do diabetes, mas, com o refrigerante e outros tipos de alimentação, a mudança de habito alimentar, realmente é hoje uma das principais doenças que afetam as comunidades.

Quero parabenizar V. Exa. por esse trabalho maravilhoso.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Senadora Mara, com a palavra.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP. Para discutir.) – Obrigada, Presidente.

Eu também queria cumprimentar o Senador Romário por esse projeto. Como o senhor mesmo lembrou, Senador, as pessoas que têm diabetes acabam tendo muita amputação. Até lembrando que,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

como na semana que vem a gente vai discutir política pública, uma das coisas que têm uma importância muito grande para o brasileiro é a incorporação de novas tecnologias, porque uma pessoa amputada que coloca uma prótese passa a ter funcionalmente a vida plena, ela não tem nenhuma perda quando ela tem uma prótese.

Então, é uma discussão importantíssima, principalmente no universo de diabetes e do número de pessoas que são amputadas, a gente discutir a incorporação e a dispensação de órteses e próteses pelo SUS, isso também vai ajudar muito na qualidade de vida dessas pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Não havendo nenhum Senador e nenhuma Senadora que queiram discutir, coloco em votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão favorável ao projeto. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

Devolvo a Presidência ao Presidente Romário.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Obrigado, Senador.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

Sr. Presidente Romário, pela ordem. Senador Jayme Campos.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Sim, Senador Jayme.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT. Pela ordem.) – Solicito a V. Exa., se possível, nós temos um projeto muito importante aqui, que é de autoria do Senador Paulo Paim. Sou Relator da matéria, é fundamental que votemos que a maior urgência possível, tendo em vista que permitirá que alguns milhões de brasileiros possam acessar o seu dinheiro depositado no FGTS para a compra de moradia ou melhoria de sua moradia.

É o item 7, de caráter terminativo. Eu gostaria que, na medida do possível, V. Exa. o priorizasse, pois temos quórum para votação dessa matéria. Tenho medo de que daqui a pouco o quórum baixe e não possamos promover a votação desse projeto, que é muito interessante, sobretudo para a classe trabalhadora brasileira. Se possível, gostaria que V. Exa. priorizasse o item 7, fazendo a inversão, pois o quórum daqui a pouco baixa e lamentavelmente não poderemos votar esse projeto.

Agradeço a V. Exa., Senador Romário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS. Pela ordem.) – Pela ordem, Sr. Presidente. Senador, eu vou presidir agora uma audiência pública. Se os Senadores assumirem que ficarão, qual é o quórum? O meu é o item 2 da pauta e é votação simbólica, bem rápido.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – O caso desse tema do item 2, é uma votação simbólica, é um tema bem rápido, Senadora.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Vou dispensar relatório e vou direto.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Depois iremos ao item 3, do Senador Fabiano.

2ª PARTE

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 151, de 2017

- Terminativo -

Altera os arts. 392, 392-A e 473, III da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para estabelecer o compartilhamento da licença maternidade e da licença adotante.

Autoria: Senadora Rose de Freitas

Relatoria: Senadora Soraya Thronicke

Relatório: Pela consulta à Comissão de Assuntos Econômicos sobre os impactos econômicos, financeiros e orçamentários do Projeto (art. 99, I, RISF).

Observações:

1- A matéria constou da pauta da Reunião de 03/04/2019.

2- A votação pelo pedido de providências dar-se-á pelo processo simbólico.

Concedo a palavra à Senador Soraya Thronicke para proferir o Relatório.

Senadora, com a palavra, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS. Para proferir relatório.) – Muito obrigada, Senador Romário.

Senador Jayme Campos, obrigada pela compreensão.

Senador Fabiano Contarato, meu amigo, eu sou Governo. Não é nem por obrigação, porque eu vou defender o Presidente Bolsonaro, que digo ao senhor que toda crítica é bem-vinda. Por isso, o senhor tem porta aberta – posso falar, tenho certeza – pelo Rogério Marinho, Secretário que está cuidando da previdência, para trazer sugestões, para nos ajudar a construir, isso não é uma questão do Governo, é uma questão nossa. Então, toda sugestão dentro da previdência é bem-vinda, acho que o senhor vai contribuir muito, confio muito no seu tirocínio.

Quanto às questões ambientais, fiz questão de ser membro titular da Comissão que o senhor preside, justamente para que a gente pare com essa polarização, essa dicotomia que colocaram entre nós. O agro e o meio ambiente têm que caminhar juntos, foi isso que o Governo me pediu. Então, ali dentro da sua Comissão, eu quero ser esse *link*, essa junção para que sejamos todos um só. Quem pretende... O produtor rural tem interesse em preservar, avanço com sustentabilidade. Nisso o senhor está certo e eu estou aqui para isso.

Muito obrigada.

Eu vou passar direto para a análise, para ser bem rápida.

A competência legislativa para disciplinar a matéria, vinculada aos direitos trabalhistas e previdenciários, é da União, à vista do art. 22, I e XXIII, e 24, XII, da Constituição Federal de 1988, cabendo ao Congresso Nacional dispor sobre todas as matérias de competência do aludido ente federativo, nos termos do art. 48, *caput*, da mesma Carta.

O art. 229 da Constituição atribui aos pais, em conjunto, os deveres de assistir, criar e educar os seus filhos menores. Essa proteção é ampliada e passa a ser responsabilidade de todos, nos termos do art. 227 da mesma Carta, que estabelece o dever da família, da sociedade e do Estado de assegurar às crianças uma série de direitos que devem ser providos com absoluta prioridade. Essa preocupação com a família, crianças e adolescentes ocupa praticamente o Capítulo VII do Título VIII do Texto Constitucional, integralmente dedicado à ordem social.

Nos termos do art. 100, I, do Regimento Interno do Senado, compete à CAS discutir e votar proposições que versem sobre relação de trabalho, seguridade e previdência social.

A despeito de sermos, em princípio, favoráveis à aprovação do projeto que estamos aqui discutindo, não se pode deixar de se observar que ele majora e estende um benefício previdenciário ao ampliar o prazo da licença-maternidade para 180 dias, permitindo, mesmo nos casos de licença-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

adoção, o compartilhamento de 60 dias. Essa ampliação e esse compartilhamento, obviamente, implicarão volume financeiro maior de salário-maternidade a ser pago.

A ampliação da cobertura de um benefício com prazos maiores e maior número de beneficiários a ser bancada pela previdência pública deve ser compensada com a indicação da correspondente fonte de custeio, sem o que o dispositivo estaria contrariando frontalmente o art. 195, §5º, da Constituição Federal, segundo o qual "nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total".

Além disso, como a proposição cria despesa obrigatória, é necessário que ela esteja acompanhada de estimativas desses efeitos no exercício em que entrarem em vigor, detalhando a memória de cálculo respectiva e correspondente compensação para efeito de adequação orçamentária e financeira, e compatibilidade com as disposições constitucionais e legais que regem a matéria, em conformidade com o *caput* do art. 114 da Lei nº 13.707, de agosto de 2018, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2019 e dá outras providências, bem como o art. 113 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Dadas essas cautelas financeiras e econômicas, mormente nas circunstâncias atuais em que se discute a reforma previdenciária como alternativa para a redução do déficit, entendemos recomendável que, primeiramente, seja consultada a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que tem competência regimental para responder a essas questões. Assim, teremos uma visão mais clara de todos os possíveis efeitos no orçamento e na economia da aprovação de uma matéria dessa natureza e amplitude.

Por todas as razões expostas, opinamos no sentido de que seja consultada a Comissão de Assuntos Econômicos sobre o PLS nº 151, de 2017, nos termos do inciso I do art. 99 do Regimento Interno do Senado, para avaliação dos impactos econômicos, financeiros e orçamentários.

Então, Sr. Presidente, só para reforçar, é muito importante a iniciativa da Senadora Rose de Freitas, porém o impacto econômico... Nós temos de ter responsabilidade, principalmente nesse momento que vivemos quando terminaram por engessar o nosso Governo, com a emenda impositiva. Eu não estava aqui para votar nem para discutir. Tudo é muito sério. Nós queremos o bem-estar de todos, mas, na hora, a conta sempre chega. Alguém tem que pagar essa conta. Então, que a CAE, com dados científicos, consulte. E, por isso, eu peço a atenção dos colegas para essa questão, que é de responsabilidade.

Muito obrigada.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Senador Fabiano.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES. Pela ordem.) – Eu peço vista do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Vista concedida ao Senador Fabiano.

Item 3.

2ª PARTE

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 235, de 2018

- Terminativo -

Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, para incluir nos programas públicos de assistência farmacêutica modalidade de subsídio para possibilitar que todo aposentado ou pensionista adquira os medicamentos a ele prescritos com o desconto que especifica.

Autoria: Senador Paulo Paim

Relatoria: Senadora Mailza Gomes

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

Em 03/04/2019, foi concedida vista coletiva, nos termos regimentais.

Em 09/04/2019, o Senador Fabiano Contarato apresentou a Emenda nº 1.

Consulto as Sras. Senadoras e os Srs. Senadores sobre eventual manifestação decorrente do pedido de vista, a começar pelo Senador Fabiano Contarato, que apresentou a Emenda nº 1.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Sr. Presidente, muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero parabenizar o Senador Paulo Paim pela iniciativa. Ele sabe da minha preocupação quando pedi vista, porque a matéria é extremamente nobre, e a minha preocupação é que ela fosse alcançar pessoas aposentadas com um poder econômico extremamente elevado. Então, a minha emenda se restringe justamente a isto: subsídios para possibilitar que todo aposentado ou pensionista – e aí vem a diferença – que perceba rendimentos provenientes de aposentadoria, proventos ou pensões até o limite máximo estabelecido para os benefícios de Regime Geral da Previdência Social adquira quaisquer medicamentos a eles prescritos com 50% de desconto sobre o preço de referência definido em regulamento, porque, como estava na proposta original, nós poderíamos ter aposentados ou pensionistas ganhando R$30 mil, R$40 mil, R$50 mil por mês e tendo o benefício, quando a destinação aqui é para aqueles que mais efetivamente precisam. Por isso, eu limitei, na emenda, a aposentados e pensionistas que ganhem até o teto do sistema único. É essa a minha emenda, que passo à apreciação dos senhores.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sr. Presidente, para ajudar no encaminhamento...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Com a palavra V. Exa.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Totalmente solidário. Acho que a emenda melhora muito o projeto, e esse era o objetivo. Eu diria que foi até um erro de redação. Já conversamos com a Relatora, que tem a mesma posição. Essa emenda limpa a área e realmente aqueles que mais precisam vão ter o benefício.

Meus cumprimentos ao autor da emenda e à Relatora, que entendeu que efetivamente isso melhora o projeto original apresentado por mim.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Concedo a palavra agora à Senadora Mailza Gomes para as suas considerações.

A SRA. MAILZA GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - AC) – Bom dia, Sras. e Srs. Senadores.

Bom dia, Sr. Presidente, Senador Romário.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Bom dia.

A SRA. MAILZA GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - AC) – Eu quero agradecer ao Senador Contarato e parabenizá-lo pela emenda que é meritória e foi bem observada. Eu a acato e, a partir de agora, ela passa a fazer parte do meu relatório.

Obrigada, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parabéns ao Senador Paim também pelo projeto.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Consulto...

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS) – Pela ordem, Senador Romário.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Senador Nelsinho Trad com a palavra.

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS. Pela ordem.) – Senador Romário, o item 9 da parte deliberativa refere-se ao Projeto de Lei Complementar 143, de 2018. Até em respeito às pessoas que se mobilizaram e aqui se encontram do Recomeçar e da Femama, gostaria de solicitar a inversão de pauta para que a gente pudesse apreciar a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Senador, não há ninguém mais do que eu aqui que tenha vontade de colocar esse item. Eu queria, inclusive, colocá-lo em primeiro lugar, mas, como não é terminativo, a gente vai colocar o item do Senador Jayme, e, logo em seguida, vem o item 9.

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS) – Perfeitamente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mas esse não... Tem de votar esse.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o Projeto e a Emenda nº 1. A votação é nominal, votação eletrônica. (*Pausa.*)

Faltam dois Senadores, três Senadores para completarmos o quórum.

Algum Senador quer a palavra para algum tema específico? (*Pausa.*)

Falta um. (*Pausa.*)

Vou aproveitar a oportunidade, como já foi dito pelo Senador Kajuru, para registrar da presença dos alunos da Universidade Católica de Santa Catarina. Em nome da estudante Jessica Barbosa, muito obrigado a todos vocês.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Jaraguá do Sul. (*Pausa.*)

Encerrando a votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1 da CAS.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Item 7.

ITEM 7

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 359, de 2015

- Terminativo -

Altera os incisos V, VI e VII do art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para reduzir o prazo de carência para utilização da conta vinculada do FGTS para fins de aquisição de moradia própria e amortização e pagamento de prestações de financiamentos habitacionais.

Autoria: Senador Paulo Paim

Relatoria: Senador Jayme Campos

Relatório: Pela aprovação do Projeto e pela rejeição da Emenda nº 1-CAE.

Observações: *Será realizada uma única votação nominal para o Projeto e para a emenda, nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque.*

Concedo a palavra ao Senador Jayme Campos para proferir o relatório.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT. Para proferir relatório.) – Sr. Presidente, Senador Romário, Sras. e Srs. Senadores, encaminho o meu relatório seguinte forma.

Em análise, nesta Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 359, de 2015, de autoria do ilustre Senador Paulo Paim, que pretende alterar norma relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS (Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990), que trata das movimentações da conta vinculada.

A proposição modifica a referida lei em três de seus incisos para reduzir os prazos para utilização dos saldos do FGTS para fins de aquisição de moradia.

Altera-se a alínea "a" do inciso V do art. 20, que prevê três anos de permanência no regime do FGTS para pagamento de prestações, reduzindo esse prazo para um ano. O mesmo limite de três anos previsto na alínea "a" do inciso VII do citado artigo também é reduzido para um ano de trabalho sob o regime do FGTS, na mesma empresa ou empresas diferentes, para pagamento total ou parcial do imóvel.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Presidente, solicito que V. Exa. peça um minuto de silêncio para que eu consiga ler o meu relatório para que os Srs. Senadores possam entender a importância deste projeto de lei de autoria do Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Silêncio, por favor, senhoras e senhores.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Além disso, o interstício mínimo atualmente previsto de dois anos, para movimentações de liquidação ou amortização extraordinária do saldo devedor, é reduzido para um ano também, mediante alteração do inciso VI do mesmo artigo.

Em sua justificação, o autor registra que, na forma do art. 13 da referida lei, os saldos das contas vinculadas são remunerados com base nos parâmetros fixados para atualização dos depósitos da poupança, mais juros de 3% ao ano. Essa correção não acompanha, via de regra, os juros dos financiamentos para aquisição da casa própria, que são de pelo menos 9,5%. Nessas condições, o trabalhador adquirente de casa própria paga juros mais altos do que os recebidos pelos seus depósitos no FGTS, que, justamente, financiam a construção de imóveis.

Nesta Casa, o PLS nº 359, de 2015, foi distribuído às Comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e a esta CAS, cabendo-nos a decisão terminativa. A matéria já foi analisada na CAE, nos termos do art. 99, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, que opinou sobre os aspectos econômicos e financeiros, concluindo pela aprovação, com emenda que restringe o uso dos recursos aos "mutuários de baixa renda".

Não foram apresentadas, até o momento, outras emendas à proposição.

Análise.

Nos termos do art. 90, I, combinado com o art. 100, I e IV, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CAS discutir e votar o presente projeto de lei, em decisão terminativa, tendo em vista que o tema em análise está associado às relações de trabalho.

Mudanças na legislação que regula o FGTS inserem-se no campo das atribuições legislativas privativas da União, nos termos do inciso I do art. 22, e estão dentro da temática de iniciativa comum, prevista no art. 61, ambos da mesma Carta. Cabe ao Congresso Nacional legislar sobre a matéria, nos termos do art. 48 da Constituição Federal.

No que se refere à conformidade legislativa, a proposição atende às regras estabelecidas na Lei Complementar nº 95, de 1998, especialmente no que se refere ao art. 12, III. Observados todos esses pressupostos, o projeto não revela vícios de inconstitucionalidade ou ilegalidade, no que se refere aos seus aspectos formais. Registre-se, ainda, que não se trata de matéria que exige lei complementar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto ao mérito, estamos convictos de que o projeto merece aprovação. É notório que os juros e custos bancários não costumam ser camaradas, em hipótese alguma. Há diferenças entre as correções pagas aos trabalhadores, nas contas do FGTS, e os encargos aplicados nos financiamentos habitacionais. Nessas condições, o trabalhador que contribui com suas reservas para o financiamento de todos acaba pagando mais pelas suas dívidas imobiliárias do que recebe, em correções, pelo dinheiro que disponibiliza.

A moradia própria é a maior garantia de que pode dispor a família do empregado. Ela não se sujeita ao processo de degradação inflacionária e nela o trabalhador pode fazer melhorias e investimentos. Nela o trabalhador encontra estabilidade emocional e estabelece um clima favorável à educação dos filhos. Casa própria é salubridade e, quando financiada, via de regra, é atendida pelo saneamento básico.

A utilização do FGTS, para a casa própria, é uma decisão voluntária e deve atender aos interesses do trabalhador. Havendo imóveis disponíveis, a ele cabe o juízo de conveniência e oportunidade. O Estado não deve entravar com pequenas questões de prazo ou burocracia a realização do sonho da casa própria. Além disso, o dinheiro que sai do fundo alimenta o mercado, gera empregos e novos depósitos. É um ciclo virtuoso.

Parece-nos que os prazos previstos nas modificações são justos e equilibrados. Com um ano de contrato de trabalho, sob o regime do FGTS, pode-se dizer que já há uma certa estabilidade, especialmente se considerarmos a precariedade das relações de trabalho atuais. Ademais, Sr. Presidente, três anos de permanência no regime do FGTS, para a utilização dos saldos, é um evidente exagero.

Quanto à emenda da CAE, nossa posição é contrária. A ideia seria restringir o uso dos recursos aos "mutuários de baixa renda". Esse conceito nos parece flexível e daria alguma arbitrariedade aos administradores do sistema. Ademais, não vemos vantagem na exclusão da classe média, dos eventuais benefícios da utilização do FGTS na compra da casa própria, que é um valor típico dessa classe.

Concluindo, Sr. Presidente.

Voto.

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 359, de 2015, em seu texto original, com a rejeição da Emenda nº 1, da CAE.

Concluindo, Sr. Presidente, quero cumprimentar a iniciativa e sobretudo o ilustre e eminente Senador da República Paulo Paim pela sua preocupação com a classe trabalhadora neste Brasil, classe trabalhadora esta que está à margem, Sr. Presidente, das boas políticas públicas neste País.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lamentavelmente, falta tudo, falta saúde, falta educação, e naturalmente este é o mínimo que podemos oferecer, o dinheiro do trabalhador que está depositado na sua conta, e o Governo faz uso desse dinheiro muitas vezes não apropriadamente, daquilo que vem beneficiar o trabalhador neste País.

Portanto, o meu voto é um voto convicto, um voto de um cidadão que tem compromisso com a justiça social e acima de tudo com a cidadania daqueles cidadãos que estão à margem, naturalmente, de boas políticas públicas no Brasil.

Cumprimento V. Exa., eminente Senador Paulo Paim, que, como sempre faz aqui, apresenta bons projetos de lei do interesse da maioria da coletividade brasileira, sobretudo da nossa classe trabalhadora.

É o meu voto, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, Senador Jayme Campos.

Coloco em discussão a matéria e já inicio a votação. (*Pausa.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sr. Presidente, falta um só?

Eu só quero dizer que não vou fazer defesa, porque a melhor defesa que poderia ser feita o Relator fez. Então, meus cumprimentos ao Senador Jayme Campos, um homem que já foi Governador, já foi Senador outras vezes e novamente agora o seu Estado o trouxe para cá, com uma belíssima votação como Senador. Ele, mais do que ninguém, porque é também um empreendedor, faria uma defesa como essa de garantir que o Fundo de Garantia, neste caso, continue para a casa própria.

Então, meus parabéns pelo brilhante relatório, Senador Jayme Campos!

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, Senador.

Mais um para encerrarmos a votação. (*Pausa.*)

Senador Styvenson. (*Pausa.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Presidente, seu voto, Presidente. Queremos seu voto, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Segundo informações, eu não posso votar.

(*Intervenção fora do microfone.*) (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Mas eu posso falar, não é? É, sim, com certeza, não é?

Mais uma vez, parabéns, Senador Paulo Paim pelo projeto e ao Senador Jayme Campos pelo brilhante relatório.

Encerro a votação.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Aprovado o projeto e rejeitada a Emenda nº 1, da CAE.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Vamos agora ao item 9.

ITEM 9

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 143, de 2018

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 12.732, de 22 de novembro de 2012, para que os exames relacionados ao diagnóstico de neoplasia maligna sejam realizados no prazo de 30 (trinta) dias, no caso em que especifica.

Autoria: Deputada Carmen Zanotto

Relatoria: Senador Nelsinho Trad

Relatório: Favorável ao Projeto.

Autoria, Deputada Carmen Zanotto, presente nesta Casa.

Concedo a palavra ao Senador Nelsinho Trad para proferir o relatório.

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS. Para proferir relatório.) – Sr. Presidente, demais pares, senhoras e senhoras, gostaria aqui, antes de ler o nosso relatório, de parabenizar a luta do pessoal do Recomeçar e da Femama, que aqui se encontram, defendendo essa causa que é mais do que justa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Preliminarmente, cumpre apontar que o PLC nº 143, de 2018, foi distribuído à apreciação deste colegiado com fundamento no inciso II do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal, que confere a esta Comissão competência para opinar sobre proposições que digam respeito à proteção e defesa da saúde e a competências do SUS.

Cabe destacar, ainda, que não existem óbices quanto à constitucionalidade formal da proposta, pois a matéria está inserida na competência legislativa concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal. Além disso, a proposição está em conformidade com as atribuições do Congresso Nacional, estabelecidas pelo art. 48 da Constituição Federal.

Passemos, então, Sr. Presidente, à análise do mérito da proposição.

De fato, como muito bem enfatizou a autora em sua justificação, o projeto sob exame consiste em necessário complemento da Lei nº 12.732, de 2012, a fim de conferir-lhe real efetividade. Afinal, pouco adianta instituir o tratamento para as neoplasias malignas, os cânceres, no prazo de 60 dias contados a partir do diagnóstico da moléstia, se este é realizado tardiamente. E sabe-se que o mais importante gargalo para a confirmação do diagnóstico de câncer está na realização dos exames complementares necessários, em especial dos exames anatomopatológicos, sem os quais não é possível dar início aos regimes terapêuticos estabelecidos no §1º do art. 2º do referido diploma legal, ou seja, sem o diagnóstico tempestivo da neoplasia maligna e a determinação do seu tipo histológico, as disposições da Lei nº 12.732, de 2012, não passam de "letra morta".

O que eu quero explicar com isso? Muitas vezes – eu sou médico e estou ao lado de um professor também de Medicina –, quando o paciente chega até a gente, e a gente pede os exames, suspeitando de uma doença maligna – está aqui a Dra. Senadora, que também é médica –, a gente tem um indicativo de que pode vir a ser um tumor maligno, que só é confirmado a partir do momento em que se faz o exame anatomopatológico, que normalmente se faz através de uma biópsia, da retirada de um fragmento, e por aí vai.

É importante salientar que, independentemente do tipo de neoplasia, o fator mais determinante para o desfecho favorável da terapia é o chamado estadiamento da lesão maligna, ou seja, o quão avançado está o câncer no momento do início do tratamento. Casos mais avançados, mesmo que submetidos ao melhor e mais caro tratamento disponível, têm chance muito menor de cura ou de longa sobrevida, quando comparados aos casos detectados e tratados ainda no início.

Em resumo, o momento da detecção do câncer impacta decisivamente a sua letalidade, ou seja, o percentual de pessoas acometidas que vêm a falecer por causa da doença.

De acordo com estimativas do Instituto Nacional de Câncer (Inca), durante o ano de 2018 ocorreram 300.140 novos casos de neoplasia maligna entre os homens e 282.450 entre as mulheres. Já os últimos dados de mortalidade por câncer disponíveis são 107.470 homens falecidos por ano pela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

doença, e 90.228 mulheres mortas por essa causa. São números expressivos, que geram preocupação nas autoridades sanitárias.

Ressalte-se que a medida contida no PLC, que é este aqui, nº 143, de 2018, impactará justamente esses últimos números, reduzindo a quantidade de pessoas que falecem em função do câncer, sem interferir na incidência das neoplasias malignas.

Interessante notar, por fim, que a proposição que deu origem à Lei nº 12.732, de 2012, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 32, de 1997, tramitou por longos 15 anos no Congresso Nacional sem que a questão da tempestividade do diagnóstico fosse contemplada no texto normativo. Isso nos alerta para a necessidade do exame paciente e exaustivo das proposições, bem como do debate com os segmentos sociais envolvidos com o tema, a fim de produzir norma legal capaz de regular a matéria de maneira eficaz.

Assim, sendo, Sr. Presidente, honro aqui o meu diploma de médico, quando fiz o juramento de defesa da vida.

Em vista do exposto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei da Câmara nº 143, de 2018 e, no mérito, pela sua aprovação. Senador Nelsinho Trad, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Senadora Zenaide.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Essa votação é simbólica. V. Exa., se quiser fazer algum comentário, por favor.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Senador Otto, com a palavra.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Para discutir.) – Pois não, Presidente Romário. Eu quero apenas destacar o ótimo relatório que o Senador Nelsinho Trad fez. O Senador Nelsinho é médico também, um ótimo urologista, conhece bem da matéria, como nós todos aqui médicos conhecemos.

Eu acho que este projeto é um projeto importante, porque o diagnóstico precoce, como falou o Nelson aqui, tem levado à preservação de muitas vidas no nosso País. No Estado da Bahia, o atual Governador, Rui Costa, é bom que se destaque isso, já implantou praticamente 20 policlínicas e polos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em cidades do interior para diagnóstico precoce dos casos de câncer. E esse diagnóstico precoce é superimportante.

Eu estou falando isso, até porque eu sou um caso de diagnóstico precoce, Presidente, e estou aqui vivo. Fui operado há dez anos de câncer de próstata e com preservação total das minhas funções, porque o meu diagnóstico foi precoce. Se não tivesse sido precoce, eu não estaria aqui hoje defendendo essa causa e destacando o ótimo relatório do Senador Nelsinho Trad. No meu caso, por exemplo, sou ortopedista, cirurgião, trabalhei em hospitais de câncer com vários tumores ósseos, cuja cura, se diagnosticados precocemente, vem imediatamente. Inclusive, no meu Estado, em um dos Prefeitos que operei mais ou menos 30 anos atrás, o diagnóstico precoce permitiu a cura completa desse paciente.

Portanto, eu acho que, se há uma coisa no Brasil hoje que o Governo Federal, os Governos estaduais, até as Prefeituras devem fazer... Porque não é muito caro fazer uma mamografia, fazer uma ressonância, uma tomografia do abdômen não é uma coisa que custa muito caro. E V. Exa. sabe, como eu sei, porque V. Exa. tem causas que defende, que a essência da vida é fazer o bem e procurar ajudar as pessoas que, às vezes, por um motivo ou outro, caem, e não têm condição de se erguerem a não ser pela ação no serviço público.

Portanto, eu fico, inclusive, aqui bem à vontade para votar a favor e destacar, com a sensibilidade de um médico que tem 47 anos de formado. Por essas mãos, passaram muitas pessoas cujas vidas eu consegui salvar exatamente porque o diagnóstico foi precoce.

Portanto, parabéns ao Senador Nelson Trad!

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Senador Zenaide, com a palavra.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para discutir.) – Presidente, Romário, colegas médicos, eu queria dizer, como eles falaram, da importância do diagnóstico precoce e queria aqui parabenizar a luta da minha amiga aqui Deputada Carmen Zanotto e Flávia Morais, porque elas vêm numa luta... Como se diz, esse projeto de lei está rodando há muito tempo...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Há 15 anos.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – ... mas elas são batalhadoras, e a gente tem que tirar o chapéu por se ter chegado a isso aqui.

A gente sabe, por exemplo, que o avanço da tecnologia com a imuno-histoquímica, o estadiamento é essencial. E a gente sabe também... Por exemplo, eu vou citar o câncer de mama para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o qual não há uma prevenção; o que existe é um rastreamento justamente nos exames para se ter um diagnóstico precoce. E a gente sabe que hoje a maioria das neoplasias diagnosticadas precocemente... Trinta dias de uma neoplasia é muita coisa, gente, porque da maioria o paciente só vai ter alguns sintomas quando já há cinco ou seis anos daquele tumor ali alojado. Então, parabéns ao Relator; parabéns à Carmen Zanotto, à Flávia Morais e a todos os que estão atrás disso!

Tem ideia de o que ele disse aqui sobre os números? Quase 200 mil pessoas morrem aqui de câncer!

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – É uma guerra civil. E a gente sabe que a grande maioria, se tivesse – vem aquela história – o acesso à saúde, se tivesse... Por isso, parabéns!

(*Interrupção do som.*)

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – .... trinta dias. O Município, é como ele diz... A gente avançou muito, mas não podemos retroagir. E aí é onde entram as novas tecnologias, porque os tumores hoje já são abordados não genericamente, como eram antigamente, qualquer tipo de câncer era tratado com o mesmo tratamento. E esse estadiamento e tudo é que vai dizer sobre o tratamento.

Parabéns, amigo!

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, Senadora!

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS) – Eu gostaria de...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Eu gostaria de passar a palavra agora para...

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS) – Senador Romário.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – ... à autora do projeto.

A SRA. CARMEN ZANOTTO (CIDADANIA - SC) – Senador...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Ah! Hoje pode. Foi uma grande reunião, hoje pode.

Senadora, por favor, com a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CARMEN ZANOTTO (CIDADANIA - SC) – Obrigada, nobre...

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS) – Depois eu gostaria de concluir um raciocínio.

A SRA. CARMEN ZANOTTO (CIDADANIA - SC) – Obrigada, nobre Senador Romário.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só o Romário, que é campeão do mundo, que pode abrir essas exceções, viu? (*Risos.*)

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Ela merece.

A SRA. CARMEN ZANOTTO (CIDADANIA - SC) – Obrigada, nobre Senador Romário.

Quero dizer que tenho uma grande alegria de ter o senhor como Presidente desta importante Comissão de Assuntos Sociais. Nós fomos colegas Deputados juntos, e o senhor conhece a nossa luta e nós conhecemos a sua luta, em especial no conjunto das doenças raras e também com relação ao câncer.

Agradeço ao nobre Senador Nelsinho Trad, que fez a relatoria, e aos colegas Senadores que aqui tão bem falaram, como a ex-Deputada e hoje Senadora Zenaide, a Mara Gabrilli. Agradeço ao grupo do Recomeçar, da Joana, e a todas as mulheres que lutam, porque nós sabemos que cada dia é um dia a menos para os pacientes com câncer.

Historio um pouquinho, porque a Lei 12.732 só é lei porque foi para a Câmara Federal um projeto do então Senador Osmar Dias, do Paraná, que tratava da questão dos medicamentos para dor no câncer. Eu, em 2011, havia apresentado um projeto de lei dando o prazo até 30 dias para o tratamento – as cirurgias, as quimioterapias e a radioterapia –, e a Deputada Flávia Morais, em 2012.

O nosso substitutivo... Por que hoje a lei fala em 60 dias? Porque nós pedimos 30, as duas, e nós tivemos de negociar com o Governo Federal um prazo maior em função dos vazios assistenciais que há neste País. Ainda temos regiões que agora estão recebendo os primeiros aparelhos de radioterapia, fruto da lei construída por nós, por mim e pela Deputada Flávia Morais.

E qual foi a nossa tristeza quando a lei começou a ser implementada? Eu digo isso como gestora que fui, enfermeira de formação e secretária municipal e secretária de Estado. Deparamo-nos com o fato de que o acesso aos exames era tão difícil quanto a realização da cirurgia, da quimioterapia e da radioterapia. Por isso a necessidade da implementação da hoje conhecida como Lei dos 60 dias para garantir em até 30 dias os exames.

Alguns gestores vão dizer para nós: "Mas vocês estão nos obrigando". O câncer não pode esperar, nem o diagnóstico e nem seu tratamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero ver um dia esses dois textos legais rasgados, desnecessários, para que todo homem, toda mulher, toda criança, todo idoso e adulta tenham o seu diagnóstico o mais rapidamente possível e o seu tratamento também, e não precisemos de leis para assegurar isso.

Nobre Senador Romário, muito obrigada por ter pautado, em especial, nesta semana, porque estamos comemorando os trabalhos com relação ao Dia Mundial do Câncer. Nós precisamos enfrentar o câncer, e todos os dias é um dia a menos para cada paciente de câncer.

Eu, que presidi a Frente Parlamentar de Prevenção e Diagnóstico para Tratamento do Câncer na Câmara, junto com os Senadores, e agora, a Frente Parlamentar Mista da Saúde, tenho muito, em nome desse coletivo de homens e mulheres, Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas... V. Exas. têm também na sua pauta a saúde, porque garantir a saúde é garantir a vida das pessoas.

Muito obrigado, nobre Relator e nobres pares por terem votado no dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito obrigado, Deputada Carmen Zanotto.

Passo a palavra agora para a brilhante Senadora Mara Gabrilli.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP. Para discutir.) – Obrigada, Presidente.

Eu só quero cumprimentar a nossa Deputada e dizer da alegria, Carmen Zanotto, de tê-la aqui conosco. É impressionante, Senador Romário, porque em todos os lados que se vai pesquisar, por exemplo, na área de diabetes, você encontra a Carmen; vai para a área do câncer, encontra a Carmen; vai para a pessoa com deficiência, para cuidador, doenças raras...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Em tudo que é bom ela está junto.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Em tudo que é bom ela está junto. E o quanto a Carmen trabalhou para que a gente pudesse ter exame de mamografia no SUS, em idades que o SUS não gostaria e ampliar isso para todas as mulheres. Inclusive, a Carmen também é uma lutadora para que a gente tenha sempre mamógrafos acessíveis para as mulheres cadeirantes.

Então, Carmen, minha Deputada querida, eu só tenho que agradecer a sua colaboração com o nosso País, porque, com certeza, você ajuda muito a melhorar a saúde do brasileiro.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo mais quem queira discutir...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidente, só uma frase.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Já foi elogiada tanto a Deputada Carmen que eu só vou complementar.

Toda que vez em que há tema relacionado ao idoso, ela me chama na Câmara para dialogar com ela.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Ela também está!

Senador Nelsinho Trad com a palavra.

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS) – Apenas para concluir, Senador Romário.

Primeiro, manifesto aqui a minha satisfação de fazer parte desta Comissão. É uma Comissão em que tenho o prazer de vir trabalhar, diante das ilustres companhias.

Quero dizer à Senadora Mara que V. Exa., com a sua doçura, realmente perfuma esse ambiente. É muito prazer ter V. Exa. nos nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Quero corroborar com isso, Senador.

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS) – Quero fazer, Senador Romário, apenas uma conclusão, com a licença do meu Líder.

A gente observa várias campanhas positivas de prevenção do câncer no nosso País: temos o Outubro Rosa, temos o Novembro Azul. Em função da divulgação dessas campanhas, o que acontece? As pessoas vão atrás, buscam fazer os seus exames. A partir do momento em que se detecta algo, essa lacuna tinha de ser preenchida. Por quê? É muito fácil esse ou aquele argumentar que não está preparado, que não está organizado, mas vá se colocar no lugar de alguém que recebe de um profissional a notícia de que está com um tumor maligno no corpo e que vai demorar ainda para se fazer o estadiamento da doença. O estadiamento da doença quer dizer o nível de gravidade desse tumor no corpo da pessoa. E sabemos que as células malignas vão se reproduzindo segundo a segundo dentro do organismo da pessoa.

Então, é com muita alegria que faço esse relatório e vejo a aprovação pelos pares.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero aqui, quebrando um pouco o protocolo... Sei que V. Exa. já tem esse livro. Eu também já tenho o livro da Joana, mas eu gostaria de presentear o meu Líder, Senador Otto, com o livro da história dela, que realmente inspirou toda essa luta para que a Deputada colocasse avante o seu projeto e ele pudesse aqui ser votado.

Eu solicito à Mesa que encaminhe esse parecer ao Plenário. Eu combinei com o Presidente Davi e com os Líderes na reunião de ontem, e ele vai pôr para tramitar na sessão de hoje até em respeito às pessoas que aqui se encontram e ao Dia Nacional de Combate ao Câncer, que foi o dia 8.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, Senador.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam o relatório queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai ao Plenário.

EXTRAPAUTA

ITEM 18

REQUERIMENTO Nº 42, de 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, a apresentação de Requerimento de urgência, perante o Plenário do Senado Federal, para o Projeto de Lei da Câmara nº 143, de 2018.

Autoria: Senador Romário

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam o relatório queiram permanecer como se encontram. (*Palmas.*)

Aprovado.

Parabéns a todas as guerreiras da Recomeçar! Joana, parabéns por esta luta! Vocês merecem!

Item 5.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.067287/2019-48

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2ª PARTE

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 328, de 2015

- Terminativo -

Dispõe sobre a regulamentação da profissão de educadora e educador social e dá outras providências.

Autoria: Senador Telmário Mota

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Pela aprovação do Projeto e das Emendas nº 1-CCJ-CE, 2-CE e 3-CE, e pela rejeição da Subemenda nº 1 à Emenda nº 2-CE.

Observações:

Será realizada uma única votação nominal para o Projeto e para as emendas, nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT. Para questão de ordem.) – Sr. Presidente, questão de ordem.

Eu gostaria de pedir a V. Exa., como temos quórum, que abra o processo de votação, porque nós já conhecemos o relatório. Eu já acessei e, acho que todos os Senadores...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Posso ler meu relatório em um minuto.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para proferir relatório.) – Presidente, esse é um projeto do Senador Telmário Mota. Por que eu tenho de dar essa rápida explicação? Ele está há mais de um ano nesta Casa e não é votado, porque não há acordo. Onde está o problema? Na palavra "gênero".

Fizemos aqui agora, mediante o aval e a proposta do próprio autor da matéria... E conversei com diversos Senadores e com as entidades que cuidam dessa situação da regulamentação da profissão de educador e educadora social, que falaram comigo e também concordaram que se mudasse simplesmente a palavra "gênero" por "sexo".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com isso, eu só faço uma alteração no final, mediante essa visão que é quase unânime. Eu havia rejeitado a Subemenda nº 1, que trata da questão da mudança da palavra "gênero" por "sexo". Então, mediante o apelo quase unânime que recebi, eu acato a Emenda nº 1 – só isso que eu vou ler –, a pedido dos Senadores, para possibilitar a aprovação do projeto dos educadores.

Considerando diversos pedidos de entidades que aguardam a aprovação desse projeto há mais de um ano e do próprio autor, eu acato a Subemenda nº 1, do Senador Eduardo Lopes, do PRB, do Rio de Janeiro.

Com isso, entendo que o projeto pode ser aprovado, sem prejuízo de o debate continuar.

Esse é o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, Senador.

Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação, nos termos do relatório apresentado.

A votação é nominal.

Inicio a votação nominal. (*Pausa.*)

Vou encerrar a votação.

Aprovado o projeto e as Emendas nº 1-CCJ-CE-CAS, 2-CE-CAS, 3-CE-CAS e a Subemenda nº 1-CAS à Emenda nº 2-CE-CAS.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Item 10.

2ª PARTE

ITEM 10

REQUERIMENTO Nº 26, de 2019

- Não terminativo -

Nos termos do inciso II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo de instruir a apreciação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do PL 616, de 2019. Para tanto, e sem prejuízo de outras indicações, sugiro sejam convidados: Representante do Ministério do Meio Ambiente (MMA); Representante da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).

Autoria: Senadora Zenaide Maia

Passo a palavra à Senador Zenaide Maia para leitura do requerimento.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para encaminhar.) – Nos termos do inciso II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo de instruir a apreciação do PL 616, de 2019.

Para tanto, e sem prejuízo de outras indicações, sugiro sejam convidados: representante do Ministério do Meio Ambiente (MMA); representante da Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

Gente, esse projeto de lei é do Lasier e trata da proibição de determinadas substâncias que há nos protetores solares e que alguns países já proíbem, porque dizem que elas estão matando os recifes de corais.

A gente preferiu chamar os representantes das pessoas que entendem disso e ouvir os dois lados.

Por isso, apresentamos esse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Item 11.

2ª PARTE

ITEM 11

REQUERIMENTO Nº 29, de 2019

- Não terminativo -

Nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, e em aditamento ao REQ nº 26, de 2019, solicitamos que sejam incluídos como participantes da referida audiência os seguintes convidados: a) Sérgio Luiz Lira Palma, Presidente da Sociedade Brasileira de Dermatologia; b) Leonlene de Sousa Aguiar,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Diretor-Geral do IDEMA - Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte, ou alguém por ele indicado; c) João Carlos Basílio, Presidente Executivo da ABIHPEC – Associação Brasileira da indústria de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos.

Autoria: Senadora Zenaide Maia

Passo a palavra à Senadora Zenaide Maia para leitura do requerimento.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para encaminhar.) – Nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, e em aditamento ao requerimento, de 2019, que aprovamos, solicitamos que sejam incluídos, além dos dois órgãos, como participantes da referida audiência os seguintes convidados: Dr. Sérgio Luiz Lira Palma, Presidente da Sociedade Brasileira de Dermatologia; Sr. Leonlene de Sousa Aguiar, Diretor Geral do Idema; e o Sr. João Carlos Basilio, Presidente Executivo da Associação Brasileira da Indústria de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos.

A gente achou por bem convidar todos para ouvir todos os lados antes de botar esse projeto para frente. E foi tudo combinado com o autor, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, Senadora.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Requerimento extrapauta.

Consulto os Srs. Senadores sobre a inclusão extrapauta do requerimento apresentado por esta Presidência. (*Pausa.*)

Não havendo óbice, passo à leitura do requerimento.

EXTRAPAUTA

ITEM 17

REQUERIMENTO Nº 41, de 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 113 do Regimento Interno do Senado Federal, a apreciação conjunta pelas Comissões de Assuntos Econômicos e de Assuntos Sociais do PLC 37/2013, que "altera as Leis nºs

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

11.343, de 23 de agosto de 2006, 7.560, de 19 de dezembro de 1986, 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, 8.981, de 20 de janeiro de 1995, 8.315, de 23 de dezembro de 1991, 8.706, de 14 de setembro de 1993, 8.069, de 13 de julho de 1990, 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e 9.503, de 23 de setembro de 1997, os Decretos-Lei nºs 4.048, de 22 de janeiro de 1942, 8.621, de 10 de janeiro de 1946, e 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas e as condições de atenção aos usuários ou dependentes de drogas e para tratar do financiamento das políticas sobre drogas".

Autoria: Senador Romário

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Convoco para o dia 17 de abril, quarta-feira, às 9h, reunião extraordinária desta Comissão destinada à deliberação de proposições.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado a todos pela presença.

(*Iniciada às 9 horas e 23 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 58 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 6ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE MARÇO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e onze minutos do dia vinte de março de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Simone Tebet, Jorginho Mello e Antonio Anastasia, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Mecias de Jesus, Esperidião Amin, Fernando Bezerra Coelho, Marcio Bittar, Dário Berger, Tasso Jereissati, Elmano Férrer, Oriovisto Guimarães, Rose de Freitas, Selma Arruda, José Serra, Lasier Martins, Veneziano Vital do Rêgo, Fabiano Contarato, Alessandro Vieira, Weverton, Jorge Kajuru, Marcos do Val, Randolfe Rodrigues, Leila Barros, Rogério Carvalho, Telmário Mota, Paulo Rocha, Otto Alencar, Angelo Coronel, Arolde de Oliveira, Sérgio Petecão, Carlos Viana, Rodrigo Pacheco, Maria do Carmo Alves e Wellington Fagundes. Registram a presença os Senadores Eduardo Gomes, Paulo Paim, Chico Rodrigues, Alvaro Dias e Izalci Lucas. Deixam de comparecer os Senadores Jader Barbalho, José Maranhão, Ciro Nogueira, Cid Gomes, Humberto Costa, Fernando Collor e Marcos Rogério. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da 5ª Reunião Ordinária, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - Projeto de Lei da Câmara n° 61, de 2017 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para determinar que os profissionais de saúde, quando houver indícios de prática de violência contra a mulher, registrem o fato no prontuário da paciente." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senadora Maria do Carmo Alves. Relatório: Favorável ao projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo). Observação: Aprovado Requerimento nº 4, de 2019-CCJ, de urgência para a matéria. ITEM 2 - Projeto de Lei do Senado n° 307, de 2018 - Terminativo - que: "Acrescenta § 5º ao art. 9º da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, a fim de facultar a representação do réu por seu advogado nas audiências realizadas em localidades muito distantes de onde resida o réu." Autoria: Senadora Maria do Carmo Alves. Relatoria: Senadora Simone Tebet. Relatório: Pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Aprovado o Substitutivo, que será submetido a Turno Suplementar, nos termos regimentais. ITEM 3 - Projeto de Lei da Câmara n° 47, de 2018 - Não Terminativo - que: "Altera dispositivo da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, para dispor sobre a destinação dos valores apreendidos em decorrência dos crimes nela tipificados." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Otto Alencar. Relatório: Favorável ao Projeto com uma emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 4 - Projeto de Lei do Senado n° 317, de 2018 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, e a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, para incentivar a redução de perdas na distribuição de água tratada." Autoria: Senador Lasier Martins. Relatoria: Senador Sérgio Petecão. Relatório: Pela aprovação do Projeto e das Emendas nºs 1 a 9. Resultado: Aprovado o Projeto e as Emendas nºs 1-CCJ a 9-CCJ. ITEM

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

5 - Projeto de Lei do Senado n° 429, de 2017 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, que dispõe sobre partidos políticos, regulamenta os arts. 14, § 3º, inciso V e 17, da Constituição Federal, a fim de aplicar aos partidos políticos as normas sobre programa de integridade." Autoria: Senador Antonio Anastasia. Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Aprovado o Projeto. ITEM 6 - Projeto de Lei do Senado n° 432, de 2016 - Terminativo - que: "Altera o art. 15 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para possibilitar a aplicação supletiva e subsidiária do Código de Processo Civil ao Processo Penal." Autoria: Senador Antonio Anastasia. Relatoria: Senador Tasso Jereissati. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Vista coletiva concedida. ITEM 7 - Projeto de Lei do Senado n° 7, de 2018 - Terminativo - que: "Dispõe sobre os direitos dos pacientes em serviços de saúde; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para isentar do crime de omissão penalmente relevante a falta de instituição de suporte de vida ou a não realização de tratamento ou procedimento médico recusados; e altera a Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, que configura infrações à legislação sanitária federal, estabelece as sanções respectivas, e dá outras providências, para proibir a reutilização de produtos para a saúde descartáveis." Autoria: Senador Pedro Chaves. Relatoria: Senador Lasier Martins. Relatório: Pela aprovação do Projeto com a emenda que apresenta. Resultado: Vista coletiva concedida. ITEM 8 - Projeto de Lei do Senado n° 166, de 2017 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para prever o acompanhamento presencial por membro do Ministério Público da execução de manutenção ou reintegração de posse, de despejo, ou de qualquer medida judicial que importe em remoção de famílias nos litígios coletivos pela posse de terra rural ou urbana." Autoria: Senador Paulo Rocha. Relatoria: Senador Antonio Anastasia. Relatório: Pela aprovação do Projeto e da emenda nº 1, nos termos das emendas que apresenta. Resultado: Aprovado o Projeto com a Emenda nº 2-CCJ, e a Emenda nº 1 nos termos da Emenda nº 3-CCJ. ITEM 9 - Projeto de Lei do Senado n° 83, de 2018 - Terminativo - que: "Regula a realização de testes de aptidão física por candidata gestante em concurso público." Autoria: Senador Fernando Bezerra Coelho. Relatoria: Senador Lasier Martins. Relatório: Pela aprovação do Projeto com duas emendas que apresenta. Resultado: Aprovado o Projeto e as Emendas nºs 1-CCJ e 2-CCJ. ITEM 10 - Projeto de Lei do Senado n° 582, de 2015 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para facultar o oferecimento de preferência aos ocupantes na alienação onerosa de imóveis retomados por instituição financeira oficial." Autoria: Senadora Simone Tebet. Relatoria: Senador Antonio Anastasia. Relatório: Pela aprovação do Projeto com duas emendas de redação que apresenta. Resultado: Aprovado o Projeto e as Emendas nºs 1-CCJ e 2-CCJ, de redação. ITEM 11 - Projeto de Lei do Senado n° 89, de 2015 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.807, de 13 de julho de 1999, para criar mecanismos de proteção às vítimas e testemunhas vulneráveis." Autoria: Senador Humberto Costa. Relatoria: Senador Alessandro Vieira. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com a Emenda nº 1-CDH e com quatro emendas que apresenta. Resultado: Vista coletiva concedida. ITEM 12 - Projeto de Lei do Senado n° 483,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de 2017 - Terminativo - que: "Altera a Lei no 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para estabelecer normas gerais para a utilização de veículos apreendidos e sem identificação, pelas polícias civis, federal, rodoviária federal e militares." Autoria: Senador Elmano Férrer. Relatoria: Senadora Simone Tebet. Relatório: Pela aprovação do Projeto com duas emendas que apresenta. Resultado: Vista coletiva concedida. ITEM 13 - Projeto de Lei da Câmara n° 94, de 2018 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para autorizar, nas hipóteses que especifica, a aplicação de medida protetiva de urgência, pela autoridade judicial ou policial, à mulher em situação de violência doméstica e familiar ou a seus dependentes e dá outras providências." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senadora Selma Arruda. Relatório: Favorável ao Projeto e às Emendas nºs 1-CDH e 2-CDH, com duas emendas de redação que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 14 - Projeto de Lei do Senado n° 217, de 2018 - Terminativo - que: "Altera o art. 610 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, para permitir a realização de inventário extrajudicial quando houver possíveis implicações no interesse de incapazes." Autoria: Senador Paulo Rocha. Relatoria: Senadora Simone Tebet. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Vista concedida ao Senador Elmano Férrer, nos termos regimentais. ITEM EXTRAPAUTA 15 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania n° 4, de 2019 que: "Requeiro, nos termos do artigo 338 inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 61, de 2017." Autoria: Senadora Maria do Carmo Alves. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 16 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania n° 5, de 2019 que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o pacote anticrime apresentado pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública e atendimento dos direitos e garantias fundamentais inscritos na Constituição Federal. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. Ministério da Justiça e Segurança Pública. 2. Ordem dos Advogados do Brasil - OAB Nacional. 3. Associação Juízes para a Democracia - AJD. 4. Associação Brasileira de Juristas pela Democracia - ABJD. 5. Instituto Brasileiro de Ciências Criminais - IBCCRIM. 6. Fórum Brasileiro de Segurança Pública - FBSP." Autoria: Senador Rogério Carvalho. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 17 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania n° 6, de 2019 que: "Requeiro nos termos do Art. 93, II do Regimento Interno do Senado Federal a realização de audiência pública para debater sobre os direitos das mulheres na reforma da previdência. Convido para a audiência representantes dos seguintes órgãos: Representante do Poder Judiciário; Representante do Ministério Público; Representante do Órgão da Previdência; Representante do Ministério da Economia; Representante dos movimentos que atuam na defesa dos direitos das mulheres." Autoria: Senadora Rose de Freitas. Resultado: Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Simone Tebet
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 6ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 5ª Reunião, Ordinária.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à deliberação dos itens 1 a 14.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 61, DE 2017

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para determinar que os profissionais de saúde, quando houver indícios de prática de violência contra a mulher, registrem o fato no prontuário da paciente.

Autoria: Deputada Renata Abreu

Relatoria: Senadora Maria do Carmo Alves

Relatório: Favorável ao projeto nos termos do Substitutivo que apresenta

Concedo a palavra à ilustre Senadora Maria do Carmo Alves, para proferir o seu relatório.

A SRA. MARIA DO CARMO ALVES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - SE. Para leitura de relatório.) – Sra. Senadora, Srs. Senadores, eu devo começar, Sra. Presidente, pela análise.

Nos termos do art. 101 do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à CCJ opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das matérias que lhe forem submetidas.

A proposição, em seu mérito, mostra-se de bom alvitre e esperasse que diminua a subnotificação dos casos de violência contra as mulheres.

Nada mais natural, ao se identificar provável violência num atendimento médico, que se faça o registro de tal evento, de forma a permitir a sua adequada investigação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ademais, deve-se observar que a constitucionalidade do projeto, na sua atual forma, pode ser questionada em razão de prever obrigações às polícias estaduais e aparente tarefa às secretarias estaduais, o que pode ser entendido como desrespeito à autonomia dos Estados, prevista no art. 18 da Constituição Federal, e à reserva de iniciativa legislativa do tema pelos Governadores.

Dessa forma, a fim de preservar o mérito do projeto e de saná-lo de qualquer possível questionamento jurídico futuro, temos a propor um substitutivo que lhe ofereça maior viabilidade. Entendemos que o PLC, portanto, merece prosperar por meio de alteração à citada Lei nº 10.778, de 2003, prevendo de maneira ampla a comunicação à autoridade policial, inclusive em caso de suspeita de violência, como já o faz o art. 19 do Estatuto do Idoso.

Voto.

Diante do exposto, manifestamo-nos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 61, de 2017, na forma da seguinte emenda substitutiva:

Emenda Substitutiva da CCJ.

> Altera o art. 1º da Lei nº 10.778, de 24 de novembro de 2003, para dispor sobre a notificação compulsória dos casos de suspeita de violência contra a mulher.

É o voto, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Senadora Maria do Carmo, pela relatoria.

Eu gostaria de comunicar ao Plenário que este é um projeto não terminativo que já veio da Câmara. Falta apenas um membro para podermos deliberar, e, se houver, claro, a aquiescência e aprovação desse parecer a esse projeto, nós poderemos encaminhar ainda hoje, no mês da mulher, para Plenário, para votação.

Enquanto aguardamos mais um membro desta Comissão para deliberação, eu coloco em discussão a matéria. Quando pudermos encerrar e partirmos para o próximo item, retornamos, Senadora Maria do Carmo.

Em discussão, portanto, a matéria, o Projeto de Lei da Câmara nº 61, de 2017.

Repito: é um projeto que altera a Lei Maria da Penha, para determinar que os profissionais de saúde, quando houver indícios de prática de violência contra a mulher, registrem o fato no prontuário do paciente.

Continua em discussão. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Aguardo apenas o registro da presença do Senador Lasier Martins para começarmos a votação desse projeto. (*Pausa.*)

Já temos quórum para deliberar.

Coloco em votação o relatório da Senadora Maria do Carmo.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto nos termos da Emenda nº 1-CCJ-Substitutivo.

A matéria vai ao Plenário.

Indago aos Srs. Senadores se poderiam pedir regime de urgência, para que pudéssemos levá-lo ao Plenário ainda hoje.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Então, vamos solicitar ao Presidente que o inclua extrapauta.

Obrigada.

Passemos ao item 11, porque já foram lidos os relatórios dos demais, ou não há a presença dos seus Relatores.

Item 11 da pauta.

ITEM 11

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 89, DE 2015

- Terminativo -

Altera a Lei nº 9.807, de 13 de julho de 1999, para criar mecanismos de proteção às vítimas e testemunhas vulneráveis.

Autoria: Senador Humberto Costa

Relatoria: Senador Alessandro Vieira

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: pela aprovação do Projeto, com a Emenda nº 1-CDH e com quatro emendas que apresenta.

Observações:

- A matéria já foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa;

- Votação nominal.

Concedo a palavra ao Senador Alessandro Vieira para proferir o seu relatório.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - SE. Para leitura de relatório.) – Obrigado, Sra. Presidente.

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 89, de 2015, de autoria do Senador Humberto Costa, acrescenta o art. 15-A na Lei nº 9.807, de 13 de julho de 1999, para criar mecanismos de proteção às vítimas e testemunhas vulneráveis.

O *caput* desse art. 15-A determina que o delegado de polícia poderá aplicar medidas protetivas, em favor de vítima ou testemunha vulnerável, quando houver risco, devendo-se comunicar o juiz, o qual deverá ouvir o Ministério Público. As medidas protetivas podem ser a apreensão de objetos utilizados na prática do crime ou que tragam risco à vítima ou testemunha, a restituição de bens destas e a imposição de distanciamento em relação à vítima ou testemunha.

Na sequência, o §1º do art. 15-A estende às vítimas e testemunhas vulneráveis algumas das medidas de proteção previstas no art. 7º da Lei nº 9.807, de 1999.

O §2º, por sua vez, considera vulnerável a pessoa que deva receber proteção especial e diferenciada do Poder Público, como crianças, adolescentes, idosos, portadores de necessidades especiais e mulheres vítimas de violência doméstica e seus dependentes.

O §3º determina procedimentos a serem adotados pelo delegado de polícia na apuração da infração cometida pelo ofensor.

O §4º, na mesma esteira, estabelece que o delegado poderá requisitar serviços públicos em benefício das vítimas e testemunhas vulneráveis.

Por fim, o §5º dispõe que o não atendimento às requisições ou medidas de proteção aplicadas com base neste artigo ensejará a responsabilização criminal por desobediência, sem prejuízo da responsabilização civil e administrativa.

O autor da proposição observa ser crescente a garantia de proteção especial a pessoas em condição especial de vulnerabilidade, quer no direito brasileiro, quer no direito internacional. Desse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

modo, faz-se necessária, também, a proteção à vítima e à testemunha que estejam em condição especial de vulnerabilidade.

A justificação da proposição lembra que o delegado é o primeiro elo da cadeia de proteção estatal – e é devidamente preparado para tanto – para resguardar os direitos dos cidadãos, incluídos os mais vulneráveis. Assim, nada mais razoável que o responsável pelas delegacias de polícia, abertas em qualquer horário, possa assegurar de pronto, ainda que de maneira provisória, a proteção a quem, para além de ser vulnerável, encontra-se em situação particularmente arriscada.

A matéria foi apreciada pela CDH, que emitiu parecer pela aprovação da matéria, com a Emenda nº 1-CDH, para substituir, no texto do PLS, a expressão "portadores de necessidades especiais" pela expressão "pessoas com deficiência", hoje considerada mais correta e técnica.

Após, a matéria veio à CCJ para decisão terminativa.

Nesta Comissão não foram oferecidas emendas.

Análise.

Não observamos vícios de inconstitucionalidade, de antijuridicidade ou de natureza regimental no PLS nº 89, de 2015.

No mérito, temos que a proposição é oportuna e conveniente, contribuindo inequivocamente para o aperfeiçoamento da legislação.

Do nosso ponto de vista, compartilhado com o autor do projeto, a legislação se ressente de medidas protetivas de urgência para os casos de vítimas ou testemunhas que se encontram em situação de perigo atual ou iminente.

Não podemos negar que, muitas vezes, as ações do Poder Judiciário tardam demais para socorrer os cidadãos que necessitam de amparo imediato. Em numerosas situações, a decisão judicial que visa salvaguardar a vida e a integridade da pessoa vulnerável se demonstra completamente ineficiente. Em 24 horas, muitas ameaças se concretizam e muitas vidas se perdem.

Há situações para as quais as formas convencionais de atendimento não oferecem mais uma resposta eficiente. Eu insiro a questão do custo do próprio sistema. Dado esse cenário, devem possuir os delegados de polícia poder para interromper o ciclo de violência e de ameaça. Isso porque eles são os primeiros agentes estatais a serem procurados – e estão em condições de fazer uma análise jurídica – por aqueles que se encontram em situação de risco. E especialmente para as pessoas mais vulneráveis, a exemplo das crianças, adolescentes, idosos, pessoas com deficiência e mulheres vítimas de violência doméstica e seus dependentes. Nesse caso, o tempo pode agravar ainda mais o risco vivido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Destaque-se, ademais, que as medidas previstas terão natureza precária, vigendo temporariamente até sejam apreciadas pelo Poder Judiciário, de modo que o delegado atuará apenas como meio de proteção da vítima na situação imediata de urgência. Assim, não vemos ofensa ao princípio da reserva da jurisdição. Eventual equívoco cometido pelo delegado de polícia poderá ser imediatamente corrigido pelo Poder Judiciário.

Aí, faço um parêntese, Sra. Presidente: quem pode mais, que é a prisão em flagrante, passa a poder menos, quer apenas determinar o afastamento e a remoção dos bens.

Não obstante, temos alguns pequenos reparos a fazer no texto do PLS.

Em primeiro lugar, no tocante à topografia legislativa, o capítulo III inserido pelo PLS não diz respeito a toda e qualquer medida protetiva, mas somente àquelas que poderão ser adotadas pelo delegado de polícia. Então, conveniente emendar o título do capítulo. Identificando com clareza que se trata de medidas protetivas de urgência adotadas pelo delegado de polícia.

Mais adiante, o §1º do art. 15-A, que o PLS acrescenta, não deixa explícito que as medidas a que alude, previstas nos incisos I a IV, VII e VIII do art. 7º, se submetem ao controle jurisdicional, conforme o regramento estabelecido no *caput*. Ainda que a boa técnica interpretativa aponte nesse sentido, é importante, já que estamos na fase de formação dessa medida legislativa, que a gente faça o aprimoramento do texto para que não reste dúvida quanto à aplicação da regra do *caput* às medidas mencionadas no §1º do art. 15-A.

Por se tratar da adoção de medidas de natureza cautelar, em face de risco atual ou iminente para a vítima ou testemunha vulnerável, entendemos que não há por propósito para a disposição do §3º do art. 15-A, na forma do projeto original. Obviamente, a medida protetiva que será adotada logo em seguida dá sequência ao inquérito policial para apuração do fato que deu origem a essa situação. Então, de ofício, o delegado já deverá promover o inquérito para depois subsidiar uma eventual ação penal.

Em vista disso, apresentamos emenda para suprimir o §3º do art. 15-A.

Com relação ao §5º, oferecemos emenda apenas para aprimorar a redação e evitar a repetição da palavra “desobediência”.

No mais, concordamos com a Emenda nº 1-CDH, pelos seus próprios fundamentos.

Encaminhando o voto.

Somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 89, de 2015, com a Emenda nº 1-CDH e com as emendas apresentadas a seguir:

Emenda [...]

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

[Primeira emenda:]
Dê-se ao Capítulo III da Lei nº 9.807, de 13 de julho de 1999, na forma do Projeto de Lei do Senado nº 89, de 2015, a seguinte designação:
"Capítulo III
DAS MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA ADOTADAS PELO DELEGADO DE POLÍCIA"

Emenda Nº 2-CCJ
Dê-se ao § 1º do art. 15-A da Lei nº 9.807, de 13 de julho de 1999, na forma do art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 89 [...], a seguinte redação:
"[...] 15-A. .....
§ 1º As medidas protetivas que o delegado de polícia poderá adotar, na forma do *caput*, para resguardar vítimas ou testemunhas vulneráveis compreendem as previstas nos incisos I, II, III, IV, VII e VIII do art. 7º desta Lei.
....."

[Terceira] EMENDA [...]
Suprima-se o §3º do art. 15-A [...].

E a quarta emenda, que muda a redação do §5º, deixando claro que: "O não atendimento às requisições ou medidas de proteção aplicadas com base neste artigo ensejará responsabilização criminal por desobediência, sem prejuízo da responsabilização civil e administrativa".

Esse é o relatório, Sra. Presidente.

Aproveito para apresentar apenas uma singela contribuição por conta da experiência prática como delegado de polícia. Efetivamente, tem-se uma lacuna, um vácuo muito grande na proteção ao cidadão, mais ainda ao cidadão em situação de vulnerabilidade: o policial que atende a ocorrência e depois o delegado de polícia que a processa não têm salvaguarda na legislação para tomar medidas. Isso, não raro, obriga à aplicação da medida mais gravosa, que é a prisão, em casos em que não seria necessariamente aplicável prisão, mas sim o afastamento, que seria suficiente.

Então, é um projeto altamente significativo, altera e qualifica muito o atendimento à vítima, especialmente à mulher vítima de violência.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço ao Senador Alessandro Vieira pela relatoria.

Quero dizer que nós temos quórum suficiente, presencial, para votação.

Coloco agora a matéria em discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para discutir, Senadora Selma.

A SRA. SELMA ARRUDA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Sra. Presidente, peço vista.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Vista concedida.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Sra. Presidente, peço vista coletiva.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Vista coletiva concedida.

Vamos voltar, portanto, ao item 1 da pauta, aos projetos que já foram lidos, porque nós já temos quórum para deliberação. Desculpem, item 2 da pauta. O item 1... Não, temos que votar o item 1 ainda, não terminativo. Nós não tínhamos quórum, eu coloquei só em discussão e encerrei a discussão, não? (*Pausa.*)

Item 2 da pauta, Projeto de Lei do Senado nº 307, de 2018.

Peço vênia ao Senador Antonio Anastasia, mas solicito que possa assumir a Presidência porque sou Relatora deste item 2.

Por favor, Senador Antonio Anastasia. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG) –

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 307, DE 2018

- Terminativo -

Acrescenta § 5º ao art. 9º da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, a fim de facultar a representação do réu por seu advogado nas audiências realizadas em localidades muito distantes de onde resida o réu.

Autoria: Senadora Maria do Carmo Alves

Relatoria: Senadora Simone Tebet

Relatório: Pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

- Nos termos do art. 282 do RISF, se for aprovado o substitutivo será ele submetido a turno suplementar;

- Em 20/02/2019, a Presidência concedeu vista à Senadora Selma Arruda nos termos regimentais;

- Votação nominal.

A Senadora Selma Arruda até o momento não se manifestou.

O relatório já foi lido.

Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o substitutivo oferecido ao projeto pela Relatora.

Trata-se de matéria terminativa. Portanto, a votação será nominal.

Solicito à Secretaria que abra o painel para que os Srs. Senadores possam votar.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG) – Indago se todas as Sras. Senadores e todos os Srs. Senadores já votaram. (*Pausa.*)

Tendo todos já votado, declaro encerrada a votação e solicito à Secretaria que apure o resultado.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG) – Resultado: votaram SIM 13 Srs. Senadores; NÃO, nenhum Senador; o meu é abstenção.

O substitutivo foi aprovado e será submetido a turno suplementar, nos termos do art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

Devolvo a Presidência à eminente Senadora Simone Tebet.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Sra. Presidente, só para fazer um registro.

Quero lhe agradecer e agradecer também ao Senador...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra o Senador Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Quero agradecer a V. Exa. e ao Senador Antonio Anastasia. Ele aceitou ser – e V. Exa. o designou – Relator do Projeto de Lei Complementar nº 3, de 2015, que estava aqui no Senado desde 2015 e que regula a relação financeira de convênios de cooperação entre a União, Estados e Municípios com as ONGs.

Esse projeto é um verdadeiro código que a Consultoria da Câmara me permitiu apresentar. Ele é mais momentoso ainda na circunstância atual em que nós estamos assistindo à multiplicação de organizações não governamentais gerindo a saúde. Esse projeto, Senador Anastasia, percorre a governança interna da ONG. E esse assunto foi objeto de vários escândalos: ONGs que pertenciam a uma pessoa ou a uma família ou a uma candidatura. Então, eu tenho certeza de que está nas melhores mãos, sob a melhor inteligência possível para avaliar, atualizar o projeto. E agradeço-lhe muito pela providência que V. Exa. tomou agora, na esperança de que o Senador Anastasia, nas suas inúmeras atribuições, consiga dispor de uma pequena parte do seu talento para iluminar o projeto.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Nós agradecemos, Senador Amin, por sua intervenção.

Esse é um tema dos mais relevantes e prioritários, principalmente porque atinge praticamente todos os Municípios brasileiros.

Passemos agora, na ordem da pauta, olhando aqui e analisando a presença dos senhores Relatores, ao item 6.

ITEM 6

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 432, DE 2016

- Terminativo -

Altera o art. 15 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para possibilitar a aplicação supletiva e subsidiária do Código de Processo Civil ao Processo Penal.

Autoria: Senador Antonio Anastasia

Relatoria: Senador Tasso Jereissati

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

- *Votação nominal.*

Concedo a palavra ao Senador Tasso Jereissati para proferir o seu relatório.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE. Para leitura de relatório.) – Sra. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, o Projeto nº 432, de autoria do Senador Anastasia, é muito simples. Ele apenas altera a redação do art. 15 do Código de Processo Civil para ampliar o alcance da aplicação das normas processuais civis também aos processos penais, hoje limitado a processos eleitorais, trabalhistas ou administrativos.

Na realidade, o próprio Código de Processo Penal já prevê a aplicação do CPC em processos penais, mas em casos específicos. Agora essa aplicação também será ampliada desde que não existam normas específicas nem conflitem com elas. É o que se chama de aplicação supletiva ou subsidiária.

O projeto apresenta boa técnica legislativa e atende aos requisitos de regimentalidade e juridicidade. Da mesma forma, não apresenta vício de inconstitucionalidade, tendo em vista que compete privativamente à União legislar sobre Direito Processual, a teor do disposto no art. 22, inciso I, da Constituição Federal, bem como por não ter sido ferida qualquer cláusula pétrea.

Em muito boa hora, o Senador Antonio Anastasia dispôs de uma pequena parcela do seu talento, como disse o Senador Espiridião Amin, e propôs o aperfeiçoamento do sistema normativo pátrio, atendendo principalmente ao princípio da celeridade da prestação jurisdicional, na forma prevista no inciso – e aqui o nosso consultor me fez a gentileza de colocar em algarismos romanos – LXXVIII do art. 5º da Constituição Federal, que estabelece que a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação.

A atual redação do art. 15 do Código de Processo Civil prevê que, na ausência de normas que regulem processos eleitorais trabalhistas ou administrativos, sejam aplicadas, supletiva e subsidiariamente, as regras nele previstas. O projeto do Senador Anastasia inclui, nessa previsão, sua aplicação também aos processos penais em curso.

O fato é que o Código de Processo Civil tem certa proeminência em relação aos demais códigos, sendo a principal lei processual utilizada para a tomada de decisão pelos órgãos jurisdicionais.

Além da atual previsão do seu art. 15, outros códigos a ele se referem em diversos dispositivos, prevendo sua aplicação supletiva ou subsidiariamente. Assim, por exemplo, a CLT e o Código de Defesa do Consumidor já afirmam que, nos casos omissos, o Direito Processual Comum será fonte subsidiária, exceto naquilo que for incompatível com suas normas específicas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na realidade, mesmo não elencado no art. 15, o próprio Código de Processo Penal já contém dispositivos que permitem expressa aplicação subsidiária das normas do Código de Processo Civil, como, por exemplo, o art. 139 (o depósito e a administração dos bens sequestrados ficarão sujeitos ao regime do processo civil); o art. 362 (verificando que o réu se oculta para não ser citado, o oficial de justiça certificará a ocorrência e procederá à citação com hora certa, na forma estabelecida no Código de Processo Civil); art. 790 (homologação pelo STF de sentença penal estrangeira, para efeitos civis, requerida na forma que prescreve o Código de Processo Civil).

Portanto, o PLS 432, de 2016, apenas contempla a possibilidade da aplicação da Lei Processual Civil aos processos penais em curso, na ausência de normas específicas, de forma supletiva e subsidiária, não apenas nos casos especificamente previstos no Código de Processo Penal.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 432, de 2016, de autoria do Senador Anastasia.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Senador Tasso.

Coloco em discussão a matéria.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG) – Para discutir, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Para discutir, o autor da proposição, Senador Antonio Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG. Para discutir.) – Muito obrigado, Sra. Presidente.

Eu queria, primeiro, agradecer ao Senador Tasso Jereissati pelo seu relatório, completo, brilhante, como lhe é característico.

Esclareço aos pares que é uma iniciativa, uma sugestão que recebi de magistrados do Tribunal de Justiça do meu Estado, Minas Gerais. Já há essa aplicabilidade. A reforma do Código de Processo Civil de 2015 mencionou a legislação trabalhista, mas omitiu a penal. Como já existe essa questão subsidiária e como o próprio Código de Processo Penal já alude ao Código de Processo Civil em dispositivos e também na aplicabilidade das regras gerais de Direito, a minha sugestão foi tornar explícito aquilo que já ocorre, inclusive com amparo na doutrina.

É a explicação que eu queria dar.

Agradeço, mais uma vez, ao Senador Tasso pelo seu relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu lhe agradeço.

Continua em discussão.

Para discutir, Senadora Selma.

A SRA. SELMA ARRUDA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT. Para discutir.) – Eu apenas gostaria de elogiar a iniciativa do Senador Anastasia e também do Sr. Relator, o Senador Tasso Jereissati, porque, além de aclarar a legislação processual penal, que é tratada no Brasil como um patinho feio, ela também traz as novidades do Código de Processo Civil para dentro do Código de Processo Penal. Nós precisamos urgentemente fazer com que o processo penal, mesmo respeitando os ditames constitucionais de ampla defesa e contraditório, tenha efetividade. E o Código de Processo Civil trouxe muito mais efetividade ao processo. Portanto, essa clareza legislativa é elogiável e, acredito, trará muitos resultados práticos.

Meus parabéns tanto ao autor quanto ao Sr. Relator, que são dois gigantes no Senado Federal!

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Continua em discussão.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Para discutir, tem a palavra o Senador...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu queria pedir vista.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Concedida a vista ao Senador Rogério Carvalho.

Item 7 da pauta.

ITEM 7

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 7, DE 2018

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dispõe sobre os direitos dos pacientes em serviços de saúde; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para isentar do crime de omissão penalmente relevante a falta de instituição de suporte de vida ou a não realização de tratamento ou procedimento médico recusados; e altera a Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, que configura infrações à legislação sanitária federal, estabelece as sanções respectivas, e dá outras providências, para proibir a reutilização de produtos para a saúde descartáveis.

Autoria: Senador Pedro Chaves

Relatoria: Senador Lasier Martins

Relatório: Pela aprovação do Projeto com a emenda que apresenta.

Observações:

- Em 13/03/2019, foi lido o relatório e adiadas a discussão e votação da matéria;

- Votação nominal.

Portanto, neste momento, uma vez que já foi lido o relatório, eu coloco em discussão a matéria.

A SRA. SELMA ARRUDA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Presidente, eu peço vista.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES. *Fora do microfone*.) – Peço vista coletiva.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – A vista coletiva do projeto anterior fica concedida.

E, agora, está concedida vista da matéria à Senadora Selma.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – A vista coletiva está concedida.

O item 8 da pauta...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Peço vista também, Excelência.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sim, a vista coletiva está concedida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 8

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 166, DE 2017

- Terminativo -

Altera a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para prever o acompanhamento presencial por membro do Ministério Público da execução de manutenção ou reintegração de posse, de despejo, ou de qualquer medida judicial que importe em remoção de famílias nos litígios coletivos pela posse de terra rural ou urbana.

Autoria: Senador Paulo Rocha

Relatoria: Senador Antonio Anastasia

Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1, com duas emendas que apresenta.

Observações:

- Em 27/02/2019, foi apresentada a Emenda nº 1, de autoria do Senador Oriovisto Guimarães;

- Em 13/03/2019, foi lido o relatório e adiadas a discussão e votação da matéria;

- Votação nominal.

Portanto, neste momento, coloco em discussão a matéria.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG) – Para discutir, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Para discutir, o próprio Relator do projeto, Senador Antonio Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG. Para discutir.) – Muito obrigado, Sra. Presidente. Eu gostaria de aproveitar para dar ciência aos pares do que trata esse projeto muito importante, de autoria do Senador Paulo Rocha.

O Senador Paulo Rocha, preocupado, corretamente, com os litígios que muitas vezes ocorrem na questão da execução de ordens judiciais de desocupação de terras, de posse em razão de ocupações, fez um projeto de lei sugerindo que haja o acompanhamento pelo representante do Ministério Público, a presença intimada do representante do Ministério Público.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós acolhemos a proposta, acreditamos que de fato é necessário, é importante. O magistrado, portanto, irá intimar o representante do Ministério Público. Nesse meio tempo, o Senador Oriovisto apresenta uma emenda, que também acolhemos parcialmente, para determinar que, caso o membro do Ministério Público uma vez intimado a comparecer e se recuse ou não vá, essa ausência não irá obstar a ordem judicial.

Então, acredito que ambos estão resolvidos. Nós temos a presença do Ministério Público, que, é claro que, uma vez intimado, não há motivo para ele não comparecer. Mas, se porventura, por algum motivo ele não comparecer, aí, não haverá a negativa do cumprimento da ordem judicial, cumprindo a decisão do magistrado.

Então, acatamos a proposta original e parcialmente a proposta do Senador Oriovisto.

É o relatório que apresentei na semana passada.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Continua em discussão a matéria.

Com a palavra o autor do projeto, Senador Paulo Rocha, para discutir.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Para discutir.) – Presidenta, primeiro quero agradecer a atenção da Comissão, da Presidência e, principalmente, do nosso Relator.

Eu venho de um Estado onde os conflitos de terra são e historicamente foram muito pesados ao longo de uma verdadeira guerra. Felizmente, houve um determinado momento em que abrandou. No entanto, volta-se, principalmente agora, com a mais recente, que foi caracterizada como a matança de Pau D'Arco. Tudo isso pelo conflito de terra.

O que que acontece, quando se vai, por determinação do juiz, à desapropriação, os ânimos estão acirrados, estão armados, de um lado e de outro. E a polícia chega altamente armada, mais ainda, e aí os conflitos são iminentes.

Aí, depois fica aquele jogo de empurra-empurra: quem foi o culpado? Foram os ocupantes que receberam a polícia na bala. Não, é a polícia que chegou já atirando, etc. No final, não se encontram quais são os responsáveis.

A minha ideia, portanto, é a presença do Ministério Público; já que é o fiscalizador dos cumprimentos da lei, que ele esteja presente nesses momentos.

Então, eu agradeço o entendimento do Relator, mas, sinceramente, eu fiquei com uma dúvida com a emenda do Senador Oriovisto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Conversei com ele se não tornava alternativa a presença do Ministério. O nosso Relator, que é um homem da área, diligente, achou que, pela redação dele, desde que intimado o Ministério Público, o Ministério Público passa a se responsabilizar também ali naquele momento pela...

Eu sei qual foi a preocupação do Senador que fez a emenda... Ainda vou aprender a falar direito o seu nome, viu, Senador? Desculpe-me.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Oriovisto. Ele disse que a não presença do Ministério Público poderia atrasar, digamos assim, a desapropriação.

Eu quero dizer que não é só desapropriação na área rural, também na área urbana existe esse tipo de despejo.

Então, fico naturalmente com a fé na boa redação do nosso Relator e, portanto, agradeço, porque é um projeto importante que seja aprovado aqui, já que ele é terminativo. Peço o voto de todos.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Senador Paulo Rocha.

Com a palavra o Prof. Oriovisto.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra, pela ordem...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Fabiano Contarato.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... Senador Fabiano.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Agora?

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Palavra pela ordem tem prioridade, se for pela ordem.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Eu só queria complementar...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Então, por favor, eu vou dar a palavra na ordem de inscrição ao Prof. Oriovisto e, em seguida, ao Senador Fabiano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por favor, professor.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR. Para discutir.) – Sra. Presidente, só para esclarecer que essa emenda se originou de uma preocupação: se não houvesse a emenda, na verdade, nós estaríamos transferindo o poder do juiz para o Ministério Público, porque, na forma original, a não presença impediria o cumprimento da ordem. Se o Ministério Público, por qualquer razão, fosse ela motivo de saúde ou por estar muito distante ou simplesmente por discordar da ordem do juiz, não comparecesse, a desocupação não ocorreria. Então, acho que o Senador Anastasia, brilhantemente, encontrou a medida certa, a justa medida, como diria Aristóteles, para que o Ministério Público seja intimado, mas, se ele não for, o que continua valendo é a ordem judicial. Se ele não for, aí é um problema... Ele tem que assumir a responsabilidade de não cumprir uma intimação. Só para esclarecer esse ponto, Sra. Senadora.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – E cabe ao Ministério Público saber se alguma justificativa é aceita ou não pelo detentor da responsabilidade de comparecer.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra o Senador Fabiano.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES. Para discutir.) – Quero parabenizar o Senador Anastasia pelo brilhante relatório, porque teve uma visão do que efetivamente acontece na prática. Aqui eu quero corroborar seu entendimento, porque, na prática, o Ministério Público exerce uma função dúplice: como *custos legis* e como *dominus litis*, ou ele é fiscal da lei ou ele é o titular da ação penal. Está sendo oportunizado a ele presenciar o cumprimento de uma ordem judicial. Se ele não for, não faz sentido essa ordem não ser executada, porque nós estaremos violando um princípio constitucional: se para o pior bandido a presunção é de inocência, para um servidor público que está ali exercendo um múnus público, a presunção é de legitimidade dos atos praticados pela Administração. Senão estaríamos aqui invertendo o comportamento do Estado.

Ora, se a gente partir da premissa de que os órgãos e as instituições que estão elencadas com suas competências expressas no art. 144 da Constituição Federal, a presunção é de violação de direitos e garantias... Nós temos que voltar ao estado de barbárie! É para isto que existem os órgãos de controle, o Ministério Público e as corregedorias: para verificar se houve excesso e, havendo excesso, se esse excesso tem repercussão no aspecto administrativo, se tem reflexo no aspecto criminal e até mesmo numa ação indenizatória, em que vai ser demandado o Estado e que o Estado pode, com uma ação regressiva, entrar contra o próprio policial que estiver lá cumprindo aquela ordem judicial.

Por isso, eu quero aqui louvar e enaltecer o parecer do Relator e a iniciativa do proponente.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu é que agradeço.

Com a palavra a Senadora Selma.

A SRA. SELMA ARRUDA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT. Para discutir.) – Apenas para novamente parabenizar tanto a iniciativa do autor, a quem já parabenizei pessoalmente, quanto a do Relator, e mesmo pela emenda, dizendo o seguinte. Quando eu fui juíza, por muitas vezes acompanhei o cumprimento dos próprios mandados que eu expedi. Nós temos que dar ao Estado a responsabilidade de ver e presenciar as consequências dos seus atos. Quando você tem uma decisão da complexidade desta que está sendo tratada agora, é fácil você decretar no ar condicionado sentadinho na sua cadeira. Difícil é você cumprir a decisão, e aí eu defendo os policiais, assim como fez o colega que me antecedeu, porque estão ali agindo legitimamente, com ânimos alterados, como disse o próprio autor. Existe toda uma necessidade dessa fiscalização presencial. Então, ao Ministério Público, que é o fiscal da lei, se dá, neste caso também, o ônus de fiscalizar a execução da ordem dada.

Portanto, meus parabéns aos envolvidos nessa iniciativa legislativa.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Continua em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Consulto as Sras. e os Srs. Senadores se podemos proceder à realização de votação única do projeto e das emendas nos termos do parecer. (*Pausa.*)

Em votação portanto.

Trata-se de um projeto terminativo. Votação nominal.

Solicito à Secretaria que abra o painel de votação.

As Sras. e os Srs. Senadores já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Consulto o Plenário se todos os Srs. Senadores já votaram. (*Pausa.*)

Aguardando apenas mais um Senador para encerrarmos a votação.

Encerrada a votação, solicito à Mesa que apure o resultado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Procede-se à apuração.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Votaram 17 Sras. e Srs. Senadores SIM. Nenhum voto NÃO.

Está, portanto, aprovado o projeto e as Emendas de nºs 1 a 3 da CCJ.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Obrigado à CCJ, Presidente!

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Nós é que agradecemos a V. Exa., Senador Paulo Rocha, sempre colaborador desta Comissão com projetos relevantes.

Item 9.

ITEM 9

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 83, DE 2018

- Terminativo -

Regula a realização de testes de aptidão física por candidata gestante em concurso público.

Autoria: Senador Fernando Bezerra Coelho

Relatoria: Senador Lasier Martins

Relatório: Pela aprovação do Projeto com duas emendas que apresenta.

Observações:

- Em 13/03/2019, foi lido o relatório e adiadas a discussão e votação da matéria;

- Votação nominal.

Portanto, neste momento, coloco, de imediato, em discussão esta matéria.

Para discutir, o Relator do projeto, Senador Lasier Martins.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS. Para discutir.) – Presidente Simone, Sras. e Srs. Senadores, esse projeto é tão simples quanto humano e justo. É o caso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para o teste de aptidão física para candidata gestante em concurso público. Tendo em vista que não há segurança jurídica em julgamento do Supremo, que tem decidido de maneira diferente constantemente, esse projeto quer definir de uma vez por todas.

A gestante poderá ter um prazo de 30 a 90 dias para fazer o exame de teste físico. Esses testes hoje têm as datas fixadas pelo edital, mas se abrirá uma dilatação para que ela, conforme as suas condições. E, para não ocasionar risco à sua condição de gestante ou ao bebê, ela dependerá então da banca examinadora para a marcação de uma outra data mais flexível.

Quando houver prazo mais dilatado, como no caso de um concurso para a Marinha, ela poderá se valer também dessa condição. Na Marinha, para se fazer um concurso público, é de seis meses para uma gestante.

Então, eu acho que o caso não demanda maiores considerações. Ele é muito objetivo, afinal, gestação não é doença. Deve-se proteger a mãe, deve-se proteger o bebê, e, conforme a circunstância, ela poder ter essa faculdade de fazer o exame de teste físico em outra oportunidade – se ela não tiver condição ou correr algum risco pelo esforço, aquele teste físico – na data marcada.

É isso, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Senador Lasier, que esclareceu não só o relatório, mas a intenção do projeto.

Continua em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira...

Para discutir, Prof. Oriovisto, Senador Oriovisto, desculpe.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR. Para discutir.) – Tudo bem, Presidente. Eu vou ser professor até morrer, não tem jeito.

Só para pedir um esclarecimento ao Senador Lasier.

Eu não entendi bem, Senador, por favor. Digamos que uma gestante esteja em princípio de gestação, e, por qualquer razão, o médico diga que não é conveniente que ela faça esse exame enquanto perdurar a gestação. O prazo poderá chegar aos nove meses ou até a um pouco mais, porque haverá um período de repouso após o parto, como é normal?

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – É uma boa pergunta.

Nós não temos essa previsão. Poderia ser objeto – quem sabe? – de uma emenda para estabelecer...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – Ah! Não, não, não... Há uma correção aqui. O prazo é para depois que ela tenha ganhado o bebê.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – Ah! Depois?

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – Depois que ela ganhou o bebê.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – Agora sim! Ficou claro. Está ótimo.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – Aí são de 30 a 90 dias.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Continua em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão e coloco-o em votação.

Consulto as Sras. e os Srs. Senadores se podemos proceder à realização de votação única do projeto e das emendas, nos termos do parecer do Senador Lasier Martins. (*Pausa.*)

Não havendo objeção, vamos à votação.

Trata-se de votação nominal, porque é um projeto terminativo.

Solicito à Secretaria que abra o painel para a votação.

Sras. e Srs. Senadores, já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Consulto às Sras. e aos Srs. Senadores se todos os Senadores já votaram.

Apenas aguardando ainda o voto de um Senador. (*Pausa.*)

Todos os Srs. Senadores e Senadoras já votaram.

Declaro encerrada a votação.

Peço à Mesa que proceda à apuração.

(*Procede-se à apuração.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Votaram SIM 16 Srs. e Sras. Senadoras; nenhum voto NÃO.

Está, portanto, aprovado o projeto e as Emendas nºs 1 e 2, da CCJ.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis, lembrando que, como se trata de projeto terminativo, se não houver recurso, vai direto para a Câmara dos Deputados.

Esse é um projeto também da pauta feminina do mês de março.

Quero agradecer às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores pela agilidade da aprovação, em especial ao Senador Lasier, como Relator.

Item 10 da pauta.

ITEM 10

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 582, DE 2015

- Terminativo -

Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para facultar o oferecimento de preferência aos ocupantes na alienação onerosa de imóveis retomados por instituição financeira oficial.

Autoria: Senadora Simone Tebet

Relatoria: Senador Antonio Anastasia

Relatório: Pela aprovação do Projeto com duas emendas de redação que apresenta.

Observações:

- Em 13/03/2019, foi lido o relatório e adiadas a discussão e votação da matéria;

- Votação nominal.

O relatório, que já foi lido no dia 13 de março, foi pela aprovação do projeto com duas emendas que apresenta. Foram adiadas a discussão e a votação da matéria. No dia 20 de março, foi apresentado relatório reformulado pelo Senador Antonio Anastasia.

Concedo, portanto, a palavra ao Senador Antonio Anastasia para proferir o seu novo relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG. Para leitura de relatório.) – Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, antes de iniciar a leitura, quero dizer que fiquei curioso, porque esse projeto, Sra. Presidente, de autoria de V. Exa., me foi distribuído em 24 de setembro de 2015, quando entramos juntos aqui, e, no dia 14/10/2015, ou seja, 20 dias depois de receber o projeto, eu o devolvi com o relatório pronto. E só agora, quatro anos depois, tivemos condições de colocá-lo na pauta, tendo em vista o número de processos, evidentemente, porque o tema é meritório. Esse é até um alerta aos colegas, para perceberem como nós temos de garantir o quórum, porque, quanto mais quórum nós tivermos aqui, mais desafogamos a pauta, e mais os projetos apresentados têm condições de serem aprovados. É mera curiosidade: está há quatro anos pronto para ser votado.

O projeto – e eu li, na semana passada, Sras. e Srs. Senadores, o relatório – é de autoria da nossa Presidente, a Senadora Simone, e é muito meritório, porque, de fato, permite que, no caso de imóvel retomado pelo agente financeiro oficial, federal, no Sistema Financeiro da Habitação, no momento do leilão, seja dada preferência ao ocupante, que pode ser tanto o mutuário inadimplente quanto o eventual ocupante. Esse destina-se tão somente a categorias de baixa renda, porque o valor do imóvel só pode ser até 10% do valor máximo de referência. Então, são imóveis mais populares. E é limitado a uma prestação de 0,4% do valor do imóvel.

Então, de fato, é um projeto muito social, extremamente positivo, porque evita a desocupação de uma família que já está ocupando o imóvel e, digamos assim, a sua recomposição.

Eu li o relatório na semana passada, mas, de lá para cá, houve um fato novo, e pedi a complementação do voto, Sra. Presidente. Fui procurado pela Liderança do Governo com duas observações, e ambas me pareceram procedentes. A primeira é a que coloca que o percentual, que estava fixado em 0,4% da avaliação para o pagamento mensal, passa a ser de até 0,4%. Não há dúvida de que é um aprimoramento, porque pode ser inferior, dependendo da circunstância determinada pelo agente financeiro de habitação.

E o segundo, uma sugestão para excluir dessa possibilidade os imóveis do Programa Minha Casa, Minha Vida, dos chamados contratos de gaveta desse programa. Por que motivo? Porque, para que o cidadão seja beneficiário desse Programa Minha Casa, Minha Vida, ele tem de atender certos critérios sociais. Então, ele só pode ser beneficiado se ele atender aquele perfil determinado pela legislação. Então, seria injusto e inadequado permitir, legitimar ocupação de um terceiro – do chamado contrato de gaveta – que eventualmente não atenda aquelas condições. Então, é uma preocupação que me pareceu pertinente para proteger o Programa Minha Casa, Minha Vida. Então, nós excluímos da complementação do voto esse tipo de habitação, ou seja, que está inserido nesse programa, dessa possibilidade que evita a retomada unilateral no leilão e permite àquela família continuar lá morando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é a complementação que voto e a emenda que foi alterada segue para acolher a sugestão vinda do Governo. Portanto, é a complementação do relatório que li na semana passada, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço, Senador Antonio Anastasia, pela relatoria.

Continua em discussão. Apenas como complementação, nós estamos tratando de imóveis hoje, de valores hoje de até R$150 mil. Portanto, imóveis com valores bem modestos e preservando, portanto, a população mais carente. Estamos falando praticamente de casas populares.

Com a palavra, para discussão, Senador Alessandro Vieira.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - SE. Para discutir.) – Muito obrigado, Sra. Presidente.

Senador Anastasia, eu questiono V. Exa. se essa alteração que o senhor propõe agora não poderia ser aprimorada no sentido de não excluir os imóveis do Minha Casa, Minha Vida, mas exigir a análise novamente do atendimento aos requisitos. Digo isso porque muitas vezes a pessoa que passa a ocupação, já no repasse ou na compra por gaveta, é pessoa também que está naquela mesma situação e que foi excluída de cadastros por motivos muitas vezes particulares da localidade. Talvez uma redação que preservasse isso atendesse melhor o interesse.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Para esclarecimento, com a palavra o Relator, Senador Antonio Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG) – Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sr. Senador Alessandro, V. Exa. tem razão, seria o ideal, mas o que nós ponderamos: como quem faz o leilão é o banco e não é o banco que faz o cadastro – quem faz o cadastro é a prefeitura –, nós estaríamos atribuindo ao banco uma atividade que ele não tem nem meios para fazer. Em tese, poderíamos determinar que fizesse a prefeitura, mas aí, adiar-se-ia o leilão e o projeto, que é um projeto meritório, poderia não acontecer, porque aí o leilão ficaria adiado indefinidamente e, evidentemente, haveria prejuízos ao Sistema Financeiro de Habitação.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Continua em discussão a matéria.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Sra. Presidente, para discutir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra o nosso Líder, Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Para discutir.) – Senadora, efetivamente, extremamente pertinente o tema desse projeto. Quero cumprimentar V. Exa. pela autoria do projeto, cumprimentar o Senador Anastasia também pelo aprimoramento e pela contribuição que trouxe para este projeto. Acho que a preocupação que o Senador Alessandro trouxe para essa questão também é importante, até porque, Sra. Presidente, o que a gente tem visto, via de regra, nesses programas...

Agora, eu confesso a V. Exa. que está difícil falar para quem está na segunda fila aqui, diante...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – ... da conversa paralela que está havendo atrás do Plenário.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Peço, por favor, o silêncio para que possamos ouvir o Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Então, Senadora, vou encaminhar meu voto favorável, votarei favoravelmente, mas é importante fazer aqui uma colocação. Eu diria que, pelo menos no meu Estado, desses projetos habitacionais do Minha Casa, Minha Vida, entre 30% e 40% dessas ocupações hoje não são mais dos mutuários ou dos...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Pois é. E pior do que isso: diante dessa situação ativa dessas facções criminosas, boa parte desses imóveis estão sendo ocupados, Senador Tasso, pelas facções criminosas, com uso inclusive desses imóveis de forma criminosa, intimidando os moradores originários do projeto. Portanto, acho que é muito importante nós estarmos atentos a isso.

A Comissão de Constituição e Justiça tem competência para tratar dessa questão também da invasão das unidades habitacionais de baixa renda por facção criminosa, que é um absurdo, e nós estamos vendo isso em cada um... Estou falando do meu Estado, pelo menos, e vários Senadores estão aqui concordando. É em Goiás, Minas, pelo que se diz, no Acre, em vários Estados. A Comissão de Constituição e Justiça, Sra. Presidente, poderia também ter aqui uma subcomissão para encontrar uma forma legal para que o Estado brasileiro não esteja subsidiando a facção criminosa com dinheiro público, porque isso é um absurdo. Nós estamos querendo discutir subsídio que gera emprego, quanto mais subsídio que gera organização criminosa!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra o Senador Amin, antes de me pronunciar.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para discutir.) – Eu gostaria de lembrar ao Senador Eduardo Braga e a todos aqueles que concordamos com a sua fala: infelizmente isso sempre foi assim. Já nos antigos empreendimentos do BNH, todos devem se lembrar, quando as COHABs estaduais e municipais desenvolveram programas habitacionais, muito criticados porque muito amplos às vezes – grande número de casas juntas, com pouca infraestrutura social, às vezes sem nenhuma escola –, isso já ocorria, só que naquela época o crime não era tão organizado, tão aparelhado como é hoje.

A única forma de combater isso, a única forma que eu vejo é inteligência na segurança. Um país em que ainda se proíbe celular no presídio e não se consegue implementar a decisão... Em países um pouco mais desenvolvidos, se entrar um celular no presídio e a administração souber, deixa lá, porque vai captar marcação de reunião, vai... A nossa legislação, inclusive, tem que ser mudada, Senador Arolde, nós sabemos disso, para permitir que a segurança crie centrais falsas, para o meliante continuar conversando e ter os seus acordos e acertos acompanhados pela inteligência da segurança pública. Então nós vamos conviver... Artesanalmente descobrir que aquela casa agora está servindo, por exemplo, ao tráfico, Delegado Senador Alessandro, é agulha no palheiro.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Eu queria...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Então eu sou solidário com a sua colocação, mas acho que combater essa fraude exige aparelhamento que nós não temos.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Essa discussão é da mais alta relevância. Antes de passar a palavra para o Senador Eduardo Braga, eu já aproveito, até porque houve uma sugestão do Senador Eduardo Braga em relação a uma subcomissão, mas, antes de analisarmos ou até de propormos essa subcomissão ou outro requerimento em outro sentido, eu gostaria de aproveitar para comunicar novamente ao Plenário desta Comissão que foi aprovado um requerimento do Senador Lasier, nos termos do art. 101-A do Regimento Interno, para que o Ministro da Justiça, Exmo. Sr. Sérgio Moro, possa estar nesta Comissão debatendo todos os temas relevantes que tratam da pasta, não só o projeto anticrime, mas todos os assuntos. Consequentemente, eu aproveito neste momento para ler aqui a resposta, o ofício – porque nós já temos uma data marcada – em relação ao nosso convite.

De forma bem resumida:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> Com os meus cordiais cumprimentos reporto-me ao Ofício [...] encaminhado a esta Pasta, por meio do qual convida o Excelentíssimo Senhor Ministro da Justiça e Segurança Pública para participar [...] na Egrégia Comissão [...] do Senado, a fim de prestar informações e esclarecimentos a respeito da atuação deste Ministério, bem como para apresentar avaliações das políticas públicas no âmbito de suas competências, a respeito do pacote Anticrime recentemente enviado ao Congresso Nacional.
> Nesse sentido, informamos que o Exmo. Sr. Ministro confirma a sua participação na aludida reunião, na data sugerida pelo eminente Colegiado [estive, por telefone, sugerindo essa data], no dia 27 de março de 2019, às 10h.

Portanto, semana que vem não teremos pauta. Teremos, na hora da reunião desta Comissão, às 10h da manhã, a vinda e a presença do Ministro da Justiça para esclarecer qualquer assunto que nós, Sras. e Srs. Senadores, consideremos relevante. É um dos temas que também poderá ser abordado.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Pela ordem, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra, pela ordem...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Mas eu pedi...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Vai discutir ou vai falar pela ordem?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Não, não, eu quero apenas fazer uma breve...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Pela ordem, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Pela ordem.) – Pela ordem, porque eu apresentei um requerimento...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Vai ser votado em seguida, Senador.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu sei, mas, na segunda sessão, eu apresentei esse requerimento, e é um requerimento que vai além da presença do Ministro Sérgio Moro...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sem dúvida.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... porque, no debate sobre segurança pública e sobre o pacote anticrime, nós não podemos ter só a opinião do Ministro Sérgio Moro, nós precisamos ter a opinião de outros setores que tratam do tema para a gente debater, para a gente formar uma opinião. Então, queria pedir à senhora que pudesse colocar...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Como havíamos combinado no início da reunião... Eu estava aguardando só V. Exa. chegar da outra Comissão – todos nós temos inúmeras atribuições, e V. Exa. tinha um relatório para ler –, assim que V. Exa. chegasse eu iria lhe dizer que vou colocar em discussão e votação no momento oportuno o requerimento. Nós estamos ainda na discussão aqui de um projeto e, assim que terminarmos a votação, o requerimento de V. Exa. vai ser esclarecido e votado.

Com a palavra o Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – São tantos os assuntos importantes que a gente, em menos de um minuto...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Emenda um no outro.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – ... emenda um no outro.

Eu quero dizer que apoio, inclusive, a posição do Senador com relação a ampliarmos o debate com a vinda do Ministro Sérgio Moro.

Mas, apenas corroborando o que disse o Senador Amin, eu gostaria de dizer que concordo, tem de haver inteligência, etc., mas, na questão da gestão de contrato de unidade habitacional, a Caixa Econômica Federal, que é tão eficiente para cobrar débitos de seus mutuários, deveria também ser eficiente para saber o número de unidades habitacionais subsidiadas com recurso público que são hoje usadas em desvio, inclusive, de finalidade das unidades que foram financiadas. Acho que, nisso sim, nós podemos agir e tomar providências aqui na Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sem dúvida.

Continua em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco o projeto em votação, mas consulto as Sras. e os Srs. Senadores se podemos realizar a votação única do projeto e das emendas apresentadas pelo Relator, no termo do parecer. (*Pausa.*)

Não havendo objeção, lembro que o projeto é terminativo e que, consequentemente, a votação é nominal.

Coloco-o em votação e peço à Secretaria que abra o painel de votação neste momento.

As Sras. e os Srs. Senadores já podem votar.

(Procede-se à votação.)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Enquanto as Sras. e os Srs. Senadores votam, informo a esta Comissão que temos apenas mais três projetos terminativos. Desses projetos, de dois já foram inclusive lidos seus relatórios. Nós temos quórum. Se as Sras. e os Srs. Senadores não tiverem compromissos em outras Comissões, eu solicito e peço que permaneçam nesta Comissão, porque assim poderemos rapidamente fechar, talvez pela primeira vez em muito tempo – e já estou há quatro anos nesta Comissão –, toda a pauta com votação de projetos terminativos.

Consulto as Sras. e os Srs. Senadores se todos já procederam à votação. (*Pausa.*)

Imagina. V. Exa. tem crédito, Senadora Rose.

Declaro encerrada a votação.

Peço à Secretaria que apure o resultado.

(*Procede-se à apuração.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Votaram SIM 16 Sras. e Srs. Senadores; NÃO nenhum.

Portanto, está aprovado o projeto, que, lembro, é terminativo, e as Emendas de nºs 1 e 2 da CCJ.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero agradecer ao Senador Antonio Anastasia e dizer ao Senador que a negligência foi minha. Ele rapidamente, em 2015, relatou o projeto, e eu, como autora, acabei nunca pedindo aos Presidentes que passaram que pudesse constar em pauta esse projeto.

Agradeço também às Sras. e aos Srs. Senadores pela confiança e pela aprovação desse projeto de minha autoria.

Temos, portanto, mais três projetos, como disse.

Voltamos ao item 4, de relatoria do Senador Sérgio Petecão.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 317, DE 2018

- Terminativo -

Altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, e a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, para incentivar a redução de perdas na distribuição de água tratada.

Autoria: Senador Lasier Martins

Relatoria: Senador Sérgio Petecão

Relatório: Pela aprovação do Projeto e das Emendas nºs 1 a 9.

Observações:

- A matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos;

- Em 20/02/2019, a Presidência concedeu vista coletiva nos termos regimentais;

- Em 27/02/19, foram apresentadas as Emendas nºs 1 a 9, de autoria do Senador Angelo Coronel;

- Votação nominal.

Em 20 de fevereiro, a Presidência concedeu vista aos Senadores Angelo Coronel, Major Olimpio e Veneziano Vital do Rêgo, nos termos regimentais.

Concedo a palavra ao Senador Sérgio Petecão para proferir o relatório sobre as Emendas de nºs 1 a 9, uma vez que o relatório anterior já havia sido lido.

Com a palavra o Relator.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD - AC) – Presidente, seria a leitura das emendas. É isso?

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – V. Exa. já havia lido o relatório. O Senador Angelo Coronel havia apresentado as Emendas, pelo que consta aqui, de 1 a 9.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD - AC. Para leitura de relatório.) – Vamos à leitura, Presidente.

As emendas apresentadas pelo Senador Angelo Coronel aperfeiçoam o projeto de lei e detalham algumas medidas que devem ser tomadas para atingir o seu escopo de reduzir o desperdício de água tratada.

São elas:

a) Emenda nº 1-CCJ, que acrescenta o trecho “inclusive por meio de troca periódica do sistema de tubulação” ao inciso II do art. 11 da Lei nº 11.445, de 2007;

b) Emenda nº 2-CCJ, que acrescenta o trecho "e a redução de perdas de água tratada" ao inciso II do *caput* do art. 19 da Lei nº 9.433, de 1997;

c) Emenda nº 3-CCJ, que acrescenta o inciso VI ao *caput* do art. 19 da Lei nº 11.445, de 2007, com a seguinte redação: “VI – diagnóstico técnico com base em critérios e periodicidade estabelecidos pela agência reguladora que comprove a qualidade técnica dos sistemas de tubulação que integram estações de tratamento de água, adutoras e redes de distribuição”;

d) Emenda nº 4-CCJ, que acrescenta o inciso V ao *caput* do art. 22 da Lei nº 11.445, de 2007, com a seguinte redação: “V – prevenir a perda na distribuição de água tratada”;

e) Emenda nº 5-CCJ, que acrescenta o inciso XIII ao *caput* do art. 23 da Lei nº 11.445, de 2007, com a seguinte redação: “XIII – diretrizes para a redução progressiva da perda de água”.

f) Emenda nº 6-CCJ, que acrescenta o trecho: "incentivo à redução de perdas na distribuição" ao *caput* do art. 1º do projeto original para modificar o art. 38 da Lei nº 11.445, de 2007.

g) Emenda nº 7-CCJ, que altera o *caput* do art. 1º do projeto original para modificar o inciso XIII do art. 48 da Lei nº 11.445, de 2007, com a seguinte redação: “XIII – fomento ao desenvolvimento e ao aperfeiçoamento de equipamentos e métodos economizadores de água”;

h) Emenda nº 8-CCJ, que altera o *caput* do art. 1º do projeto original para modificar o inciso XIII do art. 49 da Lei nº 11.445, de 2007, com a seguinte redação: “XIII – fomentar a redução das perdas na distribuição de água tratada”;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

i) Emenda nº 9-CCJ, que altera o *caput* do art. 2º do projeto original para modificar o inciso IV do art. 7º da Lei nº 9.433/1997, com a seguinte redação: "IV – metas de racionalização de uso e de redução de perdas de água tratada, aumento da quantidade e melhoria da qualidade dos recursos hídricos disponíveis".

Conforme justificações apresentadas nas emendas pelo próprio Senador Angelo Coronel, o escopo "é trazer ao texto maior campo de aplicação prática, buscando dotar a proposição de aspectos mais concretos, que direcione a regulamentação do tema que deve ser promovida pela agência reguladora, sem fugir da generalidade que uma norma dessa natureza deve ter".

Ressalta também "a necessidade de o texto legal apresentar referências concretas e objetivas que evidenciem a responsabilidade das concessionárias pela adequada manutenção da rede de tubulações, o que vai muito além da mera correção de pontos deteriorados, mas que deve incluir o planejamento da substituição periódica de tubulações".

Tais modificações e acréscimos somam ao projeto e são significativamente relevantes em seu mérito.

Voto, Presidente.

Em razão do exposto, somos pela constitucionalidade, regimentalidade, juridicidade e técnica legislativa da matéria e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 317, de 2018, com os acréscimos e modificações sugeridas pela Emenda nº 1-CCJ, Emenda nº 2-CCJ, Emenda nº 3-CCJ, Emenda nº 4-CCJ, Emenda nº 5-CCJ, Emenda nº 6-CCJ, Emenda nº 7-CCJ, Emenda nº 8-CCJ e Emenda nº 9-CCJ, apresentadas pelo Senador Angelo Coronel, do glorioso PSD, da Bahia.

Está lido o relatório, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada ao Relator, Senador Sérgio Petecão.

Passo a palavra, já em discussão...

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – Pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... ao autor das emendas, o Senador Angelo Coronel; em seguida, ao autor do projeto, o Senador Lasier; ao Senador Amim e ao Senador Oriovisto.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA. Para discutir.) – Sra. Presidente, o tema da redução da perda de água tratada é atual e da maior relevância. Justamente por isso, mostra-se oportuno destacar alguns pontos que merecem um olhar mais crítico no PLS 317, sem com isso promover qualquer desalinho ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que já foi apresentado pelo autor, o Senador Lasier Martins, e pelo Relator da proposta, o Senador Sérgio Petecão.

A nossa preocupação é não conseguirmos sair do aspecto meramente programático. Precisamos estabelecer diretrizes e parâmetros que direcionem a regulamentação do tema, que fica a cargo da Agência Nacional de Águas. A intenção, portanto, é avançarmos sobre as causas do desperdício de água.

É fato que o consumidor tem responsabilidade por parte das perdas, seja pelo uso da água tratada de forma pouco consciente, seja pela prática de fraudes ou ligações clandestinas, os famosos "gatos". Todavia, existem aquelas perdas em que a água não chega sequer ao consumidor devido a vazamento ou mesmo por falha na operação do sistema. E, a despeito de não chegar ao consumidor, o tratamento dessa água desperdiçada entra nos custos de produção da concessionária e eleva os valores das tarifas.

E nesse ponto é importante ter em mente que tais perdas não são responsabilidade do consumidor. As concessionárias é que devem zelar pelas condições de todo sistema de captação e distribuição da água.

Para os senhores e as senhoras terem uma ideia, há Estados em que chegamos, a cada mil litros, a 400 ou 480 litros jogados fora por vazamentos nas redes, tanto de distribuição como de adução.

Daí a necessidade de o texto legal apresentar referências concretas e objetivas que evidenciem a responsabilidade das concessionárias pela adequada manutenção da rede de tubulações, o que vai muito além da mera correção de pontos deteriorados, mas que deve incluir o planejamento da substituição periódica de tubulações. Essa é uma questão da qual pouco se fala.

Quero salientar que em vários países do mundo já existe um planejamento da substituição, tanto da adução como da distribuição – não só reparos, mas substituição – porque há um prazo de validade que essa rede de ferro fundido ou de PVC sofre deterioração ao longo de seus anos.

Um estudo realizado pelo Departamento de Gestão do Programa Corporativo de Redução de Perda de Água da Sabesp em parceria com o Departamento de Recursos Hídricos da Unicamp destaca que, como o sistema de abastecimento de água é um dos primeiros serviços implantados nas cidades, nem sempre acompanha o crescimento e as necessidades posteriores da população urbana. O envelhecimento dos sistemas de abastecimento de água é inevitável e, à medida que seus componentes caminham para o final da vida útil, a quantidade de vazamentos aumenta progressivamente. Com isso, fica o sinal claro de que tão importante quanto obras de ampliação da oferta de água é o combate efetivo às perdas, pois elas encarecem o custo de atendimento da demanda. Esse combate passa necessariamente pelo planejamento da vida útil e da substituição das tubulações das redes de distribuição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A própria Agência Nacional de Águas reconheceu, no Atlas Brasil – Abastecimento de Água, Panorama Nacional de 2010, que a precariedade e a deterioração do sistema de captação, adução e tratamento de água são algumas das causas do abastecimento deficitário de água no Brasil e dos elevados índices de perda.

A despeito dessa conclusão, no item que aponta quais seriam as estratégias e investimentos para redução de perdas, os Atlas não apresentam qualquer ação específica relativa à vida útil das tubulações. Isso demonstra que é preciso trazer para a legislação essas diretrizes, indicando a importância do tema e motivando a regulamentação adequada.

É com essa visão que estamos propondo mudança no texto do PLS para incluir, por exemplo, a previsão de metas progressivas, não apenas de redução de perdas na distribuição, mas também na troca de sistemas de tubulação. Também achamos importante que a lei traga previsão de que haja planejamento específico que inclua diagnóstico com base em critérios determinados pela agência reguladora a fim de comprovar a qualidade técnica dos sistemas de tubulação. Buscamos reafirmar ainda o dever que também deve recair sobre a União na tarefa de trazer fomento ao setor, uma vez que o custo de substituição de redes é muito elevado.

Por fim, reduzir as perdas de água tratada permite diminuir os custos de produção e libera recursos para aumento de oferta de água. É uma lógica virtuosa que todos, Estado, concessionárias e cidadãos, precisam compreender. E é essa lógica que se vê nesse projeto e que pretendemos deixar mais evidente com as presentes emendas apresentadas.

Com base na minha experiência no segmento, passo aqui esta contribuição.

Este é o relatório, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Senador Angelo Coronel, que contribuiu com o projeto, apresentando nove emendas e justificando a razão da apresentação das respectivas emendas.

Com a palavra o autor do projeto, Senador Lasier Martins.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS. Para discutir.) – Sra. Presidente, esse projeto é muito importante, aliás, como são importantes aqui todos os projetos que nós decidimos. Agora eu queria pedir aos colegas, e por isso peço a V. Exa. que já abra o painel... Porque esse é o tipo do caso em que, quanto mais nós demorarmos, mais perdas teremos, porque o desperdício da água está acontecendo o tempo todo. Então, se nós tivermos aqui a fuga de integrantes da Comissão, maior será a fuga de água. (*Risos.*)

Perdoem o argumento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas a situação é a seguinte: juntando o profícuo trabalho do nosso Relator Sérgio Petecão e as emendas aperfeiçoadoras trazidas pelo Senador Angelo Coronel, eu queria lembrar rápidos detalhes para o julgamento e voto dos colegas. O desperdício de água é um mal mundial. No levantamento trazido por várias entidades internacionais e nacionais e incorporado em relatório do Ministério das Cidades, nós descobrimos, por exemplo, que a perda de água na Austrália é de 7%; nos Estados Unidos é 13%; na China é 22%. No Brasil, senhores, sabem qual é a nossa perda? E me confirmava isso aqui o ex-Prefeito e ex-Governador de Florianópolis e Santa Catarina, Esperidião Amin. No tempo em que ele era Prefeito, era 40%. Hoje, no Brasil, a média de perda, de desperdício de água é 35%, e há regiões do Nordeste e do Norte em que chega a 40%, 50%. No Rio Grande do Sul, por exemplo, é 35% – houve um recente levantamento, há pouco tempo.

Para tranquilidade do meu prezado amigo Senador Angelo Coronel, o nosso projeto tem as causas e tem as soluções. Quais são as causas do desperdício da água? São ligações clandestinas, infraestrutura antiga, desgastada, vazamento, obras mal executadas, medições incorretas do consumo da água, o que resulta também na inviabilidade da expansão do serviço.

Sugestões propostas. Modificação na lei de saneamento básico e na lei da Política Nacional de Recursos Hídricos para determinar medidas no seguinte sentido: incentivar a redução do desperdício de água pelos prestadores de serviços de saneamento e abastecimento, explicitando a possibilidade de os titulares dos serviços de saneamento promoverem a concessão desse serviço por meio de consórcios públicos, de modo a viabilizar economicamente os interesses necessários. E, inclusive, premiação para as entidades que conseguirem resolver esse problema, com descontos, com promoções, etc.

Enfim, nós precisamos enfrentar esse problema. O desperdício de água no Brasil é uma triste realidade, tem repercussão social e econômica, e repito: quanto mais nós demorarmos com esse projeto aqui dentro do Congresso, maior é a perda de água.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Lembrando que o projeto é terminativo, enquanto eu concedo a palavra para mais dois oradores, eu pergunto, acatando a sugestão do Senador Lasier, se podemos abrir o painel enquanto ouvimos os demais pares. (*Pausa.*)

Peço, portanto, à Secretaria que abra o painel, já lembrando que nós temos aqui emendas.

Então, antes, consulto as Sras. e os Srs. Senadores se podemos proceder a votação única: do projeto e das Emendas de nºs 1 a 9. (*Pausa.*)

Portanto, nos termos do parecer, está aberto painel e, pela ordem de inscrição, concedo a palavra ao Senador Esperidião Amin.

(*Procede-se à votação.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para discutir.) – Eu quero agradecer ao Senador Lasier por ter mencionado rapidamente os comentários que eu lhe fiz. Mas eu já tinha dito, e apenas antecipo: já estou votando, não tenho nenhuma dúvida em votar a favor.

Estou enaltecendo a importância do projeto, a importância do trabalho do Relator, o Senador Petecão, a atenção e o prestígio que deu ao projeto o Senador Angelo Coronel. E quero salientar que o rol de causas do desperdício é imenso: infraestrutura antiga, canalização muito superficial, aumento do peso dos veículos que trafegam afetando a situação da canalização – um caminhão transitando a 30cm ou 20cm da tubulação de água é a certeza da ruína – e falta a indicação de onde é que aconteceu, você só descobre o vazamento depois.

Eu cheguei a ver, em Amsterdã, redes de água pressurizadas. Aí é outro padrão, aí você sabe onde é que está acontecendo o problema, o vazamento. Nós estamos ainda quase que na Pré-História, mas acho que o fundamental é que, mesmo não sendo uma comissão de mérito, a Comissão de Justiça agilize a tramitação desse projeto, como nós estamos fazendo – eu já votei, estou aqui apenas confirmando o voto.

Quero também me congratular com o proponente, o Senador Lasier Martins, por ter se dedicado ao estudo desse assunto, propondo, repito, um projeto eficaz para reduzir perdas e estimular também campanhas educativas no sentido de todos nos conscientizarmos do grande pecado do desperdício da água de modo geral e, de modo apenas sofisticadamente mais grave, da água tratada.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Senador Esperidião Amin.

Com a palavra o Senador Oriovisto e, em seguida, o Senador Tasso Jereissati.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR. Para discutir.) – Sra. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, eu quero, de início, dizer do meu respeito pela boa intenção do Senador Lasier ao propor esse projeto, pela boa intenção do Senador Petecão ao apresentar as emendas e pelo bom trabalho do Relator, mas eu quero dizer que, talvez em função da minha formação, por ter estudado Engenharia, por ter estudado Economia, eu às vezes estranho a maneira de pensar de muitos dos meus colegas cuja formação é o mundo das leis, cuja formação é no campo jurídico. Às vezes me dá a impressão de que parece que, por lei, nós poderemos resolver tudo.

Eu temo que, às vezes, a gente faça leis em demasia. Com relação à área em que mais militei, a área da educação, nós encheríamos facilmente todo este auditório com leis sobre a educação, no entanto sequer é possível tomar conhecimento dessas leis, pelo seu volume. Aliás, se leis fizessem o país ser de Primeiro Mundo, acho que o Brasil e a Índia seriam os campeões mundiais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu temo que nessa questão da água ocorra alguma coisa muito semelhante ao que aconteceu no Brasil com relação à telefonia. Enquanto era estatal, nós vivíamos na idade das pedras com relação à telefonia. A privatização do setor trouxe realmente a modernidade, nos elevou realmente a outro patamar. Embora tenhamos problemas enormes de telefonia, de banda larga, etc., estamos em um estágio infinitamente superior ao que estaríamos se ainda a telefonia fosse toda estatal.

Ocorre nesse setor de fornecimento de água... Por exemplo, no meu Estado, a Sanepar, lá no Paraná, é dona exclusiva do monopólio da distribuição de água. Não há concorrência, não pode haver licitação; eles impedem. E há um *lobby* nacional. Agora o próprio Governo Federal – em breve vamos discutir isso aqui – tem projetos no sentido de abrir esse mercado para que haja concorrência. Houvesse concorrência, cada concorrente estaria preocupado em ter o menor preço possível para os consumidores e, obviamente, estaria preocupado em economizar cada gota de água, porque cada gota perdida reflete no custo. Só a situação da não concorrência é que faz com que essas coisas aconteçam, que cheguemos a 40% de perda.

Obviamente esses outros países que têm perdas, como Estados Unidos, de 7% ou coisa que o valha, se formos pesquisar –13% –, vamos ver que não se trata de companhias estatais que estão fornecendo água aos consumidores.

Eu só quero lembrar isso e pedir que a gente lembre sempre que temos, antes de fazer mais uma lei, mais uma lei, mais uma lei, de examinar de forma mais global a raiz de cada um desses problemas, porque o nosso tempo é curto e acho que nós deveríamos nos dedicar às causas se queremos mudar a cara do nosso Brasil. É só uma observação.

Eu quero dizer que, em respeito aos meus colegas e à boa intenção deles, eu votei favoravelmente à lei.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigado, Senador Oriovisto.

Com a palavra o Senador Tasso Jereissati e, finalizando, o Senador Veneziano.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE. Para discutir.) – Senadora Presidente, Sras. e Srs. Senadores, embora concordando com o Senador Oriovisto na sua tese principal, eu não posso deixar de parabenizar o Senador Lasier, o Senador Petecão e o detalhado projeto do Senador Coronel, Senador Angelo Coronel – quando a gente fala Senador Coronel, quem está nos ouvindo pode dar outra interpretação –, porque evidentemente é gravíssima a situação de perda de água no Brasil, especialmente na nossa Região, na Região Nordeste, quando esse desperdício de água não é apenas uma questão de custo; é um crime. É um crime porque água é fator fundamental de sobrevivência da população daquela Região. Embora concorde com o que falou o Senador Oriovisto,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acho que ainda leis que punem e estabelecem metas podem ajudar à fiscalização dessas companhias distribuidoras de água.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada.

Senador Veneziano.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB. Para discutir.) – Sra. Presidente, meus cumprimentos. Bom dia a todos os demais companheiros!

Atentamente eu ouvi as exposições dos nossos companheiros, e mais atentamente desde o primeiro momento em o projeto veio à discussão, em que houve alguns pedidos de vista, entre os quais o meu próprio.

Eu conversava com o Senador Laiser e entendi plenamente as razões pelas quais o Senador sugerira que nós não apensássemos uma ideia que nós apresentamos, ainda enquanto Parlamentar como Deputado Federal – arquivamento natural ao fim da legislatura.

Trata-se de ações para que nós tenhamos um reuso mais efetivo, principalmente nós, como bem salientou o Senador Tasso Jereissati, e o Senador Angelo Coronel, que subsidiou, de forma construtiva, através de nove emendas acolhidas pelo Relator Petecão. Nós, que somos nordestinos, sabemos o quanto isso é doloroso. Não é que a perda não seja para todos dolorosa, mas quem tem já pouca água, como nós do Semiárido nordestino, sente isso de forma, Senador Arolde, de forma muito mais dura e, como costumo dizer, cáustica.

Eu observei – e entendo e concordo em parte com o que ouvi – a exposição do Senador Prof. Oriovisto quando falou sobre a nossa prodigalidade brasileira em apresentar legislações quase que infindas, mas que, muitas vezes, a mesma prodigalidade nós não temos em saber sequer acompanhar se essas propostas legislativas estão em curso.

Vou citar o caso, como disse o meu querido professor... Perdoe-me, pois, se em parte concordei, em parte discordei. A gente precisa trazer esse debate – senão acabar, porque seria pretensioso assim tratar – sobre participação privada – como se tudo aquilo que fosse gerido pelo público estivesse sentenciado a dar errado.

E vou citar o caso, Prof. Oriovisto: na semana passada – inclusive, levarei esse tema a Plenário em pronunciamento –, eu abri um dos veículos nacionais da imprensa que mostrava que, nas concessões feitas nesses últimos cinco anos, de 2013 a 2018, de algumas rodovias do Sul e do Sudeste, menos de um quarto das obrigações estabelecidas e assumidas pelas concessionárias foi cumprido, em que pese, no mesmo período, Sra. Presidente, ter havido aumentos de 51% a 93% nos pedágios.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, sexta-feira, nós tivemos, na Bolsa de São Paulo, o arremate de blocos – oito aeroportos; um, dentre os quais, para a minha cidade Campina Grande, para Aracaju e para a capital paraibana. Pois bem, quem arrematou? Não foi uma empresa privada; foi uma empresa pública espanhola. E por que dá certo lá e não pode dar certo aqui?

Então, essa máxima... Se deu certo na telefonia, nós estamos vendo o desastre colossal com a Vale. Eu penso que esse debate... E aqui não estou com vieses ideológicos. Minha formação foi acadêmica mais proeminente com a visão social, mas eu não tenho absolutamente preconceitos sobre a participação, sobre os investimentos, sobre a necessidade de diminuirmos, ao contrário do que o Presidente da República, nos Estados Unidos da América, disse e se comprometeu de vender tudo que tiver a sua frente... Eu não concordo, mas também não posso discordar de que haja uma necessidade de parcerias comuns.

Então, as agências reguladoras, meu querido autor da propositura... Eu não sei se no projeto está... Até peço desculpas porque não fui à profundidade dele para saber se nós teremos o conhecimento sobre relatórios que sejam periódicos para sabermos, se, no caso daquelas concessões, se no caso daqueles consórcios em que existe a participação público-privada, estão cumprindo com o que deveria ser feito a partir do momento em que arrematam. Não sei. No caso das concessões feitas nas rodovias, isso tem sido um desastre – isso tem sido um desastre! Então, a gente precisa – volto a concordar que somos pródigos nas iniciativas legislativas – saber fazer cumprir.

Quanto à Transnordestina, na semana retrasada, há alguns dias, o Senador Eduardo Braga ou outro companheiro falava que, ano após ano, o Governo Federal, de maneira extremamente caridosa, permite que se postergue o prazo para essa infinda conclusão de uma obra cuja concessionária não nos dá sequer a atenção no que diz respeito a explicações.

Portanto, concordante com a matéria, concordante acima de tudo com a sensibilidade e a preocupação que existem da parte de todos nós e do Senador Lasier, quero dizer que, mais do que isso, é fundamental que nós saibamos acompanhar e fazer cumprir aquilo a que se propõem as parcerias ou os consórcios.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Apenas porque ele foi citado, excepcionalmente concedo a palavra ao Senador Oriovisto.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR. Para explicação pessoal.) – Sra. Presidente, quero só dizer que, em nenhum momento, eu disse ou insinuei que se devam vender todas as empresas estatais. Longe de mim! O que quero é que não exista monopólio neste País. Se a empesa pública puder concorrer com a empresa privada e for mais eficiente que a empresa privada, que a empresa privada vá à falência! Mas o que não se justifica é o monopólio. O

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

monopólio é sempre ruim. Eu defendo a concorrência, e não o fechamento das empresas estatais. Longe de mim defender isso!

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – Desculpa, mas eu não posso ouvir essa fala apaixonada do Senador Oriovisto e a mais contida do Senador Veneziano... E fico até impressionado com o fato de o meu querido companheiro do tempo da Telebras Arolde de Oliveira não ter ainda falado. Mas eu vou falar antes. (*Risos.*)

Uma coisa é uma coisa, outra coisa é outra coisa, diz o filósofo Miguel Livramento. Privatizar nas telecomunicações... Eu, que trabalhei nesse setor durante bastante tempo – trabalhei ali menos que o Arolde, que foi nosso chefe da Embratel –, sempre pus reparo à privatização da Embratel, porque só um projeto nacional permitiu chegar à imensidão do País um sinal de telefone, para que o sinal fosse distribuído, digamos assim. Então, a privatização das estaduais deu bem, liberou o consumidor, o usuário. Agora, privatizar rede de água? É um monopólio natural! Ninguém vai fazer duas tubulações em paralelo, porque para a água não há outro meio de transporte a não ser o tubo, o cano.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR. *Fora do microfone*.) – Já temos vários empresas privadas atuando!

(*Soa a campainha.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Então, privatizar o monopólio natural é o que aconteceu no mundo. Por isso, há sempre discussões sobre o assunto, tanto é que as medidas provisórias que ainda não foram aceitas e que mudam o saneamento no Brasil – a última foi rejeitada na Câmara no ano passado, porque favorecia a privatização... Ela não prevê a concorrência, ela prevê monopólio! Ninguém propôs, no Brasil e no mundo, que eu saiba, disputa na distribuição de água, pelo contrário...

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PSD - RJ. *Fora do microfone*.) – Energia elétrica...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não, eu não vou falar dos outros. No telefone é diferente, você pode ter fibra ótica e especialmente sinal de rádio... E vai ser mais difícil com o 5G, porque nós sabemos que, com o 5G, por ter mais frequência, a distância entre um poste e o outro vai ser menor, o poste vai ser menor; vai ser uma das consequências do 5G, mas não quero entrar no assunto.

Como eu dediquei uma parte da minha vida ao sistema de telecomunicações, menos do que o Arolde...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... tive o privilégio de ser condecorado com uma hepatite no Piauí, numa enchente no Piauí em 1974, eu tenho pelo menos uma medalha para mostrar. Privatizar o serviço de telecomunicações incluindo a Embratel é uma coisa – Senador Oriovisto, com o maior respeito e carinho, profundo respeito –, privatizar distribuição de água é outra, como diz Miguel Livramento.

Obrigado.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – Dê-me, licença. O Senador Espiridião Amin saiu de Santa Catarina com hepatite e bota a culpa no pobre do Piauí. É sempre a questão com o Nordeste! (*Risos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu peço só gentileza e compreensão das Sras. e dos Srs. Senadores. Claro que ritmo desta Comissão quem dita são as senhoras e os senhores, eu tenho só que cumprir o Regimento. Nós temos mais dois projetos em votação – lembrando: eu vou dar a palavra, com todo o prazer, principalmente a quem ainda não se pronunciou, Senador Arolde, V. Exa. tem prioridade. Eu apenas peço a gentileza da brevidade.

Nós estamos, na realidade, tratando de diretrizes de saneamento básico, política nacional de recursos hídricos... Obviamente que leva o tema a questões maiores, como intervenção do Estado no domínio econômico, deve ou não o Estado prestar diretamente o serviço público ou em forma de concessão. Este é um tema desta Comissão, um tema que precisa ser tratado. Eu apenas peço brevidade no assunto. O Regimento, a princípio, não permite que um Senador que já discutiu um projeto volte a discuti-lo novamente.

Eu vou, por um minuto, conceder a palavra ao autor – abri esse precedente aos outros Senadores –, ao Senador Lasier; em seguida, apenas aos oradores que não discutiram a matéria.

Com a palavra Senador Lasier. Em seguida, Senador Arolde e Senadora Rose de Freitas para encerrar a discussão.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – Obrigado Presidente, até porque – serei sucinto – o Senador Veneziano fez um questionamento. Em resposta, eu quero dizer que o nosso projeto cria a possibilidade dos consórcios, o projeto já prevê o que já existe na maioria das concessionárias de águas, a multa. E o grande drama que nós vivemos no Brasil é a ineficiência das agências reguladoras. Se funcionassem, nós não estaríamos discutindo tanto aqui a existência até hoje de tanto desperdício de água.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas eu acho que, com essa legislação que nós estamos aqui votando e que, ao que tudo indica, será aprovada, mesmo que com algumas restrições, nós estamos avançando, nós estamos começando a fechar os vazamentos.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra o Senador Arolde.

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PSD - RJ. Para discutir.) – Em várias oportunidades, nobre Presidente, colegas, eu estive apertando aqui o botão para pedir a palavra, porque esse é um tema realmente relevante e é um tema sobre o qual praticamente vivi minha vida inteira. É longo, e eu percebi, ao mesmo tempo, uma manifestação de preocupação de V. Exa., Presidente, com o tempo para votar os restantes projetos.

O Senador Esperidião Amin usou da palavra e tocou nos pontos que foram, talvez, os mais importantes e relevantes. Esse debate não vai encerrar-se aqui. Esse debate vai, justamente, ser reiniciado e ser tocado, então eu vou me limitar a concordar com a última observação do Senador Lasier sobre as agências reguladoras.

As agências reguladoras foram instituídas para serem instituições de Estado, com independência suficiente para agirem, independentemente dos governos. Infelizmente, tornaram-se órgãos de governos, e aí todos os assuntos, todos os problemas dos governos, dos últimos governos, pelo menos, passaram a ser incorporados no comportamento das agências reguladoras. Então, nós vivemos esse tipo de situação.

Agradeço a oportunidade e interrompo para prosseguirmos a votação dos outros projetos.

Obrigado, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Antes, uma observação, Senador Arolde: V. Exa. ainda tinha pelo menos mais oito minutos para falar. Apenas, cumprindo o Regimento, esclareço que, quando se abre discussão, nós temos dez minutos para cada Parlamentar e é uma única vez, até para que Senadores como V. Exa. possam se pronunciar. Nós gostaríamos de continuar ouvindo.

Apenas uma informação em relação ao marco regulatório das agências reguladoras: eu fui Relatora, foi mais de um ano de trabalho aqui, junto com o Senador Walter Pinheiro, foi para a Câmara, foram feitas algumas alterações, e, salvo engano, vou confirmar, esse projeto, que teve participação de toda a sociedade, de todos os entes, inclusive representantes das próprias agências, salvo engano, deve estar agora ou para distribuição ou na Mesa Diretora. Vou confirmar. É um projeto, realmente, da mais alta relevância, que abarca todas as questões que suscitaram dúvidas durante esses anos de existência das agências reguladoras. Eu vou, como Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, consultar a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mesa Diretora sobre a existência ou a permanência desse projeto nesta Casa e darei a resposta em seguida às senhoras e aos senhores.

Com a palavra, para discutir a matéria, a Senadora Rose de Freitas.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Então, encerramos a discussão dessa matéria e também a votação.

Solicito à Secretaria que apure os votos para que possamos proclamar o resultado. (*Pausa.*)

ITEM 16

REQUERIMENTO Nº 5, DE 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o pacote anticrime apresentado pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública e atendimento dos direitos e garantias fundamentais inscritos na Constituição Federal.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

1. Ministério da Justiça e Segurança Pública.

2. Ordem dos Advogados do Brasil - OAB Nacional.

3. Associação Juízes para a Democracia - AJD.

4. Associação Brasileira de Juristas pela Democracia - ABJD.

5. Instituto Brasileiro de Ciências Criminais - IBCCRIM.

6. Fórum Brasileiro de Segurança Pública - FBSP.

Autoria: Senador Rogério Carvalho

Enquanto nós estamos apurando o resultado – houve um problema no sistema –, eu coloco em votação um requerimento, nos termos constitucionais e regimentais, de autoria do Senador Rogério Carvalho, sobre a realização de uma audiência pública com o objetivo de debater o Pacote Anticrime apresentado pelo Ministério da Justiça, em atendimento aos direitos e garantias fundamentais inscritos na Constituição Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero esclarecer que se trata de objeto diferente do requerimento aprovado do Senador Lasier. O do Senador Lasier é: nos termos do Regimento, todos os anos, o ministro da respectiva pasta é obrigado a vir a esta Comissão fazer esclarecimentos sobre todos os assuntos relevantes questionados pelos doutos Senadores e Senadoras. Neste caso é um requerimento específico para ouvir uma série de convidados a respeito do Pacote Anticrime.

Viriam os seguintes os convidados: representante do Ministério da Justiça e Segurança Pública, Ordem dos Advogados do Brasil, Associação de Juízes para a Democracia, Associação Brasileira de Juristas pela Democracia, Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Em votação o requerimento.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, só me permita...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Para encaminhar.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... ainda sobre o requerimento...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Para encaminhar, Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Na verdade, não seria propriamente para encaminhar, seria um acréscimo.

(*Intervenções fora do microfone.*)

(*Soa a campainha.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – E me sujeito a eventual correção, porque estou literalmente chegando com o bonde andando.

Ao que me parece, em se tratando de um debate sobre o Pacote Anticrime com as autoridades aí elencadas, é necessária também a presença do Ministro da Justiça.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Já consta aqui o Ministério da Justiça, já consta, e lembro que, semana que vem, o Ministro da Justiça Sérgio Moro estará aqui, repito novamente, para tratar de qualquer assunto, inclusive do Pacote Anticrime.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Acredito que esse requerimento seja um complemento. Após ouvirmos o Ministro, teremos condições, inclusive, de fazer um bom debate, nos moldes do requerimento de audiência pública do Senador Rogério.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente. Desculpe-me.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Imagina, estamos aqui para debater...

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – É possível uma informação?

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Para encaminhamento, Senador Lasier.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – É só uma informação.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sim.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – Discutimos muito o desperdício de água. O Senador Amin fez uma investigação para ver a frente da casa dele: neste momento está havendo um grande vazamento de água na casa do Senador em Florianópolis.

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sabotagem...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – O castigo vem a cavalo!

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Por conta das declarações do Senador Amin!

Coloco em votação o requerimento.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam...

Para encaminhar ainda, Senador Alessandro.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - SE. Para encaminhar.) – É muito oportuna a sugestão do Senador Rogério, mas eu gostaria que tivéssemos a oportunidade de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acrescentar nomes. Que se estabelecesse um limite, e os Senadores pudessem indicar a tempo para que...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Após a aprovação do requerimento, é possível fazer aditamento e, claro, os nomes também vão ser apresentados e submetidos. Como de praxe, marcaremos uma data que esteja em comum acordo com o autor e com os convidados que virão.

Coloco em votação, portanto, o requerimento.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Aguardaremos, portanto, o autor para conversarmos a respeito das autoridades a serem convidadas e para marcar uma data que lhe convenha.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Está dizendo aqui que está, inclusive, acolhendo sugestões dos Srs. Senadores.

Com a palavra, pela ordem, a Senadora Rose de Freitas.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES. Pela ordem.) – Sra. Presidente, encontra-se também sobre a mesa um requerimento em que estou solicitando, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado, a realização de audiência pública para debater sobre os direitos das mulheres na reforma da previdência, algo que nós consideramos oportuno e importante. Da audiência, os seguintes órgãos deveriam participar: representante do Poder Judiciário, do Ministério Público, do órgão da Previdência, do Ministério da Economia, representantes dos movimentos que atuam em defesa dos direitos das mulheres.

Eu peço a V. Exa., se puder, que aprecie...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Apuro o resultado da votação neste momento e, em seguida, passamos à aprovação do requerimento. O sistema voltou e vamos apurar o resultado.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Está bem.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Proclamo o resultado: aprovado por unanimidade. Foram 17 votos SIM; nenhum voto NÃO.

Portanto, estão aprovados o projeto e as Emendas de nºs 1 a 9.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O projeto de lei é terminativo. A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

ITEM 17

REQUERIMENTO Nº 6, DE 2019

- Não terminativo -

Requeiro nos termos do Art. 93, II do Regimento Interno do Senado Federal a realização de audiência pública para debater sobre os direitos das mulheres na reforma da previdência.

Convido para a audiência representantes dos seguintes órgãos:

Representante do Poder Judiciário

Representante do Ministério Publico

Representante do Órgão da Previdência

Representante do Ministério da Economia

Representante dos movimentos que atuam na defesa dos direitos das mulheres.

Autoria: Senadora Rose de Freitas

Coloco neste momento em votação o requerimento da Senadora Rose de Freitas, que requer, nos termos regimentais, a realização de audiência pública para o debate sobre os direitos das mulheres na reforma da previdência. Está sugerindo como representantes os seguintes órgãos: representantes do Poder Judiciário; do Ministério Público; do órgão da Previdência; do Ministério da Economia; representantes dos movimentos que atuam na defesa dos direitos das mulheres.

Coloco em votação o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo nenhuma objeção, declaro aprovado, por unanimidade, o requerimento da Senadora Rose de Freitas.

Estaremos aguardando a conversa da assessoria com a Secretaria para a sugestão dos convidados, obviamente acatando sugestões dos demais pares.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Nós temos apenas mais dois itens na pauta que requerem quórum. Nós temos exatamente 14 Sras. e Srs. Senadores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu sou Relatora, prometo ser breve. Não preciso ler o relatório. Um é do Senador Elmano e de muito simples entendimento.

Eu passo a palavra ao nosso Vice-Presidente, para que, na Presidência em exercício, possa conduzir os trabalhos e, com isso, encerrarmos esta reunião.

Convido, portanto, o Senador Jorginho par assumir a Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - SC) – Temos aqui o item 12 da pauta.

ITEM 12

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 483, DE 2017

- Terminativo -

Altera a Lei no 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para estabelecer normas gerais para a utilização de veículos apreendidos e sem identificação, pelas polícias civis, federal, rodoviária federal e militares.

Autoria: Senador Elmano Férrer

Relatoria: Senadora Simone Tebet

Relatório: Pela aprovação do Projeto com duas emendas que apresenta.

Observações:

- *Votação nominal*

Concedo a palavra à Senadora Simone para proferir o relatório.

V. Exa. tem a palavra.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Para leitura de relatório.) – Eu agradeço, Presidente.

Sras. e Srs. Senadores, o projeto é tão simples que eu vou direto à justificativa e às emendas que apresento.

A proposta altera o art. 328-A e, em seu *caput,* estabelece que os veículos automotores apreendidos que não tiverem sua propriedade procedente identificada em razão de adulteração na numeração original – estamos falando daqueles casos não só do perdimento de bens, mas quando está

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em processo judicial, fruto de apreensões pela polícia de narcotráfico ou tráfico de armas – poderão ser requisitados pela polícia civil, federal, rodoviária ou militar para uso em suas atividades exclusivas de segurança pública, mediante requisição de seus respectivos chefes, sendo necessária a autorização do juízo competente e comprovação da adulteração por meio de vistoria e exame pericial.

Eu fiz duas pequenas emendas e vou direto a elas para encerrar aqui o voto.

Fica, portanto, o projeto e o parecer nos seguintes termos:

EMENDA Nº - CCJ
Dê-se à ementa do PLS nº 483, de 2017, a seguinte redação:
Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para estabelecer normas gerais para a utilização de veículos apreendidos e sem identificação, pelos órgãos de segurança pública da União, Estados e Distrito Federal.

EMENDA Nº - CCJ
Dê-se ao art. 328-A proposto pelo art. 1º do PLS nº 483, de 2017, a seguinte redação, ficando suprimidos seus §§ 3º e 4º:
"Art. 328-A. O veículo automotor apreendido que, após vistoria e exame pericial, não tiver identificada sua propriedade, em função de adulteração de sua numeração original, poderá ser utilizado pelos órgãos competentes de segurança pública da União, Estados e Distrito Federal, comprovado o interesse público, em atividades exclusivas de segurança pública, mediante requerimento da autoridade competente ao juiz do caso, ouvido o Ministério Público.
§ 1º .....
§ 2º .....
§ 3° Cessando, por qualquer motivo, os efeitos do pedido de utilização, ou havendo futura identificação do proprietário, o veículo deverá ser imediatamente recolhido.

É o relatório, pela aprovação do projeto, que coloco à disposição desta douta Comissão.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - SC) – Coloco em discussão.

Para discutir, a Senadora Rose de Freitas.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES. Para discutir.) – Primeiramente, gostaria de um esclarecimento da Relatora – além de parabenizar a iniciativa do nobre

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Elmano Férrer, muito competente por sinal – no sentido de saber se haverá um prazo respeitado, após apreensão, para que efetivamente essa autorização possa ser dada.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não, até porque somente se trata de casos de veículos que foram...

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Não identificados e tal.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Isso, não identificados e que foram frutos de crimes, de organização criminosa...

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Pois é, eles foram apreendidos. Após que tempo de apreensão poderá ser aplicada essa disponibilidade dos veículos?

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não há tempo. Desde que o bem tenha sido apreendido, esteja descaracterizado, e não se consiga achar o proprietário, qualquer chefe dos poderes de polícia, dos órgãos de polícia, poderá solicitar à magistratura, ao Poder Judiciário, ouvido o Ministério Público, a utilização desses bens.

O processo, normalmente, sendo o mais célere possível, não acontece, acredito, em menos de 60 dias entre a solicitação...

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – É que me parece que há alguma coisa parecida em relação a um prazo vigente para leilões, que seria respeitado esse prazo de 12 meses em qualquer...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não, são duas coisas distintas...

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Não...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – O leilão é quando já há perdimento de bens.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Não, eu não falo sobre leilão. Eu só queria caracterizar o prazo, até porque eu queria fazer uma observação, se V. Exa. achar pertinente e o Plenário logicamente aceitar. É que fala da utilização para serviço de segurança no relatório de V. Exa... Procedência e tal... V. Exa. admite a utilização desses veículos por quais instituições?

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Pelos órgãos de segurança pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – A pergunta que faço a V. Exa. é: não seria cabível... Nós temos Apaes, nós temos obras sociais que poderiam utilizar esses veículos. E há pátios lotados desses veículos descaracterizados, inclusive.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – O questionamento de V. Exa., Senadora Rose, é o questionamento de qualquer prefeito municipal. Eu fui prefeita e era a primeira coisa que eu ouvia, quando os veículos ficavam ali literalmente, com o respeito da palavra, apodrecendo nos pátios do Detran ou mesmo dos estabelecimentos... E eu falava: quanta necessidade, tanto para a saúde quanto para a educação, e esses veículos ali. Acontece que, pelo direito de propriedade...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... nós temos um empecilho antes de uma sentença ou do trânsito em julgado dessa decisão. Então, o máximo que nós conseguimos avançar nesse momento é, estando sob o domínio da Secretaria de Segurança Pública, portanto dos órgãos de segurança pública, de cujas atribuições inclusive faz parte apurar crimes, esses bens poderiam ser tolerados e não haver um embate em relação ao direito individual, ao direito de propriedade.

Acredito que este é um primeiro passo de muitos que virão. Acho que a proposta de V. Exa. tem que ser debatida e tem que ser discutida. Eu só questionaria colocar neste momento aqui... Nós teríamos que abrir no processo uma série de outros elementos, e esses veículos poderiam continuar nos pátios enquanto nós temos uma segurança pública tendo necessidade deles.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Não é possível... Desculpa, Relatora! Não é possível fazer um adendo da relatoria, se o autor entender essa possibilidade?

Veja bem, eu sei que nós nos reportamos sempre à origem dos nossos problemas, das nossas limitações. Há a questão do direito de propriedade, e nós vamos sempre discutir isso. Mas esse projeto é tão importante que eu acho que ele poderia ter uma maior amplitude.

Acho que V. Exa., como Relatora, tem a primazia de falar sobre esse assunto, porque administrou um organismo municipal e sabe como é difícil, sobretudo, acudir as necessidades sociais com projetos que não têm nenhum apoio governamental.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Deixe-me só fazer um esclarecimento. Só para ficar claro: nada impede hoje que um gestor municipal ou estadual possa solicitar ao Poder Judiciário a utilização de bens. Isso é possível. A tramitação se dá de forma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

diferenciada do que está aqui. Não sei se isso se dá em mais tempo ou em menos tempo. Isso depende muito do Município, da Comarca e do Estado. Essa é uma questão.

O que o Senador... Qual o objeto do processo aqui, do projeto do Senador Elmano Férrer? Ele vai um pouquinho além especificamente em relação às atribuições da segurança pública. Ele está dizendo que, além de o gestor, que é um Prefeito ou um Governador, solicitar isso para a sua utilização – esse é um procedimento mais demorado, que passa, inclusive, normalmente, na Justiça Federal, por uma série de avaliações... Em que pese isso ser possível, Senadora Rose, e já tramitar sob outra ótica em outro processo, o Senador Elmano está indo além, dizendo que os chefes dos órgãos da segurança pública poderiam solicitar isso diretamente, sem precisar passar pelo Governador ou pelo Prefeito, para a utilização da atividade típica da segurança pública. Hoje, não há impedimento de que um Prefeito ou um Governador solicite isso para as secretarias municipais ou estaduais. Confesso que não sei qual seria o rito nem o tempo de processo.

Aprovado esse projeto, que é terminativo, ou mesmo se ele não for aprovado, se houver o entendimento dos demais, poderemos avançar, aqui ou em outro projeto, no que se refere aos chefes de Poderes em relação a esses bens.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - SC) – Muito bem!

Srs. Senadores, há diversos Senadores inscritos para discutir.

V. Exa. vai falar pela ordem ou vai discutir?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não, não! Eu vou pedir vista.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - SC) – Vai pedir vista?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Vou pedir vista e vou esclarecer o porquê, até em homenagem ao...

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - SC) – Muito bem!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O veículo em questão, pelo que entendi, é um veículo que foi clonado ou coisa que o valha, ou seja, ele não tem identificação. Ou se regulariza o veículo para ele ser usado, ou ele vai ser uma contravenção ambulante, independentemente de quem o está dirigindo, até porque quem o estará dirigindo ninguém sabe! Como é que vou responsabilizar a autoridade, no caso, por uma descentralização de uso? É uma facilidade para que mais pessoas possam requisitar veículo para uso funcional. Agora, esse veículo é um ente irregular, independentemente se ele está na mão do rei, do juiz. Aliás, já houve casos de juízes que foram flagrados usando não veículos não identificados, mas sim...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Era o carro do Eike Batista. Todo mundo está lembrado disso.

Então, isso é um facilitário para o crime! E se esse carro que não é identificado participar do homicídio de um Vereador ou de uma Vereadora? Quem será responsável por ele?

Por essa razão, eu peço vista.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - SC) – Senador Fabiano, também é vista?

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Peço vista.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - SC) – Vista coletiva, então, Srs. Senadores, sobre a matéria.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Apenas para dizer que eu li a ementa onde alterei, mas o projeto, na utilização, faz, inclusive, a referência a essa questão da vistoria do veículo. Há uma série de incisos: laudo pericial criminal do órgão concedente...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Mas ele é regularizado então?

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não, ele faz uma análise do pedido... Antes de o juiz deferir ou não, isso passa por um laudo pericial para analisar de que forma esse veículo foi adulterado, ver procedência para a utilização. Normalmente... Acho que o pedido... Já foi dada vista coletiva, acho que vale a pena...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – A minha dúvida é a seguinte: ele é regularizado antes de ser cedido?

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Ele passa por um laudo de perícia criminal para analisar as condições desse veículo e se esse veículo pode ser utilizado a favor da segurança pública.

Feito isso, o juiz defere ou indefere na discricionariedade do Judiciário ainda. Há uma série aqui... Após deferimento do pedido de utilização... Há todo um deferimento, mas, houve pedido de vista coletiva. Acho que, diante de dúvidas mais do que plausíveis, é necessário... Até porque é um projeto relevante, que pode ser melhorado se houver necessidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Mas a minha dúvida, quero só deixar bem clara, é: o veículo estará regularizado de acordo com o Código de Trânsito ou ele continua...

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - SC) – Srs. Senadores, eu quero passar a palavra ao Senador Elmano e pedir a atenção dos Srs. Senadores. Ele é o autor da matéria e pediu a palavra.

V. Exa. tem a palavra.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PI) – Quero só dar uns esclarecimentos.

Primeiro, esse projeto é de 2017, tramitou em várias Comissões e aqui realmente demorou um pouco.

O que ocorre hoje em muitos pátios dos DETRANs no País, da própria Polícia Ferroviária Federal, das Polícias Civis dos Estados e das Polícias Militares? São carros apreendidos sem identificação, já houve perícia, vistorias e esses carros continuam nos pátios até se acabarem. Quer dizer, não dão nenhuma utilização pública a esse carro e nem é possível instaurar... Os inquéritos policiais não chegam a fim nenhum. Quer dizer, faz-se o processo e não se identifica, fica sem identificação.

O que é que nós estamos propondo com esse projeto? Que, ouvido o Ministério Público e o juiz competente, esses veículos sejam utilizados pelas polícias civis e militares dos Estados, pela Polícia Rodoviária Federal e pela Polícia Federal em casos específicos de segurança pública. Há uma carência de veículos muito grande em vários Estados. Lá no Piauí, por exemplo, às vezes se precisa, há a polícia em muitos Municípios, mas não há um veículo. Enquanto isso, esses veículos são, inclusive, *habitat* de muitos agentes etiológicos de várias doenças.

Este seria o motivo maior, quer dizer: utilização pelos órgãos públicos em segurança pública, com a devida... Quer dizer, instaurado o processo, ou seja, vistorias, o inquérito policial sobre aquela viatura; depois, ouve-se o Ministério... Aliás, vai para o juiz competente, manda para o Ministério Público, e há todo um procedimento. E o órgão que receber esse veículo, digamos, uma secretaria de segurança, Polícia Militar, Polícia Rodoviária Federal ou Polícia Civil... Porque são veículos novos, que se deterioram em pátios públicos sem nenhuma utilidade. O objetivo é só esse.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - SC) – Srs. Senadores...

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PI) – Com relação...

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - SC) – Eu só queria pedir compreensão para que a gente pudesse não deixar de deliberar outras matérias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu compreendo, mas o mesmo vale para uma arma apreendida.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – É identificado.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Uma arma apreendida, belíssima, ótima, só que está não identificada, raspada: a Polícia pode usar? Não pode.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não, Senador Amin. Agora eu entendi a sua pergunta, desculpe-me, eu estava... Uma vez deferido, o órgão de controle é obrigado a fazer a devida identificação para controle.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Se ele passa a ser identificado, a minha dúvida é sanada.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sim, é. Eu havia entendido outra coisa.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Agora, se ele continua...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não, está muito claro no projeto.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... uma coisa irregular andando na rua...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não, em hipótese alguma.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... não importa quem use. Acho que a vista vai...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu vou só ler o parágrafo para encerrar, porque acho que foi concedida vista coletiva, não é?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... permitir esclarecer isso.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Veja: "Após o deferimento do pedido de utilização do veículo, o órgão para o qual foi destinado procederá a sua identificação para efeito de controle, ficando a manutenção, abastecimento e fiscalização de uso sob sua responsabilidade."

Eu havia entendido o questionamento de V. Exa. em outro sentido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - SC) – Consulto se os Srs. Senadores mantêm o pedido de vista.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Todos vamos manter, mas esse debate, Sr. Presidente, é muito importante, porque ele é esclarecedor e ele conclui o projeto, porque, se ficar a dúvida... Se, após o inventário, a história desse veículo, ele não tiver uma nova marcação, um novo registro, evidentemente que fico na dúvida do Amin, apesar de ser amplamente favorável ao projeto do Senador.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - SC) – Vista coletiva.

Srs. Senadores, nós temos um último projeto na pauta: o Projeto 217, item 14.

ITEM 14

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 217, DE 2018

- Terminativo -

Altera o art. 610 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, para permitir a realização de inventário extrajudicial quando houver possíveis implicações no interesse de incapazes.

Autoria: Senador Paulo Rocha

Relatoria: Senadora Simone Tebet

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

- *Votação nominal*

Concedo a palavra à Senadora para seu relatório.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Para leitura de relatório.) – De uma forma muito simples também, não querendo prejudicar o debate... Porque às vezes a gente simplifica o relatório e causa mais conflito, mais tempo de discussão do que se tivesse lido o relatório. Mas eu vou, de qualquer forma, simplificar o relatório, sem com isso prejudicar o debate: trata-se de um projeto do Senador Paulo Rocha que altera o procedimento em relação ao testamento.

Havendo testamento ou interessado incapaz, hoje, pela legislação, vai-se a um inventário judicial. Se forem todos capazes, o inventário e a partilha podem ser feitos por escritura pública. O que ele está alterando? Continua válido que, havendo testamento, o inventário é judicial, mas, no caso de haver

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

incapaz, não seria inventário judicial, até para não atrasar e prejudicar o próprio interesse desse incapaz. Se houver concordância de todos os herdeiros, ele sugere: havendo interessado incapaz, o Ministério Público deverá se manifestar no procedimento para fiscalizar a conformidade com a ordem jurídica do inventário e da partilha feitos por escritura pública. Na hipótese do §3º, caso o tabelião se recuse a lavrar a escritura nos termos propostos pelas partes, ou caso o Ministério Público ou terceiro a impugnem, o procedimento deverá ser submetido à apreciação do juiz; ou seja, hoje, testamento ou incapaz, o inventário é judicial, o que pode demorar anos.

O que o Senador Paulo Rocha propõe? No caso de testamento, não havendo acordo, continua o inventário judicial, mas, senão, vai-se pelo rito mais rápido, que é a maioria hoje, quando todos são capazes e concordes, ou seja, neste caso, a escritura é pública, não havendo a necessidade de inventário judicial, desde que o Ministério Público participe. Caso o tabelião se recuse a lavrar ou o Ministério Público ou terceiro impugne, aí volta a ser submetido à apreciação do Judiciário.

É o relatório – pela aprovação, portanto, do projeto –, que coloco à disposição deste Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - SC) – Coloco a matéria em discussão.

Caso ninguém queira discutir...

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PI) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - SC) – Senador Elmano.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PI) – ... eu pediria vista desse projeto por considerar que o Governo tem interesse em agregar mais algumas informações.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - SC) – Concedo vista a V. Exa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - SC) – Devolvo a Presidência à Senadora Simone Tebet.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Colegas Senadores...

(*Intervenções fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não há quórum.

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu solicito à Secretaria que faça contagem para ver se temos quórum para deliberação. (*Pausa.*)

Temos exatamente 14 Sras. e Srs. Senadores.

Se V. Exa. puder já...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Relatório já lido...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – O relatório relativo ao item 5 da pauta já foi lido. O projeto é terminativo, ele dispõe sobre partidos políticos, alterando a Constituição a fim de aplicar aos partidos políticos as normas sobre o programa de integridade. É de autoria do Senador Antonio Anastasia. A relatoria é pela aprovação, do Senador Randolfe. Já foi lido, já foi concedida vista coletiva e agora só falta ser colocado em discussão.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 429, DE 2017

- Terminativo -

Altera a Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, que dispõe sobre partidos políticos, regulamenta os arts. 14, § 3º, inciso V e 17, da Constituição Federal, a fim de aplicar aos partidos políticos as normas sobre programa de integridade.

Autoria: Senador Antonio Anastasia

Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues

Relatório: Pela aprovação do Projeto

Observações:

- Em 20/02/2019, a Presidência concedeu vista coletiva nos termos regimentais;

- Votação nominal.

Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo quem queira discutir...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Apesar de o Senador Tasso Jereissati insistir em que eu me retire, eu vou ficar!

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão e coloco o projeto em votação.

Trata-se de matéria terminativa, portanto votação nominal.

Solicito à Secretaria que abra o painel para a votação. (*Pausa.*)

Os Srs. Senadores já podem votar.

Se quiserem fazer algum esclarecimento enquanto acontece a votação, tanto o Relator quanto o autor fiquem à vontade.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG) – Peço a palavra, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra o autor do projeto, Senador Antonio Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG) – Enquanto se procede à votação, em primeiro lugar eu queria agradecer o Senador Randolfe pelo seu relatório, que é um relatório brilhante, como, aliás, é costumeiro nos relatórios de sua lavra, no projeto que apresentamos e que me parece interessante: refere-se ao programa de integridade dos partidos, o *compliance*, determinando aos partidos políticos que tenham, de fato, seus regramentos internos, de ética, de acompanhamento e de qualificação de seus membros. O Senador Randolfe, no seu relatório, de maneira exaustiva e completa, demonstra a procedência do projeto, motivo pelo qual só posso lhe agradecer.

A matéria foi objeto de leitura, houve concessão de vista e, agora, ocorre a votação, razão pela qual peço o voto e o apoio dos nossos pares.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não quero trocar loas, mas já o faço: todo o mérito pelo projeto deve ser dado ao autor, que é o nosso emérito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Professor de Direito Constitucional e que apresentou uma novidade em nosso Direito Constitucional, que é o *compliance* para os partidos políticos. Nada é mais necessário e devido na existência de uma ordem jurídica em que os partidos políticos recebem recursos públicos. Então, todas as homenagens ao Senador Anastasia.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – As homenagens são merecidas não só pelo autor, mas também pelo Relator, Senador Randolfe.

Continua em votação, faltando apenas um membro para fecharmos o quórum.

Senador Dário, aguardamos o voto de V. Exa.

Já temos o quórum; 14 Sras. e Srs. Senadores votaram.

Peço à Secretaria que apure a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Votam SIM 13 Sras. e Srs. Senadores; nenhum voto NÃO.

Está aprovado, por unanimidade, o projeto, que é terminativo.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

Agradeço às Sras. e aos Srs. Senadores.

Esta foi uma reunião extremamente produtiva, em que todos os projetos pautados foram deliberados, na sua maioria terminativos.

Muito obrigada.

Está encerrada a sessão.

(*Iniciada às 10 horas e 11 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 33 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 7ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE MARÇO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e quatorze minutos do dia vinte e sete de março de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência da Senadora Simone Tebet, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Mecias de Jesus, José Maranhão, Esperidião Amin, Fernando Bezerra Coelho, Marcio Bittar, Marcelo Castro, Dário Berger, Daniella Ribeiro, Antonio Anastasia, Tasso Jereissati, Elmano Férrer, Oriovisto Guimarães, Rose de Freitas, Juíza Selma, José Serra, Roberto Rocha, Rodrigo Cunha, Lasier Martins, Major Olimpio, Flávio Bolsonaro, Veneziano Vital do Rêgo, Cid Gomes, Fabiano Contarato, Alessandro Vieira, Marcos do Val, Randolfe Rodrigues, Acir Gurgacz, Leila Barros, Humberto Costa, Rogério Carvalho, Paulo Rocha, Angelo Coronel, Arolde de Oliveira, Sérgio Petecão, Rodrigo Pacheco, Marcos Rogério, Jorginho Mello, Zequinha Marinho, Maria do Carmo Alves e Wellington Fagundes. Registram a presença os Senadores Confúcio Moura, Izalci Lucas, Soraya Thronicke, Jayme Campos, Jean Paul Prates, Paulo Paim, Eliziane Gama, Chico Rodrigues e Alvaro Dias. Usam da palavra os Senadores Izalci Lucas, Paulo Paim, Eliziane Gama e Jean Paul Prates. Deixam de comparecer os Senadores Jader Barbalho, Ciro Nogueira, Weverton, Fernando Collor e Otto Alencar. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao REQ 1/2019 - CCJ, de autoria do Senador Lasier Martins. Finalidade: Prestar informações e esclarecimentos a respeito do pacote anticrime e da atuação do Ministério da Justiça e Segurança Pública, apresentar e discutir as diretrizes e prioridades da pasta. Participante: Sr. Sérgio Fernando Moro, Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública. Resultado: Realizada a Audiência Pública. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e cinquenta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Simone Tebet
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 7ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o Sr. Ministro de Estado de Justiça e Segurança Pública, Sergio Fernando Moro, para discutir as diretrizes e prioridades de sua pasta e para prestar informações e esclarecimentos a respeito do pacote anticrime, conforme o art. 100-A do Regimento Interno do Senado Federal e o Requerimento nº 1, de 2019, desta Comissão, de autoria e iniciativa do Senador Lasier Martins.

Esta reunião, é importante esclarecer, será interativa, tem caráter interativo, ou seja, com a possibilidade de participação da população. Dessa forma, os cidadãos que queiram encaminhar comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, tudo junto, ou ligando para o número 0800-612211.

Antes de solicitar aos Senadores que façam entrar o nosso convidado, eu gostaria apenas de esclarecer que, por unanimidade dos Senadores presentes, ficou determinado que, na ordem de inscrição – que já foi feita –, o critério de chamada dos Senadores será o seguinte: chamaremos em bloco de quatro Senadores, e cada um terá o seu tempo de cinco minutos, impreteríveis, para fazer os seus comentários e a sua pergunta...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Improrrogáveis.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Improrrogáveis, muito obrigada, Senador Amin, improrrogáveis. Serão, portanto, grupos de quatro Senadores. Começaremos com quatro titulares; em seguida, daremos, na ordem de inscrição, para um suplente e um não membro, mas lembrando que o grupo será de quatro Senadores inscritos. As inscrições aqui se encontram à mesa para aqueles Senadores que ainda não se inscreveram e queiram fazer as suas colocações.

Solicito à Senadora Selma, por gentileza, e ao Senador Esperidião Amin que conduzam o nosso convidado, Ministro Sergio Moro, à mesa. Por gentileza, Senador Amin e Senadora Selma.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Não coercitivamente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – É um pedido gentil que esta Presidência faz a V. Exa. para que convide gentilmente o Ministro Sergio Moro à mesa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Condução não coercitiva! (*Risos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Muito obrigada, Senador, nem a ele, nem a V. Exa., Senador Espiridião Amin.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Senadora Simone...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra a Senadora Eliziane.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Só queria cumprimentá-la, Senadora Simone Tebet, primeiramente pela condição de V. Exa. nesta Casa, o que honra todas as mulheres do Brasil, as mulheres desta Casa, em ter aqui a principal comissão conduzida por uma mulher com a competência e com a sensibilidade de V. Exa. E destacar aqui a sua forma de condução em relação à prerrogativa de quem não é membro também ter a oportunidade de fazer as suas interferências.

Então, os meus cumprimentos e os meus agradecimentos pela sensibilidade de V. Exa.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Senadora.

Por favor.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Presidente, cumprimos a sua determinação com a condução absolutamente cordial e espontânea. (*Risos.*) (*Pausa.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Seja bem-vindo, Ministro.

Sras. e Srs. Senadores, de acordo com os arts. 397 e 398 do Regimento Interno do Senado Federal, a Presidência adotará os seguintes procedimentos. O convidado, Sr. Ministro Sergio Moro, terá 30 minutos para sua exposição, é o tempo máximo, de acordo com o art. 398, inciso X, do Regimento Interno. Em seguida, passaremos à fase de...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Esta Presidência esclarece que está neste momento passando para as Sras. e os Srs. Senadores o rito desta audiência pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Repetindo, o Sr. Ministro de Estado da Justiça, Sergio Moro, terá um tempo de até 30 minutos para a sua exposição. Em seguida, passaremos à fase de interpelação pelas Sras. e Srs. Senadores inscritos. A palavra aos interpelantes será concedida na ordem de inscrição já estabelecida e acordada com os membros que estavam presentes, intercalando-se, portanto, os oradores com quatro titulares, um suplente um não membro, grupo bloco de quatro Senadores. O interpelante disporá de cinco minutos, assegurado igual prazo para a resposta. O interpelante poderá contraditar pelo prazo máximo de dois minutos como réplica, o convidado terá o mesmo tempo para a tréplica de dois minutos.

Antes de passar a palavra ao nosso convidado, se me permitir Ministro, desejar-lhe boas-vindas à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal. Esta é uma determinação regimental e principalmente no início de uma legislatura, mas, mais do que isso, é um dever desta Casa e também do Ministério.

Afinal, se nós olharmos, numa rápida olhada, no organograma de trabalhos do Ministério da Justiça, veremos o quão próximas e correlatas estão as atribuições de V. Exa. e as atribuições desta Comissão. Nós aqui, como atribuição, temos o dever de legislar e V. Exa. de executar. Em determinados momentos, diante da necessidade de atualização da legislação, nós somos chamados a atuar. Então, temos apenas correlação no nome, cidadania e justiça, mas efetivamente nas nossas tarefas.

Este é um tema da mais alta relevância. A sensação que nós temos, quando estamos conversando com a nossa população, é de que segurança pública é prioridade absoluta hoje para dez em cada dez cidadãos brasileiros. Temos uma pauta extensa de segurança pública nesta Comissão. Eu diria que 80% talvez dos nossos trabalhos, das nossas relatorias, das nossas proposições e projetos estão relacionados à segurança pública. É claro que aqui falaremos do pacote anticrime, mas queremos, obviamente, ouvi-lo em relação a todas as atribuições relacionadas à segurança pública.

A violência hoje assola o nosso País. Hoje a maioria dos nossos Municípios são pequenos, mas não são mais pacatos. Não há um único pedaço de chão desta terra e deste solo que não esteja tomado hoje pelo crime, pela violência e pelo medo. Portanto, é atribuição não só de V. Exa., mas de todos nós darmos uma resposta à sociedade.

Sei que a sociedade quer paz, quer que declaremos paz à guerra, mas sabemos muitas vezes que para isso é preciso declarar guerra à guerra em nome da paz. E sabemos também, e é importante – para finalizar, estou dizendo isso tudo, porque estamos aqui, em caráter interativo, através do e-Cidadania, com estudantes, com jovens, com a sociedade civil, enfim –, é importante destacar que nós juntos podemos muito, mas não podemos tudo. É muito comum nós recebermos, nas nossas caixas de mensagens, nas nossas redes sociais, nos nossos *e-mails* propostas muitas vezes que vão de encontro, que contrariam a própria Constituição Federal. Eu vou dar um exemplo apenas aqui, só para que as pessoas entendam, um dos exemplos mais radicais, a pena de morte.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Repito, é importante lembrarmos que podemos muito, mas não podemos tudo. Nós somos Poder Constituinte derivado, e não originário. Nós devemos obediência à Constituição. Podemos modificá-la, é verdade, mas nós não podemos modificá-la quando estamos diante de cláusulas pétreas, como a que estabelece que o Brasil é um Estado federativo; quando diz que somos um Estado democrático de direito; quando estabelece o art. 5º que todos são iguais perante a lei, garantindo a todos o direito à vida, à liberdade, à segurança, à propriedade; mas também estabelecendo que ninguém pode ser preso ou perder os seus bens sem o devido processo legal. Nesse aspecto em particular, e aí, sim – como o devido processo legal é, na sua forma e conteúdo, regulamentado por leis infraconstitucionais, como o Código de Processo Penal e as legislações especiais –, cabe uma série de interpretações. E podemos fazer as alterações devidas, algumas delas até propostas por V. Exa.

Então, esclarecido isso para a nossa juventude, para aqueles que estão hoje nos assistindo, eu quero, sem mais delongas, agradecendo a presença de todos, esperando que também a paz e a harmonia reine nesta audiência pública, passar a palavra, de imediato, ao Ministro da Justiça e Segurança Pública, Sergio Fernando Moro, para a sua exposição. Com a palavra o Ministro.

O SR. SERGIO FERNANDO MORO (Para exposição de Ministro.) – Eu agradeço enormemente, Senadora Simone Tebet. Quero dizer que para mim é não só uma honra estar aqui, mas também é um prazer vir à Comissão e responder, poder apresentar projetos na área de justiça e segurança pública, igualmente falar um pouco sobre o projeto de lei anticrime e poder responder as dúvidas dos vários Senadores e Senadoras aqui presentes.

Tomo a liberdade de cumprimentá-los todos na pessoa do Senador Lasier Martins, que fez o convite para eu vir até este local.

O tempo de 30 minutos – agradeço esse tempo – não é muito suficiente para poder expor todas as questões, mas é claro que eu compreendo que é importante responder as dúvidas dos Senadores e das Senadoras. O que nós separamos aqui foram alguns projetos do Ministério de Justiça e Segurança Pública nessa específica área. Não é um rol exaustivo. Muitos desses planos estão em execução. Vamos colocar que o Governo não tem três meses, e são projetos que muitas vezes demandam uma execução em algum tempo, apesar das ansiedade das pessoas. Por outro lado, depois eu gostaria de abordar alguns pontos do projeto anticrime. Então, vou tentar dividir em 15 e 15 minutos para poder dividir bem esse tempo.

Vou seguir, então, imediatamente ao projeto.

Acho que eu desço por aqui... É possível descer por aqui? (*Pausa.*)

Certo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Uma das questões que foram... Há uma grande ansiedade em cuidar dessa parte de integridade e corrupção. Havia uma avaliação de que as forças-tarefas criadas no âmbito da Polícia Federal para investigação de crimes contra a Administração Pública estavam um tanto quanto esvaziadas ou debilitadas, e o que nós fizemos foi reforçar esse setor.

Volte um pouquinho.

Uma das primeiras ações foi, então, reestruturação e fortalecimento das forças-tarefas e equipes policiais encarregadas de investigar a grande corrupção. Curitiba, de 30 foi para 55; Rio de Janeiro, de 42 para 52; São Paulo, de 36 para 45; Brasília... Em todos eles houve aumento e, na parte de inquéritos especiais junto a Supremo Tribunal Federal, houve uma ampliação mais significativa, tudo com aquela ideia de que os recursos são limitados; os recursos monetários, os recursos de serviços são limitados. Nós temos que focá-los, então, para obter melhores resultados. Há essa demanda da população nessa área de integridade, então nós aumentamos o efetivo nessas áreas estratégicas.

Algumas informações sobre operações policiais. Ainda este ano, da Polícia Federal: até 21/03, 409 operações. É claro que as dimensões aqui são muito diversas. Esses são dados fornecidos pela Polícia Federal, das apreensões de volumes de drogas até o momento: 19 toneladas de cocaína; 22 toneladas de maconha; outras drogas...

Nós estamos realizando uma operação conjunta com o Paraguai de erradicação de plantação de maconha. Nós queremos realizar – segure aí um pouquinho – várias operações. Essa é uma estratégia muito exitosa, porque é muito mais eficaz do que a apreensão de caminhões de carregamentos dessas drogas.

Isso é algo que já vinha dos Governos anteriores, mas, nos últimos dois anos, houve um arrefecimento por questões que não vêm ao caso. No ano passado, por exemplo, só houve uma. Nós queremos realizar várias neste ano. Já começamos a primeira, e mais ou menos 700 toneladas de maconha estão sendo erradicadas em plantação pelo Paraguai, em operações juntamente com a Polícia Federal, certo? Isso é bastante eficaz.

Uma linha também do ministério é aprofundar a cooperação jurídica internacional. Termos agentes de ligação, adidos policiais ou agentes policiais brasileiros trabalhando em países estratégicos é muito importante. Então, nós vamos aumentar o número de policiais brasileiros no Paraguai e também receber um número maior de policiais paraguaios aqui no Brasil, exatamente para facilitar essa troca de inteligência e a realização de operações conjuntas, não só no Paraguai. Recentemente, estivemos nos Estados Unidos e, entre os vários acordos feitos, foram feitos acordos não só de troca de informações com o FBI norte-americano, mas também de troca de agentes de ligação. Então, nós encaminhamos um agente da Polícia Federal, por exemplo, para o National Target Center, em Washington, que é o órgão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

deles encarregado de controle de fronteiras. O objetivo ali é obter informação, mas também experiência.

Ali são dados da Polícia Rodoviária Federal de apreensão de drogas neste ano apenas: 34 toneladas de maconha, 3 toneladas de cocaína... Desculpem, 80 toneladas de maconha – eu me esqueci de dizer lá, programa de erradicação no Nordeste, também na primeira fase. O Nordeste tem, infelizmente, áreas plantadas com maconha.

Podemos ir.

Nós criamos, dentro do ministério... Quando houve a junção do Ministério da Justiça e o da Segurança Pública, ambos ministérios tinham áreas que tratavam da parte executiva, da parte da administração do ministério. Juntando as duas áreas, o que nós pudemos fazer foi utilizar cargos que estavam em um dos ministérios, suprimindo-os –, porque, evidentemente, a junção significou que nós teríamos apenas uma Secretaria-Executiva –, e utilizar esses cargos para reforçar as áreas-fim.

Uma das criações foi a Secretaria de Operações Integradas dentro do Ministério da Justiça e Segurança Pública. Qual é a ideia? Nós temos uma secretaria cuja função específica é cuidar da coordenação de operações policiais entre a polícia dos Estados e a do Distrito Federal com a Polícia Federal e a Rodoviária Federal, ou entre a Federal e a Rodoviária Federal. É integração. Uma das primeiras operações feitas foi a transferência e o isolamento de 22 lideranças do PCC que estavam em São Paulo para presídios federais. Há muitas outras operações em planejamento especialmente contra o crime organizado. Evidentemente, são coisas que não podem ser reveladas adiantadamente, mas operações também em outras áreas que afetam bens jurídicos e direitos sensíveis... Provavelmente vamos ter notícias de operações interessantes nos próximos dias ou próximas semanas.

Um dos objetivos... Há uma reclamação constante da questão da proteção da fronteira. Qual é a nossa avaliação em relação a isso? Mais uma vez, os recursos são limitados. Nós temos que trabalhar esses recursos com inteligência e operações integradas.

Vamos falar um pouco da experiência... Estivemos recentemente nos Estados Unidos e vamos falar um pouquinho. Há o que nós já sabíamos, mas há o que é relevante.

Depois do 11 de setembro, foram feitas investigações para saber o que aconteceu, o que falhou, por que não foi prevenido o incidente antes de ele ocorrer. Foi descoberto que o FBI tinha fragmentos de informação, que a CIA tinha fragmento de informação relevante, que a área de *costumes*, que na época não existia, tinha informações relevantes. Se elas tivessem sido agregadas, eventualmente o incidente poderia ter sido prevenido.

O que eles passaram a fazer desde então? Criar forças-tarefas ou escritórios ou agências que reunissem todos os agentes encarregados da aplicação da lei das diversas agências do mesmo local, para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

facilitar troca de informações e realização de operações conjuntas. Têm eles, por exemplo, na área de fronteira, em El Paso, algo que eles chamam de Fusion Center em que eles colocam representantes das várias agências que cuidam dessa área. Isso acaba, vamos dizer, facilitando a realização de operações e de controle de fronteira, porque as informações são reunidas e, por outro lado, as operações podem ser feitas em conjunto.

Então, um dos carros-chefes que nós queremos fazer ainda neste ano é a criação de uma espécie de Fusion Center – o nome, evidentemente não é este. O primeiro que queremos criar será em Foz do Iguaçu. Qual é a ideia? Vamos reunir lá agentes da Polícia Federal, agentes da Polícia Rodoviária Federal, agentes da Receita Federal. Vamos ter um elemento de ligamento com o Coaf, vamos ter ali também representantes das forças policiais estaduais, vamos colocar também lá agentes dos países circunvizinhos. Claro que não são quaisquer agentes; vai ter de haver um protocolo para definir, selecionar quem são esses agentes. Existem cuidados de compartilhamento de informações e segurança. Não que Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federal e essas agências vão se mesclar, mas vão enviar representantes para esses escritórios, e esses escritórios vão trabalhar conjuntamente.

Por que Foz do Iguaçu? Porque há uma grande preocupação com a tríplice fronteira, e Foz do Iguaçu acaba sendo, vamos dizer, uma porta de passagem para drogas, armas e contrabando que, no fundo, atinge praticamente todo o País, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro. Muitas vezes ali também é possível colher informação sobre atividades de contrabando e tráfico em outras fronteiras.

Esse é o projeto piloto. Sendo o projeto piloto bem-sucedido, a nossa intenção é criar outros escritórios em outras áreas geográficas do País. Sei que os Senadores normalmente têm preocupações com seus Estados específicos que fazem fronteira aberta com diversos países que, às vezes, são até produtores de drogas, mas nós temos de ir passo a passo para construir uma política pública consistente. Mas a ideia é pelo menos criar um desses centros ainda este ano.

Pode subir um pouquinho.

Aqui é uma outra experiência que já vinha do Governo anterior e que queremos aprofundar. São Centros Integrados de Inteligência em Segurança Pública. Há previsão de criação de um por Região. Já foi inaugurado, em 7 de dezembro do ano passado, o do Nordeste, em Fortaleza. Esse centro teve uma grande importância na área de inteligência para debelação da crise de segurança em janeiro deste ano. Nós já estaríamos aí... Isso já foi iniciado no Governo anterior, que escolheu Curitiba para criar, na Região Sul, um Centro Integrado de Inteligência em Segurança Pública.

A previsão é a de que ele passe a funcionar a partir de abril de 2019. E nós temos a intenção, se o orçamento assim nos permitir, de criar um na Região Norte ainda até o final deste ano; não está definido ainda o local específico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que é diferente em relação ao projeto do Centro de Fusão? É que esses centros são apenas de inteligência, não de inteligência e operações. É um perfil um pouquinho diferente. Isso é algo que nós já trazemos dos Governos anteriores, é uma experiência importante.

Podemos seguir.

Há os projetos da Polícia Rodoviária Federal. Existe esse sistema do Alerta Brasil, que, basicamente, consiste na utilização de câmeras, de radares, para monitoramento do tráfego no Brasil, mas não só do tráfego, porque as rodovias acabam sendo utilizadas como artérias para tráfico de drogas, roubos e atividades ilícitas. Então, é importante aumentar esse monitoramento. Há a previsão de expansão desse sistema. Existem 300 pontos de monitoramento por câmeras nesse sistema Alerta Brasil. Pontos de alarme são os locais onde se acompanham esses monitoramentos. A ideia é a de haver mais 125 pontos de alarme e mais 274 pontos de monitoramento por câmeras, com um acréscimo, ainda neste ano, de 175%. É claro que nós preferíamos que fosse mais, mas existe um problema também de orçamento, que, infelizmente, afeta a nós todos. Então, são 574 pontos de monitoramento por câmeras.

Isto aqui, embora não seja uma política direcionada especificamente à proteção de fronteiras, também é utilizado com esse propósito.

Há a integração do SPI. O SPI é outro sistema que foi desenvolvido pela Polícia Rodoviária Federal em conjunto com o Governo do Estado do Ceará. Ele é um pouco mais abrangente que o Alerta Brasil no sentido de utilizar maior inteligência em relação a esses dados. Nós também temos a intenção de aprofundar esse sistema, porque ele é melhor que o Alerta Brasil.

Enfim, ali há só a informação de que, atualmente, são 1.169 pontos de monitoramento por câmeras. Existe aquele número que mencionei que são câmeras da Polícia Rodoviária Federal, mas existem outras câmeras, e, por conta de convênios com Estados e com órgãos estaduais, consegue-se obter um número maior de monitoramento no País.

Podemos seguir.

Aqui é uma questão importante, naquela linha da integração. Hoje, a Polícia Rodoviária Federal não compartilha esses sistemas com a Polícia Federal, ou melhor, a Polícia Federal tem que encaminhar uma requisição por escrito para obter informações, quando, às vezes, a informação instantânea é extremamente importante. Então, foi pedido para a Polícia Rodoviária Federal definir um protocolo específico para que a Polícia Federal tenha acesso a essas informações. E, concomitantemente, nós vamos cogitar protocolos para que a Polícia Rodoviária Federal também tenha acesso a informações da base de dados da Polícia Federal. É claro que isso tem que ser muito bem construído. Como eu disse, tem que se tomar cuidado com essa informação, mas é importante a integração entre as Polícias. Vejam

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que aqui nós estamos falando de Polícias da União Federal que precisam aprofundar a sua integração, mas há também a ideia de haver um protocolo para a Polícia Federal ter acesso a essas informações.

Aqui vamos passar um pouco mais rapidamente. Só o resultado da Operação Carnaval, este ano, só para informar. São dados positivos. Claro que poderiam ser melhores, mas a Operação Carnaval, neste ano, realizada pela Polícia Rodoviária Federal, apresentou redução de números de acidentes, de vítimas fatais, de pessoas feridas, de acidentes graves, o que é algo sempre muito positivo.

Aqui é um comparativo do esforço da Polícia Federal neste ano, em relação ao mesmo período do ano passado. Também há reduções. Há uma ideia de obter números melhores nos próximos anos. Isso é importante: quantas pessoas morrem no trânsito. Houve uma redução de 7%. Ainda nós temos que aprofundar essa melhoria.

Podemos seguir.

Esse é um projeto também central, dentro do Ministério. A ideia em especial, aqui, é... Qual é normalmente a crítica? A União fica muito distante da violência urbana, especialmente em comunidades afetadas por índices elevados de violência. O que nós queremos fazer, baseados aqui numa experiência europeia que eles chamam lá de Contrato de Gestão de Segurança Local, é fazer uma espécie de convênio entre União, Estado e o Município com elevada incidência de violência, para que haja uma ação concertada entre as forças de segurança, para redução drástica da criminalidade em áreas especialmente afetadas.

Concomitantemente ou logo em seguida à realização desse projeto, entrariam ações de cunho urbanístico social de outros Ministérios, também coordenados com os órgãos estaduais e do Município em questão, para que houvesse uma política social e urbanística, mas também orientada especificamente para a redução da criminalidade nesses Municípios afetados por índices elevados.

Nós estamos definindo em cinco Municípios para serem um projeto-piloto. Se for bem-sucedido... O programa está sendo estruturado neste primeiro semestre e a ideia é executá-lo já a partir do segundo semestre. Se ele for bem-sucedido – e nós vamos ter um processo de aprendizado –, nós iremos expandir esse projeto para outros Municípios nos próximos anos e durante toda a gestão, e quem sabe até poderemos fazer uma política mais disseminada, baseada nos aprendizados obtidos nessas áreas.

Ou seja, a criminalidade no Brasil é grave, mas é mais grave em determinadas localidades, determinados Municípios, determinados territórios. Como os recursos são limitados, o que deve ser feito? Gerar um impacto nessas comunidades especialmente afetadas, não só pela questão do bem-estar das pessoas ali residentes mas igualmente para – vamos dizer assim – tentar gerar um círculo virtuoso de mudança. Então, nós focalizamos esforços das forças de segurança das várias unidades e de políticas sociais, para buscar a transformação desses locais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Podemos seguir?

Aqui é um dado importante.

Eu só tenho dez minutos?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. SERGIO FERNANDO MORO – É? Está.

Se nessa integração apenas uma política foi iniciada nas últimas gestões – mas foi finalizada –, hoje nós temos estatísticas oficiais de crimes no Brasil. Nós não tínhamos. Nós nos servíamos de dados fornecidos por institutos não oficiais. Claro que eles faziam um trabalho relevante, mas era um tanto quanto vergonhoso nós não termos estatísticas completas. Hoje nós temos o Sinesp, completo. Foi finalizado nesta gestão.

A partir de 15/03/2019, nós temos ali o *link*...

Ou seja, nós temos uma informação precisa e oficial dos índices de criminalidade no Brasil, a partir de 15 de março de 2019. Segundo dados oficiais fornecidos pelas unidades da Federação, baseados nos boletins de ocorrência.

Podemos seguir?

Aqui são questões orçamentárias, repasses...

Esses dados estão todos... Foram distribuídos por escrito aos Senadores?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. SERGIO FERNANDO MORO – Sim?

Então, eu vou pedir escusas, para nós seguirmos mais rapidamente.

Intervenções da Força Nacional.

A mais significativa foi a intervenção no Estado do Ceará, naquela crise de segurança.

Houve, aí, a prática de atos de natureza até terroristas por organizações criminosas. Tentaram explodir viadutos, algo extremamente grave...

A Força Nacional, juntamente com o Governo do Estado do Ceará, conseguiu debelar a crise. Foi normalizada.

A Força Nacional atualmente está em 37 operações, sendo 23 em fronteiras. São basicamente operações de polícia ostensiva.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também atuou em Brumadinho...

Pode seguir.

Essa é também uma criação: Força-Tarefa de Intervenção Penitenciária. Já havia no Governo anterior. Nós estamos aprofundando.

Trata-se de a gente ter um grupo de elite de agentes penitenciários, para debelar crises pontuais de segurança em estabelecimentos prisionais. Nós temos em Roraima – isso já foi uma intervenção do Governo anterior –, nós enviamos para o Ceará, e nós temos aqui esses dados específicos.

Podemos seguir?

Quanto à Senad, como estão ali nos dados, nós temos hoje, mais ou menos, uma estimativa de quase 50 mil bens à disposição, perdidos no tráfico de drogas, e nós não temos capacidade de vendê-los. Nós temos uma capacidade de vender mil bens por ano. Nós estamos mudando a Senad, exatamente para que possamos acelerar a venda desses bens.

Isso vai para o Funad e é utilizado em atividades de prevenção e repressão ao tráfico de drogas, além de atendimento a usuários.

A meta é de 10 mil bens este ano, e a ideia é podermos ampliar a nossa capacidade, numa espécie de agência de gestão de ativos criminosos.

Podemos seguir?

Nós estamos construindo uma medida provisória, para facilitar essa alienação, e a ideia é a de que nós possamos utilizar o dinheiro, o produto do leilão desses bens, de imediato, em atividades relacionadas ao Funad, porque a taxa de revisão de condenações por tráfico de drogas é muito pequena. Então, não há por que ficar esperando o trânsito em julgado nesses casos.

Se houver uma eventual reversão, isso pode ser devolvido.

Podemos ir?

O Coaf também – bem rapidamente – sofreu uma ampliação, e nós criamos novas coordenações.

O Coaf continua a ser um órgão de inteligência, não é um órgão de investigação.

Não existe nenhum plano de transformá-lo num órgão policial, mas nós ampliarmos a estrutura dele. Ele estava um tanto quanto negligenciado no Ministério da Fazenda anterior por questões provavelmente fiscais e de dificuldade de recursos humanos. Nós o estamos reforçando.

Pode voltar um pouquinho?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A equipe passando de 31 para 64, tudo por conta daquela gordura que nós conseguimos cortar com a unificação dos dois Ministérios. Então, a gente pôde tirar da área administrativa e colocar na área fim.

Pode seguir.

A Penitenciária Federal de Brasília, embora inaugurada, não estava operacional. Nós conseguimos autorização do Ministro Paulo Guedes, com a concordância do Presidente Bolsonaro, de colocá-la em operação, é importante e estratégica para nós.

Nós temos uma constatação de uma dificuldade muito grande de construção e reforma de presídios no Brasil. Nós temos dados que apontam que desde 2016 foram passados quase dois bilhões de reais – ou cerca de R$2 bilhões – da União pelo Funpen a Estados e Distrito Federal para construção e reforma penitenciária. Mas, dado que nós levantamos no final do ano passado, 27% apenas dessa verba havia sido executada. Qual é a dificuldade? Falta de projeto, falta de capacidade dos Estados e do Distrito Federal para construir projetos, falta de capacidade do Ministério da Justiça e Segurança Pública para analisar os projetos.

O que nós precisamos realisticamente é de engenheiros. Nós temos hoje três engenheiros do Depen apenas, nós queremos contornar esse problema com uma autorização legislativa para contratar temporariamente engenheiros para se poder dar vazão a esse problema. Não adianta... Vejam, nós temos até o dinheiro – poderia ser maior, seria ótimo se fosse mais –, mas não está sendo executado, principalmente por incapacidade técnica de resolver esse problema. Não implicaria um gasto maior porque a ideia é utilizar o próprio Funpen para custear essa contratação de engenheiros.

E, além disso, o que nós queremos fazer são espécies de modelos pré-prontos de estabelecimentos penitenciários. Se a dificuldade é fazer projetos, então, vamos ter projetos, vamos dizer, pré-prontos, aí o Estado ou o Distrito Federal que quer construir um projeto vem e escolhe dentro desse cardápio. A ideia é que nós tenhamos ainda no ano 2019 pelo menos dois projetos padrões e, até o final da gestão, termos um rol de projetos bem maior.

Eu vou utilizar o tempo que me resta aqui rapidamente, vou ficar devendo aqui o resto da apresentação – há outros projetos ali importantes, mas eu posso responder nas perguntas – por uma rápida abordagem sobre o projeto de lei anticrime.

Pode mudar o arquivo.

Qual foi a ideia? Apresentar um projeto que tratasse de melhorias pontuais mais relevantes no enfrentamento de corrupção, criminalidade organizada e crimes violentos, porque nós entendemos que os problemas estão relacionados. Boa parte dos homicídios, por exemplo, está relacionada a disputas do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

crime organizado, seja a disputas entre pessoas que querem controlar o mercado ilegal de drogas, seja porque a cobrança de dependentes usuários se faz realmente com sangue.

Por outro lado, a corrupção retira nossa capacidade, de maneira eficiente, de construir políticas públicas contra a criminalidade violenta e o crime organizado, sem falar que o crime organizado também muitas vezes se vale do suborno para escapar da Justiça e das investigações.

É um projeto que não pretende ser abrangente e resolver todos os problemas. É um projeto que tem um foco, não leva ao endurecimento geral da lei penal e processual penal. Nós entendemos que existe um problema penitenciário de superlotação, não é possível o endurecimento generalizado, mas, em relação a esses crimes de corrupção, crime organizado e crimes violentos, é necessário, sim, um endurecimento.

O que nós fizemos foi, então, não tanto incrementar penas, mas trabalhar com o tempo de prisão real do criminoso grave na prisão, deixando mais longo o tempo de cumprimento da pena em regime fechado, para se obter progressão de regime para esses crimes mais graves. Por outro lado, nós trouxemos, na nossa legislação, meios de investigação eficientes para esse tipo de finalidade; por exemplo, estamos regulando lá a escuta ambiental, estamos prevendo a possibilidade de agentes policiais disfarçados interagirem com essas organizações criminosas de uma maneira clara. Existe até uma autorização na lei, mas ela não é tão clara. Então, nós queremos que um agente da Polícia Federal disfarçado possa comprar um carregamento de droga, possa negociar um carregamento de droga com, por exemplo, uma dessas grandes organizações criminosas e que isso sirva para debelar aquela quadrilha, como nós vemos nos filmes, mas é o que, de fato, existe em vários países que realizam essas chamadas operações encobertas; e também isso no campo do tráfico de armas; também isso no campo da lavagem de dinheiro.

Nós também estamos criando bancos de dados que nos parecem relevantes para a investigação criminal. Nós não temos até hoje um banco nacional de impressões digitais. Daí talvez se explique a baixa taxa de resolução de crimes. Já se falava em impressão digital no final do século XIX, foi ali que ficou famosa como uma forma de resolução dos crimes, mas nós não temos até hoje um sistema integrado. Então, uma das propostas do projeto é a criação de um banco nacional multibiométrico, e nós já estamos avançando em estudos para analisar como nós podemos implementar esse plano. Por exemplo, nós conversamos com o TSE sobre a possibilidade de utilizar o banco de dados eleitoral das impressões digitais, que é o mais vasto do País, para poder integrar esses bancos de dados criminais. Ainda está em fase de teste para ver se é possível, porque existem questões tecnológicas e de forma de colheita dessas impressões digitais.

Um banco nacional de perfis balísticos, que é a impressão digital da arma de fogo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E nós estamos ampliando o Banco Nacional de Perfis Genéticos. Foi criado o Banco Nacional de Perfis Genéticos em 2013, salvo engano aqui sobre o ano da lei. Não foi dada implementação muito, vamos dizer, incisiva a essa política. No Governo anterior, imediatamente anterior a isso, foi iniciado.

Mas nós temos hoje, no nosso Banco Nacional de Perfis Genéticos, 30 mil perfis apenas. Reino Unido e Estados Unidos têm seis milhões e 12 milhões, respectivamente.

Por que é importante o perfil genético? Alguém comete um crime. Se o local do crime for preservado adequadamente e for encontrado qualquer vestígio material biológico no local, é possível identificar, de uma maneira até mais eficiente que a impressão digital, quem é o provável autor daquele crime: alguém que deixa cair um fio de cabelo no local de um roubo a banco ou alguém que deixa vestígios corporais em um crime violento, em um crime sexual.

O que a lei atual prevê? Que sejam colhidos os perfis genéticos de criminosos violentos assim condenados. Nós estamos propondo no projeto a ampliação desse rol para crimes dolosos em geral.

Isso também é um fator que inibe a reincidência, porque, se a pessoa teve o perfil genético colhido depois da condenação, ela se coloca em uma posição de risco caso venha a cometer um novo crime, porque qualquer vestígio material deixado no local pode levar à sua identificação.

Concomitantemente, mesmo sem a mudança legislativa, nós iniciamos uma política mais agressiva – no bom sentido, mais incisiva – para a colheita do perfil genético com base na legislação já existente.

Então, nós queremos ter, até o fim do ano, colhidos – isso está aqui naquele que eu tive que encerrar a passagem...

(*Soa a campainha.*)

O SR. SERGIO FERNANDO MORO – A coleta de mais ou menos 60 mil perfis genéticos até o fim deste ano, o que significa uma ampliação extremamente significativa do...

Última folha.

Até o fim de 2019, a coleta de 65.363 perfis genéticos para integrar o banco de dados, com base na legislação atual.

Além disso, nós estamos indo em pontos de estrangulamento da legislação processual penal.

Execução da condenação em segunda instância. Sei que é um tema controvertido, respeito as opiniões em contrário, mas o fato é que, se o processo penal não chega ao fim em tempo razoável, de nada adianta nós elevarmos penas de crimes, tornarmos os sistemas mais rigorosos, se não há perspectiva real de aplicação da lei. Então, nós estamos prevendo, de uma maneira clara, na legislação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ordinária a execução provisória em segunda instância, com base em quatro precedentes do Supremo Tribunal Federal nesse sentido desde 2016.

Nós estamos também prevendo, para crimes julgados pelo júri, que são crimes dolosos contra a vida – homicídio e feminicídio, por exemplo –, a execução da sentença já na primeira instância, com base em precedentes da 1ª Turma do Supremo Tribunal Federal, que, interpretando o princípio da soberania dos vereditos dos tribunais do júri, entendeu que não é necessário aguardar nem o trânsito em julgado nem o julgamento da apelação no caso de julgamentos por júri. Isso tem um impacto muito significativo nessa criminalidade mais grave, que ainda é o crime contra a vida: o homicídio e o feminicídio.

(*Soa a campainha.*)

O SR. SERGIO FERNANDO MORO – É claro que nós entendemos que o problema da criminalidade está relacionado a políticas sociais, a questões econômicas, à necessidade de melhores programas urbanísticos.

Mas isso não significa que retirar criminosos violentos, perigosos, organizados, e enfrentar o problema da corrupção não tenha também um significado. Sim, há eficácia, por exemplo, em retirar de comunidades afetadas pelo crime gangues locais que, muitas vezes, aterrorizam as comunidades, mas, para isso, nós precisamos de um processo penal mais eficiente, não só de mudanças na legislação material.

Então, o foco do projeto – eu vou pedir desculpas; não terei condições de passar todo o texto, porque ele é um pouco longo – é exatamente este: endurecimento em relação à criminalidade mais grave; novos instrumentos para investigação eficaz, seja na área de dados, seja na área de métodos; e, por outro lado, o enfrentamento de pontos de estrangulamento da legislação processual penal.

Nós apresentamos o projeto via Câmara, está lá tramitando, e, quando chegar ao Senado, vamos fazer o possível para dialogar com os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras para convencê-los do acerto do projeto. É claro que estamos abertos a críticas, a sugestões e a aprimoramentos. Esse é realmente o papel do Parlamento. Não temos nenhum problema em relação a dialogar e somos absolutamente – vamos dizer assim – receptivos a críticas.

Muito rapidamente aqui, nós organizamos os projetos – que hoje são três, e passamos aqui a S. Exas. – de uma maneira temática. Esse ponto especificamente tem gerado alguma polêmica, dada a legítima defesa. Vejam, o art. 25 do Código Penal trata da legítima defesa. O que nós fizemos apenas foi descrever situações que caracterizam legítima defesa mesmo já dentro da nossa jurisprudência. Então, o art. 25 trata dos requisitos da legítima defesa. E o que nós colocamos no parágrafo único é inovação:

Parágrafo único. Observados os requisitos do *caput*, considera-se em legítima defesa:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

I - o agente policial ou de segurança pública que, em conflito armado ou em risco iminente de conflito armado, previne injusta e iminente agressão a direito seu ou de outrem; e
II - o agente policial ou de segurança pública que previne agressão ou risco de agressão a vítima mantida refém durante a prática de crimes.

(*Soa a campainha.*)

O SR. SERGIO FERNANDO MORO – São situações corriqueiras de legítima defesa.

Por que colocamos isso? Porque há uma reclamação legítima das forças de segurança no sentido de que, eventualmente, agindo em circunstâncias dessa espécie, elas venham a ser processadas de uma maneira não tão justa. É claro que existem situações de excesso das forças de segurança, muito pontuais, mas essas situações aqui descritas não destoam em um milímetro de o que já é aceitável em temas de legítima defesa.

O art. 23 trata do excesso na legítima defesa ou nas demais excludentes de ilicitude. O que a lei estabelece? Que, se a pessoa age em legítima defesa, ela não é considerada como um criminoso. A pessoa não responde como se fosse um criminoso. Agora, se ela agir em...

(*Soa a campainha.*)

O SR. SERGIO FERNANDO MORO – ... excesso, ela pode responder pelo excesso.

O que nós colocamos no art 23 foi... O parágrafo 1º já existe e está só repetido pela questão de técnica legislativa da renumeração do parágrafo.

O agente, em quaisquer das hipóteses desse artigo – ou seja, ele agiu em legítima defesa –, responde pelo excesso doloso ou culposo. E o que nós fizemos com a previsão do §2º? "O juiz poderá reduzir pena até a metade, ou deixar de aplicá-la, se o excesso decorrer de escusável medo, surpresa ou violenta emoção". Escusável. Não é qualquer situação. E essa situação só surge após caracterizada uma ação em legítima defesa. Ou seja, não é por praticar crime em violenta emoção que ele pode ser exonerado. Não. Houve uma situação de legítima defesa, em seguida foi caracterizado um excesso, mas esse excesso é escusável diante das circunstâncias. As pessoas não são robôs.

Isso sequer foi pensado para a questão das forças policiais, em realidade. O exemplo que ocorreu foi o caso famoso alguns anos atrás de uma artista que foi atacada por um fã que tinha obsessão por ela. Esse fã atirou na irmã da atriz e iria, provavelmente, cometer uma tragédia; o cunhado reagiu e acabou matando o agressor em luta, em legítima defesa. Talvez tenha agido em algum excesso. O juiz na época, para não condená-lo como homicida, optou por não reconhecer o excesso. Acho que fez certo, mas seria melhor que a situação específica tivesse abrigada expressamente na lei. Ele agiu em excesso, mas havia uma circunstância ali em que era difícil controlar esse excesso por medo, surpresa ou violenta emoção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ainda temos o homicídio privilegiado, no nosso Código Penal, que trata da prática desse crime em violenta emoção. Não é um conceito novo.

Bem, aqui vou encerrar.

Muito obrigado pela tolerância e agregação do tempo.

Mais uma vez fico muito feliz por estar aqui. Peço escusas por ter visto esses temas de maneira assim tão rápida e não poder ter sido completo, mas certamente podemos resolver dúvidas e questões na fase que se segue.

Muito obrigado, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu que agradeço ao Ministro.

Obrigada pela exposição, pelas informações e esclarecimentos sobre as diretrizes e prioridades do Ministério da Justiça. Teremos todo o tempo para esclarecimentos.

Peço eu desculpa em nome da Comissão, mas seguindo as normas regimentais, nós precisamos agora passar a palavra aos oradores inscritos da forma como havíamos combinado: em grupos de quatro Senadores, começando pelos titulares e, depois, abrindo uma suplência, um membro não inscrito e voltando novamente para quatro titulares.

Na ordem de inscrição, claro que com prioridade e preferência, o autor do requerimento, Senador Lasier Martins. Em seguida, neste bloco, será dada a palavra pelo prazo de cinco minutos. Peço a gentileza dos colegas para que vejam no painel o tempo de cinco minutos rigorosos. Será dada a palavra, em seguida ao Senador Lasier, ao Senador Fabiano Contarato, ao Esperidião Amin e ao Senador Humberto Costa, nessa ordem.

Com a palavra, pelo tempo de cinco minutos, Senador Lasier Martins, autor do requerimento.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS. Para interpelar Ministro.) – Muito obrigado, Presidente Simone.

Ministro Sergio Moro, cumprimentos e agradecimentos por sua vinda se dispondo a responder sobre esse que é um dos temas mais urgentes e importantes do Brasil, que é combate à criminalidade, onde V. Exa. apresenta um projeto muito importante.

A minha primeira pergunta é sobre as dificuldades. V. Exa., como magistrado, tinha total autonomia para instruir, processar, julgar, condenar. Tudo era rápido, o senhor é campeão de condenações de gente importante no Brasil. Mas V. Exa. já percebeu que, na política, é diferente. O senhor enfrenta entraves, protelações, e, até agora, não se sabe quando começará o debate do pacote

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

anticrime. Então, a pergunta é: o que fazer? Há uma preterição ao projeto anticrime em favor do projeto da previdência. Por outro lado, houve aí um conflito desagradável, por palavras usadas pelo Presidente da Câmara, dizendo, inclusive, que o seu projeto era a cópia do projeto do ex-Ministro da Justiça Alexandre de Moraes. Desde logo, já incluo a pergunta: que diferenças há entre o seu projeto e o projeto do ex-Ministro da Justiça?

Há a cogitação de alguns de retirar do pacote de combate à criminalidade e à violência o item da corrupção, em que justamente V. Exa. mais tem se empenhado e em que há as ações mais marcantes no Brasil. Isso seria admissível? O senhor concordaria em tirar o item da corrupção do pacote de combate à criminalidade no debate na Câmara dos Deputados? Essa é a primeira pergunta. Na verdade, ela está dividida em três quesitos.

A minha segunda pergunta, Ministro Sergio Moro, é sobre o julgamento em segunda instância. Nós estamos às vésperas do dia 10 de abril, e o Supremo anuncia que vai examinar isso e ameaça – há esta possibilidade – acabar com a prisão em segunda instância, o que redundaria na soltura de milhares de presidiários. Como é que o senhor encara isso? O que é possível fazer? Há aqui um projeto de minha autoria nesse sentido – a Presidente Simone distribuiu ontem ao Senador Rodrigo Pacheco a relatoria –, que procura impedir que o Supremo continue legislando, e não o Parlamento. Então, a pergunta é sobre a sua expectativa com relação ao julgamento da prisão em segunda instância no dia 10 de abril.

A minha terceira pergunta é relativa às dez medidas. Já que há críticas a algumas delas, o que o senhor pretende fazer? Vai mantê-las como estavam originalmente? Fez mudanças? Como enquadrar ou como confrontar isso com o desejo de alguns que querem também o exame do abuso de autoridade?

Outra pergunta, feita dentro do prazo, que estou procurando cumprir, já que a Presidente pretende ser muito rigorosa hoje quanto aos cinco minutos destinados a cada um...

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG. *Fora do microfone*.) – E o faz muito bem!

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – Eu o faço muito bem, diz o Senador Anastasia.

Há esta tentativa – e já há uma medida liminar com tendência de julgamento do Supremo – de proibir o fornecimento de dados da Receita Federal ao Ministério Público para embasar investigações. V. Exa. nos trouxe aqui a notícia de que está criando um banco de perfis genéticos, um banco de impressões digitais, mas não falou no banco financeiro...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – ... de onde vêm dados importantíssimos para a instrução de processos penais e que pode decisivamente prejudicar a Lava Jato, onde V. Exa. trabalhou tão bem até agora.

Fiquei dentro do tempo, que procurei cumprir, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço ao Senador Lasier, demonstrando e puxando a fila – espero – do tempo rigoroso de cinco minutos.

Passo, em seguida, a palavra ao Senador Fabiano Contarato.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES. Para interpelar Ministro.) – Obrigado, Presidente Simone. Obrigado, Ministro.

Inicialmente, quero esclarecer que dentro da minha função como delegado de polícia por 26 anos, delegado de Polícia Civil no meu Estado do Espírito Santo, eu pude presenciar, lamentavelmente, que o principal violador desse aspecto é o Poder Executivo, quando no art. 144 diz que a segurança pública é direito de todos, mas é dever do Estado. Infelizmente, nós presenciamos um Estado naquilo que Lombroso já falava: a criminalização da pobreza.

O que me preocupa – aí virá o meu questionamento – é hoje... Quando Cesare Lombroso, na obra *O Homem Delinquente*, falava que o criminoso é nato, hoje, infelizmente, nós temos um comportamento estatal que criminaliza a pobreza. Eu não vejo – com todo respeito aos demais Estados – a polícia dando geral em pessoas de alto poder econômicos nos bairros nobres. Mas essa violação é constante nos bolsões de pobreza, onde a população mais carente está sendo violada nos seus principais direitos.

Então, a minha pergunta, o meu questionamento. Durante esses 26 anos como delegado de polícia – e aí vai um desabafo – eu me senti usado pelo Estado como chicote para dar única e exclusivamente no pobre, afrodescendente e semianalfabeto. E aí eu quero elogiar a conduta do senhor, porque na minha opinião o senhor foi um divisor de águas. Se nós traçarmos um perfil socioeconômico de quem está preso no Brasil, é esse perfil de que eu falei. E a partir da atuação do senhor na Operação Lava Jato, políticos começaram efetivamente a ir para a cadeia.

A minha preocupação, Ministro, é no art. 395, a, quando o senhor sugere estabelecendo acordo de aplicação de pena imediata para qualquer crime, desde que ele preencha alguns requisitos. Por que é minha preocupação? Porque nós sabemos que a assistência judiciária no Brasil não é de forma igualitária. E com todo respeito, sem ofender as instituições, ela não é eficiente para todo mundo, principalmente para os pobres.

Nós temos exemplos disso nas transações penais, nos juizados especiais criminais que se tornaram a justiça de quem chega primeiro. Se o senhor for no juizado e falar que alguém praticou um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

crime de ameaça, já é intimado e já faz uma transação. Ao passo de que com quem é bem assistido isso não vai ocorrer. Então, a minha preocupação no 395 é sobre como ficará esse acordo de aplicação imediata de penas, quando nós temos ali um autor, coautor ou partícipe de um crime ou contravenção penal não sendo bem assistido, porque essa é uma realidade do Brasil!

O segundo questionamento é com relação ao caixa dois. O senhor sempre, nas suas colocações, foi muito enfático. Quando o senhor estava à frente da Lava Jato, classificou a conduta de caixa dois como trapaça, especialmente reprovável, sem justificativa ética. Naquela época, dizia que a corrupção para fins de financiamento de campanha é pior do que a de enriquecimento ilícito. Falava ainda que a destinação de vantagem indevida em acordos de corrupção, a partir dos políticos, a campanhas eleitorais é tão ou mais reprovável do que a sua destinação ou enriquecimento pessoal, considerando o prejuízo causado à integridade do processo político-eleitoral.

Ora, o meu questionamento é: agora, recentemente, eu li, pelos meios de comunicação, que o senhor teria dito que o caixa dois não é tão grave quanto a corrupção ou o crime organizado.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – E, aí, eu pego a exposição de motivos, e, na exposição de motivos do senhor, do dia 18 de fevereiro, coloca-se taxativamente: inexistindo previsão legal definindo como crime tal conduta –referente ao caixa dois –, justifica-se a introdução do aditamento do 350 do Código Eleitoral, que é a Lei 9.504, através da introdução do art. 350-A, com previsão de criminalização do caixa dois.

No que tange ao caixa dois, a minha pergunta é: o senhor efetivamente mudou de opinião? E o que o levou a mudar de opinião, para estabelecer que o caixa dois já não é tão grave quanto a corrupção?

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Senador Fabiano.

Com a palavra o Senador Espiridião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para interpelar Ministro.) – Muito bom dia a todos.

Sr. Ministro, eu tinha que escolher uma prioridade, para não ultrapassar o tempo.

Tenho muito orgulho de ser do Estado de Santa Catarina, que contribui para a segurança pública com alguns exemplos. E eu vou focalizar a questão da tecnologia de informação, comunicação e inteligência artificial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para quem não sabe – certamente os delegados que estão aqui presentes sabem –, o Guardião é um produto catarinense, que rivaliza com Israel, tão decantado como o país da tecnologia sensível, e com os Estados Unidos. Já elucidou muita coisa e já causou muita dor de cabeça também.

Eu vou focalizar essa questão da tecnologia de informação, que, mesmo no seu pacote, não me parece estar satisfatoriamente inserida. E vou abreviar as minhas perguntas, que vou entregar à sua assessoria – ao Lucas.

Primeiro: o Coaf não vai lhe dar informação em tempo real. E a informação, em tempo real, da movimentação financeira é imprescindível.

Eu fui Relator da CPI dos Crimes Cibernéticos, mas isso já foi há quase três anos – junho de 2016. Eu participei de discussões se nós deveríamos acessar o WhatsApp... Estávamos discutindo isso aqui, e o americano já quebrou o WhatsApp, o iMessage, há oito anos.

Foi flagrada uma distribuição – estou vendo ali a sua estatística. Uma distribuição de 2 toneladas de cocaína estava num WhatsApp só. Isso foi flagrado por um delegado de polícia de São Paulo, e nós discutíamos se poderíamos acessar isso ou não. Então, movimentação financeira...

Segundo: a correição. Porque a corrupção também existe no órgão policial. Vai exigir tecnologia.

Terceiro: quais são os projetos de aquisição de tecnologia para procedimentos de constituição de prova judicial – o que vem ao encontro do compartilhamento já discutido aqui, até enunciado há pouco.

E, finalmente, bloqueio de celular.

Isso é a Pré-História, o que nós estamos vivendo. E nós estamos sendo ineficazes.

Eu não vou trazer aqui o caso concreto, mas eu conheço um caso que foi em parte divulgado de que num estabelecimento penal com 1,5 mil internos – vamos chamar assim – foram colhidos 1,3 mil celulares e 3 mil *chips*, num só. Esse acúmulo de tecnologia de informação na mão do crime organizado – eu estou falando aqui de crime organizado – é um deboche.

E, finalmente, eu acho que enquanto tivermos essa superpopulação carcerária, que tem como motivo não julgamento – não julgamento responsável por 30% a 40% –, e o encarceramento de quem sabidamente integra o crime organizado o lado de quem ainda não o é – porque será...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... exige providência no campo da tecnologia de informação e comunicação que eu considero absoluta prioridade para que nós não continuemos nos enganando como estamos sendo...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Era isso.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Senador Esperidião Amin.

Com a palavra, a pedido, numa inversão, Senador Rogério Carvalho, como último deste bloco.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para interpelar Ministro.) – Obrigado, Sra. Presidente.

A Lei dos Crimes Hediondos, de 1990, foi aprovada com o discurso de inibir a violência; o mesmo com a Lei das Drogas, de 2006.No entanto, os crimes violentos só aumentaram no Brasil. Portanto, nós vivemos uma situação de altos índices de violência associada ao crime organizado, mesmo com leis que categorizaram crimes como hediondos e com endurecimento dos crimes contra o tráfico de drogas. Isso aumentou a população carcerária, mas, ao mesmo tempo, não diminuiu a violência.

Nós temos hoje no Brasil jovens sem perspectiva e com baixo protagonismo social e econômico, que são vítimas fáceis para serem recrutadas para o crime. Nós temos um histórico de apartação social com criação de bolsões residenciais em bairros desconectados, sem infraestrutura e nem presença do Estado; baixa empregabilidade, pouca oferta de trabalho qualificado; tudo isso somado, mas – e mesmo com todo endurecimento – nós temos da população... Veja que acontece, quem é que está preso? De 18 a 29 anos, nós temos 55% dos presos, 64% são negros, 61% são presos que não concluíram o ensino fundamental. Então, nós precisamos rever que o combate à violência não está no combate exclusivo do agente delituoso, é preciso de uma política de segurança que cuide de forma mais ampla e integrada.

E aí, nós, mesmo com tudo isso, estamos vendo a apresentação de um pacote anticrime que endurece leis, que aumentará o encarceramento, mas que não diminuirá, como não diminuiu, a violência nem o sentimento de segurança da sociedade com outras leis que já endureceram penas e só aumentaram o encarceramento.

E o que é pior: 35% dos presos estão cumprindo pena provisoriamente; 20% dos presos estão lá sem terem nenhum apenamento; e 17% dos que ficam presos, esses 17% são inocentados. E, para combater a violência, a gente vê... E eu queria perguntar ao Ministro: se a gente sabe que, com o Estatuto do Desarmamento, o homicídio por arma de fogo diminuiu, como justificar, no País que mais mata, como justificar a posse de armas? Como justificar? Como justificar um debate como este, e não haver nenhuma vírgula sobre o combate àquilo que é a máfia do Brasil, que são as milícias armadas nos grandes centros urbanos? Porque a máfia brasileira hoje não está no tráfico de drogas, como as pessoas pensam somente; está no tráfico de drogas, mas está nas milícias...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... que controlam territórios inteiros – concluindo –, que controlam territórios inteiros, que cobram pedágio para as pessoas viverem no Território e no Estado brasileiro.

Então, eu queria perguntar ao Ministro. Que equação essa? O que fazer? O que fazer para a gente, de fato, ter uma política de segurança pública? Porque o que nós estamos vendo aqui não é uma política que vá mudar a realidade nem a segurança dos brasileiros.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço ao Senador Rogério.

Esta Presidência esclarece que vai dar já o tempo total do Ministro de até 20 minutos para poder responder aos quatro. Quando eu digo até, é óbvio que o Ministro tem o tempo, provavelmente vai ser objetivo. Nós temos 35 inscritos, e o Ministro sabe disso. Ele sabe que o tempo regimental é de 20 minutos, mas já existe um acordo aqui de que ele será célere, até porque nós teríamos direito à réplica. Já está conversado com o Ministro; fique tranquilo, nós já conversamos a respeito. Então, nós vamos dar a palavra. Ele vai responder aos quatro membros. Em seguida, eu pergunto se há alguma réplica na ordem de inscrição.

Então, com a palavra o Ministro Sergio Moro para esclarecer...

(*Interrupção do som.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – A réplica vai depender do que ele disser.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. *Fora do microfone*.) – Sim, claro. Por isso mesmo.

O SR. SERGIO FERNANDO MORO – Obrigado.

As perguntas do Senador Lasier Martins. Bem, há uma prioridade, de fato, da nova previdência, existe uma intenção do Governo de tornar as regras mais iguais. Além disso, há um problema fiscal que não é desconhecido. E Governo e Congresso precisam se unir em torno dessa pauta, é uma pauta fundamental para o País.

Mas o que eu tenho argumentado é que essa questão da segurança pública – e nessa linha se insere o projeto – também é extremamente relevante. O desejo do Governo e o meu é de que isso seja aprovado o quanto antes. Claro que isso está sendo conversado com a Câmara, com o Presidente, Rodrigo Maia. Houve ali uma troca de palavras ásperas, mas isso é algo absolutamente contornável. Nós temos que dialogar, e resolver esses problemas, e decidir da melhor forma o que é melhor para o País. Então, não temos nenhuma intenção de prolongar esse desentendimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A diferença entre... O projeto do Ministro Alexandre de Moraes é um bom projeto. Não tem nenhum problema ele ser também votado e deliberado, ainda que seja em conjunto. Há alguns pontos comuns, mas qualquer comparação até dos dois textos vai verificar que, apesar de algumas convergências, que eu nunca, aliás, neguei, o meu projeto é um pouco mais amplo, tem medidas diferentes, por exemplo: a execução em segunda instância, a execução dos vereditos do tribunal do júri, a escuta ambiental, os bancos de dados que estão sendo criados, a figura do *whistleblower*. Então, é um projeto mais abrangente.

No projeto do Ministro Alexandre há algumas medidas também que não estão no meu, mas aí vale aquela velha história, aquele velho ditado: não importa a cor do gato, importa que ele pega o rato. Se a legislação é boa, não importa quem é o autor, vamos aprová-los. Não tenho nenhum problema em relação a isso, certo? Inclusive, eu conversei com o Ministro Alexandre. Nós podemos resolver sem maiores dificuldades. Mas os projetos são diferentes, embora haja pontos de convergência.

A questão da segunda instância. O Supremo decidiu quatro vezes que a execução em segunda instância era consistente com a Constituição. Eu acho importante. Nós não podemos ter uma Justiça que funcione se nós não tivermos uma aplicação da lei em tempo razoável. Se nós vamos pegar o precedente anterior do Supremo, em que ele mudou a jurisprudência, dizendo que tinha que esperar o trânsito em julgado, o que nós temos é: uma pessoa que tentou a prática de homicídio qualificado foi condenada em tribunal do júri, foi condenada em segunda instância; o tribunal – no caso, o Tribunal de Justiça de Porto Alegre – mandou executar a pena; e o Supremo reviu a jurisprudência: "tem que esperar o trânsito em julgado". Isso foi no Habeas Corpus 84.078. Só veio a rever essa jurisprudência – esse julgamento eu acho que foi em 2008 – em 2016. O que aconteceu com aquela pessoa? Houve recurso aos tribunais superiores, não foi julgado a tempo, e houve reconhecimento da prescrição.

Então, embora nós falemos da execução em segunda instância muitas vezes pensando em crimes de colarinho branco, crimes de corrupção, veja, aqui nós estamos falando de uma tentativa de homicídio qualificado. O problema é: não adianta nada nós mexermos na lei, termos melhores métodos de investigação, termos penas mais rigorosas para a criminalidade grave se, na hora da aplicação da justiça, a Justiça não é eficiente. Então, é absolutamente necessário. Eu tenho a expectativa, com todo o respeito ao Supremo Tribunal Federal, de que vai ser mantido o precedente.

E o que fez o Governo? Apresentou um projeto e disse claramente: a posição do Governo é pela manutenção da segunda instância. É importante que o Governo sinalize isso à população. É importante que o Governo assuma essa liderança. E, apresentando-se isso ao Congresso, também o Congresso tem essa oportunidade de liderar essa mudança para um sistema de justiça mais eficiente.

A presunção de inocência não é violada. Nos Estados Unidos e na França, a execução começa a partir da primeira instância, porque se tem lá presente que o que é necessário é prova categórica para a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

condenação; isso não tem a ver, necessariamente, com efeito de recurso. E, veja, são os países que construíram, dos dois lados do Atlântico, o princípio da presunção de inocência.

Na questão da integração, existe esse caso que vai ser julgado no Supremo. Particularmente, o que eu disse anteriormente é que o compartilhamento de informações – com protocolos, com cuidado, também evitando-se vazamentos, também evitando-se que essas informações sejam utilizadas de uma maneira inapropriada – é importante. Por exemplo, naquela ideia de se criar um escritório de fusão de operações em Foz do Iguaçu para tratar do problema de fronteira, a Receita Federal terá de estar presente. Terão de ser construídos protocolos ali dentro para saber exatamente o que pode ser compartilhado de informações da Receita para ações rápidas de fronteira com Polícia Federal ou com as demais agências de polícias ali presentes. Então, temos de esperar isso ser julgado no Supremo Tribunal Federal para saber qual é exatamente a compreensão, mas esse compartilhamento é relevante.

A questão do abuso de autoridade, por último. Nenhuma autoridade está acima da lei. Se houve abuso, se houve erros, também têm que ser punidos. Deve-se apenas analisar os termos da legislação.

Houve um debate em 2016, e eu até vim ao Senado. Foi um debate bastante produtivo ali no Plenário do Senado, em que eu externei a minha preocupação – na época, como juiz – de que o texto do projeto era muito largo e poder-se-ia criminalizar a decisão, por exemplo, judicial contrária a uma das partes que fosse eventualmente caracterizada como abusiva ou a ação do policial, mesmo sendo ela legítima. Nós temos uma lei de abuso de autoridade e pode-se reformá-la, mas vamos analisar os termos.

Do Senador Fabiano Contarato. Eu concordo. Um dos problemas do nosso sistema é que ele é profundamente desigual. O sistema de justiça não é apenas ineficiente; ele é desigual. Nós temos de nos preocupar não só com a criminalidade de rua, violenta, mas também com a criminalidade dita de colarinho branco.

Eu acho que houve avanços nos últimos quatro, cinco anos no Brasil. Em fóruns internacionais, eu tenho dito, com muita clareza, que poucos países fizeram o que o Brasil fez em avanços contra a impunidade da grande corrupção nos últimos cinco anos. Isso é visto, em geral, fora do País, com certa admiração, porque foi custoso, porque gerou instabilidade política, porque gerou também problemas. Não vieram só bônus; vieram também ônus. Mas, como disse, é aquilo que nós defendemos. Nós temos que buscar – vamos dizer – mais integridade na Administração Pública, na política... E aqui não há nenhuma crítica a ninguém, mas esse é o objetivo geral com o qual todos nós concordamos, porque isso vai trazer mais eficiência nas políticas públicas; isso vai dinamizar a nossa economia... Muitas vezes, esses crimes estão relacionados não só à Administração Pública, mas também a empresas buscando trapacear dentro do mercado, fugir da competição justa; e, por outro lado, o aspecto principal: renovar a confiança das pessoas no sistema democrático, que se baseia na ideia de que todos são iguais perante

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a lei. A lei tem que proteger o vulnerável, mas tem também que se aplicar ao poderoso, quando ele desvia a sua conduta.

O projeto vai nesta linha de tentar aumentar – vamos dizer – o padrão de integridade da nossa legislação.

A questão do 395 é uma preocupação válida de V. Exa. A *plea bargaining*, esses acordos penais, podem ter um efeito colateral negativo de alguém confessar injustamente um crime para evitar uma pena maior. Essa é uma crítica muito comum nos Estados Unidos. Mas veja que a perspectiva do erro judiciário também existe no sistema convencional, alguém ser condenado injustamente mesmo sem acordo. Então, o sistema de acordo tem seus problemas, mas também o sistema convencional.

O que nós fizemos foi, no art. 395-A, estabelecer que esse acordo só se dá após o recebimento da denúncia – ou seja, há um crivo do juiz quanto à presença de justa causa – e que o juiz tenha um controle maior do que tem nos Estados Unidos, podendo negar a homologação do acordo se houver desproporcionalidade das penas ou se faltar um substrato probatório. A ideia é o juiz ter um papel maior de verificação da integridade desses acordos para evitar essas situações com as quais V. Exa. está preocupado, muito corretamente.

Sobre a questão do caixa 2, o Governo Federal apresentou – e nenhum outro fez antes – um projeto de lei criminalizando de maneira adequada essa conduta, baseado no modelo da Transparência Internacional. Nenhum Governo fez isso antes. Então, isso mostra qual é a posição do Governo em relação a essa matéria. E nós lá... Como Ministro da Justiça, eu posso dizer com muita sinceridade aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras que vou trabalhar para que o projeto seja aprovado. Entretanto, houve alguma reclamação de essa criminalização ser tratada juntamente com o crime organizado, por exemplo. Atentos a essa sensibilidade, nós concordamos em separar, mas isso não muda a iniciativa – que é o fundamental – de apresentar a proposição e trabalhar para que essa proposição seja aprovada.

Eu nunca minimizei a gravidade do caixa 2. Eu só disse: "Olha, é um crime diferente de corrupção". A corrupção tem a contrapartida; um agente público que vende uma facilidade em troca de uma vantagem indevida. É mais grave, de fato, que alguém receba recursos eleitorais não declarados, o que não significa que essa segunda conduta também não seja grave. É grave, mas há diferentes níveis. No fundo é uma estratégia que visa à aprovação dos dois. E o que é importante... Eu gosto muito daquela frase: "O que você defende?" O que a gente defende é que essa conduta seja adequadamente criminalizada.

Senador Esperidião Amin, existe uma série de projetos que nós não relacionamos aqui pela questão do tempo. Nós focalizamos alguns projetos, mas existe um projeto em andamento de *big data*, inteligência artificial dentro do Ministério da Justiça e Segurança Pública cujo objetivo é exatamente de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

buscar a comunicação e a interoperabilidade entre as diversas bases de dados disponíveis dentro do Ministério. E, além disso, um programa de inteligência para se trabalhar com esses dados.

O que nós observamos quando assumimos? Que vários setores do Ministério estavam trabalhando com esses programas com a intenção de criar sistemas de *big data.*

Pois bem, o que nós devemos fazer? Já que é um único Ministério, vamos ter uma iniciativa conjunta nessa área. O nosso objetivo é, na medida do possível, no futuro, compartilhar esse sistema para ele ser utilizado pelas forças de segurança estudais ou distrital, para esses bancos de dados poderem ser acessados. É claro que aí nós temos novamente de definir protocolos de segurança para essa informação. A própria iniciativa de criar esses Centros de Fusão visa exatamente a essa integração, porque não adianta também haver inteligência e um sistema que processa esses dados sem haver os bancos de dados. Então, estamos muito envolvidos nessa área específica.

Estamos preocupados com as questões das comunicações telemáticas criptografadas. Recentemente, até participamos de um evento conjunto com polícias do mundo inteiro, que foi realizado no Ministério. O evento foi chamado de Going Dark, que trata exatamente das dificuldades enfrentadas pelas diversas forças de segurança não só no Brasil, mas no mundo, inclusive nos Estados Unidos – eles têm recursos tecnológicos maiores que os nossos, mas eles também têm dificuldades para acessar esses mecanismos de comunicação criptografada. Esse evento, a gente o chamava pelo sugestivo nome de Going Dark. Nós estamos trabalhando esses temas.

Tivemos reuniões em Davos com diretores de algumas dessas empresas de tecnologia para discutir esse problema da dificuldade em acompanhar... É claro que nós não podemos devassar a esfera privada do cidadão, que tem que ser protegido da intromissão indevida do Estado. No entanto, quando há uma investigação criminal com causa provável, quando é um crime, vamos dizer assim, dentro de um catálogo sério, como, por exemplo, um sequestro, é importante que os agentes policiais, com as devidas autorizações legais e judiciais, possam ter acesso a essas bases de dados.

Nós temos um projeto também de que não tratei aqui e que nós chamamos, não de maneira jocosa, mas de maneira ilustrativa, de projeto séptico, para tratar do problema da corrupção em sistemas de controle na esfera policial. A grande maioria dos policiais, quase a totalidade, é honesta e cumpre, com muito sacrifício, as suas funções. Acho até que a profissão deveria ser mais valorizada no Brasil. Nós assistimos... É muito comum nos Estados Unidos eles serem tratados até com reverência; enquanto isso, no Brasil, são muitas vezes desqualificados esses profissionais, no sentido de não serem valorizados como deveriam ser pela comunidade. Mas existem aqueles que se desviam, como em toda corporação, como na Justiça, como na política, como no Executivo.

Nós precisamos tratar do problema da corrupção nas polícias. Nós não temos, porém, ainda um diagnóstico no Ministério. Não é que nós não o temos, mas é que não se tem, não se tinha um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

diagnóstico. Mas nós queremos construir um diagnóstico do que existe em matéria de controle interno e de correição nas polícias estaduais e nas polícias federais, para que nós possamos estudar esses modelos e buscar o seu aprimoramento. Há um assessor em um cargo elevado que foi nomeado com esse objetivo específico. Ele não vai fazer mais nada; a importância da função dele é fazer isso. Assim também se dá na questão do *big data*: eu tenho um assessor direto do Ministro, e a função específica dele é tratar dessa área da tecnologia, porque nós sabemos que isso é importante, é relevante.

O bloqueio de celular. Nós criamos um grupo de trabalho, Senador – eu não posso dar respostas definitivas –, para estudar as melhores estratégias para resolver esse problema. O bloqueio do celular pelas operadoras pode ser que seja a melhor alternativa. Nós não podemos afirmar isso com certeza. Normalmente, colocam alguns empecilhos tecnológicos que acabam afetando determinadas áreas; e eventualmente podem ter alternativas menos dispendiosas.

Nós não temos celulares nos presídios federais. Há um controle rigoroso da entrada. Então, talvez haja soluções menos custosas. Enfim, nós criamos um grupo de trabalho dentro do Ministério para em um prazo não muito longo nos apresentarem um diagnóstico do que tem funcionado e do que não tem funcionado, e as melhores alternativas nessa área.

Para a separação de criminoso organizado e os outros, vamos destacar aqui que dentro do projeto de lei existe uma previsão, que eu acho muito importante, que diz o seguinte, que se você é condenado por organização criminosa violenta, armada, e se você se mantém vinculado a essa organização, você não progride de regime de cumprimento de pena.

A ideia aqui é mandar uma mensagem clara de que a escolha em permanecer faccionado após uma condenação criminal tem uma consequência óbvia: você não tem benefícios prisionais. Qual é a ideia? Não é permanecerem essas pessoas mais presas durante a maior parte do tempo, mas, sim, mandar um alerta: olha, você tem de fazer uma escolha. Se você quer benefícios, a gente não quer, por outro lado, soltar prematuramente um soldado do crime organizado.

(*Soa a campainha.*)

O SR. SERGIO FERNANDO MORO – Rapidamente aqui.

A questão do Senador Rogério Carvalho.

Concordo em parte com as suas colocações, Senador. Acho que falta muito o problema da aplicação. Talvez a grande falha das nossas alterações legislativas pretéritas... Há alterações pretéritas muito boas, mas o problema é de aplicação. E aí vem na esteira do que nós falamos sobre o projeto: trazer mecanismos de investigação eficazes e por outro lado cuidar de pontos de estrangulamento da legislação processual. De fato, não adianta nada elevar penas quando o processo não chega ao fim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, precisamos ter um processo penal que funcione. O projeto cuida diretamente disso em crimes julgados pelo júri e no caso da execução em segunda instância.

Por outro lado, não se ignora que muitas vezes situações de degradação social e econômica podem – vamos dizer assim – fornecer ambientes propícios à violência. Nisso entra a nossa proposição do projeto de redução da criminalidade em áreas de grande violência, em que nós queremos ter uma ação concertada, nesses cinco Municípios como projeto-piloto, de ações de forças de segurança juntamente com ações de cunho social e urbanístico. Acho que uma ação integrada pode apresentar excelentes resultados. Também em experiências do exterior e mesmo aqui, locais, isso se observou.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Sr. Ministro.

Antes de passar à réplica, eu gostaria apenas de um esclarecimento. Aí à deliberação do Plenário que como sempre é soberano. Nós temos 30 senhores... Para ser exata, 29. Vamos arredondar para 30 oradores inscritos.

Eu disse que, antes da réplica, eu gostaria apenas de fazer uma intervenção, porque há uma sinalização de alguns colegas aqui para mim, não no microfone, mas foram...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Esse primeiro bloco já levou 40 minutos. Temos mais...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – É... Um deles é o Líder, aqui, do Governo.

Nós temos... Antes de passar à réplica: nós temos aqui 29 oradores inscritos. Arredondando, são 30. Numa média de cinco minutos, sem réplica, só de perguntas, são duas horas. Teríamos, em princípio, o mesmo tempo para o Ministro: mais duras horas. Seriam quatro horas, fora as réplicas.

Então, só justificando: foram apenas quatro Senadores, mas foram feitas quase 15 perguntas. Eu não tenho como não dar no mínimo um minuto para cada resposta do Ministro. Então, nós podemos entrar aqui num acordo: depois das réplicas, os demais Senadores têm o tempo de cinco minutos – é direito constitucional –, mas, às vezes, limitariam as perguntas, para que o Ministro possa ser mais célere. O Ministro seria mais rápido. Nós, Senadores, teríamos o nosso tempo, mas o Ministro seria mais conciso nas suas respostas.

Para isso, eu pediria a gentileza dos colegas: se puderem, aí, nas perguntas que forem repetitivas, não as fazerem, e focar em perguntas mais específicas, do interesse de cada um.

Aqui estou atendendo à demanda e à solicitação de vários Senadores que estão aqui dentro do processo...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – A sugestão, Presidenta, se a senhora me permitir – com a concordância, é claro, do Plenário –, é que se reduza o tempo das perguntas, porque, aí, se restringiria a uma ou duas. Então, em vez de serem cinco minutos, seriam três minutos, e o Ministro teria dez para responder a cada bloco.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – É, a cada bloco o Ministro responderia a dez, é com isso que nós estamos concordando aqui. Eu só não posso restringir o tempo de fala dos Senadores, apenas fazer um apelo para que falem o que quiserem, no tempo de cinco minutos, mas restrinjam as perguntas. Com isso, eu tenho certeza de que nós seremos mais rápidos.

E também as réplicas, apenas naquilo, realmente, de forma muito objetiva, que não foi atendido na fala com o Ministro.

Com a palavra, pela ordem, Senador Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – É mais do que objetivo.

Tanto o Senador Rogério... (*Fora do microfone.*)

... quanto eu falamos sobre a população carcerária sem julgamento. Ele até foi muito mais preciso do que eu. Eu falei entre 30 e 40%. Ele falou: "35%".

Isso exige uma medida de tratamento diferenciado, porque nós não vamos construir um terço ou 40% de vagas num período de quatro anos. Então, qual é a providência cabível para isso?

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Senador Amin, apenas para esclarecimento, só estou aqui levando em consideração uma questão procedimental. De forma alguma estamos entrando no mérito da fala nem das perguntas dos colegas. Apenas a título de esclarecimento.

Vamos, portanto, às réplicas, na ordem...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O tópico...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sim.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Só um tópico que não foi abordado.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Na réplica, agora, já que o Senador Amin já fez uma solicitação, Senador Lasier, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com objetividade.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS. Para interpelar Ministro.) – Já percebemos que o Ministro é bastante objetivo nas suas respostas. Isso facilita.

Ministro Sergio Moro, eu gostaria que V. Exa. completasse respostas com relação à minha primeira pergunta, em dois itens: um se chama corrupção e o outro significa demora.

Com relação à corrupção, há uma cogitação, veiculada pela imprensa, de que alguns Deputados estariam solicitando que V. Exa. retirasse da urgência do debate o item da corrupção, para agir mais rápido com a discussão do projeto do anticrime.

V. Exa. aceitaria retirar exatamente aquela grande causa da sua gestão como magistrado, que foi o combate à corrupção?

E com relação à demora: já que há argumentos de que é impossível simultaneamente a Câmara discutir a previdência e o anticrime.

Uma colega nossa do Senado, Eliziane Gama, segundo a imprensa...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – ... cogitou fazer um acordo com a Câmara, seria regimentalmente possível a Câmara debater lá a previdência e nós aqui no Senado, nesta primeira metade do ano, debateríamos o anticrime. Se isso é possível e se V. Exa. teria interesse nesta solução.

Era isso.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – O Senador Amin também já fez a sua réplica. Não temos mais réplicas...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - RJ) – Só uma questão de ordem, Presidente, rapidamente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Assim que o Ministro... Pode ser, Senador Flávio? Assim que o Ministro responder a esta seção. Nós pediríamos, se puder, em dois ou três minutos responder às duas réplicas, por favor, Ministro.

O SR. SERGIO FERNANDO MORO – Senador Lasier – até peço desculpas aos demais, porque são várias perguntas e às vezes a gente perde algumas anotações –, nenhum Deputado ou Deputada me solicitou a retirada das provisões da corrupção do projeto. Eu – particularmente, se houvesse uma solicitação dessa espécie– jamais concordaria. Acho que os três temas estão relacionados, aí eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

preferiria tirar o projeto. Eu acho que, enfim, é preciso dar uma resposta aos anseios da sociedade em relação a esses três problemas em conjunto.

A questão da demora. Olha, o desejo do Governo – e o meu é particular – é de que seja isso deliberado o quanto antes, votado, aprimorado pela Câmara. Houve opção por um procedimento pelo Presidente Rodrigo Maia, se o Senado construir, juntamente com a Câmera com o aval do Presidente Rodrigo Maia, um procedimento diferenciado, evidentemente eu não teria nada a opor em relação a isso. Mas se tem que tomar toda aquela cautela para evitar ruídos desnecessários nesse procedimento.

A questão do Senador Esperidião Amin. As estatísticas não são muito boas no Brasil em matéria da população prisional. Muitas vezes se tem essa informação do preso provisório, mas não se tem corretamente como saber se é um preso provisório sem condenação transitada em julgado ou se ele já tem alguma condenação. A resposta mais simples seria, vamos dizer assim, soltar quem não foi julgado em um determinado período de tempo. Mas isso já é jurisprudência das cortes de Justiça. Então, isso cabe às cortes de Justiça avaliarem.

(*Soa a campainha.*)

O SR. SERGIO FERNANDO MORO – O que acontece muitas vezes são prisões preventivas por crimes graves e que, embora o julgamento demore, os tribunais não se sentem à vontade para colocar pessoas às vezes acusadas de crimes graves em liberdade. Em geral, o que eu vejo dos juízes – claro que há casos mais ou menos patológicos de excessos, por exemplo, decretou a prisão preventiva de alguém responsável por um pequeno furto –, a grande regra, a regra geral é que essas prisões por crimes pequenos não são tão comuns. Em geral, as prisões preventivas os juízes reservam para aquela criminalidade mais grave. Eu acho que não resolve o problema a simples colocação delas em liberdade. Então, tem-se que acelerar os julgamentos para evitar a prisão em excesso, e, por outro lado, nós temos realmente que enfrentar a necessidade de ampliação das vagas dentro do sistema prisional.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Pergunto se há alguma tréplica. (*Pausa.*)

Muito obrigada.

Passando ao segundo bloco, na ordem, Senador Marcos do Val, Eliziane Gama, Humberto Costa e Mecias de Jesus.

Com a palavra, Senador...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - RJ) – Presidente, só uma questão de ordem rapidamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Ah, desculpe-me!

Com a palavra, para questão de ordem.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - RJ. Para questão de ordem.) – É para uma questão procedimental.

Bom dia!

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Bom dia!

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - RJ) – É óbvio, com a concordância da maioria, o procedimento de botar uma réplica vai ficar extremamente maçante, na verdade, está abrindo outro turno para novas perguntas. Eu acho que, com tantos Senadores inscritos, dificilmente alguma questão não vai ser aprofundada, caso tenha ficado alguma dúvida em relação à pergunta anterior. Se V. Exa. puder submeter ao Plenário... Porque vai ficar muito maçante. Imagine o 29º, quando for falar, já estará na hora do Plenário.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu perguntaria aos membros se concordam com que a réplica servisse apenas em 30 segundos para algum esclarecimento, caso o Ministro não tenha sido completo na sua resposta. Podemos proceder desta forma, como sugestão na questão de ordem do Senador Flávio Bolsonaro? (*Pausa.*)

Não havendo, portanto, objeção, está aprovado este procedimento: a réplica, portanto, será de 30 segundos apenas e no caso em que o Senador não se sentir completo na resposta dada pelo Ministro.

Com a palavra o Senador Marcos do Val, por cinco minutos.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - ES. Para interpelar Ministro.) – Bom, obrigada, Presidente, pela oportunidade.

Também dou os parabéns para o Sergio Moro, Ministro, por abrir mão da carreira de muito tempo, de notoriedade para estar aqui nessa função.

Bom, vou me apresentar rapidamente. Sou Senador pelo Espírito Santo. É a minha primeira experiência no mundo legislativo. Tenho 20 anos de carreira e, nesses 20 anos, dando aula para policiais no Brasil, nos Estado Unidos e na Europa, entre esses policiais, a polícia da Swat, que é a unidade de elite americana; o grupo antiterror da Nasa; e a segurança do Papa no Vaticano. Com essa experiência profissional que os capixabas me colocaram aqui para representar o Estado no Senado.

Bom, eu queria só colocar algumas... quebrar alguns tabus. A gente sempre fala no Brasil que quanto mais escolas são construídas, menos presídios são necessários. Eu queria só colocar isto: isso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não é uma verdade, porque nós temos como exemplo aí os Estados Unidos, em que estou há 20 anos, e nós temos lá escola para todo mundo, não falta escola para ninguém; nós temos trabalho para todo mundo, até quem está ilegal tem emprego nos Estados Unidos; e temos a maior população carcerária do Planeta.

Então, nós temos que quebrar esse tabu no Brasil, porque o Executivo acredita que, se construir presídios, novas celas, terá sido incompetente na geração de empregos e na abertura de escolas. Nós temos, na sociedade brasileira, que acabar com esse tabu, porque uma coisa não é ligada a outra. Em relação a quem decide cometer crime, uma porcentagem muito pequena foi por falta de oportunidade, a grande maioria é por que quis os caminhos mais fáceis. Então, esse é o primeiro tabu.

Segundo. Sobre a posse de armas. Eu queria fazer um desafio aqui para aqueles que discordam da posse de armas, para que pudessem botar na frente da sua casa uma placa escrito: "Aqui, nós somos contra a posse de armas". Porque, na minha casa, há uma placa escrito: "Aqui nós possuímos armas e somos capacitados a utilizá-las". E eu queria colocar, só para vocês poderem entender: o assaltante, o criminoso, quando passar pela minha casa e passar pela casa do vizinho que colocou a placa lá de que é contra a arma, com toda a certeza, eu não precisaria nem responder para vocês, ele irá optar por invadir a casa de quem estiver desarmado, e não a casa de quem estiver armado.

A pergunta clara que nós poderíamos fazer é que, dentro desta sala, se todo mundo estiver aqui armado, e, na sala do lado, tudo mundo estiver desarmado: o criminoso vai escolher qual sala para invadir? Então, a posse de armas é nosso direito de proteção da nossa vida e da vida da nossa família, assim como é exigido que haja um extintor de incêndio nas nossas residências, porque não há como existir um corpo de bombeiro, um bombeiro militar em todas as portas das casas no Brasil. Esse é um ponto.

O outro. Eu queria colocar o seguinte fato, Ministro: nós temos aí essa questão da corrupção, da prisão em segunda instância. Como o senhor falou, nos Estados Unidos, ele já é preso na primeira instância.

O que me preocupa é que muitos Parlamentares – não digo muitos, mas há uma quantidade expressiva de Parlamentares que já foram acusados e estão na segunda instância. Como o senhor pretende, qual é a estratégia do Governo em fazer com que isso seja votado aqui para que a gente possa, então, ter uma Justiça igualitária para todos? Porque, infelizmente, dentro dos que estão aqui para votar a favor disso, nós temos uma quantidade que está já condenada em segunda instância. Então, eu queria saber o que o Executivo, o que o Governo pretende fazer para que a gente possa ajudar – nós os novos, que estamos chegando e que queremos fazer nesta Casa e nesta política uma nova forma, contribuindo para o brasileiro, que tanto está desejando essa questão da preservação da vida.

Basicamente, era isso que eu gostaria de falar para não estender as perguntas...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - ES) – ... e dizer aqui da minha admiração pelo seu trabalho e por tudo que V. Exa. tem feito.

Obrigado, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Senador Marcos, inclusive por colaborar com o tempo.

Senadora Eliziane.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA. Para interpelar Ministro.) – Sra. Presidente, Sr. Ministro da Justiça, Moro, inicialmente, eu queria cumprimentá-lo e dizer da minha satisfação em estar aqui com o senhor e trazer, logo de início, Ministro, a temática que foi colocada pelo Senador Lasier, na tréplica, a que V. Exa. acabou não respondendo, que é referente a um pleito que nós levantamos acerca do debate do pacote anticrime pelo Senado.

Sem querer aqui entrar nos debates de mérito do ponto de vista político, nós sabemos que a questão da segurança pública é hoje uma necessidade nacional. Nós temos dois temas para o Brasil hoje que são a previdência e a segurança pública. E o seu projeto é extremamente importante. Eu tenho algumas reservas em relação a alguns pontos, mas entendo ser necessário que o Senado assuma esse debate. Nós já conversamos com alguns Senadores. Inclusive, hoje mesmo, já fizemos contato para que venhamos a aprofundar esse debate com a Câmara, a partir do seu Presidente, para que nós possamos apresentar o projeto, naturalmente como iniciativa daqui, mas levando em consideração todos os pontos da sua iniciativa, mesmo aqueles de que nós discordamos, e que, a partir deles, possamos abrir esse debate e evoluir para apresentar uma proposta para o País.

Eu queria saber de V. Exa. qual é o entendimento acerca disso e se seria uma alternativa importante para este momento, já que o Brasil tem pressa. O Brasil não pode perder tempo. Nós não podemos simplesmente ficar acompanhando mais dados e números apresentados por todos os órgãos nacionais no que se refere à questão do crime organizado, ao narcotráfico e à corrupção, sem darmos uma resposta à altura para a sociedade brasileira.

Ao mesmo tempo, eu queria aqui trazer dois pontos sobre os quais o PPS tem um entendimento divergente do ponto de vista formal, no que se refere à questão da aplicação da pena – digamos assim – ou do processo legislativo, que são referentes, Ministro, à questão da prisão em segunda instância. Nós, inclusive, na Câmara dos Deputados, através de um projeto de um colega do PPS, já apresentamos uma PEC que vem exatamente com o objetivo de restringir, por exemplo, o alcance do princípio da presunção da inocência, e deixa muito mais claro, porque, se nós tivermos, por exemplo, uma mudança do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

entendimento da Ministra Rosa Weber, nós teremos toda uma mudança no que se refere à decisão da Suprema Corte com relação ao assunto prisão em segunda instância.

No mesmo quesito também – e aí na mesma lógica, digamos assim –, nós temos o que vem no seu projeto de lei complementar que é referente à questão do encaminhamento dos crimes comuns para a Justiça comum, mesmo com alguma relação com crimes eleitorais. Nós apresentamos uma PEC aqui, no Senado, para dar muito mais clareza e evitar o que no meu entendimento é uma grave insegurança jurídica, se não tivermos clareza. E só teremos isso não como uma medida infraconstitucional, no nosso entendimento, mas com uma PEC, uma proposta de emenda à Constituição.

Outro ponto é referente à questão da legítima defesa. É um ponto de que eu, particularmente, divirjo. E me preocupa muito, no que se refere ao projeto, a questão, no meu entendimento, de uma posição muito mais ampla e superficial, que é a questão da violenta emoção. Isso me traz uma preocupação porque nós poderemos trazer de volta, ressuscitar o quesito da legítima defesa da honra, de que aliás muitas mulheres do Brasil acabam sendo vítimas, sobretudo quando temos hoje o debate da posse de arma, já assegurada por decisão presidencial, e evoluindo inclusive para o porte de arma.

Nós temos, por exemplo, dados do Estatuto do Desarmamento, que acabou reduzindo a quantidade de mortes por armas de fogo. Ou seja, se temos mais armas em casa, se temos mais armas em circulação, no meu entendimento, poderemos ter muito mais mortes com armas de fogo e numa situação como essa... Aliás, não é apenas para o agente policial, mas para todos.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Então, imagina... Eu particularmente sou contrária em relação ao policial que tem preparo para isso, imagina quem não tem preparo para questões dessa natureza.

Por fim, Ministro, é referente à questão do seu projeto. Eu não vi, por exemplo, preocupação no que se refere à questão da ressocialização. Já foi colocado aqui por vários colegas que temos uma população carcerária imensa no Brasil, que, a cada dia, aumenta. Inclusive, o Presidente chegou a colocar a possibilidade de construção de novos presídios.

A gente sabe que a ressocialização passa uma situação intersetorial, que envolve inclusive educação. Por exemplo, no meu Estado, o Governador fez várias interferências na área da educação, e tivemos uma redução drástica no que se refere à violência. São Luís, a capital do Maranhão, estava entre as 50 capitais mais violentas do mundo. Não está mais por conta dessa ação intersetorial. E não consegui ver isso, especificamente na prioridade orçamentária.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Já finalizando, Sr. Presidente, sem orçamento a gente não vai conseguir dar prioridade, sobretudo no combate às drogas e no envolvimento da nossa juventude, que hoje é a principal vítima das drogas no Brasil.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada.

Com a palavra o Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para interpelar Ministro.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, Sr. Ministro...

Deixe-me só pedir à moça que está na minha frente que me dê licença, para eu poder... Sem problema!

Sr. Ministro, eu quero primeiro falar sobre o Estatuto do Desarmamento. No Brasil, as estatísticas mostram que mais de 60 mil pessoas são vítimas de homicídio e mais de 70% desses homicídios são praticados com armas de fogo. O Governo que V. Exa. aqui representa baixou um decreto flexibilizando a posse de armas. Isso, no meu ponto de vista, tem uma contradição com o fato de que, após a implementação do Estatuto do Desarmamento, como disse a própria Senadora Eliziane, nós tivemos uma redução do número de mortes violentas no Brasil.

Eu quero, primeiro, perguntar a V. Exa. qual foi o estudo que embasou a decisão do Governo para flexibilizar o Estatuto do Desarmamento? Qual a evidência científica que o Governo apresenta de que essa flexibilização vai reduzir o número de homicídios por arma de fogo e também não aumentar o caso de feminicídios no nosso País?

Minha segunda pergunta diz respeito ao pacote anticrime, que, a meu ver, introduz novos tipos penais, promove o aumento de penas, dificulta a progressão de penas, ou seja, é um projeto que está diretamente vinculado a uma política de ampliação do encarceramento no País, que é hoje algo questionado. O Brasil tem a terceira população carcerária do mundo. Não seria o caso de incluir nesse projeto, pelo menos no que diz respeito à lei sobre drogas, uma clara definição de quantidades que possam caracterizar o traficante e o usuário? Com isso, nós reduziríamos o encarceramento no nosso País de pequenos aviões – eu nem diria aviões ou pequenos traficantes – ou de usuários, que é o que acontece hoje no nosso País.

Outro ponto relativo ao pacote anticrime é a licença para matar que o pacote dá quando fala de legítima defesa para o agente policial em situações em que há um iminente risco de conflito armado, como se ele tivesse a capacidade de adivinhar se vai haver ali um conflito armado ou não, ou, então, se ele for dominado por forte emoção. Isso vai contra, inclusive, o posicionamento do Conselho Nacional dos Chefes de Polícia Civil, do Conselho Superior de Justiça, de várias polícias que aboliram o termo e a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

prática do auto de resistência ou da resistência seguida de morte, o que, muitas vezes, abre espaço para que grupos de extermínio se escondam por trás desses argumentos para matar. Acho que esse pacote permite, dá essa licença para matar, num País onde temos a polícia que mais mata e que mais morre. Então, eu também questiono isso, se isso tem fundamento científico. Isso está embasado em quê?

(*Soa a campainha.*)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O terceiro ponto que eu ressalto é: V. Exa. fala muito que a corrupção é responsável por retirar bilhões de reais de recursos públicos, e isso é verdade. Mas não seria o caso de V. Exa. colocar no pacote também outro problema que retira muito mais recursos públicos do País, que é a sonegação? Tantos são os admiradores do Governo dos Estados Unidos neste Governo que poderiam, num pacote como esse, incluir a temática da sonegação, que retira duas vezes e meia o que a corrupção retira de recursos públicos!

Por último, eu queria perguntar a V. Exa.: o que é que justifica o Ministro da Justiça do Brasil e o Presidente da República fazerem, durante uma visita oficial aos Estados Unidos, uma visita à CIA, um órgão de espionagem...

(*Soa a campainha.*)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... responsável, em parte, pelo golpe de 1964 e, portanto, por outros golpes realizados no mundo?

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Senador.

O último deste bloco é o Senador Mecias de Jesus.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR. Para interpelar Ministro.) – Sra. Presidente Simone, Sr. Vice-Presidente Jorginho, Sr. Ministro Sergio Moro, caros colegas desta Comissão, amigos da imprensa.

Sra. Presidente, tendo em vista já o narrado aqui, de o tempo ser reduzido, eu quero falar de crime também, mas de um crime mais especificamente contra o meu Estado de Roraima, Ministro Sergio Moro. E vou fazer uma pergunta, mas ao mesmo tempo um pedido de ajuda a V. Exa., porque o art. 5º da Constituição Federal que fala do direito de ir e vir do povo brasileiro, de se locomover dentro do seu Estado, não é respeitado em Roraima. Nós temos uma corrente, lá no Município de Rorainópolis, no Jundiá, e quando se adentra a Reserva Indígena Waimiri-Atroari, essa corrente é fechada por um indígena às 18h e só reabre às 6h da manhã do dia seguinte, proibindo-se, ali naquela estrada, o único

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acesso que nós temos, no Estado de Roraima, via terrestre, a qualquer outro local do Brasil. É na BR-174, que liga Roraima ao Amazonas. Isso se dá todos os dias, de segunda a segunda, das 18h às 6h da manhã. Ficamos impossibilitados de entrar e sair.

Eu queria fazer a seguinte interrogação. A Polícia Rodoviária Federal é responsável pelo patrulhamento ostensivo das rodovias federais, cabendo a ela, segundo o Código de Trânsito Brasileiro, assegurar a livre circulação nas rodovias federais, art. 20 inciso VI. No meu Estado de Roraima, como já disse, vivemos situação peculiar da BR-174, que liga Boa Vista a Manaus. Em trecho que passa pela Reserva Indígena Waimiri-Atroari, a rodovia é fechada pelos índios diariamente, nos horários das 18h às 6h da manhã; somente é permitido o trânsito de ônibus e veículos autorizados pelo próprio indígena ali de plantão. Esse bloqueio, ao nosso ver, é absolutamente irregular, inclusive porque o decreto de demarcação da terra indígena excluiu dela a faixa de domínio da BR-174, o Decreto nº 97.837, de 1989.

Gostaria de perguntar a V. Exa. qual a diretriz de atuação da Polícia Rodoviária Federal em situações como essa, nas quais a rodovia federal atravessa reserva indígena, tendo em vista o direito de ir e vir de todos os cidadãos brasileiros e a competência da Polícia Rodoviária Federal de garantir a livre circulação nas rodovias?

Digo isso, Sr. Ministro, porque também não há nenhum ato a ser combatido juridicamente. Não há uma resolução, não há um decreto, não há uma lei que diga que aquela corrente tem que ser atravessada. Ou seja, nós estamos ali ao bel sabor de que às 18h um indígena vai lá e fecha uma corrente; e o povo de Roraima não pode mais sair de Roraima nem o povo do Amazonas pode sair do Amazonas no sentido de Roraima.

Isso também ao meu ver é crime. Sinto-me contemplado com as perguntas dos colegas Senadores, que as fizeram anteriormente, mas gostaria muito que V. Exa. se manifestasse nesse sentido.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Senador Mecias.

Com a palavra o Ministro. Vou, a princípio, dar um tempo de dez minutos; se houver necessidade de complementação, nós daremos o tempo necessário.

O SR. SERGIO FERNANDO MORO – Obrigado, Senadora.

Senador Marcos do Val, eu agradeço as considerações gentis. De fato, V. Exa. tem razão. Não existe uma correlação entre pobreza e crime. Nós temos aí inclusive o crime de colarinho branco, que é uma prova cabal de que não existe correlação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, eventualmente, áreas degradadas podem ser, vamos dizer, utilizadas por criminosos inescrupulosos. Isso facilita o domínio deles sobre essas áreas territoriais degradadas. Então, acho que é importante, muitas vezes, uma atuação conjunta de política social, urbanística, e política de segurança.

É um equívoco – não foi isso que V. Exa. disse, e concordo com V. Exa. – pensar, porém, que só políticas sociais e econômicas resolvem o problema. Não. É importante retirar criminosos de circulação. Que eles paguem pelos seus crimes. Quem são mais afetadas, inclusive, por esses criminosos, muitas vezes, são comunidades vulneráveis, às vezes os mais pobres ou os de mais baixa renda.

Quanto à questão da posse de armas – e aqui também adianto uma resposta a uma pergunta que foi feita pelo Senador Humberto Costa –, o Presidente Jair Bolsonaro foi eleito, e ele havia feito essa promessa de flexibilização do Estatuto do Desarmamento. Foi o resultado das eleições, e ele cumpre uma promessa presidencial.

Houve uma flexibilização por decreto bastante ponderada. Tanto, que isso levou a críticas tanto daqueles que eram favoráveis a uma flexibilização maior como daqueles que eram contrários a qualquer flexibilização.

Tratou-se apenas de posse de arma em residência e de posse de arma não de uso restrito, mas a posse de arma regular.

Então, não há um grande incremento na circulação de armas no País, mas houve um atendimento de anseios de pessoas que, muitas vezes, se sentem mais protegidas tendo a posse de uma arma de fogo em casa.

É uma posição razoável. Eu acho que tem que se respeitar a posição dessas pessoas, essas ansiedades. Ainda que muitos não queiram ter, alguns querem, muitos querem, e foi uma resposta a esse tipo de solicitação.

Quanto à estratégia de diálogo em segunda instância, a política, os Senadores e as Senadoras sabem muito melhor do que eu, é a arte do diálogo e da busca de consensos. O Governo vai dialogar, o Ministério da Justiça vai dialogar. Nós temos recebido frequentemente vários Parlamentares, nós temos conversado amplamente... Estamos absolutamente abertos a discutir essas questões.

O que eu acho é que a questão da segunda instância é um passo fundamental. Então, amanhã, um dos Srs. Senadores ou das Sras. Senadoras apresenta lá um projeto para elevação da pena do crime de pedofilia. Não adianta nada. Se o sistema não funcionar, não adianta nada. Aumenta a pena do crime de terrorismo. Não adianta nada. Se não resolver o ponto de estrangulamento, o que nós vamos ter é o que nós tivemos nos últimos anos: incremento de pena pontual na legislação material, sem que isso implique uma aplicação mais efetiva da lei penal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concordo absolutamente com aquele famoso filósofo italiano, muito citado na área criminal, que é o Beccaria, e o Beccaria diz que o mais eficiente é a certeza da punição. E o nosso sistema peca pela incerteza da punição, porque ele é manipulado por essas situações de pontos de estrangulamento.

Então, eu acho que os Parlamentares vão ser sensíveis a essas ponderações.

A Senadora Eliziane... Eu acho que eu tinha respondido ali. Não sei se eu fui muito claro. Mas, assim, a minha posição é que nós temos que respeitar a Câmara e o seu Presidente.

Se o Senado conseguir um o.k., podemos prosseguir aqui pelo Senado. Eu não tenho nenhuma objeção. A minha posição, em particular, é de que eu gostaria de vê-lo – como qualquer pessoa que apresenta um projeto ou como parte de um governo que apresenta um projeto – ser discutindo, debatido e, se possível, se convencidos os Parlamentares, aprovado o mais rápido possível, com aprimoramentos totais ou parciais. Mas eu acho que essa questão deveria ser levada, então, pelos Senadores ao Presidente da Câmara porque, aprovado aqui, ele tem que voltar para lá também, para não gerar nenhum estremecimento.

A questão do crime eleitoral, o crime comum.

Foi apresentado entre os projetos o PLP 38, de 2019, que resolve o problema: separa crime eleitoral do crime comum, para fins de processo e julgamento. Está na Câmara.

Eu acho que não é necessária uma emenda constitucional, porque o Supremo Tribunal Federal... Eu divergi respeitosamente do entendimento, mas é uma interpretação da lei, e não da Constituição. Então, basta a modificação da lei. E isso não tem nenhuma afronta ao Supremo. É uma possibilidade de o Congresso rever as decisões do Supremo, alterando uma lei que foi interpretada. Isso é algo absolutamente normal.

Eu não acho – aqui também me sirvo, para adiantar a resposta ao Senador Humberto Costa – que essas previsões relativas à legítima defesa representem qualquer espécie de um risco maior de se interpretar isso como uma licença para matar. São previsões muito específicas – eu sei que a Senadora não utilizou essas palavras, mas aproveitando para responder em conjunto. A situação do excesso surgiria apenas após caracterizada uma situação de legítima defesa. Essa figura de legítima defesa da honra é algo que não tem forma nem figura na nossa legislação. Não existe – embora tenha sido aventada no passado.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Eu coloquei apenas como um temor.

O SR. SERGIO FERNANDO MORO – Não, exatamente. Eu estou querendo explicar porque eu acho que não existe esse risco. Não existe uma possibilidade, por exemplo, de uma mulher ser morta pelo seu cônjuge baseado na violenta emoção e seja aplicável este dispositivo, porque não haveria uma situação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de legítima defesa. Ao contrário: o que poderia eventualmente acontecer é a mulher ser atacada pelo marido, e a mulher, reagindo eventualmente, cometer algum excesso e não vir a ser condenada como uma homicida, por conta de ter agido sob a questão da violenta emoção. Então, não é essa a intenção da legislação, pelo contrário.

Eu tenho sempre falado publicamente, muito claramente, que não é licença para matar. E, nas situações em que não houver legítima defesa e houver homicídios ou feminicídios, o que o projeto apresenta é o contrário, é o rigor. Nós queremos que a pena seja aplicada a partir do julgamento do Tribunal do Júri, além de incrementar os meios de investigação.

A questão da ressocialização.

Não está no projeto porque eu acho que não depende de lei. São políticas executivas.

Nesse projeto que nós temos, de redução da criminalidade em áreas violentas, uma das ideias, em especial, é nós trabalharmos esses projetos de ressocialização da população carcerária que exista no local ou, ainda que não haja presídios no local, que nós tenhamos programas de atendimento ao egresso. Acho importante, realmente, para que não exista volta ao sistema.

Do Senador Humberto Costa, aqui rapidamente, eu já adiantei algumas respostas.

Não há licença para matar. A questão do confronto.

Ninguém defende uma política de confronto. Não é essa a ideia da segurança pública, botar policiais e criminosos resolvendo conflitos a tiros. Agora, os conflitos podem ocorrer. Em eles ocorrendo, eles têm que ter um regramento jurídico adequado. Não acho que um policial, por exemplo, deve esperar levar um tiro de fuzil para daí poder começar a pensar em reagir. Então, o que se coloca como uma situação de iminente risco é a possibilidade...

(*Soa a campainha.*)

O SR. SERGIO FERNANDO MORO – ... de ele agir preventivamente, tanto para protegê-lo ou a um terceiro contra uma iminente agressão, mas, de nenhuma forma, ele provocar, ser um agente provocador dessas agressões, fora nessa situação de específico risco.

O projeto foca na criminalidade mais grave. Não é mera política de encarceramento.

A questão da CIA, falando muito rapidamente, foi para discutir... Eles têm informações de inteligência sobre, principalmente, questões relacionadas a terrorismo. Essa é uma preocupação mundial. É uma visita absolutamente normal, não existe nenhum problema em relação a isso.

A questão colocada pelo Senador...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador, não estou tão familiarizado em relação a esse problema. Parece-me que não é algo relacionado diretamente à minha pasta, porque imagino que exista alguma regra que impeça a utilização dessa via nesses horários específicos. Nós temos que identificar então, essa regra, se ela existe, qual é o órgão responsável e, eventualmente, buscar a modificação com negociação também com a população indígena, se essa é uma área de reserva indígena.

Compreendo a angústia de não poder utilizar essa rodovia nesses períodos, mas nós temos que identificar melhor, fazer um diagnóstico melhor do problema, para podemos encaminhar uma solução. Eu peço escusas, mas eu fico devendo uma resposta mais determinada.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Ministro.

Na ordem, pergunto se há réplica, lembrando que são apenas 30 segundos e para esclarecimento de questões que não foram completamente respondidas pelo Ministro.

Na ordem, então, Senador Marcos do Val.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - ES) – Obrigado.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Pode falar a ordem dos Senadores?

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - ES) – Eu vou, eu vou...

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Presidente, apenas um esclarecimento: a A ordem dos Senadores, apenas para nós nos programarmos...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sim. Posso só terminar, por favor?

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Perfeito.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Terminando as réplicas – eu acho que V. Exa. tem razão –, eu vou passar...

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Perfeito.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... à leitura da ordem.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Agradeço.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Assim que acabarem as réplicas. Por favor.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - ES) – Bom, é só para esclarecimento, até dando continuidade à fala do Ministro.

O desarmamento, no Brasil, só acabou tirando a arma do cidadão de bem; o criminoso continuou armado. Em nenhum lugar do mundo... Isso é uma utopia, achar que uma lei de desarmamento vai desarmar os criminosos. Isso esqueça, porque em nenhuma parte do mundo isso aconteceu. E o cidadão honesto armado, o cidadão de bem armado, é uma força aliada da polícia. Então, quando uma mulher ou até minha vizinha começar a ser agredida ou violentada pelo seu marido, eu estarei lá, intervindo a favor dela.

Então, vamos pensar que o cidadão de bem armado é quase uma porcentagem irrisória de pessoas que tinham a possibilidade, e a eles foi concedida a permissão de uso de arma de fogo, e se envolveram em crime. É quase zero essa estatística, e eu os desafio a buscarem aí, pelo Brasil, quem que teve a permissão de posse e porte e tenha se envolvido em crime.

Então, nós somos uma força aliada da polícia, a primeira intervenção para casos, principalmente, de agressão a mulheres.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Só completando: com a arma em casa, ao invés de o homem agredir, ele pode matar, vai ter o acesso mais próximo à arma.

E, Ministro, sobre a questão da ressocialização... Por exemplo, nós tivemos o Susp, em que tivemos uma série de alterações no fundo penitenciário, o não contingenciamento, o não remanejamento. Quando eu falo disso, é exatamente essa alteração específica do ponto de vista legal. Nós temos o fundo de políticas sobre drogas, em que há um endurecimento, um enrijecimento. A gente não consegue ter acesso ao recurso, porque os Estados acabam não tendo partilha também, sobretudo quando da realização dos leilões, por exemplo, de bens apreendidos de traficantes, por exemplo.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Então, é exatamente neste sentido: como ter acesso a esse recurso e como flexibilizar o acesso a esse recurso público, no que se refere à questão da política sobre drogas?

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Senador Humberto, 30 segundos, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O Ministro não comentou o ponto que eu falei da sonegação.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – E Senador Mecias... Réplica? (*Pausa.*)

Obrigada.

Ministro, se puder responder com muita objetividade, nós agradecemos.

O SR. SERGIO FERNANDO MORO – Perfeito.

A questão da arma, veja, o principal ponto ali foi a discussão do critério da necessidade. A lei estabelecia que só seria concedida a posse se houvesse a demonstração da necessidade, mas em nenhum lugar se falava o que que era necessidade. O que isso significava na prática? Que cabia ao agente policial de balcão decidir. Isso também deixava muita discricionariedade ao agente policial e o risco de um tratamento, vamos dizer assim, arbitrário, eventualmente, em relação a pleitos que tivessem similaridade. Então, o que nós eliminamos basicamente do decreto? Eliminamos não: nós colocamos o que se caracterizaria a necessidade a ser considerada na avaliação desse pedido, porque, realmente, é muito complicado. Mas, assim, quem tinha direito a ter posse antes continua tendo, e houve apenas um aclaramento dessa situação.

A questão do Funad... Nós devemos encaminhar uma medida provisória para acelerar a venda de bens, para incrementar os recursos. Nós também estamos prevendo critérios mais objetivos para repasse dessas verbas para os Estados, inclusive para os órgãos de investigação e repressão que se envolveram na apreensão daqueles bens. Pretendemos resolver isso com mais agilidade.

A questão da sonegação é algo que pode ser enfrentado a qualquer momento pelo Governo ou pelo Congresso. Não foi colocado no projeto porque nós estamos tratando de corrupção, crime organizado e crime violento, que já são, vamos dizer assim, problemas muito graves e que são, na nossa compreensão, os problemas principais que têm que ser enfrentados neste momento. Mas não há nenhum óbice de que isso venha a ser tratado separadamente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Ministro.

Passemos ao próximo bloco e, aqui já, de antemão, dizendo que, às vezes, vai haver uma alteração, porque o Senador que não estiver presente vai para o último local da fila, lembrando que, muitas vezes, o Senador não está presente porque está trabalhando em outras Comissões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, na ordem aqui agora – já tivemos dois titulares do bloco passado –, os próximos inscritos: Prof. Oriovisto, Prof. Angelo Coronel; em seguida, Fernando Bezerra, como suplente, e Jean Paul, como não membro.

O próximo bloco, voltando aos titulares, serão quatro titulares: Senadores Jorginho Mello, Veneziano Vital, Arolde e Elmano. Seria o terceiro bloco.

Em seguida, passemos novamente à ordem: o primeiro suplente, aqui, na ordem: Major Olimpio.

E o último inscrito, como não membro, Alvaro Dias.

Voltando para a ordem dos titulares, Alessandro e Selma.

Em seguida, mais quatro dos titulares: Anastasia, Eduardo Braga, Tasso Jereissati e Rodrigo Pacheco.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – V. Exa. seria o próximo bloco, Senadora Rose. Senadora Rose. Aí entraríamos na suplência: Senador Wellington... Voltando, Senadora Rose...

Como não há mais titular, aí segue toda a ordem dos suplentes: Leila, Marcio Bittar, Roberto Rocha, Rodrigo Cunha, Daniella, Flávio, Petecão, Randolfe. Isso, se não houver oradores titulares.

Eu pediria que pudéssemos já avançar, porque senão nós vamos perder ainda um pouquinho mais de tempo.

Lembrando que são quatro titulares, um suplente e um não membro. Quatro titulares, um suplente e um não membro foi o acordo unânime que tivemos, com 12 ou 13 Senadores que estavam aqui em plenário, antes de começarmos a reunião.

Com a palavra, portanto, pela ordem, Prof. Oriovisto, titular.

Por favor.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR. Pela ordem.) – Sra. Presidente, Sr. Ministro Sergio Moro, eu, antes de mais nada, quero dizer da minha enorme satisfação em estar aqui com o senhor hoje, dizer da admiração que, como brasileiro e como paranaense, tenho pelo seu trabalho e por todo o trabalho da Lava Jato.

É claro que, na nossa Constituição, está muito claro que a lei é para todos. Só que, até cinco anos atrás, nós tínhamos uma crença neste País de que aos poderosos, a eles, a lei não se aplicava. A Lava Jato, da qual o senhor faz parte – e não é o único responsável, por óbvio, mas teve um papel de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

destaque –, mostrou claramente a todos os brasileiros, que passaram realmente a acreditar, que a lei foi feita para todos. Isso foi uma conquista da Nação brasileira, que será eternamente grata ao trabalho de todos vocês.

Ministro, eu quero colaborar muito com o tempo e fazer uma única pergunta. A pergunta que eu quero fazer ao senhor diz respeito ao Poder Judiciário. Eu tenho que optar. Eu teria muitas perguntas a fazer, mas eu farei apenas uma.

Nós temos, no nosso Poder Judiciário, cerca de 18 mil juízes – magistrados estaduais, federais... Um número bastante grande. E nós temos para esses magistrados dois meses de férias por ano. Nós temos ainda os recessos, que são sabidos, do Poder Judiciário. E eu terei que relatar, daqui a alguns dias, aqui nesta CCJ, um projeto de lei que visa a estabelecer como 30 dias o tempo regular de férias para todos os funcionários públicos, indistintamente se é do Poder Judiciário ou não. Seria o máximo permitido.

Eu fiz uma conta muito simples e vejo que nós gastamos cerca de 90 bilhões por ano com o nosso Poder Judiciário. O Governo não tem recursos, e nós precisamos aumentar a produtividade desse sistema judiciário, porque uma Justiça que demora muito é uma injustiça. Nós precisamos de uma Justiça mais rápida.

Muita coisa pode ser feita para que a Justiça seja mais rápida e, talvez, uma delas seja suprimir um mês de férias de todos os magistrados.

Cada magistrado julga, por ano, alguma coisa como 1.194 processos; e, por mês, se dividirmos isso aí por 12, vai dar alguma coisa muito próxima de cem processos por mês. Se colocarmos aí 18 mil juízes, estaríamos falando em julgar alguma coisa como 1,8 milhão processos a mais por ano.

Este é um ponto que eu gostaria que o senhor me esclarecesse.

Que outras medidas, além dessa, poderemos tomar para que a nossa Justiça seja mais rápida, seja mais eficiente? Nós, que somos funcionários do povo – eu sou funcionário do povo, o senhor é funcionário do povo, o Presidente da Câmara é funcionário do povo, o Presidente da República é funcionário do povo... É com essa humildade de funcionário que eu pergunto a outro funcionário: como é que, juntos, nós podemos trabalhar, para que a nossa Justiça seja mais efetiva, mais rápida?

É isso, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Prof. Oriovisto, principalmente, por democratizar o seu tempo, que foi o mais breve.

Senador Angelo Coronel, pelo tempo de cinco minutos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA. Para interpelar Ministro.) – Eu queria cumprimentar nossa Presidenta, grande Senadora Simone, cumprimentar todos os colegas Senadores e Senadoras, o Ministro Sergio Moro...

E queria, Ministro, fazer uma pergunta simples, mas que eu acho... Não sei se já foi feita pelos colegas: por qual motivo, ao longo da implantação da Operação Lava Jato, em vários Estados, muitas vezes, quando se vai prender alguém às 6h da manhã, há casos em que a mídia já está na porta bem antes? Existe alguma determinação do juízo de informar à mídia, para dar essa cobertura das prisões? Ou, caso não haja, como é que vaza essa informação tão rápido, que, muitas vezes, a mídia chega antes da Polícia Federal?

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Senador Angelo Coronel, pela objetividade.

Com a palavra, na ordem de inscrição, Senador Fernando Bezerra, como suplente.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Para interpelar Ministro.) – Sra. Presidente, meu prezado Ministro da Justiça, Sergio Moro... Quero, inicialmente, cumprimentá-lo pela belíssima exposição, objetiva, procurando aqui trazer as políticas prioritárias do Ministério da Justiça e Segurança Pública, bem como os esclarecimentos e informações a respeito do "pacote Moro", o pacote de leis de combate ao crime organizado e combate à corrupção.

Eu queria, inicialmente, apenas esclarecer ao Senador Humberto Costa que o Governo do Presidente Bolsonaro tem compromisso, sim, com o combate à sonegação. Inclusive, encaminhou já, no início deste exercício, uma medida provisória específica para combater a sonegação e o desvio de recursos no âmbito da Previdência Social brasileira. E muitas outras matérias também estão sendo programadas no âmbito da Secretaria da Receita Federal, para que se possa, de fato, coibir o crime de sonegação.

Mas eu quero trazer aqui uma pergunta, que é mais uma sugestão do que uma pergunta, porque eu entendo que o aprimoramento da legislação certamente poderá produzir resultados ainda melhores, mas me preocupa, Sr. Ministro, a questão da disponibilidade orçamentária de recursos, para que se possa colocar de pé uma eficiente política de segurança pública, sobretudo com a chegada de V. Exa., pela expectativa e esperança que desperta, na sociedade brasileira, de que a gente possa ter resultados alvissareiros, nos próximos anos, com a chegada de V. Exa. ao Ministério da Justiça. Eu sei que o nosso Governo herdou um orçamento votado o ano passado e que, portanto, V. Exa. não tem muito espaço para fazer incrementos ou ampliações de recursos para investimentos. Além disso, nós temos que conviver com o teto do gasto público. Mas eu queria aqui lembrá-lo que existe uma discussão já iniciada com o Ministério da Economia, e o debate já está sendo travado aqui, sobretudo no Senado Federal, que é a Casa da Federação brasileira, no sentido da destinação de recursos do Fundo Social para Estados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e Municípios. E esses recursos seriam transferidos através de uma lei complementar que será votada no Congresso Nacional, que vai repassar diretamente para o Fundo de Participação dos Estados e Fundo de Participação dos Municípios. Portanto, extrateto dos gastos públicos.

Seria importante que o Ministério da Justiça pudesse iniciar um processo de diálogo com o Ministério da Economia, para que os recursos que fossem transferidos do Fundo Social e repassados a Estados e Municípios brasileiros pudessem estar vinculados à política de segurança pública, para que, então, a gente tivesse condições de dar uma resposta concreta às expectativas dos Estados.

A bandeira da segurança pública foi empunhada pelo Presidente Bolsonaro durante a campanha, e existe uma expectativa de que a gente possa reduzir os indicadores de homicídio e combater o crime organizado, no sentido de a gente poder criar uma sociedade mais fraterna, uma sociedade mais em harmonia, uma sociedade que acredite mais no amanhã e em que as famílias brasileiras possam viver com paz, tranquilidade e felicidade.

Portanto, a minha preocupação era uma preocupação de a gente também aqui receber a informação de como está o orçamento do Ministério da Justiça, se V. Exa. vai ter os instrumentos e os recursos necessários para implementar as políticas públicas que V. Exa. aqui apresentou. Por exemplo: quanto ao orçamento de investimentos, a gente já aqui percebeu que é inferior aos recursos que estão no Fundo Nacional de Segurança Pública. Então, o que que poderíamos fazer? O que que se pode fazer?

(*Soa a campainha.*)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Os PLNs vão começar a ser encaminhados aqui, ao Congresso Nacional. Então, é importante que esta Casa saiba que não vai ser só com o aprimoramento da legislação que nós vamos enfrentar essa questão, que é séria e que é grave. É preciso dinheiro e recursos.

Eu quero deixar aqui essa minha sugestão, para reflexão do Sr. Ministro.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Senador Fernando Bezerra.

O último do bloco é o Senador Jean Paul, por cinco minutos.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Presidenta. Eu queria parabenizar o Ministro. Ministro, parabéns por vir aqui. Eu vejo que é muito salutar. V. Exa. está à vontade conosco, construindo o Governo em um ambiente cordial, vários ministros já vieram falar conosco aqui... Eu acho que é dessa forma que a gente constrói um Governo, independentemente de divergências e etc.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria fazer perguntas em blocos.

Sobre o PL nº 882, uma pergunta relativamente rápida.

Há uma inovação legislativa, ali, que permite que o juiz – e V. Exa. tem experiência nisso – poderia reduzir a pena até a metade ou deixar de aplicá-la se o excesso, no caso de legítima defesa, decorrer de escusável medo, surpresa ou violenta emoção. Eu considero que, talvez, isso seja um incentivo ao excesso de legítima defesa. Eu queria saber sua opinião, tendo em conta a subjetividade da interpretação dessa escusa.

Outra questão, relativa também ao mesmo bloco, seria a questão da maioridade penal. Não sei se já foi perguntado. Desculpem-me por ter até me ausentado por um momento. A Governadora do meu Estado está nos visitando aqui hoje. Então, tive que dar um pouquinho de atenção a ela. Mas voltei a tempo de lhe perguntar a opinião sobre a questão da maioridade penal: encerra aí ou não cláusula pétrea, e é passível de modificação, na sua opinião, pela via de emenda ao Texto Constitucional? E se há estudos no Ministério da Justiça, neste momento, relativos a esse ponto. E, se isso existir, nos deixe aí um canal de interlocução, para que nossos mandatos possam trabalhar em relação a essa questão e outras que estão sendo tratadas aqui.

Outra que eu vou resumir, porque eram várias perguntas aqui, mas dizem respeito à mesma coisa, é em relação ao conhecimento, participação do Ministério na questão desses acordos que foram feitos no âmbito da Lava Jato, ainda com o Departamento de Justiça dos Estados Unidos e a Comissão de Valores Mobiliários de lá. Eu, inclusive, apresentei um projeto que destina esse dinheiro, bem como o de acordo de leniência, para o Fundo Social e, automaticamente, Fundo Social do pré-sal e da partilha do pré-sal, fazendo com que, com isso, ele fosse diretamente dedicado à educação, saúde e outros destinos nobres. Mas quero saber se houve participação de representantes do Ministério da Justiça e Segurança Pública nesses acordos, bem como no acordo de assunção de compromissos firmado pelo Ministério Público Federal e a Petrobras, em relação a esses acordos com autoridades estrangeiras. E se era do seu conhecimento também a questão do fundo patrimonial a ser administrado por fundação de direito privado, notadamente, aí, o que seria administrado, criado pelo representante da força-tarefa Deltan Dallagnol. E também se existem outros acordos análogos, nesse sentido também, que tenham participação de autoridades do Ministério da Justiça e da Segurança Pública.

Por último, uma pergunta de caráter mais local, que é: que tipo de trabalhos conjuntos já estariam sendo feitos em relação à implantação do Susp? Pergunta vinda da Governadora Fátima Bezerra, minha antecessora no mandato do Senado aqui, preocupada, porque isso é uma lei, tem prazo, e lá, particularmente, no meu Estado do Rio Grande do Norte, ainda não chegou nenhuma solicitação de reunião ou indução desse tipo, em relação à participação dos Estados na implantação do Susp. Então, é outra pergunta importante: quando e como isso vai começar a acontecer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado, Ministro, e obrigado, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu que agradeço, Senador.

Com a palavra o Ministro, por dez minutos, para esclarecer.

Eu tenho aqui que reforçar que são muitas as perguntas que estão vindo pelo portal e-Cidadania. Eu vou passar...

Quero pedir desculpas a quem não está nos mandando. Muitas vezes, fez três ou quatro perguntas a mesma pessoa, algumas perguntas já foram respondidas... Há apenas uma que eu reforço, que vem ao encontro da pergunta do Senador Jean Paul, que é da Mara Freitas, de Minas Gerais, exatamente sobre o Susp: "Como o Susp auxilia na implantação de estratégias de combate [ao crime organizado] [...] em tempos de restrição orçamentária?".

As demais perguntas da Mara Freitas serão encaminhadas à assessoria do Ministro.

Ministro, por favor, dez minutos.

O SR. SERGIO FERNANDO MORO (Para exposição de Ministro.) – Certo.

Senador Oriovisto, eu concordo: há necessidade de nós aprofundarmos a igualdade na aplicação da Justiça Penal. Como disse: tanto a proteção para o mais vulnerável, como também que todos sejam responsáveis pelos seus atos – vulneráveis ou poderosos que cometeram crimes. Isso faz parte dentro do sistema.

O sistema judicial – e aqui não se está falando de crime em geral – é um sistema caro para solução de litígios, de controvérsias. É um aparato judicial – juízes, qualificados, servidores, prédios, tribunais, todo um sistema bastante caro. A melhor alternativa, vamos dizer assim, para acelerar e diminuir esses custos é buscar soluções fora, muitas vezes, das cortes de Justiça, através de conciliação e arbitragem. E, dentro dos tribunais, trabalhar com composições.

Nessa linha, o projeto de lei até apresenta algumas propostas, como a possibilidade do acordo dentro do processo penal; um acordo, no primeiro momento, com a possibilidade para crimes menos graves, em que não haja a propositura da ação penal, um acordo entre o acusado e o seu defensor, e, outro tipo de acordo, que é um acordo de negociação de pena, que significa uma condenação criminal, que pode envolver até negociação de pena privativa de liberdade, o tal do *plea bargain*. Veja lá, no Direito anglo-saxão: as estatísticas são de que quase 90% dos casos terminam com *plea bargain*, que é alguém admitindo a culpa e negociando a pena. Isso tem uma capacidade de avançar e diminuir, vamos dizer assim, o congestionamento desses processos extremamente elevada, possibilitando que a Justiça se ocupe daqueles casos em que não é possível qualquer composição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu acho que a melhor alternativa é composição extrajudicial e, dentro da Justiça, composição judicial, focalizando os recursos naqueles casos em que isso não é possível. Nós temos muito a avançar nessa área. O projeto tem algumas dessas propostas.

A questão das férias é um tema polêmico, controverso. O que eu sugeriria ao senhor é que o senhor conversasse bastante com as corporações e com as associações de magistrados, para colocar essa pauta eventualmente em votação.

Eu, particularmente, como juiz, como tinha muito trabalho desde sempre, em geral... Praticamente, para os juízes é sempre assim. Mas, em particular, dada a natureza dos processos, sempre foi muito complicado, sempre foi muito difícil tirar esses períodos de férias. Nós tirávamos, normalmente, períodos menores. É uma questão que pode ser colocada em discussão, mas eu sugiro que o senhor ouça bastante as ponderações e as colocações das associações de magistrados.

A questão colocada pelo Senador Angelo Coronel.

Senador, posso dizer, sim, com absoluta franqueza: eu nunca vazei nada para a imprensa. Havia alguma confusão, às vezes, na Operação Lava Jato, entre vazamento e processo público. A Constituição diz muito claramente: o processo é público, salvo exceções de segredo de Justiça. Por que que isso é importante? Porque isso permite um controle da sociedade sobre as atividades das cortes de Justiça.

Nós tínhamos, ainda, lá dentro da Justiça Federal, um sistema de processo eletrônico, o que permitia o acesso por qualquer pessoa – não só imprensa, mas qualquer pessoa – aos processos. E nossa política foi sempre de adotar absoluta transparência. Certo?

Sou absolutamente contrário a vazamento. Vazamentos são ilegais. Agora, outra coisa é publicidade do processo.

Dessa questão de, eventualmente, a mídia estar presente em local de prisão, se obteve a informação, foi uma ilegalidade, e de nenhuma forma eu participei ou compactuo com esse tipo de procedimento.

Senador Fernando Bezerra, muito bem colocada, Senador, a preocupação do orçamento.

O que eu posso dizer é que, quando fui convidado, e mesmo na continuidade, o Presidente Jair Bolsonaro sempre me disse que a segurança pública era uma das prioridades do seu Governo, e ele foi eleito exatamente com essa bandeira. O Ministro Paulo Guedes também é bastante sensível a essa necessidade de financiamento de ações no âmbito da segurança pública. Então, acho que existe aí uma boa margem para que se possa trabalhar maneiras de evitar que a segurança pública fique sem recursos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na outra linha, é preciso trabalhar políticas públicas, seja aqui dentro do Congresso, seja fora, que resolvam o nosso problema fiscal. Nós temos um problema fiscal sério e que afeta a qualidade das políticas públicas, não só na área de segurança pública, mas em todas as áreas. Congresso e Governo têm que se unir nessa tarefa. Se não se unirem agora, vamos dizer assim, à beira do abismo, unirem-se no fundo do abismo seria pior ainda.

Mas concordo: de fato, existe a questão do Fundo Nacional de Segurança Pública. O valor arrecadado financeiramente é muito superior ao valor orçado. Nós precisamos trabalhar de maneira a elevar o valor orçado dentro do Fundo Nacional, sob pena de não atender às expectativas decorrentes de sua criação.

Do Senador Jean Paul, aqui, rapidamente...

Sobre o excesso, eu creio que já respondi nas perguntas anteriores.

O excesso só surge a partir de uma situação de legítima defesa. As pessoas não reagem como robôs e, eventualmente, podem se exceder na legítima defesa. Nem por isso devem ser tratadas como homicidas, como feminicidas, como criminosos em geral. Então, há que se ter aí uma possibilidade de temperamento em situações muito excepcionais; mas em nenhuma hipótese se pretende, aí, ampliar em demasia essas perspectivas da utilização da legítima defesa.

O exemplo que nós colocamos, que já se mencionou no passado, foi a agressão àquela atriz, cujo cunhado reagiu para poupar... Agiu com algum excesso, mas o juiz o absolveu, porque ele não tinha alternativa: ou ele condenava, porque o excesso não é escusável, normalmente, na nossa legislação atual, ou ele absolvia. Ele optou por absolver. Então, é melhor colocar um regramento apropriado dentro da legislação.

A maioridade é uma questão que é polêmica. Não está sendo discutida agora dentro do Ministério.

Eu já externei a minha posição pessoal. Eu acho que, para crimes graves, poder-se-ia reduzir a idade para 16 anos ou se poderia pensar, como alternativa, em ampliar o período de internação na legislação ordinária atual.

Acho que essa uma questão que tem de ser construída e debatida juntamente com o Congresso, mas é uma questão presente, em que as pessoas em geral reclamam para que haja um posicionamento do Governo e do Congresso.

A questão do Susp.

Não: o Susp está, sim, sendo implantado. Até coloquei o exemplo aqui: em 16/03, agora, de março, nós completamos o sistema de estatísticas. No País inteiro, hoje, nós temos estatísticas oficiais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós estamos trabalhando fortemente para a implantação do Susp. Temos chamado os secretários de Segurança Pública, temos chamado os comandantes das Polícias Militares, temos chamado os diretores das Polícias Civis dos diversos Estados. Eventualmente, às vezes eles vêm, às vezes eles não vêm, mas nós temos conversado, sim, com rigor, e estamos aqui trabalhando, para traçar critérios objetivos para repasses de valores do Funasp para os Estados e o Distrito Federal.

Por último, aqui, a questão do fundo...

Isso foi algo feito entre a Petrobras e os Estados Unidos, os órgãos dos Estados Unidos. É um acordo que foi lá. Não participou nem a Justiça nem o Ministério Público. E, para os Estados Unidos, a Petrobras não foi vítima; ela foi um partícipe daqueles crimes, porque os seus diretores estavam envolvidos. Então, ela corria o risco de ser condenada a valores muito superiores. Então, ela fez um acordo para pagar ao Departamento de Justiça norte-americano...

(*Soa a campainha.*)

O SR. SERGIO FERNANDO MORO – ... e tiveram lá sensibilidade... "Olha, a maior parte do dinheiro vai ao Brasil, 80%, e esse dinheiro tem que ser investido no Brasil em políticas públicas e políticas sociais".

Num segundo momento, houve esse acordo entre o Ministério Público e a Petrobras, o Ministério da Justiça não participou da realização desse acordo, mas o fato é que nós temos que nos preocupar em que esse dinheiro não volte aos Estados Unidos. Nós temos que pensar numa forma de gerir esses recursos da melhor forma, para cumprir o acordo norte-americano, porque a Petrobras também não pode descumpri-lo, sob pena de ficar sujeita a sanções e indenizações maiores nos Estados Unidos. Então, essa é a questão fundamental.

Foi proposto esse modelo do fundo privado, talvez não seja o melhor modelo, mas é importante construir um modelo, para que nós possamos utilizar. E, se o modelo for um fundo público, nós temos que pensar em soluções que não esbarrem na mesma questão do teto.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Ministro.

Essa também foi uma pergunta em relação ao fundo, de um internauta, Sérgio Peixoto, de São Paulo. V.Exa., em princípio, respondeu, mas eu entrego à sua assessoria, se houver necessidade de maiores esclarecimentos.

Pergunto se há réplica...

Na ordem, não?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Apenas... Depois conferir os contatos da Secretaria do Rio Grande do Norte, porque devemos estar com algum ruído na comunicação. Não houve a chamada, mas, evidentemente, estamos todos à disposição, Cel. Araújo, todos os que estão lá, tomando conta da segurança pública. Já há números muito melhores: já em dois meses, três meses, a evolução foi visível, muito grande, da mudança da cúpula da segurança pública do Rio Grande do Norte. Quero lembrar que houve lá fatos lamentáveis, em presídios e tudo, coisas bastante ruins, e que agora estão, esperamos, superadas. E queremos participar do Susp com bastante vigor.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Nós é que agradecemos.

Eu quero apenas informar aos colegas que nós faremos mais um bloco de quatro, agora são todos titulares, e suspenderemos por cinco minutos. O Ministro precisa tomar um suco, fazer uma pausa de cinco minutos. Mas passaremos à lista de inscrição. É o tempo apenas de poder esticar um pouco as pernas a solicitação do nosso Ministro.

Vamos, na ordem, então, todos os inscritos...

Houve um pedido aqui de inversão, o Senador Jorginho cedendo aqui o primeiro lugar ao Senador Rodrigo Pacheco. Em seguida, temos Senadores ausentes, eu não vou citá-los, então vou deixar para nominar os Senadores na ordem das presenças.

Senador Rodrigo Pacheco, por cinco minutos, por favor.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG. Para interpelar Ministro.) – Sra. Presidente, Senadora Simone Tebet, quero agradecer penhoradamente ao Senador Jorginho Mello pela gentileza de me ceder e permutar comigo o seu espaço.

Quero cumprimentar o Exmo. Sr. Ministro da Justiça e Segurança Pública, Dr. Sergio Moro, agradecer também muito a presença de V.Exa. aqui na Comissão de Constituição e Justiça, para expor as políticas públicas de segurança, de combate à criminalidade em todos os níveis, que é papel do Executivo, e, a partir desse diálogo, nós construirmos soluções.

A intenção de V.Exa. é a minha intenção, é a intenção dos Senadores, de ter o aprimoramento da legislação e dos mecanismos de controle, de combate e de inibição da criminalidade no nosso País, sempre de uma maneira madura, respeitosa, respeitando as divergências, obviamente. Eu tenho dito que nem o mais lúcido tem 100% de razão, e eu acredito muito nessa comunhão de esforços para a gente chegar a um denominador comum.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero reconhecer o trabalho de V.Exa. enquanto magistrado, inclusive para permitir que a Justiça penal não seja mais seletiva. Acho que esse é o grande avanço dos últimos anos, em relação às operações policiais, em relação à Justiça penal, com erros, com acertos, mas permitindo que Justiça penal alcance a todos, indiscriminadamente.

Quero fazer um questionamento muito objetivo a V. Exa. em relação ao pacote anticrime, que tocou à Câmara dos Deputados, e fazer antes uma breve reflexão sobre a Constituição da República de 1988, quando o Constituinte originário inseriu a presunção de não culpabilidade ou a presunção de inocência, prevendo no art. 5º que ninguém será considerado culpado se não após o trânsito em julgado de sentença penal condenatória.

Eu quero crer que o legislador, quando assim o fez, pretendeu inibir aquelas situações que são as mais nefastas e graves de uma Justiça penal de um País, que é a condenação de um inocente ou o cumprimento da pena precocemente por alguém que pode ser inocente. E todos haveremos de convir que a Justiça penal serve para punir culpados, e o rigor da lei haverá de sempre ser aplicado, inclusive com cadeia, mas também permitir que inocentes possam ser absolvidos.

E a imputação precoce ou a condenação precoce que faça cumprir pena de pessoas inocentes é algo muito grave. Lembro-me de Roberto Lira, quando dizia para inserir nos exames de concurso público, daqueles atores de persecução criminal, a disciplina de permanecer 24 horas numa cadeia, para entender o que é cadeia, porque a cadeia injustamente aplicada a alguém é algo muito grave.

Então, à luz desse princípio de não culpabilidade, Ministro Sergio Moro, é que indago sobre o projeto de execução provisória da pena, cumprimento da pena a partir da decisão de segunda instância. E, aqui, sem fazer um juízo de valor necessariamente contra ou a favor, mas o que é o pensamento de V. Exa., abstraído o entendimento do Supremo, que já variou em relação a isso? Se o cumprimento, a partir da segunda instância, constitui uma mínima afronta a esse comando constitucional, e como convergir para evitar para que isso aconteça, preservando a presunção de não culpabilidade, a necessidade, que é evidente que V. Exa. já expôs, de antecipar julgamentos de cumprimento de pena de pessoas que sejam culpadas, e se não poderia ser uma solução – e aqui é uma ideia que passo à reflexão de V. Exa. – a supressão da competência do Supremo Tribunal Federal em matéria penal, a título de recurso extraordinário, que poderia abreviar o trânsito em julgado e permitir, então, o cumprimento da Constituição a partir do início do cumprimento da pena após o trânsito em julgado, com a antecipação desse trânsito em julgado. Esse é o primeiro questionamento.

O segundo questionamento é se não há uma incoerência em relação ao início do cumprimento da pena após a decisão do júri, haja vista que é uma decisão de primeira instância, e, por mais soberano que seja o júri, cabe recurso de apelação com efeito suspensivo, inclusive com uma decisão que possa reconhecer a decisão do júri como manifestamente contrária à prova dos autos ou anular também o júri. Então, se a decisão é de tomar o cumprimento da pena a partir da segunda instância, se não há uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

incoerência ao se estabelecer o cumprimento da primeira instância nos crimes dolosos contra a vida, haja vista que há outros crimes tão graves quanto – latrocínio, estupro...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – ... , pedofilia, etc. – que deveriam merecer o mesmo tratamento. Se há ou não incoerência nesse sentido.

E em relação às penas alternativas, a essa possibilidade de acordo, se há uma política do Ministério em relação ao privilégio, ao estímulo da conciliação, da transação penal, da suspensão condicional do processo, da substituição de pena, da disponibilidade da ação penal pelo Ministério Público com os acordos feitos, para poder tirar do sistema carcerário aqueles que não precisam estar lá, cujos crimes podem ser punidos com medidas diferentes do encarceramento, preservando o encarceramento para aqueles crimes graves – corrupção, lesão ao Erário público, homicídio, tráfico de drogas, etc. Esse é o terceiro questionamento.

E o último, muito brevemente, gostaria de saber a posição de V. Exa., enquanto Ministro da Justiça e de Segurança Pública, em relação ao que foi já a famigerada Comissão Parlamentar de Inquérito da Lava Toga. Há fatos determinados ali, elencados pelo nobre Senador Alessandro, com apoio de Senadores do nosso Parlamento. Se esses fatos determinados são ensejadores de providências do Senado, de providências por parte do Ministério da Justiça, de providências pelo Conselho Nacional de Justiça. Se V. Exa., enquanto Ministro, tem uma posição firmada em relação à justificativa desses fatos determinados, para ensejar uma apuração nos diversos níveis da República.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Senador Rodrigo.

O próximo inscrito está em outra comissão. Portanto, passemos a palavra ao Senador Arolde de Oliveira; em seguida, Senador Elmano e, para encerrar o bloco, Senador Alessandro Vieira.

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PSD - RJ. Para interpelar Ministro.) – Obrigado, Presidente.

Sr. Ministro, eu quero registrar que me alinho aos admiradores de V. Exa. enquanto juiz, julgando os crimes de corrupção, de colarinho branco, e, agora, enquanto Ministro, formulando políticas públicas na área da Justiça e da segurança pública em nosso País.

Eu entendo que vivemos um momento de transição causado por várias razões, por vários motivos, a evolução nacional das sociedades, e que o Brasil vive um momento até de vacância legal, causada pela elevada demanda por novas leis, pela modificação nas relações sociais, necessidade de estabelecimento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de direitos e obrigações, e o processo legislativo nem sempre segue no mesmo ritmo. Então, nós vivemos, de certo modo, uma situação de um eixo na sociedade de lei e de ordem e um outro, um tanto anárquico, causado até mesmo pela própria tecnologia, que desestrutura muitos procedimentos dentro da sociedade. A gente pode dar vários exemplos. Não vou fazê-lo para não me alongar.

Mas uma questão que fica em tudo isso é que aumenta a sensação de impunidade na sociedade.

A impunidade parece ser um dos maiores estímulos à prática de crimes em todos os níveis de gravidade. E eu queria justamente... Já ouvi, já estou satisfeito com várias respostas de V. Exa., falando que o aumento de pena talvez não seja a solução. Também concordo, porque, se não mexermos nos processos, no Código de Processo Penal, por exemplo, acelerando os julgamentos, não vai adiantar nada.

Mais uma coisa: para quem já foi julgado e os crimes são graves, eu acho que é muito importante a questão da redução de benefícios de progressão de penas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PSD - RJ) – ... porque não é cabível que se perceba que um criminoso é condenado e, com muito pouco tempo na prisão, ele volta para a sociedade. Não existe um sistema de acolhimento para uma reintegração social, e ele volta a cometer os mesmos crimes.

Então, esse é um comentário que eu gostaria que V. Exa. fizesse.

A outra questão...

É claro que isso também vai repercutir na redução do poder coercitivo da própria lei que está vigente, e isso também implica em aumento da, digamos, percepção de impunidade.

Então, sobre essas questões, eu gostaria que o senhor falasse um pouco mais tecnicamente, para o entendimento.

A outra questão que eu queria colocar, para um comentário rápido de V. Exa., é a questão de uma lei de abuso de autoridade. Estou usando esse nome, eu sei que é impróprio, mas todos nós entendemos o que quer dizer.

Nós sabemos que o ser humano leva as suas características para todas as áreas em que trabalha. Então, não existe nenhum setor, nem do Ministério Público, nem da Justiça, nem aqui do Legislativo, nem em lugar nenhum, que seja 100% correto. Os mesmos males ocorrem...

(*Soa a campainha.*)

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PSD - RJ) – ... em qualquer área. E nós vemos que o Ministério Público tem muita liberdade para atuar. E mais: com o aumento do combate ao crime de colarinho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

branco – de políticos principalmente –, nós temos que investir na eliminação desse foro privilegiado, do foro especial por prerrogativa de função. Acho que essas duas coisas têm que ser atacadas ao mesmo tempo.

Qual é o pensamento de V. Exa.? Temos que ter uma lei de responsabilidade que responsabilize o Ministério Público e, ao mesmo tempo, a eliminação do foro privilegiado, para, finalmente, termos todos iguais perante a lei? Esse é o meu pensamento.

Gostaria – não é uma pergunta – de ouvir um comentário de V. Exa.

Obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Senador Arolde.

Com a palavra o Senador Elmano Férrer.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PI) – Nobre Presidente Simone Tebet, Presidente desta Comissão; meu nobre Jorginho, Vice-Presidente; meu estimado Ministro da Justiça e Segurança Pública; meus companheiros aqui desta Comissão.

Sra. Presidente, eu tinha quatro perguntas, mas me sinto contemplado com as respostas e a exposição do Ministro.

Entretanto, eu queria externar duas coisas: uma, relacionada ao alto índice de violência em nosso País, que está levando a nossa população, em todos os cantos e recantos deste País, em todos os Municípios, a uma perplexidade muito grande. Isso nos leva a dizer da gravidade do problema da segurança pública no nosso País. Não só da segurança, como da política carcerária do nosso País, que está sob o domínio do crime organizado. Essa é uma realidade, no meu entendimento.

Enquanto isso, nós temos, no exercício de 2017, 63 mil homicídios no Brasil; e, as vítimas de estupro, mais de 60 mil, sem falar em torno de 45 mil mortes no trânsito.

De outra parte, a gente observa que, desses crimes cometidos e registrados no Brasil, apenas 6% são esclarecidos – 6% a 8% – enquanto na França, na Grã-Bretanha, em torno de 90%; Estados Unidos, 65%. Então, isso é uma coisa que nos inquieta.

E o outro aspecto é mais um registro da coragem, da determinação do nosso Ministro, Ministro que deixou uma brilhante carreira de magistrado, renunciando a tudo, àquele histórico trabalho que desenvolveu, e veio a ser o Ministro da Justiça e Segurança Pública, que é um desafio – ainda jovem. Jovem.

Então, eu falo isso porque nós estamos diante de graves problemas em nosso País.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lembro-me de, ainda na minha juventude, passando pelo Rio de Janeiro, Carlos Werneck Lacerda.

Carlos Lacerda era Governador do Estado da Guanabara, que era cidade-Estado, quando crescia nos morros do Rio de Janeiro aquela ocupação desordenada e o crime – isso, há 55 anos. E ele chamava a atenção do Brasil e dos cariocas para... O Carlos Lacerda chamava a atenção para o Estado paralelo que nascia nos morros do Rio de Janeiro. E nós vimos isso, cinquenta e tantos anos depois, a necessidade da intervenção no Rio de Janeiro, em função da violência. Isso é um problema a ser analisado depois.

Mas eu queria era saber exatamente o que nós, que estamos aqui nesta Casa, nesta Comissão, podemos fazer, podemos contribuir – não diria a solução – para ajudar o Executivo? Esse herói, que não foi o comandante de uma operação...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PI) – ... mas foi, sim, quem liderou a revolução da toga neste País. Uma nova geração de magistrados, uma nova geração de procuradores da República, uma nova geração de delegados da Polícia Federal e da Inteligência da Receita Federal iniciaram um processo de revolução.

Eu tenho setenta e tantos anos. Na minha cidadezinha do interior onde eu nasci, no Ceará, e no Piauí, para onde eu fui, só vi negros, pobres, na cadeia. Esta revolução da toga, que eu tenho a oportunidade de externar do meu coração, aqui... O senhor foi incompreendido por muitos, mas foi elogiado por uma maioria fantástica deste País.

Então, eu passei a ver, depois dos meus 70 anos, poderosos, do ponto de vista político, poderosos, do ponto de vista econômico-financeiro, presos neste País. Isso é um caso inusitado na nossa história – na nossa história. Daí porque V. Exa. merece o apoio de todos nós, para que possamos dar continuidade a esse processo. Digo tudo isso do meu coração. Externo isso aqui porque é preciso que tenhamos a coragem e a determinação de fazermos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PI) – ... uma grande revolução, que é esta que aqui está.

Então, eu só queria fazer aquela pergunta e, fazer este registro, de dentro do meu coração. E parabenizar o nosso Ministro.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Senador Elmano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Senador Elmano teve um tempo extra porque, como não fez pergunta, economizou o tempo também da resposta.

Agradeço, Senador Elmano, pelas considerações.

Passando ao último orador deste bloco, mas até porque o Senador Elmano não fez perguntas, eu indago se poderia, por uma contagem, aqui, incluir mais dois Senadores para fazerem perguntas, porque assim eu acho que nós conseguimos amarrar, partindo do meio já para quase o final desta audiência pública.

Então, passo a palavra ao Senador Alessandro e, na ordem, Senador Anastasia e Senador Eduardo Braga, e fechamos este bloco.

Na ordem de inscrição... O Senador, na ordem de inscrição, que está inscrito, e mesmo que venha sem ser chamado, não perde o direito à vaga, como é o caso do Senador Antonio Anastasia. Já Senadores que não estavam presentes na hora de chamar perderam a vaga. Não é – repito – o caso do Senador Anastasia, que não foi chamado antes da sua ausência.

Senador Alessandro Vieira, cinco minutos, por favor.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - SE) – Boa tarde, Sr. Ministro, Sra. Presidente Simone.

O Senador Elmano economizou meu tempo dos elogios. Eu registro e subscrevo o que ele mencionou. Mas o Senador Rodrigo Pacheco não me economizou um tempo, porque era um assunto que temos em comum.

Quero registrar que a responsabilidade pela segurança pública é muito mais do Executivo do que do Legislativo e do Judiciário. Não há dúvidas de que a má execução das políticas e, muito mais do que das políticas, das legislações impactam o nosso mau resultado.

Eu quero fazer uma inversão no que eu tinha programado, por conta das várias manifestações atinentes ao desarmamento.

Primeiro, uma questão técnica, estatística.

A edição do Estatuto do Desarmamento não reduziu o número de homicídios no Brasil. Essa é uma inverdade, uma impostura, uma coisa que não se sustenta em números. Ano a ano, o número de homicídios no Brasil aumenta. Ano a ano, o número de homicídios por arma de fogo aumenta também. Então, não há por que se persistir nessa argumentação, que é falsa.

Sob o ponto de vista desse mesmo estatuto, é importante registrar que ele tem, sim, um efeito muito importante. Ele teve um efeito muito importante – falo como delegado de polícia há 18 anos –,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque ele enrijeceu o tratamento do porte e posse ilegal. Isso é essencial. E o novo projeto também faz isso: ele aumenta ainda mais a pena para o porte ilegal. Essa é uma medida importantíssima e deve ser valorizada.

Com relação a essa mesma linha de pensamento, sob o ponto de vista da responsabilidade do Executivo, eu indago o Sr. Ministro com relação ao chamamento dos concursados da Polícia Federal e também à programação de novos concursos para as áreas atinentes à segurança pública, porque não há como se fazer segurança pública sem homens e sem mulheres que possam fazer o enfrentamento, nas ruas, do crime. Não há como fazer. Falo com absoluta tranquilidade.

Informo a V. Exa. que nós temos já um projeto apresentado pela Senadora Eliziane Gama, no sentido da restruturação da Força Nacional, para que se possa ter a realização de concurso público também nessa seara, além do compartilhamento de recursos com os Estados.

Nesse ponto dos Estados, eu apresento a V. Exa., objetivamente, uma sugestão, para que a gente possa ter regramento para a força tarefa no âmbito estadual. Falo com a experiência de quem participou de operações de combate à corrupção: você ter uma força comandada pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública pode acelerar muito os resultados, uma vez que vai dar uma certa imunidade à intervenção política no âmbito dos Estados. Esse é um ponto que ainda não foi tocado por V. Exa.

Das propostas que foram apresentadas, em termos de projetos de lei, quero pontuar algumas pequenas coisas.

Sobre a mudança, alteração no conceito de organização criminosa, eu não entendo a necessidade técnica da nominata de organizações criminosas, a não ser para fazer propaganda das próprias organizações criminosas. É uma questão técnica.

Sobre a questão do banco nacional de perfil genético, há a necessidade de um maior reforço da questão da guarda de dados e eventual compartilhamento desses dados, porque a gente sabe que, da coleta genética, há não apenas há dados que servem para a identificação, mas também dados de outro conteúdo, que podem prejudicar essa pessoa, estarão inseridos no banco. Então, é necessário um grande cuidado com relação a isso.

Quero reforçar com V.Exa. a necessidade de uma complementação na descrição da solução negociada, proposta com a qual eu concordo. Eu acho que é uma inovação que vai mudar muito o nosso cenário de lentidão do Judiciário, mas é necessário constar com clareza o reforço orçamentário para as defensorias públicas, para que você possa garantir um equilíbrio de forças na negociação, uma coisa muito clara.

Quero pedir ao senhor um apontamento com...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - SE) – ... relação à restrição do acesso de advogados aos seus clientes, aquela questão da possibilidade de gravação, necessidade de agendamento... Uma pontuação com relação a isso.

E quero apresentar uma solicitação no sentido de que o Programa Nacional de Enfrentamento à Criminalidade Violenta, que V.Exa. apresenta e que sugere um plano piloto apenas em cinco cidades: que se faça uma ampliação dessa amostra. Cinco cidades me parece muito pouco para que o senhor possa ter um retrato, uma vez que as realidades locais são muito diversas, sugerindo que se faça – e, aí, com base na atuação da Força Nacional lá no meu Estado, Sergipe, capital Aracaju – uma ampliação para uma atuação regional, em metrópoles, por exemplo, porque o senhor vai ter uma amostra mais rica, que vai poder dar substância a atuação.

E, já de pronto, apresento o Estado de Sergipe como um Estado que se disponibiliza para essa experiência. Tenho certeza de que conto com a anuência do Governador do Estado.

E também registro, com muita felicidade, a notícia que recebi do próprio Governador de que o Ministério da Justiça convidou uma colega delegada, a Danielle Garcia, especialista na área de repressão à lavagem, especialista em combate à corrupção, para integrar a equipe do Ministério da Justiça, o que nos deixa altamente enobrecidos por conta desse convite, por conta da capacidade da colega.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada.

Com a palavra o Senador Antonio Anastasia.

E, para encerrar o bloco, Senador Eduardo Braga

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG. Para interpelar Ministro.) – Muito obrigado.

Sra. Presidente, eminente Vice-Presidente, eminente Ministro Sergio Moro, boa tarde.

Sr. Ministro, primeiro meus cumprimentos pela exposição que fez. Lamentavelmente, o tempo de fato lhe foi exíguo, pelo tamanho da pasta e a sua complexidade, como também os nossos cinco minutos são meteóricos diante da magnitude do tema.

Então, vou-me cingir, de maneira bem objetiva, a dois pontos que me parecem mais relevante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiro, voltando aqui ao que muitos falaram, que foi objeto até de indagação daqueles que nos acompanham pela televisão, que é o tema do Susp (Sistema Único de Segurança Pública), do qual tive a honra de ser o Relator aqui no Senado.

V.Exa. comentou bem e já mostrou, na sua exposição inaugural, o início da sua implementação, e eu gostaria tão somente de aditar o comentário, pois, a meu juízo pessoal, a questão do Susp é fundamental, é mesmo hemorrágica.

Não há dúvida de que as propostas que V.Exa. encaminhou da melhoria da legislação, como outras que tramitam aqui, são todas procedentes e necessárias, mas, na minha opinião – e na minha convicção diria até –, se nós não tivermos um esforço que seja hercúleo no robustecimento das instituições, das polícias científica, civil, militar, da prevenção, da repressão, ou seja, quase uma revolução na área orgânica da nossa segurança pública, não adianta termos a melhor legislação do mundo, porque, lamentavelmente, nós teremos dificuldades na sua implementação.

Por isso, o Susp foi concebido, tentando fazer, como o senhor colocou aqui já, uma convergência. É muito estranha – e eu tive experiência no Ministério da Justiça no passado e também como Secretário de Segurança do meu Estado – a absoluta ausência de diálogo entre as instituições policiais dentro dos próprios Estados federados, inclusive em relação a outros Estados, muito pior, e com a própria União Federal; a falta de convergência e comunicabilidade dos cadastros; a ausência completa de ações integradas. E percebo que V. Exa. tem colocado na linha já alguns projetos nesse sentido, o que eu aplaudo.

Então, eu queria tão somente observar que, a meu juízo e até pela minha formação e experiência, parece-me que o calcanhar de Aquiles hoje é a questão da gestão da segurança pública. Inclusive alguns, como o Senador Tasso, que acabou de se ausentar daqui, defendem até a tese da fusão ou de uma integração maior entre as polícias. E nós sabemos da necessidade de se evitar, na ausência de recursos que hoje grassa no Brasil, a duplicidade de esforços.

Aqui não é uma indagação, mas somente um comentário. Se me permite, eu gostaria de – e espero aplaudi-lo por isso também – ver o Susp sendo implementado de maneira célere, com muito reconhecimento dessa inovação que houve. E já vejo diversas ações que vão exatamente nesse sentido.

Outro ponto que queria abordar e sobre o qual farei uma pergunta singela ao seu final refere-se, dentro desse aspecto, à questão do sistema penitenciário, em que certamente também há um gargalo, como V. Exa. bem sabe. Aqui já foi dito por alguns pares que me antecederam que é um verdadeiro formador de criminosos o nosso sistema penitenciário.

Nós temos, no meu Estado, Minas Gerais, Sr. Ministro, que V. Exa. conhece, duas experiências que me parecem muito boas: a primeira, as Apacs, que nós colocamos, inclusive como Relator que fui também da Lei de Execução Penal, aprovada aqui no Senado e que está na Câmara, como uma das

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

formas do cumprimento da pena, em que há uma participação efetiva da sociedade a um custo muito menor do que o sistema tradicional e com indicadores de ressocialização várias vezes maiores do que os comuns.

Então, as Apacs são um modelo vigoroso, positivo, aplaudido e que existem em alguns Estados – em Minas, vamos dizer assim, é o berço maior –, mas é algo que certamente o Ministério poderá acolher porque o custo de construção e de manutenção é várias vezes menor e com resultado maior.

Por fim, faço a indagação, porque o segundo modelo que temos inovador em Minas e que vem funcionando muito bem – e tive ao meu tempo a felicidade de introduzi-lo – é a questão das PPPs (Parceria Público Privada)...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG) – ... na área da execução penitenciária. São unidades que estão funcionando muito bem. V. Exa., com certeza, as conhece. E eu indagaria, então, qual é a posição de V. Exa. e de seu Governo em relação à presença de PPPs no sistema penitenciário, à semelhança de o que ocorre em muitos países no mundo e no exemplo exitoso de meu Estado.

Cumprimento V. Exa. e agradeço a atenção.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu agradeço, Senador Antonio Anastasia.

Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Para interpelar Ministro.) – Primeiro, quero cumprimentar a nossa Presidente, Simone Tebet, cumprimentar o Sr. Ministro e dizer, Sr. Ministro, que as palavras do Senador Anastasia são absolutamente pertinentes e fariam parte, inclusive, da minha colocação. Eu acho que a questão do Susp é um avanço extremamente importante porque a integração do Sistema Único é fundamental para que nós possamos implementar. Portanto, quero aqui reforçar e gostaria de ouvir de V. Exa. as questões que envolvem isso.

Acho que outra questão importante... Eu tenho aqui a execução orçamentária dos fundos, tanto do Funpen quanto do Fusp, dos últimos cinco anos, e V. Exa. pode perceber que a execução orçamentária foi sempre aquém do volume de recursos disponíveis nesses dois fundos. Portanto, acho que é uma questão de prioridade de cota financeira...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu pediria apenas para... Eu ouvi aqui todos os companheiros e estou tentando...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Pediria a V.Exa. que me ajudasse.

Portanto, Ministro, é muito importante a gente ter recursos para fazer o enfrentamento ao crime organizado, porque, senão, o crime tem mais recurso do que nós, e nossas forças de repressão, prevenção etc. não conseguirão. Há recursos no fundo, e eu gostaria de ouvir V.Exa. com relação a isso.

A outra questão também muito bem colocada pelo Senador Anastasia é a questão do sistema prisional. O nosso sistema prisional é extremamente injusto, de um lado, e, do outro lado, ineficiente naquilo que é o papel que o sistema prisional deveria ter, que não é apenas o de prender ou isolar o cidadão da sociedade, mas também de recuperá-lo, para que ele possa voltar à sociedade.

E aí as Apacs são um caminho, as penitenciárias agrícolas são outro, a questão de criarmos mecanismos para que esses presos possam ter uma profissionalização, uma inserção no mercado de trabalho etc... Tudo isso são perspectivas novas, e a esperança nossa e do povo brasileiro é de que nós as possamos ver implantadas. Se nós formos discutir a redução de maioridade penal, daqui a pouco, baixaremos para 16, e o crime organizado vai buscar quem está com 14; aí nós baixamos para os com 13, e ele vai buscar os com 12. Portanto, eu creio que, se, de um lado, nós implementarmos o Sistema Único de Segurança Pública, com articulação de inteligência, planejamento etc., nós avançaremos.

Gostaria também de falar um pouquinho sobre as nossas fronteiras na Amazônia. As nossas fronteiras na Amazônia estão agora com dois aspectos extremamente importantes que o Ministério da Justiça, com certeza, tem que ter no seu radar de preocupação: um é a questão do narcotráfico e do tráfico de armas; o outro é a instabilidade que nós estamos começando a ter, cada vez mais forte, nas nossas fronteiras. Portanto, a fiscalização com novas plataformas tecnológicas, com novos equipamentos etc., para que nós possamos agir de forma inteligente e planejada no combate à entrada desse narcotráfico no Brasil... Depois que ele entra, nós vamos enxugar gelo, porque o Brasil tem a dimensão que tem e a complexidade que tem. Os dados de organismos não oficiais informam que 70% da cocaína consumida no mundo passa, de alguma forma, pela nossa região. E o Amazonas, que é o meu Estado, tem sofrido muito com relação a isso.

Por fim, eu queria fazer duas colocações para o Ministro, para ele poder também responder. A tramitação, aqui nesta Casa, da ação de iniciativa...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – ... popular que tratou das dez medidas de combate à corrupção e também chegou com emenda da Câmara com abuso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de autoridade – e aí não é do Ministério Público ou do Judiciário, mas de todas as autoridades – que nós precisamos discutir. O Senador Rodrigo Pacheco será o Relator, por designação da nossa Presidente, e eu gostaria de ouvi-lo, porque talvez isso seja uma forma de nós podermos implementar medidas que já foram tratadas pela Câmara dos Deputados e que aqui poderiam dar instrumentos para avançarmos.

Por fim, o senhor falou sobre a questão financeira do País, a questão fiscal, mas o Brasil tem recursos, Ministro. Agora mesmo, na cessão onerosa, nós estamos falando de R$100 bilhões. Neste momento, no Fundo Social do Pré-Sal, nós possuímos mais de R$30 bilhões.

Eu acho que é absolutamente correto destinarmos parte desse recurso para o combate ao crime neste País. Que nós possamos ter recursos para poder, efetivamente, fazer o enfrentamento.

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Queria ouvir a posição de V. Exa. sobre isso e, mais uma vez, também empenhando o que disse o Senador Rodrigo Pacheco, ouvir a opinião de V. Exa. com relação à CPI, que, neste momento, está tramitando na CCJ, porque, ontem, por deliberação do Presidente Davi Alcolumbre, a matéria foi indeferida e enviada ao Arquivo, mas, de ofício, ele estabeleceu o recurso para a CCJ e para o Plenário. Portanto, esta Comissão irá se manifestar sobre o tema nos próximos dias.

Muito obrigado e meus cumprimentos a V.Exa. pelo trabalho que vem executando.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Senador.

Com a palavra o Sr. Ministro pelo tempo inicial de dez minutos para responder. Claro que, como nós colocamos mais dois Senadores, V. Exa., obviamente, terá um pouco mais de tempo também para os esclarecimentos.

O SR. SÉRGIO FERNANDO MORO – Então, do Senador Rodrigo Pacheco... Eu vou pedir escusas aqui para responder muito rapidamente.

A presunção de inocência é universalmente ligada à questão da prova. A prova tem que ser acima de qualquer dúvida razoável. Isso, a meu ver, é algo não passível de modificação. O projeto não muda isso e o Presidente do Supremo também não mudou isso, que diz respeito a efeitos de recursos. O que nós colocamos no projeto anticrime, embora nós estejamos colocando na lei ordinária de maneira clara o precedente do Supremo, também, na mesma linha do Supremo, estabelecemos a possibilidade da exceção. Então, se apresentado um recurso com plausabilidade a um tribunal superior – vamos supor um caso que envolva a liberdade de expressão ou um caso que envolva uma liberdade fundamental – possa o tribunal superior conceder o efeito suspensivo. O errado é transformar isso em regra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No processo penal, nós não podemos nos esquecer de que, muitas vezes, confundimos isso com uma disputa entre o Ministério Público e um advogado de defesa. Mas, no fundo, o que nós temos normalmente é alguém acusado de um crime e uma vítima – e, às vezes, a vítima é toda a sociedade. Então, tem que ser equilibrado. Aquelas situações de absoluta impunidade de crimes graves, simplesmente porque o sistema não anda, não funciona ou, às vezes, é manipulado por pessoas poderosas que têm condições de manipular o sistema são realmente inconsistentes com os nossos anseios de igualdade e de justiça.

Não acho que haja aqui incoerência em relação à execução imediata dos vereditos do Tribunal do Júri. No fundo, é um precedente da 1ª Turma – inclusive quem compõe esse precedente da 1ª Turma é o Ministro Toffoli –, enquanto a segunda instância tem uma posição intermediária, colocada no STJ, mas entende que a soberania dos vereditos autoriza a execução dos vereditos do Tribunal do Júri. Então, não vejo essa intolerância.

Das penas alternativas, a própria proposição, dentro do projeto de acordos de não persecução e mesmo acordos de *plea bargain*, favorece esse tipo de solução que minora o problema da população carcerária.

Em relação à Comissão Parlamentar, à CPI, eu, repetindo aqui o Ministro Toffoli, diria que essa é uma questão que tem de ser decidida pelo Congresso. Há que se resguardar a independência do Judiciário, mas resguardar também, igualmente, a independência do Congresso. É uma questão que terá de ser decidida com sabedoria pelos Srs. Parlamentares.

Com relação à questão da impunidade colocada pelo Senador Arolde de Oliveira, eu concordo. Nós temos que trabalhar. Na questão do incremento de pena, eu normalmente sou refratário ao incremento de pena, mas eu concordo que nós temos que endurecer em relação a certa criminalidade, à criminalidade mais grave.

Uma das propostas que nós colocamos no projeto é: condenado por crime hediondo com resultado morte, para progredir, tem que cumprir pelo menos 3/5 da pena, e ainda é sujeito a uma avaliação de mérito. Isso não é inconsistente com o Estado de direito.

Houve agora recentemente o caso de um brasileiro condenado, na Espanha, por homicídio. Ele matou vários integrantes da sua família brasileira e foi condenado pela Espanha à prisão perpétua, enquanto nós vemos, muitas vezes, aqui no Brasil, pessoas condenadas por homicídios qualificados que cumprem nem dez anos de pena de prisão. As pessoas não entendem isso, e eu acho que as pessoas estão com razão. Realmente, tem que haver maior rigor para esse tipo de crime. Então, concordo em absoluto com a sua proposição. Acho que realmente há que se endurecer em relação à criminalidade mais grave, e o projeto vai nessa linha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na questão do abuso de autoridade, como eu disse anteriormente, acho que nenhuma autoridade está imune à lei e não deva ser responsabilizada, mas há que ser muito bem avaliada a forma como isso vai ser tratado para que também não seja um efeito inibidor de determinadas decisões e, às vezes, de determinadas posturas mais ousadas. Então, não raramente, no caso da Operação Lava Jato, eu proferi decisões de prisões que foram mantidas. A grande maioria foi mantida pelos Tribunais Superiores e até pelo Supremo; poucas foram revisadas, mas eventualmente sempre se dizia: "Abuso de prisão preventiva." Não, eu tinha uma situação de corrupção como regra dentro de determinadas estatais brasileiras, dentre elas a Petrobras. Havia um comportamento naturalizado. Havia pessoas que haviam recebido vantagem indevida durante o período em que estavam sendo julgadas pelo Supremo Tribunal Federal na Ação Penal 470.

Então, olha, se nem o fato de a pessoa responder a uma ação penal perante o Supremo Tribunal Federal serviu como elemento inibidor de práticas de corrupção, precisa realmente haver uma resposta firme, pesada, drástica. Prisão preventiva tem que ser exceção, não tenho dúvida, mas havia situações excepcionais. Uma grande empresa brasileira tinha um departamento de pagamento de propina! Ela subornou quatro – dá para falar um pouco mais... – Presidentes do Peru, sucessivamente. Então, havia uma prática disseminada que merecia um remédio amargo. Há de ser uma decisão muito ponderada, muito estruturada em provas e com base nas situações que justificam, mas, às vezes, há de ser tomada essa medida drástica.

Não raras vezes, por ter tomado essas medidas, algumas pessoas queriam defender que eu tinha abusado de autoridade, que eu devia ser punido, que eu devia sofrer punição disciplinar, que eu deveria ser expulso da magistratura. Nós resistimos. Mas isso geralmente gerava um certo incômodo e eventualmente pode servir como elemento inibidor.

Então, o projeto de lei de abuso de autoridade, a lei de abuso de autoridade não é um problema. Nós já temos inclusive uma lei vigente. Mas nós temos que analisar bem os projetos existentes para que o remédio não seja excessivo. Compreendo – vamos dizer – as preocupações dos agentes públicos, dos agentes políticos em relação aos excessos, mas há que ser muito bem construído para evitar que o remédio também tolha a autonomia e a liberdade dos órgãos policiais, do Ministério Público e da Justiça.

Não estou discordando do Senador, temos até convergências. Desculpe-me pela veemência em colocar minha posição. Não estou rebatendo exatamente o que V. Exa. colocou; pelo contrário, acho que existe convergência.

Senador Elmano Férrer, muito gentis as suas palavras, que eu agradeço. Fico, realmente, sensibilizado. Foi um trabalho institucional, e circunstancialmente eu fiz parte desse trabalho institucional. São cabíveis pontuais críticas a esse trabalho, nada está imune a críticas. Mas eu acho que, realmente, houve um avanço de enfrentamento da grande corrupção no Brasil, a tradição de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

impunidade foi quebrada ou, pelo menos, não é o mesmo cenário. O nosso grande desafio hoje é como consolidar esses avanços que serão saudáveis para todos: para os agentes públicos, para os agentes políticos honestos, para as empresas que atuam com correção e para responder àqueles anseios da sociedade. Eles querem – vamos dizer – ter fé, confiança no Governo, no Congresso, no Judiciário; e, para isso, realmente, é necessária uma maior integridade. Agradeço as suas considerações. Realmente, é um desafio consolidar esses avanços e tentar estendê-los para outras áreas que também são aspirações do nosso povo, vitimado por essa violência cotidiana de rua, pelo crime, pelo crime organizado.

Toda ideia em cima do Ministério da Justiça e Segurança Pública é aumentar o governo de leis, que os anglo-saxões chamam de *rule of law*. É um desafio grande, não vai ser feito sozinho, há que ser feito em parceria com a sociedade e com o Congresso. Não é algo simples, mas são questões que têm que ser enfrentadas.

Vou colocar um exemplo: com relação à maior organização criminosa do País, um dos primeiros passos que foram tomados – que foi feito com o Governo de São Paulo em uma integração entre as forças federais e as forças policiais estaduais, inclusive, com o Ministério da Defesa – foi o isolamento das 22 lideranças dessa organização criminosa em presídios federais. Presídios federais não têm histórico de rebelião, fugas, e as comunicações externas são muito mais controladas do que nos presídios estaduais. Então, é possível avançar. Parte do enfrentamento do crime organizado passa pelo isolamento das lideranças criminosas. Não é a única coisa que resolve, mas é um passo importante para sinalizar que o crime não compensa. E nós não vamos ser lenientes com a criminalidade dessa espécie. Eu acho que o que era um problema local, muitas vezes de São Paulo, que cresceu, expandiu-se para o restante do País, para vários Estados, essa organização, em parte, por uma certa acomodação. Claro que foram feitas coisas positivas também anteriormente, mas nós precisamos dar um recado claro para essas organizações que vamos trabalhar com eficiência para desmantelá-las.

(*Soa a campainha.*)

O SR. SERGIO FERNANDO MORO – Meu tempo venceu. Posso ganhar uns minutinhos? Em meu favor, vamos dizer que são várias perguntas quando os Senadores falam. Então, tem que haver várias respostas.

Senador Alessandro, concordo com suas ponderações quanto a não haver uma correlação tão clara entre o Estatuto do Desarmamento e a redução de homicídios; pelo contrário, o índice de homicídios foi crescendo ano a ano. É claro que tem de se ter uma preocupação com o controle de armamento disponível, mas o criminoso normalmente não utiliza esses meios oficiais para obter essas armas. Então, é uma política que tem de ser feita de uma maneira muito ponderada. Não creio que a flexibilização que houve foi algo exagerado, e nem algo excessivamente tímido. É respeitar a posição daquelas pessoas que se sentem mais seguras tendo uma arma. Não estamos falando aqui de fuzis,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

rifles automáticos, armas de repetição, armas que podem causar assassinatos em série, mas pessoas que podem ter essas armas para se proteger em um cenário em que o Estado muitas vezes falha na prestação dos serviços de segurança. Então, há que se respeitar a posição também dessas pessoas.

Concordo absolutamente com a sua ponderação, Senador. Por mais que nós invistamos em tecnologia, em estratégia, em gestão, o que conta é o homem e a mulher da ponta, e nós precisamos de policiais, realmente. Um dos meios pelos quais Nova York reduziu seus índices de criminalidade de uma maneira muito significativa, a despeito de toda uma política estratégica, foi também de colocar mais policiais na rua. Isso, sim, faz a diferença. Estamos atentos à necessidade de recompor os quadros da Polícia Federal e da Polícia Rodoviária Federal, com, às vezes, alguns limitadores orçamentários, mas há essa percepção por parte do Governo do Presidente Jair Bolsonaro da necessidade de investir nessa área.

A questão do Banco Nacional de Perfis Genéticos tem que realmente ser tratada com muito cuidado. O projeto piloto é para cinco Municípios nas cinco regiões, para que cada uma seja atendida. É um projeto piloto, então, nós queremos nos concentrar para fazer algo bem feito e, a partir dessa experiência com os aprendizados que dela virão, expandi-la. Mas isso não significa que todos os demais Municípios ficam desamparados, porque vale a política geral de enfrentamento da criminalidade, de apoio com o Susp, de atuações pontuais da Polícia Federal e da Polícia Rodoviária Federal. Ou seja, não é um desamparo, é apenas uma focalização inicial em cinco Municípios.

(*Soa a campainha.*)

O SR. SERGIO FERNANDO MORO – Perdão. Só para finalizar, não vou poder responder a todas as questões.

Chamamos a Delegada Danielle Garcia. Outra política do Ministério é premiar, reconhecer o trabalho daqueles policiais que se destacam com coragem e competência. Acho que isso também é importante.

Senador Anastasia, como diz o senhor, o tempo foge. O problema aqui do tempo é realmente sério. Nós estamos trabalhando, Senador – posso lhe dizer com muita segurança –, na implementação do Susp. Essa foi uma política importante da gestão anterior. Houve um avanço da gestão do Ministro Raul Jungmann. Não tenho problema em reconhecer o mérito. Tenho um bom relacionamento com o ex-Ministro. E nós queremos aprofundar. Muitas vezes, realmente, é um problema de gestão. Quem conversa com o Gen. Braga Netto sobre a intervenção no Rio de Janeiro chega à conclusão que, dos vários problemas, havia um problema sério de gestão. Isso tem que ser enfrentado. Não adianta nós fazermos investimentos que não sejam eficientes. E, para isso, nós precisamos realmente de gestão.

O Susp pode funcionar como um elemento – vamos dizer assim – uniformizador dessas práticas de gestão. Este é um dos objetivos do Ministério: buscar padronização da atuação das polícias, seja

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eventualmente aqui provocando o Legislativo, quando necessário, seja através de protocolos infralegais. Estabelecer, por exemplo, um protocolo para diligência de reconhecimento – como fazer, como seguir? –, e utilizar o Susp e as verbas disponíveis para tentar induzir a adoção das melhores práticas.

Sobre o sistema penitenciário, concordo. Conheço a experiência das Apacs. Devo visitar uma brevemente, já na condição de Ministro. Eu acho que tem que se pensar, realmente, na porta de saída do preso e em soluções menos caras...

(*Soa a campainha.*)

O SR. SERGIO FERNANDO MORO – ... para condenados por crimes que não demandem um regime prisional extremamente severo.

Sobre a questão das PPPs, eu acho que todas as cartas estão na mesa. Como eu disse já, e vou repetir, numa frase: o que vale é pegar o rato e não a cor do gato. Confesso que nós temos de nos aprofundar na análise, pelo Ministério, dessa experiência e verificar a possibilidade ou não da replicação dela em outras unidades da Federação. Mas nós estamos de olho, pode ter certeza disso.

Senador Eduardo Braga, existe a necessidade de se aumentarem os recursos. Vamos conversar sobre essa questão do Fundo Social com a área econômica. O senhor não é o único Senador que chamou a atenção para esse ponto. Eu acho realmente relevante. É algo a ser analisado, já que esta área realmente demanda bastantes investimentos.

Uma questão em especial é, no entanto, como melhorar a execução desses recursos. De fato, eu tenho aqui dados de 2016: as transferências fundo a fundo, Funpen para os fundos penitenciários estaduais, foram da ordem de R$1,209 bilhão. Eu tenho aqui percentuais que nós colhemos no final do ano passado: em torno de 24% desses recursos apenas foram executados, o que é muito baixo. Precisamos aumentar os recursos? Precisamos aumentar, mas precisamos aumentar nossa capacidade de execução. Quem está errando aqui? E aqui eu vou repartir a responsabilidade: tanto os Estados e o Distrito Federal como o Ministério da Justiça. Nós precisamos de projetos, que muitas vezes nós não temos, ou, quando são apresentados esses projetos, o Ministério não tem capacidade de avaliação. Embora seja fundo a fundo, o TCU exige que seja apresentado um projeto e que seja...

(*Soa a campainha.*)

O SR. SERGIO FERNANDO MORO – ... acompanhada a execução pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Um dos nossos planos – e aqui nós temos uma carência realmente real – é de que nós precisamos de mais engenheiros no Ministério da Justiça. E nós estamos aí tentando investir, estamos encontrando uma solução para obter esses engenheiros, para solucionar o problema, pelo menos no âmbito do Ministério, e também auxiliar os Estados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A preocupação com a Amazônia é real. Vários Governadores e Parlamentares da região nos têm procurado preocupados. É uma vasta fronteira. O que nós temos para este ano previsto, em matéria de inteligência, é a instalação de um centro integrado de comando e controle, à semelhança do que existe em Fortaleza, na Região Norte. O local ainda não foi definido. Mas, se os recursos são escassos, precisamos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. SERGIO FERNANDO MORO – ... focalizá-los de maneira inteligente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Ministro.

Eu peço a compreensão, porque o Ministro precisa de um intervalo de cinco minutos, mas não sem antes esclarecer que nós temos apenas, a princípio, mais sete oradores inscritos. Nós voltaríamos em cinco minutos, fechando um bloco só. Os sete Senadores usam a palavra, e o Ministro encerra.

Eu vou suspender, portanto.

Está encerrada por cinco minutos a presente audiência pública.

(*Suspensa às 13 horas e 52 minutos, a reunião é reaberta às 14 horas e 04 minutos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Declaro reaberta a presente audiência pública.

Na ordem de inscrição, vamos aos oradores inscritos.

Acredito que possamos fazer um único bloco, Senador Marcio. Então, não há preocupação. Cada Senador terá cinco minutos, e o Ministro encerra, respondendo aos interpelantes e fazendo as considerações finais.

Então, na ordem aqui, nós temos, como titulares, Senadora Rose, Senador Jorginho e Senador Marcos Rogério; e, na suplência, em seguida, seriam a Senadora Leila, a Senadora Daniella, o Senador Major Olimpio, o Senador Marcio Bittar; e, encerrando, o Senador Izalci. Na última ordem de inscrição, o Senador Dário Berger.

Vamos à Senadora Rose de Freitas pelo tempo de cinco minutos.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES. Para interpelar Ministro.) – Bom, inicialmente, quero saudar os meus colegas aqui presentes e o Ministro.

É muito importante para nós desta Casa o debate para que nós possamos formar juízo de matérias e de projetos que tramitam nesta Casa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ministro, eu tenho grandes preocupações. Eu fui Constituinte, estou aqui desde 1987. Sou do time dos dinossauros que ficam trabalhando nesta Casa tentando encontrar, junto ao Executivo, uma forma mais integrada de agir e não se propondo a debates inócuos que não chegam a quase nada.

Portanto, primeiro, eu quero falar como mulher. A nossa pauta não pode se esvaziar mais nessa questão de gênero porque continuamos vivendo os mesmos percalços dia a dia na vida pública. Quando estive com V. Exa., ao lado do Governador Casagrande, nós tivemos a oportunidade de falar sobre o botão do pânico, que hoje está comungado com diversas mulheres, aliás, todas as mulheres e vários Senadores. Nós propúnhamos, inclusive, que o botão do pânico fosse adotado como uma política que pudesse auxiliar na prevenção e no combate à violência toda a que a mulher hoje é acometida.

Eu gostaria de perguntar a V. Exa. se há consideração sobre isso porque, na verdade, em Governos anteriores, desde que foi criado o botão do pânico pela Juíza Hermínia no nosso Estado, nós temos feito uma caminhada nacional. Muitos falam, premiam – no Innovare, fui premiada –, mas, para adotar medidas protetivas em relação à questão do gênero, não há política no nosso País que se dedique a isso. Eu gostaria de contar com o compromisso público que V. Exa. tem de combate a tudo, inclusive a essa violência que mata mais de cinco mil mulheres ao ano, 40% delas morrem em relação à questão de violência doméstica, o famoso feminicídio. Então, queria ouvi-lo.

No pacote anticrime de V. Exa... Antes de falar do pacote, eu queria falar do orçamento. Eu presidi o orçamento – lembrei a V. Exa. – numa época em que havia quatro anos que não havia orçamento – um absurdo isso – nesta Casa. Tudo era do duodécimo, e o Governo fazia o que queria. E aí, quando fui escolhida por todos os partidos da Casa para presidir essa comissão, eu tive a oportunidade de trabalhar intensamente, e nós tivemos o orçamento, o que deu uma visibilidade de uma possibilidade de gestão para diversas áreas, inclusive para a área educacional, que não tinha gestão de nada – creches parando, escolas fechando, hospitais, e tudo mais.

Eu fui Relatora do Fundo do Susp, e lá nós dotamos um orçamento de R$1,2 bilhão, e eu também citei isso a V. Exa. Eu queria saber o que foi feito, porque, na verdade – e aí V. Exa. vai me permitir falar com a liberdade de quem quer ajudar... É muito importante que, ponto a ponto, posição a posição, estabeleça-se um diálogo para a construção de saídas com coisas que dependem do Executivo, atitudes que dependem do Legislativo, iniciativas nossas. Esse orçamento foi votado no Governo anterior, mas ele tinha dotação orçamentária. O que aconteceu com esse R$1,2 bilhão? Porque ele tinha projeto, ele tinha aplicabilidade. Portanto, ele iria para restos a pagar. E esse recurso de restos a pagar está na mão de V. Exa. Ou o Ministério ainda não se ateve a isso ou então V. Exa. vai ser sacrificado...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Desculpe, eu vou completar. Não sei se essa campanha tocou por acaso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

V. Exa. tem que constituir uma comissão que estabeleça um diálogo dentro desta Casa e que provenha de dados a sua comissão para que saiba que tem como utilizar o restos a pagar, porque ele não foi jogado no lixo. Eu disse isso ao Senador Eduardo, que aqui estava, pedindo a ele até que fizesse essa colocação. Se V. Exa. precisar de ajuda... Ajuda é uma palavra forte. Acho que V. Exa. não precisa de ajuda, mas, se precisar de apoio, estamos aqui todos à disposição para ajudar a que V. Exa. desempenhe melhor seus compromissos, suas atividades hoje constitucionais.

Esse pacote anticrime eu li com muita atenção. Eu fiquei atenta porque não encontrei nada que falasse sobre a questão das mulheres. Hoje eu ampliaria mais ainda a questão de mulheres por crimes permanentes, constantes a mulheres, idosos, crianças, haja vista que nós tivemos aqui o Senador Magno Malta, que tratou da questão da pedofilia por anos e anos, e foi aí que o mundo conheceu praticamente o grau de crime nessa área da pedofilia.

Mas há uma coisa no pacote anticrime de V. Exa. que me chama a atenção e me deixa um pouco preocupada. É sobre essa questão do informante do bem. V. Exa. tem que levar em consideração que eu sou política, estudei até o quinto período de Direito, mas eu não consegui entender o comprometimento e eu tenho que defender aquilo em que acredito e pedir esclarecimento sobre aquilo em que eu tenho muita dúvida. E eu tenho muita dúvida sobre o que é esse informante do bem. Quer dizer, há um texto que diz assim: "Quando as informações disponibilizadas resultarem em recuperação de produto de crime contra a Administração Pública, poderá ser fixada recompensa em favor do informante em até 5% (cinco por cento) do valor recuperado". Oferecer comissão... Essa forma que é colocada não incentiva a criação de um mercado de crime paralelo? Não é porque está denunciando que é do bem. Pode-se formar aí uma nova quadrilha, que pode usufruir desse espaço, pode interagir, pode ter até um sistema: "Olha, tem um roubo tal. Essa é para você. Fique com essa". Os caçadores de recompensa que vão fomentar práticas criminosas, que nós estamos querendo, ao que tudo indica, exterminar. E não dá para recompensar aquilo que a gente não sabe o que é. Ainda que a intenção seja boa, e eu acredito que é, há pessoas de má-fé, de má índole espalhadas por este Brasil afora.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Então, eu acho que para denunciar o ilícito não deveria haver uma recompensa, porque eu vi coisas na ditadura... Eu ia chamar o senhor de Senador. Estou profetizando, ou não?

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Mais um minuto, Senadora Rose. Já se passaram dois minutos, e vou dar mais um minuto para V. Exa. concluir, por favor.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Eu agradeço a generosidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada. Até porque o tema é extremamente relevante e a pergunta seria a minha também.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Ah! Que bom!

Então, eu teria mais uma colocação sobre essa questão desse informante do bem.

Eu também queria registrar que nos informaram – e eu quero conferir esses números – que, em 2018, a Lava Jato recuperou, devolveu R$848 milhões aos cofres públicos, e não está clara para mim a distribuição desses recursos. Eu acho que deveria haver um projeto específico sobre isso. Acho que foi o Eduardo, ou outra pessoa, que elogiou o fato dizendo: "Olha, se falta dinheiro e está sendo devolvido dinheiro aos cofres públicos, poderia V. Exa., com todo o projeto que tem, priorizar a utilização desses recursos também.". E eu também discutiria a área educacional.

Então, fica aqui... Eu não sei qual é a intenção do Poder Executivo e se V. Exa. tem uma proposta relativa a isso.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Senadora Rose de Freitas.

Com a palavra o nosso Vice-Presidente, Senador Jorginho. Em seguida, Marcos Rogério, e passaremos à suplência: Senadora Leila, Senadora Daniella, Senador Major Olimpio, Senador Marcio Bittar, Senador Izalci, Senador Dário Berger, e, para encerrar, Senador Serra.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - SC. Para interpelar Ministro.) – Muito bem. Quero cumprimentar a nossa Presidente, Simone Tebet, cumprimentar o Ministro Sergio Moro, cumprimentar todas as Senadoras e Senadores. Eu não vou fazer perguntas, Ministro, porque já se passaram diversos assuntos e V. Exa. já respondeu.

Talvez possa reafirmar aqui que a polícia investigativa, muitas vezes, nos fala do não bloqueio dos celulares para não ocasionar rebeliões. Mas não dá para se montar algo para que a polícia tire proveito das conversas dentro do presídio, não só para evitar a rebelião? É uma indagação.

Eu quero cumprimentá-lo. Eu quero cumprimentá-lo e não precisa anotar nada. O senhor é um homem que teve a coragem de deixar a magistratura; a sua caneta era forte, era pesada. O senhor foi o divisor de águas da seletividade penal no Brasil, eu não tenho dúvidas disso. O senhor foi o divisor de águas. O senhor deixou a função de magistrado para vir para um projeto político, o senhor foi um homem corajoso. Eu gostaria de saber como está o seu ânimo, como está a sua coragem, como está a sua animação. O senhor nunca foi muito sorridente, pelo que eu o conheci. Mas como está isso? Isso pesou mais? Isso o entristeceu? Isso está fazendo com que o senhor perca o sono? (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor veio para a planície agora; antes, a sua caneta furava o papel, não é? O senhor sabe disso. E agora o senhor precisa dialogar muito.

Eu até queria lhe pedir: o senhor precisa vir mais ao Congresso, o senhor precisa falar mais com o Senado. Aqui há cabeças brilhantes que podem ajudar o Brasil a destravar, a modernizar, a mexer na legislação, porque o processo... A nossa Presidente é uma brilhante advogada. Nós estamos fazendo um trabalho, vai ser feito um trabalho da reformulação do Código Penal, do Código de Processo Penal e do Código Penal, e podemos ajudar muito, ajudar muito.

O senhor precisa não só se preocupar com as questões burocráticas lá do Ministério, aquela papelada, aquilo para que, às vezes, não há solução. Há gente que tem prazer em travar, há gente que não se sente importante se não despachar um papel para frente. O senhor vai ter que... Eu faço um pedido para que o senhor venha mais ao Senado, o senhor converse mais, de forma mais prazerosa, e não só quando convidado. Venha mais. O Brasil precisa disso. Há pessoas aqui brilhantes que podem ajudar muito, muito, muito, muito na construção de tantas coisas. Até porque todos nós esperamos de V. Exa. muita coisa. O senhor foi escolhido como centroavante. O senhor tem que marcar gol. O Governo Bolsonaro tem dois centroavantes em que eu acho que ele aposta todas as fichas: em V. Exa. e no Paulo Guedes. Portanto, não dá para chutar a bola para trás. O senhor tem que pelo menos... A gente quer ser torcida nessa grande empreitada. Então, eu quero cumprimentá-lo. O senhor...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - SC) – O Brasil o conhece, o Brasil o aplaude. Insisto: o senhor foi o homem divisor de águas, porque só pobre, preto etc. e tal iam para a cadeia. Disso o Brasil não vai esquecer nunca. É por isso que o senhor tem esse grande compromisso e essa responsabilidade.

E eu quero me somar. Eu quero ajudá-lo. O Senado da República pode ajudá-lo. Então, que o senhor seja um grande animador disso tudo, venha para cá, vamos conversar, porque o Brasil precisa de todos nós.

Muito boa sorte!

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada ao nosso queridíssimo e sorridente Vice-Presidente Jorginho Mello.

Com a palavra, por cinco minutos, o Senador...

Não, agora, com todo respeito, é brincadeira, não é? Há um ditado no meu Estado que diz assim: o sujo falando do mal lavado. Numa brincadeira, porque, realmente, Ministro, o nosso Vice é um Senador querido por todos nós. Tenho certeza de que foi...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Foi uma grande intervenção, hein?

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... além de grande, carinhosa a intervenção.

Com a palavra o Senador Marcos Rogério, pelo prazo de cinco minutos.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Para interpelar Ministro.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, Sr. Ministro, Dr. Sergio Moro, a quem saúdo por sua exposição e disposição em dialogar com o Parlamento. A democracia se faz com muito diálogo, com muito esforço para compreender temperamentos, com muito esforço para compreender circunstâncias, construir na divergência e na convergência. V. Exa. vem de uma escola que não segue essa cartilha, mas V. Exa. vem de uma atuação que deu orgulho ao Brasil; mais do que isso, deu esperança ao Brasil.

Eu tenho observando, nesses últimos dias, o quanto a população brasileira espera de V. Exa., e há um sentimento na sociedade que... E o Parlamento precisa fazer reflexão em relação a isso também, com as responsabilidades que tem no filtro das propostas e das iniciativas que aqui chegam, porque a matéria que tem o carimbo do Moro parece ser a matéria perfeita. E não há ideia perfeita, acabada, que não mereça sugestões, ponderações, correções, ainda que venha de pessoas que tenham o melhor dos objetivos, o melhor dos propósitos, como sei que é o caso de V. Exa.

V. Exa. traz a este Parlamento um conjunto de propostas, o endurecimento do cumprimento das penas, com o que concordo, desde logo devo acrescentar. Mas eu penso que o problema do Brasil, Ministro, não é ausência de pena, não é ausência de lei. Nós temos penas demais, e, na extensão da condenação, execução de menos. Alguém que é condenado no Brasil a dez anos de cadeia cumpre dez anos de cadeia? Não, não cumpre. E o cidadão lá na ponta não compreende essa lógica. "Mas foi condenado a dez anos! Por que ficou lá tão pouco tempo e já está solto novamente, muitas vezes, reincidindo nas mesmas condutas, nos mesmos crimes?" Você tem causas de diminuição de pena, você tem situações de remissão, comutação, uma série, uma sequência de benefícios que tornam a política de execução penal inefetiva no Brasil. Aliás, V. Exa., com a legislação que nós temos hoje no Brasil, conseguiu dar ao País uma contribuição, repito, extraordinária no enfrentamento a organizações criminosas da pior espécie.

V. Exa. deu, repito, esperança ao Brasil não com a legislação que vamos aprovar; com a legislação que temos em curso. Então, é possível fazer alguma coisa, é possível fazer mais a partir do marco legal existente no Brasil.

Eu respeito o Ministério Público – e tenho feito defesa do MP na Casa desde quando fui Deputado Federal –, respeito a magistratura, mas, com a mesma legislação, esse enfrentamento não se dá na mesma medida e na mesma direção daquela praticada por V. Exa. a partir da Operação Lava Jato.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é preciso fazer aqui reflexões de que o problema do Brasil não é só normativo, não é só um problema legal.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Há um problema de inexecução da norma inexistente. Mas, claro, conhecendo os entraves que enfrentou, V. Exa. tem condições de apresentar mudanças que aprimorem, que melhorem, que tornem mais efetivo o agir do Estado no enfrentamento ao crime organizado.

Faço essas ponderações brevíssimas, em razão do tempo, para dizer que eu trabalharei pela aprovação das propostas que V. Exa. traz a esta Casa, a este Parlamento, iniciando pela Câmara, claro, com as cautelas que o tema exige, com as ponderações que serão, obviamente, parte desse enfrentamento aqui nesta Casa.

Mas eu queria trazer duas reflexões aqui, Sra. Presidente, se me permite, que são importantes: primeiro, em relação à questão das fronteiras, e já foi dito aqui hoje que não se combate o crime organizado com fronteiras abertas como nós temos no Brasil. Nós fazemos fronteira, Sr. Ministro, com pelo menos dez países da América do Sul. Temos cerca de 17 mil quilômetros de fronteira e vigia praticamente nenhuma. Quando a Operação Ágata vai acontecer nas fronteiras, primeiro se anuncia: "Olha, a partir do dia tal, acontece a Operação Ágata." Anuncia-se ao criminoso, ao autor de contrabando, ao traficante, ao narcotraficante, ao que furta e ao que rouba para trocar por drogas e armas que a Operação Ágata vai chegar. É inefetivo. É preciso haver uma política efetiva de controle das fronteiras, de guarda das fronteiras.

E eu concluo a minha fala com o último ponto, em relação à prisão, à execução da pena em segunda instância.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Concluo aqui, Sra. Presidente, a minha observação.

Penso que esse tema seria até desnecessário com a Constituição que nós temos. Para mim, não haveria necessidade de se mudar a Constituição, como não está sendo proposto. O que nós temos que ter é essa matéria positivada em razão da insegurança jurídica que se instaurou a partir das mudanças de posicionamentos do Supremo Tribunal Federal. O nosso Código de Processo Penal da década de 40 previa a prisão em primeira instância, e não em segunda, e a Constituição de 1988, trazendo a presunção de inocência, em 1991, pela primeira vez, a Suprema Corte enfrentou essa matéria e assegurou a manutenção do modelo de execução provisória. Em 2009 muda-se.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Em 2016, muda-se novamente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Desculpe, Senador Marcos. Por favor, para concluir.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Então, concluo, dizendo a V. Exa. que, como disse aqui o nosso nobre colega, Senador Jorginho, venha mais ao Parlamento, dialogue mais. Eu tenho certeza de que vai ganhar o Brasil, porque V. Exa. já deu mostras do compromisso que tem com a sociedade brasileira.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu que agradeço. Eu peço desculpa pela interrupção dos colegas. Eu sou obrigada a exercer esse papel. Já são 14h30, e não podemos esquecer que às 16h nós entramos na Ordem do Dia, e nós temos aqui mais sete ou oito Sras. e Srs. Senadores. Eu vou ser realmente rigorosa em relação ao tempo.

Com a palavra a Senadora Leila; em seguida, a Senadora Daniella e o Senador Major Olimpio.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. Para interpelar Ministro.) – Boa tarde, Ministro, Presidente Simone, Senadoras e Senadores.

Ministro, primeiro, eu quero pedir desculpas. Eu estava na CAS, em audiência com o Ministro Mandetta, da Saúde; peguei aqui a audiência correndo.

Então, alguns pontos do pacote... Eu não acompanhei a sua explanação e eu tenho uma preocupação, porque o pacote tem avanços, isso é claro, e é muito voltado para punição dos crimes, mas, na minha condição – eu trabalhei muito no Executivo, aqui no Distrito Federal, como Secretária de Esportes –, a gente tem uma preocupação quando se refere à segurança pública que é o aliciamento do crime organizado aos jovens. Dentro do pacote, a gente não vê um trabalho com relação à prevenção, e a gente sabe que os maiores punidos nessa guerra são os jovens.

Eu gostaria de saber do senhor, com relação a essa prevenção, o que o Ministério da Justiça pretende propor com as demais pastas, até porque essa prevenção nós não fazemos só com essa punição, só com penas pesadas; nós temos que fazer um trabalho integrado com outros Ministérios como o da Educação, a Secretaria Especial da Cultura, do Esporte. Então, eu tenho uma preocupação, Ministro, sincera mesmo, com relação à vida dos nossos jovens, a esse aliciamento e à prevenção.

Outra coisa, Ministro, como representante do Distrito Federal, de Brasília, eu não poderia deixar de comentar sobre a decisão, nessa semana passada, e a estratégia da segurança com relação a trazer o líder da maior organização criminosa do País para uma unidade prisional de segurança máxima aqui em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Brasília. Eu sei que o senhor sabe que essa unidade está a poucos minutos daqui da Praça dos Três Poderes e a menos de 2km de região povoada urbana, no caso de São Sebastião, Jardim Mangueiral, Jardim Botânico. Pensando nessa situação, eu gostaria de perguntar ao senhor se o Governo Federal tem pensado em ajudar, em dar apoio ao governo local em questões de investimento na inteligência, até porque a gente tem que barrar, tem que combater a chegada do PCC ao Distrito Federal de uma forma efetiva. E como assegurar o reforço da segurança ao redor da área do complexo, porque, como eu falei, esse complexo de segurança máxima está a 2km de regiões administrativas bastante povoadas da nossa Brasília.

Obrigada, Ministro.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC. *Fora do microfone*.) – Parabéns à Senadora Leila, que cumpriu o horário!

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Senadora Leila, duplamente: pelas perguntas, mais do que pertinentes...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Eu sou disciplinada.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – É, como toda grande desportista.

Eu passo a palavra para a Senadora Daniella pelo tempo de cinco minutos.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB. Para interpelar Ministro.) – Sra. Presidente, nosso Vice-Presidente, Senador Jorginho, Ministro Sergio Moro, é uma alegria estar aqui também na manhã de hoje, mesmo estando desde cedo – não é, Senadora? –, com fome, com água e café, mas estamos aqui fazendo aquilo que o Brasil espera de nós. E, daqui a um pouquinho, estaremos também na Comissão de Assuntos Econômicos. O Ministro já chegou por lá.

Mas não poderia deixar também de trazer algumas observações, inclusive, a partir do que V. Exa. colocou na sua fala e que é uma preocupação para mim, como representante, e, acredito, para muitos dos Senadores e Senadoras... Claro, eu estava até dando uma olhada, fazendo questão de ver a própria finalidade da audiência pública, que trata de prestar informações e esclarecimentos a respeito do pacote anticrime, mas também da atuação do Ministério da Justiça. Concomitantemente, a questão do projeto de lei anticrime, ou seja, o que o Governo propõe para a parte legislativa...

Mas a minha pergunta, objetivamente falando – os cidadãos do País inteiro estão no aguardo, até porque o Governo Bolsonaro teve um apelo muito forte na área de segurança pública... De tudo aquilo que foi falado, eu anotei algumas palavras que V. Exa. disse, sempre utilizando muito: "A ideia é fazermos isso... A intenção é fazermos isso... O desejo é fazermos isso, cogitar protocolos... Nós pensamos e nós queremos fazer uma espécie de convênio...". Então, eu senti – e aí eu quero que V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tenha a oportunidade de esclarecer – pouco apelo de um programa efetivo que já estivesse acontecendo. Muito também do que o senhor citou: "Tal programa, que já existia no Governo passado, nós estamos aprofundando". Isso é muito bom. Inclusive, eu o parabenizo, porque eu acredito que nós temos que ter projetos de Estado, não de Governo. Então, aquilo que deu certo deve-se manter e se aperfeiçoar, mas eu quero dizer que, na necessidade de olharmos para o tempo que já passamos – janeiro, fevereiro, março –, a população que vivencia e todos nós, porque o crime e a insegurança não vêm somente... Claro que a gente sabe que as dificuldades são maiores para quem tem menos, que são os mais pobres, mas elas não escolhem raça, cor nem, muito menos, classe social.

Então, baseada nisso, o meu primeiro questionamento é com relação... E eu quis fazer essa observação, Presidente, me permita, porque a gente sabe que o Parlamento – e eu estou aqui, tendo oportunidade pela primeira vez – cumpre um papel fundamental e tem cumprido. O projeto de lei anticrime é muito importante, mas não é aquilo que chegou agora e nada aconteceu no passado. Este Congresso tem tido um papel fundamental no que diz respeito ao aprimoramento de leis, à condução para que o nosso País possa ter a efetividade e o tratamento necessário para a população. Então, não estamos inventando a roda; estamos tentando aperfeiçoar aquilo que ainda não está tão bem.

Mais esta pergunta: por que não ficou tão claro? Porque eu sei que para a gente resolver tudo na vida precisa-se de recursos. Então, faltou a sensação de que V. Exa. sabe exatamente o que vai se fazer e de onde vai se tirar dinheiro do orçamento. Alguns perguntaram aqui. Inclusive, eu até fiquei satisfeita com alguns questionamentos. O ruim de ficar por último é porque a gente espera o tempo inteiro; no final, você talvez nem tenha nem as perguntas, você não faça, mas é natural.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB) – Então, eu gostaria de, dentro dessa minha pergunta, a finalidade é: afinal de contas, qual o programa que o Governo tem para apresentar para o nosso País efetivamente, hoje? O que se faz? O que está se fazendo? Quanto se está investindo que faça mudar a vida da população desde que o Governo assumiu esse protagonismo?

E, em um segundo momento, deixo também uma sugestão. Permita-me, só concluindo, Presidente. É que eu vejo um preâmbulo muito forte para que a gente possa trabalhar a parte social. É como se houvesse uma necessidade – e há uma necessidade – de que possamos trabalhar também não só a questão das consequências, porque o foco foi muito naquilo que hoje se sofre com a violência, mas o que nós vamos fazer com a prevenção, com a causa? O que o Governo pensa em relação a isso e como tratar isso? Como o senhor está pensando em tratar isso nas questões transversais com outros Ministérios? Pensando ou já fazendo.

Eu acho que a gente não pode deixar...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB) – ... também de ter conhecimento.

E eu sigo as palavras do Senador Jorginho sobre a importância desse diálogo. Quero parabenizá-lo por estar aqui, neste diálogo, de permanecer, porque eu acho que nós temos muito a contribuir realmente. Assim como existem deficiências na política, existem na Justiça, existem na imprensa, existem em todos os lugares. Então, criminalizar a todos por alguns, a gente não pode fazer isso.

Então, dessa forma, eu quero agradecer a oportunidade e aguardar para ouvir as suas respostas.

Obrigada, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Nós é que agradecemos, Senadora Daniella.

Com a palavra o Senador Major Olimpio.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP. Para interpelar Ministro.) – Sra. Presidente, Senadores, a população que nos acompanha, Exmo. Ministro Sergio Moro, em primeiro lugar, o meu agradecimento como brasileiro. V. Exa. se tornou um dos poucos arremedos para o mundo de que, no Brasil, possa haver justiça. Em momentos mais agudos, quando há certeza da impunidade ao colarinho branco, à classe política, à corrupção, o senhor se mostrou um brasileiro autêntico, legítimo. Num segundo momento, V. Exa. deixou uma das carreiras mais brilhantes da área pública – e o senhor é um dos ícones da carreira da magistratura – para se colocar à disposição do Brasil, e vem fazendo com maestria, talvez com grandes desafios, porque, quando vai se tratar com a área política, necessariamente e em algumas circunstâncias aparecem as vaidades, de que V. Exa. é desprovido.

Então, eu vejo... E aí, entrando na questão do pacote que V. Exa. apresentou pelo Governo brasileiro, muitas vezes houve manifestações menos nobres e da área dos nobres simplesmente tentando diminui-lo enquanto V. Exa. está dizendo: "Nosso País precisa, não há mais jeito".

Quero fazer algumas poucas considerações – até por isso e como aliado permanente, conte com este aliado permanente, como brasileiro, como Senador – e pedir a V. Exa. uma atenção. O Senado votou a criação da Polícia Penal, que seguiu para a Câmara dos Deputados e seria votada, e só não foi por causa do processo de intervenção no Rio de Janeiro. Temos aí milhares de agentes penitenciários fazendo escolta, uniformizados, armados efetivamente, precisando de respaldo jurídico para a atividade que já exercem. Eu sei que V. Exa. pode ajudar a implementar através da força do Governo.

Também pondero a V. Exa. que interceda junto ao Governo. Não é uma área de V. Exa. Já está na Câmara a discussão da reforma da previdência, mas se esqueceram dos guardas municipais como atividade de segurança pública, e eles já exercem efetivamente esse papel com um grau de risco. Alguns

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

questionamentos foram feitos por algumas guardas serem desarmadas, mas os agentes socioeducativos também são desarmados e estão contemplados como atividade de risco.

Peço a V. Exa. a consolidação do Susp realmente com padronização, e até com padronização estatística, para que São Paulo pare de mentir nas estatísticas de homicídios, em que se coloca como quem tem menos de dez homicídios para cada grupo de 100 mil habitantes, porque não conta, como óbito, a lesão corporal seguida de morte. Alguém leva um tiro e vai morrer dez dias depois num pronto-socorro e, na estatística de São Paulo, é uma lesão corporal. As intervenções com a própria polícia, mesmo quando morre o policial, não fazem parte das estatísticas.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – Então, simplesmente é necessária a adequação da estatística.

O Fundo de Segurança Pública – peço uma atenção especial de V. Exa. – da ordem de 1,2 bilhão. E 10% a 15% dele foram votados e implementados com destinação de verba para habitação de profissionais da segurança pública. Eu estive com o Presidente da Caixa Econômica Federal, Pedro, intercedendo em relação a isso. V. Exa. pode ajudar a impulsionar isso, pelo grave problema de moradia para os profissionais da segurança pública. Adianto que, pesquisando, nós já temos R$800 milhões no fundo, que pode ter a parcela de 10% a 15% disponibilizada em relação a isso.

Peço para V. Exa. considerar a inclusão no próprio pacote, quando se está falando do julgamento e do recolhimento do preso, aquele condenado pelo Tribunal de Júri, a questão de que a testemunha não vá embora junto com os parentes da vítima e o algoz...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – E também uma alteração, porque nós temos crimes patrimoniais, por exemplo, no latrocínio, quando nós temos a extorsão mediante sequestro com resultado morte, que são qualificadores, para que tenham a mesma destinação de ter o julgamento pelo Tribunal do Júri e também ter a mesma destinação mais célere do recolhimento do preso.

Lembro a V. Exa. a dificuldade orçamentária que é uma dificuldade do País, mas os Estados estão dizendo – carentes – que só têm R$250 milhões neste ano, oriundos do seu Ministério.

Eu não sei se já foi questionado – eu me afastei para ir a outra Comissão – sobre isto, mas V. Exa. ontem iniciou o trabalho de uma comissão chamada Comissão do Tabaco para revisão de taxas e impostos em relação ao tabaco, como um estímulo talvez para diminuição do contrabando de cigarros. Que V. Exa. observasse isso, porque nós precisamos enfrentar o contrabando de cigarros, pois sabemos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que mais de 50% dos cigarros consumidos no Brasil são contrabandeados, mas eu entendo temerário se discutir a diminuição de tributos para...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – ... estimular o tabaco. Temos que fazer, sim, um enfrentamento duro ao contrabandista.

Agradeço a V. Exa.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Major Olimpio.

Peço, mais uma vez, desculpas, peço rigor no tempo dos cinco minutos, não é nem pelo tempo, acho que poderíamos, no tempo, estender um minuto a mais, o problema é a quantidade de perguntas, e o Ministro não vai dar conta de responder a todas elas antes do encerramento obrigatório desta audiência, que vai ter que se dar às 16h pelos termos regimentais.

Com a palavra o Senador Marcio Bittar.

Em seguida, será o Senador Izalci.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC. Para interpelar Ministro.) – Primeiro, cumprimento a Presidente Simone. É um prazer e um privilégio estar numa Comissão presidida por você, secundada pelo meu queridíssimo amigo de Câmara Federal, Jorginho, sorridente e queridíssimo amigo.

Ministro, eu queria endossar as palavras do Jorginho e do Major Olimpio no cumprimento que eles fazem ao senhor. Eu já tive oportunidade de dizer isso pessoalmente. Eu tenho impressão, aos 55 anos de idade, cristão convicto, de que a história reserva a alguns – ninguém sabe o porquê – um determinado papel, que, ao nascer e ao crescer, a gente nem imagina. Alguns fogem dele; outros, quando esse momento chega, se apresentam. E o senhor se apresentou num momento gravíssimo do País, correndo riscos. Eu o parabenizo e lhe agradeço, como brasileiro e, hoje, como Senador da República, por ter aceito esse desafio de largar uma carreira para vir se arriscar no Governo, com todas as nuances das relações humana que isso enfrenta.

Ministro, eu tenho me debruçado sobre esse tema e faço parte de uma corrente de pensamento, diferentemente do que, mais ou menos, pensa a esquerda, que gaste com educação, que se melhore o emprego que você combate a violência, diferente desse pensamento, entendendo que são temas importantes, mas que não é isso fundamentalmente o enfrentamento da completa bagunça na área de segurança que virou o País. E é fácil, países muito mais pobres do que o Brasil têm muito mais segurança do que nós; países que gastam muito menos com educação do que o nosso País têm uma segurança

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muito maior. Por outro lado, cidades ricas como Nova York, na década de 60 e 70, entrou o crime organizado e arrebentou com a segurança daquela cidade. Portanto, eu faço parte de uma corrente de pensamento de pessoas que entendem que fundamentalmente o que combate o crime é punição, é o sujeito ser descoberto, ser pego e pagar pelo crime que cometeu.

Nesse sentido, Ministro, tendo feito a campanha falando sobre isso, eu tenho três observações. Como fica, no regime de segurança máxima proposta pelo senhor, a questão do acesso do profissional do Direito, o advogado? Em plena campanha, eu dizia que nós não podemos continuar assistindo ao crime organizado comandar de dentro dos presídios brasileiros. E é óbvio que uma das maneiras que o crime organizado encontra é contratando pessoas, advogados, que não têm limites, não podem ser documentados e passam aí a sua ordem. Portanto, eu gostaria de ouvi-lo sobre isso.

Duas outras questões, Ministro. Eu respeito o pacote que o senhor mandou para cá, mas ainda acho 30 anos pouco para alguém que mata sua mãe, seu pai, com requintes de crueldade, sem direito a defesa, poder sair do regime prisional, do encarceramento aos vinte e poucos anos, eu ainda acho pouco. Por isso, apresentei um projeto subindo para 50 anos, com a possibilidade de progressão de pena a partir apenas de três quartos do cumprimento do regime fechado.

Para terminar, a sua proposta, que sei que tem a simpatia da nossa Presidente, é abaixar a maioridade penal apenas para crimes hediondos. Só que isso faz com que fiquem de fora... O Brasil, nos dados oficiais – questionado pelo Olimpio – tem 63 mil homicídios, mas também temos sessenta e tantas mil mortes violentas no trânsito.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – Terminando.

Fundamentalmente, o que causa esses acidentes também é droga, também é o ilícito, e, se for a 16 anos apenas crimes hediondos, todos aqueles aos 16, 17 anos de idade que, num acidente de trânsito, completamente culpados e drogados, ceifarem uma família inteira vão continuar não sendo punidos pela morte, às vezes, até de uma família inteira. Por isso, apresentei um projeto abaixando a maioridade penal para 16 anos para todos os crimes.

Eu gostaria de saber a sua opinião sobre esses três temas.

No mais, Ministro, nós estamos aqui para ajudar. Esse é um tema tão importante quanto a reforma econômica do Brasil. E a reforma econômica do País é muito importante principalmente porque precisa haver muito mais recurso para acudir a área da segurança, o que não é bem verdade na saúde e na educação, porque o Brasil gasta muito, talvez gaste mal e haja muita corrupção e desperdício, mas, para segurança, mesmo olhando sob a ótica da segurança do Brasil, a reforma econômica é importante.

Um abraço. Parabéns!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Senador Marcio Bittar.

Vou passar a palavra ao Senador Izalci, mas não sem antes dizer que nós temos, para encerrar, esta audiência pública com o Senador Izalci e mais cinco Sras. e Srs. Senadores.

Agradeço aqui a atenção do Ministro, a paciência, isso mostra não só o prestígio de V. Exa... Eu não me lembro nos quatro anos em que estava nesta Comissão de uma audiência ter se estendido até este horário, tendo começado praticamente rigorosamente no horário e quase que sem interrupção. Isso se deve, volto a repetir, ao prestígio de V. Exa., mas acima de tudo ao trabalho valoroso desta Bancada de Senadores e Senadoras da CCJ, que, em sintonia com a sociedade, sabe da importância e da relevância do tema de segurança pública.

Com a palavra o Senador Izalci, pelo prazo de cinco minutos.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Segundo o Senador Dário, também é o prestígio da juventude de V. Exa.

Na ordem, o Senador Izalci, depois o Senador Dário Berger.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF. Para interpelar Ministro.) – Sr. Ministro, primeiro eu quero também parabenizar V. Exa. pelo trabalho, mas eu vou ficar aqui num tema importante para nós. Eu acho que aqui, Brasília, é a Capital de todos os brasileiros, não é somente de quem mora aqui.

Quando fui Coordenador da Bancada, uns cinco anos atrás, ainda no Governo Dilma, nós fizemos uma reunião com a Ministra da Casa Civil, porque estava sendo prevista a construção de um presídio de segurança máxima em Planaltina, e nós conseguimos convencê-la de não construir, tendo em vista que aqui é a Capital da República, temos aqui mais de 130 embaixadas, o Poder central está aqui, o Supremo, o Congresso, e conseguimos evitar a construção. No Governo passado, acabaram construindo no Complexo da Papuda um presídio de segurança máximo.

No ano passado, procurei o Ministro Raul Jungmann sobre essa questão, porque havia já uma possibilidade de transferirem para cá esses prisioneiros aí, tanto o Beira-Mar, quanto agora esse que foi transferido recentemente. E ele me disse que não era competência do Ministério da Segurança nem do da Justiça, e que seria competência da Justiça de Execução. Estive com o Juiz aqui na Vara de Execução, na Asa Norte, e ele me disse que não receberia esse tipo de prisioneiro aqui, tendo em vista esses argumentos que coloquei, mas fomos surpreendidos agora com a vinda do prisioneiro Marcola. Já temos aqui o Marcola filho, agora vem o Marcola pai.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu tive informações da Polícia Civil de que, só agora nesses últimos meses, mais de 400 integrantes do PCC já foram identificados em Brasília. Nós sabemos que, por mais que seja um presídio de segurança máxima, quando vem um prisioneiro desse tipo para cá, vários apoios e parentes e outras gangues o vêm acompanhando. Por ser a Capital da República, apesar de sabermos que nós temos aqui talvez a melhor segurança do País, mas eu acho que não é razoável a gente manter aqui, a 10km do Palácio do Planalto, a 10km do Congresso Nacional e do Supremo e das embaixadas, esse tipo de prisioneiro aqui em Brasília.

Eu pediria a V. Exa... Eu sei que andaram criticando, sem se aprofundarem no tema, eu sei que não é culpa de V. Exa., mas eu gostaria de fazer um apelo aqui em nome da população não só de Brasília, mas acho que por ser a Capital da República, que se evitasse que esse tipo de prisioneiro – já bastam os daqui –, que esse tipo de prisioneiro viesse para cá e trouxesse tanta intranquilidade para a nossa população e para a nossa segurança e dessas entidades, inclusive, das embaixadas.

Era essa a minha ponderação. Vou economizar o tempo para V. Exa.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Esta Presidência agradece, Senador Izalci.

Com a palavra o Senador Dário Berger.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC. Para interpelar Ministro.) – Eu quero cumprimentar o Ministro e quero cumprimentar V. Exa. pela forma serena e objetiva com que tem dirigido os trabalhos, ao mesmo tempo em que homenageio também o Senador Jorginho Mello, que é de Santa Catarina. E Santa Catarina tem por hábito ser bastante feliz e sorridente, como é o caso do Senador Jorginho Mello...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Recém-eleito. Entendeu, Ministro? Tudo facilita.

Bem, eu queria abordar aqui um tema muito rapidamente para dizer o seguinte: o cenário atual do Brasil é de um país dividido, de opiniões muito divergentes. Crises de toda ordem, econômica, política, crise das redes sociais, que nós precisamos enfrentar. E o resultado de tudo isso: insensatez, insegurança, abuso, arrogância, prepotência, conflitos etc.

Esse é um fenômeno importante que merece uma grande reflexão sem a qual nós não vamos conseguir avançar. Nós não vamos conseguir avançar na marra; nós vamos conseguir avançar numa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

democracia com conversa, com diálogo, com o entendimento, porque o Parlamento tem essa função mesmo, a de parlar, de conversar, de buscar o entendimento.

E eu sou um homem aqui do entendimento. Em todas as missões que cumpri aqui, tentei fazer da melhor forma possível, inclusive, eliminando muitas vezes o próprio Regimento, porque, se nós buscarmos o entendimento, nós não precisamos da regra para seguir efetivamente em frente.

Então, eu queria mencionar – e eu já mencionei isso aqui outra vez em outro governo – que governo arrogante é sinônimo de governo fracassado. Por isso, eu faço coro com o Senador Jorginho Mello aqui, no sentido de que pessoas como V. Exa, extremamente preparado, que construiu uma história de respeito à sociedade brasileira, tem um papel preponderante, fundamental e vital para a elevação desses conceitos que eu acabei de mencionar. E para isso nós só vamos avançar dialogando, conhecendo melhor V. Exa., conhecendo melhor agora os seus propósitos diante dessa nova missão que tem para enfrentar. E aí, com serenidade, com equilíbrio, com equidade, com sensatez, com respeito, com cooperação, certamente nós vamos construir o que precisa ser construído, reconstruir o que precisa ser reconstruído e reformar o que precisa ser reformado.

Bem, o tempo realmente é pequenininho para a gente fazer uma pequena exposição, mas eu queria rapidamente dizer para o senhor o seguinte: o senhor vem com *status* de superministro, e muito merecidamente, diga-se de passagem, pelo seu histórico e pelo seu currículo. Eu fui Relator da medida provisória aqui que instituiu o Ministério da Segurança Pública. À época, era uma unanimidade a criação do Ministério da Segurança Pública.

E aí já começam as minhas perguntas para que V. Exa. possa, de repente, dizer alguma coisa a respeito disso.

O senhor acha sinceramente que um ser humano, com as virtudes e os defeitos que nós todos temos, o senhor vai ter condições efetivas, com sinceridade, de tocar essas enormes responsabilidades que o senhor tem pela frente?

(*Soa a campainha.*)

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – A outra questão é a seguinte: eu queria também a opinião de V. Exa. com relação ao massacre de Suzano. Acho que esse tema é extremamente relevante e tem um envolvimento forte com o Ministério da Justiça.

A outra questão: eu entendo aqui – e sempre tenho defendido – que o avanço da violência se dá em função da falta de oportunidade para os nossos jovens, porque a grande maioria dos assassinatos são de jovens de 16 a 24 anos etc., num país que não oferece oportunidades para os nossos jovens. E, quando ele não tem oportunidade, ele vai procurar uma oportunidade para sobreviver. E encontra, nessas circunstâncias, na droga, na marginalização uma oportunidade e é recrutado. E dali ele só vai ou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para a cadeia ou para o cemitério, porque não há outra alternativa para ele. E queria pedir a V. Exa. o seguinte: eu entendo que um dos maiores problemas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Só terminando, só mais uma pergunta.

Um dos maiores problemas que o Brasil enfrenta hoje está nas desigualdades e nas diferenças sociais. Nós não vamos eliminar a violência deste País se nós não eliminarmos a pobreza, as diferenças. Há pessoas vivendo com R$400 por mês, pessoas vivendo do Bolsa Família, pessoas sem oportunidade etc. Portanto, esse é um outro aspecto sobre o qual eu queria que o senhor pudesse fazer um comentário. E o senhor teria uma participação importante, junto com o Ministro Paulo Guedes, de elaborar um plano de desenvolvimento nacional para eliminação da pobreza e da miséria deste País, sem o qual nós não vamos avançar.

E, por último, finalmente, eu queria que o senhor comentasse os aspectos cinematográficos das operações policiais, que vêm diminuindo, mas que fizeram parte do dia a dia da nossa história.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Senador Dário Berger.

Nós só temos mais três oradores inscritos. Eu vou ter que encerrar, inclusive, as inscrições se mais Senadores vierem, porque falta um pouco menos de uma hora e nós precisamos ouvir o Ministro.

Aos colegas Senadores que ainda não almoçaram, há um suco ali atrás.

Nós vamos, portanto, dizer que temos agora, para fazerem as suas considerações – espero que rigorosamente dentro do prazo –, Senador Wellington, Senador Serra e Senador Paim. São cinco minutos impreteríveis, eu não posso realmente exceder, sob pena de o Ministro não conseguir concluir as inúmeras intervenções feitas pelos colegas.

Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT. Para interpelar Ministro.) – Pois não, Senadora Simone.

Também quero cumprimentar o Senador Jorginho, Vice-Presidente desta Comissão, do meu Partido, o PR; e o Ministro Sergio Moro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou depois deixar, inclusive, isto aqui por escrito, mas eu quero só destacar que, no pacote anticrime pelo qual V. Exa. tem lutado muito aí, V. Exa. destaca a questão do Sisfron, lá na questão da faixa de fronteira, e também o apoio ao programa de integração das fronteiras. Nesse aspecto, como sou de Mato Grosso... Nós temos no Brasil sete mil e tantos quilômetros de divisa seca e, em Mato Grosso, são 720km de divisa seca, mais 300km por água e totalmente desprotegidos.

Eu fui Relator, no ano passado, do orçamento para este ano da área de defesa e justiça. E, claro, discuti um pouco com os técnicos da sua pasta sobre as necessidades maiores. Claro, procuramos atender, mas, especificamente no meu Estado, a gente vê a faixa de fronteira abandonada do ponto de vista do desenvolvimento. E a gente sempre percebe que, numa área abandonada, desocupada, em termos e espaço, de ocupação humana, a tendência é haver uma facilidade maior para o narcotráfico.

Então, eu gostaria de perguntar, especificamente com relação a essa questão da faixa de fronteira – aqui está explicada já alguma coisa –, e que o senhor fosse mais claro para a população que vai estar a nos assistindo: qual é a estratégia, eu diria, integrada de Governo para promover o desenvolvimento da nossa faixa de fronteira? No caso nosso, claro, temos uma preocupação maior com a Bolívia. Só a Polícia Rodoviária apreendeu, no ano passado, 300 toneladas de maconha. Então, ali a facilidade é muito grande, inclusive, usam os caminhoneiros para serem, digamos, cooptados pelo narcotráfico, além da facilidade das nossas estradas.

Então, eu gostaria de uma explicação de V. Exa. em relação ao projeto de desenvolvimento, em o que isso pode contribuir para o combate ao narcotráfico e qual é a estratégia também. Inclusive, nesse aspecto, há também a questão da presença de mais policiais, qual é a estratégia que vocês pensam em relação a toda a possibilidade de integração também com as Polícias Civil, Militar e as Forças Armadas, já que o Sisfron é comandado pelo Exército brasileiro?

E ainda um programa de modernização. Aliás, antes disso, Ministro, eu estou vindo de uma reunião na Confederação Nacional dos Municípios, também como Presidente da Frente Parlamentar de Logística, e já nos traz uma grande preocupação a questão da nova greve dos caminhoneiros. Isso já está muito comentado, já está muito trabalhado. Eu tive oportunidade também de ouvir uma palestra com o Comando-Geral do Exército e, como eu sou de Mato Grosso, da cidade de Rondonópolis, um centro de caminhoneiros, na palestra eles diziam que, na greve passada, a partir de Rondonópolis, nós poderíamos ter, se não fosse a presença do Exército brasileiro, da área da inteligência, junto com a Polícia Rodoviária, poderíamos dali ter uma guerra civil no País. Então, essa é uma preocupação que eu gostaria que V. Exa. também... Porque a volta de uma greve dos caminhoneiros, se ela acontecer, será um prejuízo muito grande para a população. Então, o que o Ministério está pensando também nesse trabalho integrado a ser feito com todos os Ministérios?

Ainda com relação a essa questão da modernização, de que forma o Ministério está pensando em agir estrategicamente na questão da inteligência, junto com a Polícia Militar, com a Polícia Civil no que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

se refere à modernização? Eu tive aqui também a presença da Polícia Civil e da Polícia Militar para que a gente pudesse fazer esse trabalho junto ao Ministério. O que o Ministério tem em termos de integração para permitir a modernização na investigação, na base, em que é importante para que a gente possa combater também a criminalidade.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Senador Wellington.

Com a palavra o Senador Serra.

E, para encerrar, o Senador Paim.

E vamos ouvir o Ministro.

Os demais Senadores que chegarem poderão, no final, pedir a palavra pela ordem, para fazer alguma consideração, mas, nós, infelizmente, já encerramos as inscrições.

Com a palavra o Senador Serra, por cinco minutos.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP. Para interpelar Ministro.) – Sra. Presidente, Ministro Moro, eu queria abordar aqui um assunto a respeito de um relato de que o Ministério da Justiça estaria organizando um grupo para estudo da diminuição do preço do tabaco, dos cigarros com vistas ao combate ao contrabando. Creio que é uma estratégia, Ministro, se me permite, equivocada, porque a redução do preço vai levar a um aumento do consumo, fatalmente; há uma elasticidade muito alta nessa matéria.

Eu queria lembrar que, no mundo, a estimativa é de que morrem 6 milhões de pessoas por ano por causa de doenças relacionadas com o cigarro. No Brasil, são mais de 130 mil pessoas, que representam cerca de 10% dos óbitos, no conjunto do País. Mais ainda: isso implica um gasto de tratamento muito elevado. Nós gastamos, no Brasil, cerca de R$21 bilhões por ano para o tratamento das pessoas que ficam doentes em razão dos cigarros. Isso equivale a cerca de três vezes o que as empresas de tabaco pagam em tributos. Estou aqui criticando, inclusive, o aspecto fiscalista da defesa do tabaco, que é um aspecto, se me permitiria, furado.

Agora, nos últimos 20 anos, entre nós, Ministro, houve um avanço na queda do número de fumantes: caiu 46% no Brasil. E boa parte disso se deve às restrições parciais à propaganda adotada no País, segundo a própria Organização Mundial da Saúde disse no seu relatório. Isso foi feito quando eu era Ministro da Saúde no Governo do Presidente Fernando Henrique. Proibimos a propaganda, o patrocínio em jogos de futebol e o que fosse.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Posteriormente, no Governo de São Paulo, proibimos fumar em recintos fechados. Essa foi uma medida estadual, mas criou um movimento tal que, depois de algum tempo, no Brasil inteiro, os Governadores adotaram a mesma medida.

Agora, é preciso ir adiante nisso, e a redução no preço do cigarro vem na contramão. Eu creio que o contrabando deve ser combatido muito duramente de forma administrativa e policial. Não dá para combater contrabando, no caso, mexendo nos preços relativos, ou seja, tornar o produto brasileiro mais barato que o contrabandeado. Por quê? Porque o que isso, além de duvidosa eficácia, vai, de fato, fazer é aumentar o consumo. Está aí a nossa preocupação, Ministro, e minha exortação encarecida a V. Exa. para que atente para esses aspectos. Esteja certo de que o País não ganha nada com isso.

Eu, pessoalmente, inclusive, sempre acabei cruzando com o pessoal do cigarro. Eu me lembro de que, quando eu era Ministro, me procurou o Presidente da Souza Cruz, que, aliás, como nós dizíamos na época de estudante, não é nem do Sr. Souza, nem do Sr. Cruz, mas da British American Tobacco.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Eu perguntei a ele: "O senhor tem filho?". "Tenho". "Quantos anos?". "Dezesseis, quinze". "E, se ele lhe pergunta se deve fumar, o que o senhor diz?". "Eu digo que não". (*Risos.*)

"Então, o senhor diz que não para os seus filhos e quer que os filhos dos outros enveredem pelo vício, porque a propaganda está basicamente dirigida aos jovens, inclusive, que é quando as pessoas ingressam no mercado de tabaco?". Ele achou graça e não teve resposta. Eu me permiti contar essa experiência para o País. Isso deu base para que a gente aprovasse aquelas medidas que representaram avanço.

Eu creio que V. Exa. marcaria de forma muito positiva sua gestão e a do Governo se avançasse no combate ao fumo e prestasse atenção em estratégias que podem representar, na verdade, o chamado tiro no pé, em matéria desse combate.

É isso, Presidente. É isso, Ministro.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Senador Serra. Se me permitir, faço minhas as palavras de V. Exa. V. Exa. aqui é o timoneiro de todos nós nessa luta de combate ao tabaco. V. Exa. é nosso timoneiro! Se me permitir fazer suas as minhas palavras, eu agradeço.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Todos ouviram que a Senadora Simone faz delas as minhas palavras. Ganhei o dia, ganhei a semana!

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra o Senador Paim, como último orador inscrito.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para interpelar Ministro.) – Senadora Simone, Senador Jorginho, Ministro Sergio Moro, logo que eu assumi a Presidência da Comissão de Direitos Humanos, eu tomei a liberdade de ligar para dois Ministros: a Ministra de Direitos Humanos e o Ministro da Justiça, que é V. Exa. Ambos me atenderam no mesmo momento. Eu tenho uma visão de que não há direitos humanos sem justiça e não há justiça sem direitos humanos. Por isso, eu pedi para a Simone dois minutinhos. Antes, eu quero reforçar o convite: ainda quero ver na Comissão de Direitos Humanos V. Exa. falando nessa ótica que aqui eu levantei.

Eu levanto três preocupações – e não vou usar os cinco minutos. Primeiro, o massacre que vem acontecendo no nosso País da nação indígena. É violência, são crimes! Eu vou receber, nesta sexta-feira, Ministro, eu diria, os principais caciques deste País que vêm falar sobre esse tema. Segundo, o assassinato da nossa juventude, o que já foi aqui levantado, e a CPI que foi realizada aqui, no Senado. Eu não estava como titular na CPI, mas a acompanhei. De cada dez jovens assassinados no Brasil, oito são negros. Eu pergunto a V. Exa. esses dois aspectos: o que V. Exa. pensa, imagina o que poderia o Ministério da Justiça nos ajudar contra essa violência?

Por fim, também direitos humanos, grupo LGBT. O Brasil é um dos países do mundo onde mais o grupo LGBT é assassinado. Eu vou ter, no próximo dia 15 ou no dia 20, uma audiência pública na CDH sobre esse tema. Para nós, é muito importante ouvir V. Exa. nas medidas preventivas. É claro que vem ao longo de centenas de anos essa agressão aos indígenas, aos negros e aos LGBT. E, quando eu falo negros, é claro que eu falo também dos crimes cometidos contra os quilombolas.

Eu prometi para a nossa Presidenta Simone que usaria dois minutos. Eu só tenho cinco segundos.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não, faço questão de cumprir e agradeço a tolerância de V. Exa.

Termino com o convite: gostaria muito de vê-lo na Comissão de Direitos Humanos discutindo direitos humanos e justiça.

Encerrei.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Senador Paim.

A promessa foi de V. Exa. e não uma cobrança desta Presidência, porque V. Exa., como...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Com certeza, fui eu que pedi dois minutos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Qualquer Senador tem todo o direito de usar a palavra.

Eu agradeço imensamente às Sras. e aos Srs. Senadores pela paciência, pela compreensão do tempo. Aqui, antes de passar a palavra ao Ministro, quero dizer que passou por esta Comissão e fizeram questionamentos mais de 30 Sras. e Srs. Senadores. Não sei se em algum momento, em alguma vez, nesses quatros anos em que estive aqui, isso aconteceu.

Ministro, antes de passar a palavra a V. Exa., quero dizer que, além de fazer as considerações pertinentes, já pode fazer as suas considerações finais. E quero dizer de pronto que, da próxima vez que V. Exa. for convidado, nós estabeleceremos um tempo menor, teremos uma pauta mais enxuta para que V. Exa. venha mais vezes, com temas mais pontuais. V. Exa. tem o tempo que achar necessário, porque foram muitos questionamentos para responder aos colegas e fazer as suas considerações finais.

O SR. SERGIO FERNANDO MORO – Mais uma vez, eu agradeço o gentil convite; para mim, como eu disse, é uma honra, é um prazer estar aqui.

Tem-se que compreender a extensão, porque é um tema realmente importante, da justiça e da segurança pública. É um Governo novo, também é um Congresso novo, novos membros, mesmo em relação aos membros que já vêm do período anterior. Existem questões novas, é um novo contexto. Então, é absolutamente compreensível.

Eu ouvi as sugestões de que esteja mais aberto ao diálogo. Certamente vamos abrir. Nós temos recebido todos os Parlamentares que nos procuram. Eventualmente, infelizmente não há condições de receber todos de imediato, mas nós temos sempre recebido e conversado bastante, e vamos conversar mais ainda, e estou à disposição para vir aqui ao Senado para conversar. Eu certamente tenho presente que o Senado tem muito a contribuir nesses debates sobre justiça e segurança pública. E longe de nós querermos ser, no Governo, no Ministério da Justiça, donos da verdade.

Sobre a questão... Vou pedir desculpas aqui, porque provavelmente não vou conseguir dar respostas completas a todas às indagações.

Senadora Rose de Freitas, a questão do botão do pânico: tem-se que colocar presente que o projeto anticrime também tem medidas contra o feminicídio. Pode até não estar ali especificada a questão do assassinato de mulheres, mas, por exemplo, quando se prevê que o veredito do tribunal do júri vai ser de imediato executado, na linha do precedente do Supremo Tribunal Federal, isso é algo que aumenta a efetividade do processo penal não só em relação ao homicídio, mas também em relação ao feminicídio. E para esses casos de grande violência é importante haver uma resposta rápida. Isso manda um recado, isso manda uma mensagem de que o crime não deve compensar, e também é válido para todos aqueles crimes que envolvem o crime doloso contra a vida, também aí o feminicídio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando nós colocamos lá que vamos ampliar o Banco Nacional de Perfis Genéticos – e concomitantemente estamos com uma medida executiva de ampliar a coleta desses perfis genéticos da população carcerária –, um dos crimes que eventualmente deixam vestígios é o crime sexual contra mulheres; aqui nós não estamos falando exatamente de feminicídio, mas também é uma forma de aumentar a resolução desse tipo de atividade criminal. Então, existem medidas ali que eventualmente não são nominadas dessa forma, mas elas têm um impacto, sim, importante também para proteção da mulher, muitas vezes vulnerável à violência doméstica ou mesmo à violência das ruas.

Nós celebramos um convênio recentemente com o Ministério de Direitos Humanos e da Mulher, está entre o Depen e o Ministério, para que nós possamos aprofundar o trabalho conjunto em relação a essas medidas protetivas de tornozeleira eletrônica e sistemas de alerta, entre eles esse denominado de botão do pânico. Nós queremos nos envolver mais nessa área. Há uma estatística um pouco preocupante de queda de utilização desses instrumentos no âmbito de medidas protetivas contra a mulher. Nós queremos entender o que está acontecendo e colocamos o Depen e a sua estrutura com esse sistema de monitoramento à disposição, para que nós possamos incrementar esse sistema.

A questão do informante do bem realmente gera alguma controvérsia. Eu lembro sempre e queria até aproveitar um belíssimo filme que trata da indústria do cigarro, O Informante, um filme com Al Pacino, com Russell Crowe – é uma história real –, que é um diretor da indústria tabagista e denuncia aos jornais que a indústria do tabaco sabia da utilização de componentes químicos para gerar dependência e passa a ser perseguido pela indústria tabagista, porque tinha violado a confidencialidade do contrato. Então, a ideia do informante do bem é exatamente esta: estabelecer medidas de proteção àquelas pessoas que, não envolvidas em atividade criminal, têm a coragem de tomar aquele passo e revelar crimes praticados seja dentro da Administração Pública, seja dentro de grandes corporações. A nossa proposta aqui é limitada, neste primeiro momento, à Administração Pública e às suas estatais, mas a ideia é essa.

A questão da remuneração não é um ponto essencial da proposta, é um pouco mais controversa. Mas, vejam, ao que nós assistimos em geral em relação a esses informantes do bem não é o enriquecimento indevido, mas, sim, uma perseguição implacável. Eventualmente, para tirar pessoas da zona de conforto, a previsão de alguma compensação financeira por todo o sofrimento que vão ter em decorrência de perseguições por tomarem aquela posição de revelar malfeitos, ilícitos dentro das entidades em que atuam, talvez seja algo pertinente. E não é uma criação brasileira, é um modelo, é um padrão internacional. Alguns países também admitem esse tipo de compensação remuneratória. Como eu disse, não é um ponto essencial. Eu o defenderia, mas compreenderia se eventualmente não fosse aprovado esse ponto.

A questão do dinheiro. Já foram devolvidos mais de R$2 bilhões na Operação Lava Jato. Só que, na Operação Lava Jato, nos crimes investigados em Curitiba, há uma vítima específica que é a Petrobras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nesse caso, pela previsão da legislação, o dinheiro tem que retornar à vítima, e nós temos devolvido esse dinheiro à Petrobras. Eu devolvia enquanto estava lá como juiz, essa era a destinação. Também era assim o requerimento do Ministério Público. Em alguns acordos celebrados de leniência havia outras vítimas específicas, por exemplo, a Valtec, a Eletronuclear. Nesses casos, quando há uma vítima específica, o produto do crime recuperado tem que voltar à vítima e não ter outra destinação. É a ideia do carro roubado. Rouba o carro, recupera o carro, por mais que esse carro possa servir para alguma coisa na Administração Pública, tem que devolver para a vítima, não pode ser diferente. Essa questão do acordo da Petrobras nos Estados Unidos é diferente, porque lá a Petrobras não foi considerada vítima pelos norte-americanos, e o dinheiro não pode retornar à Petrobras.

Senador Jorginho Mello, a questão dos bloqueios dos celulares, como eu mencionei, é algo que nós estamos estudando. Nós temos ciência de que, eventualmente, mesmo descobrindo alguém utilizando um telefone celular, vale a pena interceptar, investigar ao invés de tirar o celular. Eu tive um caso assim, em 2006, nas minhas mãos, de um telefone celular que tinha chegado às mãos do Luiz Fernando da Costa, vulgo Fernandinho Beira-Mar. Isso gerou uma investigação ampla, levando-se à apreensão de seiscentos e tantos quilos de cocaína, toneladas de maconha, porque se deixou ele utilizando o celular. Mas essa não pode ser... Esse foi um caso muito pontual. Essa não pode ser a nossa proposta. A proposta tem que ser uma tolerância zero em relação a celulares dentro de estabelecimentos prisionais. É difícil, mas é possível adotar políticas públicas nessa linha. Como eu mencionei em resposta anterior, nós formamos um grupo de trabalho para tentar estudar a melhor solução, e essa será a solução que será perseguida pelo Ministério da Justiça e da Segurança Pública.

Quanto ao ânimo, não! O meu ânimo permanece... Talvez eu faça aqui uma mea-culpa, não sorria tanto, não sei, é difícil essa avaliação, mas meu ânimo permanece o mesmo. Eu saí da magistratura, e isso com algum pesar pela carreira, mas eu saí com um propósito de tentar construir algo aqui, dentro do Governo, dentro do Ministério, contando com a parceria do Parlamento e com as críticas, com o aprimoramento que vem do Parlamento.

Fui indagado há pouco sobre o projeto anticrime na Câmara...

(*Soa a campainha.*)

O SR. SERGIO FERNANDO MORO – ... se eu concordaria em tirar ou não a questão da corrupção, e o que eu disse lá foi: "Olha, ninguém me pediu isso". E, na verdade, conversando com vários dos Parlamentares, o que eu senti é um entusiasmo, e não o contrário, por trabalhar o projeto anticrime. Pode ser que ele esteja lá, nos procedimentos que estão sendo definidos com autonomia pela Câmara... Mas o que eu sinto, em geral, dos Parlamentares da Câmara, e posso dizer o mesmo aqui do Senado, como foi declarado expressamente, é um desejo de parceria, de nós aprimorarmos o enfrentamento desta criminalidade mais grave: corrupção, crime organizado e crimes violentos. Então, isso nos dá ânimo, nos dá fôlego para prosseguir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Marcos Rogério, sobre a questão da fronteira, de fato, todos os Parlamentares, quando vão ao Ministério, me colocam a preocupação com a fronteira, isso não é algo novo. O que nós colocamos como estratégia, considerando que os recursos são limitados, que há uma necessidade de aprimorar esse controle, é que o melhor mecanismo é a integração entre as forças envolvidas. O projeto piloto mais importante que nós temos constitui, como eu disse lá, o escritório, centro de fusão, cuja experiência piloto nós queremos começar em Foz do Iguaçu, ainda este ano, reunindo todas as agências encarregadas naquele mesmo local para compartilhar inteligência em operações observando determinados protocolos.

Paralelamente, existe uma série de operações ou outras ações sendo realizadas: a própria ampliação do sistema Alerta Brasil pela Polícia Rodoviária Federal, a realização de operações seja lá pelo Exército, embora isso seja coisa do Exército, e não do Ministério da Justiça, sejam operações integradas, coordenadas pela Seopi do Ministério da Justiça para combate à criminalidade de fronteira, seja a colocação e manutenção, eu citei aqui o dado, está no papel, de um grande contingente da Força Nacional em área de fronteira. Mas nós realmente precisamos aprofundar essa questão da integração e da cooperação.

Senadora Leila, na questão, eu concordo plenamente que políticas sociais, políticas urbanas são relevantes também para a diminuição da criminalidade. Ambientes degradados, muitas vezes, sugerem abandono e sugerem, vamos dizer assim, facilidades para que criminosos inescrupulosos adquiram domínio territorial sobre essas áreas. Então, as ações têm que ser concertadas.

O que nós temos em relação a isso, além da política geral, é esse plano, esse projeto de redução da criminalidade em Municípios com alta incidência de violência, em que nós queremos, através de contratos – no fundo, seria um convênio de gestão de segurança local –, ter um foco na atuação territorial, coordenando ações das forças de segurança federais, estaduais e do Município envolvido, concertados com ações de outra natureza, que vão ser coordenadas pelos demais Ministérios. É um projeto que nós queremos começar a execução já no segundo semestre.

Aqui é a questão da transferência do líder do PCC. Tomo a liberdade, daí, então, Senador Acir, para inserir a resposta também nessa indagação. Foi uma solução técnica. Nossa compreensão é de que, em São Paulo, eles conseguiam manter, apesar dos méritos do Governo Estadual... As condições de segurança e de controle das penitenciárias federais de segurança máxima são maiores do que as melhores penitenciárias estaduais. O Governo de São Paulo, juntamente com o novo Governo, acordou em realizar essa transferência, porque havia planos de resgate, porque havia ameaças de morte, inclusive, aos agentes públicos envolvidos num pedido dessa espécie.

A avaliação técnica que nós tivemos foi primeiro transferir essas lideranças ao Estado de Rondônia, por vários motivos, que prefiro aqui não mencionar, porque a Penitenciária Federal de Brasília não estava ainda totalmente pronta, totalmente operacional. Nesse meio tempo, nós a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tornamos operacional, e a solução técnica envolvida – havia um certo receio, porque a penitenciária em Rondônia é próxima da fronteira – foi trazer para um lugar distante da fronteira e a ideia foi o Distrito Federal. O Distrito Federal é sede da Polícia Federal, sede da Polícia Rodoviária Federal, das Forças Armadas e tem uma polícia local que, comparativamente, é uma polícia bem remunerada e bem estruturada.

Não existe um risco. Ele está preso num presídio de segurança máxima, com todo o controle que isso envolve, não existe histórico de rebelião, não existe histórico de utilização de celular em presídios federais, as visitas são controladas. Por outro lado, está longe dos locais maiores de poder dessa organização.

Não temos condições, vamos dizer assim, e havia esse... Eu lembro, no passado, o próprio Luiz Fernando da Costa. Houve todo um drama antes de ele ser enviado ao presídio federal de Catanduvas, em 2006. Havia toda uma dramatização de onde ele deveria ficar preso, ninguém queria ficar com ele. Então, ele fazia uma espécie de percurso para Florianópolis, para Brasília – não na penitenciária federal – e para outros locais, até que finalmente foi para um presídio federal.

O que nós temos adotado como estratégia no presídio federal: se nós percebemos que um criminoso ou uma gangue criminosa está criando raízes em um local, nós fazemos daí um rodízio para evitar que essa situação se estabeleça. Nós hoje estamos muito atentos e não há nenhum risco de segurança. Isso é uma situação absolutamente controlada.

Outras cidades menores convivem com presídios federais. Vamos citar a pequena cidade de Catanduvas, no interior do Paraná: existe lá a primeira penitenciária federal desde 2006. E há, vamos dizer assim, um convívio; não há um risco aos habitantes ali do local imediato por conta dessa situação.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Só não há lá embaixadas, essas coisas, mas nós vamos pedir uma audiência especial para tratar desse assunto.

O SR. SERGIO FERNANDO MORO – Não, perfeito. Só assim: nenhuma embaixada manifestou para mim nenhum receio por conta disso. Então, isso não tem vindo, não tem vindo nenhuma reclamação nessa linha. Essa foi uma decisão técnica tomada pelo Ministério da Justiça com base nas avaliações de inteligência e juntamente com Forças Armadas, com GSI, enfim, algo bastante ponderado.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Ministro...

Desculpe, Simone, só... Não?

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Só para esclarecimento: assim que o Ministro terminar, eu dou 30 segundos para quem quiser a réplica, conforme nós combinamos. Eu estou preocupada só com o tempo, pois às 16h, se ele não responder todos os colegas, nós temos que encerrar esta audiência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SERGIO FERNANDO MORO – À Senadora Daniella Ribeiro, Senadora, na verdade foi feito muito. Nós estamos em três meses de Governo, há uma certa... Mas, assim, ali eu apresentei projetos que já estão sendo planejados e em execução.

Veja que nós enfrentamos uma crise de segurança no Estado do Ceará. Nós encaminhamos a Força Nacional; nós disponibilizamos vagas em presídios; trabalhamos juntos com o Governo Estadual; resolvemos aquela crise de segurança. Nós transferimos lideranças da maior organização criminosa do Brasil para presídios federais sem que houvesse qualquer incidente de segurança posterior. Existem várias operações em andamento. A operação da Polícia Rodoviária Federal reduziu o número de vítimas no trânsito ao menor número, nas rodovias federais, em 18 anos. Apresentamos um projeto anticrime, que nós entendemos como consistente, e abrimos ao debate.

Existe uma série de ações que foram tomadas e que estão em andamento. Então, não é que as questões ainda estejam para acontecer num futuro distante. Agora, nós temos três meses de Governo. Nós não podemos também tomar ações que não sejam rigorosamente planejadas, porque isso gera ineficiência e volta-se atrás. Certo?

Bem, Senador Major Olimpio, eu agradeço as suas colocações. Eu diria que os incidentes que envolveram até o próprio Ceará, que mencionei há pouco, geram um sinal amarelo de que essas organizações estão cada vez mais poderosas. Se sentiram à vontade para praticar atos de natureza tipicamente terrorista, estranhos a organizações criminosas. Normalmente organização criminosa quer lucro, e não fazer esse tipo de ato; mas fizeram para intimidar o Poder Público e a sociedade, atemorizar. Então, nós realmente temos que avançar nessa área, seja com medidas executivas, seja com o aperfeiçoamento na nossa legislação.

Sobre a questão da polícia penal, V. Exa. já tinha adiantado esse assunto em uma conversa preliminar.

(*Soa a campainha.*)

O SR. SERGIO FERNANDO MORO – Nós vamos examinar. Eu acho que é uma questão que pode ser estudada. E, sobre essas pretensões de um tratamento diferenciado também para guardas municipais na nova previdência, vou transmitir a informação para o Ministro Paulo Guedes e conversar com ele a respeito disso. Acho que é preciso estudar melhor esse assunto para poder ter uma opinião firmada.

Sobre a questão do cigarro, que foi mencionada, tanto por V. Exa. quanto pelo Ministro José Serra, só vamos colocar uma coisa bastante clara: foi criado um grupo de trabalho, de estudo; não existe nenhuma posição formada. O principal foco não é a questão da arrecadação e do contrabando; o principal problema é um problema de saúde pública. Porque o que está sendo constatado é que existem aí – são estimativas – quase 50% do mercado nacional dominado pelo cigarro paraguaio, de baixa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

qualidade. Não há, sequer, aquelas advertências comuns nos nossos maços ou *boxes* de cigarros. O controle de qualidade é inferior ao do cigarro brasileiro. Então, o que nós estamos entendendo é que existe um problema de saúde pública e que seria preferível, sem elevação do consumo, que esse mercado fosse preenchido pelo cigarro brasileiro, submetido a maiores controles.

O grupo de estudo vai trabalhar com a seguinte premissa: se é possível reduzir o contrabando e a participação desse cigarro contrabandeado no Brasil, trabalhando com as alíquotas, sem o aumento de consumo. Se a resposta for negativa, então, vai ser negativa, porque a saúde pública em primeiro lugar, mas não é a preocupação com o interesse arrecadatório, embora seja relevante; não é a preocupação com o problema do contrabando, embora seja relevante; mas é uma análise para verificar se é possível fazer algo em outra linha.

O contrabando de cigarro, claro, pode ser combatido pela polícia e por medidas administrativas, mas ele é de muito difícil combate. As fronteiras, como nós falamos aqui, são porosas. Muitas vezes, as pessoas envolvidas no contrabando de cigarro não se sentem envolvidas em uma atividade ilegal. É diferente de pessoas envolvidas, por exemplo, no tráfico de armas e no tráfico de drogas.

Então, é um grupo de estudos, mas tem... Posso assegurar ao Senado, com muita tranquilidade, que a preocupação com a saúde foi o que gerou a criação desse grupo. Se a conclusão for a de que isso pode levar à elevação do nível de consumo do tabaco no Brasil, vai ser cortada essa solução, mas nós temos, assim mesmo, presentes essas preocupações. Agora, não é motivo para um alarde. É um grupo de estudo. Nós vamos estudar a questão. Há muitas, vamos dizer assim, sugestões nessa linha, nem que elas sirvam para serem descartadas.

A questão da Caixa Econômica, do financiamento. Sim, acho que tem de ser...Foi previsto para o fundo que parte da verba fosse utilizada em ações direcionadas ao bem-estar dos agentes da segurança pública. Isso vai ser rigorosamente observado. Uma das ideias é essa questão do financiamento habitacional. Isso, sim, pode ser realmente trabalhado.

Senador Dário Berger, agradeço suas considerações. Entendo que é necessário... É uma pergunta muito pertinente a de V. Exa. sobre a reunificação do Ministério da Segurança e da Justiça.

Nós falamos em integração. Algo que foi negativo na separação – eu entendo que a visão dos Parlamentares era criar um ministério focalizado mais diretamente na segurança pública, deixando as várias atribuições do Ministério da Justiça fora desse Ministério da Segurança –, mas há alguns problemas. Por exemplo, hoje é fundamental para o combate à criminalidade – nós estamos falando aqui, inclusive, de fronteiras – a cooperação jurídica internacional, que se dá polícia a polícia, mas se dá também entre autoridades centrais e de governo a governo. Na separação anterior, ficou de fora do Ministério da Segurança a Secretaria Nacional de Justiça, sob a qual se encontra...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SÉRGIO FERNANDO MORO – ... a área de imigração, sob a qual se encontra a cooperação jurídica internacional, inclusive em matéria criminal. Então, isso gera um problema. Claro que os Ministérios se conversam, mas há uma mudança.

Deixou-se de fora também do Ministério da Segurança a Secretaria Nacional Antidrogas, que é o órgão que traça a política de prevenção e combate ao tráfico de drogas. Nós estamos hoje redirecionando a Senad para atuar como uma espécie de... Sem prejuízo de outras atribuições, tornar-se uma agência de gestão, administração e alienação de ativos vinculados ao tráfico de drogas. Vamos deixar isso de fora da Segurança Pública? Mesmo sabendo que esses fundos podem ser direcionados, inclusive, à melhoria dos equipamentos da repressão?

E agora veio o Coaf. O Coaf é um órgão de inteligência. Não vai mudar, vai ser sempre um órgão de inteligência. Ninguém quer transformar isso num órgão policial ou num órgão de investigação. Mas ali há informações importantes sobre lavagem de dinheiro que vão orientar as ações das forças de segurança pública. Nós vamos deixar de fora também da Segurança Pública se nós formos separar os ministérios?

Por outro lado, o que foi feito? Com a junção dos ministérios, nós não precisamos mais de duas Secretarias Executivas, com todos os cargos que envolvem essas Secretarias Executivas. O que nós fizemos? Retiramos o excesso e colocamos nas áreas fins. Nós pudemos fortalecer a Senasp (Secretaria Nacional de Segurança Pública) e, por exemplo, o Coaf. Então, assim, uma nova separação seria bastante, na minha opinião, desastrosa, até porque nós estamos falando e repetindo sempre: integração, integração, integração, e deixar esses órgãos sob guarda-chuvas separados não seria realmente bom.

Talvez ainda haja alguns Senadores aqui. É que eu não respondi a todos, queria pegar...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Sra. Presidente, eu gostaria, inclusive, de pedir a possibilidade de responder àqueles que aqui estão, porque ficaria mais fácil.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sim, a gente vai fazer. Falta apenas a resposta ao Senador Paim e ao Senador Marcio.

O SR. SÉRGIO FERNANDO MORO – Eu vou ficar devendo algumas respostas aqui, converso com os Senadores depois, se quiserem que eu complemente; então eu estou indo nas questões principais. Peço escusas, mas, como eu disse, estamos abertos ao diálogo, eu não quero aqui prejudicar o tempo desta Comissão.

Senador Wellington, sobre a questão da estratégia. A estratégia, como eu disse, na área de segurança é a integração: criar esses escritórios unificados. Nós ainda estamos criando o centro de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

inteligência, de comando e controle, que daí não é operacional – temos a previsão de criar um na Região Norte ainda este ano, até o final do ano, e isso também vai levar à melhoria –; a ampliação dos, vamos dizer, mecanismos de monitoramento da Polícia Rodoviária Federal; a integração maior entre a Polícia Rodoviária Federal e a Polícia Federal, que nós pretendemos expandir depois para outras polícias. Enfim, são todas estratégias da questão de fronteira.

A questão de desenvolvimento é algo que tem que ser trabalhado bastante com as outras pastas. O Ministério da Justiça e Segurança Pública não é o melhor ministério para isso, porque normalmente não está envolvido com esses mecanismos de desenvolvimento econômico e social em áreas específicas. O que nós temos é aquele projeto-piloto de redução da criminalidade e nós podemos orientar, se esse projeto-piloto for bem-sucedido, para uma utilização dele em áreas de fronteira.

Eu acho que a colocação de V. Exa. é bastante pertinente. Um dos problemas das fronteiras são esses vazios, que acabam favorecendo a dominação pelo crime organizado. Mas, pelo menos nesse primeiro momento, isso teria que ser expandido depois para as cidades de fronteira.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT. *Fora do microfone*.) – A greve dos caminhoneiros.

O SR. SERGIO FERNANDO MORO – A greve dos caminhoneiros. O Governo está acompanhando com extrema atenção os desdobramentos, não creio que exista nenhum motivo para alarde, mas eu prefiro não entrar em detalhes a esse respeito.

Sobre o que o Senador José Serra... Eu agradeço aqui as colocações, eu acho que eu já respondi. Nós temos as mesmas preocupações e, se houver um problema, um risco à saúde pública de aumento de consumo, nós não vamos enveredar nessa solução.

Senador Paim, agradeço o convite para a Comissão. Realmente, V. Exa. me ligou, eu me comprometi e vou em um momento oportuno. Eu tive que dar precedência aqui à Comissão de Constituição e Justiça. V. Exa. está aqui participando, eu estou disposto a ir a qualquer Comissão...

(*Soa a campainha.*)

O SR. SERGIO FERNANDO MORO – ... do Congresso para discutir. Talvez seja o caso de espaçarmos um pouco para não ficar também algo assim um tanto quanto... Até para surgirem novas questões.

A questão dos massacres. Veja, a Polícia Federal continua dando proteção às populações indígenas. O fato de ter a Funai saído do Ministério da Justiça, a área de demarcação foi uma decisão, vamos dizer assim, de Governo. Eu não discordei dela porque eu acho que a Funai precisa... Os índios, hoje, a população indígena, a comunidade indígena precisa muito mais de oportunidades de desenvolvimento do que, propriamente, vamos dizer assim, de políticas ali dentro do Ministério de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Justiça e Segurança Pública, que é um órgão mais voltado para a segurança. Agora, isso não significa, em absoluto, que eles estão ao desabrigo da proteção da lei, inclusive da atuação do Ministério da Justiça e inclusive da atuação da Polícia Federal.

Têm chegado a mim diversas notícias de incidentes, e nós sempre temos encaminhado à Polícia Federal ou às forças de segurança para as averiguações necessárias em relação a cada um desses incidentes.

Da questão de assassinato de jovens e LGBTs. De fato, são as populações mais vulneráveis à criminalidade violenta e isso realmente gera uma preocupação, por isso, particularmente, o projeto anticrime faz parte disso. Nós temos que ser intolerantes em relação à criminalidade mais grave. E mais grave do que tudo ainda é o homicídio ou o feminicídio, que atinge a todos, mas atinge de maneira desigual essas populações mais vulneráveis.

Então, o sistema tem que ser mais rigoroso mesmo. Nós precisamos ter processos mais rápidos, penas mais duras em relação a esse tipo de criminalidade mais grave.

(*Soa a campainha.*)

O SR. SERGIO FERNANDO MORO – Embora não estejam citados ali no projeto – acho absolutamente desnecessário –, estão, de certa forma, talvez sejam os principais beneficiários de políticas dessa espécie, certamente a população jovem, certamente esses grupos que às vezes são vítimas de crimes de violência gratuitas.

Nós queremos mandar uma mensagem clara de que o crime não deve compensar e que o crime grave tem que ter uma resposta institucional forte dentro do devido processo legal, dentro dos direitos fundamentais, mas é preciso dar uma resposta.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Ministro.

Rapidamente, por 30 segundos, apenas aqueles Senadores que não se viram contemplados em algum outro ponto apresentado. Parece-me que há apenas dois Senadores...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – Presidente, eu só.... Talvez o Ministro não tenha, mas eu fui pulado...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Realmente. Senador Marcio Bittar.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC. Para interpelar Ministro.) – Sr. Ministro, eu queria saber a sua opinião sobre três pontos específicos: visita de advogado em hora e tempo e sem poder registrar, se isso está contemplado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A opinião do Ministro para o projeto que apresentei, que aumenta a pena máxima para 50 anos, e para outro projeto que apresentei baixando a maioridade penal para 16 para todo mundo.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Vou conceder a palavra ao Ministro. Nós vamos encerrar esta reunião impreterivelmente em 15 minutos, às 16 horas. O Ministro rapidamente vai responder ao Senador Marcio Bittar, que não foi respondido. E, em seguida, os 30 segundos de réplica para dois Senadores que estão solicitando.

O SR. SERGIO FERNANDO MORO – Senadora, peço mil perdões. Eu fiz anotações aqui e, na virada das páginas, me perdi. Por isso até estava remexendo aqui. Mil escusas, mil escusas.

A questão da utilização dos advogados. A grande maioria dos advogados é absolutamente proba, a totalidade deles é honesta. Conheço muitos advogados, afinal me formei em Direito, boa parte dos meus amigos são advogados, sou casado com uma advogada, então tenho um enorme respeito à classe dos advogados.

Agora, há aqueles que se prestam eventualmente a servir como mensageiros de lideranças criminosas. Esse é um problema sério, tem que ser resolvido pela Justiça, pelas investigações. Quando identificadas situações em que um profissional do Direito se envolveu nesse mundo do crime, ele deixa de ser advogado e passa a ser um cúmplice. E tem que ser punido, não deve ter nenhuma imunidade apenas pelo fato de ser advogado.

Em relação às comunicações com os seus clientes, se ele estiver comunicando para planejar práticas de novos crimes, já há precedentes, inclusive do Supremo Tribunal Federal, autorizando o monitoramento. Depende sempre aí de decisões judiciais.

No projeto, o que nós colocamos expressamente é a previsão de que as visitas nos presídios federais serão controladas, em parlatórios e monitoradas.

Em relação aos advogados, nós não os incluímos nessa regra. Nós apenas ali colocamos o esclarecimento de que dependia de decisão judicial eventual interceptação do advogado nessa circunstância.

Então, não é algo que o projeto abrange. Nós fizemos a menção exatamente para deixar claro que nós estamos tratando apenas das demais visitas. Certo?

E a questão dos 16 anos. Acho que esse é um tema que vai ter que ser debatido profundamente num momento oportuno. No momento, o Governo não tem, não encaminhou um projeto, não... Está trabalhando com essas outras prioridades, uma nova previdência. Acho que é uma prioridade para o País inteiro tornar o sistema previdenciário mais igual, mais justo. E, por outro lado, resolver um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

problema sério de insuficiência fiscal, tendo em vista a longevidade maior das pessoas, o que é ótimo, mas gera questões previdenciárias relevantes.

Da minha parte, o projeto prioritário no momento é o projeto anticrime. Mas nós estamos abertos, evidentemente, ao diálogo com o Parlamento a esse respeito.

A minha posição pessoal e que eu adiantei – não digo que é a posição de Governo – é que poderia haver uma redução para crimes violentos. Ou se pensar num aumento, incremento do período de internação para o adolescente responsável por infrações graves.

Mas vamos conversar, vamos discutir, vamos dialogar.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Ministro, eu só quero, com 30 segundos...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Trinta segundos, por favor.

Daniella, Izalci e Serra.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF. Para interpelar Ministro.) – Só dizer que, em nenhum momento... Tenho certeza absoluta de que o presídio aqui de segurança máxima não tem nenhuma dificuldade, não oferece nenhum risco de o preso sair. O problema são as consequências, o efeito colateral. Nós nunca tivemos em Brasília nenhum indício de PCC, de qualquer organização criminosa, e já começamos a ter essa questão.

Então, essa é a preocupação do efeito colateral que eu acho que os técnicos precisam avaliar um pouco melhor, tendo em vista que nós somos aqui diferentes dos outros Municípios, por ser a Capital.

Mas eu ainda vou procurar V. Exa. para uma conversa sobre essa questão técnica.

(*Soa a campainha.*)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Obrigado, Excelência.

O SR. SERGIO FERNANDO MORO – Conversamos, Senador, sobre isso.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada.

Senadora Daniella e, para encerrar, o nosso Senador Serra.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB. Para interpelar Ministro.) – Muito rapidamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só fico, na realidade, deixando a sugestão, porque o Ministro acho que não se referiu a, talvez não tenha se lembrado, com relação a tratar das causas. Assim, as consequências, claro, mas lembrar das causas.

E também com relação a ... É claro que eu sei que são poucos meses, mas a importância para que a gente entenda o programa... Mas eu entendi também uma situação que V. Exa. colocou: a questão da tecnologia, por exemplo, que V. Exa. disse que não expôs aqui porque não daria tempo. Então, eu acredito que teremos outras oportunidades para ouvi-lo com relação aos programas do Governo.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada.

Senador Serra.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP. Para interpelar Ministro.) – Há um dado que é irrefutável relacionado com a elasticidade-preço da demanda de cigarros: diminui o preço, aumenta a demanda. A comissão está formada para estudar os efeitos da redução. Nem precisa reunir a comissão: baixou o preço, aumenta a demanda mais do que proporcionalmente.

Este é o conceito de elasticidade: como é que a demanda varia? Quando o preço aumenta ou diminui.

Portanto, diminuir preço de cigarro seria desastroso pelo efeito que tem sobre a mortalidade, quase 140 mil pessoas por ano, e pela verdadeira devastação que promove no nosso sistema de saúde. Eu não estou contabilizando aí aquilo que se tem que gastar para cuidar das pessoas cuja saúde foi abalada por cigarro, que é, pelo menos, duas ou três vezes mais do que se arrecada em matéria tributária.

Portanto, eu queria chamar a atenção, porque a própria razão de ser do grupo é equivocada...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – ... que é estudar o efeito da redução dos preços.

Apenas isso.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Senador.

Com a palavra, pela ordem, Senador Flávio Bolsonaro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - RJ. Pela ordem.) – Muito rapidamente, Presidente. Sabendo do esforço, após quase seis horas de audiência pública, agradecer mais uma vez ao Ministro Moro pela deferência para com esta Casa ao participar aqui e responder a todas as perguntas

Apenas algumas pontuações rápidas.

Primeiro, parabéns pelo projeto que foi encaminhado para cá, com várias inovações, entre elas, a questão de a legítima defesa ser ampliada com relação ao servidor da segurança pública. Não é pouco isso. Não é uma demanda nem da sociedade, Ministro Moro, é uma demanda do próprio operador, na ponta da linha. A insegurança jurídica com que ele trabalha hoje acaba desencorajando grande parte da tropa a atuar de uma forma correta. No Rio de Janeiro, os policiais têm mais preocupação com o que vai acontecer juridicamente com ele, quando for julgado por um juiz, por exemplo, do que em enfrentar um criminoso armado de fuzil.

Dou a prova de um caso concreto sobre isso. Várias pessoas vão se lembrar aqui do vídeo de um policial forjando, ao colocar uma arma de fogo ao lado de um cadáver de um traficante com quem ele tinha acabado de trocar tiro. Quer dizer, está ali num aparente, num estado obviamente, como está elencado aqui na legislação, sob forte emoção. E a preocupação dele talvez tenha sido menor ao trocar tiro com esse marginal do que possivelmente se depois seria acusado de ter trocado tiro com alguém que estava desarmado. Então, olha o que se passa na cabeça de um policial, olha a importância dessa proposta que o senhor encaminha para cá. Vamos aqui buscar acompanhar muito de perto essa situação dessas inovações.

E rapidamente, para a gente estabelecer uma verdade, Presidente, porque muitos mitos, a gente vai ter a oportunidade de discutir, de quebrar aqui no Senado Federal no tocante ao desarmamento. Eu ouvi aqui diversos Senadores falando, por exemplo, sobre a taxa de homicídios, de que se reduziu com a entrada em vigor do Estatuto do Desarmamento. É mentira. Se você pega uma janela de dez anos, de 2003 a 2013, da entrada em vigor do Estatuto do Desarmamento até dez anos posteriores, a taxa média de homicídios no Brasil...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - RJ) – ... cometidos com arma de fogo cresceu 10%. Caiu apenas em São Paulo e no Rio por questões pontuais. Então, quando se discute a questão da legítima defesa, é muito mais com relação a uma garantia individual, ao direito à vida, que é inegociável, do que uma questão de segurança pública. É óbvio que traz consequências.

Mas para não cansar mais, obrigado mais uma vez pela presença do senhor aqui nesta Casa. E vamos trabalhar para atender à demanda da população, que também é uma melhoria na legislação penal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Senador Flávio Bolsonaro.

Eu quero aqui parabenizar e agradecer a toda a equipe de apoio, não só da secretaria aqui da Comissão, mas os assessores, porque, Ministro, V.Exa. conseguiu também mais um feito: em quatro anos, eu nunca tinha visto esta Comissão dar a testemunha tão silenciosa.

O tema é realmente relevante. V. Exa. está de parabéns, porque foi um Ministro que em nenhum momento pressionou esta Presidência para encerrarmos a reunião; ao contrário.

E eu tenho certeza de que gera excelentes frutos. Primeiro porque o barulho das nossas vozes não é um barulho em vão. Aqui foram vozes que foram levantadas a favor da sociedade, a favor da paz, contra a violência. São vozes dissidentes, muitas vezes totalmente antagônicas, mas serve o Parlamento exatamente para isso.

Tenho certeza de que as ponderações de V. Exa. vão ser levadas à reflexão por cada um dos membros desta Casa. E espero também que as colocações dos Senadores sirvam para que também possa formar, talvez até alterar, algum juízo de valor de V. Exa. em relação a algum item, especialmente do projeto anticrime, do projeto que alguns chamam de "projeto Moro", não é, Senador Dário Berger? Porque para isso é que serve um órgão colegiado, um poder como o Senado Federal.

Que as nossas vozes, o barulho das nossas vozes, sejam não só ditas, mas também ouvidas, não só faladas, mas também ouvidas, para que, no recesso do nosso gabinete, no silêncio do nosso gabinete, nós possamos fazer as devidas reflexões e levar para a votação em Plenário aquilo que construímos como juízo de valor.

Que nós possamos, se aprovarmos esse projeto tão relevante para a sociedade brasileira, não aprovar aquele projeto que A ou B pense, ou o Ministro, ou o Presidente, ou o Senador da República, mas aquele projeto que represente a média da maioria da vontade do povo brasileiro.

Muito obrigada mais uma vez, Ministro. Conte com esta Comissão para dar andamento aos projetos relevantes de interesse da pasta do Ministério da Justiça, da Cidadania e da Segurança Pública.

Está encerrada a presente audiência pública, mais uma vez agradecendo a todos.

(*Iniciada às 10 horas e 14 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 55 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 8ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE ABRIL DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e dezessete minutos do dia três de abril de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência da Senadora Simone Tebet, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Mecias de Jesus, Ciro Nogueira, Esperidião Amin, Fernando Bezerra Coelho, Marcelo Castro, Dário Berger, Daniella Ribeiro, Antonio Anastasia, Tasso Jereissati, Elmano Férrer, Oriovisto Guimarães, Rose de Freitas, Juíza Selma, Roberto Rocha, Lasier Martins, Major Olimpio, Veneziano Vital do Rêgo, Cid Gomes, Fabiano Contarato, Alessandro Vieira, Weverton, Jorge Kajuru, Marcos do Val, Randolfe Rodrigues, Leila Barros, Humberto Costa, Rogério Carvalho, Telmário Mota, Paulo Rocha, Otto Alencar, Arolde de Oliveira, Nelsinho Trad, Carlos Viana, Rodrigo Pacheco, Marcos Rogério, Jorginho Mello, Maria do Carmo Alves e Wellington Fagundes. Registram a presença os Senadores Jayme Campos, Irajá, Izalci Lucas, Paulo Paim e Eliziane Gama. Usa da palavra a Senadora Eliziane Gama. Deixam de comparecer os Senadores Jader Barbalho, José Maranhão, Fernando Collor e Angelo Coronel. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da 6ª Reunião Ordinária e da ata da 7ª Reunião Ordinária, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - Proposta de Emenda à Constituição nº 34, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera os arts. 165 e 166 da Constituição Federal, parar tornar obrigatória a execução da programação orçamentária que especifica." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Esperidião Amin. Relatório: Favorável à Proposta e parcialmente às emendas nºs 1, 2, 4 e 5 e contrário às emendas nºs 3, 6, 7, 8 e 9, nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Aprovado o Parecer favorável à Proposta, acolhendo parcialmente as Emendas nºs 1, 2, 4 e 5, nos termos da Emenda nº 10-CCJ (Substitutivo), e contrário às Emendas nºs 3, 6, 7, 8 e 9. ITEM 2 - Projeto de Lei nº 1256, de 2019 - Terminativo - que: "Revoga o § 3º do art. 10 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que prevê percentual de preenchimento mínimo de vagas para candidaturas de cada sexo." Autoria: Senador Angelo Coronel. Relatoria: Senador Fabiano Contarato. Relatório: Pela rejeição do Projeto e da Emenda nº 1. Resultado: Lido o relatório a adiada a discussão da matéria. ITEM 3 - Turno Suplementar do Substitutivo Oferecido ao Projeto de Lei do Senado nº 307, de 2018 - Terminativo - que: "Acrescenta § 5º ao art. 9º da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, a fim de facultar a representação do réu por seu advogado nas audiências realizadas em localidades muito distantes de onde resida o réu." Autoria: Senadora Maria do Carmo Alves. Relatoria: Senadora Simone Tebet. Relatório: Pela aprovação do Substitutivo e da Emenda nº 2-S. Resultado: Adiado. ITEM 4 - Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 2018 - Não Terminativo - que: "Altera dispositivo da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, para dispor sobre a destinação dos valores apreendidos em decorrência dos crimes nela tipificados." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Otto Alencar. Relatório: Favorável ao Projeto com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 5 - Projeto de Lei do Senado n° 432, de 2016 - Terminativo - que: "Altera o art. 15 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para possibilitar a aplicação supletiva e subsidiária do Código de Processo Civil ao Processo Penal." Autoria: Senador Antonio Anastasia. Relatoria: Senador Tasso Jereissati. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 6 - Projeto de Lei do Senado n° 7, de 2018 - Terminativo - que: "Dispõe sobre os direitos dos pacientes em serviços de saúde; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para isentar do crime de omissão penalmente relevante a falta de instituição de suporte de vida ou a não realização de tratamento ou procedimento médico recusados; e altera a Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, que configura infrações à legislação sanitária federal, estabelece as sanções respectivas, e dá outras providências, para proibir a reutilização de produtos para a saúde descartáveis." Autoria: Senador Pedro Chaves. Relatoria: Senador Lasier Martins. Relatório: Pela aprovação do Projeto com a emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 7 - Projeto de Lei do Senado n° 89, de 2015 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.807, de 13 de julho de 1999, para criar mecanismos de proteção às vítimas e testemunhas vulneráveis." Autoria: Senador Humberto Costa. Relatoria: Senador Alessandro Vieira. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com a Emenda nº 1-CDH e com quatro emendas que apresenta. Resultado: Retirado de pauta para reexame do Relatório. ITEM 8 - Projeto de Lei do Senado n° 483, de 2017 - Terminativo - que: "Altera a Lei no 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para estabelecer normas gerais para a utilização de veículos apreendidos e sem identificação, pelas polícias civis, federal, rodoviária federal e militares." Autoria: Senador Elmano Férrer. Relatoria: Senadora Simone Tebet. Relatório: Pela aprovação do Projeto com duas emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 9 - Projeto de Lei da Câmara n° 94, de 2018 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para autorizar, nas hipóteses que especifica, a aplicação de medida protetiva de urgência, pela autoridade judicial ou policial, à mulher em situação de violência doméstica e familiar ou a seus dependentes e dá outras providências." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senadora Juíza Selma. Relatório: Favorável ao Projeto e às Emendas nºs 1-CDH e 2-CDH, com duas emendas de redação que apresenta. Resultado: Retirado de pauta, em razão da inclusão da matéria na Ordem do Dia da Sessão Deliberativa Ordinária do dia 03/04/19. ITEM 10 - Projeto de Lei do Senado n° 217, de 2018 - Terminativo - que: "Altera o art. 610 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, para permitir a realização de inventário extrajudicial quando houver possíveis implicações no interesse de incapazes." Autoria: Senador Paulo Rocha. Relatoria: Senadora Simone Tebet. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 11 - Projeto de Lei da Câmara n° 120, de 2017 - Não Terminativo - que: "Acrescenta § 10 ao art. 176 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos, para dispensar a apresentação de carta de anuência dos confrontantes na averbação do georreferenciamento de imóveis rurais." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Antonio Anastasia. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM EXTRAPAUTA 12 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania n° 7, de 2019 que: "Requeiro, nos termos do art. 312, II, do Regimento Interno do Senado Federal, destaque, para votação em separado, da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

emenda 9 da PEC 34/2019, que Altera os arts. 165 e 166 da Constituição Federal, parar tornar obrigatória a execução da programação orçamentária que especifica." Autoria: Senador Humberto Costa. Resultado: Requerimento apresentado nos termos do art. 312, parágrafo único. A emenda destacada foi rejeitada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e trinta e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Simone Tebet
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 8ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 1ª Sessão Legislativa da 56ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 6ª Reunião, Ordinária, e da Ata da 7ª Reunião, Ordinária.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal.*

A presente reunião destina-se à deliberação dos itens 1 a 11, começando pelo item 1.

ITEM 1

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 34, DE 2019

- Não terminativo -

Altera os arts. 165 e 166 da Constituição Federal, parar tornar obrigatória a execução da programação orçamentária que especifica.

Autoria: Deputado Hélio Leite

Relatoria: Senador Esperidião Amin

Relatório: Favorável à Proposta e parcialmente às emendas n°s 1, 4 e 5 e contrário às emendas n°s 2, 3, 6, 7 e 8 nos termos do Substitutivo que apresenta.

Observações:

- Em 28/03/2019, foram apresentadas as Emendas nºs 1 a 3, de autoria do Senador Major Olimpio;

- Em 02/04/2019, foram apresentadas as Emendas nºs 4 e 5, de autoria do Senador Arolde de Oliveira;

- Em 02/04/2019, foram apresentadas as Emendas nºs 6 a 8, de autoria do Senador José Serra.

Concedo neste momento a palavra ao Senador Esperidião Amin, para proferir o seu relatório.

Enquanto o Senador Esperidião Amin se prepara para a leitura do seu relatório, passo a palavra, pela ordem, ao Senador Antonio Anastasia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG. Pela ordem.) – Muito obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, eu gostaria de, cumprimentando V. Exa., dar ciência a esta Comissão de que, em 2016, eu fui designado Relator do projeto de reforma do Código Penal. Durante esse período me dediquei muito a esse tema, inclusive realizando as audiências públicas e contando com a colaboração graciosa de professores os mais ilustres que compõem o quadro do Direito Penal Brasileiro, inclusive dando aulas na Alemanha. E todos também, de modo, como eu disse, voluntário, colaboraram conosco na apresentação de uma minuta, digamos assim, da Parte Geral do Código Penal. O tema, como nós sabemos, é o de mais alta complexidade que pode existir.

Em razão desses trabalhos, foi até editado um livro coordenado pelo Prof. Greco, pelo Prof. Alaor Leite, entre outros, que trata dessa parte.

Eu, portanto, concluí essa parte inicial relativa à Parte Geral, que está pronta. Aliás, fiz uma reunião há quinze dias atrás com colegas aqui da CCJ, Senadores que têm interesse no tema pela sua formação: professores de Direito Penal, delegados, oficiais das Forças Armadas, magistrados e advogados com formação nessa área. E explicava para eles o andamento desse trabalho, que é um trabalho muito relevante, de muito fôlego.

Todavia, eleito Vice-Presidente do Senado, fui designado pelo Presidente para redigir também a nova proposta do Regimento Interno. Então me parece mais adequado, pela celeridade que o assunto demanda, conforme fiz e apresentei ontem a V. Exa., devolver esta relatoria já com o trabalho realizado, que é a proposta da Parte Geral pronta e concluída, revisada pela nossa Consultoria-Geral, que também teve um papel fundamental nesse trabalho – quero mais uma vez agradecer ao Dr. Danilo e à sua equipe por esse trabalho. Devolvi, portanto, à Comissão, juntamente com o trabalho já realizado que, volto a dizer, não é completo, mas é de fôlego, e tenho certeza de que colaborará muito com o futuro relator que V. Exa. vai designar.

É o relato que queria fazer.

Agradeço a V. Exa.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Nós é que agradecemos, Senador Antonio Anastasia. Se V. Exa. me permitir, gostaria de parabenizá-lo pelo trabalho dispensado a esta matéria tão importante. Na realidade, se trata de realmente reestruturar, adequar, modernizar e aperfeiçoar o nosso Código Penal, que já tem o quê? Mais de 70 anos, quase 80 anos. Eu sou testemunha do seu trabalho, do quanto de esforço, concentração e capacidade foram dispensados à Parte Geral do Código Penal. Participei de algumas audiências públicas promovidas por V. Exa., tive o prazer de beber da fonte da sabedoria, do conhecimento de V. Exa. e de outros doutrinadores, professores de universidades que aqui estiveram presentes. Tenho certeza de que a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parte Geral, já revisada pela Consultoria, tem condições inclusive de ser já até colocada em votação neste Plenário, se assim decidir o novo relator.

Nós estaremos... Já recebemos a devolução desse trabalho, desse projeto. E ainda ontem, quero comunicar a V. Exa. e aos demais membros desta Comissão, nós já designamos o Senador Rodrigo Pacheco, que é criminalista, profundo conhecedor da matéria, para não só fazer uma análise geral, uma revisão geral na Parte Geral do Código Penal, mas também se aprofundar nessa que é uma parte delicada, a Parte Especial.

Agradeço a comunicação e informo aos demais pares que o novo Relator, Senador Rodrigo Pacheco, já está designado para que possamos avançar o mais rápido possível. E se for da vontade do Relator e do Plenário desta Comissão, poderemos votar inicialmente a Parte Geral do Código Penal e, em seguida, quando o trabalho estiver pronto, a Parte Especial.

Passemos, sem mais delongas, ao item 1, cuja relatoria é do Senador Esperidião Amin.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Nós pedimos aos colegas, especialmente aos nossos assessores e colaboradores – vocês são fundamentais –, mas precisamos de silêncio neste momento.

Com a palavra, para proferir seu relatório, o Senador Esperidião Amin.

Item 1 da pauta.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para proferir relatório.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, em função da responsabilidade que este assunto envolve, pelas controvérsias que foram ensejadas pela aprovação na Câmara, eu vou ler o parecer todo, contrariamente ao que seria recomendado. Por isso, peço a paciência dos que vão ouvir e, especialmente, a atenção dos companheiros e companheiras.

Trata-se do parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 34, de 2019, que "altera os arts. 165 e 166 da Constituição Federal, parar tornar obrigatória a execução da programação orçamentária que especifica".

Submete-se a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, a Proposta de Emenda à Constituição...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. *Fazendo soar a campainha*.) – Eu peço desculpa ao Senador, aproveitando que ainda está começando o seu relatório. Mas eu não posso deixar aqui de manifestar a minha satisfação com a presença da nossa eterna Senadora Marina Silva, que aqui se faz presente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O relatório de V. Exa. vai ser longo, e não sei por quanto tempo teremos a oportunidade de estar ao lado dessa valorosa Senadora, que, mais do que tudo, é um orgulho para as mulheres brasileiras e para as Senadoras do Senado Federal.

Obrigada pela presença, Senadora Marina Silva. Espero que possa ficar conosco o máximo possível.

Com a palavra o Senador Esperidião Amin, pedindo novamente desculpa.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Ora, foi um prazer para todos, é um prazer para todos nós! E fico grato pela parte que me coube da interrupção, porque fui cumprimentar a Senadora.

A referida proposta, que tem como primeiro signatário o nobre Deputado Hélio Leite, visava, na origem, tornar obrigatória a execução da programação orçamentária oriunda de emendas coletivas ao projeto de lei orçamentária no limite de 1% da Receita Corrente Líquida (RCL) prevista no projeto encaminhado pelo Poder Executivo.

A título de ilustração, quero assinalar que eu próprio sou um dos signatários da proposta original, o de nº 54 na lista de 182 apoiadores, e o Presidente da República é o nº 77 dessa lista, para demonstrar quão eclética era a base de sustentação da emenda quando foi apresentada. O nº 78... (*Falha na gravação.*)

... era a Deputada Jandira Feghali, e o nº 79, bem próximo ali, era o ex-Deputado Jean Wyllys. (*Fora do microfone.*)

Essa medida, segundo seus autores, teria o condão de restabelecer o equilíbrio entre os Poderes na definição das políticas públicas, pois o Executivo estaria deixando de priorizar as programações orçamentárias derivadas de emendas, pelo simples fato de serem originadas do Poder Legislativo.

Em sua tramitação, a proposta sofreu significativas alterações na Comissão Especial encarregada da análise do mérito da matéria. Os dispositivos incluídos no art. 165 ampliaram consideravelmente o escopo de aplicação da norma original, ao expandir o dever de execução aos programas e metas prioritárias do Orçamento.

O Substitutivo da Comissão foi votado e aprovado, com alterações, em dois turnos na Câmara dos Deputados, em 26 de março, e a proposta já em 27 de março passado passou a ser registrada com o número 34, já no Senado Federal, tendo sido encaminhada a esta Comissão de Constituição.

E, para honra minha, fui designado por V. Exa., Senadora Simone Tebet. E agradeço muito a demonstração de confiança da sua decisão. Espero poder a ela corresponder.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Análise.

É muito importante que fiquem registrados os tópicos... (*Falha na gravação.*)

Quero agradecer aqui de público... (*Falha na gravação.*)

... na pessoa da Sra. Ana Cláudia, do Flávio, do Trindade e da minha própria assessoria, que me permitiram construir um texto que eu acho que é equilibrado e juridicamente sensato.

Em relação à constitucionalidade formal da PEC, não há qualquer defeito que impeça sua tramitação ou aprovação. Com efeito, foi ela subscrita pela quantidade constitucionalmente exigida de Parlamentares e não está em vigor qualquer das situações caracterizadoras do limite circunstancial ao Poder Constituinte derivado previsto na Constituição.

Quanto à constitucionalidade material, não verificamos...

O Senador Humberto Costa entra sob grande sufrágio da multidão que o aguardava. Foi uma arribação ensurdecedora.

Poder-se-ia considerar que a PEC, ao modificar a natureza jurídica de parte do orçamento, de autorizativo para impositivo, estaria violando a independência do Poder Executivo e, por consequência, a cláusula pétrea da separação dos Poderes. Todavia, assim não entendemos e por duas razões distintas e complementares. Em primeiro lugar, porque, conforme decidido pelo Supremo, o caráter de cláusula pétrea de um dispositivo não significa a intangibilidade literal do seu texto, mas apenas a proteção ao seu núcleo essencial, seu âmago (ADI nº 2.024/DF).

Ora, não se pode dizer que a transformação do orçamento em impositivo, ainda que fosse total, e não o é, violasse o âmago da separação de Poderes. Basta lembrar que o país que adotou a mais rígida vertente da teoria de Montesquieu sobre a divisão das funções, os Estados Unidos da América, adota um orçamento de caráter notadamente e predominantemente impositivo. Ademais, a iniciativa da lei orçamentária continua sendo exclusiva do Chefe do Executivo, que possui, nunca é demais lembrar, poder de veto em relação à versão aprovada pelo Congresso Nacional.

Como se não bastasse, temos também o precedente da EC nº 86, de 17 de março de 2015, que transformou em impositiva a execução financeira e orçamentária das emendas individuais, um movimento em tudo semelhante ao que se está aqui propondo e que nunca sofreu questionamentos sérios quanto à sua constitucionalidade no aspecto que aqui interessa, já que a cautelar deferida na ADI nº 5.595, também do DF, trata de outras temáticas.

Em relação à juridicidade e à regimentalidade, verifica-se que estão atendidas, já que a tramitação da PEC respeitou o disposto no Regimento Interno deste Senado, e a norma jurídica que se quer instituir é dotada de potencial coercitivo, além de veiculada pelo instrumento juridicamente adequado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Materialidade.

Como se observa pela tramitação da proposta, o escopo inicial foi modificado de tal forma a ampliar o propósito original. A inclusão das alterações no art. 165 da Constituição Federal transcendem as emendas parlamentares atingindo todo o orçamento público. Parece-nos trazer à pauta mais uma vez a discussão sobre a impositividade integral do orçamento público. Dizemos "parece" porque nossa leitura não permite uma interpretação direta e clara sobre o que se pretende, como ordena a Legística, ou seja, a boa qualidade das leis. Essa falta de clareza não traz ganhos para a sociedade brasileira. Assim, entendemos que essa parte da proposta deveria ser mais bem debatida no Parlamento para que avançássemos tanto em um novo modelo orçamentário quanto em um texto que fosse fidedigno a essa intenção.

A título de informação – e aqui eu peço um pouco de paciência e atenção especial dos companheiros –, eu resgatei o trecho do texto original da emenda que criou a impositividade das emendas parlamentares individuais. O primeiro signatário, o saudoso Senador Antônio Carlos Magalhães, foi de uma clareza meridiana na proposta. Se eu quisesse começar a discutir orçamento impositivo no todo hoje, Senador Tasso Jereissati, eu recorreria a este texto, escrito há 19 anos. Eu vou ler só o *caput* do texto proposto na emenda, que queria tudo e resultou, em 2015, na impositividade apenas das emendas individuais.

O texto dizia assim: "A programação constante da lei orçamentária anual é de execução obrigatória, salvo se aprovada, pelo Congresso Nacional, solicitação, de iniciativa exclusiva do Presidente da República, para cancelamento ou contingenciamento, total ou parcial, de dotação". E os parágrafos seguintes tornam mais clara essa forma pela qual o Presidente da República pode pedir para modificar, cancelar partes da lei orçamentária anual. Seria muito difícil que hoje se escrevesse um texto tão claro, tão abrangente e tão completo, na juridicidade e na constitucionalidade, quanto o que foi escrito em 2000 a meu ver.

Obviamente que uma modificação como essa acima impactaria outros dispositivos constitucionais. Dessa forma, não haveria dispositivos destinados exclusivamente às emendas impositivas individuais e de bancadas representativas dos Estados e do Distrito Federal senão a definição dos montantes destinados a essas modalidades de emendas.

Ressalte-se que o caminho percorrido pela PEC atual é exatamente o inverso ao da Proposta nº 22, de 2000. Em 2000, a proposta original propunha a execução obrigatória de toda a programação e foi aprovada, ao final, em 2015, para que apenas as emendas individuais recebessem tal grau de imposição (Emenda 86, de 2015).

Hoje, o caminho vai de um conjunto limitado de programações para o Orçamento como um todo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse contexto, poderíamos apresentar uma proposta similar à da PEC 22/2000 ou uma mais complexa que considerasse metas físicas e não financeiras, critérios de endividamento e progressividade de limites, porém, nos ativemos ao espírito do texto encaminhado pela Câmara dos Deputados. Para tanto, sugerimos um parágrafo ao art. 165, com redação mais clara e objetiva, no lugar dos três apresentados, mantendo o inciso III do §9º, com uma redação mais abrangente.

No que tange às propostas para o art. 166, em relação a quais emendas coletivas atribuir o regime de execução obrigatório... Ou seja, nós temos dois tipos básicos de emenda coletiva: as emendas coletivas de Comissões, que, a meu ver, são eminentemente corporativas, Senador Lasier Martins... Aqui, na Comissão de Justiça, quem vem pedir emenda coletiva? Vem o Tribunal Superior do Trabalho, vem o Superior Tribunal de Justiça, e fazem proposta em âmbito nacional ou local. É isso que tem acontecido, aqui ou na Câmara, porque não conseguiram, na pescaria da elaboração do orçamento, ver atendido o seu pleito. Então, faz-se uma espécie de repescagem institucional, enquanto as outras, que são as emendas coletivas de bancadas que representam Estados, a meu ver, têm um caráter federativo, respeitam a representação popular e, no caso do Senado, a representação dos Estados. Eu faço essa diferença para dizer que, a meu ver, só as coletivas de bancadas passam a ser impositivas. Isso está aclarado no texto.

No que tange às propostas para o 166, em relação a quais emendas... Analisamos as alterações promovidas pelo parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara, da relatoria do nobre Deputado Federal Carlos Henrique Gaguim – que eu convidei para vir aqui, porque considero que meu parecer respeita integralmente o seu trabalho, que, Senador Alessandro, teve o condão de ser aprovado no dia 25 de novembro de 2015, casualmente Dia de Santa Catarina –, e somos favoráveis à atribuição da obrigatoriedade da execução tão somente às emendas de iniciativa de bancadas de Parlamentares de Estado ou do Distrito Federal – chamadas aqui de emendas de bancadas estaduais. Essas emendas são o reflexo do pacto federativo e devem ser prestigiadas. Essa análise nos remete à invenção das emendas coletivas. Como é que as emendas coletivas surgiram no Orçamento brasileiro? Foi depois da chamada CPI dos Anões. Foi um remédio criado pelo Poder Legislativo para dar outro viés para a participação dos Parlamentares no Orçamento da União, já que as emendas individuais naquela ocasião...

Saúdo o Presidente do meu partido, que nos está prestigiando com a sua presença, o Senador Ciro Nogueira.

Naquela ocasião, foi o remédio criado pela Casa, com a primeira resolução instituindo a emenda coletiva. Foi na década de 90.

No ajuste do texto em nosso relatório, o §11-A foi renumerado para §12 – por uma questão técnica, de boa técnica legislativa –, conforme determina Lei Complementar 95/1998, de forma que os parágrafos foram renumerados com exceção dos dispositivos revogados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Este Relator também se preocupou com a boa redação legislativa. Isso porque não basta que uma lei seja bem feita do ponto de vista formal ou que guarde sintonia com normas já conhecidas. É preciso, acima de tudo, que a lei nova seja capaz de produzir os efeitos desejados e esperados, ou, como se diz popularmente, que a lei “pegue”.

Não sei se o Senador Anastasia ainda está aqui...

A Assembleia Legislativa de Minas Gerais foi a pioneira no estudo da Legística, que não tem nada a ver com o Instituto Médico Legal, tem a ver com a qualidade da lei, que é o escopo da Lei Complementar 95/98, que nós estamos procurando aperfeiçoar, que devemos seguir e respeitar. É a Lei Complementar 95/98 que extingue o chamado "jabuti" – não o bicho, mas o contrabando que se faz, especialmente em medidas provisórias.

Continuando em nossas considerações acerca da PEC 34/2019, ainda no §12, retiramos o termo “caráter estruturante”. Primeiramente, para que o regime de execução obrigatória seja aplicado a todas as emendas de bancadas estaduais indistintamente, e não somente a um subconjunto dessas. Em segundo lugar, porque se trata de conceito jurídico indeterminado.

Por exemplo: investir no custeio de média e alta complexidade nos procedimentos de saúde de um Estado é estruturante? Mas como, se isso é custeio? Mas é isso que permite a habilitação de serviços de média e alta complexidade. Como esse conceito não existe nas práticas orçamentárias vigentes, eu, pessoalmente, acho prudente retirar uma expressão que pode significar, daqui a pouco, que alguém diga: "Não, só vale para obra física".

Então, eu acho que é um risco desnecessário. Defenderei sempre. Eu posso perder ou ganhar, mas vou defender, porque tenho experiência prática nesse assunto.

Em segundo lugar porque se trata de conceito jurídico indeterminado de sentido inédito e não conspícuo – ou seja, ele não tem um significado claro –, o que causaria dúvidas quanto à validade de emendas apresentadas, bem como poderia cercear a legítima atuação parlamentar de atendimento dos mais diversos anseios e necessidades de uma região.

A decisão sobre o montante destinado às emendas de bancada estadual perpassa pelo contexto econômico e pela necessidade de que o valor seja suficiente para viabilizar as emendas de bancada estadual.

Aqui eu queria prestar uma homenagem a todos os Senadores – vi há pouco entrar o meu amigo Arolde de Oliveira, Senador Major Olimpio, Senador José Serra – que apresentaram emendas da maior lucidez e da maior correção quanto à realidade na gradação do porcentual a ser destinado. Não vou mencionar todas, mas elas estão sendo homenageadas por essa minha observação genérica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Repito: nós estamos vivendo um quadro que recomenda uma certa parcimônia, de sorte que isso me levou a, tentando contemplar todas as sugestões, no ano de 2020...

Aí quero me dirigir ao Líder do Governo, Senador Fernando Bezerra Coelho, que foi fundamental na concertação desse acordo. Isso aqui não é o texto dos meus sonhos. Eu sou parlamentarista de origem, mas vivo no Brasil em 2019. Então, eu procurei conciliar o mínimo do que eu penso, para corresponder à distinção da confiança da Presidente desta Comissão, Senadora Simone Tebet, com a realidade que o Governo vive, com a qual o Congresso convive e uma gradação desse porcentual.

E, por acordo – o Senador Fernando Bezerra Coelho, não me desmentirá, não vai cometer essa deselegância –, consignamos 0,8% para o ano 2020 e, por redação correta, ficou estabelecido em 1%, com uma vigência excepcional em 2020 de 0,8%.

Quero homenagear também o Senador Oriovisto, que não aplicou um recurso previsto no art. do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias que poderia nos levar a um período de 20 dias de reflexão sobre a emenda, e faltaria casa de retiro para nos receber nessa imersão.

Entendemos convenientes e oportunas as alterações procedidas nos §§ 14 e 15 do art. 166 com vistas à supressão no Texto Constitucional do rito relativo ao processo e cronograma de análise, verificação de impedimentos e remanejamentos, que se mostrou excessivamente detalhado e pouco eficaz – ou seja, concordamos com o que a Câmara fez. Trata-se de norma operacional inadequada ao caráter constitucional. Enfim, poderia ser definida e aperfeiçoada anualmente na LDO. A maior parte dos remanejamentos e ajustes é realizada com base nas autorizações contidas no texto da LOA, sem necessitar de projeto de lei de crédito adicional.

Quero aqui fazer uma referência a uma emenda apresentada pelo Senador José Serra que eu gostaria de poder incluir, se não fosse, na verdade, algo parecido com um "jabuti", que seria elevar o caráter da LDO a lei complementar. Acho que isso... "Jabuti" não tem nada a ver com o bicho... (*Risos.*)

... ou seja, é do ramo. Esse "jabuti" legislativo é muito mais diversificado do que o da fauna. (*Falha na gravação.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – As programações oriundas de emendas estaduais por sua própria natureza, abarcam investimentos de grande porte.

Aí eu quero chamar a atenção para esse dispositivo. Ele revela responsabilidade fiscal do Parlamento. Não é uma homenagem ao Governo; é uma homenagem a quem respeita o Parlamento.

Uma bancada estadual apresenta uma proposta para o ano de 2020, Senador Tasso Jereissati, cuja execução será plurianual. Essa bancada não pode deixar de apresentar de novo essa emenda no orçamento seguinte, sob pena de reintroduzir a emenda janela, como era chamada: para uma obra de 1 bilhão, eu faço uma emenda de 100 mil para começar a obra e depois tiro o corpo fora. A emenda janela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

já foi proibida em termos de resolução da Comissão Mista de Orçamento. É a Resolução nº 1, de 2005. Nós estamos constitucionalizando essa regra. Ou seja, o Estado do Rio Grande do Sul, o seu fórum, a sua bancada representativa decidiu incluir uma obra. Vamos supor que seja uma obra física cuja execução será de dois anos; se apresenta para um ano, tem que apresentar até acabar a obra, sob pena de nós estarmos gerando certamente obras inacabadas.

Com relação às emendas dos Senadores Major Olimpio, José Serra e Arolde de Oliveira, já fiz os comentários, mas não pude incorporá-las ao substitutivo.

Voto.

Em face do exposto, acatamos parcialmente algumas emendas. Não pudemos acatar outras. E apresento o substitutivo.

Não sei se eu preciso ler o substitutivo que foi distribuído; acho que ele está suficientemente esclarecido.

Eu me coloco à disposição para as interpelações, Sra. Presidente, desde que elas sejam feitas com moderação.

Muito obrigado.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sra. Presidente, eu tenho uma interrogação.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Senador Esperidião Amin, pelo belíssimo e competente relatório.

Quero dizer a V. Exa. que eu faria apenas uma observação. Não havia necessidade dessa última intervenção. Tenho certeza aqui de que, diante do brilhante, competente e abrangente relatório de V. Exa., que teve inclusive a delicadeza de, ponto a ponto, explicar o porquê de não aceitar ou acatar determinadas emendas, o debate não só será em alto nível, como acredito que a maioria há de concordar com V. Exa., fazendo aqui, nesse sentido...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu fiquei com medo de que a presença da Senadora Marina Silva pudesse gerar algumas paixões no debate que eu receberia de bom grado.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sobre esse particular, eu não posso me pronunciar, mas vou aqui, portanto, pela ordem de inscrição, mais uma vez parabenizando V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Apenas quero esclarecer, Senador Esperidião Amin, nosso querido Relator, que, no dia 3, hoje, foi apresentada a Emenda nº 9, de autoria do Senador Humberto Costa. V. Exa. poderia, para fechar o relatório, concluir em relação a essa emenda que acabou de chegar. V. Exa. tem o tempo que for necessário, obviamente. Mas é que a emenda acabou de chegar aqui, e nós estamos com um calendário especial. Portanto, é natural que as emendas possam ser apresentadas. O Relator tem que se pronunciar nesse sentido. E também nada impede que eu já passe a palavra pelo menos para um orador, que terá o tempo de dez minutos, para que ele possa se pronunciar.

Já está pronto?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Pronto!

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Como sempre eficiente, já vai...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu fui premonitório, Sra. Presidente, porque, primeiro, percebi que a chegada do Senador Humberto Costa foi...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Apoteótica!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... apoteótica e intimidadora, intimidatória: "Olha, eu não estou sozinho!". (*Risos.*)

Segundo, eu expliquei sobre a estruturante exatamente usando a saúde, porque nós temos a obrigação, tanto nas individuais quanto nas coletivas, de investimento em saúde. E convenhamos que retirar isso do mínimo de investimento seria uma manobra castradora que dificultaria ainda mais que tanto a União quanto o Estado cumprissem os limites constitucionais.

Vou dar o exemplo do que escutei ontem sobre o Rio de Janeiro. Não sei se V. Exas. assistiram a isso. O máximo que o Estado do Rio de Janeiro chegou a investir em saúde foi um percentual de 11% e está investindo 7%, quando o preceito constitucional é de 12%. Então, o senhor imagine que, no momento em que eu coloco uma emenda para a saúde para ser investida pelo Estado do Rio de Janeiro, se isso não for computado... Eu não quero salvar o Estado do Rio com isso. Mas vamos multiplicar isso por 5,5 mil Municípios e por 27 Estados e o Distrito Federal!

Então, acho que esse debate, Senador Humberto Costa, mereceria ser... Primeiro, de que falta dinheiro para a saúde não tenho dúvida, mas acho que essa emenda eu não deveria aceitar, porque ela enrijece o conceito do que é dispêndio em saúde, pelo que eu pude entender. Então, não é que eu rejeite a sua proposta. Eu acho que mereceria ser feita uma CPI sobre o quanto nós devemos para a saúde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só para concluir, nós conseguimos fazer o cálculo do quanto o Governo Federal deve no meu Estado, nos últimos 18 anos, em procedimentos de alta complexidade que o Governo Federal não pagou. Chegamos a R$213 milhões e alguns quebrados por ano que o Governo Federal nos deve. Então, o Estado está devendo para o prestador de serviço, e, se as nossas emendas não forem computadas, eu acho que vamos deixar o Estado numa situação mais difícil. Aliás, no meu Estado, são 15% o que é exigido para a saúde, e é claro que o Governo do Estado está com dificuldade de cumprir isso. Se o que nós transferirmos não for computado, vejam que ficará muito difícil.

Por essa razão, eu não pretendo acatar a sua emenda, não por falta de mérito, mas pela oportunidade.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço, mais uma vez, ao brilhante relatório.

Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Para discutir, o primeiro inscrito é o Senador Fernando Bezerra.

Vou já ler ordem de inscrição: Senador Fernando Bezerra, Senador Eduardo Braga, Senador Major Olimpio, Senador Ciro Nogueira, Senador Anastasia, Senador Tasso Jereissati, Senador Arolde, Senador Prof. Oriovisto, Senador Humberto Costa.

Na ordem de inscrição, à medida que forem pedindo, eu vou os inscrevendo.

Com a palavra, Senador Fernando Bezerra, como primeiro orador inscrito.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Para discutir.) – Sra. Presidente, Senadora Simone Tebet, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, eu queira inicialmente registrar o trabalho do Senador Espiridião Amin como Relator dessa matéria, Relator que foi designado por V. Exa., e a abertura que ele deu para se promover um amplo diálogo com o Governo.

O Senador Esperidião Amin na quinta-feira teve reunião com o Ministro da Economia; na sexta-feira nós tivemos uma conversa sobre esse parecer e sobre esse relatório que acaba de ser apresentado; na terça-feira as nossas equipes técnicas estiveram reunidas sob a liderança de Senador Amin. E, com a orientação do Presidente da Casa, Senador Davi Alcolumbre, foi possível avançarmos na construção de um acordo que também envolveu a Câmara dos Deputados com a participação do Presidente daquela Casa, o Deputado Rodrigo Maia.

E percebo que o relatório faz jus a todos os pontos que foram acordados. Eu gostaria de destacar os pontos que foram recepcionados como demanda do Governo, que foi o escalonamento da implementação da impositividade das emendas de bancada, texto que veio da Câmara com a aplicação imediata de um ponto percentual, e o texto acordado com a definição de 0,8% no ano de 2020 e de 1%

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

enquanto perdurar o regime fiscal especial, que é o regime do teto do gasto público. Portanto, aqui o Governo não foi atendido como queria, porque queria um escalonamento ainda maior em quatro anos, mas foi fruto do acordo e do entendimento mantido entre a Câmara e o Senado.

Por outro lado, quero destacar também o acolhimento da sugestão colocada pelo Governo. Esse dispositivo já está previsto na LDO, mas, como nós estamos constitucionalizando a impositividade das emendas de bancada, foi preciso, tendo um cuidado e uma responsabilidade fiscal redobrada, evitar as famosas emendas janelas. E o Senador Esperidião Amin trouxe para o seu relatório, para o seu substitutivo a obrigatoriedade da repetição das emendas de bancada até a conclusão das obras iniciadas ou continuadas. Portanto, essas duas demandas colocadas pelo Governo foram prontamente atendidas.

Eu quero apenas, Senador Amin, pedir atenção para o §17 do art. 166, na realidade, para que V. Exa. pudesse promover uma emenda de redação, apenas para aclarar que: "Os restos a pagar" – e aí vem a minha sugestão – "identificados como emenda individual ou de bancada impositiva" – e aí segue o texto – "poderão ser considerados para fins de cumprimento da execução financeira prevista nos §§ 11 e 12 deste artigo". É apenas para não haver uma interpretação equivocada de que se trata de todos os restos a pagar, mas que estamos aqui nos referindo aos restos a pagar de emendas individuais ou de bancada. Então, essa é a única...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Impositivas.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Impositivas.

Essa é a única sugestão que trago para que a gente possa de fato dar cumprimento a esse acordo, que eu acho que foi muito importante para a unidade do Congresso Nacional, da Câmara e do Senado, e com a participação do Governo no resultado final desse entendimento. Essa é a nossa sugestão.

Gostaria de ouvir o Senador Esperidião Amin sobre se poderia aceitar essa pequena adição na redação do §17 do art. 166.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Espere um minuto. Posso ir colhendo outras sugestões?

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Claro, claro.

Passamos para o próximo orador inscrito, mas não sem antes, Senador Esperidião Amin, apenas fazer uma ressalva: até 2016, nós não tínhamos emendas impositivas, então, nos restos a pagar que ainda nós temos, principalmente deste ano, o Governo não tem como saber se são emendas impositivas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ou não, e podem sofrer os técnicos inclusive sanções pelo dispositivo constitucional. Talvez daí essa emenda, que seria mais uma emenda de redação, do Senador Fernando Bezerra.

Com a palavra o Senador Eduardo Braga para discussão da matéria.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Para discutir.) – Sra. Presidente, cumprimento V. Exa., nossa Senadora Simone Tebet, cumprimento os Senadores e as Senadoras aqui na Comissão de Constituição e Justiça.

Primeiro, quero cumprimentar o Senador Esperidião Amin, que buscou aprimorar o texto que nós recebemos da Câmara dos Deputados sem que percamos a essência e a importância da aprovação dessa PEC aqui no Senado, primeiro porque garantirá uma redução da desigualdade regional durante a sua vigência, porque estabelece um percentual para todos os Estados da Federação, o que significará para os Estados mais pobres do Brasil uma oportunidade talvez única de investimentos na área de infraestrutura, em obras estruturantes que farão uma grande diferença no nosso País. Essas obras estruturantes poderão fazer com que o Brasil retome a mobilidade urbana, porque hoje as cidades estão praticamente paralisadas, e retome os investimentos na área de saneamento, que têm sido uma grande discussão, e ao mesmo tempo na área de saúde, em que muitos recursos hoje são escassos e em que nós temos – como bem disse o Senador Esperidião Amin ainda há pouco – limitações inclusive com o teto no Sistema Único de Saúde, o que tem imposto efetivamente muitas dificuldades.

Entendemos que, muitas vezes, o ideal é inimigo do possível. O ideal seria se nós mantivéssemos já, para o ano de 2020, a imposição de 1% da receita corrente líquida nessa transferência de investimentos para os Estados e Municípios, a fim de que o pacto federativo começasse a ser fortalecido já desde o primeiro ano.

Acabamos de assistir ao contingenciamento que o Governo Federal acabou de praticar sobre as emendas impositivas no ano de 2019, que retirou 20% da capacidade de investimentos que aquela emenda estava propondo em todos os Estados do País, obviamente melhorando, portanto, os investimentos públicos, melhorando a geração de emprego e renda em todos os territórios da nossa Nação.

No entanto, como eu disse ainda há pouco, o ótimo é o inimigo do possível. Nós construímos algo que, a meu juízo, é o possível para distensionar. Como o Senado é a Casa da moderação na República, como o Senado é a Casa que deve buscar o equilíbrio entre as manifestações dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, creio que, nesse sentido, Senador Esperidião Amin, o relatório de V. Exa. traz luz para algo extremamente importante que nós estamos estabelecendo daqui em diante.

Eu creio, Senadora Simone Tebet, que isto sim, é nova política – isto sim, é nova política. Isto sim, é estabelecer um patamar para o pacto federativo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Isto sim...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Desculpe.

A palavra é pela ordem, Senador?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Ah, desculpe.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Isto sim, Sra. Presidente, é uma manifestação clara de uma nova política na relação federativa, na relação do pacto federativo.

Portanto, eu quero dizer da minha manifestação positiva e apenas esclarecer que as emendas hoje impositivas já são carimbadas dentro dos ministérios, dentro do Governo Federal e dentro da estruturação contábil como emendas impositivas. Portanto, está claro para o Governo o que são restos a pagar de emendas impositivas, sejam individuais, sejam de bancadas, mas, de novo, nada impede que aqui nós possamos expressar, como sugeriu ainda há pouco o Senador Fernando Bezerra, Líder do Governo, de forma clara e explícita, para que não reste dúvida a respeito do assunto.

Quero cumprimentar o Senador Esperidião Amin e não posso deixar de cumprimentar o Senador Fernando Bezerra, que também trabalhou muito para que nós pudéssemos construir um acordo, um entendimento entre Senado, Câmara, Governo Federal, para construirmos finalmente um grande passo no sentido da nova política e de um novo pacto federativo no Brasil, diminuindo a pobreza e a desigualdade entre as regiões.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Presidente, eu só queria indagar a V. Exa.: vamos estabelecer um número de Senadores? Porque senão eu vou acabar me perdendo e esquecendo de responder alguma indagação. Vou me submeter ao que a senhora decidir.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Se V. Exa. puder ir anotando todos os questionamentos... São vários os oradores. Nós podemos também fazer o seguinte.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – De três em três?

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Se a cada cinco houver algum questionamento... Porque não necessariamente vai haver questionamento em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

relação ao relatório, alguns aqui vão fazer intervenções solicitando alterações, mas muitos estarão apenas enaltecendo e parabenizando. Então, a cada cinco Senadores, havendo três que questionaram, eu interrompo e V. Exa. faz observação.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Ou seja, a cada três questões.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – A cada três questões. Por enquanto, houve uma do Senador Fernando já, e Senador Eduardo Braga.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – E Humberto Costa também.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Mas Humberto vai voltar a falar.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu quero também voltar a falar.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Senadora Simone, queria só me inscrever, por favor.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Está inscrita.

Encerrada a colocação, passemos ao terceiro orador inscrito, Senador Major Olimpio.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, V. Exa. poderia...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Desculpe.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP. Para discutir.) – Cumprimento a Exma. Sra. Presidente desta Comissão, os Srs. Senadores e, de forma particular, cumprimento meu amigo Senador Esperidião pelo relatório produzido e todos aqueles que procuraram aperfeiçoar a matéria, Fernando Bezerra, Líder do Governo, enfim, todos os pares.

Causou-me extrema preocupação, no momento da votação dessa PEC lá na Câmara, a perspectiva de promover um engessamento maior e impossibilitar o Governo de desenvolver ações programadas e honrar compromissos assumidos com a população brasileira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Após questionar, inclusive aqui na CAE, o Ministro Paulo Guedes e este até me dizer exatamente da preocupação com esse engessamento ou com que se possa comprometer mais e eventualmente ultrapassar o teto de gastos... Mas o próprio Ministro acabou por me comunicar: tem razão, mas é necessário ter uma sinalização com o Congresso, mais especificamente com os Parlamentares. Então, a partir do momento...

Eu fiz emendas cujo valor ficaria em 0,65% da receita corrente líquida, quando o projeto original fala em 1%. Houve o encaminhamento, através de acordos com o Relator, Líder do Governo e demais Lideranças, para que se fizesse, com o Governo, escalonado em 0,8% em 2020 e 1% em 2021. A partir do momento... A minha apreensão é em função da defesa de condições que pudesse ter o Governo para cumprir os seus programas, mas o próprio Governo diz: "Eu suporto". E quem sou eu para contestar questões econômicas que brilhantes homens da área econômica do Governo estão dizendo que são suportáveis? Então, diante disso é que ontem aquiesci, subscrevi: não vamos fazer qualquer tipo de pedido de vista ou tentar atrapalhar um processo de votação que se encaminha para isso.

Eu só gostaria de lembrar ao Senador Esperidião Amin que essa Emenda nº 2, que apresentei...

Agora não está falando o defensor de um projeto de Governo ou amigo do Presidente ou alguém do partido. Está dizendo um Parlamentar agora defendendo os interesses dos Parlamentares.

Ficou mais do que claro, e posso até mostrar a todos os Líderes aqui que votarão, essa questão que eu coloco na minha Emenda nº 2, com o art. 166 passando a dizer: "Os restos a pagar poderão ser considerados para fins de cumprimento da execução financeira prevista nos §§ 11 e 11-A deste artigo, até o limite de cinquenta por cento dos valores empenhados". Por quê? Porque o texto está dizendo, agora o §17, renumerado pelo Relator: "Os restos a pagar poderão ser considerados para fins de cumprimento da execução financeira prevista nos §§ 11 e 12 deste artigo". Ou seja, tanto as emendas impositivas individuais quanto as emendas impositivas de bancadas poderão ir, na integralidade, como 100% de restos a pagar.

A Senadora Presidente lembrou muito bem que, até 2015, só como um dado, a execução real das nossas emendas, quando não eram impositivas, foi de 1,31%. No momento em que passaram a ser impositivas, passaram a ser de 27,30%. Então, se nós aprovarmos esse texto como está... Porque o texto como ficou, a partir de 2015: "Os restos a pagar poderão ser considerados para fins de cumprimento da execução financeira prevista no § 11 deste artigo até o limite de 0,6%". Nós estamos falando de 50%, metade. Do jeito que está ficando o texto – "Os restos a pagar poderão ser considerados para fins de cumprimento da execução financeira prevista" –, então, poderão 100% dessas emendas serem consideradas restos a pagar.

Então, é só isso que quero lembrar a cada um dos nossos Parlamentares: é colocar a garantia na Constituição de que as emendas dos Parlamentares e das suas bancadas, independentemente de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

situação, Governo, oposição... Não é disso que se está se tratando agora. Aí é uma garantia da execução. Do jeito que está o texto, ele está aberto e flexibiliza para que possam ficar até 100% como restos a pagar, o que nós tínhamos antes de 2015.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Senador Major Olimpio.

Senador Ciro Nogueira.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI. Para discutir.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, quis o destino me livrar, Senador Fernando Bezerra, de pela primeira vez não votar com o meu querido eminente Senador Amin. A minha intenção – e vou lhe ser sincero e a toda esta Casa – era votar o texto que vinha da Casa, mas de alguns problemas até fui alertado aqui pelo nosso Líder Eduardo Braga, principalmente no §12, que deixa a dúvida se o orçamento seria impositivo ou não. Nós consultamos a assessoria da Casa se, havendo modificação, esse texto voltaria para a Câmara de qualquer forma. Está certo?

Algumas situações nós temos de esclarecer. Até a Presidência da Câmara está mandando um assessor aqui agora porque existe essa dúvida, parece, no §3º, para discutir isso com o Senador Amin. O Presidente da Câmara acabou de me ligar relatando isso, essa preocupação...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Inciso III.

Eu tenho um pouco de discordância com relação ao que é possível e não é o ideal. Eu discordo dessa questão de nós reduzirmos de 1%. Vou ser franco. Não vejo aquilo que o nosso querido Senador Major Olimpio disse, que nós estamos engessando. Nós não estamos engessando orçamento nenhum; nós estamos é orientando como o orçamento tem que ser gasto. Eu duvido que qualquer tecnocrata do Ministério do Planejamento, ao apresentar um orçamento, tenha mais conhecimento do que se deve fazer no Piauí ou no Maranhão do que a bancada daquele Estado, quais são as obras importantes para os nossos conterrâneos. Eu duvido de que esse tecnocrata tenha mais conhecimento do que a bancada federal de um Estado, reunida, escolhendo. Não acredito que isso venha a acontecer.

Então, eu acho essa matéria importantíssima. Como eu disse, minha ideia era votar contra o relatório inicialmente, para manter o texto que veio da Câmara, mas, por conta dessas modificações que são necessárias, nós temos... Eu espero que essa dúvida que está sendo levantada pelo Presidente da Câmara seja corrigida pelo nosso Senador Amin para que a gente possa votar favoravelmente a essa matéria.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – O Senador Humberto ainda está inscrito. Ele vai voltar a falar. Nós já tivemos...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Mas eu quero fazer uma retificação na explicação que eu dei.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Está certo. Então vamos interromper. Já foram...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – São cinco.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Usaram a palavra: Senador Bezerra, Eduardo Braga, Major Olimpio e Ciro Nogueira.

Então encerro.

Passo a palavra rapidamente para o Relator fazer suas considerações e volto à lista de inscrição.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Primeiro quero dizer que agora li com um pouco mais de cuidado a emenda do Senador Humberto Costa e realmente ela diz respeito apenas ao cômputo para fins de saúde, encargos sociais e despesas de custeio da porção que a União vier a transferir por emendas de saúde. No mais, eu até acertei. Suponhamos que seja transferido um recurso para um Estado na Secretaria de Saúde. Já venho colocar uma questão que o Senador Rocha me trouxe aqui: como é que ela vai ser aplicada? Isso é uma deliberação que a natureza da emenda apresentada pela bancada ou pelo indivíduo, pelo Deputado ou pelo Senador, individual – vale para a individual e vale para a coletiva, de bancada –, ela pode constituir uma transferência fundo a fundo da União para o Estado. Pode. Mas isso é uma deliberação, uma decisão da bancada, e, em ambos os casos, estará sendo cumprido o preceito tanto da Constituição quanto o que a LDO, a lei orçamentária possa estabelecer. Nós não podemos descer a minudências e dizer: olha, metade tem que ser para Município, outro tanto tem que ser para filantrópica. Nós não temos essa prescrição, até porque a proporção de filantrópicos comunitários nos Estados brasileiros é muito diversificada. No meu Estado, 80% dos leitos de hospitais são filantrópicos comunitários e municipais, mas essa proporção não acontece em outros. Então, isso é verdade.

Agora, insisto: não é meu propósito acolher a emenda do Senador Humberto Costa, porque ela estabelece uma especificação de avaliação de despesa que não pertence ao escopo original da emenda. Mas estou pronto a discutir. Sei que o Senador está inscrito e prosseguirá.

O que o Senador Fernando Bezerra colocou, que, em parte, foi contestado pelo Senador Eduardo Braga, nós podemos aceitar, porque *quod abundat non nocet*. (*Risos.*)

Eu falei *quod abundat*, não é outra coisa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, os restos a pagar – que restos a pagar? – identificados como de emenda individual ou de emenda impositiva – prestem bem a atenção que eu especifico o tipo de emenda – poderão ser considerados para fins de cumprimento da execução financeira prevista conforme os §§11 e 12, que falam sobre o quê? Emendas individuais e emendas coletivas. É um *bis in idem*, mas, se é para esclarecer, eu não tenho nenhuma dificuldade em incluir, porque essa é uma emenda de redação, e a Câmara mexe se quiser.

Terceiro, o Senador Eduardo Braga... Sou obrigado a ler com certa consciência da previsão...

Quando foi aprovada a emenda individual, veio à tona esta questão do quanto ela é prescritiva e do quanto ela é solidária com o Orçamento da União. E V. Exa. mencionou que saiu o decreto de contingenciamento, que abrange mais ou menos 20% das despesas discricionárias. O que nós escrevemos? Ainda ontem, eu conversava com o Deputado Helio Lopes, que foi o Relator, e eu fui o sacristão dele. Este texto que vou ler agora tem a minha impressão digital:

> Se for verificado que a reestimativa de receita e de despesa [essa reestimativa compreende cada um dos decretos de contingenciamento que são publicados à medida que o Governo vai avaliando a pressão no calo] poderá resultar no não cumprimento da meta de resultado fiscal [vejam bem, isso foi escrito antes da emenda do limite de gastos, o quanto foi premonitório] estabelecida na lei de diretrizes orçamentárias, o montante previsto no § 11 [leia-se emenda individual] [...] poderá ser reduzido em até a mesma proporão da limitação incidente sobre o conjunto das despesas discricionárias.

Ou seja, já é solidário!

Inclusive, essa preocupação... O Senador Fernando Bezerra sabe que eu não queria – viu, Senador Ciro Nogueira? –, baixar para 0,8, porque o freio já existe. Senador Ciro Nogueira, fui eu que escrevi isso. Não vale interpretação autêntica, mas, se o Governo contingenciar, um desastre, em 50% as despesas discricionárias, vai contingenciar as individuais e as coletivas também. Ou quer o quê? Quer ser a elite do orçamento? Isso é inconstitucional. Se nós quiséssemos que as emendas individuais e coletivas de bancada fossem privilegiadas em relação ao resto do orçamento, isso seria derrubado no Supremo, isso seria derrubado pelo bom senso.

Então, já existe essa solidariedade – viu, Major Olimpio? –, ou seja, nós somos solidários com o que está acontecendo com o País. Eu faço uma emenda individual ou coletiva de 1 milhão. Se o País contingenciou as despesas discricionárias em 30%, o meu milhão continua valendo, e o do restante baixa para 700? Isso é um absurdo.

Então, já exista essa solidariedade. O fato de reduzir para 0,8 tem, Senador Ciro Nogueira, muito mais um efeito político e psicológico do que prático. Mas eu me submeti – Senador Ciro Nogueira, volto a falar com V. Exa. de novo – não ao meu, eu declarei isso no começo; esse texto não é o meu, esse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

texto é o texto do acordo, até porque nós vamos enviar isso para a Câmara não como confronto, vamos enviar um acordo que pode ser homologado pela Câmara, desde que seja, primeiro, homologado por nós.

Passo para os seguintes, que são... O Senador Ciro Nogueira já mencionei.

O inciso III... Eu mesmo pedi que o assessor do Presidente Rodrigo Maia viesse aqui, porque acho que é uma questão técnica que está mal-entendida. Primeiro, o texto que veio da Câmara diz a mesma coisa, sem especificar os §§11 e 12, que passaram a existir.

E vou dizer aqui publicamente: se isso afeta – Senador Ciro Nogueira –, se isso afeta o acordo feito, eu retiro. Agora, eu duvido – eu duvido – que os técnicos não se entendam. Vai estar aqui e eu aceito o que for de boa redação técnica, porque isto – eu quero deixar público... O que nós acordamos? O art. 11 com uma mudança de redação que eu fiz; o art. 11 também foi modificado na sua redação para tornar mais imperativa ainda a emenda de redação.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. *Fora do microfone*.) – Parágrafo.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – O parágrafo, Sr. Relator.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O §11 foi redigido para dar mais clareza à imperatividade da proposta orçamentária sem incluir uma palavra; é apenas uma inversão que tornou mais peremptório o entendimento.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI. *Fora do microfone*.) – Onde está o §11?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Não, é o §10, eu acho, de que ele está falando.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não, é o §11.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. *Fora do microfone*.) – Parágrafo 10, virou 10.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Era §11 que virou §10.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Desculpe, desculpe, o senhor tem razão. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É o texto 11 da Câmara, que foi renumerado para 10; V. Exa. tem razão.

Então, pela leitura, o dever de execução era o sujeito da oração. O que é o dever da execução? Passou a ser sujeito da oração a Administração... O sujeito da oração passou a ser a Administração Pública, e não o dever da execução. Simplesmente isso.

Então, eu considero abrangidos os temas identificados e me coloco à disposição para prosseguir a busca do entendimento.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Relator.

Continua em discussão.

Para discutir, Senador Antonio Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG) – Muito obrigado, Sra. Presidente, Sra. Senadora, Srs. Senadores.

Sra. Presidente, primeiro, é claro, quero cumprimentar o Relator, o eminente Senador...

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP. Pela ordem.) – Pela ordem, Sra. Presidente.

Eminente Relator, a minha questão sobre a Emenda nº 2, dos restos a pagar, por gentileza.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Senador Esperidião Amin, o Senador Major está cobrando explicação a respeito da emenda dele.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – Dos restos a pagar.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Tem razão. Eu estou tentando esclarecer o inciso III. Posso voltar na próxima repescagem?

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – Para mim, tranquilo.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Senador Anastasia, portanto, com a palavra.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG. Para discutir.) – Muito obrigado, Sra. Presidente.

Cumprimentando novamente V. Exa., a Sra. Senadora, os Srs. Senadores, cumprimento o eminente Relator, Senador Amin, pela beleza do texto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sra. Presidente, a discussão desse assunto dá azo para que este Senado da República discuta um tema nobre: o orçamento. O que é o orçamento? Por excelência, a peça do Poder Legislativo. Durante décadas, lamentavelmente, o orçamento no Brasil foi uma peça de ficção; ao tempo da inflação, não valia nada; e o resultado disso foi que, durante décadas, o Brasil patinou. Nós não temos a tradição do planejamento porque nos faltava o instrumento fundamental, que é o orçamento e que, por natureza, exatamente é uma peça do Poder Legislativo. Agora, a discussão que se trava neste momento por essa emenda permite que o tema volte à tona e demonstra, de maneira clara, qual é a relevância e o papel do Legislativo no orçamento. E esse papel é importante.

Eu quero citar aqui, Senador Amin, no seu relatório, o ponto em que V. Exa. menciona como é o orçamento nos Estados Unidos da América; o que significa a lei orçamentária na realidade norte-americana em contraponto à realidade brasileira.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG) – Infelizmente, nós ainda estamos na idade da pedra em matéria orçamentária, *vis-à-vis* os Estados mais desenvolvidos economicamente.

Então, espero que essa medida que está sendo adotada, ainda que parcial, ainda que como um primeiro passo, dando sequência a alguns outros, signifique de fato o reconhecimento não só de que o orçamento é a peça de planejamento em uma economia estabilizada, mas sobretudo da relevância do Poder Legislativo na sua concepção, na sua elaboração, na sua aprovação.

Por isso mesmo, Senador Amin, eu me permito aqui dizer a V. Exa., concordando sob o ponto de vista procedimental, mas dizendo que a pretensão do Senador José Serra ao apresentar a ideia de elevar ao *status* de lei complementar a LDO me parece, pessoalmente, muito adequada e muito bem-vinda; significa de fato dar mais nobreza a uma lei que é tão descumprida no Brasil, que é a LDO, que também em alguns casos, especialmente nas esferas estaduais e municipais, transformou-se em uma mera referência, enquanto deveria ser até mais forte que o orçamento. Então, me parece que o Senador Serra deveria apresentá-la de maneira autônoma, como uma nova PEC, que tenho certeza terá o apoio e o endosso de todos nós.

Aproveito, Sra. Presidente, se me permite, rapidamente... Eu comentava há pouco com o Senador Fernando Bezerra, eminente e diligente Líder do Governo, uma questão singela que mostra como a execução orçamentária acaba desrespeitando um pouco, posso dizer até que sem intenção, o Poder Legislativo.

Nós todos fizemos as nossas emendas individuais, as emendas foram apresentadas, registradas, aprazadas, os planos de trabalho foram feitos, comunicamos aos Prefeitos e aos Estados. E veio o contingenciamento. Significa que nós teremos agora de refazer e comunicar a Prefeitos e autoridades e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

entidades que não vai ser mais aquilo – inutilmente. Sou totalmente a favor do contingenciamento, acho que existe, é uma realidade, agora, custa que se faça o contingenciamento antes que nós façamos as emendas? Nada.

O Líder do Governo, com a sensibilidade, a capacidade e a diligência que tem, colheu aqui essa minha singela sugestão, porque a matéria é administrativa, e eu espero que isso ocorra, facilitando a execução orçamentária, inclusive das emendas individuais. E, é claro, valerá a mesma regra para as emendas coletivas e de bancada, na medida em que também o contingenciamento, como bem lembrou o Relator, recairá sobre todas elas, e muitas vezes, infelizmente, o contingenciamento tem de acontecer.

Então, eu acresço tão somente isso para mostrar que nós temos ainda de esmerar muito a execução orçamentária e reconhecer de modo claro que o orçamento, por natureza e por excelência, é uma peça do Poder Legislativo e tão somente executada pelo Poder Executivo.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Nós é que agradecemos, Senador Anastasia. Se me permite, apenas complementando, esse contingenciamento *a posteriori*, ou seja, posterior, é fruto justamente da falta de planejamento. V. Exa., como sempre, dando-nos uma aula aqui.

Como próximo orador inscrito, Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE. Para discutir.) – Sra. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, eu gostaria, primeiro, de parabenizar o Senador Esperidião Amin pela profundidade e pela meticulosidade do seu relatório, profundamente sereno e equilibrado diante de uma questão, a meu ver, importantíssima.

Eu só queria ressaltar quanto às consequências e objetivos dessa proposta: não foi aqui tão enfatizada pelo próprio Senador Espiridião a questão da mudança do comportamento político e da relação entre Executivo e Legislativo. Vai mudar de maneira radical essa relação. Aquela tão famosa dependência da Câmara e do Senado Federal em relação ao Executivo, a obrigatoriedade de ser amigo do ministro, amigo do rei, para ter acesso a determinadas emendas – um dos pilares do fisiologismo no Brasil –, passa a não ser relação predominante entre Executivo e Legislativo. Então, é uma mudança cultural na política brasileira, muito mais do que econômica até, com esse projeto. Muitas das críticas que o "político" – entre aspas – sofre e que o Parlamento sofre deixarão de ter motivo para existir.

Gostaria até de, repetindo o Senador Eduardo Braga, dizer o seguinte: isso sim, é nova política. Isso é uma proposta de nova política, isso que estamos discutindo hoje aqui, Senadora Simone Tebet, com sua iniciativa de imediatamente colocar a matéria em pauta, que, a meu ver, tem uma importância muito maior e muito mais abrangente do que a econômica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Senador Tasso.

Com a palavra o Senador Arolde. (*Pausa.*)

Então, Senador Prof. Oriovisto. Chamamos depois o Senador Arolde se chegar a tempo.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR. Para discutir.) – Sra. Presidente, cumprimento inicialmente o Senador Esperidião Amin e também o Colégio de Líderes e o Presidente do Senado Davi Alcolumbre por não terem inicialmente se submetido àquela velocidade estonteante com que esse projeto veio da Câmara e à tentativa de aprová-lo sem nenhuma análise. A decisão posterior do Colégio de Líderes, junto com o Presidente Davi Alcolumbre, de enviar à CCJ foi extremamente importante. Aprovar uma matéria dessa natureza sem nenhum exame por parte do Senado da República depois de ela ter ficado por 4 anos na Câmara seria realmente um desrespeito a esta Casa.

Acho ainda que a velocidade é muito grande, mas quero cumprimentar o Senador Esperidião Amin pelo tanto que já melhorou o texto que veio da Câmara, melhorou muito, melhorou em técnica legislativa, melhorou sob todos os aspectos. Se tivesse sido aprovado, Senador Esperidião Amin, com aquela velocidade inicial que se propunha, teria sido um desastre. A sua colaboração, o seu trabalho, melhorou muito o que nós ora estamos discutindo.

Eu quero fazer duas observações.

Primeiro, que não nos iludamos. O Orçamento da União traz como despesas obrigatórias alguma coisa como 1,3 trilhão, sobre as quais nem o Governo nem nós podemos mexer, são obrigatórias, são previstas em lei. Nas discricionárias, nós temos apenas cerca de 10% disso, 137,7 bilhões, o que dá um total de 1,434 trilhão. Se nós realmente queremos mexer nas finanças deste País, este Senado, este Congresso vai ter de discutir as despesas obrigatórias. Se não mexermos nas despesas obrigatórias, o País não muda; muda 10%, não muda mais do que 10%.

Mas eu tenho ainda uma dúvida específica, Senador Esperidião Amin, para a qual eu gostaria de um esclarecimento seu, e aqui eu digo que é realmente uma dúvida, não é uma crítica, é uma dúvida que tenho.

A dúvida se prende ao seguinte, Senador. O art. 165 da Constituição, que está no capítulo de Finanças Públicas da Carta Magna, traz princípios gerais da organização e funcionamento do sistema orçamentário para todos os entes nacionais, como, por exemplo: a exclusividade de iniciativa do Poder Executivo de cada ente das leis orçamentárias; a estrutura mínima do PPA, da LDO e da LOA; a obrigatoriedade da apresentação bimestral do relatório resumido da execução orçamentária; a existência da lei complementar de finanças públicas, que é a LRF. Todos esses comandos compõem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

parágrafos do art. 165 da Constituição e são aplicados a todos os entes da Federação – a todos, sublinho.

O seu relatório inclui o §10, exatamente no art. 165, promovendo a impositividade de todo o orçamento público. Assim, eu lhe pergunto: por ser o art. 165 aplicado hoje a todos os entes da Federação, a inclusão do §10 nesse mesmo artigo implica que os orçamentos públicos de todos os Estados e Municípios também deverão se tornar totalmente impositivos? Esse é um questionamento que lhe faço.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Por ser simples, eu vou responder a este. Aliás, é simples na resposta, mas muito complexo nas suas consequências: sim, por simetria.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – Se me permite, já que a resposta foi tão rápida, eu quero dizer que a confusão vai ser bem maior do que eu imaginava.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – É rápida, mas complexa, como falei.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – O senhor sabe o tamanho do tumulto que isso vai criar, não é?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu sei o tamanho da democracia que isso vai criar.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – Deus te ouça!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Por enquanto só está o Senador Tasso ...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Mas não fez nenhum questionamento.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não, mas eu tenho o direito de resposta, não é?

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Mas vamos seguindo, senão nós não vamos conseguir concluir.

Se me permitir, Senador Relator, vamos fazer o seguinte: na medida em que houver questionamentos, a cada três questionamentos, nós interrompemos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – E vai ser direito de resposta em árabe?

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Como não houve, eu vou seguir aqui.

O Senador Tasso já falou, o Prof. Oriovisto já falou. Agora, com a palavra, o Senador Humberto Costa.

Terminando o Senador Humberto Costa, eu passo para V. Exa. porque, provavelmente, V. Exa. vai inclusive esclarecer novamente a emenda a ele.

Com a palavra agora o Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para discutir.) – Sra. Presidenta, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, eu quero me apresentar aqui como uma voz dissonante em relação a todos os elogios que foram feitos à essa ideia de emendas impositivas.

Lógico que existem, dentro dessa nossa cultura política, algumas vantagens em se definirem emendas individuais ou coletivas impositivas. Concordo que isso pode ajudar a reduzir, de certa forma, a desigualdade entre Estados principalmente, reduz um pouco a capacidade de barganha do Executivo em relação ao Legislativo em aprovação de emendas, mas eu acho que está longe de ser um instrumento que melhore ou favoreça o planejamento.

Eu tive a oportunidade de viver isso como integrante do Executivo no período em que fui Ministro da Saúde.

As emendas impositivas, em vez de ajudarem, acho, terminam desorganizando a implementação do orçamento; engessam e desorganizam a implementação do Orçamento.

Se nós estivéssemos discutindo aqui orçamento impositivo ou imperativo como um todo, em que o Congresso aprovasse, mediante o diálogo com a sociedade e com o Executivo, uma proposta orçamentária que precisaria ser cumprida, que teria que ser necessariamente cumprida... Isso seria uma discussão. É isso que acontece em muitos países, inclusive nos Estados Unidos. Outra coisa diferente é, dentro do Orçamento, nós termos uma parte que é impositiva e outra que não é e, ao mesmo tempo, dando-se a liberdade ao Congresso Nacional de estabelecer o que é que vai ser impositivo ou não.

Eu tive oportunidade de ver aqui um ministro semana passada – não lembro qual – dizendo: "Não, vou preparar uma cartilha para os Parlamentares, dentro daquela cartilha, apresentarem as emendas e, portanto, não haverá problema". A gente sabe que não é isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando eu fui Ministro, a gente queria unidade de saúde, e o Deputado queria ambulância. A gente queria equipamento para hospital, e o Deputado queria outra coisa. Então, não dá para a gente fingir que isso não é um problema para quem está executando o orçamento. Eu acho que o primeiro é esse.

Eu espero, inclusive, que essas emendas de bancada sejam construídas com o governo do Estado, com os governos estaduais. Lá em Pernambuco, por exemplo, as emendas de bancada que nós temos...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – O Senador Rocha disse que é exatamente o contrário.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Diz que é exatamente o contrário... Pois é.

O que acontece? Lá, por exemplo, na nossa bancada, nós temos aprovado as emendas coletivas sempre numa articulação com o Governo do Estado. Ele apresenta uma relação de oito, dez, e nós...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Bom, mas eu acho que deveria ser dessa maneira, porque quem tem a visão do que é efetivamente estruturador e tal, em grande parte, é quem está lá no Executivo.

(*Soa a campainha.*)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Mas eu queria aqui fazer referência às emendas que eu apresentei, para as quais, inclusive, estou pedindo destaque na votação. Por quê? Ora, se eu tenho um orçamento que tem emendas impositivas, tanto individuais quanto de bancada, e eu tenho um teto de gastos para isso aí e eu tenho uma definição de exigência de cumprimento do gasto mínimo, o que acontece? Se eu colocar uma emenda para a saúde, aquela emenda que foi apresentada vai ter que entrar no orçamento, tem que ficar dentro do orçamento da saúde. Significa que eu vou interferir diretamente naquelas que são as prioridades que foram aprovadas pelo próprio Congresso Nacional e que têm que ser implementadas. Então, se o Ministério mandou para cá uma proposta em que ele falava que, em termos de atenção básica, seria x e eu apresento uma emenda y em outra área, o que vai acontecer é que eu vou ter que tirar do meu x. Então eu vou comprimir o orçamento da saúde.

O que é que eu estou propondo? Primeiro, que essas emendas não entrem no cômputo do gasto mínimo, ou seja, que a emenda impositiva esteja além da exigência do gasto mínimo para a saúde. Segundo, que elas estejam fora do teto. Porque o que acontece na prática? Vejam, agora mesmo, em 2019, nós temos 7,7 bi a menos do que o que deveria ser aplicado na saúde por conta desse efeito de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ter um teto. Então, o que a gente quer? Que essas emendas impositivas que digam respeito à saúde, apresentadas para a saúde, nem entrem no cômputo do gasto mínimo nem fiquem restritas ao teto.

Porque, como eu estava dizendo, o que acontece? Na hora h, apesar de todo mundo dizer que saúde é importante, na briga, na disputa pelo orçamento, o que acontece é que essa é uma área onde não há vocalização por parte da sociedade, o Governo vai decidir entre os funcionários que ganham grandes salários, que podem efetivamente parar uma área como a Receita Federal, ou vai discutir recurso para a saúde? Onde é que há mais capacidade de vocalização? Quem é que tem mais força para disputar dentro do próprio Congresso Nacional? Por isso, é perverso para essas áreas como saúde e educação você incluir no teto!

Então, eu compreendo que essas duas emendas que eu apresento, nessa proposta que eu apresento, procuram garantir que nós não tenhamos o comprometimento da organização e do planejamento na execução do Orçamento pelos Ministérios, especialmente na área da saúde, e que também esse recurso a mais entre como recurso a mais efetivamente.

Então, era isso que eu queria colocar.

Quero dizer que, na verdade, o que eu sonho é que um dia a gente possa ter um orçamento, como um todo, impositivo, que a cultura política do Brasil mude e que não continue a existir o que ocorre ainda hoje, que é o chamado toma lá dá cá. Isso não se vai fazer simplesmente com essa questão das emendas impositivas, mas se vai fazer com a mudança efetiva dessa cultura.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada.

Vou passar a palavra ao Relator.

Depois, nós temos só mais cinco oradores inscritos. Vou fazer um bloco só de cinco.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Que V. Exa. conclua!

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Desculpe-me!

É que a minha colocação inicial, na verdade, não mexe na exigência do gasto mínimo do Estado. Acho que V. Exa. compreendeu isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Já entendi.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra o Relator.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Já li melhor, e eu mesmo tinha retificado. Não sei se V. Exa. estava aqui, mas eu fiz questão de me penitenciar. É claro que isso só afeta o limite de gasto do detentor do dinheiro, que é a União, no caso.

Eu apenas gostaria de dizer o seguinte. O Senador Humberto Costa, na sua história como Ministro da Saúde, conhece o assunto numa prática diferente da minha. Eu fui Governador, integro uma bancada que, desde 2011, coloca como prioridade número um e como prioridade número dois a saúde. É exatamente o oposto do que V. Exa. teme. A bancada estadual, a bancada que representa Santa Catarina, desde 2011, coloca como primeira e segunda prioridades das emendas coletivas... O Senador Dário Berger, que está aqui, é testemunha disso pelo menos de 2015 para cá. Todos os anos, independentemente de partido político, ninguém discute saúde de média e alta complexidade, saúde PAB.

Eu respeito a sua visão, mas acho que essa é uma questão de capacidade de representar o interesse do Estado. Eu não posso entrar nessa avaliação.

A preocupação do Senador Rocha era exatamente oposta à sua, era a preocupação de que o Governador fosse mandar nas emendas. Isso depende de cada Estado, de cada situação política, e não cabe a uma proposta de emenda à Constituição desse gabarito apreciar isso.

Eu analisei agora com mais atenção, fiquei muito impressionado com a emenda, aliás com os subsídios que suportam a emenda, e insisto: esse assunto vai merecer, não apenas da Comissão temática, uma avaliação de execução orçamentária do que nós estamos fazendo e do que nós não estamos fazendo na saúde brasileira, que é, de todos os serviços públicos, o mais depauperado, aquele que recebe as críticas e os apelos mais candentes da sociedade.

Mas, eu repito, eu não tenho como incluir neste texto a sua emenda, que reflete preocupações fundadas. Eu não estou dizendo que ela é improcedente; eu estou dizendo que eu não posso enquadrá-la. Não se trata de rejeitar; trata-se de não poder acolher por duas razões. Nós estabelecemos um acordo a partir de um texto que veio da Câmara e, como disse o Senador Oriovisto, texto que se queria aprovar no mesmo dia. Então, nós estamos usando da serenidade, da moderação, inclusive nas nossas intervenções.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ao Senador Major Olimpio, eu quero dizer o seguinte. Como V. Exa. escreveu, eu teria que modificar também, porque os 50% seriam o mínimo exigido, o mínimo, nunca o patamar, mas o mínimo de cumprimento.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP. *Fora do microfone*.) – Como é hoje.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Como é hoje. E isso foi colocado exatamente para restringir o âmbito, o alcance das emendas individuais.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP. *Fora do microfone*.) – Vai ser 100% de nada...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Bom, aí eu quero...

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP. *Fora do microfone*.) – ... como era até 2015. É isso que eu quero evitar...

(*Soa a campainha.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não, a emenda individual entrou em vigor em 2014, produziu efeitos a partir de 2015, recebeu o impacto da emenda constitucional do limite de gastos, que é uma emenda que não chega a ser pétrea, mas é uma emenda muito bem calçada, porque pretende vigorar por 20 anos e foi aceita como tal. Sim, limite de gastos é isso.

Então, em termos práticos, hoje, se nós aceitarmos a sua emenda – eu não vou poder aceitar –, ela vai representar uma diminuição da nossa expectativa de liberação de recursos. E a forma de consertá-la, eu já vou anunciando... Eu fiz aqui uma conferência técnica e concordo com o pedido do Presidente da Câmara para que nós voltemos ao inciso III, que saiu de lá, porque a equipe técnica admite que ele nos dá uma capacidade maior de regrar também a execução do orçamento.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP. *Fora do microfone*.) – Se forem suprimidos esse artigo e a emenda que eu estou fazendo, voltaremos ao *status* original. Diz-se aqui "executadas como restos a pagar", abrangendo os 100%. Aí você não vai ter mais nenhuma garantia nem das emendas individuais tampouco das de bancada. Por isso é que estou falando da supressão desse artigo. E aí você pode deixar para a LDO, ela vai regular a atividade econômica e o estudo concreto ali.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – E a execução?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – Pois é...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Então, eu me considero...

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – Se você está dizendo que 100% você pode passar para restos a pagar, perdeu o espírito de ser impositivo: devo, não nego, pago quando puder.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Nós teremos que... No máximo, nós teremos a garantia do art. 17, que agora está renumerado para 18, de, verificada uma frustração na expectativa da receita, nós compartilharemos o contingenciamento, não mais do que isso.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Pergunto ao Relator se já fez os esclarecimentos devidos para que possamos continuar no debate...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Nós estamos, Deputado, falando sobre...

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP. *Fora do microfone*.) – Eu não entendi o 17.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Falando sobre...

Quando nós definimos, no 17 – agora é 17 mesmo –, os restos... O que eu falei já é 18, renumerado. Se o senhor olhar o 17, os restos a pagar... Eu acolhi a sugestão do Senador Fernando Bezerra, já anunciei e vou repetir: os restos a pagar, identificados como de emenda individual ou de bancada coletiva, poderão ser considerados para fins de cumprimento da execução financeira prevista nos §§11 e 12...

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP. *Fora do microfone*.) – "Poderão"?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – "Poderão".

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP. *Fora do microfone*.) – Ou "deverão"?

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – "Poderão".

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Está escrito "poderão".

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP. *Fora do microfone*.) – Aí é facultado a quem?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Isso beneficia a nós.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP. *Fora do microfone*.) – A nós não!

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. *Fazendo soar a campainha*.) – Eu peço...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Porque vai ser... A execução financeira vai ser considerada beneficiando a quem? Ele vai ser cumprido e poderá ser computado como de execução.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP. *Fora do microfone*.) – Está beneficiando o Governo.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não!

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP. *Fora do microfone*.) – Sim.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Os restos a pagar identificados como...

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – Se você põe em restos a pagar, é considerado executado. Olhe o texto aqui: é mais fácil suprimi-lo!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Poderão ser considerados para fins de cumprimento da execução financeira e poderão não ser considerados. Então, isso beneficia o Governo?

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – Poderão...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu acho que isso não beneficia o Governo.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu gostaria apenas de esclarecer que, pelo Regimento...

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – Para nós Parlamentares é melhor o efetivamente pago...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu peço desculpas...

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – ... ou o presumido?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Senador Major Olimpio...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O melhor, a meu ver...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu entendo que...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Só para concluir a minha intervenção.

Eu entendo que essa emenda acolhida beneficia o conjunto das emendas, no caso, individuais já existentes e coletivas, como estão sendo estabelecidas.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu entendo que o debate se faz necessário. Eu só preciso seguir aqui a ordem, em atendimento aos colegas. Pelo Regimento, não cabe essa discussão paralela, mas V. Exa., Major Olimpio, a qualquer momento, assim que acabar a ordem de inscrição, pode voltar a fazer intervenção. Nós estamos aqui e não temos prazo para encerrar esse assunto, ainda que esta Comissão fique apenas nesse item 1 da pauta hoje, porque é da mais alta relevância. Nós não temos hora para acabar. Apenas aqui, em homenagem aos oradores que ainda estão inscritos... Eu inscrevo novamente o Senador Major Olimpio se quiser usar a palavra, posso inscrevê-lo ao final. Temos apenas mais cinco oradores. E é o tempo também, Senador, de a equipe de apoio ao Relator poder fazer os esclarecimentos devidos em relação à colocação de V. Exa.

Passamos, portanto, aos próximos oradores sem interrupção e, em seguida, o Relator fará as suas conclusões finais: Senador Alessandro – na ordem –, Marcelo Castro, Rogério Carvalho, Weverton, Randolfe e, para finalizar, Senadora Eliziane.

Com a palavra o Senador Alessandro Vieira.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - SE. Para discutir.) – Bom dia, Sra. Presidente.

Quero registrar a importância do trabalho que está sendo feito pela Comissão para o aprimoramento da proposta, mas registrar também o aparente açodamento na aprovação, por conta, justamente, da permanência de dúvidas que são relevantes. Então, há que se avaliar como podemos conduzir esse nosso trâmite para que a gente possa ter tempo para esclarecimentos.

Efetivamente, existe uma proposta original, salvo engano do Senador Oriovisto, para se sustar por 20 dias. Isso foi superado por acordo de Líderes, mas a gente percebe claramente que ainda existem pontos a serem esclarecidos, sendo oportuno talvez conceder mais algum prazo para nosso Relator para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que ele possa aclarar mais esse texto. O texto tem relevância, na minha visão ele aprimora o relacionamento do Executivo e do Legislativo, aprimora a execução do orçamento, mas é necessário ter esclarecimento suficiente para aprovar com a devida consciência uma alteração desse porte.

É essa a minha colaboração, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Senador Alessandro.

Com a palavra o Senador Marcelo Castro.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI. Para discutir.) – Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Senadores, em primeiro lugar, evidentemente, quero parabenizar o Senador Esperidião Amin pelo relatório, que aperfeiçoou muito o que veio da Câmara.

Sem nenhuma dúvida, exalto aqui essa posição que o Senado está tomando no sentido da autonomia e da independência do nosso Poder. Sem nenhuma dúvida, é um passo muito importante nessa direção, porque, Sra. Presidenta, a lei orçamentária é uma lei, talvez, das mais importantes que nós aprovamos aqui. Paradoxalmente, é a única lei que não tem obrigatoriedade de cumprimento. Ela é, na prática, autorizativa. E agora nós a estamos tornando, pelo menos na parte das emendas, impositiva, o que é um grande avanço no sentido da nossa autonomia e da nossa independência.

Quero falar aqui um pouco sobre a questão que o Senador Humberto Costa levantou, do teto do gasto da saúde. O que ocorre, Senador, é que eu não tenho essa mesma preocupação, porque os Municípios, na verdade, já extrapolam o teto. Os Municípios têm obrigatoriedade de gastar 15% das suas receitas correntes líquidas e, em média, eles gastam 23%. Há Município que gasta 35%, 40% das suas receitas correntes líquidas. Então, quanto a isso, na prática, não há necessidade dessa exigência porque já está ocorrendo. E, no caso do Piauí especificamente, eu posso afirmar aqui que aproximadamente 80% das nossas emendas de bancada impositivas são para educação e saúde, principalmente para saúde.

Agora, essa é uma longa história, que culminou, inicialmente, com a impositividade das emendas individuais. Foi ainda na campanha do nosso Henrique Eduardo Alves para Presidente da Câmara, quando nós fizemos a promessa e depois houve o cumprimento dessa impositividade no sentido do fortalecimento do Legislativo.

E o que nós estamos fazendo não é assim uma coisa tão extraordinária, porque, na prática, nós vamos ter a impositividade de aproximadamente R$300 milhões. Nos governos anteriores, as emendas de bancada já eram no valor de R$300 milhões, de R$400 milhões, de R$500 milhões. Era o normal do que as bancadas apresentavam. Qual é a grande diferença de lá para cá? É que o Governo olhava para A e dizia: "Eu vou liberar sua emenda". Olhava para B e dizia: "Não vou liberar sua emenda". Isso agora vai

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acabar, ou seja, o tratamento vai ser isonômico e não vai ser personalizado, vai ser uma regra geral para todos. Então, isso é um grande avanço no sentido da nossa independência e da nossa autonomia. Hoje nós já temos 169 milhões impositivos. Vamos passar para 300 milhões. Não é uma coisa assim tão extraordinária para causar tanto impacto como está causando.

E quero parabenizar o Senador Esperidião Amin especialmente por essa sensibilidade ter retirado a palavra "estruturante". Eu entendo que o legislador, com a melhor boa vontade, no lugar de "estruturante", teve que colocar "importante". Por quê? Porque, na verdade...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – "Relevante".

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – "Relevante". Por quê? O que é mais importante para o País, para a sociedade? É uma coisa física ou uma coisa que venha para melhorar a qualidade da educação ou que venha para melhorar o serviço de saúde? Evidentemente, precisamos dar um tratamento equânime para todos e não só – poderia ser interpretado como estruturante – para uma coisa física.

Agora, Senador Esperidião Amin, eu gostaria que V. Exa. refletisse um pouco aí sobre o §20, que fala da obrigatoriedade de emendas seguidas quando a obra ultrapassa um orçamento financeiro. Mas olhe que isso aí não resolve, dá uma indicação. É que a bancada pode se reunir e botar um real: está cumprindo a lei. Então, se fosse possível uma redação melhor para dizer que essa obra precisa realmente ser concluída...

E outro aspecto, outro que eu gostaria que V. Exa. também analisasse, é esse §17. A dúvida que o nosso Senador Major Olímpio teve eu também tive: é que eu estou achando que esse §17 não está realmente explícito quando diz que: "Os restos a pagar poderão ser considerados..." Considerado o quê? Considerados impositivos? Acho que está faltando alguma coisa. "Os restos a pagar poderão ser considerados para fins de cumprimento da execução financeira prevista nos §§11 e 12 deste artigo." Então, acho que precisaríamos de uma redação mais clara para esse artigo aí.

Muito obrigado e parabéns.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Senador Marcelo.

Com a palavra o Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para discutir.) – Primeiro eu queria parabenizar a iniciativa do Presidente da Câmara, Rodrigo Maia, por ter trazido esse debate de volta e, depois, aqui no Senado, a agilidade com que a gente está apreciando a matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também não posso deixar de considerar que, nessa questão, o Líder do Governo no Senado foi bastante colaborativo para que a gente pudesse tornar as emendas de bancada emendas impositivas. E também enalteço o trabalho do nosso Relator no sentido de aprimorar o modo como essas emendas de bancadas vão se dar. Agora, como disse aqui o Senador Ciro Nogueira, eu acho que é preciso abrir um espaço. Está aqui o Presidente da Comissão Senado do Futuro, mas outras comissões também poderiam começar a discutir de que maneira nós devemos nos organizar para que o Orçamento da União seja uma peça não somente autorizativa, mas uma peça que deva ser seguida com algum tipo de maleabilidade; praticamente que toda ela seja impositiva, real, verdadeira, que represente um planejamento de funcionamento do Estado brasileiro.

Então, eu acho que é preciso que a gente comece a abrir esse debate para provocar as demais Comissões e os demais espaços do Senado, porque, senão, a gente vai ficar nas migalhas. Nós conquistamos a migalha da emenda impositiva individual, agora a outra migalha da emenda impositiva de bancada, mas não avançamos no que diz respeito a consolidar a peça, a Lei Orçamentária, em algo de fato que reflita o planejamento do País. Com relação... E isso, inclusive, tem que abrir espaço para a gente discutir por que é que pagar juros no Brasil é a única coisa que ninguém mexe.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Pétrea! Pétrea!

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Pétrea, pois é. Por que isso? Se existe um teto de gastos, juros não entram; se existe contingenciamento, juros não entram; ou seja, tem que abrir.

Já que estamos falando... Eu queria também fazer aqui um comentário: eu acho que a nova política pode ser boa ou ruim. Não existe "nova política e ela é boa". Existe a boa e a má política, e eu posso citar aqui várias iniciativas recentes que não são boas, por exemplo, que não têm nada a ver com o debate. Por exemplo, esse conflito com os países árabes, isso é a nova política, mas, na prática, não é uma boa política porque pode comprometer a economia do País em mais de 60 bilhões em exportações, certo? Então, é preciso que a gente pratique aqui a boa política, e acho que esse debate não é um debate de nova política, é um debate de boa política.

E para completar, eu acho, Presidente Mecias, que V. Exa. tem aí um espaço para iniciar o debate sobre transformar, sobre como o Senado contribui, sobre que tipo de caminho, sobre envolver, sobre como é que a gente pode transformar esse Orçamento e que mudanças a gente precisa fazer para que esse Orçamento deixe de ser uma peça autorizativa e passe a ser um instrumento que materializa um planejamento de funcionamento do Estado.

Obrigado, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu é que agradeço.

Com a palavra o Senador Weverton, em seguida o Senador Randolfe, e para finalizar a Senadora Eliziane.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA. Para discutir.) – Sra. Presidente, eu quero cumprimentar aqui todos os colegas e também, pelo trabalho, o Senador Esperidião. Quero pedir permissão a ele para concordar com o Senador Ciro de podermos unificar e conversar com os técnicos principalmente da CMO, porque representa as duas Casas, e ninguém melhor do que eles para nos ajudar a dar melhor interpretação para o texto. E o mais importante, e este é o ponto que eu queria foca aqui na minha fala, é a decisão política da Casa de aprovar e de decidir, de uma vez por todas, o tema em relação à emenda de bancada impositiva.

O colega Senador Marcelo Castro, meu vizinho não só de gabinete, mas também de Estado, do nosso Piauí, lembrava – uma correção importante que foi feita – que a emenda impositiva foi do mandato do Henrique Eduardo Alves. E, ontem, com o Senador Major Olimpio, nós achávamos que tinha sido com o Eduardo Cunha, mas, realmente, foi com o Henrique Eduardo Alves. Nós votamos na Legislatura de 2010/2014, eu estava aqui na Casa. Foi o Henrique Eduardo Alves que começou esse debate importante, de altivez – era a palavra dele – dos legisladores do Congresso. E eu tenho certeza de que é importante.

Então, mais do que nunca, essa definição da execução das bancadas vai dar essa altivez, vai dar essa importância necessária para as demandas que nós temos nos Estados. E essa questão de quem conhece lá na ponta, Presidente, é muito importante.

Ontem, eu conversava com a Prefeita de um Município chamado Arame, lá no Maranhão, Prefeita Dra. Jully, médica – assim como o médico Dr. Yglésio, Deputado do nosso Estado –, e ela dizia o quanto é difícil quando as pessoas não conhecem a realidade da sua região. No Município dela, desde o ano passado, houve um estouro, os bandidos estouraram a única casa lotérica que havia na cidade, e a população recebia os seus benefícios nessa casa lotérica. Imaginem só: R$1 milhão entra na cidade de benefícios, e ela deixa de receber, desde o ano passado, porque não há mais casa lotérica. Aí eles foram reivindicar e reclamar que têm que viajar 120km, para o Município de Grajaú, para receber, e esse dinheiro fica todo lá, claro. Mas eles disseram: "Não, há uma cidade do lado, Itaipava do Grajaú, vocês podem utilizar lá", ou seja, a Caixa Econômica acha que resolve por conta de que no mapa há o Município de Itaipava, que tem também uma agência. Só que – pasmem, colegas – não há estrada para dar acesso à Itaipava. Uma viagem para Itaipava, pela estrada que está lá, é três vezes mais demorada do que pegar os 120km para chegar em Grajaú, ou seja, não conhecem a realidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As pessoas estão acostumadas a sentar a bunda aqui no ar-condicionado em Brasília e definir o que tem que acontecer no Brasil. Isso realmente está na hora de acabar. E eu não tenho dúvida de que é o início do pacto federativo tão sonhado que nós temos aqui trabalhado para começar, realmente, para empoderar as regiões, os Estados. E eu não tenho dúvida de que nós iremos fazer isso.

Quero pedir ao nobre Relator que a gente tenha, sim, esse dispositivo para dar essas condições de colocar o recurso necessário para a execução do ano, porque, com esse recurso que você tem disponível, você pode abrir duas, três frentes planejadas, já que serão impositivas, para poder executar a ação.

Nós temos lá a BR-010, tão sonhada pelo povo da Região Tocantina e, principalmente, Imperatriz. Se eu sei que ela vai custar R$60 milhões e precisa de três anos para executar, então, eu posso definir no Orçamento amanhã, com a bancada, e executar R$20 milhões em cada ano, durante três anos, até a gente poder fazer a execução total do serviço e não imobilizar totalmente o Orçamento. Isso é importante. Com o planejamento, sabendo o que vai acontecer, você pode executar de acordo com a demanda anual.

Então, eu – claro – encerro aqui dizendo que nós vamos fazer o possível para construir esse consenso e essa unidade para votarmos logo hoje esta PEC importante, que veio da Câmara dos Deputados – cumprimento aqui toda a Câmara dos Deputados, que teve esse protagonismo importante –, para discutirmos essa política, como bem colocado aqui pelo colega Rogério, que não é a nova, mas é a forma correta de executar política.

E quero dizer ao colega Major Olimpio que nós não podemos decepcionar o seu Presidente. Como nós estamos na oposição, nos cem dias de bandeira branca, nós temos que acompanhar tudo o que o Governo faz. O filho do Presidente votou lá a emenda impositiva, o Presidente também votou a emenda impositiva na Câmara dos Deputados. Então, nada melhor do que homenageá-lo e continuar votando no que ele sempre acreditou.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – O Senador Randolfe Rodrigues com a palavra.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP. *Fora do microfone*.) – Obrigado. Eu queria ter um filho assim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para discutir.) – Sra. Presidente, quero inicialmente cumprimentar o Relator pelo árduo trabalho produzido na busca do consenso.

Primeiro, só reitero algumas considerações, Presidente. Qualquer democracia... Isso aí não foi dito. Veja só, Senador Weverton, nós da oposição é que estamos dizendo isso. Vou usar aqui as palavras

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

do Ministro Paulo Guedes, que aqui, na semana passada, na Comissão de Assuntos Econômicos, destacou, abro aspas, Senador Esperidião Amin: "Em qualquer democracia, o orçamento é uma peça do Poder Legislativo". Estamos dando cabo aqui ao que o próprio Ministro Paulo Guedes... Isso é, na prática, o pacto federativo; isso é, na prática, a modernização da peça orçamentária – e, de fato, é.

O Legislativo passou a aumentar o seu poder e cumprir, em uma democracia, o seu papel fundamental de controle dos excessos do Executivo à medida que o orçamento passou a ser controlado pelo Poder Legislativo. É assim no nascedouro do Parlamento contemporâneo, no Reino Unido; é assim na democracia americana, mesmo no sistema presidencialista; é assim, seja no presidencialismo moderno, seja no parlamentarismo.

O outro aspecto já foi também aqui destacado e eu queria reiterá-lo. Por que dizer que estamos afirmando que é o verdadeiro pacto federativo? A proposta que surgia do Ministério da Economia de repactuação da Federação não cabia, não se justificava, falava em desvinculação das receitas obrigatórias que estão na Constituição. Essa desvinculação, na prática, Estados e Municípios já fazem a maior. Muitos Municípios do País pela necessidade que têm de suas demandas de saúde, via de regra, executam 25%, 30% da receita líquida do Município em saúde. Então, isso, de fato, na prática, já ocorre.

Desvinculação disso, demanda de saúde e educação é demanda prioritária de Estados e de Municípios. O que nós estamos fazendo com essa proposta de emenda à Constituição é, de fato, entregar para os Estados, porque não há instrumento mais democrático do que os eleitos pelo povo, Deputados Federais e Senadores, em conjunto com os Governos estaduais, se forem governo e se forem oposição... Eu posso testemunhar isso no meu Estado. É com emendas de bancada que, no nosso Estado, estamos construindo duas obras fundamentais e que mais geram empregos no Amapá: o Hospital Universitário, a maior obra de saúde pública da história do Amapá dos últimos 50 anos, e o Aeroporto de Macapá, isso com emendas de bancada e com a limitação que as emendas de bancada hoje têm.

O que estamos colocando aqui é que os Estados, todos, vão poder ter a possibilidade de ter mais de 350 milhões de investimento – mais de 350 milhões de investimento! Isso é ampliar... Isso – eu ainda dizia ontem – talvez não represente muita novidade para Estados mais industrializados do centro-sul do País, não represente muita novidade para São Paulo, para Minas; mas, em especial, para o Nordeste, para a Amazônia, isso é uma revolução. É a capacidade concreta de os representantes dos Estados federados, dialogando, inclusive, com o Governo Federal, apontarem no Orçamento da União as prioridades de investimento nos Estados. Porque, se depender dos tecnocratas do Ministério da Economia hoje, isso não ocorrerá, pelo que aqui já foi relatado: há uma distância enorme entre os tecnocratas de qualquer ministério – de qualquer ministério, não serei aqui preconceituoso – e a realidade em que vivem principalmente os Estados mais pobres da Federação, com a necessidade de investimentos nesses Estados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero aqui... E eu me preocupo, porque ultimamente eu estou até apresentando muito acordo com o Major Olimpio...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Eu quero aqui... Eu acho que é o Major Olimpio que muito caminha para a oposição, não é? Eu acho que é isso, porque, veja, ele nos traz um alerta, e eu trago a preocupação ao nobre Relator e a toda Comissão. Minha primeira demanda aqui apresentada, Sra. Presidente, cumprimentando o que foi feito pela Câmara dos Deputados, é que nós encaminhemos ainda hoje – por isso saúdo o Relator – esta proposta de volta para a Câmara. Conforme nós conversamos, acordamos na reunião de Líderes, acordamos entre Governo e oposição, dialogamos com o Relator, em homenagem ao esforço do Relator e dos Líderes que ainda ontem estiveram com o Presidente Rodrigo Maia, me submeto a essa prioridade.

Mas me preocupa realmente a redação nova dada ao §17. De fato, o termo "poderão", no meu entender, na minha humilde interpretação, deixa uma margem para o Executivo nessa redação. Parece-me, ao meu sentir, que o ideal seria o restabelecimento da redação como estava originalmente no §17.

Então, quero aqui, nesse aspecto, concordar com o que foi levantado pelo mais novo, pelo novato integrante da bancada de oposição, Senador Weverton, o Major Olimpio sobre a dúvida existente nesse §17. E espero ser convencido do contrário agora pelo sempre exímio, prestigioso trabalho do Senador Amin em relação a esse dispositivo do §17.

Mas o fundamental – quero me submeter a isto – é o seguinte: encaminharmos. Como a palavra final acabará sendo, em relação a essa proposta de emenda à Constituição, da Câmara dos Deputados, pois a ela voltará e a ela caberão as últimas alterações, e lá será resolvida, e lá será em definitivo resolvida, eu creio que a grande contribuição que podemos dar ao Brasil é fazer as alterações necessárias e devolver para a Câmara.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Senador Randolfe.

Como última oradora inscrita...

Só lembrando que o "poderão" já vem da Constituição e veio da Câmara. A emenda é outra, a emenda do Senador Bezerra. Mas o Relator vai esclarecer.

Como última oradora inscrita, Senadora Eliziane.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Para discutir.) – Sra. Presidente, Srs. Parlamentares, eu queria inicialmente dizer que acho que a gente está

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dando um passo importante acerca do orçamento impositivo. Nós tivemos lá atrás a decisão em relação às emendas individuais e evoluímos agora de uma forma considerável para as emendas de bancada.

Eu vejo que, por exemplo, Presidente, há dois princípios constitucionais acerca da autonomia e da harmonia entre os Poderes que estão previstos na nossa Constituição e que estão assegurados quando nós também asseguramos o orçamento impositivo. Eu lembro que, quando das votações que merecem, por exemplo, um quórum mais qualificado, há um esforço do Governo, grande, e que é usado como, digamos assim, moeda de troca ou toma lá dá cá, exatamente em emendas, direcionamentos orçamentários para os Parlamentares nos diversos Estados brasileiros. Quando nós tínhamos lá atrás, por exemplo, a decisão da autorização da investigação do então Presidente Temer, os dados que foram apresentados pelos principais veículos de comunicação chegavam ao esforço de quase R$12 bilhões para poder se conseguir os votos de que o Governo precisava para impedir a sua investigação; ou seja, esses recursos foram historicamente utilizados para isso, o que é muito ruim.

A mim não me parece, por exemplo – e isso já foi colocado pelo Amin –, acerca dos percentuais de contingenciamento, que eles serão proporcionais nas despesas discricionárias e também as emendas, e aí de forma solidária. Não me parece que essa seja a preocupação maior em relação ao contingenciamento. Mas a preocupação é o que o Governo usava para pagar ou não, o critério para pagar ou não essas emendas. Aí, na verdade, está o problema grave que nós enfrentamos historicamente. E o orçamento impositivo vem exatamente resolver esse problema; ou seja, nós poderemos de fato garantir a autonomia entre os Poderes e garantir, aliás, o que o Presidente da República coloca com muita frequência: a nova política. Isso é a nova política. Então, é garantir que cada Parlamentar possa ter a autonomia de fazer o direcionamento para os seus Estados, o que, aliás, vai ter um ganho significativo sem necessariamente condicionar isso a uma votação aqui ou acolá; ou seja, cada Parlamentar terá as suas garantias individuais de fazer as suas votações conforme suas convicções.

Um ponto importante, Senador Esperidião Amin, que foi colocado foi exatamente o condicionamento de conclusão das obras a partir do direcionamento dessas emendas. Por exemplo, no nosso Estado, nós temos a BR-135, para a qual direcionamos emenda parlamentar. E a obra ficou parada por várias situações, não somente pela peça orçamentária, mas, às vezes, por questões de ordem até judicial. Isso acabou emperrando essa obra de vir a ser concluída. A gente precisa de fato concluir uma obra para poder seguir para uma outra. Isso dá continuidade e automaticamente um resultado importante para cada Estado.

Mas eu quero finalizar, Senador, colocando a preocupação do nosso colega, Major Olimpio, que é a questão do §17. A compreensão que nós temos é que, da forma como foi colocado aqui, isso vai colocar por terra o que é impositivo, Senador. Porque se coloca uma disposição, o Governo acaba tendo uma brecha muito grande para isso e automaticamente vai tudo para restos a pagar, porque não há, na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

verdade, uma obrigatoriedade de se fazer esse pagamento. Ou seja, o que nós estamos votando aqui, que é o orçamento impositivo, poderá não ser assim se houver realmente a efetividade desse parágrafo.

Então, eu vejo que V. Exa. deveria pensar sobre isso e, na retirada desse parágrafo, lá, mais à frente, a gente aumenta de 0,6% para 1%, não é? Claro que de forma escalonada, mas nós...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Não... Sim, mas nós vamos aumentando progressivamente: 0,8%, 0,9%, até chegar a 1%.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. *Fora do microfone*.) – Para 0,8%...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – De 0,8% para 1%. Exatamente, sobe de 0,8% e vai para 1%, mas vamos chegar a 1%. Ou seja, nós teremos uma margem aí de aumento.

A fonte vai vir de algum lugar dentro da receita líquida do Estado, mas, na verdade, nós vamos tirar de algum lugar. Se vamos definir mais à frente com infraconstitucional, aqui, na constitucional, na PEC, eu acho que a gente dá uma delimitação que pode inviabilizar o que nós estamos a comemorar aqui, que é a garantia do orçamento impositivo.

Então, eu vejo que V. Exa. deveria pensar um pouco mais sobre isso. O nosso representante do Cidadania na CCJ, o Alessandro, fez uma colocação pertinente. Eu acho que a pauta é importante. Não pode ser açodada, não precisa, na verdade, ser agora, este mês, até porque nós temos até prazo para poder fazer o cumprimento por conta dos limites orçamentários da LDO, enfim.

Então, eu queria fazer esse encaminhamento a V. Exa., pedir que repensasse isso para que a gente tivesse, ao final, de fato, o que nós estamos querendo, que é o orçamento impositivo.

Muito obrigada, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada.

Com a palavra o Relator, para esclarecimentos.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Vou começar, mais uma vez, pela pergunta do Senador Oriovisto, que foi simples, e é complexa. Pelo princípio da simetria, nós estamos adotando a diretriz básica de orçamento impositivo para o País, para a Federação, e o princípio está expresso no art. 11 – aí, respondendo à Senadora Eliziane –, a recuperação que eu já tinha anunciado no inciso III do §9º do art. 165. Ou seja, nós estamos recuperando o texto na versão que saiu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da Câmara, que versa sobre a execução do orçamento. Ou seja, a execução não ficará à mercê de portarias e resoluções internas.

Segundo, complementando – eu vou saltar o nome do Senador Marcelo Castro, mas volto depois – o que disse o Senador Rogério Carvalho, que, como sempre, fez judiciosas e ponderadas colocações, realmente nós estamos aqui olhando no microscópio o orçamento, porque, hoje, pela manhã ainda, quem participou da reunião no Banco Central sabe que nós temos de juros, que são uma cláusula pétrea na prática, R$400 bilhões, de pagamento anual dos juros. Aí, não estou amortizando nada, continuo devendo a mesma coisa. A intervenção do Senador Cid Gomes foi muito importante lá, na reunião.

Nós temos de renúncia fiscal só da União 330 bilhões, sem avaliação. Eu estou falando isso e olhando para o Senador Mecias, porque, realmente, ele vai sair daqui com três deveres para o futuro: primeiro, nós temos que.. Eu tenho um projeto de lei complementar – terceiro que já apresento – sobre a avaliação de renúncia fiscal, que, no Brasil, chega a 550 bilhões por ano e, no Orçamento da União, 330 bilhões – eu não estou falando mal do incentivo fiscal –, sem avaliação. Se isso ajuda a manter emprego ou recuperar emprego ou criar emprego, se isso ajuda a competitividade do setor ou não, ou se pereniza, se isso ajuda o consumidor, não temos avaliação. Nós somos um país pródigo: taxa de juros, cláusula pétrea – o Senador Oriovisto escutou isso hoje –, renúncia fiscal, isso é uma mesada que eu dou e não quero mais saber; e, finalmente, orçamento impositivo.

Para o Senado do futuro, eu lego duas coisas: o texto do Senador Antonio Carlos Magalhães, que eu li aqui no começo, e o texto que nós elaboramos com a Consultoria do Senado do que seria uma proposta de orçamento impositivo, compreendendo metas, compreendendo endividamento. Está escrito isso. É um legado que nós lhe entregamos para começar essa tarefa de prospectar o que seria um orçamento impositivo. O orçamento impositivo não seria o texto que veio para a Câmara. Isso não é nenhuma crítica pessoal. O orçamento responsável e impositivo tem duas redações magníficas: a redação feita na Emenda 20, de 2000, do Senador Antonio Carlos Magalhães – eu comentei com o Senador Otto Alencar que ele era um homem muito iluminado e bem assessorado, porque o texto que está escrito ali, que eu li e não vou ler de novo, é muito atual –, e o texto atual, considerando limite de gastos, considerando o que evoluiu, para bem e para ruim, na situação financeira e econômica do País de 2000 para cá.

Aí eu homenageio o Senador Rogério Carvalho, dizendo o seguinte: nós estamos aqui traçando uma diretriz básica, que é o §10, renumerado agora – era o 11 –, reintroduzindo o que eu já tinha declarado e vou declarar de novo – queria que a Senadora Eliziane e o Senador Major Olimpio soubessem disto –, regrando a execução orçamentária, inciso III do §9º e o novo texto do §10, o antigo 11 do texto que veio da Câmara. E vou voltar depois porque a senhora também entrou pela via objetiva do art. 17.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Olhem bem a simpatia do Senador Randolfe Rodrigues e de V. Exa. ao §17, que só poderia ser do Major Olimpio. Vocês sabem o que quer dizer o número 17, não é?

Qual era o seu número, Senador, como candidato? Não era 171, não, não é? Qual era o seu número como candidato a Senador?

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP. *Fora do microfone*.) – Era 177.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Mas começava com 17.

Os senhores vejam que as afinidades vão se direcionando.

O que eu queria dizer é o seguinte: o texto do Senador Major Olimpio...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – A aproximação foi construída por V. Exa.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Tanto que queremos tirar o §17.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não! É impossível!

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Queremos suprimir o §17, Senador.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Então, eu vou entrar nesse assunto. Eu acho que a polêmica é esse assunto. Então, vamos ler o que está escrito hoje?

Senador Major Olimpio, preste atenção! O que está escrito hoje antecede o §17 antigo, que agora é §18. Diz assim: os restos a pagar – preste atenção, Senador – poderão, não deverão, ser considerados, para fins de cumprimento da execução financeira prevista no §11 deste artigo, que é o da emenda individual, até o limite de 0,6% da receita corrente líquida realizada no exercício anterior. Isso é uma limitação do que pode ser pago.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP. *Fora do microfone*.) – E metade das emendas individuais.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Metade do que não foi pago.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP. *Fora do microfone*.) – Agora, você vai deixar por 100%...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Agora, o que o senhor propõe? O senhor propõe... Cadê a emenda dele? Está aqui. O senhor propõe que os restos a pagar poderão – olhe bem! – ser considerados, para fins de cumprimento da execução financeira prevista – foi renumerado – nos §§11 e 12 deste artigo, leiam-se emendas individuais e coletivas, até o limite de 50% dos valores empenhados. Esta expressão "até o limite de 50%", a meu ver, prejudica o Parlamentar...

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP. *Fora do microfone*.) – Não!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... prejudica a iniciativa da execução parlamentar. Mas eu não vou discutir isso, além de ler o texto da sua assessoria. Posso ler?

A alteração desse artigo modifica o Texto Constitucional, permitindo a inscrição de até 100% – esta é a preocupação –, permitindo que o Governo jogue como restos a pagar 100% das emendas. Certo? Ele nunca fez isso. Ele nunca fez isso.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP. *Fora do microfone*.) – Mas poderá! Não estamos falando de ser Governo ou oposição, nós estamos falando...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – É destinado a emendas parlamentares e de bancada.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP. *Fora do microfone*.) – Essa é uma modificação constitucional.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Retira o §17, Senador.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não se trata de retirar. Trata-se de colocar um patamar mínimo ou não. Se essa for a média da preocupação do senhores, eu acho que isso vai acabar atrapalhando...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... a execução dos Parlamentares, sejam elas individuais e, agora, coletivas. Mas, se for o caso...

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP. *Fora do microfone*.) – Hoje atrapalha? Hoje isso está constando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Hoje, ao permitir que se joguem para restos a pagar 100%, limita-se o pagamento, ou seja, eu só pago 50% dos novos. Se eu boto 50% dos velhos, dos restos a pagar, eu executo só 50% dos novos. É isso que está escrito.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP. *Fora do microfone*.) – A execução é integral.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Sim, mas não paga.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP. *Fora do microfone*.) – Pelo que está aqui no meu texto, 100% poderão ir para restos a pagar. É isso que dá preservação no Orçamento impositivo...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – É que V. Exa. está considerando...

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP. *Fora do microfone*.) – A determinação por vontade manifesta...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Uma coisa é o empenho; outra coisa, o pagamento. O que está sendo dito aqui é pagamento. O que está sendo dito aqui...

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP. *Fora do microfone*.) – Uma coisa são os restos a pagar, outra coisa é a execução financeira.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – É da execução financeira que nós estamos falando, ou seja, a inscrição, que é o orçamentário, já foi feita quando terminou o exercício. Os restos a pagar são um quesito contábil, orçamentário, não financeiro. O senhor está estabelecendo que ele pode representar 50% da execução financeira do ano seguinte – e poderá. É de execução financeira que nós estamos falando.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP. *Fora do microfone*.) – Do jeito que está o texto, pode não pagar nada.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não, pelo contrário!

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP. *Fora do microfone*.) – Não.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Pelo contrário, essa é uma questão técnica que as equipes técnicas não conseguiram esclarecer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu assinalo o seguinte: é contra o interesse do Parlamentar, que quer ver a sua emenda cumprida, essa instituição.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – É só para a gente tentar compreender. Nós estamos falando de estoque ou...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O estoque são os restos a pagar.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Ah, então, aí há problema.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP. *Fora do microfone*.) – Sim, é lógico!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. *Fora do microfone*.) – É isso.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O estoque são os restos a pagar.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Não, veja: eu fiz uma emenda... Vamos na prática.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não foi paga.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu botei uma emenda neste ano. O.k.? Ela vai para restos a pagar, para ser executada no ano seguinte.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Sim.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Aí tem que ser executada aquela. Em 2018, foi colocada uma emenda impositiva. Essa emenda foi executada. Dos R$100 milhões, foram repassados em 2019...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Foram pagos.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... foram pagos somente R$50 milhões.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Esse é o limite atual.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Foram pagos R$50 milhões. Em 2020, eu botei a emenda de 2019...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não, o senhor não precisou botar. Está em restos a pagar. Ela está em restos a pagar. Ela é prioridade para o próximo ano já.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Sim, mas vai comprometer...

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP. *Fora do microfone*.) – Você está considerando a execução financeira 100%.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Não incorpora no ano seguinte? Essa é a questão que está confundindo todo mundo.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Ela incorpora...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – É preciso, Sra. Presidente...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Ela é lançada como...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Senador Esperidião Amin, permita-me colocar, por favor...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Só um minuto!

São restos a pagar para o ano seguinte. Até 50%, eu pago a anterior como dentro da obrigação do ano seguinte. Isso é execução financeira. O senhor está alegando que pode ficar mais do que isso?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Sim.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Ela ficará para o exercício seguinte. Se, por uma razão técnica, ela não for paga, ela é a prioridade para o ano subsequente.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Senador, permita-me, porque nós precisamos... É muito importante o que nós estamos debatendo.

Veja bem: no texto atual, está dito...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – É o que eu estou lendo.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – É o que V. Exa. está lendo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, diga lá: "Os restos a pagar poderão ser considerados, para fins de cumprimento da execução financeira prevista nos §11 e 12 deste artigo, até o limite de [...]". Portanto, no texto atual, há um limite para os restos a pagar.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Há um limite.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Por isso, é importante a colocação do Major Olimpio de que, efetivamente, se nós não colocarmos o limite...

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP. *Fora do microfone*.) – Se não botar...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – O Governo Federal – não estou dizendo este Governo –, em algum momento, pode fazer isso sem limite. Está certo?

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG. *Fora do microfone*.) – Não fala o percentual.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Não fala o percentual.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG. *Fora do microfone*.) – Mas não fala o percentual.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP. *Fora do microfone*.) – O texto atual fala em 0,6%, fala em décimos.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Sim, 0,6%.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP. *Fora do microfone*.) – Ele está prevendo ali...

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG. *Fora do microfone*.) – Seria 0,6% para a individual e 1% para a coletiva.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Agora, é preciso colocar o percentual de 0,6% para garantias individuais e 1% para garantias coletivas.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não, então, seria 0,5%.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Não...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Se for para estabelecer a equanimidade...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Sim! Aí, sim! Aí, sim! Se quiser estabelecer só a metade...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Aí seria 0,6%...

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP. *Fora do microfone*.) – Só está 0,6% porque...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... e 0,5%.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP. *Fora do microfone*.) – ...hoje é somente 1,2%.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – São os 50%.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP. *Fora do microfone*.) – Se for impositiva de bancada, é 0,5%! Por isso, eu coloquei 50%.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. *Fora do microfone*.) – Além de voltar o percentual de 0,6%.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Além de voltar o percentual de 0,6%, porque hoje é 1,2%. A Ana sabe disto: hoje é de 1,2% o total. Se ele estabelecer 0,6%, está estabelecendo 50%.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Sim.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. *Fora do microfone*.) – Não é executado pelo Banco Central.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Não é exatamente isso? É exatamente isso.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP. *Fora do microfone*.) – As emendas de bancada vão ficar no mesmo dispositivo.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Então, no mesmo dispositivo por 0,5%.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP. *Fora do microfone*.) – São 50%!

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Por 0,5%!

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP. *Fora do microfone*.) – São 50% as duas.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O meu entendimento é o de que isso vai restringir a execução...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Essa é uma garantia.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP. *Fora do microfone*.) – Vai obrigar o Governo, seja ele qual for, seja oposição...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Se os senhores acham que o texto atual é satisfatório...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Com o acréscimo do 0,5% da emenda de bancada.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Então, nós não precisamos escrever 0,6% e 0,5%. Aí eu fico com a emenda do Senador Major Olimpio, que colocou 50%.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP. *Fora do microfone*.) – O Randolfe, a Eliziane e, agora, o Amin estão comigo. (*Risos.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu acho que essa coligação...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... realmente, merece uma homenagem especial. (*Risos.*)

Se o Senador Major Olimpio atrai o voto apaixonado da Senadora Eliziane e do Senador Randolfe Rodrigues, eu vou rever a minha posição, porque, como diria o saudoso Leonel Brizola, "algo há, algo está se movimentando no ar". Eu vou pedir para acolher...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Vamos acolher a emenda do Major Olimpio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não só a do Major Olimpio. Ele não teria força para emplacar essa emenda. (*Risos.*)

Mas, diante das adesões havidas, eu me inclino, eu aceito...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Agora, Senador Esperidião Amin...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... mas com o texto de 50%.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Sim! O.k.!

Agora, eu peço até escusas aos colegas, mas, lamentavelmente, com essa agenda aqui, a gente tem que correr para vários pontos. Eu sei que já houve um debate aqui, mas nós vamos votar logo em seguida, e eu fiquei com uma dúvida: V. Exa. suprimiu o inciso III?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não!

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Não?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Reabilitei o da Câmara.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Reabilitou o da Câmara, o inciso III...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Do §9º.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – ... do §9º. É o inciso III do §9º.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O que veio da Câmara.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Está aqui: "Dispor sobre critérios gerais relativos à execução e ao acompanhamento dos planos e orçamentos". Voltamos para esse texto, e não para o texto que estava no substitutivo?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Sim.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Repito: "Dispor sobre critérios gerais relativos à execução e ao acompanhamento dos planos [...]". O.k.! Então, ficamos com o texto que veio da Câmara?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Como o Senador Fernando Bezerra não estava aqui quando eu enunciei, quero dizer que essa foi a reclamação...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Da Câmara.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... do Presidente da Câmara. Veio o assessor aqui, nós fizemos uma conferência técnica...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Mas eu queria fazer um apelo, porque o acordo com o Presidente da Câmara era pela supressão desse inciso III.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Não.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Era.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Estou falando do acordo que nós fizemos com o Senador Amin e com o Presidente da Câmara. Era uma demanda também do Ministério da Economia a supressão de todos os incisos do art. 165. Fizemos o acordo para a manutenção do §11, que virou §10. Então, eu preferiria que a gente se restringisse ao acordo, para tirar o inciso.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Mas não pode tirar.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Por que não?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Porque veja bem, na proposta de substitutivo do Senador Amin, ele coloca: "III – Dispor sobre critérios para execução equitativa, além dos procedimentos que serão adotados quando houver impedimentos legais e técnicos [...]". Se nós não tivermos o inciso III, isso significa dizer que, quando houver problemas na execução, o Governo Federal simplesmente...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Isso é tratado na lei complementar. Não vamos...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Não, não, não, não!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, não, não!

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Não, não, não!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, não, isso tem que ser tratado aqui. Tem que estar na emenda constitucional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Isso sempre foi tratado na PEC. Se pegar a Constituição... Está aqui a Constituição. Vamos voltar à Constituição, exatamente ao texto.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Então, deixa o texto que está na Constituição, mas não mudar...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – No texto da Constituição... Peço só um minutinho, por favor.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. *Fora do microfone*.) – É só conter o texto, porque esse aditivo está modificando...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – O texto da Constituição...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Senador Fernando Bezerra, o Senador Eduardo Braga tem razão.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não! O texto do art. 165, inciso III, como é que está hoje?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Está aqui.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Como é que está hoje?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Pode ler!

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Hoje está aqui: "Dispor sobre créditos para execução equitativa...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Critérios, critérios!

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Perdão! É o seguinte: "Dispor sobre critérios para execução equitativa, além de procedimentos que serão adotados quando houver impedimentos legais e técnicos, cumprimento dos restos a pagar e limitação das programações de caráter obrigatório para a realização do § [...]." Aí não pode ficar só no §11.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Sim, foi isso que eu fiz.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Não pode ficar só no §11.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu incluí o §12.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Tem que haver os §§11 e 12.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Espere aí! Mas se está quebrando um acordo. Eu só estou querendo chamar a atenção...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Não, querido, mas o §12... Se nós não colocarmos o §12, nós não vamos fazer impositivo sobre emenda de bancada.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não, não, não!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senão deixa de ser impositivo.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Deixa de ser impositivo.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. *Fora do microfone*.) – Não, não, pelo contrário. A impositividade não está aí, está no §10.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Não, querido, mas aqui...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não é esse, não é esse.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Não, não, não! Espere aí! Fernando, calma! Veja bem...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Só estou querendo dizer que...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – O que existe...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Se me permitem...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Sra. Presidente, quero só esclarecer esse item, porque é muito importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – É sobre ele que eu vou tratar.

Eu gostaria só... Eu vou dar a palavra a todos aqui.

V. Exa. chegou um pouquinho depois. O Senador Amin já havia tratado disso.

Eu participei do início dessa conversa do acordo. Há uma dúvida dos consultores da Câmara e do Senado em relação ao inciso III do art. 165. Vamos recapitular...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Do §9º.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Do §9º do art. 165.

Vamos recapitular que esse artigo sempre foi, na ordem das constituições, especialmente da Constituição de 1988, o capítulo que trata de princípios, de conceitos do orçamento. Ele não trata de execução. Começa por aí a dúvida em relação à emenda que veio da Câmara.

Neste meio tempo, houve um conflito – não sei se já foi resolvido – no sentido de interpretação dos consultores da Câmara em relação aos consultores do Senado. Os consultores do Senado – eu peço aqui ajuda se já houve alteração de interpretação – entendem que deixar o inciso III da forma como veio poderia até descaracterizar o caráter impositivo das emendas. Consequentemente, haveria uma discussão em relação a esse dispositivo da forma como está.

De qualquer forma, essa dúvida entre as duas interpretações é que levou, em um primeiro momento, a um acordo – o Senador Fernando Bezerra pode confirmar ou não – com o Presidente Maia de deixar o inciso III, conforme estava na Constituição. Dentro desse acordo formulado com a Câmara, nós não mexeríamos no inciso III.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Estou dizendo apenas até o momento...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Não mexeria no texto que a Câmara mandou.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não, não, é o contrário.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – O acordo...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – O acordo foi estabelecido com o Presidente Maia...

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – O acordo é manter o texto da Câmara.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não, não!

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Não, mas tem que acrescentar o §12. É só isso!

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – É o de restabelecer...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – O.k., aí há acordo.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Mas com o texto original da Constituição.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Sim, da Constituição!

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Da Constituição, não da emenda da Câmara.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – É claro, é claro!

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – O que eu quero dizer ao eminente Relator é que, mantendo o inciso III com o texto que está na Constituição e acrescentando o §12, está resolvido.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Isso!

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sim.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O problema todo é que essa foi a colocação que eu fiz...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – O acordo foi justamente esse.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O que eu incluí no Orçamento... Senador Fernando Bezerra, vai haver uma dispersão se não ficar esclarecido isso. O que nós combinamos com o Presidente da Câmara foi suprimir o inciso III.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não, não, o texto da Câmara.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Só manteríamos o §11, que passou a ser o §10.

A assessoria técnica do Senado deixou claro que, se nós não mexermos em nada, vai ficar o art. 9º com essa redação, que fala só do §11.

Bom, o que eu fiz no texto que eu li? Eu incluí o §12.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Exato.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – E aí houve o protesto do Presidente da Câmara.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Mas é só incluir o §12.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Houve o protesto do Presidente da Câmara porque o nosso acordo era retirar o inciso III.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Então, mudou.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Retirar o inciso III?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. *Fora do microfone*.) – Era retirar...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Era retirar o inciso III, que veio para cá. Portanto, prevalece o da Constituição, que vai prevalecer exigindo, pelo menos, uma emenda de redação, porque isso vale para o §11 e para o §12.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Pronto! O.k.! É isso.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Deu para entender?

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Resolvida essa questão, vamos ao último ponto em que ainda falta esclarecimento pelo Relator.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Vamos ser bem claros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Repete isso...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O acordo firmado é: dos quatro dispositivos que regem o orçamento impositivo que veio da Câmara, nós removeremos – e foi o que eu fiz – o inciso III, o §10 e o §12. Por isso, sobrou o §11, que passou a ser §10 pela inexistência desse.

O que foi constatado depois? Na hora de redigir, você percebe faltas. Vai ficar o texto atual da Constituição, que só se refere ao §11. Nós vamos ter, sem mexer no sentido dele... Está removido! O inciso III da Câmara não existe mais. Certo? Vai ficar escrito o quê? O que o senhor leu agora: diz que ele vale para o §11 do art. 166, que está lá adiante. Só que o §11 do art. 166 agora é acompanhado por um irmão gêmeo, que é o §12. O que você tem que fazer? Tem que incluir o §12.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Feitos esses esclarecimentos, eu acho que agora nós temos unanimidade...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Feitos esses esclarecimentos, eu quero saber o seguinte: é unânime esse entendimento? Alguém tem alguma dúvida?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Sem dúvidas!

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Vamos ao último ponto, portanto, Relator.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Senador Fernando Bezerra, eu pediria que V. Exa. entrasse em contato com o Presidente da Câmara, dizendo que é apenas um complemento sem lógica.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – É como se fosse uma emenda de redação. É uma emenda de redação.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Veja bem: trata-se de incluir no atual inciso III – não no da Câmara – o §12. É só isso.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Repete o texto e acrescenta...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não, só inclui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, está esclarecido isso.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu peço agora apenas ao Relator... Esclarecido esse ponto, ficou apenas um ponto de divergência para a redação final do §17 da Constituição, que virou agora §16 no texto substitutivo de V. Exa.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Que eu acolho, colocando os 50%, ou seja, homenageando o Major Olimpio, fortalecido pelas colocações do Senador Randolfe Rodrigues e com a coligação extraordinária e muito forte da minha querida Senadora Eliziane.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Saudando o neófito na oposição, que é o Major Olimpio! (*Risos.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – E dizendo, como aviso aos navegantes, no meio desse grande acordo, que surgiu mais um líder na oposição.

Quero só homenagear os demais que falaram.

Senador Marcelo Castro, V. Exa. falou muito bem.

Eu queria dizer o seguinte: não há tecnocrata, não há radar em Brasília que permita a aspersão de recursos que as emendas individuais e coletivas podem fazer. A aspersão feita seja pelo Deputado ou pelo Senador, seja pelas bancadas estaduais significa a democratização dos acessos a meios. Quando a gente fala que o orçamento de países democráticos é feito pelo Congresso, nós somos remetidos aos Estados Unidos da América. Lá o Deputado é distrital puro. O sistema de eleição do Deputado Federal, do *representative*, é por dois anos; o mandato é de dois anos. E o Deputado é distrital puro. E é o Congresso que faz o orçamento. O que os senhores acham que é feito lá senão o procedimento de aspersão de recursos para atender a Federação? É isso que nós estamos fazendo, respeitado o grande trabalho que vai ter que fazer o Senador Mecias quando discutir essas teses do orçamento impositivo de maneira abrangente, como eu mencionei.

Então, eu quero dizer ao meu querido amigo Marcelo Castro que as suas duas preocupações estão satisfeitas por essas últimas decisões.

Não comentei a fala do Senador Weverton, mas ela também está contemplada pelas providências tomadas.

Só quero concluir, voltando ao Senador Randolfe, para dizer o seguinte...

O senhor falou do aeroporto. Como as decisões tecnocráticas podem chegar ao absurdo? A duplicação da BR-101, em Santa Catarina, só foi conseguida porque a Bancada de Santa Catarina inventou a emenda coletiva antes de ela ser criada. Os 19 Parlamentares subscreveram 19 cópias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Simone, 19 Parlamentares subscreveram 19 cópias, e, por sorteio, a emenda que entrou no Orçamento da União tinha sido subscrita pelo Deputado Cesar Souza. Foi assim que nós conseguimos entrar no Orçamento da União no ano de 1993, antes da Resolução nº 1. Criamos a emenda coletiva para colocar uma obra que o Governo devia ao Estado. Ela foi executada ainda no Governo do Presidente Fernando Henrique e foi concluída já no Governo do Presidente Lula. A emenda coletiva entrou no Orçamento da União por obra de uma ficção, quando ela não existia na regra orçamentária, com os 19 Parlamentares de todos os partidos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... subscrevendo um texto que foi coletivo nas assinaturas, mas apresentado como individual.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Vamos votar.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. *Fora do microfone*.) – Vamos votar.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Vamos votar.

Agradeço, mais uma vez, ao Relator.

Agradeço a contribuição dos nobres Parlamentares, Senadores e Senadoras.

Não há mais oradores inscritos.

Portanto, dou por encerrada a discussão.

Coloco em votação o relatório, mas quero dizer que há sobre a mesa um requerimento da Bancada do PT – portanto, não vai à deliberação do Plenário; acato de ofício –, Senador Humberto Costa, destacando apenas a Emenda nº 9 do relatório, ou seja, da PEC nº 34, de 2019.

Vamos votar, então, primeiro, o relatório com a Emenda nº 9 destacada, emenda da Bancada do PT.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Sra. Presidente, é o relatório com as modificações...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Nos termos do substitutivo de V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Com as modificações por mim anunciadas.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Anunciadas todas... Nós vamos, inclusive, aguardar até o tempo hábil para mandar para a Presidência com as duas últimas alterações colocadas.

Em votação o relatório.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam o relatório com a emenda destacada, ressalvada a Emenda nº 9, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório.

Em votação agora a Emenda nº 9, que é destacada pela Bancada do PT.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. *Fora do microfone*.) – Contra, contra, contra! O encaminhamento é contrário.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Rejeitada a emenda.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Só registre quem votou a favor, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Votaram a favor da emenda... Eu gostaria que novamente levantassem a mão.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – A senhora está perguntando...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu vou dizer quem aprova a emenda, já que fica mais fácil, porque são em menor número: Senador Humberto, Senador Rogério, Senador Randolfe, Senador Fabiano, Senador Paulo Rocha.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Quem aprova a emenda, não é isso?

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Quem aprova a emenda.

Portanto, está rejeitada a emenda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado, portanto, o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, pela ordem!

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... favorável à proposta e, parcialmente, às Emendas nºs 1, 2, 4 e 5 e contrário às Emendas nºs 3, 6, 7, 8 e 9, nos termos da Emenda nº 10- CCJ, que é o substitutivo do Relator.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, a senhora poderia só pedir...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – A matéria vai ao Plenário.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... poderia apelar ao Plenário para mantermos o quórum, porque temos um relatório importante, de uma matéria muito importante, que é terminativa, que é a que, em seguida, será lida pelo Fabiano.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu gostaria apenas de esclarecer, Senador Randolfe, que houve um acordo com o autor e com o Relator. O autor está hospitalizado. Então, nós vamos proceder à leitura do item 2, que é o projeto relatado pelo Senador Fabiano. Nós não abriremos discussão, nem questão pela ordem hoje, a pedido do autor da proposição, o Senador Angelo Coronel.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Houve um acordo em relação a isso, inclusive com o Relator.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Não é melhor deixar para a semana que vem a leitura e o debate?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. *Fora do microfone*.) – Senão pedem vista. Então, é bom, pelo menos, ler logo.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Ele vai ler o relatório, e nós vamos adiar a discussão, não vai caber nem questão de ordem em relação a essa matéria, pelo acordo entre autor e Relator.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sra. Presidente, esta não é uma questão de ordem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria só mais uma vez destacar a presença da nossa querida Marina Silva, que é um ícone brasileiro na luta pelas garantias dos direitos da mulher, da participação feminina no cenário político brasileiro. A presença dela nesta Comissão representa muito, Presidente, porque é a simbologia de uma possível aprovação, que acho que não vai acontecer...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. *Fazendo soar a campainha*.) – Desculpe-me, Senadora Eliziane.

Eu gostaria de comunicar aos nobres colegas Senadores que esta Comissão ainda está com os trabalhos em andamento. Eu pediria, por favor, que pudessem manter o silêncio devido. Uma oradora está usando a palavra.

Continue, por favor, Senadora Eliziane.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sra. Presidente, só para finalizar, eu quero, inclusive, pedir aqui ao nosso nobre Senador Amin para que fique aqui um pouco para acompanhar o relatório do nosso colega Contarato.

Quero dizer, Presidente, que a presença da Senadora Marina Silva representa muito nesta Comissão. A possível aprovação desse projeto – que não vai acontecer, porque eu acredito piamente na sensibilidade dos colegas Senadores – traria um retrocesso e perdas inimagináveis para essa luta histórica nossa, que é a participação da mulher e a garantia da nossa presença no cenário político brasileiro, que é irrisória comparativamente com a dos demais países do mundo. Nós perdemos para o Afeganistão, dando apenas um exemplo, e somos o segundo País com a menor participação feminina em todas as Américas, nas três Américas.

Então, Ministra e Senadora Marina Silva, transmito o meu respeito, a minha admiração, a minha gratidão e o meu reconhecimento pela sua presença nesta Comissão. Eu tenho a plena convicção, Senadora, de que nós vamos vencer essa batalha, de que vamos continuar com essa política afirmativa, que é necessária provisoriamente. Esperamos que seja provisória, para que as mulheres possam ter mais garantia nos espaços políticos brasileiros.

Muito obrigada.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Senadora Eliziane.

Com isso, permite-me, mais uma vez, enaltecer a presença da nossa Ministra e Senadora Marina Silva. V. Exa. foi muito feliz. A presença da Senadora já é uma demonstração de tudo aquilo que V. Exa. disse: do pioneirismo, da luta, do comprometimento da Senadora Marina Silva, especialmente, com as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mulheres brasileiras diante de um projeto que, infelizmente, representaria um retrocesso na política brasileira.

Com a palavra, pela ordem, o Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE. Pela ordem.) – Senadora Simone, infelizmente, eu tenho que me retirar. Como não vai haver discussão, eu só queria deixar registrado aqui o meu voto acompanhando o relatório do Senador Contarato.

E a presença, mais uma vez, da Senadora Marina confirma e simboliza essa luta da mulher brasileira.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – V. Exa. vai ter a oportunidade também de discutir na semana que vem, Senador Tasso, tenha a certeza disso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, rapidamente...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Senador Randolfe...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... eu só queria destacar, como Líder da REDE, a honra que é para nós, da Rede Sustentabilidade, a presença aqui da nossa porta-voz, para nós referência da luta feminina no Brasil e, além disso, uma das principais ou das maiores lideranças populares do Brasil pós-redemocratização.

Então, eu só queria, como Líder da Rede Sustentabilidade, destacar e agradecer a presença da nossa porta-voz nacional da Rede para acompanhar o relatório do Senador Fabiano.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Devidamente registrado, Senador Randolfe.

Com a palavra agora o Relator do item 2.

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 1256, DE 2019

- Terminativo -

Revoga o § 3º do art. 10 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que prevê percentual de preenchimento mínimo de vagas para candidaturas de cada sexo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Angelo Coronel

Relatoria: Senador Fabiano Contarato

Relatório: Pela rejeição do Projeto e da Emenda nº 1.

Observações:

- Em 14/03/2019, foi apresentada a Emenda nº 1 (Substitutivo), de iniciativa do Senador Angelo Coronel;

- Votação nominal.

Concedo a palavra, neste momento, ao Senador Fabiano Contarato para proferir o seu relatório.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Muito obrigado, Presidente.

Quero enaltecer a condução dos trabalhos que a Senadora Simone Tebet tem desempenhado à frente desta tão relevante Comissão de Constituição e Justiça.

Quero me solidarizar com o Senador Angelo Coronel neste momento delicado de saúde. Desde já, minhas orações vão para o seu pronto e imediato restabelecimento.

Antes de proferir aqui o meu relatório, eu quero também protestar, porque, num tema de tamanha relevância como é este, assim como acontece na Comissão de Meio Ambiente, que eu presido, eu não acho crível nem razoável... Eu presido uma Comissão de Meio Ambiente, e, quando acontece um acidente, como o de Brumadinho, ou quando acontece uma tragédia, como a de Mariana, todos querem fazer – com todo respeito – CPI, audiência temática, discursos, audiências públicas. Eu convidei o Ministro do Meio Ambiente e, dos 34 Senadores, só compareceram 4 Senadores. Olha, eu acho que isso beira a hipocrisia.

Este tema, este voto é de suma importância, porque mais de 50% da população brasileira é composta por mulheres. E eu queria muito que a população que estiver assistindo em casa olhasse o Plenário aqui, dos 34 Senadores, porque para mim seria de extrema relevância se todos efetivamente estivessem aqui, mas, com toda a educação, vou começar a leitura do meu voto.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Se me permitir, Senador Fabiano, o tema é tão relevante – acho que V. Exa. tem razão – que nós poderíamos fazer a leitura hoje e fazer a leitura novamente na semana que vem para que todos pudessem ouvir o seu relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Bem encaminhado.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – O.k. Quero também...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sem prejuízo.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES. Para proferir relatório.) – Eu quero também deixar claro, em nome de todas as mulheres, a minha admiração pela eterna Senadora Marina Silva, que, além de Vereadora, além de seringueira, além de mulher, além de Ministra do Meio Ambiente, dignificou e dignifica, e muito, a honrada classe dos seres humanos e, principalmente, das mulheres. Eu não tenho dúvida, Senadora.

Eu quero pedir perdão em nome dos meus colegas Senadores que aqui não estão prestigiando as mulheres mais uma vez.

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei 1.256, de 2019, do Senador Angelo Coronel, que revoga o §3º do art. 10 da Lei 9.504, de 30 de setembro de 1997, que prevê percentual de preenchimento mínimo de vagas para candidaturas de cada sexo.

Relatório.

Vem ao exame desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania o Projeto de Lei nº 1.256, de 2019, do Senador Angelo Coronel, que revoga o §3º do art. 10 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, a Lei das Eleições, abolindo as cotas de candidaturas por sexo.

Na justificação, o autor afirma que a lei em vigor não alcançou seu objetivo de impulsionar a participação feminina na política, que, por razões diversas, ainda não se compara, em termos numéricos, à participação dos homens. Ressalta, ainda, que "o quadro se mostra ainda menos positivo quando se constata que mulheres têm sido compelidas a participar do processo eleitoral apenas para assegurar o percentual exigido, numa prática que se convencionou denominar candidaturas" – aspas – 'laranjas'".

A matéria foi distribuída para exame exclusivo da CCJ, que sobre ele se manifesta em decisão terminativa.

Não foram apresentadas emendas ao projeto.

Análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nos termos dos incisos I e II art. 101 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CCJ opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das matérias que lhe forem submetidas, bem como emitir parecer quanto ao mérito de assuntos atinentes ao direito eleitoral, caso do PL nº 1.256, de 2019.

A matéria atende aos requisitos regimentais e, ainda, às exigências de natureza constitucional e jurídica, pois a Carta Magna confere competência privativa à União para legislar sobre direito eleitoral, bem como competência ao Congresso Nacional para dispor sobre essa matéria, nos termos dos arts. 22, I, e 48, *caput*.

Quanto ao mérito, entretanto, a iniciativa é absolutamente inoportuna.

De imediato, cumpre esclarecer que, com a presente análise, assumo o desafio de, ao me posicionar diametralmente contrário a qualquer possibilidade de retrocesso em importantes conquistas sociais, sempre pautar-me pelos princípios constitucionais, com o máximo respeito às posições divergentes e sem qualquer pretensão de me apropriar do lugar de fala dos diversos segmentos sociais. Assumo, por assim ser, a posição de aliado dos que tanto lutaram para conquistar os mais básicos direitos, os quais, sob nenhuma hipótese, devem ser suprimidos.

O autor da proposição em tela, ainda que imbuído da boa intenção de resolver os gravíssimos problemas de eventuais fraudes eleitorais, consumadas no desvio de recursos que deveriam dar suporte às candidaturas femininas, tornando as postulantes meros títeres de oportunistas, infelizmente acabou por atentar contra a mais importante conquista das mulheres desde o direito ao voto, estabelecido tão somente em 1932.

A cota de candidaturas está no campo das ações afirmativas. Há quem não goste delas, mas, submetidas a julgamento, notadamente no campo das cotas raciais e do uso do fundo partidário, foram consideradas constitucionais pelo Supremo Tribunal Federal.

Portanto, não deve ser a ousadia dos afrontadores da lei o gatilho a detonar retrocessos sem precedentes nas garantias aprovadas neste Parlamento em defesa das mulheres e de toda a sociedade.

Neste momento, é bom lembrar o voto da Ministra Rosa Weber, na Presidência do Tribunal Superior Eleitoral, emitido no dia 22 de maio de 2018, em resposta à consulta formulada por um grupo integrado por 14 Senadoras e Deputadas Federais acerca da aplicação de recurso do fundo partidário das candidaturas de mulheres, citando o Ministro Henrique Neves da Silva, Rosa Weber disse, aspas:

> As normas de caráter afirmativo são não só constitucionalmente legítimas, como pragmaticamente necessárias, em um País caracterizado por toda sorte de desigualdade, sobretudo nas oportunidades de participação das mulheres na vida político-partidária.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> As agremiações [partidárias] devem garantir todos os meios necessários para real e efetivo ingresso das mulheres na política, conferindo plena e genuína eficácia às normas que reservam número mínimo de vagas para candidaturas (art. 10, § 3º, da Lei nº 9.504/97) [...]. A criação de "estado de aparências" e a burla ao conjunto de dispositivos e regras que objetivam assegurar isonomia plena devem ser punidas, pronta e rigorosamente, pela Justiça Eleitoral.

Fecho aspas à Ministra Rosa Weber.

Evidentemente, há um difícil percurso diante de nós, mas as cotas de candidaturas resultam de um conjunto de lutas feministas que teve seu início muito antes de nós.

Devemos, neste momento, um tributo especial às pioneiras na busca da conquista dos direitos eleitorais. Lembramos a professora baiana Leolinda Daltro, fundadora, em 1910, do Partido Republicano Feminino, juntamente com a poeta carioca Gilka Machado; a cientista paulista Bertha Lutz, líder atuante da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, criada em 1922; a primeira Prefeita eleita da história do Brasil, Alzira Soriano de Souza, do Município de Laje, do Rio Grande do Norte; da gaúcha Rita Lobato, primeira mulher a obter diploma de medicina, eleita Vereadora aos 67 anos, em 1933; e a também médica paulista Carlota Pereira de Queirós, primeira doutora a fazer parte do Exército Brasileiro e a primeira mulher eleita para a Câmara dos Deputados.

Também nos lembremos das mulheres que, desde a promulgação da Lei do Ventre Livre, assinada pela Princesa Isabel, olham para este Parlamento na esperança de que daqui saiam as medidas capazes de promover a construção de laços que atendam os objetivos elencados na Constituição, especialmente direcionados à construção de uma sociedade livre, justa e solidária. Uma sociedade capaz, portanto, de erradicar a pobreza e a marginalização e de reduzir as desigualdades sociais e regionais e, muito especialmente destacamos, capaz de promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Não é vã essa esperança, tanto que a legislação inclusiva vem avançando no Parlamento. No que respeita à cota partidária, cabe descrever sua trajetória.

Em 1995, quando foi instituída e aplicada às eleições às câmaras de vereadores, a cota era de 20% e foi interpretada pelos partidos como facultativa; em 1997, o número subiu para 30%, mas continuava vista como não necessariamente obrigatória; enfim, em 2009, a cota tornou-se efetivamente impositiva com a redação trazida pela Lei 12.034. Assim, o §3º do art. 10 da Lei das Eleições, dispositivo que o projeto ora em análise busca revogar, tomou a configuração hoje em vigor.

Se as cotas até dez anos atrás não eram consideradas obrigatórias, tampouco os partidos julgavam seu dever distribuir os recursos do fundo partidário eleitoral conforme o sexo das candidaturas. Assim, as mulheres, a partir de 2009, até passaram a quase alcançar os 30% de lugares nas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

listas partidárias, mas os recursos destinados a suas candidaturas ficavam bem abaixo daqueles destinados aos concorrentes masculinos.

Na resposta à consulta aludida, o TSE decidiu que os partidos deveriam destinar também pelo menos 30% dos recursos do financiamento eleitoral às candidaturas das mulheres. As eleições de 2018 foram, portanto, as primeiras em que esses critérios foram aplicados. Nesse passo, podemos dizer que as eleições do ano passado foram eleições pioneiras no que tange à participação feminina com poder realmente competitivo.

É certo, por assim ser, que a ocupação de cargos por mulheres na Câmara dos Deputados subiu cinco pontos percentuais em relação às eleições de 2014, passando de 10% naquele ano para os atuais 15%, o que não é pouco, apesar de ainda se configurar como um desafio a ser superado, já que a média mundial é de 24%. Reconheçamos, porém, que houve um avanço tremendo. E não é hora de recuar, mas de consolidar e de assegurar o direito conquistado.

Há ainda quem argumente que políticas afirmativas, como a de cotas quando do registro de candidaturas, atentariam contra a premissa constitucional de igualdade entre homens e mulheres, insculpida no inciso I do art. 5º da Carta Magna, mas como falar em igualdade em um país em que apenas no período recente conseguiu normatizar os mais básicos direitos das mulheres? A título exemplificativo, somente em 1962, o Brasil revogou a incapacidade relativa da mulher casada; a lei do divórcio data de 1977; somente após 1988, com a Constituição Cidadã, o Brasil reconheceu a união estável como entidade familiar; a proteção contra a violência doméstica, por força da Lei Maria da Penha, é de 2006 e a tipificação do crime de feminicídio, de 2015.

Na contramão da história, por outro lado, nos últimos anos, diversas foram as tentativas de retroceder com as pequenas conquistas relacionadas aos direitos das mulheres. A reforma trabalhista (Lei 13.647/2017) é um dos diplomas legais mais marcantes dessa nova era, quando o legislador optou por retirar a proteção à trabalhadora gestante ou lactante das atividades laborais consideradas insalubres. Cabe ao Parlamento brasileiro corrigir os recentes equívocos, não os aprofundar. É preciso sedimentar e ampliar as conquistas das mulheres.

A instituição da cota de candidaturas tem em vista justamente o alcance da igualdade entre homens e mulheres preconizada em nossa Lei Maior e o faz de modo justo: tratando de forma desigual aqueles que se encontram em situação de desigualdade.

Estamos devendo exemplos à sociedade. Não nos cabe retroagir nos direitos. Vale ressaltar que, dos três Poderes da República, o Legislativo é o único que ainda não foi presidido por uma mulher.

Ressalte-se, no momento em que se analisa a presente matéria, que, no recente 8 de março, as latino-americanas fizeram ecoar o grito de – aspas – "nenhuma a menos", referindo-se aos inaceitáveis números da violência ainda praticada contra as mulheres. A esse grito, devemos agregar o de – aspas –

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"nenhum direito a menos", porque sem protagonismo nos espaços de poder também será debalde a luta por mais respeito no campo social.

Precisamos, ademais, pensar no quanto foi importante a Lei de Cotas para inspirar candidaturas como a da vereadora carioca Marielle Franco, a quem prestamos homenagem no transcurso de um ano de seu brutal assassinato juntamente com o motorista Anderson Gomes.

Mulheres que, como Marielle, embora tenham o perfil da maioria da sociedade brasileira, enfrentam inúmeros obstáculos ao considerar a possibilidade de ocupar os cargos onde são tomadas as decisões mais importantes do País; é hora de incentivá-las com vigor, como fomos instados recentemente, e trazê-las para as páginas dos livros da história oficial do País, aproximando cada vez mais do Poder Legislativo as marias felipa, as dandaras, as luísas mahin e as marielles.

Eu sonho com o dia em que não precisaremos mais de políticas afirmativas por já termos alcançado a plena igualdade, por já termos nos tornado uma nação efetivamente justa, fraterna, igualitária, em que nenhum segmento social se sobreponha a outro em direitos e oportunidades. Sonho com o dia em que o Parlamento brasileiro refletirá efetivamente as características da nossa população, que tenhamos mais mulheres, mais negros, mais indígenas representados no Congresso Nacional e nas demais Casas Legislativas. Sonho que o processo decisório do País não fique adstrito às conveniências políticas de uma determinada casta social ou de uma determinada família. Eu sonho com o dia em que o poder econômico deixará de eleger Parlamentares que deveriam defender os interesses do povo, de todo ele. Sonho com a paridade entre homens e mulheres nos assentos do Parlamento – e mais, sonho com o dia em que alcançaremos esse mundo ideal sem a necessidade de cotas, mas infelizmente esse horizonte utópico ainda está distante de se materializar.

Neste contexto, assumo o compromisso: no momento em que essa utopia se fizer realidade, assim que garantirmos condições iguais de disputa eleitoral entre homens e mulheres, assim que garantirmos que os partidos políticos não priorizarão candidaturas masculinas em detrimento das femininas pelo simples recorte machista como critério, serei o primeiro a me posicionar pelo fim da política afirmativa, visto que não se fará mais necessária. Este momento, lamentavelmente, ainda não é agora. Ainda há necessidade de, para cumprirmos a Constituição Federal, a qual juramos quando assumimos os nossos mandatos, desigualar os que se encontram em situação de desigualdade.

Voto.

Em vista do exposto, o voto é pela rejeição, no mérito, do Projeto de Lei 1.256, de 2019. (*Palmas.*)

Passo agora à leitura, tendo em vista que o proponente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Houve uma emenda substitutiva do próprio autor. Se V. Exa. puder já começar, na primeira página mesmo, falando ali da emenda em si, na última linha da primeira página...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Certo.

A emenda substitutiva da CCJ possui três artigos.

O art. 1º da emenda substitutiva em análise pretende a alteração do §3º do art. 10 da Lei 9.504, de 30 de setembro de 1997, Lei das Eleições, de modo a estabelecer que, do número de vagas resultante das regras previstas no artigo ao qual seria inserido (art. 10), no máximo 70% poderiam ser preenchidos com candidaturas de um mesmo sexo, devendo as restantes, se não preenchidas com candidatos de sexo diverso, ficar vazias.

O art. 2º, ao também promover modificações na Lei das Eleições, acrescenta o art. 16-E ao aludido diploma legal, com o objetivo de estabelecer que os partidos políticos, em cada esfera, devem destinar recursos do Fundo Eleitoral de Financiamento de Campanha de forma proporcional ao percentual efetivo de candidaturas de cada sexo.

O art. 3º estabelece cláusula de vigência imediata.

É o relatório. Passo à análise.

Análise.

As proposições podem ser apresentadas perante Comissões por qualquer dos membros que as compõem, nos termos do inciso I do art. 122 do Regimento Interno do Senado Federal. Mesmo não sendo comum o autor de determinado projeto apresentar emenda substitutiva ao texto por ele proposto, não identificamos óbice de natureza regimental para tanto.

Quanto ao mérito, reitero – de igual modo fiz no relatório à proposição –, a emenda é absolutamente inoportuna, visto que promove alterações cujas consequências, ao fim e ao cabo, serão as mesmas objetivadas inicialmente no projeto de lei analisado.

De início, faz, sim, imprescindível destacar que a Lei 9.504, de 30 de setembro de 1997, Lei das Eleições, estabelece, no *caput* do art. 10, a regra geral que limita a quantidade de registros de candidaturas pelos partidos políticos para os pleitos para a Câmara dos Deputados, Câmara Legislativa, Assembleia Legislativa, Câmaras Municipais, possibilitando o lançamento de candidaturas em número correspondente em até 150% do número de lugares a preencher.

As exceções à regra geral estão previstas nos incisos I e II do mesmo artigo, que ampliam a possibilidade de registros de candidaturas para disputa dos cargos de Deputado Federal, Deputado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estadual ou Distrital, elevando a limitação para o patamar de até 200% do número de lugares a preencher. As hipóteses são: (I) nas unidades da Federação em que o número de lugares a preencher para a Câmara dos Deputados não exceder a doze; (II) nos Municípios com até cem mil eleitores.

O §3º do mesmo art. 10 da Lei das Eleições, como já tratado no relatório ao projeto originário, é o dispositivo legal que estabelece a política afirmativa para assegurar a participação tanto de homens quanto de mulheres nos pleitos proporcionaislegísi; determina, conforme redação vigente, o preenchimento mínimo de 30% e máximo de 70% para candidaturas de cada sexo.

Aqui eu quero fazer só um pequeno adendo. Eu fico triste quando vejo as pessoas falando: "São 30% para as mulheres". A lei não fala isso; são 30% para um sexo e 70% para o outro. Nós podemos ter 70% só de mulheres e 30% só de homens, mas o nosso preconceito, o nosso machismo é tão impregnado que até nisso a fala vem ratificar.

A Emenda Substitutiva nº 1 da CCJ, embora com redação diversa da do projeto originário, o qual se resumia a revogar o §3º do art. 10, altera o mesmo dispositivo para possibilitar o preenchimento de até 70% das vagas possíveis com candidaturas do mesmo sexo, facultando o não preenchimento das demais, ou seja, haverá, de igual modo, a possibilidade de registro de uma chapa composta na integralidade por pessoas do mesmo sexo. Sejam todos homens, sejam todas mulheres – hipótese ainda improvável –, uma chapa que não reflita a diversidade entre os sexos não será verdadeiramente democrática.

Neste contexto, reitero, eu sonho com o dia em que o Parlamento brasileiro refletirá efetivamente as características da nossa população: que tenhamos mais mulheres, mais negros, mais indígenas representados no Congresso Nacional e nas demais Casas Legislativas.

Voto.

Em vista do exposto, o voto é pela rejeição, no mérito, da Emenda Substitutiva nº 1 – CCJ ao Projeto de Lei nº 1.256, de 2019.

É como voto.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço ao Relator, Senador Fabiano Contarato. Vou deixar para fazer as considerações, os agradecimentos e os elogios devidos no momento oportuno, porque há um acordo firmado de que nós não franquiaríamos a palavra a nenhum Parlamentar.

Reitero que, na semana que vem, este vai ser o primeiro item da pauta. V. Exa. poderá fazer um resumo do relatório apresentado, inclusive acatando ou não, como V. Exa. mesmo mencionou, rejeitando também o substitutivo do autor. E abriremos a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Randolfe, pelo Regimento, infelizmente, como se abre a discussão, nada impede que seja pedida vista. Depois, fui olhar aqui no Regimento, e é possível, sim, solicitar vista, porque nós não vamos encerrar a discussão hoje, nos termos acordados inclusive com o autor. De qualquer forma, a partir da semana que vem, abriremos a discussão e vamos implorar ou pedir para o Relator que não solicite vista para que nós possamos dar andamento a esse projeto.

Houve um acordo com o autor e com a bancada feminina de que hoje nós não iríamos franquear a palavra aos Senadores; o autor está hospitalizado e quer participar da discussão.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Sra. Presidente...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. *Fora do microfone*.) – Em contrapartida...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não houve o avanço de que não haveria pedido de vista posteriormente, mas eu acredito que chegaremos... Como esta Casa é a Casa da moderação e do equilíbrio, diante do belíssimo relatório do Senador Fabiano e, tenho certeza, das manifestações que serão feitas não só pelas Senadoras, mas também pelos Senadores, eu não tenho dúvida de que nós conseguiremos avançar no caminho correto do progresso e não do retrocesso em relação a esta matéria.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Eu vou ser bem breve, pedindo um pouquinho mais só de paciência. Fui agraciado – e agradeço – com a relatoria desse processo.

Eu fiquei muito triste quando as mulheres, em 1988, conseguiram a licença maternidade e as empresas começaram a não contratar. Já não contratavam pelo simples fato de ser mulher e começaram a ter uma conduta espúria, criminosa de exigir atestado de esterilidade ou negativo de gestacional. E aí, como não há crime sem lei anterior que o defina nem pena sem prévia cominação legal, apenas em 1995 surgiu uma lei falando que exigir atestado ou negativo de gestacional é crime.

Olha, falar em igualdade... Até no concurso público ela entra de forma igualitária, mas só alcançam os maiores cargos, na maioria, os homens.

Então, nesse sentido, além do voto, eu apresentei um projeto de lei, que já está protocolado, falando do número de vagas resultantes das regras previstas nesse artigo: cada partido ou coligação apresentará lista de candidaturas paritárias entre homens e mulheres, permitida, em caso de número ímpar de vagas, a diferença de um. Se depender de mim, a igualdade vai começar aqui: 50% para homens e 50% para mulheres.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Senador.

Nada mais havendo a tratar, mais uma vez agradeço aqui à nossa Ministra. Espero poder vê-la semana que vem. V. Exa. terá e tem um peso muito grande porque representa realmente a figura da mulher pioneira, representa todas as mulheres pioneiras em diversos segmentos e setores da sociedade brasileira.

Declaro, portanto, encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 17 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 36 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 9ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE ABRIL DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e nove minutos do dia dez de abril de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência da Senadora Simone Tebet, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores José Maranhão, Ciro Nogueira, Esperidião Amin, Renan Calheiros, Fernando Bezerra Coelho, Marcio Bittar, Marcelo Castro, Daniella Ribeiro, Tasso Jereissati, Oriovisto Guimarães, Rose de Freitas, Juíza Selma, José Serra, Roberto Rocha, Rodrigo Cunha, Lasier Martins, Major Olimpio, Veneziano Vital do Rêgo, Fabiano Contarato, Alessandro Vieira, Weverton, Jorge Kajuru, Marcos do Val, Randolfe Rodrigues, Leila Barros, Humberto Costa, Renilde Bulhões, Rogério Carvalho, Telmário Mota, Paulo Rocha, Otto Alencar, Arolde de Oliveira, Nelsinho Trad, Rodrigo Pacheco, Marcos Rogério, Jorginho Mello, Maria do Carmo Alves e Wellington Fagundes. Registram a presença os Senadores Zenaide Maia, Izalci Lucas, Eduardo Girão, Paulo Paim, Chico Rodrigues e Eliziane Gama. Usa da palavra o Senador Eduardo Girão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Mecias de Jesus, Jader Barbalho, Antonio Anastasia, Elmano Férrer, Cid Gomes e Angelo Coronel. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da 8ª Reunião Ordinária, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - Projeto de Lei n° 1256, de 2019 - Terminativo - que: "Revoga o § 3º do art. 10 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que prevê percentual de preenchimento mínimo de vagas para candidaturas de cada sexo." Autoria: Senador Angelo Coronel. Relatoria: Senador Fabiano Contarato. Relatório: Pela rejeição do Projeto e da Emenda nº 1. Resultado: Adiado. ITEM 2 - Projeto de Lei da Câmara n° 47, de 2018 - Não Terminativo - que: "Altera dispositivo da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, para dispor sobre a destinação dos valores apreendidos em decorrência dos crimes nela tipificados." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Otto Alencar. Relatório: Favorável ao Projeto com uma emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 3 - Projeto de Lei da Câmara n° 120, de 2017 - Não Terminativo - que: "Acrescenta § 10 ao art. 176 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos, para dispensar a apresentação de carta de anuência dos confrontantes na averbação do georreferenciamento de imóveis rurais." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Antonio Anastasia. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 4 - Projeto de Lei da Câmara n° 165, de 2015 - Não Terminativo - que: "Acrescenta inciso XIII ao art. 833 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 - Código de Processo Civil, para tornar impenhoráveis os recursos públicos recebidos por instituição privada para o desempenho de serviços ou atividades de interesse público, em decorrência da celebração de contrato de gestão, termo de parceria, de colaboração ou de gestão." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Angelo Coronel. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 5 - Turno Suplementar do Substitutivo Oferecido ao Projeto de Lei do Senado n° 307, de 2018 - Terminativo - que: "Acrescenta § 5º ao art. 9º da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, a fim de facultar a representação do réu por seu advogado nas audiências realizadas em localidades muito distantes de onde resida o réu." Autoria: Senadora Maria do Carmo Alves. Relatoria: Senadora Simone Tebet. Relatório: Pela aprovação do Substitutivo e da Emenda nº 2-S. Resultado: Adiado. ITEM 6 - Projeto de Lei do Senado n° 217, de 2018 - Terminativo - que: "Altera o art. 610 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, para permitir a realização de inventário extrajudicial quando houver possíveis implicações no interesse de incapazes." Autoria: Senador Paulo Rocha. Relatoria: Senadora Simone Tebet. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 7 - Projeto de Lei do Senado n° 156, de 2016 - Terminativo - que: "Regula as formas de fiscalização pelo Estado e sociedade sobre as fundações públicas federais." Autoria: Senador José Maranhão. Relatoria: Senadora Simone Tebet. Relatório: Pela aprovação do Projeto com duas emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 8 - Projeto de Lei do Senado n° 483, de 2017 - Terminativo - que: "Altera a Lei no 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para estabelecer normas gerais para a utilização de veículos apreendidos e sem identificação, pelas polícias civis, federal, rodoviária federal e militares." Autoria: Senador Elmano Férrer. Relatoria: Senadora Simone Tebet. Relatório: Pela aprovação do Projeto com duas emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 9 - Projeto de Lei do Senado n° 432, de 2016 - Terminativo - que: "Altera o art. 15 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para possibilitar a aplicação supletiva e subsidiária do Código de Processo Civil ao Processo Penal." Autoria: Senador Antonio Anastasia. Relatoria: Senador Tasso Jereissati. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 10 - Projeto de Lei do Senado n° 7, de 2018 - Terminativo - que: "Dispõe sobre os direitos dos pacientes em serviços de saúde; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para isentar do crime de omissão penalmente relevante a falta de instituição de suporte de vida ou a não realização de tratamento ou procedimento médico recusados; e altera a Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, que configura infrações à legislação sanitária federal, estabelece as sanções respectivas, e dá outras providências, para proibir a reutilização de produtos para a saúde descartáveis." Autoria: Senador Pedro Chaves. Relatoria: Senador Lasier Martins. Relatório: Pela aprovação do Projeto com a emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 11 - Projeto de Lei da Câmara n° 99, de 2017 - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre emolumentos dos serviços notariais e de registros públicos no âmbito do Distrito Federal e dos Territórios e dá outras providências." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senadora Rose de Freitas. Relatório: Favorável ao Projeto, com nove emendas que apresenta e contrário à Emenda nº 1. Resultado: Adiado. ITEM 12 - Projeto de Lei do Senado n° 288, de 2018 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para incluir o uso de monitoração eletrônica como forma de assegurar o respeito ao limite mínimo de distância entre a ofendida e o agressor." Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin. Relatoria: Senadora Maria do Carmo Alves. Relatório: Pela aprovação do Projeto com três emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 13 - Projeto de Lei do Senado n° 137, de 2018 - Terminativo - que: "Altera os arts. 101 e 130 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990; o art. 45 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003; os arts. 18, 19, 22, 23 e 24 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006; e o art. 26 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2015, para que o defensor público, o delegado de polícia e o membro do Ministério Público possam conceder medidas protetivas de urgência a mulheres, crianças, idosos e pessoas com deficiência que sejam vítimas de violência." Autoria: Senador Humberto Costa. Relatoria: Senadora Rose de Freitas. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 14 - Projeto de Lei da Câmara n° 80, de 2018 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, que "Dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)", para estabelecer a obrigatoriedade da participação do advogado na solução consensual de conflitos." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Rodrigo Pacheco. Relatório: Favorável ao Projeto com uma emenda de redação que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 15 - Projeto de Lei do Senado n° 191, de 2017 - Terminativo - que: "Altera a redação do art. 2º da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 – Lei Maria da Penha –, para assegurar à mulher as oportunidades e facilidades para viver sem violência, independentemente de sua identidade de gênero." Autoria: Senador Jorge Viana. Relatoria: Senadora Rose de Freitas. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM EXTRAPAUTA 16 - Recurso (SF) n° 1, de 2019 - Não Terminativo - que: "Recurso da decisão do Presidente sobre a criação da Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI dos Tribunais Superiores." Autoria: Senador Davi Alcolumbre. Relatoria: Senador Rogério Carvalho. Relatório: Pelo conhecimento e desprovimento do Recurso. Resultado: Aprovado o Parecer pelo conhecimento e desprovimento do Recurso. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e vinte e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Simone Tebet
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 9ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 8ª Reunião, Ordinária.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à deliberação dos itens 1 a 15 da pauta já publicada, mas esta Presidência quer esclarecer que está incluindo extrapauta o parecer ao Recurso do Senado Federal nº 1, de 2019, referente à decisão do Sr. Presidente do Senado Federal sobre a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Tribunais Superiores, em virtude de previsão expressa do Regimento Interno, que prevê que esta Comissão tem de, em dois dias úteis, dar parecer a respeito de recurso, para que, com isso, possa ser devolvido à Mesa Diretora para os devidos procedimentos. Destaco, por fim, que o referido prazo já se encontra esgotado. Já estamos com o parecer. O parecer foi entregue ontem e está à disposição dos Srs. Senadores e das Sras. Senadoras.

Portanto, passo à deliberação do item extrapauta.

EXTRAPAUTA

ITEM 16

RECURSO (SF) Nº 1, de 2019

- Não terminativo -

Recurso da decisão do Presidente sobre a criação da Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI – dos Tribunais Superiores.

Autoria: Senador Davi Alcolumbre

Relatoria: Senador Rogério Carvalho

Relatório: pelo conhecimento e desprovimento do Recurso.

Concedo a palavra, neste momento, ao Senador Rogério Carvalho para proferir o seu relatório.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para proferir relatório.) – Obrigado, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom dia a todos os Senadores e Senadoras.

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Recurso nº 1, de 2019, de ofício do Presidente do Senado Federal, Senador Davi Alcolumbre, em face de sua decisão sobre a criação da Comissão Parlamentar de Inquérito CPI do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores.

Relatório.

Vem à deliberação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, nos termos do art. 101, incisos I e VI, combinados com o art. 48, inciso XI, e art. 145, §2º, todos do Regimento Interno do Senado Federal, o Recurso SF nº 1, de 2019, de ofício do Presidente do Senado Federal, Senador Davi Alcolumbre, em face de sua decisão sobre a criação da Comissão Parlamentar de Inquérito CPI do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores.

A decisão em face da qual se interpõe o Recurso nº 1, de 2019, foi tomada por S. Exa. o Sr. Presidente do Senado Federal na 34ª Sessão Deliberativa, Ordinária, do dia 26 de março de 2019, no sentido de impugnar, por inconstitucionalidade e afronta ao Regimento Interno do Senado Federal, o requerimento protocolado no dia 19 de março de 2019, que objetiva a criação de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), com a finalidade de investigar condutas ímprobas, desvios operacionais e violações éticas por parte de membros do Supremo Tribunal Federal e de Tribunais Superiores do País, que doravante passamos a denominar de "Requerimento de criação da CPI do Supremo Tribunal Federal (STF) e dos Tribunais Superiores".

Imediatamente após a decisão, consoante o que atestam as notas taquigráficas acostadas ao processo, o Presidente do Senado Federal comunicou a decisão de recorrer de ofício ao Plenário do Senado Federal, após a audiência desta Comissão.

É o necessário relatório.

Análise.

Cabe a esta CCJ, com base nos dispositivos regimentais mencionados, analisar a admissibilidade e o mérito do recurso.

É do conhecimento de todos a dimensão e potência das CPIs, que, à luz do que estabelece o art. 58, §3º da Constituição Federal, possuem:

> poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos nos regimentos das respectivas Casas, serão criadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, em conjunto ou separadamente, mediante requerimento de um terço de seus membros, para a apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.

Percebemos que o Texto Constitucional estabelece requisitos específicos, formais e materiais, para que as CPIs sejam legitimamente instaladas: requerimento de um terço de seus membros, previsão de fato determinado e prazo certo de funcionamento.

Além desses requisitos específicos, não podemos olvidar de princípios constitucionais que devem balizar a atuação das Casas Legislativas em sua atuação institucional. O primeiro deles é o princípio da separação de Poderes, veiculado pelo art. 2º da Constituição Federal, que prevê a independência e a harmonia entre os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

Outro princípio constitucional de observância obrigatória por parte de todos os Poderes é a autonomia dos entes federados subnacionais, prevista no *caput* do art. 18 da Constituição Federal.

A importância da forma federativa de Estado e da separação de Poderes como elementos estruturantes de todo nosso ordenamento jurídico-constitucional resta evidenciada com o *status* de cláusulas imodificáveis, as popularmente conhecidas "cláusulas pétreas", que lhes foram conferidos, respectivamente, pelos incisos I e III do § 4º do art. 60 da Constituição Federal.

Paralelamente à necessidade de adimplemento dos requisitos específicos de jaez constitucional, é imposta ao Senado Federal a estrita observância das regras estatuídas em seu Regimento, em especial aquelas que dizem respeito à instalação das Comissões Parlamentares de Inquérito.

Estamos nos referindo ao disposto nos incisos do art. 146 do Regimento Interno do Senado Federal que vedam a instituição de Comissão Parlamentar de Inquérito sobre matérias pertinentes: à Câmara dos Deputados – e aqui há o respeito à autonomia da outra Casa Legislativa que, juntamente com o Senado Federal, em face do que estabelece o art. 44, *caput* da Constituição Federal, compõe o Congresso Nacional (inciso I) –; às atribuições do Poder Judiciário (inciso II); e aos Estados (inciso III). Verificamos que esses dispositivos regimentais densificam os princípios constitucionais da separação de Poderes e do respeito ao pacto federativo.

Assim, apresentado requerimento para a criação de CPI no âmbito do Senado Federal, deve-se aferir a observância dos requisitos constitucionais gerais e específicos, assim como os requisitos regimentais. Quem seria o responsável por essa aferição de compatibilidade vertical do requerimento com a Constituição, as leis e o Regimento Interno do Senado Federal?

A resposta é dada pela combinação do § 2º do art. 145 com o art. 48, inciso XI, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, que, respectivamente, atribuem ao Presidente do Senado Federal a competência para receber e avaliar o atendimento dos pressupostos de admissibilidade do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

requerimento de criação de CPI e o poder-dever de impugnar as proposições que lhe pareçam contrárias à Constituição, às leis ou ao Regimento Interno do Senado Federal.

Estando presentes esses requisitos, não cabe ao Presidente avaliar a oportunidade e conveniência da CPI.

Trata-se, como todos sabemos – e não vou enfastiar V. Exas. com a numeração dos precedentes do Supremo Tribunal Federal –, de legítimo direito constitucional das minorias a ser respeitado, desde que, enfatizamos, observados os requisitos constitucionais e regimentais.

Cabem, preliminarmente, algumas considerações sobre a admissibilidade do recurso de ofício interposto pelo Presidente em face de sua decisão em que impugna a constitucionalidade e regimentalidade do requerimento que pleiteia a criação da CPI do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores, pelo fato de essa modalidade de recurso não constar expressamente da parte final do inciso XI do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal.

O recurso de ofício é, a nosso sentir, medida que visa a assegurar o devido processo legislativo – que consiste na aplicação do princípio do devido processo legal ao funcionamento das Casas Legislativas (art. 5º, inciso LIV, da Constituição Federal) –, a respeitar o princípio da eficiência que deve reger a Administração Pública de todos os Poderes de todas as esferas da Federação (art. 37, *caput*, da Constituição Federal), e a observar o princípio da adequada duração do processo previsto no inciso LXXVIII do art. 5º da Constituição Federal.

Ademais, o art. 412, inciso VI, do Regimento Interno Senado Federal prevê a decisão dos casos omissos de acordo com a analogia e os princípios gerais do Direito. Dessa forma, há que considerar que o Regimento Interno do Senado Federal prevê, em diversas passagens, atos de ofício do Presidente do Senado para tornar possível o bom funcionamento do Senado (ver, por exemplo, o que dispõem os arts. 27; 85, §1º; 187;190; 267; e 334).

Destaque-se, nesse sentido, que o Regimento Interno do Senado Federal prevê, em seu art. 101, V, a competência da CCJ para opinar sobre assunto de natureza jurídica ou constitucional que lhe seja submetido, em consulta, pelo Presidente em ato de ofício. O art. 405, por seu turno, que trata da questão de ordem, que visa a extrair a interpretação regimental mais consentânea com o caso analisado, admite, após a decisão do Presidente, recurso de ofício ao Plenário.

De outro giro, a Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, trata da impulsão de ofício do processo administrativo, sem prejuízo da atuação dos interessados, como critério a ser obedecido pela Administração Pública (art. 2º, §2º, XII).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em face do exposto, manifestamo-nos pela admissibilidade e consequente conhecimento do recurso de ofício manejado pelo Presidente do Senado Federal no caso em tela.

Superada a etapa da admissibilidade, passamos a enfrentar o mérito do Recurso nº 1, de 2019.

Em sua decisão sobre o Requerimento da criação de "CPI do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores", o Presidente do Senado Federal impugnou a proposição sob o argumento de haver violações ao texto constitucional e ao texto regimental.

Extraímos os seguintes trechos da decisão de Sua Excelência que parecem representativos da totalidade de sua compreensão sobre o tema:

5. Examinando os requisitos acima, constata-se que o requerimento atende ao número mínimo de assinaturas, indica prazo certo e limite de despesas, bem como o número de membros titulares e suplentes da aludida CPI.

São itens retirados do requerimento de criação da CPI, da manifestação do Presidente.

6. Observamos que os requerentes apontam 13 fatos cuja investigação pretendem seja feita pela CPI proposta. A análise das condutas ali descritas nos permitirá avaliar o cumprimento dos demais requisitos constitucionais e regimentais.

7. É importante, quanto a este ponto, mencionar que, além da vedação regimental prevista no art. 146, inciso II, há pacífica jurisprudência do Supremo Tribunal Federal que invalida qualquer tentativa de investigação, por CPI, de atos jurisdicionais, ou seja, quanto ao acerto ou não de decisões emanadas do Poder Judiciário. Essas decisões se baseiam tanto no princípio da separação dos Poderes quanto nas garantias constitucionais da magistratura – art. 95 da Constituição Federal.

8. Entender de modo diverso implicaria aceitar que um Poder da República pudesse relativizar as prerrogativas e garantias constitucionais outorgadas a membros de outros Poderes. Especificamente em relação ao Poder Judiciário, admitir a investigação de decisões judiciais implicaria outorgar ao Poder Legislativo a possibilidade de cercear a livre aplicação das leis pelos magistrados, ou seja, admitir os chamados crimes de hermenêutica.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu peço escusa ao Relator e gostaria de pedir à plateia, aos assessores, em especial...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Nem a Presidência está sendo ouvida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria de pedir aos assessores, por favor, que fizessem silêncio. Nós estamos aqui com o Relator proferindo o seu relatório. Nossos colegas Senadores estão reclamando do barulho e não estão conseguindo ouvir atentamente.

Muito obrigada.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Vou repetir aqui:

8. Entender de modo diverso implicaria aceitar que um Poder da República pudesse relativizar as prerrogativas e garantias constitucionais outorgadas a membros de outros Poderes. Especificamente em relação ao Poder Judiciário, admitir a investigação de decisões judiciais implicaria outorgar ao Poder Legislativo a possibilidade de cercear a livre aplicação das leis pelos magistrados, ou seja, admitir os chamados crimes de hermenêutica.

9. Partindo dessa imposição constitucional, constatamos que muitos dos fatos descritos nos requerimentos se voltam contra decisões proferidas por membros do Poder Judiciário em processos concretos e identificados, em claro exercício de sua função típica, contra os quais cabem recursos e ações de impugnação previstas na legislação processual vigente.

10. Há, por exemplo, itens que descrevem o inconformismo com a concessão de liminares, com o lapso temporal em que foram proferidas as decisões ou com supostas decisões divergentes advindas de um mesmo magistrado. Em nenhum desses casos, a Constituição autoriza o Poder Legislativo, por meio de CPI, a se intrometer no conteúdo dessas decisões.

11. A existência de fatos, entre os elencados, que não podem ser objeto da CPI, por si só, já impede o recebimento do requerimento em exame, independentemente da avaliação de sua determinação ou não.

12. O recebimento parcial, com aceitação em relação a alguns itens e rejeição em relação a outros, implicaria o fatiamento do requerimento. Nesta hipótese, estaria o Presidente se substituindo à vontade dos subscritores do requerimento que o assinaram em sua integralidade. Não é possível afirmar que as mesmas assinaturas seriam apostas se o requerimento contivesse apenas alguns fatos e não outros fatos.

13. O indeferimento, portanto, respeita a vontade das minorias, devolvendo-lhes a oportunidade de apresentar novos pedidos sem os vícios aqui apontados.

Diante do exposto, considerando que o requerimento não reúne os pressupostos constitucionais e regimentais de admissibilidade, determino o seu arquivamento, com base no art. 48, inciso XI, do Regimento Interno do Senado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Finalmente, recorro de ofício da minha decisão, democraticamente, ao Plenário do Senado Federal, solicitando a manifestação prévia da Comissão de Constituição e Justiça, nos termos do art. 48, inciso XI, do Regimento Interno desta Casa.

Percebe-se, pois, que o principal sustentáculo da decisão do Presidente do Senado foi o fato de que alguns dos pontos elencados no requerimento tratam de fatos que são materialmente vedados à investigação da CPI por pretenderem revolver o exercício de função tipicamente jurisdicional ou por expressar avaliação subjetiva sobre decisões tomadas no exercício da atividade-fim do Poder Judiciário. S. Exa. sequer adentrou, Presidente, a análise quanto à determinação ou não dos fatos em face dessa violação material prévia.

Não há como divergir da decisão do Presidente do Senado Federal.

De fato, a análise detida dos 13 pontos que compõem o pedido de criação da CPI do STF e dos Tribunais Superiores permite constatar a existência de três espécies de supostas violações: i) decisões eivadas pela parcialidade do julgador, eis que não atendidos os dispositivos legais que caracterizam a existência de impedimento e suspeição; ii) atribuição a membros do Poder Judiciário de atos de gestão em empresas privadas; e iiz) inconformismo com decisões judiciais devido ao tempo da tomada de decisão, à motivação, e até ao próprio mérito das decisões, entre outros fatores.

Algumas das situações elencadas são materialmente interditadas à investigação por parte das Casas Legislativas no âmbito de comissões parlamentares de inquérito por tratarem da função precípua, da atuação finalística do Poder Judiciário. Não são apenas as decisões tomadas pelo STF nas décadas de 1990 e 2000 – que forneceram as balizas contemporâneas que parametrizam a atuação das CPIs, trazidas à baila pelas manifestações da Consultoria Legislativa e pela Advocacia do Senado Federal em seu legítimo papel de aconselhamento do Presidente e dos demais membros do Senado Federal – que indicam esse entendimento. A interpretação sistemática dos princípios e regras constitucionais e normas regimentais, com base na melhor doutrina constitucional, impõe essa conclusão.

É juridicamente razoável e lógico o argumento do Presidente do Senado Federal...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – É juridicamente razoável e lógico o argumento do Presidente do Senado Federal quando aduz não ser possível sequer avaliar se as situações descritas tratam de fatos determinados, visto que incidem sobre áreas materialmente vedadas à investigação parlamentar.

Registre-se, ademais, a plausibilidade do argumento presidencial manejado no sentido da impossibilidade do "fatiamento" e o consequente deferimento parcial do requerimento pelo fato de não ser possível presumir que os 29 Senadores e Senadoras que subscreverem o requerimento objeto da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

decisão do Presidente do Senado Federal assinariam um requerimento com apenas alguns dos fatos elencados. É de todo aceitável o argumento de que a supressão de alguns pontos considerados essenciais por alguns dos Senadores e Senadoras levasse ao desestímulo pela investigação sobre os pontos remanescentes.

Nada obsta que futuros requerimentos sejam apresentados, para dar consecução ao legítimo direito das minorias parlamentares de ver instaladas comissões parlamentares de inquérito que promovam investigação no âmbito do Senado Federal.

É induvidosa e urgente a necessidade de o Poder Judiciário e seus membros, em todas as instâncias, serem efetivamente fiscalizados, avaliados e submetidos ao controle da higidez de seus atos não jurisdicionais.

Falamos não apenas da fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial de que trata o inciso IV do art. 70 da Constituição Federal. Reportamo-nos, também, ao controle da atuação administrativa do Poder Judiciário, do cumprimento dos deveres funcionais dos magistrados, da estrita observância das vedações constitucionais assinaladas nos incisos do parágrafo único do art. 95 da Constituição Federal e do cumprimento dos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, plasmados no *caput* do art. 37 da Constituição Federal.

A atuação do Conselho Nacional de Justiça, órgão criado pela Emenda Constitucional nº 45, de 8 de dezembro de 2004, tem-se demonstrado muito aquém do cogitado pelos legisladores constituintes derivados que conceberam a criação de órgão de controle administrativo apto a enfrentar os desmandos e desvios verificados no Poder Judiciário.

De outro giro, é insustentável que o Supremo Tribunal Federal, guardião da Constituição Federal e competente para julgar os mandados de injunção e as ações diretas de inconstitucionalidade por omissão, nas hipóteses em que se constata a omissão legislativa dos Poderes Legislativo e Executivo na regulamentação do Texto Constitucional, resista, passados mais de 30 anos da promulgação da Constituição de 1988, em encaminhar ao Congresso Nacional, como determina o *caput* de seu art. 93, a lei complementar que disporá sobre o Estatuto da Magistratura.

É inconcebível que a organização e o funcionamento do Poder Judiciário e o estatuto de deveres, vedações e direitos dos seus membros sejam regidos pela Lei Orgânica da Magistratura, Lei Complementar nº 35, de 14 de março de 1979, editada no período ditatorial.

Muitas das questões que transversalmente se tentam discutir no âmbito de Comissões Parlamentares de Inquérito sem lastro constitucional e muitas das denúncias cotidianamente veiculadas pelos meios de comunicação seriam adequadamente tratadas num amplo debate parlamentar sobre o novo Estatuto da Magistratura. Mas, para isso, recomendamos que o STF dê o primeiro passo e deflagre o processo legislativo respectivo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concluo esta análise apontando que o quadro de aguda crise econômica e institucional que temos enfrentado nos últimos anos impõe a todos nós muita serenidade e discernimento. Não será o esgarçamento das relações entre os Poderes, ferindo preceitos constitucionais, que conduzirá à pacificação e à superação dos gargalos institucionais identificados.

Em face do exposto, votamos pelo conhecimento e pelo desprovimento do Recurso do Senado Federal nº 1, de 2019.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradecendo ao Senador Rogério Carvalho pelo relatório, passo a palavra, neste momento, ao autor do requerimento da CPI para apesentar um voto em separado, o Senador Alessandro Vieira.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. Para voto em separado.) – Bom dia, Senadora Simone, Sras. e Srs. Senadores!

Eu peço licença a V. Exas. para fazer uma leitura *en passant* para que a gente possa focar os pontos mais relevantes, assinalando, de pronto, que não foram reconhecidos, não foram lidos, não foram tratados pelo Sr. Relator, o Senador Rogério Carvalho, o recurso e a questão de ordem que apresentamos de plano no próprio Plenário, que deveriam ter acompanhado o recurso apresentado de ofício pelo Sr. Presidente do Senado. Mas vamos suprir essa lacuna.

Essencialmente, na sessão plenária do dia 26 de março, o Presidente Davi Alcolumbre invocou o art. 48, XI, do Regimento Interno do Senado Federal e, baseado, lastreado numa manifestação da Advocacia da Casa, decidiu pelo arquivamento do requerimento de criação da CPI, devidamente assinado por 29 Senadores, argumentando que alguns dos fatos relatados – relembro a V. Exas. que eram 13 fatos relatados – não poderiam ser objeto de apuração por CPI. Segue na mesma linha o voto do eminente Relator, o Senador Rogério Carvalho.

O que chama a atenção e é indispensável que seja aqui registrado é que nem a Advocacia da Casa, nem o Presidente da Casa, nem agora o eminente Relator se habilitam a apontar que fatos são ou não são passíveis de apuração por CPI. E chama a atenção isso porque há um impeditivo lógico para você analisar fatos sem declinar que fatos são esses. É muito difícil qualquer ser humano analisar qualquer fato de qualquer natureza, que dirá jurídica, sem dizer que fato é esse. Então, que fique registrada, de pronto, essa situação!

Com base nesse ponto, ou seja, nessa análise *nonsense* de que alguns dos fatos não poderiam ser objeto de análise por CPI se faz o indeferimento e o arquivamento, alegando-se a impossibilidade de recepcionar parcialmente o requerimento.

Eu vou dedicar mais tempo a esse ponto específico, à possibilidade ou não do fatiamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu fiz juntada do voto em separado e fiz juntada do parecer jurídico do Prof. Adilson Dallari, fiz juntada de duas consultas feitas à Consultoria Legislativa do Senado, todas uníssonas no sentido da viabilidade jurídica da CPI. É uma discussão falsa. A realidade é essa e tem de ser muito bem consignada e registrada. Juridicamente não reside dúvida, não resta dúvida quanto à plausibilidade e à viabilidade, mais ainda em uma Casa que já presidiu uma CPI do Judiciário em 1999, presidida justamente pelo saudoso pai de V. Exa.

Então, alguns argumentos caem no absurdo.

Os juristas a que me referi – e dou especial destaque para o Prof. Adilson Dallari – mencionam que a decisão do Sr. Presidente Davi Alcolumbre não guarda nenhum tipo de relação, nenhum tipo de vinculação com dispositivos do Regimento, da Constituição ou do sistema processual pátrio. Não há em lugar nenhum essa previsão de que não se pode receber parcialmente um requerimento.

Isso é bastante óbvio, mais ainda para quem é da área do Direito, porque há vários princípios que instruem, que preparam, que viabilizam a análise de requerimentos. E eu posso citar rapidamente razoabilidade, efetividade, a instrumentalidade das formas e mais ainda economia processual para deixar claro e evidente que, sim, é possível receber parcialmente qualquer requerimento, mais ainda quando você vai estar homenageando a vontade manifestada pelos representantes de mais de 53 milhões de eleitores; 29 Senadores da República, apesar das imensas pressões recebidas por diversos setores da sociedade, mas mais notadamente pelo próprio Supremo Tribunal Federal, mantiveram as suas assinaturas no requerimento de CPI. Rasgar essa vontade sem sequer apontar por uma vez que fatos não poderiam ser objeto de apuração é um absurdo, é um escândalo.

Faço questão também, Presidente Simone, de deixar claro e destacado que o momento da avaliação da conveniência política não é o da CCJ; ele é o da coleta das assinaturas. Naquele momento... E faço questão de registrar, por exemplo, a palavra de pessoas como a Senadora Rose, que, preocupada com eventual problema de conflito institucional, decide não fazer a assinatura. Isso é absolutamente legítimo, faz parte do sistema político. É uma decisão concreta à qual ela responde apenas para a própria consciência e para o seu eleitorado. Aqui não. Aqui nós estamos tratando objetivamente da possibilidade ou não de se recepcionar o requerimento em parte.

Então, nesse sentido – eu faço questão de avançar para não tumultuar mais ainda o entendimento dos colegas –, não há por que residir dúvida. Aquilo que é genericamente aquilatado como manifestação jurisdicional pelo parecer da Advocacia da Casa, pelo Presidente Davi e agora pelo Relator Rogério Carvalho avança ao nível do absurdo de elencar nessa categoria prestação jurisdicional a denúncia de recebimento de propina.

Dois dos itens apontados dos 13 itens relacionados no requerimento apontam objetivamente para menções em objeto de delação premiada de recebimento de propina por Ministro. Se recebimento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de propina virou prestação jurisdicional, a democracia brasileira acabou. Então, essa tática de tumultuar tudo, misturar tudo em um saco só para criar uma falsa impressão de inviabilidade jurídica, ela não deve prosperar.

Mais ainda... Aí eu puxo aqui, muito rapidamente, uma menção feita pelo Ministro Joaquim Falcão, em artigo publicado na *Folha de S. Paulo*, agora, no dia 9, muitíssimo oportuno. Diz o Ministro – eu não vou ler todo o artigo:

> A tática de alguns Ministros [ele se refere a Ministros do Supremo Tribunal Federal], a minoria, é sempre a mesma. Quando não cumprem e politizam os prazos processuais e ferem o Regimento do próprio Supremo; quando sentem medo, com o avançar das investigações por parte da mídia, das redes sociais, do Ministério Público, da Receita Federal [e eu abro aqui o espaço, deste Senado da República]; quando veem vídeos, fotos que expressam ligações perigosas com réus e interessados em seus votos, eles usam sempre a mesma tática: tentam transformar a crítica, a desaprovação social e jurídica do seu comportamento individual em ameaça ao Supremo. Não é. Tentam confundir o joio com o trigo, o Ministro com a instituição. Ministro não é Supremo. Comportamento de Ministro não é comportamento de Supremo.

Isso deve ser evidenciado, Sra. Presidente, porque nós temos um momento histórico no Brasil, onde nós temos possibilidade real de fazer avançar a nossa democracia. E fazê-la avançar seguindo estritamente aquilo que reza a nossa Constituição. Não é preciso inventar, não é preciso inovar, muito menos é necessário convocar o sargento e o cabo num jipe, uma manifestação tola que virou meme, que virou, enfim, registro. Nada disso é necessário, basta que esta Casa cumpra sua missão constitucional, faça aquilo que – de novo citando – o falecido Senador Ramez Tebet disse, ao presidir os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito chamada CPI do Judiciário, em 1999:

> CPI não é um poder inquisidor, mas existe para apurar fatos determinados. Vamos trabalhar com firmeza e investigar a fundo. Se forem apuradas irregularidades, estas serão enviadas ao Ministério Público para as providências. Não se deve ter receio de conflito entre os Poderes. Esta Comissão [este Senado] existe para defender a cidadania. A mais bela construção da democracia é [justamente] a independência entre os Poderes, que devem cumprir as suas funções.

Uma das funções constitucionalmente garantidas para o Senado da República é a de fiscalizar. Em extremo, processar e punir Ministros do próprio Supremo Tribunal Federal, porque senão, não se admite, numa efetiva república democrática, pessoas que se coloquem absolutamente acima, absolutamente fora do alcance de qualquer medida de fiscalização, de qualquer alcance da lei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse sentido, colegas e pessoas que nos acompanham, o voto que é apresentado e já está juntado, é no sentido de que seja acatado o recurso e que seja recepcionado o requerimento de CPI, exigindo-se da única figura que tem poder para isso, que é o Presidente do Senado, que se apontem que fatos supostamente podem ou não podem ser objeto de apuração da CPI. Fora disso, estaremos fazendo apenas um teatro, e um teatro destinado a manter tudo no pior estado em que se encontra. Eu tenho certeza de que não vamos compactuar com isso.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço ao autor pelas manifestações e pelo voto em separado.

Nós não temos mais votos em separado. Portanto, nós passaremos à discussão da matéria.

Pela ordem de inscrição, temos aqui os primeiros sete inscritos: Senador Kajuru, Senador Amin, Senador Marcio Bittar, Senadora Selma, Senador Fabiano, Senador Lasier e Senador Major Olimpio.

Então, com a palavra... E Humberto Costa como o oitavo inscrito.

Com a palavra, nesse momento, o Senador Kajuru, para suas considerações.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO. Para discutir.) – Obrigado, Presidente Simone Tebet. Em função da importância, decidi que minhas 30 redes sociais com mais de 57 milhões de acessos mensais transmitissem este momento importante para o País. E aqui deixo claro que não vou emitir juízo de valor, não vou interpretar o motivo pelo qual cada um aqui se manifestar, respeitarei o voto e a decisão de cada colega, porque para discordar eu jamais desqualificarei qualquer companheiro, companheira, amigo ou amiga deste Senado.

Faço uma lembrança porque os tenho como heróis da resistência, já que ninguém chegou até mim e pediu para que retirasse a assinatura – eu fui o primeiro a assinar quando o Senador Alessandro levou a mim e até tiramos uma foto –, então, ninguém veio pedir para que eu retirasse a assinatura, mas eu falei publicamente – talvez até os colegas queriam que eu não falasse –, mas é meu jeito jornalístico. Então, são heróis da resistência deste País Senadores como a Juíza Selma Arruda, a Senadora Soraya e o Senador Telmário Mota, porque se esses três aceitassem retirar suas assinaturas – eram 29, ficariam 26 –, nós não estaríamos aqui hoje, ou seja, a CPI da Toga cairia ali mesmo com a retirada de três assinaturas, que foi a tentativa desta Casa. Então, parabéns a esses três colegas e a outros que devem ter sido procurados, mas, como não disseram a mim, eu não usei...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – ... o Senado, esta Casa é o Senado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Tentou. Se V. Exa. achar que eu minto – porque para mim, quem mente também rouba –, pergunte aos três de quem eu citei os nomes se é verdade ou mentira minha.

Hoje, ao contrário de outras 14 vezes que subi à tribuna, não vou usar argumento próprio para defender a instalação pelo Senado da CPI da Toga – e eu não falo, Presidente, CPI Lava Toga, porque "lava" já é julgamento, eu prefiro, então, usar CPI da Toga... Investigar os Tribunais Superiores e vou tomar aqui, diferentemente do Senador Alessandro, vou tomar na íntegra emprestadas as palavras de um mestre em Direito e Doutor com louvor, não sem antes deixar já antecipado que conclamo, propago e amo aprovar a instalação desta CPI. E se a única pessoa deste mundo a quem eu nunca desobedeci, merendeira de grupo escolar, Dona Zezé, fosse viva, descesse na Terra e pedisse para que eu votasse contra a instalação da CPI da Toga, eu ia dizer: "Mamãe, por enquanto rompo com a senhora. Daqui a alguns dias voltaremos a falar e pela primeira vez vou desobedecer".

As palavras:

> A tática de alguns ministros, a minoria, é sempre a mesma. Quando não cumprem e politizam os prazos processuais e ferem o regimento do próprio Supremo. Quando sentem medo com o avançar das investigações por parte da mídia, das redes sociais, do Ministério Público e da Receita Federal. Quando veem vídeos e fotos que expressam ligações perigosas com réus ou interessados em seus votos.
> Usam sempre da mesma tática. Tentam transformam a crítica, a desaprovação social e jurídica de seu comportamento individual em ameaça ao Supremo. Não é [assim]. Tentam confundir o joio com o trigo. O ministro com a instituição. Ministro não é Supremo. Comportamento de ministro não é comportamento do Supremo.
> Essa tática é o desdobrar da patologia de que existem 11 supremos. É o avanço do Supremo monocrático. Do Supremo das liminares. Da “ministrocracia”. Ignora o plenário. Hoje, o perigo do ativismo judicial não é o das suas decisões. Mas o do comportamento de alguns ministros.
> O CNJ, com Nelson Jobim e Ellen Gracie, acabou com o nepotismo na magistratura. Agora cria-se outro: o nepotismo processual. O STF usa de recursos financeiros e do trabalho do ministro Alexandre de Moraes e de colegas para abrir inquéritos para apurar denúncias contra parentes dos ministros. Parente de ministro não é parente do Supremo. E se Moraes constatar que algumas denúncias procedem? [Pergunto:] Ele atuaria contra o parente? Ministro contra ministro? [Pergunto.]

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> Sem essa hipótese, não há a imparcialidade do devido processo legal. E se for em segredo de Justiça agrava a insegurança jurídica e a instabilidade econômica. Evitar dependerá do jovem ministro.
> Aliás, qualquer ministro indicado pela Presidência da República deveria se comprometer com a permanente divulgação de seus rendimentos, bens, sociedades e atividades. E de seus parentes até o segundo grau. Isso, sim, defende o Supremo.
> Ao se conceder este autopoder, o ministro Dias Toffoli surpreendeu o Brasil. [Pois...] Se tivesse comunicado antes aos colegas, dificilmente o faria. Sinalizou, com razão, o ministro Marco Aurélio Mello.
> Vejam o constrangimento de muitos dos ministros. Toffoli anunciou seu autopoder em sessão de julgamento. Buscava audiência da TV e das redes sociais. Deveria ter sido em sessão administrativa. Não estava na pauta. Fez logo um [entre aspas] "carinho preventivo" [fecho aspas], dizendo que seu ato não tinha a ver com liberdade de imprensa e comunicação. Tem, sim [Ministro]. São incompatíveis. A democracia precisa do Supremo. Não se fecha o Supremo com um sargento. Infâmias, injúrias e difamações precisam ser apuradas e punidas, mas existe regra para tanto.
> Vejam a situação do ministro Edson Fachin, relator de ação da Rede Sustentabilidade contra este autopoder. O regimento do Supremo concede ao presidente o direito de defendê-lo contra "infrações à lei penal ocorrida na sede ou dependência do tribunal". É um poder de polícia com limite físico: ocorrida na sede ou dependência.
> Na resposta a Fachin, [Dias] Toffoli, com certeza, equivocou-se. Interpretou sede e dependência, que é uma limitação ao autopoder absoluto, com jurisdição, que é uma ilimitação. Ou seja, a sede do Supremo seria o Brasil. O Brasil seria uma dependência do Supremo.
> Defender o Supremo é defendê-lo da tática de transformar a crítica ao comportamento individual do ministro em ameaça ao Supremo. Defender o Supremo é seguir Ulysses Guimarães. Primeiro cumpre-se sua decisão. Depois discorda-se. Se for o caso.

O autor do artigo que acabo de ler é Joaquim Falcão, advogado, escritor e professor titular da Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getúlio Vargas, mestre em Direito pela Universidade Harvard e Doutor em Educação pela Universidade de Genebra. Ele já integrou, Presidente Simone, o Conselho Nacional Justiça.

Concluo. Conclamo, propago e amo votar pela instalação da CPI da Toga, e não uso a palavra "lava". E assim faço em homenagem à Pátria amada em sua maioria absoluta e pelas honras históricas de seu pai, Senador Ramez Tebet.

Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, eu que agradeço, Senador Kajuru.

Pela ordem de inscrição, com a palavra, o Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para discutir.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu vou ser mais conciso, porque olhei aqui no Plenário e sou o único contemporâneo do Presidente da CCJ, meu querido e saudoso amigo Ramez Tebet. Então, eu começo...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE. *Fora do microfone*.) – Eu também sou.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não, contemporâneo aqui. Quando ele era Presidente da CCJ, V. Exa. era Governador.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Então, somos.

(*Intervenções fora do microfone.*) (*Risos.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Com isso, a Rose de Freitas, passa a ser exceção, porque a comunidade do lado oriental do Rio Jordão é maioria.

Então, eu queria iniciar pela frase que o Senador, aliás, os dois Senadores, tanto o Alessandro, quanto o Kajuru Nasser, proferiram. Quero dizer que esta fábula de conflito entre Poderes, de insulto a um Poder, essa fábula tem que ser desmanchada. E ela talvez tenha sido um mal-entendido decorrente de uma frase que ainda não foi explicada: "mexeu com um, mexeu comigo". Não é assim.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. *Fora do microfone*.) – Mexeu com todos.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Mexeu com todos.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Mexeu com todos; comigo por extensão.

E por isso eu vou remontar a um episódio só. Se houvesse esse impedimento – e essa é a minha divergência com o voto do Relator, aliás, muito bem elaborado... Minha divergência é com o item 12 do arrazoado apresentado pelo Presidente da Casa, em que ele diz que o recebimento parcial, citado no seu voto, no item 12 da sua manifestação, e com o entendimento do próprio Relator expresso na terceira página, no terceiro parágrafo, quando ele se refere, resumidamente, à vedação, por exemplo, em face do que estabelece o art. 44, *caput*, da Constituição Federal: "compõe o Congresso Nacional [...]; às atribuições do Poder Judiciário [...]".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, no caso, com essas duas referências, eu quero inclusive apresentar a razão pela qual assinei e a razão do meu voto aqui. Eu disse ao proponente, Senador Alessandro, que não assinaria requerimento que não se compadecesse com o art. 58, III, da Constituição Federal, que exige fato determinado. E acho que... Eu sei qual vai ser a decisão aqui da Comissão de Justiça. Eu serei voto vencido. E não quero insultar nem aceito insulto de ninguém, porque a minha posição é muito serena, não é contra instituição alguma, muito menos contra a nossa. Eu acho que é uma decisão equivocada lastrear um voto contrário à instituição desta CPI porque ela extrapolaria o alcance de uma CPI. Nós podemos ter outra natureza de voto, até o voto da prudência, da decisão política, que também é respeitável, assim como, conforme o próprio autor mencionou, quem se absteve de assinar – e eu não vou mencionar nome nenhum – por qualquer questão da sua consciência, porque cabe a cada qual responder pela sua. Mas a Casa tomar a decisão de que não cabe instituir CPI por esse motivo, essa é uma decisão que fragiliza esta instituição. Ela não contemporiza, ela fragiliza.

E deixo aqui assinalado o seguinte: se o Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal e se a Lei Orgânica, que deve ser atualizada... Aliás, é muito oportuna a advertência feita pelo Relator, que diz que a Lei Orgânica da Magistratura, Lei Complementar 35, deve, merece ser atualizada e que a iniciativa compete ao Supremo. Mas, se é possível que uma lei complementar aprovada pelo Senado e pela Câmara, enfim, pelo Congresso, e sancionada pelo Presidente da República, como é o caso da Lei Complementar 157, que envolve interesses econômicos desses quatro mil prefeitos que estão aqui... Por uma decisão monocrática liminar, sem prazo, o dinheiro do Imposto sobre Serviços (ISS) e o dinheiro dos planos de saúde, dos cartões de crédito e de fundos de investimento está indo para seis Municípios do Brasil. Isso está sendo feito por uma decisão monocrática! E não é prestação jurisdicional; é a negação da prestação jurisdicional. É a negação! Prestação jurisdicional é outra coisa. Na prestação jurisdicional, o Supremo diz: "É inconstitucional. Nós respeitaremos". É como disse Ulysses Guimarães: "Recorreremos enquanto for possível e cumpriremos a decisão". Ninguém aqui pensa em outra coisa. Agora, ao prolatar uma decisão dizendo qual é a inconstitucionalidade, o Supremo vai até nos orientar: "Olha, isto aqui é que está errado". É a não prestação jurisdicional que é o caso.

Digo isso sem falar em questões que eu não mencionei como razões. É o caso do meu Estado. Nós temos uma ação cível originária, Senador Jorginho Mello, datada de 4 de outubro de 1991, que envolve o direito dos nossos dois Estados, Senador Oriovisto. É claro que o senhor tem um partido e que eu tenho outro! O Ministro Edson Fachin tem outro partido. Ele era o Procurador do Estado quando a lide começou – tudo isso é respeitado – e se declarou impedido. Agora, o que não tem propósito é que, 28 anos depois – são 28 anos! –, cada sessão seja postergada, tornando claro aquilo que Ruy Barbosa falou: "Justiça tardia é injustiça."

Então, alguma coisa tem que ser feita. Pode haver outro caminho, e eu concordarei com outro caminho, mas assim não é democracia. A democracia é o sistema de pesos e contrapesos. Nós temos aqui o contrapeso da opinião pública, que, às vezes, é enviesada por justiça ou injustiça, mas que atua.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Agora, nós estamos tratando de assuntos que não têm contrapeso. Se a decisão do Senado for nesse sentido lastreada por esse princípio, nós estaremos fragilizando, na pior das hipóteses ou na hipótese mais modesta, um contrapeso que a Constituição brasileira estabeleceu.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu que agradeço, Senador Esperidião Amin.

Com a palavra, pela ordem de inscrição, o Senador Marcio Bittar.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC. Para discutir.) – Senadora Simone, em determinados momentos da vida a gente percebe que está ficando velho. Eu estava ouvindo aqui vários colegas citarem o nome do Senador Ramez Tebet e talvez desta reunião o único que tenha votado na chapa Dr. Wilson Barbosa Martins e Ramez Tebet, em 1982, tenha sido eu, porque eu acho que a própria Senadora Simone não tinha idade ainda para fazer esse voto e também o Senador Nelsinho não deveria ter idade. E aí eu me pego vendo que se passaram muitos anos.

Com todo respeito que merece o Senador Alessandro, proponente da ação... Prestei bastante atenção na sua argumentação, quando o argumento é que, neste momento, não se deve politizar a decisão, mas aqui perceber se ela é constitucional ou não. Como percebi também a argumentação do Senador Esperidião Amin, que disse, com o que concordo, que é praticamente impossível dissociar uma decisão apenas por esse prisma. E, lógico, prestei bastante atenção no voto do Relator.

Preciso iniciar dizendo que tenho quase 35 anos de militância política. Já fui Deputado Estadual, já fui Deputado Federal pelo PSDB, o segundo mais votado do País. No último mandado de Federal, ocupei a Primeira-Secretaria da Câmara Federal, que administra, de fato, diferentemente do Senado, o orçamento da Câmara, que hoje deve estar em torno de R$7 bilhões – e, graças a Deus, não respondo a nenhum processo, não tenho nenhum inquérito instaurado, o que me honra, sem fazer prejulgamento de quem quer que seja. Mas só para dizer que a minha opinião e o meu voto ou a não assinatura no requerimento têm razões claras, das quais eu não tenho vergonha.

Escutei por muito tempo, assim como disse o Senador Kajuru, que Senadoras e Senadores foram procurados para retirar assinatura – nisso não há nenhuma ilegalidade, não pesa nisso nenhuma objeção; é do jogo da democracia –, assim como vi muitos colegas atestando basicamente que, como a opinião pública é a favor da CPI, então isso obrigaria ou deveria obrigar que os Senadores assinassem a CPI, como ouvi vários dizendo: "Quem não assinar, vai ter de se haver com as bases". É óbvio. E contra isso eu disse várias vezes que nem sempre a maioria está com a razão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na Bíblia há casos clássicos, mas, para quem não é cristão, há outros tantos: Nelson Mandela na África do Sul, quando impediu que a maioria negra fosse à revanche com a minoria branca. Além de lembrar que os maiores ditadores e facínoras da humanidade no século passado tiveram no seu a adoração da sua gente: Hitler, na Alemanha; Mussolini, na Itália; Stalin, na União Soviética; e Mao Tsé-Tung, na China, por exemplo. Portanto quero dizer que, acima de tudo, o que deve pautar o voto do Senador, penso eu, é a sua consciência.

E, aí, nobre Relator, compreendo a linha de argumentação que aponta no sentido da inconstitucionalidade, mas o meu voto contra a CPI não é, com todo respeito, por essa linha de argumentação. Eu entendo que o Brasil que herdamos... E, por favor, colegas do PT, do PCdoB, não quero dizer que foi uma herança apenas dos últimos quatro ou oito anos, mas o fato é que o Brasil que herdamos está numa crise gravíssima de falência da União, dos Estados e dos Municípios.

A segurança pública, no País, está em absoluto frangalho. Ninguém mais tem segurança de nada. E essa herança precisa ser combatida. Eu quero afirmar que o meu compromisso, ao vir para esta Casa, é com esta pauta, que para mim é a pauta que o Brasil precisa enfrentar: a reforma da previdência, a reforma tributária, o pacote... Porque não se resolve a questão da falência da segurança pública apenas com endurecimento de leis, mas é também com endurecimento de leis, que passa por esta Casa. E entendo que a instalação de uma CPI nesse momento inverteria toda a pauta deste País. Ela paralisaria aquilo que eu entendo que seja a prioridade do País.

Também quero ressaltar que concordo com o diagnóstico. E me perguntavam, na campanha: "Você não acha que há excessos no Poder Judiciário?" Lógico que há. Senão por várias razões, eu dizia uma: são compostos por homens e mulheres, da mesma lavra dos Senadores e Deputados Federais. Portanto, qualquer órgão feito por homens e mulheres tem excessos, e eles precisam ser coibidos.

Além dos casos citados, eu quero mencionar a prisão preventiva. O segundo maior bem que o homem tem – o primeiro é a vida – é a liberdade! Cada um de nós aqui conhece vários casos. Eu conheço casos de pessoas que passaram mais de um ano e meio presos e não há processo. Não há uma denúncia formal. Então, é lógico que há excessos e eles precisam ser coibidos.

Converso – cada um de nós aqui conversamos – com vários prefeitos. Ninguém aguenta mais o Ministério Público, que praticamente governa no lugar dos prefeitos. Mas, feito o diagnóstico correto, não creio que este seja nem o instrumento e nem o momento adequado para fazermos essa correção.

Por isto, por entender que em determinados momentos você precisa mais do que tudo agir com a sua consciência, é que eu não assinei o requerimento da CPI, com todo respeito, e vou acompanhar o parecer do Relator.

Queria fazer algumas ressalvas, Senadora, ao Senador Rogério, ao Senador Humberto, ambos do PT, que disputaram o primeiro e o segundo turnos contra o Presidente eleito, e que mesmo assim

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

poderiam colocar mais lenha na fogueira, porque eu entendo, diferentemente do próprio Governo, que a CPI paralisaria a agenda do Governo. E, mesmo assim, esses Senadores que eu menciono merecem todo o meu respeito – já mereciam, mas mais ainda, e eu preciso nominar – porque, mesmo sendo adversários políticos, pronunciaram-se, e não foi escondido, mas abertamente, contra o momento inoportuno para esta CPI.

Como também quero nominar o Senador Tasso Jereissati e o Senador Anastasia, que não se encontra aqui, e, em nome deles, parabenizar aqueles que, sendo adversários políticos, não fazendo parte da base do Governo, ao contrário, sendo adversários, levantaram suas vozes, não tiveram medo da maioria da opinião pública e tiveram coragem de se posicionarem publicamente dizendo que este momento não era ideal para essa CPI.

Senador, eu faço essa homenagem, porque assisti inclusive da minha casa a V. Exa. não só não se escondendo como se apresentando perante a mídia nacional para dizer da sua opinião, que é a mesma minha.

Então, com todo respeito àqueles que assinaram, que propuseram, eu quero ressaltar também a grandeza e o destemor desses Senadores que eu menciono. Em nome de V. Exas., menciono todos os outros que não foram pela maré...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – ... que não foram como surfistas, que não foram como folha seca ao vento, que vai para onde o vento sopra melhor.

Então, Senadora, essas eram minhas observações. No nosso Partido MDB houve uma coincidência, ligaram-me do *Estadão*, enfim, algum repórter querendo entender se o fato de os Senadores todos do MDB não terem assinado seria algum acordo, algum pedido. Eu disse: "Olha, se houve algum acordo ou pedido, ele foi tão escondido e secreto que eu não tomei conhecimento, porque a mim ninguém veio pedir nada".

E, por final, eu quero ressaltar a posição do Presidente da República.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Art. 14, fui citado.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – Elogiosamente, meu "brimo". A única divergência que nós temos é que ele ataca muito Israel, e eu acho que naquele meio mundo que há lá, com todos os defeitos que todos os países têm, é o país mais democrático e mais evoluído daquela região.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – O resto é uma teocracia danada.

Então, para terminar, quero ressaltar, Sra. Presidente, que diferentemente de ao que nós já assistimos na Câmara e em notícias no Senado, quero ressaltar como o Presidente da República e o Governo se ausentaram. Se têm alguma opinião, ausentaram-se dela, tanto que o Major Olímpio...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – ... Senador da República, mais as nossas duas Senadoras queridas do PSL assinaram o pedido de requerimento. Mas acho que eles estavam equivocados.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada. Agradeço ao Senador Marcio, peço desculpas a V. Exa. e aos demais colegas. São muitos os oradores inscritos, nós temos uma pauta extensa além da votação deste requerimento. Eu vou ser – como estou sendo – rigorosa em relação ao tempo, nenhum minuto a mais, por favor. São dez minutos, e acho que é o tempo necessário. Temos o Plenário também, a tribuna do Senado para externar as nossas opiniões e manifestações.

Então, em respeito os colegas que se inscreveram também mais ao final, eu serei rigorosa em relação ao tempo.

Com a palavra para suas considerações, Senadora Juíza Selma.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT. Para discutir.) – Bom dia, Sra. Presidente; bom dia, colegas Senadores! Eu aqui gostaria de ratificar minha manifestação já feita em Plenário em apoio à instauração dessa CPI, não apenas por ser conhecedora do nosso Poder Judiciário, mas por entender que os pedidos são tecnicamente perfeitos, os fatos arrolados pelo Senador autor da proposição são muito diferentes do que se entender que isso esteja, de uma forma ou de outra, interferindo no entendimento jurídico de qualquer magistrado. Só quem julga é que sabe quando você profere uma decisão escondendo interesses pessoais, ou quando você profere uma decisão coerente com todas as outras decisões que você dá no mesmo sentido e, neste caso, então, apenas expressando o seu ponto de vista, a sua interpretação judicial.

Eu gostaria – porque eu sempre sou muito breve nas minhas falas, Sra. Presidente – apenas de fazer a seguinte pontuação. Veja bem, o art. 48 da nossa Constituição Federal diz o seguinte: "Cabe ao Congresso Nacional [Senado e Câmara], com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49 (...)."

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Desculpem.

> Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:
> .....
> X - fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta;

Ora, se nós podemos controlar e fiscalizar os atos do Poder Executivo, por que não podemos fazer a mesma coisa com os atos do Poder Judiciário quando há expressa disposição a esse respeito? Então, o Executivo é o único Poder, fora o Legislativo, que é fiscalizável? Nós temos um Poder intangível? O Poder Judiciário é inatingível? Não se pode admitir uma situação dessas.

Nós temos aqui, Sra. Presidente, outro dispositivo que eu gostaria de citar também que é o art. 52, inciso II – óbvio que ele já foi citado aqui exaustivamente, inclusive pelo autor do pedido de instauração de CPI –, que diz expressamente:

> Art. 52. Compete privativamente ao Senado Federal [apenas a nós Senadores]:
> .....
> II - processar e julgar os Ministros do Supremo Tribunal Federal, os membros do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, o Procurador-Geral da República e o Advogado-Geral da União nos crimes de responsabilidade;

Ou seja, quem pode o mais pode também o menos.

Apenas para finalizar a minha pontuação aqui, no art. 58 da mesma Constituição Federal, §3º, temos que:

> Art. 58.
> .....
> §3º As comissões parlamentares de inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos nos regimentos das respectivas Casas, serão criadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado (...)

Então, nós temos, na CPI, inclusive poderes próprios das autoridades judiciais. Nada mais justo, reto e coerente que se instaure esta comissão parlamentar de inquérito.

E vou dizer mais aqui para vocês. Hoje, Senador Kajuru, Senador Alessandro, Senador Esperidião Amin, lá na minha cidade, em Cuiabá, Mato Grosso, eu estou sob julgamento, em uma AIJ, em que sou acusada de irregularidades eleitorais. Estou sendo julgada hoje, tranquilamente, porque o Estado tem todo o direito de me investigar e de me julgar. Se eu não concordar com o resultado, eu recorro, mas eu não posso ingerir contra o direito que o Estado tem de me investigar e de me julgar. Se eu não posso, não serão os intocáveis que poderão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu deixo apenas esse registro, senhores, no sentido de que nós mantenhamos a dignidade do Senado, que nós não nos acovardemos e que nós efetivamente, sem nenhuma paixão, sem nenhuma caça às bruxas, sem nenhum prejulgamento, mas que nós possamos pelo menos investigar o que está por trás de tantas denúncias que cotidianamente vêm à mídia e vêm ao povo brasileiro. Nós não estamos aqui para jogar para o povo, não, para jogar para a mídia; nós estamos aqui para fazer o que é certo. Nós não podemos nos furtar dessa nossa obrigação.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Juíza Selma. Nós é que agradecemos à Senadora.

Com a palavra o Senador Fabiano Contarato.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES. Para discutir.) – Obrigado, Sra. Presidente.

Eu quero agradecer e confesso que hoje me fez lembrar Platão, quando ele diz que a sabedoria está na repetição. As eleições de outubro de 2018 deram um recado muito claro: a população está cansada dos mesmos com os mesmos resultados. Será um retrocesso se este Senado Federal não admitir sequer a possibilidade de instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito que, diga-se de passagem, tem fato determinado e não tem o objetivo de condenar ninguém, porque, a teor do que determina o art. 58, §3º, da Constituição Federal, apenas vai apurar e, havendo indícios suficientes, vai remeter àquele que constitucionalmente é o guardião, é o *dominus litis*, é o *custos legis* da ação penal, que é o Ministério Público, a teor do que determina o art. 129, I, da Constituição Federal.

Então, eu não posso falar que 210 milhões de brasileiros estão surfando em qualquer água. Eu tenho de dizer que nós, Senadores, Deputados Federais, Deputados Estaduais, Prefeitos, nós fomos eleitos pela maior demonstração de cidadania que é o sufrágio universal através do voto. E todo o poder emana pelo povo e é exercido por nós, seus representantes. Nós não podemos ficar calados e não dar voz a 210 milhões de brasileiros, que clamam, sim, por essa CPI, porque essa CPI não é caça às bruxas.

Senador Alessandro Vieira, eu tenho orgulho de dizer que eu assinei duas vezes e assinarei tantas quantas forem necessárias, como assinei o pedido de *impeachment*, porque ninguém está acima da lei. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário – isso é uma premissa constitucional – são independentes, mas são harmônicos entre si. No entanto, nenhum deles pode-se sobrepor à espinha dorsal de um verdadeiro Estado democrático de direito, que é a Constituição Federal; nenhum deles. Tanto é que, como muito bem falou a Senadora Selma Arruda, se nós temos competência para julgar Ministros, se nós temos competência para apurar atos do Executivo, por que não termos competência para instaurar uma simples comissão parlamentar de inquérito?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a minha fala aqui é: eu não quero decepcionar os milhões de capixabas; eu não quero decepcionar os 210 milhões de brasileiros que clamam e têm sede de um processo democrático. Porém, não existe nenhum processo democrático que se sedimente se o terreno for arenoso. Nós temos que dar sustentação em cima de um comportamento ético e moral para, depois, sim, vir aqui a Constituição Federal; acima de qualquer artigo citado hoje aqui, nós termos um comportamento ético, nós termos um comportamento moral, nós termos uma voz da população, uma voz de desdentados, de desvalidos, de sem vez, sem voz, sem dignidade, sem saúde, sem educação, sem habitação, com um salário mínimo que é uma miséria, uma desigualdade social. E ninguém está acima de ninguém. Nenhum Poder se sobrepõe a outro. Os Poderes são independentes e harmônicos, mas todo poder é investido pelo povo, e nós fomos eleitos pelo povo. Agora, com todo o respeito, os ministros não foram eleitos pelo povo. Por isso que eu morro defendendo que tem de haver mandato para ministros com prazo de validade, como há aqui para Senado, como há para a Câmara.

Agora, eu faço um apelo aos Senadores: deixem as suas convicções, talvez interesses, com todo o respeito, e deem voz a esses 200 milhões de brasileiros que querem não caça às bruxas, querem apenas a possibilidade de se instaurar uma comissão parlamentar de inquérito e apurar. Não havendo nada, quem nada deve nada teme! Por que, para um ladrão de bicicleta, como muito bem se disse, o processo penal fica dormindo eternamente em berço esplêndido? Por que as prisões preventivas, as prisões cautelares são lançadas a todo momento? Por que no Brasil se criminaliza a pobreza? Por que aqui, nesta Casa, nós criminalizamos os funcionários terceirizados? Por que aqui, nesta Casa, onde nós deveríamos dar o exemplo da igualdade, nós temos elevadores exclusivos para Senadores? Por que aqui, nesta Casa, que é a Casa do Povo, os terceirizados passam por detectores de metais? É preciso fazer essa faxina moral aqui, para depois, sim, começar a falar: eu tenho orgulho de dizer que sou Senador da República pelo Estado do Espírito Santo não só para atuar nos interesses da população capixaba, mas da população brasileira, a essa população que não tem voz, porque, se você traçar um perfil socioeconômico, um perfil sociológico da representação, tanto na Câmara Federal quanto no Senado, você vai chegar à triste conclusão de que, infelizmente, nós não temos uma representação da população menos favorecida. Basta você olhar aqui quantos Senadores negros nós temos, quantos mulheres nós temos, quantos das minorias... E nós temos um comportamento que viola direitos de minorias, viola as terras indígenas, viola o direito humano essencial, que é saúde, é educação pública. E nós não podemos ter poder para autorizar uma CPI?

Ah, minha gente, eu não quero sair desta Comissão... Eu quero sair com a cabeça erguida, eu quero olhar para cada cidadão brasileiro e falar: "Podem contar comigo incondicionalmente."

Está escrito no nosso Hino Nacional: "Verás que um filho teu não foge à luta". E nós não podemos fugir a essa luta, nós temos que dar uma resposta. Essa resposta tem que ser pela aprovação, com louvor, do voto do ilustre colega Senador Alessandro Vieira, ao qual eu, mais uma vez, rendo aqui

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

minhas homenagens pelo seu brilhantismo, pela sua hombridade, pelo seu caráter, pela sua coragem de enfrentar esse tema. E já passou da hora – nem falo que está na hora – de enfrentarmos esse tema!

Essa discussão passa pelo Senado Federal. Nós somos 81 Senadores. Já iniciei aqui o meu mandato, confesso, com vergonha, no primeiro dia, quando da eleição do Presidente desta Casa com 82 votos. Por aí você já vê!

Pelo amor de Deus, vamos dar uma resposta! Essa resposta não é por onda, não é por imediatismo, não é pela caça às bruxas. Essa é uma resposta que está na Constituição. O Senado Federal tem competência para instaurar uma Comissão Parlamentar de Inquérito.

Finalizo, citando Thiago de Mello: nós não temos caminho novo; o que temos de novo é o jeito de caminhar. E temos um jeito de caminhar que obedece à Constituição Federal, que diz que nenhum Poder é melhor que outro e que ninguém está acima de ninguém.

Concluindo, voto acompanhando o nobre proponente Alessandro Vieira.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu é que agradeço.

Com a palavra, pela ordem de inscrição, o Senador Lasier Martins.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS. Para discutir.) – Muito obrigado, Presidente Simone.

Srs. Senadores e Senadoras, desde logo, quero dizer que estou entre aqueles que entendem ser inevitável e imprescindível essa CPI da Toga.

Quero trazer de volta uma menção muito oportuna do nosso Relator do voto em separado, o Senador Alessandro, invocando uma magistral lição aplicada na CPI do Judiciário ainda em 1999, que se adapta perfeitamente à situação que estamos vivendo. Disse Ramez Tebet, Presidente daquela Comissão, da CPI do Judiciário, em 1999:

> A CPI não é um poder inquisidor, mas existe para apurar fatos determinados. Vamos trabalhar com firmeza e investigar a fundo. Se forem apuradas irregularidades, estas serão enviadas ao Ministério Público para as providências. Não se deve ter receio de conflito entre Poderes. Esta Comissão existe para defender a cidadania, a mais bela construção da democracia, e a independência entre os Poderes, que devem cumprir as suas funções.

Vivemos a mesma situação, Presidente. Estamos diante de um Poder que, em si, continua respeitado e respeitável, mas que possui integrantes, felizmente poucos, que não merecem o nosso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

respeito. E é por isso que estamos testemunhando as mais estrepitosas manifestações de clamor popular nas ruas e praças do Brasil. O povo brasileiro, que determinou mudanças na política brasileira, quer que se revise o Judiciário, com ênfase, em particular, no Supremo Tribunal Federal, que é o que nós devemos fazer.

A legislação aplicável já foi muito bem invocada aqui pela eminente Senadora Selma. Eu apenas me permito acrescentar o art. 48 do Regimento Interno, inciso XI, que diz que cabe recurso. Portanto esta decisão nossa de agora aqui nesta Comissão não é definitiva. Daqui caberá recurso para o Plenário do Senado, que é onde nós, na verdade, vamos decidir.

Quanto ao mérito, Srs. Senadores, está se criando uma confusão nessa discussão, um impasse com relação ao cerne, ao fulcro deste debate, quando se diz que há uma tentativa de invasão ao poder jurisdicional do Judiciário. Não é nada disso. Nós respeitamos os juízos pessoais dos eminentes julgadores. Com o que não concordamos é que eles cometam infrações. Inclusive há denúncias no requerimento do Senador Alessandro de caso de propinas para juízes ou Ministros. Nós vamos fechar os olhos para esse caso? Nós vamos nos omitir? É impossível que isso aconteça.

Portanto, há que se distinguir, porque há o visível desencontro entre o que é jurisdicional e o que é infração técnica, infração à legislação de alguns julgadores, entre outros tantos casos: quando não se dá por impedido, quando o Ministro não se dá por suspeito e mantém relações perigosas. Nós temos casos de relações perigosas; por isso é preciso investigar, e só se vai confirmar isso investigando. Por isso é indispensável investigar. Por outro lado, há os tantos casos citados e repetidos pelo requerente, Alessandro. Há esse desencontro ao qual eu devo dar toda ênfase.

Por outro lado, invoca-se aqui o argumento de que se poderá paralisar o País, poderá paralisar a reforma da previdência. Ora, o trabalho da previdência é lá na outra Casa. Nós, aqui, temos todo o tempo para desenvolver a CPI do Judiciário. Se há no momento a reforma da previdência, daqui a pouco virá a reforma tributária, daqui a pouco virá a reforma política e, aí, vai se empurrando com a barriga, vai se protelando, e jamais haverá esta investigação. Portanto, é hora de procedermos a essa investigação pelos tantos e tantos fatos arrolados no pedido de CPI.

É função do Senado. Isso já foi lembrado aqui pela legislação. É nossa missão, da qual não podemos fugir. Se nós fugirmos a essa responsabilidade, nós estaremos traindo a confiança dos nossos representados que nos mandaram para cá e que renovaram o Congresso Nacional e particularmente renovaram profundamente o Senado Federal. Eu entendo mais: uma omissão do Senado neste caso tornará o Senado um Senado avestruz.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigado, Senador Lasier.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pela ordem de inscrição, o Senador Major Olimpio.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP. Para discutir.) – Eu inicio a minha manifestação com a ementa da CPI:

> Requer a criação de Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar, no prazo de 120 dias, fatos conhecidos pelo Congresso Nacional e outros divulgados pela imprensa, contendo denúncias concretas a respeito da existência de irregularidades praticadas por integrantes de Tribunais Superiores, de Tribunais Regionais e Tribunais de Justiça.

Apenas, Alessandro, esse não é o seu requerimento. Esse é requerimento que foi encabeçado pelo Antônio Carlos Magalhães, já desmontando essa questão: "Ah, o objeto é indefinido!".

Olha aqui, essa é a ementa da CPI de 99. Quer mais indefinido que o objeto? E no curso da CPI foi que se encontrou o Nicolau dos Santos, o Lalau, com o desvio, numa obra de R$230 milhões no Tribunal Regional do Trabalho, em São Paulo, R$169 milhões, desviados. A CPI fez a propositura e cassou o Senador Luiz Estevão, corrupto, junto com o Tribunal do Trabalho, naquele momento, com o Nicolau dos Santos. Então, para ficar muito bem claro que não se trata aqui de objeto indeterminado. Não, está transbordante de objetos determinados.

Eu ouvi e logicamente respeito, até porque a CPI é um instituto da minoria: 29 Senadores. A grande maioria não foi signatária dela. Mas aprendi que, quando a política entra no tribunal, a justiça pula pela janela. E é ao que nós estamos assistindo realmente. No Supremo, nos tribunais superiores... Agora, quem está se apequenando nesse momento é o Senado. Nós estamos abrindo mão das nossas obrigações constitucionais. E dizer: "Olha, vai ser o caos para o País." "Não haverá mais votação para a reforma da previdência." Cada um usa o argumento que quiser.

Ouviu-se falar: "Olha, o Presidente quer que se retirem assinaturas." O Presidente Jair Bolsonaro nunca falou isso! E quem falou isso em nome dele é mentiroso! Nunca! Jamais ele tomou qualquer iniciativa de se imiscuir em relação à intervenção ou interferência em qualquer dos Poderes.

O que vejo com muita tristeza aqui, não estou surfando... Eu tive 9,039 milhões de votos, desses 53 milhões aí. Devo satisfações. Não se trata da política pela política. Mas, quando se vai fazer uma sabatina para Ministro do Supremo, é aqui; obrigação constitucional aqui desta Casa. Se for fazer um *impeachment*... Desde 1950, não se instaurou nenhum procedimento. Há um PLS aqui do Senador Lasier – o Regimento fala em dois dias para designar o Relator. Já há mais de 40 e não começa – para mudar o rito de processo de *impeachment* nesta Casa também.

Então, cada um vai com as suas razões, os seus argumentos. Mas, depois que eu vi a ementa da CPI de 1999, não dá para ir nessa tese de: "Olha, nós não temos objeto determinado". Não dá. Não dá para dizer que não há pertinência na instauração de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, sem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

prejulgar A, B ou C, ou tribunal. Aliás, quem mais nos incentiva, o tempo todo, são os juízes concursados. Muitos juízes hoje estão querendo sim a Lava Toga, porque aqueles que se desdobram, fazem um dos concursos mais difíceis do País... Está aí a nossa colega Selma, que é Juíza. Sentem exatamente o peso de não serem merecedores do julgamento da população em relação a condutas.

Eu aprendi agora que recebimento de propina é prestação jurisdicional. Claro, propineiro, ladrão! Só que, opa, em terra de saci não vale dar pernada, então, vamos ficar só com uma no chão. Respeito todas as decisões das votações, vou acompanhar, defender o voto em separado do Alessandro. Nós perdemos aqui, nós vamos sustentar. Se for preciso recolher assinatura de novo, se for preciso recorrer, como disse o Amin, nós vamos recorrer. Vamos recorrer onde? No Supremo? Epa! "Nana nenê, que a cuca vem pegar. Papai foi para a roça, mamãe foi passear". É isso.

Então, eu encerro as minhas considerações aqui dizendo que nós vamos perseverar. Não é para fazer uma luta entre os Poderes, não; é para que nós, como Poder que a Constituição estabeleceu, tenhamos a condição e a competência – só nós temos. Nós vamos abrir mão disso porque não é o momento, porque há a votação da previdência, porque há o pacote do Moro, porque, porque, porque... Lembrando o conteúdo da ementa de 1999, que não tinha objeto definido coisa nenhuma, está mais genérico. O Alessandro especificou cada caso e sustenta e até agora não apareceu quem diga para ele quais são os que são pertinentes e os que não são. E aqui, opa, é um julgamento de mérito, mas nós vamos fazer o julgamento para salvar o País, para ter a previdência, para o pacote do Moro, etc.

Então, eu vou acompanhar, viu Alessandro? Se precisar, nós vamos recolher de novo. Tenho certeza de que os 29, ou talvez mais, serão signatários. Vamos perseverar para que o PLS do Lasier também caminhe aqui para mudar o rito para a instauração de *impeachment*, porque é mais do que fundamental, o País quer respostas em relação a isso. Isso de dizer que não houve pressões... Nós tivemos uma reunião no Colégio de Líderes de mais de três horas, e estão lá, Kajuru, lamentos e broncas, tudo p que não estou ouvindo no dia de hoje. Mas de lá, por uma questão ética, não é dado o conhecimento ao público. Mas cada um sabe como se posicionou lá. Fica registrado, não nos *Anais*, mas na memória e na consciência de cada um de nós.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Senador Major Olimpio.

Antes de passar a palavra para o próximo orador inscrito, apenas gostaria de comunicar ao autor da proposição, Senador Alessandro, que por duas vezes a assessoria foi barrada, mas para justificar e dizer que esta Presidência atua de acordo com o Regimento, da forma mais isenta possível. Então, toda vez em que documentos forem encaminhados aos Senadores, podem ser feitos pelo próprio Senador ou pedindo à Mesa que os assessores possam distribuir. Apenas para que nós saibamos que são os assessores que estão distribuindo, e não qualquer cidadão que pode estar distribuindo um tema que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não é o tema do debate. Apenas para esse conhecimento. V. Exa. tem total autonomia para distribuir o que quer que seja ou solicitar à Mesa para que seus assessores possam fazê-lo.

Da mesma forma, a assessoria de V. Exa. tem pedido a juntada dos pareceres nos autos. É preciso informar que, no seu relatório, não há solicitação de anexo nem consta, nas notas taquigráficas, em nenhum momento, que V. Exa. o solicitou. A assessoria disse que iria buscar outras vias. Não há essa necessidade. V. Exa. tem, novamente, legitimidade apenas de pedir através do microfone ou não. Peça apenas a juntada dos pareceres, o que será de pronto deferido por esta Presidência. É apenas para esclarecer e evitar tumulto a toda hora aqui. Esta Presidência, repito, tem um único papel aqui neste momento que é o de, agindo com imparcialidade, dar voz e vez a cada um dos colegas que fazem parte e são membros desta Comissão.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Perfeito.

Eu reitero o pedido que foi feito no início da minha fala de juntada dos pareceres jurídicos do Prof. Adilson Dallari e da própria Casa.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Nos autos. Então, está deferido neste momento.

Com a palavra, pela ordem de inscrição, o Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para discutir.) – Sra. Presidente, Srs. Senadores e Sras. Senadoras, eu acho que, quando nós discutimos um tema como esse, porque não há nada mais político do que uma Comissão Parlamentar de Inquérito, nós temos de discutir a política.

O Senador Amin foi muito feliz na sua colocação. Eu não quero crucificar ninguém e muito menos ser objeto de crucificação, mas nós temos que discutir que o que está em jogo aqui é também o destino da nossa frágil democracia, que, hoje, é vítima de uma ameaça brutal por parte daqueles que venceram a eleição, que, entre outras coisas, são apologistas da tortura, defendem o papel histórico positivo do golpe militar de 1964, e outras coisas mais. Hoje, o Brasil vive um momento de encruzilhada no nosso Estado democrático de direito, e tudo o que nós pudermos fazer para impedir que o objetivo desses que não têm qualquer apreço pela liberdade e pela democracia venham a fazer nós temos a obrigação de realizar.

Primeiro, eu quero me ater ao aspecto jurídico. Acho que o parecer, a opinião do Presidente do Senado e o parecer do Senador Rogério Carvalho, que endossa a decisão do Presidente do Senado, são perfeitamente corretos e não impedem, inclusive, que alguma CPI possa ser feita, desde que se restrinja a fatos que sejam determinados e que não estejam vinculados à questão jurisdicional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na CPI de 1999, a ementa é um enunciado geral. O que é importante é o que está sendo proposto para ser investigado. Em 1999, estava claro que o que deveria ser investigado eram as obras do Tribunal Regional do Trabalho, em São Paulo. A ementa é isso. Eu não posso julgar pela ementa. Ali estava claro. Aí existem várias coisas que não são efetivamente questões concretas.

Mas, dito isso, eu quero entrar na discussão política. Primeiro, por que há um clamor popular, segundo se diz aqui – e eu não estou acusando ninguém – para se investigar os tribunais superiores? Eu não vi ninguém aqui, nem lá na Câmara, nem em lugar nenhum, pedir para investigar, por exemplo, a Fundação Lava Jato: 2,5 bilhões, um acordo criminoso, antinacional, que fere a soberania do País, para colocar na mão do Ministério Público do Paraná um recurso como esse, para fazer não se sabe o quê, ou mesmo o acordo de leniência da Odebrecht e da OAS, que, pelo que a empresa tem dito aí, também envolve dinheiro para o Ministério Público do Paraná? Ninguém está preocupado com isso. Ninguém se preocupou em investigar os fatos do Sr. Tacla Duran, que denunciou claramente que foi procurado por uma pessoa que tem relações perigosas com o ex-Juiz Sergio Moro, para pedir R$5 milhões para o ajuste de uma delação, não há essa preocupação.

E eu quero dizer que eu não estou endossando nenhuma dessas denúncias, mas eu estou querendo dizer que não é à toa que o que se está querendo é ir para cima dos tribunais superiores, porque há uma disputa política. Os tribunais superiores, no momento em que deveriam ter feito cessar essa cruzada, que passa por cima da lei, que passa por cima dos direitos e garantias constitucionais, para que não chegasse onde chegou, não o fez, e agora tardiamente resolveram fazê-lo é vítima do quê? Avalanche de *fake news*, ataques os mais violentos pelas redes sociais, ameaças de morte a Ministros e a seus parentes, e denúncias as mais diversas. Não é por acaso, não é por acaso! E agora estão querendo instrumentalizar o Senado Federal.

E aí eu não estou afirmando que nenhuma das pessoas que propôs ou que assinou...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Evidentemente o senhor está... Eu vou aguardar para fazer a resposta.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – V. Exa. deixe-me falar, por favor.

Então, eu quero dizer que essas forças estão querendo instrumentalizar o Senado Federal para um enfrentamento e uma disputa política que envolve um pedaço do Ministério Público, um pedaço do Poder Judiciário, e o Supremo, e o Superior Tribunal de Justiça, e por aí vai. E nós vamos ser instrumentos para isso?

Há objetivos claros, há alvos definidos nisso aí. Agora, as pessoas, talvez por inexperiência, não saibam que uma CPI não termina num objetivo só, não; uma série de outras questões vão surgir aí. A gente está acostumado, ninguém controla para onde isso vai.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, para os que estão sendo analisados como os bonzinhos, os certos e tal termina sobrando, quando é verdade e quando não é verdade. Esse aqui é um outro grande problema. E com isso não há como não atingir os tribunais superiores como um todo. Claro que isso vai gerar um processo de fragilização que não vai contribuir para os avanços que nós precisamos no Brasil para a independência entre os Poderes e para o fortalecimento da democracia.

Então, a própria história demonstrou que os momentos em que nós tivemos os maiores avanços do Judiciário não foram por intermédio desse tipo de confrontação. Foi, por exemplo, quando se criou aquela comissão da República, que envolvia o Legislativo, o Executivo, o Judiciário, e ali, naquele momento, se criou o CNMP, o CNJ; criou-se o controle externo, que é muito débil, que é muito frágil, nós sabemos disso, mas que pode ser aperfeiçoado. O Senador Rogério disse muito claramente: temos que fazer uma discussão sobre a Lei Orgânica da Magistratura. Lá podemos avançar, inclusive, em questões jurisdicionais que estão colocadas aqui. Então, eu entendo que é extemporânea a realização dessa CPI. A decisão que está sendo tomada aqui não a inviabiliza, mas nós teremos que fazer a discussão de fatos concretos, lembrando que um fato concreto puxa outro, que uma coisa puxa outra, e daqui a pouco nós vamos ter uma instituição quase que inteira envolvida nesse processo.

Além do mais, eu não consigo entender: eu já fui oposição, já fui governo, e é a primeira vez que eu vejo um governo que estimula CPI. É uma coisa realmente para a gente pensar. Eu nunca vi. Sinceramente, eu nunca vi.

E olhe que nós aqui, da oposição, poderíamos estar estimulando isso aí. Ou as pessoas pensam que a gente esquece que o Presidente Lula foi impedido de assumir um cargo num Ministério da Presidenta Dilma por uma decisão do Supremo? Ou que o Juiz Sergio Moro, ilegalmente, criminosamente, divulgou um diálogo gravado ilegalmente por ele, envolvendo o Presidente Lula e a Presidenta Dilma? Nós poderíamos, agora, buscar a forra.

(*Soa a campainha.*)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Mas não é isso que a gente quer; a gente quer a democracia. E a democracia, para se viabilizar, não pode viver de arroubos, que em verdade terminam – sem fazer nenhuma crítica a quem quer que seja... Eu entendo as intenções das pessoas que estão aqui, acredito fielmente que elas estão sendo sinceras. Eu estou me referindo é a forças que estão lá fora estimulando esse tipo de coisa e que eu acho que não vão ajudar, sem dúvida não vão ajudar a democracia.

Por isso, eu votarei favoravelmente ao relatório do Senador Rogério Carvalho e ao posicionamento do Presidente Davi Alcolumbre.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Sra. Presidente, pela ordem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra, pela ordem, Senadora Juíza Selma.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT. Pela ordem.) – O Senador Humberto Costa não se referiu nominalmente, mas conseguiu ofender todos que assinaram e o autor do pedido de CPI. Então, eu gostaria apenas de pedir a V. Exa., Senador Humberto Costa, que não nos meça com a sua régua. Não nos meça. Não há forças ocultas; ninguém está fazendo nada aqui, porque é...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Art. 14.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – ... do Governo...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Senadora Selma...

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Nós estamos aqui fazendo um pedido técnico e não aceitamos ser ofendidos aqui, por favor.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Art. 14.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu vou já deferir...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... a palavra pela ordem ao Senador Alessandro, depois o art. 14. Eu apenas gostaria de esclarecer...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) – Sra. Presidente, apenas para uma ponderação, antes que a coisa desborde para outros níveis. Senadores aqui fizeram menção, suposições em relação a quem não assinou, de que estaria motivado por outros interesses.

Eu não tenho processo, nunca fui acusado de nada e não assinei essa CPI. Eu acho que os Senadores devem ter a consciência de que que cada um fala com a sua consciência e juízo administre. E, ao final, todos sabem o que estão fazendo aqui. Nós não podemos ficar com esse melindre, sob pena de não termos um desdobramento que seja consentâneo com o papel da CCJ.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Para que essa discussão não tome outro rumo – nós estamos diante de um debate democrático, legítimo, extremamente importante –, eu vou conceder a palavra pela ordem, pelo art. 14, daqui para a frente, quando o Senador for nominalmente citado. Então, se nós pudermos... Agora, isso não impede, como eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sempre fiz, depois de todos os oradores terem expressado a sua opinião e falado pela ordem inscrição, novamente pedirem a palavra para alguma consideração.

Então, a partir de agora, se um Senador for nominalmente citado, e nós entendermos que foi citado nos termos do art. 14, nós daremos a palavra. Eu peço a compreensão dos colegas. Ao final, cada um pode fazer suas considerações finais rapidamente, sem nenhum problema, mas nós temos uma lista de inscrição, uma pauta extensa. E esse tema também é extremamente relevante.

Então, com a palavra...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, V. Exa. poderia declinar a lista?

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Claro.

Agora, com a palavra o Senador Oriovisto. Senador Marcos Rogério, Senador Rodrigo Pacheco, Senador Randolfe...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Presidente, eu fui citado nominalmente...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... Senador Eduardo Girão, Senador Fernando Bezerra.

Eu pediria, Senador Humberto, se V. Exa. me permitir, apenas que nós pudéssemos...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente, sem pretender interrompê-la evidentemente. Eu queria me inscrever também para...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sem dúvida.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... se for o caso, discutir um pouco essa matéria.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Então, nós temos, na ordem de inscrição: Senador Oriovisto, Senador Marcos Rogério, Senador Rodrigo Pacheco, Senador Randolfe, Senador Eduardo Girão, Senador Fernando Bezerra, Senador Renan Calheiros e, finalizando, Senadora Leila Barros.

Com a palavra o Senador Oriovisto.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Antes disso, eu vou conceder a palavra, pois houve uma citação nominal, ao Senador Humberto. Concedo-lhe a palavra pelo art. 14.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Pela ordem.) – Eu não quero, Sra. Presidenta, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, fazer nenhum cavalo de batalha aqui nem abrir discussão do ponto de vista pessoal, mas obviamente que eu fui citado de forma desairosa, inclusive, falando-se da régua, de medir régua. A régua que mede a minha vida pública é a minha história, a história de ter sido Deputado Estadual, Deputado Federal, Vereador, Ministro da Saúde, Secretário estadual, Secretário municipal, Senador reeleito, um dos oito reeleitos nesta Legislatura, assumindo posições corajosas como esta que eu estou assumindo até agora. A régua que mede cada um de nós aqui é a mesma: é o voto popular, é o respeito que as pessoas tiveram. Eu, inclusive, como Senador mais votado do meu Estado nessa reeleição, acho que determinadas colocações agridem não a mim, mas agridem o povo de Pernambuco, o povo do meu Estado.

E, por último, eu queria dizer que eu não fiz nenhuma referência nominal, eu disse e repeti que eu acredito nas sinceras intenções, ótimas intenções de cada um que assinou. Apenas, na condição de alguém experiente, como outros são aqui também, vejo-me na condição de poder dar uma opinião sobre o que vai acontecer daqui para a frente.

Obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Senadora Simone, a senhora havia me concedido a palavra...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Para uma questão de ordem, com a palavra o Senador Alessandro.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. Para questão de ordem.) – Apenas para deixar registrado, Senador Humberto, que o debate democrático está em todo lugar desta Casa, ninguém vai se opor a isso. Mas...

É porque a senhora me deu a palavra antes.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sim, para uma questão de ordem, mas...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Isso.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... não para contradizer colegas.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Não, não, após a fala dele, na verdade. A senhora depois mudou o entendimento. É isso?

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Nós fixamos, depois da manifestação do Senador Marcos Rogério, que nós aqui, num bom relacionamento, daríamos a palavra pelo art. 14 a quem foi nominalmente citado, mas V. Exa., Senador, tem todo o direito, após a lista de inscrição, não só porque é autor da proposição, mas porque é Senador que compõe esta Comissão, de novamente falar pelos dez minutos na reinscrição que nós estamos reabrindo.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Pronto. Perfeito. É só registrar...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – V. Exa. não vai ser, em nenhum momento, cassado no seu direito de se manifestar.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – É, de fato, neste momento, fui. A senhora mudou o entendimento que pronunciou aí, mas tudo bem.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – No pronunciamento que havia feito, havia sido muito clara em relação a isso. O único que havia sido citado nominalmente havia sido o Senador Humberto.

Eu gostaria de pedir a gentileza... Nós temos uma ordem de inscrição, esta Presidência tem a obrigação de, muitas vezes, ser firme nos posicionamentos para que nós possamos correr da forma mais democrática, saudável e gentil possível.

Com a palavra o Senador Oriovisto, mas eu estou reabrindo a inscrição para quantos quiserem novamente falar, depois de encerrada a primeira inscrição.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR. Para discutir.) – Sra. Presidente, colegas Senadores, este é um momento extremamente importante para este Senado. Eu ouvi aqui declarações e considerações de ordem até filosófica, mostrando que a opinião coletiva não é critério de verdade, que, muitas vezes, a opinião coletiva decide erradamente. Foram citados exemplos de erros de opinião coletiva, muito bem citados, aliás, pelo Senador Marcio Bittar, quando a opinião coletiva elegeu Hitler, quando a opinião coletiva elegeu Mussolini, enfim... E a opinião coletiva

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Brasil também, inúmeras vezes, errou e errou feio. Eu poderia citar alguns desses erros, mas não quero provocar polêmica nem despertar paixões e correntes políticas.

Eu quero apenas dizer que a opinião coletiva, embora não seja critério de verdade, numa democracia, é soberana, seja para o erro, seja para o acerto. Não existe outra forma de fazer democracia que não sendo o respeito à opinião coletiva. A maioria do povo decide o rumo que quer dar para o País.

Nesse sentido, a maioria do povo deu um novo rumo para o Brasil. Nesse sentido, ela mudou o Poder Executivo, elegeu uma outra corrente de pensamento. Podemos concordar com essa corrente de pensamento, podemos divergir dessa corrente de pensamento vitoriosa, mas assim decidiu a opinião coletiva. Certo ou errado, é ela quem manda.

Eu não sou um sufista, não sou uma folha solta ao vento, tenho opinião, tenho convicções. E eu acho que, quando este Congresso cassou mandatos de Presidentes da República – e, na nossa história, temos vários casos de cassação de Presidente da República –, aqueles Congressistas também não estavam surfando na opinião pública, também não eram folhas soltas ao vento. A sintonia que um político deve ter com a opinião coletiva é essencial numa democracia – é essencial. É claro que temos o direito sempre de colocar a nossa opinião, é claro que temos o direito sempre de tentar mudar a opinião coletiva, mas não a respeitar não é democrático.

Eu quero apenas dizer que considero que os ventos da democracia, os ventos da renovação sopraram muito forte, já que estamos falando em folhas ao vento, sopraram muito forte no Poder Executivo e o renovaram; sopraram muito forte neste Senado e renovaram grande parte deste Senado, assim como renovaram grande parte da Câmara dos Deputados. E a política tem que ser renovada. O povo tem o direito de fazer isso.

Só que a política existe para o Legislativo, existe esse vento direto no Poder Executivo, mas não existe essa democracia direta com relação ao Poder Judiciário. O Poder Judiciário só pode ser renovado através deste Senado, através do Congresso. Nós não teremos renovação da nossa Justiça, nós não teremos uma Justiça mais rápida, mais eficiente, mais transparente, a não ser pela ação do nosso Senado. É nossa obrigação. O Juiz Anselmo deixou muito claro isso na Constituição. Nós temos esse papel, nós temos essa dívida com o povo.

Nós precisamos, sim, reformar este País sob os mais diversos aspectos. É preciso reformar a própria política, a própria legislação eleitoral. Nós temos um excesso absurdo de partidos políticos. É preciso reformar os tributos. Nós temos um emaranhado de tributos em que ninguém se entende. É preciso renovar a previdência, porque ela está levando o País à falência. E é preciso, igualmente, reformar o Judiciário, como é preciso também reformar as práticas do Senado. O requerimento do Senador Lasier é claro nesse sentido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós precisamos mudar. O povo quer um novo Brasil. O povo quer um Brasil com uma outra face, de uma nova maneira. O povo já não aceita mais essa coisa de que autoridade pode, sim, submeter a autoridade da maioria a seus ditames. Não é mais possível continuar assim.

Eu quero dizer que sou totalmente favorável a essa CPI. Apoio, assinei e assinarei de novo o requerimento feito pelo Senador Alessandro. Acho que está extremamente bem fundamentado. Acho que chega a ser engraçado que se exija tanto um fato determinado quando, na verdade, se nega a instalação da CPI por um fato que não está determinado. Qual é o fato determinado que determina que ela venha a ser arquivada? Não há, não citam. Ou seja, a regra vale para os outros, não para mim mesmo. O que conta é a vontade política, não é a lógica.

Então, é claro que temos aqui opiniões diferentes. É claro que todas as opiniões merecem ser respeitadas, mas eu quero dizer com muita clareza: não sou uma folha ao vento. Estou em sintonia, sim, com a maioria da população brasileira. Foi por isso que ela me deu 3 milhões de votos para minha eleição. Falava exatamente nessas propostas: na proposta de renovar a previdência, na proposta de ter uma Justiça mais rápida, na proposta de que a nossa Justiça precisa ser reformada.

Tenho conversado com membros do Poder Judiciário, inclusive do Supremo – me reservo o direito de não citar nomes – e tenho obtido a concordância deles de que realmente essa reforma é necessária. Ouvi de um deles que ele tinha menos poder no Supremo do que tinha um juiz de primeira instância, porque lá ele recebia um processo e, quando ele estava pronto para ser relatado, ele tinha que entregar ao seu revisor, e o seu revisor não tinha data marcada para relatar o processo que coube a ele estudar. E eu disse a ele: "Por que o Supremo não muda isso?". E ele me respondeu: "Porque foi feito para não funcionar". Isso eu ouvi de um magistrado, isso eu ouvi de um juiz do Supremo. Perdoem-me, não vou revelar o nome, porque ele falou isso para mim em confidencialidade. Mas não estou inventando a história. Eu nem sabia como é que funcionava o Supremo por dentro. Foi ele que me explicou.

Então, está mais do que na hora de haver essa CPI, não para decretar uma guerra entre Poderes, para nada disso, mas para que os problemas da Justiça brasileira sejam levantados. E, se a CPI não chegar a conclusão nenhuma, ela terá chegado a um ponto muito importante, que é levantar por que a nossa Justiça é tão cara, tão demorada e funciona tão mal.

Eu voto favoravelmente ao voto em separado do Senador Alessandro e acho que este Senado estará deixando de prestar um relevante serviço à Nação se essa CPI não for instaurada.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu que agradeço ao Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de passar a palavra ao próximo orador inscrito, eu gostaria de pedir a compreensão do Senador Marcos Rogério. No exato momento em que eu estava dizendo que não havia mais voto em separado, ele havia protocolado o voto, e, por uma questão de segundos, eu só fiquei sabendo posteriormente.

Não há prazo para leitura do voto em separado, mas eu gostaria de pedir encarecidamente a V. Exa. que ficasse entre 12 minutos. V. Exa. disse que o voto é muito maior, mas improrrogavelmente entre 12 e 13 minutos, para uma decisão salomônica: nem prejudico V. Exa. dando os exatos dez minutos, mas também não atrasaríamos ainda mais a discussão dos debates. Entre 12 e 13 minutos, eu acho que V. Exa. tem condições de proferir o seu voto. Obrigada pela gentileza e compreensão.

Com a palavra o Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Para voto em separado.) – Sra. Presidente, Senadora Simone, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, o requerimento de instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito tem o objetivo de, conforme a sua justificativa, investigar condutas que extrapolem o exercício regular da atividade judicante dos Ministros dos Tribunais Superiores e do Supremo Tribunal Federal, ou seja, investigar atos praticados por membros do Poder Judiciário.

Preliminarmente, Srs. Senadores, gostaria de deixar registrado que comungo com os signatários do requerimento da CPI e, bem assim, com o sentimento de grande parcela da população brasileira no que toca à insatisfação com o funcionamento do Poder Judiciário. Mas a questão aqui posta, Sra. Presidente, demanda, naturalmente, um exame de índole técnico-constitucional, porque para isso esta Comissão foi instada, ou seja, para analisar a constitucionalidade e a adequação regimental do requerimento submetido ao Presidente do Senado Federal.

Neste sentido, quero invocar a bem lançada Nota Informativa nº 1.039, de 2019, produzida pela Consultoria Legislativa, que analisou os 13 pontos do requerimento e, com farta fundamentação jurisprudencial e doutrinária, concluiu pela impossibilidade da instalação da CPI, especialmente, porque seu objeto, em grande parte, diz respeito ao exame de atos ou atividades de índole jurisdicional. E eu acrescento: exame direto e exame indireto.

Para se concluir desta forma, basta ler cada um dos itens do requerimento, do qual sobressaem, a não se ter dúvida, seguidas referências a: um, processamento de recursos sem a declaração de impedimento, ato típico de jurisdição; dois, prolação de decisões em processos que envolvem partes que manteriam relações comerciais com os julgadores, atos típicos de jurisdição; três, concessão de liminares, atos típicos de jurisdição; quatro, decisões opostas para situações análogas, atos típicos de jurisdição; e, cinco, uso abusivo para pedidos de vista.

Nesse sentido, todos os fatos que dão lastro ao pedido de CPI são ou estão diretamente entranhados com decisões judiciais, atos típicos de jurisdição. Logo, não há como examinar eventual

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

incorreção do ato praticado pelo Poder Judiciário sem o exame da decisão judicial propriamente dita. Esse é o ponto!

Todos os fatos apontados somente poderiam ser objeto da devida investigação partindo-se, como primeiro passo, do exame de uma decisão judicial e o seu correspondente conteúdo.

Ocorre que isso é vedado pelo Regimento Interno deste Senado Federal, o qual no inciso II do art. 146, de modo literal e expresso dispõe: “Não se admitirá comissão parlamentar de inquérito sobre matérias pertinentes às atribuições do Poder Judiciário”. No mesmo sentido se posiciona a jurisprudência pátria, a doutrina mais abalizada e, como já pontuado, está muito bem demonstrado na nota informativa produzida pela Consultoria.

Desse modo, não há como se afastar dessa clara intenção do requerimento apresentado, se o próprio autor do requerimento, ao apresentar sua justificativa, indica que a finalidade é justamente o que estou a dizer: a pretensão da comissão parlamentar de inquérito é investigar o exercício de função típica do Poder Judiciário.

Além disso, gostaria de destacar que eu também quero um Poder Judiciário mais ágil, mais sintonizado com as crescentes demandas da sociedade brasileira, oferecendo uma prestação jurisdicional mais célere e mais efetiva. Quero um Poder Judiciário cujos membros fujam de todo e qualquer cenário que indique qualquer tipo de parcialidade ou favorecimento ilícito.

Justamente por isso, entendo que o Judiciário não está a salvo de ser investigado! A questão é o respeito aos procedimentos regimentais e constitucionais!

O que ocorre, Sra. Presidente, é que esse Judiciário que nos orgulhe (objetivo comum de muitos de nós e de grande parcela da sociedade) não pode ser buscado ao arrepio da legalidade, com toda vênia.

E para que não se tenha dúvida de que a clara finalidade da CPI é investigar atividades jurisdicionais, transcrevo no voto que apresento trecho da própria justificativa ao requerimento que não deixa margem de dúvidas – aspas: "Já há algum tempo vem se firmando no País um crescente descontentamento dos jurisdicionados com a prestação dos serviços judiciários por parte do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores [...]"

Vejam, Srs. Senadores: a justificativa do requerimento não deixa dúvida de que o fato determinante da CPI é justamente o “crescente descontentamento dos jurisdicionados com a prestação dos serviços judiciários”.

Observem, inclusive, a referência ao ativismo judicial. Sim, todos nós já vimos como o Judiciário está reiteradamente a invadir competências próprias do Poder Executivo e do Poder Legislativo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Digo isso, Sra. Presidente e Srs. Senadores, justamente para destacar o quanto é relevante refletir sobre a noção de separação dos Poderes, positivada no art. 2º da Constituição Federal.

Há muito tempo, o Poder Legislativo deixou de realizar parcela do seu papel constitucional quando, frente a uma disputa política no seio do Legislativo, abre-se mão do diálogo e da busca do entendimento para judicializar a questão.

Qual o resultado de tal judicialização? O Legislativo desnatura o seu poder e se enfraquece, em uma esquizofrênica outorga de competência ao Poder Judiciário.

É saudosa, até mesmo nostálgica, a época em que o Judiciário manifestava deferência ao ato legislativo, não atuava como legislador atípico positivo e respeitava atos *interna corporis*. A esse respeito, lição importante do ex-Ministro Eros Grau quanto à função de cada um dos Poderes é lapidar:

> [...] verificamos que na menção aos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário estamos a referir centros ativos de funções – da função legislativa, da função executiva e da função jurisdicional.

Como se nota, o tema ora enfrentado nessa CCJ demonstra o quanto é imperioso que o Judiciário e o Legislativo repensem seu papel institucional.

Vejam a que ponto chegamos: quando se relativizam as funções próprias de um Poder constituído, as funções típicas dos demais Poderes também podem acabar sendo fragilizadas, como vemos agora com o requerimento de criação desta CPI.

É fundamental que o sistema de freios e contrapesos funcione, para que nenhum Poder constituído seja vulnerado e fragilizado a partir de interferências indevidas.

Assim, deve ser sempre perseguido o objetivo maior da República: a independência e a harmonia entre os Poderes, sem abusos de qualquer ordem. É o que a doutrina nos traz como lições. Assim, alicerçado no estrito respeito à separação dos Poderes, é que não tenho, seguindo a minha consciência, como concordar com a instalação da CPI pretendida, que objetiva realizar justamente o que desde muito condenamos: intromissão indevida de um Poder em outro, ao pretender examinar o conteúdo de decisões judiciais.

Sim... Embora haja, entremeado no requerimento, outros fatos a serem, em tese, apurados pela CPI, todos eles (ou, pelo menos, sua mais absoluta maioria), decorrem de decisões judiciais, função típica do Poder Judiciário, o que faz com que a pretensão da investigação esbarre no princípio da separação dos Poderes e na referida norma regimental já citada.

Noutro ponto da justificativa do requerimento de criação da CPI verifica-se que, em vez de tratar de investigação de fatos relacionados a crimes de responsabilidade – estes sim de competência deste

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senado Federal, à luz do art. 52, II da Carta Política de 1988 –, pretende-se sindicar a conduta judicante do magistrado.

O que se tem nessa situação, em parte, Srs. Senadores, é a indicação de pretensão de exame de condutas cuja competência é do Conselho Nacional de Justiça, o CNJ, e não do Poder Legislativo.

Por fim, para que não se tenha dúvida de que o foco delineado pela CPI é justamente o exame de decisões judiciais, colaciono ao parecer que apresentei mais trechos da peça que provoca a criação da CPI.

Assim, devo dizer, Srs. Senadores, o que mais vulnera o requerimento de CPI ora analisado é justamente o fato de estar direcionado ao exame de questões relacionadas a decisões judiciais, sendo outras condutas tratadas como meras circunstâncias, como circunstanciais.

Desse modo, não há, no geral, fatos separados da atividade jurisdicional ou que possam ser investigados sem que se sindique o conteúdo dessa ou daquela decisão, a fim de se perscrutar, por exemplo, (1) a existência ou não de circunstância que configure impedimento (que tem caráter objetivo) ou suspeição (que tem caráter subjetivo); (2) cabimento ou não de liminares; (3) decisões opostas em situações análogas; (4) pedidos de vistas injustificáveis; e assim por diante.

Nenhum desses fatos é possível apurar sem que se debruce sobre circunstâncias fáticas e jurídicas do processo, o que equivaleria em se imiscuir no conteúdo das decisões judiciais. Isso é patente no requerimento formulado e na justificativa que lhe dá lastro.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Por tudo isso, Sra. Presidente, concluo reiterando que:

Primeiro, comungo com os proponentes da CPI quanto à insatisfação com o Poder Judiciário, e ressalto mais uma vez o crescente ativismo judicial, com excessivas incursões em competências do Poder Legislativo, pretendendo substituir a atividade legislativa em alguns casos, e do Poder Executivo, com decisões judiciais que não resguardam o mérito do ato administrativo, o poder discricionário do gestor e a própria realidade administrativa.

Segundo, a despeito de partilhar do sentimento de insatisfação manifestado por grande parte da sociedade brasileira, é forçoso me manifestar pela impossibilidade do processamento da CPI pretendida, diante da violação ao princípio da separação dos Poderes e do art. 146, II, do Regimento Interno do Senado, considerando que o requerimento está majoritariamente lastreado direta ou indiretamente...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... em decisões judiciais, ou seja, no exercício da função típica do Poder Judiciário.

Concluo, Sra. Presidente.

Terceiro, não menos relevante, o dever que temos em não somente zelar pela independência como também pela harmonia entre os Poderes, o que, em primeiro plano, nos leva à responsabilidade de não agir com açodamento, ignorando o ordenamento jurídico vigente, ainda que isso possa representar uma certa satisfação à sociedade brasileira, que, como já pontuei, tem razão em reclamar a necessidade de um Judiciário melhor.

Todavia, como membros deste Senado, entendo que não podemos catalisar este sentimento e inaugurar uma comissão parlamentar de inquérito que, a despeito de atender ao clamor da sociedade, terminará por ignorar regras fundamentais de nosso Estado democrático de direito.

Neste momento, precisamos ter serenidade. O Brasil espera deste Parlamento a tomada de decisões firmes e seguras.

Futuramente, se fatos determinados e específicos forem apresentados, apartados da função típica do Poder Judiciário e com a robustez que a norma constitucional requer...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... seguramente outra não poderá ser a conclusão, senão o seu acolhimento e regular processamento.

E aqui, Sra. Presidente, trago ainda um argumento político. Comparo o País a um paciente que precisa fazer uma cirurgia. Nos exames preliminares identificou-se uma anemia aguda. Pergunta-se: faz a cirurgia ou trata primeiro a anemia?

Com essas ponderações, com toda as vênias aos subscritores do requerimento, voto pelo indeferimento do Recurso nº 1, de 2019, com a consequente manutenção da decisão do Presidente desta Casa quanto ao arquivamento do requerimento de criação da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Tribunais Superiores.

Muito obrigado, Sra. Presidente

(*Soa a campainha.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, pela compreensão, Senador Marcos Rogério. Obrigada por contribuir também com o trabalho da Mesa e compreender a razão de ter estabelecido prazo, tempo para a leitura do seu voto.

Pela ordem de inscrição, nós temos mais seis Senadores inscritos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A ordem de Senadores é, pois me perguntaram agora: Rodrigo Pacheco, Randolfe, Eduardo Girão, Fernando Bezerra, Renan Calheiros e, para encerrar, Leila Barros.

Então, com a palavra, neste instante, Senador Rodrigo Pacheco.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG. Para discutir.) – Obrigado, Sra. Presidente, Senadora Simone Tebet.

Sras. e Srs. Senadores, queria fazer um registro inicial em relação ao instituto da CPI – no caso, Senador Jorginho Mello, que agora preside a sessão: nunca eu acreditei, mesmo antes da política, no instituto da CPI.

Quando entrei na política, na Câmara dos Deputados, no meu primeiro mandato de Deputado na Legislatura passada, não assinei nenhuma CPI – BNDES, Petrobras e outras tantas que lá aportaram –, justamente pela impressão que eu sempre tive como cidadão de que comissão parlamentar de inquérito já demonstrou ao País a sua absoluta ineficiência, com o respeito de opiniões que divirjam da minha. Não há eficiência em CPI.

E me assusta muito quando se fala a respeito da vontade do povo brasileiro de se ter uma comissão parlamentar de inquérito. Perdoem-me. O povo brasileiro quer o combate à corrupção, quer o progresso, quer a punição daqueles que sejam culpados e que tenham feito malfeitos, mas não quer necessariamente uma comissão parlamentar de inquérito que soe, qualquer que seja ela, como espetáculo, como algo absolutamente inútil aos propósitos a que se propõe.

Então, esse é o primeiro registro, para dizer que a única CPI que assinei, agora já como Senador, foi a CPI de Brumadinho.

E também me assusta muito receber algumas mensagens dizendo: "E a CPI da Lava Toga?", e ninguém me pergunta da CPI de Brumadinho, como está a CPI de Brumadinho, que apura a morte de 300 pessoas no meu Estado de Minas Gerais. Fala-se só na CPI da Lava Toga, mas não se fala na CPI de Brumadinho. Isso também me causa alguma perplexidade.

O que nós estamos aqui tratando é um recurso de uma decisão já tomada pelo Presidente da Casa, embasado pelo Consultoria Legislativa, que entendeu impertinente, sob o ponto de vista regimental, a instalação dessa CPI da Lava Toga.

Como Líder do Democratas, devo reforçar o entendimento do Presidente do Senado, que é do meu partido, nesse mesmo sentido, que vai ao encontro do meu íntimo e do meu pessoal: repito, comissão parlamentar de inquérito definitivamente não é algo que se busca necessariamente apurar algo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas eu queria avançar em relação ao mérito dessa CPI propriamente dita e aqui parabenizar o voto em separado do meu correligionário, Senador Marcos Rogério. São 13 pontos, eu fiz questão de destacar os 13 pontos dessa CPI.

O primeiro destaca palestras proferidas e recursos recebidos decorrentes dessas palestras por ministros do Tribunal Superior do Trabalho. Não me consta que isso seja algo impróprio ou descabido. Para ser motivo de CPI, esse ponto um definitivamente não é.

O segundo fala de um instituto, IDP, de propriedade do Sr. Gilmar Mendes, declaradamente sua propriedade. Também não me ocorre que seja algo objeto necessário de ser feito através de uma CPI ou uma apuração.

O terceiro ponto refere-se a uma atuação sem que se tenha declarado suspeito. Instituto de suspeição e de impedimento, cabe ao juiz da causa invocá-lo. Aqui eu quero fazer um parêntese de que, no exercício da minha profissão de advogado ao longo de 20 anos e da militância na Ordem dos Advogados do Brasil, por mais irresignado, revoltado que eu estivesse com uma decisão judicial, reconhecendo-a como indevida, como injurídica, como inconstitucional, eu jamais presumi má-fé de juiz, ainda que ela existisse, mas, repito, eu jamais presumi má-fé de magistrado, por uma necessidade que todos nós temos de confiar no Poder Judiciário do nosso País.

Avanço para o quarto ponto, quando se fala a respeito da participação de Ministros em julgamentos nos quais se encontrariam impedidos. Questão processual, jurisdicional, que não cabe a outro poder se imiscuir.

O quinto ponto é a concessão de liminar em ordem de *habeas corpus*. É a livre manifestação do juiz, evidentemente, sobre a concessão ou não de liminar, confirmada ou não no mérito. Não cabe ao Senado interferir num ato jurisdicional dessa natureza.

Decisão do Ministro Dias Toffoli proferida às 3h30 da manhã. Decisão típica de um magistrado. Ora, ainda que fuja um pouco da normalidade, eu não posso presumir a má-fé definitivamente de um ato como esse.

7. Procedimentos decisórios diametralmente opostos para situações análogas. Perdoem-me, mas nós não temos condições de dizer que são situações análogas. Quem conhece circunstância de processo é juiz, é promotor, é o advogado de defesa.

Quando, no alto da minha campanha para o Senado, disputando com a Sra. Dilma Rousseff do PT – eu que sou do Democratas e tinha razões evidentes para poder criticar todas as mazelas geradas pelo PT no Brasil –, perguntaram-me, ao vivo, em uma rádio em Belo Horizonte, o que eu achava da decisão judicial que havia condenado o Presidente Lula. Eu respondi que não achava nada, porque quem tem condição de aferir a justiça, o cabimento e a pertinência é o juiz que condenou e que eu precisava

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

presumir a boa-fé do Juiz Sérgio Moro ao condená-lo, lá em Curitiba, e a boa-fé do Tribunal Regional Federal que também o havia condenado, confirmando a decisão condenatória.

Nós não podemos levar para o campo político discussões que são puramente jurídicas, sob pena de instalarmos o caos. Esse é o custo de se viver num Estado democrático de direito: respeitar decisões judiciais e reconhecer a nossa pequenez por não termos condições de aferir, por exemplo, que se tratam de decisões diferentes em situações análogas, porque não temos a profundidade do processo e das suas circunstâncias, que só o magistrado tem ao se deparar com a causa.

8. O uso abusivo de pedidos de vista. Pedido de vista é prerrogativa do magistrado. Ele tem o direito de pedir a vista. Talvez caiba ao Parlamento definir prazo de vista no processo. Vamos fazer essa proposta de limitação de prazo de vista em processos judiciais, mas não presumir que haja má-fé num pedido de vista de um magistrado, seja ele Ministro do Supremo, seja ele um juiz de primeira instância.

9. Reversão no Plenário do STF de uma decisão liminar proferida pelo Ministro Marco Aurélio. Sinceramente, o Ministro Marco Aurélio já deve ter concedido mais de 100 liminares num espaço de dois anos eu presumo, e muitas foram revertidas no plenário. Posso presumir a má-fé do Ministro Marco Aurélio? Eu não posso presumir a má-fé do Ministro Marco Aurélio, porque eu respeito os Ministro do Supremo Tribunal Federal, e, se cometem erros, que sejam apurados e punidos pelo controle do Poder Judiciário. Há um CNJ para isso; há o controle do próprio Supremo Tribunal Federal para isso.

Item 10, quando também se fala de liminar concedida pelo Ministro Luiz Fux, é também um ato jurisdicional incabível de ser apreciado em uma CPI no âmbito do Senado da República.

11. Concessão de liminar em uma ação direta de inconstitucionalidade. De novo, um ato jurisdicional.

Item 12...Todos aqui atos jurisdicionais. Exercício da judicatura de um Ministro do Supremo Tribunal Federal de um país.

Eu repito, eu respeito o Supremo Tribunal Federal do meu País, eu respeito os Ministros, ainda que discorde da decisão deles e não presumo a má-fé dessas decisões, porque esse é o papel que nós temos de empreender num Congresso Nacional de um País em relação a um outro Poder, chefiado pelo Supremo Tribunal Federal.

O Item 12. Recebimento pelo ex-Ministro do STJ, Cesar Asfor Rocha, de valores, conforme delação premiada. Olha, nós temos uma Lava Jato, sustentada numa legislação que foi aprovada no Congresso Nacional, que apura todas as circunstâncias de corrupção no País e que pode perfeitamente apurar essa. Queremos trazer para o Senado um tema que deva ser apurado pela Lava Jato numa comissão parlamentar de inquérito?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos entender o que é uma comissão parlamentar de inquérito num assunto desse: coagir o Supremo Tribunal Federal, porque é a lógica que está sendo implementada, quando vamos apurar as circunstâncias das mazelas do Supremo Tribunal Federal. E quem garante que isso não será uma forma de coagir o Supremo Tribunal Federal para, eventualmente, evitar que ele cumpra o seu dever constitucional de punir pessoas que sejam poderosas neste País, inclusive do Senado, inclusive da Câmara?

Ninguém me garante que esse não seja também o viés de desvio de atenção e de coação de um Poder da República por um outro Poder, eventualmente investigado e sofrendo processos no próprio Supremo Tribunal Federal.

O item 13 também invoca a questão de impedimentos em razão da atuação de filhos de Ministros em processos. Eu duvido muito que algum Ministro do Supremo que tenha um filho como advogado tenha julgado esta causa, ele próprio. Se é julgado pela Turma que ele pertence ou não, esta é uma questão processual de impedimento e de suspeição, mas não é necessariamente ou não se pode presumir, Senador Marcos Rogério, que haja aqui um crime comum ou um crime de responsabilidade por Ministro do Supremo Tribunal Federal.

Então, os treze pontos não se sustentam e não justificam uma comissão parlamentar de inquérito, embora muitos erros haja no Supremo Tribunal Federal, muitos erros haja no Poder Judiciário e que precisam ser evidentemente reformulados.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Ninguém mais do que eu viveu...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Mais um minuto.

... no exercício profissional da advocacia, na militância da Ordem dos Advogados do Brasil, identificando esses erros, porque há Ministros do STJ com vinte mil processos, outros com três mil processos, e aí se reclama do Congresso Nacional de não fazer leis que sejam eficientes, se as leis não são cumpridas, se os processos não são julgados, se os processos não chegam ao fim. Mas eu não considero que essas mazelas que precisam ser corrigidas mereçam, neste instante, uma comissão parlamentar de inquérito para instaurar uma crise sem precedentes neste País, que vai contaminar, sim, a governabilidade...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – ... vai contaminar o Governo do Presidente Jair Bolsonaro e atrapalhar tudo que nós estamos propondo fazer, que é consertar este País para gerar emprego para as pessoas, para dar desenvolvimento econômico para este País, para ter foco neste País, que é o foco do desenvolvimento da nossa Nação.

Esta CPI, portanto, não é cabível.

Eu voto de acordo com o Relatório do Senador Rogério Carvalho.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Senador Rodrigo.

Desculpe-me o rigor da campainha, mas é que o tempo urge.

Com a palavra o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para discursar.) – Sra. Presidente, nós temos aqui um debate que está alicerçado em duas questões que me parecem fundamentais em um Estado democrático de direito. Primeiro, a chamada autonomia do Judiciário e o dito controle dos atos judiciais, que não podem ser controlados por uma comissão parlamentar de inquérito, ao qual temos acordo; e, o segundo, o princípio da separação dos Poderes.

Antes de comentar rapidamente sobre esses dois aspectos, permita-me divergir em uma questão sobre o instituto da comissão parlamentar de inquérito, presente no art. 58, §3º da Constituição.

Ora, Sra. Presidente, eu sou um daqueles devotos da Constituição. Se sou devoto da Constituição, eu não poderia deixar de louvar o Constituinte em ter trazido para a nossa Constituição o poder de o Congresso Nacional, em casos determinados, instalar comissões parlamentares de inquérito com poderes de investigação próprios das autoridades judiciais. Foi a Constituição que assim proclamou.

Aliás, só as Constituições democráticas da nossa história deram ao instituto da CPI o grau e o poder que a CPI tem. Isso foi dado na Constituição de 1946. E não tinha na Constituição de 1937, Polaca, porque era uma Constituição autoritária do Estado Novo. Isso não tinha com esses poderes na Constituição de 1967 e na Emenda Constitucional de 1969, porque eram duas Constituições do regime de exceção. Isso voltou na Constituição de 1988, porque a Constituição entendeu que o princípio da separação dos Poderes tinha que assegurar ao Legislativo... Não é à toa, Sra. Presidente, colegas Senadoras e Senadores, a arquitetura desta Praça dos Três Poderes, tendo o Congresso Nacional ao centro. O Congresso Nacional ao centro é a Casa da representação popular. É por isso que a Constituição – a Constituição – deu ao Congresso Nacional poderes típicos e poderes atípicos.

CPI é poder atípico, é poder de investigação. Eu não posso desmerecer o instituto de CPI pelo fato de uma ou outra CPI ter fracassado, ter sido desmoralizada. Não se pode desmoralizar o instituto,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque se desmoraliza a Constituição. Não podemos levar isso em consideração para a desmoralização do que está no Texto Constitucional.

Sra. Presidente, só para que eu possa garantir...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Recupere o meu tempo.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu vou recuperar.

Eu peço, por favor, silêncio. Nós temos um orador. Nós já estamos na fase final. Eu sei que muitos já devem estar com fome, mas um pouquinho de paciência. Então, peço, por favor, silêncio.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Agradeço, Presidente.

Então, Sra. Presidente, o instituto da comissão parlamentar de inquérito é um instituto presente para assegurar a nós o poder de investigação. E, quando eu dizia que esse instituto não pode ser desmoralizado, veja: uma comissão parlamentar de inquérito aqui no Congresso Nacional resultou no *impeachment* de um Presidente da República no passado. Outra comissão parlamentar de inquérito investigou os esquemas do Orçamento que existiam em 1993. Outra, já foi dito aqui anteriormente, resultou em uma reforma do Judiciário, que deu luz ao Conselho Nacional de Justiça. Pouco se sabe, mas foi na CPI do Judiciário, em 1999, que adveio, em seguida, o Conselho Nacional de Justiça como instituição de controle externo do Judiciário.

Outro aspecto, Sra. Presidente... A palavra não é minha. A palavra é de Montesquieu, no chamado *O Espírito das Leis*, para falar de separação dos poderes. Ele dizia o seguinte: é uma experiência eterna que todo homem que tem o poder é levado a abusar dele. Ele vai até que encontre limites. Ele vai até que encontre limites. É o fundador de *O Espírito das Leis*, como nós conhecemos hoje, que estabeleceu a necessidade de ter limites ao abuso de poder.

Eu não quero uma comissão parlamentar de inquérito, de forma alguma, para investigar ou questionar atos judiciais. Se existem aspectos dessa natureza no requerimento, eles podem ser descartados, mas acho que não são atos judiciais, aliás, tenho convicção de que não são atos judiciais – e os colegas da oposição sabem disso – atos de abuso de autoridade, atos de exacerbação de poder, e isso é passível de investigação por conta deste Poder.

Não é, veja, ato jurisdicional escritório de advocacia ter vínculo com o magistrado e o magistrado tomar decisão favorável àquele determinado escritório de advocacia. Isso é corrupção, isso não é ato

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

jurisdicional. E, se não existe uma investigação, este Poder tem a prerrogativa de investigar. Aliás, este Poder, quando instalou a já citada CPI de Brumadinho, está com a tarefa em curso de investigação sobre a atuação de uma empresa privada, que, no nosso entender, é responsável pelos crimes ali cometidos. Não são atos jurisdicionais denúncias que existem – e todos aqui, não douremos a pílula, sabemos que existem – ocorridas sobre vendas de sentença.

E me permitam, não acredito... E, aí, falo com a tranquilidade: eu sou daqueles que acatam alguns alertas de colegas da oposição sobre o clima de instabilidade que tem sido ocasionado principalmente por aquele que está no Palácio do Planalto, pelo inquilino do Palácio do Planalto, que é o primeiro a criar o clima de instabilidade no País; eu sou daqueles a alertar as ameaças que tem o Estado democrático de direito daquele que hoje ocupa o Poder central, na Presidência da República, mas eu também sou daqueles que acreditam que nenhum Estado de direito se constrói tranquilamente enquanto nós não tivermos equilíbrio do funcionamento dos Poderes e nenhum Estado de direito enquanto cada um dos seus Poderes não cumprir com sua atribuição.

O poder de investigação de CPI que nos é dado pela Constituição é poder atípico nosso para ser utilizado quando bem entendermos contra excessos de quem quer que tenha cometido. Não há dúvida de que existem excessos que precisam ser investigados.

Aliás, falo para concluir, Sra. Presidente, a Constituição no art. 2º que proclama um princípio que deve ser defendido por todos nós, o da independência e harmonia dos Poderes. Muitos lamentavelmente compreendem mal quando a Constituição fala em harmonia. O harmônico que o Constituinte quis, que o fundador do espírito das leis estabeleceu lá pelo ano de 1700 na França, Barão de Montesquieu, e que está insculpido na nossa Constituição não significa cumplicidade, o harmônico significa a garantia de cada um dos Poderes exercer com autonomia e independência o seu dever.

Instalar comissão parlamentar de inquérito, cumprindo os pré-requisitos de fatos a serem investigados e tendo a assinatura de um terço das Casas, é um dos papéis autônomos e independentes que este Senado tem.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço ao Senador Randolfe.

Com a palavra o Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE. Para discutir.) – Muito boa tarde a todos os Senadores e Senadoras.

Presidente Simone Tebet, eu queria, em primeiro lugar, agradecer a V. Exa. pela oportunidade de poder falar mesmo sem ser desta Comissão de Constituição e Justiça, umas das Comissões mais importantes do Senado – a mais importante, a gente pode afirmar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu queria fazer uma colocação do fundo do coração e da alma: nós estamos tendo uma oportunidade, neste momento da democracia brasileira, de restabelecer a confiança do povo brasileiro no Poder Judiciário. Triste de uma democracia em que a população não confia no Judiciário! Quando não confia na gente, no Poder Legislativo, é muito fácil: vota; quando não confia no Poder Executivo: vota e tira. Então, essa CPI eu considero uma grande oportunidade, inclusive, para que os bons que estão no Poder Judiciário possam mostrar a sua honestidade, a sua credibilidade. Mas os fatos determinantes dessa CPI – que eu assinei pela primeira vez, assinei pela segunda vez e assinarei 29 vezes se for o caso –, eu acredito que é uma prerrogativa de que não há como a gente se omitir.

Eu vejo que o Senado Federal está lá, é competência dele em casos como esse. Eu discordo de alguns colegas que falaram que CPI – quero deixar bem claro que eu respeito a opinião de todos os colegas aqui, porque foram eleitos pelo povo, merecem todo respeito – não tem eficácia. Nós tivemos casos, como foi colocado aqui pelo Senador Randolfe Rodrigues, a CPI dos anões do orçamento, daquele escândalo, de 1993 para 1994, em que foram cassados sete Deputados. Então, o Poder Judiciário do nosso País...

Vou citar uma frase de Martin Luther King, grande humanista, pacifista, que diz o seguinte: "A injustiça em qualquer lugar é uma ameaça à justiça em todo lugar". Essa CPI é uma demanda da sociedade brasileira, pelos quatro cantos por que eu tenho andado, por pautas que eu abraço, no Brasil, não apenas na minha terra, no meu Ceará, mas essa demanda é do povo brasileiro. Ela está crescendo. O povo merece esse respeito, merece essa voz aqui. E nós não vamos nos calar. Não vamos nos calar, inclusive, pelas intimidações que recebemos aqui nesta Casa.

Eu dez minutos, eu gosto sempre de repetir esse fato – onde há fumaça, há fogo –, em que o Senador Alessandro Vieira apresentou o requerimento lá no Plenário do Senado, há cerca de um mês e pouco, na porta dele, dez minutos depois, havia um assessor legislativo da Presidência do Supremo Tribunal Federal querendo saber que Senadores assinaram a lista, os nomes dos Senadores que assinaram a lista.

Isso é muito grave, isso é muito preocupante. Nós estamos aqui, neste momento, deliberando sobre algo importante para a nossa democracia. Não podemos perder essa oportunidade de deixar a população próxima ao Senado, talvez pela primeira vez depois de décadas. A população está acreditando no Senado Federal, e nós precisamos manter essa união, e não nos apartarmos.

Para encerrar, eu queria fazer um apelo aos colegas aqui que vão votar agora para refletirem sobre esse momento que a gente está vivendo. Eu acredito que essa CPI vai sair, Presidente. Se não sair agora, vai sair porque a população do Brasil acordou, vai querer saber a verdade – a verdade sempre triunfa –, e essa demanda da sociedade só tende a aumentar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós vamos resistir. Esse grupo de Senadores, hoje de 29, nós vamos estar juntos, vamos estar sensibilizando colega a colega, porque não podemos transformar Brasília em uma bastilha. É um momento importantíssimo da nossa Nação. A população mostrou nas urnas e nas urnas o que quer, o que pensa. A crise que a gente está vivendo é uma crise econômica, sim; é uma crise social, sim, com 13 milhões de desempregados. Precisamos resolver? Precisamos. É uma crise política? Sim, mas a mãe de todas as crises, a maior das crises que a gente vive é a crise moral.

Tudo vai desembocar no Judiciário, tudo que formos votar desemboca no Judiciário. Então, nós não podemos ter Ministros sob suspeita, com vasta documentação nesses 13 pontos que foram determinados, e isso precisa ser esclarecido para o bem da Nação, porque é uma importante atitude. O Senado não pode se omitir de fazer essa CPI, de buscar a verdade através desse instrumento, que é um instrumento da minoria.

Muito obrigado pela oportunidade e boa sorte a todos.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu é que agradeço, Senador Eduardo Girão.

Com a palavra o Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Para discutir.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu tenho ouvido atentamente todos que me precederam e quero afirmar que, apesar do esforço daqueles que apoiam o recurso que está sendo submetido à apreciação desta Comissão, eles não trouxeram argumentos que fossem capazes de refutar o parecer do Senador Rogério Carvalho, nem tampouco os argumentos que foram aditados pelo Senador Marcos Rogério e, sobretudo, pelo meu colega de Minas Gerais, Senador Rodrigo Pacheco, que avaliou um a um os fatos ditos determinados para sustentar o pedido dessa Comissão Parlamentar de Inquérito.

Respeito a opinião em contrário, mas estou convencido – convencido como Parlamentar, como representante de Pernambuco, como um Parlamentar que acredita que o Brasil precisa se reencontrar com a sua trajetória de crescimento, de desenvolvimento – de que do a gente menos precisa agora é de um confronto entre Poderes. Essa CPI inexoravelmente irá produzir uma confrontação entre o Poder Judiciário e o Poder Legislativo, e quem vai perder é a população brasileira.

O Presidente Bolsonaro tem uma agenda clara de retomada do desenvolvimento e do crescimento, apresentou propostas de reformas importantes, como a reforma da previdência, pacote de combate à corrupção e ao crime organizado, uma agenda de diminuição do Estado para promover um amplo programa de desestatização, simplificação tributária, procurando reduzir a carga fiscal sobre as empresas brasileiras e cobrar mais dos mais ricos, sobretudo na taxação sobre dividendos. O Presidente tem compromisso com os mais pobres ao anunciar ontem, na Marcha dos Prefeitos, o pagamento do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

décimo terceiro do Bolsa Família. O Presidente tem compromisso com os trabalhadores ao defender, através do Ministério da Saúde, o terceiro turno do atendimento nas unidades básicas de saúde. O País reclama da falta de emprego, há fila de desempregados em todos os Estados brasileiros. Eu sou de um Estado... O maior número de desempregados do Nordeste está em Pernambuco, que foi o que mais produziu desemprego nestes últimos quatro anos.

O que nós estamos precisando é de harmonia, é de respeito entre os Poderes e foco na nossa agenda aqui dos projetos de reforma, para que o Brasil possa reencontrar de novo com o crescimento e com o desenvolvimento.

Eu acredito nisso, Sra. Presidente. E quero dizer que voto de maneira tranquila. Não fará bem ao Brasil a instalação desta CPI. Por isso eu estimo que, de forma expressiva, esta Comissão de Constituição e Justiça vai rejeitar o recurso, que será confirmado no Plenário do Senado Federal, para que nós não nos dispersemos tratando de assuntos que não vão animar e embalar aquilo que interessa à população brasileira.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Senador Fernando Bezerra.

Penúltimo orador inscrito, Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Para discutir.) – Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sras. Senadoras, Srs. Senadores, eu considero que talvez seja importante fazer algumas colocações sobre o assunto transcendental que nós discutimos neste momento aqui na Comissão de Constituição e Justiça.

Comissão Parlamentar de Inquérito significa, em português claro, uma comissão extraordinária, especial, especialíssima, porque, como todos sabem, não cabe ao Legislativo dar o primeiro passo no rumo de fazer qualquer investigação, salvo quando essa investigação, Serra, não está sendo feita pelos canais legais. Aí, sim, se justifica, por uma decisão política – porque todas as decisões desta Casa são políticas, qualquer exigência técnica é para ser adequada a uma decisão política –, fazer uma Comissão Parlamentar de Inquérito. Nós nunca tivemos isso, salvo num momento do Antonio Carlos Magalhães, que era um grande amigo, um homem público da maior qualidade, e havia uma correlação diferente aqui – é bom que todos saibam – no Senado Federal porque havia uma convergência do DEM com o PT para fazer uma investigação com o fato citado único que era o do tribunal do Lalau lá em São Paulo, cujo objetivo – todos sabiam – era prender o Senador Luiz Estevão, condenado, prendê-lo, o que na verdade aconteceu.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como evidentemente não havia ali nenhum canal legal investigando aquele fato... Eu digo isso porque estava aqui, participei dessas Comissões. Depois, como consequência da Comissão, nós criamos uma comissão para fazer o acompanhamento das proposições da Comissão. Eu fui indicado Presidente dessa comissão, que, diferentemente de outras comissões, apagou crises na sequência. Uma delas foi a crise de um ministro do Governo Fernando Henrique Cardoso, que teve que vir depor nessa Comissão, e a coisa foi evidentemente administrada. Havia na época uma radicalização muito grande de setores da oposição, mas houve uma convergência no sentido de que aquilo ali, Senadora Simone, em nenhum momento, poderia significar prioridade do Senado Federal.

Ora, todos falaram aqui: nós temos um terço da população desempregada ou subempregada, na informalidade – um terço. O Brasil nunca viveu uma circunstância nem parecida com essa. Não há investimento público. Até os recursos da assistência social, há três meses não são mandados nem para Estados nem para Municípios. E olha que o Ministro da assistência social, da Cidadania substituiu a si mesmo. Se há um ministério onde não dá para justificar descontinuidade de poder, aquele ministério é o melhor exemplo.

Então, não tem sentido, absolutamente nenhum sentido nós deixarmos de fazer uma agenda para tocar em questões fulcrais do ponto de vista da economia, do ponto de vista da reforma política. O que se fez aqui na reforma política foi um simulacro. O Brasil vive lutando – e alguns falaram isso – para diminuir o número de partidos. E o que o Congresso fez? O Congresso conseguiu recursos públicos, anulou as doações privadas e só fortaleceu as cúpulas desses quase 40 partidos. Isso precisa ser reformado. Isso tem que ser passado a limpo. Se nós não tivermos a transparência absoluta no sistema de financiamento das campanhas eleitorais, o que é que nós vamos ter? Nós vamos ficar aqui brincando. A maneira de a gente meter a cabeça debaixo da areia é inventar aqui uma Comissão Parlamentar de Inquérito, investigar o Judiciário, sem saber o que isso significa do ponto de vista da democracia, do ponto de vista da relação dos Poderes – que têm que ser independentes –, que tem que ser harmoniosa. Não é papel do Congresso Nacional se atirar em meio a um momento de complexo, de grade confusão, em que o próprio Governo... Eu ontem fiz questão de elogiar a defesa que o Presidente Bolsonaro fez na 22ª Marcha de Prefeitos em Brasília para aprovação daquela emenda que faz a transferência de fundo a fundo. Aquilo foi muito importante, mas é preciso, com isenção, dar crédito ao Bolsonaro, que foi lá à Marcha de Prefeitos e defendeu aquela solução. O Congresso acertou, porque deu agilidade à aprovação daquele fato. Foi uma grande decisão daquela Casa, mas a oposição está meio tonta, porque a circunstância nacional nos depara com um Governo que é, ao mesmo tempo, Governo e oposição, e tem sido imbatível na produção de fatos que desgastam o próprio Governo. É, em outras palavras, o Governo fazendo oposição a si mesmo. O Governo traçou uma estratégia, perseguiu a estratégia e obteve os resultados, que são estes aí: uma queda, da penúltima pesquisa para a última, de 15%, e agora uma queda avassaladora nos índices de aprovação do Governo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A oposição não sabe o que fazer. Eu vejo aqui líderes, expoentes máximos da oposição. Nenhum fez uma crítica tão veraz e tão contundente quanto a crítica que o Olavo de Carvalho fez, nem mesmo tão contundente e veraz como as críticas que os Deputados do PSL também fizeram.

Eu acho que, para consertar isso aí, basta apenas mudar a estratégia. Já que o Governo definiu uma estratégia a partir de objetivos preestabelecidos, na hora em que ele inverter a estratégia, é óbvio que ele vai obter outros resultados. Mas eu acho que uma insanidade, um tiro no pé é criar condições para que o Supremo Tribunal Federal – não estou dizendo com isso que quem quer CPI quer impor isso ao Supremo Tribunal Federal... Isso cria mais uma condição para que o Supremo Tribunal Federal seja chantageado. São vários os Ministros do Supremo Tribunal Federal – e não é de agora – que estão chantageados – chantageados. Estão sendo bombardeados para que aquilo, de certa forma, iniba o que ele deve ou não fazer como juiz. O momento que nós vivemos hoje é para dificultar um juiz de pegar um avião. Se ele for juiz e quiser julgar com a Constituição e com as leis, ele vai ter dificuldade de pegar um avião, porque você se depara, nos aviões...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Já estou encerrando, minha Presidente Simone.

Você se depara com provocadores de toda ordem. Essa exacerbação na sociedade, esse ódio que não tem fim, nos coloca em duas situações: quando a pessoa nos identifica e tem simpatia, pede para fazer um *selfie.* (*Risos.*)

Quando nos identifica e não tem simpatia, faz uma cara feia, dá um beliscão na acompanhante, dá três passos e faz um xingamento. O Parlamento já é acostumado com tudo isso.

Eu cheguei aqui em 1983. E agora mais aliviado, porque eu não cumpro tarefas superiores, eu estou aqui para o exercício do meu mandato em nome do povo de Alagoas. Eu compreendo que eu posso...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... com mais isenção, ajudar muito mais o Brasil. Quem sabe se nós fizermos uma agenda com reforma tributária, com a solução do problema dos Estados – os Estados estão quebrados –, se vai haver mesmo ou não condições para tocar a cessão onerosa. Não havendo a cessão onerosa, o que pode ser feito com relação à securitização das dívidas. Os Estados estão quebrando.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Onze Estados já têm salários atrasados – onze Estados. E outros irão para essa mesma circunstância.

Então, as energias da gente, que são muitas – sobretudo reforçadas agora pela energia de jovens competentes Senadores e Senadoras que chegam a esta Casa –, devem ser melhor aproveitadas, racionalmente, no sentido de que nós possamos apontar saídas para o nosso País, de maneira suprapartidária, conversando com todos. Eu acho que o Governo está errado quando não quer conversar.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Conversar não arranca pedaço. Democracia se faz conversando, sim. Não acredito que o Twitter substitua uma conversa. São...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Para concluir, Senador Renan, por favor. Eu peço desculpas.

Por favor, pode concluir o raciocínio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Para concluir, eu quero dizer à Senadora Simone Tebet e aos Senadores que integram esta Comissão que é muito importante que, em defesa da democracia, em defesa da separação dos Poderes, em respeito ao papel de cada um, nós possamos definitivamente arquivar essa Comissão Parlamentar de Inquérito, porque ela não vai colaborar em nada para melhorar esse ambiente que vivemos hoje no Brasil. Pelo contrário: ela vai criar condições para complicar todos, inclusive a própria convivência entre nós aqui, que é uma coisa que tem evoluído bastante, e aqui nesta Comissão eu atribuo muito à liderança de V. Exa.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada. Obrigada pela compreensão do tempo.

A última oradora inscrita, Senadora Leila Barros.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. Para discutir.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu vou ser bem rápida com relação à minha posição.

Sou jovem na Casa, é minha primeira experiência no Legislativo, mas independentemente de estar Senadora, de ser Senadora ou não, eu estou na rua sempre, diariamente. Eu estou no supermercado, vocês podem acreditar, eu abasteço o meu carro, eu levo o meu filho na escola, eu sou uma cidadã comum. E quando eu me prontifiquei a assinar a Lava Toga, é porque eu estou na rua e eu converso com as pessoas. Eu não estou só na minha base, eu não estou só no meu partido político, eu não converso só com o meu grupo político, eu falo com a população. E o Girão falou muito bem, essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

CPI é um apelo, é um clamor da população brasileira. E nós aqui fomos eleitos, sim, pela população brasileira. Então, eu peço encarecidamente...

Aqui nós temos mestres na área jurídica, não vamos discutir Regimento, não estamos discutindo nada. Nós estamos discutindo questões éticas e morais. O que está pesando aqui hoje é a moral e os interesses pessoais, porque aqui já foi citado várias vezes que um Poder é independente do outro. Um Poder é independente do outro. Eu, estando na condição de política ou não, hoje, acima de tudo eu estive do outro lado como cidadã, como uma pessoa que votou, que escolheu os meus representantes, e me decepcionei. E eu não vou dar um tiro no meu pé aqui hoje, não. Não vou dar um tiro no meu pé. Eu vou atender o clamor da população.

Eu não estou surfando em onda, não estou. Respeito a todos; todos aqui têm o respeito e a admiração pela trajetória, que, inclusive, como jovem atleta, acompanhei muito, muitos de vocês aqui. Mas ao mesmo tempo estou aqui representando o Distrito Federal, Brasília, e o País, com muitos outros jovens Senadores. Então, se para a Lava Toga, mais uma vez, nós tivermos esse requerimento, Senador Alessandro, assinarei uma, assinarei duas, assinarei quantas vezes forem necessárias, porque eu estou, sim, atendendo ao povo do meu País.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Senadora Leila.

Não há mais oradores inscritos nem reinscritos; apenas, com o acordo que fiz com o autor por três minutos improrrogáveis, o autor vai fazer um reparo em relação a um mau entendimento em relação ao seu voto em separado.

Com a palavra, por três minutos improrrogáveis...

A votação não é nominal, por enquanto. A votação é simbólica.

Com a palavra o Senador autor, Alessandro Vieira.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Sra. Senadora, agradecendo pela compreensão, faço agora pequenos reparos para restabelecer a verdade. A omissão, quando ela é deliberada, ela é irmã siamesa da mentira, e a mentira contamina e vicia a democracia.

Primeira situação a se esclarecer: o requerimento da CPI de 1999. Falou-se aqui em mais de uma oportunidade que foi apenas para cuidar do TRT de São Paulo. Não corresponde à verdade. Tratava de desvios, venda de sentenças, corrupção passiva, nepotismo. Nós tínhamos, salvo engano, seis itens no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

requerimento. Então, isso está nos *Anais*. Para quem participou da história, deveria ser mais fácil lembrar.

Segundo ponto: quero agradecer ao Senador Rodrigo Pacheco, foi o primeiro Senador a mencionar os fatos que nós arrolamos na nossa peça, no requerimento da CPI. Mas, ao fazê-lo, infelizmente o Senador Rodrigo partiu também para a omissão deliberada. Eu vou citar só um exemplo, Senador, específico da omissão que foi feita e o quanto ela contamina o entendimento: no item 2, quando a gente menciona, o Senador – e as notas taquigráficas também estão aí – diz que nós estamos falando do fato de o Ministro Gilmar ser sócio de um empreendimento educacional, e ele diz, o Senador Rodrigo: "Não vejo problema nenhum nisso". Isso não corresponde ao que está escrito aqui. É preciso que a gente tenha lealdade com o que está escrito, que é um princípio básico para um debate democrático. O que nós tratamos no item 2 é o relacionamento comercial entre o Ministro do Supremo Tribunal Federal Gilmar Mendes e o Banco Bradesco, que foi consubstanciado em empréstimos na casa dos R$36,5 milhões; empréstimos nos quais ele teve tratamento privilegiado que gerou benefícios acima de R$2,5 milhões em negociações e reduções. Isso não é prestação jurisdicional.

Então, como já disse, no primeiro momento – faço questão de registrar novamente – o posicionamento político deve ser absolutamente respeitado, mesmo que você não concorde com ele. A distorção, a inverdade, não; ela não merece respeito. Porque a gente tem que caminhar não necessariamente no sentido do que falam as redes sociais, mas naquilo que exige a democracia. É independência entre os Poderes de verdade, e não o Poder ajoelhado porque tem integrantes...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – ... que acham que isso é necessário para se manter uma boa convivência com determinados Ministros.

Repito e resgato o que falou, lá atrás, Ramez Tebet, e agora, dia 9, o Ministro Falcão: a independência dos Poderes e a apuração dos malfeitos individuais do Supremo é um elogio ao Supremo, é uma proteção para a instituição. Fora disso, é distorção. Fora disso, é você fragilizar a nossa democracia e colocar este Senado mais uma vez numa posição vergonhosa.

Obrigado pela compreensão, Presidente.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Sra. Presidente, tendo sido citado, a senhora me...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Art. 14. V. Exa. tem a palavra.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG. Para explicação pessoal.) – Perfeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Apenas um esclarecimento. Primeiro, meu absoluto respeito àqueles que tiveram a iniciativa da CPI. Eu fiz todo o meu raciocínio em torno de vários pontos, inclusive, dos três elencados no requerimento da CPI. O requerimento a que o Senador Alessandro se refere, o item a que o Senador Alessandro se refere, é o item 2, que faz referência ao Instituto Brasiliense de Direito Público, que possui como sócio fundador o Ministro Gilmar Mendes. Eu tinha dez minutos e não consegui me aprofundar em nenhum dos itens. Poderia fazê-lo, inclusive, para demonstrar a impertinência da CPI se imiscuindo em questões jurisdicionais. De fato, o item 2 não se refere à decisão jurisdicional do Supremo Tribunal Federal. Revela-se aqui uma condição pessoal do Sr. Gilmar Mendes, enquanto Ministro do Supremo Tribunal Federal, sócio do Instituto Brasiliense de Direito Público, que, por sua vez, tem as suas relações com instituições financeiras, absolutamente naturais para toda e qualquer sociedade empresarial.

E aqui devo dizer que não só sob o ponto de vista processual, dadas as regras de impedimento e suspeição, já se revela aqui que não há nenhum tipo de impedimento para o julgamento do magistrado em razão da situação aqui apontada. Se um instituto tem uma relação comercial com "a" ou com "b" e é dele sócio, não há nenhum impedimento para julgamento de ações aqui referidas do Banco Bradesco no Supremo Tribunal Federal.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Então, já não há regra de impedimento, o que dirá presumir má-fé, corrupção ou algo que o valha em relação a um Ministro do Supremo Tribunal Federal por conta de uma situação desse tipo. Não estou aqui como procurador do Sr. Gilmar Mendes. Na verdade, nem o conheço proximamente. E considero que ele comete muitas decisões erradas também, como todo e qualquer ser humano que é juiz, que é magistrado. Mas, definitivamente, esse fato não é um fato determinado para impor ao Senado da República uma Comissão Parlamentar de Inquérito, porque aqui não se tem sequer impedimento processual apontado na relação do Sr. Ministro Gilmar Mendes com esse instituto, por sua vez com as empresas com as quais tem relação comercial.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Feitos os esclarecimentos, está encerrada a discussão.

Não há mais oradores inscritos.

Vamos à votação.

Vamos esclarecer. Nós estamos votando aqui o relatório do Senador Rogério Carvalho. Então, aqueles que quiserem votar favoravelmente ao relatório, vão permanecer como se encontram. Os demais, claro, que se manifestem.

Então, eu vou colocar agora em votação o relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que aprovam o relatório permaneçam como se encontram.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Verificação, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Apoiado por quais Senadores, por favor?

Senador Amin...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Lasier, Alessandro.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Senador Lasier, só para constar em ata, e Senador... Enfim, temos aí a Senadora Selma, três Senadores apoiando a votação nominal.

Esta Presidência solicita, portanto, à equipe de apoio que abra o painel para votação secreta, votação nominal, desculpa. A votação é aberta mas é nominal.

Repetindo, os Srs. e Sras. Senadoras que quiserem votar favoravelmente ao relatório do Senador Rogério Carvalho vão votar "sim". O Senador ou a Senadora que quiser votar contrário vai votar "não".

As Sras. e os Srs. Senadores já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sra. Presidente, vamos aguardar um pouquinho porque o Senador Veneziano avisou que está a caminho para exercer o direito de voto.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – O Senador Kajuru também.

Nós vamos dar aí três minutos, é um tempo suficiente. Três minutos contados e abriremos o painel. (*Pausa.*)

"Sim" acompanha o relatório do Senador Rogério de Carvalho. E "não", contrário ao relatório.

Aguardando apenas o Senador Kajuru para podermos proclamar o resultado e encerrar a votação. (*Pausa.*)

Não, ainda não, Senador. (*Fora do microfone.*)

Não, mas quando é assim cancela-se o voto do suplente e o do titular passa a ser computado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ele é o primeiro suplente, ele tem preferência sobre os demais. (*Fora do microfone.*)

Pergunto às Sras. e aos Srs. Senadores se todos já votaram, se podemos encerrar a votação.

Então está encerrada a votação.

Solicito à equipe da Secretaria que possa abrir o painel para que possamos proclamar o resultado.

Votaram SIM 19 Srs. Senadores; NÃO, 7.

Nenhuma abstenção.

Portanto, está aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão.

A matéria vai ao Plenário.

Declaro, em função da hora e, conforme já acordado com os Líderes, que esta pauta remanescente ficará para a próxima reunião ordinária, a ser marcada para daqui a 15 dias.

Está encerrada a presente reunião

Agradeço a todos.

(Iniciada às 10 horas e 09 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 24 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 10ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE ABRIL DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às onze horas e vinte e três minutos do dia dezesseis de abril de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência da Senadora Simone Tebet, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Eduardo Braga, José Maranhão, Esperidião Amin, Fernando Bezerra Coelho, Marcio Bittar, Marcelo Castro, Daniella Ribeiro, Luis Carlos Heinze, Antonio Anastasia, Tasso Jereissati, Oriovisto Guimarães, Rose de Freitas, Rodrigo Cunha, Lasier Martins, Major Olimpio, Flávio Bolsonaro, Veneziano Vital do Rêgo, Fabiano Contarato, Alessandro Vieira, Jorge Kajuru, Randolfe Rodrigues, Leila Barros, Humberto Costa, Paulo Rocha, Arolde de Oliveira, Sérgio Petecão, Nelsinho Trad, Rodrigo Pacheco, Marcos Rogério, Jorginho Mello, Zequinha Marinho, Maria do Carmo Alves e Wellington Fagundes. Registram a presença e usam da palavra os Senadores Eliziane Gama e Alvaro Dias. Deixam de comparecer os Senadores Mecias de Jesus, Jader Barbalho, Ciro Nogueira, Elmano Férrer, Juíza Selma, Cid Gomes, Weverton, Renilde Bulhões, Rogério Carvalho, Otto Alencar e Angelo Coronel. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da 9ª Reunião Ordinária, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - Projeto de Lei nº 1321, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995 (Lei dos Partidos Políticos), a fim de assegurar autonomia aos partidos políticos para definir o prazo de duração dos mandatos dos membros dos seus órgãos partidários permanentes ou provisórios; e dá outras providências." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Marcos Rogério. Relatório: Favorável ao Projeto com as Emendas 5, 7 e 8, e contrário às demais emendas apresentadas. Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 5-PLEN, 7-CCJ e 8-CCJ, e contrário às demais Emendas. Votam vencidos os Senadores Fabiano Contarato, Randolfe Rodrigues, Oriovisto Guimarães, Alessandro Vieira e Jorge Kajuru. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e vinte e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Simone Tebet
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 10ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura. Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 9ª Reunião, Ordinária.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à deliberação exclusiva de um único item, que se trata do Projeto de Lei nº 1.321, de 2019, em caráter não terminativo nesta Comissão.

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 1321, de 2019

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995 (Lei dos Partidos Políticos), a fim de assegurar autonomia aos partidos políticos para definir o prazo de duração dos mandatos dos membros dos seus órgãos partidários permanentes ou provisórios; e dá outras providências.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Marcos Rogério

Relatório: Favorável ao Projeto e contrário às emendas apresentadas.

Observações:

- Em 10/04/2019, foram recebidas as Emendas nºs 3-Plen a 5-Plen de autoria do Senador Lasier Martins;

- Em 11/04/2019, foi aprovado o Requerimento nº 281, de 2019, de autoria do Senador Ciro Nogueira, que solicita a retirada das Emendas nºs 1-Plen e 2-Plen;

- Em 11/04/2019, foi recebida a Emenda nº 6 de autoria do Senador Lasier Martins (dependendo de relatório);

- Em 16/04/2019, foi recebida a Emenda nº 7 de autoria do Senador Fabiano Contarato (dependendo de relatório).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também hoje foi recebida a Emenda nº 8, de autoria do Senador Alessandro Vieira (dependendo de relatório); e as Emendas nºs 9 e 10, de autoria do Senador Oriovisto Guimarães (também dependendo de relatório).

Concedo a palavra, nesse instante, ao Relator, Senador Marcos Rogério, para proferir seu relatório.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Para proferir relatório.) – Sra. Presidente, Senadora Simone Tebet; Sras. e Srs. Senadores, indago se faço a leitura do relatório ou se posso ir direto ao voto.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – V. Exa. tem, nesse caso, soberania para decidir, mais do que autonomia. (*Risos.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Muito obrigado. Passarei direto à análise.

O projeto é constitucional, tanto sob seus aspectos formais, quanto materiais. A iniciativa respeita o art. 61 da Constituição Federal, bem como as demais normas relativas ao processo legislativo.

Ao mesmo tempo, trata de matéria atinente aos partidos políticos, ampliando-lhes a autonomia e, por consequência, dando aplicação ao art. 17 da Constituição Federal.

No mérito, vemos como acertadas as inovações preconizadas pelo projeto. A duração do mandato de seus dirigentes deve ser objeto de livre disposição dos estatutos partidários. Desarrazoada, portanto, a exigência estabelecida recentemente pelo Tribunal Superior Eleitoral de que a duração máxima dos órgãos partidários temporários seja de tão somente 180 dias. Em compensação, parece-nos razoável estabelecer um prazo de vigência de órgãos temporários, em nome da segurança jurídica e da transparência.

Quanto às medidas relacionadas à prestação de contas, também entendemos equitativo e isonômico que somente órgãos partidários com movimentação financeira sejam instados a prestar informações e documentação suficientes para justificar seus gastos e que aqueles que não tenham tido movimentação financeira possam manter sua inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) ou requerer a reativação de sua inscrição na Receita Federal, independentemente do pagamento de taxas e multas.

Também consideramos desproporcional que os partidos que não conseguiram atender às novas determinações da Justiça Eleitoral relativas à aplicação de recursos em candidaturas femininas em prazo tão exíguo sejam penalizados com rejeição de suas contas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ademais, a utilização, no financiamento das candidaturas femininas até as eleições de 2018, da quota inicialmente prevista em lei para a promoção da participação política feminina acumulada em diversos exercícios financeiros nos parece consentâneo com o que decidiu o próprio Supremo Tribunal Federal. Lembramos que o §5º-A do art. 44 da Lei nº 9.096, de 1995, que autorizava essa acumulação, foi declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5.617, de relatoria do Ministro Edson Fachin. No entanto, ao modular a decisão, validou a possibilidade de aplicação do dispositivo nas eleições de 2018.

Passo à análise das emendas apresentadas.

A Emenda nº 3, como vimos, suprime o §7º do art. 32 da Lei 9.096, na forma do projeto, que veda a inscrição dos dirigentes partidários no Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados do Setor Público Federal (Cadin). Para o autor, o dispositivo pode ensejar estímulo à irresponsabilidade no trato dos recursos públicos destinados aos partidos.

A Emenda nº 4 suprime o §4º do art. 3º da Lei 9.096, na forma do projeto, que veda a extinção automática do órgão e o cancelamento de sua inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ). Argumenta o autor que não faz sentido estabelecer um prazo máximo de vigência dos órgãos provisórios dos partidos políticos de oito anos, no caso, e vedar as punições cabíveis no caso de seu não cumprimento.

A Emenda nº 5 dá nova redação ao §3º do art. 3º da Lei 9.096, na forma do projeto, de maneira a reduzir o prazo máximo de vigência dos órgãos provisórios de oito para dois anos. Considera o autor o prazo de dois anos razoável, visto que o prazo vigente, de 180 dias, seria insuficiente para criação de órgãos permanentes e o prazo proposto de oito anos, excessivo, facilitando a perpetuação de oligarquias partidárias.

Finalmente, a Emenda nº 6, apresentada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, veda o acesso aos recursos do fundo partidário pelos partidos políticos que tiveram débitos fiscais ou previdenciários em aberto ou parcelamentos dessa natureza em atraso por mais de 90 dias. Para o autor, não se justifica a existência de débitos dessa natureza, uma vez que os partidos políticos recebem recursos do fundo partidário que podem ser utilizados com essa finalidade.

Foi apresentada também à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania a Emenda nº 7, de autoria do Senador Fabiano Contarato, que suprime o art. 55-C da Lei 9.096, na forma do art. 2º do Projeto de Lei 1.321, de 2019. Considera o autor que a proposta constitui uma anistia a partidos que não cumpriram a legislação vigente, que manda destinar ao menos 5% dos recursos do fundo partidário a programas de promoção da participação política das mulheres.

No tocante às Emendas de nºs 3 a 6, embora meritórias, com o objetivo claro de aperfeiçoar a legislação eleitoral e partidária, entendemos que não merecem acolhida e propugnamos, portanto, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aprovação do projeto na forma presente, em primeiro lugar, em razão do mandamento constitucional que assegura a autonomia dos partidos políticos. Embora o prazo de dois anos tenha, a nosso ver, razoabilidade maior, não cabe dúvida de que os oito anos propostos no projeto constituem um limite mais elástico, que maximiza o grau de autonomia dos partidos garantido na Constituição; em segundo lugar, cabe analisar ainda que a matéria se refere a prazo máximo, ou seja, está ao alcance de todos os partidos, se assim deliberarem, optar por um prazo menor de um ou dois anos, ou mesmo adotar o prazo estatuído pelo Tribunal Superior Eleitoral; em terceiro lugar, não podemos ignorar que a aprovação da matéria é urgente em razão das consequências eleitorais da provável caducidade de um número significativo de direções municipais provisórias a partir de julho deste ano. É necessário, portanto, dar segurança jurídica a esses entes. Em contraste, o aperfeiçoamento posterior da regra eventualmente aprovada no momento sempre será possível.

Com relação à Emenda nº 7, constatamos que os novos arts. 55-A e 55-C tratam das consequências do descumprimento do art. 44, V, da Lei dos Partidos. Não vemos razão para manter ambas as alíneas. Por isso, sugerimos a supressão do art. 55-C, sem qualquer impacto no mérito do projeto.

E faço isso... Estou aqui acolhendo como Relator... Não estou acolhendo a emenda apresentada, sugerida porque ela propõe a supressão desse inciso num formato que implicaria modificações de mérito, fazendo a matéria ser remetida à Câmara dos Deputados. O que estou identificando na matéria aqui são dois pontos apresentados na mesma matéria tratando do mesmo objeto. Portanto, trata-se de uma mudança de redação para aperfeiçoar o projeto, sem adentrar o mérito da matéria, não havendo necessidade de remessa à Casa que iniciou a tramitação dela. Assim, estou fazendo a supressão da alínea "c" do art. 55. No que diz respeito à Emenda nº 7, eu já me manifestei.

O voto, Sra. Presidente, é nos seguintes termos:

> Ante o exposto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.321, de 2019, com rejeição das emendas a ele apresentadas.

A única exceção que faço de mudança de texto é com relação à alínea "c", Sra. Presidente.

É como voto.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – Para discutir, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Muito obrigada ao nosso Relator, Senador Marcos Rogério.

Passamos à discussão da matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pela ordem, já estão inscritos os Senadores Jorge Kajuru, Alessandro Vieira, Major Olímpio, Espiridião Amin e Lasier Martins.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Pela ordem, Sra. Presidente, peço a palavra.

Fabiano Contarato.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra, pela ordem, Senador Fabiano.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Ah, não! É só a minha inscrição!

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Quer fazer a inscrição?

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Perfeito.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Está inscrito.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO. Para discutir.) – Sra. Presidente Simone Tebet, Sras. e Srs. Senadores, brasileiros e brasileiras, na sociedade brasileira de hoje, a vida política está edificando paradoxos – e paradoxos significam a pluralidade de uma Nação diversificada étnica, racial e culturalmente, que evolui duramente por séculos sem rupturas ou guerras fratricidas de dimensão nacional – e está sendo usada para a manipulação da intolerância e para o aprofundamento da radicalização de preconceitos.

Em detrimento da evolução de uma democracia política, social, econômica, racial, étnica e religiosa ampla e participativa, estamos avançando de costas para o almejado futuro de prosperidade e paz para o nosso povo. As nossas instituições consagradas na Constituição cidadã como filhas do poder originário do povo, que deveriam ser governadas pelo povo em benefício dos interesses e das aspirações do povo, na realidade estão se transformando em instrumentos de restrições de direito, espoliação econômica, opressão social e aprofundamento do fosso das desigualdades. Isso se confirma com a assustadora perda da credibilidade popular, que as enfraquece. A política, suas instituições e seus agentes nunca estiveram tão desacreditados, embora, felizmente, na pesquisa Datafolha do último sábado, esta Casa tenha tido um aumento considerável de aprovação em relação ao que se verificava em anos anteriores.

O pior de todos esses paradoxos é que os partidos políticos, organizações cujos projetos de nação e a coerência das práxis deveriam sedimentar a democracia, são, entre todas as instituições da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

República, as de menor prestígio, credibilidade e respeito perante a opinião pública. As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores certamente já se perguntaram por que os partidos são tão desprestigiados. A resposta resume-se à preponderância dos interesses particulares e corporativos em detrimento do interesse público. Pode haver algum exagero na intensidade da rejeição do popular aos partidos, mas, na essência, esse descrédito dos partidos se fundamenta em um processo de burocratização que atinge a grande maioria dos partidos não só no Brasil. Eles se afastam da sociedade e das bases que deveriam representar, tornam-se um corpo à parte, sem renovação de suas direções, sem possibilidade da permeabilidade social e sem democracia interna.

Assim, concluo, esse Projeto de Lei 1.321/2019 surgiu, segundo alegam seus defensores, como resposta a uma intromissão do TSE na vida *interna corporis* dos partidos, quando aquele órgão da Justiça eleitoral baixou resolução determinando prazo para efetivação das direções definitivas dos partidos e limitando a duração das comissões provisórias.

Nada mais justo, Presidente, do que reivindicar a autonomia dos partidos. A lei maior estabeleceu esse princípio para garantir que as organizações partidárias sejam livres e que jamais estejam sujeitas à tutela ou mesmo à intervenção de impulsos arbitrários. Mas eu pergunto às senhoras e aos senhores: é justo usar esse princípio como escudo para perpetuar o poder de caciques partidários através de um círculo vicioso onde os de cima nomeiam os de baixo? Estes, por sua vez, legitimam e sustentam no poder e no controle da organização os de cima. É justo? É razoável propor mandatos de até oito anos para comissões provisórias de partidos que, na sua maioria, funcionam regularmente há décadas? – pergunto. Vejam bem, oito anos! Como se não bastasse, após decorridos esses oito anos, sem que se transformem as comissões provisórias em instâncias definitivas, elas, ainda assim, não serão extintas automaticamente. Triste!

Como nada é previsto legalmente para depois desses oito anos, criaremos propositalmente um vácuo legislativo para perpetuar de fato e de direito mandato dos dirigentes partidários, caso seja aprovada? O Senado não pode cometer uma barbaridade dessas contra a democracia – penso respeitosamente ao relatório apresentado pelo eminente Senador Marcos Rogério. Sim, eu considero essa hipótese um atentado bárbaro contra a democracia porque, para mim, o princípio maior da democracia representativa é aquele que garante aos representados a condição de poder originário...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – ... concluindo –, o poder de eleger pelo voto seus representantes.

Então, coerente com esse princípio, considero essa tentativa de subtrair dos filiados a agremiação partidária, o direito de eleger seus dirigentes, um caminho irreversível para que, em lugar de direções partidárias, haja ditaduras partidárias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Daí, termino, apelo à consciência de cada Senador e cada Senadora e apelo especialmente ao Relator e à Presidência desta Comissão que encontremos uma solução mediada para esse problema.

Acrescento ainda que criar regras especiais para o controle de contas partidárias é um grande equívoco. Neste projeto também se criam o Refis e os estímulos legais.

Para fechar, digo que não desejo, em hipótese alguma, reforçar qualquer embaraço ao funcionamento dos partidos políticos, mas não podemos, a pretexto de ajudá-los, colaborar para restringir as condições democráticas que devem reger a política social no País.

Esse é meu voto rigorosamente contrário.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Senador Kajuru.

Com a palavra, Senador Alessandro Vieira.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. Para discutir.) – Bom dia, Presidente Simone, Relator Marcos.

Antes de qualquer coisa, vou pedir ao Relator que se manifeste com relação às Emendas de nºs 8, 9 e 10, sobre as quais ele ainda não se posicionou.

De logo, refiro-me à Emenda nº 8, que foi apresentada por nós e que tem o objetivo de esclarecer a redação, para garantir que multas, taxas e encargos que estão sendo anistiados nessa proposta legislativa sejam apenas aqueles referentes a sanções pela não prestação de contas, não permitindo uma extensão.

Aproveito o espaço para registrar o nosso entendimento contrário à forma como está tramitando esse projeto: açodada, desnecessariamente acelerada. O prazo que é referido pelo Relator, mês de junho ou julho, comportaria tranquilamente uma discussão mais qualificada do tema, porque se sinaliza para a sociedade uma coisa extremamente negativa, uma movimentação no Congresso Nacional contrária à renovação política, uma movimentação do Congresso Nacional contrária ao cumprimento da própria legislação feita pelo Congresso Nacional. Fazemos uma legislação, não a cumprimos, depois aprovamos uma nova, para que possamos ter anistia, e essa prorrogação maluca de oito anos de uma comissão provisória.

Então, eu quero deixar consignado aqui o meu repúdio a essa forma de tramitação e solicitar do Sr. Relator o acolhimento da Emenda nº 8.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Senador Alessandro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As emendas citadas pelo Senador Alessandro chegaram posteriormente à leitura do relatório. Ele estava analisando as três emendas...

Pergunto ao Relator se já tem condições de proferir o seu parecer em relação às Emendas 8, 9 e 10.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sim, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Então, antes de continuar com a lista de inscrições, passemos ao Relator, para que ele possa se pronunciar a respeito das emendas citadas.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu estou acolhendo a Emenda nº 8, do nobre Senador Alessandro Vieira, e rejeitando as Emendas nºs 9 e 10. Em razão do que já foi explicitado, são emendas que adentram o mérito.

Na Emenda nº 8, ele acrescenta a expressão "relativos à ausência de prestação de contas". Ele dá clareza ao objetivo da norma. Portanto, é o desejo da norma, é o que propõe a norma, mas ele atribui clareza, objetividade.

Então, eu acato a emenda do Senador Alessandro Vieira, por se tratar de emenda de redação que dá maior clareza ao texto, e rejeito as Emendas 9 e 10.

Com relação apenas – não é uma emenda – à ponderação que faz em relação ao tempo de mandato dos partidos, não há lei que trate disso. A Constituição assegura autonomia aos partidos políticos. Portanto, a norma que passa a regular textualmente o tempo de duração dos órgãos de direção partidária é a lei que estamos a aprovar na data de hoje.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Presidente, sobre esse assunto, não é bem assim. Dos 50 partidos que nós temos, não há nenhum com mandato de oito anos.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Senador Amin, eu peço desculpa. É...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Então, é um argumento a respeito disso.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não, não. Eu peço desculpa. Ele está fazendo o seu relatório no que se refere às emendas que chegaram posteriormente.

Na ordem de inscrição e, depois, poderemos finalizar também com o Relator, para que ele possa fazer as considerações finais, só para evitar um embate. Nós temos uma lista já com oito inscritos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou passar a palavra, neste momento, ao Senador Major Olimpio, pela ordem de inscrição.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP. Para discutir.) – Sra. Presidente, Srs. Senadores, com relação a esse projeto, o Congresso deve ter uma preocupação em ocupar o espaço que constitucionalmente é seu.

Nós estamos vivendo um momento em que os tribunais entendem que podem e devem legislar. O TSE, em vez de cumprir com sua missão constitucional, estabelecendo o regramento ou, através das resoluções, o exercício da democracia, os registros de candidaturas, a apuração das contas, a aprovação ou a rejeição parcial ou integral de contas, o processo, quando há indícios veementes da prática do crime eleitoral, quer inovar, legislar, estabelecer as regras, usurpando literalmente competência que é do Legislativo.

Essa norma, em momento oportuno... Eu não vejo açodamento em se estabelecerem regras claras, oportunas, que podem viabilizar ou, se não tivermos o regramento através da lei... Uma resolução do TSE atualmente pode inviabilizar a participação de milhares e milhares de cidadãos que têm uma filiação partidária num partido legitimado e com existência de acordo com a Constituição e a legislação, e que, em determinado momento, por omissão ou não de algum administrador do partido, possa ter tido o partido uma rejeição de contas ou uma punição. Isso acaba sendo um impedimento para que o cidadão que está filiado participe, coloque o seu nome para apreciação da população nas eleições municipais.

Então, eu vejo como oportuno, sim, e que é necessário. A Câmara já votou e discutiu, e nós estamos discutindo neste momento, mas não é simplesmente em função da data limite, 29 de junho, que devemos nos ater, não. A consolidação na legislação, no relatório elaborado e apresentado pelo Senador Rogério neste momento, dá a certeza de que nós teremos um dispositivo legal, aí, sim, elaborado e constituído por quem tem a competência constitucional, que é o Congresso brasileiro, para que o TSE cumpra – não legisle, cumpra.

Nós estamos vivendo momentos duros, repito, em que o Judiciário se porta mais ao que fez no passado D. Pedro quando criou um Poder moderador. Na dúvida, o Judiciário legisla; na dúvida, vai além de o que a Constituição lhe permite. Isso acontece em todos os momentos. E, muitas vezes, quando queremos fazer a nossa obrigação constitucional também de apurar atos, e não entrar no mérito de decisão jurisdicional ou de prestação jurisdicional, quando vamos falar em propina, dinheiro, safadeza, crime, nós mesmos, aqui no Senado, dizemos que não é oportuno, não é o momento. E, neste momento, vale tudo o que for praticado pelo Judiciário.

Não posso deixar, ao terminar minhas considerações, também de manifestar, como já fiz – até agora não tive, acho, as minhas redes sociais ainda bloqueadas, mas não sei, Kajuru já teve, Alessandro não sei, talvez –, porque dois órgãos de imprensa, O Antagonista e Crusoé, sofreram uma lamentável

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

censura em uma determinação do Supremo Tribunal Federal de recolher as revistas, suspender qualquer difusão. Tenho notícia do cumprimento de um mandado de busca na casa de um general da reserva aqui em Brasília. Vejo o art. 5º da Constituição, inciso IX, bem como o art. 220, §2º, que garante a livre expressão, vedando qualquer tipo de censura, ser literalmente rasgado.

Nós estamos aqui discutindo, sim, e devemos preservar harmonia e independência entre os Poderes, mas não a subserviência em que nós estamos nos colocando, tampouco devemos fazer vistas grossas diante de um atentado desses, que não é contra dois órgãos de imprensa. A imprensa tem que ter a responsabilidade sobre tudo que publica. Logicamente tudo aquilo que é publicado está sujeito à apreciação e, em caso de injustiça, a ser passível das punições cíveis e eventualmente penais, mas censuras dessa natureza colocam em risco, aí sim, a democracia. Então, se nós lutamos por democracia, ninguém mais do que nós luta para ter um Judiciário forte, independente, que possa fazer valer o sentido da aplicação da justiça, mas não pode, de forma nenhuma, o próprio Supremo Tribunal Federal, guardião da Constituição, desconsiderar os princípios constitucionais numa eventual preservação corporativista de instituição ou de qualquer um de seus membros.

Continuo a insistir na instalação da CPI do Judiciário, muito embora já tenha sido deliberado nesta Comissão... Nós agora queremos, literalmente, que o Presidente do Senado cumpra a palavra empenhada quanto a como seria o rito após aqui, a CCJ, e paute, efetivamente, porque nós queremos debater e queremos deixar registrada a nossa manifestação da necessidade... Depois desse ato, então, e do conteúdo do que apresenta O Antagonista e a Crusoé, o conteúdo também passa a ser objeto e mais uma justificativa e mais um item fundamental para que haja uma comissão parlamentar de inquérito.

Naturalmente, em relação ao projeto que sedimenta a estrutura partidária no Brasil, eu vou acompanhar o voto do Relator.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. *Fazendo soar a campainha*.) – Obrigada, Senador Major Olimpio.

Pela ordem de inscrição, com a palavra o Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para discutir.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, vou ser muito objetivo porque vou me dispensar de fazer comentários sobre a qualidade legística do texto.

Vou dividir a minha fala em dois pontos.

Primeiro: vou concordar com o Major Olimpio, o que não é tão frequente assim...

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP. *Fora do microfone*.) – Céus!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Mas, depois que céus o levaram até o Paraguai e nós dois juntos participamos do encontro de católicos que dizem ter responsabilidade política, começou a aparecer essa afinidade.

Por isso, a minha primeira palavra é para dizer o seguinte. De partido político, vocês podem todos falar mal. Alguns aqui já passaram por vários, estão procurando a sua noiva e não vão achá-la – estou olhando para o Kajuru e estou me lembrando disso. Se já passou por seis...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO. *Fora do microfone*.) – Eu, só dois.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... o seu destino vai ser ultrapassar dois dígitos. Eu nunca mudei de partido, eu sou um dinossauro. Eu já divergi muito, e não há outra forma de fazer política, salvo quando permitirem – e eu não sei qual será o resultado – candidaturas independentes.

Então, o partido político tem que ser regido por lei, e a Justiça Eleitoral, que é uma instituição brasileira, mas não universal... Os partidos são universais nas democracias, mas a Justiça Eleitoral não existe em todos os países.

Concordo com Major Olimpio quando ele diz que a Justiça Eleitoral tem que cumprir a lei. E cito o exemplo da Resolução 23.465 do Tribunal Superior Eleitoral, que é mais do que lei, porque é o julgador editando leis: aí é um ato de império. A Resolução 23.465 invadiu – e invade, porque está em vigor – a competência do Congresso. Por isso, essa lei, esse dispositivo legal que nós estamos apreciando, esse projeto exige decisão pronta. E o meu partido recomenda, com a vivência de todos aqueles que o dirigem em nível municipal, estadual, do Distrito Federal e nacional que não dá para deixar como está. É esse o sentimento que existe. Por isso o texto tem que ser aprovado, com as imperfeições que ele tem, porque, mesmo com estas, ele não tem as imperfeições, por exemplo, da resolução que eu mencionei e da atuação legiferante, ilegítima da Justiça Eleitoral. Então, isso é a salvaguarda do texto, vamos fazer um mal menor.

Agora, eu quero fazer um apelo ao Presidente. Foi aí a intromissão minha a respeito da Emenda 8 – eu acho, que ele estava rejeitando. Aliás, a 8 o senhor aceitou, a 9 é que não aceitou. Oito anos para a comissão provisória? Isso é uma exorbitância absurda, ilógica, inconstitucional e não tem respaldo algum. Por quê? Porque dos 90 partidos que existem ou estão pretendendo existir no Brasil... Eu quero lembrar aos senhores que no TSE há mais de 50 pedidos. Nesta Casa, temos 22 partidos em operação, que elegeram ou estão operando, e na Câmara, mais de 30. Portanto, nós temos mais partidos do que uma democracia razoavelmente representativa tem operando. Nós temos uma vida partidária fragmentada, e isso é perigoso para a democracia. A República de Weimar que o diga, e tantas outras. A

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fragmentação é que impõe o tal presidencialismo de coalizão, que é o "toma lá dá cá" estabelecido a partir de lei, a partir da possibilidade dessa existência.

Então, eu quero fazer um apelo ao Líder, ao Relator: Relator, eu não voto nos oito anos, e não voto por uma razão muito simples: nenhum desses partidos prevê mandato de oito anos. Deu para entender? Como é que, para eleger, na média são três anos, alguns têm dois, parece que um ou dois têm quatro anos de mandato, mas na média são três anos... Meu partido terá convenção agora no dia 25. Dois ou três anos é a média. Como é que nós vamos permitir comissão provisória prorrogada por oito anos?! Independentemente dos outros defeitos desse projeto, este, como diria o nosso saudoso Deputado Carlinhos Büchele, eu não vou contar a história, esse não tem explicação. Esse não tem explicação, porque quando o provisório exorbita em relação à existência do efetivo, aí nós perdemos o fuso horário, a bússola, e não há GPS que nos corrija. Então, esse é o apelo que eu lhe faço. Olha, há várias soluções para isso. Por exemplo, negociar com o Governo para que ele vete isso. Segundo, retificar para um ou dois anos aqui e diligenciar na Câmara. Se a Câmara quiser perseverar nos oito anos, nós vamos pedir o veto, porque não tem explicação.

No mais, eu aplaudo o esforço do Senador Marcos Rogério de render-se aos fatos – e aos fatos de natureza política – para aprovarmos, com os defeitos que nós sabemos que tem, a média do projeto.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. *Fora do microfone*.) – Com a palavra, pela ordem de inscrição, o Senador Lasier Martins.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS. Para discutir.) – Presidente Simone, Srs. Parlamentares, os partidos políticos são hoje e há bastante tempo no Brasil daquelas organizações mais desprestigiadas pelos brasileiros. As pesquisas têm mostrado isso. Os partidos aparecem na rabeira daquelas instituições pesquisadas. Por isso entendo que nós temos a obrigação de fazer uma boa lei, e essa que estamos aqui discutindo tem defeitos.

Para não ir longe, há a questão da anistia: quando mexemos com verbas públicas, o contribuinte é abusado nesse particular. Verba que deve ser destinada para promoção de campanha acaba se transformando em financiamento de campanha e, agora, se quer anistiar. Por outro lado, ninguém aqui ignora quantos partidos há anos não têm as suas contas aprovadas.

Então, embora desejasse aqui elogiar o trabalho do nosso colega Marcos Rogério, que é um Parlamentar experiente, brilhante, respeitável, eu não posso concordar quando, em seu relatório, acentua o seguinte – e leio: "No tocante às emendas oferecidas, embora visem a aperfeiçoar a legislação eleitoral e partidária, entendemos que não mereçam acolhida, porque inviabilizariam a rápida aprovação de matéria". Ora, o prezado Relator admite que as emendas propostas querem aperfeiçoar, mas, como não dá tempo, vai assim mesmo, de qualquer jeito, com defeito. Ora, isso é inadmissível, é um absurdo!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, depois, essa situação de premência não é bem assim. Há bem poucos dias a Câmara dos Deputados não votou em 24 horas ou em 48 horas o orçamento impositivo a toque de caixa? Aí, dá. Aqui, nós temos ainda, Sra. Presidente, Srs. Senadores, 73 dias para vencer o prazo. Setenta e três dias é muito tempo para se aprimorar essa lei, que, por indolência, o Congresso deixou de fazer há muito tempo e tem deixado para o Eleitoral resolver, quando é missão nossa. Aliás, esta aqui é uma Câmara revisora, portanto compete-nos revisar o que não está bom. E há tempo, repito, há muito tempo.

Então, eu vou votar contrariamente porque sou contra as anistias. Acho que nós devemos ter uma Lei dos Partidos Políticos com maiores rigores, com mais responsabilidade, porque um partido político é uma representação da sociedade e, como tal, tem obrigação de transparência, de modelo, ainda mais quando se sabe que são os partidos políticos que preparam programas de Governo, e o ponto de partida é um bom partido, transparente, idôneo. Essas facilidades, essas frouxidões que estão no projeto não nos servem.

Não bastasse a questão das anistias, há esse prazo absurdo! Transitoriedade em oito anos? Isso não é transitório, isso é abuso! Por isso, uma emenda que fiz para dois anos. Que não sejam dois anos, que sejam quatro, mas oito anos é muita coisa.

Então, eu entendo que esse projeto de lei dos partidos é ruim e não condiz com os tempos em que nós propomos mudanças, uma nova política, a regeneração da política. Esse projeto não é bem aquilo de que nós precisamos.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu agradeço.

Com a palavra, pela ordem de inscrição, o Senador Fabiano Contarato.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES. Para discutir.) – Muito obrigado, Presidente Simone.

Eu tenho que me render à obra de Thomas Hobbes, *Leviatã*, quando ele fala que o homem é mal por natureza e lobo do próprio homem. Em que pese eu ter pouco tempo de Senado – aliás, de vida pública –, eu nunca vi um projeto tão ruim. Ele fere princípios que passam pela transparência, pela integridade, pela legalidade, pela constitucionalidade, pela moralidade.

Apenas para ilustração, vedar-se a inscrição no Cadin do dirigente partidário que teve as suas contas aprovadas? Como fica a lei de acesso à informação? Como fica a publicidade? Haver prazo de validade das comissões provisórias por oito anos? Concordo em gênero, número e grau com a emenda do Senador Lasier, com quem eu faço coro, de dois anos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Olhem, a última pesquisa feita pelo Latinobarómetro foi clara ao estabelecer que, dos 18 países estudados da América Latina, o Brasil ficou em último no que tange ao quesito de que apenas 8% da população brasileira confiam nas suas agremiações políticas. Passou da hora de nós fortalecermos e resgatarmos a credibilidade dos partidos políticos no Brasil, e não é transferindo um mandato *ad infinitum ad perpetuam* para essas comissões permanentes... Nós tínhamos de estabelecer isso em dois anos! O processo é democracia. Nós estamos num Brasil democrático em que nós fomos eleitos pelo povo para representar os interesses da população, para resgatar essa credibilidade! Eu não tenho como achar razoável isso.

E aí eu louvo o Relator quando ele teve a sensibilidade de, em parte, acolher a emenda na qual o art. 55-C falava que: "Art. 55-C A não observância do disposto no inciso V do art. 44 até o exercício [...] não ensejará a desaprovação das contas."

Nós estamos vivendo em um Brasil em que se fala que homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, mas em que as mulheres estão sendo violadas diuturnamente. Deveria haver um incentivo, um fomento à participação delas em todos os partidos políticos, mas isso não é feito. Aí falam: "Então, podem pegar o fundo e estabelecer como um pré-requisito para incentivá-las nas campanhas eleitorais". Isso também não foi feito. Agora, vem esse projeto e fala: "Vamos anistiar!". Ora, isso está indo na contramão de tudo que é mais razoável. Não há como!

Então, acho que, sim, Sra. Presidente, dada a complexidade do tema – faço um apelo aos colegas –, apesar de saber que a votação aqui é simbólica, isso mereceria, sim, uma votação nominal.

Não tenho dúvida em falar que o meu voto para esse projeto é pela rejeição. É pela rejeição, porque nós não podemos, aqui, de afogadilho, numa colcha de retalhos, permitir um projeto dessa natureza, que viola direitos e garantias, que desiguala o tratamento com as mulheres. Mais uma vez, nós estaremos aqui apenas numa conduta pró-forma, chancelando esse absurdo que é esse projeto. É como penso.

Obrigado.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu queria só pedir um esclarecimento ao Senador Contarato.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – Não há obrigação de ser votação simbólica. Nós podemos pedir votação nominal. Se o senhor a pedir, eu subscrevo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Eu já estou anunciando a minha intenção de solicitar a votação nominal.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – E eu a subscrevo.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – No momento oportuno, qualquer Senador pode pedir verificação de quórum e verificação de votação.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Há verificação de quórum, Presidente?

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sim, se houver solicitação e apoiamento.

Com a palavra, pela ordem de inscrição, o Senador Oriovisto Guimarães.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR. Para discutir.) – Sra. Presidente, ontem, como todos os brasileiros, eu estava assistindo à televisão e presenciei o incêndio que aconteceu na igreja Notre-Dame, em Paris. Quero aproveitar este momento para expressar minha solidariedade ao povo francês e à humanidade, que perde um prédio feito há muito, muito tempo, há 850 anos.

Esse episódio me fez lembrar de Luís XIV, que falou uma frase célebre, por volta de 1700, quando ele disse: "Je suis la loi, je suis l'État. L'État c'est moi". "Eu sou a lei, eu sou o Estado. O Estado sou eu." Assim pensam os imperadores absolutistas.

Nós tivemos os nossos ditadores. Getúlio, por exemplo, dizia: "Lei! Ora, a lei!". Isso se deu por volta de 1940. Ernesto Geisel, quando contrariado, achava que estavam falando contra o Brasil, pois ele se confundia com o Estado brasileiro; contrariá-lo significaria contrariar os interesses da Nação.

A nossa Câmara dos Deputados vai nessa linha. A nossa Câmara dos Deputados quer apresentar a este Senado alguma coisa pronta, rápida, e quer que o Senado não desempenhe o seu papel.

Nós propusemos duas emendas, as de nºs 9 e 10, que não mereceram do Senador Rogério sequer um comentário sobre o conteúdo. As emendas que propus visam a quê? Primeiro, a de nº 9 visa a aumentar a autonomia partidária e a conferir uma maior democracia interna, ao prever uma maior participação dos filiados. Por que que eu fiz essa emenda? Porque, Sra. Presidente, nós temos não só esse número absurdo de partidos como, na verdade, os nossos partidos têm donos, proprietários. E isso precisa acabar. Há um empreendedorismo neste País de montar uma maquininha de ganhar dinheiro chamada partido para se ter acesso a fundo eleitoral, para se ter acesso a dinheiro público, para se ter acesso a horário gratuito de televisão e não para pensar no País. E tudo que nós pudermos fazer para dificultar a existência desse empreendedorismo é obrigação do Senado fazer. Não se pode

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

simplesmente, porque a Câmera demorou para fazer alguma coisa, pedir que nós Senadores renunciemos aos nossos mandatos, renunciemos a nossa consciência em prol da rapidez – rapidez, aliás, que não existe, como muito bem disse o Senador Lasier, temos tempo, 73 dias. Ora, a Câmara, quando quer, aprova em cinco, em dois, em um, rompe interstício e faz duas votações em meia hora, como já fez no caso do orçamento impositivo.

O que não pode é chegar aqui, pedir regime de urgência e de novo esse projeto... Se não fosse o nosso protesto lá no Plenário, meu de muitos outros Senadores, teria sido votado no mesmo dia, sem sequer passar por esta Comissão de Constituição e Justiça.

Além desse aspecto da minha emenda de conferir maior democracia, onde eu coloco aditivos – já que o Relator não comentou, eu me permito comentar –, no art. 1º, §5º, eu coloco que: É assegurado aos filiados igualdade de condições para concorrer a cargos de direção nos órgãos de nível nacional, estadual, distrital e municipal. O §6º: O estatuto do partido deverá definir as regras das eleições internas para os cargos de direção nos órgãos de nível nacional, estadual, distrital e municipal, observando os princípios democráticos do voto direto, secreto, universal e periódico e da alternância. E o §7º: Fica vedado a partidos dirigidos por comissão provisória registrar candidatos para pleitos eleitorais na respectiva circunscrição, bem como participar de coligações proporcionais ou majoritárias, devendo seu tempo de rádio e televisão ser distribuído igualitariamente entre os demais.

Não estou fixando um prazo de oito anos, nem de quatro, nem de seis meses para que as comissões provisórias se tornem definitivas, mas apenas colocando um limite. Se quer indicar candidato, se quer participar, deixe de ser provisório e passe a ser definitivo. Desde que não queira fazer isso, tudo bem, só que não concorre, não participa.

Então, Sra. Presidente, eu quero renovar aqui o protesto que fiz em Plenário. Não é possível que as coisas passem por este Senado pedindo que os Senadores abram mão da sua capacidade de análise, da sua capacidade de revisão, da sua capacidade de aperfeiçoar o que vem da Câmara. Não podemos mais pensar como pensam os ditadores: "Se a lei não é boa, ora, mude-se a lei!". Estamos agindo mais ou menos como aquele pai que, no intuito de educar um filho, diz a ele assim: "Olha, se você quebrar a vidraça, vai pagar uma multa com a sua mesada e vai pagar a vidraça". Aí, o filho quebra a vidraça e diz: "Papai, vou mudar a lei, daqui para frente, quem quebrar vidraça não paga a vidraça e ganha um prêmio". Porque é isso que estão fazendo aqui, é esse o exemplo que estão dando à nossa juventude.

Isso é um absurdo, é fora de ética, é a continuidade de os partidos serem propriedade de pessoas e não serem realmente agremiações que pensem o País, que apresentem uma proposta, que tenham ideais, em que as pessoas participem porque querem o bem do País. É por isso – e só por isso, Senador Espiridião Amin – que o número de partidos é tão grande, porque eles são pequenas empresas e não são partidos de verdade. Poucos são os partidos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Era isso, Sra. Presidente, e eu quero dizer que, é claro, eu voto contra essa proposição. E nós precisamos, necessariamente, ter mais tempo. Existe o tempo, e não há por que fazer uma legislação tão ruim como essa que está sendo proposta.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Senador Oriovisto.

Com a palavra, pela ordem de inscrição, o Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR. Para discutir.) – Sra. Presidente, muito obrigado.

Embora não integrando a Comissão de Constituição e Justiça, estou aqui exatamente para convalidar as palavras dos Senadores do Podemos, que se manifestaram contrariamente a essa proposta. E, de início, eu entendo que seria importante para esta instituição fazer o seu *mea culpa*.

Condenamos a invasão de competência, quando legislam em nosso nome, mas devemos reconhecer que, quase sempre, somos os responsáveis por isso, já que oferecemos espaço para a invasão de competência. Se o Legislativo não legisla, o Judiciário acaba legislando, consagrando determinadas jurisprudências nesse espaço deixado pela ausência de atuação do Poder Legislativo.

Isso ocorre, muitas vezes, porque não valorizamos nossas próprias iniciativas. Quase sempre aguardamos o Executivo, com as suas propostas e os seus interesses. Propostas de autoria de Parlamentares ficam no final da fila. Exemplo: agora discute-se um pacote anticrime, antiviolência e anticorrupção. Temos, no Senado, cerca de 80 projetos de iniciativa de Senadores que dizem respeito a essa matéria. No entanto, nós estamos ignorando as propostas com origem nesta Casa para debatermos, com primazia, as propostas com origem no Poder Executivo.

Cito apenas mais um exemplo: o Senado Federal já há anos aprovou o fim do foro privilegiado. Essa matéria encontra-se na Câmara dos Deputados, aguardando deliberação de Plenário. O Supremo Tribunal Federal, na ausência de deliberação da Câmara dos Deputados, consagrou jurisprudência, retirando – parcialmente, mas retirando – o foro privilegiado dos detentores de mandato eletivo. No entanto, não alteraram o comportamento em relação ao foro privilegiado de magistrados, ou de integrantes do Ministério Público, ou do próprio Poder Executivo.

A Câmara dos Deputados, em que pese esse fato, não delibera sobre matéria de sua responsabilidade, matéria que já passou pela Comissão de Justiça, passou pela Comissão Especial, e aguarda deliberação de Plenário. Por que a Câmara dos Deputados não vota esta matéria? Não tem pressa em relação ao foro privilegiado, mas tem pressa em relação a uma matéria dessa natureza e a elabora apressadamente, atropelando prioridades?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa inversão de prioridades faz mal à imagem do Poder Legislativo. Nós não realizamos uma reforma política de verdade, e, como disse o Senador Oriovisto, instituímos uma fábrica de siglas no País em razão das tentações oferecidas pelo fundo partidário, fundo eleitoral.

Partidos políticos são siglas. Na verdade, são siglas para registro de candidaturas e para a sustentação de algumas figuras que militam na política não para atender o interesse coletivo e o bem comum, mas para buscar os seus próprios interesses. E os partidos, na esteira dessa inversão de prioridades, se desvalorizam, se deterioram diante da opinião pública do País.

Esse projeto não contribui. Esse projeto é muito ruim, é péssimo. Esse projeto, como disse o Senador Fabiano Contarato, vem na contramão do que deseja a sociedade brasileira e daquilo a que aspiramos nós, que queremos partidos políticos valorizados, respeitados diante da sociedade.

Apenas me restrinjo a dois itens. Poderia abordar tantos outros, mas esse item que diz respeito às comissões provisórias vem em nome da dominação partidária e não do exercício democrático. Nós perdemos o direito de falar em democracia quando não a exercitamos partidariamente. Queremos democracia quando nos interessa; quando não nos interessa, buscamos a dominação. Oito anos para uma comissão provisória? É a busca da perenidade, da longevidade no comando partidário para o aproveitamento das benesses, das vantagens oferecidas pela legislação que instituiu fundos generosamente constituídos por recursos públicos. Portanto, não há razão, não há justificativa para uma comissão provisória ter vida longa, de oito anos. Por que não dois anos, como propõe o Senador Lasier em sua emenda?

A questão da anistia. A palavra anistia vem sempre sob suspeição. A anistia quase sempre pune a correção e premia a incorreção, porque estabelece uma competição desigual: você desrespeita a legislação, comete ilícitos, pratica crimes e depois é absolvido pela generosidade da anistia concedida legalmente. E aquele que cumpriu o dever rigorosamente e que, muitas vezes, teve prejuízo do ponto de vista prático, pragmático, mas respeitou a legislação, cumpriu seu dever, é punido, é rigorosamente punido quando se concedem anistias dessa natureza.

Aqui está no art. 55: "Ficam anistiadas [os partidos] as devoluções, as cobranças ou as transferências ao Tesouro Nacional que tenham como causa as doações ou contribuições feitas em anos anteriores por servidores públicos [...] de livre nomeação (...)."

Qual é o problema? Não se pode conceder anistia a crimes como esse, que visa evitar a nomeação de comissionado com o objetivo de doar o salário para bancar candidatos. Esse tipo de doação é proibido no inciso V do art. 31 da Lei 9.096, de 1995. Nós estamos acompanhando alguns lances em que Parlamentares estão envolvidos em transferências de recursos oriundos de salários pagos a assessores, a comissionados. Em Assembleias Legislativas, em Câmaras de Vereadores, em todo o País há essa prática, e nós a estamos estimulando, porque estamos anistiando a prática desse crime.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, esse projeto não contribui para a recuperação da imagem dos partidos políticos no País. Setenta partidos, se não me falha a memória, estão à espera de aprovação no Tribunal Superior Eleitoral exatamente porque buscam facilidades. Siglas que buscam facilidades. São siglas para registros de candidaturas, eventualmente, mas se constituem para sobrevivência financeira de algumas famílias que se apoderam dessas siglas e delas não abrem mão mais e querem se perenizar como verdadeiros coronéis partidários, lamentavelmente, degradando a imagem...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – ... da atividade política no nosso País.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

O voto, portanto, do Podemos é contra essa proposta.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Senador Alvaro Dias.

Antes de passar a palavra ao próximo orador inscrito, eu pediria, por favor, um pouquinho de silêncio para que possamos ouvir os nossos colegas.

Com a palavra, pela ordem de inscrição, Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Para discutir.) – Sra. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, quero primeiro dizer que ouvi atentamente cada um dos Senadores e preciso declarar que concordo com os argumentos e as teses trazidas a este plenário pelos Senadores que se manifestaram ainda há pouco.

Sra. Presidente, as manifestações aqui apresentadas tratam de uma reforma política de que o País precisa, e nós precisamos começar a tratar do tema da reforma política, o que não ilide e não afasta a questão do ativismo judiciário, que tem acontecido inclusive pelo Tribunal Superior Eleitoral, legislando, no lugar do Congresso Nacional, sobre matéria eleitoral. E assim tem sido praticamente todos os anos. O Senador Esperidião Amin, ainda há pouco, colocou corretamente que a resolução do TSE acaba tendo mais força porque é a resolução de quem nos julga em última instância.

Não há o que reparar, Sra. Presidente, com relação às questões aqui colocadas de desvios de funções em diversos partidos, de que se estabeleceram cartórios em diversos partidos, mas nós estamos tratando aqui de um projeto que altera a Lei dos Partidos para garantir autonomia aos partidos e definir prazo de duração dos mandatos dos membros de seus órgãos partidários permanentes ou provisórios e traz outras disposições.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A resolução em pauta, aqui levantada muito bem também pelo Esperidião Amin, é de dezembro de 2015, Sra. Presidente. É de dezembro de 2015! A 23.465/2015, de 17 de dezembro de 2005... Aliás, de 2015, é de 2015. Eu tenho, inclusive, aqui no celular, o seu texto. Ela trata de questões que são anteriores a uma série de mudanças.

Nós mudamos, por exemplo, o financiamento de campanha, e aqui a resolução está tornando os diretórios municipais que não prestaram contas... Ora, eles não prestaram contas e não receberam dinheiro público, não receberam fundo partidário! Portanto, todo o discurso que eu ouvi é correto, mas, no caso em espécie, os diretórios que estão sendo anistiados não receberam fundo eleitoral, não receberam fundos partidários, não receberam, portanto, recurso público e, por isso, estão sendo dissolvidos.

Ora, o que nós estamos, portanto, analisando aqui, Senador Kajuru, é uma anistia, na grande maioria dos casos – pode haver alguma exceção à regra – em que o diretório municipal não recebeu recurso público. Estão impedindo, por uma resolução do ativismo judiciário, que é anterior à lei de financiamento de campanhas, que os partidos possam exercer a sua função precípua: entregar alternativas democráticas para a população poder escolher livremente os seus representantes nas eleições municipais. Nós não estamos aqui estabelecendo questões para os diretórios regionais ou para os diretórios nacionais que receberam, esses sim, recursos públicos e que estão sujeitos, portanto, à prestação de conta.

Outra questão que ouvi aqui em relação à qual concordo com todos os Senadores: a questão do prazo de até oito anos. Porque o prazo aqui não é de oito anos, é de até oito anos, e delega aos partidos – é importante que os Srs. Senadores e Sras. Senadoras acompanhem este raciocínio – para que, nos seus regimentos, nas suas resoluções internas, com autonomia partidária, definam os prazos.

O MDB, tenho certeza, não acatará esse prazo de oito anos, até porque é um partido orgânico que tem mais de 1.050 prefeitos neste momento se preparando para disputar a eleição. Portanto, nós não estamos falando de um prazo de oito anos, nós estamos falando de um prazo de até oito anos e entregando autonomia ao partido e às suas instâncias partidárias para decidirem os seus prazos.

Ora, se nós queremos uma reforma política, e eu acredito que a reforma política é necessária, concordo com o que foi dito aqui pelos Senadores Alvaro Dias, Oriovisto, e por outros Senadores que me antecederam argumentando que o Brasil tem partidos de toda natureza e de toda ordem... Mas, senhores, esta eleição que nós vamos enfrentar agora, em 2020, é a primeira em que não haverá coligação proporcional, é a primeira em que, no Município, na base, nós só poderemos ter financiamento público de campanha. Portanto, depois dessa eleição, nós teremos uma redução muito grande do número de partidos e, em 2022, teremos uma segunda rodada, em que nós vamos consolidar ainda mais...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse foi o espírito da reforma política que nós votamos em 2017 e que foi aprovada por este Senado. O Senador Alvaro Dias participou dessa discussão, assim como outros Senadores aqui, e muitos tantos Senadores atuais participaram dessa discussão na Câmara.

Sra. Presidente, o que nós estamos fazendo aqui é, em primeiro lugar, restabelecendo a autonomia partidária para que ela possa decidir pelos seus órgãos partidários e suas instâncias; segundo, criando mecanismo de anistia para diretórios municipais que não receberam nenhum tipo de financiamento, de dinheiro público; nós estamos habilitando os partidos políticos para que possam democraticamente apresentar candidatos numa eleição em que não haverá coligação proporcional nos Municípios e que preparará a base e o fundamento da eleição de 2022 – aí sim, eleições para Presidente da República, Senado da República, Câmara Federal, Governadores, Deputados Estaduais –, e nós estaríamos concluindo a transição da reforma que aprovamos em 2017 – reforma de 2017 que é posterior à resolução de 2015, que hoje nós estamos votando.

Então, concordando com todos os argumentos aqui apresentados, nós do MDB estamos convencidos de que esta não é a melhor lei, nem a melhor proposta, mas é a lei que democraticamente dará novamente aos partidos autonomia política para decidir e deliberar sobre as candidaturas de 2020. E, para finalizar o argumento, o prazo do TSE para o cumprimento de tudo isso é até o dia 29/6/2019. Nós estamos praticamente no final de abril, temos o período da Semana Santa e temos na Câmara uma discussão importantíssima que é a reforma da previdência.

Portanto, Sra. Presidente, nós do MDB vamos encaminhar o voto "sim", apoiando o relatório. E, segundo o nosso Regimento, o que está em discussão e votação neste momento é o relatório do eminente Relator, Senador Marcos Rogério, um relatório que sinceramente... Quero cumprimentá-lo, porque V. Exa. buscou compreender, nos limites daquilo que nos permite, a questão das emendas de redação, dando melhor organicidade e técnica legislativa ao projeto que veio da Câmara.

Quanto às outras colocações, Sra. Presidente, assino embaixo e digo que a reforma política é necessária.

Votamos com o relatório apresentado pelo Senador Marcos Rogério.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Senador Eduardo.

Com a palavra o Senador Humberto Costa.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Pela ordem.) – Sra. Presidente, pela ordem, eu queria só saber a ordem de inscrição.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – A senhora é a terceira. Depois do Senador Humberto, Senador Zequinha Marinho e Senadora Eliziane Gama.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Em seguida, Senador Anastasia, Senador Randolfe Rodrigues e, finalizando, Senador Wellington Fagundes. Portanto, nós temos seis... Com a Senadora Rose, sete oradores inscritos.

Com a palavra o Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para discutir.) – Sra. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, eu quero, inicialmente, colocar que poucos efeitos dessa lei atingem o nosso partido, o PT. No caso, a aplicação dos recursos para atividades de promoção da participação das mulheres, nós cumprimos à risca; a questão da destinação de recursos do fundo partidário para as candidaturas de mulheres, nós também cumprimos à risca, como cumprimos, sem o aparecimento de qualquer laranja, limão ou qualquer coisa disso aí, os recursos do fundo eleitoral, aplicados corretamente para as candidaturas de mulheres.

Por outro lado, entendemos que os demais partidos, até pela novidade dessas resoluções, inclusive a resolução que destinava os recursos às campanhas femininas foi tomada praticamente à beira da resolução das eleições, criaram dificuldades as mais diversas. E é justo que se possa, em aprendendo com o processo, permitir que esses partidos não venham a ser punidos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... por conta de problemas de ordem política, mas muitos também de ordem burocrática.

Há outra coisa a que o Senador Eduardo Braga se referiu muito corretamente: existem absurdos nas cobranças que o TSE faz, como essa de que os Municípios que não receberam recursos, não movimentaram recursos terem de fazer prestação de conta e, se não fizerem... Fala-se tanto em eliminar burocracia, e a Justiça eleitoral só faz aumentar.

Eu nunca exerci função de tesoureiro, mas acompanho um pouco as dificuldades, por exemplo, de prestação de contas. Em algum momento, o Congresso Nacional vai ter de sentar para dizer o que é aceitável ou não do ponto de vista de prestação de contas. Há ano que uma determinada coisa é aceita; no ano seguinte, já não é aceita. Tal recurso em um ano pode ser aplicado de uma maneira; em outro, não pode. Isso deixa o tesoureiro de um partido um verdadeiro louco e herói ao mesmo tempo, porque, a cada ano, as resoluções vão surgindo e criando embaraços para quem faz a prestação de contas do partido.

Então, eu quero dizer que nós vamos votar favoravelmente, até mais em solidariedade do que propriamente no interesse do PT. Até porque, nesse aspecto da questão das comissões provisórias – nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

defendemos lá na Câmara, apresentamos emendas, fomos derrotados –, nós achamos que não se deveria ter um mandato tão extenso para as comissões provisórias.

As comissões provisórias, enquanto elas não são transformadas em diretórios, podem ser mudadas a qualquer momento a bel prazer da direção nacional. Isso é um problema. A gente vê, às vezes, em uma eleição municipal, uma aliança que se espera fazer há um ano, dois anos, em que se vai trabalhando e que, ao final, uma posição da direção nacional a elimina às vésperas da eleição. Troca-se a comissão provisória, diversas pessoas são prejudicadas, e aquela política do caciquismo, do coronelismo se mantém. Nossa proposta tinha sido para que esses mandatos tivessem apenas dois anos de duração, o que já seria, no meu ponto de vista, o suficiente.

Mas, como foi dito aqui, acho que vamos ter de ter o aprimoramento de toda essa legislação eleitoral. Nada impede que um pouco mais à frente – que vamos ser obrigados a rediscutir todos esses temas – nós possamos fazer essas adaptações e fazer esses avanços.

Não vamos nos esquecer de que a reforma que foi feita em 2017 foi um grande avanço político. Foi um grande avanço político porque previu a cláusula de barreira, ainda que de forma progressiva; foi um avanço político porque proibiu as coligações proporcionais a partir do ano que vem; foi um enorme, gigantesco avanço político porque permitiu, na prática, o financiamento público das campanhas eleitorais e, à exceção de alguns partidos que usaram caixa dois como usam em qualquer situação, com financiamento público ou não, poucas foram as denúncias de má aplicação desses recursos para as campanhas.

E há mais: as campanhas foram mais simples, mas o recurso foi absolutamente suficiente. Ninguém perdeu eleição porque não tinha dinheiro. É lógico que alguns foram favorecidos porque a legislação tem que ser aperfeiçoada; por exemplo, o candidato não tem limite para gastar do seu patrimônio. Isso favorece que aqueles que são aquinhoados pelo destino ou por razões das mais diversas concorram em condições desiguais em relação aos outros, mas é um aperfeiçoamento que nós podemos fazer um pouco mais à frente.

Então, apesar de todas as restrições que nós fazemos a esses aspectos que eu citei, nós vamos votar favoravelmente a esse projeto para evitar mais delongas e para que a gente possa tomar conta de outras coisas.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. *Fora do microfone*.) – Com a palavra o Senador Zequinha Marinho.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Eu cedo a palavra à Senadora Eliziane, por favor. Depois...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Eu queria cumprimentar o Senador Zequinha...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Numa inversão solicitada pela Senadora Eliziane, V. Exa. está com a palavra por dez minutos.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Para discutir.) – Eu queria cumprimentar, primeiramente, o Senador Zequinha pela disposição de nos ceder esse tempo, porque estou com outro compromisso e já ia sair, mas a minha intervenção é muito rápida, na verdade.

Eu queria cumprimentar o Senador Eduardo, que trouxe avaliações muito pertinentes, quando falou do fundo eleitoral, do Fundo Partidário, melhor dizendo, e da inviabilidade em algumas situações de alguns partidos, de Municípios brasileiros que não têm condições mínimas de fazer o pagamento de um contador, o custeio de um advogado para proceder a essa prestação de contas sem ao menos ter recebido o Fundo Partidário.

E eu queria trazer mais uma segunda preocupação. Eu conversei com o Senador Marcos para tentar incluir... Queria, mais uma vez, fazer um apelo para que pudéssemos ter a admissão dessa emenda nossa partidária do PPS que é referente a um ponto no qual precisamos ser muito razoáveis. Imaginem só: um cidadão está filiado a um partido e não tem conhecimento da existência ou não da situação de prestação de contas desse partido. Existe um prazo de seis meses em que ele tem a obrigatoriedade de permanecer no partido, sob pena de não se candidatar. Ele não pode fazer uma mudança partidária nesse prazo de seis meses. Aí, de repente, ele se depara com uma situação em que ele não tem a menor participação, porque, às vezes, vem de um dirigente anterior, sem nenhum conhecimento, e há essa situação de não aprovação de contas desse partido. Este filiado que não tem nenhuma responsabilidade não pode se candidatar. Ele até se candidata, mas não tem a validação dos seus votos. Nós temos um caso específico do partido em um Município, por exemplo, em que ele teve votos suficientes para se eleger e não se elegeu porque foi penalizado por uma situação totalmente exterior a ele.

Então, no texto que veio da Câmara esse texto suprimido porque colocava, por exemplo, que este filiado não ficaria impedido de participar do pleito eleitoral no caso de desaprovação de contas. Ele também anistiava a multa, o bloqueio do Fundo Partidário...

O que nós do PPS estamos fazendo na emenda? Que continue a multa, continue o bloqueio do Fundo partidário, mas que este filiado tenha o direito de se candidatar; ou seja, ele não poderia mudar de partido, mas minimamente participaria do pleito eleitoral, porque não haveria sobre ele nenhuma responsabilidade por um ilícito ou uma ação que tenha levado à desaprovação de contas desse partido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que é uma decisão razoável, Relator. Acredito até que haverá – já conversei aqui com vários colegas Senadores – a sensibilidade específica. Não estamos pedindo, por exemplo, nenhuma punição, não! No caso específico, se recebeu o fundo, estamos fazendo a defesa: tem de se pagar multa, o fundo partidário continua tendo seu bloqueio, mas esse filiado continua tendo seu direito de participar do processo de candidatura eleitoral.

Então, é essa a nossa emenda. Fizemos o encaminhamento. Se não aqui, vamos tentar ver em nível de Plenário, mas acho que isso seria minimamente razoável para que a gente pudesse ter um relatório mais concluso.

Muito obrigada, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu é que lhe agradeço.

Com a palavra o Senador Zequinha Marinho.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA. Para discutir.) – Obrigado, Presidente.

Eu gostaria de fazer algumas ponderações com relação ao projeto. A primeira é relativa aos §§2º e 3º do art. 32. Diz-se o seguinte: "§2º É assegurada aos partidos políticos autonomia para definir prazo de duração dos mandatos dos membros de seus órgãos partidários permanentes ou provisórios". O §3º diz o seguinte: "§3º O prazo de vigência dos órgãos provisórios dos partidos políticos poderá ser de até oito anos". O prazo poderá ser de até oito anos. Não vejo por que criarmos aqui uma polêmica com relação a essa questão dos oito anos. Primeiro, o parágrafo anterior diz que há autonomia, e o seguinte diz que o prazo é de até. Então, se eu tenho autonomia, vou estabelecer dois, três, cinco anos; não posso passar de oito anos. Então, não vejo como relevante essa questão dos oito anos.

Eu queria só dizer que temos a necessidade... Não estou dizendo que o projeto é perfeito, porque, naturalmente, ele tem suas falhas, mas estou dizendo da necessidade que temos não só de trabalhar esse projeto, mas também de dar sequência a um serviço que possa aperfeiçoar o procedimento do Tribunal Superior Eleitoral com relação à sua legislação, não só com relação à questão do fundo partidário – é importante aqui mencionar outros detalhes.

Eu quero citar dois momentos.

1- Em 2016, o TSE mandou abrir conta no Diretório Estadual quando a eleição era municipal, e há partidos que não receberam nem um centavo, por exemplo, para repassar aos Municípios. E o Estado, o Diretório Estadual que não abriu conta – as três contas, como de praxe – hoje está tendo suas contas reprovadas. Não há necessidade... Se a eleição é municipal, por que um Diretório Estadual tem que fazer toda a movimentação, a abertura de contas? Não há nexo entre uma coisa e outra, não há necessidade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

disso. É uma questão burocrática que é feita por alguém que desconhece a prática da vida e da gestão partidária.

2- Em 2018, recomendaram no sentido inverso: a eleição era estadual, e mandaram abrir as três contas em todos os Municípios. Calculem isso num Estado do tamanho de Minas Gerais, com 853 Municípios! A pessoa que está elaborando isso para os Ministros assinarem não conhece absolutamente, na prática, como se procede. Não há nexo, não há por quê, não há motivo.

Então, não é possível corrigir isso neste momento com o projeto atual, mas tenho certeza de que a gente pode trabalhar isso de futuro para evitar aberrações – como eu considero neste caso – e dar uma normativa eficaz e sustentável para que não... Toda hora estão alterando, toda hora o TSE emite uma norma, toda hora aparece um mais inteligente e mais burocrático e enfia mais alguma coisinha. Nós precisamos de tranquilidade para trabalhar, de legislação clara e objetiva que nos permita fazer um trabalho com tranquilidade.

Muito obrigado. Eram as minhas considerações para este momento.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Nós é que agradecemos.

Com a palavra o Senador Antônio Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG. Para discutir.) – Muito obrigado, Sra. Presidente, Senadora Simone Tebet, Sr. Vice-Presidente, Senador Jorginho Mello, Sras. Senadoras e Srs. Senadores.

O tema é muito relevante, mas me permito, antes de iniciar aqui minha intervenção – o Senador Oriovisto iniciou a sua trazendo aqui, com sua erudição, ditames da política e da tradição francesa –, eu me permito, relembrando, trazer da tradição ou pelo menos da antiga política de Minas Gerais uma frase atribuída ao Presidente Venceslau Brás, Presidente do Estado e da República: "Aos amigos tudo, aos inimigos basta a lei". É uma frase famosa, que se coincide um pouco, triste lamentavelmente – lamentavelmente. Era a República Velha, já superamos esse fato.

Eu digo isso, Sra. Presidente, porque de fato primeiro eu quero cumprimentar o Relator, o eminente Senador Marcos Rogério, que recebeu uma incumbência complexa – aliás, como algumas também que eu tenho recebido aqui ao longo dos últimos anos. E o Senador Marcos Rogério demonstrou o seu conhecimento, a sua elegância, a sua proficiência ao apresentar o relatório dentro do quadro que lhe apresentava naquele momento que era factível e viável. Então, quero cumprimentá-lo em primeiro lugar.

Quero dizer, Sra. Presidente, que esse tema dos partidos políticos, como aqui já fui antecedido pelo Senador Esperidião Amin, pelo Senador Alvaro e por todos os demais pares, é um tema

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

delicadíssimo. De fato, é necessário uma revisão profunda. Eu tive a oportunidade de apresentar aqui um projeto de lei que foi relatado com muito brilho pelo Senador Randolfe, a quem eu agradeço mais uma vez, sobre o programa de integridade dos partidos. Aprovado aqui nesta Comissão, agora está no Plenário, onde teremos uma nova discussão. Não há pressa, o tema é fundamental. O que nós estamos discutindo ali é exatamente aquilo de que há necessidade no Brasil, um aperfeiçoamento da estrutura dos partidos, que estão desgastados, nós não podemos fechar os olhos a essa realidade.

Agora, vem esse assunto, que começou errado. Todos aqui que me antecederam de fato têm razão. O Tribunal Superior Eleitoral, com todo respeito, com toda vênia, não poderia, por ato administrativo, determinar matéria de cunho legislativo, invadindo a competência privativa do Congresso Nacional. Na realidade, lá atrás, ou a matéria deveria ter sido legislada ou, usando ato normativo adequado, o Congresso poderia ter sustado por decreto esse ato exorbitante. E ainda entraríamos – aqui conversava com a eminente Presidente – sobre qual é o limite da autonomia constitucional dos partidos. Porque se a própria Justiça fixa um prazo para as comissões provisórias, esse limite não é assim indiscutível, ele está fixado. Então, é um tema que tem que ser novamente, como se diz, revisitado. Mas eu acho, portanto, que o prazo estabelecido pelo Tribunal abriu a brecha que levou a esse projeto.

Por outro lado, parecem-me as argumentações aqui colocadas em relação ao pagamento de fato – tem razão a Senadora Eliziane – é um despropósito punir diretórios por recursos que não recebeu – então isso é uma coisa sem pé nem cabeça. Parece-me, de fato, viável.

Quer dizer, não é uma anistia no sentido da origem da palavra, por um ato ilícito cometido. Não, porque não houve ali qualquer tipo de infração. Mas, por outro lado, Sra. Presidente, o Senador Lasier apresentou uma emenda que fixa em dois anos o prazo de comissões provisórias.

Eu acho muito difícil da minha parte, com todo o respeito aos colegas, não votar a favor dessa emenda, porque o prazo de oito anos me parece, de fato, abusivo, como disse o Senador Espiridião há poucos instantes. Oito anos para uma comissão provisória é eternizar o precário. Era melhor ter reduzido, tão somente anulado aquela resolução, que era o que se podia fazer, ou sustado.

Então, aquiescendo, na totalidade, ao relatório do eminente Relator, faço também, com muito pesar, somente a restrição referente a esses oito anos, porque eu sei que não é de iniciativa de V. Exa., porque, se pudesse fazê-lo – como aliás o disse, em seu relatório – também não tem simpatia por esse prazo, que, de fato, é um prazo fora da realidade.

Fora essa questão, portanto, nós aprovaríamos, mas os dois anos, por exemplo, me parecem mais moderados, equilibrados e racionais.

E a Câmara terá toda a condição de votar com rapidez, até porque nós vimos ontem que, quando há interesse, eles votam com a rapidez necessária, e para um tema desse não há quórum qualificado, é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muito simples, eu acho que haveria nenhuma dificuldade na votação, e nós não ficaríamos mais uma vez jungidos e submetidos a um calendário colocado pela Câmara em uma matéria que é de 2015, não é de ontem.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu que agradeço, Senador Antonio Anastasia.

Antes de passar a palavra para o próximo orador inscrito, como o Senador Anastasia acabou me citando, eu gostaria apenas de esclarecer o que ele colocou e que eu acho que é muito o que faz com que haja, de uma certa forma, embora pensamentos díspares de dois grupos de Senadores aqui, na realidade os dois grupos tendo razão.

Na realidade, nós estamos diante de uma "escolha de Sofia". A Constituição é muito clara.

Na realidade, o art. 17, §1º, da Constituição, só tratava da autonomia funcional dos partidos políticos. Foi uma emenda constitucional de 2006, mas tem mais de dez anos, com certeza, que incluiu, entre as autonomias – texto constitucional, portanto, uma norma constitucional – dos partidos políticos, o tempo de duração dos órgãos permanentes e provisórios. Então, essa autonomia é dada pela Constituição.

Onde está o nosso problema? O problema é que o TSE, por um ato normativo, e não por uma lei, estabeleceu um prazo de até 180 dias, e nós estamos querendo também, num questionamento constitucional... Se não é constitucional o ato normativo, também não o é a lei, porque ela, na hierarquia das leis, é inferior à emenda constitucional. Então, na realidade, votando de uma forma ou de outra, o Senador, a meu ver, tem toda a razão quando estabelece que nós poderíamos estar sustando o ato normativo do TSE, tendo em vista a própria Constituição.

Votando de uma forma ou de outra, ainda que estabeleçamos oitos anos, seis anos, dois anos ou cem anos, há uma discussão constitucional em relação à possibilidade de o Congresso Nacional – por lei infraconstitucional, e não por emenda – fazer essa alteração.

Só para deixar claro o que o Senador Anastasia mencionou, numa conversa que nós tivemos aqui, em paralelo, em relação ao fato de ser citada.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Sra. Presidente, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra, pela ordem, Senador Eduardo Braga.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Pela ordem.) – É apenas para esclarecer, na linha do esclarecimento que V. Exa. colocou.

Efetivamente, quando discutimos ainda há pouco, Senador Anastasia, nós estávamos nos referindo à Resolução de 2015, que é a 23.465, de dezembro de 2015, mas, com relação à questão do prazo de 180 dias, é da comissão provisória. Trata-se de uma outra resolução, a 23.571, de 2018, que estabeleceu os 180 dias.

E o que a eminente Senadora Presidente Simone Tebet traz é exatamente o fundamento da argumentação que ainda há pouco apresentei. Ora, a autonomia é partidária pela Constituição. E hoje estabelecer oito anos, por incrível que possa parecer, Senador Anastasia, é um avanço. Por quê? Porque sem essa norma dos oito anos, o prazo, em alguns partidos, é de 20 anos. É verdade!

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. *Fora do microfone*.) – Vou terminar, vou terminar.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – Pela ordem. Pela ordem.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Apenas para colocar essa questão que é constitucional.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Nesse aspecto, Senador Eduardo Braga, eu não posso concordar com V. Exa.

De qualquer forma, peço apenas que seja a última palavra pela ordem. Depois nós vamos seguir a ordem de inscrição. O Senador Relator tem algumas considerações a fazer em relação ao resto das emendas para que nós possamos começar a votação.

Com a palavra, por enquanto, pela ordem, o Senador Oriovisto.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR. Pela ordem.) – Só para completar, Sra. Presidente, na minha emenda, eu não falo em prazo, nem em oito anos, nem brigo com a Constituição, nem proponho PEC, nem coisa nenhuma. Apenas proponho que proíbam as comissões provisórias de indicar candidatos aos pleitos eleitorais. Isso resolveria. Isso resolveria.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Bom, vamos continuar a palavra pela ordem e vamos ouvir o Relator a respeito.

Com a palavra, pela ordem, o Senador Wellington Fagundes.

Com a palavra, na ordem de inscrição, a Senadora Rose de Freitas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES. Para discutir.) – Sra. Presidente, Srs. Senadores, eu estava ouvindo o debate desta Comissão – quero saudar também o Vice-Presidente e o Relator – e digo o seguinte: há muito tempo eu estou nesta Casa. Na Constituinte nós paramos para discutir coisas muito importantes sobre a vida das organizações partidárias. O que me fez correr para participar deste debate ainda no auge dele foi exatamente ouvir algumas coisas que o Congresso Nacional faz; independentemente de qualquer Casa, é esse o comportamento com que nós temos convivido.

Primeiro, quero dizer, sobre o Poder Judiciário, da ingerência do Poder Judiciário quando nós não legislamos, não regulamentamos, não tomamos a iniciativa de cuidar dos interesses que falam da nossa vida política como um todo, que é a organização partidária. Toda vez nós sempre vamos ao último minuto, à última hora tomar as decisões que são importantes.

Esperidião Amin, o Senador, está aqui. Deve ter presenciado muitos embates que nós tivemos. E a vida partidária para todos nós, quer dizer, para a maioria de nós, ela interessa; a mim pelo menos. A mim, com certeza.

Saí do MDB porque – naquela época nós tínhamos, Senador, Mário Covas, nosso Líder, do MDB, no processo constituinte – nós não tínhamos orientação partidária sobre a Carta Magna, que tratava de tudo do País inteiro em todas as suas nuances, em todos os seus paradigmas, em todas as suas metas e propósitos. E eu me lembro de que o Covas ficava atordoado no Plenário. Quando nós íamos votar a reforma agrária, por exemplo, Presidente Simone, era um terror. O nosso partido, que era o meu até então, pulava de uma ponta para a outra, e nós, que éramos da sistematização, vimos nascer o centrão e o mesmo partido votar em uma extrema posição de conservadorismo e, no outro extremo, organizando o pensamento da esquerda.

O que eu quero dizer com isso, remontando a essa história? Naquela época, fazia falta o partido para tomar posições sobre os temas relevantes que este País precisava ver debatidos na organização partidária. Eu, então, junto com quatro companheiros, formamos o MUP (Movimento de Unidade Progressista). Quatro companheiros. E eu me lembro do Presidente Ulysses pegando na nossa mão e dizendo: "Não sabemos como essa história vai acabar. Precisamos ter paciência". E, de paciência em paciência, com tudo que Ulysses sempre nos deixou de ensinamento, nós estamos aqui hoje, agora, discutindo a comissão provisória para um prazo de oito anos, divorciando-nos da ideia, do conceito de que partido importa na organização da sociedade. E, se importa na organização da sociedade, importa na representatividade do Congresso, das Câmaras Municipais, nas representações da Administração Pública. Nem pensar! Nem pensar – e eu tenho muita admiração pelo Senador Marcos Rogério, ele sabe disso –, nem pensar em votar uma coisa dessa natureza.

Ativismo judiciário ou omissão do Parlamento? Ou preguiça do Parlamento? Ou passar de olhos vendados pelas coisas que nós temos que regulamentar? E que, na undécima hora, às vésperas de uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eleição, construímos um casuísmo lá e votamos. Falar em reforma política? Perdoem-me, senhores – não há senhoras aqui... Há senhoras. Senhoras companheiras, perdoem-me. O meu filho não era nem adolescente, e eu ouvia isso. Eu vim para esta Casa com essas bandeiras todas. Não houve um candidato a Presidente da República que não estivesse levantando isso: quando abraçamos Fernando Henrique na sua reeleição, essa era a bandeira principal; quando veio o Lula, reforma política dia e noite, almoçava e jantava reforma política; veio a Dilma, a mesma coisa; e agora, na hora...

Olha, os temas que estão aqui e estão sendo tratados dessa maneira beligerante... Desculpem-me, nós precisamos de uma reforma política, toda... *Data venia*, V. Exa., Eduardo Braga, que eu admiro muito, meu companheiro querido, nós estamos pecando todo dia, todas as horas. Nós estamos vivendo um momento político em que, se alguém souber como acaba tudo isso, por favor, me conte; eu tenho o direito de saber. Nós não sabemos. Este Parlamento tem que se conceber na sua importância, na sua dignidade, parar de apontar o dedo para o outro lado da rua e dizer que é lá que está a culpa. A culpa está aqui. A culpa está aqui! Eu preciso de um partido em que eu esteja dentro dele fortalecida.

Foi com muito sentimento que eu saí do MDB, acreditem. Eu saí do MDB pelas razões dos oito anos que aqui estão, pela tutela, pela permanência exaustiva dos mesmos falando as mesmas coisas. Perdoem-me, eu vim aqui para dizer que eu não sei como consertar tudo, mas, se alguma coisa ainda se puder corrigir, eu quero corrigir o nosso comportamento em relação à tratativa dos assuntos que concernem a coisa fundamental. Partido, eu sei, há uma fila lá no TSE; partidos de qualquer coisa. O Partido da Mulher Brasileira tinha tudo, menos mulher. Falava-se de tudo, menos de mulher, dos direitos das mulheres, da luta das mulheres! Então, todo dia há uma sigla que amanhã vai custar muito ao cofre público e vai custar muito à vida política nacional. Em cima de alguém vão se pendurar dezenas de partidos que não dizem nada, não representam nada, não discutem nada, não propõem nada.

Eu pensei que a gente pudesse começar a pensar que o partido pode dar uma sustentação ao grande debate nacional que temos de travar daqui para frente, a toda hora, já que não travamos antes. Então, me desculpe, Sr. Relator, com o carinho que lhe tenho, pela seriedade de sua posição política, que é sempre nobre... Eu o acompanho há muito tempo, somos companheiros, tive oportunidade de presidir sessões do Parlamento com a sua militância, a sua altivez aguerrida. Nem de longe pensava em 8 anos de comissão provisória. É fazer nada do nada que nós já estamos vivendo.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. *Fazendo soar a campainha*.) – Obrigada, Senadora Rose.

Último orador inscrito: com a palavra o Senador Randolfe Rodrigues.

Vamos declarar encerradas as inscrições. Nós só temos o Senador Randolfe como último inscrito e, para as considerações finais, por 2 minutos, o Relator.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra o Senador Randolfe Rodrigues.

Está encerrada a inscrição para debater o tema.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para discutir.) – Sra. Presidente, no último período, talvez uma das grandes conquistas do nosso ordenamento partidário, do nosso ordenamento político-partidário no Brasil, tenha sido o advento... (*Pausa.*)

Presidente...

(*Interrupção do som.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O.k., Presidente.

Presidente, eu ia dizendo que, no último período, talvez o grande avanço do ordenamento político-partidário brasileiro tenha sido o advento da cláusula de barreira. E, olhem, está falando aqui um Parlamentar que é Líder de um partido que não alcançou a cláusula de barreira, mas que aqui votou favoravelmente a ela, porque considero que uma das distorções que realmente temos no sistema partidário brasileiro é o excesso de partidos políticos. E não sou daqueles que aceitam desculpa do tipo "não, mas tem de haver uma exceção para partido – abre aspas – "ideológico" – fecha aspas". Não tem que haver exceção. Partido político tem que ter, por excelência, lastro ideológico e tem que ter base social. Partido que não superou a cláusula de barreira agora que procure se organizar para a próxima oportunidade.

Mas, vejam, junto com essa mudança, que foi importante para modernizarmos o sistema partidário brasileiro, veio também o advento da ampliação do financiamento público. E, vejam, o financiamento público resulta em um fundo partidário de R$888 milhões – no último exercício, 2018 –, um fundo eleitoral de R$1,7 bilhão. Esses recursos, Sra. Presidente... Eu sou o primeiro a sustentar o princípio constitucional da autonomia dos partidos políticos, que está presente no *caput* do art. 17 da Constituição, mas o advento da realidade do financiamento eleitoral e do financiamento partidário trouxe a necessidade de que as regras de existência dos partidos políticos – aí concordando plenamente com a Senadora Rose – sejam acompanhadas pela sociedade, que essas regras sejam amplamente transparentes.

Uma das distorções que há no sistema, Presidente, nesse sistema partidário... Se o sistema partidário, por um lado, foi melhorado com o advento da cláusula de barreira, por outro lado o financiamento público impõe a necessidade de não perpetuar uma das piores distorções desse sistema, uma das piores, que existe desde o período monárquico, que é o caciquismo. O caciquismo é uma das piores distorções que existem do nosso sistema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E veja: podemos criticar, e com razão, o TSE tentar legislar, mas a tentativa de legislar do TSE, estabelecendo 180 dias, é um princípio de razoabilidade. "Ah, é claro, nós estabelecemos aqui em até oito anos". Sra. Presidente, se está se estabelecendo mais é porque não se quer estabelecer menos, se está se estabelecendo um prazo de funcionamento de comissões provisórias em até oito é porque o legislador não está com vontade de colocar abaixo e estabelecer um prazo menor. Por que não diz "em até dois anos"?

Essa destinação à autonomia é, na verdade, burlar a verdadeira intenção. Fica até oito anos, e veja o dispositivo seguinte a esse, o §4° do art. 3°, que diz: "[...]vedados a extinção automática do órgão e o cancelamento de sua inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica" quando for exaurido o prazo de vigência do órgão partidário, ou seja, em até oito anos, e qual é a penalidade depois, se não for cumprido o prazo? Nenhuma. Não há nenhum tipo de penalidade. Então, o oito pode se transformar em nove, em dez, porque não haverá penalidade, e a comissão provisória fica indefinidamente. Isso é a perpetuação do caciquismo partidário no Brasil, um retrocesso que não existe em nenhuma democracia. Se avançamos com a cláusula de barreira, estamos retrocedendo com esse dispositivo, Sra. Presidente. É deixar os órgãos partidários à mercê do bel-prazer e da vontade dos caciques políticos.

Outro dispositivo, Sra. Presidente, veja, que me parece impassível de correção a não ser que ele seja suprimido é o dispositivo que diz: "As decisões da Justiça Eleitoral nos processos de prestação de contas não ensejam, ainda que desaprovadas as contas, a inscrição dos dirigentes partidários no [...] (Cadin)". Em nome de que, então, os tribunais eleitorais vão desaprovar as contas? Para que vão desaprovar as contas se não vai haver punição se as contas forem desaprovadas?

Mais adiante: "As responsabilidades civil e criminal são subjetivas [...]". E diz o seguinte: o órgão partidário à época do fato não fica impedido do recebimento de recursos do fundo partidário. Veja: o partido, o dirigente partidário não faz a devida prestação de contas, e, no exercício seguinte, o fundo partidário vai novamente remunerar aquele partido que incorreu no delito. Qual a punição que está estabelecida? Isso que é anistia total para o crime, esse dispositivo, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, nós temos uma ótima matéria aqui para ser votada, que já foi lembrada aqui por S. Exa. o Senador Anastasia, que é o projeto de lei da autoria do Senador Anastasia que me coube a enorme honra de relatar nesta CCJ, de integridade dos partidos políticos. Nós poderíamos aqui ter já encaminhado esse projeto para a Câmara. Houve o recurso, é de direito, está no Plenário, mas esse é um tema que deveria ser prioridade para ser enfrentado aqui. Esse daqui, Sra. Presidente, veja, anistiar partido político para receber recurso de fundo partidário, anistiar dirigente para o Cadin, perpetuar o caciquismo político, mantendo comissão provisória... Comissão provisória de oito anos não é comissão provisória; é a submissão do provisório à vontade do cacique político.

É por isso que a Rede encaminha o voto "não".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Senador Randolfe.

Está encerrada a discussão.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Pela ordem, Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Pela ordem.) – Ouvi todos os Senadores e ouvindo as Lideranças que estão no Plenário, eu acho que nós temos o encaminhamento ao Relator de uma proposta de entendimento para que nós pudéssemos votar por entendimento, ou seja, há uma ideia de se fazer um destaque, mas, se V. Exa. acatar a emenda do Lasier de até dois anos, acho que nós teríamos aqui como votar por unanimidade essa questão, o que representaria unanimidade também no Plenário. A matéria vai à Câmara, que teria, portanto, a última palavra com relação à questão. Mas aqui acho que só não muda de opinião quem não tem opinião.

Fui convencido pelos argumentos dos Srs. Senadores de que essa é uma trava que poderá, mais uma vez, auxiliar no avanço com relação à gestão partidária no País.

Portanto, propomos ao Sr. Relator um entendimento e, se V. Exa. acatar, nós poderíamos votar por unanimidade o parecer de V. Exa.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sra. Presidente, posso?

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra, para se pronunciar a respeito da questão de ordem do Senador Eduardo Braga, o Relator, Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, embora tenha compreensão de que autonomia partidária é uma garantia constitucional – a Presidente Senadora Simone fez questão de apresentar o texto da Constituição Federal que estabelece claramente essa autonomia em relação ao partidos... Cada partido tem o seu estatuto, tem a sua norma de regência interna e, portanto, deveria disciplinar isso, e essa disciplina no âmbito interno dos partidos deveria ser respeitada pelo Tribunal Superior Eleitoral, porque não cabe disciplinar essa matéria tendo ela previsão estatutária. Não é o que ocorre, e o tribunal vem legislando ao arrepio da própria Constituição Federal. Então, sublinho aqui que a autonomia partidária não está sendo inserida por força da legislação que estamos aqui a apreciar; já é uma garantia constitucional.

Disciplinar tempo mínimo ou máximo cabe ao Parlamento, como caberia ao órgão partidário também fazê-lo por meio da reforma estatutária no âmbito interno.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas eu sigo uma lógica desde a Câmara de respeito ao princípio da colegialidade. E, nos muitos apelos que foram feitos aqui, a compreensão que se tem em relação à possibilidade de avanço nessa matéria é na construção sugerida pelo nobre Senador Eduardo Braga, com a qual concordo bem como concordo com o Senador que apresentou a emenda. Desde o início, venho sustentando que a mim me pareceria muito mais coerente, muito mais consentâneo com a necessidade que temos de organização partidária um tempo razoável, embora, repito, a Constituição é que garante a autonomia.

Portanto, acolho a sugestão apresentada e fica acolhida a Emenda nº 5, quanto à questão do prazo de vigência do órgão provisório. O prazo de vigência dos órgãos provisórios dos partidos políticos será de até dois anos. É o que estou acolhendo.

O Senador Oriovisto, V. Exa. fez uma ponderação – permita-me dialogar com V. Exa. – que acho que fica superada com essa mudança que estamos fazendo, em razão de as provisórias não terem a possibilidade de indicar candidaturas. Peço vênia a V. Exa. para dizer que estabelecer isso em lei seria o mesmo que retirar a funcionalidade do partido. É ato próprio do partido a participação nas eleições, a indicação de quadros para participarem das eleições. Portanto, não fazer a indicação de candidaturas seria retirar a funcionalidade dos partidos políticos na sua forma permanente ou na provisória.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Com relação ao Cadin, que foi mencionado aqui...

Eu pediria a compreensão do Plenário, porque estou trazendo alguns esclarecimentos a par dos debates que foram feitos, em respeito aos Senadores que discutiram a matéria.

A Lei do Cadin, a 10.522, foi criada para empresas e prevê a possibilidade de inscrição também de sócios administradores desde que – vejam – tenham concorrido para o ilícito que deu origem ao débito. Portanto, no caso dos partidos, não se pode presumir que o débito do partido tenha tido origem em conduta ilícita do dirigente partidário do momento. Isso não pode ser presumível, não pode ser automático. É preciso aferir participação e, havendo participação direta, não há aqui que se tratar da ressalva. A responsabilização automática pela simples revisão das contas é o que se busca evitar com o projeto.

Doações de servidores. É preciso esclarecer porque senão fica parecendo que nós estamos votando aqui uma jabuticaba, e não é. A Lei dos Partidos Políticos, que foi alterada em 2017, permite a doação de recursos por parte de servidores, desde que filiados a partidos políticos. O TSE mandou devolver esses valores e vinha punindo os partidos políticos. A anistia, portanto, é de contribuições legais e não de contribuições ilegais. A lei já autoriza aos servidores que são filiados doar. Não estamos, repito, não estamos fazendo anistia aberta e especialmente de algo ilícito – apenas para sublinhar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É a mesma situação que ocorreu no caso das mulheres mais recentemente. O Supremo Tribunal Federal decidiu, agora, em 2018, que quem vinha praticando de modo diverso não pode ser punido porque a regra era outra. Então, o projeto resolve essas questões.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Em relação à responsabilidade civil e criminal.

Aqui concluo, Sra. Presidente, porque é um ponto importante

O novo dirigente é punido por atos anteriores. A prática hoje é assim. Quem deu causa, por exemplo, a uma dívida... No caso, o novo dirigente que não deu causa a uma dívida, sendo julgado e condenado o partido, é o CPF do novo dirigente que é inscrito na restrição de débitos no Cadin. Então, o projeto prevê justamente a proteção de quem não deu causa, não participou, não concorreu para o dano ou para o ato ilícito.

E aqui invoco, apenas por analogia, o fundamento do princípio da individualização da pena; ou seja, não é possível atribuir pena a quem não cometeu crime, a quem não deu causa ao dano ou não concorreu para o dano. O projeto faz essas correções.

É nessa esteira que sustento o voto que apresento.

Partindo para o final, o voto, portanto, é pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do projeto e das Emendas nºs 5, 7 e 8 – as Emendas nºs 7 e 8 são de redação, e a Emenda nº 5 é de mérito – e pela rejeição das demais emendas.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sra. Presidente, rapidamente...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Pela ordem.) – Eu quero só cumprimentar o Relator, que reafirma por que foi necessário nós não votarmos de afogadilho na última quarta-feira, no Plenário do Senado, porque esse projeto voltará para a Câmara melhor.

Ainda pesam, em particular para a nossa bancada da Rede, algumas divergências. Em homenagem ao Relator, em homenagem a esta Comissão e ao esforço que foi feito para melhorar o projeto, nós votaremos contra, mas não vamos pedir verificação. Esse é o encaminhamento da Rede.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – Peço a palavra pela ordem, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Retira o requerimento de verificação de votação, portanto?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito!

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – Pela ordem, Sra. Presidente!

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Oriovisto.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR. Pela ordem.) – Sr. Relator, o senhor me citou, dizendo que, quando quero proibir na minha emenda a comissão provisória de indicar candidato, eu estaria restringindo a ação dos partidos. Pelo contrário, eu estou restringindo a ação do caciquismo e estou fortalecendo os partidos, porque uma comissão definitiva tem um número muito maior de membros, e isso levaria à participação partidária, não a diminuiria. Então, perdoe-me, mas o seu argumento não posso aceitar.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Encerrada a discussão.

Vou colocar, neste momento, em votação o relatório do Senador Marcos Rogério, que acatou as seguintes emendas: as de nºs 5, 7 e 8.

As Sras. e Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado, com os votos contrários...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Isso já se votou.

Os votos contrários são os do Senador Fabiano Contarato, do Senador Kajuru, do Senador Alessandro, do Senador Oriovisto, do Senador Randolfe.

Está, portanto, aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto e às Emendas nºs 5, 7 e 8, da CCJ, e contrário às demais emendas.

A matéria vai ao Plenário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Está encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 11 horas e 23 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 26 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 3ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE FEVEREIRO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às onze horas e trinta minutos do dia vinte e seis de fevereiro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, **sob a Presidência do Senador Dário Berger,** reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Marcio Bittar, Luiz do Carmo, Eduardo Gomes, Eduardo Braga, Daniella Ribeiro, Izalci Lucas, Styvenson Valentim, Lasier Martins, Eduardo Girão, Rodrigo Cunha, Soraya Thronicke, Leila Barros, Marcos do Val, Alessandro Vieira, Fabiano Contarato, Paulo Paim, Zenaide Maia, Jean Paul Prates, Humberto Costa, Paulo Rocha, Angelo Coronel, Carlos Viana, Nelsinho Trad, Jorginho Mello, Wellington Fagundes, Zequinha Marinho, Marcos Rogério, Luis Carlos Heinze, Eliziane Gama e Randolfe Rodrigues. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Mailza Gomes, Roberto Rocha, Cid Gomes, Flávio Arns, Fernando Collor, Sérgio Petecão e Maria do Carmo Alves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 4/2019 - CE, de autoria do Senador Dário Berger. **Finalidade:** Receber o Ministro de Estado da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, para que apresente as diretrizes e os programas prioritários de sua pasta. **Participante:** Ricardo Vélez Rodríguez, Ministro de Estado da Educação. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Dário Berger

Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/02/26

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A presente reunião tem por objetivo atender ao Requerimento nº 4, de autoria desta Comissão, para realização de audiência pública destinada a receber S. Exa., o Ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, para que apresente aqui, à Comissão, as diretrizes e os programas prioritários do seu Ministério.

Dando início à primeira parte dos trabalhos, eu convido o Senador Confúcio Moura para que nos ajude a conduzir o nosso convidado, o Ministro Ricardo Vélez Rodríguez, até a sua cadeira à mesa. (*Pausa.*)

Bem, dando continuidade aos nossos trabalhos, convido também, para sentar à mesa, o Secretário Executivo do Ministério da Educação, Professor Luiz Antonio Tozi.

Igualmente eu faço com o Secretário de Modalidades Especializadas de Educação, Professor Bernardo Goytacazes de Araújo.

Igualmente, convido a compor a Mesa o Secretário da Educação Profissional e Tecnológica, Professor Alessandro Ferreira de Souza.

Igualmente, convido para compor a Mesa a Secretária de Educação Básica, Professora Tânia Leme de Almeida.

Professora Tânia, seja bem-vinda (*Fora do microfone.*).

Igualmente, o Chefe de Gabinete do Ministro, Tiago Tondinelli.

E, por fim, o Assessor Especial, Ricardo Wagner Roquetti. (*Pausa.*)

Houve um pequeno equívoco de minha parte aqui.

Aqui no *script* há os suplentes e os titulares. Então, eu convoquei os suplentes antes de convocar os titulares.

Portanto, retifico, convocando o Secretário de Alfabetização, Professor Carlos Francisco de Paula Nadalim, e também o Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), Professor Carlos Alberto Decotelli da Silva.

E, assim, eu dou por completa a Mesa.

Aproveito essa oportunidade para registrar a presença das Sras. e dos Srs. Senadores, especialmente do ex-Senador Paulo Bauer, um dos destacados Líderes desta Casa e que hoje representa a Casa Civil, sendo o Secretário da Casa Civil do Governo Federal.

Paulo Bauer, que já foi Secretário de Estado da Educação, por coincidência, é de Santa Catarina, cuja presença nos enche de orgulho e traz um relevo todo especial ao nosso encontro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito bem. Composta a Mesa, Sr. Ministro, eu quero aqui também dar algumas informações, como por exemplo:

Informo que esta audiência pública tem a cobertura da TV Senado, da Agência Senado, do *Jornal do Senado*, da Rádio Senado, e contará com o serviço de interatividade com o cidadão brasileiro, através do Alô Senado, pelo telefone 0800612211, do e-Cidadania, e também por meio do portal www.senado.leg.br/ecidadania, que transmitirá ao vivo a presente reunião e possibilitará também o recebimento de perguntas e comentários aos expositores, via internet.

A exposição do Ministro terá, como de praxe, um tempo de aproximadamente 30 minutos. É evidente que mais ou menos, dependendo da necessidade. Em seguida, nós passaremos à interpelação pelas Sras. e Srs. Senadores inscritos, de maneira que já começo a abrir a inscrição e peço que a Secretaria comece a anotar as respectivas inscrições.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Pela ordem, Senadora Eliziane.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA. Pela ordem.) – Eu encaminhei a inscrição já inicialmente. Só para fazer o registro de que eu encaminhei a minha inscrição inicialmente, para poder direcionar as perguntas ao nosso Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Está o.k. A senhora está inscrita então.

Solicito aos colaboradores que procedam, então, à inscrição dos Senadores que desejam interpelar. Eu imagino que são todos. Coloquem também, por favor, o Senador Confúcio Moura, que me pediu que o inscrevesse em quarto lugar.

Bem, dando continuidade, Sr. Ministro, eu quero aqui fazer um pequeno pronunciamento, natural e preliminarmente, de boas-vindas a V. Exa., aqui na Comissão de Educação. E quero também aproveitar para dar um bom-dia a todos os brasileiros e todas as brasileiras que nos acompanham agora pela TV Senado, pela Rádio Senado e pelas redes sociais, via internet.

É com enorme prazer que aceitei este desafio de presidir esta Comissão, que é uma das mais importantes da Casa, para os próximos dois anos. Agradeço a confiança dos meus colegas de Partido pela indicação a esta Presidência. Pretendo dispensar todas as minhas energias na busca da construção de consensos. Que consigamos, juntos, aprovar projetos e matérias que contribuam efetivamente para a melhoria da qualidade do ensino, da cultura e do esporte em nosso País.

Numa rápida análise feitas nas matérias que estão em tramitação ou que devem ainda chegar neste semestre a esta Comissão, pude constatar que a nossa jornada será bastante interessante, de muito trabalho, por assim dizer.

Temos, por exemplo, o debate sobre o fim do Fundeb; a discussão sobre a gestão do financiamento do Sistema S com ensino profissionalizante; o projeto da Escola sem Partido, que tanto suscita polêmicas e discussões acaloradas; a proposta do ensino em casa pela família; a militarização escolar e a gratuidade do ensino superior.

Portanto, nós não vamos ter muita folga não. A tarefa vai ser bastante árdua, complicada e de muito trabalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tenho certeza do enorme comprometimento público de todos os Srs. Senadores e das Sras. Senadoras que integram este importante Colegiado do Senado Federal e não tenho dúvidas de que conseguiremos oferecer à sociedade brasileira uma série de propostas positivas e inovadoras para setores tão importantes da vida de cada um dos brasileiros.

Quero registrar que, seja através dos instrumentos do ciclo de debates, seminários, audiências públicas, requerimento, solicitação de informações, avaliações de políticas públicas, a Comissão de Educação cumprirá um destacado papel nos próximos dois anos. É isso que a opinião pública espera de cada um de nós.

Então, como dizia o nosso saudoso Ricardo Boechat, vamos tocar o barco e, de preferência, que seja para frente, com os olhos voltados para o futuro da Nação brasileira.

Muito bem. Eu quero também dizer, considerando o grande número de participantes desta audiência pública, que não é permitido manifestação. Então, eu já conto com a colaboração de todos os convidados, de todos os interessados que fazem parte deste ambiente de audiência pública, para que permaneçam sem fazer manifestação, seja de aplauso, seja qualquer tipo de manifestação. Ela é proibida.

Portanto, quando a gente combina a regra, é bom que ela seja efetivamente cumprida, razão pela qual eu conto com a colaboração e o respeito de todos os senhores e de todas as senhoras que participam desta audiência pública.

E agora, sim, vamos ouvir o nosso Ministro.

Eu já abri as inscrições aos Srs. Senadores e às Sras Senadoras. Portanto...

O SR. DANILO CABRAL (PSB - PE) – Senador Dário, permita uma questão de ordem.

Danilo Cabral, Presidente da Comissão de Educação da Câmara do Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Pois não.

O SR. DANILO CABRAL (PSB - PE. Para questão de ordem.) – Quero saber se V. Exa. vai que permitir que também representantes da Câmara possam fazer uso da palavra aqui. Acho que seria muito importante também nós aqui, representando a Comissão de Educação da Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Olha, se há a concordância dos Srs. Senadores, de minha parte não vejo nenhum óbice a esse respeito.

Então, se há concordância, portanto, V. Exa. será inscrito...

O SR. DANILO CABRAL (PSB - PE) – Agradeço a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – ... e será uma honra poder ouvi-lo.

O SR. DANILO CABRAL (PSB - PE) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Prezado Ministro, V. Exa. tem a palavra.

Ministro Ricardo Vélez Rodríguez, Ministro de Estado da Educação.

O SR. RICARDO VÉLEZ RODRÍGUEZ – Muito obrigado, Exmo. Sr. Senador Dário Berger, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal, autor do requerimento, do MDB de Santa Catarina.

Cumprimento o Prof. Luiz Antonio Tozi, Secretário Executivo do Ministério da Educação; Profa. Tânia Leme de Almeida, Secretária de Educação Básica do Ministério; Carlos Francisco de Paula

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nadalim, Secretário de Alfabetização do Ministério da Educação; Bernardo Goytacazes, Secretário de Modalidades Especializadas de Educação do Ministério da Educação; Carlos Alberto Decotelli da Silva, Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação; Mauro Rabelo, Secretário de Educação Superior do Ministério da Educação; Alexandro Ferreira de Souza, Secretário de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação; Marco Antonio Barroso Faria, Secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação; Eduardo Mello, Secretário Executivo Adjunto do Ministério da Educação; Deputado Filipe Barros, do meu Paraná; Deputada Luíza Canziani, também do Paraná; Parlamentares; demais dirigentes do Ministério da Educação e vinculadas, entidades representativas, senhoras e senhores.

É com muita honra que estou hoje entre os membros desta Comissão para dialogar com V. Exas., Senadores da República, representantes do povo brasileiro.

A renovação pela qual passou o Congresso Nacional, em suas duas Casas, é reflexo de um desejo de mudança, uma mudança não só econômica, mas também de rumos culturais. Nas urnas, de modo democrático, esta Nação escolheu encerrar um ciclo que não representava os seus valores, elegendo o Presidente Jair Messias Bolsonaro como o porta-voz do resgate do espírito cívico, do respeito à família e do orgulho de ser brasileiro.

De fato, exceto em períodos de Olimpíadas e Copa do Mundo, há quanto tempo não se viam brasileiros saindo às ruas cantando o Hino Nacional e trajando o uniforme da nossa Seleção, orgulhosos de seu País, otimistas e esperançosos?

É nesse contexto que fui nomeado para um cargo de tremenda responsabilidade. Ser Ministro da Educação, neste momento, significa assumir o compromisso de tornar efetivas as mudanças esperadas por milhões de brasileiros.

Nesse sentido, eu gostaria de apresentar aos senhores, brevemente, os sete pontos-chaves que este Governo considera centrais para a educação brasileira.

Primeiro ponto: Política Nacional de Alfabetização.

Em primeiro lugar, seguindo o discurso do Presidente, precisamos inverter o triângulo da educação. Hoje, o ensino superior tem precedência orçamentária sobre a educação básica. Isso precisa mudar. Não é rápido. Não é fácil. Mas precisamos dar os primeiros passos. Por isso, escolhemos a elaboração de uma política nacional de alfabetização como nossa meta prioritária nestes cem primeiros dias de Governo.

Por que alfabetização? Porque ela é a cesta básica da educação. Explico: é preciso aprender primeiro a ler, para depois ler para aprender. A má qualidade da alfabetização compromete todo o sistema de ensino, em suas diferentes etapas e níveis.

O Brasil, sistematicamente, tem apresentado índices muito ruins de alfabetização. Precisamos rever isso.

O mais grave é que a falta de acesso à escola não é o principal motivo de as crianças não serem alfabetizadas. Elas vão à escola, mas, mesmo assim, não são alfabetizadas. Os motivos são vários. É um problema complexo, que exige enfrentamento em diferentes frentes; tanto é, que criei uma secretaria específica para a questão da alfabetização.

Os debates acerca desse assunto não são novos. Vejam os senhores que, no ano de 2003, a Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados, seus vizinhos, divulgou relatório

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Alfabetização Infantil: Os Novos Caminhos", elaborado por um grupo de trabalho composto de eminentes cientistas e pesquisadores.

Em 2007, foi publicada uma segunda edição desse relatório. Esse relatório apresentou conclusões importantes. A principal delas era a de que, no Brasil, as políticas e práticas de alfabetização, bem como a formação dos professores alfabetizadores, não acompanhavam o progresso científico e metodológico que, nas últimas décadas do século XX, ocorreu no campo do ensino e aprendizagem da leitura e da escrita.

Poucos anos depois, em 2011, a Academia Brasileira de Ciências publicou um documento chamado "Aprendizagem Infantil: Uma Abordagem da Neurociência, Economia e Psicologia Cognitiva". Na Parte III, que se intitula "Métodos de Alfabetização", faz-se referência a alguns países que modificaram suas políticas públicas para a alfabetização com bases nas evidências científicas mais recentes, como Finlândia, França, Inglaterra, Estados Unidos, Austrália e Israel. Em todos eles, verificou-se um progresso significativo na aprendizagem da leitura e da escrita.

Não queremos inventar a roda. Vamos ter humildade e fazer o que o mundo está fazendo com sucesso.

O Brasil é signatário da Organização dos Estados Americanos, que publicou recentemente, em 2018, o "Guia Interamericano de Estratégias de Redução da Desigualdade Educativa", que elenca, com base em várias evidências científicas, recomendações que estão sendo incorporadas na Política Nacional de Alfabetização. Por exemplo, é um fato científico bem estabelecido que aprender a ler bem requer cinco coisas destacadas pelo National Reading Panel:

1º) Compreender o princípio alfabético;

2º) Aprender as correspondências entre grafemas e fonemas;

3º) Segmentar sequências ortográficas de palavras escritas em grafemas;

4º) Segmentar sequências fonológicas de palavras faladas em fonemas;

5º) Usar regras de correspondência grafema/fonema para decodificar a informação.

Assim, a Política Nacional de Alfabetização terá em alta consideração as evidências e os critérios da ciência cognitiva da leitura, conforme a vontade expressa do Senhor Presidente da República, na sua mensagem ao Congresso Nacional.

Segundo Ponto: Base Nacional Comum Curricular.

Voltemos nossa atenção agora para a educação básica como um todo.

A Base Nacional Comum Curricular é um documento de mais de 500 páginas, extenso, fruto de muita discussão e anos de trabalho. Mas, palavras impressas no papel não bastam para que o ensino tenha real qualidade, e, como diz Fernando Pessoa, "livros são papéis pintados com tinta". Na realidade da sala de aula, a Base precisa ser compreendida e complementada pelas contribuições das redes estaduais e municipais.

Desde já, aproveito para convidar todos os gestores e professores a tornarem esse documento vivo, o que significa criticá-lo, adaptá-lo e entendê-lo no contexto das localidades.

O MEC não pode ser um leviatã centralizador. Não é essa a proposta da Base. Para este ano de 2019, está prevista a formação de professores e a revisão dos projetos pedagógicos das escolas, conforme os novos currículos da educação infantil e do ensino fundamental. Para o ensino médio,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

está prevista a elaboração dos novos currículos alinhados à própria Base Nacional Comum Curricular e aos referenciais para os itinerários formativos.

Terceiro ponto: educação básica.

Continuando com o tema da educação básica, é importante lembrar que, em breve, o formato do Fundo de Manutenção da Educação Básica, o Fundeb, será rediscutido. Os principais atores da educação brasileira, como o FNDE, a Undime e o Consed precisam ser ouvidos. É um tema central para fortalecermos os Municípios e, assim, fazermos valer a orientação do Presidente: "Mais Brasil, menos Brasília".

Sabemos que há inúmeras desigualdades regionais no Brasil. O Fundeb cumpre um papel fundamental no financiamento da educação dos locais mais vulneráveis. A distribuição de recursos deve ser justa e inteligente, para beneficiar aqueles que mais precisam.

Quarto ponto: novo ensino médio.

Quanto ao ensino médio, é necessário torná-lo atrativo aos jovens, aproximando-o das realidades práticas do trabalho, mas um trabalho que supere lógicas fordistas. Hoje, é para o empreendedorismo, para a criatividade, que temos de formar os jovens. O fortalecimento do quinto eixo formativo do novo ensino médio é estratégico para isso.

Uma educação profissional e tecnológica robusta é o que marca as economias mais avançadas atualmente. Precisamos de um ensino médio moderno, em diálogo com novas tecnologias. A rede federal, com seus mais de 600 *campi* pelo Brasil, pode ser indutora de um ensino médio vocacionado para a produção de tecnologia, atendendo às reais demandas do setor produtivo e da sociedade.

Quinto ponto: escolas cívico-militares.

Avançando para outro ponto importante no âmbito da educação básica, destaco a criação, na Secretaria de Educação Básica, da Subsecretaria de Fomento às Escolas Cívico-Militares.

Durante a campanha, o Presidente Bolsonaro destacou o desejo de ver difundido o modelo de escola de alto nível, com base nos padrões de ensino e gestão empregados nos colégios militares.

Experiências já em andamento em diversos Estados brasileiros têm mostrado que a presença de militares no espaço escolar é algo bem visto e bem-vindo pelas famílias. Os indicadores de aprendizagem melhoram, e ocorre redução da criminalidade.

A adesão ao programa de escolas cívico militares no MEC será voluntária. Ou seja, o Governo Federal respeitará a autonomia dos entes federados.

Sexto ponto: educação especial.

Já para fortalecer a educação especial, criamos uma nova secretaria, a Semesp.

(*Soa a campainha.*)

(*Intervenções fora do microfone.*)

(*Soa a campainha.*)

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Por favor, por favor!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Por favor! Eu estabeleci o critério no início da nossa discussão.

Eu estabeleci o critério no início da nossa discussão.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Eu estabeleci os critérios no início da nossa reunião, mencionando que não seriam permitidas manifestações. Portanto, ou nós vamos conter nossos ânimos ou vou pedir para esvaziarem o Plenário e vamos ouvir o Ministro apenas com os Parlamentares presentes. Imagino que nós tenhamos educação suficiente para poder ouvir, a bom termo, a maior autoridade em educação do País, que é o Ministro Ricardo Vélez Rodríguez.

Amainados os ânimos, retorno a palavra a S. Exa.

O SR. RICARDO VÉLEZ RODRÍGUEZ – Obrigado, excelência.

Sexto: Educação especial.

Já para fortalecer a educação especial, criamos uma nova Secretaria, a Semesp – Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação, que possui duas diretorias voltadas para a educação especial: a Diretoria de Acessibilidade, Mobilidade, Inclusão e Apoio a pessoas com Deficiência e a Diretoria de Políticas de Educação Bilíngue de Surdos. Daremos continuidade e apoio à Política Nacional de Educação Especial e priorizaremos a formação de tradutores e intérpretes de Libras. Nosso mote é: nenhum brasileiro para trás.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Acho que não preciso mencionar que a imprensa e os ocupantes do final do Plenário estão atrapalhando a nossa reunião. Então, vou dar mais uns dois minutos para que...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Bem, eu avisei no início, estabeleci as regras. Cumpram-se as regras: não será permitida manifestação nesta reunião. Se as pessoas não observarem esse quesito, infelizmente serei forçado a pedir para que os senhores e as senhoras aí de trás se retirem do nosso ambiente para que nós possamos prosseguir com a nossa reunião.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Por favor, aqui tem organização, tem comando, tem respeito e responsabilidades. Vamos ouvir o Ministro...

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Vamos ouvir o Ministro com respeito. Vamos respeitar o Ministro da Educação do Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB) – Sr. Presidente, pela ordem. Só uma sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Pois não. Pela ordem a Senadora Daniella Ribeiro.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB. Pela ordem.) – Sr. Presidente, ao mesmo tempo em que me acosto às suas palavras relativas ao respeito, gostaria de dar uma sugestão sobre a importância de dar voz a todos que podem estar aqui fazendo perguntas, inclusive os próprios manifestantes. Queria pedir que, quando todos fizessem perguntas...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Não, o Regimento não permite. Esta é uma audiência pública, e quem tem a palavra, única e exclusivamente, são os senhores Senadores. Nós abrimos um pequeno precedente para o Presidente da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, com a aquiescência dos senhores Senadores, mas não é permitida a participação de qualquer outra pessoa ou outra autoridade que não seja Senador.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB) – Mas, permita-me: se houver a concordância de todos os Senadores, poderíamos ter essa oportunidade tão importante com o Ministro?

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Não, não vou concordar. V. Exa. me perdoe, mas eu não posso aceitar.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB) – Não, tudo bem. É porque...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Não, o Regimento não permite, e nós não temos condições de fazer isso. Nós iriamos, certamente, ficar até amanhã de manhã aqui discutindo essa questão.

Então, a palavra será franqueada exclusivamente às senhoras e aos senhores Senadores...

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB) – Então, eu quero me colocar...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – ...com exceção do Presidente da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, o que já foi deliberado pelo Plenário.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB) – Eu só gostaria de me colocar à disposição dos manifestantes, estudantes, cidadãos e cidadãs brasileiros que queiram, por meu intermédio, fazer alguma pergunta. Eu me coloco à disposição aqui.

O SR. FILIPE BARROS (Bloco/PSL - PR) – Sr. Presidente Senador Dário.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Pois não, Deputado Filipe Barros.

O SR. FILIPE BARROS (Bloco/PSL - PR) – É só para deixar claro se nós...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Pelo Regimento, também não seria disponibilizada a palavra para V. Exa., entendeu?

Esta aqui é uma audiência pública do Senado Federal. Queridos Deputados Federais, V. Exas., certamente, terão oportunidade de fazer a mesma audiência pública com o Ministro da Educação no âmbito da Câmara dos Deputados. Este é um plenário do Senado, este é um assunto do Senado e,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

infelizmente, muito a contragosto, eu não posso desconsiderar o Regimento, que não permite que a gente amplie essa discussão a esse termo, como inicialmente nós estaríamos propondo.

Portanto...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Senador, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Senadora Eliziane, V. Exa. está com a palavra.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA. Pela ordem.) – Eu queria só deixar aqui registrado, Presidente, que esta é uma audiência pública, que, regimentalmente, tem os limites, parâmetros que, naturalmente, precisam ser seguidos, mas também queria registrar que não está havendo uma manifestação com barulho, que impeça, na verdade, o transcorrer desta audiência pública. Nós temos ali... Pelo menos, o que estou ouvindo são os *flashes* das câmeras fotográficas. Eu não sei se, se esses flashes, talvez, estivessem virados para cá, haveria algum tipo de incômodo. Então, eu acho que está absolutamente tranquila a audiência pública. Não há por que a gente pedir a retirada de quem quer que seja dos manifestantes, porque eles estão na mais tranquila e absoluta paz. É o que eu percebo. Eu participo de audiências públicas há doze anos como Parlamentar e, honestamente, estou aqui diante de uma manifestação silenciosa, tranquila, que, no meu entendimento, não impede em nada o transcorrer desta audiência pública, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Senadora, não vamos inflar, porque a gente sabe como essas questões começam, mas não sabe como terminam.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Não, Presidente, eu não estou inflando.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Eu conheço isso, eu tenho experiência também.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Eu também tenho, todos nós temos.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Eu tenho experiência de audiência pública aqui no Senado. E nós não vamos permitir, como eu já mencionei – não quero repetir –, qualquer tipo de abuso, qualquer tipo de manifestação que não seja dentro dos preceitos legais de respeito ao Senado, respeito ao Ministro e respeito também aos Srs. Parlamentares, Senadores e Senadoras, que são o objetivo maior desta nossa audiência pública.

Aliás, eu quero já adiantar aos senhores Senadores e Senadoras que nós temos dois anos de oportunidades para ouvirmos e fazermos outras audiências públicas, tantas quantas desejarmos, para convidar o Ministro, convidar o secretário executivo ou o secretário da respectiva pasta. Eu mesmo já estou pensando em fazer um requerimento para discutir a questão das creches inacabadas, que é um problema sério. Então, nós temos muitos assuntos a tratar, mas hoje nós temos que nos ater ao princípio elementar de ouvir o Ministro, as suas diretrizes essenciais, o seu posicionamento, para que, a partir daí, nós possamos dar seguimento ao nosso trabalho enquanto Comissão de Educação.

Portanto, mais uma vez eu peço a compreensão de todas as senhoras e de todos os senhores. Eu já participei de outras audiências públicas semelhantes a esta: é difícil de conduzir – eu peço a compreensão, inclusive, dos colegas Parlamentares –, ainda mais quando começa um foco de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

resistência aqui e de comprometimento ali etc. e tal. Se não estancar isso, nós vamos ter dificuldade para continuar a nossa audiência pública.

Por isso é que eu fui extremamente radical na abertura dos nossos trabalhos, coisa que não é do meu feitio. Quem me conhece há mais tempo, está aqui no Senado, sabe que eu sou um homem do entendimento, da conciliação, mas, evidentemente, nós precisamos preservar o respeito, a dignidade e o bom andamento dos trabalhos. As nossas ideias podem...

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – ... ser diferentes, podem divergir, mas nós temos que levar a cabo a nossa audiência pública. E nós assim vamos fazê-lo, porque é assim que eu pretendo encaminhar a direção destes trabalhos.

Eu ouço o Senador Lasier e, em seguida, a Senadora Zenaide.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – Sucintamente, Presidente.

Presidente, eu peço a V. Exa. que restabeleça o andamento que vinha sendo seguido, com boa ordem. O Ministro que hoje está aqui e que nos desperta uma grande curiosidade em função de suas ideias, seus planos, vinha apresentando os sete pontos-chaves, assim denominados por ele, com relação à educação.

Nós gostaríamos de ouvi-lo até o final e, depois, a abertura para perguntas. Aqui nós temos Senadores e Senadoras de todas as origens político-partidárias, que poderão, portanto, interpretar os desejos daqueles que queriam falar, mas, pela ordem regimental, não podem falar.

Então, a ordem é muito fácil. A V. Exa., então, eu peço: voltemos ao andamento do Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Muito bem.

Agradeço a V. Exa. e ouço a Senadora Zenaide. Aí, por fim...

Vamos ouvir rapidamente, Senadora Zenaide Maia?

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Sr. Presidente, eu queria dizer aqui que a representação dos estudantes e dos professores, como o próprio Ministro falou, é importante. E quando se fala em audiência pública, geralmente, tem que ouvir os dois lados.

Então, nós temos jovens aqui, professores... O próprio Ministro falou que vai ouvir a sociedade. Acho que, quando se diz "audiência pública", não é só para os Parlamentares. Eu entendo assim. Eu sei que há regras, tudo. Então, vamos ouvir e vamos deixar, porque eles, como falou Eliziane, minha colega, não estão incomodando. É como se houvesse uma audiência pública de interesse de nós, Senadores, e a gente não pudesse entrar.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Agradeço a V. Exa.

Ministro, mil desculpas pela interrupção. Retorno a palavra a V. Exa.

O SR. RICARDO VÉLEZ RODRÍGUEZ – Muito obrigado, Presidente

Estava no sexto ponto: educação especial.

Já para fortalecer a educação especial, criamos uma nova secretaria, a Semesp (Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação), que possui duas diretorias voltadas para a educação especial: a Diretoria de Acessibilidade, Mobilidade, Inclusão e Apoio a Pessoas com Deficiência e a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Diretoria de Políticas de Educação Bilíngue de Surdos. Daremos continuidade e apoio à Política Nacional de Educação Especial; priorizaremos a formação de tradutores e interpretes de Libras. Nosso mote é "Nenhum brasileiro para trás".

Sétimo ponto: formação de professores.

Concluindo, é indispensável falar de um tema pelo qual tanto apreço tenho: a formação de professores. Como professor, sei dos desafios e dos aspectos inglórios da nossa profissão. Nem sempre o professor recebe o reconhecimento merecido. Tornou-se frequente no Brasil saber de casos de professores agredidos verbalmente e até fisicamente por alunos. Isso é muito triste. Tornaram-se urgentes medidas que assegurem a disciplina dentro das escolas e a promoção de uma cultura de respeito e valorização da dignidade do professor.

Valorização do professor vai além do salário. O que os professores querem hoje? Trabalhar em um ambiente salubre e ver seus alunos aprenderem. Também querem ter oportunidades de aprimoramento profissional. Vamos investir na formação inicial e continuada de professores, cabendo à Capes um papel central nesse processo.

É assim, valorizando alunos, professores e demais atores da educação brasileira, que construiremos bases sólidas e duradouras para o desenvolvimento humano e econômico do País.

Muito obrigado pela atenção de V. Exas. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Muito bem!

Eu agradeço.

Eu solicito que as palmas nós as deixemos para o final, porque, na verdade, eu solicitei aqui... Não é comum manifestação em audiência pública. Isso não é comum, não é a regra, é a exceção. Então, eu vou pedir para que, tanto os Parlamentares quanto aqueles que têm interesse nesta audiência pública, ouçam, mas que não se manifestem, seja com palmas, aplausos, seja com vaias ou coisa semelhante.

Bem, nós vamos dar sequência a nossa audiência pública agora e vamos partir para interpelação do nosso prezado Ministro da Educação.

Os critérios adotados serão os seguintes, a não ser que o Plenário resolva fazer de forma diferente. Eu até faço uma sugestão, porque nós temos inúmeros Senadores inscritos – me dê a lista de inscrição por favor. Nós já temos 14 Senadores inscritos. Se nós fizermos um bate-bola, vaivém de réplica e tréplica, certamente nós vamos sair daqui de noite. Então, nós poderíamos fazer as perguntas de três em três Senadores. O Ministro anota as perguntas e responde depois e, na medida do possível e do necessário, se for necessária réplica, tréplica, evidentemente, nós não vamos deixar de oferecer a palavra aos senhores Parlamentares e ao próprio Ministro para esclarecer algum fato que precise ser esclarecido.

Então, a regra seria a seguinte. Cada Parlamentar tem direito a cinco minutos com dois minutos de réplica; a mesma coisa para o Ministro; e também um minuto para a tréplica, se for necessário.

Então, a minha sugestão é que nós possamos interpelar o Ministro de três em três Senadores. Os primeiros inscritos são a Senadora Eliziane, o Senador Confúcio Moura e a Senadora Zenaide.

Como a Senadora Eliziane não se encontra aqui – ela deu uma saída e me disse que retorna em seguida –, eu pergunto a V. Exas. se me permitiriam, como Presidente, iniciar as perguntas...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Ou eu pergunto no início ou pergunto no final. Se me permitirem fazer as perguntas no início, eu já esquento o debate, e a gente já parte... Em seguida ouviremos, então, a Senadora Eliziane e o Senador Confúcio Moura...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Pois não. Quem pede a palavra?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu, aqui atrás.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Senador Humberto Costa, com muito prazer ouço V. Exa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu peço só que V. Exa. leia a relação dos inscritos, só para sabermos em que posição estamos .

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Perfeito.

Temos até agora 14 inscritos:

1º) Senadora Eliziane Gama;

2º) Confúcio Moura;

3º) Senadora Zenaide Maia;

4º) Senador Márcio Bittar;

5º) Senadora Daniella Ribeiro;

6º) Senador Nelsinho Trad;

7º) Senador Izalci Lucas;

8º) Senador Luiz do Carmo;

9º) Senador Telmário Mota;

10º) Senador Lasier Martins;

11º) Senadora Leila Barros;

12º) Senador Jean Paul Prates;

13º) Senadora Soraya Thronicke;

14º) Senador Alessandro Vieira.

V. Exa. não está inscrito ainda, mas eu, com muito prazer, inscrevo V. Exa. como o décimo quinto.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Décimo sexto: Senador Carlos Viana por favor, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Senador Carlos Viana.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Décimo sétimo: Capitão Styvenson.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Décimo sétimo: Senador Styvenson.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Décimo oitavo...

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Zequinha Marinho.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Zequinha Marinho.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Presidente, uma sugestão: fazermos as perguntas em blocos de quatro Senadores cada, e o Ministro responde. A cada bloco de quatro, o Ministros faz um comentário. Se não for assim, vamos ter aqui uma longa reunião.

Então, é só uma sugestão para que os trabalhos possam ser mais célebres e a gente possa ter oportunidade de ouvir todos os Senadores. Além disso, ainda temos sabatina na Comissão de Assuntos Econômicos, e os Senadores tem que se dividir. Então, eu sugeriria a V.Exa., se houver concordância do Plenário, fazermos as perguntas em blocos de quatro Senadores. Acho que isso facilitaria...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Muito bem, se todos concordam com a sugestão formulada pelo Senador Fernando Bezerra, que, inclusive, é Líder do Governo nesta Casa e um dos mais destacados e expressivos Senadores do Senado Federal...

Então eu começo e, em seguida, passo a palavra a V. Exas. O.k.?

Eu vou procurar reduzir, inclusive, o número de perguntas, mas eu quero aqui, respeitosamente, esquentar um pouco o debate, se V. Exa. me permite, porque é notório que algumas entrevistas que V. Exa. concedeu suscitaram uma série de comentários controversos. De modo que seria importante nós aproveitarmos esta oportunidade para esclarecermos determinadas questões sobre as quais ainda pairam dúvidas, não só nossas, aqui da Comissão, mas, certamente, dos brasileiros e brasileiras.

Pois bem, rapidamente.

Em alguns pronunciamentos que V. Exa. tem feito pelo Brasil, o senhor tem se utilizado muito da expressão "mais Brasil, menos Brasília". Essa afirmação, se não bem explicada, pode ter muitos significados diferentes, vamos dizer assim. Por isso, eu gostaria que o senhor nos ajudasse a entender o que ela representa para a educação e o que ela constitui, ou seja, se ela constitui uma das matérias da sua competência aqui na nossa Comissão.

Parece–me que esse lema já está em vigor há muito tempo no campo educacional, uma vez que as maiores responsabilidades da educação básica são assumidas pelos Estados e pelos Municípios. Por isso, pergunto:

a) É possível interpretar esse lema como uma intenção política de maior descentralização das políticas educacionais?

b) Reduzir o peso de Brasília significaria passar para os Estados e Municípios tais responsabilidades ou seria passar para os Estados e Municípios mais recursos? Acho que esse é um tema importante que merece uma reflexão de todos nós.

Sobre o financiamento da educação no Brasil, eu pergunto a V. Exa.:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a) O Governo Federal está disposto a levar o lema "mais Brasil, menos Brasília" também ao campo do financiamento da educação, assegurando mais recursos para que Estados e Municípios possam garantir o direito à educação com qualidade?

b) O Governo Federal concorda com o aumento da participação da União no Fundeb, passando dos atuais 10% para algo em torno de 30% aproximadamente?

c) Ainda sobre o financiamento da educação, o senhor seria favorável à criação de um fundo único nacional em substituição aos atuais fundos estaduais vigentes no Fundeb?

Terceiro item.

O Plano Nacional de Educação, aprovado pelo Congresso Nacional após amplos debates, enfrenta dificuldades na sua implementação, dificuldades essas que podem ser constatadas nos documentos publicados pelos órgãos responsáveis por sua avaliação, entre eles o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Diante disso, eu pergunto:

a) Qual a importância do Plano Nacional de Educação no contexto das políticas públicas do Ministério da Educação?

b) Entre as metas do Plano Nacional de Educação, quais são aquelas que o MEC considera prioritárias e em quais pretende investir maiores esforços políticos, financeiros e também técnicos?

Item quatro.

As pastas do esporte e da cultura foram absorvidas por outro Ministério, pelo Ministério da Cidadania, na atual estrutura ministerial. No entanto, esses temas são temas muito caros à área da educação, uma vez que as atividades físicas e as artes, além de serem componentes fundamentais na formação do indivíduo, cumprem papel importante e também muito motivador para crianças e jovens frequentarem a escola. Diante disso, eu pergunto:

a) Como o MEC pretende atuar para promover o desporto educacional?

b) Podemos esperar proposta no sentido de melhorar a infraestrutura das escolas para a prática da educação física, como, por exemplo, construção de quadras esportivas, de ginásios de esporte e outros equipamentos esportivos?

Item cinco.

A Estratégia 6.4 do Plano Nacional de Educação prevê a articulação da escola com os diferentes espaços educativos, culturais e esportivos e com equipamentos públicos, como centros comunitários, bibliotecas, praças, parques, museus, teatros, cinemas e até planetários. Diante disso, eu pergunto:

a) O MEC tem ou terá alguma iniciativa para iniciar essa articulação?

Item seis.

Esses são apenas alguns dos depoimentos, Sr. Ministro – agora esquenta um pouquinho, mas já são do seu conhecimento –, dos leitores da revista *Veja* publicados no dia 3 de fevereiro agora, deste ano.

O Sr. José Carlos Medina de Carvalho, de Santos, São Paulo, diz que é lamentável a declaração do senhor, que é Ministro do atual Governo, sobre os brasileiros que viajam e que o senhor deveria, nessas circunstâncias, pedir desculpas à Nação brasileira.

Quer dizer, é um item que é conhecido, é recorrente, todos nós conhecemos, mas é um item que merece uma reflexão, para que possamos ter efetivamente uma posição de V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tenho aqui mais alguns itens, mas há um item aqui que me chama muito a atenção. Vou pular dois itens e vou partir para o último item.

Nas páginas amarelas, V. Exa., Ministro da Educação Ricardo Vélez Rodríguez, disse que a universidade não é para todos – "Faxina Ideológica", 6 de fevereiro.

Aí, o Sr. José Américo de Moura, do Rio de Janeiro, diz o seguinte: "Lembrei-me de que, há mais de 50 anos, um tio me disse a mesma coisa. Aquilo foi uma morte na minha vida. Pobre não poderia fazer uma faculdade. E eu acreditei." – dizia ele. "Quando meu filho terminou o ensino fundamental, eu o orientei a fazer um curso técnico, e ele foi aprovado para estudar mecânica. Meu filho teve a ousadia de me contestar e dizer que ele não queria ser técnico. Ele queria ser médico. E sua mãe também tinha o sonho de que ele fosse médico." Aí o Sr. José Américo de Moura diz que entrou em parafuso. "Mas eles me convenceram de que isso era possível, e minha convicção caiu por água abaixo. Hoje meu filho é um grande médico, e minha filha é uma excelente enfermeira. Ela, que já me deu uma neta que está com 15 anos, volta neste semestre à universidade para cursar medicina. Portanto, o Ministro, que pensa como meu tio pensava há 50 anos, está muito enganado." Ele alega que os dois filhos dele acabaram se transformando, um em enfermeiro e outro em médico, e agora a filha vai cursar medicina.

Bem, essas são as minhas indagações, eu fico por aqui. E me perdoem requentar um pouco as matérias, mas eu sou porta-voz de muitas dessas questões que a plateia certamente gostaria de perguntar a V. Exa.

Concedo a palavra ao primeiro inscrito, a Senadora Zenaide.

Seria o Lasier ou a Zenaide?

Dê-me a lista, por favor.

A Eliziane não está. Ela troca com a Senadora Zenaide. Em seguida, o Senador Confúcio e, após, o Senador Márcio Bittar.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para interpelar Ministro.) – Sr.Ministro, nosso Presidente, eu queria falar sobre o Mais Médicos e o menos médicos.

O senhor sabe que, em abril de 2018, o Ministério da Educação proibiu a abertura de novos cursos de medicina e até mesmo novas vagas para cursos já existentes, tanto em instituições privadas, como em públicas. Um dos eixos do Programa Mais Médicos era justamente superar a nossa necessidade de médicos para desmamar o contrato de médicos de outros países. O MEC atribuiu essa moratória de cinco anos dizendo que era para assegurar que todos os cursos de medicina tivessem a qualidade necessária.

Tenho um questionamento. Mesmo os cursos de medicina mais bem avaliados foram proibidos também de aumentar o número de vagas. A pergunta é a seguinte: Sr. Ministro, o senhor pretende manter o menos médicos, mesmo que seja em detrimento do sonho de milhares de estudantes brasileiros de fazerem medicina? O argumento usado para se fazer essa moratória de cinco anos foi a intenção de melhorar os cursos de algumas faculdades. Mas mesmo as que tinham notas altíssimas pelo MEC foram proibidas de ampliar as suas vagas. A minha pergunta é essa, Sr. Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Senador Confúcio Moura, V. Exa. tem a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Para interpelar Ministro.) – Cumprimento o Sr. Ministro, o Sr. Presidente desta Comissão, os Srs. Senadores, os demais diretores, os secretários do Ministério da Educação, os Deputados Federais presentes, os jornalistas e os visitantes.

Sr. Ministro, este é o meu primeiro mandato de Senador. Já passei pela Câmara dos Deputados. Já fui prefeito. Já corri bastantes trechos. Tenho visto muita coisa sobre a educação e fico, ao mesmo tempo, muito triste. Fico muito triste quando, a cada ano, saem os mapas do mundo em relação à qualidade da educação brasileira. A educação brasileira, na América e em outras partes, está acima do centésimo lugar em classificação.

Estamos falando em reforma da previdência, reformas disso e daquilo outro e deixando de lado a grande reforma, a mais necessária, que é a reforma da educação, no seu sentido mais pleno possível. Então, nós queríamos saber do senhor qual é o seu plano, com o seu secretariado, de fato, concreto, passo a passo, nestes quatro anos de governo, para que a gente possa avançar dois, três ou quatro degraus na qualidade da educação brasileira efetivamente. Entra ministro e sai ministro, e a gente fica num marca-passo permanente. Parece que cada um que entra quer redescobrir o Brasil de 1500. Então, a gente precisa agora claramente... Vamos sair desse buraco educacional ou não? Essa é a minha pergunta concretamente.

Segundo: a educação integral. A educação integral no Brasil já teve, em 2015, 65 mil escolas do seu jeito, improvisando ou não, no Brasil, sendo que, em 2016, caiu para 47 mil. Houve um decréscimo da qualidade da educação integral. Recentemente, no ano passado ou retrasado, o MEC firmou um acordo com o Estado de Pernambuco para criar uma base de pouco mais de cem escolas, novo tempo, com outras nomenclaturas, coordenadas pelo Instituto de Corresponsabilidade Educacional de Pernambuco, que, por sinal, é um bom modelo.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Para interpelar Ministro.) – Queremos saber se, neste ano, o senhor vai aumentar o número de escolas integrais de ensino médio ou ensino fundamental para, pelo menos, 500 escolas novas.

Estou aqui nesta minha função para falar semanalmente em educação. Já até me intitulei "o Senador de uma nota só": é só educação. Então, meu tema é este, é com que vou trabalhar aqui no Senado. E eu quero saber o seguinte: o Brasil vai melhorar de cima para baixo, do Ministério da Educação para baixo, ou das cidades para cima? Nós vamos atacar de onde? Onde é a nossa guerra? Nossa guerra é de baixo para cima, como a revolução cubana, que começou lá de baixo para chegar ao poder, ou é o inverso?

Então, nós queremos saber que rumo tomar, porque algumas cidades já tomaram destinos. Não é preciso citar nomes, mas são muitas e pequenas cidades brasileiras. Como o senhor falou, não temos que inventar a roda, mas temos de aproveitar as experiências bem-sucedidas e multiplicá-las.

Era só isso, Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Agradeço ao Senador Confúcio e ofereço a palavra ao Senador Marcio Bittar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB) – Sr. Presidente, depois eu queria falar pela ordem como Líder. Tenho a precedência já que...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Pela ordem, Presidente!

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB) – Como o Regimento prevê, e V. Exa. está...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – O "pela ordem" só cabe em Plenário e não em comissão.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB) – Não, como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Não, não, aqui...

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB) – Bom, eu acabei de vir da Comissão de Assuntos Econômicos e...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Sei.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB) – ...estava funcionando esse aspecto regimental.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Há controvérsias.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB) – Bom...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Há controvérsias quanto a este tema, mas eu concedo, claro, ouço V. Exa. depois de ouvir o Senador Marcio Bittar. Pode ser? (*Pausa.*)

Muito obrigado.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Sr. Presidente! Pela ordem, Presidente!

Senador Marcio Bittar, por favor!

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – Depois daquele nosso entrevero hoje, eu concedo qualquer coisa. Pode falar. (*Risos.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Eu fiz uma combinação com o Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Em seguida, vou passar a palavra para V. Exa.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Tudo bem, Presidente. Obrigada.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC. Para interpelar Ministro.) – Sr. Presidente, primeiro quero cumprimentá-lo como Presidente. É um privilégio, como correligionário e como amigo, tê-lo nessa Presidência.

Cumprimento todos e todas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nelsinho Trad, que estava aqui ao meu lado, foi um dos melhores prefeitos de capital que este País já teve e tive o privilégio de ser colega do pai dele. Queria fazer este registro mesmo na ausência dele.

Ministro, seja bem-vindo a esta Casa! Quero dizer-lhe que a expectativa de grande parte do povo brasileiro – e minha também – é a de que, de fato, a sua passagem por esse Ministério tão importante consiga tirar a educação brasileira dos problemas nos quais a enfiaram nos últimos 30 ou 40 anos.

A constatação que o nosso ex-Governador e ex-Deputado Federal Confúcio faz, eu queria apenas realçar. É impossível olhar para os dados da educação e não constatar que estamos indo muito mal, de mal a pior.

O Brasil, já há mais de duas décadas, tem formas de aferição da nossa educação. Mais alguns dados: nos últimos anos, nós aumentamos os recursos para a educação, chegamos a mais de 6% do PIB nacional, o que é mais do que qualquer país europeu está gastando; aumentamos a quantidade de diplomas e cursos superiores pelo País afora; aumentamos o número de professores; aumentamos a infraestrutura da educação. Mesmo assim, isso não se traduziu nos melhores indicadores da nossa educação; ocorreu, antes, o contrário. Alguns deles: a Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA) mostra que apenas 11% das nossas crianças estão plenamente alfabetizadas no terceiro ano, ou seja, 89% das nossas crianças não estão plenamente alfabetizadas no terceiro ano – não é no primeiro! A Fundação Inteligência, do Ibope, fez uma pesquisa e constatou que, entre os que entram na universidade brasileira, 38% são analfabetos funcionais, têm dificuldade de interpretar um texto. Esse mesmo instituto fez uma pesquisa no Brasil, com os adultos, e constatou que, infelizmente, cerca de 70% do povo brasileiro está na faixa do que a gente chama de analfabeto funcional.

Quais então, Ministro, serão as suas medidas, as do Ministério, para melhorar a proficiência dos nossos alunos? Essa é a primeira pergunta.

Só tenho três. Nelsinho me disse que tinha mais uma meia dúzia, mas, quando o Presidente fez umas dez, ele diminuiu.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – Estou de brincadeira, é só para descontrair!

Segunda pergunta, Ministro. Um dos grandes feitos – evidentemente a meu juízo – do Governo Temer foi a necessária reforma do ensino médio. A nova estrutura dessa fase de ensino privilegia as aptidões individuais e promove uma preparação melhor do aluno para o mercado de trabalho. Como o Governo atual pretende adequar o Enem a esse ensino médio diversificado?

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – E mais: como o Governo...

O Líder Eduardo Braga está interrompendo. Por respeito a liderança dele – nele votei para ser Líder –, não vou chamar sua atenção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O segundo item dessa mesma pergunta: como o Governo pretende aplicar a Base Nacional Comum Curricular a esse ensino médio e diversificado?

A terceira e última pergunta, Sr. Ministro, é sobre a ideologia no ensino brasileiro. Quais serão as providências desse Ministério em relação aos aspectos ideológicos presentes na Base Nacional Comum Curricular que ainda há? Nesse mesmo sentido, qual a opinião de V. Exa. em relação ao projeto Escola sem Partido? E quais são os novos critérios, se existentes, para a escolha dos livros didáticos que serão distribuídos para as escolas?

Por último, Sr. Ministro, eu quero me colocar, como um dos 81 Senadores, à disposição para ajudar a fazer com que nós possamos sair desse quadro vergonhoso. A gente lembra, Ministro, que países do mundo que, há 30 anos, tinham indicadores horríveis, como parte dos Tigres Asiáticos, em menos de 30 anos fizeram uma revolução, e nós, a meu juízo, andamos para trás! Então, eu quero lhe desejar muita sorte e me colocar à disposição para ajudar esse Ministério e o Brasil,

Por fim, eu quero dizer que não há, a meu juízo, uma reforma mais importante que a outra. A educação brasileira é fundamental; as reformas econômicas são fundamentais, pois, sem elas, o Brasil não vai conseguir sair da crise econômica em que nos colocaram; e, sem a reforma econômica, o Brasil também não vai resolver o problema da segurança pública. Portanto, é um conjunto de ideias e valores que foram vencedores na eleição passada, que eu não só apoiei, como votei... E eu ajudei a fazer do atual Presidente... O meu Estado, pequeninho, o Estado do Acre, deu a maior votação proporcional para ele – no Estado e na capital.

Muito obrigado, Sr. Ministro.

Parabéns, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Eu é que agradeço a V. Exa., Senador Marcio Bittar.

Ofereço a palavra à Senadora Eliziane para encerrar os nossos quatro Senadores.

Depois, vou conceder a palavra a V. Exa. para a questão...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA. Para interpelar Ministro.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Ministro Ricardo Vélez, eu quero inicialmente cumprimentá-lo e dizer da minha alegria pela oportunidade que temos hoje de debater sobre educação.

Eu digo isso, Ministro, porque eu sou fruto da educação pública brasileira. Eu estudei em escola de taipa, Ministro, na minha infância. Eu estudei, desde o ensino fundamental até a universidade, em escola pública. Eu entrei na Universidade Federal do Maranhão, onde me formei em jornalismo. Eu sou de uma família muito simples do meu Estado e, pela graça de Deus, eu consegui chegar aqui, ao Senado. Eu falo isso inicialmente para lhe dizer que a educação, no meu entendimento, é o instrumento hoje para a gente mudar o Brasil, para a gente mudar o mundo, para a gente combater a violência. Esse resultado não é um resultado que... Às vezes, alguém diz: "As ações têm que ser mais duras, porque a educação demora". O resultado da educação é imediato. Nós temos um resultado instantâneo quando decidimos fazer um investimento à altura na educação.

Nesse sentido, eu queria, primeiramente, colocar para o senhor que o acesso à educação superior é muito difícil hoje em todos os aspectos da vida. E me preocupou, lá atrás – eu não sei se foi uma má interpretação de uma de suas falas –, quando falava que esse era um ensino para a elite

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

brasileira. Ao mesmo tempo, para mim não ficou muito clara qual é a sua posição em relação a cotas, porque o acesso à universidade... E aí eu não diria só em relação a universidades, mas à presença da mulher nos espaços de poder: todos eles passam, no meu entendimento, pelo menos por um período, pelo estabelecimento de cotas, para que nós tenhamos uma isonomia de participação. Então, eu vejo que esse é um assunto que nós precisamos considerar, não deixar voltar atrás e ter uma perda depois de tanta luta para que negros e pobres possam entrar, de fato, na universidade.

Eu queria, nesse sentido, fazer um questionamento para o senhor. Há hoje, por exemplo, uma defesa muito grande em relação ao ensino técnico. Eu acho que é importante o ensino técnico, mas eu vejo que ele tem que ser atrelado, por exemplo, à formação de segundo grau para que nós não venhamos precarizar a universidade, a formação superior. É preciso que nós tenhamos um investimento na educação superior. Se a gente for, por exemplo, fazer um levantamento, verá que uma grande quantidade de professores do ensino fundamental ainda não consegue ter a formação específica para fazer a educação à altura das nossas crianças. Daí, por exemplo, a grande defasagem idade/série, que já foi, inclusive, colocada aqui, e, às vezes, a indisponibilidade de qualificação para que esses jovens, de fato, possam entrar na universidade.

O nosso tempo, de fato, é muito pouco e eu queria... Especificamente dentro desse quesito da qualificação do ensino, o Governo faz a defesa da militarização, e a coloca a partir da perspectiva da qualificação, da estruturação, o que se parece muito com o que há hoje nos institutos federais brasileiros. Então, para mim, seria muito mais palatável e muito mais adequado trabalharmos, por exemplo, a federalização do ensino, porque o Governo Federal tem muito mais força, na verdade, para que nós possamos ter essa educação.

Por fim – o meu tempo, de fato, é muito pouco –, Ministro, eu queria colocar que nós estamos vivenciando neste presente momento... Eu, quando vi a carta, achei que se tratava de *fake news,* porque a gente vê tantas *fake news*... Digo isso porque sou defensora de crianças e adolescentes. Existe um princípio constitucional no ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) que é claro: não submeter a criança a constrangimento ilegal. Então, no momento em que nós temos defasagem idade/série no Brasil, falta de acesso ao ensino superior, creches inacabadas – esse é um debate que nós precisamos fazer aqui dentro desta Casa –, e uma alta taxa de analfabetismo funcional, ter uma carta enviada pelo Ministério da Educação no sentido de filmar crianças cantando o Hino Nacional brasileiro... Então, isso me parece uma inversão de prioridades, parece-me que o Governo não está preocupado...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – ... exatamente com essas deficiências e em tentar encontrar uma alternativa para compensá-las, parece-me mais preocupado com comportamentos, com questões muito superficiais, com questões que, na verdade, não vão ao cerne daquilo que é fundamental na educação brasileira, que é a qualificação do ensino, que é apresentação, por exemplo, de um documento com as diretrizes e bases da educação brasileira.

A gente precisa entender o que efetivamente o Governo tem para melhorar a educação brasileira, porque a gente só vai melhorar este País, Ministro, a partir desse olhar fundamental e dessa prioridade fundamental que é a prioridade para a educação de crianças e adolescentes no Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu cheguei ao ensino superior pela graça divina, pela benção divina, pela sorte, mas dezenas de adolescentes e crianças da minha idade infelizmente não conseguiram chegar, inclusive conterrâneos e moradores do meu Estado também não conseguiram chegar à universidade por essa falta de educação.

O Governador do Maranhão...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Quero finalizar com esta intervenção.

O Governador do Maranhão, Flávio Dino, que construiu 800 escolas, substituindo as escolas de taipa no Estado do Maranhão, ofereceu uma parceria ao Governo Federal de reestruturação das creches inacabadas no Estado, a partir de uma parceria entre o Governo do Estado e o Governo Federal. Eu queria saber se o senhor tem conhecimento dessa parceria e, ao mesmo tempo, se não teve, ao ter, se o senhor tem a disposição de firmar essa parceria com o nosso Estado, que poderá, inclusive, ser replicada com tantos outros Estados brasileiros pelo alto número de creches inacabadas. Eu fico até me perguntando o porquê: o recurso é inferior àquilo que deveria ser investido ou é a corrupção mesmo? O que acontece por trás de tudo isso, com esse grande número de creches inacabadas?

Muito obrigada, Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Bem, como tínhamos combinado, vamos ouvir o Ministro Ricardo Vélez Rodríguez.

O SR. RICARDO VÉLEZ RODRÍGUEZ – Bem, eu vou ter que fazer o milagre da física quântica: multiplicar o tempo sem que o tempo transcorra. Então, eu vou tentar responder à maior parte dos questionamentos que V. Exas. me colocaram, muito pertinentes todos. Acho que os senhores estão muito plugados na realidade brasileira e na preocupação com a educação.

Sobre os questionamentos do nosso Presidente da Comissão, o Senador Berger, como entenderia de onde vem esse negócio de "mais Brasil, menos Brasília"? Quem inventou isso? Foi Anísio Teixeira. Anísio Teixeira, o criador da Escola Nova. Para Anísio Teixeira, a educação deveria ocorrer no Município, ali onde o cidadão mora. Esse deveria ser o centro de importância gravitacional ao redor do qual giraria todo o processo educacional.

Acontece que Anísio formulou isso no contexto do New Deal estatizante de Roosevelt, em que Getúlio tomou carona para a formulação do Estado Novo, e terminou sendo esquecido esse apelo ao municipalismo na educação, da valorização do Município. Inclusive, Anísio Teixeira considerava que a legislação não poderia vir de cima para baixo, mas de baixo para cima, como funciona nas escolas municipais que dão certo, para isso se consolidar em lei e ir mudando a legislação de baixo para cima, e não de cima para baixo. Com Getúlio no poder, no ensejo do Estado Novo, a coisa virou de ponta-cabeça. O Estado Novo mandou ver em matéria de solução tecnocrática dos problemas verticalmente, matando o municipalismo.

Hoje, certamente, o clamor da sociedade brasileira é no sentido de melhorar a educação nos Municípios, que é onde as nossas crianças vivem. O senhor está levantando com muito bom senso a questão das creches. Tive a grata visita do Governador Dino lá no MEC. Ele me falou das creches, e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

falei: o MEC quer ajudá-lo a reerguer as creches. Como? Mediante ações municipais, mediante ações de transferência de recursos e de projetos municipais.

Juntando aqui uma preocupação que encontro em várias arguições que me fizeram, por que o dinheiro não chega ao Município? Porque esbarra na má informação. Os secretários municipais são pessoas que fazem o serviço de preencher esse monte de formulários que precisam apresentar ao MEC para receber recursos e, por vezes, muitas vezes, esses documentos ficam pelo caminho, porque não foi preenchida corretamente a planilha Excel no computador.

Então, nós estamos vendo, temos uma estatística... Aliás, o meu secretário – estou me referindo a estatísticas – depois poderá dizer melhor qual é a estatística. Há uma estatística que mostra que muitas obras municipais ficam paradas ao longo do País. Então, nós, através do FNDE, elaboramos uma política de atendimento rápido aos Municípios para que eles possam destravar aquelas ajudas que ficaram travadas por falta de informação. Então, há uma comissão técnica do FNDE que se deslocará aos Municípios para ajudá-los a melhor apresentarem os seus requerimentos e a melhor prestarem contas, porque assim se destrava a gestão.

Então, certamente o nosso grande problema é esse centralismo em que terminou girando a educação, deixando um pouco os Municípios esquecidos. Por isso o diálogo que nós queremos ter com as associações de Municípios e as associações de secretários municipais e secretários estaduais. É fundamental isso. Sem isso, não há como atender aos problemas da educação brasileira.

Notadamente, quanto à questão das creches – o Governador Dino levantou isso, a questão das creches –, creches inacabadas há pelo Brasil afora. Aqui, em Brasília, estava eu fazendo uma pesquisa: creches inacabadas ou não funcionando, na ordem de 70%. É um número absurdo. Por que pararam? Por que não funcionam? Muitas vezes é por falta de uma agilização nos processos de transferência de dados para eles receberem ou continuarem recebendo o auxílio do MEC. Então, o MEC tem, certamente, como uma das prioridades auxiliar os Municípios. É a prioridade nº 1 no ensino infantil e básico. Isso é fundamental na educação infantil e básica – isso é fundamental.

E uma segunda prioridade que vai responder a muitos dos questionamentos que me fizeram: qual é a finalidade do segundo grau, da reforma do segundo grau? Vamos dar continuidade a essa reforma que começou no período do Governo Temer, mas que precisa ser aperfeiçoada no ensino médio. Nós estamos vendo que no ensino fundamental há um abandono nos últimos anos que se agrava quando se chega ao ensino médio. Então, precisamos atacar essa debandada. Como? Oferecendo ao jovem, ao adolescente a possibilidade já de uma formação profissionalizante no segundo grau que deságue no mercado de trabalho. Isso não é coisa absolutamente desconhecida pelo País afora. Existem iniciativas muito interessantes.

Eu estive em Pernambuco há cinco semanas. Fiquei impressionado com o que a Secretaria de Educação está fazendo em termos de renovação do ensino médio em tempo integral no final do segundo grau. Impressionante! Eu fiquei muito impressionado. São jovens que já saem com uma habilidade profissional. Inclusive, o Estado, com fundos próprios, está mandando mil desses jovens, por ano, para fora, para que façam um treinamento, conheçam uma outra realidade e voltem ao seu Estado. E os senhores poderão observar que os índices educacionais de Pernambuco subiram na base dessa iniciativa. Então, é possível realizar iniciativas importantes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós vamos dar muita prioridade à formação de professores para o ensino secundário profissionalizante. Temos uma rede de institutos federais fantástica no Brasil, mas precisamos colocá-la em diálogo com as necessidades nacionais. As nossas universidades precisam se comprometer nessa melhora do ensino fundamental e básico. A própria universidade pode dar uma ajuda muito grande. Acontece que esse diálogo inexiste em muitas regiões. Não há essa colaboração. A colaboração, sobretudo com os institutos federais, é fundamental e é por aí o caminho da renovação, certamente.

Bem, o senhor colocou uma coisa que é muito interessante para mim, porque conheci experiências em outros contextos de integração da escola com parques e bibliotecas.

Eu sou cidadão brasileiro por opção. Em 1997, pedi a cidadania brasileira. Há 40 anos, exatamente em 18 de janeiro, bati na porta do Brasil, mais ou menos como fazem os refugiados venezuelanos. Estive em Pacaraima dia 18 de janeiro, e falava com um grupo de imigrantes. Perguntei a um casal, ao marido: "Qual é a sua profissão?". Era um senhor de uns 50 anos. "Professor." Eu falei: olha, o senhor está batendo na porta certa, porque há 40 anos fiz a mesma coisa, no aeroporto do Galeão, pedindo residência no Brasil, fugindo da guerra civil colombiana, e hoje sou Ministro da Educação. Então, o Brasil é uma boa opção. O senhor fez muito bem.

Como se dá essa integração? Essa integração parque e biblioteca é muito importante, porque nasceu na Colômbia, no contexto da brutal guerra civil que a Colômbia viveu ao longo dos últimos 40 anos, que já, graças a Deus, está sendo superada. Qual foi o elemento que possibilitou a pacificação do país? O Município. A pacificação veio via municipal. E via renovação da escola municipal, com parque e biblioteca. É um espaço de diversão, de lazer, de integração da família e da comunidade, onde o Poder Público, em parcerias público-privadas, realizou uma obra maravilhosa: biblioteca de Primeiro Mundo em país de Terceiro Mundo; biblioteca de primeiríssimo mundo.

Se os senhores observarem os parques e bibliotecas de Medellín, Bogotá, Cartagena, Cali, 20 cidades colombianas, vão observar que se realizou uma coisa notável. Nos bairros mais problemáticos, mais pobres, mais golpeados pela guerra do narcotráfico, ali floresceram parques e bibliotecas ao redor da escola municipal. A escola municipal é rodeada de parque e biblioteca, posto de saúde, agência bancária, integrando a economia da cidade, através de vias expressas, de bondinhos, em Medellín, que é muito quebrada, ou de ônibus circulares em Bogotá. Houve a superação da violência. Medellín, em 1996, era a cidade mais violenta do mundo: 300 mortos por 100 mil habitantes. Era uma coisa pior que Bagdá. Terrível! Em dois anos, a violência caiu para 90 mortos por 100 mil habitantes. Hoje, estacionou em 11, 10 ou 11 mortos por 100 mil habitantes. Então, houve uma real pacificação. Qual foi o núcleo dessa pacificação? Foram parque e biblioteca municipal nas áreas carentes. E até hoje se preserva isso. Até hoje encontramos isso.

"Como se financiou isso?" – vão me perguntar. Parcerias público-privadas. Noventa por cento das obras foram feitas com parcerias público-privadas. Os núcleos violentos foram derrotados militarmente 120 dias após a tomada do território por parte da prefeitura, que é o órgão que organiza o espaço público. A prefeitura entrega à comunidade um conjunto de obras que constam de todas essas coisas que enumerei: parque, biblioteca, escola municipal, posto de saúde, posto de polícia, agência bancária. Esse conjunto de obras sociais deu garantia e continuidade ao processo de pacificação. Sem isso, a pacificação não teria ocorrido. Teria ocorrido como no Rio de Janeiro: houve

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um início de pacificação, com as unidades de polícia pacificadora, e, depois, os cartéis das drogas voltaram, os milicianos voltaram.

Então, para dar continuidade, foi necessário um engajamento em benefício da sociedade com obras sociais e do qual participou ativamente a sociedade colombiana. Este é um ponto que eu gostaria de destacar: não há modificação da violência, da pobreza sem engajamento da sociedade civil de alto a baixo. Na Colômbia, a classe média e a classe empresarial compreenderam que ou ajudavam na pacificação ou tinham de ir embora.

Então, a nossa solução no Brasil é possível, porque o Brasil é um país muito mais rico que a Colômbia. A Colômbia é um país mais pobre, e lá conseguiram essa questão dos parques e biblioteca e da revivificação do espaço municipal a partir daí.

Outra questão que foi mencionada foi a militarização de escolas. Bem, a opção cívico-militar, da educação cívico-militar em algumas localidades, em alguns Municípios, por exemplo, no Estado de Goiás, temos 48 escolas cívico-militares, como se deu de cinco anos para cá? A partir da iniciativa de uma escola municipal. A escola municipal decide pedir ajuda para a polícia, que destaca seis agentes para que façam a parte administrativa da escola, ficando a parte educacional em mãos dos professores e do diretor ou da diretora da escola.

Qual foi o resultado nesses cinco anos transitados? Muito interessante. A primeira coisa que ocorreu onde se instalou a escola cívico-militar não apenas em Goiás, mas vamos encontrar isso em outros Estados da Federação, por exemplo, na Amazônia vamos encontrar esse modelo, foi o traficante dar no pé. A polícia chegou, traficante foge. Só com a saída do traficante já melhora o índice de violência, desaparece, praticamente, cai a níveis assustadores o índice de violência. Então, a primeira consequência é muito positiva. Há uma tranquilização da sociedade civil.

No seio dessa tranquilização, a disciplina organizada pela polícia no sentido de dar um regramento disciplinado para o funcionamento das aulas melhorou o espaço escolar. As crianças se sentem mais à vontade para estudar e a família se aproxima da escola. É o que se está observando em Goiás: a família se aproxima da escola. E nesse contexto surge o mutirão muito interessante entre famílias e escola para melhorar a escola. É corriqueiro hoje nessas escolas – 48 escolas onde se montou o modelo cívico-militar – as famílias ajudarem na melhora física das escolas. As crianças se organizam em mutirão, elas próprias, para limpar a escola.

Uma terceira qualidade desse modelo é que renasce o espírito cívico. Não é o militarismo, não é a violência, não. É o amor pelo Brasil. Moramos num país fantástico, com muitas riquezas e muitas possibilidades. O renascimento desse espírito cívico se dá num ambiente pacificado, onde a violência não dita a regra e onde o interesse pelo estudo começa a crescer. A única modificação curricular ocorrida nos lugares onde houve essas escolas cívico-militares é a adoção da velha disciplina Educação Moral e Cívica, que é denominada hoje Educação para a Cidadania, que deve ocorrer nas quatro primeiras séries do primeiro grau: o que é necessário saber para ser brasileiro. Ser brasileiro é torcer por um time de futebol? Precisamos ter alguns valores fundamentais que nos agreguem. E como são importantes os valores da nossa tradição...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RICARDO VÉLEZ RODRÍGUEZ – ... a começar pelo valor familiar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bem, eu acho que tocou aqui para mim, não sei.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RICARDO VÉLEZ RODRÍGUEZ – Terminei.

Bem, aos Srs. Senadores que ficarem descontentes vou deixar o meu *e-mail*, podem me mandar *e-mail* e, com prazer, responderei aos questionários tintim por tintim.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – O Senador Marcio Bittar pretende uma réplica.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – Se Sr. Presidente me permite, algumas...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Dois minutos, no máximo, por favor.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC. Para interpelar Ministro.) – Não vai dar isso, não.

Ministro, só queria registrar que, na Colômbia, além do que o Ministro mencionou, creio que tenha sido absolutamente fundamental para combater as facções criminosas, notadamente as Farc, a pareceria que o país fez com os Estados Unidos. Então, penso que não seja só a biblioteca; houve ali uma força repressora imensa para poder dar cabo em um país que já tinha boa parte do seu território dominado pelas Farc.

Só mais uma coisa muito rápida, Sr. Presidente: essa ideia, muitas vezes, de que mais recursos melhoram a educação não é tão verdadeira. A Argentina é mais pobre do que nós e é um país que tem uma educação à frente da nossa. E o Chile, que é um país que gasta menos com educação do que o Brasil, tem uma educação muito melhor. Então, são dados apenas. Não são para outra coisa senão para identificar que há problemas graves no conteúdo, na formação, na metodologia da nossa educação.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. RICARDO VÉLEZ RODRÍGUEZ – Está certo. Posso responder já?

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC. *Fora do microfone.*) – O senhor pode ouvir o Senador Izalci?

O SR. RICARDO VÉLEZ RODRÍGUEZ (*Fora do microfone.*) – Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC. *Fora do microfone.*) – Senador Izalci.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Só para eu entender, o Senador Izalci está na tréplica, Sr. Presidente? Na réplica ainda? Ah, não, desculpe. É porque ele não falou na rodada de quatro Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Desculpe. Então, V. Exa. pode responder. Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Eu queria a réplica. V. Exa. vai responder, Ministro?

O SR. RICARDO VÉLEZ RODRÍGUEZ – Respondo, sim.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA. Para interpelar Ministro.) – Eu queria só colocar a minha preocupação, Ministro, duas situações só nesses dois minutos que eu tenho aqui. Primeiramente, para mim não combina, Ministro, polícia e arma dentro de um ambiente escolar. O ambiente escolar para mim é local de educação, de socialização. Inclusive, nesses ambientes de ressocialização, onde nós temos, por exemplo, adolescentes que cometem ato infracional, a gente faz essa defesa de uma forma inconteste, porque é através da educação que a gente faz transformação de vidas. Então, para mim essa combinação não soa bem. E eu digo isso aqui não como discurso, Ministro. Eu trabalho há muitos anos com criança e adolescente, trabalho com educação, trabalho nessa área de ressocialização, e eu sinto isso na prática, o que isso evidencia na vida dessas famílias, sobretudo dessas comunidades onde o índice de violência é maior.

Para a gente poder retirar essas crianças, a gente precisa de uma coisa fundamental que está no Plano Nacional de Educação, de que V. Exa. ainda não falou, que é a questão da escola de tempo integral. Nós temos uma meta para chegar lá. E essa meta a gente não...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Não é possível que a gente vá criar outra meta aqui. Então, a gente não consegue chegar lá porque não tem escola de tempo integral no Brasil. No Maranhão, nós não tínhamos uma sequer. O Governador Flávio Dino fez 40 no prazo de quatro anos. Então, se a gente não tem escola de tempo integral, a gente não vai conseguir trabalhar o combate à violência, a redução da violência.

Por último, Ministro, eu não ouvi do senhor, e eu espero do senhor até um *mea culpa*, uma explicação melhor do porquê daquela carta aos professores, colocando claramente uma situação de constrangimento ilegal a essas crianças e adolescentes. Então, eu insisto que o senhor faça um comentário sobre essa carta que foi apresentada pelo senhor aos professores.

O SR. RICARDO VÉLEZ RODRÍGUEZ – Bem, cantar o Hino Nacional não é constrangimento, não. É amor à Pátria.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Filmar as crianças é ilegal. Inclusive, o ECA estabelece isto: criança e adolescente têm de ter autorização dos pais...

O SR. RICARDO VÉLEZ RODRÍGUEZ – A senhora me permite responder?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – ... para que essa gravação pode acontecer.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS. *Fora do microfone.*) – E o *slogan* de campanha?

O SR. RICARDO VÉLEZ RODRÍGUEZ – O *slogan* de campanha foi um erro. Já tirei, reconheci. Foi um engano, tirei imediatamente.

Quanto à filmagem, só será divulgada com autorização da família. Certamente, a lei...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Não constava isso na carta, não é, Ministro? Não constava essa autorização.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RICARDO VÉLEZ RODRÍGUEZ – Constava como algo implícito dentro da lei. Isso não se faria à margem da lei.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Ou seja, estava na sua cabeça; na carta, não, não é, Ministro?

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Muito bem. Então...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor vai consultar quantos pais?

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Vamos...

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Eu só queria... Ele não me respondeu sobre o "mais médicos, menos médicos".

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Bem, eu vou pedir ao Ministro que, se puder ser sucinto e se ater especificamente às perguntas, porque senão os Senadores acabam não sendo contemplados com as perguntas especificamente. Eu sei que o tema é global e muitas vezes há que se utilizar da generalidade para conceituar determinados caminhos. Entretanto, a preocupação dos Senadores aqui, de muitos deles, é com questões específicas como ensino profissionalizante, escola de tempo integral, Escola sem Partido, aqueles temas que são recorrentes e que de certa forma mereceriam por parte de V. Exa. um posicionamento mais seguro, mais firme e mais concreto para que a gente possa desmistificar, inclusive, alguns conceitos que possamos ter a respeito do nosso Ministro da Educação.

Bem, a Senadora Daniella Ribeiro é a próxima; Nelsinho Trad, em seguida; Izalci, o terceiro, trocaram; e, em quarto, o Senador Randolfe Rodrigues, que fala como Líder.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Agradeço a V. Exa.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB. Para interpelar Ministro.) – Sr. Presidente, Sr. Ministro, representantes do Ministério da Educação, cumprimento os colegas Senadores e Senadoras, a imprensa aqui presente, representantes de outras instituições.

Sr. Presidente, eu fiz muita questão de estar aqui nesta manhã, apesar de também termos concomitantemente agendas em várias frentes, primeiro, porque sou pedagoga, por estar na sala de aula em escola pública. Conheço de perto a realidade do nosso País em termos de educação, porque estive dos dois lados, ensinei também em universidade. Tenho dois filhos que já concluíram universidade, e concluíram em universidade pública.

Diante de tudo, antes de mais nada, eu gostaria de dizer que eu acredito que aqui estamos todos do mesmo lado. Acho que é importante a gente frisar que aqui é o lugar... E é por isso que, Sr. Presidente, eu fiz questão de fazer aquele pedido para que pudesse haver, se fosse possível, a fala, porque é o momento em que todos nós estamos preocupados com os destinos do nosso País e com a educação, em especial, porque sabemos que ela, sim, é a motriz, é o grande segredo – que não é segredo – para que possamos crescer como cidadãos e ver aqueles que não tiveram oportunidades, como nós tivemos, tê-las também. Muito me preocupa, e aqui quero dizer... Sou paraibana, venho de uma cidade chamada Campina Grande. Em Campina Grande, nós cantamos o hino municipal, mas cantamos porque o amamos. Ninguém nos impôs isso, ninguém nos disse que era para cantá-lo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando temos oportunidade de cantar esse hino, nós o cantamos com muita alegria – "Venturosa Campina querida..."

Eu me preocupo muito com os temas que estão sendo trazidos, que não vêm ao encontro da realidade que está posta, da necessidade e da urgência que estão postas. Eu, sinceramente, não gostaria de ver um filho meu sendo obrigado a cantar o Hino Nacional, sendo filmado, passando por esse constrangimento, sem que ele sinta isso. De que adianta?

Um pedido. O senhor reconheceu ainda agora, pediu desculpas e disse que retirou, ou que já foi retirado o *slogan*, mas fica aqui também o pedido para que... Não há nada de mais em alguém tomar uma atitude, reconhecer que ela não é correta e retirá-la.

A minha preocupação maior é que a gente não confunda a questão da ideologia com a da educação. Nós temos de separar isso. E aqui eu não falo em defesa de ideologia alguma, falo apenas no foco, no grande foco que é a educação.

Eu me pergunto se V. Exa. traz aqui, neste momento, a opinião – depois do que V. Exa. falou, eu gostaria de ouvir – de que o Estado não tem mais condições, ele reconhece que não tem condições de trazer e ofertar a segurança pública pela qual todos os cidadãos e cidadãs pagam, através de impostos, por meio das nossas polícias civil e militar. No instante em que precisamos – assim dito por V. Exa. – fazer com que os alunos se sintam seguros pela presença de militares dentro da escola, se constata que o trabalho, por exemplo, da Patrulha Escolar não funciona, assim como leis que aprovamos – e cada um deve ter as suas em seus Estados.

Por exemplo, no nosso, um cidadão estranho, que não seja funcionário ou servidor daquela escola, não pode entrar na escola...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB) – ... sem estar acompanhado por um servidor da escola.

Temos tantas formas de cuidar da segurança e evitar que... Diferentemente do que V. Exa. coloca, que nossos jovens e nossas crianças vão se sentir mais à vontade, não é assim que vejo e, talvez, isso já nos traga uma segunda preocupação, que é a temeridade. Antes você se sentia à vontade e em paz para ir para a escola e, agora, pode se sentir vigiado, porque você ser filmado, até que me provem o contrário, é uma vigilância velada – para ser redundante aqui.

Das questões que coloquei, há três aqui que acho fundamentais e gostaria de deixá-las aqui para V. Exa.

A primeira é que os dados mostram que os institutos federais têm um resultado melhor do que o das escolas militares, e com um custo menor. Então, qual é o sentido do investimento nas escolas militares? Gostaria que isso fosse respondido.

Segunda: em todos os lugares de maior destaque, onde os resultados são exemplo para o mundo inteiro, não existe foco em fomento ao ensino cívico-militar. Diante dos tantos problemas pelos quais as escolas brasileiras passam, uma proposta como essa não seria algo simplista e fora de contexto? É a pergunta que faço.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, já que tantos outros que me antecederam ou que virão depois certamente deram ou darão enfoque a outras questões, quem dera eu pudesse, Presidente, sentar aí e fazer vinte perguntas! O senhor atendeu bastante, contemplou várias perguntas que eu gostaria de ter feito.

Quero falar da Lei 12.764, que trata do estímulo à formação e capacitação de profissionais especializados no atendimento à pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Diante de toda a apresentação que foi feita, e aqui devo dizer que não sei se foi pelo tempo, muita coisa ficou – essa é a minha sensação pelo menos – na superficialidade. Inclusive, a questão do ensino superior não foi tratada, não está aqui, não consta deste material que nós recebemos. Então, eu gostaria de saber – nós temos hoje um número cada vez maior de cidadãos que têm o Transtorno do Espectro Autista, jovens e crianças –, eu gostaria de saber quais as ações que o Ministério da Educação sistematizou para fazer cumprir essa lei, principalmente no que diz respeito às políticas públicas e às pesquisas visando a diagnósticos e intervenções específicas – aí, muito provavelmente, em parceria com o Ministério da Saúde. É uma pergunta que não quer calar. Dia 2 de abril nós vivenciaremos o Dia Mundial da Conscientização do Autismo e nós precisamos dar respostas a isso.

No mais, eu queria pedir mais sustança, eu queria pedir que o nosso País realmente levasse muito a sério a questão da educação. Não se trata só de investimentos, não adianta chegar só com recursos se não formos para lá e virmos, como eu vi, crianças fazendo de conta que aprendem e professores fazendo de conta que ensinam; passam de ano e ninguém sabe nada, e o nosso País com o custo altíssimo da deficiência que carrega diante da desigualdade que é fato.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Cumprimento a Senadora Daniella Ribeiro.

Concedo a palavra ao Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF. Para interpelar Ministro.) – Sr. Presidente, em primeiro lugar eu quero parabenizar V. Exa. pela condução dos trabalhos.

Esta é a primeira audiência pública e, evidentemente, não caberia aqui tratar de diversos temas e se aprofundar neles. Acho que aqui é uma apresentação e posteriormente, durante esses dois anos que V. Exa. citou, nós vamos debater todos os temas, e com profundidade, seja o Fundeb, seja a questão dos autistas, qualquer tema. Vou fazer vários requerimentos depois para essas audiências separadas, mas eu gostaria somente de primeiro compartilhar com os colegas alguns problemas que nós estamos enfrentando – o Ministro, evidentemente, terá também de nos ajudar nisso –, mas que dizem respeito muito mais à questão orçamentária.

Nós temos dois problemas em Brasília, que eu vou colocar aqui. O Secretário-Geral já os conhece, estive no MEC na semana passada.

Nós temos um problema gravíssimo, que é a questão da Universidade de Brasília. Há trinta anos se vem pagando – é aquela questão dos planos econômicos – e, de repente, da noite para o dia, cortaram. Quer dizer, cortaram no ano passado, mas foi comunicado agora à universidade. Houve a determinação judicial de se cortar 26% dos salários, e isso, evidentemente... Se isso for aplicado, não vai retornar depois para a universidade, até porque já está no orçamento. Então, é uma questão prática. Nós precisamos nos dedicar um pouco a resolver essa questão da Universidade de Brasília.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A outra questão, também estive lá falando com o Secretário, é a questão da Capes. Infelizmente, há seis anos estão sem reajuste as bolsas de mestrado e doutorado. Mestrado está pagando R$1,5 mil, e doutorado, R$2,2 mil – com dedicação exclusiva! É um negócio impossível de se admitir, até porque a grande produção científica parte deles. E o mais grave: a informação que tenho é que o orçamento para pagar isso já está com um déficit de quase R$400 milhões e a correção disso levaria mais R$900 milhões.

Então, é o que sempre falo aqui, assim como o Senador Confúcio: não se faz educação com discurso, tem que ser com recurso e com muitos outros elementos. É evidente que vamos ter de criar aqui uma subcomissão para tratar do Plano Nacional de Educação, da qual eu participei durante praticamente seis anos. Debatemos esse Plano Nacional da Educação, mas, infelizmente, a coisa não andou, e nós temos de acompanhar isso.

O que nós precisamos ter de uma forma muito clara é que nós temos o mundo virtual e o mundo real. O que nós, Parlamentares e população, precisamos entender é que, lá na ponta, existe o mundo real. Eu tenho certeza de que a grande maioria, se não for a totalidade, reconhece que a nossa educação chegou ao fundo do poço. Temos de mudar, não dá para continuar brincando com a educação.

Quero dizer também que, se estou na política hoje, é pela educação. Se houver outras atividades, deixo-as de lado para cuidar da educação.

Com certeza, a partir da nossa próxima reunião, vamos começar a debater os temas individualmente. Quero tratar aqui da alfabetização, da questão das creches, do fato de que há realmente um monte de escolas cujas obras estão abandonadas, da formação dos professores. Daqui a pouco não haverá mais nenhum pesquisador, nenhum aluno querendo fazer mestrado ou doutorado. É o que está acontecendo com os professores: ninguém mais quer ser professor neste País, exatamente pelo abandono da nossa educação.

Então, eu o parabenizo pela condução, desejo a toda a equipe da educação muito sucesso.

Nós temos aqui a Comissão de Educação como uma parceira. Todos aqui, como disse a nossa Senadora, estamos do mesmo lado. A questão da educação não é partidária, é suprapartidária. O meu partido é a educação.

Parabenizo V. Exa.

Vou pedir ao Ministro que olhe com muito carinho essa questão da UnB. Eu sei que não é fácil resolvê-la, mas temos de buscar uma alternativa, porque nós não podemos ter um corte de repente, mesmo sendo decorrente de uma decisão judicial. De decisão judicial se recorre, vamos trabalhar nisso, apesar de que a União é que ganhou a ação.

(*Soa a campainha.*)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Então, levanto esses dois assuntos para que a gente possa, nesta semana ou na semana que vem, buscar uma solução para isso.

Obrigado, Presidente.

Agradeço também ao Senador Nelsinho, que me concedeu... É que há um pessoal me aguardando na Liderança. Agradeço, Nelsinho. Obrigado!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Eu é que agradeço a V. Exa. e aproveito para cumprimentá-lo.

Passo, ato contínuo, a palavra ao Senador Nelsinho Trad.

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS. Para interpelar Ministro.) – Senador Dário Berger, primeiramente, parabéns pela condução desta audiência pública, com certeza a primeira das inúmeras que esta Comissão haverá de fazer.

Gostaria de cumprimentar o Ministro Ricardo Rodríguez e, em sua pessoa, saudar toda a sua equipe, que, de maneira disciplinada e unida, está aqui presente dando-lhe condições para poder esclarecer todas as nossas dúvidas. Isto é muito importante: a gente observar a união de uma equipe em torno de uma causa.

Eu sou médico. Fui Prefeito da capital do Mato Grosso do Sul, Campo Grande, em 2005 e em 2012, dois mandatos. Tivemos lá uma experiência muito exitosa: quando ninguém falava em escola por tempo integral, a nossa equipe foi a Apucarana e a Palmas verificar como funcionava, e fizemos, desde a planta e a escolha do terreno, as duas escolas de tempo integral que funcionam no Município de Campo Grande. E realmente eu entendo que o caminho da educação, uma educação diferenciada, uma educação com capacitação dos professores é o caminho para que a gente possa chegar ao aperfeiçoamento da evolução da nossa sociedade.

Vou ser bem sucinto, até porque sou cirurgião, sou objetivo. Com a proposição de método para a redução do analfabetismo a partir de evidências científicas, conforme V. Exa. mencionou, como se encontra o desenvolvimento desse novo programa a ser lançado de enfrentamento ao analfabetismo?

Segunda pergunta. Preocupa-me um pouco essa questão da educação domiciliar. Essa história de ensinar sem professor não passa na minha cabeça. Eu entendo que a capacitação técnica de quem está à frente de uma sala de aula, que é o professor, é a vertente principal do sucesso de um aprendizado e de um ensino com qualidade. Eu senti isso na cidade que administrei. Fizemos duas mil capacitações para os professores. Tirava da sala de aula, botava um outro lá para substitui-lo, e o Município subsidiava cursos de pós-graduação na área afim de cada professor. Resultado disso: perdi por centésimos para Florianópolis, onde o Prefeito era o Dário Berger, no resultado das melhores capitais do Brasil, avaliadas na prova do Ideb – falo isso com muito orgulho, Prefeito, porque admiro o seu trabalho, não só como Prefeito de Florianópolis, mas agora também como Senador da República.

Terceira pergunta: a questão do Fundeb. A gente sabe que a sua vigência será encerrada em 2020. Quais são as medidas que a sua equipe está tomando para aperfeiçoamento na questão da revisão do Fundeb? Eu gostaria de passar a minha experiência, como gestor municipal, defensor que sou do municipalismo brasileiro: é imprescindível para se gerir a educação o Fundeb. Imprescindível! Entendo que nós devemos avançar nessa questão, porque muitas demandas acabam sobrecarregando as costas dos Prefeitos, e eles não conseguem fazer jus àquilo que se coloca para ser feito.

Última pergunta: haverá mudanças importantes e significativas no Enem?

Apenas e tão somente essas quatro questões me contemplam.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Eu lhe agradeço e cumprimento V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concedo a palavra agora ao Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar Ministro.) – Sr. Presidente, Sr. Ministro, eu vou insistir na pergunta – porque para mim ela não foi esclarecida – da Senadora Eliziane sobre o comunicado ontem do Ministério da Educação, que causou estupefação a todos nós.

Aqui não quero entrar no debate sobre o Hino Nacional. O sentimento de patriotismo, o sentimento de nacionalidade não é um sentimento que deve ser obrigado às crianças; ele deve ser educado. As crianças, aliás, a juventude deve se sentir livre para expressar seu sentimento de nacionalidade. A maior estupefação – coloquemos as coisas no devido lugar – é recomendar que seja utilizada a consígnia do Governo Federal, a consígnia utilizada na campanha por parte do Governo Federal. Essa é a maior estupefação. A maior estupefação é levantar a possibilidade de filmar crianças, ofendendo a legislação pátria, notadamente o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Objetivamente falando, Ministro, onde o senhor estava com a cabeça ou a sua equipe quando saiu esse comunicado?

Continuo na mesma pergunta. V. Exa. aqui já se retificou, já se arrependeu, já disse que foi um erro, mas saiu um comunicado oficial, no dia de ontem, por parte do Ministério da Educação. A pergunta é se houve já um outro comunicado às escolas do País pedindo para desconsiderarem – podiam até dizer: "foi uma besteira tudo aquilo que nós falamos ontem" – pedindo para desconsiderarem o que foi veiculado ontem. Eu ficarei feliz se houver esse tipo de comunicado. Caso contrário, Sr. Ministro, é um flagrante crime de responsabilidade, de improbidade; fere um mandamento da Constituição Federal, o art. 37 – para seu conhecimento –, que diz que um dos princípios da Administração Pública é a impessoalidade. Utilizar nas escolas a consígnia do candidato vencedor na última eleição presidencial não me parece que está de acordo com esse princípio constitucional e muito menos me parece que seja patriótico.

O comunicado de ontem, Sr. Ministro, foi tão absurdo, mas tão absurdo que até o Movimento Escola sem Partido, que tem tido combate nestas Casas do Congresso Nacional – a Deputada Tabata Amaral é uma das testemunhas disso –, emitiu uma nota condenando o comunicado. Veja a que nível de absurdo chegou o comunicado exarado ontem por V. Exa., assinando como Ministro da Educação.

No mais, Sr. Ministro, eu fico feliz de o senhor ter citado Anísio Teixeira. Só algumas informações sobre ele: Anisio Teixeira foi o fundador da Universidade do Distrito Federal. Não, não estou falando da Universidade de Brasília. Ele foi o fundador da Universidade do Distrito Federal em 1935, quando o Distrito Federal era a cidade do Rio de Janeiro. O "Menos Brasília, mais Brasil" não foi de Anísio Teixeira, porque o ápice da sua atuação na educação brasileira não foi na fundação de Brasília. Aliás, é importante a citação de Anísio Teixeira porque ele foi perseguido por duas ditaduras: a de Vargas e, depois, pelo golpe civil-militar de 1964. Aliás, ainda hoje são obscuras as razões que levam ao provável assassinato de Anísio Teixeira...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... em 1971, atribuído por alguns, inclusive, ao regime de exceção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Dr. Anísio Teixeira foi o precursor de alguns princípios fundamentais para a educação contemporânea. O primeiro deles: educação pública, gratuita, laica e de qualidade; educação universal para todos. V. Exa., em entrevista à *Veja*, disse que a universidade é para uma elite no Brasil. Está em linha de confronto com Anísio Teixeira, e não de diálogo com ele.

Ele também foi o precursor de uma outra ideia fundamental, a ideia de educação em tempo integral. O Senador Nelsinho Trad já falou aqui de como é inadequada essa ideia de educação a distância, prescindindo de professor. A educação em tempo integral, de Anísio Teixeira, é contraposta, é no sentido contrário a essa ideia que, porventura, é levantada atualmente pelo Ministério da Educação.

O Dr. Anísio Teixeira levantou o princípio da educação laica. Isso é ofendido pelo comunicado de ontem.

Eu espero mesmo que o Ministério da Educação siga os princípios de Anísio Teixeira, que inspirou outro grande educador brasileiro, que talvez hoje não seja de conhecimento do ministério, que foi Darcy Ribeiro. Aliás, Anísio Teixeira, Darcy Ribeiro e Paulo Freire estão nos baluartes dos grandes educadores não somente do Brasil, mas do mundo. Eu acho lamentável quando nomes como esses, em especial o de Paulo Freire, são secundados, são trazidos a segundo plano; nomes que estão no panteão de heróis da educação mundial.

O nome de Paulo Freire, eu acho que Ministro deve ter conhecimento...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... está nos monumentos da Unesco como um dos maiores educadores do Planeta.

Então, eu fico feliz que pelo menos a lembrança de Anísio Teixeira tenha sido colocada. Só que, a bem da verdade, que sejam colocadas, a rigor, todas as informações sobre a atuação de Anísio Teixeira, que é contrária à atuação até agora do Ministério da Educação.

Por fim, Sr. Ministro, permita-me. Em relação à Colômbia, parece-me que o que foi fundamental para universalizar a educação na Colômbia não foi um ato somente; segundo informações de estudantes de Harvard, foi a universalização, ou melhor, a federalização da educação. Aliás, este seria um bom começo de fato: nós poderíamos apagar tudo, de começo agora, no Ministério da Educação e optar por esse novo caminho – já concluo, Sr. Presidente. Há uma proposta aqui do Senador Cristovam Buarque de federalização da educação. Para seguirmos o caminho de fato da Colômbia, poderia o Ministério da Educação partir dessa proposta do Senador Cristovam.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Agradeço ao Senador Randolfe Rodrigues.

Agora, completamos mais quatro Senadores que usaram a palavra.

A Senadora Zenaide pede a palavra?

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Eu queria a réplica, porque eu só fiz uma pergunta. Com a economia do tempo, eu perguntei ao Ministro se ele ia manter essa moratória do MEC, de abril de 2018, de que, durante cinco anos, não vão haverá aumento de vagas nas universidades nem a criação de nenhum novo curso de Medicina. A pergunta foi essa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Foi dito que era para o aprimoramento dos cursos de Medicina, só que, mesmo as universidades que tiveram notas altíssimas estão proibidas de aumentar as vagas. A pergunta foi só essa.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Está bom. Obrigado.

Com a palavra S. Exa. o Sr. Ministro.

O SR. RICARDO VÉLEZ RODRÍGUEZ – Muito obrigado.

A Senadora Zenaide tinha formulado sua pergunta bem no início; vou responder. Essa questão da formação de médicos está sendo estudada pelo MEC. Nós vemos que há, realmente, uma premência de muitos médicos que se formaram fora e que querem validar os seus diplomas aqui no Brasil. Isso está sendo estudado, nós vamos dar alguma resposta num período prudente. Não podemos correr, precisamos analisar a coisa em profundidade, porque há também a posição do colegiado dos médicos. Então, precisamos ver. Eu, pessoalmente, acho que, se houvesse a possibilidade de dar uma resolução rápida a isso, seria muito importante. Vou me empenhar na questão dos médicos graduados em universidades no exterior, sobretudo em países vizinhos da América Latina, para dar uma resposta rápida a isso. Nós estamos estudando a questão.

O Senador Randolfe muito bem lembra a questão de Anísio. Agora, a solução para o Brasil não poderia ser a da Colômbia, são países muito diferentes; a Colômbia é do tamanho de Minas Gerais, tem mil Municípios, e o Brasil é um continente. E o grande problema nosso é que, quando se federalizam as coisas, perde-se contato e referência com a realidade regional. É o que ocorre com as nossas universidades federais. As nossas universidades federais adquiriram um nível excelente, adquiriram um nível de sofisticação muito grande, mas, em regiões nas quais elas normalmente estão situadas, o Município se ressente. É o que senti na própria carne, na minha universidade de origem, a Federal de Juiz de Fora; trabalhei 30 anos lá. O Prefeito de Juiz de Fora certa feita me disse: "No dia em que a sua universidade fechar, vou soltar rojão no Parque Halfeld." Eu falei: "O que é isso, Prefeito? O senhor é da era das cavernas? Não pode!" Ele me dizia que o orçamento dessa universidade é o dobro do orçamento de Juiz de Fora, que é uma cidade de 500 mil habitantes. "E não encontro nenhum serviço que preste a universidade às necessidades do meu Município."

Há um princípio que defendo fundamentalmente. Eu escutei de longe os jovens gritando no início: "Universidade é pública, não pode ser privatizada." Bem, eu acho que a universidade pública é pública, é patrimônio da Nação, não devia ser privatizada, mas, por ser pública, precisa ser gerida com responsabilidade.

Então, muitas ações precisariam ser feitas para adquirirmos essa relação da universidade pública com o seu entorno, primeiramente a relação da universidade com o setor produtivo. No Brasil, em vários lugares, isso ocorre sim, mas ocorre mais como exceção do que como regra. Segundo, a universidade pública é para todos – é para todos! Quando eu falei numa entrevista, no saguão do aeroporto, que a universidade não era para todos, eu não estava dizendo que a universidade é uma coisa restrita, na qual não se pode deixar entrar a maioria dos cidadãos. Não! Eu estava apontando para um fato real: em países desenvolvidos, como a Alemanha, apenas 60% das pessoas terminam na universidade. A criança, já com 10 anos de idade, é selecionada para ver se ela tem capacidade de frequentar os estudos de alta *performance*, que são os estudos universitários.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O importante é que todo mundo tenha acesso em pé de igualdade. E aí está a nossa dívida social. Temos as cotas. Defendo as cotas enquanto não for resolvida a questão de um ensino básico de qualidade para todos, que possibilite, no final do fundamental e do segundo grau, aos jovens que quiserem entrar na universidade cursarem uma universidade pública em pé de igualdade. A nossa dívida não está apenas numa questão de raça, está numa questão de qualidade do nosso ensino básico e fundamental, que no setor público ainda não é da qualidade que deveria ser. Então, precisamos melhorar o ensino básico e o fundamental para que os nossos jovens possam, se quiserem, se tiverem capacidade, concorrer em pé de igualdade com os outros na universidade.

Há um ponto que eu gostaria de... O Senador Nelsinho não está por aí? Está aí sim, desculpe-me. Falo sobre a capacitação municipal de professores; isso é fundamental. Nós, no Ministério, temos como uma das prioridades a política de formação de professores para as escolas municipais, para o Município, para melhorar o nível de desempenho no ensino, sobretudo no fundamental e no segundo grau, oferecendo ao professor possibilidades reais de treinamento na difícil tarefa que é ensinar fazendo e produzindo. O ideal seria que os nossos jovens do segundo grau pudessem, já no final, se inserir no mercado de trabalho e até criar uma *startup* junto com seus colegas, como ocorre, por exemplo, em Israel. Em Israel, o jovem do segundo grau já cria uma *startup*. Essa seria uma coisa muito interessante no nosso meio. O adolescente pula fora do ensino público porque não encontra interesse nisso, não vê que isso representa alguma coisa de novo nas suas expectativas.

Quanto à questão do orçamento das universidades públicas, vejo isso com muita preocupação, certamente. Vejo que as universidades públicas estão com uma interrogação muito grande, quanto ao orçamento, no horizonte. O País está em recessão, estamos com dificuldades econômicas. É muito difícil manter a dotação orçamentária das universidades públicas da forma como se deu nos períodos da bonança econômica. Nós não estamos em tempos de bonança econômica. Então, deveremos encontrar uma forma de melhor gerir o nosso patrimônio público que não é privatizável, que deve continuar patrimônio público. De que forma? Há várias modalidades. A primeira é otimizar o rendimento das universidades públicas na sua região. A relação professor/aluno nas públicas ainda é folgada no Brasil, é de 1 para 11 ou de 1 para 7, enquanto, no setor privado, é de 1 para 20. Em países como, por exemplo, Estados Unidos, França e Alemanha, chega a ser de 1 para 50, de 1 para 60. Então, nós poderíamos otimizar a excelente qualidade acadêmica das nossas universidades públicas colocando mais alunos em sala de aula, aumentando as vagas no setor público. A maior parte das vagas do ensino universitário, os senhores sabem, está por conta do setor privado. É uma anomalia. Deveríamos dar à universidade pública mais espaço nisso, mas, certamente, isso só ocorrerá remanejando-se a gestão da nossa universidade pública, colocando mais alunos em sala de aula, o que não é nenhuma tragédia para um doutor.

Vi, na Universidade de Massachusetts, por exemplo, cursos de pós-graduação com 60, 70 alunos, regidos por um professor, sem nenhum problema. Então, não vejo por que, em nosso Brasil, não possamos aumentar um pouco mais o número de estudantes por sala de aula.

Tentei responder às perguntas que os honoráveis Senadores me formularam. De novo, eu lhes digo: passem-me *e-mails,* que responderei, por *e-mail*, às questões prementes que eu tenha deixado de responder.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS) – Faço a réplica.

Eu gostaria de agradecer a V. Exa. pelas respostas, apenas ressaltando que essa questão da formação continuada direcionada, como V. Exa. mencionou, às escolas do Município, no meu entendimento, deverá também ser alçada aos demais níveis, às escolas do Estado. Penso que a formação continuada – até a de nós mesmos – é tudo para se tentar atingir um grau de excelência no que se faz.

Eu gostaria, aqui também, de reencaminhar a posição do Consed. A Secretária de Estado da Educação de Mato Grosso do Sul é Presidente do Consed. Ela também vai de encontro a todas as manifestações contrárias no que tange à mea-culpa que V. Exa. já fez do erro em relação à questão abordada anteriormente.

Para encerrar, eu gostaria de incluir algumas pessoas no rol dessas eminentes figuras da educação. Tive o prazer de conhecer Darcy Ribeiro, ocasião em que, estudante de Medicina, no Rio de Janeiro, eu era representante dos acadêmicos bolsistas. Ele era Vice-Governador do Rio de Janeiro. Numa ocasião, o Governador Brizola não pôde nos atender, e fizemos a audiência com Darcy Ribeiro. A audiência durou quase duas horas. Nós tratamos de tudo, menos da pauta que estava marcada para ser tratada, tamanha a riqueza da sua cultura. Também lembro Anísio Teixeira e Paulo Freire. Eu gostaria aqui de incluir nesse rol de homenagens, até em deferência à admiração que tenho por essa pessoa, o ex-Senador Cristovam Buarque. É uma pessoa que admiro. Vou procurar seguir os seus passos nesta Casa quanto à atuação que ele teve na educação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, rapidamente, quero só para perguntar ao Ministro sobre o *e-mail* absurdo de ontem: há um novo comunicado oficial para desconsiderá-lo, tão oficial quanto foi o de ontem?

(*Soa a campainha.*)

O SR. RICARDO VÉLEZ RODRÍGUEZ – Já foi respondido.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Vamos aos próximos quatro Senadores inscritos.

Com a palavra o Senador Luiz do Carmo. (*Pausa.*)

S. Exa. não se encontra presente.

O Senador Telmário Mota, o Senador Lasier e a Senadora Leila Barros são os próximos inscritos.

Então, Senador Telmário, V. Exa. tem a palavra.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR. Para interpelar Ministro.) – Presidente, primeiro, quero parabenizar V. Exa. por assumir esta Comissão. Por V. Exa. nos temos um carinho muito especial. Tenho a certeza de que V. Exa., nesta Casa, vai desempenhar um grande trabalho para a educação brasileira, já começando por esta audiência pública, tão importante para o início de um Governo. Quero parabenizar V. Exa. por essa iniciativa.

Ministro, quero saudá-lo, cumprimentá-lo, pela presença.

Tive de me ausentar. Eu gostaria muito de ter acompanhado desde o início a exposição de V. Exa. e alguns questionamentos. Então, não me sinto mais à vontade de questionar alguma coisa, porque V. Exa. já pode ter até respondido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, no finalzinho, quando cheguei aqui, eu ouvi V. Exa. falar que tem que melhorar a qualidade do ensino básico. Eu comungo dessa situação, porque hoje nós não podemos mais deixar que o aluno, em sala de aula, faça do braço um caderno, para ali fazer suas cópias, suas decorebas, para passar de disciplina. Eu acho que o aluno tem que ir para dentro da sala de aula para ele, quando de lá sair, ter senso crítico. O que ele aprende dentro da sala de aula ele deve levar para o resto da vida. Hoje, quatro ou cinco horas depois, ele não sabe nem o que ele fez. Pode até passar numa prova, passar de série, mas, em dias ou horas, ele já esqueceu isso.

Então, realmente, é necessário mudar essa qualidade, porque, mudando essa qualidade no básico, você vai modificar todo o ensino brasileiro. Mas, para isso, é preciso haver bons professores e mudar a metodologia.

A minha fala hoje, Presidente e Ministro, será um pouco paroquial, voltada para o meu Estado de Roraima. Eu sou de Roraima.

Deixe eu lhe falar: em Roraima, há institutos federais que, há 25 anos, estão instalados no Estado e que cobrem ali alguns *campi*, em alguns Municípios, e, hoje, por falta de dois ônibus, 366 alunos talvez deixem de estudar. Olhe só: são pessoas pobres, carentes, necessitadas que percorrem de 90km a 100km. Se os pais os encaminharem... Os *campi* têm até alojamento. Mas sabe como é que eles ficam no alojamento? Meninos e meninas ficam ali todos juntos, garotos adolescentes. A V. Exa. vou passar o ofício da reitora. Ela me fez um ofício, que vou passar à mão de V. Exa. Eu o reitero, encaminhando-o.

Por outro lado, Ministro, no Estado de Roraima, 46% da área do Estado são indígenas, e 18% do eleitorado são indígenas. Nós temos uma Deputada Federal indígena. Ela é índia wapixana, a Dra. Joênia. Eu fico honrado, realmente, com o fato de ela ter sido eleita na minha coligação. Esse era um desafio.

Em Roraima, as maiores escolas são indígenas, o maior número, a maior quantidade de escolas do Estado é de indígenas. Nós temos três Municípios que são interligados que são de dominância indígena, são indígenas. Um deles fica na reserva São Marcos, que é Pacaraima, e os outros dois ficam na Raposa Serra do Sol, que é Normandia, Município onde eu nasci, e Uiramutã. Nós temos uma comunidade chamada Placa, que fica no início dos três Municípios, digamos assim, fazendo fronteira.

Qual a nossa sugestão? O Brasil tem 68 universidades federais, e há uma concentração, Ministro, como eu estava vendo aqui. A título de exemplo, em Minas Gerais, há 11; no Rio Grande do Sul, 7; na Bahia, 6. Em Roraima, nós temos uma universidade.

(*Soa a campainha.*)

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – Sr. Presidente, só me dê um pouquinho mais de tempo, porque isso é importante.

Em Roraima, nós temos essa universidade.

Os povos indígenas, e o Presidente está questionando isso, já não querem mais viver dentro de um conceito indigenista da exclusão, de isolamento. Eles querem inclusão social, eles querem inclusão política e, sobretudo, a inclusão econômica. E nada melhor para fazer isso do que uma universidade.

Vocês sabem que, quando você dá liberdade e educação, você dá dignidade e desenvolvimento. Quando tu tiras a liberdade e a educação, tu dás estagnação. Então, eles não querem mais ficar na estagnação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Qual a nossa proposição?

Hoje, o PT se vangloria, e com razão, de ter construído 18 universidades federais, mas se a gente construir uma universidade indígena... Olhe só: a maioria dessas universidades nos Estados é de universidades rurais. A de Roraima será uma universidade rural; entretanto, é chamada de universidade indígena. Seria a primeira no Brasil e, quiçá, a primeira no mundo! Então, isso dá uma conotação importante, principalmente para a nova gestão do Presidente, uma vez que há por aí uma controvérsia, afirmando-se que ele não gosta dos povos indígenas, isso e aquilo. Eu acho, pois, que esse seria um grande aceno.

Para completar, concluindo, eu tenho também todo o projeto da universidade e o ofício. Assim, no finalzinho, antes de o senhor sair para o almoço – e eu já havia falado com o meu Presidente –, devo lembrar que o Reitor que fez isso, que foi o cara que implantou a Universidade Federal de Roraima, a Universidade Estadual de Roraima e os Institutos Federais de Educação, o Prof. Hamilton, está aí junto com as lideranças indígenas. Eu queria que, depois, eles entregassem para V. Exa. essa documentação e fizessem um registro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC. *Fora do microfone*.) – Com a palavra o Senador Lasier Martins.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS. Para interpelar Ministro.) – Muito obrigado, Presidente Dário Berger, que cumprimento por ter tomado a iniciativa de, ainda bem cedo na Legislatura, trazer aqui o Ministro Ricardo Vélez Rodríguez, da Educação.

A minha primeira palavra é de uma surpresa agradável com a manifestação do Ministro, já que eu estava muito preocupado com o início da gestão do Ministro Vélez, quando ele andou pronunciando algumas frases desconcertantes, como aquela de que os brasileiros roubam artigos quando se hospedam em hotéis e de que as universidades eram para as elites. Por fim, houve essa história do Hino Nacional, o que é perfeitamente aceitável e louvável, mas já a filmagem é indevida, e o uso do *slogan* do Governo é completamente descabido. Mas, hoje, depois que o Ministro se explicou e se retratou, vamos dizer assim, S. Exa. impressionou a mim, porque mostra que é um homem culto e preparado. Ele apresentou aqui – nós vamos acompanhar o seu trabalho – o que denominou de os sete pontos-chaves da educação. Anotei todos os pontos e as palavras do Ministro, para, durante o andamento do ano, como integrante titular desta Comissão de Educação, poder acompanhar e, se necessário, um dia ou outro, até cobrar do Ministro.

O primeiro ponto-chave apresentado pelo Ministro – e foi muito relevante ter dito isso, porque o Brasil inteiro cobra isso – é a Política Nacional de Alfabetização. É o ponto primeiro, de transcendental importância para este País de tantos analfabetos e de analfabetos funcionais. É o pilar fundamental para a prosperidade do Brasil. O Ministro disse que há de se enfrentar e mudar o triângulo da educação, dando prioridade à alfabetização. Mas, no particular, eu tenho uma pergunta, Ministro Ricardo Vélez Rodríguez.

A alfabetização se dá no nível dos Municípios. É lá que se começa a educação por conta da verba do Município, e os Municípios nossos estão quebrados na grande maioria, eles não têm recursos. Há escolas frágeis e professores mal pagos, o piso salarial dos professores não foi atendido – pelo menos no meu Estado, o Rio Grande do Sul, não o foi até hoje.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, de que forma nós vamos cumprir essa prioridade absoluta que é a alfabetização das crianças? De que modo o Governo vai cumprir isso se até hoje o financiamento dessa alfabetização é por conta dos Municípios? A maioria é de Municípios pobres, sem recursos, endividados. A própria União está extremamente endividada.

Então, a colocação é muito bem-vinda teoricamente. Agora, na prática, eu gostaria que o Ministro dissesse depois como é que ele vai fazer.

Eu aceitei, inclusive, o item 4 do Ministro, que fala nas escolas militares. Digo isso porque o meu Rio Grande do Sul, Ministro, tem duas escolas militares exemplares. Anualmente, no meu Estado, faz-se a avaliação das escolas de todo o Estado.

(*Soa a campainha.*)

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – E sempre, nos últimos anos, figura, no primeiro, no segundo e no terceiro lugar, o Colégio Militar, onde se formaram vários Presidentes da República. E o Colégio Tiradentes de Porto Alegre, agora, é expandido para vários Municípios do interior.

Desse modo, isso é salutar.

Disse V. Exa. aqui que a escola militar ajuda a afugentar a criminalidade. O senhor vem de um País que foi expressão mundial no narcotráfico. O senhor já disse que fugiu de lá há 40 anos. Entretanto, o nosso Brasil, guardadas as proporções, está num caminho perigoso e parecido. O tráfico de drogas no Brasil é por demais alarmante. A droga tem estado muito próxima das escolas. V. Exa. vai ter como atacar esse perigo que ronda as escolas brasileiras?

(*Soa a campainha.*)

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – E aí faço, rapidamente, dentro do curto prazo... Eu abro mão da réplica para poder completar minhas perguntas.

Os reitores do consórcio das universidades comunitárias do Rio Grande do Sul estão acompanhando esta audiência pela internet e me pedem que eu faça uma pergunta ao Ministro – acho isso perfeitamente procedente, porque as universidades comunitárias são maioria no Rio Grande do Sul e maioria no Brasil – com relação à regulação da expansão da educação superior, considerando a educação a distância, uma vez que há uma proliferação desmedida dessas escolas, dessas universidades de educação a distância, que, sabidamente, não têm a mesma qualidade que tem a universidade regular.

Essa é a minha segunda pergunta.

Depois, com relação à questão da filantropia nas universidades, as mantenedoras das instituições comunitárias vivem em uma situação de insegurança jurídica. Quais medidas o senhor apresenta para a solução do problema?

E, com relação ao financiamento estudantil para financiar estudantes de baixa renda, em que medida vamos ter a recuperação desse financiamento?

E ainda, se der tempo, eu gostaria que falasse sobre os cursos regulares de graduação, sobre a graduação com regulação mais flexível.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, Sr. Ministro, agradeço. Cumprimento-o por trazer aqui os sete pontos, que, teoricamente, são excelentes. Agora, nós precisamos que o senhor os cumpra.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Muito bem! Agradeço ao Senador Lasier Martins, que aguarda as respostas do Ministro.

Ofereço a palavra à Senadora Leila Barros.

V. Exa. tem a palavra.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. Para interpelar Ministro.) – Boa tarde!

Boa tarde, Presidente! Quero parabenizar V. Exa. pela condução da audiência.

Quero desejar boa tarde também ao Ministro Ricardo Vélez e a toda a sua equipe.

Eu também vou ser rápida.

Em dois questionamentos, achei que foi feita uma abordagem um pouco superficial, mas acho que o senhor tem a oportunidade agora de falar mais, que é sobre a Base Nacional Comum Curricular no ensino médio, que foi inserida no contexto recente da reforma do ensino médio, que foi aprovada em 2018 e vai mudar nos próximos anos a forma de conteúdo que será trabalhado na sala de aula.

Faço duas perguntas para o senhor: que desafios representa a reforma para o Ministério, para as secretarias estaduais e municipais e para as escolas, principalmente? E o que está sendo feito efetivamente, na prática, para garantir essa transição bem-sucedida desse novo modelo na carga horária do ensino médio?

Outra coisa me preocupa muito e foi muito pouco abordada aqui. Mais do que uma matéria de caráter aplicado, a educação física – e eu, na condição de atleta, acho que tenho que tocar nesse assunto, que foi muito pouco abordado aqui, mas é interessante a gente abordar – constitui uma intervenção interdisciplinar importante para a manutenção da saúde e do bem-estar do aluno e para a criação de hábitos saudáveis que o acompanharão a vida inteira. Na verdade, são hábitos sustentáveis, sobretudo numa época em que a tecnologia cria facilidades que trazem embutidos os problemas com a obesidade. A gente sabe que a escola é um ambiente em que a gente tem que promover essa questão da atividade física, a questão da educação física. Entretanto, a educação física perdeu muito a sua importância. Na década de 70, ela estava no seu ápice.

A par dessas contradições que estou colocando aqui para o senhor, eu queria fazer outra pergunta.

A colocação das aulas de educação física na grade gera frequentemente – e aqui acho que temos educadores que sabem disso – muita ineficiência, com as crianças voltando para a sala de aula. Há a aula de educação física e, logo depois, uma aula de matemática. Ela volta toda suada e agitada e não tem como voltar à sua concentração para a disciplina. O que pode ser feito? Pergunto isso porque já fui Secretária de Estado de Esporte e, o tempo todo, questionava isso na educação local. O que a gente pode fazer para garantir uma colocação adequada da educação física na grade? Eu sou de uma geração em que a educação física era dada no contraturno. Nós tínhamos todas as aulas na parte da manhã, e, no contraturno, o aluno podia fazer aulas de artes, de várias técnicas manuais e de esporte. Então, pergunto ao senhor: como nós podemos resolver isso?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que nós estamos virando um país de obesos e de crianças descoordenadas. Nós somos de uma geração que, quando criança, brincava na rua. Não éramos coagidos pela violência que hoje assombra as grandes cidades. Então, a escola é um lugar para a gente promover a atividade física e a educação.

Outro problema é a falta de espaço para a disciplina. Um levantamento – até o próprio Presidente falou sobre esse levantamento, feito há seis anos – constatou que apenas 30% das escolas oferecem na sala uma aula específica de educação física, um ambiente para promover a educação física. Esse foi um estudo feito há seis anos. Como o senhor pretende enfrentar essa situação junto com a sua equipe?

Para finalizar, falo da educação especial.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Obrigada, Presidente. Falarei rapidinho. Vou finalizar.

O senhor falou de duas frentes da educação especial que o senhor vai abordar, que é a educação bilíngue e a educação de inclusão. Pergunto ao senhor: qual política o Ministério vai oferecer de educação física para as crianças com deficiência? Acho que é importante a gente saber a posição do senhor e da sua equipe.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Muito bem! Agradeço à Senadora Leila Barros.

Passo a palavra agora ao Senador Luiz do Carmo, também do Estado de Goiás.

O SR. LUIZ DO CARMO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO. Para interpelar Ministro.) – Boa tarde a todos!

Eu cheguei atrasado aqui, Presidente. Eu estava na sabatina do Presidente do Banco Central, que é importante também.

Eu tinha várias perguntas a fazer aqui, mas vou resumir em duas. Talvez, até possam ser repetidas.

No contexto de luta pelas escolas, meu Estado está fazendo um trabalho interessante de gestão compartilhada entre a Secretaria de Educação e a PM do Estado. Lá já temos mais de 50 colégios militares. Há fila de Prefeitos pedindo isso. Há filas! Mas a polêmica é muito grande. O diretor de ensino é civil, o resto é militar. Eu queria saber o que o senhor pensa disso.

Aqui estou vendo a Tânia, que tem uma história muito grande, acho até mais do que a do secretário, sobre o ensino básico. Vocês sabem que hoje o aluno entra no ensino básico e sai sem saber ler, escrever, dividir e interpretar texto. Não adianta chegar um aluno à faculdade se o ensino básico não é o principal. Então, a necessidade disso é muito grande. O senhor tem de pegar dinheiro em outro lugar e colocar para ajudar as prefeituras, como disse o meu colega ali.

Então, as minhas duas perguntas, em resumo, são essas.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Muito bem! A coisa está seguindo mais objetivamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou aproveitar um pouco esta oportunidade para homenagear aqui os nossos internautas. Eu acho isso, Senador Lasier, extremamente importante.

Eles tentam contribuir aqui, Ministro.

Fernando Leal, de São Paulo, pergunta a V. Exa.: "Na sua opinião, como deve ser a educação que vai preparar as crianças que estão chegando à escola agora para os desafios do século XXI?"

Andrea Cristina, do Ceará, pergunta: "Qual tipo de investimento poderá contribuir para o aperfeiçoamento da infraestrutura considerada adequada nas escolas?" Certamente, ela fala do que é preciso fazer para deixar as escolas atraentes, para que, efetivamente, possa ser mudada essa triste realidade em que nós estamos vivendo.

Rafael Silva, do Distrito Federal, indaga: "Com relação aos estrangeiros em situação de refúgio, qual ou quais os programas de acessibilidade da língua portuguesa a essas pessoas?"

Jean Carlo, do Ceará, indaga: "De que maneira as metas do PNE serão atingidas?"

Andrea Cristina, do Ceará também, pergunta se há uma perspectiva sobre a valorização e formação dos professores e professoras alfabetizadoras.

Tatiana Rosa, de São Paulo, pergunta quais serão suas estratégias para tornar o magistério uma carreira interessante para os jovens de melhor desempenho nos vestibulares. Certamente, é a questão do interesse dos nossos jovens pelo magistério.

Andrea Cristina, do Ceará, que é campeã aqui na rede social, pergunta ainda: "Qual a opinião do Ministro sobre a reforma previdenciária para os professores?"

Vou deixar as perguntas com o senhor aqui, Ministro. Há o endereço do pessoal.

Agradeço muito aos internautas.

Concedo a palavra ao senhor para responder, então, aos nossos quatro Senadores que acabaram de formular as suas perguntas.

O SR. RICARDO VÉLEZ RODRÍGUEZ – Muito obrigado aos Srs. Senadores pelas perguntas formuladas. Vou selecionar, tentando responder a maior parte delas.

Respondo à Senadora Leila Barros. Quando vim fazer o mestrado no Brasil – antes de pedir residência no Brasil, eu tinha vindo fazer o mestrado, em 1973 e em 1974, na PUC do Rio –, eu era atleta de grande rendimento. Fui até selecionado para uma olimpíada na área de ciclismo. Eu praticava ciclismo todos os dias. Vim fazer o meu mestrado e tinha sido patrocinado pela minha universidade na Colômbia. Eu corria com o patrocínio da universidade. Aí vim à PUC, queria fazer o mestrado. Pensei bem: "A PUC deve ter no Rio uma proposta nacional de esporte, talvez uma reitoria comunitária." Fui lá, e me disseram: "Não, aqui não há campo de esporte, não. Não há." Tive uma grande desilusão. Depois, vi que não era importante o estímulo à prática do esporte, tão marcante quanto no meu país de origem. E é uma falha. Eu acho que isso seria necessário. Já conversei com o Ministro Terra a respeito disso, para ver como a gente pode fazer ações transversais de incentivo à prática do esporte, inclusive de alto rendimento, na universidade, porque isso traz um benefício incalculável para os estudantes e para a comunidade universitária. Nós precisamos trazer essa prática esportiva para o interior das nossas universidades. São poucas as universidades que contam com um parque esportivo de qualidade. Então, essa seria uma coisa importantíssima. Já estamos estudando um projeto com o Ministro Terra para fazermos uma ação interministerial nesse sentido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gostei muito das palavras do Senador Luiz do Carmo em relação aos colégios cívico-militares de Goiás, que são um exemplo realmente. São um exemplo. Quem tiver preocupações com a militarização – "ah, a criança não ri!" – convido para que visite alguma cidade que tenha escola cívico-militar em Goiás. É fantástico! O resultado é palpável. Os bons resultados são palpáveis. Não há esse tal militarismo, não. Há educação cívica e educação na prática das normas, da lei. O professor é respeitado, o professor entra em sala de aula, todos ficam em pé. Eu só vi isso aqui nas escolas militares e na Escola de Comando do Estado-Maior do Exército, da qual sou professor emérito – e me orgulho muito de sê-lo –, mas nas escolas particulares é difícil encontrar essa prática de disciplina.

Eu acho que tem muito a lucrar, sim, o Brasil com a adoção desse modelo de escolas cívico-militares, que não saem caras, porque o investimento é mínimo. São escolas municipais que optam por ter uma administração dada por policiais ou, em outros Estados, pelas Forças Armadas. Não sai caro isso para o Município. O Município encontra aí uma maneira de dar uma melhor destinação às suas instalações e de ter um melhor rendimento acadêmico.

Quanto à educação especial... Eu estou falando muito e gostaria que um dos meus secretários falasse, porque tem experiências muito boas a respeito do que foi perguntado sobre educação especial. Eu queria convidar o meu Secretário Bernardo Goytacazes, que é Secretário de Modalidades Especiais da Educação, para que falasse um pouco a respeito disso.

O SR. BERNARDO GOYTACAZES DE ARAÚJO – Boa tarde a todos!

É um imenso prazer estar nesta Casa, podendo contribuir!

Eu gostaria de trazer algumas coisas aqui.

Senadora Leila, tive o prazer de vê-la jogar. E, como atleta de vôlei na minha cidade, foi um prazer ver essa geração olímpica de vocês!

Conosco está feita a Política Nacional de Educação Especial. Essa política já está posta no CNE (Conselho Nacional de Educação). E nós já estamos tendo experiências profundamente exitosas. Aqui vou citar a do IBC, no Rio de Janeiro, o Instituto Benjamin Constant, que trata dos cegos. Nós temos lá piscinas, com aulas de natação exclusivas para cegos. Aliás, o Instituto Benjamin Constant é uma escola dedicada aos cegos. Então, nós temos várias experiências exitosas no Benjamin Constant, como o futebol com guizo, que os jogadores têm treinado por lá. O Instituto Benjamin Constant está se virando uma referência para o esporte paraolímpico. Então, nós estamos também pegando todos esses debates e essas questões que já estão sendo levantadas pelo IBC na prática, com todas as dificuldades e com todas as potencialidades, para nós já virmos isso na implementação da PNEE, assim que for aprovada.

Pedimos também que a PNEE passasse por mais três consultas públicas dentro do Conselho Nacional de Educação. O Conselho assim acatou. Antes de vir para cá, eu estava no Conselho. Pedimos isso à Presidência do Conselho, a que isso vai se submeter também, para ampliar o debate no Brasil sobre essas questões.

Nós temos tido essa preocupação também na parte da educação física. Corroboro o que disse a senhora, com toda a preocupação de trazer para dentro das escolas essa atenção com a educação física. Os nossos queridos e amados portadores de necessidades especiais, na educação especial, também estão contemplados. Dentro da PNEE, já há essa contemplação, inclusive legal. Na Lei Brasileira de Inclusão, também já se fala sobre isso. Quando o Ministro fala da interlocução com o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ministro Osmar Terra, também já está sendo pensado isso. Nós, da Secretaria da Pessoa com Deficiência e dos Direitos Humanos, estamos conversando já sobre essa implementação, também já sobre esse aspecto. É a nossa preocupação sobre o fato.

Eu queria trazer um segundo elemento que foi tratado aqui pelo eminente Senador de Roraima, sobre a questão do ônibus escolar. Nós estamos com o projeto do PAR de mobilidades aberto. Estivemos em Roraima. A nossa primeira viagem oficial foi feita a Roraima. Fizemos uma gigantesca interlocução. O Ministro foi para lá conosco, numa comitiva formada pelo Ministério da Defesa. Fomos profundamente bem recebidos, Senador, dentro daquele Estado. Conversamos com a Secretaria Estadual de Educação, com a Secretaria Municipal e com a Universidade Federal de Roraima, que nos trouxe a perspectiva, apesar de todas as dificuldades, de uma ampliação de vagas.

Hoje, aqui, com os esforços empreendidos pelo Sr. Ministro em Roraima, nós temos mais de 6,5 mil venezuelanos já matriculados na rede, que, ao serem interiorizados pelo Brasil, vão já sair com seu documento de transferência. Isso nunca tinha acontecido de forma tão prática, como aquela que nós propomos.

Aqui, eu queria externar minha gratidão ao Estado de Roraima, pela forma ímpar com a qual aceitou as proposituras do Ministério da Educação, e à Secretaria Estadual de Educação, por toda a agilidade e presteza com que agiu. E colocamos o Ministério à disposição. A Secretária já veio aqui, e nós já estivemos lá.

Temos contatos constantes por telefone sobre as dificuldades. Colocamos o Ministério à disposição. Estamos ajudando em tudo que é possível o Estado de Roraima e matemos o nosso compromisso.

Aquele povo que lá está... Uiramutã é uma cidade pela qual tenho muito apreço, porque, no Bolsa Família, em que nós fazemos a captação, é uma das que têm um dos resultados menores por dificuldade de telecomunicação. Mas ninguém imagina o tamanho do esforço que aquela comunidade faz para nos responder aos dados do Bolsa Família. Então, tenho muito carinho por Uiramutã pelo tamanho do esforço que aquela cidade faz para dar os dados ao Governo.

Então, fico aqui e externo a minha oferta e também, mais uma vez, a ajuda pública que nós já estamos dando a todos os Municípios e Estados.

Na semana passada, encontrei com o nobre Senador do Rio Grande do Norte em Natal, quando estivemos juntos lá, ofertando também essa ajuda. E liberamos, de uma vez só, R$4,5 milhões ao Rio Grande do Norte, sendo R$4 milhões destinados ao ProJovem e R$500 mil destinados para a área de educação especial, para o AEE, que nós estamos contemplando, em que estamos trabalhando.

Eu queria também destacar que, para essa próxima rubrica orçamentária, vamos lidar com Dinheiro Direto na Escola, com a acessibilidade. São quase R$50 milhões que vão ser aplicados diretamente nas escolas para lidar com acessibilidade. É respeito e comprometimento com a causa da educação especial!

Obrigado.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – Presidente, quero falar só um pouquinho, já que fui citado aqui. Isso é importante. Não quero falar pelo art. 14 do Regimento. Não é bate-bola, mas quero agradecer ao Secretário Bernardo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero dizer o seguinte: a situação da comunicação no nosso Estado é ruim. Ministro, eu tenho R$30 milhões de emenda impositiva para colocar internet em todas as escolas estaduais e municipais do meu Estado. Vamos sentar? Eu boto dinheiro no Ministério, e V. Exa. já tem esse projeto.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC. *Fora do microfone*.) – O Senador Lasier tem a palavra.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu só queria saber se o Ministro vai responder a pelo menos uma das minhas quatro perguntas. Senão, não vale a pena perguntar, não é?

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC. *Fora do microfone*.) – Ministro, localize as perguntas.

O SR. RICARDO VÉLEZ RODRÍGUEZ – Já as localizei. O Senador está bravo comigo.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – Não, não estou bravo; estou frustrado. Estou aqui ouvindo V. Exa. há duas horas. Fiz a pergunta. E o senhor me abandona?

O SR. RICARDO VÉLEZ RODRÍGUEZ – Olhe aí! Se gaúcho está bravo, tem de sair de perto!

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – Gaúcho é diferente!

O SR. RICARDO VÉLEZ RODRÍGUEZ – Primeiro, o Rio Grande do Sul é meu Estado do coração, porque lá fiz minha pesquisa de pós-graduação, estudei o castilhismo, a briga entre Chimangos e Maragatos. Aquilo era uma coisa grande.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – Quero lhe dizer que sou Maragato.

O SR. RICARDO VÉLEZ RODRÍGUEZ – O senhor é Maragato? Muito bem! Eu estudei os Chimangos e a crítica que os Maragatos faziam aos Chimangos, a crítica de Assis Brasil e de Gaspar da Silveira Martins aos Chimangos.

É um Estado fantástico! Há uma característica no Rio Grande do Sul: o espírito público está à flor da pele. Pode-se ver isso na Semana de Tradições Gaúchas e na grande dinâmica dos Municípios gaúchos.

Então, certamente, há muito o que fazer pelo nosso FNDE, pela nossa Capes e pelos institutos federais.

Como aqui está o meu Presidente do FNDE, vou lhe passar a palavra, para que, rapidamente, responda à sua indagação.

O SR. CARLOS ALBERTO DECOTELLI DA SILVA – Senador Lasier, é uma alegria estar aqui vendo o senhor na sua atuação!

Tenho uma forte ligação com o Rio Grande do Sul. Por lá trabalhei mais de dez anos, fazendo trabalhos profissionais junto ao Banrisul, como professor. Tenho um vínculo de gratidão com a Universidade de Caxias do Sul e com a PUC-RS, onde tem sido desenvolvido um trabalho intenso na qualificação financeira na pós-graduação.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – Estão nos escutando lá. O Reitor Prodanov mandou dizer agora que nos está acompanhando e que está esperando a resposta também do Ministro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS ALBERTO DECOTELLI DA SILVA – Há uma responsabilidade estratégica comandada pelo Ministro, que foi a de me convocar para cuidar do FNDE. O FNDE tem um desafio estratégico. Qual foi a determinação do Ministro Vélez Rodríguez? Transformar o FNDE de um agente repassador de recursos para a educação para um estrategista de gestão para a educação. Qual é essa diferença quanto à abordagem? É que todos os programas que vierem a ser desenvolvidos pelo FNDE na gestão do Ministro Vélez passarão por um crivo de parcerias estratégicas.

Nós estamos fazendo parcerias estratégicas com a Ence (Escola Nacional de Ciências Estatísticas), para nos ajudarem a repensar todos os modos de metrificação, de avaliação estatística. Eles são referência no Brasil para a qualidade da estatística do Brasil. Estamos também fazendo uma referência de parceria com o Impa (Instituto de Matemática Pura e Aplicada), para fazer a validação dos algorítimos, dos modelos, para que tenhamos criticidade em relação ao que fazermos de cálculos envolvendo tanto a Ence quanto o Impa na aplicação dos modelos do FNDE. Por quê? Nossa preocupação nesse conjunto é a de dar uma melhor prestação de serviços à sociedade, uma melhor aplicação das informações que sociedade deseja conhecer durante todo o tempo sobre o que estamos fazendo. A expectativa é a de que tenhamos sempre de forma disponível três perguntas acessíveis à sociedade brasileira: o que é o FNDE, para que serve e como funciona na sua entrega à sociedade brasileira para a educação? Esse é um lado.

Outro aspecto é que hoje muitas demandas quanto à educação ou à obtenção de recursos nós já constatamos. Nós já ouvimos falar muito em percentuais em relação ao PIB do que se aplica em educação, nos casos de sucesso no exterior. Mas, em todos os casos de sucesso no exterior, raramente se ouve dizer que houve a correção por módulo de gestão. A educação brasileira não é um desafio de falta de recursos, mas é de falta de gestão tanto no aspecto daqueles que são os estrategistas, que desenham as políticas nacionais, como também no aspecto do usuário final. Hoje, quanto ao usuário final do FNDE, existem recursos chamados de recursos empossados na conta de prefeituras, recursos que o FNDE repassa através do PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola). Há programas de repasse diversos do FNDE que os Prefeitos não sabem utilizar.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS ALBERTO DECOTELLI DA SILVA – E não pedem recursos para o FNDE. Nesse aspecto, nós estamos fazendo um esforço didático-pedagógico de trazer os Senadores, os Prefeitos, os Deputados Federais para virem até o FNDE e conhecerem os nossos programas, porque muitas dúvidas são fáceis de serem esclarecidas.

Estamos também colocando o aspecto de ir até o Município. Existe um programa chamado FNDE em Ação Mais Brasil. Aí sim, nós estamos realizando seminários, reuniões técnicas, reuniões estratégicas lá com os nossos técnicos no final da abordagem, na reunião de Municípios.

O terceiro aspecto é que, nessa intenção de melhor esclarecer quais as políticas, o que é, para que serve e como funciona o FNDE, nós estamos agora iniciando um projeto pioneiro chamado de Mutirão de Prefeitos no FNDE, em que receberemos um grupo de Prefeitos permanentemente para conversarem e ouvirem esclarecimentos.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS ALBERTO DECOTELLI DA SILVA – Então, Senador, nós temos essa estratégia. Nos primeiros cem dias de governo, nós já temos uma capacidade de reação para implementar as determinações do Ministro Ricardo Vélez.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – Bem, com relação às universidades comunitárias, eu vou pedir ao Ministro que nos marque uma audiência – para não atrasar os demais companheiros que estão esperando aqui para perguntar –, que nos conceda, mais adiante, uma audiência lá no ministério para nós tratarmos disso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Perfeito, Senador Lasier. Quase V. Exa. monopoliza a nossa reunião.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS. *Fora do microfone.*) – Não quero isso.

O SR. RICARDO VÉLEZ RODRÍGUEZ (*Fora do microfone.*) – Posso responder?

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Se for rapidinho, Ministro, porque nós já estamos no adiantado da hora.

O SR. RICARDO VÉLEZ RODRÍGUEZ – Há duas semanas, nós recebemos a visita das comunitárias. Por sinal, muito bem organizadas, uma exposição magnífica. E já estamos trabalhando sobre a pauta que elas nos deixaram. E esta semana vamos conversar de novo.

Então, está em andamento. Parabéns pelas belas universidades comunitárias gaúchas.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Satisfeito, Senador Lasier?

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS. *Fora do microfone.*) – Agora sim.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Graças a Deus.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Pois não, Senadora Leila.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. Pela ordem.) – Vou ser bem rápida.

Ministro, meu foco, obviamente, é o desporto nas universidades, o alto rendimento, mas hoje, neste primeiro momento, é a educação física na educação básica. Nós precisamos realmente rever a educação física. Nós estamos promovendo saúde, o que impacta também o sistema de saúde. Nós estamos tirando os jovens das zonas de perigo, de assédio de tráfico e tudo. E é na escola.

Eu, como atleta, e o senhor também, como o senhor falou, nós começamos a praticar esporte na escola. Ser um atleta é uma consequência natural. O importante é que a criança esteja salva, protegida dentro da escola, adquirindo a cultura da prática esportiva. Essa é a minha maior preocupação. E vou dizer para o senhor que eu vou fiscalizar, vou ficar em cima.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós teremos outros momentos, nós e a sua equipe. Então, peço ao senhor que tenha muito carinho com relação ao atendimento à educação básica, à educação física e às pessoas com deficiência.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – Trinta segundos, Ministro.

Só para dizer à Senadora Leila que passou por aqui, no ano passado, aprovado aqui no Senado, o PLS 25/17, projeto meu, que institui normas gerais para o desporto nas escolas públicas.

O projeto está agora na Câmara. Estamos tratando disso.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Só uma coisa.

Com relação à Base Nacional Comum Curricular, o senhor não passou o que está sendo feito para garantir a transição, uma transição bem-sucedida dessa base curricular.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Eu só vou pedir para responder depois. Seria a primeira resposta...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Pode mandar por *e-mail*. Eu aceito.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Senão, nós não vamos avançar.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Desculpe-me.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – E nós temos alguns Senadores e Senadoras ainda para usar a palavra.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – É verdade. Perdão, colegas.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Como nós tínhamos aprovado, vamos ouvir agora mais quatro representantes Parlamentares: o primeiro deles é o Deputado Federal Danilo Cabral, que é o Presidente da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados; em seguida, nós vamos ouvir o Senador Jean Paul Prates; na sequência, a Senadora Soraya Thronicke; e, depois, o Senador Alessandro Vieira. Aí completamos mais quatro.

Em seguida, há o Senador Humberto Costa, o Senador Carlos Viana, o Senador Styvenson e o Senador Zequinha Marinho. Aí nós vamos quase completar a nossa lista de inscrição.

O SR. DANILO CABRAL (PSB - PE. Para interpelar Ministro.) – Cumprimento o Presidente, Senador Berger. Cumprimento o Ministro e, cumprimentando o Ministro, eu cumprimento toda a equipe e os demais Senadores aqui.

Ministro, vou procurar ser objetivo, até pelo adiantado da hora e pelas diversas abordagens que já foram feitas aqui.

Primeiro, eu quero destacar a importância desta primeira reunião com a presença de V. Exa. aqui. Nós esperamos também ter essa mesma oportunidade lá na Comissão de Educação da Câmara dos Deputados para que possamos, de fato, aprofundar esse debate.

Eu espero sinceramente e estou identificando... Eu sou, como dizia Ariano Suassuna, um realista esperançoso. Eu não sou um otimista, porque muitas vezes o otimista é um lírico; não sou um pessimista, porque muitas vezes o pessimista é amargo; eu prefiro ser um realista esperançoso. Nessa realidade esperançosa, eu espero que, a partir de agora, nós possamos fazer, de fato, um debate mais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aprofundado sobre diversos temas que dizem respeito às respostas que precisam ser dadas à questão da educação brasileira.

Eu vejo nesse símbolo, em que V. Exa. recuou em relação a essa nota que foi publicada hoje, quando mandou suprimir, de fato, essa orientação em relação a o *slogan* da campanha ser adotado nas escolas públicas, eu quero crer que esse seja um símbolo de desmonte de palanques, porque acho que nós estamos precisando entrar nesta fase: reconhecer o resultado eleitoral, mas objetivamente daqui para frente dar as respostas de que a sociedade brasileira precisa. Algumas das falas que a gente teve aqui, inclusive de V. Exa., como já dito por muitos aqui, de fato, levou a uma posição muito mais de divisão da sociedade em função de um debate de valores do que de questões estratégicas, como algumas delas que foram apresentadas aqui. Então, eu quero crer que, daqui em diante, a gente vá iniciar um debate discutindo os temas estratégicos do País.

Confesso que senti falta neste debate da questão do Plano Nacional da Educação. Essa é uma questão central sobre a qual nós precisamos, de fato, até dizer o que vamos fazer, porque foi um debate feito com a sociedade brasileira, aprovado por unanimidade nesta Casa, debatido com aqueles que estão na academia, nos movimentos sociais. E há um conjunto de 20 metas que estão postas, que é uma lei. Nós não podemos desconsiderá-la. Ela existe, e a gente precisa saber o que vai fazer com ela. No nosso entendimento – como Presidente da Comissão de Educação na Câmara, apostamos nisto –, temos de reposicioná-la como documento estratégico, porque, no horizonte de dez anos que está posto, nós teríamos, caso cumprido o que está lá, o Brasil numa posição melhor. Esse é um debate: precisamos saber qual a posição do MEC em relação ao Plano Nacional de Educação.

Em relação a uma questão central – já vou objetivar, até pelo adiantado da hora –, das 20 metas que estão lá postas, objetivamente – e aí quero frontalmente discordar do Presidente da FNDE, permita-me, com todo respeito –, nós temos, acho, um gargalo, que está na questão do financiamento da educação. Esse é um debate central. Permitam-me discordar e dizer a alguns que falaram aqui: nós não temos recursos suficientes para a educação. E, quando eu falo isso, não quero negar a importância que deve ser um ato, dever de ofício de qualquer gestor público, de dar o devido gasto, o devido destino aos recursos públicos; de apropriar-se e fazer o que está na Constituição no art. 37, usando da eficácia e da efetividade dos recursos públicos. Agora, dizer que a gente tem recurso suficiente não é verdade. Quando se faz a comparação com outros países, tira-se dos debates aquilo que ainda há de déficit no nosso sistema educacional. Falar em analfabetismo, como falamos aqui, da Argentina, é falar de um País que cem anos atrás cumpriu uma tarefa que nós não cumprimos e que está aí na ordem do dia. Nós vamos negar o nosso passado, para dizer que de agora em diante 5% resolvem o nosso problema?

(*Soa a campainha.*)

O SR. DANILO CABRAL (PSB - PE) – Não resolvem, não resolvem! Nós temos de garantir recursos.

E aí, para objetivar a minha indagação, Ministro, em cima da questão do orçamento, há quatro pontos que eu considero estratégicos nesse debate do financiamento. O primeiro é o debate do pacto federativo. Permita-me dizer – V. Exa. falou do Leviatã, daquilo que é concentrado aqui –, no nosso entendimento, o FNDE, a não ser que mude de postura a partir de agora, é o símbolo mais preciso do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acúmulo do que se tem de atividade do Estado brasileiro aqui na União e no ambiente da educação. A verdade é que Estados e Municípios, quando vão conversar com o FNDE, vão de joelhos, porque os recursos que estão lá são concentrados. As transferências voluntárias aumentaram no FNDE, orçamentariamente aumentaram, e as transferências obrigatórias estão congeladas. O transporte escolar há 11 anos não é reajustado! O valor do transporte escolar aqui... Merenda? No ano passado foi feito um reajuste de merenda, depois de anos! Então me permita dizer: temos de mudar a posição do FNDE, e isso está dentro do debate do pacto federativo.

(*Soa a campainha.*)

O SR. DANILO CABRAL (PSB - PE) – Há mais dois pontos que eu considero importantes no debate...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Mais um minuto.

O SR. DANILO CABRAL (PSB - PE) – Só para terminar, porque quero a posição do Ministro, Senador. Vou concluir agora.

Uma é a questão do Fundeb. Qual a posição objetiva do Ministro em relação à maior participação da União no Fundeb? A União só entra com 10%. O Senador falou isso. Permita-me, mas eu não ouvi – não sei se ele falou em um momento em que não estava atento – não ouvi a resposta.

Há uma disputa interna no Governo, da equipe econômica com as áreas sociais, e é preciso saber como é isso. O Paulo Guedes – e vou para a terceira indagação minha, Ministro... Essa me preocupa também. Eu queria saber a sua posição nessa disputa autofágica que foi gerada fruto da implantação da PEC do Teto dos Gastos. Este debate está ocorrendo por conta da PEC do Teto dos Gastos. O Paulo Guedes, o superministro da Economia disse, de forma objetiva, que aventava quebrar as vinculações constitucionais, inclusive no ambiente da educação. Estão previstos 25% dos recursos dos Estados e 18% da União para investir na educação. Qual a posição do Ministro Ricardo Vélez com relação à quebra da vinculação constitucional? Porque, quando se fala em quebrar – vamos falar a verdade, ser honestos com a gente –, ninguém está falando em quebrar para botar mais dinheiro; está-se falando em quebrar para tirar dinheiro.

Então, eu quero, de forma objetiva, a resposta do Sr. Ministro sobre esses três pontos: Fundeb, a vinculação do orçamento e a questão do teto dos gastos; se V. Exa. é favorável à preservação. Eu, inclusive, sou autor de uma PEC que tira a educação da PEC do Tetos dos Gastos. São esses três pontos.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Muito bem.

Vamos dar sequência. Esse foi o nosso Deputado Danilo Cabral, que é Presidente da Comissão de Educação da Câmara e disparou uma metralhadora aqui.

Agora, vamos ouvir o Senador Jean Paul Prates. (*Pausa.*)

Não se encontra?

A Senadora Soraia também não se encontra.

Senador Alessandro Vieira, V. Exa. tem a palavra.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - SE. Para interpelar Ministro.) – Boa tarde, Sr. Presidente, Sr. Ministro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou tentar ser o mais breve possível em respeito aos presentes.

Eu acredito que nós todos concordamos com que a utilização das ferramentas da educação para qualquer implantação de modelo ideológico é negativa. Esse foi um dos grandes motes dessa eleição, o senhor há de convir comigo. Nós tivemos ministros falando em "despetização", por exemplo, só para uma nuança dessa questão ideológica e do quão importante ela foi nesse eixo de mudança. E nós, por outro lado, não precisamos de uma "pesselização", "bolsonarização" ou coisa parecida.

Por que menciono essa questão ideológica? O senhor é o segundo Ministro que vem a esta Casa – e agradeço a atenção e a presteza com que o senhor compareceu – e que mostra na sua condução neste início de projeto um viés ideológico muito forte.

Aponto duas questões. A primeira medida, a única medida referente à educação que conta nos projetos prioritários dos cem primeiros dias, salvo engano, é a questão da regulamentação, via MP, do *homeschooling,* que atende algo em torno de 7,5 mil famílias e vem de uma iniciativa do Ministro dos Direitos Humanos.

Outro ponto mencionado fortemente por V. Exa. é a questão das escolas militares. Se eu não estiver enganado, acrescentando as escolas que são hoje assumidas por militares nos Estados, devem ser em torno de 200 escolas no Brasil. O Brasil trabalha com 45 milhões de alunos na escola pública; dessas escolas, 60 não têm rede de esgoto; 10% delas não têm água, energia e esgoto; biblioteca só há na metade delas. Então, as prioridades que nós estamos traçando vêm carregadas de um forte viés ideológico. Então, o que eu peço ao senhor, o que faço como pergunta, concentrando tudo que íamos questionar, é: qual é plano efetivo de gestão?

O senhor mencionou a necessidade de qualificação dos professores, inicial e continuada. Ao mesmo tempo, o senhor defende a entrega da gestão a militares, que, até onde eu conheço, não passaram pela qualificação inicial, que dirá da continuada, em educação. Então, essa busca por uma bala de prata mágica que resolva o nosso problema, que é crônico, talvez dificulte chegar a soluções concretas. O Brasil hoje já tem diagnósticos muito bem feitos na área da educação e tem problemas severos na área da correção dos rumos: a cada ano os resultados péssimos se acumulam e nós não encontramos nenhuma solução. Então, Sr. Ministro, concretamente, o que será feito em termos de qualificação de ensino e de resolução desses tantos gargalos que nós temos para além de coisas midiáticas?

Obrigado, senhores.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Passo a palavra ao Senador Humberto Costa. (*Pausa.*)

Senador Carlos Viana. (*Pausa.*)

Senador Styvenson, V. Exa. tem a palavra.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN. Para interpelar Ministro.) – Boa tarde, Senador Presidente Dário.

Sr. Ministro, muito boa tarde!

Vou tentar ser o mais breve, o mais eficiente, o mais rápido possível para não cansar, viu, Alessandro? A gente está aqui sem almoçar, desde manhã, correndo em Comissões.

O que vou falar é uma coisa prática, uma coisa que eu vivo na educação. Eu vivenciei uma situação complexa, estranha que envolve o Fundeb. Que situação foi essa? O repasse. O repasse que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

está previsto no art. 8º da Lei 11.494. Como é dado isso? Quanto mais alunos maior o repasse para a escola? Certo. Até aí não há problema. O raro é a gente achar que nesse cruzamento de relação há também uma situação de bolsa, Bolsa Família, que está no art. 3º da Lei 10.836, de 2004. As mães, responsáveis ou famílias que têm crianças, que têm jovens e adolescentes colocam-nos nas escolas para manterem os benefícios. Está o.k., está certa essa relação entre bolsa e a relação entre quanto mais alunos na escola maior o repasse do Fundeb?

Na prática, na verdade a evasão escolar é muito grande. Eu presenciei isso em uma escola de que tomo conta no Rio Grande do Norte. Existia um número altíssimo de pessoas matriculadas, de alunos matriculados, mas, na verdade, de forma real, havia pouquíssimos alunos presentes na sala de aula. As professoras, as diretoras os repassavam como presentes por qual motivo? Ameaças, medo, para não perder o fundo? Aí seria um questionamento para eles.

Aonde eu quero chegar, Sr. Ministro? À fiscalização, à eficiência da fiscalização para saber se o aluno está ou não na sala de aula, porque não adianta a gente discutir aqui sobre educação integral, sobre esporte – ouviu, Leila? –, se a criança não tem disciplina, não tem ordem, não tem nada – ouviu, Alex? Ou falar também da estrutura das escolas, de tornar a escola um ambiente melhor para que ele possa ficar mais tempo dentro da escola, se o aluno nem lá está.

Eu falo de escola de periferia, de escola de comunidade, como a que eu ocupei com um projeto militar. Eu vejo que as pessoas reclamam, que as pessoas acham ruim, mas está lá. E eu posso ligar agora, em tempo real, porque é uma fiscalização que eu tenho, Sr. Ministro, para saber se os alunos estão na sala de aula. Eu vou ligar aqui para o senhor ver que não estou mentindo. Eu vou ligar para a professora. Enquanto eu consigo a ligação... Esta é a primeira pergunta: saber qual espécie de fiscalização a gente pode ter.

Uma segunda é sobre o Fies. É uma pergunta sobre as pessoas que querem entrar numa faculdade particular e que precisam desse financiamento. Chega a 20 bilhões hoje a dívida. Eu percebo que as pessoas quando fazem esse contrato não têm um conhecimento prévio do que vão contratar. E quando acabam a faculdade não há emprego para elas. E a dívida é pouca, é de R$100, R$80. A dívida não é tão grande, mas mesmo assim elas não conseguem pagar, porque são pessoas de classe, de renda... (*Pausa.*)

"Alô. Professora, eu estou falando com o Ministro da Educação ao vivo".

Essa é uma escola lá do Rio Grande do Norte, uma escola lá em Natal, ocupada pela Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Norte e que não é militar.

"Professora, mostre os alunos para o Ministro vê-los. Mostre os alunos".

Eu li uma matéria do senhor, Ministro, em que falava em perfilar, em cantar o Hino Nacional e, se houver bandeira... A bandeira está no braço esquerdo, a bandeira do Brasil. A bandeira do Rio Grande do Norte está no braço direito. E eles sabem o Hino.

(*Soa a campainha.*)

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – E não cantam só uma vez na semana, não. Cantam todos os dias. (*Pausa.*)

"Eu sei que a senhora não está me ouvindo. Coloque na sala de aula, Professora. Eu quero a sala de aula, e não a sala de informática".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa aqui tem sala de informática, Alessandro, tem laboratório. Isso aqui foi conseguido com meios próprios.

Sabe quanto foi o custo dessa escola, Sr. Ministro? Foi baixíssimo, zero real para o Governo, nenhum real para o Governo. Essa escola deveria ser propagada para todo o País. É uma escola mista, um pouco mais evoluída que a de Brasília.

O Lasier não está mais aqui, mas ele falou de droga, de violência. E a gente lá protege as crianças, coloca exame toxicológico para a criança fazer, para evitar que entre nas drogas. Se é absurdo ou não, não quero perder para traficante. Então, é isso que a gente está fazendo no Rio Grande do Norte.

A internet está ruim. Se depois o senhor quiser marcar uma audiência comigo e quiser conhecer a escola, via internet... Eu tentei uma audiência com o senhor, mas o senhor desmarcou.

(*Soa a campainha.*)

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Assim que houver uma oportunidade e a gente puder conversar, eu mostrarei para o senhor, em tempo real, o que é uma fiscalização real de alunos em uma sala de aula, de você todos os dias estar verificando as faltas. Existe esse tipo de relação, nesse cruzamento entre essas bolsas e o Fundeb, entre o que as pessoas querem manter: o diretor quer manter esse aluno a todo custo dentro da escola, ou por ameaça, ou por esse financiamento.

Leila, você estava falando do esporte. Não há como ter bons atletas, não há como ter boa formação atlética, esportiva nas escolas se não houver um mínimo de disciplina...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. *Fora do microfone.*) – Concordo.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – .... porque atleta é disciplinado.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. *Fora do microfone.*) – Esporte e disciplina caminham juntos.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Esporte e disciplina. Mas até para se colocar hoje um aluno na escola tem que perguntar se ele quer fazer, tem que pedir: "Você quer jogar bola? Você quer fazer uma atividade esportiva?". E isso não é só para o crescimento físico, não é só para o crescimento intelectual, como você mesma disse, ou de coordenação motora.

(*Soa a campainha.*)

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Então, Sr. Ministro, é só a questão do Fies, porque muitos jovens querem saber sobre isso. Muitos querem saber se vai haver ou não, se vai aumentar, se vai diminuir. Muitos querem saber a respeito desse assunto.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Bem, cumprimento o Senador Styvenson. Foi até uma forma inovadora de comunicação de audiência pública. Eu ainda não tinha visto isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – É porque a internet está ruim. Se ela estivesse boa, com uma comunicação rápida e ágil, a gente ia passar sala por sala, conhecendo cada aluno e sabendo o que eles sentem em uma escola hoje compartilhada, uma escola que divide a educação e a parte de segurança, a parte disciplinar. Muita gente pensa que eles não gostam. Gostam, adoram disciplina.

"Professora, eu estou precisando só encontrar uma sala de aula, porque eles estão achando inovador o tipo de audiência pública utilizando a internet".

Eu acho que a internet deles está muito ruim.

Era um pedido que eu faria também ao Ministro: melhorar a internet nas escolas.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Agradeço a V. Exa.

O próximo Senador inscrito é o Senador Zequinha Marinho. (*Pausa.*)

Não se encontra também.

Senador Eduardo Girão. (*Pausa.*)

Também não se encontra.

Senador Fabiano Contarato – este se encontra –, V. Exa. tem a palavra.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Nada é tão ruim que não possa piorar. Confesso que ontem, quando li o documento de V. Exa., Ministro, eu me assustei: "Vamos saudar o Brasil dos novos tempos e celebrar a educação responsável e de qualidade". Isso me fez lembrar o livro *Alice no País das Maravilhas*. Alice chega para o gato e diz: "Me ensina a sair daqui?". Aí o gato responde: "Olha, tudo depende de para onde você quer ir". Ela fala: "Ah, não importa". Então, não importa o caminho que se deva tomar. Eu estou chegando à triste conclusão de que o MEC, nesses dois primeiros meses, não sabe o caminho que deve tomar, porque a realidade do Brasil é totalmente diferente. Nós temos uma garantia constitucional, que está no art. 6º, como direito social, de que a educação pública é direito de todos e é dever do Estado, e esse dever está sendo violado pelo próprio Poder Público, pelo próprio Poder Executivo. Olha, me assusta quando eu vejo que se deve filmar ou até mesmo falar *slogans*... E graças a Deus V. Exa. voltou atrás, porque o meu Estado – e quero parabenizar o Espírito Santo – já disse: "Não vamos cumprir isso". E eu espero que todos os Estados da Federação não façam isso.

Agora eu quero aproveitar a dica do senhor para estimular os diretores de escola e professores a filmar o caos que está a escola pública no Brasil, a filmar as estruturas que nós não temos nas escolas públicas do Brasil, a filmar a falta de acessibilidade para as crianças com deficiência física, o que nós não temos no Brasil. Eu queria convidar os professores a filmar os contracheques deles, que têm que fazer dupla, tripla carga horária de trabalho para tentar oferecer um ensino de qualidade. Eu quero convocar os professores a filmar o caos, porque não basta você olhar a educação do corpo físico, que já está um caos, mas é necessário saber topograficamente onde ela está inserida, qual é a realidade daquela população: o esgoto a céu aberto, a falta de iluminação pública, os problemas ali.

É engraçado que o próprio ministério fala que é contra ideologia, mas ele implanta ideologia quando determina. Ele vem impregnado, como muito bem disse o Senador Alessandro, com essas ideologias. Militarizar escola, minha gente! Com todo o respeito, nós temos institutos federais no País que estão dando *show*, mas poucos têm acesso a esse!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu falo isso com orgulho, porque eu venho de escola pública. Eu tenho orgulho de falar que sou filho de um motorista de ônibus, que puxou ônibus 40 anos, e de uma mulher que é batalhadora, semianalfabeta, mas que criou seis filhos! Agora, nós vamos aqui... E a preocupação do Ministério da Educação e Cultura é filmar se o aluno está cantando o Hino e declamar o *slogan* da.... Não, não, não tem como ser razoável.

E eu também não estou satisfeito, com todo o respeito à opinião em contrário, mas esta audiência pública não me traz resultado prático nenhum. As indagações... Foi feita aqui uma grande terapia de grupo, em que os Senadores falam, interrogam, questionam, mas não têm um *feedback* concreto.

Olha, quais são as políticas públicas no curto, longo e médio prazo que vão ser implementadas pelo Ministério da Educação e Cultura?

Como nós vamos fazer para sanar esse problema das creches? Porque as mães não têm local para deixar seus filhos em creches de tempo integral.

Como nós vamos fazer essa fraude bilateral e, por que não chamar, essa torpeza bilateral...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – ... que o Poder Público faz com a população, com o Enem? Porque vem aí a escola pública, todo mundo falando que está perfeita a escola pública, mas só quem entra no Enem... Como muito bem falou V. Exa. na *Veja*, que a faculdade é só para a elite, como está hoje é para a elite mesmo! O pobre, coitado do pobre que sonha em entrar na universidade pela porta da frente num curso de Medicina! Sabe quando ele vai entrar se não for pelo sistema de cotas? Nunca! Porque os cursinhos particulares, as escolas particulares se digladiam, e a concorrência é totalmente desleal.

Eu não poderia deixar de fazer esse desabafo e só queria falar para o Ministro uma coisa muita séria: os nossos melhores alunos, dos melhores colégios, de 15 anos de idade, são piores do que os piores alunos da Tailândia e da Coreia do Sul. Nós não temos nada que comemorar.

Eu queria muito ouvir do Ministro da Educação quais são as políticas públicas de curto, médio e longo prazo para reverter isso, para, quem sabe um dia, eu possa daqui falar que nós vivemos num Brasil igualitário, inclusivo, em que realmente a educação pública seja de qualidade, e não esse comportamento como uma população de alices que não sabe para onde vai e qual é o objetivo a ser alcançado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Bem, eu agradeço e cumprimento V. Exa., Senador Fabiano Contarato.

O Ministro está retornando e vai responder. Enquanto isso, eu consulto o Plenário da reunião se o Senador Rodrigo Cunha encontra-se presente. (*Pausa.*)

Não. O Senador Wellington Fagundes...

Rodrigo Cunha, é V. Exa. então. Vou conceder a palavra a V. Exa. Depois, ouviremos o Ministro e partiremos para o encerramento da nossa reunião.

Estão inscritos ainda aqui o Senador Wellington Fagundes e o Senador Major Olimpio, que também não se encontra presente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, com prazer concedo a palavra ao Senador Rodrigo Cunha, do PSDB das Alagoas.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL. Para interpelar Ministro.) – Senador Dário Berger, parabenizo V. Exa. pela condução e lhe desejo muito sucesso. É uma Comissão extremamente importante para este Senado e para este País.

Quero aqui ser extremamente objetivo. Sou um dos últimos a falar aqui. Vários assuntos foram abordados. Então, eu vou me ater a um tema específico, direcionado ao nosso Ministro da Educação.

Todos nós sabemos que o ensino superior é extremamente importante para o desenvolvimento do nosso País, para girar a economia sem dúvida nenhuma. E uma ferramenta extremamente importante também é o ensino a distância, que possibilita principalmente que jovens e adultos cada vez mais tenham acesso à educação superior e possam ter um crescimento também pessoal. Contudo, muitos dos sonhos desses jovens, que às vezes pegam até empréstimos para conseguir pagar essas mensalidades, estão virando pesadelo. Eu digo isso com conhecimento de causa.

Quero falar de um problema específico não de um Estado, mas que está acontecendo com muitos jovens neste País, começando pelo meu Estado de Alagoas, onde mais de 20 mil pessoas cursaram o ensino superior a distância, têm o diploma na mão, e isso não serve de nada. Não conseguem um reconhecimento justamente porque quem realizou o curso não tinha autorização para realizar esse curso a distância, mas, sim, presencialmente.

No Estado vizinho, em Pernambuco, a Assembleia Legislativa, através de uma CPI, constatou que 80 mil pessoas fizeram esses cursos, têm o certificado, o diploma na mão, e isso não serve para nada. Não há nenhum registro disso. Então, falando de Estados vizinhos, são 100 mil pessoas, mas isso acontece no País inteiro. Então, o problema está generalizado e faz com que toda essa expectativa de futuro seja jogada na lama.

Então, temos um problema social que também envolve a educação. Então, não se tem ainda uma saída para isso. Não sei se a Justiça é o caminho, apesar de já haver ações nesse sentido, mas que nós possamos juntos pensar em uma solução, repito, de um problema caótico, generalizado, principalmente daquelas pessoas que já não tinham acesso à educação. E alguém chegou a sua cidade vendendo facilidades e não tinha autorização para isso.

Então, eu vou ser objetivo e fazer alguns questionamentos, lembrando que, acompanhando o plano do Governo atual, ele é um defensor do ensino a distância. E aqui já vai minha primeira pergunta, baseada também no posicionamento do então candidato a Presidente Bolsonaro, que defendeu que educação a distância deveria acontecer também no ensino fundamental. Então, hoje esse também é um entendimento do Ministério da Educação? Que o ensino a distância chegue também não só ao nível médio, não só ao nível superior, mas também ao ensino fundamental? Essa é minha primeira pergunta, tendo em vista que já houve uma declaração nesse sentido do então candidato e hoje Presidente e que faz parte do seu plano de Governo a defesa do ensino a distância. Não sou contra o ensino a distância – quero deixar bem claro –, mas lógico que com muitas regras.

Outra pergunta, justamente decorrente dessa minha explanação, é: qual é o posicionamento do atual Ministério da Educação sobre o ensino a distância? E como podemos minimizar o sofrimento daqueles que já se dedicaram para realizar esses cursos e têm um diploma que ainda não foi reconhecido? Isso é o que passou. E daqui para frente? Existe algum planejamento de fiscalização para coibir, punir e proibir esses cursos de ensino a distância?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui o Senador Lasier falou muito bem sobre o Rio Grande do Sul.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – A maioria desses cursos virtuais, a distância, tem base no Rio Grande do Sul, mas o ensino chega a Piranhas, a Alagoas, a Arapiraca. Então, há um problema, e eu gostaria de saber qual a visão do Ministério da Educação.

Concluído.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Ministro, vamos encerrando agora. O senhor capriche nas respostas. Ficaram algumas perguntas sem resposta.

O SR. RICARDO VÉLEZ RODRÍGUEZ – Haveria questionamentos relativos às questões financeiras do Ministério e dos órgãos.

Tenho muitos dados a passar. Eu vou dividir a resposta com o Secretário Executivo do Ministério, Prof. Tozi, que está com os dados na mão.

Então, vou passar a palavra a ele e, depois, eu complemento.

O SR. LUIZ ANTONIO TOZI – Boa tarde!

Com relações a questões financeiras, o Deputado pergunta sobre o Fundeb, sobre essas questões da complementação, a vinculação. Neste momento, estamos trabalhando as questões de analisar a eficiência dos gastos e procurar otimizar a aplicação dos recursos atuais, antes de pedir mais recursos. No atual momento, a diretriz que nós temos é identificar a fonte, verificar quais são os gastos e, se de fato esses gastos estão acontecendo, como eles estão e como podemos melhorar a eficiência da aplicação desses recursos. Então, é nesse sentido que estamos nos posicionando, ou seja, valorizar o Erário público através de uma melhor eficiência.

A princípio, imaginamos manter essa complementação de 10% dentro do limite orçamentário, mas isso não cabe a nós; isso cabe ao povo, ou seja, aqui nesta Casa é que nós vamos ter essa definição. O MEC trabalha com a lei orçamentária que lhe colocam, e a gente vai fazer o máximo possível do ponto de vista de organizar os recursos e maximizar sua eficiência. É nesse sentido que nós estamos caminhando. Hoje, a lei está colocada dessa forma, e é assim que temos de trabalhar. Por isso, trabalhamos com essa diretriz.

Esse é o ponto inicial.

Com relação às transferências obrigatórias que estão congeladas, essas questões também estão sendo endereçadas – até os Senadores também trouxeram –, nós estamos tentando verificar a possibilidade de encaixe no orçamento para que possamos acenar com alguma possibilidade de melhoria e avanço. Continuamos também todos limitados pelo teto.

De alguma forma é importante trabalharmos a conscientização junto ao Ministério da Economia para alguns aspectos, especialmente no que tange aos recursos das universidades, principalmente os recursos que elas captam através de projetos e que acabam não podendo contar, acabam não fazendo parte. Então, há alguns limites adicionais com que estamos trabalhando junto ao Ministério da Economia, tentando conscientizá-lo de tal forma que possamos deixar esses recursos, de fato, dentro do orçamento das universidades. Então, nesse sentido estamos trabalhando. O universo do MEC é bastante amplo, mas acredito que está caminhando efetivamente. Estamos tendo bastantes conversas com o pessoal da Economia nesse sentido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DANILO CABRAL (PSB - PE) – Um minuto, aproveitando a réplica...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Só se for um minuto.

O SR. DANILO CABRAL (PSB - PE) – Menos de um, é só uma questão.

Primeiro, quero nos colocar à disposição. Quem acompanhou a nossa condução à frente da Comissão de Educação sabe que nós somos aliados do MEC na disputa, como falei aqui, autofágica de orçamento na gestão anterior. Coloco-me à disposição desta também.

Agora, sobre o fim da vinculação, que é definida pelo Ministro Paulo Guedes, há alguma posição?

O SR. LUIZ ANTONIO TOZI – Isso está sendo trabalhado em nível de Governo. Cabe a outros ministérios e não só ao MEC. Então, vamos acompanhar o que o Governo está fazendo. Estamos trabalhando junto com a equipe de Governo. Não há nenhuma dissonância com relação a isso.

O SR. RICARDO VÉLEZ RODRÍGUEZ – Bem, eu acho que restava responder ao Senador Rodrigo Cunho sobre o EaD e a grande expectativa que suscita.

Houve um crescimento exponencial muito forte entre 2017 e 2018. De sete mil centros que ofereciam esse tipo de serviço, a coisa passou para quase vinte mil. É uma coisa realmente complicada de fiscalizar e de racionalizar. Particularmente, e no MEC temos um consenso sobre isso, o EaD é importantíssimo, é uma tecnologia que temos de adotar.

O Brasil, infelizmente, chegou tarde a essa tecnologia, por força da famosa Lei de Informática, do ano de 1986, se não me engano, que terminou congelando a entrada de novas tecnologias. A própria IBM tinha oferecido criar no Brasil um polo de desenvolvimento de *softwares* e terminou indo embora porque foi fechada a possibilidade de a IBM entrar. E foi consenso nacional. O mais grave de tudo é que foi consenso nacional. Não apenas os setores burocráticos do Governo, mas também da elite intelectual e das universidades. O saudoso Senador Roberto Campos deixou isso registrado. Moral da história: chegamos tarde ao universo digital. Enquanto hoje há universidades digitais plenas funcionando – por exemplo, na Espanha, há a Universidade Aberta da Catalunha; na Colômbia existem universidades digitais –, no Brasil, chegamos tarde, o que não significa que nós vamos fechar mais uma vez. Temos de correr atrás do prejuízo, trazer essa tecnologia para dentro da nossa vida acadêmica e dar segurança jurídica e acadêmica aos nossos estudantes.

Então, esse é um grande problema, concretamente, e a nossa secretaria está trabalhando neste sentido: estamos tomando conhecimento do problema, fazendo um diagnóstico do tamanho do prejuízo, e vamos elaborar novas normas de funcionamento para garantir às pessoas o acesso a essa forma de conhecimento, que é fundamental. É um meio acadêmico válido, um meio acadêmico necessário, mas que precisa de uma adaptação tecnológica que ainda falta desenvolver em plenitude no nosso meio.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Muito bem.

Vamos nos encaminhando para o encerramento da nossa audiência pública.

Eu quero agradecer as presenças honrosas do ex-Senador Paulo Bauer, hoje Secretário da Casa Civil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero agradecer as presenças da Deputada Natália Bonavides, da Deputada Professora Rosa Neide, do Deputado Danilo Cabral, da Deputada Maria do Rosário, do Deputado Filipe Barros, da Deputada Bia Kicis e também da Deputada Tabata Amaral.

Quero agradecer a presença de todos os Senadores que, inclusive, aproveitaram a oportunidade a oportunidade para interpelar o nosso Ministro da Educação.

Quero agradecer, inclusive, aos manifestantes, que, de forma bastante serena e equilibrada, atenderam ao nosso apelo, uma vez que já conhecem como funciona a regra aqui nas Comissões. De qualquer maneira, fica o meu agradecimento pela forma respeitosa como a gente dirigiu os trabalhos.

Para finalizar, agradeço, de maneira muito especial, ao Ministro Ricardo Vélez, que nos honrou com a sua presença. Muito obrigado pela audiência pública.

Também agradeço a presença de todo seu secretariado, especialmente do Secretário Executivo Luiz Antonio Tozi, do Secretário de Modalidades Especializadas da Educação, Bernardo Goytacazes de Araújo, e também do Secretário de Alfabetização, Carlos Francisco de Paula Nadalim.

Por último, agradeço ao Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), o Prof. Carlos Alberto Decotelli da Silva.

Agradeço também aos demais participantes desta audiência pública, sobretudo aos assessores do Ministro.

Partindo para o encerramento, convoco a próxima reunião para o dia 12 de março, às 11h30. Será uma reunião extraordinária desta Comissão, em forma de audiência pública, destinada a receber o Ministro de Estado da Cidadania, Osmar Terra, para que aqui apresente as diretrizes dos programas prioritários da sua pasta, em atendimento ao Requerimento nº 6, de 2019, desta Comissão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado a todos!

(*Iniciada às 11 horas e 30 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 07 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 4ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE MARÇO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às onze horas e trinta e dois minutos do dia doze de março de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, **sob a Presidência do Senador Flávio Arns**, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Marcio Bittar, Luiz do Carmo, Mailza Gomes, Eduardo Gomes, Izalci Lucas, Styvenson Valentim, Lasier Martins, Eduardo Girão, Plínio Valério, Rodrigo Cunha, Leila Barros, Cid Gomes, Marcos do Val, Alessandro Vieira, Veneziano Vital do Rêgo, Paulo Paim, Zenaide Maia, Jean Paul Prates, Humberto Costa, Paulo Rocha, Carlos Viana, Irajá, Jorginho Mello, Maria do Carmo Alves, Wellington Fagundes, Telmário Mota, Marcelo Castro e Rodrigo Pacheco. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Dário Berger, Roberto Rocha, Fernando Collor, Angelo Coronel e Sérgio Petecão. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei do Senado n° 146, de 2018 - Terminativo -** que: "Institui a Semana Global do Empreendedorismo no calendário nacional." **Autoria:** Senador José Agripino. **Relatoria:** Senadora Maria do Carmo Alves. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado com a emenda nº1-CE. **ITEM 2 - Projeto de Lei do Senado n° 100, de 2018 - Terminativo -** que: "Institui o Mês de Conscientização sobre a Doença de Parkinson." **Autoria:** Senador Paulo Paim. **Relatoria:** Senador Eduardo Girão (*Ad hoc*), substituiu Senador Romário. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado com a emenda nº1-CE. **ITEM 3 - Projeto de Lei do Senado n° 89, de 2017 - Terminativo -** que: "Cria o Prêmio Cidade Acessível, destinado aos municípios mais bem colocados na classificação de avaliação do cumprimento das disposições da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)." **Autoria:** Senador Ciro Nogueira. **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e das emendas nº1-CDH a nº5-CDH. **Resultado:** Aprovado com as emendas nº1-CDH/CE a nº5-CDH/CE. **ITEM 4 - Projeto de Lei do Senado n° 136, de 2018 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a literatura de cordel e manifestações culturais baseadas no improviso no currículo da educação básica." **Autoria:** Senadora Regina Sousa. **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Vista coletiva concedida. **ITEM 5 - Projeto de Lei do Senado n° 193, de 2018 - Terminativo -** que: "Confere ao Município de Lagoa Vermelha, no Estado do Rio Grande do Sul, o título de Capital Nacional do Churrasco." **Autoria:** Senadora Ana Amélia. **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 6 -**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Projeto de Lei da Câmara n° 81, de 2018 - Não Terminativo - que: "Reconhece o funk como forma de manifestação cultural e dá outras providências." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Humberto Costa. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Vista coletiva concedida. **ITEM 7 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte n° 7, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o sistema de avaliação da educação brasileira. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: Sr. Marcus Vinicius Rodrigues, Presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP); Sra. Tania Leme de Almeida, Secretária de Educação Básica do Ministério da Educação; Sr. Mauro Rabelo, Secretário de Educação Superior do Ministério da Educação." **Autoria:** Senador Marcio Bittar Senador Flavio Arns. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 8 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte n° 8, de 2019** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 2/2019 - CE, com o objetivo de instruir o PLC 142/2018, que Institui a Política de Inovação Educação Conectada;e altera a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, sejam incluídas a Comissão de Assuntos Econômicos e a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática." **Autoria:** Senadora Daniella Ribeiro e Senador Flávio Arns. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 9 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte n° 9, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir a renovação e a revisão do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), cuja vigência expira em 2020. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: Representante do Ministério da Educação (MEC); Representante do Conselho Nacional de Secretários da Educação (CONSED); Representante da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME); Representante do Movimento Todos pela Educação; Representante da Campanha Nacional pelo Direito à Educação." **Autoria:** Senador Marcos do Val. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 10 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte n° 10, de 2019** que: "Requeiro, nos termos regimentais, no âmbito desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) e, em aditamento ao Requerimento de Audiência Pública nº 002/2019, já aprovado em sessão deliberativa desta Comissão, cujo objetivo será debater a Política de Inovação da Educação Conectada, a indicação dos nomes dos expositores abaixo relacionados: Senhor Luiz Antônio Tozi, Secretário Executivo do Ministério da Educação (MEC); Senhor Tel Amiel, Professor da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (UnB) e Coordenador da Cátedra UNESCO de Educação a Distância da referida Universidade; Senhor Vítor Elísio Góes de Oliveira Menezes, Secretário de Telecomunicações do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC); Senhora Lucia Dellagnelo – Diretora Executiva do CIEB – Centro de Inovação para a Educação Brasileira." **Autoria:** Senador Confúcio Moura e Senador Flávio Arns. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 11 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte n° 11, de 2019** que: "Requer, nos termos 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

realização de Seminário, no dia 12 de abril do corrente ano, em Cuiabá, no Estado de Mato Grosso – no âmbito da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado - em parceria com a Assembleia Legislativa e Câmara Municipal daquele Estado, a fim de homenagear os 300 anos de Cuiabá." **Autoria:** Senador Wellington Fagundes. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinquenta e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Flávio Arns

Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/03/12

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Havendo número regimental, declaro aberta a 4ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 2ª e 3ª Reuniões.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

As atas serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Comunico que foram recebidos pela Comissão os seguintes expedientes:

Ofício nº 279, de 2018, da Câmara Municipal de Santa Lúcia, São Paulo, encaminhando a Moção de Repúdio nº 27, de 2018, que trata do ensino a distância dos cursos de graduação da área da saúde;

Ofício nº 527, de 2018, da Câmara Municipal de Cascavel, encaminhando a Moção nº 11, de 2018, que solicita elaboração de proposição legislativa que autorize militares a exercer a docência; e

Documento-Base da 3ª Conferência Nacional de Educação.

Todos esses documentos se encontram à disposição dos Senadores e Senadoras na página da Comissão, no sítio do Senado Federal. Fica consignado também o prazo de 15 dias para eventuais manifestações dos Senadores e Senadoras a fim de que a matéria seja analisada pelo Colegiado.

Informo também que esta reunião destina-se à deliberação dos itens nºs 1 a 10.

Nós temos o quórum regimental, porém com presença ainda abaixo para as proposições de caráter terminativo. Então, se as Sras. e Srs. Senadores concordarem, vamos inverter a pauta e deliberar sobre os itens não terminativos. (*Pausa.*)

Eu passo a palavra, em primeiro lugar, ao Senador Marcos do Val, propositor do item nº 9, requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Passo a palavra, então, para o próprio Senador para leitura e exposição do requerimento. Com a palavra V. Exa.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - ES) – Bom dia a todos.

Obrigado, Senador Flávio, pela oportunidade. Peço desculpas aos demais, mas, por conta de compromisso com o Presidente da República, eu pedi esta antecipação e agradeço pela oportunidade.

Então, vou ler aqui o nosso pedido.

Sr. Presidente, estamos requerendo a realização de audiência pública com o objetivo de discutir a renovação e a revisão do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), cuja vigência expira em 2020.

Proponho para essa audiência a presença dos seguintes convidados:

1– Representante do Ministério da Educação.

2– Representante do Conselho Nacional de Secretários de Educação.

3– Representante da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação.

4– Representante do Movimento Todos pela Educação.

5– Representante da Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Presidente, como sabemos, o Fundeb foi criado pela Emenda Constitucional nº 56, de 2006, para substituir o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, que vigorou de 1996 a 2006. Trata-se do principal mecanismo de financiamento da educação básica no País, que concentra cerca de 80% dos recursos destinados a esse nível de ensino. Em 2018, o Fundeb ultrapassou R$140 bilhões, sendo 10% do total aportados pela União e 90% oriundos de Estados e Municípios.

O Fundo, como espinha dorsal do financiamento da educação brasileira, terá sua vigência encerrada no final de 2020 e poderá ser revisto e aprimorado. Afinal, em mais de uma década de funcionamento, suas virtudes e seus defeitos foram evidenciados. É por isso que proponho dar início à discussão dessa pauta tão relevante para a educação brasileira nesta Comissão de Educação, Cultura e Esporte. O tema é complexo e demanda discussões aprofundadas, bem como a oitiva dos entes federados, de especialistas e da sociedade civil.

Assim, apresentamos o presente requerimento a fim de realizar uma primeira audiência pública para que este Colegiado possa aprofundar e debater sobre as possibilidades de aperfeiçoamento do Fundeb, identificando seus problemas, suas vantagens, o que deve ser mantido e o que deve ser mudado no modelo.

É isso, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Agradeço ao Senador Marcos do Val.

Está em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Se todos concordarem, em votação. (*Pausa.*)

Está aprovado.

Parabenizo V. Exa. porque o assunto é da mais alta importância, e o debate é essencial, como enfatizado.

Nós temos três requerimentos de audiências públicas.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Os autores não estão presentes, e, como não estão presentes, eu subscrevo também os requerimentos para podermos votá-los.

Em primeiro lugar, é o item 7 da pauta, em que o Senador Marcio Bittar diz o seguinte:

ITEM 7
REQUERIMENTO Nº 7, DE 2019
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o sistema de avaliação da educação brasileira. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: Sr. Marcus Vinicius Rodrigues, Presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP); Sra. Tania Leme de Almeida, Secretária de Educação Básica do Ministério da Educação; Sr. Mauro Rabelo, Secretário de Educação Superior do Ministério da Educação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Marcio Bittar e outros

Está em discussão o requerimento.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Passamos ao item 8 da pauta, que é também um requerimento para audiência, da Senadora Daniella Ribeiro, em que ela coloca o seguinte:

ITEM 8

REQUERIMENTO Nº 8, DE 2019

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 2/2019 - CE, com o objetivo de instruir o PLC 142/2018, que institui a Política de Inovação Educação Conectada; e altera a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, sejam incluídas a Comissão de Assuntos Econômicos e a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

Autoria: Senadora Daniella Ribeiro e outros

Está em discussão o requerimento.

Os Senadores e as Senadoras que estiverem de acordo permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Item nº 10 da pauta, que é o último item de requerimento para audiências, de autoria do Senador Confúcio Moura, que passo a ler:

ITEM 10

REQUERIMENTO Nº 10, DE 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos regimentais, no âmbito desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) e, em aditamento ao Requerimento de Audiência Pública nº 002/2019, já aprovado em sessão deliberativa desta Comissão, cujo objetivo será debater a Política de Inovação da Educação Conectada, a indicação dos nomes dos expositores abaixo relacionados: Senhor Luiz Antônio Tozi, Secretário Executivo do Ministério da Educação (MEC); Senhor Tel Amiel, Professor da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (UnB) e Coordenador da Cátedra UNESCO de Educação a Distância da referida Universidade; Senhor Vítor Elísio Góes de Oliveira Menezes, Secretário de Telecomunicações do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC); Senhora Lucia Dellagnelo – Diretora Executiva do CIEB – Centro de Inovação para a Educação Brasileira.

Autoria: Senador Confúcio Moura e outros

Em discussão.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Pois não, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Primeiro, cumprimento o Senador Confúcio Moura pela brilhante iniciativa. É um tema que aponta para o presente e para o futuro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu só queria, com a concordância, Senador Flávio Arns, de V. Exa. e do autor, que fosse incluído, se possível, o representante da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa, Dr. Nelson Simões, que é um estudioso deste tema.

Concordo plenamente e solicito, se for possível, a inclusão desse nome, que eu passaria à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Pergunto ao Plenário se todos concordam.

Então, V. Exa. passa para a Secretaria a inclusão do nome, pois o requerimento será aditado e discutido.

Mais alguém que queira se manifestar? Não?

Então, não havendo mais quem queira discutir, coloco em votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Passamos a item não terminativo ainda, com a presença do Senador Humberto Costa.

ITEM 6

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 81, DE 2018

- Não terminativo -

Reconhece o funk como forma de manifestação cultural e dá outras providências.

Autoria: Deputado Chico Alencar

Relatoria: Senador Humberto Costa

Relatório: Favorável ao Projeto.

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal, porque é não terminativa.

Concedo, então, a palavra ao Senador Humberto Costa, para leitura do seu relatório.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para leitura de relatório.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, vem à Comissão de Educação, Cultura e Esporte o Projeto de Lei da Câmara nº 81, de 2018, do Deputado Chico Alencar, que reconhece o *funk* como forma de manifestação cultural e dá outras providências.

A proposição compõe-se de seis artigos. O art. 1º define o *funk* como forma de manifestação popular, digna de proteção e cuidado por parte do Poder Público.

O art. 2º reconhece os artistas desse gênero musical como agentes da cultura popular, cujos direitos serão respeitados e assegurados.

O art. 3º fixa como competência do Poder Público assegurar ao movimento *funk* a livre realização de suas atividades e de manifestações próprias, como festas, bailes e reuniões.

O art. 4º acentua que os assuntos do movimento funk farão parte das pautas regulares de trabalho e de fomento dos órgãos públicos atuantes na cultura, e, em seu parágrafo único, busca proteger o *funk* de qualquer tipo de discriminação, preconceito ou desrespeito.

O art. 5º, por sua vez, estabelece a competência ao Poder Público de assegurar condições para a democratização tanto da produção quanto da veiculação musical do *funk,* com vistas a minimizar o monopólio e a cartelização do gênero.

O art. 6º, por fim, determina a entrada em vigor da futura lei na data de sua publicação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na justificação, o autor remonta aos primórdios do gênero musical e movimento cultural *funk*, desde sua origem nos Estados Unidos até os dias de hoje, e ressalta a sua relevância para o País em suas mais diversas vertentes e formas de manifestação.

Aprovada pelas Comissões de Cultura e de Constituição, Justiça e Cidadania da Câmara dos Deputados, a proposição foi encaminhada ao Senado Federal ao exame da CE, devendo, se aprovada, ser submetida ao crivo do Plenário.

Não foram apresentadas emendas.

Análise

Compete à CE opinar sobre proposições que versem sobre temas relacionados à cultura, conforme o art. 102, incisos I e VI do Regimento Interno.

Quanto ao mérito, não há como deixar de concordar com a pertinência da iniciativa em análise, que busca reconhecer o *funk* como uma relevante forma de expressão cultural popular caracterizado por uma fusão de ritmos norte-americanos, pela influência da cultura jamaicana dos anos 60 e por elementos como o rap, o toca-discos e o *master of ceremony* ou MC, imortalizado na figura de James Brown, um de seus principais representantes.

O *funk* chega ao Brasil nos anos 70 na figura dos bailes da pesada, então organizados na zona sul do Rio de Janeiro. Os bailes, que passaram a ser realizados também nos subúrbios, tinham seguidores fiéis e chegavam a reunir, em uma só noite, cerca de 5 mil dançarinos.

No Brasil, ao longo das décadas, o *funk* evoluiu em sua sonoridade, letras e coreografia e hoje possui uma identidade muito clara conhecida como *funk* carioca. O fenômeno *funk* representa uma atividade cultural e de lazer para jovens de todo o País. Está massivamente presente nas rádios, na televisão, na internet. O maior canal brasileiro do YouTube, o terceiro maior do mundo, por exemplo, possui conteúdo sobre a cultura *funk* e já reúne mais de 46 milhões de seguidores. Grandes ídolos lotam shows ao redor do Brasil e arrebatam fãs nas redes sociais. Há fusões do ritmo com outros estímulos brasileiros, como a MPB, o sertanejo, e acrescento aqui o próprio brega. Os bailes da pesada se tornaram os bailes *funk* e acontecem somente nos fins de semana da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, com mais de um milhão de jovens reunidos.

Contudo e infelizmente, o *funk* ainda sofre com alguns preconceitos. É comum que parte da mídia brasileira aborde o tema de maneira preconceituosa, associando-o ao tráfico de drogas, à promiscuidade, à violência e à criminalidade. Trata-se de tentativas de desvalorização por parte de segmentos da sociedade que discriminam manifestações culturais de classes menos abonadas, sobretudo as ligadas à cultura negra, da mesma forma como ocorreu, no início do século passado, com o samba, a capoeira e o maxixe. Nesse sentido, parece-nos adequado e necessário o reconhecimento do *funk* como forma de manifestação popular cultural. A iniciativa pretende, assim, garantir, principalmente às populações mais jovens, o direito de usufruir desse bem cultural tão relevante, proteger artistas, produtores e incentivadores do gênero e, por fim, reforçar a atenção do Poder Público para a necessidade de dispender os devidos cuidados para a proteção dessa manifestação cultural.

Feitos os comentários acerca do mérito, passemos à análise dos aspectos formais.

A Constituição Federal de 1988, em seu art. 215, §1º, estabelece que "o Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

participantes do processo civilizatório nacional". O art. 216, por sua vez, traz a definição do patrimônio cultural brasileiro, reconhece a existência de bens culturais de natureza material e imaterial e lista os bens culturais que o compõem.

Segundo a Carta Magna, são constituintes do patrimônio cultural brasileiro os mencionados bens, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. O texto segue detalhando os bens culturais, nos quais se incluem: as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; e os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Diante das definições de nossa Lei Maior, não restam dúvidas de que a manifestação cultural e gênero musical conhecido como *funk*, tema do projeto em análise, faz parte do patrimônio cultural brasileiro, na condição de bem cultural imaterial. No mesmo art. 216 da Constituição Federal, em seu parágrafo primeiro, define-se que o Poder Público irá promover e proteger o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

Em respeito à legislação sobre patrimônio cultural e sua proteção, a lei inaugural é o Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Nela são descritos requisitos de natureza técnica, científica e legal a serem considerados quando do registro de um bem em um dos quatro Livros do Tombo. Somente após esse registro, o bem em questão viria a fazer parte do patrimônio histórico e artístico nacional.

Para o patrimônio imaterial, especificamente, o reconhecimento é feito por intermédio das regras constantes do Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000, que institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro.

O referido decreto, em seu art. 2º, lista as partes legítimas para provocar a instauração do processo de registro.

> Art. 2º São partes legítimas para provocar a instauração do processo de registro:
> I - o Ministro de Estado da Cultura;
> II - instituições vinculadas ao Ministério da Cultura;
> III - Secretarias de Estado, de Município e do Distrito Federal;
> IV - sociedades ou associações civis.

Ele traz ainda os órgãos participantes do processo de registro e o papel de cada um.

Acerca das competências do Ministério da Cultura relacionadas ao tema, o art. 14 da Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998, dispõe:

> Art. 14. Os assuntos que constituem área de competência de cada Ministério são os seguintes:
> .....
> .....;
> IV - Ministério da Cultura:
> a) política nacional de cultura;
> b) proteção do patrimônio histórico e cultural;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

c) aprovar a delimitação das terras dos remanescentes das comunidades dos quilombos, bem como determinar as suas demarcações, que serão homologadas mediante decreto.

Resta claro que há, tanto em nossa Constituição quanto na legislação legal e infralegal, a preocupação e a devida previsão de mecanismos para a proteção do patrimônio cultural brasileiro. De acordo com a legislação citada, é competência precípua dos órgãos de natureza cultural do Poder Executivo exercer os atos necessários a esse fim, mais especificamente para o registro formal dos bens.

Contudo, a proposição em análise busca o reconhecimento do *funk* como manifestação da cultura popular. Uma eventual inscrição em livros de registro seria um ato dissociado. Pretende-se, por meio do projeto em análise, dar celeridade ao processo bem como trazer o peso do simbolismo que representa o reconhecimento por parte das Casas do Congresso Nacional. Dessa forma, consideramos que não há de se falar em invasão de competência.

Por fim, cabe salientar que não há demais óbices relativos à constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e adequação regimental da proposição.

Tendo em vista o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 81, de 2018.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Agradeço, Senador Humberto Costa.

Em discussão a matéria.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - SE) – Sr. Presidente, eu peço vista do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Vista concedida, então.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vista coletiva, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Vista coletiva concedida ao Plenário da Comissão.

Vamos agora ao item 1 da pauta, Senadora Maria do Carmo. São projetos de natureza terminativa. Portanto, teremos que ter 14 Senadores e Senadoras presentes. Como o quórum permite isso, vamos ao item 1.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 146, DE 2018

- Terminativo -

Institui a Semana Global do Empreendedorismo no calendário nacional.

Autoria: Senador José Agripino

Relatoria: Senadora Maria do Carmo Alves

Relatório: Pela aprovação com uma emenda que apresenta.

Caso seja o encaminhamento, será realizada uma votação nominal.

Concedo a palavra à Senadora Maria do Carmo Alves, para leitura do seu relatório.

A SRA. MARIA DO CARMO ALVES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - SE. Para leitura de relatório.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, vamos começar pela análise do projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nos termos do art. 102, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Educação opinar sobre proposições que versem sobre datas comemorativas e homenagens cívicas, caso do projeto de lei em análise.

A análise de sua tramitação permite verificar que o projeto atende aos ditames da Lei 12.345, de 9 de dezembro de 2010, que estabelece os critérios necessários ao oferecimento de proposições legislativas que tratem da criação de efemérides.

O princípio fundamental é o de que a iniciativa reflita – abro aspas – "alta significação para os diferentes segmentos profissionais, políticos, religiosos, culturais e étnicos que compõem a sociedade brasileira" – fecho aspas. Para a comprovação da – abro aspas – "alta significação" – fecho aspas – da efeméride proposta, determina-se a realização "de consultas e audiências públicas", "devidamente documentadas, com organizações e associações legalmente reconhecidas e vinculadas aos segmentos interessados" – fecho aspas. E mais: que o projeto de lei seja apresentado à Casa iniciadora "acompanhado de comprovação da realização de consultas e/ou audiências públicas a amplos setores da população".

Em adição, o Parecer 219, de 2012, aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça, em atendimento à consulta formulada pela Comissão de Educação quanto à aplicabilidade da Lei 12.345, de 2010, assim se manifestou... E continua:

> Dessa forma, os projetos de lei que olvidem o disposto no art. 1º da Lei [...], ainda pendentes de deliberação da Comissão de Educação [...], comissão permanente que tem a competência regimental para tratar da matéria [...], poderão ser rejeitados por injuridicidade.

Note-se, por oportuno, que, na justificação da proposição que ora examinamos, o autor registra:

> (...) tivemos a oportunidade de promover, no dia 1º de dezembro de 2014, por minha iniciativa, o [...] Encontro de Empreendedores no Senado Federal. Na ocasião, foram reunidos especialistas para debater estímulos e estratégias pelo crescimento do empreendedorismo no Brasil. Representantes da Endeavor, da Confederação Nacional de Jovens Empresários, da Confederação Brasileira de Empresas Juniores, do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas e de universidades públicas e privadas ressaltaram a importância de oferecimento de projeto de lei que destine a terceira semana do mês de novembro para o desenvolvimento de diversas atividades, com diferentes públicos e temáticas, sempre tendo como foco o empreendedorismo.

Um importante dado, divulgado pelo Sebrae, precisa ser destacado: de acordo com a pesquisa denominada GEM, o Brasil ocupa a primeira posição no que se refere à abertura de novos empreendimentos. Esse levantamento examina o número de novos negócios em relação à População Economicamente Ativa. Segundo o Sebrae, nos últimos dez anos, o empreendedorismo passou de 23% para 34%.

Dessa forma, percebe-se que há, na sociedade brasileira, uma enorme vontade de empreender, de inovar. Faltam, apenas, as condições para que essas iniciativas possam enfrentar as dificuldades da burocracia estatal e do mercado. Para lidar com o problema, portanto, é fundamental o investimento em capacitação e educação. Como parte desse esforço, é necessário empreender campanhas de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

divulgação de grande repercussão. Em nossa avaliação, o projeto que ora examinamos segue exatamente nessa direção. Por isso, a iniciativa é meritória.

A legislação federal incumbe ao CNE a prerrogativa de versar sobre currículo, instituindo as referidas diretrizes a serem seguidas em todo o País, o que tem sido feito por meio da edição de pareceres e resoluções. Não obstante o que se pretenda no projeto ora em exame seja a introdução de uma semana comemorativa, entendemos que se caracterizaria, também, como introdução de conteúdo curricular por meio de lei, em desacordo com a lei geral que rege o setor educacional no País.

Do voto, Presidente.

Consoante as razões expostas, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 146, de 2018, com a seguinte emenda:

Suprima-se do PLS nº 146, de 2018, o art. 3º, renumerando-se o art. 4º para art. 3º.

É o parecer, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Agradeço a Senadora Maria do Carmo Alves. Está em discussão a matéria.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - SC) – Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Pois não, Jorginho Mello, Senador.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - SC. Para discutir.) – Cumprimento V. Exa. e todos os Senadores e Senadoras, a Senadora Maria do Carmo, o ex-Senador José Agripino. Eu sou favorável à matéria, mas quero fazer uma manifestação aqui, como Presidente da Frente da Micro e Pequena Empresa no Brasil.

A gente vive muito de comemorações, de sessões de apoiamento ao empreendedorismo, de incentivos para se criar novas micro e pequenas empresas, e a dificuldade que o micro e pequeno empresário vivem no Brasil é por falta de apoio de todas as esferas. Essa agiotagem financeira... Nós precisamos nos debruçar muito sobre as dificuldades financeiras para ser empreendedor no Brasil. É coisa para herói. O Governo dá com uma mão e tira com duas.

As dificuldades são grandes. Hoje o micro e pequeno empresário representam 57% dos empregos formais do Brasil, 28% do PIB! Não é pouco. O Governo vive enganando, dizendo que tem recursos disponíveis nos bancos oficiais, e etc., mas é tudo conversa mole. Eu cheguei a fazer um filme de um micro e pequeno empresário indo a um banco, Senador Cid, pedir um financiamento. Foi contratado, nós contratamos, a Frente patrocinou, todos nós nos cotizamos para que fosse demonstrada a humilhação de um pequeno empresário que vai a uma instituição financeira explicar o seu negócio e tentar pedir um financiamento decente, de longo prazo, com juros que não sejam de agiotas, porque infelizmente a agiotagem é oficializada no Brasil. Infelizmente! A todas as pautas para apoiar, para incentivar, para proteger o empreendedorismo, eu sou favorável. Agora nós precisamos ir um pouco além desse apoio só, como eu poderia dizer, de ficar só no abraço, no incentivo, no aplauso, mas que efetivamente não resolvem a vida.

Por exemplo, por que não se pode utilizar o Fundo de Garantia próprio, quando se perde o emprego, para ser empreendedor, para abrir um negócio? Estou com uma matéria nesse sentido

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tramitando. Já protocolei e já aproveito para pedir o apoio, quando chegar o momento, de todos os senhores e de todas as senhoras.

Dos 7 milhões de microempreendedores, dos 7 milhões do MEI, que vieram para a legalidade – só no ano passado mais de 600 mil... Quando houve aquele Refis do grande, nós tentamos no plenário da Câmara fazer uma emenda, que foi aprovada, para que fossem estendidas ao micro e pequeno empresário as mesmas condições do grande. Aprovamos e o Governo vetou. Fomos derrotados! A Receita Federal descadastrou 670 mil micros e pequenos empresários porque em janeiro de 2018 estavam em débito com a Receita. Quer dizer, para o grande houve empresas que renegociaram 40 bilhões...

Enfim, é uma lástima o Brasil não olhar... Agora há pouco nós falávamos na CAE – o Senador Esperidião – sobre incentivos fiscais: 500 bilhões.

O Governo insiste que não é um regime tributário, que é um benefício. Que benefício é esse? Tem que rever, sim, os incentivos fiscais que são dados a grandes empresas no Brasil, tem que saber que – porque é por setor isso – benefício se está trazendo de emprego. Cinquenta e sete por cento dos empregos formais do Brasil são bancados pelo micro e pequeno empresário sem apoio nenhum. Tem que ver. Eu sou parceiro para avaliar todos os incentivos fiscais que o Governo distribui de forma muito justa, serena, sensata, sem querer prejudicar regiões. Falou-se lá da Amazônia, de incentivos. Nada disso, nada disso! Tem que ser avaliado um por um para saber quem merece manter os incentivos fiscais e quem tem que perder os incentivos fiscais.

Eu saúdo a aprovação dessa matéria, de toda matéria que venha em favor de quem produz, de quem trabalha nesse Brasil com dificuldade, porque o micro e o pequeno empresário são os últimos a demitir. A grande empresa é número: apertou o negócio, manda demitir. Se melhorar o contrato...O micro, não, ele reduz salário, ele sofre, ele luta, ele vende um carrinho, se ele tem dois, para se manter vivo. E isso tem que ter valor no Brasil, e não tem, não tem!

Estamos para aprovar agora a empresa simples de crédito, e eu quero pedir o apoio de todos os senhores. O Senador Bezerra pediu para que a gente não votasse nesta semana para falar com o Governo. Já foi falado com o Governo. Nós precisamos sair das mãos de meia dúzia de bancos que são agiotas oficializados para permitir que brasileiros e brasileiras possam emprestar o seu dinheiro, abrir uma empresa simples de crédito. Já foi discutido isso, já se aprovou na Câmara. O Sebrae, o Afif Domingos foi um grande incentivador disso para que a gente permita que quem quiser emprestar dinheiro nesse Brasil não seja taxado como agiota, porque agiota já está oficializado. Emprestar para reduzir o valor dos juros que os grandes bancos cobram para o micro e pequeno empresário.

Então, eu quero cumprimentar o autor da proposta e a relatora e dizer que voto favoravelmente. Vou brigar muito, vou pedir muito, vou lutar muito pelos pequenos que lutam e trabalham neste País e precisam ser mais vistos e valorizados.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Agradeço ao Senador Jorginho Mello.

Não havendo mais quem queira discutir a matéria, está encerrada a discussão.

Vamos então votar no painel.

Já podem votar. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É a primeira votação nominal. Então, demora um pouquinho mais, mas depois da décima a gente vai estar mais acostumado. (*Risos.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Acho que o painel aqui na Comissão, porque, no Plenário, não.

O leitor digital está embaixo da bancada, é como no Plenário.

Aqui você vota no computador.

Senador Styvenson Valentim está votando.

Vamos aguardar o Senador Paulo Paim. (*Pausa.*)

Está encerrada a votação.

Resultado: Votaram SIM,16; NÃO, zero.

Abstenção: zero.

Quórum: 17, porque eu não votei.

Está aprovado o projeto e a Emenda nº 1 da Comissão de Educação.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

Passamos ao Item 2, aproveitando o quórum.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 100, DE 2018

- Terminativo -

Institui o Mês de Conscientização sobre a Doença de Parkinson.

Autoria: Senador Paulo Paim

Relatoria: Senador Eduardo Girão

Relatório: Pela aprovação com uma emenda que apresenta.

A Relatoria é do Senador Romário, que não está presente. Porém, ele solicitou ao Senador Girão que fosse designado relator *ad hoc*.

Também será realizada uma única votação nominal e para a emenda.

Concedo então a palavra ao Senador Eduardo Girão para a leitura do relatório.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE. Para leitura de relatório.) – Muito bom dia, Presidente Flávio Arns, Senadores e Senadoras aqui presentes.

Peço licença para fazer um breve resumo desse PLS nº 100, que vem à Comissão de Educação, de autoria do meu colega Senador Paulo Paim, o qual dispõe seja instituído o Mês de Conscientização sobre a Doença de Parkinson a ser celebrado anualmente no mês de abril.

A doença de Parkinson é uma doença degenerativa e lentamente progressiva de áreas específicas do sistema nervoso central, cérebro e medula espinhal.

Como bem enfatiza o nosso autor da matéria, Senador Paulo Paim, trata-se de uma doença típica da terceira idade que interfere diretamente na dinâmica familiar, uma vez que os doentes necessitam de diversos cuidados e de medicamentos indispensáveis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além disso, o tratamento é de alto custo e requer intervenção especializada, o que torna fundamental a atuação conjunta do Estado e das diversas instâncias da sociedade para o enfrentamento do problema.

Dessa forma, é sem dúvida oportuna, justa e meritória a iniciativa ora proposta de instituir o mês de conscientização sobre a doença de Parkinson.

Todavia, consideramos pertinente que a campanha de conscientização sobre a doença de Parkinson no Brasil também deva adotar como símbolo a tulipa vermelha, desenvolvida pelo floricultor holandês Van der Wereld, que foi lançada em 11 de abril de 2005 como símbolo mundial da doença de Parkinson na IX Conferência do Dia Mundial da Doença de Parkinson, em Luxemburgo.

No que tange à constitucionalidade, a iniciativa obedece aos requisitos constitucionais formais para a espécie normativa, além de também não afrontar dispositivo de natureza material da Carta Magna.

Quanto à juridicidade, a matéria está em consonância com o ordenamento jurídico nacional. Em atendimento a essa determinação, o autor da matéria informa que, no dia 12 de março de 2008, foi realizada audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) para debater a importância de instituir o mês de conscientização sobre a doença de Parkinson.

O projeto de lei em questão atende aos aspectos de natureza constitucional, técnica e jurídica.

O voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 100, de 2018, com a seguinte emenda:

> Acrescente-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 100, de 2018, o seguinte parágrafo único:
> Parágrafo único. A campanha de conscientização sobre a doença de Parkinson terá como símbolo a tulipa vermelha, desenvolvida pelo floricultor holandês Van der Wereld.

Era o que eu tinha a dizer. E conto com o valioso apoio dos meus pares para a aprovação.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Em discussão a matéria.

Pois não.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM. Pela ordem.) – Senador Plínio Valério. Quero registrar o meu voto "sim" na matéria anterior.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Pois não, será consignado em ata.

Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sr. Presidente, eu quero ganhar tempo e aproveitar o quórum.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero só agradecer muito ao Senador Girão e ao Senador Romário, e pela emenda apresentada, que dá um brilho maior a esse mês tão importante em que nós vamos fazer eventos, palestras, debates sobre a doença de Parkinson.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Agradeço ao Senador.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Presidente, Senador Carlos Viana.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Pois não.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG. Para discutir.) – Meu boa tarde a todos os Senadores e Senadoras, ao Presidente.

Quero dizer da minha satisfação, Girão, de você trazer essa matéria, e também ao Senador Paulo Paim, sobre um problema que afeta uma quantidade muito grande de famílias em nosso País. Há na matéria inclusive citação de uma pesquisa que foi feita no interior do meu Estado, com idosos de 64 anos de idade ou mais, em que quase 4% deles apresentavam os sintomas da doença de Parkinson.

E aqui quero, em nome das famílias que têm esse desafio de ter uma pessoa, um ente querido em casa com essa enfermidade que leva à demência, dizer da dificuldade de acesso aos tratamentos pelo SUS. Além disso, a medicação é muito cara, especialmente para os aposentados. E estamos falando de uma população com mais de 60 anos, que vive dos rendimentos de uma aposentadoria, de toda uma vida, ter um acesso muito difícil à medicação e, de fato, ao tratamento necessário, o que inclui, além de todas as drogas farmacêuticas, a questão também das fisioterapias, que é um dos pontos mais importantes no tratamento e controle da doença.

Então, quero dizer da minha satisfação em poder votar "sim".

Senador Paulo Paim, parabéns; e parabéns aos Senadores Romário e Girão por trazerem um tema tão importante e que precisa ser discutido, Senador, em um país onde nós estamos com uma população cada vez mais envelhecida.

Nós somos um país onde a média de nascimentos, hoje, está abaixo de dois filhos por casal, está em 1,6. Nós temos uma população que, muito em breve, terá quase que 40% acima de 60 anos, e essas doenças vão chamar a atenção. Assim, será muito importante que já sejam trabalhadas no calendário da saúde no Brasil como prevenção. Daí a minha satisfação por essa matéria estar sendo colocada.

Meus parabéns aos autores.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Muito bem, Senador Carlos Viana.

Passo a palavra ao Senador Luiz do Carmo.

O SR. LUIZ DO CARMO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO. Para discutir.) – Sr. Presidente, o meu voto também é "sim".

O Alzheimer, o Parkinson... Hoje, quando saí de casa, às seis horas da manhã, eu me despedi da minha esposa, linda, com 53 anos agora, que tem uma doença que se chama demência frontotemporal. É uma coisa muito difícil. É muito ruim quando as pessoas, as famílias têm um ente querido com uma doença degenerativa. Então, eu acho que o Estado – e o seu projeto é muito bom – tem de acompanhar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ontem, conversando com uma psicóloga, ela me disse assim: "Luiz, quantas pessoas não têm como saber qual o tipo de doença, de demência que tem, porque não têm dinheiro para saber isso. Você ainda tem".

Então, esse projeto é muito importante, mas não podemos nos esquecer também das outras demências.

O meu voto é "sim", e quero dizer que a pessoa que tem uma doença dessa na família sofre muito e precisa da ajuda do Estado.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Agradeço, Senador Luiz do Carmo.

Senador Confúcio Moura.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Para discutir.) – Sr. Presidente, é muito oportuno o projeto de lei apresentado pelo ilustre Senador Paim para chamar a atenção de todas as pessoas acima de 50 anos.

Na medicina, o mais importante não é curar, o mais importante é promover a saúde e prevenir a doença, alertando as pessoas sobre as práticas. Então, que essa semana dedicada ao Parkinson possa ser altamente educativa para todas as pessoas, de modo a que reconheçam os primeiros sintomas e sinais da enfermidade.

A doença é progressiva, mas pode ser adiada, controlada, e dá para se conviver com ela por um bom tempo. Então, justamente esse é o papel desse projeto de lei, ou seja, chamar a atenção, orientar, educar e promover a saúde enquanto é tempo.

Era só isso.

O meu voto também será favorável.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Agradeço, Senador.

Não havendo mais quem queira discutir a matéria, está encerrada a discussão.

Passamos à votação nominal do projeto e da emenda, nos termos do relatório do Senador Romário e do Senador Eduardo Girão, Relator *ad hoc*. Vamos iniciar a votação.

Está aberta a votação.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – A segunda votação já está sendo mais rápida do que a primeira.

Quero parabenizar também o Senador Paulo Paim pelo projeto, assim como as intervenções dos Senadores, muito importantes.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Pois não.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Senador Lasier.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS. Pela ordem.) – Presidente, enquanto se processa a votação, eu quero pedir a V. Exa. a indicação de um relator. Nós estamos em plena época de declaração de renda. Eu estou com o PLS nº 303 do ano passado, em que estou propondo o fim do limite de dedução com despesas de educação do imposto de renda. É algo que virá a beneficiar muito as famílias naquilo que é a maior prioridade brasileira, que é a educação. Então, como já está há algum tempo à espera de um relator, quero pedir a V. Exa. que, logo que possível, faça essa indicação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Passarei o assunto também para o Presidente. Já pedi para a Secretaria verificar, ao Senador Dário Berger, mas tomaremos as providências.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Todos os Senadores já votaram? Já? Ainda não? (*Pausa.*)

Deu certo? Todos já votaram? Vamos encerrar a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Foram 17 votos SIM; nenhum voto NÃO.

Nenhuma abstenção.

Quórum: 18.

Aprovado então o projeto e a Emenda nº 1, da Comissão.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

Os itens 3, 4 e 5 têm como Relator o Senador Paulo Paim. São terminativos.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 89, DE 2017

- Terminativo -

Cria o Prêmio Cidade Acessível, destinado aos municípios mais bem colocados na classificação de avaliação do cumprimento das disposições da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

Autoria: Senador Ciro Nogueira

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Pela aprovação do Projeto e das emendas nº 1-CDH a nº 5-CDH.

Com a palavra V. Exa.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para leitura de relatório.) – Presidente, eu quero aproveitar o quórum. Vou tentar sintetizar ao máximo, cumprimentando o Senador Ciro Nogueira, que é o autor da proposta, e cumprimentando V. Exa., que foi um dos Relatores do Estatuto da Pessoa com Deficiência, complementando V. Exa., que foi um dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatores do Estatuto da Pessoa com deficiência – V. Exa., o Senador Romário e a Senadora Mara Gabrilli.

Eu tive a alegria de, lá atrás, conversando com V. Exa., ter sido o autor.

O Senador Ciro Nogueira amplia, eu diria, aquilo que é um prêmio a cidades que realmente se tornam acessíveis, ou seja, o Prêmio Cidade Acessível.

Então, vou ler só os pontos principais, Sr. Presidente:

O art. 1º cria a referida premiação, que deverá ser concedida aos municípios com população superior a 50 mil habitantes – mas foi mudado com uma emenda da CDH, já estou adiantando, e passou para 20 mil habitantes – mais bem colocados em classificação de avaliação do cumprimento das disposições da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Estabelece, ainda, que a premiação deverá ser paga aos dez municípios mais bem colocados nas categorias que relaciona, sendo vedado a um município receber duas ou mais premiações no mesmo período.

Os arts. 2º e 3º estabelecem, respectivamente, regras para o recebimento de novas premiações, bem como para a aplicação dos recursos recebidos.

No art. 4º – o Senador Ciro propõe –, por sua vez, são definidas as ações pertinentes ao Poder Executivo que irá conceder o Prêmio.

Por fim, no art. 5º consta a cláusula de vigência, a qual propõe que a futura lei entre em vigor na data de sua publicação.

Em sua justificação – vou ler só uma parte, Sr. Presidente –, o autor da matéria argumenta que, com esse prêmio, "pretende-se reconhecer políticas públicas que coloquem o respeito às pessoas com deficiência no centro da ação governamental, superando o mau hábito de marginalizar sistematicamente esses cidadãos, como se fossem exceções descartáveis em uma sociedade".

Eu fiz aqui um resumo, Sr. Presidente.

O objetivo é que se crie esse prêmio, que vai ser, na verdade, construído com o Poder Executivo.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Está em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir a matéria, está em votação o projeto e as emendas, nos termos do relatório apresentado.

A votação é nominal também, eletrônica.

Já podem votar os Srs. Senadores.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Quero enaltecer também o projeto. Ele é muito importante. Um dos desafios principais para a pessoa com deficiência é a acessibilidade, ter acesso, sem ajuda de ninguém para andar na rua, ir de ônibus, ir ao trabalho, ir à escola, em casa.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sr. Presidente, eu quero aqui reforçar também as suas palavras no sentido de que é muito lamentável que nós, no século XXI, a essa altura, ainda tenhamos em nosso País cidades onde as pessoas com qualquer tipo de deficiência não possam andar livremente, especificamente na questão do transporte público.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos hoje – enquanto a votação está sendo colocada aqui – as famílias, especialmente aquelas mais simples, que moram nas periferias das nossas grandes cidades, nas nossas regiões metropolitanas, sofrendo um processo discriminatório impressionante quando o assunto é a possibilidade de transitar, de se locomover. Quantas e quantas famílias nós temos no Brasil hoje, em que mães, ou alguém, acabam abrindo mão da própria carreira, da própria profissão, do próprio ganho, para cuidar de uma pessoa com deficiência, seja um filho, uma filha, e que, quando precisam sair, se locomover, não encontram... Não há sensibilidade por parte dos gestores públicos, apesar de todo o arcabouço legal que nós temos no País. Então, este é um assunto do qual nós precisamos constantemente nos lembrar, e incentivar: o direito da pessoa com deficiência a ser tratada de forma igual a todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Muito bem. Apoiado também.

Eu só quero perguntar: todos os Senadores e Senadoras já votaram?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Pois não. Senadora Zenaide Maia, mãe também.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Sr. Presidente, eu quero parabenizar aqui o Senador Cid Gomes e o Relator Paulo Paim pela sensibilidade. Essa é uma maneira de a gente dar visibilidade às pessoas com deficiência. Eu costumo dizer que esta Casa está acordando. Como o colega falou aí, em pleno século XXI ainda há alguém que não tem acesso às instituições por não ter acessibilidade.

E dizer o seguinte: em um país que não tem condições de oferecer acessibilidade às suas pessoas com deficiência – mais de 24% de pessoas deste País têm algum tipo de deficiência – na verdade, quem está deficiente é o país.

Então, parabéns aos colegas aqui que, com muita sensibilidade, chamaram a atenção para essa situação.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Muito importante, Senadora Zenaide Maia, reforçando o que o Senador Carlos Viana já havia colocado também.

Parabéns.

Está encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – SIM, 15 votos; NÃO, nenhum.

Abstenção: nenhuma.

Quórum: 16.

Aprovado o projeto e as Emendas nºs 1 a 5 da CDH, Comissão de Direitos Humanos.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

Eu peço que o quórum se mantenha, porque nós temos mais dois projetos de lei terminativos...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Entendo eu, nenhum deles polêmicos, e eu sou o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – O Paulo Paim também fará uma síntese.

Projeto de Lei do Senado nº 136, item nº 4.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidente, eu posso fazer um apelo a V. Exa. para ajudar?

Eu entendo que o item 5 é tranquilo; o item 4 para mim é tranquilo. Se eu votasse primeiro o 5, eu evitaria polêmica no 4. Em seguida, votaremos o 4, porque alguém me disse que pode ser polêmico.

Pode ser?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Pode.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só inverto. Dos dois, eu sou o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Se o Plenário concordar, fazemos uma inversão de pauta então.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E olha que o autor do que eu pedi para ser depois é do meu partido. Só para ver que não há nenhuma questão mais...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Item nº 5, por solicitação do Relator e com a concordância do Plenário.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 193, DE 2018

- Terminativo -

Confere ao Município de Lagoa Vermelha, no Estado do Rio Grande do Sul, o título de Capital Nacional do Churrasco.

Autoria: Senadora Ana Amélia

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Pela aprovação.

De fato, esse é um tema bom.

Concedo, então, a palavra ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para leitura de relatório.) – Sr. Presidente, todos nós que convivemos aqui com a gaúcha e Senadora Ana Amélia... Hoje ela foi escolhida pelo Governador do Estado para ser Secretária do Estado do Rio Grande do Sul, tanto na questão internacional, como dos interesses do Rio Grande aqui em Brasília.

Ela, antes de sair, pediu que eu relatasse para ela esse projeto. E eu o relato com enorme satisfação. Eu acho que é uma homenagem a Lagoa Vermelha, que é a terra natal da Senadora Ana Amélia, do PP, que, sem sombra de dúvida, fez um belo mandato aqui. Cada um pode discordar da questão num momento pontual aqui e ali, mas ela fez um belo mandado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, além de ser gaúcha – e naturalmente eu também, apaixonado pelo churrasco –, acho que mais do que justo que a cidade de Lagoa Vermelha, no Estado do Rio Grande do Sul, receba o título de Capital Nacional do Churrasco.

Eu estou abreviando bastante para aproveitar o quórum.

É isso.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Muito bem. É um assunto delicioso, não é?

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. *Fora do microfone*.) – Ainda mais nesse horário.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Presidente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E a Senadora Ana Amélia está assistindo, viu?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Está em discussão a matéria.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Pois não, Senador Carlos Viana.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG. Para discutir.) – Já que a Senadora Ana Amélia está nos assistindo, mando um grande abraço. É uma grande Senadora, tive o prazer de ser recebido por ela aqui logo depois de eleito, e ela me fez a apresentação. Estive com ela em várias cidades de Minas Gerais fazendo campanha.

Mas aqui quero usar uma expressão também tipicamente gaúcha. O Senador Paulo Paim diz assim: "Barbaridade, tchê!" Eu lamento, mas nessa votarei contra, porque eu não sei em que lugar do Rio Grande do Sul se come uma costela mais gostosa; a todos os lugares que se vai o churrasco é uma delícia. Então, seria injusto.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – É uma homenagem ao Rio Grande.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Pois é. O Rio Grande é um Estado maravilhoso, mas nós dizermos que uma cidade é a capital nacional, aí no dia em que eu chegar a Bagé, por exemplo, alguém vai virar para mim e falar assim: "Poxa vida, o senhor votou lá que é Lagoa Vermelha...".

Então, toda a homenagem à Senadora Ana Amélia, mas coloco aqui o meu posicionamento contrário à matéria nesse caso.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Está bem.

A votação é nominal.

Então, está aberta.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mas que seja uma homenagem ao povo gaúcho e para todo o Rio Grande, antes que vá para outro Estado.

Vamos lá.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Só um minutinho ainda porque todo sistema tem as suas peculiaridades.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – O Senador Lasier não vai se manifestar, Senador Lasier? O senhor também é churrasqueiro.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – Para mim é muito embaraçoso falar nisso porque eu acho o seguinte: o Rio Grande do Sul é especialista em churrasco. É muito embaraçoso escolher uma das cidades. O pessoal da fronteira é especialista: Uruguaiana, Livramento, Bagé, Dom Pedrito. Por isso, eu acho que qualquer cidade que nós escolhêssemos nós estaríamos bem servidos.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Muito bem.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É uma homenagem ao Rio Grande, Sr. Presidente; essa foi a intenção da Senadora Ana Amélia e que eu acompanhei.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Pois não.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT. Pela ordem.) – Eu acho que todos têm direito de aperfeiçoar aquilo que é bom. Então, nós vamos colocar o nome de Mato Grosso como o melhor churrasco do Brasil e aí está resolvido... (*Risos.*)

... porque nós aprendemos com os sulistas que foram para lá não só para produzir uma boa carne, mas também para produzir um bom alimento através de todos os grãos que são produzidos hoje, e o Mato Grosso é um grande campeão.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidente, é melhor o senhor votar, pois cada Estado quer pegar o título; a Senadora o está dando ao Rio Grande.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Está aberto o painel para a votação.

No Paraná, nós temos um churrasco muito bom também: porco no rolete, carneiro no buraco, costela.

O SR. LUIZ DO CARMO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Senador Luiz do Carmo.

O SR. LUIZ DO CARMO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO) – É realmente embaraçoso votar na cidade como a capital do churrasco. Eu não conheci a Senadora Ana Amélia, mas todo mundo fala bem dela. Então, em homenagem a ela, eu vou votar "sim".

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Pergunto se todos os Senadores e Senadoras já votaram. (*Pausa.*)

Ainda não?

Todos os Senadores e Senadoras já votaram? (*Pausa.*)

Muito bem. Então, está encerrada a votação.

Proclamo o resultado: 12 votos SIM; 3, NÃO.

Nenhuma abstenção.

O projeto está aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A matéria será também encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

Voltamos ao item 4 da pauta, último item terminativo. Nós temos só um requerimento extrapauta para votar em seguida, que não exige quórum.

Item 4, último terminativo.

ITEM 4
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 136, DE 2018
- Terminativo -

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a literatura de cordel e manifestações culturais baseadas no improviso no currículo da educação básica.

Autoria: Senadora Regina Sousa

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Pela aprovação.

Votação nominal.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para a leitura do relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para leitura de relatório.) – Sr. Presidente, a Senadora Regina Sousa hoje é Vice-Governadora do Piauí. Ela é da área da cultura, foi professora, enfim, mestre e também, a exemplo da Senadora Ana Amélia, deixou para mim a relatoria deste projeto. Faço aqui uma leitura bem rápida.

Vem à análise da Comissão de Educação, Cultura e Esporte o Projeto de Lei do Senado nº 136, de 2018, de autoria da Senadora Regina Sousa. A iniciativa pretende alterar a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), para incluir a literatura de cordel e manifestações culturais baseadas no improviso no currículo da educação básica.

Ao justificar a iniciativa, a autora destacou o importante papel que podem exercer o cordel e as manifestações culturais baseadas no improviso para que os alunos tenham contato com o mundo da poesia a partir do cotidiano, em razão da carga de significado que essas expressões literárias têm no Brasil.

Defendeu ainda que essa pode ser a porta de entrada para o mundo da literatura por grande parcela da população, bem como motivo para criação do hábito da leitura.

A proposição foi distribuída para análise exclusiva e terminativa desta Comissão, não tendo, até esta data, recebido emendas.

Análise.

Aborda matéria de natureza educacional e está, portanto, sujeito ao exame de mérito desta Comissão, nos termos do art. 102 do Regimento Interno.

Compete, ainda, a este Colegiado emitir parecer sobre a constitucionalidade e a juridicidade da proposição em referência, uma vez que, nesta Casa legislativa, ela foi distribuída unicamente a esta Comissão.

No tocante à constitucionalidade, o projeto de lei cuida de assunto da competência legislativa da União e está de acordo com os preceitos constitucionais relativos às atribuições do Congresso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nacional (art. 48) e à legitimidade da iniciativa legislativa do Parlamentar (art. 61). Também estão atendidos os requisitos de juridicidade da proposição em exame.

Eu estou lendo todo ele, Sr. Presidente. Como disseram que pode ser polêmico, eu estou fazendo o meu dever de casa de fazer a leitura, para não ficar nenhuma dúvida.

Relativamente ao mérito, expressão literária escrita normalmente em forma de rima, a literatura de cordel teve origem em relatos orais impressos em folhetos no século XVI, época do Renascimento. Ganhou esse nome em razão da forma como os folhetos eram usualmente expostos, pendurados em cordas, para a venda. No Brasil foi introduzido pela colonização portuguesa e tornou-se especialmente popular no Nordeste do país. Retratam diversas temáticas, entre as quais são frequentes fatos do cotidiano, episódios históricos, lendas e temas religiosos.

Também baseadas no improviso podemos citar várias outras manifestações culturais populares no Brasil, como a pajada, o calango, a sambada, o coco de embolada e, mais recentemente, o *rap*, especialmente entre os jovens periféricos, que também aproximam o lirismo do dia a dia das pessoas.

Assim, consideramos de extrema relevância educacional a proposição em questão.

Presidente, eu acho que todo mundo aqui, pela leitura que eu fiz, entendeu, e o voto é pela aprovação, conforme a proposta apresentada pela inesquecível Senadora que hoje é Vice-Governadora do Piauí, Senadora Regina Sousa.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Agradeço, Senador Paulo Paim.

Abro para discussão.

Senador Izalci Lucas. Em seguida, Senador Confúcio Moura.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu vou pedir vista, tendo em vista que essa matéria, a meu ver, é um conteúdo transversal. Eu acho que colocar no currículo contraria... Inclusive, nós acabamos de fazer uma reforma agora exatamente pelo excesso de disciplinas. E a gente precisa... Isso eu acho que é competência também do Conselho Nacional.

Então, eu vou pedir vista para dar uma analisada melhor nesse projeto. Apesar do mérito – acho que é meritório –, acho que há aí alguns problemas. Então, peço vista a V. Exa.

O SR. LUIZ DO CARMO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO) – Vista também.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Pois não.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Vista também.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Vista também ao Senador Confúcio Moura. Então, está concedida vista coletiva.

Como último item da pauta...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Quero agradecer a todos, Sr. Presidente. Eu sabia que a vista iria ser pedida. Eu fiz a leitura por obrigação de ofício.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – V. Exa. está coberto de razão, como de hábito. Parabéns também pelo relatório.

Se todos os Senadores e Senadoras concordarem, há uma solicitação do Senador Wellington Fagundes para inclusão de um requerimento extrapauta. Eu penso que é um requerimento interessante, bom, que não vai gerar polêmica. Se todos concordarem, incluímos como extrapauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Wellington Fagundes com a palavra.

EXTRAPAUTA
ITEM 11
REQUERIMENTO Nº 11, DE 2019
- Não terminativo -

Requer, nos termos 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Seminário, no dia 12 de abril do corrente ano, em Cuiabá, no Estado de Mato Grosso – no âmbito da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado - em parceria com a Assembleia Legislativa e Câmara Municipal daquele Estado, a fim de homenagear os 300 anos de Cuiabá.

Autoria: Senador Wellington Fagundes

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Sr. Presidente, na verdade, é um requerimento em que, de acordo com os termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, eu requeiro a realização de um seminário no dia 12 de abril do corrente ano, na nossa capital Cuiabá, no Estado de Mato Grosso, no âmbito da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado, em parceria com a Assembleia Legislativa e também com a Câmara Municipal de Cuiabá, a fim de homenagear os 300 anos da nossa capital.

Como justificativa, Sr. Presidente, eu quero dizer que Cuiabá, assim como sua Câmara de Vereadores, está localizada no centro geodésico da América do Sul, e chega aos seus 300 anos com a marca da hospitalidade, da alegria manifestada no sorriso largo dos seus moradores, no ritmo do rasqueado, do siriri e também do cururu. É um polo de alegria, cultura, histórias, belezas naturais, serviços e tecnologias.

O centro histórico de Cuiabá guarda casarões que revelam a arquitetura colonial portuguesa e a opulência vivida durante o ciclo do ouro, que marcou os primeiros anos da Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá. A cidade foi fundada em 1719 por bandeirantes paulistas após a descoberta de grande quantidade de ouro.

É bom registrar, Sr. Presidente, que Cuiabá, a nossa capital, está totalmente em cima de uma mina de ouro. Qualquer escavação que se faz lá, inclusive, é um problema. Quando foram fazer uma canalização de um córrego da Avenida da Prainha, os trabalhadores começaram a trabalhar e a achar ouro. Aí já não se queria mais fazer a obra fundamental de saneamento.

Lá, a Igreja de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito também é tombada como patrimônio histórico e arquitetônico do Brasil e ilustra o período de formação da nossa capital.

Hoje Cuiabá assume o perfil de cidade moderna, com pouco mais de 600 mil habitantes, e tem Várzea Grande como cidade vizinha. O Rio Cuiabá é o afluente do Rio Paraguai.

Essa cidade, então, tem toda a sua tradição, a sua posição geográfica, por isso nós queremos aqui pedir o apoiamento de todos os companheiros, já que Cuiabá também é uma capital que abrigou brasileiros de todos os recantos. É uma cidade que se desenvolveu muito, principalmente com os sulistas, na última fase da nossa economia, transformando o Estado de Mato Grosso como o maior produtor de grãos do País, o maior rebanho. Mas é claro que é uma cidade com todos os problemas sociais. É claro que, na comemoração, nós queremos exatamente mostrar a potencialidade, mas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

queremos também discutir todo o processo de desenvolvimento econômico e social que há também no nosso Estado.

Agora há pouco, nós estávamos na Comissão de Assuntos Econômicos discutindo questões tributárias. Eu sou Relator, inclusive, da Lei Kandir, principalmente do Fundo de Compensação das Exportações. Então, Estados como Mato Grosso, que são Estados que se desenvolveram mais recentemente, contribuindo com a questão da exportação... Nós precisamos discutir também o pacto federativo, que será fundamental para o desenvolvimento do Brasil como um todo.

Mas é uma oportunidade, porque nós queremos, com a Comissão de Educação, junto com a Assembleia Legislativa, mostrar também o potencial econômico, social, principalmente porque Mato Grosso foi o primeiro Estado a criar uma faculdade, através da Universidade Federal e da Unemat, dos povos indígenas. Então, há outras tantas iniciativas que o Estado teve também, graças principalmente ao movimento religioso, que é fundamental sempre no crescimento e na formação do nosso Estado, de qualquer Estado.

Então, eu gostaria de pedir aqui o apoiamento e convidar alguns da Comissão para que lá estivessem conosco para visitar também o nosso Pantanal. Você sai de Cuiabá e já está praticamente no Pantanal. Nós temos lá uma reserva, o Sesc Pantanal, com cento e poucos mil hectares, onde várias universidades mundiais estão presentes também para discutir a pesquisa e o ensino. Seria um momento também oportuno para que a Comissão lá estivesse.

Ao pedir a aprovação, fica aqui também um convite à Comissão para que lá estejam alguns conosco.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Muito bem!

Em discussão o requerimento do Senador Wellington Fagundes. (*Pausa.*)

Quero só me associar também à alegria e felicidade do Mato Grosso, de Cuiabá, particularmente, por estar comemorando, como V. Exa. coloca, os 300 anos. É uma reflexão sobre os avanços, os desafios, as potencialidades, e nada mais adequado, penso, do que refletir em termos de educação, cultura e esporte, além de outros aspectos, mas da educação como embasamento de todas as grandes transformações que queremos no Brasil, educação de qualidade, participativa, com valorização dos profissionais, que é o grande desafio.

A Senadora Leila também propôs, e já está em funcionamento, a Subcomissão Permanente sobre Esporte. Saibam que houve uma repercussão muito grande e positiva sobre isso.

Em votação o requerimento do Senador Wellington Fagundes.

As Sras. e os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Muito bem. Não há mais nada a tratar, agradeço a presença de todos, enaltecendo o bom trabalho realizado no dia de hoje, com a aprovação de inúmeras matérias.

Obrigado.

Declaro encerrada a reunião.

(*Iniciada às 11 horas e 32 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 56 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 5ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE MARÇO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às onze horas e trinta e quatro minutos do dia dezenove de março de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Dário Berger, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Marcio Bittar, Luiz do Carmo, Mailza Gomes, Eduardo Gomes, Daniella Ribeiro, Styvenson Valentim, Lasier Martins, Eduardo Girão, Rodrigo Cunha, Leila Barros, Flávio Arns, Marcos do Val, Paulo Paim, Zenaide Maia, Jean Paul Prates, Angelo Coronel, Carlos Viana, Jorginho Mello, Maria do Carmo Alves, Wellington Fagundes, Zequinha Marinho, Eliziane Gama, Juíza Selma e Telmário Mota. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Izalci Lucas, Roberto Rocha, Cid Gomes, Alessandro Vieira, Fernando Collor e Sérgio Petecão. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 6/2019 - CE, de autoria do Senador Dário Berger. **Finalidade:** Receber o Ministro de Estado da Cidadania, Osmar Terra, para que apresente as diretrizes e os programas prioritários de sua pasta. **Participante:** Sr. Osmar Terra, Ministro de Estado da Cidadania. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e trinta e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Dário Berger

Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/03/19

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Havendo número regimental, declaro aberta a 5ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A presente reunião atende ao Requerimento de nº 6, de 2019, de autoria da Mesa Diretora dos trabalhos para realização de audiência pública destinada a receber o eminente Ministro de Estado da Cidadania, Osmar Terra, para que apresente as suas diretrizes e os programas prioritários do seu Ministério.

Quero convidar para fazer parte da Mesa, que já está à mesa, o Ministro Osmar Terra, que inova até nisto: já poupamos tempo e já estamos sentados à mesa.

Quero agradecer muito, Ministro, a sua presença, que, para nós da Comissão, é motivo de orgulho muito grande, uma vez que nós temos conhecimento do trabalho que V. Exa. já realizou pelo Brasil e que ainda tem a realizar. Portanto, repito, é uma honra para todos nós aqui poder recebê-lo para discutirmos aqui este novo momento que nós estamos vivendo, esta nova fase, esta nova responsabilidade que o senhor acaba assumindo, que se ampliou substancialmente e que evidentemente não poderia estar nos ombros de uma pessoa melhor do que V. Exa., pelo conhecimento que tem, pela experiência que tem e pela capacidade que tem.

Eu registro também, com muito prazer, as autoridades que acompanham S. Exa. o Ministro da Cidadania, Osmar Terra, a começar pelo Deputado Lelo Coimbra, Secretário Especial de Desenvolvimento Social – seja bem-vindo; registro também com satisfação a presença do Gen. Marco Aurélio Costa Vieira, Secretário Especial de Esporte; igualmente eu faço, registrando a presença do Sr. José Henrique Medeiros Pires, Secretário Especial de Cultura, que, inclusive, estão sentados aqui à nossa frente por solicitação de S. Exa. o Ministro Osmar Terra.

A presente reunião, como já falei, atende a um requerimento da Comissão, e é praxe nós ouvirmos, sempre no início das legislaturas, os respectivos ministros das pastas, o que não é diferente com o Ministro Osmar Terra, que fez um esforço muito grande, em função da sua agenda e de seus compromissos, de aqui estar hoje para que nós possamos, então, estabelecer esse nosso diálogo e conhecer um pouco mais das políticas públicas do Ministério da Cidadania, que envolve também o esporte e a cultura.

Informo que esta audiência pública tem cobertura da TV Senado, da Agência Senado, do Jornal Senado, da Rádio Senado e que contará com o serviço de interatividade com o cidadão, através do Alô

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senado, por meio do telefone 0800-612211, e do e-Cidadania, por meio do portal www.senado.leg.br/ecidadania, que transmitirá ao vivo a presente reunião e possibilitará o recebimento de perguntas e comentários aos expositores via internet.

A palavra será concedida aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras por ordem de inscrição. Então, eu já vou de antemão abrindo a inscrição, para que os Senadores que quiserem abordar depois o nosso Ministro e também os secretários executivos possam assim fazer.

Após o bloco de... Ministro, sempre foi praxe aqui nós fazermos as perguntas de três em três Senadores, ou até quatro em quatro, para facilitar o andamento do trabalho e agilizar o trabalho propriamente dito, de maneira que assim procederemos, uma vez que está acontecendo uma audiência pública aqui na CAE, referente à reforma da previdência, que é o tema do momento agora, para o qual todos estão de olhos abertos, de forma muito atenta e com os pés no chão, mas, sobretudo, com um olhar voltado para o futuro, porque me parece que a reforma da previdência é a reforma das reformas. E, de uma maneira ou de outra, melhor ou pior, ela tem que ser aprovada para o bem e para o futuro do Brasil.

Bem, eu acho que nós poderemos dar início à nossa audiência pública, concedendo de imediato a palavra à S. Exa. o Ministro Osmar Terra.

Mas antes, Ministro, permita-me aqui fazer uma pequena introdução da nossa reunião.

Eu quero saudar aqui, então, mais uma vez, o Ministro da Cidadania, Dr. Osmar Terra, médico, por quem tenho mais do que respeito, tenho admiração pelo trabalho que já realizou e que certamente irá realizar à frente da pasta da cidadania.

Quero saudar as nossas queridas Senadoras, os nossos prezados colegas Senadores, os demais secretários e autoridades que fazem parte desta reunião; também a todos os interessados que aqui formam este ambiente de trabalho tão importante para o futuro do Brasil.

Bom dia a todos também, aos brasileiros e brasileiras que nos acompanham através desta audiência pública pelas redes sociais, pela TV Senado, pela Rádio Senado e pela internet.

A decisão do Governo Federal de criar, Ministro, o Ministério da Cidadania, englobando, numa mesma pasta, as responsabilidades do esporte, da cultura, do desenvolvimento social e de alguns setores, inclusive do Ministério do Trabalho, revela o enorme desafio que o Ministro Osmar Terra tem à frente dessa missão quase que diariamente. E, logo nos primeiros dias, teve que enfrentar uma série de críticas, principalmente no rebaixamento do Ministério da Cultura à categoria de Secretaria Nacional.

Temos hoje... Eu mesmo abro um parêntese para mencionar que eu fui Relator da medida provisória que, à época, numa tentativa também de transformar o Ministério da Cultura em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Secretaria... Eu fui o Relator. O Presidente Temer não suportou as pressões, e eu fui o Relator da recriação do Ministério da Cultura. Então, as coisas são recorrentes. Elas vão acontecendo, e nós vamos aqui formando esse conceito.

O importante, na minha opinião, não é rebaixar ou deixar de ser rebaixado. O importante é que nós possamos implementar uma política real e verdadeira de atenção aos meios culturais, que são extremamente importantes para este País. E eu tenho certeza de que, sob o comando de V. Exa., isso vai acontecer.

Temos hoje e agora, Ministro, também nesta Comissão de Educação, Cultura e Esporte, a oportunidade para que o senhor defenda e apresente a este Colegiado e, por conseguinte, à opinião pública seu plano de voo, seu plano de trabalho, seu plano de meta para as áreas tão importantes e vitais para a melhoria da qualidade de vida da família brasileira.

Recebemos, com aplausos, o anúncio do Governo Federal de que irá conceder o décimo terceiro para todos os beneficiários do Bolsa Família, mas ressalto, Ministro, que é preciso também que o Governo combata efetivamente as fraudes e adote mecanismos capazes de construir uma porta de saída para as políticas públicas de inclusão social. Acho isto muito importante também: entra, recompõe-se e sai, passa a ser um agente efetivamente produtivo novamente. Apenas uma sugestão introdutória aqui.

Outra questão importante, Ministro, é o financiamento público das atividades culturais, um tema que, nos últimos meses, provocou enorme polêmica e discussões acaloradas nas redes sociais – claro, bastante contaminadas ainda por componentes edeológicos e partidários, ainda fruto da disputa eleitoral.

Eu considero essencial a total transparência em todas as atividades que envolvem recursos públicos. Por essa razão, aguardamos, com expectativa, o balanço final da operação pente-fino que o Senhor Presidente da República determinou na aplicação da Lei Rouanet. Esse é um dado extremamente importante, que me causa muita curiosidade e, certamente, causa curiosidade aos nossos queridos e prezados Senadores. A sociedade paga impostos e tem o direito de saber onde e como são aplicados os seus recursos.

Sr. Ministro, saiba que esta Comissão do Senado Federal estará sempre vigilante e atuante para cobrar, se for o caso, informações e explicações, mas também se compromete na aprovação de propostas legislativas que tragam melhorias efetivas em programas e ações da cidadania do povo brasileiro.

Feita essa introdução, agradeço a presença dos Srs. Senadores, registro com muita satisfação também aqui a presença do Senador Flávio Arns, que é o Vice-Presidente desta Comissão, e em nome dele quero homenagear os demais Senadores que nos honram com sua presença.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ato contínuo, de antemão, passamos a palavra a V. Exa., Senador, ou melhor, Ministro Osmar Terra.

O SR. OSMAR TERRA (*Fora do microfone*.) – Seria um orgulho!

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Senador vai ficar para a próxima legislatura. (*Risos*.)

O SR. OSMAR TERRA – Em primeiro lugar, eu queria agradecer o convite tão gentilmente feito por esta Comissão, na pessoa do Presidente, nosso Senador aqui, meu vizinho de Santa Catarina, Dário Berger, uma pessoa que tem uma experiência política que poucos políticos brasileiros têm na base do Município, na base municipal, tem uma carreira brilhante na área política e certamente pode nos ajudar muito não só como Senador, mas presidindo esta grande Comissão aqui, que trata da educação, cultura e esporte do Senado Federal.

Queria cumprimentar o Senador Flávio Arns também, Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, e dizer que eu tenho uma grande admiração pelo trabalho dele e tive oportunidade, em vários momentos, de conviver com a família Arns, com a Zilda Arns, a Dra. Zilda Arns, nossa heroína da área social, da infância, que morreu na tragédia do Haiti, mas morreu trabalhando pelas crianças pequenas do Brasil. E temos uma parceria grande, criamos uma parceria no programa Criança Feliz com a Pastoral da Criança, com um trabalho que vem sendo feito agora pelo Nelson, lá no Paraná, que está nos ajudando muito em nível nacional.

Queria cumprimentar também os Senadores que aqui estão: o Styvenson Valentim, do Podemos; o Luiz do Carmo, do MDB; o Confúcio Moura, meu amigo de longa data; o Senador Angelo Coronel, do PSD; enfim, e o Bezerra, que é o nosso Líder, querido amigo e Líder do Governo.

E quero saudar minha tropa de choque aqui, que começa com o General Marco Aurélio; o Lelo Coimbra, que é o meu Secretário Especial do Desenvolvimento e Ministro substituto; o Henrique Pires, que é uma pessoa muito dedicada, de longa data, na área da cultura; o Lasier, nosso querido Lasier Martins, meu conterrâneo e grande amigo, parceiro nas causas sociais. Eu não sei se a Tatiana está por aí, a nossa Secretária-Executiva, enfim.

Eu queria, de antemão, Presidente, falar um pouco da questão social. Eu acho que há um conteúdo social em todo esse arranjo que foi feito para nós termos o Ministério da Cidadania. Eu também quero dizer, de antemão, que o melhor programa social é a geração de emprego e o desenvolvimento econômico do País. Nós apostamos muito nas reformas que têm ser feitas, nos avanços que nós podemos conseguir sob o comando do meu querido colega Paulo Guedes, que é uma inteligência muito acima da média, brilhante, conhece a realidade como poucos, está dedicado à

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

questão de botar em ordem a economia do País. Eu aposto muito no seu talento e na carta branca praticamente que Jair Bolsonaro, nosso querido Presidente, deu ao Ministro Paulo Guedes. Então, muito do que nós vamos falar aqui vai ser potencializado, o nosso trabalho vai ser potencializado se nós tivermos um avanço na questão da economia brasileira. Não adianta fazermos um discurso muito bonito de preocupação com o social se a economia fica em recessão e nós diminuímos a riqueza, diminuímos o emprego e ficamos numa situação crítica.

Eu queria para começo... Há um vídeo. Eu não sei... É só apertar aqui?

Há um vídeo que eu queria passar só para falar como foi a união dos ministérios.

Como funciona?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. OSMAR TERRA – Agora vamos ver o vídeo.

(*Interrupção do som.*)

O SR. OSMAR TERRA – ... como se pensou o Ministério da Cidadania, unindo a área de desenvolvimento social com esporte e com cultura.

É bom que se diga que existem mais duas partes de outros ministérios que vieram para cá também: a Economia Solidária, que veio do Ministério do Trabalho; e a política de drogas, sendo que ficou uma parte dela no Ministério da Justiça – era tudo lá –, e a parte de acolhimento, tratamento, pesquisa, prevenção da questão das drogas acabou vindo para o nosso ministério também. Então, ficou um ministério realmente que tem uma estrutura grande.

Não deu para passar o vídeo?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. OSMAR TERRA – Então, ficou um ministério grande. Não preciso dizer isso para vocês. Ficou grande com mais responsabilidades ainda de ajudar na questão social sem perder, integrando, na base, cultura, esporte e área de desenvolvimento social, que têm uma grande afinidade na base.

Eu tive oportunidade de ver isso em eventos e no trabalho que nós fizemos na força-tarefa do Rio de Janeiro, da intervenção federal, onde eu fui responsável pela área social, e em todas as atividades esportivas em que podíamos trabalhar juntamente com a área social havia um impacto enorme, há um impacto enorme – e cultura também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Depois eu vou explicar mais detalhadamente como a gente integra e como a gente respeita. Eu quero dizer também que estamos respeitando as propostas, o trabalho da área cultural e o trabalho da área dos esportes, juntamente com o trabalho da área de desenvolvimento social. Há coisas que funcionam separadas, mas boa parte é feita de forma integrada, na proposta que estamos fazendo, e com isso a gente pretende potencializar as três áreas.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. OSMAR TERRA – Eu queria cumprimentar a Senadora Leila também, que é da área do esporte e tem uma trajetória muito bonita nessa área; o Senador Eduardo Girão, que está chegando aí, nosso parceiro na luta contra as drogas.

Então, a estrutura do ministério é basicamente aquela ali, para vocês terem uma ideia. Há uma parte em cima, que é o gabinete do Ministro, com uma Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. Nós estamos procurando, com uma quantidade muito boa... Nós precisamos ter mais pesquisas, mas tudo o que há de pesquisa, de dados do Governo, nós estamos concentrando ali para avaliar os programas.

A Secretaria de Articulação de Parcerias também é importante. Nós estamos fazendo muita parceria agora com o Sistema S, com a área privada, com organizações não governamentais, enfim, é uma secretaria que tem um papel muito importante.

Há a Secretaria-Executiva, Fundos, a secretaria que cuida de fundos.

A Secretaria Especial de Desenvolvimento Social está ali e tem toda a área social, como era no Ministério do Desenvolvimento Social.

Ela tem Bolsa Família, tem o BPC, tem o SUAS (Sistema Único de Assistência Social); tem a parte de desenvolvimento humano, com a primeira infância, a questão da juventude e a questão dos idosos. E também ficou nessa Secretaria a parte de cuidados, com a Secretaria Nacional de Cuidados e Prevenção às Drogas. Esse é o conjunto de estruturas. E a nossa antiga Sesan, que era a Secretaria de Segurança Alimentar, que já foi um Ministério, o Ministério de Combate à Fome, e agora é a Secretaria Nacional de Inclusão Social e Produtiva Rural.

Enfim, a Secretaria Especial do Esporte também tem todas as áreas: a área do esporte vinculado à inclusão social, o esporte vinculado a alto rendimento, isso está preservado; o controle de dopagem. Enfim, há a parte da Secretaria Nacional de Futebol também, que guarda relação com o esporte mais difundido no nosso País.

A Secretaria Especial da Cultura mantém também toda a parte... A Secretaria do Audiovisual, a Secretaria da Diversidade Cultural; a Secretaria de Economia Criativa, que é muito importante; a Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura; a Secretaria de Difusão e Infraestrutura Cultural; e a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Secretaria de Direitos Autorais e Propriedade Intelectual. Isso continua e nós vamos, ao longo do tempo, integrando algumas áreas.

Nós temos um grande número de comissões, conselhos das diversas áreas. Também fundações: Fundação Palmares; Fundação Nacional de Artes (Funarte), de que o pianista Miguel Proença foi convidado para ser o Presidente; a Casa de Rui Barbosa; a Fundação Biblioteca Nacional. E temos as autarquias. Está aqui hoje o nosso Presidente do Ibram (Instituto Brasileiro de Museus), que é o Paulo Amaral. Está aqui também nos acompanhando.

Há o Iphan, que é importante e enorme. O trabalho do Iphan é enorme, até para autorização de obras, a questão ambiental, do patrimônio histórico, arqueológico, que está com a Kátia, continua com a Kátia Bogéa. Então, são estruturas que vão nos ajudar.

Para fazer um resumo rápido das atividades, nós mantivemos o Bolsa Família, fizemos um pente-fino na gestão anterior, continuamos com esse pente-fino. Do Bolsa Família zerou a fila de espera. Nós tínhamos um problema com o Bolsa Família. Nós tínhamos 2 milhões, em média, de famílias... Desde a criação do Bolsa Família havia de 1 a 2 milhões de famílias esperando há mais de um ano para entrar no programa. Pessoas que realmente precisavam estar no programa, cumpriam todos os requisitos para estar no programa e não estavam, porque a sua vaga estava ocupada por pessoas que não precisavam estar no programa. Então, nós fizemos um pente-fino e o resultado é que há mais de um ano e meio não há mais fila no Bolsa Família. Saíram as pessoas que não precisavam e entraram as que precisavam.

Esse é um processo dinâmico. Não sei se vocês conhecem bem o funcionamento, mas todo dia entra alguém no Bolsa Família e sai alguém do Bolsa Família. É um processo que acontece em todos os Municípios, no trabalho da assistência social, do SUAS. Uma das tarefas é fazer o cadastro do Bolsa Família encaminhar para receber o Bolsa Família.

Então, ele é um programa que foi criado para combater a desigualdade e a pobreza. Eu acho que é um programa importantíssimo para manter as pessoas pelo menos um pouquinho acima da linha da extrema pobreza, mas não reduz pobreza. Não reduziu pobreza.

O Bolsa Família, para a gente ter uma ideia, em 2005, portanto, dois anos depois que foi criado, porque foi criado em 2003, tinha 5 milhões de famílias no cadastro. Dez anos depois, em 2015, ele tinha 15 milhões de famílias. Aumentou três vezes o número de famílias. Portanto, não houve redução da pobreza. Houve, sim, a proteção à extrema pobreza.

Qual a diferença entre pobreza e extrema pobreza? A extrema pobreza é quando a pessoa ganha menos que o necessário para repor as calorias de que ela precisa para viver no dia a dia. Portanto, é quando as pessoas estão passando fome e não conseguem mais colocar comida na mesa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o Bolsa Família veio para cobrir essa lacuna, para garantir que pelo menos as famílias brasileiras tenham o que colocar na mesa todo mês, para poder se alimentar, repor as calorias.

Então, são 15 milhões de famílias que estão nesse extremo da pobreza. Não é um número pequeno. Nós estamos falando aqui de 25% da população brasileira. Nós estamos falando de quase 50 milhões de brasileiros que dependem do Bolsa Família para não passar fome.

A experiência que a gente viu é que mesmo com as condicionalidades, melhorando algumas coisas, algumas famílias melhorando e tal, no conjunto o Bolsa Família não é suficiente para diminuir a pobreza. Ele não é suficiente para fazer com que as pessoas melhorem de vida, ele apenas as mantém sendo alimentadas, em condições mínimas de sobrevivência.

O pente-fino tirou 7,6 milhões de famílias do programa e colocou 6,7 milhões de famílias no programa. Então, ele abriu para as famílias que vão entrando, se realmente atendem aos requisitos do programa, para que sejam atendidas rapidamente.

O Bolsa Família tem cinco eixos: complemento da renda; acesso a direitos... Quem está no Bolsa Família tem outras vantagens – e vamos dizer assim – em pagar a conta da luz no custo da energia, tem vantagens em relação ao Minha Casa, Minha Vida. Também tem uma mensalidade menor para pagar. Enfim, tem algumas outras vantagens em outras áreas.

Articulação com outras ações. Nós temos ações que integram... Desenvolvimento humano e geração de emprego e renda. E nós estamos nos concentrando agora, nesses dois itens, mantendo o Bolsa Família, na questão do desenvolvimento humano e na geração de emprego e renda. Por que isso? Porque para resolver o problema da desigualdade, não adianta só transferir renda. Mantém-se a desigualdade. A tendência da desigualdade é se manter.

O que avança em relação a isso? É basicamente um assunto vinculado à educação, vocês sabem disso, porque, quanto mais capacitada uma pessoa é, melhor é a renda dela, melhor é a chance de ela ter uma renda maior. E o que nós estamos trabalhando junto com o Bolsa Família é um programa que veremos depois, que é o Criança Feliz. É um programa que desde a barriga da mãe prepara o novo ser humano que está vindo para ter uma condição melhor de aprendizagem.

Não sei se sabem, mas não é na escola que a gente aprende. A gente aprende a aprender nos primeiros mil dias de vida. Os estímulos que uma criança recebe, da barriga da mãe até os dois anos e pouco de idade, são estímulos decisivos para organizar as competências humanas.

Eu vou dar um exemplo para vocês. O cérebro é programado geneticamente para se organizar em etapas, desde que ele começa a formar os neurônios, na gestação, até a organização, a colocação desses neurônios no lugar certo, para funcionar; a rede que os neurônios estabelecem entre si, tudo isso tem uma programação genética. Mas essa programação genética é sensível ao estímulo do meio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Exemplo: a visão se organiza nos primeiros seis meses de vida e depois não se organiza mais. Se uma criança nascer com catarata congênita e não corrigir a catarata, nos primeiros seis meses de vida, pode fazer a cirurgia de catarata no sétimo mês de vida que ela vai ficar cega para sempre, ela não vai organizar a visão. O cérebro precisa da imagem, das cores, das formas para ir organizando a rede – nessa região aqui detrás do cérebro, a região occipital – da visão. A visão é um processo que ocorre muito cedo. Se não houver esse estímulo, se a criança não conseguir ver imagens, não conseguir ver formas, não conseguir ver movimento, ela não organiza a visão. O cérebro já se redireciona, as conexões vão para outra área, as conexões que há entre os neurônios.

Então, é crucial que se tenha um cuidado com essa função. Mas não é só essa. A audição se organiza nos primeiros dois anos de vida. Nós tivemos agora um seminário sobre primeira infância em que veio uma especialista dos Estados Unidos, que faz cirurgia de implante coclear. A audição se organiza muito cedo. Se a criança tiver surdez, tiver um defeito na cóclea e colocar um implante coclear bem cedo, ela ainda aprende a falar, aprende a ouvir e leva uma vida normal. Se deixar passar um ano e meio, dois anos, nesse processo, e se colocar um implante coclear depois, o resultado é quase zero, porque é naquele momento que o cérebro está programado para organizar toda a parte auditiva, dos sons, variedade de sons; tudo isso significam redes. O cérebro programa tudo por redes. Cada imagem forma uma rede no cérebro, entre os neurônios, rapidamente. Isso é o processo da memória também. E isso fica para o resto da vida. Esse período é crítico.

A parte de dar e receber afeto, de controlar impulso, de não ter um comportamento agressivo se organiza nos primeiros 18 meses de vida. É pelo estímulo da relação do cuidador com a criança que todo esse processo se organiza: a parte racional, a parte emocional.

A parte racional se organiza depois da emocional. Uma criança que é bem cuidada, bem estimulada, com carinho, atendida nas suas necessidades, é uma criança que tende mais cedo a se voltar para explorar o mundo e aprender. A criança que é maltratada, negligenciada, abusada, nesse início da vida, se volta para o cuidador procurando a segurança emocional que não tem. E ela demora mais tempo para se voltar para o mundo e para aprender.

Então, o processo de aprendizagem não começa na escola, ele começa bem no início da vida, dependendo da formação da parte emocional, da parte racional, que ocorre no cérebro, pelos estímulos do meio. Por isso é muito importante...

Duas crianças, uma filha de uma família muito pobre, do Bolsa Família, e outra filha de uma família de classe média, nascem com o mesmo potencial. Podem ter uma habilidade a mais do que a outra e tal, mas o potencial de desenvolvimento cognitivo delas é igual. O que vai acontecer dali para frente é que fará a diferença.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Uma criança filha de uma família rica ou de uma família de classe média terá um entorno mais rico de estímulos verbais, por exemplo. A mãe terá um vocabulário maior. Em geral, uma mãe que tem curso superior, ou tem pelo menos ensino médio completo... A criança do Bolsa Família terá uma mãe às vezes analfabeta; tem uma pobreza de vocabulário. Tem limitado o seu vocabulário. Então, ela ouvirá sons com menos quantidade, palavras em menos quantidade do que aquela criança da família de classe média.

A mãe vai ler contos para a criança de classe média. A outra mãe às vezes tem dificuldade. Não tem nem livro em casa! Só 8% das crianças do Bolsa Família têm livro ou revista em casa. Então, o estímulo que essa criança vai ter é menor do que aquela criança. E, como o cérebro já está organizando tudo por etapas, quando ela chegar aos quatro anos de idade, essa criança, que é filha de classe média, terá um vocabulário dezenas de vezes maior do que o daquela criança filha da família pobre. Isso na escola é um abismo, quando entra na escola, porque uma se comunica, a professora entende o que ela quer, ela entende o que a professora fala, e a outra terá mais dificuldades. Isso vai fazer com que essa tenha um desempenho escolar melhor; essa tenha um desempenho escolar menor. Essa aqui terá uma escolaridade maior; essa aqui terá uma escolaridade menor, sairá mais cedo da escola. Essa terá um salário menor, essa terá um salário maior. E, ao ter um salário menor, ela reproduz o ciclo de pobreza da família.

Existe uma reprodução cíclica da pobreza também por uma questão de desenvolvimento das competências humanas. Por isso é muito importante – tudo bem, Senador? – se estimular, fazer com que essa criança, bem no início, tenha oportunidades não diria iguais à da família de classe média, mas que ela tenha oportunidades muito maiores do que teria se não tivesse política pública.

O Programa Criança Feliz foi criado para isso. Essas crianças do Bolsa Família, da barriga da mãe até os três anos de idade, têm um acompanhamento semanal em casa, com visitadores capacitados para orientar a família a como estimular essa criança da melhor forma. Elas recebem livros, elas recebem... A mãe, se é analfabeta, vai para a alfabetização. A mãe é orientada a falar com a criança, a estimular a criança na parte verbal. É todo um trabalho que se faz no entorno emocional da criança, ajudando a criança a se sentir protegida, que faz toda a diferença lá na frente. Fará toda a diferença lá na frente.

Falando em desigualdade, eu quero dizer também outra coisa: ao chegar na adolescência, também existe um *gap* gigantesco entre os jovens que vêm das famílias mais pobres e os jovens que vêm das famílias de classe média, até por questões tecnológicas. Os filhos da classe média e os filhos das famílias mais ricas, todos têm acesso a banda larga, já na adolescência, e os meninos das famílias mais pobres não têm. A quantidade de informação por minuto que um menino tem hoje, um menino de 13 anos, 14 anos, 15 anos tem, filho da classe média, é gigantesca. Muito maior do que o outro vai ter.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, as oportunidades vão se diferenciando aí. As competências humanas vão se diferenciando. Isso está na raiz da desigualdade. Não é só uma questão econômica, dar dinheiro, é desenvolver as competências humanas para ter uma educação melhor, para ter um desempenho melhor na vida, senão nós não sairemos do lugar e ficaremos só repetindo políticas sem impacto.

Na geração de emprego e renda, nós estamos trabalhando com as famílias do Bolsa Família, principalmente com o público nem-nem, com os jovens nem-nem, que nem trabalham nem estudam, que são 4,6 milhões de jovens, do público do Bolsa Família, que nem trabalham, nem estudam, entre 18 e 29 anos. Então, esses jovens devem ter algum tipo de apoio maior para que possam... Porque já têm todas as dificuldades naturais de todo o ciclo até chegar aos 14 anos. E, se chegarem aos 18 anos e não tiverem algum tipo de apoio, terão mais dificuldade de conseguir emprego.

Nós estamos falando hoje de um exército de 12 milhões de jovens brasileiros, entre 18 e 29 anos, 12 milhões, que nem trabalham, nem estudam. Isso é um exército de reserva para tudo, até para o crime organizado. Nessa violência que nós vimos agora, em Suzano, eram dois jovens nem-nem, que estavam fora da escola e não estavam trabalhando, não tinham nenhuma atividade.

Então, é muito importante nós pensarmos nessas políticas, até para ajudar as famílias a sair da pobreza. Uma criança que tem um bom desempenho escolar e vem de uma família pobre, terá um salário mais alto e condições de puxar a família para sair da pobreza. Um jovem do Bolsa Família, de 18 a 19 anos, tendo um emprego, tendo uma renda maior, vai ajudar a família a sair da pobreza. Então, o combate à pobreza não é só no valor que se repassa do Bolsa Família, nós temos outras áreas em que estamos acrescentando e reforçando programas para ajudar.

Vamos passar adiante aqui.

O Bolsa Família, nesse período – aí eu pego um pouco o período em que estive lá no Ministério, antes, no Governo anterior –, teve 19% de aumento no poder de compra de alimentos e benefícios básicos. Por quê? Porque, nos dois últimos anos do Governo Dilma, pela questão da depressão econômica, por vários motivos, o Bolsa Família ficou congelado, ele não teve reajuste, e a inflação foi de 10% ao ano. Então, ele teve uma grande perda de poder aquisitivo.

Nós conseguimos... Em 2016, no primeiro ano nosso, dá 12,5% para diminuir esse congelamento, essa perda. E agora, em 2018, foram dados 5,67%, e a inflação caiu para 2% ou 3%. Então, o poder de compra do Bolsa Família aumentou.

Mas o Bolsa Família trabalha com pessoas que têm renda mensal de R$89 para baixo e também com pessoas que têm renda entre R$89 e R$178 mensais, que têm crianças e adolescentes na família também. Então, na verdade, é um programa de complementação de renda. Vocês vão ver que cada família tem um valor diferente do Bolsa Família. Se a renda é muito baixa, o valor é maior; se a renda é um pouquinho maior, o valor é menor. Mas, a média: R$187 por família. Muita gente fala do Bolsa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Família parecendo que o pessoal ganha uma fortuna sem trabalhar. Não, Bolsa Família é um programa bem pontual de reposição.

E aí, pegando um pouco o que o Senador Dário Berger falou, o ideal é que todas as pessoas saiam que elas tenham oportunidade de sobreviver e que saiam do programa. Eu acredito que com a maioria pode acontecer isso se nós investirmos em geração de emprego e renda, investirmos em programas que diminuam a desigualdade no desenvolvimento humano. Mas nós vamos ter uma parcela de pelo menos um terço do Bolsa Família que vai ter muito mais dificuldade, até por problemas de saúde mental, problemas de deficiência física e mental, problemas vinculados ao local em que as pessoas vivem, à ausência de arranjos produtivos, lugares extremamente pobres, lugares que não têm nem água.

Então, há outras questões que nós temos que atacar, mas eu acredito que pelo menos a maioria do Bolsa Família, a médio prazo, pode sair do programa. Se houver um desenvolvimento econômico como nós esperamos, e nós estamos apostando tudo nisso, mais rápido, nós sairmos dessa depressão longa em que ficamos e começarmos a ter um PIB positivo maior, cada vez maior, nós vamos diminuir a necessidade do Bolsa Família, lá na origem vai diminuir a quantidade de pessoas que vão procurar o Bolsa Família. Se nós conseguimos tirar mais gente e mais gente progredir, eu acho que as coisas vão melhorando.

Como o Presidente Dário Berger falou, nós conseguimos agora, na previsão orçamentária para este ano, colocar mais R$2,6 bilhões, que é o suficiente para pagar o décimo terceiro do Bolsa Família. Então, o Bolsa Família, na prática, no final do ano, vai ter um reajuste de 8,2% ou 8,3% com esse valor a mais que vai se dar do décimo terceiro, vai-se aumentar o poder aquisitivo dessas famílias.

Então, hoje nós temos 13,9 milhões de famílias beneficiárias; 47 milhões de pessoas beneficiárias nessas famílias; 22,5% da população brasileira recebem o Bolsa Família, gastam-se R$2,6 bilhões por mês e o valor médio é de R$187.

Sobre o Criança Feliz eu já adiantei a conversa com vocês aqui. O Criança Feliz realmente eu acho que é um programa transformador para promover o desenvolvimento integral das crianças na primeira infância e funciona por meio de visitas domiciliares. Por que não se trabalha só em creches ou se procura aumentar o número de creches? Creche é fundamental, esse programa não tem nada a ver, não tira recursos das creches. Os recursos das creches estão lá, no Ministério da Educação, estão preservados. Aliás, o problema das creches hoje não é nem construir creches, é manter as creches. Os prefeitos têm enorme dificuldade para manter as creches, é uma outra questão que nós vamos discutir.

Mas esse programa é com visita domiciliar. Por quê? A visita domiciliar revela muita coisa importante para o setor público. Uma mãe deprimida nos primeiros meses de vida de uma criança é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

devastadora para aquela criança, para a organização do cérebro daquela criança. Ela não vai dar o estímulo emocional, não vai desenvolver apego com a criança, vai haver um problema enorme. A criança vai precisar de outra pessoa que faça isso para ela, para organizar a cabeça dela.

Então, a visita domiciliar detecta a mulher deprimida. Em 10% das gestantes, depois que ganham... Há uma depressão que é logo após o parto que toda mulher tem praticamente, por uma semana ou duas, que chamam de *blues*. Com a perda da placenta – a placenta tem muitos hormônios que dão a sensação de euforia, o período em que a mulher é mais poderosa é no último trimestre de gravidez, quando ela está com a barriga bem grande, ela está cheia de hormônios que dão a sensação de bem-estar para ela, de euforia –, de repente, ela perde aquilo e entra no *blues*, uma pequena depressão. Logo depois... Algumas não saem do *blues*, cada vez ficam piores com a depressão, 10%. Isso só se vê indo a casa, não se vê esperando lá no posto de saúde ou em algum outro lugar, quando a mãe traz a criança, porque ela nem vai levar a criança lá. Então, a visita domiciliar revela muita coisa, revela a violência doméstica e um monte de coisas em que a gente pode ajudar para proteger aquela criança. Isso envolve ações de saúde, educação, assistência...

Eu quero dizer uma coisa também, esse Ministério herdou três estruturas de Ministérios, mas ele é um Ministério que tem que trabalhar com muitos outros Ministérios também. Quando se está falando do ser humano, do desenvolvimento integral do ser humano, a gente está falando de educação, de saúde. Nós temos uma câmara intersetorial no Ministério, um comitê intersetorial que trabalha algumas políticas junto com a saúde, com a educação, principalmente as políticas de primeira infância.

O público de crianças até seis anos nas famílias que têm BPC: crianças com deficiência mental, deficiência física, têm um acompanhamento maior. As crianças do Bolsa Família até três anos, é o período crítico, depois dos três anos, tudo que tinha que se organizar de importante já está estruturado no cérebro. E crianças que não têm convívio familiar por serem vítimas de violência. E as gestantes também são acompanhadas.

Aqui há um dado importante, o Criança Feliz hoje é o maior programa de acompanhamento domiciliar de bebês e de crianças pequenas do mundo. Não há nenhum programa... Tenho sido convidado para fazer várias apresentações. À China, já fui quatro vezes; na última vez eu fui a convite da Fundação Alibaba, que é a Amazon chinesa. Eles todos estão falando em programas de primeira infância lá na China. Inclusive, a Fundação Alibaba quer patrocinar um grande programa de primeira infância.

O problema é que eles são todos pilotos, eles ficam trabalhando com *cases* e não têm escala. Nós conseguimos dar escala. Em um ano e pouco nós temos um programa que já chega em 24 Estados com adesão ativa. Aliás, Santa Catarina é o que tem menos adesão. Aproveito o Senador aqui para fazer um apelo. Há uma causa, Santa Catarina é o que tem menos Bolsa Família também, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

proporção do Bolsa Família é menor. Mas nós já ampliamos para o Cadastro Único. Cadastro Único é aquele cadastro de todas as famílias que têm menos de meio salário mínimo *per capita* de renda mensal. O Cadastro Único é o dobro do Bolsa Família, o Bolsa Família é da meta de baixo, dos mais pobres. Mas, há uma faixa ali, dos que são pobres, mas não são tão pobres, que nós ampliamos agora para entrarem no programa também. Senão, Santa Cataria iria ficar de fora, uma parte importante de Santa Catarina, não todos Municípios.

Nós temos 3.780 Municípios elegíveis, há um critério; 2.622 Municípios com adesão ativa e 2.502 Municípios já com as visitas iniciadas. Então, o programa está em todo o País. Nós estamos chegando a 542 mil pessoas visitadas toda semana. É um programa gigantesco. Se vocês forem imaginar, nós completamos agora, em um ano e meio praticamente, 12 milhões de visitas domiciliares, isso nessa escala. Nunca o Estado brasileiro chegou na casa das pessoas nessa escala. Nós estamos usando o trabalho com as crianças pequenas para fazer isso. É o maior programa em escala do mundo. A meta é chegar a 1 milhão no final deste ano e a 3 milhões, que são as crianças do Bolsa Família, no final dos quatro anos, toda semana sendo visitados.

Esse foi o evento que nós fizemos do Criança Feliz, o seminário internacional agora... Não há som, cortaram o som lá.

Essa é a especialista americana que veio falar no programa sobre implante coclear. Há com reduzir pela metade ou mais da metade a população de surdos no Brasil se trabalharmos bem com isso.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. OSMAR TERRA – Esse seminário marcou, agora, no início do ano, todo o aperfeiçoamento do programa. Ele vai continuar, inclusive, com o apoio da Primeira-Dama, Michelle Bolsonaro, que fez questão. Ela não só foi, ela gravou esse vídeo, como ela ficou todo o tempo do seminário, dois dias inteiros lá acompanhando.

Então, na área social, um rápido sobrevoo, a questão... Vou pegar as coisas importantes que há em cada área, senão a gente... É tão vasto o repertório que a gente tem para falar de programas que não ia dar tempo.

A Lei de Incentivo à Cultura, de que o Senador Dário Berger nos programou para falar aqui, na verdade, é maior do que a Lei Rouanet. Ela tem um incentivo que é do Governo, que é recurso orçamentário, tem esse recurso... O que é a Lei Rouanet, que agora estamos chamando genericamente de Lei de Incentivo à Cultura? Ela é uma lei em que uma entidade pode doar até 4% do seu Imposto de Renda para a área cultural. São os grandes bancos, as grandes estatais, são os grandes patrocinadores. Mas, numa cidade, uma empresa que queira fazer uma doação pode doar até 4% do seu Imposto de Renda. Então, é dinheiro público – na verdade, é dinheiro público – que viria para os cofres públicos se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não fosse doado, que tem que ser bem aplicado, apoiado para o desenvolvimento da cultura. É inegável que ela tem uma importância enorme para a cultura brasileira, é inegável. Então, não se está pensando, em nenhum momento, em acabar com a Lei Rouanet, com a Lei de Incentivo à Cultura.

Foi criada em 1991, permite que empresas doem. A renúncia fiscal representa 0,64% da renúncia total da União e todo projeto cultural, de qualquer artista, produtora, agente cultural brasileiro pode se beneficiar da lei.

Entre 1992 e 2019, 54 mil projetos captaram R$18,4 bilhões. Estamos falando aí de vinte e sete anos.

No último ano, 3.215 projetos captaram recursos no valor de R$1,2 bilhão. É mais ou menos em torno de R$1,2 bilhão ou R$1,4 bilhão o recurso da Lei de Incentivo à Cultura.

Quais são as questões que estão pautadas aí? Que a tendência, até pela estrutura dos Estados, pela tradição cultural e pela localização das grandes empresas, há uma tendência em concentrar a Lei de Incentivo à Cultura entre Rio e São Paulo. Oitenta por cento desses valores vão para Rio e São Paulo, para artistas que têm atividade entre Rio e São Paulo. Vai muito pouco para o Nordeste, vai muito pouco para o Sul, vai muito pouco para as outras regiões.

O nosso objetivo é democratizar, Senador. Então, nós queremos que mais gente se beneficie, o artista que está surgindo, os novos talentos. Nós estamos pensando num programa, numa atividade nossa, independentemente da Lei de Incentivo à Cultura, mas que a Lei de Incentivo à Cultura possa ajudar. A nossa ideia é municipalizar toda a atividade cultural, esportiva em microrregiões.

Às vezes, um Município com dois ou três mil habitantes – como há muitos no Brasil, acho que a maioria, inclusive, tem menos de 10 mil habitantes – pode se organizar em microrregiões, mesorregiões, que já estão previstas pelo IBGE, e, nessas mesorregiões, organizar eventos, estimular festivais de música, dança, teatro, audiovisual com prêmios, e divulgar esse trabalho para o resto do Brasil. Às vezes, um artista simplesmente tem um talento enorme, mas ele precisa de uma oportunidade, precisa ser lembrado, precisa aparecer em algum lugar para poder se projetar no cenário nacional.

Há uma tendência, é óbvio, que o banco que quer ter seu nome bem divulgado tenha uma tendência a patrocinar um artista mais conhecido. E os artistas mais conhecidos, em geral, não precisariam desse recurso para poder fazer as suas apresentações, já têm um público cativo.

Então, nós estamos discutindo como descentralizar mais isso, descentralizar proporcionalmente à população, inclusive. O Nordeste hoje tem 25% da população brasileira e fica com 1 vírgula alguma coisa da Lei Rouanet. Nós queremos que o Nordeste tenha pelo menos 25%... São 17%... O Nordeste

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fica com 4% e tem 25% da população. Na ausência de um critério melhor, a gente está botando por população, a gente quer trabalhar... Como a gente vai fazer isso? Vamos sensibilizar...

Ontem, demos posse ao comitê que avalia a Lei de Incentivo e fizemos esse apelo de que fossem sensíveis a uma maior divulgação e a uma maior democratização da lei, dos benefícios da Lei de Incentivo. Tivemos um cuidado – aí vem uma vantagem de a gente ter um Ministro da Economia que tem o comando de todas as áreas da economia... Todos os presidentes de estatais, em todos os níveis, foram nomeados pelo Ministro Paulo Guedes. Então, conversando com o Ministro Paulo Guedes, pedi a ele o seguinte: "Eu preciso que os investimentos na cultura feitos pelas estatais obedeçam a uma diretriz governamental". Não tem sentido – e isso quem me disse foi o Presidente da Petrobras – a Petrobras financiar a Fórmula 1, um carro por 3 milhões de euros por mês, não tem sentido isso só para ter o nome da Petrobras ali.

Então, eu conversei com praticamente todos os presidentes de estatais, Banco do Brasil, Caixa Econômica, BNDES, Petrobras, Eletrobras, não falei ainda com os Correios, mas falei com essas maiores empresas e eles estão disponíveis, já estão cortando, inclusive... Não sei se há algum torcedor do Flamengo aqui... Nós cortamos o patrocínio do Flamengo. (*Risos.*)

A Caixa cortou o patrocínio do Flamengo. Não tinha sentido o único time patrocinado pela Caixa ser o Flamengo. Mas esse recurso vai para outras atividades, vai nos ajudar no Bolsa Atleta. Nós precisamos recompor o valor do Bolsa Atleta e até aumentar. Essa é uma tarefa que temos, juntamente com o Marco Aurélio, para fazermos, Leila, valorizando tanto o esporte de base quanto o de alto rendimento. Depois eu vou explicar um pouquinho, vamos debater depois.

Então, a Lei Rouanet, que agora estamos chamando de Lei de Incentivo à Cultura, porque queremos, inclusive, que o Governo coloque mais recursos... O Governo tem a Lei de Incentivo à Cultura, mas não coloca recursos há acho que uns vinte anos nessa lei, sempre é contingenciado, contingenciado...

O Bolsa Atleta. Estamos tratando da recomposição do Bolsa Atleta. É o maior programa de patrocínio individual do mundo, tanto para esporte olímpico quanto para paralímpico. Nós criamos uma secretaria para o esporte, não é paralímpico, é paradesporto, porque, necessariamente, o pessoal não precisa ir para a Olimpíada. Para o paradesporto foi uma sugestão do Secretário Marco Aurélio que nós acatamos, então, há uma secretaria só para paradesporto na área da Secretaria do Esporte.

Ali há atleta de base, que recebe R$370 de Bolsa Atleta; estudantil, R$370; nacional, R$925, que disputa em nível nacional; internacional, R$1.850; olímpicos e paralímpicos, que vão para as Olimpíadas, R$3.100; e os que tiverem pódio internacional podem receber até R$15 mil de Bolsa Atleta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós estamos dando uma ajustada interna nisso aí, estamos conseguindo recursos, estamos discutindo no Orçamento e discutindo com a Caixa, por exemplo – hoje vou conversar com o Presidente da Caixa – para colocar... Se a Petrobras botasse o que ela gastou naquele carro de Fórmula 1 por ano na Bolsa, resolveria todo nosso problema.

O investimento é de mais de R$53 milhões no ano; ao todo, são 3.058 atletas beneficiados; 2.097 são atletas olímpicos; 961 são paralímpicos; aí há mais ou menos a distribuição como é feita.

Esses R$35 milhões de investimentos que vieram nós estamos aumentando, nossa meta é de chegar a R$ 100 milhões, neste ano ainda, para aumentar a oportunidade.

Da articulação com as estatais eu já falei.

Sistema S de parcerias. Só para dizer, voltar um pouquinho ao tema que eu tinha citado *en passant*. Nós vamos criar... Vou para cá, depois eu volto na questão do Sistema S. Nós estamos fazendo uma parceria grande com o Sistema S também, mas eu quero mostrar uma outra coisa para vocês.

Município + Cidadão. A gente quer que os Municípios tenham políticas semelhantes de estímulo ao esporte e à cultura. Na área social, eles já fazem.

Então, nós vamos estimular nessas mesorregiões olimpíada – não sei se pode usar o nome, parece que o nome olimpíada é proibido de usar, o Marco Aurélio me orientou, tem-se que pagar *royalties* se usar o nome de olimpíada, é o fim do mundo, mas parece que há lei que protege isso –, campeonatos de futebol. Está-se falando de seis modalidades: futebol, atletismo, vôlei, handebol, xadrez – estamos incluindo xadrez – e judô, em que o Brasil tem um bom desempenho. Aquela mesorregião vai ter os campeões, eles vão receber Bolsa Atleta e vão ser estimulados a disputar o estadual.

Aí, os campeões estaduais vão ter uma Bolsa Atleta melhor, vão ter um estímulo... É uma maneira de a gente buscar, Leila, os talentos lá na base, lá no Município. Há muito talento aí que está desconhecido por falta de oportunidade.

E nós vamos fazer isso também com o festival de música, dança, nessas mesmas regiões.

Então, nós vamos regionalizar e municipalizar tanto a base... Desenvolver ao máximo, democratizar ao máximo, na base, tanto a cultura quanto o esporte. Além de haver os programas de alto rendimento, todos os outros programas que estão sendo preservados, no caso do esporte e da cultura também.

Vamos voltar aqui ao Sistema S?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Ministro Paulo Guedes tem uma opinião sobre o Sistema S: que o Sistema S é muito caro para as empresas. Ele acha que, reduzindo o gasto das empresas com o Sistema S, melhora a competitividade das empresas. Então, ele se propôs a cortar pela metade os valores do Sistema S. Aí, eu procurei o Ministro e disse: "Olha, Ministro: em vez de cortar pela metade, corta menos, mas dá a outra parte para..." Porque o Sistema S tem muita capilaridade na área do esporte, da cultura, e, principalmente, na mão de obra para esses jovens nem-nem que a gente quer capacitar.

Aí, nós estamos numa negociação final, agora, com o apoio do Ministro Paulo Guedes. Nós estamos montando uma proposta em que pretendemos chegar a mais de 3 milhões de jovens dos nem-nem para serem capacitados nos próximos dois, três anos, dentro do Sistema S – pelo Senai, Senac, Sesc, Sesi –, sem custo para o Governo; usando os recursos que o Sistema S tem.

Então, está havendo uma negociação, que eu acredito que se completa nas próximas duas, três semanas, que vai nos permitir, de uma outra para outra, ter um grande contingente de jovens sendo capacitados.

O que é que nós vamos fazer para esse jovem, o nem-nem? Nós vamos dar um valor para a família, mensal, por jovem que estiver fazendo capacitação.

E nós conseguimos uma negociação com o Banco Central, um recurso, que é aquele percentual dos bancos, que o banco é obrigado a colocar para microcrédito, mas que não é utilizado – a maioria dos bancos não faz microcrédito. Nós conseguimos que esse recurso seja utilizado como microcrédito para os jovens do Bolsa Família, para essa turma dos nem-nem também.

Eu estou falando de um valor... Eu me surpreendi com o valor: isso é R$4,7 bilhões por ano, que nós vamos direcionar para o Bolsa Família. E, aí, nós vamos contar com o Sebrae, com a expertise do Sebrae, e com o apoio dos bancos. O Banco do Nordeste já faz isso numa escala grande; a Caixa Econômica... O Pedro, agora, que é o novo presidente da Caixa, está se dispondo a colocar a Caixa no microcrédito...

Então, nós vamos juntar capacitação profissional e microcrédito para fazer com que essas famílias saiam da condição de pobreza.

Mas vamos fazer mais.

Para garantir que eles saiam... Porque o grande problema do Bolsa Família é o medo que as pessoas têm de perder o Bolsa Família.

A empregada doméstica não quer assinar a carteira com medo de perder o Bolsa Família; o tratorista não quer assinar a carteira, lá na propriedade rural, com medo de perder o Bolsa Família... Então, o Bolsa Família, com todos os benefícios que ele traz, é um fator de aumento da informalidade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no emprego. Muito da informalidade é por causa do Bolsa Família, por medo de perder o Bolsa Família.

Então, o que é que nós estamos fazendo? Já existe uma cláusula no Bolsa Família que permite fazer isso e nós vamos colocar em prática. Nós vamos dar dois anos de Bolsa Família para aquela pessoa que conseguir um emprego com carteira assinada. Ela assume um emprego com carteira assinada para ficar segura de que vai poder viver daquele emprego, não vai perder o emprego logo ali adiante e ter que voltar para o Bolsa Família, ou ficar com medo de não ter mais o Bolsa Família, que é um medo irreal, porque o Bolsa Família agora... Inclusive, se ela voltar, no mês seguinte já estará recebendo, porque não há mais fila. Mas, de qualquer maneira, ela vai ganhar por dois anos o Bolsa Família que estava ganhando antes. Até estar segura no emprego, ela sai... Depois, se perder o emprego, ela volta. Se a renda dela for...

Então, o Sistema S pode nos prestar um grande serviço. Ele já presta um grande serviço em muitas áreas, mas há essa questão do ônus, do custo para as empresas, e até de gastos mais em meio do que no fim, na finalidade, que é a opinião que o Ministério da Economia tem.

Aí temos a mão de obra, empreendedorismo, qualificação profissional, que nós vamos trabalhar com o Sistema S.

Nós temos R$4,7 bilhões em microcrédito, 19 instituições financeiras ofertando...

O Banco do Nordeste é responsável por 95% do microcrédito brasileiro. Então, é importante dizer isso também: o Banco do Nordeste presta um grande serviço. E no Nordeste, em especial, que é a Região que mais precisa.

Progredir, que é o programa que significa essa adesão do Bolsa Família ao Programa de Geração de Emprego e Renda. Quanto a isso, nós estamos estudando uma forma de juntar tudo, fazer uma coisa só, um Bolsa Família ampliado.

Nós temos lá na ponta um investimento – eu estou terminando, não vou espichar muito a conversa –, mas é importante pegar alguns pontos que vocês vão nos reivindicar, inclusive porque o Prefeito vai falar com vocês e vocês vão ter que dar uma resposta.

Nós temos um equipamento chamado CEU, da área cultural, que é um equipamento que se constrói com a prefeitura. É uma quadra coberta – aberta dos lados, coberta. Pode às vezes haver um campinho de futebol ou não, um lugar para fazer peça de teatro e tal, uma bibliotecazinha, um parque infantil, e aquilo ali é o CEU.

Há vários níveis de CEU, mas é isso aí.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E temos o CIE, da área do esporte, que é um ginásio grande... Aliás, é um ginásio muito bonito. Eu estive inaugurando um agora, lá em Cruzeiro do Sul, o Marco Aurélio está inaugurando vários agora, nós temos uma programação de inauguração... É um ginásio grande, que tem até um segundo andar para treinamento, por exemplo, de judô, de... E embaixo há um piso emborrachado, um ginásio com arquibancadas e tal, para a prática de esportes de quadra. E tem uma pista de atletismo, tem futebol sete...

Como nós estamos trabalhando juntos, a nossa tendência é juntar essas coisas, é fazer com que haja uma junção do que é o CIE e o CEU num centro que nós vamos chamar de Estação Cidadania, que vai ter, além do que tem o CEU, um ginásio – esse, do CIE –, nós estamos acrescentando um centro de convivência para idosos, há um Cras...

Vai haver uma área de internet – nós estamos negociando – banda larga para os jovens. Esses centros vão estar na periferia, nos bairros mais pobres.

Então, vai haver uma área de banda larga que nós estamos programando com o Ministério de Ciência e Tecnologia, por satélite, para chegar por satélite, ou botar um cabo lá de fibra ótica. A gente está vendo como é que faz isso. É um lugar onde a comunidade se reúna. Os jovens vão lá para usar banda larga, que eles não têm em casa...

E hoje a gente sabe que o trabalho no contraturno da escola, o desenvolvimento de atividades esportivas e atividades artísticas são grandes redutores de violência. Até na Europa é assim. A Europa, que é tão diferenciada em muitas coisas.

Eu estive na Islândia. Vi o programa Juventude na Islândia. É o programa que mais reduziu, inclusive, violência e consumo de drogas na Europa. E é um programa basicamente contraturno de escola, em que todas as crianças da Islândia têm que estar em atividade o dia inteiro. E são acompanhadas e monitoradas. E as famílias têm um cronograma, inclusive, de convivência familiar com as crianças. Elas têm que deixar de lado o iPhone, o celular, o equipamento, para conviver com as crianças, estimular, enfim... Elas programam isso na escola.

É claro que lá eles têm outras que aqui a gente não consegue fazer da noite para o dia. Eles têm, por exemplo, um toque de recolher. Nenhum menino com menos de 18 anos pode andar na rua depois das 10h da noite desacompanhado de um adulto.

E eles têm outras medidas: eles não expõem bebida alcoólica em supermercado, em lugar nenhum... É uma autorização do Estado a venda de bebida alcoólica, e isso existe em alguns lugares: na Suécia, em vários lugares.

Para vocês terem uma ideia, era o lugar onde a juventude mais consumia drogas e álcool na Europa. Isso, 20 anos atrás. A última pesquisa deles deu que, até 18 anos, 5% dos jovens consumiram

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

álcool. Droga, praticamente nada. Eles têm leis duras em relação às drogas, leis duras... Não há nada legalizado, a não ser o álcool e o cigarro, mas eles têm um programa que reduziu dramaticamente o consumo de drogas.

E estimulou tanto o esporte, que a Islândia foi parar na Copa do Mundo. É um país de 500 mil habitantes, foi disputar, empatou com a Argentina e o goleiro ainda defendeu um pênalti do Messi. (*Risos.*)

Eles têm uma turma boa lá.

Então, eu quero dizer que esses equipamentos aí são muito importantes. Nós estamos trabalhando com o Ministro Moro, da Justiça, para colocar esses equipamentos nos bairros mais violentos das cidades mais violentas do Brasil. E ter um programa integrado, inclusive, com a área de repressão, para garantir que essa juventude tenha acesso maior à prática esportiva.

A experiência do Rio de Janeiro foi muito isso. Há um programa com o Ministério da Defesa em que a gente tira as crianças da passagem e tal para as crianças das favelas do Rio virem para os quartéis, onde existem grandes espaços esportivos, e ficarem lá, no contraturno da escola.

Então, eu falei do Município + Cidadão...

A última coisa que eu queria falar para vocês é que nós ficamos com essa parte de cuidado e prevenção das drogas.

Nós, hoje – estão todos convidados, Senador Dário Berger também –, às 15 horas, lá no auditório do Ministério, no Bloco A, vamos assinar um convênio com 212 comunidades terapêuticas, que vão ter supervisão, vão ter acompanhamento, em que se trabalha a abstinência assistida dos dependentes químicos de drogas.

Estamos aumentando de 7 mil vagas, que o Governo banca, para 11 mil vagas. Nós estamos fazendo uma ampliação do programa. Então, vocês estão convidados, porque isso tem um impacto enorme.

O problema das famílias mais pobres, principalmente, é não ter aonde levar... O filho do rico tem a clínica que ele paga; a criança pobre não tem para onde ir. E as comunidades terapêuticas se desenvolveram baseadas empiricamente em resultados positivos. Elas se desenvolveram por falta do Estado. O Estado não tem política nenhuma nessa área. Aliás, nós passamos décadas, no Brasil, sem políticas sobre drogas. E com uma lei, aí, muito complicada, frouxa, e que faz com que...

Eu sou a favor de aumentar o rigor da lei. Sou contra qualquer tipo de legalização de droga.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É mentira que a maconha é medicinal. É mentira. Eu sou médico e tenho a comprovação de todos os trabalhos publicados até hoje nas principais revistas do mundo.

Achar que uma molécula, das 480 que um cigarro de maconha tem, pode ter um efeito – não está comprovado ainda, cientificamente – em casos raros de epilepsia, que beneficiaria aí uma centena, duas centenas de pessoas, e usar isso para legalizar e dizer que a maconha é remédio é um absurdo, porque todos os outros componentes da maconha têm um efeito destruidor: causam dependência, causam retardo mental a longo prazo, causam esquizofrenia, desencadeiam esquizofrenia... Há três vezes mais esquizofrênicos no meio dos usuários de maconha do que na população que não usa maconha.

Então, essa história de dizer que cigarro de maconha é remédio é a mesma história da Clonidina – não sei se vocês conhecem. Clonidina é o remédio para pressão alta, está aqui o Confúcio, que é meu colega. A Clonidina é o remédio mais usado, hoje, para pressão alta. Ela vem do veneno da jararaca. Tira-se aquela molécula do veneno da jararaca, que é um vasodilatador, e se usa como um medicamento. Ninguém receita picada de jararaca para baixar pressão alta, porque todo o resto que existe no veneno da jararaca mata. A mesma coisa o cigarro de maconha: o dano que ele causa para a pessoa, a longo prazo, é devastador.

Cinquenta por cento dos jovens... Porque os jovens são iludidos. Hoje há uma campanha na imprensa, principalmente nas redes... Há centenas de *sites* defendendo a liberação da maconha, pagos, bem pagos... Há organizações internacionais, como a Open Society, que bancam a maioria dos *sites* e das organizações brasileiras que defendem a liberação das drogas – com interesses comerciais, na minha opinião –, porque imaginem: se cigarro e álcool já dão uma renda enorme, imaginem se legalizarem as outras drogas.

Mas e a saúde pública? Onde é que fica? E os danos para as pessoas? E os lugares que liberaram maconha, como é que estão agora?

Eu tenho pesquisas. Eu tenho dados atualizados sobre isso. O Uruguai está uma tragédia.

A desculpa para legalizar a maconha no Uruguai foi que iria reduzir a violência, iria diminuir o tráfico... Aumentou o tráfico. O tráfico está concorrendo, em vantagem, com a maconha que o governo oferece nas farmácias. Os donos de farmácias não querem vender maconha, porque farmácia é para tratar as pessoas, não é para aumentar as doenças.

E a violência das outras drogas aumentou. Aumentou o número de dependentes químicos e aumentou a violência geral. E o consumo de outras drogas também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Uruguai, nos dois últimos anos, bateu o recorde de homicídios. É exatamente o contrário do que o Presidente Mujica falava, quando ele trabalhou para liberar a droga. E eu sei que o Presidente Tabaré Vázquez está seriamente propenso a acabar com a liberação da maconha.

Então, prevenção às drogas, hoje, é um problema gravíssimo. Quanto a toda a violência que existe no Brasil, boa parte vem da questão das drogas. E não é só do tráfico. "Não, parece que só legalizando termina o tráfico, termina a violência". Isso não existe. O tráfico vai continuar.

Só para vocês terem uma ideia, metade do cigarro que a gente consome no Brasil é ilegal, é contrabandeado.

"Ah, mas o que vai se arrecadar com o dinheiro da droga legal vai ser muito melhor para tratar as pessoas".

O Ministério da Saúde publicou um trabalho agora, recentemente: o tabaco, que é legal, os 50% que são legais, vendidos no Brasil, produzem tanta doença que o gasto, só do Ministério da Saúde, é de oito vezes o ganho que se arrecada com o imposto do cigarro.

Então, são todos aspectos, nós estamos tratando de um problema gravíssimo, e o número de pessoas com transtorno mental é que leva ao aumento da violência – o aumento do número de pessoas com transtorno mental.

Então, cuidados e prevenção às drogas é um trabalho que nós temos. Nós estamos fazendo pesquisa.

Portugal, que tem um regime de descriminalizar o uso, no último ano, em um ano, dobrou o consumo de cocaína. Dobrou o consumo de cocaína em Portugal. Em Portugal, é oferecida na rua. Você anda na rua, é descriminalizado o uso. É um paradoxo, não é? O tráfico é proibido, mas o uso é legal. Como é que o cara vai comprar? Vai aumentar o ganho do tráfico, é óbvio, se vai aumentar o número de consumidores.

Descriminalizar o uso significa ir à escola e oferecer para os amigos: "Olha aqui, ó". Há um pouquinho aqui, um pouquinho lá... Vocês acham que isso vai aumentar ou vai diminuir o consumo? Claro que vai aumentar. E vai aumentar muito. E com efeitos para sempre.

É incurável a dependência química. Essa história de dizer que há ex-drogado não é verdade. A dependência química é incurável. Há dependente químico em recuperação, como há alcoólatra em recuperação. Isso os AAs já descobriram cem anos atrás. A recaída é frequente. O cérebro fica alterado para sempre. Mas eu queria só fazer esse alerta, quando a gente trabalha na prevenção às drogas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Supremo está para decidir agora, no dia 5 de junho, se legaliza ou não o consumo de drogas no Brasil. E, inclusive – aproveitando o discurso –, dois Ministros votaram já sugerindo que a maconha seja liberada.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. OSMAR TERRA – É. Três Ministros votaram.

Eu acho isso um perigo para a sociedade brasileira e acho que não é tarefa e não é responsabilidade do Supremo discutir isso.

Isso é uma questão tão grave, atinge dezenas de milhões de famílias brasileiras. É tão grave que isso é uma tarefa do Congresso Nacional. Não é uma tarefa do Supremo decidir isso. O Supremo não precisa ficar legislando por nós.

Nós estamos com o Projeto de Lei 37, Senador Dário Berger, que está na mão do Senado agora para aprovar. Ele aumenta o rigor contra as drogas e, inclusive, invalida essa votação do Supremo. Se for votado aqui no Senado agora, antes do dia 5 de junho, termina a necessidade de o Supremo decidir. E, agora, o Presidente Davi Alcolumbre está para conversar com os Líderes. Eu vou à reunião dos Líderes hoje, para a gente discutir isso.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. OSMAR TERRA – Tem que botar em votação logo. E pode ir direto para o Plenário.

Então, eu queria fazer essas colocações e dizer que nós temos um problema gigantesco. Nós estamos falando de milhões e milhões de dependentes químicos, que são a bucha de canhão do tráfico, que aumenta o consumo, que aumenta a oferta de drogas.

Então é isso, pessoal. Eu agradeço muito.

Falei demais – não é, Senador? –, mas estou à disposição, para responder às questões que vocês levantarem e voltar aqui assim que vocês acharem necessário.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Nós agradecemos a mais demorada palestra de todas as audiências públicas das quais eu já participei.

Mas ela tem uma razão em si mesma. O tema é extremamente importante, relevante, para nós, e por isso nós agradecemos.

Nós, agora, vamos abrir inscrições aqui para inquirir o nosso Ministro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria, com muito prazer...

Ah, as inscrições já estão praticamente abertas aqui, mas eu quero registrar, com muito prazer, a presença da Senadora Mailza Gomes; do Senador Styvenson, que esteve aqui desde o início e continua; do Senador Confúcio, que também está presente em todas as nossas reuniões; do Senador Lasier, que passou por aqui; da Senadora Leila, que continua aqui; do Senador Zequinha Marinho, que se encontra presente e nos honra com a sua presença; do Senador Eduardo Girão; do Senador Rodrigo Cunha; do Senador Paulo Bauer, que passou por aqui; do Senador Pedro Chaves, que é uma figura eminente, proeminente, aqui do Senado Federal e que nos honra com a sua presença. Quero cumprimentar a Carmen Zanotto também, que é uma querida companheira de Santa Catarina, uma amiga do Ministro e uma das pessoas que mais entende de saúde pública em Santa Catarina e, certamente, no Brasil. E cumprimento também o meu querido amigo catarinense Edinho Bez de Oliveira, que nos honra com a sua presença.

Eu quero ainda cumprimentar aqui, Ministro, com a sua licença, o Hugo Parisi, que é um atleta de saltos ornamentais que nos honra com a sua presença. E também me disseram aqui que o Flávio Canto se encontra presente, campeão de judô que foi e também apresentador de televisão, se não me engano, da Rede Globo, GloboNews...

Muito agradecido pela presença de vocês. Muito bem-vindos.

Agora nós vamos, então, aos Senadores propriamente ditos.

Na qualidade de Presidente, eu tenho a prerrogativa de fazer as primeiras perguntas.

Vou pedir licença a V. Exas. para iniciar as perguntas. Em seguida, passo então à lista de inscrição.

Vou tentar ser bem rápido e bem objetivo. Vou pedir para o Ministro também, que tem compromisso em seguida – e nós todos também temos –, que possa ser bem breve e bem objetivo.

E a primeira pergunta é bastante simples. É assim: "Como V. Exa. se posiciona diante das incertezas e também do enfraquecimento que muitas pessoas ligadas à cultura e ao esporte questionam? Há um questionamento com o rebaixamento dos seus respectivos ministérios para secretarias executivas dentro do programa do senhor. Essa é uma explicação que todos gostariam de ouvir.

E de que modo o Ministério da Cidadania irá atuar de forma a, como V. Exa. afirmou, ampliar os trabalhos a serem realizados separadamente por cada área e assegurar que a unificação não tire forças que cada ministério efetivamente tinha? O novo ministério dará prosseguimento às ações e ênfase em políticas que estavam sendo desenvolvidas nos antigos Ministérios da Cultura e do Esporte?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na opinião de V. Exa., quais são as principais distorções advindas dos mecanismos de financiamentos constantes na Lei nº 8.313, 1991, conhecida como Lei Rouanet? Quais seriam as possíveis soluções para esses problemas?

O senhor já relatou, Ministro, essa questão, mas gostaria de fazer uma sugestão para que pudesse haver uma equidade proporcional entre os Estados brasileiros. Acho que isso seria muito mais justo. Evidentemente que São Paulo e Rio de Janeiro têm mais facilidade porque as maiores empresas, os maiores conglomerados empresariais estão lá, são eles que recolhem o maior volume de Imposto de Renda e, naturalmente, têm mais facilidade para isso. E fica muito fácil, diga-se de passagem, para o empresário – eu já vi muitos empresários fazendo propaganda pessoal em cima da Lei Rouanet –, uma vez que ele não participa absolutamente com nada, o que significa dizer que x% que se deveria recolher para o Estado não é recolhido e é repassado para a Lei Rouanet. Não há nenhuma participação do empresário. Eu acho que a Lei Rouanet precisaria ter pelo menos uma participação, uma contrapartida empresarial, não sei se de 1% ou de 2% ou de 10%, mas alguma porcentagem para que efetivamente pudesse haver uma parceria; senão, o dinheiro é da União, então, recolhe-se tudo para a União, coloca-se num fundo, a União faz a política de distribuição e de destinação dessa verba da Lei Rouanet, e acaba-se com essa esculhambação – desculpem a palavra – que se estabeleceu nos últimos tempos com a Lei Rouanet, que realmente trouxe muita tristeza para todos nós e prejuízo inclusive político, fazendo com que a população brasileira ache que nós temos alguma coisa a ver com a destinação desses recursos.

Em seu primeiro pronunciamento como Secretário Especial de Cultura, o Sr. João Henrique Pires declarou que o objetivo da Lei Rouanet será fomentar o desenvolvimento econômico e gerar mais emprego. Portanto, eu gostaria de que V. Exa. pudesse, de certa forma, discorrer sobre isso. Como se dará esse processo de seleção dos projetos a serem beneficiados com os recursos das leis de incentivo à cultura? Haverá, entre os critérios de seleção dos projetos culturais algum tipo de avaliação de conteúdo, de viés ideológico, religioso ou de costume?

Isso está muito acirrado nas redes sociais e talvez seja, Dr. Confúcio, meu querido médico e Senador, um dos fatores a que nós tenhamos que dar uma atenção especial. Esse conflito ainda não saiu da campanha eleitoral. Isso é muito ruim para o Brasil. Nós temos que resolver uma coisa de cada vez, não podemos resolver tudo ao mesmo tempo e não podemos passar o Brasil a limpo em dois meses, três meses, quatro meses; vamos levar anos! Portanto, é preciso serenarem-se os ânimos, ter equilíbrio para fazer o que é preciso fazer e avançarmos agora na questão econômica, nas reformas etc., para, depois, depurar outras questões inclusive de outras instituições, o que só vai gerar um conflito institucional entre o Poder Executivo, o Poder Judiciário e o Poder Legislativo. É o que eu penso, pelo menos, *a priori*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Haverá priorização dos projetos culturais considerados economicamente atraentes? Acredito que sim. O ex-Presidente Temer anunciou, em seu último dia de Governo, a lista de contemplados com o benefício do Bolsa Escola. Naquela oportunidade, houve uma redução maciça do número de contemplados, que caiu de 5.381, em 2018, para 3.058, em 2019. Como o Ministro estima as consequências negativas dessa redução do esporte profissional e de rendimento e quais são as medidas a serem tomadas para a mitigação desse impacto?

Vou terminar lincando o item 7 e perguntando: quais são os principais desafios enfrentados pelo Governo quanto às políticas públicas de fomento ao esporte e quais fazem parte da agenda de prioridade do Ministério?

A Lei de Incentivo ao Esporte, assim como a Lei Rouanet, é alvo de duras críticas tanto em função dos supostos casos de fraude quanto por não alcançar beneficiários que, de fato, necessitam dos recursos. Alegam os críticos que os mecanismos implementados pela lei acabam contribuindo para uma maior concentração dos patrocínios, como já discutimos aqui que são do Rio e de São Paulo. Gostaria de saber o posicionamento de V. Exa. sobre o assunto e quais são as medidas planejadas pelo Ministério para tratar desses temas.

Tramita no Senado Federal o texto do projeto da Lei Geral do Esporte, que consolida a legislação referente ao esporte e propõe uma série de iniciativas que abarcam a formação, a excelência e a vivência esportiva. Em que medida o Ministério da Cidadania defende o texto do projeto da Lei Geral do Esporte e trabalha pela sua aprovação? Na opinião do Ministro, quais seriam os principais impactos esperados nas políticas públicas e no cenário nacional geral esportivo com a aprovação da Lei Geral do Esporte?

A Constituição Federal determina a destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional no art. 217. A LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) determina que os conteúdos curriculares da educação básica devem promover o desporto educacional e apoiar as práticas desportivas não formais.

Por fim, o Plano Nacional da Educação para o decênio 2014-2024 estabelece, como estratégia para a universalização do ensino fundamental de nove anos, a promoção de atividades de desenvolvimento e estímulo a habilidades esportivas nas escolas integradas e interligadas a um plano de disseminação do desporto educacional e de desenvolvimento esportivo nacional. Apesar desses preceitos, parte significativa das escolas públicas de educação básica não possui sequer uma quadra de esportes, e poucos estabelecimentos de ensino dispõem de instalações esportivas mais amplas que ofereçam aos alunos a possibilidade de desenvolver uma prática desportiva. Em vista disso, pergunto: pode-se considerar que as manifestações esportivas e de desporto educacional têm tido prioridade no recebimento dos recursos por parte do Ministério de V. Exa.?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quais os planos do seu Ministério, decerto em articulação com o Ministério da Educação, para estimular o desporto educacional nas escolas públicas e também de educação básica, concebendo-o como componente curricular para formação da cidadania, uma vez que o desporto é um dos pré-requisitos essenciais e básicos para a formação do cidadão?

Fiz já um número de perguntas bastante significativo, e agora vamos ouvir os Senadores inscritos. A minha sugestão é de ouvirmos mais quatro; depois, nós temos mais quatro inscritos. Com isso, nós eliminamos a exposição por parte dos nossos Senadores.

O primeiro inscrito é o Senador Luiz do Carmo. V. Exa. tem a palavra.

Em seguida, o Senador Styvenson Valentim; em terceiro, Eliziane Gama; em quarto, o Senador Confúcio; em quinto, a Senadora Leila; em sexto, o Senador Eduardo Girão; e, em sétimo, o Senador Zequinha Marinho.

V. Exa. tem a palavra.

O SR. LUIZ DO CARMO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO. Para interpelar Ministro.) – Boa tarde, Senadores. Boa tarde, Ministro.

Tenho só três perguntas para o senhor aqui.

Eu queria ler um trecho que diz o seguinte: no início de fevereiro deste ano, o Tribunal de Contas da União publicou uma determinação que os projetos culturais que apresentam forte potencial lucrativo e capacidade de atraírem investimento privado não podem mais captar recursos através da Lei Rouanet.

A capacidade do senhor é muito grande. Eu nunca havia ouvido o senhor falar – e é do meu Partido. Parabéns! Gostei muito da explanação do senhor e só não concordei com um detalhe: aquele que tem o Bolsa Família e que quer dividir o trator. Eu acho que isso... Eu não sei, mas todos que têm o Bolsa Família e que são trabalhadores, porque estão dirigindo um trator, não têm essa Bolsa, não é? Eu estou atrás desse trabalhador nesse projeto do senhor...

Primeiro: o que o Ministério da Cidadania está planejando para que a Lei Rouanet atinja, de fato, os projetos culturais do Brasil com poucas condições econômicas?

Segundo: Ministro, no mês passado, V. Exa. visitou o meu Estado, Goiás, na apresentação de dados levantados pelo Instituto Mauro Borges, que mostrava a realidade da pobreza de vários Municípios goianos. Na oportunidade, disse estar colocando o meu Estado como piloto de diversos programas sociais do Governo Federal em diversas áreas para auxiliar esses Municípios. Isso realmente vai acontecer? Quando?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Terceiro: uma das coisas que sempre revoltou muita gente no Brasil é o foco de os investimentos do Governo Federal nas áreas de cultura, esportes e artes serem destinados ao eixo Rio-São Paulo. Agora, com Bolsonaro Presidente, o Governo pretende democratizar esses recursos para regiões com mais necessidades?

O senhor falou sobre um programa que eu não havia anotado aqui, mas que acho muito importante: o programa de ajuda às pessoas com doenças mentais. Acho que esse programa deve ser implementado o mais rapidamente possível. O Brasil necessita disso. Há pessoas com doenças mentais que não têm como pagar o médico para saber que tipo de doença têm. Isso está se agravando muito, e acho que, como o senhor falou, é uma necessidade muito grande do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Senador Styvenson, V. Exa. tem a palavra.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN. Para interpelar Ministro.) – Eu acho que a dependência química pode levar à deficiência mental. Acho que foi isso que o Ministro falou.

Sr. Ministro, a minha pergunta é simples e prática, mais fiscalizatória.

O senhor falou desde o início do Bolsa Família, dizendo que passou um pente fino e saiu de um número de sete milhões, se não me engano, para seis. Nesse pente fino, não sei o que aconteceu para terem retirado essas pessoas, mas, como policial militar que combate às drogas – também fazendo o *link* com a droga –, quando eu ia a algumas residências por denúncia de tráfico de drogas, eu presenciava, dentro dessas bocas de fumo, vários cartões do Bolsa Família, com senhas, códigos, com tudo. Eu via que os dependentes químicos que tinham o Bolsa Família estavam fazendo o depósito com o cartão para que o traficante fizesse o saque daquele valor. Como o senhor disse, são cerca de R$178, na média.

Uma mesma pergunta eu fiz para o Ministro da Educação, dizendo que existe uma relação de fraude com o Bolsa Família – pelo menos, eu percebi. O Bolsa é destinado a pessoas que tenham crianças de 0 a 17 anos, como foi visto, e que preencham alguns critérios, como ir à escola. Eles fazem a matrícula, e, dentro dessa matrícula, a escola recebe também do Fundeb. Só que o número de evasão, pelo menos no meu Estado, na minha cidade, é muito alto. Eu presenciei isso particularmente, vendo que existia esse tipo de relação.

Então, sobre a fiscalização desses recursos, o senhor disse que o garoto nem-nem vai ganhar um auxílio para frequentar uma escola técnica – se não me engano, foi isso. Eu ouvi atentamente todo o seu discurso. Não seria mais uma forma de não haver essa garantia de que essa pessoa, essa criança, esse adolescente estivesse na sala de aula de fato?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sobre a minha primeira pergunta, não haveria como se fazer um *link* entre a segurança pública e o Ministério, para que pessoas nessas condições que eu flagrei e que utilizavam recursos do Bolsa Família para consumir drogas estivessem nesse pente fino e fossem cortadas também? Ou já foram cortadas?

Uma última pergunta seria sobre o que o senhor falou do acompanhamento das crianças, um projeto muito bacana, o Criança Feliz, que acho que vai atingir quase um milhão de crianças futuramente.

Eu presenciei um caso agora, no final de semana, na reunião de pais e mestres da escola de que tomamos conta voluntariamente em Natal, em que uma mãe narrou, para todos ouvirem, que usou droga grávida, *crack*. Ela queria saber se a dependência química tinha se estendido para a criança, uma vez que eu ia fazer exame toxicológico nos alunos. Então, ela ficou preocupada em saber se a havia passado, através do consumo dela, para a criança. Eu tenho esse vídeo, se quiserem vê-la falando, na linguagem dela, que consumiu droga por toda a gravidez e queria saber se isso havia prejudicado a criança que hoje tem sete anos.

Por último, sobre o esporte. O que o senhor vê em relação às ONGs? Porque é difícil a gente colocar hoje uma criança numa escola pública, que é o foco, para fazer esporte. Ou falta tudo ou a criança não quer. Eu vejo que o papel do esporte hoje está sendo promovido por pessoas que querem fazer através de ONGs, que querem fazer sozinhas.

(*Soa a campainha.*)

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Então, eu queria saber da sua visão de como ajudar essas pessoas no Brasil todo. Se se cadastra, se vê realmente a utilidade dela dentro desse campo do esporte.

Mais nenhuma pergunta.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Agradeço ao Senador Styvenson.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Sr. Presidente, se quiserem ver o vídeo, depois... Eu acho que está aí o vídeo da mãe.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Senadora Eliziane Gama.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA. Para interpelar Ministro.) – Senador, Presidente da Comissão, Ministro Osmar Terra, primeiramente, eu queria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cumprimentá-lo pelas várias ações que o senhor desenvolve sobre tudo. Ao senhor, que se notabilizou no nosso País com uma grande ação em relação às drogas e fez um trabalho extraordinário em relação à juventude brasileira, eu queria, inicialmente, parabenizar.

A minha pergunta, Ministro, é extremamente específica. Vou fazer apenas uma pergunta, de forma bem pontual, que é sobre a Lei Rouanet.

Eu tenho alguns dados que foram apresentados pela Fundação Getúlio Vargas e que eu gostaria de destacar aqui porque, pessoalmente, eu vejo a Lei Rouanet como um divisor de águas e algo muito importante para a cultura brasileira. Ela teve uma participação gigante, eu diria, em todos os aspectos na nossa Nação brasileira em relação aos nossos artistas, como um todo.

Foi muito colocado que a Lei Rouanet é algo muito ruim, muito perverso, algo que não era igualitário. E acabou ficando para o inconsciente popular de que ela é algo que precisa ser anulado e extinto.

A Fundação Getúlio Vargas, por exemplo, coloca que, de todo o valor que o Governo fez o direcionamento para incentivos em 2017, do valor de R$160 bilhões, a Lei Rouanet entrou com apenas R$1,5 bilhão, ou seja, menos de 1% do total.

Ainda segundo a Fundação Getúlio Vargas, para cada real aplicado nos mais de 53 mil projetos incentivados desde a entrada da lei em vigor em 1993, retorna R$1,59, ou seja, o investimento é compensador do ponto de vista social, cultural e também para o Tesouro Nacional.

Outro dado: em 90% dos projetos da Lei Rouanet, os valores eram inferiores a R$100 mil, e 66,3% tinham valor inferior a R$25 mil. Ou seja, pelos dados apresentados pela Fundação Getúlio Vargas, os valores não eram tão exorbitantes, e a quantidade de projetos que foram beneficiados foi significativa.

A minha pergunta é bem específica: qual será a posição do Governo em relação à Lei Rouanet?

Eu soube que há, inclusive, hoje, um debate de acompanhamento para se trabalhar talvez no aperfeiçoamento dessa lei. A ideia é extingui-la ou a ideia é aperfeiçoá-la? E, dentro desse quesito, Ministro, eu queria fazer uma colocação específica em relação ao que o Presidente colocou, quando falou da questão de avaliação de conteúdo, se haveria um viés ideológico...

Nós temos hoje no Brasil uma comunidade evangélica gigante – os dados apontados pelo IBGE mostram algo em torno de 30% da população brasileira. Temos artistas extraordinários, e vou lhe dar aqui alguns exemplos: a Aline Barros; o Fernandinho; o Lázaro, que foi meu colega inclusive na Câmara dos Deputados. Esses três artistas – Fernandinho, Aline e Lázaro – fazem eventos, *shows* que reúnem uma média de 70 a 100 mil pessoas, ou seja eles têm um trabalho artístico extraordinário que é feito no Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Boa parte desses artistas – e aí eu digo, por exemplo, da música, da literatura, da pintura – não foi atendida pela Lei Rouanet. Eu pergunto: o senhor já recebeu demanda nesse sentido? O senhor dará uma atenção de forma isonômica – eu não estou nem dizendo para apoiá-los –, olhando, de fato, para todos? Eu falo também em relação a padres, que têm trabalhos artísticos e culturais incríveis e extraordinários. Nós temos leis que já nos asseguram isso, inclusive nos Estados brasileiros. Todo Estado brasileiro hoje, Ministro, tem, por exemplo, uma atividade que é feita no período de pós-carnaval, na quarta-feira de Cinzas. No Maranhão, há uma atividade que reúne de 80 a 100 mil pessoas; são jovens que, depois do Carnaval, fazem esse momento posterior, que é uma culminância dos retiros. Foi criada a Semana Maranhense de Retiros Culturais.

Na verdade, há uma prática cultural gigante no Brasil, mas o acesso ao Poder Público, o acesso a esse recurso público praticamente é inexistente. Então, eu queria saber se o senhor tem algum olhar específico para isso e qual é a sua atenção em relação a esses movimentos especificamente.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Eu consulto a S. Exas.: vamos continuar perguntando? Porque temos mais quatro. Ouvimos o Ministro?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Ouvimos o Ministro, então.

Vamos ouvir V. Exa., Ministro.

O SR. OSMAR TERRA – Eu tentei anotar aqui as questões.

Eu acredito, Presidente Senador Dário Berger, que já aconteceram muitas fusões de ministérios no Brasil. O próprio Ministério do Desenvolvimento Social, por que eu estava responsável no Governo do Presidente Temer, era um ministério resultante da fusão de uma parte do Ministério da Previdência Social, do Ministério do Combate à Fome, do Ministério da Assistência Social. Era um monte de ministérios juntos que formavam o Ministério do Desenvolvimento Social.

O importante é ver o resultado. Eu acho que, se o resultado... Vamos fazer aqui... Aqui não há valor de juízo, crítico, político nenhum, mas o orçamento do Bolsa Atleta previsto para este ano foi cortado pela metade, no período em que o Ministério era o da Cultura. Era o Ministério da Cultura que existia. Nós estamos propondo, dentro dessa integração dos ministérios, retomar esse valor. Nós vamos fortalecer o Bolsa Atleta e não enfraquecê-lo.

Então, acho que, se ao término deste ano ou do ano que vem nós tivermos avançado e integrado na base as políticas culturais, esportivas e sociais, esse vai ser um avanço igual. O Presidente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tinha se comprometido em reduzir o número de Ministérios. Sempre que se vai reduzir o número de Ministérios, há sempre um pleito, uma reivindicação para que isso não aconteça, mas eu acho que o meu empenho todo vai ser para que isso seja positivo, e não negativo, tanto é que nós montamos... A gente poderia ter feito um Ministério diferente no organograma, mas eu fiz questão de mostrar o organograma para vocês, para dizer que todas as funções estão preservadas do que era esporte, do que era cultura. A gente tem até que cuidar um pouco para, entre outras coisas, não prejudicar a integração. Mas é um cuidado que nós temos tido sempre. Estamos sempre vigilantes em relação a isso, mas todas as funções e os recursos financeiros – nós estamos brigando, como sempre, dentro da área econômica, para garantir os recursos – são usados para ajudar e fortalecer, não para enfraquecer. Eu acho que o fato de a gente conseguir botar esporte no contraturno de escola, na maioria das escolas brasileiras, na maioria dos Municípios brasileiros, vai reduzir a violência, vai reduzir o consumo de drogas; quanto à atividade artística, é a mesma coisa. Então, existem coisas aí que vão ter...

Em relação à Lei Rouanet, eu acho que vou aproveitar para responder até uma das perguntas, as perguntas que foram feitas nessa área. O que nós estamos pensando em relação à Lei de Incentivo à Cultura? Nós estamos pensando em mantê-la, e não em acabar com ela. Ela é importante, é importantíssima, mas, como eu disse, ela está concentrada. Alguns artistas têm um valor muito grande, e outros artistas têm um valor menor, mas se concentra; alguns são sempre os que se repetem com valores maiores, e sempre 80% dos recursos ficam no eixo Rio-São Paulo.

Então, o que nós estamos querendo, Senadora Eliziane? Queremos desconcentrar esse recurso e trabalhar com a ideia de ser proporcional à população. Por exemplo, o Nordeste, que hoje fica com 4% dos recursos de incentivo à cultura, ficaria com 25%; é claro que tem que apresentar projetos, mas ficaria com 25%. Eu não posso mandar nas empresas, eu não posso obrigar as empresas a patrocinar uma coisa ou outra, mas eu posso sugerir, eu posso induzir, fazer uma discussão. Nas estatais, nós estamos fazendo isso. Eu garanto que, da parte das estatais, nós vamos ter uma compreensão melhor sobre isso aí.

Estamos conversando. Ontem, eu falei com o Eduardo, do Itaú Cultural. Eu estou conversando, porque, se vocês forem pensar bem, as entidades que podem patrocinar não são muitas, em grande escala; o valor maior vem de um número pequeno de instituições, principalmente instituições financeiras e estatais. Eu acho que, se discutirmos com eles e se o próprio comitê que foi criado ontem trabalhar com essa ideia de reduzir, de não direcionar, mas de desconcentrar, de democratizar, de buscar novos talentos... Nós precisamos de recursos maiores, por exemplo, para os museus. Está aqui o Paulo Amaral, o nosso Presidente do Ibram.

Levante o braço para o pessoal vê-lo, Paulo! O Paulo é o Presidente do Ibram, do Instituto Brasileiro de Museus.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não tem cabimento aquilo que aconteceu no Museu da Quinta da Boa Vista. Pegar fogo um museu tão importante por falta de cuidados básicos? É claro que a gestão não era nossa, não era do Ministério, mas o Ministério tem a ver com isso. Tudo o que diz respeito à cultura, a museus, tem a ver com o Ministério. Então, se a gente conseguir recursos já para... Nós estamos fazendo um pente-fino nos museus, para evitar essa tragédia nos outros museus, para levantar recursos para revitalizar e reorganizar os museus e para prevenir... Nisso a Lei de Incentivo pode nos ajudar muito.

Quanto a uma questão, Senadora Leila, que há aqui no DF, eu acho um absurdo estar fechado há tanto tempo o Teatro Nacional. Eu conversei com o agora Secretário de Cultura do Governador Ibaneis, e ele me falou que eles acham que o investimento para reabrir o Teatro Nacional é de R$100 milhões. É claro que a gente não vai ter esse dinheiro, esse orçamento, mas a gente pode botar um *mix*. É responsabilidade do DF, mas a gente pode ajudar o DF com um pouco de orçamento e com um pouco de Lei de Incentivo. Eu acho que nós temos a missão de fazer funcionar esse Teatro Nacional, que é um símbolo de Brasília, é um símbolo do Brasil.

Então, em que nós estamos pensando? Reduzir... Hoje, o produtor chega lá e tem uma cota de R$60 milhões para um evento, para um artista, por exemplo. Ora, R$60 milhões é muito dinheiro, é muito dinheiro! Não se precisa disso aí, até porque os artistas que farão *shows* espetaculares têm público independentemente da Lei Rouanet, não precisam da Lei Rouanet. Eu não imagino que os grandes artistas brasileiros hoje precisem da Lei Rouanet, podem até precisar de alguma coisa eventual. Mas a gente está pensando, então, em reduzir: de R$60 milhões a gente vai reduzir para bem menos. Eu acho que um cantor popular, um novo talento, com R$500 mil, com R$1 milhão, já faz um carnaval, já se projeta, já fica conhecido, já edita o CD. Então, nós estamos estudando, não chegamos bem ao valor, mas estamos estudando uma redução importante. Vai ser uma redução de mais de dez vezes esse valor. Então, a gente tem que depois ver como é que a gente vai fazer.

Nós estamos trabalhando a questão de contrapartida. Nós estamos botando na proposta – nós vamos divulgar isso dentro de uma semana, eu acho, Presidente –, dentro da proposta, uma contrapartida; como foi proposto pelo Presidente aqui, é uma contrapartida social. Quem recebeu o benefício daquele valor vai ter que dar curso, vai ter que dar aula para o público do Bolsa Família, do Cadastro Único, enfim.

Nós estamos estudando também a gratuidade. Hoje 10% dos ingressos... A Lei Rouanet patrocina um evento... Eu estou com o cacoete da Lei Rouanet. A Lei de Incentivo patrocina um evento, esse evento vai custar R$6 milhões, e a Lei de Incentivo dá R$5,5 milhões. Então, ela cobre quase todo o custo do evento. Aí, para o público que é o dono do dinheiro, que é o público mais pobre, que é a população que precisaria ter acesso à cultura e que não o tem, só 10% dos ingressos são gratuitos. Depois, há o ingresso subsidiado, e 50% são o ingresso normal. Eu acho que tem que aumentar essa gratuidade. Se nós vamos financiar quase 90% ou, às vezes, até a totalidade do evento,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no mínimo 20% dos ingressos, de 20% a 40% dos ingressos têm que ser gratuitos. E tem que haver uma articulação com as prefeituras, para irem buscar o pessoal, para oferecerem para as pessoas do Cadastro Único ou do Bolsa Família um veículo, que deve ficar à disposição para levá-las. É a oportunidade que eles têm de ter acesso ao teatro, a um musical. Essa é a oportunidade que eles vão ter!

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC. *Fora do microfone*.) – Cinquenta por cento?

O SR. OSMAR TERRA – A gente chegou a 40%, porque os donos das casas, por exemplo, o dono do teatro cobra 40% dos ingressos. Então, a companhia de teatro – eu estou falando em teatro aqui – não consegue cobrir a despesa dela, se bem que ela vai ter a Lei de Incentivo para cobrir. Mas nós estamos numa discussão. Por isso, a gente não anunciou ainda, porque a gente está conversando com os setores e está definindo, mas vai haver uma redução substancial do financiamento por espetáculo. É claro que vai haver obras, como, por exemplo, a manutenção de museus, do Iphan, do patrimônio histórico. Para isso, não vai haver teto, ou vai haver um teto maior. Mas o espetáculo musical vai ter um teto.

O mesmo banco – vamos pegar o Itaú – que esteja patrocinando um evento de R$60 milhões vai poder, com esse dinheiro que tem disponível para um evento de R$60 milhões, patrocinar dezenas de eventos no Nordeste, em vários lugares. Então, nós vamos fazer como uma bolsa de eventos, uma bolsa no sentido de uma lista de eventos, de sugestões, para se trabalhar com as empresas. Não vamos impor nada, porque nós não podemos impor.

A parte de retorno que tem a Lei de Incentivo à Cultura é dependente de um setor que a gente chama de economia criativa, que nós temos que estimular. Eu acho que a economia criativa – que é a economia vinculada ao cinema, às artes todas e até a outras atividades que há, *videogame*, toda essa área aí – é uma economia pouco desenvolvida; nós temos que desenvolvê-la mais no Brasil. Eu vou dar um exemplo; estou sempre exemplificando, porque fica melhor. Estou conversando com o Theatro São Pedro, em Porto Alegre, que tem um multipalco. Estão criando vários palcos, vários lugares para atender o público lá, inclusive escolas até para artista de circo, tudo dentro de um espaço grande lá, um espaço muito bonito, mas eles estão sem dinheiro para terminar. Aí eu disse: "Quem sabe nós conseguimos o dinheiro para terminar através do incentivo? Mas vocês são obrigados, desde já, a dar a contrapartida: todos esses espaços que vocês possuem aqui terão que virar escolas para cenógrafos, para artistas de circo, para atores de teatro, para músicos. Vocês vão ter que transformá-los numa grande universidade para o pessoal do Bolsa Família, o pessoal mais pobre". Então, há essa contrapartida, mas isso serve para a gente e para a economia criativa, que eu acho que tem que se desenvolver.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Uma questão de que eu quero falar aqui é que tem que haver público, senão nós vamos patrocinar as coisas que não... Vou dar um exemplo para vocês: a Ancine me passou um relatório de que nós financiamos, com recursos do Condecine e da Ancine, 150 filmes por ano no Brasil. No Brasil, o Governo financia 150 filmes por ano. A média é de R$4 milhões por filme, são R$4 milhões por filme. A média de público é de 15 mil pessoas. Isso é um fracasso de bilheteria gigantesco para um filme, e é um dinheiro que é gasto com uma coisa que a população não aproveita; a população não tem acesso ou não gosta daquele tipo de espetáculo. Também há isso.

Eu acho que, em relação à qualidade do filme, tem que haver uma questão também com o mercado, tem que haver um filme que agrade o público, tem que haver público.

Agora, estavam me cobrando lá, porque, além do Flamengo, Senador Confúcio, a Caixa cortou o patrocínio do Cine Belas Artes de São Paulo. São seis salas de cinema que passam filmes de arte, filmes qualificados. Ela pagava R$2 milhões por ano de aluguel das salas, para manter as salas. Ora, numa cidade como São Paulo, que tem 12 milhões de habitantes, que tem público, em que, certamente, milhares e milhares de pessoas gostam de cinema *cult*, de cinema de arte, um cinema que precisa de um patrocínio desses para se manter aberto não precisa ficar aberto. Eu acho que tem que haver um espaço... Ele tem que agradar, trazer a população para lá, tem que ter uma interação com a sociedade. Não pode o sujeito pegar a Lei Rouanet e fazer o que quer, o filme que quer da cabeça dele, que não tem apelo popular, que não tem impacto na sociedade. Se o sujeito tiver sorte de pegar um dinheiro da Lei de Incentivo, sem haver um projeto interessante, ele vai ganhar aquele dinheiro quase limpo, vai gastar pouco, vai ganhar um dinheiro... Então, eu acho que nós temos que ter... Então, nós estamos trabalhando. Isso não é sobre a Lei de Incentivo à Cultura, isso é outra coisa sobre o cinema, mas eu fiz questão de dar esse exemplo para dizer que nós temos que repensar um pouco a maneira de a gente trabalhar, sem censura, sem nada. Eu acho que temos que repensar um pouco.

Então, quanto à recuperação da Bolsa Atleta, nós estamos trabalhando. Esse vai ser um dos anúncios dos primeiros cem dias o Governo do Presidente Bolsonaro. A gente vai ampliar, inclusive, a que existia. Nós estamos a um ano e meio da Olimpíada. Então, se a gente puder ainda estimular mais pessoas a ficarem competitivas, melhor!

Em relação a essa Lei Geral do Esporte, queremos defendê-la aqui. O Gen. Marco Aurélio é que está trabalhando mais com isso. Mas é do nosso interesse que ela seja aprovada, na forma em que ela está. Nós estamos planejando na base utilizar estruturas hoje que não são utilizadas para contraturno de escolas, para estimular esporte, para estimular atividades...

(*Soa a campainha.*)

O SR. OSMAR TERRA – ... como, por exemplo, toda a estrutura do Sesc, toda a estrutura do Sesi. São mais de 600 espaços, 600 lugares no Brasil que têm campo de futebol, que têm campo de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quadras. O que a gente quer é que se coloque isso à disposição. A AABB tem 300 sedes; a Fundação AABB as colocou à disposição. Por isso, a gente precisa ter um programa integrado para localizar esses jovens e colocá-los lá.

Sobre a questão do tratorista, Senador Luiz do Carmo, dou um exemplo de uma realidade que conheço, muito específica do Rio Grande do Sul. Veio uma reclamação de Prefeitos, inclusive, e de agricultores de que eles não conseguiam contratar um tratorista, porque o tratorista não queria assinar a carteira com medo de perder o Bolsa Família, e eles não queriam contratá-lo sem assinar a carteira com medo de serem acusados de trabalho escravo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. OSMAR TERRA – ... que é um problema para quem é agricultor, para quem é produtor rural. Então, criou-se um impasse. Se a gente resolver isso, mantendo o Bolsa Família, para o sujeito assinar a carteira e ser o tratorista, eu acho que é uma vantagem enorme.

Eu estava brincando com o Senador Caiado ontem: "O problema de Goiás é que Goiás fica perto. Então, nós temos a obrigação de atender Goiás com bastante assiduidade". Por isso, eu fui lá. Foi o primeiro Estado que eu visitei formalmente como Ministro. Nós nos comprometemos com aquele arco de Municípios mais pobres de fazermos programas piloto de geração de emprego e renda.

Quanto à saúde mental, vou dar um dado aqui, porque é uma área à qual me dediquei. Eu tenho mestrado na área de neurociência. Então, eu a conheço razoavelmente. De 25% a 30% da população têm algum tipo de transtorno mental leve. Eu acho que tenho alguma coisa, já tentei me diagnosticar. Por exemplo, a hiperatividade é um negócio muito comum na política, inclusive. Há pessoas hiperativas, não é? E é um tipo de transtorno mental leve. Mas os transtornos mentais todos são na população... Há aquela história, aquela frase do Caetano que acho que é boa: "De perto, ninguém é normal". Todo mundo tem um probleminha.

Então, eu acho que realmente nós estamos vivendo uma... E esse problema de transtorno mental está sendo agravado pela droga; nós temos uma epidemia crescente. Para vocês terem uma ideia, até 2006, a maior causa de auxílio-doença no INSS era o álcool, porque é uma droga legal, de fácil acesso. A partir de 2006, o *crack* passou o álcool; hoje o *crack* é três vezes o álcool, e é – imaginem se a legalizassem! – uma droga ilegal.

Então, isso aumenta muito. A dependência química é um transtorno mental. No Projeto de Lei 37, há a internação involuntária, e eu queria chamar a atenção para isso. Quanto à internação involuntária... Há dois tipos de internação hoje: a compulsória e a voluntária. Há a pessoa que quer se internar, para desintoxicar. Ou, quando a pessoa está causando transtorno social e familiar ou ameaça, o juiz determina a internação – essa é a internação compulsória. Mas nós criamos outro tipo no projeto, que é a internação involuntária, quando a pessoa está em sofrimento agudo e não consegue

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sair de uma cracolândia, por exemplo. Nesse caso, a família ou o agente social que cuida daquela pessoa pede a internação, e o médico avalia e determina a internação para desintoxicar. A desintoxicação ocorre, em média, em 21 dias; depois disso, a pessoa faz o que quiser. Mas ela vai para a internação involuntária, vai ficar ali para desintoxicar. Se ela está com um transtorno sério, se ela está com uma confusão mental enorme, você não pode tentar convencer essa pessoa, você não vai conseguir convencê-la a se tratar. Tem que haver um mecanismo que a leve para o tratamento. Depois, se ela não quiser continuar, ela resolve, mas, pelo menos, ela se desintoxica, e se conversa com ela sem a intoxicação da droga. Então, isso, por exemplo, já poderia ter ajudado muito a diminuir o número de cracolândias.

Há o caso da família nem-nem. É a família que recebe o recurso, Senador Styvenson; não é o menino que o recebe.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Por isso é que eu falei isso. Eu sei disso, Ministro. Eu falei sobre o responsável por aquele adolescente ou por aquela criança que se beneficia desse recurso, desse fundo, tanto como a escola também se beneficia de um fundo que vem do Ministério da Educação, mas a criança, de fato, não está na escola, o menor não está na escola.

O SR. OSMAR TERRA – Aí é a fiscalização. Nós criamos, só para...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Mas é o que eu perguntei: qual é o poder de fiscalização?

O SR. OSMAR TERRA – Nós temos um mecanismo que avalia todo mês a frequência escolar, porque aí a gente já suspende a família, inclusive, do programa, se a família não estiver cuidando disso. E nós temos hoje dez indicadores que a gente cruza. Foi aí que a gente começou o pente-fino dois anos atrás, porque não eram cruzados. Há indicadores da carteira de trabalho, indicadores até que mostram se a pessoa contribui ou não contribui para o Imposto de Renda. A gente não quer saber qual é a renda, mas quer saber se ela contribui ou não contribui, se é funcionária pública ou não.

Houve 17 mil doadores para a campanha eleitoral que eram do Bolsa Família. Quem está passando fome, quem está ganhando aquele dinheiro para matar a fome não pode ficar doando para eleição, para campanha eleitoral. Então, a gente está cruzando os dados com o Tribunal Superior Eleitoral periodicamente, e há um comitê permanente até com a Polícia Federal para fiscalizar isso aí.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – A outra pergunta foi relativa a uma experiência própria minha; as duas o foram. Há a questão da falta. Quem coloca a falta lá é o professor, que, muitas vezes, é coagido a colocar a presença do aluno, porque, senão, vai ser agredido por quem vai perder algum benefício, ou até mesmo ele se beneficia daquilo. A primeira causa de que eu disse foi que eu flagrei, eu presenciei vários cartões, muito cartões do Bolsa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Família na posse de um traficante. Então, os usuários de droga estavam pagando a droga com aquele cartão.

O SR. OSMAR TERRA – O Senador conhece esse assunto das drogas como poucos e sabe que isso é uma questão que pode ser utilizada. O desespero das famílias, o desespero das pessoas leva a isso. Por exemplo, está aumentando muito o consumo de drogas por idosos, que deixam o seu cartãozinho da previdência com o traficante. É difícil a gente controlar isso. A gente vai controlar isso com políticas mais rigorosas em relação às drogas.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN. *Fora do microfone*.) – E se a informação policial chegasse até o Ministério?

O SR. OSMAR TERRA – Isso seria interessante, essa seria uma contribuição interessante.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN. *Fora do microfone*.) – Eu peguei e levei para a delegacia, e deveria ter sido feito um registro. Deveria ter sido feito um registro.

O SR. OSMAR TERRA – Essa informação nós não temos.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN. *Fora do microfone*.) – Agora, o que falta é estatística. Eu estou falando da estatística real, do que eu passei, do que eu vivi. Deve o Brasil todo passar por isso.

O SR. OSMAR TERRA – Sim. Aliás, estatística na área de segurança pública é uma coisa que falta muito, não é só nisso, não. Nós estamos precisando... O Ministro Moro está muito preocupado com isso e está cuidando disso.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN. *Fora do microfone*.) – Minha última pergunta envolve o Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Então, vamos dar sequência, porque estamos no adiantado da hora.

O SR. OSMAR TERRA – Agora, criança nasce dependente química. Quando a mãe consume droga durante a gravidez, ela nasce dependente, e é um problemão esse aí.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Vou oferecer a palavra agora ao Senador Confúcio Moura.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Para interpelar Ministro.) – Sr. Ministro Osmar Terra; Sr. Presidente, Senador Dário Berger; Srs. Secretários do Ministério; Senadoras e Senadores, a minha preocupação é a educação. A minha preocupação é a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

educação, Sr. Ministro. No ano que vem, entra em ação prática, de acordo com a lei, a Base Nacional Comum Curricular. Serão três disciplinas básicas nas escolas: Matemática, Língua Portuguesa e Inglês. As outras disciplinas serão opcionais. Logicamente, a área de cultura e de esporte vai estar muito solicitada para fazer parte dessas opções.

Eu gostaria de saber se, nessa relação do Ministério da Cidadania com o Ministério da Educação, já se está discutindo esse assunto, porque é premente a necessidade de organização dessas bases, porque os Municípios, as escolas vão necessitar de disposição tanto da música, como do teatro, quanto também da dança e das práticas esportivas no currículo opcional. Essa é a primeira pergunta.

O senhor falou na exposição da desigualdade brasileira, que é realmente horrorosa; chama a atenção para essa desigualdade brutal no Brasil. E o senhor mesmo falou que a solução é a educação. Sem educação nós não vamos combater a desigualdade. Eu vejo que o Ministério da Cidadania estará muito próximo do Ministério da Educação e do Ministério da Integração Regional para fazer o enfrentamento da desigualdade através da educação. Eu gostaria também de propor a V. Exa. essa cooperação, essa transversalidade entre os Ministérios, pensando no combate efetivo à desigualdade pela educação.

Eram só essas duas perguntas.

Muito obrigado.

O SR. OSMAR TERRA – Nós temos um comitê intersetorial, Senador, que trabalha educação, saúde, desenvolvimento social, cultura, esporte e justiça agora. Nós estamos trabalhando de forma integrada. Trabalha direitos humanos e justiça. Então, há uma integração de ações, a gente planeja junto. Eu acredito que a gente pode até juntar vários Ministérios em uma estrutura só, mas tudo tem limite. Educação tem de continuar Ministério, porque o trabalho dela é gigantesco, assim como a saúde também. Mas se a gente conseguir trabalhar... A gente está tentando agora trabalhar a questão do índio e apoiar a Ministra Damares com comitês intersetoriais. Por exemplo, da questão fundiária não é ela quem cuida, não é o Ministério dela que cuida, mas sim o da Justiça e o da Agricultura. Da questão de saúde do índio quem cuida é o Ministério da Saúde. Estou dando esse exemplo para dizer que, no nosso Ministério, vamos trabalhar integrados.

Eu concordo que... Eu estou conversando com o Ministro Vélez. Agora, nessa semana próxima, nós vamos fazer uma reunião para integrar algumas coisas importantes, ações que dependem dele e do nosso Ministério.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Senadora Leila.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. Para interpelar Ministro.) – Boa tarde, Presidente e Ministro!

É um prazer tê-lo conosco na nossa Comissão.

Parabenizo o nosso Presidente, Dário, pelo convite.

Saúdo também a sua equipe. Está aqui o Gen. Marco Aurélio, com quem tive a oportunidade de fazer alguns trabalhos. Ele estava trabalhando no COB, e eu, na Secretaria de Esporte do Distrito Federal.

Eu quero dar os parabéns pela sua explanação, mas eu tenho algumas dúvidas.

Primeiro, quero saudar também os nossos atletas olímpicos, o Hugo Parisi e o Flávio Canto, com quem disputamos as Olimpíadas juntos. É um prazer tê-los aqui representando uma organização sem fins lucrativos, a Atletas pelo Brasil, que faz um belíssimo trabalho para o nosso esporte brasileiro.

Ministro, aqui está também o Secretário, que é o General. Eu já estive com ele e quero agradecer, porque ele foi muito gentil também me recebendo lá.

No final de 2018, o Ministério publicou, no *Diário Oficial da União,* a Portaria 381, que listava os atletas que seriam contemplados – isso o senhor já explicou aqui, mas eu queria reiterar –, promovendo um enorme corte quanto aos atletas que eram beneficiados até então.

Em 2018, só para as pessoas que estão aqui terem uma ideia, havia 5.866 atletas e R$79 milhões, aproximadamente, em bolsas. Em 2019, reduziu-se o número para 3.058 atletas e para algo em torno de R$53 milhões. Essa redução foi de 48% de atletas beneficiados com o projeto e de 33% dos valores repassados.

Qual é a minha preocupação? Eu fiquei até feliz porque eu vi na apresentação que vocês têm uma preocupação com relação ao esporte de base. Sabe por quê? O senhor fez a apresentação e falou da municipalização das políticas: "Vamos promover mais atividades, mais competições". Eu vou no mesmo discurso do Senador Confúcio. Tenho uma preocupação, hoje, ao estar nesta Casa representando atletas, porque todos nós começamos no desporto escolar, sem exceção. Fora o terceiro setor, que trabalha com ONGs – o Flávio sabe muito bem do que estou falando, assim como o Hugo e eu também –, nós começamos a atividade esportiva, a prática esportiva na escola.

Então, nós temos de rever a questão da alteração da LDB, que coloca a prática esportiva como facultativa nas escolas. Isso não pode acontecer. Nós sabemos do impacto social disso. Nós estamos falando não só da prática esportiva, do esporte, mas também, como o senhor falou, das ações transversais desse comitê que o senhor tem dentro do seu gabinete na questão da saúde. Nós estamos perdendo a cultura da prática esportiva.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ser um atleta, como eu falo sempre na nossa Comissão... São vários os fatores que nos formam até chegarmos a ser um atleta olímpico. A força do esporte e da cultura na formação, junto com a educação, não se tem mais nem que discutir. Desde a época em que eu ainda era atleta, nós estamos discutindo isso, a importância da Educação Física e da cultura, junto com a educação, na formação dos nossos jovens.

Então, faço um apelo ao senhor. É um apelo mesmo! Eu já o fiz a outros Ministros do Esporte. Faço um apelo ao Gen. Marco Aurélio, para que tenhamos zelo e cuidado com as nossas crianças e com os nossos jovens.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Não adianta falarmos em alto rendimento se não passarmos pela base e se não fortalecermos os equipamentos esportivos dentro da escola, se não fortalecermos a prática esportiva dentro da escola.

Acima de tudo, nessa questão da bolsa, Ministro, eu peço ao senhor muito carinho. Esses jovens ganhavam R$370. Nós estamos falando – e eu fui atleta – de R$370! Quem não precisa disso não vai entender, mas, com R$370, o atleta paga as passagens para ir treinar. Esse valor de R$370 é o que ele paga ao dentista, quando ele tem um foco dentário e quando uma lesão nunca melhora. Esse valor de R$370 é o que ele paga ao nutricionista ou é o que ele gasta com o próprio lanche para ele ir treinar.

Então, eu não preciso dizer isso para o senhor, porque eu já entendi que o senhor é um homem sensível à causa e que já entende a força, junto como General, que eu também conheço. Mas que a gente olhe com muito carinho a base do nosso esporte!

Com relação à Lei de Incentivo, há outra preocupação que eu tenho. Eu gostaria de saber os critérios da escolha. O senhor fala que a cultura está muito centralizada no Rio e em São Paulo, mas no esporte não é diferente. O esporte hoje se concentra ali. Nós precisamos rever o que ocorre no Norte e no Nordeste, onde temos clubes e instituições que precisam que essa lei, que esse incentivo fiscal chegue, de fato, às áreas de periferia do nosso País, aonde ele não está chegando. Então, realmente nós precisamos reavaliar esses critérios e não engessarmos, não os deixarmos tão duros, porque só os grandes clubes, as grandes instituições conseguem.

Eu acho que o General sabe do que estou falando, quem é do esporte sabe do que estou falando.

Nós precisamos cuidar das nossas crianças, dos nossos jovens e dos clubes também.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Aqueles menores que não têm a possibilidade de captar e de ter esse incentivo fiscal que vem da Lei de Incentivo.

Fica o meu apelo, como ex-atleta e agora como Senadora, para que atentemos com relação ao esporte de base. O esporte entende que o ministério teve de ser extinguido por questões econômicas, entendemos tudo isso, mas a nossa preocupação é com as políticas. E tínhamos políticas dentro do ministério que eram importantes: Programa Esporte e Lazer da Cidade; Praça da Juventude, que não foi citado; a Luta pela Cidadania – em outro momento, se eu puder, quero falar, porque acho que é importante.

Outra coisa: ano que vem, Jogos Olímpicos e Paralímpicos no Japão, em Tóquio. Eu tenho uma preocupação com as bolsas. Sobre os repasses que estão sendo feitos para o Comitê Olímpico e Paralímpico – quero deixar bem claro aqui –, como está sendo feito esse planejamento, esse diálogo entre o ministério e comitê para que os atletas tenham condições?

Passou a Rio 2016, e tivemos muitos casos de corrupção e de má gestão. E quem é penalizado? Sempre o atleta. A grande estrela, aquele que é o formador de opinião, enfim, que é uma referência para os nossos jovens, para as nossas crianças sempre é penalizado pela má gestão. Então, nós não podemos viver no País da impunidade para nenhum setor, e para o esporte também.

Eu estou aqui também para isto, para ser a voz que há anos neste País os atletas não tiveram.

Obrigada, Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Muito bem.

Agora vamos ouvir o Senador Eduardo Girão. (*Pausa.*)

S. Exa. não se encontra.

Senador Zequinha Marinho. (*Pausa.*)

Também não se encontra.

Senador Jean Paul Prates... Também não se encontra.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para interpelar Ministro.) – Obrigado. Eu me encontro. Sou novato, difícil de reconhecer de vez em quando. Obrigado, Presidente Dário.

Ministro, bem-vindo!

Senador Flávio...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

São duas perguntas muito simples, até pelo adiantado da hora. São perguntas até meio técnicas.

Uma é sobre o Plano Nacional de Cultura, se está sendo discutido, se está sendo elaborado. É um plano que foi elaborado a partir de discussões que ocorreram, apenas para registro, de 2005 até 2010. Em 2010, foi colocado em prática e encerra-se em 2020. Como obviamente vocês sabem, em dezembro de 2020 termina. São 36 estratégias, 274 ações, 53 metas, feitas a três jurisdições – estadual, municipal e federal. Então, quero saber mais ou menos qual é o plano do Governo para elaborar o Plano Nacional de Cultura para a década seguinte.

O outro, que é muito querido da minha parte, porque foi derivado de um projeto de autoria da Senadora Fátima Bezerra, minha antecessora e atual do Governadora do Rio Grande do Norte, querida de todos aqui nesta Casa, que institui a Política Nacional de Leitura e Escrita como estratégia permanente para promover o livro, a leitura, a escrita, a literatura e as bibliotecas de acesso público no Brasil. Isso era uma prerrogativa do MEC com o Minc. Com a extinção, o Minc passou ao Ministério da Cidadania, e dentro da Secretaria da Cultura provavelmente estará esse assunto. São diretrizes e objetivos da Política Nacional de Leitura e Escrita. Ali se estabelece que será elaborado em seis meses, nos seis primeiros meses do mandato do Chefe do Poder Executivo, com vigência para o decênio seguinte. Portanto, é outro plano decenal. Indago nesse caso qual a secretaria ou diretoria de pasta que, de fato, seria designada para elaborar esse plano e se o Ministério já pretende apresentar a primeira versão para a sociedade debater.

É isso.

Obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Vamos ouvir, por último, o Senador Flávio Arns, que é Vice-Presidente desta Comissão.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR. Para interpelar Ministro.) – Quero cumprimentar novamente o Ministro e parabenizá-lo pelo trabalho.

Quero fazer três perguntas bem rápidas. A primeira delas eu considero fundamental, porque a Leila, o Confúcio Moura e outros disseram dessa necessidade de articulação da educação com o esporte – a última intervenção da Leila –, mas com a cultura e com desenvolvimento social. Aqueles desdobramentos do Bolsa Família, como o senhor colocou, referem-se a questões essencialmente de educação, de preparação para o mundo do trabalho, de estudar, de ter uma bolsa, começar a trabalhar, fazer um estágio. Eu penso que nós temos aí um desafio – eu queria colocar assim – de nós nos articularmos nesse sentido, o Congresso Nacional e o ministério trabalharem juntos para que pensemos nessa articulação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Segundo, o senhor várias vezes colocou que a gente não pode ter censura na questão da lei cultural ou que a gente não pode impor também. Eu acho que a gente tem todo o direito de dar as regras bem definidas, porque o dinheiro é público e, sendo público, vai ser usado de acordo com os objetivos de um determinado momento da história que a sociedade deseja. Isso não é censura, porque poderiam buscar outros recursos. Então, eu penso que essa divisão, esse quase direcionamento não é para produzir isso ou produzir aquilo, mas como o dinheiro vai ser utilizado. Eu particularmente não enfatizaria as expressões de que a gente não pode impor.

A outra coisa que eu colocaria é que eu sei que houve um esforço imenso para passar de 7 mil para 11 mil bolsas no atendimento em comunidades terapêuticas. A comunidade terapêutica é fundamental, é importante no processo de reabilitação, de recuperação. Devem ser valorizadas, devemos ter diretrizes. Existem um grande debate nacional se isso deve acontecer ou não. Eu sou totalmente favorável, mas nós temos que achar, Ministro, eu diria, algumas soluções. Muitos comunitários fazem um belo trabalho e com poucos recursos conseguiriam fazer um trabalho maior ainda.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Onze mil pessoas, por exemplo, em uma cidade do Paraná, em uma cidade maior, não atende nem as pessoas... Porque a droga está tão disseminada. A gente vê isso no pessoal que está preso: nas prisões, jovens de até 30 anos, metade do pessoal que está preso é por causa de algum envolvimento com droga. Sei que não é fácil, mas temos de refletir em como o programa poderia se estender muito mais para esse desafio.

É isso. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Por último, o Senador Eduardo Girão.

Com isso, nós encerramos as nossas as nossas inscrições.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE. Para interpelar Ministro.) – Muito obrigado, Presidente.

Senador Dário Berger, Senador Flávio Arns, parabenizo V. Exas. pela oportunidade que a gente está tendo aqui de aprender um pouco mais com o Ministro Osmar Terra sobre o Ministério da Cidadania, que é um ministério importantíssimo. Eu fiquei assim impressionado com a responsabilidade desse ministério. A gente percebe, pela explanação e pelo histórico do Ministro, que é uma pessoa extremamente capacitada e habilitada para fazer o melhor trabalho possível.

Eu fiz algumas anotações. Eu fiquei feliz aqui em ouvi-lo, porque uma grande preocupação, Ministro, no Nordeste, na minha terra, no Ceará, é com relação à Lei Rouanet, e o senhor deixou claro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

aqui, colocou um ponto final, dizendo que é importantíssima para o País, para o fomento da cultura brasileira. E o Nordeste tem recebido uma parcela muito pequena, 4%. Não é isso? Nós temos 25% da população do Brasil e temos apenas 4% dessa renúncia fiscal investidos no Nordeste. Então, fico feliz que o senhor esteja com a sua equipe focada em estabelecer novos critérios para que se possa equilibrar, se fazer justiça com relação a esse empreendedorismo cultural, que é muito importante.

Ontem mesmo eu fui ao lançamento de um filme aqui em Brasília. É um filme do Ceará, o Cine Holliúdy. A dificuldade é enorme para se conseguir produzir.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – É o legendado. É exatamente o legendado, do Halder Gomes.

Então, ressalto a obstinação de produtores como ele, de fomentadores da cultura como ele, que têm que sair e ir para o Rio de Janeiro, para São Paulo para tentar fazer... E o talento brotando. E não é só no Ceará, não; também em outros Estados.

Eu queria falar também com relação ao Bolsa Família. A gente não tem dúvida de que é importante, fundamental inclusive. Ele tem que ter no futuro, dentro de um planejamento a muito longo prazo, uma porta de saída. Isso é algo que a gente tem de deixar claro. Agora, com relação ao uso político do Bolsa Família, há uma ideia que eu ouvi inclusive de um Senador daqui da Casa e que fez um grande trabalho em duas legislaturas, o Magno Malta. É uma sugestão que eu gostaria de levar para apreciação de V. Exa.: é a questão de, se for possível, que a avaliação, que toda a análise seja tirada das prefeituras e colocada, por exemplo, para a Caixa Econômica Federal, para que, através das tecnologias existentes e da capilaridade que tem a Caixa Econômica Federal ou o Banco do Brasil, se possa cadastrar, se possa fazer esse levantamento. Eu acho que, sendo federal, você tira um pouco esse uso político que é feito em muitas prefeituras do interior. Lá no Nordeste é impressionante o que acontece.

Para encerrar, o senhor foi muito feliz – e eu o admiro não de hoje, mas de muito tempo – por essa luta contra as drogas. O senhor é um obstinado. V. Exa. enfrenta *lobbies* poderosíssimos, não agora, mas desde antes de ser Ministro, como Deputado, e inclusive deu de presente para esta Casa, trouxe para esta Casa o PLC 37, de 2013. A gente tem a grande chance aqui no Senado de resolver grande parte dos problemas que hoje existem no enfrentamento da luta contra as drogas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – ... e também na questão de apoio às famílias, apoio às instituições que estão fazendo isso, que estão preenchendo aquele espaço do que o Governo deveria fazer há muito tempo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só para concluir, Sr. Presidente, a Associação Brasileira de Psiquiatria, que reúne mais ou menos 7 mil médicos no Brasil, apontou que 62% dos usuários de maconha começaram a consumir a droga antes dos 18 anos, Senador Flávio Arns. Nessa faixa etária, quando é usada a droga, ela tem um índice poderosíssimo de vício, o mesmo da cocaína.

O Relatório Mundial sobre Drogas 2018, da ONU, afirmou que mais de 13 milhões, quase 14, 13,8 milhões de jovens entre 15 e 16 anos usam a *Cannabis*.

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Está cientificamente comprovado que a maconha aumenta o risco, como falou o Ministro, de esquizofrenia, potencializa a esquizofrenia, transtornos psicóticos, diminuição do QI, evasão escolar – que tem tudo a ver com esta Comissão –, dentre outros tantos males.

A pergunta que eu queria fazer aqui, para fechar, é uma só. Eu fiquei muito feliz com essa relação interministerial que está acontecendo, com esse diálogo que o Ministério da Cidadania está tendo com outros ministérios. E eu queria saber sobre o MEC, especificamente sobre o Ministério da Educação. A sua visão política sobre drogas o senhor já demonstrou, mas eu gostaria de saber se existe alguma ação conjunta do Ministério da Cidadania prevista – se está sendo discutido isso com o Ministério da Cidadania – com o Ministério da Educação no sentido de enfrentar a proliferação das drogas nas escolas brasileiras.

Eu tive oportunidade de visitar, neste final de semana, lá no Rio Grande do Norte, a escola que o Senador Styvenson adotou. Eu fiquei encantado com o modelo, Senador Flávio Arns; é compartilhado com a Polícia Militar. Lá droga não entra. Eu vi a própria comunidade abraçando, agradecendo e dizendo que quer exame toxicológico, que seja feito o exame lá. A própria comunidade pedindo, os pais pedindo que seja feito. Então, eu queria saber do senhor, que tem um conhecimento grande nesta área contra as drogas, como pode haver uma sinergia boa entre o Ministério da Cidadania e o Ministério da Educação.

Muito obrigado. Desculpas pelo tempo.

O SR. OSMAR TERRA – Eu acho que a Senadora Leila falou muito do que nós estamos pensando. Eu acho que a gente tem uma sinergia aí, uma boa sinergia, e vamos trabalhar para isso.

Eu concordo que a lógica do esporte é muito parecida com a lógica da cultura, as leis de incentivo, tudo isso tem que ser focalizado onde mais precisa e na base. Eu queria até cumprimentar aqui também o Hugo Parisi, nosso campeão de salto ornamental, e o Flávio Canto também, do judô, pelo trabalho deles. Acho que nós precisamos conversar mais para poder potencializar isso. Eu estive em contato, quando a gente foi assistir ao sorteio da Libertadores lá no Rio com o Gen. Marco Aurélio,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

também com o Cafu, do futebol, que trabalha muito com crianças. Aí, nós vamos aproveitar essa experiência toda e vamos procurar fazer isso acontecer.

Nós temos uma lógica, um método que nos facilita isso. Nós estabelecemos – vocês podem ver até pelo IBGE, quem tiver curiosidade – as mesorregiões. Naquelas mesorregiões haverá as olimpíadas. A mesorregião é um grupo de microrregiões, três, quatro microrregiões que se organizam, em geral com cem Municípios mais ou menos, oitenta a cem Municípios. A gente vai fazer as olimpíadas lá, e dali a gente vai tirar os talentos, vai começar a puxar para nível estadual e nacional, e todos com bolsa. A gente quer dar Bolsa Atleta para essa turma toda, incentivá-los. A gente só não está incentivando o salto ornamental porque não há piscina suficiente em todas as escolas, não há disponibilidade, mas quando houver, a gente quer...

Agora, a gente está fazendo em esportes que são mais fáceis de haver: o judô, que é muito importante; o xadrez, que eu acho que vai ser um esporte olímpico em breve; a questão do atletismo, todo o atletismo a gente quer fazer; e os esportes coletivos, como vôlei, futebol, os mais exercitados. O handebol, eu descobri pelo General aqui que o handebol é mais do que o... Eu achava que o basquete era mais praticado, mas o handebol é mais do que o basquete. Como a gente não tinha como fazer com tudo, a gente escolheu pelo menos esses. Se houver mais, tudo bem, mas com esses, nessas mesorregiões, todo ano vai haver olimpíadas, embora seja proibido falar de olimpíadas.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. OSMAR TERRA – Vai haver olimpíada. Vai haver olimpíada no Estado e vai haver olimpíada nacional, com as escolas, a partir das escolas, que é a base para revelar os talentos.

O Plano Nacional de Cultura, Senadora, eu acho que nós temos que segui-lo, é um plano aprovado, e nós estamos iniciando uma discussão agora para ver como fazer, seguindo sua lógica aí. Acho que é bem importante isso. Vamos seguir o Plano Nacional de Cultura e vamos procurar discutir aí, mas a nossa ideia é que a cultura tem que ser democratizada. A pessoa mais humilde da favela tem que ter acesso a espetáculos de teatro, tem que ter acesso para o filho poder estudar artes, tem que ter... É isso que acho que a gente tem que trabalhar de alguma forma nesse contraturno de escola, inclusive nas regiões mais violentas, com as escolas abertas no fim de semana para prática esportiva e cultural. Eu tive uma experiência, eu coordenei o Comitê de Prevenção da Violência no Rio Grande do Sul, quando fui Secretário de Saúde, e nós tivemos um impacto muito grande, positivo, com as escolas abertas e com as regiões mapeadas para contraturno de escola.

Quanto ao Senador Flávio Arns, as questões...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Desculpa, Ministro... Sobre o livro, a Política Nacional do Livro também. Desculpa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OSMAR TERRA – Ah, sim. Isso é uma questão que nós temos que ver. Eu não tenho essa informação para lhe dar agora. Temos que ver, porque nós estamos incentivando livro até para bebê, não é? Eu acho que não custa nada a gente incentivar o resto. Só para dar uma ideia, com a parceria que a gente fez com a Fundação Itaú Social, nós estamos com acesso a 10 milhões de livros de contos infantis para as crianças do Criança Feliz, para as famílias, para as mães lerem contos. A mãe ler conto para a criança... A mãe, o objeto de afeto maior da criança, de apego maior dela, ler para ela, dar atenção para ela e falar palavras marca a memória; ela forma muito mais rapidamente vocabulário do que... É talvez o maior fator de impacto na aprendizagem escolar depois, futura. Essas são pesquisas longitudinais feitas pelo Dr. Rolim de Moura, da Universidade de Pelotas, acompanhando cortes longitudinais, comparando crianças que estão na escola. O fator de melhoria do desempenho escolar daquela criança, onde começou? Começa na leitura de contos infantis pela pessoa que é objeto de apego daquela criança.

Senador Flávio Arns, eu queria falar que nós estamos trabalhando educação e esporte, nós estamos juntando as coisas. O Ministro Ricardo Vélez é muito aberto a esse diálogo, nós vamos fazê-lo.

Quanto ao número de comunidades terapêuticas, Senador, eu quero dizer que até 2007... Eu fui o primeiro Secretário de Saúde do Brasil a contratar comunidade terapêutica, porque eu acho que ela tem um impacto muito maior do que o próprio Caps Álcool e Drogas, quando trabalha só com redução de danos. Essa história de redução de danos causa um dano enorme, porque só trabalhar... A redução de danos tem que ser feita, mas só trabalhar a redução de danos sem manter as pessoas em abstinência, sem convencê-las a ficar em abstinência não melhora nada a situação, só agrava a situação da droga e do número de pessoas dependentes de droga. Então, nós estamos fazendo inclusive pesquisa agora comparando comunidades terapêuticas com o Caps Álcool e Drogas, para ver quantas pessoas estão voltando para uma vida produtiva e tal a partir do tratamento num tipo e outro. O Caps Álcool e Drogas pode servir para acompanhamento posterior, agora, para a fase de sair do consumo diário da droga, é muito importante a abstinência.

Parece que eu estou dizendo uma coisa óbvia mas não é. Filosoficamente havia toda uma teoria que predominou por 20 anos – aí não é só Governo do Lula nem da Dilma, é Governo do Fernando Henrique também. Prevaleceu a filosofia da redução de danos e, subliminarmente, de que a pessoa tem direito de usar droga, que a droga tem que ser liberada. Isso é que predominava no Ministério da Saúde, no Ministério da Justiça, em todas as áreas. Então, agora a gente está mudando isso. Vai haver uma nova política sobre drogas que prega a abstinência como uma coisa importante e defende as comunidades terapêuticas, que nunca foram defendidas, sempre foram execradas pelo Governo. Então, nós estamos mudando o viés.

Agora eu quero a dizer que a gente começou a contratar em 2007, e não tinha nada do Governo Federal. O Governo Federal começou depois de um movimento que a gente fez, e a Presidente Dilma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

promulgou a "Crack, é possível vencer", que foi fruto de uma comissão em que a gente trabalhou e cujos resultados ela aplicou, ela colocou. A bem da verdade, vê-se que a Presidente Dilma defendeu essa proposta, inclusive defendeu as comunidades terapêuticas, só que o segundo escalão todo estava ideologicamente comprometido com o contrário do que ela dizia, então não funcionou nada, ou funcionou muito pouco.

Eu acho que são importantes, então, as comunidades terapêuticas. Nós vamos incentivar, estamos em 11 mil, vamos chegar rapidamente a 20 mil e vamos aumentando, porque há necessidade, a epidemia é crescente no País.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Ministro, sobre a questão de ser facultativa a prática esportiva nas escolas, vamos contar com seu apoio?

O SR. OSMAR TERRA – Ser facultativa não, ser obrigatória.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – É, está facultativa hoje; ser obrigatória.

O SR. OSMAR TERRA – Sim, eu sou a favor de ser obrigatória.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Exatamente. E com relação aos atletas olímpicos e paralímpicos, a preparação – se o senhor quiser falar, Secretário, fique à vontade... Sobre os nossos atletas olímpicos e paralímpicos, o planejamento junto ao COB?

O SR. OSMAR TERRA (*Fora do microfone.*) – Com a palavra o Gen. Marco Aurélio.

O SR. MARCO AURÉLIO VIEIRA – Muito obrigado. Boa tarde a todos!

Sem dúvida, a prioridade, apesar do corte que aconteceu junto ao Bolsa Atleta, considerando que nós temos este ano os Pan-Americanos, temos os Jogos Mundiais Militares em outubro e temos, no ano que vem, as Olimpíadas, a prioridade ficou com os atletas olímpicos e Pódio. Então, todos os atletas olímpicos – quando digo olímpicos digo olímpicos e paralímpicos – e os atletas de Pódio estão sendo atendidos apesar do corte. A nossa luta agora, e o Ministro está empenhado nisso, é que nós tenhamos o atendimento estendido a todos aqueles das demais classes: o atleta de base, o atleta educacional, o atleta internacional, o atleta nacional. Então, a nossa necessidade hoje é que nós tenhamos futuro. O presente está garantido. A primeira coisa.

A segunda: eu queria complementar, Ministro, com relação à Lei de Incentivo ao Esporte. Nós fizemos um estudo detalhado desde o começo do ano, por orientação do Ministro, a respeito dos critérios, e principalmente se descobre que existem... Eu tenho um respeito muito grande pelo que foi feito até hoje em termos de esporte. Eu sou do tempo em que eu andava em Copacabana com pires na mão pedindo apoio para competir, e graças às empresas que nos davam aleatoriamente, a gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conseguia competir. Hoje nós temos um suporte legal, políticas públicas, temos que aperfeiçoá-las. São muito boas, mas existem falhas sim, e uma das falhas é exatamente a necessidade de uma criteriosa seleção, capacitação para receber, por exemplo, a Lei de Incentivo ao Esporte.

Nós temos da ordem, Ministro, de umas 300 cidades só, dentre os 5.570 Municípios, que se habilitam à Lei de Incentivo ao Esporte. Por quê? Porque as prefeituras não estão habilitadas. Então, o indivíduo não compra o bilhete e não pode ganhar na loteria. Ele não se candidata à Lei de Incentivo ao Esporte; o Município não sabe fazer isso. Uma das iniciativas que temos conversado aqui com a Secretária Tatiana e com o Ministro é exatamente nós passarmos a capacitar os Municípios a saber trabalhar com Siconv, saber trabalhar com a lei de incentivo, para poder tirar proveito do que é totalmente voltado para isso.

E o segundo aspecto é que, como, dessas 300 cidades, praticamente 250 estão no eixo Sul-Sudeste, o que a gente vai encontrar? Que está realmente concentrado, e o pior que eu vejo: está concentrado no esporte de alto rendimento. Graças às ONGs – por isso que eu faço a resposta aqui ao Senador, que falou das ONGs –, graças às ONGs é que o Esporte para Todos, o esporte participativo, o esporte inclusivo acontece, porque, se é só a Lei de Incentivo ao Esporte, nós praticamente... Temos que obedecer à lei, e aqueles que se apresentam são quase todos voltados para o esporte de alto rendimento, 80% a 90% dos projetos são voltados para o alto rendimento, então é difícil escapar disso. A gente tem que rever os critérios e passar a distribuir, conforme orientação do Ministro, para as demais cidades do Brasil, para as demais regiões.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Muito bem.

O SR. OSMAR TERRA – Só para terminar, eu queria apresentar a nossa Secretária Executiva, Tatiana Alvarenga. Colocamos uma mulher para mandar em todo mundo lá no ministério. Ela que toca a máquina lá.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Então, já aproveito para cumprimentar a Dra. Tatiana Alvarenga, que é Secretária Executiva do nosso Ministério da Cidadania; agradeço também ao Gen. Marco Aurélio Costa, Secretário Especial do Esporte; da mesma forma a Lelo Coimbra, que é Secretário Especial de Desenvolvimento Social; e também ao Prof. José Henrique Medeiros Pires, que é o Secretário Especial de Cultura. E agradeço especialmente ao nosso Ministro e também aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras, que proporcionaram para nós uma excelente audiência pública. Acho que elaboramos, discutimos aqui inúmeros temas, esclarecemos muitas dúvidas e chegamos à conclusão de que o Ministério da Cidadania está muito bem representando com o Ministro Osmar Terra e com seus secretários executivos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, Ministro, em meu nome e em nome desta Comissão, os nossos sinceros agradecimentos e nossos votos de que V. Exa. tenha todo o sucesso possível. Conte, evidentemente, com nosso apoio.

Diante disso, nada mais havendo a tratar, encerro a presente reunião.

Muito obrigado a todos.

(*Iniciada às 11 horas e 34 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 31 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 6ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE MARÇO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às doze horas e cinco minutos do dia vinte e seis de março de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Dário Berger, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Marcio Bittar, Luiz do Carmo, Eduardo Gomes, Izalci Lucas, Styvenson Valentim, Eduardo Girão, Plínio Valério, Leila Barros, Flávio Arns, Marcos do Val, Paulo Paim, Zenaide Maia, Jean Paul Prates, Paulo Rocha, Angelo Coronel, Nelsinho Trad, Jorginho Mello, Wellington Fagundes, Zequinha Marinho, Jorge Kajuru, Eliziane Gama, Jayme Campos, Juíza Selma e Telmário Mota. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Mailza Gomes, Lasier Martins, Roberto Rocha, Cid Gomes, Alessandro Vieira, Fernando Collor, Carlos Viana, Sérgio Petecão e Maria do Carmo Alves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da 4ª e 5ª reuniões, que são aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei do Senado nº 136, de 2018 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a literatura de cordel e manifestações culturais baseadas no improviso no currículo da educação básica." **Autoria:** Senadora Regina Sousa. **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Retirado de pauta, a pedido do relator. **ITEM 2 - Projeto de Lei da Câmara nº 95, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Acrescenta inciso ao art. 13 da Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003, que "institui a Política Nacional do Livro"." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Styvenson Valentim. **Relatório:** Favorável com duas Emendas de redação que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório que passa a constituir parecer da comissão favorável ao Projeto com as emendas nº1-CE e nº2-CE. **ITEM 3 - Projeto de Lei da Câmara nº 106, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Denomina Rodovia Zilda Arns Neumann o trecho da BR-369 entre a cidade de Bandeirantes, no Estado do Paraná, e a divisa desse Estado com o Estado de São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado o relatório que passa a constituir parecer da comissão favorável ao Projeto. **ITEM 4 - Projeto de Lei nº 407, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Inscreve o nome de Nelson de Souza Carneiro no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Zenaide Maia. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Projeto de Lei do Senado nº 172, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, para permitir o pagamento de despesas com educação de crianças de até três anos em creches privadas com recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação." **Autoria:** Senador Wilder Morais. **Relatoria:** Senador Plínio Valério. **Relatório:** Contrário ao Projeto. **Resultado:**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Adiado. **ITEM 6 - Projeto de Lei do Senado n° 360, de 2017 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a incumbência do Poder Público na promoção de feiras de ciência e tecnologia na rede pública de ensino médio." **Autoria:** Senadora Maria do Carmo Alves. **Relatoria:** Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Pela aprovação com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - Projeto de Lei do Senado n° 249, de 2018 - Terminativo -** que: "Institui o Dia Nacional do Museu." **Autoria:** Senadora Maria do Carmo Alves. **Relatoria:** Senador Zequinha Marinho. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte n° 13, de 2019** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos, com o objetivo de discutir o aumento das mensalidades dos cursos de Medicina posteriormente a reformulação do FIES, onde se estabeleceu um teto de 7 mil de mensalidade para financiamento. Igualmente busca-se discutir o porquê do alto custo das inscrições dos processos seletivos para os cursos de Medicina nas universidades particulares, quando comparado a outros processos seletivos dos demais graduações." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte n° 14, de 2019** que: "Requer a realização de uma audiência pública, nesta Comissão, para debater "Segurança nas escolas", em virtude do atentado ocorrido na Escola Estadual Professor Raul Brasil, em Suzano - São Paulo." **Autoria:** Senador Confúcio Moura. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 10 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte n° 15, de 2019** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a respeito dos eventuais impactos decorrentes da implementação da telemedicina sobre os currículos dos cursos de Medicina e sobre a formação médica no País." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo. **Resultado:** Adiado. **ITEM EXTRAPAUTA 11 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte n° 18, de 2019** que: "Requer, em aditamento ao Requerimento nº 9 - CE, convite a um representante da Confederação Nacional dos Municípios na audiência pública com a finalidade de debater o Fundo Nacional de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Novo Fundeb" **Autoria:** Senador Dário Berger. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e quinze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Dário Berger

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/03/26

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Havendo número regimental, declaro aberta a 6ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 4ª e da 5ª Reunião.

Os Senadores e as Senadoras que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Informo que a nossa reunião de hoje destina-se à deliberação dos itens de nºs 1 a 10.

Tenho aqui dois ou três comunicados a fazer, mas acho que posso iniciar por um requerimento que não vai suscitar nenhuma dúvida e nenhuma objeção.

Trata-se de uma audiência pública, Senador Confúcio, que nós aprovamos aqui para discutir a questão do Fundeb. E eu recebi aqui na Comissão uma solicitação da Confederação Nacional de Municípios, que gostaria de participar da audiência pública. Como a audiência pública tem quatro membros identificados, eu acho perfeitamente possível nós ampliamos para mais um membro para darmos voz e vez à Confederação Nacional de Municípios.

Então, eu requeiro, em aditamento ao requerimento já apresentado aqui com relação ao Fundeb, de autoria do Senador Marcos do Val, para que nós possamos incluir também na audiência pública um representante da Confederação Nacional de Municípios.

Os Senadores que concordam com essa solicitação, por favor, permaneçam...

Flávio Arns, V. Exa. tem a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Não, eu concordo. Eu só gostaria de lembrar os outros quatro, as outras quatro instituições que vão participar. Eu concordo, estou de acordo.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Bem, de qualquer forma, em seguida, eu passo ao senhor. Vou pedir aqui à nossa assessoria que providencie os outros quatro e declinarei os nomes para V. Exa.

Então, considero aprovada a participação da Confederação Nacional de Municípios na audiência pública do Fundeb.

Bem, eu tenho um comunicado a fazer também aqui a respeito das políticas públicas que são desenvolvidas pelas Comissões permanentes. Notadamente, em toda sessão legislativa se discute um tema de relevância, em que é designado um relator, ele apresenta o relatório, e muitos deles têm um impacto bastante interessante para fornecimento de subsídios para o Governo e para nós mesmos aqui.

A minha ideia, salvo melhor opção, é de que nós pudéssemos fazer pelo menos três avaliações: uma da educação propriamente dita, outra do esporte e outra da cultura. Mas eu acho que seria interessante nós deixarmos comparecer mais um número relativo de Senadores para que possamos estabelecer a regra e os critérios de como nós vamos fazer isso.

Portanto, eu pediria a V. Exas. para irmos ao item 2 da pauta, que é, inclusive, de relatoria do Senador Styvenson Valentim, para que nós possamos iniciar os nossos trabalhos, e no decorrer faríamos aquela avaliação das políticas públicas que porventura evidentemente precisam ser avaliadas.

Também tenho outro comunicado, de fazer a designação dos membros da Comissão de Esporte, Educação Física e Formação de Categorias de Base, proposta pela Senadora Leila Barros, que está pronta e só falta nós fazermos a devida aprovação.

Então, eu vou para o nº 2 da pauta, já que o nº 1 é um projeto polêmico e teve voto em separado, e em função do quórum. Vamos deixá-lo sobrestado, para depois tentarmos discutir a esse respeito.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 95, de 2017

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acrescenta inciso ao art. 13 da Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003, que "institui a Política Nacional do Livro".

Autoria: Deputado Aguinaldo Ribeiro

Relatoria: Senador Styvenson Valentim

Relatório: Favorável com duas Emendas de redação que apresenta.

Observação: a matéria vai ao Plenário do Senado Federal.

Concedo a palavra, então, ao Senador Styvenson Valentim, para a leitura e a defesa do seu relatório.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN. Para leitura de relatório.) – Bom dia! Bom dia a todos. Bom dia, Sr. Presidente, Senadores, todos que estão assistindo à TV Senado e pelas redes sociais também.

Vou sintetizar um pouquinho o relatório.

A proposição – esta proposição, desse projeto de lei da Câmara – visa incluir, como incumbência do Poder Executivo, no âmbito da Política Nacional do Livro, a instituição de um concurso regional, em todo o Território nacional, com vistas à descoberta de novos autores e ao incentivo a eles.

Passo agora, Sr. Presidente, logo para a análise, se não houver nenhum problema para os Senadores, porque é um tema tranquilo esse. Não é tão polêmico quanto o primeiro.

A iniciativa sob exame corrobora a preocupação, inserida na Política Nacional do Livro, de garantir a todo brasileiro o acesso ao livro e à leitura, por meio de projetos, programas e atividades desenvolvidos com essa finalidade. A nosso sentir, a realização, pelo Poder Público, de concursos literários constitui, sem dúvida, um incentivo crucial à produção intelectual dos escritores e autores brasileiros e à revelação de novos talentos.

Eu estou aqui...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Eu pulei para adiantar. Está bom?

A realização de concursos literários, de âmbito nacional e regional, configura, sem dúvida, medida eficaz para melhorar as oportunidades de autores na publicação e disseminação de seus

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

textos, seja em meio impresso, seja em meio digital, pois muitos profissionais, apesar do estofo e da solidez no seu ofício, ainda são pouco conhecidos do público leitor.

Desse modo, ao estimular a valorização desses novos talentos, a inovação sob exame tem a premência de incrementar a produção literária brasileira e cristalizar iniciativas locais bem-sucedidas no mesmo sentido.

Na mesma linha, a vertente regional desses certames literários também se mostra oportuna. Em primeiro lugar, pela valorização da cultura e das iniciativas locais, que se conforma à perspectiva, inscrita no art. 215 da Constituição Federal, de que "O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais".

Em segundo lugar, pelo potencial para despertar o gosto por literatura mais afeita à realidade dos leitores.

Por fim, no que tange à adequação do projeto à técnica legislativa preceituada pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, constata-se que a ementa e o art. 1º da proposição não refletem as recomendações de que se prestem a indicar, com precisão, o objeto da lei. Para a elisão dessa impropriedade, apresentamos duas emendas de redação, sem incidência sobre o mérito da matéria, de modo a evitar o recambiamento da proposição à Casa de origem.

Feitas essas alterações, que, a nosso juízo, aprimoram a iniciativa, e uma vez não encontrando óbices quanto à sua juridicidade e constitucionalidade, julgamos a matéria merecedora de acolhida desta Casa Legislativa.

Voto.

Em face do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 95, de 2017 (Projeto de Lei nº 3.073, de 2011, na Casa de origem), com as emendas a seguir:

EMENDA Nº - CE (DE REDAÇÃO)
Dê-se à ementa do PLC nº 95, de 2017, a seguinte redação:
"Altera a Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003, que *institui a Política Nacional do Livro*, para incluir, no rol de ações de difusão do livro incumbidas ao Poder Executivo, a instituição de concursos regionais visando à descoberta e premiação de novos autores."
EMENDA Nº - CE (DE REDAÇÃO)
Dê-se ao art. 1º do PLC nº 95, de 2017, a seguinte redação:
"Art. 1º Esta Lei inclui, no âmbito da Política Nacional do Livro de que trata a Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003, ação de difusão do livro por parte do Poder Executivo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

concernente à instituição de concursos literários regionais voltados à descoberta de novos autores."

Encerrado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Em discussão.

Senador Confúcio Moura.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Para discutir.) – Sr. Presidente, é extremamente louvável o projeto de lei. O senhor poderá constatar o excelente resultado dessa difusão dessas olimpíadas ou de outras divulgações, como a Olimpíada de Matemática, promovida pela Impa, que é o Instituto de Matemática Pura e Aplicada, no Rio de Janeiro para todo o Brasil.

Demonstrou-se, através dessa Olimpíada, a revelação de uma jovem talentosa moça que, inclusive, foi eleita Deputada Federal, a Tabata. Através dessa sondagem, foi descoberto esse talento em um bairro popular de São Paulo. Ela ganhou bolsa em Harvard, voltou, fez Ciência Política, candidatou-se a Deputada, e está aí, com vinte e poucos anos. Acho que tem entre 23 e 25 anos, é uma das mais novas Parlamentares hoje aqui no Congresso Nacional.

Quanto à política do livro no Brasil, ainda mais com a internet, diminuiu muito o interesse da juventude pela leitura do livro de papel, de passar folha, dedo a dedo, o que é um gosto sagrado e maravilhoso que a gente tem de folhear página a página.

Com isso, a meninada hoje busca na internet muita coisa, e as bibliotecas estão realmente pouco solicitadas, em grande parte. De qualquer forma, nós temos de – água mole em pedra dura – fazer a nossa parte. E esse projeto vem dar uma força muito grande para o Poder Executivo criar, nos Estados, esses concursos regionais de promoção, essas feiras, tipo a feira de Paraty, o Prêmio Jabuti, que há no Brasil, que premiam revelações fantásticas.

Este ano, o prêmio de poesia coube a um menino de Fortaleza, do Estado do Ceará, do interior, chamado Mailson, que ganhou o Prêmio Jabuti de Poesia, pela primeira vez. Ele mesmo pagou do bolso dele a publicação do livro. É professor. E o poema dele é um livro fantástico de poemas muito aprovado inclusive no festival do Prêmio Jabuti. Ele foi o primeiro classificado do Brasil. E assim outros grandes romancistas foram descobertos através dessas premiações. Foram revelações como Lucrecia Zappi, que também publicou um poema chamado *Acre*. Não tem muita relação com o Estado do Acre, mas relaciona algumas viagens que teve por lá. Ela foi premiada como a romancista do ano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, muito bem relatado aqui o projeto de lei, louvável. E eu fiz essa introdução mais para apoiar mesmo, exaltar essa iniciativa do autor do projeto, com as duas emendas do ilustre Senador Styvenson Valentim.

Eram só essas as minhas palavras, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Agradeço a V. Exa.

Não havendo mais quem queira discutir, submeto a matéria à votação.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que aprovam e que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O relatório passa a constituir o parecer da Comissão e também vai a Plenário.

Item 3 da pauta.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 106, de 2018

- Não terminativo -

Denomina Rodovia Zilda Arns Neumann o trecho da BR-369 entre a cidade de Bandeirantes, no Estado do Paraná, e a divisa desse Estado com o Estado de São Paulo.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observação: A matéria vai ao Plenário do Senado Federal.

Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns para leitura do relatório ao Projeto de Lei da Câmara nº 106, de 2018.

V. Exa. tem a palavra.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR. Para leitura de relatório.) – É que o computador aqui está travado, mas eu, por gentileza do...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – V. Exa. está ao lado de um médico que...

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Pois é.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Aí, qualquer socorro é providencial para que a gente continue a nossa reunião analisando os nossos projetos.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Graças a Deus! E não é só um grande médico, mas um cidadão e um político extraordinário, sempre com intervenções maravilhosas...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Brilhantes.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – ... brilhantes, tanto aqui como no Plenário. Então, de fato, é bom.

Essa rodovia está sendo denominada Zilda Arns Neumann – é minha tia; então, mais uma razão para relatar o projeto –, a BR-369 entre a cidade de Bandeirantes, no Estado do Paraná, e a divisa desse Estado com o Estado de São Paulo, o norte velho do Paraná.

A proposição é do Deputado Diego Garcia, que, na verdade, é daquela região. Então, Zilda Arns... Até, na semana passada, eu falei bastante sobre a Pastoral da Criança, e o Senador Confúcio, inclusive, fez uma intervenção muito bonita citando a diminuição da mortalidade infantil, e V. Exa. também, que é de Santa Catarina.

Zilda Arns Neumann nasceu na cidade de Forquilhinha. Formou-se em medicina, tendo se especializado em pediatria e saúde pública.

Em 1983, por sugestão de seu irmão, Dom Paulo Evaristo Arns – meu tio também, meu pai era irmão deles –, criou um projeto para disseminar o uso do soro caseiro, uma coisa extremamente simples, barata e que diminuiu dramaticamente a mortalidade infantil. A partir desse projeto, foi fundada a Pastoral da Criança.

Ao longo de sua vida, dedicou-se a auxiliar as comunidades mais necessitadas do Brasil e de outros países. Inclusive, a Pastoral da Criança agora está em cerca de 20 países do mundo, a metodologia da Pastoral da Criança. Ela, como todos sabem, morreu no terremoto que ocorreu no Haiti em 2010. A Pastoral foi indicada, inclusive, ao Prêmio Nobel da Paz.

Por todo o exposto – a opinião é suspeita porque sou sobrinho –, não resta dúvida acerca do mérito do projeto. Acho que há um consenso em torno disso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por ser a Comissão de Educação a única Comissão a pronunciar-se sobre a matéria, cabe a ela a análise dos requisitos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade.

No que respeita à constitucionalidade, a proposição obedece aos requisitos constitucionais.

A presente iniciativa é amparada pelo art. 2º da Lei nº 6.682, de 1979, que dispõe sobre a denominação de vias, obras de arte e estações terminais no Plano Nacional de Viação – é uma denominação para a rodovia, que continua com o seu número.

Além disso, a matéria também está em consonância com as exigências impostas pela Lei nº 6.454, de 1977, que regulamenta a denominação de logradouros, obras, serviços e monumentos públicos.

Da mesma forma, quanto à técnica legislativa, não há óbice ao texto do projeto, que está de acordo com as normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara dos Deputados nº 106, de 2018.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Muito bem. Agradeço a V. Exa.

Vou abrir a discussão do projeto, não sem antes mencionar que, quando passei os olhos em cima dos projetos, logo me veio à cabeça o Senador Flávio Arns para relatar essa matéria. Essa matéria é extremamente importante. Veja bem, o projeto é singelo, sublime, mas presta um reconhecimento e uma homenagem a uma das pessoas mais proeminentes da luta pela vida e, sobretudo, pelas crianças no Brasil e no mundo inteiro, de maneira que fica aqui também meu aplauso pela aprovação do projeto, pela homenagem e, sobretudo, pelo reconhecimento.

Está em discussão, então, o projeto.

Eu vou passar a palavra para o Senador Girão, que pediu antecipadamente, Senador Confúcio. Em seguida...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Primeiro, o Senador Confúcio, por favor. Depois eu falo, porque eu acabo aprendendo sempre quando o senhor fala.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Então, Senador Confúcio, V. Exa. tem a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Para discutir.) – Agora com esse elogio, eu perdi até a palavra, digo, o sentido do discurso, não é?

Essa referência à Dra. Zilda Arns é uma homenagem merecida de uma rodovia, no Estado de Santa Catarina e em outros Estados vizinhos, onde placas deverão ser colocadas para que quem passar observar o nome dessa fantástica médica, benfeitora, que contribuiu sobremaneira, de uma maneira visível, ainda mais para os profissionais da área de saúde, que para mim foi o trabalho dela, com a Pastoral da Igreja Católica, com o soro caseiro extremamente simples, com a multimistura. Ela reduziu, através do tempo, a mortalidade infantil, que, no Nordeste, no Centro-Oeste, no Norte brasileiro, chegava a mais de 120 crianças, a cada mil que nasciam, que morriam de desidratação e fome. E, através dessa conduta simplória e do voluntariado, ela conseguiu reduzir. Hoje, pode-se olhar as cidades brasileiras, a mortalidade infantil oscila entre 8% e, no máximo, 20%, uma coisa simplesmente fantástica. Não há nada na medicina mais maravilhoso do que esse ato.

Então, é muito pouco para a Zilda Arns. A gente precisava muito mais. A gente precisava o nome dela em quase todos os cantos deste País para que ela seja lembrada e transformada em uma pessoa inesquecível pela sua grandiosa obra.

Então, Senador Flávio Arns, neste projeto, eu estou falando mais para apoiar e para registrar essa homenagem à figura da Dra. Zilda Arns pelo seu fantástico merecimento.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Agora, sim, ofereço a palavra ao Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE. Para discutir.) – Senador Dário Berger, Senador Jorginho Mello, Senador Styvenson, Senador Flávio Arns, Senador Confúcio, eu fico muito feliz em estar presente nesse momento simbólico, porque eu tenho um quadro pintado por um artista lá do Ceará chamado Ernane Pereira, de Zilda Arns, na minha casa – para você ter uma ideia da admiração que eu tenho por Zilda Arns, uma das maiores pacifistas do País, uma grande humanista. Pouca gente sabe, mas ela, com a sua coragem – ela é muito conhecida por diminuir muito a mortalidade infantil, pelo trabalho na Pastoral da Criança –, foi uma ferrenha defensora da vida, Senador Dário, desde a concepção. Naqueles debates que havia no País – e anteriormente tinha aquela coisa do politicamente correto; esse assunto era um assunto que era colocado embaixo do tapete, e quem era a favor da vida desde a concepção, ou seja, contra o aborto, naquela época, dez anos atrás, era colocado na parede, na berlinda; jogavam, literalmente, muitas críticas –, Zilda se mantinha firme com o que pensava, com o que acreditava. Ela era uma defensora internacional da vida desde a concepção.

E outra coisa, Senador Confúcio: ela foi contra – olha como é uma visionária, uma missionária visionária –, naquela época do debate no Supremo Tribunal Federal, 15 anos atrás, as células-tronco

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

embrionárias, fazer pesquisa com célula-tronco embrionária. E hoje, 15 anos depois, a ciência mostrou que ela estava certa: foi perdido naquela época, nós perdemos naquela época; eu estava com ela na trincheira para defender. Quanto às células-tronco adultas, havia pesquisas do mundo inteiro mostrando que sim, que elas poderiam realmente fazer diferença na vida das pessoas, com tratamentos e tudo, mas, quanto às células embrionárias, não; eram uma violação à vida. E ela estava certa: até hoje as curas não vieram das embrionárias; vieram das células-tronco adultas.

Então, eu fico extremamente grato. Eu quero manifestar minha gratidão não apenas ao Senador Flávio Arns, seu sobrinho – eu acho que está na genética a bondade, o bem que essa família trouxe a nós –, não apenas ao relatório do Senador Flávio Arns, como também ao Deputado Diego Garcia, que é outro Parlamentar defensor da vida desde a concepção, olha a coincidência! – e não existe coincidência. Então, para encerrar, eu queria dizer que sou, sobretudo, grato a Deus por estar aqui participando desse momento.

Há pouco tempo foi falado pelo Senador Confúcio sobre o Mailson Furtado – ele esteve aqui na semana passada, na CE –, que ganhou o Prêmio Jabuti, do interior do Ceará. Está aqui o livro dele, o livro com que ele me presenteou aqui. Nada é por acaso, não é? Ele me presenteou aqui. Esteve aqui semana passada e quem sabe vai estar em outros momentos conosco aqui.

E essa matéria anterior, da questão do Dia Nacional do Livro, que também acabamos...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – ... a promoção para descobrir novos talentos, que acabamos aprovando aqui há pouco tempo, também tem esse registro da nossa cultura.

Grande abraço. Parabéns, Senador Flávio Arns!

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Senador Jorginho Mello.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - SC. Para discutir.) – Presidente Dário Berger, Senador, Srs. Senadores, falar de Zilda é muito fácil. É muito fácil. Santa Catarina ama essa mulher, que foi, entre nós, uma pastora em defesa do desnutrido, do pobre, fazendo com que muitas ações de Governo se pudessem notar, como o soro caseiro. Uma mulher que morreu no Haiti, como nós sabemos, tentando introduzir lá a Pastoral. Ela tem o querido sobrinho Flávio, nosso Senador, que nos honra, honra o Paraná; irmã de D. Evaristo, que o mundo conhece. Nós tentamos, como Deputado Federal, fazer uma homenagem a ela, dando um trecho da BR-101, que leva o nome do ex-Governador Mário Covas. Infelizmente não conseguimos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu dizia aqui para o Senador Dário que a gente precisa retomar esse assunto, para ver se há possibilidade de, dentro do Estado – uma BR cobre diversos Estados –, dentro de cada Estado, fazer-se uma homenagem para pessoas diferentes. Santa Catarina já tentou fazer, mas não foi possível lá na Câmara – eu me lembro disso – a gente conseguir homenagear essa grande mulher, dando ao trecho de Santa Catarina da 101 o seu nome. Não foi possível, Governador Confúcio, mas acho que a gente tem de votar.

Vou pedir à assessoria inclusive que nos ajude para ver da possibilidade de superar essa dificuldade, sem desprestígio a tantos outros homens públicos e mulheres que têm seus nomes em BRs, mas que a gente pudesse fazer uma homenagem como São Paulo e Paraná estão fazendo aí. Então, quero cumprimentar o Senador, que é uma figura de quem todos aprendemos a gostar e a quem admiramos pela sua fala mansa e inteligente, que nos ajuda sempre a encontrar caminhos de que o Brasil precisa tanto.

Portanto, quero dizer que é uma justa homenagem a essa grande brasileira que nos deixou, sempre fazendo o bem.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Só para complementar: em primeiro lugar, gostaria de agradecer as manifestações todas em relação, permitam-me dizer, à tia Zilda e ao tio D. Paulo, como nós os chamávamos; os dois e toda a família nascida, os filhos e os irmãos nascidos em Forquilhinha, Santa Catarina. Então, meu pai, já falecido, também nasceu lá.

Quero só lembrar que a Pastoral da Criança iniciou-se, como foi dito no relatório, em 1983; portanto, 35, 36 anos atrás.

Hoje, ainda acompanha perto de um milhão de crianças no Brasil. Um milhão! Então, a gente imagina quantas crianças foram acompanhadas no decorrer de 35 anos. Já são adultos, estão trabalhando... E, ao mesmo tempo, tem 165 mil voluntários. Cento e sessenta e cinco mil voluntários, capacitados, qualificados para fazer aquelas ações que a Pastoral desenvolve.

E ela, quando faleceu, já coordenava também a Pastoral da Pessoa Idosa. Então, mais de 200 mil idosos vêm sendo acompanhados, nas casas, nas residências, pela vizinhança, na mesma metodologia da Pastoral da Criança.

E eu quero também dizer que o local da Pastoral, a sede da Pastoral, lá em Curitiba, agora sedia o Museu da Vida. Perto de cem mil pessoas por ano passam pelo Museu da Vida. Cem mil pessoas por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ano! Então, é uma iniciativa bonita, importante. Lá se conta a história da Pastoral para a criança. O Museu é interativo, então as crianças ficam lá o dia inteiro, e tem criança que vai lá no sábado e diz para o pai e para a mãe: "Eu quero voltar. Eu gostei tanto que quero voltar aqui". Então, perto de cem mil pessoas – mesmo agora, sem muita propaganda, inclusive – passam por lá.

Que bom, né? A gente tem que ter essas referências boas. E não só ela; há tanta gente boa no Brasil que faz um belo trabalho a favor de um País melhor, principalmente para as crianças. E, mesmo sendo pastoral, quem não professa uma religião, a favor da criança todo mundo é, para que tenha vida, tenha felicidade, tenha saúde, educação. Isso é o que une as pessoas. Isso é que é o bonito.

Obrigado.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Senador, sem dúvida.

Pela ordem, Senador Zequinha Marinho.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA. Para discutir.) – Pois não.

Eu só queria me juntar aos demais Senadores nossos colegas nesta homenagem à Dra. Zilda.

Eu sou lá da Região Norte, do Estado do Pará, mas, ainda assim, acompanhei de perto as atividades dela na luta principalmente por crianças, ajudando a vida. Ressalto que não é todo mundo que se desprende tanto para se entregar, digamos assim, a um ministério de servir aos seus semelhantes.

Então, por tudo que ela fez e pela qualidade do ser humano que foi, nós nos juntamos aos demais nesta homenagem mais do que justa dando a esse trecho da rodovia o seu nome.

Muito obrigado.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Rapidamente, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Muito bem.

Senador Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Só complementando, desculpe-me o entusiasmo quando falo da Zilda, mas me veio uma ideia aqui agora, e eu quero compartilhá-la com V. Exas, já que nós estamos na Comissão de Educação, Cultura e Esporte. É pouco a gente homenagear humanistas, pacifistas como a Zilda Arns, colocando seu nome

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

numa rodovia – eu acho que é pouco –, e educação é o que vai formando nossas crianças. Olha só o que a gente poderia levar para as nossas crianças, que ela tanto amou: em vez do número nas salas de aula... Já vou ver com a assessoria se é possível fazer isso num projeto de lei... Não há essas salas de aula, Senador Confúcio, com números, 1, 2, 3, ou letras, A, B, C, sala A, B, C? Podia ser o nome de uma pacifista, de uma humanista do Brasil. Olha só! E há muitos, como o próprio Senador Flávio Arns falou. Temos muitos humanistas e pacifistas aqui. Que a gente pudesse resgatar a história, a biografia, Senador Jorginho, e colocar o nome, na sala de aula, da pacifista e, ao lado, ali na entrada, uma pequena história da vida dela, porque, com isso, você vai levar inspiração, você vai levar referências para as crianças estudarem um pouco; uma semana por ano, estudarem a vida dos pacifistas. Por exemplo: uma sala, Zilda Arns; outra sala, coloca-se lá, por exemplo, Madre Tereza de Calcutá; Irmã Dulce, da Bahia; D. Hélder Câmara, de Pernambuco, que na verdade é cearense – não sei se V. Exa. sabe que é cearense D. Hélder Câmara, mas passou a vida em Olinda. Então há muitos. Em todos os Estados há referências. Já pensou? A gente pode sonhar em ter, nas escolas públicas do Brasil, as salas, ao invés de A, B, C, terem o nome de um pacifista. Depois, as crianças vão trocando e estudando a história da sala vizinha. Isso vai despertando a curiosidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Então, uma ideia puxa a outra, não é verdade? E assim a gente vai avançando.

Quero me associar aqui também aos queridos colegas Senadores para dizer que também, com muito orgulho, quando eu fui Prefeito de Florianópolis, demos a um centro de educação infantil o nome da Dra. Zilda Arns. Naquela oportunidade, também solicitei que se fizesse um pequeno relato da sua biografia. Talvez... Não estou me lembrando, já faz algum tempo isso, mas foi um momento muito marcante em que havia muita gente. Normalmente, não havia tanta gente nas inaugurações, e naquele dia estava repleto. E percebemos, no andar da inauguração, que o nome teria feito com que a comunidade local se sensibilizasse e fosse, também, prestar uma homenagem à Dra. Zilda, que, realmente, é uma referência brasileira e mundial, não só catarinense. Então, ficam as nossas justas e merecidas homenagens.

Também quero associar-me aqui à proposta feita, tanto pelo Senador Eduardo Girão – não vejo nenhum impeditivo de, ao invés... Tanto é que, aqui nos corredores das Comissões, nós temos os nomes dos Senadores: Ala Senador fulano e tal, ciclano etc. Então, a princípio não vejo nenhum problema, acho a ideia brilhante, muito interessante. Acho que estamos muito carentes de novos ídolos, de pessoas que fizeram uma diferença muito grande no passado. Estamos muito tecnocratas, muito imediatistas, queremos resultados muito práticos e muito objetivos, quando na verdade as coisas não são assim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Elas precisam evoluir e nós precisamos expressar o nosso reconhecimento àquelas pessoas que fizeram parte da história para que incentivem as nossas crianças e os nossos jovens que representam a esperança viva de um futuro melhor a se inspirarem, vamos dizer assim, nessas personagens, nessas personalidades que muito contribuíram para o desenvolvimento do Brasil e do mundo inteiro.

Com relação ao Senador Jorginho, ele levanta uma questão que eu acho interessante. Por exemplo, a BR-101, que corta o Brasil de norte a sul, em Santa Catarina é intitulada como Senador Mário Covas. Nada contra o Senador Mário Covas, Governador, brilhante político, um dos mais destacados desta Nação. Entretanto, ele tem pouca referência, tem pouca relação com Santa Catarina. E eu, numa oportunidade, quando morreu o Luiz Henrique da Silveira, que talvez tenha sido, nos últimos tempos, a pessoa mais importante, politicamente falando, em Santa Catarina, eu sugeri que o trecho de Santa Catarina fosse denominado também Luiz Henrique da Silveira.

O relatório não passou, porque o relator achou que seria uma desconsideração com o Governador Mário Covas substituir o trecho de Santa Catarina pelo Senador Luiz Henrique, o que, diga-se de passagem, é uma profunda incoerência. Vamos homenagear quem merece ser homenageado nos seus respectivos locais.

Eu acho que essa questão é uma questão que nós podemos levantar aqui. Podemos corrigir algumas questões que precisam ser corrigidas e que são possíveis de corrigir e vejo como muito louvável essa iniciativa dessas sugestões.

Portanto, não preciso nem colocar em votação, mas, como o Regimento determina, considero aprovado, por unanimidade, o relatório apresentado pelo Senador Flávio Arns, que denomina Rodovia Zilda Arns o trecho da BR-369 entre a cidade de Bandeirantes, no Estado do Paraná, e a divisa desse Estado com o Estado de São Paulo.

Portanto, considera-se aprovado.

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão e a matéria segue, então, ao Plenário do Senado Federal.

Item 7.

ITEM 7

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 249, de 2018

- Terminativo -

Institui o Dia Nacional do Museu.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senadora Maria do Carmo Alves

Relatoria: Senador Zequinha Marinho

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Os outros projetos que estão aqui para relatar, os relatores não se encontram presentes, então, automaticamente, eu os deixo sobrestados para a próxima reunião.

O relator do Projeto de Lei do Item nº 7, do Projeto de Lei do Senado de nº 249, de 2018, é o Senador Zequinha Marinho. Entretanto, é de conhecimento que nós não temos quórum para deliberar. O projeto é terminativo.

Então, faço a consulta a V. Exa. se prefere fazer a leitura e a defesa do relatório, da sua relatoria, do projeto ou o sobrestamos também para a próxima reunião. V. Exa. que decide. Para mim, sem problema nenhum, V. Exa. pode fazer a leitura e nós deliberamos, então, numa próxima reunião quando tivermos o quórum necessário para deliberar.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Presidente, é interessante que aqueles que vão votar ouçam a leitura do relatório e do voto, naturalmente.

Então, da minha parte, eu acho interessante que isso seja feito tudo no mesmo momento. A leitura do relatório e do voto para apreciação, debate, aprovação ou não. É mais sensato.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Excelente. Foi o que eu imaginava que V. Exa. iria propor.

Item nº 9.

ITEM 9

REQUERIMENTO Nº 14, de 2019

- Não terminativo -

Requer a realização de uma audiência pública, nesta Comissão, para debater "Segurança nas escolas", em virtude do atentado ocorrido na Escola Estadual Professor Raul Brasil, em Suzano - São Paulo.

Autoria: Senador Confúcio Moura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo a palavra ao eminente Senador Confúcio Moura para a defesa e a leitura do seu requerimento.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, esse é um requerimento que veio logo depois daquele acontecimento trágico em Suzano sobre a segurança nas escolas.

Hoje, em muitos Estados brasileiros, não temos mais a figura do vigilante, do ser humano, da empresa ou da Polícia Militar nas escolas. E uma grande parte das escolas só tem uma pessoa na portaria. Outras só têm câmeras de vigilância, mas sem conexão com as empresas que prestam serviço a distância ou nas proximidades de vigilância eletrônica. As pessoas deslocam-se rapidamente, chegam numa escola com dez minutos. Então, é um tema muito interessante.

E, depois desse acontecimento, que se repete nos Estados Unidos e em outros locais do mundo, aqui passou a haver um pânico nas escolas brasileiras, inclusive aqui em Brasília. Recentemente, um menino de treze anos soltou aí nas redes sociais uma ameaça realmente de violência, de tiroteio, de matança de crianças aqui no Distrito Federal, o que fez com que a Polícia Federal e outros órgãos de segurança detectassem o computador e chegassem à família. Agora, recentemente, semana passada.

E se verificou que era uma brincadeira de mau gosto, inclusive usando o celular da irmã. E certo é que o diretor dispensou todos os alunos, com medo daquela ameaça na escola aqui de Brasília. E assim estão surgindo porque os meninos estão muito espertos nessa questão de redes sociais. E uma conversa dessa que vaza nas redes causa uma panaceia muito grande, um pânico dos pais, que não deixam o menino ir para a escola.

Então, esse é um tema que mereceria um debate entre os especialistas aqui da área do Ministério da Educação e de outros ministérios relacionados, para que a gente pudesse criar esse ambiente porque, realmente, hoje dar aula está muito difícil. Os professores estão muito ameaçados. Hoje dizer que eu sou professor por vocação está diminuindo porque os meninos ameaçam o professor.

Houve casos também de homicídios de professores, violência contra professores, contra o patrimônio do professor, danos a veículo do professor, a moto do professor. Essa falta de respeito muito grande. É por isso que surge aí a onda das escolas militarizadas, das escolas mistas, com o objetivo de pacificar as escolas.

É um tema interessante que vai surgindo e Deus queira que não se repita mais no Brasil, como acontece em outros Estados. Mas já houve aqui no Brasil vários desses com assassinatos, com tragédias horrorosas anos atrás também.

Isso é muito ruim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu trouxe esse tema aqui mais para o debate dos companheiros Senadores, para refletir e verificar a conveniência ou não da discussão desse assunto aqui na Comissão de Educação.

Era só isso, Sr. Presidente.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Pois não, Senador Styvenson.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Sobre esse mesmo tema, Senador Confúcio, sobre as seguranças, eu pedi uma audiência pública na CDH. A gente vai trazer o mundo real, os professores que sofrem violência. Eu estou até procurando trazer a professora de Suzano que fez aquele depoimento real sobre a violência nas escolas.

E eu queria também sugerir e pedir a esta Comissão, se for de acordo com os demais Senadores, tratando-se de violência também, mas não dessa física, e sim da violência contra os sonhos, contra a expectativa, contra a vontade da pessoa de querer um curso superior. Estou falando dos EADs. Eu já tinha falado com o senhor anteriormente e estou falando agora de forma pública. É um curso que cresce muito rápido em detrimento dos presenciais. Enquanto essa modalidade cresce a um ritmo vertiginoso de 19% ao ano, os presenciais estão caindo em 3%, 4%. Há cerca de um milhão de brasileiros no EAD.

E, além de a gente discutir sobre a comparação com o curso presencial, a qualidade do curso presencial e a do curso EAD, a flexibilidade dos preços. Há muitas faculdades que cobram o mesmo preço do presencial no EAD. Pagam uma estrutura de eletricidade, de água, de tudo e no EAD é cobrado o mesmo custo.

Eu tive a chance de hoje, pela manhã, participar da Comissão de Transparência. Lá estão sendo discutidas as fraldes, as lesões causadas ao consumidor, às pessoas que querem ter esse curso superior. O que não deixa de ser uma violência, Senador Confúcio, com as pessoas que pagam por esse curso e não têm os diplomas. Eu tenho dados de que só em uma universidade no Sul foram descredenciados 65 mil diplomas, isso em só uma universidade, 65 mil diplomas! Então, as pessoas que pagam, as pessoas que assistem àquelas aulas, que têm essa vontade de ter esse diploma não têm mais.

Vou solicitar, vou fazer um requerimento para haver uma audiência pública trazendo também a polícia – porque é um caso de polícia –, trazendo a Polícia Federal, o Ministério Público, o MEC também, todos esses entes para que a gente possa proteger a nossa educação, avaliar para que possa ser discutido tudo isso, porque as pessoas que estão assistindo aqui a esta Comissão de Educação é pertinente a elas, Sr. Presidente, esse assunto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As pessoas pagam por esse sonho de ter um curso superior, passam por esse processo todo, e a gente precisa tomar algumas providências. Seria por aqui, nesta Comissão, que isso poderia começar, está bem?

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Aguardo o requerimento de V.Exa.

Senador Zequinha Marinho.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Antes de me referir ao tema pelo qual pedi a palavra, eu quero aqui registrar, com alegria, a presença do Dr. Paulo César Brasil do Amaral, Presidente do Instituto Brasileiro de Museus, que veio participar da sessão de hoje.

Pode ficar de pé um pouquinho, Paulo? (*Pausa.*)

Está aí o Dr. Paulo.

Muito obrigado pela sua presença. Tenho certeza de que, na próxima semana, teremos quórum suficiente para ler o relatório e o voto e aprovar o Dia Nacional do Museu, conforme o Projeto 249.

Muito obrigado.

Presidente, eu queria só me juntar ao Senador Confúcio Moura sobre essa questão de segurança nas escolas. Eu entendo oportuna essa solicitação em função de tudo o que a gente tem visto Brasil afora. Não é diferente em qualquer Estado ou qualquer cidade do interior ou nas capitais dos Estados; tem sido motivo de muita preocupação. Eu tenho visto gente que ama o magistério abandonando o magistério, não quer mais dar aula porque tem medo. Eu sou pedagogo também e a gente acompanha de perto essas coisas. Eu acho que o Governo talvez, pela educação, não esteja dando conta de formar um cidadão melhor. Mas aí não é só a escola: entra família, entra igreja, entra todo mundo, porque todo mundo é responsável pela construção de um ser humano mais trabalhado, mais elaborado, que tenha uma convivência saudável com os seus semelhantes.

A questão de segurança na escola. A gente, quando entra num avião, tem que passar pelo raio X. Se houver alguma coisa de metal que ameace, tem que deixar naquele local, fica tesoura, fica tudo. Talvez, no futuro, como medida de segurança, tenhamos que botar em cada escola um raio X, mas isso é coisa para o debate nessa audiência pública solicitada pelo nosso colega, que eu considero oportuna. E me junto a ele para que a gente possa conversar sobre isso e tentar colaborar com o Brasil, mesmo que isso represente um pouco mais de investimento. Mas é um investimento que preserva a vida e que evita tragédias e ocorrências da natureza da que ocorreu lá em São Paulo, em Suzano, na Escola Prof. Raul Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Sr. Presidente, só em relação... Se eu puder fazer este aparte ao Senador Zequinha.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Pois não.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Sobre o custo que o senhor falou, sobre esse acréscimo. É preciso lembrar, acho que todos aqui já conhecem, acho que o Brasil já está conhecendo. Nós fizemos um... Eu, os policiais militares do Rio Grande do Norte, os professores, os pais, os alunos, sem custo nenhum para o Governo, a gente fez uma escola compartilhada sem custo nenhum, que reduziu, transformou a escola em violência zero, viu, Senador Confúcio? Sem *bullying,* sem xingamento, todo mundo na fila, na ordem. Não há consumo de drogas. Não há violência contra o professor.

Eu estava conversando com o Senador Arns que professor não tem acréscimo do risco de vida, mas um policial tem. O professor não tem. Ele não ganha por insalubridade, por periculosidade. Então, lembrando ao senhor que esse custo pode ser discutido porque foi feito um modelo no Rio Grande do Norte e esse modelo é custo zero para o Estado, zero real, não custa nada e deu certo.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Senador Dário.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Vamos trazer à discussão.

Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Rapidamente. Eu tive a oportunidade de conhecer a escola que foi acolhida, abraçada pelo Senador Capitão Styvenson e alguns outros colegas da Polícia Militar lá do Rio Grande do Norte. Senador Zequinha, eu fiquei encantado com o que eu vi: uma comunidade que abraçou realmente essa gestão compartilhada porque lá há os professores, há a diretora e há também os policiais.

Então, houve um sábado anterior ao que eu fui visitar em que havia 300 pais, às 8 horas da manhã, dentro da escola, debatendo assim com uma felicidade – eu tive a oportunidade de, nesse caso, ver os vídeos. Mas, presencialmente, *in loco*, Senador Confúcio e Senador Flávio Arns, eu tive a oportunidade de conversar com as crianças: a autoestima lá em cima, felizes com a ordem, com a disciplina, com o amor que recebem lá. E eu saí estimulado para levar essa ideia inclusive para o meu Estado.

Participamos depois de um debate na Universidade Federal do Rio Grande do Norte – foi muito interessante – com o corpo docente, com doutores. Foi falado sobre... Não é uma escola militarizada,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não é uma escola militarizada, é uma escola compartilhada. E você precisa ver os pais – e dois estavam naquele momento inclusive como voluntários, pessoas querendo se voluntariar para ajudarem a escola –, mas a alegria dos pais de terem as crianças lá, ou seja, é uma demanda da sociedade esse tipo de inovação, esse tipo de método. Eu acho que chegou o momento de se repensar sobre isso.

Eu fiquei muito feliz com o convite do Cap. Styvenson e saí de lá revigorado e estimulado para levar essa cultura para outros Estados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Muito bem.

Eu vou colocar em votação o requerimento do Senador Confúcio Moura, que pretende debater a segurança nas escolas, inclusive ele já traz um elenco de personalidades que participarão da audiência pública. O primeiro é o Prof. Caio Callegari, representante do Todos Pela Educação; um representante do Conselho Federal de Psicologia; um representante do MEC e também a Sra. Maria Rebeca Otero Gomes, Coordenadora do Setor de Educação da Unesco no Brasil.

Então, já estamos aqui.

Considero aprovado o requerimento e o passo para a assessoria para que identifique a melhor data para que nós possamos fazer a nossa audiência pública. A audiência pública, como nós já tínhamos meio que combinado, será dirigida pelo autor do requerimento da audiência, o que facilita a vida de todos nós, para nos organizarmos nesse sentido.

Bem, eu quero ainda aqui informar ao Senador Flávio Arns que os representantes que têm por objetivo a discussão do Fundeb... Estou vendo aqui que já há cinco participantes, Senador Flávio Arns, mas vamos pedir licença para incluir o sexto: um representante do Ministério da Educação, um representante do Conselho Nacional de Secretários da Educação, um representante da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, um representante do movimento Todos Pela Educação, um representante da Campanha Nacional pelo Direito à Educação e um representante da Confederação Nacional dos Municípios.

Serão seis participantes, só para informar a V. Exa.

Outra questão que eu queria levar ao conhecimento dos Srs. Senadores é com relação às políticas públicas que devem ser desenvolvidas no âmbito desta Comissão. Senador Confúcio, eu não sei se existe concordância para que nós pudéssemos abordar pelo menos um item na Comissão de Educação relacionado à educação, outro item à cultura, outro item ao esporte. O objetivo disso aqui é comunicar aos Srs. Parlamentares que fazem parte desta Comissão para darem sugestão com relação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ao tema. Eu abriria essa inscrição até o dia 4 de abril – notadamente esse procedimento se adota no mês de março.

Eu já quero fazer uma sugestão. Eu acho que agora, com essas discussões todas da reformulação de um novo Brasil, que me preocupa muito e, a cada dia que passa, mais preocupado eu fico, um dos itens que está sob pretensa discussão é a desvinculação das receitas. Eu tenho muita dúvida sobre esse procedimento, sobre essa atitude, porque isso foi uma luta muito grande, durante muito tempo, de gente muito ilustre que batalhou para que houvesse um percentual mínimo para atender a saúde, por exemplo, Senador Confúcio, V. Exa. que é médico. E a luta é pela ampliação, não pela negação dessa configuração. A educação, então, com 25%, é histórico e, à medida que a gente desvincula isso, é uma situação extremamente preocupante, que requer um grande debate.

Um dos grandes problemas que está em discussão também é o Fundeb. Eu não sei se não seria interessante nós na educação estabelecermos uma discussão sobre o Fundeb.

E, na cultura, eu queria fazer outra sugestão. A Lei Rouanet, o Ministro esteve aqui, já se comprometeu a fazer as alterações. Fiquei satisfeito com o Ministro, que me parece muito capacitado, muito competente, tem conhecimento profundo das áreas em que atua. Ele se comprometeu inclusive a estabelecer uma certa distribuição, meio que *per capita*, dos recursos da Lei Rouanet, em que os projetos não serão só aprovados em São Paulo e Rio de Janeiro, onde estão concentrados quase 90% da Lei Rouanet, o que é muito ruim. Por exemplo, um poeta, um professor do Ceará que precisa de menos de R$5 mil para editar um livro não tem, e aí nós concedemos R$5, R$6, R$10 milhões para artistas já consagrados que, na verdade, não é que não precisem, mas, como o dinheiro é curto, temos de estabelecer prioridades, e a prioridade para novos talentos, na minha opinião é fundamental e tem um custo muito baixo.

De maneira que, no esporte, eu não teria nenhuma sugestão a fazer, mas eu queria fazer essa sugestão para que ficasse consignada no âmbito desta Comissão a questão do Fundeb e da Lei Rouanet. Eu gostaria de ter um requerimento, porque, na verdade, o procedimento que se adota aqui é que os Parlamentares desta Comissão fazem um requerimento sugerindo o item da política nacional e nós, se houver consenso, optamos por uma; se não houver consenso, colocamos em votação e a vencedora, evidentemente, terá continuidade. E o relator será o autor dessa proposição.

Eu quero deixar aqui consignado que estarão abertos os requerimentos para sugestão de itens de discussão nas nossas políticas públicas que serão desenvolvidas no âmbito da Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Repito que o prazo se encerrará no dia 4 de abril, por volta das 17h. Seria interessante que nós fizéssemos um comunicado a todos os membros desta Comissão, para que os interessados pudessem fazer também os seus requerimentos.

Passo a palavra ao Senador Flávio Arns.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Em primeiro lugar, só uma observação da minha parte. Concordo com V. Exa. quando falou das dúvidas que teria em relação à desvinculação dos recursos para educação, para saúde. Eu não tenho dúvida alguma; sou totalmente contra essa desvinculação. Acho um absurdo, um dos maiores absurdos, na minha opinião, que foram falados, externados ultimamente, porque, se nós já temos dificuldade com 25% ou 30% na educação, imaginem sendo um recurso livre. Nós temos que estabelecer nossas prioridades. Então, na minha opinião, não tem cabimento uma coisa dessas.

Uma vez eu estava nos Estados Unidos visitando o Estado do Texas e perguntei quanto do orçamento o Estado do Texas tinha para a educação básica. Em torno de 40%. Quer dizer, um país desenvolvido, com tecnologia, com tudo, e tem 40% para a educação. E nós estamos discutindo se vamos colocar 25% ou não. É uma luta histórica.

Mas concordo também com as prioridades, eu até diria talvez uma e no máximo três. Por que isso? Por exemplo, Fundeb é essencial, é o tema norteador, mas, dentro do Fundeb, que é manutenção, desenvolvimento e valorização, a gente tem que pensar na concretização disso. Por exemplo, educação em tempo integral. É um desafio dentro do Fundeb. Ou profissionalização dos nossos alunos egressos do ensino médio. É uma discussão. Na área da cultura, a Lei Rouanet é importante, mas não é assim, eu diria, uma forma de financiamento, mas eu gostaria de ver como um dos grandes objetivos qual é a nossa política pública mesmo para museus, por exemplo, que estamos discutindo, para cinema, para artes, para patrimônio histórico, uma coisa bem definida para que a gente possa pensar nisso.

E no esporte também a gente pensa que exista tanta coisa importante. Quer dizer, foi perguntado muito para o Ministro Osmar Terra sobre essa articulação com a educação; como é que isso está, mas em termos uma política de esporte escolar, esporte comunitário, esporte olímpico, de rendimento, paraolímpico. E o financiamento disso também, porque nós temos a Lei de Incentivo ao Esporte. Então, ver como é que está acontecendo, se está dando certo, se não está, onde é que está, como existe na Lei Rouanet também.

Então, eu pensaria assim, mas considero fundamental o que V. Exa. colocou aqui. Eu acho que nós temos que ter isso, porque, senão, ficamos discutindo muitas coisas. Vamos continuar discutindo e aprovando, fazendo nosso trabalho, porém com o foco em algumas coisas para que, no decorrer do ano, a gente se aprofunde nisso. Concordo inteiramente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Muito bem.

Então, nós aguardaremos os requerimentos, com as sugestões, para discutirmos as políticas públicas para esta Legislatura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo mais matéria a deliberar, agradeço aos Srs. Senadores e declaro por encerrada a nossa reunião.

(*Iniciada às 12 horas e 05 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 15 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 4ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE MARÇO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às doze horas e quatro minutos do dia doze de março de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Rodrigo Cunha, reúne-se a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor com a presença dos Senadores Marcio Bittar, Eduardo Girão, Selma Arruda, Izalci Lucas, Major Olimpio, Jorge Kajuru, Cid Gomes, Randolfe Rodrigues, Telmário Mota, Paulo Rocha, Otto Alencar, Carlos Viana, Rodrigo Pacheco, Wellington Fagundes, Marcos do Val, Confúcio Moura e Paulo Paim. Deixam de comparecer os Senadores Fernando Bezerra Coelho, José Maranhão, Ciro Nogueira, Mara Gabrilli, Weverton, Humberto Costa e Angelo Coronel. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 9, de 2019** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II e art.102-A, III "a" do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, com o objetivo de discutir a situação dos alunos que concluíram curso superior em instituições de ensino a distância irregulares e, portanto, não fazem jus a obter registros em seus diplomas de conclusão de curso. Propõe a presença dos seguintes convidados: 1. Representante da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (Seres) do Ministério da Educação; 2. Representante da Associação Brasileira de Educação a Distância (Abed); 3. Representante do Movimento Diploma Legal; 4. Representante da Secretaria de Defesa do Consumidor; 5. Representante do Ministério Público Federal; 6. Representante da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior." **Autoria:** Senador Rodrigo Cunha. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 2 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 8, de 2019** que: "Requer, nos termos do disposto no art. 90, V, Regimento Interno do Senado Federal e de acordo com o art. 58, § 2º, inciso V, da Constituição Federal, seja o Ministro de Estado de Turismo, Marcelo Alvaro Antônio, convidado a comparecer à Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, a fim de prestar informações sobre as denúncias de uso de candidaturas laranjas para desvio de recursos eleitorais." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e treze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Rodrigo Cunha

Presidente da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/03/12

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Bom dia a todas e a todos!

Havendo número regimental, declaro aberta a 4ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Submeto aos Srs. e Sras. Senadores a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Aprovada.

Concedo a palavra ao Senador Randolfe Rodrigues.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Pela ordem.) – Excelência, ao concluir a Ordem do Dia... Nós temos dois requerimentos já protocolados anteriormente. Eu peço que seja feita a sua apreciação extrapauta. Um era de convocação de S. Exa. o Ministro de Estado do Turismo Marcelo Álvaro Antônio; o outro era de convite. Eu quero declinar o de convocação em função do requerimento de convite, que acho, inclusive, mais adequado em relação a S. Exa. o Ministro do Turismo, em um primeiro momento, para o esclarecimento dos fatos alegados em relação...

dos fatos alegados em relação ao Ministro. Que ele seja gentilmente convidado a estar nesta Comissão. E, obviamente, creio que não deverá ter, por parte dele, nenhuma recusa para efetivação de tal. Então, só declinar do de convocação em função do de convite e pedir, ato contínuo, que V. Exa. submeta esta pauta à apreciação desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Senador Randolfe, eu também aproveito o momento para informar que a esta Comissão, até como uma maneira de organizar os trabalhos, previamente foi comunicado que nas três primeiras reuniões, por se iniciar um ano legislativo, não havia ainda o procedimento a ser seguido. E todos os senhores acredito que receberam um *e-mail* informando uma regulamentação das formas de recebimento de ofícios e de requerimentos.

Então, esse regulamento será o padrão. O requerimento de V. Exa. inclusive se encaixa nesse perfil. Foi encaminhado no dia 28 de fevereiro, inclusive já no formato de convite. Por isso estou com ele em mãos. Não há nenhum óbice – acredito eu – para colocá-lo em votação. Por isso, nós aqui iremos ler o requerimento de V. Exa. Assim que passar a leitura dos avisos, iremos inserir na pauta o Requerimento nº 8, de 2019.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Agradeço a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Leitura de avisos e ofícios, e demais documentos recebidos na Comissão.

Comunico o recebimento dos seguintes documentos: Ofício nº 151, de 2018; Ofício nº 21, de 2018, FMG; Ofício nº 575, de 2018; Aviso nº 74 - Seses - TCU - Plenário; Aviso nº 139 - Tribunal de Contas da União; Aviso nº 58, também do Tribunal de Contas da União.

Os documentos lidos estão disponíveis na página da Comissão, na seção Documentos Diversos, Documentos Lidos, com *link* para acesso ao seu conteúdo por um prazo de 15 dias, de forma que os Srs. Senadores possam se manifestar, caso assim desejem. Não havendo manifestação após esse prazo, os referidos documentos serão arquivados, nos termos da Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 12, de 2019.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passamos à pauta.

Antes, eu faço o registro de que, quando cheguei nesta Comissão, nós encontramos vários projetos para os quais seriam designados os Relatores, encaminhamos e estão em aberto, em *e-mails* para a assessoria e para os Senadores, as informações dos projetos constam na Comissão, para que os senhores demonstrem também, de forma ativa, um interesse, e posteriormente a esse prazo, será feita também, de uma maneira distributiva, de uma forma aleatória, a distribuição dos projetos cuja relatoria não for solicitada pelos Senadores. Então, esse é o procedimento mais adequado. Quem se identificar com alguma causa específica também, respeitando a proporcionalidade daquilo que for dado dentro da Comissão, terá aqui muito trabalho a fazer.

Passamos para o item 1. Requerimento da CTFC nº 9, de 2019, de minha autoria.

ITEM 1

REQUERIMENTO Nº 9, de 2019

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II e art.102-A, III "a" do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, com o objetivo de discutir a situação dos alunos que concluíram curso superior em instituições de ensino a distância irregulares e, portanto, não fazem jus a obter registros em seus diplomas de conclusão de curso. Propõe a presença dos seguintes convidados: 1. Representante da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (Seres) do Ministério da Educação; 2. Representante da Associação Brasileira de Educação a Distância (Abed); 3. Representante do Movimento Diploma Legal; 4. Representante da Secretaria de Defesa do Consumidor; 5. Representante do Ministério Público Federal; 6. Representante da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior.

Autoria: Senador Rodrigo Cunha.

ITEM 1

REQUERIMENTO Nº 9, de 2019

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II e art.102-A, III "a" do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, com o objetivo de discutir a situação dos alunos que concluíram curso superior em instituições de ensino a distância irregulares e, portanto, não fazem jus a obter registros em seus diplomas de conclusão de curso. Propõe a presença dos seguintes convidados: 1. Representante da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (Seres) do Ministério da Educação; 2. Representante da Associação Brasileira de Educação a Distância (Abed); 3. Representante do Movimento Diploma Legal; 4. Representante da Secretaria de Defesa do Consumidor; 5. Representante do Ministério Público Federal; 6. Representante da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior.

Autoria: Senador Rodrigo Cunha.

Essa solicitação se dá não apenas no âmbito regional, apesar de, no meu Estado, o Estado de Alagoas, que é um dos menores Estados do País... Apenas no meu Estado, 20 mil pessoas cursaram por dois anos no mínimo um curso a distância e hoje têm um diploma que não vale nada, que não é reconhecido pelo MEC. Isso se deu justamente pela forma indevida de funcionamento dessas instituições. Em Estado vizinho, Pernambuco, apenas num levantamento feito por uma CPI instalada na Assembleia Legislativa, foram identificados 80 mil alunos na mesma situação.

Muitos desses alunos pegaram empréstimos para conseguir pagar o curso superior na expectativa de ter uma melhora de vida e de ganhar conhecimento. No entanto, hoje estão com um problema: não há como o MEC reconhecer seus diplomas, tendo em vista que não houve autorização para o funcionamento dessas instituições. Então, de um lado, nós temos um problema que ainda existe em todo o País – precisamos saber qual é a postura do Ministério da Educação para inibir essa prática – e, de outro lado, temos que ter um olhar humanitário e buscar uma saída para essas pessoas que perderam não apenas dois anos, mas no mínimo quatro anos. Dois anos perderam cursando um curso que hoje não é válido e, ao cursar esses cursos que não são válidos, elas perderam a oportunidade de, nesses dois anos, cursar um curso que mudasse suas vidas.

Então, nós vamos – tenham certeza –, com a aprovação e com a concordância dos senhores, aprofundar um pouco mais esse tema.

Sendo assim, passa-se à discussão. (*Pausa.*)

Em votação.

Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O segundo requerimento é o Requerimento nº 8, de 2019, do Senador Randolfe Rodrigues.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 2

REQUERIMENTO Nº 8, de 2019

- Não terminativo -

Requer, nos termos do disposto no art. 90, V, Regimento Interno do Senado Federal e de acordo com o art. 58, § 2º, inciso V, da Constituição Federal, seja o Ministro de Estado de Turismo, Marcelo Alvaro Antônio, convidado a comparecer à Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, a fim de prestar informações sobre as denúncias de uso de candidaturas laranjas para desvio de recursos eleitorais.

Em discussão. (*Pausa.*)

Em votação.

Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Tratamos dos assuntos pertinentes à pauta. Assim, declaro encerrada a presente reunião.

Agradeço a presença de todos convidando-os para a próxima reunião no horário regimental.

(*Iniciada às 12 horas e 04 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 13 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 5ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE MARÇO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às onze horas e cinquenta e cinco minutos do dia dezenove de março de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Rodrigo Cunha, reúne-se a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Juíza Selma, Major Olimpio, Jorge Kajuru, Eliziane Gama, Randolfe Rodrigues, Telmário Mota, Angelo Coronel, Carlos Viana, Wellington Fagundes, Dário Berger, Confúcio Moura, Paulo Paim e Marcos do Val. Deixam de comparecer os Senadores Fernando Bezerra Coelho, José Maranhão, Marcio Bittar, Ciro Nogueira, Mara Gabrilli, Eduardo Girão, Weverton, Cid Gomes, Humberto Costa, Otto Alencar e Rodrigo Pacheco. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 10, de 2019** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, incisos II e V, da Constituição Federal, e dos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, aditamento ao Requerimento nº 09, de 2019, que trata da realização de audiência pública para "discutir a situação dos alunos que concluíram curso superior em instituições de ensino a distância irregulares e, portanto, não fazem jus a obter registros em seus diplomas de conclusão de curso", visando a inclusão, como convidados, da Sra. Elizabeth Guedes – Representante da Associação Nacional das Universidades Particulares – ANUP, e do Sr. Ricardo Holz – Representante da Associação Brasileira dos Estudantes de Educação a Distância – ABE-EAD." **Autoria:** Senadores Izalci Lucas e Rodrigo Cunha. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 11, de 2019** que: "Requer, nos termos regimentais, que seja convidado o Senhor Secretário Especial de Comunicação Social, Floriano Barbosa de Amorim Neto, a fim de prestar informações sobre as prioridades e diretrizes da pasta sob sua responsabilidade." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 3 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 12, de 2019** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 5/2019 - CTFC, seja incluído o convidado Geraldo Vasconcelos de Castro Junior, da organização S.O.S Pinheiro." **Autoria:** Senador Rodrigo Cunha. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 4 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 13, de 2019** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RQS 9/2019, que trata da realização de audiência pública para "discutir a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

situação dos alunos que concluíram curso superior em instituições de ensino a distância irregulares e, portanto, não fazem jus a obter registros em seus diplomas de conclusão de curso", visando a inclusão, como convidados Sr. Carlos Eduardo Lima Rocha de Oliveira, Conselho Regional de Educação Física de Alagoas." **Autoria:** Senador Rodrigo Cunha. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 5 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor nº 14, de 2019** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja incluído como convidado o Sr.Maurício Mendes, como representante da organização NUDEC, na Audiência Pública objeto do REQ 5/2019 – CTFC, que visa a debater a situação enfrentada pelo bairro do Pinheiro e adjacências, no município de Maceió, Alagoas, que, ainda por causa desconhecida, está sofrendo abalos e danos que têm motivado a desocupação da área pelos moradores." **Autoria:** Senador Rodrigo Cunha. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Rodrigo Cunha

Presidente da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/03/19

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Boa tarde, Srs. Senadores, Sra. Senadora Eliziane – seja bem-vinda – e todos aqui presentes!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Havendo número regimental, declaro aberta a 5ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Submeto aos Srs. Senadores a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Passamos ao item 1, Requerimento nº 10, direcionado a esta Comissão.

ITEM 1

REQUERIMENTO Nº 10, de 2019

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, §2º, incisos II e V, da Constituição Federal, e dos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, aditamento ao Requerimento nº 09, de 2019, que trata da realização de audiência pública para "discutir a situação dos alunos que concluíram curso superior em instituições de ensino a distância irregulares e, portanto, não fazem jus a obter registros em seus diplomas de conclusão de curso", visando à inclusão, como convidados, da Sra. Elizabeth Guedes – Representante da Associação Nacional das Universidades Particulares – ANUP, e do Sr. Ricardo Holz – Representante da Associação Brasileira dos Estudantes de Educação a Distância – ABE-EAD.

Autoria: Senador Izalci Lucas

O requerimento, de autoria do Senador Izalci Lucas, é subscrito também por mim. Sou também autor do requerimento de realização dessa audiência pública.

Em discussão. (*Pausa.*)

Em votação.

Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 2

REQUERIMENTO Nº 11, de 2019

- Não terminativo -

Requer, nos termos regimentais, que seja convidado o Sr. Secretário Especial de Comunicação Social, Floriano Barbosa de Amorim Neto, a fim de prestar informações sobre as prioridades e diretrizes da pasta sob sua responsabilidade.

Autoria: Senadora Eliziane Gama

Em discussão.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Sr. Presidente, nós apresentamos esse requerimento desse convite. Na verdade, a questão da comunicação social tem tomado proporções muito significativas, sobretudo com as redes sociais e, naturalmente – já é uma prática comum dos Governos –, com a aplicação do recurso público na questão da comunicação social. E a gente precisa entender melhor qual a política do Governo em relação a essa política de comunicação social.

Eu digo isso porque eu também sou jornalista e, por exemplo, não há, no meu entendimento, em algumas situações, um olhar mais regionalizado. Qual é a visão do Governo em relação a todas as Regiões do Brasil e como esse recurso, essa repartição de verbas será feita não apenas em relação aos Estados, mas também em relação aos veículos de comunicação? Qual o critério que o Governo estabelecerá para a aplicação desse orçamento que é significativo, muito embora tenha havido uma redução desse valor, algo em torno de aproximadamente R$200 milhões para publicidade governamental?

Ao mesmo tempo, qual o olhar do Governo para as rádios comunitárias? A gente sabe que hoje no Brasil temos aproximadamente 4 mil rádios comunitárias. Inclusive, há um debate dentro do Congresso Nacional em relação à estruturação desses veículos. Qual é o olhar do Governo em relação a emissoras?

Também há um ponto que, infelizmente, hoje no Brasil tem sido colocado de uma forma muito rotineira, inclusive pelas próprias redes sociais do Presidente da República e por outros integrantes do seu Governo: as *fake news*. Qual o compromisso que o Governo tem e qual o olhar que o Governo tem em relação a essa questão específica das *fake news*? Por exemplo, alguns dados, alguns levantamentos feitos por portais nacionais apresentaram que, das publicações feitas pelo Presidente Bolsonaro, pelo menos 60% são *fake news* ou relacionadas a questões inverídicas, a *fake news*. Então, como é feito esse controle? Como é feito, de fato, esse acompanhamento?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, entender também, dentro da perspectiva das *fake news,* se há a preocupação, por exemplo...

Ainda em relação às *fake news*, tivemos um fato muito recente, que foi a publicidade, digamos, ou a manipulação ou reprodução de *fake news*, envolvendo inclusive uma jornalista do *Estadão*.

Então, são alguns pontos que eu vejo como importantes e fundamentais, e esta Comissão, que tem um papel fundamental de fiscalização e controle, poderá tratar deles com a vinda do Secretário nesta Casa.

A gente fez um convite, porque o nosso entendimento é esta conversa. Naturalmente, se ele não comparecer, vamos evoluir para uma convocação, que é um princípio regimental a que tem direito esta Comissão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Muito bem, Senadora.

Em votação.

Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Requerimento nº 12, de minha autoria.

ITEM 3

REQUERIMENTO Nº 12, de 2019

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 5/2019 - CTFC, seja incluído o convidado Geraldo Vasconcelos de Castro Junior, da organização S.O.S Pinheiro.

Autoria: Senador Rodrigo Cunha

Em discussão. (*Pausa.*)

Em votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Requerimento nº 13, também de minha autoria.

ITEM 4

REQUERIMENTO Nº 13, de 2019

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RQS 9/2019, que trata da realização de audiência pública para "discutir a situação dos alunos que concluíram curso superior em instituições de ensino a distância irregulares e, portanto, não fazem jus a obter registros em seus diplomas de conclusão de curso", visando a inclusão, como convidados, Sr. Carlos Eduardo Lima Rocha de Oliveira, do Conselho Regional de Educação Física de Alagoas.

Autoria: Senador Rodrigo Cunha

Em discussão. (*Pausa.*)

Em votação.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Requerimento nº 14, de 2019.

ITEM 5

REQUERIMENTO Nº 14, de 2019

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja incluído como convidado o Sr.Maurício Mendes, como representante da organização NUDEC, na Audiência Pública objeto do REQ 5/2019 – CTFC, que visa a debater a situação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

enfrentada pelo bairro do Pinheiro e adjacências, no município de Maceió, Alagoas, que, ainda por causa desconhecida, está sofrendo abalos e danos que têm motivado a desocupação da área pelos moradores.

Autoria: Senador Rodrigo Cunha

Em discussão. (*Pausa.*)

Em votação.

Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aproveito também para informar aos Srs. e Sras. Senadoras que, amanhã, dia 20 de março, quarta-feira, a partir das 14h, neste Plenário, teremos uma reunião de trabalho com a apresentação da Associação Brasileira de Procons sobre os projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional que tratam sobre a atualização do Código de Defesa do Consumidor em matérias de superendividamento e o projeto de lei que trata do fortalecimento dos Procons.

Essa solicitação foi feita pela própria Associação de Procons, que, inclusive, está reunida com os seus membros de todos os Estados do País hoje, amanhã e depois, aqui em Brasília. E, no momento em que eles escolheram dois temas prioritários e para ter uma aproximação com esta Comissão, que também é a Comissão de defesa do consumidor, que se possam estreitar um pouco os laços e se discutirem os temas que podem interferir na vida de cada brasileiro.

Então, essa solicitação foi feita semana passada. Não se trata de uma audiência pública, mas de uma ampla reunião. Todos os Srs. Senadores serão muito bem-vindos. E aqueles que tiverem, inclusive, outros temas que possam somar nesta temática relacionada à defesa do consumidor também podem apresentar previamente, ou por *e-mail*, ou diretamente a esta Comissão.

E também, depois de amanhã, nessa quinta-feira – e aqui eu agradeço a todos os Senadores que aprovaram, por unanimidade –, realizaremos audiência pública objeto do Requerimento nº 5, de 2019, que trata sobre a situação do bairro do Pinheiro e adjacências, no Município de Maceió, Alagoas. Esse é um assunto que aqui, repito, não é restrito a um bairro de uma cidade, não é isso; nós estamos falando aqui de uma possível catástrofe, algo que já está sendo alardeado em âmbito nacional, no mínimo, há dois meses, inclusive a Presidência já se manifestou em várias situações, e hoje é dito pelo próprio Secretário Nacional de Defesa Civil como sendo a prioridade número um deste País. Então, é algo que está afetando a vida diretamente – diretamente! – de mais de 20 mil pessoas, de mais de 2,7 mil estabelecimentos.

Cerca de 800 pessoas já saíram de suas residências, e há muitas outras que já estão para sair. Inclusive, ontem, o Ministério Público estadual também já atuou nessa linha para que todos que foram

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

demarcados em uma situação dita como área vermelha sejam retirados de suas residências. Então, é algo que mexe com a vida dos brasileiros, especialmente daqueles que moram em Alagoas.

Os senhores aqui, pela experiência que também têm em lidar com problemas relacionados ao solo, problemas relacionados à vida das pessoas que têm um planejamento que de um dia para outro muda e que não veem, muitas vezes, no Poder Público em quem confiar... Acredito que é o momento em que a gente pode chamar para o Senado Federal uma unidade de informação, de comunicação e, principalmente, buscar um resultado objetivo e que possa tranquilizar as pessoas, os moradores e também toda a população de um Estado.

Agradeço aos senhores pela aprovação. Será realizada nessa próxima quinta-feira. Portanto, sintam-se todos convidados para isso.

Aproveito também para informar, principalmente ao Senador Randolfe Rodrigues, que foi o autor de um requerimento convidando o ex-Ministro Gustavo Bebianno para comparecer a esta Comissão – ele foi convidado –, o que estava programado para acontecer na manhã de hoje, que houve a negativa por *e-mail*. E eu aqui quero ler esse *e-mail,* encaminhado para o apoio desta Comissão no dia 18 de março.

> Confirmo o recebimento do convite veiculado no *e-mail* abaixo, bem como de seus anexos.
> Contudo, informo a impossibilidade de comparecer à audiência pública dessa conceituada comissão, agendada para o dia de amanhã, devido a outros compromissos previamente assumidos.
> De toda sorte, agradeço pelo convite e renovo meus votos de estima e consideração.
> Cordialmente,
> Gustavo Bebianno.

Então, essa é a resposta à solicitação de V. Exa., Senador Randolfe Rodrigues, que foi aprovada pelo Plenário desta Comissão, de que não houve o comparecimento.

Concedo a palavra ao Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Rápido comentário, Presidente. É característico do Sr. Bebianno, não poderia ser diferente. Ele confirma o que poderia... Ele confirma a trajetória medíocre que teve na vida pública, de sair pela porta dos fundos, e não explicar aqui as verdadeiras razões pelas quais foi demitido do Governo do Presidente Bolsonaro. Enfim, cada um tem o seu lado da história e tem a sua escolha pessoal de como quer passar para as gerações futuras. Essa é a escolha do Sr. Bebianno, e nós a respeitamos, já que a esta Comissão não cabe a possibilidade de convocação, mas meramente de convite.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Muito bem, Srs. Senadores...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Só agradeço a V. Exa. e aos membros desta Comissão pela aprovação do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Muito bem, é a nossa função.

Sendo assim, Srs. Senadores, Sra. Senadora, nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 6ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE MARÇO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às quinze horas e dezesseis minutos do dia vinte de março de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Rodrigo Cunha, reúne-se a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor com a presença dos Senadores Fernando Bezerra Coelho, Eduardo Braga, Dário Berger, Juíza Selma, Izalci Lucas, Weverton, Fabiano Contarato, Telmário Mota, Paulo Rocha, Rogério Carvalho, Angelo Coronel, Carlos Viana, Rodrigo Pacheco, Wellington Fagundes, Jorginho Mello, Arolde de Oliveira, Eduardo Gomes, Paulo Paim, Chico Rodrigues, Marcos do Val e Sérgio Petecão. Deixam de comparecer os Senadores José Maranhão, Marcio Bittar, Ciro Nogueira, Mara Gabrilli, Eduardo Girão, Jorge Kajuru, Cid Gomes, Humberto Costa e Otto Alencar. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Reunião de Trabalho**. **Finalidade:** Apresentação da Associação Brasileira de Procons sobre os projetos de lei que atualizam o Código de Defesa do Consumidor em matéria de superendividamento e do projeto de lei que trata do fortalecimento dos Procons. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e trinta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Rodrigo Cunha

Presidente da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/03/20

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 7ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 21 DE MARÇO DE 2019, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às dez horas e três minutos do dia vinte e um de março de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Rodrigo Cunha, reúne-se a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor com a presença dos Senadores Marcio Bittar, Juíza Selma, Major Olimpio, Telmário Mota, Paulo Rocha, Carlos Viana, Wellington Fagundes, Paulo Paim e Marcos do Val. Deixam de comparecer os Senadores Fernando Bezerra Coelho, José Maranhão, Ciro Nogueira, Mara Gabrilli, Eduardo Girão, Jorge Kajuru, Weverton, Cid Gomes, Humberto Costa, Angelo Coronel, Otto Alencar e Rodrigo Pacheco. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 5/2019 - CTFC, de autoria do Senador Rodrigo Cunha, REQ 12/2019 - CTFC, de autoria do Senador Rodrigo Cunha, e REQ 14/2019 - CTFC, de autoria do Senador Rodrigo Cunha. **Finalidade:** Debater a situação enfrentada pelo bairro do Pinheiro e adjacências, no município de Maceió, Alagoas, que ainda por causa desconhecida, está sofrendo abalos e danos que têm motivado a desocupação da área pelos moradores. **Participantes:** Frederico Bedran, Diretor de Geologia e Produção Mineral - DGPM (representante de: Ministério de Minas e Energia); Antonio Carlos Bacelar Nunes, Diretor de Hidrologia e Gestão Territorial da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM; Thales Queiroz Sampaio, Assessor (representante de: Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM); Victor Hugo Bicca, Diretor-Geral da Agência Nacional de Mineração - ANM; Jorge Briseno Torres, Assessor da Vice-Presidência operacional da Companhia de Abastecimento D'Água e Saneamento de Alagoas - CASAL; Alexandre de Castro, Diretor de Negócio - Brasken; Dinário Lemos, Secretário de Defesa Civil de Maceió (representante de: Prefeitura de Maceió); Tenente Coronel Moisés Melo, Coordenador Estadual da Defesa Civil de Alagoas (representante de: Governo de Alagoas); Armin Braun, Diretor do Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres - CENAD (representante de: Ministério do Desenvolvimento Regional); Gustavo Esteves, Procurador Ambiental de Maceió (representante de: Prefeitura de Maceió); Sandra Nunes Leite, Professora da Universidade Federal de Alagoas; José Antônio Malta Marques, Promotor de Justiça (representante de: Ministério Público do Estado de Alagoas); Carlos Eduardo de Paula Monteiro, Defensor Público do Estado de Alagoas; Roberta Bonfim, Procuradora da República - Alagoas (representante de: Ministério Público Federal); Rosemeire Lobo, Procurado do Ministério Público do Trabalho de Alagoas - MPT-AL; Ricardo Soares Moraes, Advogado e Membro da Comissão Especial designada para o acompanhamento da situação do Bairro do Pinheiro (representante de: OAB de Alagoas); Maurício Mendes, Representante do Núcleo Comunitário de Defesa Civil de Maceió - NUDEC; Alexandre Sampaio, Presidente da Associação dos Empreendedores do Bairro Pinheiro; Sr Joelinton

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Barbosa Góis, Representante (representante de: Núcleo Comunitário de Defesa Civil - NUDEC); Geraldo Vasconcelos de Castro Júnior, Representante do Movimento S.O.S. Pinheiro; Fernando Rebouças, Defensor Público do Estado de Alagoas. Vereador Francisco Sales, Presidente da Comissão Especial de Inquérito (CEI). **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às vinte horas e dezenove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Rodrigo Cunha

Presidente da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/03/21

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Bom dia a todas e a todos. Quero dizer que esta manhã será, tenho certeza absoluta, extremamente produtiva, numa semana em que vamos buscar um alinhamento de intenções. Cada um tem um posicionamento, e nós hoje, nesta manhã, aqui no plenário desta Comissão, iremos fazer, tenho certeza absoluta, aquilo que aqueles que depositam confiança nos órgãos e nas pessoas esperam.

Sendo assim, declaro aberta a 7ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A presente reunião tem por finalidade a realização de audiência pública para debater a situação enfrentada pelo Bairro do Pinheiro e adjacências, no Município de Maceió, Alagoas, que, ainda por causa desconhecida, está sofrendo abalos e danos que têm motivado a desocupação da área pelos moradores. Em atendimento aos Requerimentos nºs 5, 12 e 14, de 2019, da CTFC, todos de minha autoria, foi aprovada por unanimidade esta audiência pública.

É importante deixar claro que esta audiência tem um caráter também interativo, ou seja, as pessoas podem participar, através de comentários e perguntas, através do Portal e-Cidadania, no endereço senado.leg.br/ecidadania ou também ligando através da ferramenta Alô Senado, pelo número 0800-612211. Essa participação é uma participação regimental, faz parte da forma de condução desta audiência pública, que tem um caráter – e aqui eu já explico aos demais presentes – um pouco diferenciado do que acontece nas Câmaras municipais e nas Assembleias Legislativas em termos de intervenção. Há todo um rito a ser seguido e um Regimento a ser obedecido.

Desta forma, nós iremos realizar uma audiência em quatro blocos. O primeiro bloco diz respeito à discussão acerca da definição técnica das causas que levaram à caracterização da problemática no Bairro do Pinheiro, onde nós teremos, na Mesa, representante da CPRM, representante da Agência Nacional de Mineração do Ministério de Minas e Energia, representante da CASAL, representante da Braskem e representante do CREA. Este será o primeiro bloco.

O segundo bloco será com a temática acerca das consequências diante da propensa confirmação de possibilidade de desastre na região. Os componentes da Mesa são a Secretaria de Defesa Civil de Maceió, representante da Prefeitura de Maceió, representante da Defesa Civil de Alagoas, representante do Ministério do Desenvolvimento Regional, representante da Ufal e da Caixa Econômica Seguradora.

Num terceiro momento, num terceiro bloco, nós contaremos aqui com uma Mesa praticamente com os órgãos de controle, aqui representados pelo Ministério Público do Estado de Alagoas, também pelo Ministério Público Federal, com a sua Procuradoria Regional de Alagoas; representante da Procuradoria Geral da República; do Ministério Público do Trabalho; da Defensoria Pública de Alagoas; também da OAB Alagoas; e do Tribunal de Justiça.

E na quarta Mesa teremos também os componentes da sociedade civil: representantes do Nudec, representante do SOS Pinheiro, representante da Associação dos Empreendedores do Bairro Pinheiro e representante da Comissão Especial de Inquérito sobre o Pinheiro estabelecida na Câmara Municipal de Maceió.

Então, em princípio, esses quatro blocos têm essa função de ser extremamente eficientes – e aqui é esse o objetivo de todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dando sequência, eu aqui sei que o Estado está acompanhando esse momento, as rádios estão ligadas na Rádio Senado, as pessoas estão ligadas na TV Senado, nas redes do Senado, no YouTube do Senado, ou seja, a participação está garantida. E objetivamente, esta audiência pública tem como objetivo organizar toda a situação do Pinheiro e adjacências. A dimensão da problemática e de todas as influências que produz no dia a dia da população local e de toda a cidade demonstram a importância nacional da demanda, que conta com a interferência e dependência direta dos mais diversos órgãos públicos, razão pela qual se justifica o acionamento da solidariedade nacional típica de uma federação. A situação, totalmente atípica, requer, de maneira ainda mais premente, o diálogo institucional para que sejam construídas soluções.

No mais, gostaria de contar com o compromisso de todos os presentes com a produtividade, e foi essa produtividade que eu pretendi ao propor a realização desta audiência pública. Compreendemos a delicadeza do assunto, mas vamos aproveitar este momento em que todos estão à mesa para buscar construir pontes que nos levem à melhor solução possível para essa problemática e para que se fortaleça a transparência com a população.

Então, senhores, eu aqui quero dar o testemunho de todos que estão agindo – e não é há um mês, mas é no mínimo há um ano – sobre esse assunto. Eu sei que é um trabalho árduo, eu sei que há diversas relações institucionais, inúmeras reuniões, e os senhores sempre estiveram presentes – aqui eu falo daqueles que atuam diretamente no dia a dia, quando foram solicitados. Acompanhei várias reuniões e, naquelas em que eu não estive presente, sempre esteve alguém da minha equipe, acompanhando e passando os relatórios. Aqui não se trata de um assunto baseado em notícias da imprensa, de forma alguma. Trata-se aqui também de falar sobre os sentimentos daquelas pessoas que aqui estão, e tudo depende da forma como nós enxergamos um problema.

Deputada Tereza Nelma, eu vejo hoje que Alagoas de fato pode dar um grande exemplo a este País. Num momento como este, nós temos a oportunidade de dizer para o País que, daquilo a que nós somos acostumados – apenas agir quando há um problema –, Alagoas está fazendo diferente. Nós aqui, de maneira preventiva, estamos todos com as antenas ligadas, todos os radares ligados e buscando soluções. Então, isso é muito difícil de acontecer neste País.

Seja bem-vindo, Senador! Bom dia!

Normalmente, as tragédias acontecem, e aí se busca resolver o que já não pode ser resolvido, busca-se apenas uma solução para os problemas. Neste caso específico, repito, Alagoas pode dizer que, neste País, que não tem o hábito, a cultura de trabalhar com prevenção... Estão aqui os senhores da Defesa Civil, que tiveram dificuldade para fazer um plano de evacuação, para colocar em prática um plano de evacuação com a população. Quem aqui é acostumado a trabalhar dessa forma? Não há sirenes espalhadas pela cidade. Por quê? Porque este País não é acostumado a terremotos, a desastres. Mas, numa situação como essa, há vários indícios... E, principalmente, as pessoas estão vivenciando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

grande dificuldade no dia a dia e já estão saindo de suas casas de maneira quase compulsória ou pelo clima de terrorismo que é colocado a cada dia. Ninguém sabe o que está acontecendo.

Os senhores, que fizeram esse trabalho árduo, repito, que percorreram várias instituições levando opiniões, que foram em busca do que há de mais avançado em termos de tecnologia neste Planeta, com certeza, demonstram aqui um senso republicano aguçado, demonstram que, apesar de as famílias dos senhores não estarem lá – acredito que grande parte dos senhores tem familiares nessa região –, estão preocupados com aquilo que pode ser um problema na vida de muitas outras famílias.

Então, sendo assim, eu gostaria de convidar para compor este primeiro bloco o representante da CPRM, Antônio Carlos Bacelar. Convido-o a compor a Mesa. Ele é Diretor de Hidrologia e Gestão Territorial da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais. (*Pausa.*)

Convido também o Sr. Thales de Queiroz Sampaio; o representante da Agência Nacional de Mineração, Victor Hugo Froner, Diretor-Geral da Agência Nacional de Mineração; o representante do Ministério de Minas e Energia, Frederico Bedran, Diretor de Geologia e Produção Mineral; o representante da Casal, Sr. Jorge Briseno Torres, Assessor da Vice-Presidência Operacional da Casal; o representante da Braskem, Sr. Alexandre de Castro, Diretor de Negócio; e o representante do Crea que aqui está presente – não me foi passado o seu nome.

Quero também registrar – já falei da importância da participação popular – a importância dos Parlamentares que aqui estão presentes: a Deputada Tereza Nelma, sempre participante das causas que interferem na vida das pessoas; o Deputado Marx Beltrão, Coordenador da Bancada Federal, que também vem acompanhando de perto esse assunto;

a Deputada Jó Pereira, sempre atuante – é uma grande felicidade para esta Comissão receber V. Exa., que também, na essência, busca realizar audiências públicas para ouvir as pessoas, não para tirar foto para colocar no Facebook, mas sim para obter encaminhamentos e resultados.

Saúdo ainda a nossa querida Pauline, que aqui também representa a Associação dos Municípios Alagoanos e que é Prefeita de Campo Alegre.

Aos poucos, vou nominando aqui as autoridades presentes, para que a gente possa dar sequência.

Thales, bom dia! Cumprimentei todos, mas não o tinha cumprimentado também.

Para dar início a esta Mesa, que trata sobre gerenciamento dos danos, que trata sobre levantamentos técnicos, convido o representante do CPRM, para que possa dar uma explicação. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como o objetivo aqui é obter informação e como há um alinhamento entre o Ministério de Minas e Energia e a CPRM, a inversão da ordem não é problema, até porque podem ser extraídas informações logo na sequência.

Sendo assim, passarei a palavra ao representante do Ministério de Minas e Energia, Frederico Bedran, Diretor de Geologia e Produção Mineral.

Será dado o prazo de dez minutos para a fala de V. Exa.

O SR. FREDERICO BEDRAN – Senador, bom dia!

Agradeço o convite, em nome do Ministério de Minas e Energia, ao tempo em que digo que não é um momento muito feliz para estarmos todos aqui, mas, por outro lado, acho que essa soma de intenções positivas, como o Senador disse, pode trazer bons frutos para este nosso trabalho.

Quero saudar todos os representantes da sociedade civil que aqui estão, os representantes do Poder Judiciário e dos demais órgãos e todos os Parlamentares aqui envolvidos, assim como os nossos parceiros da CPRM e da ANM, os demais que compõem esta Mesa e os demais senhores.

Senador, essas estruturas que nós estamos observando, subsidências, fraturas e fissuras, não são novas. Há indícios de ocorrência há mais de uma década dessas feições. Mas o Ministério já vem trabalhando há muito tempo nisso. A CPRM está envolvida nisso há um bom tempo, desde o ano passado, e a ANM está sempre preocupada, atuando na tentativa de definição das causas.

Neste Governo, logo no início de janeiro, o Sr. Ministro Bento Albuquerque emitiu uma portaria determinando que a ANM e a CPRM – a ANM é uma autarquia, uma agência reguladora vinculada ao Ministério de Minas e Enegia, e a CPRM é uma empresa pública vinculada também ao Ministério de Minas e Energia – promovessem ações no sentido de tentar identificar as causas, com o levantamento de indícios do que realmente está ocorrendo.

A CPRM tem uma atuação, como vocês vão poder ver na apresentação do Dr. Thales e do Dr. Bacelar, nos estudos relacionados a fenômenos ligados à terra, referentes a terremotos, a deslizamentos e a enchentes.

Nós temos uma enorme *expertise* na área de mapeamento de risco e uma atuação muito forte com a Defesa Civil no cenário nacional.

A ANM tem a atribuição intrínseca de fiscalização das atividades minerais e de devidas sanções. Cabe à Secretaria de Geologia e Mineração, da qual faço parte, exatamente o acompanhamento e a coordenação de todos esses esforços.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além das equipes que estão em Maceió, equipes da agência e equipes da CPRM, trabalhando arduamente, os representantes dos órgãos, os diretores e o próprio Secretário de Geologia e Mineração já estiveram presentes no bairro Pinheiro recentemente e se reuniram com o poder local e com outros representantes.

A ANM, em nome de suas competências, vem formalizando diversas exigências para a empresa que explora sal-gema na região. Entre esses estudos que vêm sendo solicitados desde 2012, há a determinação para que eles avaliem o eventual impacto dessas atividades de lavra na estabilidade no terreno e eventuais impactos nas estruturas sobrejacentes, residências, comércio e outras.

A CPRM, ainda dentro de suas competências, vem atuando também, elaborando mapas geotécnicos e geológicos, realizando uma série de levantamentos geofísicos, aéreos e terrestres, de radar e batimétricos, todos esses, Senador, com o intuito de a gente tentar chegar às causas.

Então, nós não estamos medindo esforços para tentar desvendar isso. Ainda não temos uma causa definida, como o Senador bem colocou, que pode ser uma causa natural, como falhas geológicas e outras questões, mas que também podem ser causas antrópicas. Independentemente da causa e da somatória dessas variáveis naturais ou antrópicas, os efeitos visíveis já estão aí, que são as rachaduras nas casas das pessoas, as fissuras e as subsidências. Então, nós temos de atuar já nessas ações de proteção e da Defesa Civil.

Então, as ações de nossa responsabilidade neste momento se concentram realmente na Defesa Civil, tanto a estadual quanto a municipal. Mas o Governo Federal não está fora disso. Estamos atuando sob a coordenação do Cenad – logo depois, o Dr. Braun falará um pouco do trabalho do Cenad – e estamos trabalhando de forma coordenada com todos os órgãos envolvidos na questão, para darmos todo o apoio aos órgãos estaduais e municipais, ou seja, os esforços disponíveis no Governo Federal, em nome de suas competências, estão sendo levados a termo, tanto para a continuidade das investigações e tentativa de verificação das causas, como também para a proteção e a Defesa Civil.

Paro por aqui. Agradeço mais uma vez.

Acho que os nossos órgãos, a ANM e a CPRM, poderão dar maiores detalhes técnicos, que poderão elucidar ainda mais, atendendo ao anseio de cada um.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Agradeço a fala do Sr. Frederico. É importante esse compromisso do Governo Federal. Também farei alguns questionamentos justamente sobre essa interação com o Governo Federal no final do bloco.

Passo a palavra para o representante da CPRM, para que possa também fazer sua explanação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTÔNIO CARLOS BACELAR NUNES – Ilustre Senador Presidente da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, quero, em seu nome, saudar todos os componentes desta audiência pública, convocada e aprovada pelo Senado Federal através de um requerimento de V. Exa; quero saudar todos os políticos e políticas; quero saudar o Ministério Público Federal, o Ministério Público Estadual, as entidades representativas de classe.

Quero saudar os componentes da Mesa: o Dr. Frederico Bedran, neste ato representando o nosso Ministério de Minas e Energia; o Diretor-Presidente da Agência Nacional de Mineração, o Dr. Bicca; o outro representante que compõe a Mesa, que está ao lado do Bicca, o Dr. Jorge; o Dr. Alexandre, um dos diretores da Braskem; o meu colega geólogo da CPRM, do Serviço Geológico do Brasil, Dr. Thales Queiroz.

Senador, hoje é um dia muito importante não só para Maceió, especificamente para o bairro Pinheiro e para Alagoas, como também para o Senado Federal, para o Brasil, porque esta é uma oportunidade de nós também apresentarmos a nossa empresa, a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais, que, por força federal, hoje, é constituída como Serviço Geológico do Brasil. É uma empresa que, agora, em agosto de 2019, completará o seu cinquentenário. É uma empresa que tem a missão fundamental de pesquisar e disseminar o conhecimento geológico, hidrológico e hidrogeológico para o Brasil, para os brasileiros e para as instituições dos Governos municipais e estaduais e do Governo Federal.

O Serviço Geológico do Brasil é uma empresa vinculada ao Ministério de Minas e Energia que atua em todo o Território nacional, fazendo os mapeamentos geológicos básicos, fazendo os levantamentos geofísicos, fazendo todas as investigações que ocorrem no Território brasileiro.

Eu sou Diretor de Hidrologia e Gestão Territorial. Esse assunto está afeito à nossa Diretoria. E, nesse ato, estou representando também o Sr. Presidente, o Dr. Esteves Colnago, que se encontra em viagem no exterior.

Quero dizer às senhoras e aos senhores que é uma honra mostrar para o Brasil a amplitude dos serviços que já foram executados e que estão sendo executados no Brasil, mais especificamente no Estado de Alagoas, em Maceió, no bairro Pinheiro.

No ano passado, nós fomos visitados inicialmente pelos representantes da Prefeitura de Maceió. Naquela oportunidade, recebemos os representantes na nossa sede, para conversar exatamente a respeito dos fenômenos que estavam acontecendo no bairro Pinheiro.

Nós informamos aos visitantes, à época, que a CPRM já estava presente no Estado de Alagoas promovendo alguns levantamentos, mas que, a partir daquela data, nós identificamos a presença dos nossos pesquisadores naquela região.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui, quero ressaltar para os senhores que, a partir do final de junho, mais precisamente em julho, nós intensificamos as pesquisas geotécnicas que estão sendo realizadas no bairro Pinheiro. Somente para exemplificar, hoje há algo em torno de 53 técnicos do Serviço Geológico do Brasil permanentemente atuando na pesquisa para a identificação da causa ou das causas que, porventura, estão afetando aquela comunidade, com fissuramentos, com rachaduras, com possíveis afundamentos que estão ocorrendo no bairro Pinheiro. Nós temos um cronograma que estamos cumprindo à risca.

Tão logo assumiu os destinos da Nação, o Governo Federal nos falou da preocupação número um com a situação do bairro Pinheiro. Nós, a partir dali, estamos fazendo os levantamentos. Quero dizer às senhoras e aos senhores que o Governo Federal está presente diuturnamente através dos pesquisadores da CPRM, do Serviço Geológico do Brasil. Para os senhores e as senhoras terem uma ideia, eu interrompi outros tantos projetos importantes em nível nacional, que são estipulados pelo nosso PPA, para dar atendimento a esse desastre natural de Pinheiro, em Maceió. Lá há gente da Superintendência de Recife, do Rio de Janeiro, de Brasília, de todos os quadrantes deste País em que haja um técnico ou uma técnica com *expertise* no assunto.

Na nossa empresa, bem antes desse fenômeno, em convênio com o Governo do Japão, nós mandamos técnicos e técnicas nossos para fazer treinamento no Japão, porque nós entendemos que o Japão...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANTÔNIO CARLOS BACELAR NUNES – Senador, o senhor me permite falar por mais algum tempo? (*Pausa.*)

O Japão é um dos países que mais entendem de desastres naturais, como terremotos, *tsunamis* e variações provocadas pela natureza. Então, nós estamos presentes com o conhecimento, com a *expertise* desse pessoal lá em Pinheiro.

Nós estabelecemos um cronograma de serviço e de pesquisa para o bairro Pinheiro de acordo com a nossa disponibilidade técnica. Nós estamos utilizando em Pinheiro as mais modernas tecnologias de geofísica. Vários métodos já foram aplicados, e outros tantos, se houver necessidade, serão replicados, para se chegar a um entendimento para a identificação da causa; isso pode ser provocado por um fenômeno natural ou por um fenômeno antrópico. Nós estamos avançando. Nós utilizamos vários métodos geofísicos, que estão sinalizando mais ou menos a situação de instabilidade do bairro Pinheiro.

Nós encerramos, agora há pouco, Srs. Senadores e Srs. Deputados, senhoras e senhores, autoridades, o método geofísico audiomagnetotelúrico, que é um método moderno que tem capacidade de penetração além da camada de sal, de onde está sendo extraído o minério de sal-gema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós vamos precisar de alguns dias, em torno de 10 a 15 dias, para fazer o processamento desses dados, para confrontar com os outros dados de eletrorresistividade, da interferometria, para comparar com a sísmica. Já fizemos a batimetria da Lagoa de Mundaú. Estamos avançando nas pesquisas para identificar a causa ou as causas.

Eu sei que o tempo é exíguo, Senador, e que o assunto é palpitante, importante. A gente tem de conversar e discutir hoje, nesta audiência pública, as possibilidades que a Geologia e a Engenharia Civil possam trazer para tranquilizar os habitantes do bairro Pinheiro, os habitantes de Maceió, no Estado de Alagoas, e do Brasil.

Eu estava ali sentado e ouvi atentamente a sua colocação, Sr. Presidente Rodrigo Cunha. Esta Casa se antecipa a um fenômeno que está às portas de acontecer ou não. Quero dizer aos senhores que o risco de desastre está instalado no bairro Pinheiro. Nós, do Serviço Geológico do Brasil, não podemos jamais omitir uma informação que seja verdadeira, que seja precisa. A nossa função não é penalizar ninguém. Acho que a função principal desta audiência pública é a preservação das vidas.

Então, é nesse sentido, Sr. Senador Presidente, senhoras e senhores, que nós encaminhamos. Estou aqui apenas fazendo esta parte introdutória institucional da nossa empresa, para mostrar para os senhores e para o Brasil a grandiosidade do Serviço Geológico do Brasil. A CPRM é uma empresa de Estado, não é uma empresa de governo; é uma empresa de pesquisa geocientífica e, para tanto, necessita do apoio do Congresso Nacional, necessita do apoio do Governo Federal, dos Governos estaduais e municipais, enfim precisa do apoio de todos. E nós caminhamos no sentido da pesquisa, e a pesquisa transcende a problemática política. A parte política quem resolve são os políticos. Nós estamos aqui para dar uma informação técnica, segura e precisa.

Quero aqui agradecer esta oportunidade de mostrar aos senhores e ao Brasil o que a CPRM faz em nível de Brasil. Aqui, para exemplificar, só faltam apenas 5% para o recobrimento da área de todo o Território nacional com a geofísica. E nós somos, na nossa Diretoria, responsáveis também pelos mananciais de superfície. Em convênio com a Agência Nacional de Águas, cuidamos também da água subterrânea, cuidamos do geoprocessamento brasileiro, cuidamos dos levantamentos da área de risco. Foi imposto no nosso PPA para fazermos os levantamentos de 821 Municípios, e nós, hoje, já mapeamos 1.560 Municípios brasileiros, identificando as áreas de risco: alto risco, médio risco e baixo risco. E fazemos também a parte de geoambiental.

Senador, nós queremos encerrar aqui a nossa fala institucional e nos colocar à disposição do Senado Federal, da Câmara Federal...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTONIO CARLOS BACELAR NUNES – ... das Assembleias Legislativas e dos governos estaduais e municipais para qualquer esclarecimento que se fizer necessário e que estiver ao alcance do nosso conhecimento.

O Serviço Geológico do Brasil sente-se honrado de estar aqui participando desta audiência pública tão importante para o Estado de Alagoas, mais precisamente para os habitantes do bairro Pinheiro, em Maceió.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Vou deixar para tecer comentários ao final do bloco.

Dando sequência à apresentação da CPRM, aqui bem representada pelo Diretor, temos aqui o Thales, que já é uma figura conhecida no Estado de Alagoas. Temos uma demonstração, Sr. Diretor, de que a CPRM está presente em Alagoas: se o Thales andar por qualquer rua de Maceió, ele é reconhecido, justamente por ser sempre solícito e estar sempre em campo. Então, aqui também, Thales, é muito importante a sua visão, a sua experiência e as informações que você tem para que a gente possa aqui uniformizar os entendimentos.

O SR. THALES QUEIROZ SAMPAIO – Pois não, Senador.

Bom dia a todos!

Cumprimento todos na pessoa do Senador e já passo diretamente ao assunto. Se o Senador me permitir, eu vou falar de pé, de frente para a tela e vou andar um pouquinho aqui pela frente. Pode ser?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Eu só quero saber se há um microfone sem fio disponível. (*Pausa.*)

O SR. THALES QUEIROZ SAMPAIO – Acho que sim.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Então, por favor, Thales.

O SR. THALES QUEIROZ SAMPAIO – Bem, minha gente, o Dr. Bacelar já falou bastante do Serviço Geológico do Brasil.

Cumprimento meus colegas do Ministério de Minas e Energia, Bicca, Frederico, enfim, cumprimento todos, Deputados, Senadores, Procuradores da República, Promotores, o pessoal do bairro Pinheiro, que sei que está ansioso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente vai tentar mostrar só aquilo... Para onde tenho que apontar para passar? Para trás? (*Pausa.*)

O.k.

A apresentação teria os seguintes tópicos: equipe; breve histórico – acho que o histórico foi muito bem contextualizado pelo Dr. Bacelar –; a contextualização do problema; as linhas de investigação, o monitoramento e seus métodos; um cronograma de trabalho; os estudos realizados e os resultados preliminares; e as considerações e providências, que a gente identifica no final.

Então, eu vou passando muito rapidamente pelo histórico e pela linha de tempo e paro aqui, também muito rapidamente, só para mostrar que a Bacia de Alagoas, que é uma bacia sedimentar – ou seja, é uma bacia que foi formada a partir de outras rochas durante a deriva continental e, especificamente, durante a separação entre América do Sul e África –, é uma bacia toda estruturada, ela é uma bacia que, naturalmente, tem fraturas e falhas geológicas.

Na cidade de Maceió, nós temos fraturas e falhas geológicas em toda a cidade, em vários locais, assim como na cidade de Salvador, na cidade de Recife, enfim, a costa brasileira é rica em estruturas geológicas, porque é da natureza da própria formação dessas rochas.

Esse é o mapa geológico atualizado do Estado de Alagoas. Esse mapa foi lançado pela CPRM em 2017.

Aqui a gente tem um *zoom* desse mapa e, aqui, um pouquinho mais de *zoom*, onde vocês podem ver – aí fico infeliz, porque vocês não vão ver tão bem – uma grande falha que sai daqui, da nossa plataforma continental, a plataforma continental jurídica brasileira, entra, corta a Lagoa do Mundaú, corta... O bairro Pinheiro está aqui e, aqui, a gente tem um campo de petróleo. Essa falha é a Falha de Tabuleiro, e o campo de petróleo é o Campo de Tabuleiro dos Martins.

Vocês podem ver que nós temos vários falhamentos – aqui é o mapa geológico atualizado –, ou seja, é rico em falhamentos, e aqui só estão os grandes falhamentos, tanto dentro da plataforma continental quanto no continente. Se a gente for para área cristalina, então, aí as falhas são muitas. E essas falhas antigas que a gente tem por baixo dessa bacia também são passíveis de serem reativadas.

Aqui é uma imagem do bairro com a mineração de sal. O que a gente está vendo em verde é o que hoje está sendo minerado, e o que a gente está vendo em vermelho é o que já foi minerado. Sobre a mineração de sal, eu acho que vai ser feita uma apresentação pela Braskem, acho que não vou falar sobre isso. Então, são 35 ao todo, sendo que 4 em funcionamento e 31 desativados.

Aqui a gente tem 4 linhas de investigação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Temos as características geotécnicas dos solos da região e a forma de ocupação do bairro, onde a gente vai examinar a parte mais superficial, a parte de sustentação, a parte de ocupação do bairro – se está construído corretamente, se tem saneamento básico, se tem drenagem etc. etc.

Segunda hipótese: presença de vazios (cavidades, cavernas) no solo e subsolo da região, decorrentes de causas naturais ou de ações antrópicas. A gente sabe que há 35 cavidades construídas de forma controlada pela Braskem e a gente está procurando outros tipos de cavidade que podem acontecer em rochas calcárias, e a gente tem bastantes rochas calcárias na coluna estratigráfica do bairro Pinheiro e da Bacia de Alagoas como um todo.

Por último, a extração da água subterrânea, porque, associada à extração de sal, nós temos a explotação de água subterrânea. Portanto, o mesmo tempo da mineração, 40 e poucos anos, tem também a explotação de água subterrânea, que é assim que a gente consegue tirar o sal – não vou falar do processo porque, certamente, a Braskem vai falar.

O nosso cronograma original apontava para o final de maio uma resposta mostrando as possíveis causas dos efeitos que a gente está enxergando no bairro Pinheiro. A gente já trouxe esse cronograma para o final de abril por orientação do Dr. Bacelar, por orientação do Ministério de Minas e Energia, por orientação da Agência Nacional de Mineração, mas, especialmente, por orientação do nosso Diretor, que está aflito, e todos nós que estamos trabalhando no bairro Pinheiro estamos aflitos, porque o trabalho é muito diferente. Ao contrário dos trabalhos de geologia que eu fiz ao longo de quase toda a minha vida, nos quais eu não tinha contato com o público e eu não sentia o sofrimento, ou a tristeza, ou a desilusão das pessoas, no bairro Pinheiro é completamente diferente: a gente sente a tristeza, o anseio, as pessoas adoecem etc. Então, o Serviço Geológico do Brasil vai fazer tudo para fechar as suas conclusões, e essas conclusões serão fechadas junto com universidades. Por recomendação do Secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral, Dr. Alexandre, nós vamos incorporar a academia para a análise integrada dos dados para ter não o aval da academia, mas para ter um pensamento compartilhado com o pensamento acadêmico nas questões do bairro Pinheiro.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. THALES QUEIROZ SAMPAIO – E o serviço geológico americano – bem lembrado, meu Diretor. O serviço geológico americano já tem vários dados, eles estão examinando vários dados. Já tivemos duas videoconferências com eles e teremos uma próxima na qual vamos acertar a vinda deles para fecharmos os nossos estudos.

Aqui é o mapeamento de evidências, que todo mundo conhece: zona alta, média e baixa. Eu vou passar isso muito rapidamente. Queria só chamar atenção para esse mapa aqui. Por favor, prestem atenção a esse mapa, que é o que a gente chamou Mapa de Feições, onde a gente indicava que havia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um fraturamento, onde havia um rompimento. A gente não entendia por que havia esse rompimento nesse lugar do bairro, mas a gente vai entender agora, um pouquinho para frente.

Aqui é o que a gente fez na lagoa – Bacelar já comentou.

Aqui, o método de eletrorresistividade. No método de eletrorresistividade, a gente vê claramente que, numa área onde não há fraturas, o padrão é esse e, lá no bairro Pinheiro, o padrão é esse que vocês estão vendo. O que vocês estão vendo em azul e verticalizado está interpretado aqui como zonas muito condutivas, como zonas de falhas e fraturas.

Aí a gente está fazendo uma série de encaminhamentos complementares para poder ter um modelo 3D. Isso vai ficar pronto até 20 de abril.

Isso aqui é a gente checando a coluna estratigráfica com os dados da eletrorresistividade: bate perfeitamente.

Novamente, o nosso Mapa de Feições, mas, aí, com um estudo mais superficial, um estudo geotécnico do bairro. O Prof. Galindo já fez muitos consertos no bairro, e esses consertos não surtem efeito. Ele vai ficar cansado de consertar e a coisa não acontecer. Então, o que a gente entende é que o problema não é mais um problema superficial e, sim, que existe alguma coisa mais importante no bairro.

Aqui é a rede sismológica. O Serviço Geológico do Brasil participa do conjunto de instituições que monitora a rede sismológica do Brasil, inclusive participamos aportando recursos, e vamos aportar recursos agora à rede sismológica. Quando houve o sismo no Pinheiro, havia um único sismógrafo, instalado a 80 quilômetros de distância. Hoje a gente tem 6 sismógrafos instalados.

Aqui é o método de gravimetria. A gente vê duas anomalias gravimétricas que a gente ainda não compreende bem, mas a gente imagina que a camada de sal não seja uma camada plana, que exista algum movimento na camada de sal, mas a gente vai ter isso quando acabar de processar esses dados.

Aqui o audiomagnetotelúrico de que o Dr. Bacelar falou. São 100 pontos coletados no bairro, a gente está processando tudo isso.

Aqui um afloramento que fica a 20 quilômetros do bairro Pinheiro. Essa é a Formação Barreiras – parece um calcário, mas não é –, a Formação Barreiras cortada de uma forma inadequada. Você está vendo claramente as fraturas que existem na Formação Barreiras e, portanto, existem fraturas e falhas na Formação Barreiras. E essa fratura se abrindo: é porque esse corte não deveria ter sido feito desse jeito e, evidentemente, está havendo um pouco de voçorocamento. Isso está a 20 quilômetros do bairro Pinheiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui a gente fez todo um estudo da ocupação urbana do bairro para entender o que tinha acontecido lá. A Sísmica AWD, que a Braskem está fazendo, vai nos ajudar muito na interpretação junto com os nossos dados.

E agora a gente entra nos resultados da análise interferométrica de imagens de radar do período de abril de 2016 a dezembro de 2018. Explico melhor – isso é muito importante.

Existe uma empresa italiana, Telespazio, que tem imagens da cidade de Maceió. Por questões operacionais do satélite deles, eles checam o satélite deles e coletam imagens de Maceió desde 2010, Dra. Raquel, e, a partir de... Nós compramos imagens a partir de abril de 2016, e essas imagens mostraram esse desenho. O que significa isso? Onde vocês estão vendo verde é que não há movimento e, onde vocês estão vendo vermelho, há movimento.

Aqui está o bairro Pinheiro, e o final da mancha vermelha delimita a zona que a gente está vendo rompida, que a gente está vendo quebrada. E os pontos em vermelho, o que são? São pontos que estão baixando, são pontos que estão em subsidência.

Aí eu vou mostrar várias imagens.

Isso aqui é a forma de coletar pelo satélite.

Aqui uma imagem mais de perto, onde eu mostro a velocidade de subsidência. Vocês podem ver aqui...

Deixem-me ver se a ponteira funciona. Se funcionasse, seria ótimo.

Não funciona, infelizmente.

Aqui vocês estão vendo esses dois pontinhos. A velocidade deles de subsidência, ou seja, de rebaixamento, é 188,4mm por ano, com mais ou menos 3,5mm para mais ou para menos, que é a margem de erro. Isso significa que, em dois anos, nós podemos ter uma subsidência próxima de 40cm nessa área. Aliás, nós podemos não, nós tivemos uma subsidência próxima de 40cm nessa área, e essa área está dentro da área da Braskem, esses dois pontinhos que estou mostrando.

Aqui, mais alguns pontos, também dentro da área da Braskem, com velocidade de subsidência de 188mm por ano. Se você multiplicar isso por 2,5, que foi o empo que a gente pegou, vai dar também em torno de 40cm nesse período de tempo.

Aí, outro ponto com velocidade.

Eu vou passar para essa imagem que eu ampliei. Vocês viram que a interferometria que a gente encomendou é muito maior do que o bairro Pinheiro. Isso é para mostrar que tudo isso aqui está quieto, você não vê nada disso aqui se mexendo. Nessa zona que vocês estão vendo em laranja, há

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pontinhos vermelhos. Essa zona, que começa a ficar rosa, depois laranja e, depois, amarela é a zona que a gente está vendo se romper.

Por que isso aqui é a zona que se está rompendo? Essas são as zonas que a CPRM mapeou, porque é lá que as casas estão quebradas. E por que as casas estão quebradas aí? Porque todo esse bloco aqui está quieto, ele não está se abaixando, e todo esse bloco aqui, que compõe praticamente todo o bairro Pinheiro, está se abaixando. Aí foi que a gente compreendeu por que estava quebrando na zona vermelha, laranja e amarela? Porque há um bloco mais para perto da lagoa que está em subsidência, ou seja, está se abaixando, e esse bloco que está em verde, esse bloco enorme, não está se abaixando, e há uma zona de transição onde a gente quebra.

Vou passar.

Temos um filmezinho aqui.

Estou mostrando para vocês: estão aqui os vermelhinhos. Eu coloquei só as zonas vermelhas; inclusive, aqui, com toda a parte de baixo, a parte do Mutange. E, aqui, as zonas que a gente mapeou. Essas zonas estão em laranja, amarelo e, aí, elas chegam por aqui, e elas já estão verdinhas – foram as zonas que a gente mapeou.

Aqui, mais algumas velocidades. Nas zonas verdes vocês estão vendo uma velocidade... Numa zona verde não, numa zona verde meio amarelinha: 13mm por ano; numa zona verde, 3mm por ano, ou seja, dentro da margem de erro – pode ser zero, inclusive, a subsidência aí.

Aqui, novamente as áreas da gente dentro das zonas, para vocês verem.

Aqui eu mostro mais algumas velocidades exatamente ali na parte baixa do bairro Pinheiro: velocidade de 168mm por ano.

E, novamente...

Ué, não saiu. Era para ter saído... Ah, é o filme!

Será que você pode ativar esse filmezinho para mim por favor? (*Pausa.*)

(*Procede-se a exibição de vídeo.*)

O SR. THALES QUEIROZ SAMPAIO – Nós vamos passar dois anos e meio agora. O satélite mede o mesmo ponto 60 vezes por ano.

Então, o tempo está passando. Hoje nós estamos em agosto de 2016. A área está em subsidência.

Por que estava tudo verde? Porque foi quando eles começaram a medir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a área está avançando, a área está avançando, e a área se movimenta; ela vai um pouco à frente e, depois, ela volta um pouco. Por quê? Porque ela parou de se movimentar. Então, o movimento é relativo.

Você tem gráficos. Para cada ponto desse você tem um gráfico em que você pode ver o movimento. Vou falar disso depois que o filmezinho terminar.

(*Soa a campainha.*)

O SR. THALES QUEIROZ SAMPAIO – Você pode arrastar e terminar o filme. Pode tirar o filme e voltar para o PowerPoint por favor.

Essa mancha vermelha de subsidência...

O que a gente fez? Ontem nós estivemos no Rio reunidos com o pessoal da Telespazio e examinamos profundamente esse material. E o que a gente entendeu? Está mexendo, sim, desde abril de 2016, que foi o que a gente comprou de imagem. Mas é muito interessante, porque o padrão do gráfico tem alguma coisa importante em janeiro de 2018. E mais: a partir de junho de 2017, a subsidência passou a aumentar. A partir de junho de 2017, a gente percebe, em vários pontos, que a subsidência passou a aumentar.

Passe para mim, por favor, porque acho que não está...

Bom, aqui eu volto. Qual é a interpretação que pode ser dada aqui? Pessoal, eu estou terminando. Senador, me perdoe, mas as informações são importantes. Se você tem essa meia lua, que é o formato que a gente vê, movimentos de rastejo, movimentos rotacionais, que são movimentos lentos, a gente diz o seguinte: um rastejo nunca é perigoso, porque ele avisa que vai romper, mas ele rompe. Às vezes, demora para romper, mas ele rompe.

Eu já vi muito rastejo. Estive em uma área no Rio Grande do Sul – Jorge, me ajude –, área da cidade daquele cara que era secretário de defesa civil, estive com a equipe de campo lá e vi um rastejo lindíssimo que estava quebrando, quebrando, quebrando, ninguém se incomodava, e, de repente, desceu 10m. Simplesmente desceu. As árvores ficaram todas de pé, mas ele desceu 10m.

O que acontece no movimento de rastejo? Você pode simplesmente ter um bloco que desce do jeito que está aqui ou, imagine que você não veja isso aqui, esse bloco desceu e essa área ficou toda intacta. Como ele avisa? Ele avisa assim: trincando, abrindo fendas, fraturas. É assim que ele nos avisa.

Então, o que a geologia nos diz no bairro Pinheiro? Que o terreno formou um sistema ao longo de 40 anos, onde se tinha extração de água subterrânea, mineração de sal, ocupação urbana inadequada, falta de saneamento básico, falta de drenagem adequada, tudo isso e o sistema estava em equilíbrio. Mas o sistema começou a se desequilibrar, a gente imagina, dez anos atrás, pelas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

notícias que a gente tem do bairro do Pinheiro, mas a gente vê na interferometria que, a partir de 2017, esse movimento está aumentando. Aí é só uma ligação da imagem que a gente está vendo com um possível processo geológico que é possível acontecer no bairro, mas é lento.

Aqui as hipóteses, o que a gente já sabe de cada hipótese. Não vou me demorar, a apresentação fica com os senhores, mas queria mostrar aqui, só para reforçar o que o Dr. Bacelar falou, no número 2, a presença de cavidades, cavernas no subsolo, cavidades erosivas. A gente já vê isso se formando no cruzamento de falhas normais em níveis conglomeráticos da Formação Barreiras, ou seja, são cavernas muito superficiais. Inúmeras anomalias condutivas: falhas, vazios ou solo saturado. Isso tudo a gente vai entender quando cruzar todos os métodos. Por último, as estruturas e feições tectônicas.

Nós confirmamos as presenças das falhas no subsolo até uma profundidade de, no mínimo, 60m, porque a nossa equipe é muito rigorosa. Eu vi perfeitamente até 150m nos dados deles, mas eles disseram que não, só até 60m. Então, só até 60m. Estamos aguardando confirmação da continuidade em profundidade maiores, aguardando os boletins da rede sísmica. E diferentes velocidades de deformação da interferometria, que a gente viu ontem no Rio de Janeiro.

As considerações e providências são aquilo que a gente falou. Existe um cenário onde você tem um movimento brusco, e pode ter. Quando é movimento brusco? Quando o rastejo deixa de ser rastejo e cai.

Aí, nesse caso, a gente precisa de um monitoramento exemplar do ponto de vista sísmico, do ponto de vista de interferometria, sensores de movimento no próprio bairro e, mais do que isso, em todo o mundo, Senador. Em todo mundo desenvolvido há áreas de risco, quer seja por vulcão, quer seja por alerta de tsunami, quer seja por avalanche nos alpes. Ou seja, as pessoas estão acostumadas a receber uma notícia, sair daquela área e, depois que passa o evento, voltar. Então, as pessoas acham muito estranho no Brasil quando a gente diz: em caso de previsão de chuva forte... E agora vou definir chuva forte, porque a equipe ontem me deu essa definição, por causa dessas condições que a gente está vendo no bairro do Pinheiro. A gente imagina que, se há previsão de chuva de mais de 30mm em um único dia, que as pessoas, por favor, saiam e depois retornem ao bairro. Eu tinha falado em um número maior do que esse, mas nós estamos com uma equipe no campo permanentemente, examinando os dados agora à luz da interferometria.

No caso de movimento lento e contínuo, a orientação continua sendo o que a gente falou ontem, seguido de medidas de monitoramento para auxiliar. A mesma coisa de movimento lento até a estabilização, que é possível. À medida que a gente tem os dados da geofísica, a gente vai saber se isso tem condições de estabilizar ou não. E a gente acredita... Eu conversava agora cedo, de manhã – eu, Dr. Bacelar e Dr. Jorge Pimentel, que nos acompanha... Dr. Jorge, levante a mão por favor. E ele dizia: "Depois que a gente tiver todos os dados, é possível que a gente tenha uma solução de engenharia para estabilização". Aí seria drenagem adequada, drenos profundos. Enfim, a engenharia é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

riquíssima em soluções para coisas desse tipo. Então, não é uma coisa para a gente dizer: "Ah, não tem jeito, tem que mudar". Nós não sabemos disso. Vamos aguardar um pouquinho. No final de abril, a gente pode saber.

As medidas que são consideradas urgentes incluem, evidentemente, ajustar o plano de contingência em relação aos novos dados. Você não pode mais correr para cima daqueles pontinhos vermelhos. Ninguém pode correr mais para o Mutange, lá para baixo, ou seja, havia vários pontos que a gente tinha escolhido como seguros que, por causa da interferometria, a gente mostra que não são mais seguros.

Construção da rede de drenagem provisória antes da chuva. Penso que isso tem sido providenciado junto à prefeitura. Parece que a Braskem fez um projeto. Vocês podem falar melhor sobre isso do que eu. Isso seria uma drenagem feia, mas que não deixasse a chuva infiltrar no bairro, porque, como o bairro está muito quebrado, a água entra com muita velocidade e vai levantar o nível muito rápido. Como a parte de cima está muito desestruturada, você pode ter solapamento porque pode fluidizar – o fenômeno se chama fluidização.

Contratação de interferometria para os períodos de 2011 a 2016 e 2019 a 2020. Nós estamos providenciando isso. Tive ontem reunião com diretores da Telespazio, o Dr. Bacelar me autorizou a negociar com eles.

Contratação de especialista em interferometria...

(*Soa a campainha.*)

O SR. THALES QUEIROZ SAMPAIO – Isso é coisa do serviço geológico do Brasil. Estamos providenciando.

Sondagem rotativa com recuperação de testemunho, para a gente realmente ver todas as rochas até a profundidade adequada.

Instalação de sensores automáticos de movimento da cota.

Repassar recurso para a Rede Sismográfica Brasileira. Estamos providenciando isso.

Instalação permanente da rede sísmica local no bairro Pinheiro e arredores.

Aí fica o muito obrigado ao Serviço Geológico do Brasil.

E me perdoem pelo tempo. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Bem, Thales, agradeço a apresentação. Inclusive, se V. Exa. ainda quiser acrescentar algum ponto, não por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

causa do tempo deixe de fazer. Todos aqui estão prestando atenção. E esse é um dos pontos mais aguardados no dia de hoje. Tanto é que, pela ordem aqui, a CPRM está sendo a primeira. Então, se quiser acrescentar algum ponto, fique extremamente à vontade.

O SR. THALES QUEIROZ SAMPAIO – Meu Senador, eu acho que as reflexões do público serão muito importantes. A única coisa que eu gostaria de acrescentar, depois de respirar um pouco, é o longo e sincero agradecimento às pessoas que estão aqui que são do bairro do Pinheiro, às pessoas que estão aqui que são de Alagoas, de Maceió, que acolheram o Serviço Geológico do Brasil, porque esse não foi um trabalho feito sozinho, mas com as pessoas que lá estão, com a Defesa Civil municipal. Vejo aqui aquele a quem chamo carinhosamente de meu Coronel, Dinário, vejo o Secretário Estadual de Defesa Civil, enfim, e um grupo de pessoas do bairro do Pinheiro que tem nos ajudado muito, permitindo que a gente entre em suas casas, nos seus quartos, nos seus banheiros e que a gente compartilhe com eles tudo que a gente tem feito. Aí a gente também tem toda a emoção que eles têm.

A equipe está completamente envolvida emocionalmente no trabalho, porque é um trabalho bem diferente. É um bairro de classe média, um bairro bonito, um bairro limpo, de pessoas educadas e isso tudo... Então, queria agradecer muitíssimo essa oportunidade de a gente ter feito essa explanação, agradecer a todas essas pessoas e, em especial, esta oportunidade que o Senador nos deu.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Muito bem.

Eu comuniquei aqui, inclusive, está prescrito para os senhores, nós temos uma metodologia de trabalho própria. Vamos abrir uma exceção, tendo em vista que foi previamente solicitada. Nós temos vários Parlamentares que têm várias atividades durante o dia. O Deputado Marx Beltrão solicitou fazer alguns apontamentos. Até informo ao Deputado que os apontamentos serão feitos agora, Deputado, mas as respostas ficarão para o final e serão repassadas para V. Exa. com certeza para que a gente possa dar continuidade a esta eficiente apresentação dos senhores.

Então, com a palavra, o Deputado.

O SR. MARX BELTRÃO (Bloco/PSD - AL) – Quero, primeiro, agradecer, Presidente, por quebrar o protocolo e me ceder a palavra. Quero parabenizá-lo por convocar esta audiência pública, colocando à Mesa todos os agentes envolvidos para que a população do bairro do Pinheiro tenha, finalmente, um apontamento de direcionamento para solução e para resolver o problema dos moradores.

E quero, primeiro, cumprimentar os moradores do bairro do Pinheiro, que vieram de Maceió até esta reunião de hoje. Cumprimento todos eles. Quero cumprimentar os meus colegas Deputados: o Deputado Isnaldo Bulhões, que está aqui presente; a Deputada Tereza Nelma; o Deputado Sergio Toledo, que também compareceu; a Deputada estadual Jo Pereira, que veio também representando a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Assembleia Legislativa. Cumprimentar a Prefeita Pauline, que também está aqui representando a Associação dos Municípios Alagoanos. Também chamo a atenção, Prefeita Pauline, para o fato de que era para estar aqui o Prefeito de Maceió também, já que a cidade de Maceió é a cidade envolvida. Quero cumprimentar os Vereadores de Maceió que aqui se fazem presentes: o Vereador Chico Filho, o Vereador Francisco Sales e o Vereador Cléber Costa, que tiveram a responsabilidade para com a população de Maceió de se dirigir da cidade de Maceió até aqui para que estivessem presentes nesta audiência pública. Cumprimentar todos os representantes do Governo Federal, especialmente os que trabalham na CPRM, em nome do Thales Queiroz, que fez aqui uma apresentação muito contundente e bem explicativa para todos nós e também cumprimentar os representantes do Ministério Público que estão aqui presentes.

Eu começo, Presidente, dirigindo-me ao Sr. Frederico Bedran, que é o Diretor do DGPM. Ele falou que o Ministério de Minas e Energia está atuando em favor do bairro do Pinheiro, mas esqueceu de dizer qual é a atuação que o Ministério de Minas e Energia está fazendo em favor do bairro do Pinheiro, porque não vi até agora, na prática, o que a população quer, a solução. Não vi apresentada ainda nenhuma solução que favoreça os moradores do Pinheiro.

O Sr. Antônio Carlos, que aqui é o Diretor do CPRM, passou praticamente a metade do tempo cumprimentando e falando do trabalho no Brasil. Não fosse o Thales, que salvou a apresentação da CPRM pelo que mostrou, talvez a gente não tivesse aqui nenhuma informação para poder defender e levar adiante. Inclusive, o Sr. Antônio falou que o papel dos políticos é fazer política e o papel da CPRM é fazer a parte técnica. Pois bem. Nós políticos de Alagoas, pelo menos os que estão aqui representando-a, estamos, desde o início, defendendo que haja uma solução. Espero que a CPRM faça a sua obrigação, que é finalizar os estudos para que a população tenha, de forma clara e objetiva, o apontamento dos culpados e as soluções definitivas para minimizar os problemas das pessoas que moram no bairro do Pinheiro.

Entre as medidas que foram aqui apresentadas pelo Thales, vi várias medidas urgentes, mas ainda não vi nenhuma que, de fato, resolva o problema dos moradores. Desde o início desse problema, nós – eu, a Deputada Tereza, o Reginaldo, o Rodrigo Cunha, todos aqueles que se preocuparam em buscar uma solução – pedimos ao Governo Federal que liberasse o FGTS dos moradores do Pinheiro, pedimos ao Governo Federal que liberasse financiamentos para construção de habitação e comércio para aqueles que querem construir em outros lugares, pedimos a liberação do PIS/Pasep e até agora o Governo Federal não deu nenhuma resposta clara e objetiva com relação a esse tipo de ajuda para minimizar o problema dos moradores do bairro do Pinheiro.

Os estudos estão muito bem elaborados, quero parabenizar o Thales, mas precisam ser finalizados, porque dão uma sensação, Sr. Antônio Carlos, para nós políticos de que é muito cômodo para a CPRM passar, desde junho do ano passado, ou seja, dez meses já se completam, e não há ainda,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de forma clara e objetiva, a finalização dos estudos com o apontamento das causas para que a gente possa cobrar a solução do Governo Federal. Para a gente dá uma sensação de que, para quem está indo trabalhar em Maceió, recebendo diárias, recebendo bons salários, nas belíssimas praias da capital, comendo um bom peixe, comendo um bom camarão, talvez seja mais conveniente passar mais tempo trabalhando nisso do que finalizar os estudos.

Portanto, nós queremos a finalização dos estudos por parte da CPRM para que se aponte a culpa. Até porque, não sei se de forma irresponsável ou não, o seu Chefe, o Presidente da República, deu uma declaração, em uma entrevista para a imprensa, apontando que a causa do que aconteceu no bairro do Pinheiro era a mineração. Ele falou isso publicamente, o seu Chefe, o Presidente da República. Portanto, nós queremos saber se é ou se não é. Porque se o Presidente da República fala isso de forma clara e objetiva em uma entrevista, dá a sensação de que estão escondendo informações, de que o Presidente da República tem informações que nós não temos, e a gente não pode admitir isso. Nós temos de saber o que está acontecendo de fato, já que o Ministério Público Federal, numa audiência que fizemos em Maceió, apontou-nos, pelo Dr. Diógenes, que em hipótese alguma era a causa a mineração. Então, a gente vê, de um lado, o Presidente da República dizendo que é a mineração; de outro lado, o Ministério Público dizendo que não tem nada a ver com mineração, que é causa natural. E a gente fica nesse contraponto, sem saber o que de fato está havendo.

Por isso, aqui quero parabenizar o Thales, que está fazendo um trabalho muito bonito, mas precisamos que termine, precisamos que os estudos terminem para que a gente possa apontar os culpados. Porque a população, Sr. Antônio, esse povo que mora em Maceió que está lá no bairro do Pinheiro e nos bairros vizinhos está amedrontado. Ouvi relatos de muitos deles, relatos sinceros cobrando solução. Esse povo precisa saber o que vai acontecer com suas casas, se vai ter de morar em outro bairro, se vai ter condições o Governo de ajudar a comprar uma casa em outro lugar, se o bairro vai ter de ser totalmente evacuado ou não.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARX BELTRÃO (Bloco/PSD - AL) – Então, a gente precisa de um apontamento de solução, porque a população de lá não quer saber se a culpa é da Braskem, se a culpa é do Município de Maceió, se a culpa é do Governo do Estado, ou se a culpa é do Governo Federal. Os moradores querem uma solução.

E o nosso papel de político, que o senhor questionou no começo, é cobrar dos entes federados a solução. Por isso estou aqui cobrando de V. Exa. e do Governo Federal a solução para os moradores do Pinheiro.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Bem, como falei, aqui é uma exceção. Nós vamos seguir o nosso rito.

Aproveito aqui para registrar a presença do Deputado Isnaldo Bulhões, como também já passou por aqui o Deputado Sergio Toledo e encaminhou um ofício justificando sua ausência o Deputado JHC, tendo em vista uma questão familiar: sua avó faleceu e ele não pôde estar aqui hoje. Então faço esses registros.

Vamos abrir espaço...

O SR. JOSÉ ANTÔNIO MALTA MARQUES – Senador, por gentileza, Ministério Público de Alagoas, José Antônio Malta. Como o Ministério foi citado...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Foi citado. Vários foram citados aqui. Vai ser dada a palavra. O Deputado já está saindo, então ele não vai escutar, mas V. Exa. terá a oportunidade também de se explicar, com certeza, porque o Ministério Público está sendo um apoio importantíssimo, tanto o estadual como também o federal, na busca de elucidações do que está acontecendo, das providências que têm que ser tomadas de forma urgente.

Sendo assim, ainda seguindo a nossa sequência de exposições, convido o Sr. Victor Hugo Bicca para fazer sua explanação, representando a Agência Nacional de Mineração (ANM).

O SR. VICTOR HUGO BICCA – Bom dia, Sr. Presidente, Senador Rodrigo Cunha. Bom dia aos demais Parlamentares. Quero cumprimentar meus colegas de Mesa, meus senhores, minhas senhoras, o Ministério Público Federal, com quem nós tivemos oportunidade de nos reunir na cidade de Maceió alguns dias atrás.

Queria também destacar, Presidente Rodrigo Cunha, a presença do nosso Superintendente de Produção, Dr. José Antonio Alves dos Santos, e do nosso Assessor Técnico da Diretoria de Desenvolvimento Institucional, Dr. Roger Romão. Os dois são engenheiros de minas, com larga experiência em mineração, e atuam com o apoio técnico especializado da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, na pessoa do Dr. André Zingano, que é Doutor em Mecânica de Rochas.

Eu também queria registrar a presença do nosso ouvidor, Dr. Paulo Santana.

Antes de começar, Presidente, permita-me cumprimentar o Dr. Thales pela brilhante apresentação que fez. Eu sou geólogo por formação, tenho especialização em docência, mas, com toda a sinceridade, invejo a didática e a capacidade de apresentar um problema tão complexo, com o grau de detalhamento, com a riqueza de informações e com a didática com que o Dr. Thales apresentou. Ele caracterizou o problema na plenitude, tanto do ponto de vista científico quanto do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ponto de vista de diagnóstico e de prognóstico. Ele praticamente esgotou o que nós tínhamos que dizer.

Eu queria destacar que, dentro da fala dele, nós somos um componente importante, porque ficou claro que estamos tratando um fenômeno que se caracteriza como neotectonismo, ou seja, um tectonismo recente. E ele foi muito preciso em destacar que esse sistema, que estava até então em equilíbrio, aparentemente rompeu seu equilíbrio, e rompeu essencialmente em função das ações antrópicas. Dentre essas ações antrópicas, evidentemente há a questão da mineração, que existe lá no bairro, em subsuperfície, desde a década de 70.

Então, nós, como órgão regulador do setor mineral brasileiro... E aqui um breve parêntese: nós, até 5 de dezembro de 2018, éramos o Departamento Nacional de Produção Mineral e fomos transformados na Agência Nacional de Mineração. Estamos em pouco mais de cem dias de agência. É evidente que temos toda a *expertise* anterior, que acumulamos ao longo de mais de 84 anos de existência do DNPM.

Eu fiz uma apresentação muito simples.

Introdução. Concessão de lavra... Eu vou focar essencialmente na questão da mineração, do direito minerário existente, dos trabalhos que estão em execução pela empresa – porque ela é uma administrada nossa –, e as considerações finais sobre cenários e possíveis medidas, o que o Dr. Thales já teve a oportunidade de destacar, ampliar e dar a consistência com muito mais contundência do que esta nossa apresentação.

Nós temos um processo minerário que data de 1965, cujo titular é a Braskem S.A. A substância é sal-gema. Município: Maceió. A concessão de lavra foi outorgada em 15 de junho de 1970, e foi retificado esse decreto em agosto de 1971. As atividades de lavra tiveram o início propriamente dito no ano de 1976.

Essa imagem já foi mostrada pelo Dr. Thales. É o quadro de onde nós temos os poços: em vermelho, os poços já desativados; e, em verde, quatro poços que estão em operação.

Não vamos detalhar também o método de operação, mas, de forma simplificada, é um poço profundo, porque a mineralização está entre 900m e 1.200m de profundidade, e a lavra se dá por dissolução do sal em subsuperfície. É evidente que a dissolução gera uma caverna que, após a desativação da atividade de mineração, é pressurizada. E a técnica aponta que a dissolução paralisa em função dessa pressurização, que evidentemente é feita com uma mistura de salmoura, com questões de pH e tudo mais, para poder manter o equilíbrio ou suspender a dissolução em subsuperfície. Essa, em linhas gerais e grosseiras, é a técnica utilizada. Certamente a Braskem vai detalhar isso um pouco mais na sua fala.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, concessão de lavra em 1971; início da operação em 1976.

Em 2012, o DNPM exigiu apresentação de laudo de estabilidade das cavidades e atualização do plano de aproveitamento econômico. Foi apresentado um laudo de mecânica das rochas, pela empresa Flodim, que concluiu pela estabilidade das rochas sobrejacentes às cavidades e inexistência de subsidência, após 30 anos de lavra.

Um breve histórico.

Em 05 de março de 2018, após os eventos chuvosos de 14 de fevereiro de 2018 e o sismo que ocorreu no dia 03 de março de 2018, nós convocamos a Braskem para uma reunião, aqui em Brasília, onde questionamos a empresa a respeito do processo produtivo e pedimos a eles, exigimos deles a apresentação de dados monitoramento das cavidades ativas e inativas, assim como dados de monitoramento de verificação de subsidências e possíveis reflexos na superfície da poligonal.

Então, foi uma série de exigências. E realmente começamos a intensificar o grau de exigência com a perspectiva de esclarecer, ou de ajudar a esclarecer, porque a mineração é uma das componentes desse complexo quadro formado, associado a questões da composição do solo em subsuperfície, a questões dos falhamentos, da falta de saneamento básico, do não disciplinamento da drenagem pluvial; uma série de outros fatores que concorrem para esse fenômeno.

É importante destacar – acabei não destacando, mas o Dr. Frederico Bedran já havia destacado – que o Ministro Bento, assim que assumiu a pasta do Ministério de Minas e Energia, já no dia 11 de janeiro de 2019, baixou uma portaria determinando que a Agência Nacional de Mineração e a CPRM concorressem para que, efetivamente, se buscassem os elementos necessários para o esclarecimento dos fenômenos que estão ocorrendo no Bairro Pinheiro. Nós, então, de imediato, instituímos um grupo de trabalho técnico para acompanhar, aprimorar e subsidiar, naquilo que nos compete, o Serviço Geológico do Brasil, a CPRM.

O que a empresa já nos informou a partir desse movimento que foi intensificado nos últimos meses? Dados do processo produtivo de sal e água; os sonares antigos... O sonar é o mecanismo, o recurso técnico que é usado para saber se aquela dissolução a que fiz referência antes efetivamente paralisou ou continuou, porque, se continua, ela modifica a forma com que a cavidade ficou em subsuperfície. Então, é um processo um tanto quanto demorado e complexo, porque tem que se retirar toda a tubulação, reintroduzir o sonar, e esse sonar faz o mapeamento da caverna. Aí se compara o desenho atual com o desenho pretérito para saber se a dissolução efetivamente parou, conforme foi projetado, ou se continuou por alguma razão desconhecida. Prossigo: perfis geológicos e construtivos dos poços; laudo técnico das estruturas de subsuperfície.

Então, as exigências começaram a se intensificar. Em setembro de 2018, exigimos a apresentação de novo laudo técnico de mecânica de rochas, acompanhado de Anotação de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Responsabilidade Técnica; exigimos realizar de estudos da geometria do interior das cavernas, e aí entra o sonar que mencionei; apresentar a programação de trabalhos a serem realizados pela concessionária objetivando identificar as causas da instabilidade. Embora nós não tenhamos a segurança de afirmar que elas são causadas pela mineração, nós apelamos, exigimos da empresa que ela também somasse esforços no sentido de buscar identificar as possíveis causas – ela como uma das possíveis causas, é evidente.

As ações continuam no campo das exigências. Exigimos, para subsidiar o trabalho da CPRM, que eles também fizessem uma sísmica. Essa sísmica a empresa contratou, está em desenvolvimento. E esses dados todos vão ser repassados para o Serviço Geológico para robustecer ainda mais o brilhante trabalho que eles estão executando.

Eles estão fazendo um programa de monitoramento mensal da pressão dos poços; estão realizando...

(*Soa a campainha.*)

O SR. VICTOR HUGO BICCA – Exigimos que fosse realizado também – e aí já é fruto do trabalho em parceria com o Serviço Geológico do Brasil – um furo estratigráfico, como nós em Geologia chamamos; um furo que objetiva saber exatamente que tipo de rocha há em subsuperfície: a ocorrência, a espessura, a quantidade dessas rochas em subsuperfície. E deve estar sendo iniciado nos próximos dias esse furo.

Isso é importante, porque, como destacou a apresentação do Dr. Thales, é ambiente geológico costeiro, há uma série de fraturamentos, há uma composição bastante heterogênea da litologia, há a interposição também de eventos de transgressões e regressões na parte mais superior da coluna. E a gente não tem um conhecimento detalhado do que ocorre em subsuperfície.

Eu até fiz uma provocação ao Dr. Thales. Ele mostrou aquela foto, muito didática, que ele chamou de "formação barreiras", que mostrou um processo erosivo em um corte que foi mostrado, um corte provavelmente em uma estrada que estava sendo construída, e ali se verifica com muita clareza. Há até um cidadão que entrou na cavidade que está formada no corte. Aquilo ali ocorreu essencialmente por causa da água da chuva. E eu provoquei o Dr. Thales dizendo que isso está ocorrendo também em subsuperfície onde houver essa formação. Por isso a recomendação dele, no final, de que nós temos que tratar da questão da água superficial, porque a água superficial está toda infiltrando e certamente está acelerando esse processo erosivo, que deve também estar ocorrendo em subsuperfície.

Trabalhos já realizados: estudos de engenharia geotécnica para ações imediatas no Bairro Pinheiros; a contratação de especialistas e elaboração de pré-projetos de drenagem hídrica de águas pluviais e isolamento de fraturas no terreno – isso para apresentação à prefeitura e ao Governo do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estado. E, segundo a informação que nós temos da empresa, eles estão aguardando adesão das autoridades públicas locais para a implementação desse projeto. Então, é importante.

Eu estive lá em Maceió, e há uma residência lá – o Cel. Dinário, com a permissão do Dr. Thales, pode precisar – que nós chamamos a casa do Santander. É uma casa que fica em uma parte baixa lá da cidade e tem uma fratura, que aparece até nas fotos que o Dr. Thales apresentou, com um processo erosivo muito intenso instalado, que passa quase que por baixo da casa. Aquilo ali é quase como se fosse o fundo de uma bacia. E o pessoal estava comentando, Dr. Thales, que toda vez que chove de forma intensa a água não se acumula, porque ela corre toda para dentro da fratura e desaparece em questão de minutos. Então, aquela foto apresentada da formação barreiros dá para imaginar em subsuperfície que esteja ocorrendo exatamente aquilo também.

Análise de estabilidade e de integridade estrutural geomecânica das cavidades de extração de sal-gema. O sonar está sendo executado. E aqui cabe um detalhe importante: a empresa está encontrando um pouco de dificuldade até para descer o sonar nos furos realizados. E aí eu destaco: na apresentação da interferometria, que o Dr. Thales apresentou, observamos que, naquele filme ali que ele mostrou, de junho de 2016 a dezembro de 2018, rapidamente nós passamos do estágio verde para o amarelo e para o vermelho. Eu digo rapidamente porque isso foi em três anos. Nós estamos acostumados a contar a nossa história em bilhões de anos, não é, Dr. Thales? E aqui nós estamos vendo fenômenos que estão ocorrendo no contar de horas. Então, preocupa-nos esse aspecto. E por isso a dificuldade da empresa de introduzir os equipamentos nos poços. Muitos equipamentos estão encontrando dificuldades porque as barreiras dos poços estão deslocadas, os poços estão empenados. Então, esse é um dado importante, que deve somar-se nesse processo de avaliação. Mas isso está sendo feito, sete sonares já foram concluídos, e a empresa deve estar reportando essas informações à agência.

Estudos de interferometria. A CPRM já adquiriu os estudos, já está analisando, está estudando, mas a empresa também, por exigência nossa, está buscando essa ferramenta para as suas avaliações.

Integração de todos esses dados que estão sendo exigidos – a geofísica, o furo estratigráfico, todos esses conhecimentos – para montar um modelo 3D para a gente tentar agregar essa terceira dimensão com o intuito de saber o comportamento em subsuperfície.

Além disso, como eu já destaquei: o furo estratigráfico, que se estima na ordem de 1.300m de profundidade; apresentar o perfil litológico; e apresentar relatórios mensais de medição do avanço de todos os trabalhos em desenvolvimento.

Os encaminhamentos são todos na linha do que o Dr. Thales já apresentou – eu vou poupá-los da repetição –, mas quero destacar aquilo que ele já destacou: eu acho que merece um tratamento imediato a questão da água superficial, da água da chuva, especialmente com essa informação que ele

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

destacou, de 30mm/dia, que acendeu uma luz de preocupação. Nós em geotecnia – não é, Dr. Thales? – normalmente trabalhamos com chuva de 200mm. Quando chove 200mm em um dia em uma determinada região, nós temos certeza de que alguma coisa vai cair em algum lugar. E o dado, a recomendação técnica aponta 30mm. Não é uma chuva tão intensa assim, Senador Presidente Rodrigo Cunha.

Eu agradeço a oportunidade. Nós estamos mobilizados...

(*Soa a campainha.*)

O SR. VICTOR HUGO BICCA – ... concorrendo com o esforço do Serviço Geológico e das demais autoridades competentes para, efetivamente, elucidar as causas desse fenômeno que nós estamos denominando de neotectonismo acelerado por ações antrópicas.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – O.k. Agradeço a fala inicial do representante da ANM.

Faço um importante registro também da presença de Vereadores do Município de Maceió: Chico Filho, Francisco Sales e Dr. Cléber estão presentes aqui acompanhando e participando ativamente desta audiência pública.

E não só eles. Aqui eu reforço o que disse no início: esta audiência está sendo transmitida ao vivo pela TV Senado, e há interação com o público, inclusive regimentalmente, em procedimento através do e-Cidadania, que é uma forma de interação estipulada também por esta Comissão. E aqui já temos várias participações, como as de Ricardo, Mickael, Ynnayara, Ericka, Walquíria, Maria José, Maria Estefânia, Flávia Soares, Falone, Andreia, Lhily... A todos vocês que aqui já encaminharam suas perguntas informo que nós as estamos recebendo. E quem está nos assistindo também pode comentar. Façam suas perguntas, porque elas estão chegando instantaneamente às minhas mãos.

Dando sequência ao nosso bloco número um, que trata dos levantamentos técnicos, convido o Sr. Jorge Briseno Torres, que aqui representa a Casal (Companhia de Abastecimento D'Água e Saneamento do Estado de Alagoas), para que também possa se manifestar, já que também é sempre mencionado o trabalho da Casal, ou às vezes por algo que se relacione com o funcionamento da Casal que não existia antes e que passou a existir no bairro, sobre qual é a problemática que a Casal encontra e se ela também está contribuindo para esse fenômeno.

Com a palavra V. Sa.

O SR. JORGE BRISENO TORRES – Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Rodrigo Cunha, Presidente da Comissão, o Dr. Clécio, Presidente da Casal, incumbiu-me de estar aqui presente, porque, por motivo de força maior, ele gostaria muito de vir aqui lhe dar um abraço, mas me incumbiu de parabenizá-lo pela sua iniciativa. E, ao saudá-lo, estou saudando todos os colegas na Mesa.

Aos amigos do Pinheiro – o Rafael, o meu querido amigo Geraldo, a Adelaide, o Manuel –, ao saudá-los estou saudando todos os presentes, a população de Maceió que está aqui. A dor de vocês é a nossa dor, porque muitos funcionários da Casal, Geraldo, habitam o Bairro do Pinheiro e estão sofrendo também.

Gostaria também de saudar todos os Parlamentares aqui presentes, as mulheres principalmente, em nome da minha querida amiga Tereza Nelma, Deputada, e da Jo Pereira. Quero saudar vocês em nome de todos.

O que a Casal... Vou passar rapidamente o que a Casal está procurando fazer para atenuar a situação dos moradores do Bairro do Pinheiro.

Essa é a área, o mapa de feições, o mapa de risco que foi elaborado pela defesa civil, a área atingida pelas fissuras, e nós nos detemos aí nesse local.

A infraestrutura da Casal nessa área é a seguinte: nós temos 25km de redes de distribuição e anéis no bairro. Os diâmetros variam de 300mm a 50mm, só que os de 50mm são 90% na rede. Isso mostra que os diâmetros de redes que há ali são pequenos. E ainda bem, porque, se houver um vazamento em uma rede de 50mm, o dano e possível infiltração – porque o terreno ali não permite tanto assim, quando ela está instalada, porque são redes com 60mm de profundidade no máximo... Então, ajuda bastante – 50mm é mais ou menos o diâmetro desse copo aí, desses copos que vocês têm aí.

Nós nunca nessa região exploramos poços profundos – nunca nessa região –, não operamos também fossas e sumidouros e também não operamos galerias pluviais.

A rede de esgotamento sanitário – eu estava até falando aqui com o Victor –, infelizmente, que estava sendo implantada na região, na sub-bacia – tive até a oportunidade de dizer isso para a Dra. Rosemeire, do Ministério Público do Trabalho, em uma reunião –, teve que ter o serviço suspenso, porque como é que nós vamos implantar rede coletora de esgotos em uma região que está sujeita a movimentos de terra. Ir-se-ia perder toda a infraestrutura que seria montada aí. Então, nessa sub-bacia as obras foram interrompidas e estamos trabalhando nas outras sub-bacias da região da parte alta de Maceió.

Nós também intensificamos a pesquisa de vazamentos não visíveis, Senador Cunha, porque nós somos obrigados a, uma vez por ano, fazer pesquisas de vazamentos não visíveis. Os visíveis são fáceis

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de identificar, a própria população ajuda, ou então são detectados nos sensores da empresa quando há uma queda de pressão, e imediatamente a equipe se desloca. Quando são não visíveis, precisa-se fazer esse tipo de serviços aqui que nós estamos fazendo. São feitos com esse equipamento, o geofone. É como se fosse, meu amigo Cléber, um grande estetoscópio que, através de ondas sonoras, identifica se há alguma anormalidade na rede. Ele coloca aquele equipamento ali no asfalto, olhe, que você está vendo próximo ao pé do nosso funcionário, e qualquer vazamento, por menor que seja, não visível, que não aflore, é identificado no equipamento, marca-se o local e depois a equipe vai lá.

Não foram encontrados vazamentos significativos, foram encontrados gotejamentos. Um gotejamento criar uma fratura dessas é impossível. Gotejamentos nós vamos ter em torneiras nas nossas casas, sabe Sampaio, em banheiro, em uma pia de cozinha, mas rapidamente são retirados. E, na última vistoria que fizemos, não foi identificado nenhum. É mais ou menos isso, Cléber, é um... Deu para o pessoal pegar bem, não é? O Cléber já matou de pronto com o estetoscópio dele. Mas é isso aí: o vazamento não surge, não aflora, mas o som dele é transmitido e o operador, com experiência, vai e detecta.

Aí mais uma imagem.

Também há a haste de escuta, que nós colocamos nos hidrômetros das residências para quaisquer vazamentos. E até clandestinidade, ligações irregulares são identificadas. Qualquer fuga de água da rede normal é identificada também com a haste de escuta.

Esses serviços estão sendo intensificados no bairro do Pinheiro, principalmente na região delimitada como área de risco, viu Geraldo. Estamos tendo um apoio muito grande da Defesa Civil porque esse serviço tem que ser feito à noite, o tráfego de veículos atrapalha. Então, nós fazemos isso à noite ou de madrugada, e tem-se que receber o apoio da Defesa Civil e, inclusive, da Polícia Militar, em alguns casos.

Mais um. Aí o serviço do pessoal...

Nós também tomamos uma providência: assim que as fraturas aumentaram significativamente, nós reduzimos o patamar de pressão de toda a rede do bairro de 25m de coluna de água para 5m de coluna de água. O que é isso para os iniciados? Se você faz um furo em uma tubulação submetendo a uma pressão de 25m de água de coluna de água, sobe um jato de água de 25m. Nós reduzimos o patamar com válvulas reguladoras de pressão para 5m. As normas dizem que a pressão mínima tem que ser 10m de coluna de água — estamos até desobedecendo as normas nesse caso.

Por segurança, baixamos para 5 metros de coluna de água para que, num possível vazamento, a perda de água seja significativamente reduzida, como também os danos à população. Estamos até fugindo das normas aí, porque a norma diz que é entre 10m e 50m de coluna de água. Nós poderíamos ir a até 50, mas reduzimos e mantivemos em 5.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É mais ou menos isso a correlação entre pressão e vazamento. É como um derrame, Cléber: maior pressão, você tem um possível derrame. Se você controla a pressão... A mesma coisa na rede hidráulica. Então, vejam aí a correlação perfeita entre pressão média na área aqui no gráfico do X, no numerador, e no gráfico do Y, no denominador, você vê o fator de vazamento. Ele aumenta significativamente.

Nessa área também providências operacionais que nós estamos tomando. Vamos fazer a supressão da rede de alimentação. Os senhores estão verificando aquela linha verde ali, um traçado verde, todos estão observando, não é? Esse traçado verde passa exatamente na área de risco, na área mais sujeita a movimentos de terra, e está danificando a nossa tubulação nesse ponto aí. Então, Dra. Rosemeire, nós estamos eliminando essa rede, vamos investir aí 300 mil e vamos alimentar o bairro do Pinheiro por essas linhas rosas – viu, Tereza Nelma, você que gosta tanto de rosa, é em sua homenagem. Aí nós estamos aqui colocando a alimentação nessas duas linhas rosas na parte inferior da fotografia. Vamos alimentar o bairro, pôr redes fora da área de risco. Essas obras vão se iniciar, no máximo, daqui a quinze dias. O material já foi adquirido e vamos começar a implementar essa nova rede.

A redução do patamar, do que eu já falei.

A implantação das duas novas linhas, que são as partes rosas, fugindo da área de risco. Ali é o Cepa. O Cepa está exatamente entre as duas linhas rosas.

Vamos segmentar a redistribuição mais ainda. Estamos já colocando registros estratégicos – são registros pequenos, de 50mm –, porque, se houver algum vazamento, se você isolar a área com maior rapidez, você economiza a água que seria desperdiçada em um possível vazamento. Porque o solo aí está prejudicando a nossa rede, ele está se movimentando muito, a rede tem uma certa rigidez e vai se rompendo, as ligações domiciliares vão se desconectando da rede.

E providências comerciais.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JORGE BRISENO TORRES – Estou finalizando, só mais um minuto, Senador.

A gente, para atenuar a situação dos colegas do Pinheiro, dos amigos, o que a Casal elaborou – isso foi inclusive numa reunião muito bem conduzida pela Dra. Rosemeire, está de parabéns pela sua condução –, o que a Casal está fazendo:

Corte das ligações de imóveis que foram evacuados: a Casal, por segurança, está fazendo o corte dos imóveis que foram evacuados para que a ligação não fique ali exposta a algum dano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Suspensão das auditorias comerciais. Não há sentido em uma comunidade que está sensibilizada ao extremo, você estar fazendo auditoria comercial. Suspendemos completamente.

Suspensão do corte. A Casal não está cortando a água da população dessa região. É uma iniciativa que a Casal tomou; suspendemos o corte, atendendo a um pedido do ministério. Nós nos antecipamos e reforçamos, suspendemos.

Foram priorizados os desligamentos solicitados pelos usuários. O usuário que estiver saindo de sua casa por recomendação da Defesa Civil, procure a Casal. A unidade do Farol fica bem perto do bairro do Pinheiro, a cinco minutos de deslocamento. Temos uma equipe de plantão 24 horas com técnicos especializados em manutenção de redes que, com cinco minutos, deslocam-se até o bairro. Então, qualquer vazamento que haja – o Geraldo fica ali de vez em quando –, a equipe, com os equipamentos pesados, em no máximo 30 a 40 minutos já está no local.

Edificações com ocupação reduzida. Por exemplo, em um prédio que tenha seis apartamentos e só haja um morador... A Casal cobra por economias, quem mora em condomínios sabe que cobra por economia. Então, quanto maior o número de economias, a conta vai aumentando. Mas não há sentido, se o prédio está desocupado e só há um morador, a gente só vai cobrar uma economia, como se fosse uma residência. Também é outra forma de atenuar o drama por que a população está passando.

E abrimos um canal permanente de comunicação com os colegas do SOS Pinheiro.

É isso pessoal, coloco-me à disposição de vocês. A Casal, Geraldo, está aberta a vocês, sempre esteve, procure-nos! O meu telefone, que você tem, fica 24 horas no ar, ligue na hora em que você quiser.

Muito obrigado, Senador, um abraço. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – A presença da Casal é importantíssima nesta audiência pública. Inclusive, o Presidente teve a sensibilidade de mandar V. Sa. representando-o, ele foi um dos últimos a serem chamados aqui, foi um lapso também da nossa comunicação, mas se fez presente. Isso foi muito importante, demonstra o interesse em tratar do assunto.

Sendo assim, também quero ouvir, acho que é uma das expectativas do que está sendo posto pela imprensa, pela mídia... Todos os que fazem parte deste acompanhamento sabem que há algumas hipóteses que estão sendo desenhadas como possíveis causadoras desses danos. Não há um prejulgamento, não há uma afirmação, há hipóteses. E uma delas é o motivo que justifica o convite para comparecer aqui, que, de imediato, foi atendido pela Braskem, que explora a mineração em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Alagoas. Ela tem aqui a oportunidade de demonstrar como é feito esse trabalho, especialmente no bairro do Pinheiro.

Então, passo a palavra ao Sr. Alexandre de Castro, Diretor de Negócios da Braskem.

O SR. ALEXANDRE DE CASTRO – Bom dia a todos. Sr. Presidente, mais uma vez, obrigado pelo convite, que aceitamos, como o senhor comentou, prontamente. Saudar também todas as autoridades aqui presentes, os colegas daqui da mesa, onde a gente está tendo esse importante debate de discussão, todas e todos os presentes.

Eu vou ficar aqui, porque acabei ficando no cantinho, e aí se eu falar aqui eu fico olhando para a apresentação e não consigo olhar para vocês. Então, o passador está aí? Porque eu não queria dar as costas para nenhum dos dois públicos.

A gente vai dividir a apresentação em três partes: a gente vai falar um pouquinho das nossas operações – alguns dos eslaides que vocês verão aqui já foram até apresentados, em função de todo o compartilhamento de informações e de dados que a gente tem tido com todos os órgãos públicos, principalmente com a CPRM (Agência Nacional de Mineração), mas a gente vai entrar um pouquinho mais em detalhe nesses processos –, dos nossos controles existentes e das ações que a gente vem fazendo para apoiar as autoridades a encontrar as causas do que está acontecendo no bairro do Pinheiro.

Apenas para contextualizar, primeiramente a gente fala de sal, a gente fala da nossa atividade lá, mas o sal é o primeiro elo de uma cadeia de produção integrada em Alagoas, em que os produtos principais do nosso processo são soda cáustica e PVC. A soda cáustica muito no processo de produção de alumínio, de papel e celulose, sabão e detergente, produtos químicos de maneira geral. E o PVC, que a gente chama o plástico da construção internamente, porque ele está muito focado em segmentos de tubos e conexões, forros, telhas, perfis, mas também em calçados, laminados e cabos. Então, apenas para contextualizá-los, o sal é o primeiro elo dessa importante cadeia.

Aqui é o nosso polígono de concessão. A área de lavra, o tamanho dele é de 1.900ha. Até hoje, nesses mais de 40 anos de operação, a gente atuou em 83ha, o que representa algo em torno de 4,4% da nossa concessão.

Aqui um pouco do esquema gráfico para vocês entenderem como funcionam os poços. Eles estão a mil metros de profundidade, como já foi comentado; existem diversas camadas desde a superfície até a camada de sal. E aí é importante essa camada aqui, que a gente chama de conglomerado, uma camada de rocha, uma rocha bastante firme, comparada a um granito, que ajuda bastante na sustentação de todos os poços e na operação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí vocês podem ver que a gente tem poços verticais e poços direcionais. Verticais são, obviamente, aqueles poços que, da superfície até a caverna, até a mina, a gente tem um tubo que segue em linha reta. E os poços direcionais, que num determinado momento a gente faz... Essa é uma tecnologia que a gente conseguiu adquirir somente depois dos anos 90; no início todos os poços eram apenas verticais.

A tecnologia de extração de sal. A gente chama de dissolução, lavra de sal-gema por dissolução subterrânea. É um processo relativamente simples, aqui a gente está vendo os tubos, são tubos concêntricos. O tubo do meio injeta água até a camada de sal, dissolve o sal e forma a salmoura. Pelos tubos de fora, a salmoura sai até a superfície, a gente a trata e ela vai para o nosso processo produtivo.

O início das operações foi em 1975, como já comentado também; profundidade de 1.200m, e a vida útil média dos nossos poços é de 10 a 15 anos.

Esse aqui acho que já foi apresentado em praticamente todas as apresentações. Basicamente, nós temos 31 poços desativados, 4 poços ativos. Os pinzinhos em vermelho são os poços que estão desativados e os poços em verde são os poços que estão ativos. É importante ressaltar que a gente não tem hoje poços em operação no bairro do Pinheiro.

Muito bem, isso, de maneira geral, é como nossa operação funciona. Vou entrar um pouco nos nossos controles. Para a gente exercer a atividade de extração do sal na Braskem, a gente segue uma série de normas técnicas internacionais de um processo, como vocês viram, que é extremamente simples, mas que é bastante consagrado internacionalmente.

A gente também envia relatórios anuais de monitoramento das lavras dos poços de sal e entrega ao órgão ambiental de Alagoas, o IMA.

A gente sempre trabalhou com diversas empresas internacionais para ajudar a gente nesse processo de monitoramento e controle de todos os poços – empresas francesas, empresas americanas. A gente acelerou esse processo de contratação de empresas internacionais do final do ano passado para cá, para ajudar em todo esse processo de acelerar na identificação das causas – empresas como Sabine; empresas como Flodim, Panamerican; as empresas que a gente está contratando para fazer o trabalho de interferometria; a Telespázio, que é a mesma empresa com que a CPRM está trabalhando; a Groundprobe, que é uma empresa canadense, também apoiando em todo esse processo.

Muito bem, uma das principais formas de a gente monitorar é o monitoramento por sonar e subsidência dos poços. Ao longo da vida útil de todos os poços, a gente fez 125 sonares em todos eles. Foram empresas contratadas, como eu já comentei, especificamente para realizar esses estudos. Os dados são utilizados como *inputs* para estudos de geomecânica – vou falar em seguida. E, até o momento, a gente conseguiu realizar o sonar em sete poços – fazer novamente, desde que passou,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que foi pedido pela Agência Nacional de Mineração e também pela CPRM; a gente vai fazer o sonar em todos os poços que a Braskem tem, não só os que estão em operação, mas também em todos os que foram desativados há mais tempo.

Os monitoramentos topográficos não apresentam evidências de subsidência nas proximidades da lavra, segundo levantamento realizado até 2017. A gente está contratando um novo estudo para entender o que vem acontecendo de 2017 até agora, e também já contratamos para frente.

Esse é um caminhão de perfilagem, uma foto só para vocês entenderem. Ali há um sonar, que é basicamente uma sonda. Você abre o poço, tira a tubulação e coloca lá embaixo para que ela chegue até o final do poço e possa fazer, através de um estímulo, um sonar mesmo, para entender como está a cavidade do poço. E aí esses *inputs* a gente utiliza para fazer estudos de geomecânica, para entender se a forma como estão os poços, ao longo do tempo, poderiam causar algum tipo de dano à estrutura da superfície.

Nós tomamos o cuidado, depois do abalo sísmico – que já foi comentado também – em março do ano passado, de realizar um estudo de integridade da superfície em um raio de 50m das nossas minas, tanto as ativas quanto as desativas. Não foi identificada qualquer patologia nas estruturas próximas. Emitimos um laudo e protocolamos na ANM. Tanto o CPRM quanto a ANM têm todas essas informações.

E aqui há duas fotos sobre o poço 31: a 30m da lavra do poço e a 20m da lavra do poço. A gente não vê, ou não conseguiu perceber...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALEXANDRE DE CASTRO – Sr. Presidente, mais um minuto?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ALEXANDRE DE CASTRO – O.k.

E, por fim, a área de risco: o mapa aqui também a gente já viu aqui nesse bloco, nessa sessão, mostrando que a gente não tem poços sob as áreas de risco que foram mapeadas.

Muito bem, para a última parte, as ações que a gente está fazendo e acelerando para contribuir com informações e com as autoridades, para a gente chegar às causas do que está acontecendo no bairro do Pinheiro.

A sísmica de reflexão: já foram executados quase 32km. A pedido dos órgãos, adicionamos uma linha de 620m, outra linha de 1km. A gente terminou esse trabalho no dia 15, sexta-feira passada. Então, gente precisa agora de 30 dias para processamento dos dados e mais 15 dias para interpretação dos especialistas e nossos consultores para chegar a um relatório final.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os sonares. Foram sete sonares executados, como eu comentei; dois sonares na região do Pinheiro. Nós temos hoje três sondas simultâneas em operação. Já contratamos mais duas, que chegam agora até o final de março. Então a gente vai ter cinco sondas em operação. E todo o esforço aqui é para que a gente possa acelerar o processo de finalização dos sonares, que é uma etapa muito importante para a gente compor todo o relatório final.

A empresa americana, como eu já comentei, Sabine Storage and Operation tem ajudado a gente nesse processo. A gente entrou em contato com o Solution Mining Institute, nos Estados Unidos. Eles indicaram diversas empresas internacionais com conhecimento nessa área. A gente contratou a Sabine. Eles já foram para Maceió e estão ajudando a gente nesse processo dos sonares pelo conhecimento que eles têm.

Interferometria é uma palavra que todos aqui, se não tinham ouvido, aprenderam hoje. Contratamos duas empresas, a Telespázio, que é a mesma empresa que a CPRM comentou. E aí a gente ampliou um pouco o escopo: dados de 2011 a 2019, sem especificar a direção do deslocamento. O prazo para a gente ter o relatório é de 30 dias úteis. E a empresa Groundprobe, no Canadá, com dados de 2017 a 2019, que mostram a decomposição do deslocamento, tanto na vertical quanto na horizontal. Então, falando em interferometria, a gente está tentando buscar aquilo que existe de mais moderno para ajudar a gente a compor o relatório final. E, como eu já comentei, contratamos dados futuros também para acompanhamento das operações.

E fico feliz, Thales, como você comentou, de terem contratado um estudo mais amplo também, de 2011 até agora, porque acho que vai ajudar muito a gente, na troca de informações, comparar os dados.

Nós estamos atuando muito no bairro. Então, são estudos... A gente entra às vezes com os sonares. Então, a gente identificou a necessidade de se comunicar muito mais com os moradores do Pinheiro.

Entre diversas ações que lançamos, eu queria destacar que a gente distribuiu 17 mil panfletos junto à comunidade. E, aí, toda vez que a gente vai fazer uma atividade de sonar numa determinada rua, a gente tem passado os panfletos, tem passado também com carro de som para informar os moradores e a sociedade do que a gente está fazendo. E lançamos também uma página no nosso *site*, que está aqui: www.braskem.com/esclarecimento-alagoas, em que a gente tem colocado todas as nossas atividades para que a comunidade possa saber o que a Braskem está fazendo o tempo todo, de maneira clara e transparente.

Muito bem, para a gente terminar toda essa etapa de finalização e de conclusão do que vem causando os problemas no Pinheiro, a gente precisa do monitoramento de subsidência por topografia, da conclusão dos sonares, da interpretação dos dados da interferometria, da interpretação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da sísmica, da medição dos poços com giroscópio, da análise de geomecânica e da modelagem 3D. Ou seja, ainda são necessárias uma série de ações para que a gente possa chegar a um laudo final.

Esses trabalhos tomam tempo e, mais uma vez, reafirmo todo o esforço da Braskem em acelerar esse processo, contribuir e passar todas essas informações para os órgãos e entidades aqui presentes.

Por último, a gente, apesar de ter um tempo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALEXANDRE DE CASTRO – ... para terminar toda a parte técnica, acha, em consonância com o que já foi dito aqui, na maioria das apresentações, que não precisa esperar o final de isso acontecer. A gente pode, sim, ir fazendo algumas atividades para ajudar, principalmente porque no meio de abril, maio, começa o período chuvoso. Então, nossa preocupação é com a comunidade. A gente contratou empresas para ajudar. Especialistas passaram uma série de recomendações que a gente possa, emergencialmente, fazer no bairro, até que os estudos sejam concluídos.

Eu destaco aqui algo que talvez já tenha sido falado em todas as apresentações, que é um sistema de drenagem superficial provisório, entre uma série de outras ações.

Destaco também que a Braskem é uma empresa privada; a gente não pode entrar na rua e mexer. Então, o que a gente está precisando é de todos os órgãos públicos apoiando, e a gente apoiando nesse processo, para que essas atividades emergenciais sejam instaladas.

Era isso que eu tinha para apresentar para vocês. Mais uma vez, Sr. Presidente, comento que a Braskem tem participado de todos os fóruns a que foi chamada para discutir esse assunto, discutir o assunto do bairro do Pinheiro. Afirmo que a gente está contribuindo de maneira irrestrita com todas as informações e dados para a identificação das causas do problema e digo, mais uma vez, que a gente quer ser parte da solução.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Bem, aqui nós estamos exatamente ao meio-dia. Informo aos senhores que esta audiência pública também passou a ser transmitida pela TV Assembleia – a Deputada Jo Pereira está aqui presente – e também pela TV Cidadã, do Tribunal de Contas do Estado. Ou seja, a amplitude do nosso alcance aqui está sendo grande, enorme.

Reforçando a metodologia, até pelo avançar da hora – já estamos aqui ao meio-dia –, estamos apenas no primeiro bloco de quatro. Tenho aqui várias perguntas, e o objetivo da audiência pública é justamente este: extrair informações. Se os senhores também quiserem fazer perguntas, façam por escrito. Não vai ser possível agora abrir o espaço para perguntas, tendo em vista o tempo. Então,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

façam por escrito, encaminhem para mim e, de acordo com o momento, a gente vai analisar aqui e passar. Eu sei que cada um tem uma situação específica que vem junto com o desabafo. Nós estamos aqui diante de, no mínimo, cem pessoas, 150 pessoas, e é necessário ter uma metodologia.

Aqui, dando início, ouvi atentamente todas as falas e quero fazer alguns questionamentos, primeiramente ao Diretor Frederico Bedran, do Ministério de Minas e Energia.

Sr. Frederico, tomei conhecimento de que, no dia 13 de março, aconteceu uma reunião interministerial na Presidência da República. Então, quero saber se V. Exa. aqui pode dizer qual o teor dessa reunião em âmbito ministerial, dentro da Presidência da República. Qual é a importância dada a esse tema específico, se há algum comitê criado, em âmbito federal, para monitorar toda essa situação, se há diálogo entre eles e se há também conhecimento dos órgãos estaduais e municipais dessas reuniões. Então, se há algo apenas no âmbito federal ou se já há essa integração de um comitê criado para analisar esse caso específico de que estamos tratando durante toda a manhã.

Então, se V. Exa. puder dar essas respostas, tendo vista que está representando aqui o Ministério de Minas e Energia, e ele estava presente nessa reunião, eu gostaria de saber primeiramente.

O SR. FREDERICO BEDRAN – Bom, Senador, eu não participei especificamente dessa reunião, mas já da reunião subsequente, que foi ontem, eu participei. A coordenação fica por conta do Cenad. O Dr. Armin Braun estará aqui, logo depois, e poderá esclarecer melhor ainda isso. Mas todos os órgãos federais envolvidos na questão estão juntos numa espécie de uma sala de crise montada para acompanhar todos os fatos e toda a investigação técnica que está sendo feita inicialmente via CPRM. Então, eu acho que a atuação dos órgãos é uma atuação coordenada. Isso é prioridade dentro do Governo e estamos tratando o assunto com toda a atenção.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Só continuando, então, sabe dizer se há ata específica, se há algo sigiloso, se há participação também dos órgãos estaduais e municipais, se há esse diálogo do que acontece nessas reuniões, tendo em vista que um dos objetivos desta audiência pública é unificar não só a comunicação, mas também os atos e buscar, quem sabe, aqui um direcionamento único de um comitê, de fato, com a participação de todos os entes envolvidos.

O SR. FREDERICO BEDRAN – Com certeza. Eu até frisei, na minha fala inicial. Essa responsabilidade imediata hoje é Defesa Civil, municipal e estadual. Então, Defesa Civil, Cenad, CPRM, todos os órgãos federais estão aptos prontamente para apoiar esses órgãos municipais e estaduais em todas as ações imediatas, ou seja, há, sim, uma relação muito íntima entre os órgãos, uma troca de informações, como pôde ser visto pela apresentação do Dr. Thales.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Bem, eu vou....

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FREDERICO BEDRAN – Nesse quesito, Senador, eu até gostaria que o Dr. Armin Braun também reforçasse essa atuação conjunta dos órgãos.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Então, eu vou direcionar a ele a pergunta no momento certo, porque esse é um dos grandes objetivos desta audiência pública.

O trabalho e o apoio já ficou claro e nítido que já existem há muito tempo, mas a questão é uma linha única de trabalho, e isso será fruto de cada mesa aqui. É um questionamento para que a gente possa avançar nisso porque todos nós temos nossas atribuições. A Dra. Roberta, no Ministério Público Federal, com certeza, tem mil e uma atribuições. Então, se a gente coloca um comitê de crise e cada órgão destina alguém específico para tratar sobre o assunto, a chance de haver um resultado mais célere é muito maior. Então, esse será um dos assuntos a serem extraídos de cada mesa.

Aqui, dando sequência...

O SR. FREDERICO BEDRAN – O senhor me permite? O Ministério Público Federal já nos notificou solicitando informações, todos os órgãos aqui presentes, pelo menos a ANM, a CPRM e o Ministério. Nós vamos não somente responder ao Ministério Público, mas vamos encaminhar todos os documentos, todos os relatórios realizados até o momento para o Ministério Público.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Eu entendi. A situação não é essa. Responder tem que responder. A gente está falando aqui é da questão de criar uma prioridade, um comitê único, um comitê gestor, uma sala de crise...

O SR. FREDERICO BEDRAN – Isso. De fato, isso já existe.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – ... específica com as pessoas nomeadas para isso e que possam cobrar dessas pessoas uma celeridade e um resultado único, mas iremos perguntar, no próximo

Dando sequência aqui, na segunda apresentação o Sr. Antônio Carlos tratou muito bem, quando falou aqui que a prioridade absoluta tem que ser sempre a preservação das vidas. Então, essa palavra, para mim, é a que move o sentimento de cada um que deve estar aqui. Então, a preservação de vidas deve ser importante. Falou aqui da importância de ter o apoio do Congresso, sem dúvida nenhuma, e fez uma prestação para o País, como bem foi dito, do que é a CPRM.

E eu queria saber, no âmbito da CPRM, se há hoje – tendo em vista que eu escutei, que foi dito por V. Exa. – uma dificuldade de orçamento; se isso é uma realidade; se há uma dificuldade de orçamento; se foram remanejados alguns recursos para o Pinheiro; se teria sido possível melhorar o atendimento feito à população e os estudos feitos se houvesse mais recursos; se há, hoje, algum

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

impedimento, algum entrave, algo na parte burocrática, financeira principalmente, por parte da CPRM, que deixou de fazer ou que não está tendo um resultado no tempo hábil, devido à falta de algum investimento.

No início, não havia nem os equipamentos; hoje nós já estamos falando aqui dos equipamentos da Itália, do Japão, dos Estados Unidos, com especialistas. Então, hoje há algo que possa ser feito para melhorar o trabalho feito pela CPRM? Eu gostaria de saber de V. Exa.

O SR. FREDERICO BEDRAN – Senador, como eu falei inicialmente, a CPRM dispunha de recursos para atendimento de outros projetos que nós já vínhamos executando, em nível nacional, dentro da nossa programação preestabelecida. E nós utilizamos esses recursos para o atendimento do fenômeno que ocorre no bairro Pinheiro. E, depois, nós já tivemos um aporte de recursos do Governo Federal para dar continuidade à pesquisa geológica que está sendo feita no bairro Pinheiro. Então, até o presente momento, não faltou recurso financeiro para a execução das atividades de pesquisa no bairro Pinheiro.

É preciso que se avance na pesquisa, e aqui eu quero aproveitar a oportunidade para também, se o senhor me permitir, tecer algum comentário a respeito da indagação do Deputado Líder da Bancada federal do Estado de Alagoas e dizer para ele que a CPRM Serviço Geológico do Brasil é uma empresa de conhecimento, é uma empresa de ciência, e nós estamos praticando ciência geológica no Estado de Alagoas, mas precisamente no bairro Pinheiro. O assessor Thales mostrou aquele organograma que nós já estamos imprensando para, num curto espaço de tempo, no menor espaço de tempo, a gente dar a resposta.

A ciência requer tempo, determinação, persistência e tudo o mais. Então, como os senhores e as senhoras podem observar, são várias metodologias empregadas no bairro Pinheiro; são vários métodos geofísicos empregados no bairro Pinheiro. E isso requer tempo. Nós precisamos aí de dez a 15 dias para processar o audiomagnetotelúrico, que se encerrou agora. E nós estamos aprofundando na pesquisa. E, como uma empresa de conhecimento, não poderíamos chegar, de uma hora para a outra, e trazer uma informação para os órgãos públicos, para a sociedade, no bairro Pinheiro, que não corresponda com a realidade.

Então, eu quero dizer ao nobre Deputado que, como ele, nós também estamos preocupados com o clamor das pessoas que habitam o bairro Pinheiro. Então, nós estamos agilizando permanentemente. Nós estamos com uma equipe de geólogos, de engenheiros, de hidrólogos, lá em Maceió. Trabalhamos, estamos trabalhando sábado e domingo, o Carnaval inteiro nós estávamos lá, trabalhando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu quero também dizer ao Sr. Deputado que nós não estamos indo à praia, apesar de a cidade de Pinheiro, em Maceió, ser belíssima. E, para isto, para o deslocamento dos nossos técnicos, é necessário que se forneça a passagem aérea, é necessário que se forneça a diária, acomodação e hotel.

Quero dizer que as duas vezes em que fui a Maceió, para o contato com as autoridades constituídas do Estado, com a Prefeitura municipal, com o Sr. Governador do Estado, com a Assembleia Legislativa do Estado, com a Procuradoria Federal, um *workshop* promovido pelo Ministério Público, nós estivemos em Pinheiro. Aliás, em Pinheiro e Maceió.

E gostaria de dizer também, respondendo ao Deputado, que, em relação à nossa CPRM, Serviço Geológico do Brasil, vinculada ao Ministério de Minas e Energia, os diretores e os técnicos são o menor salário das estatais ligadas ao Ministério de Minas e Energia. E, qualquer que fosse o diretor, até dezembro do ano passado, quando se deslocava, tinha uma diária de R$110, que passou agora para R$155. Então, todas as vezes em que nós vamos a Pinheiro, que nós vamos a um restaurante, nós gastamos mais do que isso e nós tiramos do nosso bolso. Mas é a nossa função.

E quero dizer também ao nobre Deputado que eu não sou empregado do Presidente da República; eu sou funcionário de carreira da CPRM. Sou geólogo por formação profissional há mais de 40 anos na CPRM.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FREDERICO BEDRAN – E eu estou nessa diretoria não por indicação do atual Presidente; eu estou por indicação ainda do Governo anterior. Agora, eu, como geólogo e como técnico, espero estar dando a nossa contribuição para assegurar ao povo de Pinheiro a preservação da vida.

Então, nós precisamos ter tranquilidade para processar esses dados e trazer a informação correta e precisa. E, ao final do nosso relatório, do relatório que virá do nosso corpo técnico, nós vamos submetê-lo às universidades, nós vamos submetê-lo a quem de direito for, para chancelar o nosso trabalho técnico.

Estamos em contato com o Serviço Geológico americano, o USGS, com dois pesquisadores com *expertise* no assunto, para saber se as nossas atividades, se o nosso cronograma de trabalho está correto. E nós tivemos a informação de que o caminho certo, correto, é esse. E nós precisamos, Sr. Presidente, ter essa tranquilidade...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Isso foi dito na apresentação. Acho que ficou bem claro.

O SR. FREDERICO BEDRAN – ... para a gente concluir esse trabalho. Nós não estamos aqui, em hipótese alguma, procurando culpados ou culpadas; nós queremos identificar a causa. E essa causa, sendo identificada, nós vamos torná-la pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Então vamos a ela.

Dando sequência aqui, eu quero já me direcionar também à CPRM e, se possível, ao Thales, lendo um trecho de um ofício encaminhado em junho, o Ofício nº 17/DHT/2018.

Vou ler o que ele diz. Nós estamos falando do mês de junho de 2018; então, são quase dez meses.

Fala que existe a possibilidade de que o processo de que nós estamos falando aqui possa apresentar dimensões e consequências muito maiores do que os indícios atualmente permitem estimar, podendo evoluir, inclusive, para um colapso de terreno – ou seja, a queda brusca com alta energia. A gente está falando aqui de junho.

De lá para cá – inclusive foi dito na apresentação aqui –, a situação vem se agravando. Ou seja, há ainda uma movimentação do terreno, e cada vez mais acentuada. Até anotei aqui, quando foi dito, que essa subsidência, que é justamente o rebaixamento do solo, passou a se acrescentar em várias partes após esse período. Ou seja, aquilo que já era alarmante, no início de junho, hoje está sendo constatado.

Então, nós estamos, de fato, diante de uma situação que pode gerar um colapso de terreno, causando uma queda brusca. Por isso, acredito eu que o nosso dever de alerta deve estar ativo.

Então, quando foi dita essa afirmação... E eu aqui acredito que, hoje, o principal problema de quem está me assistindo e que mora no bairro Pinheiro é entender a delimitação dessa área.

Até onde eu tenho conhecimento, a delimitação foi feita pela Defesa Civil do Município, que colocou "área vermelha, amarela, laranja", e essa delimitação foi feita no olho, observando as evidências prediais, ou, no máximo, acredito, com equipamentos que não chegaram nem a 10m. Não sei nem se chegaram a usar esse equipamento, mas foi feita de acordo com as chamadas que foram realizadas, e foram delimitando. Nós estamos falando aqui de uma tecnologia de satélite, de uma tecnologia americana, italiana, japonesa, eu não sei. Mas, hoje, com certeza, o que tira o sono de cada pessoa que diz que mora no bairro Pinheiro e que coloca no seu CEP o endereço do bairro Pinheiro é saber: "Olha, a minha casa está na área vermelha? Está na área amarela? Está na área branca? Eu moro na área branca, mas ela está rachada. Tem gente na área vermelha que não está rachada". Ou seja, delimitar esse espaço, hoje, é uma prioridade, mesmo que não se tenha ainda esse laudo definitivo de quem foi o culpado. Então, vamos voltar ao que foi dito aqui: a prioridade absoluta é salvar vidas.

E a minha pergunta, minha primeira pergunta, é esta: a área que foi delimitada, que está exposta hoje para a população de Alagoas como sendo vermelha, laranja e amarela, permanece a mesma? Se não, vamos fazer um alerta a essas pessoas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Ministério Público, na terça-feira, fez uma recomendação para que as pessoas que moram na área vermelha saiam, como já foi feita pela CPRM, como já foi feita pelo Dinário, pelo Município, pedindo que as pessoas saiam. É uma situação de emergência, e já foi decretado isso em dezembro.

Então, saber o que, de fato, acontece hoje, qual é a área em que as pessoas têm que sair de casa é o primeiro passo. Aí, depois, para onde vai, como vai... Nós vamos continuar nas outras Mesas aqui. Quem é o culpado vai sair. Em algum momento, vai chegar quem é o culpado. Mas, hoje, tem que se delimitar essa área e saber se existe, hoje, algum local que possa dizer: "Essa é uma área inabitável. Aqui não se orienta ninguém a ficar nessa situação, porque estará colocando em risco a sua vida".

Então, essa pergunta é muito importante, tendo em vista que nós temos um monitoramento permanente que afirma que há um agravamento a cada dia que passa, como foi dito aqui pela NM, a cada hora. Situações que demoram milhões de anos para acontecer estão acontecendo a cada hora. E é visível. As pessoas estão saindo de casa.

Se eu for falar aqui do sentimento de cada um... Vamos ter os representantes dos moradores, que vão falar sobre isso, mas o sentimento é um sentimento de perda irreparável. Há a questão afetiva, há a questão psicológica, há a questão financeira, há a questão social, há os empresários... Ou seja, é muito grande.

Então, hoje, a pergunta é a seguinte: o que está exposto como sendo área vermelha, que é aquela mais grave, de onde as pessoas devem sair, sobre as quais há uma determinação do Ministério Público que foi fruto, com certeza, da avaliação desses ofícios a que a gente teve acesso, das informações que foram passadas nas palestras, da convivência com as pessoas, dos relatos... É apenas essa a área? Ou quem mora nas outras áreas também tem a orientação de não permanecerem lá?

Eu não consigo mensurar, não sou especialista na área, não sei se é muito, se é pouco... Até o Dinário, acho, vai poder dizer aqui qual o mês em que normalmente chove 30mm. Mas vão esperar chover para sair?

Eu cresci, e o bom senso também determina assim, ouvindo: "Choveu, vai para casa que você está protegido". Mas vão dizer: "Choveu, sai de casa, senão você vai correr risco de vida".

Então, eu acho que essa delimitação, hoje, é o principal objetivo de quem mora ali. É saber.

E isso tem vários desdobramentos. Primeiro, quem sai da sua casa tem o benefício social. Não é privilégio; é benefício. Pode ter direito àquilo que nós vamos votar aqui, ao FGTS, ao crédito diferenciado para os empresários. Então, há toda uma consequência disso, e há responsabilidade no que foi exposto aqui e o sentimento.

O senhor já está lá há muitos meses, e há o sentimento de irmandade com aquele povo, que precisa de um amparo. Que a gente possa ir por partes, e que cada um faça a sua parte, que é o quê?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Está acontecendo isso, vamos salvar as vidas. Ponto. Como, quando, aí já vai partir para outro, já vai partir para outro. Quem é o culpado? Vamos chegar lá.

Então, Thales, se você puder dimensionar isso...

Inclusive, quando você mencionou na sua apresentação o rebaixamento, essa subsidência de 188mm, que, inclusive, em alguns locais chega a ser cerca de 40cm, essa velocidade que há, desse rebaixamento, você mencionou aqui como sendo um alerta. Mas eu não sei qual é o normal. Se 188mm é grave, qual é o normal hoje? Eu sei que há, naturalmente, um rebaixamento do solo...

O SR. THALES QUEIROZ SAMPAIO (*Fora do microfone*.) – Três milímetros.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Três milímetros.

Então, nós estamos falando aqui de quantas vezes a mais? Não sou matemático também não, mas de 50 vezes a mais, 60 vezes a mais daquilo que é o natural. Ou seja, algo sobrenatural, algo que não é natural está acontecendo. Então, a nossa responsabilidade.

Não consegui imaginar mais alguém que pudesse colaborar com este tema que não esteja hoje aqui. Não consegui imaginar. E agradeço à minha equipe toda, ao pessoal da Comissão, que, juntos, de forma responsável, pensaram quem, neste País ou neste Planeta, pode contribuir para elucidar uma situação e, principalmente, tentar tranquilizar, tentar encontrar o que pode ser feito.

Então, sei que é uma enorme responsabilidade, dentro da sua alçada. Se puder responder a esses questionamentos, já será um bom caminho para os nossos próximos passos.

O SR. THALES QUEIROZ SAMPAIO – Senador, obrigado pela oportunidade.

Isso é grave mesmo. Então, a gente tem que falar com bastante clareza.

E o Deputado, o Sr. Senador e várias pessoas têm se referido sempre ao Thales, mas eu quero dizer que o Thales aqui, em primeiro lugar, está liderando a equipe por determinação e por confiança do meu diretor, que, por acaso, além de meu diretor, é meu amigo há muitos anos. Somos pesquisadores da CPRM juntos, trabalhamos muitos anos juntos, e nos conhecemos muito bem. E eu tinha milhares de coisas para fazer, e eu não sabia que Pinheiro era tão importante, e, antes de eu saber que Pinheiro era tão importante, ele sabia. E ele falou: "Para o que você está fazendo e vai para lá". Certo?

Então, eu acho que isso mostra a sinergia, a capacidade e a sensibilidade de um diretor perceber que existe um problema sério e que é preciso uma pessoa com bastante experiência para tratar do problema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Segundo, a gente tem uma equipe muito boa trabalhando junto. Então, quando eu estou falando, eu não estou falando só o que o Thales pensa; eu estou falando o que o Thales pensa e o que a equipe do Serviço Geológico do Brasil pensa. E, aí, a gente tem geofísicos, a gente tem geólogos com especialização em Geologia Estrutural, geofísicos que tem um viés para eletrorresistividade, para audiomagnetotelúrico, para sísmica, enfim... Dentro da ciência da Geofísica você subdivide, dentro da Geologia você subdivide, e o grande desafio... Nós somos acostumados, nós somos treinados, nas nossas escolas, a trabalhar separados: nós fazemos provas separados, nós fazemos cursos, nós nos formamos sozinhos, fazemos mestrado sozinhos, fazemos doutorado sozinhos, fazemos concursos sozinhos, mas, aí, depois que você entra na empresa, você tem que trabalhar junto. É o grande desafio. E eu diria que o grande talento da Diretoria de Hidrologia e Gestão Territorial, liderada pelo Doutor Bacelar, é essa capacidade que a gente tem de fazer com que as pessoas trabalhem juntas. É por isso que a gente vai conseguir adiantar esse cronograma.

Mas, no dia de hoje, o que que eu posso asseverar? O que que o Serviço Geológico do Brasil pode asseverar?

Como está escrito em junho, o que a gente percebe é que havia uma zona de fraturamento, havia uma zona que, hoje, a gente sabe que é uma zona cisalhante. Ou seja, havia uma zona de fraturamento, e aí, com o tempo, a gente percebeu que não era só fraturamento, porque a fratura se abre, mas não tem rejeito; nem rejeito nessa direção, nem a...

A gente começou a ver rejeitos. Então, a gente sabia que tinha fraturas e falhamentos.

A gente sabe que a bacia de Maceió é cheia de fraturas e falhas. Certo? E está lá: Maceió está cheia de fraturas e falhas. Não é só no Pinheiro. Maceió toda, Salvador, Recife tem... Enfim, em todas as cidades litorâneas brasileiras, mas notadamente Salvador, Recife, Maceió e Sergipe têm fraturas em zonas urbanas, que estão quietas. Inclusive a famosa falha de Salvador, Cidade Alta e Cidade Baixa, e o Elevador Lacerda construído no plano da falha. Ou seja: encostado no plano da falha.

O que que a gente pode asseverar hoje? A gente tem um movimento lento, que, pela interferometria, nos mostra que, a partir de maio de 2016, o movimento já existia, mas o movimento era mais lento; e, a partir de junho de 2017 – a gente examinou vários pontos ontem –, a gente tem uma aceleração desse movimento. Não é uma grande aceleração. Tanto que, na média, a gente está com áreas importantes de rebaixamento, e, quando tudo baixa, a área não quebra.

Onde é que a gente está vendo as coisas quebradas? Onde a gente está vendo o cisalhamento? Onde a gente está vendo o fraturamento? Num bloco que não está baixando, junto com um bloco que está baixando. Ou seja: se você tem dois blocos, e esse aqui diz "eu não tenho nenhum motivo para baixar e não vou baixar", e o outro diz "acontece que eu tenho um motivo para baixar, ou por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cavidades ou por algum outro motivo, e eu vou baixar". Então, só há um jeito: ou você estica, ou você quebra, ou você dobra. Certo?

Como o terreno lá é um terreno friável – principalmente as camadas superiores –, e a gente ainda tem algumas camadas de calcário importantes nessa coluna geológica, a gente tem, sim, um conglomerado. Esse conglomerado é um conglomerado sintetectônico... O que que significa sintectônico?

Quando esse conglomerado foi depositado, a bacia estava em movimento. Por quê? Porque, para você depositar um conglomerado... Um conglomerado é um aglomerado de rochas, composto de seixos de granito, de quartzo, de gnaisse; ou seja, havia uma área-fonte a oeste de Maceió, que ficou muito mais alta do que o mar, e, portanto, esse conglomerado desceu. Para a gente entender, eram leques aluviais. Vamos pensar em grandes rios descendo, carregando essas rochas por muito tempo, para poder ter um conglomerado de 300m de espessura.

Então, isso significa um tempo geológico bastante grande, e, por natureza, havia movimento crustal na deposição desse conglomerado. E, portanto, o serviço geológico advoga que é possível que. nesse conglomerado, existam zonas de fraqueza que foram formadas durante a deposição do conglomerado, assim como a gente advoga que existe zona de fraqueza em toda a coluna geológica do bairro do Pinheiro, e essas zonas de fraqueza não estão relatadas nos relatórios da Braskem, não estão relatadas nas pesquisas, e nós precisamos encontrar essas zonas de fraqueza, que a gente já sabe que existem na superfície, porque nós estamos vendo...

A gente não precisa mais ficar com pruridos de "ah, eu não vou chamar de falha, eu não vou chamar de fratura". Hoje a gente já tem certeza de que aquilo ali que a gente está vendo na superfície são falhas e fraturas. A equipe toda já concorda que há, no mínimo, 80m de profundidade. E eu, que sou dissonante nessa opinião, já enxergo isso até 150m de profundidade, mas vamos que a equipe tem razão, porque eles estão sendo muito cuidadosos... Mas, agora, com os métodos que estamos investigando, até 1.500m, nós vamos ver essas superfícies.

Há uma possibilidade de esses falhamentos... Esses falhamentos são rotacionais; eles não são planos. Eles começam verticalizados e giram. Há possibilidade de a gente ter esse falhamento girando em cima do conglomerado e de que todo esse bloco esteja se deslocando em direção à lagoa. Só que esse movimento é um movimento de rastejo. Imagine quando a gente diz que uma pessoa está rastejando. É que ela está bem devagarzinho. Ou seja: a cobra está rastejando. A cobra é diferente, porque às vezes ela rasteja rápido; mas, normalmente, quando a gente fala em rastejo, são movimentos lentos.

Nós já enxergamos o rastejo. O rastejo, inclusive, já tem rejeito, e a gente já pode enxergar o rejeito de 10cm, de 15cm, 5cm, na superfície. Só que veio a interferometria e nos disse o seguinte: o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que vocês estão vendo é o encontro do bloco que está baixando com o bloco que não está baixando. É isso que vocês estão mapeando. É aí que está quebrando.

Então, o que a gente está vendo quebrado é um encontro de dois blocos, um que não baixa e um que baixa. E, quanto ao que baixa, há uma porção de áreas dentro dele que não está quebrada. Mas por que que não está quebrado se está baixando? Porque ele está baixando como um todo. E, em cima das casas que a gente vê quebradas, e a gente fez vários exercícios ontem... A gente pegava um ponto do lado da casa. Aí, esse ponto tinha uma velocidade de rebaixamento de tanto; pegava do outro lado da casa, o ponto estava baixando muito menos ou não estava abaixando. E aí quebra. Se um lado está abaixando e outro não está abaixando, quebra.

É exatamente isso que a gente está vendo. A zona mapeada pela CPRM como amarela, vermelha e laranja é o encontro dos dois blocos, o bloco que está baixando com o bloco que não está baixando, que é toda aquela área verde que eu mostrei num dos eslaides.

Aí agora a pergunta do senhor, a pergunta mais importante: "E aí? E a população do Pinheiro?" Porque a gente estava preocupado com a zona amarela, laranja e vermelha especialmente. E a população na zona que está rebaixando mais ainda, e que a gente não vê grandes rachaduras?

Nós não sabemos, Senador, hoje, se esse rastejo vai evoluir para um movimento mais brusco ao longo de dez anos, ao longo de 20 anos, ao longo de 50 anos, ou no próximo ano, ou na próxima chuva. Infelizmente, a Geologia ainda não é capaz de dizer isso. Por exemplo, a famosa falha de Santo André, na Califórnia. Há lá uma previsão, do serviço geológico americano, de que nós teremos um grande terremoto, na Califórnia, nos próximos 50 anos. Eles têm muitos sensores instalados ao longo dessa falha, mas eles não conseguem... Esse terremoto pode acontecer no próximo ano, pode acontecer amanhã e pode acontecer daqui a 50 anos. O que eles sabem é que a energia potencial que está sendo acumulada vai romper em algum momento, nos próximos 50 anos, que, para o tempo geológico, é um tempo muito pequeno, porque a Geologia trabalha com milhares de anos, milhões de anos e até bilhões de anos.

Por exemplo: o sal se formou há 100 milhões de anos. Aquele sal tem 100 milhões de anos. Eu estou arredondando para a gente não se esquecer. Havia as lagoas litorâneas, o mar enchia essas lagoas de água salgada, ficava ali quieta um bocado de tempo, evaporava toda a água da lagoa, depositava, sei lá, 2, 3m de sal, ele ia de novo, durante... E ele depositou 300m de sal. Depois disso, o mar invadiu esse sal, e formou-se uma plataforma continental de água limpa, rasa, com sal no fundo, propícia para deposição de calcário, que é uma rocha marinha. Em cima desse calcário, depositou-se o famoso conglomerado, que a gente imagina que pode funcionar como uma lage.

Nós precisamos dos dados geofísicos para entender onde é que essas estruturas geológicas estão passando, o que elas estão cortando, se elas chegam às cavernas de sal ou não, se elas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

rotacionam em cima do conglomerado – que seria talvez o melhor dos mundos para estabilização do bairro do Pinheiro –, e, a partir de todos esses dados, a gente apontar, com engenheiros civis, engenheiros geotécnicos, geólogos geotécnicos, geológicos estruturalistas, uma solução para a estabilização do bairro do Pinheiro, se for possível, e a gente reza muito para que seja possível.

Agora, hoje, o que é que a gente pode dizer? Se chove no Bairro do Pinheiro... E eu sempre dizia: "Não, vamos considerar uma chuva aí a partir de 60, 70mm...". Hoje, a equipe que está trabalhando no Bairro do Pinheiro passou a noite inteira trabalhando e pegando dados, porque as nossas procuradoras de Maceió nos pediram para responder a uma série de perguntas.

Então, eu falei: "Hoje a gente dorme pouco, acorda cedo, eu estou indo ao Senado com o Dr. Bacelar e o Dr. Jorge Pimentel e mais a nossa equipe de assessoria parlamentar e assessoria de comunicação". Aqui também está um assessor especial do Ministro, o Comandante Jeferson, que nos assiste, que nos chamou para conversar, na segunda-feira, longamente – foram duas horas e meia de conversa. Portanto, a assessoria especial do Ministro de Minas e Energia está perfeitamente informada de tudo isso que nós estamos conversando aqui. E o próprio Ministro está informado disso.

E o que é que a gente pode dizer? Ao final de abril, nós teremos muitos dados e muitas recomendações a fazer, e talvez algumas soluções. Queira Deus que nós tenhamos como apontar soluções.

Durante este mês de abril, meu Senador, é uma angústia para todos nós, do Serviço Geológico do Brasil, para todos da Defesa Civil estadual, municipal, para todos do Bairro do Pinheiro. Nós vamos ter que ter um esquema de "gente, vai chover, nós vamos sair". Aí o amigo me pergunta: "Mas vamos sair de onde está vermelho, que vocês não mapearam, do que eu mostrei aqui, que está em subsidência?" Eu fiz essa pergunta para a equipe técnica, hoje pela manhã. Pedi para a líder da equipe técnica que está lá. Ela se chama Sandra Fernandes, tem mestrado, doutorado, pós-doutorado, é uma pessoa da absoluta confiança de todos nós, em especial do diretor, e ela disse: "Na minha opinião, chuva a partir de 30mm, as pessoas deveriam deixar o Bairro do Pinheiro."

E isso cria um problema muito grave, porque para isso aí precisa haver uma estrutura muito grande, que não pode ser só a Defesa Civil municipal e estadual. Isso tem que ter o envolvimento de Governo Federal, de governo municipal e de governo estadual... Ou seja: neste momento, eu acho que esses três Poderes têm que dar as mãos. O Poder Legislativo tem que estar atento, o Ministério Público atento...

E o que eu posso falar, em nome do Serviço Geológico do Brasil, com permissão do meu diretor, é que nós estamos completamente comprometidos em esclarecer as causas desse problema no menor tempo possível. Este camarada aqui, já algumas vezes, tarde da noite, a gente discutindo, ele olha para mim e diz: "Vá para casa, porque você já está falando bobagem. Você já saiu... Vá dormir um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pouco e acorde cedo". E eu tenho feito isso, porque ele está numa brabeza, porque a diretoria é bastante grande. Eu queria só que os senhores compreendessem. Às vezes a gente pensa: por que é que o diretor não está direto lá em Maceió? Esse camarada tem mais de 500 pessoas sob liderança dele.

Ontem ele estava em Santa Catarina, observando e tratando de um assunto importantíssimo, que é a recuperação de áreas degradadas pela mineração de carvão. As empresas faliram, a União foi responsabilizada, e isso chegou para o Serviço Geológico do Brasil se responsabilizar, por uma coisa que nós nunca tínhamos feito. Então, ele teve que montar a equipe, estruturar essa equipe, fazer parceria com o Exército, e a gente está recuperando essas áreas lá.

Então, é só para compreender que é uma equipe, mas ninguém, nenhum dos pesquisadores do Pinheiro foi retirado nem para Brumadinho, nem para essa área de Santa Catarina, nem para nenhuma outra área por determinação do Dr. Bacelar. "Não retira ninguém". E eu sou o porta-voz dessa equipe e lidero essa equipe, e com muita honra, porque é uma equipe de excelência.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Muito bem.

Confesso que a fala de V. Sa., com a apresentação, me fez enxergar um cenário aqui: essa situação do rastejo. Então, o problema fica mais visível quando você tem algo estabilizado. Naquele que não é estabilizado, há uma subsidência, ou seja, um rebaixamento do solo, e você consegue mensurar. As casas se racham, mas elas estão sendo rebaixadas.

Quem está aqui embaixo também está sendo rebaixado, mas o ponto de referência dele não é aquele que está parado; é a área que está ao lado. Então, entendi o desenho da curva, do rastejo, como vocês falam aqui, e a área, pelo que eu entendo, será muito maior do que a que hoje é apresentada.

Então, peço aos senhores que aqui, em público, se comprometam com o Estado de Alagoas, com os alagoanos, para que, até o último dia do mês de abril, seja delimitada essa área e que esse laudo a ser apresentado seja conclusivo.

Pelo que entendi, os estudos já foram feitos. O que está sendo feita é uma análise desses dados. Acredito que já foram extraídas as informações, porque, doa a quem doer, é melhor ter a informação verdadeira ou a possível situação de gravidade do que a gente achar que o tempo milenar, o "pode ser que um dia aconteça", e se assumam as responsabilidades, e aqui não é o caso dos senhores. Pelo que eu vi, a parte técnica está sendo feita. Mas que a gente possa tranquilizar essas pessoas também.

E as atitudes, aí... O problema vai ser um problema nacional, o Município vai fazer a sua parte, o Estado, as pessoas... Vai ser uma comoção, sem dúvida nenhuma, porque nós estamos falando aqui só

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do bairro Pinheiro... E, ontem, eu tive a informação da Fecomércio de que o bairro Pinheiro corresponde a 20% dos empregos do Município de Maceió. E já não é o bairro Pinheiro, porque, quando a gente fala do rastejo, já vem o Mutange e o Bebedouro. Já aumenta essa área, para chegar até a lagoa. Então, é uma situação bem interessante.

Então, publicamente, eu pergunto: podemos aqui... E eu ressalto que um Parlamentar, um Senador, um Deputado Federal ou Estadual, um Vereador... Muita gente pensa que a principal que eles têm é fazer leis. Eu sempre digo que é a segunda. A principal é fiscalizar os serviços públicos, os recursos públicos. Então, nós vamos ter aqui também uma linha de trabalho no sentido de cobrar isso.

Então, esta Comissão... Nós estamos sentados aqui, na Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle do Senado Federal, a qual eu presido. Então, estou atento ao começo, meio e fim.

Estamos falando de prazos razoáveis, tendo em vista que não é hoje. Isso aí já é uma expectativa daquilo que já foi, inclusive, colocado como prazo inicial, há uma época atrás. Então, é esse o compromisso.

Então, só duas perguntas referentes a isso. Primeiro, se a gente pode, até para tranquilizar as pessoas, dizer: "Olha, antes da quadra chuvosa", que eu acredito que começa já no final do mês de abril ou no começo de abril – então, já há até esse agravante –, mas, nesse período, as pessoas já vão ter uma expectativa de que área está sendo atendida e qual o alcance. Porque, pelo que eu percebi, não é apenas a área vermelha; não é apenas Pinheiro; é toda uma região. E, aí, o problema é grande, e vamos procurar uma saída grande também.

Então, essa é uma pergunta.

E outra pergunta, que foge um pouco ao meu relato aqui, mas que vai ser fruto dos meus questionamentos aos demais aqui, é se a CPRM, hoje, consegue dimensionar essas cavernas que são faladas, embaixo do solo.

O senhor pode dizer qual é o raio, qual é o comprimento horizontal e vertical dessas cavernas que hoje se encontram no bairro do Pinheiro? Até mesmo porque hoje existem várias informações que circulam, algumas até temerosas, outras que a gente sabe que é criação de computador, mas também existe muita verdade em cima disso.

Então, se há hoje, por parte da CPRM, o conhecimento do alcance dessas cavernas, qual é a dimensão que elas têm, para que a gente possa prosseguir aqui com a audiência.

O SR. ANTONIO CARLOS BACELAR NUNES – Senador, nós podemos nos comprometer aqui em agilizar, para que, até o final de abril, nós estejamos com o nosso relatório pronto e com as sugestões identificadas lá, para torná-las de conhecimento público.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos fazer todo o possível para que, ao final do mês de abril, nós estejamos com o nosso relatório concluído.

Mas eu quero aqui também fazer uma advertência: isso não impede que os organismos municipais, estaduais, federais e Defesa Civil comecem a trabalhar para uma emergência futura do bairro Pinheiro. O Dr. Thales foi claro de que o bairro Pinheiro está em constante movimentação. E a nossa preocupação maior é com a quadra da chuva, que está se aproximando.

Então, é preciso que os organismos municipais, estaduais, federais, organizações não governamentais e Procuradoria já estejam trabalhando, no sentido de evitar uma consequência danosa à vida do ser humano.

Porque essa parte aí não é responsabilidade do serviço geológico. A nossa responsabilidade, Srs. Senadores, Sras. e Srs. Deputados, Ministério Público, senhoras e senhores, é a conclusão do nosso relatório. E nós haveremos, com fé em Deus, confiantes na equipe de que dispomos, de chegar ao final de abril com o que nós entendemos a respeito dos problemas do bairro Pinheiro.

A segunda pergunta eu quero aqui, Senador, passar ao Dr. Thales, pois é uma pergunta mais técnica e ele tem mais informação do que eu, apesar também de ser geólogo.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Antes de responder, Thales, há perguntas que chegaram pelo e-Cidadania aqui. Eu resumi todas essas perguntas que foram feitas pela Walquíria e pelo Mickael Douglas – até o Mickael Douglas está acompanhando aqui, de Alagoas –, pela Maria José e pela Maria Estefania.

Então, eu resumi a pergunta deles nesses discursos.

O SR. THALES QUEIROZ SAMPAIO – Bom...

Sr. Presidente desta Comissão importante... E a coisa mais importante que há aqui, rapaz, é a transparência. Então, eu tenho procurado ser transparente sempre, por mais que isso, em alguns momentos, me angustie.

O que que a gente está vendo? Porque a grande questão, Presidente, é que nós estamos processando dados, e o processamento é demorado. A gente está usando... Por exemplo, eu estou com um computador hoje, aqui, que está ali na mesa. Se a gente for processar o que a gente está processando numa máquina desse tipo aí...

A gente levava 24 horas para processar uma imagem de uma cena, certo? Essa mesma imagem, que era uma imagem de satélite interferométrico, hoje a gente consegue processar em duas horas com as máquinas que a gente tem. Então, olha o que a gente encurtou no tempo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o que que a gente está vendo? Enquanto a gente está fazendo, a gente coleta alguns dados, mas são dados brutos – mas você vê os dados. E é claro que o geólogo tem o raciocínio geológico e tem o tirocínio, não é? E, na parte de eletrorresistividade, em que a interpretação é mais rápida, a gente conseguiu ver, no cruzamento de zonas condutivas, que a gente está interpretando como falhas, alguma coisa que a gente interpreta como pequenos vazios – não são grandes vazios –, mas esses pequenos vazios contribuem muito para o que está acontecendo na superfície.

Existem grandes vazios? A gente está vendo algumas anomalias na gravimetria. Esse método gravimétrico, o próprio nome está dizendo: gravimetria trabalha com a gravidade. É um aparelho supersofisticado, supersensível. Então, você tem que trabalhar com todo o cuidado, com o GPS geodésico de alta precisão, sempre ao lado dele. O GPS tem que estar sempre na frente. E o nosso geofísico... Esse aparelho não é para trabalhar dentro de cidade. Então, ele teve que aprender a limpar do aparelho os ruídos de ônibus, de caminhão, de carro... Ou seja, os ruídos humanos do bairro, para que ele ficasse só com aquilo que é especificamente da Geologia. E ele conseguiu. O trabalho está ficando muito bom. E ele consegue ver algumas anomalias que podem ser identificadas com vazios em profundidades maiores. Eu perguntei: "Roberto, que profundidade?" Ele disse: "Não consigo ver. Eu tenho que processar mais".

Então, a eletrorresistividade aponta para que é possível que existam vazios a profundidades menores – aí eu estou falando de profundidades de 50m.

É possível que exista algum tipo de vazio na primeira camada de calcário, mas a gente vai ver isso... A primeira camada de calcário está abaixo do Aquífero Barreiras/Marituba. São duas camadas geológicas que, hidraulicamente, estão ligadas. Hidraulicamente significa que a água passa de uma para outra sem barreira.

Abaixo dessas camadas, abaixo desse aquífero arenoso, há calcário. E, como nós explotamos, como a própria natureza da mineração explota água desse aquífero, retira água desse aquífero, e, portanto, quando você está retirando água do aquífero, a água subterrânea passa a se movimentar em muito maior velocidade do que quando ela não está sendo explotada. E, como a explotação é 24 horas por dia sem parar e, às vezes, 300, 360 dias por ano – ou seja, só para fazer manutenção –, se a água estiver circulando no calcário, também pode haver cavidades no calcário, mas a gente só vai saber disso quando a gente conseguir pegar todos os métodos geofísicos, interpretá-los e integrá-los. É aquilo que eu falava: nós somos acostumados a trabalhar separados. Então, o cara da eletrorresistividade vai dizer: "Olha, eu estou vendo isso". O cara do audiomagnetotelúrico: "Eu estou vendo isso". O cara da gravimetria: "Tá, meu amigo, e o que é que nós estamos vendo todos juntos?" A gente vai ter que integrar esses dados e ter um modelo tridimensional em que possamos mostrar, tridimensionalmente, o que a gente está vendo para um Senador da República, um Governador, um Prefeito, um gestor. Ou seja, nós vamos mostrar em três dimensões. Olha, aqui você está vendo norte,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sul, aqui você está vendo leste, oeste... Ou seja, você vai poder rodar o seu bloco, olhar o bairro do Pinheiro de cima, ver a topografia...

A gente fez um voo curvante. Não foi um simples *drone*; foi um Vant. Fizemos fotos de altíssima qualidade do bairro. Essas fotos estão sendo ortorretificadas. Significa que nós vamos ter a topografia em detalhe do bairro do Pinheiro. Vai ser muito útil para o que a gente vai precisar fazer no bairro do Pinheiro. E, aí, a gente vai ter o detalhe de todas as camadas geológicas e as estruturas geológicas. **O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – A Mesa está sendo um pouco mais demorada, justamente pelos dados técnicos. Muitas novidades estão sendo apresentadas para uma grande parcela do público que está assistindo e que está aqui presente. Os questionamentos surgirão posteriormente.

Mas, só em termos de dados, estou tendo aqui a confirmação da CPRM. Vamos colocar uma data: até o dia 30 de abril nós teremos esse laudo concluído. Só para haver um termo técnico.

Sendo assim, vou inverter um pouco a ordem, mas o questionamento é necessário. Então eu agradeço, realmente, porque é algo que cria uma expectativa. Então, é muito positivo.

Eu gostaria de fazer uma pergunta ao representante da Braskem, Sr. Alexandre de Castro.

Alexandre, na prestação feita pela Braskem, foi demonstrado aqui o polígono de concessão que a Braskem tem naquela área, que, coincidentemente ou não, se fosse falar do polígono da área afetada sobre este assunto que foi demonstrado, aqui, pela defesa civil, pela CPRM, pela ANM, coincide muito com a área que foi de concessão da Braskem. E eu gostaria de perguntar a V. Sa. sobre essa exploração mineral que há embaixo. Sei que a entrada dela é uma entrada pequena, mas que embaixo aumenta esse raio, aumenta esse alcance. Se a Braskem hoje... Se esses poços que existem não apenas de Pinheiro, mas em toda essa região em que há concessão da Braskem... Se ela consegue dizer qual é a dimensão dele. Isso, hoje, é possível afirmar? Vocês têm esses laudos? Vocês têm esses atestos? Essa é uma pergunta. É a primeira pergunta.

E aqui eu solicito sempre que seja muito sucinto, até pelo horário, e que a gente possa ser produtivo.

Outra pergunta, e aqui confrontando com o que foi dito pela ANM: as informações aqui dão conta, pelo que foi falado, de que esses poços já não são mais verticais. A apresentação demonstrou um tipo de exploração que começa vertical e depois ela vai lateral, direcional, e um outro que é vertical. Então, aqui foi demonstrado pela ANM que essas verticais hoje estão empenados. Então, a Braskem tem essa informação também? É a Braskem que passa essa informação para a ANM? Como é feita a fiscalização pela ANM referente à Braskem? São relatórios mensais, anuais? E quem faz esse relatório?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALEXANDRE DE CASTRO – O.k., Senador. Obrigado pelas perguntas.

Mais uma vez, a gente tem... Porque, do ponto de vista de operação, se eles são direcionais ou verticais não faz tanta diferença. As tecnologias que permitiram que a gente fizesse poços direcionais foi justamente para que a gente pudesse explorar outras ou extrair sal de outras áreas. Então, o direcional permite, por exemplo, que você faça um furo, como V. Exa. comentou, e eu faça o poço lá na frente, debaixo da lagoa, por exemplo. Por isso a gente consegue fazer através dessas duas tecnologias. Então, se ele é direcional ou não é direcional não tem tanta influência assim no processo.

O tamanho dos poços.

Como eu comentei, são poços que têm vida útil, dependendo da quantidade de poços que eu tenho em operação, que podem variar em torno de 10 e 15 anos. E, em geral, os poços lá embaixo têm uma dimensão de diâmetro que pode girar em torno de 200 a 300m. Esse é mais ou menos o diâmetro que pode ter o poço todo, porque ele tem um formato circular, oval; então, entre um ponto e outro, ele pode ter entre 200 e 300m.

E a última pergunta, comentando...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ALEXANDRE DE CASTRO – Desculpe-me. Eu estou até aqui com a equipe, da mesma maneira que vocês, e eu estou com o Diretor Industrial da Braskem, que atua lá na mineração. Se o senhor permitir que ele possa corrigir uma informação, eu agradeço.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ALEXANDRE DE CASTRO – Sr. Álvaro César.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL. *Fora do microfone.*) – Pode vir para cá.

O SR. ÁLVARO DE ALMEIDA – Respondendo à pergunta: quando foi mostrada a estrutura do sal, a gente vê que, mais ou menos, isso varia em torno de 300m, de cima a baixo. Então, quando você faz um poço, seja vertical ou seja direcional, sob o ponto de vista da integridade não há nenhuma diferença. A única diferença do direcional é que eu posso colocar a árvore de natal aqui... Eu estou aqui, por exemplo, no CSA, e, em vez de tirar embaixo do solo CSA – você conhece o CSA –, eu posso posicionar a árvore de natal ali e direcionar a retirada do sal, que vai lá embaixo mil metros – embaixo da lagoa. A única diferença é essa.

Então, normalmente, quando a gente olha aqui, esse patamar de sal vai de 900 a 1.200m. Então, ele tem 300m. Se você fura um poço, primeiro, você não retira de cima a baixo. Aí nós não estamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

falando do diâmetro; estamos falando da quantidade que você tirou, sob o ponto de vista da altura, e o diâmetro, que foi a sua pergunta, normalmente é em torno de 70m.

Mas tudo isso é definido, porque, quando a gente olha... Aqui a gente tem 300m, mas não necessariamente ali a gente vai ter. Há locais que têm 200m. Então, o que define isso é um estudo geológico, antes de você furar. Por isso que ele comentou sobre uma vida de 10 a 15 anos, porque, quando você começa a tirar, é muito pequeno. Você vai fazendo sonar, e os sonares vão mostrando assim, ó: você já tirou, você estava com um diâmetro de 10; dois anos depois está 20; três anos depois está 30; quatro anos depois está 45 – estou dando números fictícios. E o estudo geológico diz assim: como está o formato dessa cavidade, é o momento de você parar. É por isso que a gente faz...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL. *Fora do microfone*.) – São 50m?

O SR. ÁLVARO DE ALMEIDA – Não. Em média. Então, há uns que são 60, há outros que são 70... É o máximo a que a gente chega...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL. *Fora do microfone*.) – A altura?

O SR. ÁLVARO DE ALMEIDA – A altura, normalmente... Altura. Diâmetro é isso que estou falando... Quanto à altura, como eu tenho um patamar de 300m, normalmente a altura fica em torno de 200m, quando se retira. É a altura. Foi o que ele tinha comentado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL. *Fora do microfone*.) – Vou usar a apresentação aqui, não sou especialista...

O SR. ÁLVARO DE ALMEIDA – Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Vou fazer uma pergunta, com uma extração lógica do que foi falado aqui pela ANM, pela apresentação do Thales e pelo que estou vendo aqui.

Quando a gente fala nessa área descendo, que ela está tendo uma movimentação... Eu quero saber da Braskem: hoje, essa cavidade... Nosso amigo aqui... Álvaro, essa cavidade, hoje, se encontra aqui? Porque, pelo que percebi, já houve uma movimentação do solo, não se consegue mais medir, pelo menos verticalmente – como foi dito aqui, está empenada. Então, quero saber se essa informação dita por aquele órgão que fiscaliza a Braskem procede, porque isso aqui pode ser uma grande comprovação da celeridade do que está acontecendo e da gravidade daquilo que a gente está enfrentando. Repito: não quer dizer que, se isso aqui está torto, foi isso aqui que causou, mas é uma forma de mensurar o avanço dessa movimentação da terra. Acho que me fiz entender aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ÁLVARO DE ALMEIDA – Entendi.

Deixe-me fazer três comentários que são importantes.

Primeiro, a cavidade está lá, continua lá, não se movimentou: não saiu daqui e foi para lá ou foi para cá...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL. *Fora do microfone*.) – Mas com relação ao...

O SR. ÁLVARO DE ALMEIDA – Deixe-me fazer só um comentário.

Segunda informação importante: quando a gente fala em cavidade, em nenhum momento... Não é no sentido de isso aqui ficar vazio...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL. *Fora do microfone*.) – Não, eu não falei isso.

O SR. ÁLVARO DE ALMEIDA – Não, eu sei. Só estou fazendo um esclarecimento. Eu vou responder a sua pergunta.

Em nenhum momento, isso aqui fica vazio.

Quanto ao terceiro ponto, é importante a gente lembrar... Já fiz comentários em vários outros fóruns. Essas minas desativadas... Isso é uma tecnologia que há no mundo inteiro. Nos Estados Unidos, por exemplo, essas minas, depois de desativadas, são utilizadas para se armazenar petróleo ou gás. Como? Ela está desativada, cheia de salmoura; injeta-se petróleo lá em cima, o petróleo não se mistura com a salmoura, expulsa a salmoura, e ficam armazenando petróleo ou gás. Nos Estados Unidos, isso é muito comum; na Holanda, nos Países Baixos, isso é muito comum. Porque fica parecendo que mina desativada é um problema. É uma tecnologia reconhecida.

Agora, a sua pergunta.

O empeno que foi comentado... Não é que isso aqui está empenado. O que a gente está observando é que, quando a gente está descendo o sonar, para chegar até aqui e fazer o ultrassom da caverna, para saber o tamanho dela, a gente está encontrando algumas situações, mais na região superior, de empeno da tubulação. Aí, corrobora exatamente com o comentário do Dr. Thales: a gente está tendo um movimento de terra, e, se está havendo um movimento de terra, você pode... Se ele está principalmente nesse movimento horizontal, você pode efetivamente provocar algum tipo de modificação na tubulação – não é na caverna, é na tubulação. Eu acho que é importante que isso fique claro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – É, no intuito – que eu acredito que seja este o intuito da Braskem – de colaborar.

O SR. ÁLVARO DE ALMEIDA – Sem dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Então, a gente está falando aqui, tanto é que eu não entrei nem na questão do armazenamento do petróleo, do gás. Eu sei que é uma realidade no mundo inteiro.

O SR. ÁLVARO DE ALMEIDA – Estou dando um exemplo.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Não é a questão da cavidade em si. A gente está... Inclusive porque a Braskem pode ter acesso a uma informação hoje, e adiantaria muito o trabalho que o pessoal está esperando aqui.

O SR. ÁLVARO DE ALMEIDA – Só retificando, as informações que nós temos nós passamos para a Agência Nacional de Mineração...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Isso.

O SR. ÁLVARO DE ALMEIDA – ... e para o Serviço Geológico. Nós estamos trabalhando em conjunto, nós não estamos trabalhando um ao lado... Por exemplo, a análise de sísmica que nós terminamos na sexta-feira, o Serviço Geológico e a Agência Nacional acompanharam o tempo inteiro. O próprio Alexandre mostrou... Nós definimos lá todas aquelas linhas que definiram lá os 32km. O Serviço Geológico... "Coloque mais essa outra linha, estenda essa linha por mais um pouco". Então, trabalhamos juntos.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Então, como nós estamos falando aqui de algo técnico, de algo que envolve uma gravidade que nos traz aqui, com certeza, nesse laudo há mais ou menos quantos centímetros aquilo que estava reto, abaixo do solo, desde quando, a superfície, até o solo, mesmo que seja na área superficial, ali até a área de arenites, por exemplo, mas quantos centímetros... Eu acredito que vocês têm esses laudos, essa informação, porque, se vocês mensuram sempre, até para passar para os órgãos de fiscalização, e não se consegue descer até a sua cavidade, até a parte final, em algum momento, em alguma metragem, vai-se demonstrar onde está esse entrave, e aí, em comparação com o solo, pode-se conseguir.

O SR. ÁLVARO DE ALMEIDA – O importante é a que profundidade.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Exatamente. Que profundidade?

O SR. ÁLVARO DE ALMEIDA – Exatamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Não, a profundidade e a inclinação. Então, acredito que esses dados...

O SR. ÁLVARO DE ALMEIDA – São esses estudos que a gente está fazendo. Ao se fazer o sonar, essas informações que estamos coletando, estamos passando. Não há nenhum objetivo de...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Eu sei.

O SR. ÁLVARO DE ALMEIDA – ... omitir informação.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Os senhores estão passando, e aqui eu estou exatamente perguntando: qual é? É isso que eu quero saber. Eu não estou perguntando se está passando; eu estou perguntando qual é.

O SR. ÁLVARO DE ALMEIDA – Qual é o quê?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Qual é essa inclinação e a profundidade dessa operação?

O SR. ÁLVARO DE ALMEIDA – A gente não está medindo a inclinação. O que a gente observa é que, quando a gente passa o sonar, a gente pode encontrar uma tubulação amassada. Isso significa que ela sofreu um dano. É desse empeno que a gente está falando.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Mas vocês conseguem detectar qual é o local em que há o empeno?

O SR. ÁLVARO DE ALMEIDA – Em torno de 200m, 250m, a gente encontrou situações como essa – 200m, 300m.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Mas é de maneira afirmativa? De 250m a... Isso consta no laudo? É para questão de raciocínio.

O SR. ÁLVARO DE ALMEIDA – Houve mina em que nós encontramos a 290m, houve uma mina em que nós encontramos a 280m, houve minas em que nós não encontramos.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Então, esses dados eu vou solicitar também por escrito...

O SR. ÁLVARO DE ALMEIDA – Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – ... para que seja demonstrado quais são, quais foram.

O SR. ÁLVARO DE ALMEIDA – Eles estão sendo passados para a Agência Nacional, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Certo. Vai ser participado para a Comissão, agora.

O SR. ÁLVARO DE ALMEIDA – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Este é o objetivo aqui: extrair informações. Então, essa é uma pergunta que eu estou fazendo para obter informações.

O SR. ÁLVARO DE ALMEIDA – Sem dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Para que a gente possa aqui ter um direcionamento.

O SR. ÁLVARO DE ALMEIDA – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – E aqui eu já pergunto à ANM...

Agradeço a apresentação do Victor, Diretor-Geral da ANM, e eu gostaria de saber qual foi o último laudo encaminhado pela Braskem sobre os poços que constam não apenas no Pinheiro, mas também em toda essa região que estamos aqui delimitando. Qual foi o último laudo enviado?

Segundo. Percebemos agora, e eu até ressalto mais uma vez, o momento que nós estamos vivendo, de trabalhar com algo preventivo. O que nós vivemos agora em Brumadinho foi uma situação que colocou todos aqueles que fazem parte dos órgãos de fiscalização em xeque, inclusive alguns até na cadeia. E uma das situações até para os engenheiros também, porque a agência que deveria fiscalizar recebia os laudos para analisar, e esses laudos que eram analisados eram feitos exatamente pela empresa. Esta é a situação hoje da ANM: ela analisa os laudos que são feitos exatamente pela empresa ou há um profissional específico? Como é feita a fiscalização dessa agência?

O SR. VICTOR HUGO BICCA – Senador Rodrigo Cunha, a lei da Política Nacional de Segurança de Barragens define, com muita clareza, no seu art. 3º, de quem é a responsabilidade pelo empreendimento. Então, a barragem é responsabilidade do detentor do direito minerário, é ele que tem a responsabilidade. E quem fiscaliza a atividade de engenharia é o Crea/Confea.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Até peço licença para deixar claro que esse exemplo não quer dizer que a ANM seria responsável, mas para dizer que quem analisou analisou com base nesses laudos.

O SR. VICTOR HUGO BICCA – Perfeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No que tange a detalhes, especifidades técnicas, eu trouxe aqui me acompanhando o nosso Superintendente de Produção Mineral, e ele pode detalhar com mais precisão a resposta para V. Exa., se assim V. Exa. me permitir.

Vou permitir para o Dr. José Antonio responder. Pode ser?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Sim.

O SR. VICTOR HUGO BICCA – Por gentileza, Dr. José Antonio.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Nessa primeira bancada, por favor, pode-se liberar o áudio?

O SR. JOSÉ ANTONIO ALVES DOS SANTOS – Boa tarde a todos.

Em relação aos estudos das cavidades, nos apresentaram o laudo na última semana ou primeira semana deste mês, que foi encaminhado ao nosso consultor em geomecânica, que está fazendo o estudo, a interpretação.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL. *Fora do microfone*.) – O laudo de... O estudo das cavidades?

O SR. JOSÉ ANTONIO ALVES DOS SANTOS – O estudo das sete cavidades cuja ecografia já foi feita foi apresentado e nós o submetemos ao nosso consultor de geomecânica para estudar e fazer a interpretação.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Mas agora é possível dizer, na cavidade, qual é o espaço que há?

O SR. JOSÉ ANTONIO ALVES DOS SANTOS – A princípio, numa visualização superficial, você vê que a geometria da cavidade está sendo preservada. É isso aí. A princípio, mas é preciso estudo mais apurado e, para isso, a gente contratou uma consultoria especializada.

O SR. VICTOR HUGO BICCA – Sr. Presidente, eu não sei se ficou bem claro para todos, mas é importante que isto fique bem claro: dos 36 poços que foram perfurados para exploração de sal, há 30 ou 31 desativados. A exigência da agência foi que todos os poços, ativos e inativos, fossem checados. É por isso que a empresa está fazendo essa campanha do Sonar. Aí que aflorou com mais intensidade essa questão da dificuldade de acessar algumas cavernas de superfície, porque o equipamento que desceu encontrou resistência.

Então, a leitura imediata é que o poço está empenado. Esse empenamento foi reportado para nós e ocorreu na profundidade, Dr. Thales, entre 250 e 350m. Aí é evidente que os técnicos,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

especialmente do Serviço Geológico do Brasil, vão usar isso, porque a grande dúvida é se os falhamentos lístricos estão acompanhando o conglomerado ou cortam o conglomerado.

Então, essa informação da empresa é muito importante para a gente poder ajudar a esclarecer essa questão, Senador.

O SR. JOSÉ ANTONIO ALVES DOS SANTOS – Só complementando: nós recebemos primeiro, inicialmente, o resultado de cinco poços que nós passamos para a CPRM. Agora recebemos mais dois e vamos também repassar para os estudos da CPRM. Aparentemente em um dos poços, já que o senhor tocou em se está 100% preservado, em uma das cavidades, parece que deu uma configuração diferente do último Sonar que eles tinham realizado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Muito bem.

As Parlamentares que estão inscritas aqui – faço como sugestão também –, se quiserem falar agora, serão muito bem-vindas; se quiserem falar ao final de cada bloco, se quiserem falar ao final deste mesmo, ressaltando aqui primeiro a objetividade, que não é o caso das senhoras, que eu tenho certeza de que não vão divagar, não vão aqui fazer um histórico; o histórico todos nós conhecemos. São realmente perguntas objetivas para os nossos convidados, e que possamos dar sequência aos outros blocos para terminar ainda no dia de hoje esta audiência pública.

Sendo assim, passo a palavra à Deputada Federal Tereza Nelma, para que possa também fazer suas perguntas aos membros da Mesa.

A SRA. TEREZA NELMA (Bloco/PSDB - AL) – Boa tarde. Para alguns, ainda é bom dia, porque não almoçamos, mas boa tarde.

Quero cumprimentar os moradores do bairro do Pinheiro, as autoridades, os órgãos que estão aqui presentes, as autoridades que compõem esta Mesa, e saudar, em nome de todos, o Senador Rodrigo Cunha, que tem se preocupado muito com essa situação do Pinheiro, como eu também tenho acompanhado isso.

Eu digo que, como Vereadora que fui até três meses atrás, eu sempre tive uma aproximação muito grande com o Mutange, sempre acompanhei o Mutange. Por mais de seis anos, eu ajudei muito o Mutange com saco de cimento, porque as escadarias estavam rachando, as casas, a igrejinha que nós temos lá, Nossa Senhora de Fátima... Sempre há casas e mais casas rachando. A ribanceira está caindo; a cada chuva, a cada vento ela cai, e a gente correndo atrás. Dinário esteve sempre presente, mas sem poder de decisão. Dinário sempre esteve presente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há um tempo, nós estamos com o Pinheiro numa situação dificílima. E eu fico, com as apresentações, senhores, muito preocupada, porque nós não temos ainda a solução, e, como também o Sr. Antônio Carlos falou, a ciência demora um pouco.

No dia 16 de janeiro, eu estive lá na reunião na prefeitura, e uma das surpresas minhas foi a não presença da Universidade Federal de Alagoas. Eu fui buscar a universidade, estive com a reitora, preocupada, porque ela é muito importante para não haver informações desencontradas e principalmente com os setores que já estudam esse fato. Houve momentos em que eu estive, como Vereadora, com o Sr. Prefeito da cidade falando da situação do Mutange, junto com a Universidade Federal, eu e o Dinário – não é isso, Dinário? –, e sempre havia o pedido da drenagem, das soluções, a universidade dando solução pelo menos imediata para aquela questão das ribanceiras das encostas, mas nunca havia recursos, nunca conseguimos. E hoje nós estamos numa situação de calamidade mesmo; não é só de emergência. Eu fiquei mais preocupada ainda, Sr. Thales, quando o senhor fala em 30mm de chuvas, e o decreto nosso é de emergência. Será que não já está no momento de baixar o decreto de calamidade para que os moradores do Pinheiro tenham um alento do que está acontecendo? Porque é angustiante.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. TEREZA NELMA (Bloco/PSDB - AL) – Eu tenho amigas que já saíram de lá.

Talvez não seja o momento, mas eu quero aproveitar também e dizer para os senhores da angústia da demora da questão dos aluguéis. A demora é grande.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Tereza, nós vamos...

A SRA. TEREZA NELMA (Bloco/PSDB - AL) – Não é momento. Eu sei.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – É outra Mesa, justamente. Haverá um responsável para isso.

A SRA. TEREZA NELMA (Bloco/PSDB - AL) – Tudo bem. Então, neste momento, a minha pergunta é: será que não já está no momento de se baixar o decreto de calamidade para se dar um alento? Para o Sr. Thales e outras autoridades do assunto dizerem: "Tem que evacuar!" O Ministério Público, o Dr. Alfredo Mendonça, agora, nessa semana, disse que força-tarefa para evacuar não é fácil, os senhores mesmos já disseram. É angustiante. É catastrófico mesmo. Então, a minha pergunta para esse grupo, que são os estudiosos, as autoridades do nosso País para responder, é essa.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Bem, eu também não sei se essa seria a posição do Dinário para responder sobre isso. O Dinário tem uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

experiência mais nessa questão de emergência e calamidade, porque aqui a gravidade é detectada por eles, mas quem diz é o Município. Nós temos inclusive representante do Município aqui para falar.

Alguém na mesa quer dar um posicionamento sobre isso? Eu acredito que tecnicamente, Dinário...

A SRA. TEREZA NELMA (Bloco/PSDB - AL) – Respeitando o pacto federativo e as coisas todas que são do Município, mas nós precisamos (*Fora do microfone.*) agir mais rápido. Como os senhores conhecem a realidade da Defesa Civil municipal, nós ajudarmos mesmo, tomarmos decisões juntos...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Então, vamos lá, Thales.

A SRA. TEREZA NELMA (Bloco/PSDB - AL) – ... para depois a gente não chorar a consequência.

O SR. THALES QUEIROZ SAMPAIO – Pedindo licença ao Dr. Armin Braun, pedindo licença ao Cel. Dinário e ao Cel. Moisés, o sentimento da equipe do Serviço Geológico do Brasil é que aquilo ali já é uma calamidade, é uma calamidade emocional, é uma calamidade... (*Palmas.*) Eu não sou técnico da Defesa Civil e essa não é uma decisão de Serviço Geológico do Brasil, mas, com permissão do meu diretor, eu respondi porque a gente tem telepatia aqui. Basta um olhar que eu sei o que eu posso falar e o que eu não posso.

A equipe do Serviço Geológico do Brasil acha aquilo uma calamidade e tem que haver um plano. Como é que se retiram as pessoas, gente? Como é que as pessoas saem? Para onde vão? Recebem o quê? Até a gente entender o que está se passando, vem o mês de abril inteiro e a angústia... E mais: eu acho que tem que haver equipe de médicos, psiquiatras, psicólogos e assistentes sociais no bairro cuidando das pessoas. As pessoas estão adoecendo. Há gente doente no bairro do Pinheiro. Agora, isso aí não é mais da alçada do Serviço Geológico do Brasil. Em nome da equipe do Serviço Geológico do Brasil, a gente tem sofrido com isso. É só uma opinião.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Muito bem, Thales. Foi importante a sua pontuação. Nós vamos tratar disso também na parte de gerenciamento de danos. É por isso que estão todos aqui loucos para falar. Mas há uma autoridade técnica aqui no assunto que, com certeza, tem muito a contribuir. A Dra. Roberta levantou a mão.

Então, solicito que seja liberado o áudio da terceira fila, por favor, para a Procuradora Federal, Dra. Roberta.

A SRA. ROBERTA LIMA BARBOSA BOMFIM – Boa tarde a todos!

Estou me adiantando um pouco, é bem verdade, Senador. Eu queria levantar uma questão de ordem. Na verdade, a gente falaria um pouco mais adiante, a partir da divisão que o senhor

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dimensionou, mas, diante da discussão que tem sido trazida, eu gostaria de dizer que o Ministério Público Federal expediu três recomendações ontem – a gente veio trabalhando segunda, terça e ontem – direcionadas à Defesa Civil nacional. Elas têm objeto diferentes.

A primeira entende e recomenda que seja instalada urgentemente a sala de coordenação das defesas, havendo a integração entre Defesa Civil nacional, estadual e municipal. Outro ponto dessa recomendação é que essa integração aja também para a realização de cadastros. Eu pontuo aqui que nós tentamos – trabalhávamos com o bairro do Pinheiro – que todo o bairro do Pinheiro fosse cadastrado, porque não sabíamos o que viria dos relatórios finais da CPRM. Nós tentamos que isso fosse feito pelo IBGE, diante da *expertise* mesmo em fazer o censo, mas recebemos a notícia de que era impossível ser feito. Então, diante dessa notícia do IBGE, recomendamos que a Defesa Civil nacional integre para colaborar nesse sentido.

A segunda recomendação foi para que a Defesa Civil nacional coordene também, junto com as outras Defesas, uma rede de assistência à saúde dos moradores, enfim, para agora, diante de todos esses fatos, realmente ganhar ainda mais relevo.

E a terceira recomendação foi em relação ao aluguel social. Trabalhávamos com o Mapa de Feições em áreas amarela, vermelha e laranja. Tínhamos notícia de que havia um lote já encaminhado pelo Município e pendente de deliberação pela União. Então, nós recomendamos que os cadastros que já foram enviados pelo Município à União sejam apreciados e sejam deferidos para que esse aluguel social chegue aos moradores. Como não tínhamos noção se a área – é uma coisa que vem nos preocupando há muito tempo – iria se modificar, aumentar ou não, nós recomendamos que toda a área indicada pela CPRM – ou seja, atualmente, nós temos uma, mas pode ser que ela seja outra – seja beneficiada pelo aluguel social.

Então, eu aproveito a oportunidade para reforçar, com a Defesa Civil nacional, a importância de apreciar essas recomendações. Eu acho que é um caminho que nós temos que trilhar nessa organização e nessa integração, para que a gente possa construir o caminho num tempo bem breve.

Foi uma questão de ordem, já que a gente já está discutindo o que fazer.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Sim. Isso.

A SRA. ROBERTA LIMA BARBOSA BOMFIM – Então, eu pedi essa oportunidade e agradeço imensamente ao senhor por me tê-la concedido.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Dra. Roberta, foi uma intervenção muito importante, sem dúvida nenhuma.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tentei deixar claro aqui no início que esse é o grande objetivo. Com todos que eu converso, muitos falam: "Olha, Rodrigo, vamos somar forças, vamos centralizar". E hoje, quando olho aqui, eu vejo a preocupação de cada um que expõe em preservar vidas... A gente sabe que mandar um ofício para sair de Brasília para Maceió demora. Então, é para estar todo mundo em um grupo do WhatsApp, para estar todo mundo falando a mesma língua, para estar em uma sala de integração, como você falou – eu chamei aqui de comitê gestor ou comitê de crise –, porque um nome desse identifica. Inclusive, acho que deve ser capitaneado pela esfera da União. Eu acho que deveria, pelo menos a princípio, haver isso. Eu tenho certeza de que não haveria resistência nenhuma do Município, do Estado, porque as pessoas querem resolver. E isso seria uma forma de desburocratizar, sem dúvida nenhuma, todas essas formalidades, de haver pessoas instaladas lá, com certeza.

O Dinário, inclusive, já alugou ou reservou um espaço para colocar lá a Defesa Civil. Na nossa última conversa, ele disse isso. Psicólogos são necessários; a quantidade é pouca, é muita, não há, há.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Isso! Ir para a rua. Mas é para sair... Que bom seria se a gente saísse daqui já com isto, com o compromisso de cada um internalizar com os seus chefes a possibilidade de formalizar um grupo – gostei da palavra –, uma sala de integração para que se possa ter uma comunicação única.

Eu dei uma entrevista na sexta-feira passada e parecia que o mundo havia caído. Eu só falei o que eu tenho ouvido em todo canto. Aí já gera uma expectativa. Uma outra pessoa vai falar, gera uma outra situação; vem outro e diz: "Não é bem assim". E aí? Saio ou não saio? Que situação é essa? É importante haver isso.

O maior exemplo disso é Brumadinho. Todo dia, às 16h, ia lá o bombeiro falar o que tinha acontecido, era o porta-voz. Por que não fazer isso lá? Isso tranquiliza as pessoas, os moradores participam também, colocam um representante. Acabam essas histórias das *fake news*, porque só um órgão tomar conta de uma dimensão dessa... Eu acho que nós vamos ter sérios problemas, e já estamos tendo. Daqui a um mês... Se daqui a 15 dias chover 40mm? E aí? Todo mundo viu hoje que, se chover 30mm, saiam de casa! E se chover 40mm? Quem é que vai tranquilizar essas pessoas? O Dinário não tem nem como se esconder, porque ele tem cabelo branco, tem a fisionomia conhecida, quando ele anda na rua, as pessoas perguntam. E isto a gente deve ter em mente: se eu tiver uma família lá, eu mando ela sair ou não mando? Eu peço para ela sair ou não peço? Se eu tenho parentes lá – e eu tenho –, eu digo: saiam!

Então, essa foi a minha informação perante as pessoas que eu amo. E eu acho que esse deve ser o pensamento nosso aqui sobre as pessoas que estão nessa situação. Por acaso, eles estão na área vermelha, mas os que estão nas outras áreas... Se isso que eu falei aqui... Foi mensurada essa área

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

através de identificações visuais ou pouco superficiais da situação predial, e hoje nós temos satélite para isso, então, a responsabilidade nossa em correr com esses prazos é importantíssima. Não podemos postergar – e eu sei que não é o caso –, e daqui a um tempo dizer: "Não foi importante". Mas, no que a gente já puder adiantar, vamos adiantar para salvar vidas. Eu acho que é muito importante, e a gente deve sair com esse direcionamento, sem dúvida nenhuma, desta audiência pública.

A SRA. TEREZA NELMA (Bloco/PSDB - AL) – Sr. Senador, eu gostaria de passar uma angústia minha aqui, porque isto foi recomendado desde o ano passado: a sala de situação.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Foi, a gente tem atas aqui, está tudo por escrito.

A SRA. TEREZA NELMA (Bloco/PSDB - AL) – Tudo isso, a gente sabe que foi isso...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Que bom!

A SRA. TEREZA NELMA (Bloco/PSDB - AL) – O acompanhamento das famílias, um grupo para dar apoio lá no bairro. Por tudo isso, a gente lutou, lutou. Que bom!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Deputada Tereza, foi recomendação já do Ministério Público Federal.

Deputada Jó, por gentileza.

A SRA. JÓ PEREIRA – Boa tarde a todas e a todos. Eu gostaria de, em primeiro lugar, parabenizar V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Antes, deixe-me só fazer a apresentação. Eu fui extremamente informal. Disse: "Deputada Jó".

Deputada Jó Pereira, Deputada estadual, eu acompanhei também seus posicionamentos na audiência pública na Assembleia Legislativa, que é um instrumento de trabalho importantíssimo também. Tem a preocupação porque sabe o tamanho da sua responsabilidade. Você representa o Estado de Alagoas; não é um grupo político. Você representa o Estado de Alagoas, foi a Deputada mais votada do Estado e, com certeza, sempre acrescenta, quando pode, nas intervenções. Então, será um prazer ouvir V. Exa.

A SRA. JÓ PEREIRA – Agradeço. Sempre democrático e não poderia ser diferente, devido a esta audiência pública, participando desta audiência pública, V. Exa., agora na condição de Senador da República. Juntos, inauguramos uma série de audiências públicas na Assembleia Legislativa do nosso Estado e hoje fico feliz em dizer a V. Exa. que são uma constante as audiências públicas naquela Casa. A sociedade voltou a participar da Casa legislativa do seu Estado, apropriando-se das discussões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é muito importante, fizemos isso juntos na mesma legislatura. Para mim, é uma honra hoje estar aqui.

Agradeço a divulgação desta reunião através dos canais disponibilizados pelo Estado, da própria TV Assembleia, da TV Cidadã do Tribunal de Contas do Estado. Agradeço o empenho de todos para que isso aconteça.

Serei muito breve. V. Exa. já disse que, desde o dia 22 de fevereiro, cobramos a mesma coisa. As suas palavras foram ditas por mim. Fiquei não feliz, mas satisfeita, quando ouvi do Dr. Thales hoje, aqui, representando a CPRM, que a sensação é de calamidade. Já dizíamos isso. Inclusive, oficiamos o Prefeito de Maceió, para que ele provoque o estado de calamidade, porque, pelo pacto federativo, ele precisa provocar a União. É necessário que a Força Nacional coordene o processo. O Município não tem condição estrutural de atender as pessoas do bairro do Pinheiro como elas precisam e como elas merecem.

E aqui, ultrapassando a questão da calamidade pública, eu fiquei muito preocupada. Já estive com o Dr. Thales lá na Assembleia Legislativa do Estado de Alagoas e, na oportunidade, Senador Rodrigo Cunha, conversávamos, como foi posto, que o limite pluviométrico diminuiu; ou seja, passou – salvo engano era 80mm – para 30mm. Naquela oportunidade, a CPRM já colocava uma preocupação: o radar meteorológico da Universidade Federal de Alagoas, que acompanha o índice pluviométrico do Estado de Alagoas, tem uma zona obscura em razão do bloqueio do sinal de celular no presídio que fica vizinho à Universidade Federal de Alagoas.

Então, se a chuva que vier a atingir a capital do Estado de Alagoas vier dessa zona obscura, não há como antecipar a situação de emergência para que as pessoas saiam daquele bairro. Isso foi resolvido com o Estado de Alagoas. E aqui, aproveitando o ensejo, a gente pontua: deveria estar aqui... E, também aproveitando, a participação das Casas legislativas nesse problema, Senador, tem sido intensa – desde a Câmara de Vereadores, a Assembleia Legislativa do Estado de Alagoas, agora o Senado Federal. E aí o Executivo, tanto municipal quanto estadual, não participa diretamente da tomada de decisão.

Então, é necessário o empenho, inclusive pessoal, dos chefes dos Poderes, para que as suas equipes possam dar o máximo de si, no sentido de solucionar esses problemas, porque são detalhes como este do radar que acompanha o índice pluviométrico que podem fazer a diferença, salvando ou não vidas naquela localidade.

E aí eu gostaria de perguntas ao Dr. Victor, que foi dado o nome de neotectonismo acelerado por ação antrópica, não é isso? Ou seja, por ações do homem. Então, há uma ação humana acelerando o processo de tectonismo. Que ações são essas? Não ficou claro. A gente precisa identificar, porque para mim a informação foi muito importante. Não é uma causa da natureza por si só. Existe uma ação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

humana interferindo, acelerando o processo natural, e isso é muito importante para as pessoas do bairro do Pinheiro.

Então, a nossa missão, como políticos, Senador Rodrigo Cunha, está sendo cumprida hoje, através também da oportunidade que V. Exa. nos dá nesta audiência pública.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Eu agradeço.

Então, sendo bem objetivo na resposta também, uma pergunta foi direcionada ao Dr. Victor.

O SR. VICTOR HUGO BICCA – Obrigado, Presidente, Senador Rodrigo.

Deputada Jó, na verdade, a nomenclatura, o enquadramento do fenômeno é um adiantamento por tentativa, tendo em vista os dados que estamos colhendo e as conversas que nós temos tido com os colegas da CPRM. É tectonismo porque decorre de movimentos de massa que são suscitados...

(*Soa a campainha.*)

O SR. VICTOR HUGO BICCA – ... por falhamentos que existem na região. Ação antrópica por quê? Porque falta saneamento básico, falta drenagem superficial, há uma ocupação desordenada do espaço urbano, tem mineração – mineração é feita pelo homem. Quer dizer, então, tudo está relacionado conosco, porque ocupamos de forma desordenada, porque não dotamos de saneamento básico, porque não drenamos a água superficial, mineramos. Quer dizer, isso tudo a CPRM está estudando para saber se uma causa prepondera em relação às demais ou se é o conjunto dessas possíveis causas que suscitou a aceleração. E a questão da aceleração é porque nós, geólogos, trabalhamos, como bem destacou o Dr. Thales, na escala de milhões de anos, milhares de anos.

E nós temos estado acompanhando. Há poços que foram perfurados há pouco tempo. No Poço 36, Dr. Alexandre, que está em execução, em um determinado momento, houve dificuldade com o equipamento de perfuração para andar, porque estava começando a empenar, começando a segurar a broca. Quer dizer, há um movimento em curso, e ele, aparentemente... As imagens da interferometria, Dr. Thales, são contundentes! Ela começou no verde – eu destaco isso – lá em junho de 2016; em dezembro de 2018, estava vermelha uma porção do bairro. Isso é uma sinalização inequívoca de que o processo é um processo que está com a velocidade considerável para um fenômeno geológico.

É isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. JÓ PEREIRA – Então, no mínimo, há uma responsabilidade solidária de quem seria responsável pelo saneamento básico, pelas águas pluviais, pela mineração. No mínimo, há uma responsabilidade solidária entre essas pessoas, sejam físicas, sejam jurídicas.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Exatamente. O momento de extrair informações é exatamente agora.

Aqui já...

A Dra. Roberta faltou finalizar alguma coisa...

A SRA. ROBERTA LIMA BARBOSA BOMFIM – Posso?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Sim, sim.

A SRA. ROBERTA LIMA BARBOSA BOMFIM – Obrigada novamente, Senador.

Na questão do sistema de monitoramento, como a senhora relatou, o radar que está instalado na universidade realmente tinha uma mancha. A universidade se reuniu com a Secretaria de Ressocialização, e eles conseguiram solucionar essa mancha. Ela não aparece mais. Considerando que, diante do nosso longo contato com o Dr. Thales nessa caminhada, a chuva sempre tem se apresentado como um gatilho para isso, a gente vem trabalhando com a universidade numa proposta de melhora desse monitoramento de chuva.

Então, a universidade formatou uma proposta, nós apresentamos ao Município na segunda-feira. Hoje, duas das nossas colegas – porque nós estamos em quatro no Ministério Público Federal trabalhando esse assunto – apresentarão essa proposta ao Governador do Estado, daqui a pouco, às 15h. Também temos trabalhado na questão da Sala de Alerta da Semarh, porque temos a informação de que hoje somente há um meteorologista nessa Sala de Alerta. Então, será pauta também dessa nossa reunião com S. Exa. o Governador do Estado de Alagoas.

Eu queria só pontuar isso...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Muito bem, é importante.

A SRA. ROBERTA LIMA BARBOSA BOMFIM – ... para que eu não me esquecesse e já respondesse à senhora.

Obrigada, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Inclusive, só um destaque aqui: não sei se perceberam, mas antes vamos ter também numa outra Mesa aqui a Universidade Federal de Alagoa.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO MALTA MARQUES – Sr. Presidente, como eu sei que V. Exa. não distingue o feminino do masculino, eu pediria que V. Exa. também me facultasse a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Sim, agora é o momento, agora é o momento.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO MALTA MARQUES – O Ministério Público de Alagoas, o Ministério Público estadual, tem um inquérito civil público que venho acompanhando desde o início – na minha fala, eu falarei sobre isso. E nós ouvimos o diretor do radar da Ufal – está no inquérito – quando ele narrou essa preocupação, que, com muito brilhantismo, a Dra. Roberta detalhou, de que havia uma mancha em torno de 30% a 45% por conta de equipamento lá do sistema. Eu não queria citar, por questão de segurança, mas o colega já citou que era sobre o bloqueador do celular no sistema prisional que estaria mal regulado e estaria acarretando isso. Nós imediatamente convocamos o Secretário de Ressocialização, ele compareceu ao Centro de Apoio Operacional às Promotorias do Ministério Público e, após o nosso... Também tomamos a termo o depoimento dele, e ele se comprometeu de, em 24 horas, resolver o problema. E, com muito menos de 24 horas, ele já nos oficiou de que havia tido com os técnicos lá e já havia sido resolvido o problema. Aí peguei o embalo do Ministério Público Federal, da Dra. Roberta, e fomos visitar o radar. Lá, efetivamente, constatamos que o radar está pronto. Agora, pronto, mas, para ele dar essas informações com seis, oito horas de antecedência, ele precisa fazer um convênio com o Governo do Estado para montar esse gabinete lá – e apenas me parece que alguns funcionários cedidos pelo Estado resolveriam isso –, para que, com aquele pessoal, ele possa acionar a Defesa Civil estadual e municipal para dizer que, daqui a oito horas, nós vamos ter chuva e a densidade dessa chuva. O Ministério Público estadual também está partilhando aqui junto e parceiro do Ministério Público Federal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – É importante a intervenção do José Antônio Marques, porque já mata aqui o problema. É importante saber que já foi resolvido. V. Exa., inclusive, foi pessoalmente verificar. Esse problema foi resolvido, mas não foi desligando o bloqueador da penitenciária, foi justamente ajustando o sistema lá. Então, vamos aqui tranquilizar a população, porque eu acredito que continua bloqueado. Isso é importantíssimo.

Agora, para finalizar de fato esta Mesa, eu deixei essa pergunta por último, porque eu quis ouvir tudo o que estava acontecendo. Disse, no início da minha fala, que nós brasileiros não temos a cultura de fazer trabalhos preventivos, trabalhos de evacuação, nos acostumar com sirenes. Isso não é uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cultura nossa. Realizamos em Alagoas, em Maceió, esse assunto recentemente. Problemas existiram, porque devem existir justamente nos treinamentos, são feitos para isso. Simulação.

A minha pergunta, Thales, é a seguinte: pelo que percebi, o risco de esse rastejo acontecer é descer toda aquela terra. O plano de evacuação foi feito, acredito, para um lado. Então, diante dessa situação posta hoje, qual é a necessidade, qual é a urgência de se fazer um novo simulado em um outro local, tendo em vista que as pessoas estavam correndo para esse lado e é para correr para aquele lado, resumindo assim, falando em palavras a minha visão do que eu consegui detectar do que foi exposto aqui.

Então, se puder, já para desfazer esta Mesa e partir para o segundo bloco, deixar claro esse ponto, já seria de grande valia para que a gente possa já cobrar da próxima Mesa essa postura.

O SR. THALES QUEIROZ SAMPAIO – O plano de evacuação tem locais seguros, mas há locais que não estão seguros, que estão em zonas de subsidência, porque a gente não conhecia quando o plano foi feito.

Então, agora, deve-se realmente detalhar isso com o Cel. Moisés e o Dr. Dinário, para que eles possam escolher locais realmente seguros. E a minha sugestão é que o próximo simulado seja feito de... Bom, isso aí são vocês que sabem, eu não vou dar sugestão nisso. Já dei muito e já falei muito sobre o que não é da conta do Serviço Geológico.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Então, tudo bem, é importante. Não é segura a forma como está sendo feito hoje, e os profissionais agora vão falar dentro dessa situação...

O SR. THALES QUEIROZ SAMPAIO – O que a gente tem hoje não é seguro, porque mudou, ou seja, você tem toda uma área em subsidência que a gente não sabia que estava em subsidência. Toda a área em que está localizada a Braskem, por exemplo, está em subsidência. E os dados que a Braskem tinha eram que não havia subsidência na área dele.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Entendi.

O SR. THALES QUEIROZ SAMPAIO – Ou seja, a subsidência era de 4mm, 5mm por ano, e a interferometria está mostrando que você chega a ter 18cm no ano.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Entendi.

E agora, finalizando esta Mesa, eu quero saber dos senhores que aqui estão se alguém tem alguma objeção a internalizar e a se esforçar para que, rapidamente, seja criado um comitê único ou uma sala de integração, como já foi solicitado pela Procuradora, como foi também demonstrado aqui pela intervenção das Deputadas e pela minha intervenção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, alguém se opõe a uma criação e a fazer parte deste grupo? Alguém aqui? Vou perguntar isso a cada Mesa, nesta Mesa, porque todos os senhores serão oficializados também para internalizar para que a gente possa dar celeridade àquilo que já foi solicitado também oficialmente pelo Ministério Público Federal e por outros órgãos em outras reuniões. Em outras atas a que eu já tive acesso, isso sempre foi prometido. Então, que a gente possa unificar. Com o compromisso dos senhores, a gente já sai daqui com um bom passo sendo dado.

Alguém é contra?

Quem concorda permaneça como está.

O SR. FREDERICO BEDRAN – Só destacando, Senador, eu acho que não, de forma alguma há posicionamento contra, mas, no âmbito do Executivo federal, já há um grupo formado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Eu estou falando aqui não é... O grupo federal já está formado, o municipal também, e o estadual deve ter. Então, eu estou falando em integrar todos dentro de um grupo do WhatsApp. Eu simbolizei aqui, mas não é isso; são todos dentro de uma linha de trabalho unificada, falando a mesma língua, desburocratizando.

Sendo assim, agradeço aos expositores e passamos para o segundo bloco.

Obrigado. Tenham um bom dia. (*Pausa.*)

Para dar sequência ao segundo bloco, convido o representante da Prefeitura de Maceió, Procurador Ambiental Gustavo Esteves, para se fazer presente na Mesa; o Sr. Secretário de Defesa Civil de Maceió, Dinário Lemos; representando o Governo de Alagoas, o Coordenador Estadual de Defesa Civil, Tenente-Coronel Moisés Melo. (*Pausa.*)

(*Soa a campainha.*)

Então, vamos lá. Repetindo.

Já estão aqui o Secretário Moisés, Dinário, Gustavo Esteves e também o diretor do Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres do Ministério de Desenvolvimento Regional, Armin Braun. Convido também a representante da Universidade Federal de Alagoas, a Profa. Sandra Leite.

Bem, senhores, vamos dar início a este segundo bloco, um momento em que tratamos de gerenciamento de danos. Já passamos por uma parte dos levantamentos técnicos, acho que extraímos aqui algumas informações importantes.

E eu agora gostaria de ouvir o Secretário de Defesa Civil de Maceió, Dinário Lemos. Dinário, antes da sua fala, eu quero aqui ser testemunha também do seu empenho pessoal e profissional. É

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

importante deixar claro isso. A população reconhece o seu trabalho. Que a gente possa aqui somar forças para que o Município de Maceió cumpra com excelência o seu papel e que o resultado chegue o quanto antes. Que a gente possa fazer o que é sua função hoje, que é trabalhar na parte preventiva com certeza.

Dinário, V. Sa. tem dez minutos para expor o que, de fato, vivencia e está sendo feito pela Defesa Civil municipal de Maceió.

O SR. DINÁRIO LEMOS – Boa tarde a todos. Saúdo o Exmo. Sr. Senador da República Rodrigo Cunha, em nome de quem saúdo toda a Mesa, e a Exma. Sra. Deputada Federal Tereza Nelma, em nome de quem saúdo todas as mulheres aqui do grupo de trabalho.

Fiquei ali pensando, meditando, e o que eu vou dizer ao povo do Pinheiro daqui até o dia 31 de abril? Meus senhores e minhas senhoras, eu espero que a gente saia daqui com uma forma de se reunir o mais breve possível para que a gente... Porque, senão... A população lá deve estar apavorada, porque o que a gente viu... Nós temos aí o mês de abril... Para se ter ideia, Senador, em Maceió chove aproximadamente 2.000mm durante e, no ano de 2017, choveu durante uma semana 500mm no bairro do Antares, localizado, evidentemente. Na quadra chuvosa, choveu 50% do esperado. O período chuvoso vai de abril a julho, e, se dividir 50% de 2.000mm, são 1.000mm. Em quatro meses, são aproximadamente 250mm dentro do mês.

Os avisos meteorológicos que são enviados para as defesas civis chegam assim: pancadas de chuvas durante o dia e chuvas moderadas; dia ensolarado com pancadas de chuvas. Aí eu me pergunto: "Sim, mas a que hora é a chuva? O que é essa chuva moderada?"

Ou pancadas de chuvas de fracas a moderadas, e, durante o dia, pancadas de chuvas em localidades – não diz a localidade, não diz a hora em que chega e nem a quantidade.

Senador, eu fico me perguntando, quando chegar a Maceió, o que eu vou dizer. Se atrasa um recurso para a população, recurso federal, esse recurso vai para o Banco do Brasil, que é distribuído para a conta dos moradores; se atrasa isso, é uma semana de desespero dentro do bairro. As pessoas... Nós temos moradores que estão, como foi dito aqui, psicologicamente muito afetados, pessoas que... Você faz uma viagem, você se prepara, já gasta um recurso; imagina se você sair de casa.

Então, sinceramente, eu espero que a gente tenha aqui uma agenda de toda essa sala, para que a gente possa dizer ao povo do Pinheiro. Pinheiro tem 20 mil pessoas morando, mais 15 mil... A gente está falando das cidades do Vale do Paraíba, Atalaia, Capela, Cajueiro e talvez até Viçosa: é o bairro do Pinheiro. O que é que nós vamos dizer ao bairro do Pinheiro até o dia 31 de abril? Já foi dito aqui: mudou-se a rota, mudou-se o cenário, o bairro está em movimento, existe o risco, precisa evacuar... Como é esse agendamento? Ou não deixe sobre as minhas costas isso ser julgado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Dinário, a gente está aqui para isso, pode ter certeza. (*Palmas.*)

Pode ter certeza, meu amigo, esse é o objetivo: "Nós queremos marcar uma reunião", a reunião está marcada, estamos aqui. Não pode sair daqui sem isso. Não pode. É um mês. Então, se não há condição de antecipar o laudo, porque realmente os Estados Unidos, o Japão, a Indonésia, seja lá quem for, está analisando, mas nós temos responsabilidades. Aquilo que foi falado aqui: a velocidade da movimentação da terra é alta e grande. É muito fora do comum. As pessoas estão saindo de casa porque a sua casa está rachando. A rua afundou, o posto já afundou, a loja está com um buraco atrás, a situação é essa. A gente não está tratando aqui de papel, a gente está tratando aqui de vidas.

Nós estamos conduzindo da melhor forma possível, sem dúvida nenhuma, para que o seu trabalho, o trabalho da Dra. Roberta, da Defensoria Pública, dos Parlamentares que estão investigando, da OAB, de todos esses não seja algo protocolar, algo mecânico, não; é humano. Porque eu ando na rua também. Fui crucificado por algumas pessoas porque o comércio delas caiu depois de uma entrevista que eu dei. Eu dei a entrevista depois que eu falei o que eu vi aqui. E vou falar de novo: é uma situação de algo que vai acontecer. E está acontecendo. Só não se sabe quando nem como. Minha família, meus amigos... Quando eu terminei a entrevista, ligaram para mim: "Rodrigo, é verdade?" "É, a situação é grave. Você é uma pessoa que eu amo. Não fique aí esperando acontecer." Se chover 30mm... Eu quero saber quando chove 30mm. Choveu 500mm em um mês. Sabe-se lá o que vai acontecer na próxima semana.

Então, a situação é grave, sem dúvida nenhuma. Agora, é preciso delimitar essa área. A minha pergunta principal foi essa. Essa área que é estipulada hoje em vermelho e que foi feita, inclusive, com o empenho da Defesa Civil de Maceió, com os instrumentos e com as condições que eles têm, visitando, delimitando as condições dos edifícios... Foi feito um trabalho que até hoje é referência, mas nós temos os satélites que demonstram que isso foi ampliado; inclusive, não é mais seguro fazer o plano de evacuação como foi feito, porque aquilo ali já demonstrou, sei lá, 30 dias depois, que já não era mais seguro. Mas, há 30 dias, era. Hoje, já foi dito aqui – o Thales acabou de dizer – que há áreas que não são seguras. Trata-se daquilo que já foi feito há 30 dias. E a gente está falando aqui: "O que vai acontecer daqui a 30 dias?"

Eu disse aqui, antes de o Dinário chegar, que a fisionomia dele é muito conhecida. Ele não consegue se esconder no meio da multidão. As pessoas vão chegar a ele e vão dizer: "Minha filha, que está ao seu lado..." Alex Bruno, pela interação do e-Cidadania, participando ao vivo deste debate, pergunta, no caso, ao Thales, mas eu fiz essa pergunta de certa forma: "Caso você e sua família morassem no Pinheiro, você aguardaria o resultado do estudo, o início da quadra chuvosa para sair do bairro?" Então, Dinário, não precisou nem você chegar a Maceió, como disse. Já estão fazendo agora. Foi feita às 12h57. É isso que as pessoas querem saber. Agora, a função dele eu acredito que seja esta –

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

deles aqui, nossa, de quem está aqui na Mesa –: dizer o que está acontecendo. Agora, como? É isso aí que a gente tem que pensar. Vai para onde? O Ministério do Desenvolvimento Regional também está aqui. Vamos conversar sobre os atrasos, sem dúvida nenhuma, de o que há de pagamento aqui. Será que o valor é pouco? É muito? Há como incrementar isso? É o decreto de calamidade? É modificar a legislação que fala sobre o FGTS? Então, vamos sair daqui com isso, Dinário. A gente tem aqui uma responsabilidade enorme. Todos nós temos. Então, não se sinta sozinho nessa. E cada um que for se manifestar aqui sinta-se parte do que ele passa diariamente, sinta-se parte do que o Alex Bruno perguntou aqui, que tem uma família lá. Então, é uma situação que trata de vidas. Foi isso que foi falado.

Dinário, se você quiser deixar para falar depois... Vamos ouvir aqui um pouco o que está acontecendo, cada atuação que é feita por outros órgãos. E a gente vai sair daqui... Porque até tira um pouco essa tensão, tenho certeza absoluta. Com a solicitação do Ministério Público Federal mais recente... E o nosso objetivo também é este, é buscar uma federalização, sim, dessa situação, um aumento da capacidade de atuação de cada órgão e uma prioridade daquele que estiver envolvido. Como eu disse, todos nós temos atividades. Então, quem está na assistência social do Estado, do Município, tem mil e uma atribuições. Mas, se entrar num compromisso de fazer uma sala de integração, uma pessoa vai ser designada para aquilo e vai ser responsável. Então, a celeridade é muito maior.

Sendo assim, eu já peço licença ao Dinário para daqui a pouco conversar com você. Mas gostaria de conversar antes com o representante do Governo do Estado, que também é Coordenador Estadual da Defesa Civil de Alagoas, o Tenente-Coronel Moisés, que acompanha de perto, que atua nesse sentido, para que a gente possa entender quais são os passos que são feitos. Sei que participou ativamente do plano de evacuação. Então, é algo que vai ser discutido também.

V. Exa. tem dez minutos para fazer uma apresentação.

O SR. MOISÉS MELO – Muito obrigado, Senador Rodrigo Cunha.

Na pessoa de V. Exa., gostaria de saudar todos os presentes, as mulheres presentes, saudar a nossa querida amiga, a Deputada Jó Pereira e dizer que o Governo do Estado tem se empenhado maciçamente nesse projeto, nesse grande desenvolvimento que são essas ações voltadas para o bairro do Pinheiro. A Defesa Civil não é apenas um órgão, mas é um verdadeiro sistema, e faz-se necessária a integração, Senador, com todos os órgãos que envolvem a Defesa Civil federal, estadual e municipal. E, nesse contexto, a gente dá a nossa contribuição.

Seguimos ao amparo da Lei 12.608, que é a lei que reza sobre as defesas civis nos três entes federativos e, com base nessa informação da Lei 12.608 e da Instrução Normativa 02 é que a gente vai apoiando a Defesa Civil municipal em tudo o que for preciso. Inclusive, várias ações que foram

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tomadas foram orientadas por nós da Defesa Civil do Estado, passando para o Dinário a *expertise* do que era um plano de evacuação, passando a *expertise* do desenvolvimento e da cooperação que o Estado tem que dar e deverá dar esse suporte à Defesa Civil municipal para enfrentar com maior presteza, com maior rapidez um desastre que está anunciado no bairro do Pinheiro.

Nós estamos falando isso há muito tempo. Há muito tempo falamos da situação do bairro do Pinheiro, não é de hoje. Desde o tremor, antes mesmo do tremor a gente já conversava sobre isso, e depois do tremor isso evoluiu. Temos conversado semanalmente. Com Dinário, a gente se reúne constantemente para traçar tudo o que vai ocorrer e passando as orientações, tudo dentro da competência de cada ente federativo. Então, o plano de evacuação que foi feito ali foi um dos melhores planos de evacuação já realizado no Estado de Alagoas e um dos melhores do Brasil.

A população não entende porque, como V. Exa. falou, não existe essa cultura no Brasil de prevenção. A Defesa Civil no Brasil é algo muito novo, Senador, é de 2010 para cá. Então, quando se fala em Defesa Civil é de 2010 para cá, quando aconteceram os grandes desastres. Alagoas passou pelo maior desastre de sua história em 2010 com cidades totalmente destruídas devido a um desastre natural que aconteceu ali, uma tromba d´água que caiu em Pernambuco. Então, surgiu, a partir daí, um desenvolvimento maior em nível de Defesa Civil como também foi o problema no Rio de Janeiro e assim sucessivamente.

A população... Eu gostaria de falar um pouquinho do plano de evacuação porque o plano de evacuação é de competência do Município. Nós o avocamos, solicitamos que nós coordenássemos o plano de evacuação pela *expertise* que nós temos, por envolver todos os órgãos militares estaduais e federais. Solicitamos: "Dinário, deixe então que a gente coordene esse plano de evacuação." Tiramos um mais um fardo de cima do Dinário. Poderíamos ter ficado na zona de conforto e dizer: "É do Município. Que o Município faça esse plano de evacuação". Em momento algum, estamos nos furtado. Estamos trabalhando em parceria para buscar o melhor caminho, a melhor rota para salvaguardar a população do Pinheiro.

A gente tem falado isso constantemente. Temos provocado os ministérios públicos, temos provocado o Ministério Público Federal, temos provocado as universidades, temos provocado toda situação possível para que a informação meteorológica consiga chegar a gente em tempo hábil. Então, a gente sabe que o sistema que é hoje direcionado através do sistema de alerta chega com atraso. Isso não é de hoje, não. Isso vem sendo discutido no Conselho Nacional de Defesa Civil há muitos anos, e a gente precisa melhorar, precisa melhorar, mas hoje estamos na iminência de um desastre e queremos dar informação atrasada, Senador. Sabe por quê? Porque a informação chega com quatro horas de atraso para a gente. Então, o sistema tem que melhorar. Conversamos com as universidades federais, conversamos isso com o Ministério Público Federal, conversamos com o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ministério Público estadual, as medidas já estão sendo tomadas porque a gente precisa ter isso com seis horas de antecipação justamente para o alerta poder ser emitido.

Pois bem, o Estado não tem se furtado, estamos dando a nossa contribuição e orientando o Município em tudo de que ele precisa e apoiando todas as medidas, como falei, avocando inclusive o plano de evacuação, que é competência do Município. O Estado está preparado, Senador, para o desastre.

Caso aconteça um desastre, a resposta envolve todos os entes do Estado para poder atender à população. Mas, antes que isso aconteça, estamos dando nossa contribuição, orientando justamente o Município, buscando mais parceria, vindo aqui, a Brasília, conversando com o Braun, conversando com o Secretário Nacional, dialogando sobre esse problema com todos os órgãos envolvidos, que estão aqui presentes. Já nos reunimos diversas vezes para tratar desse assunto, e uma das preocupações do Estado é justamente com a questão meteorológica, porque tudo já indica, como o próprio Dr. Thales falou, que o gatilho será a chuva, e a chuva vai chegar agora. Daqui a mais 60 dias já vai estar chovendo em nosso Estado, e, consequentemente, poderemos ter problema. Mas estaremos aguardando aí o resultado do Dr. Thales, todos esses estudos que serão apresentados, para que mais medidas no Estado possam ser tomadas.

Também já foi dito aqui pela Casal que o Governo do Estado já assinou a ordem de serviço para fazer justamente o saneamento básico lá do bairro do Pinheiro, mas não só do Pinheiro como de todo o bairro do Farol, que, infelizmente, foi interrompido, Deputada Tereza, porque não se pode colocar mais toneladas de concreto em local que está se mexendo. A gente já vem falando há muito tempo que o bairro vem se mexendo. Precisamos evoluir.

As recomendações que foram feitas pelos órgãos também foram feitas pela Defesa Civil. A Defesa Civil estadual fez várias recomendações para o Município, inclusive já há algum tempo. Está lá, por escrito, solicitação de mais auxílio moradia: "Faça o monitoramento disso". "Auxilia nisso". Então, todas as orientações possíveis nós estamos dando e avocando aquilo em que o Município tenha dificuldade para a gente ajudar. E estamos prontos para ajudar a qualquer momento, mesmo sem ser necessário nós sermos solicitados. Então, estamos juntos com essa grande parceria para poder salvaguardar.

Senador Rodrigo Cunha, salvar pela prevenção é o maior objetivo da Defesa Civil de Alagoas. Pode ter certeza disto. Estamos trabalhando fortemente. Não nos pronunciamos antes, Deputada Tereza, porque não sabíamos de nada. Como poderíamos nos pronunciar, se os estudos estavam iniciando, Dr. Cleber? Não podíamos. A partir do momento em que tomamos conhecimento dos primeiros passos dados pela CPRM, aí começamos a nos manifestar, e há muito tempo a gente dizia: "O bairro do Pinheiro é um desastre anunciado". Nós tínhamos que... Quando aquele documento sigiloso, não sei se V. Exa. teve conhecimento... Correu um documento sigiloso. Quando chegou em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

minhas mãos, eu disse: "Dinário, não existe sigilo para um pré-desastre! Nós temos que divulgar isso. Nós temos que cobrar responsabilidades. Nós temos que buscar apoio e parceria com todos os órgãos federativos e com todos que estão aqui presentes". E assim fizemos. Divulgamos aquele laudo que estava guardado debaixo de sete chaves e conseguimos, então, chegar a esse ponto de hoje.

Convidamos também, Senador, a Abin para participar, para que o serviço de inteligência do Brasil participasse efetivamente conosco, para que chegasse aqui à Presidência da República. Convidei a Abin, porque a Defesa Civil, Deputada Tereza, há cadeira na Abin lá no Estado. Nós convidamos o pessoal da Abin e entregamos todas as informações que nós tínhamos, que eram poucas, para que essas informações pudessem chegar aqui ao Palácio do Governo Federal, para que ele pudesse então se manifestar ou ter uma noção do risco que a população do bairro do Pinheiro vem sofrendo.

Em relação ao plano de evacuação, Senador, ele foi feito inicialmente para o bairro do Pinheiro. Nós que já avançamos e colocamos aquela área de risco também que é a encosta do Mutange. Identificamos dois pontos ali. Naquele momento, esses pontos seriam seguros. Hoje, mais não, depois da apresentação de hoje, mas os outros quatro pontos ainda permanecem pontos seguros, e a população foi treinada para sair do centro para as extremidades, e isso com a rota...

Por que não uma rota de fuga preestabelecida hoje? "Vá por essa rua", "siga esse caminho", porque o cenário está mudando diariamente. Amanhã, a gente não sabe. A melhor rota de fuga é aquele local em que você se encontra e de onde poderá se deslocar para o ponto de encontro. Então, essa é a melhor rota. O melhor ponto é o ponto onde você se encontra, mais próximo. Então, esse é o verdadeiro caminho. Iremos estudar junto com o Dinário aí outros pontos mais seguros a partir do momento em que esse mapa foi apresentado, para que a população do Mutange, daquela área do cerceado, daquela área dali, possa, então, se deslocar com mais facilidade, com maior rapidez, para os pontos seguros que estão justamente nos extremos do bairro, naquela parte baixa.

Muito obrigado pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Bem, é importante ver esse seu relato, Tenente-Coronel Moisés, porque... Por favor, não vamos aqui politizar. Não vamos deixar, de forma alguma, que se crie aqui algum intuito político. É um intuito humanitário. Então, estamos aqui. Está o Município, o Estado, a União. Está aqui a Defesa Civil. São aqueles que vão proteger e que têm uma oportunidade única de trabalhar na prevenção de algo, como dito por V. Exa. aqui, de um desastre anunciado. Não é dito de maneira aleatória. Aqui foi demonstrado o avanço, a velocidade da modificação do solo. Foi demonstrado aqui que está 60 vezes maior do que é normal.

A pergunta que fiz sobre a Braskem, sobre o Poço da Braskem, é justamente porque ali vai dar para entender o tamanho, a gravidade. Como é que antes era vertical e agora você não consegue

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

descer? Qual foi a inclinação que ele teve. Isso aí é um bom termômetro. Pelo menos assim foi que consegui visualizar.

Essas medições que são feitas, a princípio, de maneira superficial, no sentido de alcance, hoje, pelo satélite, são muito maiores. Eles demonstraram aqui. Mas por que não podem colocar por escrito? Porque, de fato, tem de haver uma responsabilidade.

Foi o perguntei aqui, também, ao Thales. Não sei se ele ainda está aqui. As informações já foram coletadas, agora se tem que fazer uma leitura dessas informações. Quem faz essa leitura? Os maiores especialistas do Planeta. Enquanto isso, a gente é visível. Eles não vão ser responsáveis, aqui, para dizer: "Está acontecendo isso; saiam, foi fulano de tal". Não é isso. Basta dizer: "Está acontecendo, está se modificando, a velocidade é grande". Em junho já era preocupante. Já se colocou aqui o risco de desastre. Qual foi a palavra que usou? Um risco de colapso de terreno, com queda brusca em alta energia. Isso foi em junho passado. Foi dito aqui que, de lá para cá, piorou. Na semana passada, a última informação... Imaginem o que é você passar uma informação para o Ministério Público e dizer: "Olha, com 80 milímetros, é uma situação de risco". Hoje já são 30! Então, é um risco premente.

Nós podemos, como alagoanos, como defesa nacional, mostrar que, quando há informação, se consegue uma mobilização. Tenho certeza até que, se for demonstrado, vai ser uma campanha de arrecadação de recursos e o Município não vai ter condições de arcar com tudo sozinho. Então, quem sabe a gente não vai conseguir mobilizar todo o País em torno de uma comunidade, de uma comunidade extremamente importante. Então, quem vai fazer isso? Somos nós! Não há outros atores, não existem outros atores; somos nós. Então, a responsabilidade de V. Exa. é muito importante.

Nesse intuito de organização, com certeza, há o comitê instalado lá no Estado, como há no Município... Na União há. Estava conversando um pouco aqui com o Armin Braun, que é Diretor do Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres. Já tem... Falei aqui, mencionei, uma reunião que aconteceu, semana passada, na Presidência. Foi uma reunião interministerial na qual o assunto era Pinheiro. O Presidente já se manifesto sobre o assunto, ou seja, a informação já chegou lá. Não exatamente do que seja, de quem é o culpado, mas de que está acontecendo algo grave.

Digo isso porque estive... Não me lembro do nome dele, se era Artur, se era Alexandre. Estive com o Alexandre, Secretário Nacional de Defesa Civil, e junto com o Ministro Gustavo Canuto. E ele disse: "Ministro, esse é o assunto que eu apresentei como sendo prioridade absoluta da Defesa Civil nacional. As barragens – a mídia está cobrando – são muito importantes, mas essa aqui é uma tragédia que pode ser evitada". Ninguém sofreu na pele ainda, não aconteceu um desastre ainda, mas é algo – como dito por V. Exa. – que tem tudo para que aconteça, só não sabemos quando e nem como. Então, demonstrou ali o interesse nacional. Saí dali aliviado no começo, mas não consegui nem dormir. Aliviado, mas extremamente preocupado pela forma como foi tratado. Vocês que trabalham com isso,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eu imagino também o que passam com a pressão. A pressão está aqui do nosso lado, existe pressão maior do que essa? Não há.

Então, eu gostaria de saber, Sr. Armin, se V. Exa. poderia aqui explicar um pouco como é que está sendo tratada, no âmbito federal, essa temática, que não é regional. Fiz questão de tornar isso muito claro aqui, com os Senadores no Plenário e aqui na Comissão, dizendo que não estou fazendo um trabalho de Vereador, que está preocupado com o bairro da sua cidade. Não, estou fazendo o trabalho de um Vereador, de um Deputado, de um Senador, de qualquer um que tenha a responsabilidade de tratar e prevenir problemas futuros e preservar vidas. Então, qualquer pessoa de bom senso, no meu lugar, faria tudo o que está ao seu alcance para evitar algo maior. Cada um que está aqui – tenho certeza absoluta –, o Dinário está fazendo tudo ao alcance dele para que não aconteça. O nosso Cel. Moisés, também, da mesma forma, tenho certeza absoluta. Então, é isso que deve ser a tônica dessa temática.

Gostaria de ouvir, Sr. Armin, como isso está sendo tratado no âmbito federal.

O SR. ARMIN BRAUN – Boa tarde a todos e a todas.

Senador, queria, primeiro, parabenizar o senhor pela iniciativa. Transparência é muito importante quando nós temos o risco de desastre, como está acontecendo, não é só o caso de Pinheiro, mas em outras situações. A gente tem um outro risco, que é quase como um desastre, que é o risco da informação que flui de um lado e flui para o outro, e é ou não é. Quando a gente coloca todo mundo em uma sala para discutir situações como essa e coloca as coisas na mesa, o que está sendo feito, qual o tamanho de verdade do risco que está lá, o que precisa ser feito, o que pode ser feito, também nos traz uma oportunidade de trazer alguns esclarecimentos aqui de situações que já estão em andamento e nos foram solicitadas. Isso nos permite um trabalho em coordenação, mais amplo, com as diversas instâncias da Federação e os demais segmentos da sociedade civil, do Governo e assim por diante.

O primeiro ponto que a gente tem que observar é que nós somos os três níveis da Federação de Defesa Civil de coletes laranja. O Coronel não está de colete, mas sei que o colete dele está por dentro, porque a gente, quando coloca esse colete, pode até tirar para tomar banho, ir para casa, dormir, mas o colete não sai da gente. Não é isso, Dinário? A gente coloca o colete laranja e não tira mais. A gente faz questão de utilizar isso, porque é a nossa marca de trabalho em Defesa Civil, do que é, nos entendemos como sistema.

Esse Sistema de Defesa Civil, por mais que nós falemos: eu sou da Secretaria Nacional, ele é da Coordenação Estadual, o outro da Secretaria Municipal... Nós não somos de um órgão, somos parte de um sistema, e um sistema que é responsável por um conjunto de ações. A Defesa Civil é um conjunto de ações que visa desenvolver as ações de Defesa Civil com o intuito de preservar vidas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse sistema, que nós chamamos de Sistema Nacional de Defesa Civil, poderíamos pegar três estratos: o estrato municipal, que o Dinário coordena, só que ele não executa sozinho, ele executa com as diversas agências que existem no Município, que fazem parte desse sistema, que de maneira subsidiária o apoiam e precisam apoiá-lo em situações como essa, ou em qualquer situação, seja de prevenção, seja de resposta a desastres, seja de planejamento, seja o que for; o Moisés a mesma coisa; e nós, no nível nacional, a mesma coisa. Então, nós temos uma coordenação entre as agências federais e as agências que fazem parte do que nós chamamos de Sistema Federal de Defesa Civil. E essa espinha dorsal, entre a Federação federal, estadual e municipal somos nós, a turma que usa colete laranja e que está em constante conversa, em articulação o tempo todo.

Foi muito falado de Brumadinho, de outros desastres. E o senhor falou bem, como o Secretário falou com o senhor, é um desastre importante que está acontecendo, é a nossa principal preocupação, mas não é a única. Nós estivemos... E eu cito algumas situações para mostrar como é que nós já fizemos e como é que nós vamos fazer e estamos fazendo no bairro de Maceió.

Nós estamos com uma cheia no Rio Madeira lá, na Região Amazônica, com possibilidade de interromper uma rodovia que é a única rodovia que liga o restante do Brasil ao Acre, com possibilidade de haver o isolamento de um Estado brasileiro, como já aconteceu em 2014, quarta maior cheia histórica. O que é que nós fazemos? Fazemos um plano das agências federais, um planejamento das agências federais, complementar à atuação do Estado e do Município.

Da mesma forma, em Brumadinho, aqui o Dinário, o Dinário sabe mais de Brumadinho do que muita gente. Nós estávamos lá, em Maceió, nós três aqui, nós estávamos sentados, almoçando, passando de uma reunião para outra, e chegou aos nossos celulares aqui a informação de Brumadinho. Um avião da FAB, estávamos eu e o Secretário, foi nos buscar lá, em Maceió. O Dinário nos acompanhou ao aeroporto até que o avião chegasse, acompanhou um pouco do princípio do gerenciamento da crise de Brumadinho – não é, Dinário? E, de lá, nós fomos para Brumadinho.

E como é que aconteceu a gestão da crise em Brumadinho? O nível municipal do sistema disse: "Eu não sou mais capaz de coordenar o desastre". O nível estadual assumiu e o Estado montou uma sala de situação que coordenou aquele desastre. E nós, o Governo Federal, o que fizemos? Montamos uma sala, onde mobilizávamos todas as agências federais em apoio à coordenação que estava no nível estadual. Nós, como Defesa Civil, trabalhamos em coordenação, nós não temos interferência de um órgão sobre outro.

Então, o que nos cabe aqui é colocar as agências federais à disposição do Estado e à disposição do Município em caráter complementar. Aquilo que não pode ser feito pelo Município é feito pelo Estado, e, quando há aquilo que o Município e o Estado não podem fazer, o Governo Federal atua, às vezes, em algumas questões um pouco mais profundamente e, em outras questões, um pouco mais superficialmente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além disso, é um desastre se sobrepondo ao outro. Brumadinho ainda não acabou. Eu estou aqui gerenciando, enquanto a reunião não chega, estamos ainda articulando com a Defesa Civil do Estado, com o Corpo de Bombeiros e com a Força Aérea Brasileira e com o Corpo de Bombeiros Militar do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina a substituição de cães de busca e salvamento. Precisamos, até amanhã, retornar os cães que já estão operando para Santa Catarina e Rio Grande do Sul e levar novos cães e equipes de Bombeiros para Brumadinho.

Então, é um desastre se sobrepondo ao outro. É o desastre do Rio Madeira se sobrepondo ao do bairro Pinheiro, aí, vem Brumadinho, e agora vem Goiás. Saindo daqui, temos que providenciar uma ponte do Exército Brasileiro, um acordo de cooperação que a gente tem com o Ministério da Defesa, porque existem vários Municípios em Goiás que estão isolados, porque uma rodovia foi rompida e é necessária a instalação emergencial de uma ponte móvel de campanha.

Então, esse é o nosso trabalho, mas nós não reclamamos. Quando a gente se propõe a colocar o colete laranja, é para isso que a gente está aí. Eu ontem fui dormir 2h50 da manhã, trabalhando. Acordei hoje às 7h, para despachar algumas coisas e poder vir para cá. Estou cancelando uma reunião à tarde para a gente poder participar e dar todos os esclarecimentos necessários aqui. E, não só esclarecimentos, é uma oportunidade de melhorar as ações de coordenação entre agências e entre os níveis da Federação.

E eu queria falar um pouco do que a Secretaria Nacional está fazendo em caráter individual e, depois, eu passo a falar daquilo que a gente está fazendo em âmbito de coordenação. Desde que o Dinário nos procurou, nos primeiros momentos, a gente tem estado tudo junto. Tudo que tem nos solicitado, naquelas primeiras que foram feitas, a gente tem atuado em conjunto, a gente tem... Nenhum telefone meu, nenhum telefonema do Dinário ou do Arthur ou de quem quer que seja do Município tem deixado de ser retornado. Nenhuma mensagem, nenhum correio eletrônico tem deixado de ser respondido, entendendo o tamanho do gorila que ele carrega nas costas, entendendo a dificuldade que o Dinário tem. E nós falávamos desde o começo: o problema é muito grande, divida esse problema dentro do seu Município com as outras agências, não carregue esse gorila sozinho. Você tem que trazer as pessoas para junto de você.

E lá atrás o Dinário tinha um problema que era a dificuldade, às vezes, do entendimento do Executivo municipal em decretar situação de emergência. Nós demos segurança para ele numa reunião. Pedimos ao Dr. Thales, que estava indo para Maceió: "Dr. Thales, explique ao prefeito que ele pode decretar, sim, situação de emergência". Porque, às vezes, não quer porque vai gerar algum outro prejuízo, por algum motivo, às vezes, os Municípios não querem decretar situação de emergência.

Demos a segurança necessária, foi decretada situação de emergência. De imediato nós conhecemos, permitindo uma ação mais integrada e uma ação mais efetiva do Governo Federal. A sugestão da senhora de decretar situação de emergência é uma situação... Desculpe, o estado de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

calamidade pública. Ela é uma sugestão bem-vinda. Depende, lógico, também de um olhar municipal, porque nós respeitamos o pacto federativo.

Precisa se avaliar um pouco melhor se há algum efeito prático nisso, mas eu acho que, talvez, tenha um efeito psicológico importante e tudo. Mas é importante que o Município tome essa decisão. Nós estamos, e o Estado também, juntos para apoiar. Faremos, se for necessário, o reconhecimento da situação de emergência, mas nós respeitamos nesse aspecto o caminho da Federação.

Além disso, como eu falei, nós enviamos técnicos. Geólogos do Centro Nacional de Gerenciamento de Desastres foram para lá, trabalharam junto com o Dinário, trabalharam junto com a equipe do Dr. Thales Sampaio. Esses geólogos ajudaram na construção do planejamento de contingência. Nós estivemos pessoalmente lá, vimos o plano de contingência do Estado, demos sugestões para aprimoramento. Levamos um pouco da nossa experiência na construção do plano de contingência.

No monitoramento específico do CPRM, também sempre estivermos dispostos a apoiar. E, desde os primeiros momentos, ainda no final do ano passado, o CPRM indicou que havia a necessidade de um recurso financeiro. Nós fizemos todos os trâmites internos, conseguimos ajustar para que fosse feita a descentralização de um recurso da Defesa Civil para o CPRM, para aumentar o monitoramento. Chegou-se ao final do ano, o CPRM conseguiu se desenrolar com seus próprios recursos. Não foi necessário o apoio do recurso da Defesa Civil.

Também nos colocamos à disposição...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ARMIN BRAUN – ... para fazer um aporte de recursos internacionais, fazer alguma gestão com alguma embaixada de algum país junto à Agência Brasileira de Cooperação para trazer algum especialista. Mas também o CPRM já tem o seu próprio *link* com o serviço geológico dos países.

E, além disso, numa reunião que nós tivemos um dia antes do desastre de Brumadinho, nós estávamos lá em Maceió numa reunião dentro do quartel do Exército brasileiro, que fica por coincidência muito próximo lá do bairro Pinheiro, até usado aqui pelo Cel. Moisés e pelo Dinário como uma possível área de se coordenar uma emergência, caso aconteça lá. Consta no seu planejamento, não é, Cel. Moisés? E, nessa reunião que nós fizemos lá, o CPRM simplesmente falou: "Olha, nós temos um equipamento em Belém, não sabemos como trazê-lo para cá". Nós colocamos à disposição do CPRM e dissemos para eles: "Se vocês querem trazer um equipamento para cá, vocês nos digam, porque nós temos um acordo de cooperação com o Ministério de Defesa que permite o acionamento, em caráter emergencial, dos meios do Ministério da Defesa e o transportamos para cá". Assim que fomos oficiados pelo CPRM, fizemos a requisição ao Ministério da Defesa e transportamos um importante equipamento que permitiu ao CPRM fazer o seu trabalho na região.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto à questão de recursos financeiros, também aquilo que nos foi solicitado foi atendido. Em um primeiro momento, foram liberados, se não me engano, R$500 mil – corrijam-me se eu... –, depois, dois e quatrocentos, alguma coisa assim, totalizando 2,9 milhões, para o atendimento, se eu não me engano, de 500 famílias e aluguel social. E aí nos foi feita uma solicitação agora de 11 milhões, e olhe como são as coisas. Como o senhor falou mais cedo, precisamos estar atentos e preocupados com o bairro Pinheiro, e nós estamos preocupados.

Primeiro, como é que acontece essa liberação do recurso? Para ser liberado, precisa de algumas informações, que não são informações grandes; são informações básicas do que vai ser feito. Nós já tínhamos liberado a primeira parcela, os primeiros 500 mil, vamos dizer assim, aceitando que as informações não estariam completas. Depois, liberamos a segunda parcela e, no rito normal, exatamente pela intervenção e pela atuação dos órgãos de controle sobre o que é uma transferência de recursos, nós precisamos ter um pouco de segurança para liberação dos recursos. Então, nós pedimos no primeiro momento, quando nos foram solicitados esses 11 milhões, para liberar as 1,9 mil famílias, nós pedimos: "Olha, eu preciso saber como é que você já executou o recurso que está aí". E eu recebi o *e-mail* do... Isso foi o técnico que solicitou, porque o técnico precisa ter segurança para liberar, senão os órgãos de controle vão em cima do técnico e o responsabilizam por ter liberado.

Só que eu entendo também que o Dinário não tem condições de prestar essas informações agora, e eu só fiquei sabendo disso na terça-feira à noite, no *e-mail* que eu recebi do Arthur Rodas, que trabalho com Dinário, às 23h19 eu recebi um correio eletrônico. E, na terça-feira, havia um despacho meu, dizendo que não era necessário, para dar segurança ao meu técnico e também para que o Dinário não precisasse parar as suas operações, para coletar informações, para transferir o recurso, eu autorizei, avocando para minha responsabilidade, como Diretor do Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres, de liberação desses recursos.

Mandamos para empenho de imediato, conforme nós já tínhamos combinado antes, não nesse recurso, mas que nós não iríamos liberar o financeiro todo, porque isso até prejudica um pouco a gestão municipal. Então, eu solicitei no meu despacho o empenho dos R$11 milhões e a liberação imediata de R$2,3 milhões. Está seguindo os trâmites administrativos. A preocupação dele era com o período chuvoso. Acredito que... Empenho de 11 milhões e a liberação financeira imediata de 2,3 milhões, mas o recurso já fica empenhado e as parcelas subsequentes ficam condicionadas à solicitação do Município. Então, isso já está... E, se tivesse me ligado mais cedo, eu tinha assinado na segunda-feira mesmo.

Então, isso é fruto da preocupação que nós temos com o bairro Pinheiro. E isso é porque nós sabemos que a situação é séria. E nós vimos o esforço das pessoas e nós vestimos o colete laranja, e quem veste o colete laranja, não que os outros não sejam, são nossos irmãos e entendemos o sofrimento que não só as pessoas passam, mas também os agentes da Defesa Civil passam.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Falando agora um pouco de coordenação, o Senador já adiantou um pouco, e também já entrando no que falou a doutora Dra. Roberta, de algumas solicitações, nós criamos.... Nós fomos à Casa Civil, solicitamos à Casa Civil, informamos à Casa Civil o problema do bairro Pinheiro, foi feita uma apresentação um pouco mais longa do que essa que o Dr. Thales fez aqui para nós, na Casa Civil. Pedimos à Casa Civil: "Convoque, por favor, uma reunião com as agências federais. Nós precisamos que as agências federais...". Não que elas não estivessem atuando, elas já estavam atuando, só que nós entendemos que havia necessidade de um pouco mais de coordenação, para que não houvesse sobreposição de atividades e não houvesse vazios de atuação, e para que estivéssemos prontos no caso de uma evolução súbita daquela emergência. Então, nós provocamos a Casa Civil, que convocou uma reunião, empoderou a Defesa Civil e disse: "A partir de agora, a Defesa Civil está coordenando as agências federais que atuam neste tema". Fizemos uma reunião na semana passada, fizemos uma reunião ontem, na sala de crise do Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres, criamos um grupo de WhatsApp, que já mostrei para o Senador, criamos uma sala virtual, num ambiente virtual, e estamos trabalhando em coordenação entre as agências federais.

Então, esse é um ponto que acredito vai ao encontro do que foi solicitado, já estamos no caminho que o Ministério Público nos solicitou.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ARMIN BRAUN – Sim.

Defesa Civil; Ministério de Minas e Energia, com o Serviço Zoológico do Brasil e Agência Nacional de Mineração; Ministério da Defesa; Ministério da Saúde; Ministério da Cidadania; Ministério da Justiça; Defesa Civil; Ministério do Desenvolvimento Regional; Ministério de Minas e Energia com suas duas agências, CPRM e Agência Nacional de Mineração; Defesa, Saúde e Cidadania; Ministério da Justiça, com a Senasp.

Existe uma preocupação nossa, até a solicitação do Estado foi que os bombeiros precisam estar mais bem preparados para uma atuação emergencial. Então, o treinamento do que é busca e resgate em estrutura colapsada. Então, nós mobilizamos a Força Nacional de Segurança Pública, que tem um grupamento de bombeiros que pode tanto fazer o treinamento quanto fazer parte de um plano de mobilização emergencial, além de mobilizar bombeiros que estão próximos à região, como de Pernambuco, por exemplo, que está a pouca distância para que, no caso de uma emergência, possam se deslocar rapidamente e fazer parte do planejamento das ações do Estado. Isso foi uma solicitação que o Estado nos fez, além do Cemaden, que é o Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais. Essas são agências que fazem parte desse primeiro esboço, mas, sempre que se enxerga uma ação importante de alguma outra agência, está aberta a participação. Nós vamos convidá-la e vamos fazer com que ela participe.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E também, já respondendo ao segundo item da Dra. Roberta, que falou há pouco, uma das nossas preocupações é dar melhor assistência, por isso está o Ministério da Saúde, para fornecer apoio psicossocial às pessoas, e também o Ministério da Cidadania, que, trabalhando integrado, pode fazer um trabalho em reforço ao que é a atuação do Estado e do Município. O Ministério da Saúde nos informou que já está fazendo isso, mas temos que planejar isso no nível federal, como eu falei, para que não haja sobreposição de uma agência para outra.

No outro ponto, eu já citei, só respondendo também à Dra. Roberta, o aluguel social. A questão do aluguel social, tudo que nos foi solicitado foi encaminhado. É uma questão de empenho nos próximos dias, a parte burocrática, mas, tecnicamente, já está aprovado por nós, alinhado e autorizado esse recurso. Então, tudo que nos foi solicitado para essa emergência nós encaminhamos. Mais do que isso, empreendemos esforços, mesmo que tenhamos, às vezes, que colocar um desastre um pouco mais à frente do outro, mas estamos trabalhando.

Entendemos a aflição do Dinário, entendemos e enxergamos isso desde o primeiro momento, repetindo o que falei com ele: não carregue esse urso sozinho, divida-o. O seu Município tem agências que podem ajudá-lo. No seu Estado, o Cel. Moisés está apoiando. Os nossos telefones estão à disposição, sempre conversando, no que for necessário a gente está pronto apoiando.

Eu queria, mais uma vez, agradecer a participação de todos e chamar todos para trabalharmos em conjunto. Precisamos direcionar todas as ações no foco que é preservar a vida daquelas pessoas.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Bem, Armin, essa sua última frase, dizendo que quer trabalhar em conjunto, é o que nós vamos buscar como uma das prioridades a serem extraídas nesse dia de hoje.

Eu cheguei a conversar com o Dinário em um momento, porque, conversando com quem é experiente e já passou por várias outras situações, perguntei se federalizar, se trazer um terceiro para participar ativamente de um trabalho, ajudaria ou atrapalharia, porque, em várias situações, você tem no Município alguém que está trabalhando há um ano, se dedicando ao máximo, se expondo de todas as formas, aí há no Estado alguém que faz o seu trabalho, a sua parte, e, quando chega na reta final, vem alguém de fora e diz: "Olha, vai ser feito desta forma". Às vezes, quem está no Município diz: "Então, chegou o bonzão, tome conta sozinho". O Estado diz: "O meu trabalho vai ser em vão, não vai resolver, então, tome a frente".

Eu conversei com o Dinário, que disse: "De forma alguma, o pessoal está comigo desde o início e vai somar. A gente quer conjunto". Com certeza, esse deve ser o pensamento também do Estado. Eu conversei com ele, mas, pelo posicionamento aqui e até por já estar interagindo bastante com vocês, é essa a tônica do que deve ser extraído.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é um passo importantíssimo a ser dado, porque já existem os comitês federal, estadual e municipal. Precisa, para tirar esse urso das costas do Dinário – eu digo isso, porque simbolizou bem hoje aqui –, para tirar a pressão que existe não só dele, mas nossa também, é buscar isto: o Poder Federal chamar para si, junto com os outros que concordam, o protagonismo dessa situação. No meu ponto de vista, será muito bem-vindo.

Então, quando já há um encaminhamento com o Ministério de Minas e Energia, com o Ministério da Saúde, da Cidadania, com o Ministério da Justiça, com a Defesa Civil, com o Ministério do Desenvolvimento Regional, precisa passar essa segurança para quem está lá na ponta. E que não sejam feitos retrabalhos, que não sejam feitos trabalhos isolados e que se possa avançar, porque o tempo é curto, não é marcar outra audiência pública para decidir. Não é.

Então, aqui a gente já soma não só quem são os técnicos mas quem gerencia os danos, quais órgãos de controle podem contribuir para que não fiquem atrapalhando, porque, se for fazer 30 audiências públicas, vão querer que o Dinário esteja nas 30, aí ele deixará de trabalhar para estar lá, como já aconteceu no Município uma audiência pública, como já aconteceu no Estado uma audiência pública, como está comigo acontecendo agora, como foi no Ministério Público estadual, no Ministério Público Federal, isoladamente. Então, eu também me incluo nisso. É essa uma resolutividade importantíssima a ser extraída daqui, fora vários outros aspectos. Inclusive vou questionar e fazer algumas perguntas para ter essas respostas mais à frente, mas é muito importante a fala de V. Exa.

Dando sequência, eu quero ouvir também, até sobre um ponto especifico se assim for possível, o representante da Prefeitura de Maceió, o Procurador Gustavo Esteves. Se já puder, inclusive, iniciar por esse questionamento feito aqui pela Deputada Tereza Nelma, que também foi feito pela Deputada Jó Pereira na audiência pública em Alagoas e que também é motivo de questionamento, sobre a necessidade e qual seria a importância se o Município solicitar uma situação de calamidade pública.

O SR. GUSTAVO ESTEVES – Pois não.

Boa tarde a todos primeiramente.

No final de dezembro, eu e Bruno Kiefer, que é outro Procurador que está cuidando da situação também – trabalhamos na Procuradoria Urbanística Ambiental –, por estarmos numa questão afeta a essa questão do Pinheiro, que é um desastre que pode ser natural ou não, ou pode envolver as duas situações, nós dois fomos designados para cuidar da situação, ou seja, auxiliar a Defesa Civil no que for necessário nas demandas que vão surgindo. Inclusive, a gente trabalha com outras demandas que nem são caras à gente. Por exemplo: concessão de benefícios fiscais e tudo mais; a gente já fez o entrelaçamento com outras procuradorias, até com a Dra. Rosemeire, para a gente conseguir esses benefícios.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No final de dezembro, nós fomos procurados com a documentação do CPRM, com vários pareceres do CPRM, vários pareceres da Defesa Civil, para nós analisarmos a situação e, dessa feita, opinarmos ou não por uma decretação de um estado de emergência. E, em função da documentação que a gente tinha, a gente visualizou na hipótese – na ocasião o cenário era outro – que a gente estava diante de um caso de estado de emergência.

Esse decreto foi feito, foi feito em dezembro, e logo após... E esse decreto foi muito importante, porque, em função desse decreto, a gente conseguiu uma série de coisas com a Defesa Civil nacional, inclusive a encampação do problema de Maceió com a publicação de uma portaria do Ministério de Minas e Energia encampando o problema e designando todos os esforços da CPRM e da Agência Nacional de Mineração para enfrentar a situação em conjunto com Maceió. Porque antes, até a CPRM – o Thales não está aqui para falar isso –, eles até utilizavam recursos que eles não tinham para auxiliar Maceió, porque eles estavam muito preocupados com a situação. Mas, a partir do momento em que foi publicada essa portaria, em função do decreto que nós fizemos, eles conseguiram ter um apoio maior e conseguiram liberação de verbas para fazer licitação, dispensa de licitação, para conseguir equipamentos para fazer esses exames que estão sendo feitos agora. Não quer dizer que esses foram os únicos exames: os exames estão sendo feitos desde fevereiro do ano passado. Ou seja, diante dessa situação, a gente fez um parecer opinando pela decretação do estado de emergência.

O decreto foi feito, o decreto está embasado no art. 8º, inciso V ou VI, da Lei Nacional de Defesa Civil, que fala tanto do estado de emergência quanto do estado de calamidade. Na verdade, a diferença dos dois é muito tênue, porque o decreto que regulamenta a lei nacional, que é o Decreto nº 7.257, de 2010, no art. 2º, traz no inciso III a situação de emergência, e no inciso IV, o estado de calamidade. As únicas palavras que diferenciam um do outro são "substancial" e "parcial". Eu vou ler para vocês:

> III – situação de emergência: situação anormal, provocada por desastres, causando danos e prejuízos que impliquem o comprometimento parcial da capacidade de resposta do poder público do ente atingido;
> IV – estado de calamidade pública [só vai mudar a palavra "parcial" para "substancial"]: situação anormal, provocada por desastres, causando danos e prejuízos que impliquem o comprometimento substancial da capacidade de resposta do poder público do ente atingido [...].

Na verdade, desde o início o Município viu que ele não tinha condições de agir sozinho. Tanto é que ele buscou – e a Lei de Defesa Civil Nacional encampou e encampa isso – tanto o Estado quanto a União Federal para auxiliar. A título de auxílio e de coordenação entre os entes, eu não vejo muita diferença, mas parece que, para algumas situações – a Dra. Rosemeire de repente pode falar –, talvez

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

seja necessário conversar com o Prefeito para também decretar estado de calamidade. Mas em função de "parcial" e "substancial", eu não vejo muita diferença. Eu não sei se o senhor concorda comigo.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL. *Fora do microfone*.) – Posso abrir?

O SR. GUSTAVO ESTEVES – Pode, claro.

A SRA. ROSEMEIRE LOBO – Boa tarde a todos.

Estávamos eu e o Dr. Gustavo aqui... (*Fora do microfone*.)

Na verdade, desde a nossa primeira reunião em que criamos grupos de trabalho para efeito de desoneração tributária municipal e estadual, a Prefeitura andou muito com isso aí. Tanto é que a minuta do projeto de lei já está pronta. Mas, para efeito de tributação estadual, essa desoneração precisaria... É o Confaz, porque é difícil arranjar pauta no Confaz... Era preciso que o Estado ou o Município decretasse calamidade pública, para aí a gente conseguir não só remissão, anistia, mas conseguir também isenção de ICMS, carência e retirada também, dos comerciantes do bairro, da inscrição de dívida ativa.

O SR. GUSTAVO ESTEVES – Aí não precisa passar no Confaz...

A SRA. ROSEMEIRE LOBO – Aí não precisa passar no Confaz. Então, eu venho batendo nessa tecla constantemente. Já é calamidade pública, já há uma tragédia socioeconômica. Então, "substancial" para "parcial", no Direito, a gente entende de acordo com os fatos. Então, os fatos já mostram calamidade.

E eu agradeço a Deputada por já ter tocado nesse assunto. E a gente já ficou trabalhando aqui, o Gustavo já colocou. Parabéns!

O SR. GUSTAVO ESTEVES – Mas é porque é uma questão que... Isso tudo que vai acontecendo no Pinheiro é muito dinâmico, não é? Então, em dezembro a situação era uma, hoje a situação é outra. A gente não tem um parecer técnico ainda definitivo.

E o que a Procuradoria do Município sempre falou para eles, e a gente esbarra justamente na escassez de recursos, é isto: em função do princípio da precaução do direito ambiental, ainda que não exista um laudo técnico definitivo sobre a situação, é importante que a gente tome todas as precauções no sentido de que essas pessoas no futuro não sejam atingidas. Tanto é isso que a gente fez uma manifestação neste sentido: "Olhe, evacue a maior parte das pessoas possível, na maior brevidade possível". Só que a gente sabe que os recursos são escassos, e para isso a gente precisa muito do auxílio do Governo Federal, porque sem o auxílio-moradia essas pessoas não vão sair, não têm condições de sair.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a gente precisa de uma agilidade neste sentido, na interface do Município. Porque a gente está tendo uma conversa muito boa, mas, às vezes, vai precisar de uma agilidade maior, justamente em função da quadra chuvosa que está chegando, que já está bem... Aliás, parece que está até um pouco adiantada, porque em Maceió está chovendo bem mais este início do ano do que nos anos anteriores, fora aquele ano fatídico das enchentes. Mas é basicamente isso.

Eu não vejo problema em deflagrar essa questão de decretar estado de calamidade, mas isso é uma questão política – a gente tem que conversar, mas eu não vejo problema nenhum. Eu acho que a gente pode articular nesse sentido. Se é necessário isso para conseguir determinadas benesses, eu acho importante.

A SRA. JÓ PEREIRA – Eu acho que, inclusive, Senador Rodrigo Cunha, uma das consequências da decretação da calamidade pública seria a coordenação de todo o processo de atendimento através da Defesa Civil nacional, inclusive com o uso da Força Nacional. É muito importante.

O SR. GUSTAVO ESTEVES – É importante.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Vamos seguir aqui. Vai haver oportunidade. E é importante tratar desse assunto.

Inclusive, Dr. Gustavo, eu gostaria, se possível, de que V. Exa. já saísse daqui com esse compromisso. Se houver como aqui publicamente dizer: "Olha, vou internalizar para que saia essa situação"...

O SR. GUSTAVO ESTEVES – Sim, claro.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – ... diante de, como você falou, nós estarmos em março, final de março, e a situação é diferente do que era em dezembro. Então, já há vários motivos para que isso aconteça.

O SR. GUSTAVO ESTEVES – Indícios já... E justamente em função do princípio da precaução também.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Facilita todo o trâmite.

Então, podemos contar com V. Exa.?

O SR. GUSTAVO ESTEVES – Certamente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Isso é muito importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além disso... Não, vou deixar para as considerações finais aqui. É importante V. Exa. deixar claro se há mais algum ponto a abordar agora ou se eu posso passar para o próximo palestrante.

O SR. GUSTAVO ESTEVES – Deixe-me dar uma olhada aqui... Eu tinha feito algumas pontuações, mas basicamente é isso.

Assim, eu acho que é importante isto que V. Exa. estava comentando: é uma coordenação mesmo, porque muitos fazem a parte e não há uma coordenação. Então, era importante criar alguns instrumentos de coordenação nesse sentido. Porque as autoridades...

Por exemplo, eu conheço a Dra. Rosemeire, a Dra. Roberta, e a gente fica falando via WhatsApp. Qualquer dúvida eu posso ligar para a Dra. Roberta, para a Dra. Rosemeire, que não há problema nenhum. Aí a gente vai se auxiliando nesse sentido. Mas, às vezes, de repente, Estado... Fica um pouco complicada essa interface.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – É importante. É importante também a sua concordância.

Também, como representante da Universidade Federal de Alagoas, está aqui presente a Profa. Sandra Leite.

Professora, eu quero dizer que é um prazer enorme receber V. Exa. aqui também. É muito importante trazer a universidade, que é um esteio muitas vezes do caos que surge não só em Maceió, mas por todo Estado. Sempre buscamos referência na universidade federal. A universidade federal tem um papel importantíssimo na sociedade e com certeza não pode ficar à margem dessa situação; pelo contrário, deve fazer parte, como está fazendo, cada vez mais na vida do alagoano.

Então, gostaria de ouvir suas palavras no que diz respeito ao assunto do Pinheiro. Já falamos aqui de algo importantíssimo, da parte meteorológica. Se V. Exa. puder exemplificar um pouco mais como pode contribuir ou o que está sendo feito, será de grande valia.

A SRA. SANDRA NUNES LEITE – Meus cumprimentos a todos.

Meu agradecimento por suas palavras, Senador. E eu gostaria de registrar aqui o meu aplauso à iniciativa.

Há uma certa composição desse arranjo institucional necessário no Estado de Alagoas. Eu acho que o que está faltando também é isto: esse arranjo institucional não só para comunicação e informação de desastres extremos, mas especialmente na ocorrência ou prevenção desses desastres.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Trago o abraço da Profa. Valéria. E também venho revelar o seu esforço para que nossas ações de ensino e pesquisa se voltem especialmente para a resolução dos problemas sociais. Essa é uma grande bandeira da Profa. Valéria, que se volta, sim, para a sociedade. E é para isso que existimos.

Eu acho que comecei pelo final. (*Risos.*)

Não há nada, não... Mas pode deixar, depois eu faço referência a isso.

Pode voltar.

Esse eslaide eu iria deixar para o final, e acabei deixando no início. O Dr. Thales fez referência, na última apresentação dele, a dois poetas. Aí eu identifiquei não um poeta, mas um pesquisador em música, Jonh Cage, que diz assim: "Nenhum som teme o silêncio que o extingue. E nenhum silêncio existe que não esteja grávido de sons". Então, não adianta nós silenciarmos diante de qualquer coisa. O silêncio não vai permanecer; ele vai dar lugar a outras falas e a outros sentidos.

Como é que nasceu essa história da Ufal com o Pinheiro? Claro que foi, sim, por uma provocação da Deputada Tereza Nelma, que sentiu a ausência da universidade. E, no final de janeiro, nós fomos convidados pelo Ministério Público e aceitamos esse convite. A Profa. Valéria aceitou esse convite imediatamente e já determinou a criação de um grupo de trabalho, que se chama GT Pinheiro. Esse GT Pinheiro é um grupo composto por diversas áreas – algumas áreas ainda afastadas, mas que estão sendo aproximadas; as mais emergenciais foram trabalhadas. E esse GT assume o compromisso que a universidade tem em desenvolver ações específicas para esse caso. E isso nas diversas áreas.

Eu iria falar sobre estes dois casos especialmente, porque eu peguei dois exemplos da universidade relativos à sua base científica e tecnológica: o radar meteorológico, que eu já vou pular, porque já foi muito bem apresentado, se bem que a gente traz aqui uma proposta aliada àquela do professor, porque ele já amplia aquela proposta e já engloba todos os outros aspectos. E há também uma pesquisa, um estudo muito bem feito pela Profa. Regla sobre o cadastro territorial e mapeamento de áreas de risco.

Então, ela já fez um trabalho no Mutange. E a Profa. Regla tem uma situação dupla: ela é moradora da área vermelha do Pinheiro e é geóloga, pesquisadora. Ela está muito voltada para resolução dos problemas. Ela realizou estudos no Mutange, que já estão no cadastro territorial georreferenciado. E, nesse trabalho, ela fez uma unificação de dados sociais, então, com todas as informações. Ela entrou em todas as casas com a equipe dela e fez todo um levantamento que a Deputada Tereza Nelma acompanhou de perto.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. SANDRA NUNES LEITE – Disso ela falou muito tempo. Houve um apoio especial da Defesa Civil. E isso faz com que os trabalhos desses órgãos se tornem mais ágeis, porque eles detêm os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dados para qualquer acidente que possa ocorrer, sabem exatamente por onde caminhar. Então, ela estudou o risco de escorregamento das encostas ali do Mutange.

Nós temos a proposta idealizada pelo Prof. Ricardo Tenório, que é da criação do Centro de Estudos e Prevenção de Desastres (Ceped), em Alagoas, que é o projeto de que falou a Dra. Roberta, que trata da formulação e implantação desse projeto, mas ele aí aponta as diretrizes iniciais. Qual é o propósito? Redução da vulnerabilidade social frente aos desastres causados por fenômenos naturais ou pela ação humana.

Pode passar.

Então, a missão dele vai combinar esforços, e aí ele pensa nesse arranjo institucional; promover atividades educacionais relacionadas à pesquisa, extensão e intercâmbio científico; aprofundar a compreensão acerca dos problemas; suscitar o desenvolvimento da percepção de risco e a cultura de prevenção de desastre – porque não adianta só a Defesa Civil deter essa cultura, é preciso que isso seja difundido, principalmente entre os nossos alunos; e aí eu falo da área da comunicação entre nossos colegas jornalistas e relações públicas que estão nessas instituições e nos órgãos de mídia –; buscar redução das vulnerabilidades sociais; apoiar o desenvolvimento de políticas regionais por meio dos estudos; atenuar os impactos negativos; maximizar benefícios da variabilidade de tema e clima sobre a sociedade e as economias da Região Nordeste do Brasil, o radar se volta não só para Alagoas, mas também para o Nordeste.

O objetivo é atuar... Sim, a nossa capacidade é esta: formação e produção de conhecimento. Mas por meio de que nós podemos ajudar? Por meio dessa formação e da produção do conhecimento para resolução dos problemas. Então, dessa forma, a universidade, através do centro proposto, vai cooperar com o desenvolvimento técnico-científico e cultural da sinistrologia, da ciência social com características multidisciplinares, porque aí a gente agrega várias áreas.

Pode passar.

As áreas de atuação são estas: Engenharia Civil; previsão meteorológica; monitoramento do estado do tempo e do clima; custo dos desastres; Medicina para acidentes em desastres; mapeamento de riscos; estudos de vulnerabilidade; desastres com produtos perigosos; educação contra acidentes e educação ambiental; Psicologia Social.

Há uma informação da Psicologia Social. Aqui foi dito que não há profissionais na área no Pinheiro trabalhando. A universidade, em parceria com o Conselho Regional de Psicologia, que está aqui com uma representante, formou, capacitou 50 profissionais e já está em atendimento, já estão atendendo. O que tanto a universidade quanto o Conselho Regional de Psicologia solicitam é o envolvimento dos órgãos públicos. Eles precisam... Não dá para trabalhar sozinho. É preciso trabalhar em sintonia e interação. Então, é preciso que os órgãos públicos encaminhem...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

A SRA. SANDRA NUNES LEITE – ... esses moradores para o atendimento. Mas isso já foi... A universidade teve pouco tempo, porque, no final de janeiro, a gente se reuniu e, no começo de fevereiro, a gente já foi atrás das ações. E já foram capacitados 50 profissionais para atendimento específico do Pinheiro.

Os possíveis projetos: primeiro, formação de banco de dados gerais; treinamento em interpretação de informações meteorológicas – o Prof. Ricardo já se dispôs, em se constituindo essa equipe pelo Governo do Estado, a treinar essas pessoas em interpretação das informações meteorológicas, porque é preciso conhecimento para ler os dados do radar –; monitoramento do tempo por meio de radar meteorológico e imagens de satélites; e cursos de especialização visando ao treinamento em monitoramento do tempo por meio de radar.

A gente oferece os cursos de pós-graduação e poderia oferecer cursos de informação em defesa civil nos vários níveis, se for o caso e se for de interesse; cursos de atualização em defesa civil para as comissões que se voltam para a defesa civil; administração e planejamento para redução de desastres; custos em desastres; formação de voluntariado em defesa civil; educação para o trânsito para professores e multiplicadores, porque a gente tem acidentes graves; capacitação para médico e psicólogo perito examinador responsável pelo exame de aptidão física e mental para condutores de veículos automotores, isso tendo como base, como referência a questão do desastre...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. SANDRA NUNES LEITE – ... formação de agente de fiscalização de transporte com produtos perigosos em rodovias; acompanhamento socioeconômico e psicológico do condutor de cargas perigosas; fiscalização antidrogas; identificação, neutralização, emprego de explosivos em operações especiais, aí já se pensou numa coisa mais ampla levando em consideração não só o desastre no caso do Pinheiro, mas todas as possibilidades de desastre que podem ter grandes proporções.

Pode passar. Eu vou deixando para você...

E aí com quem a universidade gostaria de contar, estabelecendo parcerias: com a Defesa Civil nacional, com o Dnit, com a Polícia Rodoviária Federal, com o DER Alagoas, com a Defesa Civil estadual e municipal, com os órgãos e instituições públicas que atuam ou necessitam de informação na área.

O que a gente... Aí são os representantes do GT-Pinheiro; os com propostas apresentadas são esses. Mas, nas visitas que fizemos ao bairro, percebemos que há uma necessidade, sim, de uma análise parcial dos riscos. E, só a partir dessa análise parcial dos riscos, é que podemos propor mais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

intensamente algo para se fazer. Essa análise parcial dos riscos tem três etapas: primeiro, a avaliação do risco, perceber como está a questão da água, do solo e do subsolo, que a Profa. Regla está fazendo, baseada nos estudos do Dr. Thales; a gestão do risco. Então, a segunda etapa é a gestão do risco, em que nós vamos analisar os trabalhos da Defesa Civil de prevenção, quais são os cadastros, quais os treinamentos, quais são as ações da Defesa Civil até agora. Isso não é uma análise para pontuar a crítica, mas é uma análise para saber como a universidade pode colaborar.

Eu posso continuar? É só um pouquinho, só um pouquinho...

E a terceira etapa é a comunicação do risco, em que a gente lida com a capacitação de profissionais da comunicação. E a gente tem alguns exemplos graves de erros na comunicação. Primeiro, os moradores do bairro Pinheiro não sabiam onde estavam as informações. Então, para todos eles, havia um silêncio total – um silêncio total dessas instituições. Duas instituições as têm, nas suas páginas, mas eles não sabiam e não consultavam. Então...

O SR. GUSTAVO ESTEVES (*Fora do microfone.*) – E há o WhatsApp também.

A SRA. SANDRA NUNES LEITE – É. Aí o grupo de WhatsApp foi quem provocou...

O SR. GUSTAVO ESTEVES (*Fora do microfone.*) – Provocou isso...

A SRA. SANDRA NUNES LEITE – Isso. E, aí, na questão das redes sociais digitais, aparecem os boatos. Um dos boatos que eu ouvi diz respeito... Porque a gente foi conversar com os moradores e a gente catalogou todas as conversas. Então, a gente registrou todas as conversas. Uma das conversas era relativa aos sacos pretos. Circulava por lá que Estado e Município já tinham comprado uma porção, muitos sacos pretos para os mortos, para os corpos. Então, numa ação conjunta das defesas e dos órgãos de prevenção e salvamento havia... Havia nas ruas de uma determinada localidade algo que se parecia com os sacos pretos, e a população disse: "Está vendo! É verdade...". E, aí, a gente foi conversar: "Não, mas isso é próprio, tem um sentido para os órgãos de defesa civil que não tem para a população". E, aí, isso se multiplica. É outro exemplo.

Uma outra coisa também que deixou, pelo que eu percebi, desconfiança na população foi haver três cadastros. O morador vai ter que fazer três cadastros – foi o que me disseram: um cadastro para quem tem casa rachada; outro cadastro para quem...

O SR. GUSTAVO ESTEVES (*Fora do microfone.*) – Não há isso, não!

A SRA. SANDRA NUNES LEITE – Hein?!

O SR. GUSTAVO ESTEVES (*Fora do microfone.*) – Não há isso, não!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SANDRA NUNES LEITE – Pois é, mas saiu assim, né?!

Outro cadastro para quem está na área de risco; e outro... Foram três cadastros que eles falaram. E isso gerou muita desconfiança nas instituições. Então, o que há entre os moradores é total desconfiança. Portanto, não adianta a Prefeitura colocar na sua página qualquer informação porque o morador não vai confiar nessa informação.

E, além disso, com relação a... Aqui se falou – para encerrar – muito em desastre anunciado, preservação de vidas, consequências danosas. Há muita gente já sofrendo. Há um sofrimento... Vamos evitar o sofrimento de muita gente! As pessoas já estão sofrendo, o desastre já acontece, e ele é silencioso. É um desastre muito sério. E aí vou pedir emprestada ali autorização da colega da Psicologia para entrar no mundo da Psicologia, que não é o meu. É um olhar de leigo, mas é um olhar preocupante, preocupado.

O adoecimento emocional produz, para utilizar os termos da geologia, fendas, fissuras e fraturas intensas, mas são na alma. E essas fraturas, fissuras e fendas afloram no adoecimento do corpo e na morte desse corpo. Eu conheço pessoas que já estão no hospital, e não há nada pior do que o adoecimento emocional, porque níveis de depressão ocorrem silenciosamente.

O bairro do Pinheiro já atravessa esse desastre extremo. Precisamos considerar assim e não como uma coisa futura. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Muito bem, professora! São importantes suas palavras. Quando eu visualizo a Ufal, eu posso acrescentar uma das ações que não está ali e que talvez seja o caminho. Eu percebi que, inclusive no decreto de emergência do Prefeito, foi mencionada esta palavra: a possibilidade de sair também da esfera dos órgãos públicos, e a gente chamar o voluntariado para abraçar esta causa para ajudar os órgãos, para tranquilizar as pessoas. E, quando eu vejo, na Universidade Federal, o laboratório que se tem de professores, pessoas que podem utilizar os próprios estudantes como um instrumento para tranquilizar essa região toda, eu acho que é um caminho a ser seguido. Tenho certeza de que será fruto dessas discussões coletivas que teremos mais à frente.

A SRA. SANDRA NUNES LEITE – Senador...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Sim.

A SRA. SANDRA NUNES LEITE – É isso o que estamos fazendo. Na Psicologia, como são 50 voluntários, eles não recebem por isso; na Comunicação, os alunos estão no bairro...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Perfeito!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SANDRA NUNES LEITE – É claro que a gente vai ter que planejar alguma ação, mas eles já estão colhendo essas informações. E, aí, eu já lancei uma proposta para a coordenação do curso de a gente adotar as metodologias ativas: é o aluno ir buscar o problema e tratar do problema. E, aí, eu já estou propondo que esse problema seja o Pinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Perfeito!

Com certeza não vamos comprar sacos pretos. Pode ter certeza de que o que todo mundo busca aqui é não chegar nem perto disso.

Então, vamos aqui, finalizando este bloco, para alguns esclarecimentos.

Eu gostaria, aqui, primeiro, de perguntar ao Secretário de Defesa Civil, Dinário, se ele pode informar agora, se ele tem as informações em mão de quantas pessoas são atingidas na área vermelha, na área amarela, na área laranja, de quantas já saíram de casa e também de quantas estão recebendo o benefício por terem saído de casa, o auxílio-moradia.

O SR. DINÁRIO LEMOS – Perfeito!

A área que se estuda, entre a vermelha, a laranja e a amarela, dá uma totalidade de 1.960 moradores. Correto? O recurso veio, no primeiro momento em que a gente pediu, para evacuar, naquelas primeiras reuniões, todo mundo da área vermelha. Muito bem, a área vermelha, a gente contou na velocidade de 493. E aí as pessoas que foram evacuadas da área, quando a pasta atualizar os dados, que eu pedi ontem... Na área vermelha, até o momento, nós temos o primeiro lote de 80 moradores, entre eles quatro casas e 72 apartamentos – primeiro lote, área vermelha.

A área vermelha, segundo lote. Nós temos duas casas e 83 apartamentos. Houve uma chuva forte no dia 28 de janeiro – choveu muito, 100mm em três horas –, e a CPRM determinou que fossem evacuados aqueles apartamentos ali, que estavam localizados na área vermelha. Foram evacuadas, naquele momento, cinco casas na área laranja, desse lote, do segundo lote, o que dá um total de 115. Na área vermelha, duas casas e 83 apartamentos; na laranja, cinco casas e 16 apartamentos; na área amarela, uma casa; e na área azul, que está fora da área que está sendo estudada, que se chama área azul, oito casas.

No terceiro lote, são 120 cadastros: 22 casas na área vermelha, 29 apartamentos, quatro casas na área laranja, 37 apartamentos; na área amarela, duas casas e 20 apartamentos; e na área azul, cinco casas e 20 apartamentos.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – No estudo tem o total de pessoas? Tem a quantidade de pessoas?

O SR. DINÁRIO LEMOS – Pessoas, não, mas famílias. No lote...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. TEREZA NELMA (Bloco/PSDB - AL) – No geral.

O SR. DINÁRIO LEMOS – No total, nós temos... Sobe para mim aí, por favor. Na área vermelha toda, a gente tirou 378, se não me falha a memória. Por que não estava...? Porque tem a parte comercial, que tem um negócio, mas mora em cima. Eles não têm o perfil, porque é CNPJ, não é CPF, e a nossa determinação é que tenha sido só por CPF.

Então, esse recurso foi para aquele primeiro momento, para a área vermelha, mas os engenheiros e os geólogos... A gente entrou em contato com a Defesa Civil Nacional, e o Coronel disse: "Não tem problema, se você achar que está em risco, pode..." Mas nós temos aí muitas dúvidas, porque as pessoas perguntam: "Mas o dinheiro não veio só para a vermelha? Porque você tirou da laranja?". Por conta dessa evolução que está havendo nas rachaduras. E na hora que os engenheiros e os geólogos encontram famílias que estão sob risco eminente de desabamento, eles fazem a evacuação.

Outro ponto que é muito questionado é com relação... Qual foi a outra pergunta que o senhor falou?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Dessas pessoas, quantas recebem benefícios?

O SR. DINÁRIO LEMOS – Hoje está num total de 493.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Quatrocentos e noventa e três?

O SR. DINÁRIO LEMOS – É, mas a gente tem...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Tem alguém atrasado? Tem alguém...

O SR. DINÁRIO LEMOS – Não. Até agora, até o momento, dos lotes – está faltando o lote 4, que está sendo pago agora esta semana, que deu essa confusão toda do dia 19 – dá um total de 126. E a gente não poderia deixar de fazer uma visita e ver a situação que está. Como o recurso... Ficou o quinto lote, o que dá um total de 47, que era para fechar o total. Mas já tem o lote 6, que está dando um total de 30 casas e 19 apartamentos, que está precisando já o recurso vir para esses cadastros que estão lá pendentes.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Já foi formalizado? Já estão aguardando...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DINÁRIO LEMOS – Aí a gente pediu até para o Cel. Moisés, que está aí. Ele combinou comigo para que a gente, antes que os estudos saiam, peça esse dinheiro para a laranja e a amarela. Então, à proporção do que for surgindo diante dos fatos, a gente iria fazendo a evolução.

Aqui está a Carla, da Secretaria de Ação Social. Já estávamos preparados para segunda-feira, diante do que for exposto aqui no momento, a gente pudesse já deixar os cadastradores. Inclusive a gente solicitou um ônibus.

A SRA. TEREZA NELMA (Bloco/PSDB - AL. *Fora do microfone*.) – Esses R$11 milhões são para todo mundo? Para toda essa população?

O SR. DINÁRIO LEMOS – Esses R$11 milhões são para a área laranja, amarela, e para... Tem R$3 milhões aí para contratar uma empresa para fazer o laudo pericial dos prédios, que é uma recomendação até do Ministério Público Estadual, e a gente solicitou do Governo Federal. Eu não sei se está incluído esse valor, mas pelo...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Dinário, diante dessa situação, eu pego dois exemplos. Primeiro, esse ofício da CPRM, de junho, que já colocava a situação como sendo alarmante. E nós chegamos até o dia de hoje, em que diz que, de lá para cá, tudo piorou, ou seja, está sendo muito mais grave. Volto à situação do que foi passado aqui, de que há dez dias era uma situação, e hoje já é outra, ou seja, o mapa... Eu até parabenizo o trabalho inicial. O mapa feito ali é um mapa visual das edificações, e hoje, pelo que foi demonstrado aqui, pelo vídeo exposto, inclusive, pegando as fotografias de 2016 para o mês passado, mostrando a área vermelha, que não é essa área vermelha da qual a gente está falando, mas a área vermelha de evolução de um risco eminente, as pessoas com certeza sabem que estão correndo um risco. Estão em uma área sob investigação, em uma área em que só falta alguém fazer a leitura correta e assinar. Então, já não é mais uma realidade inicial. A área vermelha, a área amarela, a área branca, as pessoas moram no Pinheiro. A gente está aqui dizendo e foi dito aqui. Eu disse também que, se tem alguém que eu amo lá, não fique lá. Então, essas pessoas, para saírem também, precisam ter um auxílio, precisam ter um auxílio de mudança. Já recebi a informação aqui de que para quem mora na área amarela ou laranja já foi solicitado o recurso. Não vai esperar que essa amarela e laranja fiquem vermelhas.

Já foi solicitado, já foi aprovado e já está empenhado. É isso? Mesmo com as pessoas morando lá ainda? Essa é a pergunta, porque há pessoas que estão ainda na área amarela e que estão morando lá. Essas pessoas já começam a receber de plano o auxílio ou têm que sair?

Se nós aqui, até uma forma alternativa, estimularmos essas pessoas a saírem de suas residências, há garantia de que elas receberão o auxílio-moradia para a mudança.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. TEREZA NELMA (PSDB - AL. *Fora do microfone*.) – Há pessoas que saíram há um ano e não receberam o retroativo. O Maurício mesmo saiu há um ano.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Não recebeu o retroativo, né? Mas foi logo após a decretação de emergência que isso poderia ser possível?

A SRA. TEREZA NELMA (Bloco/PSDB - AL) – Por isso fiz a pergunta até por escrito para o Armim ... (*Fora do microfone.*)

... Eles foram obrigados a sair. A Cláudia está aqui, o Joerton, a casa dele está totalmente destruída, que é aquela vizinha, aquela primeira casa que a gente foi com o Francisco Sales, Vereador, ano passado. Isso é muito angustiante.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Com situações retroativas, qual o procedimento normal? Tem que internalizar? Isso a defesa civil assume? A assistência social? Por isso é necessário a gente estar no mesmo barco.

Então, só para finalizar, e você já responde nessa sequência: por parte do Ministério, qual é o trâmite burocrático? A partir de que há uma solicitação, por exemplo, dessas novas áreas, amarela e laranja? Qual o trâmite burocrático? Já está liberado de plano? Tem que ter alguma ingerência com algum gestor? Qual o procedimento normal?

O SR. ARMIN BRAUN – Primeiro, respondendo a essa pergunta que o senhor acabou de fazer agora, só para não perder, e depois passando à pergunta da Deputada.

Nós pedimos algumas informações das pessoas que sairão – esse é o rito normal, né – as pessoas que vão sair, alguma informação, CPF de quem está saindo. Em alguns casos, a gente solicita laudo de interdição, para configurar que realmente foi interditada a casa. Só que neste caso é como eu falei, já foram três liberações dos valores: 500, depois 2.400 e agora os 11. Então, nós abrimos de certa forma mão dessas informações.

Então, configura a situação que está, porque a própria legislação, a Lei 12.608, prevê o seguinte: o que nós vimos aqui foi uma grande incerteza. Não sabemos bem ainda o que vai acontecer, o que pode acontecer. E a incerteza quanto ao risco não pode ser um fator para eu não atuar porque não sei o tamanho do risco.

Então, levando em consideração isso que nós temos conversado com o serviço geológico do Brasil, o trabalho que está sendo feito, a área que está sendo... Tudo que a gente viu hoje aqui. A gente tomou a decisão de não cobrar essas informações e transferir aquilo que nos for solicitado, entendendo que tudo aquilo está mapeado, está dentro da área. E também dando flexibilidade ao Dinário, nós já falamos com ele, que, se a pessoa hoje está na área, nós liberamos para a área

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vermelha, o pessoal que está na área amarela, de uma hora para outra aquilo se tornou mais prioritário do que a área vermelha, não tem problema, utiliza. Já conversamos com ele, nós é que vamos depois fazer a prestação de contas, tomamos essas garantias, inclusive escrevendo isso em alguns locais, dando a segurança através de, se for o caso, correio eletrônico, para que ele tenha segurança depois. É incorporar isso ao processo, porque no futuro nós teremos, podemos ter, órgão de controle nos questionando, e temos todas as informações.

A preservação da vida é artigo fundamental da Constituição Federal, então a gente não pode... E os papéis, como diz o nosso Secretário – os papéis e os processos – não podem ser mais importantes que as pessoas.

Então, o que nós temos hoje é um recurso liberado – me corrige, Dinário – para evacuação, para retirada de 2.500 famílias, 2.400, não é isso?

O SR. DINÁRIO LEMOS (*Fora do microfone*.) – É.

O SR. ARMIN BRAUN – É isso que a gente tem lá hoje, então está o recurso lá. Não está o financeiro – vamos dizer, está para ser empenhado, todos os trâmites feitos; então os R$11 milhões serão empenhados nos próximos dias, eu não sei quando vai acontecer isso, mas é bastante rápido –, e nós vamos liberando o financeiro, acordado isso com o Dinário: "Olha, financeiro nós vamos liberando aos poucos" – de R$2,3 milhões, à medida que ele for executando, para que ele possa até fazer uma boa administração disso.

Quanto à questão do retroativo, há algumas questões importantes, que são: a ação da Defesa Civil, especificamente para este ponto que nós estamos fazendo, é uma atuação na emergência; os recursos vêm de uma ação orçamentária que é para a emergência. Então, em tese, para tudo aquilo que aconteceu após a decretação da situação de emergência. Para nós é uma coisa até bastante peculiar e nova o fato de ter pessoas que saíram – nós entendemos isso: as pessoas saíram antes por conta da emergência. A gente precisaria construir junto com os órgãos competentes talvez uma saída jurídica, para que a gente pudesse fazer isso com segurança, das pessoas que já saíram, porque em tese elas já estão fora da área de risco, mas elas utilizaram recurso delas; é uma questão em que a gente precisaria aprofundar essa discussão e levar para uma discussão no âmbito jurídico, para ter a segurança necessária para se fazer esse tipo de ação.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Muito bem. Passo a palavra ao Ten. Cel. Moisés.

O SR. MOISÉS MELO – Senador, eu gostaria de fazer duas observações na fala do meu amigo Braun: na 12.608, se diz também que na iminência do desastre há possibilidade de liberação de recurso – nós estamos na iminência de desastre. Outra correção que eu gostaria, outra observação: porque, pelo que foi apresentado hoje, temos que esquecer área amarela e área laranja. Hoje tudo foi

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

apresentado aqui como área vermelha, e dobrou a área vermelha. Tudo isso foi ampliado. Ficou bem claro aqui na apresentação do Dr. Thales. Então, não existe hoje para o Serviço Geológico do Brasil área amarela ou área laranja.

A orientação que nós passamos para o Município foi que solicitasse recursos para a área amarela, laranja e vermelha, mas hoje, como está tudo vermelho ali, a gente entende que a solicitação deverá ser ampliada, já que nós trabalhamos com o princípio da precaução, e nesse princípio nós temos que solicitar recurso para que toda a população que se encontra naquela área na realidade deverá ser retirada. Estamos falando isso para ontem. Nós comentávamos isso naquela situação, e essa recomendação que a Defensoria Estadual fez, que nós fizemos, foi para aquela área mapeada inicialmente; mas hoje, depois dessa apresentação do Dr. Thales, fica bem claro que poderemos ter ali um desastre como nunca visto na história desse País. Então, é importante que seja solicitado um recurso para toda a população da área vermelha, inclusive aquela encosta do Mutange. Naquela encosta do Mutange ali, eu acredito que deve haver umas dez mil pessoas. Então, toda aquela população deverá ser retirada.

Então, o mapeamento inicial era daquelas áreas vermelhas; hoje se fala muito em área vermelha, mas isso, a partir de hoje, eu gostaria que nem fosse tocado mais hoje nesse assunto – área vermelha ou amarela...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Área de risco.

O SR. MOISÉS MELO – ... porque foi apresentado bem claro: área de risco, toda vermelha; porque pode ter o arrastamento, e naquele arrastamento ali, além de levar o bairro do Pinheiro, vai levar também o Mutange e o CSA, vai levar tudo.

Então, a Defesa Civil trabalha com as piores das hipóteses. Mas qual é a pior hipótese? O desastre macro. Em cima dessa possibilidade, temos que solicitar os recursos necessários, a atuação do Governo Federal, mais agilidade na liberação desses recursos.

A participação de V. Exa. é demais, é muito importante nesse contexto em nível nacional, em nível do Ministério do Desenvolvimento Regional, para que esses recursos sejam liberados. Não estamos falando mais de R$11 milhões; tem que liberar ali R$50 milhões, R$60 milhões, R$200 milhões, quanto for necessário, porque a chuva vai chegar, é questão de tempo. Choveu, e naquela chuva, como o Dinário falou aqui, nós trabalhamos e convocamos todo aquele comitê no Estado, trabalhamos com o comitê para o desastre, no caso a Defensoria Estadual. Nós convocamos todos aqueles que estavam – e muitos estão aqui presentes – e convocamos com uma chuva de 108mm no bairro do Pinheiro em cinco horas apenas, Dr. Cléber.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, se o gatilho é a chuva, nós temos de retirar essa população, Senador, de toda essa área que foi mapeada aqui e apresentada pelo Dr. Thales.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Muito bem, Tenente-Coronel.

Por fim, aqui eu quero fazer uma solicitação ao Sr. Armin Braun, para que internalize – que V. Exa. seja o porta-voz neste momento, já para antecipar fatos –, em toda essa comissão interministerial que já existe, formada no âmbito federal, o interesse tanto dos órgãos municipais, estaduais e daqueles também que trabalham na parte do controle, que possam fazer parte de uma sala de situação, de um gerenciamento de crise, num comitê específico gestor, seja lá o que for o nome a ser dado, e que a federalização de fato dessa situação não fique apenas nos aspectos burocráticos aqui em Brasília, mas que vá reforçar as equipes que estão lá em Alagoas, falando a mesma língua – o colete é da mesma cor –, e eu acho que é dessa forma que a população vai sentir de perto a segurança que falta. É dessa forma que vai conseguir sensibilizar mais rapidamente quem toma as decisões, que vai verificar que vermelho, azul ou amarelo é uma situação que não é mais realidade hoje, como bem foi dito pelo Coordenador da Defesa Civil do Estado; o que existe é uma delimitação da área de risco. Umas das diretrizes finais desta audiência pública será a urgente atualização da demarcação da área de risco. Então, todos que estão ali vão ter que ter sempre o mesmo tratamento.

Então, são em posturas como essa em que eu acredito.

V. Exa. na fala já deixou claro que vai fazer isso, que nós vamos conseguir algum resultado mais célere diante de uma situação tão calamitosa, já posso dizer assim.

A SRA. TEREZA NELMA (Bloco/PSDB - AL) – Senador, como é gerenciamento de danos, tenho uma questão: também a segurança das casas que foram abandonadas – não sei dizer, desocupadas, o termo certo – é um problema. Já houve casa que foi saqueada três vezes, duas vezes. Então, nós precisamos garantir essa segurança para essas famílias.

E também, Sr. Senador, a comunidade também está precisando de uma aproximação maior com o Banco do Brasil – porque com a Caixa já foi feito –, mas precisa de uma aproximação maior com o Banco do Brasil, para resolver algumas questões da comunidade.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Perfeito.

A SRA. TEREZA NELMA (Bloco/PSDB - AL) – Então, é necessário esse gerenciamento de danos.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Perfeito, Deputada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, só para finalizar, tem uma inscrição, e eu vou pedir para que seja feita a pergunta. Daqui a pouco todos vão ter oportunidade de falar, mas agora nós aí deixamos no segundo bloco – são quatro. Então, se puderem fazer as perguntas... Há duas pessoas aqui. Então vou abrir para duas perguntas, e que a gente possa ser bem célere.

Queria fazer pergunta?

O SR. JOELINTON BARBOSA GÓIS (*Fora do microfone*.) – Não, era o que ela perguntou.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – O Geraldo quer fazer uma pergunta?

O SR. GERALDO VASCONCELOS DE CASTRO JÚNIOR – Eu ia fazer uma pergunta, mas quero pedir ao senhor para dizer a mecânica da nossa audiência: depois que terminar esse bloco... (*Fora do microfone*.)

... as autoridades vão-se embora, ou elas vão interagir com os moradores?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Elas podem ficar aqui, não como oradores. Como eu falei aqui no início, o formato é para serem extraídas informações. Não é como é feito lá no Estado de Alagoas, nas Câmaras Municipais e estaduais; as autoridades, inclusive, aqui têm, regimentalmente, o direito de nem quererem responder, porque, pelo Regimento, só o Senador pode perguntar; nós já estamos aqui fazendo, em acordo, numa maneira colaborativa, registrando informações, e aqueles que quiserem fazer perguntas naquele momento.

Sei que você tem muito a falar, mas se quiser fazer alguma pergunta, o momento é agora.

O SR. GERALDO VASCONCELOS DE CASTRO JÚNIOR – Eu gostaria de fazer uma pergunta, porque, observe: o laudo sairá daqui a uns 15 dias, digamos, não é isso? Final de abril... É mais: final de abril. O aluguel social tem casos...

O ciclo, na verdade, é o seguinte: quando eu chamo a Defesa Civil para minha casa, ela leva 25 dias para ir até minha casa – de 20 a 25, se for. Tem casos que nós temos 58 protocolos. Depois, pede-se para evacuar o imóvel, uma pressão horrível nas pessoas, e isso gerou muito desse conteúdo emocional. Eu costumo que o Pinheiro é um campo de concentração: o sentimento do morador do Pinheiro, Senador Rodrigo Cunha, Deputada Jó Pereira, Deputada Tereza Nelma e demais autoridades aqui presentes, é um sentimento de tortura: um pressiona de um lado, e o outro fala do outro. E eles vivem... Nós estamos vivendo nesse bolsão de emoções fortíssimas. Não é à toa que o Dinário está desse jeito. Eu também estou, mas a gente tem que ser psicólogo, a gente tem que ser amigo, a gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tem que ir com o Dr. Abel Galindo na casa das pessoas para diminuir um pouco essa tensão. Então, para tirar as pessoas, Senador Rodrigo Cunha, do bairro do Pinheiro depois dessa...

(*Soa a campainha.*)

O SR. GERALDO VASCONCELOS DE CASTRO JÚNIOR – ... apresentação que o Dr. Thales fez, é uma operação de guerra.

Nossas duas Defesas Civis, por mais que tenham boa vontade, não terão condições. Eu nem conheço a estrutura da nossa Defesa nacional, mas acho que isso é coisa para as Forças Armadas. Olhe que eu já venho dizendo: essa questão da comunicação – eu disse ao Dinário lá em novembro que havia problemas de comunicação, e foram seriíssimos. Pedi ontem, terça-feira, encarecidamente, à Dra. Roberta que fizesse aquelas recomendações – parte daquelas recomendações estavam naquela reunião nossa –, e hoje eu tive o prazer de, de madrugada, porque eu não dormi de ontem para hoje, tentando escrever alguma coisa, mas trouxe escrito para os senhores os nossos pleitos, que são muitos... Então, de madrugada eu recebi a notícia que a Dra. Roberta, a equipe dela, com a Dra. Niedja... E vamos fazer justiça: o Ministério Público Federal, o Ministério Público Estadual têm nos ajudado e muito, não é pouco não. Assim como os...

(*Interrupção do som.*)

O SR. GERALDO VASCONCELOS DE CASTRO JÚNIOR – ... Parlamentares, todos eles, em nível municipal e estadual e nível federal. O senhor mesmo... (*Fora do microfone.*)

(*Interrupção do som.*)

O SR. GERALDO VASCONCELOS DE CASTRO JÚNIOR – ... Para o senhor, porque nós não temos prefeito e não temos governador. E o senhor esteve lá na nossa reunião, quando nós a fizemos ali na praça, junto com o Dr. Gaspar. O senhor se comprometeu com a causa, foi à Caixa Econômica e resolveu muita coisa dos seguros. Naquele dia muita gente ficou criticando a sua fala, mas a sua fala foi certa, foi positiva. E quando não se tem um prefeito e quando não se tem um governador, há um Senador com a credibilidade que o senhor tem. Muito obrigado pelo que o senhor fez. (*Palmas.*)

Se o senhor não tivesse feito aquilo e não tivesse a iniciativa desta audiência, muita gente poderia morrer pelo que eu vi o Dr. Thales colocando.

(*Soa a campainha.*)

O SR. GERALDO VASCONCELOS DE CASTRO JÚNIOR – Nós temos que ser ágeis, ágeis. E esse aluguel social não pode demorar. Ele tem que ir para as mãos do cidadão para que ele possa sair da casa. Há pessoas que já estão com a fiança e mais dois alugueis, pessoas humildes... Há uma cidadã, no Jardim Alagoas, Dona Francisca, que tem um garoto especial e tem um marido doente e que pagou dois aluguéis da casa dela, R$700,00, R$1.400,00 de uma renda familiar parca. Nós não podemos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

permitir isso! Temos que nos unir, gente, para evitar isso. O que depender do SOS, podem contar com ele. Quanto à questão da comunicação da Prefeitura, vou dizer uma coisa aos senhores, se nós desligarmos os nove grupos de WhatsApp nosso, do SOS, ninguém se comunica com a Prefeitura. Se quiserem fazer um teste, eu faço. Vai ser um desastre em matéria de comunicação.

Então, nós trouxemos nossos pleitos e eu quero deixá-los para o final porque são longos, se o senhor me permitir.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Claro, claro.

O SR. GERALDO VASCONCELOS DE CASTRO JÚNIOR – Muita coisa já foi discutida aqui.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Vai estar, viu? É justamente por isso, Geraldo, que eu peço realmente a sua compreensão. A sua fala é essencial aqui. Vai ser dada oportunidade a todos. Mas você entende, acho que está percebendo aqui a dinâmica do que está sendo feito.

O SR. GERALDO VASCONCELOS DE CASTRO JÚNIOR – Perfeito, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – A Dra. Roberta também está aqui desde cedo, e o Dr. José Antonio Marques da mesma forma, os defensores públicos. Todos aqui querem se manifestar e dizer o que está sendo feito e extrair também informações. Isto aqui não é apenas uma audiência pública e vai acabar por aqui. Não é. Daqui, inclusive, pode sair uma comissão de Senadores para ir lá acompanhar essa comissão que vai sair também no âmbito federal, uma comissão mista, pode ser. Por que não? Então, é isso. Como eu falei, cada um tem que fazer o máximo que está ao seu alcance. Eu vou fazer o máximo que estiver ao meu alcance dentro das minhas prerrogativas. Não é para arrumar o culpado agora. Primeiro, é para salvar vidas. Depois vamos, sim, atrás se houver alguém que possa ser responsabilizado e que deu causa; aí há o Judiciário, há outros agentes que vão entrar em campo. Mas essa parte agora passa muito pela área política.

Eu queria passar a palavra ao Vereador Chico Filho, que está inscrito, para que ele possa fazer um questionamento.

O SR. CHICO FILHO – Farei dois questionamentos bem rápidos.

Na apresentação do Dr. Thales, ele mostrou uma meia-lua que seria o terreno que estaria em movimento. Essa área de evacuação hoje está restrita àquela área em que o terreno está em movimento, a área vermelha e a área verde, só aquele pedaço da meia-lua, que é a área vermelha, laranja e amarela. Essa área de evacuação é de todo o terreno? Como é que se dará essa evacuação?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

São aproximadamente 30 mil pessoas, levando em consideração Pinheiro, Mutange e Parque Bebedouro. Então, a gente tem que avaliar isso.

Essa ajuda humanitária está restrita apenas a esse pessoal que está na extremidade ou vai ser extensiva às 30 mil pessoas?

Por fim, foi falada aqui a questão da estabilização do terreno. Há um estudo técnico para viabilizar a estabilização desse terreno? Pode haver um estudo técnico nesse sentido, com Prefeitura e Governo do Estado como Poder Público? Qual é o plano B? Isso porque, segundo a Defesa Civil, essa ajuda humanitária é emergencial, tem prazo de validade. Se você retirar cinco mil pessoas, dez mil pessoas, vinte mil pessoas, passado um ano de ajuda humanitária, esse pessoal vai para aonde? Maceió não comporta um êxodo, dentro da sua capital, de trinta mil pessoas. Não comporta, não está preparada para isso. Então, a Defesa Civil está fazendo o papel dela, que é tirar da margem, mas sem um estudo do Poder Público, do Estado, com E maiúsculo, para que a gente dê um direcionamento, estaremos enxugando gelo.

Senador, parabenizo V. Exa., e estes são os meus dois questionamentos: primeiro, se a área de evacuação é apenas a margem da meia-lua vermelha, se é de todo o terreno, e se há um estudo ou pode haver um estudo de estabilização do terreno para que essas pessoas possam conviver ali onde hoje moram, trazendo menos problemas para a cidade de Maceió.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Muito bem.

Passo a palavra ao Dinário inicialmente, para fazer apontamentos sobre o que foi levantado aqui.

O SR. DINÁRIO LEMOS – Bom, como eu falei logo no começo, Maceió, a área do Pinheiro está em torno de... A gente está falando aproximadamente de 30 mil moradores entre todas as áreas que vão do Cepa até a Ladeira do Calmon, como frisou o nobre Vereador. Quando saírem daqui todo mundo vai querer receber. Nós temos a área vermelha toda evacuada, 493. Já apareceram aqui 60 pessoas da área vermelha que estavam fora, porque esse recurso a gente também usou laranja – já estou enviando isso. Montamos uma força-tarefa para a área laranja, para os apartamentos Divaldo Suruagy, todo o Divaldo Suruagy, todo o Jardim Acácia, que são blocos.

Ela veio aqui a Brasília, montamos isso e já deixamos pronto. Assim que a Defesa Civil der a sinalização... Na segunda-feira, haverá um ônibus com os cadastradores que vão fazer isso imediatamente. Como vai ficar só um engenheiro para olhar... Agora não precisa fazer. Só é preciso comprovar a documentação, porque a gente teve casos de pessoas que têm dois, três apartamentos lá. Tivemos pessoas com o mesmo CPF. Então, houve uma série de cuidados, mas a gente não tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

essa velocidade de fazer a fiscalização. Mandamos para a Secretaria de Finanças, mandamos para o Ministério, e ele fez o cadastro.

A outra questão é que a gente tem um problema lá. Está aqui o representante do comércio. Eu tenho cinco postos de gasolina, eu tenho o comércio. Como é que vão viver? Eu tenho dois hospitais, eu tenho as escolas que já foram evacuadas. O que há lá hoje está sucateado. As pessoas me perguntam, e eu não tenho resposta.

A área da escarpa... Eu estou falando de escarpa aqui e esse é um termo geológico. Perdoe-me, Dr. Jorge Pimentel, que é o especialista em área de risco. Mas escarpa é considerada como área de risco há muito tempo, porque é área de encosta. Ali a gente não sabe, porque se você for tirar ali, tem de tirar antes do IMA, da Gruta do Padre e vai até quase a Ladeira do Calmon. Ali eu imagino que tenha ... Ali é uma invasão. Esse pessoal não tem perfil, porque não tem documento de casa. Como é que eu vou tratar uma pessoa que vai dizer assim: "Eu moro no Mutange". "Qual o documento que você tem?" "Nada".

A SRA. TEREZA NELMA (Bloco/PSDB - AL. *Fora do microfone*.) – Constroem barracos todos os dias.

O SR. DINÁRIO LEMOS – Todos os dias há barracos. Então, a gente precisa ter essas discussões, porque vai tratar da encosta, pois é preciso evacuar aquela encosta de todo o jeito. Eu não sei como é que a gente vai tratar disso, porque na hora em que for evacuar também tem que haver uma fiscalização para derrubar ou tirar. E há a questão do comércio, porque o comércio, como foi dito aqui, tem a sua importância... A Dra. Rosemeire está trabalhando muito nesse sentido, com os comerciantes. Há um polígono ali que tem que ser evacuado, e a gente não sabe ainda como tratar essa questão.

O SR. CHICO FILHO (*Fora do microfone*.) – A gente só tem hoje a área limitada.

O SR. DINÁRIO LEMOS – A área limitada.

Eu vou, a partir de segunda-feira, já entrar com ação para o que for de Jardim Acácia, Divaldo Suruagy, cujo pessoal já fez cadastro e que os apartamentos estão rachados e estão todos os dias pedindo, pedindo, pedindo, pedindo, pedindo, porque está aumentando, aumentando, aumentando... E aí vamos fazer a evacuação total, o que vai dar um total de novecentos e tantos apartamentos.

A SRA. TEREZA NELMA (Bloco/PSDB - AL. *Fora do microfone*.) – Dinário, aquele grupo do Mutange, frente ao CSA, que a gente tentou de toda forma trabalhar junto com a universidade? E foi feito um levantamento das quase 500 famílias. O cadastro já está pronto pela universidade. Lembra que a gente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DINÁRIO LEMOS – Precisa haver uma fiscalização disso, porque aquelas pessoas podem receber e ficar ali. Então, temos de ter esse cuidado, tratativas, para que a gente saia daqui com isso bem definido.

Acho que é isso. O pessoal vai ter oportunidade de falar dos comerciantes depois, para não dizerem que eu não deixei de lembrar deles, porque os comerciantes ali têm um comércio fortíssimo. São cinco postos de gasolina, há vários empreendimentos ali que estão fechando, escolas particulares que estão fechando, e eu sei que há tratativas.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Inclusive, eu até mencionei aqui no início que 20% dos empregos da cidade de Maceió estão nessa região. Então, é muita coisa.

Aqui teremos a fala do Ministério Público do Trabalho também, do representante da Associação dos Comerciantes.

Mas o Dr. Armin também, com relação ao que foi levantado aqui, quer fazer alguns esclarecimentos.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Concedida

O SR. JOSÉ ANTÔNIO MALTA MARQUES – Infelizmente, a assessoria marcou um horário terrível. E a nossa preocupação é chegar ao aeroporto em tempo. Então, eu queria só, rapidamente, dizer que o Ministério Público de Alagoas está em parceria com o Ministério Público Federal e estadual. Nós estamos...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Deixe-me só interrompê-lo.

Dr. José Antonio, por gentileza, sente-se aqui ao nosso lado também. A presença de V. Exa. é importante e é importante também formalizar esse ato, tendo em vista a forte atuação do Ministério Público estadual.

V. Exa. foi um dos primeiros a chegar aqui, esperou atentamente e tem muito a contribuir. Eu entendo...

O SR. DINÁRIO LEMOS (*Fora do microfone.*) – Eu faço questão ele se sente aqui do seu lado. Por favor. Eu me sento aí. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Então, Armin, acho que até dá para responder. Cinco minutos a mais dá para ser.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pode ficar à vontade para responder e, em sequência, o nosso Promotor responde.

O SR. ARMIN BRAUN – Algumas questões foram pontuadas aqui.

O Cel. Moisés aqui falou assim: "Não, não podemos mais ver área vermelha, nem laranja". Concordo, tanto que para a liberação do recurso eu fui daltônico. Para mim não tinha cor naquele negócio lá, só tinha uma... Não quero saber se é laranja, se é vermelha. Então, é isso mesmo. A gente precisa tratar isso com bastante atenção.

Quando à questão da área, que o senhor falou mais cedo, a área quem define no decreto de emergência é sempre o Município. Então, as ações são empreendidas para as pessoas que vivem naquela área. Então, o Município tem a liberdade de acrescentar alguma área a mais, mas eu acredito que um decreto municipal já contemplava...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ARMIN BRAUN – Pois é, existe uma coisa que é a área das casas com danos severos que estavam em risco, e existe outra coisa que é o conceito de área afetada. Então, área afetada, Dinário, não sei como está, mas acredito que todo bairro. Assim, todo bairro está como área afetada e não significa que as ações...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ARMIN BRAUN – Então, essa é a área afetada; as ações emergenciais são empreendidas para as pessoas nesta área que tiverem necessidade de uma ação emergencial.

Outra coisa que foi citada é sobre a questão da segurança. Isso é um ponto muito importante: a sequência de um alerta e retirada de uma pessoa da área de risco tem o próprio fato da retirada da pessoa que é, por si só, bastante complexo; as pessoas são apegadas aquilo, todos nós somos apegados a nossa casa, ao nosso lar, muitas vezes a pessoa demorou uma vida para construir uma casa pensando em deixar uma boa casa para os filhos e chega alguém de colete laranja e fala assim: "A sua casa está caindo, e você vai ter que sair dela". "Não, esta casa não cai porque fui eu quem construiu, eu fiz a fundação desta casa. Ela não vai cair". Mas não é que ela tenha certeza de que não vai cair, ela está tão apegada àquilo que ela fez, que construiu para os filhos que no momento ela não consegue admitir e se sente culpada por ter colocado numa área de risco que nem sabia que era. Então, a questão é psicológica, psicossocial e a pessoa não quer sair. E a gente não pode culpar as pessoas quando elas não querem sair daquela área, tem que compreender e fazer o que é necessário para a gente conseguir tirar aquelas pessoas; e a casa daquela pessoa vai ficar. E, se passados seis meses, vai alguém e ocupa a cada dela lá se não houver fiscalização?

E, aí, você tem mais uma família para tirar que está lá. "Ah, mas ela ocupou uma área de risco, ela sabia que estava em risco". Nós vamos deixar de atender à família porque ela foi ocupar aquela casa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que pode ser uma invasão, que pode ser alguma coisa assim? Ou vai alguém que sabe que as pessoas lá estão recebendo o aluguel social, pegam um terreno baldio, constroem rapidamente uma casinha e passam a receber aluguel. São muitas questões que precisam ser gerenciadas.

Há também a questão da segurança e, com certeza, o Estado aqui tem a Polícia Militar, os órgãos de segurança pública e, se houver necessidade também, vamos solicitar esse apoio ao Governo Federal. E, aí, vem uma coisa que já conversamos com o Dinário; se houver alguma dificuldade do entendimento da municipalidade com isso, a gente vai lá, a gente fala, Senador, para os senhores aqui, a gente conversa na Prefeitura porque esse problema é muito grande. Então, se há uma questão que está ocupando o coordenador municipal da Defesa Civil que é a administração do recurso financeiro para o social a Secretaria de Finanças assume esse problema e deixa de gerenciar desastre.

Se tem muito problema em falar com a imprensa, a comunicação social precisa você coordenar um pouco mais; a comunicação social da Prefeitura assume tudo isso e filtra um pouco mais, faz *release* e por aí vai. Em todas as áreas que têm problema com habitação, a secretaria que cuida de habitação no Município assume esse problema, essa responsabilidade e vai trabalhar em coordenação com a Defesa Civil, e deixa a Defesa Civil muito mais no papel de coordenação. O Coordenador da Defesa Civil, na hora do desastre ou quando está acontecendo, tem que estar gerenciando a crise e não, no campo, batendo de porta em porta tirando as pessoas. Tem muita gente para fazer isso; agora, não tem muita gente para gerenciar a crise. Então, é um aspecto importante em que a gente está disposto a ajudar, a sensibilizar, já com ações no passado.

Eu estou falando sem conhecimento de causa de como isso está acontecendo de fato na Prefeitura, mas é uma realidade que a gente vive. Eu já trabalhei no Município, já trabalhei no Estado e hoje trabalho no nível federal. Isso é uma realidade do Município, onde muitas vezes vários serviços não são colocados à disposição como poderiam. Então, esse é um fato importante. A partir daí, na sugestão que o senhor fez, eu me comprometo a levar o assunto ao escalão superior, como vamos tratar essa questão do que é uma maior participação do Governo Federal, mas também conversando bastante próximo ao Município e ao Estado, porque temos uma Federação e temos coisas que precisam ser respeitadas.

Eles conhecem o terreno, e vamos tentando entender a melhor maneira de como a gente pode contribuir e, lógico, contando com o senhor sempre para nos apoiar como o grande interlocutor aqui no Parlamento quando necessário; não só neste momento agora, mas quando for o momento de valorizar o trabalho da Defesa Civil no Brasil, através de uma legislação mais moderna, algo que pudesse dar mais capacidade para a Defesa Civil atuar no Brasil.

A gente aproveita e conta com o apoio do senhor para isso também. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOELINTON BARBOSA GÓIS – ... Tiraram todas as tomadas, tiraram todos os fios. Inclusive fui ao Ministério Público antes do Carnaval, que seria um período crítico, abri um protocolo, ficaram de me ligar depois do Carnaval e até hoje não foi. Então, posso lhe assegurar que fiquei tão frustrado quando eu saí de casa, assim como fiquei frustrado quando estive na casa e não tinha mais nada dentro de casa.

Eu perguntei quem era o responsável pela casa – isso foi antes de Carnaval – e até hoje ninguém me respondeu.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Então, só por uma situação emergencial também, já vou passar palavra de vez para o nosso Promotor do Ministério Público Estadual José Antonio Malta Marques, que tem uma atuação muito forte nesse tema específico e não é de hoje. Então, faz muito tempo, desde o início que ele acompanha. Por isso, fiz questão de ter a palavra dele, a voz dele neste momento. E, assim, já desfaço os outros que aqui estavam e que podem também ocupar o outro espaço, porque já vamos passar para o próximo bloco.

Em sequência, já convido para irem sentando e substituindo para a gente ganhar tempo a Dra. Roberta Bonfim, Procuradora da República; a Dra. Raquel também; a Dalma Caixeta; o Procurador Regional da República, Augusto Santos; a Procuradora do Ministério Público do Trabalho Rosemeire Lôbo; os Defensores Públicos do Estado de Alagoas Carlos Eduardo de Paula Monteiro e Fernando Rebouças; e o representante da OAB-AL Ricardo Soares.

Todos, por favor, venham ocupar os espaços. Muito obrigado pela presença de todos. A gente se comunica em busca desse grande objetivo. Podem ter certeza.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Com a palavra o Sr. Promotor.

O SR. JOSÉ ANTONIO ALVES DOS SANTOS – Minha saudação especial a V. Exa. que preside esta reunião, esta audiência melhor dizendo. Digo a V. Exa. que o senhor está de parabéns não só por presidir, mas por trazer a população representada do bairro do Pinheiro e as autoridades do Estado de Alagoas ligadas especificamente ao tratamento desse tema.

Sempre costumo dizer que as Casas legislativas são verdadeiramente as Casas de receber os reclamos, de receber a população e de se transformarem no guardião maior da sociedade para o atendimento de todas as demandas.

Companheiros, autoridades aqui presentes, moradores do bairro, minhas senhoras, meus senhores, eu queria, antes de iniciar, rapidamente responder ao senhor. O senhor disse que procurou o Ministério Público, protocolou e que até hoje não foi resolvido. O senhor procurou o Ministério Público, mas não na porta correta, porque o Ministério Público em que nós trabalhamos, no Centro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Operacional das Promotorias, é de frente ao Tribunal de Contas, é praticamente no Pinheiro. O senhor deve ter ido lá para baixo. Aí tem um protocolo...

O SR. JOELINTON BARBOSA GÓIS – Não, foi em frente ao Tribunal de Contas.

Esqueci a sigla.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO MALTA MARQUES – Em frente ao Tribunal de Contas?

Eu sou diretor de lá e até hoje não...

Eu queria que o senhor me informasse quem recebeu essa...

O SR. JOELINTON BARBOSA GÓIS – Está protocolado, está registrado.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO MALTA MARQUES – Pronto.

Eu agradeço se o senhor passar para mim depois. E amanhã já pode me procurar em Maceió para ver o que a gente pode fazer.

O SR. JOELINTON BARBOSA GÓIS – Eu agradeço.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO MALTA MARQUES – O.k, mas já tratamos sobre esse assunto com a polícia mesmo, eles pediram uma melhor informação à Defesa Civil para reforçar ainda mais o patrulhamento lá no bairro.

Eu vou iniciar os meus esclarecimentos.

O Ministério Público... No dia, salvo engano, 15 de fevereiro ou março, aconteceu uma chuva forte lá; três dias depois ou quatro dias depois, vieram os abalos sísmicos – ou um mês depois, alguma coisa assim. O Ministério Público, naquela época, em função da repercussão das notícias na imprensa abriu um procedimento chamado notícia de fato. Desde aquela época, o Ministério Público já começou a trabalhar paralelamente para acompanhar esse problema através da 66ª Promotoria da capital, com o Dr. Sodré.

E ele, já naquela época, expedia algumas recomendações como, por exemplo, pedir que não fosse mais, que a Prefeitura não concedesse alvará de construção. A Prefeitura questionou porque ele incluiu o bairro do Mutante, que hoje é a realidade.

Depois, ele emitiu uma segunda, pedindo que se fizessem cumprir... Foram várias! A última de que estou bem lembrado é que se fizesse cumprir uma perícia apresentada na época, em outubro, perícia da Diretoria de Hidrologia, em que ele apresenta um relatório sintético de estabilidade de terreno do bairro do Pinheiro. Nessa perícia, como medida imediata, aconselha a interdição das moradias. Eu não vou nem ler as outras medidas até por uma questão de tempo. E, nesse mesmo dia,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

foi ouvido – está aqui no processo – o Dr. Thales Queiroz Sampaio, que, perguntado dentre outras coisas, relatou que a melhor solução, isso em outubro do ano passado, no entendimento do Serviço de Geologia, seria a desocupação de todas as zonas críticas, transformando essas regiões em áreas de observação, não permitindo mais habitação em tais locais.

Nessa época, em outubro, três dias após, o Dr. Sodré já fez uma recomendação ao Município para que fossem atendidas essas recomendações, ou seja, para que houvesse a desocupação dessas áreas críticas.

Passado esse tempo todo, na semana passada, o Ministério Público...

Sim, aí, depois, o Dr. Sodré foi removido da Promotoria, por solicitação dele, e o Dr. Alfredo nomeou uma força-tarefa composta por cinco promotores para acompanhar e atuar nesse caso do Pinheiro. Buscou, além da minha pessoa, como Diretor, o Dr. Adriano, que é Coordenador do Núcleo de Perícias; o Dr. Max Cavalcanti, que é do Consumidor; o Dr. Jorge Dória, que é do Meio Ambiente; e o Dr. Jomar, que é dos Direitos Humanos, para que a gente acompanhasse e desse vida a toda e qualquer demanda que chegasse ao conhecimento do Ministério Público.

E aí, depois de enfronhados sobre essa notícia de fato, nós evoluímos com ele e o transformamos num inquérito civil público, que é hoje a realidade. E aí, ao visitar o bairro esta semana, nós constatamos que todas essas solicitações recomendações não tinham surtido efeitos: os moradores continuavam lá, e as ruas continuavam com trânsito, com tráfego... Enfim, continuava a vida praticamente normal.

Então, nós emitimos... Aí, inclusive, após emitir, antes de publicar, coincidentemente, o Dr. Alfredo telefonou para duas autoridades, um coronel de uma dessas das águas, e para o Thales e disse: "Olha, nós fechamos e vamos entregar ao Prefeito". E ambos parabenizaram o Ministério Público e disseram que realmente essa preocupação tinha que haver.

E qual a recomendação? Eu vou ler o básico, porque, para mim, não é fato novo, porque isso já existia em andamento.

No item 1, "promover a conclusão..." Por que conclusão? Porque já havia um trabalho da Prefeitura tentando desocupar, mas nós consideramos de forma tímida. Havia necessidade de acelerar isso. Então, a conclusão imediata da desocupação de todos os imóveis localizados na área vermelha situados no bairro do Pinheiro devidamente identificado no Mapa de Feições e Mapa de Risco, elaborados, respectivamente, pela CPRM e pela Defesa Civil, observado o §3º do art. 3º da Lei nº 12.340, de 2010, que é aquela lei que assegura que não é só chegar e desocupar, pois tem que se assegurar meios: aluguel social, transporte... Enfim, dar toda a condição para que os moradores possam desocupar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também adotar medidas com o escopo de impedir a reocupação dos imóveis na área, que também é prevista nessa lei. Providenciar a interrupção de tráfego de veículos pesados, ônibus, caminhões, máquinas, etc. nas vias públicas inseridas na área vermelha do bairro do Pinheiro, excetuando-se os veículos devidamente autorizados pelas autoridades competentes.

Quais são as notícias mais fortes? A gente chegar e encontrar... Afundou um buraco, um poste? Afundou. Então, sempre é na beira das calçadas, naquela parte, no meio da rua. Então, há necessidade de evitar que um veículo desse caia ou venha a virar e que haja vítimas.

Adotar as providências necessárias em caso de resistência na desocupação dos imóveis, inclusive com medidas judiciais.

Adotar providências junto às concessionárias de gás, água e energia elétrica no sentido de proceder à interrupção do fornecimento dos referidos serviços para os imóveis localizados na área vermelha.

Eu sei o quanto é difícil e sei a luta do Dinário esse tempo todo, assim como de assistentes sociais e psicólogos, tentando convencer o pessoal a sair. Só para vocês terem uma ideia, eu praticamente testemunhei uma casa em cuja frente se abriu um buraco enorme... "É fossa negra", "não é"... A Defesa Civil foi lá visitar para ver, e aí, no outro dia, um poste afundou, e a dona disse "Não, aqui é tranquilo. Essas rachaduras são besteira. Eu moro aqui há 40 anos e tem 20 que eu vejo as rachaduras, e a gente fecha". Só que a Defesa Civil insistiu e, ao entrar no imóvel, viu que estava muito comprometida a residência, que ela tinha que ser desocupada. Para ela sair, foi preciso descobrir quem era o filho dela para ele ser acionado e vir convencer os pais, porque era um casalzinho de velhos que morava lá.

E a grande preocupação do Ministério Público... O Ministério Público não pode, tanto o Federal como o estadual, de maneira alguma, ser taxado de omisso. Eu costumo dizer que nós não temos o direito de ter medo; nós temos que agir. E agir preventivamente, quando se fala na proteção da vida, é uma das maiores características do Ministério Público. Então, por essa razão é que nós resolvemos que teríamos que emitir essa recomendação de forma urgente, para que fossem tomadas essas providências, porque o que seria de nossa consciência se – Deus nos livre! – viesse a cair um prédio com uma, duas, três, quatro, cinco famílias dentro desse prédio e houvesse óbitos? Como nós ficaríamos se acontecesse um fato desse? Então, para que não se diga, amanhã, que os Ministérios Públicos foram omissos, nós, então, resolvemos emitir... Até porque desde outubro do ano passado que se emitem recomendações, e até hoje não estão desocupados.

Evidentemente, eu sei que o Município e o Estado têm dificuldades, principalmente financeiras, mas está chegando uma hora em que não adianta, tem que buscar o Governo Federal. Não adianta fazer como eu disse numa reunião no Hotel Jatiúca: só falta se trazer Galvão Bueno, porque, em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Alagoas, quando está acontecendo a tragédia, os gestores chamam o Coordenador da Defesa Civil e dizem: "Vai lá, Dinário, que a bola é tua!". Todo mundo tira o corpo. Tem que haver um comprometimento maior obrigatório, em que os gestores digam a todo o secretariado que o Coordenador de Defesa Civil tem que ser ouvido e atendido imediatamente em qualquer solicitação. É esse o nosso entendimento, e ainda não se chegou a isso.

E esse corte de energia e de água é fundamental no final do convencimento, quando não se consegue com o diálogo e para se evitar até uma ação judicial. Talvez, com isso aí, possamos resolver o problema. Porque se falou aqui "Não, porque desocuparam o prédio e ficou só um apartamento, aí a Casal diminui o pagamento..." Não deveria nem ter ligado, porque se foi desocupado na sua totalidade e só tem um apartamento, esse apartamento está comprometido. Há vidas em risco. E é preciso coragem para se dizer isso, para se levantar e para segurar dessa forma. E nós, que fazemos o Ministério Público, tanto o Federal quanto o estadual, nós estamos imbuídos da preservação da vida e dos direitos de todos os moradores do bairro do Pinheiro. Nossa casa lá, o Centro de Apoio Operacional, fica na Fernando Lima, de frente ao Tribunal de Contas, que pode, inclusive, estar, desde já, assegurado. Há um espaço reservado, nós temos um miniauditório onde podemos nos reunir e discutir qualquer ação.

Esse inquérito continua ouvindo diversos segmentos da sociedade, buscando que eles tenham uma posição, que eles assumam um compromisso, a Caixa Econômica, a Algás, a CASAL, a Ufal, o problema do radar, o Secretário de Inclusão Social, enfim, diversos deles.

Continuando aqui, ainda colocamos "adotar providências para, em caso de precipitação pluviométrica tida de alta intensidade, se proceda à imediata desocupação dos moradores das áreas laranja e amarela do bairro do Pinheiro. Estabelecemos um prazo de cinco dias, a contar desta data, para que a Prefeitura se manifeste".

Eu tenho quase que absoluta certeza de que o Prefeito vai abraçar essa recomendação. Agora, é necessário que ele venha, que ele busque aqui no Governo Federal. Não adianta essa ajuda exclusivamente da Defesa Civil nacional. Entendo que tem que haver um engajamento e uma determinação do Presidente da República, para que ele possa se reunir, talvez, com Senadores, Deputados, Prefeito, Governador, para mostrar que não é só o aluguel social, mas para mostrar que aquela população corre risco de vida e que, se acontecer qualquer coisa, eles podem ser responsabilizados.

Por essa razão, eu gostaria de dizer e deixar no encerramento... Eu teria muita coisa a falar, mas, por causa da história do voo, eu vou ter, infelizmente, que partir, mas deixando com todos os senhores uma frase – e tenho certeza de que todos os que estão aqui vão me acompanhar nessa frase – parafraseando, evidentemente, um escritor alagoano, o Prof. Jayme de Altavila, que diz assim: quando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eu morrer, que perguntarem por mim, digam que eu morri, mas morri como nasci: amando Maceió, amando Alagoas e, acima de tudo, amando o bairro do Pinheiro.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Dr. José Antônio Malta Marques, só para liberá-lo, eu acho que tem algo que... Pela credibilidade da fala de V. Exa. e da construção de vida que tem perante o Estado de Alagoas, onde sempre esteve em defesa dos que mais precisam, eu lhe faço uma pergunta, pergunta que pode aliviar minha vida, a vida de Dinário e de muitos outros: que orientação V. Exa. dá para aquela família... Se o senhor tivesse um familiar morando hoje no bairro do Pinheiro, seja na área amarela, laranja ou vermelha, o que o senhor diria a eles?

O SR. JOSÉ ANTÔNIO MALTA MARQUES – Tenho e tenho mais: eu tenho uma filha e dois netos morando lá, na área amarela. E eu já chamei a primeira vez o meu genro. Chamei agora e disse: "Ou sai ou racha. Eu vou... Essa é a primeira casa que eu vou mandar cortar a energia e tudo mais". (*Risos.*)

Aí eles me garantiram que realmente vão se mudar.

Isso que eu estou dizendo é apenas repetindo o que o Dr. Thales, que é a maior autoridade no assunto, disse lá em outubro. Então, a nossa fala, a sua fala, a fala de todos que estão aqui é baseada tecnicamente. Se assim não fosse, não teríamos emitido essa recomendação.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Agradeço. Boa viagem!

Até peço desculpas e convido o Promotor Adriano Jorge Correia de Barros Lima. Peço desculpas porque, no momento da fala... Ele já começou a falar aqui, como Promotor, mas V. Exa., também, por favor, venha aqui fazer parte da Mesa.

Quer acrescentar algo?

O SR. ADRIANO JORGE CORREIA DE BARROS LIMA – Apenas uma coisa.

Só dizer que o Ministério Público continua atento, vigilante, nessas situações e buscando meios para promover a nossa missão Constitucional, que é justamente essa: garantir os direitos individuais e difusos que estão em jogo nessa situação toda, esperando que os laudos sejam concluídos para, a partir daí, se for o caso de aparecer um responsável, tomar as medidas necessárias, as medidas previstas. (*Fora do microfone.*)

Caso contrário, se for um fenômeno natural qualquer, compelir o Poder Público a fazer alguma coisa em prol dessa população atingida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Apenas isso.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Agradeço e peço desculpas, mais uma vez.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO MALTA MARQUES (*Fora do microfone*.) – Presidente, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Concedida.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO MALTA MARQUES (*Fora do microfone*.) – Se V. Exa. não me desse esse aparte eu não dormiria hoje.

O Dr. Adriano Jorge é nosso coordenador de perícias. É brilhante, esforçado, dedicado, inteligente. Tudo o que vocês possam escutar de positivo está aí no Dr. Adriano que, por coincidência, é meu compadre – sou padrinho do filho dele. Dr. Adriano, realmente, foi uma falha minha não ter....

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Não, mas está aqui. E parabéns por toda a sua postura!

O SR. ADRIANO JORGE CORREIA DE BARROS LIMA – Agradeço a V. Exa. também. Muito obrigado! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Vou passar a palavra ao Defensor Público Carlos Eduardo Monteiro, que também tem atuação firme na defesa dos alagoanos.

O SR. CARLOS EDUARDO DE PAULA MONTEIRO – Boa tarde, senhor Senador! É uma honra participar desta audiência pública. Esta parceria nós temos desde a época em que o senhor era Deputado. Nós sempre estávamos à disposição, sempre que éramos convocados comparecíamos. Coloco a Defensoria sempre à disposição. Sempre que precisarem de informações, a gente está à disposição. Então, os cumprimentos da Defensoria Pública. Gostaria de cumprimentar todos os que ainda permanecem aqui na plateia.

Pedi a preferência para falar por dois motivos. O primeiro dos motivos é porque o meu voo também se aproxima. O segundo é porque a Defensoria, eu acho, é a primeira porta que é batida pelos moradores do bairro do Pinheiro, quando estão angustiados. Acho que uma das primeiras portas. Quando encontram dificuldades em alguns órgãos públicos, para fazer um cadastro na Defesa Civil, vão à Defensoria Pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós tivemos conhecimento dessa situação do Pinheiro por acaso. Depois dos acontecimentos das chuvas, em fevereiro, março, depois do tremor de terras, logo em seguida chegou uma moradora do Pinheiro que já tinha um processo de usucapião com a gente. Ela veio relatar que a casa dela rachou. É até uma situação interessante porque a casa dela fica numa área verde, perto da igreja. Tem até essa questão sobre se cabe ou não usucapião. A gente estava discutindo e ela veio nos reclamar da rachadura e disse que tinham rachado outras casas. Ela foi para o atendimento individual. Nós temos um Núcleo de Causas Atípicas, que é comandado pelo Fernando Rebouças, que está aqui me acompanhando. Desde aquela época, ele se preocupou e me disse: "Olha, aconteceu isso".

Inclusive, ele sentiu o tremor quando ocorreu o abalo sísmico, ligou o alerta e pediu algumas informações à Prefeitura do que tinha acontecido. Mas começaram a aparecer outras pessoas, na Defensoria Pública, relatando o mesmo fato e procurando, também, regulamentar a situação em relação à posse e à propriedade. O atendimento era individual, mas como começou a se avolumar... Nós, lá, temos uma comunicação e a praxe de que, a partir do momento em que uma demanda individual começa a crescer, em quaisquer dos núcleos, seja do consumidor, seja o Núcleo de Atípicas, o fluxo é informar ao Núcleo de Tutela Coletiva. Então, creio que em maio, junho, houve a comunicação ao Núcleo de Tutela Coletiva e, a partir dali, nós começamos a atuar para tentar ver as demandas coletivas que atingiriam o bairro. Começamos a acompanhar e a pedir informações.

Num primeiro momento, nós acolhemos essas pessoas, esses moradores do bairro que nos procuraram, demos orientação jurídica a elas e requisitamos informações para fundamentar um processo que abrimos administrativamente, para fundamentar eventuais demandas futuras. E assim foi feito e começamos a acompanhar o desenrolar.

Nós somos, muitas vezes, críticos do Poder Público, mas nós temos de tirar o chapéu para, nessa situação específica, dizer: eu, particularmente, não vi omissão dos poderes públicos. Houve a presença deles, com algumas falhas, mas eles, desde um primeiro momento, como o Ministério Público fez, tomaram atitudes. Eu tenho um processo todo – que o Dinário nos passou, a gente requisitou ao Dinário e ele nos passou – do acompanhamento que foi feito, desde o momento da chuva, desde o momento dos primeiros relatos dos tremores. Então, pode ter havido falhas, mas não omissões. Houve uma atuação. Todos estavam engajados. Podem até, em um primeiro momento, estarem meio perdidos, sem saber como atuar, mas houve uma atuação. E nós começamos a atuar.

Dada a gravidade da situação... Quanto mais conhecimento nós tínhamos, mais grave parecia que era – e é. Nós provocamos o nosso Defensor Público Geral e ele, simplesmente, recomendou que todos os defensores públicos que atuam no Núcleo de Tutela Coletiva – somos cinco – se dedicassem à situação do bairro do Pinheiro, cada um em uma área específica: uns na questão da responsabilização, de quem seria a responsabilidade. Esse ainda está pendente, pois nós dependemos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do laudo para termos responsáveis ou não. Atuamos, também, na questão das crianças, das escolas que estão lá. Essa ficou comigo, essa situação. Eu acompanhei, tive de acompanhar as pré-matrículas.

Fiz uma visita, a Defesa Civil nos acompanhou nessa visita. Nós a requisitamos e, prontamente, a Defesa Civil nos acompanhou. Convocamos o Conselho Tutelar, que até fez uma crítica e disse: "Nós nunca fomos consultados". E creio que o Conselho Tutelar... Quem trabalha com o Conselho Tutelar sabe da importância dele e da proximidade dele com a população. Então, é até uma questão de prioridade. Se forem priorizar, que priorizem... Questionaram a mim: se fosse para priorizar a evacuação, tinham de priorizar as casas que tinham crianças, isso por uma ordem constitucional, por uma ordem legal, porque o direito das crianças vem em primeiro lugar, quando comparado ao de outras pessoas. Ele questionou isso.

Na época da visita, nós, junto com a Prefeitura, recomendamos o remanejamento dessas crianças, não pelo fato de estarem em áreas de risco – antes eram área vermelha, amarela e laranja –, mas pela falta de uma rota de fuga, no caso de um desastre. Então, nós temos lá uma creche, que é de crianças de dois a cinco anos, uma creche com mais ou menos cem alunos, e duas escolas municipais que vão até os treze anos, salvo engano... Até os dezesseis anos.

Então, nossa preocupação ali foi a de remanejar. Fizemos um plano, junto com a Prefeitura, fechamos e todas as três escolas foram evacuadas. Dá até pena de retirar as crianças, havia uma escola lá que tinha acabado de ser reformada. Não ficava atrás de nenhuma escola particular, muito boa a escola! Deu pena, mas tivemos de planejar lá o remanejamento dessas crianças.

Os conselheiros me perguntavam: "Doutor, mas tem muita criança ao redor. Vão tirar as da escola, mas não vão tirar as crianças das casas?". E isso também trazia uma preocupação. Por que só aquela área vermelha? É como o leigo: por que só aquela faixa vermelha e uma casinha vermelha lá numa ponta? Para o leigo fica difícil. O geólogo tem essa explicação. Mas para a gente, poxa, por que tem uma casa no meio de duas que estão condenadas e ela não foi condenada?

A explicação de hoje foi muito importante nesse sentido. É como o representante da Defesa Civil do Estado disse: "Não existe mais esse negócio de área vermelha, área amarela, área branca, área azul. Tudo é área vermelha". Temos de planejar, dar as mãos, criar um planejamento para atuar e ver quantas pessoas, realmente, correm risco com um eventual desastre.

Então, nós tivemos reuniões com a Defesa Civil. O Dinário participou. Tivemos a participação de representantes da comunidade do bairro do Pinheiro, que, também, na época, pediram que não se alardeasse muito aquilo por conta da especulação imobiliária que estava havendo. Então, nós mantivemos não um sigilo, mas não fizemos alarde, tratamos de uma forma mais discreta, mas sem deixar de atuar.

Através do nosso Núcleo do Consumidor, trabalhando junto com o Núcleo de Tutela Coletiva...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS EDUARDO DE PAULA MONTEIRO – ... fizemos recomendação à Caixa Econômica e ao Banco do Brasil.

Aqui, respondendo a um questionamento da Deputada Tereza Nelma, a respeito da relação com o Banco do Brasil. Nós estamos controlando isso. Até agora foram sete as pessoas que acionaram o seguro, mas está faltando o número global de quantas casas são financiadas pelo Banco do Brasil, até porque a maioria das casas é financiada pela Caixa. Ele falou que não passam de 30, dentro de um mundo ali de mais de 1,9 mil casas que já estão condenadas. Agora vai crescer muito mais. O que está nos parecendo é que não estamos tendo resistência, nós não estamos precisando entrar com ações. O banco se propôs a resolver administrativamente, o que é muito importante.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CARLOS EDUARDO DE PAULA MONTEIRO – Foi financiamento habitacional.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CARLOS EDUARDO DE PAULA MONTEIRO – Certo. Foram financiamentos habitacionais.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CARLOS EDUARDO DE PAULA MONTEIRO – Certo. A questão foi do... É através da lei do sistema de financiamento habitacional.

Então, já tivemos essa reunião. Estamos aguardando a resposta da Caixa Econômica, que possui um número bem maior de financiamentos, mas não estamos encontrando resistência do Banco do Brasil para acionar o seguro, até porque eles mesmos têm interesse, quem vai arcar com o risco é a seguradora do banco.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JOELINTON BARBOSA GÓIS – ... e boa vontade nem se fala.

Então, a questão é se realmente só existem essas pessoas que eles passaram para o senhor ou se existe uma falta de comunicação ou até mesmo falta de interesse deles, porque, até onde eu sei, o gerente não vai atrás do cliente, se o cliente não for atrás pedir uma indenização ele vai ficar...

O SR. CARLOS EDUARDO DE PAULA MONTEIRO – Certo.

Inclusive nessa conversa com o gerente do Banco do Brasil veio até o Superintendente Regional, que falou que...

(*Interrupção do som.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS EDUARDO DE PAULA MONTEIRO – ... eu poderia divulgar isso, que é colocar na agência do Livramento, uma pessoa só para atender as pessoas do Pinheiro, mas ele falou que não havia essa demanda toda lá, mas, mesmo assim, a gente solicitou e ele ia colocar uma pessoa, até uma que tinha mais *know-how*, para atender só a situação do Pinheiro. Então, já fica aquela agência da Rua do Livramento destinada para atender, especificamente, o público do Pinheiro.

O SR. GERALDO VASCONCELOS DE CASTRO JÚNIOR (*Fora do microfone*.) – Isso é bom porque ela também é a agência que libera os cartões, lá no sexto andar.

O SR. CARLOS EDUARDO DE PAULA MONTEIRO – Certo.

O que a gente pode informar são os nomes. Eles disseram que as pessoas que vão ficar serão: um responsável jurídico; o superintendente, que se colocou à disposição também para atender e tirar dúvidas; e um gerente que vai ser o primeiro contato com o Banco do Brasil.

Eles colocaram à disposição, não fizeram resistência, até porque, na recomendação, a gente fala que se houver resistência vai entrar com ação e, provavelmente, a chance de eles perderem é muito grande diante do que já se tem hoje de documentação, de informação.

Então, um trabalho individual, que continua sendo feito, é a questão da regularização da posse e propriedade.

Nós criamos um fluxo, com a Defesa Civil do Município, para que, chegando lá, tendo dificuldade, já encaminhar para o nosso Núcleo de Tutela Coletiva, em que temos duas funcionárias só para atender esse público. Analisamos, expedimos ofício à Defesa Civil e, ao mesmo tempo, entramos com ações.

Agora, a questão toda é que não dá para esperar o trâmite de uma ação de usucapião para você ter o título de propriedade. Temos muitas situações ali que já dão direito a usucapião, temos muitos casos também de heranças nos quais ainda está pendente o titular do bem, que faleceu há mais de 30 anos.

Então, nós temos várias situações pontuais que estamos resolvendo e demandando individualmente. Essa é a atuação da Defensoria Pública.

Quanto ao aluguel social, a gente pediu informação também à Defesa Civil dos casos que estão sendo indeferidos e os motivos do indeferimento, porque existem órgãos que ficam limitados ao que a lei determina... Ao que a lei determina não, ao que vem, à ordem que vem de cima, mas, se formos analisar juridicamente, você não pode negar um benefício a quem tem apenas um CNPJ. Isso não é motivo para indeferimento de um benefício, basta constatar que ele é morador. Esse é o entendimento da Defensoria Pública. Nos casos que chegarem e houver necessidade de demandar, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente vai demandar com esse fundamento, que é sem burocracia. Se se constata que a pessoa mora lá, você não pode colocar empecilho para esse benefício.

Essa é a atuação da Defensoria Pública em todo esse tempo. Continuamos vigilantes, requisitando informações, nos colocando à disposição. Dentro de todas essas especulações que há no bairro, chegaram a dizer que não procurassem a Defensoria Pública, porque a Defensoria Pública seria um órgão de defesa do Estado e do Município e, então, não atuaria.

Então, queria deixar claro que a Defensoria Pública presta assistência jurídica às pessoas hipossuficientes, demandando, inclusive, contra Municípios e Estados. A gente tem total autonomia em relação ao Estado, assim como o Ministério Público. A nossa natureza jurídica é idêntica à do Ministério Público, com atribuições e competências diferentes.

O SR. GERALDO VASCONCELOS DE CASTRO JÚNIOR (*Fora do microfone*.) – Inclusive em uma de nossas reuniões na praça...

(*Soa a campainha*.)

O SR. GERALDO VASCONCELOS DE CASTRO JÚNIOR – ... teve um defensor que tomou a iniciativa e foi até à praça. (*Fora do microfone*.) Nós demos o microfone a ele, Antônio...

O SR. CARLOS EDUARDO DE PAULA MONTEIRO – Othoniel. Também faz parte do nosso núcleo, o Núcleo de Tutela Coletiva.

Então, estamos com essa força-tarefa – não tem esse nome –, mas estamos acompanhando e nos colocando à disposição de toda a população do Pinheiro.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Parabéns, Dr. Carlos Eduardo. É muito importante a fala de V. Exa.

Eu sei que a Defensoria é, sim, uma porta de entrada para quem busca soluções de problemas em vários aspectos e não estava acompanhando de perto a atuação, mas sabia que estava sendo feito alguma coisa, sabia que a Defensoria estava ativamente agindo no problema social.

V. Exa. diz que tem que sair – até pediu a inversão aqui porque tem compromissos –, mas, antes, vou fazer apenas uma pergunta.

Se V. Exa. tivesse um parente no bairro do Pinheiro, seja na área vermelha, amarela ou laranja, o que V. Exa. diria para eles?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS EDUARDO DE PAULA MONTEIRO – Senador, minha tia mora lá. Ela mora no Divaldo Suruagy e está na área amarela, que foi uma casa herdada da minha avó. Na herança, ela ficou com esse apartamentinho lá no Divaldo Suruagy, mas ela já saiu há um bocado de tempo.

Então, é essa a orientação que dou e, diante do que foi apresentado aqui, acho que a área que tem que ser evacuada é bem maior, não se restringe só àquelas pintadas lá não. É bem maior!

A minha orientação é de evacuação mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Eu digo isso porque nós temos que ter responsabilidade sim.

Eu meço muito as minhas palavras, mas – como eu mencionei – o que V. Exa. fez eu fiz. Aprofundei-me em tudo que é informação, relatórios, entrevistas, pessoas, pessoalmente. V. Exa. fez, o Ministério Público fez, o Dr. Roberto ainda vai falar, mas fez. As pessoas, quando têm acesso a essas informações e a uma apresentação como nós tivemos aqui, não têm como ter uma outra explicação.

Então, eu digo isso, mais uma vez, para que a gente divida responsabilidades. A responsabilidade de quem defende o cidadão alagoano está aqui, bem representada aqui por todos que estão.

É esse, pelo menos, um dos compromissos que eu tenho com as pessoas que acreditam em outras pessoas e essas pessoas acreditam em nós.

Por isso, fiz questão de fazer essa pergunta, porque eu sei que você não se baseou em uma notícia em um *site* que leu ou de uma mensagem do WhatsApp. Não, é um estudioso, sempre foi assim, em todos os aspectos, nunca foi levado pela onda, mas, sim, por convicção, e é assim que nós devemos agir.

Muito obrigado pela presença de V. Exa., tenha uma boa viagem e, com certeza, temos o início de um grande trabalho a ser feito pela frente, somar forças, sem dúvida nenhuma. (*Palmas.*)

E aqui eu deixo claro também que nós estamos aqui diminuindo o quórum presencial, mas as informações que eu tenho são que continua ainda a TV Assembleia, continua ainda o *site* Antena H1, outros *sites* transmitindo, a TV Senado transmitindo, cada um com as suas redes aqui transmitindo. Os senhores estão aqui para falar para o Estado de Alagoas e aqui também será feita uma ata, será feito um desdobramento e será encaminhado para cada responsável.

Então, quem está aqui ainda para falar no último bloco pode ter certeza de que vocês não vão falar para quem está aqui, mas vocês vão falar para as pessoas que estão nos ouvindo e, principalmente, para que a gente possa extrair informações de todos que estão aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O objetivo é esse.

O SR. GERALDO VASCONCELOS DE CASTRO JÚNIOR – Gostaria de registrar a importância do Tribunal de Justiça na figura do Desembargador Tutmés Airan, que tem, de fato, contribuído muito com a causa do Pinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Registro.

O SR. GERALDO VASCONCELOS DE CASTRO JÚNIOR – Inclusive o Posse Legal foi uma grande iniciativa dele depois que teve uma reunião conosco.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Louvável iniciativa; inclusive, infelizmente não pôde estar presente, mas foi convidado sim, sei a importância que tem nesse processo.

Dando sequência, gostaria de ouvir, nesta terceira Mesa sobre órgãos de controle, o Ministério Público Federal, representado aqui pela Procuradora da República, Roberta Bonfim.

A SRA. ROBERTA BONFIM – Boa tarde a todos, boa tarde, Senador, muito obrigada pelo convite.

O Ministério Público vem acompanhando a situação. Vou fazer um breve histórico, mas, na verdade, muitos dos senhores já sabem, até porque frequentam o Ministério Público, a gente tem trocado ideias e tem conversado, mas para o registro vou fazê-lo.

Nós temos, hoje, dois procedimentos em trâmite: um na seara ambiental, que aguarda os relatórios finais da CPRM e um procedimento no âmbito da cidadania.

Esse procedimento, que se refere à tutela da cidadania, é mais novo, decorre de um declínio de atribuição do Ministério Público estadual que ocorreu no dia – se eu não me engano – 19 de dezembro. Então, chegou a nós em meados de janeiro e, desde então, nós estamos numa agenda intensa para tentar acompanhar a situação.

Nós temos dois meses de acompanhamento do problema. Temos tido essa proximidade com a comunidade, com o Sr. Joelinton, o Sr. Geraldo, o Sr. Maurício, o Dr. Emanuel ali atrás, o Sr. Rafael, que estava por aqui também, não o estou enxergando mais, então, a gente tem conversado, tem tentado proporcionar um ambiente de diálogo e até tem subsidiado as nossas atuações.

Nós já fomos ao bairro do Pinheiro e a ida foi importantíssima para que a gente pudesse formar nosso convencimento. Foi nessa ocasião que conhecemos o Sr. Joelinton e o Sr. Maurício.

Nós temos, através da Quarta Câmara, três peritos que estão analisando e acompanhando a situação, três peritos de especialidades diferentes. Então, eles já foram a Maceió, participaram do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

workshop. Foram, visitaram o bairro, e a gente aguarda subsídios técnicos para eventuais novas atuações.

Acompanhamos também o simulado de evacuação lá, do dia 16 de fevereiro, e nós temos tido uma agenda bem agitada de reuniões. Entendemos, numa reunião em fevereiro, que seria necessária a realização de um levantamento populacional das áreas laranja e amarela, porque na vermelha já se seguia o cadastro para recebimento do aluguel social. O prazo finda nessa semana, mas nós já tivemos o retorno da Secretaria de Assistência Social de que eles estão conseguindo cumprir e vão nos apresentar na semana que vem.

Esse levantamento visava identificar a existência de pessoas em estado de vulnerabilidade. Se naquela época a gente trabalhava com a possibilidade de evacuação, era necessário que a gente soubesse em quais imóveis existiam crianças, idosos, deficientes, acamados, enfim, todas as pessoas que precisassem de um olhar diferenciado do Poder Público, porque eles deveriam ser alcançados em primeiro lugar e não conseguiriam chegar com pernas próprias nos pontos de apoio.

Um outro pleito nosso, um outro encaminhamento nosso foi o cadastro de todo o bairro do Pinheiro. Nós, diante ainda das incertezas que tínhamos, entendemos que precisávamos desse cadastro, porque a gente trabalha com cadastros como em programas do Minha Casa, Minha Vida e a gente vê que, não raro, há dificuldades nesse cadastro. Há um certo, às vezes, uso político do cadastro, há, às vezes, também, o próprio cidadão que busca uma oportunidade de receber uma unidade. Enfim, a gente entendeu que esse cadastro era necessário para que a gente tivesse registrado naquele momento quem eram os moradores do Pinheiro.

Já ciente de que o Município não conseguiria fazer, a gente encaminhou para que o IBGE fizesse, eu já expliquei mais ou menos naquela minha intervenção. E, então, surge a expedição da recomendação para que, a partir da integração entre as Defesas Civis, coordenadas pela Defesa Civil nacional, esse cadastro seja feito. Na reunião de terça-feira, me deram notícia desse cadastro do Mutange. Não sei de que data é. Na verdade, a gente só estava trabalhando com o Pinheiro, mas eu acho que, a depender do que ficar, a gente pode encampar também esse cadastro.

A gente viu, desde esse princípio de atuação, uma dificuldade de comunicação. Então, a gente envolveu a nossa assessoria de comunicação para tentar até nos orientar na comunicação e também para nos comunicarmos com os órgãos também envolvidos, visando uniformizar e evitar o pânico das pessoas.

Na semana passada, como houve aquelas chuvas, e a gente, consciente de que são coisas diversas... Uma coisa são as causas, e aí, em elas sendo apontadas, veremos as atribuições e quem deverá buscar essa responsabilização. Em sendo na esfera de atribuição do Ministério Público Federal, certamente nós o faremos, mas entendemos que havia necessidade de, independentemente de o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

laudo se preocupar com a causa, que a gente soubesse se aquela área permanecia a mesma, porque temos como prioridade a proteção e a preservação da vida das pessoas.

E, então, fizemos alguns contatos e entendemos que era necessário que a CPRM, em que pese o cronograma para apresentação desse relatório, informasse se havia alguma modificação no mapa de feições. Pedimos também, em razão dessas chuvas que aconteceram, que fosse informado o que eles consideravam o volume de chuva como gatilho. Despachamos isso eu acho que da quinta para a sexta-feira, e, enfim, até Thales deu notícia de que num campo hoje mediram e esse volume hoje é de 30.

Conversamos com o pessoal na terça-feira e, aí, entendemos por bem expedir essas três recomendações que eu já mencionei aos senhores, todas dirigidas à Defesa Civil nacional. Uma primeira para que fosse garantido o aluguel social para toda a área indicada pela CPRM, uma segunda para que fosse coordenada também uma rede de assistência à saúde dos moradores, e a terceira para que fosse instalada a sala de coordenação com a integração perfeita entre as Defesas Civis.

Esse é um breve resumo do que nós temos feito. Tenho ainda algumas dúvidas diante das apresentações que nos foram feitas hoje, se toda a área afetada tem necessidade de evacuação. Eu acho que a gente precisa conversar sobre isso. Eu acho que temos todos que ter bastante responsabilidade, manter a responsabilidade no trabalho que estamos fazendo. Estamos tratando de vidas, estamos tratando de saúde física, de saúde mental das pessoas.

Então, é muito importante que haja essa sinalização de se o mapa hoje é realmente além daquele mapa de feições, para que também a gente não gere um pânico demasiado nas pessoas. Eu acho que o alerta está dado. Realmente, a situação mudou. Hoje nós temos uma área afetada maior, a apresentação foi clara, só que são coisas distintas: a área afetada e a área de risco. Quer dizer, é disso que eu preciso e entendo que é necessário que a CPRM esclareça, se toda aquela área que ele mostrou precisa ser efetivamente evacuada ou não.

Então, eu espero que esses estudos finalizem. Precisa da geofísica, do estudo de geofísica final, para que eles nos deem essa resposta.

A gente tem tido uma relação com a CPRM harmoniosa. Eles têm buscado atender as nossas demandas, as nossas requisições. Até conversei com o Dr. Thales ali e ele disse: "Não, calma, que a gente conversa depois".

Então, minha cabeça está cheia ainda de perguntas que ainda não tive oportunidade de tê-las respondidas.

A gente tem essa percepção de envolvimento gigante da Defesa Civil na pessoa do Dinário, que não está nesse momento – ah, está de costas, eu não tinha visto. Realmente, não há, como já foi

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

frisado e repisado aqui, não há na cultura do nosso País, e muito menos do nosso Município, vivenciar isso. É uma situação nova com que todos estamos aprendendo a lidar e a trabalhar. Eu acho que vai ser, tenho dito no Ministério Público Federal que é um divisor de águas. A gente vem aprendendo a trabalhar assim. Hoje nós estamos envolvidas em quatro pessoas. Até Dinário perguntou se só havia Procuradora mulher lá, porque por coincidência somos quatro meninas. (*Risos.*)

Então, a gente tem aprendido a trabalhar nesse formato de buscar consenso entre as quatro, para que seja realmente uma forma redonda de comunicação do MPF.

Enfim, o Ministério Público está à disposição e tem um compromisso gigantesco com os senhores que estão aqui presentes. Eu diria que estou aqui hoje por conta do compromisso que assumi com os senhores. Na terça-feira, nós fomos surpreendidos por uma notícia muito ruim, nós perdemos um colega na terça-feira, à noite, e, aí, me custou muito estar aqui hoje, e, aí, eu vim pelo compromisso que a instituição assumiu com os senhores. Não foi fácil. Eu tive que me recompor, organizar minhas ideias, recebi o reforço das minhas colegas, que ficaram lá, que estão em reunião agora com S. Exa. o Governador do Estado.

Então, não tenho dúvidas de que o que estiver ao alcance do Ministério Público Federal será feito. Nós temos compromisso com os senhores. Agradeço, Senador. Nós conversamos brevemente na sexta-feira, não tínhamos ainda a ideia da rotina e de como seria a audiência pública. Também fomos um pouco surpreendidos e, aí, resolvemos muito às pressas como viríamos aqui, para prestigiar tanto a iniciativa de V. Exa. como para prestigiar a comunidade, a sociedade a que servimos. O Ministério Público serve à sociedade. (*Palmas.*) Então, enfim, esse é o nosso compromisso e, aí, eu busco, já peguei telefone do Secretário de Defesa Civil nacional, que estava aqui presente, para tentar conversar e ver como é que... Parece-me que não teremos óbices a que as nossas recomendações sejam acolhidas, mas nós precisamos saber como elas serão realmente operacionalizadas, e operacionalizadas da forma mais breve possível. Então, esse é mais um passo que a gente dá. Acho que seguirão os encaminhamentos da audiência pública, seguirão reuniões para que a gente veja isso concretizado. Enfim, tenho conversado muito. Acho que também, Senador, depende muito da emoção das pessoas. Há pessoas que estão em áreas outras que não essas identificadas, mas que não têm condições, emocionalmente, de ficarem lá. Então, essas pessoas, eu acho que a saúde mental delas deve ser preservada. Então, se não têm condição, se está muito pesado, e deve estar, é possível que saiam? Está pesado para a gente... Quando a gente não mora lá, mas chove, a gente fica imaginando como é que aquelas pessoas estão. Então, é isso. Eu acho que eu vou até me adiantar e já responder, porque eu sei que o senhor vai me perguntar, não tenho familiares morando... E acho que está bem claro já, há algum tempo, que a área vermelha realmente deve sair, já há a ordem de evacuação. Na laranja e a amarela, as chuvas são gatilhos, então, as pessoas devem sair. E, aí, eu realmente tenho uma dúvida e preciso de informações da CPRM para saber se todo o bairro ou não precisa ser evacuado. Eu espero que não, porque a gente sabe... E aí, essa tem sido também uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

riqueza desse trabalho que nos tem permitido rever conceitos e rever situações. Eu sou alagoana, sou maceioense e eu não tinha ideia da relação de pertencimento que as famílias do Pinheiro...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ROBERTA LIMA BARBOSA BOMFIM – ... possuem com aquele local.

É um bairro, realmente, tradicional e diferente de outros bairros. A gente mora em alguns lugares, mas não tem aquela...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. ROBERTA LIMA BARBOSA BOMFIM – Exato.

Então, o bairro do Pinheiro é um bairro diferenciado realmente. Eu hoje consigo enxergar isso. Não via.

Meu tempo já acabou e, enfim, o recado que eu podia dar e que eu tinha que dar era esse.

Nós permanecemos à disposição de todos.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Dra. Roberta Bonfim, a participação do Ministério Público Federal é essencial, é importantíssima para que se consiga aquilo que foi proposto também no início dessa audiência pública e que por V. Exa. já foi formalizado: um aspecto importante de criar uma sala de integração.

Eu acho que aqui, em todas as falas, a gente sentiu isso e de todos sentimos o compromisso. Mas essa sala de integração tem que ser Município, Estado, União, sem dúvida nenhuma. E V. Exa., quando entra em uma causa, entra para ter o começo, o meio e o fim. Não está sozinha. Sexta-feira, 8h da noite, encontrei com a Dra. Roberta e as outras três Procuradoras. Estavam no Ministério Público, no prédio, trabalhando sobre o Pinheiro. Sexta-feira à noite normalmente não se está trabalhando num órgão público, mas ela...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – É verdade.

Então, numa sexta-feira à noite em um órgão público trabalhando? Tem que ter o quê? Tem que ter isso, o senso republicano apurado, consciência plena da sua responsabilidade e de quantas pessoas podem mudar de vida de acordo com a atuação de um grupo de mulheres, de procuradoras, de pessoas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, pode ter certeza de que o Estado de Alagoas acompanha de perto e sente credibilidade em cada ação que é feita pelo Ministério Público Federal, inclusive pela ponderação que é feita aqui, é importante também. Porque cada um tem uma visão de mundo, experiências diferentes e enxergam problemas de várias formas. Eu enxerguei nisso aqui uma oportunidade de o Estado de Alagoas trabalhar de maneira preventiva e dar um exemplo a este País de algo que foi detectado e os órgãos trabalharam preventivamente. Ninguém precisou usar o saco preto, como foi mencionado aqui. E que bom será se a gente conseguir resolver essa situação por questões de engenharias técnicas, como foi colocado aqui. E, depois de um tempo, as pessoas voltam para suas residências. Se isso for o desfecho dessa novela, tenho certeza de que todo mundo vai ficar feliz. Mas enquanto não é, algumas medidas têm que ser tomadas, e elas estão sendo tomadas, eu tenho certeza absoluta.

E aqui eu também faço um registro do sentimento de V. Exa. também. É um sentimento meu de perda pelo Dr. Marcelo, que também foi meu professor. Uma pessoa muito querida no Estado de Alagoas. Quem o conheceu sabe que é uma pessoa do bem, fazia somente o bem. E infelizmente o destino tem dessas coisas. Mas aqui também me solidarizo com todos vocês e parabenizo pelo seu compromisso porque não é fácil estar aqui pela proximidade que se tem de alguém com quem se convive durante muito tempo. Então, parabéns por isso também.

E, dando sequência, passo aqui a palavra para ouvir a Procuradora do Ministério Público do Trabalho do Estado de Alagoas, Dra. Rosemeire Lobo, que também está atuando em uma linha específica, mas tem uma visão geral da problemática que diz respeito ao Pinheiro. Então, doutora, a palavra é de V. Exa.

A SRA. ROSEMEIRE LOBO – Boa tarde a todos. Quero parabenizar pela iniciativa o Senador Rodrigo Cunha e agradecer pelo honroso convite de estar aqui. Foi tudo também muito corrido, essa movimentação toda. Eu fiz uns pequenos eslaides ali porque eu gosto muito do audiovisual na apresentação, mas não é nada que vá cansar, prometo. Não é o meu estilo.

Deixe-me vir para cá.

Bom, às vezes as pessoas se perguntam assim: o que tem a ver o Ministério Público do Trabalho com tudo isso, não é? Mesmo sendo Ministério Público.

Quando tudo aconteceu, no ano passado, realmente eu mesma, como cidadã, moradora alagoana, maceioense, senti muito que estivesse ocorrendo, não me aprofundei na questão, mas o tempo passou. E este ano, depois daquelas chuvas e de algumas movimentações, eu comecei a me inquietar como pessoa, como ser humano, depois como cidadã e comecei a pensar o que tinha a ver a minha instituição com essa história toda.

Então, ela tinha a ver não com o fenômeno geológico em si. Isso tudo está sendo apurado em razão de outros órgãos competentes com relação ao meio ambiente. Mas a gente tem uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

particularidade, que é o meio ambiente do trabalho e, inclusive, é objeto de uma das nossas coordenadorias. Então, a gente viu que, apesar da espera por um laudo, de acordo com o cronograma apresentado pelo Dr. Thales, a gente já tinha, já existia uma tragédia socioeconômica nesses bairros aí.

Por mais que a gente fale só Pinheiro, Pinheiro, Pinheiro, Pinheiro, não se pode esquecer que o decreto de emergência fala: Pinheiro, Bebedouro e Mutange. Então, eu começo justamente por abranger os três com a foto, aí prestigiando o rosa da Deputada Tereza Nelma, com o casarão da minha infância, que era o Colégio Bom Conselho, que também nesse momento está com processo de trinca. E uma foto também do IMA, que faz falta aqui neste momento, como em todas as outras reuniões, da casa onde nasceram os ascendentes dos meus filhos, que é aí o IMA, a casa do Deputado José Fernandes de Lobo Ferreira.

Então, vocês vejam, sem saudosismo nenhum, não quero provocar isso aqui, não é o objetivo. Mas a gente está lidando com saudades, com memórias. Aí, em homenagem à Braskem, uma foto antiga dos primórdios da empresa aqui no Estado de Alagoas, quando chegou a mineração, a industrialização na área lagunar. Não posso dizer quantos anos eu tinha, mas presenciei o casarão da minha professora, Dona Geralda, ser o primeiro a ser derrubado ali do lado para, acho, o primeiro poço de extração da Braskem.

E era uma curiosidade muito grande, e tão grande para mim que, depois, quando eu fui para o Marista, o meu trabalho de feira de ciências foi a exploração do sal-gema. E eu fui visitar a fábrica e eu sabia como montar no isopor todas as camadas de terra, pintar, perfuração, explicar na feira de ciências.

Então, essa indústria chegou na nossa comunidade, dali do Bebedouro em diante, pegando aquela parte do Pontal da Barra. E o bairro Pinheiro, que era em cima do bairro onde eu morava, foi se urbanizando. Então, hoje é o que a gente tem aí, numa foto mais sucinta, da urbanização. Aí Dra. Roberta fala: é um bairro diferenciado? Sim, é um bairro diferenciado porque praticamente só existia a Avenida Belo Horizonte, e o resto foi se construindo, até se chegar na situação que se está hoje, com toda aquela testada do Mutange, que não existia, da linha do trem para cima completamente urbanizada, de forma totalmente irregular. Alguns ajustes de escadarias, melhorias de escolas próximas, Bom Parto, Cambona, foram sendo feitas, mas a situação é muito de risco ali naquela localidade.

Todo mundo já sabe, mas não custava nada colocar fotos marcantes da situação após movimentação do terreno em 2018, esse bendito mapeamento, que é tão questionado.

Uma hora o que é laranja, o que é vermelha. Então, como eu fui de lá, eu tenho gente que liga para mim o tempo todo. Então, é Rose, é Meirinha, é não sei o quê: "Como é? Isso vai cair, isso não vai?". E eu sempre me questionei disso, mesmo como leiga, a partir do momento em que comecei a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

atuar como Ministério Público do Trabalho. Quem define? E principalmente depois do *workshop*, em que Dra. Roberta também estava presente, em que um dos questionamentos, inclusive de gente da área imobiliária, do representante da associação dos empreendedores, o que define definitivamente o que é amarelo, laranja, vermelho para efeitos de "vou sair agora", "vou sair amanhã", "tenho direito ao aluguel social", "não tenho".

Eu estava na mesa junto com o Dr. Alfredo e a Dra. Roberta, do lado Dr. Gustavo, do pessoal do Município, SOS Pinheiro também estava. E eu aqui, estava ouvindo e ouvindo aqui todas as demandas que se passavam naquele momento. Então, eu defini em dois polos, o polo da preocupação da causa, das questões geofísicas, as quais não conhecia, nem tinha domínio, nem tenho – se bem que hoje já sei que fissura é diferente de trinca, que é diferente de rachadura –, mas também a questão social relevante, que parecia que estava passando longe.

O Ministério Público do Trabalho é um Ministério Público essencialmente social, e isso aí é sociedade. A sociedade do Pinheiro, dentro da sociedade de Maceió, dentro da sociedade brasileira como um todo. Aí circulam pessoas, vivem, negociam e trabalham pessoas. Opa, então, se trabalha, tem Ministério Público do Trabalho no meio. Porque aí vem para onde a gente chegou agora, a crise da saúde mental do trabalhador naquela situação.

Só que meu perfil de trabalho, considerando essa desertificação habitacional e comercial, comecei a me questionar. Isso aí é matéria nossa. O que eu vou fazer se eu não tenho culpados? Então, seria muito temerário da minha parte como Procuradora instaurar ou instigar um colega ou fazer uma notícia de ofício para que fosse aberto um processo de investigação com o inquirido. CASAL, Braskem, omissão da prefeitura, seja lá quem fosse.

Existem recursos previstos pela nossa lei complementar, é nossa, em que a gente tanto atua na área judicial como a gente também pode fazer trabalho preventivo. E esse trabalho preventivo inclui audiências públicas, como já foram feitas, inclui notificações recomendatórias, que a Defensoria Pública também pode fazer. E inclui também aberturas, pelo menos no Ministério Público do Trabalho, de um procedimento chamado expediente promocional. O que é isso? É um processo em que eu não tenho investigados, eu não tenho culpados, eu não tenho prazo. É como os meus expedientes com relação ao trabalho infantil, que é um trabalho delicado, de formiguinha, como a gente diz.

Então, eu vou juntando elementos. Eu vou participando, eu vou chamando, eu vou colhendo informações para que, se for o caso e houver culpados, se não for só a natureza... Se for só a natureza, eu não vou colocar Deus no processo, não pode ser meu inquirido. Mas, se houver culpados solidários ou únicos, esse PROMO vai se transformar, então, sim num processo de investigação se houver necessidade. Pode ser que eu já tenha todos os elementos, e aí eu vou entrar com a ação civil pública direto. Mas essa ação civil pública, sim, fundada num processo de coleta de provas, de participações e de atitudes porque esse PROMO não é só para colher.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu, particularmente, tenho um entendimento, como membro do Ministério Público, por tantos lugares aí em que eu já trabalhei e como empresária também que já fui, que não existe capital sem trabalho nem trabalho sem capital...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ROSEMEIRE LOBO – Só um minutinho. Deixe-me já ir passando.

Então, é preciso neste momento uma atitude que concilie essas duas coisas, porque veja bem: se o representante dos empreendedores me diz que já tantos estabelecimentos estão fechados, a postura do Ministério Público do Trabalho poderia ser o quê? Notificar os empresários e dizer: "Tudo bem, você demitiu, foi por força maior, você vai alegar... Você não vai pagar a multa rescisória do FGTS e não vai pagar o aviso-prévio indenizado, mas cuide de pagar todo o resto que você deve".

Eu não sei se isso seria a melhor conduta neste momento, justamente em um momento desse. Os senhores sabem como está a situação da Justiça do Trabalho e, a reboque, o próprio Ministério Público do Trabalho.

Então, se somos o Ministério Público do Trabalho social, esse é o momento de um trabalho preventivo. E a prevenção seria o quê? Não deixar os empreendimentos fecharem.

Então, a partir daí, eu fiz a primeira reunião, onde estava a Defesa Civil, onde estava a representante da Braskem, Milton Pradines, que me trouxe o primeiro vídeo, os primeiros elementos, e a partir disso eu montei então uma outra reunião, que foi o segundo momento.

Poderia ter feito uma audiência pública? Poderia, mas eu tive o receio, diante da urgência da situação, que ficasse somente no debate. Então, era preciso urgência, e essa urgência seria o quê? Fui ouvir o SOS Pinheiro, a associação dos empreendedores e vi que a gente podia tentar desonerações tributárias. Para o empregado a gente poderia tentar liberação de FGTS, para as crianças não irem para essa situação, que trabalhamos tanto até um certo... Eu voltei a ser coordenadora de combate ao trabalho infantil, mas isso aqui é uma ameaça constante. Quando as escolas fecharam serão os dois lugares para onde elas irão, porque essa economia informal está lá no Pnad, é por aí que se vai trabalhar, e daí para a prostituição infantil.

Então, essa reunião foi muito produtiva porque nesse momento construímos grupos de trabalho que eu apresento para os senhores aqui em quase um dos últimos eslaides.

Fizemos reuniões com entidades para levantamento da situação, isso no dia 5 de fevereiro. Depois, no dia 20 de fevereiro, criação de grupos de trabalho para redução provisória da oneração tributária e linhas de crédito facilitadas para empreendedores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, estavam presentes Fecomércio; associação dos empresários; SOS Pinheiro; Caixa Econômica Federal; a parte tributária do Município; Dr. Gustavo, da Procuradoria; e estava também a parte tributária do Estado de Alagoas. E aí eu entro nessa questão levantada pela Deputada Tereza Nelma, pela Deputada Jo Pereira também sobre a questão da calamidade pública.

Da parte do Município, a coisa caminhou bem e foi mais, porque pensávamos na desoneração do IPTU, porque não é lógico que você esteja perdendo seu imóvel e continue pagando sobre a propriedade do que você já não tem mais, porque a gente tem que entender o fato gerador daquele tributo.

Conseguimos também... Falta limitar o valor da certidão da liberação da dívida ativa, porque estando na dívida não se consegue linha de crédito, e linhas de crédito são uma proposta também, de facilitar linhas de crédito para quem quer colocar o seu novo negócio e reabilitar o seu negócio.

E da parte tributária estadual, convoquei, pedi ao Dr. Santoro para enviar um colega, porque eu fui 22 anos do Fisco estadual. Francisco Suruagy veio à reunião, mas colocou o seguinte empecilho: "Nós não temos condições desonerar nada, porque é preciso que se decrete estado de calamidade pública, senão teremos que ir ao Confaz."

Eu conheço Confaz, já fui integrante do Confaz, sei como é colocar em pauta de Confaz. Então, tudo para mim é para ontem. Meu gabinete está empenhado e, graças a Deus, minha banca estava enxuta, tudo despachado, e o gabinete todo empenhado em quê? Se a gente envia um ofício, a gente telefona. O meu WhatsApp também está à disposição, é o meu telefone particular, porque não dá para trabalhar só a Rosemeire Procuradora. Aliás, os sacrifícios são muitos, porque eu estou falando aqui como Procuradora, mas o meu custeio foi feito pela cidadã Rosemeire Lopes, porque o orçamento não existe. Mas eu vim por causa desse compromisso. Não dá para ficar: "Ah, não tem verba, o orçamento foi cortado." Não tem problema: "Eu vou, eu vou de qualquer jeito!" É preciso por quê? Porque eu acredito nisso aí, que a gente precisa unificar a linguagem e a gente precisa também unificar a coordenação disso, sem melindres, sem vaidades, sem arrogâncias, porque a situação exige que nos igualemos.

Na verdade, nós já somos todos iguais. Aquilo em que a gente se difere aqui é em razão da autoridade do cargo...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ROSEMEIRE LOBO – ...das prerrogativas e da responsabilidade.

Então, também fiz notificação recomendatória à Caixa Econômica.

A Defensoria Pública da União também está trabalhando, faço aqui as vezes... Houve um pedido com alguns considerandos. A Caixa tem se comportado de uma forma também muito boa. Vi a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

exposição do Dr. Kleber Paz com relação à seguradora já assumir aqueles imóveis que já não podiam estar pagando financiamento, mas os empregados também... O que puder ser liberado para eles... Porque é uma de debilitação geral, física e mental.

Imagine para o trabalhador que é trabalhador do bairro e mora no bairro? Ele perde a casa e perde o emprego. Imagina o empresário que também tem o seu empreendimento no bairro? Ele perde o ponto, ele perde a pessoa jurídica, ele perde seu estoque, ele perde sua cartela de clientes, ele perde tudo. Então, fomos atrás de tudo que pudesse desonerar, um pouquinho que fosse, porque o pouco que for já vai ajudar. Se a gente ficar esperando coisa grandiosa... Essa coisa da tragédia física vem primeiro do que essa coisa grandiosa.

Então, a gente fez também audiência de sensibilização com empresas fornecedoras de gás, de água e de energia elétrica.

Então, aqui parabenizo, para não esquecer, a postura do Município com relação à tributação, que incluiu na minuta de projeto de lei também uma desoneração do ISS, que é, na verdade, onde a prefeitura fatura mais. Então, se ela recua disso, é muito importante.

E com relação à audiência de sensibilização com as empresas. O Dr. Briseno não está aqui mais, mas faço um elogio também à conduta da Casal, que não está fazendo mais cortes, que tem um atendimento especial. A conduta da Algás... Essa eu parabenizo também, porque foi além dos pedidos do próprio Ministério do Público do Trabalho. Além de não fazer os cortes, ela disponibilizou toda a sua verba social exclusivamente para a comunidade do Pinheiro; ela também está disponibilizando novos projetos sem custos para aqueles empresários que forem para outro bairro; ela também está disponibilizando linhas de crédito para financiar a nova implantação do gás de quem assim solicitar.

Então, são coisas pequenas, mas coisas que já aliviam o desespero daquela foto anterior que eu mostrei ali, porque aquele desespero é do empreendedor e é do empregado também. Não se sabe para onde ir, não se sabe o que fazer.

Já há o desespero da questão: "Evacua ou não evacua? Corre para onde? Como é que vai ser o plano? Como é que vai ser?" E há também o desespero social. A Caixa Econômica Federal não atendeu o pedido da DPU. A DPU entrou com uma ação civil na Justiça Federal, que está com o Dr. Frederico. No momento ele não deu a liminar, mas eu encaminhei para ele...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. ROSEMEIRE LOBO – Está com vista para você? Ótimo, porque aí eu lhe mando todas as recomendações que eu fiz à Caixa, inclusive com todos os precedentes de liberação de FGTS em casos que tais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não precisa calamidade pública, agora, se estão exigindo tanto essa calamidade pública, então que se decrete! Qual é o problema? Eu estava ali com Dr. Gustavo enquanto estava aqui o outro bloco, e nós olhávamos a lei, o decreto... Então, o direito traz termos, às vezes, muito abertos, o legislador próprio se confunde. Nós, operadores, é que temos que buscar a *mens legis*.

E qual é a *mens legis* nesse caso? Há um problema sério, substancial... Não está lá a palavra, seja no decreto, na lei, no que for? Há. Então, está na hora de reconhecer essa calamidade para que outros órgãos que estão se retraindo no sentido de se amarrar com calamidade pública possam colaborar também.

E essas empresas aí... Eu chamo atenção para a Eletrobras. A Eletrobras mandou um documento dizendo que, em razão do princípio da isonomia, não podia atender nada diferenciado para o bairro do Pinheiro.

O Direito é uma ciência, não é uma brincadeira. Às vezes fazem brincadeiras do Direito, mas ele é uma ciência, e o princípio da isonomia é tratar desigualmente os desiguais na medida em que eles se desigualam. Então, Pinheiro, Bebedouro e Mutange estão numa situação diferenciada. Então, você assume uma empresa, que agora é privatizada; você nos dá um apagão; você diz na televisão que vai aumentar nossa taxa...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ROSEMEIRE LOBO – ... e não quer colaborar com a função social da propriedade?

De outra banda, já que o Dr. Milton voltou, fiz um pelo na reunião sobre a questão da Braskem. Falei para sua advogada nessa reunião, advogada da empresa, que, independentemente de culpabilidade, existe a questão da postura social da empresa com a comunidade. Estamos há anos nessa cidade. O que é que se poderia fazer – eu não sei se ela levou essa pergunta – independentemente de culpabilidade? Isso porque eu particularmente não encaro uma empresa... Quando ela emite uma CAT, quando ela presta socorro ao empregado e depois o empregado vai discutir e eu vou dar um parecer *custos legis* naquele processo, eu vou olhar toda a postura daquela empresa, o que foi que ela fez.

Então, assim, independentemente de culpabilidade, qual é a participação social que essa empresa poderia ter neste momento tão grave?

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ROSEMEIRE LOBO – Então, aqui encerro minha apresentação, pedindo aos senhores...

É um vídeo, podem passar?

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ROSEMEIRE LOBO – Pode passar o vídeo?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. ROSEMEIRE LOBO – Não, pode cortar. Só um pedacinho. Coloca a música.

Então, eu coloco para vocês...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. ROSEMEIRE LOBO – Não, então deixa lá. Sabe por quê? Poderia emocionar muito.

É o vídeo dos bombeiros se despedindo de Brumadinho. Então eu coloco ali que a chuva de flores seja para festejar vidas salvas, que a gente não se comova pelas desgraças, que a gente não fique se lamentando pelo que pode ocorrer.

A participação social do Ministério Público do Trabalho, neste momento, é comigo, mas eu estou convocando meus colegas também que estão implementando o núcleo de mediação – já falei para os empresários – para aqueles empresários que já fecharam as suas portas, para que possam fazer mediação no Ministério Público do Trabalho e ver como é que vão pagar essas verbas. Rafael está implementando o núcleo e, apesar de eu não ser, já me disponibilizei para uma força-tarefa daqueles que precisarem da nossa instituição.

Muito obrigada pela atenção. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Dra. Rosimeire, o vídeo, se V.Exa. estiver com um *pen drive*, pode passar, porque não estão conseguindo...

A SRA. ROSEMEIRE LOBO (*Fora do microfone.*) – Não, não, mandei por *e-mail*.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Mas eu acho que simbolizou bem.

A SRA. ROSEMEIRE LOBO (*Fora do microfone.*) – Ah, muito!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – E V.Exa. demonstrou aqui uma ligação afetiva com o bairro também, tendo em vista que sua origem também está ali próxima. E, pelo que disse também, algumas pessoas ligam e perguntam... Até anotei aqui: "Rose, Meirinha..."

A SRA. ROSEMEIRE LOBO – É porque o meu nome é Rosemeire. Então uns me conhecem por Rose, outros Meire, e para um monte é Meirinha. A Rosa mesmo ali, se falar de mim para você, para o Vereador, é Meirinha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Meirinha. Essas pessoas ligam e dizem "Meirinha, eu não estou na área vermelha, eu estou na área amarela. O que é que você me indica? Eu aguardo alguém apresentar um dia um laudo, ou já tomo alguma medida preventiva, busco uma casa para morar e dou entrada no pedido de vistoria da Defesa Civil, busco meus direitos, vou atrás e reorganizo minha família?"

Quando ligam, já que você é do bairro, é uma referência, e está se notabilizando também por uma visão diferente da de todos nós aqui, é uma visão da empresa, é muito importante. Inclusive, tive ontem contato com o Dr. Wilton Malta, presidente da Fecomércio, que não pôde estar aqui por questões à parte, solicitando também um reforço nisso tudo que foi apresentado, na questão de liberação do FGTS, na questão de liberação de créditos especiais. Inclusive, isso foi um dos compromissos assumidos pelo Ministro Gustavo Canuto em reunião no Ministério do Desenvolvimento Regional com toda a bancada federal. E esses desdobramentos também serão cobrados.

Eu gostaria de ouvir de V. Exa: quando as pessoas ligam e perguntam qual postura tomar, qual é a sua resposta?

A SRA. ROSEMEIRE LOBO – A minha resposta é a seguinte. Eu venho praticando muito na minha vida pessoal o desapego. É muito difícil, mas ele deixa a gente mais leve quando a gente tem que decidir por deixar algumas coisas para trás. Então a aplicação desse princípio pessoal vai também para a minha vida patrimonial. Por mais que eu ame esse casarão e tantos casarões daquele bairro, se eu estivesse lá agora, eu sairia. E deixaria, sem nenhum temor, assim... Levaria todas as minhas lembranças, porque é só o que a gente leva mesmo. E tentaria me reorganizar, porque tem jeito para tudo.

No primeiro momento, é correr para a Defesa Civil – cadê o Dinário? –, é abrir o processo, não é? Mas a gente se reinventa. Eu sei que é difícil para uns e para outros, mas vai ser possível, cada um, na medida do seu conhecimento, na medida da sua coragem, na medida da sua disposição, vai se reinventar em outros locais.

Cabe ao Poder Público segurar um pouco e proteger essa demanda que vai existir. Quando as pessoas tiverem que sair, vai haver um inchamento populacional em outros cantos. É como água: você empurra daqui, ela vai correr para outro canto, não é? Vai haver um inchamento de trabalho informal nas praias, seja de criança, seja de adulto. Todos esses fenômenos vão acontecer. Vão acontecer os fenômenos físicos e geológicos e vão acontecer fenômenos sociais. As instituições têm que estar de olhos abertos, têm que estar amparando.

Agora, o que eu mais falo, Senador, é sobre a questão da celeridade. Veja: um grupo de trabalho desse, do dia 20 de fevereiro para cá, a gente já conseguiu toda essa coisa. E não foi intimidando, não,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para fazer Termo de Ajustamento de Conduta, senão vai pagar a multa tal. Não. Na verdade, eu começo pedindo. Eu acho que pedir é o primeiro passo; depois, aí vamos lá para enquadrar se a coisa...

Por exemplo, a Eletrobras – eu fiz questão de reafirmar –, a postura dela não é uma postura condizente com o princípio da função social da propriedade. E fica uma incógnita: por que ela está tirando uma rede de distribuição e redistribuição do bairro do Pinheiro? Ela não está aqui para responder, mas eu vou fazer essa pergunta. Entende?

Então, assim, a situação existe, é um fato, há uma tragédia social e econômica, os órgãos públicos têm que estar atentos para isso, mas a gente pode acelerar como? Agindo também.

Eu gostei da postura da colega da Ufal, que colocou aí que já treinou as psicólogas para dar um apoio. Então, começa-se com esses pequenos procedimentos. "Da minha parte, o que me cabe?" "Vou fazer." "E da sua?" "Faça." Agora, se ficarem esses trâmites...

Por exemplo, a minuta do projeto de lei já está pronta. A audiência pública na Câmara de Vereadores vai ser quinta-feira. O ideal é que já se tenha essa minuta pronta para mostrar para a sociedade e para os empresários e acalmá-los: "Está tramitando, já saiu do Messias, da Finanças, está tramitando, vai para a Procuradoria. O que eu faço?" Eu ligo para o Dr. Diogo. Eu digo: "Dr. Diogo, meu filho, por favor, dê uma pressinha aí!" E as coisas se mexem.

Mas, fechando a pergunta: eu sairia também.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – O.k.

Eu aproveito este momento também para registrar a importância de todos aqueles que estão participando ativamente através da ferramenta e-democracia, lincada com esta Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização, Controle e Defesa do Consumidor. Estamos sendo porta-vozes dessas pessoas também. Algumas falas aqui já responderam a essas perguntas, mas é importante registrar que, neste momento, Manu Melo, Maria Emília Sandes da Silva, Natália Rodrigues, Didier, Patrícia Brito, Junele Vieira, Mário Henrique, Mauro Araújo – esse pelo telefone –, João Medeiros, Miriam Moraes, Isabela Maria, Mário Henrique Bastos de Lima, Karen Vivian, todos esses, aqui já se manifestaram de alguma forma. E um tema reiterado aqui é justamente falando que não está fácil, que mandar sair é fácil, a questão é criar condições para essas famílias – de fato, é. Então, a gente tem que ter um foco nisso também. A nossa responsabilidade também é por esse caminho.

Esta Mesa aqui tem uma atribuição, a Mesa anterior tem outra atribuição, a primeira também. Com certeza, quem pode dizer que tem que sair passou por aqui, quem pode dizer como sair passou por aqui, quem vai dizer o que vai acontecer lá na frente também está por aqui. Então, todos os agentes estão aqui focados com o mesmo objetivo, que é justamente elucidar essa situação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, sendo assim, para finalizar esta Mesa, antes de abrir aqui um pouco mais, eu passo a palavra para o Dr. Ricardo Moraes, Presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB.

Boa tarde, Ricardo.

O SR. RICARDO SOARES MORAES – Boa tarde a todos.

Quero saudar o Presidente desta audiência, o Senador Rodrigo Cunha, parabenizando-o por sua atitude corajosa, pelo que falou, mas necessária.

Peço vênia a todos os demais, às autoridades aqui, principalmente aos moradores do Pinheiro aqui presentes, para saudar todos na pessoa do morador do Pinheiro Joelinton Barbosa Góis, uma figura emblemática nessa luta, pelas circunstâncias que aconteceram lá. Eu saúdo todos os presentes aqui na pessoa do Joelinton.

E eu vejo que todos estão aqui advogando a causa do bairro do Pinheiro. No sentido *lato sensu*, todos estamos sendo advogados, estamos intercedendo, mediando, defendendo, e a OAB não poderia ficar fora disso. Eu sinto a OAB muito pequena, com uma participação muito pequena, pela sua atribuição, pela sua competência talvez no que tem feito, mas a gente tem se colocado à disposição, participado em todas as instâncias, reuniões, audiências públicas, intercedendo, cobrando também, fiscalizando e temos tentado, na medida do possível, fazer essa instituição, que é tão importante na sociedade civil brasileira historicamente falando, também atuante nessa causa e nesse fato trágico.

Talvez ninguém pensasse na dimensão que se está traçando para esse quadro. Eu acho que, quando iniciou o problema lá, em meados de fevereiro do ano passado, ninguém acreditava que o problema chegasse nesse nível, mas a gente vai se surpreendendo e se assustando cada vez mais com as conclusões e se vendo impotente muitas vezes. Eu acho que a gente se vê impotente, o Poder Público e as instituições se veem impotentes diante dessa situação.

Algumas manifestações, como, por exemplo, a do Dr. Thales... Até hoje ele disse que a natureza avisa quando alguma coisa vai acontecer. Em uma das entrevistas que ele deu, ele disse assim: "(...) os condicionantes geológicos, a natureza, a crosta da terra está nos avisando que alguma coisa especial está acontecendo no bairro [do Pinheiro]". Ele falou isso já há alguns meses, e a gente vai comprovando isso cada vez mais. E essa coisa especial demonstra ser um desastre, infelizmente, mas eu espero que isso possa ser evitado ainda e, no que for possível, os esforços para evitar que isso aconteça, como foi falado aqui muito pelos representantes do Ministério Público, agora, por último, pela Dra. Rosemeire... Que a gente possa trabalhar e acabar. Eu acho que, nas horas de crise e nos problemas, a gente se une, a gente acaba com as diferenças, diferenças político-partidárias, diferenças ideológicas, nessa hora qualquer diferença que possa haver...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente vê a integração. Parabenizo todas as instituições que estão atuando. O Ministério Público tem atuado de forma muito pujante, as mulheres do Ministério Público Federal e do Trabalho, os homens do Ministério Público Estadual – só tem homens no Estadual – e a Comissão.

Como OAB, eu queria aqui já interceder para trazer algumas coisas. Eu acho que, independentemente de quem tenha recomendado, eu parabenizo, como muito bem ressaltou a Dra. Rosemeire, a participação da Braskem, que, ainda sem determinar a culpabilidade, tem tentado participar desse projeto e tem auxiliado.

Eu vi algumas medidas que foram propostas por especialistas e foram trazidas aqui exatamente. Eu tirei foto desse quadro e eu já advogo essa situação porque a gente também tem que começar a fazer alguma coisa, mais do que tem sido feito.

O quadro diz assim: um sistema de drenagem superficial ou provisório. Se o problema é a chuva, vamos trabalhar para que isso seja evitado com um sistema de drenagem e de escoamento dessa água para que isso possa ser evitado. Recomposição dos vazios nas ruas, reforço do terreno com injeção de pasta de cimento em edificações impactadas, instalação de marcas...

Eu peço até permissão para usar a recomendação e advogando essa causa.

É necessária também a contratação de serviço de inspeção dos imóveis prediais que já estão deteriorados, a instalação de sensores pluviométricos, a instalação de geomanta para as encostas, a instalação de videomonitoramento para as áreas impactadas, a instalação de um *call center*, equipamentos para a central, instalação de alarme sonoro, sinalização de rotas de fuga, entre outras, e, principalmente, a integração de todos esses órgãos. O que foi proposto aqui pelo Senador Rodrigo: a questão da integração de um grupo em que você possa, de certa forma, centralizar todas essas informações. Apesar de a Defesa Pública estar trabalhando, é preciso que haja uma integração entre todos os órgãos.

E eu acredito que a forma de contribuir... E a OAB se propõe a se colocar à disposição também, a participar, a dar voz a isso. Esta é a contribuição material que eu faço agora – já encerrando a minha fala –, não em nome da OAB, mas em meu nome pessoal neste momento. Eu quero terminar deixando uma mensagem para o povo, para a sociedade, para os moradores do bairro do Pinheiro, para todos nós.

A gente vive em um Estado laico. O Estado laico não permite a imposição de uma religião. A interpretação correta é que o Estado laico permite a liberdade de manifestação de qualquer crença, de qualquer fé. E eu, em meu nome pessoal, deixo uma mensagem para os moradores, aqueles que estão numa situação de impotência, de incapacidade. Uso as palavras do salmista – Salmo 121 – quando ele diz assim:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> Elevo os meus olhos para os montes. De onde me virá o socorro? O meu socorro vem do Senhor que fez os céus e a terra. Ele, o seu protetor, está sempre alerta e não deixará que você caia. O protetor do povo de Israel nunca dorme, nem cochila. O Senhor guardará você. Ele está sempre atento ao seu lado para protegê-lo. O sol não lhe fará mal de dia, nem a lua, de noite. O Senhor guardará você de todo perigo; ele protegerá a sua vida. Ele o guardará quando você for e quando voltar, agora e sempre.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Dr. Ricardo, parabéns por também trazer a fé neste momento. Eu acho que é importante. Com certeza, as pessoas que lá estão nos assistindo se apegam – não é aos políticos, não é aos órgãos públicos – à fé em primeiro lugar e têm esperança em dias melhores.

Foi muito bem dito por V. Exa. que a nossa responsabilidade tem limites. Inclusive, você retirou o seu cargo – digamos assim – e se colocou como pessoa. E é com este espírito, de a gente humanizar cada posicionamento nosso, que nós devemos agir daqui para frente, e assim sempre.

Parabéns pela fala de V. Exa.!

Mas, só por curiosidade, queria saber de V. Exa.: se tivesse parentes com residências localizadas no bairro do Pinheiro, levando em consideração aquelas demarcações que foram feitas há quase um ano e que não foram atualizadas ainda, e depois de assistir a uma apresentação como a que tivemos hoje, qual seria a orientação que daria para essas pessoas?

O SR. RICARDO SOARES MORAES – Eu peço permissão para usar as palavras da Dra. Roberta, sendo bem cauteloso, para dizer que eu recomendaria a saída se a pessoa estivesse nas áreas já demarcadas, nas construções que já estão, de certa forma, com as eficiências declaradas. Mas, pelo que a CPRM aqui demonstrou na questão das chuvas, no momento de chuva, o que foi explicitado aqui de forma técnica é que o bairro todo deveria ser desocupado. Mas, por mim, eu penso... Neste momento talvez não tenha capacidade técnica para dizer que todos desocupem o bairro. Eu vou ser bem franco: não teria, e não faria, de todo o bairro, a não ser das regiões já identificadas ou em caso de chuva, porque essa foi a recomendação técnica.

E eu espero que o que venha a se descobrir depois, o que venha a se diagnosticar, não seja tão grave quanto o que parece, essa é a minha esperança ainda.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Isso! Porque essa é a recomendação, inclusive, do Ministério Público Estadual, formalizada. É justamente:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que, na área vermelha, já deve ter essa desocupação e, em situações de chuva, nas áreas amarela e laranja.

Mas eu tiro por mim: se eu morasse também nessa região... Quando eu durmo, eu só acordo com alarme. Então, ou se tem um sistema de alarme instalado nas ruas, ou o telefone tem que tocar, porque, se chover à noite e eu estiver dormindo, como é que vai ser essa situação?

Então, também é necessário, diante desse fato... Inclusive, são chuvas aqui que, para mim, serão corriqueiras: de 30mm, diante daquilo que historicamente é estabelecido no mês de abril, é algo natural. Então, tem que se ter, já diante de toda essa situação...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – ... se todos falaram dessa forma, já esse plano de sonorização, digamos assim, para que as pessoas fiquem alertas nessa situação.

Então...

O SR. JOELINTON BARBOSA GÓIS (*Fora do microfone.*) – Sr. Presidente. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Sim, pois não.

O SR. JOELINTON BARBOSA GÓIS – Comento o que V. Exa. falou, falo da minha experiência: não tinha alarme, mas eu ouvi um barulho muito grande. A impressão que eu tive foi a de um carro bater e um portão, mas não era; era a casa que estava rachando ao meio. Então, assim como, no meu caso, graças a Deus, não foi nada mais grave, eu poderia também ter continuado a dormir e a casa ter caído em cima de mim.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Isso.

Muito bem. Então, só para finalizar aqui este bloco, quero dizer à Dra. Roberta que as recomendações feitas pelo Ministério Público Federal também serão abraçadas por esta Comissão. Aqui serão colocadas também como prioridade absoluta, para somar forças nesse sentido.

Sendo assim, agradeço a presença dos oradores aqui presentes e convido para compor o próximo bloco os representantes da sociedade civil.

Inicialmente, convido o representante do Núcleo Comunitário de Defesa Civil de Maceió (Nudec), Maurício Mendes; o representante da Associação dos Empreendedores do Pinheiro, Alexandre Sampaio; representante do S.O.S. Pinheiro, Geraldo Vasconcelos de Castro Júnior; e o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente da Comissão Especial de Inquérito da Câmara Municipal de Maceió, o Vereador Francisco Sales. Por favor, peço para se fazerem presentes aqui nesta Mesa. (*Pausa.*)

Primeiramente, quero agradecer a paciência dos senhores, agradecer também todos aqueles que fizeram contato para estarem aqui presentes. Vi que houve uma grande mobilização, inclusive nas redes sociais, até para fazer vaquinha em alguns casos; em outros, para terem acesso a esta Comissão, à secretaria desta Comissão, solicitando inclusive a presença aqui, e o nosso objetivo é dar uma maior representatividade. Então, todos que aqui estão conhecem a vida do Pinheiro, todos que aqui estão são vítimas, de certa forma, dessa situação que está posta e estão com oportunidade de representar essas pessoas que também os identificam como sendo referências na comunidade; e de multiplicar também... E aqui a responsabilidade: eu peço também aos senhores para que multipliquem de fato o que for passado aqui, não apenas o que for passado pela mídia, o que já circula pelos grupos de WhatsApp, mas, sim, a realidade do que foi exposto e de quem está aqui se propondo a somar forças.

Sendo assim, gostaria de dar início, pela ordem, a este quarto bloco, em que a sociedade civil está aqui representada. Todos que são moradores do Pinheiro têm trabalho nesse sentido.

Convido o Sr. Maurício Mendes, que é representante do Núcleo Comunitário de Defesa Civil de Maceió, para expor os seus posicionamentos.

O SR. MAURÍCIO MENDES – Boa noite a todos! Boa noite à Mesa!

Inicialmente, gostaria de agradecer ao Senador Rodrigo pelo convite. Gostaria de agradecer também à Deputada Tereza Nelma por todo o apoio e a assistência que nos tem dado. Dentre os demais, quero agradecer à Dra. Roberta, do Ministério Público estadual, ao Dr. Carlos, que acabou de sair, da Defensoria, e a todos os demais.

Senador Rodrigo, quando nos foi enviado o convite... Foi passado que eu sou morador, que eu não represento o Nudec, mas eu posso falar sobre o que desejarem e responder também dentro das minhas possibilidades. Eu vim para tratar como morador, mas nós temos um representante do Nudec aqui. Se o senhor quiser falar com o representante do Nudec, eu posso apresentá-lo à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Quem representa o Nudec?

O SR. MAURÍCIO MENDES – Hoje é o Joelinton.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Joelinton, por favor, também aqui presente. Essa foi a informação que eu recebi aqui. Mas venha para cá. Você é bem-vindo. Quem mais falou aqui foi ele até agora, não é? Mas tem muito a dizer ainda.

O SR. MAURÍCIO MENDES – Poderia dar continuidade como morador?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL. *Fora do microfone*.) – Sim.

O SR. MAURÍCIO MENDES – Perfeito.

Diante do exposto, de antemão quero até já me desculpar. Apesar de não ter sido com a sua pessoa, eu fui uma das pessoas que criticou a sua fala na sexta-feira. Eu me desloquei da minha residência, às 10 horas da noite, e fui perguntar ao Dinário qual a realidade do fato, o que ele sabia que a gente não sabia, o que o Senador sabia que a gente não sabia. E eu fui uma das pessoas que o criticaram. Diante do exposto hoje e pelo que foi apresentado e que foi visto, eu retiro a crítica que lhe fiz, mesmo não tendo sido dirigida a sua pessoa diretamente.

Pessoal, estamos há um ano, exatamente um ano e 18 dias, longe dos nossos lares. O Joelinton saiu um pouco antes. Em seguida, saiu a gente, dois blocos de apartamentos denominados Blocos 7-A e 7-B, onde essa bendita rachadura passou cruzando vias, cruzando casas e cruzando o edifício que a gente morava, edifício simples, popular, três pavimentos, mas era o nosso castelo. Evacuamos esse prédio, 24 famílias, 24 mudanças num único dia, exatamente um ano atrás. Até hoje esperamos...

De dezembro para cá, quando foi decretado o estado de emergência, quando foi divulgada a questão do aluguel social... Já tínhamos pleiteado isso na primeira audiência pública, em 12 de março de 2018, onde se fez presente a Câmara dos Vereadores, a Tereza Nelma, que era Vereadora, e nosso amigo Francisco Sales, que é morador do bairro estava presente também, dentre outros tantos Vereadores. Lá já pleiteávamos isso. Não sabíamos, na verdade, o que demandava o problema, até porque, da maneira como foi passado, achávamos que seria tão somente aquilo ali, mas a gente não quis denominar isso simplesmente na audiência da Câmara. Quem está presente e participou da reunião pode confirmar isto: nós não denominamos moradores do Divaldo Suruagy, nós denominamos moradores do Pinheiro.

Eu digo que ganhei um irmão nessa causa depois de tanto estrago, que foi a pessoa do Joelinton. Se não fosse isso, não o teria conhecido, mas com as rachaduras que verdadeiramente apareceram no dia 15 de fevereiro, nós percorrendo a rua depois que uma grande intensidade de água se formou, aproximadamente um metro de água, principalmente na frente da casa do Geraldo, que dá de frente à Divaldo Suruagy, e por cinco minutos, no máximo, essa água se dissipou toda, a água evaporou... Quando essa água evaporou... Na casa do amigo Geraldo, vizinho, eles colocam uma coisa para conter a água para não entrar no imóvel porque, por diversas vezes, o vizinho ali da amiga da D. Salete, que é encostada à casa de Geraldo, os filhos dela, os sobrinhos tinham que levantar essa bueira para que a água descesse.

Então, assim, após essa água dissipar toda, essa água descer, a gente percorreu a rua saindo de dentro do Suruagy 7-A, percorreu o local vizinho à casa do Joelinton, que é a rua da igreja, e vimos um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

imenso buraco na rua da casa em que o Geraldo morava, um imenso buraco, e começamos a observar que ali passava como se fosse um raio cortando aquele espaço. E saímos percorrendo o sítio ao lado da igreja, os muros rachados, o que causou aquele impacto na hora.

Tudo bem. Os apartamentos racharam, então pode ser uma coisa estrutural. Vamos pensar em consertar, vamos pensar em ajeitar. O pessoal da Defesa Civil esteve lá, nos deu um excelente apoio dentro das possibilidades deles. Naquele momento não se sabia o que era, mas 20 dias depois veio o tremor. Esse tremor... Nada mais... Sim, só complementando. Após a visita da Defesa Civil, chamaram a Seinfra, foram lá, taparam os buracos, fizeram os consertos das vias. Quinze ou vinte dias depois houve o tremor, também após dois dias de chuvas torrenciais que aconteceram em Maceió.

Os mesmos buracos, as mesmas rachaduras, nos mesmos locais, voltaram a se abrir, só que dessa vez com intensidade maior. Isso foi exatamente no dia 3 de Março de 2018. Foi um caos naquele perímetro em que a gente habitava. Nesse exato dia saíram essas 24 mudanças e, posteriormente a isso, houve a primeira audiência pública, já no dia 12 de março. Conseguimos levar alguns vereadores para dentro do conjunto para tentar mobilizar a população que ali morava em circunvizinhança e, naquele momento, há um ano, nós éramos taxados de doidos, que a gente queria desvalorizar o imóvel dos outros, que a gente não estava contribuindo em nada com o bairro, que o problema era nosso porque só tinha rachado o 7-A, o 7-B, a casa do Joelinton e o muro do Daniel, que fica logo após. Nem ao sítio a gente teve acesso naquela oportunidade.

Só que os dias foram se passando e começamos a observar várias pessoas, pedreiros, alguma coisa de engenheiro, uma coisa ou outra, se movimentando no bairro. Só que o pessoal fechava as portas e não mostrava para os vizinhos que ali havia um problema, que no Bloco 8 também existia um problema. Isso foi omitido. Foi sendo omitido, foi sendo omitido, e as coisas começaram a se agravar, a tomar outra proporção, até chegarmos aos dias de hoje. E não adianta aqui, hoje, procurar colocar chifre no cavalo, procurar um unicórnio. Não vai adiantar, porque o problema já está aí, o problema já existe.

Eu ouvi as promotoras falando que precisaria haver uma causa, que precisaria haver um laudo, alguma coisa. Eu acho que, na verdade, a gente já tem, porque isso é a soma de tudo o que foi feito com o bairro do Pinheiro até hoje: trinta anos sem um governo nos dar um saneamento básico digno; trinta anos sem a Prefeitura Municipal de Maceió nos dar um esgotamento de águas pluviais digno – dentro do Divaldo Suruagy eu tenho duas bocas de lobo para escorrer toda essa água que passa.

Então, já existe um causador. O governo também é causador. Quem foi que deu uma concessão para a Braskem explorar dentro de um bairro urbano? Já existe culpado. Agora é saber qual o dano e qual a proporção de culpa que cada um desses tem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ah, eu ouvi o caso do Jorge da Casal. Ele fez uma fala na Assembleia Legislativa dizendo: "Ali era um bolsão. Ali não poderia ser construído". Mas, quando eu fui comprar um apartamento lá, ninguém disse isso. Quem foi que deu a liberação quando eu fui morar no Conjunto Divaldo Suruagy, perto de 1990? Os prédios altos que havia eram o Divaldo Suruagy e o Jardim Acácia, que era ao lado da casa de Geraldo. O andar alto que tinha era três pavimentos: térreo, primeiro e segundo andar. O único prédio alto que havia na circunvizinhança era o Empresarial Miguel Palmeira, que ficava na Fernandes Lima, de esquina, que hoje é um banco. Aquele era o prédio alto que existia.

O bairro cresceu, não havia saneamento, são fossas, vários poços, e aí vem aquela história da tábua de pirulito, que é tudo picadinho. Mas quem foi que concedeu alvará para a construção de edifícios verticais de 10 pavimentos, de 12 pavimentos, de 15 pavimentos em todo o entorno do Pinheiro? Se a gente já não tinha o saneamento para essas famílias que ali estavam... E, com esses prédios que foram construídos, 10 pavimentos com... Vou dizer o caso do Tibério Rocha: 10 pavimentos, 12 pavimentos, quatro apartamentos por andar... São duas torres. A gente tinha praticamente cem famílias num único local ali. Aí vem o caso do José Tavares. E para onde vai toda essa água de esgotamento, de banho, de fezes, de urina? Para onde vai essa água toda?

Foi falado pelo presidente da Dacal que havia um projeto de saneamento ali, só que não interligava, só chegava até o Cepa. Foi feito um edifício e, depois de muito tempo, começaram a surgir os problemas. Para poder ter a liberação, que é o caso do Spazio Vitá, a construtora teve que fazer a parte de saneamento por conta própria – depois do prédio já praticamente entregue – e levar esse saneamento até o Cepa. Então, se essas autoridades sabiam que tudo isso existia, então já são corresponsáveis, sim, por terem dado esse alvará para novas construções. São corresponsáveis.

Hoje, acho que a audiência...Volto a parabenizar o Senador Rodrigo pela iniciativa, pela condução da reunião. Acredito que realmente é preciso que se ponha em prática e se leve à frente o que está se propondo, de fazer realmente uma comissão...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAURÍCIO MENDES – ...que aja – todo mundo – em prol de um único objetivo, que é a solução para o bairro do Pinheiro. Tenho esperança ainda de voltar para lá, é um bairro bom.

Então, temos de dar as mãos. A gente tinha um embate, até a última reunião que tivemos com uma pessoa do Ministério Público Federal, em que a Dra. Roberta disse as seguintes palavras: "Sou conciliadora. Quero que, de hoje em diante, vocês coloquem uma pedra em cima, porque, se governo municipal e governo estadual não se entendem, a população também não se entende. E não estavam se entendendo muito mais." Depois da fala dela a gente tentou, se não se entender, pelo menos não se agredir, respeitar o trabalho do outro. Se é em prol da mesma causa, se é em prol do bairro do Pinheiro, a gente tem de, realmente, dar as mãos para um único objetivo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Procurar agora se foi certo, se foi errado, se foi o correto ou se não foi, é procurar chifre em cabeça de cavalo. Se querem solução, vocês têm o poder, vocês foram eleitos. Nós, como comunidade, somos sempre, com todo o respeito a todos, os excluídos, os últimos a serem ouvidos, os últimos a serem olhados.

Fica aqui este meu desabafo. Espero que todos mantenham o mesmo respeito para que todos, também, sejam respeitados.

Obrigado também ao Chico, ao Chico Filho, que nos deu um apoio muito grande, dentre todos os demais. Falo com o coração. Tentei hoje me segurar e vou conter a emoção... Agora, assim, quando me lembro de que, há um ano, saímos, tiramos de lá o meu pai, deficiente visual, mudando toda uma história de vida, planejada, esperando tudo o que aconteceu até hoje e, às vezes, até ser mal interpretado, dói, dói de verdade.

Obrigado mais uma vez. Estou à disposição de todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Maurício, primeiramente quero pedir desculpas aqui pela indicação, como se fosse o representante do Nudec. O que importa é o que você sente na pele. Então, você...

O SR. MAURÍCIO MENDES (*Fora do microfone.*) – Eu faço parte do Nudec.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Você não é o representante, mas faz parte. Então isso é um detalhe.

O SR. MAURÍCIO MENDES – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – A gente, que está na política, pode ter certeza, sabe que às vezes as pessoas recebem mensagens e não sabem todo o contexto. Mas, diante da minha responsabilidade, acho que você sentiu o que me fez fazer esse alerta.

Meu amigo, a gente tem de abraçar este momento agora para que, primeiro, daqui a 30 dias, no máximo – foi dito dia 30 de abril –, possamos pegar esse relatório final, porque todos criam uma expectativa. Mas, antes disso, como falei, a gente vai andar na rua; antes disso vai chover e, então, antes disso, a gente tem, sim, que se preocupar com as pessoas. E se pedirem uma prorrogação? Então, não é assim. Eu acho que esse alerta foi importante, sim, para que a gente possa ter um desencadear um pouco mais célere.

Sendo assim, também... Ainda temos muito a ouvir. Eu gostaria de passar a palavra para o Sr. Alexandre Sampaio, representante dos empreendedores do Pinheiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero inclusive dizer, Alexandre, que assisti – acho que foi ontem, mas assisti hoje de manhã – a uma entrevista no noticiário lá de Alagoas falando de uma pesquisa da Fecomércio. Então, se o senhor pudesse até reforçar a importância econômica para o Município de Maceió, já que a gente está falando aqui mais da parte humana, da parte sensível do ser humano... Precisamos falar também da parte econômica, do quanto isso afeta o PIB, do quanto isso afeta os empregos. Então, se pudesse também puxar um pouco para esse lado, acho que seria bem interessante.

Com a palavra V. Exa.

O SR. ALEXANDRE SAMPAIO – Por gentileza, a minha apresentação.

Senador Rodrigo Cunha, em seu nome eu cumprimento todos os presentes.

Eu gostaria de dizer que, desde o tremor de 2018, tivemos três fatos realmente relevantes para a sociedade de Alagoas e para a questão do bairro do Pinheiro.

O primeiro deles foi a criação do SOS Pinheiro, na liderança do Sr. Geraldo e da equipe que está aqui representada. Foi o SOS que trouxe à tona algo em que se estava colocando panos quentes e, nisso, ele tem um papel, junto com a sua equipe, histórico.

O segundo grande fato, eu diria, foi um evento do Ministério Público, no qual a gente ouviu muita gente, mas pouca coisa foi feita efetivamente de concreto, e aí surgiu a Dra. Rosemeire, com o Ministério Público do Trabalho, que deu encaminhamentos concretos para as coisas que precisavam ser decididas.

E o terceiro fato foi a sua declaração no Ricardo Mota, na sexta-feira da semana passada. Na segunda-feira eu falei sobre ela. Você cumpriu um papel fundamental, porque, mesmo com as implicações – eu já falei sobre isso na entrevista –, se você não fizesse essa provocação, nós não estaríamos aqui hoje e não teria sido dada a importância à situação que ela veio a ter. Então, o senhor também cumpriu um papel histórico nesse momento.

Eu gostaria de agradecer sobretudo o apoio, neste momento que a gente está vivendo, da Fecomércio, do Sebrae e do Ministério Público do Trabalho.

Aqui eu gostaria de buscar uma aproximação com o Ministério Público estadual e com a Defensoria Pública, com os quais a gente ainda não conversou, mas o Sebrae tem sido fundamental no apoio aos empresários, assim com a Fecomércio.

A gente foi muito bem recebido lá, imediatamente se fez uma pesquisa, a gente participou da elaboração dessa pesquisa e ela está na página do SOS, está na página do nosso Facebook, está na Fecomércio e está no Sebrae.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa pesquisa visa entender melhor qual é a situação atual, porque a Fecomércio fez uma primeira pesquisa em que constatou – eu acho que esse dado já é público, mas eu vou reforçar a seu pedido – que nós temos 2.700 empresas com CNPJs ativos no bairro. Em mais de 95% dessas, os gestores e os empreendedores dependem exclusivamente do seu funcionamento para sustentar suas famílias. Elas movimentam entre R$1 bilhão e R$1,3 bilhão por ano e geram entre 30 e 39 mil empregos.

Surpreendentemente – eu estou aqui desde o início –, pouca coisa se falou sobre as empresas e sobre o impacto que essa crise teve, mas nós estamos aqui – e eu agradeço o convite que o senhor nos fez – para que a gente possa esclarecer isso.

Ser empreendedor no Brasil já é um desafio gigante. Ser empreendedor no Estado de Alagoas é mais difícil ainda, pois é um dos Estados mais pobres da Federação, onde circula pouco dinheiro. Ser empreendedor depois da crise que a gente viveu nos últimos três ou quatro anos foi quase uma tarefa hercúlea, foi quase um milagre sobreviver. E, depois dessa crise, os empreendedores no Pinheiro enfrentam agora esse problema.

Esse problema gera... A tragédia econômica a que a Dra. Rosemeire se referiu já foi provocada pela letargia da resposta das autoridades. Eu sou obrigado a salientar que, se havia um ofício da CPRM, que você mesmo citou, há seis meses, hoje a gente está na beira do abismo. Dizer que o Estado cumpriu todos os seus papéis é quase uma brincadeira com a sociedade de Alagoas, com o bairro do Pinheiro.

Então, eu gostaria que passasse...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ALEXANDRE SAMPAIO – Aqui mesmo, não é?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ALEXANDRE SAMPAIO – Não, eu posso voltar aqui.

Então, eu quero que você saiba, Senador Rodrigo, que a gente reconhece o seu esforço. Ele tem sido, e será, fundamental para a gente salvar vidas, empregos e negócios.

E eu quero dizer aqui que empregos e negócios são tão vida quanto a vida física das pessoas. Eu fico achando esquisito quando a gente diz assim... E aí, Geraldo, sem desmerecer a importância dos moradores, porque também nós somos moradores. Mas a gente separa como se fossem coisas distintas. A vida corre no bairro numa coisa fluida entre empresas e moradores, entre Poder Público, entre transportes, entre serviços. Então não dá para separar empresas de moradias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas vocês podem ver que, até agora, a gente só falou de aluguel social, só falou de evacuação de residências. Mas, enquanto vocês falavam aqui, o nosso grupo sofria e explodia de mensagens – lá no grupo dos empreendedores –, porque a pergunta que se quer fazer, na verdade...

E eu só vou trazer aqui quatro ou cinco perguntas. Como jornalista de formação que eu sou: é o *lead* do jornalismo, é o que, quando, como e por que.

Então, o que está acontecendo? Eu não vou cair no geólogo, porque... B0om, ele é especializado e eu não sou. Mas a natureza está cobrando seu preço à natureza humana. E, filosoficamente, isso tem a ver com todo o momento que o País está vivendo.

Eu sou empreendedor, eu acho que as licenças ambientais têm que ser concedidas, mas a fiscalização é decisiva para que a gente mantenha o equilíbrio entre a presença humana e a natureza.

A segunda coisa é que eu acredito que as fissuras no caráter empresarial levam à produção insustentável e ao uso indevido do poder. Não tenho dúvida, Senador Rodrigo Cunha, de que nós demoramos muito para chegar a este ponto em que nós estamos aqui por conta dessas fissuras do caráter, por conta do braço invisível do poder econômico, que saiu manipulando individualmente muitos agentes para que impedissem que a gente tratasse a coisa com a transparência com que está sendo tratada neste momento.

E a nossa sociedade precisa fazer uma escolha: as coisas ou as pessoas. E eu afirmo que, até este momento, a escolha foi pelas coisas, porque, se tivesse sido pelas pessoas, nós já teríamos evacuado esse bairro, mas de uma maneira responsável.

Quem são os responsáveis pelo que a gente está vivendo? Eu gostaria aqui de fazer propostas concretas. Até agora todos os agentes públicos que participaram desse processo estão batendo cabeça em Alagoas. Então, federalizar e unificar o comando das operações no bairro do Pinheiro é algo fundamental para a sobrevivência física das pessoas e econômica das empresas. Não podemos tratar mais esse problema com a irresponsabilidade com que o tratou a Defesa Civil estadual, municipal e federal; com que o tratou o Governador, ausente deste debate – ele deveria estar aqui neste momento – ; da maneira como o Prefeito também agiu até agora, que se omitiu até o momento. Eles estão dando o recado para os seus subordinados, o recado da omissão.

Quando o chefe da empresa comete um erro, ele está sendo espelho dos seus colaboradores. Então, sem a participação da comunidade, do movimento SOS Pinheiro, da Associação dos Empreendedores no Bairro do Pinheiro, para que a unificação e a federalização desse comando aconteçam, a gente vai ver aqui um caos. Tudo o que aqui que se discutiu vai ser balela se não houver uma federalização e um comando real, está certo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu sou obrigado a dizer aqui que eu me assusto quando as autoridades dizem: "O bairro terá que ser evacuado imediatamente; a área vermelha terá que ser evacuada imediatamente; as áreas laranja e amarela, no quadrante de chuva." Gente, são 2,7 mil empresas, 21 mil pessoas. A última vez que a nossa imobiliária fez um levantamento sobre estoque de imóveis, havia cinco mil imóveis em estoque na cidade de Maceió. A gente tem 21 mil pessoas que precisam ser evacuadas. E aí, Senador?

As pessoas estão brincando com a vida. A gente viu aqui muitos discursos, mas até agora não há integração nenhuma, Senador, eu afirmo, entre nenhum órgão.

Quer ver um exemplo mais prático? Até um dia atrás, a gente estava discutindo área vermelha, laranja e amarela, e o Dr. Thales já tinha a imagem de satélite que mostra que é só, como o Vereador Chico falou, uma meia lua que envolve tudo. Falar de área laranja, amarela e vermelha é uma irresponsabilidade neste momento.

Então, a gente também sugere, Senador, a criação do Observatório do Pinheiro, a exemplo do Observatório de Brumadinho, juntar CNJ e Ministério Público Federal para fiscalizar todo o processo e ajudar na responsabilização dos culpados.

Nós acreditamos que, do jeito que as coisas estão sendo conduzidas no Estado de Alagoas... E há evidências claras – só não vê quem não quer – de que o braço econômico está manipulando, silenciando as ações na velocidade com que elas deveriam ter sido tomadas.

Aí é uma escolha dos senhores aqui. Vamos unificar e federalizar esse movimento, mas ouvindo os empreendedores e os moradores, porque tomar decisão em gabinete...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALEXANDRE SAMPAIO – ... e depois a gente não saber quais as implicações reais do que a gente está falando não faz sentido.

O senhor me permite mais um tempo?

A Força Nacional deve assumir a segurança no bairro. Nossa polícia estadual e municipal não tem a menor condição nem estrutura para... Imaginem uma evacuação de todos os imóveis, 2,7 mil empresas com as portas fechadas, com seus estoques lá, com equipamentos caros, famílias deixando suas casas e duas viaturas fazendo ronda no bairro: isso é uma piada! É preciso que a Força Nacional esteja preparada para, num momento de evacuação... Os empresários e moradores saem e a Força Nacional entra. Se isso não acontecer, vai haver saque, invasão, violência e, quando a gente voltar, a tragédia já estará estabelecida. Aí haverá dois problemas, como alguém já disse aqui: o problema de quem saiu e, depois, desocupar quem ocupou irregularmente.

Quando? Essa é a pergunta que todos estão fazendo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu peço licença e até desculpas pela ausência do Ministério Público estadual aqui, mas qualquer pessoa nesta sala, diante desse problema, que disser que tem de evacuar sem dizer como e sem dar condições para isso acontecer está sendo tão criminosa quanto aqueles que estão, neste momento, silenciados e omissos. Eu falo aqui do Governador e do Prefeito da cidade de Maceió.

Então, liberação quando? Tem que sair amanhã? O governo federal, o governo estadual e o governo municipal têm que liberar imediatamente crédito para as empresas com CNPJ ativos no bairro, para que elas possam, fazendo o inventário dos seus investimentos lá, desmobilizar aquele valor e mobilizá-lo em outro lugar. A maioria dos empresários do bairro investiram tudo o que tinham nos seus negócios e esperavam receber, com o *boom* imobiliário que houve, o retorno dos seus investimentos agora. Então, estão sem capital para fazer mudança.

Eu precisei pegar dinheiro emprestado – a minha empresa fica na área laranja e na área amarela. A minha empresa precisou sair, porque era uma clínica de psicologia e os pacientes da minha esposa não queriam mais frequentar a clínica. Eu tenho uma imobiliária no bairro, mas a gente não conseguia mais movimentá-la porque os imóveis do bairro não se vendem mais.

Nós estivemos com a Fecomércio, e há dois caminhos diferentes. A gente precisa de ação agora.

Sair imediatamente do bairro só é possível se houver uma legislação específica para casos de estado de emergência ou calamidade pública em que os critérios normais para liberação de crédito sejam esquecidos e a gente possa simplesmente fazer um levantamento rápido e dar crédito com carência para que as empresas saiam do bairro e possam continuar os seus negócios. Se isso não acontecer, todo mundo aqui estava brincando com a vida das nossas empresas, dos nossos moradores, dos nossos clientes, dos nossos empregados e dos nossos gestores. Então, se isso não acontecer, esta audiência pública, Senador, não terá cumprido o seu papel, seja um decreto...

Eu estive em contato com a CNC, com a Fecomérico, com o Sebrae...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALEXANDRE SAMPAIO – ... aí, eles pedem que a gente pense nessas duas possibilidades: ou se aprova, em caráter de emergência, e, em 15 dias, uma legislação de emergência federal, ou se faz um decreto para que haja crédito.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ALEXANDRE SAMPAIO – Não, é lei federal, porque há muitos impostos e muitas coisas envolvidas nesse processo.

E a saída das empresas... Está aqui: o Ministério Público estadual chegou aqui e disse: "Vamos cortar luz, cortar água, cortar tudo e as pessoas vão pegar...". Aqui está o Flavio, que tem a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fisioteravida, com 80 funcionários. Da noite para o dia, ele vai fechar sua clínica e fazer o que com os 80 funcionários? É muito fácil mandar sair sem dizer como.

Então, é muito séria essa questão. Um amigo meu, quando eu dei entrevista no Ricardo Mota, ligou e disse assim: "É, vocês ainda têm dinheiro para sair, pior são os moradores". Com todo respeito, eu também sou morador, o Geraldo é morador, todos nós temos parentes lá, mas uma empresa, numa situação de emergência, numa calamidade ou num colapso, tem concentrados os gestores, os funcionários, os clientes. Então, é muito mais sério a gente não cuidar do que está acontecendo onde há concentração de público, que é justamente nos mercados, nos hospitais, nas clínicas, do que simplesmente chegar e dizer: "Tem que sair" e agora eu estou com a consciência tranquila. Ninguém vai ficar com a consciência tranquila com isso. Então, a gente tem que acabar com essa hipocrisia, porque é uma hipocrisia dizer: "Pode sair" sem dizer como.

Quanto? Senhores, aqui eu listei mais ou menos a quantidade de prejuízos que os empresários sofrem a cada declaração que a gente vê. Imaginem hoje 12 horas de transmissão ao vivo e o bairro Pinheiro parado assistindo a essa transmissão.

Prejuízos com a estrutura física desde 2018. Muitas empresas tiveram suas áreas rachadas e investiram de volta. Uma conselheira da nossa associação tem um salão de festas e gastou mais de R$100 mil para refazer a piscina, a cisterna, sem saber o que estava acontecendo. Agora ela não consegue pagar o financiamento imobiliário da casa e não vai conseguir fazer mais nenhum negócio.

Então, desde dezembro, quando o SOS acertadamente trouxe a público o problema do bairro, a gente sofre prejuízos diários. Teve mercado que faliu, teve clínica que precisou se mudar. A Eliana Cavalcanti, uma bailarina famosa, conhecida nacionalmente, com 48 anos no bairro, teve de ir de favor para uma escola. Ela tem casa própria e precisou se mudar.

Além disso, quando a gente faz a mudança – eu estou vivendo isso e muitas empresas estão vivendo isso –, há o lucro cessante. A gente tem que sair de um lugar e não dá para funcionar em paralelo. Quer dizer, fecha aqui – a minha empresa funcionou pela última vez na sexta-feira véspera de Carnaval –, nós alugamos com um mês de antecedência, porque já tínhamos decidido sair, um outro lugar. Ainda não ficou pronto. Então, já vai fazer um mês que três empresas não faturam, porque a gente está migrando para outro lugar. Então, qualquer legislação sobre isso tem que levar em consideração quem está no bairro e quem precisou sair do bairro, porque é uma irresponsabilidade dizer que quem já saiu já resolveu a vida. Quem saiu já assumiu os prejuízos; quem não saiu ainda não pôde assumir os prejuízos.

Depois, prejuízos com indenizações trabalhistas, multas e juros de empréstimos. Muita gente, Dra. Rosemeire – eu estive conversando com os nossos associados –, já demitiu. Muita gente já pagou indenização, nem foi para o Ministério Público do Trabalho nem foi para a Justiça. Quem estava com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

algum capital se preparou, diminuiu o tamanho e se preparou para a crise. Mas é prejuízo. E prejuízo que não foi causado pelos empresários, pelos empreendedores do bairro. Tem construtora com R$10 milhões parados.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALEXANDRE SAMPAIO – Eu posso falar mais um pouquinho?

Então eu vou seguir.

A inadimplência com os fiscos impede acesso ao crédito normal. Nós estivemos na Desenvolve, estivemos, junto com a Sebrae, o Ministério Público do Trabalho e a Fecomércio, em outros bancos. E todo mundo diz que o Banco Central bota uma lupa desse tamanho para emprestar dinheiro e num lugar em risco nenhum banco vai querer emprestar. Eu vi isso na Desenvolve. Acertadamente eles dizem assim: "Se eu não tenho a legislação específica, eu posso ser penalizado e até perder a concessão do Banco Central porque a minha operação teve prejuízo, eu fui irresponsável na concessão do crédito".

A gente está numa situação anormal de emergência e tem que haver uma legislação que cuide desse aspecto, de tudo que é tributário, do ponto de vista estadual, municipal e federal, e de tudo que é relativo a acesso a crédito, porque, se não houver acesso a crédito, as empresas não vão conseguir sair, e a gente vai ter um desemprego em massa não só dos trabalhadores, mas dos empresários, porque 95% dos empresários têm suas empresas no bairro como única fonte de sustento. Isso é dado da Fecomércio.

Então, a necessidade de isenção tributária, o que a prefeitura já começou, acertadamente. Apesar das minhas críticas ao Prefeito, eu quero elogiar aqui a Secretaria de Finanças, o Secretário Felipe Mamede, o Messias e toda a equipe técnica da prefeitura, que foram sensíveis às nossas reivindicações juntamente com a SOS Pinheiro e mudaram o decreto, transformaram num projeto de lei e o tornaram muito mais amplo.

E a renegociação de prazos e juros de empréstimos já realizados com bancos. Nossos amigos aqui têm empréstimos que vão vencer agora, no pior momento. Eles simplesmente vão ficar triplamente inadimplentes: com o Fisco, com o banco e com a sociedade.

Para concluir a pergunta é onde: para onde vão 20 mil moradores, mais do que todo o estoque de imóveis disponíveis em Maceió? Para onde vão 2,7 mil empresas com CNPJ ativos no bairro? Como mais de 2 mil famílias dos gestores se sustentarão se vão perder sua única fonte de sustento? O que acontecerá com 30 mil empregos gerados? E como acontecerá essa evacuação?

Senhores, a gente está diante de vida real acontecendo. Tem gente chorando no nosso grupo de WhatsApp.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Alexandre, é essa forma madura, essa forma correta de se posicionar que a gente espera de quem quer defender um segmento, de quem quer defender uma sociedade.

Eu aqui parabenizo todos os moradores, porque não vi ninguém fechando rua, quebrando prédios, não vi baderna. Pelo contrário, eu vejo é emoção. Todas as vezes que vi manifestações, eu vi emoção, eu vi o que você disse aqui: vida real. Então, é isso que cobra responsabilidade de quem quer que seja. Se o problema é natural, cabe a nós, cada um na sua atividade, fazer o que está ao seu alcance para proteger vidas, que é o principal. Aí você já acrescenta outro conceito para a vida, a vida econômica, já veio aqui e demonstrou por a mais b mais c porque tem que haver essa preocupação com a vida econômica.

O "como" foi perguntado aqui por várias pessoas. Eu tenho que sair de casa, mas como, mas como? São duas situações. Primeiro aquele alerta inicial aqui. É difícil, você acha que é fácil extrair essas informações que nós extraímos hoje aqui, com as pessoas dizendo que uma catástrofe está para acontecer? A Coordenadora de Defesa Civil do Estado disse a mesma coisa; o Dinário não conseguiu terminar a fala; outro afirmou que realmente algo está acontecendo: "Só não assino o papel porque quem vai fazer a leitura é outra pessoa em outro país".

Então, a situação é essa. Eu não posso chegar aqui e dizer vamos esperar essa decisão dos Estados Unidos. E se daqui a um mês chegar um pedido de reavaliação: quero um prazo a mais? A chuva, eu acho que o imperioso de tudo isso aqui é a informação de que há dez dias foi dito que, se chovesse, tinha que sair da área. Se chovesse 80 milímetros, hoje já se fala em 30 milímetros. Como foi dito aqui, foi colocado pelos maiores especialistas do País. Então, é uma situação alarmante de fato. Até que se descubra o que há, se é possível algum sistema de engenharia substituir alguma situação, que possa dar uma tranquilidade, uma segurança, tudo bem. Mas foi dito que há um mês foi feito um plano de evacuação, hoje tem que ser feito outro, porque aquela área que antes era segura hoje já não é. Estou falando de um mês.

Então tem que ter o olhar do "como". Esse "como" foi uma pergunta, e a Deputada Tereza Nelma também estava presente, feita ao Ministro Gustavo Canuto. Aqui alguns desdobramentos. Perguntaram a ele: como viabilizar a questão do FGTS para os moradores de bairro? É um aspecto, porque não é um decreto de calamidade que vai dizer isso, e sim uma mudança na legislação do FGTS aqui na Presidência. Então, foi um compromisso assumido por ele também, na mesma situação como aconteceu com Mariana: para aquela catástrofe, para a qual não havia uma previsão legal, foi feito um reajuste, e as pessoas receberam.

Então, nós cobramos aqui há quase um mês. Já chegou a hora de se chegar lá e dizer sobre aquele compromisso com o Gabinete Civil... Inclusive, o primeiro contato foi com o Ministro Onyx, para que justamente fosse feito esse ponto, e ele designou o Ministério do Desenvolvimento Regional

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para isso. O Ministro anotou e assumiu esse compromisso, como também desenvolveu uma linha de crédito especial para os empresários. Isso foi tratado no dia 26 de fevereiro deste ano.

Então será cobrada essa situação para que se possa – é o mínimo do mínimo – dar uma expectativa de futuro, de ressurgimento. A gente pensa que as coisas não podem piorar, mas receber notícias como essa é terrível. Por isso é que cobrar responsabilidade, saber que estamos, como você falou, falando de vida real... Então, aquele que for usar politicamente isso aqui, apague isso aí. O povo não é tolo, todo mundo sabe quem é quem nesse Estado. Então o que é possível para somar forças... Eu digo que aceitem ajuda, somem, cobrem, vamos organizar.

E o que você falou aqui, a federalização, foi o que a Dra. Roberta botou por escrito ontem. É isso. Abrir foi a primeira fala e também foi essa. Eu já cheguei aqui... Porque eu sinto isto: com cada pessoa com quem eu falo, a vontade é de ajudar, mas às vezes não há uma coordenação e a força necessária para isso. E aqui foi dito pelo Armin Braun que algo está internalizado nacionalmente, já há um conselho para isso. Então vamos fazer esta sala de situação com os outros órgãos, e que se envolvam e que se instalem lá também, que chamem a Defesa Civil nacional, que ela chame as de outros Estados como é feito com forças-tarefas da Defesa nacional, e se consiga um resultado de imediato.

Então é esse o objetivo de isso tudo aqui.

O SR. ALEXANDRE SAMPAIO – E que não se esqueçam de chamar os representantes da sociedade civil, porque como a vida real acontece, Senador, muitas vezes a gente pensa que está tomando a melhor decisão e não entende as implicações individualizadas, e a negociação com a comunidade é fundamental nesse momento.

Eu só queria completar o meu raciocínio...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Tudo bem.

O SR. ALEXANDRE SAMPAIO – Os órgãos fiscalizatórios estaduais e federais já poderiam ter essa resposta há pelo menos seis meses se todas as fiscalizações estivessem em dia. Eu gostaria de fazer perguntas. Não sei se a Braskem vai poder respondê-las agora, mas eu gostaria que ficassem registradas aqui.

Existem 35 minas entre o final dos bairros Pinheiro, Mutange e Bebedouro, é por onde passa a falha geológica, certo? Então, se as fiscalizações dos órgãos federais, a Agência Nacional de Mineração, o Ibama, que eu não sei se faz parte dele, e o IMA, que está solenemente ausente de todas as audiências, eventos e cobranças – todas!... Se o IMA estivesse aqui e estivessem em mãos os relatórios de fiscalização... Aí eu vou usar porque eu pesquisei isto: eu falei com o primeiro Secretário Estadual de Meio Ambiente, ainda era outro nome, e ele disse assim: "Existem três coisas que ninguém está falando mais: mesmo as minas desativadas têm que ter relatório de segurança hídrica. Então tem que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

haver lá um constante monitoramento, e não é só quando solicitado pela Agência Nacional de Mineração". Eu fiquei impressionado. "Ah, nós solicitamos e estamos esperando que eles tragam." Cadê o papel fiscalizador da Agência Nacional de Mineração? Cadê o papel fiscalizador do IMA? Não existe.

Então a gente está aqui correndo atrás de buscar resolução de problemas para os quais os órgãos de fiscalização já deveriam ter respostas, e não têm.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Alexandre, só para... Eu não sei se você estava aqui nessa hora, nesse momento, mas eu fiz essa pergunta à ANM aqui.

O SR. ALEXANDRE SAMPAIO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Inclusive perguntando como é feita essa fiscalização, se é...

O SR. ALEXANDRE SAMPAIO – Qual foi a resposta que o senhor recebeu?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – ... mensal, se é anual. Qual foi a última vez que recebeu...

O SR. ALEXANDRE SAMPAIO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Então aqui foi dito que recebeu, no mês passado, um relatório...

A SRA. TEREZA NELMA (Bloco/PSDB - AL) – De sete.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – De sete minas.

O SR. ALEXANDRE SAMPAIO – Por que não temos das outras 28 minas?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Exatamente.

Então, são esses questionamentos que são desdobramentos de tudo isso aqui. Inclusive, até voltando a outro ponto, o que dá representatividade também é a população. Então, com certeza, nesse núcleo tem que estar o representante da sociedade civil. Se você observar, inclusive, a formação deste momento, nós tivemos aqui a parte dos levantamentos técnicos, gerenciamento de dados, órgãos de controle e a sociedade civil, que não pode estar fora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALEXANDRE SAMPAIO – Deixe-me fazer uma outra pergunta, Senador.

O SR. GERALDO VASCONCELOS DE CASTRO JÚNIOR – Essa questão da ANM, eu ontem, na reunião com a Dra. Roberta, em função do vídeo, da entrevista do Prof. Osvaldo, geólogo que relatou a situação caótica da ANM, que nem dinheiro para combustível tem... Como é que ela vai ter condições de fiscalizar a Braskem? Se a Braskem fizer um trambique nas análises dos poços, ela tem condições de dizer que a Braskem não fez trambique? Não tem, não tem.

O SR. ALEXANDRE SAMPAIO – Geraldo, uma coisa importante sobre isso que você está falando...

O SR. GERALDO VASCONCELOS DE CASTRO JÚNIOR – Quanto ao IMA, é a mesma coisa – na Assembleia Legislativa foi dito. Quer dizer, os órgãos fiscalizadores não têm condições de estruturar e fiscalizar a Braskem.

O SR. ALEXANDRE SAMPAIO – Eu vi um relatório famoso da... Eu vi esse negócio três vezes, Senador Rodrigo Cunha, e eu não sei por que as pessoas não fazem perguntas. Não sou só eu que enxergo isso; não é possível, entendeu? Aí dizem assim: "Nós fizemos um relatório de situação dos imóveis no entorno". Aí mostram duas fotos. Sabe qual é a distância desse relatório de situação? São 50m – é uma piada! A gente vê um bairro inteiro se mexendo, existem 35 minas, e existe só o diâmetro de cada uma delas juntas. Ali se formam quantos estádios de futebol? Quantos estão envolvidos nesse negócio? Aí fazem um relatório com 50m de raio em torno do ponto de perfuração. Quem é que...? A gente é menino aqui para achar que isso faz sentido? Não faz.

Então, o que eu gostaria de dizer é o seguinte: que a gente vive... Alguém falou de fissura: é fissura ética, é metástase moral, e se os órgãos estivessem atuando, se a sociedade estivesse cumprido seu papel, nós não estaríamos aqui neste momento, não estaríamos.

Então, o quanto nossas vidas valem é a resposta que eu gostaria que a gente tivesse aqui. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Muito bem, Alexandre. (*Palmas.*)

Dando sequência, depois aqui do depoimento, não apenas de emoção, mas de um depoimento técnico também falando sobre uma avaliação econômica muito importante... E aqui eu também reforço que o Presidente Wilton Malta, da Fecomércio, esteve em contato comigo, e também já há um avanço nessa linha de cobrança da liberação de um crédito especial. Então, vamos contar também com a Fecomércio, com o Sebrae, com todas as entidades, somando esforços.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu passo a palavra ao representante do grupo Movimento SOS Pinheiro, Sr. Geraldo Vasconcelos de Castro Júnior.

O SR. GERALDO VASCONCELOS DE CASTRO JÚNIOR – Senador, eu quero agradecer a Deus por este momento, agradecer a Deus por ter colocado o senhor no momento exato naquele dia lá no Pinheiro quando o senhor foi para aquela reunião nossa, e a partir dali o senhor foi tomando consciência do problema do Pinheiro.

Quero agradecer a oportunidade que o Deputado Marx Beltrão nos concedeu naquele dia da reunião na Fecomércio, em que parte da bancada federal estava, e nós tivemos o primeiro contato com os senhores e sensibilizamos vocês para o problema.

Quero agradecer também ao Deputado Estadual Cabo Bebeto, que em seu primeiro ato convocou uma sessão especial na Assembleia, em que também tivemos contato com os Deputados Estaduais.

Quero agradecer também ao Vereador Chico Salles, que está aqui conosco, porque desde o começo tem sido combativo nessa situação. Quero agradecer ao Chico Filho, Vereador, e agradecer também ao Dr. Cleber Costa, que conseguiu as audiências municipais na Câmara.

Quero agradecer às diversas entidades que nos receberam. V. Exa. acabou de falar da forma ordeira como nós nos conduzimos – e nos conduzimos dessa forma por que, graças a Deus, tivemos uma formação democrática e temos o espírito republicano. Fomos muito bem recebidos na Ufal, quando lá atrás ninguém ainda pensava em chamar a Ufal – foi um erro crasso da Prefeitura. Nós já fazíamos contato com a geociências, convidando para um grande seminário. Mas avançou tanto a questão técnica que não foi necessário esse seminário ainda.

Quero agradecer o Tutmés Airan, Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça, que nos recebeu, e nessa primeira visita houve a posse legal, porque é um problema grande que nós vamos encontrar aqui na questão dessa desocupação a velocidade com que isso vai se dar, não é? E naquela oportunidade ele ficou de intermediar – eu nunca vi isto, gente: o Presidente do Tribunal de Justiça intermediar – uma reunião de um Prefeito com seu povo!

Em novembro, dia 24 – não me esqueço nunca porque foi a data da minha confraternização de Colégio Marista –, como foi a primeira reunião nossa com os moradores, no dia 24 eu saí da reunião, que foi de manhã, e fui para a confraternização. O Eduardo Canuto é meu amigo de colégio, Vereador da bancada do Prefeito: "Eduardo" – mostrei o celular a ele –, "e isso aqui?" Ele disse: "A Prefeitura não tapou os buracos, não?". Isso em novembro, dia 24. As chuvas foram no dia 15, o abalo sísmico no dia 3. Vejam o represamento, Senadores e Deputados, autoridades e pessoal presente, de informação! Na primeira reunião que houve lá na praça, na segunda reunião que houve lá na Praça Menino Jesus de Praga, o Vereador Lobão desceu e me pediu desculpas porque não sabia da gravidade do caso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pinheiro. Poderia até saber porque vocês fizeram audiência, mas isso não tomou as proporções que deveria ter tomado. Em novembro, comuniquei ao Eduardo e cobrei dele: "Eduardo, o Prefeito não veio aqui ainda por quê?". "Não, já está viajando, está em São Paulo, o Dr. Guilherme está adoentado." Então, está muito bem, família em primeiro lugar, está certo. Dez dias depois eu ligo e ele me responde: "Não, o Prefeito está com receio de ser hostilizado". "Hostilizado de quê, Eduardo? Aqui dentro do Pinheiro? Pelo amor de Deus! Hostilizado de quê?" Enquanto isso, a publicidade dos fatos não foi dada, e em junho ele recebe o primeiro relatório. Ali já se demonstrava a gravidade. Tinha que convocar a bancada federal, a estadual, seus Vereadores e dizer: "Olhem, a situação aqui é esta: o Município não tem condições de abarcar". Perdemos nessa brincadeira cinco meses.

Esses cinco meses estão nos custando muito caro, muito caro! Olhem aí o resultado: como vamos fazer? Como é que vamos tirar essas pessoas daí? Eu estou preocupado aqui – o Dinário estava preocupado também –, porque, quando eu chegar a Maceió, as pessoas, 2,5 mil, 2,6 mil pessoas que estão nos nossos grupos do WhatsApp, vão perguntar, elas estão nos assistindo. Foi feita torcida hoje lá no Pinheiro para assistir a essa audiência. Então como é que a gente vai dizer a essas pessoas, àquela senhora que tem 74 anos de idade, àquela que tem 80 anos de idade...? Como é que vai ser, meu Deus?

E as chuvas estão chegando, e quem estiver nas áreas amarela e laranja, se houver muita chuva, que eram 30mm, 70mm, agora são 30mm... Chove 700... Então, de noite, vai sair pela rua... E a Eletrobras tem um comando de desligar energia. Vai sair pela rua, debaixo de um toró, com as ruas alagadas, porque tudo ali alaga... Olhem, é uma operação gigantesca. Tenho certeza absoluta de que nosso Estado, nossas forças, nossas defesas civis, a estadual e a municipal, não têm condições de assumir essa responsabilidade.

Eu não quero voltar para Maceió com a alma pesada de não ter dito isto. Não existem condições: ou o Prefeito abre mão dessa situação de emergência e decreta uma calamidade pública, e a União assuma isso negociando com o Governador, seja lá qual for a forma... Isso é coisa para a União, eu acho que não é nem para a Defesa Civil nacional; isso é coisa para as forças federais – Marinha, Exército, Aeronáutica –, talvez até ajudadas pela Defesa Civil nacional.

Então, eu vou colocar os nossos pleitos, Sr. Senador, porque será mais rápido.

Esses pleitos já estavam prontos há alguns dias, pode ser que haja alguma coisa diferente, porque já evoluímos muito de ontem para hoje. Evoluímos muito. Muita coisa eu imaginava ser impossível. Eu até falava em intervenção nas defesas civis, mas ouvia que não podia por causa da Lei nº 12.608. A gente tem que negociar isso. Não vamos ficar presos em cima de uma legislação e punindo o povo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, com relação à gestão da Defesa Civil nacional, uma reestruturação também da Defesa Civil municipal e da estadual, a Defesa Civil nacional assumiria definitivamente todo processo de gestão da situação, articulando as defesas civis e os demais órgãos envolvidos nas esferas municipal, estadual e federal.

Levantamento e reestruturação imediata do quadro dos recursos humanos necessários para compor a estrutura orgânica da Defesa Civil municipal e estadual, priorizando o perfil técnico, para que seja compatível com as exigências das demandas do contexto atual de iminente catástrofe.

Levantamento e implantação dos recursos materiais necessários para o perfeito atendimento e funcionamento dos serviços à população, inclusive os de saúde.

Instalação do Gabinete de Gestão de Crise nas imediações do bairro, articulando todos os órgãos envolvidos, sejam municipais, estaduais ou federais. Isso eu escutei no início de dezembro, na reunião com o Prefeito lá no Tribunal de Justiça, para que não houvesse problema de empenho, aluguel, arranjar casa. Nós cedemos uma casa para o Prefeito e pedimos para que ele fosse despachar lá um dia. Ele nunca foi. Estou sabendo que já arranjaram essa casa. Bote tempo para fazer isso. Daqui que a prefeitura faça as coisas, a CPRM entregue o laudo, e os cadastro só vão ficar prontos lá em 2022, aí fica difícil trabalhar: pressão de um lado e ineficiência do outro.

Colaboração técnica das forças que compõem o Ministério da Defesa, por exemplo um navio hospital no porto de Maceió. Se virar um ônibus ali na Fernandes Lima com 44 pessoas, o Hospital Geral fica um caos. Equipes de engenharia das Forças Armadas (ITA, IME e Marinha do Brasil), que têm muito a nos oferecer.

Colaboração técnica da Petrobras para os estudos diagnósticos – mas acho que já não precisa mais disso.

É estranho, muito estranho, porque, quando fizemos aquela reunião na Fecomércio, que ficamos para solicitar uma audiência ao nosso Presidente, perguntei à CPRM: estão precisando de alguma coisa para que a gente faça o pleito, alguns recursos materiais ou humanos? Responderam: "Não, não precisamos de nada". Então, por que pedem à Braskem para ir fazer serviço de sísmica? Se há recursos, por que pedem à Braskem recursos para ir fazer estudo de sísmica? Resultado: isso pega mal lá no Pinheiro. Quando sair o relatório, se porventura sair e não for a Braskem, vão dizer que o relatório está batizado. Para que pedir esse recurso à Braskem, se há recurso, se o nosso Presidente não negou nada para o Pinheiro? Pelo que eu sei, ele não negou nada. "Tudo de que o Pinheiro precisar", o que eu estou sabendo é isso. Então, não tinha nada que estar pedindo dinheiro à principal suspeita do problema.

Outra coisa que nós vamos pedir no nosso pleito é o seguinte: dada a causa, se a causa for a mineradora, a Braskem vai ter que parar imediatamente as suas atividades e recursos dela têm que ser

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

bloqueados para garantir e salvaguardar as indenizações. Há 40 anos, a ANM fiscaliza a Braskem e, de uma hora para outra, o bairro todo racha e a ANM não viu isso.

(*Soa a campainha.*)

O SR. GERALDO VASCONCELOS DE CASTRO JÚNIOR – Mas vamos lá.

A questão da comunicação: eu venho batendo nisso há muito tempo, porque conta exatamente do pânico, Senador.

Apoio profissional de uma equipe especializada em comunicação de riscos. Na Ufal, segundo a Profa. Sandra, parece que há uma pessoa; mas há também na Unicamp, há também na USP. Isso eu venho pedindo desde o começo. Alertei ao Dinário que teríamos muito problema com comunicação e isso foi horrível.

Desenvolvimento de um plano de comunicação integrada, de forma que haja a unificação e centralização das informações dos órgãos envolvidos, destinando um canal direto com o Movimento SOS Pinheiro e as associações do bairro, além do Nudec, evidentemente.

Instalação imediata dos núcleos de apoio às comunidades do bairro – quiosques, tendas, trailers etc. –, de forma a facilitar a comunicação e integração dos agentes das Defesas Civis nacional, municipal e estadual, Corpo de Bombeiros Militar, bem como os demais órgãos públicos envolvidos no sistema, junto aos moradores.

(*Soa a campainha.*)

O SR. GERALDO VASCONCELOS DE CASTRO JÚNIOR – Implantação de uma plataforma de *call center* com serviço 24 horas e pronto atendimento à população. Dificilmente a gente consegue ligar para a Defesa Civil e ser atendido. São raras as exceções.

Intensificar a preparação da população para o caso de evacuação do bairro, definindo um cronograma de reuniões de instruções voltadas exclusivamente para essa finalidade e respeitando limites do número de participantes segundo critérios que visem ao perfeito entendimento dos conteúdos repassados. Não é fazer uma reunião na Igreja Batista, convocando a população de 21 mil habitantes para falar sobre plano de contingência numa noite só, e dizer que esclareceu a população do plano de contingência. Aí é brincadeira. Eu não vou nem falar nesse plano de contingência para não melindrar mais a situação; mas sobre o plano de contingência, todo mundo sabe o que deu aquilo ali.

A questão da ajuda humanitária.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Adesão voluntária à ajuda humanitária para evacuação do bairro, independente da área de risco em que esteja o imóvel – vermelha, laranja, amarela ou fora das áreas de risco. Isso aqui, graças a Deus, o Ministério Público Federal já colocou nas recomendações.

Assegurar o aluguel social também, Sr. Senador, para toda área de risco indicada pela CPRM e aos moradores da área fora de risco que voluntariamente optarem em evacuar o bairro por questões de saúde psíquica. Ora, há gente, Vereador Chico Filho, que está na área branca, área sem risco, e está adoentada, mas não pode sair porque não tem condições por conta do aluguel social. E, quando se fala em prevenção, normalmente fala-se do acidente físico, fala-se da precaução, para a qual eu não preciso da comprovação científica. Na prevenção eu preciso da comprovação científica. No caso da precaução, será que não estamos morrendo a cada dia? Se colocarmos um estudo de psicólogos e psiquiatras ali dentro bairro do Pinheiro, acho que vão apontar isso como mais grave do que o próprio colapso, o possível colapso.

Ressarcimento integral aos moradores do Pinheiro que tiveram que evacuar suas casas sem que recebessem a ajuda humanitária. Lá em fevereiro, em março, quando Maurício, quando Joelinton, quando Lili deixaram suas casas, só foram receber depois da situação de emergência.

(*Soa a campainha.*)

O SR. GERALDO VASCONCELOS DE CASTRO JÚNIOR – Condicionar a evacuação de qualquer morador do bairro ao recebimento da primeira parcela da ajuda humanitária. Querem evacuar? Sim. Como? Pagando a primeira parcela do aluguel social. Ele paga uma fiança, e já tem gente pagando dois alugueis. São três alugueis.

Reduzir drasticamente o prazo para o recebimento da primeira parcela da ajuda humanitária. Isso tinha que ser no momento da retirada.

Assegurar a pontualidade dos créditos da ajuda humanitária, definindo uma data fixa para todas as parcelas a serem pagas. Não está havendo a sistematização das datas. Eu recebo a primeira parcela no dia x e vou receber a segunda no dia y. O.k.?

Garantir a ajuda humanitária até que haja as efetivas indenizações aos moradores, e não somente até a definição do responsável. Porque, de repente, o responsável é a Braskem; para-se de pagar o aluguel social e toma que o filho é seu. Vá cobrar da Braskem! Então, a gente precisa assegurar isso daí.

Outro fato importante é a plena transparência dos critérios operacionais adotados para a concessão da ajuda humanitária, evitando quaisquer possibilidades de pessoalidade e seletividade, com a publicação de planilha por lote, evidenciando todos esses itens aí. Não é só botar o nome e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

publicar. Quem é aquela pessoa? Está em que área? Como é que o SOS, como é que a população vai auditar para saber se aquele indivíduo realmente mora no Pinheiro?

Liberação do FGTS para os moradores que evacuarem o bairro.

Ajuda humanitária para auxílio às mudanças e adequações dos moradores às suas novas moradias. Inquilinos também. Nós nos esquecemos dos inquilinos. Há inquilino que mora ali e não pediu para a casa dele rachar. Ele não é o causador e ele vai gastar R$600, R$800 numa mudança. E muitas vezes não tem esse recurso ou esse recurso faz falta.

Disponibilizar frota de caminhões para os moradores efetuarem suas mudanças.

Ressarcimento aos moradores do Pinheiro que tiveram que evacuar suas casas sem que recebessem a ajuda humanitária. Muita gente das faixas amarela, laranja e branca saíram. O próprio Dinário falou. Mas essa possibilidade não foi dita à população. Muitas pessoas da área amarela e da laranja, com a pressão, com a pressão emocional que foi feita, saíram. E eles não tiveram o direito... Durante um ano, disseram que o critério do aluguel social era só para o vermelho. Não! Há a possibilidade do amarelo e do laranja. Já havia. Era só solicitar uma nova vistoria. Eu solicito uma nova vistoria, mostro que minha casa está em condições idênticas à de uma vermelha... Porque esse critério é uma loucura, gente. Eu estou ali trabalhando quase 24 horas do dia, e eu ainda não entendi esse critério. Você pega a casa rosa e pega uma outra casa: ambas estão no vermelho, mas não tem nada a ver uma coisa com a outra. Nada. Aí você pega uma laranja, que está mais estragada do que essa vermelha aqui, do último nível que eu falei. Então, fica... Esse mapa ficou pronto e depois foram fazer a visita. A minha casa foi pintada de amarelo, e nunca foram lá!

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Geraldo, esse alerta também foi feito, porque o seu voo tem hora marcada. E o pessoal aqui já lembrou. Então, faça aquele arremate. Você está indo muito bem.

Inclusive, esse material será fruto de trabalho nosso aqui também, pode ter certeza.

O SR. GERALDO VASCONCELOS DE CASTRO JÚNIOR – Operacionalização dos cadastros.

As vistorias técnicas. Aí eu falo mais das questões operacionais propriamente ditas, prazos de atendimento.

Eu fiz o cálculo: um cadastrador da Defesa Civil, senhores, faz dois cadastros por dia. Ele gasta 3 horas e 26 minutos, na mão. Aí, isso vai para a prefeitura, a prefeitura prepara uma planilha, manda para o banco. Resultado: terceiro lote, mais de 50% de inconsistência de dados, e as pessoas não receberam. Aquelas mesmas pessoas que estão sofrendo todo aquele dano emocional vão ao Banco

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Brasil; quando chegam na boca do caixa, dizem que não tem recurso para elas. Por quê? Porque houve uma inconsistência de dados.

Definição e publicação diária de um cronograma para as vistorias. Nós queremos acompanhar isso. Quem é que vai fazer a vistoria? Quando vai fazer essa vistoria? Na casa de quem? No outro dia: fez a vistoria de fulano ou beltrano? Para a gente poder acompanhar, senão os índices operacionais a gente não acompanha. Acontece isto: 2,3 cadastros por dia.

Cadastro das vulnerabilidades sociais: definição do prazo de entrega e publicação diária de um cronograma para a realização dos cadastros das vulnerabilidades sociais – embora isso já esteja sendo concluído. Foi solicitado em junho de 2018. Estão concluindo agora.

Publicação dos resultados estatísticos do cadastro das vulnerabilidades sociais.

Sobre o censo demográfico: definição do cronograma. Porque aí é o IBGE. O IBGE tem uma *expertise*...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – A Dra. Roberta chegou a se posicionar sobre isto: já houve uma negativa do IBGE, uma questão técnica. A Dra. Roberta falou aqui. E buscou-se uma outra alternativa também.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Exatamente, pedindo a Defesa Nacional para que fizesse esse papel. Mas ela já identificou que o IBGE... Não sei se é porque normalmente ele faz concursos provisórios por um período... É uma questão técnica.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Questão de metodologia.

O SR. GERALDO VASCONCELOS DE CASTRO JÚNIOR – Há a parte da questão da redução de tributos. Aqui é importante salientar: a prefeitura passou esse tempo todo para começar a trabalhar. E, agora, na hora de fazer o IPTU, querem fazer isenção do IPTU somente no polígono de risco. Vai causar outro bolsão de problema lá dentro do bairro. Aí vai ter gente batendo panela na rua. E a gente não vai poder segurar. Não é justo que isso aconteça.

A SRA. SANDRA NUNES LEITE (*Fora do microfone.*) – Inclusive, os carnês já chegaram, e com aumento, os da área laranja. Já chegaram e com aumento absurdo os carnês do IPTU.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GERALDO VASCONCELOS DE CASTRO JÚNIOR – Sinceramente, é uma irresponsabilidade.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Sobre isso aí o representante da prefeitura que está aqui... Porque as informações que eu tenho desse aspecto são de que é algo que já foi, pelo menos, internalizado e que seria, de fato, suspenso.

Geralmente a emissão dos boletos é feita com bastante antecedência.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Só a área vermelha? Então, há importância justamente nessa nova delimitação, não é?

Eu aqui vou interromper rapidinho para agradecer a presença do Maurício, porque ele tem um compromisso agora, pelo horário. O Maurício tem um voo. É o compromisso o voo. Agradeço a sua presença, que foi muito importante. Não sei se você é o único.

Tereza, você estava aqui na manutenção, ele é o único que tem que sair agora?

Já são sete...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Não, tudo bem. Vai ser dada a palavra a ele. Só quero que haja um ajuste. Geraldo, finalize...

O SR. GERALDO VASCONCELOS DE CASTRO JÚNIOR – Há a questão do plano de contingência de que nós não participamos, a sociedade não participou. Ora, quando participo de um plano, eu me sinto corresponsável por ele. Então, a situação de um plano de contingência trabalhado com a sociedade é uma coisa e não trabalhado com a sociedade é outra.

E há a questão do seguro residencial também que já foi ventilado aqui no assunto, mas realmente mais com a questão do Banco do Brasil; a Caixa Econômica tem sido uma parceira e tanto.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Pelo material deu para perceber. De fato, você se aprofundou sobre o assunto, conversou com todas as possibilidades possíveis de atuação em defesa das pessoas. Então, é esse também o nosso objetivo. Por isso, o muito que foi demonstrado aqui, o que foi dito aqui durante todos os dias, sintetizado ali, será uma grande fonte de direcionamento, sem dúvida nenhuma.

Geraldo, muito obrigado...

O SR. GERALDO VASCONCELOS DE CASTRO JÚNIOR – Eu que agradeço.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – ... não apenas por hoje, mas pelo que você fez ao chamar a atenção também de maneira ordeira, necessária, emocionante em vários momentos, mas humana. Então, a sua representatividade hoje no bairro é nítida. Você se torna realmente alguém que busca não um benefício pessoal... Também não é nem buscar o culpado. Não é esse o objetivo agora. O objetivo agora é salvar vidas. Todos nós estamos com esse mesmo objetivo.

Como eu falei aqui, é fácil dizer: "Vamos sair. Vamos sair". Mas, às vezes, é necessário. E o como tem que ser exigido logo em sequência. Então, essa preocupação também é interessante.

Sendo assim, Joelinton, você participou aqui em vários momentos. Agradeço também a sua busca direta comigo. Veio atrás de informações – a tecnologia aproxima. Fique à vontade para mandar um recado, uma pergunta, um direcionamento neste momento.

O SR. GERALDO VASCONCELOS DE CASTRO JÚNIOR – Eu gostaria só de agradecer, em nome dos moradores do Pinheiro, Senador, ao senhor.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Não é necessário.

O SR. GERALDO VASCONCELOS DE CASTRO JÚNIOR – São 21 mil habitantes.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Cada um fazendo a sua parte.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. JOELINTON BARBOSA GÓIS – Boa noite a todos. Vou ser bem breve, já que está todo mundo com seus horários.

Infelizmente nós continuamos a passar por essa situação. Fato esse... Todo mundo já sabe que, no dia 15 de fevereiro, nós começamos a passar... Toda essa experiência para a gente vem agregando no nosso crescimento e vem agregando também no nosso conhecimento.

Falar, às vezes, que A ou B não fez a sua parte é muito fácil. Apontar uma determinada estrutura, apontar uma determinada pessoa é muito fácil. O que eu costumo dizer é que é muito mais difícil fazer se você não estiver preparado, se você não tiver estrutura completa, se você não estiver preparado para o que está acontecendo hoje no nosso bairro.

No dia 15, aparecerem as rachaduras, a gente simplesmente foi para a rua, olhou para um lado e para o outro, não sabia o que fazer, não sabia com quem falar. A Defesa Civil, por sua vez, nunca tinha

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

passado por uma situação dessas. Então, assim como a gente teve que aprender a saber o que fazer, eles também tiveram que aprender. E, a meu ver, estão fazendo.

No dia 3, quando houve o tremor, houve uma propagação muito grande das pessoas que acabaram sendo envolvidas em todo o processo. E isso, sim, fez com que muita gente começasse a ver que o problema já não era mais de uma ou duas casas ou de um prédio, que não era de três casas ou de quatro ruas, mas o problema era geral e era um problema que tinha evoluído para o bairro. Isso aconteceu e vem acontecendo gradativamente.

No dia 12 de março, quando nós participamos da primeira audiência pública, eu fui bem transparente com todos os que estavam presentes, porque infelizmente nem todos os Vereadores... Assim como hoje, muita gente foi embora e também não aguardou para ver a população, pelos seus mais diversos motivos. Eu fui bem claro quando eu falei que, enquanto as autoridades, as empresas envolvidas ou as pessoas que estavam envolvidas na situação estivessem preocupadas em simplesmente se defender, eu alertei que a população estava preocupada porque não tinha o que fazer, eu alertei que o caos social iria existir não só porque a gente estava perdendo os imóveis, estava perdendo as economias e estava perdendo a perspectiva de uma herança que você iria deixar para seus filhos... Nós simplesmente não sabíamos o que fazer, nem a quem recorrer, porque ninguém queria se envolver com esse problema que era de quatro ruas. Nós pedimos para todos se envolverem. A própria população...

Eu presenciei, nos dias 16, 17 e 18 de junho, quando a CPRM foi fazer a vistoria para ver se havia casa rachada: as pessoas batiam a porta na cara deles, diziam que não havia rachadura, não, que não iam desvalorizar o imóvel, não.

Então, nós aprendemos a conviver, a esperar um ano pela ajuda humanitária. Nós aprendemos a ouvir, a colaborar e a entender as pessoas nas suas limitações. Nós passamos por um motivo de política, nós sabemos que houve uma eleição. Nós passamos pelas mais diversas situações e de criação do estado de emergência. Então, hoje, um ano depois, a gente continua sem saber ainda o que fazer.

Mas uma coisa muito me preocupa: um ano depois – com a fala do Dr. Thales, a quem eu respeito bastante –, dizer que, com 30mm de chuva, é para as pessoas saírem de casa significa que, em um ano, um problema que era de quatro ruas passou a ser problema de uma população. Hoje é no bairro do Pinheiro que nós estamos sentindo, mas aquele quadro verde lá vem avançando. E qual a garantia que nós vamos ter? Qual a garantia que nós temos de que somente será o bairro do Pinheiro se a gente não sabe a causa e se o processo de evolução é constante e devastador pela sua velocidade?

Mais uma vez, eu ressalto que, enquanto os Poderes Públicos não decidirem unir forças, enquanto os governantes não decidirem unir forças e trabalhar todo mundo em uma situação só, em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um propósito só, nós vamos continuar participando de estudos e de reuniões, e a população vai continuar sofrendo, porque cada um está preocupado em defender a sua bandeira.

Será que, um ano depois, depois de tanto problema, não dá para a gente se unir e realmente trabalhar em conjunto, seja Vereador, seja Deputado, seja Senador, seja Presidente? Nós não estamos falando mais do meu problema. Nós estamos falando do problema de todo mundo. Nós estamos falando do problema de uma cidade e de um Estado, porque, se metade da cidade, que é a capital do Estado, precisar ser evacuada, como fica a situação do Estado? O Estado não vai ter nenhum tipo de problema social e econômico?

Eu tive reunião com o Prefeito e não tive problema para ser atendido. Eu tive reunião com o Governador e também não tive problema para ser atendido. Mas a população não é representada por uma pessoa só. A população é representada por ela mesma e por quem tem interesse. A população também precisa aprender a se interessar pelo seu próprio problema...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOELINTON BARBOSA GÓIS – ... e não esperar uma mensagem do WhatsApp, seja minha, seja de A, seja de B. As pessoas também precisam conhecer os problemas para saber onde ir atrás e cobrar de forma correta. A forma correta é com respeito. Saber o que está fazendo é que vai dignificar tantos os políticos, tanto os governantes como nós mesmos.

Então, hoje e em todos os momentos mais difíceis que nós tivemos, a Defesa Civil municipal esteve ao nosso lado, a Defesa Civil esteve no bairro. A Defesa Civil estadual entrou recentemente, mas está lá para ajudar. Mas a gente tem que fazer a nossa parte, a gente tem que cobrar deles o que eles realmente têm que fazer. Senão, a gente está arrumando trabalho para eles fazerem sem necessidade, porque, enquanto a gente está ligando para fazer uma vistoria que não precisa, há outra pessoa que está desesperada precisando de uma vistoria, e o cara está ocupado. Então, primeiro, eu preciso fazer a minha parte para depois cobrar que os outros façam as suas.

O Thales e a equipe dele merecem, sim, respeito, porque ele foi... Eu nunca vi uma pessoa do porte da empresa dele, do nível de cargo e de conhecimento dele ir a um bairro para atender à população, um a um, para dar uma satisfação. Então, um cara desses não pode deixar de ser respeitado, sem falar no conhecimento e no profissionalismo dele.

Eu não vou atrapalhar mais para ninguém perder os voos, mas eu peço, por favor...

Eu fiz um pequeno levantamento. Por exemplo, a gente sabe que o Pinheiro hoje tem em torno de 20 mil a 21 mil de população. Isso aí no Censo de 2008. A cidade em si pega metade do bairro. Então, eu fiz uma comparação entre população de homens e mulheres, mas, como foi bem dito aqui, nós temos as empresas e consequentemente nós temos as famílias e continuamos a ter homem e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mulher. O Farol e o Pinheiro são bairros interligados. Hoje é o Pinheiro. Se for o Farol também, nós dobramos a população praticamente.

A minha casa, até o dia 14, era assim. No dia 15 – é uma foto antiga –, ela ficou rachada. Hoje quem chegar perto... Muita gente não tem coragem nem de entrar nela, porque não vai saber se sai, principalmente se estiver chovendo.

Como é que eu posso questionar se as pessoas que estiveram presentes na nossa história não se preocuparam?

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOELINTON BARBOSA GÓIS – Se vocês olharem, os três estão aqui conversando. O Dinário está ali atrás, mas não está conversando, não está no WhatsApp. Eu tenho certeza de que ali estão passando mil e uma coisas na cabeça dele, como vai resolver um problema desses.

O primeiro é o bloco 8. A rosa é a casa tão falada, tão famosa. Embaixo também está a casa rosa. Esse muro é o meu. Esse rachão foi no primeiro dia. Hoje está maior.

A primeira foto era da sala de brinquedos de minha filha. Hoje só há buraco. E as tomadas fizeram o favor de levar, nem as tomadas há mais. Esse banco que está aí era... Onde ela está sentada, no banco, hoje é essa parede que está ali. Então, para você que é pai ver uma vida estruturada passar por uma situação dessas e nego ainda vir querer fazer disso aqui uma promoção... Desculpem-me, mas eu não aceito, porque aqui a gente está brincando não com o fato de você se promover; a gente está brincando é com as nossas vidas. E eu trabalhei muito para chegar aonde eu cheguei e hoje não ter nada, porque simplesmente foi embora...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Joelinton, só interrompendo aqui, conta um pouco da sua história. Você saiu quando de lá?

O SR. JOELINTON BARBOSA GÓIS – Dia 15 de fevereiro de 2018. Foi a primeira casa a rachar. Fui eu que liguei primeiro.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Foi a primeira casa, 15 de fevereiro de 2018. Hoje você recebe o auxílio?

O SR. JOELINTON BARBOSA GÓIS – Recebi quando todo mundo começou a receber. Recebi a segunda parcela.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – E você saiu baseado no laudo dado por alguém? Alguém disse para você sair ou foi você que...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOELINTON BARBOSA GÓIS – Foi dada a opção: "Se você quiser ficar, você pode ficar, mas é notório que sua casa está totalmente afetada e corre risco de desabar."

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Isso aí foi colocado por escrito?

O SR. JOELINTON BARBOSA GÓIS – "Uma outra opção que existe é colocar estaca." Está bom, mas como é que eu vou colocar estaca se é o solo que está com problema? A gente ainda não sabe o que aconteceu. E eu entendo, realmente era muito novo.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Naquele momento.

O SR. JOELINTON BARBOSA GÓIS – Tanto é que o bloco dele colocou estaca, e, no dia 3, eles tiveram que tirar a estaca porque estavam só pagando diária.

Num belo dia de sábado, aqui nesta rua, havia sete caminhões. É de partir o coração você passar por um bairro em que todo mundo gostava de viver, numa cidade relativamente grande, mas com clima de interior, e só em uma rua você ver sete mudanças saindo, sete famílias, sete destinos sendo modificados. Então, você só consegue perceber se você estiver vivendo o momento. Eu, apesar de já estar tão calejado com isso aqui, não vou mentir, não vou omitir para vocês, não. Quando vi isso aqui, eu chorei, porque é dramático você ver as pessoas numa situação dessas.

Isso foi no dia 28 de janeiro. Estava chovendo. Mas como eu posso reclamar da equipe do Dinário se, mesmo na chuva, os caras estavam lá para dar apoio para a gente? Eu estou falando aqui do Dinário, estou falando do Moisés e estou falando da CPRM, porque eu digo uma coisa para vocês.

Se não fosse o trabalho que Dinário fez e se não fosse a competência do Thales junto com o pessoal da CPRM, sim, vocês podem ter certeza de que, hoje, nós estaríamos com um problema muito maior, porque quem fez alguma coisa até hoje foram eles, e cada um está desenvolvendo um trabalho diferente.

E, aqui, fala-se do apoio. Isso só se resolve, pessoal, com trabalho em equipe. Isso só se resolve se nós deixarmos a vaidade de lado. Eu briguei feio com o Geraldo, mas ele faz ações boas. Eu o respeito, eu nunca o desrespeitei. E por que a gente, por que o Poder Público não se une e deixa a vaidade de lado? (*Palmas.*)

Não me interessa se é Braskem. Não cabe a mim julgar, porque eu não sou preparado para isso. Mas, hoje, em todas as reuniões eles estão presentes. E por que, como foi dito aqui, o IMA não está presente? Por que outras pessoas, como foi dito aqui, não estão presentes? É porque ninguém entendeu...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOELINTON BARBOSA GÓIS – ... que essas são vidas que estão aí largadas. Ninguém entendeu que estas aqui são famílias, que esses são sonhos que foram destruídos. Digo "ninguém" entre aspas; quem está aqui eu retiro.

Então, isto aqui para mim, hoje, é um desafio: fazer com que nós todos nos unamos em prol de recuperar o bairro ou até mesmo de arrumar um destino para essas pessoas. Até então, eram duas mil pessoas; agora, podem ser 20 mil, 21 mil pessoas. Entrando no Mutange, vai passar para 30 mil, 35 mil, 40 mil pessoas. E, aí, eu pergunto para vocês: qual cidade do País ou, talvez, do mundo está preparada para, do dia para a noite, virar a chave e arrumar 40 mil casas? Eu acho que ninguém está preparado para isso, nenhum Governo. Ou, se estiver preparado, vai pegar gente que tinha uma vida, que tinha uma história aqui – não estou desprezando ninguém – e vai mandar para Pilar. Não é assim! Não é assim! A gente tem história, a gente tem respeito. Nós somos pessoas, não somos gados que se botam num caminhãozinho e se levam para onde querem. Se quer fazer, faça, mas, primeiro, me mostre que você fez a sua parte! Se fizer a sua parte, eu até posso ficar calado, mas, sem fazer nada, simplesmente dizendo "ah, foi o que aceitei", não, assim não, assim também não serve, não!

Pessoal, muito obrigado, mas essa história é nossa. Essa é a história que nós vivemos, e cada um tem a sua; isso é particular. Eu não posso dizer que a história do meu vizinho, que a história da vizinha é igual à minha. A história do Maurício não é igual à minha, porque eu sei o que eu passei para fazer e eu sei o que estou passando. De uma coisa eu tenho certeza: hoje, para mim, é mais fácil entender, é mais fácil conseguir sobreviver com isso do que para as pessoas que estão saindo de casa hoje. Eu tenho amigos que estão saindo de casa, mas eu sei a história desse processo, eu estive em todos os momentos e nós órgãos a que fomos convidados, mas – desculpem-me – eu não tenho tempo, nem ele tem tempo, para bater...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOELINTON BARBOSA GÓIS – ... de porta em porta, pedindo: "Deixa eu participar?". Eu acho que tem que ser um conjunto. Assim como eu tenho que pedir, as pessoas também têm que colaborar.

Obrigado, Rodrigo. Você nos deu oportunidade de participar, e isso é importante. Eu ainda queria sugerir: ao invés de todo mundo sair para deixar a população por último, por que não todo mundo ouvir a população no início para depois, sim, cada um começar a falar? Muita gente que estava aqui – respeito mais uma vez as ausências; cada um tem seus motivos – não vai baixar o vídeo para ouvir o que nós estamos conversando aqui. O que ele falou foi em vão; o que Maurício falou foi em vão; o que Geraldo falou foi em vão; o que eu falei foi em vão, porque ninguém estava aqui para ouvir.

Então, obrigado mais uma vez. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Muito bem, Joelinton! É importantíssima a sua fala. A sua presença aqui faz total sentido para esta audiência. Garanto-lhe o seguinte: o objetivo aqui é colher informações. Então, a gente vai colher informações de vocês. Esse sentimento, todos esses fatos, essas fontes estavam lá, eles já sentem... É lógico que vão receber todo o material aqui, mas o objetivo, como eu falei, foi traçar aqui uma linha de trabalho para que a gente possa fazer com que essa situação ganhe cada vez mais a importância que tem que ser dada. O que está acontecendo? O que fazer? Se vai sair, vai para onde e como? Depois, qual a origem disso? Então, esse é o tripé, isso foi necessário. E, mesmo assim, olhem o avançar da hora. Estamos aqui, acredito, há quase dez horas reunidos.

O SR. GERALDO VASCONCELOS DE CASTRO JÚNIOR (*Fora do microfone*.) – Sr. Presidente, eu vou precisar sair, senão vou perder o voo.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Tudo bem!

O SR. GERALDO VASCONCELOS DE CASTRO JÚNIOR (*Fora do microfone*.) – Muito obrigado pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Tudo bem! Então, quero agradecer aos senhores.

O objetivo final, podem ter certeza, será... Há um fechamento. A palavra dita por V. Exa. aqui também, pelo formalismo, é o que dá significado ao bom senso. Você disse: "Olha, eu conversei com todos, estive sempre presente e acompanhei a evolução disso". Então, as pessoas estão sendo surpreendidas agora, e, de fato, às vezes, isso se dá por uma mensagem do WhatsApp, que diz: "Olha, agora chegou a sua vez!". E o outro diz: "E a minha vez quando é? Estou azul, amarelo, branco, laranja? O que vai acontecer com minha família?". Nem é só ele. Você mostrou a foto aqui. Acho que é sua filha, não é? Então, não há nada mais sensível do que isso.

Então, é importantíssima demais a sua fala!

Obrigado pela presença.

O SR. JOELINTON BARBOSA GÓIS – Deixe-me só... Ao invés de lhe fazer uma pergunta, eu vou lhe dar uma resposta. Hoje, eu não volto para o bairro porque tudo indica que a casa realmente não sirva para eu voltar. Não só a casa como o terreno estão comprometidos. Então, nem para construir, hoje, provavelmente o terreno sirva. Mas a gente é obrigado a aceitar isso.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Muito bem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOELINTON BARBOSA GÓIS – Faço só uma ressalva – eu já falei, mas volto a falar: foi frustrante perder a casa, mas foi mais frustrante ainda ninguém me dizer quem é o responsável.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Mas a história não acabou ainda, não. Temos muitos capítulos ainda.

Passo a palavra agora ao Presidente da Comissão Especial de Inquérito, Vereador Francisco Sales, que também já fez uma atividade, uma audiência pública. Na verdade, acho que foi uma reunião. Já teve alguns desdobramentos a instalação dessa Comissão importante.

Eu sei que o Vereador é a primeira porta política em que a população bate. V. Exa. também mora na região e é cobrado diariamente, se vai à padaria, se vai à farmácia. Espero que ainda esteja frequentando a mesma padaria e a mesma farmácia, porque não sei se ainda estão abertas. Mas V. Exa. tem legitimidade total para falar aqui pelos Vereadores também.

Então, eu gostaria de ouvir de V. Exa. como está sendo o dia a dia da comunidade e as atitudes feitas também por essa Comissão Especial.

O SR. FRANCISCO SALES – De início, eu gostaria de parabenizar V. Exa. por essa iniciativa.

Acredito que a nossa cidade, o bairro de Pinheiro, assim como os bairros de Bebedouro e Mutange, realmente, ganham muito com esse dia de hoje.

Estamos, há quase dez horas, neste trabalho. Eu gostaria de parabenizar todas as autoridades aqui presentes pelo comprometimento de estarem há quase dez horas em uma audiência pública.

Assim também, eu gostaria de parabenizar a sociedade civil, pelo quanto que chegaram aqui organizados o Geraldo, o Joelinton, o Maurício. Eles chegaram aqui organizados, planejando-se, para poderem expor tudo aquilo por que eles estão passando.

Então, eu gostaria muito de parabenizar esses moradores, Senador Rodrigo Cunha, que, há quase um ano, ou melhor, há mais de um ano, Deputada Tereza Nelma – a gente os acompanhou desde o início –, estão nesse sofrimento.

De início, como o Joelinton falou, Vereador Chico Filho, os próprios moradores não queriam abrir suas casas. Até hoje, Deputada Jó, ainda há moradores que querem esconder as rachaduras das suas casas e as fissuras. É triste!

Há 15 dias, fiz um trabalho com os guerreiros da Defesa Civil municipal, Dinário. Eu gostaria de parabenizar toda a Defesa Civil municipal, em seu nome, e aqueles grandes homens da CPRM, como eu gostaria também de parabenizar esses geólogos que estão na nossa cidade, que estão na nossa região, trabalhando sob o sol quente, Senador Rodrigo. Trabalham sob o sol quente! Quando a gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

passa, eles estão lá trabalhando, com aquele foco, com aquele comprometimento, para trazer essas respostas, Vereador Chico Filho. Eu não posso deixar realmente de parabenizar esses guerreiros que trabalham, que fazem a CPRM e que vêm em busca dessas respostas.

Escutei atentamente a minha conterrânea falar do nosso querido Colégio Nossa Senhora do Bom Conselho, no qual a gente tem toda uma história, no nosso bairro de Bebedouro. E trago uma triste notícia: ontem, Deputada Tereza Nelma, foi 100% interditado o Colégio de Nossa Senhora do Bom Conselho, no bairro de Bebedouro. É muito triste para a gente, que tem história naquele bairro, que tem história naquele colégio, chegar ao ponto de ver aquele colégio ser interditado e de ver, hoje, aqueles alunos – é um colégio com 142 anos de história – não saberem para onde ir.

Prefeita Pauline, ao lado, há o Hospital Miguel Couto, antigo, que está com 50% também da sua estrutura física completamente danificados.

Os problemas, infelizmente, já não estão somente no bairro de Pinheiro, mas estão também, infelizmente, nos bairros de Bebedouro e Mutange, Senador Rodrigo Cunha. Há ruas em Bebedouro com dezenas de casas apresentando essas rachaduras. É triste! Meu telefone toca dez, vinte, trinta vezes por dia, com as pessoas perguntando a real situação e o que está acontecendo. As pessoas estão ficando doentes, as pessoas estão adoecendo!

Nós tivemos uma reunião, Vereador Chico, na qual o senhor estava presente, junto com o pessoal do Nudec, com o pessoal da Defesa Civil e com o Corpo de Bombeiros, e as pessoas não conseguiam conversar, Procuradora, porque as pessoas choravam. As pessoas não conseguiam conversar com a gente. Eu, que venho acompanhando isso há mais de um ano, quando clamava por respostas, já não consigo mais conversar com as pessoas, porque as pessoas estão doentes, as pessoas estão chorando, as pessoas estão deixando de se comunicar. Isso é muito triste. É realmente muito triste!

As pessoas, com esta audiência de hoje, Senador Rodrigo Cunha, estão em Maceió, no bairro de Pinheiro, com a esperança de que esta audiência pública, no dia de hoje, traga realmente as soluções, traga as respostas, traga os causadores disso tudo. As pessoas clamam por essas respostas.

Nós criamos a CEI, de que o Vereador Chico Filho também faz parte, e vamos investigar isso com a maior responsabilidade possível, com o maior entendimento possível.

Vivemos um momento em que a classe política, infelizmente, a cada dia que passa, vem perdendo mais credibilidade diante das pessoas, diante da sociedade. Isso aí a gente escuta nas filas dos bancos, nas casas lotéricas, nos restaurantes. A cada dia que passa, as pessoas acreditam menos na força política. Mas não podemos perder essa luta. Não podemos deixar realmente que esse pessimismo atrapalhe o nosso trabalho. Em várias reuniões de que participei, Coronel, escutei até de moradores: "Ah, político não resolve nada!". Isso dói, machuca. "Eu não quero conversa com político!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não acredito em política. Político já vem aqui para aparecer!" Mas as pessoas também têm que entender que os políticos também são seres humanos; nós somos pais, mães, somos pessoas e temos corações. Eu confesso aos senhores e senhoras que, assim como muitos moradores, também estou cansado. Eu também estou cansado, porque eu sou ser humano. Eu estou cansado! Eu, realmente, não sou de parar naquele primeiro paradigma ou obstáculo que eu enfrento, Senador, mas, de forma preventiva, eu venho, há quase um ano, pedindo que sejam paralisadas as atividades, de forma preventiva, da Braskem em toda a região.

Basta a gente fazer uma pesquisa na comunidade de Bebedouro e de Mutange, que V. Exa. conhece tão bem, como na de Pinheiro, basta fazer uma pesquisa para escutar as pessoas dizerem do péssimo vizinho que a Braskem é: "É barulhento, incomoda." Os moradores, Senador, gostariam de ver a Braskem bem longe das suas residências. A 100m ou 200m da estação, o solo treme, as paredes tremem. Eu peço, há mais de um ano, que essa atividade seja paralisada de forma preventiva. Está aí Bebedouro em uma situação já delicada. De Pinheiro a gente nem pode mais falar! E, em Mutange, mais de 70% das pessoas já moram em área de risco. Enquanto isso, a Braskem continua fazendo sua operação.

Eu gostaria muito, Senador, que a Braskem não tivesse nada a ver com isso, até por sua participação econômica. Nós sabemos que ela é importante para o nosso Estado e para a nossa cidade, sabemos a quantidade de empregos que ela gera. Mas eu costumo dizer o seguinte: se fosse um campo de futebol e se o gramado precisasse ser tratado, jamais poderia haver ali atividades esportivas, seriam interrompidas as atividades esportivas. Se, no nosso Rei Pelé, no nosso Trapichão, o nosso gramado está precisando se recuperar, são interrompidos os jogos, e se vai jogar em outro Estado.

Como é que o solo está danificado, seja a Braskem a causadora disso tudo ou não, e as explorações continuam? São perguntas que eu não consigo até hoje responder. Como é que isso continua? Como é que podem continuar essas operações? As pessoas, os vizinhos estão deixando suas casas, suas famílias, e lutaram por anos e anos para conquistarem as suas residências! Enquanto isso, a empresa continua fazendo sua operação, como se não estivesse acontecendo nada.

São quatro poços, Senador Rodrigo Cunha, 24 horas no ar. Parece que, agora, depois disso tudo, eles estão trabalhando a todo vapor. É um barulho desenfreado. Ser vizinho daquela empresa barulhenta chega a ser terrível! É até desumano ser vizinho de uma empresa daquela! Isso está ficando delicado e, ao mesmo tempo, cada vez mais complicado. Que possamos, nesta audiência pública, provocar todas as autoridades, para que possam agir de forma preventiva! Temos de agir de forma preventiva!

Senhores, sei que a assessoria e até os amigos que estão em Maceió não vão gostar do que vou dizer agora: se, depois disso tudo, depois dessas respostas e depois das soluções, Vereador Chico

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Filho, a ANM, que para mim hoje é uma agência inoperante, e a CPRM, que é uma empresa competente em que eu acredito, disserem que a Braskem pode continuar operando naquela região dos barros de Pinheiro, Bebedouro e Mutange, se, depois de todas essas investigações, isso acontecer, Senador Rodrigo Cunha, eu renuncio ao meu mandato. Eu vou renunciar ao meu mandato, porque vou saber que estou totalmente errado e que não tenho condições de representar aqueles maceioenses. Pode ter certeza absoluta disso. Se, depois de todos esses estudos, a CPRM tiver a coragem, junto com ANM, de dizer que a Braskem vai continuar operando naquela região, explorando, eu, que não tenho apego nenhum, que venho da iniciativa privada e não tenho apego a cargo público, renuncio ao meu mandato de Vereador de Maceió.

Eu gostaria também, aproveitando a presença dos procuradores aqui, Senador Rodrigo Cunha, de fazer uma pergunta.

Eu gostaria que os representantes e diretores da Braskem estivessem neste momento aqui.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FRANCISCO SALES – Já irei concluir, Presidente.

Eu gostaria que eles estivessem aqui.

Por que foi colocado à venda, ou então foi vendido, o clube dos funcionários da Braskem? Ou foi vendido ou foi colocado à venda agora. Isso é uma denúncia. É uma denúncia deste humilde Vereador. A Braskem é uma empresa que se preocupa muito, senhores e senhoras, mesmo não sendo uma empresa do varejo, com a imagem dela. É uma das empresas, Deputada, que mais investe na mídia de todo o nosso Estado. Ela também se preocupa com o seu funcionário, com o seu colaborador. Por que, neste momento, em que tanto o colaborador precisa descansar, repousar, ela colocou à venda ou vendeu o seu clube? Isso é uma denúncia, e tenho muita responsabilidade no que eu estou dizendo. Que sejam investigadas essas causas!

Este é o momento, Dr. Cleber, em que seus colaboradores precisam descansar. Se não me engano, por R$4 milhões está sendo vendido ou foi vendido o clube da Braskem. Isso é algo que a CEI vai investigar, que o Ministério Público também vai investigar. Por que isso é feito neste momento, em que a sociedade cobra tanto essas respostas?

Então, digo, Presidente Rodrigo Cunha, que não estou aqui para fazer política, mas estou aqui para fazer meu papel como cidadão. Quero dizer que não irei, realmente, ficar parado em hipótese alguma, até porque se está mexendo com toda a minha história. Está-se mexendo com meus bairros, está-se mexendo onde meus amigos e minha família residem. Está-se mexendo com o colégio onde eu tenho toda a minha história. Está-se mexendo com todas as minhas raízes. E aí não vai haver

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

realmente ninguém nesta terra, a não ser Nosso Senhor Jesus Cristo, que peça para eu parar. Eu agradeço aos senhores e às senhoras por este dia tão importante para a nossa cidade.

Muito obrigado! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Vereador Francisco Sales, é importante deixar claro que V. Exa. tem a convivência com as pessoas no seu dia a dia. Sua origem está nessa região. A cobrança é diária, é horária. As pessoas esperam também uma postura de V. Exa., que agora também está à frente de uma Comissão Especial de Investigação.

Eu quero aqui me colocar também à disposição. Caso V. Exa. tenha alguma dificuldade de acesso a alguma informação, onde quer que seja, reporte isso a mim também. Eu também quero somar forças com o trabalho realizado pela Câmara Municipal de Maceió. Eu quero ser um parceiro nessa sua atividade, como, da mesma forma, aguardo também que qualquer resultado que surja dessa Comissão Especial seja também encaminhado para o conhecimento de todos nós Senadores desta Comissão. É um trabalho importantíssimo. Inclusive, V. Exa. está lá. Estamos aqui em outra esfera, com outro tipo de responsabilidade, mas isso não quer dizer que seja maior do que a sua, de forma alguma.

Por isso, vou me empenhar atentamente. Sei o trabalho sério que você sempre teve, a forma determinada de suas ações. Que isso possa se reverter em resultados concretos!

V. Exa. chega ao ponto de colocar toda a confiança que as pessoas depositaram em V. Exa. em xeque. Eu digo: não vamos por essa linha, porque V. Exa. colabora de várias formas com o Município. V. Exa. disse aqui no início: "Eu não desisto no primeiro entrave." Mas não vamos desistir no segundo, não! Vamos somar forças. Quero dizer que V. Exa. não vai estar sozinho. O meu objetivo aqui é justamente tentar fortalecer, para que outras pessoas desenvolvam seus trabalhos. Aqui é o local para isso. Então, desejo-lhe força, sucesso! V. Exa. não está sozinho nessa Comissão. Há outros Vereadores que dela fazem parte, para que possam conseguir também resultados positivos.

Está aqui também inscrito o Vereador Chico Filho, Vereador por Maceió, que está presente aqui desde o início e que acompanha, com certeza, de perto, essa situação.

Eu queria saber também de V. Exa: depois do que foi demonstrado hoje aqui – V. Exa. teve conhecimento disso –, qual orientação que daria para os moradores de Pinheiro? V. Exa. também é muito querido ali.

O SR. CHICO FILHO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Então, tem um poder de influência grande, sabe que a pressão é diária. As pessoas cobram postura. E também é importante a fala de V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CHICO FILHO – Sr. Senador, parabenizo a participação de todos. Agradeço o convite.

Primeiro, como Relator da Comissão Especial, eu gostaria de solicitar a V. Exa. toda a documentação que foi apresentada no dia de hoje. Que possam ser enviados para a nossa Comissão esses documentos também, para que a gente possa fazer os nossos estudos!

Uma coisa que me deixa preocupado, Senador – este já é o comentário geral na cidade –, é relativa à questão que foi apresentada pelo Dr. Thales. Foi apresentado o novo mapa de feições. Há uma dúvida: o mapa é o mesmo? A área a ser desocupada seria só aquela área vermelha, amarela e laranja que foi colocada? Ou é para ser desocupado todo o bairro Mutange e parte do Bebedouro? Isso não ficou claro. Isso não ficou claro para mim e não ficou claro para a Defesa Civil, para você ver como uma falha de comunicação existe entre a esfera federal, os estudos e a esfera municipal e estadual e continua existindo até hoje. A bomba está na mão do Dinário, que não sabe o que vai fazer. Então, é importante que V. Exa., na condição de Senador, interfira nessa temática, tente encontrar com o pessoal da CPRM. Eu sei que não é sua atribuição, não é a minha, não é a de Jó, não é a de Tereza. Esse deveria ser um compromisso do Estado – Município, Estado e União –, mas, infelizmente, como não há um compromisso por parte desses entes, cabe a nós Parlamentares, que estamos interessados em ajudar a população, assim fazê-lo. Peço a V. Exa. que tente interagir junto à CPRM sobre esse novo mapa de feições, para verificar se é o que eu entendi, se é o que todo mundo em Maceió está entendendo, ou se permanece restrito à área vermelha, amarela e laranja, e como se dará o pagamento da ajuda humanitária das demais pessoas que não estão nessas áreas. É uma preocupação.

Assim, eu demonstro minha preocupação, porque, se mais de 35 mil pessoas foram deslocadas das suas regiões, de onde moram, de onde trabalham e de onde têm os seus comércios, isso gerará uma crise sem precedentes que quebrará o Município de Maceió. Maceió não está pronta para isso. Maceió é uma cidade pequena, uma capital pobre, que não está pronta para enfrentar essa situação. E aí a gente precisa que o Sr. Prefeito e todos que fazem o Município – e eu me enquadro nisso, como Vereador – possam estar atentos a essa situação.

O que o Vereador Sales colocou e que foi levantado por alguns aqui é uma realidade. Há uma suspeita de que a Braskem pode ser uma das causadoras desses eventos. E aí eu deixo outra pergunta: sendo a Braskem a causadora desses eventos, é possível a paralisação imediata das atividades dessa empresa? Nós temos a extração do sal-gema, mas nós também temos a extração de água para ser jogada nesses poços, que supera a extração de água de todos os poços da cidade de Maceió – digo só dos poços da Braskem. Então, como fica o equilíbrio do nosso solo com a paralisação imediata da Braskem? Essa é a minha preocupação.

Paralisando-se o funcionamento da Braskem, Senador Rodrigo Cunha, 70 empresas da cadeia produtiva do plástico param suas atividades, 20% da economia do Estado se perdem, e nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quebramos o Estado de Alagoas. O Estado de Alagoas, que é um Estado pobre, não tem condições de abrir mão de 20% de sua economia, que sobrevive da cadeia produtiva do plástico.

Aí eu faço uma pergunta, lembrando que é preciso que o Governador e todos que fazem o governo estadual fiquem atentos a esse tipo de situação. Quebrando o Estado de Alagoas, quebra-se o pacto federativo. Isso vai chegar à União, é lógico, porque alguém vai ter que arcar com isso. Quem é que vai arcar? A União. E aí eu chamo a atenção do Sr. Presidente da República, porque esse é um problema que diz respeito também à União.

Ninguém está fazendo essa conta. Nós estamos restritos ao comércio do Pinheiro. E não é só isso. O que o Sr. Alexandre colocou aqui, e o fez com muita propriedade, é apenas a ponta do *iceberg*.

Alexandre, o que vem depois de tudo isso aí que V. Exa. colocou com tanta propriedade, as pessoas ainda não enxergaram. E as pessoas precisam enxergar.

Agora, nem tudo são problemas. Nós temos um Prefeito, um Governador e um Presidente que nós elegemos. E as autoridades que aqui estiveram e, principalmente, o Ministério Público não têm de ficar provocando para que o Poder Público, no âmbito municipal, estadual e federal, possa agir. Nós colocamos eles lá para agirem sem as nossas provocações, para que eles, através de planejamentos, façam o que nós precisamos que eles façam.

Se foi dito aqui pelo Dr. Thales...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CHICO FILHO – Eu peço só um minuto, por gentileza, Senador Rodrigo Cunha.

Se foi dito aqui pelo Dr. Thales que há a possibilidade de fazer um trabalho de estabilização do terreno, de garantir que as pessoas que lá estejam possam viver em tranquilidade, que os Governos sentem e procurem fazer isso com urgência!

Em Maceió, os bairros de Pinheiro, de Mutange e de Bebedouro não vivem uma situação pior do que, por exemplo, a do Chile ou a do Japão, que estão ao lado de uma placa tectônica, onde, eventualmente, há um terremoto, acaba-se tudo, e, no outro dia, está tudo pronto de novo. As construções conseguem ter hoje amortecedores para absorver o impacto.

Então, que se apresente a possibilidade de a gente trabalhar esse solo, para a gente conter esses problemas, para que a gente continuar vivendo na cidade mais linda do País, que é a minha cidade de Maceió. É preciso que a gente pare e faça um planejamento, que a gente não fique sempre correndo atrás do prejuízo.

O que a Dra. Rosemeire, representante do Ministério Público do Trabalho, colocou aqui é a pura verdade. Sabem o que vai acontecer? O desastre, de que todo mundo fala. E, depois, vai chegar o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

helicóptero, para o Presidente fazer aquele voo, para, depois, os bombeiros jogarem as pétalas, e palmas.

Por que o Presidente, o Governador e o Prefeito não sentam agora – e já deviam ter sentado –, estabelecem um plano "b" para as situações posteriores ao prazo findado da ajuda humanitária e começam agora a fazer as obras de que o bairro precisa...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CHICO FILHO – ... como drenagem de água pluvial, saneamento, trabalho do solo? Tudo isso já foi falado há mais de um ano! Tudo isso já foi falado há mais de um ano, Senador.

V. Exa. está de parabéns por ter trazido à baila esta discussão. Porém, o que me preocupa é, primeiro, o que os Governos estão fazendo; segundo, como isso chega para minha cidade.

Esta é a pergunta que todos fazem para mim, no WhatsApp: a minha casa vai ser atingida? Eu não sei. Eu não sei qual é a área! Foi apresentado aqui um mapa muito rápido, de uma meia-lua, e eu não sei onde isso atinge. Chega a Belo Horizonte? A informação que eu tinha era a de que não chegava a Belo Horizonte.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL. *Fora do microfone.*) – Mas chega.

O SR. CHICO FILHO – Não sei. A informação que eu tinha era a de que não chegava ao CEPA. Tive a informação hoje, aqui em Brasília, de que o CEPA inteiro estaria com o risco de ser interditado. Para quem está aqui e não sabe o que é o CEPA e para aqueles que nos estão assistindo e não conhecem a cidade de Maceió, digo que o CEPA é o maior centro educacional do Estado de Alagoas; há o maior número de escolas e o maior número de alunos no mesmo centro educacional. E nós não temos onde colocar essas escolas.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CHICO FILHO – Eu estou colocando os questionamentos, e V. Exa., se quiser, depois responde.

O SR. ALEXANDRE SAMPAIO (*Fora do microfone.*) – Vereador, é muito importante o que o senhor colocou. Todo mundo em Maceió quer saber disso.

O SR. CHICO FILHO – Quero só concluir.

Eu não estou levantando falso sobre se o CEPA foi atingido ou não. Não sou eu que estou levantando isso. As pessoas estão me perguntando, e eu não estou sabendo responder.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As pessoas estão me perguntando se a Ladeira do Calmon – o Vereador Francisco Sales mora próximo dela, bem como o Vereador Mauro Guedes Júnior – foi atingida ou não, e eu não sei dizer.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CHICO FILHO – A gente precisa delimitar essa área. Falar simplesmente – já vi alguns depoimentos de pessoas que estavam aqui orientando nesse sentido – que todos devem evacuar a área não é o caminho. Primeiro, eles não têm para onde ir. Segundo, há gente... Graças a Deus, tenho meu pai, que está fora da área. Mas dez pessoas de uma mesma família que estavam na reunião do Nudec, Vereador Francisco Sales, moram em Bebedouro, na área vermelha, e não têm para onde ir, não têm recursos, não receberam ajuda humanitária. Elas vão para onde?

Então, deixo esses questionamentos, nobre Senador Rodrigo Cunha, e parabenizo V. Exa.

Espero ter contribuído. Tenho o compromisso de sempre buscar ajudar a minha população, ajudar o meu povo. Trabalho lá, tenho amigos lá.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CHICO FILHO – Tenho amigos que conviveram comigo desde a infância que empreenderam lá e, hoje, Senador, perderam toda a vida deles lá. Hoje, mais de R$10 milhões estão enterrados no bairro de Pinheiro, sem respostas.

Parabenizo V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Eu lhe agradeço, Vereador.

Esses relatos também corroboram tudo o que foi dito aqui pelos moradores, pelo Alexandre. É uma situação que nos remete realmente ao momento que estamos vivendo.

Aqui, a apresentação foi feita não para mim; inclusive, V. Exa. me assistiu aqui.

Quanto às conclusões, cada um vai tirar a sua. A conclusão a que eu cheguei aqui é que nós temos uma situação diferente daquela que tínhamos dez dias atrás, diferente da que tínhamos um mês atrás. E o maior exemplo disso é justamente o plano de evacuação. O plano de evacuação foi feito em cima de áreas seguras e hoje já tem que ser redirecionado, porque não é mais a mesma realidade.

O que foi colocado aqui é o seguinte – inclusive, foi um dos pleitos, foi uma solicitação minha aqui: que seja atualizada a demarcação dessa área. Falei aqui por quatro vezes, dizendo que o que está baseado hoje e dá origem a essas cores foi justamente um trabalho dedicado, pessoal, de visualizações dos edifícios, no olho. Nós estamos falando aqui de tecnologia de satélite, que vai a 1,5 mil metros de profundidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, quanto a esses dados, perguntei: eles existem já? Já existem. O que se está fazendo agora é uma leitura desses dados. Enquanto isso, qual foi a orientação? Quem vive na área vermelha já não pode estar lá. A última postura foi, inclusive, a do Ministério Público na terça-feira, emitindo uma recomendação para que a energia, a água e o gás sejam paralisados. Isso foi feito com base em quê? Nos laudos que já chegaram, no laudo que já foi dito aqui pelo Promotor desde outubro. Em junho, houve um alerta; em outubro, houve outra informação, dizendo que não era mais para ser ocupada essa área, o que se comprova através de fotografias e de gravidades que existem.

Foi dito aqui também pelo representante da CPRM sobre a velocidade que se tem de subsidência, que é justamente o afundamento do solo: é uma velocidade 30 vezes superior àquela que é considerada normal. Perguntei isso aqui, e isso foi dito e relido.

Então, foi colocado que quem está na área amarela e laranja, se chover, deve sair de casa. Isso aí já havia sido colocado uma época atrás, mas com outra magnitude: eram 80mm, e, agora, são 30mm. Assim, isso está num passo gradativo.

Aí a minha pergunta é: quem mora lá vai esperar que chegue um aluguel social? Se não houver outro jeito, espera-se. Mas eu disse: se eu conheço alguém que mora nessa área, eu digo "não espere". Então, isso foi o que eu extraí.

Mas como é que isso pode ser corroborado, pode ser exigido, pode ser exequível? É como a Dra. Roberta fez aqui, formalizando. Vamos buscar a federalização? Que seja! Se é o Comitê de Integração, como o chamam aqui, que seja! O Secretário Nacional da Defesa Civil se propõe a fazer esse comitê federal, que já existe hoje. Foi um pedido meu aqui também para que ele leve para a Presidência para inserir não apenas a Federação; os Estados e os Municípios estão querendo também. E não vi aqui barreiras, pelo contrário.

Então, esses encaminhamentos foram colocados aqui. E não se pode dizer quem é culpado, porque o principal objetivo agora não é arrumar culpados, é arrumar soluções. O objetivo agora é fazer com que as pessoas não coloquem em risco a sua vida.

Então, isso é o que foi extraído pelo menos por mim e é o que vai ser internalizado com a equipe, com as pessoas que querem colaborar, para que a gente possa tirar o maior proveito de um dia como este de hoje, que terá vários desdobramentos. Então, essa é a missão que foi dada desde o início. Não é o único desdobramento que haverá, mas é o que teremos hoje.

Eu gostaria de ouvir também o Vereador Cleber, que pediu a palavra.

O SR. CLEBER COSTA DE OLIVEIRA – Senador Rodrigo Cunha, eu só gostaria de dizer da minha satisfação de ter vindo aqui. Vim aqui impelido pela curiosidade de saber o que o senhor tinha escondido nas mangas para dar aquela declaração na sexta-feira. Conhecendo o senhor como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conheço, eu sabia que existia algo a mais. E vim aqui para tomar conhecimento dessas coisas que foram relatadas aqui.

Vou só pontuar uma. Foram várias, mas vou pontuar uma. Nós observamos que o relatório sobre o sal-gema, até o ano de 2017, falava que não tinha observado absolutamente nada; é um relatório totalmente normal. E o Thales, a partir do ano de 2018, passou a fazer a avaliação de subsidência e observou o quanto vem ocorrendo esse fenômeno no bairro de Pinheiro. Então, houve uma discrepância de informação. Acho que a gente precisa avaliar isso.

Quero salientar a importância da sua participação nesse processo, porque a sua interlocução com o Governo Federal vai ser de extrema importância. Nós, em Maceió, estamos com a Assembleia Legislativa e com a Câmara de Vereadores, mas teríamos certa dificuldade, talvez, com a interlocução no âmbito do Governo Federal. Então, a sua vinda é extremamente importante para facilitar essa interlocução.

Eu gostaria de informar também que nós vamos ter uma audiência pública, que havia sido marcada para a data de hoje, mas, evidentemente, nós a adiamos para a próxima quinta-feira. V. Exa. está convidado para participar.

Eu queria solicitar, se possível, que nos enviasse também todo esse material, para que pudéssemos subsidiar a nossa audiência pública da próxima quinta-feira na Câmara de Vereadores de Maceió.

Agradeço todas as informações que nós tivemos nesta data de hoje, o que foi extremamente importante para todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Agradeço-lhe, Vereador Cleber. V. Exa. também é uma pessoa muito comedida e coerente, é uma voz a ser ouvida sempre. Pode ter a certeza de que, com um trabalho como o da CEI e com a audiência pública que vai realizada, no que eu puder, vou colaborar; não medirei esforços. O material, assim que possível – inclusive, isto pode ser feito hoje, se for dado o *e-mail* –, será encaminhado. Acho que a transparência, o acesso à informação, a publicidade devem ser considerados ao máximo. Obrigado pela presença de V. Exa. aqui, o que legitima muito a nossa atuação.

Eu gostaria de passar a palavra, para as considerações finais, à Deputada Tereza Nelma, que, desde cedo, está aqui também acompanhando a fala de todos os expositores.

A SRA. TEREZA NELMA (Bloco/PSDB - AL) – É o compromisso, Sr. Senador, que nós temos com a vida. Eu levanto muito a bandeira da vida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa situação do bairro Pinheiro me preocupa muito, porque iniciei pelo Mutange, por aquela região, pelo Flexal de Baixo, por ali onde a gente vê as coisas acontecerem.

Eu quero dizer para o povo, para a população de Pinheiro, de Mutange e de Bebedouro que vou continuar na luta, junto.

Eu já pedi na Câmara a constituição de uma comissão, que a nossa Bancada do Partido aprovou. Nós estávamos esperando a instalação das comissões. Como eu estou na Comissão da Seguridade Social, Família e Saúde, nós estamos tentando fazer isso por essa Comissão.

Convido V. Exa. para que nós fizéssemos uma comissão mista de Senadores e Deputadas e Deputados Federais. Por quê? Porque o nosso trabalho é diferenciado desse comitê instalado para o trabalho. Nós estamos juntos para fiscalizar, cobrar, estar presentes, fazer reuniões. E nós queremos muito ter a resposta do que aconteceu e como aconteceu. Nós sabemos dos estragos já.

Então, eu quero agradecer a todos.

Eu o parabenizo, Rodrigo, por esta audiência, que foi longa. Nós já realizamos várias audiências longas, mas não como esta. Esta eu acho que está ganhando de todas, mas foi necessária. É gratificante estar aqui.

Quero muito que o povo de Benedito Bentes, ou melhor – desculpem-me! –, do Pinheiro... Eu tenho uma prima que mora lá, tenho uma amiga muito próxima que mora lá. E hoje vou dizer calmamente: organizem-se para sair. Elas moram lá, juntas, não estão na área amarela nem na laranja, mas é bom sair também, até que isso aconteça.

Torço para que a CPRM, no dia 21 de abril – essa foi a data que ela nos deu –, realmente, tenha concluído o seu parecer, o seu diagnóstico, para que a gente tenha a oportunidade, Rodrigo, na Câmara Federal, no Senado, na Assembleia Legislativa e na Câmara de Vereadores, de saber disso antes que haja tantas notícias, para que gente possa chegar ao bairro e conversar com as pessoas.

Agradeço muito esta oportunidade.

Estamos juntos. Vou estar sempre junto, lutando pelo povo de Alagoas e, principalmente, pelos bairros Pinheiro, Bebedouro e Mutange.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Deputada Tereza Nelma, é do conhecimento de todos que V. Exa. também é uma grande lutadora, acompanha todos os desdobramentos desses fatos há muito tempo e é muito demandada pela população. Então, qualquer frente de trabalho que for iniciada, com certeza, contará também com o meu apoio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria de ouvir também a Deputada Estadual Jó Pereira, que acompanhou a reunião em todos os momentos, que fez suas intervenções sempre produtivas, nas suas considerações finais.

A SRA. JÓ PEREIRA – Sr. Senador Rodrigo Cunha, é uma audiência pública de dez horas. É isso? Nós estamos aqui desde as 9h; agora já são por volta de 20h. E nós saímos daqui com uma responsabilidade maior do que aquela com que aqui nós chegamos, principalmente depois de tantos relatos, depois de ouvir o relato de tantas vidas que foram e estão sendo destruídas.

Não há como nós não falarmos, infelizmente, da ausência do Poder Público. Essa é uma constatação triste. Digo isto com o coração magoado: nós somos órfãos de Estado. Somos órfãos de Estado!

Estamos nós aqui, eu, uma Deputada Estadual; a Deputada Tereza Nelma; o senhor, que é um Senador da República. Nós estamos aqui com o Ministério Público Estadual e Federal e com a Defesa Civil estadual, que ainda está aqui, mas não conseguimos direcionamentos no sentido de que amanhã nós teremos uma solução.

Essas pessoas já sofrem, Deputada Tereza Nelma, há mais de um ano. Para nós, a responsabilidade pode estar maior hoje, porque começamos a vivenciar com mais detalhes as causas que foram colocadas aqui e as consequências também. Mas nós precisamos agir.

Não tenho como não falar, Deputada Tereza Nelma e Senador Rodrigo Cunha, de tudo, tudo que foi colocado aqui: o aluguel social, o saneamento básico, a drenagem das águas pluviais, o apoio financeiro às empresas, a isenção. Tudo depende de recurso público. E quem detém o poder de decidir – e aí eu vou para suas perguntas – onde, quando e quanto será investido para resgatar vidas? Quem tem o poder de decidir isso?

Senador Rodrigo Cunha, com a esperança que tenho em V.Exa., que não é pouca, é muita, porque confio no seu trabalho, eu espero que a sua voz seja muito mais ouvida que a voz desses Vereadores, que a voz desta Deputada e de outros que estavam na audiência pública, porque muitos dos compromissos que aqui foram selados hoje já foram selados com a Câmara de Vereadores, já foram selados na Assembleia Legislativa do Estado e agora estão sendo selados no Senado da República.

Eu espero que, a partir de agora, eles sejam cumpridos, porque muitos compromissos, como foi o caso do aluguel social, da avaliação dos imóveis, da galeria de águas pluviais... Há aqui uma pergunta que eu não consegui fazer. Havia, no relatório da CPRM, a necessidade de pré-projetos, que ficaram sob a responsabilidade do Poder Público local. Esses pré-projetos nem o Município de Maceió tem condições de fazer, nem o Estado de Alagoas tem condições de fazer. Digo isso porque o senhor, como eu, foi Deputado Estadual em Alagoas e sabe que o Estado de Alagoas contrata, terceiriza projetos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, temos que sair daqui com a certeza de que, só unidos, nós vamos conseguir avançar. Isoladamente, nenhuma das Casas Legislativas vai conseguir avançar. O Ministério Público Federal pode conseguir avançar, sim, mas não na velocidade em que essas pessoas precisam. No meu entendimento, quando o Poder Público age pela provocação do Ministério Público, ele já falhou, porque é mais burocrático.

Então, que saiamos daqui, Senador Rodrigo Cunha, com essa mesa, com esse comitê de interlocução e de articulação já sabendo uma data definida, porque quero participar, com reuniões periódicas, com o chamamento do Poder Executivo municipal, estadual e federal. Se acontecerem as reuniões no Estado de Alagoas, a ausência direta do Presidente da República nós vamos entender, mas a presença dos Executivos municipal e estadual em algumas dessas reuniões tem que se dar na pessoa do Sr. Prefeito e do Sr. Governador do Estado. Eu também digo a V. Exa. que o comando e o destino dos recursos financeiros não estão com nenhum Secretário de Estado, estão com o Governador do Estado; não estão com nenhum Secretário municipal.

Tenho certeza da boa vontade e da disponibilidade do Dinário, e, aqui, hoje, sinto o peso que o Dinário sente todos os dias.

Eu sei, Dinário, que você não faz mais porque não consegue e sei o quão importante foi esta audiência pública de hoje para você mostrar e publicizar até onde você e o Moisés já foram.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. JÓ PEREIRA – Já alcançaram o limite! E o que tem de ser feito está além do seu alcance.

Então, Senador Rodrigo Cunha, vamos fazer essa interlocução. Se isso tiver que ser feito num ambiente imparcial, para não politizar, vamos fazer as audiências de interlocução da Comissão no Ministério Púbico Federal ou Estadual, ou onde quer que seja mais imparcial. Mas que elas existam! E que a gente já saia daqui com direcionamentos previamente definidos! Essa é a minha esperança. E, ainda, a gente deve buscar junto ao Governo Federal recursos públicos para obras extremamente importantes, como é o caso do saneamento e da drenagem das águas pluviais, para minimizar os efeitos que essas pessoas estão sofrendo no seu dia a dia.

Então, divido isso com V. Exa.

Ainda bem que pessoas como V. Exa., a Deputada Tereza Nelma e os Vereadores aqui estão presentes, para, como políticos, dividirmos conjuntamente essa responsabilidade!

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Parabéns! Parabéns!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deputada Jó Pereira, eu sabia que V. Exa. também, tendo acesso a essas informações, não ficaria de mãos atadas. Não é uma questão se é no Município A, B ou C; a questão é que são pessoas, onde quer que elas estejam. Então, é isso que deve sempre se sobrepor a qualquer outra situação.

Então, parabéns pelo seu envolvimento e por estar aqui hoje! É extremamente importante a presença de V. Exa.

Está aqui, inclusive para finalizar já a última fala da noite, o Dinário.

Então, por favor, Dinário!

O SR. DINÁRIO LEMOS (*Fora do microfone.*) – Vou mudar de lugar, para não fica de costas para ninguém.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Certo, certo! Com sua fala aqui, a gente finaliza bem esses trabalhos. Depois, vou só dar um arremate final. Mas foi um nome muito citado, já em alguns momentos.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Posteriormente, o Moisés falará também.

Por favor, liberem o microfone com fio aqui na mesa. Pessoal do áudio, libere aqui o microfone com fio. (*Pausa.*)

O SR. DINÁRIO LEMOS – Vou esclarecer um fato que é muito importante e que foi citado muito aqui. Primeiro, vamos falar sobre o cadastro.

Nós estávamos ali fazendo uma estratégia entre a Dra. Roberta, o Coronel Moisés e a Carla, que é da Secretaria de Assistência. Como já foi dito aqui, ele afirmou que a área laranja e amarela está garantida. A gente estava com tudo pronto para, na segunda-feira, já começar pela área laranja. Só estávamos precisando desse... Mas ele já disse isso aqui. Eu não tenho o empenho, mas não tenho dúvida, porque a minha preocupação era eu fazer e depois ser dito: "Você fez, mas não vai receber." Então, isso aí é uma coisa que, na segunda-feira, já começa.

Com relação à drenagem que foi falada aí e à água de superfície, lembro que eu tive uma reunião com a empresa que foi contratada pela Braskem. Eu juntei, na Secretaria, o Gustavo, que todo mundo aqui conhece, que é o responsável hoje pelos projetos. Há um projeto da macrodrenagem da Miguel Palmeira e do Divaldo Suruagy em que essa água vai para o Vale do Reginaldo. Então, no projeto de macrodrenagem, juntamos a Casal. O projeto já esteve pronto; inclusive, é preciso até que a CPRM diga se pode mexer ou se não pode mexer. Há a questão da drenagem. Então, esse grupo está

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conversando já. Juntamos todos, e eles estão conversando sobre o que se pode fazer agora para que possam avançar nesse sentido aí.

A terceira coisa era com relação... Sim, eu pedi lá, se não me engano, em dezembro ou em janeiro, um comitê institucional. Por quê? O que a gente vê depois? Não é só tirar as pessoas!

O Divaldo Suruagy e o Jardim Acácia são apartamentos de 60m², apartamentos antigos, já não há mais, não voltam mais. São apartamentos muito danificados. O Jardim Acácia são quinhentos e poucos apartamentos, e o Divaldo Suruagy são trezentos e pouco. Isso dá novecentos e poucos apartamentos. Eu acho que cabe o Governo fazer um empreendimento desse; 2 mil, 3 mil apartamentos de 60m² com estrutura. Mas quem vai cuidar disso? Quem vai cuidar disso? Quem vai estar aqui articulando? Agora, há recurso para isso? Já há um terreno, ou não há? Quem está cuidando disso? Porque eu não posso cuidar disso. Não é que eu não possa. É porque... Esta semana eu pedi para o meu pessoal se encontrar comigo às 8h da noite para eu poder vir para cá, porque eu não consegui trabalhar nem segunda nem terça devido a reuniões.

Então, o pós disso: você imagina, Deputada, se uma pessoa do Divaldo Suruagy, que ganhou aquele apartamento, que já está aposentada, recebe uma indenização de um apartamento. Vale quanto? O que vai fazer com R$100 mil? Não compra nem um barraco.

Então, esse grupo... Em paralelo às ações de tirar as pessoas, de recolocar, do serviço de meteorologia – nós estamos recebendo da CPRM uma sala; a gente vai ter a própria sala de monitoramento dentro da Defesa Civil. Nós estamos nos mudando. Já assinaram contrato. Mandaram foto para mim da casa, que já está em pintura, já está em reforma. Então, tem que ter um grupo, que eu pedi à Defesa Civil que montasse.

A SRA. TEREZA NELMA (PSDB - AL. *Fora do microfone*.) – Não vai ser no Exército? Vai ser numa casa?

O SR. DINÁRIO LEMOS – Vai ser numa casa.

O SR. ALEXANDRE SAMPAIO – No Pinheiro?

O SR. DINÁRIO LEMOS – No Pinheiro, atrás da Morada das Aves. Não há aquela caixa d'água? É embaixo daquela caixa d'água.

Enfim, há políticas públicas no País que não tratam da classe média. O que são as políticas públicas deste País? É dar grota. Dá ao cara lá 200 contos, e o cara lá que se inscreva. Aí o cara lá não sai. O tratamento da encosta é uma coisa séria, porque as pessoas não têm documento. Ali há gente que tem não sei quantos barracos. Eu só vejo uma forma ali – eu estava dizendo ao coronel: é uma indenização daqueles barracos, ou paga o aluguel daquele povo para esperar uma habitação nova,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque aquilo ali tem que tirar e tem que derrubar, porque, senão, ele vai receber o dinheiro e vai ficar. O cara está dentro do comércio, tem o trem na frente, o campo do CSA na porta, um sururu lá, tem o centro, tem o farol. É muito difícil aquele povo do Mutange. É difícil, porque são construções irregulares. Você chega assim... O cara casa uma filha, ele cava e faz a puxadinha. Aí começa a sacudir água no vizinho. Então, é uma coisa irregular. Você não tem como fazer uma obra de engenharia ali. Então, aquele público da encosta, de que às vezes eu falo, da Gruta do Padre até o Bebedouro, é um público diferenciado, que tem que ser tratado. Quem vai tratar desse grupo? Tem que ser um comitê. Quando eu receber, é para ação.

Agora, eu vim aqui a Brasília, Deputada Jo. Você sabe o que é vir para cá? Até para pedir passagem é difícil. As pessoas dizem: "Oxente, não tem orçamento, não! Vai pedir a uma secretaria. Vai pedir ao gabinete". Todas as vezes que eu venho... Às vezes eu venho sem diária, entendeu? É isso que eu digo.

E tem que haver um grupo de trabalho para as ações complementares. Lá eu tenho que estar focado. Hoje eu recebi a notícia – eu estava acompanhando – de que, em Maribondo, deu uma chuvada agora de tarde que quase arranca o teto do posto. E Maceió intacta. "Gente, olhe esse negócio aí!". Manda outra mensagem a Defesa Civil do Estado: "Fulano está se acabando de chuva". Eu digo: "Gente, o que está havendo aí que em Maceió não está chovendo? Joana, olhe esse negócio". "Não; tem uma previsãozinha de moderada a fraca". Como é que você vive uma vida desse jeito? Três horas da manhã, eu com duas Caraçuípe na cabeça, já tontinho. Como é que se resolve?

Semana passada, havia um alerta. A Joana começou às 10h: "Tem alerta de chuva. Tem chuva chegando". "Quanto é isso?" – é um valor, mas eles não dizem qual é a quantidade de chuva; dizem que é de moderada a forte. Agora, com 30mm, é a mais fraca que houver. Ora, eu fiquei... Quando foi às 11h, eu disse: "Confirmou?". "Não. Ela desviou". E, se às 10h eu tivesse dito "é para dizer ao povo que saia", como seria? Vão dizer: o Dinário está fazendo besteira, deu o alerta errado. Então, são sequências, Senadores.

Eu estava dizendo aqui que tem que haver um grupo disso. E eu pedi oficialmente à Defesa Civil nacional que montasse esse grupo. Ministério das Cidades, Ministério da Indústria, Ministério da... qualquer um, mas que haja uma pessoa que acompanhe isso, inclusive lá em Alagoas, as reuniões lá, e que a gente possa participar, a bancada, a Defesa Civil do Município, a do Estado, a universidade, os Parlamentares.

A SRA. TEREZA NELMA (Bloco/PSDB - AL. *Fora do microfone*.) – A bancada deve participar.

O SR. DINÁRIO LEMOS – Acompanhar de perto para saber como é que isso está andando, e se avançou ou não avançou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que está acontecendo no Pinheiro? A CPRM, como foi dito aqui, está estudando, e todo mundo esperando um mapa para sair; para eu chegar lá e dizer assim: "é o mapa, vocês têm que sair". Gente, o que é isso? Pelo amor de Deus! Há um fenômeno numa cidade, a cidade está sofrendo, as pessoas estão... Viram aqui o comércio? E o que acontece? Falta de integração, não é? Falta de integração. E eu pedi isso em dezembro à Defesa Civil. Houve dificuldades? Houve, porque eles não estão acostumados a fazer isso.

Então, eu peço encarecidamente a V. Exa. que trabalhe nesse grupo com os ministérios, com gente que tenha condições de tomar decisões, porque, se mandar um técnico que diz "eu vou ver com o ministério", aí não dá. Tem que ser gente que tome decisões. Como são as decisões? Vai ser determinado isso, isso, isso e isso.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL. *Fora do microfone*.) – Publicado no *Diário Oficial*.

O SR. DINÁRIO LEMOS – Perfeito.

Era só para esclarecer isso mesmo. Todo mundo está cansado aqui. Era só para esclarecer isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Agradeço mais uma vez, Dinário, por sua explanação.

Passo a palavra para o Tenente-Coronel Moisés, até para que, se possível, como foi mencionado aqui que o Cepa poderia estar envolvido – não vi isso em momento nenhum; e a área vermelha, pelo que eu sei, não chega a esse alcance –, V. Sa., pela postura que tem, possa esclarecer esse ponto.

O SR. MOISÉS MELO – Perfeitamente.

Gostaria de externar que em momento algum o Cepa foi cogitado como "todo o Cepa está comprometido". Em momento algum isso aconteceu. Nenhum geólogo afirmou isso, não há nada, nenhum relato escrito nessa situação.

Nós temos dois colégios, lá no final do Cepa – o Cepa tem uma extensão enorme –, dois colégios que oferecem fissuras e estão sendo monitorados constantemente pelos engenheiros da própria Secretaria de Educação, como também acompanhados pela Defensoria do Estado. Então, em momento algum o Cepa oferece esse risco à população. Nós temos ali mais de 10 mil alunos, e não podemos gerar esse pânico desnecessariamente. O Cepa não oferece esse risco, e afirmo isso com todas as letras baseado nas informações...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MOISÉS MELO – ... da própria CPRM.

Nessas considerações finais, Senador, gostaria de agradecer o convite, agradecer as palavras da Deputada Jó Pereira, da Deputada Tereza Nelma e dizer que o Estado de Alagoas está comprometido, ajudando o Município, informando. Nós estamos trabalhando com vidas. Salvar pela prevenção é o maior objetivo de quem faz defesa civil, é o maior objetivo do Governo do Estado, e nós estamos envolvidos nesse projeto. A maior riqueza que nós temos a ser preservada é a nossa vida, por isso trabalhamos todas as hipóteses, não podemos descartar uma hipótese sequer, para que possamos preservar a vida de todo aquele que reside no Bairro do Pinheiro.

Como foi dito aqui pelo Dr. Thales, o Bairro do Pinheiro oferece um risco significativo, e aquelas áreas ali, na prática, com a chegada das chuvas, passam a ser áreas bem mais vulneráveis. Foi dito aqui que, a partir de 30mm, será solicitado que a população saia de suas residências. Então, passou, na prática, a ser uma área vermelha agora nesse período invernoso que está se aproximando – daqui a 60 dias começa a nossa quadra chuvosa.

Então, eu gostaria de agradecer o convite e dizer que nós estamos à disposição. Estamos colocando a Defesa Civil mais uma vez à disposição do Município para que possamos ajudar. No cadastramento, Senador, nós estamos colocando a Defesa Civil. É uma orientação do próprio Governador Renan Filho colocar a Defesa Civil para servir junto com o Município e cadastrar toda a população, no que seja necessário, o mais breve possível.

Nós nos colocamos à disposição do Dinário e de todos que fazem a defesa do Município.

Este é o posicionamento nosso: o Cepa não oferece risco. Há os pontos seguros que já foram trabalhados entre Defesa Civil, Estado e Município, que são os pontos justamente do Cepa, a Casa Vieira, o estacionamento da Hyundai e o ponto de ônibus lá do Terminal do Sanatório; e há aqueles dois pontos que inicialmente também apresentamos, que são os pontos justamente do IMA e da Praça Lucena Maranhão, que iremos estudar novamente, com o Dinário e com o pessoal da CPRM, e vamos definir mais dois pontos, já que essa área do Mutange poderá também ser envolvida nesse desastre, nesse possível desastre – desculpe.

Então, gostaria de agradecer mais uma vez e de colocar-me à disposição para ajudar e servir à Defesa Civil do Município com toda a força que nós temos.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Agradeço ao Tenente-Coronel Moisés pelos esclarecimentos.

Senhores, diante de todas as informações colhidas nessa longa, porém extremamente produtiva, audiência pública de hoje, podemos concluir uma série de encaminhamentos que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

considero compromissos que devemos, juntos, colocar em efetivação. Aqui eu elenquei três, e todos os senhores terão conhecimento dos desdobramentos de cada um deles.

O primeiro... Aqui foi dito e redito que já houve promessas em outros compromissos, em outros momentos, mas ele foi reforçado hoje, inclusive em voz e vídeo. Eu já fiz questão de perguntar a quem sentou na primeira e na segunda Mesas se concordavam com esse fato, e todos disseram que sim. Pedi pessoalmente para que internalizassem em seus órgãos.

São estes os compromissos: primeiro, a criação de um comitê de integração unificado. Diante da constatação de que a falta de diálogo institucional é um dos gargalos, é totalmente necessária a definição de uma equipe que se dedique especificamente ao Pinheiro. Precisamos viabilizar e definir a melhor metodologia para o funcionamento desse comitê. Então, isso aqui vai ser algo indispensável. Inclusive, repito, foi formalizado, mais uma vez, por um outro órgão: dessa vez, o Ministério Público Federal, que eu tenho certeza de que, no âmbito federal, é uma voz importante.

Estivemos aqui também com a Procuradoria-Geral da República, que esteve presente, mas se sentiu representada também pela Dra. Roberta. Conversamos aqui, e ela ficou de ser também responsável por essa interlocução para dizer o que aconteceu por aqui.

E vamos ficar no pé, com certeza. Na verdade, vamos exigir – não é nem pedir. Vamos exigir!

A SRA. JÓ PEREIRA (*Fora do microfone*.) – Para fazer parte desse grupo, eu me coloco à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Se possível, todo mundo aqui, sem problema nenhum.

Vamos tentar ser produtivos e absorver o que já existe, porque foi dito aqui – até perguntei para nominar – que existe um comitê integrado no Governo Federal. O Armin Braun mostrou o grupo do "zap" de que eu tinha falado aqui. Ele disse: "Olha, esses aqui fazem parte...". E mencionou aqui: o Ministério da Saúde, o Ministério do Desenvolvimento Regional, o Ministério de Minas e Energia, a Defesa Civil nacional, a direção da central nacional de crises. Então, isso foi bem importante.

O segundo ponto – vamos dizer aqui – é um pacote de medidas de apoio diante da escancarada necessidade de que o Poder Público garanta um amparo à sociedade com medidas, tais como: garantir levantamento do FGTS; linha de crédito especial; garantia de segurança; e a busca de implementar um decreto de calamidade que possibilite uma solução mais célere ao problema. Então, acho que isso resume muito bem algo que, inclusive, já foi tratado com o Ministro Gustavo Canuto, Ministro do Desenvolvimento Regional. O Ministério de Desenvolvimento Regional, hoje, corresponde ao que era antes o Ministério das Cidades e da Integração. Então, é um superministério! E já obtive a atenção dele numa reunião de mais de duas horas de duração, que vai ter um desdobramento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por último, e não menos importante, precisamos imediatamente solicitar o apoio do Governo Federal. Nossa Presidência precisa, com certeza, abraçar Alagoas, Maceió e o Pinheiro, tendo em vista a tamanha fragilidade em todas essas situações.

Então, eu acho que, dessa forma, nós estaremos fazendo o nosso papel, que não termina aqui; pelo contrário, começou aqui. Eu falo deste momento, que já é fruto de trabalhos – o que foi apresentado aqui foi fruto de trabalhos de várias outras reuniões. E que a gente possa fazer aquilo que eu disse no início: conversar para que seja extremamente produtivo, porque, se todos aqui continuarem fazendo audiências públicas, reuniões, o trabalho árduo desses senhores aqui, dos representantes de cada órgão se torna muito mais complicado, sempre tendo que dar satisfações, explicações, o que acaba até desvirtuando um pouco, porque as pessoas querem, de fato, sempre um representante à mesa. Se a gente está unificado, a gente não faz um retrabalho. Não se busca um super-herói, um xerife, alguém para chegar ali e encontrar solução. Não é isso! Inclusive eu acho que esse fato deve ser abraçado pela Presidência da República, pelo Governo Federal, e, no âmbito federal, pelo Ministério Público Federal – somando-se ao estadual, com certeza, mas essa representatividade eu acho que é indispensável. E tenho certeza de que não teremos obstáculos, pelo que eu pude sentir e pelo que foi demostrado e falado por todos que aqui estavam.

Sendo assim, senhores e senhoras, quero agradecer muito a todos os expositores, a todos que participaram ativamente desta audiência pública, que teve o grande objetivo de buscar soluções para as pessoas que sofrem no seu dia a dia no nosso querido Estado de Alagoas.

Então, a todos muito obrigado pela presença. E vamos aos fatos! (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 8ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE MARÇO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às dez horas e vinte e seis minutos do dia vinte e seis de março de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Rodrigo Cunha, reúne-se a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor com a presença dos Senadores Marcio Bittar, Dário Berger, Eduardo Girão, Juíza Selma, Izalci Lucas, Major Olimpio, Jorge Kajuru, Eliziane Gama, Telmário Mota, Paulo Rocha, Rogério Carvalho, Angelo Coronel, Rodrigo Pacheco, Wellington Fagundes, Nelsinho Trad, Eduardo Gomes, Paulo Paim, Marcos do Val e Jayme Campos. Deixam de comparecer os Senadores Fernando Bezerra Coelho, José Maranhão, Ciro Nogueira, Mara Gabrilli, Weverton, Cid Gomes, Humberto Costa e Otto Alencar. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em duas partes: **1ª Parte - Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 9/2019 - CTFC, de autoria do Senador Rodrigo Cunha, REQ 13/2019 - CTFC, de autoria do Senador Rodrigo Cunha, e REQ 18/2019 - CTFC, de autoria do Senador Rodrigo Cunha. **Finalidade:** Discutir a situação dos alunos que concluíram curso superior em instituições de ensino a distância irregulares e, portanto, não fazem jus a obter registros em seus diplomas de conclusão de curso. **Participantes:** João Victor Catunda, Líder do Movimento Diploma Legal; Gustavo Fagundes, Assessor de Regulação da Associação Nacional das Universidades Particulares - ANUP; Ricardo Holz, Presidente da Associação Brasileira dos Estudantes de Educação a Distância - ABE/EAD; Carlos Eduardo Lima Rocha de Oliveira, Presidente do Conselho Regional de Educação Física de Alagoas; Jorge Steinhilber, Presidente do CONFEF/CREFS; Deputado Estadual de Alagoas Marcelo Beltrão; Leililene Antunes Soares, Diretora de Supervisão da Educação Superior da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação - SERES/MEC; Leonardo Albuquerque Marques, Coordenador-Geral da Consultoria Técnica e Sanções Administrativas do Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJ. Domingos Sávio Dresch da Silveira, Procurador Federal dos Direitos do Cidadão Substituto (representante de: Ministério Público Federal). **Resultado:** Realizada. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor nº 18, de 2019** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 9/2019, seja incluído o seguinte convidado: Deputado Estadual de Alagoas Marcelo Beltrão." **Autoria:** Senador Rodrigo Cunha. **Resultado:** Não lido. **ITEM 2 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor nº 15, de 2019** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre governança pública. Como convidado para referida audiência, sugiro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o Ministro do TCU João Augusto Ribeiro Nardes, o qual poderá trazer valiosos subsídios para os trabalhos desta Comissão. Sugiro, ainda, que o convite seja estendido a todos os Senadores, diante da relevância do tema." **Autoria:** Senadora Juíza Selma. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 16, de 2019** que: "Requer, nos termos do art. 102-B do Regimento Interno do Senado Federal, que esta Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC), formule consulta ao Tribunal de Contas da União, na pessoa do Exmo. Ministro Raimundo Carreiro, relator do processo nº TC 008.036/2017-9, sobre possíveis soluções para a continuidade da obra de construção da Unidade Acadêmica do Cabo de Santo Agostinho, em especial sobre a possibilidade de utilização dos recursos orçamentários no montante de R$ 80.351.936,48, que se encontram empenhados na condição de Restos a Pagar não Processados, para a realização de nova licitação com vistas à conclusão da obra." **Autoria:** Senador Fernando Bezerra Coelho. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 17, de 2019** que: "Requer, nos termos do art. 90, inciso XIII e art. 142 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência externa, com a presença de membros da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, no bairro do Pinheiro e adjacências, no município de Maceió, Alagoas, com o objetivo de, em data oportuna, verificar in loco a área, acompanhar as atividades em curso e checar o andamento das ações a cargo do poder público, tendo em vista que, por causas ainda desconhecidas, estão ocorrendo, no local, abalos, fissuras e afundamentos em imóveis e vias públicas, situação que tem motivado a desocupação da área pelos moradores e empreendedores." **Autoria:** Senador Rodrigo Cunha. **Resultado:** Adiado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e trinta e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Rodrigo Cunha

Presidente da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/03/26

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Bom dia a todos!

Bom dia, Srs. Senadores!

Bom dia a todos os representantes com alguma atividade relacionada ao tema proposto por esta audiência pública!

Bom dia a todos que estão nos assistindo e nos acompanhando também através do portal, da TV Senado e também interagindo através do canal e-Cidadania!

Declaro aberta a 8ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A presente reunião tem por finalidade a realização de audiência pública que tem como objetivo discutir a situação dos alunos que concluíram curso superior em instituições de ensino a distância e, portanto, são considerados esses cursos irregulares tendo em vista que seus diplomas não são efetivados, bem como buscar com os órgãos envolvidos delinear encaminhamentos que possam contribuir positivamente para inibir essa prática que causa prejuízos ao consumidor. Esse problema aflige brasileiros de todo o País que buscaram ascensão social, econômica ou profissional pela educação a distância, muitas vezes devido a ser essa modalidade compatível com as limitações de oferta de ensino presencial ou com a pouca renda disponível para um investimento em ensino ou com a extenuante jornada de trabalho e obrigações familiares. A situação ainda traz risco para a sociedade, que passa a ter, no mercado de trabalho, profissionais com diploma sem certificação pelos órgãos e associações de classes.

Em 2018, quando Parlamentar na Assembleia de Alagoas, propus uma audiência pública para que o Legislativo alagoano chamasse para si a responsabilidade e tentasse interferir no problema social que envolve as pessoas que já cursaram e não sabem como regularizar sua situação, bem como para buscar meios para prevenir a continuidade do funcionamento ou surgimento de outras instituições irregulares na prática. No mesmo sentido, proponho que trabalhemos com a forma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

propositiva. Assim, quero contar com o compromisso de todos aqui presentes, para que esta audiência pública seja produtiva e traga resultados efetivos na manhã de hoje.

Sendo assim, vamos estabelecer a seguinte metodologia: devido à quantidade de pessoas a fazerem exposições, vamos dividir em dois blocos esta audiência pública. No primeiro bloco, vamos fazer uma audiência pública voltada para a caracterização do cenário. E aqui eu já convido alguns dos senhores presentes.

Inicialmente: o representante do Movimento Diploma Legal, Sr. João Victor Catunda; representante da Associação Brasileira dos Estudantes de Educação a Distância, Sr. Ricardo Holz; o Sr. Gustavo Fagundes, Assessor de Regulação da Associação Nacional das Universidades Particulares (Anup); o Sr. Carlos Eduardo Lima Rocha de Oliveira, Presidente do Conselho Regional de Educação Física de Alagoas.

Aqui eu quero registrar a importante presença do Senador Eduardo Girão, um grande defensor das boas causas. Ele faz parte da bancada das boas causas. Tenho certeza absoluta de que aquilo que á para o bem deste País conta com o apoio do Senador, que já está sendo uma grande referência dessas novas caras, desta nova Legislatura iniciada. Então, Senador Girão, parabenizo V. Exa. pela forma propositiva com que tem atuado desde o início do seu mandato. E aqui se faz presente também para defender as pessoas que precisam de um amparo.

Inicialmente, eu quero aqui mais ouvir do que falar, mas é importante mencionar que nós estamos numa Comissão que é a Comissão de Fiscalização e Comissão de Defesa do Consumidor. Vamos tratar de um assunto extremamente vinculado a uma relação de consumo. E deixo claro meu depoimento pessoal: para tirar qualquer dúvida, eu sou a favor do ensino a distância. Não sou contra o ensino a distância. O ensino a distância é uma ferramenta extremamente importante para levar conhecimento, inclusive para qualificar as pessoas e dar oportunidade para que pessoas que não tinham antes como estudar hoje possam estudar.

Particularmente, eu também já fiz um curso a distância; me especializei em direito do consumidor; e tive oportunidade de estudar com aqueles que fizeram o Código, ao vivo, eles estavam em São Paulo, estavam no Rio de Janeiro, estavam aqui em Brasília, e eu estava em Maceió, estudando ao vivo, de maneira virtual, mas interagindo, fazendo perguntas. Então olhem só que oportunidade! E isso existe em todas as outras áreas. Mas estamos diante de um grande problema, um problema que no meu Estado atingiu mais de 20 mil pessoas, isso não é estimativa, é a realidade. No Estado vizinho de Pernambuco, mais de 80 mil pessoas, não é estimativa, é realidade, cada uma nominada. Foi fruto também de uma CPI na Assembleia Legislativa de Pernambuco, uma CPI que teve um desfecho também interessante. É problema em Rondônia, na Bahia, no Rio Grande do Norte, no Ceará, ou seja, é um problema nacional. Por isso, nós vamos aqui dar início a um trabalho mais profundo sobre essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

linha de atuação, tendo aqui representantes de vários órgãos que podem agir ativamente para proteger essas pessoas.

Então, o mais importante – e aqui eu me remeto ao Código de Defesa do Consumidor, que para mim é tão importante –, na verdade, mais importante do que defender o consumidor é proteger o consumidor. Nós vamos tentar trabalhar na proteção, mas o problema já existiu e é preciso que a gente defenda uma solução, que espero que comece a ser desenhada na manhã de hoje.

Sendo assim, irei dar a palavra ao Sr. João Catunda, líder do Movimento Diploma Legal. O senhor tem dez minutos para fazer sua apresentação.

O SR. JOÃO VICTOR CATUNDA – Bom dia a todos!

Queria agradecer, em nome do Presidente, Senador Rodrigo Cunha, o convite e saudar a todos vocês que estão aqui presentes nesta manhã de hoje. Queria agradecer também a presença do Deputado Estadual Marcelo Beltrão, pelo meu Estado de Alagoas, que tem desenvolvido um belo trabalho lá junto com o Movimento Diploma Legal e tem nos ajudado bastante a desenvolver e encontrar uma solução para as vítimas do famoso golpe do diploma, que hoje vamos... Espero que um pouco menos que a audiência do Pinheiro, não é, Senador? Mas vamos debater bastante sobre ele.

O movimento foi criado inicialmente para encontrar uma solução para cidade de Palmeira dos Índios, que fica no nosso Estado. Quando soubemos do que estava acontecendo, professores sendo ameaçados pelos donos das instituições, alunos apresentando seus diplomas, que não estavam sendo aproveitados e reconhecidos, nós buscamos uma resposta do Ministério da Educação. Eu, como representante do movimento, tentei uma agenda no Ministério. Logo conseguimos a agenda. E, num segundo momento, conseguimos que o pessoal da Seres (Secretaria de Regulação e Supervisão do Ensino Superior) se fizesse presente lá em Alagoas. Foi quando, de Palmeira dos Índios, no interior de Alagoas, o grande problema se estendeu para praticamente nosso Estado todo, Rodrigo. E foram saindo matérias, mais alunos aparecendo, mais cidades aparecendo, até que se chegou ao número dos 20 mil alunos, nessa troca de informações do Ministério da Educação com o Movimento Diploma Legal.

Qual a nossa grande preocupação hoje? Que se instale uma CPI e os alunos acabem sendo prejudicados, assim como foram prejudicados no Estado de Pernambuco. No Estado de Pernambuco, como o Senador acabou de citar, alguns alunos já tiveram seus diplomas cancelados por conta dessa CPI. Mas o nosso objetivo, além de tudo, é encontrar uma solução que seja viável para o aluno, para que ele possa ter o seu conhecimento aproveitado, o conhecimento que foi absorvido aproveitado. A gente não pode deixar que os quatro anos que esses alunos estudaram sejam jogados no lixo. Que a gente deixe passar o dano moral, o dano material... O dinheiro, a gente trabalha e volta – com muito sufoco, mas volta –, mas o tempo não volta, não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tive a oportunidade de conversar, outro dia, com o Deputado Marcelo. A gente estava conversando sobre a omissão do Ministério da Educação relacionada a isso. É um problema que a gente descobriu que vem desde 2003. A gente achou que era 2006; aí foi aumentando o período em que eles vêm aplicando esse golpe. Como é possível? Desde 2003 e o Ministério da Educação não faz nada? Vocês vão deixar mais de... Só em Alagoas, são 20 mil alunos. Se a gente for somar os outros Estados, vai passar dos 200 mil. E o Ministério da Educação, Senador, vai deixar que esse número aumente até quanto? Até onde?

Eu fiquei muito feliz pelo convite, porque o senhor sabe do nosso trabalho que está sendo desenvolvido no nosso Estado.

O meu grande questionamento hoje é ao Ministério da Educação: qual vai ser o método? Qual vai ser a saída? Qual vai ser a solução que a gente vai passar para os alunos que foram vítimas do golpe do diploma? O que vai acontecer? Os alunos vão perder? Eles vão ter a oportunidade de ter o seu conhecimento avaliado?

Nós propusemos, na assembleia, na sexta-feira passada, lá em Alagoas, que os alunos passassem por uma prova de proficiência para que pudessem ser avaliados, para que o seu conhecimento fosse avaliado. E, se ele tiver capacidade de continuar de um determinado período até a conclusão do curso por uma faculdade regularizada, perfeito, que ele tenha o direito de terminar o seu curso no qual ele foi vítima de outra instituição irregular.

Eu sei também que é muito difícil para a Seres fiscalizar esses escritórios, como eles chamam, que se instalam nessas cidades menores. Mas a gente precisa de uma forma – a gente precisa divulgar, mostrar aos alunos o que é uma faculdade irregular, quais são as faculdades regulares e irregulares – de levar informação para os alunos.

Um fato que aconteceu em Alagoas conosco foi que nós procuramos o Ministério Público estadual e o Procurador-Geral nos recebeu, no ano de 2018, no ano passado, e disse: "O que nasceu morto continua morto". Eu disse: "Procurador, como é que pode, os alunos vão ser vítimas desse golpe e vai ficar por isso mesmo?". "Não sei quanto aos alunos, mas os culpados a gente tem que achar". O foco principal não pode ser os culpados. Tem que ser uma solução para os alunos. Nós não podemos deixar que o senso de justiça para encontrar um culpado e falar que o colocou na cadeia seja maior do que procurar uma solução e tentar acolher esse aluno.

Imaginem o impacto social que isso pode causar no nosso País. Estão aqui os conselhos regionais que podem nos responder isso. Imaginem a gente deixar que os alunos percam... Vários alunos estudaram educação física – como está aqui o Carlos Eduardo, nosso amigo de Alagoas também – e tiveram os seus diplomas registrados pela Universidade Estadual de Alagoas. Que fique

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

registrado que é um absurdo uma faculdade estadual não verificar a procedência da faculdade que ofertou o curso e os alunos, no final, serem prejudicados por conta disso.

A gente reconhece que, se o aluno continuar sendo diplomado de forma irregular, isso vai também, Carlos, afetar a classe, isso vai afetar diretamente os profissionais de educação física, e a gente não pode permitir isso também, mas nós temos que encontrar uma forma de finalmente ajudar esses alunos.

Eu estava conversando, agora há pouco, com o Ricardo – eu tive o prazer de conhecê-lo ainda agora pela manhã – que a gente também não pode julgar todos os cursos a distância, a gente não pode chegar e dizer que todo EaD é podre, é ruim. Não, a gente não pode fazer isso. Nós precisamos mostrar aos alunos e encontrar uma forma de estancar esse grande problema, mas precisamos mostrar que existem os EaDs que são credenciados e podem ofertar seus cursos nos seus devidos locais, mas também há as faculdades que se aproveitam desse método para aplicar um golpe.

Hoje existe uma grande organização criminosa. Depois que o movimento foi instalado, foi criado, até ameaça a gente recebeu através de donos de faculdade dizendo que, se a gente entrasse na cidade, não saía.

A gente não pode permitir que seja dessa forma. Nós viemos até aqui, Rodrigo, e, mais uma vez, eu lhe agradeço pela oportunidade, para encontrar essa saída. Eu confio e acredito muito no seu trabalho, desde a época da assembleia, quando você me convidou para a audiência sobre o golpe dos diplomas. O Deputado Marcelo, que também está dando continuidade a esse seu trabalho, fez uma audiência, na sexta-feira passada, também muito importante para os nossos alunos.

Hoje a minha grande pergunta ao Ministério são estas: quais serão as procedências? Qual vai ser a solução que a gente vai encontrar para esses alunos? Nós vamos realmente deixar que – só em Alagoas são mais de 20 mil alunos –, no País, esse número se estenda até quanto? Nós precisamos de uma solução.

Obrigado, Presidente.

Obrigado a todos vocês que estão nos escutando.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Eu agradeço ao João Catunda pela presença. É importante sua presença aqui. Você simboliza bem não só os jovens, mas aquelas pessoas que transformaram os seus sonhos em pesadelos.

Eu assisti novamente à matéria do Fantástico sobre esse assunto, eu acho que foi em janeiro. E ontem eu assisti novamente. Quando a gente humaniza, quando a gente identifica alguém que anda 70km, Senador Eduardo Girão, que mora num povoado de uma cidade pequena, que tira R$300 todo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mês, que faz, durante quatro anos, porque o sonho dela era ser professora, era ensinar as pessoas e depois não conseguiu...

Outras situações... E aqui é importante. Olha só como isto é grave: prefeituras do interior realizam seu concurso público, alguém se inscreve nesse concurso público, apresenta o diploma, é aprovado, está trabalhando lá há um ano e agora tem a confirmação de que aquele diploma não é válido. Olha só o problema na vida dessa pessoa.

Nessa matéria específica, a professora que passou nesse concurso estava pedindo, pelo amor de Deus, para voltar para o cargo de faxineira que ela tinha. Ela está com medo de perder o cargo de faxineira, já que o deixou para ser professora e talvez não seja mais professora. Então, até para buscar dar uma segurança jurídica, até para buscar dar uma segurança emocional a essas pessoas, é que nós vamos nos debruçar sobre esses assuntos, tenho certeza absoluta.

Sendo assim, eu gostaria de convidar primeiramente à Mesa – porque estava sendo colocado para a segunda Mesa, mas tem tudo a ver com este momento, tendo em vista que esta Mesa inicial vai tratar da caracterização do cenário –, eu vou convidar o Sr. Jorge Steinhilber, por favor, para se fazer presente aqui à Mesa, que é Presidente do Confef, Conselho Federal de Educação Física, e do Cref, que se faz presente aqui.

O SR. JORGE STEINHILBER (*Fora do microfone.*) – Conselho Federal de Educação Física.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Conselho Federal de Educação Física; ele se faz presente aqui.

Em seguida, passo a palavra ao Sr. Gustavo Fagundes, representante da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino.

Antes de iniciar, eu quero aqui registrar os relatos que já chegaram, os relatos da Debora da Silva Cavalcante, do Eledson Ramos, do Adriano Silva, da Patricia, da Joselita e do Hernande. Todos esses estão acompanhando pelo País esta audiência pública e participando ativamente no Portal do Senado Federal, através da ferramenta e-Cidadania. Além disso, é importante dizer que as pessoas podem participar por telefone. Nós temos aqui o Alô Senado, através do número 0800-612211. Então, é uma forma de aproximar as pessoas da política, é uma forma de aproximar as pessoas por meio da participação de uma audiência pública, e isso torna muito mais legítimo o nosso trabalho.

A todos que estão participando o meu muito obrigado. Suas perguntas serão lidas mais à frente.

Passo a palavra ao Sr. Gustavo.

O SR. GUSTAVO FAGUNDES – Exmo. Senador Rodrigo Cunha, em nome de quem a Associação Nacional das Universidades Particulares (Anup), que represento, cumprimenta todos os integrantes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desta seleta Comissão e agradece a oportunidade de se manifestar sobre um tema que preocupa a todos que, de fato, acreditam na educação como ferramenta de transformação social.

A Associação Nacional das Universidades Particulares (Anup) tem todo o empenho em trabalhar de uma forma absolutamente dentro do contexto regulatório, dentro dos padrões de qualidade que o MEC estabelece, e entende que esse problema atinge evidentemente os alunos que foram vítimas desse golpe nefasto, mas atinge também as instituições de educação superior que trabalham com honestidade e com lisura, porque atender o contexto regulatório, atender o padrão de qualidade não é fácil e não é barato. Então, não na mesma medida que a dos alunos, mas as instituições de ensino superior particulares que atuam com seriedade também são vítimas desse golpe, porque acabam sendo jogadas numa vala comum que tem hoje claramente uma intenção de demonizar a educação a distância.

A Anup entende que a educação a distância é uma importante ferramenta de inclusão educacional. A educação a distância, se feita com qualidade, com seriedade, é talvez a forma mais efetiva de levar educação aos distantes rincões do País, nos quais a educação presencial não é acessível por uma falta de estrutura e de capilaridade. Então, para esses alunos, a EaD é, de fato, uma ferramenta que assegura inclusão educacional.

O problema é um pouco mais grave porque não se limita à atuação irregular de instituições na seara da educação a distância. Parte desse problema são os famosos institutos que sequer são instituições de ensino credenciadas, sobre as quais, portanto, o MEC não tem poder de fiscalização e supervisão. Seria mais ou menos como pretender que a OAB tivesse algum tipo de ingerência sobre um profissional que não é inscrito lá e que se apresenta como advogado. A questão é muito mais de poder de polícia do Estado, do Ministério Público, da Justiça Federal do que propriamente do MEC, nesse caso dos institutos.

É lógico que existem faculdades que participam de forma ativa do processo recebendo esses alunos e simulando uma regularização desses estudos, existem universidades que registram de forma indevida esses diplomas, mas, lá na raiz, os institutos o MEC hoje não tem como atingir, porque, infelizmente, são instituições que sequer são credenciadas.

Esse problema aflige a todos nós. A Anup se coloca à disposição do Poder Público, desta Comissão para, naquilo que for possível, trabalharmos em conjunto dentro da regularidade para buscar uma solução que permita que esses alunos não percam integralmente o seu esforço. É lógico que algum tipo de adaptação, de adequação ao que foi feito há de ser realizada, porque esses institutos trabalham de forma a simular um curso de graduação como um curso livre. Então, muitas vezes, não há aferição de frequência, não há aferição de formação e se faz um processo totalmente simulado de aproveitamento de estudos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Anup tem todo interesse em que isso cesse de imediato, que esses alunos sejam, de fato, atendidos, na medida do possível, até porque – e é complicado a gente falar isto – o MEC disponibiliza, talvez não da forma ideal – mas existem –, métodos, maneiras, caminhos para se perceber a regularidade da oferta. É lógico que existem muitos alunos que não têm condição de acessar essa informação. Alguns têm condição e certamente o fizeram de forma a buscar vantagem. Nós temos filhos... Nenhuma criança, nenhum adolescente hoje adquire, por exemplo, um celular sem conhecer melhor do que nós, que ainda somos uma geração mais analógica, todas as características desse produto.

Talvez um dos passos importantes seja buscar junto ao MEC uma forma de aprimorar o acesso à informação acerca da regularidade da oferta educacional, porque o sistema e-MEC permite isso. Eu tenho acesso ao sistema e-MEC... É lógico que ele não é um sistema amigável a todos, passou por problemas sérios de instabilidade nos últimos tempos, mas ele permite consultar com razoável fidedignidade se aquela instituição é credenciada, se aquele curso tem oferta regular. Então, talvez precisemos também aprimorar os mecanismos de informação que o MEC disponibiliza para a sociedade. Eu me lembro de ter visto várias campanhas, principalmente na gestão anterior do MEC, buscando esclarecer a sociedade: "Olha, antes de acessar uma instituição, antes de fazer uma matrícula, verifique no *site* do MEC se esse curso é regular, se essa instituição está, de fato, credenciada".

Precisamos aprimorar essas ferramentas? Com certeza, mas também precisamos verificar que a EaD não é a grande vilã do processo. Como todo segmento da nossa sociedade, nós temos *players* que atuam com toda lisura e temos *players* que atuam de forma indevida. Cabe ao Poder Público, cabe ao próprio aluno buscar separar também o joio do trigo, porque tenho certeza, senhores, de que essa situação é também prejudicial às instituições que investem pesadamente na qualificação de seu corpo docente, na disponibilização de ferramentas tecnológicas para a educação a distância, no atendimento aos critérios regulatórios do MEC. Não é à toa, por exemplo, que a Anup tem um setor só para orientar os seus associados na questão regulatória, porque não é simples. Cumprir o emaranhado regulatório não é simples, são "n" portarias, "n" decretos, "n" instruções normativas, pareceres, resoluções.

Então, dá trabalho, é custoso trabalhar nesse meio, e as instituições que cumprem a regra acabam também sendo prejudicadas por quem não as cumpre.

O segmento tem todo o interesse em que haja regularidade na atuação de todos, que haja efetividade no cumprimento das políticas públicas. O MEC possui hoje ferramentas de supervisão, de monitoramento que talvez não permitam cobrir 100% do País, porque também seria querer demais, o País é gigantesco. A flexibilização da abertura de polos de EaD foi um grande complicador no processo de regulação e supervisão. Há instituições com 1.500 polos, e todos regulares *a priori*. Agora, controlar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o que acontece na ponta é muito complicado. Então, o MEC precisa também aprimorar suas políticas de supervisão, de monitoramento.

E há um outro detalhe que talvez fuja um pouco ao escopo desta audiência, mas que eu também acho importante registrar, porque, no fundo, também tem a ver com a defesa do consumidor. É que talvez, até por conta dessa demonização da EaD, existem alunos que possuem diplomas regulares de cursos reconhecidos, ou seja, tudo certinho, mas que, por serem ofertados em EaD, encontram uma resistência por parte de órgãos profissionais.

Existe uma falácia de que é possível oferecer um curso de saúde 100% em EaD, de forma regular. Isso não é possível. O Decreto 9.057, de 2017, e a Portaria Normativa 11, do mesmo ano, exigem expressamente que, mesmo na educação à distância, sejam ofertados, de forma obrigatoriamente presencial, as atividades práticas previstas nas diretrizes curriculares e os estágios. Em um curso de saúde, a média de carga horária de um estágio é de no mínimo 20% do total. Então, hoje, senhores, de forma regular, não existe oferta de EaD na saúde 100%.

Então, o aluno de EaD que tem o diploma registrado, seu curso é reconhecido pelo MEC, a presunção legal é de que ele cumpriu a parte presencial obrigatória. Pode haver "a" ou "b" fazendo de forma diversa? É natural que possa. Agora, se a instituição é credenciada e atua de forma regular, o MEC tem ferramentas para chegar a essa instituição e não reconhecer o curso, instaurar uma supervisão, aplicar uma cautelar, como foi aplicada às instituições de ensino que participavam do esquema dos institutos. A Secretaria de Regulação do MEC instaurou medidas cautelares contra as faculdades que recebiam esses alunos egressos dos institutos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. GUSTAVO FAGUNDES – ... e contra as universidades que registravam diplomas. Resta aguardar a conclusão do processo administrativo, até porque o contraditório e a ampla defesa têm que ser assegurados a todos. Por mais nefasta que *a priori* se mostre a conduta, é preciso assegurar o direito à resposta. E, mais do que isso, é preciso assegurar uma forma de não deixar esses alunos à míngua.

Eu agradeço a oportunidade de falar e me coloco à disposição, reiterando: o compromisso da Anup é permanentemente com a qualidade e com a regularidade da oferta da educação superior.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Bem, agradeço a fala do Sr. Gustavo. E aqui uma frase importante que V. Exa. usou é de justamente não demonizar o ensino a distância. Então, aqui eu fiz questão de deixar claro o meu depoimento pessoal,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mas também há de se buscar soluções para esse problema gravíssimo nesse segmento, que está levando as pessoas a ficarem no prejuízo.

Para dar continuidade, passo a palavra ao Sr. Ricardo Holz, Presidente da Associação Brasileira dos Estudantes de Educação a Distância. Então, V. Exa. tem dez minutos para fazer sua apresentação.

O SR. RICARDO HOLZ – Bom dia a todos. Quero agradecer o convite ao Senador Rodrigo Cunha, a quem parabenizo pelas palavras iniciais, inclusive com relação à educação a distância. Parabenizo e quero agradecer a presença de cada um de vocês, inclusive àqueles que nos assistem pela TV Senado ou pela internet.

A Associação Brasileira dos Estudantes de Educação a Distância nasceu em 2007, quando ainda havia um começo desse crescente de educação a distância no Brasil, principalmente no que diz respeito às instituições particulares. À época havia pouquíssima informação. Eu era aluno de um curso inicial de educação a distância, havia pouca informação sobre o que era, de fato, educação com o uso das novas tecnologias. E houve a necessidade de se criar uma instituição que pudesse ajudar a desmistificar o que era o uso das novas tecnologias no Brasil, na educação superior em especial.

De lá para cá, nós estivemos nos 27 Estados brasileiros e os visitamos, conhecendo polos de educação a distância, conhecendo instituições públicas e privadas, reunindo-nos com o Ministério da Educação, com a Justiça, em vários casos, com conselhos federais diversos. E, como foi dito aqui, existe uma caça às bruxas em relação a essa metodologia, por diversos conselhos, por diversos, inclusive, órgãos públicos, que têm uma certa aversão ao uso das novas tecnologias na educação, por algum motivo: por reserva de mercado, por desconhecimento, enfim, os fatores são diversos, mas isso acontece. E o fato é que o Ministério da Educação, o órgão responsável, autoriza um conjunto de cursos, de instituições, a ofertar essa metodologia no Brasil, que vem incluindo milhões de brasileiros que não teriam e passam a ter acesso ao ensino superior, como é o meu caso, por exemplo. Eu sou o primeiro da árvore genealógica materna e paterna a ter acesso ao ensino superior. E tive acesso em função do uso dessas novas metodologias na educação, em função da educação a distância.

Então, eu acho muito importante que esta audiência, Senador, deixe claro, como já vem sendo feito desde o princípio, desde a sua fala, que a educação a distância não é a vilã; a educação a distância tem ajudado a dar acesso, a incluir milhões de brasileiros. Consequentemente, tem ajudado no desenvolvimento do Brasil.

E assim o é em outros países do mundo. Eu acabei de voltar... A Associação Brasileira dos Estudantes de Educação a Distância faz parte de um fórum da Unesco. Aconteceu uma reunião recentemente, em Paris. Nós voltamos, conhecemos diversos modelos de educação a distância ofertados em vários países do mundo. Então, não é uma invenção nossa, não é uma invenção de instituição A, B, de governo A, B, com o objetivo de baratear a educação, não; é uma forma de incluir

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

brasileiros no ensino superior, e nós precisamos muito disso. O Brasil precisa muito incluir cada vez mais brasileiros no ensino superior.

Dito isso, é importante nós pensarmos no tamanho, na dimensão do problema de que nós estamos falando aqui. Começando com o João Victor ali, ele me relatou os números de cerca de 20 mil só no Estado do Alagoas, e posso garantir aos senhores que esse problema está enraizado em diversos Estados brasileiros! E não só na EaD; nós temos casos de instituições que não têm credenciamento para oferta de ensino superior ofertando pseudoensino superior em diversos lugares do Brasil.

A gente sabe das limitações do Ministério da Educação na fiscalização. A gente sabe... Inclusive a Associação teve diversas reuniões em diversos governos, pelo menos nos últimos três, com o Ministro da Educação, com o Secretário de Regulação, oferecendo ajuda, porque nós temos uma rede mais conectada, nós dialogamos melhor com os alunos, e os alunos podem ser aqueles que denunciam os problemas com mais agilidade, com mais facilidade.Mas poucas vezes o Ministério da Educação, de fato, usou essa oferta que a gente faz.

Então, aqui, mais uma vez – acredito que é o caso do João Victor –, a Associação Brasileira se coloca à disposição do Ministério da Educação para auxiliar nesse processo de recebimento de denúncias.

O e-MEC, Gustavo, é bastante complicado. Primeiro, o aluno nem sabe da sua existência. Então, aí nós poderíamos auxiliar no processo de fazer essa informação chegar ao aluno, usando a rede do ensino médio nos Estados, inclusive, para que o aluno, quando estiver no ensino médio, comece a ter a informação de que é possível, através de um portal ou, é possível, talvez, através da rede dos professores daquela escola pública de ensino médio ou escola particular, ele saber se determinada instituição é credenciada ou não para a oferta de ensino superior. E mais: se aquela instituição tem autorização para a oferta de educação a distância e se aquele polo é credenciado. O problema não é só a oferta, a autorização ou a descoberta de que o IES é credenciado e autorizado ou não; depois disso você tem de saber se o curso o é, se o polo o é. Então, o passo é bem complicado, bem complicado!

Então, talvez, nós precisemos dar mais transparência a esse portal ou criar, inclusive, um portal com um nome mais simples, para que haja uma ampla divulgação na rede educacional brasileira, para que o aluno passe a ter esta ciência: "Antes de eu prestar o processo seletivo na instituição A, B ou C, vou querer saber se ela é credenciada ou não, se o diploma é legal, por exemplo." Acho bem interessante unirmos forças entre estudantes, conselhos federais, Ministério da Educação e Parlamento brasileiro, enfim entre os diversos órgãos, para que consigamos fazer essa informação chegar, para assim coibirmos que novos estudantes caiam nesse golpe. Nós estamos tratando aqui de um golpe. É um golpe, é um crime que foi cometido contra o aluno, e o aluno deve ser preservado. O aluno é vítima de um golpe. Por omissão ou por diversos fatores, o Estado vem falhando nessa fiscalização.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acho importante tocar aqui em outro ponto, apesar de ele não ser necessariamente tema desta audiência, Senador: a forma como hoje o Ministério da Educação permite a abertura de polos e, de certa maneira, auxilia nessa nebulosidade de informações. Hoje, uma instituição credenciada que pode ter polo consegue com muita facilidade a abertura de polos de educação a distância, e o MEC não fiscaliza na ponta a infraestrutura desse polo. Então, em especial nos últimos meses, talvez, em função de uma portaria relativamente recente, as instituições começaram uma corrida pela abertura de novos polos de educação a distância.

Nós da associação, por exemplo, já fomos acionados por estudantes que chegaram a instituições de ensino, no endereço credenciado de um polo, e lá havia uma instituição financeira. E a esse aluno foi oferecido empréstimo, em vez de curso de ensino superior. A instituição era credenciada, o polo era recém-credenciado, mas, para garantir o espaço, aquela instituição colocou um endereço de uma instituição financeira que faz parte do mesmo grupo. Enfim, existem várias aberrações.

Acho que nós temos de reunir forças aqui para focar o problema. O aluno não pode ser prejudicado. Então, esse aluno, talvez... Na conversa que tive com o João Victor, achei interessante a sugestão de um exame de proficiência. Esse aluno, estando apto, deve ser aceito por outra instituição de fato credenciada, com oferta de educação a distância aberta. Então, esse pode ser um caminho.

Nós colocamos aqui à disposição a Associação Brasileira e a rede que nós temos de estudantes – temos facilidade de diálogo e de contato, através da internet e das redes sociais, com os alunos –, para se criar uma porta com o Ministério da Educação e com as outras entidades aqui presentes, com o objetivo de buscar uma solução para que o aluno não seja prejudicado – isso é o mais importante –, para que a metodologia não saia prejudicada nesse processo mais do que já o é.

É uma caça às bruxas o que a educação a distância vem vivendo no Brasil nos últimos tempos. Por desinformação, por tentativa de reserva de mercado, por diversos motivos, nós temos um problema grave de bandeiras levantadas contra uma metodologia que veio para ficar. Já há mais de 1,5 milhão de alunos inscritos no Brasil, o que está causando inclusão social no País, sim.

É óbvio que há instituições – foi citado aqui o caso de cursos na área da saúde – que ofertam coisas diferentes daquilo que o Ministério da Educação permite. Não existe autorização para cursos 100% EaD na área da saúde, por exemplo. Se a instituição está fazendo isso, ela está de novo cometendo uma irregularidade, deve ser cassada, deve ser punida por essa irregularidade. Mas, se o Ministério da Educação autorizou o curso, se o curso é credenciado...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RICARDO HOLZ – ... de fato, a metodologia vem contribuir e somar com o desenvolvimento do País.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, mais uma vez, coloco a Associação Brasileira dos Estudantes de Educação a Distância à disposição do Ministério da Educação e à disposição desta Casa, Senador, e dos outros órgãos aqui presentes, para buscarmos uma solução de modo a não prejudicar os alunos, de modo a não prejudicar a metodologia e, sim, também de modo a punir aqueles que cometeram esse crime. Também é muito fácil, de repente, chegar agora e liberar polos ou credenciais a instituições, e a gente selar esse ato criminoso no final da história.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Agradeço ao Sr. Ricardo pela sua explanação, relembrando a metodologia desta audiência, que será dividida em dois blocos. Este bloco inicial é formado por estes que aqui estão presentes. Ao final de cada bloco, eu irei fazer algumas perguntas, e também aos demais Senadores que aqui estão presentes isso fica facultado.

Registro a importante presença do Senador Major Olimpio, sempre presente e atuante nos assuntos desta Casa, que passam pelo Senado Federal, sejam assuntos de saúde, de educação ou de segurança, sejam assuntos administrativos. Seja qual for o assunto, contamos sempre com a presença do Senador Major Olimpio.

Deixo claro que é importantíssima a presença e a participação da população. Nós temos o canal e-Cidadania. As perguntas estão chegando aqui. Ao final deste bloco, será feita também uma rodada de perguntas das pessoas que estão virtualmente participando. Olhem só o ensino a distância presente agora! As pessoas, a distância, também estão participando ativamente de um momento como este.

Sendo assim, dando sequência, convido o Sr. Carlos Eduardo Lima Rocha, Presidente do Conselho Regional de Educação Física de Alagoas.

Quero dar o depoimento, antes da fala do Eduardo, de que, há pelo menos três anos, ele vem enfrentando sérios problemas. Ele tem sido um dos que levantam a bandeira no Estado de Alagoas, mas não somente lá, porque já nacionalizou essa situação. Ele está aqui presente e demonstra que sua luta não está sendo em vão.

Então, Sr. Carlos Eduardo, V. Exa. tem dez minutos para expor a situação que faz com que todo o Conselho se mobilize sobre o assunto.

O SR. CARLOS EDUARDO LIMA ROCHA DE OLIVEIRA – Perfeito!

Bom dia!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero agradecer a iniciativa do Senador Rodrigo Cunha de propor esta audiência pública sobre essa notícia.

O Deputado Marcelo Beltrão fez uma audiência pública, na semana passada, na Assembleia Legislativa de Alagoas, que teve repercussão, que já está tendo repercussão. Ontem, fomos surpreendidos nas redes sociais com a informação de que o Ministério Público Estadual de Alagoas ajuizou uma ação para o bloqueio de R$5 milhões de contas de algumas faculdades que estão operando em Alagoas.

O que acontece? Hoje, o Cref 19/AL tem o mesmo problema de todas as regionais, em nível nacional: diplomas inidôneos. A gente tem que deixar entendido o seguinte: esses diplomas não são falsos; eles são inidôneos, não têm validade legal. Quando o egresso da instituição chega ao conselho para pedir registro, ele apresenta toda a documentação, e vamos pesquisar no *site* do e-MEC, o *site* do Ministério da Educação, para ver se essa instituição é autorizada e reconhecida a funcionar naquela localidade. Como o Sr. Ricardo bem colocou, a autorização da instituição é local, ou seja, é na cidade, e não regional. Então, a gente tem que ter esse entendimento.

Começaram a chegar diplomas de vários Estados do País, como, por exemplo, Rio Grande do Sul, Brasília, Bahia, em uma quantidade muito grande, muito elevada. Começamos a fazer alguns questionamentos a essas instituições de ensino superior, e não foram respondidos, levando à suspeita. Começamos a fazer as provocações, os alunos informando que tinham estudado em Alagoas, em suas cidades – como exemplo, Penedo, São Brás, São Sebastião –, e, quando íamos à pesquisa no *site* do Ministério da Educação, no e-MEC, constatávamos que essas instituições só tinham autorização para funcionar presencialmente nas suas sedes: Brasília, como exemplo, Rio Grande do Sul e Bahia.

O que acontece? Encaminhamos ao Ministério Público Federal, que é um parceiro muito importante, que está nos dando respostas do que está acontecendo.

Cito como exemplo o Despacho nº 31, de 2019, da Procuradora da República Roberta Lima Barbosa Bomfim, da Comarca de Maceió, em que ela provocou o Ministério da Educação, provocou a instituição e relatou o seguinte – eu não vou citar o nome da instituição, mas no trecho ela diz o seguinte: "concordou que não possui autorização para EaD, mas que, no caso, se trata da autonomia das IES em realizar aproveitamento de créditos de egressos de outras instituições". Então, ele já está dando o norte do que teoricamente ele está fazendo.

E o Ministério da Educação respondeu à Procuradora da República o seguinte:

> Esclarece que a IES [a faculdade], ao ofertar cursos de licenciatura em Educação Física na modalidade de ensino presencial ou a distância no Estado de Alagoas, comete irregularidade administrativa, sem prejuízo dos efeitos legais, cível e penal, haja vista

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

possuir autorização tão somente para ofertar cursos na modalidade de ensino presencial, nos limites de sua sede, qual seja, o Município [tal, daqui do Distrito Federal].
Informou, por fim, que a demanda seria encaminhada para a Diretoria de Supervisão da Seres, a Disup, para conhecimento e providências julgadas cabíveis.

Então, o procurador informou que encaminhou outros ofícios.

Para vocês terem uma ideia, nós tivemos acesso a um documento da Secretaria de Segurança Pública de Alagoas, um boletim de ocorrência, em que três pessoas se identificam como representantes dessa instituição nas cidades de Alagoas, ou seja, existe um documento oficial em que a instituição informa ao Ministério Público Federal que ela não tem autorização para funcionar fora, e aqui há um outro documento oficial, da Secretaria de Segurança Pública, com as pessoas informando que são representantes dessas faculdades na localidade. Isso é para a gente ver que eles não estão conseguindo segurar bem o que estão falando.

Para continuar, nós temos a situação do Ministério Público Federal novamente, porque esses diplomas precisam ser registrados. Uma das duas instituições que está registrando, como já foi dito aqui, é a Uneal (Universidade Estadual de Alagoas).

Temos aqui uma ação, um inquérito civil, uma ação civil pública, movida pela Procuradoria da República no Município de Santo Ângelo, Rio Grande do Sul – não são palavras minhas, tá, pessoal? Vou relatar aqui na íntegra o que diz o Procurador da República, Dr. Filipe Andrios Brasil Siviero. Ele diz o seguinte: "Os diplomas irregulares mais recentes estão sendo registrados pela Universidade Estadual de Alagoas, uma instituição pública que assume papel relevante nas fraudes" – palavras do procurador, ou seja, ele provavelmente tem subsídios para estar falando isso aqui.

Em outro trecho, ele diz o seguinte: "A Universidade Estadual de Alagoas, da mesma forma que a UNIG, está ciente dos atos ilegais praticados, devendo ser igualmente responsabilizada, uma vez que não é possível conceber que uma universidade registre diplomas de outras [...] [instituições] sem verificar a regularidade do curso, os históricos acadêmicos e os locais permitidos para a oferta". Se é legal ou não, cabe ao procurador fazer as investigações.

E nós temos informações das outras regionais de que temos diplomas reconhecidos pela Uneal no Estado do Mato Grosso – de faculdades teoricamente inidôneas –, no Maranhão, no Piauí, na Bahia. Então, é uma coisa nacional. E a Universidade Estadual de Alagoas está com o nome, de maneira correta ou como vítima ou... Não sei. Cabe às investigações dizer isso aí.

Só que acontecem desdobramentos, pessoal, em relação a isso: alguns egressos dessas instituições estão tentando fazer uma segunda graduação. Eles são licenciados em Educação Física por essas instituições até então inidôneas e querem fazer um curso de bacharelado. Então, eles procuram em seu Estado uma instituição, uma faculdade que seja autorizada e reconhecida pelo MEC para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

funcionar naquela localidade e apresentam o seu diploma primeiro, aquele que tem suspeita de inidoneidade, para aproveitamento de créditos, ou seja, em uma possível tentativa de legalizar esse documento.

Um desses entrou com uma solicitação no Conselho Regional de Educação Física da 16ª Região (Rio Grande do Norte) solicitando isso, e lhe foi negado. Esse egresso entrou na Justiça Federal: em primeira instância, perdeu; recorreu, com agravo de instrumento; e o Desembargador Federal da 5ª Região, 4ª Turma, Dr. José Lázaro Alfredo Guimarães, fez algumas colocações interessantes.

Ele disse o seguinte: "Dessa forma, além de a impetrante não ter realizado curso de Educação Física de forma presencial na instituição, ou seja, na cidade de Santo Augusto, no Rio Grande do Sul" – a mesma alvo dessa ação do Ministério Público Federal lá do Município de Santo Ângelo –, "não poderia aproveitar os créditos, que sequer eram válidos, haja vista que os atos nulos de pleno direito são incapazes de gerar qualquer efeito jurídico aos interessados e impassíveis, pois, de convalidação".

Em outro trecho, ele diz o seguinte: "pois o curso da [...]" – e relata o nome da instituição – "era e continua ilegal, repito, na modalidade a distância, constituindo atos nulos de pleno direito, incapazes de gerar qualquer efeito jurídico aos interessados, impassíveis, pois de convalidação".

E, no trecho final, ele diz assim: "Assim, ainda que realmente não seja atribuição dos conselhos profissionais fiscalizar e controlar os cursos superiores em todo o Território Nacional, é certo que tal órgão não só pode como deve recusar a inscrição nos seus quadros de portadores de diplomas que não atendam aos requisitos legais".

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS EDUARDO LIMA ROCHA DE OLIVEIRA – Então, nós temos situações que estão tendo desdobramentos, e a Justiça já entende que é um ato nulo. Ele não pode aproveitar algo que não existe legalmente no mundo jurídico.

Então, é isso, Presidente. Eu me coloco à disposição.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Agradeço ao Sr. Carlos Eduardo pela sua explanação, explanação essa que, com certeza, será também corroborada pelo Presidente do Conselho Federal de Educação Física, a quem já passo a palavra para finalizarmos esta Mesa e iniciarmos uma rodada de perguntas.

Vamos ouvir o Sr. Jorge Steinhilber.

O SR. JORGE STEINHILBER – Obrigado, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parabenizo V. Exa. pelo protagonismo e imediata providência para tratar do problema dessas causas irregulares e dos diplomas irregulares.

Cumprimento os Senadores Eduardo Girão e o Major Olimpio pela presença, assim como o Deputado Estadual Marcelo Beltrão.

Cumprimento e parabenizo o nosso Presidente Carlos Eduardo pela postura ética e pelo compromisso com que desenvolveu todo esse trabalho de proteção à sociedade, buscando essa intervenção de qualidade.

Infelizmente, na proteção da intervenção de qualidade no nosso País, quando se procura defender a sociedade, estamos sempre propensos às ameaças. É o que está acontecendo neste momento com o nosso Presidente de Alagoas, na medida em que o conselho procurou proteger a sociedade e deparou com essa situação.

Cumprimento o Presidente do CREF17, Carlos; o Presidente do CREF13, Rogério; a Presidente do CREF12, Sueli; a Presidente do CREF4, Pedro, com os demais componentes da diretoria, assim como todos aqueles que nos acompanham pela internet neste momento tão importante, porque o Sistema Confef/CREF vem demonstrando uma preocupação muito grande tanto com essa questão dos alunos que apresentaram problemas de diplomas irregulares como das instituições de ensino que ofertam esses cursos e que, de uma certa forma, pelo que está posto, estão enganando os alunos.

Nós vamos ter uma discussão muito grande sobre até que ponto os alunos estão sendo enganados, até que ponto estão se deixando enganar, até que ponto as universidades também estão enganando e se deixando enganar. Realmente é a tônica desta Mesa aqui, e nós pretendemos colaborar.

Como ficamos sabendo que esses cursos são irregulares? Houve uma informação há três anos, quando começou essa questão. O MEC o tempo todo nos respondia que nós tínhamos de olhar o Portal do e-MEC. Se no Portal do e-MEC estiver o curso, o curso está regular; se não estiver, o polo não está regular e, portanto, o aluno não pode ter o diploma registrado. Simples, prático e objetivo, no entanto, gerou todos esses outros problemas consolidados aqui.

De uma certa forma, os conselhos regionais têm tido preocupação de verificar todos esses cursos. Nós encaminhamos diversas vezes denúncias ao Ministério da Educação, e, infelizmente, os cursos continuam com as mesmas ofertas e desenvolvendo o trabalho.

Acabei de identificar também a Vice-Presidente Nicole, do CREF7, presente. Eu não a tinha visto ainda, por isso não cumprimentei; cumprimento-a também.

A nossa preocupação sempre foi esta: defender a sociedade para que ela tenha os profissionais de Educação Física habilitados. Na medida em que esses diplomas não são habilitados, nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

encaminhamos para o MEC denúncia, informando o que está acontecendo, encaminhamos denúncia para o Ministério Público Federal, encaminhamos denúncia à Procuradoria-Geral da República no sentido de que se pudesse criar isso que nós estamos identificando aqui. Antes estava muito restrito praticamente aos conselhos regionais, que ficavam pela qualidade do cargo sendo ameaçados e nenhuma providência se tomava.

A primeira providência foi feita, parece-me, ano passado pelo próprio Senador Rodrigo, à época ainda no Estado. Precisava exatamente acontecer a situação de se buscar a forma de se coibir essa situação.

Como nós vamos conseguir essa situação? Os alunos estão sabedores dessas irregularidades ou não? Teriam acesso a essas irregularidades? Sim, desde que eles procurassem o Portal do e-MEC para saberem se aquele curso é irregular. Por outro lado, nós não temos aqui nenhum elemento, nenhuma forma de dizer que o aluno se deixou enganar ou quis ser enganado ou que foi proposital. Creio que a discussão é exatamente neste sentido: até que ponto os alunos foram enganados. E, se foram enganados, então cabe realmente uma atitude forte em relação a essas instituições de ensino.

Aqui foi dito e acredito que efetivamente o ensino a distância possa ser um bom fator de desenvolvimento do ensino para o Brasil, no entanto precisa se identificar quais as instituições de ensino e de que forma podem oferecer esse ensino. A nossa preocupação hoje, Senador, é no sentido...

O ensino a distância não é nada novo, é algo que existe há muitos anos. Mas, há pouco tempo, eu diria que talvez nos últimos oito anos é que se permitiu o ensino a distância na área da saúde. Aí, sim, começou a haver uma preocupação muito grande porque a área da saúde tem alguma consequência muito maior do que apenas aquela de cursos que eram ofertados e em que é possível se adquirir conhecimentos e se aplicar esses conhecimentos. Então, realmente nós temos a posição da necessidade de uma discussão maior porque efetivamente estão sendo ofertados cursos de ensino a distância, e o fórum dos conselhos na área da saúde tem se manifestado – inclusive o Conselho Nacional de Saúde também já se manifestou – contra o ensino integralmente a distância.

Esse não é o caso da nossa discussão aqui. A nossa discussão aqui é em relação a essas entidades que estão ofertando cursos.

Vou me estender um pouco mais na fala que foi feita aqui, Senador, no sentido de que algumas instituições que são autorizadas para cursos presenciais estão ofertando polos irregularmente e entregando a esses alunos diplomas como se fossem presenciais. Então hoje os conselhos têm uma preocupação maior ainda não só na verificação do diploma em si, mas de saber se aquele diplomado efetivamente esteve presencialmente na universidade onde ele recebeu o diploma. Exemplo: uma pessoa do Sul do País recebe um diploma de uma universidade autorizada em Alagoas, mas o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

indivíduo sempre morou em Porto Alegre. Como ele cursou quatro anos de presencial em Alagoas se ele mora em Porto Alegre?

Então, nós estamos tendo hoje, todos os conselhos regionais, uma preocupação muito maior inclusive com isso. Quer dizer, está havendo uma comercialização, desculpem-me usar esse termo, muito forte, muito grande nessas questões do ensino, não só do ensino a distância, mas do ensino presencial, causando esse tipo de situação. A mais nova que nós identificamos agora e que o Presidente Carlos citou – e está se intensificando – são os alunos que fazem sete períodos de ensino à distância, depois vão para uma regular no último período, levam toda a compensação do período em que eles estiveram fora, para receber apenas com um ano de uma instituição presencial, como se tivessem frequentado aquela instituição como um todo. E as instituições estão concordando com isso.

Então, está havendo, o senhor me desculpe, a necessidade de uma reavaliação mais ampla e mais intensa em relação a todas essas questões do ensino, não só nessa questão do ensino a distância, porque o ensino presencial também está sendo utilizado nessa questão do ensino a distância, para que a gente possa, de alguma forma, identificar quem está enganando quem.

A nossa preocupação, Senador, é que quem está sendo enganada é a sociedade, porque ela acaba não tendo um profissional com conhecimento, acaba desvirtuando o ensino e acaba criando todo um processo que hoje nós estamos aqui identificando. Quem está perdendo com isso? As próprias instituições que defendem o ensino a distância, porque isso também denigre a imagem do ensino a distância, como nós estamos encontrando aqui. Ou seja, é uma situação que não favorece ninguém, prejudica totalmente a sociedade, e eu parabenizo V. Exa. por buscar uma alternativa na integração de todas essas entidades...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JORGE STEINHILBER – ...para que a gente possa encontrar uma solução adequada.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Agradeço ao Sr. Jorge pela explanação, que aqui demonstrou casos concretos.

Agora partiremos para a finalização deste bloco com algumas perguntas. Aqui eu ressalto, mais uma vez, a importância da participação popular através da ferramenta e-Cidadania lincada ao *site* do Senado Federal. E vou começar justamente por uma pergunta, a pergunta feita pela Patrícia de Souza, diretamente do Estado do Amazonas. Ela faz uma pergunta para o João Catunga, faz uma contextualização mencionando que "a educação a distância surge para muitos brasileiros como uma oportunidade de ter um diploma de ensino superior. Mas o número de diplomas falsos que têm sido emitidos em todo o Brasil é alarmante e comprova o quanto os estudantes estão vulneráveis. O que o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estudante pode fazer para se certificar de que não irá cursar um programa que não lhe renderá um diploma válido?".

Essa pergunta foi extraída agora do *site* e várias outras estão chegando, a grande maioria para o MEC, que fará parte da próxima mesa. Então, passo a palavra ao Sr. João Catunda, pelo prazo de dois minutos, para fazer alguns apontamentos.

O SR. JOÃO VICTOR CATUNDA – Eu ia deixar para o MEC também a resposta, mas eu vou ajudar.

A maioria desses cursos, quando são ofertados de forma irregular, são ofertados geralmente em dois domingos ao mês. E não são de forma EaD, *on-line*, nada desse tipo, como geralmente os cursos em EAD são. Volto a bater na tecla, como o Gustavo falou, de pesquisar no e-MEC, mas, claro, nós não podemos exigir que os alunos tenham sempre o acesso ao e-MEC.

Eu tive o exemplo lá de Piranhas, no Sertão de Alagoas. Existe um distrito lá chamado Piau, que não tem nem sinal de celular, quanto mais de internet. Então, a gente não tem como exigir que essas pessoas vão pesquisar a fundo pelo *site* do e-MEC. Mas hoje, infelizmente, a única forma de a gente saber se é regular, ou não, é pelo *site* do Ministério. Então, a gente precisa hoje mais é de políticas de divulgação para que a gente mostre como descobrir se a faculdade é regular ou irregular.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Muito bem.

Eu aqui quero registrar também a importante presença do Senador Styvenson. Todos os assuntos que são relacionados à educação, com certeza, têm sempre a discussão do Senador Styvenson, que realiza um excelente trabalho. Alguns colegas, como Eduardo Girão, já foram conhecer no Rio Grande do Norte, eu também quero conhecer, Senador Styvenson, para que a gente possa multiplicar essa semente abraçada por V.Exa.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Só lembrando que eu não faço parte desta Comissão, mas eu vim porque o assunto é interessante, mexe com os sonhos dos brasileiros jovens e também dos brasileiros de uma forma geral, que é um curso superior. E estar ouvindo que existem estelionatários se utilizando da boa vontade das pessoas de querer estudar... Vi o senhor falando agora e sei o quanto é difícil, não só lá no Sertão lá de Alagoas, mas, quanto mais distante, mais difícil ainda essa investigação.

Então, Rodrigo, sei que você é um defensor dos direitos dos consumidores, e eu o parabenizo por esta audiência pública, tanto que eu estava na Comissão e saí para dar uma passada aqui para ver

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a discussão, para ouvir, porque é um tema do qual eu também gosto. Estou indo já já para a CE, lá deve ser discutido isso aqui também. Vamos até ver, quem for da CE, porque esse tema tem que ser levado mais adiante.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Com certeza. Eu aqui agradeço a participação. E quero fazer uma pergunta ao Sr. Ricardo, que é Presidente da Associação Brasileira dos Estudantes de Educação a Distância. Primeiro, Sr. Ricardo, há algum registro, as pessoas buscam a associação para fazer denúncias? É possível contabilizar essa quantidade de pessoas sobre esse tema específico, sobre questões ligadas ao ensino a distância, ou até a cursos presenciais que não têm diplomas válidos? Então, se possível, deixar claro isso, puxando um pouco também para a linha do consumidor.

Outro relato que eu escuto muito frequentemente, com uma incidência muito forte, é que as pessoas fazem um curso achando que estão fazendo um curso superior, fazendo uma graduação, e, na verdade, estão fazendo um curso de extensão. Mas toda a publicidade, toda a propaganda é feita para que as pessoas acreditem que estão fazendo um curso de qualificação superior. Então, se isso também é um problema, se chega, se há relatos e se há também indicadores que a gente possa mensurar.

O SR. RICARDO HOLZ – É uma ótima pergunta. A associação tem mais de 680 mil estudantes que se inscreveram no nosso portal, nas nossas redes sociais – podemos chamar associados, vamos assim dizer –; é um número muito grande. E o relato de estudantes que não sabem se o diploma deles vai valer é algo em torno de 20% desse número, os que nos consultam. O cara já está matriculado, já está cursando em determinada instituição e ele manda para a gente um relato – é um número muito grande – para saber se o diploma dele vai valer, se a instituição dele tem ou não credenciamento.

O que nós fazemos atualmente é encaminhar para o e-MEC, que é o caminho correto, é o que se tem de fazer: orientar esse aluno, pedir que ele passe essa corrente à frente, que o e-MEC está aí para que seja consultado.

A gente já recebeu inclusive retornos da complexidade de acesso ao e-MEC, como falei na minha fala inicial. É muito difícil para o aluno o entendimento, a navegabilidade no *site* do e-MEC para um aluno que acabou de sair de um ensino médio de uma rede pública e que muitas vezes não tem acesso à internet. Então, nós temos que criar uma força-tarefa para facilitar essa informação para os alunos na ponta.

Com relação a cursos de extensão sendo ofertados – ou pelo menos na publicidade – como cursos superiores, sim, também temos. Não tenho um número específico, Senador, para passar, mas é fácil fazer esse levantamento para encaminhar ao seu gabinete ou a esta Comissão do que nós recebemos espontaneamente dos alunos, vale a pena falar isso. Ou seja, a associação ainda não está desenvolvendo nenhum trabalho, mas coloco-me à disposição do Ministério da Educação para que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

juntos possamos fazer. É óbvio, a gente tem uma rede grande, o aluno tem facilidade em falar com a associação que o representa, e, como o nosso objetivo é auxiliar esse aluno, ajudar a desmistificar o uso das novas tecnologias... O aluno que é de EaD vem aqui, pergunta, vem tirar as dúvidas, sente-se mais acolhido aqui, necessariamente, do que no MEC. Então a gente tem que criar alguma rede, alguma parceria para que a gente consiga facilitar o acesso e as informações a esse aluno. Acho que isso é um desafio nosso.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Muito bem, Ricardo.

A minha preocupação particular sobre esse assunto surgiu acho que há uns dois anos também. Já tinha conversado com o Carlos Eduardo, mas houve um fato, Senador Styvenson, bem interessante. Até conversando com V. Exa. disse que o nosso mandato, nosso primeiro mandato, como Deputado Estadual, caracterizou-se por visitar pessoalmente o centro das pequenas cidades do meu Estado. E, numa quinta-feira, na cidade de Maragogi, que agora é cidade, coloquei uma tenda para conversar com as pessoas, e chegaram dois jovens dizendo: "Rodrigo, estou assustado, estou preocupado, porque eu cursei durante quatro anos o ensino a distância para o curso de Educação Física, recebi o diploma, esse diploma foi chancelado pela universidade estadual, mas quando eu fui para o conselho para pegar minha carteirinha, disseram que o diploma não vale, disseram que esse curso que eu fiz não tinha autorização para funcionar no meu Estado. Eu mal tinha percebido, mas, inclusive, o diploma que estava nas minhas mãos falava que eu cursava no Rio Grande do Sul, e eu nunca saí nem de Alagoas".

Essa foi a situação que me chamou a atenção. E começou a puxar a corda, puxar a corda, puxar a corda... Conversando com Carlos Eduardo, ele disse que a maioria das pessoas tomam conhecimento justamente quando buscam tirar sua carteirinha para fazer parte do conselho. Então, Carlos Eduardo, se V. Exa. puder aqui, na prática, dizer como isso é feito, tendo em vista que as pessoas chegam lá com um diploma, inclusive chancelado por uma universidade – e esta também será uma das perguntas que eu irei fazer ao MEC –, como é dizer isso para as pessoas, qual a incidência disso e se isso hoje ainda é uma realidade.

O SR. CARLOS EDUARDO LIMA ROCHA DE OLIVEIRA – É uma realidade, tanto é que eu citei agora há pouco um boletim de ocorrência, que foi nessa prática de tentar esclarecer essa situação.

Eu fui convidado pelo profissional em Educação Física, Prof. Firmino, Presidente da Associação dos Profissionais de Educação Física de Penedo, a comparecer na cidade de Penedo para uma conversa com esses egressos de instituições, cerca de 40 ou 50 alunos, porque eles estavam nervosos com a possibilidade de o conselho não reconhecer esses diplomas. Aliás, reconhecer não, porque não cabe ao conselho reconhecer; aceitar como um diploma válido de nível superior. E eu fui à cidade,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

abrimos o *site* do e-MEC, em uma sala de aula, e mostramos que na cidade de Penedo, à época, não havia nenhum curso de Educação Física autorizado a ofertar Educação Física na cidade.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN. *Fora do microfone*.) – Mas não é pela internet?

O SR. CARLOS EDUARDO LIMA ROCHA DE OLIVEIRA – Pelo site do e-MEC, mas ele tem que autorizar a funcionar na cidade. E quando você abre lá o site do e-MEC e você coloca lá a cidade, como eu dei o exemplo, Penedo, curso de Educação Física, é presencial ou é a distância...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Só interrompendo, é importante essa pergunta do Senador porque são polos físicos, e ali nesses polos são passadas as transmissões, não é exatamente isso?

O SR. CARLOS EDUARDO LIMA ROCHA DE OLIVEIRA – Exato.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Não é na sua casa, em que alguém entra na internet para fazer.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN. *Fora do microfone*.) – Da mesma forma que eu acesso o EAD, eu contato com esse polo, eu conheço o curso, o MEC não deveria fiscalizar não?

O SR. CARLOS EDUARDO LIMA ROCHA DE OLIVEIRA – Bom, aí fica a resposta para o pessoal do MEC.

Então, o que acontece? Essa minha visita gerou esse boletim de ocorrência, em que três pessoas alegavam ser representantes de uma instituição daqui de Brasília, e o próprio MEC já disse que ela não tem autorização para funcionar em Alagoas. Eu mostrei lá aos alunos, no *site* do e-MEC, que essa instituição não tinha autorização para funcionar lá. Aí você começa a escutar os relatos de pessoas que passaram quatro anos estudando, investindo em sonhos, projetos pessoais e financeiros e, quando chegam ao final, passaram em um concurso público e perderam tudo, porque é nulo juridicamente, não tem valor legal.

Eu escutei hoje cedo um relato da Presidente do Conselho Regional de Educação Física de Pernambuco, Senador, em que 70 alunos de Petrolina passaram por uma situação semelhante, cursaram o curso nessa situação, e quando eles foram escutar aluno por aluno, segundo o relato da Presidente Sueli, os membros dessa comissão que estavam apurando essa situação saíam da sala aos prantos por não aguentar tamanhos relatos. É uma situação difícil. A gente tem relato de pessoas que tiram comida da própria mesa, ou diminuem a quantidade de comida, para pagar uma faculdade.

Então, estão mexendo com uma coisa muito séria, que é a dignidade do ser humano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Eu agradeço ao Carlos Eduardo.

O Jorge quer dar uma palavra, mas antes, Jorge, o Senador Olimpio também quer fazer um questionamento.

Com a palavra V. Exa.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – Muito bom dia a todos! Meu Exmo. Presidente Rodrigo Cunha, parabéns pela iniciativa! Senadores aqui presentes, representantes da área de educação do Governo, os nossos painelistas, por acaso eu estava em um evento do Cref4, estão ali presidentes e diretoria, no sábado, e justamente, como professor de Educação Física, discutindo e, logicamente, tomando puxões de orelha, dizendo: "Você é um Senador, professor de Educação Física, então leve uma mensagem, e, mais do que uma mensagem, um grito pelo reconhecimento de atividade fundamental, atividade de saúde"'.

Eu até brincava há pouco que tempos atrás eu comprei um vídeo do Michael Jordan jogando basquete, e eu achei que iria jogar feito ele.

É a minha preocupação, Presidente. Logicamente a EaD é uma realidade, mas, para conteúdos e para a área de saúde, tem que se ter cuidados especiais, não se permitindo... Além da questão de fraudes, estelionatos a que as pessoas estão sujeitas. Eu perguntava para os dirigentes, ao Presidente do Cref4/SP, ali atrás, e lá nós estamos com quantos? Quatrocentos cursos com EaD...

O SR. JORGE STEINHILBER (*Fora do microfone.*) – É, entre EaD e presenciais...

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – Quatrocentos no Estado de São Paulo.

E logicamente a preocupação, quando o Jorge está se manifestando ali, é uma preocupação com a saúde do povo brasileiro. Então, nós temos que ter o máximo respeito, cuidado e atenção com condutas criminosas que levam o cidadão a pagar por estelionatos, principalmente na área da Educação Física. Por outro lado, os órgãos de Governos devem se ater de forma mais efetiva a fatos lamentáveis sobre isso. Mas entendo por demais oportuno, e já valeu a semana, que começou com essa pauta que V. Exa. colocou.

E eu quero me colocar também como um instrumento desta Comissão, das profissões, daqueles que querem buscar seriedade de propósito sem tirar logicamente o sonho da formação que todo brasileiro espera ter. Somos difusores disso, mas não podemos compactuar com o cidadão ser lesado, achando que está fazendo a formação adequada e, depois, não ter, primeiramente – o que é mais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

perigoso –, a condição de exercer a profissão; e, num segundo momento, descobrir, com muita tristeza, com muito desespero, que foi lesado no seu dinheirinho suado para se graduar.

Nós até comentávamos aqui, eu e o Styvenson, nos bastidores: o que a gente faz? O que o cidadão que é lesado nisso faz? Daí nós falamos: "Tem que ir lá e dar uma pisa nos caras que fizeram isso", porque não é possível tirar o dinheiro, acabar com o sonho das pessoas e, depois, não poder ter a qualificação. E a luta, todo o trabalho dos órgãos públicos, dos profissionais, dos estudiosos em relação à determinada graduação que exija uma carga horária de trabalho, com conteúdo presencial, para quem está tratando com saúde das pessoas? Nós não podemos brincar com isso, não.

Daí o meu cumprimento a V. Exa. Estou à disposição para qualquer atividade que V. Exa. ou a Comissão deliberar para acompanharmos efetivamente a fim de termos resultado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Antes de passar a palavra ao Senador Styvenson, pelo que entendi, Senador Major Olímpio, V. Exa. também é professor de Educação Física? É isso?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Pronto! Então, ganhamos um excelente reforço aqui. Com a voz atuante que tem nesta Casa, com certeza teremos bons desdobramentos. É um prazer tê-lo aqui nesta Comissão e nesta causa.

E, agora, eu gostaria também de passar a palavra ao Senador Styvenson, que quer, com certeza, contribuir para este momento.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Sr. Presidente, senhores participantes, eu recebi uns dados aqui. Só em uma universidade, acho que é Unig, Universidade de Nova Iguaçu, quase 65 mil alunos perderam os diplomas, lesados.

Eu digo uma coisa: eu, quando fiz faculdade, eu fiz faculdade particular, eu fazia o Enade. Claro que um curso fraudulento desse, de estelionatários, não vai participar do Enade, mas, pelo que eu percebi, o rapaz que fez o curso lá de Piranhas, lá no interior de Alagoas tirou um diploma no Rio Grande do Sul pela internet.

Só para poder ajudar as pessoas que estão assistindo que estão nessa situação, Rodrigo, V. Exa., Presidente e meu amigo, não teria como pegar esses 65 mil, pelo menos esses 65 mil, essas pessoas que foram lesadas...

Isso eu pergunto ao MEC também, porque eu vou para outra Comissão e eu creio que vá levar, eu creio não, eu tenho certeza de que eu vou solicitar esse mesmo tema lá, na CE, porque é um tema

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

importante. Não é um número pequeno de pessoas, é um número muito grande e é um crime que está acontecendo.

Então, não teria como fazer uma prova para saber a capacidade desses alunos, desses 65 mil, avaliar se eles realmente poderiam fazer uma prova e terem uma validação de um diploma de uma outra faculdade credenciada, sei lá, para eles não ficarem no prejuízo, Rodrigo? Porque, imagine só, como o Major Olimpio disse aqui, passar quatro anos, sei lá quanto tempo, dois, o tempo que for se sacrificando, pagando e ainda não ter o curso? Será que não teria uma forma de corrigir, uma vez que não foi fiscalizado esse curso vendido pela internet?

Então, o mínimo que o MEC poderia fazer seria chamar essas pessoas para fazerem uma prova, como eu fiz, do Enade, para saber o conteúdo, o conhecimento deles, saber e "Pronto, eu vou transferir o seu diploma para uma outra que existe, que é séria, que é de verdade".

O que nós não observamos – ouviu, Major? –, porque o curso é vendido pela internet. Está lá, todo mundo acessa. Será que ninguém teve a curiosidade de ir lá, fiscalizar? Hoje, com tantos meios eletrônicos e de pesquisa? Deveria ter um mecanismo de filtragem desses cursos. A tecnologia pode tudo hoje. O que não pode, Sr. Presidente, é esse número que eu disse, em apenas uma universidade, 65 mil ficarem no prejuízo, e nós ficarmos aqui, tentando discutir um problema sem soluções.

As pessoas que estão assistindo em casa querem soluções. Elas querem o produto que elas pagaram. Se foi fraude ou não, que ela foi lesada foi. Agora, e a gente vai fazer o que por eles?

Então, é a sugestão que eu dou, porque eu vou para a CE agora. Agradeço aqui a V. Exa., agradeço aos Senadores que me permitiram falar, mesmo não sendo dessa Comissão, e garanto ao senhor, Sr. Rodrigo, que a gente vai levar esse assunto mais à frente. É um assunto que o senhor trouxe para cá, e eu vim pessoalmente ver, porque me interessa educação, e ainda mais porque envolve crime.

A gente poderia até ver uma penalidade mais séria para esse tipo de pessoas que fazem isso, que mexem com o sonho das pessoas, com as profissões.

Então, seria uma hipótese, uma sugestão que eu deixo aqui. Vou ter que me ausentar, vou para a CE e lá vou fazer esse requerimento, para que todos vocês estejam lá, presentes, para a gente discutir mais e aprofundar mais.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Agradeço ao Senador Styvenson.

A pergunta de V. Exa. será feita ao MEC.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa primeira Mesa é uma Mesa de exposição do fato em si e, agora, iremos partir para outra Mesa.

Antes, para finalizar, o Sr. Jorge me pediu a palavra. Com certeza, tem muito a contribuir.

O SR. JORGE STEINHILBER – É muito rápido. Eu só vou aproveitar a fala do Senador Styvenson para dizer que temos uma preocupação muito grande. É lógico que a busca da solução dos alunos é interessante e faz-se necessária, mas é preciso, primeiro, corrigir essa questão das instituições de ensino. Senão, a gente resolve 65 mil agora, as instituições continuam e daqui a cinco anos nós estamos aqui em outra audiência pública para resolver mais 65.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JORGE STEINHILBER – Não, não. Sim, sim. Perfeito. Perfeito.

A minha fala, Senador Rodrigo, é no seguinte sentido. É dizer que os conselhos, Conselhos de Educação Física e os demais conselhos, são autarquias públicas, então eles não podem extrapolar da lei. Uma das razões pelas quais o Presidente Carlos e os demais Presidentes tiveram que tomar essa postura em relação aos alunos é que a lei estabelece que nós só podemos registrar os alunos egressos de cursos autorizados pelo MEC. Então, se o curso não é autorizado pelo MEC, se nós aceitarmos esses alunos, quem estará prevaricando, quem estará sofrendo punição por parte do Ministério Público será o próprio Presidente. Essa é a razão pela qual hoje os presidentes, o sistema como um todo se preocupa em fazer uma análise para que não haja um sofrimento por parte deles.

E a nossa contribuição, Senador, é no seguinte sentido: que os alunos, pelo menos aqueles que estão nos ouvindo e se puderem divulgar, perguntem aos conselhos profissionais se aquelas instituições que eles estão frequentando são regulares ou não. Eu garanto ao senhor que nós temos condições de responder a esses alunos essa questão.

Muito obrigado.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Presidente Rodrigo. Senador, eu vou agora ter que sair para a reunião da Comissão de Educação, da qual eu sou titular. E eu queria primeiramente agradecer a V. Exa. pela oportunidade, por trazer esse assunto tão importante, que mexe, como foi colocado pelos dois Senadores aqui anteriores, Senador Major Olimpio e Senador Capitão Styvenson, mexe com o sonho de pessoas. Então, está muito claro que existem grupos atuando aí, promovendo um estelionato, que está deixando as pessoas numa situação muito delicada.

Inclusive, lá no Ceará, eu sou do Ceará, nós temos em Brejo Santo, em Milhã, em Mombaça inclusive boletim de ocorrência feito por grupo de estudantes, de pessoas que foram lesadas com relação a isso em bacharelado em Serviço Social.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu queria dizer que eu sou favorável, eu queria deixar registrado que eu sou favorável ao ensino a distância. Acredito que a gente não tem como ir contra a maré. É a tecnologia, é uma maneira de você preencher os espaços hoje em dia nessa questão da distância.

E também dizer que eu vou levar para a CE agora, junto com o Cap. Styvenson, esse debate para lá também, que é importante porque é algo que é caso de polícia, mas ao mesmo tempo a gente tem que... Eu queria ouvir o MEC, depois vou pegar aqui as notas taquigráficas e o vídeo para saber porque eu ouvi uma declaração do ministro da Educação dizendo que vai tratar com mais rigidez. Então, eu quero saber quais são os critérios, como é que vai ser desenvolvido isso. É muito importante a gente saber por que, como foi bem colocado aqui pelo Gustavo, eu acredito que o justo está pagando pelo pecador. Existem muitos cursos sérios, muitas universidades sérias, e um grupo pequeno, que precisa ser identificado, precisa realmente de uma punição mais rígida com relação a isso porque são sonhos de pessoas.

Então, parabéns a todos os painelistas aqui.

Eu peço permissão para sair porque eu vou ter que ir para outra comissão. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Agradeço ao Senador Eduardo Girão pela participação.

Aqui eu recebi a informação de que, inclusive, a faculdade que mais emite certificados lá em Alagoas é do Ceará. Então, as pessoas recebem esse certificado como se tivessem cursado no Ceará e nunca foram para lá.

Então, há uma integração muito grande nesse sentido.

A pergunta também será...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Qual é o nome da instituição? Porque isso é bom para a gente levar para as autoridades.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Faculdade de Kuiros, é conhecida como FAK. É Maranguape, se não me engano.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Maranguape fica na região metropolitana de Fortaleza.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – E essa situação que V. Exa. aqui trata, o que a gente percebe... Imagine o mercado de consumo. Olha como a concorrência é desleal: aquela faculdade que é regularizada, que faz parte do MEC, é fiscalizada; a outra que não é, não é fiscalizada. E a que não é fiscalizada tem condições de oferecer um preço

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

menor no mínimo. Então, é justamente isso, é extremamente desleal essa concorrência. Você vai concorrer justamente com quem não é fiscalizado, justamente por ser ilegal. Então, alguém tem que fazer esse papel, que não seja o MEC ou que seja o MEC. É isso que nós vamos buscar para tentar harmonizar esse mercado.

Então, esse é um dos grandes objetivos da manhã de hoje.

Sendo assim, senhores, agradeço a presença de todos os expositores, convido para que permaneçam ainda aqui no Plenário e convido já para compor a outra Mesa o Sr. Marcelo Beltrão, Deputado Estadual por Alagoas; a Sra. Leililene Antunes Soares, Diretora de Supervisão da Educação Superior da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação; Leonardo Albuquerque Marques, Coordenador-Geral da Consultoria Técnica e Sanções Administrativas do Ministério da Justiça e Segurança Pública; Sr. Domingos Sávio Dresch da Silveira, Procurador Federal dos Direitos do Cidadão, representando o Ministério Público Federal, por favor façam parte aqui da Mesa. (*Pausa.*)

Bem, senhores, dando continuidade, quero agradecer a presença de todos e dizer que neste momento vamos ouvir o Deputado Marcelo Beltrão, ele que recentemente também colheu informações, sente na pele o que as pessoas passam – as denúncias estão chegando – e também está buscando no seu papel fiscalizador contribuir para a solução dos problemas.

Então, Deputado Marcelo, V. Exa. tem o prazo de 10 minutos, a princípio, para fazer sua exposição.

O SR. MARCELO BELTRÃO – Eu queria pedir que se passasse um vídeo, se possível, Presidente, e que isso não fizesse parte do meu tempo. É só para ilustrar aquilo por que a gente passou na audiência pública em Alagoas.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*) (*Palmas.*)

O SR. MARCELO BELTRÃO – Bom dia, pessoal!

O Presidente Rodrigo me autorizou a iniciar a minha fala. Eu queria parabenizá-lo pela atitude.

Quero cumprimentar o Senador Major Olimpio e os Senadores que aqui estão presentes.

Nós realizamos essa sessão especial na última sexta-feira. Nós a iniciamos às 10h e fomos até quase as 16h.

Nós colhemos dezenas de depoimentos como esse, Senador Rodrigo. Nesse, Senador Rodrigo, a Cássia fala que o Brasil não leva a educação a sério. Estamos constatando. Em um depoimento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

anterior, a Procuradora Federal Dra. Niedja disse que julgou ações dessa extirpe em 2003. E ainda assim continuam sendo praticadas e ainda estão sendo praticadas até hoje.

Então, acredito que esta Casa, o Congresso, e a Assembleia Legislativa do Estado de Alagoas não podem permitir a discussão sem que se dê uma solução, também, para os alunos que foram lesados. Precisa-se olhar o conteúdo que foi praticado.

Quero parabenizar João Catunda pelo movimento Diploma Legal, que atendeu até como psicólogo, muitas vezes, nas redes sociais, porque é isso o que acontece em cada Município do nosso País. Pensei que era só no Estado de Alagoas.

Mas eu acho que a discussão passa... E quando fala do Ministério Público Estadual... E aqui foi confirmado pelo Senador Styvenson que o MEC cancelou 65 mil diplomas da Unig, e 47 mil, Senador Rodrigo, eram de Pedagogia. A gente falou muito em Educação Física, aqui hoje, mas 73% dos atingidos diretamente eram do curso de Pedagogia, porque não tem conselhos regionais. Acho que esse golpe começou a ser divulgado quando começaram a se estenderem as profissões que têm conselhos, que têm a necessidade de registro. Mas a Pedagogia atinge diretamente a educação pública. E volto a falar da Cássia: "O Brasil não leva a sério a educação."

Em qualquer pesquisa científica, pesquisa eleitoral, a educação está apenas como a 5ª prioridade. Está depois de segurança, de emprego, de renda. O engraçado é que a educação resolveria todos os outros.

Já fui Vereador, já fui Prefeito, já fui Presidente da Undime, já fui Presidente da Associação dos Prefeitos lá em Alagoas, e hoje estou Deputado. Mas um cargo que muito me honrou foi ser Secretário de Educação. Eu vejo a educação pública como uma saída para os problemas do nosso País, para o desenvolvimento do nosso País. Sonho com a educação pública em igualdade com a educação privada. Um pai rico, Presidente, quando o filho chega à idade de estudar, procura a melhor escola, não importa quanto custe, porque sabe que ali é a garantia do futuro do seu filho. Aquele que não tem o dinheiro para contratar o recurso, para contratar uma escola de qualidade não tem opção, e a educação pública é a saída.

Tive a oportunidade de ter sido Secretário no Município de Coruripe, Prefeito no Município de Jequiá da Praia, no litoral sul, e Secretário, mais uma vez, em Marechal Deodoro, municipal. Em Coruripe fui Secretário por 10 anos e Prefeito, por 8 anos, em Jequiá da Praia. Nos dois Município o Ideb é maior do que o Ideb das escolas particulares. Significa dizer que matricular um filho, nesses dois Municípios, na escola pública é melhor do que colocar na escola privada. Então, é a única saída que nós temos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E esse golpe está atingindo diretamente pessoas como a Cássia. É preciso achar uma solução. Acho que não adianta nenhuma discussão sem que o Ministério da Educação promova uma saída para esses alunos.

Estou com o Senador Styvenson, estou com o João Catunda. Precisa ser feito o conhecimento e a proficiência dos alunos. Ora, se não tem proficiência nenhuma, não aproveita nada; se tem proficiência máxima, aproveita. Mas que haja uma possibilidade de atender a esses alunos que foram lesados.

Acima de tudo, a nossa intenção quando propusemos a sessão especial lá na Assembleia – e de imediato todos aqueles que usaram a palavra indicaram a abertura de um CPI no Estado de Alagoas tal qual foi feito no Estado de Pernambuco – é que se estanque... É inadmissível, Presidente, que ainda hoje haja oferta de cursos de nível superior sem credenciamento.

Fui do movimento municipalista durante meus oito anos de mandato. Fui diretor da CNM, fui diretor da Undime nacional, e o Governo Federal ao longo do tempo vem terceirizando as suas ações, vem passando as responsabilidades da saúde, por exemplo, para os Municípios. Está aí o PSF, onde coloca total responsabilidade aos Municípios, e o repasse que se tem do Governo Federal fica engessado, não tem reajuste, prejudicando cada vez mais o Município. E não é diferente na educação, como o programa do transporte escolar e outros programas que são criados. No final de tudo, com boas intenções, cada Governo que chega quer criar o seu programa e mantém os outros engessados. Existiam nos Estados as diretorias regionais de educação, que também foram extintas, e ninguém assumiu esse papel.

Hoje, coincidentemente, há uma audiência marcada com a Leililene lá na Seres. Vou entregar um ofício pelo qual proponho um estudo por parte do Ministério da Educação no sentido de conveniar com os conselhos de educação, com a Undime. Quer mais capilaridade do que os Secretários de Educação? Há um em cada Município. Mas é preciso investir tempo e recurso para pensar nas formas de evitar esse tipo de fraude, que vai diretamente na educação do nosso povo, nos sonhos.

Na matéria do Fantástico, Senador Rodrigo, aquela moça de Piranhas disse: "Eles roubaram o meu dinheiro, mas não levaram os meus sonhos". E a gente tem de pensar nesses alunos que sonharam.

Ah, há alunos que sabiam que estavam comprando a mercadoria errada! Mas a grande maioria não; a grande maioria estava comprando sonhos. E é atrás da defesa dessas pessoas, desses cidadãos que nós devemos ir, que esta Comissão tem que dar resposta, que o Congresso tem que dar resposta, que o Ministério da Educação tem que dar resposta, porque só assim a gente vai ter educação de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

qualidade. Só assim, fazendo com que o poder do Estado seja sentido por cada cidadão brasileiro que a gente vai conseguir um resultado positivo.

Em primeiro lugar, é estancar. Mas, concomitantemente, por sugestão também do Senador Styvenson, reparar o dano moral e material e aproveitar o tempo que foi perdido. Existem legalmente formas de fazer isso.

Lá atrás, eu fui Secretário de Educação em 2000 – no ano de 2000, 1999 – e foi criado à época, para atender uma exigência do Fundef, um programa especial chamado PGP, pela própria Uneal, e pode alguma coisa nesse sentido também ser idealizada...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCELO BELTRÃO – A curto prazo; há risco de que a gente possa ter mais de 70%, principalmente pedagogia. É preciso poder quantificar em quais cursos, e a gente ter aí, ao final do resultado dessa Comissão, um resultado satisfatório para essa turma.

Então, eu agradeço esse espaço e espero que a gente encontre a solução para esse grande problema.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Eu agradeço ao Deputado Marcelo Beltrão.

A frase utilizada pela estudante eu acho que simboliza muito...

O SR. MARCELO BELTRÃO – É professora.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Pela estudante e pela professora também. Simboliza muito o sentimento que nós devemos ter: quando ela fala que roubaram o dinheiro, mas não roubaram o sonho. E aqui roubaram também o tempo, não é? Porque, se alguém quer fazer o curso de Pedagogia, vai cursar durante quatro anos. E, ao final desses quatro anos, se não tem o diploma válido, no mínimo perdeu quatro anos em que poderia estar cursando uma outra faculdade que fosse válida. Ou seja, no final serão oito anos para se conseguir ser professor. Então, é nesse aspecto, é nesse sentido.

E este momento é para isso, para buscar soluções. Aquela primeira Mesa foi uma Mesa composta para entender a problemática; iniciando essa outra Mesa por V. Exa., que já faz provocações aqui, o que já mostra ser extremamente atuante – já tem hoje uma reunião agendada com esse foco –, com certeza teremos desdobramentos das audiências públicas realizadas.

Então, sendo assim, já para dar sequência, gostaria de ouvir primeiramente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aqui deixo bem claro, Dra. Leililene, que nós iremos fazer as perguntas após a exposição dos demais. Então V. Exa. aqui pode fazer a explanação, a senhora que é Diretora de Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação – é um cargo importantíssimo. Se V. Exa. também puder falar da sua experiência, se já está lá há muito tempo, em que situação está esse tipo de análise, seria um bom direcionamento para esse momento.

Com a palavra V. Exa.

Lembrando aqui que, quando a campainha toca, não é porque encerrou a fala, não. Eu me esqueci de falar, Marcelo. É justamente porque falta ainda mais um minuto.

A SRA. LEILILENE ANTUNES SOARES – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – E caso haja necessidade também, pode solicitar aqui à Mesa.

A SRA. LEILILENE ANTUNES SOARES – Bom dia. Eu gostaria de cumprimentar os Senadores aqui presentes, ressaltando a relevância do papel desempenhado por V. Exas. nesta Casa Legislativa, Casa esta que é um dos pilares da estabilidade institucional do Brasil; cumprimentar o Deputado Sr. Marcelo Beltrão, o representante do Ministério Público aqui presente, que é um órgão essencial à Justiça, que zela pela observância, pelo cumprimento da lei e pelo Estado democrático de direito.

Também cumprimento o representante do Ministério da Justiça, órgão estratégico e de fundamental importância no Poder Executivo Federal. Estendo os meus cumprimentos às entidades representativas, demais senhoras e senhores aqui presentes.

Eu agradeço muito a oportunidade de estar aqui. Eu sou professora, atuo há 15 anos no ensino superior – tenho uma pequena experiência nessa área – e atuei por um bom tempo como professora do curso de Educação Física, por coincidência, um curso pelo qual tenho muito carinho, amor e zelo.

Em nome do MEC, eu gostaria de me colocar à disposição para comparecer a esta Casa sempre que V. Exas. julgarem importante para que nós possamos dialogar a respeito da educação superior no País.

Eu gostaria de salientar que a atual gestão tem o comprometimento com a legalidade, a transparência, a ética, o resultado, a técnica, tendo sempre como norte a qualidade da educação superior ofertada. E eu gostaria de esclarecer que eu assumi a diretoria há pouco mais de um mês, então falo com base nas informações contidas nos documentos do MEC.

A partir de 2017, a atividade de supervisão passa por aprimoramento normativo resultante de um trabalho intenso da área técnica. A revisão desses normativos confere maior capacidade de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

imposição da Diretoria de Supervisão da Educação Superior, vinculada à Seres. E, dada a proposta desta audiência, eu gostaria de esclarecer a diferença entre diplomas falsos e diplomas irregulares.

Os diplomas falsos são emitidos e forjados mediante cópia fraudulenta ou furto de matrizes de documentos e são preenchidos com dados do diplomado que compra o título. Esses diplomas normalmente possuem a assinatura de dirigentes que não têm autorização, não têm ato autorizativo. Eles falsificam todo o documento. Esses documentos são enviados para os órgãos de persecução criminal: a Polícia Federal e, por vezes, o Ministério Público Federal.

Já os diplomas irregulares – é disso que, efetivamente, a Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (Seres) trata – são emitidos pela própria instituição superior que detém atos regulatórios. E, diferentemente do diploma falso, é a própria instituição que assume a função de conferir ao titulado a situação de aluno regular, ao chancelar com seus atos autorizativos uma formação que não ocorreu em conformidade com os termos da legislação educacional. Os diplomas irregulares têm a aparência de legalidade e são expedidos em escala muito maior do que os falsos. Isso é um problema.

Eu, como professora, venho da ponta, e isso me preocupa muito.

Ouvindo a fala dos senhores eu entendo, compreendo e me compadeço. E estamos aqui justamente para lutar em prol de uma educação de qualidade e combater essa prática de irregularidade.

Eu gostaria de destacar que o Ministério da Educação (MEC) não registra e não expede diplomas; ele não analisa a reconsideração do seu cancelamento.

Os senhores citaram órgãos, diplomas que foram chancelados por instituições estaduais. O Ministério da Educação não supervisiona as universidades estaduais. Quem as supervisiona são os Conselhos Estaduais de Educação. Então, nós não temos ingerência sobre essas instituições.

Nesse cenário, eu gostaria de ressaltar o trabalho da Assembleia Legislativa de Pernambuco, da Alep, que, por meio de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, reuniu um conjunto de evidências de atuação irregular de instituições de ensino superior de todo o País atuando naquele Estado, como os senhores já colocaram.

Verificou-se que havia, sim, uma promessa de obtenção de diplomas de graduação, e os estudantes frequentavam cursos denominados cursos de extensão universitária ou cursos livres em instituições não credenciadas pelo Ministério da Educação. Esses reconhecimentos e conteúdos seriam aproveitados, aí sim, por instituições credenciadas para posterior emissão de diplomas. Essa prática não é, de maneira alguma, permitida pela legislação. Ficou constatado ainda que, em grande parte dos casos, os alunos sequer tinham conhecimento sobre qual faculdade procederia à diplomação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ainda segundo o relatório daquela Comissão Parlamentar de Inquérito, havia notícia de comercialização dos diplomas.

E, a partir do primoroso trabalho desempenhado pela Assembleia Legislativa de Pernambuco, a Diretoria de Supervisão, no exercício das suas funções, instaurou 24 procedimentos sancionadores, com imposição de medidas cautelares em 39 instituições, realizando visita de supervisão em 32 instituições em diferentes Regiões do País. Dessas, 25 foram descredenciadas e, senhores e senhoras aqui presentes, nenhuma dessas 25 instituições detinha autorização para ofertar curso na modalidade a distância.

Uma importante medida de supervisão foi a assinatura de um protocolo de compromisso, com a participação do Ministério Público Federal, que culminou no cancelamento de 65.173 diplomas, dos quais só de Pedagogia foram 47.970. Aí, como nós temos aqui uma representatividade do curso de Educação Física, foram 2.337 diplomas cancelados da licenciatura em Educação Física. Isso é extremamente preocupante. O que nos chamou a atenção é que 90% dos diplomas cancelados conduziam à profissão docente.

A instituição que registrou o diploma cancela; não é o Ministério que cancela. O Ministério supervisiona as instituições de ensino superior. O dano social se sobrepõe ao interesse da pessoa irregularmente diplomada. O argumento do prejuízo do tempo investido não se sobrepõe ao prejuízo na formação integral...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. LEILILENE ANTUNES SOARES – ... do indivíduo nas fases sociais de seu desenvolvimento educacional, somado isso ao dano ao Erário, uma vez que os portadores de diplomas irregulares pleiteiam ingresso e progressão funcional nas redes públicas de ensino.

Algumas ações estão sendo realizadas buscando zelar pela qualidade e regularidade da educação superior, como a aproximação – um protocolo de intenções firmado agora em fevereiro de 2019 entre o Ministério da Educação e o Ministério da Justiça e Segurança Pública, a Controladoria-Geral da União, a Advocacia-Geral da União –, o convite de aproximação com a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime). E nesta semana nós temos agendada a reunião com o Conselho Nacional de Secretários de Educação.

Eu falava para o Deputado Marcelo da importância da aproximação com as entidades dessas representações, assim como com os conselhos, da importância de nos unirmos em prol de uma educação de qualidade.

A Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação zela pela oferta do ensino superior acontecendo em conformidade com a legislação educacional vigente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço a oportunidade de estar presente nesta audiência pública tratando de um tema tão relevante para todos nós, que é a educação no Brasil.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Agradeço à Dra. Leililene pela apresentação. Inclusive, ela já criou uma identificação com o público aqui – não é? – ao dizer que é professora de Educação Física; acho que aqui, pelo menos, todo o conselho está presente.

Também é importante a gente não...

A SRA. LEILILENE ANTUNES SOARES (*Fora do microfone.*) – Do curso. Eu sou pedagoga.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Mas pedagoga também, porque o que não falta são situações referentes ao curso também.

E é importante – o Deputado Marcelo também trouxe isso – que a gente não leve esse assunto para o curso de Educação Física. Não é isso. Inclusive, o que tem maior representatividade é o de Pedagogia, seguido, acredito, pelo curso de Administração. Inclusive, nós temos aqui o Presidente do conselho de Administração de São Paulo, Mauro Kreuz, que está aqui também e irá fazer uma fala também. Então, são vários outros cursos que estão relacionados. Há curso de saúde também. Até se houver um outro curso representado aqui, peço que informe à assessoria para que a gente possa registrar e também seja dada a palavra mais à frente.

Então, as perguntas, doutora, ficarão para daqui a pouco, porque antes nós vamos ouvir o Leonardo Albuquerque Marques, que é Coordenador-Geral da Consultoria Técnica e Sanções Administrativas do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Dr. Leonardo, antes eu gostaria até de entender um pouco, em termos de organização ou do organograma, se essa coordenadoria fica subordinada ou é superior – se há algum *link* – à Secretaria Nacional do Consumidor, para eu entender um pouco qual é o formato dessa coordenação.

O SR. LEONARDO ALBUQUERQUE MARQUES – Primeiramente, boa tarde a todos.

Quero cumprimentar o Exmo. Senador Rodrigo Cunha, desejando-lhe um mandato exitoso, que agora se inicia representando o querido Estado de Alagoas.

Gostaria de cumprimentar também os demais presentes a esta Mesa; os demais presentes a esta sessão; e também as entidades representativas, sejam os órgãos de classe sejam os representantes das entidades que estão tratando dos interesses daqueles que se sentiram prejudicados com todo esse cenário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Inicialmente permita-me fazer uma breve apresentação da Coordenação de Sanções Administrativas. Ela integra a estrutura da Secretaria Nacional do Consumidor. A Secretaria Nacional do Consumidor, que hoje é conduzida pelo Dr. Luciano Timm, possui dois departamentos, um departamento administrativo que cuida de questões relacionadas a convênios, que não são relacionadas à matéria que é tratada agora ou que está em discussão, e o Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor (DPDC). No âmbito do DPDC, que possui coordenação-gerais, uma dessas coordenações-gerais é a Coordenação-Geral de Consultoria Técnica e Sanções Administrativas, a qual é conduzida por mim na qualidade de Coordenador-Geral. E uma das atribuições que nós temos no âmbito da nossa coordenação é a condução de processos sancionatórios no âmbito das infrações contra o consumidor, no caso as infrações administrativas – as infrações criminais obviamente são conduzidas pela Polícia Judiciária. No caso nós instauramos procedimentos, abrimos ao contraditório e à ampla defesa, e na fase decisória avaliamos se é o caso ou não de arquivamento, de aplicação de sanção. Isso vai depender do caso, das provas que estão robustecendo os autos, e por aí vai.

Isso colocado, eu gostaria inicialmente de colocar a nossa coordenação à disposição para eventuais representações que alguém queira encaminhar no âmbito do contexto fático que nós estamos trabalhando agora. Nesse ponto, eu gostaria também de fazer aqui uma colocação com relação à plataforma Consumidor.gov, que é uma plataforma que tenta buscar solução consensual entre consumidores e fornecedores, na qual também poderiam ser incluídas as instituições de ensino superior. Nesse ponto seria até interessante que os alunos já verifiquem de antemão se a instituição na qual ele está se matriculando já está registrada no Consumidor.gov, porque, em princípio, a ideia de um cadastro que é voluntário por parte de uma universidade, de uma faculdade, qual seja, já mostra a predisposição de que ela está lá com boas intenções e que eventuais conflitos, em princípio, podem ser resolvidos pelas vias amigáveis. Então, a ausência de um cadastro de uma inscrição prévia diante da instituição de ensino superior no Consumidor.gov pode ser interpretada com um mau sinal, quer dizer é um sinal de não cooperação por parte do fornecedor.

Isso colocado, no âmbito da coordenação, é interessante que nós tenhamos que primar pelo bem-estar dos consumidores como um todo, e eu, nesse ponto, não posso falar também pelo órgão regulador, que é o Ministério da Educação. Obviamente que nós temos que acompanhá-lo e pautar o nosso comportamento sem nos adiantar em relação à *expertise* técnica que o Ministério da Educação tem com relação à regulação do ensino superior, que é um tema que é bastante complexo, mas com relação ao bem-estar dos consumidores, eu noto que há uma preocupação que precisa ser devidamente harmonizada, que é, de um lado, a proteção aos consumidores dos serviços que foram ofertados por essas instituições, no caso os consumidores de boa-fé, vamos colocar assim, que ofertaram esses serviços que resultaram na expedição de diplomas irregulares. Por outro lado, nós também temos que avaliar o bem-estar dos consumidores que, futuramente, a princípio, deverão ou deveriam consumir os serviços que serão ofertados pelos profissionais que seriam colocados no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mercado de trabalho por essas instituições. E um ponto que deve ser destacado é que alguns desses consumidores são crianças, quer dizer, eles não sabem pensar por si e são considerados incapazes pela legislação civil.

Então, é um cenário que precisa ser devidamente distensionado. São dois polos. Precisamos achar um ponto de equilíbrio para que consigamos arrumar a situação do passado e, daqui para frente, adotar políticas que tornem mais eficiente, mais efetiva a atuação do Estado. Eu não estou falando apenas pela União – acho que os demais entes federativos precisam entrar nessa discussão. Estou falando de Estados, Municípios, do Distrito Federal e das autarquias, nos mais diversos níveis da Federação, que precisam também entrar nesse jogo para cooperar e evitar que situações desse matiz se prorroguem durante décadas, como aparentemente soa ser o caso.

Longe de mim – e acho que não é o intuito de ninguém aqui – querer demonizar a educação a distância. Obviamente sabemos que a educação a distância tem limitações, notadamente aquelas relacionadas à área de saúde, como bem pontuado pelos brilhantes expositores que me precederam – não precisamos fazer maiores digressões a respeito –, mas sabemos que, a partir de 2022 ou 2023, salvo engano, a oferta de vagas em EaD tenderá a superar a educação presencial, e a ideia de democratização da educação, do acesso à informação, do acesso à formação especializada tem um vetor civilizatório muito forte. Eu acredito que nós não podemos descurar desse princípio. Inclusive a própria Secretaria Nacional do Consumidor oferece cursos de formação a distância não só para os órgãos do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, como também para os consumidores em geral, para se orientarem sobre os mais diversos temas de sua vida, desde a educação financeira até a segurança com relação a produtos que possam oferecer algum tipo de risco à saúde ou à integridade física do consumidor.

Outro ponto também que nos preocupa muito e que foi pontuado agora – perdão, não lembro por quem foi – é também a questão da concorrência desleal. A situação que nós temos de operação – vamos colocar assim – no "mercado negro" – entre aspas – por parte das instituições que não são fiscalizadas pelo MEC prejudica justamente aqueles que estão querendo ofertar um serviço de boa qualidade, um serviço que efetivamente gere benefícios sociais no longo prazo, com a inserção, no mercado de trabalho, de profissionais capazes para lidar com os problemas que chegarão às suas mãos durante o exercício de sua vida profissional. Nós temos que evitar isso. Essa é uma preocupação, até porque... Embora não participe desse órgão, não vamos esquecer que o Ministério da Justiça tem, sob a sua pasta, um órgão que é encarregado da defesa da concorrência, que é o Cade. Embora o Cade tenha uma pauta um pouco mais específica que não seja relacionada à própria Senacon, a questão da defesa da lealdade concorrencial, de que as pessoas simplesmente de que as pessoas simplesmente andem pelas mesmas regras e, dentro dessas regras que são postas, procurem oferecer os melhores serviços possíveis ao consumidor, isso é uma preocupação nossa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, finalmente, eu gostaria de encerrar reafirmando tudo que foi colocado dos dois lados, que precisamos distensionar isso e que nós estamos à disposição para a construção de uma solução conciliatória para resolver esse problema que está posto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Agradeço ao Dr. Leonardo pela exposição e, portanto, a presença do Ministério da Justiça, principalmente no que se relaciona à defesa do consumidor. Então, com certeza, será um grande parceiro dos desdobramentos que sairão desta audiência pública, para que possa dar uma proteção a mais àqueles que precisam desse amparo.

Dando sequência, passo a palavra ao Dr. Domingos Sávio Dresch, Procurador Federal dos Direitos do Cidadão.

O SR. DOMINGOS SÁVIO DRESCH DA SILVEIRA – Agora já muito boa tarde a todas e a todos, em especial ao Senador Rodrigo Cunha.

Quero dizer da alegria de estar aqui em nome do Ministério Público Federal para enfrentar e pensar junto em como podemos avançar nesse tema que não é um tema de José, de Maria, de João, de alguém que quis, pontualmente, enfim, fazer um curso mais rápido, mais fácil e coisa e tal, não é um problema só de quem estuda, mas é também um problema das corporações que recebem esses profissionais, e diz, portanto, com a vida, quando se trata da saúde, diz com a educação. Portanto, é um tema absolutamente amplo.

Saúdo a todos.

Eu queria começar lembrando um "pajador" uruguaio muito repetido na minha terra, o Rio Grande do Sul, que é Antonio Hernandez, que diz que as leis são como as cobras: só picam os descalços. O perigo desse debate, que é um debate que envolve a realização de um direito fundamental, que é o direito à educação, é que a gente jogue a luz naqueles que estão descalços, que a gente resolva a situação – e que solução – colocando nas costas daquele que, na relação de consumo, é o mais fraco.

Há 65 mil diplomas irregulares em Alagoas, em Pernambuco. Vamos resolver de uma forma simples: vamos cancelá-los. E o problema está resolvido. O grande problema deste País são as soluções mágicas, as soluções simplistas, aquelas que só formalmente resolvem os problemas. E me parece que esse olhar, que essa abordagem é um risco que a gente enfrenta quando debate esse tema.

Eu tenho 30 anos de Ministério Público e 34 agora, na semana que vem, de professor universitário. Portanto, esse tema me diz, pelos dois lados, pela *doble* chapa da minha vida, de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

professor e de procurador, me diz, por essas duas perspectivas. Como procurador... E é bom que a gente frise isto, até para que não caia sobre as costas do ensino a distância, o problema da fraude. Eu, como procurador há 30 anos, tenho apresentado denúncias criminais, instaurado inquéritos civis públicos, ações civis públicas com relação a diplomas falsos ou irregulares de universidades presenciais, numa época em que nem havia internet. Quando a gente é velho, a gente é anterior à internet ou posterior à internet: é a.i. ou d.i. – antes da internet ou depois da internet.

Mas esse é um problema que existe desde sempre: é a fraude, é o estelionato, e por aí.

Portanto, não é um problema da educação a distância, mas ele cresce com a sociedade em rede, com a vida em rede, com o mercado que se informaliza, com a velocidade extraordinária com que a informação circula e com que esses cursos foram se alastrando e surgindo no País inteiro. A educação a distância, é bom que se diga, é uma forma de democratizar radicalmente o conhecimento, mas é preciso que, nesse início da educação a distância, a gente esteja atento para que ela não se torne sinônimo de facilidade e de fraude.

Agora, a tragédia desse País é, talvez, que educação e saúde se transformaram em mercadorias, e, quando a gente fala em educação, a gente está falando de um mercado altamente regulado. O MEC credencia as instituições, o MEC autoriza o início do curso e o MEC reconhece o curso depois das visitas, das inspeções e da sua atuação fiscalizadora. Não é possível que, quando encontram 65 mil diplomas, a gente diga: "Nós não temos nada a ver com isso! O problema é do consumidor que não tomou as cautelas necessárias".

E eu queria lembrar, desde logo, uma passagem. É um recurso especial no STJ 1.034.289, em que o Ministro Sidnei Beneti diz com todas as letras, e ele tem toda a razão:

> Não há como sensatamente atribuir ao estudante o ônus de devassar a vida da Instituição de Ensino a que se destina para verificar-lhe a regularidade, que se presume, indo o defeito que apresente à conta e risco da entidade de ensino, e não à pretensa responsabilidade do aluno.

Portanto, é preciso tirar das costas do aluno, que é um consumidor desse serviço, que é anunciado em TV, internet, rádio. E eu há pouco olhava no Google para ver algumas publicidades de cursos a distância, e nenhuma delas – mais de 50, eu olhei rapidamente –, nenhuma delas cumpriu um dever que é colocar – em letras minúsculas, mas colocar – o número do processo da autorização dentro do MEC.

Portanto, não é possível que o Poder Público olhe para isso e diga: "Nós não tínhamos condições de ver. Nós não temos estrutura de fiscalizar". Se não temos estrutura de fiscalizar, é preciso construir uma rede que realize essa situação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, acho que nós temos dois momentos aqui: um primeiro momento é afirmar que as soluções que o Judiciário vem construindo para... Como é o nome da professora?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. DOMINGOS SÁVIO DRESCH DA SILVEIRA – Para o problema como o da Cássia, é insuficiente, porque o Judiciário vem dizendo, de forma uníssona, que se resolve com indenização por dano moral e por dano material. Vai receber o dinheiro de volta, vai receber uma indenização pelo dano moral, pelo desgosto, pelo dissabor de ter feito o curso e não receber o diploma. Ora, dizer isso é um acinte! É um acinte porque é insuficiente. Não é possível que a gente olhe para essa solução construída, que está dentro da lógica do nosso Código Civil e do nosso Código de Defesa do Consumidor, e ache que isso é suficiente. Não é possível. Não é possível, tanto que o STJ vem, em algumas outras situações, reconhecendo o direito daquele que faz concurso público e depois se percebe que o título foi emitido por um curso ainda não reconhecido. O STJ tem determinado a readmissão dessas pessoas quando exoneradas. Há mais de um precedente do STJ nesse sentido.

Portanto, é preciso que a gente separe as situações. Aquele do curso absolutamente clandestino, aquele curso que não foi credenciado pelo MEC e que, portanto, é realmente um curso pirata. Dentro disso, nós também podemos encontrar situações que envolvem universidades estrangeiras, até de qualidade, que oferecem cursos no Brasil. Portanto, é preciso distinguir essa situação do invisível aos olhos do MEC, do clandestino, da situação daquele que age de forma irregular.

Eu confesso que não me emociono. Eu não fico horrorizado quando eu sei que a irregularidade é que não há credenciamento na forma à distância. Eu estou muito mais preocupado em saber se houve frequência, se houve conteúdo, se houve apuração, se a avaliação foi presencial. Para mim, isso me preocupa muito mais do que saber se está ou não regularizada.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – Portanto, é preciso distinguir o clandestino do irregular e é preciso distinguir, Senador, para que a gente possa dar ao MEC uma solução que ele não tem ainda, mas que vocês no Parlamento podem dar.

É preciso que a gente trabalhe diante dessa realidade que temos de imediato que é essa epidemia de diplomas que não têm as condições de serem registrados e que a gente faça uma espécie de Revalida, mas para isso é preciso a lei. É preciso que esses milhares de professoras pelo País inteiro possam ter a oportunidade de demonstrar que aprenderam e que têm condições, mas isso o MEC não pode fazer sozinho, ele depende de uma autorização legislativa e eu acho que isso é urgente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É preciso também que o Sinepe oriente os alunos de final de ensino médio para terem essa preocupação com relação ao curso que estão fazendo.

Mas há um outro aspecto também – e eu acho que esta Comissão poderia ter um papel importante – que é um convênio que está em discussão do MEC com o Conselho Nacional do Ministério Público. Nesse sentido, a visita da Comissão à colega Procuradora-Geral da República, que preside o Conselho Nacional do Ministério Público, seria uma medida interessante para que esse tema dos cursos a distância, dos cursos irregulares seja colocado de uma forma central também na atuação do Ministério Público. É preciso que o Ministério Público no País inteiro se sensibilize com a necessidade de agir preventivamente nessa situação.

Então, é preciso que, por um lado, a gente estanque essa situação geradora de irregularidade, e eu acho que essa atuação com o CNMP, a constituição dessa rede de que se falava antes, com secretários municipais, com secretários estaduais de educação, é algo que pode ter um papel muito importante para que a situação que vivemos hoje não se repita no futuro. Mas é preciso que a gente olhe para a situação dos milhares de estudantes que, de boa-fé, atendendo à publicidade amplamente divulgada... E, aí, nem o MEC, nem o Ministério Público, nem ninguém enxergou, nem o Procon enxergou, ninguém atuou de forma diligente, e essas pessoas frequentaram e cursaram. É preciso que a gente regularize, que a gente equilibre, por um lado, o direito à educação. E a nossa Constituição diz: "educação de qualidade".

A qualidade do ensino, que é a garantia de que aquele profissional no futuro não vá matar pessoas, não vá deseducar, ao invés de educar, é preciso que a gente equilibre essas duas situações. E eu acho que uma solução seria através do Revalida.

Então, diante desse fato consumado...

(*Soa a campainha.*)

O SR. DOMINGOS SÁVIO DRESCH DA SILVEIRA – ... e, aí concluindo, é preciso que se pense em formas, primeiro, de evitar que no futuro a situação se repita e que a gente corrija as falhas, que são nossas, para que a gente não dê como solução, como resposta a esses milhares de estudantes pelo País inteiro: "diga a eles que nós temos uma coisa para lhes dizer, que a lei, a lei é como as cobras, só pica os descalços". Isso não basta, isso é insuficiente. Não há dinheiro no mundo que indenize o sonho, o esforço, o deslocamento cotidiano de quem frequentou cursos que se mostraram irregulares. É preciso distinguir que cursos são esses, se clandestinos ou meramente irregulares, e é preciso permitir aos alunos que provem que aprenderam, para que a gente, fazendo as pazes com o passado, possa avançar rumo a um futuro mais justo e em que o direito à educação seja um direito humano efetivamente realizado.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Dr. Domingos, eu agradeço muito a sua presença aqui. A fala do Ministério Público Federal é importantíssima e a forma como foi exposta por V. Exa. também.

A partir do momento em que se coloca a luz sobre aquele que é mais vulnerável, que numa situação dessa não tem a quem recorrer, que já está passando por um problema, do que menos precisamos aqui é ficarmos restritos a burocracia, a identificar a falhazinha que houve nessa fiscalização, sem priorizar aqueles que precisam deste amparo.

Então, 65 mil, dito por V. Exa. aqui, de pessoas afetadas foram apenas, pelo que entendi aqui, num relato do Rio Grande do Norte. Lá em Alagoas, foram 20; em Pernambuco, 80; Amazonas, mais uma grande quantidade; Bahia também. Estamos falando aqui de um problema social, sem dúvida nenhuma. Estamos falando aqui de sonhos que estão se tornando, sim, pesadelos.

E aqui, até falando sobre o que V. Exa. trouxe, sobre uma questão de uma reunião que está acontecendo, não sei se é um grupo específico, formado entre o Ministério da Educação e o Conselho do Ministério Público Federal, é importantíssimo levar esse tema, então eu já me interessei. Vou pedir até que a assessoria já fique atenta a essa situação para que a gente possa, numa atuação central, fazer aquilo que, de forma espaçada, já está sendo feito por alguns órgãos separados.

Falamos aqui de uma atuação da Dra. Roberta no Ministério Público Federal de Alagoas. Vou falar agora sobre a atuação do Ministério Público Federal do Rio Grande do Sul. E aqui já virando o direcionamento para o Ministério da Educação, fazendo aqui alguns questionamentos.

Então, Dra. Leililene, nós temos aqui uma ação civil pública que teve origem na Procuradoria do Ministério Público do Rio Grande do Sul, em que ele faz a seguinte análise. Existe uma resolução do MEC, a Resolução CNE/CES nº 12, de 2007. Não sei se é do conhecimento de V. Exa. E ela é justamente contrária e descumpre a Lei 9.394, de 1996, que dispõe exatamente sobre registro de diplomas, dizendo quais são os critérios.

Então, essa resolução determinou que: "Os diplomas dos cursos de graduação e sequenciais de formação específica expedidos por instituições não-universitárias serão registrados por universidades credenciadas, independentemente de autorização prévia" do Conselho Nacional de Educação, o que afronta diretamente a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Então, existe essa resolução, que, do meu ponto de vista, pode ser, sim, um agravante para essa situação.

Sendo assim, diante de denúncias acerca do registro irregular de diplomas por parte de algumas universidades, não seria o momento de o Conselho Nacional de Educação assumir as rédeas e a responsabilidade nessa cadeia, de modo a inibir novas irregularidades? Então, algo que já foi repassado pelo conselho. Será que não seria a hora, já que, de 2007 para cá, surgiram problemas em todo o País? Então, peço para que V. Exa. internalize essa situação, faça uma análise criteriosa sobre

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esses problemas que podem ser evitados. Vamos falar do que já aconteceu. Então, esta é a primeira pergunta, mencionando aqui a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, confrontando com essa resolução do MEC.

Uma segunda pergunta. No ano passado, o Ministério da Educação prometeu criar um programa nacional de supervisão e monitoramento de cursos superiores e instituições credenciadas, com a realização de avaliações especiais focadas na oferta de EaD e em cursos ofertados irregularmente. Gostaria de saber se o programa está em andamento e qual o resultado dessas ações.

Essas perguntas, inclusive, fazem parte também de um resumo de pessoas como o Adriano, a Débora, a Patrícia, que estão interagindo através do e-Cidadania. Então, as pessoas estão acompanhando e participando também deste momento.

Uma terceira pergunta. Quando o MEC mudou a regra e permitiu que polos de ensino a distância ofereçam cursos, a oferta aumentou mais de 100%, mas os polos têm que cumprir requisitos que garantam a qualidade dos cursos. Então, será que, mesmo autorizando, não há a necessidade do controle também e da fiscalização do MEC nos polos? Não apenas nas universidades, mas também nos polos, tendo em vista que eu acredito que os problemas que nós estamos tratando aqui, todos eles, são oriundos dos polos, por exemplo, um polo que é aberto em uma outra cidade que não tinha autorização ou então que não tem permissão para isso. Foram três perguntas. Vamos para mais uma.

O MEC exige que todas as instituições que oferecem cursos superiores de qualquer tipo estejam no cadastro nacional de cursos e instituições de ensino superior. Qual é a principal brecha para que essa enxurrada de diplomas falsos esteja acontecendo? Quanto a essa exigência do MEC, V. Exa. identifica alguma brecha. Eu já peço para fazer uma unificação entre a Secretaria Nacional do Consumidor, entre a sugestão do Dr. Domingos, do Ministério Público Federal. Primeiro, quem compra um prédio, a publicidade do prédio necessariamente tem que constar a autorização, o alvará que permitiu que ele construísse aquele prédio. Quem compra um brinquedo, ele tem que ter lá o selo do Inmetro. Quem contrata um plano de saúde necessariamente tem que ter o registro da Anvisa. Quem oferta algum seguro tem que ter autorização da Susep. Então, quem vai oferecer um curso tem que ter autorização do MEC, curso superior também tem que ter autorização do MEC. E essa publicidade ampla, ostensiva: não há fiscalização sobre essa publicidade. Aí eu acho que cabe também à Secretaria Nacional do Consumidor, mas também ao MEC fazer isso, porque até essa própria divulgação cria cultura no consumidor para que ele se acostume a saber que toda publicidade tem que ter autorização do MEC. Então, se ele identifica alguma que não tem identificação do MEC, no mínimo a orelha já fica em pé, como a gente diz. Começa a passar mais atenção.

Essa é uma solicitação que também vai ser formal por conta desta audiência pública, para que seja feita uma campanha que pode também facilitar o acesso do cidadão ao *site* do MEC sobre esse ponto específico, já que nós estamos orientando os alunos, ou seja, colocando uma responsabilidade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para eles, de maneira prudente, fazer essa busca. Mas confesso a V. Exa. que eu tive dificuldade, num primeiro momento, de encontrar no *site* do MEC onde é que está essa possibilidade. Então de repente uma campanha, que também cabe à Senacon, orientando as pessoas, orientando o cidadão para que ele faça essa busca, tendo um *banner* específico ou um local de fácil acesso, principalmente por ser um problema atual, seria de grande valia para este momento.

Última pergunta de minha parte. Inclusive eu estive há 15 dias participando de uma audiência pública com a presença do Ministro da Educação, Ricardo Vélez, e a minha pergunta foi exatamente sobre ensino a distância. Inclusive o Presidente Bolsonaro chegou a dizer que poderia ser implementado no ensino fundamental. Ou seja, demonstra que tem um interesse... E aqui eu não quero nem entrar no mérito dessa questão, mas, sim, demonstra que tem interesse em avançar no ensino a distância. Demonstrei também essa dúvida, mas também perguntei sobre atuação frente ao ensino a distância. E o Ministro da Educação, Ricardo Vélez, anunciou a intenção de fazer um arrocho na fiscalização para coibir irregularidades, gerando inclusive a assinatura de um protocolo de intenções entre o MEC, o Ministério da Justiça, a CGU e a AGU. A questão do ensino a distância estava colocada nessa decisão do Ministério.

Eu gostaria de saber de V. Exa. quais ações estão previstas pelo Ministério para coibir especificamente as irregularidades na concessão desses tipos de diploma de que nós estamos tratando aqui, na manhã de hoje.

Então, essas perguntas, acredito, já dão um bom direcionamento para que a gente possa dar sequência.

Dra. Leililene, eu gostaria que V. Exa. pontuasse esses cinco tópicos aqui, em primeira mão, para que a gente possa, de maneira colaborativa, encontrar soluções, tendo em vista que o foco, a luz, o pé descalço da cobra – gostei do exemplo – não pode ficar naqueles que não podem colocar o sapato. Nós temos aqui pessoas... Vamos chamar aqui, mais uma vez, o Código de Defesa do Consumidor. Os que são mais que vulneráveis, os que são hipossuficientes, que agiram de boa-fé, que cursaram a grade curricular, que têm frequência e que tiveram o conteúdo precisam que alguém lhes dê uma luz. Se V. Exa. diz que não é o MEC, sair com essa resposta, para a gente, não é positivo.

Acredito que é um problema, como eu disse, social. Não estamos falando aqui de uma turma ou de um curso específico; estamos falando aqui de um problema nacional, de um problema que está acontecendo ainda.

Então, para essas pessoas que passaram por isso, o que é que V. Exa., no cargo que está possuindo, querendo agir de boa-fé – tenho certeza absoluta disso –, com a sua experiência, com a ajuda dos profissionais e da consultoria, com o foco de atender essas pessoas, pode fazer através do Ministério da Educação?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós Parlamentares... Está aqui o Deputado Estadual Marcelo Beltrão, está aqui um Senador da República, por aqui passaram vários outros Senadores – todos se posicionaram –, passaram aqui também Deputados Federais, ou seja, o poder político também quer ajudar.

Será uma regulamentação? De que forma? Vai ser um Revalida? Já tenho informações de que as faculdades não querem nem receber esses alunos, porque pode ser que baixe a nota da faculdade, e aí não há como atestar essa situação, porque há a prova que mede a qualidade do ensino. Então, não é apenas uma situação pontual, é um problema social.

Então, passo a palavra a V. Exa., para ouvirmos suas explicações.

A SRA. LEILILENE ANTUNES SOARES – Eu entendo, sou extremamente solidária a todas essas questões. Como professora, eu me preocupo também com os estudantes. Sempre atuei buscando a qualidade na educação.

O vídeo da estudante que o Deputado traz... Para essas pessoas que se sentiram de alguma forma, como o Sr. Presidente Senador Rodrigo Cunha coloca... As pessoas que cursaram, que têm frequência e que estavam regularmente matriculadas nos cursos devem procurar a instituição, a faculdade, imediatamente, porque elas são a ponte com...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. LEILILENE ANTUNES SOARES – Devem procurar a instituição. Por quê? Se ela teve o seu diploma – vou explicar –, se ela frequentou, se ela tem a lista, se ela comprova que frequentou, que estudou e que cumpriu as exigências, ela não poderia ter tido o seu diploma cancelado. Então, pode ser que houve uma falha.

Esses diplomas cancelados, até onde eu tenho conhecimento, dentro do trabalho da Disup, foram diplomas irregulares, registrados por pessoas que não atenderam as exigências dos cursos.

Então, quando o senhor coloca...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Então, só para justamente a gente estar falando a mesma língua, o que eu entendo aqui é o seguinte: há situações em que as pessoas cursaram toda essa parte. O problema não está com quem... Não é questão de elas não terem cursado. A questão é que quem ofereceu esse curso não poderia ter oferecido. Não é a pessoa que frequentou ou não.

Como eu falei, ela preencheu todos os requisitos, mas ela foi enganada por alguém que ofereceu curso sem a permissão. Não tinha autorização para colocar um polo de funcionamento no Município de Penedo, e lá as pessoas cursaram. Então, quando terminou, ela recebeu um papel, foi lá fazer o seu registro. Algumas não conseguiram de imediato, outras viram que o nome que estava ali

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

era de uma faculdade do Rio Grande do Sul ou de Fortaleza. E ela disse: "Eu nunca fui para lá. E está dizendo que eu estudei lá. Eu nunca fui para lá, eu nunca saí de Penedo, eu nunca saí do meu Estado". E o diploma que ela recebeu era dizendo que ela se formou em um outro Estado, em uma outra faculdade.

E aí é uma pergunta... Desculpe-me até interromper. Porque a Universidade Estadual de Alagoas chancelou, ela tem competência para isso. E aí até faço esta sugestão, vou formalizar isto: para que as universidades estaduais e federais fiquem restritas à sua circunscrição estadual, porque a faculdade de Alagoas agiu de acordo com o que a legislação permite, chancelando um curso do Rio Grande do Sul. Mas a pessoa nunca foi para o Rio Grande do Sul. E aí, quando chega ao conselho, o conselho entra no *site* do MEC e verifica que em Penedo não há aquela faculdade. Então, você disse que estudou lá, você está com o diploma de uma universidade do Rio Grande do Sul, e você me diz que nunca foi para essa faculdade e que na sua cidade não tem.

Então é um problema sério. É isso que acontece.

A SRA. LEILILENE ANTUNES SOARES – Sim. Mas a instituição infringiu, porque ela não tinha autorização para oferecer o curso. Isso caracteriza a educação na modalidade a distância.

E, só frisando, eu sou extremamente defensora da educação a distância, acredito na educação a distância. Uma das minhas graduações foi através de um curso na modalidade a distância. Meus estudos... Inclusive, meu mestrado foi com essa temática. Eu sou defensora, acredito na importância da modalidade da educação a distância.

A instituição tem a autonomia – aí nós estamos falando da autonomia universitária – para chancelar. É um assunto extremamente delicado. Quando eu falo que se uma pessoa frequentou o curso presencialmente... Porque, até então, essa instituição tem autorização, os atos autorizativos são para cursos presenciais. A instituição... Os diplomas que foram cancelados... Entende-se que eram para ter sido cursados presencialmente. Então, quando os senhores colocam que a pessoa foi lesada, enganada, a instituição registrou de maneira irregular.

O ministério hoje, o que nós temos é: nós não podemos compactuar com registro irregular. A fala do ilustre colega do Ministério Público, nós precisamos unir esforços justamente para que possamos criar um caminho, uma solução. Eu compartilho disso, eu me preocupo também com pessoas que foram lesadas. Uma lei, e nós precisamos do apoio desta Casa para que possamos juntos pensar numa lei, porque hoje, na legislação, o ministério, na supervisão, nós não temos como falar... Eu, sinceramente, se eu pudesse falar "nós podemos fazer a validação desses estudos", mas nós não podemos. Então, eu faço um apelo aos senhores para que nos ajudem também.

Eu assumi a supervisão no início de fevereiro. É um assunto que me preocupa muito. Quando eu faço menção ao curso de Educação Física, por ter ministrado, mas temos também pessoas de Letras,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da Pedagogia, da História, das Ciências Sociais. Então, como educadora, eu me preocupo com o todo, Sr. Deputado. Que bom que hoje nós teremos uma audiência, porque nós precisamos de ajuda. Hoje no ministério nós não temos, a verdade é essa.

Como a nossa gestão é pela transparência, pela ética, pela legalidade, nós precisamos de ajuda para que possamos tornar legal. Talvez seja pelo Revalida. A união com a Undime, chamar esses representantes para conversarmos, porque é fato, é notório que nós temos uma equipe técnica extremamente comprometida. Foram analisados, a equipe técnica fez um trabalho, e esse descredenciamento, a instituição... Esses 65 mil diplomas, houve um acordo de cooperação. A instituição cancelou, aceitou, verificou que incorreu em irregularidade.

Eu não estou aqui para julgar, salvo quem sabia que seria facilitado, porque houve casos, existe um GT, um grupo sério de professores especialistas fazendo um trabalho muito sério, e nos chegam relatos que me assustam de pessoas que achavam que, assistindo aula aos domingos após a missa, teriam seus diplomas. Os colegas colocaram. Eu não estou aqui pensando nessas pessoas que talvez tenham agido de má-fé para ter o diploma facilitado. O que me preocupa realmente é quem se dedicou, estudou. Aí, a instituição não tinha o ato regulatório para oferecer modalidade a distância, mas essas pessoas estudaram, cumpriram as exigências. Nós precisamos do apoio desta Casa, Srs. Deputados, para que possamos achar... Porque uma prova, um exame seria a saída? Essas pessoas provarem...

Porque as instituições registraram de maneira irregular, isso é fato, mas será que essas pessoas estão preparadas para fazer essas provas? Aí eu faço outro questionamento: existem inúmeras pessoas que adquiriram seus diplomas de maneira irregular que não estão preparadas para se formar, para estar em sala de aula. Aí nós pensamos nesses professores, nos alunos que aqui se manifestam, na fala do João. Eu entendo, eu me compadeço, mas essas pessoas não estão minimamente qualificadas para exercer suas funções, e nós vamos colocar em risco, e isso terá uma consequência de décadas. Se cada professor que não teve qualificação entra numa sala de aula para ministrar aula, principalmente na educação básica...

O curso de Pedagogia – eu, como pedagoga, sei da importância – é um dos que têm mais diploma irregular emitido, mais de 40 mil comprovados de maneira irregular. Nós teremos nossos filhos, nossos sobrinhos sendo educados por pessoas que não têm a mínima condição. Então, nós precisamos unir esforços, porque hoje não há uma saída legal dentro do ministério. O que nós poderíamos fazer nós fizemos, dentro da fiscalização, e aí eu estou falando que nós precisamos de uma lei, de diretrizes, de parceria para criarmos e juntos encontrarmos uma solução para esse problema. Porque, a supervisão, o ministério atua nas instituições.

Muitas instituições abrem polos e não comunicam. É uma quadrilha, desculpem, mas é uma quadrilha agindo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

A SRA. LEILILENE ANTUNES SOARES – Essas instituições não comunicam, são pessoas que estão agindo no País, emitindo diplomas, registrando diplomas de maneira irregular.

Então, nós temos que unir esforços. Os encaminhamentos que o Sr. Senador Rodrigo fez serão levados ao ministério, passarei ao Sr. Secretário Marco Antonio. Com relação à avaliação especial, as ações estão seguindo. Já houve capacitação dos professores que se inscreveram. Haverá visitas de supervisão para avaliação de atos vencidos com relação à educação a distância, para que possamos acompanhar de perto, porque é um cenário também que nos preocupa. Até 2017, foram criados 9,9 mil polos de EaD. Só depois de 2017 até os dias atuais, nós temos cerca de 13,8 mil polos. Então, é educação a distância. A questão da supervisão também tem nos preocupado. E nós estamos empenhando esforços para que possamos fazer a supervisão, prezando sempre pela qualidade.

Mais uma vez eu ressalto a importância da união, das parcerias, para que possamos atuar em conjunto para resolver, para solucionarmos o problema, e os encaminhamentos para solucionar... Nós estamos aqui, Senador, para ajudar, estamos para auxiliar.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Eu agradeço, Dra. Leililene, ressaltando que audiência pública serve, nesse caso, para a gente colher informações. Então, o problema não necessariamente tem que ser resolvido agora...

A SRA. LEILILENE ANTUNES SOARES – Sim, mesmo porque pela proporção do problema não conseguiríamos.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Mas para interagir com todos os atores aqui. Algumas sugestões foram feitas e disso aqui será feita uma linha de trabalho, uma frente de trabalho, acredito que somando, inclusive, com outros Senadores nesse sentido, internalizando junto também aos ministérios alguns procedimentos.

E fruto daqui acredito que nós podemos ter os resultados que buscamos, e não será apenas hoje. Então, quando cada um aqui é convidado é justamente para que a gente possa extrair informações para que venha se tornar de conhecimento geral da sociedade brasileira e que todos aqui possam entender o funcionamento de cada instituição e o que está sendo feito.

Então, foram muito proveitosas essas explanações. Confesso que não há como, digamos, apertar muito porque V. Exa. chegou agora, há um mês está à frente deste importante cargo no Ministério da Educação. Está demonstrando que está de boa-fé, está aqui participando e recebendo... Já sei que vai receber o Deputado ainda hoje, recebendo também solicitações e dando resposta ao que é questionado...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LEILILENE ANTUNES SOARES – E por favor voltarei a esta ilustre Casa quantas vezes forem necessárias para realmente ajudar.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Então, o procedimento é esse mesmo, de colher informações. Inclusive, temos a prerrogativa de convidar qualquer autoridade do País, de convocar algumas para que a gente gerar um desfecho de um momento como esse.

Temos aqui o Deputado Marcelo Beltrão, que quer fazer um questionamento diretamente a V. Exa. – acho que quer já antecipar um pouco a reunião de mais tarde. (*Risos.*)

Fique à vontade, Marcelo, porque o País também está acompanhando.

O SR. MARCELO BELTRÃO – Primeiro, quero parabenizar a fala do Dr. Domingos. Acho que a gente tem que caminhar nesse sentido, porque a cobra está solta, Leililane. Tem que calçar os pés, tem que calçar os pés da turma que tem habilidade para poder exercer a profissão, inclusive pessoas que já demonstraram isso em concursos, que passaram em concursos e estão com o diploma irregular. Então, é separar, ter as devidas proporções, mas cuidar dos pés descalços. Eu acho que a senhora fez uma fala também muito interessante dentro do que está na possibilidade do Ministério Educação.

Tenho certeza de que o Congresso vai atuar no sentido de criar mecanismos, Senador Rodrigo, para poder talvez, não sei se "revalidar" seria o termo, mas aproveitar o conhecimento que foi assimilado, porque a gente tem vários aspectos que aconteceram nesse golpe. Uns tiveram frequência, outros só foram oferecidos domingo a domingo. Acredito que o conhecimento, o atesto do conhecimento, um provão...

Mas o primeiro ponto, Senador Rodrigo, me permita, é acabar com o que está acontecendo, porque eu acho que o Ministério da Educação hoje tem instrumentos e mecanismos de parar. Eu acho que a gente tem que tomar essa iniciativa de cessar, estancar, fechar a torneira. Então, eu acho que poderia sair daqui... Vai ser um dos assuntos da nossa audiência, mas que a gente caminhe.

Para aquelas pessoas que não conseguirem atestar o conhecimento, que se parta para uma reparação de dano moral e material, mas eu acredito que a questão do conhecimento que foi adquirido, se a gente puder colocar um ponto de equilíbrio e aproveitar dali para cima... "Ele assimilou 50% do que é necessário para exercer a profissão". Também não estou de acordo em habilitar profissionais que não tenham os requisitos mínimos para exercer a profissão. Então, isso também está fora de discussão, mas que a gente tenha uma forma de calçar os pés dessas pessoas, porque a cobra está solta e nós, Poder Público, precisamos dar essa resposta e mostrar que a força do Estado vai atuar, sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Muito bem, Deputado Marcelo. Não sei se vai querer pontuar alguma situação, mas nós estamos acompanhando.

O Ministério Público, falando aqui sobre Alagoas, ontem mesmo bloqueou 5 milhões de algumas faculdades. Se nós avançarmos nessa linha de comunicação para que as pessoas identifiquem quando não há um credenciamento, que tem como consultar no *site* do MEC... E aqui peço uma celeridade nessa análise de se colocar um destaque especial, tendo em vista o que está acontecendo em todo o País, para que se facilite esse acesso.

Vamos trabalhar também na unificação das ações frente ao Ministério Público Federal. E foi uma excelente sugestão feita pelo Dr. Domingos, porque já há esse diálogo entre o Ministério da Educação e o Conselho Nacional do Ministério Público. Então, que a gente possa levar mais esse tema para que possa fortalecer os Estados nessa linha de atuação e buscar que aqueles que trabalham de maneira irregular... V. Exa., pelo que disse aqui, credita às secretarias estaduais que façam essa fiscalização. Então, eu acho que o MEC também... Se, de fato, a atribuição é da secretaria estadual, se o MEC encampar essa luta... E eu aqui...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Para as universidades estaduais que devem fiscalizar. Mas aqui nós estamos diante de um problema em que as universidades estaduais chancelam, inclusive, de quem estuda em outro Estado. Então, não têm, com certeza, capilaridade para fazer esse tipo de fiscalização.

Se o MEC encaminhar uma norma específica sobre o assunto e destinar para que as universidades estaduais, antes de autorizar o funcionamento, autorizar o credenciamento, a chancela desse curso, verifiquem se é da localidade, da circunscrição, acho que seria um enorme avanço, porque é isso que está acontecendo.

No nosso Estado, foi colocado na audiência pública, há mais de 20 mil pessoas que foram chanceladas – isso aí do País inteiro –, e não há irregularidade, porque há essa resolução, como foi dito aqui por mim a V. Exa., que permite esse tipo de atuação.

Então, antes de V. Exa. também fazer as considerações finais, temos aqui ainda outra situação, algumas pessoas inscritas.

Eu gostaria de ouvir aqui o representante do Conselho Federal de Administração, o Sr. Mauro Kreuz, que há um bom tempo já pediu a fala.

O SR. MAURO KREUZ – Muito obrigado, Senador Rodrigo Cunha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cumprimento V. Exa. pela iniciativa e agradeço imensamente, em nome do nosso conselho profissional, que congrega os 26 Estados mais o Distrito Federal, pelo convite.

Somos uma comunidade de meio milhão de profissionais que orbitam em nosso sistema, e nós também temos sido lesados por essas iniciativas e temos tido várias experiências similares exatamente em Pernambuco e em Alagoas também.

Eu fui, por 23 anos, avaliador do Ministério da Educação e do Inep. Fui reitor, pró-reitor, presidi a Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Administração e poderia refletir um pouco mais sobre o que já foi muito bem aqui refletido sobre a questão da educação, mas eu vou trazer a temática para outra questão.

Vejam, a Constituição deixa claro: a educação é um bem público. Portanto, nós estamos falando de bem público; não é bem privado. E diz a Constituição que o guardião desse bem público é o Ministério da Educação – isso tem que ficar claro. Agora, os serviços educacionais que levam esse bem público à sociedade nas mais distintas modalidades e formas, como presencial e à distância, podem ser privados, porque a própria LDB permite que o Estado delegue isso à iniciativa privada – não sou eu que estou dizendo; isso está escrito. Portanto, nós estamos perante um grave problema de estelionato de um bem público, certamente o bem público mais precioso de uma nação. Isso tem que ser encarado já e duramente – e duramente!

Eu fiquei aqui pensando – e aí está o meu colega do Conselho Federal de Educação Física; estaremos juntos na quinta numa reunião do Conselhão –: que bom que existem os conselhos federais e que bom que existem os conselhos regionais, porque, se não fossem eles, quem sabe, nós não estaríamos aqui. Foi por nosso intermédio que essa questão ganhou conotação pública, notória e social, Senador, enquanto alguns ventos danosos, em pleno 2019, têm soprado contra as profissões regulamentadas. Se não fossem elas, não estaríamos aqui.

Mas eu vou um pouco mais longe. Nós temos vítimas, nós temos as vítimas já identificadas, nós temos os bandidos devidamente identificados, e nós temos o fato em si. Temos que cercear a continuidade dos atos e temos que proteger as vítimas urgentemente. E não vamos esperar! Eu conheço bem o Ministério da Educação. Desculpe, Diretora, mas, se eu for esperar o Ministério da Educação resolver esse problema, ele estará insolúvel já a partir de hoje.

Eu tenho um caso há quatro anos no Espírito Santo, em que...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAURO KREUZ – ... vários egressos que foram registrados provisoriamente pelo certificado de conclusão... Essas instituições foram vendidas ou fechadas pelo MEC, e até hoje eu estou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esperando uma resposta da Seres sobre o que fazer para ter o registro definitivo. Passaram-se quatro anos, e eu não tenho nenhuma resposta.

Qual foi a solução? Orientamos todos eles, como vítimas de boa-fé, que entrassem na Justiça Federal para fazer o registro definitivo. Nós simplesmente não reagimos a nada, e eles foram registrados por um ato da Justiça Federal.

Acho que nós estamos, Excelência, perante esse fato. Nós temos de dar um abrigo jurídico para ontem, porque essas pessoas estão sendo lesadas dupla e triplamente. Se nós esperarmos – não quero aqui ter crença em uma falácia – que o Ministério da Educação resolva isso... Desculpa, mas estamos nos enganando, certo?

Então, há o dano social de um bem público, cuja responsabilidade, pela Constituição, cabe ao Ministério da Educação, que criou um monstro chamado Sinaes, que existe há quase 14 anos e do qual o próprio Ministério da Educação e o próprio Inep não conseguem dar conta – eu vivi isso por 22 anos. Em 15 anos de Sinaes, o ensino brasileiro depauperou-se muito, perdeu muito a qualidade. E é um sistema, Senador, que custa caríssimo para a sociedade e para o País, sem ter dado as garantias sociais e as profissionais devidas para os brasileiros e para as brasileiras.

Quero encerrar dizendo que o Conselho Federal de Administração está à sua inteira disposição, pela sua *expertise*, pela sua boa intenção, pela sua experiência, para ajudá-lo nesta árdua missão de resolver, estancar esse problema nacional de um dano social irreparável.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Muito bem, Mauro.

Agradeço a palavra de V. Exa., que aqui trouxe à luz o que eu falei no início: a função principal do conselho, de fato, é fiscalizar. Talvez o grande parceiro para estancar, como foi dito aqui pelo Deputado Marcelo, esse problema sejam os conselhos. O conselho sabe por onde está escorrendo a água. Então, se a gente consegue identificar, fica muito mais fácil. E foi assim que eu tomei conhecimento... Mencionei aqui a história do atendimento pontual a algumas pessoas, o que reforçou aquilo que o Carlos Eduardo já trazia há muito tempo, usando todas as suas forças, tentando repercutir no Estado, de maneira inicial, o que chegou a este momento de hoje. Então, o conselho tem uma grande importância sobre isso.

Mas o Deputado já lembra aqui que nem todas as profissões têm conselho. Inclusive a de Pedagogia, que é quem tem mais pessoas afetadas por essa situação, acredito que não tenha conselho. Então, por isso, dificulta a análise. Aqueles que têm, que bom! E a função primordial é esta: fiscalizar. O caminho é esse.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Dra. Leililene vai fazer suas considerações finais também, mas antes quero ouvir novamente o Sr. Catunda, que quer fazer um questionamento à representante do Ministério da Educação.

O SR. JOÃO VICTOR CATUNDA – Eu só queria fazer duas observações com relação à fala da Diretora.

A primeira é relacionada a procurar as faculdades que diplomaram os alunos. A maioria das faculdades que diplomaram os alunos e aplicaram golpe fecharam. Elas não têm nenhum representante legal que possa dar suporte aos alunos. Então, por isso, chegam em grandes quantidades as denúncias ao Ministério. Então, quem eles procuram? Os Ministérios Públicos.

A outra fala, o outro ponto é relativo à proficiência, às provas de avaliação do conhecimento.

Você falou em ter cuidado para que a gente não coloque maus profissionais futuramente no mercado de trabalho. Concordo plenamente com a senhora, mas o teste de proficiência é que vai dividir as pessoas: quem tem conhecimento para ser diplomado ou para continuar o curso e ser diplomado de forma regular e as pessoas que se aproveitaram da facilidade e que não têm condição nenhuma de entrar no mercado de trabalho de acordo com esse diploma.

É isso.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Eu agradeço.

Vou passar a palavra, para fazer suas considerações finais, à Dra. Leililene.

Há um horário regimental para encerrarmos esta audiência pública, e outros compromissos nos aguardam também. Mas quero dizer que amanhã...

Depois, faço minhas considerações finais. Primeiro, vêm as de V. Exa.

A SRA. LEILILENE ANTUNES SOARES – Eu gostaria de agradecer a fala do Sr. Mauro.

Quero dizer que anotei aqui o *e-mail*, o contato do senhor. Eu gostaria de convidá-lo a ir à Seres. Farei contato com o senhor, para que possamos conversar.

Estou à disposição dos demais conselhos de todas as profissões. Nós estamos abertos para recebê-los.

Eu coloco a questão das faculdades porque, especificamente, nós tratamos de uma instituição que registrou o diploma. Essa instituição o registrou e ainda está em funcionamento. Então, as faculdades que ofertaram de maneira irregular foram descredenciadas e, realmente, estão fechadas, mas há uma instituição que registrou, uma universidade que registrou. Então, esses alunos podem procurar esses documentos, podem levar os seus documentos para mostrar que cumpriram as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

exigências legais. Se eles tiverem esses documentos, nós também estaremos à disposição para ajudá-los a resolver isso.

De maneira alguma, como diz o nobre Senador... Nós estamos assumindo agora, mas temos total compromisso, vontade e preocupação em atuarmos para não privilegiar os que estão atuando de maneira fraudulenta, irresponsável, dando ou vendendo diplomas ou até mesmo facilitando diplomas para pessoas que não têm qualificação. Nós temos que zelar pelas pessoas que estudam, que se comprometem, que cumprem as exigências, como nós aqui fizemos: frequentamos as instituições, estudamos, fizemos estágios. Cada um aqui teve que abrir mão de algumas coisas. É com isso que nós temos que nos preocupar, sem nos furtarmos a analisar o caso das pessoas que foram realmente enganadas.

Então, agradeço. Estou à disposição. Inclusive, estendo o convite para uma agenda com o João. Voltarei aqui quantas vezes forem necessárias. Agradeço muito. Eu me sinto muito honrada de passar esta manhã na presença dos senhores. Saio daqui com um aprendizado e agradeço mais uma vez. Muito obrigada a todos os presentes.

Uma boa tarde.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Bem, eu agradeço a presença de todos os senhores, lembrando que um momento como este é para colher informações. Haverá desdobramentos, com certeza, daquilo que foi tratado na manhã de hoje.

O problema aqui não é regional, o problema aqui é nacional, um problema que atinge uma quantidade enorme de pessoas, não apenas dos cursos superiores, mas cursos de graduação, pós-graduação, extensão, mestrados, até doutorado, não é isso, Marcelo? Então são informações ricas dos entes que aqui estão dispostos a solucionar um problema já identificado. Ninguém aqui negou o problema. Então, esse já é um primeiro passo. O segundo passo é resolver o problema de quem já passa por isso. E o terceiro talvez seja não por essa ordem, mas importantíssimo, que é justamente inibir essa prática, que ela continue acontecendo. Então, deste Parlamentar tenham esse compromisso e desta Comissão também.

Sendo assim, boa tarde a todos e uma excelente semana.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 9ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 02 DE ABRIL DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às onze horas e cinquenta e nove minutos do dia dois de abril de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Rodrigo Cunha, reúne-se a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor com a presença dos Senadores Marcio Bittar, Juíza Selma, Izalci Lucas, Major Olimpio, Jorge Kajuru, Fabiano Contarato, Eliziane Gama, Paulo Rocha, Rogério Carvalho, Carlos Viana, Rodrigo Pacheco, Wellington Fagundes, Styvenson Valentim, Eduardo Gomes e Paulo Paim. Deixam de comparecer os Senadores Fernando Bezerra Coelho, José Maranhão, Ciro Nogueira, Mara Gabrilli, Eduardo Girão, Weverton, Cid Gomes, Humberto Costa, Telmário Mota, Angelo Coronel e Otto Alencar. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas da 5ª, 6ª, 7ª e 8ª reuniões, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor nº 17, de 2019** que: "Requer, nos termos do art. 90, inciso XIII e art. 142 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência externa, com a presença de membros da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, no bairro do Pinheiro e adjacências, no município de Maceió, Alagoas, com o objetivo de, em data oportuna, verificar in loco a área, acompanhar as atividades em curso e checar o andamento das ações a cargo do poder público, tendo em vista que, por causas ainda desconhecidas, estão ocorrendo, no local, abalos, fissuras e afundamentos em imóveis e vias públicas, situação que tem motivado a desocupação da área pelos moradores e empreendedores." **Autoria:** Senador Rodrigo Cunha. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor nº 19, de 2019** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir acerca das obras não iniciadas, paralisadas e atrasadas de creches e pré-escolas no país, em ciclo de encontros denominado Diálogos de Transparência - Monitoramento de obras de creches e pré-escolas públicas." **Autoria:** Senador Rodrigo Cunha. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 3 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor nº 15, de 2019** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre governança pública. Como convidado para referida audiência, sugiro o Ministro do TCU João Augusto Ribeiro Nardes, o qual poderá trazer valiosos subsídios para os trabalhos desta Comissão. Sugiro, ainda, que o convite seja estendido a todos os Senadores, diante da relevância do tema." **Autoria:** Senadora Juíza Selma.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Resultado: Aprovado. **ITEM 4 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 16, de 2019** que: "Requer, nos termos do art. 102-B do Regimento Interno do Senado Federal, que esta Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC), formule consulta ao Tribunal de Contas da União, na pessoa do Exmo. Ministro Raimundo Carreiro, relator do processo nº TC 008.036/2017-9, sobre possíveis soluções para a continuidade da obra de construção da Unidade Acadêmica do Cabo de Santo Agostinho, em especial sobre a possibilidade de utilização dos recursos orçamentários no montante de R$ 80.351.936,48, que se encontram empenhados na condição de Restos a Pagar não Processados, para a realização de nova licitação com vistas à conclusão da obra." **Autoria:** Senador Fernando Bezerra Coelho e outros e Senador Fernando Bezerra Coelho e outros e . **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e treze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Rodrigo Cunha

Presidente da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/04/02

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Bom dia a todos. Bom dia, Senadora Selma, Senadores que acompanham esta reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Declaro aberta a 9ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Submeto aos Srs. Senadores e Sras. Senadoras dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores, que são a 5ª, 6ª, 7ª e 8ª Reuniões. Lembrando que essas atas serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Em votação. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Recebemos aqui alguns avisos, e irei fazer a leitura desses avisos, dos ofícios e dos demais documentos também recebidos por esta Comissão. Comunico o recebimento da Mensagem do Senado Federal nº 9/2019; Mensagens do Senado Federal nº 104 e 107, de 2018; OFS nº 74, de 2019; Aviso nº 74, TCU-Plenário; Ofício nº 81, de 2019, da Anatel.

Todos esses documentos lidos estarão disponíveis na página da Comissão, na seção Documentos Diversos – Documentos Lidos, com *link* para acesso ao seu conteúdo por um prazo de 15 dias, de forma que os Srs. Senadores possam se manifestar caso assim desejem.

Não havendo manifestação após esse prazo, o referido documento será arquivado, nos termos da Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 12, de 2019.

Passaremos agora aos requerimentos direcionados para a CTFC. Vamos ao Requerimento nº 15, de 2019:

ITEM 3

REQUERIMENTO Nº 15, DE 2019

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre governança pública. Como convidado para referida audiência, sugiro o Ministro do TCU João Augusto Ribeiro Nardes, o qual poderá trazer valiosos subsídios para os trabalhos desta Comissão. Sugiro, ainda, que o convite seja estendido a todos os Senadores, diante da relevância do tema.

Autoria: Senadora Juíza Selma.

Esse requerimento é da autoria da Senadora Juíza Selma, que está aqui presente. Senadora, se quiser se manifestar, se quiser fazer algum apontamento...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT. Para encaminhar.) – Bom dia, Sr. Presidente.

Eu gostaria, em complemento a este Ofício, de fazer um breve relato.

Eu estive há poucos dias, com a bancada de Mato Grosso, junto ao Sr. Ministro e obtive dele essa disponibilidade de prestar esses esclarecimentos, seja via palestra, seja via audiência pública, e logo pensei na utilidade que isso pode trazer para os assuntos que são tratados aqui na nossa Comissão, que, afinal de contas, precisa e deve se preocupar com essas questões de governança, até porque nós temos, como o senhor sabe, Senador, também a função de fiscalização que o legislador tem.

Então acredito que ele realmente tem condições de nos trazer muitos conhecimentos, muitos benefícios, e até complemento aqui o requerimento no sentido de que nós convidemos, nós façamos essa audiência pública abrindo também para Deputados Federais que certamente também vão ser beneficiados.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Senadora Selma, com certeza aqui é o local para discussão, inclusive para buscar também informações. E aqui, puxando do Tribunal de Contas da União, acredito que temos muito a somar. Quando se fala em governança hoje, é algo também que na iniciativa privada está sendo visto com outros olhos.

Aqui nós estamos já falando em uma linguagem quase que natural a palavra *compliance*, que é justamente – citei – o controle sobre os riscos que podem ter qualquer tipo de relação. Então, um controle de integridade. Fazendo isso, não é apenas um setor específico privado, também o setor público deve ter esse objetivo, tendo em vista as relações que nós temos sempre, desde o lobby que é feito constantemente nos poderes e se tem até a possibilidade de regulamentar – eternamente é discutido esse assunto aqui no Congresso Nacional – até outras situações em que há interesses dos dois ou três lados e precisa de fato ter um sistema de governança que seja íntegro, que seja transparente.

Então vem num bom momento. Com certeza a presença aqui do Ministro vai trazer a experiência, eu acompanho um pouco também a atuação do Tribunal de Contas da União e sei que há algumas linhas de trabalho e grupos de trabalho focados para essa linha da governança. Vamos alinhar a data para que ele possa estar aqui presente.

Sendo assim, inclusive V. Exa. sugere que sejam convidados Deputados Federais para que a gente possa também ampliar e o Congresso ter uma informação unificada.

Dessa forma, coloco em discussão o Requerimento nº 19. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Passo agora a ler o Requerimento nº 19, de 2019, requerimento que inclusive é de minha autoria.

ITEM 2

REQUERIMENTO Nº 19, DE 2019

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir acerca das obras não iniciadas, paralisadas e atrasadas de creches e pré-escolas no país, em ciclo de encontros denominado Diálogos de Transparência - Monitoramento de obras de creches e pré-escolas públicas.

Autoria: Senador Rodrigo Cunha.

Esse é um assunto que, desde o início, desde a nossa primeira reunião, foi tratado, quando se fala da importância de se verificar como estão sendo utilizados os recursos públicos. Cheguei aqui a mencionar que, para mim, tão danoso para este País quanto é a corrupção é a má utilização dos recursos públicos.

Vários Parlamentares, várias pessoas acompanham há um bom tempo, e já é manchete há anos e anos, as obras inacabadas. Vários Senadores passaram por aqui e tentaram contribuir em outros momentos, e nós, Senadora Selma, temos uma responsabilidade enorme de tentar criar um ambiente favorável para que se coloque o Brasil no ano de 2019, num ano em que as pessoas não vão se acostumar com as promessas de campanha, não vão se acostumar com serviços malfeitos. E aqui dou um exemplo quando a gente fala sobre creches: em vários Municípios se cria o hábito de inaugurar ordem de serviço, de inaugurar pedra fundamental, e aqui estamos falando de creches que estão há quatro anos, há dois, há um ano, fora do prazo de entrega. Elas estão paradas, estão atrasadas, não foram iniciadas, e os recursos chegaram para muitos Municípios que assinaram convênio com a União. E cabe a nós exercer aquele que considero o nosso principal papel: ser um fiscalizador dos recursos e dos serviços públicos.

Então, dessa forma, iremos aqui iniciar um ciclo de debates. Não apenas um dia, mas, a cada semana durante três períodos, nós iremos aqui chamar os órgãos de controle para se sentem ao nosso lado e possam dar as informações. O Tribunal de Contas da União tem um trabalho interessante sobre

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

isso. A Controladoria-Geral da União também já acompanha. O CNJ – V. Exa. pode dar uma contribuição enorme para isso – também tem uma responsabilidade grande sobre isso, sobre o monitoramento. Inclusive foi encaminhado, na última sexta, por vários Estados... Foi dado um prazo final, que foi sexta-feira, pelos tribunais de conta dos Estados para que fizessem um levantamento das obras federais inacabadas em cada Estado e encaminhassem ao STF. Apenas no meu Estado, foram levantadas obras no montante de R$600 milhões; apenas na capital, R$200 milhões. E as obras são de saneamento, de rodovias, das creches. Ou seja, são obras diversificadas.

Nós iremos agora tratar especificamente este assunto que afeta as crianças, sem dúvida nenhuma. É nesse período de zero a cinco anos que é o momento mais importante para a criança ter aquisição cognitiva, formar o seu senso, de crescimento mesmo. Quando não se tem esse momento, muito dificilmente, lá na frente, consegue recuperar esse tempo perdido. Estamos falando das mães que, ao terem que ficar em suas residências, perdem a oportunidade de estudar, perdem a oportunidade de trabalhar. E acabam repetindo o que aconteceu com elas, repetindo a situação de miserabilidade, de pobreza, porque não terão oportunidades diferentes das que suas mães tiveram.

Então, com um olhar para a mulher, com um olhar para a sociedade, para a economia, acho que esta Comissão pode, sim, dar uma contribuição muito grande a este País.

Apenas num levantamento prévio, baseado inclusive nos relatórios da ONG Transparência Brasil, foi feito um mapeamento, inclusive com geolocalização, de cerca de 1.700 obras de creches que estão paralisadas, atrasadas ou que não foram entregues.

No meu Estado, Alagoas, um dos menores Estado da Federação, são 46 creches.

Então, nós temos aqui um dever social enorme com este País. Acredito que desta forma iremos contribuir também para um desfecho.

Dessa forma, apresentei esse requerimento e o coloco em discussão. (*Pausa.*)

Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Passo a ler o Requerimento nº 16, de 2019, encaminhado pelo Senador Fernando Bezerra Coelho, que não está aqui presente – pediu-me para subscrevê-lo e eu o subscrevi.

ITEM 4

REQUERIMENTO Nº 16, DE 2019

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 102-B do Regimento Interno do Senado Federal, que esta Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC), formule consulta ao Tribunal de Contas da União, na pessoa do Exmo. Ministro Raimundo Carreiro, relator do processo nº TC 008.036/2017-9, sobre possíveis soluções para a continuidade da obra de construção da Unidade Acadêmica do Cabo de Santo Agostinho, em especial sobre a possibilidade de utilização dos recursos orçamentários no montante de R$ 80.351.936,48, que se encontram empenhados na condição de Restos a Pagar não Processados, para a realização de nova licitação com vistas à conclusão da obra.

Autoria: Senador Fernando Bezerra Coelho.

É o Requerimento nº 16, apresentado pelo Senador Fernando Bezerra, que subscrevi por S. Exa. não estar aqui presente.

Em discussão. (*Pausa.*)

Em votação.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Requerimento nº 17, de 2019, de minha autoria, é o próximo.

ITEM 1

REQUERIMENTO Nº 17, DE 2019

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 90, inciso XIII e art. 142 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência externa, com a presença de membros da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, no bairro do Pinheiro e adjacências, no município de Maceió, Alagoas, com o objetivo de, em data oportuna, verificar in loco a área, acompanhar as atividades em curso e checar o andamento das ações a cargo do poder público, tendo em vista que, por causas ainda desconhecidas, estão ocorrendo, no local, abalos, fissuras e afundamentos em imóveis e vias públicas, situação que tem motivado a desocupação da área pelos moradores e empreendedores.

Autoria: Senador Rodrigo Cunha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Refere-se a uma audiência pública que foi realizada por esta Comissão – audiência com quase dez horas de duração –, sobre um bairro específico, o Bairro do Pinheiro, e adjacências, no Município de Maceió, Alagoas, com o objetivo de designarmos uma data e verificarmos, *in loco*, a área que está sendo afetada pelo afundamento do solo para que, dessa forma, possa esta Comissão, através da presença dos Senadores, formar uma missão para acompanhar, de perto, aqueles compromissos que foram assumidos, por esta Comissão, e que já estão tendo desdobramentos na vida real das pessoas, tais como: decreto de calamidade, que já foi lavrado; recursos empenhados pelo Ministério de Desenvolvimento Regional que possam fazer com que as pessoas saiam de suas residências e tenham um auxílio social durante esse período, um aluguel social; desdobramento como um plano de evacuação a ser realizado de maneira segura e, principalmente, a entrega de um laudo, que já foi prometida publicamente para o dia 30 de abril, não mais podendo ser estendida. Acredito que, com a missão dos Senadores, teremos ainda mais uma contribuição a dar a esse caso.

Sendo assim, coloco em discussão. (*Pausa.*)

Em votação.

Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Agradecendo a presença do Senado Major Olimpio, que faz questão de comparecer e de deixar as suas contribuições, venho informar aos senhores que todos aqueles assuntos que foram determinados para a pauta de hoje já foram lidos, que os requerimentos foram lidos e aprovadas, que foram aprovadas também as atas anteriores.

Desta forma, encerro a presente reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 10ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE ABRIL DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às onze horas e cinquenta e um minutos do dia nove de abril de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Rodrigo Cunha, reúne-se a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor com a presença dos Senadores Fernando Bezerra Coelho, Marcio Bittar, Juíza Selma, Izalci Lucas, Jorge Kajuru, Fabiano Contarato, Eliziane Gama, Randolfe Rodrigues, Telmário Mota, Paulo Rocha, Wellington Fagundes, Paulo Paim, Chico Rodrigues, Marcos do Val, Acir Gurgacz e Eduardo Gomes. Deixam de comparecer os Senadores Dário Berger, Ciro Nogueira, Mara Gabrilli, Eduardo Girão, Weverton, Cid Gomes, Humberto Costa, Angelo Coronel, Otto Alencar e Rodrigo Pacheco. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 20, de 2019** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PLS 215/2017, que obriga que os produtos cosméticos e alimentícios comercializados que possuem substâncias comprovadamente cancerígenas informem o risco de desenvolvimento da doença em suas embalagens. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. Representante da Associação Brasileira da Indústria de Higiene Pessoal e Cosméticos (ABIHPEC); 2. Representante da Associação Brasileira da Indústria de Alimentos (ABIA); 3. Representante da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA)." **Autoria:** Senador Rodrigo Pacheco e outros e Senador Rodrigo Pacheco e outros e . **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 21, de 2019** que: "Requer, nos termos dos arts. 50, caput, e 58, § 2º, III, da Constituição Federal e do art. 397, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Senhor Ministro-Chefe da Secretaria de Governo da Presidência da República, Carlos Alberto dos Santos Cruz, para que compareça à Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, a fim de prestar informações a respeito de um vídeo que faz apologia ao golpe militar de 1964, divulgado a partir de 31 de março nas redes sociais." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado, com aditamento para transformar a convocação em convite ao Ministro-Chefe. **ITEM 3 - Projeto de Lei do Senado n° 98, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei 5.991/73 torna obrigatório o fracionamento de medicamentos na forma que estabelece." **Autoria:** Senadora Rose de Freitas. **Relatoria:** Senadora Juíza Selma. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Retirado de pauta pela relatora. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Rodrigo Cunha

Presidente da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Bom dia, Srs. Senadores, Sra. Senadora!

Declaro aberta a 10ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Transparência Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Submeto aos Srs. Senadores a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal.

Farei agora a leitura dos ofícios e demais documentos recebidos por esta Comissão.

Comunico o recebimento dos seguintes documentos.

Mensagem do Senado Federal nº 103, de 2018.

O documento lido estará disponível na página da comissão na seção Documentos Diversos, Documentos Lidos, com *link* para acesso ao conteúdo por um prazo de 15 dias, de forma que os Srs. Senadores possam se manifestar caso assim desejem. Não havendo manifestação, após esse prazo, o referido documento será arquivado nos termos da Instrução Normativa da Secretaria Geral da Mesa nº 12, de 2019.

Lidos os avisos, passaremos ao item 1 da pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 1

REQUERIMENTO Nº 20, de 2019

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PLS 215/2017, que obriga que os produtos cosméticos e alimentícios comercializados que possuem substâncias comprovadamente cancerígenas informem o risco de desenvolvimento da doença em suas embalagens. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

1. Representante da Associação Brasileira da Indústria de Higiene Pessoal e Cosméticos (ABIHPEC);

2. Representante da Associação Brasileira da Indústria de Alimentos (ABIA);

3. Representante da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).

Autoria: Senador Rodrigo Pacheco e outros

Este requerimento também está subscrito por mim.

Em discussão. (*Pausa.*)

Em votação.

Aqueles que aprovam requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Vamos inverter aqui um pouco e passar ao item 3 da pauta.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 98, de 2017

- Não terminativo -

Altera a Lei 5.991/73 torna obrigatório o fracionamento de medicamentos na forma que estabelece.

Autoria: Senadora Rose de Freitas

Relatoria: Senadora Juíza Selma

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

Posteriormente, a matéria será apreciada pela CAS.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Esse projeto de lei é de autoria da Senadora Rose de Freitas e tem como relatoria a Senadora Selma.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Sr. Presidente, acabei de receber aqui uma comitiva que está me contrapondo algumas coisas. É a Abrafarma que está me contrapondo algumas coisas acerca desse projeto.

Então, respeitosamente, gostaria de requerer a retirada de pauta. Vou reexaminar e, em seguida, entrego a V. Exa. um novo relatório ou mantenho o mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Senadora, devido à solicitação de V. Exa., aqui acatamos.

Retornando ao item 2, passaremos ao Requerimento nº 21.

ITEM 2

REQUERIMENTO Nº 21, de 2019

- Não terminativo -

Requer, nos termos dos arts. 50, caput, e 58, § 2º, III, da Constituição Federal e do art. 397, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Senhor Ministro-Chefe da Secretaria de Governo da Presidência da República, Carlos Alberto dos Santos Cruz, para que compareça à Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, a fim de prestar informações a respeito de um vídeo que faz apologia ao golpe militar de 1964, divulgado a partir de 31 de março nas redes sociais.

Autoria: Senadora Eliziane Gama

Em discussão.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, nós apresentamos um requerimento de convocação do Ministro. É um instrumento, não é que nós, na verdade, precisamos utilizar para garantir a presença do Ministro, mas houve uma conversa, digamos assim, com representantes, assessores do Ministro Santos Cruz, e ele se colocou à disposição e solicitou que houvesse na verdade esse agendamento e que fosse transformada a convocação em convite.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para nós, não há nenhum óbice nessa transformação. Que, na verdade, seja feito, de fato, esse convite, e que ele possa estar conosco para prestar esses esclarecimentos.

Agora, queria pedir a V. Exa., para que a gente tivesse uma compatibilidade de horário, que a gente pudesse definir a data para o dia 25 de abril, até mesmo porque a gente não pode demorar tanto. A gente precisa ter informações o mais rápido sobre isso.

Junto a esse mesmo requerimento, apresentamos requerimento de informação. Inclusive hoje pediremos ao Presidente Davi Alcolumbre que agilize por parte da Mesa Diretora a designação do Relator, para que essas informações possam chegar no tempo estabelecido de 30 dias.

Consta aqui no requerimento a questão de quem autorizou a produção do vídeo; a indicação do nome da produtora; e também o nome da empresa e autoridades que pagaram a produção do referido vídeo; esclarecer quem autorizou o uso dos meios oficiais para postagem do vídeo, já que o vídeo foi oficialmente distribuído por canais oficiais do Palácio.

Mas isso é mais em relação à Mesa Diretora da Casa. Em relação ao senhor, queria apenas que houvesse uma flexibilidade em relação ao dia 25 de abril, para que a gente pudesse receber o Ministro aqui na Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Senadora Eliziane, acho que podemos aqui encontrar um ponto em comum.

Nós temos uma data aqui já determinada na sessão anterior de uma audiência pública marcada exatamente para o dia 25. Então, dia 25 já há pela manhã uma audiência pública, é uma quinta-feira, para tratar sobre as creches inacabadas, que foi motivo de uma solicitação aprovada pela unanimidade dos membros.

Temos a possibilidade de fazer no dia 25, na parte da tarde. O Líder do Governo, Fernando Bezerra, havia sugerido a data do dia 30 para que fosse feita essa reunião. Então é uma quinta-feira, e V.Exa. sabe que é um dia em que as Comissões, na parte da tarde, têm uma dificuldade...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Mas não é 30 de abril; é 30 de maio. O Presidente já falou. Vai estar no meio do Governo.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Não, dia 30 de maio foi a data que o Senador Fernando falou aqui, sugeriu a data do dia 30. Posteriormente a assessoria do Ministro, que está aqui presente, sugeriu o dia 25, e fui informado de que já há, previamente aprovada, uma audiência pública no mesmo dia pela manhã. Na parte da tarde, não há nenhum impedimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Vamos fazer no dia 16 então, Senador. Pode ser? Seria pela manhã, porque à tarde a gente praticamente não vai contar com a presença de Senadores aqui numa quinta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Concordo. Eu acho que é dessa forma que nós conseguiremos cada vez mais efetividade.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Porque V.Exa. já está, de uma forma prudente, transferindo, transformando o requerimento de...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Todas as flexibilidades estamos dando. Esperamos que o Ministro também dê um retorno compatível.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Transformando uma convocação em um convite, de uma maneira extremamente conversada, articulada. E aqui há um compromisso da assessoria do próprio ministro para que seja determinada a data do dia 16. Então, pela assessoria, também há a data disponível.

Gostaria de ouvir também o Senador Fabiano.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Inicialmente, Presidente, quero parabenizá-lo pela condução como vem presidindo esta brilhante Comissão.

Eu quero parabenizar a Senadora Eliziane pela sensibilidade desse convite ao Ministro da Casa Civil, Chefe da Secretaria de Governo da Presidência da República.

O fato não foi um fato simplório. O fato é de tamanha gravidade que merece a população brasileira uma resposta, e uma resposta fundamentada, plausível, porque estão rasgando a História e os livros de História, querendo negar a ditadura, que só as famílias que sofreram, mortas, torturadas, desaparecidas, sem nada é que sabem.

Então eu quero parabenizar a Senadora Eliziane por isso, mesmo porque o vídeo tem muita relevância.

Aliás, no início do próprio Governo, houve o decreto assinado no dia 24 de janeiro pelo Vice-Presidente Mourão, determinando que 1.288 funcionários de segundo escalão pudessem decretar sigilo de informações, ou seja, o que são documentos secretos e ultrassecretos. E, depois, graças a Deus, por uma intervenção da Câmara Federal, ele tornou sem efeito isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse vídeo, para mim, só vem ratificar esse comportamento, com todo respeito, irresponsável, precipitado e que abala a democracia do Estado brasileiro.

Então eu quero parabenizar a Senadora Eliziane.

E eu espero que efetivamente esse ministro, aqui comparecendo, ele explique de forma histórica o que efetivamente todos nós já sabemos da ditadura, o que fez a ditadura no País.

É esse comportamento que, infelizmente, o Chefe do Executivo vem demonstrando em várias áreas.

Ainda ontem, fui surpreendido pelo Ibama autorizando licitar blocos que podem afetar o meio ambiente. Graças a Deus, eu e o Senador Randolfe entramos já com uma medida cautelar. Nós verificamos que, em um ano, foram emitidas 450 autorizações para utilização de agrotóxicos. No Brasil, a água potável com herbicida está 300 vezes mais do que o que nem é permitido na União Europeia nem nos Estados Unidos. Nós estamos vendo o comportamento do Executivo autorizando exploração de minerais em terras indígenas. Olha, é um retrocesso então!

Esse vídeo, para mim, só ratifica aquilo que este Governo, o Presidente da República, com a sua equipe, vem demonstrando, ou seja, rasgar a Constituição, rasgar os direitos e garantias individuais previstos no art. 5° e todos os tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário.

Ficam aqui consignados os meus parabéns à Senadora Eliziane Gama.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Senador Fabiano Contarato, agradeço a participação de V. Exa. na certeza absoluta de que esta Comissão é, sim, um local para se ficar sempre vigilante, inibir excessos e, principalmente, pedir esclarecimentos. Então, uma pauta que será constante é a vigilância do Poder Executivo, porque esta também é a função de cada Senador que está nesta Casa.

Então, sendo assim, ficou determinado o dia 16 de maio, às 10h, para o convite ao Ministro-Chefe da Secretaria de Governo da Presidência da República, Carlos Alberto dos Santos Cruz.

Sendo assim, senhores, coloco em votação.

Aqueles que o aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Assim, atendidos todos os itens da pauta previamente informada, declaro encerrada esta reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Iniciada às 11 horas e 50 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 04 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 11ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE ABRIL DE 2019, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às dez horas e vinte e quatro minutos do dia onze de abril de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Rodrigo Cunha, reúne-se a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor com a presença dos Senadores Mara Gabrilli, Izalci Lucas, Jorge Kajuru, Telmário Mota, Carlos Viana, Rodrigo Pacheco, Paulo Paim, Acir Gurgacz, Chico Rodrigues, Marcos do Val, Soraya Thronicke e Flávio Bolsonaro. Deixam de comparecer os Senadores Fernando Bezerra Coelho, Dário Berger, Marcio Bittar, Ciro Nogueira, Eduardo Girão, Juíza Selma, Weverton, Cid Gomes, Humberto Costa, Angelo Coronel, Otto Alencar e Wellington Fagundes. Havendo número regimental, a reunião é aberta.. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 19/2019 - CTFC, de autoria do Senador Rodrigo Cunha. **Finalidade:** Primeira Audiência Pública destinada a "discutir acerca das obras não iniciadas, paralisadas e atrasadas de creches e pré-escolas no país, em ciclo de encontros denominado Diálogos de Transparência - Monitoramento de obras de creches e pré-escolas públicas". **Participantes:** José Paulo Julieti Barbiere, Diretor de Auditoria de Políticas Sociais e Segurança Pública da Controladoria Geral da União - CGU; Bruno Martinello Lima, Secretário de Fiscalização de Infraestrutura Urbana do Tribunal de Contas da União - TCU; Filipe Andrios Brasil Siviero, Procurador da República do Ministério Público Federal - MPF; Fábio Túlio Nogueira, Presidente da Associação de Membros dos Tribunais de Contas do Brasil - ATRICON. Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira, Procuradora-Geral do Ministério Público de Contas do Distrito Federal. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Rodrigo Cunha

Presidente da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/04/11

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 12ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE ABRIL DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às onze horas e cinquenta minutos do dia dezesseis de abril de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Rodrigo Cunha, reúne-se a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor com a presença dos Senadores Major Olimpio, Jorge Kajuru, Paulo Rocha, Carlos Viana, Nelsinho Trad, Marcelo Castro, Soraya Thronicke e Flávio Bolsonaro. Deixam de comparecer os Senadores Fernando Bezerra Coelho, Dário Berger, Marcio Bittar, Ciro Nogueira, Mara Gabrilli, Eduardo Girão, Juíza Selma, Weverton, Cid Gomes, Humberto Costa, Telmário Mota, Angelo Coronel, Otto Alencar, Rodrigo Pacheco e Wellington Fagundes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 22, de 2019** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RQS 20/2019, sejam incluídos os seguintes convidados: 1. Dr. Igor Brito – Advogado do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC); 2. Representante da Sociedade Brasileira de Oncologia Clínica (SBOC); 3. Representante do Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva (INCA)." **Autoria:** Senador Rodrigo Cunha. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 23, de 2019** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RQS 19/2019, sejam incluídos os seguintes convidados: 1. Representante da Presidência de Governo da Caixa Econômica Federal (VIGOV); 2. Representante da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC)." **Autoria:** Senador Rodrigo Cunha. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Projeto de Lei do Senado n° 202, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, que institui normas básicas sobre alimentos, para autorizar laboratórios públicos e privados habilitados a realizar análise de alimentos." **Autoria:** Senador Antonio Carlos Valadares. **Relatoria:** Senador Marcio Bittar. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Rodrigo Cunha

Presidente da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Bom dia a todos os presentes.

Declaro aberta a 12ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Transparência, Fiscalização, Controle, Governança e Defesa do Consumidor, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 56ª Legislatura.

Já chegamos às 11h50; a reunião foi marcada para 11h30. Já havendo extrapolado o prazo de 20 minutos e não atingindo o quórum mínimo necessário para iniciar esta reunião, declaro encerrada e solicito à Mesa que, em seguida, já confirme, para a próxima terça-feira, no horário já estabelecido, a nossa próxima reunião.

Obrigado a todos que aqui estão e vamos continuar o trabalho. Boa tarde.

(*Iniciada às 11 horas e 50 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 51 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 5ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE MARÇO DE 2019, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dez horas e quarenta minutos do dia quatorze de março de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob as Presidências dos Senadores Nelsinho Trad e Marcos do Val, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores Mecias de Jesus, Jarbas Vasconcelos, Esperidião Amin, Antonio Anastasia, Romário, Major Olimpio, Oriovisto Guimarães, Flávio Bolsonaro, Acir Gurgacz, Flávio Arns, Jaques Wagner, Telmário Mota, Angelo Coronel, Carlos Viana, Selma Arruda, Marcelo Castro, Fabiano Contarato e Paulo Paim. Deixam de comparecer os Senadores Marcio Bittar, Daniella Ribeiro, Mara Gabrilli, Kátia Abreu, Randolfe Rodrigues, Fernando Collor, Chico Rodrigues e Zequinha Marinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e a aprovação da presente reunião, bem como as da 3ª e 4ª Reuniões, realizadas nos dias 21 e 27 de fevereiro de 2019, respectivamente, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Indicação de Autoridade**. **ITEM 1 - Mensagem (SF) nº 3, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor OLYNTHO VIEIRA, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Islâmica do Paquistão e cumulativamente, junto à República Islâmica do Afeganistão e à República do Tajiquistão." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Antonio Anastasia. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. Fica aprovado o **Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional nº 9, de 2019**, de autoria do Senador Antonio Anastasia, apresentado extra pauta, o qual solicita urgência para apreciação da matéria pelo plenário do Senado Federal. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional nº 7, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir e esclarecer os empréstimos feitos pelo Brasil à Venezuela entre os anos de 2003 e 2016, diretamente pela União ou por meio de entidades do sistema financeiro, como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Comunico ainda que, por meio do requerimento de nº 6/2019 - CTFC, audiência pública de mesmo teor foi aprovada na Comissão de Transparência, Governança, Fiscalicação e Controle e Defesa do Consumidor, no dia 26/02/19. Assim, solicito realização conjunta de ambas as Comissões para debater o tema. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: Ministro José Múcio Monteiro, Presidente do TCU e Sr. Joaquim Levy, Presidente do BNDES." **Autoria:** Senadora Soraya Thronicke. **Resultado:** Reunida a Comissão nesta data, o Requerimento é lido e aprovado, sendo subscrito pelo Senhor Senador Nelsinho Trad.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 2 - Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional n° 8, de 2019 que: "Requeiro, nos termos do art. 73 do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de Subcomissão Temporária, composta de 5 (cinco) membros titulares e igual número de suplentes, para, no prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, acompanhar a situação na Venezuela." **Autoria:** Senador Marcio Bittar. **Resultado:** Reunida a Comissão nesta data, o Requerimento é lido e aprovado, sendo subscrito pelo Senhor Senador Nelsinho Trad. Na forma do Inciso IV do Artigo 89 do Regimento Interno do Senado Federal, o Senhor Senador Nelsinho Trad, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, fixa o número de membros desta Subcomissão Temporária em 6 (seis) titulares e igual número de suplentes. **ITEM EXTRAPAUTA 3 - Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional n° 9, de 2019** que: "Nos termos do art. 336, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro urgência na tramitação da Mensagem nº 3, de 2019, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor OLYNTHO VIEIRA, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Islâmica do Paquistão e cumulativamente, junto à República Islâmica do Afeganistão e à República do Tajiquistão, para que se proceda à deliberação da matéria pelo Plenário desta Casa." **Autoria:** Senador Antonio Anastasia. **Resultado:** Aprovado. **SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE A VENEZUELA – Instalação e Eleição de Presidente e Vice-Presidente.** Passa-se à instalação da Subcomissão Temporária para acompanhar a situação na Venezuela. São designados membros titulares: Senadores Marcio Bittar, Flávio Bolsonaro, Marcos do Val, Telmário Mota, Carlos Viana e Chico Rodrigues. Suplentes: Senadores Mecias de Jesus, Soraya Thronicke, Jaques Wagner, Nelsinho Trad, Randolfe Rodrigues e Marcos Rogério. A presidência informa às Senhoras e aos Senhores Senadores a chapa recebida com a seguinte composição: Presidente, Senador Telmário Mota; Vice-Presidente, Senador Marcio Bittar. Eleitos, por aclamação, o Presidente e o Vice-Presidente da Subcomissão Temporária, respectivamente, Senador Telmário Mota e Senador Marcio Bittar. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e zero minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Nelsinho Trad

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/03/14

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Bom dia às senhoras e aos senhores!

Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a 5ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 1º Sessão Legislativa da 56ª Legislatura do Senado da República.

Mensagem nº 3, de 2019.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 3, de 2019

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor OLYNTHO VIEIRA, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Islâmica do Paquistão e cumulativamente, junto à República Islâmica do Afeganistão e à República do Tajiquistão.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Antonio Anastasia

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1 - Em 21/02/2019, foi lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

2 - A arguição do indicado a Chefe de Missão Diplomática será realizada nesta Reunião.

Convido para que tome assento à Mesa o Sr. Embaixador Olyntho Vieira, ao qual damos as nossas boas-vindas. (*Pausa.*)

Concedo a palavra ao Sr. Embaixador Olyntho Vieira, indicado ao cargo de Embaixador do Brasil na República Islâmica do Paquistão e, cumulativamente, junto à República Islâmica do Afeganistão e à República do Tajiquistão.

Informo ao Sr. Embaixador que o tempo destinado à exposição é de 20 minutos.

O SR. OLYNTHO VIEIRA (Para exposição de convidado.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Exmo. Sr. Vice-Presidente, Srs. Senadores, senhores convidados, agradeço a presença.

Se V. Exa. me permite, gostaria de registrar a presença da minha esposa, que está aqui nos acompanhando.

Em primeiro lugar, eu gostaria de dividir a nossa apresentação basicamente em três eixos. Uma primeira linha seria traçar um retrato do Paquistão, que é um país um pouco desconhecido, talvez, para boa parte de nós. Em um segundo momento, examinaríamos a organização social e política do país e, finalmente, alguns aspectos econômicos, em particular o relacionamento econômico com o Brasil, o comércio entre os dois países.

Bom, em primeiro lugar, o Paquistão é um país de renda média inferior; é um país que tem uma renda *per capita* de US$5,8 mil (PPP), em torno de US$1,9 mil em valores correntes. Tem uma população com idade média de 22 anos – é um país, portanto, muito jovem – e é o sexto país mais populoso do mundo, com cerca de 200 milhões de habitantes.

Para termos uma ideia, o PIB do Paquistão é de US$312 bilhões, o que faz do país o 42º PIB do mundo, e podemos compará-lo com o Brasil, já que temos a mesma população praticamente. O nosso PIB é US$1,9 trilhão, com US$8.916 *per capita* ou US$15.850 pelo critério de paridade de poder de compra, o que faz do Brasil o 9º país do mundo. Então, isso é interessante porque são países muito, muito próximos em termos de população, que é praticamente a mesma, e há uma disparidade imensa em termos de PIB.

Então, podemos dizer que o desenvolvimento do Paquistão tem sido irregular, ao longo dos anos. É um país jovem como país; como eu disse, é um país que tem pouco mais de 70 anos, e que não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

teve, nesse período, uma transformação importante do setor agrícola, do setor tradicional para o industrial. A agricultura ainda é muito importante. Hoje a agricultura responde por 21% do PIB; o setor de manufaturas, por 19%; e o setor de serviços, por 57%, em grosso modo.

Agora, é um país que tem uma diáspora muito importante. Há muitos paquistaneses vivendo no antigo – vamos chamar assim – império britânico. A Inglaterra é o principal destino da diáspora paquistanesa, mas também se destacam Estados Unidos e Canadá, e outros antigos domínios britânicos. Digo isso porque as remessas da diáspora paquistanesa correspondem a 6,4% do PIB. Então, é muito dinheiro que é enviado pela sua população no exterior.

Com muitas diferenças, muitas desigualdades e tudo o mais, é um país que está no bom caminho para atingir as metas do desenvolvimento do milênio. Em particular, há a questão da diarreia para crianças, detenção e cura de tuberculose e acesso a áreas protegidas, promovendo melhor uso de recursos hídricos. Então, é um país que está bem encaminhado, pois tem um desenvolvimento mais ou menos rápido e grande.

É uma república islâmica desde 1956, e desde 1973 tem no Islã a religião oficial do Estado. Hoje, mais de 96% da população é muçulmana, o que faz com que ele seja o segundo maior país muçulmano do mundo – o primeiro é a Indonésia. Eles estão muito próximos e se prevê que, não muito distante, o Paquistão ultrapassará a Indonésia e será a primeira população islâmica do mundo.

É importante ver também que o Paquistão é o segundo país de destino de refugiados; abriga 1,5 milhão de refugiados oficialmente registrados e reconhecidos, além de 1,2 milhão de refugiados não reconhecidos. Portanto são 2,7 milhões de pessoas que estão no Paquistão, basicamente todas deslocadas do conflito afegão.

Pode-se dizer que o Paquistão hoje é um país que não tem mais a construção artificial que teve no seu início, em 1947. Hoje ele tem unidade geográfica, coisa que não tinha na época da separação da Índia, porque havia o Paquistão e a 1,6 mil km de distância a leste havia o Bangladesh, que era o Paquistão de Leste, vamos chamar assim. Então, isso criava dificuldades, porque era um país com duas partes separadas por praticamente 2 mil km de distância. Isso não existe mais desde 1971 quando nasceu Bangladesh. Então, hoje ele tem unidade geográfica, e, em muitos aspectos – o país tem milhares de anos –, é muito importante destacar o Vale do Indo, que é uma região que é muito antiga, para início de... Nós tivemos ali uma das primeiras civilizações de que se tem notícia que era a civilização do Vale do Indo, que, juntamente com a Mesopotâmia e o Cairo, formavam as três grandes civilizações antigas. É muito importante porque o Vale do Indo assegura a irrigação do país. Então, toda a parte agrícola ou mais desenvolvida do país cresceu a partir de projetos de irrigação no Vale do Indo, que foram promovidas ainda no tempo da colonização britânica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na verdade, o grande problema que se considera, num futuro próximo, não é o de quantos serão os paquistaneses ou quem serão os paquistaneses, mas se haverá água para todo mundo. Este é o grande e talvez maior desafio do país: a questão hídrica. Estima-se que, em meados deste século, em 2050, a população esteja em torno de 335 milhões de habitantes, e não haverá água para todos. Esse é talvez um dos maiores problemas do país.

Um dos pontos notáveis é que todo o processo de independência, vamos dizer, do processo de independência da Índia, na época, foi precedido de muita luta de, de muita dificuldade, e isso foi um sinal da coesão e da força dos povos que habitam o Paquistão. Então, esse é um ponto muito interessante a ser dito, a ser lembrado porque faz com que exista uma sociedade muito forte. Ainda que o Estado não seja um Estado tão forte quanto nós estamos habituados a ver, a partir da nossa visão ocidental, ele tem uma sociedade forte, que é basicamente construída a partir de relações entre clãs ou relações tribais mesmo.

Isso faz com que as relações familiares e as relações entre clãs sejam um fator de estabilidade no país. Esse é um ponto muito interessante que tem reflexos igualmente na condução política do país, porque os líderes políticos são líderes das suas regiões, dos seus clãs ou do conjunto de clãs. E é o que dá grande força aos políticos. Inclusive, por isso é que boa parte dos partidos políticos paquistaneses, sobretudo os dois maiores, são partidos dinásticos, como se pode dizer. É o caso típico do partido dos Bhutto, da Primeira-Ministra Benarzir Bhutto e do seu pai, Zulfikar Ali Bhutto, que foi o fundador do partido. Então, há uma transmissão das lideranças pela via hereditária. Isso é interessante.

O que quebra um pouco esse paradigma é o atual partido no poder. O partido do Primeiro-Ministro Imran Khan é um partido que se declara não dinástico e é o primeiro partido mais próximo dos moldes dos partidos modernos que nós conhecemos. Inclusive, ele se declara o maior partido do país, com cerca de 16 milhões de membros e com uma penetração importante no exterior que atinge, obviamente, a diáspora paquistanesa.

Há um conflito histórico, porque é, como eu disse, uma sociedade muito tradicional, muito forte e conservadora. Há uma dificuldade entre o processo de ocidentalização ou de adesão mais estrita ao Islã. Houve tentativas nos dois sentidos. Dois presidentes militares, os Generais Ayub Khan e Pervez Musharraf, tentaram modernizar o país na linha da Turquia, seguindo os moldes de Ataturk, na Turquia, secular, modernizador. O General Zia-ul-Haq tentou levar o país no caminho do Islã, com uma visão mais radical. Finalmente, Zulfikar Ali Bhutto, que era civil, fundador do partido do povo, procurou seguir uma linha mais socialista, mais terceiro mundista, que estava muito em voga naquela época. Na realidade, nenhum desses modelos funcionou muito bem, justamente porque há uma sociedade muito forte. Então, é esse confronto permanente entre a modernidade social e o conservadorismo islâmico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Existe uma dificuldade com relação ao processo de ocidentalização, porque há uma resistência grande por parte da população a essa ideia de ocidentalização, porque há uma identificação com os norte-americanos, que não gozam de grande prestígio certamente em função dos problemas no Afeganistão. Então, há uma dificuldade intrínseca, vamos dizer, nesse processo de ocidentalização do país.

O que nós podemos dizer mais? Então, é um Estado que, ao mesmo tempo, é organizado pelo sistema federativo, é democrático e islâmico. Nós temos o Presidente como chefe de Estado e o Primeiro-Ministro como chefe de Governo. O Primeiro-Ministro é o Líder do partido vencedor das eleições e o Presidente é eleito pelo voto indireto pelo Senado, a Assembleia Nacional e províncias. E o Presidente tem que ser necessariamente originário da comunidade muçulmana.

Bom, nós mencionamos que já há um novo partido no poder.

No que diz respeito à política externa, o Paquistão, pela sua própria posição geográfica, fica numa posição estratégica para os interesses de todo mundo, na verdade. Nós temos a Índia, temos o Irã, temos a China, temos, não muito distante, a antiga União Soviética. Então, ele é um cruzamento de setores muito interessados, muitas vezes é quase uma área que pode ser muito sensível a problemas.

O que o Governo do Paquistão tem procurado fazer é reforçar as relações com países extrarregionais, buscando parcerias extrarregionais, basicamente buscando consolidar a sua posição internacional por meio da cooperação. Então, essa é uma palavra-chave talvez que nós devemos ter em mente, quer dizer, a necessidade de cooperação. O Governo atual do Primeiro-Ministro Khan, que tem se mostrado conciliador, tem procurado desenvolver, portanto, essas relações, procurado se aproximar de nações europeias, africanas e latino-americanas.

Nessa questão da política internacional do Paquistão, um dos pontos ou o ponto possivelmente mais delicado ou mais complexo é justamente a questão da Caxemira que tem estado até na imprensa nos últimos dias. A questão da Caxemira levou a três das quatro guerras que o Paquistão travou na sua curta existência, ao ponto de chegar a uma corrida armamentista nuclear e ter chegado à beira de um desastre nuclear em 1999. Então, existe uma percepção junto ao Governo atual de que a melhoria das relações com a Índia é fundamental não só para o desenvolvimento econômico e social, mas, no limite, até para a própria sobrevivência no país.

As relações com Afeganistão são delicadas na medida em que a fronteira entre os dois países é porosa, o que faz com que haja essa questão de grupos extremistas se movendo através da fronteira. É importante que a estabilidade no Afeganistão exista para que também o país possa estar mais tranquilo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tem se aproximado do Irã e também da Arábia Saudita. A Arábia Saudita mantém um fluxo de ajuda importante ao Paquistão e também de remessas de trabalhadores paquistaneses que lá vivem.

Eu mencionei a questão da Caxemira e voltaria um pouco a ela porque ela é estratégica para o Paquistão. Uma das razões pelas quais ela é estratégica é justamente porque vem da Caxemira boa parte da água de que o Paquistão precisa. Então, o Indo vem da Caxemira e irriga os seus tributários, correndo, a partir da Caxemira, que forma uma fonte importante de água potável para o País.

Além disso, a rota da seda – a nova rota da seda – passa pela Caxemira também, o que, do ponto de vista econômico, é muito importante. Além disso, faz com que a China seja um aliado muito importante, inclusive, hoje em termos de diplomáticos e militares. Na medida em que os Estados Unidos se afastaram, iniciaram um processo de afastamento do Paquistão, a China acabou ocupando esse espaço, obviamente, até com maior intensidade, pois são países vizinhos.

(*Soa a campainha.*)

O SR. OLYNTHO VIEIRA – Já acabou?

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS. *Fora do microfone.*) – Vamos lá.

O SR. OLYNTHO VIEIRA – Perdoem-me, planejei mal.

Posso dizer que as relações entre o Brasil e o Paquistão são cordiais. O Brasil foi o primeiro país latino-americano a reconhecer o Paquistão. O Paquistão estabeleceu sua embaixada aqui no ano seguinte, em 1952; o Brasil, em 1951. Há uma relação comercial modesta, no meu entendimento. Quer dizer, nós falamos em pouco mais de US$600 milhões por ano, sendo que o saldo entre exportações e importações é favorável ao Brasil na ordem US$550 milhões, de modo que há um espaço grande para melhorarmos essa relação. O Brasil ainda exporta basicamente soja e produtos primários e importa algodão e alguns produtos industrializados do Paquistão.

Há muito espaço para melhorarmos, há espaço para cooperação. Eu acho que, dado desse problema da água problema e a questão da agricultura, nós temos tecnologia, temos conhecimento, que eventualmente poderíamos colocar à disposição do Paquistão para uma promoção do desenvolvimento.

Acho que, em linhas gerais, Sr. Presidente, poderia ser isso. Espero ter satisfeito e ter a honra de ser aprovado por esta Comissão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Dando prosseguimento à arguição, agradecemos as colocações feitas pelo Embaixador Olyntho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Abro a palavra para que algum Senador...

Senador Anastasia, V. Exa. tem a palavra.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG) – Muito obrigado.

Sr. Presidente, eminente Senador Nelsinho Trad; Senador Marcos do Val, Sr. Vice-Presidente; eminente Embaixador Olyntho Vieira; Srs. Senadores e Sras. Senadoras; senhoras e senhores, na qualidade de Relator, Sr. Presidente, da arguição do Embaixador Olyntho, eu gostaria, em primeiro lugar, de cumprimentar S. Exa. pela sua exposição meticulosa e detalhada, tendo em vista que se trata, como ele próprio se referiu no início da sua abordagem, de um país distante do Brasil e, por isso mesmo, até pouco conhecido na nossa realidade, mas de suma importância não só, como disse S. Exa., pela sua população, mas, sobretudo, pela história que encerra.

É bom lembrar que, no século XIX, o Império Russo e a Grã-Bretanha disputavam a região no chamado Grande Jogo, e, desde então, nós temos um acompanhamento muito ativo dessas questões. V. Exa. bem pondera que os Estados Unidos deixam sua influência famosa em relação ao Paquistão, já que a Índia tinha uma ligação maior com a então União Soviética. Agora, a China se aproxima, já que há um antagonismo histórico tão bem conhecido entre a China e a Índia. Então, ali é uma posição de observação estratégica fundamental para o futuro da humanidade. Falamos de potências nucleares, de nações que, lamentavelmente, entraram em guerra recentemente.

O subcontinente indiano, o antigo Raj britânico, representa uma população que ultrapassa a da China hoje em número de pessoas. É uma potência econômica reconhecida. E, de fato, como também bem lembrou V. Exa., tem uma população, a bem da verdade, pobre na sua maioria, mas ela é pigmentada por valores extraordinários especialmente na área da informática. Paquistaneses altamente qualificados, quer nos Estados Unidos e no Canadá, quer no Reino Unido, destacam-se pelo conhecimento matemático e na área da informática e, portanto, apresentam, naquele país, como também na Índia, uma evolução econômica bastante especial.

Como V. Exa. também se manifestou, é um país muito populoso, que, por isso mesmo, acaba sendo um alvo prioritário para os nossos mercados econômicos. Evidentemente, por ser uma nação muçulmana, eles têm algumas restrições alimentares, o que estimula a nossa exportação, especialmente na área de frangos. E, evidentemente, nós temos aí um mercado consumidor ávido, o que pode ser um trabalho de V. Exa., em comunhão com os demais Ministérios, por se tratar de um mercado ativo e interessante para o Brasil num futuro próximo.

Por outro lado, na questão política, a proximidade com o Paquistão é muito importante, porque vai se tornar o país muçulmano mais populoso, como V. Exa. também coloca. E é um país que não está, pelo menos neste momento, sob inspiração de nenhum partido islâmico radical. Por isso mesmo, não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

há lá uma irmandade muçulmana no modelo egípcio, e mesmo não está o governo num modelo turco de aproximação muito forte com as questões da religião islâmica. Por isso, é importante essa proximidade, favorecendo os valores da democracia, já que é um país muito populoso, com instituições democráticas, a despeito de alguns incidentes, como lembrou V. Exa., como o assassinato da ex-Primeira-Ministra Benazir Bhutto, ainda nos tempos do Marechal Zia-ul-Haq, que governou com mão de ferro por tantos anos aquele país.

Por isso, há essa percepção do Brasil da relevância do Paquistão em termos econômicos e políticos, porque sabemos que a encruzilhada da humanidade e grandes debates econômicos passam hoje pelo Oriente, quer pela China, quer pelo subcontinente indiano, englobando a Índia, o Paquistão e o Afeganistão.

V. Exa. também será Embaixador cumulativamente, como afirmei no relatório e como assim indicou Sua Excelência o Presidente da República, no Afeganistão e no Tajiquistão. O Tajiquistão é um país menor, recente, oriundo da antiga União Soviética, talvez sem maiores problemas conhecidos. O Afeganistão é um barril de pólvora. Está lá o famoso Talibã, um governo que mistura a influência americana, Talibã, religião, democracia e uma guerra terrível recentemente. É um país que sofre demais. Àqueles que não leram *O Caçador de Pipas* é sempre bom lembrar: é um livro muito belo que mostra como Cabul era uma cidade agradável e se transformou numa sucursal do inferno nos últimos anos.

Desse modo, V. Exa. certamente terá ali um papel relevantíssimo, não só como emissário da paz, que é a posição do Brasil – na nossa Constituição está o princípio da paz entre os povos –, mas, sobretudo, em função dessa possibilidade econômica que se coloca na região do antigo Hindi, que reúne todo o vale do Industão, incluindo o Paquistão.

Quero reiterar a V. Exa., portanto, meus votos de sucesso, V. Exa. que deixa agora Montreal, onde estava na Organização da Aviação Civil, e segue para Islamabad.

Aliás, Sr. Presidente, o Paquistão imitou o Brasil: a capital antiga, Karachi, foi substituída por Islamabad, que foi construída, à semelhança de Brasília, no interior para ser a nova capital da república.

Gostaria só de fazer uma única indagação. No seu sentir, por meio dos estudos que realizou em relação ao seu novo posto no Paquistão, há no horizonte alguma possibilidade de iniciar-se lá, de fato, à semelhança do que acontece agora na Argélia e do que aconteceu no Egito e na própria Turquia, um partido islâmico mais radical, num país tão populoso e, portanto, com antagonismo maior com a Índia? Há os episódios da Caxemira, a que V. Exa. se referiu, e, na semana passada, já tivemos queda de aviões, bombardeio na fronteira. Isso poderia agravar ainda mais o quadro que leva a uma instabilidade política, e a instabilidade política naquela região leva a uma instabilidade econômica no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mundo inteiro, e nós também, evidentemente, sofreríamos nesse caso. Portanto, atenção redobrada é sempre adequada.

É a indagação que permanece, portanto, para V. Exa., cumprimentando-o pela exposição e desejando-lhe muito êxito na missão que certamente irá realizar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Com a palavra o Embaixador Olyntho para responder os questionamentos do nobre e dileto Senador Antonio Anastasia.

O SR. OLYNTHO VIEIRA – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Senador Anastasia, eu gostaria, em primeiro lugar, de agradecer pelo seu relatório, que foi muito preciso, muito claro. Agradeço suas palavras, são impecáveis suas observações, são muito pertinentes, muito importantes.

Eu mencionaria, talvez, alguns pontos.

V. Exa. mencionou essa questão da informática. É muito engraçado – e aqui me permito voltar um pouco a tempos atrás – o desconhecimento do país. Imagina-se que seja um país que não tenha acesso à informação e tudo mais, mas é o contrário: é um país que tem boas universidades, teve quatro ganhadores do Prêmio Nobel em toda a sua história. Então, não é desprezível. Realmente, na área de desenvolvimento das matemáticas, é muito importante.

Eu recordaria que o setor de serviços está crescendo e ocupa 58% já do PIB, de modo que essa questão de informática e serviços correlatos, como *call centers*... Eu me permito lembrar aqui que já fui acordado no meio da noite no Canadá por chamada de *call center* vinda desse lado do mundo. Então, é um setor de serviços interessante.

A questão do mercado: eu acho que sim. Nosso intercâmbio é modesto e ainda muito limitado a produtos sem grande valor agregado. Acho que podemos crescer.

Não mencionei aqui, mas existe uma área importante do setor de mineração que talvez pudéssemos explorar em conjunto também. O Paquistão hoje detém uma as maiores ou principais reservas de carvão do mundo, que, transformados em energia, equivaleriam a 50 bilhões de barris de petróleo; maior do que Arábia Saudita, Venezuela, todos juntos. Então, há um potencial muito grande e muito pouco explorado ou quase nada explorado.

V. Exa. mencionou a questão do partido islâmico, de uma possibilidade de termos um partido islâmico. Por tudo que andei estudando e vendo, parece-me que isso é muito difícil. Por um lado, porque os serviços de inteligência das Forças Armadas são muito poderosos, muito fortes e mantêm

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um controle muito grande de todo esse tipo de movimentação. Em segundo lugar, nós ocidentais tendemos a ver o Islã como um bloco monolítico, e ele não é. O Paquistão tem, como todos os outros, mas são milhares de denominações diferentes dentro do grande arcabouço do Islã, de modo que é muito difícil que haja uma convergência de interesses em torno de uma ideia desse tipo. Então, parece-me, pela minha avaliação, que isso seria muito difícil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Com a palavra...

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG) – Sr. Presidente, pela ordem, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Pela ordem...

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG. Pela ordem.) – Faço uma sugestão, se houver a aquiescência dos nossos pares e a compreensão e a permissão de V. Exa., de autorizar a abertura do painel de votação, tendo em vista que alguns Senadores têm outras reuniões e missões. Como o quórum, apesar de estar ótimo hoje, costuma ser difícil, sugiro a V. Exa. permitir a abertura desde logo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Sugestão acatada pela Mesa.

Submeto-a à apreciação dos nobres Senadores.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a sugestão do Senador Anastasia.

Abro o processo de votação, por votação eletrônica.

Aqueles que concordam com a indicação do Embaixador...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – A votação, à direita, não é? À direita... Votem "sim" – é uma urna eletrônica. Os que não concordam votam "não".

Então, está aberto o processo de votação.

Com a palavra o Senador Flávio Bolsonaro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - RJ) – Sr. Presidente, Nelsinho Trad; Sr. Vice-Presidente, Marcos do Val; Exmo. Sr. Embaixador Olyntho Vieira, eu não tenho indagações a fazer. Quero apenas aqui parabenizá-lo pelo profundo conhecimento da região complexa onde o senhor vai representar o nosso País, com uma cultura completamente diferente; um país como o Paquistão, majoritariamente islâmico, com costumes e hábitos bastante singulares, diferentes de nós do ocidente; uma região com um posicionamento geopolítico estratégico.

Então, é apenas para desejar sorte. Que Deus o ilumine nessa jornada. Que o senhor possa ter sucesso na ampliação das relações comerciais entre os países, identificando as necessidades de ambos os lados, quando for possível chegar-se a um consenso, e também usando essa habilidade, como o senhor já demonstrou ter para a elaboração de relatórios que permitam ao nosso País, Brasil, ter posicionamentos estratégicos e se antecipar a possíveis problemas e evoluir onde for possível nessa relação diplomática também. Então, sucesso a V. Exa.

Vou ali para a cabine dar o meu voto favorável ao nome de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradeço a colocação do Senador Flávio Bolsonaro.

Passo a Presidência ao Senador Marcos do Val para proceder à minha votação.

Com a palavra o Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para interpelar convidado.) – Sr. Presidente... Srs. Presidentes, no caso, Sr. Embaixador, Senadores, em primeiro lugar quero cumprimentar o Senador Anastasia pelo relatório, que esgota o assunto que é da nossa competência.

Faço minhas as palavras do Senador Flávio Bolsonaro no tocante à competência do Embaixador Olyntho Vieira e chamo atenção para o papel estratégico da região, reforçando aquilo que V. Exa. já frisou. Se nós formos considerar Paquistão e Afeganistão, sem excluir o Tajaquistão, constituíram o umbigo da rota da seda e também o umbigo também do trânsito da peste negra rumo à Europa, que não dizimou; cobrou a meia da população da Europa da época. Não foi o dízimo; foi 50%; 75% no sul e 25% no norte da Europa. Então, é uma rota que tanto serve à troca de informações...

Foi a primeira grande rede mundial. No livro do Niall Ferguson *A praça e a torre*, a praça são as redes sociais de hoje, e a torre é a hierarquia que alguns acham que vai resistir. A rota da seda representa esse primeiro grande fluxo de globalização. Então, V. Exa. está escalado para um dos umbigos do mundo, porque a Gaia é muito forte, tem muita vida e tem mais de um umbigo. Esse é um umbigo do mundo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E essa preocupação externada na indagação do Senador Anastasia ocorre a todos nós. Muitas vezes as interferências do Ocidente, desastradas, eliminam um regime laico e favorecem difusamente, anarquicamente radicalizações religiosas. Não vou fazer o retrospecto, porque V. Exa. sabe bem do que estou falando. Então, acho que a sua presença com a sua experiência vai nos ajudar a termos um olhar pragmático, porque nós não somos candidatos a ser *player* desse predomínio, dessa hegemonia, mas temos de vislumbrar, seja no campo energético, seja no campo da tecnologia da informação. Afinal, Paquistão é parte da grande Índia, junto com Bangladesh. Então, essa grande Índia hoje teria uma população de 1,7 bilhão de habitantes; essa é a grande Índia, que era a joia da coroa britânica até o final da Segunda Guerra Mundial.

Então, eu desejo sinceramente que a sua missão seja coroada de êxito, que essa visão pragmática de como nos inserir nesse contexto nevrálgico do mundo... É nevrálgico. Se incluirmos o Nepal aí, isso é uma... E, em compensação, um pouco mais a leste, se incluirmos o Butão, lá no Himalaia, iremos descobrir o país que inventou ou fez com que nós ocidentais reconhecêssemos que um país pode ter produto felicidade nacional bruta. Foi lá que eles criaram esse índice: felicidade nacional bruta, recentemente adotado pela Fundação Getúlio Vargas, no Brasil. Nós importamos lá daquela região que tantos ensinamentos já deu a quem é mais atento na humanidade.

Então, desejo-lhe muito êxito. Mande notícias para a nossa Comissão. Mande notícias da sua missão, das frestas, das portas e das janelas que certamente serão abertas pela sua visão profissionalmente percuciente nesse campo.

Não tenho nenhuma indagação, a não ser que o senhor queira detalhar um pouco mais como é que nós podemos impedir, pelo menos na torcida, o radicalismo. E indago se V. Exa. já leu o livro *Confronto de fundamentalismos*, do Tariq Ali, que é o meu autor preferido lá do Paquistão?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradecemos as colocações do Senador Esperidião Amin.

Com a palavra o Senador Telmário Mota.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR. Para interpelar convidado.) – Sr. Presidente, primeiro quero saudá-lo, bem como o Senador Marcos, Vice-Presidente; e o Embaixador Olyntho Vieira, que aqui muito bem fez sua exposição. Sem nenhuma dúvida V. Exa. tem um grande desafio pela frente, mas é um homem que está preparado para essa missão. Percebemos que V. Exa. vai ser Embaixador praticamente em três países que têm suas peculiaridades e são antagônicos em alguns pontos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero parabenizar o Senador Antonio Anastasia, que sempre com maestria, enobrecendo esta Casa, fez um belíssimo relatório e mais do que isso um histórico, colaborando com V. Exa. na exposição da importância dessa Embaixada naqueles países. E naturalmente eu quero aproveitar e desejar muito sucesso nesse novo trabalho e sem nenhuma dúvida estreitar essa relação do Brasil com o Afeganistão, dada a sua população, a sua carência por ser um país mulçumano. Inclusive, nós temos um setor produtivo primário e será mais um grande campo de mercado, considerando que a nossa relação comercial ainda é muito pequena. E V. Exa. está preparado para essa nova empreitada e conta com o meu voto.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Com a palavra o Senador Angelo Coronel.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA. Para interpelar convidado.) – Sr. Presidente; Sr. Vice-presidente, Senador Marcos do Val; Sr. Embaixador; eu ouvi aqui atentamente dois professores de grande conhecimento do mundo. Ao estar numa Comissão com o Senador Anastasia e com o Senador Esperidião Amin, só aprendemos.

Mas eu não poderia deixar de questionar o nosso futuro Embaixador do Paquistão, porque eu sei que o Brasil tem laços benéficos com o Paquistão. Então, eu gostaria de saber, Embaixador, o que nós temos para levar ou para trazer daqui para lá e de lá para cá? Quais são os avanços que V. Exa. estima dessa união Brasil e Paquistão.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradeço as colocações do Senador Angelo Coronel e passo a palavra ao Embaixador para responder as colocações feitas pelos oradores que nos antecederam.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Se V. Exa. permitir – Flávio Arns –, eu já faria a minha indagação, e até para facilitar, se for possível...

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Perfeitamente.

Com a palavra o Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR. Para interpelar convidado.) – Eu quero me somar também à manifestação anterior, enaltecer as falas do Senador Antonio Anastasia, e o relatório também maravilhoso, muito bom, do Senador Esperidião Amin.

Só gostaria de perguntar ao nosso futuro Embaixador também lá, porque já Embaixador é hoje... O que me parece é que nós, como população, conhecemos muito pouco do Islã, do Islamismo, e isso dá margem a muitas incompreensões, discussões... Nós não temos o costume, a cultura, o hábito de nos aprofundarmos na religião, nos costumes, nos trajes, nas comidas... Em função disso, muitas incompreensões, conflitos e guerras acontecem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu penso que um dos nossos desafios é a aproximação do Oriente e do Ocidente, vamos dizer assim, em termos da cultura, da língua, das iniciativas. Eu sempre me preocupei muito com isso, porque, no Estado do Paraná, eu recebia as delegações estrangeiras e sempre falava isso para as pessoas vindas de países em que o Islamismo também era a corrente principal.

O que o senhor sugere que a gente possa... Como o senhor pensa sobre esse assunto? O que podemos fazer? Porque nós temos aqui a Comissão de Educação, Cultura e Esportes. Relações Exteriores, obviamente que é esta Comissão. Mas para que nós pudéssemos, como povo, como país, nos debruçar sobre isso, abrirmos mais essa possibilidade. Eu próprio teria muito interesse em conhecer mais. É claro que a gente pode ler, olhar na internet, nisso naquilo, mas, como iniciativas oficiais, importantes, à disposição do povo... O senhor que está indo agora para lá também... A gente ama aquilo que a gente conhece, mas a gente não conhece – entre aspas – "nada" da cultura. A gente conhece pouco da cultura, da língua. Então, eu gostaria de saber a impressão do senhor sobre caminhos que possam ser percorridos nesse sentido.

Quero parabenizá-lo também e dizer que todos nós, sem dúvida, estamos à disposição para colaborar na empreitada importante que o senhor desenvolverá naqueles países.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Com a palavra o Embaixador Olyntho Vieira.

O SR. OLYNTHO VIEIRA – Muito obrigado, Presidente. Eu agradeço as intervenções do Senador Bolsonaro, do Senador Amin, do Senador Telmário Mota, do Senador Angelo Coronel, do Senador Arns.

Objetivamente, o Senador Angelo Coronel pergunta o que nós podemos incrementar, quer dizer, se eu entendi bem a questão, como tornar mais intenso esse relacionamento. Eu entendo que há um grande grau de complementaridade entre nossas economias, apesar da distância. Nós temos uma distância razoável, mas eu acho que é possível haver uma complementação em áreas em que eventualmente os custos de transporte possam ser diluídos, seja com bens de maior valor agregado ou, talvez, com granéis.

Há um interesse da parte paquistanesa, até onde nós sabemos, em se aproximar do Brasil, muito em função daquilo que foi dito também, na medida em que eles precisam diversificar as suas relações com parceiros extrarregionais, porque isso também lhes assegura um pouco mais de tranquilidade, mais segurança. Por outro lado, me parece que há espaço para a criação de parcerias.

Volto a falar da questão da complementaridade. Por exemplo, na pauta de exportações e de importações, consta o algodão. Então, nós vendemos algodão e compramos algodão. É engraçado, mas deve fazer algum sentido econômico, porque senão não aconteceria. Por outro lado, a indústria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de confecção paquistanesa é importante. Então, é possível que nós exportemos algodão e importemos vestuário, pode ser.

A indústria do algodão, como nós sabemos, no Brasil, é muito interessante, porque se vê que ela caminhou pelo País. Eu me lembro de que eu era criança ainda e se falava que Sorocaba era a Manchester brasileira, porque a indústria têxtil estava lá já acabando e foi se movimentando. Hoje está muito concentrada no Nordeste do País.

Então, o algodão eu acho que é um elemento interessante do ponto de vista econômico, da análise dos ciclos econômicos e tudo o mais. Parece-me que, por exemplo, poderíamos desenvolver mais parcerias nesse setor. A nossa mão de obra está ficando cara. A deles, ainda não. Então, pode ser. Enfim, eu acho que pode haver complementaridade. E em setores de tecnologia, como já foi mencionado aqui. Talvez também uma própria cooperação, intercâmbio de estudantes de um país para o outro. Eu acho que seria interessante. Enfim, há um espaço muito grande.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. OLYNTHO VIEIRA – Frango não falta. Exatamente. Carnes em geral.

E Senador Arns, o senhor me colocou numa situação muito difícil. (*Risos.*)

É um tema extremamente complexo, mas eu acho que, sim, eu entendo o que o senhor disse, acho que há um desconhecimento muito grande, como o senhor bem mencionou. Nós temos que nos abrir mais e ser menos de todos os lados. Acho que há muito a questão do preconceito no sentido das ideias. O desconhecido faz com que as pessoas tenham já ideias bem definidas a respeito do desconhecido. Agora, existe todo um esforço, nós sabemos que já há um diálogo interreligioso e tudo mais, quer dizer, os líderes, os grandes líderes religiosos me parece que... Me parece, não; têm feito. Se nós olharmos a História, nós vamos ver... O Papa Roncalli nos anos 30. Então, há um diálogo importante.

Eu acho que seria isso. Nós temos que estar abertos para compreender o outro, sem preconceito, e esperamos que isso aconteça dos dois lados.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. OLYNTHO VIEIRA – Sim, por problema de educação talvez mais nas escolas e tudo mais.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradecemos as colocações do Embaixador Olyntho.

Apuração em reunião aberta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Consulto as Sras. Senadoras e os Srs. Senadores se continuaremos em reunião aberta para fazer a apuração da votação do Embaixador.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Determino à Secretaria que proceda à apuração.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Apuração, votação, Embaixador Olytho Vieira: 10 votos SIM, nenhum NÃO. Confirmado.

Resultado: o Sr. Embaixador Olyntho Vieira indicado ao cargo de Embaixador do Brasil na República Islâmica do Paquistão e cumulativamente junto à República Islâmica do Afeganistão e a República do Tajiquistão por 10 votos SIM e nenhum NÃO.

Agradecemos...

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Pois não.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Pela ordem...

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG. Pela ordem.) – Eu pediria urgência para envio ao Plenário por gentileza, requerimento de urgência para envio ao Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Sim, perfeitamente, deferido.

Agradecendo a presença do indicado, manifesto os nossos cumprimentos, desejando-lhe êxito na honrosa missão e colocando esta Comissão à disposição para o engrandecimento das relações diplomáticas e econômicas entre os nossos países.

Coloco em votação o requerimento de urgência proposto pelo Senador Anastasia.

EXTRAPAUTA

ITEM 3

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO Nº 9, de 2019

- Não terminativo -

Nos termos do art. 336, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro urgência na tramitação da Mensagem nº 3, de 2019, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor OLYNTHO VIEIRA, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Islâmica do Paquistão e cumulativamente, junto à República Islâmica do Afeganistão e à República do Tajiquistão, para que se proceda à deliberação da matéria pelo Plenário desta Casa.

Autoria: Senador Antonio Anastasia

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Antes de passar à segunda parte da pauta, gostaria de suspender a reunião temporariamente para os cumprimentos e a despedida ao Embaixador. (*Pausa.*)

(*Suspensa às 11 horas e 35 minutos, a reunião é reaberta às 11 horas e 38 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Reabro a reunião.

Passando agora à segunda parte da pauta deliberativa.

2ª PARTE

ITEM 1

REQUERIMENTO Nº 7, de 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir e esclarecer os empréstimos feitos pelo Brasil à Venezuela entre os anos de 2003 e 2016, diretamente pela União ou por meio de entidades do sistema financeiro, como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Comunico ainda que, por meio do requerimento de nº 6/2019 - CTFC, audiência pública de mesmo teor foi aprovada na Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Consumidor no dia 26/02/19. Assim, solicito realização conjunta de ambas as Comissões para debater o tema.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. Presidente do TCU, Ministro José Múcio Monteiro; 2. Presidente do BNDES, Sr. Joaquim Levy.

Autoria: Senadora Soraya Thronicke e outros

Subscrevo o requerimento, Senador Nelsinho Trad.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação a matéria.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Passamos ao Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional nº 8, de 2019.

ITEM 2

REQUERIMENTO Nº 8, de 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 73 do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de Subcomissão Temporária, composta de 5 (cinco) membros titulares e igual número de suplentes, para, no prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, acompanhar a situação na Venezuela.

Autoria: Senador Marcio Bittar e outros

Consta também que este Senador, Nelson Trad Filho, está subscrevendo-o.

Antes de iniciar a discussão da matéria, informo que, na forma do inciso IV do art. 89 do Regimento Interno, o número de membros dessa Subcomissão Temporária será de seis titulares, com igual número de suplentes.

Em discussão a matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Tem a palavra o Senador Telmário, para discutir a matéria.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR. Para discutir.) – V. Exa. sabe que essa crise na Venezuela tem afetado substancialmente o Brasil e também o próprio Estado de Roraima, que é o meu Estado, o Estado que eu represento aqui.

Roraima tem uma relação centenária, bem como o Brasil, com a Venezuela. Em 2018, o Brasil exportou para a Venezuela US$576 milhões e de lá importou US$170 milhões, o que deu um saldo, um superávit da ordem de US$400 milhões. Está em 51ª posição de exportação do País, porque houve uma queda substancial.

Por outro lado, nós sabemos que a Venezuela, na América do Sul, sempre foi um país que teve uma posição privilegiada, junto com o Chile, com uma qualidade de vida melhor do que a de outros países em todos os aspectos. Mas, com essa crise socioeconômica e política que vem vivendo, aquele país caiu naturalmente em todas essas condições e hoje é um país que está vivendo uma crise jamais vivida. Isso, além de afetar substancialmente o nosso País, está afetando o Estado de Roraima.

V. Exas. sabem que hoje Roraima é isolado da energia do Brasil. Nós somos o único Estado que não está interligado. A nossa energia vem da Venezuela, e o contrato é até 2020. Como a Venezuela viveu recentemente um grande apagão, do qual saiu ontem, essa energia foi suspensa por sete ou oito dias, e nós estamos vivendo da energia das termelétricas, com um valor insuportável para o Estado de Roraima e para o País, porque ela é subsidiada. Então, precisamos restabelecer essa ordem, essa questão energética.

Além disso, o calcário que hoje vai para o Estado de Roraima – é o setor primário que funciona – vem da Venezuela, o ferro vem da Venezuela. Em Roraima, em contrapartida, estamos tendo um prejuízo diário da ordem de US$5 milhões, que é a nossa exportação no comércio varejista, na coisa miúda, como eles chamam.

Por outro lado, além dessa relação comercial, nós temos uma relação cultural. Vários estudantes brasileiros, não só do Estado de Roraima, como do Amazonas e de outros Estados, estão hoje impedidos de ir e vir. E, também em Pacaraima, que é um Município na fronteira, há algo em torno de 2,1 mil alunos, e 500 alunos vêm da Venezuela, são filhos de brasileiros e venezuelanos que não estão frequentando a aula. O Município de Pacaraima não tem posto de gasolina. A gasolina que abastece o lugar vem da Venezuela. Então, é uma relação da maior importância nessa fronteira entre o Estado de Roraima e a Venezuela, entre o norte do País, o Estado de Roraima, e o sul da Venezuela, o Estado de Bolívar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse sentido, nós tivemos alguns encontros. Encontrei-me com o Governador de Bolívar, Justo Nogueira, na semana passada e com o comandante, Gen. Alberto Bermúdez, e ambos me confessaram que o Presidente Nicolás Maduro recomendou que não se deixasse faltar energia. Entretanto, com a queda, houve essa suspensão, que, acredito, vá ser restabelecida em dois ou três dias.

Quanto à abertura da fronteira: há um interesse muito grande da própria Venezuela em restabelecer isso, não só por parte do Governador de Bolívar, da fronteira, como do comandante. Também estive no consulado e falei com o Fred, que é o Ministro de Relações Comerciais, e também com a Irene, que é Conselheira, pessoas que estão comandando hoje a embaixada brasileira. E conversei hoje com o Cônsul da Venezuela, que está em Roraima. Ele está pronto também para restabelecer esse diálogo.

Então, assim que a Venezuela terminar... Eles estão substituindo o Prefeito de Santa Helena, que saiu nessa disputa interna que existe, e o Ministério Público o está substituindo. Segundo informações que tive hoje, assim que terminar essa etapa, eles já estão prontos para restabelecer, inclusive, a abertura da fronteira e essa questão energética.

Portanto, nós temos muito interesse em acompanhar esse trabalho, em intermediar esse diálogo, para que realmente possamos voltar a ter essa boa relação com o país venezuelano.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sr. Presidente.

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS) – Com a palavra o Senador Carlos Viana.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG. Para discutir.) – Muito obrigado.

Meu bom-dia e meu agradecimento. Saúdo a Mesa.

Esses dois últimos requerimentos têm uma importância muito grande dentro da tradição brasileira de uma diplomacia de não interferência, uma diplomacia de amizade, de trocas e, especialmente, de respeito à soberania. Se estudarmos um pouco a nossa história, veremos que a última grande disputa internacional que tivemos foi com relação à Guiana, com o Visconde do Rio Branco. O Brasil desejava a Guiana como parte do território português, mas a perdemos para os ingleses, e acabou que o nosso território se delimitou ao que está hoje, na água, como está. Nunca fomos um país de ameaçar vizinhos, e é muito importante essa tradição, que fez com que o Brasil conquistasse uma liderança na América do Sul que, no entanto, foi perdida nos últimos anos por visões diferentes de questões políticas, mas o respeito se mantém em relação ao nosso povo.

Primeiro, com relação à Senadora Soraya Thronicke, entendo ser da mais alta importância que seja esclarecido à população brasileira, de fato, quanto foi e de que maneira foram usados os recursos que nós brasileiros disponibilizamos para investimentos no país vizinho, a Venezuela, até para que nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

possamos desmentir ou confirmar tantas informações que circulam hoje no País, desencontradas, sobre como esse dinheiro foi utilizado lá fora. É bom que se prestem contas ao contribuinte brasileiro de quanto nós gastamos e se, de fato, isso foi correto ou não foi. O BNDES tem que nos prestar contas sobre isso, tem que abrir isso ao povo brasileiro, e nós temos que saber. Então, penso que o requerimento é muito interessante para esclarecer a quem sustenta as contas deste País, que é o nosso contribuinte.

E, na questão sobre a Comissão, quero lembrar bem a importância, Senador Telmário, de que nós não estamos, em momento algum, dentro dessa Comissão – conversei ontem com o Presidente, meu companheiro de partido, Nelsinho Trad... Nós temos relações diplomáticas e de amizade com o povo venezuelano. As questões internas do Governo Maduro, essas questões internas serão resolvidas pelos venezuelanos. Eles é que têm que...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – ... pelas instituições deles. Mas nós, como povo irmão, pela relação que temos centenária, o Brasil tem que dar uma colaboração e, inclusive, estar pronto. Se nós formos chamados, por exemplo, quem sabe, a um diálogo de paz, a um diálogo na Venezuela para que os dois lados possam encontrar uma saída institucional, uma saída pacífica; se o Governo atual e o Governo de Juan Guaidó solicitarem a nós brasileiros, o Senado tem que estar pronto a oferecer essa ajuda de imediato para que a população venezuelana possa voltar a ter paz, para que as nossas relações comerciais possam se estabelecer, e, naturalmente, o Estado de Roraima, pelo qual tenho uma grande curiosidade, Senador Telmário... É o único Estado brasileiro que tem cavalo selvagem, o senhor sabia disso? É o único Estado brasileiro que tem cavalo selvagem, porque metade é a Amazônia, para baixo, e metade para cima as planícies lá do...

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR. *Fora do microfone.*) – É o Parque do Lavrado, como chamam. É uma savana.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Tenho muita curiosidade de conhecer.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR. *Fora do microfone.*) – Está convidado.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Muito obrigado.

Entendo que essa Comissão é muito importante para que a nossa resposta possa ser imediata, em amizade ao povo venezuelano e em hipótese alguma como sinônimo de interferência em um Estado soberano como é o Estado da Venezuela.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Continua em discussão. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG. Para discutir.) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Senadores.

É tão somente para corroborar e cumprimentar a iniciativa de V. Exa., Senador Marcio Bittar, de realizar essa Subcomissão.

Na realidade, como o Senador Telmário expôs muito bem e da mesma forma o Senador Carlos Viana, é um problema que hoje preocupa a nós todos, não só pela relação umbilical que o Estado de Roraima – que já tive a honra de visitar tantas vezes, Senador Telmário, e pelo qual tenho muito apreço – tem com a Venezuela, mas também pela questão geopolítica da América Latina. Brasil e Venezuela são nações importantíssimas, têm um relacionamento mais que histórico, e é evidente que essa crise política que acontece lá, com o seu desdobramento humanitário, preocupa muito, até porque recebemos também refugiados. Então, a Subcomissão do Senado terá, como bem colocou o Senador Viana, um papel moderador, de ponderação, de tentar obter de fato um processo adequado, preservando a autodeterminação, mas ao mesmo tempo ponderando.

Eu acho que essa posição do Senado é adequada e a Subcomissão terá um trabalho muito exitoso nessa linha, e por isso receberá o nosso aplauso e o nosso endosso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Continua em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Permita-me, Sr. Presidente, um complemento.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Senador Carlos Viana.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Nessa questão, Senador Anastasia, inclusive, o Senador Telmário Mota tem sido uma voz muito firme aqui. O Brasil sempre foi um país que recebeu bem o fluxo imigratório. Nós recebemos, são bem-vindos. O País tem por obrigação, inclusive, legal abraçar o fluxo imigratório, claro que dentro de uma política de controle, de segurança nacional. Nós não podemos simplesmente receber, nós temos que saber quem são, mas nós temos que abraçar.

E hoje nós precisamos que a Comissão também – quero deixar aqui a sugestão, Senador Telmário – possa se debruçar na questão das ajudas a Roraima para enfrentar esse desafio.

São muitos os que vêm buscar refúgio, e o Estado hoje não tem condições de pagar, de manter sozinho uma estrutura, o que gerou, inclusive, conflitos muitos ruins entre a população e os que vieram em busca de ajuda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Comissão pode colaborar muito para que a gente mantenha essa tradição de país amigável ao imigrante, ao refugiado, o Brasil como pátria de todos.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Instalação da Subcomissão.

Vamos proceder à imediata instalação dessa Subcomissão Temporária para acompanhar a situação na Venezuela.

Antes, porém, gostaria de informar a presença da Embaixadora designada pelo Presidente interino Juan Guaidó, Maria Teresa Belandria, que se encontra presente acompanhando os nossos trabalhos.

Antes de proceder à instalação, está em votação a matéria.

As Sras. e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Procedendo à imediata instalação desta Subcomissão Temporária, na forma do inciso IV do art. 89 do Regimento Interno do Senado Federal, atendemos à designação dos Srs. e das Sras. Senadores para comporem a Subcomissão. A designação foi feita pelos blocos que compõem a nossa Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Titulares: Senadores Marcio Bittar, Flávio Bolsonaro, Marcos do Val, Telmário Mota, Carlos Viana e Chico Rodrigues.

Suplentes: Senadores Mecias de Jesus, Soraya Thronicke, Jaques Wagner, Nelsinho Trad, Randolfe Rodrigues e Marcos Rogério.

Eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Subcomissão.

Informo aos Srs. Senadores que a chapa recebida até o momento figura com a seguinte composição: Presidente, Senador Telmário Mota; Vice-Presidente, Senador Marcio Bittar.

Não havendo mais indicações, consulto as Sras. e os Srs. Senadores se podemos proceder à eleição por aclamação. (*Pausa.*)

Não havendo objeção, declaro eleitos, por aclamação, o Presidente e o Vice-Presidente da Subcomissão Temporária, respectivamente, Senador Telmário Mota e Senador Marcio Bittar. (*Palmas.*)

Passo a palavra ao Senador Telmário Mota para fazer as suas considerações.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – Presidente, primeiro quero agradecer à Comissão e aos Senadores a compreensão e dizer que a nossa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

missão é conjunta, unitária e que, apesar de terem sido selecionados, a princípio, seis titulares e seis suplentes, toda Comissão tem voz, tem opinião, tem sugestão. É nesse caminho que nós vamos buscar com os irmãos venezuelanos – inclusive, eu tenho sobrinhos venezuelanos e que moram na Venezuela – a paz.

Vou conversar com a Embaixadora daqui a pouco para a gente tentar buscar esse entendimento.

Naturalmente, a gente vai respeitar profundamente a decisão do povo venezuelano e as instituições venezuelanas, mas esta Comissão, como bem disseram os outros Senadores – e V. Exa. encaminha nesse sentido – tem o caráter exatamente de buscar a união, a paz, a integração e, sobretudo, a unidade entre os dois países e a harmonia naquela fronteira, que é do que o povo precisa.

Sabemos que nós temos a grande acolhida dos venezuelanos no Estado de Roraima. E eu sempre digo, Senador Antonio Anastasia, que um país não cabe dentro de um Estado, muito menos dentro de um Município. Precisamos tomar providências!

Muito obrigado pela confiança.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradecemos ao Presidente da Subcomissão, Telmário.

Antes da deliberação das atas das reuniões realizadas, apenas alguns informes oriundos da nossa Assessoria da Comissão.

Alguns destaques internacionais.

1. Visita do Presidente do Paraguai, Mario Abdo Benítez, ao Brasil.

Foi realizado nesta semana, no Ministério de Relações Exteriores, evento em que o Presidente paraguaio foi recepcionado pelo Presidente Jair Bolsonaro, do Brasil. Ambos reafirmaram a intenção de trabalhar em projetos bilaterais estratégicos, como a Itaipu Binacional, o combate ao crime organizado e a crise humanitária que afeta a Venezuela.

De nossa parte, entregamos ao Presidente Abdo um documento que ressalta a importância de dar prosseguimento ao acordo que beneficia os dois países numa integração logística nas regiões de fronteira, mais precisamente, para os senhores e as senhoras tomarem conhecimento, a construção da ponte internacional que ligará a cidade brasileira de Porto Murtinho, em Mato Grosso do Sul, a Carmelo Peralta, no Paraguai. Essa ponte é uma das bases para a viabilização da chamada rota bioceânica, um traçado viário que dará acesso célere ao Pacífico e facilitará a logística para o escoamento de produção de ambos os países e dos demais parceiros regionais. Encurta em até 7,5 mil

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quilômetros marítimos a distância. Por outro lado, a bioceânica evidencia a importância estratégica continental do Paraguai como parceiro no âmbito do comércio internacional, e como plataforma logística nas relações com outros continentes.

2. ONU.

Relatório da ONU traz uma extensa análise científica sobre o futuro do Planeta até 2050. Com observações do mundo atual e projeções para o futuro, o Panorama Ambiental Global tem mais de 700 páginas e mostra o *status* dos sistemas de energia, alimentação e água. O texto será discutido em Nairóbi, no Quênia, amanhã, durante a 4ª Assembleia Ambiental das Nações Unidas, maior fórum mundial para as questões de meio ambiente.

Cura da aids via transplante.

Um avanço médico pode ser determinante para a cura da aids. Pesquisadores da Universidade de Londres anunciaram, na semana passada, o caso da segunda pessoa no mundo curada da doença a partir de transplante de medula óssea. É evidente que os pacientes tratados apresentam um quadro clínico muito peculiar, mas, de qualquer forma, isso nos dá esperança de que estamos muito perto da cura dessa doença que atinge cerca de 37 milhões de pessoas no mundo e cerca de 900 mil no Brasil.

Viagem do Presidente Bolsonaro aos Estados Unidos.

No próximo domingo, terei a satisfação, convidado que fui pela Presidência da República, de acompanhar o Presidente Jair Bolsonaro e sua comitiva em viagem aos Estados Unidos da América, representando esta Casa e esta Comissão, onde serão tratados acordos bilaterais, especialmente a cooperação na área da defesa, as políticas comerciais, o combate ao crime transnacional e a crise na Venezuela.

Deliberação das atas das reuniões realizadas.

Proponho ainda a dispensa da leitura e a aprovação da ata desta reunião, bem como as da 3ª e 4ª Reuniões, realizadas nos dias 21 e 27 de fevereiro de 2019, respectivamente.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Gostaria de agradecer à Assessoria, quem aqui esteve presente, o nosso Vice-Presidente, Marcos do Val, e demais Senadores.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 40 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 01 minuto.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 6ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 21 DE MARÇO DE 2019, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dez horas e doze minutos do dia vinte e um de março de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Nelsinho Trad, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores Mecias de Jesus, Jarbas Vasconcelos, Marcio Bittar, Esperidião Amin, Antonio Anastasia, Romário, Major Olimpio, Soraya Thronicke, Randolfe Rodrigues, Marcos do Val, Acir Gurgacz, Flávio Arns, Veneziano Vital do Rêgo, Jaques Wagner, Telmário Mota, Angelo Coronel, Carlos Viana, Paulo Paim, Paulo Rocha e Juíza Selma. Deixam de comparecer os Senadores Daniella Ribeiro, Mara Gabrilli, Kátia Abreu, Fernando Collor, Chico Rodrigues e Zequinha Marinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 238, de 2011 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha Relativo à Segurança de Informações Sigilosas, assinado em Madri, em 17 de setembro de 2007." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Antonio Anastasia. **Relatório:** Pela prejudicialidade. **Resultado:** Aprovado o relatório que passa a constituir parecer da Comissão pela prejudicialidade da matéria. **ITEM EXTRAPAUTA 2 - Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional nº 10, de 2019** que: "Senhor Presidente, requeremos, nos termos do art. 50, § 1º, da Constituição Federal, combinado com o art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado o Senhor MARCOS CESAR PONTES, Ministro de Estado do Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, para debater o novo Acordo de Salvaguardas Tecnológicas (AST), que permite o uso comercial da base de Alcântara, no Maranhão, pelos Estados Unidos." **Autoria:** Senador Marcos do Val e outros. **Resultado:** O Requerimento é lido e aprovado convidando o Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Marcos Pontes, para debater o novo Acordo de Salvaguardas Tecnológicas (AST), que permite o uso comercial da base de Alcântara, no Maranhão, pelos Estados Unidos da América. **ITEM EXTRAPAUTA 3 - Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional nº 11, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do artigo 55, inciso III, da Constituição Federal, combinado com os artigos 13 e 40, § 1º, II, "b" do Regimento Interno do Senado Federal, indicação da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional para representar o Senado Federal em missão oficial no exterior, em viagem aos Estados Unidos da América, no período de 25/04/2019 a 04/05/2019, com ônus para esta Casa." **Autoria:** Senador Marcos do Val. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 4 - Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional nº 12, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater questões relacionadas às mudanças climáticas e ao aquecimento global." **Autoria:** Senador Marcio Bittar. **Resultado:** O requerimento é lido e aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ainda, foi aprovada sugestão do Senhor Senador Esperidião Amin para que a Comissão de Meio Ambiente seja convidada a realizar esta Audiência Pública de forma conjunta com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. **ITEM EXTRAPAUTA 5 - Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional n° 13, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater os impactos de reformas da previdência social na economia global." **Autoria:** Senador Marcio Bittar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 6 - Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional n° 14, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir e esclarecer as consequências diplomáticas, econômicas e geopolíticas da condição - imposta ao Brasil pelo Governo Trump - de renúncia ao tratamento especial e diferenciado previsto para países em desenvolvimento na Organização Mundial do Comércio (OMC), como contrapartida ao apoio dos EUA à pretensão brasileira de ingresso na Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE)." **Autoria:** Senador Jaques Wagner. **Resultado:** O Requerimento é lido e aprovado com a inclusão dos seguintes convidados: Ministro de Estado da Economia, Paulo Guedes; Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Ernesto Araújo; Ministra de Estado da Agricultura, Tereza Cristina; e Representantes da Classe Empresarial brasileira. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Nelsinho Trad

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/03/21

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Bom dia a todas as senhoras e aos senhores, bom dia aos Srs. Senadores. Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a 6ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura do Senado da República.

Expediente.

Item 1.

ITEM 1

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 238, de 2011

- Não terminativo -

Aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha Relativo à Segurança de Informações Sigilosas, assinado em Madri, em 17 de setembro de 2007.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional

Relatoria: Senador Antonio Anastasia

Relatório: pela prejudicialidade.

Concedo, neste instante, a palavra ao Senador Antonio Anastasia, para proferir o seu relatório.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG. Para leitura de relatório.) – Muito obrigado.

Sr. Presidente, Senador Nelsinho Trad; Sr. Vice-Presidente, Senador Marcos do Val; Sras. e Srs. Senadores; senhoras e senhores, bom dia!

Sr. Presidente, como V. Exa. acaba de apregoar, trata-se de um relatório que conclui pela prejudicialidade. Desse modo, eu me abstenho da leitura relativa ao relatório e parto tão somente para a análise, com o objetivo de economia processual.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Verificamos que esta Casa já deliberou sobre o tema no exame do PDS nº 28, de 2017, que aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha relativo à Troca e Proteção Mútua de Informações Classificadas, assinado em Brasília, em 15 de abril de 2015. Aquela matéria foi remetida à análise do Congresso Nacional por meio da Mensagem Presidencial nº 488, de 19 de novembro de 2015. Na Câmara dos Deputados, tramitou como Projeto de Decreto Legislativo (PDC) nº 524, de 2016, e foi aprovado em 16 de fevereiro de 2017.

Nesta Casa, após apreciação pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, o PDS foi aprovado no Plenário em 24 de maio de 2017, tendo sido promulgado por meio do Decreto Legislativo nº 82, em 25 de maio de 2017. No plano interno, o acordo internacional entrou em vigor com a edição do Decreto nº 9.273, de 31 de janeiro de 2018, do Presidente da República.

Portanto, este PDS encontra-se prejudicado, nos termos do art. 334, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal.

Voto.

Pelo exposto, Sr. Presidente, opinamos pela declaração de prejudicialidade do PDS nº 238, de 2011, nos termos do art. 334, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal.

Portanto, Sr. Presidente, como a matéria já foi objeto de outro acordo que foi aprovado na Câmara e no Senado, este PDS perde seu objeto e está prejudicado.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Em votação o relatório.

Antes da votação, algum Senador quer discutir o relatório ora apresentado pelo Senador Antonio Anastasia? (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-lo, eu o coloco em votação.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam e que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, pela prejudicialidade do Projeto de Decreto Legislativo nº 238, de 2011.

Determino que a matéria vá à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

Nós temos dois requerimentos extrapauta. (*Pausa.*)

Encontra-se sobre a mesa o Requerimento 10, de 2019, de autoria do Senador Marcos do Val.

Consulto os Srs. Senadores se podemos incluí-lo para apreciação como item extrapauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Com a palavra o Senador Angelo Coronel

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) – Bom dia a todos!

Sr. Presidente, eu gostaria que, com a anuência, evidentemente, do Senador Marcos do Val, ao invés de convocação, seja transformado em convite ao Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – O Senador Marcos do Val já anuiu e será feito conforme o encaminhamento anteriormente já definido.

> Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.
> Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, inciso III, da Constituição Federal, combinado com o art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convocado – agora a palavra certa é convidado – o Sr. Marcos Cesar Pontes, Ministro de Estado do Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, para debater o novo acordo de salvaguardas tecnológicas que permite o uso comercial da Base de Alcântara, no Maranhão, pelos Estados Unidos.
> Autoria: Senador Marcos do Val e Senadora Eliziane, em conjunto.

EXTRAPAUTA

ITEM 2

REQUERIMENTO Nº 10, de 2019

- Não terminativo -

Senhor Presidente, requeremos, nos termos do art. 50, § 1º, da Constituição Federal, combinado com o art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado o Senhor MARCOS CESAR PONTES, Ministro de Estado do Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, para debater o novo Acordo de Salvaguardas Tecnológicas (AST), que permite o uso comercial da base de Alcântara, no Maranhão, pelos Estados Unidos.

Autoria: Senador Marcos do Val e outros.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado o requerimento extrapauta.

Encontra-se também sobre a mesa o Requerimento nº 11, de 2019, também de autoria do Senador Marcos do Val. Posteriormente, haverá outro do Senador Marcio Bittar.

Consulto os Srs. Senadores se podemos incluir para apreciação como item extrapauta.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

EXTRAPAUTA

ITEM 3

REQUERIMENTO Nº 11, de 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do artigo 55, inciso III, da Constituição Federal, combinado com os artigos 13 e 40, § 1º, II, "b" do Regimento Interno do Senado Federal, indicação da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional para representar o Senado Federal em missão oficial no exterior, em viagem aos Estados Unidos da América, no período de 25/04/2019 a 04/05/2019, com ônus para esta Casa.

Autoria: Senador Marcos do Val.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

As Sras. e Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado. (*Pausa.*)

O Senador Marcio Bittar tem dois requerimentos.

Seja bem-vindo!

O Senador Marcio Bittar apresenta o seguinte requerimento extrapauta:

EXTRAPAUTA

ITEM 4

REQUERIMENTO Nº 12, de 2019

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater questões relacionadas às mudanças climáticas e ao aquecimento global.

Autoria: Senador Marcio Bittar

Para tal audiência, o Senador propõe os seguintes convidados: o Sr. Luiz Carlos Molion, Professor das Universidades de Évora, de Portugal, e Western Michigan, dos Estados Unidos, pesquisador do Inpe; Sr. Ricardo Augusto Felicio, Professor do Departamento de Geografia da USP; e o Ministro Leonardo de Athayde, Diretor do Departamento de Meio Ambiente do Ministério das Relações Exteriores.

Justificativa:

> As discussões a respeito das mudanças climáticas e do aquecimento global tomaram proporções globais. Recentemente, o Acordo de Paris foi firmado por diversas nações para combater o [...] problema. Acontece que, diferentemente do que se tenta propagar, não existem conclusões definitivas do envolvimento do ser humano, como agente ativo e responsável, pelo aumento da temperatura no planeta e pelas mudanças observadas na biosfera.
> Em realidade, diversos pesquisadores, com pesquisas sérias e respeitadas, apontam para a manipulação e falsificação de dados e resultados de pesquisas com claro objetivo de fortalecer e legitimar uma agenda ideológica completamente desconectada da realidade.
> As medidas ora propostas para combater a dita interferência do homem no clima têm consequências sociais e econômicas graves e não podem ser tomadas e realizadas com base em falsas premissas. É preciso debater [...] em profundidade e conhecer os argumentos e os dados coletados por pesquisadores respeitados e idôneos.
> Outrossim, é importante que o Ministério das Relações Exteriores explicite qual o atual estado das discussões nos órgãos internacionais competentes e qual o posicionamento do Governo brasileiro a respeito desse tema.
> Por essa razão, solicitamos a realização de reunião de audiência pública.
> Sala da Comissão, 19 de março de 2019.
> Senador Marcio Bittar (AC).

Em discussão.

Senador Marcio Bittar com a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC. Para discutir.) – Presidente e demais colegas, eu, na verdade, estou querendo aproveitar a Presidência do Senador Nelsinho Trad, que já demonstra, neste começo de Legislatura, o interesse em potencializar esta Comissão e, entendendo que esse é um tema que envolve, como diz o requerimento, o País na sua relação com o mundo e que há controvérsias muito graves sobre isso... É uma coisa impressionante você ouvir uma corrente de pensamento majoritária – pelo menos do ponto de vista da mídia global – dizendo, dia após dia, que é o homem o elemento que faz com que o clima mude e, de repente, você encontrar cientistas de boa cepa, de nome, de credibilidade, dizendo o contrário.

E como esse é um tema mundial – basta ver a quantidade de leis que o Brasil foi aprovando por interferência e pressão muito mais externa do que interna, em nome da questão ambiental –, então, nada mais oportuno, a meu ver, que esta Comissão, potencializando a sua existência, traga esse debate, que não é nacional, é internacional, como diz o requerimento.

Isso, evidentemente, Presidente, que fica aberto. É lógico que eu proponho o convite a pessoas que, como diz o requerimento, pensam diferente, o que não impede que, após essa audiência, outros colegas façam, a exemplo disso, uma outra audiência com outras correntes de pensamento.

Então, acho oportuno que a Comissão debata esse assunto, ajude a esclarecê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Com a palavra o Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu quero, em primeiro lugar, louvar a iniciativa do Senador Marcio Bittar e, dirigindo-me também aos estrangeiros da reunião, que estão aqui à minha direita, dizer o seguinte: acho muito importante que se façam duas tentativas complementares. Primeiro, que se ofereça a possibilidade de que pelo menos a primeira audiência – a primeira, que é a que nós estamos aprovando – seja em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente – que, aliás, não está totalmente constituída – pela conexão rasa, direta, que existe entre o objeto de ambas, da nossa e da própria Comissão de Meio Ambiente. E, segundo, acho muito importante que essa primeira seja realmente uma sessão enxuta em termos de presença. Eu mesmo vou propor nomes, mas para as seguintes, que poderão ser conjuntas ou não, a primeira é que vai definir.

Então, essas são as minhas duas colocações. Que a primeira seja, se possível, conjunta, que se ofereça à Comissão de Meio Ambiente a possibilidade de fazer a reunião conjunta, e que nomes sejam oferecidos por nós, inclusive, por mim, apenas a partir de uma eventual e provável segunda reunião.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Continua em discussão. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo mais quem queira discuti-la...

Aprovada que foi pelo autor uma reunião conjunta com a Comissão do Meio Ambiente, coloco em votação o requerimento extrapauta de uma reunião conjunta da Comissão de Relações Exteriores e Defesa... (*Pausa.*)

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – ... com a Comissão de Meio Ambiente.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – ... só uma observação. Se eu entendi bem a fala do meu "brimo", do nosso "brimo"...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – ... núcleo da Comissão, que nós aprovemos o requerimento, façamos a audiência e seria um convite...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Não é uma contingência.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – Não é uma contingência, é um convite.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Perfeito. Exatamente esse encaminhamento que eu tinha entendido. V. Exa. o elucidou.

Coloco em votação.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Segundo requerimento do Senador Marcio Bittar, extrapauta.

EXTRAPAUTA

ITEM 5

REQUERIMENTO Nº 13, de 2019

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater os impactos de reformas da previdência social na economia global.

Autoria: Senador Marcio Bittar.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:
1. Sr. [...] Ministro de Estado da Economia, [Paulo Guedes]
2. Sr. Fábio Giambiagi, economista e professor
3. Representante da Embaixada da República Portuguesa em Brasília
4. Representante da Embaixada da República Helênica em Brasília
5. Representante da Embaixada da República do Chile em Brasília.

Justificação.

Não restam dúvidas de que a reforma da previdência é o principal tema a ser discutido pelo parlamento brasileiro. Os déficits crescentes e a incapacidade do sistema de sustentar-se fazem com que esse tema não possa ser adiado.

A reforma da previdência é medida vital para o reequilíbrio das contas públicas e para a retomada do crescimento econômico. A situação atual tem implicações em diversos âmbitos, dentre eles, o âmbito internacional, por influenciar em diversas áreas, como o câmbio, investimentos estrangeiros e comércio internacional. Além disso, diversos países passaram, recentemente, por reformas nos sistemas públicos de previdência com objetivo de reequilibrá-los e de devolver aos governos a capacidade de administrar os orçamentos nacionais de maneira efetiva.

Não é preciosismo lembrar que muitos países tiveram que realizar reformas profundas e duras nos sistemas previdenciários, é necessário que se conheçam, com maior detalhamento, essas experiências e como funcionam os novos sistemas de previdência implementados nesses países para que as melhores práticas internacionais possam ser adotadas pelo Brasil.

Sala de Comissões, 19 de março de 2019.

Senador Marcio Bittar (AC).

Coloco em discussão o requerimento extrapauta.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC. Para discutir.) – Presidente, é um convite.

Eu acho que o requerimento é autoexplicativo. Esse é um assunto que não envolve apenas o Brasil. Qual é a relação que o Governo brasileiro entende que essas reformas econômicas, a começar pela reforma da previdência, têm no impacto na economia global? O que o Brasil pode ganhar com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

isso? Nada melhor que chamar os agentes do Governo para darmos protagonismo a essa relação, porque, de fato, é um tema que, também como o anterior, não é só nosso, é do mundo inteiro.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Continua em discussão.

Senador Telmário.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu queria aproveitar o requerimento do Senador Bittar e ver se, quando falarmos com os agentes econômicos do Governo...

Eu estava vendo aqui, Presidente, que, hoje, os especialistas em comércio internacional andam preocupados com os resultados econômicos resultantes da entrada em vigor do recente acordo bilateral assinado entre Brasil e México, que estabelece o livre comércio de veículos leves e autopeças entre os dois países. Não há mais cota, isto é, a venda e compra desses dois itens é livre, e quem vai definir o montante a ser comprado e vendido para cada país é o mercado. Venderá mais para o outro quem tiver mais condições competitivas.

Como nós estamos hoje com as nossas indústrias enfraquecidas, eu acho que esse acordo deveria ser mais bem explicado pelos agentes. Então, eu queria, Senador Bittar, se possível, incluir esse assunto para que os convidados tragam uma reposta à solicitação desse requerimento.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – Perfeito. Eu até, ao contrário de rejeitar, faço é agradecer, parabenizar o nosso colega, porque ele enriquece o nosso requerimento. Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Com a devida anuência do Senador titular da proposição ora colocada pelo Senador Telmário, continua em discussão.

Senador Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para discutir.) – Só quero louvar a iniciativa do Senador Telmário, porque todos nós acompanhamos as histriônicas – histriônico não é xingamento – colocações do Presidente Trump. Eu estou sendo até moderado nisso. Aliás, no dia do equinócio a gente deve ser moderado, e hoje é o dia do equinócio. Então, tem que haver um equilíbrio entre a luz e a sombra. Mas todo mundo se lembra de que o Presidente Trump até... Os jornalistas torceram muito para que ele rodasse com a moto, mas ele teve a prudência de não desafiar as pragas e só bateu na moto, na Harley Davidson, e disse: "*Made in America*". E proibiu montadoras dos Estados Unidos de instalarem fábrica no México. Ou vocês não se lembram disso? Proibiu a General Motors e a Ford. Portanto, os mexicanos vivem, pela proximidade, aquele drama: *muy lejos de Dios y muy cerca de los gringos,* muito perto dos Estados Unidos e muito longe de Deus.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, isso aí merece realmente uma reflexão e um conhecimento. Será que as dificuldades de relação comercial, especialmente no campo automotor, entre o México e os Estados Unidos induziram o México a procurar o Brasil para recepcionar aquilo que o Presidente Trump está dificultando em matéria de comércio? Pode ser. Faz sentido. Há o começo da história. Todo mundo se lembra disto: proibição da instalação de uma montadora no México – todo mundo conhece. E ele não teve coragem de andar de moto – iria ter muita praga, não é? –, mas ele bateu na moto e disse: "*Made in America*", defendendo a produção lá.

Igual encrenca houve com o Canadá. O México abre conosco, porteira aberta? Sempre tem que haver alguma preocupação para não desestabilizar a nossa indústria automobilística, que está vivendo um momento de recuperação, mas, ao mesmo tempo, de fechamento de uma fábrica histórica. O meu pai foi revendedor Ford e me levou para a frente daquela fachada da Ford quando guri, com o maior orgulho. Então, nós também não estamos... Nem todo o Brasil é uma Bahia, onde só prosperam as indústrias automobilísticas.

Então, eu não só aprovo como aplaudo a iniciativa do Senador Telmário.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Continua em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais nenhum Senador ou nenhuma Senadora que queira discutir, coloco em votação.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento extrapauta do nobre Senador Marcio Bittar.

Sobre a mesa, Srs. Senadores, os dois últimos requerimentos extrapauta, de autoria do Senador Jaques Wagner.

ITEM 6

REQUERIMENTO Nº 14, de 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de discutir e esclarecer as consequências diplomáticas, econômicas e geopolíticas da condição - imposta ao Brasil pelo Governo Trump - de renúncia ao tratamento especial e diferenciado previsto para países em desenvolvimento na Organização Mundial do Comércio (OMC), como contrapartida ao apoio dos EUA à pretensão brasileira de ingresso na Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Jaques Wagner

Justificação.

Em viagem aos Estados Unidos, Bolsonaro e o ministro da economia, Paulo Guedes, pediram apoio ao Presidente Trump para que o Brasil possa ingressar na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Trump condicionou o apoio dos EUA à pretensão brasileira à renúncia do Brasil em continuar a receber tratamento especial e diferenciado previsto para países em desenvolvimento na Organização Mundial do Comércio (OMC).

Pelas regras do GATT/OMC, os países considerados em desenvolvimento podem desfrutar de um tratamento especial e diferenciado que assegure a eles certas flexibilidades no cumprimento das regras internacionais de comércio. Esse tratamento especial inclui seis tipos de regras: 1) medidas destinadas a aumentar as oportunidades de comércio para países em desenvolvimento; 2) medidas de salvaguardas para proteger os países em desenvolvimento; 3) flexibilidade para o cumprimento dos compromissos e para políticas; 4) períodos de transição mais longos para adaptação aos acordos; 5) direito ao provimento de assistência técnica para lidar com disputas comerciais; 6) medidas específicas para os países muito pobres. (LDCs).

De um modo geral, o tratamento especial e diferenciado permite ao Brasil: praticar tarifas de importação mais altas, ter tempo de transição mais longo para se adaptar a quaisquer novas regras da OMC, ter a possibilidade de, em negociações comerciais, não assegurar a reciprocidade plena às ofertas de países desenvolvidos, ter a possibilidade de acesso mais facilitado ao mercado dos países desenvolvidos e, sobretudo, preservar espaços para a implementação de políticas destinadas à promoção do desenvolvimento, como políticas de industrialização, de desenvolvimento regional, de ciência e tecnologia.

É sabido que o Brasil usava e ainda usa de tais medidas para proteger sua economia, ter acesso mais amplo a mercados e para desenvolver e manter políticas específicas destinadas à promoção do seu desenvolvimento. A própria OMC reconhece a existência de 183 cláusulas distintas distribuídas entre os vários acordos da organização, que protegem os interesses de países em desenvolvimento.

Mesmo assim, os países desenvolvidos e, em especial, os Estados Unidos, vêm tentando estabelecer novas regras que limitem o tratamento especial e diferenciado previsto nos acordos da OMC. Dessa forma, os EUA apresentaram proposta na OMC, pela qual membros em desenvolvimento da organização não poderiam ter tratamento especial se forem membros da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) ou candidatos a entrar na entidade; se forem membros do G20; se forem classificados como países de "alta renda" pelo Banco Mundial; ou se forem responsáveis por mais de 0,5% do comércio mundial de mercadorias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aplicando-se tais critérios da proposta americana, ficariam automaticamente excluídos do tratamento especial e diferenciado Argentina, Brasil, China, Índia, Indonésia, México, Turquia, Arábia Saudita, África do Sul, Coreia do Sul, Chile, Brunei, Egito, Hong Kong, Israel, Kuwait, Malásia, Nigéria, Filipinas, Qatar, Cingapura, Taiwan, Tailândia, Emirados Árabes Unidos e Vietnã.

É preciso considerar que, mesmo com esse tratamento especial e diferenciado, foram os países em desenvolvimento que mais abriram seus mercados, após a Rodada Uruguai da OMC. Com efeito, entre 1990 e 2009, tais países aumentaram suas importações em 10,5% ao ano, ao passo que os países desenvolvidos aumentaram suas importações, no mesmo período, em apenas 5,8% ao ano.

Ao aceitar renunciar a esse tratamento especial e diferenciado na OMC, como contrapartida a um apoio duvidoso dos EUA para entrar na OCDE, o Brasil rompeu com seu compromisso histórico de defesa das posições dos países em desenvolvimento. Quanto aos prejuízos econômicos e comerciais, é muito difícil quantificá-los *a priori*, mas pode-se argumentar, sem medo de errar, que eles deverão ser extensos, propagando-se, no médio e longo prazos, a todos os setores econômicos: agricultura, indústria e serviços.

A renúncia pelo Brasil a esse tratamento recebido na OMC levará a pressões insustentáveis para que o nosso País reduza sua proteção tarifária em toda a TEC (Tarifa Externa Comum). Isso criará um problema político adicional: terá de haver negociações com os nossos parceiros do Mercosul para que se proceda a essas reduções, pois o Brasil participa de uma união aduaneira com esses países. Mas, independentemente dessa negociação, a redução das tarifas efetivamente praticadas ou consolidadas (tarifas máximas permitidas) deverá acarretar prejuízos de monta, especialmente para os nossos setores industriais que não possuem ainda muita competitividade. Observe-se que o Brasil pratica tarifas médias ponderadas de cerca de 11% em suas importações, e tem tarifas consolidadas na OMC de cerca de 35%. Já a maior parte dos países desenvolvidos pratica tarifas médias ponderadas de apenas 3%. O tamanho potencial do tombo é, pois, enorme.

Além disso, o Brasil deverá perder todas as preferências tarifárias de que hoje desfruta nos mercados dos países desenvolvidos. Ou seja, perderemos mercado externo para nossas importações e, ao mesmo tempo, abriremos nosso mercado interno para as exportações de outros países.

Outro grande problema que tal decisão acarretará tange à perda das flexibilidades quanto à implementação de políticas de industrialização, de desenvolvimento regional, de ciência e tecnologia, etc., particularmente aquelas referentes ao acordo de subsídios e medidas compensatórias. De agora em diante ficaremos mais expostos a ações de outros países contra nossos programas industriais na OMC e receberemos tratamento mais rigoroso daquela organização.

Sala da Comissão, 20 de março de 2019, Senador Jaques Wagner.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em discussão o requerimento extrapauta.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Para discutir.) – Sr. Presidente, quero só esclarecer o seguinte. Nessa visita do Presidente com alguns Ministros nossos, várias falas foram feitas. Não vou aqui querer comentar alguns absurdos que considero que aconteceram, mas, de qualquer forma, esse tema é vital. Ontem, inclusive, em plenário, o Senador José Serra, do PSDB, e outros Senadores já se manifestaram sobre esse tema.

A Coreia do Sul mantém-se, e está numa situação muito superior à nossa, na OMC, e nós estamos trocando o certo pelo duvidoso ao abrir mão dessa condição de tratamento especial na OMC.

Não basta os Estados Unidos nos apoiarem. Nós estamos nos enganando: as regras da OCDE para a entrada de qualquer novo membro são absolutamente rigorosas, é um clube restritíssimo – fala-se de fundo de pensão, de abertura dos fundos de pensão para capital internacional. Então não acontecerá amanhã, se vier a acontecer. Então, me perdoem a comparação meio simplória, mas o Brasil é um transatlântico, e não se dá cavalo de pau em transatlântico.

Portanto, eu creio que esse anúncio é absolutamente precipitado e, como esta Casa tem a obrigação de acompanhar esses temas, eu gostaria de que o Ministro viesse aqui, eventualmente até o Ministro da Economia, e, talvez, como sugeriu aqui meu companheiro, o próprio setor empresarial, porque já se manifestou, por vários artigos já no dia de ontem, preocupadíssimo com esse, repito, susto, com essa coisa duvidosa que a gente vai fazer. Então, é o mínimo convidar o Ministro das Relações Exteriores. Além disso, eu acho que a gente tem que aprofundar esse tema em outras Comissões, não só aqui na Comissão de Relações Exteriores.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Com a palavra o Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para discutir.) – Endosso, faço minhas as palavras sensatas e apropriadas do Senador Jaques Wagner.

Poderia alinhar aqui questões que a OCDE tem levantado contra produtos de interesse do Brasil, e que não vai deixar de levantar pelo apadrinhamento dos Estados Unidos, até porque os Estados Unidos são o litigante com a organização da comunidade europeia, é um litigante no aço, é um litigante nos produtos agrícolas. E nós, brasileiros – só para concluir...

O Estado do Pará, o Estado de Santa Catarina e o Estado do Ceará são os Estados mais expressivos em matéria de produção de pescado. Nós temos enfrentado vetos na comunidade europeia que não vão ser derrogados pela boa vontade enunciada do Presidente Trump, e vamos ter dificuldades no Oriente Médio, não bastasse a questão da Embaixada do Brasil em Jerusalém, que é outro assunto. Mas, não bastasse isso, a Ministra da Agricultura recebeu, nos Estados Unidos, a informação de que não vai haver mais nenhum frigorífico brasileiro credenciado para exportar para a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

China. Por quê? Porque o Presidente estava nos Estados Unidos, ou seja, um prejuízo a viagem já trouxe: a China não vai...

E eu quero dizer, para concluir, que eu estive na China abrindo o mercado chinês para a exportação de suínos, assim como estive na Rússia e em outros países no começo do século, em 2001. Então, nós estamos perdendo, certamente, na suposição de que possamos ganhar.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Com a palavra o Senador Marcio Bittar.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC. Para discutir.) – Presidente, quero cumprimentar o nosso ex-Ministro, ex-Governador e hoje Senador Jaques Wagner. Acho o tema absolutamente pertinente.

Em princípio, eu acho extremamente positivo que o Governo brasileiro – neste momento com o Presidente Bolsonaro, mas seja qualquer um que venha pela frente – busque pautar a relação externa brasileira, quase que com exclusividade, pelo interesse nacional. Então, buscar mercados e ampliar perspectivas, em princípio, é algo que vejo como positivo. No entanto, a própria Ministra Tereza Cristina, portanto Ministra do Governo, fez considerações acerca de algumas preocupações da pasta que ela dirige, com muita competência a meu juízo, no dia de ontem, ontem à noite.

Na questão, por exemplo, do agronegócio, Europa e Estados Unidos são nossos inimigos. Várias ONGs que atuam no Brasil e que ajudaram a criar embaraços para a nossa produção agrícola, claramente para o Centro-Oeste brasileiro e para o Norte do País, são bancadas com recursos do agronegócio norte-americano. Então, não há, ou não deve haver, alinhamento automático. O Brasil, com certeza, terá interesses em parcerias com determinados países, mas não em todos os itens. Como disse aqui o Amin, e eu reforço, há atividades econômicas nas quais somos litigantes, concorrentes.

Então, antes de fazer um juízo de valor mais aprofundado... O tema é absolutamente pertinente e está na pauta, a Comissão de Relações Exteriores de fato não pode passar em branco e deixar de chamar essa discussão sobre a possível saída do Brasil da OMC neste momento.

A sugestão que dei ao nosso Senador é se não seria o caso de chamar alguém que representasse a economia brasileira, porque, com certeza, seria uma voz adicional à voz do Governo a dizer quais preocupações a economia brasileira tem quanto a uma possível saída, talvez precipitada, da OMC.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Com a palavra a Senadora Soraya e, posteriormente, o Senador Telmário.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS. Para discutir.) – Bom dia, Sr. Presidente, é um prazer estar aqui com o senhor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom dia, colegas, bom dia a todos.

Eu estive na China e estive na Cofco, que é a importadora do agro deles, uma empresa, uma estatal muito grande. Aqui também estive com o Embaixador da China. Será que não seria o caso de chamarmos o Embaixador, bastante acessível, para conversarmos sobre isso? Porque perder, colocar em risco um mercado... A China tem sido nossa parceira comercial há quarenta e cinco anos; há nove anos é a maior. Ano passado, os negócios gerados foram de US$70 bilhões, e a balança superavitária para nós. Eles compraram em torno de 70 bilhões a 75 bilhões, e nós 35.

Mato Grosso do Sul, Senador, foi US$235 milhões... Não, foram US$2,5 bilhões, ou 2,7 bilhões que a China comprou do Mato Grosso do Sul, e o Mato Grosso do Sul comprou 350 milhões. Então, tirar esse parceiro... Eu acho que não custa, sei lá, se os senhores acharem interessante – eu estou bastante alinhada com eles lá na Embaixada –, solicitar, para que a gente consiga reverter alguma coisa assim, porque, para o Mato Grosso do Sul, é difícil.

E outra: nós já temos as licenças aprovadas, todo mundo... Fazer tudo isso de novo com outro país? A gente perde muito tempo com esse tipo de burocracia.

Eu acho que seria interessante se o senhor colocasse... A gente faz o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Com a palavra o Senador Telmário.

Ainda em discussão o requerimento do Senador Jaques Wagner.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR. Para discutir.) – Sr. Presidente, muito atento o requerimento do Senador Jaques Wagner, até porque o Senador Jaques Wagner é uma pessoa sensata, um homem coerente, de uma larga experiência, tanto no Executivo quanto no Legislativo, foi Governador, Ministro, Senador, e Governador de um Estado que tem um desenvolvimento expoente, que é a nossa querida Bahia. Então, o seu requerimento é realmente extremamente pertinente.

Eu sempre digo que os Estados Unidos são aquele tipo de parceiro que nem pode estar muito perto que você não possa sair nem muito longe que você não possa encostar. Tem que se ter muito cuidado porque o olhar dos Estados Unidos para a América do Sul é o olhar periférico, e eles são extremamente pragmáticos nas suas decisões e relações comerciais.

É importante o Presidente abrir fronteiras, reatar relações, mas com o cuidado de não perdermos parceiros já construídos, e construídos a duras penas. Então, realmente nós não podemos perder uma parceria dessa magnitude. Na América do Sul mesmo, a própria Venezuela foi uma grande importadora nossa. Hoje, a nossa balança comercial caiu substancialmente para pouco mais de US$400 milhões. Então, temos de ter esse cuidado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse convite, para que sejam dadas essas explicações, naturalmente, vai poder trazer esclarecimento, clareza sobre o que está acontecendo nessas relações, Sr. Presidente.

Então, quero parabenizar o Senador Jaques Wagner.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Com a palavra o Senador Carlos Viana.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG. Para discutir.) – Meu bom-dia aos Srs. Senadores e Sras. Senadoras, a todos os presentes aqui!

Presidente da Mesa, obrigado pela possibilidade...

Quero trazer aqui alguns pontos sobre essa questão. Entendo que o requerimento do Senador Jaques Wagner é importante. A Comissão não se pode ausentar desse debate em relação à decisão muito importante que o Brasil vai tomar em relação ao futuro. Mas quero pontuar aqui algumas questões, para que a gente possa, no decorrer das discussões, entender claramente quais são os passos que precisamos dar ou que vamos tomar de acordo com o que foi anunciado pelo Governo.

Abrirmos mão, na Organização Mundial do Comércio, do chamado Tratamento Especial Diferenciado não significa, em hipótese alguma, que nós estejamos abrindo mão de qualquer outro benefício, especialmente no setor agrícola, por exemplo. Boa parte de todo o subsídio que é dado nesse tratamento o Brasil não usa. O Brasil não tem essa política de subsídios para a agricultura, como preconizado. Os resultados comerciais em relação à OMC pelo TED, pelo Tratamento Especial Diferenciado, são mínimos para o País nesses últimos anos.

Já a entrada do Brasil na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico pode nos trazer... Inclusive, é a entrada num clube onde todas as práticas de exportação, de trocas e de acordos comerciais estão num patamar hoje muito elevado de desenvolvimento. Só que, para isso, nós precisamos deixar o estágio de um país adolescente e protecionista para um país que, de fato, tenha políticas industriais sérias e estruturadas de financiamento e de renovação tecnológica. Pelo menos, esse é o meu entendimento sobre esse assunto. Por quê? Assim como no passado...

Vou dar um exemplo claro aos Srs. Senadores: Portugal, por exemplo, quando pediu acesso à chamada naquela época Comunidade Europeia, teve de passar por uma série de mudanças internas no país, para que houvesse uma adaptação em auditorias, em controle de contas públicas, em número de servidores por população; todo um planejamento era exigido para que Portugal entrasse naquela comunidade. Houve uma discussão muito grande sobre soberania, e Portugal entrou para a União Europeia, como é hoje chamada, o que lhe fez muito bem. Portugal se adaptou às regras; hoje, o país tem os benefícios todos, inclusive dos financiamentos da União Europeia e tudo mais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós brasileiros, hoje, precisamos discutir esse crescimento, Senador Telmário, para sairmos de um país que tem uma política protecionista muito forte para entrarmos na disputa, cabeça a cabeça, ombro a ombro, com as grandes nações. Para isso, nós temos que dar os primeiros passos.

Então, a minha visão sobre essa questão do tratamento de que nós estamos abrindo mão... E não é a nossa saída da OMC, mas é um tratamento diferenciado que não nos vale. Se nós observarmos bem, se pegarmos as estatísticas, veremos que o Brasil não tem se beneficiado disso. Mas a entrada na OCDE é importante. E, nesse ponto, a não resistência dos Estados Unidos já é um ponto favorável, o que não tira, na minha visão, a questão de parceiro estratégico da China. Isso é uma disputa de mercado, é uma disputa geopolítica em que nós brasileiros é que temos de dizer claramente para aonde nós queremos ir e com quem nós queremos ir. Mas, para isso, as decisões têm de ser tomadas com muita segurança, com muita tranquilidade, mas com muita coragem, para que a gente consiga avançar no processo de industrialização, de disputa do Brasil no mercado internacional de exportação.

Por isso, sou favorável. Creio que esta discussão será muito bem-vinda para que a gente possa entender e esclarecer à população quais os passos que o Brasil tomará na política externa nos próximos anos.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Continua em discussão o requerimento do Senador Jaques Wagner.

Com a palavra o Senador Mecias de Jesus.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR. Para discutir.) – Presidente Nelsinho, quero apenas manifestar a minha opinião favorável ao requerimento do Senador Jaques Wagner. E concordando, claro, com o Senador Carlos Viana: o Brasil tem de decidir para aonde ir e para aonde quer ir. Mas essa é uma questão, creio, que todos nós precisamos conhecer melhor e mais de perto, e a vinda do Ministro das Relações Exteriores aqui certamente virá clarear algumas dúvidas que possamos ter com relação à ida do Brasil para a OCDE.

O Governo brasileiro foi aos Estados Unidos bonzinho, fazendo várias concessões, como a liberação do visto para os americanos, sem a reciprocidade que é exigida. Seria bom se nós pudéssemos ouvir aqui também, claro, o Ministro das Relações Exteriores com relação a isso. Os americanos vão dar reciprocidade aos brasileiros? Nós teremos o mesmo tratamento ou seremos tratados de modo diferente e vamos continuar fazendo essas concessões?

Portanto, a minha opinião é favorável ao requerimento do Senador Jaques Wagner, como creio que é a opinião de todos os Senadores aqui presentes.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Continua em discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra o Senador Antonio Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG. Para discutir.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Senadores, é interessantíssimo. O Senador Jaques Wagner apresenta o requerimento, e o debate que se trava aqui... Quer dizer, debate não, as apresentações antecipam algo que será certamente quase que histórico. Esta audiência que ocorrerá vai colocar em lume uma discussão que é tão candente na nossa política, na nossa economia – o liberalismo *versus* o protecionismo -, as diversas opiniões. Claro que não oito ou oitenta, mas diversas alternativas que temos e que foram objeto, inclusive, do debate aceso na campanha eleitoral do ano passado.

Então, quero parabenizar o Senador Jaques Wagner pelo requerimento, que certamente terá o nosso pleno endosso, e dizer que certamente esta Comissão terá um dia e data gloriosa na ocasião deste debate, porque vamos, de fato, discutir um tema que é de política internacional de altíssimo relevo para o futuro do Brasil.

Parabéns, Senador Jaques Wagner!

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Na condição de Presidente, peço licença aos Srs. Senadores e à Sra. Senadora para endossar as palavras ora proferidas pelo Senador Antonio Anastasia. É realmente o meu pensamento. Estava pensando em até me retirar da Presidência para manifestá-lo, mas S. Exa. falou exatamente o que eu estava pensando.

E quero agradecer aos nobres Senadores pelos requerimentos extrapauta – alguns já aprovados, como do Senador Bittar; o do Senador Jaques Wagner está em apreciação –, que engrandecem muito o trabalho desta Comissão.

Reitero que o requerimento ora em discussão coloca convite a ser feito a determinadas autoridades mencionadas – Ministro da Economia, das Relações Exteriores, Ministra Tereza Cristina, a própria classe empresarial brasileira representativa – bem como, conforme sugestão da Senadora Soraya, ao Embaixador da China.

E devolvo a pergunta aos Srs. Senadores: a Mesa vai fazer o convite a todas essas autoridades no sentido da promoção dessa audiência pública? É esse o entendimento, Senador Jaques Wagner?

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Para discutir.) – Bom, eu acho que nós não deveríamos fazer o concurso de autoridades de outros países com autoridades nossas. Não que não se possa convidá-los, mas, na minha opinião, acho que há uma coisa, até pegando as palavras do Senador Viana, no sentido de que nós escolhemos o caminho que queremos – pelo que ouvi.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu comungo de tudo que a Senadora Soraya colocou, porque a Bahia é grande parceira comercial e de investimentos dos chineses. Então, para mim, qualquer sobressalto nessa relação é altamente prejudicial. Agora, acho que não ser concomitante...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Como a discussão é dinâmica e os fatos na política também o são...

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Para discutir.) – Só para reforçar: eu acho que a Senadora Soraya coloca bem... Eu não quero fazer juízo premeditado, mas o jantar que houve nos Estados Unidos, que não era um jantar – vou chamar assim – de trabalho, onde estava Sua Excelência o Presidente da República com contrapartes que não eram representantes do governo americano, eu diria que foi uma reunião quase que ideológica, no sentido de que foram afirmar uma posição. Ali foram ditas coisas sobre a China que, na minha opinião, só nos atrapalham. Eu sou da diplomacia pragmática, e não do punho de renda. Eu acho que nós temos que arregaçar manga para vender e para melhorar o Brasil.

Então, ficar fazendo ideologia com um outro país que é parceiro comercial, na minha opinião, não é de bom tom, mas isso quem decide é o Presidente da República. Naquele jantar não houve nada de bilateral, foi um jantar de acordos ideológicos, de afirmações ideológicas que acabam atrapalhando essa relação nossa com o parceiro chinês.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – O jantar a que V. Exa. se refere foi palco do outro requerimento, que V. Exa...

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Não, ali é requerimento de informação.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – De informação.

Apenas para acrescentar valor ao juízo de V. Exa.: está já confirmada a vinda a esta Comissão do Ministro Ernesto Araújo no dia 4 de abril, oportunidade em que ele terá a chance de apresentar a política que deverá ser empreendida no Itamaraty nos anos do Governo Bolsonaro, e nós vamos abrir o debate, como é dever desta Casa – e eu tenho certeza de que os Senadores assim o farão –, para poder debater assuntos não só relacionados a essa questão, mas também assuntos como esse levantado por V. Exa.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Eu acho ótimo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Então, eu entendo que o convite a ser feito ao Ministro Ernesto Araújo que seja objeto de quaisquer requerimentos que possam estar aqui será prejudicado, porque ele já confirmou a presença dele no dia 4 de abril. Da mesma forma em relação ao Ministro da Defesa, General Fernando, no dia 11 de abril. Ambos já estão confirmados na nossa Comissão: um no dia 4, outro no dia 11.

Com a palavra a Senadora Soraya.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS. Para discutir.) – Senador, comungo do mesmo entendimento, realmente é grave tirar esse país, não reconhecer que nós vendemos, sim, e muito. Mas quero dizer para o senhor que o Presidente Jair Bolsonaro já se expressou no sentido de que não faremos comércio com viés ideológico. Então, há muito ruído nisso e pessoas ao redor, não exatamente o Presidente, falam o que não é. Porque, da boca do nosso Presidente, não saiu nenhuma ofensa à China.

Então, o Governo já se colocou: não haverá comércio pautado por viés ideológico. Vamos tirar essa culpa das costas dele. Só para acrescentar isto: não é nesse sentido. Muita gente fala e se diz que é o Presidente Jair Bolsonaro.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Com a palavra o Senador Veneziano.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB. Para discutir.) – Sr. Presidente, meus comprimentos. Bom-dia a V. Exa. e bom dia a todas e a todos os nossos companheiros. Cheguei um pouco tardiamente, mas o que ouvi foi suficiente para concordar – ouvi a exposição de S. Exa o Senador Carlos Viana e, em especial, a do Senador Jaques Wagner.

Eu tenho algumas impressões, Sr. Presidente, acerca dessa passagem de Sua Excelência o Presidente da República pelos Estados Unidos da América – repito –, dissonantes aqui de quaisquer comentários que pudessem ter impressões acerca de posicionamentos políticos. Muito francamente: o que eu pude ler, na sua maioria, de articulistas, de economistas, de professores de Direito Internacional, de conhecedores, Governador Antonio Anastasia, das políticas do Itamaraty e das relações exteriores é que esse saldo não foi – ao contrário do que disseram alguns que integraram a comitiva presidencial, a partir de Sua Excelência o próprio Presidente e de outros que aqui estiveram – positivo, não houve um saldo positivo. A impressão majoritária é a de que o Brasil se apresentou quedando-se, envergando-se, fazendo concessões de maneira consumativa e trazendo dos Estados Unidos da América tão somente sinalizações.

Nós estamos aqui discutindo a possibilidade de um ingresso na OCDE com a saída – isso é tudo conjetura – da OMC (Organização Mundial do Comércio). E ontem, de uma maneira muito lúcida – não sei se V. Exas. tiveram oportunidade de ouvi-la e vê-la –, a Ministra Tereza Cristina, muito ponderadamente, até porque exerce uma posição hierarquicamente submetida ao direcionamento do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente da República, colocou dúvidas e levantou possíveis prejuízos que podem se abater, em especial sobre o agronegócio – foi ela própria que disse.

Existem países em melhores condições, hoje em bem melhores condições economicamente, do que o nosso País e que ainda fazem questão, Governador Jaques Wagner, de se manterem vinculados, integrando a Organização Mundial do Comércio e não pretendendo integrar a OCDE. Imaginemos nós numa situação de crise, submetidos a problemas extremamente delicados, e já fazendo essa opção!

Penso que esta Comissão ajudaria muito, muito mesmo, principalmente e especialmente porque eu enxergo – me perdoem – muitas improvisações. O Presidente da República vai aos Estados Unidos da América e tem que se desdizer de uma desnecessária ofensa, porque todas e quaisquer ofensas são desnecessárias.

No momento em que alude aos mexicanos como imigrantes, questionando-os sem saber exatamente o histórico e as razões pelas quais existe aquele processo doloroso para com os mexicanos, ele ataca um país. Assim o fez quando, completamente dissonante daquilo que deve ser a prática do Itamaraty ou de quaisquer Ministérios de Relações Exteriores, que deve ser expansionista... As primeiras declarações foram de que nós vamos transferir a sede da nossa Embaixada de Telavive para Jerusalém. Isso gerou impactos imediatos e reações que qualquer cidadão, medianamente, já saberia que existiriam. Ontem, nessa entrevista da ministra, concedida ainda em solo norte-americano, ela dizia dos países muçulmanos, dos países muçulmanos...

Então, eu penso que nós temos o papel de colaborar para que o Governo não seja de improvisos, colaborar para que nós, ajudando-os a fazer esses esclarecimentos, não nos remetamos a uma visão que é restritiva.

Na minha ótica, o Presidente Jair Bolsonaro vê o mundo como sendo apenas os Estados Unidos da América. Quem sabe se não verá, até o final do Governo, a mudança no lema: "Brasil acima de tudo, Deus acima de todos" para "Estados Unidos acima de tudo, Trump acima de todos". Digo isso diante da postura, quebrando-se, envergando-se, como se estivesse felicíssimo num parque de diversões – e ele próprio mencionava a Disney. Você levou um país como o nosso, uma nação de 206 milhões de brasileiros, que... Mesmo passando por vicissitudes, Prof. Amin, a gente não pode transmitir, transparecer uma imagem subalterna, de subservientes, de submissão.

Então, eu quero aqui, corroborando todas as impressões e opiniões – a partir das do autor, mas também das dos demais catedráticos e conhecedores do assunto –, dizer que é muito feliz a sugestão para o convite, que deve ser um convite para que estejam presentes, se não na mesma oportunidade... Que nós ouçamos também a palavra de uma pessoa que é muito conhecedora da matéria, diga-se de passagem... Foi muito feliz o convite à Ministra Tereza Cristina, porque representa um dos segmentos que pode receber e ter consequências mais danosas nessas opções.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Perdoem-me se me estendi. É uma rápida tentativa de colaborar com o debate.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradeço as colocações do Senador Veneziano.

Passo a palavra ao Senador Marcos do Val e posteriormente ao Senador Carlos Viana.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - ES) – Bom, obrigado, Presidente.

Vou passar para os senhores que ontem nós tivemos um jantar no Comando do Exército, onde o Ministro da Defesa apresentou o projeto militar, da previdência dos militares, para alguns Líderes, Senadores que estavam presentes, e foi feita uma solicitação de que nessa data quando o Ministro estará aqui, o Ministro da Defesa, dia 11 de abril, fossem também convidadas outras Comissões para estarem aqui, a fim de que ele pudesse apresentar a proposta da previdência dos militares, que diretamente vai influenciar na previdência das polícias militares pelo Brasil. Nós estávamos lá ontem e foi feita essa solicitação.

Vou deixar o Presidente aqui ver se coloca em votação...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – A pedido do Senador Telmário, gostaria de ter um breve resumo.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - ES) – Seria bom.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Como V. Exa. está usando a palavra para isso, eu vou me dispensar. Só acrescento uma breve informação, até porque, havendo a reunião, como está previsto, haverá aquela exposição.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - ES) – Sim.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – V. Exa. poderia descrever em meu nome também.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - ES) – Ah, obrigado.

Bom, a proposta da previdência dos militares eles garantem que terá um superávit. Haverá uma mudança de 14% da contribuição da previdência tanto para os ativos quanto para os inativos, as pensionistas, os soldados que hoje são isentos, os aspirantes... Todos que eram isentos passam então a contribuir com 14% para a previdência, aumentando para 35 anos também, e aumentando o número de militares temporários. Então, eles farão esse reajuste também contribuindo.

Já mostraram a particularidade das Forças Armadas. Eles não têm hora extra, eles não têm...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR. Para questão de ordem.) – Presidente, só para uma questão de ordem.

Eu tive uma informação, agora, de que o Presidente Temer foi preso. Precisaria confirmar essa informação só a título de... O cara foi Presidente da República. Eu queria colocar... Eu pedi muito isso da tribuna e tomara que tenha acontecido.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - ES) – Então, dando continuidade aqui, eu queria até aproveitar e abrir outro parêntese. Quanto a ter outras Comissões, o senhor faz a deliberação; depois eu quero voltar aqui com outro assunto.

Então, vou finalizar aqui o outro assunto. Nós temos aqui presente um capixaba, um senhor chamado Liniro. Por favor, se puder ficar de pé. O filho dele, de forma equívoca, está preso nos Estados Unidos. Ele é capixaba. O filho dele teve um surto e subiu num telhado de uma casa, a polícia pediu para que ele saísse; nesse surto, ele não obedeceu e está preso nos Estados Unidos. Ele não tem condições de ajudar o filho. Inclusive, nós estamos há alguns dias ajudando-o aqui no nosso gabinete, por ele ser capixaba e eu também. A nossa equipe também contribuiu com doações para que ele pudesse dormir e se alimentar nesses dias. E eu gostaria de pedir ao Itamaraty que possa tomar a frente e cuidar de forma muito carinhosa, porque é um pai que está sofrendo, sem notícias do filho e sem saber como resolver a questão do filho que está preso nos Estados Unidos por algo banal.

Fica aqui a minha...

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – Em cima dessa fala, Sr. Presidente, a Comissão encaminha ao Ministro das Relações exteriores uma solicitação para pegar essas informações.

Aproveitando, Sr. Presidente... V. Exa. disse que há vários requerimentos chamando as autoridades, inclusive a Subcomissão vai chamar. Então, eu nem diria que esses requerimentos estão prejudicados, mas contemplados. Vamos contemplá-los para...

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Assiste razão a V. Exa.

Agradeço as palavras do Senador Marcos do Val.

Senador Carlos Viana, V. Exa...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sim, só para complementar.

Nessa questão, Senador Marcos do Val, o projeto não economiza nada; o projeto inicial ao povo brasileiro é de que a reforma seria para todos os brasileiros, começando pelos políticos, todos aqueles que têm aposentadorias especiais. Se economiza 100 de um lado, gasta 86 de outro; faz-se uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

reforma das carreiras. Entendo que essa proposta deverá ser discutida com mais tranquilidade, mas a meu ver ela não atende àquilo que é a expectativa dos brasileiros com relação à previdência. Como é que nós vamos pedir a todos os trabalhadores, milhões deles, que não são responsáveis pelo déficit... Vamos deixar muito claro: quem tem carteira assinada no Brasil não tem déficit na previdência. O déficit na previdência está nas carreiras que têm aposentadorias especiais. E nós não podemos pedir que os brasileiros se aposentem com 65 anos e manter progressões que são, na verdade, privilégios em várias situações.

É só um posicionamento com relação a isso, porque eu acho que nós vamos ter que usar de muita tranquilidade, de muita seriedade para dar uma resposta ao povo brasileiro em relação a esse assunto das aposentadorias.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - ES) – Com certeza. A sua colocação é pertinente. Inclusive, foi por isso que o próprio Ministro da Defesa...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – De 2015 para cá, só as aposentadorias especiais é que aumentaram.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - ES) – E foi por isso, por essas questões, por esses questionamentos que o Ministro da Defesa se colocou à disposição não só para responder sobre isso para a CRE, mas para todas as outras Comissões e deixar que o Senado fique...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – À vontade.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - ES) – ... tire todas as dúvidas e debata com ele sobre todas as possibilidades.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Obrigado, Senador.

Completando aqui, sobre essa questão, por exemplo, da China. O Brasil hoje... É o primeiro parceiro brasileiro, no nosso comércio exterior, a China. E o Brasil vem aumentando cada vez mais a relação de parcerias. Eles estão investindo bilhões em nosso País, são muito bem-vindos, mas há uma questão que eu estava conversando aqui com a Senadora Soraya: hoje a China administra um crescimento de 6%, 7% ao ano; se em determinado momento a economia chinesa entrar em um processo, por exemplo, de recessão ou crescimento zero, isso vai impactar-nos de uma forma muito mais forte. O que nós precisamos hoje, no bom ditado popular, é não colocar os nossos ovos em uma cesta só. A abertura do Brasil para outros países, para outras formas de comércio, para novos tratamentos, novos acordos é fundamental para que possamos futuramente, inclusive, estar precavidos em relação a um parceiro que, como todo mundo na face da Terra, como todo país, enfrenta altos e baixos na questão econômica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Desculpa o parêntese – só um pouquinho. Michel Temer acaba de ser preso.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – Sr. Presidente, eu só queria fazer um comentário brevíssimo. Essa discussão só mostra como é pertinente...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Pela Lava Jato.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – ... trazer para esta Comissão a aprovação do requerimento de Jaques Wagner.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – Agora, eu não vou poder deixar passar em branco: todas – todas! – as aposentadorias hoje do sistema são deficitárias. Não há nenhuma que gere lucro. Tanto é que todos os governos que passaram – Lula, que deu uma contribuição imensa; todos – compreendem que da forma como está não dá. A paridade e a integralidade já foram desfeitas lá atrás; agora, é mexer na idade. É só esse comentário. Não dá para um homem ou uma mulher saudável se aposentar antes dos 50 anos de idade. Não há previdência que aguente isso. Mas esse é um outro debate.

Vamos aprovar o requerimento do Jaques Wagner. Eu estou esperando aqui porque eu quero aprovar, colocar a minha caneta aprovando aí. Vamos lá?

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Continua em discussão o requerimento do Senador Jaques Wagner. (*Pausa.*)

O Senador Antonio Anastasia é o último inscrito.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG. Para discutir.) – Obrigado, é um minuto só, Sr. Presidente, porque eu não posso deixar de fazer um comentário. Eu observei com muita atenção a fala do Senador Veneziano, brilhante como sempre. E, quando ele falava, eu me lembrava, Senador Jaques Wagner, Senador Angelo Coronel, de um grande baiano, o famoso Juraci Magalhães, que dizia: "O que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil". Será verdade?

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Continua em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir o requerimento do nobre Senador Jaques Wagner, em votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Senadores e Senadoras que concordam com o requerimento, atendendo o convite para que aqui possa estar, na audiência pública, o Ministro da Economia, o Ministro das Relações Exteriores, a Ministra Tereza e a classe empresarial brasileira representativa, coloco em votação.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento do Senador Jaques Wagner.

Srs. e Sras. Senadoras, eu estive na viagem do Presidente Jair Bolsonaro aos Estados Unidos e gostaria, neste momento, de passar a V. Exas., à imprensa e a todos que aqui estão presentes um breve relatório da nossa participação em relação a esses dias em que lá estivemos, respeitando também todos aqueles que, porventura, possam discordar daquilo que aqui está escrito.

Srs. Senadores, participarmos da comitiva que acompanhou o Presidente Jair Bolsonaro a Washington e creio ser o meu dever fazer um breve relato dessa visita, que, no meu ponto de vista, estabeleceu um novo e elevado patamar de diálogo e cooperação com os Estados Unidos da América. As palavras do Presidente Bolsonaro resumem bem esse momento: selamos, após essa viagem, uma aliança promissora entre as duas maiores democracias do Ocidente.

Em conversas com empresários, investidores e membros do Governo americano, reforçamos a pujança do agronegócio brasileiro. E vale aqui – o que já foi destacado pelos senhores e pela Sra. Senadora Soraya – um destaque para a atuação da Ministra da Agricultura, Tereza Cristina, que nos honra por ser uma Ministra oriunda do nosso Estado. A Ministra trabalhou nesses dias para ampliar o mercado americano para os nossos produtos *in natura* e para que as autoridades realizem visitas técnicas a fim de reabrir o comércio para a nossa carne bovina.

O Presidente Jair Bolsonaro esteve reunido com Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA), Luis Almagro, e, entre outras políticas de interesse regional, foi destaque a crise na Venezuela e a necessidade urgente de que aquele país promova eleições livres, justas e transparentes para que os venezuelanos retomem a esperança na prosperidade com base nos pilares da democracia.

A cooperação empresarial e a intensificação das parcerias econômicas foram objeto de um profundo debate na Câmara de Comércio americana. Nos últimos anos, senhores e Sra. Senadora, o Brasil perdeu o protagonismo nas relações comerciais dos Estados Unidos com o exterior. A título ilustrativo: a participação brasileira nos investimentos externos dos Estados Unidos caiu de 1,4% em 2008 para 1,1% em 2017, de forma que há um amplo espaço para expandir a integração das cadeias produtivas de ambos os países. Foram examinados instrumentos, inciativas e um roteiro de negociações para um acordo comercial.

Ressalto aqui também a preocupação do Governo brasileiro, que eu presenciei, no que tange a se manter as relações comerciais com outros países em potencial, principalmente no que se refere à

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

China. Então, Sras. e Srs. Senadores, existe essa preocupação, e as autoridades que lá foram demonstraram estar atentas para que não haja nenhum problema nessa questão comercial.

Em um momento em que pude me manifestar – e eu quero agradecer aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras, que me proporcionaram, como representante desta Casa, a oportunidade de estar presente numa reunião histórica, no meu entendimento, não só para o nosso País, mas, principalmente, para nós –, eu tive oportunidade de expressar, na presença do Presidente americano, o bom ânimo que existe neste nosso Congresso no sentido de enfrentar e debater as reformas de que o Brasil precisa. Isso foi muito bem colocado, até porque lá eles estão tendo também discussões acaloradas com o Congresso americano, e nós demonstramos na nossa fala a nova realidade do nosso Congresso e este novo momento que o Brasil está atravessando.

Então, quero dizer a vocês que tive a oportunidade de passar essa mensagem, não só ao Presidente americano, mas a todos os integrantes do seu *staff*.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Excelência, só lembrando aqui que, durante o encontro lá, em que o Senador Nelsinho Trad colocou o apoio dos Senadores a uma reforma da previdência, o Presidente Trump, à mesa, colocou para o Bolsonaro assim: "O senhor podia trocar comigo: eu mando os meus Senadores para lá e o senhor manda os seus Senadores para cá!" (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Por enquanto vai ficar do jeito que está, é melhor para todo mundo!

Então, eu queria dizer a vocês que, na minha avaliação, é um primeiro passo que se dá, por parte do Governo Bolsonaro, numa tentativa diplomática de estreitar, de promover, de aumentar os seus relacionamentos internacionais. Eu vejo isso com muito louvor e quero dizer que senti, da parte de todos aqueles que lá foram, o interesse em engrandecer cada vez mais, principalmente na área econômica, o nosso País.

Era esse o meu relatório.

Não havendo mais nenhuma pauta a ser discutida, o Senador Angelo Coronel quer usar da palavra.

Com a palavra o Senador Angelo Coronel.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) – Sr. Presidente, queria questionar esta Comissão sobre a liberação dos vistos aos americanos, canadenses, japoneses e australianos.

Uma das características mais persistentes do brasileiro parece ser a síndrome do vira-lata. Depois de o Deputado Eduardo Bolsonaro dizer que sente vergonha dos brasileiros que vivem ilegalmente nos Estados Unidos, depois de uma vexaminosa visita à agência de espionagem norte-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

americana, onde se encontrou, inclusive, com diretora acusada de tortura, o Presidente decidiu liberar o visto para a entrada de norte-americanos no País com o argumento de que turistas americanos não vêm ao Brasil buscar emprego. Como já destaquei, o visto brasileiro aos americanos já é concedido em processo simples, eletrônico, de até três dias. E ainda foi reduzida a taxa de US$160 para US$40 antes até desse decreto do Presidente Bolsonaro.

É preciso acabar com o mito de que acabar com o visto é excelente, porque atrai turista. Primeiro, porque não é por causa desse procedimento que o americano deixa de vir ao Brasil. Ele deixa de vir ao Brasil principalmente pela criminalidade e falta de infraestrutura. Depois, porque a indústria do turismo não é toda lucros e festa. Existem custos pesados entre os quais se incluem o processo de gentrificação pelo qual comunidade de baixa renda começa a ser expulsa pelo aumento do custo de vida causado pelo fluxo intenso de imigrantes e turistas.

Temos também o flagelo do turismo sexual e o tráfico de drogas.

Devemos lembrar, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que os Estados Unidos são um país com mais de 320 milhões de habitantes. É um absoluto equívoco imaginar que todos são ricos. Pelo contrário. Trata-se de um país da OCDE com um dos mais altos níveis de pobreza e desigualdade e que mais se beneficiará da retirada da exigência de visto, Sr. Presidente. Quem irá se beneficiar com isso?

Sr. Presidente, os Estados Unidos têm mais de 20 milhões de pessoas com histórico criminal. Além disso, possui cerca de 40 milhões de pessoas abaixo da linha de pobreza. Não é esse paraíso, como se fala.

Então, Sr. Presidente, é de lamentar que o Brasil tenha baixado a cabeça assim para o império americano, acabando com sua firme política de reciprocidade e com sua postura altaneira nas relações internacionais por um suposto ganho financeiro absolutamente incerto e precário. Vejam os senhores e as senhoras que a administração Trump adota as regras mais restritivas para conceder visto a nós brasileiros.

Defendo, Sr. Presidente, Nelsinho Trad, que os brasileiros deveriam ter os mesmos benefícios. Acho que a reciprocidade é o que impera, é o que tem que ser baluarte entre as relações internacionais.

Então, fica aqui o meu, vamos falar assim, repúdio a essa liberação dos vistos.

Vamos lutar para que esse decreto caia e a reciprocidade seja imperada no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Quanto à fala do Senador Angelo Coronel, V. Exa. quer se manifestar?

Senador Marcos do Val, que já tinha me dito que gostaria de se manifestar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - ES) – Bom, Senador, de algumas questões que o senhor colocou sou totalmente a favor, como a questão do turismo sexual. Agora, quanto à abertura do visto para outros países ao Brasil, eu tenho vivenciado, ao longo dos 20 anos, uma dificuldade muito grande de trazer amigos meus americanos para o Brasil para conhecer o País, para se relacionar com os brasileiros e ter outras relações não só de amizade, mas comerciais e troca de informações na área da segurança pública. São 20 anos com muita dificuldade, porque essa reciprocidade é feita de forma muito ríspida no consulado brasileiro, onde já estive presente algumas vezes. Um casal de idosos americanos estava querendo vir passar férias no Brasil e o cônsul brasileiro os tratou com muita arrogância e prepotência. Eu tive que intervir e pedir desculpas em nome dos brasileiros. Eu acho que nós temos que dar o passo de recebê-los bem, receber esses estrangeiros aqui em nosso País.

O brasileiro é um povo aberto, é um povo amigo, um povo que sempre recebeu todo mundo com braços abertos. Acho que vale a experiência, entendendo quais seriam as consequências que passariam a haver após isso. Eu sou a favor dessa iniciativa mesmo com essa regra da reciprocidade, acho que temos que abrir os braços, temos que ter a iniciativa, porque nós estamos dando um passo diferente, estamos dispostos a fazer diferente de como o mundo já faz.

Então, por essa minha experiência ao longo desses 20 anos, tenho percebido isso, que essa forma da reciprocidade passa uma imagem muito ruim nossa, dos brasileiros, para os outros países, e temos que acabar de vez com esse turismo da prostituição.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) – Senador Marcos do Val, só para complementar seu raciocínio, talvez tenha sido coisa do passado, porque hoje, com três dias, eletronicamente se consegue um visto para um americano entrar no Brasil. Então, esse período de ir para consulado, para a pessoa ir fisicamente é um período que já não existe mais, hoje é eletronicamente.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - ES) – Olha, depende muito do consulado ou da Embaixada brasileira, existem regiões que não têm a Embaixada, são cônsules, e não são todas. Agora, precisam estar lá pessoalmente, e, como eu disse para vocês, eles têm uma visão nossa muito positiva, querem vir para cá para gastar seus recursos.

É um país rico; não vejo da forma como o senhor colocou, é um país realmente muito rico, agora, realmente, que tem a maior população carcerária do planeta. Isso não significa que tenha um número de bandidos maior do que o mundo, é porque a lei lá é rígida e lá qualquer coisa que você faça contra a legislação faz com que você realmente vá para a cadeia, desde não pagar uma multa de trânsito a cometer homicídios, crimes hediondos.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) – Sem dúvida é um país riquíssimo, maior potência mundial, mas são 40 milhões de americanos abaixo da linha de pobreza.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Bem, encerrando...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone.*) – São os que mais usam mão de obra...

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - ES) – Mas esses que não têm recursos não vão vir para o Brasil, não têm condições de vir para o Brasil, vai vir quem tem condições de gastar no turismo. É um país rico para poder trabalhar – eu falo o Brasil – com essa questão do turismo, e a gente não explora. Eu espero que com isso a gente possa, então, montar uma estrutura de turismo para receber esses...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Senador Marcos do Val, só complementando aqui, nessa questão, Senador Angelo Coronel, do combate ao turismo sexual no Brasil, é preciso mudar a nossa própria política pública, que durante muitos anos vendeu o Brasil como um paraíso sexual. Se os senhores recordarem na memória, o Brasil sempre foi divulgado no exterior, na festa do Carnaval, com mulheres em trajes mínimos. Era uma propaganda oficial da Embratur no exterior as mulheres brasileiras em trajes mínimos. Então, hoje nós estamos num resultado de turismo sexual, inclusive em campanhas de combate à exploração de crianças e adolescentes. A política oficial brasileira tem de mudar.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Exatamente, nós provocamos isso, errando nessa política.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Então, hoje nós temos que colocar claramente que tipo de turista nós queremos e a nossa visão sobre nós mesmos em relação ao exterior. É uma contribuição à fala de V. Exas.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - ES) – Só para complementar, é importante aqui frisar que há 20 anos eu trabalho... Trabalhava, agora como Senador não posso mais. Morei por muitos anos nos Estados Unidos, trabalhando com a segurança pública americana, em especial a SWAT americana, lidando com essa questão da prostituição nos Estados Unidos, sabendo como o americano pensa, como ele vive, como ele valoriza a família, como ele valoriza os filhos e valoriza o momento de passeio em família.

Agora, concordo plenamente com o senhor, Senador, quando a gente fala que a culpa está no Brasil ao se valorizar esse tipo de turismo. Em algumas regiões do Brasil, incentiva-se isso, até mãe incentiva as filhas menores a se prostituírem para poderem ganhar em dólar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós aqui temos de começar a fazer uma campanha para começarmos a receber os bons turistas, e não esses turistas que, independentemente de visto ou não, sempre vieram para cá com esse foco.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Exatamente! Temos de reforçar as políticas de combate à exploração sexual de crianças e adolescentes.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - ES) – Perfeito! É isso aí!

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Não havendo mais nenhum Senador inscrito para falar, eu gostaria de agradecer a contribuição de todos os Senadores que participaram com seus requerimentos. Esta Comissão, com certeza, ficará pequena diante de tamanha envergadura das audiências que haverão de acontecer aqui em breve. Agradeço a todos.

Sou uma pessoa que gosta de dar boas notícias, até pelo lado positivo, que faz parte da minha personalidade. Apesar de respeitar quem é a favor ou quem é contra a prisão desse ou daquele, nunca acho legal falar que esse ou aquele foi preso. Venho de uma família de juristas e passei minha vida toda vendo meu pai defender a liberdade do ser humano. Mas quero aqui anunciar que hoje é aniversário do nosso Presidente Bolsonaro. Acho que essa é uma boa notícia. Um brinde à vida de uma pessoa que passou por tudo que ele passou! Então, deixo aqui, para encerrar esta sessão, os parabéns não só da minha pessoa como de toda a nossa Comissão pela saúde e pela vida do nosso Presidente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu faço coro com os parabéns, lembrando que hoje é o dia do equinócio, o dia do equilíbrio.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – É o dia do equilíbrio, perfeitamente.

Agora, nós vamos passar...

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – Sr. Presidente, pela ordem, lembro que teremos reunião da Subcomissão. Peço para os Senadores não saírem daqui.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Nós vamos passar a Presidência ao Senador Telmário, que é Presidente da Subcomissão que trata dos assuntos da Venezuela.

Nada mais havendo a tratar em relação à Comissão de Relações Exteriores, declaro encerrada a presente reunião, passando a Presidência ao Senador Telmário, que é o Presidente da Subcomissão que trata dos assuntos da Venezuela.

(*Iniciada às 10 horas e 11 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 43 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA REUNIÃO CONJUNTA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA PELA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL (7ª REUNIÃO) E PELA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA (5ª REUNIÃO), EM 28 DE MARÇO DE 2019, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dez horas e onze minutos do dia vinte e oito de março de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Nelsinho Trad, reúnem-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com a presença dos Senadores Mecias de Jesus, Jarbas Vasconcelos, Marcio Bittar, Esperidião Amin, Fernando Bezerra Coelho, Vanderlan Cardoso, Antonio Anastasia, Major Olimpio, Roberto Rocha, Flávio Bolsonaro, Kátia Abreu, Randolfe Rodrigues, Marcos do Val, Acir Gurgacz, Flávio Arns, Veneziano Vital do Rêgo, Angelo Coronel, Arolde de Oliveira, Carlos Viana, Chico Rodrigues, Jean Paul Prates, Eliziane Gama, Juíza Selma, Weverton, Confúcio Moura, Paulo Rocha, Wellington Fagundes, Luiz do Carmo, Irajá e Izalci Lucas. Deixam de comparecer os Senadores Daniella Ribeiro, Mara Gabrilli, Romário, Fernando Collor, Jaques Wagner e Zequinha Marinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Comparecimento de Ministro de Estado**, atendendo aos requerimentos REQ 10/2019 - CRE, de autoria do Senador Marcos do Val e outros e REQ 7/2019 - CCT, de autoria do Senador Chico Rodrigues e outros. **Finalidade:** Comparecimento do Senhor Marcos Cesar Pontes, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, para debater o novo Acordo de Salvaguardas Tecnológicas (AST), que permite o uso comercial da base de Alcântara, no Maranhão, pelos Estados Unidos. **Participante:** Sr. Marcos Pontes, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Nelsinho Trad

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/03/28

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a 7ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, conjunta com a 5ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática da 1ª Sessão Legislativa da 56ª Legislatura do Senado da República.

A presente reunião consta de uma audiência pública que tem por finalidade debater o novo Acordo de Salvaguardas Tecnológicas, AST, que permite o uso comercial da Base de Alcântara, no Maranhão, pelos Estados Unidos. Em atendimento ao Requerimento nº 10, de 2019, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, de autoria dos seguintes Senadores: Marcos do Val, Angelo Coronel e Eliziane Gama, bem como do Requerimento 7, de 2019, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, de autoria do Senadores Chico Rodrigues e Eduardo Gomes.

Para esta reunião, contaremos com a participação do Exmo. Sr. Marcos Pontes, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, o qual tenho a honra de convidar para adentrar o recinto e sentar-se no local designado. Solicito ao... Já veio. É rápido, veio de foguete. Solicito também a presença do Sr. Carlos Augusto Teixeira de Moura, que é o Presidente da Agência Espacial Brasileira, para que possa sentar no seu local designado pela assessoria técnica.

Esta audiência pública é realizada em caráter interativo, com a transmissão pelos canais de comunicação do Senado Federal. A população pode participar enviando observações e perguntas aos palestrantes por meio da internet, no Portal e-Cidadania, no endereço www12.senado.leg.br/ecidadania. A participação dos internautas é sempre de extrema valia para a transparência e o dinamismo dos nossos trabalhos.

Gostaria de relatar a nominata das autoridades que se fizeram registrar na Comissão. Sr. Julio Semeghini, Secretário-Executivo do Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações; Sr. Brigadeiro José Vagner Vital, Presidente da Comissão de Coordenação e Implantação de Sistemas Espaciais; Sr. Brigadeiro Veríssimo, gabinete da Chefia de Operações Conjuntas do Ministério da Defesa; Sr. Davi de Araújo Telles, Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Maranhão; Sr. Marcos de Souza Campos, Chefe da Assessoria Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares do Ministério das Relações Exteriores.

Antes de passar a palavra ao eminente Ministro, concedo a palavra ao Senador Vanderlan Cardoso, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, para fazer a sua saudação.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Sr. Ministro Marcos Pontes, é uma honra tê-lo aqui nesta audiência, nesta reunião. O senhor atendeu prontamente e para nós é motivo de satisfação.

Presidente Nelsinho, Srs. Senadores, demais convidados aqui presentes, todos os que vieram aqui, à imprensa, meu muito bom dia.

Eu tive a oportunidade de fazer uma viagem, no começo deste mês, ao maior congresso de telecomunicações, ali na Espanha, eu, o Senador Amin, outros Senadores, o Arolde, Deputados, uma comitiva, e tivemos a oportunidade de ter o Ministro Marcos Pontes conosco durante alguns dias e pude ver o quanto ele é entusiasta e o quanto ele entende da questão da Ciência e Tecnologia e quanto foi um defensor e trabalhou para que esse momento acontecesse, a assinatura desse acordo.

Então quero dar as boas vindas a todos vocês.

Eu queria aqui, para darmos início ao debate, conceder a palavra ao Ministro Marcos Pontes.

V. Exa. dispõe de 30 minutos para fazer a sua exposição.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Bom, apenas para explicar como vai ser a dinâmica dos trabalhos. Hoje, depois desta reunião, nós vamos ter a nossa reunião ordinária, e eu solicito aos Srs. Senadores que, se puderem continuar presentes, vai ser de grande valia para a celeridade dos nossos trabalhos.

Com muito prazer, gostaria, líder do Governo Fernando Bezerra, de ressaltar a grande valia que tem sido, da parte dos Ministros do Governo, a atenção que têm dado à nossa Casa.

Ontem, em um determinado momento, nós tínhamos três Ministros aqui participando dos nossos debates. Então é com muito prazer que concedo aqui a palavra ao Sr. Ministro Marcos Pontes.

V. Exa. dispõe de 30 minutos com alguma tolerância e, posteriormente à sua exposição, concederemos as palavras aos Senadores e Senadoras inscritos, e aqueles que não fizeram que o façam, para que a gente possa organizar a lista.

Já temos quatro Senadores inscritos. Cada um vai ter cinco minutos para interpelação, para as perguntas, e assegurado igual prazo a V. Exa. para as respostas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Poderá ser dada também a réplica para o debate ser dinâmico e proveitoso e a tréplica para V. Exa. terminar, caso tenha a réplica.

Com a palavra o Sr. Ministro Marcos Pontes.

O SR. MARCOS PONTES – O.k. Bom dia a todos. Antes de mais nada, gostaria de expressar o prazer que eu tenho de estar aqui, de participar, e agradecer por esta oportunidade de trazer notícias boas para o Brasil, trazer notícias boas principalmente para a população do Maranhão.

Antes de mais nada, gostaria de cumprimentar então o Senador Nelsinho Trad, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional; Senador Vanderlan Cardoso, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática do Senado, Senador Marcos do Val, Vice-Presidente da Comissão de Relações Exteriores, Senador Fernando Bezerra, Líder do Governo; o meu amigo, Senador Chico Rodrigues, também presente; Senador Amin; Júlio Semeghini...

Bom, gostaria de cumprimentar todos e novamente ressaltar a importância desse acordo assinado. Aqui é importante reconhecer o trabalho do Comando da Aeronáutica dentro da negociação desse acordo, assim como do Ministério das Relações Exteriores.

Esse acordo é uma melhoria do acordo, uma ótima – vamos dizer assim – melhoria do acordo apresentado lá no começo dos anos 2000. Naquela ocasião, nós tivemos muitos *imputs* a respeito do acordo, da melhoria desse acordo, e eles foram implementados praticamente na totalidade, ou seja na maioria, nesse novo acordo que hoje eu vou apresentar.

Eu vi muita coisa, muita coisa na Impensa e etc. aqui, e muita desinformação com relação ao que significa realmente esse acordo.

E hoje vocês vão ver que é muito diferente do que foi dito e ele significa na verdade a abertura de uma possibilidade muito grande de nós, no Brasil, utilizarmos o Centro de Alcântara como um centro comercial que vai trazer riquezas para o País, mais qualidade de vida, mais desenvolvimento social e mais desenvolvimento econômico para aquela região.

Então vamos começar...

Ah, eu esqueci, a Senadora Kátia Abreu, desculpa, agora que chegou aqui...

Então, eu queria começar mostrando o seguinte: este aqui vai ser um vídeo curto que vai dar um sumário a respeito do acordo. Eu acho interessante assistir de início, para se ter uma ideia do que nós vamos falar por aqui.

Vamos dar uma olhadinha neste vídeo.

Acho que tem som aí conectado no vídeo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, vamos ver.

Dá para soltar o vídeo? Porque ele não está querendo rodar por aqui.

(*Procede-se à apresentação de vídeo.*)

O SR. MARCOS PONTES – O.k.? Parabéns, ela é nossa Izabella Camargo, está ali a Izabella; pelo vídeo também.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. *Fora do microfone.*) – Muito convincente.

O SR. MARCOS PONTES – Pois é.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCOS PONTES – Está cumprida.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. *Fora do microfone.*) – Muito convincente.

O SR. MARCOS PONTES – Bom, então vamos lá: eu vou explicar aqui, começando... Acho que todo mundo deve ter recebido esse *booklet* aqui. Ele contém essas informações que eu vou falar durante a apresentação e é bom que fique como registro, para que, se surgir alguma dúvida, já está aqui também. Mas eu vou explicar aqui cada detalhe.

Primeiro, é importante entender o que significa operação comercial de um centro. Então, eu vou dar tipo um exemplo simples aqui, para se ter uma ideia. Suponha que eu tenha aqui um portfólio de lançadores – foguetes lançadores –, com várias características diferentes, e esses foguetes lançadores podem ser de empresas de diversos países: Japão, Alemanha, Estados Unidos; diversos países podem ter esses lançadores. É feito esse acordo com essas empresas lançadoras, de forma que... E suponha que um país como Portugal tenha um satélite a ser lançado e ele traz para nós esse satélite – a intenção é lançar do Centro de Lançamento de Alcântara –, e diz: "Meu satélite tem essas características e eu preciso colocá-lo em uma certa órbita, em um certo ângulo de órbita, numa certa altitude". Com isso, os técnicos vão conversar e olhar, nesse portfólio de lançadores possíveis, quais são aqueles que se encaixam, e aí existe uma negociação, logicamente, de preço, com relação a esses lançadores, e eles escolhem um lançador. Vamos supor que eles tenham escolhido um lançador japonês; então, vai ser um lançador japonês levando um satélite português. Isso vai ter um preço. A empresa portuguesa que está lançando esse satélite vai pagar por esse lançamento; uma parte desse recurso, obviamente, é passada para a empresa japonesa que tem o lançador, outra parte fica aqui no Brasil, para que nós usemos aqui no País; então, isso é pago para o centro de lançamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, deu para entender como é a ideia, numa maneira muito simplista. Lógico que tem os acordos todos sobre isso, mas é uma maneira muito simples de como utilizar o centro comercialmente.

Ali, então, tem alguns...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Fora do microfone*.) – Sr. Ministro.

O SR. MARCOS PONTES – Pois não?

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Fora do microfone*.) – Mais ou menos o preço?

O SR. MARCOS PONTES – A gente não tem ainda isso, porque depende dos contratos com as empresas a serem feitos. Depende do tamanho, do tipo de órbita, do tipo do lançador. Esses valores, a gente pode falar em torno... pelo menos na casa de centenas de milhões de dólares, e isso aí, você vê que, se colocar... Depois eu vou mostrar os números gerais, que eles são valores bem grandes. Colocando aqui: de US$40 a US$200 milhões. Então, ele amplia muito, por causa do... Ele é de um *range* muito grande... Porque pode ser desde uma órbita pequenininha, que vai ficar muito mais baixo, até uma coisa muito mais complexa, um foguete muito maior, que vai ficar muito mais caro. Então, isso depende desses lançamentos.

Ali eu coloquei, só para ter uma ideia; não aparece lá, mas tem um satélite ali do lado, alguns foguetes, só para dar essa noção do que é feito. Isso já é feito, por exemplo, no Kennedy Space Center, lá no Cabo Canaveral, ali na Flórida. Então, essa é a parte da operação comercial, como funciona. O que é esse Acordo de Salvaguardas Tecnológicas? Como o nome diz, acordo de salvaguardas, de proteção tecnológica. Então vamos começar falando o que ele não é: ele não é acordo de cessão de terra, ele não é acordo de aluguel; ele simplesmente trata da proteção de dados tecnológicos. Por que isso acontece?

Os Estados Unidos, por toda a pujança de ciência e tecnologia que eles têm e o protagonismo no setor espacial, 80% dos satélites lançados, e mesmo foguetes construídos em outros países, usam um ou outro componente americano. Esse é o ponto crucial aqui: usam um ou outro componente americano. Significa o seguinte: se eu quero ter esse portfólio de foguetes lançando satélites de vários países, é importante que os Estados Unidos, que possuem essa tecnologia, colocada nos satélites e nos foguetes, nos permitam fazer esse lançamento, nos permitam fazer esse contrato. Porque esse tipo de atividade tem uma importância muito grande, o sigilo das informações, para que aquele componente que está colocado não seja copiado indevidamente por alguém. Então, o que esse acordo diz, em palavras muito simples, é o seguinte: não é o Brasil que autoriza nada. São os Estados Unidos que permitem que o Brasil lance foguetes e satélites de quaisquer nacionalidades, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

possuam componentes americanos embarcados. Em troca dessa autorização dos Estados Unidos, nós garantimos que nós vamos proteger essa tecnologia americana, para que ela não seja copiada durante o processo de montagem do satélite de lançamento. É só isso o que o acordo é. Deu para notar como é uma coisa muito mais simples do que se imagina?

Esse acordo, é importante ressaltar, ele já é utilizado por países como China, Ucrânia, Rússia, Índia; os Estados Unidos têm esse acordo com todos esses países, e é normal, isso é de praxe dentro dessa atividade.

O que são veículos lançadores, ou foguetes lançadores, como as pessoas falam? São, como o nome diz, foguetes que têm um compartimento em que a gente possa colocar um satélite ou possa colocar uma carga útil, como a gente costuma chamar, e lançar no espaço, numa órbita adequada, em termos de ângulo e em termos de altitude.

O que é um satélite? Tecnicamente, um satélite pode ser qualquer coisa que orbita um objeto maior, ou que vai junto com um objeto maior. Na Rússia eles chamam de *sputnik* – inclusive eles chamam o marido de *sputnik* ou a mulher de *sputnik*, porque vivem perto um do outro. Então, qualquer coisa que vai um objeto com outro perto é um satélite. No caso, a gente tem satélites naturais e satélites artificiais. A lua, por exemplo, é um satélite natural da Terra. E nós temos...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Fora do microfone*.) – O 2 ali é o corpo e a asa?

O SR. MARCOS PONTES – Ah, aquilo ali do satélite? O satélite, no centro, é a parte operacional e o outro são painéis solares, que produzem energia para movimentação, para operação do satélite. Então, os satélites têm uma série de utilidades. O Brasil, continental como é, exige a necessidade de satélites, e muitos outros países precisam de lançamentos de satélites. Por isso que esse centro passa a ser extremamente importante, e esse acordo viabiliza comercialmente o centro.

Espaçonaves. Na verdade, qualquer tipo de equipamento que vá ao espaço, que opere no espaço. Pode ser um foguete, pode ser um satélite, qualquer coisa pode ser chamada de espaçonave; algo que navega pelo espaço.

Mísseis. Aí é uma diferença grande. Quando a gente fala de um míssil, a gente está falando de um emprego bélico de alguma coisa. Então, um foguete com uma ogiva nuclear no meio é um míssil. Então, é uma coisa completamente diferente do que o que a gente está falando aqui. O detalhe é o seguinte: esse acordo não contempla nenhum tipo, nem qualquer tipo de parte bélica. Então, a gente não está ali para lançar míssil de ninguém; é proibido, diga-se de passagem, esse tipo de operação lá. Mesmo porque o Brasil é signatário desse regime de controle de mísseis – o MTCR, junto com aqueles outros países. São 35 países, o Brasil é signatário, o que nos impede legalmente e internacionalmente de fazer qualquer tipo de uso da base para o lançamento de mísseis de outros países, ou mesmo de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ajudar na montagem de mísseis, ou qualquer coisa desse tipo. Então, isso descarta qualquer – ouvir a palavra "míssil" não tem absolutamente nada a ver com o que nós estamos falando aqui.

Quais são os benefícios desse acordo? Bom, quando foi assinado esse acordo pela primeira vez, passou e foi rejeitado no Congresso há 20 anos atrás, como eu falei, depois tudo isso foi estudado para melhorar, para atender muitos dos pedidos que foram feitos, das críticas que foram feitas, durante esses 20 anos que se passaram, considerando o mercado internacional – e é um mercado muito bom, de que o Brasil não pode deixar de fazer parte –, durante esse tempo todo, o Brasil veio perdendo dinheiro; infelizmente, é isso. Você ter uma fábrica que não está produzindo nada, você está perdendo dinheiro para manter aquela fábrica e, além disso, você está deixando de ganhar dinheiro no mercado.

Falando da parte de ganhar dinheiro, nesses 20 anos nós perdemos aproximadamente US$4 bilhões ali, mais ou menos R$15 bilhões, isso considerando que o Brasil tenha só 5% do mercado de lançamento mundial. Então, dá para ver quanto nós perdemos de recursos nesse tempo todo.

Como é esse mercado? Aí que vêm os números importantes. Esse mercado, atualmente, tem aproximadamente US$350 bilhões – o mercado de lançamento movimenta aproximadamente US$350 bilhões no mercado global.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCOS PONTES – Bilhões de dólares. E de dólares! Imagina, é um valor grande. Se nós pegarmos só 1% desse valor, US$3,5 bilhões por ano, no nosso centro – a gente está sendo muito modesto; 1% só de todo o mercado –, a gente consegue colocar, ou produzir, no nosso centro, uma parcela aí de US$3,5 bilhões. Dá para ver que isso dá para mudar a vida de muita gente, de toda aquela comunidade do entorno também.

E esse mercado cresce, e ele vai crescer cada vez mais. Em 2040, a expectativa é que chegue a US$1 trilhão por ano, e isso significa US$10 bilhões por ano, ou seja, com 1% só.

Com a aprovação do Acordo de Salvaguardas Tecnológicas, o que a gente consegue? Primeiro, inserir o Brasil nesse mercado.

Como eu falei, como a maioria das espaçonaves no mundo usam peças americanas, sem autorização deles – o que nós obtivemos através desse acordo –, nós não conseguiríamos estar nesse mercado, mas agora a gente precisa dessa aprovação aqui dentro.

A meta conservadora de ocupar 1%, o que acabei de falar, produziria US$3.5 bilhões atualmente e US$10 bilhões a partir de 2040. Isso vai colocar o Brasil como um grande participante do mercado mundial de lançamentos. O que significa isso? Isso é a parte importante. Eu tenho falado muito para quem tem acompanhado as nossas atividades no Ministério que ciência e tecnologia são a ponta de desenvolvimento de qualquer país. Se a gente observar os países desenvolvidos, vai ver que, quando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eles entram em crise, eles aplicam mais, investem mais em ciência e tecnologia, porque sabem que esse é o caminho para tirar o país da crise: daqui para frente vai haver empregos diferentes, indústrias diferentes e a tecnologia vai dominar tudo isso. A tecnologia vai dominar tudo isso. A tecnologia está na saúde, na segurança, na agricultura, em todo lugar. Então, a gente precisa ter uma ciência e tecnologia mais fortes.

É importante que nós participemos não só dentro dos laboratórios, não; ciência e tecnologia precisam estar na vida das pessoas. Como a gente pode melhorar a qualidade de vida das pessoas com ciência e tecnologia? Como a gente consegue colocar mais riquezas para o País através de ciência e tecnologia? Tudo isso faz parte do que estamos falando aqui, do que esse acordo pode trazer.

Então, a gente vê ali, de imediato, que aprovar esse acordo significa gerar mais empregos para a região. Isso é uma coisa sobre a qual a gente já tem conversado há algum tempo, a respeito da necessidade de incluir o centro de lançamento dentro da vida das pessoas ali, pessoas da região têm que ser preparadas para poder trabalhar dentro do centro, empresas da região têm que ser incentivadas ou criadas para trabalhar em conjunto com o centro. Isso gera mais empregos, gera novas empresas, amplia o empreendedorismo local, fixa as pessoas no local, amplia negócios de base local. Imaginem toda aquela movimentação em torno da base. Você melhora restaurantes, a barbearia, a padaria, aqueles negócios de base, tudo é melhorado com isso. Melhoria da educação local, porque a gente precisa preparar as pessoas para que elas participem de tudo isso; formação de mão de obra especializada, isso a gente pode fazer e vai fazer com relação a Senai, escolas técnicas, etc.; melhoria da infraestrutura básica, etc., ou seja, isso é a abertura, um ponto de inflexão no desenvolvimento econômico e social naquela região.

E por que estou falando isso? Porque eu vejo isso nos países.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS PONTES – Então, o que acontece? Por exemplo, isso aqui é um mapa do Kennedy Space Center. O Kennedy Space Center fica numa região que tem Titusville, que é uma cidade em frente, do lado de lá do rio, e Cocoa Beach. Lembram quando houve aquela bolha econômica nos Estados Unidos, em 2008, em que tudo foi afundando e pararam o programa do ônibus espacial? O Kennedy Space Center tinha a responsabilidade de receber o ônibus espacial, fazer a manutenção e lançar o ônibus espacial. Com isso, tínhamos oito mil funcionários dentro do Kennedy Space Center, metade da Nasa e a outra metade de empresas locais. Isso movimentava o comércio e toda aquela região. De repente, param os ônibus espaciais. Aquela região afundou que dava pena, dava dó de ver aquilo. Eu olhava em Titusville, o *shopping* fechou, a maior parte do comércio fechou, as pessoas se mudaram de lá, a cidade afundou. Em Cocoa Beach a mesma coisa, só não afundou tanto porque havia o turismo da praia ali.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De repente, o que a Nasa fez? Ela tornou o centro espacial... Não foi só a Nasa, o Governo americano tornou o centro espacial um centro de lançamento comercial, exatamente o que a gente quer fazer. Com essa mudança de paradigma com relação ao centro, entraram uma série de empresas privadas para trabalhar ali, como a Boeing, a Blue Origin, a Lockheed, a SpaceX. Com isso, vá lá no Kennedy Space Center hoje em dia. Aliás, eu aconselho, até seria interessante ir lá para dar uma olhada no que acontece. A cidade de Titusville e de Cocoa Beach estão pujantes, já não tem mais espaço, empresas, empregos. Você vê a mudança que houve. Eu coloquei aquela foto da vila de Cocoa Beach, é esse tipo de desenvolvimento que a gente precisa ter. As pessoas precisam ter orgulho do centro que está ali. Tentem tirar aquele centro de lá e você vai ver o que o pessoal de lá vai falar, o pessoal de Cocoa Beach e de Titusville, daquela região toda.

Isso está lá nos Estados Unidos. Ah, mas isso é Estados Unidos. Não, está aqui perto também. Em Kourou, na Guiana Francesa, quem for lá vai ver a pujança do centro, vai ver como ele alterou todo aquele entorno em termos de desenvolvimento social e econômico.

Por que Alcântara? Aquela pergunta: por que em Alcântara? Esse aqui é o mapa do nosso litoral norte. Aquela linha amarela é o Equador. Alcântara está próxima ao Equador, cerca de dois graus ao sul. Tecnicamente, todo esse litoral norte serviria de forma maravilhosa para fazer lançamentos de foguetes. Qualquer parte desse litoral norte próximo ao Equador. Inclusive se fosse no Amapá seria 100%. Por que a gente escolhe próximo do Equador? Imaginem – agora tem que usar um pouquinho de imaginação – que aqui está o Planeta Terra, tem o Equador aqui. Vai diminuindo o diâmetro até chegar ao polo. A Terra está girando. À medida que ela vai girando, a velocidade escalar... É lógico que a velocidade angular é igual para todo mundo, mas a velocidade escalar no Equador é muito maior do que a velocidade lá. Então, essa velocidade escalar é usada para ajudar a empurrar o lançamento do foguete, por isso a gente sempre lança o foguete para o leste e não para o oeste, contrário à velocidade da Terra, porque a gente já usa essa velocidade da Terra. Se você lança do Equador, você tem muito mais empurrão da velocidade da Terra do que se você lança de um diâmetro menor; você tem muito mais impulso para lançar, muito mais velocidade inicial, vamos chamar assim. Com isso, lançar perto do Equador significa gastar menos combustível para jogar o foguete numa órbita. A posição dali também ajuda porque você pode lançar desde órbitas polares, ou seja, lançando naquele sentido, ou 90 graus, praticamente órbitas equatoriais. Então, esse litoral também dá essa facilidade em ângulo de órbita. Eu digo o seguinte: se você lançar num ângulo errado, para fazer correção de ângulo de órbita gasta muito combustível, fica muito ruim para fazer. Então, o ideal é já lançar no ângulo desejado.

Todo esse litoral norte oferece essa possibilidade muito grande. Numa das reuniões que tivemos lá no ministério, um Deputado da Bahia que esteve lá com a gente falou assim: "Por que não lança da Bahia?" Então, tem muita gente interessada em fazer, logicamente porque sabe todos os benefícios que um centro desses pode trazer para a comunidade local.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas por que Alcântara? Bom, Alcântara, o pessoal chama de Janela Brasileira para o Espaço. Roi escolhida lá, atrás, para que fosse feito por ali, pelas condições que se apresentavam naquele momento; e até hoje a gente já tem lá as instalações básicas construídas no centro, estão prontas para fazer alguns lançamentos.

Deixa eu falar sobre esse "alguns lançamentos" pelo seguinte: dependendo do tipo de lançador, se a gente faz um contrato com uma empresa que tem lançador lá, do Japão, aquele foguete tem as suas partes específicas para o lançamento. Então, vai ter que ser construída na área do centro a plataforma específica para aquele tipo de foguete.

Então, essa empresa que venha se compromete a construir aquela base deles ali, para fazer o lançamento, e a gente faz toda a operação do lançamento, o acompanhamento e tudo o mais, o *tracking*...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Fora do microfone*.) – A fábrica fica dentro do circuito?

O SR. MARCOS PONTES – Não é uma fábrica, é só a instalação mesmo. É diferente, é uma... Cada foguete vai precisar de certas estruturas para o lançamento que são um pouco diferentes das outras. Por exemplo, lá, no Kennedy Space Center, a SpaceX está modificando completamente o 39A, que era a plataforma usada pelo ônibus espacial, que tinha certas características. Agora, para o Falcon, que é o foguete da SpaceX, teve que ser modificada a estrutura.

Então, há algumas fotos aí do centro e, aí, eu gostaria de colocar aqui algumas perguntas e respostas que a gente veio colecionando, já para ajudar nisso.

Então, de novo, o que é esse Acordo de Salvaguardas? Eu vou só repetir aqui, para quem chegou também um pouco depois, esse Acordo de Salvaguardas, em palavras simples, é o seguinte: os Estados Unidos – não é o Brasil que permite – permitem ao Brasil lançar foguetes e satélites de quaisquer nacionalidades; por exemplo, um foguete chinês, um foguete japonês, com um satélite de qualquer nacionalidade, um satélite alemão, por exemplo, ou português, que contenha componentes americanos, e é aí onde está a parte essencial disso.

Então, aquele satélite tem um componente americano, os Estados Unidos permitem que nós lancemos aquele satélite português, desde que nós nos comprometamos a proteger essa tecnologia, para não deixar que ninguém copie ilegalmente essa tecnologia. Ponto. O acordo é só isso. Nós não cedemos nenhuma parte do território nacional, nós não autorizamos os Estados Unidos a lançarem qualquer coisa aqui que eles queiram, nada disso. É só com relação a isso. Eles autorizam que o Brasil lance satélites que tenham peças americanas e o Brasil se compromete em proteger as tecnologias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por que com os Estados Unidos? Bom, simplesmente porque 80% dos satélites e foguetes do Planeta têm partes americanas. Então, esse acordo é essencial. Caso contrário, não se viabiliza a comercialização dos lançamentos lá do centro.

Qual a importância do acordo? A importância é justamente isso que eu falei. Os Estados Unidos são o país que detêm a grande parte da tecnologia empregada em satélites e foguetes do mundo. Então, para que nós possamos fazer esses contratos com esses outros países, nós precisamos da autorização dos Estados Unidos para que eles sejam lançados com esses componentes americanos.

O acordo permite o lançamento de mísseis? Não. Esse é um negócio que ouvi antes de vir para cá, na imprensa, mas o acordo não permite o lançamento de mísseis. Não tem nada a ver com a parte militar. É proibido o lançamento de mísseis de lá, exceto se a Força Aérea Brasileira quiser lançar um míssil brasileiro. Mas não tem o caso de um outro país, se o Japão quiser lançar um míssil aqui, proibido, não existe o caso. O Acordo não contempla isso.

O acordo ameaça a soberania nacional? De forma alguma. Eu já andei falando isso por aqui, mas dá para ver que esse acordo é simplesmente um acordo em que os Estados Unidos autorizam o lançamento de satélites e foguetes com partes americanas. Não tem nada a ver, não é... O que o acordo não significa? Por exemplo, não é a construção de uma base norte-americana, não é o emprego... Eles não vão, ninguém vai controlar o centro, só nós que controlamos o centro. Ele não é de uso militar dos Estados Unidos, nada disso. Tudo conosco.

Quem vai controlar o centro de lançamento? Nós. Vai continuar como está. O Brasil controla o centro de lançamento como um todo, tanto as operações do centro quanto o acesso a qualquer parte do centro. Deixa eu explicar essa parte do acesso a qualquer parte do centro, porque isso aí pode gerar certas dúvidas.

Existe, para que a gente cumpra a nossa parte, já que os Estados Unidos estão autorizando o Brasil a lançar... Como eu falei naquele exemplo do início, imagine um foguete japonês com um satélite português. Então, nós nos comprometemos a proteger a tecnologia americana. Para isso, como a gente faz? Ah, detalhe, há esse acordo agora com os Estados Unidos, mas talvez a gente tenha que fazer outros acordos semelhantes com outros países que tenham peças também em foguetes, como Japão, Israel etc.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS PONTES – A forma é igual. Você tem uma área restrita em que aquele satélite é trazido para essa área restrita. Então, lá está o representante do satélite português, que está lá para proteger a tecnologia dele, está o representante daquela parte americana que está instalada no satélite, para proteger a tecnologia dele, e está o Brasil lá, para fiscalizar tudo isso. Os Estados Unidos ou Portugal falam assim "Eu quero registrar Fulano e Fulano e Fulano para entrarem nessa área". Tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que passar por nós para saber se nós autorizamos ou não aquela pessoa a pertencer, a entrar naquela área restrita.

Então, o controle é completamente nosso. E, outra coisa, nada disso impede o Brasil de continuar, e é essa a ideia, no desenvolvimento do nosso programa espacial.

Alugar Alcântara? Não. Eu acabei de explicar, não tem nada a ver com aluguel de Alcântara.

O que o Brasil ganha com o acordo? Bom, o Brasil potencializa o seu programa espacial e agora consegue, através desse acordo, lançar, fazer acordos e contratos com empresas do mundo todo que usam partes americanas também.

Por que o centro? Disso eu já falei lá, atrás, porque a gente escolheu o centro ali, que já está montado.

Há previsão de transferência de tecnologia entre os países? Não. O acordo é justamente para isso, para impedir que essa tecnologia americana seja roubada por algum lugar etc.

Então, o acordo não prevê nenhum tipo de transferência de tecnologia. Por outro lado, outros acordos dentro desse contexto de utilização comercial podem incluir elementos em que nós tenhamos um acordo de transferência de tecnologia com outros parceiros.

Qual o impacto para a comunidade local? Já falei ali na geração de empregos, desenvolvimento econômico e social.

Aqui há uma série de dúvidas das redes sociais. Se der tempo aqui de ver, nesses três minutos. Pode ser?

Então, está. Mas há algumas perguntas aqui que a gente respondeu também.

Mas tem aí, para quem recebeu o *booklet*, tem tudo no *booklet*, está o.k.? Para não dar dúvida.

A gente está à disposição aqui.

Obrigado, gente.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradecemos a fala do eminente Ministro Marcos Pontes.

Passo, agora, a palavra aos Senadores previamente inscritos, obedecida a ordem de chegada.

Já observei que, em outras Comissões, o Presidente sempre antecede as suas perguntas.

Mas eu quero socializar a minha Presidência com V. Exa. e vou respeitar a ordem de inscrição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós vamos fazer um bloco, Sr. Ministro. São três Senadores por bloco que vão fazer as perguntas. Gostaria que V. Exa. anotasse essas perguntas e respondesse após o terceiro Senador se pronunciar.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Um limite de quanto tempo?

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Um limite de cinco minutos.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – De três minutos.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – De três minutos. Está bom.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Presidente, queria só saber sobre os autores do requerimento, se terão ordem de preferência.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Sim, o primeiro Senador inscrito é Espiridião Amim, depois Eliziane Gama e Roberto Rocha.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – São os três primeiros.

Então, com a palavra o Senador Espiridião Amim.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Serei muito conciso. Tenho respeito ao tempo que todos nós devemos estreitar.

Quero apenas reiterar as palavras do Senado Vanderlan. Foi um privilégio para nós, para a Deputada Angela Amin – que é o Sputnik que está aqui me vigiando -, para o Senador Arolde de Oliveira e para o Senador Vanderlan acompanharmos o nosso Ministro num dos encontros que, de maneira mais cabal, nos atualizou em matéria de inteligência artificial e perspectivas desafiadoras em matéria de tecnologia de informação e comunicação. Vou restringir as minhas palavras a um agradecimento prévio pela aceitação do convite do Deputado Daniel Freitas, que subscrevo, para estarmos juntos amanhã em Santa Catarina.

Minha única pergunta é a seguinte...Li as restrições positivas, ou seja, o que pode ser operado no centro aeroespacial, os componentes, quem tem componentes disso, quais são os países. O senhor até mencionou que podem ter partes de Israel. Pergunto o seguinte: tem algum país vetado? Se o Brasil

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tem relações comerciais e diplomáticas com um país, nós não podemos importar restrições – restrições no sentido negativo da palavra - alheias, *not in our backyard*. No deles sim, no nosso não. Aliás, como diz a rendeira da ilha: "É melhor no deles do que no nosso." Então, restrições alheias nós não gostaríamos de importar, nem na linha horizontal de relações nem na linha hereditária, de pais, avós, bisavós. Então, essa é a minha pergunta muito sincera, objetiva, e V. Exa. entendeu bem o sentido dela.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Com a palavra a Senadora Eliziane Gama.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente, colegas, Ministro Marcos Pontes, gostaria inicialmente de cumprimentá-lo e de dizer-lhe de minha satisfação de participar, neste momento, de um debate muito importante para o Maranhão e para o Brasil.

Inicialmente, Ministro, queria deixar aqui registrado o interesse de todos nós, maranhenses, de ver o Maranhão despontando em nível nacional e internacional e, sobretudo, na defesa do nosso País, na tecnologia, no crescimento e no desenvolvimento. Então, de antemão, queria deixar registrados os nossos interesses em relação ao crescimento do Maranhão.

Mas queria trazer aqui, Presidente, algumas preocupações sobre as quais gostaria que o senhor tivesse mais clareza e detalhamento.

Inicialmente é referente à questão do acordo em si. Quando se fala, por exemplo, acerca da utilização de recursos da atividade de lançamento, ou melhor, dos recursos advindos a partir do acordo, faz–se uma restrição sobre a utilização desse recurso. Ele será utilizado no Programa Espacial Brasileiro, mas faz-se uma ressalva sobre o programa de lançadores. Queria que o senhor me explicasse melhor o porquê dessa restrição.

Ao mesmo tempo, ainda no acordo, fala-se da realização de inspeções ou verificações sem a prévia autorização do Governo brasileiro e nem de representantes brasileiros. Então, que o senhor me explique quais são essas inspeções e verificações e por que o Brasil teria de fazer essa autorização. Coloco no sentido dos princípios das garantias da soberania nacional.

Um outro ponto, que o senhor inclusive colocou agora há pouco, mas que para mim ainda não ficou muito claro, é sobre a transferência de tecnologia. Nós temos, por exemplo, a questão da juventude brasileira, do capital intelectual que nós temos, de fato, muito grande, e a necessidade de transferência de tecnologia americana para o Brasil. Queria saber se isso não consta. Aliás, esse foi um dos pontos que levou, por exemplo, à não concretude do acordo, na época do Governo Fernando Henrique, pois este Congresso acabou não autorizando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Um outro ponto específico é o porquê do não envolvimento e qual a dificuldade do não envolvimento do Governo do Maranhão nas discussões acerca desse novo projeto. Conversei com o Governador Flávio Dino e ele não tem nenhuma resistência. Ao contrário, acha importante. Agora, resguardando, naturalmente, o que isso vai representar para o Estado do Maranhão, considerando, também, a importância que o Estado tem nesse debate: nós estamos numa Federação. O Estado do Maranhão tem a sua primazia e precisa, também, ser considerado.

Ainda nesse mesmo quesito. Para mim, a maior preocupação – e falo isso de uma forma muito especial – é sobre as comunidades do entorno. Nós tivemos, há 30 anos, o remanejamento de 250 famílias, inclusive comunidades tradicionais, comunidades quilombolas. Naquele momento, houve acordo de indenização e vários outros que foram feitos no sentido de trazer uma compensação financeira para aquela comunidade. Isso não ocorreu. Houve o remanejamento e os prejuízos acontecem até hoje. Queria saber do senhor qual a preocupação. O senhor colocou, na sua exposição, que a comunidade local ganha, mas ganha o quê? O que será feito? Haverá uma expansão, do ponto de vista físico? Se houver remanejamento, o que vai acontecer? Por exemplo, quando a gente tem as implementações dos grandes empreendimentos, a exemplos de hidrelétricas, de mineradoras, você traz uma compensação financeira para a comunidade. Alcântara, Ministro, é uma cidade histórica, uma cidade que precisa de apoio econômico, inclusive. É muito contraditório você ter, dentro de Alcântara, uma base espacial que levanta os interesses internacionais se as comunidades do Município não têm, na verdade, nenhum tipo de ação, do ponto de vista econômico, que traga o seu crescimento, o seu desenvolvimento.

Gostaria já de finalizar sobre essas diferenças básicas. Falei da questão da soberania nacional em relação às inspeções, falei da questão da transferência de tecnologia e falei das comunidades locais. Aliás, foram três pontos que não foram considerados lá atrás, no acordo, no Governo Fernando Henrique. De forma muito mais sintética e muito mais clara para a gente, o que seria a diferença básica entre esses dois acordos? Que o senhor pudesse nos colocar de uma forma muito clara.

Para finalizar, Ministro, mais uma vez, se esses critérios forem considerados, tenho – e digo da minha parte – todo o interesse e o empenho de que esse acordo seja aprovado nesta Casa, para que o Brasil e o Maranhão possam crescer. Agora, não podemos admitir que o nosso povo, que as comunidades tradicionais não sejam consideradas num acordo com essa magnitude, com essa importância para o Brasil e para o mundo.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Com a palavra o Senador Roberto Rocha, que esteve presente no ato de assinatura desse acordo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MA) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, quero cumprimentar o Ministro Marcos Pontes e falar da alegria de vê-lo aqui uma semana após estarmos juntos em Washington – eu, o Senador Nelsinho Trad e tantos outros companheiros –, para esse importante ato que foi a assinatura do Acordo de Salvaguarda Brasil-Estados Unidos.

Não quero ser repetitivo, apenas ressaltar o que já foi dito aqui e o que ouvimos lá muito claramente. O acordo prevê que satélites sejam lançados de Alcântara e limita o uso para fins pacíficos. Esse delírio de dizer que se pretende usar Alcântara para invadir a Venezuela, por exemplo, é algo absolutamente ridículo, de tal modo que é preciso que isso seja, desde já, esclarecido.

A soberania brasileira, muito diferente daquilo que foi feito há quase 20 anos, está completamente resguardada, completamente resguardada. Em verdade, não é o Brasil que vai autorizar os Estados Unidos a lançarem foguetes e satélites, é até o contrário, os Estados Unidos vão autorizar o Brasil a lançar foguetes e satélites, aqui no território brasileiro, no Maranhão, em Alcântara. Oitenta por cento dos satélites e foguetes no mundo, atualmente, utilizam partes, artefatos americanos. É óbvio que aquele acordo com a Ucrânia ia dar no que deu: um prejuízo bilionário e uma perda de tempo bilionária. Se 80% das partes são americanas e você não envolve os Estados Unidos, é para não funcionar mesmo.

Por quê Alcântara? Porque Deus deu ao Maranhão uma janela para os ares, para o espaço, e é em frente ao melhor porto das Américas, uma janela para os mares. Deu um de frente para o outro, dois extraordinários ativos: o lugar mais fundo das Américas e o lugar mais alto do Planeta. É por isso que Alcântara, dois graus abaixo da linha do Equador, é o lugar melhor para o lançamento de foguetes e satélites do mundo, economizando 30% de combustível. Esses países ricos querem economizar combustível apenas? Não, é porque um foguete, um satélite é como um avião de caça, tudo o que sobra é para colocar combustível. Quanto menos combustível gasta, mais sobra espaço para máquinas e equipamentos. É óbvio que ninguém vai pegar um satélite de cem metros e vai trazê-lo prontinho dos Estados Unidos para Alcântara. Claro que vão fabricar uma parte lá nos Estados Unidos ou em qualquer outro lugar, porque poderá ser feito um acordo com outros países que dominam essa tecnologia americana também. Claro! E uma parte do foguete, do satélite, será fabricado no Maranhão. Só isso justifica o desenvolvimento econômico e, consequentemente, social que virá com essa implantação.

Por que se chama de salvaguarda, acordo de salvaguarda? É exatamente para salvaguardar a tecnologia americana. Os Estados Unidos são a maior potência do mundo por que? Porque lá, nos primórdios, quem tinha mais força eram os bárbaros. Depois passou a ser quem tinha mais dinheiro, poder econômico; e atualmente é quem tem mais conhecimento, informação, tecnologia. E os Estados Unidos continuam sendo os que têm mais poder bélico, têm mais poder econômico e dominam a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tecnologia e o conhecimento. Dizer que os Estados Unidos têm que ficar fora por causa de uma ideologia idiota, antiamericanista, é negar o desenvolvimento do país.

Então, eu quero aqui saudar o Presidente Jair Bolsonaro, que resgata uma tradição, que ficou deixada de lado, de parceria saudável com os americanos. Esses que gostam de falar mal dos Estados Unidos adoram passar as férias lá, inclusive na Flórida, perto do Cabo Canaveral. Seria bom que fossem lá visitar para ver como está o Cabo Canaveral, um ponto turístico fantástico, que é o que vai virar Alcântara. Nós estamos falando da Nasa chegar lá no Maranhão, trazê-la para o Brasil.

E quero dizer que esse acordo tem um viés estritamente comercial. Nós temos que definitivamente enterrar a exploração política da pobreza e implantar a exploração econômica da riqueza. É inaceitável... E aqui eu quero saudar a presença dos outros dois Senadores do Maranhão, mostrando que o Maranhão está unido nesse quesito. E tudo que for de interesse do Maranhão e do Brasil, claro, estaremos juntos, porque representamos as mesmas pessoas, os mesmos interesses. E são os mesmos que também representam o Presidente da República, o Governador do Estado, os Deputados.

De tal modo que eu quero, caminhando para o final, Sr. Ministro, falar apenas para deixar assim mais uma das inúmeras vantagens que advirão com essa possibilidade de termos em São Luís essa base com os Estados Unidos e tantos outros países. São Luís é uma ilha.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MA) – Sr. Presidente, só para concluir. É uma ilha que é o dobro do tamanho de Cingapura – e eu quero aqui saudar a presença do Embaixador de Cingapura –, é maior que Hong Kong, é 16 vezes maior que a Ilha de Manhattan. São Luís tem o melhor porto, já disse, das Américas e está bem no meio da Alca. Alcântara faz parte da região metropolitana de São Luís. E nós temos a perspectiva, ainda neste ano – isso está no radar do Presidente da República, no radar de V. Exa. e de tantos outros –, de implantar em São Luís uma área de livre comércio voltada exclusivamente para exportação, a exemplo do que fizeram Cingapura, Hong Kong e tantos outros países. E Alcântara vai ser alcançada com os benefícios econômicos daquele projeto que tramita aqui e que se chama Zona de Exportação do Maranhão.

E aí, novamente, por que uma zona de exportação em São Luís? Porque há um porto. Por que não é, por exemplo, em Fernando de Noronha, que está até mais perto da Europa? Porque não há porto. É simples. Está lá o porto, está no meio da Alca, próximo dos mercados americano, europeu, asiático, pelo Canal do Panamá, etc.

E eu quero dizer que nós, assim tão convictos da importância disso, já estamos fazendo contato... Sei que V. Exa. também está empenhado nisso, o Governo brasileiro está empenhado em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trazer para o Maranhão ensino profissionalizante. Não adianta a gente desenvolver a economia se não incluir as pessoas.

Como é que você tem o melhor ativo do mundo, Alcântara. O Porto de Itaqui tem o povo mais vulnerável do País vivendo em cima. É como se se vivesse em cima do garimpo morrendo de fome. Não adianta você desenvolver a economia sem incluir as pessoas, porque não haverá desenvolvimento social. O maranhense vai ter emprego de vigia, de zelador, etc. Para isso é preciso capacitação. O maranhense é capaz, mas ele não é capacitado. E aí a gente tem a perspectiva de trazer, por exemplo, o conhecimento tecnológico da MIT e de outras entidades de ensino americanas. Para onde? Para Alcântara, para São Luís, gente!

Por fim, eu quero dizer a V. Exa. que dez, doze anos atrás foi de fato feito um TAC, um Termo de Ajuste de Conduta, que não foi cumprido. Isso criou um embaraço muito grande para as comunidades tradicionais do Maranhão, especialmente dos quilombolas de Alcântara. E eu falo aqui com muita tranquilidade. Sou um Parlamentar que há anos coloco recursos de emendas individuais para atender às comunidades quilombolas de Alcântara. Alcântara está na beira do mar, a água é salobra, no poço artesiano a água é salobra, como normalmente é nas comunidades à beira do mar. E nós estamos colocando lá neste ano 500 cisternas pela Codevasf, tratores, implementos agrícolas para as comunidades. E por que nós estamos fazendo isso agora, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores? E por que não foi cumprido o acordo passado? Porque se você faz um acordo hoje, por exemplo, para fazer um TAC com os quilombolas de Alcântara e o acordo foi para fazer um poço artesiano, a pergunta é: quem é que vai executar? É óbvio, o Poder Executivo. Não é o nosso Poder Legislativo. Mas, vem cá, e, no Executivo, quem vai executar? É o Ministério de V. Exa. de Ciência e Tecnologia? Não, porque não executa. É o Ministério da Aeronáutica? Não, porque também não executa. É óbvio que para executar vai ter que fazer convênio com o Estado ou com o Município. Daí a dificuldade, daí a dificuldade do passado. Não estou falando do presente. Agora o Governo Federal tem o seu próprio órgão executivo para executar aquelas necessidades dos quilombolas de Alcântara, uma empresa pública chamada Codevasf, que agora atua em todo o território maranhense, inclusive em Alcântara. E aí o Governo Federal não precisa fazer convênio com ninguém para lá dar uma canoa ou um foguete para quem quer que seja, porque a Codevasf faz de alfinete a foguete. É uma empresa pública desburocratizada na sua execução. E esse é um projeto que foi votado e aprovado aqui no Senado, na Câmara e hoje é lei, e, com muita honra, deste Parlamentar que lhes fala.

De tal modo que eu quero, por fim, agradecendo a tolerância do Presidente e de todos, dizer que apresentei ao Presidente da República, ao Governo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MA) – ... uma proposta para criação de *royalties*, um fundo social no valor de pelo menos 1% para a exploração econômica de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Alcântara. É mais do que justo. O Governo Federal recentemente, através do Ipea, lançou o IVS (Índice de Vulnerabilidade Social). Qual o Estado do Brasil que tem maiores comunidades vulneráveis? Lamentavelmente, o Maranhão. E aí a gente propõe a criação de um fundo, *royalties*, porque é dinheiro privado que vai para lá. Ora, se se faz isso com relação ao petróleo, à mineração, é óbvio que temos que fazer na indústria aeroespacial. E aí nós teremos... Nós estamos falando de quê? Se há a perspectiva de US$10 bilhões a serem investidos em Alcântara nos primeiros anos, com 1% estaremos falando de R$400 milhões para investir em comunidades tradicionais. Aí sim, é melhorar a vida das pessoas. Aí sim, é cuidar da vida das pessoas. Aí sim, é cuidar das pessoas. Não é controlar as pessoas.

Eu quero, então, cumprimentar V. Exa., ao final, perguntando o que acha da criação desse fundo para as comunidades tradicionais do Maranhão, não apenas quilombolas de Alcântara, mas de todo o Maranhão, quebradeiras de coco, indígenas, assentados, e etc.

Presidente, muito obrigado.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA) – Presidente, só uma...

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Senador Weverton.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA. Para interpelar Ministro.) – Só uma questão de tolerância aqui de parte dos colegas. Estou embarcando agora, mas eu não deixaria e não poderia deixar de estar presente nesta importante audiência – cumprimento o Sr. Ministro, o Sr. Presidente e todos os colegas Senadores – por se tratar, além de uma questão de interesse nacional, é no nosso Estado. Então, obviamente os três Senadores estão aqui mostrando o seu compromisso e reconhecendo a importância que o tema traz.

Sr. Ministro, estamos aqui, além dos três Senadores, o representante do Governo do Estado, o Secretário de Ciência e Tecnologia do Estado do Maranhão, que está representando nesta reunião o Governador Flávio Dino, o Sr. Davi Telles, que está aqui participando. Nós gostaríamos de lhe dizer que primeiro não somos, em momento algum, em hipótese nenhuma, contra qualquer tipo de projeto que traga desenvolvimento e que ajude a nossa Nação. É óbvio que tenho que ressalvar todos os pontos que foram colocados quanto à questão, por exemplo, das comunidades que estão instaladas no Município. E também já há traumas, porque nós não podemos esquecer que quando havia aquela expectativa, décadas atrás, a respeito de Alcântara, era todo mundo de olho para lá. Depois que ocorreu, infelizmente, aquela tragédia, aquele monte de lata e os danos causados, aí o mundo esqueceu e o Brasil também. E nós ficamos lá sofrendo com as comunidades e sofrendo as consequências daquele desastre.

Claro que nós não somos pessimistas. Achamos que já amadurecemos muito e que podemos melhorar. Então, o que nós precisamos fazer? E é importante a sua vinda porque demonstra isso. É dialogar. É importante conversar, esclarecer todos os pontos, melhorar o que tiver que melhorar. Eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tenho certeza de que conversando se resolve... E aí, juntando os pontos que foram colocados aqui pelos nossos colegas e pelo Governo brasileiro, nós iremos, acima de tudo, defender as pessoas e defender o nosso País.

(*Soa a campainha.*)

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA) – Era só essa consideração que eu queria fazer a V. Exa. e dizer que, quando o senhor puder, nós queremos marcar para que o Governo do Estado seja recebido junto com os Senadores, os Deputados e quem tiver interesse da comunidade acadêmica e também o Prefeito Anderson, do Município, todos, claro, interessados em saber qual é a repercussão concreta que vai acontecer dentro da cidade, dentro do nosso Estado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Com a palavra o Ministro.

O SR. MARCOS PONTES – Antes de mais nada, eu gostaria de agradecer as perguntas. Eu concordo 100%, que a gente precisa conversar, a gente precisa trazer, olhar lá... E há muitas alternativas. Eu falei que vim trazer notícias boas aqui justamente por isso. Um ponto importante para a gente começar a responder às perguntas é focar na questão de escopo. Nós estamos aqui falando do Acordo de Salvaguardas Tecnológicas. E o acordo, basicamente, embora ele seja um ponto de partida, na verdade é alguma coisa que vai possibilitar os outros passos. É como se fosse a implantação de um projeto que segue certos passos. O escopo do Acordo de Salvaguardas é basicamente tratar de que os Estados Unidos autorizam o Brasil a fazer o lançamento de satélites ou foguetes de qualquer nacionalidade que contenham peças americanas e o Brasil preserva essa tecnologia. Ponto. A partir desse acordo nós viabilizamos o centro, as possibilidades do centro.

E as outras partes? Como a gente vai auxiliar ou trabalhar com as comunidades locais? Como que nós vamos implementar, por exemplo, a educação? O que me interessa... O pessoal que me conhece fala que eu sou meio obcecado por educação, então, desculpem-me se eu ficar falando bastante de educação, mas a educação básica, a educação profissionalizante, a parte do empreendedorismo, tudo isso vem na consequência desse primeiro passo, que é esse acordo. Então, eu tenho algumas respostas aqui e as outras a gente vai ter que construir em conjunto.

Eu acho importante e quem me conhece sabe que eu gosto de conversar bastante. Aliás, eu preciso ir lá no local para ver e conversar com as pessoas. Eu gosto de conversar porque você tem muito mais ideias. Uma das coisas interessantes sobre a Estação Espacial Internacional é que as pessoas falam assim: "Ali você tem países de diversas culturas, de diversas línguas trabalhando em conjunto". E isso é uma das coisas que eu acho mais bonitas de lá, você consegue ter... Ao invés de usar diferenças e opiniões diferentes para criar separação, a gente cria união com aquilo lá, porque

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muitas vezes a resposta de um problema não está aqui, está do lado de lá. Ele talvez tenha uma melhor resposta para aquilo, a gente precisa ouvir. Sou *coaching* também, somos treinados para fazer isso, ouvir bastante e tomar decisões em conjunto.

Então, quero começar a responder aqui a partir das perguntas do Senador Amin. O que pode ser operado de lá? Apenas equipamento civil de outros países. Não existe o caso de lançarmos de outros países um míssil ou qualquer coisa bélica. Isso pode ser e principalmente será de empresas de outros países. Então, é comercial, centro comercial mesmo, estou falando de empresas, etc.

Existe algum país que vai ser vetado? Um ponto importante a ser considerado a respeito disso é com relação ao MCTR. Como eu mostrei na apresentação, 35 países são signatários daquilo. Então, a princípio esses países podem participar sem qualquer problema. Se o país não for signatário do MCTR, ou seja, se ele não concordou em controlar mísseis, controlar a construção de ogivas, de armas, é outra história, isso não pode ser discutido de imediato. Os países que são limitados são os países que não são signatários, que têm uma visão mais bélica da utilização disso. A gente não vai aceitar esse tipo de coisa lá.

Outra coisa importante, acho que todo mundo aqui tem o mesmo interesse, tem um interesse em comum, quer melhorar as coisas para o Brasil, ter um programa espacial forte, melhorar a qualidade de vida das pessoas e isso que a gente está apresentando é uma ferramenta para isso, de novo, a gente precisa construir o restante desta história com essa ferramenta em conjunto.

Com relação às perguntas da Senadora Eliziane. Aliás, obrigado por ter me convidado, por ter essa oportunidade, de podermos vir aqui e podermos falar sobre isso. É importante a gente ter essa possibilidade. Então, realmente, obrigado por isso.

Com relação... Quando eu escrevo, a minha letra é horrível, eu tenho que usar óculos para entender a minha letra.

A questão de lançadores. O nosso programa de lançador continua, naturalmente. Nós temos lá... Inclusive estou com o Presidente da Agência Espacial aqui junto comigo, o nosso programa lançadores continua normalmente.

A utilização de recursos para lançadores tem a ver, essas restrições têm a ver justamente com partes do MCTR, mas isso não compromete o prosseguimento do nosso programa espacial, de maneira nenhuma.

Então, embora exista esse item lá, em termos de recursos para isso, a gente consegue fazer... Se eu consigo tirar dinheiro que eu tenho que aplicar para um satélite, por exemplo, ou para alguma coisa, se eu posso usar esse recurso para fazer aquilo, eu uso aquele recurso para desenvolver os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mísseis, quer dizer, é só uma passagem para lá e para cá. Então, na prática, não significa absolutamente nada.

Com relação às inspeções e verificações dentro do centro. Tudo o que acontece dentro do centro, o que vai acontecer dentro do centro, seja de qualquer país que venha participar como empresa e assim por diante, vai ter a nossa observação. Quando digo nossa, digo do País através do comando da Aeronáutica, através da Agência Espacial. Eles vão estar dentro de uma sala restrita, fazendo suas verificações, etc., mas nós temos acesso a tudo isso. Inclusive um ponto que era falho no outro acordo e que nesse daqui foi corrigido, e é importantíssimo, foi o acesso contínuo das nossas equipes de serviço, que têm que ter acesso a qualquer área restrita. A gente não pode ficar pedindo autorização para entrar com a nossa parte de polícia, parte de bombeiros, toda parte que precisa trabalhar dentro das áreas restritas. Então, essa transição é livre, não tem nenhum impedimento.

Com relação à transferência de tecnologia. O acordo propriamente dito é justamente o oposto, é para não haver transferência de tecnologia, daquelas tecnologias ali. Contudo, um acordo com as empresas que estão... Mesmo porque não é do Governo dos Estados Unidos, muitas vezes é uma empresa americana que é detentora de um tipo de tecnologia, então, logicamente, isso passa a ser um acordo comercial de transferência de tecnologia para ver como a gente pode trabalhar isso. Mas eu acho que a maior transferência de tecnologia, isso, de novo, indo para o lado da educação, está aqui dentro.

Eu lembro que isso, dentro da Nasa, é uma coisa com que o pessoal tem um cuidado muito grande. A gente lá, por exemplo, tem acesso a uma série de coisas, a melhor transferência, tudo o que a gente consegue trazer de conhecimento é dentro da nossa cabeça e como que eu posso colocar aquilo para formar novos profissionais e assim por diante. Então, isso vai acontecer naturalmente, a partir do momento em que se começam as operações comerciais, as empresas participando. Elas vão ter operações locais e, certamente, tendo um sucesso lá, a gente precisa ter realmente cursos profissionalizantes, empresas brasileiras participando, esse contato vai ser natural, vamos ter engenheiros brasileiros trabalhando com empresas de outros países e assim por diante. Então, isso acontece de forma natural.

Com relação à questão de indenização – como foi bem falado pelo Senador Rocha –, a questão de indenização e o que aconteceu lá no passado.

Existem, dentro do GSI (Gabinete de Segurança Institucional), alguns grupos de trabalho que tratam exatamente desse assunto. Só que, como eu falei no começo, esse assunto foge completamente do escopo do acordo em si. O acordo é mais simples do que a gente pensa. É importante a gente separar as coisas, o acordo trata só da questão de que os Estados Unidos autorizam o Brasil a lançar com componentes americanos e o Brasil assegura que vai guardar essa tecnologia. Ponto, acaba por aí.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essas outras questões nós temos que conversar de uma forma estruturada, de uma forma prática, ouvindo todas as comunidades e como a gente pode ajudar nisso, como pode resolver os problemas que ficaram pendentes e não só resolver esses problemas, mas conseguir coisas melhores, como o Senador falou. É importante isso.

É importante ver o seguinte também, nós não temos... Evidentemente que o nosso interesse é sempre melhorar a qualidade de vida das pessoas lá, melhorar o desenvolvimento, trazer mais tecnologia para o País ou através dos recursos que a gente pode conseguir ali, mas vamos supor que – lógico que isso não está no escopo direto – é mais importante preservar a cultura e tudo como está ali. Se o centro está incomodando naquele lugar, a gente vai ter que pensar em um outro lugar para colocá-lo. Então, o que a gente não quer é atrapalhar, o que a gente não quer é produzir incômodo, produzir qualquer tipo de efeito negativo para as pessoas do local. Muito pelo contrário, se ficar constatado que não dá para aquilo, no final das contas, no lápis, ficar lá, a gente tem uma costa enorme, vamos ter que achar um outro lugar. Não está dentro do escopo, mas, quem trabalha com empresa entende isso aí. A gente tem que fazer o que é melhor para o País nesse caso, sempre.

Com relação às colocações do Senador Roberto Rocha, concordo logicamente com 100%. Obrigado pelas considerações. É realmente importante a gente ajudar, usar ciência e tecnologia no final ali para ajudar na qualidade de vida das pessoas.

Uma coisa que eu havia esquecido de falar e que o senhor completou muito bem, a questão de que já existem empreendimentos acontecendo no entorno que vão se potencializar com a presença do centro, como a zona de exportação, eu ouvi falar do porto digital também, o turismo – temos que lembrar que aquela área é magnífica também –, tudo isso pode ser ampliado através da presença do centro ali. Então, isso é importante sempre ressaltar.

A questão do fundo é uma dessas ações, uma vez tendo assinado o acordo – eu estou sendo repetitivo por querer mesmo –, no qual os Estados Unidos permitem que o Brasil lance foguetes e satélites de qualquer nacionalidade que tenham peças americanas e, em troca, o País protege essa tecnologia americana e é só isso, uma vez que a gente tenha passado esse ponto, a gente pensa no desenvolvimento das outras coisas que vão vir na sequência.

Eu concordo 100%, de que a gente precisa achar algumas maneiras práticas e efetivas para ajudar quem está ali, dando perspectivas de emprego, perspectivas de novos empreendimentos, alternativas para que... O Brasil tem essas questões, eu viajo muito e você olha aqueles lugares. Lembro que sou Embaixador da ONU para o Desenvolvimento Industrial e a gente vai em lugares que você olha e pensa: como a gente pode ajudar? Em ciência e tecnologia a gente pode ajudar muito em qualidade de vida, em tirar as pessoas da situação miserável muitas vezes, levantar esse nível lá em cima. A gente precisa – foge um pouco do assunto – de três coisas básicas, isso sempre me incomoda: água, energia e comunicações; para começar a desenvolver, uma maneira de transitar essas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mercadorias, começar a desenvolver comércio local e assim por diante. Com a ajuda de todo mundo, trabalhando junto, por isso é importante essa união com Estados, Municípios, comunidades, Ministério da Defesa, Ministério da Ciência e Tecnologia, outros Ministérios. A gente precisa se juntar para fazer isso acontecer e tirar essas pessoas dessa situação. Realmente é importante.

Finalmente, com relação ao Senador Weverton, sobre a visita, como eu falei no início realmente eu concordo que é importante a gente ir lá discutir em conjunto. A partir desse passo aqui, a partir da aprovação desse Acordo de Salvaguardas, a gente vai estar com uma agenda muito bacana para discutir coisas positivas no Estado, para ir lá descobrir como é que pode ser feito, o que precisa e como pode ser feito para ajudar o desenvolvimento da região. E eu vou ter muito orgulho de poder participar desse momento histórico para o País. Eu tenho certeza de que todos aqui, os Senadores, os Deputados, depois também vão ter muito orgulho de falar assim: "Eu participei da mudança realmente do Estado do Maranhão".

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Com a palavra o Senador Chico Rodrigues. Depois o Senador Marcos do Val e depois o Senador Flávio Bolsonaro.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente, só para ter a compreensão...

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Senadora Eliziane.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – ... acerca da réplica.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – V. Exa. pretende?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Eu pretendo.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Com a palavra V. Exa.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Para interpelar Ministro.) – Ministro, não ficaram claras para mim duas questões acerca das... Quando o senhor colocou que do acordo não constam essas ações em relação às comunidades do Maranhão: não constam, mas e aí? Como é que vai ficar? Essa é a minha pergunta.

Por exemplo, Ministro, nós temos no Maranhão o ITA, que foi inclusive uma ação conjunta da Bancada do Maranhão; nós temos hoje 11 vagas; nós temos capital intelectual que está sendo formado para isso; nós não tivemos o envolvimento até o presente momento do debate com as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

universidades locais; nós não tivemos até o presente momento o chamamento do Governo para essa conversa. Está bom, não está no acordo porque o acordo foi feito lá. Mas e aí? Como é que vai ficar? O que é que nós vamos fazer? Essa é a minha pergunta.

Outra, Ministro: acerca da questão desses valores. Está bom, nós não vamos ter acesso, por conta de patente, de relação comercial e tal, à tecnologia americana, não é? Enfim, o senhor tem pelo menos uma previsão, digamos assim, do ponto de vista orçamentário, do que isso vai representar de fato para o nosso País no que se refere à questão de ganhos para o nosso País e também, naturalmente, tendo repercussão para o Maranhão?

E acerca do... Nós tivemos agora, aqui, uma medida provisória que trouxe a extinção da empresa naquele acordo lá atrás com a Ucrânia. O senhor tem dados, o senhor tem números, valores, eu não diria nem de investimentos, mas de prejuízo que o Brasil teve em relação a esse acordo lá atrás em relação à Ucrânia?

E, para finalizar, eu não estou tratando aqui de questões e nem levo em consideração questões do ponto de vista ideológico nem de um lado nem de outro, porque há ideologia dos dois lados. Às vezes as pessoas acham que só há ideologia de um lado, mas há dos dois lados. O meu objetivo aqui é claro: é a situação do Maranhão, do Brasil e sobretudo do povo do meu Estado, da minha cidade do meu Estado do Maranhão que é a nossa região, como já foi colocado, a Região Metropolitana que é a cidade de Alcântara.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MA. Para interpelar Ministro.) – Sr. Presidente, permita-me: eu também gostaria de só, sem monopolizar o debate...

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Com a palavra o Senador Roberto.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MA) – ... porque o assunto não é do Maranhão, é do mundo, da humanidade. Mas é preciso até para enriquecer o que já disse aqui a colega e amiga Eliziane...

Assim, só para a gente ter noção. São Luís é uma ilha, então é fim de linha. O sonho daquele povo de muitos e muitos anos é de se ligar com o continente, mas qual é a perspectiva de ligar com recursos do Estado a capital mais pobre do País à região mais pobre do Estado, que é a baixada onde está Alcântara? Zero. A ligação feita por uma ponte que há anos se fala, do Porto de Itaqui ao Porto de Cujupe em Alcântara é impossível porque, se não é pelo comprimento, 20km, é pela profundidade. São Luís tem o Porto de Itaqui, que é o melhor do Brasil, por quê? Por causa da profundidade. Mas há um traçado que nós estamos desenvolvendo com o Dnit que liga, saindo de Bequimão, Peri-Mirim, Palmeirândia, São Bento, Bacurituba, Cajapió. Faz-se uma pequena ponte até a Ilha do Caranguejo, uma estrada na ilha, e uma ponte segunda, da Ilha do Caranguejo a Estiva. Pronto, ligou a ilha ao continente. Mas o que é que vai permitir isso? Exatamente a Base de Alcântara. Por quê? Porque

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Alcântara vai precisar de um porto. Como é que se vai trazer um foguete, um satélite em cima de um navio de 100m? Claro que vai se precisar de um porto em Alcântara. Sucede que existe um em frente o melhor porto das Américas! O desafio é ligar, fazer uma ponte. Ou seja, isso vem em decorrência daquilo; esse benefício e essa realização desse sonho vêm em decorrência disso.

E eu posso citar também o exemplo da internet. Como é que vai haver internet da Tim, da Oi, da Vivo, da Claro? Vai haver internet bala, 4G! Internet, se não é de cabo submarino, é de outra tecnologia de satélite. Isso atende o Brasil e atende o Maranhão.

De tal modo que eu trago apenas mais essas informações, para deixar. Assim... Eu sou Presidente da medida provisória que extingue a empresa Alcântara Cyclone Space, e, para informar, ontem nós nos reunimos, e o Relator leu o relatório, aprovamos o relatório, e na semana que vem concluímos esse assunto. Cada dia, sua agonia: para a semana, a gente enterra esse defunto que está aí e que nunca funcionou; em seguida a gente trata da questão do acordo com os Estados Unidos, para poder tratar das outras questões.

Eu estou, como disse, estou me antecipando, como a Senadora Eliziane, o Senador Weverton e todos nós maranhenses, a proteger o máximo que podemos aqueles mais indefesos, que são os maranhenses. A gente está aqui porque... Não é piegas o discurso: para nós não existe nenhum sentido ficarmos aqui enaltecendo a pobreza do Estado; ao contrário, a gente quer é agradecer. Bolsonaro: houve 2 Municípios em 217 em que ele ganhou, e na hora em que ele retoma a relação perdida ao longo do tempo com os Estados Unidos, ele coloca o Maranhão como protagonista na relação tradicional com os Estados Unidos, colocando Alcântara no centro do debate do Planeta.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Sr. Ministro, para a tréplica, de forma bastante objetiva.

O SR. MARCOS PONTES – O.k.

Obrigado, Senador Rocha; obrigado, Senadora Eliziane.

Eu concordo 100% com que a senhora tem falado, mesmo porque eu acho que o objetivo principal com tudo isso, com todo esse trabalho, é que a gente tenha o desenvolvimento da região e o desenvolvimento do Programa do Espacial – desculpem-me, mas não estou me esquecendo desta parte, não: o desenvolvimento do programa espacial também. E aqueles recursos vão utilizar... Aliás, já começo falando aqui, para a gente começar a discutir – e um dia desses eu tenho que ter a oportunidade de discutir orçamentos também, com relação a orçamentos do Programa Espacial, orçamento da ciência e tecnologia, se a gente tiver uma oportunidade depois numa outra ocasião de falar sobre isso. Mas isso vai contribuir para que possamos cumprir essa função institucional e ajudar as pessoas lá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A pergunta de como a gente continua a partir desse acordo: como eu falei, e foi ressaltado, o acordo é simples e objetivo, tem só uma aplicação aqui, mas ele é o ponto de partida para uma série de outras ações. O que eu não quero, tipo assim, é o que eu vou fazer depois? O que eu não quero é tomar essa decisão sozinho. A gente não pode tomar esse tipo de decisão sozinho, a gente precisa estar lá e discutir junto, ir lá ao Estado, juntos a gente tem que achar... Agora a gente tem uma... A partir do momento em que a gente tenha essa Acordo de Salvaguardas assinado, a gente tem a viabilização do centro. É o ponto de início. A partir daí, a gente pega essa ferramenta, trabalha juntos lá para discutir: quais são as ações prioritárias dentro do Estado; como a gente pode integrar esse centro dentro das ações que já estão sendo feitas; como a gente pode, a partir de agora – como a gente não pode mudar o passado –, mudar o futuro daquele lugar. Utilizar isso para mudar o futuro. E isso significa muito, acho que para todo mundo que está aqui trabalhando para o País. Acho que significa muito a gente conseguir ajudar as pessoas de lá.

Com relação aos recursos, eu tenho aqui até uma tabelinha com relação a recursos que já têm sidos discutidos no grupo dez, lá no GSI, mas, boa parte, vamos dizer assim, de forma geral, o que esse centro pode fornecer em potencial de mercado dá em torno de US$3,5 bilhões por ano, que é um valor considerável se for pensar em termos de investimentos – e isso num prazo até 2040, num crescente, porque esse mercado cresce muito, significa 1% do mercado, só. Se a gente trabalhar bem e tornar o centro muito eficiente, a gente consegue mais do que isso ainda. Até 2040, isso deve crescer para US$10 bilhões por ano. Imaginem isso, considerando só 1%. Olhem o potencial que isso pode ter! E esse trabalho do centro junto com essa zona de exportação, com outras coisas que podem ser feitas, pode potencializar ainda mais isso aí. Então, é um trabalho que a gente vai ter que fazer em conjunto – de como pegar a parte maior desse mercado.

Com relação à ACS, é a questão que eu falo do passado: a gente não consegue mudar o passado. O que a gente consegue fazer agora, como o Senador falou, é resolver os problemas que ficaram pendentes com relação a esse projeto que não funcionou, e a partir de agora o que sobrou lá – a gente tem algumas instalações ainda – é proteger aquelas instalações para que elas não sejam deterioradas, como a gente vê com muita coisa acontecer. É proteger essas instalações – há um investimento previsto para isso – e utilizar essas instalações para o futuro; como a gente pode utilizar essas instalações para outros empreendimentos ali dentro, como lançamentos de outros tipos de foguetes.

E as pessoas? De novo, eu vou repetir várias vezes aqui que a nossa função tem que ser ajudar na qualidade de vida, e a ciência e a tecnologia têm uma possibilidade muito grande com isso. Não é à toa que a gente tem instalado aí pontos de satélites, por exemplo, para ajudar em escolas em lugares distantes. Esta questão, em que eu vivo batendo na tecla, com relação à água: eu conheço como é difícil ficar no meio – eu tenho muitos conhecidos lá – do Semiárido, é complicado. Então, a gente tem que ajudar com a ciência e a tecnologia a melhorar isso. O que eu posso garantir é o seguinte: as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

decisões têm que trabalhar em conjunto. A partir do momento em que a gente tenha esse acordo assinado e aprovado, o que não tem nenhum tipo de risco para o País porque a operação mesma vai acontecer depois... Minha preocupação é assinar, mas se eu decido depois: "Olhe, isso aqui não vai funcionar...", pode ser cancelado, não há problema nenhum. Agora, ele vai abrir as portas para esse futuro que a gente quer.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradecemos ao Ministro e a participação dos Srs. e das Sras. Senadoras.

Com a palavra o Senador Chico Rodrigues.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR. Para interpelar Ministro.) – Meu caro Ministro Marcos Cesar Pontes, Presidente da nossa Comissão Nelsinho Trad, Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia meu companheiro Vanderlan Cardoso, Senadores, Deputados, eu, por uma questão de compreensão da importância e do papel estratégico que representa o Inpe e o Instituto Tecnológico de Aeronáutica, gostaria muito, Presidente, que nessa discussão o nosso Ministro Marcos Pontes pudesse, dentro desse Acordo de Salvaguardas, obviamente mostrar, com certo detalhamento, qual seria a participação efetiva do Inpe, onde na verdade foram gestados os primeiros satélites fabricados no nosso País, e, claro, com um corpo técnico altamente especializado.

Com o ITA, que é a nossa grande universidade por excelência, em que V. Exa. inclusive fez seu curso de Engenharia, eu tenho uma preocupação muito grande no sentido de que nesse arco onde possa abrigar os interesses desse programa, que é fundamental. A gente percebe que todos os Senadores, de todos os matizes ideológicos, têm essa compreensão, e a sua apresentação cuidadosa, didática mostrou exatamente até àqueles que não entendem absolutamente nada desse tema complexo, para que tivessem realmente o convencimento da importância para o nosso País. Então era essa a única pergunta que eu gostaria de fazer em relação à participação ativa do Inpe e do ITA.

E, por uma questão de justiça também, meu caro Presidente...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – ... eu gostaria aqui de dizer que o Senado, ontem, aprovou o título de Patrono da Tecnologia da Informação Aeronáutica a Tércio Pacitti. Isso nos orgulha muito. Esse título é absolutamente justo porque ele, na verdade, foi uma figura tutelar da tecnologia da informação aeronáutica.

E eu gostaria apenas, rapidamente, de deixar a marca para vocês que são da área de ciência e tecnologia e dessa área aeronáutica. O Tércio Pacitti nasceu em Atibaia, graduou-se em Engenharia Aeronáutica pelo Instituto Tecnológico da Aeronáutica em 1952, portanto no ano em que nós nascemos, cursando o mestrado e o doutorado na Universidade da Califórnia. Participou da criação do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

primeiro centro de computação da Aeronáutica em meados de 1960, no Rio de Janeiro. Também foi o primeiro Reitor militar do ITA, entre 1982 e 1984, quando criou o curso de Engenharia da Computação. Também chefiou a Diretoria de Engenharia da Aeronáutica, trabalhou na Universidade do Estado Rio de Janeiro e criou o departamento e o curso de Informática Aplicada.

Portanto, é um nome emblemático do setor aeronáutico brasileiro, e não poderia deixar de fazer aqui esse registro patrocinado pelo ex-Senador Pedro Chaves, do PRB, do Mato Grosso do Sul – ele fez, na verdade, essa proposição que ontem foi aprovada.

Então, eu gostaria que V. Exa. incluísse nos *Anais* desta audiência esse título de Patrono da Tecnologia da Informação Aeronáutica.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Com a palavra o Senador Marcos do Val, Vice-Presidente da Comissão de Relações Exteriores.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - ES. Para interpelar Ministro.) – Bom dia.

Quero agradecer a presença do Ministro Marcos Pontes. Sempre fui um grande admirador da sua trajetória, de sua carreira, admirando também o seu enfrentamento de grandes obstáculos, das grandes resistências não só lá fora do nosso Planeta, mas também do dia a dia da carreira após a sua decisão de vir para outro setor.

E também quero agradecer-lhe pela coragem de abrir mão de uma carreira para poder se doar para os brasileiros, para estar aqui como Ministro. A gente sabe que é uma doação mesmo, é um propósito de vida. E isso engrandeceu ainda mais a minha admiração pelo senhor.

Eu sei que é uma dificuldade de você ter uma relação, principalmente, com o Governo americano, principalmente na área estratégica; você precisa de muitos anos para ter essa conquista. Eu, por alguns anos, também ministrei aula para o SRT (Special Response Team), da Nasa, lá no Alabama, e todas as vezes que eu tinha que estar lá na base do Alabama, eu não podia estar dentro da estrutura sozinho, tinha que estar sempre alguém me acompanhando, exatamente pela proteção das informações. E havia até o fato de, se eu precisasse ir ao banheiro, a pessoa ia junto comigo dentro do banheiro – só para vocês terem uma ideia. E ouvia muito falar do brasileiro, que estava fazendo um trabalho junto à Nasa, que era o Sr. Ministro. Isso nos orgulha muito como brasileiro.

Eu acho que o brasileiro precisa ter os seus ícones e valorizar os seus ícones e dar todo o incentivo, e não achar que as pessoas vão estar sempre querendo tirar vantagens em qualquer situação. Nós, infelizmente, no Brasil temos essa cultura de achar que temos e devemos tirar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vantagens em tudo e, quando a pessoa assume cargos como esse, nós achamos que também está ali para querer tirar alguma vantagem e não para se doar para uma próxima geração.

Bom, a minha pergunta, Ministro, é a seguinte: eu tenho duas datas aqui...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - ES) – No dia 22 de agosto de 2003, o Veículo Lançador de Satélite, o VLS-1, explodiu na Base de Alcântara, três dias antes do seu lançamento, vitimando 21 técnicos civis do Centro de Tecnologia da Aeronáutica. E, em 29 de março de 2006, V. Exa. viajou ao espaço sideral a bordo da nave russa, rumo à Estação Espacial Internacional, tornando-se o primeiro brasileiro a fazê-lo. O que ambas significam? Quais lições foram aprendidas? O que podemos esperar do nosso programa espacial nos próximos anos, com a entrada em vigor desse acordo?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Com a palavra o Senador Vanderlan.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO. Para interpelar Ministro.) – Meus cumprimentos aos Senadores, ao nosso Ministro, ao Presidente.

Primeiro quero parabenizá-lo pela forma que o senhor fez a apresentação – a gente já teve oportunidade de conhecê-lo mais de perto –, uma forma simples, com linguajar que todos nós entendemos e com tantas dúvidas que foram tiradas na sua explicação. Embora a gente já tivesse conversado na nossa viagem sobre a questão de Alcântara, ainda havia algumas dúvidas, porque essas dúvidas são colocadas por algumas pessoas que às vezes não têm interesse em que o País cresça, que se desenvolva. Então, o senhor colocou aí de uma forma bem explicativa.

Mas me chamou muito a atenção a questão de o acordo não ser somente usado pelos americanos, de ser usado por aquelas outras empresas que queiram pagar ali um aluguel e queiram usar, como disse aqui o Senador Roberto, do Maranhão, essa bênção que Deus nos deu, de ter ali Alcântara, ter o Maranhão nessa condição, Senador Arolde. E me chamou atenção também os valores que o Brasil pode ter de receitas, inclusive também o montante que foi perdido nesses últimos anos: US$3 bilhões após a assinatura do contrato, e começa em operação já com US$3,5 bilhões, podendo chegar aí a US$8 bilhões, US$10 bilhões até 2040.

Eu prestei muita atenção aqui na fala da Senadora Eliziane sobre a preocupação dela – e do próprio Senador Roberto – com relação ao Município, à comunidade, com relação ao Estado. E eu fui Prefeito – o senhor sabe disso –, nosso Presidente aqui também da Comissão, companheiro, foi Prefeito. E nós temos visto aí nos últimos anos – nós somos municipalistas; eu fui Presidente da Associação de Prefeitos – que muitos fundos, muitos recursos são criados, e tanto Municípios como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estados ficam de fora da riqueza que Deus tem dado ao País. Eu cito, por exemplo, aqui, no caso das telecomunicações, o Fust, que foi criado, Senador Arolde – e o senhor conhece muito bem esse tema – , e os recursos, através das taxas, eram para ser investidos no Norte, Nordeste, Centro-Oeste, nos Estados menos desenvolvidos. Eram quase R$20 bilhões, que não foram usados para esses fins. E o Governo lançou, pegou esses recursos para superávit primário.

A preocupação que nós temos é a seguinte – eu tenho essa preocupação –: a gente está vendo o Brasil aí ficando muito atrás na questão da ciência e tecnologia, e o Governo central não investe. Nós estamos vendo agora uma luz no final do túnel. E o reflexo disso vai para os Estados. A gente vê muitos Estados aí, Senadores e Ministro, alguns Estados que até extinguem a Secretaria de Ciência e Tecnologia porque não tem importância. Aí nós vemos a Embrapa sem recurso para terminar as obras, investimentos em pesquisa, inovação e tanta coisa que poderia ter sido usada com alguns fundos.

E aqui eu queria dar uma sugestão, já como municipalista que sou e vendo a preocupação aqui dos maranhenses: que parte desses recursos seja destinada ao Estado e ao Município, onde está Alcântara. E os outros Municípios também do Maranhão, que eu conheço muito bem, precisam de ter esses recursos: que eles sejam repartidos, ou parte desses recursos. Senão nós vamos ter aí de novo um Fust, um recurso que não vai ser usado para ciência e tecnologia. E nós temos que garantir isso em lei e com penalidade ao governante que estiver no Governo central para que, ao passar a mão nesse dinheiro, ele seja penalizado. E nós temos que investir dinheiro em ciência e tecnologia. É investimento, em grande parte, aí para o Estado, Chico. E que também seja obrigatório investir em ciência e tecnologia e que o Município não fique só com as migalhas. Nós cansamos, como Prefeitos, de vir a Brasília, achar que nós iríamos mudar do Município para Brasília. Por isso eu me candidatei. Tantas batalhas nós tivemos para que o Município fosse respeitado, gente... Muitas batalhas, Chico. Então, a mudança é aqui, a mudança vai ter que acontecer aqui.

Os Municípios não aguentam mais. Os recursos estão centrados no Governo Federal. Os Estados estão em penúria. O que é de direito dos Estados de dos Município não é repassado, Senador. Nós estamos vendo aí a Lei Kandir, que não é respeitada, mas os recursos que são financiados do Governo Federal para os Estados, Senador, é juro de agiota que é repassado aos Estados, enquanto o Governo Federal não paga as contas para os Estados e também para os Municípios, viu, Ministro? E não conta juro não conta nada.

(*Soa a campainha.*)

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Então, já encerrando aqui, eu queria deixar até uma proposta aqui: que seja garantido por lei. E o Estado e os Municípios têm que ter autonomia. Eles não têm que ficar ali só com os restaurantes, só com os bares, não. Têm que ter autonomia financeira para poder investir nas políticas públicas, naquilo que o cidadão espera do Prefeito, dos Vereadores, porque é no Município que está o problema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu quero parabenizá-lo mais uma vez por conceder ali a Alcântara direito de outras empresas, não só os americanos, de alugar, gerando recurso para o País; parabenizá-lo pela sua condução, porque hoje, daqui a pouco, nós vamos ter aí o leilão da concessão da Norte-Sul, a que poucas pessoas estão dando atenção. Não foi discutido, não foi conversado com os Parlamentares da região por onde passa a Ferrovia Norte-Sul. E a maneira que está sendo feita, Ministro... Por isso me chamou a atenção empresas de outros países usarem, porque lá na Ferrovia Norte-Sul, Ministro, não vai haver direito de passagem para outras empresas que queiram transportar e, com isso, gerando concorrência para abaixar o custo dos transportes.

Então, daqui a três horas vai acontecer isso.

Parabéns, Ministro, pela condução da forma que o senhor está fazendo. Por isso que está sendo um sucesso, e pelas falas que a gente está vendo aqui.

Que Deus nos abençoe e que consigamos realmente tirar o País do atraso em que está aí há muitos anos, através da ciência, tecnologia, inovação, telecomunicações, com a união de todos.

Que Deus abençoe a todos.

Obrigado aí pelo carinho de estar aqui conosco.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Para dar mais dinamismo e oportunizar a participação dos Senadores que vieram, eu vou passar a palavra ao Senador Arolde e, posteriormente, ao Senador Irajá. Aí nós encerramos o ciclo das perguntas os Senadores.

E gostaria, após disso, de repassar a V. Exa. a participação popular feita pelo e-Cidadania. Algumas questões já foram respondidas, mas vamos dar valor à participação popular aqui na Comissão de Relações Exteriores.

Com a palavra o Senador Arolde.

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PSD - RJ. Para interpelar Ministro.) – Obrigado, Presidente Nelsinho Trad.

Queria cumprimentar o Ministro Marcos Pontes e manifestar o meu entusiasmo por sua ação no Ministério da Ciência e Tecnologia. Está, de certo modo, fazendo algo quase que impossível, que é dar à ciência e tecnologia o charme do apelo, do holofote que não tem. Falo isso após 36 anos como integrante da Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara dos Deputados, em que sempre era difícil conseguir até quórum para as nossas reuniões, devido à falta do apelo do holofote. Infelizmente, o apelo do holofote está nos debates das ideologias de gênero, das uniões estáveis entre pessoas do mesmo sexo e outras coisas parecidas. Isso dá holofote. E as pessoas não se apercebem de que a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ciência e tecnologia está em todas as áreas, é transversal, de que nós precisamos recuperar o tempo que perdemos, o tempo que deixamos de ganhar.

Na área da tecnologia, o ciclo tecnológico se reduz de uma forma espantosa e, ao se reduzir, privilegia sempre, cada vez mais, os países que são pioneiros no desenvolvimento da tecnologia, ou seja, na aplicação da ciência à tecnologia. E nós estamos fora desse jogo. Neste momento, toma-se consciência de que estamos fora e se buscam priorizar modos de recuperarmos esse tempo e esse atraso. E eu fico muito feliz com isso e me entusiasmo.

Eu sou de outra geração da de V. Exa., mas de uma geração que teve o mesmo entusiasmo e que viveu momentos também muito importantes dentro do nosso País na mesma área tecnológica. Então, a presença de V. Exa. no Ministério e a forma como está conduzindo pessoalmente me estimulam a recuperar um pouco do conhecimento que tive no Instituto Militar de Engenharia e em outras oportunidades aqui e mesmo no exterior.

Fico muito feliz e cumprimento V. Exa. e, através de V. Exa., o Presidente Jair Bolsonaro pela iniciativa desse alinhamento com os Estados Unidos. Nós temos que nos unir aos nossos iguais, e nosso alinhamento é natural, no ocidente, com os Estados Unidos. Esse acordo é o início de muitos outros que virão não apenas com os Estados Unidos, esse vai ser um polo em que vamos ter uma densidade de tecnologia de ponta sendo utilizada em território brasileiro, com vantagens para o Brasil, para as comunidades que lá estão, e, evidentemente, vai-se irradiar para outros acordos com outros países das mesmas dimensões e com os mesmos interesses que nós.

O acordo anterior era um vexame. A Ucrânia não tem sequer desenvolvimento espacial. Como iria usar e trazer alguma coisa para cá? E faz parte... Eu digo isto sob minha responsabilidade, esse é o conteúdo ideológico que comandou esse passado recente no nosso País e que fez com que nós tivéssemos esses acordos com os nossos desiguais. Parece que, por um complexo de inferioridade nosso, queríamos parecer maiores e começamos a financiar quase que a fundo perdido pequenas repúblicas, ditaduras africanas, Cuba, Venezuela, outros aliados que não somaram nada a nós. Nós temos que buscar o jogo estratégico internacional sinergético em que dois mais dois comecem a dar, no mínimo, cinco; não um jogo em que sempre dois mais dois vão dar dois, vão dar três.

Então, eu cumprimento V. Exa. Esse acordo é um acordo que vai trazer para o Maranhão e para a Região Nordeste... Eu digo isso porque vai estimular tudo. Só as pessoas que são ideologicamente obturadas é que não conseguem enxergar essa vantagem.

Então, eu queria apenas... Eu não vou fazer esses comentários. Aqui V. Exa. já explicou qual é a vantagem de termos essa base ao lado do plano do Equador, como é que ocorre, qual a importância do combustível no satélite, da redução do consumo, porque o combustível é a vida do satélite em órbita. As *nuances* da mecânica celeste desarticulam o satélite na sua órbita e, periodicamente, através

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do monitoramento da Terra, tem que estar recolocando em órbita. E cada toquezinho que dá lá dá uma cuspidela de energia e vai reduzindo a energia do satélite. Então, isso é um orçamento de uso do *payload*. Como é que chama em português?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PSD - RJ) – Da carga útil. É um orçamento muito complexo, e estar ali próximo ao Equador tem uma grande vantagem. Então, eu queria também reafirmar isso.

E, outra coisa, temos do outro lado um concorrente que também é europeu, porque a Guiana é francesa, na base de Kourou. Então, veja a vantagem de fazer esse acordo agora, mais um motivo de nós estarmos aqui radiantes e felizes.

Agora a opção... Eu ouvi aqui o Senador Roberto Rocha, que é um entusiasta, conhece bem o assunto e está sempre preocupado com o tema de lá. Então, a sua palavra foi muito apropriada. Eu fiquei feliz de ouvi-lo. Ele não está mais aqui.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PSD - RJ) – Está lá atrás.

Eu fiquei muito feliz de ouvi-lo porque aprendo com ele também. Eu sou entusiasmado com isso.

Agora, fora disso, qual é a solução? Deixar como está? Não existe outra. É o que eu conversei, inclusive – ela não está mais aqui –, com a minha amiga querida Eliziane Gama. Eu falei para ela: "Querida Eliziane, deixamos como está? É isso que pode ser?".

Eu estive, há dois anos, lá no Maranhão, na base, numa viagem com a Aeronáutica, e tive a oportunidade de ver que ainda há alguns problemas de quilombolas, etc. Então, esse é um assunto que tem que ser tratado com muito carinho, com muito cuidado. Está praticamente pacificado, mas é um assunto que tem que ser tratado com muita cautela e com muito cuidado, porque é um assunto importante e é social.

Então, essa é a questão...

(*Soa a campainha.*)

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PSD - RJ) – ... que se coloca.

Há mais um tema aqui.

O que eu queria fazer era esse comentário e cumprimentá-lo mais uma vez.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, se V. Exa. puder dar uma reforçada nesse assunto da pacificação das comunidades que estão na área, eu gostaria de ouvir.

Muito obrigado e parabéns, Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Com a palavra a Senadora Kátia Abreu, que, de uma forma especial, cedeu o lugar do Senador Irajá para que V. Exa. pudesse se pronunciar.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. Para interpelar Ministro.) – Muito obrigada, Presidente.

Eu quero cumprimentar o Ministro e dizer que é um prazer recebê-lo aqui. O senhor é Ministro de uma área por que eu tenho verdadeira paixão, que é o campo, a educação e a tecnologia. Eu acho que é esse trinômio que fez a agropecuária explodir. A produção agropecuária, terra, sol, chuva, água de rios e de irrigação e a tecnologia da Embrapa fizeram do Brasil um gigante. Então, de fato, eu me ressinto de que as outras áreas no Brasil não tenham tido a mesma sorte que nós tivemos com as universidades e a Embrapa para chegar ao ponto a que nós chegamos.

Eu parabenizo o Governo do Presidente Bolsonaro. Eu sou oposição ao Governo, mas me comprometi com o meu Estado e com a Nação de que todas as boas ações seriam aplaudidas por mim e de que todas com que eu não concordasse eu teria liberdade para criticar.

Nós tivemos um prejuízo enorme por não ter Alcântara aberta antes.

Tudo é um tempo de maturação. Eu me lembro de que a minha avó dizia que, quando surgiu a vacina de paralisia infantil, ela escondia as crianças debaixo da cama com medo de a vacina matar os meninos. Então, é uma questão de maturidade. E eu acho que a sociedade está bem madura para a questão da tecnologia. E essa questão de terror e medo, como disse nosso Senador Arolde, com relação aos Estados Unidos é de pessoas obturadas.

Também quero aqui completar o que ele disse. Aqueles que têm terror à China, como tem demonstrado algumas pessoas do Governo, também não podem ser obturados e temer um dos países mais importantes que nós temos no mercado internacional. Então, nem para o mar, nem para a terra, nem medo dos Estados Unidos, como dizem que tinham os Governos anteriores, muito menos medo da China. Aliás, eu tenho uma relação excelente com esse país e com todos os asiáticos em geral. A idolatria também é uma forma de ser obturado.

Então, eu gostaria, Ministro, de fazer perguntas de quem realmente não entende da área com profundidade, nem medianamente. Japão e Israel nós sabemos que são possíveis parceiros. Já há conversa em andamento? Já há conexão com esses dois países para que a gente possa fechar também esse mesmo tipo de acordo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Segunda pergunta: esse 1% de produção econômica e financeira de Alcântara já começaria em 2020 ou ainda se precisa de um tempo para iniciar com esse 1%?

(*Soa a campainha.*)

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Esse acordo que os Estados Unidos fazem com outras bases no mundo, como Alcântara, também é zero de tecnologia transferida ou foi uma coisa especial para o Brasil?

A outra pergunta seria: essa base de Alcântara produziria um *cluster* industrial de peças afins desses produtos, o que beneficiaria muito o Município de Alcântara, o próprio Maranhão e o País gerando empregos? Isso é possível ou vai ficar restrito apenas à base de um foguete específico – produz ali as peças e vai embora –, para aquele motivo específico, ou nós teremos esse *cluster* instalado na região?

Eu gostaria, inclusive, de dizer que essa abertura de Alcântara... Eu parabenizo essa atitude do Governo e, ao mesmo tempo lamento, como disse do Senador Vanderlan, do Estado de Goiás, agora há pouco, porque nós estamos vendo o oposto nas ferrovias do Brasil. É uma judiação que, no nosso leilão de hoje, às 15h, um patrimônio de R$17 bilhões vai ser vendido por R$1,2 bilhão sem concorrência, direcionado a uma única empresa e sem direito de passagem. Isso dará um prejuízo enorme à Nação. Infelizmente nós estamos produzindo duas JBSs da ferrovia no País. As empresas estão no seu direito. Elas querem quanto mais lucro melhor, mas cabe a nós Poder Público institucional frear a iniciativa privada e colocar as barreiras.

Então, eu quero dizer que saí da tribuna agora – por isso fui até lá. Estou muito decepcionada, estou profundamente triste porque essa ferrovia faz parte da minha luta há mais de dez anos e eu estava muito tranquila de que uma aberração dessa natureza não pudesse acontecer. Como não só a Ferrovia Norte-Sul... Eu quero lembrar a todos os Parlamentares que todos os contratos estão sendo refeitos por 30 anos, em todo o País, sem direito de passagem. Então, as duas empresas serão as únicas que terão o direito de passar em todas as ferrovias do Brasil, que não são grande coisa, são 28 mil quilômetros, sendo que dois terços são das duas e estão paralisados, elas operam apenas um terço. Por um lado, Alcântara nos dá essa alegria de participar, inovar, interagir com o mundo, e, na ferrovia, nós expulsamos os chineses, os russos, os japoneses, porque tiramos o direito de passagem. As duas empresas são donas das duas pontas. Ninguém iria comprar o mico do meio se não fosse uma das duas.

Então, eu quero aqui protestar e colocar em dúvida esse edital. Alguma coisa terrível e com mau cheiro há por trás de tudo isso. Eu quero denunciar ao Presidente da República, que talvez nem saiba disso. Por favor, ainda temos tempo. O leilão é às 15h, mas ainda temos tempo de assinatura de contrato, de revisão pelo TCU, pela Justiça brasileira, porque nós vamos até as últimas consequências

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

legais para impedir essa abominação, esse prejuízo enorme ao País e, principalmente, à produção agropecuária. Dessas duas empresas, uma delas só se interessa por minério, hoje 90% do que é transitado nas ferrovias do Brasil é minério de ferro; e a outra se interessa por etanol, açúcar, papel e celulose apenas. Então, a produção rural brasileira está à deriva e nas mãos de duas empresas que estão colocando hoje 90% do preço do frete de caminhão no preço do vagão, porque não têm concorrência. E esse leilão das 15h vai matar a concorrência e a competitividade dos produtos do nosso País.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Com a palavra o Senador Irajá para, posteriormente, o Ministro fazer as suas considerações.

O SR. IRAJÁ (PSD - TO. Para interpelar Ministro.) – Presidente e amigo Nelsinho Trad, Vice-Presidente Marcos do Val, Vanderlan Cardoso, Ministro Marcos Pontes, a quem tive a alegria de poder conhecer no dia de hoje, tivemos a oportunidade, antes da audiência, de conversar longamente e pude, na conversa, constatar o seu entusiasmo, o seu desejo, a sua vontade de ajudar o País ao assumir uma função tão importante, que é esse Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, trazendo a sua experiência da iniciativa privada.

Você sempre foi um profissional muito admirado, muito respeitado em todo o País e pessoalmente também, embora eu não o conhecesse. Fiquei realmente animado com o seu pragmatismo, com a sua determinação, com a forma como você apresentou o ministério, os eixos que vão nortear e vão dar direção ao trabalho e, principalmente, o seu senso de urgência em alguns temas que são realmente muito importantes, como a questão espacial, a nuclear, a parte da inteligência artificial.

Eu me prontifico, Ministro, a apoiá-lo e ajudá-lo no que for necessário, aqui no Senado Federal, nas Comissões de que participo.

Eu sempre tive, Ministro, uma atuação muito voltada também aos Municípios, a exemplo do Senador Vanderlan Cardoso, que já foi Prefeito em Goiás. Eu, durante a minha experiência na Câmara Federal, por oito anos, sempre me pautei também pela defesa do fortalecimento dos Municípios, onde as pessoas moram, onde as pessoas estudam, onde as pessoas educam, onde as pessoas precisam de saúde de qualidade, onde as pessoas precisam de uma vida digna.

Eu tenho acompanhado, nos últimos anos, especialmente, um projeto que está sob a prerrogativa da sua pasta, que é o satélite que foi, pelo Governo Federal anterior, colocado...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IRAJÁ (PSD - TO) – ... em órbita para que a internet pudesse ser democratizada em todo o País, especialmente nos lugares mais distantes, onde a internet por fibra óptica não chega, onde não há nenhum tipo de acesso à internet, nas comunidades mais distantes, nas comunidades rurais, nos povoados das zonas urbanas que não estão concentrados nos grandes centros, que estão também afastados, as propriedades rurais e outras comunidades que ainda não tenham acesso a ela.

É um programa fantástico. Eu fiquei muito animado com esse projeto quando ele foi anunciado e, ao mesmo tempo, frustrado por não ver a operacionalização do programa, ou seja, não vendo o benefício chegar até a ponta, que é onde interessa. Nessa oportunidade em que conversamos, você pôde ponderar sobre algumas dificuldades que o programa enfrentou, mas a sua esperança é que agora finamente ele possa ser implementado, ele que tem uma capacidade de contemplar mais de 50 mil pontos de conexão de internet, uma internet razoavelmente rápida, de 10 megas, que atenderá, sim, a contento a essas comunidades tão distantes, a exemplo do Tocantins, de cidades do Semiárido, do Bico do Papagaio, do Jalapão – muitas cidades do Jalapão não têm acesso decente a internet –, do Cantão. Por isso, eu queria que, nesta oportunidade, o senhor pudesse apresentar à Comissão e aos Senadores como anda esse programa, como está a situação de verdade, o que nós precisamos fazer para habilitar esses Municípios de pequeno porte, essas regiões distantes, para que esse programa possa rapidamente se popularizar, para ser realmente utilizada uma ferramenta tão extraordinária como esse satélite que já está em operação, que pode levar internet a tantas pessoas que ainda não têm acesso a ela.

Muito obrigado, Ministro.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Senadora Kátia.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. Pela ordem.) – Só para mais uma inclusão. Todos os recursos arrecadados em Alcântara terão uma destinação especial ou vão para o Tesouro cumprir orçamento? Ou vão ser todos dedicados à ciência e tecnologia?

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Senador.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – Presidente, eu gostaria de pedir a V. Exa., se fosse possível, que o Ministro Marcos Pontes pudesse responder à minha pergunta, para que eu possa me deslocar para outra reunião, que está pedindo para que eu vá para votação. É uma pergunta pequena, mas que é importante sabermos, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Senador Amin.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – A minha indagação foi uma só. Então, se o senhor puder incluir na próxima leva de respostas.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Com a palavra o Ministro Marcos Pontes.

O SR. MARCOS PONTES – A resposta que dei anteriormente sobre se há algum país vetado, não. Na verdade, o que existe é o MTCR, o veto está basicamente nisso aí. Se o País está fora disso...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Israel está fora disso, o senhor mencionou.

O SR. MARCOS PONTES – Existe uma discussão paralela que pode ser feita, o acordo permite, mas tem que ser feita extraparalela nisso aí. Mas, a princípio, o MTCR é que segura, não há ninguém vetado.

Pergunta do Senador Chico Rodrigues com relação ao ITA, Inpe e essa participação. Eu sou suspeito para falar do ITA e do IME também, porque sendo aluno, eu estudei e me formei no ITA, eu sei da qualidade de formação do ITA, assim como outras universidades de peso que nós temos no País.

Um projeto como esse... Uma vez aprovado o acordo de salvaguardas e nós partamos para as outras possibilidades que nós temos, discussão de como implementar as ações locais, como conectar com a zona de exportação, como conectar isso com o porto digital e muitas outras possibilidades de turismo que nós temos ali no lugar para movimentar e melhorar o desenvolvimento econômico-social, dentro desse escopo também está a possibilidade... Isso eu coloco aqui, de novo... Aquela pessoa fala tanto em educação assim, mas eu gostaria de ver unidades do ITA com aquela qualidade – se fosse possível fazê-lo – espalhadas em lugares estratégicos do País, para levar essa possibilidade para lá.

O Inpe já participa naturalmente, pela montagem de satélites, pelo acompanhamento de todas as operações também por lá, mas o ITA eu gostaria de ver... Isso eu estou colocando. Sei que é completamente fora do escopo, mas é para a gente pensar depois sobre essas possibilidades de levarmos essas unidades do ITA ou do IME, essas participações, para lugares estratégicos para o País. Então, seria um sonho realmente ter isso. Mas a gente pode chegar lá sim.

Respondendo às perguntas do Senador Marcos do Val, com relação a lições aprendidas, houve aquele acidente, em 2003, em que eu perdi... Lembrando que àquela época eu ainda era do IAE também. Então, a maior parte ali eram amigos meus. E por mais de 30 anos eu trabalhei com segurança operacional, investigação e prevenção de acidentes. Uma coisa que acontece é que toda vez que há um acidente, você sente um pouco de frustração. É como se o trabalho não tivesse tido resultado, porque muitas vezes... Muitas vezes não. O resultado da prevenção de acidentes é invisível, porque o acidente não aconteceu. Então, foi uma coisa que me deixou extremamente triste, naquela época, quando aconteceu o acidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Do meu ponto de vista... Lembrem-se de que eu sou piloto de caça, piloto de testes, astronauta etc. Ou seja, é um trabalho em que você coloca sua vida no seu trabalho; literalmente, você coloca sua vida pela causa ou pelo trabalho que você está executando. A última coisa que eu gostaria, se eu perdesse minha vida fazendo alguma coisa pelo País, é de que aquilo fosse esquecido. Então, lembrando desse ocorrido lá em 2003... (*Palmas.*)

Obrigado.

Lembrando desse ocorrido lá de 2003, é importante a gente colocar que tudo isso que a gente tem feito agora, de certa forma, tem uma ligação com aquilo. Essa ligação é a seguinte: aquelas pessoas perderam a vida ali. São famílias etc. E a gente tem que fazer o possível para que tudo aconteça de uma maneira eficiente, para que esse centro tenha sucesso, para que a vida daquelas pessoas tenha resultado.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Para que aquilo tenha valido a pena.

O SR. MARCOS PONTES – Exato. Exatamente.

Sobre o voo lá no espaço, o voo da Soyus, eu acho que ele traz exatamente essa ligação. É a importância das pessoas, é a importância... Quando você vê o Planeta de fora, você sente qual é a importância de cada pessoa. A gente é muito insignificante em cima deste Planeta aqui. Mas cada pessoa tem uma importância enorme. É estranho, parece paradoxal. Isto é o que você nota, quando você olha lá de cima e percebe o quão pequenos nós somos, mas o que podemos deixar como legado. Esse acordo deixa como legado isso aí. Nós estamos aqui discutindo esse acordo, que é a chave para a iniciarmos a viabilização desse centro.

Isso vai honrar a vida daqueles 21 que perderam a vida lá no centro, isso vai melhorar o futuro de muitas crianças, de muitas pessoas daquele local, para que eles tenham uma vida muito diferente, como foi falado, pois parte vive em condições de miséria, inclusive, e tudo isso pode ser modificado, e começa com esse acordo.

É simples: se a gente começar a ter as chaves na mão, essa ferramenta para gente desenvolver o local, esse é o primeiro passo. E é importante que a gente dê esse passo junto aqui e que, depois, a gente também discuta como melhorar essa situação das pessoas lá. Isso tudo é feito em conjunto, em conversa, para a gente fazer o melhor possível. Uma pessoa só não tem a menor ideia; um grupo inteiro, sim, tem muitas ideias.

Com relação às perguntas do Senador Vanderlan, e essa é uma preocupação constante que eu tenho com relação a... Eu acordo e durmo pensando a questão dos orçamentos, em como está o orçamento da ciência e tecnologia. A ciência e tecnologia no Brasil foi sendo colocada de lado, foi

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sendo desprestigiada, foi sendo colocada como se fosse algo acessório, e não é; ciência e tecnologia é a ponta-de-lança, é algo essencial para o desenvolvimento do País.

Eu vou repetir isso quantas vezes foram necessárias, eu vou pedir para aqueles que compreendem e percebam essa importância que também me ajudem nessa pregação pelo País afora. E este local – o Congresso, o Senado, a Câmara – é onde se decidem os destinos desses orçamentos etc. Não se esqueçam da ciência e tecnologia, porque a ciência e tecnologia é que dá o melhor retorno de investimento; a ciência e tecnologia é que dá o maior retorno de investimento e mais rápido; a ciência e tecnologia vai construir o futuro.

A gente não pode ficar dependendo de todos os países que têm tecnologia. A gente tem que construir a nossa tecnologia. E para isso a gente precisa de recurso. "Ah, é muito recurso?" Não é. Dê uma olhadinha nos orçamentos e compare-os. Você vai ver em um orçamento acima de R$100 bilhões, se a gente conseguir uma transferência de teto de 1% daquilo, fará uma diferença enorme do nosso estágio de ciência e tecnologia no Brasil.

Então, a gente está falando de coisas extremamente possíveis dentro do escopo daqui. A gente tem o nosso fundo lá de ciência e tecnologia, o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, com reserva de contingenciamento de 80%. Não dá para pensar num negócio deste: 80%!

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Fora do microfone*.) – São R$3 bilhões.

O SR. MARCOS PONTES – Isto: R$3,7 bilhões estão lá em reserva de contingenciamento. Se a gente tivesse um desse daí descontingenciado, já faria uma diferença enorme.

A gente tem o CNPq – desculpem mudar um pouquinho do foco, mas é importante usar este momento –, que é extremamente importante para fomentar a pesquisa no País – e sem a pesquisa básica a gente não consegue ter inovações que vão reverter em novos produtos, novas riquezas, é assim que todos os países fazem –, a gente tem lá o FNDCT contingenciado, a gente tem o CNPq faltando ali aproximadamente R$300 milhões, R$400 milhões para a gente completar as bolsas deste ano, e a gente está perdendo...

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PSD - RJ. *Fora do microfone*.) – O Fust.

O SR. MARCOS PONTES – O Fust preso. Eu nem me lembro dele porque ele fica lá enterrado e a gente não consegue... Sobre o CNPq, a gente precisa manter os nossos pesquisadores aqui, precisa prestigiá-los. Não adianta a gente querer falar: "Olha, o País tem que ter mais tecnologia", se a gente não prestigiar os pesquisadores lá, e a gente precisa disso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu espero contar com todos aqui no Senado e lá na Câmara para dar uma visão especial para a ciência e tecnologia. Assim como a educação e a saúde, nós precisamos ter uma visão especial e sair fora desse contingenciamento, ter um teto melhor para que a gente possa, aí, sim, trabalhar com os outros ministérios e dar o retorno de investimento. Nós podemos ajudar todos os ministérios. Eu preparei o ministério de forma a ser uma ferramenta para o País. Agora, a gente precisa de ajuda para colocar combustível nisso. Só lembrando uma coisa: a Nasa tem uma conta simples, que ela vive anunciando. Ela fala assim: para cada US$1 investido em um programa espacial, você tem US$5 de retorno social. É bom a gente ter esses números em mente. A gente pode fazer isso aqui também.

A questão de se trabalhar com os Municípios. Eu vou responder isso também na outra questão. Eu vou só esperar um pouquinho. O trabalho da gente vai realmente começar após a aprovação desse acordo. Uma vez que a gente tenha esse acordo, que é a chave, aprovado, aí vai começar o nosso trabalho em modificar aquela região e trazer realmente todos os benefícios a funcionar.

Com relação às questões do Senador Arolde, inicialmente, eu queria agradecer por me ajudar a mostrar a importância da ciência e da tecnologia e me dar essa possibilidade. Realmente, a gente precisa trazer a ciência e a tecnologia ao patamar, ao protagonismo que significa. Então, eu pediria a quem puder dar uma olhadinha lá nos orçamentos que olhe, para ver a situação em que está, e como a gente poderia estar. E como a gente poderia estar de uma maneira muito pequena para os outros, em termos de orçamento dos outros, mas isso pode dar um ganho muito grande para todos os outros ministérios.

Com relação às comunidades, que foi a pergunta que ficou no final. Esse é um dos trabalhos grandes que a gente tem de fazer, logo após essa aprovação. Eu espero que a aprovação desse acordo passe rapidamente, para a gente já cair no trabalho lá, realmente, junto com as comunidades locais, lá no Estado, para fazer isso converter realmente em resultados. Eu gosto de resultado prático. Eu não gosto de ficar muito enrolando, falando simplesmente. É bom a gente ir lá e começar a resolver o negócio, fazer as coisas funcionarem. Quanto antes isso acontecer, melhor.

A gente tem já alguns estudos feitos, lá no GSI, com o grupo de trabalho 10, mas a gente precisa somar isso a outras possibilidades também.

Deixe-me ver onde está o resto aqui.

Da Senadora Kátia Abreu. A senhora falou de uma coisa que é extremamente importante: como a agricultura do Brasil tomou toda essa importância e como ela se desenvolveu baseada em tecnologia. É um exemplo excelente. Assim como a agricultura, outros setores podem também se beneficiar pela tecnologia que nós podemos desenvolver no País, e com a configuração que nós colocamos no Ministério. Espero que eu tenha uma chance de alguma vez vir aqui, em breve, para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

poder falar sobre essa estrutura nova do ministério, quais os nossos planos e como está a ideia. Há muitas coisas interessantes que eu preciso compartilhar aqui.

Ciência e tecnologia é sempre uma pauta positiva. Se você pensar, é sempre algo que traz coisas positivas. Isso passa por cima de todas as questões de partido etc., porque a ideia é sempre ajudar as pessoas lá. A ciência e tecnologia consegue fazer isso, ajudar o desenvolvimento de todas essas coisas. A gente está aqui sempre para defender aquela pessoa que está lá no finalzinho. Por que eu acho isso importante? Por que isso fica sempre na minha cabeça, trabalhar com as pessoas? Eu falei aqui, no começo dessa parte, sobre o acidente, mas quem me conhece sabe que meu pai era servente de serviços gerais. Era como um faxineiro, aquela pessoa que limpa o chão, faz café, corta a grama.

Eu lembro que, no começo, lá em Bauru, eu falava que eu queria ser piloto, o pessoal falava: "Isso é impossível para você, isso é para filho de rico. Você nunca vai conseguir fazer isso", e assim por diante. E a minha mãe, a D. Zuleika, virou-se para mim e falou assim: "Se você estudar, trabalhar, persistir e sempre fizer mais do que esperam de você, você consegue chegar aonde você quiser". E passou para mim essa ideia que eu vivo repetindo para as pessoas e para jovens, especialmente no Brasil, para que eles acreditem que é possível a gente conseguir a coisa, mas precisa de educação, precisa de trabalho em cima disso aí.

Então, essa possibilidade de ajudar com ciência e tecnologia, para mim, é muito cara no sentido muito especial, não só no sentido institucional, porque é essa a função... Não, não. A gente faz isso, porque, para mim, eu vejo que essa é a solução, é assim que a gente consegue ajudar aquela criança que está lá na ponta. E não só crianças, as pessoas, mas as crianças estão sempre na ideia aqui.

Com relação à questão de acordos, na minha opinião, a gente tem que fazer acordos e fazer comércio com todos os países, sempre pensando do lado do Brasil, não desmerecendo os outros países, logicamente. Toda boa negociação tem que ser boa para os dois lados, mas tem que ser sempre boa para o Brasil. Então, a gente sempre tem que trabalhar junto para defender esses nossos interesses aqui.

Sobre o Japão e Israel, eu já conversei – aliás, nessa semana – com o Embaixador japonês, já coloquei algumas possibilidades como essa. Ele está estudando das necessidades de um acordo de salvaguarda para proteger qualquer tipo de componente japonês instalado em veículos de qualquer país ou em espaçonave de qualquer país. Então, já está estudando e vamos ver essa necessidade. Se for, a gente vai fazer um acordo com eles também, assim como com outros países. Isto a gente vai começar a aprender agora no mercado, como está esse percentual de cada país, porque a gente tem que ampliar o nosso portfólio de possibilidades. Isso vai ajudar bastante.

Eu vou a Israel. Na semana que vem, eu vou estar com o Presidente em Israel. Eu já tinha ido lá no começo de fevereiro e nós já vimos algumas possibilidades de cooperação no setor de ciência e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tecnologia. Então, agora a gente vai ratificar algumas delas, inclusive um acordo que já existia entre os dois Ministérios de Ciência e Tecnologia. Eu também vou colocar na pauta isso.

Aquela possibilidade de 1% até 2020 vai depender da nossa velocidade, é por isso que me dá esse senso de velocidade a gente aprovar esse acordo e a gente começar a fazer as coisas práticas que vêm depois dele, ajustar lá na região também e, em paralelo, trabalhar com esses acordos, com empresas internacionais. Aí é partir para o combate, vamos dizer assim.

Deixe-me ver isso aqui. Eu acho que eu mesmo não entendi a minha letra aqui.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCOS PONTES – Ah, sim, dos *clusters*. Esses acordos de transferência de tecnologia ou de preservação de tecnologia não preveem logicamente a transferência de tecnologia, mas, como eu falei, a partir do momento em que a gente começa a trabalhar com essas empresas, com funcionários profissionais nossos ali, com as próprias parcerias dessas empresas com empresas brasileiras, vai haver naturalmente essa transferência.

Sobre a cadeia de produção local, é extremamente importante. Numa base dessas, assim como a Embraer lá em São José dos Campos, se for olhar todas as empresas que trabalham na cadeia produtiva para a Embraer, isso movimenta um mercado enorme, com empregos, com tudo isso. E a mesma coisa a gente tem que fazer acontecer lá: movimentar a cadeia toda de produção.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCOS PONTES – Transforma, e não só o Maranhão. Aquilo acaba se espalhando para outros lugares também.

Esse é um ponto importante. A gente precisa, em conjunto, achar uma maneira de que os recursos sejam... O pessoal no GSI também já tem trabalhado essas possibilidades e as alternativas de esses recursos serem utilizados ali.

Eu compartilho o mesmo medo. Eu acabei de falar...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS PONTES – ... sobre toda a parte do orçamento de ciência e tecnologia. Eu compartilho exatamente o mesmo medo. Temos de encontrar uma maneira de fazer com que esse dinheiro seja utilizado ali para não ficar como o Fust lá dentro, sem que possamos fazer nada com ele.

É isso.

Sobre a frustração com relação às ferrovias. Quando eu tinha 14 anos, eu consegui o meu primeiro emprego na Rede Ferroviária Federal, que havia na época. Eu era eletricista aprendiz da Rede

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ferroviária Federal. Então, às vezes, eu olho lá em Bauru – eu sou de Bauru – e vejo aquela região onde ficavam as oficinas e havia gente para chuchu. Hoje está cheio de mato. Eu fico muito chateado com tudo.

Eu não conheço, para falar a verdade, não sei nada sobre esse assunto aqui, mas eu fiquei muito chateado em saber... Qualquer coisa relacionada à ferrovia toca muito para mim, porque lembra a história lá atrás.

Quanto à última coisa que foi perguntada pelo Senador Irajá, com relação à comunicação, nós temos o Satélite Geostacionário de Defesa e Comunicações operacional, podendo instalar – e nós já estamos instalando – pontos para escolas principalmente no Brasil, o que é uma coisa muito bacana. E pode ser muito estendido para se utilizar inclusive no setor agrícola, para as fazendas, sítios etc., para que haja internet lá dentro, que eu acho que é uma aplicação importante também.

Obrigado.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Presidente, só uma dúvida.

Ministro, então, em tese, os recursos, hoje, iriam para o Tesouro geral, os recursos arrecadados em Alcântara. Não há nenhuma especificidade, quando foi criado, para um direcionamento.

O SR. MARCOS PONTES – Não. Agora, vão ser colocadas essas outras possibilidades. Existe a possibilidade de uma OS, chamada Alada.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Eu pergunto isso, Presidente, porque nós podemos seguir com esse trabalho e tentar aprovar...

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Sim. Vai vir para cá.

O SR. MARCOS PONTES – Exato.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Exatamente. Aprovar aqui. Quero parabenizá-lo por esta audiência púbica. E seria talvez o nosso tesouro perdido, para que pudéssemos financiar a tecnologia no País, a inovação.

O SR. MARCOS PONTES – Exatamente.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – E gostaria de sugerir ainda que incluísse na sua visão, no seu raio de visão, o BNDES. Já conversei com o Joaquim Levy sobre isso. Eu acho que, além do seu Ministério e das universidades, o BNDES pode ter um papel fundamental em implementar nas empresas e no País a tecnologia. Inclusive, há recurso para isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS PONTES – Sem dúvida.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Então, acho que essa união pode ser importante.

E pode nos sugerir leis, projetos de leis para organizar esses recursos de Alcântara.

O SR. MARCOS PONTES – Eu agradeço muito. Isso vai ser extremamente...

Inclusive, se houver oportunidade... Eu sei que estou pedindo uma série de vindas aqui diferentes, porque não dá tempo de falar de todos os assuntos, são muitos, mas, se houver uma oportunidade também no futuro de a gente falar sobre o nosso Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações, eu gostaria de vir e falar sobre como está esse projeto e assim por diante.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Bom, encerramos a participação dos Srs. Senadores.

Que pena que o nosso Líder do Governo não esteja aqui, porque aprendemos muito com os detalhes. O que observamos aqui, Ministro, é que o Governo Bolsonaro tem uma pessoa que veio do espaço e que pode ajudar muito...

O SR. MARCOS PONTES – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – ... na sua articulação, principalmente no que tange a essas pautas polêmicas que nós temos pela frente, como a reforma da previdência, a reforma fiscal e as demais, porque, pela primeira vez nesta Casa, eu vi quatro integrantes da oposição, Senador Amin, elogiarem a postura, a atitude, o jeito do Ministro Marcos Pontes.

Então, foi aqui, apesar de nós não termos almoçado ainda, uma doce sobremesa a sua presença aqui na nossa Comissão...

O SR. MARCOS PONTES (*Fora do microfone*.) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Eu tenho aqui as perguntas do e-Cidadania, mas praticamente elas já foram respondidas.

Do Matheus Brito, do Distrito Federal: "Qual é o plano para o desenvolvimento aeroespacial brasileiro a partir dessa parceria com os Estados Unidos? Haverá compartilhamento de tecnologias?"

Diogo Vilela, de São Paulo: "Quais são as garantias existentes para que os norte-americanos não entrem com equipamentos nem utilizem a região para uso militar? A região poderá ser utilizada no mesmo período tanto pelos brasileiros quanto pelos norte-americanos..."

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Do Valdemagno Silva, lá de Pernambuco: "Gostaria de saber se haverá transferência de tecnologia e se o Brasil pode continuar a usá-la. Gostaria de saber se o Brasil poderá fazer o mesmo acordo com outros países [...]?"

O SR. MARCOS PONTES – Eu já respondi...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – V. Exa. já respondeu a todos esses questionamentos.

De tal sorte que encerro aqui a reunião, apenas ressaltando um ponto que me marcou muito, que entendo que ser muito importante nesse processo: primeiro, a ida de V. Exa. – distância para V. Exa. não é problema – para o Maranhão... (*Risos.*)

... justamente para poder verificar *in loco*, porque a visão de quem está no local é diferente, e a promoção de qualificação profissional para absorver a mão de obra de quem é do local, da região.

Isso é muito importante, isso se faz antes de se organizar qualquer obra física, qualquer estrutura. Então, acho que é um ponto que deve ser atacado logo e equacionado junto com o Ministério da Educação, junto com outros organismos que possam assim fazer.

Muito obrigado pela sua participação.

Encerro a reunião, já convocando a seguir a nossa reunião ordinária para tratar de alguns assuntos que estão sobre a mesa.

Muito obrigado e bola para a frente.

O SR. MARCOS PONTES – Obrigado.

(*Iniciada às 10 horas e 12 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 38 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 8ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE MARÇO DE 2019, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às doze horas e quarenta e três minutos do dia vinte e oito de março de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Nelsinho Trad, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores Mecias de Jesus, Jarbas Vasconcelos, Marcio Bittar, Esperidião Amin, Fernando Bezerra Coelho, Vanderlan Cardoso, Antonio Anastasia, Romário, Major Olimpio, Roberto Rocha, Flávio Bolsonaro, Kátia Abreu, Randolfe Rodrigues, Marcos do Val, Acir Gurgacz, Flávio Arns, Veneziano Vital do Rêgo, Angelo Coronel, Arolde de Oliveira, Carlos Viana, Chico Rodrigues, Eliziane Gama, Weverton, Confúcio Moura, Paulo Rocha, Wellington Fagundes, Luiz do Carmo, Irajá e Izalci Lucas. Deixam de comparecer os Senadores Daniella Ribeiro, Mara Gabrilli, Fernando Collor, Jaques Wagner e Zequinha Marinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da 6ª reunião ocorrida em 21 de março de 2019, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei do Senado n° 213, de 2015 - Terminativo -** que: "Dá nova redação ao §2º do art. 2º da Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964 - Lei do Serviço Militar - garantindo às mulheres o direito de opção ao serviço militar." **Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin. **Relatoria:** Senador Marcos do Val. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, com 2 (duas) emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - Projeto de Resolução do Senado n° 17, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Institui o Grupo Parlamentar Brasil-França." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Relatoria:** Senador Marcio Bittar. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional n° 16, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do § 2º do art. 103 do Regimento Interno do Senado Federal, aditar o convite para comparecimento nesta Comissão, realizado mediante o Requerimento nº 2 - CRE, de 2019, ao Exmo. Sr. Ministro de Estado de Relações Exteriores, Ernesto Araújo, a fim de que também preste na oportunidade informações sobre a mudança de posicionamento do Brasil no Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas acerca de denúncias feitas contra o Estado de Israel." **Autoria:** Senador Esperidião Amin. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Nelsinho Trad

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/03/28

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a 8ª Reunião, após a 7ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Relações Exteriores.

Não havendo quórum para deliberar os itens 1 e 2 da pauta, passamos ao item 3.

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 16, de 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do § 2º do art. 103 do Regimento Interno do Senado Federal, aditar o convite para comparecimento nesta Comissão, realizado mediante o Requerimento nº 2 - CRE, de 2019, ao Exmo. Sr. Ministro de Estado de Relações Exteriores, Ernesto Araújo, a fim de que também preste na oportunidade informações sobre a mudança de posicionamento do Brasil no Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas acerca de denúncias feitas contra o Estado de Israel.

Autoria: Senador Esperidião Amin.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concedo a palavra ao autor do requerimento, Senador Esperidião Amin, para fazer a leitura e a justificativa da matéria.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, eu apresentei dois requerimentos. Um depende apenas de manifestação de V. Exa., que é colher informações junto ao Ministério da Economia para subsidiar o meu parecer sobre o Projeto de Lei nº 235, cuja relatoria me foi atribuída nesta Comissão, e eu me sinto precisado, estou necessitando desses subsídios para bem relatar o projeto. Acho que isso depende só de V. Exa., então só quero lembrá-lo.

E apresentei o requerimento que está sob o Protocolo nº 0016 desta Comissão, que é apenas uma questão de lealdade de minha parte para com V. Exa. e com o Ministro das Relações Exteriores, aduzindo aos assuntos que lhe serão apresentados uma genérica solicitação de esclarecimentos sobre alguns casos concretos de mudança na posição que o Brasil tem defendido no exterior. Como os fatos concretos estão aqui informados, eu gostaria apenas que fosse do conhecimento da Comissão e do Ministro... Eu poderia fazer a pergunta... Hoje mesmo nós assistimos aqui se tratar de ferrovias, o que é próprio, tratar de assuntos da nossa Comissão, mas que não estavam especificados no requerimento de convocação do Ministro. É por esta razão que eu apresentei este requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Senador Amin, determino à Mesa que atenda ao pleito, à solicitação primeira feita pelo Senador Amin.

Coloco em discussão a matéria lida pelo Senador Esperidião Amin. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Prazo para indicação de políticas públicas.

Comunico aos Srs. Senadores que está aberto o prazo para que sejam indicadas políticas públicas para serem avaliadas no âmbito da Comissão no biênio 2019-2021, conforme o art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, que diz o seguinte: "[...] as Comissões permanentes selecionarão, na área sua competência, políticas públicas desenvolvidas no âmbito do Poder Executivo, para serem avaliadas".

Assim, informo que o prazo vai até o dia 16 de abril do corrente e que as indicações deverão ser apresentadas à Comissão na forma de requerimento pelas Sras. e pelos Srs. Senadores membros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deliberação da ata da reunião anterior.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Eu proponho a dispensa.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – O Senador Amin, auxiliando os trabalhos da mesa, propõe a dispensa.

E a aprovação da ata da 6ª Reunião da Comissão, realizada no dia 21 de março de 2019.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, agradecendo a participação de todos.

(*Iniciada às 12 horas e 42 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 48 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 9ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE ABRIL DE 2019, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e zero minutos do dia quatro de abril de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Nelsinho Trad e Marcio Bittar, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores Mecias de Jesus, Esperidião Amin, Fernando Bezerra Coelho, Romário, Major Olimpio, Flávio Bolsonaro, Randolfe Rodrigues, Marcos do Val, Flávio Arns, Jaques Wagner, Humberto Costa, Arolde de Oliveira, Chico Rodrigues, Marcos Rogério, Rodrigo Pacheco, Paulo Paim, Eliziane Gama e Paulo Rocha. Deixam de comparecer os Senadores Jarbas Vasconcelos, Daniella Ribeiro, Antonio Anastasia, Mara Gabrilli, Kátia Abreu, Fernando Collor, Angelo Coronel e Zequinha Marinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Comparecimento de Ministro de Estado**, atendendo aos requerimentos REQ 2/2019 - CRE, de autoria do Senador Nelsinho Trad e outros, REQ 14/2019 - CRE, de autoria do Senador Jaques Wagner, e REQ 16/2019 - CRE, de autoria do Senador Esperidião Amin. **Finalidade:** Comparecimento do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Ernesto Araújo, para discutir os rumos da política externa brasileira em momento de transição no âmbito da Pasta das Relações Exteriores. **Participante:** Sr. Embaixador Ernesto Araújo, Ministro de Estado das Relações Exteriores. **Resultado:** Audiência Pública interativa realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Nelsinho Trad

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/04/04

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Bom dia a todos.

Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a 9ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 1ª Sessão Legislativa da 56ª Legislatura do Senado da República.

Comunico que esta Comissão, em cumprimento ao disposto na alínea "f", inciso III, art. 7º da Resolução 2, de 2013, do Congresso Nacional, designará um membro para a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (CCAI) e que a escolha do membro desse colegiado seja feita por eleição secreta. Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que tiverem interesse em participar da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (CCAI) devem se manifestar junto à Secretaria desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Pauta.

A presente audiência pública tem por finalidade discutir os rumos da política externa brasileira, em momento de transição, no âmbito da pasta das relações exteriores; esclarecer as consequências diplomáticas, econômicas e geopolíticas da condição de renúncia ao tratamento especial e diferenciado previsto para países em desenvolvimento na OMC (Organização Mundial do Comércio) como contrapartida ao apoio dos Estados Unidos à pretensão brasileira de ingresso na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE); e prestar informações sobre a mudança de posicionamento do Brasil no Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas acerca de denúncias feitas contra o Estado de Israel, em atendimento aos Requerimentos 2, 14 e 16, de 2019, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, de autoria dos Senadores Nelson Trad, que vos fala, Jaques Wagner e Esperidião Amin, respectivamente.

Para esta reunião, contaremos com a honrosa participação – e já queremos, em nome do Senado, agradecer-lhe a presença – do Exmo. Sr. Embaixador Ernesto Araújo, Ministro de Estado das Relações Exteriores, o qual temos a grata satisfação de cumprimentar e convidar para poder iniciar os trabalhos.

Esta audiência pública é realizada em caráter interativo, com a transmissão pelos canais de comunicação do Senado Federal. A população que ora nos assiste poderá participar enviando observações e perguntas aos palestrantes, por meio da internet, no portal e-Cidadania, no endereço

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

www12.senado.leg.br/ecidadania. A participação dos internautas é sempre de extrema valia para os nossos trabalhos.

Gostaria de registrar a presença das seguintes autoridades que se apresentaram ao nosso corpo técnico: Embaixador do Uruguai no Brasil, Gustavo Vanerio; Segunda-Secretária de Política Externa, Caitlin Mary Smith (Embaixada do Reino Unido); da Embaixada dos Emirados Árabes Unidos, Abdelrahman Almaazmi; Embaixador Otávio Brandelli, Secretário-Geral das Relações Exteriores; Ministro Luís Guilherme Cintra, Chefe de Gabinete do Secretário; Assessor Especial para Assuntos Internacionais da Presidência da República, Sr. Filipe Garcia Martins Pereira; Chefe de Gabinete do Ministro, Pedro Wollny; Conselheiro Flávio Sapha, Subchefe de Gabinete; Secretário Fabiano Burkhardt, introdutor diplomático; da Assessoria de Relações Federativas e com o Congresso Nacional, Ministro Marcos Campos (chefe), Conselheiro Igor Resende (subchefe), e Secretária Luisa Tatsch (assessora); da Assessoria Especial de Gestão Estratégica, Conselheiro Alberto Fonseca (chefe), e Secretário Denis Ishikawa dos Santos (subchefe); da Secretaria de Comunicação e Cultura, Embaixadora Márcia Donner Abreu, Secretária de Comunicação e Cultura, e Ministro João Alfredo dos Anjos Junior, Diretor do Departamento de Comunicação Social; acompanham o Sr. Secretário-Geral o Ministro Luís Guilherme Cintra e o Conselheiro André Bevilacqua; da Presidência da República, Sr. Filipe Martins, Assessor Especial para Assuntos Internacionais.

Para dar início ao debate, tenho a honra de conceder a palavra ao Ministro Ernesto Araújo.

Sr. Ministro, V. Exa. dispõe de 30 minutos para fazer sua exposição.

Terminada a exposição do Ministro, concederemos a palavra às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores previamente inscritos, que terão cada um cinco minutos para interpelação, assegurado igual prazo para resposta do interpelado, após o quê poderá ser contraditado pelo prazo máximo de dois minutos, concedendo-se ao Ministro o mesmo tempo para tréplica, se for o caso.

Com a palavra o Ministro Ernesto Araújo.

O SR. ERNESTO ARAÚJO (Para exposição de Ministro.) – Muito obrigado.

Sr. Presidente Senador Nelsinho Trad, Srs. Senadores, Srs. Embaixadores, membros do Corpo Diplomático, caros colegas, senhoras e senhores, é uma grande honra, um privilégio para mim estar aqui, nesta Comissão de Relações Exteriores, para falar da nossa política externa nestes primeiros três meses em que já temos tido a oportunidade de começar a implementar os rumos de política externa determinados pelo Presidente Jair Bolsonaro.

Desde que fui indicado para este cargo, que o Presidente me deu a honra de me indicar para este cargo, eu assumi o compromisso, a missão de romper aquilo que percebia como um grande isolamento do Itamaraty frente à sociedade brasileira e frente às discussões sobre os rumos do Brasil. E

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma das grandes maneiras, das principais maneiras de levar adiante essa ruptura desse isolamento é, evidentemente, o contato com o Congresso Nacional. Por isso, além do privilégio de estar aqui, eu queria dizer que é importantíssima para o nosso trabalho esta oportunidade que nós temos aqui.

Nessa mesma perspectiva, eu tenho também reiterado que é importante que os diplomatas não façam apenas coisas que são importantes para outros diplomatas, mas que façam coisas que são importantes para o Brasil, para a população brasileira. Esse é um princípio que nos norteia. E eu acho que já uma consequência disso é a intensificação visível do debate sobre política externa na nossa sociedade, tanto nos meios tradicionais quanto na nova mídia e aqui, no Congresso, certamente.

Existe hoje, na minha percepção, um debate extremamente intenso, e isso eu acho que reflete o fato de que nós estamos tentando fazer coisas que são importantes para a sociedade e que, portanto, suscitam tanto apoios quanto críticas. É claro que a gente prefere os apoios, mas estamos plenamente conscientes de que as críticas que vimos recebendo são parte desse processo. Apenas se nós tentássemos não fazer nada é que nós não receberíamos críticas, e não foi essa a opção, evidentemente, que nós fizemos. Estamos sempre prontos e interessados no debate.

Se os senhores me permitem, eu gostaria de fazer uma pequena introdução, com certo caráter filosófico, se é que eu posso ter essa pretensão, citando o filósofo brasileiro Mário Ferreira dos Santos, que disse que o caráter intrínseco de uma coisa não está na sua superfície exterior, mas na sua razão. Eu acho que isso se aplica a um país e se aplica, talvez, à política externa de um país.

Vou falar um pouco mais dessa questão da razão. Nessa nossa era da técnica e da tecnocracia, eu acho que nós aprendemos a transportar todas as coisas e todos os raciocínios para o lado puramente quantitativo. E, assim, por exemplo, há uma tendência de reduzir as relações com determinado país, simplesmente a corrente de comércio. E, dentro da própria corrente de comércio, muitas vezes não sinalizam os aspectos qualitativos que ali penetram, mas apenas os aspectos quantitativos.

Fala-se muito da necessidade de não haver ideologia na política externa. Eu concordo plenamente, mas a ausência de ideologia não pode significar, a meu ver, a ausência de razão. Entretanto, acho que é isso que tem acontecido, infelizmente: ausência de um pensamento mais profundo que procure prescrutar as dimensões que dão origem às nossas políticas e as questões de fundo que estão ali atrás. Ao rejeitar, ao deixar de lado a razão, nós acabamos ficando escravos de ideologias congeladas, ficamos hipnotizados por certas palavras e por certas categorias que se tornaram indiscutíveis.

Nada deveria ser indiscutível numa atmosfera de liberdade de pensamento, como aquela que nós temos no Brasil. Acho que precisamos investigar qual é essa forma intrínseca do Brasil, segundo aquela expressão do filósofo; qual é a nossa razão. E precisamos investigar também qual é a razão por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trás desses movimentos ideológicos que nós pretendemos superar, para que possamos efetivamente superá-los. Acho que não podemos fazer da política externa um terreno cercado de grades, onde a razão e o pensamento não penetram.

É muito difícil definir uma nação, porque é sempre muito difícil definir qualquer ser, seja vivente, vivo e complexo, como uma nação. A definição sempre é algo que congela e que limita esse caráter orgânico de um ser que vive e que atua. Por isso, acho que é preferível usar esse termo da razão como algo que se produz o tempo todo e que nós precisamos analisar, estudar e escutar o tempo todo, e não procurar limitar o nosso raciocínio a definições muitas vezes insuficientes. Então, devemos ter, digamos, por um lado essa ambição de escutar o que é o Brasil, ao fazer a nossa política externa, e por outro lado a humildade de saber que de certa forma nunca chegaremos lá e nunca conseguiremos abarcar toda realidade dessa entidade, desse ser extraordinário que é a Nação brasileira.

O que isso tem a ver com a política externa? Os senhores poderiam me perguntar. Eu acho que tem tudo, porque nós podemos argumentar que tudo tem a ver com tudo. E um dos problemas talvez do mundo contemporâneo é a fragmentação e a compartimentação do pensamento, que leva justamente a esse predomínio da técnica e a essa ausência, muitas vezes, da dimensão mais profunda do pensamento.

Pensar em termos de razão e não simplesmente de técnica exige que nós formulemos hipóteses, muitas vezes, porque é muito fácil simplesmente dizer que "a" é igual a "a" e "b" é igual a "b", o pensamento tautológico em que você não erra, mas também não sai do lugar. Esse conceito de razão exige que nós formulemos a hipótese de que, por exemplo, "a" mais "b" é igual a "c", porque a razão é algo que desidentifica uma coisa de si mesma e lança, digamos, numa aventura fora da dimensão puramente tautológica. Mesmo que nós erremos e nos demos conta de que "a" mais "b" não é igual a "c", mas é igual a "d", nós só chegamos lá porque formulamos inicialmente uma hipótese.

Nessa mesma perspectiva, uma nação nunca será igual às outras. E nunca será suficiente dizermos simplesmente que ela é igual às outras, mas é preciso que ela se relacione com as outras a partir da sua identidade. E essa identidade envolve, de certa forma, um separar-se e um diferenciar-se.

O Brasil não é a China. O Brasil não é o Uruguai. O Brasil não é os Estados Unidos. Isso parece óbvio, mas, muitas vezes, na nossa atuação recente, nós viemos nos comportando como se o Brasil fosse um país genérico, como se não fizesse diferença essa nossa identidade, como se nós tivéssemos de atuar simplesmente a partir de paradigmas externos. De certa forma, abandonamos a relação com nossa própria identidade. Talvez não só na política externa, mas nela certamente.

Então, ser uma nação é ser diferente das outras nações. E uma nação que se afirma, de certa forma, está se identificando e dizendo coisas diferentes, fazendo coisas diferentes. Eu acho que isso também é algo que nós vínhamos negando. O Brasil, de certa forma, vinha se negando a si mesmo. E,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nessa negação, se abusava muito do conceito do universalismo, que é um conceito como qualquer outro, que tem de ser analisado, mas nós vínhamos fazendo disso um dogma e dizendo que a política externa brasileira tinha de ser universalista. E isso acabava significando simplesmente que nós não deveríamos ter uma coloração própria, não deveríamos ter uma identidade. Não deveríamos perseguir nada que não fosse autorizado por certos paradigmas internacionais.

Essa indiferenciação, essa certa vergonha de ser o que se é, essa tendência de se negar chegou, por exemplo, ao ponto de nós retirarmos o Brasão da República do nosso passaporte. Acho que isso é extremamente simbólico dessa falsa concepção de universalismo, que é um pouco se negar a si mesmo. Daqui a pouco, o Brasil iria negar o seu próprio nome e passar a se chamar simplesmente País X por uma certa tendência de não querer se assumir como um país que, como qualquer outro país, é diferente dos outros, tem ideias diferentes, um povo que tem uma personalidade diferente.

Essa indiferença a si mesmo, essa tendência de autonegação, de certa forma, levou também a uma indiferença moral, que é algo que eu tenho criticado na nossa política recente. E, aqui, passando também pelo lado quantitativo de comércio, da economia, há uma incapacidade de gerar resultados concretos, porque o que nós tivemos, ao longo das últimas décadas, na nossa política externa foi, de um modo geral, um discurso de perseguir o pragmatismo e de perseguir resultados concretos sem uma coloração própria, mas esses resultados tampouco vieram.

Para fazer um breve apanhado pelo menos do que eu enxerguei nesses últimos 30 anos em que eu tive o privilégio de trabalhar no Itamaraty, eu diria que, grosso modo, nos anos 1990 nós tivemos na nossa política externa o eixo central de tentar recuperar a credibilidade internacional do Brasil, que tinha sido profundamente afetada principalmente pela crise econômica dos anos 80. Falava-se muito que o Brasil deveria se reconectar aos núcleos dinâmicos da economia internacional. E esse discurso não se traduziu na prática.

O que nós vivemos foi, por um lado, uma tentativa de se aproximar dos Estados Unidos e, por outro o lado, uma tentativa de se aproximar da União Europeia, vistos na época como esses núcleos dinâmicos da economia internacional, mas, na prática, o objetivo era que uma atrapalhasse a outra. O Brasil não queria ter um acordo, uma conexão comercial e econômica com os Estados Unidos e também não queria ter com a União Europeia. E se inventou a negociação Mercosul-União Europeia para justamente atrasar a negociação com os Estados Unidos, que na época começava na proposta da Alca, por exemplo, nesse caso.

Então, houve o problema de um enfoque comercialista também, porque a política externa era concebida muito exclusivamente por uma dimensão comercial, mas sem gerar resultados nessa dimensão comercial, e também sem reconhecer que, nessa conexão com esses diferentes parceiros, dever-se-ia ir mais a fundo e se pensar, por exemplo, na questão civilizacional, que é algo que nós estamos tentando recuperar em termos do pertencimento do Brasil ao Ocidente. Isso era uma coisa de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que não se falava nessa época. Então, o alegado pragmatismo não gerou os resultados que se esperavam.

Nos anos 2000, a prioridade, principalmente a partir de 2003, com o Governo Lula, foi a criação de um espaço sul-americano, com uma perspectiva muito excludente, com uma perspectiva extremamente ideológica, e, aí, sim, acho que nós podemos dizer, em que o processo de integração sul-americano foi, de certa forma, direcionado para isolar os governos da região que não eram controlados por partidos de esquerda e para procurar propelir o conjunto da região a se fechar ao exterior e a se tornar um bloco sujeito a uma determinada ideologia. E, ao mesmo tempo, houve a continuação desse estranho comercialismo que não gera comércio, porque se falava muito nas prioridades da política comercial... Eu pessoalmente tentei participar na época, participei de várias negociações comerciais, e sempre havia um grande do bloqueio a que se fechassem acordos relevantes. Havia uma preocupação de que o Brasil não renunciasse a nenhum elemento possível de política industrial ou de política tecnológica, mas essa política industrial e tecnológica não vinha tampouco.

Houve uma aposta em um mundo pós-ocidental, sobretudo por meio do Brics, o que, em si mesmo, não teria problema, mas uma aposta excludente do mundo ocidental, mas sem um projeto, sem saber o que se queria ganhar desse mundo pós-ocidental. Simplesmente, acho que se achou que os Estados Unidos e a Europa, sobretudo os Estados Unidos, estavam fadados a uma decadência e que era preciso se aproximar de potências emergentes, mas sem que isso tenha envolvido um projeto, um projeto de capacitação tecnológica, um projeto de capacitação industrial, por exemplo. Então, ao contrário, foi uma época de uma gigantesca desindustrialização do Brasil; foi uma época de um estranho desenvolvimentismo que não desenvolveu, um desenvolvimentismo que fechou fábricas e que não construiu infraestrutura, apesar das centenas de bilhões de dólares que entraram com a época do *boom* das *commodities*.

A partir do Governo Dilma Rousseff e, depois, no Governo Temer, acho que houve uma opção ou uma não opção e um progressivo isolamento da política externa em relação a qualquer outro projeto nacional. E o Brasil se tornou um país que simplesmente deixava que as coisas lhe acontecessem, um país que assistia aos grandes ventos de transformação no mundo procurando simplesmente não incomodar ninguém. Acho que isso foi uma época bastante pouco produtiva da nossa política externa em torno dessa renúncia um pouco à nossa identidade, como falávamos antes: o Brasil se tornando um país genérico no mundo. Essa tentativa simplesmente de que, achando que não incomodando ninguém, não dizendo nada que pudesse atrapalhar nada, poderíamos ser simplesmente deixados de lado dentro do nosso espaço; uma época inteiramente sem ambição e sem visão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje, por meio desse diagnóstico, nós estamos procurando que o Brasil volte a ser aquilo que acredito que os brasileiros querem, que é um grande país, um país que tem a sua própria voz no mundo e que pode influenciar nos rumos do sistema internacional e muito especialmente na nossa região. Isso, às vezes, é visto como uma política externa que incomoda. A intenção, evidentemente, não é incomodar, mas o incomodar muitas vezes é um resultado. Então, o Brasil hoje incomoda e atrapalha, por exemplo, o processo de destruição da Venezuela pelo regime Maduro e atrapalha aqueles países que ainda apoiam e sustentam esse regime.

O Brasil, acho, incomoda aqueles que planejam um mundo sem nações, um mundo pós-nacional. O Brasil atrapalha aqueles que não querem que haja ideias dentro da política externa, aqueles que não querem pensar, aqueles que querem eliminar a razão, naquele sentido de razão que eu mencionava anteriormente. O Brasil atrapalha também aqueles que não se preocupam com a soberania, aqueles que, como eu dizia, pensam no mundo globalizado não como um mundo construído a partir de nações, mas como uma espécie de geleia geral, onde não há fronteiras, onde não há identidades nacionais.

Essa questão da razão individualizante, esse fundamento da identidade nacional, está presente entre os princípios da política externa da nossa própria Constituição, principalmente no princípio da independência nacional. A independência nacional evidentemente foi conquistada em 1822 e não parece estar diretamente ameaçada. Então, às vezes a gente se pergunta por que esse princípio continua figurando na Constituição, mas acho que o Constituinte de 1988 foi muito sábio nesse sentido, porque a independência não se trata apenas da independência jurídica, mas precisa ser uma atitude, tem que ser uma independência, por exemplo, em frente aos dogmas politicamente corretos que em muitos setores tendem a presidir o relacionamento internacional; tem que ser uma independência frente a essa ideologia de apagamento das fronteiras e de encerramento das nações; tem que ser também uma independência no sentido de capacitar a nossa economia com mais tecnologia, mais investimento, investimento privado gerando abertura econômica, mais competitividade, mais eficiência, inovação, por exemplo, através de boas práticas oriundas da OCDE, por exemplo, nós estamos tentando, almejando conseguir através de uma renovada relação com países centrais na dimensão econômica e tecnológica, como são os Estados Unidos e Israel; independência também através da maior diversificação de mercados e de produtos dentro desses mercados; independência com maior controle sobre os nossos recursos naturais, por exemplo.

Nesse mesmo conceito de identificar a nós mesmos e, a partir disso, nos relacionar com o exterior e não ter uma política externa de fora para dentro, nós pretendemos e estamos fazendo isso, acredito, estruturar a nossa relação com qualquer país em benefício da nossa, como dizia, independência, da nossa autonomia, do nosso desenvolvimento, seja com China ou Estados Unidos, seja com Israel ou com os países árabes. Nós não podemos ser independentes em frente a um parceiro e, ao mesmo tempo, manter uma atitude completamente acrítica em frente a outro parceiro. Nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

precisamos tentar sujeitar todas as relações à mesma lógica e buscar em cada relacionamento bilateral as parceiras profícuas naquele relacionamento.

Para falar novamente de um exemplo que evidentemente está muito presente, porque nós regressamos ontem da viagem presidencial a Israel, com Israel, por exemplo, um grande eixo da relação nessa perspectiva é a dimensão da inovação. É preciso ver isso. Nós vimos lá muito claramente que Israel é um país que se transformou em pouco mais de 20 anos. Era um país que vivia numa situação de hiperinflação, de inflação crônica, de estagnação e atraso, exceto na área de segurança e defesa por uma questão de sobrevivência do Estado de Israel, mas o restante da economia vivia uma situação de sufocamento da economia por uma hiper-regulamentação até os anos 90.

E, por uma série de decisões corajosas e com grande visão de diferentes líderes, mas sobretudo do atual Primeiro-Ministro, que teve seu primeiro mandato em 1996, Benjamin Netanyahu, Israel decidiu abrir a economia, investir em tecnologia, desregulamentar, se tornar um país de inovação. Hoje, Israel é conhecido como "a nação s*tartup*". Talvez, em muitos setores o maior, ou certamente o segundo maior polo tecnológico do mundo. E, este ano, a renda *per capita* de Israel acaba de ultrapassar a renda do Japão, por exemplo. Então, só para dar um exemplo do que pode significar um país que se reconecta com as suas diretrizes básicas e que reforma essas diretrizes quando isso é necessário.

Bem, é preciso, portanto, avaliar riscos e oportunidades em todos os relacionamentos que nós temos, e não somente em alguns. E é preciso acompanhar a realidade mundial e a realidade de outros países naquilo que ela realmente é, e não na visão que nós temos. É preciso relacionar-se com os países para saber quais são as suas verdadeiras preocupações, os seus verdadeiros anseios.

E isso tem muito a ver também com aquela necessidade de superação de uma visão tecnocrática da sociedade, portanto, de uma visão tecnocrática...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ERNESTO ARAÚJO – ... da política externa.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS. *Fora do microfone.*) – V.Exa. tem mais cinco minutos.

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Cinco minutos, perfeito.

E essa superação significa, sobretudo, uma recuperação da política, não é? Eu acho que durante talvez 20, 30 anos, houve uma progressiva deturpação da política e uma imagem ruim da política, em que parecia que já não se podiam discutir determinados temas, não se podiam discutir determinados fundamentos da sociedade. E acho que hoje é um fenômeno talvez mundial que os cidadãos de todos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

os países querem recuperar a capacidade de discutir os fundamentos da sua sociedade. Isso é o que significa a política.

Então já falei, ao longo desta exposição, de várias linhas da nossa política externa, que nós estamos tentando implementar, mas só para reiterar algumas delas. Bom, não necessariamente em nenhuma ordem de prioridade, mas ser parte das grandes transformações do País, ou seja, que o Itamaraty especificamente não seja simplesmente uma espécie de consultoria de política externa à qual o Governo recorre para se relacionar com o mundo, mas que seja uma entidade que contribui para o repensar e o reconstruir da Nação. Segundo, reconectar com grandes parceiros, parceiros essenciais para o nosso desenvolvimento, para a nossa projeção no mundo, como Estados Unidos e Israel, sem exclusão de outros parceiros. Desenvolver o comércio com todos os países de maneira a beneficiar as nossas prioridades e de acordo com uma construção, uma constatação dos nossos interesses, o que exige uma visão bilateral daquilo que há a ganhar, daquilo que há a aproveitar em cada relacionamento. Defender a liberdade e a democracia, isso é fundamental; viver num ambiente democrático, não só na região, mas no mundo. Isso certamente é o caso da Venezuela, do qual eu falei brevemente, e temos certeza de que isso não se esgota na Venezuela, mas é o caso talvez mais premente, e talvez uma das principais mudanças que nós introduzimos, que é uma defesa ativa, e não simplesmente no discurso da democracia. E estar presente nos grandes debates mundiais, tanto nas correntes de ideias, quanto nas organizações internacionais, como a OMC, como a OCDE. No caso da OMC, o Brasil poderá distinguir-se como um dos países-chave na reforma daquela organização, de acordo com os nossos interesses.

Em termos de determinadas linhas, falei dos Estados Unidos, falei de Israel, ambos de maneira totalmente não excludente. No caso de Israel, queremos, ao mesmo tempo, ampliar o relacionando com os países árabes. Temos convicção de que isso é totalmente possível e factível. Estamos muito empenhados nisso.

E, quanto à América do Sul, fazer dela um bloco pela democracia. Para isso, acho que nós, na Reunião de Santiago, lançamos as bases e decidimos pela criação de uma nova entidade, o Prosul, em substituição à Unasul, centrada na democracia e na integração, e não na desintegração como era o caso da Unasul.

Só para concluir, isso tudo nós procuramos fazer. Temos essa ambição, que talvez seja bastante elevada, mas sem a qual eu acho que a nossa tarefa não faz sentido, qual seja, a ambição de fazer de tudo isso parte desse processo de escutar o que é o Brasil, de tentar entender e trabalhar a partir de uma nação e de sua identidade.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Para dar dinâmica ao debate, nós vamos dar a palavra a blocos de três Senadores. Aí, posteriormente, V. Exa. anota as perguntas e responde. Aquele que quiser ter a réplica é só se manifestar.

Existe aqui a praxe de os autores do requerimento terem precedência nas perguntas. Então, Senador Esperidião Amin, Jaques Wagner e Marcio Bittar, nessa ordem.

Com a palavra o Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para interpelar Ministro.) – O senhor veja que equilíbrio extraordinário que o que chamam de coincidência fez. Todos são levantinos: três de um lado do Rio Jordão, que é o nosso lado oriental; e um do lado ocidental do Rio Jordão. Então, está bem começada a nossa reunião.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Obrigado.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Mas isso não é posição; estou falando só sobre a etnia. E presididos...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – E presididos por ele.

Então, eu gostaria, em primeiro lugar, de saudar o nosso Ministro – vou procurar me ater rigorosamente ao tempo – e dizer da satisfação de tê-lo aqui, bem como dizer que nós aprendemos, especialmente, não pelo meu lado italiano, mas pelo meu lado libanês, que o senhor está na nossa casa e, por isso, eu sou a visita; e é como tal que o senhor será respeitado, como lhe é devido pelo cargo que exerce e como cidadão.

Primeiro, quero fazer uma reflexão sobre a filosofia que o senhor nos trouxe. Eu queria lhe sugerir prestigiar um escritor de Santa Catarina, Clodovis Boff, irmão do Leonardo Boff. Mas não se preocupe: enquanto Leonardo Boff é prolífero, produzindo cinco ou seis livros até por ano, no auge de sua atividade literária, o Clodovis Boff é um esmerilhador de ideias.

No que o senhor falou razão, eu li sentido. E ele lançou agora o segundo tomo de *O Livro do Sentido*, que fala exatamente sobre o sentido da vida, da sociedade, das pessoas. Eu lhe sugiro acoplar as suas observações filosóficas à contribuição do Frei Clodovis Boff, que é também catarinense, assim como o seu irmão, nascido na cidade de Concórdia.

Eu queria também fazer uma rápida incursão sobre a personalidade do Brasil e o que nós aprendemos com os outros. Eu estava aqui quando o Itamaraty foi afetado pelas incursões do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente Clinton para vender, ele vender, ele procurou o Presidente Fernando Henrique para vender todo o aparato eletrônico e até de obras civis do Sivan. Portanto, ninguém tem nos ensinado mais pragmatismo do que a Presidência dos Estados Unidos, perpassando todos os seus chefes. O que faz o Presidente Trump? O que ele foi fazer na Arábia Saudita, senão vender? Acertou lá um acordo *made in America*, de 300 bilhões. Para que vai ser usado aquilo? Os americanos usam aquela visão do macaquinho: "Não enxergo, não escuto e não falo".

Finalmente, tenho certeza de que a inteligência do Itamaraty sabe quem foram os financiadores do Estado Islâmico na Síria. Nós tivemos uma lição como Parlamentares, e eu fui um deles. E, por isso sabe das coligações mais estranhas, como Israel, Arábia Saudita e Estados Unidos, que se materializaram ali naquela dolorosa guerra civil.

Gostei muito da expressão "incomodar". Por exemplo, eu acho que nós incomodamos quando desenvolvemos tecnologia e acho que o Governo brasileiro tem que se atentar para o que nós estamos fazendo.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Tecnologia sensível, por exemplo, que é a especialidade de Israel, é a especialidade de Santa Catarina. O *guardian* é concebido e fabricado lá, Ministro, e não mereceu ainda a atenção do Governo Federal, salvo pela visita que o Ministro Marcos Pontes fez a Santa Catarina, na semana passada, para conhecer o Sapiens Parque. Seis por cento do nosso produto, da nossa renda, deriva da tecnologia de informação e comunicação *made in Brazil*, como faz o Trump.

A minha pergunta é baseada na seguinte frase sua: "As relações têm que ter a mesma lógica". E a lógica que determinou a minha pergunta é: os direitos humanos apurados, que foram infringidos, segundo a apuração do Conselho de Direitos Humanos da ONU, lá entre Israel e a Palestina, são diferentes dos direitos humanos que nos sensibilizam na Venezuela?

Essa é a pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Com a palavra...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Posso me consubstanciar? Estou me referindo a uma decisão do Brasil contraditória em relação à autorização para investigar. Eu poderia detalhar na réplica, mas V. Exa. sabe do que eu falo, porque eu detalhei isso no meu requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Com a palavra o nobre Senador Jaques Wagner, da Bahia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Para interpelar Ministro.) – Bom dia, Presidente.

Cumprimento o Sr. Ministro e os colegas Senadores e Senadoras.

Ministro, o senhor começou dizendo que os diplomatas não devem trabalhar para si, e, sim, para os interesses do povo, da sociedade. Até onde eu entendo, os maiores interesses do povo brasileiro são sair da pobreza, emprego, desenvolvimento, prosperidade e não nos enfiarmos em qualquer embate, apesar da sua negativa ideológica de uma forma, na minha opinião, subalterna.

V. Exa., quando chegou ao Ministério de Relações Exteriores, já recebeu problemas sérios do ponto de vista da nossa relação. Com os Estados Unidos, o mercado americano segue fechado às exportações de carne bovina brasileira, com várias tarifas altas para as nossas exportações de açúcar e frutas brasileiras não entram no mercado americano por conta de injustas restrições fitossanitárias. Com a União Europeia, o fechamento parcial do mercado europeu, que persiste até hoje, à totalidade dos pescados e duas dezenas de...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – ... exportadores agrícolas seguem desabilitados. O mercado da União Europeia continua restrito aos produtos brasileiros desde as conhecidas Operações Carne Fraca e Trapaça, da Polícia Federal. As rodadas de negociação do acordo comercial com o Mercosul e a União Europeia seguem em andamento. Com a Rússia, só meia dúzia de estabelecimentos foram autorizados a exportar carne suína em fins de 2018, mas dezenas de outros esperam sua vez. Com a África, as exportações brasileiras de frango sofrem, atualmente, crescentes restrições em mercados importantes, como a África do Sul e Angola.

Portanto, V. Exa. já chegou com vários problemas deixados pelos seus antecessores, mas a informação que eu tenho é de que nenhum deles, até o momento, evoluiu ao longo desses cem dias. Ao contrário. E V. Exa. parece que admira ou gosta do fato de que as relações exteriores passaram a ser debatidas por todos, talvez pelo inusitado de algumas declarações e algumas atitudes do Sr. Presidente e mesmo de V. Exa.

O que me pareceu é que V. Exa. entende que, para termos identidade... Confesso que não consegui captar tudo o que V. Exa. falou, no ponto de vista da filosofia, mas parece que V. Exa. acha que, ao criarmos problemas, isso afirma a nossa identidade nacional. Eu confesso que, como conciliador que sou, porque sou judeu e sofri muito com os conflitos, porque parte da minha família foi assassinada em campos de concentração, prefiro, desde a queda do muro que marcou o fim da Guerra Fria, trabalhar no sentido da conciliação. E não acho que isso é demérito. A conciliação se dá quando existem ideias diferentes em debate e não a falta de ideias, como foi afirmado. Agora, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

característica é se você vai apostar na guerra ou se você vai apostar na paz. Pelo que eu ouvi, a nossa política aposta no conflito, no incomodar.

(*Soa a campainha.*)

Já está no meu tempo? Presidente, aí é muito pouco, né?

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – E não adianta pedir desconto, não, porque ali há um primo. (*Risos.*)

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Eu apenas vou citar, que, em apenas cem dias, nós já conseguimos comprar briga com os países árabes e muçulmanos. Está aí a repulsa à nossa posição contrariando a técnica. Já que temos uma Embaixada em Tel Aviv, não vejo por quê. E vou repetir que sou judeu.

Só que o Estado de Israel não pertence ao Primeiro-Ministro Netanyahu, que vai enfrentar uma eleição, assim como os Estados Unidos não pertencem ao atual Presidente. E eu tive o prazer de estar com o Presidente Lula na sua primeira viagem aos Estados Unidos, quando ele foi visitar o Presidente Bush, e tiveram uma identidade muito grande de pele. Eu ouvi de vários diplomatas americanos que nunca fluiu tão bem a relação Brasil-Estados Unidos como naquela época.

Então, nós já compramos briga com os árabes com esse posicionamento. Estamos comprando uma série de brigas. Eu não posso e não é do meu estilo ofender nem achincalhar, mas não posso negar ao senhor: eu prefiro os diplomatas que são algodão entre cristais, e não a diplomacia de elefantes em cristaleira, que abre ao ponto de nós ouvirmos um general pedir paz e o nosso Chanceler apostar no conflito.

Eu não vou lhe mostrar, que V. Exa. conhece evidentemente, o fluxo comercial. E pelo que vi V. Exa. tem uma crítica ao que chamou de comercialismo, mas os nossos produtores, seja de manufaturados, e a nossa maior exportação de manufatura é exatamente para o Mercosul, onde a gente tem um saldo comercial, o que emprego aqui dentro. Então, eu não entendo exatamente o que quer dizer a busca dessa identidade nacional, se é só o brasão no passaporte, que, na minha opinião, sinceramente é muito pouco, ou a prosperidade do nosso povo.

Então, o motivo da minha inquirição, do meu pedido de convite é que nós estamos entregando o certo pelo duvidoso. Nós entramos numa briga que não é nossa. Essa briga é do Presidente americano com a China na OMC para o fim dos TEDs. Essa é a briga verdadeira que existe, a briga comercial. Eu até elogio o Presidente americano, porque ele está ligando para gerar emprego dentro de casa. Americanos primeiro, são palavras dele. Nós precisamos também gritar brasileiros primeiro para trazer benefícios para cá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu não vou formular uma pergunta, Sr. Presidente. Eu vou apenas fazer um pedido como brasileiro, como governador que fui preocupado com a geração de emprego: que o Ministro possa trabalhar efetivamente pelos interesses do povo, e não trabalhar como Chanceler na difusão das suas próprias ideias, porque eu sinceramente não vejo nenhuma consequência positiva desta pregação que nós estamos fazendo. Creio que nós estamos chamando para cá conflitos que não são nossos, conflitos que efetivamente não são nossos. E creio que nós estamos sinceramente trabalhando muito mais para nos isolar e para ter um alinhamento único e automático com o único país que também, daqui a dois anos, terá eleição. E não me consta que nossas relações com os Estados Unidos da América – comercial e diplomática – tenham sido ruins nos tempos do Presidente Bush ou do Presidente Obama, quando eram Presidentes aqui o Presidente Lula e a Presidenta Dilma.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Com a palavra o Senador Marcio Bittar.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC. Para interpelar Ministro.) – Primeiro, Sr. Presidente Nelsinho, quero cumprimentar o Senador Jaques Wagner e, mais uma vez, reconhecer nele um político muito firme, muito forte nas suas convicções e que consegue diferenciar o que é uma entrevista numa rádio, em que você, por razão óbvia, tem o direito de expor com mais clareza o seu ponto de vista e o que é uma audiência pública em que você deve dizer exatamente o que pensa, mas preservando a civilidade, a qual ontem, na Câmara Federal, foi perdida, e passou a ser um exemplo ruim daquilo que nem a Câmara, muito menos o Senado devem seguir.

Quero cumprimentar o Sr. Ministro e dizer que, Ministro, eu entendo que nós temos o seguinte dilema, bom dilema para o Ministro e para o Governo Bolsonaro, que contou com o meu voto, com o meu apoio... Faço parte, com muito orgulho, do Estado que deu a ele a maior votação proporcional do País e da capital que também deu a ele a maior votação proporcional de capitais do País. Tenho, portanto, compromisso com a agenda vitoriosa da eleição passada.

Nas relações exteriores, eu penso que o desafio é equilibrar os valores que nós professamos. E, obviamente, Sr. Presidente Nelsinho, os valores que professamos nos aproximam muito mais dos Estados Unidos e de Israel do que de Cuba, Venezuela ou Oriente Médio. Temos alguma dúvida de que, naquela região, o único país democrático é Israel e que o Oriente Médio é cheio de intolerância? Vai dizer... No Oriente Médio, suba numa cadeira e bata no Alcorão, você não desce dela. Vá bater no Alcorão nos países do Oriente Médio. Ali há uma intolerância religiosa total. Então, do ponto de vista dos valores cristãos, daqueles que defendem a democracia como valor universal, o Estado de direito democrático, é óbvio que o nosso alinhamento é muito mais com países como os Estados Unidos e a Europa do que com a China, que, embora tenha aberto o mercado para o sistema capitalista, continua numa ditadura comunista de um partido único há 60, 70 anos.

Pois bem. Agora, como coordenar isso – para mim este é o desafio – com o interesse econômico brasileiro? E aí eu repito um exemplo que já disse em outra audiência: se por um lado, os valores que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

defendemos, que professamos nos aproximam muito mais dos Estados Unidos, essa não pode ser uma relação automática ou total. Porque, por exemplo, no agronegócio, o agronegócio brasileiro tem como seus inimigos a Europa e os Estados Unidos, que, inclusive, se utilizam de ONGs financiadas pelo agronegócio para criar – e criaram – uma série de empecilhos no Brasil para a nossa produção.

Então, Sr. Ministro, eu penso que o desafio de V. Exa. e do próprio Governo é: como equilibrar? Como ter uma posição cada vez mais clara a favor do direito? Alguém tem dúvida de que a mulher, no mundo, é muito mais respeitada na Europa, na América do Norte, nos países democráticos que têm apego à democracia ou no Oriente Médio, onde, na maior parte dos países, ela ainda é tratada como objeto, só pode viajar se tiver a autorização do marido ou do pai? Como, então, manter a posição, defender os valores e, ao mesmo tempo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – ... não ter prejuízo na questão econômica?

Três perguntas rápidas. Com a ida aos Estados Unidos e a abertura de diálogo para o aumento da relação comercial entre o Brasil e Estados Unidos, surgiu uma indagação, se essa relação não viria em prejuízo de uma relação econômica com a China que hoje é um mercado que nenhum lugar do mundo desconsidera. Inclusive, concordando com o Senador Jaques Wagner, eu lembro que o Obama, quando foi receber o Dalai-Lama, para não ferir a China, ele não o recebeu no Salão Oval, porque, recebendo no Salão Oval, é como se ele estivesse sinalizando o reconhecimento do Estado. Então, fez para não contrariar a China. Como isto procede: a aproximação e a busca de uma relação comercial maior com os Estados Unidos prejudicam a nossa relação com a China?

Segunda, a entrada na OCDE, que para mim parece posição muito boa, importante, não vem sem uma contrapartida, que é a exigência de o Brasil abrir mão do tratamento especial diferenciado na OMC, isso procede? Como é que nós podemos entrar na OCDE e, entre outras coisas, gozar de juros, acessos a mercados e a juros internacionais mais baratos sem prejudicar? Isso prejudica ou não com a imposição de abrirmos mão do tratamento diferenciado?

Para terminar, Sr. Ministro, embora eu seja paulista de nascimento, mas acriano por opção, com muito orgulho, represento aquela terra, nós fazemos divisa com dois países. Um deles, que é o Peru, está há anos numa atividade econômica que o coloca entre os países da América Latina que crescem sustentavelmente há anos, eles desejam fazer com o Brasil – isso para a minha região, para a nossa região, seria o salvo-conduto para largar a pobreza e passar a produzir, enriquecer – a construção de um acordo bilateral entre o Peru e o Brasil, passando pelo Acre, o que não beneficiaria apenas o Acre, beneficiaria toda a Região Norte e parte da Região Centro-Oeste, que teria também como escoar produto e realizar comércio com parte da Ásia, com parte dos Estados Unidos através dessa saída. Eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gostaria de indagar ao Ministro o que nós podemos fazer, o Brasil – já que nos contatos com o Peru eles dizem com clareza que querem –, no nosso Governo, para que esse acordo possa sair das boas intenções e virar realidade?

No mais, cumprimento o Presidente Nelson Trad e cumprimento o Ministro. Quero dizer, por fim, Ministro, que a gente precisa aprender a ser tolerante de verdade. Nós tivemos, ao longo de anos passados, Governos que representavam claramente uma corrente de pensamento, por exemplo, que fez com que o Brasil mantivesse ou estreitasse relações com países que outros, como eu, achavam que não seria prioridade, mas respeitamos. Portanto, é natural que a gente também aprenda a conviver com um Embaixador e com um Presidente da República proferindo uma outra tese e que tenham também o direito de expressar. É evidente que toda abordagem ou declaração, de quem quer que seja, está aberta à contestação.

Parabéns, Ministro, pela firmeza nas posições. E eu gostaria de saber a opinião sobre esses três pontos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Quero apenas informar aos Senadores que os próximos bloco, após a resposta do Ministro, caso não haja réplica, é a Senadora Eliziane, Senador Flávio Bolsonaro e Senador Humberto Costa.

Com a palavra o nosso Ministro Ernesto Araújo.

O SR. ERNESTO ARAÚJO (Para exposição de Ministro.) – Muito obrigado, Presidente.

Sobre as perguntas do Senador Esperidião Amin, em primeiro lugar, gostaria só de recordar: eu tive a honra de conhecer o Senador em 1992, em Quito, no Equador.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Era o meu tio.

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Era seu tio? Então, está bom. Parecia muito.

E eu me lembro de uma recepção na Embaixada em Quito, o senhor estava lá, e o senhor explicava o conceito da Juventude Beneditina, que...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Exatamente. Então, eu estou abrindo a boca depois dos 50, porque eu acho que estamos aí... (*Risos.*)

Tudo o que eu tenho procurado fazer tem a ver com a experiência, com o que posso ter acumulado de experiência, modestamente, e conhecimento ao longo do tempo, tentando colocar isso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de uma maneira que faça sentido, para usar o termo que o senhor utilizou, eu acho que é um termo muito profícuo em filosofia, porque sentido significa direção, significa significado e significa sentimento. Eu acho que esse contexto filosófico fica muito enriquecido pelo o que o senhor colocou. Muito obrigado.

Toda a questão do pragmatismo, digamos, que o senhor mencionava nos Estados Unidos, na atuação de qualquer país, certamente, é fundamental, mas a minha tese, pelo menos, é de que o pragmatismo só faz sentido se ele tiver um sentido, se ele se basear em uma direção, em um plano, em um sentimento de identidade. Eu acho que isso é que... Por exemplo, os Estados Unidos têm feito na sua relação que o senhor mencionava com o mundo árabe, especificamente com a Arábia Saudita, em que, a meu ver, não foi simplesmente – nós não estamos aqui para falar da política americana, mas, sim, da nossa – para ganhar mercado, mas foi também para que a Arábia Saudita deixasse de financiar terrorismo e que a Arábia Saudita entrasse numa onda de liberalização que pode ser produtiva, e tem sido produtiva, para a paz em todo o Oriente Médio. Então, eu acho que nós precisamos, talvez, enriquecer um pouco esse conceito do pragmatismo.

Concordo com V. Exa. quando diz que o Brasil incomoda muita gente, por exemplo, quando se capacita na área tecnológica. E isso certamente faz parte do nosso projeto de adensamento com dois países-chave na área tecnológica, que são: Estados Unidos e Israel.

Se nós quisermos esse desenvolvimento tecnológico que ficou subaproveitado, parado muito tempo, precisamos desses parceiros, parceiros que têm tecnologia e que estão dispostos a compartilhar essa tecnologia dentro do quadro de um relacionamento mais amplo, porque também nós temos identificado – e isto se aplica a todas as áreas – que, sobretudo com grandes parceiros, não adianta simplesmente focar em temas específicos, porque aí dificilmente esses temas dão resultado. A nossa aposta, digamos assim, e acho que ela já está começando a dar frutos, é tentar construir um relacionamento integral e colher os frutos a partir desse relacionamento. Eu tenho usado também a metáfora de que nós precisamos, em cada relacionamento, regar as raízes e cuidar do tronco, para que possamos ter os frutos a partir dos ramos. Eu acho que, no passado, nós tentamos pegar o fruto diretamente, sem ter a raiz daquele relacionamento, sem ter um tronco de amizade e de envolvimento central.

No caso específico de Santa Catarina, se não me engano, uma das empresas *startups*, no contexto da nossa viagem agora a Israel, que já anunciaram investimentos no Brasil... Há investimentos em Santa Catarina. Depois, eu posso passar ao senhor exatamente o nome das companhias. É um Estado que, evidentemente, é um...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Talvez a primeira "unicórnio".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Talvez a primeira "unicórnio" do Brasil. Exatamente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – A primeira que vai passar de US$1 bilhão.

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Exato.

Santa Catarina, entre outros Estados, terá muito a ganhar com esse relacionamento com Israel.

Em relação à nossa votação nas Nações Unidas no tema dos direitos humanos, nós seguimos aqui totalmente a ideia de obedecer à mesma lógica em diferentes vertentes. O que nós consideramos é que Israel vinha sendo injustamente singularizado no tratamento do tema de direitos humanos no contexto das Nações Unidas, sofrendo um tipo de tratamento que praticamente transformava Israel num pária da comunidade internacional, não só na Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas, mas em vários fóruns. Por exemplo, na Organização Mundial de Saúde, onde se deveria estar tratando de temas de saúde, sempre havia resoluções específicas contra Israel, ou em outros fóruns. Então, trata-se justamente de seguir a mesma lógica e não tratar Israel como um pária na comunidade internacional. É um país onde pode haver problemas, como há problemas em outros fóruns, mas o conceito básico é este de não discriminar contra um determinado país e não deixar que as situações de direitos humanos lá ou em outros lugares, que, claro, são preocupantes, sejam manipuladas com finalidades políticas como aconteceu no passado.

Agora, é claro que, no caso da Venezuela, que o senhor mencionava, são situações que nos afetam diretamente, que estão na nossa fronteira. E, não só pelo dever de solidariedade que nós temos em relação à Venezuela, mas por tudo que isso pode impactar em termos de migração, por tudo que o descalabro que a Venezuela vive impacta em termos de acolhimento de grupos criminosos, de grupos terroristas naquele país, aqui nós temos o dever certamente de atuar em favor do interesse nacional e não só da solidariedade, mas a lógica que preside tudo procuramos sempre que seja a mesma e que faça sentido.

Em relação às perguntas...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu só pergunto se há réplica ou...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Em relação às colocações do Senador Jaques Wagner, eu concordo inteiramente com relação a identificar que os principais interesses do povo brasileiro são o emprego, o desenvolvimento, a prosperidade. O que nós diagnosticamos é que essas finalidades não vinham sendo atendidas pelas linhas de política externa que nós vínhamos mantendo. Eu acho que nós tínhamos um discurso talvez de que o Itamaraty e a política externa eram instrumento de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desenvolvimento, mas acredito que isso, por pelo menos duas décadas, como procurei apontar no breve apanhado que fiz, não vinha sendo o caso. Uma política que pretendia ser uma política externa em favor do desenvolvimento não gerou acordos comerciais importantes, não gerou uma integração comercial importante com os núcleos dinâmicos da economia internacional, não colocou o Brasil nas cadeias globais de valor e não soube aproveitar as oportunidades de atração de tecnologia, por exemplo, como mencionava. O Brasil perdeu capacidade tecnológica, certamente em termos relativos, talvez em termos absolutos também. Isso por uma atuação que não ia até o fundo na questão do desenvolvimento e que também não tinha o que cada vez mais é claro no relacionamento com grandes parceiros que é o que eu falava: tem que ser uma árvore, não simplesmente pegar os frutos diretamente dos galhos. Então, nós queríamos talvez que a tecnologia viesse de graça, que os frutos caíssem na nossa mão de graça, sem ter que construir relacionamentos. Nenhum país compartilha tecnologia se não houver uma relação de confiança, se não houver uma relação de benefícios mútuos. Então, o que nós estamos procurando é corrigir isso em favor do desenvolvimento integral do Brasil e do povo brasileiro.

Estamos procurando trabalhar, por exemplo, na abertura de mercados agrícolas, vencendo restrições fitossanitárias. Com os Estados Unidos, nessa nossa visita, já conseguimos que se desse o primeiro passo para reabrir o mercado de carne bovina americano para o Brasil, por exemplo. É uma abertura que terá impacto não só nos Estados Unidos, mas em vários países asiáticos que seguem o modelo americano. Em relação ao mercado europeu, estamos acelerando – na reta final, se tudo der certo – para fechar finalmente o acordo Mercosul-União Europeia, que nos abrirá um novo horizonte nesse mercado tão fechado.

Eu acho que a intensidade do debate, que eu mencionei e que o senhor mencionava também, talvez por causa de algumas coisas que eu digo, eu continuo sustentando que acho isso bom. Como eu disse, é claro que a gente prefere as apreciações positivas do que as críticas, mas eu acho que isso tem realmente tudo a ver com o espaço democrático e com o espaço de raciocínio a partir das essências e não simplesmente a partir das superfícies, um pouco como eu dizia antes. Eu acho isso muito positivo.

Eu acho que nossa política não aposta, de nenhuma maneira, no conflito. Ninguém está buscando o conflito pelo conflito, mas nós não temos medo de ser acusados disso, não temos medo de incomodar, como também falava antes, quando o interesse nacional está em jogo e quando princípios e valores absolutamente fundamentais estão em jogo.

Eu acho que isso é muito claramente o caso da Venezuela, em que, sob as nossas vistas, inicialmente, o Brasil apoiou um Governo crescentemente autoritário e antidemocrático na Venezuela e, depois, mesmo quando deixou de apoiá-lo explicitamente, passou algum tempo sem fazer nada efetivo para contestar essa situação e procurar resolvê-la. Então, se a nossa atuação diplomática em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

apoiar a criação de um governo legítimo alternativo na Venezuela, um Governo interino, como passo para uma transição democrática, pode ser vista como uma busca de conflito, eu acredito que não, mas, se assim o é, é uma atitude que se impunha em função tanto dos nossos interesses quanto dos nossos valores. Então, não...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Posso continuar?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Obrigado.

Não vejo absolutamente nenhum isolamento do Brasil, muito pelo contrário. Na América do Sul, por exemplo, o Brasil voltou a ser não digo liderança, porque não é o que nós buscamos, mas um ponto de referência fundamental para a criação de um novo espaço sul-americano. Eu vejo isso diariamente na interlocução que tenho com os chanceleres dos outros países sul-americanos. O Brasil, ao contrário, rompe um isolamento no qual nos colocou uma política de não seguir os nossos melhores interesses.

Sobre as perguntas do Senador Marcio Bittar, eu acho que não há, de forma nenhuma, uma exclusão entre buscar, por exemplo, um relacionamento integral produtivo com os Estados Unidos e um relacionamento com a China. Eu acho que essa visão... Certamente, não é a nossa. Tenho certeza de que também não é a visão da China, pelo que nós já conversamos com eles. Eu acho que a China não vê nenhum problema em que o Brasil se integre num relacionamento produtivo de benefício mútuo com os Estados Unidos. Em muitos casos, são... Nosso comércio com um e com outro tem padrão diferente, mas isso não significa, de forma nenhuma, que seja feita uma opção entre ambos.

Em relação à OCDE também, acho que ganhamos muito mais que perdemos. Aliás, não perdemos praticamente nada, porque renunciamos apenas ao tratamento especial diferenciado em novos acordos, em que possivelmente esse tratamento não faria muito sentido, dependendo daquilo que se articule na OMC. Na medida em que há uma troca, isso foi em troca de nosso acesso, que dependia dessa chave aberta pelos americanos, a presença na OCDE, que, como o senhor mesmo dizia, trará uma redução do custo Brasil, certamente trará racionalidade às nossas políticas, ajudará nas nossas reformas e atrairá investimentos.

Por último, eu quero dizer que estou muito empenhado no relacionamento com os países fronteiriços, no Acre, especificamente, e, de modo geral, em todos os relacionamentos com os países fronteiriços. Eu já identifiquei que é necessário trabalhar muito mais nessa dimensão. Por exemplo, em relação ao relacionamento com o Peru, na semana passada, o nosso Secretário-Geral já esteve no Peru...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. ERNESTO ARAÚJO – ... para uma reunião, para reconstruir esse relacionamento.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Eu pediria ao Senador Esperidião Amin, que vai fazer a réplica, que seja bastante objetivo para a gente poder...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O tempo...

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Eu também quero...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu quero respeitar o tempo.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – ... permitir aos que não estão participando que possam participar.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Serei o mais conciso possível.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Eu também quero...

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Pois não.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Primeiro, eu quero agradecer a gentileza da referência ao nosso desrespeito comum à juventude beneditina. Nem o senhor nem eu tínhamos 60 anos e estávamos ali... Eu tive a singularidade de ser eleito Governador aos 34 anos. Então, eu tive que abreviar a minha juventude. Vamos às colocações que eu gostaria de fazer. Primeiro, eu queria complementar com a questão da renda. Eu acho auspicioso que Israel tenha alcançado essa renda, mas o que me impressiona mesmo é que o Vietnã, conforme anúncio feito ontem, ultrapassou as exportações brasileiras. Prestem bem atenção: o Vietnã! Lembra do agente laranja, destruído, que não conseguia nem exportar peixe, porque não tinha licença ambiental para fazê-lo? E não é exportando matéria-prima.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Isso é uma singularidade que deveríamos emular.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A segunda colocação que eu gostaria de fazer, para abreviar, é pedir que, nessa questão da tecnologia, o Itamaraty consulte os interesses da nossa indústria, que certamente não serão o de importar produto dos outros, de alto valor agregado. E as cautelas que o Presidente Trump – e eu até compreendo – tem em relação a 5G, por exemplo... Ele não quer deixar. Se ele puder dar um tiro no pneu do carro da Huawei ele dá. É isso que ele está fazendo. Prende a filha, faz qualquer coisa para não perder a corrida. Isso pode nos beneficiar pragmaticamente, porque nós não vamos ganhar a corrida, mas podemos participar da grande efusão de produtos e tecnologias derivadas da computação quântica que o 5G – que é para agora, para este fim de ano – vai fazer no mundo.

Eu não vou me alongar.

Finalmente, eu queria lhe dizer que, a respeito da questão objetiva que eu levantei, o senhor me perdoe, mas é altamente contraditório que eu consiga liderar na América Latina, como eu lidero – participo da posição de condenar o regime autoritário e desumano que lá existe, na Venezuela – e me isolem em relação à mesma América Latina no dia do lançamento da associação – vamos chamar – Prosul. Ver o Chile votar de um jeito, os outros países latino-americanos votando a favor da resolução que foi gerada por decisão desses países, foi gerada por uma investigação autorizada por nós e outros, mas por todos os países da América Latina; e na hora que recebe o resultado da investigação que eu mandei abrir, sem qualquer fundamentação voto contra. Isso é um sinal contraditório – não tem nada de pessoal nisso – do País, que é um grave ponto de interrogação sobre o nosso sentido.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Senador Jaques Wagner, também pediria que...

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Vou ser rápido.

Ministro, eu quero lhe dizer que, como democrata, acho que o debate de ideias é sempre bem-vindo, e eu acho que a beleza da democracia é a nossa pluralidade.

Agora, fatos são fatos. V. Exa. afirmou que a política exterior dos seus antecessores não trouxe desenvolvimento. Só queria lembrar faticamente que nossas exportações saltaram de US$60 bilhões para US$255 bilhões em 2011. Então, eu estou aqui me perguntando se meu QI é baixo, para não entender o que V. Exa. está falando. Por que o que é isso? Isso significa emprego, desenvolvimento, tecnologia no agronegócio, tecnologia nas nossas indústrias para exportarem inclusive o manufaturado para a Argentina. Viramos credores do FMI. Eu acho que isso, do ponto de vista de soberania, é algo que eu considero importante. Então, essa é uma coisa, que é uma questão fática.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Em relação à questão da OMC, Ministro, o Chile usa o TED e está na OCDE; a Turquia usa o TED e está na OCDE; a Coreia do Sul usa o TED e está na OCDE. Nós fomos escolhidos? Nós temos que abrir mão de uma condição não vou dizer nem que é privilegiada, mas uma condição benéfica, que nos dá três anos a mais para nos adaptar, como o senhor disse, a futuros acordos comerciais do que é dado aos países desenvolvidos, para pleitearmos entrar, porque o Presidente do Estados Unidos também consta que é dono da OCDE. É óbvio que ele pode contribuir, mas lá há países que também vão exigir outras condições, nosso posicionamento em relação a meio ambiente, etc. Então, eu só estou insistindo com questões fáticas nessa época, porque eu não entendo por que nós fomos escolhidos para dizer "só entra na OCDE se abrir mão disso". Essa briga não é nossa. Essa é a briga dos Estados Unidos com a China.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – Presidente, rapidamente, quero parabenizar o Ministro, o Presidente, e reforçar que, de fato, o debate de ideias é fundamental. Eu, por exemplo, entendo que o Brasil cresceu apesar da política externa equivocada dos últimos anos. O agronegócio brasileiro cresceu apesar da imensa criação de burocracia e de empecilhos legais para que ele crescesse. Apesar de tudo isso, ele cresceu. Lembro também as *commodities*, que estouraram no mundo inteiro e que beneficiaram enormemente o Brasil.

Além disso, as bases para o crescimento que o Brasil viveu no passado recente foram plantadas em outros governos.

Para terminar, por dever de lealdade com a minha própria consciência, quero dizer que, em síntese, concordo com a afirmação daqueles que dizem que o nazismo e o fascismo, no governo, quando dominaram o Estado, fizeram nos Estados a mesma coisa que o comunismo real. A mesma coisa.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – Assassinaram seu próprio povo com as maiores chacinas que a humanidade já viu, praticaram a política – ambos – do partido único e, em essência, tinham a visão de que o Estado tinha que comandar a economia, como comandaram e, mais do que isso, que o Estado tinha que mandar na vida das pessoas. Portanto, em essência, o que os nazistas fizeram ao tomar o poder na Alemanha, o que os fascistas fizeram na Itália, em síntese, foi a mesma coisa que Stalin fez dominando o Estado soviético, foi a mesma coisa que fizeram na China. É por isso que é bom que nós não tenhamos um pensamento único. O meu se coaduna com aqueles que entendem que ambos causaram o maior mal da humanidade do século passado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Sr. Ministro, para suas considerações de tréplica, e já passo a palavra para a Senadora Eliziane.

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Obrigado, Presidente.

Em relação à réplica do Senador Espiridião Amin, acho que o senhor apontou temas fundamentais, sobretudo em termos do desenvolvimento tecnológico. Certamente o que nós queremos é trazer a tecnologia para que se produza no Brasil, de maneira muito mais intensa, e explorar essa via como os grandes países que são polos de tecnologia. Em relação a nosso posicionamento na questão dos direitos humanos nas Nações Unidas, nosso entendimento é de que a investigação que deu origem ao projeto de resolução teve falhas, e isso não afeta... Portanto, as nossas dúvidas sobre esse ponto específico e nosso voto contrário à culpabilização de Israel nesse ponto específico não significam em nada qualquer problema que nós tenhamos com o Conselho de Direitos Humanos, mesmo em relação, claro, ao povo palestino e ao direito de autodeterminação do povo palestino, a favor do qual nós votamos, de maneira também coerente, inclusive com nosso princípio constitucional do direito à autodeterminação. Portanto, talvez tenhamos visões diferentes, mas sob o mesmo princípio, que é o princípio de seguir a mesma lógica em todos os ambientes.

Em relação à réplica do Senador Jaques Wagner, eu acho que inclusive tem a ver com a réplica do Senador Espiridião Amin, que mostrava que o Vietnã ultrapassou o nível de exportações brasileiras a partir de uma economia muito menor. Então, se realmente nossas exportações saltaram – não tenho os dados exatos aqui –, a nossa participação no comércio internacional ficou bastante estagnada, e a nossa participação – como eu mencionava – nas cadeias globais de valor inclusive diminuiu ao longo das últimas duas décadas, e esse é um atraso que nós precisamos recuperar.

Sobre a questão do TED e a renúncia ao TED em função da OCDE, minha perspectiva é continuar achando que estratégias que outros países possam ter adotado e suas circunstâncias terão feito sentido para eles, mas no nosso caso, estamos convictos de que os ganhos de ter acesso à OCDE, que no quadro atual realmente dependiam basicamente do apoio norte-americano – a realidade dos fatos era essa –, o acesso à OCDE trará muito mais ganhos ao Brasil, mesmo durante o processo de adesão e antes da adesão plena, do que...

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Ministro, eu não tenho nada contra a entrada. Só não entendo porque na negociação eu entrego primeiro para receber depois. Se V. Exa. tivesse feito a negociação no dia em que chancelaram a entrada – "eu abro mão", ou seja, eu estou trocando algo melhor por algo pior –, o.k.; agora, nós estamos nos comprometendo antes de algo que nem V. Exa. tem segurança. Tudo bem que o apoio dos Estados Unidos ou de Israel é positivo para a entrada, mas aquele clube é um clube mais amplo. Eu só acho que, como negociador – me perdoe – que fui minha vida inteira, eu só entregaria na concomitância.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Só para fazer a "quadrúplica" – não sei –, na verdade o que nós colocamos é que o Brasil começará a abrir mão do tratamento, e de em acordo que ainda não estão firmados e que não sabemos quando e se serão firmados. Mas é uma avaliação negocial que, no nosso entendimento, foi benéfica.

Em relação à questão do Senador Bittar, é só para dizer, muito rapidamente, do meu total repúdio a qualquer tipo de totalitarismo e qualquer cor que ele assuma.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Com a palavra a Senadora Eliziane.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Para interpelar Ministro.) – Sr. Presidente, senhores colegas Senadores e Senadoras, Sr. Ministro, inicialmente eu queria lhe fazer uma pergunta sobre o acordo internacional que foi firmado recentemente entre o Brasil e Estados Unidos acerca da utilização da base de lançamento de Alcântara.

Eu lhe faço duas perguntas específicas: o Governo tem interesse, vai chamar e quando vai chamar o Governo do Maranhão para participar desse debate acerca desse acordo, que, aliás, ainda será votado aqui no Congresso Nacional? E o Governo Federal tem interesse em envolver o Governo do Maranhão, considerando o princípio da primazia dos Estados nesse debate, para que possa dar a sua contribuição em relação a esse acordo? Ao mesmo tempo também, qual a atenção e o que o Governo está pensando referentemente às comunidades quilombolas do entorno? Nós temos lá centenas de famílias que poderão ser afetadas a partir da expansão e da efetividade desse acordo que estamos aí a analisar, com a sua aprovação ou não aqui no Congresso Nacional.

A segunda pergunta, Ministro, é referente à situação migratória dos cubanos do Mais Médicos. Eu queria saber como é que o Governo tem visto. Há alguns deles que resolveram não voltar ao seu País de origem, acabaram ficando no Brasil. Como é que o Governo Federal tem visto a situação desses cubanos no Brasil?

A outra pergunta, Ministro, é referente à questão mais especificamente do que a gente tem acompanhado nos últimos dias e nos últimos tempos, digamos assim. O seu viés e o seu posicionamento ideológico têm trazido certos conflitos dentro da embaixada e aí, trazendo o nosso entendimento, uma certa quebra de unidade interna, portanto, unidade democrática, ao mesmo tempo também, no meu entendimento, trazendo alguns riscos para o Brasil. Por exemplo, nós tivemos aí mais recentemente a situação em que o Ministro Paulo Roberto de Almeida foi, durante o período do Carnaval, defenestrado dentro do Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais. Hoje, por exemplo, o jornal *O Globo* mostra a implantação de Blindex para separar diretorias, um não tendo que visitar o outro, em relação à Presidência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Somando a isso, Ministro, nós temos várias polêmicas que foram apresentadas pelo senhor e outros integrantes do Governo tentando mudar, por exemplo, conceitos históricos, colocando que o nazifascismo seria um movimento de esquerda e não de extrema-direita, reconhecido internacionalmente inclusive por Israel, que foi vítima da questão do Holocausto. Ao mesmo tempo referentemente a isso, nós chegamos a ter, em função dessas polêmicas e posicionamentos, até notas de grupos fundamentalistas, a exemplo do Hamas, ou seja, são posições que colocam o Brasil numa rota de polêmica internacional, contrariando o histórico que o nosso Brasil tem de cultura de paz, de ação não intervencionista – aliás, o nosso Brasil é abençoado por Deus, nós não sofremos, por exemplo, tragédias naturais, como erupções e outras coisas mais, nem sofremos com atentados de grupos terroristas, a exemplo do Estado Islâmico. Eu pergunto ao senhor: o senhor não teme que essas situações acabem trazendo e colocando o Brasil nessa rota de conflitos e até chamando, por exemplo, em relação a atentados terroristas com grupos radicais, a exemplo do Hamas e outros mais?

E, para finalizar, Ministro, referentemente à questão de posicionamentos seus, por exemplo: a gente vê alguma mudança...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – O senhor, em algum momento, chegou, inclusive, a escrever – já finalizando, Presidente – acerca da Presidente Dilma.

Aí eu pergunto de forma bem específica em relação a essa mudança, e aí nós temos algumas colocações que são feitas com relação à ditadura militar. Agora, por exemplo, nós tivemos a Ordem do Dia no Brasil, o que foi algo terrível para a nossa sociedade brasileira e para o princípio democrático que nós conseguimos angariar e a ele chegar, depois de uma luta histórica.

Eu pergunto para o senhor: o senhor acredita que a ditadura foi, de fato, um movimento democrático? Ao mesmo tempo também, o senhor considera mentiras as prisões, as mortes, toda uma situação de censura que aconteceu nesse mesmo período?

E, nesses meus últimos segundos, para finalizar, Ministro, quando o senhor coloca sobre a sua restrição em situação de países sem fronteira, eu queria saber se o senhor se refere, por exemplo, ao Mercosul, à União Europeia – fez referência inclusive à questão dos passaportes, que não teriam a questão da República Federativa do Brasil. Qual a sua opinião acerca deste bloco econômico, o Mercosul?

Eram essas as minhas perguntas, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Senador Flávio Bolsonaro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - RJ. Para interpelar Ministro.) – Sr. Presidente, Exmo. Sr. Ministro, bom dia a todos.

Obrigado pela deferência com esta Casa, mais uma vez aqui presente, trazendo os esclarecimentos.

Todos nós sabemos que qualquer mudança traz muita resistência, em especial daqueles que se beneficiavam, de uma forma muito cômoda, de uma política externa equivocada em detrimento dos interesses do povo brasileiro. Está nos jornais de hoje como o BNDES foi usado para financiar regimes autoritários – Venezuela, Cuba, até Moçambique entrou nesse pacote agora –, R$2,3 bilhões em dívida, que, se esses países não honrarem, quem paga a conta é o povo brasileiro.

Eu desejo muita sorte, Sr. Ministro, ao senhor nesse desafio de redirecionamento da política externa brasileira. Como muito bem colocou o Senador Marcio Bittar, eu acho que é incalculável o prejuízo para o nosso País de tanto tempo, pelo menos 16 anos, de se evitar fazer parcerias que beneficiariam muito o nosso povo, por questões ideológicas.

Quanto o Brasil não perdeu de investimento em infraestrutura ao fazer pouco caso de se aproximar de países como os Estados Unidos, como o próprio Israel. Nós pudemos presenciar *in loco* como há um incentivo à geração de *startups*, à produção de conhecimento, a gerar na cabeça dos jovens um sonho de poder viver daquilo que eles pesquisarem, enquanto nós olhamos para o nosso ensino básico, para as nossas universidades e vemos o lixo que grande parte delas entregam após um grande investimento com dinheiro nosso, do contribuinte.

Eu queria perguntar a V. Exa., para que pudesse comentar e esclarecer aqui para os Senadores, e parabenizar pela priorização da razão em detrimento da ideologia, priorizar os interesses do povo brasileiro em vez de buscar, sim, fortalecer com um plano maquiavélico de destruição da nossa soberania nacional, buscando uma unidade aqui na América do Sul que, com certeza, acabaria com a identidade do povo brasileiro, tão miscigenado, da qual nós tanto nos orgulhamos.

Então, eu queria perguntar a V. Exa. o seguinte: quais são as consequências positivas que esse redirecionamento da política externa pode trazer para o nosso País no tocante a investimentos em infraestrutura, em parcerias no campo, no agronegócio, que avançou muito em função do nosso mérito, do nosso investimento interno em tecnologia, que hoje nos orgulha? Somos um grande país exportador de *commodities*, mas poderíamos ser muito mais caso as parcerias externas que nós pudéssemos ter firmado viabilizassem o melhor investimento em infraestrutura, no escoamento dessa produção, no menor desperdício de tudo que é produzido. Quais são as consequências positivas disso?

Outra coisa que nós presenciamos também agora em Israel: olha a fuga de cérebros que o nosso País sofre. Em qualquer empresa bem-sucedida que você vá no mundo – Israel, Estados Unidos, Coreia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Sul, Japão, Taiwan, só para citar alguns que eu já tive a oportunidade de conhecer –, em todas, sem exceção, há brasileiros. Uma prova...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - RJ) – ... do recurso humano fantástico que nós temos aqui no Brasil e que, por questões de dificuldade de desenvolverem as suas pesquisas, por questões financeiras, por pouco caso de anos de governos que não deram prioridade para investimento em pesquisa, inovação, tecnologia, ciência, vai lá para fora. No IAI: vários engenheiros do IME, ITA, Unicamp, Mackenzie. Aí, quando o Presidente Bolsonaro quer ir, por exemplo, ao Mackenzie, em São Paulo, para prestigiar a pesquisa que é feita aqui, a nossa, a genuína brasileira, Senador Amin, por questões ideológicas, ele é impedido de entrar. É o Presidente que quer ampliar as bolsas, para que pesquisadores vivam das suas pesquisas, para que o dinheiro do contribuinte seja usado naquilo que interessa para o desenvolvimento do nosso País, para agregar valor aos nossos recursos minerais, à nossa biodiversidade, para que a exploração sustentável do nosso meio ambiente finalmente possa trazer benefícios para a população e não manter em redomas, como animais em zoológicos, comunidades tradicionais que querem se desenvolver.

Então, ficam essas colocações aqui, Exmo. Sr. Ministro, querendo que o senhor também pudesse fazer um rápido arrazoado de tudo de benefício que nós conseguimos trazer, por exemplo, só nessa viagem a Israel, como o Brasil pode se beneficiar, como eu presenciei lá: só de cara, uma *startup* com brasileiros, Presidente Nelsinho, desenvolveu – infelizmente lá e não aqui, porque não teve apoio – uma plataforma que permite cruzar dados públicos para gerar um nível de confiança em relação a qualquer micro e pequena empresa que queira crédito junto aos bancos, permitindo que uma análise mais completa possa oferecer dinheiro a juros muito mais baixos. Estão vindo para cá, agora sim, de Israel para cá, já com o oferecimento de crédito da ordem de US$100 milhões até 2021. Uma única iniciativa já atacando, ajudando muito os empreendedores, cuja maior dificuldade é ter acesso a um crédito barato.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Senador Flávio Bolsonaro voltou pilhado. A viagem fez bem a V. Exa.

Próximo: Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para interpelar Ministro.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, Sr. Ministro, o Brasil sempre se destacou por uma política externa considerada uma política de Estado e não uma política de Governo, sempre pautada por princípios que estão consagrados na nossa Constituição, nos nossos documentos que tratam da defesa nacional – e que são aprovados aqui no Congresso Nacional – de não intervenção, de respeito à autodeterminação dos povos, de luta pela nossa soberania, e obviamente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

também marcado por um enorme pragmatismo, tanto do ponto de vista de ser um país que sempre procurou construir uma contribuição para a resolução pacífica de conflitos, sempre procurando uma posição que contribua para a construção da paz mundial, quanto naturalmente também do ponto de vista da nossa política comercial. É óbvio que isto é fundamental, como disse aqui o Senador Jaques Wagner: geração de empregos, transferência de tecnologia, cooperação técnica, enfim tudo isso que caracteriza uma política externa com essas características e sem qualquer tipo de ideologização.

É falso dizer que o Brasil, como falou o Presidente da República, durante muitos anos, ignorou Israel; ao contrário, o primeiro Presidente da República a visitar Israel foi o Presidente Lula, na mesma viagem em que visitou a Palestina também. O Presidente Shimon Peres visitou o Brasil. As relações com Israel, no nosso Governo, sempre foram relações positivas. E acho que houve uma mudança radical nessa política de Estado com a assunção de V.Exa. à condição de Ministro das Relações Exteriores: o Brasil passou a ter um alinhamento automático não com os Estados Unidos, mas com uma facção do Partido Republicano, que hoje governa os Estados Unidos. Hoje, por exemplo, se o Brasil depender de posicionamento do Congresso americano sobre qualquer coisa, por exemplo na Câmara dos Deputados não terá suporte; um Congresso bancado que tem maioria do Partido Republicano. E eu me pergunto também: daqui a dois anos, daqui a um ano, quando houver eleição nos Estados Unidos, se o Partido Democrata vencer, como fica essa nossa política externa, que é tão somente um "seguidismo" ao "trumpismo", que é essa concepção profundamente excludente que tem os Estados Unidos hoje?

Enquanto isso, a China é o nosso maior parceiro comercial. Para que V.Exa. tenha uma ideia, por exemplo, no ano de 2017, nós tivemos o Brasil exportando para a China 47 bilhões, com um saldo da balança comercial de 20 bilhões, enquanto que, com os Estados Unidos, as nossas exportações foram de U$26,8 bilhões, com saldo de 2 bilhões. Em 2018, nós saímos de 47 bilhões para 67 bilhões de exportações para a China, quase 50%, e, para os Estados Unidos, crescemos no máximo 10%, saindo de 26 bilhões para 28 bilhões.

No entanto, tanto V.Exa. como o Presidente da República, onde podem, fazem críticas políticas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... à China, se alinham com posições econômicas dos Estados Unidos, enquanto a China é o nosso maior parceiro comercial, é o nosso maior absorvente de exportações agrícolas, enfim. Eu pergunto a V. Exa.: essa aliança acrítica do Brasil com Trump, nessa disputa geoeconômica com a China, não vai prejudicar os interesses objetivos do País, especialmente do agronegócio? V. Exa., ou o ministério, já realizou algum tipo de estudo prospectivo para avaliar esses potenciais prejuízos, já que pelo menos um acordo foi feito entre China e Estados Unidos para a compra de produtos agrícolas americanos, que eram, anteriormente, ou que são hoje vendidos pelo Brasil?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Nosso Ministro, V. Exa. tem a palavra para responder às perguntas dos três Senadores.

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Obrigado, Presidente.

Sobre as perguntas da Senadora Eliziane, o Acordo de Salvaguardas Tecnológicas Brasil-Estados Unidos vai permitir que finalmente se faça uso comercial da Base de Alcântara para lançamento de satélites e de outros artefatos – sobretudo de satélites –, e, certamente, em benefício da renda que isso gerará tanto para o Brasil quanto para o Estado do Maranhão.

Nas discussões sobre o acordo, que certamente haverá nesta Casa assim como na Câmara, quando for submetido ao Congresso Nacional para aprovação, certamente haverá toda a oportunidade para que se discuta essa relação de custo/benefício, que eu tenho certeza que será muito maior em termos de benefício, ou quase exclusivamente em termos de benefício – aí incluídas, certamente, as comunidades quilombolas; toda a atenção será dada para que não haja dano a essas comunidades, evidentemente.

Sobre a situação migratória dos médicos cubanos que estavam no Programa Mais Médicos, eu tenho que verificar casos específicos. Se a senhora quiser, podemos verificar casos específicos, para saber; eu teria que saber exatamente de que pessoas se trata e em que situação elas se encontram.

Quanto à questão do Embaixador Paulo Roberto de Almeida, que a senhora mencionou, a minha decisão de exonerá-lo do Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais foi não por causa de debates de ideias, como eu já disse, mas por causa de expressões completamente descabidas e ofensivas que ele usou a meu respeito e a respeito do Presidente da República, mostrando-se desqualificado para esse cargo. Mas absolutamente não tem nada a ver com a recusa do debate; muito pelo contrário, como eu já disse aqui. Quanto à questão de debates que têm havido tanto com a sociedade quanto dentro do Ministério, acho que também é importante notar que há uma situação onde as pessoas estão saindo de um certo torpor onde se encontravam. Então, a polêmica eu acho que sempre é boa quando ela representa... Quando se diz que há polêmica é porque alguma petrificação mental está sendo quebrada e as pessoas estão sendo forçadas a discutir a realidade e não simplesmente palavras que se tornam indiscutíveis. Por exemplo, na questão de movimentos totalitários, eu acho importante que haja uma discussão sobre a essência desse movimento no passado e de alguns no presente, independentemente de nomenclatura. O fundamental é saber o que significaram determinados movimentos, determinados regimes totalitários, independentemente de como sejam classificados.

O Brasil nunca procura conflito e continua não procurando, mas o que a senhora mencionava é que há uma expressão tradicional de que o Brasil é abençoado por Deus e, graças a Deus, eu acho que é, e por tantos fatores. Mas isso não significa que nós devamos enfiar a cabeça na areia e, por exemplo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ignorar os enormes riscos que a permanência de um Governo ditatorial, ligado ao terrorismo, ligado ao narcotráfico, na Venezuela, representa para nós. Então, para que nós continuemos sendo abençoados por Deus, nós temos que fazer a nossa parte e não simplesmente esperar que as coisas se resolvam por si mesmas e contribuir para que, sem nenhuma interferência externa, sem intervencionismo, melhor dizendo, a Venezuela recupere o caminho da democracia.

A essa questão do que aconteceu no Brasil também se aplica aquilo que eu falava antes. Acho que o importante é discutir as realidades e não a nomenclatura, chamar isso ou aquilo de regime... O adjetivo que se usa para definir determinados regimes eu acho que não importa. O que importa é que haja sempre uma abertura para que se discuta. A própria história acho que não é fechada. São justamente regimes totalitários que gostam de trancafiar a história e transformar a história em algo que já não se pode discutir, não se podem mudar as narrativas. A história é algo que, mesmo estando no passado, está de certa forma em permanente movimento, porque o conhecimento humano, toda essa questão do sentimento humano e do sentido que se dá às coisas vai sempre evoluindo, sempre encontrando novas perspectivas no passado e na história. Portanto, eu acho que o que é antidemocrático é trancafiar determinados fatos históricos debaixo de certas gavetas, de certos rótulos e não voltar a discuti-los.

Quanto ao Mercosul, quando eu digo que há certa corrente de pensamento mundial que quer um mundo sem fronteiras, isso é sobretudo um conjunto de ideias, de práticas que desestimam o sentimento nacional, que consideram que qualquer sentimento nacional, patriotismo, é negativo, é xenofobia ou é o que quer que seja. Eu não compartilho disso e acho que o mundo será mais feliz, mais democrático, mais próspero a partir de nações confiantes, soberanas, e não a partir de algum tipo de esquema pós-nacional ou supranacional. Mas de nenhuma maneira acho que se devam desmerecer os processos de integração, integração sobretudo econômica, como no caso do Mercosul, formado por países, ao longo desses 20 anos, com problemas e com diferentes fases, mas que serviu e que foi em grande parte uma obra da diplomacia brasileira para superar justamente a rivalidade histórica com a Argentina. Esse é um processo que tem um valor imenso, sobretudo no terreno econômico, comercial, claro, mas também no terreno político, sem que isso signifique uma renúncia ao sentimento de nacionalidade.

Acho que o problema que ocorre, por exemplo, na Europa é justamente um processo de integração que começou a pretender destruir o sentimento nacional e a reação a essa tendência que nega algo natural no ser humano, que é querer viver numa nação, essa reação que se está observando hoje em vários países europeus.

Sobre as colocações e perguntas do Senador Flávio Bolsonaro, concordo inteiramente que qualquer mudança traz resistência e que temos que enfrentar essa resistência para que possamos,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

como eu dizia, trazer para dentro da política externa, para dentro do Itamaraty, o impulso de renovação nacional que representou a vitória do Presidente Jair Bolsonaro nas eleições.

Não é uma opção que nós tenhamos, é uma responsabilidade que nós temos, de trazer esse impulso para dentro da política externa, e uma vez mais não deixar que o Itamaraty seja assim um disco voador que por acaso pousou na Esplanada dos Ministérios, mas que seja parte do Governo e que seja parte da incumbência que o povo nos deu.

A questão especificamente das consequências positivas da nossa política, eu acho que elas já estão se fazendo ver. Antes de mais nada, uma coisa um pouco imponderável mas é uma atitude de respeito e de interesse de outros países pelo Brasil. Isso eu tenho notado em todos os fóruns de que eu tenho participado, em comparação com experiências que eu tinha anteriormente, na América Latina, por exemplo, onde o Brasil nos últimos anos tinha perdido muito prestígio, onde o Brasil era tratado às vezes como um país sem a dimensão que tem. Isso nós estamos recuperando, as pessoas querem saber a voz do Brasil nas discussões sobre Oriente Médio, por exemplo, sobre paz no Oriente Médio, e eu participei já em Varsóvia. O interesse por saber o que o Brasil tem a dizer e o que o Brasil tem a contribuir é algo que mudou imensamente.

E no plano concreto já temos conseguido, através de uma concepção de relacionamentos bilaterais mais profundos, acordos, no caso com os Estados Unidos, o acordo de salvaguardas tecnológicas por exemplo, que trará uma participação que será fundamental do Brasil no mercado de centenas de bilhões de dólares, que é o mercado de...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ERNESTO ARAÚJO – É um mercado de mais ou menos US$250 bilhões no mundo todo. A base de Alcântara é a melhor do mundo para lançamento de satélites. Então que nós capturemos 2% desse mercado já no começo significará US$5 bilhões na economia brasileira, coisa que não era possível antes e que não era possível sem a construção de um novo relacionamento com os Estados Unidos, só para dar um exemplo.

De fato, quer dizer, houve um crescimento do agronegócio pelos próprios méritos do agronegócio, por exemplo, nos períodos anteriores, mas se negligenciou, por exemplo, a infraestrutura. Isso é algo que está óbvio. Governos que se consideravam pragmáticos e que tinham uma política externa que se considerava pragmática não investiram em infraestrutura para escoamento justamente dessa produção do agronegócio. E agora boa parte do nosso trabalho na região é criar as condições para que finalmente algo que era vocação da Unasul e que a Unasul nunca fez, a integração física, que isso se torne realidade tanto no contexto sul-americano integral quanto bilateralmente com outros países.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Voltamos a falar dos corredores bioceânicos, tanto a partir ali do Norte, passando pelo Peru, quanto mais ao Sul, passando pelo Paraguai, Argentina e Chile.

Falamos disso na visita bilateral ao Chile, por exemplo, que é um parceiro fundamental nisso. Tudo isso está sendo recuperado. Serão resultados concretos de uma nova política externa. Tenho certeza de que é uma política que não fica só no discurso.

Gosto de falar de ideias, gosto de falar de filosofia, mas procuro imprimir, também, esse ritmo. E todo o Ministério está procurando imprimir um ritmo de pautas concretas, de resultados concretos com todos os países. Isso já está surgindo em diferentes frentes.

Acho que, também, temos de criar um novo ambiente para diminuir esse problema da perda de cérebros, que é um problema fundamental e que tem a ver com a má regulamentação. Para os Estados Unidos, que é um grande parceiro para o tema de pesquisa e desenvolvimento, temos que, por exemplo, grandes companhias americanas que estariam fazendo mais pesquisas e desenvolvimento dos seus produtos no Brasil e gerando tecnologia aqui possam fazê-lo, ao invés de se desviarem para outros países que oferecem condições melhores, como a Índia, que compete muito conosco nessa área. Ou seja, temos que, por meio da desregulamentação ou da melhor regulamentação, atrair esse tipo de investimento no Brasil, porque esse investimento não vem de graça e não vem por acordos, se não houver um interesse concreto.

Com os Estados Unidos, de novo, e com Israel, que são países fundamentais nisso, precisamos trabalhar para simplificar, melhorar, nossa regulamentação, para que as empresas desses países invistam mais em tecnologia no Brasil. Isso é algo que nós já estamos fazendo.

Esse é, talvez, um dos pontos fundamentais em que o Brasil pode se beneficiar do relacionamento com Israel, que nós, nessa visita encerrada ontem, estamos colocando em um novo patamar. Além disso, o relacionamento em áreas em que Israel tem excelência, como na pesca, por exemplo – Israel, com o território que tem, fornece 20% do mercado de pescado da Europa –, estamos lá começando iniciativas para trazer essa tecnologia e essa parceria com Israel.

Na parte de tecnologia de segurança, que é algo fundamental para o dia a dia do povo brasileiro, do enfrentamento do crime organizado, assinamos, também, um acordo sobre segurança que trará esse tipo de tecnologia. Em irrigação, sobretudo para as áreas do semiárido, Israel, como tudo mundo sabe, tem uma liderança internacional na produção em áreas áridas. Isso é algo que não tínhamos e, certamente, agora será possível.

Em relação às colocações e perguntas do Senador Humberto Costa, acho que, certamente, hoje existe muito essa tentativa de fazer uma distinção entre o que são políticas de Governo e políticas de Estado. Acho que nós temos os princípios da Constituição, que temos de respeitar, evidentemente, e respeitamos, porque acreditamos neles, mas existem muitas políticas que são chamadas de Estado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

mas que são, simplesmente, o congelamento de políticas de governos anteriores e, em muitos casos, de políticas equivocadas. Então, não há nenhum compromisso constitucional de manter políticas equivocadas simplesmente pelo fato de que são chamadas de políticas de Estado.

O Itamaraty já deu uma contribuição imensa...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Posso ter mais um minuto?

Contribuição ao Brasil em diferentes momentos, evidentemente na independência, depois nas guerras do Prata, na fixação de fronteiras, no posicionamento na Segunda Guerra Mundial, na questão do Mercosul. Em todos esses casos ou em muitos desses casos sempre houve algum tipo de quebra de tradição. Por exemplo, quando o Brasil se posicionou firmemente a favor dos aliados na Segunda Guerra Mundial, de certa forma, alguém poderia, na época, alegar que nós estávamos saindo da nossa tradição de não envolvimento e de não posicionamento. Mas houve uma opção, uma opção moral, uma opção que hoje todo mundo concorda que se impunha, de lutar a favor, junto com os aliados, e de nos tornarmos um dos aliados na Segunda Guerra Mundial. Portanto, a simples classificação de coisas como tradição, parece-me que não é suficiente para determinar o posicionamento.

Não há nada de ideológico, muito menos de alinhamento automático nosso, seja com os Estados Unidos, seja com o Governo Trump. O que há é a retomada e o reconhecimento de que, se nós queremos desenvolvimento, temos que ter uma parceria com os Estados Unidos, não excludente, mas uma parceria intensa e profunda com os Estados Unidos em muitas áreas.

Já estamos colhendo os frutos disso. Por exemplo, com o acordo de salvaguardas tecnológicas que, depois de 20 anos, permitirá que nós usemos um patrimônio que o Brasil tem a nosso favor, que é a Base de Alcântara, só para dar um exemplo.

Acho que as parcerias econômicas do Brasil, historicamente, com os Estados Unidos sempre foram benéficas ao nosso desenvolvimento e, portanto, à nossa capacitação tecnológica e econômica e à nossa independência.

No passado, o que aconteceu foi, a partir de um certo momento, uma opção ideológica por se afastar dos Estados Unidos – isto nós podemos até argumentar que é antigo, que isso é algo dos anos 50, 60 –, mas esse afastamento produziu uma opção, primeiro, pelo terceiro-mundismo e, depois, por países que não tinham a mesma capacidade de ser nossos parceiros no desenvolvimento tecnológico.

Portanto, o que nós estamos é justamente recuperando o tempo perdido, 20, 30, talvez 50 anos de tempo perdido com os Estados Unidos, e não fazendo uma opção preferencial nem nada desse tipo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que o que houve – se o Senador me permite –, durante o período do Governo Lula, foi um alinhamento automático com o "chavismo", sobretudo na América do Sul, mas, também, em temos de concepção do mundo. De forma nenhuma há um alinhamento nosso com o "trumpismo", o que nós estamos é aproveitando uma circunstância em que o Governo do Trump tem uma abertura para negociar e criar parcerias com o Brasil para aproveitar essa oportunidade.

Nós não temos criticado a China, nós temos procurado é fazer com que o relacionamento com a China obedeça de novo – como falava com o Senador Esperidião Amin – a mesma lógica de outros relacionamentos. Acho que não há por que com grandes parceiros, com alguns deles, termos uma atitude crítica e com outros termos uma atitude acrítica. Então, temos uma atitude crítica em relação aos Estados Unidos, sabemos e estamos tentando nos posicionar da melhor maneira e aproveitar e, de novo, como dizia, recuperar o tempo perdido com os Estados Unidos, e, às vezes, parece que não se pode fazer nenhum esforço semelhante em relação à China porque, em um relacionamento com a China nós temos que simplesmente seguir aquilo que a parte chinesa quer. Aí é que eu vejo, às vezes, uma tendência... Não acho que é o que a maioria pensa, mas vejo, em algumas correntes, esse tipo de – aí sim – expectativa de um alinhamento automático com a China. Acho que nós não temos que ter um alinhamento automático com nenhum país.

É isso.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Com a palavra os componentes...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Presidente, a tréplica... Réplica.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Réplica. Bem sucinta para dar tempo de os outros colegas participarem.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Ministro, acerca do acordo do Maranhão.

Hoje, por exemplo, movimentos quilombolas do Estado estão fazendo uma denúncia em Genebra, junto à Organização Internacional do Trabalho, acerca das graves violações que têm como referente a expansão, a possibilidade de expansão do Centro de Lançamento de Alcântara. Portanto, não será tão simples a aprovação deste acordo aqui no Congresso Nacional.

Pergunto para o senhor de uma forma muito clara e muito direta. O Governo não pode fazer o que ele quer, existe um Congresso Nacional. Por exemplo, acordos internacionais têm que ser aprovados aqui, nomes de embaixadores têm que ser aprovados aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em situações como essas, aí eu pergunto para o senhor acerca das suas convicções, em cima de falas suas e de posicionamentos seus: quando não houver, por exemplo, a aquiescência do Congresso em situações como essas, qual será a sua postura? O senhor continua como Ministro de Relações Exteriores...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – ... ou o senhor tomará um outro rumo?

E, para finalizar, acerca das questões mais polêmicas, Ministro. Nós estamos agora a acompanhar a possibilidade de mudança na grade curricular em nosso Brasil para serem colocadas pelo Ministério da Educação informações erradas acerca da ditadura militar em relação às nossas crianças. Um fato gravíssimo e que a gente, na verdade, não pode admitir. De forma muito clara, o senhor concorda ou o senhor discorda em relação ao Museu do Holocausto, que diz claramente, por exemplo, que o nazifascismo foi um movimento de extrema direita?

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Com a palavra, para a sua réplica, também peço que de forma sucinta, o Senador Flávio Bolsonaro. E, posteriormente, o Senador Humberto Costa.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - RJ) – Presidente, muito rapidamente, só um complemento sobre essa questão ideológica, com que tentam o tempo inteiro rotular o Governo de estar fazendo preferência por isso. O próprio Ministro já falou que o critério não é esse. O critério é muito objetivo e racional. Já há convites, por exemplo, de países árabes para que recebam uma visita também do atual Governo brasileiro e de que forma isso se daria? E também com relação à China, se já há essa expectativa. Porque a gente percebe que há um interesse muito grande de todos os países em ter uma aproximação com o Brasil nesse momento porque enxergam, acima de tudo, Ministro, a credibilidade, a confiança para investirem aqui no País, um clima de que os contratos serão respeitados, de segurança jurídica, que não havia infelizmente num passado próximo.

Então, só para saber se há esses convites, essa expectativa e de que forma isso se daria.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Senador Humberto Costa também, por favor, de forma sucinta a sua réplica.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sr. Presidente, eu entendo que os argumentos apresentados pelo Ministro estão, todos eles, eivados de preconceitos políticos, ideológicos e de uma certa tendência de agredir a realidade muito grande. Eu falo isso respeitosamente porque nós precisamos transmitir para o nosso País o que é a realidade histórica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ele, quando fala dos aspectos da política externa do Brasil, por exemplo, coloca no mesmo bolo o que foi a política externa do Governo Fernando Henrique Cardoso, que teve também um grau de alinhamento, mas sem o "seguidismo" que existe hoje em relação aos Estados Unidos e teve também muitas posições de independência em relação a diversos aspectos. Então, parece que o Brasil começou no ano passado, quando o Presidente Bolsonaro ganhou a eleição.

(*Soa a campainha.*)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Segundo, eu acho que esse Governo vai destruir o setor que foi, inclusive, o primeiro que manifestou apoio à candidatura do atual Presidente, que é o agronegócio. Essas posições políticas que estão sendo tomadas sem levar em consideração os aspectos econômicos que estão permeados e que representam aí interesses importantes, empregos, desenvolvimento e tecnologia, vão fazer com que o Brasil realmente tenha um prejuízo imenso com essa nova política externa que está existindo.

E, por outro lado, fazer a colocação de que o Brasil, ao longo desse período do Governo Lula, foi um seguidor do chavismo é como se V. Exa. estivesse dizendo que o rabo balança o cachorro. Na verdade, o Brasil, em todas as crises que aconteceram na Venezuela, teve o posicionamento exatamente de ser um apaziguador, de tentar ser um instrumento de encontro, digamos assim, de saídas pacíficas. Graças a Deus que nós temos o Exército nacional, as forças militares, que impediram que a posição do Ministério das Relações Exteriores sobre a atual crise na Venezuela não fosse transformada numa guerra.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Ministro, para poder oferecer a tréplica nas três réplicas.

O SR. EMBAIXADOR ERNESTO ARAÚJO – Muito obrigado, Presidente.

Em relação à réplica da Senadora Eliziane, precisamos conhecer. Eu não tenho conhecimento, no momento, de quais são os argumentos das comunidades quilombolas que estão sendo apresentados em Genebra, como a senhora mencionou. Devemos ter toda a consideração, evidentemente, com esses argumentos.

Sei que não será simples a aprovação desse acordo. É um acordo que já gerou... Não esse, esse texto, mas um acordo anterior de salvaguardas tecnológicas com os Estados Unidos teve uma tramitação complicada no Congresso Nacional, acabou não sendo aprovado, mas temos certeza de que os benefícios que ele traz ao País, sem nenhum prejuízo de monta, sem nenhum prejuízo de todo, permitirão a aprovação, à medida que o Congresso Nacional o aprecie pelos seus méritos próprios.

Sobre a eventual não aprovação de acordo: claro que o Congresso Nacional tem a faculdade de não aprovar qualquer acordo ou nomes de embaixadores, como a senhora mencionava. Continuarei

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

implementando, procurando ajudar o Presidente da República a implementar a sua política externa enquanto me for dado esse privilégio.

Quanto à questão, de novo, da interpretação de diferentes fatos históricos, eu continuo reiterando que o importante não é a nomenclatura que se utilize, mas a realidade. Que a realidade seja conhecida e que se continue tendo noção do horror que são os regimes totalitários e que continuemos combatendo os regimes totalitários que estão à nossa porta.

Sobre as perguntas do Senador Flávio Bolsonaro em relação à China: eu não mencionei isso anteriormente, mas existe já um convite do Governo da China para que o Presidente da República visite aquele país. É um convite muito honroso e estamos procurando datas já no segundo semestre do corrente ano para que essa visita ocorra. Antes disso, teremos reunião da Comissão Mista Sino-Brasileira, que organiza o conjunto do relacionamento, de acordo com acordos anteriores, de maneira que temos já os canais adequados para desenvolver esse relacionamento.

Em relação a países árabes: temos a intenção de preparar visitas presidenciais para países-chave daquela região proximamente, se possível ainda no primeiro semestre. Temos tido, de maneira muito especial, um contato extremamente profícuo com os Emirados Árabes Unidos. Neste Governo, já criamos um grupo de trabalho sobre investimentos, para procurar melhor canalizar os investimentos dos fundos de investimento dos Emirados Árabes, que são uma potência mundial em investimentos em infraestrutura e outras áreas, para melhor canalizar esses investimentos para o Brasil. O chanceler dos Emirados Árabes já discutiu uma ideia que ele mesmo apresentou – e vamos procurar desenvolver –, de melhor utilizar o *hub* de distribuição excepcional que os Emirados Árabes possuem, para melhor acesso, por exemplo, ao mercado da Índia de produtos alimentícios, um mercado que é muito difícil de acessar diretamente, mas que, através dessa conexão com os Emirados Árabes, poderá ser muito mais bem aproveitada, inclusive, em benefício, claro, do agronegócio brasileiro.

Sobre a réplica do Senador Humberto Costa...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EMBAIXADOR ERNESTO ARAÚJO – Posso ter mais um minutinho? Obrigado.

Essa ideia de que a nossa política externa causa prejuízo ao agronegócio tem sido propalada e até agora não se materializou de forma nenhuma e tenho certeza de que não se materializará. Ao contrário, já dei exemplo de algo que estamos perseguindo justamente com um país árabe, por iniciativa desse país, no caso os Emirados Árabes, uma iniciativa que beneficiará nosso agronegócio, só para dar um exemplo. Já também obtivemos acesso ao mercado de gado vivo da Malásia, que é um país de maioria muçulmana, que se poderia imaginar um país que tivesse problema com as nossas políticas, mas não parece tê-las.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com relação à China, não identifico nenhum problema até o momento. A China cuida dos seus interesses, nós cuidamos dos nossos e temos que achar as melhores maneiras de concatenar esses interesses. As simples menções que temos feito de que o Brasil, no relacionamento com a China, assim como com qualquer outro país, tem que perseguir os seus interesses e não se adaptar de maneira acrítica a interesses, no caso da China... Tenho certeza de que essa posição não ofende ninguém e é uma posição totalmente produtiva, que permitirá inclusive que geremos melhores resultados no comércio com a China. Durante 20 anos, pelo menos, o Brasil tem procurado diversificar o seu acesso ao mercado chinês, mas não tem conseguido. Temos incrementado o acesso em alguns poucos produtos, mas não temos conseguido acesso a produtos de maior valor agregado. Isso, sim, é o que temos que perseguir, e esse é um dos resultados que governos anteriores não atingiram e que nós, talvez, consigamos atingir.

Sobre a relação entre o Governo do Brasil e da Venezuela, mais especificamente entre o Governo do Presidente Lula e o chavismo: eu acho que, independentemente de qual é o rabo e qual é o cachorro, a réplica de V. Exa. mostra que havia uma relação íntima entre os dois, o que, de toda forma, é prejudicial, como se nota hoje, aos interesses brasileiros, porque ajudou a criar um país que é um poço de criminalidade, de terrorismo e de colapso social.

O senhor dizia que algumas manifestações que eu tenho feito agridem a realidade histórica. Eu acho que, em termos de história muito recente, a ideia de que, em algum momento, eu ou Ministério das Relações Exteriores quis algum tipo de conflito armado com a Venezuela e que as Forças Armadas brasileiras não quiseram, isso não tem nenhuma relação com a realidade histórica.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agora o último bloco: Senador Randolfe, Senador Chico Rodrigues e Senador Flávio Arns.

Eu passo a Presidência ao Senador Marcio Bittar porque eu vou atender a uma agenda que está aqui ao lado, onde realmente é a Comissão de Relações Exteriores.

Com a Presidência o Senador Marcio Bittar.

O SR. PRESIDENTE (Marcio Bittar. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – Senador Randolfe com a palavra.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcio Bittar. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – Inicialmente, por cinco minutos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar Ministro.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Ministro, a sua pasta, o Itamaraty, é um dos ministérios mais antigos desta Esplanada aqui. Eu sou de um Estado que deve muito à atuação de um célebre diplomata, José Maria Paranhos – eu acho que foi o fundador, inclusive, da política externa brasileira tal qual nós a conhecemos. O que se fala aqui sobre princípios, sobre tradição das relações internacionais do Brasil, o que já foi dito aqui, não é que seja tradição não imutável, mas é o que está estabelecido na Constituição da República. É a Constituição da República, no seu art. 4º, que estabelece quais são os princípios de nossa relação internacional.

Então, parto desse princípio, parto da tradição de diplomatas que chefiaram a pasta que o senhor hoje dirige, como José Maria Paranhos. Essa pasta teve como princípio de atuação em sua relação com os outros povos a multilateralidade e a defesa incondicional da autodeterminação dos povos e da democracia. Eu falo isso porque a sua pasta, Sr. Ministro, ou o senhor, é o cartão de visitas do Brasil para o exterior – a pasta dirigida pelo senhor e, em última análise, o senhor e o Presidente da República, que, além de ser Chefe de Governo na nossa organização constitucional, é também o Chefe de Estado, acumula as duas funções.

Pois bem, eu falo isso porque muito do que o senhor diz e muito do que o Presidente da República diz constituem a imagem que o Brasil passará ter lá fora, e isso tem relação direta com as nossas relações comerciais, isso tem repercussão direta para cá, conosco. Portanto, eu quero retomar alguns temas que já foram tratados aqui e que são objeto de declarações suas.

É declaração sua, e já foi reafirmada aqui, que a Venezuela é uma ditadura. Eu concordo com o senhor: o é, é uma ditadura. Mas também é fato histórico que foi uma ditadura o governo de Alfredo Stroessner, no Paraguai, e o de Augusto Pinochet, no Chile, e o Presidente da República, recentemente em visita aos dois países, ressaltou o papel desses dois ditadores, Alfredo Stroessner e Augusto Pinochet. Por outro lado, o senhor, recentemente, em depoimento na Câmara dos Deputados – foi o senhor –, declarou o seguinte: "1964 não foi golpe, foi um movimento necessário para que o Brasil não se tornasse uma ditadura." Essa é mesmo a convicção do senhor? É a pergunta primeira que faço.

Quanto à convicção do senhor em relação à Venezuela, nós temos acordo. Aliás, temos acordo em mais uma coisa, em mais um aspecto: as nossas relações internacionais não podem ser motivadas por viés ideológico, nem à direita nem à esquerda. Com a mesma veemência que condenamos a ditadura venezuelana, parece-me necessário condenar o que foi a ditadura chilena, o que foi a ditadura paraguaia, e o que foi a ditadura aqui no Brasil. É esta a convicção sua: de também condenar, assim como condena a ditadura venezuelana, essas outras ditaduras que aqui tivemos?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, o senhor fez uma... Permita-me, Ministro, eu sou historiador, é uma das minhas formações, e eu concordo com um aspecto que o senhor falou de que a história... Aliás, existe até uma poesia muito bonita que diz que "a história é um carro alegre que atropela indiferente todo aquele que a negue". Eu realmente acho que a história tem que ter perspectivas, tem que ter a sua perspectiva de análise, mas não se muda fato histórico.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não se muda que o que deflagrou a Primeira Guerra Mundial foi o assassinato do Arquiduque Francisco Ferdinando; não se muda a Revolução Francesa, a data em que ocorreram a Revolução Francesa, os acontecimentos revolucionários e a divisão entre jacobinos e girondinos. Os fatos históricos não são perspectivas: são da história, estão na história.

Quanto à sua declaração insistente de que o nazismo é um movimento de esquerda, eu faço diretamente a pergunta: é essa a sua perspectiva? O senhor acredita mesmo nisto: que o nazismo foi um movimento de esquerda? Se é essa a sua perspectiva, em que o senhor fundamenta isso? Pelo amor de Deus, me diga em quê? Onde está o lastro teórico histórico? Qual o historiador que o senhor cita para dizer isso? Pergunto porque o próprio Hitler, na sua obra *Mein Kampf* (*Minha Luta*) falava...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... que um dos objetivos do nazismo, um dos objetivos do Terceiro Reich, seria invadir a União Soviética para pôr fim definitivo ao comunismo. Então, para essa declaração, que já é pública sua, eu preciso de um lastro histórico em algum lugar, pelo amor de Deus! Me diga onde existe algo que sustente isso! Onde está?

E eu falo isso... Veja, não há nenhum comunista aqui, viu? A oposição ao seu Governo não tem nenhum comunista, não há ninguém assim se reivindicando. Essa generalização feita, esse reducionismo, não faz bem... Aliás, esse tipo de afirmação, vindo do nosso Ministro das Relações Exteriores, do nosso Chanceler, do nosso cartão de visita, deseduca. É este o problema central, Ministro: é que deseduca. Existe uma geração que está na escola que, ao ver esse tipo de declaração sua ou do Presidente da República, passa a ser deseducada, isso passa a representar concretamente retrocesso aos avanços civilizatórios e...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... democráticos que tivemos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, já para concluir, Sr. Presidente, é necessário fazer uma pergunta objetiva, Ministro: de onde vem a política do Itamaraty? Eu sei que V. Exa. é admirador de um astrólogo que vive lá na Virgínia, nos Estados Unidos. Eu sei que o senhor... Não sei se é de lá que vem a orientação.

No encontro com o Presidente Trump, quem estava no Salão Oval não era V. Exa., era o Deputado Eduardo Bolsonaro. O Vice-Presidente da República, inclusive elogiado por muitos embaixadores, já recebeu 23 embaixadores, mas o senhor só recebeu 7. É uma pergunta objetiva: de onde é que vem a política do Itamaraty? Quem é que comanda de fato? É o Deputado Eduardo Bolsonaro? É o astrólogo lá da Virgínia? Quem é que comanda a nossa política internacional? Quem é que comanda essa cadeira em que o senhor está sentado, onde sentou anteriormente José Maria Paranhos, o Barão do Rio Branco? E quais os princípios, por fim, que V. Exa. acha, na atuação do Ministério das Relações Exteriores, que se coadunam com a política externa brasileira, o que não quer dizer nenhuma tradição, quer dizer o que está no art. 4º da nossa Carta Maior, que é a Constituição?

O SR. PRESIDENTE (Marcio Bittar. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – Após o Senador Randolfe, passo a palavra ao Senador Chico Rodrigues.

Com a palavra V. Exa.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR. Para interpelar Ministro.) – Sr. Ministro Ernesto Araújo, meu caro colega Senador Marcio Bittar, eu quero aqui elogiar as manifestações, feitas de uma forma extremamente cuidadosa, coerente, do Ministro, mesmo frente a perguntas extremamente duras.

Felizmente, nós sabemos da sua capacidade intelectual, do seu preparo na vida como diplomata exemplar, e V. Exa. tem se havido de forma extremamente feliz nas suas respostas, muitas vezes tentando aclarear os fatos e mostrar para todos nós Senadores e para aqueles que já nos antecederam como o Governo do Presidente Jair Bolsonaro está se havendo.

E nós sabemos que, pela sua resiliência, ele tem procurado, mesmo em cenários extremamente difíceis, projetar o nome do Brasil em apenas três meses e quatro dias, que completa hoje o seu Governo. Nós sabemos – e há uma consciência coletiva disto – que é impossível você fazer uma correlação entre um Governo que apenas há três meses assumiu e aqueles que já governaram por 14, 16 anos, com seus erros extremos e também com os seus acertos, que nós aplaudimos.

Obviamente que esta discussão nesta Comissão é importantíssima, porque ela aclara os fatos, esclarece a todos aqueles que a V. Exa. fazem indagações. E eu gostaria apenas de fazer duas perguntas pontuais, de forma regional, em relação ao nosso Estado.

Primeiro, Ministro, aproveitando a sua presença, eu gostaria de saber qual é o andamento do acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Cooperativa da Guiana, assinado em 2017,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que cria a Comissão Mista Brasil-Guiana para o Desenvolvimento de Projetos de Infraestrutura e trata da pavimentação estratégica entre Linden, na nossa fronteira, e Lethem, para que possamos ligar definitivamente o Brasil até o Atlântico.

A segunda pergunta é com relação ao acordo bilateral Brasil-Guiana, que foi firmado em 2012 e que ainda se encontra tramitando aqui na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em relação à cooperação mútua em matéria de defesa, permitindo a compatibilização daquele acordo no acesso às informações.

E apenas uma terceira pergunta, que não estava programada, mas a posição do Itamaraty é extremamente clara: a posição do Presidente Jair Bolsonaro é tão clara como uma janela sem vidros, mostra a dificuldade da convivência com a Venezuela neste momento de crise profunda. Nós vivemos ali numa fronteira larga de mil quilômetros, entre o nosso Estado de Roraima e a República Bolivariana da Venezuela. Neste momento a gente já percebe que, pelo cansaço da população, pela necessidade urgente de que as ações praticadas pela comunidade mundial sejam realmente recepcionadas pelo Governo do Presidente Maduro, já se começa meio que a flexibilizar a entrada desse apoio humanitário. Então, como V. Exa. vê isso neste momento, qual é a avaliação do Itamaraty neste momento daquela questão interna?

E, diga-se de passagem, o Presidente autointitulado Juan Guaidó não é também uma solução definitiva para a Venezuela no nosso entendimento, porque nós que ali vivemos, na fronteira, percebemos isto, temos realmente a consciência de que não é uma liderança consentida, apenas, por ser um Deputado, Presidente do Parlamento, se autoproclamou Presidente da Venezuela.

Então, como V. Exa. vê, em todo esse questionamento, essas soluções que podem levar realmente a uma situação mais confortável para aquela população, que é composta de 30 milhões de amigos? Os venezuelanos são nossos parceiros estratégicos também.

Muito obrigado, Sr. Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Marcio Bittar. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – Encerrando esse quinto e último bloco, passo a palavra ao Senador Flávio Arns, que dispõe inicialmente de cinco minutos.

Com a palavra o Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR. Para interpelar Ministro.) – Eu quero cumprimentar V. Exa., Senador Marcio Bittar, e também o Ministro Ernesto Araújo.

Quero colocar o seguinte. Quando o Presidente Bolsonaro foi eleito, eu acho que duas palavras representaram a mudança: foi o sentido de esperança e de mudança, tanto aqui no Congresso quanto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

na sociedade. E as pessoas no Brasil querem que as coisas deem certo. Eu também quero. E eu acho que o sentimento aqui no Senado Federal é o sentimento de contribuir, de colaborar para que o Brasil dê certo. Nós queremos. O Brasil tem que dar certo, porque os desafios são muito grandes na educação, na saúde, no trabalho, no desemprego, na assistência, nas contas públicas, em todos os setores. Então, a gente quer que dê certo.

Mas é muita confusão ao mesmo tempo. E eu vejo essa confusão não só sob os meus olhos, Ministro. Eu vou ao supermercado, ao açougue, estou nas ruas, e as pessoas me param e dizem: "Olhe, que bom! Que bom que está lá. O que você acha? Vai dar certo ou não?" Mas o próprio povo diz: "Não é muita confusão?" Eu digo: "É muita confusão."

Falei com o Major Olimpio outro dia, com quem me relaciono, e com Fernando Bezerra, que é o Líder do Governo aqui no Senado, e disse: "Olhem, falem com a turma lá para não haver uma confusão por dia. Vamos ter uma confusão por semana e, depois, uma confusão a cada 15 dias, a cada mês." Disse isso porque todo dia é alguma coisa que não diz respeito ao ato de governar.

Eu cito, por exemplo: "Não, vamos comemorar o dia 31 de março." Nem os generais estavam pensando nisso, eu acredito, não faz parte da discussão que o Brasil precisa enfrentar. Ao mesmo tempo: "Vamos diminuir os impostos sobre os cigarros." E vai lá, a gente está discutindo diminuir impostos com a opinião contrária do mundo inteiro.

E o senhor também coloca sua opinião sobre nazismo, fascismo, esquerda, direita e tantos outros assuntos, e eu diria: "Olha, isso é uma opinião pessoal e que não contribui." A gente tem que, na verdade, fazer um esforço para que haja união no Brasil, diálogo no Brasil.

Eu sou da área da educação e jamais me atreveria a dar uma opinião sobre educação sem consultar outras pessoas, porque minha opinião pode não estar correta. Ou vamos refletir em conjunto para assim ver... Então, nesse sentido, eu acho que, no Ministério das Relações Exteriores, que tem um quadro altamente competente e qualificado – assim me permita dizer –, a primeira missão é realmente dialogar, pacificar, ouvir as pessoas para que isso seja feito.

Agora, ao mesmo tempo, a gente entende que, num início de governo, haja muitas críticas aos governos anteriores. Isso acontece nos Estados e nos Municípios. Não concordo com esse procedimento, porque o povo quer saber...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – ... o que você vai fazer, o que nós vamos fazer daqui para frente, porque, senão, a gente poderia criticar também.

Até o meu xará, amigo Flávio Bolsonaro, agora há pouco colocou que as mentes estão fugindo, as mentes brilhantes estão fugindo por causa da falta de ênfase em ciência e tecnologia, mas ontem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ainda aprovamos um requerimento, na Comissão de Educação, porque houve um corte violentíssimo na área da ciência e tecnologia agora, um corte muito forte. Mas nem por causa disso vou criticar o Governo Bolsonaro, porque nós vamos tentar solucionar esse problema. O Brasil não pode ficar sem ciência e tecnologia, algo importante para a sua independência, para a geração até de recursos, porque, se você desenvolve um *software* adequado...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – ... isso vale mais, às vezes, do que uma plantação de soja no País inteiro.

De onde vêm essas mentes brilhantes? Vêm das nossas universidades também. Há problemas? Claro que há, mas, se houver, vamos corrigir isso. Em que sentido? Nós temos médicos brilhantes no Brasil, engenheiros, arquitetos, professores, pedagogos, agricultores, agrônomos, tudo, que foram formados nas nossas universidades. Eu sou professor de universidade também. No Paraná, nós temos cinco federais, sete estaduais muito bem ranqueadas no Brasil. Então, eu penso assim, Sr. Ministro, que nós estamos entrando em muita bola dividida, como o povo costuma falar por aí.

A pergunta que eu faria, também nesse sentido, não é propriamente uma pergunta, é um posicionamento para a gente baixar a bola em tudo, não ter opinião sobre...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – ... coisas que são desnecessárias neste momento da história do Brasil.

A gente tem que discutir emprego, renda, educação, trabalho, salário, desenvolvimento, ciência, tecnologia. Eu morei, por três anos, nos Estados Unidos também e conheço bem a realidade de lá. Fiz o meu PhD na Northwestern, em Evanston, perto de Chicago, onde o Paulo Guedes também estudou, e a gente sabe que as coisas mudam lá. Por exemplo, o Trump: eu não gosto do Trump, mas eu acho que a gente tem que, lógico, discutir e fazer... Daqui um ano, sabe-se lá se o Trump vai ser eleito ou não, talvez não seja, e aí vem outra tendência, e a gente vai ter que dialogar com o novo Presidente. Com Israel é a mesma coisa: tem que dialogar, mas tem que dialogar com todos os árabes, os palestinos, porque essa é... Nós temos que contribuir. O Brasil tem uma vocação para ser protagonista no mundo. Agora, para ser protagonista, tem que dialogar, tem que...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – ... conversar, tem que escutar – eu já estou terminando –, tem que tomar um posicionamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu diria, Sr. Ministro, sobre a possibilidade de a gente ter um rumo no ministério – e o senhor é Ministro também – para que o Brasil assuma essa sua missão no mundo e que o Governo possa... Até eu faço um apelo aqui ao Flávio Bolsonaro também, que está aqui ao meu lado, para a gente conversar mais e dizer: "Olha, vamos baixar a bola, vamos conversar, vamos nos unir. Criticar os governos anteriores no começo é bom, mas o povo vai começar a falar: "Quero soluções para os desafios que o Brasil quer enfrentar."

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcio Bittar. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – Sr. Ministro, quinze minutos para dar resposta aos três Senadores.

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Muito obrigado, Presidente.

Sobre as considerações do Senador Randolfe Rodrigues: procuramos nos pautar certamente pelo que está no art. 4º da Constituição – isso temos totalmente em comum, essa é a nossa baliza. Independentemente daquilo que possa ser chamado ou não de tradições da diplomacia, a Constituição nos proporciona esse balizamento.

A expressão que o senhor usou, de que o Ministro das Relações Exteriores é o cartão de visitas do Brasil, eu acho interessante, porque ela dá expressão ao que é realmente uma percepção que eu considero equivocada, que é a de que um ministro de relações exteriores ou a política externa que ele represente tenha que ser algo bidimensional, chapado e puramente nominal. Eu acho que eu não sou um cartão de visita, eu acho que eu sou um ser humano e procuro fazer as coisas a partir do que eu penso, de tudo o que eu sinto. E eu acho que isso aqui tem que ser um... Não eu, mas um ministro, não só de relações exteriores, mas qualquer ministro... Acho que nenhum deles deve ser uma realidade bidimensional descolorida.

Toda a questão de história recente do Brasil ou de outros países... Eu repito: eu acho que o importante é que, como dizíamos, não se considere que a história é algo fechado. É interessante o que o senhor mencionou, como historiador, a respeito da Primeira Guerra Mundial. Sem ser historiador, as origens da Primeira Guerra Mundial é um tema que sempre procurei estudar muito, porque é muito interessante, inclusive do ponto de vista da diplomacia. Embora todos considerem que o estopim da Primeira Guerra Mundial tenha sido o assassinato do arquiduque, existem correntes de historiadores, como o senhor sabe, que veem isso de maneira completamente diferente, porque o que foi feito durante o mês de julho de 1914, a partir do assassinato do arquiduque, é o que determina a Primeira Guerra. Existem teorias que até hoje não se conciliam: de que a culpa é da Alemanha, talvez a mais corrente; há uma corrente muito interessante, apenas de um historiador, que diz que a culpa é da Rússia, porque a Rússia é que queria a guerra, porque a Rússia é que começou a mobilização; ou a de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que a culpa é da França; ou de que a culpa é da Inglaterra, quando decidiu não ficar neutra, mas se colocar ao lado da França; e assim por diante.

Então, eu acho que o fato histórico material, talvez, em alguns casos, seja indiscutível, quando há suficiente evidência, mas a História não é simplesmente o fato material. A História, como disciplina humana, é algo bastante mais complexo. Portanto, eu acho que nada na História deve ser fechado com chave e tudo deve ser discutido, ou pode ser discutido.

Acho que justamente... Mencionou-se que uma geração pode ser deseducada por rediscutirmos fatos históricos e reexaminá-los, mas acho que, ao contrário, é preciso evitar uma lavagem cerebral em que uma determinada perspectiva é dada como assentada e imutável. Eu acho que todas as gerações devem ter direito a discutir a História de uma maneira mais aberta.

Sobre a questão que o senhor mencionou, do nazismo, de que o nazismo seria de direita porque entrou em guerra com a União Soviética, um regime de esquerda. Mas, justamente, voltando à Primeira Guerra: nós tivemos regimes que, em termos de coloração política, eram muito semelhantes, como, por exemplo, a Alemanha de então e a Rússia de então, e que, no entanto, entraram em guerra, uma guerra completamente destrutiva, com milhões e milhões de mortes. Ou seja, o fato de haver uma guerra entre duas potências não significa que elas tenham necessariamente ideologias diferentes. Enfim, eu acho que é toda uma discussão histórica interessantíssima que poderíamos prolongar, mas não quero prolongar demais.

Bom, de onde vem a política do Itamaraty e quem a faz, quem comanda a política externa? Essa é a pergunta mais fácil que me fizeram hoje. Sou eu. Sou eu que comando.

A Constituição, como dizia... Isto eu mencionei, não é? Disse que a nossa política se coaduna com a Constituição. Aqui, de novo: nós temos ali princípios, e toda discussão de princípios também não é matemática. A própria Matemática não é tão matemática; existem, muitas vezes, construções teóricas na Matemática Avançada que nos permitem uma discussão sempre mais profunda. Então, digamos assim, não é uma aritmética; os princípios estão lá, mas a maneira de segui-los e a interpretação sobre como seguir esses princípios, como dentro dos negócios humanos e sobretudo numa democracia, são coisas que sempre podem estar sujeitas a debate. Portanto, estou sempre aberto ao debate sobre se estamos realmente seguindo, como pretendemos seguir, os princípios de política externa da Constituição.

Sobre o que mencionava o Senador Chico Rodrigues – muito obrigado, agradeço a menção. Eu acho também que o Brasil já se projetou muito em apenas três meses, graças ao trabalho que eu e o Itamaraty procuramos desempenhar: de colocar em prática as diretrizes traçadas pelo Presidente da República, que foram objeto da sua campanha. Eu acho que – só fazendo um parêntese – é fundamental isto: nós estamos procurando seguir aquilo que o Presidente prometeu na sua

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

campanha. Eu acho que temos que, numa democracia, justamente fugir do paradigma de que um Presidente é eleito e depois esquece as promessas de campanha e isso é considerado normal. Eu acho que o normal é procurar seguir. E há também o paradigma, ou a ideia, de que política externa é algo que não importa, é algo que não motiva os eleitores, então o candidato fala umas coisas sobre política externa e depois ele continua fazendo aquilo que sempre se fez. Eu acho que isso é um desrespeito ao eleitor, porque o eleitor tem o direito de se interessar por política externa, assim como ele tem o direito de se interessar por política educacional, por política de saúde, por política econômica. E imaginar que ele votou por causa da política econômica, mas não por causa da política externa, e que então o Governo pode fazer qualquer coisa com a política externa me parece que não é justo para com o eleitor, nem para com a política externa.

Sobre o tema dos acordos com a Guiana – obrigado por mencioná-lo. Mencionei anteriormente a nossa preocupação com essa, digamos, diplomacia de fronteira. Vi muito claramente a necessidade disso no seu Estado, quando estive em Boa Vista e Pacaraima, e, inclusive, falando também com o Governador Denarium, assumi o compromisso de a gente procurar resgatar e acelerar a construção da pavimentação da estrada ligando à Guiana, que acho que dará uma nova dimensão econômica a Roraima. E procurei também ver o que o Itamaraty pode fazer para acelerar, para ajudar V. Exas. aqui no Congresso a acelerarem a aprovação do Acordo de Cooperação em Defesa. Mas isso deixa claramente presente a importância de que, sobretudo para Estados que dependem muito do comércio com os países fronteiriços, o Itamaraty dê uma atenção muito especial para os temas específicos desses Estados, que às vezes parecem menores dentro da política global, mas que são absolutamente fundamentais para o desenvolvimento das regiões fronteiriças.

E sobre a situação da Venezuela: nós achamos que ela está evoluindo, mais lentamente do que gostaríamos, mas continuamos achando que há uma marcha irreversível rumo a um processo democrático. O Brasil continua dando todo o apoio ao Governo interino do Presidente Juan Guaidó. Continuamos achando que o Governo Maduro perde espaço a cada dia, já não, aparentemente, pode contar com as suas próprias forças armadas para reprimir a sua população, tem que recorrer a milícias e coisas desse tipo, já não consegue manter em funcionamento minimamente a economia, e a continuação da pressão internacional pela democracia é fundamental. Em breve, vai-se votar uma resolução na Organização dos Estados Americanos reconhecendo o Governo Guaidó – o Brasil votará certamente a favor –, o que será mais um passo para criar esse substrato político indispensável à transição democrática na Venezuela.

Sobre as considerações e colocações do Senador Flávio Arns, a quem também agradeço muito: concordo inteiramente que estamos sob o signo da esperança e da mudança desde a eleição do Presidente Bolsonaro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acho que muito daquilo que o senhor mencionou como sendo confusões que se têm criado são confusões criadas por uma certa atitude dos meios de comunicação, que querem ver a confusão, muitas vezes, onde ela não existe. Alguns casos também podem ser o resultado das mudanças profundas que nós temos que fazer. Qualquer casa, no dia da mudança, fica confusa. É impossível um arranjo completamente asséptico de uma mudança, ainda mais de uma mudança profunda. Acho que é normal que haja caixas que estão viradas aqui, caixas que estão abertas ali. Acho que o povo brasileiro sabe muito claramente, diferentemente dos meios de comunicação tradicionais, que existe uma direção e sabe que a casa para a qual nós estamos nos mudando é uma casa muito melhor do que aquela que nós estamos deixando, onde habitávamos antes. Vale a pena passar por esse período de mudança, por esse momento de caixas aqui e ali, para chegar a essa nova casa, como o povo brasileiro merece.

Bem, só para voltar mais uma vez aos comentários que eu fiz sobre certos conceitos políticos, sobre a questão de totalitarismo e nazismo. Só para mencionar também que as minhas observações que estão sendo citadas são parte de uma entrevista de uma hora e meia que eu dei ao canal Brasil Paralelo, em que eu procurei elaborar um pouco da minha visão de mundo, da minha visão de como vai o mundo, em que falei de temas de que eu falo muito, como globalismo, que são essenciais para que um país como o Brasil se posicione no mundo. Não digo que sejam verdades, evidentemente, ali. Procuro investigar, dentro dos limites da minha capacidade e sob ângulos que não são às vezes muito usuais, mas que são necessários, a realidade internacional.

Então, eu acho que seria interessante algumas pessoas que talvez estejam discutindo esse tema a partir do que eu falei... Eu as convidaria a verem, se possível, a minha entrevista integral, para que vejam o contexto onde estava isso.

Bem, sobre baixar a bola. Desculpem-me por abusar um pouco das metáforas, mas eu acho que baixar a bola seria para um time que estivesse ganhando, e acho que o nosso time estava perdendo. O Brasil vinha de um período de enorme desencanto com tudo, de depressão tanto psicológica quanto econômica, de falta de esperança, de falta de perspectiva, de falta de amor próprio, e isso tudo está sendo recuperado, mas precisa ser recuperado jogando para frente. É claro, é preciso baixar a bola no sentido de ter calma e fazer o passe certo, mas não no sentido de simplesmente passar a bola para o lado – não sei qual o senhor advoga –, que é o que vinha sendo feito, a meu ver, por exemplo, na política externa. Acho que o povo quer ver o time jogando para frente para tentar recuperar o resultado, para se recuperar em um jogo em que nós estávamos claramente perdendo.

Bem, o senhor chamou atenção, mais uma vez, para esse problema que acho fundamental e que surgiu aqui – agradeço a questão –, o da fuga de cérebros. Mais uma vez quero insistir que as nossas políticas de atração de tecnologia e de procurar criar um ambiente de investimento tecnológico melhor no Brasil serão fundamentais para evitar essa fuga de cérebros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, novamente, para voltar àquela metáfora de não entrarmos em bola dividida: eu acho que, infelizmente, precisamos entrar em certas bolas divididas, porque é isso que nos motiva e que motiva a população que elegeu este Governo com este projeto que nós temos.

(*Soa a campainha.*)

O SR. EMBAIXADOR ERNESTO ARAÚJO – Por fim, agradeço e concordo inteiramente com o senhor: o Brasil tem a vocação de ser protagonista no mundo. Esse é o sentido – para voltar a esse tema –, é uma das razões fundamentais que têm que nos mover, quer dizer, crescimento, desenvolvimento, emprego para o nosso povo e, ao mesmo tempo, sermos protagonistas no mundo.

Eu tenho certeza de que a busca exclusiva pela dimensão do desenvolvimento não deu certo e agora temos a oportunidade de fazer funcionar essa dimensão da política externa como um dos instrumentos de desenvolvimento dentro de uma lógica de também procurar ser um país grande e de ser um país que tem protagonismo no mundo. Esse é o rumo básico que nós estamos procurando implementar. Trata-se de trabalhar ao mesmo tempo com essas coisas que, no fundo, são inseparáveis, sozinhas não dão certo: buscar o crescimento e buscar a nossa grandeza e o nosso lugar no mundo.

Obrigado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Réplica, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcio Bittar. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – Pois não.

Com direito à réplica, pela ordem: Senador Randolfe, Senador Chico Rodrigues e Senador Flávio Arns. Peço a maior brevidade possível, mas, antes, devolvo a Presidência ao titular, o Senador Nelsinho Trad.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Obrigado, Senador Marcio Bittar.

Já foi alertado, mas novamente alerto para que a gente possa atender ainda à pauta que falta, pauta que algumas autoridades vieram acompanhar: eu pediria a compreensão dos nobres pares para que possam ser breves nas suas réplicas.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar Ministro.) – Eu serei, Presidente.

Ministro, o senhor acha mesmo que o time está ganhando, que o time que está jogando agora está ganhando? O senhor acha mesmo que essas bolas divididas são necessárias? Veja, uma das bases

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de apoio do Presidente Bolsonaro, a Frente Parlamentar da Agricultura... A declaração do Presidente da Frente Parlamentar da Agricultura, Deputado Alceu Moreira, está nos jornais de hoje: diz que não aceitará "atos irracionais e irresponsáveis". É de uma base social que apoiou o Presidente Bolsonaro. Ao que ele está se referindo? O que é bola dividida? Bola dividida é ofender os países árabes. Eu não falo da relação como Israel. Por obrigação do nosso Ministério das Relações Exteriores, a mesma relação que temos com Israel temos que ter com os países árabes, porque a nossa cultura sempre foi da multilateralidade. Aliás, outro que antecedeu o senhor nessa cadeira, chamado Osvaldo Aranha, no ano de 1948, quando defendeu a criação do Estado de Israel, defendeu...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... a convivência pacífica entre dois Estados, Israel e o Estado Árabe. A tradição política... Aliás, aí não é tradição, aí é o princípio do art. 4º da nossa política externa sempre defendeu isso. Ir lá e ir no caminho contrário significa... Permita-me, há um fato aí colocado, há uma declaração dos países árabes em relação à nossa pauta de exportações. E só me permita lembrar a nossa pauta de exportações: é importante a ligação com Israel, mas nós temos, com a Liga Árabe, só em exportações, US$11,5 bilhões; com Israel temos US$321 milhões. De importações com a Liga Árabe, temos US$7,6 bilhões; com Israel, temos US$1 bilhão.

É esta a bola dividida, a ofensa a um parceiro comercial histórico do Brasil? É essa a bola dividida? É esse o time que está ganhando? Permita-me, Ministro: trazer prejuízos para o agronegócio brasileiro não me parece ser jogar com o time no ataque; está mais parecido com gol contra, está mais parecido com fazer autogolo.

Outra coisa, Ministro... Vamos lá, perspectivas históricas devem ser debatidas. Quando eu falei do episódio do assassinato do arquiduque... É lógico que esse é o fato histórico. Há vários sobre a Primeira Guerra Mundial. Não vou ficar divagando aqui em relação a isso. Eu quero ir no concreto.

Estou aqui com uma carta de vários partidos políticos da Alemanha repudiando qualquer alusão ao nazismo. A expressão "deseducar novas gerações" não está sendo dita por mim; está sendo dita aqui por partidos alemães. Eu acho que nós não vamos ousar conhecer sobre o nazismo mais do que os alemães, me parece que seria muita ousadia da nossa parte. Aliás, eu imagino que o senhor não vá querer ousar saber mais do nazismo do que os judeus, porque o Museu do Holocausto que o senhor visitou em Israel reconhece lá o nazismo como um movimento de extrema direita.

Mas não seriam necessários muitos recortes históricos. Isto aqui é o primeiro comício de Hitler, em 1933, após ascender. Está em alemão – o senhor pode corrigir o alemão depois –, mas esta é a tradução da frase: "Faça a Alemanha livre do Marxismo." – declaração de Hitler.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos mais adiante. A revista *Time*, de 1933, elegeu Hitler o homem do ano pelo seu trabalho contra a expansão do comunismo. Parece-me que insistir nessa tese em sentido contrário é tentar criar aqui no Brasil o ministério da verdade, daquela obra de ficção de George Orwell, uma obra dos anos 40 que falava de 1984, de um mundo hipotético em que existia um tal ministério da verdade que redizia a verdade histórica anterior. Não existem novas perspectivas para isso. E é isso que eu digo que é deseducar. Aliás, não sou eu que digo; quem está dizendo isso é um conjunto de partidos políticos da Alemanha.

Então me permita, Ministro, eu apelo, rogo a V. Exa. que – e falo isso para concluir, Presidente Nelsinho –, nessa cadeira de Ministro, não pode fazer o que pensa, não pode, porque não fizeram o pensavam Afonso Arinos, que lhe antecedeu; Santiago Dantas, só para citar um liberal e alguém do campo da esquerda que lhe antecedeu; Osvaldo Aranha, em 1948, quando propôs a criação de dois Estados lá na Palestina; Nilo Peçanha, que, pela sua atuação no Itamaraty, depois se tornou Presidente da República; não fez simplesmente o que pensava José Maria da Silva Paranhos. A sua pasta é fundamental para as nossas relações internacionais, em decorrência da sua atuação nas relações internacionais. Fico feliz com a sua afirmação de que o senhor é o Ministro das Relações Exteriores e não o astrólogo da Virgínia ou qualquer outro aventureiro, fico feliz e peço uma humilde reflexão sobre esses que antecederam o senhor nessa pasta.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Com a palavra o Senador Flávio Arns, desde que o Senador Chico Rodrigues declina de sua réplica.

V. Exa., por favor, seja bastante objetivo.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR. Para interpelar Ministro.) – Certo. Eu vou procurar ficar nos dois minutos também.

Eu diria que nós estamos lidando com o Governo e, dentro do Governo, há um grupo, um conjunto de pessoas que está no País, na agricultura, na educação, no Ministério, na Casa Civil, enfim, sob a coordenação do Presidente. Então, em um grupo, certamente, as opiniões pessoais devem ser completamente evitadas – completamente evitadas!

O senhor – e falei antes do nazismo e do fascismo – pode ter as suas opiniões pessoais, que a gente pode discutir em outro momento, mas, como Ministro das Relações Exteriores, a sua opinião passa a ser a opinião do Governo do Brasil sobre um determinado assunto. Isso é que não pode acontecer.

Eu falei antes: eu não ousaria dar a minha opinião sobre educação – e sou da área da educação, tenho PhD na área e tudo – sem discutir com quem faz a educação, para, inclusive, fortalecer isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, que vamos ter conflitos aqui no Congresso vamos ter, porque é a reforma da previdência, a reforma tributária, como foi ontem por ocasião da votação da PEC da emenda impositiva, mas são conflitos naturais de propostas de governo. O que eu disse antes sobre a bola dividida é que não são essas; são as opiniões não só do senhor, mas de outras pessoas.

Então, nesse sentido é que, de fato – e com todo o respeito também –, que a gente possa se concentrar... Porque o povo brasileiro está esperando muito do Congresso, do Governo, e o povo brasileiro, em conversas no supermercado, nas ruas – e a gente conversa o tempo inteiro –, está dizendo: "Eu acho que tem muita confusão." E não é confusão da boa, seja das reformas, seja da geração de emprego, renda, ciência e tecnologia, universidade, mas são opiniões, e as opiniões acabam dominando o cenário político e tudo.

Então, eu diria que, particularmente no Ministério das Relações Exteriores, com a tradição toda – e o senhor sabe, o senhor que é Ministro e tem toda uma carreira nessa área também –, nós temos de dialogar, de conversar. Para ser protagonista, a gente tem que escutar um lado, tem que escutar o outro e chegar a conclusões boas. Vamos com Israel? Vamos – nada contra Israel! –, mas vamos com os árabes também. Vamos com os Estados Unidos? Não há dúvida sobre isso, não tenho dúvida alguma, mas vamos ser submissos aos Estados unidos, quebrando a reciprocidade? Em hipótese alguma. Nós somos protagonistas ou, pelo menos, nós, os brasileiros, queremos ser; o Brasil quer ser.

Então, é nesse sentido que eu falei. Não é uma pergunta e espero que não seja uma crítica também, porque, afinal, o Governo, como Chico Rodrigues colocou, está começando; porém, a gente tem que pegar o rumo certo para que tudo ocorra da melhor maneira possível.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Algum comentário como tréplica, Ministro?

O SR. EMBAIXADOR ERNESTO ARAÚJO – Muito rapidamente, Presidente. Obrigado.

Apenas em relação, primeiramente, ao que dizia o Senador Randolfe. Eu não disse que achava que o time está ganhando. Eu acho que o time estava perdendo e que nós precisamos buscar o resultado. Acho que ainda não viramos o jogo, mas temos que colocar todo o suor nisso, mesmo que isso implique entrar realmente em algumas bolas divididas, porque acho que é isso que a torcida quer – se me permitem abusar de novo da metáfora.

E tenho certeza de que jamais ofendi países árabes ou qualquer país. Não sei onde poderia estar essa ofensa. Jamais fiz isso. Ao contrário, nesse curto período, já tive oportunidade de falar com vários ministros de países árabes. Por exemplo, com o Ministro do Exterior da Arábia Saudita, o Ministro Adel al-Jubeir, com quem conversei em Varsóvia e combinamos de trocar visitas para aumentar o nosso relacionamento. Trata-se de um país com o qual, aliás, nós vamos ter, nesse segundo trimestre, uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

reunião da comissão mista bilateral econômico-comercial. Conversei longamente – tive o grande privilégio conversar – com o Ministro de Relações Exteriores dos Emirados Árabes Unidos. Nenhum deles me deu jamais a entender que qualquer das nossas ações pudesse estar ofendendo países árabes. Conversei com vários outros e, enfim, não acho que estejamos trazendo qualquer prejuízo ao agronegócio ou a qualquer outro setor, justamente porque essas pretensas ofensas, que dariam esse prejuízo, não existem.

Bem, novamente sobre a questão da Alemanha: há fontes, como, por exemplo, Friedrich Hayek, da época, sobre essa interpretação de esquerda e direita em relação ao Nacional-Socialismo, mas, enfim, acho que já falamos bastante sobre isso; é um debate histórico, como eu dizia, que eu acho que precisa ser tido. Acho que a atitude de fechamento de debate não é saudável e, enfim, deveria ser evitada.

Por fim, sobre a questão de fazer o que eu penso. Tenho certeza absoluta de que eu não estou aqui para fazer o que eu penso, estou aqui para fazer aquilo que é determinado de acordo com a Constituição pelo Presidente da República, que é quem define os rumos da política externa. Mas fico feliz por, a cada dia, ver que o que eu pessoalmente penso coincide com esses rumos. E, nessa medida, eu me sinto muito engajado nesse projeto. E também acho que esse não fazer o que se pensa, com o qual eu concordo, não deve significar que não se pense nada e que se deva fazer, como também já disse, a preço de não ter ideologia. Isso não significa não ter ideias. Mas acho que isso também é algo que requer uma reflexão permanente, evidentemente.

Enfim, coincido também com o Senador Flávio Arns: o povo brasileiro espera muito de nós, tanto do Executivo quanto do Congresso neste momento. É absolutamente fundamental termos noção dessa responsabilidade em todas as frentes. E tudo aquilo que eu tenho feito – novamente – para tentar implementar as linhas de política externa do Presidente Bolsonaro, tudo o que eu tenho feito, pretende ir na linha de responder a essa enorme responsabilidade que o povo brasileiro nos confiou.

Claro, são sempre contatos que não são pesquisas de opinião, mas volta e meia sou abordado por pessoas na rua, quando tenho essa oportunidade em encontros, tanto aqui quanto em diferentes países, por brasileiros que elogiam a nossa atuação. Não quero dizer isso como autoelogio, longe de mim...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EMBAIXADOR ERNESTO ARAÚJO – ... mas eu acho que há uma percepção de boa parte do público que segue relações exteriores de que nós estamos no caminho certo.

Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Srs. Senadores, Ministro, é apenas para agradecer a sua participação.

Nós vamos dar sequência à Ordem do Dia.

Vou passar a V. Exa. as perguntas do e-Cidadania para V. Exa., por favor, respondê-las e enviá-las ao nosso contato que aqui se encontra para que a gente possa responder as perguntas feitas por Waldilier Canuto, do Rio de Janeiro; Matheus Duarte, do Rio Grande do Sul; Adriano Silva, do Rio de Janeiro; Pablo Luiz, de Minas Gerais; Guilherme Caeiro, do Rio de Janeiro.

Solicito ao Senador Chico Rodrigues que conduza o nosso Ministro até a saída da nossa Casa para que possamos dar sequência aos nossos trabalhos.

Encerrada a audiência pública.

(*Iniciada às 10 horas, a reunião é encerrada às 13 horas e 08 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 10ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE ABRIL DE 2019, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às treze horas e oito minutos do dia quatro de abril de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Nelsinho Trad, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores Mecias de Jesus, Marcio Bittar, Esperidião Amin, Fernando Bezerra Coelho, Romário, Major Olimpio, Flávio Bolsonaro, Randolfe Rodrigues, Marcos do Val, Flávio Arns, Jaques Wagner, Humberto Costa, Arolde de Oliveira, Chico Rodrigues, Marcos Rogério, Eliziane Gama, Paulo Rocha, Rodrigo Pacheco e Paulo Paim. Deixam de comparecer os Senadores Jarbas Vasconcelos, Daniella Ribeiro, Antonio Anastasia, Mara Gabrilli, Kátia Abreu, Fernando Collor, Angelo Coronel e Zequinha Marinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da 8 ª reunião, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei do Senado n° 213, de 2015 - Terminativo -** que: "Dá nova redação ao §2º do art. 2º da Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964 - Lei do Serviço Militar - garantindo às mulheres o direito de opção ao serviço militar." **Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin. **Relatoria:** Senador Marcos do Val. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, com 2 (duas) emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - Projeto de Decreto Legislativo n° 49, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Belarus de Cooperação Educacional, assinado em São Paulo, em 13 de agosto de 2015." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Marcio Bittar. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Projeto de Resolução do Senado n° 17, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Institui o Grupo Parlamentar Brasil-França." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Relatoria:** Senador Marcio Bittar. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Projeto de Resolução do Senado n° 4, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Institui o Grupo Parlamentar Brasil-Reino Unido." **Autoria:** Senador Rodrigo Pacheco. **Relatoria:** Senador Jaques Wagner. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 5 - Projeto de Resolução do Senado n° 6, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Institui o Grupo Parlamentar Brasil-Estados Unidos da América." **Autoria:** Senador Roberto Rocha. **Relatoria:** Senador Romário. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional n° 17, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 12/2019 - CRE, sejam incluídos os seguintes oradores: 1. Carlos Nobre, pesquisador da USP: engenheiro formado pelo ITA, climatólogo brasileiro de maior renome internacional, sendo um dos poucos membros estrangeiros da Academia Estadunidense de Ciência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Seu trabalho tem foco na dimensão biofísica das mudanças climáticas e seu impacto no processo de savanização da Amazônia. 2. Gylvan Meira Filho, pesquisador da USP: engenheiro formado pelo ITA, pioneiro nos estudos das ciências climáticas no país sendo um dos principais assessores do governo sobre o tema desde os anos 1970. Foi o principal articulador da posição brasileira na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, vice-presidente do Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC)." **Autoria:** Senadora Soraya Thronicke e outros. **Resultado:** Aprovado o requerimento, subscrito pelo Senador Nelsinho Trad. **ITEM 7 - Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional n° 18, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre os objetivos comuns que o Brasil, Argentina, Paraguai e Chile têm a respeito da rota bioceânica, bem como os desafios que ainda persistem para a conclusão das obras. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. Secretaria de negociações bilaterais e regionais das Américas do Ministério das Relações Exteriores; 2. Embaixador da República do Chile no Brasil; 3. Embaixador da República do Paraguai no Brasil; 4. Embaixador da República da Argentina no Brasil; 5. Secretário de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar (Semagro); 6. Representante da empresa Itaipu Binacional; 7. Especialista em Infraestrutura e Integração do Departamento de Infraestrutura do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID; 8. Diretor Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT; 9. Presidente da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos – APEX; 10. Presidente do Sindicato das Empresas de Transporte Rodoviário de Cargas e Logística de Mato Grosso do Sul (Setlog/MS), Sr. Cláudio Cavol." **Autoria:** Senador Nelsinho Trad. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e vinte e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Nelsinho Trad

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/04/04

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Declaro aberta a 10ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Relações Exteriores da 1ª Sessão Legislativa do Senado da República.

O primeiro projeto, terminativo, é da relatoria do Senador Marcos do Val, que não se encontra, fica para a próxima reunião.

ITEM 2

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 49, de 2019

- Não terminativo -

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Belarus de Cooperação Educacional, assinado em São Paulo, em 13 de agosto de 2015.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional

Relatoria: Senador Marcio Bittar

Relatório: Pela aprovação.

O Senador Marcio Bittar não se encontra. Então, fica para a próxima.

O Senador Marcio Bittar também é Relator do item 3.

Item 4, de relatoria do Senador Jaques Wagner.

ITEM 4

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 4, de 2019

- Não terminativo -

Institui o Grupo Parlamentar Brasil-Reino Unido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Rodrigo Pacheco

Relatoria: Senador Jaques Wagner

Relatório: Pela aprovação.

Concedo a palavra ao Senador Jaques Wagner para proferir o seu relatório.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Para proferir relatório.) – Obrigado.

Sr. Presidente, colegas Senadores, vem ao exame da Mesa o Projeto de Resolução do Senado nº 4, de 2019, de autoria do Senador Rodrigo Pacheco, que institui o Grupo Parlamentar Brasil-Reino Unido.

A proposição foi apresentada em 19 de fevereiro de 2019 e foi designada para tramitar na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e na Mesa Diretora.

Nesta Comissão, foi distribuída ao Relator que subscreve o presente parecer em 25 de fevereiro.

Análise.

A constituição de grupos parlamentares no âmbito do Congresso Nacional, seja na Câmara ou no Senado, ou mesmo bicamerais, dá-se na lacuna regimental. Essas iniciativas baseiam-se, essencialmente, na liberdade de organização política no seio do Parlamento e na vontade da atuação parlamentar lateralmente às tarefas típicas da atividade legislativa e fiscalizatória.

Vale dizer, para ilustrar, que a única menção a grupo parlamentar nos regimentos da Câmara, do Senado e do Congresso encontra-se no texto do Senado Federal, no seu art. 42. Leio: "O Senador afastado do exercício do mandato não poderá ser incumbido de representação da Casa, de comissão, ou de grupo parlamentar".

Verifique-se que, mesmo nessa única referência, não se trata de uma definição para esse colegiado, mas numa enumeração junto a outros tipos de organização do Parlamento abaixo do Plenário. Evidentemente encontraremos largas abordagens para comissão ou representação, menos para grupo parlamentar.

Demonstra-se, assim, não a falta de importância dos grupos parlamentares, mas o princípio da liberdade de organização no que concerne a grupos e frentes parlamentares. Seu substrato são as diversas possibilidades de atuação parlamentar no sentido da cooperação, da dedicação a um tema ou enfrentamento de um problema específico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É baseado nesse princípio que o Senador Rodrigo Pacheco propõe em boa hora a criação do Grupo Parlamentar Brasil-Reino Unido, com a "finalidade de incentivar e desenvolver as relações bilaterais entre seus Poderes Legislativos".

A liberdade de associação é reforçada no art. 2º, que determina que o grupo "será integrado por membros do Congresso Nacional que a ele livremente aderirem", e ainda no art. 4º, onde se define que o Grupo Parlamentar "reger-se-á pelo seu regulamento interno ou, na falta deste, pela decisão da maioria absoluta de seus membros fundadores, respeitadas as disposições legais e regimentais em vigor".

Do ponto de vista do mérito, a proposição está perfeitamente adequada aos objetivos da atuação congressual, expressa principalmente nas palavras do Senador Rodrigo Pacheco de que o Grupo Parlamentar Brasil-Reino Unido criará a necessária aproximação com aquela vetusta democracia parlamentar, berço da Revolução Industrial e uma das maiores economias do planeta.

E que esse diálogo – aspas – "de nosso Congresso Nacional com aquele que é um dos parlamentos mais democráticos do mundo se mostra salutar" e que "a almejada democratização do debate sobre temas afetos às relações exteriores deve passar, quase que obrigatoriamente, pela ação dos Poderes Legislativos dos países, uma vez que o parlamento é o ambiente adequado para qualquer debate de interesse da sociedade".

No entanto, convém registrar que, por meio da Resolução da Câmara dos Deputados (CD) nº 3, de 1995, decorrente da aprovação do Projeto de Resolução-CD nº 65, de 1995, do Deputado Beto Mansur, foi criado, no âmbito daquela Casa, um grupo parlamentar Brasil-Reino Unido.

Não houve revogação expressa da mencionada resolução. Ocorre, por outro lado, que não consta da página eletrônica da Câmara dos Deputados atividades desenvolvidas por esse grupo.

Nesse contexto, haveria, pelo menos em tese, a duplicidade de organismos dentro do Congresso Nacional.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Resolução nº 4, de 2019, com a criação do Grupo Parlamentar Brasil-Reino Unido.

São esses o relatório e o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-lo, encerro a discussão.

Votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão Diretora para prosseguimento da tramitação.

Também sobre a mesa mais dois requerimentos, um da Senadora Soraya Thronicke, subscrito pelo Senador Nelsinho Trad, que vos fala.

ITEM 6

REQUERIMENTO Nº 17, de 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 12/2019 - CRE, sejam incluídos os seguintes oradores: 1. Carlos Nobre, pesquisador da USP: engenheiro formado pelo ITA, climatólogo brasileiro de maior renome internacional, sendo um dos poucos membros estrangeiros da Academia Estadunidense de Ciência. Seu trabalho tem foco na dimensão biofísica das mudanças climáticas e seu impacto no processo de savanização da Amazônia. 2. Gylvan Meira Filho, pesquisador da USP: engenheiro formado pelo ITA, pioneiro nos estudos das ciências climáticas no país sendo um dos principais assessores do governo sobre o tema desde os anos 1970. Foi o principal articulador da posição brasileira na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, vice-presidente do Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC).

Autoria: Senadora Soraya Thronicke.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-la, em votação.

Os Srs. Senadores e Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Às providências.

O último é um requerimento de autoria do Senador Nelsinho Trad, que vos fala.

ITEM 7

REQUERIMENTO Nº 18, de 2019

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre os objetivos comuns que o Brasil, Argentina, Paraguai e Chile têm a respeito da rota bioceânica, bem como os desafios que ainda persistem para a conclusão das obras. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. Secretaria de negociações bilaterais e regionais das Américas do Ministério das Relações Exteriores; 2. Embaixador da República do Chile no Brasil; 3. Embaixador da República do Paraguai no Brasil; 4. Embaixador da República da Argentina no Brasil; 5. Secretário de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar (Semagro); 6. Representante da empresa Itaipu Binacional; 7. Especialista em Infraestrutura e Integração do Departamento de Infraestrutura do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID; 8. Diretor Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT; 9. Presidente da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos – APEX; 10. Presidente do Sindicato das Empresas de Transporte Rodoviário de Cargas e Logística de Mato Grosso do Sul (Setlog/MS), Sr. Cláudio Cavol.

Autoria: Senador Nelsinho Trad.

Vou ler a justificativa, que, por si só, explica o requerimento.

Os Presidentes de Brasil, Argentina, Chile e Paraguai, em reunião realizada à margem do Conselho do Mercado Comum, em dezembro de 2015, firmaram a Declaração de Assunção, por meio da qual foi criado Grupo de Trabalho, coordenado pelas chancelarias dos quatro países e integrado pelos Ministérios de Transportes e outras instituições vinculadas, com o propósito de realizar estudos técnicos e definir ações que viabilizem a implantação do Corredor Rodoviário Bioceânico Campo Grande-Porto Murtinho (Brasil)-Carmelo Peralta-Mariscal Estigarribia-Pozo Hondo, Misión La Paz-Tartagal-Jujuy-Salta (Argentina)-Passo de Sico-Passo de Jama-Antofagasta/Mejillones/Iquique (Chile).

Dentre as ações sugeridas pelos Presidentes, estavam a elaboração de plano piloto para a aceleração dos procedimentos aduaneiros, a informatização integrada dos sistemas de controle e a harmonização de formulários.

O projeto da rota bioceânica vai estimular o comércio dos países da América do Sul e reduzir os custos dos setores agroexportadores. Sairá do Brasil pelo Estado do Mato Grosso do Sul, que tenho a honra de representar, um dos maiores produtores rurais do nosso País com foco na exportação.

Atualmente, praticamente toda a produção do Centro-Oeste é escoada para os portos de Santos e Paranaguá. Buscando o mercado de consumo oriental, as cargas acabam seguindo por três possíveis caminhos de navegação, Canal do Panamá, Patagônia ou sul da África. Com a conclusão das obras do corredor bioceânico, teremos a economia de 8 mil quilômetros de navegação no transporte das cargas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

– repito: 8 mil quilômetros de economia de navegação no transporte das cargas –, e chegar à China, por exemplo, até seis dias mais cedo.

Na fronteira do Brasil com o Paraguai, na cidade de Porto Murtinho, uma futura ponte é considerada a principal obra do corredor. Hoje a travessia é feita por pequenas balsas que não têm a menor capacidade para o transporte de caminhões. Já existe um acordo entre o Brasil e Paraguai na divisão desses custos.

A conclusão da rota bioceânica reduzirá o tempo de trânsito e o custo do serviço de transporte, armazenagem e inventário; além disso, estimulará o uso de um novo modal para o escoamento da produção, estimulará a formação de novas parcerias, bem como promoverá o desenvolvimento de projetos de integração produtiva e a agregação de valor nos países de origem e de destino, assim como também se beneficiarão os países de trânsito.

Visando inserir esta Casa, o Senado Federal, no debate deste importante projeto, integrando a sociedade como um todo, que poderá enviar suas preocupações, dúvidas e sugestões através do portal e-Cidadania, proponho a referida audiência pública.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-la, encerro a discussão.

Em votação o requerimento.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Às providências.

Proponho, ainda, a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 8ª Reunião da Comissão, realizada em 28 de março de 2019.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 13 horas e 08 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 21 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 11ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE ABRIL DE 2019, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e um minuto do dia onze de abril de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Nelsinho Trad, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores Mara Gabrilli, Romário, Oriovisto Guimarães, Flávio Bolsonaro, Soraya Thronicke, Marcos do Val, Acir Gurgacz, Renilde Bulhões, Jaques Wagner, Telmário Mota, Arolde de Oliveira, Carlos Viana, Chico Rodrigues, Izalci Lucas e Paulo Paim. Deixam de comparecer os Senadores Mecias de Jesus, Jarbas Vasconcelos, Marcio Bittar, Esperidião Amin, Daniella Ribeiro, Antonio Anastasia, Major Olimpio, Kátia Abreu, Randolfe Rodrigues, Angelo Coronel e Zequinha Marinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas da 9ª e 10ª reuniões ocorridas em 04 de abril de 2019, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Comparecimento de Ministro de Estado**, atendendo ao requerimento REQ 1/2019 - CRE, de autoria do Senador Nelsinho Trad. **Finalidade:** Audiência Pública com a presença do Senhor Ministro da Defesa, General Fernando Azevedo e Silva, para discutir projetos e situação de sua Pasta e perspectivas para o futuro. **Participante:** Sr. General de Exército Fernando Azevedo e Silva, Ministro de Estado da Defesa. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Nelsinho Trad

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/04/11

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Solicito que as autoridades e os Senadores tomem seus assentos para nós darmos início aos nossos trabalhos.

Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a 11ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 1ª Sessão Legislativa da 56ª Legislatura do Senado da República.

Alguns comunicados importantes.

Comunico às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores que, conforme publicado no dia 8 de abril de 2019 na página da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, na internet, está aberto o prazo para que sejam indicadas políticas públicas para serem avaliadas, no âmbito da Comissão, no biênio 2019-2021, conforme o art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal. O prazo se encerra no dia 16 de abril do corrente ano e as indicações deverão ser apresentadas à Comissão na forma de requerimento.

Outro comunicado.

Indicação de membro para a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (CCAI). Informamos que esta Comissão, em cumprimento do disposto na alínea "f", inciso III, art. 7°, da Resolução nº 2, de 2013-CN, designará 01 (um) membro para a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (CCAI), e que a escolha do membro desse Colegiado será feita por eleição secreta. As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que tiverem interesse em participar da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (CCAI) devem se manifestar junto à Secretaria desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, por *e-mail* ou ofício, até as 18h do dia 15 de abril do corrente ano.

Pauta da presente reunião. A presente audiência pública tem por finalidade discutir os projetos e a situação da pasta do Ministério da Defesa, com a presença ilustre do Sr. Ministro da Defesa, Gen. de Exército Fernando Azevedo e Silva, em atendimento ao Requerimento 1, de 2019, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, de nossa autoria.

Tenho, em nome dos Srs. Senadores e Senadoras, a honra de cumprimentar e convidar para já iniciar a sua palestra o Exmo. Sr. Ministro da Defesa Gen. Fernando Azevedo e Silva.

V. Exa. dispõe de 30 minutos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO AZEVEDO E SILVA (Para exposição de Ministro.) – Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, nosso Senador Nelsinho Trad, obrigado pelo convite honroso; Vice-Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Senador Marcos do Val, na pessoa de quem eu cumprimento todos os Senadores membros desta Comissão – muitos eu conheço, a maioria –; Srs. Parlamentares; eu me faço acompanhar também pelo Comandante da nossa Marinha, o Alte. Ilques, aqui presente; pelo Comandante da Aeronáutica, Brigadeiro do Ar Bermudez; pelo Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas interino, o Brigadeiro do Ar Baptista Junior; pelo Secretário-Geral do Ministério da Defesa, nosso Alte. Garnier; pelo Comandante Logístico do Exército, representando o Comandante Leal Pujol, o Gen. Barcelos, está aqui; os companheiros do Ministério da Defesa, da Marinha do Exército e da Força Aérea, senhoras e senhores...

Sr. Presidente, Srs. Senadores, é uma satisfação eu retornar aqui a esta Casa. Eu tive a satisfação e a honra de ser assessor parlamentar aqui, fui chefe da Assessoria Parlamentar do Exército. Aliás, o Exército me deu grandes oportunidades além dos 46 anos de serviço, ele me deu experiência junto ao Executivo, ao Legislativo e ao Judiciário. Então, eu me sinto hoje aqui, como eu me senti na Câmara dos Deputados ontem, muito à vontade. Eu faço questão de sempre aceitar de imediato os convites e convocações, porque são a oportunidade que eu tenho de mostrar ao Congresso Nacional o nosso trabalho, o nosso esforço, porque aqui, no Congresso Nacional, tanto na Câmara de Deputados como no Senado Federal, é que são debatidas, que são resolvidas, que são encaminhadas as principais questões inerentes às Forças Armadas.

Então, esta é uma oportunidade que eu tenho para passar a esta Comissão, Presidente, Vice-Presidente e Srs. Senadores, mas é importante que antes do debate eu passe algumas mensagens em relação às Forças Armadas, mais precisamente a nossa Marinha, o nosso Exército e a nossa Força Aérea. Eu me julgo, eu me considero um representante político das Forças Armadas, um representante do Governo. Quem toma a frente das Forças é o Ministro da Defesa, nosso Senador sabe bem disso.

Passamos a uma pequena exposição. O Senador me deu meia hora – não é, Presidente? – para discorrer, vou procurar seguir esse tempo, mas é muito importante que eu coloque algumas coisas em relação a nossos assuntos de defesa.

O cenário atual e as Forças Armadas, esse é o tema a que me proponho nessa meia hora. Seguirei esse sumário lógico. Passando, numa introdução, a nossa história, eu vou resumir num eslaide só, um eslaide somente, para dizer que as Forças Armadas estiveram e estão sempre presentes na formação da nacionalidade brasileira. Em todos os grandes marcos da história do Brasil, na maioria deles, as Forças Armadas estiveram presentes.

Iniciando em 1567, com a expulsão dos franceses, Mem de Sá, em que nós utilizamos embarcações locais, ajuda dos índios, ali é a origem da nossa Marinha. Em Guararapes, na Batalha dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Guararapes, em 1648, em que formamos um exército com a síntese da nacionalidade brasileira, onde brancos, negros e índios se juntaram, formaram um incipiente exército, e expulsamos os invasores estrangeiros. E, durante a Segunda Guerra Mundial, criamos a nossa Força Aérea Brasileira. Em vários episódios da vida nacional, como a Independência, a República, um período muito difícil da Regência, em que nós mantivemos a nossa coesão, contamos com as nossas Forças Armadas. Um eslaide só para resumir toda essa história.

Por que as Forças Armadas hoje? Qual é o motivo das Forças Armadas de hoje? É esse o motivo, é o tamanho do Brasil, é o tamanho do Território, a nossa fronteira, o mar territorial, o nosso espaço aéreo.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. FERNANDO AZEVEDO E SILVA – É rápido, simples e objetivo: por que as Forças Armadas? Por causa disso, por causa do tamanho que o Brasil tem e pela sua faixa de fronteira, pelo seu Território, pelo seu mar e pelo seu espaço aéreo, pela dimensão, pelas riquezas, pelas reservas, pelo número de habitantes, é um país continental.

Então, as Forças Armadas têm que ter as duas principais estratégias nossas: a da presença e da dissuasão. Resumindo o papel nosso, as nossas estratégias são essas aqui. As Forças Armadas têm que manter a paz. A partir de um conflito, a partir de uma guerra nós perdemos a principal essência nossa, que é manter a paz.

Então, aqui já está o Barão do Rio Branco e uma frase dele: "Nenhum Estado pode ser pacífico sem ser forte". Isso aí é uma responsabilidade de todos nós, seja do Executivo, seja do Judiciário e, particularmente daqui, do Legislativo.

E as Forças Armadas brasileiras. Nosso artigo, nossa bíblia, nossa missão institucional está no art. 142 em relação à defesa, "[...] com base na hierarquia e na disciplina [...], destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem". Essa aí é a nossa missão.

Algumas realizações, alguns compromissos nossos, como, por exemplo, segurança das fronteiras, que tanto é falada. As Forças Armadas fazem a sua parte. Nós temos durante o ano várias operações Ágata na faixa de fronteira de 150km de largura. Aqui são os números por ano. Empregamos o efetivo de 25 mil militares; envolve a presença na fronteira de 6 milhões de brasileiros; há uma cobertura de 27% dessa faixa de fronteira nossa... Então, são números absolutos importantes, em que o Exército se faz presente nessa faixa de fronteira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A segurança do nosso litoral, a zona econômica exclusiva. Aqui, nas 200 milhas nossas, a Marinha com seu esforço e com seus meios, que são escassos, são pequenos, ajudada pela Força Aérea, numa plataforma muito rica nossa.

E o espaço aéreo, espaço aéreo 24 horas por dia, de segunda a segunda, o controle completo de todo o espaço aéreo brasileiro, seja pela região da Amazônia, de Recife, de Brasília e de Curitiba, integrando tudo aí no complexo de proteção do nosso espaço aéreo. São 22 milhões de quilômetros quadrados vigiados todos os dias.

Somos empregados também, não somos voluntários para essas missões, nós cumprimos missão, somos convocados e tentamos ajudar o máximo possível nas operações de garantia da lei e da ordem.

Fomos empregados, há vários exemplos, no Alemão, na Maré, no Espírito Santo, em Natal, no Rio de Janeiro e vários outros.

Também emprego em grandes eventos – eu, inclusive, participei de vários tantos de operação da garantia da lei da ordem como em grandes eventos –, fui também responsável pela Rio 2016, como Coordenador-Geral de Defesa de Área. Então, desde o Pan-Americano de 2007, as Forças Armadas participam muito em relação à segurança, em relação à defesa e em relação à participação esportiva também.

Operações conjuntas e interagências. Aqui a greve dos caminhoneiros, à esquerda e acima a Operação São Cristóvão; em Roraima, na Operação Tucuxi; operações Eleições – isso aí tem feito uma integração com outras agências, com os outros órgãos governamentais muito grande –; intervenção no Rio e vários outros exemplos.

Ação humanitária. Nós estamos presentes há um ano e dois meses na fronteira com a Venezuela, com a Operação Acolhida, uma operação de muito sucesso. Eu estive recentemente, há 15 dias, numa conferência da Organização das Nações Unidas, e o Brasil é muito elogiado por isso. São participações não só dos militares, mas de organizações não governamentais, a ONU está participando. Estes são os números nossos: passam cerca de 500 venezuelanos/dia em direção às nossas fronteiras, cerca de 10% deles são acolhidos por nós. Então, é uma operação de muito sucesso e merece as visitas dos Parlamentares nossos. Estivemos prontos para sermos empregados em Brumadinho. Felizmente, não foi necessário empregar todos os nossos meios. Auxiliamos com helicópteros e com engenharia. Ali foi uma operação em que a gente tem que aplaudir muito os bombeiros militares e a polícia militar numa catástrofe sem precedentes igual a essa. Mas estávamos prontos em 24 horas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Entramos numa das piores secas do Nordeste, numa emergência, 18 anos atrás, e estamos até hoje na chamada Operação Carro-Pipa, empregando 1,1 mil militares por dia, distribuindo água para o Sertão árido nosso do Nordeste.

Temos, ainda, o apoio à política externa nossa, que faz parte desta Comissão. O Brasil foi muito elogiado na conferência das Nações Unidas sobre força de paz. Em 70 anos, a ONU empregou 71 missões de paz, nós estivemos presentes em 41 delas. Atualmente, das 14 missões, nós estamos presentes em 9, sendo uma com a Europa, Unifil, no Líbano. Em missões individuais de observadores e outras, atualmente nós temos 285 militares empregados em operações de paz. E a ONU reconhece muito isso aí. Os discursos em plenário na ONU foram pela ordem de importância e de participação, e eu tive o privilégio de ser o quinto orador, pela importância que a ONU dá ao Brasil.

Apoio à política externa. Patrulhamento no Atlântico, próximo ao Golfo de Guiné-Bissau, Brasil-São Tomé e Príncipe, segurança de embaixada, cooperação Brasil-Namíbia, enfim, esse entorno estratégico nosso.

Apoio ao desenvolvimento nacional. Do Centro Espacial de Alcântara nós reiniciamos o processo com o Acordo de Salvaguardas Tecnológicas que assinamos, isso é uma janela brasileira para o espaço. Nós temos ao Centro de Alcântara com a melhor localização do mundo, uma infraestrutura aeroportuária muito boa e meios operacionais modernizados e prontos. O acordo com os Estados Unidos simplesmente é o primeiro passo; o segundo será a aprovação aqui, um acordo que protege marcas e patentes, somente isso, porque componentes norte-americanos estão presentes em 80% dos satélites do mundo inteiro. Assim como nós fizemos, outros países fizeram também, o que eu vou mostrar a seguir.

Então, é uma proteção de tecnologias e patentes imprescindível para a entrada no mercado global para viabilizar o seu uso comercial. Permitirá a utilização de equipamentos espaciais com componentes norte-americanos, só isso. Não ter o Acordo de Salvaguardas Tecnológicas limitará severamente o Centro Espacial de Alcântara.

Nós já tivemos um particular com a Ucrânia e entramos com o dos Estados Unidos, assim como vários outros países que fizeram o mesmo acordo. Como exemplo: a própria Ucrânia, a Nova Zelândia, a Índia, a China e a Rússia fizeram o mesmo acordo.

Estão aí os reflexos. Com a aprovação, o Brasil poderá arrecadar – aí uma previsão para 2040, num mercado muito promissor – até US$10 bilhões a partir de 2040; alavanca o Programa Espacial Brasileiro muito; beneficia toda a região adjacente ao Centro Espacial de Alcântara; e incrementa muito o turismo local. Então, para o Brasil e para o Estado do Maranhão, principalmente, isso socialmente e economicamente é muito bom.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Temos outros apoios ao desenvolvimento nacional: o Calha Norte é um projeto nosso de sucesso, que pega toda a faixa da Amazônia, e estendemos isso para o Mato Grosso do Sul e para o Mato Grosso. Só como exemplo, em 2018, ano passado, nós assinamos 473 convênios, que vão de escolas e hospitais a transportes. Enfim, é um projeto que vem de muito tempo em relação à defesa e ao Brasil.

Apoio ao desenvolvimento nacional. Na parte de engenharia, nós estamos muito empenhados. Vamos pegar o pior trecho da BR-163. Já estamos operando o escoamento da safra. A BR-116... Eu tenho certeza de que os Srs. Senadores, os Srs. Parlamentares conhecem muito bem os trabalhos de engenharia nossos, particularmente os do Exército.

Os projetos sociais da Defesa são muito importantes e muito desconhecidos, às vezes. Nós temos o Programa Força no Esporte, 16 anos, em que o jovem, a criança, o adolescente passa meio período na escola, recebe refeição nas unidades militares, e passa outro meio período fazendo prática esportiva, tendo noções de internet, de civismo. Nós estamos, no projeto, atualmente, assistindo 28,8 mil crianças em 117 Municípios.

Temos o Projeto João do Pulo, que é a mesma coisa do Profesp, mas com pessoas com deficiências, em caráter experimental no Rio de Janeiro e aqui em Brasília.

O Projeto Rondon vem desde 1968, há 58 anos. Já passaram por esse projeto 22 mil rondonistas, o que significa jovens universitários que passaram já por cerca de 1,2 mil Municípios. Neste ano, em janeiro, o Projeto Rondon esteve no Estado do Piauí.

No Soldado Cidadão, o recruta nosso aprende uma profissão técnica. Então, com aquele Sistema S, em 15 anos de projeto, já passaram 240 mil jovens.

Desculpe, Presidente, eu estou andando um pouquinho rapidamente, mas é só para dar a noção do que nós estamos fazendo atualmente e sempre fizemos.

O Programa Atletas de Alto Rendimento nosso é um sucesso porque os Jogos Mundiais Militares acontecem um ano antes dos Jogos Olímpicos, e nós preparamos grande parte dos atletas olímpicos para os Jogos Olímpicos. Neste ano, os 7º Jogos Mundiais Militares serão realizados em outubro na China, e nós estamos com uma delegação muito boa.

Em 2016, para se ter uma ideia, nós tínhamos na delegação brasileira 145 atletas militares, o que significava 30% da delegação brasileira. Das 19 medalhas conquistadas pela delegação brasileira, 13 foram conquistadas por militares do programa de alto rendimento nosso. Estamos rumo a Tóquio em 2020. Alguns empregos recentes de janeiro até agora: a prevenção de acidente com embarcação; apoio à Defesa Civil; chuvas no Rio Grande do Sul; apoiamos Moçambique com duas aeronaves

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hércules levando bombeiros, medicamentos, busca e salvamento; o reconhecimento de fronteira, e isso é 24 horas por dia com os nossos pelotões de fronteira; evacuações aeromédicas... São exemplos.

Estamos finalizando... Se Deus quiser, em janeiro, estará pronta a nossa base na Antártica; no transporte de presos, ajudamos o Ministério da Justiça e de Segurança Pública; garantia da lei e da ordem nos presídios – tudo de janeiro até agora –; atendimento médico na Amazônia; transplante de órgãos (fizemos oito neste ano), ajudando a levar os órgãos; operações na fronteira... São alguns exemplos de em que as Forças Armadas são empregadas. Chegando ao Ministério da Defesa atual, foi bem rápido...

Então, essa é a nossa missão. Eu não vou ler aqui, mas mostro para os senhores o que está presente na nossa Política Nacional de Defesa, na Estratégia Nacional de Defesa, no Livro Branco Nacional de Defesa, que é a nossa bíblia. Essa é a nossa missão, e aqui estão eles.

O que eu queria marcar para as Sras. Senadoras e para os Srs. Senadores é que a Política Nacional de Defesa, a Estratégia e o Livro Branco – e aqui embaixo há a definição resumida de para que servem – são o nosso norte, eles são a nossa bússola, e eles são entregues e aprovados no Congresso, por esta Casa. Então, é um decreto legislativo – esses documentos entram vigor por quatro anos – assinado pelos senhores e pelas senhoras aqui. A gente tenta cumprir isso, tendo os meios e o orçamento adequados em relação a esses principais documentos nossos. Nada é invenção nossa. Esses documentos vieram muito bem, passam pelo Legislativo, e são os nossos guias em relação à Marinha, ao Exército, à Força Aérea e à Defesa. Está aqui.

A capacidade nossa. Qual é a capacidade de defesa brasileira atualmente? Eu tenho, como principais diretrizes minhas e foco, dois aspectos: a reestruturação das Forças e a reestruturação da carreira militar, de que se precisa, são necessários. Esses dois, é lógico, são muito abrangentes, mas eu tenho que ter um foco especial, como Ministro da Defesa, como representante político das Forças, nestes dois aspectos: na reestruturação das Forças e na reestruturação da carreira militar.

Na reestruturação das Forças. Nós estamos reduzindo o efetivo em torno de 10% das Forças; estamos enxugando custos; estamos reduzindo a atividade meio para dar prioridade à atividade fim; estamos substituindo militares de carreira para militares temporários, aqueles que têm um custo bem mais baixo, não têm uma cauda da proteção social chamada de previdência, ficam no máximo oito anos e prestam um serviço relevante às Forças Armadas.

Atualmente, com essa substituição nossa como, por exemplo, na Academia Militar, em que entravam por ano 500 cadetes, atualmente entram 400. Nós estamos... Hoje em dia – à direita, abaixo –, as Forças Armadas possuem 55% de militares temporários. É um número expressivo, é um esforço grande que nós fazemos, sem deixar cair a qualidade, mas nós precisamos focar também na carreira militar nos outros 44% que sobram.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estamos diminuindo o custeio nosso. O custeio é aquilo que move as Forças, é a parte de luz, telefone, munição, combustível... Em dez anos, por exemplo, de 2011 até a Lei Orçamentária de 2019, passamos de R$8 bilhões para R$4 bilhões. É a metade, é um esforço grande das Forças Armadas.

Nós temos os projetos estratégicos. Há outros, mas esses são os principais previstos na Estratégia Nacional de Defesa. Nós temos o Guarani, a parte mecanizada e blindada do Exército; o submarino convencional – lançamos o primeiro agora em dezembro –, no total de quatro submarinos, o que é muito pouco em relação ao tamanho do mar territorial nosso. O projeto de submarino de propulsão nuclear. Não há hipótese de armamento nuclear. É propulsão. Ele permite um poder dissuasório muito forte e pode ficar indefinidamente submerso. É essa a dissuasão dele. O primeiro KC-390 nós vamos ter neste ano, porque nós já vínhamos sentindo falta para substituir as aeronaves Hércules, que estão há mais de 40 anos prestando excelente serviço à Força Aérea e ao Brasil; o primeiro deles é para este ano; já deveria estar há mais tempo pela necessidade. As Corvetas Tamandaré... A corveta é a menor embarcação de guerra que a Marinha tem. Nós acabamos agora uma licitação, uma concorrência pública para o lançamento de quatro corvetas só – quatro – para o mar territorial nosso. É muito pouco! É muito pouco!

No Sistema de Monitoramento de Fronteira (Sisfron), estamos com dificuldades também, mas estamos indo. A dificuldade dos projetos nossos é o oxigênio deles, é o orçamento. Depois eu vou entrar em orçamento. O orçamento é que move os projetos nossos, e eles não são muitos. Os principais são esses.

Temos a aeronave de caça da Força Aérea, o Gripen. O primeiro só chegará ao Brasil, só será montado no Brasil, só será fabricado no Brasil, só iremos receber em 2021; ele vai substituir principalmente os F5, para o qual não se fabrica nem um parafuso mais, nem armamento, nada. Então, já há uma demora, um atraso grande. O sistema de artilharia nosso, o Astros 2020, que é um poder dissuasório muito forte...

Na parte orçamentária, nós temos, em verde aqui, a parte do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), que tomou o nome de Avançar, mas, para a gente, são os projetos estratégicos. Por exemplo, na LOA que foi votada do Ploa do ano passado para este ano são R$4,5 bilhões para as três Forças. É muito pouco! Não é suficiente. E não é também pelo volume, é pela falta de previsibilidade do orçamentário. O custeio nosso, 5,8. E aqui a parte da Emgepron. Então, a gente nota que há uma curva, às vezes, um pouco ascendente, um pouco descendente, mas realmente, sinceramente, não é suficiente para os projetos nossos.

E o que a gente faz com isso aqui? Ou a gente muda o escopo do projeto, muda a base dele, ou alonga o prazo. Eu vou dar o exemplo do Guarani. Nós fizemos vir a Iveco, uma firma italiana que montou uma fábrica no Brasil, emprega brasileiros, mão de obra nossa, gera empregos, gera divisas. Assinamos um contrato com eles de 120 Guaranis/ano. Não foi possível, tivemos de repactuar o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

contrato, passamos para 60 Guaranis/ano e alongamos o escopo dele. Então, o último Guarani, pela previsão atual, será entregue, por exemplo, em 2041, quando os primeiros, que foram entregues em 2015 e 2016, já estarão na sucata, na sucata. Não há fórmula mágica: ou a gente alonga o prazo do projeto ou muda o escopo dele.

Uma revista especializada em defesa, no ano de 2017, publicou a relação dos gastos de defesa/porcentagem do Produto Interno Bruto, e nós fomos o sétimo país da América do Sul em gastos com defesa. E coincidem esses 1,4%, 1,5% e 1,3% com a média histórica dos últimos anos.

Passo agora à reestruturação da carreira. É lógico que quem procura a carreira militar a procura por dois principais motivos: ter uma carreira de Estado, uma carreira segura; e por vocação. Mas nós temos que tentar reter os talentos nossos, incentivá-los e proteger a família militar, porque os militares têm a sua idiossincrasia e há as peculiaridades da profissão militar. Então, o Ministro da Defesa tem que estar preocupado com estes dois aspectos: a reestruturação das Forças e da carreira militar.

Por que reestruturar a carreira militar? Para modernizar a gestão, lógico; melhorar o aproveitamento...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FERNANDO AZEVEDO E SILVA – ... das capacidades nossas; aumento da longevidade; aperfeiçoar a legislação; atrair e reter os talentos nossos. E os militares? Nós fazemos um juramento que é precípuo da carreira militar, que diz o seguinte. Todo militar presta perante a bandeira nacional o mesmo juramento e termina com: "[...], cuja honra, integridade e instituições defenderei com o sacrifício da própria vida." Está aqui. Então, nós não temos um compromisso de trabalho empregador/empregado. Não temos. Nós não temos um regime de trabalho, nós temos um compromisso com a Nação brasileira, nós militares integrantes da Marinha, Exército e Força Aérea.

A Fundação Getúlio Vargas levantou, nos dois trabalhos que fez, bem isso. As peculiaridades da carreira militar são estas aqui. Nós temos disciplina rígida, não recebemos hora extra, temos condições de trabalho, não temos adicional noturno. Nem os militares querem isso, porque, senão, vão perder a essência da profissão militar. Não queremos isso. Não queremos nada disso. Mas, por causa disso, nós temos uma disponibilidade permanente e uma dedicação exclusiva. Então, o objetivo da reestruturação da carreira militar é atrair, reter talentos, aperfeiçoar gestão – eu já falei. Para isso, nós somos regidos por leis ordinárias. E temos a proposta que entrou no Congresso agora, junto com a proteção social, de mudança de quatro leis e uma medida provisória, que são essas aqui.

Nós não temos um sistema previdenciário previsto na Constituição. Ao longo dos anos, fatos recentes: a Constituição de 1988; a criação bem-vinda do Ministério da Defesa em 1999; e a Medida Provisória 2.215, que realmente nos afetou e nos afeta muito até hoje, tirou os direitos adquiridos principais que os militares tinham.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós tínhamos, até 31 de dezembro de 2000, todos esses direitos adquiridos aqui, principalmente o adicional de tempo de serviço, o auxílio-moradia. No dia 1º de janeiro de 2001, com a medida provisória, nós perdemos tudo isso, tudo isso, e nos afeta até hoje. Um coronel que passou para a reserva em 2001 ficou com essas vantagens, e um coronel que passa hoje para a reserva perde cerca de 30%, em comparação com o coronel daquela época.

Não é comparando governos, não é o meu caso, as Forças Armadas são instituições de Estado, mas nós tivemos perdas da inflação – o que está em vermelho; a recomposição salarial no período; e a gente está com um déficit muito grande também em relação a isso. E a Medida Provisória 2.215 ainda corrói até hoje. Então, o Ministro da Defesa, junto com os Congressistas, tem que se preocupar com a carreira militar. Eu peço isso aos senhores.

Como exemplo aqui, os militares. Na coluna da esquerda, está a remuneração bruta atual do soldado ao general de Exército. Só que, para se chegar a General de Exército, demora mais de 42 anos de serviço; e, de uma turma de 400, só 4 chegam ali em cima.

Mas vamos ver a pirâmide debaixo, os soldados, os alunos, que estão em vermelho ali. Esses representam 45% do efetivo e recebem menos de dois salários mínimos. Botando os cabos junto: 58% do efetivo dos militares recebem até quatro salários mínimos. Um general lá em cima representa 0,1% e recebe os postos mais altos.

Então, aqui é uma comparação entre carreiras do Executivo e os nossos oficiais que têm nível superior. Um aspirante a oficial, que está em vermelho na linha debaixo, começa recebendo bruto aquilo ali. Subindo a linha vermelha, nenhum chega perto, nenhuma carreira chega bem perto disso. Comparando o final da carreira, na linha azul debaixo, última linha: um coronel, depois de 30, 35 anos de serviço, recebe aquilo ali. Subindo a linha azul: nenhuma outra carreira do Estado no seu maior posto recebe parecido. Então, há uma defasagem muito grande em relação aos militares.

Nós, desde 2016, criamos grupos de trabalho para ver a carreira, a remuneração, a parte de comunicação social e entramos com essa proposta que é autossustentável – eu vou mostrar aqui – em relação ao que nós podemos oferecer e alguma coisa que nós podemos reestruturar na carreira militar.

A Fundação Getúlio Vargas levantou no mundo inteiro quais são os países que têm uma diferenciação, um tratamento diferente em relação aos militares. São esses que estão em azul: o mundo inteiro, exceto os que estão em vermelho, como Luxemburgo, Romênia, Bulgária, Síria, Líbano. É um trabalho que a Fundação Getúlio Vargas fez.

Então, qual é a principal proposta, Presidente, indo para o encerramento? A nossa é aumentar o tempo de serviço de 30 para 35 anos; aumentar o limite de idades em cada posto ou graduação; aumentar as nossas contribuições, a nossa alíquota da pensão, que passou de 11% para 14% e é universal agora, todos descontam, inclusive a pensionista; reduzimos a possibilidade de dependentes;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aumento de receitas com a redução de efetivo; substituição de militares de carreira por temporários; e a universalização das contribuições; ao mesmo tempo, a nossa proposta cria um adicional de habilitação, os cursos que os militares fazem – isso já existe, só aumenta a porcentagem um pouco –; um adicional de disponibilidade militar – é aquela disponibilidade permanente –; e o aumento da ajuda de custo. Essa é a nossa proposta em resumo.

Isso cria uma despesa que é essa em vermelho. Foi costurado com Ministério da Economia, o tempo todo, para não gerar déficit. E, com a arrecadação dos novos descontos e o enxugamento que nós fizemos, a receita será essa. Então, por isso que passou bem no Ministério da Economia. Nos primeiros anos, houve um superávit de 2 bilhões; nos dez anos, um superávit de mais de 10 bilhões; e vai aumentando esse superávit, que, em 20 anos, chegará a 23 bilhões. Com isso aí, a reforma da proteção social dos membros das Forças Armadas é autossustentável, a proposta que está aqui.

Fechando, Sr. Presidente, os principais projetos da Defesa são os projetos estratégicos. Temos que ter em mente a nossa dissuasão e presença. Temos que buscar a reestruturação da carreira militar, já deveríamos ter buscado isso há tempo. A oportunidade é agora, para atrair e reter os talentos nossos.

As Forças Armadas constituem verdadeiro patrimônio da Nação brasileira. Os índices de credibilidade estão aí – esse aí é o de 2017 –, como a instituição de maior confiabilidade da Nação brasileira. Recente pesquisa, de 15 dias, da XP também manteve as Forças Armadas em primeiro lugar.

A Defesa e as Forças são o principal seguro do País podendo não ser utilizada por vários anos, mas não podemos ficar um minuto sem estarmos preparados. Então, o Congresso Nacional – é uma satisfação estar aqui – é a essência da democracia nossa.

Presidente, muito obrigado pela oportunidade de poder falar alguma coisa em nome da nossa Marinha, Exército e Força Aérea.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradecemos a fala do Exmo. Ministro da Defesa, Gen. Fernando.

Passo agora, conforme a rotina desta reunião, aos Srs. Senadores para, num tempo de cinco minutos, respeitando a ordem de inscrição, fazerem as perguntas e as intervenções necessárias a esta audiência pública.

Quanto à dinâmica do trabalho aqui, Gen. Fernando: a gente convoca de três em três. V. Exa. vai anotando as perguntas e, após a fala do terceiro Senador, V. Exa. responde.

Com a palavra, na ordem: primeiro o Senador Telmário; depois, Senador Marcos do Val; e, depois, Senador Arolde de Oliveira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Telmário Mota.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR. Para interpelar Ministro.) – Obrigado, Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, autoridades presentes.

General e Ministro Fernando Azevedo e Silva: que nome brasileiro, que nome brasileiro!

Cristo escolheu 12 apóstolos para segui-lo e implantar o Cristianismo no mundo, e errou. Olha, Cristo errou! Achou um para o trair. Eu vejo muitas críticas ao Presidente Bolsonaro pelas escolhas dos seus Ministros. É verdade, não tem acertado em todas, mas, se eu fosse Presidente da República, também o meu Ministro da Defesa seria das Forças Armadas brasileiras.

E V. Exa. tem, sem nenhuma dúvida, um currículo espetacular, não só pela formação que teve no próprio Exército, mas enriquecido pela oportunidade, como V. Exa. bem disse, que o Exército lhe deu de conhecer o Executivo e conhecer o Legislativo. E isso já tem efeito, porque recentemente eu tive a oportunidade de acionar o Ministério de V. Exa. e recebi a resposta na hora oportuna, e quero parabenizá-lo por isso. Portanto, sem nenhuma dúvida, V. Exa. é o homem certo, na hora certa, no lugar certo, e quero parabenizá-lo pela escolha.

Mas, Ministro, sem nenhuma dúvida, a exposição de V. Exa. até poderia ter me contemplado nas minhas perguntas, mas eu quero externá-las. Bem disse... Eu anotei a frase. Acho, se não me engano, que foi a seguinte: "Nenhum Estado pode ser pacífico sem ser forte" – Barão do Rio Branco. Olha só essa frase! No final, V. Exa. terminou afirmando que as Forças Armadas são um patrimônio do Brasil com o maior índice de aprovação, pela sua disciplina, pela sua lealdade, pelo seu compromisso com a Constituição brasileira e, sobretudo, com o próprio Brasil. E quero parabenizar todos os membros, porque não é tão pequeno assim.

A importância do Congresso, sem nenhuma dúvida, nem se discute. Agora, muitos de seus membros desgastaram a imagem do Congresso. É a mesma coisa no Judiciário, que também tinha um bom patamar de aceitação, e que hoje está extremamente desgastado. Com medo disso, com medo disso... E o Exército tem uma característica de cumprir, pela disciplina, toda missão que é determinada. Possível ou impossível, devido à disciplina e à hierarquia, parte para cumprir.

As missões do Exército brasileiro, como V. Exa. colocou aqui, estão em todos os segmentos: na segurança, nas missões humanitárias, de esporte – foi muito bem exposto. Mas, por exemplo, a designação do Exército para o Rio de Janeiro, graças a Deus, teve resultado positivo, mas foi um grande desafio, de afogadilho, de última hora, sem infraestrutura, colocando a credibilidade do Exército em risco. Eu assim entendi, por isso é que fui contra.

Mas quero ir agora às perguntas, levando em conta todo esse cuidado que nós temos que ter com o patrimônio do povo brasileiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O contingente das Forças Armadas hoje é suficiente para suas missões institucionais? É a primeira pergunta.

E V. Exa., lá embaixo, falou que nós estamos trabalhando no limite mínimo das condições. Olha só: todo limite é perigoso, máximo ou mínimo, ainda mais o mínimo. Quando você está no máximo, menos mal, mas o mínimo não é fácil.

(*Soa a campainha.*)

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – Sr. Presidente, me dê mais um minutinho só, para a gente concretizar.

Então, a segunda pergunta: as Forças Armadas têm equipamentos modernos suficientes para estar à altura das grandes nações? Os recursos orçamentários são suficientes para o custeio e investimento nas Forças Armadas?

V. Exa. falou no militar temporário e disse que ele não quebra a qualidade. Eu espero isso, eu espero isso.

Então, eu quero fazer as perguntas, essas três perguntas que fundamento, mas eu quero fazer a quarta, que é sobre um assunto que me diz muito respeito, porque nós criamos aqui uma subcomissão nesta Comissão para tratar da questão da Venezuela. E recebemos ontem um convite para irmos até aquele país para tratar especificamente daquela questão da abertura da fronteira e da questão energética para o meu Estado. Aliás. V. Exa., quando colocou os números ali, chegou a se assustar: alimentação de 16 mil pessoas por dia não é fácil, não é fácil!

Eu luto pela transição democrática e pela restauração da ordem constitucional na Venezuela, mas que seja pelo seu povo e pelas suas instituições. Então, estou de acordo com o hábito e o costume brasileiro de não interferir nas políticas internas de outra nação. Eu pergunto: as Forças Armadas, independentemente da relação política que hoje a gente vê... Recebem um Presidente que se autointitula, outro Presidente que está lá, etc. Isso não nos diz respeito, para mim não diz respeito, porque quem tem que resolver lá é o povo de lá e as instituições. As Forças Armadas estão tranquilas e seguras com relação àquela fronteira e têm tido diálogo suficiente para evitar uma zona de atrito naquela região?

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Com a palavra o Senador Marcos do Val.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - ES. Para interpelar Ministro.) – Bom-dia a todos.

Agradeço a presença do Ministro, das autoridades, dos comandantes aqui presentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, eu sou R2, de 1990, e, ao longo desses anos, sempre acompanhei de dentro as dificuldades de toda a estrutura das Forças Armadas. Recentemente, após empossado aqui como Senador e fazendo parte da CRE, tenho caminhado com as autoridades, com os comandantes, coronéis das Forças Armadas brasileiras e tenho percebido que nada ainda evoluiu nessa questão de prioridade no olho da sociedade dando prioridade para as Forças Armadas brasileiras. Parece que ainda tudo permaneceu no mesmo período, mesmo havendo uma aceitação da sociedade de mais de 80%: na hora de haver ali o investimento e toda a estrutura para as Forças Armadas, então, executarem as suas missões, não são dados esses investimentos.

Soube, até pela dificuldade que está havendo na construção da aeronave KC-390, que até agora tem uma parceria com a Boeing – corrija-me se eu estiver errado... Porque ainda o investimento não chegou suficientemente para a construção de uma para começar a ser utilizada pelas Forças Armadas, pela Força Aérea, para, então, começar a ser vendida no mundo inteiro. Então, nós temos uma tecnologia que o mundo está querendo adquirir, mas o Brasil ainda não transferiu recurso para a construção dessa aeronave, para que ela possa ser vendida para o mundo inteiro; quer dizer, é uma aeronave militar cuja compra está sendo cogitada até por países do Primeiro Mundo, como os Estados Unidos – até onde eu soube.

Então, dentro dessa dificuldade, há uma força armada que sempre foi voltada para a paz, nunca foi voltada para estar em conflito, mas sempre em missões de paz, sendo respeitada pelo mundo inteiro pelo seu contingente. E todo mundo sabe que, numa força armada, se você não tiver uma estrutura condizente com o país, este país passa a ser fragilizado. Se você tem aí todo o seu material bélico sucateado ou material bélico já defasado – como o senhor falou, sem peças, com materiais que nem são fabricados mais –, a gente passa ser um país fragilizado e, às vezes, as pessoas não têm essa noção.

Mas a minha pergunta, Ministro, é em cima disso: o que o senhor e a sua equipe têm pensado nas Forças Armadas para sair dessa estagnação que nós temos ao longo desses quase 30 anos em questões de investimento e de reestruturação para que, então, possa a sociedade não só ter essa credibilidade pelo trabalho executado, mas que ela possa, então, através disso, ajudar em investimentos ou pressionar para que o Governo realmente invista em condições de trabalho e melhoria para vocês? Então, a minha pergunta é essa.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Senador Arolde.

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PSD - RJ. Para interpelar Ministro.) – Obrigado, Presidente Nelson Trad.

Eu queria cumprimentar o nosso Ministro da Defesa, Fernando Azevedo, e agradecer a sua presença aqui para prestar esses esclarecimentos sobre a situação em que se encontram as Forças

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Armadas, seus projetos, os principais anseios das Forças Armadas, que vêm sofrendo, desde muitos anos, consequências, injustas consequências, que lhes são atribuídas desde os governos militares. Infelizmente, a história foi contada de modo invertido e a carga ficou sobre as Forças Armadas.

Na realidade, eu vivi antes como oficial do Exército; eu vivi durante, intensamente; eu vivi depois dos regimes militares; e estou vivendo muito depois. Então, eu conheço toda a história, e sei que não é a história que foi contada, infelizmente. A história que foi falsamente construída transformou-se numa carga de vinditas contra os militares durante esse tempo que vieram repercutir evidentemente nos orçamentos e, repercutindo nos orçamentos, na situação em que se encontram hoje as Forças Armadas.

Aliás, nós vivemos hoje, por acaso, um dia muito importante, um dia em que houve prestação de contas dos primeiros cem dias de governo. Tive o privilégio de participar disso lá no Palácio do Planalto e perceber novamente, sentir novamente aquilo que é uma realidade: nós vivemos sob dois governos.

O Governo real está realizando as suas propostas, está andando, está trabalhando com uma equipe de governo meritocrática, escolhida funcionalmente por mérito e está andando dentro das limitações orçamentárias e da crise em que encontrou o País. Aliás, não é nem uma crise, mas a devastação ética, moral e econômica em que foi deixado o nosso País. Então, todas essas coisas têm que ser colocadas neste momento de partida.

E temos um governo fictício, um governo virtual, que é uma percepção criada por uma mídia de porão, uma mídia que quer desconstruir o Brasil, uma mídia apátrida, uma mídia que não tem compromisso com a verdade e que tenta desconstruir 24 horas por dia o que é feito no nosso País.

Eu fico muito feliz com as colocações de V. Exa. e quero cumprimentar V. Exa. por integrar esse Governo, com o perfil que V. Exa. tem, com o currículo de vida e com a experiência que V. Exa. tem e que todos os oficiais generais das Forças Armadas têm, pois ao longo das suas vidas estão sempre se preparando.

A única pergunta que vou fazer: quero ampliar a pergunta do Senador Telmário Mota sobre a questão das fronteiras, para que V. Exa. pudesse... Existe a fronteira específica da crise da Venezuela, mas nós temos outros milhares de quilômetros de fronteiras que também são afetos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PSD - RJ) – ... às Forças Armadas, através de suas unidades de fronteira, e que são importantes para coibir contrabando, até mesmo imigração irregular. Eu queria que V. Exa. também tratasse um pouco disso, sobre como é feito esse controle, qual é a tecnologia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

usada para a comunicação, quais são os equipamentos e como é que está essa questão das nossas unidades na fronteira.

E, por último, cumprimento V. Exa. e, através de V. Exa., o Governo, pelo realinhamento do País com seus iguais. Quando nós nos realinhamos com iguais, nós podemos ter os benefícios dos iguais. O Brasil vinha se aliando com países muito sem significado, pagando as contas desses países. Agora não, agora conversou com os Estados Unidos, depois Chile, e virão outros, Israel etc. São países iguais, que podem somar. E, podendo somar, nós gostaríamos de dizer que esse acordo de salvaguardas foi muito importante.

Mas eu deixo também uma pergunta aqui quanto à questão de Alcântara. Conheço bem esse assunto, mas não vou me alongar. Só quero perguntar a V. Exa. o seguinte. Se esse se acordo de salvaguardas não fosse assinado agora com os Estados Unidos, com essa possibilidade de ser cedido para todas as nações, todos os países do mundo, para utilizarem, devido às condições técnicas específicas da localização de Alcântara, quais seriam as consequências para Alcântara?

Obrigado, Ministro.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradecemos as intervenções dos nobres Senadores.

Sr. Ministro, aproveitando – lá no meu Estado a gente fala "emendando a galopeira", por causa daquela música –, tenho duas perguntas no mesmo sentido das que foram feitas pelo Senador Arolde e pelo Senador Telmário, sendo uma da participação popular, através do e-Cidadania. As duas tratam da problemática do Brasil com as suas fronteiras, principalmente relativamente ao projeto Sisfron, trata-se de saber como anda esse projeto.

As perguntas são oriundas de Claudio Roberto, de São Paulo, e de Waldilier Ayres, do Rio de Janeiro.

Aproveito a oportunidade para estimular todo cidadão e toda cidadã que queiram fazer perguntas a fazê-lo através do *site* www.senado.leg.br/ecidadania. Será muito bem-vinda a participação popular.

Com a palavra o Gen. Fernando.

O SR. FERNANDO AZEVEDO E SILVA – Vou focar inicialmente no Senador Telmário Mota.

Agradeço as palavras, Senador. Fico feliz porque meu nome é de brasileiro e pelos elogios. Realmente o senhor tem razão: nas Forças Armadas, missão dada é missão dada. Esse é o nosso norte.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação às perguntas que V. Exa. fez, se o efetivo é suficiente: ele é suficiente. E a gente tem uma condição de convocação por mobilização muito boa. Por isso, a gente não se aposenta; a gente fica na condição de mobilizável passando para a reserva. Então, é um contingente razoável para que a gente possa atender às demandas que forem necessárias. Então, quanto ao efetivo, eu creio que sim.

Quanto ao equipamento, o nosso está dentro do possível. Pode melhorar muito, mas isso vai de encontro à parte orçamentária, que é a próxima pergunta de V. Exa. Nós tivemos altos e baixos. Por exemplo, a parte de viaturas do Exército está em bom nível, mas, na parte dos projetos estratégicos, a gente se ressente muito da parte orçamentária. A gente tem 1,4% do PIB com gasto de defesa, e isso aí inclui pagamento de pessoal, não só os projetos. Eu acho que algo em torno de 2% do PIB seria o suficiente; não seria o ótimo, mas suficiente.

Então, a gente dá prioridades, e as nossas prioridades dentro dos recursos existentes é aquilo que as pesquisas apontam. A gente dá prioridade para a formação dos nossos recursos humanos, porque formação de recursos humanos a gente não encontra em prateleira nenhuma. O equipamento, o material, a gente encontra com as indústrias de defesa, com a mobilização, na prateleira no exterior. Agora, à formação do nosso pessoal a gente dá a máxima prioridade possível. Por isso que, como Ministro da Defesa... Eu tenho certeza de que os outros Ministros se preocuparam da mesma forma com a carreira militar e com o amparo à família militar. É isso que dá como resultado essa nossa credibilidade. É isso aí.

Passo à questão da Venezuela, Senador. Nós estamos de acordo, e o nosso Presidente Bolsonaro também.

Nós somos pela não interferência, pela não intervenção. Nós acreditamos em uma solução interna da Venezuela, em uma solução pacífica. Isso tem que acontecer. A posição em relação ao Governo já foi dada oficialmente. O Governo brasileiro apoia o governo interino da Venezuela, mas é nesse sentido.

Temos mantido o diálogo naquilo que chamamos de diplomacia militar. Temos o adido da Venezuela aqui, normal. Temos oficial da Venezuela fazendo cursos no Brasil e temos o nosso adido lá, os nossos adidos da Marinha, Exército e da Força Aérea. Quando é necessário, nós acionamos o canal da diplomacia militar.

É isso aí. Eu não sei ser respondi a V. Exa.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – Sr. Presidente, como eu tenho direito à réplica e já vou viajar com seis ministros... Eu gostaria até de ficar para ouvir as perguntas de todos, porque eu sei que me enriqueceria muito mais, mas eu vou pedir licença. O Senador Chico vai ficar um pouquinho, porque ele vai fazer a pergunta dele agora. Eu me sinto contemplado, mas eu quero dizer para o General e para o Ministro Fernando que estou à

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

disposição nesta Casa para a gente rever a questão do orçamento das Forças Armadas não só para o custeio, mas para os investimentos e, sobretudo, para melhorar a qualidade cada vez mais dos nossos militares.

Estou à disposição.

O SR. FERNANDO AZEVEDO E SILVA – Muito obrigado, Senador.

Senador Marcos do Val, Vice-Presidente desta Comissão, conhecedor dos nossos assuntos, presente sempre, em relação ao KC-390, nós temos uma encomenda da Força Aérea Brasileira. Estou com o Comandante da Força Aérea, o Brigadeiro Bermudez. Nós temos uma encomenda de 28 KCs à Força Aérea. O primeiro será entregue neste ano pela Embraer Defesa – é outra pergunta sua.

Então, Senador, com está essa situação em relação ao KC-390 e ainda à Embraer? A Embraer se associou à Boeing recentemente, mas foi preservada e foi costurada desde 2016. Em 2016 foi feita a primeira oferta da Boeing em relação à Embraer. A Embraer foi privatizada em 1994, então é uma empresa privada, mas com uma origem e um início muito forte da parte militar e manteve no bojo dela a Embraer Defesa, que, para a gente, é muito importante. A proposta de 2016 não estava boa, mas, felizmente, na privatização há o chamado *golden share*, que são as regras de ouro, que o Governo brasileiro poderia usar para vetar o acordo. E iria vetar, porque ele afrontava um pouco as partes estratégicas nossas. De 2016 até 2018, passando para a decisão do Presidente Bolsonaro no início de 2019, foi feito um acordo em que não seria necessário usar o *golden share*. A Boeing ficou com a parte das aeronaves comerciais de maior vulto, com 80%, e a Embraer, com 20%. As aeronaves executivas, todas com a Embraer e preservou 100% brasileira, 100% Embraer aquilo do que nós tínhamos medo, que era a Embraer Defesa. Na Embraer Defesa criou-se uma nova *joint venture*, que é exatamente a do KC-390, com 51% nacionais e 49% da Boeing. Com isso, preservamos a parte principal brasileira e uma ajuda, no mundo inteiro, de a Boeing negociar, porque não resolvem só as 28 encomendas da nossa Força Aérea. Para sustentar, precisamos de encomendas do exterior. Então, com relação a essa pergunta do KC-390, é isso aí.

Com relação à estagnação, que o senhor colocou, ela é relativa. Com o que a gente tem, com muito esforço, a gente vai tocando os projetos nossos. Então, não está estagnado. Nós tivemos, ao longo dos anos, altos e baixos, tivemos momentos um pouco bons. O que falta um pouco para a gente é a previsibilidade do orçamento.

Eu vejo alguns países com orçamento de defesa sendo alocados de cinco em cinco anos; o nosso aqui nesta Casa é uma briga: há o projeto da Lei Orçamentária, depois a LOA, a cada ano. Começa em agosto, não é? Não estamos estagnados, mas com muito esforço.

Não sei se respondi a V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Arolde, prazer em revê-lo aqui. Em relação às perguntas do senhor sobre as fronteiras, eu aproveito, Presidente, para responder inclusive aos internautas nossos Claudio Roberto e o Waldilier, que fizeram a mesma pergunta em relação à fronteira.

Sobre fronteira, nobre Senador Arolde, eu poderia passar algumas horas aqui. Mas nós temos cerca de 17 mil quilômetros de fronteira. Nela, quase 50% são fronteiras secas, complemente permeáveis, e cerca de 50%, molhadas, rios, lagos. E os próprios rios, particularmente na Região Norte, não ajudam muito, porque muitas vezes não fazem limite com outro país; eles são penetrantes ao território nosso, são verdadeiras estradas. Mas eu posso dizer que as Forças Armadas pelo menos fazem a sua parte; com dificuldade, mas fazem: nós estamos presentes na fronteira.

A Lei Complementar 97 nos deu poder de polícia, o que melhorou a nossa atuação e a forma de coibir os ilícitos. Só na Região Norte, na Região Amazônica, em dez anos, nós passamos o efetivo das Forças Armadas de 10 mil homens para 25 mil, sem aumentar efetivo, tirando unidades do Sul e do Sudeste para colocar na região e na faixa de fronteira nossa. Nós temos as Operações Ágata a toda hora, inopinadas agora, empregando 25 mil militares; nós temos os pelotões de fronteira; nós temos a vigilância do espaço aéreo; temos usado a interceptação da Força Aérea nossa. Então, sentimos falta de outros órgãos junto com a gente lá, de outros órgãos que também têm a responsabilidade nisso e que também são um pouco deficientes.

O que falta para agregar as fronteiras, de acordo com as perguntas? Um pouco mais de tecnologia. Não adianta a gente colocar que não vamos conseguir um soldado de mão dada em toda a faixa de fronteira. Se os Estados Unidos não conseguiram na fronteira com o México, não seremos nós. E essa tecnologia é o projeto do Sisfron, respondendo à pergunta.

No Comando Militar do Oeste fizemos um plano piloto com êxito, com muito esforço. Já era para ter expandido para o Norte e para o Sul. Estamos na segunda fase, indo para o Comando Militar da Amazônia, indo para o Comando Militar do Sul. Estamos expandindo isso. Nisso aí, sim, a tecnologia iria dar um salto de qualidade em relação à vigilância na faixa de fronteira.

Não sei, Senador, se respondi à pergunta de V. Exa. aqui.

Em resumo, Presidente, eu tenho certeza de que, pelo menos, as Forças Armadas fazem a sua parte em relação a isso.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Com a palavra...

O SR. FERNANDO AZEVEDO E SILVA – Não! Está faltando. Desculpe-me.

O Senador Arolde de Oliveira me perguntou sobre a base aérea de Alcântara e a assinatura das salvaguardas tecnológicas. Essas salvaguardas tecnológicas vieram para o Congresso a primeira vez...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiro, são várias fases que vou caracterizar.

Aproveito a oportunidade, Presidente. Para mim, é ótimo esclarecer aqui.

Ela veio para o debate no Congresso, a primeira versão, em 2000. O senhor se lembra disso? E foi um debate muito bom aqui. Não estava ajustado realmente o acordo, não estava. Ele não contemplava algumas coisas em relação ao Brasil. Paramos, retomamos a negociação com o americano.

Por que o americano? Não é um acordo exclusivo do americano, não é mesmo! Não é. É um acordo porque o americano detém 80% dos componentes dos satélites no mundo inteiro, tanto que os principais países do mundo – e dei o exemplo aqui da China e da Rússia – fizeram o mesmo acordo com o americano. Então, eles querem que protejam as marcas e as patentes deles. Isso é justo. É a mesma coisa de um boxe de Fórmula 1: quando há o Grande Prêmio do Brasil, no motor, são os técnicos da Mercedes e da Ferrari que mexem. Agora, todas as leis, todas as normas são brasileiras ali. Então, chegamos a um acordo muito bom para que passe no Congresso.

Então, a primeira fase é a assinatura do acordo. Foi feita.

A segunda fase são os debates no Congresso, a aprovação ou não.

Depois, passamos para outra fase, que são os aspectos locais: *royalties*, problemas de terra.

A outra fase é a operação. Aí vêm os acordos comerciais, tecnologia, enfim...

Mas o primeiro passo foi dado, que foi esse acordo, que acho que está muito bom, com as correções que o Congresso pediu. Se a gente parar nesse acordo, ele fica insustentável. Então, a Base de Alcântara, provavelmente, passará a ser uma base aérea, uma base militar.

Acho que o Senador quer usar a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – A réplica é na hora em que ele concluir.

O SR. FERNANDO AZEVEDO E SILVA – Eu acabei.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Para réplica, Arolde.

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PSD - RJ) – É coisa muito simples. É porque, primeiro, têm de ser tomadas agora providências, porque normalmente acordos, alguns dormitam na Casa durante muitos anos. Esse acordo eu acho que o Governo, nobre Ministro, deve fazer com que chegue logo aqui, à Comissão de Relações Exteriores – acho que tem de passar pela Câmara primeiro para depois vir para cá – para que possa ser votado rapidamente, porque é urgente que se faça isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Segundo, eu perguntei: caso não fosse assinado esse acordo agora e ficasse como está, quais seriam as consequências previsíveis. Eu estive há dois anos com a Força Aérea em Alcântara. Havia problemas, etc., e eu gostaria de saber quais as consequências. Essa foi a outra parte da pergunta.

Obrigado e desculpe-me.

O SR. FERNANDO AZEVEDO E SILVA – Sendo bem franco, a base aérea não se sustenta. Então, passaria a ser ou uma base secundária ou uma base da Força Aérea, uma unidade militar.

Em relação a isso, eu acho que respondi, inclusive, às perguntas dos dois.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Marcos do Val.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - ES) – Ministro, quanto eu estava me referindo à questão da estagnação, era à questão da estagnação de investimentos. A gente percebe que, no Brasil, os Governos nunca se preocuparam ou nunca focaram como ponto principal, diferentemente do que eu vejo deste que está começando agora.

E também reforço o que o outro Senador colocou. Eu já tenho falado para alguns dos senhores nos locais a que tenho ido e os encontrado que eu também me coloco à disposição para ajudar no que for preciso para que as Forças Armadas possam ter os recursos necessários para investimento em tecnologia. Da capacitação do homem, como o senhor falou, sabemos da notoriedade no mundo inteiro, mas a gente precisa agora investir na outra parte.

Então, espero que eu possa ajudar a sair desta estagnação de financiamento, de investimento do Governo Federal para as Forças Armadas. Conte comigo no que for preciso nesse quesito.

O SR. FERNANDO AZEVEDO E SILVA – Senador, agradeço a ajuda, sempre bem-vinda.

Em relação à parte de projetos orçamentários, à estagnação que o senhor disse, a gente, somando o orçamento da verba discricionária e não discricionária, tem em torno de R$9 bilhões. Incluindo todos os projetos, custeios e tudo, é pouco para as Forças Armadas. É muito pouco.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Dando sequência a um novo grupo de questionamentos, Senador Jaques Wagner, Senador Chico Rodrigues e Senador Flávio Bolsonaro.

Com a palavra o Senador Jaques Wagner.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Para interpelar Ministro.) – Presidente, bom dia! Nosso querido Vice-Presidente!

Cumprimento com muita alegria o Exmo. Ministro da Defesa Gen. Fernando Azevedo. Para mim é um orgulho recebê-lo aqui, um prazer. Evidentemente, já tendo tido o orgulho de sentar nesta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cadeira – por opção pessoal, meu pedido à Presidenta Dilma Rousseff –, eu já conheço boa parte daquilo que acontece. Realmente no meu currículo ter sido Ministro da Defesa é motivo de orgulho. O senhor conhece a minha história. Fui do Colégio Militar do Rio de Janeiro, portanto, tenho profundo apreço pelas Forças.

Reconheço, como foi dito na sua exposição, que talvez junto ao Itamaraty são as duas grandes escolas de formação de quadros de Estado no nosso País. São profissionais dedicados, preparados e entregues à defesa do País.

Eu tive o prazer de incorporar muito conhecimento visitando fronteiras longínquas onde você encontra, eventualmente, um tenente do Exército Brasileiro com sua esposa jovem, de 23 ou 24 anos, em rincões afastados em que, de quando em quando, recebem seus mantimentos. Então, eu entendo – e talvez poucos entendam – a particularidade de ser membro das Forças Armadas brasileiras. São muitas as famílias de militares brasileiros em que irmãos têm naturalidades diferentes porque o profissional está servindo ora na Bahia, ora no Rio Grande do Norte. Evidentemente que, quando serve na Bahia, todos têm orgulho de ter um filho baiano... (*Risos.*)

Mas as famílias são multinaturais porque é da profissão, e as pessoas não entendem muito o quanto isso custa, transferir um filho, mudar de colégio, adaptar-se em outro ambiente. Então, entendo que há particularidades que são exclusivas daqueles que pertencem às Forças Armadas – e de alguns do Itamaraty também, mas em geral fora do País.

Portanto, eu quero começar desejando todo sucesso a V. Exa. e dizendo que, como membro da oposição – porque perdemos a eleição, o que acho absolutamente natural –, eu pretendo fazer uma oposição construtiva, e não pauta bomba, ou interdição do Governo. Então, aqui estou – e coloco meu gabinete – à disposição para contribuir naquilo que for possível. Conheço seu trabalho demais, particularmente no período das Olimpíadas, quando eu era Ministro da Defesa e V. Exa. comandava todo o sistema de proteção e de defesa no processo das Olimpíadas.

É difícil, às vezes, explicar para as pessoas que não conhecem a vida militar o que é a vida militar, e muitos me perguntam: "Mas se o País não tem guerra desde o Paraguai, para quê as Forças Armadas?". Eu digo, como V. Exa. colocou muito bem: é igual a seguro de carro, nós temos para não usar, mas ao tê-las nós temos a garantia de que outros não terão a coragem de invadir o nosso Território. Eu acredito que o objetivo das Forças e do Ministério da Defesa, particularmente, é o de profissionalizar cada vez mais, qualificar cada vez mais e principalmente, como foi dito pelo Vice-Presidente desta Comissão, ter aporte tecnológico. Nós não controlaremos nossa fronteira seca pela via do homem a homem. Ou nós vamos usar de tecnologia moderna – e é disso que se trata o Sisfron e outros – ou nós não vamos atingir nosso objetivo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Minha primeira pergunta é exatamente esta: dentro da nossa estratégia nacional de defesa, todos os projetos prioritários...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Já se foram cinco minutos, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS. *Fora do microfone.*) – Quatro.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Nosso tempo corre demais aqui. Esse relógio...

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS. *Fora do microfone.*) – Quando a prosa é boa, ninguém vê o tempo passar.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Mas eu sei que V. Exa., como a audiência é com o Ministro da Defesa, vai ter um pouco de...

A primeira é esta, nós temos projeto estratégico nas três Forças – não vou citar, porque V. Exa. já citou – e a minha preocupação: a PEC 95, que estabeleceu limites, se a projetarmos, o 1,48, que já está muito abaixo da média mundial, vai chegar, provavelmente a 0,85 em 2032. Evidente que, como homem das Forças e como equipe de Governo, V. Exa. tem que estar se somando à decisão, mas imagino que V. Exa. terá que brigar muito para que esse orçamento possa ser ampliado, especificamente porque, do corte que foi feito no orçamento agora, um dos maiores foi o do Ministério da Defesa.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Foi linear? Bom, mas de qualquer forma, o linear nem sempre é o mais inteligente, porque o linear trata desiguais como iguais, e nós não somos... Evidentemente há ministério em que, não havendo um projeto estratégico como esse, talvez se possa cortar.

Eu acompanhei de perto o esforço das três Forças nossas no sentido de diminuir contingente e aumentar tecnologia ou aumentar, como o senhor disse, contratações temporárias. Agora, só dá para diminuir contingente se isso for utilizado exatamente para o aporte de tecnologia. Então, temos projetos nas três Forças, e eu quero me colocar à disposição também para ajudar na manutenção. Essa é a primeira pergunta que eu coloco.

A segunda pergunta, e eu nem ia tocar no tema, mas como V. Exa. tocou, e o colega Arolde também... Repare: o acordo de Alcântara... Digo que não ia tocar porque ele virá à Casa e, portanto, nós teremos oportunidade de debater. Evidentemente que ninguém vai oferecer tecnologia sem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

salvaguarda, mas eu chamo a atenção, e peço que V. Exa., se possível, se debruce nisto: é porque existem salvaguardas que nada têm de tecnológico. Alguém se imiscuir na vida nacional para dizer onde eu vou aplicar o dinheiro obtido com eventual aluguel não me parece salvaguarda tecnológica, mas me parece uma afronta à soberania nacional, que causou o desconforto no Congresso em 2000 e que é mantido no texto, pelo menos no pré-texto que eu recebi. E eu não vejo razão para os Estados Unidos dizerem o que nós vamos fazer, até porque é inócuo: dinheiro não tem carimbo, então, o que eu vou receber ninguém vai saber exatamente onde eu vou utilizar. Mas é a petulância – me permita – que afronta, repito, a soberania nossa, de dizer: "Não, o dinheiro auferido com o aluguel não pode ser usado no desenvolvimento do nosso programa de lançamento de satélites". O dinheiro é nosso, vamos usar onde quisermos.

A segunda salvaguarda que entendo que não tem nada a ver com tecnologia é de ordem estritamente militar, mas eu acho, de novo, que é se inserir na soberania nacional. Eu chamo a atenção, Ministro, porque eu, quando estive com meu homólogo, quando Ministro da Defesa, e com os Embaixadores dos Estados Unidos aqui, fiz um esforço muito grande, e eu dizia a eles que era mais uma questão de linguística do que de conteúdo mesmo, porque, do ponto de vista de salvaguarda tecnológica, nós não temos briga, ninguém vai entregar tecnologia de graça, agora, dizer quem pode ou não pode estar na Base de Alcântara não é problema dos Estados Unidos. Dizer que só pode estar aqui, fazer acordo com o Brasil quem esteja inscrito no MTCR, eu não sei se isso é altaneiro, para usar uma expressão tipicamente militar. Eu chamo a atenção para a gente não engasgar em mosquito, porque as questões fundamentais, na minha opinião, estão preservadas, e é justo que assim o seja, será assim com a Ucrânia e com qualquer outro. Ninguém abre a caixa de chumbo da tecnologia. Agora, vir me dizer o que eu vou fazer com o dinheiro e quem pode assinar acordo não me parece que é salvaguarda tecnológica, é tipicamente... Mas como eu não recebi o texto definitivo, eu chamaria a atenção sobre esses dois aspectos que V. Exa. colocou sobre Alcântara.

V. Exa. colocou aqui das Zopacas. Nós, pela nossa tradição muito mais de dissuasão do que de despertar para a guerra, temos no Atlântico Sul todo um processo de pacificação, fazemos salvamento com os aviões da Força Aérea que estão lotados, inclusive, na base aérea de Salvador, no meio do Atlântico, ou, praticamente, na costa africana, vamos e voltamos pela autonomia que temos, e não me parece de bom alvitre querer concordar com a pretensão da Otan de querer estender o domínio da Otan para o Atlântico Sul – que é a pretensão da Otan. Nós vamos chamar para nós brigas que não são nossas. Nós não temos terrorismo aqui pela nossa natureza e pela característica da nossa diplomacia. A Otan está eivada de problemas, que vão de terrorismo a outros.

Eu não vejo por que, depois de nós termos construído, com muito esforço, com os irmãos africanos... E aí eu peço até vênia ao Senador Arolde, porque com os não iguais, como V. Exa. colocou, nós desenvolvemos um processo de amizade, solidariedade e de comércio exterior que contribuiu muito para nossa balança comercial. Eu sou daqueles que acham que o Muro de Berlim caiu em 1989,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e o debate ideológico tem interditado o verdadeiro debate do interesse nacional. Hoje, a diplomacia é comercial. Os interesses são comerciais.

O Presidente dos Estados Unidos – e eu não faço juízo de valor, porque é uma escolha do povo americano – está fazendo seu trabalho. "USA *first*", ou seja, ele quer que os empregos sejam mantidos, que a indústria... Então, está estabelecendo, vamos dizer, controles na entrada de produtos. Na minha opinião, eu prefiro que a gente fique com a Zopacas, onde nós temos um protagonismo, do que trazer a Otan para o Atlântico Sul.

Por fim, Ministro, evidentemente que todos nós, e imagino que principalmente as Forças Armadas, se ressentem do último episódio acontecido no Rio de Janeiro, que eu considero um acidente ou incidente, mas que tem a ver também com aquele desconforto que as Forças têm com as GLOs, principalmente GLO que de provisória se torna permanente. Eu fui Ministro da Defesa e acompanhei isso de perto. Nossos homens são treinados não para segurança local, nossos homens são treinados para a guerra, e na guerra realmente você não pergunta, porque ou você morre ou você mata. A formação é outra, é isso que eu estou querendo dizer. Então, não é próprio. E, para mim, que estive nessa pasta – repito: com muito orgulho –, fico vendo que a GLO do Rio... E estou à vontade para falar porque ela começou em Governo do qual eu era parceiro, Governo do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que, aliás, foi o período de maior investimento, do ponto de vista de tecnologia, que nós tivemos nas Forças. Mas eu pergunto a V. Exa. se esse tema tem sido discutido no âmbito do Governo, de uma restrição bem mais ampla e bem mais dura às GLOs, principalmente àquelas que vão perdurando ao longo do tempo.

Eu agradeço a paciência do Presidente e agradeço também ao Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Senador Chico Rodrigues.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR. Para interpelar convidado.) – Meu caro Presidente Nelsinho Trad, Marcos do Val, Senador, Sr. Ministro Fernando Azevedo, eu acompanhei atentamente a apresentação de V. Exa., e, com precisão cirúrgica, V. Exa. fez uma radiografia do trabalho do Ministério da Defesa com as suas Forças, o Exército, a Marinha e a Aeronáutica, facilitando, inclusive, a visão mais ampla de cada um dos membros desta Comissão.

Obviamente que aí surgem perguntas as mais variadas possíveis, até porque, no arco em que se abrigam as atribuições de V. Exa., muitas vezes perguntas que parecem não ser pertinentes ao ministério obviamente têm interface com o que elas representam, e é claro que isso nos provoca a fazer esses questionamentos a V. Exa.

Inicialmente, como primeira pergunta, eu gostaria de ver com V. Exa. quais são os projetos, os acordos, na área de segurança e defesa, que foram firmados por nosso Presidente Jair Bolsonaro agora, quando da sua ida a Israel. Nós sabemos que Israel detém uma tecnologia avançadíssima. E,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nesses acordos firmados, queremos saber exatamente qual foi o alcance para as ações dos nossos ministérios, das nossas Forças.

A segunda pergunta é com relação a uma área que é um orgulho para nós brasileiros, principalmente para os amazônidas. Trata-se das ações desenvolvidas pelos batalhões de engenharia de construção. Gostaria de saber exatamente em que estágio estão os trabalhos naqueles trechos mais críticos, como os que senhor apresentou aqui, do asfaltamento da BR-163, porque ali, na verdade, está o grande gargalo para a exportação da nossa soja do Centro-Oeste. Na hora da dificuldade, obviamente, o Exército é que pegou essa parte da obra.

Também: como é que estão os trabalhos em relação à BR-319? Nós sabemos que, praticamente, o Amazonas e o Estado de Roraima estão isolados do resto do País, e a BR-319, por questões ambientais já históricas... Há uma dificuldade enorme até na manutenção daquela rodovia, e nós sabemos que os estudos técnicos que já foram elaborados dão totais condições para que aquela rodovia seja asfaltada. Isso é fundamental para integrar a Amazônia. Integrar a Amazônia porque hoje é uma reivindicação do Estado do Amazonas, porque os meios de transporte que temos hoje são o fluvial e o aéreo, caríssimo. Então, gostaria de saber, realmente, como pensa o ministério em relação a essa rápida retomada do asfaltamento da BR-319.

Também em relação a outro tema, a Lei do Abate, que foi estabelecida já há alguns anos: em que estágio estão as operações? Quais são as operações que têm sido mais efetivas? Foi identificada uma diminuição relativamente ao tráfego aéreo? Pergunto porque, praticamente, na década passada, o meio de transporte da maioria das drogas que circulavam na Amazônia era exatamente o transporte aéreo. Então, gostaria de saber como se encontra hoje a Lei do Abate em relação a esse controle efetivo.

Nós temos lá no nosso Estado, como é do conhecimento de V. Exa., uma questão enorme, que é exatamente numa rodovia internacional, Manaus-Boa Vista-Caracas-Georgetown, um trecho de apenas 145 quilômetros na reserva dos waimiri-atroaris, onde ainda temos o dissabor de ter aquela corrente fechada das 6 da tarde às 6 da manhã, ou seja, não passa ninguém, como se fosse um território estrangeiro.

Então, o Presidente Jair Bolsonaro, entendendo a importância estratégica e política do nosso Estado, que é o Estado mais setentrional do País, primeiro, em reunião do Conselho de Defesa, decidiu a construção do Linhão de Tucuruí, que vai ligar definitivamente o Estado ao sistema energético nacional. E lógico que, por ali, paralelamente a essa rodovia BR-174, passará também o Linhão de Tucuruí. Então, qual o sentimento do Ministro em relação à necessidade urgente de ser retirada aquela corrente, para acabar com o *apartheid* entre as comunidades indígenas que estão integradas na comunhão nacional e os milhares de brasileiros que ali vivem? Eu acho que ali se tornou um gueto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

praticamente, por conta desse impedimento do tráfego durante 24 horas, contrariando, inclusive, a Constituição, que determina o livre direito de ir e vir.

Eu também gostaria de saber quais as ações que estão sendo desenvolvidas em relação à Amazônia Azul. Nós sabemos que a Amazônia Azul, praticamente, é maior do que a Amazônia brasileira. Então, quais são as ações que estão sendo desenvolvidas no sentido de nós, cada vez mais, protegermos as nossas riquezas, sejam elas fruto da pesca, dos minerais estratégicos que estão ao longo da costa brasileira, do petróleo, além de outras riquezas das quais precisamos cuidar, que precisamos preservar?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Com a palavra o Senador Flávio Bolsonaro, que é o último a fazer perguntas.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - RJ. Para interpelar Ministro.) – Bom dia a todos!

Parabéns, Presidente Nelsinho Trad, pela iniciativa desta audiência pública, que é esclarecedora.

Agradeço a presença do Sr. Ministro General Fernando e de todos os que o acompanham aqui, autoridades militares e civis.

Parabenizo também os Senadores pela audiência, Presidente, porque a gente claramente percebe uma vontade proativa. Como bem colocou o Senador Jaques Wagner, não se trata de trabalhar olhando o retrovisor, todo mundo quer ser prático, quer saber como é que ajuda. As Forças Armadas gozam dessa simpatia e dessa credibilidade junto à população exatamente porque sempre se colocaram sob a Constituição. É uma instituição que representa o Estado e não um governo.

Eu queria, Presidente, em primeiro lugar, fazer uma sugestão à assessoria parlamentar das três Forças aqui, tanto no Senado quanto na Câmara dos Deputados, porque a parte da apresentação que trata do projeto que nós vamos avaliar aqui, no tocante à reestruturação das carreiras militares... Ele é esclarecedor, ele é fundamental. Quem trabalha com a hipótese de haver um privilégio com relação aos militares nessa discussão que estamos tendo... Ou é falta de conhecimento, e isso a gente resolve esclarecendo... Dei a sugestão de a gente, de repente, pegar essa parte da apresentação e fazer um trabalho de formiguinha, de gabinete em gabinete, para mostrar a realidade.

Há uma preocupação minha, por exemplo, no tocante às forças auxiliares nessas propostas. A expectativa de vida de um policial militar no Rio de Janeiro, por exemplo, é de 58 anos! Eu acho que não existe nada igual no Brasil. Então, é tratar os desiguais de forma desigual de maneira a produzir justiça. Então, é bem esclarecedor o início das carreiras típicas de Estado com ensino superior das Forças Armadas em comparação com as outras. Está comprovado que os militares já vêm, há décadas,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sofrendo com defasagem, com um tratamento diferenciado sempre para pior para os militares. Portanto, este é um momento, sim, importante para se fazer justiça. E isso está muito longe de ser um privilégio.

Eu sou filho de militar, eu fui concebido em Milwaukee e nasci na Aman, em Resende, no Rio de Janeiro. Estudei em vários colégios por causa das transferências a que Jair Bolsonaro teve que se submeter, o que está no pacote; quem entra para as Forças Armadas já sabe que vai ser assim. Portanto, é óbvio que é uma carreira diferenciada, que precisa ter as suas prerrogativas respeitadas.

Para ser bastante objetivo, eu queria fazer três perguntas para V. Exa., Sr. Ministro.

Essa parte social é pouco conhecida por parte de milhões de brasileiros, a parte social que as Forças Armadas fazem, que é fundamental. Em vários lugares na Amazônia, por exemplo, os índios só conhecem os militares. Quando há crise, em diversos segmentos, seja na segurança pública, seja na defesa civil, os militares estão sempre a postos, são convocados, vão lá e cumprem a missão e, como sempre, a contento. Essa parte social acaba também gerando um resultado que ajuda o Brasil a combater uma das maiores dificuldades que nós temos hoje, que é a geração de emprego.

Então, a primeira pergunta que eu queria fazer a V. Exa. é a seguinte. Sou do Rio de Janeiro, mas vou fazer três perguntas referentes a três Estados diferentes.

Com relação ao Rio de janeiro, ciente de toda essa dificuldade orçamentária com relação a projetos importantes, como o do submarino de propulsão nuclear, qual é a expectativa nos próximos anos de se dar continuidade ao projeto? Isso gera empregos no Rio de Janeiro? Ele é fundamental para a região ali, onde há o trabalho desenvolvido.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - RJ) – A segunda é relativa às corvetas e é mais uma vez relativa à geração de empregos, Presidente. A gente sabe que a construção de uma corveta gera – corrija-me se eu estiver errado, Ministro – algo em torno de mil empregos diretos e indiretos – uma corveta! Na ociosidade em que estão os estaleiros por todo o Brasil... No Rio de Janeiro, isso não é diferente: o estaleiro de Niterói está pronto para ser utilizado, mas está parado, aguardando a oportunidade de, de repente, abraçar um projeto como esse. Então, a pergunta com relação às corvetas é: onde elas serão construídas? Parece-me que a própria empresa, ou o consórcio vencedor, já no seu projeto, determina onde essas quatro corvetas seriam construídas. Eu gostaria de saber se há uma definição com relação a isso.

A terceira – acho que esta é uma preocupação de todos os Senadores, independentemente de sua origem, do Estado que representam no Senado – diz respeito ao Nordeste. Eu conversava aqui com o Senador Jaques Wagner. Há um pleito do Senador Otto Alencar. Nós estivemos juntos com o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente Jair Bolsonaro, e ele explicava a grande importância de se preservarem as nascentes que irrigam o Rio São Francisco. Talvez neste ano ainda, se não me engano, a expectativa é a de que se inaugure essa grande obra de transposição do Rio São Francisco, que vai trazer de volta a expectativa com relação à água no Nordeste, mas isso de nada adiantará, segundo o Senador Otto Alencar, que é profundo conhecedor desse assunto, se não cuidarmos das nascentes que irrigam essa via, esse rio importante para o nosso País. Ele deu uma sugestão – é a pergunta que faço a V. Exa. – sobre a possibilidade de serem utilizadas algumas unidades das Forças Armadas mais especificamente voltadas à área de engenharia, para fazer um trabalho nessa região da Bahia. Aqui o Senador Jaques Wagner também reforça a importância disso.

Sabendo das dificuldades orçamentárias, eu já me antecipo a uma possível réplica: talvez, possa haver uma organização dos Senadores aqui, por emendas de bancada. Não é algo muito vultoso, que dependa de orçamentos bilionários, como é o caso do projeto do submarino de propulsão nuclear. Eu gostaria de saber se há a possibilidade de um ou alguns batalhões serem utilizados para tomar conta dessa questão, se é que isso é necessário. Estou indo pelo conhecimento, acredito nisso, de dois Senadores que são da Bahia e conhecem profundamente o assunto.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Já entrando no final da nossa audiência pública, aproveito para deixar mais uma pergunta – V. Exa. depois responde todas – feita através do e-Cidadania.

É alguém da torcida do Almirante Ilques aqui: Luan Cola, do Espírito Santo. Ele pergunta o seguinte: "A atual esquadra da Marinha se encontra envelhecida. Qual é a atual situação da esquadra? Quantos navios? Qual seria a quantidade ideal? O que poderíamos fazer para avançar e melhorar?" (*Pausa.*)

O SR. FERNANDO AZEVEDO E SILVA – Ministro Senador Jaques Wagner, realmente o senhor tem conhecimento pleno das coisas nossas, porque foi Ministro da Defesa. Essa posição de uma parte construtiva, que V. Exa mencionou – o Senador Flávio disse a mesma coisa –, para a defesa é fundamental, e conto com isso.

O senhor tocou num ponto que eu esqueci de falar, que é o teto dos gastos. Qual é o ponto que, no futuro próximo... O teto de gastos, eu acho, poderá – ou deve – ser revisto, porque realmente ele limita. E vou dizer para o senhor – o senhor vai lembrar – onde ele vai limitar.

Antes do teto de gastos, nós assinamos os principais contratos nossos. Então, nós tínhamos ali tudo, Prosub, as corvetas, o Guarani. São contratos até internacionais, e muitos são nacionais, em que não havia o teto de gastos. Então, a gente tinha uma previsão de cumprir o contrato. É lógico que, com as entregas, os valores orçamentários aumentam. Agora a diferença do orçamento com que a gente tem de cumprir de contrato ainda é pequena, dá para manejar, mas, se a gente colocar, ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

longo dos anos, o IPC e o que foi assinado do contrato, uma diferença que está pequena agora vai ficando maior. Então, realmente, é uma preocupação. Eu tenho certeza de que o Governo atual vai visualizar uma medida. Agora não há muito impacto, dá para remanejar um pouco, mas, no futuro, vai impactar sim. Então, realmente, a PEC 95 atinge muito isso aí.

Sobre o contingenciamento, eu dei uma notícia errada para o senhor. O contingenciamento está linear dentro do Ministério da Defesa. Eu peguei e dei linearmente... O senhor conhece Marinha, Exército e Força Aérea e sabe que a gente tem que conciliar. A Força Aérea já botou um brigadeiro do meu lado aqui! (*Risos.*)

Mas ele não foi linear no Governo. Agora, realmente, eu encaro o contingenciamento não como um corte, como aconteceu nos outros anos também. Eu tenho a certeza de que esse contingenciamento agora será liberado, e temos, relativamente, planejamento para isso a partir de julho, de agosto. Então, eu tenho esperança com relação a isso.

A assinatura do Acordo de Salvaguardas Tecnológicas é muito importante, Presidente, para mim, porque ele está...

O Senador Arolde saiu ali?

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. *Fora do microfone.*) – Não, ele está aqui.

O SR. FERNANDO AZEVEDO E SILVA – Está aqui!

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. *Fora do microfone.*) – Ele veio para me convencer.

O SR. FERNANDO AZEVEDO E SILVA – Ele veio convencer o senhor? Então, é bom! Então, o senhor permaneça aí por favor!

Ele, para a gente, é fundamental. O senhor tocou nisso. O que será se ele não passar por esta Casa? Se não passar por esta Casa, é decisão, está tomada a decisão. Mas eu acho que ele é muito positivo. Esse Acordo de Salvaguardas não é bem assim. O que o Senador Jaques Wagner disse em relação à aplicação de recursos... Ele não estabelece isso. Ele estabelece só uma limitação para se cumprir o art. 1º, que é a questão de cargas a mais de 300km e com mais de 500kg para fins militares; aí não posso... O restante, todos os recursos, pode.

Mas esse assunto é tão importante, que eu peço permissão ao Presidente – ele já me concedeu – para que o responsável desde 2000 até agora – está aqui o Brigadeiro Baptista – explique com detalhes esses dois pontos aí. Isso serve para todos nós aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por favor, com sua permissão, Presidente...

O SR. CARLOS DE ALMEIDA BAPTISTA JUNIOR – Sr. Presidente, Sr. Ministro, Srs. Senadores, inicialmente, ressalto meu prazer de poder esclarecer esse assunto.

Desde já, eu me coloco à disposição, como já fiz na Câmara dos Deputados, para nós aprofundarmos as discussões acerca de um acordo que, se não for aprovado – e aí volto à pergunta final do Senador Arolde –, Alcântara será, daqui a 20 anos, exatamente o que é hoje ou pior.

A negociação que foi recomeçada em 2016, quando o Ministério da Defesa retirou daqui, de dentro do Congresso, aquele acordo assinado em 2000 e que começou a tramitar em 2001, é outro acordo, é outro texto, em cima bases diferentes. Nós retiramos e iniciamos – os motivos de ser com os americanos, o Ministro já os explicou – em cima de algumas bases. A primeira base de todas foi a manutenção da soberania nacional. Então, toda a discussão foi pautada na soberania nacional – e, sim, eu entendo o que o senhor está falando, vou abordar o que o senhor tangenciou como salvaguardas políticas –, o ponto de partida foi a soberania nacional.

O segundo ponto foram as orientações do Congresso Nacional durante esses 15 anos. Conversei pessoalmente com alguns Parlamentares durante o período da negociação que nós fizemos. Fomos para a mesa de negociações principalmente com os nove pontos mais importantes. Conversei com diversos dos senhores.

Este é o terceiro ponto: nós temos que respeitar – e isso está refletido no novo Acordo de Salvaguardas – os acordos, os tratados e outras bases legais de que o Brasil seja signatário ou aderente. Uma dessas bases é o MTCR, que o senhor citou. O MTCR não é um acordo, não é um tratado; ele é um regime que objetiva evitar a proliferação de mísseis, de tecnologias de mísseis. Dentro desse regime, ao qual o Brasil aderiu na década de 90 – ele vem da década de 80, de 83, e o Brasil aderiu ao regime de tecnologia de mísseis na década de 90 –, nós passamos a ter que seguir as linhas mestras do MTCR.

Vou entrar agora nas suas questões, lembrando que foi uma negociação, ou seja, uma negociação que nós não concluímos com 100% do que nós queríamos – tenho certeza disso – nem com 100% do que os Estados Unidos queriam. Acho que esta Casa entende melhor do que todos nós a palavra "negociação".

No final, falo sobre aplicação de recursos. Então, nas salvaguardas políticas que existiam, nós tentamos sanar todos esses vícios. O que restou, que o senhor encarou como salvaguardas políticas... Uma é a aplicação de recursos. Se o senhor olhar o texto de 2000/2001 e o texto atual, verá que a única restrição que foi mantida para a aplicação desses recursos é relativa a isto que o Ministro falou: a Categoria I do MTCR, que são mísseis de longo alcance. Por isso, nós não podemos usar os recursos advindos para o desenvolvimento de foguetes classificados nessa distância, capazes de levar cargas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

bélicas a mais de 300km. Para todo o resto do nosso programa espacial, os recursos que serão advindos de Alcântara, da exploração de Alcântara, podem ser aplicados.

Lembro que, neste ano, o setor espacial no mundo está gerando riquezas de US$350 bilhões por ano. É nesse mercado que nós estamos falando em entrar.

O segundo aspecto que o senhor sugeriu como sendo salvaguarda política é a participação dos parceiros não aderentes ao MTCR. Essa era, no texto anterior, uma determinação inflexível. Esse foi o último artigo. Nós levamos os últimos oito meses discutindo essa cláusula, até porque nós temos parceiros com quem nós temos interesses, talvez, no futuro, em parcerias. Dou dois exemplos aqui, China e Israel, que são dois países não aderentes ao regime de controle de mísseis, e nós gostaríamos de manter a possibilidade de acordos comerciais com esses países.

Então, o acordo de hoje, apesar de ele orientar... Nas restrições, como o senhor pode ver no final do texto, ele abre para o País, o Brasil, no caso, oferecer-se para fazer consultas, para qualquer membro, mesmo os não aderentes ao MTCR, fazer parte.

Se o Ministro e o Presidente me permitem, trato de um assunto recorrente. O terceiro ponto, no mesmo art. 3º, que o senhor citou, diz respeito aos países relacionados pelo Brasil e pelos Estados Unidos – antigamente, não o eram – como patrocinadores do terrorismo. Hoje em dia, a lista é muito reduzida. Logicamente, o Brasil não quer que essa tecnologia que nós também teremos caia na mão de países que patrocinam o terrorismo.

Então, esses foram os três itens. Acho que isso esclarece.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Permita-me aqui, mesmo antes da réplica, só dar uma sugestão, Ministro, a exemplo do que o Senador Flávio Bolsonaro falou sobre o outro tema, que é o da carreira. É bom a gente ser rápido, para não permitir que se crie preconceito. Por isso, eu levantei o tema. Eu acho que é importante visitar as lideranças, porque as lideranças formam opinião. Então, eu acho que seria importante que isso fosse feito, porque, depois que se cria o estigma, para sair é pior.

O SR. FERNANDO AZEVEDO E SILVA – O Presidente tem que entregar a reunião ao meio-dia.

Vou tentar ser bem objetivo, Presidente, aqui no restante.

Ainda quanto ao que falou o Senador Jaques Wagner em relação ao pacto Otan ou Nato, não é essa a ideia. A ideia realmente é preservar as coisas do Atlântico Sul com o Atlântico Sul; a ideia do nosso Presidente é essa. A costura que foi feita nos Estados Unidos agora é sobre integrar como membro não Nato. Por exemplo, há vários países não Nato. Esse é um gesto político só, não há exigência nenhuma de ambas as partes. Simplesmente é um acesso preferencial, por exemplo, que a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente precisa ao FMS, que é o mercado americano. E a Argentina já é membro não Nato desde 1998. Então, é um gesto político isso aí, em relação a isso.

Sobre o Rio de Janeiro e a GLO o senhor falou aqui. Essa ocorrência no Rio de Janeiro foi lamentável, com vítima fatal. Mas realmente nós nunca fomos voluntários – e o senhor sabe disto – em operações de Garantia da Lei e da Ordem. É missão! A nossa missão precípua não é essa. O nosso armamento não é adequado para isso, a legislação não é adequada para isso. Esta foi uma das primeiras diretrizes que o Presidente Bolsonaro me deu, falando assim: "Olha, para que eu aceite a GLO vai ser muito difícil. Pode ser, mas vai ser muito difícil. Eu quero uma regulamentação boa em relação a isso, eu quero um preparo em relação a isso". O que aconteceu no Rio de Janeiro se deu em área de jurisdição militar, onde nós temos um amparo para fazer patrulha, para fazer, enfim... Mas, em relação à GLO, é isto aqui.

Senador Jaques Wagner, está o.k. a parte do senhor?

O Senador Chico Rodrigues falou do acordo com Israel. O principal acordo com Israel na parte de defesa... Temos vários termos de compromisso normal, mas o Livro Branco de Defesa, na Estratégia Nacional de Defesa, define três áreas estratégicas, sendo responsável uma de cada Força: a parte aeroespacial, com a Força Aérea; a parte de submarinos, é lógico, com a Marinha, os programas dela; e a parte de cibernética, junto ao Exército, que encabeça essa área. E o acordo com Israel foi feito exatamente para evoluir nessa área, na área de cibernética. Então, foi esse o principal ponto.

O senhor conhece bem o trabalho da nossa engenharia, bem como o Deputado Flávio Bolsonaro. A engenharia está sempre no terreno, ajudando sempre. Estamos na BR-163 a partir de maio, naquele pior trecho dela. A construção e o asfaltamento dos 90km estão afetos ao Exército; é o pior trecho. E agora a Operação Safra está fazendo o escoamento da safra, o controle de trânsito, alimentando as carretas que por acaso não passem, fazendo assistência de saúde. Então, é uma operação em que o Exército está muito presente.

Em relação à BR-319, que o senhor citou, nós estamos ajudando. Em um trecho dela de que eu não me lembro, nós estamos com uma pendência ambiental. Mas o nosso Batalhão de Engenharia está presente lá. Depois eu lhe passo mais detalhes em relação a isso aí.

Realmente, acho que nós estamos caminhando. Estive em Boa Vista e em Pacaraima quatro vezes, recentemente. Minha primeira visita como Ministro da Defesa foi lá, no seu Estado. Conheço bem os problemas. Por iniciativa nossa, o Presidente Bolsonaro convocou o Conselho de Defesa, definiu ali os integrantes do conselho por voto, e foi unânime o voto. O senhor estava presente. Foi unânime o voto ali. Foram todos favoráveis ao Linhão de Tucuruí. Nós estamos agora lá – o senhor sabe melhor do que eu –, sem nenhuma energia; a gente tinha 60% da energia da Venezuela. Isso significa um milhão por dia para abastecer as termelétricas nossas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O próximo passo – já foi dada a missão para se estudar isso na CGU e particularmente no Ministério do Meio Ambiente – diz respeito ao problema da corrente; eu não tenho dúvida de que ele será resolvido.

Em relação à Amazônia Azul, a preocupação é da Marinha.

Antes, quero falar da Lei do Abate. Eu tenho os dados aqui. A Lei do Abate segue o Decreto 5.144. Têm sido efetivas as interceptações. A lei passou da autorização do Presidente da República direto para o Comandante da Força Aérea. Não é isso, Bermudez? Então, tem sido um instrumento útil em relação a isso, com flexibilidade, porque o próprio comandante da Força Aérea pode ter o poder de decisão, e não era assim.

A Amazônia Azul é uma preocupação não só da Marinha, mas do Brasil como um todo, do Executivo, do Legislativo. A Marinha faz o que pode. As nossas riquezas também estão ali.

Então, digo isso em breves palavras.

O Presidente me deu uma pressão, e eu, como bom integrante das Forças Armadas e como militar, vou tentar cumprir o horário.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS. *Fora do microfone*.) – Aprendi com vocês.

O SR. FERNANDO AZEVEDO E SILVA – Mas, depois, Senador, a gente aprofunda um pouquinho mais as minhas respostas aqui.

Deputado Flávio, que conhece também isso muito, a parte social eu mostrei na minha apresentação. O Exército está presente com o Profesp, com o Soldado Cidadão, com o Projeto Rondon. No Rio de Janeiro, o contingente é maior em relação até ao Profesp, porque há muita comunidade carente que a gente conhece bem ali.

E há atendimentos no Brasil inteiro, atendimento médico. Em São Gabriel da Cachoeira, por exemplo, os índios são atendidos, e vários outros na fronteira, pelas Forças Armadas. Um navio da Marinha percorre os rios, há os pelotões de fronteira. Então, o componente social da Mão Amiga é muito forte. Foi bom o senhor ter levantado isso aqui. Não é só o Braço Forte, nós temos muita Mão Amiga. Há muita Mão Amiga.

Quanto ao processo das corvetas, saiu o resultado agora. A condição para participar – peço que o Almirante Ilques me corrija se eu estiver errado –, a condição necessária para o concorrente foi que qualquer firma do mundo inteiro tivesse um estaleiro no Brasil. De uma série de 12 ou 13 firmas internacionais e nacionais, chegaram, no funil, quatro. Na semana passada, durante a Laad, grande feira nossa, foi escolhido o consórcio, que é a Thyssen, alemã, com a Embraer, nossa. E o estaleiro que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eles possuem – esta notícia não é muito boa para o Rio de Janeiro – está em Itajaí, no Sul. Então, a culpa é do...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - RJ. *Fora do microfone.*) – As quatro vão ficar lá?

O SR. FERNANDO AZEVEDO E SILVA – Não, é só uma. Quanto às corvetas, é uma só.

Em relação às unidades das Forças Armadas, às unidades de engenharia do Exército, nós já participamos no Nordeste bastante, na transposição do São Francisco, na Operação Pipa. Elas estão disponíveis. E há uma notícia – não sei se o Senador sabe – de que talvez uma fábrica de viaturas militares se instale na Bahia.

Eu peço permissão ao Presidente para que o Ministro Ilques responda por escrito ou, se o senhor quiser, agora à pergunta do Luan. O senhor prefere que a gente responda agora?

O Almirante Ilques fala sobre as condições da nossa esquadra, respondendo ao internauta Luan Cola, que se diz amigo do Almirante Ilques. É isso mesmo?

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Não. Eu é que suponho isso, porque a pergunta foi feita para levantar a bola da Marinha.

O SR. ILQUES BARBOSA JUNIOR – Sr. Presidente...

O SR. FERNANDO AZEVEDO E SILVA – Não. É o Almirante Garnier. Não foi o Ilques, não! É o Garnier. A culpa é sempre do Garnier.

O SR. ILQUES BARBOSA JUNIOR – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr. Ministro, é um privilégio responder à pergunta do Sr. Luan, do Espírito Santo, que, se não o é, passou a ser nosso amigo.

É fato que, na nossa esquadra, é de 40 anos a idade média das fragatas, dos nossos navios de escolta. Então, nesse núcleo, nós estamos realmente com muitas dificuldades. Por isso, estamos com o Programa de Corvetas Classe Tamandaré. Na verdade, são navios que estão sendo fortalecidos em função das negociações em curso e que podem até ser reclassificados como fragatas; nós estamos estudando isso no Almirantado.

A construção naval já foi mencionada pelo nosso Ministro de Estado da Defesa.

Mas, em outras áreas, nós não estamos tão atrasados. Menciono aqui o navio de desembarque multipropósito, o Bahia. Também menciono o porta-helicópteros multipropósito, o Atlântico. São navios do estado da arte.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em alguns núcleos, nós estamos bastante atrasados. Na parte de submarinos, nós estamos atrasados, sim, em termos de construção, no andamento. Mas está previsto para este Governo o lançamento de mais três submarinos da Classe Scorpène brasileira. Estamos dando continuidade também ao programa nuclear da propulsão. O desafio é, como bem disse o nosso Ministro, orçamentário.

Agradeço a pergunta.

No núcleo da Esquadra e da Força de Superfície, há muitas dificuldades em termos de idade. As corvetas só vão começar a ser construídas, se tudo correr bem, em 2021, em 2020, com previsão de entrega da primeira em 2024.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Apenas quero agradecer o prestígio e a honra de receber as seguintes autoridades: Almirante de Esquadra Ilques Barbosa Junior; Tenente-Brigadeiro do Ar Antônio Carlos Moretti Bermudez, Comandante da Aeronáutica; Tenente-Brigadeiro do Ar Carlos de Almeida Baptista Junior; Secretário-Geral do Ministério da Defesa, Almirante de Esquadra Almir Garnier Santos, que é o culpado sempre; o representante do Comandante do Exército nosso amigo Pujol, General Carlos Alberto Neiva Barcellos; Almirante de Esquadra Cláudio Portugal de Viveiros; Sr. Franselmo Araújo Costa; Sr. Marcos Degaut; Eduardo Castanheira, General de Divisão, Assessor Especial Militar; Major-Brigadeiro do Ar Ricardo Reis Tavares; General de Divisão Edson Ripoli, Chefe de Gabinete do Ministro da Defesa; Major-Brigadeiro Pedro Luís Farcic; Contra-Almirante Carlos Chagas Vianna Braga; Brigadeiro do Ar Flávio Luiz de Oliveira Pinto; General-de-Brigada Carlos Maurício Barroso Sarmento; Coronel Alexandre Ribeiro de Mendonça; Comandante de Mar e Guerra Mozart Junqueira Ribeiro.

Eu queria agradecer a presença de todos os Senadores, da Senadora Renilde Bulhões, que aqui está substituindo o Senador Fernando Collor.

Agradeço a presença do nosso Ministro Fernando Azevedo e Silva, Ministro de Estado da Defesa; de todos os Senadores presentes; do nosso Vice-Presidente.

Entrego a palavra ao nosso Ministro para suas considerações finais, antes de encerrar a reunião.

O SR. FERNANDO AZEVEDO E SILVA – Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Srs. Senadores, eu queria agradecer o convite. Sempre que eu for convidado, virei a esta Casa.

Pode parecer lamúria, pode parecer que falei de orçamento, mas não! Eu tenho muita esperança no assunto defesa por alguns motivos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tenho muita esperança. A primeira é a origem do Governo atual. O nosso Presidente tem origem militar, conhece os nossos assuntos, dá relevância aos nossos assuntos e passou 27 anos aqui – fui assessor parlamentar – falando das condições precárias das Forças Armadas. Então, tenho muito esperança de que o setor defesa será muito bem visto pelo atual Governo.

Presidente, Vice-Presidente, Srs. Senadores, obrigado pela presença. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Antes de encerrar os trabalhos, convoco as Sras. Senadoras e os Srs. Senadores, membros desta Comissão, para nossa próxima reunião deliberativa, agendada para o dia 17 de abril de 2019, quarta-feira, às 10h, no Plenário 7.

Proponho, ainda, a dispensa da leitura e aprovação das atas da 9ª e 10ª Reuniões da Comissão, realizadas no dia 4 de abril.

As Sras. e Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Agradeço, mais uma vez, a participação de todos, das autoridades aqui presentes, e, atendendo à solicitação das assessorias, convido a todos os convidados que aqui vieram por parte do Ministro que venham aqui à frente para uma foto oficial.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 01 minuto, a reunião é encerrada às 12 horas e 09 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 12ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE ABRIL DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às nove horas e quatro minutos do dia dezessete de abril de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob as Presidências dos Senadores Nelsinho Trad e Antonio Anastasia, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores Marcio Bittar, Fernando Bezerra Coelho, Vanderlan Cardoso, Romário, Major Olimpio, Soraya Thronicke, Marcos do Val, Flávio Arns, Veneziano Vital do Rêgo, Telmário Mota, Arolde de Oliveira, Izalci Lucas, Paulo Rocha, Jorge Kajuru e Marcelo Castro. Deixam de comparecer os Senadores Mecias de Jesus, Esperidião Amin, Daniella Ribeiro, Mara Gabrilli, Kátia Abreu, Randolfe Rodrigues, Renilde Bulhões, Jaques Wagner, Angelo Coronel, Chico Rodrigues e Zequinha Marinho. Justifica ausência o Senador Jarbas Vasconcelos. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei do Senado n° 213, de 2015 - Terminativo -** que: "Dá nova redação ao §2º do art. 2º da Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964 - Lei do Serviço Militar - garantindo às mulheres o direito de opção ao serviço militar." **Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin. **Relatoria:** Senador Marcos do Val. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, com 2 (duas) emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - Projeto de Decreto Legislativo n° 49, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Belarus de Cooperação Educacional, assinado em São Paulo, em 13 de agosto de 2015." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Marcio Bittar. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 3 - Projeto de Decreto Legislativo n° 51, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Comunidade das Bahamas, assinado em Nassau, em 7 de dezembro de 2016." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Marcos do Val. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 4 - Projeto de Decreto Legislativo n° 74, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Protocolo de Revisão da Convenção Internacional para a Simplificação e a Harmonização dos Regimes Aduaneiros (Convenção de Quioto Revisada), celebrada em 18 de maio de 1973 e emendada em 26 de junho de 1999, composto do texto revisado da Convenção (Apêndice I), do Anexo Geral à Convenção (Apêndice II) e dos Anexos Específicos e Capítulos que constam do Apêndice III: A (Chegada de Mercadorias ao Território Aduaneiro) - Capítulo 1 (Formalidades Aduaneiras Anteriores à Entrega da Declaração de Mercadorias), B – Capítulo 1 (Importação Definitiva), C – Capítulo 1 (Exportação Definitiva), D – Capítulo 1 (Depósitos Aduaneiros) e J – Capítulo 1 (Viajantes)." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Marcio Bittar. **Relatório:** Pela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 5 - Projeto de Resolução do Senado n° 6, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Institui o Grupo Parlamentar Brasil-Estados Unidos da América." **Autoria:** Senador Roberto Rocha. **Relatoria:** Senador Romário. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 6 - Projeto de Resolução do Senado n° 17, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Institui o Grupo Parlamentar Brasil-França." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Relatoria:** Senador Marcio Bittar. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 7 - Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional n° 20, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 74, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a constituição de uma Comissão Temporária Externa composta de 3 (três) membros titulares para, no prazo de 90 (noventa) dias, participar de missão oficial no Peru, visitando o Congresso Nacional daquele país, participando de reunião com sociedades empresárias e de encontro com autoridades governamentais peruanas." **Autoria:** Senador Marcio Bittar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 8 - Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional n° 21, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a atual crise na gestão da Agência Brasileira de Exportações e Investimentos (Apex), que, em menos de três meses, já teve dois Presidentes, bem como seus efeitos para cumprimento de sua relevante missão institucional na promoção das exportações brasileiras e investimentos. Proponho para a audiência a presença do seguinte convidado: 1. Mário Vilalva, Embaixador de carreira do Ministério das Relações Exteriores." **Autoria:** Senador Jaques Wagner. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 9 - Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional n° 23, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do artigo 90, V, do Regimento Interno do Senado Federal, o convite ao Embaixador Mario Vilalva para prestar depoimento sobre a situação da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex)." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Retirado de pauta. **2ª Parte - Eleição de Membro da CCAI**. **Finalidade:** Eleição de membro da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência – CCAI, em cumprimento ao disposto na alínea F, inciso III, Art. 7°, da Resolução nº 2, de 2013-CN, que determina que a escolha de 01(um) membro desse Colegiado será feita por eleição secreta dentre os membros da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. No Prazo informado pela Secretaria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, os seguintes Senadores manifestaram interesse em concorrer à vaga: Marcos do Val, Mecias de Jesus, Oriovisto Guimarães, Chico Rodrigues e Jaques Wagner. **Resultado:** Realizada a votação secreta, foi eleito o Senador Marcos do Val para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência – CCAI. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e vinte e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Nelsinho Trad

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/04/17

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a 12ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura do Senado da República.

Há alguns comunicados, como é de praxe a gente fazer.

1. O mundo assistiu perplexo ao incêndio da Catedral de Notre-Dame, em Paris. Essa igreja de 850 anos, uma das mais antigas do estilo gótico, é um ícone da arquitetura e do cristianismo. O prejuízo é incalculável. Em comunicado, o Presidente Emmanuel Macron se comprometeu a reerguê-la em cinco anos, e é o que todos desejamos: que a Notre-Dame possa ressurgir ainda mais majestosa.

2. O Brasil formalizou a sua saída da União das Nações Sul-Americanas (Unasul) para integrar o Fórum para o Progresso da América do Sul (Prosul), formalizado no dia 22 de março em Santiago por representantes de oito países sul-americanos: Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Paraguai, Guiana e Peru.

3. Pela crise na Venezuela que ainda perdura, o Grupo de Lima, do qual o Brasil faz parte, segue rejeitando uma intervenção militar na região, mas, nesta semana, solicitou à ONU que empreenda ações para a retomada do desenvolvimento e do equilíbrio social naquele país.

Convites.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Comunico às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores que a Comissão recebeu os seguintes convites:

- a Defensoria Pública da União convida para a cerimônia de assinatura de memorando de entendimento com a Agência das Nações Unidas para Refugiados, que ocorrerá no dia 23 de abril de 2019, terça-feira, às 10h da manhã;

- a assessoria parlamentar da Aeronáutica convida para uma visita institucional ao Centro de Lançamento de Alcântara com o objetivo de apresentar os trabalhos desenvolvidos naquele centro em prol do Programa Espacial Brasileiro e detalhes acerca do Acordo de Salvaguardas Tecnológicas assinado entre Brasil e Estados Unidos.

Informo que cópia dos respectivos convites foram enviadas por *e-mail* para todos os Senadores membros da Comissão de Relações Exteriores e suas assessorias.

Dia do Exército Brasileiro.

Agora, eu gostaria de fazer uma saudação muito especial ao Dia do Exército Brasileiro, que é comemorado no dia 19 de abril, em memória à Batalha dos Guararapes, que ocorreu em 19 de abril de 1648, no Estado de Pernambuco.

Antes de iniciarmos a primeira parte deliberativa da nossa reunião, em razão do quórum, eu queria submeter ao Plenário a possibilidade de iniciarmos a votação secreta prevista para a segunda parte da nossa reunião para a escolha de um membro da Comissão de Relações Exteriores para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência.

A gente deixaria aberta a votação. Quando os Senadores chegarem, eles votarão.

Os Senadores que concordam com esse encaminhamento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Telmário.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – Sr. Presidente...

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS) – Antes, vou fazer um encaminhamento, só por um minutinho, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Destina-se à indicação, mediante votação secreta, de Senador ou Senadora para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência, conforme determina o art. 7º, inciso III, alínea "f", da Resolução nº 2, de 2013.

No prazo informado pela Secretaria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, os seguintes Senadores manifestaram interesse em concorrer à vaga: Senador Marcos do Val, Senador Mecias de Jesus, Senador Chico Rodrigues e Senador Jaques Wagner.

Sendo assim, está aberto o processo de votação para escolha do Senador a ser indicado pela Comissão.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS) – Informo que a votação permanecerá aberta durante a deliberação das matérias previstas na pauta da reunião de hoje.

Peço aos Senadores que já puderem votar que se dirijam até a cabine e votem. A gente vai ver se vai dar quórum. É preciso dez integrantes. Caso não haja quórum, nós vamos suspender essa votação e fazer um novo processo na próxima na sessão.

Pela ordem, tem a palavra o Senador Telmário.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, como no início da escolha da nova Diretoria da Mesa desta Casa fui transparente, eu vou dar o meu voto no Senador Marcos do Val, o que faço de forma transparente. (*Pausa.*)

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – Estou com medo de pegar dois papéis.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, foi criada nesta Casa a Subcomissão da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional para analisar a crise na Venezuela e o impacto dessa crise no Brasil e, especificamente, no nosso Estado, que faz fronteira com o sul da Venezuela, estando no Norte do Brasil.

Nós fizemos um requerimento, Sr. Presidente. Fizemos a pauta de trabalho e, nessa pauta de trabalho, fizemos um requerimento para a realização de um ciclo de várias audiências públicas, convidando, por exemplo, o Governo do Estado; o Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima; a representante no Brasil do Presidente interino Juan Guaidó, Sra. María Teresa; o Embaixador de Negócios da Venezuela, o Sr. Freddy; o ex-Prefeito do Município da Gran Sabana, cuja capital é Santa Elena de Uairén. Sr. Presidente, o ex-Prefeito não veio; por motivos outros, ele não compareceu. Compareceram aqui o Ministro da Defesa, o Gen. Fernando – aproveitamos uma audiência pública com ele –, e também o nosso Chanceler.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Presidente, diante das oitivas que tivemos, nós fizemos uma solicitação para conversar com as autoridades venezuelanas. A nossa solicitação foi aceita, e foi montada uma comissão para ir até a Venezuela para conversar com as autoridades venezuelanas. Na comissão, num primeiro momento, quem estava disponível era o Senador Chico Rodrigues, que, inclusive, é do meu Estado, e o Senador Jaques Wagner, da Bahia, que foi Ministro, que é uma pessoa realmente muito coerente; os dois aceitaram. Nós pedimos ao Presidente do Senado, Senador Davi, que solicitasse uma aeronave, para que nós nos deslocássemos até a Venezuela. Lamentavelmente, essa aeronave foi negada pelo Poder Executivo, o que me causa espécie, porque acho que esse seria um gesto de respeito do Executivo com o Legislativo. Eu vi aqui, por exemplo, quando houve uma crise anterior na Venezuela, o Senador Aécio Neves e vários outros que faziam oposição à Presidente Dilma fazerem uma visita de vistoria na Venezuela; eles solicitaram um avião para a Presidente Dilma, e ela o cedeu naturalmente. Eu estranhei o formato do Executivo por não ceder esse avião, até porque eu não sou oposição ao Governo, o Senador Chico é o Vice-Líder, o Senador Jaques Wagner é uma pessoa centrada, uma pessoa que não faz uma oposição doente, um homem que já teve a responsabilidade de ser Ministro da Defesa do nosso País. Então, isso foi negado.

Como já estava marcada para segunda-feira passada essa audiência com o Chanceler, o Ministro das Relações Exteriores da Venezuela, o Sr. Jorge, às 11h, e com o Presidente, às 17h, eu não quis perder essa oportunidade. Nós tentamos ir para lá em avião comercial. Por questões pessoais, tanto o Senador Chico quanto o Senador Jaques Wagner ficaram impossibilitados de ir, porque tinham se organizado até para irem para lá em um avião oficial. Eu me propus a ir. A Venezuela ficou sabendo desse impasse e nos ofereceu um transporte do meu Estado para a Venezuela, e eu fui. Quero dizer a V. Exa. que o avião era muito bom. Viajamos, por uma hora e meia, de Roraima até Caracas. Fomos e voltamos na aeronave venezuelana.

O encontro aconteceu. Fui recebido na Casa Amarela pelo Ministro das Relações Exteriores, o Sr. Jorge, pelo Ministro da América Latina, pelo Ministro da América do Norte e pelo Embaixador brasileiro. Ali a gente teve um diálogo amplo com relação à questão da relação Brasil-Venezuela. Sabe por quê, Sr. Presidente? Há mais de cem anos, essa relação é pacífica, é harmônica e é importante, fundamental para as duas Nações. Só para o senhores terem uma ideia, Srs. Senadores, em 2012, o Brasil exportou para a Venezuela US$5 bilhões e importou US$1 bilhão. Nós tivemos aí um lucro, um superávit de US$4 bilhões. Isso, devido à crise venezuelana, caiu, mas, já em 2018, houve um aumento de 22%: exportamos US$576 milhões e importamos US$176 milhões, ou seja, tivemos um lucro de US$400 milhões, um superávit. Então, essa relação Brasil-Venezuela é salutar, até porque a Venezuela importa a grande maioria dos seus bens de consumo, ou seja, é bom para a produção brasileira, para a agricultura, para a pecuária, para o agronegócio principalmente.

O meu Estado de Roraima, Sr. Presidente, lamentavelmente, é um Estado que não está interligado com a energia brasileira, e há mais outro detalhe: o Estado de Roraima, no período

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

noturno, também não está ligado com o Brasil. Numa área indígena de mais de 100km, é fechada a BR-174, e a gente não tem acesso ao Brasil, Senador Marcos. Roraima é albergada, fica albergada: das 18h às 6h da manhã, fica fechada a fronteira, nós não podemos vir para o Brasil, ficamos lá, isolados. E se fechar a fronteira da Venezuela? Olhe só: a Venezuela fornece para o Estado de Roraima 80% da energia, fornece o calcário, que é a nossa fonte de produção maior, fornece o ferro e fornece a gasolina que abastece todo o Município vizinho de Pacaraima. Com o fechamento da fronteira, aí nós nos isolamos, nem para a Venezuela, nem para o Brasil. Imagine: 80% dos recursos que entram para o Estado de Roraima são do FPM. Só 20% são recursos ordinários, e esses recursos ordinários estão comprometidos com as fronteiras fechadas, porque nossa fonte de renda é o setor primário.

Então, Sr. Presidente, isso está afetando muito o Estado de Roraima. Hoje Roraima vive à beira do colapso. Para o senhor ter uma ideia, as aulas nem começaram na área rural, o transporte escolar está todo paralisado. V. Exa., Senador Nelsinho, é médico. Nós estamos com mais de 500 cirurgias só de ortopedia paradas. As cirurgias eletivas estão todas paralisadas. As empresas terceirizadas estão há mais de quatro meses sem receber. Roraima teve um aumento de violência da ordem de 50%. E o Brasil, Senador Marcos, está de costas para o meu Estado. E foi o Estado em que o Presidente Jair Bolsonaro obteve a segunda maior votação. Eu até acho que ele está com boa vontade, mas o povo não vive da boa vontade! O povo vive de ações concretas. Roraima grita por ações concretas. Agora mesmo, ele deslocou um avião para lá com dois ministros e outros representantes, mas ficou no blá-blá-blá, e blá-blá-blá não enche barriga, blá-blá-blá não gera mais empregos, não evita insegurança! Então, o Brasil precisa olhar para Roraima como ente federativo que, neste momento, grita por socorro.

Com essa preocupação toda, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, nós abrimos o diálogo com o Presidente Nicolás Maduro, nós falamos com ele, que, muito solícito, ficou sem entender a posição do Presidente Jair Bolsonaro de acatar essas sanções, esses boicotes que estão sendo feitos pelos Estados Unidos, e de tratar os seus parceiros da América do Sul no interesse geopolítico. Então, ele realmente tem uma consideração grande pelo Brasil e estendeu a mão. E eu falei para ele da questão energética, que nós precisávamos restabelecer.

Eu queria aqui, Sr. Presidente, prestar conta disso, que é importante, para as pessoas terem noção. Olhem só, apenas para terem uma ideia com relação à questão de gasto que o Brasil está tendo com essa acolhida, nos últimos 12 meses, o Brasil gastou R$265,26 milhões com a acolhida dos venezuelanos. Isso foi quase o dobro do que o Brasil gastou no Haiti de 2004 a 2017. Em um ano, o Brasil gastou o dobro com os venezuelanos. Por quê? Porque nós os estamos acolhendo dentro de casa. Eles deveriam ser acolhidos na própria Venezuela, como foi feito no Haiti.

Vamos além, só para terem uma ideia da relação de gastos com energia. Vocês vão realmente se assustar agora. Olhe só, Presidente: o consumo de energia no Estado de Roraima é de 270MW. A

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

energia de Guri, que vinha da Venezuela, estava na ordem de 130MW. Eram complementados aqueles 60MW ou 70MW nas termelétricas. Nós estamos gastando na base de um milhão de litros de diesel por dia, usando toda a capacidade. O gasto médio mensal é de R$111 milhões, considerando o diesel a R$3,70. Seria um gasto de R$1,3 bilhão/ano por falta dessa energia da Venezuela, que está suspensa. Sabem quanto a gente gasta com a energia da Venezuela? São R$264 milhões/ano. Vejam só, R$264 milhões/ano é o que a gente gasta com a Venezuela. Com a energia suspensa, nós estamos gastando R$1,3 bilhão. É um bilhão a mais, dinheiro que está fazendo falta em tudo, principalmente no meu Estado.

Então, é da maior importância a abertura dessa fronteira para realmente restabelecer a paz no meu Estado e diminuir o gasto brasileiro, que realmente está fora do controle, totalmente fora do controle.

Sr. Presidente, isso foi debatido com o Presidente da Venezuela e com o Ministro, e ele ficou muito sensível. Ele me disse: "Senador Telmário, a energia de Roraima não foi suspensa por nenhuma sanção ou boicote nosso, muito pelo contrário. Acontece que a Venezuela sofreu três grandes blecautes". Senador Anastasia, um deles foi de seis dias. Morreram pessoas nos hospitais, porque não havia energia. O Presidente confessou isso. Ele me disse que esses blecautes são fruto de sabotagem. Houve um apagão, tanto é que está funcionando a energia de forma manual. E, como está funcionando manualmente, ela tem as suas complexidades. É muito ruim mandar energia para nós assim, porque podem mandar mais ou menos, e isso derruba a rede constantemente. Então, eles estão buscando se restabelecer dessa crise, e, assim que normalizar, a energia voltará para o Estado de Roraima de forma automática. Foi uma conquista para nós, e tivemos de sensibilizar.

Com relação à questão da fronteira – o Senador Antonio Anastasia não estava aqui; estou mostrando o prejuízo que nós estamos tendo com essa relação lá –, ele me disse na hora: "Senador, o Brasil é meu parceiro, é meu amigo, é amigo da Venezuela. Eu só não quero é que desrespeite a nossa soberania, que interfira na nossa política interna". E também não é o nosso propósito. Todo mundo sabe aqui que eu não sou Maduro, não sou A, não sou B. Eu sou Brasil. Eu estou ali lutando pelo Brasil, que está tendo um prejuízo enorme na balança comercial. E o meu Estado está na beira do colapso por conta disso.

Ele me disse o seguinte: "Eu vou abrir a fronteira". Inclusive, fez o gesto: ele a abriu ontem; até sexta-feira, está aberta. E, a partir de segunda-feira, vai se montar uma mesa de trabalho entre o próprio Governo do Estado e a Venezuela, para eles equilibrarem. E me disse mais: "Compro tudo que o Brasil tiver, que Roraima tiver em alimentação. Compro tudo e pago antecipadamente". Paga antecipadamente, porque ele quer abrir para a Cruz Vermelha.

Senador Marcos, Senador Anastasia e Presidente, ele fez uma carta. Está aqui a carta. Esta carta é enviada para o Senador Davi, Presidente do Congresso e do Senado. E também se vai passar uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cópia para o Presidente da Comissão de Relações Exteriores, que é o Senador Nelsinho. Essa carta eu não li. Eu tive o cuidado de não lê-la. Fui um pombo-correio. Eu a trouxe aqui, mas não a li. O Embaixador me disse, e ele me disse: "Vou fazer uma carta, convidando o Parlamento brasileiro a vir ao meu país. Pode montar a Comissão que quiser! Quem quiser vir aqui pode vir, andar. Terá toda a liberdade no meu país, para conhecer a realidade da Venezuela".

Senador Nelsinho, uma hora ficamos só eu e o Embaixador na Casa Amarela. Quero dizer que nós tivemos uma receptividade muito boa, de Chefes de Estado. Eles tiveram muito carinho com a gente. O Embaixador foi dar uma entrevista, e eu disse: vou já descer para a pracinha. É uma praça que fica na frente, onde nasceu realmente Caracas. Eu andava na pracinha e via as pessoas ali com sorriso, alegres. Quando eu disse que era brasileiro, eu fiquei impressionado com o carinho que o povo de lá tem pelo Lula. O pessoal já estava fazendo um movimento, gritando o nome do Presidente Lula.

Em seguida, chegaram os Ministros, quando me viram lá, e eu vi o tratamento com esses Ministros diferenciado, Senador Marcos, diferente daquele que é dado aqui. A gente não é tão bobo. Então, eu olhava, e a manifestação era espontânea de todo mundo: idosos, mulheres, crianças, jovens. Queriam fazer *self*, foto, abraçando. As senhoras beijavam o Ministro, um Ministro novo, com pouco mais de 30 anos, carinhoso. Então, com todos os Ministros eu vi esse carinho muito grande, muito grande.

Agora, se vocês me perguntarem se o sistema existente hoje na Venezuela está matando os venezuelanos, eu não posso dizer "sim" nem "não", porque não tenho dado estatístico, mas uma coisa eu posso dizer: as sanções e os boicotes americanos estão matando a Venezuela.

Então, eu aqui chamo a atenção e quero aproveitar este momento, nesta tribuna, para dizer o seguinte. Muitos me criticaram: "Senador, você pegou na mão do Maduro!". Ora, eu peguei na mão do Presidente que está instalado lá, institucionalmente. Agora, porque a Venezuela é uma província, ou a Venezuela é um arquipélago... Eu vejo as grandes nações... Eu vi o Trump pegar na mão do...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – De quem?

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG. *Fora do microfone.*) – Do Presidente da Coreia do Norte.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – Do Presidente da Coreia do Norte, dos Presidentes da Rússia e da China! Então, isso são encontros institucionais e diplomáticos. Não há aqui nenhum viés...

É por isso que eu queria fazer um apelo ao Presidente Jair Bolsonaro. Eu queria que o Presidente Jair Bolsonaro entendesse que ele é empregado, como nós somos, do povo brasileiro. Do povo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

brasileiro, nós temos hoje 13 milhões de pessoas desempregadas; nós temos 100 milhões de pessoas vivendo sem saneamento básico, metade da população; nós temos aí quase 10 milhões de pessoas vivendo analfabetas, outros milhões de pessoas sem luz, sem casa para morar; morrem 56 mil pessoas assassinadas por ano. Então, são todos fatos que nós temos que observar.

E eu estava olhando com mais carinho... Eu estou aqui, Senador, aproveitando, inclusive, até uma crítica generalizada que a gente recebe, porque agora as redes sociais fazem a gente até prestar conta disso, não é? Isso é importante, porque ele é o eleitor, é ele que paga o meu salário e o seu. Então, o que acontece? Uma pessoa disse aqui para mim: "Senador, você pegou na mão do Presidente Maduro? Ele manda matar as pessoas lá. As pessoas são mortas lá...". Aí, eu estava pensando e queria aqui falar para as pessoas que têm me criticado nesse sentido e que estejam nos ouvindo. Olhem só: o Presidente Jair Bolsonaro recebeu uma facada e ficou vivo; foi um atentado. Foi um atentado, foi um atentado! Agora, no Rio, esse cantor Evaldo Rosa, músico, recebeu, ele e a família, no carro dele, 80 tiros – 80 tiros! – e morreu. Ele morreu; foi um incidente. Olha só, um recebe uma facada e escapa, é um atentado; um recebe 80 tiros e morre, é um incidente. Sabe? O pau que dá em Chico não dá em Francisco; são dois pesos e duas medidas. Eu não consigo, às vezes, entender isso, Senador. Eu, às vezes, fico meio preocupado.

"Ah, Senador, mas ele não obedeceu a uma ordem de parada". Ah! Está certo. Então, ele foi morto, a família recebeu 80 tiros, porque ele não obedeceu à ordem de parada. Aí não querem que a Venezuela reaja quando a ordem institucional é quebrada. Isso é que eu não entendo. No Brasil, se você não obedece a uma ordem de parada, é morto; imagine quem quebra a ordem institucional. Quebre, para ver, quebre!

Na ditadura, só porque eu fui dizer que o matador de um jornalista estava no palácio, invadiram a minha casa, às 2h da manhã, meu amigo. Apanharam... E a minha mãe, coitada, que era semianalfabeta, porque me chamavam de comunista e minha mãe dizia: "Não, esse não come criança, não!", porque eles meteram tanto... Senador Antonio Anastasia, minha mãe era uma pessoa analfabeta, empregada doméstica. Meteram tanto na cabeça dos pobres, das pessoas humildes que quem era comunista comia criança... Então, na hora da agonia, o cara disse que eu era comunista, e ela disse: "O meu filho não come criança!". Coitada, ela, na sua inocência... Isso às 2h da manhã, coitada. Tinha trabalhado na casa da patroa dela o dia todo, trouxe comidinha para a gente. E eu, com 18 anos, estava estudando na taca, na taca, para ir para lá; na taca, para falar o que eu não tinha feito. Você entendeu?

Então, gente, eles não conhecem o sistema. O sistema funciona assim. Eu na Presidência, V. Exa. na Presidência, Marcos na Presidência, o Senador Anastasia foi Governador. Para manter a ordem, o poder tem que prevalecer, a força do Estado tem que prevalecer, porque não há vácuo; poder não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pode dar vácuo. Se o Estado não ocupar o seu espaço, as organizações criminosas o ocupam. V. Exa. é especialista nisso, Senador Marcos; V. Exa. é especialista.

Para concluir. Presidente, então, eu fico feliz por V. Exa. me dar essa oportunidade de estar aqui, em nome dessa Subcomissão, prestando contas dessa nossa ida; dizer que foi extremamente positiva e que o Presidente da Venezuela, institucionalmente, quer manter o diálogo, ou com o Governo, o Executivo, o Legislativo, mas quer. E eu quero dizer que a briga da Venezuela, que o povo da Venezuela e as instituições da Venezuela encontrem o seu caminho para buscar a sua felicidade.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Senador Telmário, parabéns a V. Exa. por ter tido o desprendimento e o sentimento do dever de ir até o local, vir até aqui testemunhar aquilo que sentiu, que viu. Aguardo a cópia da carta endereçada à minha pessoa e à pessoa do Presidente Jair Bolsonaro, e posteriormente, numa outra reunião, nós daremos encaminhamento em relação a esse assunto.

O item 1...

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Pela ordem, Senador Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG. Pela ordem.) – V. Exa. me permite fazer um comentário sobre o pronunciamento? Há tempo? Eu não quero atrapalhar o... Muito obrigado.

Senador Telmário, eu ouvi V. Exa. quase todo o tempo e quero, apesar de saber da polêmica da visita, cumprimentá-lo pela iniciativa, em primeiro lugar porque V. Exa. é Senador do Estado de Roraima, e todos nós sabemos que o Estado de Roraima tem uma relação umbilical com a Venezuela. Na verdade, há uma dependência econômica recíproca muito grande, não só de energia mas dos outros víveres e da situação comercial e empresarial, e mesmo a questão da troca das pessoas que têm parentes na fronteira, e por aí vai.

V. Exa., naturalmente tomando a iniciativa e representando o seu Estado, tomou esse gesto, um gesto que me parece correto na chamada diplomacia parlamentar. V. Exa., então, comparece a Caracas, tem audiência com o Presidente da República da Venezuela. Não quero fazer aqui juízo de valor. Há posição minha pessoal, de meu Partido, nós temos críticas muito fortes ao método de governo do Presidente Maduro, mas acho que não é este aqui o ambiente; o ambiente é a sua visita, até porque o senhor também demonstrou, e relata aqui, aquilo que é o único caminho para a solução do conflito na Venezuela, que é o diálogo. Nenhum de nós, apesar da crítica que fazemos e da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

oposição, dentro dos limites, à situação na Venezuela, advoga uma solução de força. Jamais. Não queremos que corra ali a menor quantidade de sangue, jamais, em relação à mudança eventual do governo, que tem de ser feita pela via do diálogo e da negociação.

Eu acredito, pessoalmente, que toda abertura de negociação que possa haver é sempre positiva. E é claro que será uma decisão interna. A autodeterminação dos povos é um princípio que está na nossa Constituição. O Brasil tem toda condição de colaborar, de participar, de estimular, de induzir e pressionar por uma solução política adequada para o final da crise, que hoje é uma crise humanitária na Venezuela, mas não podemos jamais advogar qualquer solução de força. Por isso é fundamental a diplomacia, o diálogo, a intervenção, a conversa. E essa intervenção diplomática que V. Exa. representou pelo Parlamento me parece de fato positiva. V. Exa. traz essas missivas dirigidas ao nosso Presidente da Comissão de Relações Exteriores, Senador Nelsinho Trad; ao Presidente de nossa Casa, Senador Davi; e a Sua Excelência o Presidente da República, e certamente essas cartas devem ter algum conteúdo que acena, suponho eu, com algum tipo de tratativa que permita ajudar a Venezuela a sair desse momento gravíssimo, porque nenhum de nós deseja ver um país irmão nessa situação.

Repito e concluo, Sr. Presidente, que a nossa posição, minha pessoal e de meu Partido, é de oposição à situação na Venezuela e ao governo de lá, porque acreditamos que está instalada uma ditadura de fato, com consequências graves na Venezuela, mas que o caminho é o caminho do diálogo e da construção, como aliás acompanhamos em vários países o que aconteceu em um processo que seja transitório. E a ida de V. Exa. foi corajosa, do ponto de vista político inclusive, porque as críticas, eu acompanhei, foram muitas. Corajosa – mas correta, já que V. Exa. representa Roraima e tem de defender mesmo o povo de seu Estado –, ela é uma luz nessa escuridão em razão daquele governo que lamentavelmente não tem atendido a esses apelos. Quem sabe o Senador Telmário tenha sido uma das chaves para permitir um diálogo mais adequado e – não fazendo um trocadilho – mais maduro para resolver a situação naquele país irmão.

Parabéns ao Senador Telmário!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – Sr. Presidente, eu só queria dizer ao Senador Antonio Anastasia que me confortam as palavras dele O Senador Anastasia é um dos valores que temos nesta Casa. Esta Casa fica muito grande e enobrecida com a sua presença, e maior quando V. Exa. coloca a sua inteligência a serviço desta Casa e do povo brasileiro.

Então, eu agradeço a fala de V. Exa. e me regozijo com o povo mineiro, que o tem aqui dentro representando esse povo trabalhador, pacífico. V. Exa. é o típico mineiro, com muita inteligência, muita sabedoria, é uma pessoa muito coerente e, sobretudo, muito positiva.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG. *Fora do microfone*.) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – O item 1 é projeto de lei terminativo. Ele não vai entrar em pauta porque exige quórum qualificado. Fica para a próxima reunião.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 213, de 2015

- Terminativo -

Dá nova redação ao §2º do art. 2º da Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964 - Lei do Serviço Militar - garantindo às mulheres o direito de opção ao serviço militar.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin.

Relatoria: Senador Marcos do Val.

Relatório: Pela aprovação do projeto, com 2 (duas) emendas que apresenta.

Observações:

Constou da pauta em 28/3/2019 e 04/04/2019.

O Relator é o Senador Marcos do Val, que está com o relatório pronto, mas nós vamos deixar para a próxima reunião, com quórum qualificado.

O item 2, diante da ausência do Relator Marcio Bittar...

ITEM 2

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 49, de 2019

- Não terminativo -

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Belarus de Cooperação Educacional, assinado em São Paulo, em 13 de agosto de 2015.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Marcio Bittar.

Relatório: Pela aprovação.

Observações:

Constou da pauta em 04/04/2019.

Também fica para a próxima reunião.

ITEM 3

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 51, de 2019

- Não terminativo -

Aprova o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Comunidade das Bahamas, assinado em Nassau, em 7 de dezembro de 2016.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional.

Relatoria: Senador Marcos do Val.

Relatório: Pela aprovação.

Autoria: Câmara dos Deputados.

Concedo a palavra ao Senador Marcos do Val para proferir o seu relatório.

Solicito ao Senador Anastasia que assuma a Presidência para que eu possa exercer o meu direito de voto.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - ES. Para proferir relatório.) – Bom-dia!

Com fundamento no disposto no art. 49, inciso I, da Constituição, o Poder Executivo, por meio da Mensagem nº 290, de 2017, submete ao Congresso Nacional o texto do Acordo de Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Comunidade das Bahamas, assinado em Nassau, em 7 de dezembro de 2016. Acompanha o referido texto a exposição de motivos assinada pelo então Ministro de Estado das Relações Exteriores, Aloysio Nunes Ferreira Filho, e pelo então Ministro dos Transportes, Portos e Aviação Civil, Maurício Quintella Malta Lessa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Análise.

Cuida-se aqui de relevante instrumento internacional, contendo novo marco legal para a operação dos serviços aéreos entre os Territórios do Brasil e das Bahamas.

O presente acordo segue, em linhas gerais, os princípios da política denominada de "céus abertos", adotada pelo Governo brasileiro em negociações bilaterais mais recentes no campo do transporte aéreo. Também nesse formato foi o acordo firmado pelo Brasil com os Estados Unidos da América.

Assim, em comparação aos acordos anteriormente firmados, o presente ato internacional simplifica e ao mesmo tempo moderniza os serviços prestados, tornando-os mais expeditos. Com efeito, o instrumento ora em apreciação por esta Comissão libera a fixação de rotas e não limita quantidade e nem frequência de voos.

Já no que diz respeito à segurança aérea, o conjunto de acordos e convenções internacionais firmados com o objetivo de proteger a aviação civil é mencionado, comprometendo-se as partes a atuar segundo as disposições, em particular, da Convenção sobre Infrações e Certos Outros Atos Praticados a Bordo de Aeronaves, de 1963, da Convenção para a Repressão ao Apoderamento Ilícito de Aeronaves, de 1970, e da Convenção para a Repressão de Atos Ilícitos contra a Segurança da Aviação Civil, de 1971, e seu Protocolo Suplementar para Repressão de Atos Ilícitos de Violência em Aeroportos utilizados pela Aviação Civil Internacional, de 1988, entre outros instrumentos.

Ademais, o presente acordo, que tem o objetivo de incrementar os laços de amizade e entendimento entre Brasil e a Bahamas, haverá de também contribuir para o adensamento das relações entre os dois países nas esferas do comércio, do turismo e da cooperação.

Com base no exposto, e por ser constitucional e regimental, voto pela aprovação do projeto de Decreto Legislativo nº 51, de 2019.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG) – Muito obrigado, Senador Marcos do Val.

Em discussão o relatório.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG) – Com a palavra o Senador Telmário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – Para discutir o relatório, mas, antes, eu queria responder ao Ilmo. Senador Bittar, que entrou aqui dizendo: "Você pegou na mão do ditador". Eu disse assim para ele: "Olha, o ditador é o que dita ordens, Senador. O nosso pai, às vezes, é ditador, não é tirano". Todo mundo aplaudiu quando o Presidente da República pegou na mão do Trump, e ele está em muitas guerras, matando muita gente. O Presidente Trump pegou na mão do ditador, do tirano da Coreia do Norte. E o nosso Presidente... E V. Exa., quando for à China, à Rússia, vai ter o privilégio de pegar na mão também de alguns tiranos. Essas são ações diplomáticas de que nós necessitamos para restabelecer a ordem e a união na nossa Amazônia, em que está o Acre, de que V. Exa. é um grande Parlamentar. É uma honra V. Exa. ser de lá.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – Sr. Presidente, é porque eu não aguentei e fiz a brincadeira. Prefiro perder o amigo a perder a piada.

É que eu tenho uma impressão horrível sobre a Venezuela, sobre o Maduro, sobre o antecessor do Maduro e sobre o que eles fizeram na Venezuela. Eu disse aqui, por várias vezes, que não sou a favor de uma intervenção brasileira, mas eu entendo que, do ponto de vista dos valores morais e cristãos, o Brasil deve, sim, ter uma posição muito mais firme ao lado dos países que professam amor à democracia, amor aos ritos, aos acordos, e ter a democracia como valor universal.

Eu dizia inclusive aqui, na presença do Ministro de Relações Exteriores do Brasil, que talvez o maior desafio do Brasil seja andar nessa corda bamba. É lógico que os interesses econômicos não têm ideologia. Veja a China: quem é que se nega... Aliás, eu dizia também nesta mesma Comissão que, quando o Barack Obama foi receber o Dalai Lama, ele não o recebeu no Salão Oval. E não fez isso por causa da China, porque, para a China, aquilo significaria o Barack Obama entender o Tibete como um Estado, e ele cedeu a 1,3 bilhão de pessoas. Mas, ao mesmo tempo em que o Brasil precisa comercializar com o mundo inteiro, ele precisa, sim, na política externa, reforçar os seus compromissos.

Quando, por exemplo, se fala de Israel – e é uma teima que eu tenho com o nosso querido Esperidião Amin, que tem uma birra com Israel; já comentei isso brincando com ele –, eu digo que, naquela região, o único País democrático em que as mulheres são mais respeitadas é Israel, sim. Não é no Oriente Médio, onde mulher é tratada como objeto de segunda categoria, precisando da autorização do pai ou do marido para poder viajar, entre outras coisas. Um dia desses, na Arábia Saudita, se comemorava a primeira mulher que tirou carteira.

Então, é uma brincadeira, mas, de qualquer forma, acho que o Brasil precisa, sim, ter sempre do ponto de vista da política externa uma afirmação maior ao lado da democracia e dos valores cristãos que formaram a civilização ocidental e, ao mesmo tempo, equilibrar isso com seus interesses econômicos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fora isso, Sr. Presidente, eu quero dizer que vim aqui para votar nesse homem aí. Ele me pediu voto ontem, e eu disse que viria aqui votar nele. Já está feito o voto.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG) – Muito obrigado, Senador Marcio Bittar.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

Devolvo a Presidência ao Senador Nelsinho Trad e agradeço a oportunidade. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – O item 5 é da relatoria do Senador Romário, que também não está presente. Fica para a próxima reunião.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – Presidente, o item 2 – eu não consegui chegar a tempo – é de minha relatoria. Se o Presidente concordar, eu gostaria de fazê-lo agora.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Sim. Deixe-me só terminar o que está programado pela assessoria da Mesa.

ITEM 6

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 17, de 2019

- Não terminativo -

Institui o Grupo Parlamentar Brasil-França.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues

Relatoria: Senador Marcio Bittar

Relatório: Pela aprovação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

Constou da pauta em 28/3/2019 e 04/04/2019.

Concedo a palavra ao Senador Marcio Bittar para relatoria da instituição do Grupo Parlamentar Brasil-França.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC. Para proferir relatório.) – É submetido ao exame desta Comissão projeto de resolução do Senado de autoria do Senador Randolfe Rodrigues cuja finalidade é a instituição do Grupo Parlamentar Brasil-França.

O Grupo Brasil-França, a ser instituído como serviço de cooperação interparlamentar, com finalidade de incentivar e desenvolver as relações bilaterais entre os Poderes Legislativos, será integrado por membros do Congresso Nacional que a ele livremente aderirem.

O grupo parlamentar terá regulamento interno ou, na falta deste, será regido por decisão da maioria absoluta de seus membros fundadores, respeitadas as disposições legais e regimentais em vigor.

Na justificativa, o autor assinala, a respeito da França, que se trata "de um país de importância histórica para a formação do pensamento moderno" – e andaram também arrancando cabeça de gente por lá – "e está entre as maiores economias do planeta".

Eu só fiz o comentário aqui com o meu ilustre colega porque um país tão avançado como a França cortou cabeça como ninguém na Revolução Francesa. Isso é só para ver como as coisas não são tão lineares.

A matéria foi lida no dia 12 de março do corrente ano, tendo sido despachada para exame desta Comissão e da Comissão Diretora.

Análise.

Esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, nos termos do art. 103, I e VIII, do Regimento Interno do Senado Federal, detém competência para emitir parecer sobre proposições referentes a relações internacionais e outros assuntos correlatos. Dentro dessa competência, cabe destacar que esses grupos são relevantes instrumentos de viabilização da diplomacia parlamentar.

Nessa linha, convém registrar que o Poder Legislativo é o ambiente natural para o transcurso do debate democrático. Com efeito, trazer para o Parlamento temas afetos às relações internacionais, os quais, com frequência, estão adstritos ao âmbito dos Poderes Executivos dos Estados nacionais, certamente facilita a construção de uma diplomacia mais comprometida com os valores democráticos, aos quais eu me referi ainda há pouco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não bastasse isso, esses grupos são ainda ferramentas capazes de auxiliar o Congresso Nacional na concretização de seu poder fiscalizador sobre os atos do Poder Executivo, a exemplo de negociações de tratados.

Sobre as relações bilaterais dos países, estamos de acordo com o conteúdo da justificação do PRS. A República Francesa é notabilizada por ser modelo de sociedade democrática, fundada sobre os pilares da liberdade e igualdade. Serviu e ainda serve de inspiração para nossas instituições. Ademais, como bem assinalado pelo autor da proposição, a França é um de nossos maiores parceiros comerciais.

Sendo assim, estamos certos de que a instituição deste grupo parlamentar contribuirá sobremaneira para a aproximação entre ambas as nações.

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Resolução do Senado nº 17, de 2019.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Em discussão o relatório.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG) – Peço a palavra para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Com a palavra o Senador Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG. Para discutir.) – Muito obrigado, Presidente.

De maneira muito rápida, quero somente cumprimentar o Senador Randolfe, pela iniciativa de criar um grupo com a França, e, igualmente, o Senador Marcio Bittar por seu brilhante relatório, que faz uma evocação ao passado francês.

Eu queria lembrar, Senador Marcio, que nós mineiros temos uma ligação muito próxima com a França porque os mesmos ideais da Revolução se deram na Inconfidência Mineira, eventos que ocorreram exatamente no mesmo ano, em 1789. Ao mesmo tempo em que se iniciou a Revolução com a queda da Bastilha, houve o grito de Tiradentes pela independência de Vila Rica, à época. Então, a proximidade com a França é muito grande na sua concepção, nos seus ideais, nos seus princípios.

No caso do Senador Randolfe, ressalto até a proximidade física, porque o Amapá é vizinho da França, já que a Guiana Francesa é um departamento ultramarino da República Francesa.

Parabéns, Senador Marcio!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Continua em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discuti-lo, coloco-o em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão Diretora para prosseguimento da tramitação.

Item 7: Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional nº 20, de autoria do Senador Marcio Bittar.

ITEM 7

REQUERIMENTO Nº 20, de 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 74, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a constituição de uma Comissão Temporária Externa composta de 3 (três) membros titulares para, no prazo de 90 (noventa) dias, participar de missão oficial no Peru, visitando o Congresso Nacional daquele país, participando de reunião com sociedades empresárias e de encontro com autoridades governamentais peruanas.

Autoria: Senador Marcio Bittar

Vou fazer a leitura e justificativa do requerimento:

> Requeiro, nos termos do art. 74, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a constituição de uma Comissão Temporária Externa composta de 3 (três) membros titulares para, no prazo de 90 (noventa) dias, participar de missão oficial no Peru, visitando o Congresso Nacional daquele país, participando de reunião com sociedades empresárias e de encontro com autoridades governamentais peruanas.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, eu peço o apoio desta Comissão para essa matéria.

Trata-se de um assunto de sobrevivência do Estado do Acre, mas eu chamo a atenção para o objetivo, Senador Anastasia, que, no final das contas, é a realização de um acordo bilateral entre o Brasil e o Peru.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Acre, em particular, que faz divisa com o Peru e com a Bolívia mais embaixo, terá como solução econômica essa saída. Para o Acre, imaginar vender qualquer tipo de produto para o sul do País é inviável. Quando nós atravessamos Rondônia, o primeiro Estado, já não conseguimos mais concorrer em escala, em frete. Então, essa possível ligação com o Peru no acordo bilateral entre os dois países é um assunto que não interessa apenas ao Acre, mas a toda aquela parte da Região Norte do Brasil e a boa parte, Sr. Presidente, do Estado que o senhor tão bem representa e que eu amo, que é Mato Grosso do Sul, também a Mato Grosso, ao Centro-Oeste brasileiro. Não por acaso a China, quando diz que tem interesse – e tem – na construção daquela via férrea, é exatamente por esse traçado, o traçado imaginário, que até hoje não saiu do papel, mas passando exatamente ao largo da BR-364 e entrando no Peru através da região de Cruzeiro do Sul, que é onde a Cordilheira dos Andes é baixa.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - ES) – Pela ordem, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Pela ordem, com a palavra o Senador Marcos do Val.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - ES. Pela ordem.) – Peço desculpas, Presidente, e vou pedir licença para representar o Senado num evento que vai haver hoje, que é o Dia do Exército Brasileiro, que começa agora, às 10h. Então, peço licença a V. Exas., Senadores, para que eu possa estar lá, representando o Senado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Licença concedida. Faça a nossa representação valer a pena com a presença de V. Exa.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – Sr. Presidente, para terminar, o meu papel, no caso representando o Acre, é usar tudo que a gente pode, como Senador da República, para que esse acordo se acelere. Então, já foram feitas reuniões do nosso Ministério das Relações Exteriores com o Ministério de Relações Exteriores do Peru, o Presidente da Comissão, Senador Nelsinho, já esteve comigo recepcionando o novo Embaixador peruano, e a iniciativa é para que a gente faça a nossa parte de acelerar o processo. Já existe a ideia da audiência entre os dois países, o primeiro encontro entre os dois Presidentes neste ano, em novembro, no Acre. Para que ele aconteça, é necessário que a gente amadureça a pauta, a agenda daquilo que pode ser anunciado pelos dois Presidentes no segundo semestre deste ano. Então, a aprovação desse requerimento visa acelerar essa tratativa, que é uma solução prática, eficiente, racional para toda aquela região.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discuti-la, em votação o Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional nº 20, de autoria do Senador Marcio Bittar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

À Mesa para providências.

Serão retirados da pauta os requerimentos do Senador Randolfe e do Senador Jaques Wagner, pela ausência de ambos.

Senador Marcio Bittar, a Mesa indaga se V. Exa. está apto a proferir o relatório do item 4.

ITEM 4

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 74, de 2019

- Não terminativo -

Aprova o texto do Protocolo de Revisão da Convenção Internacional para a Simplificação e a Harmonização dos Regimes Aduaneiros (Convenção de Quioto Revisada), celebrada em 18 de maio de 1973 e emendada em 26 de junho de 1999, composto do texto revisado da Convenção (Apêndice I), do Anexo Geral à Convenção (Apêndice II) e dos Anexos Específicos e Capítulos que constam do Apêndice III: A (Chegada de Mercadorias ao Território Aduaneiro) - Capítulo 1 (Formalidades Aduaneiras Anteriores à Entrega da Declaração de Mercadorias), B – Capítulo 1 (Importação Definitiva), C – Capítulo 1 (Exportação Definitiva), D – Capítulo 1 (Depósitos Aduaneiros) e J – Capítulo 1 (Viajantes).

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional

Relatoria: Senador Marcio Bittar

Relatório: Pela aprovação

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – Estou, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Com a palavra o Senador Marcio Bittar para a leitura do relatório do Projeto de Decreto Legislativo nº 74, de 2019.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC. Para proferir relatório.) – O Poder Executivo submete ao Congresso Nacional, por meio da Mensagem nº 200, de 5 de maio de 2016, acompanhada de exposição de motivos conjunta do Ministro das Relações Exteriores e do Ministro da Fazenda, o texto do acordo epigrafado na ementa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A mensagem, recebida na Câmara dos Deputados, foi inicialmente aprovada pela sua Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional. O acordo foi, então, analisado e aprovado pelas comissões de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Após a aprovação no Plenário, a Câmara dos Deputados enviou o projeto para apreciação desta Casa revisora.

O texto do Protocolo de Revisão da Convenção Internacional para a Simplificação e a Harmonização dos Regimes Aduaneiros (Convenção de Quioto Revisada), celebrada em 18 de maio de 1973, e emendada em 26 de junho de 1999, é composto do texto revisado da Convenção, do Anexo Geral à Convenção, e dos Anexos Específicos e Capítulos que constam do Apêndice III: A – Capítulo 1 (Chegada da Mercadoria ao Território Aduaneiro), B – Capítulo 1 (Importação Definitiva), C (Exportação Definitiva), D – Capítulo 1 (Depósitos Aduaneiros) e J – Capítulo 1 (Viajantes) estão assim organizados:

a) Protocolo

Composto por nove artigos, o protocolo modifica a Convenção Internacional para a Simplificação e a Harmonização dos Regimes Aduaneiros, celebrada na cidade de Quioto, em 1973. O artigo 1º do protocolo altera o preâmbulo e os artigos da citada convenção nos termos constantes do Apêndice I do protocolo.

Os anexos da Convenção de Quioto serão substituídos pelo Anexo Geral, que consta do Apêndice II, e pelos Anexos Específicos que integram o Apêndice III. Importante destacar que foram encaminhados ao Congresso Nacional pelo Executivo apenas os Anexos Específicos "A", "B", "C", "D" e "J".

O protocolo e seus apêndices regulam as obrigações entre seus signatários, substituindo as disposições da Convenção de Quioto (artigo 6º).

O compromisso internacional está aberto à assinatura dos países da referida convenção, a partir de 26 de junho de 1999, funcionando como depositário o Secretário-Geral do Conselho, estatuído pela Convenção para a Criação de um Conselho de Cooperação Aduaneira, concluída em Bruxelas, em 15 de dezembro de 1950.

b) Apêndice I

O Apêndice I é composto de vinte artigos, agrupados em cinco capítulos. O Capítulo I contempla a definição e o alcance de termos e expressões utilizados no texto convencional, tais como: "prática recomendada", "norma transitória", "Anexo Geral", "Anexo Específico", "diretivas", entre outras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No Capítulo II do Apêndice I estão dispostas as regras atinentes ao âmbito de aplicação e à estrutura da convenção. As partes contratantes se comprometem a promover a simplificação e a harmonização dos respectivos regimes aduaneiros, em conformidade com as normas, normas transitórias e práticas recomendadas constantes dos anexos à convenção. Quanto a sua estrutura, a convenção compreende um corpo, um anexo geral e anexos específicos.

A Gestão da Convenção é objeto do Capítulo III. Compete ao Comitê de Gestão acompanhar a aplicação da convenção e estudar as medidas necessárias para garantir a uniformidade de sua interpretação. Integrado pelas partes contratantes, esse comitê reunir-se-á pelo menos uma vez por ano.

O Capítulo IV é denominado Partes Contratantes. Nos termos do artigo 8º, qualquer membro do conselho ou qualquer membro da Organização das Nações Unidas ou de suas agências especializadas poderá tornar-se parte da Convenção de Quioto. O Anexo Geral é obrigatório para todas as partes contratantes. Por seu turno, os Anexos Específicos ou respectivos capítulos podem ou não ser aceitos por qualquer das partes no momento da assinatura, da ratificação ou da adesão à convenção. Qualquer parte poderá denunciar a convenção, em qualquer momento após sua entrada em vigor. A denúncia deverá ser notificada por escrito e produzirá efeitos seis meses após o recebimento da notificação pelo depositário.

Intitulado Disposições Gerais, o Capítulo V dispõe sobre a entrada em vigor da convenção, o depositário, o registro e os textos autênticos. A convenção será registrada perante o Secretariado das Nações Unidas, a requerimento do Secretário-Geral do Conselho, sendo que este último funcionará como depositário da convenção e de seus instrumentos de ratificação ou adesão.

c) Apêndice II.

Denominado Anexo Geral, o Apêndice II acha-se dividido em dez capítulos, a saber: Princípios Gerais; Definições; Liberação e Outras Formalidades Aduaneiras; Direitos e Demais Imposições; Garantias; Controle Aduaneiro; Aplicação das Tecnologias da Informação; Relações entre Administrações Aduaneiras e Terceiros; Informações e Decisões Comunicadas pelas Administrações Aduaneiras; e Recursos em Matéria Aduaneira.

Os três princípios gerais que norteiam a convenção são: a) a aplicação das "definições, normas e normas transitórias" do anexo aos regimes aduaneiros e práticas aduaneiras por este abrangidos; b) a definição, pela legislação nacional, das condições e formalidades aduaneiras a cumprir; c) o estabelecimento e manutenção, pelas administrações aduaneiras, de relações de consulta com o comércio, com o objetivo de reforçar a cooperação e de promover métodos de trabalho mais eficazes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tendo em conta as necessidades do comércio, as administrações aduaneiras determinarão a competência, os dias, os períodos de funcionamento e a localização das aduanas onde as mercadorias poderão ser apresentadas ou liberadas.

A legislação nacional deverá estabelecer as condições em que são exigíveis os direitos e demais imposições; seu prazo de liquidação; os elementos que servirão de base à liquidação; os montantes; formas de pagamento; pessoa ou pessoas responsáveis; a data e o local de exigibilidade.

As administrações aduaneiras devem aplicar as tecnologias da informação nas operações aduaneiras, sempre que isso se mostre eficaz e rentável para o comércio.

Será facultado às pessoas interessadas, diretamente ou por meio de representante, tratar com as administrações aduaneiras. Por solicitação dos interessados, as administrações devem prestar, com rapidez e exatidão, as informações relativas a questões específicas relacionadas a questões tributárias.

A legislação nacional deverá prever o direito de recurso em matéria aduaneira. Esse direito é de titularidade de qualquer pessoa diretamente afetada por uma decisão ou omissão das administrações. No caso de indeferimento do pleito, o contribuinte terá direito a um recurso endereçado a uma autoridade independente da administração aduaneira. O recurso interposto deverá ser escrito e fundamentado. Em último caso, o contribuinte poderá recorrer a uma autoridade judiciária.

d) Anexos Específicos "A", "B", "C", "D" e "J".

O Anexo Específico "A" trata da chegada de mercadorias ao território aduaneiro. Os locais de introdução das mercadorias serão designados pela legislação nacional, devendo as administrações aduaneiras informar os itinerários para a movimentação de mercadorias diretamente à aduana ou outro local por elas indicado, tendo em conta as necessidades do comércio.

Os encargos cobrados pelas administrações aduaneiras relativos a serviços prestados fora do horário do expediente devem limitar-se ao custo aproximado desses serviços.

A importação definitiva, nos termos do Capítulo I do Anexo Específico "B", será regida pelas disposições do Anexo Geral aplicáveis à espécie. Além disso, de acordo com a "prática recomendada", estatuída no item 2, a legislação local deverá prever formas alternativas de declaração das mercadorias importadas, diversas da forma usual.

O Anexo Específico "C" cuida da exportação definitiva. Tal modalidade será regida pelas disposições do Anexo Geral.

O Anexo Específico "D" comporta normas relativas aos depósitos aduaneiros. Segundo o regramento, a legislação nacional deverá prever a existência de depósitos aduaneiros públicos e privados, regulando sua instalação, gestão e controle.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Norma 10 do anexo determina que, por razões consideradas válidas pelas administrações aduaneiras, qualquer pessoa que tenha o direito de dispor das mercadorias armazenadas em depósito será autorizada a examiná-las, a extrair amostras mediante o pagamento do respectivo tributo.

Por seu turno, o Anexo Específico "J" trata das facilidades aduaneiras aplicáveis aos viajantes. De acordo com a "prática recomendada 6", o controle aduaneiro dos viajantes e de suas bagagens será efetuado por meio de duplo canal.

A declaração das mercadorias poderá ser realizada verbalmente, sendo lícito às administrações aduaneiras exigir uma declaração escrita ou por via eletrônica, quando os bens importados tiverem natureza comercial ou excederem os limites de isenção autorizados pela legislação nacional.

No regresso ao seu país, os viajantes residentes deverão ser autorizados a reimportar, com franquia de direitos e demais imposições, seus bens pessoais e seus meios de transporte de uso privado. No caso dos viajantes não residentes, as administrações aduaneiras também não deverão exigir qualquer documento aduaneiro ou de garantia para a admissão temporária dos bens pessoais, exceto quando o valor ou a quantidade desses bens ultrapassar os limites estabelecidos pelas leis locais, ou caso representem um risco para o Erário.

Análise.

Compete à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional opinar sobre proposições referentes aos atos e relações internacionais.

Não há vícios no que diz respeito a sua juridicidade.

Inexistem, por igual, vícios de constitucionalidade sobre a proposição, uma vez que observa o disposto no art. 49, I, e no art. 84, VIII, da Constituição Federal.

O protocolo ora analisado tem por escopo eliminar as disparidades entre os regimes e as práticas aduaneiras; responder as necessidades do comércio internacional em matéria de facilitação, simplificação e harmonização dos regimes aduaneiros; assegurar a elaboração de normas adequadas em matéria de controle aduaneiro; e permitir que as administrações aduaneiras se adaptem às alterações ocorridas no comércio, nos métodos e nas técnicas administrativas.

Na exposição de motivos ministerial, que acompanha a Mensagem nº 200, de 2016, registra-se que a convenção representa a adoção das melhores práticas internacionais em matéria aduaneira, incentivadas pela Organização Mundial de Aduanas, e adotadas por países que representam mais de 80% do comércio internacional. Ainda assim, entre as 14 maiores economias do globo, e particularmente entre o grupo dos Bric (Brasil, Rússia, China e Índia), apenas o Brasil ainda não é signatário da Convenção de Quioto Revisada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Argumenta-se, na exposição de motivos, que a Convenção de Quioto Revisada representa marco importante para a simplificação dos controles, constituindo o ponto de partida e o pano de fundo para as atuais negociações sobre facilitação do comércio na Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC).

A incorporação dessa convenção ao ordenamento jurídico brasileiro propiciará maior inserção do País no cenário exterior, fazendo com que os principais atores no comércio internacional tenham conhecimento da adequação brasileira aos padrões e às melhores práticas mundiais em matéria aduaneira.

Destaca-se ainda, na mesma exposição de motivos, que a adesão complementa o processo de adequação da legislação brasileira, compilada e disciplinada no Regulamento Aduaneiro, e do Mercado Comum do Sul (Mercosul), consubstanciada no Código Aduaneiro do bloco regional, às modernas tendências internacionais aduaneiras, calcadas na gestão de risco, na informatização, na cooperação entre aduanas e entre estas e o comércio e na simplificação e harmonização de procedimentos.

Esse instrumento internacional representa, seguramente, avanço relevante para a simplificação e a harmonização dos regimes aduaneiros. Entre os principais pontos positivos, podemos destacar os relativos a informações aduaneiras, à instituição do Comitê de Gestão, à cooperação, às administrações aduaneiras e às regras para aduanas em fronteiras comuns. Adicionalmente, destacam-se como significativas as normas sobre declarantes, análise documental, tradução de documentos, prazo para a verificação das mercadorias, autorização de entrega, abandono ou destruição de mercadorias, garantias contratuais, controle aduaneiro, movimentação de mercadorias e depósitos aduaneiros.

A adesão do Brasil à Convenção de Quioto Revisada transmite à comunidade do comércio internacional o reconhecimento do País à adoção de boas práticas aduaneiras e à harmonização de regras que facilitem o intercâmbio entre as nações.

Além disso, já se sabe que a convenção é cada vez mais utilizada pela Organização Mundial do Comércio (OMC) como a linguagem dos procedimentos aduaneiros. E, como consequência, espera-se maior crescimento e dinamismo do comércio global brasileiro a partir da adesão a esse conjunto de atos internacionais enfeixados do projeto de decreto legislativo em apreço.

Ante o exposto, pela sua conveniência aos interesses do País, por ter amparo jurídico e ser de boa técnica legislativa, o voto é pela aprovação do projeto de decreto legislativo.

Sr. Presidente, acho que fica claro na leitura que se trata de uma adequação do Brasil, ainda que atrasada. Como aqui nós lemos, na questão dos Brics, o Brasil é o único país que ainda não aderiu a essa prática, que se trata de uma adequação e de uma modernização na sinalização do Brasil para o comércio internacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É o exposto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Em discussão o relatório do nobre Senador Marcio Bittar. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-lo, em votação.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório ao Projeto de Decreto Legislativo nº 74, de 2019.

À Mesa para providência.

Aproveitando que há mais um item da pauta com a relatoria do Senador Marcio Bittar, solicito que ele também profira o relatório ao Projeto de Decreto Legislativo nº 49.

ITEM 2

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 49, de 2019

- Não terminativo -

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Belarus de Cooperação Educacional, assinado em São Paulo, em 13 de agosto de 2015.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional

Relatoria: Senador Marcio Bittar

Relatório: Pela aprovação

Observações:

Constou da pauta em 04/04/2019.

Com a palavra o Senador Marcio Bittar.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – Sr. Presidente, eu peço a permissão de V. Exa. para ir diretamente à análise.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Perfeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC. Para proferir relatório.) – Compete à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional opinar sobre proposições referentes aos atos e relações internacionais, conforme o art. 103, I, do Regimento Interno do Senado Federal.

Não há vícios no que diz respeito à juridicidade da matéria ora em exame por este Colegiado.

Inexistem, por igual, vícios de constitucionalidade sobre a proposição, uma vez que observa o disposto no art. 49, I, e no art. 84, VIII, da Constituição Federal.

Em conformidade com a exposição de motivos ministerial que o instrui, o acordo sob análise, esse – abro aspas – "é o primeiro instrumento assinado entre os dois países no campo da cooperação educacional, e estabelece como compromisso principal fomentar as relações entre os países, com vistas a contribuir para o desenvolvimento do ensino em todos os seus níveis e modalidades" – fecho aspas.

Afirma também o documento ministerial que – abro aspas – "a cooperação poderá incluir, de forma não exaustiva, o intercâmbio de docentes e estudantes e de materiais didáticos e outros materiais de estudos, além da participação em programas, projetos e eventos desenvolvidos pelos Ministérios de Educação de ambas as partes, incluindo programas de bolsas de estudos oferecidos de acordo com as legislações internas" – fecho aspas.

Cabe registrar, no âmbito deste relatório, que o Ministério da Educação participou da elaboração do acordo e aprovou sua versão final, conforme esclarece a citada exposição de motivos.

Sob o prisma das relações internacionais, julgamos que o compromisso internacional ora em exame regula de modo satisfatório a cooperação educacional bilateral, constituindo-se em instrumento de intercâmbio e de aproximação entre as partes, razão pela qual se coaduna com o princípio da cooperação entre os povos, insculpido no inciso IX do art. 4º da Constituição Federal.

Assim, pela relevância das ações a serem desenvolvidas no campo da educação e por entender que a aprovação deste acordo de cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Belarus trará benefícios aos povos dos dois países, além de fortalecer os laços de amizade que unem essas nações, vemos de modo favorável essa iniciativa de cooperação.

Voto.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 49, de 2019.

Era o que tinha, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Em discussão. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo quem queira discuti-lo, em votação o relatório do nobre Senador Marcio Bittar, a quem parabenizo pelos relatórios apensados nesta reunião, extensivamente a sua assessoria.

O Projeto de Decreto Legislativo 49, de 2019, continua em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-lo, em votação.

Os Senadores que concordam com o parecer do Senador Marcio Bittar permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

Nós temos aqui... Eu quero agradecer a presença do Senador Romário, que se deslocou da Presidência da Comissão de Assuntos Sociais justamente para poder ler o relatório do Projeto de Resolução do Senado nº 6, de 2019.

ITEM 5

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 6, de 2019

- Não terminativo -

Institui o Grupo Parlamentar Brasil-Estados Unidos da América.

Autoria: Senador Roberto Rocha

Relatoria: Senador Romário

Relatório: Pela aprovação

Observações:

Constou da pauta em 04/04/2019.

Concedo a palavra ao Relator, Senador Romário.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ. Para proferir relatório.) – Bom dia, Presidente, Senador Nelsinho Trad. Bom dia a todos os Senadores presentes e a todos os presentes nesta Comissão.

O Projeto de Resolução do Senado nº 6, de 2019, de autoria do Senador Roberto Rocha, institui o Grupo Parlamentar Brasil-Estados Unidos da América.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os grupos e frentes políticas internacionais ganharam disciplina a partir da Resolução nº 14, de 2015, que, apesar de dispor especificamente sobre a criação do Grupo Parlamentar Brasil-Marrocos, adicionou um dispositivo sobre a instituição de grupos e frentes parlamentares internacionais em geral, de caráter permanente e destinam-se a exercer a diplomacia parlamentar sem objetivos político-partidários.

Eles se constituem por Parlamentares que o aderirem e funcionarão segundo estatutos próprios, sempre submetidos às regras contidas no Regimento Interno do Senado Federal.

Tais frentes parlamentares internacionais, Sr. Presidente, não disporão de verbas orçamentárias do Senado Federal, salvo quando eventuais despesas imprescindíveis ao seu funcionamento forem expressamente autorizadas pela Comissão Diretora ou pelo Presidente da Casa.

Com base nesses princípios e respeitando esses dispositivos, o Senador Roberto Rocha propõe a criação do Grupo Parlamentar Brasil-Estados Unidos da América, com a "finalidade de incentivar e desenvolver as relações bilaterais entre seus Poderes Legislativos" (art. 1º).

A liberdade de associação é reforçada no art. 2º, que determina que o grupo "será integrado por membros do Congresso Nacional que a ele livremente aderirem", e ainda no art. 4º, que define que o Grupo Parlamentar "reger-se-á pelo seu regulamento interno ou, na falta deste, pela decisão da maioria absoluta de seus membros fundadores, respeitadas as disposições legais e regimentais em vigor".

Do ponto de vista do mérito, a proposição está perfeitamente adequada aos objetivos da atuação congressual, expressa principalmente nas palavras do Senador Roberto Rocha, quando diz que – abro aspas – "a evidente importância dos Estados Unidos da América no cenário mundial, por si só, justifica a criação desse mecanismo de diálogo entre nossos parlamentos"– fecho aspas.

Brasil e Estados Unidos da América contam com mais de 30 mecanismos de diálogo, abrangendo temas como comércio, investimentos, energia, meio ambiente, educação, ciência, tecnologia e inovação, defesa, segurança e cooperação trilateral, sendo, portanto, também desse ponto de vista, extremamente oportuna a criação deste grupo parlamentar.

O autor registra, ainda, que os EUA são nosso segundo parceiro comercial, sendo o perfil de nossas exportações composto por produtos de alto valor agregado, manufaturados e semimanufaturados, além de que os Estados Unidos é o país com maior volume de investimento direto no Brasil.

Voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Diante do exposto e em face da constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do requerimento em exame, opinamos pela aprovação do Projeto de Resolução nº 6, de 2019, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradecemos ao Senador Romário pela leitura do relatório do projeto que institui o Grupo Parlamentar Brasil-Estados Unidos da América (Projeto de Resolução nº 6, de 2019).

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-lo, em votação.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório.

A matéria vai à Comissão Diretora para prosseguimento da tramitação.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Nós é que lhe agradecemos, Senador Romário.

Solicito à Mesa que veja quantos Senadores já exerceram o direito ao voto. (*Pausa.*)

Vou dar um prazo de cinco minutos para vermos se atingimos o quórum necessário. Caso contrário, determinarei o cancelamento da votação para a escolha do membro da Comissão de Relações Exteriores para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência. Informo que nova votação será realizada na próxima reunião deliberativa.

Suspendo a reunião por cinco minutos.

(*Suspensa às 10 horas e 20 minutos, a reunião é reaberta às 10 horas e 24 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Está retomada a reunião.

Diante da informação da Mesa de que já existe número legal de votantes, convido o Senador Antonio Anastasia para atuar como escrutinador da indicação do membro da CCAI.

Consulto o Plenário se podemos proceder à apuração da votação de forma aberta. (*Pausa.*)

Não havendo objeção, vamos abrir a urna e fazer a contagem dos votos.

(*Procede-se à apuração.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Após a apuração dos votos, declaro eleito o Senador Marcos do Val para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência.

Deliberação da ata da reunião anterior. Proponho ainda a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 11ª Reunião da Comissão, realizada em 11 de abril de 2019.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, convocando-os para a próxima reunião ordinária, na próxima quinta-feira.

Agradeço a presença de todos. Muito obrigado.

(*Iniciada às 9 horas e 04 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 26 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 5ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE MARÇO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às dez horas e vinte e oito minutos do dia vinte e seis de março de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob as Presidências dos Senadores Marcos Rogério, Wellington Fagundes e Jayme Campos, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Jarbas Vasconcelos, Eduardo Gomes, Fernando Bezerra Coelho, Esperidião Amin, Marcelo Castro, Luiz do Carmo, Plínio Valério, Styvenson Valentim, Elmano Férrer, Flávio Bolsonaro, Izalci Lucas, Selma Arruda, Jorge Kajuru, Fabiano Contarato, Eliziane Gama, Veneziano Vital do Rêgo, Alessandro Vieira, Jean Paul Prates, Jaques Wagner, Paulo Rocha, Telmário Mota, Lucas Barreto, Angelo Coronel, Nelsinho Trad, Marcos do Val, Otto Alencar, Rodrigo Pacheco, Paulo Paim, Chico Rodrigues e Dário Berger. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Vanderlan Cardoso, Acir Gurgacz, Carlos Viana e Irajá. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 11, de 2019** que: "Requer a realização de audiência pública, tendo como convidados o Ministro de Estado da Educação, Ricardo Vélez Rodriguez, e o Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, Carlos Alberto Decotelli da Silva, para apresentar esclarecimentos acerca das obras inacabadas das creches e pré-escolas no país e em capitais brasileiras." **Autoria:** Senador Weverton. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 13, de 2019** que: "Requer, em aditamento ao Requerimento nº 08/2019-CI, e considerando o que preceitua o artigo 398, V, do RISF, a substituição do convidado TARCÍSIO GOMES DE FREITAS, Ministro de Estado da Infraestrutura, pelo Senhor MARCELO SAMPAIO, Secretário Executivo do Ministério da Infraestrutura, mantendo-se os demais convidados." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 3 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 15, de 2019** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, que seja convidado o Senhor Presidente da Petrobras, com vistas a discutir a privatização das refinarias e das fábricas de fertilizantes contidas no Plano de desinvestimento da Petrobrás." **Autoria:** Senador Jean Paul Prates. **Resultado:** Aprovado. **2ª Parte - Audiência Pública Interativa**. **Finalidade:** Expor assuntos de relevância do Ministério de Minas e Energia (art. 50, § 1º da Constituição, e art. 397, § 1º do Regimento Interno do Senado Federal). **Participante:** Bento Albuquerque, Ministro de Estado de Minas e Energia. **Resultado:** Audiência pública interativa realizada. Fazem uso da palavra os Senadores Jorge Kajuru, Telmário Mota, Jean Paul Prates, Jaques Wagner, Chico Rodrigues, Elmano Férrer, Luiz do Carmo, Fabiano Contarato, Izalci Lucas, Alessandro Vieira e Esperidião Amin. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

horas e trinta e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Marcos Rogério

Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/03/26

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Bom dia a todos.

Declaro aberta a 5ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior.

As Sras. e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Nós dividiremos a nossa reunião de hoje em duas partes e, na primeira, nós teremos a deliberação de alguns itens da pauta (requerimentos).

1ª PARTE
ITEM 1
REQUERIMENTO Nº 11, de 2019
- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública, tendo como convidados o Ministro de Estado da Educação, Ricardo Vélez Rodriguez, e o Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(FNDE), Carlos Alberto Decotelli da Silva, para apresentarem esclarecimentos acerca das obras inacabadas das creches e pré-escolas no País e em capitais brasileiras.

Autoria: Senador Weverton.

Proponho fazermos a leitura de todos os requerimentos e a respectiva votação em bloco.

Pode ser? (*Pausa.*)

Não havendo objeção, faremos dessa forma.

ITEM 2

REQUERIMENTO Nº 13, de 2019

- Não terminativo -

Requer, em aditamento ao Requerimento nº 08/2019-CI, e considerando o que preceitua o artigo 398, V, do RISF, a substituição do convidado TARCÍSIO GOMES DE FREITAS, Ministro de Estado da Infraestrutura, pelo Sr. MARCELO SAMPAIO, Secretário Executivo do Ministério da Infraestrutura, mantendo-se os demais convidados.

Autoria: Senador Alessandro Vieira.

O Inciso V do art. 398 do Regimento Interno estabelece que a reunião em que comparecer Ministro de Estado será destinada exclusivamente ao cumprimento dessa finalidade. Por essa razão, a mudança.

ITEM 3

REQUERIMENTO Nº 15, de 2019

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, §2º, V, da Constituição Federal, que seja convidado o Sr. Presidente da Petrobras, com vistas a discutir a privatização das refinarias e das fábricas de fertilizantes contidas no Plano de Desinvestimento da Petrobras.

Autoria: Senador Jean Paul Prates.

Esses são os requerimentos que constam da Ordem do Dia de hoje.

Submeto-os à votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados.

Passamos, neste momento, para a fase da audiência pública.

A presente audiência pública tem como convidado o Ministro de Estado de Minas e Energia. Sr. Bento Albuquerque, e está fundamentada no §1º do art. 50 da Constituição Federal, que estabelece que os Ministros de Estado poderão comparecer ao Senado Federal, à Câmara dos Deputados ou qualquer de suas Comissões, por sua iniciativa e mediante entendimentos com a Mesa respectiva para expor assunto de relevância de seu Ministério.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Comissão terá, pois, a oportunidade de ouvir e questionar o Ministro de Minas e Energia acerca dos desafios, das prioridades, dos projetos estratégicos, do cronograma de obras e da agenda legislativa e regulatória da pasta.

Para dar início à audiência, convido, para que tome assento à mesa, S. Exa, o Ministro de Estado de Minas e Energia, Bento Albuquerque. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Pela ordem, Senador Kajuru.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO. Pela ordem.) – Obrigado a V. Exa., Presidente Marcos Rogério.

Permita-me uma humilde sugestão aqui aos nossos colegas e a V. Exas., Senadores e Senadoras. Eu acompanhei a reunião da semana passada da CAE (Comissão de Assuntos Econômicos) e lá, de repente, mudou-se uma regra. Eram quatro autoridades falando. Hoje aqui temos uma autoridade, que, aliás, merece todo o meu respeito por ser preparado, um cearense que foi viver no Rio de Janeiro – Não é isso? –, o Almirante Bento Albuquerque. Sete Senadores faziam perguntas. Aí o convidado tinha que ficar anotando as perguntas. Correto?

Então, cada Senador fazia quatro perguntas. Quatro vezes sete, vinte e oito. Ou seja, é humanamente impossível. O próprio convidado fica numa situação difícil, porque às vezes ele acaba não respondendo a uma pergunta de um Senador ou de uma Senadora.

Então, a minha humilde sugestão é: não dá para diminuir a rodada de Senadores em perguntas para até não prejudicar no caso hoje, aqui, o Ministro?

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Senador Kajuru, a ponderação de V. Exa. é interessante e a praxe desta Comissão tem sido de a gente fazer por blocos.

Excepcionalmente, quando nós temos um número menor de Senadores na fase das perguntas, então, permite-se que todos apresentem as suas ponderações e, na sequência, o convidado faz as respostas ou as alegações finais.

Isso em razão de que, na maioria das vezes, em boa parte das vezes, os Senadores acabam por fazer ponderações, comentários em relação à pauta e, não raras vezes, não apresentam sequer questionamentos. Mas havendo aqui, no momento dos questionamentos, o número de Senadores que permitam fazer por bloco, a gente faz. Não há nenhuma dificuldade em relação a isso.

Vamos tocar de maneira que a gente possa otimizar o trabalho e permitir que os Senadores participem, debatam, questionem, e que o convidado também tenha a oportunidade de fazer essas respostas aos Senadores presentes à Comissão.

Agradeço à ponderação de V. Exa., que contribui com o andamento dos trabalhos.

Eu agradeço a presença aqui dos Srs. Senadores, que hoje comparecem em grande número a esta Comissão, em respeito à Comissão e à presença também do Ministro de Estado Almirante Beto Albuquerque, Ministro de Minas e Energia, a quem agradeço desde logo a presença junto a esta Comissão do Senado da República, que é a Comissão responsável por discutir as matérias atinentes à infraestrutura do País e também propor nesse segmento, nesse setor, que é fundamental para o desenvolvimento do Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu informo ao Ministro que o tempo para a exposição será de vinte minutos, com a tolerância desta Presidência e, ao final da exposição, será concedida a palavra aos Srs. e Sras. Senadoras, conforme se encontra sobre a mesa.

Desde logo, passo a palavra a S. Exa., o Ministro Bento Albuquerque.

O SR. BENTO ALBUQUERQUE – Muito obrigado, Presidente, Senador Marcos.

É uma honra, uma satisfação muito grande comparecer aqui. É a minha primeira visita oficial ao Congresso e me faz muito feliz estar aqui no Senado Federal.

Agradeço o convite e, em nome do Senhor, cumprimento todos os demais Senadores e as senhoras e senhores aqui presentes para essa breve apresentação, mas já de antemão peço um pouquinho mais de 20 minutos. Eu serei breve porque entendo que o mais interessante, como o próprio Senador Kajuru colocou, é a fase dos debates; e acho que é nessa interação que poderei, talvez, esclarecer melhor todos os pontos.

Vamos iniciar a apresentação.

A ideia, a agenda que preparei é falar um pouco, antes de entrar nas ações prioritárias do Ministério de Minas e Energia. É importante... Foi muito importante para mim, ao assumir o ministério, conhecer um pouquinho mais do setor energético brasileiro. Então, farei uma apresentação para os senhores mostrando qual é a relevância do setor energético para o Brasil, algumas características da nossa matriz energética que é bastante peculiar no mundo, os desafios que temos, o arranjo institucional e, por fim, o mais interessante que são as ações prioritárias do ministério.

A energia é fundamental para o desenvolvimento e o crescimento econômico de qualquer país e nós trabalhamos essa questão de forma bastante planificada. Para tanto, temos uma empresa de planejamento energético chamada EPE, que faz as projeções do setor de energia do País. Atualmente a EPE e a Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético do ministério consideram, de acordo com os estudos, um crescimento médio de 2,7% entre 2018 e 2022 e, de 2023 a 2027, 3%, o que efetivamente vai levar a um aumento na demanda por energia.

Só para os senhores terem ideia da magnitude de investimentos que vai haver, considerando aqueles números que eu apresentei para os senhores de um crescimento de 2,7% até 2022 e até 2027 de 3%, significa investimentos da ordem de R$ 1,5 trilhão em petróleo, gás e biocombustíveis; até 2027, R$ 400 milhões em energia elétrica e R$ 80 bilhões até 2022 na mineração.

O ministério, ano passado, foi responsável por aproximadamente um terço das receitas do Governo Federal, com a arrecadação de impostos da ordem de R$74 bilhões.

As características da matriz energética. Nós podemos nos orgulhar de que nós temos uma das matrizes mais limpas do mundo. Os senhores podem ver que no Brasil 44% são de fontes renováveis e 56% não renováveis. O mundo é isso aqui, 14% de renováveis e 86% de não renováveis.

Eu participei há pouco tempo, nos Estados Unidos, de uma, talvez, a maior convenção de energia do mundo, chamada de CERAWeek, lá, em Houston, e um dos pontos principais que estavam sendo abordados lá era a transição energética e eu, participando de um painel, pude dizer lá, para eles, que a transição energética aqui no nosso País já começou há muitas décadas, principalmente na década de 70, quando nós construímos Itaipu. E Itaipu até hoje é a maior hidrelétrica binacional do mundo, também um exemplo em todos os outros sentidos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a nossa transição energética aqui, na realidade, começou há 40, 50 anos, e é por isso que hoje em dia nós estamos nessa condição, que eu diria que é uma condição privilegiada, porque, vejam os senhores, as emissões de gás carbônico *per capita*, por habitante, nos Estados Unidos, 15.5, no Brasil, 2.2, e isso significa que nós podemos, devemos e vamos crescer, porque temos como suportar esse desenvolvimento sustentável dentro de matrizes limpas. Está aqui: o País, por habitante, apenas tem uma emissão de 2.2, enquanto outros países, que os senhores estão vendo aí, têm esse grau de emissão.

Bom, e quais são os desafios para isso tudo? Nós temos, como eu disse, que promover a inspeção da matriz, garantir a segurança energética – segurança energética é o que nós estamos fazendo hoje, por exemplo, em Roraima, a um custo muito elevado; vou abordar isso um pouquinho mais adiante –, atender os objetivos do desenvolvimento sustentável e, fundamental para que a gente tenha crescimento e desenvolvimento, justeza tarifária.

Hoje, infelizmente, a nossa energia é uma energia cara, é uma energia que, comparada com outros países, e eu não estou comparando a países desenvolvidos, mas a países até aqui, dentro da América do Sul, é uma energia cara. A nossa energia é, por exemplo, três vezes maior do que a energia gerada nos Estados Unidos.

Bom, e como é que nós pretendemos fazer tudo isso, essa justeza tarifária, que é decorrente de diversos fatores? Nós estamos procurando aperfeiçoar a governança do ministério e dos órgãos vinculados ao ministério, a estabilidade regulatória e jurídica é fundamental para aqueles investimentos que nós vimos, da ordem de R$1,7 trilhão, se nós considerarmos petróleo, gás e a parte elétrica e também a mineração.

E isso tudo constitui o quê? Previsibilidade para os investimentos. É fundamental. Ninguém vai investir se não tiver as condições, se não tiver as garantias para aportar aqui os seus recursos e ter, como qualquer investimento, o retorno esperado.

E qual é o arranjo institucional que nós temos no ministério? Nós estamos organizados – e eu vou mostrar a seguir como nós estamos estruturados no ministério – para isso, para planejar e executar as políticas dos setores, para fomentar a sustentabilidade e o desenvolvimento econômico, social e ambiental, incentivar o desenvolvimento de novas tecnologias.

E isso tem ocorrido efetivamente. Vou dar aqui dois exemplos. Da energia eólica e da energia solar no País caiu muito o preço. Se não me falha a memória, da eólica caiu megawatt/hora de U$121 para U$19 em dez anos, menos de dez anos. E isso aí é tudo fruto disso, desenvolvimento e utilização de novas tecnologias. Evidentemente que está associado também a uma maior demanda, a uma maior escala de consumo. O preço tende a cair. E a busca do equilíbrio estrutural e conjuntural do sistema.

Bom, é dessa forma que nós estamos estruturados. Tem ali o ministro, o seu gabinete, a secretaria executiva. E aqui estão presentes a minha secretária executiva e os meus secretários, que é o secretário de energia elétrica, o secretário de planejamento e desenvolvimento energético, petróleo, gás natural e biocombustíveis, e finalmente geologia, mineração e transformação mineral.

E as entidades vinculadas ao ministério são três agências reguladoras: a Aneel, de energia elétrica; a ANP, de petróleo, gás e biocombustíveis; a Agência Nacional de Mineração. E os outros são

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

empresas de economia mista ou empresas dependentes, vinculadas ao ministério. De economia mista, Eletrobras e Petrobras, que são as maiores empresas do País...

(*Soa a campainha.*)

O SR. BENTO ALBUQUERQUE – ... e as empresas do Serviço Geológico brasileiro, o CPRM; a do pré-sal, que é a PPSA; a INB, que é Indústrias Nucleares do Brasil; e a Nuclep, que é uma empresa de equipamentos pesados.

E quais foram as ações práticas que nós adotamos no ministério desde que assumimos? Primeiro, eu me dirigi a todos os funcionários do ministério e fiz isso na minha primeira semana no ministério. Depois, iniciamos uma série de reuniões durante sessenta dias, em que nos reunimos com os investidores, nos reunimos com todas as associações vinculadas ao ministério, associações do setor elétrico, associações do setor de mineração, associações do setor de petróleo. E essa reunião foi baseada no princípio de que nós apresentávamos as nossas ações, como nós víamos cada setor, aquilo que gostaríamos de fazer e escutamos também todas as colocações que foram feitas.

E, dessa forma, vamos realizar agora no mês de junho uma nova rodada de reuniões, em que nós vamos fazer uma avaliação e uma reavaliação de todos os trabalhos, tanto por parte do ministério como por parte das associações. Também nos reunimos...

Já tive duas coletivas de imprensa formais lá no ministério, em que eu também, na primeira reunião, apresentei as ações do ministério e agora nós já começamos a fazer uma avaliação, uma crítica sobre tudo aquilo que nós estamos conduzindo. Também estamos trabalhando com órgãos do Estado brasileiro, como o Tribunal de Contas da União, que é fundamental para o acompanhamento das atividades do Executivo, particularmente as do Ministério de Minas e Energia.

Bom, também tivemos oportunidade e foi muito interessante. Estão sendo bastante produtivas, porque estamos alcançando resultados, as relações que estamos tendo com os Parlamentares, principalmente a partir do início de fevereiro, quando se iniciou a nova legislatura, e também com os Governadores de Estado. Já tivemos mais de 60 encontros e também tivemos reuniões de trabalho com todas as entidades, aquelas que eu mencionei para os senhores: as agências reguladoras e as empresas. Tivemos reunião de trabalho com todas essas organizações e vamos também voltar a realizar isso sempre de forma bimestral, para que a gente possa ter uma avaliação melhor do andamento dos assuntos.

Em termos internacionais, nós tivemos missões e já acordos, principalmente em face das visitas presidenciais ao País ou do Presidente ao exterior.

Iniciando pela penúltima, que foi aos Estados Unidos, lá foi lançado um fórum de energia Brasil-Estados Unidos e estabelecemos já o mecanismo de cooperação e também, até o dia 20 de abril, virá uma delegação do Departamento de Energia dos Estados Unidos e também da área de mineração, para iniciarmos e cumprirmos uma agenda que está sendo elaborada pelos dois ministérios. Entendemos que é um bom momento para nós realizarmos essa cooperação. Temos muito para trocar e muito também para obter de resultado.

Em relação ao Peru, também numa participação internacional do ministério, nós fizemos uma declaração de cooperação na área de energia e mineração. Estamos para programar uma visita técnica do Peru ao País, que deve ocorrer também no mês de abril ou início do mês de maio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje está indo uma delegação do Ministério de Minas e Energia para a Argentina, para cumprir uma agenda de intercâmbio de energia e mineração e com o regresso previsto para sexta-feira.

Em relação ao Paraguai, nós já iniciamos os trabalhos em nível do País, do Brasil, e iniciaremos também, a partir do segundo semestre, tratativas com a parte paraguaia.

E a Bolívia, como os senhores sabem, agora, em 2019, vence o contrato do Gasbol, o gasoduto Bolívia-Brasil, que foi construído pela Petrobras. Já iniciamos as negociações. A Petrobras iniciou as negociações com o acompanhamento do ministério porque a questão do gás – nós vamos ver mais adiante – é vital para o futuro da matriz energética do País.

Agora, vamos falar das ações prioritárias do ministério, vamos falar de todas essas ações, vamos falar delas por cada setor. Iniciaremos pelo setor de petróleo, gás e biocombustíveis e depois vamos para o setor elétrico e também para o setor de mineração.

No que diz respeito ao setor de petróleo, gás e biocombustíveis, antes de iniciar a apresentação das ações prioritárias, eu gostaria de apresentar algumas características dentro da ação prioritária do ministério, que é o leilão do excedente da cessão onerosa, como é conhecido. O que significa esse leilão em termos de reservas para o País? É estimado que nós venhamos a dobrar as nossas reservas existentes, que hoje são da ordem de 12 bilhões de barris: a perspectiva é que alcancem 20 a 24 bilhões de barris.

Serão arrecadados, nos próximos 35 anos, cerca de R$1 trilhão. O pico da produção nessa área deverá ser de 2 milhões de barris por dia, e deverão ser construídas aproximadamente 17 plataformas para apoiar essa operação.

Para os senhores terem ideia, o setor de petróleo e gás hoje responde por 13% do PIB brasileiro, e a expectativa é de que esse número cresça bastante nos próximos 20 anos. Entre 2017 e 2040, o Brasil responderá por 23% do aumento de produção mundial de petróleo – daqui a 20 anos nós seremos um dos cinco maiores produtores de petróleo do mundo – e também dobraremos, até 2030, a nossa produção de gás natural, que irá de 112 para 220 milhões de metros cúbicos/dia.

Eu estive, como eu falei, recentemente na CERAWeek, eu estava participando de um painel, e nesse painel estava o Presidente da British Petroleum, e ele, espontaneamente, durante o painel, disse que o novo Oriente Médio do mundo era o pré-sal brasileiro. Isso ele falou com todas as palavras, e isso foi muito abordado lá, inclusive durante a visita do Presidente aos Estados Unidos.

E do que a gente precisa para viabilizar essa cessão onerosa e qual é a motivação que nós temos para isso? Como eu disse, são valores fabulosos em termos de riqueza. É considerada a província com maior nível de produtividade e volume do mundo e ela também proporcionará uma coisa muito interessante que é a integração do gás do pré-sal na matriz energética brasileira, principalmente na região que demanda maior volume de energia segura...

(*Soa a campainha.*)

O SR. BENTO ALBUQUERQUE – ... que é a região do Sudeste.

E por que nós vamos realizar a última reunião do Conselho Nacional de Política Energética, que marcou o leilão para o dia 28 de outubro de 2019, por que que nós vamos realizar isso em 2019? Primeiro, porque existe disponibilidade de capital mundial para esse tipo de investimento. Nós fomos procurados pelas maiores empresas mundiais de petróleo...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. BENTO ALBUQUERQUE – ... e essas empresas estão interessadíssimas e têm recursos para isso. Caso não ocorra este ano, estudos dão conta de que nós vamos ter uma perda, que se chama custo de oportunidade, de U$7 bilhões por ano. Por que isso? Porque quem é investidor, se ele não tem aquela oportunidade, ele vai procurar outras oportunidades, não vai ficar com o dinheiro dele parado.

E eu gostaria só de mencionar que aqui na América do Sul está surgindo uma nova província com excelentes perspectivas de exploração, que é localizada na área marítima da Guiana. Não sei se já ouviram falar disso, mas é uma área promissora e para lá certamente irão investimentos. Daí nós não podermos perder essa oportunidade.

E quais são os resultados esperados. Alguns eu até já falei, que é impulsionar a política de petróleo e gás no País, a integração do gás do pré-sal à matriz energética, aumentar a competitividade e, também, muito importante para o País voltar a crescer, é ter uma maior arrecadação e perspectivas de investimento.

Bom, agora vamos falar do gás. Muito tem se falado sobre o gás, a importância do gás para o País, por que o gás é tão caro no País. Eu gostaria de apresentar inicialmente algumas características que apontam por que temos determinadas carências, eu diria.

A Petrobras é responsável por 75% da produção, 100% da importação, 40% do consumo. A Petrobras é a maior consumidora de gás do País – porque o gás é utilizado no refino e em diversos outros produtos – e controla ou tem influência significativa na operação de 100% da infraestrutura. Tudo é Petrobras. E ela é sócia de 20 das 27 distribuidoras de gás do País.

E aí, qual é o resultado disso? Não é porque é a Petrobras isso, mas o resultado, ou seja, qual é o raio-X da nossa situação em relação a gás? Nós temos uma rede de transporte num País como o nosso, depois eu vou mostrar alguma comparação para os senhores, de 9 mil quilômetros de gasodutos, vamos assim dizer.

Aproximadamente somente 4% das residências têm gás canalizado, com concentração principalmente no Sudeste. A participação do gás na oferta de energia interna é de apenas 12%. E o que nós precisamos repensar? É a regulação porque, como está hoje, a produção, o transporte e a comercialização são monopólio da União. E o serviço de gás canalizado é monopólio dos Estados.

Agora, vamos ver qual é a comparação. Olha só, o Brasil tem 9.400km de gasodutos. Argentina tem 29 mil quilômetros, os Estados Unidos têm 490 mil quilômetros. A participação do gás na matriz.

No Brasil, como eu já havia mencionado, 12%; na Argentina, 52%; e, nos Estados Unidos, 33%. O último ali é a extensão territorial.

Então, nós temos que melhorar a nossa infraestrutura no que diz respeito a gás. Não basta descobrir gás no pré-sal, senão nós vamos utilizar esse gás para exportar e não para utilizar no nosso Território, porque nós não temos infraestrutura.

O mercado de gás, como nós vimos, é concentrado na oferta e na demanda. Não há competitividade, nem há interesse do investidor em aportar investimento, porque é monopólio isso.

Pretendemos aumentar, dentro dessa regulamentação que vai passar aqui por esta Casa certamente, a oferta em até 70% do gás até 2027. E o investimento, caso haja essa regulamentação, nós imaginamos que, até o ano de 2030, seja da ordem de R$50 bilhões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, e o que nós estamos fazendo? É a promoção do novo mercado de gás, como eu até mencionei na última coletiva de imprensa de que eu tive a oportunidade de participar, que tem o objetivo de promover a concorrência no mercado, coisas que eu já falei, do aperfeiçoamento do marco legal e regulatório, criando ambiente favorável, evidentemente, ao investimento.

(*Soa a campainha.*)

O SR. BENTO ALBUQUERQUE – O que a gente espera também eu já falei: competitividade, redução do preço, abertura do mercado, atrair investimentos e particularmente aumentar a integração do setor de gás natural, de energia com o setor elétrico, será vital para que a gente possa manter também a nossa matriz mais limpa e a um custo mais baixo.

Voltando aqui a Roraima, desculpa, Senador Chico Rodrigues, utilizar o exemplo de Roraima, mas é a situação que estamos vivendo. Todos os consumidores brasileiros terão que pagar, no fim do ano ou ao longo do ano, o custo de R$1,9 bilhão. Por quê? Porque nós estamos gerando 210MW utilizando apenas térmicas a óleo diesel. São 80 caminhões de óleo diesel trafegando diariamente em direção a Roraima para poder manter a segurança energética a um custo que eu já mencionei aqui para os senhores.

Bom, agora vamos falar do setor de energia elétrica, também sempre apresentando as características gerais do setor. Hoje em dia, a nossa capacidade instalada é de 163GW. É bom dizer também que, no início deste ano, tendo em vista particularmente o verão, nós batemos recordes de consumo – se eu não me engano, foram três ou quatro recordes de consumo –, e isso mostra também que o nosso sistema está mantendo a segurança energética, o que é muito importante para o País, porque ele suportou bem, apesar dos pesares da falta de chuva e também de outros problemas que nós tivemos aí no início deste ano.

Número de unidades consumidoras, 83 milhões; 145 mil quilômetros de linhas de transmissão. Como eu já tinha mencionado lá no início, R$400 bilhões.

Outra coisa também que é para nós nos orgulharmos é que 80% da energia elétrica do Brasil é de fontes renováveis.

Na matriz energética, é quase 50%. E, na energia elétrica, 80% de fontes renováveis.

Bom, o que nós precisamos? Eu considero que o setor elétrico é um setor muito bem estruturado, mas nós precisamos sempre aprimorar o ambiente, para que ele tenha sustentabilidade e, principalmente, segurança jurídica e regulatória.

Quando eu falar das ações prioritárias, eu vou falar das questões do risco hidrológico, que é uma das coisas que não dá segurança jurídica. E o que a gente espera é isto: garantir suprimento, crescimento econômico, competitividade, novas tecnologias, liberdade de consumidores e, principalmente, justeza tarifária.

Bom, risco hidrológico, como eu disse, eu ia falar. Qual é a importância disso? É justamente acabar com a judicialização no mercado de curto prazo. Hoje nós temos um passivo de R$7 bilhões. E o que isso gera? Os credores não recebem o dinheiro. Os novos investidores ficam receosos de entrar no mercado porque, no final das contas, eles vão ter de efetivamente pagar as contas, como os consumidores também pagam.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, isso é uma coisa que já foi trabalhada, passou por esta Casa aqui, hoje em dia encontra-se lá na Câmara dos Deputados...

(*Soa a campainha.*)

O SR. BENTO ALBUQUERQUE – ... e nós temos a perspectiva de que o Projeto de Lei 10.985, de 2018, venha a ser aprovado pela Câmara dos Deputados na maior brevidade possível, dentro do trâmite legislativo.

Isso resolve o problema de 2013 até hoje. Nós temos de resolver o problema para o futuro. Já estamos trabalhando isso, inclusive com lideranças aqui do Congresso Nacional, para que possamos fazer a revisão das garantias físicas e dar uma solução estrutural principalmente para as usinas que compõem o nosso sistema e que, como nós vimos ali, são responsáveis por grande parte da geração.

Bom, Roraima, agora, eu já antecipei alguns comentários. Mas a situação se agravou principalmente no início de março, quando a Venezuela deixou de cumprir o contrato de fornecimento que ela tinha com a Eletronorte. É uma empresa subsidiária da Eletronorte, mas ela tem esse contrato. E ele não está sendo honrado.

Nós esperamos que o Estado, através do famoso Linhão, para cuja implantação há edital desde 2010, 2009, alguma coisa assim... Passados quase 20 anos, nós estamos nessa falta de perspectiva.

Mas nós estamos trabalhando. Isso era uma prioridade do ministério mesmo antes dessa questão da Venezuela. E nós acreditamos que nós vamos iniciar as obras no início do segundo semestre do corrente ano, que ficarão finalizadas até o final de 2021.

Mas, em paralelo, nós vamos realizar um leilão agora em maio, com fontes renováveis de energia, para não ficarmos dependentes das térmicas, de que falei, para que também elas possam entrar em operação já no início de 2021.

Eletrobras é outro assunto que também está na ordem do dia, mas é importante que a gente tenha uma noção do que essa empresa representa para o País. Os senhores imaginem uma empresa que é responsável por 30% da geração e 50% da transmissão e que simplesmente quebrou! Ela quebrou em 2012, ela acumulou prejuízos, como está ali escrito, da ordem de R$22 bilhões.

(*Soa a campainha.*)

O SR. BENTO ALBUQUERQUE – Para os senhores terem ideia, para ela manter essa participação no setor elétrico do País, ela teria que fazer investimentos da ordem de 11 a 12 bilhões. Agora, após o saneamento que houve nos últimos dois anos por parte da empresa, ela só tem condições de investir quatro bilhões. Isso é muito ruim para uma empresa desse porte.

Bom, o que que nós esperamos? Nós esperamos reposicionar a Eletrobras como investidor no setor elétrico nacional e também sem utilizar recursos da União, até porque a União não tem recursos, como todos nós sabemos, para investir.

Itaipu, que eu também já disse que é uma das atividades internacionais do ministério. Nós vamos renegociar o contrato que termina, o Anexo C, que é parte do acordo de Itaipu, que vence agora em fevereiro de 2023. E qual a importância dele? Por que que... Está vencendo em 2023, qual é o esforço agora em 2019? Eu diria que a gente já está até atrasado, porque o Paraguai já vem trabalhando nisso há alguns anos, e nós... Evidentemente de forma isolada, o Itamaraty, o próprio

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gabinete de segurança institucional, alguma coisa no Ministério de Minas e Energia, mas não estava sendo feito de forma coordenada e integrada e principalmente dialogando com o nosso parceiro que é o Paraguai. Então está estabelecido, há um mês, um grupo de trabalho constituído por representantes de vários ministérios, que será fundamental para que a gente defina como será a comercialização da energia de Itaipu.

Hoje, por exemplo, Itaipu... Se não me falha a memória, o Paraguai só pega 15% dessa energia, o restante todo é para o Brasil, 85%. E se não for assim no futuro? Nós temos que saber o custo dessa energia e quanto nós vamos poder dispor dela no futuro, porque isso vai ser importantíssimo para que a gente faça os leilões das novas gerações de matrizes, de fontes, para os anos vindouros. Então estamos trabalhando nisso, estamos bastante otimistas e talvez num período de um a dois anos a gente esteja com isso concluso e a gente possa ter uma boa previsibilidade.

No que diz respeito a Angra 3, é uma obra que já tem bastantes anos e ela é importante pelos 1,4 gigawatt de potência que ela vai poder fornecer ao País. Ela é fundamental também porque propicia, vai propiciar maior segurança energética ao nosso sistema, principalmente na Região Sudeste, onde ela está localizada, não demandando também linhas de transmissão que tenham que vir a ser construídas para colocar essa energia no sistema.

E ela também vai reduzir o acionamento de térmicas, principalmente na Região Sudeste, e também vai compensar aquele chamado risco hidrológico.

Bom, agora, por fim, o último setor que eu vou abordar é o setor de mineração, que tem características que eu mesmo, antes de assumir o ministério, desconhecia.

O Brasil, em 2017, – e não mudou nada agora em 2018 – é o terceiro maior valor de produção mineral do mundo, ficando atrás apenas da Austrália e do Canadá. E nós temos uma das maiores diversidades de *commodities* minerais com reserva conhecida: 50 no mundo. O Chile, que os senhores estão vendo, pelo tamanho do país e pela posição em que ele se encontra ali em termos de produção mineral, tem três *commodities* basicamente. O Brasil tem 50!

Isso mostra que nós temos muito a crescer no futuro. Gera 2,7 milhões de empregos diretos e indiretos e é responsável por 4% do PIB.

E, no que diz respeito às exportações, é responsável por 20% das exportações brasileiras.

(*Soa a campainha.*)

O SR. BENTO ALBUQUERQUE – E, no ano passado, foram cerca de US$49 bilhões.

Bom, o Banco Mundial prevê um aumento da demanda, principalmente para essa transição das economias de baixo carbono, porque o mineral é fundamental, por exemplo, para a energia solar, a eólica e por aí vai. Tudo é mineral! Tudo é mineral.

Diferentemente da agricultura, só não é *pop,* e eu espero que ainda, porque a gente vai tornar o mineral *pop* também, a mineração *pop*.

Bom, ações... Uma das prioridades do ministério – e quando eu assumi, coloquei isso no meu discurso de posse – era a estruturação da Agência Nacional de Mineração e de outros órgãos vinculados, particularmente o Serviço Geológico do Brasil, de que não realizamos levantamentos já há algum tempo. Muito pouco do nosso território é prospectado, houve um avanço tecnológico muito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

grande, e nós paramos no tempo. E estamos perdendo, como estamos vendo. Com uma diversidade enorme de *commodities*, 50, a gente não consegue evoluir nesse sentido.

Então, nós já tínhamos essa prioridade. Aí, ocorreu Brumadinho, como todos nós sabemos, e isso evidentemente acelerou o nosso processo. Então, estamos em fase – e com uma contribuição já grande do Congresso para o aprimoramento das leis e normas que tratam de segurança, por exemplo, de barragens –, estamos aprimorando nossos mecanismos de fiscalização; a nossa Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral tem reuniões diárias no País para tratar desses assuntos, do aprimoramento e da fiscalização, e estamos efetivamente melhorando isso. Estamos formando novas pessoas. Iniciou-se ontem, segunda-feira, um curso para cerca de 40 pessoas na Enap, para que, daqui a algum tempo, eles se juntem à fiscalização da Agência Nacional de Mineração, propiciando um maior controle e, evidentemente, provendo maior segurança para a população.

No que diz respeito à atratividade do setor, como em todos os outros setores, nós temos que ter um ambiente de segurança jurídica e credibilidade institucional. É bom que se diga que, no País, aqui, a única coisa que é feita de mineração de forma estatal são as indústrias nucleares do Brasil, porque o urânio é monopólio da União. Todo o restante é do setor privado. E propiciar novas descobertas, como eu já falei aqui, para que a gente possa abrir novos empreendimentos.

Sr. Presidente, muito prazer em tê-lo aqui ao meu lado. Senador, eu apresentei aqui... Espero não ter passado muito do tempo, mas falei de forma bastante sucinta sobre o ministério, que é um ministério não só grande, mas também bastante complexo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Agradeço ao Ministro Bento Albuquerque pela bela explanação aqui, na Comissão de Infraestrutura, sobre o setor elétrico brasileiro.

Na verdade, Sr. Ministro, é um dos setores mais importantes do Brasil, tendo em vista que, mesmo com toda essa potencialidade hidráulica, o Brasil ainda tem alguns problemas, sobretudo a questão do gás, até mesmo a questão das linhas de transmissão e até mesmo a distribuição e produção. Como ele bem disse aqui e deixou claro, Kajuru, é uma das energias mais caras do mundo, do Planeta, tendo em vista que, lamentavelmente – não sei qual a regra do jogo que se implanta no setor elétrico brasileiro –, não é só a questão da energia, mas é até mesmo o petróleo, não é, Ministro?

Nós estamos com uma capacidade produtiva... Eu estou com quase 70 anos de idade e já ouvia, num passado bem recente, se dizer "olha, o Brasil, daqui a pouco, terá a capacidade de produção e o petróleo vai baixar". E, por incrível que pareça, é um dos petróleos mais caros do mundo. Nós exportamos para o Paraguai por quase 50% a menos do que o recurso vindo do mercado interno. Então, eu acho que são políticas públicas que temos que rever.

E quero aqui cumprimentá-lo. Sei perfeitamente da sua capacidade administrativa e espero que o nosso Ministro de Minas e Energia esteja entregue em boas mãos, sobretudo com uma bela equipe que tem se constituído, para nós construirmos um setor elétrico decente e, acima de tudo, nós baratearmos a energia elétrica neste País, que, lamentavelmente, está afugentando até mesmo o capital brasileiro, que está indo para o país vizinho do Paraguai. Mas este é um assunto de que vamos tratar no momento oportuno.

Pela ordem de inscrição aqui nós temos vários Senadores. Nós temos que estabelecer aqui...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Meu caro amigo Kajuru, V. Exa. é o primeiro inscrito. Vamos estabelecer aqui cinco minutos. Acho que seria o suficiente para fazer uma bela indagação e, naturalmente, a resposta.

Pois não.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO (*Fora do microfone.*) – Qual é a ordem?

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Temos vários. Mas aqui não está...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO (*Fora do microfone.*) – Qual é a ordem?

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Pela ordem de inscrição, com a palavra o Senador Kajuru.

V. Exa. tem cinco minutos para fazer as suas indagações.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Obrigado, Presidente Senador Jayme Campos.

V. Exa. brincou comigo na audiência do Ministro Tarcísio, da Infraestrutura, quando indagou se estava aturdido ao ouvir o Senador Kajuru elogiá-lo. O senhor disse "para merecer elogio do Kajuru, é algo difícil demais". Não é, não, basta ter competência. Aqui está um cearense carioca, cuja história eu conheço, preparadíssimo, e o governo merece elogios por tê-lo escolhido para esse setor tão importante, que é o Ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque. Basta ver a preparação do seu início de apresentação da situação do seu ministério.

E eu me permito, Ministro, pedir a V. Exa. que me deixe fazer um rápido prefácio antes do principal questionamento respeitoso.

Uma barragem com material radioativo do tamanho de cem maracanãs pertencente a Indústrias Nucleares do Brasil (INB), do Ministério de Minas e Energia, está com sua estabilidade comprometida. Segundo a Agência Nacional de Mineração (ANM) e estudos de parte da Universidade Federal de Ouro Preto, há risco de rompimento. Vale ressaltar que ninguém é capaz de prever as consequências do rompimento de uma barragem radioativa contendo 12,5 toneladas de lixo radioativo – e aqui acrescento tório, urânio e ródio. A exploração da mina foi desativada em 1995, é de seu conhecimento. Além da barragem radioativa, a INB possui outra barragem de água, com 3,9 milhões de metros cúbicos, também com o risco de rompimento em Caldas Novas. Em 2011, a empresa apresentou um plano de descomissionamento. O processo todo tem custo estimado de R$2 bilhões aproximadamente. O Ministério Público Federal propôs, em 2015, uma ação civil pública em Poços de Caldas, e tem até o dia 30, agora, de março para a apresentação de seu plano de emergência, Ministro.

Mas eu pergunto: quantos anos a mais o Poder Público levará para resolver esse problema? A população e a natureza de dois Municípios do sul de Minas Gerais estão sujeitas a serem vítimas de mais um crime brutal – brutal! O que eles podem, Ministro, esperar de fato?

Permita-me a ponderação final. Em 2011, um *tsunami* provocou um grave acidente na central nuclear de Fukushima, causado pelo derretimento de três setores nucleares que liberou uma enorme quantidade de césio-137 na atmosfera, na água e no solo. Em 2016, 80% de todo o trabalho de recuperação...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – ... das cidades atingidas – e aqui fecho – estava concluído. E fecho como? V. Exa. entende ou não que esse retrato que apresentei aqui humildemente é um retrato de que o Estado brasileiro está falido? – ponto de interrogação.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Cumprimento o Senador Kajuru.

Mas me parece que foi o Presidente que estava presidindo a reunião, o Presidente Marcos, que sugeriu de fazermos em bloco, não é? – pelo menos de quatro Senadores, que será suficiente.

Concedo a palavra, pela ordem de inscrição, ao ilustre Senador Telmário Mota. V. Exa. está com a palavra, por cinco minutos.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR. Para interpelar Ministro.) – Obrigado, Sr. Presidente, Senador Jayme.

Srs. Senadores, Sras. Senadoras, nosso convidado Alte. Bento Albuquerque, eu vou centralizar a nossa pergunta com relação a Roraima, porque eu sou Senador por Roraima.

Você sabe que, ao Linhão de Tucuruí, assim chamado, Roraima é o único Estado que não está interligado. Eu estou falando para V. Exa., mas falando também para quem está nos ouvindo. E em 2011 foi a licitação para estes 715km de linha, saindo de Manaus até o Estado de Roraima, sendo que passam 120km dentro da área dos waimiri atroari, uma área indígena. E os indígenas sempre alegam que não são contra, são a favor, mas que dependem de uma consulta que é prevista na OIT 69, que é um acordo que o Brasil realmente assinou, etc., etc. Bem à luz da verdade, não é bem assim, porque, no dia 16 de dezembro de 2015, quando a Dilma ainda era Presidenta, nós conseguimos autorização, tanto da Funai quanto do Ibama, para passar essa energia. O que aconteceu ali? Com a queda da Dilma, houve uma ação judicial e também o desinteresse pelo Governo do Michel Temer.

O sistema energético a vida inteira foi controlado pelo MDB, e lá as termoelétricas dão muito lucro. Acabou de V. Exa. colocar aqui que são 150 milhões pelos 200MW que vinham da Venezuela, e 900 milhões por 70MW ou 80MW que as termoelétricas complementavam isso aí.

Então, Roraima hoje está praticamente na estaca zero. Não há como crescer em Roraima se não houver uma energia sólida, consistente. Agora, como o Presidente Jair Bolsonaro aprovou isso no Conselho de Segurança como uma necessidade – não é bem necessidade, é como de área de segurança ou coisa dessa ordem –, o que os indígenas estão dizendo? Estiveram agora com a Procuradora, através da 6ª Câmara, com a Dodge, e ela disse que a consulta tem que existir, e que eles estão esperando essa consulta. Essa consulta, nós temos que ser bem claros: é consulta ou é pagamento? Nós temos que tratar a coisa de uma forma mais transparente: eles querem ganhar quanto? Porque, quando passou a BR-174, até hoje eles têm energia lá, até hoje eles têm um ganho da Eletronorte. E esse valor foi suspenso e eles querem a retomada desse valor. Porque lá passa a linha de transmissão da internet, e eles têm internet e eles têm energia. Os waimiri atroari têm energia.

À luz da verdade, ali havia um indigenista que estava a serviço da Eletronorte, um tal de Carvalho, que já foi embora, e esse camarada tinha uma filha que dava o licenciamento da Funai, então ele vendia dificuldades para colher facilidades. Roraima não aguenta mais isto, esse jogo de empurra-empurra. Ali há um interesse econômico, há ONGs bem expostas ali, e essa filha do Carvalho,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que eu tentei aqui levantar o nome dela até para fornecer, lamentavelmente não tem que trabalhar na Funai, que é realmente que dá o licenciamento.

Então, para a gente ser mais sucinto, o que os índios alegam hoje? Que na década de 70, quando foi feita a BR-174, eles tinham 3 mil pessoas, e que houve um massacre e que isso caiu para a casa de 374 pessoas, e que hoje eles têm duas mil, cento e poucas; isso é a presença do branco – vou falar dessa forma. Não é verdade, eu nasci numa comunidade indígena, minha mãe era indígena, e não existe esse negócio de presença do branco, não. Eu fiquei naquela... Porque lá ainda colocam uma corrente, e Roraima é o único Estado albergado: às 6h baixa uma corrente...

(*Soa a campainha.*)

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – ... e só abre às 6h.

(*Soa a campainha.*)

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – Eu preciso completar, Sr. Presidente, porque o meu Estado está numa crise! E esse assunto é importante.

Eu mesmo já fiquei ali, chegando cinco minutos depois que aquela corrente baixou, e passei a noite inteirinha. E via o Sr. Carvalho, estrangeiros entrando e saindo. E eu, brasileiro, fiquei de fora, não passei. Então, tem que acabar essa brincadeira desse empurra-empurra. E V. Exa., como bem disse o Senador Kajuru, é um homem preparado, um homem que tem compromisso com este País, que veio da Marinha, que tem serviços prestados da mais alta relevância, que tem o nosso respeito e o nosso carinho. Eu acho que está na hora de parar com essa brincadeira, esse empurra-empurra e resolver, realmente, de uma vez, essa situação do Estado de Roraima.

V. Exa. disse que no segundo semestre e está previsto... O Governador acabou de dizer que agora vai ser realidade – e o Governador de lá é uma fantasia – e que V. Exa. está indo lá para dar a ordem do serviço.

Eu queria só pedir para V. Exa... O povo de Roraima não aguenta mais brincadeira, o povo de Roraima já não aguenta mais ser enganado. Já no próprio Governo atual, vários ministros vão lá, mas isso se torna um turismo, não há resultado prático. Foi o Ministro da Saúde lá, e Roraima hoje está com 500 cirurgias ortopédicas para serem efetuadas. Eu queria só, Presidente, estender esse aspecto, porque é importante dar uma luz para o Ministro que está indo para o meu Estado no dia 29. Nós temos hoje a questão econômica do Estado de Roraima num abalo absoluto. Nós estamos com três órgãos, secretarias importantes, paralisados, em greve. Nós estamos com mais de oito meses com os terceirizados sem pagamento. Nós estamos com o transporte escolar totalmente parado, as aulas não começaram. Nós estamos com uma fronteira isolada, com mais de 152 carretas, com 30 toneladas, paralisadas, sem poder andar. Então, Roraima não aguenta mais discurso fácil, discurso demagogo, não aguenta mais turismo do Governo Federal no nosso Estado, Ministro. Então, eu queria que V. Exa. fosse para lá com essa consciência, para não ser usado politicamente e estar, mais uma vez, levando sonhos e esperanças e tirando a fé daquele povo. Ali moram brasileiros! Ali moram brasileiros!

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – Valéria? Pronto. O Senador Chico é bem atualizado. Essa é a filha do Carvalho. Essa menina se tornou o obstáculo da energia do Estado de Roraima.

Ministro, eu queria, se possível, V. Exa. precisar para a gente...

Outra coisa. V. Exa. falou aí, por exemplo, que Roraima tem um consumo de 200MW a 270MW, que a Venezuela está nessa crise e que o acordo com a Venezuela termina em 2020. Ninguém sabe se retoma ou não retoma. Nós fizemos, na Subcomissão – sou Presidente, está aí o Chico, estavam outros Senadores aqui –, já um diálogo. Hoje, a fronteira já abriu de forma bem leve, estão passando os alunos – mais de mil alunos não estavam vindo estudar.

O que eu queria ver com V. Exa.? Antes dessas energias renováveis, que são para 2021, nós temos três termoelétricas no Macapá, no Amapá, que estão paralisadas – elas foram de Camaçari. Elas são suficientes para, junto com as termos que temos em Roraima, dar o suporte da energia de que nós...

(*Soa a campainha.*)

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – ... precisamos, porque nós estamos vivendo no apagão. Já há um racionamento de energia. Eu, pelo menos, moro a 30km da cidade, já concluindo, meu Presidente, e passei 26 horas agora sem energia.

Resumindo, qual a pergunta que faço a V. Exa.? Não dava para levar essas termoelétricas de Macapá para lá até saírem essas energias renováveis? Até mesmo começar o Linhão levará dois, três, quatro anos. Então, para não ficarmos no apagão três anos, esperando essas energias renováveis até 2021 – é uma loucura! – ou até a energia da Venezuela voltar...

Segundo, quando é a previsão, de fato, para começar essas obras? Ir lá e só prometer... Olhe, de promessa, o povo de Roraima já não está mais indo nem à igreja!

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Esse é o nosso Senador Telmário, sincero, franco e fala a verdade.

Nós queremos convidar, antes de mais nada, para assumir a Presidência o ilustre Vice-Presidente desta Comissão, Senador Wellington Fagundes. Estou *pro tempore* aqui.

Antes de mais nada, concedo a palavra ao Senador Jean Paul Prates.

Com a palavra V. Exa.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para interpelar Ministro.) – Obrigado, Presidente Jayme. Cumprimento o Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Se me permite, convido o Senador Wellington Fagundes. Por favor, senta aqui no seu trono. Foi Presidente desta Comissão, agora como Vice-Presidente. Tenho outro compromisso.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Presidente Jayme, Ministro, eu gostaria de voltar um pouquinho à área do petróleo e gás, uma área tão importante e feliz em inicialmente comprovar que o que era visto há 15 anos e dito, não só no Brasil, como no exterior, até repercutindo vozes nacionais como blefe eleitoral, hoje é uma grande realidade, que é o pré-sal brasileiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, de fato hoje está consolidada essa figura. Parece que é preciso a gente ir ao exterior ouvir do Presidente da BP que nós temos aqui um novo Oriente Médio para de fato acreditar nisso. Entra Governo, sai Governo, nós temos que cuidar bem desta nossa reserva e principalmente, Ministro, ter consciência do nosso real poder de barganha, porque, ao que me consta, o Oriente Médio tem um poder de barganha bastante grande no mercado de direitos exploratórios de petróleo no mundo. Ou seja, se houvesse uma abertura completamente irrestrita no Oriente Médio, certamente todas as companhias de petróleo estariam hoje disputando bloco apenas lá.

No entanto, existe uma métrica normal desse mercado de exploração e produção que permite que essa disputa a que o senhor se referiu, às vezes o dinheiro está parado e competição com eventualmente uma área promissora da Guiana... Temos também as áreas promissoras da Venezuela em que muita gente está de olho, apenas esperando a eventual queda do Governo, alguma sublevação por lá mais bem-sucedida para entrar lá. Isso afeta o mercado. Esse, pessoal, é o mercado de direitos exploratórios do mundo. Existe um mercado disso aí. E nós, Brasil, como o próprio Ministro salientou – eu estou muito feliz em constatar isso –, estamos cada vez mais altos nessa escala de um poder de barganha do Estado brasileiro em relação a esse mercado. Isso significa que nós não podemos nos deixar inebriar pela ausência de objetivos internos para nós. Ou seja, como é que nós fazemos o nosso recurso natural abundante e muito interessante para toda a humanidade trabalhar em favor da nossa economia.

Então umas das perguntas que eu quero colocar aqui é quais são os objetivos do Ministério, do Governo em geral – o Ministério é apenas o implementador de uma política de governo maior em relação a isso – quanto à revitalização da indústria nacional, por exemplo, quanto à capacitação de mão de obra e não só mão de obra peão, toda a escala de aprendizado e de necessidade de mão de obra nesse setor, do desenvolvimento, tecnologia e inovação, porque é isso que faz a gente se diferenciar entre o que a Noruega fez com o petróleo e o que a Nigéria faz com seu petróleo. O Governo quer ser Nigéria ou Noruega, sem absolutamente nenhum detrimento em relação a país nenhum, mas apenas em relação às suas políticas. No caso da Noruega, o petróleo está acabando lá, já estão no final do ciclo no Mar do Norte. Nós acompanhamos o ápice disso nas décadas de 80 e 90. E a Noruega já conseguiu se posicionar como líder de *offshore* no mundo, vendedor de tecnologia, construiu um fundo soberano para as suas gerações futuras poderem viver do petróleo que eles vendem hoje. Aprimorou sua qualidade de vida, porque era basicamente uma vila de pescadores, apesar de ser um país europeu, mas tinha uma qualidade de vida muito mais baixa do que tem hoje, em função da questão do petróleo, e oportunizou ao cidadão norueguês e a outros da Europa em função disso nova situação econômica. Então, essa é a primeira pergunta.

Em relação à questão dos ativos de Petrobras, nós temos duas questões hoje postas aqui: a venda de refinarias. A venda de refinarias da Petrobras precisa ser explicada do ponto de vista de Governo, porque do ponto de vista da própria empresa, um executivo teria certamente dificuldade de explicar por que venderia um ativo que faz com que ele chegue ao mercado final.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Então, se é uma questão de competição, isso tem que ser dito do Governo para a Petrobras e da Petrobras para o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cidadão: "Olha, o Governo, porque acha que existe o monopólio, existe uma hegemonia que prejudica o mercado ou o cidadão brasileiro, está me mandando vender refinarias". A outra visão é: eu, como presidente da Petrobras, acho que tem que vender a refinaria porque é bom para a Petrobras, porque eu vou faturar, porque eu vou sair desse nicho para entrar no pré-sal, para ficar só na exploração e produção. E, nesse caso, haveria contestação forte da nossa parte, não só como acionista eventual, mas também como cidadão brasileiro. Uma coisa é a orientação do Governo. E aí é preciso admitir, que essa é uma coisa que as pessoas também têm uma certa dificuldade, que há, sim, ingerência, na gestão da Petrobras como política de Governo. Porque quando o Governo manda vender ou manda sair de um segmento, de alguma forma há uma ingerência que se negava a ver ou que pretendia não ver. Não adianta simular. Nesse caso, ou a Petrobras quer vender porque é negócio para ela vender esses ativos, ou há uma orientação do Governo, porque acha que aquele agente está hegemônico demais e precisa sair dali.

A mesma coisa acontece... E aí seria um ato de gestão independente, contestado no mercado em geral. Aí é o acionista que vai dizer, subindo ou descendo a ação. No caso do gás, a gente falou aqui da estrutura do gás também, é mais grave ainda, porque no caso de refinaria não é um monopólio natural. Mas o gás, Ministro, obviamente V. Exa. sabe, é um monopólio natural altamente regulado, inclusive nos Estados Unidos. Então, não deveria haver temores sobre prática cartelista, prática exagerada antimercado. Por quê? Porque o próprio Governo, sendo o dono daquela facilidade, teria, pelo menos teria que ter tido condições de coibir aquilo diretamente, uma vez que o monopólio natural é totalmente regulado e essas portarias todas que regulam os gasodutos no Brasil estão em vigor, plenamente em vigor.

Então, ou o Governo foi e tem sido fraco para regular isso e precisa vender para alguém para depois regular o privado, porque não consegue regular o que é dele mesmo, ou a gente também está fazendo algum negócio com os ativos que tem ser explicado do ponto de vista o mercado. Veja que aqui não se está falando de nada ideológico, de nada xiita do ponto de vista de esquerda ou de direita. Está-se falando meramente de uma análise comercial da venda desses ativos. Para mim, vender refinarias é uma estultice nesse caso, vender controle das refinarias. Vender participação, fazer parcerias, vá lá. Mas vender o controle de refinarias que, aliás, estão subutilizadas agora, também por ordem do Governo, e é uma coisa a se esclarecer. Hoje, está-se refinando menos, está abaixo da capacidade hábil das refinarias. Por quê? Porque é política de Governo importar combustíveis? Manter uma política de combustíveis dolarizada em tempo real? Isso é bom para a nossa CNI, para a nossa indústria, para o nosso agronegócio? Então, vamos sair da hipnose, da repetição constante dos mantras liberais externos e pensar no nosso mercado, na nossa indústria. Veja que nós não estamos falando aqui nada de sindicalismo, nada de radical. Trata-se simplesmente de saber se a política de preços adotada hoje pelo Governo, que favorece a importação de combustível, deixando refinarias com 60% da sua capacidade, é boa para o Brasil ou não é. Se também vender ativos de gasodutos estratégicos, que atravessam o País e que já estão prontos... Eu quero ver o cara construir um gasoduto novo. Pegar o antigo que está lá, que a Petrobras fez, começar a cobrar pedágio para ganhar dinheiro e ter o seu mercado regulado é fácil – relativamente fácil. Quero ver criar um mercado de gente construindo gasoduto e oleoduto novo, aqui no Brasil, com tarifa, e aquilo ser negócio por si só.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para terminar, quem investe em monopólio natural não é o investidor de bolsa que investe numa ação chamada unicórnio, de um cara que sai da garagem e bomba na internet com um produto. Quem investe em gasoduto, em terminal marítimo, em ferrovia, em monopólios naturais, em linhas de transmissão, o senhor sabe, é o investidor conservador, que quer garantia de 11,5% do seu retorno, certinho, é o fundo de pensão das velhinhas, das professorinhas de Ottawa ou daqui no dia em que a gente tiver mercado para isso. Enfim, são pessoas que querem o certo, não trocam o certo pelo duvidoso e aceitam que esse retorno seja menor, ou seja, limitado, mas que seja certo. Então, é um negócio completamente diferente dos outros negócios, e é preciso que isso seja conscientemente celebrado aqui ao pensar em vender esses ativos.

Era isso ao colocar suas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Com a palavra o Senador Jaques Wagner.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Para interpelar Ministro.) – Sr. Presidente, Sr. Ministro, Alte. Bento, para mim é uma alegria tê-lo como Ministro de Minas e Energia, lembrando sempre do tempo que orgulhosamente fui Ministro da Defesa e o encontrei, em Washington, como nosso Diretor-Geral da Junta Interamericana de Defesa.

Para mim é até uma tranquilidade como brasileiro, conhecendo a história de V. Exa., saber o quanto lutará com racionalidade para que efetivamente a Pátria amada Brasil possa trazer para cá tecnologia e desenvolvimento. Nós não queremos ser apenas exportadores de *commodities*. Nós queremos dominar aquilo que é mais nobre na cadeia produtiva, que são exatamente as novas tecnologias que estão aí. Alguns nos chamaram de loucos ao bancarmos o acesso da Marinha brasileira ao nosso submarino à propulsão nuclear. Dominar essa tecnologia toda é fundamental para nós.

Então, como essa pasta tem muito a ver com desenvolvimento tecnológico, eu quero dizer da minha alegria de vê-lo aqui. Já estivemos juntos no seu gabinete; depois fui atendido por quem o senhor determinou. Então, eu queria só lhe dar essa saudação, independentemente de ser oposição. Eu acho que oposição tem racionalidade para se somar àquilo que for positivo e àquilo que for negativo para diminuir os efeitos eventualmente danosos. É nisso que eu acredito. Eu não vou ficar aqui propondo pauta bomba, eu não vou aqui ficar propondo interdição do Governo que chegou, independentemente da minha discordância na forma de ter chegado lá. Então, conte sempre comigo, porque, às vezes, até é bom ter alguém na oposição e não só na situação – às vezes, isso facilita as coisas.

Eu queria colocar basicamente, primeiro, uma sugestão, Ministro. Nós estamos todos ainda sob impacto de duas tragédias, a de Mariana e a de Brumadinho. Não há nada que pague as vidas humanas que lá foram perdidas. Eu sou membro da CPI de Brumadinho e, em trabalhos internos, fiz a sugestão que gostaria de fazer a V. Exa. Nós nunca teremos capacidade, o Poder Público, de fiscalizar o volume de barragens que nós temos. O senhor vai contratar mais 40, mais 50, mais 60. A gente cria regras demais e, depois não tem a capacidade de ver essas regras cumpridas.

Eu acho que a coisa mais eficiente para ter o controle de segurança de barragem é exigir das mineradoras seguro porque, se seguro for feito, a briga será entre gigantes: a mineradora e a seguradora. Se isso for uma imposição através da agência ou através de norma legal nossa aqui e eu já

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fiz essa propositura, nós vamos ter as empresas contratando, vai alavancar o mercado de seguro. Imagine uma grande seguradora mundial para assegurar uma barragem. Vai estar com seus fiscais, que não são melhores do que os servidores públicos, mas que serão em volume maior e que vão trabalhar em função do negócio e, aí, acho que a briga é de gigante. V. Exa. sabe como é para fazer um seguro, até de um carro é difícil. O que se dirá se uma barragem.

Então, acho que seria o método mais eficiente o seguro privado das barragens. Aí eu quero ver a Vale brigando com as várias seguradoras mundiais, porque para segurar uma barragem dessas não é seguradora qualquer, são seguradoras de grande porte.

Essa é a primeira sugestão que faço a V. Exa. porque senão vamos ficar...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – ... lutando para ter gente para fiscalizar e não vamos ter gente para fiscalizar o suficiente.

Segundo, eu confesso que achei, senti a falta pelo menos, de uma menção sua mais profunda na questão de energia eólica e energia fotovoltaica. Digo isso porque a nossa matriz é das melhores do mundo, mas nós não temos que nos contentar com isso, temos que melhorar. Energia eólica hoje já tem um preço de mercado que é absolutamente compatível com a cesta de produtos para distribuição de energia.

Eu me esforcei, fui chamado até de embaixador dos ventos pela Associação Brasileira da Energia Eólica porque fiz um esforço muito grande, que Deus além de ter colocado o primeiro poço de petróleo na avenida Suburbana em Salvador e a nossa refinaria ser a segunda maior e, apesar de eu querer comungar aqui com o colega que acabou de me anteceder: Ministro, se a decisão for vender, todo mundo que quer vender um produto valoriza o produto. Mato na Refinaria Landulpho Alves, a refinaria funcionando a 50% da sua capacidade, Ministro, isso é para dizer que ela tem a produtividade baixa porque o custo fixo se mantém e ela não produz. Enquanto nós estamos importando e dolarizando o mercado será que vamos ter uma nova greve de caminhoneiro? Eu espero que não.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Não, eu espero que não, mas para isso nós temos que chamar, conversar.

O que eu quero dizer é que nós não somos o Japão para ficar dolarizando o nosso combustível, nós escolher o modelo rodoviário, então, sofremos. Na minha opinião é um crime de lesa-pátria. Eu conheço a refinaria, a refinaria é a segunda maior em capacidade e está com 50% ou talvez um pouco mais. Isso era só para adicionar.

Eu fiz um esforço, trouxe a cadeia produtiva de energia eólica, temos o maior parque fotovoltaico, em Bom Jesus da Lapa, da América do Sul e consegui trazer não só os investidores nas fazendas de energia, mas a cadeia produtiva vai quebrar, Ministro. Repare, V. Exa. diz que para o investidor vir ele precisa ter estabilidade e segurança jurídica. Nós convidamos os outros a aqui virem imaginando que se teriam leilões subsequentes de energia eólica.

Então, eu nem pergunto, eu peço a V. Exa. que seja um lutador por essa causa porque nós temos uma indústria instalada, o Nordeste, que é uma Região fragilizada, depende muito – o Rio Grande do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Norte, a Bahia, Piauí –, agora, com energia eólica e fotovoltaica, porque nós temos sol de dia e vento de noite e o vento baiano é um dos melhores ventos. É como diz a nossa gente baiana: é maneiro o vento baiano. Ele não é de rajada, é fixo, unidirecional e dá uma produtividade em que os de fora não acreditam. Só que, se não fizerem, vai fechar a fábrica de montagem de hélice, a fábrica de montagem do que eu chamo de cabeça do ventilador gigante, a fábrica dos postes imensos que a gente tem. Tudo isso está lá na Bahia e em outros Estados, como Ceará e Rio Grande do Norte. Descontinuou-se isso, vai quebrar. Então, eu lhe pediria que esse esforço fosse feito junto ao Governo Federal para que a gente pudesse manter os leilões.

Por fim, Ministro, acho que o ótimo é inimigo do bom e amigo do péssimo. Eu ouvi o depoimento do querido colega Senador Telmário e acho que nós temos de encontrar o caminho no meio para não destruir a tradição e viabilizar o desenvolvimento. Eu sempre disse, como Governador, que o meio ambiente tem dois grandes adversários: o fundamentalista da motosserra, que acha que tudo vale a pena se a grana não é pequena; e o fundamentalista da contemplação, que acha que nada pode ser bulido. Eu acho que há um caminho do meio de como fazer as coisas garantindo o desenvolvimento, o acolhimento social e a manutenção do meio ambiente e da tradição indígena.

Então, eu acho com que ponderação, invocando o Marechal Rondon, espero que o senhor tenha inspiração para nós adentrarmos áreas que são importantes sem querermos depredar aquilo que é uma tradição importante da nossa gente.

Era o que eu tinha a colocar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Nós temos aqui ainda inscritos mais seis Senadores. Então, antes de passar a palavra, vamos fazer um bloco...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Pois é. Vamos fazer um bloco agora, dividindo... Vamos fazer um bloco com o próximo inscrito, que é o Senador Chico Rodrigues, e mais um segundo bloco, porque alguns Senadores às vezes saem e voltam.

Vou aqui também ler, Ministro, algumas perguntas que já foram feitas pela assessoria.

V. Exa. já afirmou que pretende incluir a usina nuclear Angra 3 como projeto prioritário do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) e que pretende buscar uma parceria privada para retomar e concluir as obras de Angra 3. Pergunto: que avanços já foram alcançados nesses propósitos? Como seria o modelo adotado para participação de parceiro público privado?

Segundo: com relação ao petróleo e gás excedente da cessão onerosa do pré-sal, o Conselho Nacional de Política Energética, em 28 de fevereiro, estabeleceu a data de 28 de outubro deste ano para realização do leilão e definiu: a) o modelo de contratação pelo regime de partilha de produção; b) as áreas a serem leiloadas; c) o pagamento pelo vencedor do leilão de uma compensação à Petrobras pelos investimentos realizados na área; d) diretrizes para o cálculo dessa compensação; e, e) necessidade de celebração de acordo entre a Petrobras e o vencedor do leilão para disciplinar a unificação da operação, mas não houve manifestação quanto ao formato da revisão do acordo com a Petrobras. A pergunta: quais são suas expectativas em relação aos termos do acordo? Estados e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Municípios querem receber parte do valor arrecadado com o leilão? Isso aqui é uma afirmativa: os Estados e Municípios querem receber parte do valor arrecadado com o leilão. O que está sendo negociado nesse sentido?

Vou passar também aqui, e alguma pergunta que não for possível responder aqui poderia ser remetida à Comissão posteriormente.

Com a palavra o Senador Chico Rodrigues.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Pois não.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO. Pela ordem.) – Presidente, desculpe, mas V. Exa. estava ausente no momento em que o Presidente Marcos do Val concordou com a nossa sugestão – o Senador Telmário estava aqui – de que se obedecesse a um bloco de quatro Senadores, aí o Ministro responderia, e posteriormente voltava outro bloco de quatro Senadores, porque, do contrário, vai acontecer o mesmo episódio da CAE: sete Senadores faziam três, quatro perguntas, no total, vinte e oito. O Ministro ter que ficar anotando tudo, e depois ter que responder tudo de uma vez... Então, acho que seria uma rodada mais objetiva, não?

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – É porque nós temos inscritos aqui e presentes mais cinco. Então, faríamos dois blocos, a não ser que cheguem novos Senadores para fazer a inscrição.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Não vai chegar, fique tranquilo.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Então vamos concluir um bloco de cinco e fazer mais outro de cinco.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Mas o senhor foi o quinto.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Não, eu só fiz aqui o registro das perguntas da assessoria, eu não falei ainda. Eu só fiz aqui o registro da assessoria.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR. Para interpelar Ministro.) – Sr. Presidente, eu gostaria de, concluindo o bloco de quatro Senadores ou de cinco Senadores, primeiro, parabenizar o Ministro Bento Albuquerque pela brilhante apresentação, pela forma didática, a forma extremamente clara com que apresentou aqui o planejamento e as ações estratégicas do Ministério de Minas e Energia.

Nós percebemos, inclusive na própria imprensa, a expectativa criada exatamente em função dessas decisões pontuais em cima dos temas tão relevantes para o País que são tratados no ministério. Nós verificamos que os números magníficos de crescimento que ainda nós temos nesse setor no País, na área de petróleo e gás, na área mineral, enfim, na área de geração de energia por fontes alternativas, demonstram a grandeza do nosso País e a responsabilidade que está sobre os ombros do nosso Governo, do atual Governo em fazer com que esses projetos sejam operacionais e venham, obviamente, oferecer o melhor para a população brasileira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós vimos, inclusive, um dos comentários do Ministro em relação a 50 *commodities* que nós temos disponíveis – e eu acredito que nenhum país tem, na verdade, essas reservas estratégicas – e que são fundamentais para alavancar o desenvolvimento do nosso País.

Estamos mergulhados hoje em um projeto, o projeto da reforma da previdência, que tem, obviamente, um questionamento, uma dificuldade, encontros e desencontros nas decisões internas do Parlamento, mas, quando nós olhamos pelo retrovisor tudo aquilo que está alinhado pelo nosso País, nós verificamos que as crises atuais são muito menores do que aquilo que encerra a economia do Brasil.

O Ministro Bento está de parabéns! Em todos os fóruns internacionais de que tem participado obviamente os olhos dos países desenvolvidos estão realmente voltados para o nosso País. Eu sou testemunha disso, e cada vez mais isso se aprimora, Presidente Wellington. Então são, na verdade, questões recorrentes macro, são questões recorrentes da vida nacional e que agora estão sendo trabalhadas com absoluta responsabilidade e respeito.

É claro que se olharmos para trás não vamos, em momento algum, desqualificar as ações praticadas pelos governos anteriores – cada um teve as suas virtudes –, mas o compromisso hoje é inquestionável, do nosso Governo, no sentido de fazer com que essas ações sejam, na verdade, implementadas de uma forma republicana. E é isso o que está sendo conduzido pelo Ministério de V. Exa.

Eu, especificamente, apenas em relação à questão energética, ao sistema nacional do nosso Estado, tenho acompanhado, conversado com o Ministro, com a Bancada como um todo. Uma das perguntas que são recorrentes, na nossa Região – e a elas aqui já se referiu também o nobre Senador Telmário Mota –, é com relação aos prazos. Porque com a intervenção, muitas vezes, da própria PGR, da consulta, há uma inquietação enorme da população do nosso Estado sobre se haverá um bloqueio, novamente, da PGR, no sentido de fazer uma consulta e dificultar, retardar, o início da obra do Linhão de Tucuruí, para ligar Roraima ao sistema nacional.

Então, essa é nossa preocupação. V.Exa. explicou, mas nunca seria demais a repetição para mostrar e dar segurança à população do nosso Estado e aos seus representantes que aqui estão, na Câmara e no Senado.

Gostaria também, Ministro, apenas *en passant,* que V. Exa. comentasse algumas declarações – que foram feitas por V. Exa. de uma forma muito cuidadosa, muito responsável, muito transparente –, em relação à exploração das áreas minerais em terras indígenas, por que isso polemizou, "viralizou". E nós não podemos admitir, nós como brasileiros não podemos admitir, que o caso especificamente do nosso Estado, onde 95... É uma província mineral riquíssima em outro, nióbio, urânio, tantalita, cassiterita, etc., etc., minerais estratégicos dentro desse pacote que V. Exa. mostrou aí, dessas *commodities. Q*ual seria a forma de racionalizar, com estudos, na verdade extremamente bem elaborados, para que nós possamos – obviamente o País – ter acesso a essas riquezas? Tenho dados recentes que, na verdade, assustaram-me. Não podem ser divulgados ainda, mas nós estamos estarrecidos com a quantidade de minerais estratégicos que temos recentemente identificado nas nossas áreas e que têm praticamente engessada a sua exploração.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa é uma pergunta que eu faço em nome de centenas e milhares de brasileiros que estão, na verdade, esperando uma decisão para que, de forma racional, nós possamos explorar essas áreas minerais, que são tão importantes para se integrarem à economia do nosso País.

Então, são apenas esses comentários e uma única pergunta que farei a V. Exa. ao tempo em que volto a elogiar, como foi feito aqui pelos que me antecederam, inclusive por um Senador, o ex-Governador da Bahia, que tem uma visibilidade enorme e que mostrou aqui que a oposição não quer fazer oposição por oposição. Ao contrário, tem de elogiar, tem de acompanhar, tem de apoiar aqueles projetos que forem de interesse nacional. Essa é a função da Casa legislativa, não é a oposição pela oposição.

Quero, realmente, elogiá-lo, elogiar o Senador e ficar à disposição do Ministério, aqui no Senado, para que possamos, na verdade, ajudar cada vez mais o trabalho que V. Exa. brilhantemente desenvolve no Ministério de Minas e Energia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Agora vamos passar para o Ministro para que ele responda o primeiro bloco e, posteriormente, o segundo bloco, que vai ser tranquilo com cinco Parlamentares inscritos.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Perguntas? Cinco participantes. As perguntas estão aí anotadas. Deve haver umas vinte, segundo o Kajuru, que é o homem que faz todas as previsões.

Com a palavra o Ministro.

O SR. BENTO ALBUQUERQUE – Obrigado, Presidente.

Inicialmente, muito rapidamente, eu gostaria de agradecer não só as perguntas, mas, principalmente, os comentários, muitos deles pertinentes, que realmente necessitam de uma reflexão por parte do Ministério para que a gente busque a melhor solução.

Mas eu vou começar aqui pela primeira pergunta ou pelas perguntas do nosso Senador Kajuru. O Estado, eu acredito, não está falido e eu acredito também que o Estado tem as ferramentas legais e institucionais para cumprir o seu papel. O que nós temos é que verificar se esse papel está sendo cumprido de forma isolada e não integrada com outro, o que é o caso, por exemplo, das barragens nas indústrias nucleares brasileiras lá em Poços de Caldas.

Na realidade, nós temos duas barragens: uma barragem de rejeito e uma barragem de água. E não depende só da empresa Indústrias Nucleares do Brasil, depende de outros órgãos de fiscalização que transcendem inclusive o Ministério. Por exemplo, já que o monopólio de mineração de urânio é estatal, só a INB faz, como isso é urânio, está associado à área nuclear, quem é o órgão de fiscalização – quem é não –, um dos órgãos de fiscalização é a Comissão Nacional de Energia Nuclear.

Então, a Comissão Nacional de Energia Nuclear tem um papel importante também nisso. Isso era, e continua sendo, uma das prioridades do Ministério. Já no início de janeiro, a INB – até por orientação nossa, porque nós queríamos uma atualização do que estava ocorrendo lá – esteve em Poços de Caldas, esteve lá conversando com os atores locais, e foi verificado que realmente o nível de risco da barragem de rejeito teria problemas que teriam que ser resolvidos, problemas esses que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

foram identificados. Quem teve um papel muito importante e que é fundamental, até porque é um órgão local, foi a Universidade Federal de Ouro Preto.

Então, eu não vou aqui repetir problemas que ela verificou em drenos, que já foram reparados, e alguns outros problemas no sistema de esgotamento. Isso tudo já foi contratado pela INB e está em andamento, não há risco iminente de rompimento desta barragem.

No que diz respeito à barragem de água, não há risco de rompimento, não há risco elevado. O risco é bastante baixo, mas temos, sim, que encontrar um caminho para o descomissionamento dessa barragem, que já está previsto há muito anos, mas que até hoje não foi viabilizado.

Então, como eu disse para o senhor, o Estado pode ter dificuldades, mas ele não pode abrir mão do papel dele, que é a segurança que ele tem que prover, através das suas instituições, para a sociedade. Não vai ficar para a próxima legislatura. Isso será resolvido agora, nos próximos anos, mantendo tudo de forma transparente e com a comunidade acompanhando.

Eu acredito que o plano de emergência dessa barragem está sendo revisto. Já está em andamento esse trabalho, e, em alguns meses, nós teremos esse plano, que vai dar maior segurança ainda àqueles que estão na vizinhança dessa barragem. Eu acredito que nós temos todos os instrumentos para que acidentes semelhantes ao de Brumadinho não voltem a se repetir no nosso País.

Não sei se foi completo ou não...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Ministro, eu me sinto satisfeito com a sua resposta. Pode haver alguma divergência entre nós no que tange à questão de o País estar ou não falido, mas entendi, fico satisfeito e, Presidente Wellington, peço desculpas, porque eu acho muito feio... Desculpe-me, Senador Amin, que eu vou ficar esperando a pergunta dele, porque existe uma frase, Ministro, que diz o seguinte: a inveja é o único pecado que não se confessa. E eu tenho uma inveja do bem do Senador Amin, pelo preparo dele.

Então, aqui nós tivemos perguntas preparadíssimas, Senador Jean Paul, Senador Jaques Wagner. Então, eu só queria pedir licença a V. Exa., porque eu acho feio um Senador sair no meio de uma audiência pública. É desagradável. E eu vou para o meu Gabinete 16, vou assistir na íntegra todas as perguntas, que foram bem preparadas, elaboradas, e vou assistir porque é de conhecimento da maioria aqui que eu fui internado, no final de semana, com hipoglicemia, e agora tenho que obedecer, a cada três horas, a alimentação, por causa do diabetes. Chegou o meu horário aqui: meio-dia. Desculpe-me, mas eu vou acompanhar de lá.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Senador Kajuru, há um ditado que diz o seguinte: o Estado – qual seja, União, Estados e Municípios – inveja, mas não quebra. Quem sofre é o povo quando a situação está ruim, mas eu também acredito que o Estado brasileiro não pode estar quebrado realmente, porque nós temos muita riqueza, inclusive na área que aqui estamos discutindo, que é exatamente nos potenciais minerais, enfim, a riqueza toda do Brasil.

Então, com o Ministro a palavra.

O Senador Bezerra já presente aqui, o Líder do Governo, que está confirmando que o Estado não está quebrado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. BENTO ALBUQUERQUE – Bom, agora, respondendo ao Senador Telmário Mota...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Votando agora ao nosso Presidente, e eu, na condição de Vice-Presidente, passo aqui a Presidência, para que ele possa assumir novamente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Obrigado ao Senador Wellington Fagundes, nosso Vice-Presidente. Agradeço e peço desculpas ao nosso Ministro.

A agenda que eu fui atender nesse intervalo diz respeito também ao nosso Ministro, que era a agenda da Aneel, na data de hoje, tratando da tarifa de Rondônia, da tarifa de energia no Estado de Rondônia. Eu fui fazer uma sustentação oral. Foi a primeira vez que o Presidente da CI ocupou a tribuna da Aneel para fazer uma sustentação oral, segundo menção do Presidente da Aneel. Muito me honra poder fazer isso, mas peço aqui vênia ao Ministro por essa ausência absolutamente conectada com os interesses do meu Estado.

Dando sequência, a palavra está com o Ministro para as respostas aos questionamentos dos Senadores.

O SR. BENTO ALBUQUERQUE – Muito obrigado, Presidente. Eu até confesso ao senhor que eu estou curioso com o resultado dessa reunião lá na Aneel e fico feliz com a sua participação. Eu estou curioso, mas também estou otimista de que nós vamos ter um resultado positivo lá para Rondônia, que o esforço foi muito grande para que a gente alcançasse isso.

Agora, voltando aqui ao Senador Telmário, que fez diversos comentários – comentários esses muito interessantes. Nós vamos realizar, Senador, como o senhor sabe, um leilão agora, em maio, de energias renováveis lá para Roraima, que nós pretendemos que esteja concluído nos próximos dois anos, muito antes, quase um ano antes de o Linhão de Roraima ficar pronto, que está previsto para dezembro de 2021.

Então, isso são energias limpas e, principalmente, são energias com custo mais barato do que as térmicas a óleo. No que diz respeito às térmicas a óleo, que o senhor muito bem sugeriu, que hoje são da Eletronorte, encontram-se lá, em Macapá, desativadas, essa sugestão já tinha surgido lá, no Ministério. Nós demandamos isso da Eletrobras. Evidentemente, nós não estamos esperando; no mesmo dia em que recebeu a sugestão, nós já acionamos os nossos órgãos vinculados, e esse trabalho já está sendo feito junto à Eletronorte para nós levantarmos exatamente as condições dessas termoelétricas e todo o processo que seria removê-las de Macapá até Roraima e a implementação disso para a gente pesar o custo-benefício.

Agora, uma coisa eu posso dizer para o senhor: nós trabalhamos diuturnamente. Há um grupo permanente 24 horas por dia, sete dias por semana, que acompanha a situação lá, em Roraima, no caso do Ministério, e há outros ministérios que também acompanham isso, para que em Roraima seja minimizada qualquer coisa no que diz respeito à segurança energética.

Nós vamos continuar nos esforçando, e todas as soluções são muito bem-vindas e estão sendo consideradas. Então, o senhor tenha tranquilidade em relação a isso.

O senhor disse, e realmente estava prevista uma viagem nossa agora, nesta semana, para Roraima, mas, por questões da viagem do Presidente da República a Israel, eu estarei na comitiva do Presidente para Israel. Então, eu não poderei ir. Eu gostaria de ir a Roraima. O senhor tenha certeza de que nossa viagem visa única e exclusivamente ao interesse público, e nós vamos lá com uma agenda

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

definida – não é uma agenda que vai ser definida lá. Nós estamos preparando essa agenda, inclusive com os Parlamentares. Eu acho que eu vou ter uma audiência com o senhor, vou deixar o senhor mais a par disso, e nós vamos lá cumprir essa agenda para que seja realmente uma viagem que venha, primeiro, dar uma resposta à sociedade do Estado de Roraima e, segundo, para que a gente possa, mais do que isso, apresentar os resultados que Roraima espera já, há muito tempo.

Então, no que diz respeito ao Ministério, outros ministérios também vão fazer parte disso. Está indo a Ministra Damares, eu já conversei com ela. Conversei com o Ministro Ricardo Salles também, do Meio Ambiente. Conversei com o Ministro, Secretário de Governo, o Ministro Santos Cruz. E com o Presidente da Funai também. Todos eles estão, a princípio, nessa delegação, que também será composta por todos os Parlamentares do Estado de Roraima que tiverem disponibilidade para ir conosco.

Então, essa viagem está programada, agora, para o início de abril. O senhor vai ser informado a respeito disso.

Bom, agora, eu vou passar para a próxima pergunta.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – Deixe-me dar a réplica aqui, Ministro.

O SR. BENTO ALBUQUERQUE – Pois não.

Por favor, Senador Telmário.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR. Para interpelar Ministro.) – Primeiro, eu quero agradecer a explicação de V. Exa., ela contempla, e eu queria insistir na sugestão de que V. Exa., ao ir nessa viagem, já que houve esse imprevisto, vamos aproveitar o imprevisto para levar, realmente, aquilo que o Estado de Roraima espera.

Então, eu acredito que, nesse momento, como V. Exa. falou que há um grupo trabalhando intensivamente em buscar essa resposta, eu queria dar um conselho, que a gente fosse fazer essa viagem levando coisas concretas – concretas – para Roraima, que a gente levasse "olha, isso aqui é concreto, vai haver um leilão, há a questão da negociação com os waimiri atroari".

(*Soa a campainha.*)

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – Então, se a gente for para essa viagem, e o Senador Chico deve concordar com isso, chegar lá levando o caso, "olha, está autorizado, as obras vão iniciar", isso dá um acalento, sabe? Isso dá uma paz, isso dá um sossego àquilo que hoje incomoda substancialmente o nosso povo, porque a gente ir vender promessa lhe confesso que não adianta mais.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa.

A palavra está assegurada ao Ministro.

O SR. BENTO ALBUQUERQUE – Muito obrigado, Senador.

O senhor não tenha dúvida de que nós vamos lá para apresentar resultados.

Bom, no que diz respeito à pergunta do Senador Jean Paul Prates, muito obrigado, nós já estivemos juntos, como o senhor mencionou, e o senhor é um dos, que eu considero, um dos *experts* no setor e que eu respeito muito por todos os trabalhos que o senhor já prestou ao País e,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

particularmente, nessa área de petróleo e gás. Então, o senhor pode ter certeza de que os seus comentários sempre serão muito bem considerados.

Nós entendemos que o País, de certa forma, já possui uma infraestrutura no setor. Há uma mão de obra qualificada. Infelizmente, a geração de mão de obra deixou de ser, vamos dizer assim, continuada. Por quê? Porque houve efetivamente um desmonte daquilo que se estava prospectando, daquele investimento todo que foi feito. Até, se não me falha a memória, a Universidade Federal do Rio de Janeiro, que montou a faculdade de petróleo, não tinha mais aluno e nós temos uma série de alunos formados que nunca tiveram oportunidade de poder trabalhar no setor, a experiência também é vital.

Mas os sinais que nós temos recebido não só das associações...

(*Soa a campainha.*)

O SR. BENTO ALBUQUERQUE – ... bem como dos investidores, são no sentido de uma demanda por mais mão de obra, antes mesmo de os leilões serem concretizados e a produção ser iniciada. Então, essa mão de obra já está sendo, de certo modo, empregada, mas de forma – eu concordo – incipiente. Mas as perspectivas são boas: eu visitei algumas empresas que já estão preparando áreas de treinamento para que, mesmo antes de eles serem aplicados, já tenham mão de obra qualificada. O senhor sabe melhor do que eu que não é apenas pegar um profissional que tenha um diploma e esperar que ele vá poder atender às expectativas do empregador. Então, em área de pesquisa e desenvolvimento, está sendo também feito um esforço.

No que diz respeito à venda de refinarias, é uma coisa... Hoje a Petrobras tem 98% do refino, como nós sabemos. E esse desinvestimento que tanto tem sido comentado...

Nós temos que conhecer e saber que a Petrobras é uma empresa de economia mista e que ela tem lá a sua carteira de negócios, ela tem lá o seu planejamento, que é aprovado pelo conselho de administração da empresa. A empresa está com uma nova administração agora, recentemente foi trocada toda a diretoria, a Petrobras tem uma nova diretoria, que estão aí há dois meses. Essa nova formação se confunde com o próprio Governo, a diretoria foi montada ao longo desse tempo.

O que nós fizemos, desde o dia 2 de janeiro, foi nos aproximar da Petrobras, como nos aproximamos da Eletrobras, da Agência Nacional de Petróleo e de outros órgãos que têm papel importante, como o Cade, nos destinos de algumas políticas que têm de ser empreendidas. Então, guardadas as esferas de competência da empresa, do Ministério, da agência reguladora e dos outros órgãos, como Tribunal de Contas da União e o Cade, nós estamos vendo como as políticas públicas podem ser implementadas visando principalmente ao interesse público.

Eu escutei que houve um requerimento que, se não me engano, foi aprovado hoje, o Presidente da Petrobras virá aqui à Comissão. Nós estaremos atentos a essa participação da Petrobras, como estamos atentos já há bastante tempo a todos os movimentos que são feitos no setor, para que possamos efetivamente contribuir para um melhor resultado. E assim vai ser também com o gás, assim vai ser com o gás. E nós... Tudo aqui é feito, o senhor sabe disso, através de consultas públicas, audiências públicas. Muitas delas serão realizadas aqui, nesta Comissão, e nós vamos aperfeiçoar, com certeza, qualquer modelo que venha a ser instituído.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Presidente, uma replicazinha rápida...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Senador Jean Paul.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... para complementar aqui.

Eu fiquei extremamente satisfeito com a sua resposta, Ministro, pelo seguinte. Isto que nós estamos fazendo aqui, de chamá-lo e de chamar o presidente da Petrobras, não é um processo de pressão; pode até parecer em função de partidos etc., mas não é. É um processo de conscientização coletiva sobre o que o Governo quer fazer nessa área. Também fiquei satisfeito por ouvir V. Exa. dizer que a diretoria da Petrobras se confunde com o próprio Governo em alguns aspectos. É, de fato, isso mesmo, é o que temos dito há muitos anos: é necessário que a Petrobras e a Eletrobras, e outros órgãos com atuação direta em setores estratégicos, sejam mantidos com algum controle estatal e algum controle do Estado brasileiro, não é o do Governo do PT, não é do Governo do PSL, não é do Governo do PSDB, mas do Estado brasileiro. Isso é fundamental justamente para dominar, ou pelo menos manter sob certo controle, monopólios naturais, atividades de um setor que foi construído por mãos estatais – até certo momento, depois foi decidido unanimemente que seria aberto.

Então, essa visão é completamente diferente de algumas visões que ouvimos recentemente, segundo as quais não poderia haver qualquer tipo de ingerência sobre a S.A. Petrobras economia mista. Isso não é verdade. Está comprovado aqui que tanto um governo de esquerda quanto um governo de direita – caso se queira rotular governos assim – pensam da mesma forma, e principalmente o setor militar tem consciência... Em geral, as Forças Armadas têm consciência da importância, por exemplo, de nós termos controle sobre as nossas represas de água. Não estamos falando da Eletrobras como geradora de energia não, estamos falando "meramente" como – isso é super importante, meramente é entre aspas – controladora daquele volume de água de Tucuruí, da Chesf, de todo o conjunto de Paulo Afonso. Quer dizer, qual é a visão também que o Governo terá mais à frente sobre vender controle via interna, que é o pior que há, mantendo uma *golden share* de fachada, controle total de todas as nossas barragens de grande porte, a pretexto de se vender uma geradora de energia meramente? Não é uma geradora qualquer. Dentro da pele, da epiderme, da constituição da Eletrobras, está o Estado brasileiro; ela é até mais estatal do que a Petrobras nesse aspecto.

Então, quando a gente ouve que o Governo atual pensa, nesse aspecto, conforme alguns dos conceitos que a gente tem levado, ou seja, que o Estado brasileiro tem de estar presente nesses setores, eu fico tremendamente satisfeito.

Em relação à capacitação, apenas uma adução ao conceito com o qual vocês estão trabalhando duramente. De fato, é hoje, Ministro, difícil convencer um jovem a entrar no setor de petróleo. Esse é um problema... Você esteve agora na CERAWeek e na OTC também, em que, reiteradamente, eu estive por vários anos da minha vida... Se não me engano, na OTC de 2004, em Houston, houve painéis sobre como convencer os jovens a entrar na indústria do petróleo, porque ela é vista como uma indústria velha, poluente. Todo jovem quer trabalhar no meio ambiente, na indústria de energia renovável, nas *startups,* nos chamados unicórnios do mercado, enfim, nessas novas denominações de carreira, ou até

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ser empreendedores. Provavelmente a lista de petróleo e gás ainda tinha alguma validade para nós aqui, porque era uma indústria relativamente nova para nós, aberta agora, mas, para o mundo, isso já é um problema.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Então, não é só um problema brasileiro que tem de ser trabalhado como política de Estado, e esse era o meu ponto, que era como o Estado vai desenvolver isso, com o Estado participando em pesquisa, desenvolvimento e capacitação.

Por fim, apenas se puder dar, no final da sua peroração conosco, um *status* sobre a questão da cessão onerosa, que eu até me esqueci de perguntar, em relação aos Estados. Afinal, os Estados vão ter parte do bônus, ou parte do Fundo Social, ou ambos? Como está esse processo? O Ministro Paulo Guedes declarou ao *Valor* que já há um acordo em relação a isso, mas não especificou os detalhes. Se V. Exa. puder nos dar um pouquinho mais de detalhes, nossos Governadores agradecerão.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa., Senador Jean Paul.

A palavra está assegurada ao Ministro.

O SR. BENTO ALBUQUERQUE – Felizmente, Senador, isso não diz respeito a mim, ao meu ministério. Não me pertence. (*Risos.*)

Mas eu quero dizer ao senhor que essa questão da cessão onerosa tem sido trabalhada a várias mãos. Eu falo algumas vezes por dia com o Ministro Paulo Guedes, como também falo com outros. Falo com o Tribunal de Contas da União, falo com a Agência Nacional do Petróleo, ou seja, falo com todos os atores. Às vezes, falo com a Petrobras, mas tudo isso no sentido de que nós possamos alcançar o resultado. E o melhor resultado não é aquele imposto.

Eu gostaria só de fazer um esclarecimento, porque talvez não tenha ficado bem entendido, mas eu acho até que já conversei isso com o senhor: quando fui convidado pelo Presidente Bolsonaro para o Ministério de Minas e Energia, ele me deu, além da grande responsabilidade de estar à frente de um Ministério como o de Minas e Energia, autonomia e liberdade total para eu escolher os meus auxiliares e também para indicar os dirigentes dos órgãos vinculados. A maioria dos meus secretários – não sei se ainda estão aqui –, eu não conhecia. E ninguém me indicou. Eu fui *pari passu* escolhendo um a um. Comecei com a minha secretária-executiva e assim foi indo. E eu posso dizer que estou muito feliz ou que fui muito feliz com as escolhas que realizei.

No que diz respeito às empresas vinculadas, o próprio Presidente me colocou que o Dr. Roberto Castello Branco já havia sido indicado antes de ele chegar ao meu nome para o ministério, mas ele me colocou muito à vontade também para a manutenção ou não... E eu utilizei as mesmas premissas do Presidente. Conversei com o Dr. Roberto Castello Branco várias vezes antes da posse. No dia seguinte à minha posse, eu fui à Petrobras na posse dele, na Petrobras, e eu decidi, ou melhor falando, eu entendi que ele tinha sido uma excelente escolha por parte do Presidente. Mas as conversas que eu tive com o Presidente Castello Branco mostraram, primeiro, que eles estavam afinados com aquilo que nós pensávamos dentro do Governo, não só no Ministério de Minas e Energia. E eu dei a ele também

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

total liberdade para que ele escolhesse a sua diretoria e os seus auxiliares, cumprindo as mesmas premissas do Presidente, as premissas que eu utilizei também para escolher a minha equipe. E é dessa forma que está sendo feito. Eu acho que é dessa forma também que nós estamos evoluindo, alcançando os resultados e eu me encontro muito otimista em relação ao futuro.

Então, é só esse esclarecimento.

Agora, ao Ministro Jaques Wagner, ao Governador Jaques Wagner, ao Senador Jaques Wagner, primeiro, quero agradecer ao senhor os seus comentários. Fico muito honrado, muito feliz. E espero estar dando boas notícias para o senhor em relação àquilo que o senhor colocou, particularmente sobre a energia eólica e a fotovoltaica. Eu concordo, todos nós concordamos que a falta de previsibilidade para o investidor é muito ruim. E isso é uma das coisas que nós estamos construindo e sedimentando no ministério.

No que diz respeito ao setor elétrico, vamos chamar de curto prazo, os leilões estão previstos para daqui até 2023. Então, todo ano agora vai haver o Leilão A-4, agora em junho, ou seja, energias, e a eólica está dentro disso, que serão implementadas e estarão gerando nos próximos quatro anos. E, em setembro, o A-6.

Anualmente nós vamos lançar – a deste ano já tem até data: 10 de dezembro –, o Plano Decenal de Energia. E anualmente vamos rever, como está sendo revisto no momento, o Plano Nacional de Energia, cujo lançamento vai ser prever até 2050. Isso tudo será pensado. E nós, já com sugestões recebidas... Até agora, na Firjan, falaram-me assim: Talvez a gente tenha que ter um plano. Este Plano Decenal de Energia não contempla determinados investimentos de maior porte, como a hidrelétrica e a própria nuclear, se nós formos considerar. Por que não ele ser um plano um pouco maior para que se possa justamente dar previsibilidade ao investidor, que não é o investidor só do empreendimento propriamente dito. É o cara que faz a pá, é o cara que faz a placa e por aí vai.

Por conta dessa sugestão, já estamos trabalhando nisso. E há também outras coisas em que temos de trabalhar, como o senhor sabe, a Cfem e outras coisas em que estamos trabalhando. Vamos chegar lá.

Muito obrigado, Senador.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Eu só queria fazer mais um comentário, Ministro. Eu sei que o Presidente da Petrobras virá aqui, mas sobre estabilidade e previsibilidade. Repare: os baianos já estão traumatizados. Eu fiz um esforço enorme quando era Governador para que pelo menos um dos estaleiros que foram estimulados a serem instalados no Brasil fosse instalado na Bahia. Trouxemos a Kawasaki japonesa, treinamos a nossa juventude no Japão. Eu tive a oportunidade, como Governador, de visitá-los. De repente, há uma descontinuidade por uma mudança de Governo. Isso tudo não é ruim para o Governo A ou B; é ruim para o País. O senhor imagine a cabeça dos japoneses que investiram aqui, foram convidados com pré-contrato, não me lembro mais se de três ou de quatro plataformas... Eu sei que os técnicos da Petrobras entendiam que esse custo ia ser 5% a 7% maior do que se ele comprasse na Coreia. A diferença é que a gente estava trazendo para cá uma tecnologia e uma indústria novas.

Hoje nós temos lá um estaleiro zero quilômetro, com a melhor das tecnologias, absolutamente parado, com a frustração de dois mil empregos.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Continua zero quilômetro.

Então, esse alto e baixo... Eu acho que o Estado brasileiro tem alternância de Governo, mas não pode ter alternância de planejamento porque, senão...

Era só mais esse item, que já é outro trauma para nós lá.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa. A palavra está assegurada ao Ministro.

O SR. BENTO ALBUQUERQUE – Senador, eu vou utilizar até um comentário que o senhor fez no final da sua pergunta, dizendo da racionalidade com que nós temos de tratar determinados assuntos. E vou aproveitar aqui a presença também do Senador Chico Rodrigues, que também fez comentários a esse respeito, só para dizer sobre a mineração e também para saber como nós estamos trabalhando a questão do leão lá de Roraima. Eu vou ler rapidamente as palavras que fiz em um discurso no Canadá, agora, na maior convenção de mineração do mundo:

> [...] pretendemos avaliar a possibilidade de ampliar o acesso aos recursos minerais existentes em áreas restritivas à mineração, como as terras indígenas e faixas de fronteira. Esse processo será conduzido em consulta próxima com todos os atores relevantes, tais como as populações indígenas, a sociedade organizada, as agências ambientais e, principalmente, o Congresso [...].
>
> As restrições aplicadas a essas áreas não têm favorecido o seu desenvolvimento. Ao contrário, elas se tornaram focos de conflitos e de atividades ilegais [como o garimpo ilegal, que existe muito, inclusive com a aquiescência das próprias comunidades indígenas] que em nada contribuem para o seu desenvolvimento sustentável e para a própria soberania e segurança nacional.

Então, é dessa forma que nós vamos trabalhar – nós não vamos, não, nós já estamos trabalhando. E é dessa forma também que nós estamos cumprindo o planejamento que foi realizado em janeiro, muito antes de março, para que esse linhão pudesse iniciar as obras dele no segundo semestre de 2019.

E nós estamos trabalhando, não estamos esperando. Nós trabalhamos dia a dia, temos reuniões com a frequência necessária para que não vendamos promessa. Não, queremos apresentar resultado e resultado só se alcança dessa forma.

Essa é a questão, e é dessa forma que nós vamos contribuir com os trabalhos que já existem, inclusive, mas nunca chegaram ao Congresso de forma objetiva, como a regulamentação do art. 231, §3º, da Constituição Federal.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – Eu gostaria, nobre Presidente Marcos Rogério, de agradecer...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Senador Chico Rodrigues.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – ... ao Ministro Bento Albuquerque, porque, como foi interpretada maldosamente de forma errônea, a manifestação do Ministro lá no Canadá, ele, com todas as letras, agora deixa claro aqui na Casa do povo, na Casa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Legislativa, no Senado da República exatamente a sua manifestação. Então, eu gostaria de dizer que definitivamente está esclarecida uma manifestação absolutamente coerente e republicana do Ministro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa.

Feito o registro, ainda há perguntas a serem respondidas, Ministro?

O SR. BENTO ALBUQUERQUE – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – A palavra está assegurada a V. Exa. para, na sequência, ouvirmos os últimos cinco inscritos.

O SR. BENTO ALBUQUERQUE – Eu pediria só as informações sobre Angra 3, que devem estar aí em algum local. Vocês levaram, mas não me trouxeram de volta.

Não sei mais quem foi o Senador – eu me perdi – que fez a pergunta sobre Angra 3, sobre como era esse processo, qual o modelo... Ah, não! Foi pergunta que veio de fora que estava e que estava aqui em algum lugar, Senador. (*Pausa.*)

Bom, não estou achando aqui a pergunta, mas a questão é de Angra 3 – está aqui: "V. Exa. já afirmou que pretende incluir a usina nuclear Angra 3 como projeto prioritário do Programa de Parcerias de Investimentos e que pretende buscar um parceiro privado para retomar e concluir as obras"... É disto que eu preciso: das informações mais detalhadas, que há na outra folha, que não é essa aqui.

Angra 3. Primeiro, não somos nós que queremos incluir Angra 3 no Programa de Parcerias de Investimentos; muito pelo contrário, isso já estava previsto. O que nós estamos fazendo é que esse processo efetivamente caminhe. Então, já está tudo pronto para que, na próxima reunião do Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos, Angra 3 seja incluída no programa efetivamente. Por quê? Porque esse programa vai acompanhar todas as tratativas. O modelo que vai ser implantado é o modelo em que está previsto o investimento privado para que as obras de Angra 3 venham a ser concluídas. E a nossa intenção, dentro desse processo, que é um processo também que tem um calendário – eu o tenho aqui, mas não está sendo encontrado –, é finalizar isso até junho ou julho, e, a partir de setembro, que as obras sejam reiniciadas com investimento privado. Essa é a resposta, no que diz respeito a Angra 3.

Agora, acho que a gente pode dar prosseguimento aos Senadores que ainda não...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a S. Exª o Ministro Bento Albuquerque pelas respostas aos Senadores, e nós ainda temos aqui pelo menos outros cinco Senadores inscritos, a quem asseguro a palavra neste momento.

Senador Elmano Férrer, V. Exa. tem a palavra para suas ponderações e questionamentos.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PI. Para interpelar convidado.) – Meu Presidente Marcos Rogério, meus cumprimentos, e, através de V. Exa., cumprimento os demais Senadores aqui presentes. Eu queria, meu Ministro Bento Albuquerque, fazer minhas as palavras elogiosas feitas a V. Exa., por onde V. Exa. tem passado no exercício da coisa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pública, e sobretudo agora, pelo modo como está se havendo à frente do Ministério de Minas e Energia.

Mas eu me permitiria, meu Presidente Rogério, sair do âmbito nacional para o local, o provinciano, o Estado do Piauí. Meu Ministro, recentemente a Chesf tomou a decisão de extinguir uma unidade operacional da Chesf no Piauí, especificamente na cidade de Teresina, e transferir suas atividades, como sempre aconteceu neste País, para o litoral, ou seja, para Fortaleza.

Aliás, das cinco unidades operacionais existentes no Nordeste, três estão no litoral, em Salvador, Recife e Fortaleza, duas apenas estão no interior, no Semiárido, nas regiões realmente... Daí a grande decisão de Juscelino de interiorizar este País, trazer a Capital para cá. Mas está havendo ainda a ocupação do Território nacional sempre no litoral.

Então, nós teresinenses, piauienses, consideramos uma medida em que não procede a justificação técnica alegada – deve haver, digamos, dirigentes que auxiliam V. Exa. no Ministério de Minas e Energia. Por quê? Primeiro, há 50 anos foi feita uma hidrelétrica no Estado do Piauí, a barragem de Boa Esperança, que gera hoje, desde o princípio, 237MW, não no Ceará, lá no Piauí, a exemplo do que foram as barragens sucessivas hidrelétricas do Rio São Francisco.

De outra parte, hoje é a área com as condições naturais mais propícias, onde já estão produzindo energia eólica, 1.700MW de energia. Se me permite o nosso Senador Jaques Wagner, o maior parque fotovoltaico em funcionamento da América Latina está no Piauí, com 292MW gerados.

Então, eu queria fazer um apelo ao nobre Ministro, considerando todo esse aspecto, sobretudo da geração de energias alternativas, quer seja eólica, quer seja solar, e considerando que o Piauí tem uma hidrelétrica com mais de 50 anos, que revisse a decisão da Chesf de tirar esse centro operacional regional de Teresina e levar para Fortaleza. Sei que V. Exa. tem a devida e necessária sensibilidade para isso, e nós estamos fazendo isso em nome do Estado do Piauí. Isso tem consequências danosas para a economia do Estado do Piauí. E vou mais além para justificar este nosso apelo: o Piauí tem uma cidade bem localizada em termos de Território nacional que é a cidade de São João do Piauí...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PI) – ... em que toda a energia gerada em Tucuruí, no Norte – estou citando uma no Norte, e uma outra aqui no Centro-Oeste, que é Serra da Mesa –, todas os linhões vão para a cidade de Teresina e lá fazem o devido abaixamento de 500KW para 230KW, e distribuem. Ou seja, há esse centro operacional que, por sinal, já está saturado, haja vista os projetos tanto de energia, os parques solares, não só energia fotovoltaica, energia solar, mas eólica. Já está havendo um limite em decorrência da saturação dessa estação abaixadora lá de São João do Piauí. Ou seja, hoje, há algumas medidas com vistas a aumentar a capacidade dessa estação abaixadora lá de São João do Piauí.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PI) – Por isso eu queria fazer um apelo a V. Exa. no sentido de discutir essa questão com a Chesf e rever a decisão de mudar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

todas as atribuições dessa unidade operacional que funciona em Teresina para Fortaleza. Que ela continue na cidade de Teresina, no Estado do Piauí.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Esta Presidência agradece ao Senador Elmano Férrer.

Na sequência, Senador Luiz do Carmo.

O SR. LUIZ DO CARMO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO. Para interpelar Ministro.) – Ministro, é um prazer falar com o senhor. Eu estive falando com o senhor, que me recebeu muito bem e foi o único Ministro que me deu resposta a algumas perguntas que eu fiz – ligou para mim e me deu a resposta. Então, meus parabéns para o senhor!

Eu quero ir para Goiás. Em Goiás, existia uma companhia chamada Celg, do Estado – o Estado tinha 52%, e a União tinha o resto –, que era ruim e tinha um serviço muito péssimo – o senhor sabe da história. Venderam isso aí em 2016, e a venda já foi um desastre. Eu sei que é duro fazer aqui... O senhor está tentando melhorar e não tem nada a ver com o passado. Resumindo a história: o negócio foi tão ruim para o Estado, que, no final do contrato, com o incentivo do ICMS, a empresa vai sair de graça para o comprador, que ainda vai ter um lucrinho na compra. Ele ficou de investir 3 bilhões até 2020 e investiu até agora, segundo ele, 1,5 bilhão. Esse 1,5 bilhão – o empresário vai fazer um loteamento – ele põe ali como investimento dele. A empresa é muito fechada, e não há como se chegar lá. Então, o que era ruim ficou pior, ficou muito pior.

Hoje, em Goiás, o nosso amigo Ronaldo Caiado, Senador, está lutando, mas é difícil levar investimento para Goiás, porque não há energia. Quando eu vejo lá alguém que tira 1.000 litros de leite, 500 mil litros jogando leite fora, porque não há energia, ou tendo de alugar um motor ou comprar um motor a diesel, o negócio fica deficitário, não compensa... Então, essa é a situação da energia hoje no meu Estado.

Outra coisa: há a tarifa vermelha, a amarela da Eletrobras para cobrir rombo, um rombo que não foi o povo quem fez. Isso é muito injusto para a população! O nosso governante ou o senhor tem de assumir alguma coisa e explicar direitinho para a população por que há tanta tarifa. Isso não é só falta de energia e de chuva, não; é falta de administração. Uma coisa tão fácil é vender, não há nem prejuízo. Há uns gatos que fazem, mas é fácil resolver isso também, quando se quer.

Eu quero fazer aqui três perguntas para o senhor baseado nisso.

Quais ações o Ministério de Minas e Energia e a Aneel já adotaram para garantir fornecimento de energia elétrica com qualidade para os consumidores goianos? E quais decisões serão tomadas para resolver esse problema?

Outra coisa: o Ministério de Minas e Energia elaborou algum plano de ação de trabalho para garantir a melhoria da qualidade dos serviços prestados pela Aneel? Se sim, é possível disponibilizá-lo para toda a população ou órgão de controle para acompanhar o que está sendo feito, de forma transparente?

Os indicadores de qualidade da Enel, empresa que comprou lá e que tem lucro – só na compra, já teve lucro –, estão dentro do limites explorados pelo aditivo e pelos contratos de concessão firmados pela empresa após a sua privatização?

Eu queria fazer só essas três perguntas e dizer para a população de Goiás que os três Senadores de Goiás estão lutando para tentar resolver isso lá. A situação da energia de Goiás...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUIZ DO CARMO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO) – ... está muito difícil, Ministro. Hoje está quase impossível – e é um Estado produtor ativo – levar empresas para Goiás. Pode-se dar o incentivo que tiver, mas, se faltar energia, não há como o Estado se desenvolver.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa., Senador Luiz do Carmo.

Passo a palavra ao Senador Fabiano Contarato.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES. Para interpelar Ministro.) – Boa tarde. Agradeço a oportunidade de fazer este questionamento.

Inicialmente, quero esclarecer que, quando eu assumi no Senado Federal, eu me comprometi a cumprir a Constituição Federal. E um dos princípios determinados pela Constituição Federal é assegurar o direito à vida. Também está no art. 231, §4º, que as terras indígenas são inalienáveis, indisponíveis, e os direitos sobre elas, imprescritíveis.

Eu me preocupo muito, Sr. Ministro, quando eu ouço do senhor, na entrevista que deu no Canadá, que o garimpo e a extração são feitos inclusive com aquiescência da população indígena, povos originários que merecem todo o respeito e a preservação de suas terras. Mas eu também me recordo de que o senhor disse que eles vão ser ouvidos, mas não quer dizer que a decisão deles será respeitada. O que me preocupa é quando eu verifico que essa função, quando o senhor fala com a aquiescência da população indígena, o senhor está transferindo, com todo respeito, a função que é do Estado, porque quem tem que fiscalizar se está havendo garimpo, extração irregular é o Poder Público. E o Poder Público está sendo omisso nisso e nós sabemos que essa omissão é penalmente relevante não só no aspecto criminal, mas também no aspecto administrativo e civil.

Eu fico me perguntando e me questionando se o Poder Executivo não tem controle sobre como está a fiscalização das barragens de rejeitos de minérios... Nós tivemos, em 2015, 19 pessoas que morreram em Mariana, quase 400 entre mortos e desaparecidos em Brumadinho. E o Poder Público onde estava? Ele estava omisso. E agora nós temos a possibilidade de autorizar extração de minério em terra indígena. E como fica... Por exemplo, nós temos exemplos clássicos em Poços de Caldas de minas com exploração de rejeitos radioativos provenientes de urânio. Mas quais são as medidas que o Poder Público está efetivamente implementando para fiscalizar essas barragens no Brasil todo? Porque, por enquanto, em Mariana e em Brumadinho, foram rejeitos de mineração. Eu me preocupo quando forem rejeitos radioativos, porque o dano vai ser muito maior.

Então, eu acho que o Poder Executivo tem que, primeiro, fazer o dever de casa: garantir a toda a população o direito e a preservação do principal bem jurídico, que é o respeito à sua integridade física e à saúde.

Como fica o direito de propriedade, que também é uma garantia constitucional? Como fica a função social da propriedade? Como fica o direito cultural dos povos originários, da população indígena?

Então, a minha fala aqui é tão somente de reflexão para que nós tenhamos uma decisão que não seja precipitada, mas que este Senado, com todo respeito aos colegas e pares... Eu me assusto quando vejo aqui que nós estamos tentando retroceder com direitos das mulheres, tentando acabar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com quotas de participação de mulheres no processo legislativo; eu me assusto quando nós falamos que somos contra discriminação de qualquer natureza, mas tenha um filho negro para saber como é a discriminação, porque, às vezes, a discriminação velada é pior do que a discriminação explícita.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – É difícil viver em um país onde há desigualdade salarial entre um professor da rede pública e um professor do Ifes; em que não há isonomia entre os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Se Deus quiser, vou propor uma PEC para que haja essa isonomia, porque não há como um motorista meu ganhar mais de R$5 mil, R$6 mil, R$7 mil enquanto um professor ganha mil e poucos reais no Brasil afora. Eu acho que passou da hora de o Poder Executivo fazer o seu dever de casa em vários setores, como saúde, educação, habitação, lazer, vestuário, que são garantias constitucionais, que, desde o dia 5 de outubro de 1988, estão deitadas eternamente em berço esplêndido.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Esta Presidência agradece a V. Exa., Senador Fabiano Contarato, e assegura a palavra ao Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF. Para interpelar Ministro.) – Presidente, eu tive que sair por diversas vezes... Aqui a gente assovia e chupa cana ao mesmo tempo. Então, não sei se o Ministro já respondeu a alguma coisa que vou perguntar.

Primeiro, quero parabenizar V. Exa. pelo trabalho, pela capacidade. Eu sei do conhecimento que V. Exa. tem, e o Brasil precisa de pessoas competentes como o senhor para conduzir o processo de mudança do País. Como foi dito aqui, nós temos uma pobreza muito grande e uma riqueza imensa no solo, como é o caso de Roraima e do Amazonas, de modo geral.

Não sei se já foi dito aqui, mas essa renegociação do Anexo Constituição... Provavelmente há os Anexos A e B também, que não sei se interferem em alguma coisa, mas aqui na apresentação há a renegociação do Anexo C do Tratado de Itaipu. Houve algumas concessões algum tempo atrás, eu me lembro da discussão na Câmara, e não sei como está isso. Eu sei que há muita gente no Paraguai, grande parte das nossas empresas estão indo para o Paraguai, em função da guerra fiscal, e não sei como ficou a questão da energia. Como estamos com o desafio da reforma da previdência e com a expectativa de aprovar um crescimento de 3%, 4%, evidentemente que ficamos assustados porque qualquer crescimento econômico depende exclusivamente de energia. Não adianta falar que vai crescer 3% ou 4% se não estiver preparado para fornecer energia. E eu não sei como está o Tratado de Itaipu, se resolveram, se contornaram o que foi feito lá atrás, que acho que não foi bom para o Brasil.

Sobre esse acordo de gás com a Bolívia... Como estou sempre em conversa com os nossos Senadores, a gente se preocupa com o Brasil como um todo, no caso do Amapá, mas principalmente no de Roraima, que tem nióbio, que tem petróleo que não é explorado exatamente pela questão da terra indígena. Acho que apenas 20%, 30% do território não é de terra indígena. Mas a gente sabe que o pessoal do petróleo da Venezuela... Por exemplo, grande parte poderia ter sido explorado aqui no Brasil e não é explorado.

Como está essa questão do acordo do gás também, porque a informação que a gente tem, pelos estudos que foram feitos, é de que nós temos gás suficiente para o fornecimento interno, mas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

temos os impedimentos ambientais etc. Como está essa questão? Como está a questão do acordo com a Bolívia? Para contornar isso, há perspectiva de exploração do gás que nós temos em Roraima e em outros Estados?

Com relação também... Eu vi aqui que o senhor colocou na apresentação que, em 35 anos, a gente deve arrecadar 1 trilhão. Eu queria ver se há esses dados para os próximos dez anos, em vez dos 35, ou seja, quanto seria arrecadado nos próximos dez.

E preocupa-me... Eu vejo muitos comentários na Casa de um projeto que está sendo discutido no sentido de taxar as energias alternativas. Nós estamos com uma luta imensa para investir em energias alternativas, eólica e solar. Há muita gente querendo investir no Brasil, porque aqui é propício para isso. Mas já se fala aqui numa taxação antes dos investimentos. Então, isso assusta qualquer investidor. Há muita gente preparada para investir, e já vem conversa de aumentar a tributação, de taxar não sei o quê. Isso pode atrapalhar muito essa questão.

Eu não vi, aqui na apresentação, ou, se vi, passou despercebida essa questão do antigo Proálcool. Não sei se há ainda esse programa do álcool. Nós temos aí uma capacidade...

(*Soa a campainha.*)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – ... imensa de produção, e eu não sei...

O SR. BENTO ALBUQUERQUE (*Fora do microfone.*) – O RenovaBio.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – O RenovaBio. Como está essa prioridade do Governo em relação a isso?

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa.

Passo a palavra ao Senador Alessandro Vieira.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - SE. Para interpelar Ministro.) – Boa tarde, Sr. Presidente, Sr. Ministro.

Eu vou ser bem objetivo, apresentando questões num ponto específico da atuação de V. Exa. A Petrobras, já em uma decisão do Governo anterior, iniciou uma política de desinvestimento na área de fertilizantes nitrogenados. Esse assunto já foi levado em mais de uma oportunidade a V. Exa. Essa decisão da empresa, em que pese se reconhecer a autonomia que ela tem para fazê-lo, porque a Petrobras tem que prestar contas aos seus investidores, e essa área supostamente geraria prejuízos à empresa... Essa conclusão demanda dois pontos de análise: primeiro, que o principal acionista é o povo brasileiro e que também merece prestação de contas, e não apenas o investidor da Bolsa; segundo, que essa atuação da Petrobras impacta diretamente na política estratégica brasileira. O que acontece, para compartilhar com os colegas Senadores e Senadoras? Com a decisão da Petrobras de sair do mercado de fertilizantes nitrogenados, ela está num processo de hibernação das FAFENs Bahia e Sergipe e não deu continuidade à fábrica do Mato Grosso do Sul. Com essas três fábricas em andamento, o Brasil teria 50% da produção de fertilizantes nitrogenados feita em solo pátrio, garantindo fluxo, garantindo preço daquela que é a nossa principal commodity, que é a produção agropecuária. Com a decisão da Petrobras, a gente passa todo esse controle ao estrangeiro, a gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vincula o nosso preço, a gente vincula a nossa agricultura, a gente vincula a nossa pecuária a interesses de outros países. Só esse ponto já seria suficiente para chamar a atenção do Governo, mas, infelizmente, não se tem tomado nenhuma providência concreta.

Tivemos uma reunião na sexta-feira, acompanhando o Governador do Estado de Sergipe, na sede da Petrobras, com o Presidente Castello Branco, onde se traçou um panorama e ficou absolutamente claro que pequenas medidas por parte do Governo Federal, do Governo estadual e da própria Petrobras tornam essa atividade, que hoje é falsamente deficitária, numa atividade superavitária.

A Petrobras tem interesse em fazer essa transição para fazer o arrendamento dessas fábricas. Digamos que vai fazer o dever de casa e entregar o potencial de lucro para empresas do exterior, mais potencialmente para os russos que parece terem interesse maior nessa área. Um dos grupos pré-qualificados vem da Rússia.

O que eu apresento, Sr. Ministro, como demanda do Estado de Sergipe, do Estado da Bahia, do Estado do Mato Grosso do Sul, mas principalmente do Brasil é que o Governo Federal assuma a responsabilidade de fazer essa transição, sob pena de você destruir uma cadeia produtiva imensa e essencial para o nosso desenvolvimento. Repito: não são valores astronômicos. A gente fala na casa de alguns poucos milhões de reais de suposto prejuízo, prejuízo este que é causado pelo preço do gás que é imposto pela Petrobras. Então, a Petrobras faz uma manobra contábil. Ela usa o preço do gás elevado, eleva o seu resultado na matriz e destrói o resultado da subsidiária que ela quer arrendar.

Essa é a realidade que nós temos. Então, é demandar, Sr. Ministro, muito objetivamente um posicionamento rápido, urgente, porque essas fábricas estão em processo de desmobilização, e é evidente que, após a desmobilização, o seu valor vai ser mais baixo para venda ou arrendamento e o prejuízo será, em alguns pontos, irrecuperável ou de difícil recuperação. É cobrada do Governo Federal uma postura em defesa do interesse nacional, em defesa daquilo que o Brasil efetivamente precisa.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa. e passo a palavra ao último Senador inscrito, Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para interpelar Ministro.) – Sr. Ministro, Srs. Senadores, eu não pude participar da parte inicial desta reunião porque estava na Comissão de Infraestrutura aqui se realizando este evento, e, na Comissão de Assuntos Econômicos, nós tínhamos deliberações das quais eu tive que participar.

Vou tentar recuperar a parte positiva e me cingir a três indagações muito sucintas. A primeira delas eu vou apresentar em nome do Senador Eduardo Braga, que não pôde participar da reunião, vou ler, mas vou entregar à sua assessoria porque ela está escrita.

Criou-se uma grande expectativa com a possibilidade da licitação dos chamados excedentes da cessão onerosa, mas o Projeto de Lei da Câmara nº 78 não foi votado. A imprensa tem noticiado que o Governo não tem mais interesse no PLC em questão, uma vez que, além de ser danosa para a União a proposta, o TCU apontou irregularidades, inclusive inconstitucionalidades.

De forma que eu ainda decomponho a pergunta que eu faço e incorporo como minha.

Procede a informação de o Poder Executivo desistir do PLC 78/2018?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Segundo: em que situações se encontram as negociações e quais os critérios para a realização da divisão do contrato da cessão onerosa? E qual é a expectativa do Governo em relação à arrecadação de bônus de assinatura? Como ela será distribuída entre os entes federados?

No que toca à minha participação, eu quero enaltecer o que nós conquistamos em matéria de tecnologia, especialmente de exploração profunda de petróleo. O meu Estado tem uma pendência com o Estado vizinho do Paraná que data de 29 anos e que deve ter mais um passo no Supremo Tribunal Federal no dia 4 de abril, a respeito da delimitação de o que é território de interesse econômico de Santa Catarina e do Paraná, uma questão eminentemente federativa que o Supremo não resolveu desde que foi intentada a Ação Cível Originária nº 444, do meu Estado, datada de 4 de outubro de 1993. Perdão, é 4 de outubro de 1989. Então, são 11 mais 19, quase 30 anos.

Eu resumo a minha última intervenção com uma pergunta muito singela: como o Ministério de Estado de Minas e Energia vislumbra o futuro do carvão com a adoção de tecnologia que assegura um dano ambiental bastante mitigado? V. Exa. já conhece e eu também conheço um pouco sobre isso e gostaria de saber como o Ministério de Minas e Energia se posiciona em face desse ativo que ainda é o modal mais usado no mundo e que, no nosso País, enfrenta dificuldades peculiares que eu não vou aqui descrever.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa., Senador Esperidião Amin, e a todos os Senadores e Senadoras que participaram da reunião no dia de hoje, acompanhando a exposição de S. Exa. o Ministro de Estado de Minas e Energia, fazendo ponderações e também apresentando seus questionamentos.

Antes de passar a palavra ao Ministro para responder aos Senadores, faço o registro também das perguntas que vieram pelo e-Cidadania e que retransmito agora ao Ministro.

Lá do Amazonas, Patricia de Souza faz duas perguntas: "Devido à falta de profissionais, não seria mais fácil capacitar e investir para fiscalização?". A outra pergunta dela é se a Transpetro será privatizada.

Danilo Camargo, do Paraná: "Quanto ao Estado de Roraima, qual é a previsão de interligá-lo ao Sistema Interligado Nacional?".

Urubatan Silva, do Distrito Federal, questiona: "Há proteção no futuro edital de privatização da Eletrobras sobre possível risco contratual de lance superestimado logo após a assinatura?".

São perguntas que vieram do e-Cidadania, um espaço aberto à participação da sociedade.

Eu acrescentaria, Sr. Ministro... Eu tinha várias perguntas para fazer, mas, na condição de Presidente, você acaba esgotando a lista dos Senadores inscritos e sendo contemplado com as perguntas feitas por esses Senadores. Eu apenas deixaria um questionamento a V. Exa., perguntando em que estágio se encontram os planos para a construção das hidrelétricas dos Rios Tapajós, no Pará, e Tabajara, na cidade de Machadinho, no Estado de Rondônia. É apenas esse questionamento de minha parte a V. Exa., assegurando-lhe a palavra para as respostas.

O SR. BENTO ALBUQUERQUE – Muito obrigado, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou tentar aqui ser objetivo, até pelo avançado da hora. Eu tenho reunião do Conselho de Governo às 2 horas, mas eu acho que dá, com tranquilidade, para responder aqui a todos os questionamentos e comentários também.

O Senador Elmano Férrer, do Piauí. A Chesf tem a autonomia administrativa dela para tomar as decisões. Então, o Ministério – eu, particularmente, o Ministro – tomou conhecimento da transferência dessa unidade operacional ou do centro operacional no dia de hoje no seu comentário. O meu pessoal está aqui, porque justamente nós trabalhamos em equipe para buscar pelo menos dar uma resposta e, no caso, eles trabalharam aqui rapidamente e ligaram para a Chesf.

A decisão foi aprovada pelo colegiado da empresa, mas a decisão – é a boa notícia – poderá ser reavaliada. Então, nós fizemos o contato. Eu vou me inteirar mais do assunto. Como eu disse aqui, um dos meus princípios no Ministério é não interferência, não sair da minha esfera de competência, mas isso não impede de forma alguma que nós tenhamos esse diálogo, que deve existir, sim, até para que a gente possa fazer melhor o dever de casa. O dever de casa não depende só de um, depende de um conjunto, e é dessa forma que nós estamos trabalhando, e é essa a boa notícia que eu posso dar para o senhor, que veio do próprio Presidente da empresa. Então, isso aqui será considerado.

A próxima pergunta é do Senador Luiz do Carmo. Nós já tivemos oportunidade de estarmos juntos. O senhor sabe. Primeiro, eu gostaria de dizer da importância de como foi a vinda da Bancada de Goiás ao Ministério para tratar de um assunto tão importante e vital para o futuro do Estado. É o Estado que nós estamos localizados nele praticamente. A gente sabe do potencial que o Estado tem e realmente, como eu botei aqui na minha apresentação, se não houver energia e se não houver energia principalmente com justeza tarifária, não vai a lugar nenhum e a tendência é piorar.

Bom, mas também, dentro desse mesmo diálogo que nós temos com o Parlamento e diálogo que nós temos com diversos setores vinculados ao Ministério, no mesmo dia – o senhor sabe disso – nós estávamos com a Aneel. No dia seguinte, só não foi no mesmo dia, porque a direção da empresa Aneel não conseguiu chegar à Brasília, mas, no dia seguinte, eles estavam conosco. E não foi só conversa, o senhor sabe disso. Nós solicitamos à empresa que apresentasse um plano de trabalho para cumprir aquilo que estava no contrato, e eles também perceberam a importância dessa resposta à população de Goiás.

Então, estamos trabalhando. A Aneel também está muito envolvida nesse propósito, porque até ela tem o papel importante de fiscalização e regulação e estamos avançando aos poucos. Nós já demos conhecimento do plano emergencial de melhoria de qualidade e agora nós vamos fazer o acompanhamento pelos órgãos que têm a responsabilidade de assim fazê-lo e também deixar, não só a Bancada de Goiás com conhecimento *on-line* do que está acontecendo, mas, também, e principalmente, trabalhando junto com a empresa, para que ela cumpra os seus compromissos. Então, Senador, muito obrigado.

Estimulo a Bancada de Goiás, o senhor. Eu, realmente, fiquei extremamente sensibilizado. Aquele dia não dormi enquanto não falei com todos os Parlamentares de Goiás, sejam eles Senadores ou Deputados. Eu quis falar com eles para dar um retorno. Agora, nós continuamos juntos buscando esse resultado, num menor espaço de tempo. Não tenho dúvida de que o resultado vai chegar, mas ele tem de chegar com brevidade. É nesse sentido que a gente está trabalhando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A terceira pergunta, do Senador Fabiano Contarato. Muito obrigado, seus comentários realmente sensibilizam todos. Não sei se o senhor teve oportunidade aqui, antes. Comentei até sobre um discurso. Não vou repetir, mas até li aqui sobre o que eu falei antes. Foi lá no Canadá o discurso que fiz, o senhor até fez alguns comentários em relação a ele, mas procurei aqui, li aqui a íntegra dele, principalmente o parágrafo que falava isso. O senhor não tenha dúvida – nem o senhor nem ninguém, ninguém pode ter dúvidas sobre isso – de que nós vamos respeitar todos os preceitos legais. Se está escrito na Constituição será respeitado.

E, se está escrito na Constituição também que esse §3º, do art. 231, tem de ser regulamentado, nós, como um Ministério técnico, temos que dar a nossa contribuição e vamos dar a contribuição para que, nesta Casa, aqui no Congresso, essa regulamentação seja a melhor, respeitando todos os preceitos de que o País é signatário. Que daqui possa sair o melhor resultado em benefício das comunidades, dos povos originários, da sociedade como um todo. É dessa forma que nós vamos trabalhar. O dever de casa ele tem que ser feito e nós temos feito isso com afinco e, principalmente, com muito diálogo e com muita parceria. Era essa a mensagem que eu queria deixar com o senhor.

Senador Izalci, o senhor fez perguntas sobre toda a minha apresentação, há tudo aqui, tem do anexo C ao RenovaBio. E todas essas perguntas do senhor são efetivamente, como apresentado aqui, ações prioritárias do Ministério e nós estamos trabalhando nelas *pari passu*. Olha a importância...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – A negociação já foi feita ou vai ser feita?

O SR. BENTO ALBUQUERQUE – Qual?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Com Itaipu.

O SR. BENTO ALBUQUERQUE – Não, ela está em curso.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Em curso.

O SR. BENTO ALBUQUERQUE – Na realidade, a negociação com o outro lado ainda nem começou. Como falei aqui, eles começaram até antes; nós começamos agora. Evidentemente que não estamos saindo do zero, porque trabalhos já foram realizados. O que nós estamos fazendo agora é coordenar e, de forma bastante planejada, fazer isso.

Só para o senhor ter noção. O senhor disse: "E o que é que vai acontecer?". São dados. Itaipu representa para o Paraguai, se eu não me engano, quase 80% do PIB do Paraguai, o que é bem diferente do nosso lado. Mas a energia de Itaipu é fundamental para o nosso crescimento e para o nosso delineamento das matrizes energéticas em que nós vamos ter que investir para que nós tenhamos segurança energética no nosso País.

Então, isso está sendo trabalhado. Como eu disse anteriormente – eu acho que o senhor naquele momento estava ausente –, nós pretendemos ter isso concluído nos próximos dois anos. É um trabalho bastante complexo, denso e tem que também ter não só uma parte técnica, mas uma parte da diplomacia, porque se trata de um empreendimento entre dois países e são dois países que, como eu disse aqui, para um corresponde a 80% do PIB, para o outro tem uma parcela importante da energia. Então, isso tudo tem que ser considerado e nada melhor do que as relações internacionais para contribuir para que se alcance o resultado que atenda a todos os interesses.

A mesma coisa a questão do Gasbol, do gasoduto que vem da Bolívia. Isso aí não diz respeito diretamente ao Ministério, mas nós acompanhamos, porque o gasoduto pertence à Petrobras. Mas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nós temos que ver, sim, os outros interesses que existem. Apesar de a Petrobras ser o maior consumidor de gás, 40%, e os outros 60% e tudo aquilo que nós achamos que devemos investir e abrir nesse novo mercado do gás e evidentemente o Gasbol, o gás da Bolívia, vai ter um papel importante nisso aí? Também estamos tratando de outros assuntos com ele, além do Gasbol, que é a questão da hidroeletricidade. Também existem recursos hidroelétricos dos dois países que poderão beneficiar principalmente aquela região lá do Mato Grosso, uma região que é importante também para o crescimento do nosso País.

A arrecadação – eu vou ficar devendo para o senhor –, a arrecadação para os próximos dez anos. Eu tenho medo de falar aqui um valor. Não quero fazer uma média aritmética, em que eu posso estar cometendo um erro grande, mas essa informação nós vamos falar para o senhor.

E, no que diz respeito a investimento, o que a gente tem trabalhado é primeiro, tem que haver segurança para investir. E o País tem outro dado bastante positivo. Nós temos a tradição de não quebrar contrato. Nós temos, no setor de petróleo e gás, por exemplo, concessão, cessão onerosa, regime de partilha. E só existe aqui. É impressionante como são áreas extensas, existem áreas que têm dois tipos e a gente consegue manter os contratos. E isso é muito positivo para o País. O que a gente pretende fazer é melhorar nossa governança e a regulamentação para que o investidor se sinta mais seguro e que ele ofereça até mais nos bônus dele para que ele invista no País. Então, todo o mundo ganha com isso aí.

E a questão do biocombustível nós não podemos perder. O nosso País tem outra característica. Nós temos junto com os Estados Unidos e Alemanha... Se a gente comparar, Brasil, Estados Unidos, são os dois países do mundo que têm a maior diversidade de fonte de energia. Então, nós temos que explorar isso. Não pode ser nem muita coisa uma, nem muita coisa outra; nós temos diversas.

E o biocombustível tem um papel muito importante na nossa matriz. Nós temos alguns programas: o RenovaBio, o biodiesel, que já é um programa de sucesso, hoje a mistura já é de 10%, com tendências a crescer, mas isso feito tudo não por vontade. A vontade existe, de aproveitamento, evidentemente, mas tudo de forma muito bem planejada e evidentemente não planejada só por nós, mas planejada por todos, daí que existem as consultas, as audiências, etc., em que nós vamos aperfeiçoando o modelo.

O Senador Alessandro Vieira colocou a questão do desinvestimento da Petrobras, a questão da Fafen. Eu até havia comentado aqui, o Senador Jaques Wagner já tinha ido à audiência no Ministério, junto com outro Senador, para falar desse assunto. Eu, particularmente, entendo que essa questão – como o senhor muito bem colocou – é estratégica para o País, mas evidentemente que nós temos que fazer isso respeitando todos os contratos, mas cabe a nós também identificarmos aquilo que nós temos que propiciar, as condições para investimento.

E, como eu disse anteriormente, nós temos um diálogo muito permanente com a Petrobras. Na hora em que os Senadores foram lá à audiência comigo já era noite, numa segunda-feira, um chegou de Aracaju, o outro chegou de Salvador e, na mesma noite, liguei para o Presidente da Petrobras, falei da preocupação dos senhores e desde aquele momento estamos trabalhando juntos para que a gente encontre soluções, primeiro, para a questão lá de Salvador e de Aracaju, aí passa também, transcende a própria Petrobras, mas a energia para tornar esse empreendimento mais atrativo. E, lá em Aracaju, nós temos o maior investimento de gás já feito, 5 bilhões, é o maior investimento de Aracaju, mas por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

questões de monopólios, A, B e C regulações, estamos trabalhando nisso, para que, no caso particular de Aracaju, ele possa utilizar o gás e tornar o investimento mais atrativo ainda.

Mas isso transcende, como o senhor disse, é vital para o agronegócio. Então, nós estamos trabalhando também junto com o Ministério da Agricultura para que a gente possa viabilizar outros empreendimentos. O Brasil tem todas as condições, dentro das avaliações preliminares, de se tornar autossuficiente, e nós vamos deixar de fazer importação para os fertilizantes nitrogenados.

Então, era isso que eu queria colocar para o senhor. Eu não sei se eu fiquei com alguma dívida em relação ao senhor.

Então, é isso.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – É muito perigoso dever para ele. (*Risos.*)

O SR. BENTO ALBUQUERQUE – Senador Esperidião Amin, eu acho que é a última pergunta, talvez. Não, há outras aqui da...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. *Fora do microfone*.) – Há cidadania, Amin, só.

O SR. BENTO ALBUQUERQUE – Ah, está bem. Então, há o senhor e, depois, a cidadania.

No que diz respeito à pergunta do Senador Eduardo Braga, nós vamos dar uma resposta bem completa, mas eu até comentei aqui antes – não sei se o senhor já estava aqui – que ainda bem que eu não sou responsável por essa parte de distribuição entre os entes federados. Mas, como eu disse aqui, nós trabalhamos a várias mãos na questão da cessão onerosa e o Ministro Paulo Guedes está muito sensível a isso – e não é de agora –, no que diz respeito a como será feita essa distribuição entre os entes federados.

Futuro do carvão. Carvão, como eu falei aqui, o País tem essa diversidade de fontes, e o carvão não pode ser desconsiderado. Nós, por acaso também, muito provocados pelo senhor e por outros Parlamentares, já estamos trabalhando nisso. Tem que haver um investimento na parte tecnológica. E, como o senhor bem disse, hoje em dia, a tecnologia já permite que o carvão não seja uma fonte tão danosa ao meio ambiente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Ao contrário, com emissões reduzidíssimas.

O SR. BENTO ALBUQUERQUE – Isso, reduzidíssimas.

Então, é isso que nós estamos trabalhando. A empresa de planejamento energético...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Tanto é que a China e a Índia têm várias plantas em construção com essa tecnologia que está evoluindo consideravelmente, ao mesmo tempo em que defendem – a China especialmente – energias renováveis.

O SR. BENTO ALBUQUERQUE – Claro. E os próprios Estados Unidos.

Eu estive agora também, recentemente...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. BENTO ALBUQUERQUE – Isso, isso. A China é a maior parte. Agora, evidentemente, cada país tem o seu trato a essa questão, tendo em vista a diversidade de fontes que possui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, agora mesmo, nos Estados Unidos, nesse fórum de energia, um dos pontos é o carvão, porque os próprios Estados Unidos têm essa fonte também, mas também têm um desenvolvimento tecnológico grande, que torna essa energia bastante limpa. Então, nós estamos trabalhando nisso e temos que atender particularmente os dois Estados mais importantes nesse aspecto, o Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. BENTO ALBUQUERQUE – É, mas os dois mais importantes são Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Então, estamos trabalhando sobre o futuro disso. E isso estará bastante sinalizado na previsibilidade que nós pretendemos e estamos dando aos investidores para que eles possam...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Tem uma ideia de um prazo para ter isso mais claro?

O SR. BENTO ALBUQUERQUE – É agora, Senador. Agora que eu digo, em alguns meses. Mas eu não quero me arriscar a dizer para o senhor, assumir um compromisso com o senhor, mas vou lhe dar essa resposta do prazo, até para que o senhor, como interessado, possa acompanhar isso e nos cobrar.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu só queria concluir...

O SR. BENTO ALBUQUERQUE – Pois não.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... informando a V. Exa. o seguinte: o Ministro de Ciência, Tecnologia e Inovações, Marcos Pontes, estará em Criciúma, na próxima segunda-feira, visitando o laboratório e as escolas relacionadas a essa tecnologia. Só para lhe dar essa informação. Se alguém puder acompanhar pelo menos a informação da visita será muito interessante. Por iniciativa do Deputado Federal Daniel Freitas, essa visita vai acontecer lá na próxima segunda-feira.

O SR. BENTO ALBUQUERQUE – Perfeito.

Eu vou ver se alguém do Ministério vai nessa comitiva do Ministro Marcos Pontes, porque eu acho que é importante. E é assim que a gente tem procurado trabalhar no Governo, sabe? De forma integrada, o que facilita muito.

(*Soa a campainha.*)

O SR. BENTO ALBUQUERQUE – Agora, estou eu de novo aqui perdido com as perguntas...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Restam agora as perguntas do portal e-Cidadania.

O SR. BENTO ALBUQUERQUE – Do e-Cidadania, não é?

"Quanto ao Estado de Roraima, qual é a previsão de interligá-lo ao Sistema Interligado Nacional?".

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. BENTO ALBUQUERQUE – Bom, então, voltando à pergunta aqui, do Danilo Camargo Grasso: "Quanto ao Estado de Roraima, qual é a previsão de interligá-lo ao Sistema Interligado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nacional?". A previsão é dezembro de 2021, quando a obra do Linhão Manaus-Boa Vista estará concluída.

Outra pergunta: "A Transpetro será privatizada?". Não está nos planos. Eu não tenho conhecimento, nem por parte da Petrobras, nem por de qualquer outro tipo de fonte, e não há nenhum estudo no Ministério em relação a isso.

Patrícia de Souza Silva, também do Amazonas: "Devido à falta de profissionais, não seria mais fácil capacitar e investir para fiscalização?". É exatamente isso que nós estamos fazendo. Trinta e dois servidores estão no momento fazendo curso na Enap. Eu já tinha mencionado isso aqui, mas é apenas um complemento. Mas nós temos que investir não só em pessoal, mas também em tecnologia, porque a tecnologia nos dá também segurança e não depende tanto do fator humano para executar a tarefa.

E, agora, o Urubatan Silva Tupinambá Filho: "Há proteção no futuro edital de privatização da Eletrobras sobre possível risco contratual de lance superestimado logo após a assinatura?". O modelo da Eletrobras não está ainda concluído, de capitalização. Nós devemos concluir isso até o final de junho, e eu não tenho conhecimento de nenhum assunto relacionado a esse aqui perguntado sobre o risco contratual de lance superestimado, mas a sociedade tomará conhecimento disso tão logo os trabalhos sejam encerrados.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – A última, Sr. Ministro, é a pergunta que fiz em relação à construção das hidrelétricas do Rio Tapajós, no Pará, e a Usina Tabajara, no Município de Machadinho, no Estado de Rondônia.

O SR. BENTO ALBUQUERQUE – Está, mas, primeiro, eu quero dar uma notícia para o Presidente da Comissão. Bom, a redução tarifária na tarifa lá, em Rondônia, será de 7,46%.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. *Fora do microfone*.) – Boa notícia!

O SR. BENTO ALBUQUERQUE – Acabou de chegar aqui. Eu pensei que o senhor iria trazer a notícia, mas eu acabei...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Muito obrigado. Eu fui lá para reforçar o apelo.

O SR. BENTO ALBUQUERQUE – Pois é.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Muito obrigado a V. Exa.

O SR. BENTO ALBUQUERQUE – Então, o senhor, foi muito importante a sua passagem por lá.

Mas, no que diz respeito às usinas hidrelétricas do Rio Tapajós e à unidade hidrelétrica de Tabajara, as usinas estão em fase de planejamento e ainda não possuem licenciamento ambiental prévio. E há questões sensíveis e impactos em áreas indígenas que talvez estejam limitando isso. Mas isso é um assunto que está na nossa ordem do dia e eu vou procurar, agora, me aprofundar para dar uma resposta ao senhor e para que a gente possa acompanhar e tratar desses assuntos.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Está bem. Ministro, eu fico extremamente agradecido e na expectativa de receber essas informações, considerando o cenário nacional e a demanda de energia, especialmente energia limpa que nós temos e por se tratar de um empreendimento que será construído, mais um, no Estado de Rondônia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria, neste momento, de agradecer a todos, a Sras. Senadoras e os Senadores que participaram conosco da reunião no dia de hoje.

Gostaria de agradecer o Ministro Bento Albuquerque pela sua presença e disponibilidade de tempo para estar na Comissão de Infraestrutura, trazendo as informações importantes do Ministério de Minas e Energia para os Senadores membros desta Comissão e se disponibilizando também a responder aqui aos questionamentos dos Senadores. Gostaria de agradecer, além do Ministro, aos seus auxiliares, secretários, diretores, técnicos do Ministério de Minas e Energia que comparecem a esta Comissão.

Mais uma vez, Ministro, gostaria de deixar a Comissão de porta abertas para esse diálogo permanente, para essas tratativas republicanas permanentes, porque nós temos pela frente alguns desafios. V. Exa. assume o Ministério num momento extremamente decisivo. Pela frente penso que teremos que revisitar a discussão do nosso marco regulatório do setor elétrico; teremos que discutir com maior profundidade o mercado livre, matéria cuja relatoria está sob a minha responsabilidade; fontes alternativas para geração de energia, especialmente com essa matriz que foi mencionada aqui pelo Senador Esperidião Amin, dentro dessa concepção de energia limpa, de menor custo e de menor impacto no ponto de vista ambiental.

Mais uma vez, gostaria de agradecer a V. Exa. e deixar o espaço aberto para as considerações finais. Eu sei que V. Exa. tem, na sequência, um importante compromisso.

O SR. BENTO ALBUQUERQUE – Presidente Senador Marcos Rogério, gostaria de dizer para o senhor, mais uma vez, que foi uma honra, um prazer comparecer. Eu acho que as portas abertas são muito importantes para o Ministério. O Ministério procurará estar presente aqui, junto à Comissão, porque é uma Comissão que é parceira e fundamental para as políticas públicas que são conduzidas pelo Ministério.

Gostaria também de agradecer a forma como eu fui recebido, pelos comentários, que me deixaram, orgulhoso, e pela confiança demonstrada no nosso trabalho – e o trabalho não é meu, o nosso trabalho é de equipe, de todos os órgãos vinculados. Eu gostaria de dizer para os senhores que eu estou muito otimista que o Ministério corresponderá às expectativas não só da Comissão de Infraestrutura, mas principalmente da sociedade brasileira. Então, eu agradeço os comentários. Vamos respondê-los com um pouquinho mais de detalhes tão logo tenhamos tempo de fazer uma análise mais aprofundada.

Mas muito obrigado pela oportunidade que foi concedida ao Ministério de Minas e Energia.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Esta Presidência reitera mais uma vez os agradecimentos.

E aqui, aproveitando a deixa de alguns Senadores concernente às questões regionais, faço o registro também, em meu nome e em nome dos demais Senadores do Estado de Rondônia, Senador Acir e Senador Confúcio Moura, dos oitos Deputados Federais do Estado Rondônia: o nosso agradecimento pela abertura para o diálogo, para a construção de um entendimento que oportunizasse o Estado de Rondônia a ter um diferimento na conta de energia, que tem sido, nesses últimos meses, fator de intranquilidade no Estado de Rondônia. E eu sei do empenho de V. Exa. nessa matéria, a despeito das cautelas de praxe em relação às questões contratuais, de segurança jurídica,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de previsibilidade, confiança do mercado, mas houve um esforço no sentido de atender, ainda que minimamente, os interesses dos consumidores de Rondônia.

Fica aqui o registro de agradecimento pessoal e também da Bancada a V. Exa., extensivos à Aneel, onde tive a oportunidade, hoje, de debater este assunto.

Agradecendo mais uma vez a presença de todos, nada mais havendo a tratar, está encerrada a reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 28 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 36 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 6ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 02 DE ABRIL DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às onze horas e sete minutos do dia dois de abril de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Marcos Rogério, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Eduardo Gomes, Fernando Bezerra Coelho, Esperidião Amin, Marcelo Castro, Plínio Valério, Styvenson Valentim, Izalci Lucas, Oriovisto Guimarães, Juíza Selma, Jorge Kajuru, Fabiano Contarato, Eliziane Gama, Kátia Abreu, Alessandro Vieira, Jean Paul Prates, Jaques Wagner, Paulo Rocha, Carlos Viana, Irajá, Nelsinho Trad, Wellington Fagundes, Jayme Campos, Zequinha Marinho, Rodrigo Pacheco, Jorginho Mello, Luis Carlos Heinze, Paulo Paim e Rodrigo Cunha. Justifica a ausência o Senador Jarbas Vasconcelos. Deixam de comparecer os Senadores Vanderlan Cardoso, Elmano Férrer, Flávio Bolsonaro, Acir Gurgacz e Lucas Barreto. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Lidos os comunicados da presidência, passa-se à apreciação da pauta, que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 14, de 2019** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, incisos II e V, da Constituição Federal, e dos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, aditamento ao Requerimento nº 09, de 2019, que trata da realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PLS nº 261/2018, que "Dispõe sobra a exploração indireta, pela União, do transporte ferroviário em infraestruturas de propriedade privada; autoriza a autorregulação ferroviária; disciplina o trânsito e o transporte ferroviário; altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, as Leis nos 9.503, de 23 de setembro de 1997, 10.233, de 5 de junho de 2001, 12.379, de 6 de janeiro de 2011; e dá outras providências,", visando a inclusão, como convidados, de um representante do Ministério da Economia e um representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transporte e Logística – CNTTL." **Autoria:** Senador Jean Paul Prates. **Resultado:** Aprovado. **2ª Parte - Audiência Pública Interativa**. **Finalidade:** Prestar contas sobre o exercício de suas atribuições e o desempenho da ANTT, bem como apresentar avaliação das políticas públicas no âmbito de suas competências, em atendimento ao artigo 96-A do Regimento Interno do Senado Federal. **Participante:** Mario Rodrigues Junior, Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT. **Resultado:** Audiência pública interativa realizada. Fazem uso da palavra a Senadora Kátia Abreu e os Senadores Eduardo Gomes, Esperidião Amin, Nelsinho Trad, Carlos Viana, Jean Paul Prates, Wellington Fagundes, Zequinha Marinho e Jaques Wagner. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e trinta e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Marcos Rogério

Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/04/02

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Bom dia a todos.

Declaro aberta a 6ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa de leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Sras. e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovadas.

Alguns comunicados à Comissão, especialmente à nossa assessoria técnica, quanto a procedimentos acerca de relatórios de atividades de agências reguladoras e empresas estatais que esta Comissão recebe. Eu estou adotando algumas providências e queria comunicar à Comissão, especialmente às assessorias técnicas que acompanham o trabalho da Comissão.

Por força das leis de criação das agências reguladoras, bem como da Lei 13.303, de 30 de junho de 2016, conhecida como Lei das Estatais, a Comissão de Serviços de Infraestrutura recebe regularmente os relatórios anuais de atividades das agências reguladoras e das empresas estatais da área de infraestrutura.

Esses relatórios de atividades que chegam à Comissão na forma de avisos ou ofícios recebiam o seguinte tratamento: o Presidente dava conhecimento ao Plenário da Comissão do teor das matérias, por meio de comunicados, no início das reuniões; a Secretaria da Comissão enviava aos gabinetes dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadores membros uma cópia eletrônica de cada um desses expedientes; caso não houvesse a manifestação de algum Senador, a matéria era encaminhada ao Plenário do Senado Federal para arquivamento, sendo considerada conhecida pela Comissão de Infraestrutura.

Para enfatizar o papel fiscalizatório da Comissão de Serviços de Infraestrutura, esta Presidência adotará um procedimento diverso, que faço saber à Comissão neste momento: os expedientes serão encaminhados à Consultoria Legislativa do Senado Federal para análise e emissão de notas técnicas que embasarão a posterior decisão da Presidência; para os relatórios que não apresentarem incompletudes ou que não levantarem questionamentos de ordem técnica ou legal, será seguido o protocolo anterior, dando-se conhecimento da matéria à Comissão e, não havendo manifestação dos Senadores membros, encaminhando-se os expedientes ao Plenário do Senado para arquivamento; os relatórios de atividades que não suprirem as informações requeridas por lei ou que levantarem questionamentos de ordem técnica ou legal serão distribuídos para a relatoria de um dos Senadores membros, que indicará as ações que deverão ser adotadas pela Comissão, como, por exemplo, apresentação de proposições legislativas, realização de diligências ou audiências públicas, acionamento do Tribunal de Contas ou Ministério Público e assim por diante.

A Presidência espera contar com a máxima diligência dos Senadores e Senadoras membros para que as responsabilidades fiscalizatórias a cargo da Comissão de Serviços de Infraestrutura sejam cumpridas com presteza e rigor.

Estou fazendo isso porque, obviamente, a informação que chega a esta ou a outra Comissão não chega apenas como um espaço de despacho e carimbo. Se é submetida, por força de lei, a apresentação desse relatório à Comissão, ela tem um papel de fiscalização, de controle.

Então, por essa razão, estou adotando a providência de, antes de fazer qualquer despacho na modelagem anterior, que a Consultoria faça uma análise preliminar, e, havendo algum tipo de observação a ser feito, designa-se Relator para análise mais profunda, mais cuidadosa da matéria.

Em alguns expedientes que nós recebemos nos últimos dias, essa providência já foi adotada – alguns, inclusive, com incorreções bastante graves, que precisam, demandam atenção desta Comissão e de seus Senadores membros. Em pelo menos dois ou três casos eu designei Relator. Eu avoquei uma das relatorias. Nós vamos, então, atuar nesse sentido, porque o papel do Legislativo e da Comissão é justamente este: não só de receber e ter o conhecimento, mas, havendo dúvida razoável, atuar na forma da lei, na forma do Regimento e da Constituição Federal.

O art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal estabelece que, no desempenho de suas atribuições de acompanhar, fiscalizar e controlar as políticas governamentais pertinentes às suas áreas de competência, as Comissões permanentes devem selecionar, a cada ano, políticas públicas a serem avaliadas.

Nas suas primeiras reuniões anuais, cada Comissão permanente deve eleger a política pública que será avaliada e, ao final da sessão legislativa, um relatório conclusivo deve ser apresentado e apreciado pela Comissão.

Assim, solicito que as Sras. e os Srs. Senadores apresentem, em tempo hábil, por meio de requerimentos, sugestões de temas a serem avaliados, em 2019, a fim de que, nas próximas reuniões, sejam submetidos à deliberação da Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estes comunicados cuja leitura estou fazendo serão todos encaminhados aos gabinetes dos eminentes Senadores e Senadoras.

Aviso do Tribunal de Contas da União.

A Presidência comunica o recebimento do Aviso nº 86 do TCU, Plenário do Tribunal de Contas da União, que encaminha para conhecimento da Comissão cópia de acórdão proferido pela Corte acerca de acompanhamento dos empreendimentos de geração e transmissão da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu.

Nos termos da Instrução Normativa da SGM nº12/2019, o expediente aguardará eventuais manifestações das Sras. e dos Srs. Senadores pelo prazo de 15 dias, após o qual será arquivado.

Cópias do documento encontram-se à disposição das Sras. e dos Srs. Senadores na Secretaria da Comissão.

Na primeira parte da nossa reunião, nós temos um requerimento a ser deliberado, nos seguintes termos.

1ª PARTE
ITEM 1
REQUERIMENTO Nº 14, de 2019
- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, incisos II e V, da Constituição Federal, e dos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, aditamento ao Requerimento nº 09, de 2019, que trata da realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PLS nº 261/2018, que "Dispõe sobre a exploração indireta, pela União, do transporte ferroviário em infraestruturas de propriedade privada; autoriza a autorregulação ferroviária; disciplina o trânsito e o transporte ferroviário; altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, as Leis nºs 9.503, de 23 de setembro de 1997, 10.233, de 5 de junho de 2001, 12.379, de 6 de janeiro de 2011; e dá outras providências,", visando a inclusão, como convidados, de um representante do Ministério da Economia e um representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transporte e Logística – CNTTL.

Autoria: Senador Jean Paul Prates.

É o requerimento que apresenta o Relator da matéria, Senador Jean Paul Prates.

Eu consulto o Plenário se quer fazer alguma observação. (*Pausa.*)

Não havendo qualquer observação ou acréscimo a fazer, submeto à votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado.

Passamos agora para a fase da audiência pública.

Gostaria de lembrar a todos que a população poderá participar também do debate, enviando perguntas e comentários ao nosso convidado. Os cidadãos que queiram participar podem fazê-lo por meio do portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou ligando para o telefone 0800-612211.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A presente audiência pública tem como convidado o Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres, Mario Rodrigues Junior, em atendimento ao art. 96-A do Regimento Interno do Senado Federal, que estabelece:

> Art. 96-A. Os dirigentes máximos das agências reguladoras comparecerão ao Senado Federal, em periodicidade anual, para prestar contas sobre o exercício de suas atribuições e o desempenho da agência, bem como para apresentar avaliação das políticas públicas no âmbito de suas competências.

Convido para que tome assento à mesa, já a postos, o Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres, Mario Rodrigues Junior, e dou boas-vindas ao demais diretores, que passarei a nominar na sequência, todos aqui presentes nesta reunião.

Informo à Comissão e ao Diretor que disporá do tempo inicial de 20 minutos, com a tolerância desta Presidência, para a apresentação do relatório. E, na sequência, os Srs. e as Sras. Senadoras terão a oportunidade também de fazerem ponderações ou questionamentos ao nosso convidado.

A palavra está assegurada a V. Exa.

O SR. MARIO RODRIGUES JUNIOR – Em primeiro lugar, quero agradecer, Senador, o convite. Aqui nós até agradecemos pela oportunidade que vamos ter de mostrar um pouco o papel da agência e o tamanho da sua dimensão. Então, em nome do Sr. Senador Marcos, cumprimento todos os Senadores e autoridades aqui presentes.

Quero registrar também a presença de todos os diretores da agência, aqui presentes, nossos superintendentes. Estaremos aqui à disposição. Se, no caso, houver um debate, estamos aqui hoje com o time todo completo.

Eu vou fazer uma explanação do papel da ANTT. Até é uma apresentação longa, mas eu vou pegar os principais pontos que acho de suma importância de a gente mostrar.

A agência foi criada na Lei 10.233, de 5 de junho de 2001. É uma autarquia em regime especial, regulador federal técnico e econômico. Tem como atribuições incrementar a competitividade, assegurar o serviço adequado ao público, implementar as políticas públicas do hoje Ministério da Infraestrutura.

Nós temos no nosso atual quadro: 1.705 funcionários, entre analistas, especialistas e técnicos em regulação. Total de vagas desocupadas: dos 1.705, nós temos 962 vagas desocupadas, sendo que, no total de vagas em aberto, temos 743 vagas que a agência precisa repor. Lógico que a gente sabe da crise que existe nos últimos tempos, mas isso seria motivo de um concurso público. E, mais para a frente, eu vou mostrar a necessidade que efetivamente hoje a agência tem de estar se reestruturando.

Aqui são articulações de relacionamento. Nós participamos da Rede de Articulação das Agências Reguladoras (Radar). A cada um mês e meio, dois meses, nós abrimos um café com o mercado para discutir regulação, necessidade, enfim, escutar os problemas, efetivamente, do mercado. E temos várias parcerias internacionais com outras agências reguladoras.

Nossa governança regulatória. Este é um quadro de fortalecimento regulatório. A gente tem em conjunto com o mundo inteiro as regulações – OECD. E seguimos aí, tentamos uma padronização.

Nós temos, dentro da agência, a participação social que a gente faz através de audiências públicas; o fórum de regulação, que é feito entre nossos gerentes e superintendentes; temos um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estoque regulatório, hoje, aproximadamente de seis mil, sendo que efetivamente 160 são de suma importância.

Meta: Redução do fardo regulatório – e também para frente eu vou mostrar o quanto isso gera economia – e a análise de impacto regulatório.

Para vocês terem uma ideia, o País hoje... Anualmente, o Brasil edita entre 80 a 100 mil atos normativos, enquanto nos Estados Unidos isso varia entre 2,5 e quatro mil normas.

Lógico, qual é a intenção? Você minimizar o fardo regulatório, o estoque regulatório. Hoje, a agência tem mais de seis mil, como eu disse, e a nossa ideia é estar minimizando, diminuindo esses fardos regulatórios, com a aperfeiçoamento das suas resoluções, com novas tecnologias, enfim...

Só uma ideia: a nossa meta era economizar, até 2018, cem milhões, reduzindo esses marcos regulatórios. Nós já temos até o momento 400 milhões de economia, e a nossa meta, até o final do ano, seria a gente economizar R$1 bilhão com essas ações no marco regulatório.

Vamos entrar agora na questão das concessões por modais. As nossas rodovias concedidas. Hoje, nós temos 20 concessões, fiscalizadas e reguladas pela agência; nós tivermos... temos dentro dessa malha, dessas 20 concessões 9,7 mil quilômetros, praticamente 10 mil quilômetros. Nós temos... Em 2017, foram investidos 7 bilhões, isso de investimentos, fora a questão de manutenção e operação... Opa, desculpem. Duplicação, manutenção, operação e melhorias. O setor gera 13 mil empregos diretos e 18 nas suas terceirizadas.

Aqui é uma relação das 20 concessões, abrangendo aí o Brasil todo. Eu não vou entrar no mérito de cada uma, mas depois, se precisar de alguma informação específica de alguma delas, estaremos aqui apresentando.

São 20 concessões. Algumas fotos ilustrativas: praça de pedágio, obras feitas, trevo, equipe de atendimento ao usuário, ambulância, toda a gama de serviços que a gente coloca à disposição do usuário.

Um comparativo de grau de investimento. Em 2017, o Governo, por meio do Orçamento Geral da União, gastou basicamente na concessão. No Dnit, ele investiu R$8 bilhões.

(*Intervenção fora do microfone.*) (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Tivemos uma pane no painel. Enquanto o técnico retorna, vamos fazer pela...

O SR. MARIO RODRIGUES JUNIOR – Pela...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Isso.

O SR. MARIO RODRIGUES JUNIOR – Bom, aquele quadro estava mostrando que o grau de investimento, através de recurso do Governo, foi de R$8 bilhões, em 2017, por uma malha aí de mais de 60 mil, 70 mil quilômetros que tem o Dnit, enquanto nós, nos 9,7 mil quilômetros, investimos R$7 bilhões; praticamente nós empatamos, mas o grau de proporção aí dos quilômetros de rodovia... Está-se vendo o grau ou o quanto é importante o investimento da iniciativa privada.

Foram R$8 bilhões, em 2017, por uma malha aí de mais de 60 mil, 70 mil quilômetros que tem o Dnit, enquanto que, nós, nos 9,7 mil quilômetros, investimos R$7 bilhões; praticamente nós empatamos, mas o grau de proporção aí dos quilômetros de rodovia... Está-se vendo o grau ou o quanto é importante o investimento da iniciativa privada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em novembro do ano passado, nós fizemos o leilão da Rodovia de Integração do Sul, que pega a região toda do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, que teve o seu leilão com investimento previsto de R$8 bilhões em investimentos e R$5,6 bilhões em questão de manutenção e operação da rodovia. O leilão foi realizado no dia 1º de novembro de 2018, o vencedor foi a CCR, ela apresentou um deságio na tarifa, porque o leilão ali previa que o vencedor seria quem apresentasse a menor tarifa... O vencedor foi o grupo CCR, uma das maiores concessionárias do País, dando uma redução de 40,53% na tarifa. A assinatura do contrato foi em 11 de janeiro de 2019 e se iniciou a operação em fevereiro de 2019. Foi um grande sucesso essa nova concessão, que foi a mais recente de rodovias que foi feita.

Existimos agora... Temos hoje oito projetos em análise, sendo que dois deles vão ser ainda lançados para leilão público neste ano, que vão ser: a BR-153, Tocantins-Goiás; e a BR-101, Santa Catarina, de São João do Sul a Paulo Lopes, também em Santa Catarina. Essas duas concessões já estão em fase final, já estão na aprovação do plano de outorga.

A 364... A 365... Opa, desculpe-me: a 153, nós estamos em estudo; a que está pronta e está em análise do Tribunal de Contas é a 364,365, Goiás-Minas Gerais.

E a BR-101, terminamos todas as audiências públicas; agora nós vamos entrar no plano de outorga e encaminhar também para o TCU. A previsão é a de que a gente consiga fazer o leilão, o pregão ainda neste exercício.

Na apresentação que eu vou deixar, nós vamos ter: a BR-364; a BR-153, como eu tinha colocado aqui; a BR-040, Rio de Janeiro-Juiz de Fora; a BR-116. Essas que eu estou colocando agora são concessões que se expiram em 2021, que são a Dutra, Rio-Petrópolis e Rio-Teresópolis. Essas já estão também em análise, e a nossa ideia é concluir todos os estudos até o final do ano. Se lançar esse edital em todas as suas fases, até o final do ano que vem e quando se expirar o prazo delas em 2021, a licitação e a concessão já estarão assinadas.

Então, são oito projetos. Depois eu vou deixar a apresentação. Se também quiserem mais alguns detalhes... Sendo que um já está no Tribunal de Contas, outro está prestes a chegar lá, e o resto está tudo em preparação e em estudos.

Nessa preparação de estudos eu digo que é feita toda uma análise em conjunto com a equipe do Ministério dos Transportes e as suas secretárias, com a EPL, que faz todo o levantamento de investimento, e com a ANTT, que modela e executa o leilão. Então, é um conjunto de ações nos órgãos. Lógico... E a PPI, que hoje coordena todo o programa de concessão do Governo.

Estão aqui os oito projetos, são todos eles elencados, que eu falei, sendo que três já estão concedidos, mas a concessão se expira em 2021. A Dutra, como a principal rodovia do País, está nesse pacote.

Por que esses projetos não saem do papel? Não é que não saiam do papel, há dificuldade. Primeiro, no TCU há divergências na política pública de concessões, tanto na elaboração quanto na gestão dos contratos. Grandes entraves: licenciamento ambiental, desapropriação, remoção de interferências, ocupação na faixa de domínio e liberação de financiamentos são os principais problemas, assim, que, vamos dizer, atrasam todo o processo.

Das 13 concessões para 20, com mais de oito em carteira, sem adequação de estrutura existente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos voltar naquela tabela do número de funcionários. Hoje a ANTT... Eu fui diretor da ANTT entre 2008 e 2012, nós tínhamos na época dez concessões, hoje nós estamos com 20, e o quadro, além de se manter o mesmo, às vezes perdemos funcionários. Então a necessidade de a agência se remodelar e se reestruturar é fundamental, para que a gente possa efetivamente melhorar cada vez mais o nosso papel de fiscalização e de regulamentação.

Repactuação dos contratos. Hoje isso está muito na mídia. O que aconteceu? Nós temos as concessões da Fase 1, Fase 2 e Fase 3. Fase 3 são todas aquelas que foram licitadas em 2014, em que o País tinha um cenário brilhante, com crescimento, projeções, liberação de financiamentos do BNDES com taxas de juros atrativas. Só que, de 2014 para diante, cinco dessas concessões que iniciaram hoje estão totalmente desequilibradas. Nós tivemos queda na arrecadação, queda na produção, queda no nível de demanda de tráfego de VDM, investimentos previstos que teriam que ser feitos até o quinto ano não foram executados. Então, hoje, essas concessões da Fase 3 estão num desequilíbrio violento que, dependendo da ação que terá de ser adotada, ou elas vão virar a caducidade; ou elas vão entrar numa lei já aprovada que permite a relicitação do trecho, sendo que o concessionário existente mantém a manutenção da rodovia até que o novo pregão se concretize; ou a revisão quinquenal, que seria a solução adequada para esse processo. Ou seja, o que é a revisão quinquenal? Pega-se tudo que está desequilibrado do contrato e reequilibra, trazendo para um novo patamar, como se fosse iniciar uma concessão agora. Só que isso é muito complicado, e o Governo está até nos dando orientação para não focarmos muito nessa forma, apesar de ser a forma que seria a correção definitiva dos problemas. Mas não sabemos o posicionamento do TCU, o quanto da aprovação que isso vai ter. O Governo vai focar hoje muito mais no que eu digo, de relicitação.

Esse quadro mostra um pouco. Caducidade: vamos imaginar que não haja a relicitação, e não haja revisão quinquenal; nós vamos cair na caducidade. Num pedido de caducidade desses, é montado um processo dentro da agência por não cumprimento do contrato. É um processo longo, você tem que montar uma comissão, fazer uma série de segmentos, e fatores que nós temos que relevar. Um processo desses, se iniciar uma caducidade, leva no mínimo de um ano e meio a dois anos, para a gente concluir a caducidade.

Mas veja bem, vamos lá. Previsão normativa, na caducidade, é a Lei 8.987.

Pagamento via OGU, o que o Governo teria que bancar se tivesse os investimentos nessas rodovias. Gastaria 5,8 bilhões em investimento nas rodovias. Esses investimentos são os previstos em contrato.

A duplicação seria por gatilho. Ou seja, quando você tem uma demanda muito grande num determinado trecho da estrada, você vai fazer uma terceira faixa ou vai duplicar. Ou seja, então, a duplicação entraria na forma de gatilho: quando necessário, vai lá e faz a interferência.

Descontinuidade. Veja bem, se der uma caducidade, entre você iniciar novamente o processo, preparar, passar por todas as fases – TCU e aprovação – até concluir o leilão, são quatro anos em que ficaríamos desassistidos dessa concessão... Desassistidos, nem tanto. O Dnit teria que assumir a manutenção e o Governo, se tiver capacidade, manter os investimentos.

Expectativa da tarifa será de aumentar, porque a deterioração, com certeza, dessas rodovias vai piorar e o Governo terá que gastar 430 milhões/ano para fazer a manutenção. Governo, quando eu digo, se tiramos a concessionária.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Enquanto que na relicitação nós traríamos também o Governo pagando uma fatura de 5,8 bilhões para manter os investimentos. Também por gatilhos de demanda. A continuidade em nível mínimo seria de três anos. Ou seja, até também haver a licitação a vantagem aqui é que a atual concessionária terá que manter a rodovia sem investimentos, mas fazendo uma manutenção adequada.

Expectativa de tarifa também alta e quanto ao impacto orçamentário aqui no Governo – como a concessionária manteria a manutenção –, não haveria o gasto de 430 milhões, se houvesse a caducidade.

A revisão quinquenal. O contrato e Resolução da ANTT 675 permitem legalmente isso. Indenização não teremos, não teremos de fazer novos investimentos porque nós vamos reprogramar os investimentos. Duplicação integral da concessionária, do quilômetro que deve ser feito. Ou seja, no decorrer do prazo do contrato, a rodovia inteira vai ter que ser duplicada no prazo do contrato.

Continuidade na prestação do serviço, teremos continuidade. A expectativa de tarifa é baixa, enquanto nos outros dois casos ela é alta. E também não teríamos o impacto orçamentário no dinheiro da União de 430 milhões.

Ferrovias. Senador, o debate a gente abre na sequência.

A ANTT licita e concede ferrovias ao setor privado.

Cabe a sua gestão e fiscalização da execução dos contratos.

Investimentos: segurança e capacidade.

Cargas e passageiros.

Nós temos hoje, no transporte de carga, 13 concessionárias, numa malha de 29 mil quilômetros concedidos. Sendo que desses 29 mil, somente dez mil estão em operação. O resto são trechos que não demandam carga, o concessionário não os utiliza, e isso, nas renegociações, que também serão um capítulo para frente, eu vou entrar um pouco em detalhe.

Transporte regular de passageiros. Nós temos a ferrovia da Vale de 1.757km.

Trens turísticos. Temos o histórico-cultural: preservação da história ferroviária nacional (Trem do Vinho, no Rio Grande do Sul).

Trens comemorativos: celebração de um evento específico (Trem do Forró).

Total: 2.390 km

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARIO RODRIGUES JUNIOR – Então, vou acelerar aqui.

Novas concessões ferroviárias. Nós temos a da Norte-Sul, que foi realizada na semana passada, na quinta-feira da semana passada. Por detalhe, um sucesso. Tivemos a Norte-Sul com dois participantes. Com deságio, o concessionário teria de pagar de outorga 1,350 milhão, que era previsto no edital, e quem venceu ganhou com uma outorga de 2,7 bilhões, mais de 100% de ágil, também com um nível de investimento muito grande que eu vou entrar em detalhe na próxima. Então, a Norte-Sul foi a primeira feita. Aliás, acho que, desde 2007, foi a primeira concessão ferroviária que foi feita e teve esse sucesso.

Nós temos, para este ano ainda, a possibilidade da Ferrogrão e a Ferrovia de Integração Oeste-Leste da Bahia, a Fiol.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou colocar aqui.

Este é o de que eu falei que foi semana passada. O Capex do investimento 2,7 bilhões e o valor da outorga de 2,7 bilhões. Esse realmente foi uma vitória.

A Fiol tem uma previsão de 3 bilhões em investimentos. Próximos passos: já foram feitas audiências públicas, estamos terminando o plano de outorga, que vai para o ministério. O ministério aprova o plano de outorga e o encaminha para o TCU. Com o TCU aprovando, estamos aptos a fazer a publicação do edital. A gente acredita que, tanto a Fiol como a Ferrogrão, que têm um investimento de 12,6 bilhões, a gente tenha a possibilidade ainda de lançar este edital neste ano. Estamos em fase final de encaminhamento aos órgãos: Ministério da Infraestrutura e Tribunal de Contas.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. MARIO RODRIGUES JUNIOR – Agora vamos falar – vou acelerar – um pouco das renovações das concessões existentes.

Temos, em cinco das concessões que estão qualificadas pela PPI, uma estimativa de incorporar de 20 bilhões a 25 bilhões de investimentos nessas concessionárias. Então temos a Rumo Malha Paulista, Estrada de Ferro Carajás, Estrada de Ferro Vitória a Minas, MRS Logística e Ferrovia Centro-Atlântica.

Essas todas, como está a Rumo, já estão no Tribunal de Contas, em fase final. Acreditamos que, até o meio do ano, a gente assine essa renovação. Essa renovação incrementa novas políticas de fiscalização, de regulação e novos investimentos.

Para se ter um caso aqui: vamos ter 5 bilhões na Malha Paulista que devem ser aplicados nos cinco primeiros anos. Também essa já está em fase final no TCU. Esta está praticamente pronta para ser assinada.

Nós temos as próximas... Eu não vou entrar em detalhe, apesar de que esse é um assunto polêmico.

Na Estrada de Ferro Carajás, são previstos 11,3 bilhões, mas aqui entra uma novidade, que são esses 2,6 bilhões para se fazer como investimento cruzado. Ou seja, do dinheiro dessa outorga, 2,6 bilhões vão ser para construção da Ferrovia Fico, que não faz parte do trecho que está sendo reconduzido. É o famoso investimento cruzado. A isso já coube muita discussão.

Na MRS Logística, a inclusão também de investimento cruzado seria fazer o Ferroanel na região metropolitana de São Paulo.

Eu vou passar às outras.

Temos duas concessões na Transnordestina.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARIO RODRIGUES JUNIOR – Uma delas já está em fase de caducidade; já foi aberto o processo. Sobre a outra, o relatório está concluso também para a abertura da caducidade. Qual o porquê disso? Os investimentos não foram feitos, houve defasagem, e as obrigações não foram cumpridas. Então, determinou-se a caducidade dos dois.

Quanto aos passageiros rodoviários, aos ônibus:

- transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- linhas regulares de ônibus de longa distância, o que é feito através de autorização;
- linhas regulares de ônibus semiurbano – é uma autorização especial;
- fretamento: autorização (viagens periódicas com itinerários definidos);
- garantia da qualidade para os usuários e competição entre linhas.

Estes são os números, para ilustrar: 70 milhões de passageiros transportados no Brasil; cinco mil empresas operadoras cadastradas; 3,5 mil linhas e serviços regulares; 70 mil motoristas cadastrados; 29 mil veículos cadastrados; quatro milhões de viagens; 300 mil empregos diretos gerados.

Há novas regulações.

Estamos com o processo de abertura de mercados novos. A mobilidade urbana interestadual está em plano de outorga também no Ministério para uma nova licitação. E há o transporte por fretamento.

Passamos ao transporte rodoviário de cargas. Hoje, mais de 60% do transporte rodoviário de cargas são feitos na matriz de transporte.

Para fazer uma ilustração, nós temos 1,876 milhão de veículos. Entre autônomos, empresas e cooperativas, há 1,870 milhão de veículos. A idade média da frota hoje é de 12 anos.

Há projetos em andamento.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARIO RODRIGUES JUNIOR – Há algumas revisões na melhoria da tecnologia: cadastro no Registro Nacional de Transporte via *web*; transporte internacional de cargas, com modificações de frota via *web*; revisão de várias resoluções. Inclusive, aqui entra a tabela de preço mínimo, tão discutida no País hoje. Para essa tabela de preço, hoje, na ANTT, existe uma lei, existe uma regulamentação, mas nós estamos aprimorando essa tabela. Então, foi contratada a Esalq, da USP, que já fez vários levantamentos e estudos. Já temos cinco audiências públicas marcadas, para que, efetivamente, a ANTT solte uma resolução com uma regra muito mais adaptada do que a que hoje está em prática.

Por último, nós temos, em inovação, um projeto que nós vamos implantar aqui, que é a balança em movimento. O caminhão vai passar por um sensor, que vai verificar se há excesso de carga. Como não existe uma regulamentação para multar com o caminhão em velocidade, nós vamos acabar com a entrada dos caminhões na praça de pesagem da seguinte forma: se o caminhão passou pelo sensor e está com carga em excesso, ele entra, mais na frente, para o bolsão; afora isso, ele vai embora. Então, essa é uma tecnologia fantástica. Já fizemos dois *workshops* com participação internacional. É uma tecnologia muito avançada que vai melhorar muito as condições de trafegabilidade dos veículos.

O agente remoto é o que eu falei agora. Expliquei mais ou menos isso. Já fizemos os testes com sucesso e agora estamos implantando isso, que, inclusive, tem que ser regulamentado pelo Denatran e também está em fase de conclusão.

Por último, o Canal Verde Brasil, que foi uma outra inovação que a ANTT fez.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARIO RODRIGUES JUNIOR – Nós temos pórticos instalados no Brasil todo, com 55 pontos. O que ele faz? É um pórtico que, quando pega o caminhão, já vê lá se o caminhão recolheu os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

impostos – isso é uma informação para as secretarias de fazenda estaduais –, se o caminhão está com o registro da ANTT correto, se o conhecimento do problema... se está de acordo com a carga; tudo isso ele consegue com a leitura do caminhão. Então, é uma modernização. Para se ter uma ideia, em um ano e meio, nós já fizemos 75,645 milhões de verificações. Então, isso realmente foi um avanço muito grande.

Outra coisa que com o Canal Verde se ganha muito, principalmente no Porto de Santos, é que, com essa leitura, nós não temos mais as filas enormes que ficam nas rodovias...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARIO RODRIGUES JUNIOR – ... porque no sistema eles já têm condição de entrar diretamente no porto.

Basicamente, eu acho que fiz um comentário geral. E estou aqui – eu e meus companheiros – aberto para qualquer questionamento.

Muito obrigado. Agradeço mais uma vez a oportunidade que a gente está tendo de mostrar um pouco, para vocês verem, o grande papel que a agência tem neste País.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Esta Presidência agradece a presença do Sr. Mario Rodrigues Junior.

Nós vamos passar agora à fase dos questionamentos e ponderações dos Senadores, não sem antes fazer aqui um registro da presença dos nossos demais diretores da ANTT: Elisabeth Braga, Diretora que acompanha o Diretor-Geral; Weber Ciloni, que também é Diretor; e Marcelo Vinaud Prado, também Diretor.

Também acompanham o Diretor-Geral: César Augusto Dias, Chefe de Gabinete do Diretor-Geral; João Paulo de Souza, Superintendente de Serviços de Transporte de Passageiros; Marcelo Alcides dos Santos, Superintendente de Exploração de Infraestrutura Rodoviária; Rosimeire Lima de Freitas, Superintendência de Serviços de Transporte Rodoviário e Multimodal de Cargas; Murshed Menezes, Superintendência Executiva; Nauber Nunes do Nascimento, Superintendência de Fiscalização; Yoshihiro Lima Nemoto, Superintendência de Governança Regulatória; Fernando Augusto Formiga, Superintendência de Infraestrutura e Serviços de Transporte Ferroviário; Maria Alice Nascimento, Assessoria de Relações Institucionais; Ana Beatriz Gonçalves Lira, Assessora da Diretoria-Geral; também Durval Valente, Assessor Direto da Diretoria-Geral; e Frederico Antonio Lacerda Marinho. São eles que acompanham o Diretor-Geral nesta audiência.

Passamos agora à lista de oradores inscritos.

Há quatro Senadores já inscritos para questionamentos. O primeiro é o Senador Eduardo Gomes, do MDB, de Tocantins.

V. Exa. tem a palavra.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO. Para interpelar convidado.) – Sr. Presidente Senador Marcos Rogério, em primeiro lugar, quero parabenizar V. Exa. pela iniciativa. Tenho certeza de que esta Comissão, sob sua presidência, tem promovido debates específicos, importantes, pontuais para o desenvolvimento do País, e não é diferente hoje com a ANTT.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero cumprimentar o Dr. Mario Rodrigues Junior, nosso Diretor-Geral, e todos os colaboradores, diretores da ANTT, essa agência tão importante.

Diferentemente do que se pode imaginar, do nosso questionamento e das informações necessárias às questões atribuídas e que trazem o Tocantins para o centro das discussões de logística de transporte no País...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO) – É. O Tocantins está no meio da confusão. É o Estado da integração nacional. É muito importante o funcionamento da ANTT, com todas as suas prerrogativas.

Ao invés de falar só do meu Estado, que teve na semana passada o leilão da Ferrovia Norte-Sul, também com reposicionamento sobre a duplicação da BR-153, a concessão, eu gostaria de aproveitar este momento para fazer algumas considerações mais amplas com relação ao marco regulatório no Brasil.

Eu me lembro, Senador Marcos Rogério, de que no nosso período, ainda na Câmara dos Deputados, iniciei um voto de relatoria sobre o papel das agências e a lei das agências, a famosa lei das agências. Vão desde a discussão sobre a própria implementação de todas as agências: Aneel, ANTT, Anvisa, que é aquele primeiro questionamento de que as agências vivem num permanente exercício de pedirem para ser autônomas, primeiro, pelas dificuldades financeiras.

Há uma dificuldade de alguns Governos em manter o que está na lei de distribuição específica de recurso. Então, os recursos das agências via de regra servem para contingenciamentos, para equilíbrio de déficit fiscal e uma série de outros artifícios, desde a inexplicável realidade de ver o seu quadro de pessoal reduzido. Então, eu fico assim curioso, Presidente, porque não só esta Comissão, que é específica do tema, mas dezenas de Comissões no Congresso Nacional, no Senado e na Câmara, debatem a necessidade de rodovias, ferrovias, fiscalização, qualidade dos serviços, e ao mesmo tempo, historicamente...

Espero que isso não aconteça agora, com o Presidente Jair Bolsonaro. Eu tenho certeza de que o Presidente da República talvez tenha... Até pela sua restrição de debate ideológico sobre o papel das agências, que ele possa, com o nosso apoio aqui, modificar a lei, Presidente, para que as agências realmente, de verdade, tenham autonomia.

Aí vai a minha pergunta ao nosso Diretor-Geral, porque curiosamente vivemos uma etapa em que é preciso fazer a retomada dos projetos de concessão. Há, no Governo, o Ministro Paulo Guedes, que esteve aqui na semana passada falando da necessidade da aprovação da reforma da previdência, para melhorar o quadro econômico, para que isso se reverta em processos de parceria público-privada e outros instrumentos. Nenhum desses instrumentos funcionará se a agência não estiver em condições de atender.

Então, por exemplo, quando eu vejo a duplicação da rodovia 153 e o trecho até Aliança, já fico preocupado porque no planejamento eu gostaria de ver a continuidade, porque nós estamos vivendo... O Tocantins está bem atendido, na sua metade, tanto pela Ferrovia Norte-Sul, de um lado, quanto pela rodovia. Então, eu queria saber se já existe planejamento nesse sentido. E no fundo, Presidente, a gente está participando desse debate aqui para falar o que é preciso... Eu tenho certeza

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de que esta Comissão, com o Presidente dinâmico que tem, com todos os Senadores aqui, precisa trabalhar paralelamente na questão do fortalecimento do papel das agências, porque senão é uma ilusão. A gente vai ter, daqui a seis meses, um ano, a mesma exposição aqui por falta de pessoal.

O que faz o Governo dar certo é um marco regulatório consistente, autônomo. Eu tenho certeza de que a crise abalou bastante os projetos de infraestrutura no País, mas esse abalo poderia ter sido menor se as agências estivessem com os recursos descontingenciados, com pessoal adequado. Até essa própria dinâmica da relicitação ou de o concessionário ficar no trecho até chegar a nova concessionária seria outra.

Minha última pergunta é se é possível que a agência mantenha permanentemente aqui as informações para que todos os Senadores, sob a liderança do Presidente, possam provocar essa mudança na prática. E também uma outra pergunta: analisando o quadro de vigência dos mandatos, parece-me que a ANTT tem ainda, vai ter nos próximos dias ou nos próximos momentos, a indicação de mais um diretor?

Então, seria essa pergunta e a pergunta sobre os projetos complementares, em que fase estão. Eu fiquei muito animado com o que vi, mas quero ver um pouquinho adiante.

Muito obrigado, Presidente, pela sua presidência.

Meu abraço a todos da ANTT e o nosso esforço para que o Congresso antecipe as dificuldades que a ANTT vai ter, porque é assim: se tudo der certo, nós vamos ter problema. Então, que a gente resolva o problema agora.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Esta Presidência agradece a V. Exa. Eu gostaria de ponderar com o nosso convidado, temos alguns Senadores inscritos, que a gente faça a sequência dos Senadores, V. Sa. anota os questionamentos e, ao final, responde, para a gente otimizar o tempo.

Na sequência, pela ordem de inscrição, o Senador Esperidião Amin.

V. Exa. é o terceiro inscrito. Senador Esperidião Amin, V. Exa. tem a palavra.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Uma injustiça com o Senador Nelsinho Trad.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu fiquei até animado de conceder a palavra a ele, mas...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Às vezes é uma fatalidade, como nós dizemos lá em casa, Maktub.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – A mim pareceu apropriado...

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS) – É uma honra ceder meu eventual lugar a V. Exa. V. Exa. sabe disso.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para interpelar convidado.) – Eu não vou ser muito prolixo, mas tenho vários assuntos a tratar.

Eu sou um cliente persistente em relação aos trabalhos da ANTT e, às vezes, até recalcitrante. Nada pessoal. Mas a única ação popular que eu intentei na minha vida foi num tópico que envolve a ANTT, o Ministério dos Transportes e a concessionária.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não vou repetir aqui que, por considerar que o regime de concessões é hoje a única forma de nós investirmos em infraestrutura, nós temos que aperfeiçoá-lo. E isso envolve fortalecer as agências reguladoras, no caso, a ANTT e também as sanções que ela deve aplicar às concessionárias inadimplentes, como é o caso da BR-101, em Santa Catarina, onde nós temos inadimplências absurdas, e eu vou mencionar uma só. Todo mundo conhece Balneário Camboriú, é o sonho de muitos pelo menos frequentar. O fato de nós termos um novo centro de convenções no Município de Balneário Camboriú e não termos a ponte nas marginais já construídas significa que nós estamos remetendo para a rodovia, que já está congestionada, o tráfego local. O contorno viário da Grande Florianópolis é o nosso calcanhar de Aquiles, o que me faz visitar mensalmente a ANTT.

Então, eu queria fazer aqui colocações pontuais, porque não venho trazer...

Primeiro, sobre o fortalecimento das agências reguladoras e também sobre efetiva fiscalização e classificação dos trabalhos das concessionárias. Nós não temos hoje um mapa mostrando quem é bom concessionário ou mau concessionário. Já temos? Não temos. Portanto, não podendo fazer um *ranking* das concessionárias, nós jamais saberemos distinguir a boa da ruim.

Segundo: nós temos que evoluir muito, dessa questão das praças de pedágio hoje, para métodos que são muito mais modernos no mundo inteiro. Há uma coisa que ainda não consigo entender nas nossas praças de pedágio: por que, no Brasil, quem tem o Sem Parar dá o gancho à direita e quem não tem o Sem Parar vai direto? Deu para entender? Nos países que eu conheço, quem tem o Sem Parar...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... vai pelo caminho mais curto. Aqui, ele dá um gancho à direita. Em Portugal não é assim – inverta-se a piada –, em Portugal quem tem o Sem Parar vai direto, mas aqui não: aqui dá o gancho à direita – se fosse na Inglaterra, daria o gancho à esquerda.

Então, eu acho que isso pode ser consertado, além...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... da evolução do radar.

Mas eu não vou trazer aqui as minhas questões particulares. Acho que é preciso que a agência reguladora premie quem anda no trilho certo e puna quem anda no trilho errado, que é o caso que nós vivemos em Santa Catarina. Eu trago a público a minha cobrança de que nenhuma multa foi paga até hoje pela concessionária que está sete anos atrasada na principal obra – atrasada! Ou seja, o atraso é de sete anos. Então, num contrato de concessão... Acho que lá é de 25, não é? Ou é de 30 anos?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Num contrato de 25, 7 mais 4... Já comeu metade do contrato! E já está...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... na segunda empresa concessionária!

Para concluir, quero trazer um fato concreto.

Ontem eu ouvi uma entrevista do Ministro Tarcísio sobre a movimentação dos caminhoneiros, que pode nos levar a uma nova crise. E o Ministro comentava sobre a questão do combustível, sobre a questão dos intermediários do frete.

Olha, eu criei as centrais de frete em 1979 para evitar... Implantei cinco em Santa Catarina, que é um Estado de pouca geografia, naquela época em que não havia celular, os meios de comunicação... Para quê? Para reduzir os intermediários. Eu acho que hoje nós temos muitas outras alternativas, e isso faz parte do caldo que pode nos levar a uma nova greve de caminhoneiros.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – E, para concluir, eu tenho uma pergunta e um pedido para reiterar em público: desde 2013, nós temos a chamada lei que regula a relação com os caminhoneiros, estabelecendo áreas de repouso, que tem a ver com acidente, tem a ver, enfim, com a condição do ser humano – enquanto, Presidente Marcos Rogério, for lícito dirigir; porque, dentro de seis anos, na Europa, começaremos a ter leis – prestem atenção! – proibindo que veículos sejam conduzidos por seres humanos. Nós estamos caminhando para isso. Eu assisti em Barcelona ao Ministro de Ciência e Tecnologia dirigir, em Barcelona, um caminhão na Suécia – dirigir, assim. O caminhão lá não tinha motorista. Mas isso é uma previsão, posso errar por alguns anos.

Eu quero saber o seguinte: quantas áreas de repouso nós já temos instaladas no Brasil? E reiterar a V. Exa. em público que ontem eu liguei para o Ministro: "Olha, implanta a primeira perto da Trombeta; já que aquele projeto malfeito foi exorcizado, o senhor tem a área disponível". Se é que já tem alguma área de repouso. Já tem alguma? (*Pausa.*)

Não há nenhuma área de repouso, seis anos depois da lei. Vou repetir: nenhuma área de repouso implantada no Brasil. Nenhuma.

Então, nós temos a área cercada, pronta, e eu quero aqui publicamente fazer o pedido ao Dr. Mario Rodrigues, cuja lhaneza no trato e cuja relação pessoal eu prezo muito. Mas eu tenho um apreço infinito; agora, os meus eleitores estão com a paciência estourada comigo e com os nossos problemas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa., Senador Amin. Apenas pegando carona na ponderação de V. Exa. e do Senador Eduardo Gomes, dentro dessa linha de fortalecimento das agências – na sequência, asseguro a palavra a V. Exa., Senador Nelsinho. Apenas para uma reflexão, e acho que a Comissão vai ter que... como é a Comissão que trata dessas questões, há um decreto do Governo que altera, inclusive, vencimentos dos diretores das agências. Não quero entrar no mérito aqui se ganham mais, ou menos, mas, dentro dessa lógica de fortalecimento das agências e dessa independência, de não se curvar, simplesmente, à vontade do Chefe do Executivo ou de quem quer que seja, parece-me estar numa direção perigosa essa iniciativa. Eu já tomei a iniciativa de solicitar informação formalmente, porque parece que teria sido feito por decreto. É só para frisar aqui que é um tema pelo qual certamente nós vamos ter que passar também.

Na sequência, asseguro a palavra ao Senador Nelsinho Trad.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS. Para interpelar convidado.) – Bom dia, Senador Marcos Rogério. Queria também cumprimentar todos os pares que abrilhantam esta manhã de trabalho. Cumprimento também o Dr. Mario Rodrigues Junior, Diretor-Geral da ANTT, e presumo que o Diretor já deva imaginar o nosso questionamento, sendo oriundo do Mato Grosso do Sul.

A BR-163 corta o Estado de ponta a ponta. Ela tem, através de um contrato de concessão feito com uma empresa, a CCR MSVia, algumas obrigações que estão para ser cumpridas e que não foram. Os meus questionamentos são justamente em função dessa vacância de ações que tem prejudicado muito o nosso Estado e os Municípios lindeiros a essas intervenções. É uma rodovia extremamente perigosa, com tráfego intenso. O nosso Estado tem como ponto forte o agronegócio, e é essencial que possamos garantir que o contrato seja cumprido, que as obras possam ser retomadas e que essa situação possa ser, de uma vez por todas, resolvida. Esse é um problema que aflige também o Governo do Estado. O Governador Reinaldo já esteve reunido com o senhor, junto aos seus colaboradores, e a pergunta que eu quero deixar aqui é a seguinte: como a ANTT pode atuar para garantir a plena execução do contrato e do cronograma de obras dessa concessão? Especificamente, o que a Agência Nacional tem feito para assegurar que essas obras de duplicação dessa essencial rodovia que corta o nosso Estado sejam concluídas? Se não forem, quais as penalidades que a empresa que assinou o contrato deverá ter em função do não cumprimento do mesmo?

Uma coisa é constatada: não se falha ao cobrar os pedágios dos usuários. Isso é uma coisa que, tendo obra ou não tendo, está lá a caixa do pedágio funcionando a todo vapor. E a gente quando sai de uma campanha... Campanha eleitoral é importante para todos nós porque nos leva a conhecer os problemas de perto, pelos quatro cantos que visitamos, nas regiões por onde atuamos, e é impressionante o número de reclamações que temos em relação a essa questão. Não houve um lugar que eu tenha ido no Mato Grosso do Sul em que as pessoas não reclamem em função da demora, do alto preço do pedágio; ou seja, parece que se assinou um contrato, e viraram as costas para Mato Grosso do Sul.

Enquanto eu estiver por aqui, pelo menos voz de alguém reclamando meu Estado vai ter. Então, eu peço providências do Diretor-Geral da ANTT, Mario Rodrigues Junior, no sentido de se restabelecer aquilo que foi assinado. Não estou pedindo nada que não venha a ser aquilo que previamente deve ter sido analisado, deve ter sido estudado, deve ter sido assinado pelas partes.

Era essa a colocação.

(*Soa a campainha.*)

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS) – E quero parabenizar V. Exa. por ter vindo aqui e lhe dar as boas-vindas. Eu penso que muitos já tiveram a oportunidade de fazer isso, e quero dizer que isso é muito importante para a gente. Realmente, cresce no meu conceito aquele que vem aqui e nos agracia com a presença e nos enriquece com uma reunião desse quilate.

Obrigado, Presidente e aos demais pares.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa., Senador Nelsinho Trad.

Na sequência, pela ordem de inscrição, Senador Carlos Viana.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Bom dia, Presidente Marcos Rogério. Bom dia a todos os Senadores e Senadoras presentes.

Gostaria que V. Exa. me permitisse sugerir que o Diretor da ANTT respondesse aos nossos pares. São perguntas muito amplas que exigem um aprofundamento. Eu tenho certeza de que eles vão, em algum momento, pedir uma réplica. E, logo em seguida, nós damos sequência, porque eu tenho pelo menos três perguntas, uma vez que o meu Estado de Minas Gerais é o que se discute mais e é o mais prejudicado nas decisões da ANTT.

Então, eu gostaria, primeiramente, se fosse possível, que ...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Acolho a sugestão de V. Exa.

São oito inscritos.

Vamos fazer dois blocos de três... Um de três e outro de quatro.

O Diretor tem a palavra para responder aos Senadores.

O SR. MARIO RODRIGUES JUNIOR – Bom, mais uma vez estou à disposição aqui para este debate, que acho muito importante até também para que a gente consiga mostrar o que a ANTT vem fazendo.

Vamos começar pela questão da agência, da sua independência. Acho que realmente é fundamental que, não só para a ANTT como para todas as agências, cada vez se reforce mais a questão da independência da agência. No nosso caso, sempre com o Ministério dos Transportes, hoje com o Ministério de Infraestrutura, a gente trabalha muito em consonância, em harmonia com o ministério. Não que a ANTT não tenha autonomia, mas a gente discute muito e a gente também não tem uma determinação: "Olha, tem que ser dessa forma". Cabe muito à agência a decisão.

Lógico que nós dependemos totalmente do Governo. Hoje nós não temos orçamento. Nós dependemos do Orçamento da União. A gente não tem como fazer reposição de funcionário, depende de concurso público. Enfim, se tudo isso melhorar e se tivermos soluções, sem dúvida nenhuma, o papel da agência vai melhorar significativamente.

Eu tenho que fazer publicamente o agradecimento ao comprometimento da equipe técnica da ANTT. Ela é simplesmente fantástica. A gente tem altos profissionais, só que, no começo da apresentação, você vê que nós temos quase 800 vagas que têm de ser preenchidas. No decorrer... Cada vez mais a ANTT é exigida, nós estamos com novas concessões de ferrovia recentemente. Tivemos uma no Rio Grande do Sul assinada em fevereiro, temos duas para este ano e mais seis para o ano que vem. E a agência está lá hoje com o seu quadro deficitário. Lógico, estamos dando conta do recado? Estamos. Porém, poderíamos estar atuando muito melhor do que estamos.

Temos a necessidade do concurso público, temos a necessidade de realmente ter mais autonomia, apesar de que, em relação ao nosso Ministério, não há imposição. A Diretoria da agência tem uma liberdade na sua condução. Lógico, seguimos as orientações da política pública do Governo, o que nos é orientado. Um dos exemplos é que nós estamos modelando as renovações com investimento cruzado. Isso é uma política de Governo, e nós não entramos no mérito, mas tudo que cabe à agência realmente temos.

É fundamental que a Lei das Agências seja aprovada. A família agradece melhorar os salários dos diretores aqui. A gente tem que ter toda essa participação. Temos na Casa aqui a Lei das Agências

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e temos também o marco regulatório na parte de transporte de cargas. Isso é fundamental para a gente avançar nisso.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARIO RODRIGUES JUNIOR – Sobre Tocantins, eu digo o seguinte: Tocantins está bem assistido, agora com essa nova concessão. Acho que foi um ganho muito grande, nós vamos melhorar a logística do transporte ferroviário do País e a questão rodoviária também, pois nós temos ali atuações, duplicações.

Sobre os outros projetos o que a gente tem a dizer é o seguinte: são dois para este ano, 364 e 365, e a 101, Santa Catarina. As outras seis que envolvem também questões dos Estados têm previsão para que, até o ano que vem, estejam prontos.

Não sei se faltou alguma...

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO) – Isso inclui a complementação da 153, essa segunda etapa?

O SR. MARIO RODRIGUES JUNIOR – Sim.

Bom, posso ir para o Senador Esperidião?

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sim.

O SR. MARIO RODRIGUES JUNIOR – O Senador Espiridião, inclusive, na semana passada... Ele disse que mensalmente o Senador está lá nos cobrando, e cobrando com razão.

Na última reunião que nós tivemos, Senador, fomos verificar. Camboriú já começou a obra de um lado, já iniciou a obra. A informação é de que, apesar de iniciar atrasada... Porque eu, em janeiro, disse ao Prefeito que essa obra seria iniciada e foi iniciada. Tivemos questões de interferências que o Município teve de fazer, de deslocar um hotel, interferência de saneamento, mas a obra já começou de um lado.

Há previsão para outra, Marcelo?

(*Intervenção fora do microfone.*)

Estamos discutindo e aprovando o orçamento.

É o seguinte: a própria agência fez uma norma. Quando uma obra não é do PER e ela é incluída, a gente só dá início se o projeto está aprovado, se o orçamento está fechado. Então, Camboriú já começou de um lado. Previsão? Um ano e meio, Marcelo?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARIO RODRIGUES JUNIOR – A previsão da ponte?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARIO RODRIGUES JUNIOR – Não, do outro lado. A previsão é de 12 meses ou de 18 meses.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARIO RODRIGUES JUNIOR – A iniciada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, voltando à questão do bolsão para descanso dos caminhoneiros. Realmente, nós não temos implantado. O senhor também já lançou e já até identificou áreas possíveis para que a gente faça isso.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARIO RODRIGUES JUNIOR – Nós estamos estudando porque não é só ter o bolsão, nós temos de ter uma operação no bolsão. Vai ter de instalar uma assistência, um lugar para o caminhoneiro descansar, comer. Enfim, é uma coisa a ser explorada. Nós vamos começar – já iniciamos – um estudo sobre isso para possível exigência... Até hoje não temos implantado nenhum.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Mas essa decisão da ANTT foi tomada em 2014. Está no meu anexo.

O SR. MARIO RODRIGUES JUNIOR – Perfeito, Senador. Até hoje, infelizmente, não temos, mas estamos reforçando isso e vamos começar a exigir essa implantação.

O contorno de Florianópolis é uma obra muito significativa para a região, toda a Grande Florianópolis. É uma obra que realmente, como o Senador disse, está oito anos atrasada. É verdade. Sendo que uma parte dela... O grande problema dessa obra foi a questão da desapropriação. Só avançou a desapropriação depois que nós construímos, montamos uma base regional em Santa Catarina e tivemos o apoio de uma juíza que fez um trabalho fantástico porque, realmente, um dos grandes entraves foi esse, fora a questão de projeto, de licenciamento ambiental... Não estou aqui justificando. O importante é que a obra, agora, atingiu um patamar... E também já estamos atrasados no compromisso que tivemos em janeiro, de se iniciar em janeiro essa obra. Nós tivemos, com a alteração do traçado, que teve de fugir de uma região...O Município de Palhoça, junto com o Ministério das Cidades, fez praticamente uma cidade de moradia, do Minha Casa, Minha Vida. Tivemos de deslocar isso. Para que isso fosse aprovado, nós fomos obrigados a fazer três túneis por exigência ambiental, e já temos a licença ambiental que saiu recentemente.

Então, a expectativa é de que, em 30 dias, a gente consiga começar a trombeta, porque...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARIO RODRIGUES JUNIOR – ... já é uma obra que está no PER e de que, de três a quatro meses, a gente – depende hoje da agência – consiga aprovar um projeto desse porte.

É uma obra que vai custar mais de R$1,6 bilhão e é uma obra de túnel. Túnel é uma obra cuja execução deve ser feita com muito cuidado, porque no túnel pode haver um imprevisto. Você começa a escavar e daqui a pouco aquilo desaba. Lógico que com todos os estudos de engenharia, mas sempre temos que ter um contingenciamento de possíveis problemas que podem acontecer. Então, é um projeto em que a gente tem de ser muito criterioso. Como a ANTT está também com falta de estrutura, a gente contratou a Universidade de Santa Catarina para nos apoiar na análise desse projeto. A nossa previsão é de que, em quatro meses, a gente esteja com esse projeto totalmente alterado.

Porém, como existe essa norma, nós íamos na tarifa agora jogar um valor estimado para se iniciar violentamente essa obra e, em seis meses, nós iríamos concluir o orçamento total. O Tribunal de Contas não aceita isso, baseado na norma que a ANTT tem de ter o orçamento aprovado e ter o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

projeto aprovado. Por isso, nós estamos segmentando essa obra em duas obras. Nós vamos, em dois meses praticamente, no máximo em três, aprovar esse primeiro trecho, mas já assumimos o compromisso com o Senador Esperidião, com a população, com o Governo e com a frente parlamentar de que nós, em 30 a 40 dias, vamos iniciar a trombeta. Inclusive, nós posicionamos o Senador sobre isso, certo, Marcelo?

A Lei do Caminhoneiro. Sobre a questão do caminhoneiro, eu já falei. Sobre Camboriú, já falei. Os pátios... Infelizmente, as bolsas são uma coisa de que realmente temos que tratar de uma outra forma.

Colocaram-me aqui que...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARIO RODRIGUES JUNIOR – ... dentro do Ministério de Infraestrutura, a ANTT já criou um padrão para que esses pontos sejam implantados nas vias concedidas, sendo que o primeiro está sendo implantado na BR-116, Paraná-Santa Catarina. Ainda não está implantado. O Senador também tem razão, porque é um pedido desde 2014. Para a bolsa de descanso para caminhoneiro, não é só ter a área; nós vamos ter que criar ali uma estrutura para que isso seja contemplado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Senador Nelsinho.

O SR. MARIO RODRIGUES JUNIOR – Senador Nelsinho, o seu Estado é um pouco mais...

Eu não sei se o senhor chegou a pegar o final da minha apresentação, mas nós temos as concessões da Fase I, que são as antigas, que inclusive já estamos estudando – Dutra, Rio-Petrópolis, Rio-Teresópolis; nós temos a Fase II, que são essas concessões que inclusive estão em Santa Catarina; e a Fase III, que são as que foram licitadas em 2014.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARIO RODRIGUES JUNIOR – De 2014 para cá, infelizmente, o País teve uma recessão, teve uma queda, e houve o desequilíbrio dos contratos, além de toda a Operação Lava Jato, em que grande parte das empresas que fazem parte das concessionárias estavam envolvidas. Isso criou dificuldades de financiamentos, mas o problema de financiamento não é nosso, é da concessionária. Porém, a gente não pode fechar o olho para a realidade do que aconteceu.

Então, nós hoje temos três cenários. Todas as concessões da Fase III, exceto da MGO, estão com problemas. Nenhuma delas atende aos investimentos – atende ao grau de exigências e de necessidades – que deveriam ter sido feitos.

E quais são as soluções? Ou abrimos um processo de caducidade; e eu acho que esta é a pior solução que há, mas é possivelmente uma delas, ou a gente vai usar a lei de relicitação, que já existe, porém, o decreto de regulamentação está sendo feito pela Casa Civil. Então, nós estamos regulamentando para permitir que a concessionária atual mantenha a rodovia – vai receber só por manter a rodovia – até que a nova concessão se inicie. Só que, para chegar a essa devolução amigável, vai haver "n" fatores, e pode ser que haja problemas. Nós não fizemos nenhuma até hoje. Então, isso é uma novidade. Uma delas é: no que vai ser indenizada a concessionária? Isso pode ser que dê um entrave jurídico. Nós não sabemos ainda. Estamos preparando também tudo que é necessário para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fazer a relicitação. Seria a forma de a gente eliminar a concessionária sem dar a caducidade, porque, se der a caducidade, Senador...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARIO RODRIGUES JUNIOR – ... o Governo hoje não tem condições de aportar investimento. O Governo vai ter que gastar com manutenção e, para se licitar novamente, dando uma caducidade, primeiro, a caducidade vai levar dois anos para acontecer; segundo, para a gente relicitar, mais quatro. Então, nós estamos falando em seis anos em que essa rodovia vai estar desassistida, vamos dizer assim, ou melhor, sendo devolvida ao Dnit, que já é um órgão que hoje necessita de muito recurso até para operar e fazer os investimentos nas rodovias dele. Então, caducidade, na minha opinião... Mas, se não houver alternativa, vai ser essa.

A relicitação é uma saída. E a revisão quinquenal seria a solução ideal, imediata, que é: "Vamos reequilibrar os contratos. Vamos reprogramar as obras. Vamos ver o que você perdeu. Vamos ver quais são as suas obrigações." Porém, essa prática também nunca foi adotada e há indícios de que o próprio...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARIO RODRIGUES JUNIOR – ... Tribunal de Contas não aceite isso, o que nos dá uma insegurança em fazer um procedimento dessa forma. Então, para não correr risco, hoje, o Governo vai concentrar muito mais na relicitação.

A questão da tarifa que continua recebendo. Primeiro, tarifa. Como é feita a tarifa? Anualmente, a concessão faz aniversário. Então, naquela data, a gente coloca tudo o que está lá na balança: investimento, operação, e ela tem que estar equilibrada. Não aconteceu o investimento; desequilibrou. O que a gente faz? Aplica-se o Fator D, que é descontar da tarifa as obrigações que eles tinham que ter feito. Isso é feito todo ano.

Por que, às vezes, o pedágio aumenta? Porque entra investimento novo, entra inflação, entra um pedido de um novo trevo, entra um pedido de melhorar a autorização. Então, tudo isso a gente pega. O que ele não fez desconta; e tudo o que está entrando... Às vezes, o resultado disso é positivo; às vezes, sobe muito mais que a inflação.

Só para se ter uma ideia, essa obra de Camboriú, de contorno em Florianópolis vai se aumentar a tarifa – é R$1,6 bilhão – de 60% a 70%. Subir 60% a 70% é uma baita de uma implantação que está sendo incorporada dentro da rodovia. Existem muitos pedidos de obras novas, atendendo Prefeitos, atendendo necessidades, acrescentando obras de segurança. Então, esse balanço é feito, mas, com certeza, sobre as obrigações que ele não fez, é calculado o Fator D – desconta-se tudo que ele não investiu.

Outra coisa: quais são as outras penalidades?

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARIO RODRIGUES JUNIOR – Multa, multa constante, não só da manutenção como dos investimentos. Acabou agora, está acabando agora... Nessas concessões da terceira fase, em todas as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

concessões até o quinto ano em que nós estamos entrando tem que estar 100% duplicada a malha toda. Não está, no caso, 30%.

Para as obras necessárias, a concessionária não consegue financiamento, a concessionária...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARIO RODRIGUES JUNIOR – ... tem o pedágio defasado. Ela não consegue arcar. O que nós vamos fazer? Hoje o instrumento que a gente tem é aplicar o Fator D e aplicar as multas e resolver efetivamente o que nós vamos fazer, se vamos dar caducidade, se vamos relicitar ou se vamos fazer a revisão quinquenal. Repito, a revisão quinquenal é o ideal. Porém, não temos a segurança de que uma ação dessa nos permite fazer.

Imaginem... Hoje, nós gestores públicos, por qualquer coisa que assinamos, somos responsabilizados. Então, se a gente não tiver uma sinalização de que isso é a ferramenta... A ferramenta é a ideal, porém não temos a segurança de estar assinando um documento desse. Por isso o ministério, através de uma política, está na linha de concentrar na relicitação. Ou seja, a concessionária vai manter a rodovia, vai ter uma queda de pedágio violenta porque ela não vai fazer os investimentos e, aí, sim, nós vamos preparar uma nova licitação. Uma nova licitação, três a quatro anos.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Na sequência, os Senadores inscritos. Nós temos ainda seis Senadores inscritos. Vamos fazer mais dois blocos de três, caso não cheguem outros Senadores.

Com a palavra o Senador Carlos Viana.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG. Para interpelar convidado.) – Muito obrigado, Presidente. Creio que, assim, o nosso Diretor-Geral da agência teve mais tempo de responder e os colegas levaram um pouco mais de conhecimento.

Aqui, Sr. Diretor, eu represento o Estado que tem a maior malha rodoviária e ferroviária do Brasil. Como disse bem o Senador Esperidião Amin, a política de concessões se tornou a única possível hoje quando falamos em investimento, dada a falência, infelizmente, do Estado brasileiro na questão dos recursos para investimento.

Só que a indefinição de uma política corretiva, uma política que de fato defina com clareza metas, fiscalizações tem penalizado por demais não só os mineiros, mas todos que passam por Minas Gerais, que é o Estado central. Quem vem do Sul para o Norte, quem vem do Centro-Oeste para o Sudeste tem que passar por Minas Gerais e enfrenta um problema sério de 20 anos de atraso. Minas Gerais está com 20 anos de atraso em rodovias.

Para que os senhores tenham uma ideia – é sobre essa 040 que o senhor citou a minha primeira colocação –, Senador Marcos Rogério, em um trecho que foi concessionado na época de Fernando Henrique Cardoso, paga-se um absurdo, mais de R$11 por um trecho de pedágio. Em um outro trecho que foi feito no Governo da ex-Presidente Dilma Rousseff se paga pouco mais de R$5 por um asfalto que foi o contribuinte quem fez. Não houve um quilômetro de melhora, praticamente, dentro do Estado de Minas Gerais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ao contrário de a política prever que a duplicação deveria ter sido feita nos trechos mais perigosos, onde se morre mais gente, não. A duplicação foi feita nos trechos retos, entre o Triângulo e Goiás, onde o risco de acidente é mínimo. É errado? Não, mas nós deveríamos ter priorizado o quê? A segurança de quem transita por uma estrada.

Então, hoje quem mora na região de Congonhas, quem mora em Itabirito paga R$5,30 por uma rodovia que continua a mesma – desculpe – porcaria. E agora o Ministério Público, recentemente, decidiu que eles são obrigados a fazer pelo menos o controle da sinalização. Essa rodovia está abandonada, o concessionário quer entregar, não tem uma resposta e fez-se esse remendo de se manter o pedágio, sendo que eles não estão cuidando como deveriam.

Então, o primeiro ponto que eu coloco para o senhor: quando ela será devolvida? Quando será relicitada? O que está sendo feito para que pelo menos esse dinheiro pago pelos motoristas possa, de fato, trazer algum tipo de melhoria? É a primeira colocação que faço sobre a 040.

O segundo ponto é a questão das ferrovias. A Norte-Sul foi um sucesso, mas ninguém paga R$2,8 bilhões simplesmente, sem ver futuro. Na minha opinião, o que está acontecendo com a Norte-Sul é exatamente o mesmo erro que nós cometemos há 30 anos quando concessionamos as ferrovias de minérios: a Centro-Atlântica e a nossa Vitória a Minas.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Nós concentramos em poucas empresas, no caso uma só, porque a Vale é que controla a maior parte, impedimos a concorrência e hoje nós temos vinte e tantos mil quilômetros no Brasil de linhas férreas subutilizadas; em Minas Gerais, é a mesma coisa: nós temos as duas principais, temos um trem de passageiros que faz uma viagem ao dia, e o restante, durante o dia, não utilizado.

O senhor colocou bem que o acordo de concessão antecipado para as empresas de logística hoje inclui um investimento cruzado em São Paulo. Então, nós, em Minas Gerais, que temos a maior malha e somos os mais interessados, inclusive, em expandir outros setores para a ferrovia, estamos vendo o Governo propor que praticamente R$6 bilhões saiam de um Estado e vão para São Paulo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – ... que não tem esse impacto todo. Nós não vamos aceitar isso. Minas Gerais tem estado calada por muito tempo e agora vai se posicionar com muita firmeza. Nós queremos participar do contrato de antecipação como pares importantes nessa história. Se há de se ter investimentos, esses investimentos têm que ser prioritariamente em Minas Gerais, que é o mais impactado pela questão das ferrovias, e não se mostrou uma decisão correta ao longo desses últimos anos. Essa concentração na Vale impediu, inclusive, o desenvolvimento de outras empresas do setor.

Então, aqui coloco para o senhor a segunda pergunta. Há pouco tempo, nós tínhamos a notícia de que a ANTT iria dar o aval e o contrato seria antecipado. Em que pé está? Hoje é possível que nós participemos de uma nova negociação ou já está definido que esse investimento cruzado será feito? Se estiver, o senhor tenha certeza de que nós vamos recorrer a todas as instâncias para não efetivá-lo.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – O meu posicionamento aqui, Srs. Senadores, é que nós tenhamos um novo marco regulatório do sistema ferroviário brasileiro que permita outros tipos de mercadorias e de empresas terem acesso àquilo que o contribuinte construiu, porque essas ferrovias foram feitas com o dinheiro dos impostos. Ao longo do século passado, nossos pais e avós trabalharam muito para essas ferrovias serem construídas, que hoje estão nas mãos de particulares.

Então, o programa de concessões, Sr. Marcos Rogério e Sr. Wellington, é um programa de concessões que é a nossa única saída, mas está muito – vamos dizer assim – dependente de uma decisão, que nós tenhamos uma política nacional de concessões que atenda aos interesses do País e não apenas a esses grupos que hoje estão conseguindo nos leilões praticamente se tornar únicos em áreas tão importantes, como a do transporte de grãos e a questão do minério.

Então, coloco para o senhor esses dois posicionamentos aqui e gostaria de uma resposta.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço.

Vamos fazer a sequência de três Senadores?

Pela ordem inscrição, Senadora Kátia Abreu. V. Exa. tem a palavra.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. Para interpelar convidado.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Quero cumprimentar o Presidente Mário Rodrigues Junior da ANTT.

Rapidamente, eu gostaria que o senhor pudesse falar sobre a 242, que vem de Ilhéus, atravessa a Bahia, o Tocantins e para na Ilha do Bananal, porque não conseguiu licença indígena e ambiental para um trecho de 80km, para chegar até o Mato Grosso, para que o Mato Grosso possa vir para a Ferrovia Norte-Sul e escoar. Hoje o povo de Mato Grosso, Senador Jayme Campos, tem que ir para Santos, gastando US$30 por tonelada, todo ano, para andar 2.000km para chegar até Santos, por conta de 70km na Ilha do Bananal em que não se pode fazer uma estrada para acessar a Ferrovia Norte-Sul.

Eu gostaria também de uma orientação sobre a 010, que é a estrada que corta o Tocantins de norte a sul, em que há o problema indígena.

E vou ao assunto que está me preocupando nos últimos dias... Não me preocupando, mas me arrasando de tristeza – eu gostaria de pedir para colocar o mapa lá, por favor – que é sobre o edital da Ferrovia Norte-Sul. Eu não gostaria aqui de acompanhar os meus colegas que comemoraram o leilão. Há mais de 15 anos eu pelejo por essa ferrovia. Ela é um sonho de todos nós, é a espinha dorsal do País.

Trabalhamos duro para que essa ferrovia pudesse ser um modelo de modernidade de concessão. Quando o Ministro Tarcísio tomou posse como Ministro dos Transportes, ele que foi Ministro da Dilma, foi Presidente do Dnit e eu Ministra da Agricultura, junto com o Bernardo Figueiredo, nós três fomos os grandes lutadores pela resolução da ANTT de 2011 que tratava do usuário investidor. Então, eu, diante disso, com Tarcísio sentado na cadeira, fiquei completamente tranquila porque ele não iria mudar de opinião tão rapidamente. E, para minha surpresa, ele mudou de opinião rapidamente. Infelizmente, o edital ocorreu sem o direito de passagem.

Estou insistindo em colocar ali um mapinha muito singelo – se puderem ampliá-lo – apenas para afirmar e mostrar o que está falando o Senador Carlos Viana. É simples. Ali está cortado ao meio o paralelo 16. Todas pintadas de vermelho são da VLI. Todas pintadas de azul são da Rumo. Todas que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

têm um contorno verde de ambas as empresas são um terço do que eles hoje movimentam; os outros dois terços, no sul do País, Minas Gerais e Bahia, eles não operam, apesar de terem a concessão, e não reformam esses trechos. Então, nós estamos com dois JBSs nas ferrovias do País – dois JBSs.

O que podia superar essa concentração? Se houver uma boa regulação, o limite vem. Mas o que regula o limite da boca de jacaré que todo empresário tem? Quem tem que fechar a boca do jacaré é o Poder Público. Então, o que acontece? Aquela bola do meio com aquelas setas é o que foi concessionado. Imaginem comigo: uma empresa é dona de todo acesso ao porto do sul; a outra empresa é dona do acesso aos portos do norte; aí vêm os russos, os chineses, os japoneses e vão entrar...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – ... na licitação do meio, para levar nada a lugar nenhum.

Meus amigos, o direito de passagem foi tirado de forma proposital e de má-fé, porque isso abaixou o valor da outorga. Estão comemorando cinicamente que o valor inicial era 1,2 bilhão e que a Rumo pagou dois bilhões e tanto: "Ai, mas que sucesso maravilhoso!'. Sucesso nenhum, porque valia 6,5 bilhões! A Valec disse que vale 6,5 bilhões, não sou eu, não – e a Valec é do Governo. Ela foi, há mais de dez anos, avaliada em 3,5 bilhões, Jaques Wagner, e foi reavaliada, no ano passado, pela Valec em 6,5 bilhões. Nós poderíamos, na pior das hipóteses, em vez de 2,7 bilhões, com a concorrência dos russos, que ficaram aqui quase dois anos atrás desse trecho, e ninguém deu confiança para eles, porque as cartas estavam marcadas e o cartel organizado...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Então, nós perdemos duplamente. Nós perdemos o direito de passagem, e isso nos deu prejuízo no cofre e no déficit público, porque tirou a concorrência. Isso poderia vir para cobrir déficit público pela outorga. Qual é o segundo prejuízo que nós estamos tendo? Eu quero avisar, principalmente, ao meu Tocantins, a Mato Grosso, a Goiás, a Mato Grosso do Sul: nós estamos encurralados! Nós estamos encurralados! Tudo isso que vocês estão vendo aí, pintado de vermelho ou verde ou azul e verde, só transporta minério (90%), e o restante é açúcar, álcool e celulose da Rumo, que é da Cosan. Grãos não são prioridade. Nós temos uma safra de 230 milhões de toneladas, e só passam mal e porcamente 15 milhões de toneladas nessas ferrovias! Nós produzimos 230 milhões de toneladas! Isso significa que o interesse não existe. Então, naquele trecho, só podia ganhar, sem o direito de passagem, ou a Rumo ou a VLI. Outro doido não ia entrar.

Agora, o direito de passagem que o Tarcísio está teimando, assim como vários outros... No aditivo, gente, está escrito aqui, foi assinado unilateralmente. O que é unilateralmente? É de uma única assinatura. Só o ministério assinou o aditivo. As duas não quiseram assinar o aditivo, porque há aqui cinco anos de direito de passagem. Cinco anos de direito de passagem que não valem nada, porque colocaram uma carga ínfima nesses cinco anos. Onde está escrito que são cinco anos? E o Tarcísio vem querer me enganar e dizer que não, que isso é só o começo. Começo de conversa, meu amigo, é contrato. E, neste País, há Justiça. No contrato, diz-se claramente que serão garantidos à

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

subconcessionária, nos cinco primeiros anos, os volumes indicados na tabela. Nos cinco primeiros anos! E a tabela está aqui, com menos de 1% para o direito de passagem. Isso não funciona assim em lugar nenhum do mundo! Isso foi um leilão hipócrita, cínico!

Eu tenho certeza... Não sou amiga, não conheço, mas eu acho que Bolsonaro e Paulo Guedes não sabem desse edital, que foi coordenado totalmente pelo Ministério do Transporte, pela ANTT e por essas duas empresas juntas. Eu não acredito que um homem liberal, que acredita no mercado, na livre iniciativa e na concorrência, tenha permitido que isso aí tenha acontecido! Esse é o modelo... Está aqui Carlos Viana pedindo para mudar? Acabou, foi um retrocesso!

Qual é a segunda parte, Presidente Marcos Rogério? Simples. Eles estão antecipando a renovação dos contratos por dez anos, por mais 30. Então, eles vão ter dez e mais 40, com cinco anos de direito de passagem. Então, Carlos Viana, nós só vamos discutir isso daqui a 40, está bom? Daqui a 40! E o pior de tudo isso é que, quando se assinou a concessão, houve o edital, só ficaram estabelecidas reformas e ampliação nessas linhas verdinhas aí. As ferrovias que não estão paralelas, pintadas de verde, vão apodrecer. Aí daqui a 40 anos, quando terminar a concessão, vão devolver a bucha, o canhão, a sucata para o Governo Federal.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Agora era a hora do vamos ver! Só no Rio Grande do Sul, nós temos cargas suficientes para mais de 30 milhões de toneladas, e o que viabiliza uma ferrovia são 20.

Então, eu não quero resposta do senhor. O que está feito, está feito. Agora, existe um termo de compromisso com o Ministério Público e o Ministério do Transporte. Isso não tem força de lei. Eu não acredito, porque no edital já saiu o contrato junto, e, se fosse eu dona dessas empresas, eu iria às últimas consequências nos tribunais para não incluir o direito de passagem, porque no edital não tem e no contrato não tem. Vocês cometeram um crime de lesa-pátria, e não adianta querer me enganar. Mais ou menos, eu entendo desse assunto, porque o estudo há mais de 15.

Muito obrigada!

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço V. Exa., Senadora Kátia Abreu.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Presidente, fazendo uma complementação aqui...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Senador Carlos Viana.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – O que a Senadora Kátia está colocando está acontecendo entre Minas e a Bahia, na Ferrovia Centro-Atlântica.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Exatamente! Põe lá, para ver.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Não utilizam o trecho, não permitem a utilização do trecho, está sucateado e, quando nós formos fazer qualquer outra medida, os investimentos serão muito maiores do que a permissão hoje. Esse modelo de antecipação de ferrovias é um erro que o Brasil cometeu há 30 anos e que vai repetir agora, com essa questão da Norte-Sul.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos que rediscutir um marco ferroviário no Brasil que permita que o dinheiro do contribuinte que construiu essas rodovias possa ser utilizado para incentivar a concorrência. O que nós estamos fazendo é concentrando na mão de grandes grupos, de quem teve *lobby* político muito forte nos últimos anos aqui em Brasília, para manterem os benefícios, e está errado. Nós temos que discutir o interesse do povo brasileiro, do País.

Nós estamos aí à beira de uma nova greve dos caminhoneiros, com toda a razão, porque não foram cumpridos os acordos, mas o País não tem outra saída. Por que não tem outra saída? Porque nós estamos na mão de poucos investidores. E hoje, Sr. Mario, os grupos que estão fazendo a compra são um; o controle acionário é um. Daqui a pouco esse controle acionário muda e aí o mercado vai se tornando cada vez mais fechado e nós sem a possibilidade...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – ... de melhorarmos a infraestrutura e a mobilidade do País na questão ferroviária.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço V. Exa.

Na sequência, Senador Jean Paul.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para interpelar convidado.) – Presidente Marcos Rogério, Senador Wellington, nosso convidado da ANTT, Diretor Mario, eu queria começar justamente corroborando aqui o que a Senadora Kátia colocou e os demais estão contestando, mas tentando talvez não explicar para a agência reguladora, porque seria ensinar ao vigário como rezar uma missa, mas às pessoas que estão nos assistindo o que nós estamos falando aqui.

Nós estamos falando aqui de uma coisa chamada monopólio natural. Monopólio natural é aquela atividade que é exercida mais eficientemente para a sociedade por um operador apenas, em um determinado trecho, do que por vários. Em geral, saúda-se o mercado, a competição. É melhor ter mais opções para comprar, é melhor ter mais restaurantes, é melhor ter mais hotéis. Quanto mais houver em uma cidade, melhor para o consumidor final.

No caso dos monopólios naturais, que se caracterizam fisicamente por serem sistemas em rede, como linhas de transmissão, ferrovias de grande porte, o metrô numa cidade, redes de fibra ótica – esse conceito é usado em vários segmentos –, é mais eficiente para a sociedade contar com apenas um operador em uma determinada escala e, a partir dela, fazer concurso aberto para expansões. O que eu quero dizer é o seguinte: no monopólio natural, esse é o único processo em que todas as nações do mundo, inclusive as mais liberais, inclusive Estados Unidos e outros, que são muito citados como exemplo, regulam absolutamente essas atividades econômicas, mas regulam a ponto de limitar o retorno do investidor, ou seja, esses são investimentos em que fundos de pensão de velhinhas lá de Ontário, professorinhas da Austrália, fundos de pensão extremamente conservadores colocam seu dinheiro, porque sabem que, ao investir num duto de óleo, numa ferrovia tronco, num processo de uma linha de transmissão, como eu mencionei, eles têm um retorno assegurado. Exemplo: 11,5% estão assegurados, então são 11,5% na lata, não há nem mais, nem menos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí você pergunta: "Quando você eficientiza aquele sistema e obtém lucro?". Quando há lucro no monopólio natural, lucro em relação ao investimento que foi prometido... Então, eram 11,5%, deu 12%, esse 0,5%, Senador Jaques Wagner, é revertido para a tarifa, para os consumidores, para os usuários daquele sistema. Então, é assim que funciona monopólio natural.

Ora, para isso funcionar, é necessário o conceito de regulação máxima, e a regulação, Senadora Kátia, quem faz é a agência. Pode fazer o edital que quiser, a concessão que quiser, quem tem força para coibir os abusos de um monopólio natural, que obviamente são pensáveis facilmente, porque, se a sociedade lhe dá o condão de construir uma única linha de metrô no lugar, se você deixar, o cara cobra dez vezes o preço, não tem concorrente... Então, o monopólio natural é altamente regulado por isso. Numa linha tronco dessa que corta o Brasil e é fundamental para todos, é óbvio que, se você deixar, o cara cobra também o que quiser.

Então, na tese, na teoria, o monopólio natural obriga que o Estado regule altamente não apenas a tarifa, como o próprio retorno do investimento, como eu falei. E esse papel, Senadora Kátia, ainda tem salvação aqui, porque ele é da agência reguladora, como é da Agência Nacional do Petróleo regular o monopólio natural dos gasodutos, como é da Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) o monopólio natural das linhas de transmissão. Ninguém constrói quatro linhas de transmissão de um lado para o outro, do mesmo ponto para o outro ponto, só para haver concorrência. Você faz uma linha de transmissão só e regula tarifa.

Então, esse caso será, sim, da alçada da agência.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Então, eu gostaria até de saber como a agência lidará com esse processo.

E, na segunda parte da minha pergunta, colocar... Aliás, vou citar o direito de passagem, que é justamente a razão pela qual a sociedade dá o condão a esse investidor ou a esse empreendedor de que aquele projeto seja único. Ele só é único com a condição de que haja o *open access*, o livre acesso. Se não houver livre acesso, não faz o menor sentido. Se for para passar para um cara monopolizar uma linha tronco que corta o Brasil e a sociedade ser obrigada a fazer outra em paralelo a essa, não faz o menor sentido. Então, isso vale também para, como eu disse, duto, linha de transmissão, tudo isso.

E a segunda é uma pergunta específica em relação ao meu Estado. Eu sou o Relator justamente do PLS 261, de autoria do Senador José Serra. Agradeço sempre ao Presidente Marcos Rogério – temos essa parceria – e ao Senador Wellington Fagundes para tratarmos juntos desse trabalho. Temos trabalhado muito amistosamente e produtivamente já – para a gente dar um informe – com o Ministério, com o Ministro Tarcísio e com a equipe dele, formamos um grupo de trabalho. Vamos progredir nessa lei, que vai permitir que haja autorizações no Sistema Ferroviário Nacional em principio para áreas de propriedade privada ou para ferrovias privadas, e vamos discutir até que momento isso vai.

Basicamente lá no nosso Estado – pergunta específica, Diretor – nós temos um caso como outros que foram citados aqui; nós temos lá um pedaço da Transnordestina esquecido por Deus e pelo investidor que tem a concessão. E a gente quer saber se a ANTT... Já oficiei a ANTT, deve estar lá

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

na sua mesa um ofício encaminhado já há um par de semanas, perguntando se já foi instaurado um processo administrativo para apurar.

É um quadrado dentro do outro quadrado: a Transnordestina é um quadradão grande e o Rio Grande do Norte fica lá no meio do quadrado sem ser afetado E lá nós temos trechos dessa Transnordestina que foram acoplados à concessão maior futura e que simplesmente foram esquecidos lá pelo grupo que está com a concessão. E nós queremos resolver: ou se faz alguma coisa, ou sai dela para a gente, inclusive, poder incluir, nesse projeto novo, eventualmente até uma autorização ou três autorizações em separado. São essas as perguntas.

Obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V.Exa., Senador Jean Paul.

Na sequência, asseguro a palavra ao Diretor-Geral da Agência, Dr. Mario Rodrigues, para fazer as respostas aos Senadores. Eu pedira ao nosso convidado gentilmente que a gente conseguisse fazer de forma mais otimizada, porque ainda há outros três Senadores e perguntas dos internautas também.

Agradeço a V.Exa.

O SR. MARIO RODRIGUES JUNIOR – Bom...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Presidente, pela ordem, um minuto só.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Senador Jayme.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT. Pela ordem.) – Eu gostaria de indagar a V.Exa. se está encerado já o bloco de...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Falta um bloco.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Só um bloco?

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Só um bloco.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – O Senador Wellington já fez a indagação que queria fazer, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Está no próximo bloco.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Então, já está no próximo. Então, não há mais jeito para falar nada.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Há mais três.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Abro mão, então.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V.Exa...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Iria fazer uma pergunta, mas há mais três ainda aí e, pelo adiantar da hora aqui, eu acho que é a mesma pergunta que eu faria ao Presidente V.Exa. também a iria fazer. É em relação à questão da rota oeste do Mato Grosso, que é um crime que cometeram contra a população mato-grossense, sobretudo contra a sociedade de uma maneira geral. Mas, no momento oportuno, vamos fazer esse questionamento ao Sr. Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Perfeito. Obrigado, Senador Jayme Campos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Sr. Presidente, como V.Exa. sabe, nós vamos receber agora o Gen. Santos Cruz...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Pois não. Perfeitamente.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – ... no Bloco Vanguarda, e ele já está chegando. E vamos lá à Presidência também. E eu gostaria de pedir aqui a possibilidade de rapidamente também, eu não quero me estender, porque aí nós concluiríamos logo...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Deixe-me fazer um apelo à Comissão, se os nossos convidados... Há mais três inscritos, na verdade, mas o Senador Zequinha não está. Então, nós temos mais dois.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Concluiríamos logo.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Perguntaria ao Senador Jaques e ao Senador Wellington: podemos concluir com as perguntas?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O.k. Então, vamos fazer o seguinte: o senhor responde, ao final, a todos eles.

Senador Wellington Fagundes, V.Exa. tem a palavra.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Aí já implica que o Senador Jayme abra mão?

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Eu abro mão a V.Exa. para ser nosso interlocutor. Está bom? E acho que o mesmo assunto que vou tratar V.Exa. vai tratar também. Se houver algum adendo, eu faço.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – A mesma preocupação já foi colocada aqui.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Talvez eu bata mais duro. Não é, Wellington?

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT. Para interpelar convidado.) – Eu acho que V.Exa. vai bater mais duro.

A gente tem lutado tanto nessa área como Presidente da Frente Parlamentar de Logística, Transporte e Armazenagem. A nossa angústia é muito grande e de muito tempo. Sobre essa questão principalmente aqui do direito de passagem eu acho que isso tem que ser mais bem esclarecida. O Senador Jean colocou aqui de uma forma... Eu acho que o Presidente tem que deixar muito claro como é que será essa regulamentação do direito de passagem, porque é uma angústia para todos nós.

A questão que ainda interessa para Mato Grosso e também interessa muito para Tocantins e Goiás é a Ferrovia de Integração do Centro-Oeste. Eu gostaria de uma posição bem clara da ANTT sobre qual é a visão da agência em relação a esse trecho. Como o Blairo sempre dizia aqui: a ferrovia de busca de produção tem que ir onde está a roça. Então, a Ferrovia Norte-Sul precisa atravessar o Araguaia, chegar a Mato Grosso, onde há a grande produção da região, que é Água Boa, depois chegar até o nortão de Mato Grosso. Como a ANTT realmente pode esclarecer melhor as condições e conduções que estão sendo feitas em relação à FICO, o que é uma preocupação de todos nós?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além disso, também a questão da Ferronorte. Aqui foi colocada, inclusive, a ampliação dessas concessões atuais. Para nós de Mato Grosso, temos uma ferrovia moderna. Em Rondonópolis, nós temos o maior terminal ferroviário da América Latina, com toda a ferrovia no Estado de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul chegando a São Paulo, com velocidade de até 80km/h. Chegando a São Paulo, 12km/h, 10km/h, porque é uma malha muito antiga que passa por dentro de cidades. Então, a nossa angústia é que se resolva o problema de São Paulo para a gente poder duplicar a nossa capacidade de transporte de carga. E ainda avançar a ferrovia de Rondonópolis a Cuiabá, e aí eu registro que o Senador Jayme Campos tem liderado esse trabalho e de lá para o nortão, mas realmente chegar a Cuiabá é uma meta que a gente tem que buscar e fazer com que aconteça.

Senadora Kátia, a alegação da concessionária em São Paulo é que ela só poderá fazê-lo se resolver o problema de São Paulo, e a solução – eles dizem que têm recursos – é a ampliação da concessão em São Paulo, senão não fazem os investimentos.

Então, eu gostaria de um esclarecimento sobre essa realidade, porque não podemos travar uma região que pode aumentar muito a produção, pode buscar produtos em São Paulo, levar produtos, se esse for o único caminho.

Em relação à questão das concessões rodoviárias, realmente o Governo Federal mandou duas medidas provisórias para o Congresso Nacional, o Governo anterior, o Governo Michel Temer. E, na Câmara dos Deputados, uma não se aprovou, em outra se fez a modificação, então, hoje estamos nesse limbo jurídico, nessas condições todas. Ter essas concessões paradas e o povo pagando pedágio causa uma revolta muito grande. No caso do Mato Grosso do Sul, é uma concessionária que não teve envolvimento com a Operação Lava Jato. No Mato Grosso, da divisa de Mato Grosso do Sul até Sinop, está lá o pedágio sendo cobrado, e as obras não são feitas.

(*Soa a campainha.*)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – E aí, especificamente, já estive inclusive com o Diretor Weber várias vezes, inclusive com comitiva de Mato Grosso. A duplicação, Sr. Presidente, foi feita da divisa de Mato Grosso do Sul, passando no terminal da ferrovia, até chegar a Rondonópolis. Em Rondonópolis, nós temos o encontro da 364 e 163, uma grande confluência e um lugar, claro, de acidentes, todos os problemas que a ANTT conhece muito bem. E até hoje, Dr. Weber, a empresa não se manifesta. Ela fez um compromisso conosco. Agora, por incrível que pareça, 15 dias atrás, foi lá a empresa colocar uma sinalização, parecendo dar satisfação de uma obra que está lá inacabada, mas vai fazer aquilo com a sinalização num local totalmente emburacado, o que provavelmente vai aumentar os acidentes. Então, não tem sentido fazer uma obra dessa, parecendo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – ... querer dar satisfação para a população. Eu queria aqui pedir à Diretoria da ANTT: tem que ir lá alguém da ANTT. Uma concessão dessa, que é tão grande, não tem uma fiscalização, não tem gente para fazê-lo.

Já que o Senador Jayme abriu mão, eu ainda quero aqui dizer que o trecho de Cuiabá até Rosário também está completamente sem manutenção, com acidentes. E há também todo o contorno

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de Várzea Grande e Cuiabá, que é a Rodovia dos Imigrantes... Se o Senador Jayme fosse falar, eu tenho certeza de que ele iria se exaltar. Então, eu estou tentando aqui... O que nós queremos é a solução, não é, Senador? A esposa dele é Prefeita de Várzea Grande, a primeira cidade do interior de Mato Grosso em termos de população. E os acidentes estão ocorrendo todo dia. E a população pagando o IPTU!

São coisas pequenas, que, a nosso ver, estão faltando realmente: fiscalização da ANTT e exigência de cumprimento. É claro que a revisão quinquenal, Dr. Mario, eu acredito que seria a melhor situação. E nós estamos prontos aqui para apoiar, pois esta Comissão não pode ter o objetivo só de criticar, porque vocês também precisam do apoio. Inclusive, essa relação com o Tribunal de Contas, com os órgãos de controle todos... Eu penso que aqui, com o nosso Presidente, todos nós queremos fazer com que o País possa fluir, porque não é possível continuar tanta gente morrendo por gargalos tão pequenos, em que uma empresa fica lá e não dá satisfação.

Então, nós entendemos que o Congresso... Naquele momento, a Câmara não fez o seu papel em votar a medida provisória. E temos que buscar, então, o apoiamento para que vocês encontrem, talvez através da revisão quinquenal, a melhor situação para nossas rodovias, o que é fundamental.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Dois Senadores para concluir a lista de inscritos.

Senador Zequinha Marinho, V. Exa. tem a palavra.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA. Para interpelar convidado.) – Obrigado, Presidente.

Eu gostaria de aqui cumprimentar a presença do representante do ANTT.

Eu sou do Pará, Presidente, e tenho todo um interesse na questão da Ferrovia Norte-Sul. É sobre ela que eu gostaria de falar com o senhor, num primeiro momento. O próprio nome já diz: a Ferrovia Norte-Sul foi criada para ser a espinha dorsal do transporte no Brasil.

Eu era Deputado Federal, alguns anos atrás, e a Bancada, naquele momento, se esforçou, pressionou e colocamos o trecho Açailândia-Barcarena no Plano Nacional de Logística. Milagrosamente, esse projeto saiu do plano. As más línguas no Pará e por aqui também dizem que é porque ela contraria interesses da Vale, que tem um porto em Itaqui, sendo que a ferrovia vai até Açailândia e de lá vira, indo para o Nordeste. Logo, não seria uma Ferrovia Norte-Sul, mas Nordeste-Sul, porque ela está a quase 600km do porto da Região Norte, para ser, de fato, uma ferrovia que liga o Brasil de Norte a Sul. Nada contra a Ferrovia Carajás, que vai para lá.

Então, eu queria pedir ao senhor que dissesse qual é a estratégia do Governo, qual é a estratégia da agência, como é que se planeja uma logística e chega a determinado ponto, aquele planejamento vai para uma outra direção. Para mim, fica malvista essa situação, porque, se é Norte-Sul, se o Brasil pensa dessa forma, a gente não pode deixar os interesses maiores da população de uma região nas mãos de uma empresa, para lhe satisfazer. Basta o que já acontece com relação à Vale lá no Estado do Pará.

Outro aspecto – e aí é um comentário, e quero dizer ao senhor também da nossa preocupação – é que a renovação da Ferrovia Carajás lá para a Vale por mais 30 anos, que a turma toda disse que valeria R$10 bilhões, e foi concedida por mais 30 anos por quatro, quatro e qualquer coisa, ou será... Esse recurso, por justiça, deveria ficar – pelo menos parte – dentro do Estado do Pará, ou, para ser justo mesmo, dentro do Estado do Pará, que fornece matéria-prima, que a Carajás transporta dia e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

noite para exportar para fora do Brasil. A informação que se tem é que esse recurso deve ser investido no Centro-Oeste, em uma ferrovia que vai ligar o Mato Grosso à Norte-Sul, aqui no Estado de Goiás.

Então, é uma coisa que fica ruim. Parece que o Governo Federal e muita gente aqui não vê o Estado com bons olhos. E a gente contribui tanto para o Brasil, não é? Mandamos tanto minério, que é útil na balança comercial, e pelo que a Lei Kandir não nos compensa. A gente é visto dessa forma.

Isso machuca muito o sentimento do povo do Pará, com toda a contribuição que dá a este País e a forma como se vê daqui, do Governo Federal. De lá, a gente manda o que pode: energia para o Brasil todo, minério, que tem uma vantagem extraordinária na balança comercial.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – E, de repente, nós estamos lá em um Plano Nacional de Logística. Amanhã, hoje à noite, acontece um milagre e a gente sai milagrosamente desse plano, que é fundamental para que o Brasil possa visualizar e o Governo tocar.

Eu queria ouvi-lo com relação a isso, sem deixar de pontuar alguma coisa na questão rodoviária. A BR-158, que morre em Redenção, entra pelo norte do Mato Grosso e vai para Redenção... Temos tentado e colocado dinheiro, a bancada anterior. Nós estamos lá com pontes pequenas, investimentos pequenos, que não saem do lugar. A 158, até Redenção, e depois a 155, de Redenção a Marabá, hoje transportam grande parte da produção do Mato Grosso, sem falar na produção paraense daquela região, de soja, milho, boi, e assim sucessivamente.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – A 163, neste momento, está sendo pensada para uma concessão de dez ou doze anos, em função da questão da Ferrogrão. Como o senhor vê isso também? Há dificuldades?

A Transamazônica, a 230, no sentido leste-oeste, no Estado do Pará, para a gente é uma espinha dorsal. Lamentavelmente, encontra-se em situação de muita dificuldade, com alguns trechos licitados e outros sem cobertura de licitação nenhuma. Comente para a gente, para que a gente possa ir se situando, para colaborar, trabalhar e ajudar. É esse o nosso maior objetivo aqui.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço ao Senador Zequinha Marinho.

Concluindo a lista de inscritos, Senador Jaques Wagner, V. Exa. tem a palavra.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Para interpelar convidado.) – Obrigado, Presidente.

Quero cumprimentar o Presidente da agência.

Vou tentar ser curto pelo adiantado da hora. Primeiro, queria me somar à indignação que já foi listada aqui pela Senadora Kátia, pelo Senador Viana, por vários Senadores, sobre a questão do direito de passagem. Eu brinco que, no Brasil, os empresários sempre falam de economia de mercado, mas adoram monopólio. Querem economia de mercado, quando é para os outros; quando é para si, se puderem ter o monopólio, é o ideal. São liberais, *pero no mucho*, ou preferem no quintal alheio. Então, a primeira coisa era isto, me somar a essa indignação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Segundo, sobre a FCA. Eu ainda era Governador do Estado, lá se vão... Eu saí há cinco anos, mas foi lá no comecinho. Houve a concessão da 324 e 116. O mercado todo disse que o espanhol que ganhou mergulhou que não iria aguentar. Quem deveria controlar isso não era eu, porque não era eu que estava fazendo a licitação.

Está totalmente atrasada e, me perdoem – já falei isso com empresário, já falei com o Governador Rui Costa também –, é um lixo, é uma vergonha, porque está longe de ser a expectativa que se tem. E olhem que eu fui defensor. O povo em geral não gosta de pagar e eu disse: "Não, é melhor pagar do que pagar com a vida". Mas é um lixo. O terreno eu reconheço que é um terreno difícil, que é o massapê, mas são um lixo as bordas, acostamento. Se o senhor ainda não teve possibilidade de ir, vá. Eu lhe prometo que depois posso lhe oferecer algo melhor para ver nas praias baianas. Mas é um lixo, realmente é um lixo. O terreno é irregular, o atendimento é péssimo, as pessoas pagam, porque têm que pagar. Se o pedágio está barato, eu não sei, porque eu não controlo.

Então, esta é outra coisa: não sei qual é o grau de fiscalização de vocês. Soube que já houve várias fiscalizações. Mas não é possível, porque é o trecho mais nobre das rodovias nossas, que é o trecho Feira de Santana-Salvador, com um fluxo muito grande, que já era para ter mais algumas pistas alargadas, mas é muito ruim. Na verdade, é lixo do lado, é algo terrível para quem imagina concessão como algo nobre. Então, esse é um pedido que eu faço.

Sobre a FCA, que já foi dito pelo colega de Minas Gerais, eu também ainda era Governador num Governo em que eu era parceiro. E cansei de discutir realmente com o Bernardo Figueiredo: não cumpriu a sua parte da concessão, recolhe de volta e abre nova licitação para ser feita. Nada disso foi feito, não se alargou bitola em nenhum trecho. Nós ainda temos vivendo da Ponte D. Pedro II lá, aquela que atravessa o Rio Paraguaçu, que foi construída à época.

E agora eu vejo, pelo menos o que está dito, é que a reversão, porque eu acho que ela já acumula 800 milhões de multas aplicadas pela agência... Agora, eu pasmo, porque, pelo que estou sabendo, a aplicação dessas multas não reverte para os três que originaram a multa, vai reverter para São Paulo.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Pois é, vai tudo para o caixa único?

O SR. MARIO RODRIGUES JUNIOR (*Fora do microfone.*) – Multa de radar, todos os tipos de multa...

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – É um absurdo. Isso provavelmente já vem do meu Governo também. Ou é agora isso?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – É um absurdo, porque, se a multa é fruto do não cumprimento, a multa deveria reverter não à Fonte 00, mas para ser aplicada... Porque senão não adianta....

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – ... cobrar multa. Então, para o Governo, de uma certa forma, é ótimo, porque ele não cumpre, vão ganhando, arrecadando, arrecadando e jogando à Fonte 00. É o contrassenso total isso aí.

Sobre a questão da Oeste-Leste, nosso Fiol, foi uma guerra grande da classe política toda, porque nós estávamos fora da Transnordestina. E pouca gente sabe, claro que não a Fiol, mas Dom Pedro já projetava, saindo daquele ponto, uma ferrovia para migrar para dentro do Estado. Essa ferrovia pode vir a ser trechos da Bioceânica de que se fala. Nós temos um primeiro trecho e estamos fazendo um esforço muito grande de juntar chineses com os donos da mina para entrar na concessão.

Eu queria saber se aquele calendário está mantido, porque nós mesmos da classe política podemos ir ao TCU, podemos ir a outros pontos, senão o cidadão...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – ... vai desistir do investimento. Ele tem uma mina, quer fazer com um porto, só que não sai do papel. Então, queria só saber como é que está o calendário em relação à questão da Fiol.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço às Sras. e aos Srs. Senadores pela participação efetiva na Comissão hoje. Foi muito produtivo.

Asseguro a palavra ao Diretor-Geral para suas respostas.

Ao final, há alguns questionamentos dos internautas, que passarei também ao Diretor-Geral.

O SR. MARIO RODRIGUES JUNIOR – Bom, vamos começar aqui por Minas. Sobre a BR-040, a única concessionária que já protocolou dentro da agência o seu pedido de devolução, de todas da fase 3, é a única que protocolou. Como eu disse há pouco, a lei existe e está sendo regulamentada pela Casa Civil. Nós não fizemos nenhuma devolução amigável, como está propondo, mas a linha para esta concessão vai ser a única saída. Essa não cabe nem a revisão quinquenal, porque o desequilíbrio da concessão é monstruoso.

O que a agência vem fazendo hoje já é iniciar novos estudos para uma nova concessão em conjunto com a IPL e aplicando tudo o que é penalidade dentro da concessionária de fazer a manutenção. O que vai se ter nesse caso já definido, a solução é a única que está definida, que é a relicitação. Então, grau de investimento não vai haver. A gente está penalizando. Já venceu o quinto ano da concessão, que havia de estar duplicado o trecho todo. E o que a agência vem fazendo hoje é efetivamente multar e fazer as cobranças. O que depende hoje é essa regulamentação, que está em construção, para que a gente possa reprogramar uma licitação para ela.

Enquanto isso, nós vamos ter manutenções executadas pela concessionária até que a nova concessionária assuma. Nesse caso não cabe a revisão quinquenal, cabe, sim, a caducidade, mas é um processo que vai ser muito mais moroso. E a concessionária está disposta a ter essa rescisão amigável.

Como eu disse: por que eu falo nunca fizemos? Nós ainda vamos ver como vai ser esse processo, porque, para chegar à rescisão amigável, vai ter que ser colocada muita coisa na mesa. Uma delas é: o que vão cobrar de indenização? O que o governo vai penalizar? Enfim, é uma negociação que pode virar entrave jurídico e pode ainda brecar uma nova licitação.

Então, no caso da 040, a Concebra, que pega grande parte do Estado de Minas a duplicação, nós temos aí... Ela estava muito confiante hoje que a revisão quinquenal sairia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por mais um motivo eu digo: hoje nós não temos segurança de aprovar uma lei quinquenal. Então, o Governo está voltando muito mais para a linha do critério da relicitação. Também está sendo penalizada, está sendo multada. E, de agora em diante, a cada fase que se constrói, nós não podemos dizer: "Ah, ele está desequilibrado, nós não vamos multar." Não tem isso. A agência está fazendo o seu papel. Mas a solução de imediato, Senador, vai ser – de imediato que eu digo é a longo prazo – a nova construção de uma nova licitação.

Primeiro, nós temos que ver a nova regulamentação em quanto tempo sai. E eu acho que está no finalmente. Aí nós vamos partir para a negociação. Chama-se devolução amigável. Vamos chegar a um consenso. Se não chegar em consenso, aí, Senador, vai ser caducidade.

A Concebra tinha a expectativa de uma revisão quinquenal para reequilibrar o contrato, coisa que a 040, a Invepar já descartou. Para essa já está efetivamente protocolada a sua devolução.

A questão da ferrovia de investimento cruzado, pessoal, é lógico que a gente não olha muito o lado político da região. O que está se tentando fazer com isso? É uma forma criativa que o gestor público está buscando de conseguir recursos para investir na infraestrutura. O Governo hoje não tem capacidade e não tem infelizmente o poder de investir. O que é o investimento cruzado? A gente não olha do lado técnico. Nós não olhamos a ferrovia "Ah, a ferrovia de Minas Gerais, a ferrovia de São Paulo." Não. A gente olha o sistema como um todo.

Veja bem que, no caso da renovação da Vale, nós estamos falando de um investimento, nessa renovação, de quase 10 bilhões, sendo que vão ser destacado 2,6 bilhões para a construção da Fico, que é uma ferrovia importantíssima para o País. Não é que "Ah, vamos tirar de Minas; vamos tirar daquilo". A gente está olhando o sistema ferroviário como um todo. Isso também não é a agência quem define. Isso é uma política de governo, em que é dada uma política de governo e nós estamos construindo as soluções. Acho que é uma maneira que o Governo está buscando de ter investimento sem ter de arcar com o investimento para o qual hoje ele não tem capacidade.

Veja bem: vai-se implantar uma outra ferrovia? Vai. Qual é obrigação do concessionário? Vai ser construir a ferrovia. Depois, o que ela vai virar? Uma nova concessão, nova outorga. Então, com essa nova outorga, vamos buscar outras alternativas, vamos pensar em Açailândia/Barcarena. Não é que está...Ela estava no programa de logística; ela não se mostrou com viabilidade. Mas, veja bem, não está descartado a gente buscar novas soluções para ela. O problema do Brasil é a gente ter corredores onde a gente consiga melhorar a condição do escoamento das nossas produções.

Então, o investimento cruzado...Eu sei, porque eu já recebi vários: "Ah, isso tem que ficar no meu Estado". Nós, agência, e nós, Governo, como política, estamos olhando a ferrovia como um todo. Não estamos olhando-a por região. Foi uma forma, na minha opinião, muito inteligente para que a gente consiga buscar investimento.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Mas às vezes não justa, não é, Presidente?

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Não justa e não atinge o objetivo, porque, na verdade, os senhores concentram nas mãos de poucas empresas...

O SR. MARIO RODRIGUES JUNIOR – Mas veja bem: não é que está esquecido...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – ....e não dá escoamento de produção nenhum.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARIO RODRIGUES JUNIOR – Nós temos mais 7 bilhões de investimento, neste momento e, depois, com novos recursos, nós vamos...Veja bem...

Pessoal, a gente tem que pensar na ferrovia com viabilidade. Não que não haja necessidade. Necessidade nós temos no País inteiro, mas a política definida pelo Governo foi de ter esse investimento cruzado. Ela já está definida? Não. Ela está sendo estudada, ela está agora no plano de renovação da outorga que será enviado; a agência está terminando esses estudos. E vai para o Ministério dos Transportes; do Ministério dos Transportes, vai para o Tribunal de Contas; depois que o Tribunal de Contas avaliar, passar por voto dos seus Ministros, aí, sim, torna-se definitiva a assinatura dessa renovação.

Hoje a única que está pronta para ser assinada é a malha de São Paulo. Esta já passou por todos os estágios. O Tribunal de Contas fez oito diligências, avaliou o projeto de cabo a rabo. São 5 bilhões de investimento, e o tribunal está finalizando. Não sei qual será a decisão do tribunal, se irá pedir mais alguma coisa, mas, pelo nível de diligência, a gente acha que dentro de trinta a sessenta dias poderemos assinar essa primeira. O restante está em análise, em estudo. Não está fechada a questão. Mas a diretriz que estamos construindo é nessa linha.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Dr. Mário... Permita-me, Presidente, dar uma palavrinha rápida.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Pois não, Senador Zequinha.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA. Para interpelar convidado.) – Quando o Governo Federal, anos atrás, pensou logística no Brasil, foi inevitável a construção da Belém-Brasília. Quer dizer, hoje, em tempos modernos, a concepção é outra. Não é Belém-Brasília... Vai até certo ponto e vai para o Nordeste. Há controvérsia com relação a essa questão da não viabilidade para aquela região.

Claro que eu sei que o Porto de Barcarena não é um porto de um grande calado, mas é um porto que dá condição de fazer a coisa acontecer. Então, não concordo com V. Exa. que...

O SR. MARIO RODRIGUES JUNIOR – Não. Desculpe. Eu usei o termo... Não é que não havia viabilidade...

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Não é? Não posso concordar, não posso concordar que...

O SR. MARIO RODRIGUES JUNIOR – Perfeito. O senhor até me desculpe. Eu...

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – ... não haja viabilidade na Ferrovia Açailândia-Barcarena.

O SR. MARIO RODRIGUES JUNIOR – Inclusive o Governo estudou uma alternativa...

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Isso é um retrocesso...

O SR. MARIO RODRIGUES JUNIOR – ... de uma ferrovia ligando... Parece que havia um projeto até do próprio Governo do Estado do Pará.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – É. Nós temos alternativa numa ferrovia estadual lá.

O SR. MARIO RODRIGUES JUNIOR – Estadual. Perfeito.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Ela diminuiria...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARIO RODRIGUES JUNIOR – Isso também estava tentando se construir.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Exatamente.

Toda aquela distância poderia se resumir, se conseguirmos investidor para fazer essa estadual, para ligar uma na outra, em 58km ...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – ... que é Açailândia a Rondon do Pará. Aí sim, você ligaria. Mas é preciso se refazer essa concepção de que não há viabilidade nesse trecho, pelo amor de Deus.

O SR. MARIO RODRIGUES JUNIOR – Senador, eu peço desculpa pela palavra viabilidade...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu vou pedir a compreensão dos nossos colegas Senadores e do nosso Diretor-Geral também – já são 13h18 – para otimizar as respostas, para a gente tentar concluir a nossa audiência pública, senão ela não...

O SR. MARIO RODRIGUES JUNIOR – O que faltar eu mando por escrito.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sr. Presidente, é porque ele está colocando...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Pois não.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – ... e aqui a Senadora Kátia colocou muito bem que nós estamos replicando um modelo que não deu certo. Nós estamos buscando novos investimentos para uma nova malha num modelo que concentrou nas mãos de poucos, que não deu certo, que precisa ser revisto. Nós podemos buscar novos investimentos, tomara que permitam, com outra concepção.

Se a Norte-Sul, por exemplo, poderia ter sido concessionada a 10 bilhões, e não os 2,8, como está aí, nós deixamos de trazer para o nosso País quase 8 bilhões que seriam muito bem-vindos.

Então, a nossa discussão aqui é o seguinte: o modelo que nós aplicamos há 30 anos – que a gente quer replicar agora, num novo contrato de 40 anos –, que não deu certo, não é possível que a gente possa pensar de uma outra maneira, num novo marco para isso?

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Senadora Kátia, para uma breve intervenção.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Presidente, eu peço um pouquinho de paciência, só para a gente não precisar chamá-lo aqui novamente, porque talvez a gente tire um pouco das dúvidas hoje. Nós já estamos acostumados a comer 2h da tarde mesmo.

Zequinha e Senador Carlos, essa é Carajás. O fato de fazer a ferrovia de Açailândia para Vila do Conde, ou Barcarena, é do interesse nacional. É porque a VLI não quer tirar a carga dela, ela quer que a carga vá toda por Itaqui. Itaqui é um porto maravilhoso, é o de maior calado da América Latina, mas Itaqui é interessante para aqueles produtores, aqueles exportadores que querem ir para Europa e Roterdã, porque, de fato, são cinco dias a menos do que se for por Santos ou por Paranaguá. Agora, aqueles exportadores que querem ir para a China querem ir por Barcarena ou Vila do Conde, porque pelo Canal do Panamá é muito mais perto para chegar à China. Qual é o único probleminha – pequeno – que há no Porto de Vila do Conde, em Barcarena? Há um banco de areia que precisa ser derrocado. Se derrocar, passa Super Panamax, não precisa nem fazer o *top off* no Canal do Panamá –

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

transbordo de navio menor para maior. Se derrocar essa areia do seu porto no Pará, acabou o problema, chegarão navios de todos os tamanhos, dos mais gigantescos, porque já está próprio para atravessar para...

O Brasil não pode focar nas empresas. É claro que as empresas têm que ter lucro, é claro que nós precisamos das empresas...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Elas são importantes, mas o *top*, o número um é o gigantismo deste País e da sua produção. Isso é que tem que estar em primeiro lugar.

A carga dá, sim. Vamos disputar é preço. A concorrência é esta: vamos disputar preço, quem é que paga melhor. O preço, o custo de 1 mil toneladas em 1km de ferrovia é de R$6, o custo operacional. Eles estão cobrando de 60% a 90% do custo do frete rodoviário. É R$26 o custo operacional, não é o preço de mercado. Então, é uma diferença monstruosa que está castigando a competitividade do País.

Então Carajás aqui cercou seus portos lá – seus não, pois são nossos, porque nós precisamos sair por lá. E a Vale obrigou o Governo a tirar Açailândia a Barcarena do projeto.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Senadora, a senhora colocou um ponto interessante aqui. Nós temos o Vale do Aço...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – ... em Minas Gerais, onde as indústrias siderúrgicas não podem utilizar a linha férrea por conta, infelizmente, da reserva de mercado para uma empresa só. O que elas fazem? Colocam umas bobinas em cima de caminhões, jogam na BR-381 – inclusive, ela não foi objeto aqui –, que mata, que é chamada de rodovia da morte por causa da quantidade de caminhões escoando a produção, pois a linha férrea só serve para minério durante a noite.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O tema é realmente interessante...

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – É interessante, mas só para lembrar o nosso Presidente, Mario...

O SR. MARIO RODRIGUES JUNIOR – Eu tenho até que pedir desculpas...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Senador Zequinha, eu vou pedir que...

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – A melhor localização de porto no Brasil chama-se Barcarena, Vila do Conde. E só para complementar aquele negócio da inviabilidade: você não faz costa, está de frente; lá na frente, você pende para a direita ou para a esquerda, vai para a Europa ou para os Estados. Como é que não dá viabilidade um negócio deste?

O SR. MARIO RODRIGUES JUNIOR – Eu que coloquei errado, desculpe-me.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O tema, realmente, é intenso, o debate é franco. Eu acho que nós não vamos encerrar este debate nesta audiência de hoje, vamos convidar o Diretor-Geral para voltar aqui. E, mais do que o Diretor-Geral

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

também, eu acho que o Ministro Tarcísio... Na última ocasião em que aqui esteve, nós fizemos um trato com ele de que viria para falar justamente sobre o modelo de concessões e essa questão das nossas ferrovias.

O Senador Jean Paul está fazendo uma relatoria importante nesse segmento, nós poderíamos aproveitar o tema de V. Exa., trazê-lo aqui e fazer esse debate franco, aberto, com a presença do Ministro Tarcísio também. Vamos ajustar a agenda e fazer a convocação.

V. Sa. tem a palavra para as conclusões.

O SR. MARIO RODRIGUES JUNIOR – Vamos lá. Desculpe, a questão da viabilidade, o termo que falei foi infeliz. Veja bem, ele não está descartado em hipótese alguma; ele vai entrar numa outra situação. Eu entendo a posição, lógico, como a Senadora diz, problemas de dragagem, enfim. Só que, dentro do modelo desenhado, saiu do plano de logística. Não foi a agência que tirou, repito, isso vem como diretriz.

Eu tenho que discordar um pouco, Senador, de que a gente está repetindo o modelo. Esses contratos que estão sendo renovados agora, nesses contratos, praticamente, o concessionário faz o que quer, porque é uma licitação de mil novecentos e nada perdurando até hoje. Dentro dessa renovação, a regulamentação e a regulação que a agência, o poder que ela vai ter, questões de penalidade, a questão de investimento, ele muda... Não é que estou renovando, estou mudando totalmente a condição do contrato no qual o Governo, a agência vai ter poderes sobre a concessionária. Como disse o próprio Senador: hoje a agência, não só nas renovações como na nova concessão, o poder de regulação é da agência. A agência tem o poder, isso está muito claro no edital.

A questão da Senadora, o direito de passagem está previsto na cláusula do contrato por cinco anos, podendo ser prorrogado.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARIO RODRIGUES JUNIOR – Senadora, o contrato, estou sem ele aqui...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Eu te dou ele aqui.

O SR. MARIO RODRIGUES JUNIOR – O contrato prevê a garantia do direito de passagem com os requisitos técnicos pré-definidos, tarifa teto e capacidade mínima. Isso está garantido cinco anos, cinco anos, sendo que há já o compromisso assinado com o Ministério Público de renovações. Não dá para a gente estudar demanda de daqui a 20 anos...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Presidente, Presidente, desculpa, eu acabei de ligar para dois procuradores da República, daqueles que têm o maior orgulho dos TACs, dos TCs que assinam. Nenhum TC e nenhum TAC pode se sobrepor a contrato. No contrato, está escrito cinco anos. Não tem que faça, Ministério Público e ninguém que enfie num contrato o que não foi escrito.

O SR. MARIO RODRIGUES JUNIOR – Mas a regulamentação da agência garante isso.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Não, não, não garante, não senhor.

O SR. MARIO RODRIGUES JUNIOR – Garante, garante, Senadora. A regulação da agência garante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Não garante, não. Se garantisse, ninguém entrava na concessão. Por que eles não quiseram assinar o aditivo com o senhor? Por que eles não assinaram e vocês assinaram unilateralmente?

O SR. MARIO RODRIGUES JUNIOR – E o que aconteceu? A agência fez unilateral e eles são obrigados a cumprir.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Mas são obrigados como, se não está pactuado, os dois não assinaram? Como assim?

O SR. MARIO RODRIGUES JUNIOR – Já está em vigor.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Gente, nem os cinco anos são garantidos, porque foi assinado unilateralmente. A não ser que eles assinem agora, mas não assinaram, e isso tirou a competitividade de outros estrangeiros investirem.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Nós temos que trazer o Ministro Tarcísio aqui o quanto antes.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Desculpe, rapidamente, só para completar...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Senador Jean Paul.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Uma colocação aqui ingênua da minha parte, porque eu fico espantado com o regime de ferrovia de vocês – e estou colocando de vocês porque sou da área de petróleo, em que tudo isso aí funciona perfeitamente –, eu fico impressionado com a precariedade regulatória do sistema de ferrovia do Brasil, Presidente. É absolutamente inconcebível que a gente tenha monopólio natural com cinco anos de preferência. O direito de preferência, o direito de acesso é inerente ao monopólio natural. Tem monopólio natural, tem direito de preferência; o que será regulado é a quantidade. Agora, validade para direito de preferência, eu nunca vi isso. Direito de preferência, não, direito de passagem. E direito de preferência também, uma coisa é complemento da outra.

O SR. MARIO RODRIGUES JUNIOR – Esses cinco anos garantem a autorização para os operadores independentes.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Outra coisa que nunca...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... vi é regular isso por um contrato bilateral. A Agência tem poder de colocar uma... Como é que chama lá, portaria, na ANTT?

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Resolução.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Resolução e acabou.

O SR. MARIO RODRIGUES JUNIOR – Mas está feito.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Isso aqui que o pessoal tem que assinar para valer... É resolução e acabou. Livre acesso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARIO RODRIGUES JUNIOR – A agência tomou a atitude unilateral e há a resolução.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Desculpe se eu estiver sendo ingênuo, mas realmente é um absurdo.

O SR. MARIO RODRIGUES JUNIOR – Mas o poder da agência, da regulação... Como o senhor mesmo disse, a agência tem esse poder.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Eu acho que vocês deveriam olhar com muito cuidado linha de transmissão e dutos, oleodutos, gasodutos e polidutos.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Fora do microfone*.) – O edital já veio junto com o contrato. Então, quando abriu o edital vencedor, já saiu com o contrato novo. É escrito.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Sa. tem dois minutos para concluir a manifestação.

Ao final, farei brevemente as perguntas dos internautas.

O SR. MARIO RODRIGUES JUNIOR – A rodovia VIABAHIA também estava na linha da revisão quinquenal, mas, como não temos ainda a garantia jurídica, o que estamos fazendo é aplicando as penalidades, cobrando. Ela teve uma liberação parcial do BNDES com o aumento, se eu não me engano, da tarifa do ano passado, começou a retomar algumas obras, mas também está totalmente defasada dos seus investimentos.

Eu acho que a concessionária que mais levou multa foi a VIABAHIA, e leva até hoje, dentro da ANTT. Nisso não está lá a obra; mas caso não se chegue, vai para a caducidade ou para a devolução amigável, dentro dos critérios. Para a revisão quinquenal infelizmente nós não temos a segurança jurídica, mas é uma coisa ainda para a gente debater. Repito: seria a solução ideal, mas a sustentação jurídica não é garantida.

Então, nós vamos hoje na linha da relicitação. No caso de algumas, vai ser caducidade.

Sobre a FCA. É a que, dentro da...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARIO RODRIGUES JUNIOR – ... análise dos estudos...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARIO RODRIGUES JUNIOR – Ela já está em novos estudos para nova licitação.

Quando à FCA da rodovia é a que está mais atrasada, nós estamos terminando. Já tivemos... Vamos marcar audiência pública para o início do meio do ano, mas é que está mais atrasada dentro das outras, que já estão praticamente com todos os estudos prontos e o plano de outorga a serem encaminhados para o Ministério, para, do Ministério, ir ao TCU. Mas na FCA ainda nós estamos um pouco crus, Senador. Mas já estão também em total desenvolvimento pela Agência e pela EPL esses estudos.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Fora do microfone*.) – Há uma diferença, Presidente Marcos Rogério, V.Exa., que é especialista, eu não entendo, não sou engenheira, e sinceramente... Mas, por que para a Belém-Brasília, a 153, que foi licitada não faz quatro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

anos, teve que se fazer o estudo de novo? Esses estudos são uma fortuna incalculável. O que muda em três anos?

O SR. MARIO RODRIGUES JUNIOR – Ah, muda! Muda, Senadora.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – É mesmo?!

O SR. MARIO RODRIGUES JUNIOR – A deterioração de rodovia, isso...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – É duplicação.

O SR. MARIO RODRIGUES JUNIOR – Eu sei. Mas nós temos de ver todas as condições.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Meu Deus, o Tocantins é plano igual uma mesa.

O SR. MARIO RODRIGUES JUNIOR – Mas isso está bem adiantado. É que o processo de caducidade demorou mais de dois anos.

Outra coisa...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Senador Jaques, as suas perguntas.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. *Fora do microfone*.) – E a Fiol?

O SR. MARIO RODRIGUES JUNIOR – Para a Fiol já foi feita audiência pública...

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Em outubro do ano passado.

O SR. MARIO RODRIGUES JUNIOR – Isso. Estamos finalizando. Vamos encaminhar no próximo mês, para o Ministério dos Transportes, o plano total para ser pedida a autorização para o TCU. Para Ferrogão e Fiol o leilão ainda sai este ano.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Jean Paul.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Meio minuto: Transnordestina, quadrado de dentro.

O SR. MARIO RODRIGUES JUNIOR – Transnordestina são duas ferrovias, a FTL e a TLSA. Uma já está com processo de caducidade aberto.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeito.

O SR. MARIO RODRIGUES JUNIOR – E para a outra nós estamos autorizando, neste mês, a abertura do processo de caducidade.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, diretor.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Fora do microfone*.) – A CSN?

O SR. MARIO RODRIGUES JUNIOR – É.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Meio minuto.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Fora do microfone*.) – Já caducou?

O SR. MARIO RODRIGUES JUNIOR – Não. Abriu o processo de caducidade para um deles. E o outro vai ser aberto no próximo mês.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sr. Mario, 381 está pronta ou não está para concessão?

O SR. MARIO RODRIGUES JUNIOR – A 381 está em estudo.

Se faltou alguma pergunta, eu posso responder por escrito, viu, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Deixe-me fazer aqui, até para ser leal com os nossos internautas que mandaram perguntas... Há duas que foram selecionadas.

Do Urubatan Silva, do Distrito Federal. Ele quer saber sobre segurança jurídica do investidor privado: "Qual a segurança jurídica que o investidor privado terá para construir a sua ferrovia? A Transnordestina é um caso de concessão reversível? Como se encontra a questão da Ferrovia Transnordestina, o impasse em torno das obras paradas e devolução da concessão? Está resolvido?"

São as perguntas do Urubatan.

O SR. MARIO RODRIGUES JUNIOR – Bom, da Transnordestina, o inadimplemento dela foi constante, tanto que eu acabei de dizer que já foi aberto, numa delas, o processo de caducidade; na outra, nós estamos autorizando. Aí, sim, com a caducidade, vamos ver o que nós vamos construir para o término dessa ferrovia.

Ela não é reversível. Os investimentos, infelizmente, não...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARIO RODRIGUES JUNIOR – ... foram concluídos e partimos para o processo de caducidade.

Então, isso será uma análise de um novo investimento para o qual nós ainda não temos a equação finalizada.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O.k.

A Andressa Batista, do Amazonas: "Por que a Rodovia Norte-Sul não é prioridade para o transporte de cargas e passageiros? O modal no Amazonas é o aquaviário; haverá mudanças?

O SR. MARIO RODRIGUES JUNIOR – Veja bem: a Agência só cuida das rodovias concedidas. Essa gestão é do Departamento Nacional de Infraestrutura (Dnit).

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu faço aqui algumas, em cima do que... Muitos Senadores já perpassaram por esses temas, mas eu perguntaria a V. Sa. objetivamente: o Presidente Jair Bolsonaro afirmou ontem que determinou a suspensão da instalação de 8 mil radares de velocidade nas rodovias federais. Qual a posição da ANTT sobre esse assunto?

O SR. MARIO RODRIGUES JUNIOR – É uma ótima pergunta. Hoje, muitos desses 8 mil radares são todos do Dnit, que tem uma malha muito grande. Hoje, nos nossos 9.700km, a ANTT tem 633 radares em operação, totalmente estudados, com plano, com projeto, aprovados pela polícia. Hoje, se eu quiser pôr um radar na rodovia, eu não posso pôr, eu tenho de submeter a um projeto e a uma aprovação da autoridade de trânsito.

Então, veja bem, no caso das concessionárias, não temos esse problema. Para esses 8 mil radares – o que é uma previsão de instalação pelo Dnit – o Presidente pediu a suspensão até que se esclareça ou que se faça uma reanálise. No caso da ANTT, existem mais pedidos de radares, porém, em função até do posicionamento do Presidente da República, nós vamos fazer uma reavaliação. Radar bem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

instalado é condição de salvar vidas, é questão de você monitorar a rodovia. E existem, infelizmente, às vezes, por causa da geometria, certas condições em que o radar é necessário.

Então, os 8 mil radares não cabem à Agência. Hoje, cabem, sim, novos radares. Em função disso a gente vai fazer uma reavaliação, uma reanálise.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O.k.

O Programa de Parceria de Investimento (PPI) tem feito estudos para definir as diversas concessões na área de infraestrutura, inclusive nas rodovias. Como cabe à ANTT propor os planos de outorga, a agência tem trabalhado junto com o PPI? Que papel a ANTT está exercendo em relação a essas novas concessões? E essa pergunta é pertinente justamente por esse ambiente de discussão que nós temos aqui.

O SR. MARIO RODRIGUES JUNIOR – Hoje, quando se qualifica uma rodovia ou uma ferrovia para a concessão, é feito um trabalho conjunto: PPI; Ministério da Infraestrutura, através das suas secretarias; EPL, que faz todo o estudo de investimento, e ANTT, com regulação e montagem do edital, e, depois, fiscalização e o acompanhamento. Então, é uma tarefa em conjunto de todos esses órgãos.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – A ANTT tem participação efetiva nisso?

O SR. MARIO RODRIGUES JUNIOR – Efetiva total, porque ela que faz a concessão.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O.k. Como estão as conversas com os caminhoneiros, para evitar que tenhamos uma nova greve do setor? O piso para o frete rodoviário de cargas está sendo respeitado? A lei que criou o piso efetivamente resolveu o problema?

O SR. MARIO RODRIGUES JUNIOR – Veja bem, eu coloquei aqui, no início da minha apresentação, que os caminhoneiros... Até a pedido do nosso Ministro, nós vamos intensificar a nossa fiscalização. Nós já fizemos, desde que a lei está valendo, mais de mil autos de infração. Existe, sim, uma tabela de preços e um critério de penalidades os quais a agência está adaptando; ela está criando novas condições. Inclusive, contratamos a USP para fazer um estudo muito abrangente e já marcamos cinco audiências públicas, no Brasil inteiro, para discutir o complemento dessa lei – vamos dizer assim –, as novas metodologias que estaremos aplicando nessa lei.

Inclusive, já foi discutido amplamente com a sociedade, com os caminhoneiros, e teremos cinco audiências públicas em maio.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O.k. Bom, eu quero agradecer aos Senadores e às Senadoras que participaram efetivamente dessa audiência de hoje, dessa reunião importante; agradecer a todos os diretores, todos os técnicos, todos os servidores da ANTT. E, de modo especial, agradecer ao Diretor-Geral Mario Rodrigues Junior, que comparece aqui por tanto tempo e se propõe a responder as perguntas dos Senadores e apresentar as ações da ANTT junto à Comissão de Infraestrutura.

Então, mais uma vez deixo aqui o nosso registro de agradecimento sincero. Nós teremos outras oportunidades para retomar essa agenda, essa pauta. O tema, como visto aqui, não se esgotou. Quem sabe, para uma questão de melhor aproveitamento, traremos o Ministro. Fazemos uma audiência com ele e, na sequência, se for necessário, a gente pactua novamente a vinda da agência à Comissão de Infraestrutura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mais uma vez, nossos agradecimentos.

O SR. MARIO RODRIGUES JUNIOR – Muito obrigado.

Nós, mais uma vez também, colocamo-nos à disposição a qualquer momento; a qualquer hora estaremos sempre presentes aqui.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço aos demais diretores também, que aqui compareceram e ficaram até agora, nesse sacrifício praticamente de um jejum matinal.

Por fim, convoco a próxima reunião, a ser realizada no dia 9 de abril, terça-feira, às 11h da manhã, neste plenário.

Não havendo mais nada a tratar, está encerrada a reunião.

(*Iniciada às 11 horas e 07 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 39 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 7ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE ABRIL DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às onze horas e trinta e três minutos do dia nove de abril de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Marcos Rogério, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Eduardo Gomes, Fernando Bezerra Coelho, Esperidião Amin, Marcelo Castro, Plínio Valério, Styvenson Valentim, Elmano Férrer, Izalci Lucas, Oriovisto Guimarães, Lasier Martins, Juíza Selma, Jorge Kajuru, Acir Gurgacz, Eliziane Gama, Kátia Abreu, Jaques Wagner, Paulo Rocha, Telmário Mota, Lucas Barreto, Nelsinho Trad, Wellington Fagundes, Marcos do Val, Rodrigo Cunha, Paulo Paim, Chico Rodrigues e Rose de Freitas. Justifica a ausência o Senador Jarbas Vasconcelos. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Vanderlan Cardoso, Flávio Bolsonaro, Fabiano Contarato, Jean Paul Prates, Carlos Viana e Irajá. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei do Senado nº 284, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a adoção de práticas de construção de edificações sustentáveis, para a geração de energia elétrica." **Autoria:** Senadora Rose de Freitas. **Relatoria:** Senador Jaques Wagner. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 2 - Projeto de Lei do Senado nº 310, de 2018 - Terminativo -** que: "Modifica o art. 73 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para determinar que percentual do preço pago pela utilização de poste, duto, conduto ou servidão seja destinado ao Município em que eles estejam localizados." **Autoria:** Senador Eduardo Lopes. **Relatoria:** Senador Zequinha Marinho. **Relatório:** Pela rejeição. **Resultado:** Retirado de pauta, em razão da ausência do relator. **ITEM 3 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 16, de 2019** que: "Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Ministro de Estado da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, informações sobre as obras de recuperação do viaduto da BR-101, localizado em Goianinha (RN)." **Autoria:** Senador Styvenson Valentim e Eduardo Gomes. **Resultado:** Subscrito pelo Senador Eduardo Gomes e aprovado. **ITEM 4 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 17, de 2019** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir a venda pela Petrobras para a iniciativa privada da malha dutoviária conhecida como NTS no Sul/Sudeste e TAG no Norte/Nordeste." **Autoria:** Senador Eduardo Braga e Jaques Wagner. **Resultado:** Subscrito pelo Senador Jaques Wagner e aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 5 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 18, de 2019** que: "Requer convidar o Ministro de Estado da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, para que compareça à Comissão para prestar informações sobre a execução do Contrato de Concessão dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trechos BR-116/376/PR e BR-101/SC - Curitiba a Palhoça, controlado pela Arteris S/A - Auto Pista Litoral Sul." **Autoria:** Senador Esperidião Amin. **Resultado:** Aprovado. Fazem uso da palavra as Senadoras Rose de Freitas e Kátia Abreu e os Senadores Jaques Wagner, Lucas Barreto, Eduardo Gomes, Esperidião Amin e Styvenson Valentim. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e dezoito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Marcos Rogério

Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/04/09

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Bom dia a todos.

Declaro aberta a 7ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa de leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A Presidência comunica o recebimento do Ofício nº 27, de 2019, do gabinete do Secretário da Fazenda do Estado da Bahia, que, em atendimento ao art. 28 da Lei nº 11.079, de 2004, encaminha à Comissão cópia do relatório resumido de execução orçamentária relativo ao cálculo do limite da receita corrente líquida para despesas com parcerias público-privadas do Estado da Bahia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O objetivo do envio do relatório resumido é comprovar que, após a licitação e contratação da PPP relativa à implantação e operação do VLT do subúrbio, o Estado da Bahia permanecerá cumprindo o limite de 5% da receita corrente líquida, definido pela supracitada Lei nº 11.079, de 2004, sendo que o comprometimento máximo é estimado em 2,3% no ano de 2030.

É encaminhada ainda cópia do Contrato nº 1, de 2019, contrato de concessão patrocinada pela implantação e operação do VLT do subúrbio.

Nos termos da Instrução Normativa da SGM nº 12, de 2019, o expediente aguardará eventuais manifestações das Sras. e dos Srs. Senadores pelo prazo de 15 dias, após o qual será arquivado.

Cópias do documento encontram-se à disposição das Sras. e dos Srs. Senadores na Secretaria da Comissão.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Sr. Presidente, só para comentar...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Senador Jaques Wagner.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – ... sendo o Governo do Estado um Governo parceiro, é só para comentar que realmente... Até para desmistificar, porque alguns acham que responsabilidade fiscal tem conotação ideológica, e eu digo que responsabilidade fiscal é obrigação de qualquer gestor.

Então, fiz oito anos de mandato, sou do Partido dos Trabalhadores, o atual Governador está no seu segundo mandato, e, graças a Deus, sempre do ponto de vista do endividamento e do espaço fiscal do Estado da Bahia, sempre estivemos em uma condição confortável. Então, fico feliz que o Secretário da Fazenda o tenha enviado para mostrar que nós ainda temos espaço para outras PPPs.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa. Feito o registro oportunamente.

Nós temos alguns requerimentos a serem deliberados. (*Pausa.*)

Vou seguir a pauta na ordem.

Na sequência, nós temos alguns requerimentos. Alguns precisam ser subscritos em razão da ausência do Senador autor, mas, quando chegar o momento, a gente faz a subscrição – eu ou algum Senador.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO) – À disposição, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exas.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 284, DE 2018

- Não terminativo -

Dispõe sobre a adoção de práticas de construção de edificações sustentáveis, para a geração de energia elétrica.

Autoria: Senadora Rose de Freitas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Jaques Wagner
Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo
Observações:
1. Após análise da CI, matéria vai à CDR, em decisão terminativa
2. Votação simbólica
Asseguro a palavra ao Relator para que possa proceder à leitura com o seu voto.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Para proferir relatório.) – Sr. Presidente, colegas, para economia, eu passo logo para a análise do meu relatório.

No caso em concreto, a proposição trata da geração de energia elétrica em edificações. É de notório conhecimento que a energia elétrica é um importante elo da infraestrutura de qualquer país. Trata-se de insumo que nossas empresas e residências dependem de forma substancial para realizar uma gama de atividades, como aquelas ligadas à produção ou mesmo ao lazer. Resta clara, assim, a importância desta Comissão na apreciação e no aperfeiçoamento deste PLS.

A demanda de energia elétrica no Brasil aumentará nos próximos anos, principalmente diante de um crescimento mais vigoroso do PIB. Segundo estimativas da EPE, expostas no Plano Decenal de Expansão de Energia 2027, para cada 1 ponto percentual de elevação no PIB, a demanda de energia elétrica expandirá, em média, 1,27 ponto percentual. A EPE prevê, portanto, que, se o PIB crescer anualmente, em média, 2,9% nesse período, a demanda por eletricidade aumentará em 43%.

Uma questão relevante quando discutimos a expansão da oferta de energia é o custo. Espera-se que o custo seja crescente, uma vez que, naturalmente, as opções mais baratas são as primeiras a serem exploradas. Esse fato nos mostra o prestígio que deve ser dado, por exemplo, às ações que reduzam o consumo de energia elétrica, como é o caso deste PLS, e que proporcionem a geração desse insumo ao menor custo possível. Com isso, evitamos a construção de novas usinas e de linhas de transmissão, permitindo que o País aloque os recursos que seriam utilizados nesses projetos em outras atividades econômicas.

É justamente nesse contexto, de aproveitar as oportunidades para mitigar a construção desnecessária de empreendimentos, que se encaixa o PLS em análise. É uma medida salutar a previsão que a política urbana brasileira contemple (i) a adoção de práticas de construção sustentável voltadas à geração de energia elétrica, (ii) a divulgação dessas práticas e (iii) o uso de incentivos fiscais para a implantação de sistemas próprios de energia elétrica. O mesmo pode ser afirmado quanto à previsão de que a União adote práticas de construção sustentável em edificações de sua propriedade ou por ela alugadas. Entretanto, entendemos que são pertinentes ajustes na forma e no mérito da proposição para que ela alcance os seus meritórios objetivos da melhor forma possível.

O texto original cria o que se chama de legislação esparsa porque, em vez de alterar a Lei nº 10.257, de julho de 2001, que estabelece as diretrizes da política urbana brasileira, propõe uma nova lei, em oposição ao inciso IV do art. 7º da Lei Complementar nº 95, de fevereiro de 1998. Dessa forma, entendemos que a inclusão de qualquer nova diretriz para política urbana deve ser feita por meio de alteração na Lei nº 10.257.

No que tange ao mérito, o PLS prevê que a diretriz de construção sustentável seja voltada à geração de energia elétrica. Todavia, a eficiência energética e a redução do consumo de eletricidade são ações mais importantes e mais amplas; com elas, mitigamos a construção desnecessária de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

empreendimentos e os impactos ambientais decorrentes. Portanto, é mais adequado acrescentar, como diretriz da política urbana, o estímulo a construções que privilegiem a conservação e o uso racional de energia. Pode ser melhor para a nossa sociedade um imóvel concebido para consumir menos eletricidade do que um voltado para a geração de energia elétrica, inclusive porque, atualmente, há um subsídio perverso dos consumidores que não têm geração própria para aqueles que a possuem. Obviamente, a instalação da geração própria pode resultar, a depender do imóvel e de sua localização, em uso racional da energia.

De certa forma, pode-se alegar que o art. 2º da Lei nº 10.257, principalmente em seus incisos XII e XVII, já contemplaria, na política urbana brasileira, a diretriz acima mencionada.

Apesar dos dispositivos citados, julgamos pertinente deixar ainda mais clara e evidente a diretriz de que a política urbana brasileira terá como diretriz o estímulo a construções que privilegiem a conservação e o uso racional de energia elétrica. Propomos que isso seja feito por meio da alteração do inciso XVII do art. 2º da Lei nº 10.257.

Com o mesmo objetivo, entendemos adequado incluir a divulgação das práticas de construção sustentável no art. 2º da mesma lei, na forma de um novo inciso. Almejamos que, com isso, a população tenha mais informação das formas a partir das quais pode contribuir nesse importante processo de conservação e uso racional de energia.

No que tange à previsão de incluir, como diretriz de política urbana, a utilização de incentivos fiscais para a implantação de sistemas próprios de geração de energia elétrica, com a ressalva de que o foco deve estar em ações que promovam a conservação e o uso racional da energia elétrica, consideramos que a proposta já está contemplada no inciso IX do art. 2º da mesma lei, que estabelece a adequação dos gastos públicos aos objetivos do desenvolvimento urbano, o qual deve observar a política urbana. Na verdade, o referido dispositivo é até mais amplo porque prevê, ainda, a adequação dos instrumentos de política econômica, tributária e financeira. Leio o art. 2º:

> Art. 2º A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais:
> .....
> X – adequação dos instrumentos de política econômica, tributária e financeira e dos gastos públicos aos objetivos do desenvolvimento urbano, de modo a privilegiar os investimentos geradores de bem-estar geral e a fruição dos bens pelos diferentes segmentos sociais;
> .....

Quanto à exigência de que as edificações de propriedade da União ou por ela alugadas implantem sistemas próprios de geração de energia elétrica, enfatizamos que, na nossa avaliação, o foco deve estar na conservação e no uso racional da energia elétrica. Isso pode significar, a depender da edificação, geração própria ou uma medida construtiva que privilegie a iluminação natural. Entendemos que, ainda assim, a previsão não deveria prosperar.

Para além do eventual questionamento em relação à constitucionalidade de uma inciativa do Poder Legislativo que impõe obrigações a outro Poder, devemos ponderar que seria prudente, no mínimo, uma estimativa do impacto dos custos envolvidos, inclusive para atender a legislação fiscal e orçamentária. Ademais, à medida que a nossa política urbana incorpore a diretriz de incentivar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

construções que privilegiem a conservação e o uso racional de energia elétrica, inevitavelmente as edificações de propriedade da União e por ela alugadas serão remodeladas com essa finalidade.

Por fim, destacamos que não identificamos qualquer injuridicidade ou inconstitucionalidade da matéria, nos termos dos ajustes que estamos propondo. Ressaltamos que o art. 182 da nossa Constituição Federal determina – aspas: "a política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes". Ou seja, cabe à União fixar as diretrizes gerais da política urbana. É o que a Lei nº 10.257 faz e o que está fazendo o Congresso Nacional por meio dessa proposição, nos termos do art. 48 da Constituição Federal. Destaco, ainda, que a iniciativa para tratar da matéria não é privativa do Poder Executivo.

Voto.

Diante do exposto, voto pela constitucionalidade e juridicidade, e pela aprovação do PLS nº 284, de 2018, na forma da seguinte emenda substitutiva.

EMENDA Nº – CI (SUBSTITUTIVO)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 284, DE 2018

Altera a Lei n° 10.257, [...] de 2001, para incluir como diretriz da política urbana o estímulo à utilização, nos parcelamentos do solo e nas edificações urbanas, de sistemas operacionais, padrões construtivos e aportes tecnológicos que objetivem a conservação e o uso racional de energia, e a divulgação dessas práticas.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 2° da Lei n° 10.257 [...] passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 2° .....

.....

XVII – estímulo à utilização, nos parcelamentos do solo e nas edificações urbanas, de sistemas operacionais, padrões construtivos e aportes tecnológicos que objetivem a redução de impactos ambientais, a economia de recursos naturais e a conservação e o uso racional de energia;

.....

XX – divulgação dos sistemas operacionais, padrões construtivos e aportes tecnológicos de que trata o inciso XVII."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

É esse o relatório.

Só para explicitar, eu sinto que há um esforço da Senadora Rose de Freitas com essa questão de uso racional de energia – ela está chegando aqui à sala – e também de utilização de outros métodos de geração, inclusive a geração própria, que já existe com geração distribuída, como se chama, em que você gera particularmente por fotovoltaica para atender um determinado lócus que tem dificuldade de atingimento pela rede de distribuição.

A única coisa que eu fiz como reparo foi não impor à União que ela seja obrigada a construir, e, sim, que ela racionalize. Eventualmente, na racionalização, você poderá ter o uso de sistemas de iluminação natural, a troca de lâmpadas, novas tecnologias ou construção de sistemas próprios para abastecimento da energia elétrica desse ou daquele prédio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É o relatório e o voto.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa., Senador Jaques Wagner, pelo substancioso voto que apresenta a esta Comissão de Infraestrutura do Senado Federal.

A matéria está em discussão.

Indago a autora, nobre Senadora Rose de Freitas, se gostaria de fazer uso da palavra.

Não há Senadores inscritos ainda. Se V. Exa. quiser fazer uso da palavra, asseguro-lhe.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES. Para discutir.) – Antes de mais nada, eu queria agradecer – obrigada, Presidente – e queria elogiar o relatório do Senador Jaques Wagner.

Quero dizer que as coisas mudam, mas o Brasil tem um pouco de uma sistemática de permanecer onde está. Nós temos problemas de tudo quanto é natureza. Eu acho que não é incomum algum Senador vir dizer que instituições de qualquer natureza, sociais, de caráter educacional, no âmbito da saúde, fecham porque não conseguem sequer pagar conta de luz. Quando nós temos a capacidade, criamos a capacidade de estimular, o que é uma bandeira antiga... O Governo que mais falou sobre isso foi o Governo do Lula, verdadeiramente, e a gente pensava que poderia ter sido implantado um sistema fotovoltaico, voltado inclusive a atender todos os setores sociais importantes deste País, inclusive na própria sociedade produtiva, em escala bem menor do que o que poderiam estar desejando outros.

Portanto, eu fico satisfeita com o relatório, muito satisfeita até. Ele me ouviu, ouviu pessoas. E, com a sensibilidade de quem já governou o Estado... Eu acho que a gente tem que pensar nesse sistema próprio de implantação dessa energia fotovoltaica, fazer com que isso tenha uma utilidade, tenha voltado inclusive para o caráter social, que virou essa ideia de nós fazermos essa proposta.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço...

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Permita-me, Sr. Presidente, só para citar um exemplo, já que a Senadora Rose citou. Durante meu oito anos como Governador do Estado, eu estimulei muito tanto a energia eólica, porque Deus colocou na Bahia uma mina de vento que corresponde ao povo baiano – eu digo que o vento na Bahia é maneiro: ele não é de rajadas e é unidirecional, o que faz a produtividade subir muito; muitas vezes é de rajadas, então o equipamento tem que ser preparado para isso – como também a fotovoltaica, porque a gente tem muito sol. A maior parte da fotovoltaica hoje da América Latina está em Bom Jesus da Lapa, lá na Bahia.

Eu cito como exemplo específico do que citou a Senadora Rose, que nós temos um estádio de futebol, o estádio de Pituaçu, Roberto Santos, em que, aproveitando a distribuição da distribuidora de usar não lembro se 1% ou 2% da sua receita para desenvolvimento tecnológico, eu, em contato com a Coelba, que é a distribuidora da Bahia, fizemos eles fazerem placa fotovoltaica em todo o teto desse estádio. O que acontece? O estádio nem sempre funciona à noite. Gera energia durante o dia. É como se fosse um reloginho. Então, a conta da secretaria que é responsável pelo estádio é praticamente zero, porque, quando está consumindo, ele gasta aquela energia; quando ele não está consumindo, isso é jogado na rede e é contabilizado como crédito para a Secretaria de Trabalho e Esporte. E realmente acabou ficando de graça a manutenção, pelo menos na parte da energia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Se V. Exa. me permite uma observação, Senadora Rose, talvez esse seja o tema, Governador Jaques Wagner, que esta Comissão e o Senado Federal, o Parlamento vai ter que voltar a discutir. Parece-me que é justamente esse o ponto hoje em que há um pouco de preocupação no setor, porque, se você tem a produção e o consumo próprio dessa energia produzida nessa matriz, você não tem problema e não gera problema. Quando você faz a utilização da rede, porque hoje ela é reversa, você tem... Durante o dia você produz, e à noite às vezes você pega de volta a energia que você lançou na rede. Essa utilização da rede, parece-me que hoje não há cobertura normativa a disciplinar o uso e o fracionamento do custo dessa utilização. Talvez esse seja um tema que nós vamos ter oportunidade de inserir...

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Não, é fato, tanto que hoje quem não tem sistema próprio acaba tendo que arcar com parte do custo, porque tudo é uma bolsa de preço. Então, quem não tem geração própria hoje reclama do que vou chamar de subsídio, dado a quem tem. É óbvio que nós vamos ter que buscar um ponto de equilíbrio. O subsídio foi dado para que isso fosse alavancado. Na medida em que você vai chegando a um ponto de equilíbrio, em que o custo da energia fotovoltaica diminui, eu acho que vai voltar obrigatoriamente à baila a discussão de como a gente equilibra melhor a cesta de preços, como V. Exa. falou.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa.

A matéria está em discussão.

Senador Lucas Barreto.

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP. Para discutir.) – Quero cumprimentar o Senador Jaques Wagner pelo projeto.

Eu falo que o meu Brasil, em alguns momentos, Senador, é o Amapá. Então, como nós estamos lá no meio do mundo, onde a luminosidade é muito maior que em qualquer Estado e também o vento é unidirecional por causa da foz do Rio Amazonas, nós vamos ter várias possibilidades.

Mas eu trarei a esta Comissão, Presidente, uma discussão, porque no meu Estado levaram um linhão de energia, que vai até Macapá buscar energia de três hidroelétricas que construíram em um rio legitimamente amapaense. Levaram o linhão para buscar a nossa energia, que é produzida lá, e nós, os amapaenses, pagamos o transporte para trazer para cá. Nós pagamos esse transporte da energia. É um absurdo! Inundaram 70km de rio, e ainda há um problema: uma usina, a usina de Paredão, foi construída com *royalties* do manganês, ou seja, dinheiro do povo amapaense. Foi aí que começou a Eletronorte. E agora nós tivemos dificuldade, porque há o processo de privatização das distribuidoras, ou seja, além de termos essa dificuldade, o governo passado ainda fez um empréstimo no BNDES para pagar um passivo que a nossa distribuidora tinha.

Então, essa discussão tem que se aprofundar, porque como pode um Estado produtor... E nós não estamos falando em uma outra usina, porque foram feitas quatro usinas no Amapá. Uma é biestadual, que é a do Rio Jari, entre o Pará e o Amapá. Nessa nós não podemos legislar, o Estado não pode, mas, no caso do Araguari, que é o rio da pororoca... Essas usinas inclusive mataram a pororoca, praticamente mataram o rio, porque o rio perdeu a força, a água do mar entrou e eliminou aquela fauna que havia ali no estuário de água doce.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é uma discussão que nós vamos ter, porque nos impuseram fazer três hidroelétricas lá no Amapá e nos impuseram sucessivos aumentos da conta de energia elétrica. Quem ganha salário mínimo às vezes tem que pagar R$400 de energia. Como? Imaginem que ainda tiraram os ribeirinhos da margem do rio e deixaram lá, não houve responsabilidade social nem ambiental lá no Estado. Então, é uma discussão que a gente vai trazer a esta Casa para que os Estados produtores possam ter algum benefício para o seu povo.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Senador Eduardo Gomes.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO. Para discutir.) – É para parabenizar a Senadora Rose de Freitas e o Senador Jaques Wagner pela oportunidade desse projeto.

E também para fazer um registro muito especial e feliz aqui, Presidente, por, nesta Comissão, tramitar o projeto mais importante do setor, o 232, sob sua relatoria. Eu até entendo que, nesses últimos anos, seja a primeira oportunidade realmente séria de debate sobre o setor elétrico brasileiro, que vem sofrendo duma certa politização nos últimos dez anos, com alguns equívocos. Então, eu vejo que V. Exa. tem essa oportunidade. Eu queria até sugerir oportunamente não só um instrumento da Comissão Geral, como há na Câmara – não sei como funciona ainda no Senado, estamos vindo de lá, mas também uma audiência pública consistente, porque eu tenho certeza de que esta Comissão, sob sua Presidência, vai corrigir muitos desvios e dar oportunidade ao setor de debate claro e transparente.

Portanto, meu apoio ao projeto. Parabéns à Senadora Rose de Freitas e ao Senador Jaques Wagner.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa. e já manifestei pessoalmente a V. Exa. a nossa disposição de construir, a muitas mãos, essa relatoria e a conclusão desse projeto, que é tão importante para o setor e para a sociedade brasileira.

Agradeço a V. Exa. pelas contribuições, mais uma vez.

Não havendo...

Senador Esperidião Amin, V. Exa. tem a palavra.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu gostaria de informar aos ilustres companheiros que integram a Comissão de Infraestrutura que eu estou dando entrada num requerimento de convite – não é de convocação – ao Ministro dos Transportes.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ministro da Infraestrutura, V. Exa...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Ministro da Infraestrutura, exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O.k.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – E queria fazer uma breve digressão, porque nós tivemos aqui, na semana passada, a apresentação do relatório da ANTT.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os baianos sempre me disseram que tinham grandes mágoas com a ANTT na Bahia e com as rodovias concessionadas, concedidas.

No Brasil inteiro, nós estamos vendo esboroar-se a credibilidade no único recurso de que o Governo dispõe para execução de obras de infraestrutura, que são as concessões e as permissões, as parcerias público-privadas.

No meu Estado, a situação chegou a um ponto de insustentabilidade e de absoluta perda de credibilidade na ação dos políticos e especialmente nas instituições que deveriam zelar pelo cumprimento das obrigações contratuais.

Para resumir, na Região Metropolitana da Grande Florianópolis, o Contorno Viário, que deveria estar inaugurado em fevereiro de 2012, hoje tem o trecho mais importante, mais oneroso e de mais longa duração na execução, os 8km mais ao sul dos 51 do projeto Contorno, nem sequer iniciados, ou seja, não existe cronograma para a obra, não há cronograma. E a imobilidade metropolitana é um caos diário, de todos os dias, e afetando o Mercosul, porque é o principal corredor de ligação com os países do Mercosul.

A minha intenção era dar o primeiro passo hoje para propor uma CPI, que não vai resolver o problema, mas, pelo menos, vai apontar os responsáveis por esse desmazelo que não acontece só em Santa Catarina. Mas tive um encontro, que me sensibilizou muito, com o Ministro dos Transportes. Eu o considero um homem habilitado, sério e, numa demonstração de confiança, eu estou transformando o meu desejo de uma CPI, para cuja constituição eu precisaria de apoio, agregando até outros fatos determinados além desses...

Então, eu gostaria de apresentar aqui um requerimento de convite, respeitoso e cooperativo, ao Ministro dos Transportes. Como ponto focal, concessões e particularmente a concessão da BR-101, em Santa Catarina, podendo naturalmente permitir um debate mais amplo, abrangendo outras situações do Brasil, afinal nós fazemos parte da Casa que representa os Estados.

Eu queria, portanto, apresentar os anexos ao meu requerimento – V. Exa. não vai ler –, que perfazem 113 páginas. E eu rogo a V. Exa. que permita que nós aprovemos sob a forma de convite, eu repito, a vinda do Ministro Tarcísio Freitas a esta Comissão na data mais próxima possível.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa., Senador Amin.

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O pedido de V. Exa. será recolhido e processado.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Coisa de gente antiga, o Ministro da Infraestrutura.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa. O pedido de V. Exa. será incluído oportunamente na pauta da Comissão, mas eu adianto a V. Exa. que, a par dos debates que nós fizemos na última reunião, eu senti a necessidade de fazer esse convite também novamente ao Ministro para que viesse esclarecer pontos dessa modelagem na concessão das...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Daquilo a que nós assistimos aqui na terça-feira passada.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Exato. E já me antecipei, inclusive...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Absolutamente insuficiente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... ao Ministro dizendo da necessidade de vir aqui.

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Então, o pedido de V. Exa. está dentro de uma linha que nós já estamos trabalhando e concordo plenamente com V. Exa.

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Senador Lucas Barreto.

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP) – Presidente, nessa vinda do Ministro seria importante que cada membro desta Comissão tivesse uma pauta para que ele pudesse trazer respostas, porque, na vez em que ele esteve aqui, nem atenção ele queria dar, só porque nós somos lá do Norte; o senhor se lembra disso.

E lá há, como eu falei... Como é que pode: ele assinou um documento em que, em três anos, a BR estaria asfaltada; passaram-se três anos, nada, não colocaram um palmo de asfalto. Agora, há uma emenda de bancada, de uma obra delegada, que está há quatro anos e, por oito vezes já, o Dnit diz que há problemas que tem que resolver. Aí a empresa vai e faz tudo que o Dnit pede e já aparecem com outra coisa. Já há uma decisão judicial que mandou que a empresa fizesse...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP) – ... lá o pátio das máquinas. Está tudo pronto lá e não autorizam. Eu mesmo visitei o Dnit com toda a humildade, fui lá falar para ele que, na briga, todos perdem. Mas não há possibilidade. Não dão resposta, não ligam, não avisam, dizem que vão ver, que vão tentar resolver, mas não conseguem.

Então, se for para fazer a CPI, que se faça também do Dnit, principalmente do Amapá.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa.

Está encerrada a discussão.

Em votação o relatório.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão...

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Registrado o voto a favor também do Senador Esperidião Amin e de todos os demais Senadores.

A matéria vai à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo para o seguimento de sua tramitação.

Item 2.

ITEM 2
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 310, DE 2018
- Terminativo -

Modifica o art. 73 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para determinar que percentual do preço pago pela utilização de poste, duto, conduto ou servidão seja destinado ao Município em que eles estejam localizados.

Autoria: Senador Eduardo Lopes

Relatoria: Senador Zequinha Marinho.

Em razão da ausência do Relator, retiro de pauta, de ofício. Ele volta à pauta na próxima reunião.

Item 3.

ITEM 3
REQUERIMENTO Nº 16, DE 2019
- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Ministro de Estado da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, informações sobre as obras de recuperação do viaduto da BR-101, localizado em Goianinha (RN).

Autoria: Senador Styvenson Valentim

Requisita-se:

1. o nome da empresa responsável inicialmente pela obra;
2. os termos do contrato;
3. os motivos dos fracassos da licitação para realização das obras de recuperação;
4. informações sobre o andamento do processo de contratação para a recuperação;
5. os laudos de vistoria do viaduto.

O requerimento é de autoria do Senador Styvenson Valentim, que está presente.

Indago se quer fazer o encaminhamento ou se podemos ir à votação.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Sem esclarecimento eu não voto.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Sem esclarecimento o senhor não vota? Então, é um viaduto que...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exa. tem a palavra.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN. Para encaminhar.) – ... foi entregue recentemente, nessas obras do PAC. Por nada, o viaduto paralisou, a é obra malfeita. Está havendo um transtorno, já que liga o Rio Grande do Norte à Paraíba e é um fluxo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

turístico para a Praia de Pipa. Está incomodando muito as pessoas, porque está havendo desvios. As simples informações que a gente precisa saber é por que essa obra, por que esse viaduto, por que essas pontes estão caindo hoje, por que os asfaltos estão se corroendo tão rápido, por que as obras públicas estão perecíveis tão rápido assim?

Então, eu queria só saber essas informações para poder localizar e também responsabilizar quem fez aquela porcaria de viaduto lá no meu Estado, em Goianinha.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa. e o homenageio pela iniciativa.

Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Ela foi contratada com base no Regime Diferenciado de Contratações.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – RDC.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – É o meu palpite. Ou seja, foi contratada sem haver projeto.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Que era para garantir maior qualidade. Quem executa é o mesmo que faz o projeto.

Agradeço a V. Exa.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – As informações que V. Exa. coletar serão compartilhadas com a Comissão e com as Sras. e os Srs. Senadores.

Em votação o requerimento.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Item 4.

ITEM 4

REQUERIMENTO Nº 17, DE 2019

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir a venda pela Petrobras para a iniciativa privada da malha dutoviária conhecida como NTS no Sul/Sudeste e TAG no Norte/Nordeste.

Autoria: Senador Eduardo Braga e outros

O autor propõe para a audiência a presença dos seguintes convidados:

1. Secretário de Petróleo, Gás natural e Biocombustíveis do Ministério de Minas e Energia – Marcio Felix Carvalho Bezerra;

2. Diretor-Geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) – Décio Fabricio Oddone;

3. Presidente da Petrobras – Roberto Castello Branco;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

4. Presidente da Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Gás Canalizado (Abegás) – Augusto Salomon;

5. Presidente do Centro Brasileiro de Infraestrutura (Cbie) – Adriano Pires.

Antes de dar encaminhamento à matéria, o autor do requerimento não está presente, indago se algum Senador quer...

O Senador Jaques Wagner subscreveu esse requerimento?

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Eu subscrevi, até porque eu estou interessado na mesma matéria. (*Fora do microfone.*)

A venda foi anunciada, a despeito de haver uma liminar que deveria ter suspendido – se o ordenamento jurídico fosse correto –, do Ministro Lewandowski. Mesmo assim, a Petrobras negociou toda a malha de distribuição de gás Norte/Nordeste por um valor da ordem de US$8,5 bilhões, mas sem licitação: entende a Petrobras que não dependeria de licitação a venda de um ativo dessa natureza. Então, eu imagino que o Senador Eduardo Braga tenha a mesma curiosidade que eu de entender como é que essa transação foi feita.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa. pela subscrição. Havia feito compromisso, na semana passada, com o Senador Eduardo Braga de pautar, e ele já havia comunicado que estaria ausente na reunião de hoje.

Agradeço V. Exa. por subscrever o documento e o submeto a votação.

Em votação o requerimento.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Não há...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Se importa se o meu, extrapauta...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Senador Amin, eu peço vênia a V. Exa.: nós estabelecemos aqui um acordo de procedimento, lá no início dos trabalhos, de submeter sempre o requerimento na sessão seguinte. Essa matéria eu pactuo com V. Exa.... Já está em tratativa a vinda do Ministro?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Acho que, regimentalmente, se eu colher algumas assinaturas...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Se o Plenário... O Plenário é soberano, eu sou só o Presidente. Eu só tenho feito...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu faço um apelo, porque eu acho...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Há concordância de todos os Senadores em relação a essa matéria do Senador Amin? (*Pausa.*)

Não havendo divergência em relação aos Senadores presentes... É porque, muitas das vezes...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone.*) – É um apelo que eu faço.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... são requerimentos apresentados em que há divergência. Então, a prática que nós sugerimos à Comissão é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que essas matérias fossem incluídas sempre na sessão seguinte. Mas o Senador Amin me faz esse apelo, e essa necessidade já na sessão anterior eu havia identificado; inclusive, fiz menção ao próprio Ministro e à sua assessoria da necessidade de vir à CI para tratar desse assunto. Naquele momento, tanto a Senadora Kátia quanto o Senador Esperidião Amin e outros Senadores aqui – salvo engano, o Senador Jaques Wagner – debateram esse assunto, e agora me apresenta o requerimento o Senador Amin, que, com a concordância do Plenário, submeto a votação.

EXTRAPAUTA
ITEM 5
REQUERIMENTO Nº 18, DE 2019
- Não terminativo -

Requer convidar o Ministro de Estado da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, para que compareça à Comissão para prestar informações sobre a execução do Contrato de Concessão dos trechos BR-116/376/PR e BR-101/SC - Curitiba a Palhoça, controlado pela Arteris S/A - Auto Pista Litoral Sul.

Autoria: Senador Esperidião Amin

Os Senadores e as Senadoras que o aprovam...

Senadora Kátia.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Eu gostaria de pedir aos colegas Senadores que nós pudéssemos incluir nessa importante pauta a questão ferroviária nacional, pois foi feito agora o leilão da Ferrovia Norte-Sul e já está sendo iniciada a renovação de toda a malha ferroviária nacional. Acho que é um assunto da maior importância para todos nós, de norte a sul deste País. Eu gostaria muito que se pudesse...

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO) – Sr. Presidente, eu gostaria que V. Exa. incluísse também ...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Sr. Presidente, acho que V. Exa. poderia deixar um espaço, sei lá, 24 horas, para a inclusão de outros temas que já foram, inclusive, focalizados...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Isso!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... tanto na reunião de terça-feira passada, já pela Senadora Kátia Abreu, quanto na de hoje, pelo Senador Styvenson.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Senador Esperidião Amin, nas tratativas que nós vamos fazer com o ministro, eu vou abordar o sentimento da Comissão que seria que se discutisse esse tema.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO) – E a BR-156, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Então, não vou deixar em aberto a inclusão de nomes, em razão de precedentes e para preservar a Comissão de outras situações. Não é o caso dessa matéria, mas preservar a Comissão, sempre que nós aprovarmos requerimentos aqui, de todos os Senadores, serão convidados ou convocados aqueles que estiverem listados no momento da aprovação. É apenas...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O convidado é um só. Os temas é que podem...

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - ES) – Os temas, os temas também. Mas o convite será feito nos termos do apelo que V. Exa. fez inicialmente e da ponderação da Senadora Kátia Abreu.

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP) – Sim, Sr. Presidente, senão todos os dias vai haver um requerimento só para um assunto. Então, é melhor ele vir.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O ministro vem e vai abordar os assuntos. A Comissão vem discutindo isso nos últimos dias.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Quem são os convidados, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É o Ministro de Estado, o Dr. Tarcísio.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Só ele?

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Pela ordem. Desculpe interromper.

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP) – Seria importante trazer o diretor do DNIT também.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Até para a gente ter um aproveitamento maior, nós poderíamos trazer o ministro, porque o assunto que nós vamos dialogar com ele é um assunto extenso. E, num segundo momento, eu faria, a convite da Comissão, em nome dos Senadores e Senadoras, para o Diretor-Geral do DNIT também.

Há acordo?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Acho que o correto é isso. O convite é para o ministro.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Convite para o ministro.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Os assuntos são outros, que podem demandar outras convocações ou convites.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Perfeitamente.

Agradeço a V. Exas.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Sr. Presidente, eu pedi pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Senadora Rose de Freitas.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Eu não sei se eu me encolho demais na cadeira, eu vou ficar ao lado do Styvenson.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exa. tem a palavra.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES. Pela ordem.) – Eu quero parabenizar a Kátia e sobretudo a iniciativa do Senador Amin.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente, esta Casa precisa ajustar muitas coisas em relação a um procedimento que está indo muito bem nas Comissões. Eu não sei se os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras, a Senadora Kátia, sobretudo, percebem que hoje o trabalho do Congresso está mais voltado para as Comissões. É um tempo congressual extremamente importante. Sendo assim, eu acho que se tem que premiar o esforço de quem trabalha, de quem comparece às Comissões. O nosso velhinho trabalhador aqui já andou em umas três Comissões para estar presente às matérias importantes.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Elmano.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – A iniciativa dele resume uma expectativa de todos nós. Eu abordei, quando da vinda do Sr. Paulo Guedes, o fato que aconteceu em relação ao leilão dos aeroportos, a concessão. V. Exa. sabe que o meu Estado teve um aeroporto inaugurado há um ano e pouco.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Verdade.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Ele custou R$566 milhões, e no leilão, que foi feito conjuntamente com Macaé, os dois ficaram concedidos por 30 anos por R$437 milhões. Eu não encontro nenhuma sustentação para essa lógica, porque a crise cria, verbalizando ou não, essas situações. Nós estamos em crise e precisamos vender isso aqui, conceder aquilo ali, mas não se classifica essa iniciativa dentro dos parâmetros do respeito ao dinheiro público.

Gastamos há um ano e tanto, e nosso aeroporto não tem um galho de árvore quebrado do lado de fora. Do lado de dentro, é considerado o melhor aeroporto do Brasil. No mínimo, para se conceder em 30 anos, é preciso fazer jus ao investimento feito.

Então, eu queria, usando o tempo e a iniciativa do Senador, incluir esta questão dos leilões e das concessões, que vai desde as ferrovias até os aeroportos.

Eu parabenizo V. Exa. pelo respeito ao trabalho dos seus companheiros.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa., Senadora Rose de Freitas, a todos os Srs. Senadores e Senadoras, e submeto à votação o Requerimento nº 18, de 2019, de autoria do Senador Esperidião Amin.

Os Srs. Senadores e Senadoras que o aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado.

O convite será encaminhado ao Ministro, com base no requerimento que foi aprovado na Comissão, acrescido dos temas...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Obviamente, atendendo aqui ao apelo dos Senadores que...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Será feito o convite nos termos do que nós tratamos aqui na Comissão, Senadora Rose, V. Exa. tem razão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES. *Fora do microfone.*) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradecendo a presença dos Srs. Senadores e das Sras. Senadoras, que comparecem sempre majoritariamente a esta Comissão, informo que não há nenhuma matéria nova a ser tratada.

Antes de encerrarmos, agradeço a presença de todos, em especial dos Srs. Senadores e das Sras. Senadoras, e convoco nossa próxima reunião, a ser realizada no dia 16, com a audiência pública com a Aneel. Na próxima semana, terça-feira, dia 16, nós teremos audiência pública com o Diretor-Presidente da Aneel e com a presença dos demais diretores.

Aqui, todos os Srs. Senadores e Sras. Senadoras já estejam informados. Será neste plenário, a partir das 11h da manhã.

Está encerrada a reunião.

(*Iniciada às 11 horas e 33 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 18 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 6ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE MARÇO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às nove horas e dezenove minutos do dia vinte e sete de março de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob as Presidências dos Senadores Izalci Lucas e Angelo Coronel, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Eduardo Gomes, Plínio Valério, Soraya Thronicke, Elmano Férrer, Rodrigo Cunha, Juíza Selma, Veneziano Vital do Rêgo, Eliziane Gama, Leila Barros, Flávio Arns, Jaques Wagner, Zenaide Maia, Jean Paul Prates, Lucas Barreto, Chico Rodrigues, Jorginho Mello, Marcos do Val, Acir Gurgacz, Wellington Fagundes, Jayme Campos e Sérgio Petecão. Deixam de comparecer os Senadores Marcelo Castro, Dário Berger, Randolfe Rodrigues, Omar Aziz e Zequinha Marinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 4/2019 - CDR e REQ 7/2019 - CDR, de autoria do Senador Izalci Lucas. **Finalidade:** Audiência Pública sobre as diretrizes, programas prioritários e ações da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE e da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF, com a participação do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS e do Banco do Nordeste do Brasil - BNB, para os próximos dois anos. **Participantes:** Mário de Paula Guimarães Gordilho, Superintendente da SUDENE; Maria Clara Netto Oliveira, Gerente de Gestão Estratégica da CODEVASF; Romildo Carneiro Rolim, Presidente do Banco do Nordeste do Brasil; Angelo José de Negreiros Guerra, Diretor-Geral do DNOCS; Adécio Rodrigues da Silva, Presidente da Associação dos Servidores do DNOCS; Georgina Calmon de Oliveira, Coordenadora Regional da Associação dos Servidores do DNOCS; Antonio Eduardo Gonçalves Segundo, Engenheiro Agrônomo do DNOCS; Athadeu Ferreira da Silva, Assessor da Presidência da CODEVASF; e, Aluísio Bastos Pereira, Presidente da Associação dos Servidores do DNOCS – ASSECAS. Usaram da Palavra os Senadores: Angelo Coronel, Jaques Wagner, Jean Paul Prates e Roberto Rocha; e os Deputados Federais Julio César e Bosco Costa. **Resultado:** Audiência realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Izalci Lucas

Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/03/27

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Havendo número regimental, declaro aberta a 6ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Antes de iniciar o nosso expediente, informo que solicitarei, nos termos da Instrução Normativa nº 9, de 2017, a degravação da presente reunião, para que o que aqui for falado pelos convidados e debatido pelos nobres pares fique registrado nos *Anais* desta Casa. Volto a informar a V. Exa. que o prazo regimental para apresentação das propostas sobre a política pública a ser avaliada pelo CDR neste ano é de até o último dia do mês de março do corrente, conforme §1º do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal.

Realizaremos, na semana que vem, uma reunião deliberativa para debater e votar matérias, dentre as quais constarão em pauta a proposta de avaliação da Política de Centros de Desenvolvimento Regional, Requerimento nº 15 de 2019-CDR, de minha autoria, juntamente com as demais propostas que forem apresentadas até o prazo.

Comunico o recebimento da publicação *Brasil, potência mundial do turismo*, organizado por Vinícius Lummetz. O livro reúne escritos de especialistas, empresários, representantes de entidades de classe que tratam do panorama turístico do Brasil e quais as estratégias para explorar as oportunidades de melhor colocá-los cada vez mais, demonstrando assim a viabilidade de o País galgar uma posição privilegiada dentro do turismo mundial, com robustez econômica, dentro do País, e valorizar as nossas riquezas culturais. A publicação foi encaminhada aos gabinetes dos Senadores membros da Comissão.

Expediente.

Conforme pauta previamente distribuída, esta reunião é destinada a ouvirmos, em audiência pública, a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), o Departamento Nacional de Obras contra a Seca (Dnocs) e o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), para debater as ações da Sudene e da Codevasf com a participação do Dnocs e do Banco do Nordeste pelos próximos dois anos, atendendo aos Requerimentos nº 4 e nº 7 de 2019-CDR, de minha autoria.

Esclareço que adotaremos os seguintes procedimentos: cada expositor terá 20 minutos para fazer a sua exposição. Em seguida, abriremos a fase de interpelação pelos Senadores e Senadoras inscritos, dentro dos assuntos tratados, dispondo cada um de cinco minutos, assegurado igual prazo para resposta, após o que poderá ser contraditado pelo prazo máximo de dois minutos, concedendo-se o mesmo prazo para tréplica. A palavra dos Senadores e Senadoras será concedida na ordem de inscrição, intercalando-se oradores de cada partido.

Antes de conceder a palavra aos convidados, informo que as participações dos cidadãos em nossa audiência serão recebidas nos seguintes canais: Portal e-Cidadania, que pode ser acessado a partir do *site* da Comissão, e pelo AlôSenado: 0800-612211.

Já iniciamos convidando para compor a mesa o Sr. Mário de Paula Guimarães Gordilho, Superintendente da Sudene. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Convido também a Sra. Maria Clara Netto Oliveira, Gerente de Gestão Estratégica da Codevasf. (*Palmas.*)

Convido também o Sr. Romildo Carneiro Rolim, Presidente do Banco do Nordeste do Brasil. (*Palmas.*) E também o Sr. Angelo José de Negreiros Guerra, Diretor-Geral do Dnocs. (*Palmas.*)

Convido ainda... Acho que depois a gente pode ter aqui a participação também do Sr. Adécio Rodrigues da Silva, que é Presidente da Associação dos Servidores do Dnocs. Já está ali. Muito bem. E também a Sra. Georgina Calmon de Oliveira, que é Coordenadora Regional da Associação dos Servidores do Dnocs.

Sejam bem-vindos aqui!

Registro a presença do nosso querido Senador Angelo Coronel.

Imediatamente já passo a palavra para o primeiro expositor, o Sr. Mário de Paula Guimarães Gordilho, para fazer a sua exposição.

O SR. MÁRIO DE PAULA GUIMARÃES GORDILHO – Bom dia a todos!

Cumprimento o Senador Izalci; meu caro conterrâneo, Senador Angelo Coronel; e os demais presentes, dizendo, Senador, que traremos, na apresentação da Sudene, uma visão prospectiva em cima de dados que estamos levantando para a formatação do Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste. Esse plano é previsto constitucionalmente, mas é a primeira vez que ele se desenvolve com uma estruturação para ir ao Congresso juntamente com o PPA. Então, é uma visão prospectiva, inclusive com a nova definição do Ministério do Desenvolvimento Regional, que absorveu as áreas do Ministério das Cidades e ficou com uma dimensão, efetivamente, bastante grande.

A área de atuação da Sudene abrange 1990 Municípios, com 1,789 milhão de quilômetros quadrados, uma população de 60 milhões de habitantes, aproximadamente 28% da população brasileira, e um PIB de R$953 bilhões, correspondendo a 14%. Temos uma população de 28% e a metade do PIB nacional. Ao lado está o mapa da área de atuação da Sudene. Nove Estados, mais uma parte norte do Espírito Santo e Minas Gerais. O perfil em vermelho é a área efetivamente do Semiárido, de grande atuação de todos que pretendem melhorar a qualidade de vida dos brasileiros.

A missão fundamental da Sudene é a redução das desigualdades regionais, coordenando a Política Regional de Desenvolvimento do Nordeste. Vou preencher o quadro inteiro, porque fica mais fácil a leitura por parte dos membros aqui presentes. A missão efetiva é a redução das desigualdades regionais, coordenando a Política Regional de Desenvolvimento do Nordeste. Isso faz parte da definição fundamental da Sudene, com articulação da Coordenação de políticas federais nas agendas de desenvolvimento do Governo Federal, dos Estados, dos Municípios, do Legislativo Federal e dos instrumentos orçamentários e de financiamento nas escalas nacional e regional.

É fundamental também para a Sudene atender a elaboração do Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste. Nós estamos desde o início do ano com um grande volume de consultores trabalhando, levantando todos os dados possíveis para atender a elaboração do plano. Como eu disse inicialmente, esse plano é uma obrigação constitucional, e efetivamente foi feito um arremedo de plano em 2011, mas nunca se chegou realmente a um plano de desenvolvimento do Nordeste.

No processo de elaboração do PRDNE, os desdobramentos subsequentes inauguram na Sudene a oportunidade de aprimorar a sua missão e expandir a sua capacidade de resposta à agenda de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desenvolvimento regional. Três eixos estruturantes, que nós vamos visualizar na figura seguinte, têm a meta fundamental da nossa ação: o eixo 1 é a elaboração do PRDNE, identificando os principais desafios e entraves ao desenvolvimento, e estruturando as ações objetivas para superá-las; o segundo eixo é a articulação política entre os entes governamentais, tanto o Executivo como o Legislativo; e o terceiro é a preparação da Sudene com a inteligência para tomada de decisão de base de conhecimento que monitorem e avaliem o PRDNE nas suas ações territoriais.

É uma oportunidade para planejar o conjunto de ações nos três eixos, principalmente agora no ano de 2019. Constituímos o grupo de trabalho da Sudene e esse grupo de trabalho já está em pleno funcionamento, com o objetivo, efetivamente, de fazer com que todas essas avaliações e levantamentos sejam realizados. Mais adiante, vocês vão ver. Eu tive a oportunidade de já ver algumas – e já vou deixar com o senhor, Senador – das primeiras avaliações feitas por um dos nossos consultores, o Dr. Sérgio Buarque, sobre a educação no Nordeste, e sobre a segurança também no Nordeste. Os números são muito ruins.

No final agora do mês de março, nós já devemos estar preparando a minuta do PRDNE. No decorrer do mês de abril, faremos uma visita a todos os governadores do Nordeste, junto aos senhores secretários de planejamento, para definirmos conjuntamente as ações em cada Estado, ações essas que buscarão também acoplar os planos de desenvolvimento estaduais que todos os Estados têm às ações da Sudene, buscando, na realidade, uma mais-valia para todas as aplicações de recursos que teremos que fazer ao longo desse período.

O apoio das articulações, que, na realidade, é o eixo 2, é esse trabalho junto aos Estados. No final de maio, deveremos ter a reunião do Conselho Deliberativo da Sudene, que deverá aprovar o modelo para ser enviado ao Governo Federal, que encaminhará às Casas Legislativas, juntamente com o PPA.

A parte de inteligência, na realidade, inaugura uma nova visão da Sudene para o acompanhamento futuro das suas ações.

O plano tem seis eixos fundamentais: o eixo de ciência, tecnologia e inovação; o eixo do desenvolvimento econômico; o eixo de educação; o eixo de meio ambiente e recursos hídricos; o eixo do desenvolvimento social, acesso aos serviços públicos essenciais; e o eixo da governança institucional e financiamentos possíveis para o Nordeste.

A estruturação do plano terá como uma base fundamental 41 cidades intermediárias com influência regional. Essas cidades foram escolhidas com base nas informações do IBGE e se fundamentam em critérios de centralidade na rede de cidades. Noventa e três por cento dos Municípios do Nordeste têm menos de 50 mil habitantes. As apresentações dos convênios que temos feito com os Municípios denotam uma dificuldade enorme dos Municípios em preparar as informações para que os convênios consigam se realizar. Há uma falta de estrutura muito grande. Então, buscaremos, com essas cidades intermediárias, centralizar as ações de uma forma de distribuição inclusive de tecnologia, de informação e de pessoal para ajudar os Municípios pequenos a se estruturarem.

O PRDNE apresentará uma agenda propositiva de desenvolvimento para o Nordeste explorando os novos modelos que articulem recursos orçamentários e investimentos entre as esferas pública e privada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tenho notado que todos os convênios que chegam à Sudene, à exceção de um convênio, que era uma adução de água de uma barragem para uma pequena cidade, se referem a ações de pavimentação e mercados. Não há dúvida de que politicamente é interessante você ter uma ação de melhoria da qualidade das cidades, mas nós não podemos ficar só centrados nesse tipo de emendas. Aqui eu faço, Senadores e Senadoras presentes, um apelo a que as ações venham conjuntas. O grande problema que nós temos no Nordeste é água. Sem água, nada se consegue para o ser humano. E essa complementaridade das escalas federativas, articulando PPA e os planos nas escalas do Governo Federal – bom dia, Senador, nosso Senador Jaques Wagner, também da Bahia, aqui presente –, é muito importante nessa união de esforços.

Buscaremos otimizar os orçamentos disponíveis nos bancos e agências de fomento nacional – mais adiante, os senhores ouvirão o Presidente do Banco do Nordeste falar sobre o FNE, mas, além do FNE, temos o FDNE, que são instrumentos financeiros –, mas a grande maioria dos Municípios não têm capacidade de acessar esses instrumentos. Eles dependem fundamentalmente de ações orçamentárias.

Na integração da economia regional aos padrões sociotécnicos propostos pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – energia solar, energia eólica, reúso de água, reflorestamento, biodiversidade, etc. –, no segmento de energia solar, o Nordeste hoje já produz uma Itaipu de energia, e temos o Rio Grande do Norte, o Ceará e a Bahia como os três maiores fornecedores de energia eólica. Mas energia solar também é fundamental. Temos o canal do São Francisco e temos a elevação de água no canal do São Francisco, que requer um volume de energia muito grande, e aí está o grande preço da água efetivamente.

Então, há a possibilidade: o BNDES está fazendo estudo no sentido de que haja uma PPP em função da utilização do canal e do seu entorno – então, 500m para cada uma das margens –, para que nós possamos ter painéis de energia solar não só sobre o canal, mas nas suas lateralidades, já literalmente desapropriadas e que poderão efetivamente reduzir e muito o custo da água para as populações que vão receber a transposição do São Francisco. É impressionante, quando se olha no mapa do Nordeste, a irrigação que a transposição do São Francisco trará às regiões do Piauí, da Paraíba, de Pernambuco e do Ceará. Essa transmissão de água utilizando rios não perenes que serão perenizados, complementando os açudes, é uma rede efetiva muito importante para o Nordeste.

Outras ações que deverão ser feitas: o reúso da água, o reflorestamento do São Francisco. O Rio São Francisco tem já um plano diretor definido, um trabalho bastante eficiente realizado, em que todas as opções e as necessidades para o rio estão espelhadas. É uma coisa que precisa ter bastante atenção de todos no sentido de que nós possamos realmente dar uma utilização ao São Francisco que ele merece como um grande fator de desenvolvimento do Nordeste. A área das margens do São Francisco também para energia eólica é bastante importante.

No Brasil, o Rio Grande do Sul também tem uma capacidade grande para energia eólica, mas a grande massa da energia eólica está no Nordeste. E é uma oportunidade ímpar, porque, com a energia, nós poderemos buscar água, poderemos furar poços naqueles lugares inacessíveis.

O Comando do Exército fez uma ação muito grande no atendimento às populações através dos carros-pipa e diagnosticou alguns pontos, como dificuldade de acessibilidade e distâncias bastante grandes entre a água saudável e onde se estava precisando da água. Então, fez um programa,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

perfurou 500 poços. Desses 500, 250 deram água de boa qualidade. São ações como essa que nós temos que encetar e buscar para o Nordeste no sentido de melhorar a qualidade de vida.

Paralelamente a isso, os dados dos sistemas de educação são realmente surpreendentes. O melhor Estado é o Estado do Ceará, mas a qualidade do ensino no Nordeste está muito a desejar, do ensino básico ao ensino médio. Houve uma sensível melhoria na parte dos cursos médios de preparação de mão de obra qualificada, que realmente tiveram uma boa melhoria. Esse relatório preliminar ainda que eu vou deixar com o senhor dá essa visão das dificuldades do Nordeste na área de educação e segurança.

Na matriz de ciência e tecnologia como catalisadora da competitividade das agendas de desenvolvimento dos Estados, no que diz respeito ao seu desempenho, tanto econômico quanto social, como no aproveitamento das potencialidades e uso dos recursos naturais, essas cidades intermediárias certamente coordenarão as ações dos governos nos Estados.

É importante também que se veja a futura manutenção de todas essas ações que serão feitas. O DNPM tem um volume de poços perfurados, muitos dos quais abandonados, porque a operacionalização de um poço tem certas dificuldades: não só a bomba, como a energia, a placa solar para a nova tecnologia também precisarão ter uma dose de manutenção e, por isso, nós temos que usar todos os meios que temos de Sebrae e outros instrumentos de melhoria da qualidade do trabalhador no Norte e no Nordeste.

Senador, eu trouxe aqui realmente uma visão mais prospectiva da Sudene, no sentido de que nós, com o PRDNE, com esse trabalho e com a participação de todos os Estados, do Congresso, possamos dar uma visão às aplicações e aos recursos que serão aplicados no Nordeste, para que efetivamente nos tirem dessa diferença. Apesar dos esforços da Sudene e de todos os organismos nacionais e internacionais que trabalham no Nordeste, nós não conseguimos suplantar essa barreira de melhorar a nossa participação no PIB. Fica aí em torno de 14%, 14,3%. É um crescimento, ao longo dos 60 anos que tem a Sudene, muito pequeno. Eu diria: talvez, se não ocorresse, não existisse a Sudene, com o antigo 3418, com os incentivos fiscais, com o FNE, com o FDNE, a situação seria muito pior efetivamente, mas, daí para frente, eu acho que nós temos que alavancar uma nova visão para as aplicações dos recursos no Nordeste, para que efetivamente deem um foco na melhoria. Precisamos suplantar essa situação que vivemos hoje.

Agradeço a todos.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Agradeço a V. Sa. e já passo imediatamente a palavra à Sra. Maria Clara Netto Oliveira, para fazer a sua exposição. Ela que é a Gerente de Gestão Estratégica da Codevasf.

A SRA. MARIA CLARA NETTO OLIVEIRA – Bom dia novamente, Senador Izalci; bom dia, Sra. Senadora, Srs. demais Senadores presentes aqui, bom dia aos companheiros aqui da Mesa, e bom dia aos demais presentes.

Em nome da direção do Diretor-Presidente da Codevasf, eu agradeço o convite para participar desta audiência pública. Eu quero iniciar a apresentação com um vídeo institucional a respeito da atuação da Codevasf, que fala mais do que qualquer coisa que eu possa dizer aqui.

Em seguida, eu apresento o que a Codevasf está planejando para 2019 e 2020.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

A SRA. MARIA CLARA NETTO OLIVEIRA – Bom, repetindo, a Codevasf tem como missão desenvolver bacias hidrográficas de forma integrada e sustentável, contribuindo para a redução das desigualdades regionais.

As últimas leis que alteraram a lei de criação da Codevasf nos colocaram atuando em 27% do território nacional. São 12 Estados e o Distrito Federal, 17 bacias hidrográficas principais, 1.641 Municípios.

Dentro desse foco – com esse foco de redução das desigualdades e indução de desenvolvimento regional –, a Codevasf refletiu, no seu mapa estratégico, quatro grandes temas: o da agricultura irrigada, o da economia sustentável, o da segurança hídrica e o do planejamento regional e inovação.

Considerando esses temas, o nosso plano anual de negócio de 2019 prevê R$785,6 milhões de orçamento e um financeiro de R$1,34 bilhão. Esse financeiro inclui os restos a pagar inscritos – por isso essa grande discrepância. E, para o exercício de 2020, nós estamos finalizando o nosso plano anual de negócio para encaminhar o Conselho de Administração, pleiteando, propondo R$1,376 bilhão de orçamento e R$1,3 bilhão... Estamos prevendo uma redução nos RAPs em relação ao orçamento.

Observa-se esse aumento, esse incremento de 2019 e 2020 por conta de que a nossa primeira proposta de PAN apresenta um cenário mais ousado de tentar captar recursos que não sejam simplesmente quase que a repetição do orçamento vigente. E observo também ali que o eixo, no tema economia sustentável, existe uma grande discrepância entre o orçamento e o financeiro, inclusive no próprio exercício de 2019, e também em relação a 2020. Por quê? Este PAN de 2019 ainda não reflete as emendas parlamentares, porque as indicações só chegam mais à frente. Então, nós não temos como antecipar e já incluir no PAN. Já no RAP constam aí as emendas parlamentares aprovadas e empenhadas até o exercício de 2018. E, da mesma forma, para 2020 já apresenta aí o que a empresa espera que seja aportado de recurso nesse eixo.

No tema agricultura irrigada, nós temos o objetivo estratégico de expandir a agricultura irrigada. Aí, V. Exas. poderão notar que temos orçamento somente para o Pontal e para a realização de estudos. Isso em decorrência da exclusão dos demais projetos que aí estão, o Baixio de Irecê, o Salitre. Esses outros aqui ainda não foram iniciados. Mas principalmente esses dois e o Marrecas, lá no Piauí, foram excluídos da carteira do PAC. O único que ficou, que permaneceu foi o Pontal, em Pernambuco. Mas esperamos que essa situação se reverta no próximo plano plurianual e que voltem a ser prioridade de Governo a continuidade e conclusão dos demais projetos de irrigação da Codevasf.

Em termos de estudo...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. MARIA CLARA NETTO OLIVEIRA – Em termos de estudo, estão em andamento o projeto básico do Iuiú, que este ano, infelizmente, nós só vamos ter que pagar uma dívida aí, que foi excluído da carteira do PAC também. O estudo de viabilidade técnico-econômica de perímetro de Chapada de Arapuá, Parnamirim, Urimamã, em Pernambuco, o do – deixe-me olhar aqui, que aí não está, acho que os óculos estão atrasados – Mocambo-Cuscuzeiro, na Bahia, tanto o estudo quanto já

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

se pretende para o ano que vem a elaboração do EIA/RIMA e do projeto básico e pré-viabilidade na região de Balsas, no Maranhão, fazer um estudo de pré-viabilidade para identificar áreas potenciais para implantação de projeto de irrigação. Esse nós pretendemos iniciar este ano e já temos orçamento.

No tema aprimorar a eficiência da irrigação e implementar a gestão autossustentável nos projetos públicos de irrigação, nós temos, aparentemente, um grande vulto de dinheiro na gestão, administração e operação dos Projetos Públicos de Irrigação (PPI), R$91 milhões. Acontece que, desses 91 milhões, 81 milhões são basicamente quase que só para a energia elétrica dos 11 projetos de irrigação do Complexo Itaparica. Tem operação e manutenção, mais de 81 milhões; o custo estimado para energia este ano está em torno de R$60 milhões. E o objetivo de aprimorar mesmo a eficiência da irrigação praticamente não está sendo contemplado.

Outra coisa que foi excluída da carteira do PAC é a reabilitação e modernização da infraestrutura de uso comum dos Projetos Públicos de Irrigação. Então, não temos dotação para este ano. Esperamos que retorne para o ano que vem. Daí há uma demanda de 32 milhões para o próximo exercício.

O tema economia sustentável contempla três objetivos estratégicos: apoiar projetos de desenvolvimento local integrado e sustentável; estruturar e dinamizar atividades produtivas; contribuir para a formação e atualização do capital humano. Conforme eu já falei naquela planilha que sintetiza as nossas ações, existe pouca coisa em relação ao orçamento de 2019, que é o da LOA, que realmente é quase que insignificante. Já no financeiro, o valor grande decorre das emendas parlamentares.

Para o ano que vem também, nós pretendemos, almejamos que haja um incremento dessas dotações mesmo no PLOA ou por emenda parlamentar, quem sabe agora com o apoio da Comissão de Desenvolvimento Regional. São ações de grande alcance essas daí.

Na questão do planejamento regional, nós estamos para elaborar o Plano Diretor da Codevasf este ano, isso porque a nossa área de atuação foi muito ampliada ano passado com inclusão de várias bacias, todas essas que estão em negrito: 13 bacias hidrográficas foram incluídas ano passado na área de atuação da Codevasf. Essas são as principais. Além dessa 13, há mais 11 pequenas bacias no Estado de Alagoas, mais nove no Estado do Maranhão e três no Estado de Sergipe, além de outras menores que sequer relacionamos aí.

Como o elenco de nova área de atuação é muito grande, estamos priorizando, para iniciar o diagnóstico, primeira ação para o plano de desenvolvimento regional, as Bacias de Tocantins e Gurupi, porque são biomas, até então, praticamente desconhecidos da Codevasf. Apesar de já atuarmos no Maranhão, mesmo assim, estamos avançando muito para a Região Amazônica, com um novo bioma lá, e precisamos conhecer essa bacia nova.

E, no objetivo de promover a inovação nas ações de desenvolvimento regional, nós estamos pleiteando junto ao Ministério de Desenvolvimento Regional R$2 milhões neste ano e mais R$2 milhões no próximo ano, para elaborar os estudos para implantação do parque de geração de energia alternativa para o Pisf. O próprio Superintendente da Sudene já citou que há um potencial muito grande de geração de energia lá. Com isso, pode-se alcançar a independência financeira do Pisf. Provavelmente, vai ser necessária a criação de uma empresa de propósito específico para poder

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

implantar isso daí, para desvincular das amarras do Orçamento do Governo Federal, que fica sujeito a contingenciamento, com todas as dificuldades que há.

No tema segurança hídrica, no objetivo estratégico de promover a gestão e a recuperação de infraestrutura hídrica, nós temos estudos ambientais e fundiários para licenciamento das barragens. O problema fundiário é uma questão muito grande não só na Codevasf, mas em todo o Governo. A gente se depara com um debate muito grande de quem é o proprietário da barragem, se é a Codevasf, se não é. Temos também que elaborar o plano de revisão periódica de segurança das barragens e recuperar e modernizar barragens. Em termos de recuperação de barragens, a dotação está bem baixa, considerando que está na crista da onda agora o tema da questão da segurança das barragens, mas esse daí está refletindo o que nós temos na carteira do PAC, principalmente. Realmente, é pouca coisa o que está na carteira. Estamos tentando ver se conseguimos incluir outras barragens na carteira para poder elaborar o plano de recuperação delas.

No tema de contribuir para revitalização das bacias hidrográficas, isso daí também é tudo que já vem da carteira do PAC. Estão em execução, em 52 localidades, obras de esgotamento sanitário; seis ligações intradomiciliares; construção de sistema de abastecimento de água em 12 Municípios; e 41 ações de recuperação hidroambiental das bacias hidrográficas. Também o Superintendente da Sudene falou da importância da revitalização. Para se ter ideia do que são essas 41 ações, são proteção de nascentes, plantio de revegetação, implantação de bacias de captação de água de chuva em enxurrada, readequação de estradas. Até mesmo com educação ambiental a gente se preocupa muito, porque não adianta só nós irmos lá...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARIA CLARA NETTO OLIVEIRA – ... e recuperarmos alguma nascente para depois nos depararmos com a população que não mantém. Os terraços, as voçorocas, contenção e estabilização de margens.

Pode voltar, por favor? Está quase acabando.

Aí está: segurança hídrica, ampliar a oferta de água para usos múltiplos. O Canal de Xingó, na Bahia e em Sergipe. Estamos para concluir este ano, no Piauí, Queimada Nova, Vila Nova, Dirceu Arco Verde, Massapê, Lagoa do Barro. Essas são adutoras. Para o ano que vem, há mais duas adutoras para concluir no Piauí. Tem aí, na Bahia, para a construção da adutora do Rio São Francisco em Bom Jesus da Lapa a Riacho de Santana e Igaporã.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARIA CLARA NETTO OLIVEIRA – Barragens de Atalaia, também do Piauí, a Jequitaí, em Minas Gerais. Este ano temos até uma emenda de bancada.

Peço só uma paciência, que eu estou terminando.

O Canal do Sertão Alagoano, Campo Alegre de Lourdes, na Bahia, que está bem adiantado; Balsas, no Maranhão; Riacho... Essa já está até repetida ali, parece.

E o suprimento de água, fornecimento e instalação de reservatórios de água. Isso aí nós não temos no orçamento, esses R$153 milhões. Nós estamos tentando ver se o Ministério do Desenvolvimento Regional nos concede essa dotação por destaque.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por último, o Pisf. Ainda falta garantir esses R$191 milhões da última linha. Isso é destaque do MI para a Codevasf. Agora, as primeiras ações nós já temos no nosso orçamento. São R$96 milhões, R$95 milhões, com mais R$191 milhões, sendo que a maior despesa do Pisf é com energia elétrica. Outra coisa também que nós temos... Existe, na Secretaria de Desenvolvimento Regional lá do ministério, um plano de desenvolvimento regional para a área do Pisf, e o nosso desafio, pelo qual estamos lutando, é que nós sejamos o protagonista desse plano, da implantação do plano de desenvolvimento regional, principalmente porque nós temos a autorização legal para atuarmos no Vale do São Francisco, e atuamos lá desde o início dos anos de 1900, por uma das antecessoras da empresa.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Agradeço e já passo imediatamente a palavra ao Romildo Carneiro Rolim, que é o representante do Banco do Nordeste do Brasil, para fazer a sua apresentação.

O SR. ROMILDO CARNEIRO ROLIM – Bom dia a todos!

Gostaria de cumprimentar o Senador Izalci Lucas, a quem eu agradeço pelo convite encaminhado ao Banco do Nordeste para participar desta audiência.

Eu gostaria também de cumprimentar a Mesa: Dr. Mário Gordilho, Superintendente da Sudene; Dra. Maria Clara, Gerente de Gestão Estratégica da Codevasf; Dr. Angelo Guerra, Diretor-Geral do Dnocs.

Gostaria de cumprimentar e dar bom dia aos Senadores e Deputados aqui presentes, aos senhores assessores, aos demais senhores aqui presentes, também à imprensa. Quero dizer que temos colegas aqui presentes, diretores, assessores, superintendentes do Banco do Nordeste.

Nós dividimos aqui a nossa apresentação em informações sobre o Banco do Nordeste, informações sobre o que já fizemos até 2018 e planos para 2019 e 2020.

Algumas informações aqui sobre o Banco do Nordeste.

É instituição financeira múltipla, já vamos fazer 67 anos neste ano de 2019. É o maior banco de desenvolvimento regional da América Latina. Nós fazemos desenvolvimento da Região Nordeste através de dois grandes pilares, que é o crédito produtivo de longo prazo, em que nós financiamos o agronegócio, indústria, comércio, serviços, infraestrutura e o estudante, utilizando recurso do FNE.

Financiamos todos os portes – desde o pequeno produtor rural até a grande empresa –, mas também temos outro pilar de fazer desenvolvimento, através do nosso programa de Microfinanças, que é o CrediAmigo, por meio do qual financiamos o pequeno empreendedor urbano, através do microcrédito, que nós chamamos lá de CrediAmigo, e também fazemos, através do microcrédito rural, o AgroAmigo, no qual nós utilizamos a mesma metodologia que fazemos com o microcrédito urbano – operacionalizamos o nosso programa de agricultura familiar através do AgroAmigo. Então, fazemos o crédito produtivo de longo prazo e o nosso programa de microcrédito.

Somos o primeiro banco público a criar o Hub de Inovação e também contamos com o Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste, onde nós produzimos conhecimento, fazemos pesquisas tanto para contribuir, dar suporte técnico aos nossos estudos, às nossas funções, à nossa missão dentro banco, como para a produção e exportação de conhecimento, dentro da região e fora da região. Vamos falar sobre tudo isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A nossa área de atuação é a mesma da Sudene, que engloba 1.990 Municípios, 9 Estados do Nordeste e os Municípios no norte do Estado de Minas Gerais e do norte do Estado do Espírito Santo, quase 1,8 milhão de quilômetros quadrados e são quase 57 milhões de habitantes, num destaque aí para os Municípios do Semiárido, que são 1.262 Municípios. Temos atualmente uma carteira de quatro milhões de clientes ativos e contamos com 292 agências.

Com essas 292 agências, que são 8% das agências de nossa área de atuação, o Banco do Nordeste é importante, é líder em financiamentos em sua área. Então, nos financiamentos totais, nos de curto e longo prazos, ele é responsável por quase 69% dos financiamentos totais que são originados no Banco do Nordeste; dos financiamento de longo prazo, quase 62%; e, de toda a carteira de financiamento rural, atualmente está com 54%, que, então, são originados no Banco do Nordeste. São dados do Banco Central.

Então, está presente nas grandes transformações da região.

Através dos nossos programas de microcrédito – o AgroAmigo e o CrediAmigo –, também somos líderes na questão da aplicação da agricultura familiar. Um dos nossos pontos fortes também é trabalhar com o empreendedor informal, da micro e pequena empresa, do agronegócio. Temos produtos para inovação, trabalhamos com turismo, indústria e infraestrutura. Então, a gente trabalha em todos os setores, em todos os segmentos.

Temos aí umas áreas dinâmicas. No Nordeste, estamos sempre presentes, na fruticultura dos polos dinâmicos de Juazeiro e Petrolina, e também nas fronteiras agrícolas dos Estados do Piauí, do Maranhão e da Bahia. E ultimamente temos sido bastantes fortes, desde 2017, iniciamos em 2018, fomos fortes e vamos mostrar aí os volumes aplicados na questão financiando projetos de infraestrutura, sobretudo projetos de geração de matriz energética, sobretudo energia eólica e solar, como também trabalhando na expansão dos aeroportos. No ano passado, fizemos expansão e modernização de dois aeroportos, em Fortaleza e em Salvador, e atualmente estamos olhando já para os leilões que já aconteceram de mais aeroportos na nossa área de atuação, e também projetos de ampliação e modernização dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, que já fizemos num volume bastante expressivo no ano de 2018 com recursos do FNE.

Portanto, trabalhamos com crédito diferenciado e orientado. Utilizamos nossa principal fonte, que é o FNE. Fazemos microcrédito. E microcrédito não fazemos com recursos do FNE, o microcrédito urbano é com recursos de mercado. Um dos nossos focos principais é a micro, pequeno e média empresa. Os nossos três focos principais, que estão no nosso direcionamento estratégico, é fazer o FNE cada vez melhor, avançar na liderança do microcrédito...

Nós temos 63% da carteira de microcrédito do País, então nós somos líderes no País. Nós temos a maior carteira de microcrédito da América do Sul, do microcrédito produtivo e orientado, que é originado no Banco Nordeste. Somos líderes também em agricultura, em aplicação de agricultura familiar e Pronaf. Somos fortes no agronegócio. De toda a aplicação que fazemos do FNE, 42% é feito no agronegócio. E em todos os demais setores de atividades a gente faz aplicação.

Fazemos também gestão e produção de conhecimento através do nosso escritório, que é o Etene. Também temos os fundos de pesquisa e desenvolvimento, separamos uma pequena parte dos lucros anuais para esses dois fundos, que é Fundesf, Fundo científico e tecnológico e Fundo de Desenvolvimento Regional para apoiar projetos de pesquisa. E também temos o *hub* de inovação, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

é um espaço que temos dentro do banco para produzir conhecimento e fazer um espaço de pensamento para poder elaborar projetos. E também temos lá oito *startups* que pensam nos projetos para aperfeiçoar os nossos produtos e gerar conhecimento também para empresas do nosso entorno e para os nossos clientes. Então, melhorar o processo de atendimento tanto dos nossos produtos como dos produtos de nossos clientes.

E temos ações de fortalecimento das vocações locais. Contamos, dentro do banco, com um programa de desenvolvimento territorial. Então, onde o mercado, digamos assim, o mercado financeiro não vai, a gente vai, só que a gente prepara primeiro o mercado, prepara as cadeias produtivas, prepara o comércio. Os apicultores por exemplo: a gente prepara toda aquela cadeia produtiva, prepara a questão da comercialização, a questão da rotulação e da embalagem dos produtos. Então se faz toda aquela preparação daquele produto, daquelas pessoas, das cooperativas, dos produtores, que estão organizados, estão preparados a produzir, mas de forma individual. Então, a gente faz toda uma preparação daquela cadeia produtiva para poder preparar; faz todas as ações antecedentes ao crédito para poder dar o crédito, e, assim, ter o sucesso na questão do financiamento.

E trabalha sempre em articulação com a política de desenvolvimento regional e dos programas governamentais. E também trabalhamos com parcerias; as parcerias com o Dnocs e com a Codevasf. Então, sozinhos nós não fazemos nossa ação. Sempre estamos com as parcerias com as federações de indústrias estaduais, as federações de agricultura, e estamos trabalhando sempre com as parcerias dentro da nossa área de atuação.

Então, partindo aqui para o nosso histórico de volumes totais contratados, trouxemos aí um histórico. No ano passado, a gente fez um histórico... Uma contratação bastante volumosa. Foram 43 bilhões. Desses 43 bilhões, a gente verá que foram 32,6 bilhões de FNE e a gente financiou aí todos os setores. A gente vai mostrar. E pouco mais de 11 bilhões foram de projetos de microcrédito.

A gente tinha aí um pedaço do ano de 2017 e 2016, que eram recursos em titularia de FNE, que a gente não tinha aplicado, mas em 2018 a gente se desafiou. Tinha demanda dentro de casa e também houve a questão da redução das taxas de juros e do FNE. Então, a gente foi se organizar. E também criamos um robusto sistema de controles e riscos, que faz a avaliação e o acompanhamento de todas as agências e centrais de análise técnica dos projetos, se eles estão fazendo corretamente. Então, o índice mede conformidade e *compliance*. E a gente fez.

Vamos nos desafiar a prospectar os projetos e olhar se estamos fazendo de forma correta. Então, fizemos toda aplicação e fizemos aplicação dos recursos, com todo *compliance* que a gente quer fazer. Então, isso aí foi bastante animador, porque fizemos com todo *compliance* que deveria ser feito.

Então, agora vamos entrar aqui no FNE. O FNE, no ano passado, fez 30 anos. É da Constituição. Fizemos aí uma correção desses valores aplicados, pelo IGP, pelo IGP-DI. Então, desses 30 anos aplicaram-se 271 bilhões, foram mais de seis milhões de operações, e como eu disse, 42% desses recursos foram aplicados no agronegócio, no setor de agricultura e pecuária, e um pouco mais de 15% disso foram aplicados na agricultura familiar. Nesses 30 anos.

Por setor, a gente está vendo 42% no agronegócio e a distribuição em todos os demais setores. E por porte, a gente está vendo aí 45% pelo porte do FNE, porque no FNE, até 90 milhões de faturamento/ano ele é médio e acima de 90 milhões ele é grande. Então, 45% é grande e a gente vê que o restante, em 55% ele é mini, micro e pequeno-médio e médio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente trouxe até uma comparação. Se formos fazer uma comparação pelos portes que o BNDES usa, a gente verá que o BNDES, até 300 milhões/ano, classifica todas elas como empreendimento médio, e para a gente, acima de 90 já é grande. Então, se formos fazer uma comparação, sabemos que se fizeram aplicações realmente só até médio. Então, a gente pode dizer que dentro de uma aplicação do BNDES está... E a gente estando dentro do mesmo País, a gente pode dizer que nós aplicamos dentro do Nordeste para empresas de porte médio.

Aí são os volumes aplicados de FNE. Já é um subconjunto dos 43 que a gente aplicou, do histórico que a gente já trouxe e mostrou. No ano passado, nós aplicamos os 32,6 bilhões e a meta seria 30; e foi uma evolução expressiva. Nós separamos aí... No ano passado, fizemos 16 bilhões de infraestrutura e o restante nos setores tradicionais: agronegócio, indústria, comércio e serviços.

A gente separa aí, nesse gráfico, os setores: agropecuária, turismo, agricultura, comércio e serviços, e indústria. Houve aí as metas e ultrapassamos as metas, porque tivemos mais recursos no final do ano, tendo em vista a eficiência tem termos da gestão da adimplência e a questão da pontualidade nos pagamentos, nos reembolsos dos clientes, porque nós implementamos essa questão de um projeto de gestão da adimplência em cada carteira e em toda a rede de agências do banco. Então, tivemos mais recursos para aplicar, no ano passado, do FNE, em função não do ingresso do Tesouro, mas sim do reembolso dos clientes.

Essas aplicações... Nós temos aí uma política de aplicação em torno da política regional de desenvolvimento e da questão das aplicações prioritárias. Então, tivemos aí... A gente viu que 74% a 75% foram aplicados em baixa renda, dinâmica ou estagnada, que são tipologias prioritárias, à luz da programação orçamentária do FNE, que é construída em cada ano para o ano seguinte, pela Sudene, Ministério da Integração Regional, a que foi construída no momento de 2017 para 2018, hoje Ministério do Desenvolvimento Regional... Integração Nacional, hoje Ministério do Desenvolvimento Regional, que é Sudene, Banco do Nordeste e o Ministério.

Nós fizemos toda aplicação dentro dos critérios, inclusive ultrapassamos.

É o monitoramento também do FNE e infraestrutura. No ano passado, fizemos bastantes aplicações. Tivemos essa permissão pela programação orçamentária. E como eu disse, fizemos aplicações em aeroportos, energia eólica, energia solar, projetos de petróleo e gás, saneamento e também transmissão e distribuição de energia.

Na carteira do FNE, saldo devedor, mais a desembolsar, a gente está trazendo aí por Estado e por setor. Essa é a carteira hoje, em torno de 76 bilhões, que é a carteira no final do ano, em dezembro.

O Banco do Nordeste administra a carteira do FNE, mas também tem mais uma carteira de quase 60 bilhões, que é a carteira própria do FNE, que também tem sua carteira própria, porque faz financiamentos com recursos próprios, faz complementações de recursos para acréscimo e funcionamento, para o capital de giro. Então, ele administra na verdade 76 mais 58.

As contratações do FNE trazem uma comparação, comparando com os PIBs dos Estados, a gente vê que tem uma semelhança em termos de montantes e quantitativos, com relação ao PIB dos Estados, e os Estados que demandam mais são Bahia, Pernambuco, Ceará e Maranhão, à luz das próprias demandas nesses Estados. E a gente vem inaugurando também uma medição de impacto. Em toda política pública a gente precisa fazer o impacto para prestar contas. E a gente utiliza essa questão da matriz, insumo ou produto. Porque todo financiamento que a gente faz. Todo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

empreendimento, a gente percebe que para ele produzir, ele precisa de insumo; precisa de insumos, precisa de salários. Então, ele gera também tributos. E a gente faz com que se a gente vai gerar empreendimento, ele vai utilizar insumos, utilizar salário, gerar tributos. Então, a gente faz com que todos esses financiamentos... Que desses 32 bilhões que foram investidos no ano passado, o que vão gerar em termos de salários, de massa salarial, de empregos gerados, tributos, tanto para dentro da área de atuação do Banco do Nordeste como fora também, porque insumos são importados para a área de atuação do banco e a gente já traz também alguns impactos, para mostramos que essa aplicação traz impactos, traz retornos para a sociedade. E aqui o anterior foi dentro da área de atuação do banco e para a área de atuação do banco para o País.

Alguns impactos que a gente já vem medindo: a geração de emprego e renda. A gente vê o impacto do FNE no crescimento da massa salarial, nos empreendimentos financiados; a gente vê nos últimos cinco anos. Às vezes o empreendimento tem cinco anos para maturar, ou então estabilizar o seu programa de produção e receitas. E comparando com um empreendimento que não teve o apoio do FNE, a gente vê que o aumento de massa salarial, por exemplo, foi 45 pontos percentuais maior do que um empreendimento que não teve o apoio do FNE. E o aumento do emprego de um empreendimento que teve o apoio da FNE, com 37,57 pontos percentuais maior do que de um empreendimento que não teve um apoio do FNE. Esses impactos são produzidos pelo Etene.

E também aqui a gente traz que entre os setores indústria, comércio e serviços, o maior impacto do FNE no crescimento da massa salarial, a gente vê que foi a indústria, com 66,76 pontos percentuais, no caso do emprego, para a indústria também. Então, a gente traz aí, no caso, indústria, comércio e serviços, os impactos que a gente mede.

E também a gente é muito forte na questão da micro e pequena empresa e se posiciona estrategicamente para ser o banco da micro e pequena empresa na região, na nossa área de atuação, com quase três bilhões aplicados no ano passado. A gente vem sempre crescendo.

O Programa de Desenvolvimento Territorial, como eu disse, é uma das nossas ações para fazer ações antecedentes ao crédito e preparar algumas cadeias produtivas, para a gente poder fazer o crédito de forma sustentável. E a gente também tem aqui... A gente sai um pouco do FNE e tem o microcrédito como estratégia de combate à pobreza. O CrediAmigo, que é o nosso microcrédito urbano e o AgroAmigo, que é o microcrédito rural, onde se operacionaliza o nosso Pronaf B.

E aí algumas informações. Nós somos o terceiro maior banco de microfinanças do mundo, o quinto maior operador de microsseguros do mundo e temos 63% do microcrédito do País operado pelo Banco do Nordeste. E no ano passado, nós aplicamos 11,5 bilhões, fizemos 4,8 milhões de operações – no ano passado – e atendemos 5,7 milhões de operações nos últimos 20 anos.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROMILDO CARNEIRO ROLIM – Aqui algumas informações sobre a carteira dos dois programas.

Aqui um perfil do CrediAmigo e o que aplicamos no ano passado, que foram 8,9 bilhões, quase nove. Um perfil do AgroAmigo, que é onde a gente operacionaliza o Pronaf B, e aplicamos também 2,5 bilhões. Somando os dois, foram 11,5. O restante dos demais grupos de Pronaf foram 3,4... Um pouco mais de três bilhões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As estratégias para 2019 são fazer 100% de FNE; continuar fazendo, em articulação com as políticas de desenvolvimento do Governo Federal, e de acordo com o que é aprovado pela programação orçamentária do FNE. Iniciamos com 23,7 bilhões, mas já temos aí uma visão de que teremos 30 bilhões pelas ações de reembolso que estão sendo bem efetivas pelas nossas cobranças e acompanhamento e monitoramento em cada carteira.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROMILDO CARNEIRO ROLIM – E avançar na liderança do microcrédito, com nosso orçamento para 2019 e 2020, em cada programa do microcrédito.

Ser o banco da micro, pequena e média empresa é um dos nossos posicionamentos estratégicos. Há também essa questão de interação e desenvolvimento regional, sempre trabalhando, principalmente com o Ministério do Desenvolvimento Regional, o Ministério da Agricultura e a Sudene, trabalhando conjuntamente para a gente fazer um bom trabalho, um trabalho integrado com o Governo Federal.

Obrigado, pessoal!

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Antes de passar a palavra já para o Sr. Angelo José de Negreiros Guerra, Diretor-Geral do Dnocs, eu quero aqui fazer alguns registros.

Primeiro, anunciar a presença dos nossos Senadores: Angelo Coronel, Jaques Wagner, Veneziano, Zenaide Maia, Eduardo Gomes. Também aqui a presença dos nossos Deputados: Silvio Costa Filho, Júlio Cesar, Robério Monteiro, nosso Pastor Gildenemyr e o Deputado Bosco Costa, além do nosso Presidente do CGEE, o Marcio, também do CGEE, a Regina. Estão presentes vários: o Diretor de Infraestrutura Hídrica, Roberto Otto Penna; o Diretor de Desenvolvimento e Produção, Felipe Holanda Belchior; Gustavo Henrique de Medeiros Paiva, Diretor Administrativo; Nilo Alberto, Coordenador de Planejamento e Gestão Estratégica, todos eles do Dnocs, Procurador-Geral Francisco Arlem de Queiroz Souza; Nádia Maria, assessora da Diretoria-Geral; Robeísia Herbênia de Holanda, também assessora da Direção-Geral; Marley Cisne, Divisão de Gestão de Pessoas, todos os coordenadores de Alagoas, Bahia, Ceará, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí e Rio Grande do Norte; coordenador do Dnocs, de Sergipe; Presidente da Asdec, Adécio Rodrigues, Associação dos Servidores; Aluisio Bastos Pereira; Geraldo Pereira da Costa... Bem, o Dnocs está em peso aqui, acredito que haja reunião no Distrito Federal.

Passo imediatamente a palavra, então, ao Sr. Angelo José de Negreiros Guerra, Diretor-Geral do Dnocs.

O SR. ANGELO JOSÉ DE NEGREIROS GUERRA – Sr. Senador, em primeiro lugar, agradecer pelo convite e estender à pessoa do senhor, cumprimentar todos os componentes da Mesa e os Parlamentares aqui presentes.

O senhor me poupou, eu ia citar por nome os colegas do Dnocs. Quero dizer o seguinte: não há reunião nenhuma extra além desta que está ocorrendo aqui, pela importância dada pela instituição a uma reunião como esta e a uma audiência como esta.

Eu queria registrar também aqui a Asdec, representada pelo Adécio, a Georgina e Assecas, Aluisio e Geraldo. Esses colegas simplesmente, quando informados da audiência, todos eles se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

prontificaram e estamos aqui presentes. Eu peço para o senhor liberar os outros coordenadores, só há um aqui de Minas Gerais, o Alexander; os demais – oito – coordenadores estão barrados lá na entrada porque disseram que o Plenário estava cheio. Eu não sei se é possível que eles venham para o final da audiência.

O Dnocs...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Só esclarecendo, existe uma resolução da gestão anterior proibindo que as pessoas ficassem em pé. Mas já liberei para que as pessoas pudessem ter acesso ao Plenário.

O SR. ANGELO JOSÉ DE NEGREIROS GUERRA – Muito obrigado, Sr. Senador.

O Dnocs é vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Regional e atua também na região do Semiárido.

Histórico de secas. Observa-se, desde o século XV, o problema da seca no Semiárido. As secas começaram a ser estudadas no Governo Imperial e esse estudo se desenvolveu até os anos atuais. Eu queria frisar aqui...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ANGELO JOSÉ DE NEGREIROS GUERRA – ... que, com 42 secas, veio a se tornar, no caso, o pior século em termo de registro de secas esse século XX, aí deixamos bem evidenciado; e esse século XXI, dependendo da extensão dessa seca, seria talvez o século mais seco da história.

O Dnocs foi criado exatamente no século XX e foi possível, através das ações implementadas de convivência com as secas, enfrentar a mais extensa seca já registrada, que são sete anos de estiagem. E a gente tem uma previsão aí, de 2019, não muito boa em relação à quadra invernosa.

Então, com a implantação do Dnocs, foi possível: ausência de registro de perda de vidas humanas, reduzida ocorrência de êxodo rural, continuidade do desenvolvimento econômico da região e presença de atividades industriais na área rural. Isso com a criação do Dnocs. Ainda hoje, ele atua basicamente nessa área para propiciar exatamente o desenvolvimento de uma região que é a região mais povoada semiárida, mais povoada em desenvolvimento do mundo.

O Dnocs foi criado em 1909. Ele hoje tem 109 anos, completará neste ano 110 anos de existência, e atua na região do Semiárido brasileiro. O Dnocs, através de estudo de área de desertificação, observa que essa área é maior do que a área política do Semiárido brasileiro. Hoje a gente tem já parte do norte do Espírito Santo e tem também já uma área desertificando ali, no Maranhão, onde não se ouvia falar de secas.

O Dnocs atua de forma capilar em nove regiões, são nove coordenadorias. E em cada coordenadoria há a unidade de campo. Das principais ações do Dnocs, a reservação é a principal delas, a açudagem... A gente sempre diz, onde a gente tem oportunidade de expor as ações do Dnocs, que a reservação é uma das maiores ações do Dnocs. O que seria do Semiárido brasileiro se não existissem as barragens do Dnocs?

A gente tem a agricultura irrigada também como outra ação também muito importante. Ela gera desenvolvimento, não só no Município onde ela é implantada, como também em todo o entorno. Nós temos a distribuição de água através da adutora, perfuração de poços, pequenos sistemas e cisternas, a piscicultura é outra ação do Dnocs também muito importante, pelo peixamento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dos reservatórios, ela gera tanto alimento para a população do entorno como renda. Ela tem também outra importância, a preservação das espécies nativas. O zoneamento, como eu falei, as áreas de desertificação que o Dnocs também estuda.

O acervo patrimonial de Dnocs. A gente inicia pelas barragens. Como, eu citei, o que seria do Semiárido se não fossem as barragens do Dnocs? De sua propriedade, são 327 e a gente acumula nesses reservatórios 27,2 bilhões. Só para a gente ter uma ideia dessa seca, a gente hoje está em torno de 4 bilhões reservados, com a perspectiva de que o aporte não será muito considerável neste inverno de 2019.

Eu queria dizer também que o Dnocs tem recursos hoje assegurados de 23 barragens inseridas no Pisf para fazer recuperação e modernização, 267 milhões nas prioridades 1 e 2 e tem na prioridade 3, recém-autorizada, agora, no final do ano passado, 189 milhões. E através de dois programas – Planerb e Prosb – nós temos em torno de R$100 milhões disponíveis para recuperar as barragens.

As barragens do Dnocs – eu tenho dito – são barragens seguras. Mesmo assim, a gente não pode prescindir de fazer sua recuperação para voltar ao se que tinha antes. O Dnocs tinha administrador nas suas barragens e tinha zeladores, dependendo do tamanho. E hoje o Dnocs não os tem mais. Mesmo assim, em relação à Política Nacional de Segurança de Barragens, a gente não tem os recursos ainda suficientes para fazer aquilo que é necessário, Sr. Senador. Nós precisamos que isso seja liberado o mais urgente possível, apesar de já haver muita coisa assegurada dentro do Ministério do Desenvolvimento Regional.

Perímetros irrigados. Nós somos temos o número de 37 perímetros, uma área irrigada total de 124.167ha. Eu queria dizer para vocês que, no momento, nós temos em desenvolvimento somente o perímetro irrigado Tabuleiros Litorâneos, de Parnaíba. Esse perímetro foi o único que ficou com recurso assegurado, não em sua totalidade. E a gente tem uma perspectiva de que os 9.540ha fiquem concluídos até o final de 2020. Já existe uma sinalização do Ministério do Desenvolvimento Regional de priorizar a conclusão desse perímetro. Desse perímetro eu posso até citar para vocês uma particularidade: a maior área irrigada implantada de acerola orgânica é lá no perímetro e toda exportada para os Governos americano, europeu e chinês. E há uma particularidade aqui que é bom a gente frisar: essa acerola, devido ao clima, devido à quantidade de insolação anual, ela tem uma quantidade significativa de vitamina C. Portanto, essa atratividade com os governos exteriores.

A piscicultura. Como eu já falei para vocês o Dnocs tem três estações de piscicultura e um centro de pesquisa que é referência internacional. Ele não só serve para desenvolver pesquisa, como também a área acadêmica se utiliza desse centro de pesquisa. Isso é lá em Pentecoste, no Ceará.

Quando a gente fala em distribuição, o Dnocs tem hoje talvez a maior adutora em operação, a Adutora do Pajeú, em Pernambuco. Os recursos estão assegurados para conclusão da primeira fase da segunda etapa. Da segunda fase da segunda etapa são R$190 milhões. Está sendo procurado dentro do Ministério do Desenvolvimento Regional o aporte desses R$190 milhões para a conclusão da adutora. E ela não só beneficia o Estado de Pernambuco, como também parte do Estado da Paraíba.

Perfuração de poços. A gente tem uma quantidade que eu queria aqui acentuar. De poço perfurado, nós temos um exemplo de um poço em Jandaíra, se eu não me engano, em Mossoró, que há 87 anos atende a população, desde a época em que ele foi perfurado. Se um poço for operado de forma devida... Olhem, nós temos um exemplo no Dnocs em que um poço está há 87 anos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

abastecendo. Em contraponto ao carro-pipa – não estou querendo dizer que a gente vai extinguir o carro-pipa com isso –, o recurso aplicado em carro-pipa é um recurso que não tem o retorno que um poço tem. O Dnocs tem essa ação e ele continuará desenvolvendo. Quanto à cisterna, nós temos um problema com a cisterna, que seria a potabilidade dessa água. Mas é outra ação também que é de grande importância para essa população difusa como a perfuração do poço. O que hoje a gente tem – houve até uma reunião lá, no Ministério do Desenvolvimento Regional –, já existe uma tecnologia, uma empresa, nós fomos já participados disso, a gente quer exatamente saber como é que a gente pode fazer aquisição dessa cisterna na qual esse problema da potabilidade essa empresa resolveu.

A gente tem aí como ações 2019 e 2020 implantação de barragens. Nós temos barragens que, no caso, estão em andamento e a gente precisa da conclusão. Eu quero evidenciar Barragem de Oiticica. Essa é uma barragem estratégica para o Estado do Rio Grande do Norte, ela está em andamento, já tem 67% concluídos e dos recursos necessários a gente tem da ordem de pouco mais de R$200 milhões, com uma meta de conclusão em 2019. Nós temos a Barragem de Fronteiras iniciada, mas essa vai demandar três anos de construção, é no Estado do Ceará. Ingazeira está praticamente concluída; a Barragem Barbosa iniciada; e a gente queria retomar isso. Lá em Minas Gerais, Barragem de Congonhas, muito importante abastecer... Montes Claros e também Berizal e Vacarias, que não foi colocada aí, e Poço de Varas, no Rio Grande do Norte, que também é estratégica não só para o Rio Grande do Norte como também para o Ceará.

A gente tem também em barragens as inspeções. A gente precisa para atender à lei de segurança de barragens de recursos para depois da recuperação fazer a colocação dos zeladores que a gente perdeu durante esse período de esvaziamento do órgão, a gente quer exatamente fazer a retomada desses trabalhos e deixar essas barragens seguras.

Eu não vou citar todas as barragens, mas, além das que estão colocadas aí, existem várias barragens ainda projetadas no Dnocs que podem ser implementadas.

O SR. JÚLIO CESAR (Bloco/PSD - PI) – Diretor, ali na barragem, acumulação está: mil (m^3). Eu acho pequeno. Não está faltando...

O SR. ANGELO JOSÉ DE NEGREIROS GUERRA – Não, ali é o seguinte, quando o senhor pega 780, são 780 milhões – milhões. Quando o senhor pega mil ali, eu estou multiplicando por mil. Por exemplo, Rangel, Piauí, 780 milhões de m^3.

O SR. JÚLIO CESAR (Bloco/PSD - PI) – Estou entendendo.

O SR. ANGELO JOSÉ DE NEGREIROS GUERRA – Entendido, Sr. Deputado?

O SR. JÚLIO CESAR (Bloco/PSD - PI) – Obrigado.

O SR. ANGELO JOSÉ DE NEGREIROS GUERRA – O que a gente tem? Concluir as segundas etapas dos perímetros irrigados.

A gente tem aí o georreferenciamento de todas essas barragens; a gente tem que ampliar a atividade de apoio e desenvolvimento da aquicultura; construir mais duas estações de piscicultura, uma em Minas Gerais e outra em Sergipe; a perfuração de poços e celebrar convênio com prefeitura, isso foi sempre uma prática do Dnocs. O Dnocs, através de repasse de recursos, executou, em convênio com prefeituras, muitos barramentos.

Ações futuras do Dnocs. Continuar com a açudagem, que a gente vê que é importante; sistemas de adduções; perfuração de poços; ações relacionadas à segurança das barragens, isso é um tema em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

evidência; projetos de transposição de bacias. Eu queria deixar registrado aqui que o Dnocs tem competência e tem conhecimento para ser gestor da transposição do São Francisco. E ainda dizer que quem fez o estudo inicial dessa transposição que está aí foi o Dnocs. O Dnocs também tem a transposição do Tocantins; o Dnocs também tem a transposição do Parnaíba para o Baixo Acaraú, que seria um perímetro irrigado para sustentabilidade hídrica desse perímetro. Então, o Dnocs também tem conhecimento centenário em transposição de bacias. As áreas susceptíveis à desertificação continuar estudando. A recuperação e modernização dos perímetros, a gente tem que fazer isso, recuperar e modernizar, que são projetos que foram concebidos com a tecnologia antiga, que não se aplica mais. A gente tem aí uma ação que a gente acha de grande importância, que seria exatamente esse convênio com o Ministério do Meio Ambiente. O Ministério tem um programa chamado Unidade de Recuperação de Área Degradada (Urad). A gente acha que isso é o que falta de ação para o Dnocs. A gente quer esse acordo de cooperação para a gente passar a desenvolver. Disso que o Dnocs tem convicção e sabe que é o que tem que ser feito. Nós temos não só que reservar a água como também proteger as áreas de produção de água.

Existe aí um pensamento que é assim: quando se fala em meio ambiente, só se fala em Amazônia. Olhem, se não houver mais condição de haver vida no Nordeste, para onde é que essa população vai migrar? Para a Amazônia. Então, vamos resolver o problema do Nordeste.

Eu teria aqui que falar em termos de desafios do Dnocs. O Dnocs já teve 15,4 mil funcionários servidores. Hoje ele está com apenas 1.157; aptos a se aposentarem, a gente tem aí 76%. Se esse órgão não for reestruturado de imediato, ele vai fechar por inanição e é um prejuízo muito grande diante de tudo isso que foi apresentado aqui.

Eu queria simplesmente finalizar e dizer aqui que o Dnocs, ao longo desses anos, ele passou a ser um órgão de que a intenção era sua extinção. A gente está aqui provando, demonstrando que ele é um órgão necessário para o desenvolvimento do Semiárido nordestino.

Sr. Senador, eu queria passar para o senhor as sugestões para o fortalecimento das instituições de desenvolvimento do Nordeste. Eu quero dizer para o senhor que foram seis técnicos que desenvolveram esse documento, isso é uma versão preliminar para o senhor, a gente está concluindo isso. Existe uma contribuição da Academia Cearense de Literatura e Jornalismo do Estado do Ceará e eu queria que o senhor permitir que o Dr. Eduardo Segundo, um colega que foi um dos autores, fizesse uma explanação. Nós só temos três minutos, viu, Dr. Eduardo?

O SR. ANTONIO EDUARDO GONÇALVES SEGUNDO – Sr. Presidente, senhores dirigentes de órgãos de desenvolvimento regional, Srs. Senadores, Srs. Deputados, meus irmãos maçons, meus irmãos companheiros de Rotary... Sr. Presidente, a Academia Cearense de Letras, preocupada com as instituições de desenvolvimento regional e vendo a decadência que essas instituições ora estão passando, resolveu convocar técnicos dessas instituições a fim de elaborar este documento – que, conforme foi dito, está em versão preliminar – para que as autoridades tomassem conhecimento dele.

Nesse sentido, esses técnicos elaboraram esse documento priorizando o não acúmulo de atividades dos órgãos e também a integração entre eles, de forma, Sr. Presidente, que esse documento visa rever, resgatar a importância desses órgãos de desenvolvimento regional, visto que eles têm contribuído de forma significativa para o desenvolvimento de nossa região.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não fosse o Dnocs, nós não teríamos a capacidade de sustentar essa população que hoje vive no Nordeste brasileiro.

Portanto, fica o apelo às autoridades para dar maior visibilidade, maior importância e maiores recursos, a fim de que essas instituições possam, a contento, atender a população do Nordeste brasileiro, que é uma região de muitas especificidades, que nós temos a responsabilidade de bem tratar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Agradeço ao Sr. Antonio Eduardo Gonçalves Segundo e vou conceder também dois minutinhos ao Sr. Adécio Rodrigues da Silva, que é o Presidente da Associação dos Servidores do Dnocs; e, depois, mais dois minutinhos para a Sra. Georgina Calmon de Oliveira, Coordenadora Regional da Associação dos Servidores do Dnocs.

O SR. ADÉCIO RODRIGUES DA SILVA – Bom dia.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Bom dia.

O SR. ADÉCIO RODRIGUES DA SILVA – Eu gostaria de cumprimentar a Mesa, em nome do Senador Izalci Lucas, e todas as pessoas que aqui se encontram.

Eu sou Adécio Rodrigues da Silva, Presidente da Asdec (Associação de Servidores do Dnocs do Estado do Ceará). Sou engenheiro agrônomo e trabalho no Dnocs há 33 anos.

O Dnocs (Departamento Nacional de Obras contra as Secas) é uma autarquia federal vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Regional, com sede e edificação central em Fortaleza; dispõe de uma legislação básica, que tem por finalidade executar políticas do Governo Federal no que se refere ao beneficiamento de áreas e obras de proteção em convivência com as secas e inundações; irrigações, beneficiando populações em comunidades de irrigantes; e outros assuntos que lhe sejam acometidos pelo Governo Federal. No campo do saneamento básico: assistência à população atingida por calamidades públicas, em cooperação com os Municípios, assumindo grande atuação no Semiárido do Nordeste e norte de Minas Gerais.

Para executar essas políticas, necessitamos de água, considerando-se também que as populações continuam crescendo, de modo que a necessidade de água para uso doméstico, agrícola, industrial e geração de energias será igualmente ampliada, ao passo que haverá uma acentuada demanda com um peso cada vez maior na origem urbana.

Menciona-se ainda que, com o aumento das atividades humanas, mais e mais resíduos de produtos e dejetos estão contaminando as fontes de água, a exemplo dos esgotos, defensivos agrícolas e afluentes industriais, afetando sensivelmente a qualidade da água, especialmente a de uso doméstico.

Diante disso, planejadores e autoridades estão cada vez mais conscientes da importância crítica do gerenciamento eficiente do uso da água, na qualidade de recurso vulnerável, finito e indispensável ao desenvolvimento sustentável dos países. O problema é ainda mais grave na região árida e semiárida do Planeta. Assim, torna-se mais evidente a necessidade da implantação de um sistema de gestão integrada das principais bacias do Nordeste, no Semiárido.

O Departamento Nacional de Obras contra as Secas tem desempenhado um papel importante na construção e no gerenciamento de recursos hídricos. Hoje, o Dnocs é o único órgão especializado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no País com capacidade e tradição para atuar na gestão de águas públicas da região; aliás, suas experiências e trabalho de 109 anos em muito extrapolam o perfil de órgão gerenciador. Basta dizer que ele atua em várias áreas de conhecimento que vão desde a tecnologia de agricultura irrigada, açudagem, engenharia hidráulica, barragens, lavouras xerófilas, pesca, piscicultura, engenharia rural e até construção de obras de infraestrutura. Portanto, como profundo conhecedor da problemática hídrica nordestina, é o órgão mais capacitado a assumir o modelo de gerenciamento de águas, dirigindo-as às peculiaridades do Nordeste.

O Nordeste do Brasil se caracteriza por ser uma região predominantemente semiárida com embasamento cristalino, elevadas taxas de luminosidade e de evaporação, cobertura vegetal com predominância da Caatinga, necessitando de armazenamento de água para sua gestão eficiente se viabilizar. Portanto, o Dnocs é básico e de atuação fundamental no desenvolvimento do Nordeste.

Para continuar prestando e ampliando os serviços no Semiárido nordestino, o Dnocs necessita, Sr. Presidente, de um orçamento anual compatível com suas funções e da realização de concurso público com planos de cargos e salários para recompor seu quadro técnico e continuar a prestar seus relevantes serviços no gerenciamento de recursos hídricos para o desenvolvimento da Região Nordeste.

Só para concluir a fala do Dr. Angelo, existe também no perímetro irrigado de Paraipaba uma exportação de água de coco *in natura* na taxa de 150.000 litros/dia para a Europa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – A Sra. Georgina tem alguma...

A SRA. GEORGINA CALMON DE OLIVEIRA (*Fora do microfone*.) – O nosso Presidente vai falar.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Está bem.

Dois minutinhos para a gente passar aos Senadores, porque ainda há dois minutinhos também para o representante do Presidente da Codevasf, Athadeu.

Aluísio Barros.

O SR. ALUÍSIO BASTOS PEREIRA – Sr. Presidente da Comissão de Turismo, a Associação dos Servidores do Dnocs agradece, sensibilizada, a oportunidade de trazer aos Parlamentares, especialmente aos Senadores, a importância que o Dnocs tem no contexto de 53 milhões de nordestinos.

Eu sou servidor do Dnocs há 58 anos, em que ingressei em 1961, no Banabuiú, e posso dizer com conhecimento de causa que, em todo o desenvolvimento do Nordeste, o Dnocs se fez presente, assistindo as populações realmente indigentes. Graças a Deus, através do Diretor-Geral do Dnocs, Dr. Angelo Guerra, o Dnocs se fez presente nesta oportunidade.

Queiramos Deus que o Dnocs até hoje tenha sido um Dnocs e, a partir de hoje, através dos Senadores, passe a ser efetivamente o Dnocs que nós queremos, um Dnocs desenvolvimentista, e não como ele está agora, sucateado; que ele possa se reerguer para o bem de todo o povo nordestino e dos servidores do Dnocs.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Athadeu Ferreira, da Codevasf, dois minutinhos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ATHADEU FERREIRA DA SILVA – Bom dia.

Parabéns pelo evento!

Eu queria registrar, Sr. Senador Izalci Lucas, nesta oportunidade, que foram feitas diversas falas sobre a importância da segurança hídrica, que foi o item que nós colocamos e não entramos em detalhes por questão de tempo e extensão da planilha.

Mas nós não podemos nos esquecer da revitalização do Rio São Francisco, que é um programa que foi gestado a partir da Agenda 21 e da Eco-92. O caderno da Agenda 21 recomendou isso, e, a partir 2003, 2004, ele está em andamento, no que diz respeito principalmente à recuperação e à conservação hidroambiental, quanto à qualidade e à quantidade.

A quantidade da água, sim, é um desafio – foi a parte mostrada no quesito de preservação, manejo de água e solo basicamente das bacias da Bahia, em que há três grandes bacias produtoras de água corrente, dentre elas as do Rio Grande e do Rio Carinhanha; em Minas Gerais, as outras oito, começando pela do Rio das Velhas, Paracatu, Urucuia, Velhas, Jequitaí, e a do próprio Paraopeba, que está com esse cenário em curso não muito legal.

A Codevasf vinha atuando nesse processo desde 2003, nessa área. É uma ação que tem de ser reforçada exatamente para termos água na transposição do São Francisco, porque, se não gestarmos essa água, não haverá água na transposição. Nós teremos problemas de abastecimento para as áreas de irrigação citadas. A Codevasf tem esses polos de irrigação no norte de Minas – são grandes polos –, na Bahia, do lado do São Francisco, e também na região de Petrolina e Juazeiro.

Gostaríamos de que o senhor registrasse isso também e desse uma força no propósito, discutindo, inclusive... Temos de ficar atentos com relação à questão da gestão hídrica, da gestão da água. A eficiência é importantíssima, mas nós temos que discutir com a gestão da água os multiusos que há da bacia e esse foco que foi colocado da produção de energia solar, que representa hoje mais de 20% da produção nacional. No Nordeste, é indiscutível que há as melhores plantas nos quesitos solar e eólico. Estamos também com um estudo nesse sentido, já visando ao que foi falado do Pisf. Como operadores, nós estamos atentos a esse processo de desenvolvimento que tem que agregar a população nessa faixa marginal, polarizando o Pisf.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Eu vou passar imediatamente a palavra aos Senadores e, depois, em seguida, ouviremos também os nossos Deputados.

O primeiro Senador inscrito é o Senador Angelo Coronel.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA. Para interpelar convidado.) – Bom dia a todos.

Quero cumprimentar o nosso Presidente Izalci Lucas, que tão bem dirige esta Comissão, e saudar os nossos convidados.

Eu aproveitei, enquanto ouvia a fala de um e outro, e elaborei aqui algumas perguntas e alguns comentários que vou fazer em bloco, e espero a resposta de acordo com o que a Presidência achar mais conveniente.

Eu vou iniciar aqui com o primeiro palestrante do dia, o meu amigo conterrâneo Mário Gordilho, que tão bem representa a Bahia na Superintendência da Sudene, essa autarquia que é fomentadora da nossa economia. Quero perguntar ao Dr. Mário se existe alguma linha de recursos a longo prazo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para financiar miniusinas de energia solar de até 1MW pico, que custa em torno de R$8 milhões, diretamente para as prefeituras, para que elas possam atender aos seus prédios públicos. Eu não sei se na Sudene existe essa linha e gostaria que V. Sa. pudesse nos fornecer esses dados. As prefeituras dispõem de terrenos? Não há terrenos? Há uma gama de prédios, hospitais, escolas... Com certeza, isso geraria uma economia para os Municípios brasileiros.

Para a Codevasf, a Dra. Maria Clara, nossa gerente de gestão da Codevasf, que desempenha um papel social e econômico de grande importância, principalmente para a Bahia – ou para o Nordeste como um todo. Eu vi aqui atentamente vários filmes a respeito das ações da Codevasf, mas, Dra. Maria, há algo que me preocupa: será que, se o Rio São Francisco não for revitalizado, esses projetos terão condições de ser tocados? Porque isso depende de água, e nós temos um rio hoje praticamente minguando; não no momento, por causa das chuvas... Mas, ao longo principalmente das cidades que o rio corta, a gente vê bancos de areia, vê que os peixes são inexistentes, o nosso famoso surubim... Isso me preocupa porque todos esses projetos da Codevasf podem acabar se o rio não for revitalizado. Então, fica essa pergunta para a senhora.

Ao meu querido xará Angelo Negreiros, do Dnocs, eu confesso que eu não sabia que o Dnocs tinha tanta atuação no Nordeste brasileiro. Estava comentando ali com o Mário Gordilho que realmente o Dnocs tem um papel muito importante, apesar de que eu acho até que ele é concorrente do Codevasf. Não sei talvez da necessidade dos dois, mas eu sinto que um complementa o outro, pelo menos pelas apresentações. Mas o que me preocupa, Dr. Angelo, é o seguinte: quais são as ações preventivas desenvolvidas pelo Dnocs para evitar os rompimentos de açudes e barragens, porque isso é um grande perigo, principalmente de algumas que estão com seu limite máximo de acúmulo de água. Há barragens, por exemplo, no Piauí, que já estão acima do seu limite. Eu não sei se houve alguma ação preventiva, porque, depois que uma barragem é rompida, como aconteceu no passado há tão pouco tempo em Brumadinho, isso acende o sinal vermelho. Mas será que o Dnocs também, preventivamente, agiu para evitar esses rompimentos?

Ao nosso querido agora Presidente do Banco do Nordeste Romildo Rolim, o homem do dinheiro. Essa é uma importante instituição de fomento do desenvolvimento do Nordeste. Se tivermos água tratada e rede de esgoto, Rolim, teremos um povo sadio. Existe alguma linha e recursos a longo prazo para financiar Municípios em projetos de água e esgoto? Hoje, acabou de sair no *Estadão* que o Governo Federal está prevendo cortar R$30 bilhões no orçamento dos ministérios. Isso equivale a 21% em todas as áreas, saiu hoje no *Estadão*, exceto nas áreas de saúde e educação. Se isso acontecer, Angelo, Gordilho, Maria, Rolim, como ficarão esses programas tocados por essas instituições de V. Sas.?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Senador Jaques Wagner.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Para interpelar convidado.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, quero cumprimentar todos os expositores, para a economia de tempo, a expositora,

Eu vou ler um trecho aqui, Presidente, de um documento que depois eu digo de onde brotou. Foi perguntado – e eu explicarei sobre o grupo – qual era o maior problema brasileiro, e foi dito: a extrema desigualdade social de gênero, raça e regional, e, evidentemente, como alternativa ou como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

objetivo a ser alcançado, fazer a sociedade mais igualitária e sem disparidade de gênero e raça, com a renda e a riqueza bem distribuídas. Esse não é um documento do meu Partido. (*Risos.*)

Poderia parecer, do Partido dos Trabalhadores.

Essa conclusão é de quando eu dirigia para o ex-Presidente Lula o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – que era composto de 90 membros, com todo o caleidoscópio na sociedade brasileira, movimento sindical, movimento dos sem-terra, até o Presidente da Febraban –, e o Presidente me encomendou que eu construísse uma Agenda Nacional de Desenvolvimento. Nós ficamos um ano e meio fazendo vários trabalhos, conferências, viajando por vários Estados brasileiros. E a primeira conclusão, esse é o primeiro ponto do drama brasileiro, foi exatamente essa, por consenso de 90 membros, com essa variedade toda.

Por que eu estou dizendo isso? É porque as pessoas criticavam e criticam a nossa guerra fiscal, que é uma doença, na minha opinião, péssima, mas para os Governadores do Nordeste e do Norte sobra o que para eles para atraírem investimento e empresa, se lá não está o maior mercado consumidor, a não ser fazer a guerra fiscal que virou – bom, nós a diminuímos naquele acordo – realmente uma insanidade no Brasil? O Piauí exporta para São Paulo, quando paga ICMS de tudo o que se compra lá, o ICMS de 7%, subindo de São Paulo para lá. Ou seja, a gente tem a Lei Kandir, que não quer exportar imposto, mas internamente, ao contrário do que alguns dizem, o Nordeste é exportador de riqueza para São Paulo, porque, em tudo o que você compra lá – carro, televisão, geladeira –, o ICMS está remetido para quem? Pelo menos 7%; agora caiu, depois do acordo. Então, se não houver uma política nacional de desenvolvimento regional, nós vamos ficar eternamente chorando as regiões mais deprimidas sem...

Então, eu vejo aqui todos os expositores – da Sudene, do Dnocs, da Codevasf, do Banco do Nordeste; infelizmente eu não pude assistir às outras duas exposições –, que são ferramentas exatamente para você quebrar esse desequilíbrio. E aí o que me preocupa? O Banco do Nordeste, no ano passado, realizou algo em torno de 11 bilhões. Foi isso ou não?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Trinta e dois.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – E estamos caindo para 23, neste ano, a projeção, o previsto de 2019.

Então, a Sudene, que foi a criação de um supereconomista nosso, Celso Furtado, foi pensada para isso. Nós temos que acabar, Presidente, aqui com o seguinte: quando aparece uma mazela, seja da ordem de corrupção, mau uso do dinheiro público, ou ineficiência, aí se jogam a bacia, a criança e a água suja embora; em vez de consertar, aquilo vira desculpa para encerrar uma ferramenta que eu acho fundamental.

Então, eu quero só dizer que nós da Bancada do Nordeste vamos continuar lutando e muito para, cada vez mais, revigorar a distância, porque eu ouço – e faço essa pergunta ao Presidente do banco – o Ministro da Economia afirmar que só ficará com Banco do Brasil, com a Caixa Econômica, e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que todos os outros serão privatizados e vendidos: eu queria saber se há realmente, em nível da Diretoria do banco, essa demanda colocada pelo Governo Federal.

Na questão da Codevasf, eu queria ver se a gente... Ainda bem que hoje há uma reunião da Comissão de Meio Ambiente em que vai estar o Ministro do Meio Ambiente, porque nós estamos cansados da briga sobre se é do Ministério antigo da Integração ou da Codevasf, se é do Ministério do Meio Ambiente, o desassoreamento, a dragagem do Rio São Francisco. Hoje o rio está cada vez mais largo, cada vez mais raso. Eu, quando era estudante no Rio de Janeiro, aos 19 anos, peguei a carranca em Pirapora e fui até Juazeiro, porque o Rio São Francisco foi a primeira estrada da Bahia, por ali trafegavam todos os produtos.

Hoje nós não temos...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – ... a cabotagem, que poderia baratear muito o custo de transporte de produto e temos risco. Agora, felizmente, essa chuva intensa melhorou a situação, mas, se nós não recuperarmos... Eu sei que já está sendo feito esse trabalho, mas há um trabalho de dragagem em relação ao qual, até hoje, fica uma guerra. Há uma draga: "Não, essa é do Ministério do Meio Ambiente". "Essa é do Ministério da Integração". Como vocês estão chegando agora, eu espero que consigam dirimir isso e efetivamente fazer a dragagem de que precisamos.

Em relação ao Dnocs, eu só queria fazer uma sugestão, evidentemente que não depende do Diretor-Geral: é que hoje a gente não deveria mais usar... E até me culpo, porque eu passei pelo Governo do Presidente Lula e da Presidente Dilma, e deveriam ter mudado para Departamento Nacional de Obras de Convivência com a Seca, porque a gente não combate a seca, que é um efeito climático; o que se faz é construir estruturas para que o homem possa conviver naquele ambiente. Então, o termo certo seria de convivência.

E eu acho que nós temos que dinamizar. Eu me orgulho muito, eu fiz o Programa Água para Todos, na Bahia, e foi o maior investimento em água e saneamento da história do Estado. E a alegria de ver pessoas aos 60 anos, pela primeira vez, podendo abrir uma torneira com água, tomar um banho e fazer espuma... Porque quem mora, quem nasce com água não sabe o que é água salobra; você toma banho, bota xampu e o sabão não faz espuma, porque a água corta o sabão, a água salobra.

E a minha preocupação também é, por exemplo, nós temos na Bahia o perímetro irrigado Salitre, e para este ano há zero de orçamento. Eu acho que nós temos que alavancar grandes negócios e pequenos negócios. Eu sou um empolgado com o plantio de fruta, de uva, de manga e a produção de vinho. Hoje o espumante baiano é considerado um dos bons espumantes que há, mas nós temos que fazer isso para o grande e temos que olhar: a Bahia tem 350 mil famílias que vivem da agricultura familiar. Portanto, eu acho que tem sempre haver esse equilíbrio entre você alavancar grandes negócios, que nem sempre empregam tanto. Se bem que no ramo da fruta se emprega muito, porque ainda a colheita é manual, mas que a gente incentive também e destine parte desse perímetro exatamente para agricultores familiares, para que possam se organizar em cooperativas. Então, era esse o comentário que eu queria fazer sobre esta reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E parabenizo V. Exa., que tem trazido das diversas regiões exatamente os segmentos que trabalham focados no desenvolvimento regional.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Agradeço a V. Exa.

E passo já a palavra ao Senador Jean Paul Prates.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para interpelar convidado.) – Obrigado, Presidente, Senador Izalci. Parabéns pela condução desta audiência. Parabéns a todos vocês.

Eu queria falar bem rapidamente, nem é uma pergunta, é mais para botar pilha em vocês em relação a algumas coisas que foram ditas aqui. Eu os parabenizo pelos portfólios que vocês apresentaram, pelas realizações. Saliento que isso, na verdade, é uma defesa das entidades que vocês estão fazendo, que vocês estão conduzindo hoje. E saliento também a importância da presença do Estado brasileiro, que, como eu sempre saliento, não é do Governo do PT, ou do PSL, ou do PSDB, ou de qualquer partido; é do Estado brasileiro nas entidades importantes que abrem caminhos para o Brasil.

Então, evidentemente saliento o grande papel e o temor que nós temos em relação ao BNB, como o maior banco regional da América Latina, extremamente eficiente. Eu sou pessoalmente testemunha disso. Quando fui Secretário de Energia do Rio Grande do Norte, ninguém acreditava, na época, antes de 2007, mais precisamente nos idos de 2003 a 2005, quando nós começamos a falar de energia eólica. E o pessoal, na verdade, a maior parte das pessoas ria, porque achava que era coisa de professor pardal.

E a gente começou esse trabalho justamente na época, com o BNB, com a Superintendência do Rio Grande do Norte, com o Vilar, com outros companheiros lá de Fortaleza também que acreditaram nisso, justamente porque no Ceará já havia experiências pioneiras, embora ainda não competitivas para leilões federais, e fomos à frente. E o BNB teve um grande papel no desenvolvimento de energia eólica e agora da energia solar, inclusive da geração distribuída no Nordeste.

Então, há duas grandes vertentes além dessa de abrir novos caminhos em que ninguém quer entrar primeiro, que só o banco estatal é capaz de fazer. O outro é o microcrédito para nordestino. Quem é que vai dar microcrédito para nordestino se nós fizermos fusão do BNDES com o BNB? Então, bastam pequenos argumentos, simples, retos, frases curtas para mostrar que o BNB é ultranecessário, é um acerto e seria um grande erro exterminá-lo.

As demais entidades aqui – Codevasf... Eu não vou falar longamente. Evidentemente a importância disso agora que a obra está pronta é muito maior do que antes. Então, não faz muito sentido falar nisso, em deixar em inanição e deixar o Estado sair dela.

No Dnocs nem se fala. Há pessoas – e aqui houve depoimentos de Senadores que sequer conhecem o que o Dnocs faria, ou a extensão dos trabalhos, dos sacrifícios e das sendas que o Dnocs abre no Rio Grande do Norte e nos outros Estados do Nordeste e as coisas que ele sustenta, que ele segura com a capacidade que tem, com o corpo de técnicos que tem.

Saúdo o Angelo, que já esteve conosco lá no gabinete, discutindo várias coisas.

E digo a vocês, e aí eu queria deixar esses dois recados: o primeiro recado é para vocês mesmos que estão nesses cargos, que não temam, não temam defender essas entidades. Isso não quer dizer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

brigar com o chefe, nem brigar com o Ministro. É natural, em governos, que haja tensões entre Ministérios. Eu disse isso ontem ao Ministro de Minas e Energia, Almirante Bento; disse isso outro dia ao Ministro Tarcísio também; a outro Ministro uma vez que reclamou também, disse que estava havendo muito corte.

O papel do Ministro da Economia evidentemente é dificultar a vida de vocês, é dizer: "O Estado não tem dinheiro, não posso fazer isso, não posso fazer aquilo". E o papel de vocês e dos seus respectivos Ministros é disputar internamente de forma correta, de forma fraterna, dentro de um mesmo governo, esses argumentos: "Não, isso aqui é essencial; isso aqui nem é tanto; isso aqui eu posso adiar". Essas negociações são normais. Então, não tenham vergonha, não tenham medo de defender essas instituições.

Além disso, quando houver coisas mais radicais – e a gente está diante delas agora, há ataques radicais aos conceitos de presença estatal na economia, de presença estatal na abertura de caminhos, de presença estatal no controle de setores estratégicos fundamentais –, nesse caso, contem com aliados que, inclusive, estão no Governo, por exemplo, Forças Armadas. Há, com certeza, aliados da presença estatal no Governo do Estado brasileiro de setores estratégicos dentro das Forças Armadas. Pode ser que eles estejam meio intimidados ultimamente em função da maior eloquência e da maior presença na mídia da parte econômica ultraneoliberal, que também, de uma certa forma, é extrema, mas eles estão lá e estão vigilantes sobre esse tipo de desmonte ou de deixar entidades importantes, como a de vocês, na inanição.

Outro grande aliado é o povo nordestino. O povo nordestino está com vocês e está com essas instituições. Por mais que haja problemas aqui e acolá de escândalo, de dificuldades, de seca, de agruras naturais e humanas, erros, crimes etc., é, como o Senador Jaques Wagner colocou, não é para jogar a bacia com água suja, com a criança, tudo fora, não é o momento de se fazer isso. O Brasil não pode ser desmontado em função de um processo, de uma investigação ou de uma tendência em relação a alguma... Então, o provo nordestino está conosco.

O empresariado, o empresariado do Nordeste precisa de água, precisa abrir caminhos, precisa de uma Valec – que até não está aqui, porque não vem ao caso neste fórum exatamente –, que abre caminhos com ferrovias onde ninguém quer construir nada; precisa de uma Sudene; precisa de um Dnocs, sim. Então, o empresariado também está com vocês. Os Governadores, nossos Governadores e Governadoras, estão com vocês também. E, por fim, complementando e ratificando o que os dois Senadores baianos disseram, nós aqui da Bancada Nordeste estamos com vocês, sim, independentemente da cor, independentemente do partido, porque, acima de tudo, somos Nordeste, somos deste povo que precisa de atenção especial, desta região que é especifica, que tem biomas específicos, que tem necessidades específicas e que tem um atraso histórico obviamente reconhecido por todos.

Por fim, outro recado, que é para o Governo. Ora, um Governo Federal que não consegue se entender entre si, entre eles mesmos, não conseguem se entender... E aí o meu recado; não é de vocês, é o meu recado: Governo, primeiro, vá se entender entre si, faça seus planos, traga os planos claramente, discuta com a sociedade e depois vá exterminar as entidades que têm 40, 50, 60 anos de serviços prestados! Fazer isso na malucagem do tipo: "Dessa aqui eu não gosto; isso aqui é uma estatal inútil; isso aqui não faz nada; isso aqui é cabide de emprego", isso é preconceito absoluto com o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nordeste, é preconceito com a presença do Estado na economia, o que é altamente deletério para nós todos.

Então, o meu recado é cresça, cresça; consulte a sociedade; conheça o que já existe; receba as apresentações de vocês mesmos, internamente ao Governo; entenda-se; cresça; amadureça; estabeleça regras; explique à sociedade o que vai ser feito, qual é a alternativa que está proposta diante da exterminação de uma ou outra entidade dessa; e depois apareça nas redes sociais! Esse é o meu recado.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Eu vou pedir a compreensão dos Senadores, só porque temos aqui o nosso querido Deputado Júlio Cesar, também do Piauí, que foi colega nosso na Câmara; está aqui também o Deputado Bosco; o Silvio Costa. Mas só estão inscritos o Júlio Cesar e o Bosco Costa.

Só para que a gente possa responder a todos, já de uma vez, do bloco.

Sr. Deputado Júlio Cesar, agradeço a sua presença e passo a palavra a V. Exa.

O SR. JÚLIO CESAR (Bloco/PSD - PI. Para interpelar convidado.) – Sr. Presidente, Deputado Izalci, senhores dirigentes, para aqui ser breve, do Dnocs, do Banco do Nordeste, da Codevasf, da Sudene, Srs. Senadores, Deputados, demais membros desses órgãos citados, minhas senhoras, meus senhores, sou coordenador da Bancada do Nordeste há mais de cinco anos e o que eu faço é brigar todo dia por conta desse desequilíbrio regional que privilegia os ricos em detrimento dos pobres.

Vejam bem, eu tenho um estudo de 1945, quando o Brasil tinha 45 milhões de habitantes e o Nordeste tinha 17% do PIB brasileiro. Depois foi caindo, foi caindo, foi caindo, foi caindo e hoje é menos de 14%. E eu pedi uma audiência ao Presidente Bolsonaro e ao Ministro da Economia, Paulo Guedes, para discutir os problemas regionais. E os problemas regionais que eu vou levando para esta audiência são os problemas dentro do pacto federativo da distribuição do bolo tributário brasileiro, que ele prometeu em campanha, prometeu na posse, depois da posse, compartilhando o melhor e fortalecendo aqueles mais fragilizados, que são os Municípios e os Estados brasileiros.

Então, nós vamos levando 1% para aprovar e também o compartilhamento da CSLL, que foi tirada em 1988 da base do Imposto de Renda Pessoa Jurídica e que, no ano passado, arrecadou R$78 bilhões. Antes disso, o Imposto de Renda e o IPI representavam 51% do bolo tributário brasileiro, agora são apenas um terço, porque o Governo sangrou naquela época para diminuir o compartilhamento.

Mas vamos aqui ao que mais nos interessa.

Dnocs. Do Dnocs aqui já se falou. Ele tem mais de cem anos, trezentas e tantas barragens, e eu estou aqui, Dr. Angelo, com o orçamento – por isso é que nós aprovamos ontem o orçamento impositivo. No orçamento daqui do GND 4, que é de investimento, o Dnocs tem em torno de 300, 400 milhões e só libera 40, 45... Está aqui, vou passar para o senhor, e, o orçamento impositivo que nós aprovamos ontem e está vindo para o Senado, vai ser muito importante para o Dnocs, para a Sudene e para todos os órgãos de desenvolvimento regional.

Em relação à Sudene, eu tenho aqui, superintendente, um estudo. Em 1989, o Finor e o Finam, das duas regiões, da Adene e da Sudam e da ADA representavam 210% – eu vou dar o relatório para o senhor também –; 210% mais do que a Zona Franca de Manaus. A Zona Franca de Manaus é para uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cidade que hoje tem 2 milhões de habitantes e tem incentivos de 26 bilhões a 28 bilhões todo ano para financiar em torno de 600 empresas, todas localizadas em uma cidade que contribuiu para dobrar, em curto espaço de tempo, o PIB de lá da Região Amazônica, o PIB de Manaus e o PIB do Estado do Amazonas. Então, hoje nós temos menos de 10% do que tínhamos em 1988; eu vou dar o estudo para o senhor.

Tenho aqui a aplicação dos bancos oficiais: o Banco do Brasil, a Caixa, o BNDES. O BNDES houve ano em que aplicou menos de 5% no Nordeste. E, quando aplica mais de 10%, é porque financia Governo – ou prefeituras ou Governo do Estado –, com autorização da Presidência da República. Quer dizer, a Caixa, os financiamentos desses bancos no Nordeste são irrelevantes.

Temos aqui a história do Banco do Nordeste. O Presidente do Banco do Nordeste fez uma bela exposição. Veja bem, como é que ele cresce de R$26 bilhões para R$42 bilhões em um ano? Evidentemente que isso não é liberação, é aprovação de projetos – não é isso, Presidente? –, que vão ser liberados aos poucos, mas é muito importante. E, a cada dia mais, os bancos oficiais, os bancos privados diminuem a aplicação no Nordeste em função do grande papel que o Banco do Nordeste tem. O Presidente falou que, em 30 anos, aplicou R$271 bilhões, uma média de R$9 bilhões, quando ele recebe R$7 bilhões do FNE. Evidentemente que ele tem a taxa de administração, e, nas estatísticas dele, com certeza, está também o crédito do retorno dos financiamentos do passado.

Então, eu fico aqui preocupado com essa política do Governo...

Há também a Codevasf, que tem um papel importante, para a qual nós priorizamos as nossas emendas, Presidente, por ser da região, por ter presença em todos os Estados e por diminuir a burocracia. Mas temos tido no passado, nesses dois últimos anos, muita dificuldade, muita morosidade na liberação das emendas que nós colocamos na Codevasf.

Em relação à Chesf, querem...

Primeiro, o Banco do Nordeste. Nós vamos abrir uma guerra dentro da Bancada do Nordeste contra a fusão do Banco do Nordeste com o BNDES. O BNDES é o Banco de Desenvolvimento Econômico não é social; é do Sul e do Sudeste. Se você pegar a aplicação que eles fazem no Sul e no Sudeste, e tirar as outras três Regiões – Norte, Nordeste e Centro-Oeste –, o que eles aplicam é bem menos da metade daquilo que nós representamos do PIB e muito menos da metade do que nós representamos da população brasileira. E só se diminui desigualdade social e regional se se tratar os desiguais desigualmente, privilegiando os mais pobres. Isso eu já disse para o Presidente. E, na reunião da Bancada do Nordeste, da qual nós somos coordenadores, nós queremos que todos os Deputados, que são 151, e todos os Senadores, evidentemente – vamos colocar aqui os de Minas Gerais, em que tem um papel muito grande a Codevasf, o Dnocs e o Banco do Nordeste –, estejam presentes para a gente mostrar esses dados para o Presidente.

Então, nós vamos fazer. E agora também querem vender a Chesf, o patrimônio. O que está faltando é prioridade para esses órgãos. O Dnocs já teve 14 mil empregados, e ele disse agora que tem 1.173, talvez, se a memória não me falha. E, desses mil, o mais novo tem mais de 30 anos de serviço. Todos com idade para se aposentar. Quer dizer, se se aposentar todo mundo, inviabiliza.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JÚLIO CESAR (Bloco/PSD - PI) – Já estão me mandando parar, eu vou parar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dizendo tudo isso, Sr. Presidente, eu fico, às vezes, frustrado, Dr. Angelo, pela prioridade que tem um dos maiores projetos de irrigação na minha terra, os Platôs de Guadalupe, para os quais não há previsão. Foi rescindido o contrato com a construtora. É um projeto de 14 mil e tantos hectares: foi feita uma etapa de três mil de pouco; da segunda etapa, já fizeram mais de 70%; e precisa ser concluído. Espero que o senhor dê jeito de colocar no orçamento – ou a gente coloca –, mas, acima de tudo, fazer a licitação para a conclusão desse projeto.

Além do mais, estamos trabalhando para liberar os R$160 milhões para o senhor recuperar aquelas barragens que estão em grau de risco, das 327 que administra.

Eu teria outros assuntos, Presidente, mas eu vou parar aqui, porque assunto do Nordeste é muito grande. A discriminação é maior, e as injustiças são maiores ainda. Como nós somos nordestinos, eu vou continuar lutando, até contra o Governo se continuar essa discriminação contra a nossa Região.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Obrigado, Deputado.

Deputado Bosco Costa, que foi o primeiro a chegar aqui a esta audiência, agradeço a sua presença.

O SR. BOSCO COSTA (PR - SE) – Sr. Presidente, senhoras e senhores, primeiro, eu gostaria de agradecer o convite para esta audiência, talvez uma das mais importantes nesses dois meses de nosso mandato. Eu, como sergipano, nordestino, conheço o Nordeste, conheço o Brasil e sei perfeitamente que aqui estão os órgãos, as ferramentas para o desenvolvimento do nosso Nordeste. Sei da importância do Dnocs.

Em 2016, eu era suplente de Deputado aqui e consegui R$1 milhão da minha emenda individual para o Dnocs do meu Estado, hoje representado pelo Wesley aqui, que, tenho certeza, foi muito bem aplicado.

Fui um dos que sugeriu, naquela época, junto ao Senador Valadares, uma emenda coletiva para a Codevasf por entender a importância a Codevasf no nosso Estado – e hoje muito mais, porque antes a Codevasf atuava em 27 Municípios e hoje atua em 77 Municípios de Sergipe. Sei o quanto, nesses últimos anos, a Codevasf avançou.

A Sudene não merece comentário, porque a gente sabe muito bem da importância da Sudene desde sua criação.

Por último, quero falar do Banco do Nordeste. Eu quero falar do Banco do Nordeste, porque ele é o agente de desenvolvimento econômico do Nordeste e, eu posso garantir, do meu Estado. O Banco do Nordeste atua em todas as áreas, no micro e pequeno empresário, no grande empresário, na agricultura familiar, no agronegócio.

Há um ditado no Nordeste, Sr. Presidente: o São Bento é antes da cobra. Quando eu fui informado, há 15 dias ou há três semanas, da possível fusão do Banco do Nordeste com o BNDES, eu já apresentei um requerimento na Câmara dos Deputados, e esse requerimento foi aprovado, Governador Wagner. Sei da importância, sem querer jogar confete, da Bahia, dos seus Senadores, do Governo que V. Exa. fez na Bahia. Sou sergipano, mas tenho pequeninos negócios na Bahia, em Pedro Alexandre e em Santa Maria da Vitória e sei o quanto V. Exa. e o atual Governo trabalharam pela Bahia. Eu sei perfeitamente. E nós não podemos permitir... O requerimento de nossa autoria foi aprovado, e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vou procurar o Presidente Rodrigo Maia para agendar uma sessão especial para debater a questão do Banco do Nordeste.

A fusão do Banco do Nordeste, Presidente, é matar o Nordeste. É, além de 13 ou 14 milhões de desempregados, botar mais 7 mil empregados do Banco do Nordeste na relação de desempregados. Não podemos permitir. Somos 151 Deputados. O Deputado Júlio saiu, mas eu gostaria de que ele estivesse aqui, porque preciso do apoio dele para a gente marcar esta sessão solene na Câmara no dia em que seja possível a maioria dos Deputados e dos Senadores estarem presentes para discutirmos exclusivamente o tema. Quando tivermos essa sessão marcada, vou mandar *e-mail* para todos os Deputados e Deputadas do Nordeste e Senadores. Não podemos permitir que isso aconteça!

Quando o FNE foi criado há 30 anos, como V. Sa. falou, justamente o Banco da Amazônia administra os recursos do Norte; o Banco do Brasil, do Centro-Oeste; e o Banco do Nordeste, do Nordeste.

Então, eu só quero dizer que, para tudo isso, precisamos unir forças. O Rio São Francisco é uma prioridade para a Bahia, para Pernambuco, para Sergipe, para Alagoas, para o Rio Grande do Norte com a transposição. Não podemos...

Participei quinta e sexta-feira passadas... Havia o rapaz, de cujo nome não me lembro, da Codevasf nessa reunião, nesse seminário promovido pela CNA. Vamos fazer uma audiência já em maio – ele é testemunha disso –, em Pirapora, para discutir a questão da revitalização do Rio São Francisco. Sem revitalização, não há transposição.

No mais, Presidente, mais uma vez, não quero me alongar. Eu quero dizer que o nosso mandato está à disposição de Sergipe, do Brasil para aquilo em que a gente possa ser útil. E só vamos resolver essa questão da revitalização quando somarmos Deputados e Senadores da Bahia, de Pernambuco e de Sergipe, deixarmos as questões político-partidárias e entendermos que temos de viabilizar recursos para recuperar o nosso rio. Hoje quem mais sofre com isso, Governador, é Sergipe e Alagoas.

O Cabeço, um povoado na foz do Rio São Francisco, o mar já engoliu. A 50km do Rio São Francisco já encontramos peixe de água salgada. Então, só a revitalização pode recuperar o trabalho desses órgãos – Codevasf, Sudene e Dnocs – e contribuir com o desenvolvimento, com a fruticultura, com os perímetros irrigados e, acima de tudo, com a água para o consumo humano no Nordeste.

Muito obrigado, Presidente. Parabéns pela lucidez de fazer esta audiência. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Obrigado, Deputado.

Eu, como autor do requerimento, também tenho algumas questões a serem colocadas aqui.

O programa CDR (Centro de Desenvolvimento Regional) constitui uma aliança entre as instituições de ensino superior, ciência e tecnologia e setores da sociedade para a promoção de desenvolvimento sustentável em cada contexto regional. Desenvolvido em escala piloto pelo Ministério da Educação em 2017, chega agora à maturidade na região de Campina Grande, em que a convergência entre agências de fomento estaduais e federais assegura o financiamento de uma carteira de projetos de reconhecido impacto social e econômico, capaz de gerar emprego e renda por meio de aportes de conhecimento técnico-científico.

Os projetos incluem energia solar, fotovoltaica, biogás, processo de irrigação, reúso de água, filtração e purificação de água, agricultura familiar e recuperação de pastagens. O lançamento solene

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ocorrerá dia 25 de abril próximo. A coordenação nacional do programa trabalha junto às coordenações das experiências pilotos da campanha gaúcha do sudoeste paulista, do Distrito Federal, com a área metropolitana de Brasília, para completar esse ciclo de articulação e planejamento e iniciar o ciclo de desenvolvimento de projetos. Ao mesmo tempo, inicia agora a experiência piloto no Triângulo.

Então, aqui eu faço algumas questões. Com o Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste, como esse plano dialogará com os Poderes Executivo e Legislativo e as cidades nordestinas? Como as entidades presentes, em especial a Sudene, se prepararam para a qualificação desse debate?

Como a dimensão de ciência, tecnologia e inovação se tornou peça central da estratégia de desenvolvimento regional do Nordeste? E como fomentar os diálogos entre ciência, tecnologia e inovação e os desafios centrais do desenvolvimento regional?

Em uma avaliação, as políticas de segurança hídrica e saneamento são chaves para o equilíbrio econômico e social da região. Em que medida essas políticas devem ser parte de uma política pública coordenada com o esforço do Governo Federal e os Estados?

E tenho ainda outra questão: em função das reuniões que fizemos com a Sudeco e também com a Sudam, nós verificamos aqui que o Condel aprovou a aplicação agora de 24,3 bilhões para 2019 através do financiamento dos fundos profissionais de desenvolvimento do Nordeste, o FNE e o FDNE. Foi aprovado para os dois fundos, respectivamente, um orçamento de 23,7 bilhões e de 650 milhões para 2019. Observamos que a política de investimento desses recursos segue o Plano Nacional de Desenvolvimento Regional; no entanto, o Plano Nacional de Desenvolvimento Regional é amplo e se divide em vários setores. Existem diretrizes instituídas pela superintendência para aplicação desses recursos, a exemplo do que faz a Sudam? A Sudam prioriza investimento em Municípios com IDH baixo e IDH muito baixo. Existe algum critério instituído pela Sudene? Observe-se que a Sudene realiza um estudo vocacional e de potencialidades para direcionar a aplicação do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste.

Pergunto: com a falta de regularização fundiária... Essa falta – nós aprovamos a lei, mas praticamente ainda não foi regularizada – de regularização impacta esses estudos. É possível realizar investimentos em áreas que ainda não possuem matrículas individualizadas? Nós tentamos colocar na medida provisória essas matrículas individualizadas e não conseguimos.

De acordo com o orçamento de 2019 aprovado pelo Condel, observa-se que um terço dos investimentos ficarão com obras de infraestrutura, ou seja, 8 bilhões, o que significa praticamente o orçamento da Sudeco para 2019. Pergunto: como são definidas as obras prioritárias e de que forma a Sudene é ressarcida nesses casos de financiamento?

Então, eu passo a palavra, na mesma ordem de apresentação, para o nosso Superintendente da Sudene, Mário de Paula Gordilho.

Só antes de V. Sa. começar, também recebemos aqui, através do telefone 0800-612211 – já comento – da Erika de Almeida, que é aqui do Distrito Federal: "Como as ações/projetos para atender os seis eixos prioritários serão realizados com o contingenciamento orçamentário atual? Existe algum banco de projetos para atender cada um dos seis eixos prioritários apontados no Plano Regional do Nordeste?".

Rute Rodrigues, de Alagoas: "Em quanto tempo veremos o resultado desses programas?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

João César, do Ceará: "O Governo Federal está sucateando a Sudene e a Codevasf. Política nefasta de Estado mínimo prejudicial ao povo".

São comentários que vieram pelo e-Cidadania e pelo telefone.

Passo, então, a palavra ao Dr. Mário de Paula, para resposta às perguntas dos Senadores e Deputados e também para suas considerações finais.

O SR. MÁRIO DE PAULA GUIMARÃES GORDILHO – Senador, o Senador Angelo Coronel iniciou as indagações no sentido de miniusinas ou minicentrais de produção de energia. O FNE e o FDNE não podem financiar Estados e Municípios, mas podemos financiar energia. Acho que essa é uma demanda, Senador, para que as emendas parlamentares possam se voltar para a confecção de produção de energia nesses Municípios que não têm a menor capacidade nem de pagar a luz de rua, para que a gente possa colocar centrais de geração de energia solar. Esse é talvez uma... Essa sua colocação em relação aos próprios municipais – escolas, postos de saúde –, eles poderiam, numa formatação de uma PPP... E por isso é importante que a gente tenha as unidades maiores dentro da região coordenando as cidades intermediárias, coordenando as ações, para que se possa fazer uma operação mais ampla, unindo não só a geração de energia, principalmente a energia solar, com uma PPP que possa resolver o problema de saneamento e o problema de energia no Município.

Se os Municípios detêm áreas em que se possam instalar essas usinas solares... Porque as eólicas exigem determinados locais, elas não são instaladas em qualquer lugar, em função da frequência do vento, mas as solares, não. A demanda, a capacidade do Nordeste de produzir energia solar é monumental. Só que isso precisa ser feito. Talvez uma solução de uma PPP que agregue diversos Municípios, que possa fazer a parte do saneamento básico, a parte de geração de energia para os próprios municipais como uma contrapartida à utilização da área para jogar energia no sistema fosse um caminho.

São essas ações que nós estamos, no PRDNE – o Senador Wagner se referiu ao plano de desenvolvimento, à agenda nacional de desenvolvimento –, buscando dar uma uniformidade para que a Sudene possa coordenar. As ações de Governo, ou elas se dão de forma junta – Dnocs, Codevasf – sem impactos internos, e, sim, com uma formatação de união de todos... E por isso é que esse PRDNE vai ser discutido com os Governadores e depois será trazido ao Congresso, para que nós tenhamos realmente a política de desenvolvimento regional que é prevista constitucionalmente. Senão, vamos continuar... O Deputado Júlio Cesar, inclusive, deu dados que mostram que o PIB do Nordeste era maior em 1948, 1949 do que é hoje. E o PIB do Nordeste caiu apesar dos incentivos fiscais. Nós não tiraremos essa diferença que existe e não faremos a recuperação efetiva do Nordeste se não tivermos recursos a fundo perdido.

Aqui foram também citados os investimentos na Zona Franca de Manaus. Eu tenho um dado, só para comparar: em 2018, a Zona Franca de Manaus recebeu R$24 bilhões de incentivos fiscais. A Sudam e a Sudene, R$6 bilhões. E queriam acabar, quase acabam os incentivos fiscais, não fosse o Presidente recém-empossado aprovar a lei que foi aprovada pelo Senado e pela Câmara. Então, essas...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MÁRIO DE PAULA GUIMARÃES GORDILHO – Até hoje sofremos embates dentro do Ministério da Economia em relação a esse assunto. Quer dizer, há uma necessidade de que essa política regional de desenvolvimento se faça de forma global. Nós não podemos continuar atirando para um lado e para o outro, nós temos que buscar quais são as prioridades. Vamos trabalhar nas prioridades.

O São Francisco tem um plano diretor, que foi concluído recentemente, de uma dimensão enorme, com as necessidades enormes que precisam ser feitas, da dragagem à recuperação de matas ciliares. A Codevasf fez várias recuperações de áreas de matas ciliares e recuperação de pequenas nascentes.

O Senador Jean Paul falou exatamente sobre esse apoio ao Nordeste, às ações do Nordeste. É fundamental, Senadores, que ocorra uma visão...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MÁRIO DE PAULA GUIMARÃES GORDILHO – ... e o orçamento impositivo certamente poderá trazer informações e definições mais amplas dos recursos a serem aplicados no Nordeste.

O Senador Izalci se referiu ao diálogo do PRDNE com os entes de Governo. Senador, nós estamos trabalhando em cima disso. Eu entreguei ao senhor uma minuta de um primeiro estudo sobre a área de educação, dentre os seis eixos que estão sendo desenvolvidos. Nós estamos em fase de análises, levantamentos, para podermos ter uma diretriz para discutir o assunto com os governos.

Na parte de ciência e tecnologia, obviamente são fundamentais as novas diretrizes que poderão vir, por exemplo, fibra ótica e outros elementos, que darão uma modificação em todo o contexto do Nordeste.

As políticas hídricas: também sem água nada acontece. Então, se não tivermos formas de fazer transposições ou buscar água, tem que ser água de subsolo, não tem jeito. Então, temos que fazer até pequenas ações... O Senador Wagner se referiu também ao Água para Todos, que ele fez na Bahia. Há no Nordeste um volume enorme, mas nem todas no Nordeste, Senador... Nós temos na Sudene um problema sério de vários programas e vários convênios que não foram concluídos, e também há alguns exageros, tipo a licença ambiental para fazer uma cisterna e um poço. Não é possível... Então, o Prefeito executa a obra, faz toda a obra, mas, se não tirar a licença ambiental e não trouxer a propriedade daquela terra – que ele desapropria, certamente, mas às vezes não tem recurso para pagar –, a cisterna está lá funcionando, e ele fica inadimplente com o sistema.

Então, são certas nuanças que causam problemas operacionais muito grandes. Os próprios convênios são de uma exigência formidável em relação à capacidade dos Municípios de atender àquelas demandas. Tudo isso, essa simplificação das ações do Governo, das ações de levar o recurso até a fonte... O que existe de restos a pagar não está no gibi! É uma quantidade enorme de convênios que não puderam ser implementados porque não se cumprem determinadas normas estabelecidas. Há uma portaria, se não me engano é a 242, que não sei como os Municípios conseguem cumprir.

O Senador Izalci também se referiu aos recursos do FNE e do FDNE para este ano e fez uma referência ao valor aplicado ano passado e aplicado neste ano. O Presidente Romildo fez uma referência a que no ano passado, 2018, efetivamente o FNE tinha recursos não aplicados, então o ano 2018 carregou um volume enorme de recursos para serem aplicados que de 2017 passaram para 2018,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e, logicamente, acabada essa reserva, temos que cair no exato valor correspondente ao que será repassado de recursos do FNE via orçamento do Governo Federal.

Não sei se respondi a todos, mas a sineta já tocou...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Só uma questão: a Sudam tinha um critério de prestigiar os IDHs baixos e muito baixos. A Sudene tem algum critério? Como é o processo de escolha?

O SR. MÁRIO DE PAULA GUIMARÃES GORDILHO – Sim, nós fomos instados até pelo Tribunal de Contas, e a Sudene já deveria ter feito isso, e eu fiz agora, no início do ano: nós constituímos um comitê operacional para o FNE, que acompanhará as aplicações do Banco do Nordeste no sentido de que as diretrizes definidas pelo Condel sejam efetivamente cumpridas. O Banco do Nordeste cumpre, mas, às vezes, a gente determina uma coisa e, na ponta, a realidade é outra. Às vezes, não há condição de se aplicar aquilo que foi definido pelo Condel porque não há mercado na outra ponta. Esse ajuste tem que ser feito *pari passu*, e nós estamos nos reunindo trimestralmente com a diretoria do Banco do Nordeste e acompanhando o andamento das aplicações.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Obrigado.

Passo então à Maria Clara...

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) – Presidente! Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Pois não.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) – Só para enriquecer o debate aqui com o nosso baiano, Dr. Mário Gordilho. Eu fico muitas vezes a me perguntar e não consigo entender. Por exemplo, o Desenbahia, que é um banco de fomento, um banco público, tem linhas de crédito para financiar prefeituras nos projetos de infraestrutura – o nosso Presidente Rolim deve também explicar se o Banco do Nordeste tem essa linha. Então, eu não vejo motivo para a Sudene não abrir essa linha, porque energia solar hoje está na moda, os Municípios do interior da Bahia e do Brasil como um todo estão usando energia solar, colocando placas em cima de suas casas. Um Município com mil casas precisa de dois hectares, ou seja, 20 mil metros quadrados de área, para instalar um parque de 1MW de energia. Isso atende mil casas, o que equivale a cinco mil pessoas, com um custo em torno de R$8 milhões. É uma garantia real, porque, se a Sudene ou um banco qualquer financiar, pode ser descontado do fundo de participação. Então, não há nem o problema de dizer que a prefeitura pode ficar inadimplente.

Eu acho que tanto o Banco do Nordeste como a própria Sudene deveriam repensar esse modelo de financiar as prefeituras na instalação de pequenos parques de energia solar pelo Brasil afora, principalmente no Nordeste, claro.

O SR. MÁRIO DE PAULA GUIMARÃES GORDILHO – A instituição do FDNE e do FNE impede legalmente o financiamento a Estados e Municípios.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Passo, então, a palavra à Maria Clara.

A SRA. MARIA CLARA NETTO OLIVEIRA – Começo pela pergunta do Senador Angelo Coronel.

Realmente, a revitalização é fundamental, como vários já falaram, inclusive para a transposição. Nós temos ações de revitalização, nós até listamos algumas ali, mas – já meio que respondendo também ao Senador Jaques Wagner – nós não estamos atuando na dragagem do rio. Isso aí, eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

entendo, está mais a cargo não é nem do Ministério do Meio Ambiente, mas do Ministério dos Transportes, do Dnit, que está com uma ação do PAC para a revitalização. Isso entrou no escopo da hidrovia do São Francisco. Há um trecho lá que estava a cargo, pelo menos até o ano passado, do Dnit.

Com relação ao Salitre...

Ah, outra coisa! Nós temos um projeto de revitalização que foi batizado como Novo Chico. Não temos conseguido alocar recursos para a execução desse Novo Chico, mas tem havido um esforço grande... Temos que parabenizar o diretor, que tem conseguido muitas emendas; estão ainda muito aquém do que precisamos, mas neste ano temos R$30 milhões em emendas. Eu não sei se esse projeto que foi aprovado ontem, essa PEC lá na Câmara, vai conseguir alcançar para colocar como impositivas as emendas deste ano, porque são R$30 milhões, mas discricionárias. Há essa problema da liberação, porque dificilmente se liberam emendas discricionárias.

Agora, Senador Jaques Wagner, em relação ao Salitre, realmente, estamos sem orçamento neste ano. Praticamente não tivemos orçamento no ano passado, quando praticamente o que se gastou no Salitre foi pagamento de energia elétrica. E neste ano nós já estamos com uma dívida de energia elétrica de quase R$4 milhões no Salitre. Acho que são quatro meses que nós estamos devendo. Vamos ter de entrar com crédito, mas com essa finalidade.

O Governo anterior tirou do PAC o projeto Salitre, mas esperamos conseguir, nesse novo plano plurianual, o retorno dele como prioridade de Governo para nós podermos iniciar a segunda etapa, que são mais de 5 mil hectares – na nossa apresentação, nós colocamos uma demanda orçamentária para o ano que vem de R$40 milhões.

O senhor falou também a respeito do modelo de ocupação. Nesse caso, quem está mais por dentro do modelo de ocupação, inclusive de problemas de invasão que nós tivemos lá é o assessor Athadeu. Eu pediria para ele complementar a resposta.

O senhor fez alguma pergunta específica a respeito da política de segurança hídrica e de saneamento?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Sim.

A SRA. MARIA CLARA NETTO OLIVEIRA – É a relação dela com o plano ou... Porque essa política de segurança hídrica... O gestor da política é o nosso Ministério do Desenvolvimento Regional, e eu acredito que, agora, a de saneamento também foi para a esfera do ministério. A Codevasf é executora quando delegada.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – É, exatamente, a política está com o Ministério do Desenvolvimento Regional.

A SRA. MARIA CLARA NETTO OLIVEIRA – A Codevasf não atua, não participa da condução em si da política, mas... Inclusive, ela é mais demandada como executora da Política Nacional de Desenvolvimento Regional. Já nessas outras duas políticas, a gente atua mais por conta, no caso do saneamento, da revitalização – a construção de esgotos e tal dentro do programa de revitalização –, a não ser em emendas ou em alguma outra prioridade. Normalmente, é mais por emenda, muito pouco por orçamento já alocado no projeto de lei.

Aí eu peço para o Athadeu complementar a resposta a respeito do modelo de ocupação do Salitre.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) – Dra. Maria, só para complementar e enriquecer o nosso debate. Eu também fico aqui a me perguntar... Aliás, hoje estou passando a manhã toda a me perguntar. Vai chegar o momento em que aquelas mangas bonitas e doces, aqueles cocos verdes, os espumantes citados aqui pelo nosso ex-Governador Jaques Wagner, todos ficarão só no papel, porque, se não tivermos água, não vamos poder ter esse projeto. Até os tratores que a Codevasf distribuiu milhares pelo Nordeste vão ficar todos também na garagem, porque não haverá o que arar e gradear se não há água. Então, eu acredito que a Codevasf deveria fazer uma força-tarefa para só liberar algo novo depois que concentrasse os recursos para revitalizar o rio, porque, se não tivermos água, não vai adiantar nada; teremos uma Codevasf, dentro de pouco tempo, tendo que fechar as portas, porque vai perder a sua função.

A SRA. MARIA CLARA NETTO OLIVEIRA – Certo.

Nós até apresentamos a relação... Nós estamos atuando na parte de revitalização, mas ainda está muito aquém da necessidade, isso nós reconhecemos. É que a Codevasf fica na dependência do próprio Ministério da Economia agora, quanto à alocação de recurso, ou na dependência de emendas, especialmente no caso... Normalmente, não existe interesse do Parlamentar na alocação de emenda individual com essa finalidade de revitalização.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) – Mas agora, com a liberação, ontem, da emenda de bancada, nós vamos aprovar aqui no Senado, nós vamos colocar recursos para salvar o rio.

A SRA. MARIA CLARA NETTO OLIVEIRA – O.k. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Complemento da resposta ao Senador Jaques Wagner.

O SR. ATHADEU FERREIRA DA SILVA – Dois minutinhos.

Com respeito à revitalização, que foi mencionada aqui. A Codevasf tem um projeto chamado Novo Chico. Trata-se de um projeto que tem início, meio e fim; ele é completo. É um projeto que tem um horizonte de uns 20 anos e depois pode ser remodelado. Ele abarca tudo o que foi falado aqui no quesito recuperação e conservação hidroambiental, focando na qualidade da água e também na quantidade. O principal hoje na discussão é quantidade. Nós temos que fazer manejo de solo e água, compactuar com todo o pessoal que está na área de influência do rio principal e dos afluentes. E nós temos um trabalho que foi feito... Inclusive, nós temos uma parceria grande com a USACE, em que foi até mostrada alguma coisa nesse sentido. Nós sabemos quanto de sedimento está caindo dentro do rio, de onde vem a fonte, está tudo mapeado. Precisamos é de orçamento, de fato, que foi o que a Maria Clara colocou aqui. Isso está montado.

A questão da dragagem, de que o senhor falou. O senhor sabe que nós trabalhamos no passado sobre isso, à época do multimodal. Esse trabalho do multimodal é um trabalho importante, ele foca isso, e nós fizemos, sim, a dragagem junto com o Dnit. A questão é que, como a nossa gerente Maria Clara comentou, não depende da pauta da Codevasf. Agora, se for designada a Codevasf, ela executa, para a gente não há dificuldade. O problema é haver delegação.

Há outra questão que foi levantada aqui. O senhor falou da questão dos projetos de irrigação. A Codevasf só faz projeto de irrigação hoje... Para tocar um projeto para frente, tem de haver outorga de água. Quem faz outorga na bacia é a ANA. Há um comitê de bacias que rege isso... Nós trabalhamos hoje com foco na Lei 4.933, que é a Lei de Recursos Hídricos. Por isso é que foi falado que, em todas as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ações em que nós atuamos, nós precisamos ter um plano de bacias para conhecer o equilíbrio ambiental da região. Então, com respeito a esse item que o senhor comentou... A gente entende perfeitamente. É um projeto que estava na gaveta e, quando foi puxado... Mas, daqui para frente, o senhor tem de reestudar isso, mas tendo em mente – repito – que, sem água, você não faz a revitalização.

Com respeito à ocupação, sobre o que o senhor comentou, de pequenos e grandes agricultores, os grandes agricultores são a mola de desenvolvimento dos projetos. Se o senhor colocar só pequenos, vão falir, porque a atividade econômica feita no Semiárido... Se você não levar esse tipo de projeto que a Codevasf faz e o Dnocs faz, ninguém investe lá. O senhor não vai levar água, não há como levar água a essa região, ninguém vai investir. É como um loteamento, um local onde você vai fazer um loteamento ou fazer um parque industrial: você tem que colocar rua, colocar energia elétrica etc., senão ninguém entra lá dentro.

É o caso do sistema de irrigação, irrigação pública, esse projeto de irrigação: ele é totalmente diferenciado. Há a irrigação suplementar, que é feita pela iniciativa privada nas regiões onde chove, tem solo... A pessoa que tem a propriedade mete uma bomba lá no rio e puxa diretamente, não há necessidade de se fazer toda essa infraestrutura, é totalmente diferente. Então, o pequeno produtor, para entrar ali, tem que ter um tratamento diferenciado. O que dá retorno, de fato, é coisa que agrega mais valor, exige mais tecnologia. Então, há uma série de fatores para esse cidadão ficar ali dentro.

Outra questão que foi mencionada aqui, acho que através do pessoal... "Como vocês estão ganhando dinheiro se têm que ficar pagando luz?" Você tem pequenos e grandes proprietários, você tem, dentro da Bacia do São Francisco, os projetos chamados sociais – você tem o do Baixo São Francisco, na região de Itaparica. São projetos onde houve remanejamento de pessoal para fazer assentar, para fazer barragem... Por exemplo, ali perto de Barreiras, Bom Jesus da Lapa, o pessoal foi remanejado da bacia hidráulica de Sobradinho e foi assentado aqui perto da Lapa. Esse pessoal tem que ter um tratamento diferenciado, tem que se separar uma coisa da outra. Então, esse é o contexto desse uso. Repetindo: os lotes na área do Semiárido do pequeno agricultor têm que ter um tratamento diferenciado, talvez até com subsídios. Para o grande empresário, é diferente: ele chega lá, tem tecnologia própria, tem mercado, tem *business* para vender. Se o senhor for ao oeste da Bahia, verificará como funciona. O pessoal está diretamente ligado aos grandes mercados internacionais. Lá em Petrolina e em Juazeiro, já fica o pessoal da defesa sanitária olhando como o produto sai da lavoura, há todo um tratamento pós-colheita para depois ser dado o selo de exportação. O pequeno agricultor, para chegar nisso, tem que ter um certo aparato. Nós não podemos esquecer que uma coisa é diferente da outra.

Eu fico muito satisfeito de ver o interesse que o senhor está mostrando quanto ao que foi falado aqui dentro. Nós temos que somar, de fato. O pessoal da Sudene comentou isso, o Denocs é um parceiro grande que nós temos, e nossos trabalhos são complementares. Algumas coisas, dependendo da região, são parecidas, mas eu quero fortalecer o seguinte: a Região Nordeste tem uma grande população, e nós só vamos ter equilíbrio no País se esse pessoal for fixado na região.

O senhor – permita-me, viu? – faça uma conta do custo que há quando o pessoal se desloca para os grandes centros: montam favelas, invadem áreas, aí você precisa de polícia, tem que aumentar cadeia, o pessoal não tem chance de trabalhar, cestas básicas e uma série de outros fatores, além da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

perda de dignidade. Você tem que largar esse pessoal lá. A gente pode fazer uma conta, que é a seguinte. Todo mundo sabe de onde vem a população que está aqui em Brasília, na periferia, todo mundo sabe, os serviços sociais sabem. Por que, então, não fazer uma discussão com São Paulo, Rio, etc., etc., onde essa população está, no sentido de verificar quanto custa esse pessoal ficar nessas cidades e investir lá? Quer dizer, o Município, a capital renuncia ao que está no orçamento para investir lá, porque lá esse pessoal vai ter um retorno muito melhor, o custo é mais barato, e ele vai viver com dignidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Obrigado, Athadeu.

Senador Jaques.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Vou fazer mais uma pergunta.

Primeiro, eu lhe agradeço. Já o conheço como um dos pilares lá da nossa Codevasf.

Dentro do programa Novo Chico, que você falou que era para 20 anos, há a previsão também da dragagem?

O SR. ATHADEU FERREIRA DA SILVA (*Fora do microfone*.) – Tudo.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Tudo? Porque, na verdade, a dragagem tem de ser de Pirapora até Juazeiro...

O SR. ATHADEU FERREIRA DA SILVA (*Fora do microfone*.) – É, tem que fazer a batimetria dos trechos que estão dragados, porque não é contínuo o processo...

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Claro.

O SR. ATHADEU FERREIRA DA SILVA – Às vezes, em alguns casos, é preciso só fazer o caixão, só o corredor multimodal, corredor do navio, da chata, não precisa fazer toda a seção. A batimetria orienta nisso.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Como vocês fizeram esse trecho? Com uma draga?

O SR. ATHADEU FERREIRA DA SILVA – O problema de draga, o senhor sabe que é complexo, não é? Normalmente não há draga no São Francisco, é preciso trazer draga de São Paulo e, para deslocar a draga de um lugar para o outro, é caríssimo, tem que arrumar Tip Top, aquela história toda – acho que todo mundo sabe o que é isso. Então, não é muito fácil não. A gente tinha que ter, de fato, a draga na região. Ela tem que ficar em *stand-by;* na verdade, é isso.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – É por isso que eu lhe falei: apesar de vivenciar essa briga... Eu errei, não era Ministério do Meio Ambiente, era dos Transportes e Ministério da Integração, onde está a Codevasf. Ficavam... "A draga é de quem? No de Transportes ou no da Integração?" Para mim, não interessa a briga, interessa a gente fazer. Em muitas vezes, você tem chuva na cabeceira, mas nem sempre ela chega, exatamente pela perda...

O SR. ATHADEU FERREIRA DA SILVA – Há diversos fatores, mas hoje, com a regulação... Vocês devem acompanhar essa situação da ANA: ela faz uma reserva hídrica em Três Marias e, na medida do que é necessário, joga água em Sobradinho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Abaixo da barragem de Três Marias, há os rios sobre os quais comentei e que abastecem Sobradinho. Discute-se sobre o problema de evaporação. Então, há uma série de fatores, mas isso está ajustado, tanto é que, para este ano, Três Marias está com 70% de volume útil, e Sobradinho está 40% e mais alguma coisa. Espera-se que, com toda a demanda necessária para atender Itaparica, etc., etc., vai se chegar ao final do ano, na descendência do uso do reservatório, com 20%, 25% ou 18%, o que é satisfatório. Mas é preciso haver chuva no ano seguinte. E, para a água de fato correr, para o rio ficar perene, temos que fazer a revitalização.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Quero até aproveitar essa colocação, já que, agradecendo à Maria Clara, vou passar a palavra agora para o Romildo, para dizer que o que a gente tem percebido nos outros bancos, como no Banco do Brasil – também percebi um pouco isso na Sudam –, é que os pequenos produtores, principalmente os produtores rurais, têm certa dificuldade de tocar seus projetos porque não têm garantia. O Banco do Brasil, por exemplo, é o gestor do FCO, e o risco é dele. Então, ele usa muito mais o critério de não haver inadimplência do que propriamente o de atender os interesses sociais dos fundos. Os fundos constitucionais têm muito a ver com o interesse social.

Como é essa questão do Banco do Nordeste com relação às garantias, à escolha dos projetos? Realmente, há uma prioridade com relação ao interesse social dos projetos?

O SR. ROMILDO CARNEIRO ROLIM – Vou iniciar aqui abordando a pergunta do Senador Angelo Coronel.

Realmente, como foi dito aqui, nós não podemos, com o recurso do FNE, fazer o financiamento para Estados e Municípios, por conta de impedimento da lei. Agora, nas companhias estaduais de água e esgoto, nós já podemos fazer isso, porque elas têm receitas próprias. Aí a gente já fez isso. No ano passado, nós aplicamos em projetos de ampliação e de modernização de serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário quase R$2 bilhões. Acho que o Estado de vocês foi um exemplo disso. Então, a gente já faz isso, porque eles têm receitas próprias, são independentes e descolados da receita estadual e da estrutura do Estado. Isso não é feito diretamente com o Estado ou com o Município em si, porque eles têm receita própria. Então, já se pode fazer isso. A gente já avançou nessa questão.

Com relação ao orçamento do ano de 2018 para o FNE, no ano passado, tínhamos um orçamento de R$30 bilhões e fizemos R$32,6 bilhões. E, para a programação orçamentária do ano de 2019, foram aprovados R$23,7 bilhões. E a gente já percebeu que, por conta da programação de retorno e dos reembolsos, já temos algo em torno de R$2 bilhões. Então, já podemos ver aí que podemos chegar a algo em torno de R$25 bilhões, R$26 bilhões. Já conversamos com o Ministro Gustavo Canuto, para poder até fazer uma reunião do Condel proximamente, talvez em abril. Ele está programando isso juntamente com a Sudene, para ver em que setores eles vão alocar esses R$2 bilhões. Ele vai conversar com a Sudene sobre esses R$2 bilhões. Vai chamar os Governadores para fazer um novo Condel talvez em abril. Talvez, com uma melhor eficiência de reembolso, com uma melhor gestão da adimplência, a gente chegue até a fazer mais, para, no ano de 2019, chegar a algo em torno de R$28 bilhões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto a essa questão da privatização do Banco do Nordeste, a gente acompanha o que está sendo dito sim, mas, no âmbito interno do Banco do Nordeste, junto à Diretoria Executiva, não há essa agenda. Isso até nos motiva a fazermos ainda uma pauta melhor em termos de eficiência do banco. Fizemos isso no banco no ano passado.

O que a gente discute em toda a diretoria do banco e com a rede de agências? É que a gente faça um banco ainda mais eficiente. No ano passado, fizemos a aplicação do FNE e de todo o orçamento dos programas de microcrédito, reduzimos a inadimplência, fizemos toda a carteira e todo o orçamento, melhoramos a qualidade da carteira e reduzimos despesas administrativas. Para este ano, vamos continuar a fazer isso, buscando melhor eficiência, para mostrarmos ao Governo que nós já estamos cumprindo a missão de desenvolvimento na nossa área de atuação com eficiência. Por exemplo, há uma carteira em que nós aplicamos microcrédito urbano com uma inadimplência de 1,3%. Então, realmente, isso aí é um gol, isso é auditável. Temos que mostrar isto para o Governo, que nós devemos e queremos continuar a cumprir a missão de desenvolvimento, a missão desenvolvimentista regional, com esses níveis de eficiência. Vamos mostrar para o Governo que podemos fazer ainda mais e melhor. Esse é o nosso intuito, fazendo e mostrando isso.

Realmente, nós temos, sim, uma política... Na questão de garantias para o mini e pequeno produtor rural, nós já aplicamos... Na questão do pronafiano, a gente já faz isso dentro da metodologia do microcrédito. A gente leva a metodologia do microcrédito produtivo e orientado para o urbano. A gente faz o Crediamigo, que é urbano; a gente faz o AgroAmigo, a gente o faz através da orientação. E, para créditos de até R$50 mil, não há necessidade de garantia real. Então, a gente faz só com garantias fidejussórias. Não precisa disso. A gente já tem essa política e não faz isso.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Presidente, o banco continua exigindo carta de crédito para financiamentos maiores?

O SR. ROMILDO CARNEIRO ROLIM – A fiança bancária é exigida só quando a gente tem uma visão... O senhor fala de fiança bancária?

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – É.

O SR. ROMILDO CARNEIRO ROLIM – É só quando existe uma visão de risco no estudo de avaliação de risco e quando, para o cliente, não existem outras garantias para serem ofertadas ou mesmo quando o próprio cliente, entre as garantias que são listadas nas nossas regras, opta por oferecer.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Eu entendo que um banco de desenvolvimento tem de ter elementos facilitadores, ao mesmo tempo em que entendo que dinheiro público é para ser pago e devolvido, porque é ele que roda. Então, essa moda de que por que é do Banco do Nordeste não vou pagar, é óbvio, não pode acontecer. Mas, por outro lado, se a gente fizer o custo do crédito ao preço de mercado, deixa-se de ter o papel de banco de desenvolvimento.

Falo isso, porque fui Governador, e, ao final, por um aperto da própria Fazenda, começou a se exigir a fiança bancária, que onera, em geral, 2% ou 3%, talvez, ou mais.

E, quanto à questão de inadimplência, depois era bom fazer uma comparação, Presidente, porque há um preconceito sempre. O pessoal acha que inadimplente é sempre o pequeno, o pobre.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em todas as linhas de micro, são essas inadimplências de que ele falou. Quando um graúdo deixa de pagar, aí sim o buraco é imenso, e não sei qual é a taxa de inadimplência.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Normalmente, os mais pobres cumprem mais os seus compromissos, e os grandes costumam adiar o pagamento da dívida.

Agradeço.

Já passo, imediatamente, então, para as considerações finais, a palavra ao Sr. Angelo José de Negreiros Guerra.

O SR. ANGELO JOSÉ DE NEGREIROS GUERRA – Sr. Presidente, eu vou ser bem breve, pelo adiantado da hora.

Eu queria começar pelo questionamento do Senador Angelo Coronel.

O Dnocs, revitalizado, tem condição de desenvolver essas ações com mais eficiência em áreas nas quais a gente pensa que deve haver atuação nacional, como está dito na própria denominação do órgão.

Quanto à segurança de barragens, por conta do acidente em Brumadinho, isso gerou, após o acidente, um problema seriíssimo dentro do Dnocs.

Eu queria deixar bem claro que a tecnologia para a construção de barragem de rejeito e a tecnologia para a construção de barragem de reservação de água são totalmente diferentes. Apesar de o Dnocs não ter a manutenção devida em suas barragens, são barragens seguras. Vou citar aqui um exemplo: foi feita a recuperação agora de uma barragem no Rio Grande do Norte chamada Itans, que tem 84 anos de construção, e só foi feita simplesmente a limpeza dos taludes e a recuperação dos equipamentos hidromecânicos dessa barragem. Cito isso como exemplo, mas isso não quer dizer que o Dnocs não tenha de pedir o recurso para a manutenção. Tem que ser feita a manutenção, sim. O custo de recuperação é altíssimo. Citei aqui os custos que a gente tem de recuperação de barragens do Dnocs, que chegam à casa de R$400 milhões.

Quanto ao que o Senador Jaques Wagner colocou, eu queria aqui, Senador, fazer uma contribuição sobre a dragagem do rio. No meu entendimento, é preciso revitalizar e deixar que o assoreamento seja feito naturalmente. E o que se gasta com a dragagem, como foi dito pelo colega da Codevasf, o senhor poderia aplicar nessa revitalização. Eu creio que essa é a saída. Essa é uma contribuição. O Dnocs não atua no São Francisco.

Quanto à "convivência com a seca", eu concordo com o senhor. Quero dizer que isso foi tratado dentro do Dnocs e que o ancião de 110 anos não gostou muito, não! "Olha, deixe aí minha denominação do jeito que está, porque são 110 anos com esse nome!" Mas o senhor pode ter certeza de que isso foi discutido.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – É que, por sorte, o nome continuaria o mesmo, porque a "convivência com a seca" seria pertinente ao Dnocs mesmo. Só mudaria a interpretação da sigla, porque o "c", de combate ou de convivência, seria mantido. Mas entendo. É que eu acho que é um conceito mais próprio.

O SR. ANGELO JOSÉ DE NEGREIROS GUERRA – Concordo com o senhor.

E, quanto ao Perímetro Salitre, eu queria dizer que não é do Dnocs. Então, a gente não poderia tentar ver o que está ocorrendo lá para tentar resolver o problema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria agradecer ao Senador Jean Paul, que não está aqui presente, pelo reconhecimento da atuação do órgão Dnocs. Quero dizer para ele que, quanto à Barragem de Oiticica, que está em execução pelo Dnocs, a disponibilidade dos recursos está sendo discutida para que haja a conclusão dessa barragem ainda neste ano. Eu ia dizer exatamente isto para ele: isso está sendo discutido no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Regional, e a gente tem a perspectiva de que isso seja possível.

Quanto ao Deputado Júlio Cesar, eu também quero fazer um agradecimento pelo reconhecimento e também pela forma como ele colocou, dizendo que existem recursos disponíveis. Quero dizer para ele que os Tabuleiros Litorâneos de Guadalupe necessitam hoje de R$289 milhões para a conclusão plena do perímetro, e é um perímetro também que, para a região do Piauí... Qual é a região mesmo, pessoal? Eu esqueci. É a de Guadalupe.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ANGELO JOSÉ DE NEGREIROS GUERRA – Não, não! Não é a sede, é a região que é beneficiada com o perímetro.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ANGELO JOSÉ DE NEGREIROS GUERRA – É Gurgueia, é o Vale do Gurgueia. Então, ele é muito importante para o Vale do Gurgueia.

Ele tem uma diferença em relação aos outros perímetros. É o seguinte: nos outros perímetros, nós temos água o ano todo, mas lá nós temos água por conta de ser feita a captação na Barragem de Boa Esperança, no Rio Parnaíba.

O Deputado Bosco também fez um reconhecimento à atuação do Dnocs lá, na pessoa do Dr. Wesley. Eu só queria agradecer.

O senhor perguntou como é que se atua em relação às prioridades. O Dnocs tem uma infraestrutura hídrica, tem sustentabilidade hídrica nessa região do Semiárido e tem projetos exatamente para atender a região mais árida dessa área. E o que a gente tem para exemplificar? A Barragem Fronteiras está em execução no Município de Crateús, no Estado do Ceará, que é a região mais árida do Estado. Ela vai atender, de imediato, mais de 300 mil pessoas quando for concluída. São 11 sedes municipais.

Eu queria agradecer ao senhor pelo convite e dizer que nós vamos estar sempre disponíveis para debater.

Outra coisa que o Senador Jean Paul falou aqui é de que a gente não deve ter medo de colocar que o Dnocs é uma instituição muito importante para o desenvolvimento do Semiárido nordestino.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Eu queria até aproveitar a presença aqui do Senador Angelo Coronel e do Senador Jaques Wagner, que são do Nordeste, para dizer que estive em Israel, e, por incrível que pareça, foi um brasileiro que fez a apresentação da usina de dessalinização.

V. Exa., que foi Governador, estudou essa questão, se seria viável essa questão?

O grande problema do Nordeste, pelo que vejo aqui, é a água.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Não, na verdade, nós temos pequenas unidades de dessalinização, quando se cava um poço e quando o poço dá água salobre. E nós ainda temos muita água subterrânea. Por exemplo, no Aquífero de Tucano, eu fiz um trecho do aproveitamento. São poços profundos de mais de 500m, mas, efetivamente, se não há o recurso de água de subsolo nem de água que possa ser coletada da chuva, o que seria uma eventualidade, o custo – não sei se o pessoal conhece – é efetivamente muito maior.

Por acaso, sou judeu e já visitei várias vezes Israel. Evidentemente, lá eles não têm recurso nenhum, porque mais da metade do território é o Deserto do Negev. Então, eles têm uma *expertise* fantástica. Acho que isso pode ser mitigado. Assim como há fontes de energia mitigadas, você pode mitigar. Agora, nós ainda temos recursos de subsolo que podem ser aproveitados, creio eu, a um preço mais barato do que o da dessalinização.

O SR. ANGELO JOSÉ DE NEGREIROS GUERRA (*Fora do microfone*.) – Senador, permita-me...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Pois não.

O SR. ANGELO JOSÉ DE NEGREIROS GUERRA – Eu me esqueci de falar aqui, quando foi dito sobre a miniusina, Senador Angelo Coronel, que o Dnocs tem uma parceria com a Universidade Federal do Estado do Ceará para um projeto em que ele quer utilizar o espelho d'água do reservatório do Castanhão como um projeto piloto. Através da implantação de placas fotovoltaicas, nós resolveríamos dois problemas: primeiro, gerando energia; a energia desse projeto piloto poderia, sim, ser aplicada em parte na transposição do Rio São Francisco, porque esse é um problema muito sério desse projeto; e a outra questão seria evitar a evaporação.

Quero dizer também, quanto à dessalinização, que a gente tem um diferencial muito grande em relação a esses países onde existe a dessalinização. Eu também concordo com o senhor: nós temos perdas nos sistemas de 46% e deveríamos começar, primeiro, antes da dessalinização, que é muito cara, a tentar diminuir essas perdas.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Realmente, é isso.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) – Presidente Izalci, só para poder entender melhor.

Eu não entendi bem, Dr. Angelo: na lâmina d'água do Castanhão, colocar placa fotovoltaica?

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Deixe-me só ajudar.

Lá nós estamos com um belo projeto que está sendo feito na Barragem de Santa Helena por alguém que vai entrar em um leilão de energia fotovoltaica. O que acontece? É evidente que você tem que calcular e fazer a separação para que não se perca a oxigenação daquele conjunto, daquela barragem, como no caso de Santa Helena, mas é fantástico, porque você diminui a área de evaporação, garante a área de oxigenação, e ali você está gerando energia que se joga no sistema.

O SR. MÁRIO DE PAULA GUIMARÃES GORDILHO – E aumenta a produtividade – ouviu, Senador? – da placa.

O SR. ANGELO JOSÉ DE NEGREIROS GUERRA (*Fora do microfone*.) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Pois não.

O SR. ANGELO JOSÉ DE NEGREIROS GUERRA – Sobre o que o senhor falou aí, já existe um projeto piloto – inclusive até a Chesf também já começou –, que é o seguinte: o senhor, quando faz

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

isso em área que não seja um espelho d'água, o senhor tem que fazer o resfriamento dessas placas; no caso de o senhor colocar no espelho d'água, o senhor não teria mais esse problema. E ainda colocou muito bem o Senador Jaques Wagner o seguinte: você faz isso de forma que não cause nenhum problema ambiental, porque o senhor sabe que no espelho d'água existe muita vida. Então, isso aí é um projeto... Já existe um piloto feito, iniciado pela Chesf; há esse outro que o Senador citou; e esse nosso é um acordo de cooperação com a Universidade Federal do Estado do Ceará que a gente quer implementar. E, se o espelho do maior reservatório do Dnocs, que é o Castanhão, funcionar, a gente vai extrapolar isso para os demais. Com essa forma de gerar energia, pode ser que a gente consiga que esse projeto tenha condição de ser financiado e ir para frente.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MA) – Senador...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Bem, eu proponho aqui, antes que eu esqueça, a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 5ª Reunião da Comissão.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal* juntamente com as notas taquigráficas.

Chegou agora aqui, antes do encerramento, o nosso querido Líder do PSDB e nosso colega, amigo, Líder do Maranhão, Senador Roberto Rocha.

V. Exa. tem a palavra.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MA) – Sr. Presidente, é só para cumprimentar.

Eu chequei agora porque estava ali na CCJ desde cedo acompanhando a audiência pública com o Ministro Sergio Moro sobre o pacote anticrime, mas eu não poderia deixar de passar aqui para cumprimentar todos que aqui já se pronunciaram, cumprimentar esta Comissão e dizer que sou um entusiasta da Sudene, do Dnocs e, muito especialmente, do BNB, que atua no meu Estado, o Maranhão, e que neste ano que passou produziu um saldo jamais visto na história do Estado. É um Estado que tem muitas riquezas naturais, mas que necessita muito de investimentos, sobretudo privados, uma vez que o investimento público, a gente sabe, cada vez está mais curto. E o BNB deu um salto nos investimentos no Estado do Maranhão, de R$1,8 bilhão para quase R$5 bilhões, de tal modo que eu não posso perder a oportunidade aqui de cumprimentar a direção inteira do Banco do Nordeste na pessoa do Dr. Romildo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Esta Presidência agradece a disposição dos convidados em comparecer a esta Comissão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 19 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 27 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 7ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE ABRIL DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às dez horas e um minuto do dia três de abril de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob as Presidências dos Senadores Izalci Lucas e Zenaide Maia, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Marcelo Castro, Dário Berger, Eduardo Gomes, Daniella Ribeiro, Plínio Valério, Elmano Férrer, Styvenson Valentim, Juíza Selma, Veneziano Vital do Rêgo, Eliziane Gama, Leila Barros, Flávio Arns, Jaques Wagner, Humberto Costa, Otto Alencar, Zequinha Marinho, Jorginho Mello, Paulo Paim, Jayme Campos, Telmário Mota, Paulo Rocha, Wellington Fagundes e Marcos do Val. Deixam de comparecer os Senadores Randolfe Rodrigues, Lucas Barreto, Omar Aziz e Chico Rodrigues. Justifica ausência a senadora Soraya Thronicke. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo n° 11, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir a situação de obras paralisadas do Programa Minha Casa, Minha Vida." **Autoria:** Senador Angelo Coronel. **Resultado:** Retirado pelo autor. **ITEM 2 - Requerimento da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo n° 12, de 2019** que: "Nos termos do arts. 73, 74 e 76 do Regimento Interno, requeremos a criação de subcomissão temporária, no âmbito desta CDR, para acompanhamento das obras da Usina de Belo Monte." **Autoria:** Senador Zequinha Marinho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 3 - Requerimento da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo n° 13, de 2019** que: "Requer realização de audiência pública para tratar da limitação de acesso às praias por parte de barracas e empreendimentos privados." **Autoria:** Senador Styvenson Valentim e Senador Lasier Martins. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 4 - Requerimento da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo n° 14, de 2019** que: "Requer a realização de Audiência Pública para apresentação de balanço das políticas públicas sociais redistributivas dos últimos 10 anos pelas instituições criadas pelo governo para esse fim." **Autoria:** Senador Zequinha Marinho. **Resultado:** Prejudicado. **ITEM 5 - Requerimento da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo n° 15, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do Artigo 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, que a Política de Centros de Desenvolvimento Regional, desenvolvida pelo Ministério da Educação em escala piloto, seja objeto de avaliação por esta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo no presente ano." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Subscrito pelo Senador Elmano Férrer. **ITEM 6 - Requerimento da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo n° 18, de 2019** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senado Federal, a realização de audiência pública para debater do PLS 465, de 2018, que altera os limites do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **Observação:** O Plenário da Comissão aprova a inclusão dos seguintes convidados: representante da Secretaria do Meio Ambiente do Maranhão, representante do Ministério do Meio Ambiente, representante do ICMBio, e representante do Ministério do Turismo. **ITEM 7 - Requerimento da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo nº 19, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PLS 465/2018, que altera os limites do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses." **Autoria:** Senadora Zenaide Maia. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 8 - Projeto de Lei da Câmara nº 176, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974, que "dispõe sobre a criação da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco – CODEVASF – e dá outras providências"." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Pela rejeição. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 9 - Projeto de Lei do Senado nº 789, de 2015 (Complementar) - Não Terminativo -** que: "Autoriza o Poder Executivo a criar a Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento Econômico do Polo Caruaru/PE e Campina Grande/PB e instituir o Programa Especial de Desenvolvimento desse Polo." **Autoria:** Senador Douglas Cintra. **Relatoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo. **Relatório:** Pela aprovação com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 10 - Projeto de Lei do Senado nº 365, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Institui normas gerais para a revitalização da bacia hidrográfica do rio Taquari." **Autoria:** Senador Pedro Chaves. **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 11 - Projeto de Lei do Senado nº 465, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Altera os limites do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses." **Autoria:** Senador Roberto Rocha. **Relatoria:** Senador Elmano Férrer. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta. **Observação:** Sobrestado pela aprovação dos REQ 18/2019 e 19/2019-CDR. **ITEM 12 - Ofício "S" nº 29, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Encaminha Parecer Técnico Conjunto nº 3, de 2018, com contribuições da Agência Nacional de Águas ao Relatório de Avaliações de Políticas Públicas sobre Segurança hídrica e gestão das águas nas regiões Norte e Nordeste, resultado do trabalho da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo." **Autoria:** Agência Nacional de Águas. **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Pelo conhecimento e arquivamento e pela aprovação do Requerimento nº 16 de 2019 - CDR que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório que passa a constituir Parecer da CDR pelo conhecimento e arquivamento, juntamente com a aprovação do Requerimento nº16 de 2019 - CDR. **ITEM 13 - Requerimento da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo nº 16, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre o estado atual do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (PISF)." **Autoria:** Senador Otto Alencar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 14 - Projeto de Lei do Senado nº**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

204, de 2018 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974, para incluir o Vale do Rio Vaza-Barris na área de atuação da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF), e dá outras providências." **Autoria:** Senador Antonio Carlos Valadares. **Relatoria:** Senador Jaques Wagner. **Relatório:** Pela prejudicialidade (votação simbólica). **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir Parecer da CDR. É declarado prejudicado o Projeto. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e dezesseis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Izalci Lucas

Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/04/03

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Havendo número regimental, declaro aberta a 7ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 6ª Reunião da Comissão da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com as notas taquigráficas.

Recebemos da Câmara Municipal de Caldas, Minas Gerais, o Ofício 53 – CMC, de 2019, que encaminha moção de apoio ao fortalecimento da legislação de licenciamento e fiscalização ambientais, de autoria da Vereadora Rita de Cássia Westin e do Vereador Mauro Fernando de Oliveira, iniciativa decorrente da preocupação com a segurança das instalações remanescentes da antiga exploração da mina de urânio do Município mineiro, entre essas uma barragem de rejeitos radioativos. A moção encontra-se publicada na página da CDR.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Recebemos também ofício dos Exmos. Srs. Mauro Carlesse, Governador do Estado de Tocantins; Artur Lemos Júnior, Secretário de Meio Ambiente e Infraestrutura do Rio Grande do Sul; e Romildo Macedo Mafra, Superintendente de Recursos Hídricos do Estado do Piauí, em agradecimento ao envio das publicações da CDR referentes ao relatório de avaliação da Política Nacional de Segurança de Barragens.

Encerra-se hoje o prazo do Aviso 201, de 2019, do TCU, para a manifestação de V. Exas. O aviso será encaminhado para o Arquivo do Senado Federal.

Recebemos o Memorando nº 049, de 2019, comunicando a ausência da Senadora Soraya Thronicke na presente reunião. Sua justificativa será registrada em ata.

Comunico a agenda de reuniões da Comissão para a próxima semana.

No dia 10 de abril, quarta-feira, às 9h, acontecerá audiência pública com a presença do Exmo. Sr. Marcelo Álvaro Antônio, Ministro de Estado do Turismo, para apresentar as ações do Ministério para os próximos dois anos. Então, está confirmada a audiência para o dia 10, às 9h.

Expediente.

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião é destinada à discussão e à votação de matérias.

O item 1 trata de requerimento da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. Foi solicitada a retirada de pauta. A autoria é do Senador Angelo Coronel.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 1
REQUERIMENTO Nº 11, DE 2019
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir a situação de obras paralisadas do Programa Minha Casa, Minha Vida.

Autoria: Senador Angelo Coronel)

Item 2: Requerimento da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo nº 12, de 2019.

ITEM 2
REQUERIMENTO Nº 12, DE 2019
- Não terminativo -

Nos termos do arts. 73, 74 e 76 do Regimento Interno, requeremos a criação de subcomissão temporária, no âmbito desta CDR, para acompanhamento das obras da Usina de Belo Monte.

Autoria: Senador Zequinha Marinho

Como é de autoria do Senador Zequinha Marinho, vou aguardar a presença do Senador para a deliberação.

Há outro requerimento da Comissão de autoria do Senador Lasier Martins. Também vamos aguardar a presença do Senador para a aprovação.

Nós colocaremos em votação, em princípio, apenas os itens que contam com a presença dos Senadores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Da mesma forma, o item 4 trata de requerimento de autoria do Senador Zequinha Marinho.

Convido aqui a Senadora Zenaide, nossa Vice-Presidente, a assumir a Presidência, para que eu possa convencê-los da aprovação da matéria constante do item 5, que é de minha autoria, para que eu possa fazer a defesa da aprovação do requerimento. (*Pausa.*)

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Bom dia!

É o item 5: Requerimento da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo nº 15, de 2019, do Senador Izalci.

ITEM 5
REQUERIMENTO Nº 15, DE 2019
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do Artigo 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, que a Política de Centros de Desenvolvimento Regional, desenvolvida pelo Ministério da Educação em escala piloto, seja objeto de avaliação por esta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo no presente ano.

Autoria: Senador Izalci Lucas

Concedo a palavra ao autor do requerimento.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF. Para encaminhar.) – Quero pedir o apoio dos nossos colegas Senadores e Senadoras.

Esse requerimento trata exatamente de um tema que, por diversas vezes, já discutimos aqui na Comissão, que é a implantação dos Centros de Desenvolvimento Regional. Esse é um projeto que foi criado no Ministério da Educação, em parceria com o Ministério da Ciência e Tecnologia, com o apoio do CNPq, da Capes, do Sebrae e de todo o setor empresarial, da CNI, da CNC, e com o apoio dos institutos de educação, no sentido de estudar um pouco mais as vocações de cada região, aproveitando todo o conhecimento científico que nós temos nas universidades e nos institutos de pesquisa.

Inicialmente, nós adotamos, na época, quatro regiões que foram pilotos, como Campina Grande e Brasília. Agora está sendo implantado também na região do Triângulo Mineiro; em Itapeva, São Paulo; e também no Rio Grande do Sul. Inclusive, estivemos no GSI, na Presidência da República, mostrando o projeto, os resultados já obtidos em Campina Grande, no sentido de transformar isso numa política pública nacional, porque nós sabemos do grande desafio na geração de emprego e renda, para, inclusive, diminuir as desigualdades regionais.

Como a nossa Comissão é exatamente a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, ela se encaixa muito bem nisso.

Então, naquela proposta de definir um projeto, eu pedi, inclusive, ao Senador Veneziano, que também representa Campina Grande muito bem e que conheceu o projeto lá, para que, neste ano, a exemplo do que foi feito no ano passado na questão do estudo que fizemos das barragens, pudéssemos dedicar o estudo a esse projeto dos Centros de Desenvolvimento Regional. E esse item trata dessa matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu gostaria de pedir o apoio de todos os Senadores e Senadoras para que possamos aprovar o requerimento e, imediatamente, começar o trabalho na definição dessa política de desenvolvimento regional e turismo.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Em votação.

Alguém quer comentar o requerimento?

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PI. Para discutir.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu queria fazer apenas um comentário, dentro de uma realidade vivida no passado.

Campina Grande foi realmente um centro de excelência, sempre o foi historicamente, começando pela Faculdade Politécnica de Engenharia; mais adiante, na área da mecânica; e, recentemente, como um polo de Tecnologia de Informação, ou seja, Campina Grande é, realmente, uma referência. E foi muito bem escolhido esse centro, porque já é uma realidade que vem há várias décadas.

Então, eu quero parabenizá-lo pela iniciativa muito boa, o que, no meu entendimento, é uma das missões desta Comissão.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Algum colega Senador quer fazer algum comentário? (*Pausa.*)

Em votação o requerimento.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Eu queria parabenizá-lo por essa ideia.

Não existe desenvolvimento sem educação. Chamar a educação para ver a situação regional deste País é uma coisa... Nós temos universidades públicas com notas e avaliações excelentes, temos Institutos Federais de Tecnologia. Então, essa é uma ideia brilhante! Eles estão lá na base e estão vendo se a gente junta o conhecimento com a vida real, com a prática.

Parabéns, Izalci!

Está aprovado o requerimento.

Agora, será cumprida a decisão da Comissão.

Vou devolver a Presidência para o senhor. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Agradeço o apoio dos Senadores e Senadoras.

Voltamos à pauta: item 6, que trata de requerimento da Comissão.

ITEM 6

REQUERIMENTO Nº 18, DE 2019

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para debater do PLS 465, de 2018, que altera os limites do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses.

Autoria: Senadora Eliziane Gama

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

- Se aprovado, fica sobrestado o PLS nº 465, de 2018.

Vou conceder a palavra à Senadora Eliziane Gama, para fazer o encaminhamento do requerimento, mas, antes, eu gostaria apenas de sugerir, se V. Exa. concordasse... Existe outro requerimento na mesma...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Isso! É de autoria da minha querida Senadora Zenaide.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Também é de autoria da Senadora Zenaide.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Ambos, que está no item 7. Que a gente pudesse discutir em conjunto aqui os requerimentos do item 6 e do item 7.

ITEM 7

REQUERIMENTO Nº 19, DE 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PLS 465/2018, que altera os limites do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses.

Autoria: Senadora Zenaide Maia

Observações:

- Se aprovado, fica sobrestado o PLS nº 465, de 2018.

É evidente que são praticamente os mesmos convidados, mas eu gostaria até de solicitar a V. Exas., há um pedido para que a gente também coloque no requerimento a presença do representante do ICMBio...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Isso e do Secretário Estadual de Meio Ambiente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – ... e do Ministério do Turismo. Então, se V. Exas. concordarem...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sim, e eu queria incluir, Presidente, além disso, o Secretário de Meio Ambiente do Estado do Maranhão.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – O.k.

Então, com a palavra V. Exa., Senadora Eliziane Gama, e depois a nossa Senadora Zenaide Maia.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, nós apresentamos o requerimento, porque, quando você recebe de antemão as colocações que foram apresentadas justificando este projeto, parece algo muito bom: vai ampliar a área de conservação, vai fazer investimento no turismo. Mas, na verdade, para mim se torna muito estranho fazer um projeto dessa magnitude, com impacto ambiental que nós também não sabemos ainda mensurar, sem sequer ouvir as quase 3 mil pessoas que moram no entorno. Nós temos lá um quantitativo da área que será desafetada por um número de 2.654 pessoas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por exemplo, hoje há várias professoras e outros movimentos que trabalham a questão ambiental extremamente preocupados. A Universidade Estadual do Maranhão e outras organizações do Estado estão preocupadas com o impacto que isso vai representar para uma comunidade que está lá instalada há um tempo e, ao mesmo tempo, o que isso vai representar para a vida dessas pessoas.

Então, nesse sentido nós entendemos que é necessário fazer uma audiência pública. A gente não pode fazer nenhum tipo de investimento sem ouvir as pessoas que estão no entorno, o que isso vai representar do ponto de vista de impacto e o que isso vai representar do ponto de vista de compensação. Então, a gente fez esse encaminhamento.

Eu queria cumprimentar a minha amiga Zenaide pela preocupação que ela tem relação em relação à área ambiental e, portanto, também regional.

A vinda das representações do ICMBio e da questão ambiental do Estado do Maranhão tornará o debate muito mais rico, tornará o debate muito mais aprofundado. E aí, sim, a partir daí, nós teremos, na verdade, o juízo de valor já bem mais formado para procedermos às nossas votações.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Com a palavra, a Senadora Zenaide.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para encaminhar.) – Só cumprimentando a colega, apesar de ser Rio Grande do Norte, mas me chamou atenção. E digo parabéns.

Mais ou menos isso... Inclusive, há dados da universidade de que não só são essas 2.654 pessoas que moram; a universidade mostra que há quase 5 mil e chama atenção para que essas pessoas já estavam lá quando o parque foi criado. Então, a gente achou que deveria ouvir ambas as partes. Acho interessante que se ouça também o Ministério do Turismo, o do Meio Ambiente e o ICMBio – por que não? –, vamos ouvir as partes, mas é como ela diz: é importante, quando se diz que se vão reduzir áreas de preservação ou retirar moradores nativos de uma região, haver um debate bem mais amplo. E eu concordo com o senhor: vamos acrescentar todas as instituições, vamos ouvir ambos os lados.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Eu só quero informar, uma falha: a sugestão da inclusão do ICMBio e do Ministério do Turismo foi exatamente do Senador Roberto Rocha, também do Maranhão, que pediu que eu colocasse a V. Exas. para que V. Exas. pudessem permitir também a inclusão.

Senador.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PI. Para discutir.) – Presidente, como Relator, inclusive, com o relatório já lido no ano passado, eu reputo da mais alta relevância o requerimento e a proposição da nossa colega Eliziane. Creio que realmente é muito pertinente. E nós fazemos com isso uma abertura de caráter democrático sobre o impacto não só da questão relacionada ao meio ambiente, como sobretudo àquelas comunidades que já moram naquele parque. Creio que com isso nós vamos aperfeiçoar o projeto.

Eu quero parabenizá-la.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Esse tema é um tema recorrente no Brasil todo. Com o próprio Senador Dário Berger, numa recente medida provisória, nós chegamos a debater esse tempo com relação ao DF, com relação à Santa Catarina e outros parques, que normalmente foram constituídos após, bem depois de as pessoas estarem lá já

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

residindo há anos e anos. Então, foi retirado, exatamente porque é questão de medida provisória, há uma inconstitucionalidade no sentido de que só pode ser através de projeto de lei. Mas eu tenho certeza de que essa audiência vai contribuir muito com relação às demais regiões, aos demais parques e regiões de meio ambiente para a gente regularizar isso de uma forma geral.

Senador Dário.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC. Para discutir.) – Senador, só para contribuir com a discussão, quanto a essa questão dos parques ambientais nacionais, representa um problema seriíssimo para as comunidades locais, porque invariavelmente o Governo Federal vai lá, estabelece uma poligonal; dentro dessa poligonal, institui que tudo o que está ali dentro seria um parque nacional ambiental.

Até aí, muito bem, muito bom, excelente, nós não somos contra os parques ambientais. Acontece que, dentro desses parques nos quais foram delimitados, existem centenas de milhares de pessoas em áreas já consolidadas que simplesmente ficam definitivamente impedidas de qualquer procedimento com relação às suas propriedades. É o caso do Parque Nacional de São Joaquim, por exemplo, do qual, há muito tempo, nós estamos tentando também alterar a delimitação, não pelo desejo de diminuir o tamanho do parque, mas, sim, para fazer justiça com aquelas pessoas que ali vivem, que viveram dezenas de centenas de anos, cujas propriedades não têm mais como serem utilizadas. De maneira que disso se precisaria, Presidente – e eu parabenizo V. Exa. pela iniciativa – fazer uma revisão.

Aqui em Brasília mesmo, nós temos dois problemas sérios, que é a Floresta Nacional e o Parque Nacional de Brasília, o qual tem uma área consolidada com mais de mil pessoas, e efetivamente ninguém pode investir ali, ninguém pode, é área consolidada, há pessoas dentro do parque. E, como se decretou que isso é um parque ambiental, quer dizer, o Governo do Distrito Federal não pode investir, o Governo Federal não investe, ninguém investe, e as pessoas ficam abandonadas, como é o caso de outros parques, por exemplo, que, se o Governo, inclusive, delimitasse, estabelecesse os parques, as pessoas que estão lá legitimamente proprietárias de suas terras poderiam efetivamente ser indenizadas e partir para uma nova vida, uma nova atividade agrícola e comercial. E, não, simplesmente o Governo ignora essas necessidades das pessoas que ali moram há muito tempo.

Portanto, eu quero louvar V. Exa. pela iniciativa, quero dar o meu total apoio. É uma discussão que me chama atenção. E acho que nós devemos nos debruçar sobre ela para tentar, pelo menos, minimizar os problemas advindos da delimitação dos parques em nível do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Bem, indago se existe mais alguém, algum Senador que queira fazer algum pronunciamento. (*Pausa.*)

Então, eu vou botar em votação.

Em votação os dois requerimentos, o item 6 e o item 7, que são semelhantes.

As Sras. e Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados.

Serão incluídas aí...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente, só uma...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – ...as instituições que colocamos...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – ICMBio, Ministério do Turismo, do Meio Ambiente, para que a gente possa...

Inclusive, eu vou retirar de pauta, de ofício, o item 11, que é o Projeto de Lei 465, de 2018, ficando este sobrestado até que seja realizada, então, a presente audiência pública.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 11

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 465, DE 2018

- Não terminativo -

Altera os limites do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses.

Autoria: Senador Roberto Rocha

Relatoria: Senador Elmano Férrer

Relatório: Pela aprovação com uma emenda que apresenta

Observações:

- Foram apresentados o REQ 18/2019-CDR e o REQ 19/2019-CDR, de autoria das Senadoras Eliziane Gama e Zenaide Maia, respectivamente, para instruir a matéria;

- A matéria segue para apreciação da CMA - Comissão de Meio Ambiente, em decisão terminativa).

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Só um adendo, Presidente, que é importante, quando a gente fala da questão do desenvolvimento da proteção ambiental, a gente lembrar, por exemplo, das reservas extrativistas que vêm exatamente com essa proposta, você tem um aproveitamento, por exemplo, dos produtores, dos pescadores, ou seja, garante a atividade econômica e garante também a proteção ambiental. Não é o que está ocorrendo aqui. Então, a exploração pela exploração a gente não pode admitir. Você tem que saber o impacto ambiental que isso vai representar para a vida das pessoas no presente e no futuro.

Então, é esse, na verdade, o nosso olhar. A gente não tem um olhar aqui voltado para inibir, por exemplo, o crescimento econômico. Ao contrário, nós precisamos é fazer com que as duas coisas caminhem de mãos dadas, porque vai sair todo mundo ganhando.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Lógico.

Bem, eu indago aos Srs. Senadores: vamos retornar aos itens 2 e 4, com a presença do Senador Zequinha, que tem um compromisso?

O item 2 da pauta.

ITEM 2

REQUERIMENTO Nº 12, DE 2019

- Não terminativo -

Nos termos do arts. 73, 74 e 76 do Regimento Interno, requeremos a criação de subcomissão temporária, no âmbito desta CDR, para acompanhamento das obras da Usina de Belo Monte.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Zequinha Marinho

Eu só gostaria de dizer, antes de V. Exa. fazer a defesa, Senador, que nós temos que depois definir os membros. Eu proponho que a gente crie, são três membros titulares e três suplentes, seria o Presidente, o Vice-Presidente e o Relator, e depois, aprovado o requerimento, com aqueles que tiverem interesse em participar, vamos definir os nomes.

Com a palavra o Senador Zequinha Marinho.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA. Para encaminhar.) – Obrigado, Presidente.

Só faço uma rápida defesa e dar aqui um testemunho, digamos, assim ocular, o complexo Belo Monte construiu com os Municípios e as comunidades uma lauda de 23 condicionantes distintas para que o complexo fosse estabelecido, construído e assim sucessivamente. Eu não sei o que aconteceu no início da constituição dos grupos que incluem prefeitos, câmaras e a comunidade. Se o senhor tiver um dia a oportunidade de visitar Altamira e tocar nesse assunto, é um assunto extremamente nervoso, complexo e muito problemático.

Então, não há como a gente ficar de fora desse debate, porque a diferença entre a força da Norte Energia, que o consórcio que construiu, e as comunidades que foram atingidas e, às vezes, mal pagas por suas propriedades e por suas obras de infraestrutura que existiam é um negócio maluco. Então, não há como a gente ficar de fora, e eu quero aqui contar com a aquiescência dos colegas para a aprovação da criação dessa subcomissão, porque não só na área social e econômica, mas também na questão da infraestrutura, a gente tem ouvido falar de situações delicadas também, além dos problemas relacionados à questão ambiental, que são muito sérios no caso das populações que viviam da pesca, que sobreviviam do rio naquela região.

Então, a necessidade de aprovação passa exatamente por essas justificativas.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Indago se algum Senador... (*Pausa.*)

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PI) – Eu queria só fazer um comentário...

(*Interrupção do som.*)

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PI. Para discutir.) – ... o Paulo Rocha, do Pará, nós outros e Davi Alcolumbre, que presidia esta Comissão, estivemos naquela gigantesca obra.

Realmente, é preocupante como foi concebida e, embora tenhamos o Tribunal de Contas da União, a Controladoria-Geral da União e outras instituições fiscalizadoras... É grande obra, é inegável, fundamental, embora devesse existir um projeto que fosse um barramento hidrelétrico, quer dizer... Ela foi concebida a fio d´água, para que o impacto ambiental não fosse tão significativo, mas a produção no outro sistema de hidrelétrica, a produção de energia, seria duas vezes maior do que é hoje.

Mas a realidade é que, quando nós estivemos lá, constatamos uma série de demandas da população, não só da indígena como das ribeirinhas. Muitos compromissos assumidos não foram cumpridos, e eu creio que é importante, digamos, que essa comissão, que seria temporária, a exemplo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de uma constituída no passado que dizia respeito à transposição do São Francisco para o Ceará, etc., etc. Realmente, creio ser uma das obrigações desta Comissão. Entretanto, seria importante também nós levarmos em consideração a existência de órgãos que fazem parte da estrutura do Estado brasileiro, caso da Controladoria-Geral da União e do próprio Tribunal de Contas.

E naquele momento eu indagava a quem estava ao meu redor: como é feita a fiscalização e o acompanhamento das plataformas a 200 quilômetros da costa do Brasil? Como o Governo, o Estado, acompanha todas aquelas obras, investimentos fantásticos, que deram no que deram?

Então, procede... Eu acho que nós temos que avançar muito mais. O Estado tem o dever de fazer um acompanhamento desde a concepção. São projetos da iniciativa privada sem nenhum acompanhamento do Estado brasileiro através dos seus órgãos de controle. Então, eu não diria omissão nossa, parlamentar, mas da própria estrutura do Estado. Então, é realmente...

Eu aplaudo o requerimento do nosso estimado Senador Zequinha e vou além. Quer dizer, há essa preocupação nossa com as grandes obras que estão sendo feitas neste País, ou que foram feitas e estão aí inacabadas por incompetência ou omissão do Estado brasileiro. Então, eu vejo que nós temos, não só como órgãos legislativos, mas como fiscalizadores... O Tribunal de Contas é um órgão auxiliar desta Casa. Como tem sido a atuação desses órgãos? A Controladoria-Geral da União...

Então, nós temos que nos debruçar sobre essas questões. Eu creio que, talvez tardiamente, nós poderemos... Agora, eu acharia importante que trabalhássemos de forma articulada com os órgãos também competentes para tal, que são esses órgãos de controle e fiscalização. Nós vivemos um período muito preocupante do Estado brasileiro.

Então, eram essas as considerações que eu teria a fazer. Fiz a quatro Senadores, inclusive dois do Estado de V. Exa., no caso, Paulo Rocha e Flexa Ribeiro.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Senador Zequinha.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA. Para discutir.) – Eu acolho aqui a sugestão e gostaria que V. Exa. permitisse que se adicionassem as informações do Senador Elmano. Aproveito também para convidá-lo para integrar conosco essa subcomissão, para que a gente faça um trabalho com uma visão bem mais ampla, que ele coloca para a gente aqui.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Em votação o requerimento... Vou colocar em votação.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Então, eu solicito aos Senadores que desejem participar dessa subcomissão... Nós teremos três titulares e três suplentes.

V. Exa. quer participar?

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Então, fica V. Exa...

Se houver mais alguém... Se não, depois, Senador Zequinha, a gente conversa com os demais para ver os interesses.

É evidente que, na subcomissão, V. Exas. terão oportunidade de convidar pessoas, ouvir todo mundo, AGU, TCU e outros órgãos importantes.

Então, em data oportuna, a gente convoca reunião para a instalação dessa subcomissão.

O item 3 – na ordem – é do Senador Lasier Martins, mas tem autoria também do Senador Styvenson.

ITEM 3

REQUERIMENTO Nº 13, DE 2019

- Não terminativo -

Requer realização de audiência pública para tratar da limitação de acesso às praias por parte de barracas e empreendimentos privados.

Autoria: Senador Styvenson Valentim e outros.

Concedo a palavra, então, ao Senador Styvenson para fazer o encaminhamento do requerimento.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN. Para encaminhar.) – Então, é importante. É importante para os Srs. Senadores pelo menos da área litorânea... Não sei se o Elmano está sabendo desse requerimento. Trata-se de a gente quer discutir justamente, Senador Dário Berger, essas ocupações, que acontecem de forma regular ou irregular, que muitas vezes atrapalham a movimentação, o direito de ir e vir das pessoas.

Então, o requerimento do Senador Lasier Martins é no sentido de a gente trazer pessoas – Patrimônio da União, Desenvolvimento Regional, Ministério do Meio Ambiente e do Turismo – para fazer essa discussão. Não sou contra a ocupação dos grandes empreendimentos, sou contra a limitação do acesso das pessoas a um local público, que seriam as praias. Digo isso porque no meu Estado... É preciso haver uma regulamentação, tem de haver isso. E eu espero que seja aprovado esse requerimento para que possa ser discutido nesta Comissão o que seria o adequado e o que seria o equilíbrio entre os empreendimentos e o poder público, para que não se restrinja o direito das pessoas de terem acesso a esse patrimônio natural que são as praias.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Em votação o requerimento.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Será cumprida a decisão da Comissão.

O item 4 também é de autoria do Senador Zequinha Marinho.

ITEM 4

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO Nº 14, DE 2019
- Não terminativo -

Requer a realização de Audiência Pública para apresentação de balanço das políticas públicas sociais redistributivas dos últimos 10 anos pelas instituições criadas pelo governo para esse fim.

Autoria: Senador Zequinha Marinho.

Eu pediria ao Senador Zequinha... Eu sugeriria a V. Exa... Como praticamente todos já compareceram a esta Comissão, se nós pudéssemos transformar esse requerimento... V. Exa. poderia transformá-lo em requerimento de informação, porque, como foi colocado aqui por todos eles, eles não estão ainda elaborando e aprovando o Plano de Desenvolvimento Regional, que é o caso aqui. O caso do Banco da Amazônia já esteve aqui, o do Nordeste também, só não esteve aqui o Presidente do Banco Central. Não sei...

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA. Para encaminhar.) – Perfeito. Eu aceito a sugestão, até porque V. Exa. tem um trabalho que nós queremos aproveitar ao final para poder, digamos assim, lançar luz sobre o futuro a partir daquilo que já foi feito, sobre o que deve ser feito daqui para frente.

Queria só fazer um comentário sobre isso. O Governo federal, bem lá atrás, criou algumas ferramentas e instituições para combater o problema da desigualdade regional. Um país do tamanho do nosso naturalmente tem de lidar e fazer o enfrentamento dessas dificuldades.

O Nordeste, com suas diferenças, suas dificuldades, o Norte, a Amazônia, um pouco mais ampla, vem aqui o Centro-Oeste e assim por diante. Há regiões ricas e desenvolvidas, regiões em desenvolvimento e regiões adormecidas, que não conseguem sair do lugar, não conseguem melhorar a qualidade de vida do seu povo.

E parece que, ao longo do tempo, essas organizações do Governo federal foram, assim, perdendo um pouco o sentido, a sua razão de ser, o seu foco, e isso é preocupante. A gente precisa estar renovando esses compromissos e fortalecendo essas instituições para que elas possam trabalhar de forma efetiva em cima de metas e de resultados que se possam, por exemplo, mensurar durante certo período de governo.

A Sudam foi criada, a Sudene, a Sudeco, o Banco do Nordeste, o Banco da Amazônia – temos o maior orgulho de pertencer ao seu quadro de servidores –, os fundos constitucionais do Nordeste, do Centro-Oeste, do Norte. O que essas organizações fizeram? O que a gente pode medir? Qual é o balanço que se pode fazer? Daqui para frente, o que temos de fazer? Acho que a Casa tem obrigação de acompanhar isso de perto, de partir para cima disso, buscar resultados a partir das metas estabelecidas – certo, Presidente?

Então, nessa direção, eu aceito a sugestão de V. Exa. para que a gente possa conversar, amarrar aqui os compromissos e estabelecer um futuro que, com certeza, será melhor com a retomada das finalidades que deram razão de existência a essas organizações.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Eu parabenizo V. Exa. pela iniciativa.

Então, a gente coloca como prejudicado esse item.

Solicito a V. Exa. que prepare o requerimento de informações para que a gente possa aprová-lo aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – O item 5 já foi aprovado, item 6, item 7.

Vamos entrar aqui no item 8.

ITEM 8
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 176, DE 2017
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974, que "dispõe sobre a criação da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco – CODEVASF – e dá outras providências".

Autoria: Deputado Sarney Filho
Relatoria: Senador Otto Alencar
Relatório: Pela rejeição
Observações:
- A matéria segue para apreciação do Plenário do Senado Federal.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente, eu vou pedir a V. Exa. que retire esse projeto de pauta. Da mesma forma, o item 10 peço que V. Exa. retire de pauta.

Esse item 10, inclusive, é sobre a questão da revitalização da Bacia Hidrográfica do Taquari, no Mato Grosso do Sul. Eu vou pedir um tempo para estudar mais essa matéria para trazê-la em uma próxima sessão.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Então, retirados de pauta, a pedido do Relator, o item 8 e o item 10.

(São os seguintes os itens retirados de pauta:

ITEM 8
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 176, DE 2017
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974, que "dispõe sobre a criação da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco – CODEVASF – e dá outras providências".

Autoria: Deputado Sarney Filho
Relatoria: Senador Otto Alencar
Relatório: Pela rejeição
Observações:
- A matéria segue para apreciação do Plenário do Senado Federal.

ITEM 10
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 365, DE 2018
- Não terminativo -

Institui normas gerais para a revitalização da bacia hidrográfica do rio Taquari.

Autoria: Senador Pedro Chaves

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Otto Alencar
Relatório: Pela aprovação com uma emenda que apresenta
Observações:
- A matéria segue para apreciação da CMA - Comissão de Meio Ambiente (em decisão terminativa).

Item 9: foi solicitada também pelo Relator a retirada de pauta para nova análise com contribuições do Governo também, que tem interesse em contribuir com a melhoria do projeto.

A pedido do Relator, também o item 9 é retirado de pauta.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 9
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 789, DE 2015 (COMPLEMENTAR)
- Não terminativo -

Autoriza o Poder Executivo a criar a Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento Econômico do Polo Caruaru/PE e Campina Grande/PB e instituir o Programa Especial de Desenvolvimento desse Polo.

Autoria: Senador Douglas Cintra
Relatoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo
Relatório: Pela aprovação com duas emendas que apresenta
Observações:
- A matéria foi aprovada na CAE - Comissão de Assuntos Econômicos;
- A matéria segue para apreciação do Plenário do Senado Federal.)

O item 11 também é retirado de ofício.

A matéria será instruída e volta à pauta.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 11
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 465, DE 2018
- Não terminativo -

Altera os limites do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses.
Autoria: Senador Roberto Rocha
Relatoria: Senador Elmano Férrer
Relatório: Pela aprovação com uma emenda que apresenta
Observações:
- Foram apresentados o REQ 18/2019-CDR e o REQ 19/2019-CDR, de autoria das Senadoras Eliziane Gama e Zenaide Maia, respectivamente, para instruir a matéria;
- A matéria segue para apreciação da CMA - Comissão de Meio Ambiente (em decisão terminativa).)

Item 12.

ITEM 12

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

OFICIO "S" Nº 29, DE 2018
- Não terminativo -

Encaminha Parecer Técnico Conjunto n° 3, de 2018, com contribuições da Agência Nacional de Águas ao Relatório de Avaliações de Políticas Públicas sobre Segurança hídrica e gestão das águas nas regiões Norte e Nordeste, resultado do trabalho da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

Autoria: Agência Nacional de Águas

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: Pelo conhecimento e arquivamento e pela aprovação do Requerimento nº 16 de 2019 - CDR que apresenta

Com a palavra o nosso Relator.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Para proferir relatório.) – Sr. Presidente, eu queria começar por um dado que chama a atenção, que deve chamar a atenção do Brasil.

Dados agora revelados por satélites mostram que a Amazônia, no que tange às suas águas, está perdendo por ano 350km^2 de água. A Amazônia é um mundo de água, com os rios todos: o Rio Amazonas, o Rio Negro, o Tocantins, todos eles, mas, no ano passado, segundo revelaram esses dados dos satélites...

Para se ter uma ideia do que é a irresponsabilidade do Brasil com as águas: perdeu-se em um ano a quantidade de 350km^2 de água na Amazônia, uma lâmina de água que, comparando-se, seria quase a metade da Barragem de Sobradinho.

Portanto, esse item 12, sobre o Oficio "S", nº 29, de 2018, da Agência Nacional de Águas, encaminha parecer com contribuições ao relatório de avaliação de políticas públicas para o Norte e o Nordeste. Esta Comissão é a Comissão que tem as atribuições para avaliar essa situação, o que faço neste momento. É manifestação da ANA sobre as recomendações contidas no mencionado relatório de avaliação de políticas públicas da CDR.

Avaliar programas de Governo faz parte das competências exclusivas do Congresso Nacional definidas no art. 49, inciso X, da Constituição Federal. No Senado Federal, em cumprimento ao disposto no art. 96-B de seu Regimento Interno, as Comissões temáticas avaliam políticas públicas desenvolvidas no âmbito do Poder Executivo, como fez esta Comissão em 2017, com fundamento no Requerimento da CDR (RDR) nº 15, de 2017, para avaliação das políticas públicas sobre segurança e gestão hídrica no Norte e Nordeste, tendo como foco o Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional.

Conforme apontado no Relatório da CDR, nas regiões Norte e Nordeste há ainda muito a avançar em termos de segurança hídrica. No Nordeste encontra-se a região semiárida mais populosa do Planeta, habitada por aproximadamente 24 milhões de pessoas que convivem com eventos recorrentes de estiagem prolongada. Na região Norte, observam-se também graves problemas de abastecimento, pois cerca de 55% dos domicílios não têm acesso à água potável – imaginem, próximos da água e bebendo água bruta –, ainda que a região abrigue 68% das águas doces do País. Ou seja, na Região Norte, com quase 70% da água doce do País e com 55% da população bebendo água bruta, água que não é tratada para o consumo humano. Esse é um dos retratos piores do Brasil nessa questão do abastecimento humano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Pisf foi o foco dessa avaliação na CDR. Principal rio permanente do Nordeste, o São Francisco é responsável por quase 70% da oferta de água naquela Região, com 75% de suas águas originando-se em Minas Gerais.

O Rio São Francisco, Sr. Presidente, nasce no Município de São Roque de Minas, na Serra da Canastra. É o alto São Francisco. Ele desce da Serra da Canastra na direção da Bahia. É o único rio do Brasil que corre da direção Sul para a direção Norte. É uma coisa que só Deus faria; nenhum engenheiro faria um elemento geográfico dessa natureza. Portanto, ele nasce na Serra da Canastra e desce recebendo os seus afluentes. Minas Gerais é responsável por 75% da formação do Rio São Francisco. Logo que ele sai, ele recebe, na margem esquerda, o Rio Abaeté e o Rio Paracatu e, na margem direita, o Rio Paraopeba, que agora foi atingido pela tragédia da Barragem do Córrego do Feijão, que estourou. Na margem esquerda, o outro principal afluente é o Rio das Velhas, que nasce em Ouro Preto.

Esses rios: o Paraopeba, por exemplo, o Paracatu, o Rio Abaeté, o Rio Pará, todos eles formam a Barragem de Três Marias, que foi construída muitos anos atrás, hoje ela está com 72% de volume útil. E aí ele desce, recebendo os outros afluentes, na margem direita, o Rio Jequitaí, Rio Verde Grande; à margem esquerda, o Rio Urucuia e todos os rios que formam o Rio São Francisco.

Portanto, 75% das águas do Rio São Francisco são formadas em Minas Gerais, porque Minas Gerais é considerada a caixa d'água do Brasil, é o Estado que manda água para o Rio de Janeiro, manda água para o Espírito Santo, com o Rio Doce, onde houve tragédia de Mariana, e manda água para a Bahia. Só que nessa questão, o Rio São Francisco em Minas está altamente comprometido. O principal afluente do Rio São Francisco é o Rio das Velhas, ele passa próximo de Belo Horizonte. Para você ter uma ideia, Senador Jaques Wagner – também é um defensor do Rio São Francisco e, como Governador da Bahia, trabalhou muito construindo reservatórios para abastecimento humano, animal e também para irrigação –, esse Rio das Velhas recebe hoje, passando próximo de Belo Horizonte, 35% de esgoto *in natura*, só para se ter uma ideia da irresponsabilidade – porque o Rio São Francisco é de responsabilidade do Governo Federal – dos governos que se sucederam com o Rio São Francisco: 35% do esgoto de BH in natura.

Agora, o Paraopeba – Paraopeba sem o "s", porque Parauapebas é no Pará e Paraopeba, em Minas Gerais –, com essa barragem no Córrego do Feijão, ele está completamente morto e ficará morto por mais ou menos 30 anos. Sabe por quê, Sr. Presidente? Porque lá dentro foram jogados óxido de ferro, argila, mercúrio, metais pesados e esse rio está completamente morto. Um rio, para dar vida aos peixes ou às plantas, tem que ter no mínimo – no mínimo – de 8% a 14%de oxigênio dissolvido por litro. Está em 0%, é lama pura. Ou seja, não haverá vida por muitos anos no Rio Paraopeba.

O Rio São Francisco vem, desce e chega na Bahia, no Município de Carinhanha. O Senador Jaques Wagner conhece muito bem, inaugurou uma ponte e quando ele foi o Governador construiu BA-161, que sai de Carinhanha e vai até Ibotirama, nós conhecemos bem o nosso rio lá.

Quando ele chega na Bahia, ele já chega com 75% das suas águas formadas. E na Bahia ele só recebe hoje – recebia mais de 12 afluentes – três rios que estão vivos. À margem direita, morreu o Rio Paramirim, que nasce na Serra da Mangabeira, na Bahia, morreu o Rio Verde, o Rio Paulista, o Rio Santo Onofre e o Rio Jacaré na margem direita. Não há nenhum rio vivo mais na margem direita do Rio São

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Francisco, todos morreram por desmatamento das matas ciliares, por assoreamento. E hoje só três rios, que são da margem esquerda, abastecem o Rio São Francisco, que é o Rio Carinhanha, na divisa de Minas; depois vem o Rio Corrente, que nasce no Município de Correntina, na Bahia; e depois vem o Rio Grande, que nasce na divisa da Bahia com o Tocantins, formado pelo Rio de Ondas, o Rio Formoso e o Rio Preto, que dão o Rio Grande, que desemboca na cidade de Barra do São Francisco, na Bahia, onde mora um dos maiores defensores do Rio São Francisco, que é o Bispo Dom Luís Cappio, que fez greve de fome para não fazerem a transposição.

Quando ele...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Vou chegar lá.

O interlocutor, o diplomata que foi conversar com Dom Luiz Cappio foi o então Ministro da época, hoje Senador, ex-Governador Jaques Wagner. Ele fez greve de fome e se explorou muito que ela era contra a revitalização. Na verdade, ele não era tão contra a transposição; ele era contra a transposição, porque ele queria a transposição com a revitalização da bacia do Rio São Francisco, que é uma bacia enorme. Lá de São Roque de Minas para chegar ao Atlântico... Do lado de Sergipe, está Propriá; do outro lado, está Penedo, em Alagoas. De onde ele nasce até chegar ao Atlântico, ele percorre 2.782km, é um rio muito comprido, muito grande, e vem dando água doce a esse povo todo.

Então, o Bispo Dom Luiz Cappio defendeu isso porque ele queria a revitalização, mas, nesses anos todos, nenhum Presidente da República cuidou da revitalização da bacia do Rio São Francisco – nenhum deles! De JK, mineiro, até agora, o Michel Temer, ninguém cuidou da revitalização. Revitalização zero em todos os sentidos!

Na minha opinião, a revitalização tem que começar imediatamente, como se fosse um caso de urgência; é um paciente que está na UTI, que tem de ser colocado na sala para operar, em quem tem se que colocar oxigênio para resolver a vida dele.

O Rio São Francisco está com problemas gravíssimos hoje. O primeiro problema: assoreamento. O assoreamento acontece quando se desmatam as margens de uma nascente ou de uma beira de rio, tirando as matas ciliares. Se você corta as matas ciliares, o que acontece? Quando a trovoada vem, as margens estão desprotegidas, a trovoada bate e pega o sedimento de areia, de barro, de argila e o joga dentro do rio. Hoje, a bacia do Rio São Francisco recebe, por ano, 28 milhões de toneladas de sedimento! É muito sedimento! Se você sobrevoar o Rio São Francisco, você verá bancos de areia de 1km, de 2km, e até de 4km, em toda a calha do Rio São Francisco e na de seus afluentes. Foi criminoso o que se fez com o Rio São Francisco!

Você chega a Pirapora, que é uma cidade símbolo, em Minas Gerais, do rio São Francisco... Pirapora está na margem direita; na margem esquerda, está a cidade de Buritizeiro. O JK fez uma ponte para atravessar o rio. Ninguém usa mais a ponte; passa-se andando por dentro do rio, com água batendo na barriga ou na canela, e atravessa-se aquela área toda do rio, que o desmatamento vai liquidar!

Repetindo: não há um país no mundo mais irresponsável com as águas do que o Brasil – e todos os seus Presidentes da República que assumiram não tiveram a coragem de começar a revitalização do Rio São Francisco para sustentar os nordestinos! A transposição do Rio São Francisco é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fundamental! O Presidente Lula, quando fez isso, teve a visão de dizer: "Eu passei sede. Muitos dos meus amigos passam sede." Onde passam sede? No agreste de Pernambuco, no agreste de Alagoas, no sertão de Alagoas, no Ceará, no agreste do Rio Grande do Norte, na Paraíba. A Paraíba, então, é o Estado do Brasil que tem o menor percentual de água de subsolo – aquíferos – para sustentar o seu povo.

O ser humano precisa, Senador Jaques Wagner, mais ou menos, por ano, em torno de 600 metros cúbicos de água, que seriam 600 mil litros de água para cozinhar, tomar banho e beber. Seria mais ou menos isso ou até um pouco mais, mas a Paraíba só tem o potencial de metade disso: 300 metros cúbicos *per capita*/ano.

Então, a Paraíba precisava da transposição do Rio São Francisco, sem nenhuma dúvida, agora, precisava fazer-se a transposição com a revitalização. Já se gastaram R$14 bilhões na transposição, e neste ano – neste ano – estão no orçamento do Ministério do Desenvolvimento Econômico apenas R$10 milhões para a revitalização do Rio São Francisco. É uma coisa que não tem parâmetro. Eu tenho a impressão de que os caras que vão morar no Palácio do Planalto acham que o rio está novo, que o rio não tem problema. O rio está morto, está morrendo! O rio está precisando de urgência para atender, tanto que eu defendi e defendo a vida inteira um decreto de estado de emergência na Bacia do Rio São Francisco para se agir, imediatamente, em estado de emergência, primeiro, fazendo o desassoreamento e, depois, o trabalho mais longo, que é o de replantio das matas ciliares da beira do rio, que foram desmatadas de forma criminosa. Cortar uma árvore centenária na beira do rio é o mesmo que matar uma pessoa, porque futuramente a água vai faltar, e essa pessoa não vai ter água para beber.

Portanto, eu creio que esse relatório, que é mais ou menos isso que eu estou dizendo aqui para V. Exas., tem que ser encaminhamento para a Agência Nacional de Águas, para que se tome uma providência, e para o atual Presidente da República para que ele possa tomar as devidas providências.

O Rio São Francisco, com essa transposição... O primeiro canal da transposição do Rio São Francisco chegou ao açude de Boqueirão, em Campina Grande, porque o povo campinense naquela região estava passando sede. Então, o suprimento de água é muito importante, mas a revitalização é mais importante ainda, porque a projeção que tem sido feita pelos técnicos, inclusive técnicos estrangeiros que vieram dos Estados Unidos... Eles têm uma experiência muito grande, Sr. Presidente, porque eles já têm lá o Rio Tennessee, que é até controlado pelo Exército norte-americano. E eu tive em 2003 a oportunidade de ir ao Colorado; fiquei lá durante um mês estudando a transposição do Rio Colorado. Só para o senhor ter uma ideia de o que é um país com responsabilidade com as águas e um país com irresponsabilidade com as águas: para fazer a transposição do Rio Colorado, o Governo americano, o Governo Federal dos Estados Unidos teve que fazer primeiro toda a revitalização do Rio Colorado; teve que colocar água em todas as cidades, saneamento em todas as cidades ribeirinhas. Nas proximidades do Rio Colorado, visitei uma tribo indígena onde se colocou escola, hospital, saneamento básico, água tratada e esgotamento sanitário. Aqui se começou pelo fim. Houve essa transposição, porque era uma urgência – o Presidente Lula fez o correto, porque era uma urgência, senão, iam morrer de sede no Nordeste –, mas tinham que começar logo a revitalização.

A revitalização é algo superimportante, até porque o Rio São Francisco, na situação em que se encontra hoje, pode, em 30 anos – em 30 anos, Senador Jaques Wagner! Isso é grave! –, pelo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

assoreamento, pela obstrução dos canais dos rios tributários, pela obstrução da calha principal do Rio São Francisco, não botar uma gota d'água na Barragem de Sobradinho. E, se não botar uma gota d'água na Barragem de Sobradinho, não vai haver água para suprimento e para ter a lógica com que se fez a transposição; ou seja, sem água em Sobradinho, não haverá água para a Barragem de Itaparica, de onde saem os canais para a revitalização do Rio São Francisco.

E ele tem uma coisa, Sr. Presidente – é talvez o único rio do Brasil, talvez do mundo, que tem essa peculiaridade: o Rio São Francisco, quando desce da Serra e chega ao Cerrado, passa por Bahia, Minas e vem para cá, é o rio que tem a menor inclinação por quilômetro quadrado, ou seja, é quase... Você olha, e parece que ele está parado. Ele tem 6,7cm de inclinação por quilômetro quadrado. Portanto, é uma coisa muito grave o que está acontecendo agora. E você ter essa perspectiva de não ter recursos para a revitalização do Rio São Francisco é doloroso para quem o conheceu como eu o conheci: fui apresentado a ele com 15 anos de idade. Na época, meu pai fazia transporte de gado na marcha. Eu puxei gado de marcha por 23 dias, em lombo de burro, para sair da beira do Rio São Francisco e chegar à Chapada Diamantina. Então, eu conheço quilômetro por quilômetro daquele rio. Eu o vi sadio. Vi o rio completamente sadio, no ano de 1964, por aí. Logo depois que houve o golpe militar, eu andei por lá e vi o rio sadio, com as margens preservadas. E aí veio a hidrovia do São Francisco.

A hidrovia do São Francisco, com os vapores todos, saía de Pirapora e ia para Juazeiro. Existe até música de Luiz Gonzaga falando da hidrovia do São Francisco. Pois bem, sabem quem cortou as margens do rio? Os donos dos vapores, que eram movidos através da lenha que se jogava lá para movimentar esses barcos, esses navios, que transportavam as pessoas. Então, fazia-se o menor esforço, que era cortar e botar no vapor a madeira para fazer a movimentação dos barcos. E isso foi o começo da derrubada das matas ciliares das margens do Rio São Francisco.

Nós temos uma população muito grande, que necessita dessas águas. Na Bahia, por exemplo, o Governador Jaques Wagner fez duas adutoras: uma para o Município de Guanambi, que é a adutora que foi feita na época do Governo dele, a Adutora do Algodão, trazendo água do Rio São Francisco; e a Adutora do Feijão, lá para Irecê. Esse rio abastece todas as populações próximas dele, a 150km, a 200km. Imagine se esse rio no futuro, daqui a 30 anos, transformar-se em um caminho de areia.

Ontem eu estava conversando com o Senador de Minas Gerais Carlos Viana, e ele me falou sobre o Rio Jequitaí, que fica à margem direita do Rio São Francisco; sobre o projeto da barragem que a Codevasf fez para o Rio Jequitaí. Eu disse: "Vão buscar água onde?", porque esse rio era perene e, em 2016, secou. Um rio perene, caudaloso, com uma média de 40 metros cúbicos por segundo de vazão, em 2016, na seca, secou. Começou a correr agora. Vai fazer a barragem? Vai, mas a água vai vir de onde? De onde virá essa água? Sabem por que isso? Porque desmatam.

O desmatamento é um crime contra as nascentes e contra os rios. Se você tem uma nascente rodeada de árvores – árvores que eu digo são árvores de composição mesmo, árvores centenárias que circundam essa nascente –, essa nascente não é alimentada só pela água da chuva, não. A água da chuva, para penetrar no talvegue, que é o braço subterrâneo da nascente, tem que ter árvore, sabe por quê? Porque são as árvores que dão porosidade ao solo para a chuva bater, penetrar e alimentar o braço subterrâneo da nascente. Se você corta a árvore, o solo fica impermeável; a água bate, corre, leva areia para dentro do rio e faz o assoreamento. Então, desmatamento devia ser crime!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando eu vejo um cara cortar uma árvore na beira de uma nascente, se eu estiver junto, saio na mão com ele! Eu vou brigar com ele para ele não cortar a árvore, pode ter certeza absoluta, porque eu considero isso um crime contra as futuras gerações. Eu sei que não vou passar sede – com 71 anos, vai ser muito difícil. Eu posso correr para a Chapada, e lá a gente preserva a natureza. O Senador Jaques Wagner tem uma chácara perto do Rio Paraguaçu, onde ele descansa, refresca o juízo... Vai lá fazer também reflexão. É perto de onde eu fico também, não é? Nós somos chapadeiros. Chapadeiro é quem mora na Chapada Diamantina, que é um dos lugares mais bonitos do mundo.

Então, eu não vou passar sede, não, porque eu vou lá para Lençóis, do Rio Paraguaçu, do Rio Mosquito. O Rio Mosquito... Aliás, os rios da Chapada, Sr. Presidente, têm nomes relacionados com o diamante. Esse rio é chamado Mosquito porque, no leito dele, só se pegava diamante pequeno, e o diamante pequeno o garimpeiro chama de mosquito. Aí, cada rio desses tem o nome relacionado com a saga do diamante nos séculos XVIII e XIX, na minha região.

E ele fez lá uma chácara, eu passo às vezes por lá e pergunto: cadê o Wagner? E eles dizem: "Está fazendo reflexão" para ver o que ele vai fazer de bem aqui no Senado, como ele já fez de bem pela Bahia.

Portanto, essa questão das águas, Sr. Presidente, é uma coisa superimportante. Eu acho que segurança hídrica é segurança nacional para a preservação da vida e das futuras gerações que estão chegando.

Então, nós trabalhamos aqui e fizemos esse relatório. Eu estou falando aqui sem ler porque eu conheço essa matéria de muitos anos. Eu sou apaixonado pelo Rio São Francisco, pela preservação ambiental, pela preservação das nascentes, e nós temos que, de alguma forma, atentar para isso de acordo com as necessidades da população e do nosso povo para o abastecimento humano, para o abastecimento animal, para o abastecimento industrial, para a irrigação e para a geração de energia elétrica. A Chesf tem oito usinas hidrelétricas, que vão lá de Três Marias até Xingó, produzindo energia. Se esse rio morre, morre também a capacidade das hidrelétricas de produzir energia e trazer luz para as cidades.

Então, eu defendo isso, luto muito por isso e fico até um tanto quanto, e Wagner sabe disto, desestimulado em saber que, nesses quatro anos, eu fiz tudo para ajudar a revitalização do Rio São Francisco. Coloquei, quando fui Presidente da Comissão de Meio Ambiente, nos dois anos, R$900 milhões para a revitalização. Foi aplicado menos de 10% disso em Minas Gerais, em alguns rios, sobretudo em Urucuia, nesse Paraopeba, que agora está morto e não há mais condições de revitalizá-lo tão cedo.

Portanto, eu acho que deveria ser uma bandeira, uma bandeira dos Senadores do Nordeste, uma bandeira dos Senadores do Norte e daqui, do Centro-Oeste também, porque V. Exa. é daqui, do Distrito Federal, e aqui pertinho está o Araguaia. O Araguaia já teve grandes dificuldades e perda de vazão nesses últimos anos. Faltou água em Brasília, três ou quatro anos atrás, teve que se fazer racionamento. O Tocantins, que é um rio importante e que forma lá a Bacia Amazônica...

(*Soa a campainha.*)

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – ... perdeu, já em dez anos, 20% da sua vazão média, e, como eu falei no início do meu pronunciamento aqui – eu vou repetir, agora no fim, o início: no ano

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

passado, a Bacia Amazônica perdeu uma lâmina d'água de 350 quilômetros quadrados – 350 quilômetros quadrados! Praticamente é bem maior do que aqui, principalmente, a Capital Federal, na parte convencional, onde está a classe média, estão os palácios, estão aqui os ministérios e a estrutura toda de fundações e de autarquias. Portanto, é muita lâmina d'água que se perdeu em um ano para a Bacia Amazônica.

Então, o que está acontecendo já com o grave problema do Rio São Francisco, o que aconteceu com a Mata Atlântica, que foi desmatada, com o desmatamento da Amazônia... E o desmatamento significa perda d'água; desmatou, perde água. Se o desmatamento da Floresta Amazônica continuar, vamos ter na Floresta Amazônica o que temos hoje na Mata Atlântica: só há 10% de Mata Atlântica.

Então, eu acho que esse requerimento que nós estamos mandando agora para a ANA é para que se tomem providências para se preservar o Rio São Francisco, mas não só o Rio São Francisco; para chamar a atenção do morador do Palácio do Planalto, que é o atual Presidente da República, Jair Bolsonaro, para que ele tome as providências e comece a fazer um programa com recursos carimbados, que podem vir dos fundos que financiam isso.

O Funclima tem dinheiro para isso, todos esses fundos de recolhimento de multas ambientais têm dinheiro para a revitalização do São Francisco. Não fazem, porque não têm política para fazer, não têm vontade de fazer. É isso que me deixa indignado e às vezes a minha veemência vem disto: porque estão vendo o problema, estão sabendo que, se não fizer a revitalização, o rio vai morrer; e, se morrer, vão morrer de sede muitos nordestinos, ou terão que migrar para o Sul ou para o Centro-Oeste ou até para o Norte. E nós vamos ter uma situação irreversível do Rio São Francisco.

Portanto, este é o apelo que faço a V. Exa.: que possa colocar em votação esse requerimento e encaminhá-lo, para chamar a atenção das pessoas que são responsáveis pelo Rio São Francisco e também pelas bacias que compõe a Bacia Amazônica, para resolver essa situação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Parabenizo V. Exa. não só pelo relatório, mas pela aula que V. Exa. deu aqui hoje.

Do requerimento V. Exa. conclui pelo arquivamento e pela aprovação da audiência pública, convidando aqui o Ministro de Desenvolvimento Regional, o Sr. Gustavo Canuto; Christianne Dias Ferreira, que é Diretora-Presidente da ANA; e também o Presidente da Codevasf, que é a Companhia do Vale do São Francisco e do Parnaíba.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório, que conclui pelo conhecimento, arquivamento e pela aprovação do Requerimento nº 16, de 2019, CDR, que apresenta.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório.

Indago aos Srs. e Sras. Senadores se podemos repetir a votação para o requerimento do item 13 da pauta, que é exatamente este requerimento de votação.

ITEM 13

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO Nº 16, DE 2019
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre o estado atual do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (PISF).

Autoria: Senador Otto Alencar (*Pausa.*)

Então, aprovado.

Será cumprida a decisão da Comissão.

Item 14.

ITEM 14
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 204, DE 2018
- Terminativo -

Altera a Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974, para incluir o Vale do Rio Vaza-Barris na área de atuação da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF), e dá outras providências.

Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares

Relatoria: Senador Jaques Wagner

Relatório: Pela prejudicialidade

Observações:

- Art. 334, I, Regimento Interno do Senado Federal.

Concedo a palavra ao Senador Jaques Wagner.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Para proferir relatório.) – Bom dia, Presidente. Bom dia, colega Otto Alencar. Bom dia a todos.

Por incrível que pareça, esse projeto também fala de água. E, por acaso, é de outro nordestino, o ex-Senador Antonio Carlos Valadares.

Eu não quis discutir a matéria anterior, porque o Senador Otto Alencar é um professor desse tema. Eu sei disso, porque, quando eu era Governador – quando eu entendi e ele também que o melhor caminho era o que estávamos trilhando, nós nos juntamos, os idosos da Bahia, para fazer o bem da nossa terra –, talvez um dos pontos pelo que ele mais se batia não era só o São Francisco, mas o Paraguaçu, com muita propriedade, com muito conhecimento e com muita profundidade. Eu espero realmente que a gente não repita aquele velho ditado que diz que a gente só fecha a porta depois de roubado e fica acreditando: "Não, comigo não vai acontecer, é impossível acontecer". E aí, quando acontece, a gente sofre.

O que o Senador colocou... Eu tive que fazer, em caráter de emergência, duas adutoras que, somadas, têm mais de 250km de extensão, que eu tive de repartir em vários lotes, para que ela pudesse ficar pronta ou, senão, cidades do porte de Irecê e do porte de Guanambi ficariam sem abastecimento de água. De onde fomos tirar? Do Rio São Francisco, que é o grande fornecedor. À época, muitos baianos, com a preocupação da sobrevivência do rio, se colocaram contrários, inclusive o ex-Governador do Estado contra quem disputei eleição em 2006. Eu, entendendo que o Rio São Francisco não é só dos baianos e que é um rio nacional e dos nordestinos, mesmo me arriscando a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estar contra uma opinião do senso comum, que, infelizmente, cresceu, pois, hoje, o senso comum domina a política... E o que entra no "zap" todo mundo acha que aquela é a verdade absoluta, todo mundo fica com medo e se esconde debaixo da cama: "Não posso falar disso, porque, se eu falar disso, eu não ando na rua". Na época, havia uma tentativa de estigmatizar o projeto. Óbvio que o projeto era, como foi dito muito corretamente pelo Senador, de transposição com revitalização. Até agora, estamos só na transposição. E eu sustentei a posição, nós somos nordestinos, e ganhei a eleição. Então, eu diria que o povo da Bahia entendeu. É evidente que o povo agora fica frustrado, porque há a transposição sul, que vem abastecer o Semiárido baiano, e a revitalização não sai. O que o Senador Otto... É difícil falar e sentir, quando a gente não está perto. Eu gosto muito da frase do ex-Presidente Lula que diz que a cabeça pensa onde o pé pisa. Como as pessoas não pisam lá, não sabem, às vezes. Parece que a gente está exagerando, mas não é exagero. É uma tristeza, realmente, ver o assoreamento do rio.

Aqui, este projeto de que fui incumbido de relatar é também do Senador Valadares. Eu vou me permitir, Sr. Presidente, ir logo para a análise, porque ele é pela prejudicialidade, para encurtar o tempo, pois fiquei aqui embevecido aprendendo mais um pouco com o Senador Otto Alencar. O projeto tem toda a pertinência, porém, através de uma medida provisória de 2018... A medida provisória foi transformada em lei e foi feita a inclusão do Vaza-Barris. Então, na verdade, é mais do que louvável o projeto de lei do Senador Antonio Carlos Magalhães, mas ele foi prejudicado. Então, vou à análise.

Conforme dispõe...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. *Fora do microfone.*) – É Antonio Carlos Valadares.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Valadares. Eu falei o quê?

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. *Fora do microfone.*) – Falou Magalhães.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Ah, então, é o vício...

(*Intervenção fora do microfone.*) (*Risos.*)

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Ele fica brigando assim, Presidente, mas eu...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – É porque, quando eu faço reunião na Bahia, eu monto a mesa e o pessoal manda um "zap" para mim brincando, dizendo: "O senhor já reparou que há mais ex-carlista na mesa que petista?". (*Risos.*)

Ele foi dos primeiros que abriu essa porta. Eu brincava com o pessoal que, como ele era um grande ou o melhor jogador do lado de lá, eu dizia que vou puxar para o lado de cá. E puxei para o lado de cá. Em 2002, se não fosse ele... Ficou muito apertado para Paulo Souto ganhar. Ele ficou ali... Ele domina muito, porque não é uma pessoa só daqui, da tribuna; ele pisa, com o pé, o chão, conversa com vaqueiro, teve um pai que era boiadeiro. Por isso, ele tem essa paixão verdadeira e se emociona,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

às vezes, chegando... Quando ele estava aqui, na CPI de Brumadinho, que está acontecendo, ele se emociona, porque realmente... Então, eu não tenho nenhum problema com isso.

Eu fiz minha campanha inteira e nunca falei o nome do ex-Senador. Nunca falei. Eu me treinei para não falar. Eu falava: "Com o jeito de o PFL governar eu não concordo". Eu acho que política que nós temos que fazer da cintura para cima e não da cintura para... Eu, sinceramente, sofro, quando eu vejo, na Câmara ou mesmo no Senado, o nível do debate ir lá para baixo. Não é isto que o povo espera de nós: xingamentos. Isto aqui é a riqueza da democracia: o debate e o embate de ideias. Agora, quem não tem argumento vai para o xingamento. Eu nunca trisquei no nome de ninguém, nem de Antonio Carlos.

Quando eu o convidei para participar do grupo e ele aceitou de bom grado, porque é um homem inteligente e viu que aqui era o caminho do futuro... No grupo de lá, o pessoal não dava essa oportunidade, não; lá ele nunca foi majoritário; aqui, ele foi majoritário por merecimento, porque tem bagagem.

Eu fico perplexo, porque eu acho que a gente tem que combater ideias e não ficar nos xingamentos. Eu não tenho nada a ver com a família dos outros. Eu também tenho e quero que a minha seja respeitada. Sempre fiz campanha assim. E não trisquei. Ao contrário, eu era muito amigo do filho do Senador, o Deputado Luís Eduardo Magalhães. Quando o Senador Antonio Carlos Magalhães faleceu, eu era Governador, e muita gente achou: "Não, como ele é do PT, ele não vai deixar fazer a pompa e a circunstância de um ex-Governador, Senador". Eu fiz melhor do que eles fariam. Eu fui receber o aeroporto o caixão. Fiz a ponto de o ex-Presidente Sarney me dizer: "Não é todo mundo que tem..." Então, eu faço política assim, cheguei aqui assim. Então, não vou mudar.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Não, eu não sei. Vai ver que olhei para você e vi a imagem dele e... (*Risos.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – O senhor viu que, além da parceria política, há uma parceria de amizade.

Presidente, continuo.

Conforme dispõe o art. 104, V, do Regimento Interno, cabe a esta Comissão opinar sobre matérias pertinentes a agências e organismos de desenvolvimento regional.

Além da análise do mérito, por se tratar de decisão terminativa, compete a esta Comissão avaliar os aspectos financeiros e orçamentários, de constitucionalidade, de juridicidade e de regimentalidade da matéria.

A proposição é inquestionável, bastando lembrar o fato de que a Bacia do Rio Vaza-Barris já havia sido incluída na área de atuação da Codevasf por meio da Lei 13.481, de 2017, e que a sua exclusão se deu por uma pequena falha no próprio processo legislativo. A urgência da correção foi reconhecida pelo Congresso, que, por meio de alterações introduzidas na MP nº 824, de 26 de março de 2018, que deu origem à Lei 13.702, de 6 de agosto de 2018, tratou de incluir novamente o Vaza-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Barris na área da Codevasf, além de promover os demais ajustes que se pretendia fazer com a presente proposição.

Assim, com a aprovação dessa lei, perdeu-se o objeto, o que nos leva a concluir pela sua prejudicialidade. Desnecessário, portanto, prosseguir com qualquer avaliação sobre os aspectos financeiros e orçamentários e de outras naturezas desta matéria.

Meu voto, diante do exposto, é pelo reconhecimento da prejudicialidade do PLS nº 204, de 2018, e pelo seu encaminhamento para as providências previstas no art. 334 do RI deste Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, coloco em votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CDR pela prejudicialidade do projeto.

Declaro prejudicado o PLS 204, de 2018.

A matéria vai ao Plenário para as providências previstas no art. 334 do Regimento Interno do Senado Federal.

Nada mais havendo a tratar, eu declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 01 minuto, a reunião é encerrada às 11 horas e 16 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 8ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE ABRIL DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às nove horas e quatorze minutos do dia dez de abril de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob as Presidências dos Senadores Izalci Lucas e Elmano Férrer, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Marcelo Castro, Eduardo Gomes, Fernando Bezerra Coelho, Daniella Ribeiro, Plínio Valério, Soraya Thronicke, Mara Gabrilli, Styvenson Valentim, Juíza Selma, Veneziano Vital do Rêgo, Eliziane Gama, Jaques Wagner, Zenaide Maia, Lucas Barreto, Chico Rodrigues, Paulo Paim, Marcos do Val, Paulo Rocha, Wellington Fagundes, Arolde de Oliveira, Roberto Rocha e Telmário Mota. Deixam de comparecer os Senadores Dário Berger, Randolfe Rodrigues, Omar Aziz e Zequinha Marinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 2/2019 - CDR, de autoria do Senador Izalci Lucas. **Finalidade:** Audiência Pública sobre as diretrizes, programas prioritários e ações do Ministério do Turismo, para os próximos dois anos. **Participante:** Ministro Marcelo Álvaro Antônio, Ministro de Estado do Turismo - MTur. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Usaram da palavra os Senadores: Eduardo Gomes, Eliziane Gama, Fernando Bezerra, Zenaide Maia, Lucas Barreto, Elmano Férrer, Jaques Wagner, Styvensom Valentim, Chico Rodrigues, Roberto Rocha e Mara Grabilli; e o Deputado Federal Herculano Passos. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quinze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Izalci Lucas

Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/04/10

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Havendo número regimental, declaro aberta a 8ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Antes de iniciarmos o nosso expediente, informo que solicitarei, nos termos da Instrução Normativa nº 9, de 2017, a degravação da presente reunião, para que o que aqui for falado pelo Ministro e debatido pelos nobres pares fique registrado nos *Anais* desta Casa.

Comunico que aprovamos, na última semana, a criação de Subcomissão Temporária para o acompanhamento das obras da Usina de Belo Monte. Esta Presidência aguarda a manifestação dos membros da CDR que desejam integrar a referida submissão, até sexta-feira, dia 12/04, para que procedamos com sua indicação e fixemos sua composição e para que a instalação seja agendada. A submissão será composta por três titulares e três suplentes.

Recebemos o agradecimento do Fórum Potiguar dos Comitês de Bacias Hidrográficas pelo envio das publicações da CDR referente ao relatório de avaliação da Política Nacional de Segurança de Barragens.

O Deputado Newton Cardoso Jr., Presidente da Comissão de Turismo da Câmara dos Deputados, encaminhou à CDR moção de apoio à manutenção do Decreto 9.731, de 2019, que concede a turistas da Austrália, do Canadá, dos Estados Unidos e do Japão dispensa de visto para entrar no Brasil.

Após a presente audiência pública, realizaremos uma nova reunião para deliberarmos acerca da realização de audiência pública em conjunto com a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e com a Comissão de Meio Ambiente, com o objetivo de debater soluções e o impacto ambiental causado a Bonito, Mato Grosso do Sul, onde suas águas cristalinas têm sido tomadas por lama.

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião é destinada a ouvirmos, em audiência pública, o Exmo. Sr. Ministro de Estado do Turismo, Marcelo Álvaro Antônio, que está conosco, nos termos do art. 397, §1º, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 50, §1º, da Constituição Federal, para debater diretrizes, programas prioritários e ações do Ministério do Turismo para os próximos dois anos.

Em conformidade com o art. 398, incisos X e XI, do Regimento Interno do Senado Federal, serão adotados os seguintes procedimentos: o Ministro terá meia hora para fazer a sua exposição, e, em seguida, abriremos a fase de interpelação pelos Senadores e Senadoras inscritos, dentro dos assuntos tratados, dispondo cada um de cinco minutos, assegurado igual prazo para a resposta, após o que poderá ser contraditado pelo prazo máximo de dois minutos, concedendo-se o mesmo tempo para a tréplica. A palavra dos Senadores e Senadoras será concedida na ordem de inscrição, intercalando-se oradores de cada partido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de conceder a palavra ao Ministro, informo que as participações dos cidadãos em nossa audiência serão recebidas nos seguintes canais: portal e-Cidadania, que pode ser acessado no *site* da Comissão, e Alô Senado, pelo número 0800-612211.

Concedo a palavra, imediatamente, ao Sr. Ministro Marcelo Álvaro Antônio, ao mesmo tempo agradecendo a sua presença, para fazer a sua exposição.

O SR. MARCELO ÁLVARO ANTÔNIO (Para exposição de Ministro.) – Muito obrigado, Senador Izalci.

Cumprimento os amigos Senadores Paulo Bauer; Fernando Bezerra, nosso Líder; Eduardo Gomes. É um prazer tê-los conosco!

Bom dia, senhoras e senhores!

Eu venho aqui hoje, nesta manhã, para falar de um tema que nos traz muito otimismo no atual cenário, no momento em que o nosso País vive.

Nós sabemos que se fecha no Brasil um ciclo, Senador Izalci, conturbado da nossa política nacional – isto é muito claro –, em que vivemos um processo difícil tanto no Parlamento, no Congresso Nacional, quanto no Governo Federal. Foram momentos de *impeachment*, momentos de investigações de Presidente, de cassação de Presidente da Câmara. Então, foi um momento realmente muito conturbado, que, obviamente, trouxe para o Brasil, para o ambiente de negócios, para o ambiente político e de segurança jurídica, um comprometimento muito grande.

Inicia-se agora um novo ciclo, um ciclo de uma política em que vemos que uma economia liberal é implantada verdadeiramente no País. Podemos perceber que o Presidente Jair Bolsonaro, através do seu Ministro da Economia, Paulo Guedes, tem tido essa agenda como prioridade obviamente no Brasil neste momento, o que traz uma expectativa e uma esperança muito grande na melhoria do ambiente de negócios no Brasil. E o turismo é, sem dúvida nenhuma... Se a gente pudesse separar o turismo da economia do Brasil, o turismo tem duas vezes e meia mais potencial de crescimento do que a própria economia.

Senador, é um prazer tê-lo conosco aqui, aliás, Deputado.

Enfim, o momento é muito bom. O Brasil vive este momento.

Quando eu sentei na cadeira do Ministério do Turismo, pela indicação do Presidente Bolsonaro, eu me fiz uma pergunta, Senador Paulo Bauer.

Por que no Brasil – com todas as características que temos; um país de dimensões continentais que está no primeiro lugar em recursos naturais do mundo, oitavo lugar em recursos culturais, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tem tudo, como diz o nosso Presidente Bolsonaro, nós temos tudo que eles não têm, e eles são tudo o que nós não somos –, por que o turismo no Brasil até hoje não decolou, não aconteceu? Essa é a verdade. Fomos, então, fazer um aprofundamento, um estudo profundo, e começamos a identificar o que a gente vai passar aqui, vários motivos por que o Brasil realmente não conseguiu fazer com que o turismo decolasse.

O momento é muito bom, como eu disse. Um dos primeiros atos, aliás, um dos primeiros pedidos do Presidente Bolsonaro, na reunião do Conselho de Ministros, aliás, uma determinação do Presidente, é que cada Ministro pudesse identificar, dentro da sua respectiva pasta, qualquer portaria, qualquer instrução normativa que traz qualquer tipo de burocracia ou impedimento ao desenvolvimento do Brasil, para que a gente possa promover agora, nos cem dias de Governo, o grande "revogaço", ou seja, é um novo momento, é um momento em que a economia liberal realmente é implantada de forma definitiva no Brasil. Por isso, eu estou trazendo aqui essa palavra de otimismo.

E vamos agora aqui passar para a apresentação. (*Pausa.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCELO ÁLVARO ANTÔNIO – Oi?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCELO ÁLVARO ANTÔNIO – Ah! Está certo. Vamos lá. Está desligado? (*Pausa.*)

Agora, sim.

Bom, aqui é importante a gente trazer um panorama do que é o turismo, ou do que o turismo representa para o mundo. Então, nós temos aí um índice muito expressivo, de 10,4% do PIB mundial, direto, indireto e induzido. Isso é estudo da WTTC. Esse é o impacto do turismo no mundo, 10,4% do PIB. O turismo gera um em cada cinco empregos gerados na última década no mundo. Nos últimos dez anos, 20% dos empregos gerados no mundo são através do turismo. O turismo foi responsável, nessa última década, por quase 120 milhões de empregos diretos no mundo. E 1,4 bilhão de turistas viajam pelo mundo todos os anos. O interessante é que para o Brasil nós conseguimos apenas uma minúscula fatia de 0,5% dos viajantes para o Brasil.

Então, aqui, sobre o crescimento do turismo no mundo. É o setor... Na verdade, ali está em primeiro, porque está entre aqueles quatro segmentos ali: turismo, com 3,9% de crescimento no mundo em 2018; construção, com 3,4%; agricultura, 1,8%; serviços financeiros, 1,7%. Só perde o turismo para os manufaturados, mas é um índice muito relevante para retratar bem o que o turismo representa hoje no mundo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A *performance* do turismo regional em 2018. Aí uma visão ampla do mundo, do Planeta. A África, com US$194 bilhões, um crescimento de 5,6% em 2018; o Sudeste Asiático faturando US$373 bilhões, com um crescimento de 6,2%; o Sul da Ásia, com US$296 bilhões, um crescimento de 7,2%; o Nordeste Asiático, com US$2,1 trilhão, 6,6% de crescimento; e a América Latina, um crescimento menor, com US$336 bilhões e 2,4% de crescimento do turismo na América Latina.

Aqui a gente passa para o turismo no Brasil. O turismo no Brasil, hoje, representa 8,1% do PIB nacional direto, indireto e induzido, 6,7 milhões de empregos que o turismo hoje representa no Brasil. E hoje somos a 11ª economia do turismo no mundo. Podemos avançar muito mais. Houve um crescimento, no último ano, de 2,9%; um crescimento mais do que o dobro da própria economia do Brasil.

Hoje nós temos uma balança comercial do turismo extremamente desfavorável. Nós contamos com 6,6 milhões de turistas internacionais que vêm ao Brasil todos os anos. É um percentual, como eu disse aqui na tela anterior, muito ínfimo, pequeno, de 0,5% dos turistas ou dos viajantes mundiais, apenas 0,5% vêm conhecer as belezas e as maravilhas do Brasil. Nós temos 18,2 bilhões que são os gastos dos brasileiros no exterior; então, os brasileiros, todos os anos, deixam no exterior R$18,2 bilhões, e o gasto dos estrangeiros no Brasil, 5,9 bilhões. Então, nós deixamos 18,2 bilhões todos os anos fora e recebemos em contrapartida, dos viajantes estrangeiros, apenas R$5,9 bilhões. Então, são 12 bilhões, esse déficit na balança comercial do turismo.

Obviamente, já temos um plano estratégico, com metas estabelecidas, para que a gente consiga realmente equilibrar essa balança comercial, porque ela está extremamente desfavorável. Posso citar aqui, vai estar obviamente nas lâminas posteriores, mas um projeto fundamental que vai impactar diretamente na redução do custo Brasil. Obviamente, com a redução do custo Brasil, nós conseguimos inserir mais viajantes domésticos aqui no Brasil. Hoje nós temos 60 milhões de brasileiros que fazem o turismo doméstico, internamente, e a gente quer alcançar a meta, ou incluir pelo menos mais 40 milhões de brasileiros viajando por todo o País, alcançando aí os números de 100 milhões de brasileiros ano.

Para isso, eu estava dizendo que o projeto das aéreas, a abertura do capital estrangeiro às aéreas é um ponto fundamental. É inadmissível um país com 200 ou mais de 200 milhões de habitantes, 8,5 milhões de quilômetros quadrados, nós termos apenas quatro empresas operando o espaço aéreo brasileiro. Na verdade, três agora, não é, Senador Izalci? Porque a gente sabe que uma delas está em recuperação judicial. E países como a Argentina, o Chile, que têm um quarto da nossa população, uma extensão territorial muito mais reduzida, já contam com mais do que o dobro de empresas operando o espaço aéreo. Portanto, essa ação em si vai promover obviamente uma redução. O que promove a redução do custo das passagens aéreas ou o que vai promover, certamente, vai ser a competitividade da concorrência, a competitividade entre as empresas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com isso, Senador, nós vamos conseguir resolver parte de um problema que é logístico no Brasil. Nós temos 1,7 milhão de quilômetros de estradas rodoviárias, das quais menos de 12% contam com pavimentação. Então, aí, nós já temos um problema logístico e, parte desse problema, com a abertura do capital estrangeiro às aéreas, será resolvido com o aumento do número de operações no Brasil. Certamente, nós vamos conseguir aumentar o número de rotas, destinos. Em parceria com a Anac, a gente vai conseguir fazer uma estruturação melhor dos aeroportos para que a gente consiga melhorar essa logística, sobretudo para o turismo no Brasil. Então, quanto a essa balança comercial, certamente já existe uma série de ações e planejamentos para que a gente consiga, realmente, equilibrar ou torná-la positiva num espaço de pelo menos três a quatro anos.

O Brasil hoje é o 16º em gasto no exterior, ou seja, o viajante brasileiro deixa... Nós estamos em 16º lugar dos turistas que mais gastam pelo mundo.

Aqui, são estudos do Fórum Econômico Mundial, que estudou aí, pelo menos, 103 países. A análise foi feita em 2017. O Brasil tem números assustadores, infelizmente negativos. A prioridade do turismo na agenda estratégica do País, isso medido em 2017, num *ranking* de 136 países, nós estamos em 106º lugar na ordem de prioridade da agenda estratégica do País.

Prioridade do turismo, na agenda do Governo, 126º lugar. Isso em 2017. Praticamente, está entre os últimos na prioridade do turismo no Governo.

Ambiente de negócios, 129º lugar em ambiente de negócios, num *ranking* de 136 países. Dá para perceber por aí como é inóspito o ambiente de negócios no Brasil.

A segurança, 106º lugar em segurança pública.

Abertura internacional, 96º lugar.

Infraestrutura portuária, 112º lugar.

Onde nós queremos chegar? Quais são as nossas metas? O que é que nós queremos para o turismo no Brasil? Primeiro, nós queremos passar de um patamar de 6,6 milhões de turistas/ano internacionais aqui, no Brasil, para 12 milhões. Nós precisamos, pelo menos, dobrar ou quase dobrar esses números que são realmente muito baixos aqui, no Brasil. Para vocês terem uma ideia, Senador Eduardo, só Cancún conta com quase 7 milhões de turistas/ano. Então, Cancún sozinha, uma faixa de praia de 24km, tem mais turistas/ano do que o próprio Brasil como um todo.

Atualmente, nós temos R$5,9 bilhões receptivos, que a gente recebe dos turistas estrangeiros no Brasil.

Nós queremos passar para, pelo menos, R$19 bilhões/ano. A meta é ousada, mas, com todas essas ações sendo feitas pelo Governo Federal, pelo Ministério do Turismo e, sobretudo, pelas Casas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Legislativas, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal, nós acreditamos que nós vamos conseguir chegar a esses patamares de US$19 bilhões/ano, recebendo dos turistas estrangeiros. Como eu disse aqui antes, a inserção de mais 40 milhões de brasileiros no mercado de viagens, atualmente, são 60 milhões, vai contribuir também para que esses US$19 bilhões sejam alcançados. A criação de 2 milhões de empregos através do turismo, essa é a nossa meta até 2022.

A gente disse aqui o que queremos fazer. Agora, como o faremos. A isenção de vistos... E aproveito a oportunidade, Senador Fernando Bezerra, para mostrar a importância dessa ação, da isenção de vistos, desse decreto que envolveu a Presidência da República, o Ministério do Turismo, também o Ministério da Justiça. É de fundamental importância a manutenção da isenção de vistos para esses quatro países. Para os senhores terem uma ideia, só com a implantação do visto eletrônico no ano de 2018 para esses mesmos quatro países, não foi isenção, só a implantação do visto eletrônico, aumentou em 35% o pedido de vistos para esses países ao Brasil. Então, muito relevante. Certamente, com a isenção de vistos, esse percentual cresce e muito. Então, é uma ação fundamental, preponderante para que a gente consiga, sobretudo, gerar emprego e renda no Brasil.

Os quatro países figuram na lista dos 20 países que mais gastam com viagens no mundo. Portanto, Austrália, Canadá, Estados Unidos e Japão figuram aí entre esses 20 países que mais gastam no mundo. A média de gastos, para os senhores terem ideia, de um viajante no Brasil é de US$859, isso contando o tempo de estada, uma média de tempo de estada e gasto do viajante comum. Os viajantes desses quatro países gastam em média US$1,566, nessa média tempo-gasto dos viajantes estrangeiros no Brasil. Portanto, é quase o dobro o que esses quatro países, os viajantes desses quatro países gastam em relação aos outros países.

E, aí, a nossa pergunta: o que nós queremos: geração de emprego, de renda no nosso País ou uma política de reciprocidade por si só? É uma pergunta interessante.

Os PLs, aliás, o PL 2.724/2015, já aprovado na Câmara dos Deputados, hoje aqui, no Senado Federal, trata de dois temas importantíssimos, fundamentais para o avanço do turismo, a geração de emprego, de renda, a redução do custo Brasil, que é a abertura do capital internacional às companhias aéreas e a modernização da Lei Geral do Turismo. Esse projeto já está aqui, no Senado Federal e aproveito a oportunidade para pedir o empenho dos Senadores, Senador Izalci, Presidente, para que a gente possa, realmente, com a máxima celeridade possível, colocar esses projetos em pauta.

Já conversamos, tivemos uma reunião muito boa com o Presidente Davi Alcolumbre. Todo o *trade*, ou grande parte do *trade* do Brasil, as maiores associações estiveram aqui, conosco, na semana passada, e a gente teve a oportunidade de apresentar para o Presidente Davi Alcolumbre a importância desses dois projetos para a economia brasileira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na agenda dos cem dias, estabelecida pelo Governo Federal, o Ministério do Turismo alcançou 100%. Nós estamos com 100% das metas concluídas para entregar nos cem dias. Uma delas é melhorar a gestão dos patrimônios mundiais do Brasil. Isso foi um decreto interministerial com o Ministério do Turismo, de Desenvolvimento Regional e o Ministério do Meio Ambiente.

Na verdade, nós temos hoje os patrimônios tombados pela Unesco, os patrimônios mundiais, que têm um potencial turístico muito grande e que estão ou subaproveitados ou suscetíveis a invasões, a degradação. E, por isso, esse decreto vai nos dar a oportunidade de trazer para o âmbito do Ministério do Turismo a gestão desses patrimônios que podem ser transformados em pontos turísticos, com alta visitação de turistas nacionais e também internacionais.

A concessão de imóveis da União com potencial turístico para a iniciativa privada. O Brasil hoje conta com mais de 5 mil imóveis por todo o Brasil. Sabemos que muitos deles estão em fase muito ruim, degradados e com potencial turístico. Então, essa concessão da SPU para o Ministério do Turismo, na verdade, é para fazer essa gestão, exatamente visando a recuperação desses locais, podendo, assim, fazer as concessões para a iniciativa privada. É o que o mundo tem feito, é o que tem dado certo no mundo inteiro, para que a gente possa transformar locais que estão hoje abandonados em locais de visitação turística, gerando emprego e renda para a nossa população.

A agenda estratégica. Existe um ponto fundamental, eu vinha falando com o Senador Fernando Bezerra, da importância de se transformar a Embratur em uma agência de promoção internacional do Brasil, como destino no interior. Existe o PL 7.425, de 2017. A Embratur hoje é uma autarquia especial ligada ao Ministério do Turismo, o que engessa e muito a sua própria atuação na promoção do Brasil no exterior e também na promoção dos grandes eventos.

A Embratur hoje não pode ter nenhum tipo de parceria com a iniciativa privada por força de lei. A transformação da Embratur em agência certamente vai aumentar em muito o potencial da divulgação do Brasil no exterior e também nas parcerias para os grandes eventos, tanto no Brasil, quanto no exterior.

A concessão de serviços de parques naturais é um trabalho feito, já, pelo Ministro Ricardo Salles, do Meio Ambiente, com o apoio do Ministério do Turismo, contando com o ICMBio, para que a gente possa realmente conceder os parques naturais. Para vocês terem uma ideia, hoje o Brasil tem cerca de 10 milhões de visitantes/ano aos nossos parques naturais. Os Estados Unidos hoje contam com 300 milhões de visitantes/ano convivendo nos parques naturais dos Estados Unidos.

Os Estados Unidos hoje faturam US$19 bilhões só com a visitação em parques naturais no país, enquanto nós faturamos R$1,8 bilhão com a visitação em nossos parques. Portanto, a concessão do serviço em parques naturais é fundamental para que a gente consiga, realmente, nesse quesito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

especificamente... Já que somos o primeiro, o número um do mundo em recursos naturais, nós temos um potencial gigantesco para aproveitar o potencial turístico dos parques no Brasil.

O teto da alíquota do ICMS de 12% no querosene da aviação – é uma resolução aqui do Senado, a Resolução 55, 2015 – é fundamental também. Peço o apoio aos nobres Senadores e Senadoras para essa resolução. Essa resolução, somada à abertura internacional do capital estrangeiro, realmente vai conseguir ter um impacto positivo na redução de custo das passagens aéreas no Brasil.

O Tocantins, terra do nosso nobre Senador Eduardo, já reduziu o ICMS para os 12%. O Rio de Janeiro já está estudando também; parece que o Governador está reduzindo para 7%. O Governador Doria, em São Paulo, reduziu de 25% para 12%. Então, é uma tendência para que a gente possa, realmente, reduzir o custo Brasil e, sobretudo, as passagens aéreas brasileiras, que, diga-se de passagem, são muito, muito caras!

Quero cumprimentar a Senadora Eliziane, a Senadora Zenaide – é um prazer –, o Senador Lucas Barreto, que chegou agora. É um prazer tê-lo conosco aqui, Senador.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO. *Fora do microfone*.) – Dono do turismo aqui, Senador Jaques Wagner.

O SR. MARCELO ÁLVARO ANTÔNIO – Senador Jaques Wagner, é um prazer tê-lo conosco aqui na Comissão. A Bahia tem um potencial enorme.

Bom, trouxemos aqui, de uma forma, obviamente, simplificada, o que o mundo hoje apresenta em relação ao turismo, qual é a situação atual do Brasil, o que nós queremos fazer e como precisamos fazer para que o turismo possa alcançar as metas estabelecidas, que são, sobretudo, aumentar o número de empregos no Brasil, a geração de renda e aumentar o número de turistas internacionais viajando aqui pelo Brasil.

Obrigado, Senador Izalci.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Agradeço ao Ministro pela exposição e já vou entrar, imediatamente, na lista de inscrição. A primeira Senadora inscrita é a nossa Senadora Eliziane. Senadora, antes de V. Exa. se pronunciar, só quero lembrar que nós aqui na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo já fizemos a reunião aqui com o Ministro de Desenvolvimento Regional, com todos os membros da Sudam, Sudene, Sudeco e órgãos também da Codevasf e, agora, com o Ministro do Turismo. E definimos, aprovamos aqui o requerimento, colocando o projeto de desenvolvimento regional como um projeto estruturante aqui da Comissão.

Então, nós estamos encerrando aqui hoje o ciclo. Estamos ouvindo todos os atores que são importantes para esse trabalho. Agradeço muito, então, essa colaboração. É evidente que vamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

enriquecer com as perguntas, mas encerramos esse ciclo hoje e vamos começar já a desenvolver o trabalho para oferecer ao Governo e à sociedade instrumentos que possam facilitar e agilizar o nosso processo rico do turismo no Brasil.

Senadora Eliziane Gama,V. Exa. tem a palavra.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Para interpelar Ministro.) – Presidente, meus cumprimentos ao senhor, aos colegas Parlamentares e ao Ministro Marcelo.

Ministro, eu quero iniciar falando sobre a questão dos vistos. Nós tivemos agora, recentemente, uma decisão de isenção por parte do Presidente de isenção de vistos a alguns países: Estados Unidos, Canadá, Japão e Austrália. Enfim, foram quatro países ao todo. Ao mesmo tempo, somado a isso, naturalmente, o objetivo é o incremento do turismo, a chegada de mais turistas ao Brasil. Há, inclusive, uma mobilização da classe turística de todo o Brasil no sentido de que essa isenção possa, de fato, ser completamente concretizada. A minha pergunta para o senhor referente a isso é: como é que, a partir disso, naturalmente, poderá haver esse incremento?

Ao mesmo tempo, nós temos o entendimento de que o turista não pode, simplesmente, vir ao Brasil por vir. Nós temos que ter a movimentação comercial, financeira a partir da vinda desse turista, mas, ao mesmo tempo, também temos uma imagem nacional que nós precisamos vender para fora. E essa imagem passa pela questão da segurança pública, que hoje é uma grande preocupação no Brasil. Nós tivemos agora, recentemente, uma ação no Rio de Janeiro por parte do Exército, um erro grosseiro, terrível, que, naturalmente, precisa de toda uma investigação, de todo um acompanhamento.

A minha pergunta é exatamente nesse sentido: como está a preocupação do Ministério em relação à segurança pública nacional e se esse debate de forma transversal está acontecendo para que possamos minimizar essa situação terrível e, naturalmente, fazer com que esse turista venha, vá e possa voltar para que possamos ter uma garantia do que estamos pretendendo, que é a movimentação comercial?

Nesse mesmo sentido, falando, por exemplo, dos viajantes frequentes, nós tivemos, em 2015, anunciada a entrada do Brasil no Global Entry, mais ou menos ainda no Governo do Obama. E, naquele momento, não houve uma concretude, digamos assim, de que essa participação dos brasileiros pudesse realmente ser efetivada. Eu queria saber do senhor se há, na verdade, uma retomada dessa parceria e como está, de fato, esse encaminhamento.

Nesse mesmo sentido, Ministro, a minha segunda pergunta é referente aos parques nacionais. Ainda no Governo Temer, havia uma perspectiva de haver, pelo menos, um quantitativo no plano de privatização de nove parques nacionais, entre eles, o Parque do Maranhão, que são os Lençóis

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Maranhenses, na verdade, uma verdadeira riqueza brasileira que nós temos, inclusive com exposição internacional. Pelos dados que nos foram passados aqui, nós temos, por exemplo, uma visitação nesses parques no Brasil da ordem de 10 milhões de turistas e um faturamento da ordem de R$2 bilhões. Pelos cálculos do Governo, o plano de privatização renderia algo em torno de R$140 milhões em outorgas e R$153 milhões em investimentos privados.

A minha pergunta bem específica seria: como está esse plano de privatização, ao mesmo tempo também, como está a preocupação em relação às salvaguardas? Porque nós sabemos que não é privatizar por privatizar.

Nós temos todo um critério de fiscalização, o controle ambiental, inclusive com acompanhamento do ICMBio. Então, quais os critérios que nós teremos para que as garantias ambientais, de fato, possam ser asseguradas?

Na verdade, eu vou aqui partir para a minha última pergunta, que é uma grande preocupação. Daqui a pouquinho, na CCJ, Ministro, nós teremos um projeto de lei que estará sendo acompanhado e discutido, inclusive com relatório já apresentado na semana passada...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – ... que é referente à eliminação de cotas para mulheres. E essa eliminação se deu a partir de todo um debate nacional de utilização de candidaturas de mulheres-laranjas por parte de alguns Partidos, inclusive o PSL. Isso foi terrível, porque para mim não há nenhuma desculpa para que isso aconteça, mas, ao mesmo tempo, isso aflorou um debate nacional. Para mim, é uma desculpa para tentar excluir a participação das mulheres no cenário político. Aliás, nós evoluímos quando conseguimos, na Justiça Eleitoral, a garantia do fundo eleitoral para as candidaturas.

Há uma denúncia em relação ao seu nome com a utilização de candidaturas de mulheres-laranjas pelo PSL, a exemplo do que aconteceu com Bebianno, que, aliás, acabou sendo demitido. O senhor coloca, em alguns momentos – é exposto pela imprensa –, que são casos diferentes. Eu perguntaria: em que se diferencia o seu caso em relação ao caso do Bebianno e quais as providências que estão sendo tomadas nesse sentido?

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Eu vou seguir aqui. Nós estabelecemos aqui blocos de quatro em quatro, porque há várias inscrições que estão sendo feitas, mas eu gostaria, Ministro, de pedir a V. Exa. que limitássemos ao tema do convite de audiência pública para que possamos aproveitar o máximo possível o nosso trabalho aqui do planejamento do projeto estruturante que nós estabelecemos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O próximo inscrito é o Senador Fernando Bezerra; em seguida, a minha Vice-Presidente, Zenaide Maia; e, depois, Lucas Barreto. É o primeiro bloco.

Então, agora, o nosso Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Para interpelar Ministro.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu queria, inicialmente, cumprimentar o Ministro Marcelo Álvaro pela bela apresentação, destacando a importância do turismo como instrumento de promoção do desenvolvimento e geração de emprego no nosso País e, de forma muito objetiva, colocando as metas do Ministério do Turismo e também a estratégia para alcançar essas metas. E a gente fica feliz, porque muitas dessas metas poderão ser alcançadas em parceria com o Congresso Nacional, a partir da deliberação de projetos de lei que já se encontram em tramitação aqui nesta Casa. E o Ministro destaca, portanto, a importância de agilizarmos esse debate e essa deliberação.

Aqui eu lembro que, na legislatura passada, o Senador Jorge Viana foi um dos grandes entusiastas da redução do ICMS sobre o querosene de aviação. Isso chegou a ir a Plenário e, depois, por pressões de alguns Estados, a matéria foi retirada de Plenário. E o que nós estamos assistindo é que Estados importantes, como São Paulo, começam a reduzir o ICMS sobre querosene de aviação e uma série de novas frequências de voo está sendo realizada a partir do interior de São Paulo, atendendo, inclusive, cidades do Nordeste. Eu queria destacar a frequência de voos de São Paulo para Vitória da Conquista, que acabou de conquistar o novo aeroporto e que vai dinamizar, portanto, essa ligação Nordeste-Sudeste. Portanto, quero cumprimentá-lo, Ministro, pela apresentação que fez aqui na nossa Comissão.

Eu queria chamar a atenção para um programa que foi muito exitoso no passado, um programa que, de certa forma, descortinou todo o potencial turístico da Região Nordeste, um programa chamado de Prodetur. Os Estados do Nordeste foram muito beneficiados em infraestrutura rodoviária, infraestrutura hoteleira, em preservação de patrimônio. Bahia, Pernambuco, Ceará foram Estados que se destacaram, mas poderia também citar Paraíba, Rio Grande do Norte, Piauí, Maranhão. E, hoje, nós temos o Prodetur+Turismo, programa que completou um ano agora. Para aqueles que não conhecem, o Prodetur+Turismo é a união do Prodetur com o selo +Turismo.

Então, eu gostaria que o Ministro pudesse apontar quem foi que já acessou esses novos financiamentos. O Governo está pensando em ter uma nova rodada de financiamentos externos junto ao BID ou o Banco Mundial para que os Estados possam acessar esses recursos no sentido de que a gente possa dar sequência a uma série de novos destinos?

Eu queria lembrar aqui um dos destinos que é muito importante para Pernambuco e para a Bahia. É o polo Petrolina-Juazeiro. Temos um aeroporto de primeira categoria e somos hoje um polo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vinícola importante no Brasil. As pessoas não sabem, mas a região de Petrolina e Juazeiro é a segunda produtora de vinhos neste País, sobretudo os vinhos jovens, os espumantes que são ali fabricados na Vinícola Miolo do lado da Bahia e da Vinícola del Sur, que é de um grupo português do lado de Pernambuco.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Então, a ideia é que esse Prodetur+Turismo pudesse investir, de forma mais ampla, mais vigorosa, sobretudo nesses novos destinos. No momento em que os aeroportos estão sendo concedidos, o Aeroporto de Petrolina vai entrar na nova rodada de concessão. Preveem-se investimentos de mais de 200 milhões no Aeroporto de Petrolina.

Então, seria importante que se casasse o fortalecimento da infraestrutura aeroportuária com os investimentos de infraestrutura, como, por exemplo, o acesso rodoviário às vinícolas para que a gente pudesse ter os passeios que facilitassem o turista a fazer a visitação. Agora que estamos recuperando a água na Barragem de Sobradinho, os passeios de barco, definir um modelo de barco que possa permitir o passeio turístico no Rio São Francisco. Então, eu deixo aqui como ideia a priorização do Prodetur+Turismo, sobretudo alocando mais recursos para poder disponibilizar para os Estados e para os Municípios o reforço da sua infraestrutura turística.

Quero dizer que nós devemos nos pautar pelo tema da reunião. As questões que estão afetas no que diz respeito ao processo da disputa eleitoral, quem está cuidando disso é a Justiça Eleitoral e os órgãos competentes. Nós não temos que aqui indagar o Ministro sobre fatos cuja investigação já ocorre. Portanto, o Ministro veio aqui para falar de coisa que interessa à população brasileira, que interessa ao desenvolvimento do turismo, ao desenvolvimento regional. Respeito aqueles que queiram indagar sobre isso, mas o Ministro nunca se recusou a dar nenhuma palavra, nenhuma explicação; sempre se colocou à disposição das autoridades para esclarecer qualquer dúvida a esse respeito. Vamos aguardar o final das investigações. Esses fatos deverão ser esclarecidos com o término dessa investigação.

Mais uma vez, parabenizo o Ministro pela sua presença e pela apresentação que acabou de realizar.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – A próxima é a Senadora Zenaide Maia.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para interpelar Ministro.) – Bom dia, Presidente; Ministro Marcelo Álvaro; colega Deputada Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É o seguinte: o que está chamando a atenção no País... Nada contra abrir ao capital estrangeiro, mas esta Casa principalmente tem que ter um olhar diferenciado.

Como a minha colega Eliziane falou, ninguém consegue estimular o turismo sem ter segurança pública. Então, tem que ter esse olhar. Até agora não foi apresentado um plano de segurança pública. O único que a gente tem é armar a população civil, e não é por aí. Quem é responsável pela segurança pública é o Estado brasileiro; não são os civis responsáveis por isso. Ela falou dos Lençóis Maranhenses e, como eles, há outros. A facilidade que se está havendo de se vender o patrimônio brasileiro sem uma avaliação...

Eu queria só chamar a atenção desta Casa para o seguinte: a nossa Embraer, que, mesmo não sendo o assunto direto, tem tudo a ver com o que a gente está discutindo, a abertura do espaço aéreo brasileiro. A Embraer, nesse acordo com a Boeing, essa venda foi por US$4,2 bilhões. E, olhando o Copacabana Palace, a rede do Copacabana Palace foi vendida US$3,25 bilhões. Se a gente for fazer uma comparação com uma empresa brasileira de aeronáutica, com 50 anos, com tecnologia que a gente tinha... Eu acho que o interesse maior foi na tecnologia: a gente estava com cargueiros mais velozes e que consumiam menos combustível.

Então, só chamando a atenção desta Casa, eu queria ver o seguinte: qual o plano...? Porque você não vai alavancar o turismo sem segurança pública. Outra coisa, nessa abertura para o capital estrangeiro, vamos ver se a gente não está só levando desvantagem. Por exemplo, quanto à abertura do espaço aéreo, nada contra. Agora, 100%, gente? A União Europeia é 25%. Nos próprios Estados Unidos, há uma luta para ser mais do que 25%. Então, só chamando a atenção para quando a gente vê os valores. E ela chamou a atenção sobre os Lençóis Maranhenses.

Então, pergunto: qual o plano principalmente para gerar emprego e renda, Ministro? Porque o nosso turismo, se o povo não estivesse numa situação de tanta dificuldade, com mais de 20 milhões de desempregados... Qual o plano para alavancar a economia, gerando emprego e renda? E qual o projeto do Governo para a segurança pública deste País?

Inclusive, eu queria dizer que eu estou com a PEC 44, na Comissão de Constituição e Justiça. A gente criou o Susp. Parabenizo por essa criação, mas tem que se saber de onde vêm os recursos. Eu queria pedir o apoio dos pares, porque, se tivermos um sistema único de segurança pública, mas não houver o financiamento certo, nós não podemos... O Rio de Janeiro está violento. Aí vamos aprovar um projeto de lei na carreira para poder jogar lá.

Então, a pergunta é esta: turismo ligado, não só o turismo externo, mas o da gente também... Na minha cidade, no Rio Grande do Norte, em Natal, caiu o turismo e é uma cidade do Brasil que tem uma orla de dar inveja e não falando só disso, do turismo religioso. Mas, se a gente não tiver um plano de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

segurança pública e se este Governo não apresentar como vai melhorar emprego e renda, investindo no setor produtivo deste País, fica difícil.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Bem, para concluir essa rodada – aproveito para registrar a presença do nosso Deputado Federal Capitão Alberto Neto, que está inscrito, mas após os Senadores, é regimental –, eu concedo a palavra ao Senador Lucas Barreto.

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP. Para interpelar Ministro.) – Bom dia, Sr. Presidente!

Bom dia, Sr. Ministro, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, senhoras e senhores aqui presentes!

Ministro, eu assisti atentamente à explanação que o senhor fez em nível de turismo. Eu penso e entendo que o turismo deve ser regionalizado. E eu estou aqui a falar pela Amazônia e pelo meu Amapá; o Amapá, que é o Estado mais preservado do mundo, que tem a maior área preservada. E eu posso lhe dar um exemplo: nós temos lá, quanto aos parques de que o senhor falou, o maior parque do mundo, que está lá, o Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque, 3,8 mil hectares; desde 2002, ele está lá intocado. O Sr.Cristopher, que é um alemão naturalizado brasileiro, passou num concurso, é o chefe do parque desde 2002. E, desde 2002, não há nenhuma atividade nesse parque. É totalmente preservação.

E aí eu pergunto: por que só preservar? Por que não conservar, usar racionalmente, explorar o turismo? O Amapá também tem uma posição geográfica privilegiada, não é à toa que foi lá construída a maior fortaleza do Brasil; não é à toa que há uma base aérea lá abandonada desde a Segunda Guerra Mundial, pela posição geográfica privilegiada; é lá que está o maior rio do mundo, é a única capital banhada pelo Rio Amazonas; o Amapá também tem – dito até por Alex Atala – a melhor gastronomia de base do mundo, e falo isso, porque gastronomia é uma atividade econômica, comida une povos e pessoas.

Então, isso tudo a gente está trabalhando. Nós já estamos terminando a produção do primeiro guia de pesca e de turismo de um Estado brasileiro, o *Fishing Guide*. Mas lá nós estudamos também qual o turista-alvo. Fomos lá ao PNDPA para buscar qual era o turista-alvo. Nós estamos trabalhando.

Sexta-feira o Presidente Bolsonaro inaugura o novo aeroporto de Macapá, construído com emenda de bancada, da nossa Bancada Federal.

Lá, no Amapá, anteontem, saiu o decreto do Governador e foi aprovado pelo Confaz. Lá nós não reduzindo para 12% nem para 7%, nós reduzimos para 3% o ICMS do querosene da aviação, mas nós estamos pedindo uma compensação das empresas: que elas montem lá o Ribe, que lá haja também uma atenção especial, porque nós somos zona de livre comércio. Então, pode-se importar lá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu falo isso até para convidá-lo, para convidar os outros Senadores, a população do Brasil para conhecer o Amapá. O Amapá é o novo, é a última fronteira na Amazônia a ser descoberta. Eu até falo que os amapaenses, muitos, não conhecem o Amapá, mas não é só o Estado mais hospitaleiro como é também o de maior potencial turístico no Brasil. E é isso que eu vim aqui pedir ao senhor que tenha essa atenção especial aos Estados amazônidas e ao Amapá, que está lá cumprindo o seu papel, tentando sair da escravidão ambiental que nos impuseram...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP) – ... porque todo o mundo e o Brasil querem que o Estado do Amapá preserve, preserve. Nós fizemos o nosso papel, mas nós queremos compensação, principalmente do Governo Federal, para incentivar essas políticas públicas, como o turismo, que tem um retorno rápido. Nós precisamos desse apoio do senhor e eu conto com esse apoio.

Digo que esse desenvolvimento regional nós vamos trabalhar e, para não me alongar muito, eu quero fazer duas perguntas ao senhor: como o senhor pretende na Amazônia tratar o turismo haliêutico e o turismo cinegético?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Concluída essa primeira rodada, eu passo para o Ministro fazer seus comentários e responder, mas pediria ao Ministro que se delimitasse aos assuntos do requerimento.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Pois não, Eliziane.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Para questão de ordem.) – Presidente, com todo o respeito que eu tenho a V. Exa. e aos colegas que já também manifestaram posição semelhante, eu queria dizer a V. Exa. que nós temos aqui as nossas garantias constitucionais de fazer as perguntas que nós entendermos que são necessárias para o bom andamento dos trabalhos da Comissão. As perguntas que eu fiz são direcionadas ao Presidente e, mais uma vez, ao Ministro. E, mais uma vez, digo ao senhor que, apesar das suas colocações, a decisão de responder ou não é do Ministro. Ele, na verdade, pode ou não responder a critério dele.

Outra coisa também, Presidente: nós não podemos estabelecer aqui na Comissão uma autocensura, é muito ruim, sobretudo no momento brasileiro, em que a gente está preocupado com as nossas instituições, com as manifestações que têm sido colocadas evocando a censura. E a postura de V. Exa., com todo o respeito, remete a uma autocensura nesta Casa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu queria assegurar o meu direito de fazer a pergunta que eu entender que é necessária e importante para o bom andamento da Comissão e pedir que o Ministro responda. Naturalmente, se ele não quiser, é uma decisão dele, mas que a decisão seja tomada pelo Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Eu quero dizer a V. Exa. que, em momento algum, quis limitar a palavra de V. Exa. Eu só fiz um apelo inicial, porque o nosso requerimento foi baseado no art. 50, §1º, e o objetivo desta Comissão é exatamente esse convite que fiz ao Ministro – eu sou o autor do requerimento – para exatamente contribuir com a política de desenvolvimento regional. Nós temos um convite na Comissão de Transparência, Fiscalização e Controle especificamente para tratar desse outro assunto.

Então, óbvio, eu só pedi que a gente limitasse o assunto para a gente aproveitar o máximo possível dessas informações, mas jamais colocaria no sentido de inibir ou vetar qualquer pronunciamento de V. Exa. Evidente, o Ministro responde o que ele quiser; agora, eu faço um apelo que a gente se limite ao assunto do requerimento.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Senador Eduardo.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO. Pela ordem.) – Só para preservar o bom andamento da reunião, deixo registrado aqui sobre a sua condução. Em nenhum momento, observei qualquer possibilidade de autocensura por parte de V. Exa. e acho que uma reunião específica convocada para ouvir o Ministro acerca do assunto turismo preserva também os nossos direitos; todos aqui estão com os direitos preservados; eu, inclusive, com o direito de conversar sobre turismo. Então, quero só destacar a forma como V. Exa. está conduzindo a reunião. É preciso foco e há outros instrumentos de questionamento. Então, não vi, em nenhum momento, qualquer Senador aqui com os seus direitos não preservados de questionar ou perguntar, mas aqui neste momento faço essa observação com relação à condução de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Agradeço.

Eu só gostaria de aproveitar o máximo de tempo possível no assunto.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Só regimentalmente, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Pois não, Eliziane.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Nós temos no Regimento, que é claro, acerca da fiscalização e controle dos atos do Poder Executivo. Isso aí não é uma ação ou uma iniciativa peculiar de apenas uma comissão. Sim, são questões regimentais. Em todas as comissões, nós temos o dever e a obrigação, como representante público, de exercer o papel também de fiscalização e controle das ações do Poder Executivo. Então, eu estou buscando um direito que eu tenho assegurado como Parlamentar nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Jamais tive a intenção de tirar esse direito.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Mais uma vez, eu quero reafirmar o respeito – e V. Exa. sabe – que eu tenho pelo senhor de uma forma extrema.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Sim, eu também.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Fomos colegas na Câmara dos Deputados, e a minha colocação simplesmente é para assegurar o meu direito de exercer o meu papel como Parlamentar.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – O.k., Senadora.

Eu passo, então, para o Ministro, mas ponderando e pedindo não só à Senadora Eliziane, mas a todos os Parlamentares presentes, para que a gente possa utilizar o máximo possível do tema, porque nos interessa muito concluir essas informações para elaborarmos um projeto da Comissão que é o projeto estruturante de desenvolvimento regional.

Ministro, V. Exa. tem a palavra.

O SR. MARCELO ÁLVARO ANTÔNIO – Bom, Senadora, vamos falar aqui da questão dos parques, como a senhora mesma citou os Lençóis Maranhenses, uma das grandes maravilhas do nosso Brasil, o trabalho, o plano de concessão de parques no Brasil é feito no âmbito do Ministério do Meio Ambiente, através do seu respectivo Ministro, Ricardo Salles, obviamente com apoio do Ministério do Turismo. É um processo em que, pelo menos, parece que temos 11 parques já prontos para serem concedidos à iniciativa privada. Obviamente, a concessão é uma concessão responsável visando, sobretudo, à conservação deste e também ao aumento e à promoção da visitação dos turistas a esses respectivos parques. A contrapartida de cada parque é obviamente investida no local. Todos os parques têm o seu plano de manejo, que é regido pelo ICMBio, e isso é respeitado integralmente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O objetivo final é realmente não só conservar o parque, mas, aumentando a visitação turística, nós vamos conseguir assim gerar emprego e renda para essas respectivas regiões. O Parque dos Lençóis Maranhenses certamente faz parte desse plano do Ministério do Meio Ambiente com apoio do Ministério do Turismo, para que consigamos realmente fazer dos Lençóis Maranhenses um lugar mais acessível, melhorar, inclusive, a infraestrutura logística para chegar aos Lençóis Maranhenses, promovendo, sobretudo, emprego e renda na região.

Parece-me que a senhora também questionou a questão da segurança nacional em relação aos vistos que também acho que é a mesma pergunta da Senadora Zenaide. Não existe nenhum tipo de flexibilização por parte da Polícia Federal na questão da segurança pública. Continua exatamente o mesmo plano de segurança exercido até hoje no Brasil. Então, a isenção dos vistos não traz nenhum tipo de flexibilização na questão de segurança pública para os visitantes desses quatro países. Então, a regra permanece a mesma.

Aproveitando aqui, já que a gente está falando de segurança pública, Senadora Zenaide e Senadora Eliziane, no âmbito do Ministério, também a gente criou uma área específica para tratar as questões de segurança pública. Eu já estive pessoalmente com o Ministro Moro fazendo algumas propostas, que eu creio que a senhora conhece bem, que são propostas exitosas que a gente consegue observar no mundo.

Estudando o mundo em relação à segurança pública, a gente tem dois *cases* aí muito importantes, que são Medellín e Bogotá. A gente percebe que ali foi feito um trabalho de segurança pública importantíssimo ao longo de 15 anos que resolveu o problema. Medellín chegou a ter 381 homicídios por 100 mil habitantes, hoje gira na casa de 19 a 23 homicídios por 100 mil habitantes e mostrando ali que realmente a repressão com o braço duro do Estado, mas também com o braço social, implementando ali programas sociais e um conjunto de programas que a Colômbia apresentou muito bem ao mundo através das suas respectivas cidades Medellín e Bogotá.

Em relação, Senadora, ao questionamento da senhora da questão do PSL. Eu posso afirmar para a senhora que sempre agi estritamente dentro da legislação eleitoral à frente do partido em Minas, nunca fiz qualquer procedimento inadequado que viesse macular ou a imagem do Partido ou a minha. O processo corre em segredo de Justiça. Confio plenamente nas instituições, na Polícia Federal e no Ministério Público, e sempre tenho dito – e reafirmo aqui – que esse inquérito vai ser a melhor oportunidade que eu terei de provar que eu não tenho absolutamente nenhum problema ou nenhum procedimento inadequado à frente do partido em Minas. É o que eu posso falar com a senhora. Acredito que são os dois questionamentos que a senhora me fez.

Aqui o nosso amigo Senador Fernando questionou sobre a questão do Prodetur+Turismo; não questionou, mas ele trouxe aqui como uma importante ferramenta para promover a infraestrutura nas cidades turísticas e para receber os nossos turistas no Brasil. Realmente é um programa de extrema

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

importância. O Prodetur hoje conta com quase R$4 bilhões para essa iniciativa de promover a infraestrutura nas cidades. É acessível a todos os Municípios, obviamente obedecendo os critérios estabelecidos pelos bancos parceiros. Temos o BNDES e temos outros bancos também, privados, que estão em parceria com o Prodetur+Turismo. Algumas cidades – pelo menos 150, ou mais de 150 cidades – já estão com acesso ao programa, ou já entraram com seus pedidos. O Ministério do Turismo estabelece um selo mostrando ao BNDES que aquele programa é importante para o fomento do turismo nacional. São linhas de crédito extremamente atrativas, em alguns casos com carência de cinco anos, com amortizações de 30 anos, que certamente vão trazer um impulso, um incremento muito positivo para as cidades que os acessar. Eu posso aqui citar um exemplo: a cidade de Canela. A cidade de Canela teve um acesso de R$70 milhões nesse programa, e certamente vai fazer uma revolução na infraestrutura para o recebimento dos turistas na cidade. Então, é um programa de extrema importância para que todos os prefeitos no Brasil possam ter ciência e acesso a esse programa.

O Senador Fernando Bezerra também disse da questão da conectividade marinha. Nós temos hoje um programa no Ministério do Turismo exatamente para promover essa conectividade marinha. Esse assunto está sendo estudado. Está aqui o nosso Secretário Executivo, Daniel Nepomuceno, que está a frente desse projeto para que a gente consiga fazer essa conectividade marinha, que é inédita no Brasil. Hoje ainda não temos nenhum programa, nem no âmbito do Ministério do Turismo, nem no Governo Federal, que promova essa conectividade. Então, é um programa que certamente vai trazer um conforto logístico para os viajantes, sobretudo os viajantes das regiões litorâneas do País. Acho que foram os dois questionamentos do Senador Fernando Bezerra, as duas perguntas.

A abertura do capital estrangeiro também foi mencionada aqui pela Senadora Eliziane e pela Senadora Zenaide. Se possível, já respondendo uma, respondo a outra Senadora. A abertura do capital estrangeiro é a melhor maneira que nós temos de promover realmente a competitividade entre as empresas. Nós temos toda a garantia de que esse processo vai ser exitoso no ponto de vista da redução do valor das passagens aéreas. É impossível hoje nós termos apenas quatro operadoras. O Chile já tem mais de dez; a Argentina, se não me engano, oito ou nove. Então, os nossos vizinhos, que também já abriram mão da exigência dos vistos para esses quatro países e estão tendo resultados importantíssimos. Mas a abertura das aéreas brasileiras em 100% eu acredito que é o melhor caminho para que a gente consiga promover um aumento no número de rotas e destinos e, o mais importante, a redução das tarifas aéreas brasileiras.

Senador Lucas Barreto, do nosso querido Amapá. Ele foi à CCJ. Posso responder? O Senador trouxe aqui a questão dos parques. Existe um parque muito importante no Amapá, que certamente também está no radar do Ministério do Meio Ambiente para que seja promovida a concessão do parque.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É importantíssimo. Essas concessões, realmente, levam uma infraestrutura importante para cada parque. A gente tem exemplos muito exitosos, como o das Cataratas do Iguaçu. O Parque do Iguaçu faz muito bem isso, recebe um número altíssimo de turistas todos os anos; se eu não me engano, está na casa de 1,8 milhão turistas/ano, só ali no Parque do Iguaçu. O que ampara essas concessões é toda a infraestrutura de hotéis, restaurantes, lojinhas, para que o turista possa, então, ter um conforto com a sua família.

O Senador também questionou a respeito do turismo haliêutico, que é a pesca. A gente realmente tem, no âmbito do Ministério do Turismo, um apoio e diretrizes para promover o turismo da pesca, sobretudo a pesca esportiva. Sabemos que existe uma grande parcela, uma boa parcela de viajantes que buscam essa modalidade de turismo, portanto, é importante que nós ressaltemos aqui que o Ministério do Turismo está preparando, sim, com boas diretrizes, um planejamento para o turismo da pesca.

Com o Turismo Cinegético nós não trabalhamos, é o turismo da caça. A gente realmente não tem nenhum programa que estimule ou promova o turismo da caça no âmbito do Ministério do Turismo.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Agradeço-lhe.

E antes de passar para o próximo, indago se há alguma...

Senadora Eliziane.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Para interpelar Ministro.) – Eu indago, Presidente.

Ministro, eu queria lhe fazer uma pergunta ainda referente ao caso – primeiro, cumprimentá-lo por V. Exa. ter respondido a todas as nossas perguntas – específico do PSL. Eu lhe falo até como mulher, eu lhe digo que eu fiquei extremamente revoltada e indignada com essa situação em relação à utilização de candidaturas laranjas pelo PSL, que foi a denúncia colocada na imprensa. É muito revoltante ver, por exemplo, as mulheres sendo utilizadas como instrumentos por homens para alcançar os seus objetivos. Essa é uma prática que a gente luta todos os dias para combater, a gente luta todos os dias para mostrar que a mulher tem que ter o seu empoderamento, ela tem que ter o seu protagonismo, ela tem que ter a sua participação. Uma mulher, quando tem acesso ao recurso do fundo eleitoral, ela consegue ter o seu papel rodado, o seu combustível no seu carro, consegue colocar a sua campanha de fato para funcionar. E eu lhe asseguro que nós temos muitas mulheres no Brasil que,...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – ... pela falta de acesso a esse recurso, não conseguem ter uma militância partidária. A gente lutou muito, Ministro, para a gente conseguir ter o voto, para a gente ser votada e para a gente chegar aqui.

Eu cheguei aqui como Senadora, V. Exa. é Deputado, e eu também fui Deputada, junto com V. Exa., e não é fácil a gente chegar aqui, é com muita luta, é com muito empenho. E a utilização dessa forma é terrível, ela traz o retrocesso, ela mostra para alguns uma falsa verdade de que essa cota tem que ser eliminada, de que o fundo eleitoral tem que ser eliminado para as mulheres. Isso de fato é muito ruim. Eu acho que renderia um pedido de desculpas às mulheres brasileiras.

Eu quero só finalizar, Ministro. No Governo Itamar, os Ministros, quando eram colocados sob alguma suspeição, eram orientados a saírem do Governo por um tempo provisório para que realmente a investigação pudesse acontecer e transcorrer na sua mais absoluta normalidade. Depois, ele poderia voltar.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Eu acho que era uma atitude que o Governo Bolsonaro deveria tomar para que e gente pudesse ter de fato uma investigação isenta e a gente pudesse ter um Governo mais equilibrado.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Entrando já no outro bloco, eu passo a palavra ao Senador Eduardo Gomes.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO. Para interpelar Ministro.) – Ministro, eu quero agradecer a sua presença aqui.

Apenas para uma observação de consideração política, inevitável neste momento: eu também concordo com o que disse a Senadora Eliziane, e faço uma observação ainda que o processo do Ministério Público, nas várias instâncias, versa sobre o problema de candidaturas laranjas em diversos partidos, inclusive no partido em que eu disputei a eleição para Senador, o Solidariedade, o PPS, o MDB. É preciso dar essa amplitude, Presidente, para que fique preservado aqui o direito à defesa, mas o direito à informação. Então, faço essa observação cabal, porque é assim que tem sido divulgado o assunto e eu acho que de maneira exagerada, no caso do Ministro, até pelo destaque da posição que ocupa. Então, para que não haja prejuízo na informação, essa é uma ação ampla.

Concordo em gênero, número e grau com a colega, a Senadora Eliziane, e acho que esse assunto deve ser tratado nas instâncias devidas com essa dimensão, de todos os partidos sob suspeita. É uma forma do sistema político que é necessária neste País.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ministro, exercendo o direito de discutir turismo, eu queria aqui parabenizar as explanações anteriores, cada uma com a sua característica, por isso não vou repetir as perguntas feitas pelos Senadores que me antecederam.

Quero também registrar, com muito orgulho, com muita satisfação, a participação de um tocantinense nato, nosso amigo Hercy Filho, na Chefia de Gabinete do Ministério, um homem do sudeste do Tocantins. Orgulha-nos muito ter aqui um tocantinense que, por mérito próprio, por capacidade própria, sem indicação política, partidária, participa da Administração Pública nacional. Isso é muito importante para a juventude do meu Estado, para aqueles que desenvolvem a missão de servir o serviço público.

Aí faço uma observação, Ministro, apenas sobre a questão na ótica da logística do turismo, entendendo que V. Exa. desenvolve um trabalho com muita devoção, tem usado a sua juventude para os desafios que cercam esse assunto tão importante, essa indústria tão importante para o País. Primeiro, uma observação de caráter sugestivo, mas também de uma preocupação muito forte com a cultura do nosso País. Nós entendemos que a cultura, a música, o folclore são vertentes absolutamente ligadas ao desenvolvimento da indústria do turismo. Então, é preciso que esta Casa faça um esforço junto ao Governo, com os Líderes, os Vice-Líderes, os Líderes de partido para ver se a gente consegue colocar a cultura junto com o turismo, porque a gente entende que são indústrias que crescem de maneira simétrica e conjunta. E hoje a gente vê a cultura do País sofrendo muito por essa falta de norte. Essa é a observação que a gente gostaria de fazer.

A outra questão é a briga lateral por obtenção de fundos de toda ordem. Há neste momento, no País, uma disputa muito grande não de criação de novas fontes de renda, mas de substituição e de briga lateral de ministérios e de ações públicas com relação a recursos. Tivemos aqui, na semana passada, um debate sobre a transferência dos recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública para a saúde.

Aí, ao mesmo tempo...

Outra observação que eu queria fazer a V. Exa. é sobre buscar um redesenho para o Sistema S no Brasil. A gente entende que o Sistema S está também muito ligado à qualificação profissional e ao investimento no turismo.

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO) – Então, nós queríamos um trabalho nesse sentido de que qualquer recurso... Há um novo momento de discussão do papel do Sistema S, mas que seja observada também a sua importância e a sua relevância para a indústria do turismo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E também não posso deixar aqui, Presidente, de encerrar falando muito do nosso Tocantins. O Governador Carlesse reduziu o ICMS do combustível de aviação. O Jalapão passa por um momento de transformação, de descobrimento, é um bioma completamente diferente e que alia belezas naturais imensuráveis, mas também uma população que sofre muito com a miséria, com a falta de recurso. Então, o investimento do turismo como agente social, porque em nenhum lugar, em nenhuma outra atividade se gera emprego de maneira tão rápida. Eu queria reforçar o apoio a V. Exa., ao trabalho que você vai desenvolver, eu tenho certeza, no Ministério do Turismo e quero me colocar à disposição para esses novos desafios que realmente fazem a gente pesquisar novas características.

E uma observação final, Ministro. Há um programa de privatização de algumas vertentes na área de infraestrutura no País. Então, eu queria saber se o Ministério pretende desenvolver também alguma coisa aliada à questão de transporte, tanto no financiamento do transporte rodoviário, para que o turista tenha condição de rodar... Nós falamos aqui da aviação, mas não falamos de turismo rodoviário, com financiamentos, com aporte para transporte de melhor qualidade.

E uma observação singela sobre esses primeiros leilões na questão da renovação e da construção da malha ferroviária do País, se o Ministério do Turismo pensa em desenvolver um programa nesse sentido, já que os leilões são feitos com a característica de apenas carregar e transportar cargas. Mas a gente vai ter, por exemplo, o Estado do Tocantins e uma ligação da Região Norte, Nordeste do País para a região central, em Brasília, onde é o maior turismo cívico do País, com uma ferrovia disponível. Quero saber se o Ministério vai desenvolver isso também.

No mais, muito obrigado, Sr. Ministro.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Obrigado, Sr. Eduardo. Já passo...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Pela ordem, Presidente. O Senador citou meu nome, só 30 segundos.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Não, mas V. Exa. citou...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Senadora Eliziane.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Pela ordem.) – Eu quero só dizer ao Senador que eu não estou aqui fazendo a defesa de uma investigação seletiva, eu estou falando ao Ministro, que está numa função estratégica do Governo.

E quero dizer a V. Exa., primeiro, que eu não tenho conhecimento de investigação que envolva o PPS. E, se houver, tenha da minha parte o mesmo, absolutamente o mesmo empenho, tenha da minha parte absolutamente o mesmo empenho de proceder a essa investigação.

Eu queria pedir licença ao Presidente e ao Ministro, com todo o respeito, Ministro. Na CCJ estamos votando um projeto importante de cunho das mulheres, e eu precisarei estar lá.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Agradeço-lhe.

Já passo imediatamente ao nosso próximo indagador, Senador Elmano Férrer, meu Líder.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PI. Para interpelar Ministro.) – Sou eu, Presidente.

Eu aqui, em dois minutos, fiz uma breve intervenção parabenizando o nosso Presidente, como Presidente desta Comissão de Desenvolvimento Regional, consequentemente o esforço que ele tem feito em chamar Ministros de Estado de vários setores *versus* regionalismo. Nós temos, Ministro...

Com isso eu quero parabenizar o nosso Ministro e o acolhimento. Aliás, o nosso Presidente e o acolhimento do nosso Ministro.

Nós temos aqui, ouvimos Senadores do Norte defendendo o turismo na Região Norte. Nós outros, da Região Nordeste, o nosso Líder, já se manifestou. E da Região Centro-Oeste eu não sei se alguém fez alguma manifestação. Eu quero me desculpar por ter chegado atrasado em decorrência de uma participação em uma audiência, que me privou da exposição do nobre Ministro.

Na realidade, eu queria dar um testemunho. Eu vi nascer, como Secretário de Planejamento do Piauí, o Prodetur. Lembro-me, à época, Ministro, aliás, Presidente, do BID, Banco Interamericano de Desenvolvimento Econômico, em visita ao Nordeste, quando cada Governador queria fazer seu programa específico de desenvolvimento do turismo em cada Estado. E ele, o então Presidente do banco, Enrique Iglesias, à época, no começo da década de 90, sugeriu que se fizessem três blocos, ou seja, Maranhão, Piauí e Ceará; de outra parte, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte – são os três Estados –; e Alagoas, Sergipe e Bahia.

Por aquela oportunidade eu quero parabenizar aqui a Bahia, na pessoa do nosso estimado, querido Jaques Wagner, e o então Governador de Pernambuco, que era Joaquim Francisco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PI) – À época, Antonio Carlos Magalhães, na Bahia, e no Piauí... Aliás, no Ceará, o Ciro Gomes. Fizeram um trabalho fantástico. Lamentavelmente, alguns Estados perderam aquela grande oportunidade daquele grande programa e a alocação de recursos significativos. Bahia, Pernambuco e Ceará agiram com muita competência, através de seus secretários técnicos, sintonizados com o problema setorial importante, que era a geração de emprego, enquanto outros Estados também não deram a devida importância.

Eu quero dizer com isso que é preciso que tenhamos a responsabilidade na escolha dos secretários. Sou testemunha de secretários eminentemente políticos, que não entendem de turismo, mas isso estou falando em termos de Estados... E há uma dissintonia também desses Estados e dessas regiões com o Ministério do Turismo.

Então, é preciso... Eu queria saber, no final, aqui, apenas para nós discutirmos o programa de dois anos, as metas, as diretrizes para esses próximos dois anos do Ministro, que veja... Falou aqui a representante do Maranhão dos Lençóis Maranhenses. Nós fizemos, há mais de 20 anos, o programa Rota das Emoções, que envolve os Lençóis Maranhenses, o Delta do Parnaíba e a Região de Jericoacoara. Ou seja, integração de Estados dentro de uma Região.

No Nordeste, nós temos as nossas praias...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PI) – ... como temos também, no caso específico do Piauí, a Serra da Capivara, hoje o Museu do Homem Americano, graças ao trabalho de uma cientista, a Niède Guidon, e não a governos, trabalho científico que ela... Hoje nós temos o Museu do Homem Americano. Pela datação através do carbono, data de 40 mil anos atrás o homem americano no Piauí. Isso é um fato inusitado, inclusive é uma área tombada pela Unesco.

Então, lá nós não tínhamos aeroporto, nem tínhamos turismo, nem tínhamos hotéis. Passamos a ter agora um hotel, em que se gastaram 40 milhões com recursos federais, mas está entregue ao Estado. E vai acabar aquilo ali. Por quê? Porque lá o turismo é científico, principalmente decorrente de aspirações de nações, sobretudo europeias. O pessoal do Oriente, como o Japão, etc.,tem interesse.

Então, há uma desconexão entre as autoridades estaduais – isso em todos os Estados – e o próprio Ministério do Turismo. Isso tem prejudicado muito, e eu chamo a atenção, ao tempo em que eu tenho como exemplo o Estado de Pernambuco, o Estado da Bahia e o Estado do Ceará, que investiram maciçamente nesse setor, dentro e fora do País. Hoje são um sucesso esses três Estados, e os demais não avançaram – eu estou falando em termos de Nordeste. Por quê? Questão eminentemente política.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Meu caro conterrâneo, você conhece muito bem Marcelo Castro. Nós temos designado secretários que não estavam ou não estão preparados para essa área. Daí porque, Ministro, a minha pergunta: quando nós vamos sair de 5 milhões a 6 milhões de turistas receptivos, quer dizer, aqueles que vêm para cá há mais de 20 anos? Eu gosto de me caracterizar como um técnico. Como técnico, de fato, cheguei aqui, ao Senado. E todos os Ministros, todos, passaram por aqui, pelo Brasil, vários: "Olha, nós vamos sair de 5 milhões para 6 milhões, 8 milhões, 10 milhões". E não saímos. De 5 milhões a 6 milhões, patinando. Olhe a Hileia Amazônica.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PI) – Nenhuma parte do mundo tem o que nós temos, a atração turística da Amazônia.

As praias do Nordeste e muitas atrações, como nos casos do Piauí, do interior, da Caatinga, que nós inauguramos agora, o Governo Federal alocou recursos através do BNDES. Aquela fundação, o Museu do Homem Americano, o Museu da Natureza, coisa inusitada neste País! Ninguém sabe.

Então, a minha pergunta, feitas essas considerações: quando, Ministro, nós vamos sair de 5 milhões, 6 milhões, como todas as atrações que nós temos? O Pantanal, a Amazônia, o Nordeste, com suas praias... Quando nós vamos sair de 6 milhões para 8 milhões, 10 milhões, 20 milhões, 30 milhões? Nenhum país do mundo tem as atrações turísticas que nós temos.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Com a palavra o Senador Marcelo Castro, representante do grande Piauí.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI. Para interpelar Ministro.) – Sr. Presidente, Sr. Ministro, nobres colegas, o que eu ia falar, o colega Elmano Férrer acabou de falar. Eu me sinto amplamente contemplado.

Eu quero apenas reforçar aqui, Ministro, e convidá-lo para que V. Exa. possa visitar o nosso querido Estado do Piauí, especialmente a minha região lá de São Raimundo Nonato, onde está o Parque Nacional da Serra da Capivara, que, como disse o nosso Senador Elmano Férrer, é onde nós temos os vestígios, os sítios arqueológicos mais antigos das Américas. E isso não é pouca coisa.

Então, há um interesse arqueológico do mundo inteiro em visitar esses sítios, e recentemente nós fizemos lá o Museu da Natureza, que é uma coisa fantástica, belíssima, que conta a história da fauna e da flora da nossa região da Caatinga. Temos aeroporto de boa qualidade e temos o Museu do Homem Americano. Evidentemente, a gente precisa de outras infraestruturas.

Então, o meu convite é para que V. Exa., quando puder, visite o Piauí. Está convidado – aqui eu o faço em nome do Governador do Estado – para visitar essa região promissora de turismo cultural, turismo arqueológico, turismo histórico, e também visitar a Rota das Emoções, que eu vejo como uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

região de grande probabilidade de crescimento do turismo, porque pega uma das regiões talvez mais belas do nosso País. Aqui eu estou falando do Maranhão, dos Lençóis Maranhenses, que são uma coisa fantástica, do Delta do Parnaíba, de Jericoacoara, no Ceará, que foi designada como a Rota das Emoções, só que falta infraestrutura e nunca se andou a contento. Evidentemente que isso precisa de um planejamento mais complexo e mais determinado para que a gente possa chegar a bom termo.

Então, agradecer aqui a V. Exa. e dizer que nós estamos aqui, no Senado Federal, no Congresso Nacional, para dar o apoio necessário para a pasta do turismo, tão importante para o desenvolvimento do nosso País, para a empregabilidade, para as divisas do nosso País. É injustificável um país com as dimensões continentais como as do Brasil, com as riquezas naturais que nós temos, com as belezas naturais que nós temos, ter um índice de visitação tão pequeno quanto nós temos ainda até hoje. Quer dizer, o Brasil é um dos países, um dos destinos turísticos menos concorridos do mundo inteiro. Isso nos deixa em uma posição bastante desconfortável e mostra a dimensão do problema, do trabalho que V. Exa. tem pela frente.

Aqui eu aproveito para desejar grande sucesso e reiterar o convite para V. Exa. visitar o nosso querido Estado do Piauí.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Passo imediatamente ao próximo, encerrando o segundo bloco, o Senador Jaques Wagner.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Para interpelar Ministro.) – Sr. Ministro, cumprimento a sua vinda aqui, a esta Casa, a esta Comissão, assim como a condução dos trabalhos pelo Senador Presidente.

Eu queria começar apenas – não é nem indagando – fazendo uma sugestão e dando um voto de esperança. O Nordeste, o Norte e o Centro-Oeste têm uma destinação turística muito forte. Eu sou um apaixonado pelo turismo, porque eu o considero a indústria sem fumaça, em você gera emprego, não gera poluição, faz troca de conhecimento. É um elemento que produz a paz mundial pelo intercâmbio que se têm. E acho que a destinação – fui Governador por oito anos no meu Estado – do Nordeste é fortemente na área de turismo.

Então, apenas uma esperança. A eleição já se foi. Nós agora temos que governar, o Governo e a oposição. E eu espero que essa pasta não tenha nenhum tipo de contaminação, já que o Presidente não teve seu melhor desempenho no Nordeste. Mas eu acho que, para quem pretende voos mais altos e ampliação de sua área de influência, eu digo sempre que se cativa tratando bem, e não maltratando.

Portanto, eu quero me colocar, como membro da oposição aqui, à disposição, porque o meu Estado tem muito interesse em trocar ideias. Espero que realmente o tratamento seja, como eu digo, republicano. Eu fui Governador por oito anos, ganhei minoria, fiz maioria, tenho um bloco de alianças

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

absolutamente amplo. Não estou dando sugestão nem ensinando padre-nosso a vigário, até porque V. Exa. teve uma votação muito ampla e o Presidente também, mas apenas uma sugestão eu trouxe para que o Brasil dê certo. Ganhar ou perder eleição faz parte do jogo democrático.

Então, eu só quero esperar. Eu sei que a sua pasta teve um corte violento, foi das que mais teve corte. Para mim é uma tristeza, porque, repito, é a indústria sem chaminé, Presidente. O turismo tem uma capacidade de geração de emprego imediata de uma qualificação não tão elaborada, porque você treina camareira, porteiros, guias, etc. Então, é algo fantástico!

Então, esse era o primeiro ponto que eu queria ponderar.

O segundo ponto. Quando fui Governador, e era Governador do Rio o ex-Governador Sérgio Cabral, e de Pernambuco o ex-Governador Eduardo Campos, por uma ideia minha, nós criamos, durante dois anos, o que a gente brincava que era o Triângulo da Alegria, ou seja, sugerindo a turistas que viessem que fossem ver o Carnaval do Rio, de Recife e de Salvador, com características totalmente diferentes.

O Senador Elmano falou mais ou menos a mesma coisa, quando ele cita esse... Como é que você chamou, das emoções?

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PI) – A Rota das Emoções.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – A Rota das Emoções.

O que eu quero dizer: eu acho que esse é o papel do Governo Federal. Os governos estaduais, por si só, não devem ser muito ciumentos uns com os outros. Então, acho que o Governo Federal, através da pasta do turismo, tendo uma visão mais global, eu creio que pode induzir a pacotes. E aí, de novo, aqui nós estamos com a galinha e com o ovo. Não há turista porque não há propaganda; não há propaganda porque não traz turista. Alguém tem que começar, e quem tem que começar é o Poder Público. A iniciativa privada não vai botar voos onde acha que não tem expectativa de voos. Só que a gente fica nisso: não há passageiros porque não há voo; não há voo porque não há passageiro. Alguém precisa dar o primeiro passo. Obrigatoriamente, é o Poder Público.

Então, eu queria deixar essa sugestão para a sua equipe, que talvez reunisse secretários de turismo de vários Estados e trouxesse pautas de seus Estados para saber o que a gente pode fazer. Todo mundo está com dinheiro curto, a sua pasta está com dinheiro curto, mas talvez, se juntar uma propaganda comum de três, quatro Estados...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – ... mais o Governo Federal, porque se a gente não fizer a exposição lá fora, não vem turismo.

Então, queria deixar essa sugestão como uma forma.

O segundo ponto que eu queria falar é que a gente fala sempre de turismo e olha sempre para o turismo externo. É evidente que ele é muito bem-vindo, porque ele traz dinheiro de fora, mas há muito turismo interno. Na Bahia agora, o carnaval de Salvador recebeu mais de 2 milhões de turistas. Seguramente, não foram 2 milhões de estrangeiros; foram de brasileiros que vieram para cá.

Eu vi uma experiência fora do Brasil, que eu acho que também o Ministério do Turismo poderia capitanear, que é o descasamento das férias escolares. Não acho que é uma coisa simples. Por quê? Porque todo mundo sai de férias no mesmo período. Então, nesse período estoura tudo, e imediatamente depois não há mais nada.

Então, se se consegue... É um trabalho que tem que ter coragem de começar, para se dizer: "Bom, vamos descasar as férias do Nordeste das do Sul e Sudeste". Significa que, quando o pessoal estiver em férias lá, nós não estamos aqui, então você tem um fluxo de turismo; quando eles estiverem lá e nós não estivermos aqui, aí você tem um outro fluxo de turismo – em vez de ter superlotação num período, preços extorsivos, e depois um mergulho para baixo.

E, por último, falar – eu sei que não é diretamente da sua área, porque há a Anac, que deveria estar controlando isso; eu sei que nós vivemos numa economia de mercado, que não cabe estabelecer preço, mas, Ministro, isso deve estar empatando muito a vinda de turista estrangeiro para cá: eu hoje, como Senador da República, para ir para a minha terra agora, voltando, mesmo comprando com antecedência, eu pago US$430 a US$440 por uma viagem de uma hora e meia de Brasília a Salvador. Ou seja, ida e volta seriam US$860. Com isso eu vou a Portugal e volto de lá, saindo de Salvador. Não é possível que não se tenha uma banda de preços – eu não estou querendo controlar preço, mas tem que haver uma banda. Quanto é que se cobra por milha voada? Aí, vem sempre a alegação de bancos vazios. Eu não tenho viajado em nenhum voo com banco vazio. É uma extorsão que está sendo feita, uma extorsão deliberada. A linha Norte-Sul no Brasil – V. Exa. deve saber disso como Ministro do Turismo – é a linha mais adensada, mas cadê entrar no nosso País nas linhas Leste e Oeste, para penetrar nos Estados, por exemplo, do Norte e do Nordeste?

Nós temos uma agência reguladora. Eu não estou querendo tirar a economia de mercado, porque acredito nela. Agora, se nós não temos concorrência e a agência não tem poder de controle efetivo, porque lá fora, se o cidadão abusar, qualquer agência entra, e entra pesado. Então, eu acho um absurdo, chega a ser uma vergonha: eu imagino um estrangeiro que paga o mesmo para chegar até aqui do que paga para vir de Salvador para São Paulo!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu queria deixar essas sugestões e desejar que V. Exa. tenha sucesso. A pauta policial não me interessa, porque eu acho que a agenda nacional está extremamente contaminada com essa pauta falsamente moralista, e por aí nós não vamos para lugar nenhum. Eu acho que cada um tem direito de se defender. Eu não sou seu advogado; seguramente, V. Exa. deve ter os seus advogados. O que eu acho é que o Brasil não vai viver dessa novela policial. Nós precisamos viver é de emprego, renda e prosperidade, e a sua aposta pode trazer muitas dessas coisas. Eu desejo sorte a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Com a palavra, então, o Ministro, para responder a esse segundo bloco.

O SR. MINISTRO MARCELO ÁLVARO ANTÔNIO – Senador Eduardo, eu vou começar pelo nosso amigo, Senador Eduardo. A cultura – nós vamos falar de cultura, e o senhor frisou bem aqui: a questão da cultura é hoje uma Secretaria na pasta do Ministério da Cidadania, do nosso amigo Osmar Terra, e é uma discussão muito pertinente para o momento; inclusive o Iphan possui várias áreas, ou imóveis, que são de interesse diretamente turístico. Eu acredito também que é muito pertinente essa discussão para trazer a cultura para caminhar junto com o turismo.

Vou fazer uma agenda ainda amanhã com o Ministro Osmar Terra: eu preciso entender, obviamente, o que que está na cabeça dele em relação a essa possibilidade, para que a cultura... Embora nós tenhamos a Secretária do Iphan, a Kátia Bogéa, que tem uma relação extremamente profícua com o Ministério do Turismo, tem sido cooperativa, realmente os projetos que vinculam o turismo à cultura têm sido tratados de uma forma muito atenciosa por parte da Presidente do Iphan, Kátia Bogéa.

A questão do Sistema S, que o senhor também citou aqui. Nós temos hoje uma parceria com o Sebrae. Essa parceria envolve um montante de R$500 milhões, a serem distribuídos num período de cinco anos. Através dessa parceria, que visa à capacitação em todo o território nacional e o estabelecimento de algumas rotas – aliás, são 27 rotas, inclusive a das Emoções, que está já no escopo desse projeto –, o Sebrae tem sido um grande parceiro para financiar a capacitação nessas 27 rotas já preestabelecidas pelo Ministério do Turismo. Inclusive, essa sugestão do Senador Elmano, de integrar mais as Secretarias Estaduais, ou os secretários, ao Ministério do Turismo, é uma grande oportunidade, Senador. Nessas 27 rotas preestabelecidas pelo Ministério do Turismo, em parceria com o Sebrae, porque o Sebrae financia esses projetos, um dos nossos objetivos é exatamente os encontros regionais com os secretários estaduais, para que a gente possa promover essa integração maior entre o Estado e o Ministério do Turismo, ou seja, o Governo Federal.

O Senador Jaques Wagner disse muito bem aqui: a eleição passou, acabou. Agora existe o Brasil para o qual todos nós, sendo Governo ou oposição, precisamos estar sempre focados, no que é melhor e para ele e para o bem dele. O Governo dentro do seu papel e a oposição também, mas essa integração, independentemente de coloração ou de bandeira partidária dos Estados, através dos seus

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

respectivos secretários estaduais, vai ser feita. Nesse anúncio regional dessa parceria com o Sebrae, que promove essas 27 rotas, nós vamos fazer os grandes fóruns regionais, atraindo ali os secretários estaduais, exatamente para que a gente consiga fazer uma integração maior e ter um planejamento mais coordenado entre Governo Federal e Estados.

A Bahia, já estive lá com o nosso amigo, o Secretário Fausto – temos uma relação muito boa –, e acredito que a Bahia... Eu estive lá no carnaval, Senador, também, para conhecer de perto o carnaval da Bahia. O Malab está dando uma risadinha aqui porque ele esteve lá também e gostou, não é, Malab? (*Pausa.*)

O carnaval da Bahia é sempre muito bom, e então essa preocupação, Senador, jamais...

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Me permita só, Ministro. É que foi tocada a questão da segurança, que é pertinente. Mas, por exemplo, no carnaval da Bahia, eu me orgulho – na verdade, a Polícia Militar se orgulha...

O SR. MINISTRO MARCELO ÁLVARO ANTÔNIO – Fantástico!

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – ... de que, com 2 milhões de pessoas lá, nós empregamos mais de 20 mil membros da Polícia Militar e Civil, utilizando a tecnologia moderna chinesa que nós trouxemos para cá, de reconhecimento facial. No meio daquela confusão, por reconhecimento facial, prendemos um meliante que estava sendo procurado. Então, é possível combinar as duas coisas se a gente tiver decisão e usar as tecnologias mais modernas.

O SR. MINISTRO MARCELO ÁLVARO ANTÔNIO – Sim, Senador. Na agenda pré-carnaval, eu estive na Bahia, estive em São Paulo, também estive no Rio de Janeiro, exatamente para entender como é que estava a segurança para o turista, e realmente a Bahia é um exemplo, avançou muito. Então, são ações ali integradas, coordenadas, entre Polícia Militar, Corpo de Bombeiros, órgãos de trânsito, Secretaria de Segurança Pública, realmente com todo o monitoramento. E, quando você vai pegar e entender quais são os índices de ocorrências, são baixíssimas – tanto na Bahia como em São Paulo e também no Rio de Janeiro, por incrível que pareça – as ocorrências em decorrência do carnaval.

Então, a Bahia realmente está muito bem preparada e é um exemplo dessa questão. Nós queremos, no âmbito do Ministério do Turismo também, fazer um plano nacional de segurança turística, e para isso nós fizemos essa visita à Bahia, a São Paulo, ao Rio de Janeiro, para que a gente possa replicar aquilo que tem dado certo na Bahia em outros locais de grande concentração turística.

Então, eu respondi um pouco ao Senador Elmano aqui. Em relação a essa integração com os secretários estaduais, já está prevista, Senador, isso vai acontecer. Aproveitando aqui a resposta ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nosso Senador Eduardo Gomes, é exatamente no anúncio dessas 27 rotas, que incluem a das Emoções, que certamente é uma rota das mais belas que nós temos no País.

Falei do Sistema S, dessa possibilidade. Nessa transformação da Embratur em agência, nós precisamos garantir uma fonte mantenedora. A gente tem aí várias opções, mas vamos discutir também com o Sistema S essa possibilidade, para que a gente consiga aumentar, vamos dizer assim, o poder de divulgação do Brasil em todo o mundo, do Brasil como destino.

Os transportes: o senhor disse aqui que nós observamos e falamos muito do transporte aéreo. Certamente, o Ministério da Infraestrutura, através do Ministro Tarcísio, tem uma preocupação muito grande em melhorar a logística como um todo no Brasil. Em relação à malha ferroviária no Brasil, infelizmente nós não temos um transporte de passageiros eficiente no nosso País. Parece que há uma prioridade do Governo Federal agora na Ferrovia Centro-Oeste; parece que é uma questão de logística e de escoamento de produção por parte do Ministério da Infraestrutura, mas, nesse diálogo com o Ministro Tarcísio, são certamente questões pontuais, como por exemplo uma discussão que acaba que os modais precisam ser integrados – o aéreo com o rodoviário e com o ferroviário. Dentro dessa discussão, a Anac tem sido uma grande parceira. Já passamos para a Anac a lista, ou a relação, de pelo menos cem aeroportos que precisam de ser estruturados, com equipamentos, e aí entra a infraestrutura rodoviária para o acesso aos aeroportos, acesso também às rotas. Lençóis Maranhenses, aqui citados pela Exma. Senadora Eliziane: existe um problema logístico para chegar até o Parque dos Lençóis Maranhenses.

Então, o nosso objetivo, Senador Eduardo, é fazer essa integração dos modais de transporte no Brasil: aéreo, terrestre – que seja rodoviário ou ferroviário. É uma discussão ainda embrionária, estou discutindo com o Ministro Tarcísio, da Infraestrutura, mas eu acredito que, com essa parceria do Ministério da Infraestrutura e do Turismo, nós vamos conseguir, dentro dessas principais rotas, que são essas 27, promover exatamente essa conexão entre os modais de transporte, facilitando o acesso ao turista nas partes mais belas do Brasil, que muitas vezes têm uma dificuldade de logística muito grande.

Senador Elmano, eu disse aqui da integração entre os secretários estaduais conosco, aqui no Governo Federal, que é fundamental, o senhor tem total razão. Os secretários estaduais é que sabem onde o calo aperta, o que é preciso ser feito, quais as necessidades locais para que o turismo possa ser promovido em cada respectivo Estado. Então, a gente quer realmente aproximar e fazer essa integração.

Os seis milhões, que o senhor disse – há anos a gente conta seis milhões de turistas estrangeiros no Brasil –, são muito aquém daquilo que a gente tem como potencial turístico no Brasil. Então, nessa reflexão do que é que precisa ser feito, eu apresentei aqui hoje vários pontos que são fundamentais para isso, para que a gente consiga realmente trazer o turista estrangeiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa ação da isenção dos vistos para esses quatro países é uma ação importantíssima nesse processo – peço apoio ao Senador Roberto Rocha; prazer tê-lo aqui conosco, é uma honra muito grande –; é de fundamental importância. A própria abertura do capital estrangeiro para as aéreas também. Nós inauguramos um voo *low-cost* agora, na semana retrasada – no domingo retrasado –, no Rio de Janeiro, da Norwegian, que passa a operar um voo de Londres ao Rio de Janeiro de baixo custo. Então, inicia-se agora este momento no Brasil de a gente incentivar e promover o aumento das *low-costs*. Só para se ter uma base aqui, o Senador Jaques Wagner disse que são US$450 dólares, parece, um voo de Brasília a Salvador. Nesse voo *low-cost*, por exemplo, da Norwegian, são R$2 mil, ida e volta, Londres-Rio de Janeiro. É quase o voo daqui para Salvador que o Senador Jaques Wagner citou aqui. Então, é esse o aumento que a gente tem buscado, dessas parcerias com essas empresas para aumentar os *low-costs*. Isso também vai reduzir o custo Brasil, e o viajante estrangeiro, quando for fazer a conta, vai entender que viajar para o Brasil já não é tão caro como antes. Então, é uma situação também que precisa ter um planejamento para que nós ampliemos esses voos *low-costs* aqui para o Brasil.

Com todas essas metas estabelecidas, essas diretrizes, Senador Elmano, a gente quer realmente passar, de seis, 6,5 milhões de turistas estrangeiros-ano no Brasil, para, pelo menos, 12 milhões de turistas estrangeiros até 2022. Essa é a meta que está no Plano Nacional de Turismo, estabelecida no Governo passado, mas abraçada por nós, por essa gestão, com todo o empenho, para que a gente consiga atingi-la.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PI) – Ministro...

O SR. MINISTRO MARCELO ÁLVARO ANTÔNIO – A Serra da Capivara...

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PI) – Ministro...

O SR. MINISTRO MARCELO ÁLVARO ANTÔNIO – Vamos lá. Por favor, Senador.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PI) – Eu quero complementar, me antecipando. Com a aquiescência do nosso Presidente da Comissão, eu sempre gostei e atuei nessa área de planejamento, através da articulação, mas sobretudo integração de instituições. E nós já estávamos planejando com o Ministro aliás, com o Presidente, com o Botelho lá da agência, da Anac...

O SR. MINISTRO MARCELO ÁLVARO ANTÔNIO – Botelho.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PI) – ... porque ele deseja conhecer a Serra da Capivara, o Museu do Homem Americano; e o interesse, a estratégia nossa, seria uma visita articulada, integrada, conjunta, dele – porque nós temos um aeroporto que custou R$40 milhões, abandonado e que deve se acabar por falta de uso, enfim, ligado a essa área turística e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

científica –, levar além do Botelho, o nosso Ministro, conforme a oportunidade do convite, quando for oportuno o convite formulado pelo Deputado Marcelo Castro – aliás, um Deputado de cinco mandados federais –, Senador Marcelo Castro, e o Ministro Osmar Terra. Por que? Lá há um componente cultural, científico muito profundo. O trabalho da Niède Guidon, que está com 82 anos... Eu sempre tenho preocupação com a sucessão dessas instituições nascidas e inspiradas por pessoas, está entendendo? Então, nós queríamos fazer uma coisa integrada, uma visita do Ministro do Turismo, do Presidente da Anac e do Osmar Terra.

Com isso, já faríamos a economia e, sobretudo, a integração, que é o que o nosso Presidente desta Comissão tem feito desde o começo, princípios de fevereiro, aqui nesta Comissão. Já ganharíamos muito, porque é um trabalho articulado, interligado e da mais alta importância para o Estado do Piauí e, especificamente, para aquela região, que é um patrimônio da humanidade, segundo a Unesco.

Nós já estávamos fazendo essa articulação, inclusive em uma iniciativa do próprio Botelho, que tem uma vontade – ele conhece através da literatura, de revistas –, tem interesse em conhecer. E V. Exa... Não no carnaval, seria uma viagem científica, uma visita científica. Então, é uma proposição que estou fazendo, eu iria fazê-la pessoalmente a V. Exa. lá no Ministério, mas aproveitamos o momento e a intervenção do nosso Marcelo Castro para fazer nesta oportunidade.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MINISTRO MARCELO ÁLVARO ANTÔNIO – Obrigado, Senador Elmano; obrigado, Senador Marcelo Castro. Já está aceito o convite.

Inclusive, a Serra da Capivara está entre os patrimônios mundiais que esse decreto interministerial previu. É um decreto entre o Ministério do Turismo, o Ministério da Cidadania, o Ministério de Desenvolvimento Regional e o Iphan, porque o Iphan é também parte fundamental nesse processo.

Então, está aceito o convite. Vou falar com o Osmar Terra para a gente promover junto com o Botelho, o Presidente da Anac, essa visita para que a gente consiga realmente discutir, observando sempre a questão da logística.

Como eu disse para o senhor, esse decreto, que está dentro da meta dos cem dias do Ministério do Turismo, é o decreto de gestão dos patrimônios mundiais tombados pela Unesco em que está incluída a Serra da Capivara. O objetivo desse decreto é trazer para o âmbito do Ministério do Turismo a gestão, sempre sob o ponto de vista de estruturação turística, para o recebimento dos visitantes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, essa agenda vai ser marcada em breve, eu posso afirmar para o senhor. Eu vou falar com o Ministro Osmar Terra e também com o Botelho para que a gente consiga alinhar tanto com a agenda do senhor como com a do Ministro, e agora Senador, Marcelo Castro.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MINISTRO MARCELO ÁLVARO ANTÔNIO – Sim, o ICMBio também.

O Ministério Meio Ambiente, através do Ministro Ricardo Salles, tem facilitado muito os processos, principalmente ambientais, para que o turismo possa caminhar de forma sustentável, mas para que também a gente consiga promover o aumento de visitantes nos parques. Tinha-se uma visão equivocada de que isso poderia trazer qualquer tipo de prejuízo ambiental, o que não é verdade.

O que a gente quer é organizar com investimento. Por parte da concessão das iniciativas privadas, a gente promover as trilhas, sinalizações, com guias, infraestrutura, obviamente obedecendo ao plano de manejo do parque.

O Ministro Jaques Wagner, o Senador Jaques Wagner citou uma situação aqui importantíssima, Senador e Presidente Izalci, ousada, mas que eu vejo com muito bons olhos: intercalar a questão das férias por regiões no Brasil. Eu acredito que... Obviamente, eu não tenho acesso a nenhum estudo em relação a isso, mas, puxa vida, seria um grande ganho para o turismo, para a economia do Brasil, para a geração de emprego e renda, porque uma região, estando em férias, promove a migração de outra região, e assim sucessivamente. Eu acho uma medida ousada, mas muito inteligente para promover o turismo, a geração de emprego e renda no Brasil também.

O Senador Jaques Wagner também abordou a questão da tarifa aérea. Eu já disse aqui que, pelo menos na minha visão, a redução da tarifa aérea está ligada diretamente a esse projeto de abertura do capital estrangeiro às aéreas. Não há outro caminho mais eficiente ou eficaz para que a gente consiga realmente promover...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MINISTRO MARCELO ÁLVARO ANTÔNIO – É promovendo a competitividade entre as empresas que nós vamos conseguir realmente reduzir as tarifas aéreas.

Eu acredito que é isso.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Agradeço.

E nós vamos agora para o último bloco, que tem como o primeiro inscrito o Senador Chico Rodrigues.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Sr. Presidente, V. Exa. pode me inscrever ainda? Senador Styvenson.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Sim.

Senador Chico Rodrigues.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – Meu caro Presidente, Senador Izalci Lucas, Ministro Marcelo Álvaro, Wilson Souto, assessor especial, meus colegas e Senadores, nós vimos aqui rapidamente, por termos chegado quando já iniciada essa vossa apresentação, Marcelo... O que me chamou a atenção foi o título dessa apresentação: "A Hora do Turismo". E aí os números, na verdade, são magnânimos. Os números demonstram exatamente a perspectiva de crescimento do turismo no mundo, quando hoje um 1,4 bilhão de pessoas participam dessa atividade da vida humana tão saudável. No Brasil, são apenas 6,6 milhões turistas.

Pois bem, isso representa menos de 0,5% do turismo mundial, com uma diferença muito importante e de forma abismal em relação ao que representa o nosso País, com 8,5 milhões de quilômetros quadrados; com mais de 8 mil quilômetros de costa atlântica, com praias belíssimas, paradisíacas, para todos níveis de turista que se possa imaginar: o turista de baixa renda, de média renda, de altíssima renda.

Nós tínhamos mais de 17 mil quilômetros de fronteira com os países vizinhos. Ali está encravado, por exemplo, o meu Estado, Roraima, com uma beleza turística inquestionável. Seja o Monte Roraima, com as suas belezas e a sua originalidade; sejam os rios e igarapés, a pesca esportiva... Inclusive hoje nós temos, no ranking mundial, o Água Boa do Univini registrado na revista *Forbes* como o segundo ponto de pesca no País. Ali, a mãe de Bill Gates, os famosos do mundo inteiro ali estão silenciosamente em uma atividade localizada e que não é divulgada pelo nosso Estado, pelo Governo. Enfim, a importância desses ambientes para a exploração do turismo.

E aí vai embora... Quanto ao turismo em relação aos indígenas, lá, na verdade, os poucos estrangeiros que ainda teimam em ir até o nosso Estado veem os seus rituais, usos e costumes, mas tudo isso de forma extremamente ainda artesanal, sem a participação ativa dos governos.

Eu vejo também a questão das passagens. Foi dito aqui de uma forma claríssima pelo colega, o Senador Jaques Wagner, que é um absurdo as tarifas de passagens no País. Tem que haver uma equalização; temos que abrir, inclusive, para as empresas aéreas internacionais para que aumente a competitividade. Enfim...

E, lógico, que também ouvi... Pela sua experiência, V. Exa.vai passar os quatro anos nessa cadeira aí, porque os fuxiqueiros de plantão têm que cuidar de outras coisas, de coisas maiores, e não de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

procurar criar problemas para o Ministro, que tem uma experiência enorme e que está dando uma contribuição fantástica para o nosso Governo, mas eu gostaria de dizer...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – ... que deve ser incentivada mais ainda a participação do Sebrae nesse curso de capacitação, porque isso é fundamental. Por não termos tradição na área de turismo, obviamente a nossa mão de obra ainda é pouco eficiente. E, na medida em que o Sebrae, em um arco de abrigo para a capacitação desse púbico – centenas de milhares de jovens estão ávidos para fazerem parte desses cursos – isso, na verdade, vai nos capacitar, porque nós sabemos... É claro, você chega seja em Salvador, no Rio de Janeiro, em São Paulo, no nosso Estado, no Amazonas, enfim, e você vai ver que as pessoas com informações detalhadas para trabalhar no turismo ainda são incipientes. Então, o Sebrae tem uma colaboração enorme nessa área.

Eu gostaria, só para encerrar, Ministro, de dizer que essa questão dos vistos foi tão questionada por aqueles que, na verdade, não sabem que é uma forma de nós abrirmos o nosso País, inclusive, e principalmente para a atividade turística, porque você pega por exemplo República do Congo – aqui, sem nenhum menosprezo, você não vai pegar Guiné Bissal –, você vai pegar o Canadá, os Estados Unidos, o Japão e a Austrália, que vão entrar com um valor agregado enorme aqui em nosso País.

E eu gostaria que o nosso Estado, que fica na parte mais setentrional do País, ou seja, estamos praticamente no Hemisfério Norte, com as belezas imensuráveis que tem o Estado de Roraima, pudesse ser uma dessas portas de entrada, porque em um processo de irrigação natural da distribuição desses voos, eles entrariam por Roraima, eles se espalhariam pelo Amazonas, por Mato Grosso, pelo Pará. E aí viriam descendo, porque o turista, na verdade, se tivesse a oportunidade de ao mesmo tempo participar desse turismo em vários sistemas, nós teríamos obviamente essa meta de 12 milhões de turismos rapidamente alcançada.

Então, quero parabenizar V. Exa. e dizer que conte aqui nesta Casa com os Senadores, porque obviamente a gente conhece a oposição e conhecemos aqueles que na verdade querem o Brasil do quanto pior melhor e que, na verdade, não deram contribuição. A História está registrando os últimos anos.

Queremos que V. Exa., pela sua experiência e pelo seu compromisso com este País, possa na verdade se solidificar cada vez mais neste cargo e ajudar o nosso País nessa atividade econômica fantástica.

A cada cinco empregos gerados no Planeta, um é originário do turismo, e o Brasil precisa agregar valor com o turismo para que nós possamos melhorar as condições do Brasil. Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO ÁLVARO ANTÔNIO (*Fora do microfone*.) – Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Passo imediatamente a palavra ao próximo Senador inscrito, o Senador Roberto Rocha.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MA. Para interpelar Ministro.) – Sr. Presidente, Sr. Ministro Marcelo, Sras. e Srs. Senadores, quero cumprimentar o Ministro e dizer da nossa confiança, do nosso apoio ao seu trabalho e aqui trazer um pouco da voz do Maranhão para trazer um pouco de luz, não de calor. Acho que calor nós já temos demais.

O Maranhão, como V. Exª sabe, é um Estado que tem muitas riquezas naturais, ele tem um patrimônio ambiental extraordinário. O Maranhão está ali situado entre o Semiárido e o Semiúmido. Não tem nem os problemas de falta do Nordeste e nem os de excesso do Norte, e tem riquezas que só lá existem. Por exemplo, o melhor lugar do planeta para lançamento de foguetes e satélites, porque está a dois graus abaixo da linha do Equador. Alcântara vai se transformar em um extraordinário ponto turístico, como é o Cabo Canaveral e tantos outros. Então, a pessoa de pronto se colocar contra essa possibilidade é um absurdo sem tamanho.

Em frente a Alcântara há a Ilha de São Luís, que tem o melhor porto das Américas, com um calado natural de 27 metros. E a duas horas e meia de carro, há uma maravilha natural sem igual, que são os Lençóis Maranhenses, que só existem em um lugar do Planeta: no Maranhão. O Maranhão tem as suas jabuticabas, e essa também é uma delas.

Os Lençóis Maranhenses fazem parte da Rota das Emoções. Estão aqui o Senador Elmano e o Senador Marcelo, que são do Piauí e sabem que nós temos aqui uma frente parlamentar, a Frente Parlamentar da Rota das Emoções, para desenvolver, para estimular. Estamos, inclusive, pedindo o apoio do Ministério do Turismo para, junto à Infraero, poder colocar nos aeroportos divulgação dessa beleza, desse destino natural, que é um dos mais lindos do Planeta, com uma biodiversidade fantástica. E também trabalhando em obras de infraestrutura, como a BR 402, que liga Barreirinhas até Parnaíba, fazendo uma nova ponte sobre o Rio Parnaíba.

Agora, é esforço de todos nós brasileiros criar sempre um ambiente favorável a negócios, e o turismo é um excelente negócio. Não precisa a gente chover no molhado.

Os Estados Unidos, dados de 2015, recebeu nos seus parques naturais mais de 300 milhões de turistas, nos parques naturais, nos parques nacionais. E o Brasil, algo em torno aí de seis, sete, dez milhões de turistas. É um absurdo completo!

É como o turismo de um modo geral. Uma praia no México recebe mais turistas do que o Brasil. A Torre Eiffel recebe mais turistas que o Brasil, só a Torre Eiffel. Ou seja, por causa desse xiitismo político, ambiental e cultural que tem travado o Brasil. Porque essas pessoas não querem cuidar de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente, elas querem controlar gente. E o jeito mais fácil de controlar é separar a sociedade em classes, porque ninguém controla o conjunto, controla partes.

Lamentavelmente, essa é uma realidade. De modo que, se o Brasil não tiver um jejum ideológico, não sai desse atoleiro, porque está demais isso. Eu até admito que na Câmara, muito mais até do que no Senado, você tenha essa guerra ideológica. Por quê?

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MA) – Porque o Deputado representa parte, parcela, segmento. O Senado não, é majoritário. Tem que olhar o conjunto. Imagina o Executivo, do outro lado da avenida! Neste País ninguém é eleito por um partido, nem quem está sentado na cadeira de Presidente, como já esteve o PT e o PSDB. Precisa ter coligação. A coligação consegue metade mais um, mas não é dado o direito à coligação governar para a metade mais um. Tem-se que governar para todos. Ora, se uma coligação não tem legitimidade para governar com a sua ideologia, imagina um partido! Então eu quero aqui essa pincelada política da nossa compreensão política.

O Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses foi criado há muito tempo atrás. O Senador Elmano, que inclusive está aqui e é Relator de um projeto que me foi proposto pelo ICMBio, o daqui de Brasília, porque parece que tem um ICMBio de Brasília e tem um ICMBio lá no Maranhão, que administra o parque... O ICMBio nasceu do Ibama. O Ibama já não tinha estrutura para administrar o parque, que é maior do que a cidade de São Paulo, o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses. Imagina o ICMBio! Aí a gente quer levar uma pessoa idosa, com dificuldade de locomoção, uma pessoa obesa numa lagoa, não há... Não deixam. Os garotos pegam lá o quadriciclo deles do ICMBio...

Um dia desses, para V. Exa. ter ideia, eu peguei um helicóptero de um amigo e fui levar o pessoal da Record, da TV Record, para poder conhecer e gravar uma novela lá, para passar pelo mundo. Resultado: eu estou lá almoçando, comendo camarão fresquinho lá, com eles, um peixe e tal, chega um garoto no quadriciclo, por cima da duna, multando o helicóptero.

Eu falei: "Ei, rapaz, o que você está fazendo?" "Não pode." "Esse helicóptero é de turbina, rapaz, ele não pode parar na areia. Ele tem que parar aqui nesta grama." "Não pode." "Ah, quer dizer que tu podes vir por cima da duna?" "Eu estou fazendo o meu trabalho." E ponto. E ponto final.

Agora eles não deixam mais nem sobrevoar. Eles são donos do parque.

Ora no meio ambiente quem tem que estar no centro do debate é o ser humano. E ninguém mais é dono daquilo do que os nativos que moram lá, que eles querem botar para fora sem dar oportunidade para eles trabalharem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu queria pedir o apoio de V. Exa. Já estive tratando isso com V. Exa., porque eu passei quatro anos da primeira metade do meu mandato tentando fazer com que aquelas comunidades que moram lá tivessem direito a serviço básico de educação e saúde. Para os povoados que estão dentro do parque o ICMBio não deixa fazer escola, não deixa fazer posto de saúde, não deixa fazer nada, absolutamente nada! Quanto mais empreendimentos turísticos! Quanto mais empreendimentos turísticos!

Aí eu tentei por quatro anos e não consegui. Vejam que o ministro era do Maranhão, e não consegui. Entrou um outro ministro, e a gente evoluiu, avançou. Fizemos uma reunião lá no Ministério do Meio Ambiente, ele chamou o Presidente do ICMBio e o próprio ICMBio. A Consultoria aqui do Senado foi chamada para auxiliar o ICMBio, e eles, Consultoria do Senado e o ICMBio, fizeram uma proposta para eu apresentar aqui como projeto de lei, para dar um novo traçado ao parque, retirando das bordas essas comunidades.

A queixa que ficou, segundo o ICMBio na época, é que algumas comunidades não puderam sair porque elas estão mais dentro do parque. A área do parque fica do mesmo tamanho ou maior.

Pois muito bem, o xiitismo ambiental e político, essa histeria monumental, fez com que se criasse aqui, o Senador Elmano sabe, uma confusão, como se eu estivesse vendendo o parque. Vendendo o parque! Eu estou vendendo o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses. De tal modo que nós vamos ter uma audiência pública... Eu acho que é aqui nesta comissão, não é Elmano?

É aqui e eu queria aproveitar, Presidente, para convidar o Ministro para essa... Porque isso tem tudo a ver com o turismo. Acabei de falar do número de turistas. Olha nós estamos... Até apresentei para V. Exa. um projeto...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Do meio ambiente também...

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MA) – Claro, o meio ambiente também, para poder dizer: Vem cá, que história é essa?

Aí dois garotos lá do Maranhão fazem uma nota técnica, dizendo que a gente quer violentar o parque, que quer acabar com as comunidades vulneráveis... Pelo contrário, pelo contrário!

Muito bem, e para finalizar, eu quero dizer é muito importante a presença de vocês dois, o Ministro do Meio Ambiente, o Ministro do Turismo e o ICMBio

O SR. MARCELO ÁLVARO ANTÔNIO – Confirmo presença.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Dia 22 de maio. Ótimo!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MA) – Muito bom!

E para concluir, Sr. Presidente, nessa mesma Rota das Emoções, que vou ter o prazer de levar V. Exa. lá, no meio do ano, para conhecer...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Já aceito o convite.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MA) – Muito bem!

Eu me pergunto assim: por que não param navios de cruzeiro, já que estamos bem pertinho do Caribe, onde há centenas de navio de cruzeiro e mega iates de milionários? Por que que não param lá para conhecer aquela maravilha natural? Porque você pode até achar uma praia mais bonita do que a outra, um cânion mais bonito do que o outro, um rio, mas nunca vai achar o que tem nos Lençóis Maranhenses. Nunca, em lugar nenhum.

Aí, claro: não para um navio de cruzeiro porque não há porto, Senadora Mara..

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Nem píer.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MA) – Não tem nem píer. Então, é evidente que não para. A produção vem por consequência da logística.

Aí nós estamos com um projeto de fazer no meio da Rota das Emoções um porto de cruzeiro. E esse turismo de cruzeiro tem que ser mais explorado. Olha o tamanho do litoral do Brasil! Não estou nem falando de navio que vem de fora.

Em Fortaleza foi feito, com recurso público, um porto de cruzeiro. Está lá. Mas na hora em que se fizer o dos Lençóis, da Rota, viabiliza mais o de Fortaleza e vice-versa, porque vão parando...

Então eu queria pedir a V. Exa. um olhar muito especial para essa questão.

E eu não quero me estender mais, dando oportunidade para outros. Apenas cumprimentar mais uma vez V. Exa. e ressaltar esses números, que são espantosos, em relação aos turistas dos parques nacionais e dizer que a gente tem mesmo é que abrir a possibilidade de visitação a esses parques nacionais.

Claro que o melhor fiscal é o olho humano. Quanto mais pessoas estiverem dentro dos parques, olhando, conhecendo, mais serão fiscalizados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – O próximo que estava inscrito era o Senador Styvenson, mas acho que deve ter saído.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou passar agora, antes também de fazer as minhas ponderações...

Está aí o Senador Styvenson Valentim.

Pode respirar!

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN. Para interpelar Ministro.) – Desculpe-me não estar presente desde o início da comissão. Achei pouco, Senador Elmano, estava com oito e peguei mais uma, estou com nove agora, estou no Meio Ambiente.

Sou do Rio Grande do Norte, Sr. Ministro, de Natal, que tem um potencial imenso! Faixa litorânea de 400km! Praias paradisíacas, Mara, que vão de Pipa até Costa Branca, quase encostando no Ceará, passeios de Buggy. Precisa conhecer, viu? Já chamou para conhecer a Serra da Capivara, não é? Vá conhecer o nosso Genipabu, conhecer as nossas dunas.

A pergunta sobre o turismo inclui também o meu Estado, porque eu tenho interesse em promovê-lo, uma vez que está estagnado, o turismo como fonte de renda e fonte de divulgação para o nosso País. Porque não tem condições, Sr. Ministro, dados tirados do próprio Ministério, que os turistas que vêm para o nosso País, Mara, gastem cinco, aproximadamente 6 bilhões, não sei se já foi comentado aqui... Já? Gastam 6 bilhões, e os nossos que vão para fora gastem quase 20. As pessoas preferem viajar, e o motivo muitas vezes é porque a passagem é cara, as estradas muitas vezes, Elmano, para a gente sair do Rio Grande do Norte e ir lá para a sua terra, para conhecer o seu Estado, além de péssimas, além de o asfalto estar totalmente degradado, além de muitas vezes vender-se uma propaganda enganosa dos Estados... O meu Estado está passando por um problema de violência? Está. Mas também não está esse faroeste não. Então dentro desses números que eu mostrei, dessa inversão, para promover o turismo dentro do nosso País, principalmente no interior, no interior do meu Estado, no interior dos nossos Estados, Elmano, como o turismo religioso, ao qual eu já ofereci um PLS para ter essa divulgação, essa promoção... Existem festas importantíssimas! Agora a gente está bem próximo a uma, o São João, que precisa dessa promoção. Que não fique só a cargo de empresas, é preciso mais incentivo! Eu não sei como se vai fazer, por isso que eu estou aqui perguntando ao senhor.

Então, há esses motivos que eu estou falando, desde uma passagem cara, desde um hotel caro, desde uma situação que não promova esse turismo dentro do nosso País. Que esse dinheiro fique dentro do nosso País e que a gente possa conhecer o nosso Estado, o nosso País, os nossos interiores.

Eu acabei de falar com as senhoras, com as promotoras do interior do meu Estado, Currais Novos. Acredita que há uns cânions e que eu nunca fui visitar? Não foi porque eu tive má vontade, não, Mara, foi porque eu não conhecia, não sabia, não é divulgado. Pretendo ir agora conhecer. Pretendo ir conhecer pontos que eu não sabia nem que existia no meu Estado, que é grande, riquíssimo em turismo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, por mais que a gente tenha essa vocação, no meu caso, como reduzir essa disparidade, como inverter tudo isso?

E no segundo, eu sei que eu falei das ferrovias, falei das estradas, como que a gente vai também ligar o interior, se as pessoas que saem do litoral pela BR-101, Litoral Norte, do Rio Grande do Norte, muitas vezes se para em certo ponto, que a última praia, Touros, ou São Miguel do Gostoso, que também aconselho o senhor a ir visitar, fazer *kitesurf e* surfar também, são paradisíacas essas praias. Dessa praia para frente não se tem mais acesso. O asfalto deteriorado e não há como ligar a outras riquezas.

Isso seria uma possibilidade para o meu Estado, uma forma de integrar os litorais todinhos já que tem 400 Km de litoral e é pouco utilizado. É um potencial imenso, com pouca utilidade.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MA) – Sr. Presidente só para poder colaborar com o Senador Styvenson...

O Ministério, Ministro, poderia examinar a possibilidade de estender a Rota da Emoções, que vai do Maranhão, Piauí, Ceará, até essas praias do Rio Grande do Norte, que fica ao lado do Ceará.

Eu acho que é uma possibilidade que a gente tem de incluir essa beleza natural do seu Estado na Rota das Emoções.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Já que o senhor falou, a gente está vendo tanto leilão, leilão dos portos, leilão dos aeroportos, leilão... São 7 bilhões, 8 bilhões...

Como é que ficam os Ministérios? Não se comunicam para ter esse investimento, uma vez que se está, vamos dizer, alocando para a iniciativa privada todo esse nosso recurso? Mas como eles vão promover o turismo, se nós não temos essa infraestrutura mínima? Há essa comunicação entre os Ministérios?

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MA) – Olha, só para informar –perdão, eu não quero monopolizar o debate –, ontem nós lemos... Eu sou o Relator da medida provisória que abre o capital estrangeiro para as empresas aéreas, e nós apresentamos um parecer favorável. Isso vai permitir que o Brasil tenha uma quantidade muito maior de empresas aéreas. É um absurdo um País deste tamanho ter apenas três empresas.

E esse tal xiitismo sobre o qual falamos há pouco protege empresas ditas brasileiras. A TAM não é mais brasileira, a TAM é da Chile. Aquela que quebrou agora, a Avianca, é da Colômbia. A única que tem capital majoritário brasileiro é a GOL.

Está protegendo o quê? Ah, mas se abrir para cá, tem que abrir para lá, para os Estados Unidos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Estados Unidos têm um PIB de US$25 bilhões, ou melhor, tem 25% do PIB do mundo. O Brasil tem 2%. O dia em que o Brasil crescer, de acordo com os eu potencial, e tiver crescimento econômico, é óbvio que vai crescer o PIB e é óbvio que vai crescer a arrecadação tributária e óbvio que vai crescer os investimentos, aí as empresas de fora vão querer investir aqui.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Concluído, Senador?

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – A pergunta é a mesma: como fazer essa inversão? Como deixar os nossos brasileiros conhecendo o nosso País? Como já disse aqui, pouco conheço. Pouco conheço e agora talvez nem tenha essa possibilidade, porque, como Senador, a gente vive aqui. Não vejo mais nem a luz do sol... Sou quase um Drácula aqui dentro...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Não é isso Mari? Vou levar você lá, viu? Vou levar você lá para conhecer para passar um final de semana com a gente.

Então tem que inverter. Vamos investir mais.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Passo, então, a palavra ao nosso Deputado Herculano Passos, que é o nosso Presidente da Frente Parlamentar do Turismo.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN. *Fora do microfone.*) – A Mari quer falar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Mara? Está inscrita Mara.

Senadora Mara.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP. Para interpelar Ministro.) – Obrigada, Presidente.

Queria cumprimentar o Ministro e, só fazendo um adendo aqui à fala dos meus colegas Senadores, qualquer coisa em que a gente pense de aumentar o turismo no Brasil, não dá para esquecer um público que hoje soma 45 milhões de brasileiros. E as pessoas com deficiência foram consideradas o público mais fiel e leal ao turismo, porque, quando dá certo para uma pessoa com deficiência ou para um idoso visitar o lugar, conseguir ter o mínimo de acesso, ela volta. Esse é público

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mais leal do turismo. E muitas vezes, em tudo que a gente vai começar do zero, esquece-se de incluir uma pessoa que tem a mobilidade reduzida.

O que alguém mais quer da vida quando vai ficando mais idoso? É conhecer, é se divertir.

Então, é uma observação que diz respeito a abrir as portas do nosso turismo de uma forma internacional.

Eu recebo tantos telefonemas de pessoas de fora falando: "Como se faz no Brasil? Eu consigo alugar um carro acessível? Eu consigo usar um hotel?".

Eu fui Relatora da Lei brasileira de inclusão e, quando a gente foi regulamentar a questão dos hotéis, foi impressionante o quanto a gente, infelizmente, retrocedeu, porque a gente não respeitou o conceito de acessibilidade razoável, que é o mínimo para ter o ir e vir com segurança e autonomia. E é isso o que todas as pessoas querem.

No Japão, você não tem mais um percentual de quartos acessíveis num hotel, todos os quartos são feitos com desenho universal. Então, atende a todas as diferenças dos seres humanos. Não importa se a pessoa é surda, cega, baixinha, alta, obesa. Tem que haver estrutura para todo mundo. E essa estrutura, claro, tem que perpassar portos, perpassar aeroportos, hotéis, toda a infraestrutura urbana.

E nunca se esquecer de calçadas. É um absurdo este País não ter uma cultura de investimento em calçadas. Para você ter ideia, Ministro, a gente não tem uma rubrica orçamentária específica de calçadas, que seria tão importante, porque em qualquer lugar é a via pública do pedestre e é onde a gente consegue a união de todos os equipamentos. E é claro que o turista também usa calçada. Todo mundo usa calçada, quem usa ônibus, quem usa carro, quem usa moto, quem usa qualquer meio de transporte precisa de calçadas.

E todo o nosso sistema de transporte, segundo a nossa legislação, já deveria ser acessível desde 2014. E é isso que, com certeza, faz os turistas chegarem com autonomia.

Então, só lembrando que esse não é um item que diz respeito a minorias, é um item que diz respeito a todo mundo. E qualquer pessoa se tiver que escolher entre um quarto com desenho universal e um quarto comum, vai escolher com desenho universal porque é mais legal.

E eu fui obrigada a ouvir de proprietários de hotéis dizerem assim: "Não, as pessoas com deficiência não ficam em hotel porque elas não têm dinheiro". Não, realmente, infelizmente é um público mais vulnerável do País, mas a gente está crescendo, há uma lei de quotas, as pessoas estão trabalhando. E onde elas investem? No turismo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, Ministro, por favor, não tire do seu radar essa questão. Em qualquer ação que você pense em fazer, tenta contemplar a diversidade humana que, com certeza, o turismo no Brasil terá muito mais qualidade.

O SR. MINISTRO MARCELO ÁLVARO ANTÔNIO – O.k, Senadora.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Estava deixando a Mara por último, e você vê que ela faz a diferença.

Vou passar a palavra para nosso presidente da Frente.

O SR. HERCULANO PASSOS (Bloco/MDB - SP) – Presidente, Izalci Lucas, Senador, Ministro Marcelo Álvaro Antônio, que aqui nos prestigia com a presença, quero cumprimentar toda a sua equipe, Ministro, que é qualificada, começando pelo Chefe de Gabinete, o Hercy, que está aqui ao meu lado; o Daniel, Secretário Nacional; o Bob, que faz um grande trabalho, já trabalhou comigo na Frente Parlamentar lá atrás; e o Malab.

Parabéns pela equipe que foi formada. Tenho certeza de que vão avançar muitas matérias do turismo no Brasil com a sua competência e o seu trabalho, liderando esta equipe.

Eu queria aqui, primeiramente, agradecer ao Senado, porque ontem aprovou a PEC 61, que é o repasse das emendas individuais e de bancada direto fundo a fundo para o FPM. Isso para o municipalismo foi maravilhoso. Parabéns, Senadores, por aprovarem essa matéria tão importante!

E, respondendo à Mara, que é do meu Estado, que foi uma grande Deputada, companheira amiga, estaremos juntos agora na sexta-feira com o Governador, fazendo as nossas reivindicações. Eu, como coordenador da bancada paulista, nós temos um trabalho intenso aqui com Senadores de São Paulo e Deputados.

O Senador Styvenson Valentim falou algumas coisas que eu queria até responder.

Primeiramente, o Presidente da República não está exigindo visto através de um decreto dos países Estados Unidos, Canadá, Austrália e Japão. E eu soube que aqui, no Senado, há uma proposta de revogar esse decreto. Então, quero pedir o apoio dos Senadores, que são voltados ao turismo, que defendem o turismo, que não deixem isso acontecer, porque isso daí é um trabalho que a gente tem feito há muito tempo. Na Copa do Mundo, não se exigiram os vistos durante um ano e aumentou a vinda de turistas estrangeiros para cá.

Então, Senadores, se a gente revogar esse decreto, vai ser um retrocesso muito grande. Então, eu quero aqui pedir a vocês que olhem com carinho essa matéria e não revoguem o decreto do Presidente, porque para nós foi um grande avanço.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa reciprocidade vai acontecer automaticamente. Podem ter certeza de que será benéfico para o turismo. Então, venho pedir esse apoio ao Senado.

E é uma forma de resolver o que o Senador reivindicou agora: de melhorar a balança comercial. Hoje nós recebemos R$6 bilhões e gastamos 20 lá fora. Se a gente trouxer mais turista estrangeiro para cá, nós vamos equilibrar essa balança comercial. Isso é um ponto para o equilíbrio da balança comercial.

Há outro ponto que eu queria pedir aos Senadores. Nós estivemos com o Presidente do Senado, e estamos muito preocupados, porque nós aprovamos na Câmara a Lei Geral do Turismo e a abertura do capital estrangeiro para as companhias aéreas, e pedimos que o Senador Roberto Rocha, que é o Relator da medida provisória da abertura do capital estrangeiro, seja o Relator de uma matéria correlata, que é justamente o projeto da Lei Geral do Turismo junto com a abertura do capital estrangeiro, porque, senão, vai se aprovar a abertura do capital estrangeiro e a Lei Geral do Turismo vai ficar para trás, vai ficar patinando aqui no Senado. E é uma lei importante que atualiza, moderniza e atualiza 118 artigos da Lei Geral do Turismo.

Então, a minha palavra é curta até pelo andar da hora, mas essas reivindicações eu queria deixar aqui, Ministro. Nós estamos trabalhando juntos, o Marcelo está se empenhando. E só foi possível isso porque nós temos a força do Ministério relacionada com o Presidente Jair Bolsonaro. Isso é muito importante para que o turismo avance.

Parabéns, Ministro! Conte com a gente. Eu tenho certeza de que a gente vai avançar em todas essas matérias que irão para frente, como a legalização dos cassinos, que temos que debater, aprovar, para trazer mais recurso, para equilibrar a balança comercial. É outra pauta importante. E a transformação da Embratur de autarquia em agência, que também vai divulgar o Brasil lá fora e vai ter mais força, que vai também equilibrar essa balança comercial.

Então, são projetos, ações que a gente pode fazer aqui e que podem melhorar os recursos de turistas estrangeiros aqui no Brasil, desenvolvimento, empregabilidade e progresso para o nosso País.

O Peninha, que é um grande Deputado, companheiro, do meu Partido, que acabou de chegar, também defende o turismo. É uma grande liderança o Deputado Peninha.

Um forte abraço e obrigado pela oportunidade da fala aqui nesta Comissão. Eu não poderia deixar de vir aqui para dar o apoio nosso da Frente Parlamentar Mista em Defesa do Turismo para essas propostas em benefício do nosso País, porque o turismo é um fator de desenvolvimento econômico sustentável, social, que gera emprego e renda.

Muito obrigado, Presidente Izalci.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Bem, eu quero também registrar a presença do Iphan, está aqui o Marcelo Brito, representando; o nosso Deputado Peninha.

Antes de passar a palavra ao Ministro para responder a esse bloco, eu também gostaria de fazer aqui algumas colocações.

Como a gente acaba ficando por último, praticamente o assunto foi basicamente esgotado, mas nós definimos aqui um programa de centro de desenvolvimento regional, que é uma iniciativa, de 2017, do Ministério da Educação, com a aproximação e integração da ciência e tecnologia, do instituto de pesquisa, no desenvolvimento regional, desenvolvimento econômico.

E eu pergunto ao Ministro com relação ao Ministério do Turismo se há algum programa de cooperação com as instituições de ensino superior, com ciência e tecnologia, principalmente nas atividades de turismo no âmbito regional e também qual a estratégia do Ministério para o turismo rural, turismo ecológico.

Como podemos mobilizar recursos para estruturação dessas atividades turísticas? Existe alguma parceria utilizada pelo Ministério para desenvolver a sua atividade de forma capilarizada ao longo do País?

Existe um índice de competitividade de viagem de turismo no Brasil. Pelo menos, em 2015, a informação de que o Brasil ficou em 28º entre 141; e também a 23º posição em recursos culturais; primeiro lugar em termos de recursos naturais. Mas, como foi dito aqui por diversos Senadores, há questão da infraestrutura; praticamente não temos infraestrutura e ficamos em 129º lugar na infraestrutura. Acaba prejudicando a questão da infraestrutura do País.

Há a questão também que a Senadora Mara colocou sobre a baixa renda. Nós temos um público de baixa renda. Há também nesse processo alguma iniciativa de incentivar, como incentivo tributário, para dar oportunidade às pessoas de baixa renda poderem ter acesso ao turismo cultural?

E, aproveitando isso, evidente que vou até convidar aqui todos os Parlamentares pare conhecerem um pouquinho o Distrito Federal. O Distrito Federal é um museu aberto, tem uma arquitetura maravilhosa; há a Casa do Candango, na Ceilândia. Há aqui a segunda catedral do País, maior do que a de Trindade. Depois de Aparecida, Brasília tem em Brazlândia a segunda maior catedral do País. E a gente precisa incentivar o turismo religioso e o turismo cívico, aqui é a Capital da República. Temos que criar mecanismos de trazer todos os alunos do País para conhecer a sua capital. Aqui nós temos estudantes na região metropolitana que nem conhecem a Capital.

Então, vou sugerir aos Deputados para ficarem em alguns finais de semana em Brasília, não para ficarem aqui no Plano Piloto, mas conhecerem o nosso turismo ecológico e rural, que é muito bom. E

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vão conhecer o Memorial JK, a Casa do Candango, na Ceilândia. Há uma série de atrativos importantes. Mas é fundamental.

Acho que nós temos hoje um potencial muito grande, seja aqui na Capital, seja no País como um todo. A gente precisa realmente criar condições. Por isso esta Comissão tem esse objetivo, de buscar instrumentos que possam auxiliar a gente chegar a esse objetivo maior.

Para encerrar, eu tenho algumas colocações que foram feitas no Portal e-Cidadania e também pelo 0800.

Rute Rodrigues, de Alagoas: "É preciso capacitar os profissionais de turismo para receber os turistas. É extrair o que temos de mais rico no Brasil, a beleza natural. É de Alagoas. Inclusive de vez em quando passo as minhas férias lá, viu Mara? A Praia do Francês é muito boa.

Waldilher Ayres Canuto, do Rio de Janeiro: "Para melhorar o turismo deve ser investido na capacitação profissional de guias e tradutores para que os turistas tenham mais conforto".

Manoel Neto, do Rio Grande do Norte: "Salubridade local e tratamento dos impactos da concentração de atividades inertes a localidade". Se há algum tratamento.

Marcos Mussi, do Rio de Janeiro: "Tem que liberar o cassino e bingo. Foi muito forte, gerou muito emprego e renda no País. É salutar para o turismo brasileiro".

É um tema aqui que interessa muito ao turismo e em que há muita resistência.

Passo, então, a palavra ao Ministro para fazer as suas considerações.

O SR. MINISTRO MARCELO ÁLVARO ANTÔNIO – Muito obrigado, Presidente.

O nosso Senador Chico Rodrigues que não está mais presente mas fez alguns questionamentos ou considerações. Citou aqui até o título: a hora do turismo. Quero só explicar, Senadora Mara, de forma breve. Por que a hora do turismo? Porque acredito que, pela primeira vez, nós temos um Presidente da República que acredita verdadeiramente que o turismo possa ser ou possa estar no centro da agenda econômica do País e possa ser talvez a principal mola propulsora de geração, emprego e renda para a nossa população.

O Presidente Jair Bolsonaro, em pelo menos, que eu me lembre, três ou quatro oportunidades na própria campanha política citou o turismo. Em Davos, naquela fala objetiva, e pelo menos seis minutos, ele, mais uma vez, cita o turismo no Brasil. Então, é um Presidente que vai, certamente, nós ajudar a retirar o Brasil da 126ª posição numa *ranking* de 136 países. Na ordem de prioridade do Governo é, obviamente, uma prioridade muito maior do que qualquer outra vista em outros tempos. Por isso, consideramos que é a hora do turismo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E também por um engajamento muito grande dos Deputados Federais na Câmara dos Deputados, representados aqui pelo nosso Deputado Herculano Passos, que tem tido uma atuação fundamental, preponderante, para que o turismo possa avançar. O Deputado Peninha, que está aqui à nossa direita, é um outro parceiro. O Deputado Herculano é o Presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa do Turismo. O Deputado Peninha é um amigo próximo do nosso Presidente Jair Bolsonaro, uma pessoa que tem dado uma contribuição fundamental aos demais Deputados Federais nesse propósito de, realmente, colocar o turismo no centro da agenda econômica do Brasil.

O Senado Federal também tem papel fundamental. Ou seja, existem algumas atribuições ou ações que são concernentes ao Governo Federal, outras ao Congresso Nacional. E o Senado Federal também tem demonstrado ser um grande parceiro nessa visão, nessa nova ótica de que o turismo realmente não pode ser um patinho feito da economia, mas que pode ser um ator fundamental para que a economia do País possa avançar a cada dia. Então, a hora é do turismo porque nós entendemos que temos um Governo federal já consciente de que o turismo tem essa importância, aliado a um Congresso Nacional que também já tem esse mesmo sentimento de colocar o turismo no centro da agenda econômica do Brasil.

O Senador Chico Rodrigues falou aqui também em relação aos vistos. Eu já disse isso aqui, mas vou repetir. A questão é fundamental. O Deputado Herculano pediu agora aqui o apoio, e a gente já está estudando juntos. Para isso tudo existem critérios, obviamente estudados principalmente pelo Ministério de Relações Exteriores, pelo nosso Ministro Ernesto. Esses países têm, obviamente, uma propensão migratória baixíssima. Então, todo estudo é feito com o maior critério possível. As questões de segurança pública, em momento nenhum, foram flexibilizadas pela Polícia Federal, e qualquer tipo de procedimento de segurança pública. Então, está tudo muito bem estudado e muito seguro.

Já estamos estudando, inclusive, a possibilidade, Deputado Peninha, da implantação do visto eletrônico para países como China e Índia. Quando eu disse que nós estamos estudando é porque já levamos esse pleito ao Ministro Ernesto, das Relações Exteriores, que já está, no âmbito do seu ministério, fazendo um estudo para ver a possibilidade de a gente instituir o visto eletrônico para China e Índia. Os chineses, ao lado dos americanos, são os viajantes que mais gastam no mundo. Portanto, nós temos aqui o primeiro lugar – e nisso a gente está em primeiro. Que bom! – em recursos naturais do mundo, e o chinês procura muitos destinos com atrativos de recursos naturais. Então, a gente está com essa possibilidade também.

O Senador Roberto Rocha fez aqui considerações importantíssimas, com muita serenidade e entendimento. Trouxe aqui que nos governos passados... Não vamos aqui citar nomes, mas talvez a ICMBio, a política de meio ambiente do País, teve sim, na minha opinião, seus excessos. Ninguém está aqui propondo nenhum tipo de degradação do meio ambiente; muito pelo contrário. Todas as nossas políticas ou ações junto ao Ministério do Meio Ambiente visam, principalmente, à preservação do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

meio ambiente, à conservação. Isso é fundamental, mas para isso, nós temos de eliminar aquilo que é excesso, aquilo que traz entrave para a o avanço, não só do turismo, mas para a economia do Brasil como um todo.

Trouxe muito bem aqui, dizendo que há locais como o Nordeste e outros pontos do Brasil onde é importante aumentar, inclusive, os turistas cruzeiristas, dos cruzeiros. Nós não temos um píer. Pasme, Senador Roberto Rocha, hoje no Brasil, a legalização ou o licenciamento – não vou dizer hoje, mas nos governos passados – de um píer chega a levar 10, 13 anos. Nos Estados Unidos, consegue-se o licenciamento de um píer em três meses. Então, nós precisamos realmente, nessa visão de uma economia liberal, entender que o Brasil tem tudo, nós temos tudo para crescer e avançar numa velocidade muito grande, crescer 5%, 6%, 7% ao ano. Mas nós precisamos, também, observar, retirar todas essas instruções normativas, tirar todos esses decretos que trazem prejuízo ao crescimento econômico do Brasil.

Sobre a Rota das emoções foi dito aqui até da possibilidade de integrar com o Rio Grande do Norte. Nosso amigo e Senador Styvenson, é isso?

O Rio Grande do Norte conta também, dentro dessa parceria, com o Sebrae. Nós temos 27 rotas no Brasil. É um investimento do Sebrae da importância de R$500 milhões, ao longo de cinco anos, em parceria com o Ministério. Nós já temos essas 27 rotas, e a do Rio Grande do Norte já está estabelecida. O que são essas rotas? Essas parcerias com o Sebrae promovem, obviamente, a capacitação de pessoas para o recebimento dos turistas, a qualificação dos serviços, o planejamento e a governança do turismo naquela região ou naquela rota e, sobretudo, a promoção de campanhas daqueles destinos turísticos. O Rio Grande do Norte já tem essa rota específica, mas podemos, talvez, fazer esse estudo e, quem sabe fazer uma integração dessas rotas, o que vai, certamente, trazer mais possibilidades para os turistas que se dispuserem a ir ao Nordeste, para essas rotas.

Roraima, também – o Senador Chico Rodrigues não está aqui mais –, já tem essa rota predefinida, já está contemplada nessas 27 rotas. Roraima já faz parte desse calendário, dessas rotas.]

O Senador Styvenson trouxe aqui algumas questões relacionadas à balança comercial do turismo. O senhor está coberto de razão, Senador. Realmente, nós temos aqui – eu disse no início – uma balança de pelo menos 12 bilhões desfavorável ao turismo, para isso. Nós vamos precisar, realmente, de aliar ou de coordenar um conjunto de ações para que a gente consiga equilibrar essa balança comercial.

Já foi dito aqui sobre a abertura do capital estrangeiro para a aéreas. É fundamental reduzir o custo das passagens aéreas.

A Lei Geral do Turismo, que moderniza 118 pontos da Lei do Turismo, também é fundamental. Nós precisamos, sobretudo, de reduzir o custo Brasil. Hoje, muitas vezes, a família, quando vai decidir

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um destino de viagem, faz contas e percebe que viajar de forma doméstica, no Brasil, ainda é muito caro. Prefere, muitas vezes, ir a Buenos Aires, a Miami que, por incrível que pareça, ficam mais em conta. Nessa redução do custo Brasil a gente precisa promover ou inserir, no mercado turístico doméstico, pelo menos mais 40 milhões de brasileiros. Essa é uma das metas do nosso ministério e, para isso a gente precisa, obviamente, reduzir o custo Brasil.

E também a transformação da Embratur em agência é fundamental. Vai ser uma agência com muito mais robustez no que diz respeito à divulgação do Brasil como destino no exterior. Hoje, a Embratur é muito engessada, é impossibilitada de fazer as parcerias privadas, que são fundamentais, com grandes empresas que têm interesse, como as aéreas e outras, em promover o Brasil como destino. Então, a transformação da Embratur em agência também é um fator fundamental para que a gente consiga...

A própria criação de áreas de interesses especiais turísticas, no Brasil... Isso foi feito, e a gente pode ilustrar muito, com Cancún, que são 24km de praia. Ali foi decretada uma área especial de interesse turístico onde definiram-se critérios de incentivos tributários, fiscais, simplificação ambiental nos projetos ambientais. Isso tudo, esse conjunto de fatores macro, vamos dizer assim... No ministério nós trabalhamos em duas vertentes: o que é macro é aquilo que é importante numa visão geral de Brasil para promover o turismo; e o que são questões regionais, como por exemplo as rotas aqui já ditas, como a do Rio Grande do Norte e também a das Emoções. Então, esse conjunto de fatores e esse pacote que estamos definindo como a hora do turismo é o que vão promover esse equilíbrio da balança comercial do turismo no Brasil.

A Senadora Mara Gabrilli é sempre muito combativa, atuante. Foi minha colega na Câmara Federal na última legislatura e está aqui hoje, como Senadora, representando o Estado de São Paulo com muita capacidade, com muito louvor e sempre preocupada com a acessibilidade das pessoas com deficiência no Brasil. Esse é um ponto fundamental, Senadora.

O Ministério do Turismo possuiu um programa de turismo acessível, com um aplicativo para a avaliação da acessibilidade dos atrativos. Hoje já temos um aplicativo para que essa avaliação dos atrativos turísticos no Brasil possa ser feita. O Ministério também já está investindo em obras de infraestrutura de acessibilidade, principalmente nos maiores pontos de concentração turística do Brasil. A gente pode, depois, enviar um relatório mais detalhado para V. Exa.

Há também a qualificação da mão de obra do turismo, a sensibilização e o preparo para atender os turistas com deficiência, para que a gente possa, realmente, dar mais conforto. É aquilo que V. Exa. disse aqui: que o turista com deficiência que é bem tratado, que tem um acesso bom ao local, volta. Este é o nosso objetivo: dar satisfação plena aos turistas que precisam realmente contar com esse bom senso e com esse trabalho focado na acessibilidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E há uma cartilha sobre como atender bem as pessoas com deficiência no Brasil. Essa cartilha já está pronta e vai ser disseminada em todos os pontos turísticos do Brasil para que a gente consiga, realmente, conscientizar e preparar todos para receber os turistas com deficiência, no Brasil, que representam uma importante parcela da nossa população. São mais de 40 milhões de pessoas que precisam de ter essa atenção especial, principalmente do Poder Público.

Então, Senadora, depois posso enviar para o gabinete de V. Exa. com mais detalhes tudo o que o turismo abrange em relação à acessibilidade.

O Senador Izalci trouxe aqui a importância da qualificação. Há programas de cooperação que a gente tem desenvolvido no âmbito do Ministério. É bom dizer que essa parceria com o Sebrae, sobretudo, visa à qualificação profissional de todos os agentes do setor do turismo.

Sabemos que o setor do turismo impacta mais de 50 segmentos da nossa sociedade, é uma cadeira produtiva muito importante, e a qualificação e o preparo desses profissionais é fundamental, sobretudo no atendimento ao turista estrangeiro. Então, esse programa é junto ao Sebrae.

Nós temos, também, vários programas *on-line,* cursos que abrangem a capacitação dos profissionais. Certamente, esse é um ponto fundamental para que aquele turista que vem do exterior ou mesmo para o turista doméstico possa encontrar profissionais de alto nível, qualificados para atendê-los.

Inclusive, há a questão, também, da sinalização das cidades, bilíngue. A gente já está fazendo um mapeamento, em todo o Brasil, para sabermos os pontos de maior concentração turística para que a gente consiga, realmente, dar também esse direcionamento, essa tranquilidade para o turista estrangeiro.

Rute Rodrigues, de Alagoas: "É preciso capacitar os profissionais de turismo para receber o turista, é extrair o que temos de mais rico no Brasil, a beleza natural." É verdade, a Rute tem razão. Eu disse aqui que a capacitação é fundamental, e essa parceria com o Sebrae tem possibilitado desenvolver programas visando, obviamente, à qualificação profissional. É com o Sebrae e o Senac também. Foi bem lembrado pelo nosso amigo Wilken.

Waldilier Ayres Canuto, do Rio de Janeiro, trata do mesmo assunto, que é a capacitação dos profissionais.

O Manoel Neto, do Rio Grande do Norte: "Salubridade local e tratamento dos impactos da concentração de atividades inertes à localidade." Obviamente, eu disse aqui que temos uma visão macro de Brasil, no turismo, mas há as pontuais também. Então, em todas as atividades, o turismo vai ser tratado de forma pontual em todas as suas vocações, seja o turismo de sol e praia, seja o turismo rural.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Foi dito aqui também, alguém disse aqui que no turismo rural e o ecológico o Brasil está em primeiro lugar. É uma vocação indiscutível. Obviamente nós temos que ter ações e programas para estimular isso. E, quando eu digo, Senadores e Presidente, que nós temos 27 rotas já prefinidas em parceira de investimentos quer sejam na qualificação ou na promoção, essas 27 rotas abrangem, praticamente, todos os Estados do Brasil e promovem cada Estado dentro da sua vocação turística.

Então, por exemplo, Minas Gerais tem uma vocação turística muito ligada à gastronomia, à parte histórica e ao turismo rural também. As rotas visam a promover exatamente essa vocação turística local. E, assim, sucessivamente, em todos os outros Estados da Federação. Então, todas as vocações turísticas são observadas e apoiadas através dessas 27 rotas já predefinidas entre o Ministério do Turismo e o Sebrae.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Eu quero fazer o registro também da presença do Marlon Roberto, Prefeito Municipal.

Como nós temos aqui a Marcha dos Prefeitos, vou fazer uma consideração do que colocou aqui o Marlon, de Itapoá, Santa Catarina: "Na alta temporada passamos de 25 mil habitantes fixos para 350 mil habitantes. Entretanto, não se verificam políticas públicas no Ministério do Turismo para auxiliar os Municípios na infraestrutura mínima capaz de mitigar os efeitos da sazonalidade. Com esse diagnóstico, aproveitamos essa oportunidade para reivindicar políticas capazes de atender às necessidades municipais".

Como V. Exa. disse que vai conversar com os secretários estaduais também, depois de uma rodada com os secretários municipais, o que é muito importante... E nós temos isso em vários Municípios do Brasil. Então, peço uma atenção especial.

Sei que nós estamos encerrando aqui a audiência pública, mas quero fazer também... Porque, esse final de semana... Eu tenho um programa no rádio, no domingo, na Rádio Atividade FM, Todos pelo DF, e na discussão que nós fizemos eu recebi o Rinaldo de Oliveira. Ele criou um *site*, superacessado, que se chama Só Notícia Boa. É espetacular! Ele é ex-jornalista, acho que da Band, e disse que há muita gente com depressão, porque você acorda com notícia ruim, almoça com notícia ruim, dorme com notícia ruim. Então, é evidente que a imprensa tem um papel fundamental no turismo também, porque lá fora e aqui também a gente só vê notícias ruins. Então, muitas vezes a gente deixa de viajar para alguns lugares em função das notícias ruins.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN. *Fora do microfone*.) – Foi o que que eu falei.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – V. Exa. falou lá de Natal, que não tem esse faroeste lá, não é tanto assim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse trabalho é fundamental para que a gente possa tranquilizar realmente os nossos turistas.

Mas eu quero aqui agradecer muito ao nosso Ministro e a toda a sua equipe. Acho que foi uma audiência bastante produtiva, atendeu realmente aos nossos anseios, que eram exatamente conhecer a proposta para os próximos dois anos.

O Deputado Herculano citou todos os auxiliares e quero agradecer a cada um de vocês todos.

Outras vezes nós vamos ainda trazê-lo aqui para fazer um debate sobre outras propostas que existem aqui na Casa.

Está chegando aqui também, Deputado Herculano, a política de turismo. Já, inclusive, passei a relatoria para o Senador Veneziano, que vai ser o nosso Relator, e vamos fazer audiências públicas, vamos debater realmente para a gente poder avançar.

Então, agradeço, Ministro, a sua competência, a sua apresentação, o seu trabalho, e desejo a você muito sucesso e contem com esta Comissão aqui.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PI) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Sim, Senador Elmano.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PI) – Se me permitir, queria fazer só um rápido registro.

O nosso Ministro falou, várias vezes, no Sebrae. Sou testemunha do trabalho do Sebrae nos últimos 25 anos em prol do desenvolvimento do turismo em todo o País, principalmente no Nordeste.

Ao tempo em que falo do Sebrae, eu falaria também nos serviços prestados na formação dos operadores turísticos, desde os agentes de turismo, a parte de gastronomia, dos hotéis, etc., pelo Senac. São duas instituições importantes neste processo.

Também não poderia deixar de registrar o *trade* turístico deste País, a iniciativa privada contribui com relevantes serviços prestados ao desenvolvimento turístico nacional e regional.

Por último, a própria Frente Parlamentar Mista, aqui representada pelo nosso Deputado Herculano e também o nosso Peninha.

Queria fazer esse registro destas instituições que têm somado para o desenvolvimento do turismo nacional.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Agradeço as ponderações de V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Senador Styvenson.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Aproveitando que o Ministro está aqui... Ministro, aproveitando que o senhor está aqui e eu não fiz a pergunta a tempo... Não vai ser uma pergunta, vai ser só uma sugestão de cuidado com o nosso turismo e com as nossas crianças principalmente: que o nosso País não seja vendido como turismo sexual, que o nosso País – como na Copa do Mundo, quando eu era policial – não seja vendido para os outros países como um País em que se pode tudo.

Eu digo isso porque eu estava na rua em 2014 e vi turistas de várias partes do Planeta na minha cidade, lá em Natal, na capital, acreditando que poderiam fazer o que quisessem fazer. Então, vamos tirar essa imagem de turismo de prostituição, turismo de droga, turismo de que pode tudo neste País. Neste País há regras. Eu espero que seja promovido este turismo lá fora e que cause obediência às nossas leis, às nossas instituições e à nossa população, principalmente às nossas mulheres e crianças.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Parabéns, Senador, pela colocação.

Proponho aqui, antes do encerramento, a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 7ª Reunião da Comissão.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está, então, aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com as notas taquigráficas.

Informo que, em cinco minutos, nós daremos início à 9ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo para tratar de um requerimento com o objetivo de debater a situação de Bonito, no Mato Grosso do Sul.

Nada mais havendo a tratar, eu declaro encerrada essa reunião, agradecendo ao Ministro e a toda a sua equipe pela presença.

O SR. MINISTRO MARCELO ÁLVARO ANTÔNIO – Muito obrigado, Presidente, e muito obrigado a todos os Senadores.

(*Iniciada às 09 horas e 14 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 15 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 9ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE ABRIL DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às doze horas e dezenove minutos do dia dez de abril de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Izalci Lucas, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Marcelo Castro, Eduardo Gomes, Fernando Bezerra Coelho, Daniella Ribeiro, Plínio Valério, Soraya Thronicke, Elmano Férrer, Mara Gabrilli, Styvenson Valentim, Juíza Selma, Veneziano Vital do Rêgo, Eliziane Gama, Leila Barros, Jaques Wagner, Zenaide Maia, Lucas Barreto, Chico Rodrigues, Jorginho Mello, Paulo Paim, Arolde de Oliveira, Roberto Rocha, Telmário Mota, Marcos do Val, Paulo Rocha e Wellington Fagundes. Deixam de comparecer os Senadores Dário Berger, Randolfe Rodrigues, Omar Aziz e Zequinha Marinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo nº 20, de 2019** que: "Requeremos, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo e a Comissão de Meio Ambiente, com o objetivo de debater as soluções e impacto ambiental causado por plantações, construções irregulares e estradas feitas em áreas de preservação ambiental em Bonito- MS." **Autoria:** Senador Nelsinho Trad, Senador Lucas Barreto e Senador Styvenson Valentim. **Resultado:** Aprovado, com a subscrição do Senador Styvenson Valentim. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Izalci Lucas

Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/04/10

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Havendo número regimental, declaro aberta a 9ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 8ª Reunião da Comissão da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado* juntamente com as notas taquigráficas.

Expediente.

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião é destinada à discussão e votação de requerimento.

Item único. Requerimento da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo nº 20, de 2019.

ITEM 1

REQUERIMENTO Nº 20, de 2019

- Não terminativo -

Requeremos, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo e a Comissão de Meio Ambiente, com o objetivo de debater as soluções e impacto ambiental causado por plantações, construções irregulares e estradas feitas em áreas de preservação ambiental em Bonito- MS.

Autoria: Senador Styvenson Valentim e outros

Observações:

Em apoio à iniciativa, o requerimento é subscrito pelo Senador Nelsinho Trad.

Concedo a palavra ao Senador para fazer o encaminhamento do requerimento.

Senador Styvenson.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, a propositura dessa audiência chamando esses representantes dos Ministérios da Pecuária, do Meio Ambiente, do Turismo e outros, se dá porque – no caso específico de Bonito, o turismo, como acabou de ser dito aqui, poderia ter sido aproveitado essa oportunidade – é um tema com transversalidade entre esses Ministérios, uma vez que quarenta ou mais hectares, numa área de ocupação de brejo, próxima ao Rio Prata, está sendo ocupada pela plantação de soja. E essa drenagem de terra está destruindo o patrimônio natural e turístico deste País, que são as águas cristalinas de Bonito. Então, essa audiência tem esta finalidade, Sr. Presidente: trazer a discussão aqui para esta Casa sobre até onde vai o patrimônio público, o patrimônio nacional da nossa natureza, em detrimento da voracidade do agronegócio, da plantação de soja.

Então, estamos aí com dois valores econômicos distintos: o agronegócio, com a plantação se soja, que cada vez mais entra nessas áreas de proteção ambiental e de turismo; e, por outro lado, o turismo do Mato Grosso do Sul, acho que não existe lugar – só o meu mesmo, só o Rio Grande do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Norte é mais bonito que lá... Então, essa audiência tem essa previsão, tem essa discussão e dá também soluções; essa audiência pública não é só para discutir, é para chegar a uma conclusão e a uma solução com esses representantes de Ministérios sobre a providência a ser tomada para resgatar e proteger o meio ambiente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Registro que estão sendo convidados o representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; representante do Ministério do Meio Ambiente; representante do Ministério do Turismo; representante da Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar (Semagro); representante da Famasul; representante da Prefeitura de Bonito, Mato Grosso do Sul; representante da Câmara Municipal de Bonito, Mato Grosso do Sul; e representante das agências de turismo de Bonito.

Em votação o requerimento.

As Senadoras e Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Será cumprida a decisão da Comissão.

Não havendo mais nada a tratar, eu declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 12 horas e 19 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 23 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 10ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE ABRIL DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às nove horas e cinquenta e um minutos do dia dezessete de abril de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob as Presidências dos Senadores Izalci Lucas e Soraya Thronicke, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Marcelo Castro, Eduardo Gomes, Fernando Bezerra Coelho, Styvenson Valentim, Veneziano Vital do Rêgo, Leila Barros, Flávio Arns, Marcos do Val, Paulo Rocha, Arolde de Oliveira, Jorge Kajuru e Telmário Mota. Deixam de comparecer os Senadores Dário Berger, Plínio Valério, Elmano Férrer, Randolfe Rodrigues, Eliziane Gama, Jaques Wagner, Zenaide Maia, Lucas Barreto, Omar Aziz, Chico Rodrigues e Zequinha Marinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Plano de Trabalho da Política Pública em Avaliação**. **Finalidade:** Reunião de trabalho para apresentação e discussão do Plano de Trabalho, que aborda os procedimentos a serem adotados no processo de avaliação da Política Pública escolhida pela CDR. **Resultado:** É lido e aprovado o Plano de Trabalho. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo nº 11, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir a situação de obras paralisadas do Programa Minha Casa, Minha Vida." **Autoria:** Senador Angelo Coronel. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido do autor. **ITEM 2 - Requerimento da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo nº 21, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a venda da Transportadora Associada de Gás (TAG) pela Petrobras." **Autoria:** Senador Jaques Wagner. **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Subscrito pelo Senador Izalci Lucas. **ITEM 3 - Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), para prever a inclusão de requisitos econômicos, sociais e ambientais em empreendimentos habitacionais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Jaques Wagner. **Relatório:** Pela aprovação com a Emenda nº1-CMA, alterada pela subemenda que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta para reexame do relator. **ITEM 4 - Projeto de Resolução do Senado nº 24, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Cria a Frente Parlamentar Mista em defesa do consumidor de energia elétrica da Região Norte" **Autoria:** Senador Zequinha Marinho. **Relatoria:** Senador Lucas Barreto. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido do relator. **ITEM 5 - Projeto de Resolução do**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senado n° 27, de 2019 - Não Terminativo - que: "Cria a Frente Parlamentar Mista para defesa do Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste – (Consórcio Nordeste)" **Autoria:** Senador Weverton, Senador Angelo Coronel, Senadora Eliziane Gama, Senador Elmano Férrer, Senador Humberto Costa, Senador Jean Paul Prates, Senador Marcelo Castro, Senador Otto Alencar, Senador Styvenson Valentim, Senadora Zenaide Maia. **Relatoria:** Senador Jaques Wagner. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 6 - Ofício "S" n° 3, de 2016 - Não Terminativo -** que: "Encaminha, em cumprimento à Lei 7.827/89, art. 20, §4º, Relatório das atividades desenvolvidas e dos resultados obtidos pelo FCO, referente ao 1º semestre de 2015." **Autoria:** Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO. **Relatoria:** Senador Izalci Lucas. **Relatório:** Pelo conhecimento e arquivamento. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 7 - Ofício "S" n° 5, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Programação do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) para o exercício de 2018." **Autoria:** SUDECO - Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste. **Relatoria:** Senador Izalci Lucas. **Relatório:** Pelo conhecimento e arquivamento. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 8 - Ofício "S" n° 57, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Encaminha, em cumprimento à Lei nº 7.827/1989, art. 20, §§ 4º e 5º, o Relatório de Atividades e Resultados do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO referente ao Exercício de 2017." **Autoria:** SUDECO - Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste. **Relatoria:** Senador Izalci Lucas. **Relatório:** Pelo conhecimento e arquivamento. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 9 - Projeto de Lei do Senado n° 439, de 2015 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre o exercício de atividades nos campos da Administração." **Autoria:** Senador Donizeti Nogueira. **Relatoria:** Senador Chico Rodrigues. **Relatório:** Pela rejeição. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido do relator. **ITEM 10 - Projeto de Lei do Senado n° 667, de 2015 - Terminativo -** que: "Altera a redação do art. 40 da Lei n.º 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), definindo-se o Plano Diretor como instrumento de desenvolvimento humano, econômico e social das cidades brasileiras, devendo estabelecer obrigatoriamente parâmetros para as políticas públicas de saúde, educação, segurança pública, transportes e habitação, e dá outras providências." **Autoria:** Senador Reguffe. **Relatoria:** Senador Zequinha Marinho. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido do relator. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e dezoito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Izalci Lucas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/04/17

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Havendo número regimental, declaro aberta a 10ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Comunicados.

Declaro prejudicado o Requerimento 17, de 2019 – CDR, que propunha a convocação do Ministro do Turismo, por razão da realização de audiência pública com a sua presença na última semana.

Informamos que esta Presidência aguarda a manifestação dos membros da CDR que desejam integrar a Subcomissão temporária para o acompanhamento das obras da Usina de Belo Monte, para que procedamos à sua indicação, para que fixemos sua composição e para que a instalação seja agendada. A Subcomissão será composta por três titulares e três suplentes.

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião é dividida em duas partes: a primeira parte se destina à apresentação e discussão do Plano de Trabalho, que aborda os procedimentos a serem adotados no processo de avaliação da política pública escolhida pela CDR; a segunda parte é deliberativa, para a apreciação de matérias.

Daremos início à primeira parte da reunião, para leitura, discussão e aprovação do Plano de Trabalho, que aborda os procedimentos a serem adotados no processo de avaliação da política pública escolhida pela CDR.

Faço, então, a leitura da proposta.

Avaliação de políticas públicas.

Art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal.

Proposta de Plano de Trabalho.

Avaliação da Política de Centros de Desenvolvimento Regional.

Apresentação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De acordo com o art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, as comissões permanentes selecionarão, na área de sua competência, políticas públicas desenvolvidas no âmbito do Poder Executivo, para serem avaliadas. Avaliações dessa natureza têm como objetivo principal aprimorar a gestão do Estado, por meio da mensuração da eficiência, da eficácia e da efetividade de determinadas políticas públicas, bem como orientar as ações do Poder Público e, eventualmente, aprimorar a legislação pertinente.

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo deliberou, ao aprovar o Requerimento n° 15, de 2019, em 3 de abril do corrente ano, proceder à avaliação da Política de Centros de Desenvolvimento Regional, desenvolvida pelo Ministério da Educação desde 2017.

Conforme o mencionado requerimento, o Centro de Desenvolvimento Regional (CDR) constitui uma articulação das Instituições de Educação Superior (IES) e de Ciência e Tecnologia (ICT) com a sociedade no âmbito do território em que se encontram, de modo a promover o desenvolvimento regional sustentável. Ainda de acordo com o Requerimento, "a combinação da capilaridade das Instituições de Educação Superior (IES) e de Ciência e Tecnologia (ICT) no território com a concentração de competência de que elas dispõem cria uma excelente oportunidade para estabelecer vínculos mais fortes entre estas e a sociedade no âmbito regional, aproximando oferta e demanda para gerar soluções para o desenvolvimento regional.

[...]

O projeto constitui a aplicação, em escala piloto, de uma ampla política nacional que estruturará Centros de Desenvolvimento Regional em universidades, institutos ou outras instituições de ensino e pesquisa brasileiras, que sejam capazes de articular atores relevantes e tomadores de decisão em prol do aumento da competitividade e sustentabilidade das estruturas sociais e econômicas regionais; melhorar a apropriação social dos esforços de formação de recursos humanos; e gerar resultados das atividades de pesquisa e desenvolvimento; sempre no sentido de superar desafios, aproveitar vantagens competitivas e condições próprias de cada região com vistas à melhoria de qualidade de vida das respectivas populações".

O projeto CDR desenvolveu atividades em escala piloto, em diferentes regiões brasileiras, com o objetivo de testar conceitos, metodologias e governança, entre outros parâmetros. As regiões escolhidas foram Campina Grande (PB), Itapeva (SP), Bagé (RS) e DF e seu Entorno. Foi lançado, ainda, outro piloto na região do Triângulo, englobando as fronteiras entre Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Goiás e São Paulo. As carteiras de projetos produzidas em cada um destes contextos aproximam oferta e demanda para gerar soluções para o desenvolvimento regional, com impactos sociais e econômicos claros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A organização do projeto inclui a coordenação das atividades em nível nacional, envolvendo a Secretaria de Educação Superior do MEC (SESu/MEC) e parceiros da articulação federal, como as agências de fomento CNPq, Capes, Finep, o Centro de Estudos e Debates Estratégicos (Cedes) da Câmara dos Deputados e o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE). No nível regional, foram instalados os seguintes CDRs: CDR Campanha, no Rio Grande do Sul; CDR Campina Grande, na Paraíba; CDR Sudeste Paulista, em São Paulo; CDR DF e Área Metropolitana de Brasília. Foi lançado também o CDR Triângulo.

Em vista das competências legislativa, orçamentária e fiscalizatória próprias do Poder Legislativo, a avaliação dessa política pública incluirá atividades nessas três dimensões. No que tange à dimensão orçamentária, caberá avaliar as alternativas de financiamento e formular novas, de modo a assegurar os recursos financeiros, materiais e humanos para o desenvolvimento das carteiras de projetos. Na dimensão fiscalizatória, caberá verificar as condições institucionais para o apoio e a gestão intersetoriais da atividade. Na dimensão legislativa, caberá avaliar a necessidade de aprimoramento da legislação no sentido de permitir o pleno desenvolvimento do CDR.

Constituem os fundamentos para isso os dados relativos às experiências piloto em andamento e sobre outros projetos que aproximam a base técnico-científica das demandas regionais, a audiência dos órgãos e dos atores sociais diretamente envolvidos, bem como estudos e análises pertinentes ao tema.

Atividades propostas.

São propostas as seguintes atividades para proceder à avaliação do CDR:

- encaminhamento de requerimentos de informações sobre o tema da avaliação aos órgãos federais pertinentes e ao CGEE;

- levantamento e análise da legislação e da regulamentação afeta ao tema da avaliação, incluindo as IES, as ICT, as agências de fomento e os mecanismos de cooperação intersetorial;

- realização de audiências públicas para divulgação e debate da política em avaliação, com a presença de representantes do Poder Público, da academia e da sociedade civil.

Ao final, deverá ser apresentado à Comissão um relatório da avaliação, a ser apreciado até o final desta Sessão Legislativa.

Este Plano de Trabalho propõe a seguinte programação para a avaliação:

- maio a novembro de 2019: solicitação de informações aos órgãos pertinentes, audiências públicas e desenvolvimento de estudos;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- dezembro de 2019: apresentação e votação do relatório final.

Esse, então, é o relatório.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo presentes para a discussão, está encerrada a discussão.

Aqueles que o aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 9ª Reunião da Comissão.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal* juntamente com as notas taquigráficas.

Deliberação de proposições.

Item 1: Requerimento da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo nº 11, de 2019.

Foi solicitada a retirada pelo autor do requerimento.

(É o seguinte o item retirado:

ITEM 1

REQUERIMENTO Nº 11, DE 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir a situação de obras paralisadas do Programa Minha Casa, Minha Vida.

Autoria: Senador Angelo Coronel.)

Passamos ao item 2 da pauta.

ITEM 2

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO Nº 21, DE 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a venda da Transportadora Associada de Gás (TAG) pela Petrobras.

Autoria: Senador Jaques Wagner e outros.

O requerimento foi subscrito também por mim.

Trata-se de uma audiência pública.

Aqueles Senadores e Senadoras que quiserem discutir... (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco-o em votação.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Será cumprido pela Comissão.

Item 3: Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 2018, não terminativo.

O Relator, o Senador Jaques Wagner, solicita a retirada de pauta do projeto para reexame da matéria.

Determino, portanto, a sua retirada e o encaminhamento ao gabinete do Relator.

(É o seguinte o item retirado:

ITEM 3

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 34, DE 2018

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), para prever a inclusão de requisitos econômicos, sociais e ambientais em empreendimentos habitacionais.

Autoria: Deputada Moema Gramacho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Jaques Wagner

Relatório: Pela aprovação com a Emenda nº1-CMA, alterada pela subemenda que apresenta.

Observações:

- *A matéria segue para apreciação do Plenário do Senado Federal.*)

Item 4: Projeto de Resolução do Senado nº 24, de 2019, não terminativo.

Pela ausência do Relator, nós o retiramos de pauta.

A matéria será encaminhada para a Comissão...

Está retirado de pauta.

(É o seguinte o item retirado:

ITEM 4

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 24, DE 2019

- Não terminativo -

Cria a Frente Parlamentar Mista em defesa do consumidor de energia elétrica da Região Norte

Autoria: Senador Zequinha Marinho

Relatoria: Senador Lucas Barreto

Relatório: Pela aprovação.

Observações:

- *A matéria segue para apreciação da CDIR - Comissão Diretora do Senado Federal.*)

Item 5: Projeto de Resolução do Senado nº 27, de 2019.

Pela ausência do Relator, fica retirado de pauta.

(É o seguinte o item retirado:

ITEM 5

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 27, DE 2019

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cria a Frente Parlamentar Mista para defesa do Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste – (Consórcio Nordeste)

Autoria: Senador Weverton e outros

Relatoria: Senador Jaques Wagner

Relatório: pela aprovação.

Observações:

A matéria segue para apreciação da CDIR - Comissão Diretora do Senado Federal.)

Passamos ao item 6 da pauta.

ITEM 6

OFICIO "S" Nº 3, DE 2016

- Não terminativo -

Encaminha, em cumprimento à Lei 7.827/89, art. 20, §4º, Relatório das atividades desenvolvidas e dos resultados obtidos pelo FCO, referente ao 1º semestre de 2015.

Autoria: Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO

Relatoria: Senador Izalci Lucas

Relatório: Pelo conhecimento e arquivamento.

Observações:

- A matéria vai ao Plenário do Senado Federal para adoção das providências cabíveis.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF. Para proferir relatório.) – Farei a leitura do relatório do item 6 e aguardaremos a chegada de algum Senador para o debate.

O art. 20 da Lei nº 7.827, de 1989, estabelece que "os bancos administradores dos Fundos Constitucionais de Financiamento apresentarão, semestralmente, ao Ministério da Integração Nacional e às respectivas superintendências regionais de desenvolvimento relatório circunstanciado sobre as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos".

O §4º do art. 20 determina que "o relatório de que trata o *caput* deste artigo, acompanhado das demonstrações contábeis, devidamente auditadas, será encaminhado pelo respectivo conselho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

deliberativo da superintendência do desenvolvimento, juntamente com sua apreciação, às comissões que tratam da questão das desigualdades inter-regionais de desenvolvimento na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, para efeito de fiscalização e controle".

O §5º determina que o relatório de que trata o *caput* do art. 20, "acompanhado das demonstrações contábeis, devidamente auditadas, será encaminhado pelo respectivo conselho deliberativo de desenvolvimento regional, juntamente com sua apreciação, a qual levará em consideração o disposto no §4º deste artigo, à Comissão Mista permanente de que trata o §1º do art. 166 da Constituição Federal, para efeito de fiscalização e controle, devendo ser apreciado na forma e no prazo do seu regimento interno".

Assim, nos termos da legislação mencionada, cabe, no Senado Federal, à CDR analisar a documentação relativa ao FCO observando sua contribuição para a redução das desigualdades regionais no País.

De maneira análoga aos relatórios relativos aos demais Fundos Constitucionais de Financiamento periodicamente enviados a esta Comissão, o "Relatório de Gestão do Primeiro Semestre de 2015" referente ao FCO é um documento extenso que contém dados sobre as aplicações do Fundo em sua região de atuação. O documento registra os resultados alcançados e o desempenho dos recursos do Fundo durante o primeiro semestre de 2015 e o estado de seus recursos e aplicações no final do período analisado.

O relatório é formado por dez seções: i) introdução; ii) apresentação; iii) competências institucionais da unidade; iv) programação orçamentária; v) execução orçamentária no primeiro semestre de 2015; vi) desempenho operacional do fundo; vii) situação da demanda; viii) situação da carteira de financiamentos; ix) renegociação de dívidas; e x) conclusão.

Também compõem a documentação enviada a esta Comissão: i) o relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis do FCO elaborado pela KPMG Auditores Independentes; e ii) a avaliação do relatório referente às atividades desenvolvidas e aos resultados obtidos com a aplicação dos recursos do FCO elaborada pela Sudeco.

Em face do grande volume de dados disponíveis, destacamos, neste parecer, as principais informações contidas na documentação encaminhada.

Convém, inicialmente, registrar que o art. 159, inciso I, alínea "c", da Constituição Federal de 1988 prevê que a União entregará três por cento do produto da arrecadação do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados aos programas de financiamento ao setor produtivo das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. A Lei nº 7.827, de 1989, que regulamenta esse dispositivo constitucional, criou, juntamente com os Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte (FNO) e do Nordeste (FNE), o FCO, cuja área de aplicação restringe-se às

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Unidades da Federação que compõem a Região Centro-Oeste. O FCO recebe um quinto dos recursos discriminados no art. 159, inciso I, alínea "c", da Constituição Federal.

O objetivo do FCO, do FNO e do FNE é contribuir para o desenvolvimento econômico e social das regiões em que são aplicados seus recursos mediante a execução de programas de financiamento aos setores produtivos, em consonância com os respectivos planos regionais de desenvolvimento.

Conforme indicado no art. 13 da Lei nº 7.827, de 1989, o FCO é administrado conjuntamente pelo Condel/Sudeco, pelo Ministério da Integração Nacional – cujas atribuições foram incorporadas pelo atual Ministério do Desenvolvimento Regional – e pelo Banco do Brasil S.A.

A programação orçamentária do FCO para 2015 foi elaborada pelo Banco do Brasil S.A. e aprovada pelo Condel/Sudeco. A programação previa a segmentação dos financiamentos com recursos do FCO em programas e linhas que permitem uma agregação dos dados nos setores empresarial e rural. O setor empresarial envolve programas e linhas cujo foco são a indústria, a infraestrutura, o turismo e as atividades de comércio e serviços. Já o setor rural envolve o apoio ao desenvolvimento rural e à agropecuária irrigada e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), por exemplo.

Na programação do FCO para 2015, previa-se um montante total de aplicações de R$6,03 bilhões ao longo do ano. Os recursos previstos para o setor empresarial correspondiam a 55,7% do total, sendo o restante destinado ao setor rural.

No primeiro semestre de 2015, o orçamento previsto alcançava R$3,14 bilhões, correspondentes a pouco mais da metade (52,1%) do total do ano. Já o orçamento do FCO realizado no primeiro semestre de 2015 alcançava R$2,73 bilhões. Esse valor corresponde a 86,9% do orçamento previsto para o mesmo período. As participações dos Estados de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul na Programação do FCO para 2015 correspondiam, respectivamente, a 29,0%, 29,0% e 23,0%. A parcela restante (19,0%) destinava-se ao Distrito Federal. Com exceção dessa última Unidade da Federação, em todos os demais casos a distribuição entre os setores empresarial e rural era equitativa. Já no caso do Distrito Federal, a expressiva maioria dos recursos destinava-se ao setor empresarial.

Os dados mencionados até aqui dizem respeito ao orçamento do FCO. Os dados relativos às contratações ao longo do primeiro semestre de 2015 revelam um quadro semelhante, mas não idêntico àquele descrito anteriormente.

As contratações com recursos do FCO atingiram R$2,63 bilhões no primeiro semestre de 2015. Esse valor corresponde a 83,6% do montante previsto para o exercício. O setor empresarial respondeu por 44,6% do valor contratado no período, cabendo a parcela restante de 55,4% ao setor rural. Observa-se, assim, uma inversão em relação ao quadro descrito para o orçamento do primeiro semestre de 2015.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Convido a Senadora Soraya a assumir a Presidência, para que eu possa continuar a leitura do meu relatório.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Bom dia!

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – As contratações com recursos do FCO atingiram R$2,63 bilhões no primeiro semestre de 2015. Esse valor corresponde a 83,6% do montante previsto para o exercício. O setor empresarial respondeu por 44,6% do valor contratado no período, cabendo a parcela restante de 55,4% ao setor rural. Observa-se, assim, uma inversão em relação ao quadro descrito para o orçamento do primeiro semestre de 2015.

O Estado de Goiás liderou as contrações (31,6% do valor total contratado). Em seguida, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul responderam por 28,0% e 25,4%, respectivamente, do valor total contratado pelo FCO no primeiro semestre de 2015. A parcela restante (14,9%) coube ao Distrito Federal.

Empreendimentos de menor porte (pequeno-médio, pequeno, micro/mini e empreendedores individuais) contrataram 88,4% dos recursos. Coube aos empreendimentos de maior porte (grande e médio) uma parcela correspondente a 11,6% dos valores contratados no primeiro semestre de 2015.

O montante contratado no primeiro semestre de 2015 foi 7,6% superior àquele contratado no mesmo período do ano anterior. Já o crescimento do número de operações foi de 181,5%. Esse incremento expressivo deve-se, em sua maioria, às operações contratadas nas linhas do Pronaf.

Um total de 8.758 operações contratadas no primeiro semestre de 2015 envolveu novos beneficiários do FCO. O montante dessas operações alcançou R$778,7 milhões. Assim, os novos beneficiários representaram, no período, 23,8% do número de contratos e 29,6% dos recursos aplicados pelo FCO no primeiro semestre de 2015.

No relatório, registra-se que, para efeito de aplicação dos recursos do FCO, foram consideradas prioritárias as atividades, propostas pela Sudeco, com base nas sugestões das Unidades da Federação e aprovadas pelo Condel/Sudeco. Destacam-se, no conjunto dessas prioridades: i) projetos de apoio à agricultura familiar; ii) projetos com alto grau de geração de emprego e renda e/ou da economia solidária; iii) projetos voltados para a preservação e a recuperação do meio ambiente; iv) projetos que utilizem tecnologias inovadoras e/ou contribuam para a geração de novas tecnologias; v) projetos do setor de turismo; vi) projetos da indústria de alimentos; vii) projetos dos setores comercial e de serviços; viii) projetos que contribuam para o desenvolvimento da agricultura irrigada; e ix) projetos que contribuam para a redução das desigualdades regionais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Registra-se, no relatório, que, no primeiro semestre de 2015, das 38.773 propostas acolhidas, 36.797 foram contratadas. Dessa forma, o percentual de atendimento alcançou, no período, 94,9%.

Os dados disponíveis na documentação enviada indicam que o saldo da carteira de operações do FCO, em 30 de junho de 2015, era de R$21,77 bilhões. O saldo das operações rurais correspondia a 60,8% da carteira de financiamentos do FCO, cabendo os 39,2% restantes às operações empresariais.

Com relação à renegociação de dívidas, no primeiro semestre de 2015, foram reprogramadas, no âmbito do FCO empresarial, duas operações cujo valor total alcança R$2,2 milhões. Já no âmbito do FCO rural, foram prorrogadas 53 operações, correspondentes a um valor total de R$14 milhões.

Convém observar que, na opinião dos auditores independentes, as demonstrações contábeis do FCO apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Fundo em 30 de junho de 2015, o desempenho de suas operações e seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis regulamentadas pelo Governo Federal aplicáveis aos Fundos Constitucionais.

De maneira análoga, a Sudeco, ao avaliar o relatório referente às atividades desenvolvidas e aos resultados obtidos com a aplicação dos recursos do FCO no primeiro semestre de 2015, manifestou-se favoravelmente à sua aprovação.

Entro agora no voto.

Em vista do exposto, votamos pelo conhecimento do Ofício "S" nº 3, de 2016, e pelo encaminhamento da matéria, com o presente parecer, ao Arquivo.

É esse o voto, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório, que conclui pelo conhecimento e arquivamento.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal para a adoção das providências cabíveis.

ITEM 7

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

OFICIO "S" Nº 5, DE 2018

- Não terminativo -

Programação do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) para o exercício de 2018.

Autoria: SUDECO - Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste

Relatoria: Senador Izalci Lucas

Relatório: Pelo conhecimento e arquivamento.

Observações:

- A matéria vai ao Plenário do Senado Federal para adoção das providências cabíveis.

Senador, considerando a similitude das matérias e que o relatório seria o mesmo, acho que seria bom ler apenas o voto, se o senhor assim desejasse...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Sim.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – ... para que a gente o colocasse em discussão e o votasse.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF. Para proferir relatório.) – Corresponde à Programação do Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO) para o exercício de 2018.

Foram mantidos os Programas de Financiamento constantes das Programações dos exercícios anteriores:

- Programa de FCO Empresarial de Apoio aos Empreendedores Individuais (EI) Micro, Pequenas e Pequeno-Médias Empresas (MPE);

- Programa de FCO Empresarial para Médias e Grandes Empresas (MGE);

- Programa de FCO Rural;

- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf);

- Programa de FCO Empresarial para Repasse; e

- Programa de FCO Rural para Repasse.

Em síntese, verifica-se que foram cumpridos os dispositivos legais pertinentes e que a preocupação com a redução das desigualdades regionais está contemplada nas diretrizes adotadas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para aplicação dos recursos do FCO no período. Cabe, portanto, a esta Comissão, tomar conhecimento da matéria e, não havendo observações a fazer, encaminhar a mesma ao Arquivo.

Voto.

Em vista do exposto, votamos pelo conhecimento do Ofício "S" nº 5, de 2018, e pelo encaminhamento da matéria, com o presente parecer, ao Arquivo.

É esse o voto.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório, que conclui pelo conhecimento e arquivamento.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal para adoção das providências cabíveis.

ITEM 8

OFICIO "S" Nº 57, DE 2018

- Não terminativo -

Encaminha, em cumprimento à Lei nº 7.827/1989, art. 20, §§4º e 5º, o Relatório de Atividades e Resultados do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO referente ao Exercício de 2017.

Autoria: SUDECO - Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste

Relatoria: Senador Izalci Lucas

Relatório: Pelo conhecimento e arquivamento.

Observações:

- A matéria vai ao Plenário do Senado Federal para adoção das providências cabíveis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Novamente, pela similitude, o senhor profira o seu voto, se assim o desejar.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF. Para proferir relatório.) – Em síntese, a documentação encaminhada a esta Comissão mostra que a aplicação dos recursos do FCO no exercício de 2017 atende os requisitos legais e demonstra que o Fundo tem participado de maneira relevante no desenvolvimento de sua região de atuação, contribuindo para a redução das desigualdades sociais e regionais, um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil inscrito no inciso III do art. 3º da nossa Carta Magna.

Vou direto ao voto.

Em vista do exposto, votamos pelo conhecimento do Ofício "S" nº 57, de 2018, e pelo encaminhamento da matéria, com o presente parecer, ao Arquivo.

Esse é o voto, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório, que conclui pelo conhecimento e arquivamento.

As Senadoras e Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal para adoção das providências cabíveis.

Suspendemos a reunião por um momento? (*Pausa.*)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigada.

(*Iniciada às 9 horas e 51 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 18 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 5ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE MARÇO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às onze horas e treze minutos do dia vinte e sete de março de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência da Senadora Soraya Thronicke, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com a presença dos Senadores Luis Carlos Heinze, Mecias de Jesus, Marcelo Castro, Juíza Selma, Izalci Lucas, Acir Gurgacz, Eliziane Gama, Jean Paul Prates, Paulo Rocha, Telmário Mota, Zenaide Maia, Lucas Barreto, Sérgio Petecão, Nelsinho Trad, Jayme Campos, Wellington Fagundes, Fernando Bezerra Coelho, Marcos do Val e Angelo Coronel. Deixam de comparecer os demais senadores membros. Havendo número regimental, declara-se aberta a reunião. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. A Senhora Presidente, Senadora Soraya Thronicke, comunica o recebimento do seguinte expediente: Ofício nº 49/2019-CAPADR, subscrito pelo Deputado Fausto Pinato (PP-SP), comunicando sua eleição à Presidência da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, da Câmara dos Deputados. Registra-se a presença dos Vereadores Volnei Christofoli (PP) e Neri Mazzochin (PP) da Câmara Municipal de Bento Gonçalves, Rio Grande do Sul. Passa-se à apreciação da 1ª Parte da Pauta – Deliberativa: ITEM 1 - Projeto de Lei da Câmara n° 107, de 2018 - Não Terminativo - Ementa: "Institui a Política Nacional de Incentivo à Ovinocaprinocultura." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Lasier Martins. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 2 - Projeto de Lei da Câmara n° 122, de 2018 - Não Terminativo - Ementa: "Dispõe sobre a elaboração e a comercialização de queijos artesanais e dá outras providências." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Lasier Martins. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 3 - Ofício "S" n° 51, de 2018 - Não Terminativo - Ementa: "Encaminha, em cumprimento ao art. 23, § 2°, da Lei n° 13.303/2016, e nos termos do artigo 37, § 3º, do Decreto nº 8.945/2016, as conclusões e a análise de atendimento das metas e resultados na execução do Plano de Negócios e da Estratégia de Longo Prazo da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab." Autoria: Companhia Nacional de Abastecimento - Conab. Relatoria: Senador Izalci Lucas. Relatório: Pelo conhecimento e arquivamento da matéria. Resultado: Adiado. ITEM 4 - Projeto de Lei do Senado n° 384, de 2016 - Terminativo - Ementa: "Altera a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, que dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal, para permitir ao assentado, mediante autorização do Incra, a exploração do potencial de energia eólica ou solar existente no imóvel." Autoria: Senador José Agripino. Relatoria: Senador Wellington Fagundes. Relatório: Pela aprovação do Projeto na forma do Substitutivo que apresenta. Resultado: Retirado de Pauta a pedido do Relator para reexame do Relatório. ITEM 5 - Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária n° 6, de 2019 - Ementa: "Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o AVS 39/2018, que Encaminha cópia do Acórdão nº 1197/2018, que trata de auditoria sobre o procedimento de emissão da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário (Sead) como instrumento de identificação e de qualificação de agricultores familiares, com as suas formas associativas, para o acesso aos respectivos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

programas e às correspondentes políticas públicas (TC 012.700/2017-7)." Autoria: Senadora Soraya Thronicke e Senadora Zenaide Maia. Resultado: Aprovado o Requerimento, subscrito pela Senadora Zenaide Maia, que inclui, como convidado, o Senhor Aristides Veras dos Santos - Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (Contag). EXTRAPAUTA ITEM 6: Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária n° 7, de 2019 – Ementa: "Em aditamento ao Requerimento de nº 03/2019-CRA, que dispõe sobre a criação da subcomissão Temporária no âmbito desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, requeiro que a composição seja de 5 membros titulares e 5 membros suplentes, para debater a Implementação da Regularização Fundiária das áreas rurais no Brasil." Autoria: Senador Acir Gurgacz. Resultado: Aprovado. EXTRAPAUTA ITEM 7: Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária n° 8, de 2019 – Ementa: "Nos termos do artigo 90, IX, 96-B e 104-B do Regimento Interno do Senado Federal, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária decide selecionar a seguinte Política Pública do Poder Executivo para avaliação no ano de 2019: Política de Comércio Internacional Agropecuário." Autoria: Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Resultado: Aprovado. Encerrada a apreciação de matérias, dá-se início à 2ª Parte da Pauta: Reunião de Trabalho com a finalidade de selecionar a Política Pública a ser avaliada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária em 2019 (art. 96-B do RISF), bem como, designar os membros da Subcomissão Temporária sobre Regularização Fundiária e fixar sua composição (art. 89, IV do RISF). Resultado: Selecionada a Política de Comércio Internacional Agropecuário como Política Pública que será avaliada pela CRA em 2019, aprovada pelo Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária n° 8, de 2019, cuja relatoria caberá ao Senador Luis Carlos Heinze. 2. A Senhora Presidente designa os seguintes senadores membros da Subcomissão Temporária sobre Regularização Fundiária, criada pelo REQ 3/2019-CRA, aditado pelo REQ 7/2019-CRA: Titulares (Juíza Selma, Acir Gurgacz, Paulo Rocha, Chico Rodrigues e Soraya Thronicke); Suplentes (Luis Carlos Heinze, Izalci Lucas, Nelsinho Trad, Wellington Fagundes e Telmário Mota). Os Senadores Luis Carlos Heinze, Acir Gurgacz, Wellington Fagundes e as Senadoras Zenaide Maia e Soraya Thronicke, Presidente da Comissão, fazem uso da palavra. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADORA SORAYA THRONICKE
PRESIDENTE DA CRA

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/03/27

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Bom-dia a todos!

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos hoje.

Declaro aberta a 5ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Sras. e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a ata.

A presente reunião será dividida em duas partes, conforme foi divulgado na pauta previamente: primeira parte, deliberativa; segunda parte, reunião de trabalho para selecionar a política pública a ser avaliada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária em 2019, como também designar os membros da Subcomissão Temporária sobre Regularização Fundiária e fixação de sua composição.

Temos hoje expediente sobre a mesa, que passo a ler.

Esta Presidência comunica o recebimento da seguinte manifestação externa: Ofício nº 49, de 2019, da CAPADR, subscrito pelo Deputado Fausto Pinato, comunicando sua eleição à Presidência da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, da Câmara dos Deputados.

Quero parabenizar o Deputado Fausto Pinato pela eleição. Que nós consigamos trabalhar unidos!

Primeira parte, item nº 1 da pauta. (*Pausa.*)

Pela ausência... Hoje a Casa está concorrida, temos o Ministro Sergio Moro, temos o Ministro Mandetta, e os Relatores estão nessas reuniões. Então, só para a gente caminhar, dar seguimento, gostaria de chamar o Senador Lasier Martins – os dois primeiros itens são da Relatoria dele –, o Senador Izalci Lucas, item 3...

Vou dar prosseguimento ao item 4 enquanto isso.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 384, DE 2016

- Terminativo -

Altera a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, que dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal, para permitir ao assentado, mediante autorização do Incra, a exploração do potencial de energia eólica ou solar existente no imóvel.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Autoria: Senador José Agripino

Relatoria: Senador Wellington Fagundes

Relatório: Pela aprovação do Projeto na forma do Substitutivo que apresenta.

Observações:

- Em 02.05.2017, a Comissão de Meio Ambiente aprovou um Parecer favorável ao Projeto na forma da Emenda nº 1-CMA (Substitutivo).

- Em 13.03.2018, o Senador Paulo Rocha apresentou a Emenda nº 2.

- Nos termos do artigo 282, combinado com o artigo 92 do Regimento Interno do Senado Federal, se for aprovado o Substitutivo será ele submetido a Turno Suplementar.

- Votação nominal.

A matéria será retirada de pauta, a pedido do Relator, para reexame do relatório. (*Pausa.*)

Enquanto os Relatores não vêm, Senador Acir, Senador Heinze, eu acho interessante que a gente passe para a segunda parte da reunião para discutir políticas públicas e a questão da Subcomissão. Tudo bem dar andamento?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sra. Presidente, V. Exa. me falou ontem da sua preocupação, e eu lhe passei, pelo Whatsapp, um artigo sobre a questão do crédito rural para a safra 2019/2020. Esse é um tema sobre o qual nós conversamos e sobre o qual já aprovamos também requerimento aqui, nesta Casa. Um era para fazer aquela audiência em Não-me-Toque, que era uma questão mais estadual, mas temos, na mesma esteira, uma proposta para fazer a discussão em nível nacional sobre a questão do crédito rural.

E a preocupação desse artigo, externalizada sobre o volume de crédito do Banco do Brasil... É que há uma ideia do Ministro Paulo Guedes restringindo a aplicação de recursos pelo Banco do Brasil. E falam também em recursos livres. As taxas estão muito altas. Eu acho que é um tema que nós, nesta audiência que nós temos ali, devemos fazer um debate, tratando dessa questão específica com a Ministra da Agricultura e com o próprio Ministro da Fazenda, com as nossas entidades de classe, seja a nossa Confederação Nacional da Agricultura, com as suas federações, seja a Organização das Cooperativas do Brasil, com as suas organizações estaduais, seja a nossa Aprosoja Brasil, seja a Abrapa Brasil, seja a Fedearroz, dos Estados do Sul, para que possamos discutir as questões do crédito rural. É muito importante, porque o Plano Safra, logo, logo, terá que ser anunciado, e sabemos que existe uma ideia, externalizada pela imprensa e pelo próprio Ministro Paulo Guedes, de reduzir o volume de subsídios que nós temos hoje na agricultura, agricultura que está dando sustentação para o nosso País. Portanto, é importante essa discussão.

Que a gente possa marcar para os próximos dias essa audiência pública e, ai, fazer o convite para que os principais Estados ligados à produção possam estar presentes aqui. Era uma preocupação do seu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Estado, também do meu Estado e seguramente de todo o Brasil: qual será o rumo da política agrícola do Governo Bolsonaro? E a gente sabe que a maioria dos produtores apoiou Bolsonaro.

Aqui há dois Vereadores de Bento Gonçalves, das pequenas propriedades da Serra Gaúcha, que estão preocupados com a questão da uva e do vinho e também da pequena agricultura que há naquela região. E também a média e a grande agricultura têm problemas, e a gente precisa dessa discussão. Portanto, é importante.

É só esse lembrete para que a gente possa marcar essa audiência e fazer essa discussão.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Eu realmente reconsiderei e acredito que seja para um momento posterior. Como o senhor, eu estou sendo cobrada. Eu fui cobrada em Ponta Porã, na última sexta-feira, por Prefeitos, por Vereadores da região e por produtores rurais sobre essa questão. Existe realmente um desconforto, uma angústia, uma insegurança, e a reclamação... A angústia dos produtores é que o produtor de pequeno porte, que não seja aquele que esteja inserido nos limites da agricultura familiar, daqueles projetos mais simples, fique sem crédito, querendo ou não. Então, os médios e os grandes, como vão fazer? É isso que a gente precisa entender.

Então, o que o senhor acha do dia 10?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Já foi colocado? Já está colocado o dia 10.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Dez?

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Dia 10 de abril.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Dia 10 de abril.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – É a data.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Na próxima quarta-feira?

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Na outra.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – De hoje a duas quartas-feiras.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Duas quartas-feiras.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O.k.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Está tudo o.k.?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O.k.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – O senhor quer inserir, tem intenção de inserir mais gente? Eu acho que é muita gente. São nove. Eu acho que deveríamos fazer mais uma, todas nessa vertente, porque a gente poderia, Senador...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sim.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – ... verificar quem poderiam ser os próximos convidados para debater sobre isso.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Está bem.

Eu só quero registrar a presença dos Vereadores Volnei Christofoli e Neri Mazzochin, dois Vereadores de Bento Gonçalves que visitam a nossa Comissão.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Sejam bem-vindos.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Obrigado.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Pela ordem, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Sim. Com a palavra o Senador Acir.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO. Pela ordem.) – Presidente, na aprovação do requerimento para a criação da Subcomissão, nós colocamos aqui sete membros titulares e sete membros suplentes. Eu entendo que poderíamos diminuir para cinco membros titulares e cinco membros suplentes, porque é difícil a gente conseguir reunir sete membros para debater e discutir numa subcomissão. Então, se nós pudermos... Se V. Exa. concordar – depois eu encaminho o ofício por escrito –, a gente poderia diminuir de sete para cinco membros. Eu acho que seria mais ágil.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Se não houver nenhum impedimento, eu também concordo com a agilidade. Impedimento regimental, eu digo para o senhor, acho que não há.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Não há. Não há.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Não há?

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Não há impedimento regimental, é apenas...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Para agilizar.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Apenas, eu teria que fazer o pedido.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – A ideia tem sido de a gente fazer, uma vez por mês, reunião da Subcomissão para a gente otimizar, justamente pela dificuldade de reunir os Senadores, porque é difícil...

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Exato.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Eu não sei se vocês também concordam, mas eu acho que seria mais proveitoso para a gente...

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Eu já tenho aqui uma apresentação de plano de trabalho, o qual depois eu vou protocolar para V. Exa., para que a gente possa ter um plano de trabalho já aprovado. Isso *a posteriori*, mas eu já fiz um plano de trabalho para que a gente possa debater, discutir.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Aí seria após instalada.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Claro, claro.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Eu fui alertada agora de que a gente também tem que ver, nos membros da Subcomissão, a proporcionalidade para... Nós analisamos isso na sugestão...

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Exato.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – ... que foi dada para conferir para os blocos e para os partidos uma presença proporcional para todos. Então, se não houver objeção dos demais, porque a gente vai ter que, de repente, excluir alguém...

Eu gostaria muito de participar como titular...

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Claro.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – ... porque é um assunto extremamente relevante para mim, é um assunto que eu estudo muito. Então, é isso aí que eu gostaria, mas os demais...

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Sem dúvida, vamos trabalhar juntos.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Vamos sim!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – E eu entendo que essa Subcomissão vai dar a importância de que o tema necessita, vai tratar especificamente desse tema.

Enfim, acho que temos de aprovar de 7 para 5 membros. Acho que isso é importante neste momento. Depois a Mesa tem também de aprovar e, aí, vem a instalação e tudo mais. Mas, inicialmente, só essa questão de diminuir de 7 para 5 membros.

Se a senhora...

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Vamos passar para as políticas públicas – é a minha sugestão – e, aí, o pessoal vai calcular... Vocês calculam isso para que, até chegarem os demais Senadores...

Com a palavra, Senadora.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Presidente, eu queria fazer uma sugestão quanto a esse item 5, esse requerimento da Comissão de Agricultura. Eu queria ver se a gente introduzia o Sr. Aristides Veras dos Santos, Presidente da Contag. (*Pausa.*)

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Vamos voltar, porque a senhora não estava...

Vamos lá. Voltando, vamos votar o item 5.

ITEM 5

REQUERIMENTO Nº 6, DE 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o AVS 39/2018, que Encaminha cópia do Acórdão nº 1197/2018, que trata de auditoria sobre o procedimento de emissão da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário (Sead) como instrumento de identificação e de qualificação de agricultores familiares, com as suas formas associativas, para o acesso aos respectivos programas e às correspondentes políticas públicas (TC 012.700/2017-7).

Convidado incluído pela Senadora Zenaide Maia: Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - Contag.

Autoria: Senadora Soraya Thronicke e outros

Observação: *Lido em 20.03.2019.*

Esse requerimento é de minha autoria. Foi lido no dia 20/03.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Só para esclarecer: trata também de questão fundiária. Nós recebemos um aviso bastante preocupante do TCU. Hoje, às 17 horas, tenho reunião com o Ministro do TCU, justamente para compreender a fundo e estudar essa situação.

Vou passar para a senhora.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Queria ver se a gente incluía o Sr. Aristides Veras dos Santos, Presidente da Contag. Eu seria coautora desse seu requerimento, que considero ter importância fundamental, até porque é para esclarecer o que esses projetos de lei que já estão aqui... Quanto mais pessoas ligadas à agricultura tiverem conhecimento desse Acórdão 1.197 melhor, é preciso divulgar isso.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Vamos colocar em votação o requerimento com a inclusão...

Como é o nome da pessoa?

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Aristides Veras dos Santos. Ele é o Presidente da Contag.

Quando eu vi aqui que se tratava de encaminhar o acórdão... Eu acho que quanto mais gente tomar conhecimento melhor. Por isso é que solicitei, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Perfeito. (*Pausa.*)

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Retornamos para a segunda parte, para a nossa seleção de políticas públicas.

Seleção da política pública a ser avaliada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária em 2019.

Nos termos do art. 96-B do Regimento Interno da Casa, as Comissões permanentes avaliam, anualmente e no âmbito de sua competência, políticas públicas desenvolvidas pelo Poder Executivo.

Na reunião do dia 20 de fevereiro, esta Comissão decidiu demarcar os assuntos das políticas públicas em três grandes temas previamente apurados pela Consultoria Legislativa da Casa, que são os seguintes:

I – questões fundiárias;

II – questões econômicas;

III – questões de comércio internacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Considerando que, neste ano, funcionará, no âmbito da nossa Comissão, uma subcomissão temporária sobre regularização fundiária, sugiro aos senhores que deixemos o primeiro tema para ser tratado somente na subcomissão – que não tratemos também como política pública, porque serão dois trabalhos. Eu acho que não... Aí a gente fica com as duas grandes questões a serem discutidas: questões econômicas e de comércio internacional.

E nós recebemos algumas sugestões.

Do Senador Chico Rodrigues:

I - Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM); e

II - Programa Terra Legal da Amazônia – enfim, isso já é economia.

Do Senador Wellington: questões fundiárias – eu creio que será decidido aqui que a gente não vai falar, não vai tratar desse assunto na política pública.

Da Senadora Selma Arruda:

I – Programa Nacional de Reforma Agrária – mais uma vez –;

II – Programa de Consolidação e Emancipação (Autossuficiência) de Assentamentos Resultantes da Reforma Agrária – eu acho que também está incluído, Senador; seria tema para a subcomissão –;

III – Política Nacional de Irrigação;

IV – política de armazenagem da Companhia de Abastecimento (Conab);

V – política de produção de orgânicos;

VI – acordo sobre a aplicação de medidas sanitárias e fitossanitárias, o acordo SPS.

E, por fim, o Senador Jader Barbalho encaminhou duas sugestões:

I – Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), subprograma do Programa Minha Casa, Minha Vida; e

II – Desenvolvimento de assentamentos rurais através de investimento na produção agrícola, principalmente do cacau.

Em discussão.

Só vou dizer aqui que a preocupação fundiária é tão grande que foi subtema do subtema do subtema. Acho bom a gente...

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – É que na verdade, Presidente, esses temas podem ser debatidos tanto na Subcomissão como na Comissão, pela importância do tema. Então, eu sugeriria a V. Exa. que não precisaria tirar das políticas públicas, a não ser a regularização fundiária especificamente. Mas esse é um tema tão importante que deve ser tratado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

tanto na Comissão quanto na Subcomissão. É evidente que vai estar sempre ligado ao tema da agricultura.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Sim, mas e a questão econômica? Se a gente abranger...

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – É, nós não podemos abranger na Subcomissão. Deixar a Comissão especificamente para a regularização fundiária...

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Sim.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – As questões econômicas e reforma agrária podem ser debatidas tanto numa quanto na outra.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Sim, não tem problema nenhum. Quanto a isso, não. Mas só para a gente delimitar o tema mesmo da política pública.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Certo.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Senador Heinze, políticas públicas. Questões econômicas ou questões de comércio internacional foi o que restou, acredito.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Questão de comércio internacional.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Eu também sugeriria... Hoje, o tema que mais nos preocupa com relação à agricultura...

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Esse é o tema.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – ... é a questão internacional, são as nossas exportações e as relações.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Importações também, não é? Nós tivemos...

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Exato.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – ...uma discussão ontem com a Ministra Tereza Cristina por se estar abrindo para trazer trigo dos Estados Unidos, prejudicando o trigo do Paraná, o trigo do Rio Grande do Sul. Já há o Mercosul que nos afeta aqui dentro. Agora há a questão do leite. Rio Grande do Sul e Santa Catarina são grandes produtores, Paraná é grande produtor de leite e também Goiás e Minas Gerais, há vários Estados produtores, e hoje estamos importando leite.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Então, teríamos que delimitar, Senador, porque é abrangente, não é?

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – É importação e exportação.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Importação e exportação. Delimita-se assim?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sim. Acho que esse é o ponto.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Eu entendo que sim.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Então vamos discutir importação e exportação como a temática da política pública neste ano.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Sim. Na verdade, o que move o agronegócio brasileiro é exatamente a exportação, e o que pode nos prejudicar é a importação. Então, esses são realmente os temas relevantes para a gente debater.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Se o Brasil tem hoje mais de US$400 bilhões de reservas, mais de 90% veio do agro que foi exportado. Portanto, é um setor que deve ser debatido. Isso é extremamente importante. Não são automóveis, geladeiras, bicicletas e, sim, soja, frango, suíno, boi, laranja, fumo. Esses são os setores que exportam, e é isso que deixa o saldo positivo na nossa balança comercial. Por isso é um tema importante para nós debatermos aqui.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Está certo.

A Consultoria acha que a gente tem que delimitar. (*Pausa.*)

Sugestão: Política de Comércio Internacional de *Commodities* Agrícolas. Que tal?

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Eu entendo que sim, Presidente. Abrange a importação, a exportação, *commodities.*

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – A gente dá um nome mais específico.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Eu acho que sim. Talvez *commodities*... Não tem como tirar "*commodities"*? Porque nós temos produtos manufaturados também.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Tem.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – A importação de...

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Produtos agrícolas?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Só tirar "*commodities*".

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – "*Commodities"*, porque aí a gente fica mais limitado.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Fica mais abrangente na verdade.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Política de Comércio Internacional Agropecuário.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Isto! Perfeito, Presidente!

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Nada mais a discutir... Está o.k., Senador?

Está o.k.

Então, não havendo mais quem queira discutir, eu encerro a discussão.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Desculpe, Presidente, era só um requerimento que eu pedi para dar...

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – O.k., um prosseguimento então.

A Comissão decide avaliar, em 2019, a seguinte política pública: Política de Comércio Internacional Agropecuário. O.k.?

Requerimento da CRA...

Espera aí. Então formalizaremos essa decisão em requerimento. É o requerimento:

ITEM 7

REQUERIMENTO Nº 8, DE 2019

- Não terminativo -

Nos termos do artigo 90, IX, 96-B e 104-B do Regimento Interno do Senado Federal, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária decide selecionar a seguinte Política Pública do Poder Executivo para avaliação no ano de 2019: Política de Comércio Internacional Agropecuário.

Autoria: Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Em votação o requerimento.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Aprovada a nossa política pública de 2019. (*Pausa.*)

Senador, que tal a relatoria aqui?

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Eu sugeriria o Senador Luis Carlos Heinze. É a minha sugestão, porque ele é uma pessoa que está bem integrada, inteirada do tema, e eu acho que pode nos ajudar bastante nessa relatoria.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Há algum assessor do Senador Heinze aqui?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Não?

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Eu não tenho dúvida de que ele vai concordar, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Eu o designo, então, posteriormente. (*Pausa.*)

ITEM 6

REQUERIMENTO Nº 7, DE 2019

- Não terminativo -

Em aditamento ao Requerimento de nº 03/2019-CRA, que dispõe sobre a criação da subcomissão Temporária no âmbito desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, requeiro que a composição seja de 5 membros titulares e 5 membros suplentes, para debater a Implementação da Regularização Fundiária das áreas rurais no Brasil.

Autoria: Senador Acir Gurgacz

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Em aditamento ao Requerimento nº 3, de 2019, da CRA, que dispõe sobre a criação da Subcomissão Temporária, no âmbito desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, requeiro que a composição seja de cinco membros titulares e cinco membros suplentes, para debater a implementação da Regularização Fundiária das áreas rurais no Brasil.

Autoria do Senador Acir Gurgacz.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Item nº 2.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Designação dos membros e fixação da composição da Subcomissão Temporária.

No dia 20 de fevereiro, em nossa segunda reunião, a Comissão aprovou o Requerimento nº 3, de 2019, da CRA, que cria a Subcomissão Temporária sobre Regularização Fundiária, a ser composta por sete membros titulares e sete suplentes, com prazo até o final desta Sessão Legislativa.

Perdão: são cinco membros. Portanto, voltando: "... a ser composta por cinco membros titulares e cinco suplentes, com prazo até o final desta Sessão Legislativa."

Em nossa última reunião, no dia 20 de março, solicitei às Lideranças e aos Senadores que manifestassem o seu interesse em compor a Subcomissão Temporária. Regimentalmente, conforme a proporcionalidade partidária, cada bloco que compõe a Comissão tem direito a uma vaga titular. Obedecidos os critérios de proporcionalidade dos Senadores que estavam presentes na reunião em que o requerimento foi aprovado e da indicação recebida do Líder do Bloco Vanguarda, nos termos do art. 89, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, designo então os membros da Subcomissão.

Titulares: Senadora Juíza Selma, Senador Acir, Senador Paulo Rocha, Senador Chico Rodrigues, Senadora Soraya Thronicke. Como suplentes: Senador Luis Carlos Heinze, Senador Izalci Lucas, Senador Nelsinho Trad, Senador Jayme Campos e Senador Telmário Mota.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Senadora Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Com a palavra, Senador.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Como eu cheguei agora, eu gostaria apenas de, porque eu não vi o critério da escolha... Se for possível, como é uma área em que eu tenho uma atuação já nos quatro anos anteriores e principalmente porque o meu Estado é um Estado em que nós temos mais de 80 mil famílias à espera da documentação há 20, 30, 40 anos – e eu fiz várias emendas, inclusive na medida provisória, que foram aprovadas; é uma área em que eu tenho trabalhado bastante –, eu gostaria, se for possível, de participar – se for possível, não é imposição – dessa Subcomissão, e inclusive ajudar, colaborar, participar efetivamente.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – O.k.

Vamos lá então. Titulares: Senadora Juíza Selma, Senador Acir Gurgacz, Senador Paulo Rocha, Senador Chico Rodrigues, Senadora Soraya Thronicke. Suplência: Senador Luis Carlos Heinze, Senador Izalci Lucas, Senador Nelsinho Trad, Senador Wellington Fagundes, Senador Telmário Mota.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Não sei se também a Presidente vai adotar algum critério... Que bom que V. Exa. vai, inclusive, participar da Subcomissão! Como Presidente, a senhora é a chefe de todos nós. Mas eu acho que seria importante, porque a gente já criou muitas subcomissões em muitas comissões e, às vezes, muitos não têm interesse, não participam depois. Então, efetivamente, aqueles que não estiverem participando...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Pode ser que alguém decline, sim, eu acredito.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – ... a Presidente poderia, inclusive, substituir...

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Aí eu redesigno posteriormente, mas os critérios adotados, Senador...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – De minha parte, não tem problema nenhum.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – ... foram a proporcionalidade dos blocos. E nós pedimos que as pessoas nos dissessem se estavam dispostas ou não, que os Senadores se dispusessem. Isso foi na semana passada. E os Senadores não se dispuseram, eu recebi só do Bloco Vanguarda.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Do Bloco Vanguarda, eu sou o Líder. Eu indiquei quem? (*Risos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – O senhor não se autodesignou.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Então, está bom. Pelo menos eu me designei!

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Agora! Deu tempo!

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Não, já tinha designado. Ou não?

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – O senhor? O senhor designou o Senador Chico Rodrigues. É o que consta aqui.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Sem problema nenhum. Estou me sentindo contemplado. Eu queria saber se eu não fui... (*Risos.*)

Queria saber se eu não fui um que também não tinha cumprido o seu papel. Mas está ótimo!

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Para ratificar, vamos lá, mais uma vez. Se está difícil fazer dez, imaginem quatorze!

Então vamos lá. Titulares: Senadora Juíza Selma, Senador Acir Gurgacz, Senador Paulo Rocha, Senador Chico Rodrigues, Senadora Soraya Thronicke. Suplentes: Luis Carlos Heinze, Izalci Lucas, Nelsinho Trad, Wellington Fagundes e Telmário Mota.

O.k.? Fechado?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Então, os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a composição da Subcomissão, que será comunicada ao Presidente do Senado Federal.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Presidente, pela ordem, por gentileza.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Com a palavra o Senador Acir.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO. Pela ordem.) – Conversei com o Senador Heinze: ele agradece a indicação e concorda em ser o Relator dessa matéria tão importante para a nossa Comissão, para o nosso País.

Obrigado, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Ótimo! Então já vamos deixar isso resolvido.

Voltando às políticas públicas, designo o Relator Luis Carlos Heinze para a política pública escolhida: Política Internacional de Comércio Agropecuário.

Conforme o §4º do art. 96-B, o resultado dessa avaliação anual constará de um relatório a ser apresentado antes do final desta Sessão Legislativa.

Senhores, obrigada pela agilidade.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 11 horas e 13 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 48 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 6ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE ABRIL DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às onze horas e vinte e um minutos do dia dez de abril de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência da Senadora Soraya Thronicke, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com a presença dos Senadores Luis Carlos Heinze, Marcelo Castro, Juíza Selma, Izalci Lucas, Mara Gabrilli, Kátia Abreu, Eliziane Gama, Paulo Rocha, Telmário Mota, Zenaide Maia, Nelsinho Trad, Chico Rodrigues, Jayme Campos, Wellington Fagundes, Paulo Paim, Marcos do Val e Arolde de Oliveira. Deixam de comparecer os demais senadores membros. Havendo número regimental, declara-se aberta a reunião. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. A Senhora Presidente, Senadora Soraya Thronicke, comunica o recebimento dos seguintes expedientes: Moção de Apoio, encaminhada pelo Ofício nº 015/2019-GPC, da Câmara de Vereadores de Bagé, Rio Grande do Sul, referente à reivindicação dos produtores de leite da Região da Campanha, acerca das circunstâncias que geram a diminuição da margem de lucro para essa atividade do setor primário; Expediente da Federação Estadual dos Trabalhadores e Empregados na Agricultura do Estado de São Paulo (Fetragro/SP) com manifestação contrária à Medida Provisória 873/2019, que altera a Consolidação das Leis do Trabalho para dispor sobre a contribuição sindical e revoga a alínea "c" do caput do artigo 240 da Lei 8.112/1990; Expediente da Federação Estadual dos Trabalhadores e Empregados na Agricultura do Estado de São Paulo (Fetragro/SP) com manifestação contrária à Medida Provisória 871/2019, que altera as condições de aposentadoria dos trabalhadores rurais. Conforme Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 12, de 2019, os expedientes serão disponibilizados na página da Comissão, na Internet, pelo prazo de quinze dias para manifestação dos senadores membros a fim de que as matérias sejam analisadas pelo colegiado. A presente reunião se destina à realização da Audiência Pública, aprovada pelo Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária nº 5, de 2019, de iniciativa do Senador Luis Carlos Heinze, com a finalidade de debater o crédito rural e seguro agrícola, com a presença do Sr. Eduardo Sampaio Marques - Secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa); Sr. Rogério Boueri Miranda - Subsecretário de Política Agrícola e Meio Ambiente do Ministério da Economia (ME); Sr. Bruno Barcelos Lucchi - Superintendente Técnico da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA); Sr. Ademiro Vian - Consultor de Crédito Rural da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB); Sr. Alexandre Velho - Vice-Presidente da Federação das Associações de Arrozeiros do Estado do Rio Grande do Sul (Federarroz); Sr. Eduardo Luís Leão de Sousa - Diretor Executivo da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Única); Sr. Bartolomeu Braz Pereira - Presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Soja (Aprosoja-Brasil). Justifica ausência, o Sr. Antoninho Rovaris - Diretor da Confederação Nacional

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (Contag). O Senador Luis Carlos Heinze e a Senadora Kátia Abreu fazem uso da palavra. Registra-se a presença do Sr. Marcio Portocarrero - Diretor Executivo da Associação Brasileira dos Produtores de Algodão (Abrapa). Por fim, a Senhora Presidente procede à leitura do seguinte Requerimento: Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo e a Comissão de Meio Ambiente, com o objetivo de debater as soluções e impacto ambiental causado por plantações, construções irregulares e estradas feitas em áreas de preservação ambiental em Bonito- MS. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: Representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Representante do Ministério do Meio Ambiente; Representante do Ministério do Turismo; Representante da Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar- SEMAGRO; Representante FAMASUL; Representante da Prefeitura de Bonito- MS; Representante da Câmara Municipal de Bonito- MS; Representante das Agencias de Turismo de Bonito - MS. Autoria: Senador Nelsinho Trad e Senadora Soraya Thronicke. O Requerimento lido retornará à Pauta para votação conforme Ato nº 1, de 2019-CRA. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADORA SORAYA THRONICKE
PRESIDENTE DA CRA

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/04/10

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Declaro aberta a 6ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciar os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a ata da reunião anterior.

Nós temos alguns expedientes sobre a mesa que eu passo a ler nesse momento.

Essa Presidência comunica o recebimento das seguintes manifestações externas:

1) moção de apoio encaminhada pelo Ofício nº 15, de 2019-GPC, da Câmara de Vereadores de Bagé, Rio Grande do Sul, referente à reivindicação dos produtores de leite da Região da Campanha, acerca das circunstâncias que geram a diminuição da margem de lucro para essa atividade do setor primário;

2) expediente da Federação Estadual dos Trabalhadores e Empregados da Agricultura do Estado de São Paulo (Fetragro) com manifestação contrária à Medida Provisória 873, de 2019, que altera a Consolidação das Leis do Trabalho para dispor sobre a contribuição sindical e revoga a alínea "c" do *caput* do art. 240 da Lei 8.112, de 1990;

3) expediente da Federação Estadual dos Trabalhadores e Empregados na Agricultura do Estado de São Paulo (Fetragro-SP) com manifestação contrária à Medida Provisória 871, de 2019, que altera as condições de aposentadoria dos trabalhadores rurais.

Conforme instrução normativa da Secretaria-Geral da Mesa, o referido documento ficará à disposição na Secretaria desta Comissão e na página da Comissão na internet pelo período de 15 dias.

Quero dar bom dia a todos e agradecer a presença.

Esta reunião de hoje destina-se a uma audiência pública para a gente debater o crédito rural e o seguro agrícola, uma proposição do Senador Luis Carlos Heinze, Requerimento nº 5, de 2019.

Também informo aos senhores que essa é um pouco diferente daquelas em que a gente recebe os ministros, então, as pessoas com interesse em participar ou perguntar podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania e pelo Alô Senado. O e-Cidadania é senado.leg.br/e-cidadania e no Alô Senado é 0800-612211.

O crédito rural e todas essas questões são muito importantes para que a gente compreenda como as questões vão se dar, para a gente dirimir todas as inseguranças.

Foram chamadas pessoas de todos os setores para que todo mundo consiga participar, para que a gente consiga realmente pôr para a frente a força motriz do nosso País, que é o agronegócio, que é quem segura a nossa economia.

Então, eu vou chamar, convidar para compor a nossa Mesa os nossos ilustres oradores.

Eduardo Sampaio Marques, Secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Rogério Boueri Miranda, Subsecretário de Política Agrícola e Meio Ambiente do Ministério da Economia; Bruno Barcelos Lucchi, Superintendente Técnico da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA); Ademiro Vian, Consultor de Crédito Rural da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB); Alexandre Velho, Vice-Presidente da Federação das Associações de Arrozeiros do Estado do Rio Grande do Sul (Federarroz); Eduardo Luís Leão de Sousa, Diretor-Executivo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica); Bartolomeu Braz Pereira, Presidente da Associação Brasileira de Produtores de Soja (Aprosoja Brasil).

Registro a presença de Marcio Portocarrero, Diretor Executivo da Associação Brasileira de Produtores de Algodão (Abrapa).

Justifico a ausência de Antoninho Rovaris, Diretor da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag).

Gostaria que o proponente desta audiência, o Senador Luis Carlos Heinze, tomasse a palavra nesse momento para as suas considerações iniciais.

É muito importante, Senador, que o senhor inicie.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Senadora Soraya; Senadora Kátia, nossa ex-Ministra da Agricultura; Alexandre Velho, quero dizer que lá nós temos, com Santa Catarina junto, 85% do arroz do Brasil. Portanto, o Ademiro vem pela OCB; o Bruno, pela nossa CNA; o Sampaio, o nosso Secretário de Política Agrícola; o Boueri; o Eduardo Leão, pela cana; e o Bartolomeu Braz Pereira, que vem aqui pela nossa Aprosoja.

O que nós estamos discutindo e principalmente aqui temos conversado com a agricultura – com a Ministra Tereza, representada aqui pelo Eduardo Sampaio, e também o Boueri lá e o próprio Secretário Sachsida, que está presente conosco hoje – é sobre a questão dos volumes de crédito rural, se nós compararmos os últimos três, quatro, cinco anos; as taxas de juros e também a própria questão do volume de recursos para a subvenção.

A Kátia, ainda na Comissão de Agricultura da Câmara, martelava nesse assunto junto com a gente, e depois no Senado, a Kátia trabalhava, e a gente junto; depois como Ministra, enfim, a gente conseguiu evoluir, e agora o Sampaio, com a Ministra Tereza Cristina, e nós temos de dar todo a força. É um interesse que nós temos aqui no Senado Federal e seguramente a Câmara, da mesma forma, e as entidades de classe. Aí eu sei que é uma questão muito mais do Boueri e o Sachsida, na área econômica do Governo. Aqui o pessoal vai pedir, tanto a agricultura familiar como a agricultura empresarial, e nós queremos que isso aconteça.

O volume de recursos do ano passado – nós pegamos aqui 2016 e 2017 – e foram 188 milhões para a agricultura empresarial e 26 milhões para a agricultura familiar, somando 215 milhões. Foram aplicados só 50%, e 50% não foram aplicados. Pegamos 2018 e 2019 e até aqui nós temos 217 bilhões aprovados, que foram anunciados, e só 119 aplicados, 55%. Ainda é claro que restam dois ou três meses para chegar na próxima safra. A taxa de juros que nós tínhamos do Pronaf foi de 2,5% a 4,5%. Não pode aumentar, Senadora Soraya. Da mesma forma, a da agricultura empresarial ou da média agricultura, como nós temos aqui, varia de 6% a praticamente 9,5%. São essas as taxas. Boueri, não tem como a gente fazer esses valores aumentarem. A agricultura brasileira não aguenta taxas maiores do que essa taxa.

Só os subsídios que o Brasil coloca – nós estamos pegando aqui alguns dados – são extremamente inferiores aos que outros países do mundo estão utilizando, tanto no seguro rural, como também no próprio subsídio agrícola que nós temos aqui.

Então, esse é o ponto.

A Kátia falou outro dia aqui e depois eu fui olhar os números exatos que nós temos no mundo inteiro. Estados Unidos: com o valor bruto da produção de US$372 bilhões, eles têm 96 bilhões de subsídio. Senadora Soraya, isso é 26% do valor bruto da produção. A União Europeia, de 434 bilhões, o valor bruto da produção em dólares, eles aplicam 104 bilhões de subsídios. A China, 1,366 bilhão é o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

valor bruto da produção, aplicam 239 bilhões de subsídios. Nós aqui, US$171 bilhões, aplicamos 7 bilhões. Sete: 4%. Isso quer dizer que nós ainda temos a receber, se nós pegarmos os nossos concorrentes, entendeu, Bartolomeu? Acho que esse é o problema. Não adianta. Querer tirar disso aqui é humanamente impossível. Isso aqui está mostrando isso.

Na questão do seguro agrícola também, da mesma forma. Eu sei de todo o empenho do Governo. Estou há 20 anos aqui com a Kátia. Nós começamos na Câmara, Kátia, há vinte anos. Depois no Senado, e a Kátia Ministra.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Pois é. A Kátia era criança quando chegou aqui. (*Risos.*)

Bem, mas os Estados Unidos também, com US$8 bilhões de subsídios; China, 5 bilhões; e o Brasil, 119 milhões. No subsídio, o Ademiro, e nós já conversamos lá atrás, uma vez, em Não-Me-Toque, acho que foi em 2018 ainda... Não, em 2017...

O SR. ADEMIRO VIAN – Em 2017.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Em 2017. Temos que mexer nessa questão.

Basicamente, a Comissão de Agricultura do Senado tem o objetivo de discutir com as entidades que representam os produtores rurais – nós até colocamos que a Contag, dos pequenos agricultores, viria aqui, mas acabou não vindo. Mas foi convidada a Contag. Está aqui a CNA, e a gente agradece. Está aqui também a OCB, que representa as cooperativas brasileiras; está aqui a Federarroz, pelos produtores de arroz, está aqui a Aprosoja, a Unica; o pessoal da maçã também deixa um recado que não conseguiu vir. Nós pedimos que eles viessem aqui também. A demanda maior da maçã não é tanto o crédito rural, é o seguro agrícola.

Outro recado, Sampaio, é com relação à subvenção. Aquela química de baixar de 60 para 30, o pessoal não aguenta mais. Esse é um outro ponto. Depois temos mais dados para colocarmos para vocês. A subvenção tem que voltar aos 50, 60%, como ela sempre foi, e aumentarmos recursos e o pessoal ter efetivamente algum seguro para a sua atividade.

Bom, falei demais. O mais importante é nós ouvirmos as entidades e principalmente o Ministério da Economia e o Ministério da Agricultura, para nós arrematarmos.

Nós estamos juntos com os agricultores brasileiros, os pequenos, os médios, os grandes e estamos juntos também com a nossa Ministra Tereza Cristina, para dar toda força que ela precisa.

Então, esse é o papel nosso aqui no Senado Federal.

Obrigado, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Obrigada, Senador.

Eu vou conceder a palavra primeiramente a Eduardo Sampaio, Secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, por cinco minutos.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Enfim, nós vamos discutir, sim, a questão profundamente. Eu sei da necessidade. Nós temos muitos oradores, mas vamos saber chegar à exaustão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. EDUARDO SAMPAIO MARQUES – Vocês vão me ajudar a passar os eslaides?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO SAMPAIO MARQUES – Pessoal, vou rapidamente. Eis um pouco do que pretendo falar: um pouco do histórico dos últimos anos e um pouco do que estamos pensando para frente.

Vou muito rapidamente. Vou pular o Censo, porque realmente não é foco, e isso eu vou mostrar.

O Censo, gente, ainda não está disponível 100%, mas isto aqui já está na internet para quem quiser olhar. É só um número que vou mostrar aqui.

Agora, nós temos 5,072 milhões de propriedades rurais no Brasil. Metade, gente, arredondando, tem até 10 hectares. Mais do que 1%, um pouquinho mais do que 1% tem acima de mil hectares. Então, é só um retrato muito rápido para a gente contextualizar daqui para frente.

Nos últimos anos, esse é o desempenho do crédito rural. Aqui não é uma crítica ao passado. Eu fiz parte disso. Eu trabalho no Ministério da Agricultura há vinte anos, dez dos quais na Secretaria de Política Agrícola. Então, isto aqui é a realidade. O fato é que o crédito rural, como o Senador levantou aqui, está aplicando menos do que o que está disponibilizado.

Isso aqui e mais uma coisa que vou mostrar para frente merecem fazer um estudo qualitativo, que nós não temos ainda. Nós temos com a CNA uma parceria aqui. Eles estão nos ajudando a entender melhor o seguro e quantificar isso que o Senador falou no começo, mas, no crédito, Bruno, ainda não temos, e é preciso ter. Não é só por este problema aqui; o outro que vou mostrar mais adiante me incomoda mais ainda.

O fato é que, neste ano, a estimativa, Senador – o senhor falou desse número aí –, já está em 129 bilhões e a gente espera chegar em 178, ali, 180, de aplicação. Então, essa é a base de que estou partindo agora, esses 180 bilhões aí.

Aqui, muito rapidamente, são os dados disponíveis no Banco Central – amigável, qualquer pessoa pode consultar isso – do desempenho nos últimos anos, nas últimas cinco safras. Há cinco safras, a gente tinha 1,141 milhão contratos de crédito rural de custeio – custeio só aqui –, desembolsando um total de 107 bilhões – o número está até inflacionado. Na safra passada, não nesta que estamos, mas na passada, que já fechou, nós tivemos um número de 858 mil contratos, com valor de 98 bilhões. O valor mais ou menos caiu um pouco, caiu 8%, mas o número de contratos caiu, assustadoramente, 25%.

Então, o Senador falou aqui no começo e vou comentar sobre isso aqui, Senador. Hoje, no crédito rural, muito simplificadamente, o produtor rural vai ao banco, dependendo de onde ele se enquadrar, e ele tem acesso a um crédito com custo de 2,5% – 4,6%, se for do Pronaf. Então, esses dois. Serão 6%, se ele for um médio produtor, e 7% se ele for um grande produtor. São taxas de juros, para as quais o Senador chamou a atenção aqui e que algumas pessoas acham caras. Mas se a gente for para a realidade do campo: eu sou um produtor rural e vou ao banco e consigo acessar dinheiro a 6% ou 7%. Se eu não acessar esse recurso, as outras fontes de financiamento são muito mais caras do que essa.

Se eu for... O pessoal do arroz sabe bem disso, toda hora o Alexandre fala isso aqui: se eu for lá me financiar junto à empresa que me compra o arroz ou junto à empresa que me fornece os insumos, produtos químicos, que são grandes multinacionais, as taxas de juros são estimadas em 15%; às vezes 18%.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Então, tudo isso posto, ainda considero que a taxa de juros do crédito rural, com todos os problemas que tem, é uma taxa muito favorecida. Quem tem acesso a esse recurso está muito melhor do que quem não tem acesso. Quem tem acesso a esse recurso não precisa vender o produto quando ele colhe na hora, que não tem o cara da multinacional cobrando naquela hora. Ele tem um planejamento para poder escalonar a sua venda. Isso é importante na renda dele, porque não é preciso vender tudo no momento pior, que é na boca da safra.

Então, assusta isso. Caíram quase 300 mil contratos. São 300 mil contratos a menos. Em média – essa é a média, viu gente – cada família, cada CPF faz 1,5 contrato. Faz um de soja e um de pecuária; um de arroz e um de feijão. Faz mais de um contrato. Isso é legal, não tem problema.

Então, arredondando ali, umas 200 mil pessoas, 200 mil propriedades rurais...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO SAMPAIO MARQUES – ... deixaram de acessar crédito de custeio. Aqui é que eu preciso de um estudo, porque eu tenho certeza que tem gente que está muito bem e simplesmente não quer mais enfrentar burocracia no banco: "Não aguento mais aquilo e não vou pegar crédito mais". Tem gente assim, eu tenho certeza. Tem gente que arrendou terra, aglutinou com vizinhos e aumentou. Mas eu tenho certeza que aqui tem muita gente que não teve acesso ao crédito. Tenho certeza de que o dinheiro faltou para muita gente aí. Mas essa certeza minha é muito intuitiva e eu gostaria de saber disso quantificado, e estamos vendo isso lá.

Aqui o número que valida um pouco o outro. No Censo de 2017, Censo declaratório, 784 mil declararam ter omitido o crédito. Esse número um pouco conversa com o outro ali de 858, sendo que o do Censo eu tenho que lembrar que também inclui crédito de investimento e outros tipos de crédito. No do investimento o número é muito alto também.

Vamos lá.

E aqui – estou vendo o meu tempo aqui, Senadora – é o seguinte: é o perfil só da última safra de tomadores.

Voltando lá, gente, são 858 mil contratos, no total. Quase a metade, 400 mil é de até 20 mil. Então, é gente muito pequenininha. Vinte mil está muito abaixo, é 10%, abaixo de 10% – cadê o Henrique, que pode me ajudar? – do teto do Pronaf. Então, o grosso dos contratos, até 50 mil, são 600 mil contratos, num total de 858. Então, o grosso é de gente muito pequena.

E pega aqui na ponta um crédito acima de 3 milhões, isso é crédito para cooperativa. Então, isso aí, mal ou bem, é dividido entre os cooperados. Mas de 2 a 3 milhões. É um grupo de 2 mil produtores, de 1,8 mil produtores, tomando quase 5 bilhões.

Então, aqui já dou o indicativo. Talvez, se a gente tiver que mexer em alguma coisa, talvez mexa no limite, para continuar favorecendo os pequenos e médios. O seguro... Vamos pular esse eslaide aqui, que é um resumo do programa. O seguro, talvez a Senadora Kátia Abreu... Saber, tenho certeza de que ela sabe mais do que eu disso aqui. Ela tem projeto de lei até para corrigir isso aqui, a não ser que eu esteja enganado.

Uma coisa é o seguro ter pouco dinheiro. Tudo isso é problema: tem pouco dinheiro, a sistemática está sendo melhorada, mas pior do que ter pouco dinheiro... É claro que muito pouco dinheiro não resolve mesmo, não é? Mas tão ruim ou pior do que ter pouco é a instabilidade.

Então, vamos supor que hoje, na safra passada, o número no gráfico da direita, no canto inferior direito, é de 370 milhões. Aquele foi o valor da subvenção da safra passada, que alavancou o seguro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

que está sendo usado, do que o pessoal está colhendo agora. É um número muito baixo. Só para dar um indicativo: só para a soja, a nossa estimativa é que esse recurso está alavancando agora indenizações de um bilhão. Então, é baixo, mas já faz algum movimento no mercado. Pior do que ser baixo é aquilo: sobe um ano, cai no outro; sobe um ano, cai no outro; sobe um ano, cai no outro. Como é que o mercado vai se organizar com isso? Como é que a seguradora lá do Japão ou não sei de onde vai se interessar em estar aqui se ela não tem essa certeza?

Nós estamos trabalhando com isso. O Pedro Loyola está aqui. Ele é o Diretor do Departamento de Gestão de Risco Rural do Ministério. Nós estamos trabalhando, neste ano, com um piloto talvez para poder mudar o jeito de distribuir o seguro, com um piloto em uma região específica, para talvez o produtor acessar um direito de ter a subvenção ou o produtor mesmo. Vamos fazer via leilão. Estamos tentando fazer isso ainda este ano, com um projeto piloto.

De qualquer maneira, além dessa instabilidade, o volume de subvenção também é muito pequeno. Seguro rural é uma coisa cara. Estou fazendo seguro de um troço caro. Então, alguma participação do Estado tem que ter.

Vamos lá para a frente.

Está vendo? Isso aqui reflete. Tudo é sobe e desce, sobe e desce. Isso aqui é valor de indenização, sobe e desce. Aqui também sobe e desce.

Estou correndo aqui porque quero falar um pouco agora aqui.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO SAMPAIO MARQUES – Voltar? Posso. Esse é o mais chato de entender. O verde é o valor da subvenção. A coluna grandona é a importância segurada e a vermelhinha é a indenização paga.

O gráfico não está muito bonito porque um é muito maior do que o outro. Quer dizer que com 370 milhões de subvenção, a gente segurou uma importância de 12,3 bilhões. Esses gráficos todos vão ficar aqui. O seguro tem informação muito segmentada.

Podemos passar, Senadora?

Estou no meu finalmente. Quero deixar uma mensagem aqui, a mensagem mais objetiva.

Estamos num momento agora de decisão do crédito rural, do Plano Safra que vem. A gente tem alguns elementos objetivos para trabalhar. O volume de recurso tem se mantido ali mais ou menos estável. A relação do crédito sobre o valor bruto da produção também tem se mantido em torno de 30%. Então, mal ou bem, o Brasil conta com a política agrícola, mesmo com pouco recurso, com seus problemas, suas críticas. Ela tem sido capaz de auxiliar o produtor rural a manter o Brasil num protagonismo mundial no setor. Então, com todas as suas críticas, o setor conta com instrumental de política agrícola. O Brasil...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Presidente, pela ordem.

Eu não gostaria de ser indelicada, mas o barulho aqui atrás está insuportável e o assunto é sério.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Por favor, silêncio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Nós viemos aqui para prestar atenção. Por favor, lá fora os corredores são muito grandes para serem ocupados.

O SR. EDUARDO SAMPAIO MARQUES – Obrigado, Senadora.

Então, mal ou bem, o Brasil, com todo esse problema... O Brasil conviveu com taxas de juros altíssimas no seu histórico, a agricultura mobiliza um volume de capital grande por muito tempo. Então, foi construída uma sistemática relativamente complexa para possibilitar que o produtor acessasse o recurso um pouco mais barato do que o mercado oferece.

Nós estamos num momento agora de aperto fiscal, isso não é segredo para ninguém. Então, a gente tem que fazer escolhas. O Senador falou assim: "A taxa de juros do Pronaf não pode ser mexida". Não sei se eu concordo exatamente, mas nós estamos fazendo tudo para não mexer em taxa de juros de Pronaf. O que nós estamos priorizando agora? Obviamente, vamos priorizar os pequenos e médios. Está escrito isso ali em outras palavras. Vamos privilegiar ou beneficiar ou focar a ajuda do Estado naquele público que não pode ser atendido pelo mercado privado adequadamente. Então, nós estamos lá...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO SAMPAIO MARQUES – Há pequenos numa mão; e o médio produtor e o grande produtor... Ninguém está pensando em fazer cortes de política agrícola, mudar tudo de uma hora para outra. Nós estamos com um grupo interministerial discutindo a política agrícola daqui para a frente. Obviamente, isso tem impacto nesse Plano Safra agora, mas já saiu na imprensa que o Banco do Brasil vai sair do crédito rural, que se vai cortar o subsídio para o grande produtor... Nada disso está em discussão. O Rogério, que vai falar, que me corrija. O que está em discussão é o seguinte: nós temos um cobertor curto para algo a ser coberto cada vez mais, que é a agricultura brasileira, e o que cobre é cada vez menor.

Por outro lado, nós temos agora uma condição macroeconômica que nos ajuda um pouco, porque a taxa de juros está relativamente baixa e estável. Então, o que nós estamos tentando desenvolver são outras fontes de recursos, para que socorram pelo menos uma parcela do nosso universo agrícola, dos produtores maiores. Isso posto, é isso, isso posto... Então, é isso.

Se eu tiver que arbitrar – e eu já falei isto com a Ministra Tereza Cristina, já falei com o Senador Luis Carlos Heinze em outro momento, falo para os senhores aqui e falo para os produtores rurais que me visitam – em algum momento, se baixar aqui na minha frente o Ministro Paulo Guedes e, com a faca no meu pescoço, disser que eu tenho que resolver agora, se eu tiver que resolver agora, se eu tiver que arbitrar entre manter juros e manter recursos ou abaixar juros, mas ser forçado a abaixar recursos ou ter que suportar um pouco de aumento de juros para, com isso, alavancar um pouco mais de recursos, eu optaria pela terceira opção, se eu tivesse que chegar a essa decisão salomônica.

Eu vou dar aqui um exemplo muito concreto – estou vendo o representante da Anfavea ali atrás e já falei este exemplo com eles – que é o do Moderfrota. Os recursos para investimento neste ano se esgotaram não só para o Moderfrota, mas para todas as linhas de investimentos. Ontem, me ligou uma pessoa da minha cidade de origem, lá do sul de Minas, que queria investir num *compost barn*, para produzir leite. Não há recurso, acabou o recurso. Isso tem o lado bom e o lado ruim, porque tudo que foi anunciado foi aplicado – isso é o lado bom –, mas há demanda de recursos para investimentos no setor e todos se esgotaram agora. E o exemplo do Moderfrota, que eu ia dar, encerrando agora: se, neste momento do ano passado, quando foi discutido o Plano Safra, o Moderfrota, que é um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

programa que financia máquinas e equipamentos agrícolas, quando a taxa de juros foi fixada em 7,5%, segundo o Tesouro me explicou e segundo os meus colegas do Ministério da Agricultura me explicaram, se essa taxa de 7,5% tivesse sido fixada em 8,5%, haveria uma disponibilidade de recursos, naquela época, a mais de 2,5 bilhões. Então, uma reflexão. Se eu passasse a taxa de 7,5% para 8,5%, eu ia ter um impacto na venda de máquinas? Certamente que sim, pois estou encarecendo aquele crédito, mas tirar 2,5 bilhões do mercado não é um impacto muito maior, sem rodar nenhum modelo econométrico? Se eu tivesse 2,5 bilhões agora, eu chegaria até o fim do Plano Safra financiando máquina. Isso é um exemplo que eu dou sobre essa balança difícil de mexer, que é juros *versus* recursos.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO SAMPAIO MARQUES – Exatamente. A Senadora já me... Custeio é o exemplo menos bom, porque há uma parte do recurso importante que é o recurso que não precisa de equalização, que é o do Banco Central.

Isso vai ficar aí. Nós temos uma série de coisas para discutir, mais estruturantes.

Há a coisa do seguro rural, em que teria que se fazer muita coisa, há muita coisa sendo feita já. A gente tem que melhorar a base do programa, Senadores. Hoje, nesse ano agora, vamos ter 440 milhões de subvenção. Isso vai alavancar uns 2 bilhões em prêmio. Nesse ano, houve seca em algumas regiões do Brasil, não foi um grande evento de seca, mas houve eventos concentrados em algumas regiões importantes – Mato Grosso do Sul teve, Paraná teve, aqui em Goiás houve. Seguradoras tiveram dificuldades em fazer peritagem. Chegou uma hora do ano em que não faltou perito, mas ficou difícil arrumar perito. Então, a gente tem que arrumar a base do programa, melhorar o zoneamento, ampliar o zoneamento, incluir outras culturas no zoneamento agrícola, que é subsídio para o seguro, treinar mais gente para poder fazer perito, atualizar um pouco as normas. Às vezes, o perito chega a uma propriedade e não consegue fazer a peritagem direito. Então, há uma base toda que dá suporte a ter, um dia, talvez no fim deste Governo, quem sabe, 3 bilhões, 4 bilhões de subvenção para o seguro. Um valor como esse daria para não universalizar, mas abranger o grosso dos produtores rurais brasileiros. Nós estamos contando muito que, neste ano, já tenhamos um valor que talvez seja o dobro do que tivemos no passado, em termos de 1 bilhão para subvenção do seguro.

Já passei muito do tempo aqui.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Sampaio, todo o tempo é pouco para a gente discutir isso, tamanha a angústia, a ansiedade dos produtores rurais. A gente vai tentar aprofundar.

Agora, concedo a palavra a Rogério Boueri Miranda, Subsecretário de Política Agrícola e Meio Ambiente do Ministério da Economia.

O SR. ROGÉRIO BOUERI MIRANDA – Muito obrigado, Senadora.

Bom dia, Sras. e Srs. Senadores. Bom dia, senhoras e senhores da audiência.

Eu vou tentar ser bem rápido para a gente poder aprofundar na discussão.

Eu tenho alguns números. Vou passar, pois muitas coisas aqui já são conhecidas, e vou me deter naquilo que eu acho realmente mais importante.

Para fazer meu ponto, eu preciso começar neste gráfico, onde a gente vê lá... Este gráfico quer dizer o seguinte: a barra escura é o quanto a agricultura empresarial está sujeita à equalização; e a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

barra azul-claro é o quanto está fora. Aqui, eu tenho o número para a agricultura familiar. O contraste aqui é que nós temos, proporcionalmente, mais equalização na agricultura familiar, que dá um pouco mais de 50%, 54%, se não me falha a memória; e aqui nós temos um número proporcionalmente menor na agricultura empresarial de recursos equalizados, porém o número absoluto é mais de três vezes maior. É claro que aqui entra o Pronamp também.

O ponto que eu quero fazer é que o Plano Safra, o crédito agropecuário foi muito importante e é muito importante para a agricultura e para o Brasil. Em 30 anos basicamente, ele nos levou da posição de importador de alimentos para a segunda e talvez, num futuro próximo, a primeira nação exportadora de alimentos. Nós precisamos continuar tendo uma política agrícola ativa, porque, segundo a ONU, para que todo mundo seja alimentado no mundo nos próximos 30 anos, a produção de alimentos tem que crescer 15% e, para isso acontecer, a produção de alimentos brasileira tem que crescer 40%.

O Plano Safra, do jeito que é concebido hoje, foi concebido para uma situação em que nós éramos importadores de alimentos. Hoje, nós somos exportadores. A política agropecuária brasileira precisa evoluir, porque ela não afeta só ela própria. Nós temos algumas distorções que eu gostaria de comentar aqui.

Primeiro, nós temos uma política em que a focalização dos recursos não é a ideal, nós preferíamos mais recursos para públicos mais estratégicos, Pronamp, Pronaf, programas que levassem a externalidades ambientais também.

O direcionamento de crédito – não estou falando de equalização, não, estou falando é do direcionamento de crédito – é parte do problema de por que o crédito no Brasil é tão caro. Eu costumo falar lá para o meu pessoal que, quando a gente está num congestionamento, a gente fala que está preso num congestionamento, mas a gente nunca fala que está criando um congestionamento. Quando você está num congestionamento, você o está criando. Na questão do *spread* bancário no Brasil, há um montão de fontes que criam essa alta do *spread* bancário. Uma delas, Senadores, é o próprio direcionamento de crédito. Agricultura não é a vilã nesse problema, mas ela faz parte, ela é 18% do problema.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGÉRIO BOUERI MIRANDA – Então, o que acontece é que a gente... E mais ainda: no caso do 6,2, no caso dos depósitos à vista, o que nós estamos vendo é um decréscimo desses recursos por conta das inovações bancárias. Então, essa fonte de recursos tende a diminuir cada vez mais. Então, não é só uma questão de afetar os outros setores, porque, daqui a pouco, o 6,2 também vai estar num nível que não vai dar conta de financiar a agricultura brasileira. Nós temos que evoluir a política de crédito.

A equalização de taxas, obviamente, causa uma pressão no Orçamento. Reconhecemos que o subsídio direto no Brasil é muito menor que em outros países, mas ele faz também parte de um conjunto de subsídios generalizados – mais uma vez, a agricultura é pequena em relação aos subsídios que são dados em outros setores da economia, mas é parte do problema. A gente reconhece que isso nunca vai poder acabar. O que nós precisamos é direcionar melhor esses subsídios para áreas estratégicas.

As taxas controladas são também um subsídio implícito que todos os outros setores dão para os setores que têm as taxas controladas. Mais uma vez, a agricultura é uma parte menor do problema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Nós temos, na indústria, fundos constitucionais que não são só para agricultura. Eu também uso uma analogia de que também não adianta só a agricultura ceder isso, tem que ser igual à linha de impedimento, tem que sair todo mundo junto, porque, senão, não funciona. É uma coisa que nós temos que pensar em evoluir.

E nós temos isenções tributárias, o caso mais visível são as LCAs, mas isso é uma luta para uma segunda instância. Não seria agora.

Na evolução da política agrícola nesses termos, nós teríamos as seguintes diretrizes.

Eu gostaria que os senhores vissem que a primeira delas é a viabilidade da produção agrícola. Não é possível a gente fazer mexidas bruscas, a política agrícola brasileira é um transatlântico, não é um *jet ski*. Têm que se fazer mudanças paulatinas e, paralelamente, ir habilitando a agricultura brasileira, dando armas para a agricultura brasileira conseguir recursos a termos mais amigáveis, mais viáveis no mercado livre de crédito, mas isso tem que ser paulatino. A nossa estratégia é, primeiro, viabilizar esses instrumentos e, depois, fazer as mudanças, porque a primeira diretriz é a viabilidade da produção.

Depois, nós gostaríamos de, a longo prazo, fazer uma redução progressiva no direcionamento do crédito; uma focalização das subvenções; o fim das taxas controladas sem equalização, porque isso é uma subvenção implícita, porque o banco não vai perder. O banco vai compensar no crédito livre e vai tornar a taxa de crédito do cartão de crédito ou do cheque especial em três dígitos, é isso que eles têm feito. Queremos fazer leilões nas equalizações. A gente acha que, com todo o respeito aos bancos que atualmente operam as equalizações, uma competição nesse mercado seria salutar para todos os envolvidos, para o agricultor, para o Governo, para os próprios bancos que vão trabalhar num ambiente em que, se vier realmente a abertura da economia, como está sendo programado, eles vão ter que estar preparados para trabalhar nesse ambiente mais competitivo. Isenções tributárias, progressivamente, o que é uma proposta do Ministro Paulo Guedes, mas, mais uma vez, em longo prazo, aos poucos, sentindo o terreno, pois ninguém quer dar cavalo de pau nesse transatlântico; e mecanismos de fortalecimento do produtor no mercado de crédito.

Eu estava conversando, agora há pouco, com a Senadora Kátia Abreu. Nós estamos trabalhando fortemente para desenvolver seguros, não só seguros climáticos, mas seguros *hedge* de preços, e usar o cadastro positivo conjuntamente – e nós já estamos conversando com as seguradoras – de forma a fazer um pacote para aqueles produtores que são bons pagadores, que estão no mercado há anos, que já são conhecidos no banco em que ele opera, mas não necessariamente no sistema bancário. É uma medida em que o Presidente do Banco Central tem se empenhado, para deixar a informação bancária do cliente ser do cliente e não do banco. Isso seria muito útil para a queda da taxa de juros. Então, pegar esse pacote todo, chegar para a seguradora e falar o seguinte: "Qual é a subvenção que você precisa aqui para transformar esse pacote num seguro de crédito?". Isso seria uma arma muito boa para o produtor conseguir juros mais baixos. Por quê? O seguro de crédito – mais uma vez, isto depende de conversa com o Banco Central – poderia ser transformado numa garantia real, que causaria aos bancos desprovisionar-se um pouco de capital mediante essa garantia, reduzindo o *spread* bancário...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGÉRIO BOUERI MIRANDA – Só tenho mais um eslaide.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Como é que a gente pensa a política agrícola e de crédito de longo prazo? É uma integração, na verdade, de seguro e crédito, sendo que o seguro vira uma arma para o produtor no mercado de crédito.

É essa a ideia, porque, Sras. e Srs. Senadores, senhoras e senhores na audiência, o crédito controlado tem um peso para o País, ele amarra o crédito livre. E atualmente 47% das operações de crédito no Brasil são direcionadas. Os outros 53% inevitavelmente pagam um subsídio cruzado nessas operações, na forma de taxas de juros e *spreads* mais altos.

Era isso o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado por sua atenção.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Obrigada, Rogério.

Acho que, nas perguntas, vocês vão poder esclarecer, porque a gente quer saber muito mais.

Concedo a palavra a Ademiro Vian, Consultor de Crédito Rural da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB).

O SR. ADEMIRO VIAN – Presidente Soraya, em nome da OCB, do Presidente Márcio Lopes de Freitas, agradecemos o convite.

Eu vou fazer uma apresentação talvez um pouco mais sucinta e vou direto ao ponto, porque acho que este Plenário precisa entender um pouquinho o que a gente vai dizer.

O dinheiro do crédito rural existe. A questão é como está sendo conduzida a política agrícola no Brasil.

Só aqui, num primeiro eslaide, para dar uma... O crédito rural é um insumo fundamental para o setor cooperativista de produção. Ele compõe o *funding* das operações de crédito do setor cooperativista, que tem, na sua esmagadora maioria, pequenos produtores. Então, eu solicitaria aqui, porque nós já estamos desenhando um novo Plano Safra, que fosse considerado esse ponto, que é um ponto que atende, na ponta, os pequenos produtores.

Dado o exíguo tempo que temos para discorrer, nós estamos falando de 1.550 cooperativas no Brasil. E me preocupa demais, preocupa muito a OCB, de uma forma geral, a questão do desmonte do crédito rural que está sendo praticado. Não é que vai fazer, já está sendo praticado. E é o que eu vou mostrar.

Aqui é a pujança do setor cooperativista em números, as principais feiras agropecuárias, seu faturamento, quantidade de pessoas envolvidas, enfim, como está se desenvolvendo. E é através do setor cooperativista que se chega com tecnologia de ponta rapidamente ao produtor, ou seja, se você quer implementar uma tecnologia imediatamente, você coloca na mão de uma cooperativa e ela faz isso chegar.

O produtor rural trabalha num ambiente bastante hostil, altamente regulamentado. Basta compararmos com os outros países. Olhe o peso da regulamentação que temos aqui. Esse peso aqui é o peso, aqui embaixo... Aqui é o peso da regulamentação. De 1 a 7, que é o peso máximo, nós estamos em 1,59, comparando com os demais países, ou seja, nós estamos aqui num patamar de praticamente 1% para chegar a uma escala até 7, que é o melhor, que é o excepcional, que é o bom.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Fora do microfone.*) – O que o senhor quer dizer com essa regulamentação? Não entendi.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. ADEMIRO VIAN – A regulamentação é toda aquela... Vamos dizer, regulatório de crédito, observância, crédito rural, todos os manuais de crédito rural, manuais de seguro, manuais de BNDES, todo o peso infra de leis e normas e procedimentos.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – É pouco, então?

O SR. ADEMIRO VIAN – É muito. O nosso é muito alto, porque o máximo é 7, o melhor é 7, e nós estamos em 1,59.

Visão de longo prazo. Os outros países: América do Norte, 5,64; 2,23 do Brasil. Índice de qualidade rodoviária, 63 é o nosso, o máximo é 100. Efeito de distorção dos impostos, nós estamos com 27 numa escala de 0 a 100.

Eu particularmente tenho minhas dúvidas, e os números mostram isso. Nessa escala aqui, nós estamos mostrando o quanto em nível mundial os produtores de outros países recebem, quanto da sua renda vem de subsídios governamentais: Coreia, 53%; Suíça, 50%; e assim sucessivamente. O último aqui embaixo é o Brasil, 2%, ou seja, nós praticamente não temos subsídio na agricultura brasileira.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ADEMIRO VIAN – Segundo ponto, do lado esquerdo, aqui nós temos a tarifa. A tarifa são as barreiras de importação. A Coreia tem 56,9% de barreiras de importação; nossa barreira de importação é da ordem de 10%.

Mas o que mais importa aqui, neste momento, e objeto principal desta convocação é discutir o crédito rural.

Pois bem, eu vou até pular esse eslaide, volto nele depois.

O que importa é o seguinte: todo ano se faz um plano agrícola e todo ano se divulga um plano agrícola, com Presidência da República, Ministros de Estado, etc. O problema é a execução desse plano agrícola posteriormente. E é aí que está se dando o desmonte do crédito rural, o Sistema Nacional de Crédito Rural. E a pergunta que vai ficar no final é o que vai colocar no lugar? Taxas livres numa economia instável como a nossa, cíclica como a nossa?

Então, vamos lá. Veja só, redução significativa da oferta de crédito, de recursos controlados por meio de resoluções do CMN. Nas safras 2017 e 2018... Isso aqui depois vai ter os números na frente. Então, depois que se divulgou o plano agrícola, vem com uma resolução e reduz a exigibilidade bancária da poupança rural de 74% para 60%. Isso através da Resolução 4.614.

Ponto dois: redução da exigibilidade bancária dos depósitos à vista de 34% para 30%. Ora, alguém foi ouvido? O setor produtivo? Por quê? Quais foram os motivos que reduziram essa exigibilidade? O que levou a essa medida?

Médios e pequenos bancos tiveram uma isenção de 70 milhões. Explico, nós temos uns 80 bancos aproximadamente, porque todos os bancos que têm depósito à vista no Brasil têm exigibilidade bancária e são obrigados a aplicar em crédito rural.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ADEMIRO VIAN – Então, nós temos aí uns 80 bancos aproximadamente que, quando calculam seu exigível, quando atingem 70 milhões, não precisam aplicar. Isso isentava uns 70 bancos. O que o Banco Central fez agora com outra resolução? Elevou esse patamar para 200 milhões, ou seja, tirou uma quantidade excepcional de bancos do Sistema Nacional de Crédito Rural. E, além disso,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

numa medida também logo em seguida, ele vem e faz o seguinte: os grandes bancos, que ultrapassam os 70 milhões, também podem reduzir 200 milhões.

Não bastasse isso, ele fez uma mudança da metodologia de cálculo da exigibilidade de crédito rural, que significa o seguinte: o ano agrícola é de 12 meses, de julho a junho do ano seguinte; então, o depósito à vista deste mês reflete no mês seguinte e assim sucessivamente. Sempre foi assim. Resultado, neste ano-safra, o Banco Central chegou, fez uma resolução e disse o seguinte: "Não, não. Vamos mudar isso aqui. Agora vamos fixar uma meta para o ano inteiro". A exigibilidade era 67 bilhões. Ele fixou em 53.

Outro ponto, liberação dos juros da taxa das LCAs. Lá no Plano Safra, que está no *site* do Ministério da Agricultura, foi colocado que seriam 27,180 bilhões, oriundos das LCAs, cuja taxa de juros seria até 8,5%. Está no Plano Safra, foi negociado com as entidades, foi fixado com o Presidente da República e com Ministros de Estado. Numa resolução depois, chegou-se à conclusão de que não precisa disso. E aí liberou tudo. Então, hoje é o seguinte: toda LCA, que é captada com isenção tributária... Portanto, o banco capta com uma isenção tributária para pessoa física, não paga imposto de renda, ele vai emprestar agora à taxa livre no mercado financeiro, no crédito rural, sem limites. Fica 100%, ele capta com isenção tributária e aplica numa taxa de mercado, sem teto, só com a obrigação de reverter 35% dessa captação para operações de crédito rural. Então, liberou geral a LCA.

E, no outro eslaide que eu vi anteriormente, é que nós vamos privilegiar as taxas de mercado. Se você não tiver uma taxa de mercado para um mercado nosso altamente concentrado... E aí se justifica por que reduziu aquela quantidade de contratos que o Sampaio mostrou: é pela concentração bancária e por normas do Banco Central. As duas coisas somadas é que levam à redução da quantidade de contratos. É excludente. A norma é excludente, não includente. Então, quando se fala "Eu vou chegar mais próximo do produtor", de que jeito? Como nós vamos chegar mais próximo do produtor? Com que malha de distribuição de crédito?

(*Soa a campainha.*)

O SR. ADEMIRO VIAN – E o último ponto aqui também é a redução da base de cálculo mediante aplicação automática. Isso aqui já é uma questão mais antiga e que merece ser tratada com bastante atenção, porque, só neste "raspa conta" que os bancos fazem diariamente, excluem da base de cálculo da exigibilidade bancária algo em torno de 20 bilhões por mês. O banco tira da conta-corrente da pessoa, passa para uma poupança, passa para uma outra aplicação. Como a pessoa não fica os 30 dias na poupança, não cumpre a carência porque precisa do dinheiro, aqueles dias que ficou ficam como receita para o banco e ficam como taxa de juros para a sociedade.

Redução... Aquilo tudo em números. O importante são os números. Contra números não há argumentação.

Redução estimada dos recursos de crédito rural em face das medidas adotadas pelo Banco Central nas últimas safras 2017/2018 e 2018/2019. Aquela redução da exigibilidade de que eu falei, de 34% para 30%, redundou num volume de 2,5 bilhões de redução do volume aplicado. Na redução da exigibilidade da poupança rural, mais 14,4 bilhões. A mudança da metodologia de cálculo de mensal para anual, sem considerar os efeitos da economia, ou seja, nós temos uma economia que é volátil, todo mês você tem aumentos, acréscimos e decréscimos dos depósitos à vista... Do jeito que foi fixado, foi uma métrica, uma reta, uma meta de 53,7 bilhões que o banco vai cumprir ao longo de um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

ano inteiro. Resultado, ele faz as operações no primeiro mês, fecha a carteira, não há mais crédito. Isso daí retirou do setor, Senadores, R$7,4 bilhões.

A elevação dos bancos, ou seja, daquela isenção de 70 milhões...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ADEMIRO VIAN – ... para 200 milhões, elevou em mais uma retirada de R$2 bilhões. Ou seja, se não consideramos esses 20 bilhões em vermelho que estão no PowerPoint, nós teríamos 34,2 bilhões que foram tirados do Plano Safra, deste Plano Safra que está em curso, de dinheiro a taxas controladas.

Exceção feita da poupança rural, que tem taxas de juros equalizadas pelo Tesouro Nacional, as demais *fundings* não têm equalização. É peso zero para o Tesouro Nacional. Então, à medida que você isenta o banco de aplicar o depósito à vista, você sobrecarrega o Tesouro Nacional com taxas. E também não há um efeito vinculante direto. Eu sou egresso do sistema financeiro e conheço muito bem. Então, não há esse vínculo direto de dizer que a taxa subsidiada do crédito rural...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ADEMIRO VIAN – ... impacta na taxa elevada do juro do cheque especial ou outros títulos. Isso não é 100% verdadeiro. Pode ser em outros países, não no Brasil, dada a nossa singularidade do sistema financeiro.

Eu já estou com o tempo bastante...

Recurso de depósito à vista. Só para vocês terem uma ideia, esse gráfico demonstra, mostra, aliás, o efeito. Nós tínhamos aqui uma... Não está conseguindo... Não está...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ADEMIRO VIAN – É o *laser* que não está... Quando ele chega lá, não está...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ADEMIRO VIAN – Perfeito. Vamos lá.

Nesse gráfico, vocês estão vendo aqui no azul. Ali era julho de 2018, a ponta do lado de cá esquerda, onde está o 50, ali começa o ano-safra que estamos em curso. Ali o exigível era 68... A aplicação, desculpa, era 68,5 bilhões. Não está o exigível aí, mas era 67. Então, os bancos tinham que aplicar 67, obrigatório. Eles aplicavam um pouquinho a mais, 68, para ter aqui um excesso. O Banco Central veio e fixou na linha vermelha, 53, o ano inteiro, ou seja, 12 meses, 53. Só aí tirou 7 bilhões do setor. Desconsidera, essa metodologia, Senador Heinze, toda a curva econômica do País.

Aí vem a poupança, idem. Na poupança, o exigível era em torno de 110 bilhões. Os bancos continuam mantendo os 110 bilhões aplicados. Porém, o exigível caiu para 95.

E aí a LCA. A LCA obviamente, depois que se libera a taxa de juros, você vai criar produtos dentro do sistema financeiro. Claro que eu vou colocar a LCA para *prime*, colocar para alta renda e fazer uma operação com um *spread* muito mais gordo do que numa operação normal, em que eu vou captar a taxa de mercado...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. ADEMIRO VIAN – ... pagar para um CDB e aplicar no recurso da LCA. Então, houve uma elevação.

A pergunta que a gente faz é: e o crescimento econômico, o crescimento da agricultura? Quem vai financiar esse crescimento se você vai desmontando o crédito rural da forma que está sendo desmontado via regulamentações infra? Uma média de crescimento. Nós não podemos esquecer que historicamente a economia brasileira tem momentos cíclicos de crises. E a taxa de crédito rural sempre foi um balizador das demais taxas.

Aí, então, a gente pergunta: a quem interessa o desmonte do crédito rural que está sendo feito? Ao setor produtivo? Acredito que não. Ao setor de seguradora? Acredito que não. Então, fica aí a pergunta. A resposta já está aí também.

E nós não podemos esquecer que a LCA continua, aí também...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ADEMIRO VIAN – ... na lente do Governo, como tem uma isenção tributária – e eu já estou me encaminhando para o encerramento –, como um ponto que precisa ser tocado. Vimos anteriormente que tudo que tem subsídio precisa ser revisitado. Aí a pergunta de novo: está bom, nós estamos contando com a LCA para alavancar e para poder mitigar a taxa de juros do crédito rural, de onde vai vir o dinheiro? Vai ser a taxa Selic. Mas, se der um repique da inflação e tiver que aumentar a taxa Selic, quanto vai pagar o crédito rural? Quanto essas operações vão custar para o produtor?

Não coloquei aqui a questão do seguro, mas gostaria de fazer uma menção ao seguro. Toda essa apresentação é mais completa, tem uma série de outras perguntas, uma série de indagações. Está à disposição de todos. E aqui à frente também há mais pontos para reflexões. Mas eu queria só deixar registrada a questão do seguro. É imprescindível: agricultura sem seguro, para a frente vamos ter grandes problemas. Não há que se discutir o seguro na agricultura. A questão do seguro na agricultura é uma só, aliás, duas, para ser bem sincero para vocês, porque eu, como disse, conheço bem o mercado segurador, inclusive: é previsibilidade. Não adianta falar que vai haver 1 bilhão, ninguém vai montar estrutura confiando que vai haver 1 bilhão. Não adianta você montar uma estrutura e falar que vai haver 3 bilhões. Não é quantidade, é previsibilidade.

Questão de leilões, dizer que seguradoras e bancos vão entrar em leilões, disputando leilões: se fosse num mercado altamente competitivo, faria todo o sentido – desculpem, mas faria todo o sentido. Mas, num mercado altamente concentrado na mão de dois, ou três, ou quatro, fazer leilão não tem o menor sentido, não vai haver leilões, e vocês podem olhar bem o interesse, como está a política de seguro no Brasil olhando para quantas seguradoras brasileiras participam do setor de seguros.

Outro ponto do seguro, só para fechar, é o da informação. Toda vez em que você tem informação, o prêmio de seguros baixa, basta olhar para o setor cooperativista: quando ele contribui com as suas informações para algumas seguradoras, que têm um retrovisor em que olha para a vida do cliente, do produtor – você sabe o que ele faz, onde ele está –, você consegue precificar um prêmio de seguro correto. Então, faltam informações, bancos de dados. Eles existem. Falta somente uma articulação aqui para juntar isso tudo debaixo de um boné só, de um chapéu só.

Eu não poderia deixar este último. Temos três seguros, não é um: Proagro tradicional, Proagro Mais e o Seguro, para tratar do mesmo produtor. Gente, ineficiência total. Desculpa.

Fico à inteira disposição para responder a perguntas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Muito obrigada, Ademiro.

Concedo a palavra agora a Bruno Barcelos Lucchi, Superintendente Técnico da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).

O SR. BRUNO BARCELOS LUCCHI – Obrigado, Senadora Soraya. Na sua pessoa, cumprimento todos os membros da Mesa; o Senador Heinze, um defensor da nossa política agrícola; a Senadora Kátia, também uma batalhadora pelo seguro rural, modernizou bastante o departamento de seguros no Ministério da Agricultura em sua gestão, deu as diretrizes da política agrícola plurianual, que infelizmente não foram encaminhadas pelas outras gestões.

Bem, no primeiro eslaide, eu queria só enfatizar o que foi colocado aqui em relação a subvenções ligadas ao setor. Analisando os dados do orçamento, o setor agropecuário é um dos que menos recebe subvenção da área econômica: são 13,8% de subvenção. E, quando começamos a abrir um pouco esses dados, nós percebemos que, de renúncia fiscal, é o valor maior, e, nessa renúncia fiscal, 50% são voltados à desoneração da cesta básica, ou seja, o consumidor está sendo beneficiado diretamente, não só o produtor rural.

Na questão dos subsídios implícitos do orçamento, do valor que vem ao crédito, são 11 bilhões, como foi colocado, que são usados para gerar em torno de 600 bilhões no valor bruto da produção, o que foi colocado no último ano. Aí, vale a gente enfatizar a busca pela eficiência da aplicação do recurso público, para que realmente esse dinheiro vá para a mão do produtor e haja esses benefícios não só para a classe rural, mas para toda a sociedade.

Quando avaliamos os dados de inflação, pegando o ano fechado de 2018, nós temos aí o índice geral, que foi a inflação média do ano, que fechou em torno de 3,75%, e há o índice da inflação da alimentação nos domicílios. O que a gente observa até maio é que, basicamente, os alimentos vinham puxando o índice de inflação para baixo, tanto é que, em 2017, o índice fechou abaixo do piso da meta, ficou em torno de 2,97%. O que aconteceu depois de maio foi a fatídica greve dos caminhoneiros, o tabelamento de frete e alguns outros eventos que mudaram um pouco o comportamento da inflação dos alimentos.

Mas eu quero dizer que, no ano em que tivemos uma supersafra, tivemos uma produtividade ideal, ela contribuiu não só para a economia, mas principalmente para o lado social também da população, gerando comida mais barata.

E quais são os entraves do crédito rural? Muito já foi colocado em relação à falta de transparência. O produtor chega a uma agência para tomar uma linha e é convencido ou induzido pelo agente financeiro a tomar outra. Então, a gente não sabe se realmente faltou recurso para aquela linha, o que aconteceu. A ausência de previsibilidade foi muito bem colocada – este ano foi um exemplo –, atraso na liberação, o excesso de reciprocidade bancária e os altos custos de contratação. Então, basicamente esse é o diagnóstico que nós temos hoje.

Aí, pegando um pouco mais amplamente, Eduardo, a análise que você comentou anteriormente, colocando custeio, investimento e comercialização: nesses seis anos, a queda foi de quase 1 milhão de contratos. Aí você tem a seletividade das instituições financeiras; o produtor, numa situação mais difícil, já começa a ter dificuldade para tomar esse crédito. Aí, os outros quesitos ligados ao *funding*, que foi muito bem apresentado pelo Ademiro, que também impactaram nessa redução. Não temos o estudo que você pediu, mas esses também são indícios que nós levantamos junto aos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

produtores rurais, num trabalho que nós fazemos todo ano, visitando as cinco principais regiões produtoras.

Em relação ao crédito, quais seriam as propostas?

O primeiro item o Ademiro já comentou muito bem, não vou enfatizar.

Testar com cautela a taxa de juros pós-fixada: apesar de ter sido lançada no ano passado com um percentual pequeno, ela não emplacou este ano por problema de regulamentação. Então, eu acho que não pode ser colocado o teste num volume muito elevado, porque o produtor ainda precisa analisar melhor o comportamento de mercado. Adotar gradativamente incentivos aos produtores que contratarem Seguro Rural, o que já foi colocado aqui: esse produtor que busca mitigar os seus riscos tem que ter uma vantagem, uma prioridade em relação a taxas melhores. Buscar novas fontes de financiamento, numa pulverização do *funding*, através dos títulos do agronegócio.

(*Soa a campainha.*)

O SR. BRUNO BARCELOS LUCCHI – A CNA tem trabalhado, conversado com fundos de pensão, tratado dos títulos verdes, que podem ser uma grande oportunidade para oxigenar um pouco o crédito rural.

Aí, algumas medidas que estão muito mais ligadas à regulamentação, como a não tributação da variação cambial, a regulamentação das emissões dos títulos em moedas estrangeiras, possibilitar que o registro seja feito em outros sistemas financeiros, não só na B3. Enfim, são algumas sugestões que podem trazer um pouco mais de recursos para o crédito rural brasileiro.

Outro ponto que foi colocado aqui é aumentar a participação de mais bancos no crédito oficial. Então, aqui ninguém quer excluir, mas, sim, trazer, aumentar essa competição, principalmente no sistema cooperativista de crédito. Isso pode ajudar muito a reduzir um pouco esse custo da burocracia, trazendo agilidade na tomada do crédito.

Equalizar os custos cartoriais. Isso é uma discrepância elevadíssima que nós temos hoje no Brasil. O Estado delegou, o Governo delegou aos Estados na Lei Maior e eles tabelam os seus preços. Aí nós temos diferenças de três a cinco vezes de um Estado para outro no registro de um título cartorial.

Reduzir as práticas abusivas de instituições financeiras na questão da reciprocidade. Para isso eu acho que tem que haver uma política mais forte do Banco Central, de fiscalização. É difícil para o produtor denunciar. Nos casos que nós atendemos recentemente, o produtor realmente é boicotado na agência, ele não consegue ter crédito nos anos seguintes.

Retornar o financiamento da assistência técnica com recursos do crédito oficial. Foi retirado no ano passado. Nós buscávamos que o produtor pudesse ter a assistência técnica que queria. Na verdade, tiraram completamente o financiamento da assistência técnica do crédito oficial.

Em relação ao seguro, como nós podemos trabalhar melhor os mecanismos de mitigação de risco? Esses dados já foram apresentados também, mostrando que hoje, por mais que se tenham feito esforços, a questão da previsibilidade...

(*Soa a campainha.*)

O SR. BRUNO BARCELOS LUCCHI – ... é muito importante. A área segurada hoje no Brasil com recursos da subvenção não chega a 5%. Ainda faltam os produtos adequados para a região de fronteira. Isso nós temos discutido bastante com as seguradoras, que são muito abertas a discutir isso, mas realmente precisam ter a garantia de que vai haver subvenção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Então, precisamos, primeiro, aumentar o orçamento e garantir que haja o recurso. Aí o projeto de lei da Senadora Kátia Abreu, se eu não me engano o 185, trabalha justamente nessa linha de dar essa garantia de que o recurso que for colocado realmente vai estar na mão do produtor, ele vai poder ser trabalhado pelo setor.

Desenvolver novos produtos, como seguro de faturamento: esperado não só para algumas culturas, como existe hoje, como soja e café, mas para as demais.

Conceder a subvenção do prêmio do seguro rural diretamente ao produtor rural, para que, aí sim, ele possa, com a apólice na sua mão, barganhar melhores taxas de juros com o banco e ter mais poder de negociação.

E a Lei do Zoneamento: o zoneamento é importante política. Hoje nós temos 44 culturas, e a ideia é chegar...

(*Soa a campainha.*)

O SR. BRUNO BARCELOS LUCCHI – ... a cem, mas nós precisamos realmente que haja recurso. Que os senhores, como Parlamentares, no orçamento, realmente consigam fazer o aporte necessário para que o Ministério da Agricultura, via Embrapa, consiga chegar aos volumes necessários.

Por fim, a agenda legislativa de alguns projetos de lei que poderiam ajudar nessa questão de crédito.

O primeiro é o Projeto de Lei do Senado nº 185, da Senadora Kátia Abreu, que, como eu falei, ajuda que o orçamento do seguro não seja contingenciado; o projeto de lei do Deputado Covatti Filho, que simplifica o ambiente regulatório relacionado ao crédito; outro projeto do Deputado Covatti, que pulveriza um pouco, que auxilia para que bancos privados e confederações de crédito possam participar também da questão do crédito rural oficial; o Projeto de Lei 7.734, que autoriza a emissão de Cédula de Produto Rural vinculada à variação cambial – aí, naquela questão dos títulos, também há um aporte muito grande; e a questão também do Projeto de Lei 2.053, que autoriza a constituição de imóvel rural como patrimônio de afetação, permitindo ao produtor segmentar a sua propriedade rural para fins de garantia hipotecária – isso ajuda muito o produtor a não ter que, às vezes, para obter um volume de crédito que corresponde a 10% da sua propriedade, dar a propriedade inteira como garantia e ficar engessado em relação a isso.

Então, basicamente, esses são os principais pontos. Nós temos aí uma agenda de curtíssimo prazo em que muitos itens relacionados à burocracia podem ser trabalhados. Em muitos itens relacionados, esta Casa pode ser protagonista nessa modernização de que nós precisamos para promover uma mudança do crédito agrícola brasileiro.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. BRUNO BARCELOS LUCCHI – Essa agora foi de 7% se eu não me engano – é isso, Eduardo?

O SR. ADEMIRO VIAN – Agora o crédito é de 7.

O SR. BRUNO BARCELOS LUCCHI – Sete. Na anterior, acho que era elevado a 8,75...

O SR. ADEMIRO VIAN – Oito e setenta e cinco...

O SR. BRUNO BARCELOS LUCCHI – Então, era de 7 nesta atual, 8,75 na anterior, se eu não me engano, Senadora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – O.k. Muito obrigada, Bruno.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. BRUNO BARCELOS LUCCHI – Mas, no acesso ao crédito, o número de contratos tem caído, mostrando a dificuldade que o produtor está tendo ao acessar esse volume.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O custeio aqui foi de 7,5 para 6, no Pronamp, e de 8,5 para 7, e, depois de 7,5 de investimento, 10,5; 7,5 a 9,5, caiu um pouquinho. É o que tem que manter.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Muito obrigada, Bruno.

Concedo a palavra a Eduardo Luís Leão de Sousa, Diretor Executivo da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica).

O SR. EDUARDO LUÍS LEÃO DE SOUSA – Muito obrigado, Presidente Senadora Soraya.

Quero cumprimentar aqui os meus colegas de Mesa, particularmente o Secretário de Política Agrícola, Eduardo Sampaio, e o Subsecretário de Política Agrícola do Ministério da Economia, Rogério Boueri.

Quero cumprimentar também o nosso Senador Luis Carlos Heinze, cumprimentá-lo por esta iniciativa extremamente oportuna e pertinente, e dizer que o Senador é um histórico defensor das nossas pautas, e isso nos dá muita alegria.

E quero cumprimentar também, finalmente, a Senadora Kátia Abreu, nossa Ministra, que também é profunda conhecedora e histórica defensora da nossa pauta, da nossa agenda.

Eu gostaria de, primeiro, mencionar aqui alguns dados do nosso setor.

O setor sucroenergético representa hoje cerca de 370 unidades produtoras, um PIB de US$40 bilhões – 2% do PIB brasileiro –, uma geração de emprego da ordem de 800 mil empregos diretos, 70 mil fornecedores independentes de cana – esses fornecedores produzem cerca de 35% da produção e as usinas representam cerca de 65% da produção de cana no País –, cerca de US$7 bilhões de geração de divisas, isso no ano passado, que foi um ano atípico – tradicionalmente o açúcar exporta algo próximo a US$12 bilhões a US$13 bilhões por ano; no ano passado, houve aí, em função da depressão dos preços internacionais de açúcar, uma migração forte do *mix* de produção do açúcar para o etanol, o que gerou uma exportação de menos 10 milhões de toneladas com relação à safra anterior –, 17% da matriz energética e cerca de 600 milhões de toneladas de reduções de gases de efeito estufa somente pelo uso do etanol substituindo a gasolina e também pelo uso da bioeletricidade para a geração de energia.

Bem, eu gostaria de trazer hoje quatro pontos que são de nosso interesse nessa discussão que se inicia agora do Plano Safra, sendo que dois deles estão bem mais afeitos ao BNDES, mas entendo que é muito importante trazer esta mensagem aqui, principalmente para o Ministério da Agricultura e para o Ministério da Economia, para que possam, realmente, nas discussões com o BNDES, levar essas preocupações do nosso setor.

Basicamente nós estamos falando do Prorenova, que é um programa de renovação de canaviais extremamente importante neste momento para a atividade; do programa de apoio à estocagem de etanol; terceiro, pequenos ajustes voltados ao produtor de cana-de-açúcar – aqui eu represento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

basicamente as entidades que produzem especificamente a cana –; e, por fim, a construção de armazéns de açúcar.

Em relação ao Prorenova, o Programa de Renovação de Canaviais: esse é um tema extremamente importante, porque o que tem acontecido no Brasil é um envelhecimento do canavial. A renovação histórica da cana é da ordem de 18%, ou seja, todo ano se renovam 18% do canavial para que ele mantenha uma idade média e uma produtividade média adequadas, lembrando que utilizamos a cana por cinco ou seis cortes consecutivos. Apesar de o ideal ser 18%, o que nós temos visto é uma renovação da ordem de 12% a 13%, extremamente abaixo do necessário e, como consequência, nos vemos um envelhecimento do canavial. A média desejável para um canavial é da ordem de 3,2 anos. Com isso nós conseguimos garantir uma produtividade média adequada. O que nós temos visto, infelizmente, por conta desse baixo índice de renovação, é uma idade média hoje da ordem de 3,7 anos, bem acima, portanto, do desejável.

O que tem acontecido nesse sentido é que, para que nós tivéssemos esses 18% de renovação, nós precisaríamos renovar 1,5 milhão de hectares por ano, o que daria um aporte de R$12 bilhões todo ano, ou seja, isso é o que nós precisaríamos para ter uma renovação adequada.

O que está acontecendo hoje é o seguinte: nós temos conseguido renovar somente 1 milhão de hectares, o que equivale a R$8 bilhões, quer dizer, estamos renovando 500 mil hectares a menos, gastando R$8 bilhões, dos quais R$1,5 bilhão têm vindo do BNDES. Então, R$6,5 bilhões têm vindo das próprias usinas, mas têm sido insuficientes para renovar o necessário para que nós mantenhamos uma produtividade adequada. E isso é o que nós precisaríamos para cumprir o programa RenovaBio, que é um programa extremamente inovador, que dá incentivos ao consumo de biocombustíveis.

(*Intervenção fora do microfone.*)

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO LUÍS LEÃO DE SOUSA – Ah, sim, exatamente.

Com isso, nós temos tido um desempenho muito abaixo do que precisaríamos.

Então, o nosso pleito aqui é, primeiro, tornar o Prorenova um programa permanente. Isso, na realidade... Quando a Senadora Kátia era ministra, ela instituiu o Prorenova como permanente. O problema, Senadora, é que todo ano as condições mudam, os limites mudam, a definição das condições chegam atrasadas. Então, o nosso pleito é que ele realmente tenha condições, vamos dizer, já previsíveis ao longo dos anos, de forma que as usinas possam se programar adequadamente para tomar esse crédito. Então, para que nós possamos efetivamente cumprir essa necessidade de 1,5 milhão de hectares por ano, o nosso pleito é que hoje o BNDES pudesse oferecer R$4 bilhões, sendo que atualmente tem oferecido R$1,5 bilhão.

Bem, o segundo pleito diz respeito a financiamento à estocagem de etanol, lembrando que os produtores produzem etanol em oito meses e comercializam em doze, e são só os produtores que carregam esses estoques: as distribuidoras não carregam estoques. Então, essa linha de crédito de estocagem de etanol, que é uma outra linha do BNDES, nos daria, então, melhores condições para distribuir melhor a oferta ao longo do ano e reduzindo um pouco os custos de carregamento que nós temos que levar ao longo dos doze meses, lembrando que produzindo em oito.

Além disso, existe uma exigência da ANP que obriga que, no dia 31 de março, nós tenhamos 4% desses estoques, ou melhor, dessas vendas de etanol em nossos estoques, quer dizer, nós somos obrigados a manter esse estoque de 4% – lembrando que aí já inicia a safra, os preços despencam e,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

mesmo assim, a gente tem que ter esse estoque em nossos armazéns. Então, o segundo ponto é que haja um recurso permanente para esse financiamento à estocagem de etanol.

O terceiro ponto...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO LUÍS LEÃO DE SOUSA – ... diz respeito a plantio de cana-de-açúcar, basicamente é um pleito trazido pelos fornecedores de cana.

Quer-se, primeiro, que haja uma dilação do prazo do reembolso para dois anos, porque, quando você planta cana-de-açúcar, três quartos do plantio é feito com cana de 1,5 ano, ou seja, a receita só vai vir depois de 1,5 ano e temos que pagar com um ano. Então, que houvesse essa consideração; segundo: a inclusão da cana-de-açúcar na Política de Garantia de Preços Mínimos para criar condições para que a gente possa usar mecanismos mais sofisticados recebíveis para toda a cadeia produtiva; terceiro: a inclusão da cana-de-açúcar no Programa ABC, visto a sua alta capacidade de estocagem de CO_2 no solo quando você expande principalmente em cima de pastagens degradadas; por último, a questão da construção de armazéns de açúcar.

Hoje, entre todos os países produtores e exportadores de açúcar, o Brasil...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO LUÍS LEÃO DE SOUSA – ... é o que detém o menor nível de capacidade de estocagem por produção (30%), enquanto nossos competidores, como Tailândia, Austrália e Índia, têm de 65% a 95% de capacidade de estoque em relação à produção, o que lhes dá melhor oportunidade de negociação. Ressalto que normalmente o que se alega é que esse financiamento é voltado para o produtor rural, mas lembro que, no caso da cana, não há como fazer armazenagem – a cana é altamente perecível –, então ela seria feita via seu produto final, que seria o açúcar. E lembro que, como nós temos aí o Consecana, que repassa parte das nossas receitas aos fornecedores de cana, qualquer benefício que nós tenhamos por uma armazenagem adequada será repassado também aos produtores rurais.

Então, com isso, eu concluo a minha exposição, Senadora Presidente, e fico à disposição para questionamentos.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Muito obrigada, Eduardo.

Concedo a palavra a Alexandre Velho, Vice-Presidente da Federação das Associações de Arrozeiros do Estado do Rio Grande do Sul.

O SR. ALEXANDRE VELHO – Bom-dia a todos!

Obrigado, Senadora Soraya.

Quero saudar aqui os demais Senadores e Senadoras e parabenizar o nosso Senador Luís Carlos pela inciativa de trazer este importante tema a ser discutido.

A pauta aqui é Plano Safra e Seguro Rural.

Eu queria salientar que, em nome do Presidente Henrique Dornelles, eu queria comentar com vocês a necessidade cada vez maior de recursos para irrigação. Nós temos um aumento significativo na metade sul do Estado do Rio Grande do Sul da área de soja e, então, cada vez mais se trabalha

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

numa segurança para essa atividade, com o uso de pivôs e demais mecanismos para a gente trazer uma segurança maior nessa importante atividade.

Há também a questão da armazenagem. Eu pediria um cuidado especial nesta área. Precisamos de recursos para armazenagem; para que o produtor tenha, então, uma condição melhor de ter sua armazenagem, e, com isso, um poder maior de barganha com relação aos compradores.

Também há a parte de tecnologia, cada vez mais...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ALEXANDRE VELHO – Não está. Só que se garanta... Sim, está contemplando armazenagem.

Também há a parte de inovação, tecnologia: precisamos cada vez mais nos preocupar com isso. A agricultura de precisão está aí e demanda muitos recursos.

Com relação ao seguro, eu penso que nós temos que fazer melhorias no modelo atualmente existente. Temos a satisfação de ter hoje como Diretor do MAPA o Pedro Loyola, que conhece o assunto e está nos proporcionando uma discussão muito grande deste tema. Estivemos em São Paulo com as seguradoras tratando disso e mostramos a realidade do seguro atualmente existente, que está... Na verdade, ele acaba cobrindo uma parte, um percentual do valor financiado pelo banco, e o valor financiado fica bem aquém do valor que realmente o produtor tira do bolso para plantar. No caso do arroz, o financiamento fica em torno de R$4 mil e o desembolso hoje não baixa de R$6 mil. Então, quando há um seguro que paga um percentual, normalmente 60%, do valor do financiamento, não se está contemplando, então, o valor que o produtor gasta. Mas temos uma abertura, como eu falei, por parte do ministério para, realmente, evoluir.

O Secretário Eduardo falou muito bem aqui da questão do crédito oficial, da importância dele. E eu acho, Secretário Eduardo, que, para uma parte significa dos produtores, nós temos que tentar algum mecanismo para trazer de volta esses produtores para o crédito oficial, porque essa dependência que nós temos da indústria e dos fornecedores de insumos acaba prejudicando em grande parte o mercado, principalmente o mercado de arroz, que é o tema que a Federarroz defende.

Também tivemos uma oportunidade muito importante no Ministério da Economia através do Rogério Miranda: tivemos a oportunidade de mostrar a realidade do setor, as particularidades – não é, Rogério? – que há dentro desse setor, para que o ministério, então, tivesse consciência e pudesse auxiliar. Surgiu uma ideia muito importante de se trabalhar com mercado futuro para o arroz. A CNA tem uma participação muito importante...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALEXANDRE VELHO – ... nisso, está trabalhando no assunto para o café e também para o milho. Nós pensamos que, talvez, nós possamos avançar também num estudo para trazer uma segurança maior para o mercado de arroz.

Também rapidamente queria mencionar a importância, Eduardo, de a gente trabalhar o preço mínimo. Precisamos, então, de um preço mínimo dentro da realidade dos custos, que hoje, no arroz, fica acima de R$40.

E há também a questão do Mercosul, que já tem 27 anos e nunca foi revista. Nós temos tido prejuízo em toda a cadeia do arroz em função dessa entrada de arroz, principalmente do Paraguai.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Nós precisamos de um regramento. Precisamos, então, estabelecer quotas, algum sistema que traga maior segurança e não gere prejuízos para toda a cadeia.

Então, seriam essas, basicamente...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALEXANDRE VELHO – ... as pautas da Federarroz.

E eu agradeço muito o espaço.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Muito obrigada, Alexandre.

Agora eu concedo a palavra a Bartolomeu Braz Pereira, Presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Soja, a Aprosoja Brasil.

O SR. BARTOLOMEU BRAZ PEREIRA – Boa tarde!

É uma satisfação estarmos aqui. Obrigado, Senador Luis Carlos Heinze, Senador que já antes, como Deputado, fez muito pelo agro brasileiro. Nós o reconhecemos como um dos grandes líderes e também como alguém que traz políticas importantes para o setor, como esta audiência pública neste momento de incertezas para o crédito rural. Então, obrigado por nos colocar aqui para debater este tema neste momento tão importante para o nosso setor.

Soraya, obrigado pela audiência pública, por nos conceder... É uma Senadora nova que está chegando, mas que já atua muito bem na frente parlamentar. Obrigado, Soraya.

Senadora Kátia Abreu, obrigado pela presença, V. Exa. que é ex-Ministra, ex-Presidente da CNA também. Nós já fomos colegas de embate. Obrigado por estar aqui também debatendo este tema importante.

E eu queria fazer colocações aqui sobre o nosso setor da soja.

A soja é a principal *commodity* brasileira. Ela tem essa força, essa pujança, esse poder de transformação nas regiões. A gente cita aqui o caso... Nós estamos hoje na cobertura de representatividade em 16 Estados, e 100% da produção somente em Estados que não têm tradição de produção de soja. Estamos aqui hoje com o nosso Presidente da Aprosoja do Maranhão, o Carlos, que veio aqui nos acompanhar. É um importante Estado do Matopiba, acho que é quase o líder na produção por hectare.

Enfim, a gente tem buscado cada vez mais levar esse setor, essa cadeia produtiva, aos Estados, pelo fator econômico, porque ele traz uma economia muito importante, e principalmente pelo fator social também. Nós temos dados que mostram que, antes da soja nos Municípios, nós tínhamos IDHs baixos e muito baixos e, depois de cinco, seis e até dez anos, nós temos IDHs altos e muito altos. Então, isso mostra o fator social importante que a soja traz aos Municípios e ao desenvolvimento e à interiorização das nossas economias do Brasil.

Foram citados vários pontos já, mas, no contexto do Plano Safra, a gente tem: a PEC dos Gastos, que limitou o crescimento das despesas do Governo; os limites orçamentários, a inflação em 3,75%, sendo que o custo por área de produção cresce mais do que isso. Então, são fatores que nos preocupam.

Outro fator que também nos preocupa muito, falando em custo, é o custo de produção, que tem tirado toda a rentabilidade do produtor, às vezes até com excesso de tecnologia e, às vezes, até com falta, é lógico. Nós temos problemas graves de infraestrutura. Precisamos mudar, estamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

trabalhando para isso, mas é um ponto que preocupa muito este setor, a cadeia de soja, que é o setor que vai à frente do desenvolvimento.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Fora do microfone.*) – O custo de produção? Quantos por cento?

O SR. BARTOLOMEU BRAZ PEREIRA – O custo hoje, nós estamos praticamente...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. BARTOLOMEU BRAZ PEREIRA – Não, o nosso custo de produção hoje, Senadora, está praticamente nivelado com a renda que nós estamos tendo. Estamos com um custo de... Aproximadamente 3,6 mil hectares, com a produção de 60 sacos, o que fica mais ou menos na média de R$60. Então, nós estamos no limite do custo de produção. Ele tem aumentado gradativamente todos os anos.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Esse aumento foi de mais de vinte ou menos?

O SR. BARTOLOMEU BRAZ PEREIRA – Dependendo das regiões, ultrapassa 20%. Em outras, não. Algumas regiões que têm logística, como o Sul, têm fatores... Mas essas regiões de expansão, principalmente aquela em que V. Exa. atua, são regiões em que o custo de produção tem aumentado muito.

Nós temos aqui as taxas de juros. Já foram colocadas, e nós também temos proposta.

A nossa proposta de custeio é de que o Pronaf baixe para 4%, a média, e o Pronamp para 5,5%. O Pronamp é muito importante, gente! A gente tem que se preocupar com ele, porque ele é que vai tirar a concentração desse setor. Então, nós temos que ter... Às vezes, a gente fala muito de pequenos agricultores...

(*Soa a campainha.*)

O SR. BARTOLOMEU BRAZ PEREIRA – ... mas nós temos que observar o Pronamp. O Pronamp é que dá a certeza da continuidade da produção, e não a concentração desse setor, que é um setor muito dinâmico, mas também pode haver uma concentração. E para outros produtos nós também pedimos uma taxa de 6%.

O Pronaf e o Pronamp já são utilizados pelos produtores de soja, principalmente das regiões Sul e Sudeste, e demais produtores estão predominantes na Região Centro-Oeste e em Matobipa, onde estão os grandes e médios produtores.

As nossas propostas de investimento...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – A rentabilidade nas regiões é diferente, em Matopiba e no Sul?

O SR. BARTOLOMEU BRAZ PEREIRA – Sim. A rentabilidade do Sul é bem acima da rentabilidade do centro e do Matopiba. Por quê? Nós temos fatores de logística e custo de produção onde há acesso aos insumos, que são importados. Nós tivemos aí... Foi colocado aqui o tabelamento de frete, que causa um impacto muito grande, que está havendo ainda, nesse setor. Nós calculamos, na cadeia de soja, em até 10%. Está tirando a rentabilidade principalmente dos produtores do centro. Então, é um fator bastante preocupante para o setor neste momento, mas o custo de produção no centro fica acima 10% a 15% em relação ao custo para os produtores do Sul.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Há programas que são importantes. A gente tem vários programas de investimentos e custeio, mas os programas que são importantes são esses três aí.

Temos o PCA (Programa de Construção e Ampliação de Armazéns), principalmente no centro, centro-norte, nessa grande expansão agrícola, onde nós temos dificuldades de logística. O PCA nos ajuda muito a manter o equilíbrio nas negociações e nas exportações. Então, para esse programa...

(*Soa a campainha.*)

O SR. BARTOLOMEU BRAZ PEREIRA – ... nós também sugerimos uma taxa de juros a 4,5%.

Há o Inovagro, que vem na inovação, principalmente na área de energia elétrica. Enfim, em vários setores também... A gente pede a manutenção e também a baixa dos juros para 4,5%.

E há o Programa ABC. O Programa ABC é um dos programas mais importantes para a expansão agrícola, para a recuperação das pastagens, para a melhoria das condições de solo. Então, isso traz um benefício muito grande...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Fora do microfone.*) – Quando foi a última safra do ABC?

O SR. BARTOLOMEU BRAZ PEREIRA – Eu não tenho esse dado aqui agora, mas eu acredito que o Sampaio o tenha.

Mas é um programa que nós temos que ampliar, até pela dificuldade que nós temos de infraestrutura logística, e esse armazém vai dar tranquilidade de poder o produtor, em grupos... Nós temos vários grupos já – viu, Sampaio? – conseguindo crédito. São consórcios, condomínios que estão sendo feitos, com vários produtores, de 400ha, 800ha, fazendo o seu armazém pelo PCA, tirando aí um peso das nossas estradas, principalmente nesse período que é de exportação.

Então, a gente pede aí também a baixa dos juros. Nós precisamos... Aí estão os juros atuais, Senadora Kátia, e o que a gente está pedindo, pela manutenção e também pela importância desses três programas para a sustentabilidade da produção do produtor rural dentro da propriedade rural.

Apoio à comercialização. Muitas vezes a gente pensa que não... É importante essa comercialização, mas quero citar bem o exemplo. Essas últimas chuvas nossas que estão ocorrendo em todo o Brasil estão elevando a nossa produção de segunda safra. É uma segunda safra que é de difícil previsibilidade: ela acontece dependendo do clima, das chuvas que acontecem, principalmente neste mês de abril. Nós teremos, assim, um aumento da segunda safra na produção de milho, de produtividade. Então, nós precisamos de apoio a essa comercialização. Houve um ano/safra em que se retirou esse apoio, mas nós precisamos, devido a essa situação que acontece às vezes nas condições climáticas e que levam à necessidade, principalmente em alguns Estados, como o Mato Grosso. O Centro-Oeste todinho necessita muito dessa subvenção.

Recursos controlados. Isso foi bem citado pelo nosso colega da cooperativa, o Ademiro, que já fez essa apresentação na CNA. É um ponto em que a gente pede que nos devolvam esse dinheiro. Esse dinheiro vem para o bem e a sustentabilidade desse setor, que tem qualidade de crescimento, tem qualidade e tem mostrado resultados positivos. Então, quanto a esses recursos, a gente pede que o depósito à vista volte para os 40%; a poupança rural, para os 70%, que é um dinheiro que já havia sido programado; e a LCA, para 50%. Dessa forma, isso não vai custar para o Brasil, é um recurso que já está aí. A gente fala muito... Basta uma regulamentação – não é, Ademiro? – para que esse recurso volte a esse setor que é tão importante para o Brasil. Esse setor não é importante para os produtores, mas para o Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

A proposta do Seguro Rural. Nós fizemos um levantamento de quanto seria necessário de subvenção para cobrir uma área maior de seguro, nós fizemos uma simulação. Nós temos um custo médio – foi calculado o custo total, milho, safra, soja e segunda safra –, e nós chegamos a um custo de seguro a 5%, o que chegaria a 5,4 bilhões – lá são bilhões, nós não colocamos. Mas, se a subvenção abaixar para 35%, isso abaixa para 1,890 bilhão. E o ideal, que a gente está pedindo neste momento, seria uma subvenção de 40%, o que custaria 2,2 bilhões. Traria essa proposta do Rogério aqui, que é uma economia mais vinda de outros recursos, que poderia ter a garantia... Porque tenho certeza de que um banco prefere uma apólice de seguro, assim como qualquer instituição financeira, a uma certidão de terra na fazenda. A apólice resolve muito rápido, e o penhor de safra...

Então, nós precisamos modernizar isso também, Senadora, o penhor...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Fora do microfone*.) – Com 40% de prêmio governamental.

O SR. BARTOLOMEU BRAZ PEREIRA – Com 40% de prêmio, de subvenção governamental, nós atingiríamos 2,7 bilhões nas duas safras e nós estaríamos atendendo uma grande produção de grãos, soja e milho. Então, isso daria tranquilidade para termos mais crédito, e nós teríamos a tranquilidade para um produtor produzir, que é um ponto fatal a que estamos assistindo.

O Sampaio colocou a dificuldade de peritos para acompanharem...

(*Soa a campainha.*)

O SR. BARTOLOMEU BRAZ PEREIRA – Nós temos uma safra que é plantada muito rapidamente devido à segunda safra que vai acontecer. A safra de soja é plantada em 20, 30 dias. Então, os problemas vão acontecer todos na mesma época.

O que aconteceu? O prêmio pago foi pouco para 1 bilhão e pelo caos que tivemos na visita desses peritos às nossas propriedades rurais. Nós precisamos modernizar, tirar, talvez, o olho humano, a mão humana, desse mecanismo de seguro – nós já temos modelos inteligentes –, para que a gente possa dar celeridade e também tranquilidade às seguradoras que vão investir, senão nós vamos ficar a vida inteira... Quando há problema...

Um problema que tivemos agora, que foi sério, mas não tão sério como era a nossa expectativa, trouxe uma dificuldade muito grande para o produtor ser ressarcido nesse momento, até por falta de estrutura.

O seguro do banco...

(*Soa a campainha.*)

O SR. BARTOLOMEU BRAZ PEREIRA – Hoje o valor orçado é 700 milhões; a necessidade, como coloquei, em 40%, era de 2,7 bilhões – é o que nós necessitamos para que seja atendido.

E um dos pontos unânimes aqui é que esse acesso vá direto ao produtor rural. Nós não podemos enriquecer, às vezes, os bancos... E trata-se de tirar isso do banco também: o banco não pode vender seguro, o banco é uma instituição financeira. Para ele vender seguro – está aqui o pessoal do arroz –, ele acaba atrelando e fazendo uma venda casada, que é um crime que tem acontecido e tem trazido problemas seriíssimos para os nossos produtores.

Então, esse acesso, nós precisamos que seja leilão ou *voucher*, mas que chegue ao produtor rural e ele vá buscar sua ferramenta de seguro para que ele possa ter tranquilidade. Hoje só quem tem seguro é quem vai a uma instituição financeira, principalmente uma que domina aí quase que 60%, ou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

mais de 60%, do crédito rural. Nós não podemos deixar o nosso recurso, o recurso do Brasil, sendo jogado nas mãos dos bancos. Nós temos que levar isso para a produção de alimentos. Então esse é um ponto que nós temos que mudar e tentar fazer com que isso aconteça.

A Lei Agrícola de 2018. Americana... Isso aí é só um exemplo para citar: nos Estados Unidos – foi transformado em reais já... Enquanto nós estamos falando aqui em 400, 700, ou 2.700 bilhões, que é o nosso pedido, os Estados Unidos, com praticamente a mesma produção nossa, têm 28,9 bilhões, e programas de renda, de preços lá, para manter o preço dos grãos, que é esse que nós falamos, em 400 milhões – lá são 23,9 bi!

E um fator importante é que nós temos aqui as nossas propriedades rurais com áreas protegidas por lei, reservas legais, e nós não temos nenhuma renda sobre isso. Lá o Governo destina 22 bilhões ao ano para produtores não plantarem em algumas áreas. Então, a gente precisa de avançar. A Ministra Tereza Cristina ontem, na audiência, colocou esse ponto, que é um ponto em que nós temos que avançar. Proteger meio ambiente é econômico também. Ninguém é obrigado a proteger sozinho. Ninguém aqui coloca 25% ou 30% ou 50% da sua residência, do seu apartamento, para o meio ambiente, somente o produtor rural. Então, isso precisa ser revisto, porque nós não podemos ficar enganando a nós mesmos.

Os preços mínimos nos Estados Unidos. Uma soja lá hoje tem um preço mínimo de R$70 – nós transformamos em reais. O milho... Porque os mercados são *commodities* formadas nos Estados Unidos. O nosso preço também é de lá. O milho é R$33. Você tem um preço lá de EGF se você quiser ficar; estocado é um valor abaixo, mas, se você tiver uma garantia, você vai trabalhar em cima daqueles valores lá. Então, olhem a diferença que nós estamos tendo aqui. E o Governo não dá dinheiro para nós, ele nos empresta caro, comparando aos concorrentes... E há também à própria taxa Selic aqui hoje.

Então o produtor... Foi citado aqui pelo Belmiro que nós temos apenas 2% de subvenção na renda, contra 10% dos Estados Unidos e 50% do Japão. Isso são dados da OCDE, não são dados nossos. E o Brasil é o País mais competitivo do mundo na produção, pessoal. Ninguém no mundo tem uma soja com qualidade de proteínas, tem uma soja sustentável, tem uma soja mais competitiva... Ainda passamos pelas nossas dificuldades de infraestrutura, mas nós somos o país mais competitivo ainda. Por isso que é interessante não deixar esse setor, às vezes, num momento desses sem esse produto.

Eu estou falando aqui desde o pequeno produtor até o grande produtor. Nós não tratamos diferença nisso aí, apesar de alguns precisarem de mais políticas, é lógico. O setor necessita, todo ele, de políticas públicas para dar continuidade... E quem regula os juros, são os juros controlados... Nós precisamos buscar uma forma, Sampaio, de resolver essa questão, porque esse juro vai ter que ter uma regulação. Nós não podemos deixar isso solto neste momento de instabilidade e trazer aí, às vezes, um agiotismo a esse setor.

Então nós estamos aqui abertos a discutir. A nossa expectativa é de continuar crescendo. O setor de soja é um setor que vai na frente; a pecuária vai e abre as áreas, mas nós é que transformamos as economias. Então, nós queremos, cada vez mais, dar resultado ao Brasil.

Obrigado, Soraya.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Obrigada, Bartolomeu.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Antes de conceder a palavra aos Senadores para os questionamentos, eu gostaria de exaltar a participação da população, cada dia mais, aqui pelo e-Cidadania.

Cláudio Roberto, de São Paulo, tratou de fraude no seguro para facilitar mais o crédito e minimizar os riscos.

Assis Marinho, do Distrito Federal, disse que o seguro agrícola deve cobrir a rentabilidade das atividades agropecuárias e que, no Brasil, só cobre o capital emprestado.

Catharina Marques, de São Paulo, também falou sobre seguro agrícola, tratando dos fenômenos climáticos.

Waldilier Canuto, do Rio de Janeiro, disse que o setor rural é o mais importante do País, por isso ele deve ser beneficiado.

E o Hélio Divino, de Goiás, trouxe algo sobre cooperativas, Ademiro, sobre desvio de objetivo – depois eu te passo, certo?

E quero agradecer, foi bastante esclarecedor. Eu tenho certeza de que o Ministro Paulo Guedes e a Ministra Tereza Cristina terão horas e horas para discutirem os pleitos que daqui os senhores vão levar.

Agora eu concedo a palavra à Senadora Kátia Abreu.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – O Dr. Rogério deve estar um pouco assustado... Está bem, não é? Pelo menos cabelo para cair não tem mais, só nós! (*Risos.*)

Muito obrigada a todos pela presença.

Foi apenas uma brincadeira! Já estive com o senhor no Ministério da Economia, foi uma ótima conversa.

Nossos amigos antigos, Presidente da Comissão, como nós temos apenas dois Senadores, acho que a gente pode falar um pouquinho mais e aproveitar a presença de todos aqui. O assunto é bastante sério; não é grave, mas é sério.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Senadora, só para justificar a ausência: é que está sendo votada na CCJ a questão da CPI da Lava Toga. Então, não é um desprestígio não. É que a Casa está com muitas pautas de urgência, como essa.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Eu queria iniciar fazendo uma consideração um pouco mais abrangente, Dr. Rogério – S. Sa. é do Ministério da Economia, por isso estou me dirigindo a ele –, porque pouca coisa pode fazer a Ministra da Agricultura se não tiver uma força e um entendimento global, geral, da agricultura brasileira. Vai ficar falando sozinha e pouco vai avançar, fazendo apenas o arroz com feijão; não importa competência ou não nessa hora. Então, eu me dirijo ao senhor para que nós possamos pensar em alguma coisa um pouco mais ampla para a agricultura, incluindo setores e fatores e características importantes e muito diferentes da agropecuária brasileira.

Infelizmente ainda não saíram todos os resultados do censo agropecuário, nós só temos o censo de 2006 totalmente aberto – está demorando um pouco a abertura de todos os dados, e eu gostaria de dar dados um pouco mais atualizados.

Nós temos 5,2 milhões de propriedades rurais no Brasil. É muita coisa. Os Estados Unidos, o Canadá e a Austrália juntos têm 2,7 milhões de propriedades rurais. A infelicidade é que nós estamos caminhando para um fim, para uma estrada, onde vamos fazer agricultura sem agricultores. A

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

concentração está acontecendo cada dia mais fortemente em todos os setores. No nosso não está sendo diferente.

Desses 5,2 milhões de produtores, 86% são pequenos produtores. Não significa que todos sejam pobres. Nós temos pequenos produtores ricos, mas, para se ter uma ideia, há 1,3 milhão de assentados da reforma agrária, e nós sabemos como estão as condições dos assentamentos no Brasil.

Quero dizer, com isso, que nós temos uma agricultura muito próspera, que faz fama no mundo inteiro, mas que, desses 500 milhões de propriedades, temos 500 produtores que fazem 50% do valor bruto da produção. E nós temos, mais ou menos, 70% desses produtores que não chegam a 5%. Nós temos que considerar que, entre esses 70% que não produzem, nós temos uma boa parte de moradores rurais, como no Nordeste por exemplo. Opção. Não tem casa na cidade, não produz nada. Às vezes são pessoas idosas que recebem o BPC ou o Bolsa Família. Elas moram, não têm expectativa quase nenhuma em termos de produção.

Mas nós temos um classe D, ampla e muito capaz, que poderia facilmente ser incluída na classe média. A classe média rural brasileira não existe, ela é muito pequena, ao contrário da classe urbana brasileira, que é de 50%. Então, hoje nós precisamos elevar essa classe D. Isso não tem nada a ver com tamanho de terra – viu, doutor? –, estamos falando de tamanho de renda.

Se o senhor levantar hoje a pobreza no Brasil, verá que grande parte está no campo, grande parte está no campo hoje. Então, a gente tem de tomar uma decisão política apenas. É uma decisão política como a que foi tomada no governo militar para a criação da Embrapa. Foi uma decisão política acertada: a criação da Embrapa tinha como objetivo fazer com que o Brasil deixasse de ser um grande importador de alimentos e pudesse ser autossustentável – naquela época, a gente gastava 50% do que ganhava com comida, hoje nós gastamos 18%. Então, com esse foco, com esse planejamento estratégico, nós não só deixamos de importar alimentos como transformamos o Brasil no maior exportador de quase todos os produtos importantes do mundo, como soja, carne bovina, frango. Nós somos os primeiros do mundo.

Nós temos de tomar agora, neste momento – qualquer governo que ganhasse essas eleições –, outra decisão política daqui para diante. O que nós queremos da agricultura brasileira? Qual é o planejamento estratégico para o futuro? Nós queremos uma concentração? Queremos fortalecer uma classe média? Queremos uma agricultura com agricultores?

O que aconteceu com o crédito oferecido e não tomado? O próprio Secretário de Política Agrícola do Mapa disse que não tem as explicações totais. Pois eu tenho: a grande maioria arrendou terras, e esse produtor arrendatário... Ninguém aumentou o limite dele, do CPF dele. Então, ele continua com o mesmo limite de CPF, pode tirar o mesmo valor que ele tirava quando era sozinho e agora ele arrendou cinco fazendas do lado. Então, o Ministério, nesta hora... Trezentos mil contratos a menos... Não deveria ter sido extinto, eles deveriam ter sido transferidos para quem arrendou, por isso houve devolução de dinheiro. Não há possibilidade de ser outra coisa. Então, o limite precisa ser ampliado, e não apenas anunciar 300 mil contratos a menos. Foi falta de uma política que acompanhasse a tendência do arrendamento no País. Não tenho dúvida nenhuma de que seja isso.

A tecnologia que nós produzimos hoje no Brasil é de ponta. O Roberto Rodrigues falou outro dia – achei muito bonitinho –, na nossa "ciência tropical brasileira". Nós temos uma tecnologia de ponta, nós tropicalizamos a agricultura no mundo; importamos tudo da Europa e tropicalizamos no Brasil.

O que acontece? A tecnologia também concentra, ela é concentradora de renda, ela concentra renda, e eu acredito – não tenho medo de errar – que toda tecnologia disponível no País hoje não está

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

nas mãos de nem 20% dos produtores brasileiros, porque, no passado, acabou-se com a assistência técnica, com a extensão rural, com todos os programas. Não há outro jeito de fazer tecnologia andar, ela é produzida em laboratório e campo e alguém tem que levar a informação e a boa nova até os produtores. Os grandes têm os seus meios, e essa tecnologia é totalmente aberta, mas os pequenos e os médios estão cada vez mais pobres porque não têm renda para comprar a tecnologia e a tecnologia não chega até eles, porque ela também custa. Então, são dois problemas graves: eu tenho que fazer a tecnologia chegar, democratizar a tecnologia, e eu tenho que fazer com que esse cidadão dê conta de comprar essa tecnologia.

O que estou dizendo? Ele pode chegar em uma casa agropecuária e ter dois tipos de milho: um que vai custar R$200 o saco de semente e um outro que vai custar R$500, mas que vai produzir muito mais, o dobro. Ele não tem os R$500 para comprar. Ele sabe que vai produzir menos e compra o saco de R$200, uma semente inferior. Isso é falta de renda para comprar tecnologia. Então, não é apenas o conhecimento.

Se isso for um ideal de governo, isso tudo tem formas simplíssimas de resolver, ninguém vai buscar a roda. Nós temos um exemplo aqui perto no Rio Grande do Sul, do Heinze, no Paraná, em Santa Catarina, parte de São Paulo, algumas coisas em Minas Gerais, que é o cooperativismo, uma questão cultural, não é uma questão de opção de fazer ou não fazer.

No Centro-Oeste, no Matopiba, nós não temos essa cultura de cooperativismo e é difícil implantá-la. É a única forma que você tem de curar a distorção de mercado, porque a distorção de mercado é que eles compram mal e vendem mal porque eles estão sozinhos. Eles estão sem escala tanto para produzir, para comprar os insumos, como para vender os seus produtos. Dez caixas de bananas não se vendem tão facilmente como um caminhão de banana. Isso, Dr. Rogério, é uma opção.

Como é que os Estados Unidos e a Europa fizeram? Do jeito mais fácil possível, muito melhor do que o nosso, bancaram com subvenção: "Não queremos problemas. Quanto custa isso aí? Paga." Custa US$1 bilhão/dia, o que dá US$365 bilhões ao ano. Então, eles vão lá e pagam. "Quanto custou o leite?" "Dez." "Quanto é o preço na rua?" "Três." "Então, toma sete." Então, subvenciona, o povo está no campo... Agora, nós não temos essa condição; nós temos dificuldades com o nosso Tesouro; nós não temos recursos apropriados e suficientes para fazer isso. Então, nem estou sugerindo isso, mas há um jeito fácil e um pouco mais trabalhoso de fazer, mas dá para fazer, sim, porque o modelo cooperativista é um exemplo para nós.

Agora, nós temos, com relação à agricultura comercial, empresarial... Com relação à armazenagem, o senhor viu que todo mundo aqui reclamou. O que acontece? A safra se move. É igual gente: ela se move. Então, a armazenagem correspondente a uma safra tem que ser um e meio, ela tem que ser 150% de armazenagem para 100% de safra. Nos Estados Unidos é assim: eles têm 150% de capacidade de armazenagem da produção americana, porque ela anda, ela muda de lugar na medida em que vai sendo comercializada.

E nós estamos falando não da armazenagem pública; nós estamos falando de armazenagem privada, dentro das fazendas, que isso... A nossa? O senhor quer saber quanto nós temos? Cerca de 60%. A nossa safra: de 100% só tem armazenagem para 60%. Então, quando eles falam desse assunto, é gravíssimo, é muito grave. Então, não é apenas um pedido vão com vontade de ter armazém em casa. É verdadeiro isso e muito sério.

Com relação ao ABC. Quando o Presidente Lula foi a Copenhague e inventou esse ABC, nós quase morremos. Nós queríamos matar, morrer, porque achamos que isso iria ser um negócio que ia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

acabar conosco, ainda mais por uma imposição em lei... "Como é que a gente vai fazer?" E, aí, ao fim e ao cabo, transformou-se em um instrumento muito bom para nós – e, depois, no outro Governo, ampliaram-se esses valores –, que é a fertilização de terras, mais nada. Fertilização de terras! Cumpriu o compromisso que se fez na COP 15, se não me engano, mas o nosso bolso melhorou, ele encheu um pouco mais, porque, em vez de duas vacas, colocou cinco; em vez de tantos sacos, produziu mais.

Então, o ABC é de uma importância para aumentar a produtividade brasileira que não temos como dimensionar, não temos como mensurar o que isso significa em termos de redução de emissão de CO_2, com toda... Não adianta o Governo ter aversão a tudo isso. Nós todos já tivemos muita aversão a essa questão ambiental, mas, hoje, nós já assimilamos tudo isso, sabemos que é uma exigência internacional. Não adianta gritar, esbravejar. Isso é coisa lá de trás. A gente já se acostumou, porque nós aprendemos que, graças a Deus, todas as exigências ambientais trazem lucro para nós. Nenhuma delas traz prejuízo para nós, todas dão lucro. Pode levantar tudo. Então, são as técnicas de manejo que eu estou dizendo de redução de CO_2.

Então, nós acreditamos que o ABC... Nós fizemos um compromisso de 197 bi; nós já aplicamos, até agora, pelo menos até a última vez que eu olhei, 17 bi. Fizemos nove milhões de hectares, o que não é pouco, é muito. Melhorou bastante, ajudou muito! Então, quem faz o ABC tem uma preferência também. Você não pode tirar só para comprar vaca; você pode comprar vaca, mas você tem que reformar a pastagem. Você pode comprar trator, mas você tem que reformar a pastagem. Então, é uma vinculação muito importante.

Talvez, eu não sei, nós poderíamos criar alguns fundos, junto com recursos internacionais, para que pudéssemos ampliar o ABC. Ele é pago, a gente paga por ele. Claro que os juros são subvencionados, lógico, porque o retorno não é tão rápido assim, o retorno de se investir na terra. É igual investir em saneamento básico: é médio e longo prazo na saúde humana e é super necessário.

Então, para a agricultura, o ABC tem o mesmo significado que o saneamento básico na saúde das pessoas. Será que eu fiz uma analogia muito ruim? Não, não é? Eu acho que têm o mesmo grau de importância para nós o saneamento e o programa ABC. Que a Agricultura de Baixo Carbono tenha outro nome, de qualquer coisa, mas eu penso que os países ricos têm muitos recursos, fundos soberanos, como a Dinamarca, a Noruega, a Salic, da Arábia Saudita, que é a segunda maior, países que poderão querer investir nisso, com os mesmos juros. Eles não sabem onde pôr o dinheiro. E qualquer juro para eles é "jurão". Se a gente pagar o juro do ABC para eles, eles não vão acreditar. Eles vão morrer de alegria. Então, é apenas uma sugestão.

Com relação à produção e, agora, à subvenção, ela foi reduzida, Dr. Rogério, em 43% nos últimos anos. Ela saiu de 21, passou para 15 e, nesta última safra, foram 12, realizados, números oficiais. Então, nós saímos de 21 para 12.

Eu gosto de fazer uma comparação, só para amolecer um pouco o coração da Fazenda, da Economia e do povo brasileiro, para não imaginar que os produtores estão choramingando dinheiro, Presidente da nossa Comissão, Senadora Soraya. A gente não choraminga dinheiro. Nós choramingamos competitividade, porque, se tivéssemos um Estado que correspondesse exatamente ao que nós fazemos da porteira para dentro, não precisaríamos de subvenção nenhuma – estrada, ferrovia, hidrovia, porto, energia. Não haveria problema. Agora nós fazemos a nossa parte da porteira para dentro, e o Estado brasileiro não fez da porteira para fora. E vocês viram a taxa de juros aqui, a taxa de juros brasileira na agropecuária. Então, essa subvenção não é financeira, econômica. Ela é uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

subvenção de competitividade para que a gente não perca e não possa competir com o mercado americano, que é o maior competidor que nós temos.

Então, eu comparo aqui a Zona Franca de Manaus, para o senhor amolecer o seu coração um pouco, para o senhor ver que coisa horrorosa – não é a Zona Franca de Manaus que é horrorosa; a comparação é que horrorosa. A Zona Franca de Manaus recebeu de isenção fiscal, que, de certa forma, é uma "subvenção" – entre aspas –, R$24 bilhões no ano passado. E nós caímos de 21 para 12, certo? Agora o que representa uma e outra? A Zona Franca tem 113 mil empregos, e nós, 30 milhões. Nós temos um PIB de um 1,380 tri, e lá o faturamento é de 87 bi. A balança comercial de Manaus é deficitária em US$10 bi, a nossa é superavitária em US$88 bi. As exportações de Manaus significam US$718 milhões, a nossa, US$102 bilhões. Então, eu sei que não tem nada a ver uma coisa com a outra. É apenas para dar uma dimensão do que é aplicado na agricultura e do que é aplicado em outros lugares e o resultado, porque quero chamar a atenção para resultado de subversão, porque subvenção não é do Governo. Subvenção é do povo brasileiro. É imposto, gente! O que o povo fez foi contribuir. Então, nós temos que dar satisfação para esse povo que pagou de como nós estamos usando isso. Está dando resultado ou nada? Está. Garanto que a agricultura está dando resultado, certo? Agora os demais eu não sei. Tem que verificar.

Então, aqui, na verdade, outra coisa que precisa ser observada – já estou terminando, Presidente – é: os custos do frete... Eu adorei você tocar nesse assunto, porque está virando uma obsessão, e o povo já está até enjoado de me ouvir falar.

O leilão da Ferrovia Norte-Sul foi um descalabro, foi horrível e consertaria isto aqui: os custos de 15% a mais do que a soja tem no Centro-Oeste e no Matopiba poderiam ter sido consertados rapidamente com o direito de passagem no leilão da Ferrovia Norte-Sul.

Eu não desisti ainda, eu estou com oito ações na Justiça, estou movendo céus e terra. Eu tenho absoluta certeza de que o Paulo Guedes não sabe disso. Não pode saber, porque um homem liberal como ele não pode ter tirado a livre concorrência da Ferrovia Norte-Sul, renovando todas as outorgas dez anos antes – certo? –, tudo sem direito de passagem, todas as ferrovias do centro-sul e todas as do centro-norte. Então, nós vamos ficar 10 mais 30, 40 anos sem direito de passagem. A chance de baratear o fretezinho nosso lá, no Matopiba e no Centro-Oeste, é zero, porque eles são os donos totais, eles colocam a tarifa em 90% do preço do frete, 90%, é o que está valendo na VLI Tocantins, e eu vivo levando carão de produtor. Mesmo sendo contra, eles se encontram comigo e me dão carão por conta do preço da ferrovia, da VLI.

Então, eu quero apenas lembrar que, apesar de reduzir a subvenção em 43% nesses três anos, nós aumentamos os custos de produção em 22%, nós aumentamos a terra em apenas dez, aumentamos a produtividade muito mais do que isso e a conta não fecha. Eu reduzi a subvenção e aumentei o meu custo de produção. Se antes eu recebia – é 1 milhão por CPF, eu não sei mais quanto é; quanto é? – 1,5 milhão por CPF, quanto é 20% disso, 22%? Isso tem que ser corrigido ano a ano, de acordo com o custo. Então, eu tenho que receber 1,5 milhão mais os 22% do custo de produção. Vocês têm a Conab, vocês têm o Ministério da Agricultura, que calcula isso numa velocidade incrível.

Então, o CPF, o valor e o limite não podem ficar congelados. Ele tem que variar sob dois aspectos: um é o custo de produção. Eles não são culpados não, não são eles que são incompetentes. São os insumos que estão subindo com uma velocidade enorme. E tudo em dólar – não preciso falar o preço do dólar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Então, os custos subiram e eles ampliaram as suas terras, porque, graças a Deus, uns não querem mais porque ficaram todos sabidos, e uns doidos ainda querem. Então, eles arrendam as terras, estão aumentando a sua produção e continuam com 1,5 milhãozinho, Presidente. Então, não há possibilidade. Sobra o dinheiro mesmo.

São detalhes por que a gente luta há muitos anos, não é uma crítica focada neste Governo, absolutamente. Isso são considerações com que nós trabalhamos há anos. Aliás, uma ampliação de terra foi de 5% e o aumento de produção de 22% e o custo, também, em 22%, coincidentemente.

Então, eram essas as considerações que eu gostaria de fazer e o nosso projeto de lei, graças a Deus, todos aqui mencionaram e o apoiaram, porque, apesar de eu ser a autora, ele foi construído quando eu estava no Ministério, eu ouvi todas as entidades do País. Eu queria fazer um novo passo, o quarto passo moderno da agricultura brasileira. O primeiro foi a Embrapa, o segundo foi no Governo militar, o terceiro foi no Governo Collor, com a PGPM, os preços mínimos, a garantia de preço mínimo. Depois, nós tivemos o seguro agrícola, no Micheletto, no Governo do Fernando Henrique, se não me engano – Micheletto foi Fernando Henrique, não é?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Em 2003, Governo Lula, 2003. E esse projeto, que não é meu, eu só emprestei a tinta da caneta, é um projeto que vai revolucionar a agricultura. Vai ser o quarto passo da agropecuária brasileira, no qual vamos melhorar a gestão de risco e ir diminuindo passo a passo a injeção de crédito, chegando a 90%, 99% de seguro, porque se tivermos 99% de seguro até eu vou vender uma fazenda e vou financiar produtor, porque é rentável. Para quem tem seguro garantido todo mundo quer emprestar e por um juro bem barato, mais barato do que Selic.

Então, seguradora, que hoje corta o nosso pescoço, esquece esse povo! Porque na hora em que nós aprovarmos esse projeto em que os 6 bilhões ou 7 bilhões, que foi o que deu aqui, e mais um da Conab... Porque não vai precisar de Conab para fazer o seu seguro, nem vai precisar de AGF mais. O que vai acontecer? A Conab pode ter outra função importante, é mais 1 bilhão de economia. Então, nós podemos ter 8 bilhões, Bartolomeu, em um saco só, que é no Tesouro, fazermos o risco e irmos administrando na medida da necessidade do País, inovando com os contratos de opções privadas. Isso vai ser fantástico e também será um seguro para o produtor.

Então, isso vai na linha do Governo Federal, vai na linha do Ministro da Economia. Eu tenho certeza de que nós precisamos aprovar, com alguns ajustes, de novo, reunindo todo o pessoal, para ver se é isso mesmo e começar a fazer, porque gradativamente a subvenção do crédito não vai ser necessária.

Só a título de informação, Heinze, é a última coisa: quando o Heinze citou essa tabela aqui, muito correta, sobre o VBP, os Estados Unidos investem 26%, a Europa 24%, a China 17% e nós 4%, qual é o permitido pela OMC? É 10%. A cláusula de minimis determina que cada país pode gastar até 10% do valor bruto da sua produção em subvenção. Então, nós estamos em 4%. Se a gente quisesse entrar com uma ação contra os Estados Unidos, a Europa e a China, nós teríamos instrumentos, porque eles passaram dos 10%: 26%, 24% e 17%.

Nós somos, doutor, bons demais da conta. Nós somos um espetáculo, sucesso absoluto, a economia fica junto conosco, o planejamento, vendo o que querem os produtores de soja, o que querem os da região do eixo Arco Norte; a logística tem que entrar nesse planejamento. Nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

queremos sair para cima, acima do Paralelo 16, o que é prejuízo para quem desce. O Paralelo 16 corta Goiás na cintura, o Estado de Goiás. Quem estiver acima dele tem que sair por Santos, tem que sair por Paranaguá, tem que sair por Vila do Conde, não pode descer para Santos e Paranaguá, porque é prejuízo na certa. Quem estiver abaixo do 16, tudo bem. Agora, lá para cima, está tudo fechado.

Nós aprovamos a MP dos Portos. Eu tive o prazer e a honra de colaborar fortemente em escrevê-la. Aumentamos os portos, mas nós precisamos de saída e de logística para cima. Para cá nós vamos pelo Canal do Panamá, chegamos na China mais rápido; e, para a direita, por Itaqui, vamos para Roterdã, e é cinco dias a menos do que Santos para Roterdã, o espetáculo que é essa região do eixo Arco Norte brasileiro.

São essas as considerações para que a gente possa dialogar. As entidades têm uma capacidade técnica maravilhosa e a gente pode sentar. Depois do governo militar, nunca mais tivemos o planejamento. Nós podemos agora aproveitar inclusive a presença dos militares no Governo para ampliar esse debate e fazer um grande projeto nacional para a agropecuária, uma grande agricultura, mas com agricultores.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Obrigada, Senadora.

Senador, o senhor prefere falar antes de eles tomarem a palavra? O senhor fala depois?

Então, começamos com o Sr. Rogério.

O SR. ROGÉRIO BOUERI MIRANDA – Pelo discurso da Senadora, pelas palavras da Senadora, temos muitos e muitos pontos de alinhamento. E eu acho que nós temos uma estrada em comum para seguir, muito embora algumas das coisas aqui nesta Comissão em que há divergência entre o Ministério da Economia e as outras entidades, com o Ministério da Agricultura nós também estamos alinhados, mas com as entidades, obviamente, elas sabem onde o calo aperta e eu realmente não vejo como naturais alguns dissensos.

Eu só gostaria de esclarecer que, na questão do nosso Plano Safra, do nosso financiamento, se nós olharmos os números – e como foi dito aqui, os números não mentem –, vemos que estamos prevendo para o ano safra corrente o maior valor de crédito rural da história. A gente fala lá das fontes, etc., é tudo muito pertinente, mas o valor utilizado é o maior, e o da safra 2018/2019 é o segundo maior. Então, a gente pode discutir onde estamos botando a subvenção, Programa ABC.

E outra coisa que gostaria de frisar, e obviamente eu estou respondendo aqui diretamente à OCB e ao Ademiro, que é uma pessoa que eu respeito profundamente, é que existe uma série de estudos – o último deles da Fundação Getúlio Vargas, do Prof. Samuel Pessôa, que é um dos maiores economistas do Brasil – que detectam claramente uma redução: para cada 1,5 ponto percentual de crédito direcionado – esse 1,5 em relação ao PIB –, você tem um aumento da TJLP, da Selic, das duas taxas, de cerca de 2,2 pontos percentuais. Então, esse aumento é detectado. Baseado nisso é que a gente tem que evoluir essa política. Eu acho que as palavras da Senadora estão completamente na direção certa.

Quanto à questão da armazenagem, nós tivemos e estamos tendo um diálogo intenso com a frente parlamentar – eu estou virando freguês lá. Quanto à questão da armazenagem, em 2007 houve uma medida provisória, uma minuta de medida provisória, para que se permitisse aos cerealistas tomar crédito rural para construir armazéns. Essa medida provisória parou. A pedido da frente parlamentar nós estamos revendo, estamos trazendo de volta para...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Fora do microfone*.) – Proibir o cerealista...

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Não. Permitir. Então, é rever, propor melhorias.

Na questão do crédito, nós estamos propondo nos próximos dez dias uma medida provisória também. Já tive luz verde do Secretário Especial Waldery Rodrigues e do adjunto, ex-Ministro do Planejamento, Esteves Colnago, que está com...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Fora do microfone*.) – André Esteves – não deve ser?

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Não, não. Foi ato falho. É Esteves Colnago, que foi Ministro do Planejamento, que é o adjunto do Secretário Waldery.

Tivemos sinal verde para propor uma medida provisória criando um mecanismo de aval fraterno, solidário para aumentar a capacidade de contratação de crédito dos agricultores e tentar equacionar, pelo menos, parte do problema do crédito daqueles agricultores que já estão endividados, inclusive fora do setor bancário.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGÉRIO BOUERI MIRANDA – Então, quando a gente vê, o cenário é de mudança, até por imposição da realidade, mas nós podemos fazer com que essa mudança seja benéfica ao agricultor brasileiro. E não tenho dúvida de que o que Ministério da Economia quer é que o *agrobusiness* bombe, porque nosso negócio hoje, no Ministério da Economia, é *business*. Nós somos agora um Governo liberal na economia, nós queremos que as pessoas que produzem ganhem bastante dinheiro e que as famílias tenham a segurança alimentar devida. Nós não queremos que o preço dos produtos agrícolas pese na inflação e assim por diante.

Eu não vou me alongar mais porque, dado o adiantado da hora, eu tenho que deixar os outros falarem também.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Fora do microfone*.) – Cada 1,5% de crédito subvencionado aumenta a taxa Selic em 2,2?

O SR. ROGÉRIO BOUERI MIRANDA – Segundo o estudo da FGV, Luciano Miranda e Samuel Pessôa, cada 1,5 ponto percentual a mais de crédito direcionado – não é o subvencionado, é o direcionado, esse 1,5 é em relação ao PIB – dá um diferencial de Selic de 2,2 pontos percentuais a mais.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Mas isso não é só agricultura.

O SR. ROGÉRIO BOUERI MIRANDA – Não, absolutamente. A agricultura...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Foi mostrado ali que o comércio, que a indústria estão muito além do nosso subsídio.

O SR. ROGÉRIO BOUERI MIRANDA – O ponto aqui, Senador, não é a agricultura. A agricultura é uma pequena parte desse conjunto. É 18% na verdade. Os outros 82% estão fora da agricultura.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Sim, com a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. BARTOLOMEU BRAZ PEREIRA – Esse pedido, Senadora, foi nosso, do setor produtivo, principalmente do setor de grãos, para segurar essa PEC.

Qual é o objetivo do PCA? O objetivo do PCA é atender o produtor rural, e nós não podemos redirecioná-lo para uma forma, o atravessador. Eu acho que nós deveríamos criar outra linha de crédito, mas o PCA, da forma que ele está, nós precisamos melhorar o acesso e pedir menos burocracia. Nós já temos melhorado isso.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – E manter só para os produtores.

O SR. BARTOLOMEU BRAZ PEREIRA – Para os produtores rurais. Então, esse é um pedido nosso.

Por isso, eu quis colocar aqui, porque, às vezes, estavam entendendo errado. Então, é um ponto que é necessário que se mantenha, porque são modelos que deram certo, a gente conhece. Nos Estados Unidos, os armazéns estão dentro das propriedades rurais e ali é que se faz depois a redistribuição desse produto e uma boa logística.

Um outro ponto – inclusive, nós estamos no grupo de trabalho do endividamento – é essa questão de dívidas com terceiros. Pela dificuldade de acesso a crédito – a Senadora colocou muito bem –, houve o aumento do custo de produção, e os valores continuaram, acho que uns quatro, cinco anos, o mesmo valor de 1,5 milhão.

Então, isso fez com que, pela necessidade de o custo ser muito alto, o produtor rural buscasse crédito fora, com juros altos. E nós temos outros fatores. O arroz também tem essa mesma situação. Então, o produtor está endividado fora. Nós precisamos buscar essa alternativa que, como você colocou, é bastante interessante.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Obrigada, Bartolomeu.

O SR. EDUARDO LUÍS LEÃO DE SOUSA – Posso fazer um comentário rápido?

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – A voz é tua, ligue o microfone.

O SR. EDUARDO LUÍS LEÃO DE SOUSA – Vou comentar um pouco o que cada um falou aqui rapidamente.

O Ademiro falou várias coisas, já debatemos isso em outros fóruns, a questão das medidas do Banco Central foge da minha... Mas um ponto que eu deveria ter mencionado e não mencionei é a questão do Proagro, Proago Mais e o seguro. Estamos fazendo um esforço sim. O Proagro é um programa em que os produtores comunicam com o PSR, então, estamos tentando trazer tudo para um balaio só. O Proagro Mais não é o mesmo produtor, não, Ademiro; o produtor é menorzinho. Estamos tentando também ver se atrai a maior parte deles para o PSR.

O Eduardo Leão, eu quero usar esse exemplo, o comentário da Senadora Kátia Abreu, do Rogério, agora, olhem só: R$12 bilhões para o Prorenova, não é?

O SR. BARTOLOMEU BRAZ PEREIRA – São R$12 bilhões os recursos totais necessários.

O SR. EDUARDO LUÍS LEÃO DE SOUSA – Isso.

O SR. BARTOLOMEU BRAZ PEREIRA – O que nós estávamos pleiteando seriam R$4 bilhões de recursos do BNDES.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. EDUARDO LUÍS LEÃO DE SOUSA – Então, 1,5 de custeio para a cana, que é totalmente justificável, incluir a cana no ABC, e a questão do armazém do açúcar... Cerealista não tem, esse é o debate que está havendo aqui agora, cerealista não tem acesso ao crédito rural. Esse é o debate que teve...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO LUÍS LEÃO DE SOUSA – Exatamente, ele não tem acesso.

Então, é isso. Depois eu vou falar um pouco mais da fala da Senadora, que foi muito longa. Mas é isso, o cobertor é esse. A não ser que se tome decisão política, como a Senadora falou aqui: "Vamos mudar esse cobertor", entendo o cobertor como... Olha só, eu preciso do dinheiro para renovar a cana um pouco mais do que estou tendo, eu preciso atender ao cerealista ou não? Eu sou de outra opinião, é certo, mas eu acho que não devo, porque se o dinheiro é curto e eu tenho que priorizar armazenamento na propriedade, aí, eu abro para o cerealista também, entendeu?, eu vou cobrindo um santo e descobrindo o outro.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Fora do microfone.*) – Ninguém quer aumentar.

O SR. EDUARDO LUÍS LEÃO DE SOUSA – Mas ele quer. Muita gente quer, Senadora. Muita gente quer.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Mas não é para a agricultura isso...

O SR. EDUARDO LUÍS LEÃO DE SOUSA – Pois é.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – ... BNDES para a fila da empresa.

O SR. EDUARDO LUÍS LEÃO DE SOUSA – Eu entendo que o cerealista tem um efeito importante no setor, há lugar em que ele ajuda, mas olha isso aí.

Voltando, se o cobertor é do mesmo tamanho, tem que tomar decisões difíceis.

A Senadora fez uma fala longa, praticamente inatacável. Havia uma coisa pontual que eu queria comentar, mas eu escrevi tanta coisa aqui, Senadora... Inatacável! Há uma coisinha que eu queria comentar aqui, mas eu...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – O discurso foi para ele, entendeu?

O SR. EDUARDO LUÍS LEÃO DE SOUSA – Eu sei, mas eu queria falar uma coisa.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Foi direcionado a ele.

O SR. EDUARDO LUÍS LEÃO DE SOUSA – Eu escrevi tanto aqui que eu perdi o que eu queria falar.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Esse povo não conhece a roça.

O SR. EDUARDO LUÍS LEÃO DE SOUSA – Realmente, eu me perdi aqui. Uma pena.

Mas é isso, Senadora. O exemplo que a Senadora deu sobre o cara do milho – vou usar isso, se a senhora me permitir – é o famoso acesso à tecnologia. Se o cara não tem um dinheirinho, ele não tem acesso à tecnologia. Ele vai plantar milho com adubo ou sem adubo, com a semente boa ou com a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

semente mais ou menos. É isso. Tecnologia, no fim das contas, é isso. O cara vai produzir 100 ou 130 e, às vezes, o lucro é 20. Vai produzir 100, não tem lucro...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Ou desmata mais um pedacinho.

O SR. EDUARDO LUÍS LEÃO DE SOUSA – Ou, pior ainda, vai desmatar mais.

Lembrei o que era: o ABC. O Eduardo Leão falou do ABC, a senhora falou do ABC. Hoje eu sou impressionado com a quantidade de pleito que chega: "Me inclui no ABC, por favor". O ABC foi um programa criado, foram R$2 bilhões aproximadamente, Senadora, a senhora perguntou aqui, e é muito atraente porque a taxa de juros é mais baixa, e é mais baixa porque é um programa para priorizar mesmo, para priorizar mesmo alguns investimentos. Então, ele é mais complicado, tem que fazer um projeto integrado. Eu não consigo comprar um boi no ABC; mas se eu reformar o pasto, plantar eucalipto e comprar o boi, eu consigo. Ele é mais complicado mesmo.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Fora do microfone*.) – Foi, porque eu tenho que pagar...

O SR. EDUARDO SAMPAIO MARQUES – Isso, e todo mundo que entrar no ABC. Então é isso. Uma coisa que é prioridade, quando você põe tudo para dentro, deixa de ser prioridade. Prioridade é para ser menos do que o total.

Algumas coisas sobre... O Senador comentou aqui agora do seguro rural. Um dos estudos que nós estamos fazendo aqui – nós, não; a CNA está fazendo, meio a pedido nosso – é sobre a questão do seguro, quantificando o prêmio do seguro no custo de produção, até quanto aquilo pode ir.

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO SAMPAIO MARQUES – Prêmio é custo de produção. E para aquela decisão, Senador, infelizmente, de novo, cobertor curto. E eu advogo e defendo: prefiro subvencionar 35% e atingir um número maior de produtores a voltar para 50% e concentrar o dinheiro em menos gente.

Peço que o Bruno me mande, por favor, essa representação. Temos urgência, Bruno, em absorver, tem muita coisa boa ali.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Alguém deseja comentar a palavra da Senadora Kátia? Alguém mais deseja? (*Pausa.*)

Então, Senador Luis Carlos Heinze.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Heinze; só um minutinho, Presidente. Depois que eu gostaria que o Rogério pudesse dizer para nós – é uma solicitação, não é nenhuma resposta – o que faremos para melhorar as cooperativas de crédito. Nós temos uma sugestão: temos o FNO na Região Norte, que tem uma morosidade e uma burocracia horrível no Banco da Amazônia, ninguém consegue tirar o dinheiro, e nós gostaríamos que isso pudesse ser livre mercado, igualzinho o povo do Governo gosta e eu também gosto. Então, vamos deixar o Banco do Brasil, vamos deixar todo mundo operar – FNO, FCO, FNE, as cooperativas de crédito –, é uma das nossas salvações. Então eu queria deixar registrada essa análise e também, sobre as *fintechs*, o que é que poderia também ampliar e melhorar.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – A Senadora falou sobre as cooperativas de crédito. Boueri, outro dia o Roberto Campos recebeu lá a direção do Sicredi e a direção do Sicoob, esses dois sistemas que hoje... No Rio Grande do Sul, Kátia, o sistema Sicredi financia... Primeiro é o Banco do Brasil, depois o sistema Sicredi; assim seguramente deve ser em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

outros Estados também, no Brasil, o.k.? Então, é um sistema que cresceu, evoluiu muito, com muita segurança e seriedade. É essa a diferença.

Mas, Boueri, o maior volume de crédito rural... Eu estou pegando 1979 – eu corrigi para 2017, eu não corrigi para 2019, eu vou corrigir –: nós plantávamos, naquela ocasião, 37 milhões de hectares – hoje são 62, cresceu 68% a nossa produção. Nós colhíamos 41 milhões de toneladas – colhemos 233, aumentou 461%. Essa a gente merece o que nós estamos pedindo aqui; esse povo que fez isso.

Eu gostaria, para contrariar um pouco...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Fora do microfone*.) – Foi de quanto agora, para sair o maior dinheiro da safra, que ele prometeu?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Bom, ele tinha que aumentar 461%, vai R$300, R$400 milhões.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Fora do microfone*.) – Eu sou da roça, mas eu cumpro!

O SR. ROGÉRIO BOUERI MIRANDA – Está aqui, esses são dados do Banco Central. Isso já se emprestou em crédito rural. E vou dizer agora, viu, Sampaio: naquela ocasião, devia haver quase 3 milhões de contratos. As cooperativas – Ademiro, que está aqui, representando a OCB – faziam o repasse dos contratos. Eu fazia projeto para o Banco do Brasil em 1974, 1975, naquela ocasião lá. Então, as cooperativas eram repassadoras; faziam lá, naquela ocasião, 5, 10, 15 mil contratos, sei lá; as cooperativas faziam, simplificavam o processo.

Mas eu gostaria que, no meu arroz, ou na soja, ou no milho, ou no trigo, sei lá, eu tivesse o que a Petrobras está fazendo: "Agora o meu reajuste é de 15 em 15 dias". Nós não conseguimos fazer isso. Eles fixam ali, Kátia: "Eu, de 15 em 15 dias, vou reajustar o preço". E reajustam. Claro, porque é concentrando. Não é uma questão da única, mas está junto com eles, entendeu? O preço de vocês vai ser reajustado como se reajusta a gasolina, o etanol e o diesel.

O SR. BARTOLOMEU BRAZ PEREIRA (*Fora do microfone*.) – Era o que gostaríamos, viu, Senador?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Não, mas a Petrobras está fazendo isso hoje, e ela marca território e faz o que quer, faz isso.

Então, os contratos, Kátia, que baixaram de 1,141 milhão para 858 mil, em parte, pela questão do CPF, mas a maior parte deles é pela questão da perda de renda dos agricultores. Não é o arrendamento, estão lascados, seja arrendado ou proprietário.

O Banco Central me deu aqui, eu peguei o nosso arroz ali, em 2016, havia 6.446 contratos do Banco do Brasil e, em 2018, 4.311. Caiu 33%; em Santa Catarina caiu 18%. O milho caiu 27% e, em Santa Catarina, 36%. A soja manteve o número de contratos. E por que isso? A soja tem renda, entendeu Bartolomeu, tem renda e está se mantendo. Agora, o miserável do arroz e esse cara do milho aqui, e estou falando em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, que são dois Estados... Não é o caso daquele que não planta.

Então, essa redução, em grande parte, foi por causa disso aqui. Ele migrou para onde? Ele foi para a indústria porque não tem mais onde financiar, o banco não acredita mais nele.

Aí o Bartolomeu me faz encher os olhos aqui, quando ele disse assim: preço mínimo – viu Sampaio, e vocês não querem nos dar o preço mínimo lá, viu Boueri? –, o preço mínimo nos Estados Unidos, a chuva não está lá, é de R$58,00. É o preço mínimo dos Estados Unidos. O nosso é R$35,00, R$36,00, e está errado o preço, nós podemos colocar para R$ 41,00, doutor. Entendam esse lado, é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

gente que precisa. Oitenta e cinco por cento do arroz, é do que eu estou falando aqui, R$58,00. O da soja, R$70,00, esse é o nosso preço de mercado. Eles têm preço de mercado: milho, trigo, arroz, algodão, R$58,00. Como é que está o preço de vocês aí, tchê?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO (*Fora do microfone.*) – Está equivalente.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O.k. Então vejam, eu estou falando de alguém que precisa, não é de quem não precisa; da necessidade e, inclusive, da questão do endividamento, e aí nós temos que trabalhar bem. O Bartolomeu falou da questão do endividamento. A sacada que estão fazendo hoje, o Banco Central já praticamente autorizou, nós conversamos aquele dia com eles, terça-feira passada, é que esse Fundo de Aval Soberano, sei lá, chamem como quiserem, é que vai nos ajudar. É preciso fazer isso, mas, para alguns tipos de produtores, tem que haver um pouco de subsídio. Esses juros de 10%, 11% são um pouco complicados para nós. Essa TLP mais três, quatro, cinco, sei lá, dez, onze, o.k.? Até a formatação, viu, Sampaio, de colocar os 4% para o produtor, 4% para a empresa, 4% para não sei o quê, essa é uma situação. E vou deixar.

Foi falado aqui na questão dos problemas de financiamento para armazenagem. Em 2017/2018, quando havia 1,6 bilhão, era o valor, foram aplicados 433. E pasmem, o Banco do Brasil foi o que menos aplicou naquele momento. Outros bancos financiaram mais. Neste ano, de 2,124 bilhões, foram aplicados 924, é o dado que eu tenho de fevereiro, esse no PCA, que financia armazenagem. Não sei se há um dado mais recente, mas é esse aqui.

Essas empresas precisam hoje desse financiamento, viu Kátia. A cerealista não é Bunge, não é Cargil, não é ADM. São cerealistas iguais a cooperativas, existem em qualquer parte do Brasil hoje. São empresas que... No Rio Grande do Sul, as cooperativas devem ter 50%, 60% de recebimento dos grãos, e eles têm 40%; está nas mãos das cooperativas. É preciso, sim, para o produtor.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Fora do microfone.*) – É agroindústria?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – É agroindústria. Nós lá chamamos de cerealista não é a Bunge, não é a Cargil. Aqueles que tomaram... Porque a Cargil não tem mais armazéns, então, quem entrou no lugar deles é uma cerealista, como chamamos; cerealista ou uma cooperativa, que recebe os grãos. Lá no Sul há...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – É. Então...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – É, é, a cooperativa.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Heinze, só um minutinho. Há uma lei que nós aprovamos no passado que define o que é agroindústria. Agroindústria é quem tem produção própria e de terceiros. Então, se ela tem, essa cerealista, é agroindústria de verdade, na base da lei.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Não, não é indústria, eles não têm indústria, porque eles vendem a soja para as grandes *trades*.

O SR. BARTOLOMEU BRAZ PEREIRA (*Fora do microfone.*) – É comercialização.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Comercialização, eles só fazem comercialização. Nisso nós estamos tentando mexer. Já tinha no ano passado, para tentar acertar, e não foi... É preciso que esse pessoal possa...

Bom, então aqui há recurso para armazenagem. Nós precisamos envolver isto aqui, entendeu, Boueri?

O que nós precisamos fazer, o que nós queremos hoje, o objetivo, minha Senadora Soraya, acho que nós alcançamos. Trouxemos aqui o Governo, está aqui a economia, está aqui a agricultura. Temos aqui as entidades que representam os produtores rurais, faltaram duas ou três aqui, mas o resto está fechado.

Sobre a questão do seguro agrícola, eu gostaria até que a Laura falasse, ela tem a experiência de 22 safras nas costas, a empresa que ela tem trabalha isso aqui. E os produtos – viu, Alexandre? –, como o Barroso está falando, eles já fazem lá; essa empresa já faz no Rio Grande do Sul seguro até de renda. Se eu quiser, eu já tenho isso aqui, com o trabalho que eles já fazem, uma experiência de 22 anos. É importante na discussão – viu, Sampaio? – ouvir a experiência que eles têm nas costas. Falaram aqui agora, eu recebi uma demanda, recém estava eleito Senador, de uma granizada que deu ali na Serra Gaúcha, em 14, 15, 16 Municípios. Quantos técnicos botaram lá, Laura?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Quatrocentos técnicos. Em questão de duas semanas, fizeram a vistoria em 20 mil propriedades rurais. Aquilo foi injeção na veia. Isso existe já no Brasil, só para colocar para vocês. Então esses modelos são o que nós temos que ampliar para poder fazer.

Para mim, obrigado, Senadora Soraya, Senadora Kátia e nossos debatedores aqui. Vamos seguir juntos, viu? Nós vamos chegar ao Presidente Bolsonaro. Pode crer que nós vamos chegar. O desempate vai ser lá, viu, Soraya? Vamos levar, espichem até onde der, Eduardo Sampaio, com as nossas entidades aqui. E vamos chegar ao Presidente, vai ter que chegar, porque quem faz essa agricultura, os números que a Kátia mostrou, que eu estou mostrando aqui, pelo amor de Deus, ninguém, nenhum país do mundo pode fazer tanto como a gente está fazendo aqui no Brasil. Esses agricultores são heróis. Quem está plantando e criando hoje no Brasil, explorado pelas multinacionais, seja do petróleo, dos defensivos, dos fertilizantes, das máquinas, dos bancos, todo mundo, pelo amor de Deus, e ainda está plantando, fazendo este Brasil ser o que é, merece respeito, merece atenção.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – O Presidente Bolsonaro eu tenho certeza de que tem consciência disso. Agora, o Rogério vai levar isso lá para o Paulo Guedes, não é?

Alguma consideração a mais?

O SR. BARTOLOMEU BRAZ PEREIRA – Senadora Soraya, eu vou pedir que ele leve mais uma consideração para o Paulo Guedes. Nós ontem tivemos uma audiência. Nós estamos aí com a Marcha dos Prefeitos, os Governadores também, juntos, na questão da Lei Kandir. Nos preocupa muito a Lei Kandir para a produção brasileira, a agropecuária. A agropecuária é essencial para a subsistência. Então leve. Eu acredito que se há forma de buscar a compensação, eu não sei qual é a fórmula, mas a Lei Kandir é essencial para a continuidade da agropecuária brasileira.

Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. ROGÉRIO BOUERI MIRANDA – Quero fazer uma consideração particular sobre isso, a Lei Kandir. Nós sabemos que não podemos onerar as exportações primárias brasileiras. Agora, eu gostaria que os senhores considerassem, quando se está falando e está na imprensa esse fundo do pré-sal, que vai ser dividido entre Estados etc., inclusive, a repartição vai ser pelos montantes da Lei Kandir, eu gostaria também de que houvesse um esforço. É difícil pedir mais esforço da agricultura brasileira, porque realmente eu concordo em gênero, número e grau com o que o Senador Heinze falou, ou seja, que são realmente os heróis do Brasil. Mas heróis fazem sacrifícios e nesse caso não é nem sacrifício, é uma pressão pelo entendimento de que o Governo está tentando solucionar esse problema via fundo de repartição do pré-sal. Inclusive, o desenho inicial dele responde à divisão da Lei Kandir. Às vezes pode parecer que a gente está deixando a coisa correr solta. Não é. Nós estamos fazendo um esforço para não onerar as nossas exportações primárias. Sabemos que não podemos brincar com isso. Nossa balança comercial depende disso. Nossa acumulação de divisas depende disso. Nós não estamos brincando com isso. Podem ficar tranquilos.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Senadora... Sim, pode falar...

O SR. ROGÉRIO BOUERI MIRANDA – Gostaria só de agradecer a atenção. Acho que falei um pouco demais, fui um pouco prolixo. Quero agradecer a atenção e a compreensão de todos.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Soraya, só para dar mais um dado importante, Bruno, pegue um trabalho que o Antônio da Luz tem, do Rio Grande do Sul, sobre os impostos que a agricultura brasileira paga. Eu peguei soja, milho, trigo, arroz, boi e leite. Sobre o custo operacional, não é sobre o custo total de venda, deu quase R$52 bilhões o que nós pagamos no ano passado, de imposto, bilhões. Quem pagou? Isso é dentro da porteira do agricultor. Eu não estou falando de produto industrializado, mas de dentro da porteira, sobre sementes, sobre adubos, sobre defensivos, sobre peças, sobre máquinas, sei lá, R$52 bilhões; mais ou menos 45% são para o Governo Federal, 50% para o governo estadual, 5% para o Município. Não há mais o que tirar dessa gente, não há mais o que tirar, entendeu, Boueri? Por favor, esse é o passo.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Agradeço a presença dos senhores oradores e quero dizer que o que precisarem da nossa Comissão, em termos de legislação para os dois secretários, para que a gente consiga avançar, estamos aqui para isso.

Muito obrigada.

Eu só vou fazer a leitura de um requerimento aqui para poder encerrar.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Gostaria de pedir ordem só um minutinho.

Eu dispensei os oradores pelo avançado da hora, mas não encerrei ainda a reunião. Eu só vou ler um requerimento de uma audiência pública. Não tem problema, não, é que ninguém sabia. Então, vou pedir um minutinho de silêncio para poder terminar.

REQUERIMENTO - CRA.

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo e a Comissão de Meio Ambiente, com o objetivo de debater as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

soluções e impacto ambiental causado por plantações, construções irregulares e estradas feitas em áreas de preservação ambiental em Bonito – MS.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; representante do Ministério do Meio Ambiente; representante do Ministério do Turismo; representante da Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar (Semagro); representante da Famasul; representante da Prefeitura de Bonito – MS; representante da Câmara Municipal de Bonito – MS; representante das agências de turismo de Bonito.

Autoria: Senadores Nelsinho Trad e Soraya Thronicke.

Só um minutinho.

Bom, a questão é só um problema na cidade de Bonito – MS. Nós precisamos unir lá turismo e agro. Estamos tendo um problema bastante sério. Essa é a justificativa.

Lido o requerimento, a matéria vai retornar à pauta para votação na semana que vem.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigada.

(*Iniciada às 11 horas e 21 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 03 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 3ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE MARÇO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às nove horas e quarenta e oito minutos do dia treze de março de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Vanderlan Cardoso, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com a presença dos Senadores Eduardo Gomes, Dário Berger, Luiz do Carmo, Izalci Lucas, Oriovisto Guimarães, Selma Arruda, Major Olimpio, Marcos do Val, Flávio Arns, Paulo Rocha, Rogério Carvalho, Arolde de Oliveira, Angelo Coronel, Carlos Viana, Chico Rodrigues, Wellington Fagundes, Jayme Campos, Rodrigo Pacheco, Telmário Mota e Paulo Paim. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Daniella Ribeiro, Rodrigo Cunha, Weverton e Jean Paul Prates. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 91, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO CULTURAL INFORMATIVO E SOCIAL DE MIRASSOL D'OESTE para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Mirassol d'Oeste, Estado de Mato Grosso." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Paulo Rocha. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto. **ITEM 2 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 74, de 2018 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Vida e Cidadania – ACVC para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Icó, Estado do Ceará." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Paulo Rocha. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto. **ITEM 3 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática nº 3, de 2019** que: "Requer, nos termos do art.93, II do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado o Senhor Leonardo Euler de Morais, Presidente do Conselho Diretor, da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL para apresentar, em audiência pública nesta Comissão de Ciência e Tecnologia, as ações da referida Agência para os próximos dois anos." **Autoria:** Senador Chico Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 4 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática nº 4, de 2019** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir o potencial de geração, distribuição e armazenamento das Pequenas Centrais Hidroelétricas - PCH e das Centrais Geradoras Hidroelétricas-CGH, no Brasil." **Autoria:** Senador Vanderlan Cardoso. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 5 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática nº 5, de 2019** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir os desdobramentos do programa MCMV para os próximos 4 anos." **Autoria:** Senador Vanderlan Cardoso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Resultado: Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 6 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática n° 6, de 2019** que: "Requer, nos termos do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública para apresentação das pesquisas realizadas pelas instituições abaixo relacionadas, por tratar-se de assunto de interesse da sociedade brasileira, principalmente aos segmentos que atuam na área de saúde pública." **Autoria:** Senador Paulo Rocha. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e quarenta e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Vanderlan Cardoso

Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/03/13

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Bom dia! Estamos aguardando o quórum – alguns Senadores estão chegando –, pois hoje nós precisamos de nove Senadores para a votação de dois projetos cujo Relator é o Senador Paulo Rocha. Alguns já nos comunicaram que estão se dirigindo para cá. Então, enquanto isso, nós vamos fazer a abertura, e eu vou fazer um relatório da minha viagem à Espanha, a convite do congresso. Fui pelo Senado e também por esta Comissão, representando a CCT.

Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura, que se realiza nesta data de 13 de março de 2019.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal,* juntamente com as notas taquigráficas.

Enquanto a gente aguarda os demais Senadores, vou fazer aqui uma prestação de contas dessa viagem – já que fui representando a Comissão, como Presidente – à Espanha, para o Congresso de Telecomunicações, já que esta Comissão, aqui, também, abrange as telecomunicações.

Fomos à cidade de Barcelona – eu, juntamente com alguns Senadores, Esperidião Amin, Arolde, e com alguns Deputados – e lá tivemos a oportunidade de participar de palestras e conhecer um pouco mais do que já há de avanço no mundo, em prol da situação em que nos encontramos, já que todas as empresas de telefonia do Brasil estavam ali presentes.

Então, eu, que era mais um curioso nessa área e não entendia tão bem, muitas vezes, questionava, Senador, por que em algumas áreas do nosso País nós estávamos tão atrasados ainda, Leonardo Euler, Senador Luiz. E ali eu pude entender. Na verdade, nós, que estávamos ali como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

representantes, como Presidente de uma Comissão tão importante como esta, neste momento pelo qual o País passa, quando todos estão eufóricos e numa expectativa muito grande com o nosso Brasil, pudemos entender que ficamos um pouco para trás em algumas áreas.

O mundo hoje fala muito em tecnologia 5G, e, embora eu tenha observado, ali, naquele congresso, coisas muito interessantes sobre tecnologia 5G, sei também que nós temos os pés no chão e somos muito realistas. Nossa hora vai chegar – está chegando –, antes, porém, nós temos algumas distorções no nosso País que precisamos, Senador Paulo Rocha, corrigir.

E aí vem através de algumas ações que o Governo brasileiro tem que tomar e esta Comissão – volto a falar – vai ser muito importante na aprovação de alguns projetos que já estão há algum tempo aí, como o PLC 79 e tantos outros em que se precisa realmente avançar corrigindo algumas distorções.

Eu observava – a falando dessa área –, esses dias atrás, em uma apresentação, a diferença que existe ainda no nosso País com relação à banda larga e Internet mais rápida. Quando se olha no mapa do Brasil, de uma certa parte do Brasil para baixo, os pontinhos ali estão todos em vermelho, ou seja, a presença maciça ou bem melhor de internet, como nas escolas, a tão falada banda larga. E pegando-se Norte, parte do Centro-Oeste e Nordeste ainda carentes de muitos investimentos. Então, nós precisamos realmente encarar isso de frente e é tão importante que os recursos que se tem hoje, através dessas taxas que são arrecadadas de tudo o que a população investe em telefonia e que recolhe esses recursos que vão para aqueles dois fundos, que eles sejam destinados a corrigir essas distorções. Mais de R$20 bilhões, segundo dados que tenho da própria Anatel, esses recursos foram para o Tesouro para tirar um pouco ali, melhorar um pouco o caixa do Tesouro, que estava muito negativo. Então, são R$20 bilhões que constam somente no papel, dinheiro mesmo não existe. Se fosse investido, a meu modo de ver, pode ser que eu esteja enganado, se esses recursos fossem investidos para melhorar internet, levar às escolas, melhorar a situação do Norte, do Nordeste e de parte do Centro-Oeste... Há parte do Centro-Oeste que ainda é muito carente, Senador, de internet, desse carinho especial do nosso Governo.

Eu vejo que tem como a gente melhorar e, bastante, mas olhando aquele congresso parece que estamos vivendo em outro mundo. Nós precisamos avançar um pouco mais, temos que ser um pouco mais ousados não só nessa área, mas temos, por exemplo, a questão energética, outro ponto de que queria prestar contas a vocês.

Aproveitando a viagem, eu fui conhecer algumas usinas termossolares. Enquanto no Brasil ainda se está falando... Lógico que agora já temos notícias e já estamos buscando um conhecimento melhor, através de investimento da iniciativa privada em energia termossolar, mas muito se investiu em nosso País em energia fotovoltaica, nos painéis fotovoltaicos. E eu fui visitar algumas usinas ali na região de Sevilha, na Espanha, pegamos uma estrada no rumo de Portugal, mais precisamente na cidade de Évora onde está a Universidade de Évora e somente ali, Senador, numa rodovia, entramos e visitando usinas termossolares, de 50MW.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quem, às vezes, não tem muita familiaridade com a potência que é um mega de energia, mas 50MW dão para iluminar uma cidade, eu acho que a maioria aqui, quem não conhece, mas já ouviu falar da cidade de Anápolis, em Goiás, dá para iluminar uma cidade igual a Anápolis. E ali são várias, várias usinas. Às vezes, de um lado, numa região só, num trecho ali de cinco quilômetros, você tem duas, três usinas como essas de que eu estou falando. A menor que eu fui visitar, e só foi uma, de 30, só uma, que dá para iluminar uma cidade como a cidade de Luziânia, que é aqui, do lado, acho que todos conhecem, porque é aqui, no entorno de Brasília e tem 200 mil habitantes.

Então, eu fui visitar essas usinas e o interessante é que eu observava e perguntava às pessoas que estavam me acompanhando: "Mas isso aqui tem um ano, dois anos [viu, Senador Paulo Rocha?], tem um ano, dois anos?" Eles diziam: "Não, isso a aqui nós já estamos buscando novas alternativas em que seja mais barato o custo de instalação e que aproveite melhor a luz solar".

Fui visitar uma que me chamou mais a atenção ainda, de que eu ouvia falar, mas não acreditava muito, mesmo olhando foto e tudo, porque eu sou um entusiasta dessa área. Há muitos anos que a gente já estuda isso, trabalha e visita e, quase dez anos, trabalhando e buscando alternativa com parceiros chineses na área de geração de energia com painéis fotovoltaicos e, aí, essa nova tecnologia termossolar, quando chegou, eu não tive oportunidade de me aprofundar muito. Então, aproveitando o congresso, fui lá.

Mas eu vi uma usina de painéis, aliás, termossolar, só que um modelo um pouco diferente, que é com torres, em que, Senador Paulo Rocha, uns painéis de aproximadamente, creio que com uns 60 metros quadrados cada um, de vidro, de espelho, em que centenas deles refletem a luz solar, Senador Luiz, naquelas placas e essas placas remetem para essas torres, porque são duas torres. E fica a coisa mais linda, porque é uma bola, parecendo uma bola de fogo e, dali, sai o processo natural, mandando para as usinas. Só essas duas torres com esses painéis é uma usina de 50 mega também. E, quando eu comentava: "Mas, olha, isso é muito moderno...", falavam: "Não, essa aí já tem 12 anos". Doze anos.

Então, nós já temos quórum aqui, eu queria só terminar essa fala nessa prestação de contas.

A gente viaja o Brasil inteiro. Nós temos as operações nossas, através das nossas empresas, temos, lá, no Pará – não é, Senador? –, ali, na Curva do Cupuaçu, nós conhecemos o Pará todo, aquela luminosidade toda do Pará; temos ali, na Bahia, viajamos a Bahia. Agora mesmo estive lá, na Bahia, visitando ali, as empresas, e aquela luminosidade toda. Conheço o interior da Bahia, onde estão ali as torres eólicas. É uma região intensa de torres eólicas, nós temos no Ceará, no Nordeste todo, aliás, e, só fazendo um comparativo, eu olhando, sou muito observador, eu olhando, ali, todas aquelas usinas em Sevilha, e nós pegamos uns dias ali, na Espanha, em que amanhecia o dia e você não via o sol e nós aqui não temos praticamente esse problema.

E já em outro assunto aqui, como a gente tem outras Comissões, há Senador – bom dia, Senador – que esteve conosco lá, deu uma aula para nós. É muito bom viajar com ele. Até digo para vocês uma coisa: eu não estava aguentando mais no segundo dia, cansado. Eu olhava para ele e estava

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

parecendo um menino. Eu falava: "Não tenho direito de fraquejar aqui". A vontade era ir para o hotel descansar e ele estava parecendo um rapaz.

Então, eu quero depois, na próxima oportunidade, falar para vocês sobre as PCHs, que é uma coisa interessante, e o que nós temos no nosso País.

Bom, já deu quórum.

O SR. LUIZ DO CARMO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO) – Senador Vanderlan.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Rapidinho.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Senador Luiz e Senador Paulo Rocha.

O SR. LUIZ DO CARMO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO) – Presidente, o senhor falando em 3G e internet. Um tempo trás, o Governo brasileiro, em sociedade – esqueci-me com quem aí –, soltou um satélite para arrumar a internet no Brasil nessas cidades mais distantes. Parece-me que esse projeto – eu não sei, eu não fiquei sabendo – morreu. Era bom a Comissão ficar sabendo como que está isso aí – concorda? – para nós sabermos como é que está esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Senador Luiz, o Senador Chico Rodrigues – inclusive nós vamos votar daqui a pouco um requerimento – convidou o Presidente da Anatel para vir falar para nós na Comissão – nós vamos marcar a data – sobre o que há de telecomunicações e de projetos para o Brasil inteiro e nada melhor do que ele, que é da Anatel, para falar para nós aqui. Certo?

Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Ontem nós comentávamos essa questão da valorização de nossos pesquisadores e das nossas pesquisas aqui no Brasil.

Eu queria ser um entusiasta no incentivar com que esta Comissão passe a fazer costumeiramente esses debates e trazer para cá os nossos cientistas, os nossos pesquisadores no sentido de expor aqui e, a partir desta exposição, naturalmente via as nossas publicações, o Brasil toma conhecimento dessas experiências e dessas pesquisas.

Já fiz o comentário da vez passada sobre o negócio da rabeta que foi inventada lá na Amazônia, sobre a questão da movimentação dos pequenos barcos. Agora lá está avançando um experimento que é exatamente a partir da energia solar. Aproveitando o toldo dos barquinhos, há um experimento lá que põe a placa solar sobre aquele toldo e, como consequência, aquela energia passa a movimentar os barcos na Amazônia. Isso aí é já experimento na nossa Amazônia, no nosso interior, provocando exatamente e se aproveitando destes avanços tecnológicos do mundo que o nosso País deve apreender.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Senador Arolde.

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PSD - RJ) – Presidente e colegas Parlamentares, tive o privilégio de acompanhar o nosso Presidente nessa viagem, nesse mergulho na tecnologia mais moderna nesse congresso internacional em Barcelona.

Eu estou dando entrada agora, Presidente, com o meu relatório, que apresentei à Presidência do Senado, mas eu vou deixar uma cópia na Secretaria. Estou encaminhando a V. Exa. para os Srs. Parlamentares, Senadores e Senadoras, que desejarem poderem tomar conhecimento. É um resumo do que nós vimos lá e eu, então, gostaria somente que, se for o caso, a Secretaria o reproduzisse e o distribuísse, então, para os integrantes da Comissão, que, aliás, não são muitos. Foi uma viagem realmente ímpar. Naturalmente, V. Exa. vai ter oportunidade de tratar do assunto mais especificamente, e faremos isso aqui ao longo das próximas reuniões, porque as implicações são bastante sérias para o nosso País, para nós não ficarmos mais para trás – é o meu entendimento que coloco aqui.

E aponto aqui algumas medidas fundamentais que é preciso adotar agora. A primeira é o PLC 79, que será levado já ao Plenário na próxima semana, imagino, e outras que nós temos que fazer para destravar esse processo. Também faço a análise de alguns impactos muito sérios que essa nova tecnologia, esse novo mundo no qual já estamos mergulhados, vai trazer, principalmente na área do trabalho, que é mais ou menos o que foi levantado aqui...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Que era a sua preocupação sempre lá nas reuniões.

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PSD - RJ) – ... pelo Senador Paulo Rocha. A grande preocupação é essa inclusão do trabalhador nesse novo mundo para minorar o drama social, a tensão social na transição.

É o meu ponto de vista. Então, está colocado aqui no relatório.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Nós temos aqui o Senador Chico Rodrigues, que quer apresentar um requerimento. Ele tem de ir a outra Comissão, tem de sair. Então, já queria passar a ler esse requerimento relativo ao item 3, de autoria do Senador Chico Rodrigues. Depois a gente volta aos outros itens.

Só lembro, Chico, que vamos precisar do senhor aqui para aprovar os dois projetos do Senador Paulo Rocha.

ITEM 3

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO Nº 3, de 2019

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art.93, II do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado o Senhor Leonardo Euler de Morais, Presidente do Conselho Diretor, da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL para apresentar, em audiência pública nesta Comissão de Ciência e Tecnologia, as ações da referida Agência para os próximos dois anos.

Autoria: Senador Chico Rodrigues.

Com a palavra o autor do requerimento, Senador Chico Rodrigues.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR. Para encaminhar.) – Meu caro Presidente, desculpe a voz, estou meio afônico.

No momento que vivemos hoje, de expansão das nossas telecomunicações, com uma tecnologia cada vez mais de ponta, nós nos deparamos com profissionais de altíssimo gabarito, inclusive funcionários de carreira a presidir a Anatel. Nós entendemos que o Leonardo Euler de Morais, com quem estivemos dez dias atrás, tem conhecimento profundo de toda a área em que o País precisa se expandir. Obviamente, gostaria, em razão de sua presença nesta Comissão, que houvesse uma ampla divulgação dessa audiência, porque, tenho certeza, vai irrigar com muitas informações o desconhecimento de muitos e, lógico, não apenas aqui de Brasília, mas dos Estados, das empresas estaduais também. A ideia é que haja uma participação extremamente importante para a nossa Comissão e para o País, obviamente.

Eu também gostaria de dizer, Presidente, que, apesar de diretamente não fazer parte da nossa Comissão, de qualquer forma dela participo indiretamente e tive também oportunidade de, com o Ministro das Minas e Energia, no período do Carnaval – coincidentemente, sábado, domingo, segunda, terça e quarta – participar de um grande evento sobre mineração. E por que me reporto a isso nesta Comissão? Porque o alto nível de tecnologia utilizado nas explorações, principalmente de minérios de ocorrência profunda, faz com que nós possamos também nos inserir no mundo dos desenvolvidos – a África do Sul está quilômetros à frente na exploração mineral. Aí, num segundo momento, e já conversei, inclusive, com técnicos da CPRM que acompanham *pari passu* essas tecnologias utilizadas nessas explorações, que elas sejam também aqui discutidas e apresentadas – por que não? – para o conhecimento da maioria dos nossos companheiros Senadores da Comissão.

Então, eu gostaria de deixar este registro, porque considero o tema da mais alta importância e sei que essa vinda do Leonardo Euler vai ser realmente extremamente proveitosa para todos nós desta Comissão.

Obrigado, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Obrigado.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o requerimento.

Os Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Senador Chico Rodrigues, eu queria pedir aqui aos Senadores que... Ontem, numa conversa com o Senador Paulo Rocha, nós falávamos da importância de a Comissão fazer convites como o que acabamos de aprovar aqui. E conversava com ele ontem: "Senador, nós temos que conhecer a Comissão e, através da Comissão, nós vamos levar para o Senado Federal e, levando para o Senado, nós estamos levando para todo o Brasil". Trata-se de trazermos aqui, para nosso conhecimento, as pessoas que estão em diversas áreas trabalhando no País para saber como estão trabalhando, até mesmo para valorizarmos esse trabalho. E ele dizia: "Olha, inclusive, nós temos lá no Rio de Janeiro a Fundação Oswaldo Cruz, que faz um trabalho na área científica muito importante." Vamos convidá-los a vir aqui".

Então, o que eu queria falar para vocês... Já aprovamos o requerimento do Senador Chico Rodrigues, nós temos requerimento a ser aprovado em relação ao Ministro da Ciência e Tecnologia, mais o corpo técnico lá da Ciência e Tecnologia, das Minas e Energia... Em todas as áreas nós temos a ciência e a tecnologia, a informação, as telecomunicações, ou seja, nós estamos em todas as áreas, e nós temos pauta aqui para esses dois anos toda semana, se é que não teremos que fazer duas reuniões.

Por exemplo, na área de telecomunicações, depois que assumi a Comissão, eu aprendi, Senador Arolde, com V. Exa. também, muita coisa e vi o potencial de crescimento que o nosso País tem, o que nós já avançamos, mas também aquilo em que ficamos muito para trás.

Então, é importante essa participação de V. Exas. trazendo essas ideias para nós aprovarmos esses requerimentos. Há vários requerimentos para serem aprovados para a gente movimentar esta Comissão.

Da mesma forma, eu quero falar para vocês que são os membros da Comissão que, somente no dia de segunda-feira, nós liberamos 220 projetos para relatoria. Duzentos e vinte! Eu creio que quase limpamos a pauta da Comissão.

Eu queria pedir também que vocês nos ajudassem com os relatores. Recebeu, faça a relatoria, devolva para a gente já encaminhar, terminar e buscar novos projetos. Vocês podem ter certeza de que, através desses convites – chamo de convite o que aqui acabamos de aprovar, Senador Chico –,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nós vamos ter aqui muitos outros projetos que virão, através dessas reuniões, desses convites, das pessoas que virão aqui. Então, isto vai ser muito importante para nós: estar discutindo.

Eu tenho, e isso é motivo... Nem dá para a gente estar falando muito aqui sobre a questão energética, que é uma pauta muito grande, mas nós temos um potencial de PCHs neste Brasil que vocês não calculam. Nós temos de falar sobre isso. Quem vai falar melhor sobre isso? Nós vamos chamá-lo: o Presidente da Associação das PCHs do Brasil, que vai trazer para nós qual o potencial de cada região, com o que pode contribuir, se não há impacto ambiental, isso e aquilo.

Então, vocês vão ficar maravilhados e, ao mesmo tempo, até um pouco indignados com por que se trava tanto a licença ambiental para fazer uma PCH e, ao mesmo tempo, se libera uma licença ambiental para fazer, por exemplo, essas usinas poluentes, em que é quatro ou cinco vezes mais cara a geração do que numa PCH, que são essas termelétricas a óleo diesel e gás. Por que isso? Tem alguma coisa estranha nisso aí. Energia cara. Aí vem a tarifa vermelha, a tarifa verde, que pega as empresas, pega o consumidor, pega o pobre, pega todo mundo.

Então, é preciso trazer o assunto aqui para nós conhecermos, para sabermos o potencial do nosso Brasil nessa área, porque talvez nós não precisaríamos nem fazer outras coisas. As PCHs talvez resolveriam o problema, trazendo essas fontes de energia termossolar com o potencial que nós temos.

Eu queria aqui, Chico, aproveitar a sua presença para tratar dos dois projetos que estão para ser aprovados.

Ainda não deu quórum? Você falou para mim que tinha dado. São nove? (*Pausa.*)

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Presidente, queria dar uma sugestão. É o seguinte: é muito difícil, ao dar quórum, segurar o Senador sentado numa Comissão, porque ele tem de cobrir, às vezes, duas ou três comissões ao mesmo tempo, então, ele naturalmente opta por onde tem de ficar mais naquele momento. Como já deu quórum para funcionar, permita aos Senadores fazerem os seus relatórios, ou seja, preparar a matéria para a votação em si. E quando for para votação, no caso, nós mobilizamos os Senadores para virem só votar, uma vez que haja aqui um quórum razoável para o debate das matérias.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Os Senadores concordam? (*Pausa.*)

Se os Senadores não estivessem tão ocupados, Senador Chico, com outras comissões, teríamos história aqui, coisa para contar o dia inteiro. Mas vamos lá. Inclusive, eu também tenho outras reuniões.

ITEM 1

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 91, de 2017

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO CULTURAL INFORMATIVO E SOCIAL DE MIRASSOL D'OESTE para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Mirassol d'Oeste, Estado de Mato Grosso.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Paulo Rocha

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Já vou passar ao segundo também.

ITEM 2

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 74, de 2018

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Vida e Cidadania – ACVC para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Icó, Estado do Ceará.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Paulo Rocha

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Com a palavra o Relator, Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Para leitura de relatório.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, este relatório e estes votos já são corriqueiros e já têm uma espécie até de forma, porque há um conjunto de iniciativas de rádios comunitárias que são o papel desta Comissão. Qual é o papel da Comissão? Analisar se foram cumpridos todos os trâmites legais que a legislação exige para a aprovação. Como funciona isso? A associação cumpre com a legislação, dá entrada no ministério, que faz a verificação de se está cumprindo as regras e as exigências e manda para o Presidente da República enviar ao Congresso Nacional, porque, ao final, é o Congresso Nacional que aprova essas autorizações. E a nossa Comissão tem esse papel de fazer essa averiguação de se foram cumpridas todas as normas e as exigências da lei.

Como envolve também a análise técnica, porque se trata de autorização de funcionamento de uma rádio, há também as exigências técnicas que, no caso, o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicação analisa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, esse projeto da Associação Comunitária Desenvolvimento Artístico Cultural Informativo e Social de Mirassol D'Oeste cumpriu todas as normas e as exigências legais, deu entrada em 26 de setembro de 2017, a CCT aprovou o parecer de nº 129 e concluiu pelo encaminhamento de requerimentos ao Ministério da Ciência e Tecnologia.

As respostas ao mencionado requerimento, contidas na nota informativa foram recebidas no Senado Federal por meio do ofício do Ministério, em 12 de junho de 2018.

Em 13 de junho, a matéria foi enviada a meu gabinete, para elaboração de relatório.

Portanto, cumprindo todas as normas legais, inclusive o nosso Regimento Interno, o meu voto, tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 91, de 2017, não se evidenciou violação da legislação pertinente e, não havendo reparos quanto aos aspectos da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a autorização da outorga. Portanto, isso aqui já é uma renovação da outorga dada para a Associação Comunitária Desenvolvimento Artístico Cultural Informativo e Social de Mirassol d'Oeste, para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Mirassol, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse é o voto do primeiro processo, do qual sou Relator.

O segundo item da pauta, do qual também sou Relator, trata do mesmo assunto, para autorizar outorga à Associação Comunitária Vida e Cidadania para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Icó, no Estado do Ceará.

É a mesma situação. A associação cumpriu todas as exigências legais e técnicas do projeto que exige essa outorga, passou por todas as instâncias e órgãos competentes e foram cumpridas, portanto, todas as exigências.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, tem que aprovar na Câmara e no Senado. Já passou pela Câmara. Portanto, o exame da documentação que acompanha o PDS nº 74, de 2018, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na lei.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o projeto não evidenciou violação e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga a autorização à Associação Comunitária Vida e Cidadania para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Icó, Estado do Ceará, na forma do projeto do decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Este é o meu voto nos dois itens, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – As matérias referentes aos itens 1 e 2 estão em discussão. (*Fora do microfone.*) (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Colocaremos em votação os projetos pelo sistema de votação eletrônica.

Consulto o Plenário se podemos fazer votação em bloco para esses dois projetos.

Se todos estiverem de acordo, queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Em votação os projetos referentes aos itens 1 e 2 da pauta.

Como foi dito aqui, não há quórum ainda. (*Pausa.*)

Quem vota com o Relator vota "sim". (*Pausa.*)

Vai abrir o painel? Vamos abrir o painel.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. *Fora do microfone.*) – Vamos ter que mobilizar os Senadores aqui.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Estou seguindo aqui a... Eu estou achando que ela está com uma carta na manga aqui, viu?

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PSD - RJ. Para questão de ordem.) – Uma questão de ordem. A votação tem que ser nominal?

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Tem.

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PSD - RJ) – É obrigatoriamente nominal para...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Obrigatória. Tem de haver, no mínimo, nove Senadores sentados, não é?

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PSD - RJ) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Dizendo ela que não pode ser nem em pé, Paulo Rocha. Tem que ser nominal. Seria interessante que a gente votasse hoje. Senador Paulo Rocha, nos seus contatos aí, membro da Comissão, a nossa Vice-Presidente não chegou ainda. A assessora dela se encontra, veio à frente. A Selma, Senadora Selma. E nós temos aí... Faltam três Senadores. É isso? Ela está vindo?

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. *Fora do microfone.*) – Vamos fazer uma tentativa. Abra...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – O.k. Então, já aberta a votação. Os Senadores podem votar. Quem vota com o Relator vota "sim".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só um informativo aqui para... Por exemplo, eu procurei essa informação porque eu estava em dúvida. Mas a outorga para rádio é de dez anos– nós temos hoje aqui uma para renovação e uma para outorga –, são dez anos; e, para TV, são quinze anos. Só essa informação aí que... Viu, Senador, eu estou passando porque eu não sabia também. Certo?

Senador Paulo Rocha foi buscar Senador para a Comissão? Vamos... Vai lá? Daqui a uns dez minutos, quinze minutos. O.k.?

(*Procede-se à votação.*)

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – ...4, de 2019.

EXTRAPAUTA

ITEM 4

REQUERIMENTO Nº 4, de 2019

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir o potencial de geração, distribuição e armazenamento das Pequenas Centrais Hidroelétricas - PCH e das Centrais Geradoras Hidroelétricas- CGH, no Brasil.

Autoria: Senador Vanderlan Cardoso

Proponho, para a audiência, a presença do seguinte convidado: Paulo Arbex, Presidente Nacional da Associação Brasileira de Pequenas Centrais Hidrelétricas.

Sala da Comissão, 13 de março de 2019.

Senador Vanderlan Cardoso.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Sr. Presidente, quando da realização, acho que deveria ficar em aberto um tipo de requerimento como esse para que os Senadores pudessem agregar outros nomes que viessem a enriquecer, neste caso.

Também conheço bem essa questão das PCHs, e há, dentro do Sistema Elétrico Brasileiro, especialistas e técnicos que vêm, inclusive, colaborar com esse debate. Então, a gente tinha de buscar dentro, por exemplo, do Ministério da... Eu sei, por exemplo, que, na Eletronorte, há especialistas nisso,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

técnicos importantes, que podem colaborar, inclusive, com essa questão do potencial de cada região etc.

Há um problema no debate das PCHs: há regiões que têm um grande potencial de produção, mas não têm linhão próximo para poderem, digamos assim, ligá-las ao sistema unificado. Então, o maior investimento não é nem na PCH, mas no linhão. Ao discutir essa questão, temos de chamar à responsabilidade o Governo para que, vamos dizer, construa linhões para poder exatamente aproveitar esses recursos naturais que são produzidos. Isso vai ao encontro – e sei que é essa a sua preocupação – da questão da redução do custo Brasil e do aproveitamento para o nosso desenvolvimento em todas as regiões.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Senador, acho que é muito boa a sua colocação. Mas, no caso, a apresentação da associação é para as PCHs.

De acordo até com o que a gente discutiu, com que o a gente falou antes, seria bom apresentarmos um requerimento – talvez até do próprio Senador – para que viesse aqui a Eletrobras passar para nós o que já é de interesse, porque sei que eles têm projetos também na área de energia termossolar. Inclusive, está sendo construída uma muito grande no Estado do Piauí, e nós precisamos saber...

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – E eólica, inclusive.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Eólica e tudo.

Então, eles vão poder nos informar melhor.

Com relação às PCHs e também às usinas hidrelétricas, é uma discussão que nós precisamos saber do potencial que o Brasil tem. E, com relação à questão do linhão, realmente isso procede tanto que nós temos usinas feitas no Nordeste com geração eólica que estão paradas porque não há o linhão.

É uma discussão, e eles vão ter que vir aqui explicar para a gente como é que está isso, para que a gente entenda também, para a gente poder até ajudá-los aqui na Comissão e no Senado Federal.

Então, se V. Exa. concordar, já pode fazer um requerimento hoje mesmo para nós chamarmos, talvez marcarmos para o mesmo dia tanto os PCHs, que são na área de energia, e também a Eletrobras, para que façam uma apresentação.

O que nós temos de discutir é, como é uma matéria de tanta importância para nós, um horário para não chocar com outras Comissões para fazermos esse trabalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como nós vamos ter agora muitos convidados aqui com matérias importantes, como a que acabamos de aprovar, da Anatel, nós temos de tirar o máximo proveito dessas explicações para obtermos esse conhecimento.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Se V. Exa. aceitar, eu agrego aqui, oralmente, ao seu requerimento o convite também ao Presidente da Eletrobras, para que venha aqui apresentar todo o potencial energético, quer seja hidráulico, quer seja voltaico, quer seja eólico, e quais são os projetos que a Eletrobras está propondo para resolver esse problema do sistema elétrico no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Concordo em número, gênero e grau, Senador.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Inclusive, nas PCHs, uma das regiões com maior potencial que eu sei é o lado esquerdo do Rio Amazonas, acima do rio, lá nos limites com os outros países.

Então, qual é o problema? Não havia linhão. Agora, foi feito o linhão, com a transposição do Rio Amazonas. Só que o linhão leva a energia de Tucuruí para Macapá e para Manaus.

Então, são aqueles linhões...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Só não chega a Roraima.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – ... de 500 kVA. Ou seja, tem que rebaixar, fazer o outro linhão, que é o rebaixamento, para poder transmitir 130, 120, 220 etc., que aí é onde entram os linhões das PCHs, entendeu?

Então, isso é uma oportunidade de a Eletrobras apresentar esses projetos e a gente cobrar deles o objetivo principal do seu requerimento, que também eu queria agregar com a presença...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – E é interessante, Senador, porque dias atrás, conversando no meu gabinete com um dos representantes, se não me engano, da Eletrobras, que estava lá na reunião, ele me falou de um projeto que eu não sabia que é esse que está sendo construído no Piauí. Se eu não me engano – Samuel teve mais contato –, é para 300 MW essa usina termossolar que está sendo construída no Piauí.

Foi anunciada também para Goiás – uns investidores sul-coreanos, eu não apurei ainda – uma de 600 aqui no nordeste goiano. São sul-coreanos que estão investindo nessa usina termossolar. Foi anunciado um investimento. Agora, eu vou me aprofundar melhor para ver se realmente é. Se essa for realmente construída aqui na cidade de Flores de Goiás, vai ser a maior termossolar do mundo, porque a maior hoje está na China e, se eu não me engano, é 400 ou 500. Essa do Piauí parece que é a terceira hoje. E essa daqui, se se concretizar mesmo esse projeto, vai ser a maior termossolar do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mundo. A gente pode se preparar porque a China virá – eles são danados e devem fazer mais uns 3, 4 mil. Então, já foi acrescentado e só vamos depois colocar o Presidente, o nome, tudo certinho.

O segundo requerimento.

EXTRAPAUTA

ITEM 5

REQUERIMENTO Nº 5, de 2019

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir os desdobramentos do programa MCMV para os próximos 4 anos.

Autoria: Senador Vanderlan Cardoso

Proponho para a audiência a presença do seguinte convidado: Celso Toshito Matsuda - Secretário Nacional de Habitação.

Sala da Comissão, 12 de março de 2019.

É de minha autoria esse requerimento.

Vamos colocar em votação e discussão esse requerimento?

Acho que é um tema, Senador, que interessa a todos.

O Sr. Celso Matsuda eu conheço pessoalmente, é uma pessoa comprometida, uma pessoa que, além de técnica, conhece bem a área e é muito experiente. Vocês podem ter certeza, Senador Paulo Rocha, de que ele vai dar uma dinâmica muito grande para o Programa Minha Casa Minha Vida.

Estive com ele e falei desse convite, para ele vir aqui explicar para nós como é que está, qual é o projeto, qual é o andamento, uma vez que hoje o setor de construção de casa para o Minha Casa Minha Vida está em polvorosa porque paralisou tudo, não se estava fazendo pagamento, e nós precisamos saber o porquê disso, o que está acontecendo, quando vai voltar. Depois, em outra oportunidade, traremos o Ministro. O Ministério mudou de nome, era Cidades e hoje não sei o nome, esqueci, mudou tanto... Era o Ministério das Cidades...

Alguém me ajude...

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Desenvolvimento Regional, em que o Baldy era Ministro, Ministro Alexandre Baldy.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Os Requerimentos 4 e 5 estão em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o requerimento.

Os Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovados os Requerimentos 4 e 5.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Há mais um aqui que foi apresentado e é do Senador Paulo Rocha. Desculpe.

EXTRAPAUTA

ITEM 6

REQUERIMENTO Nº 6, de 2019

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública para apresentação das pesquisas realizadas pelas instituições abaixo relacionadas, por tratar-se de assunto de interesse da sociedade brasileira, principalmente aos segmentos que atuam na área de saúde pública.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Fundação Osvaldo Cruz e Instituto Evandro Chagas.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Para encaminhar.) – Presidente, o Instituto Evandro Chagas é também conhecido mundialmente pelas pesquisas nas áreas de saúde e doenças tropicais. Por estar na Amazônia, lá no Pará, eles são de grande... São inclusive conhecidíssimos internacionalmente. Então, é muito importante a presença

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

deles quando se trata dessa questão de saúde, de pesquisas nessas áreas tropicais, como no caso da Amazônia, da África. Eles têm muitos especialistas, cientistas nisso, têm descoberto vacinas sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Inclusive, dias atrás, vi uma matéria muito importante do Instituto Evandro Chagas. Parabéns, está no seu Estado!

O requerimento está em discussão. É o Requerimento 6, de 2019. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o requerimento.

Os Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Obrigado a todos.

(*Iniciada às 9 horas e 47 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 49 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 4ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE MARÇO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às nove horas e quarenta e um minutos do dia vinte e sete de março de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Vanderlan Cardoso, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com a presença dos Senadores Eduardo Gomes, Luiz do Carmo, Izalci Lucas, Oriovisto Guimarães, Juíza Selma, Plínio Valério, Styvenson Valentim, Major Olimpio, Marcos do Val, Flávio Arns, Jean Paul Prates, Paulo Rocha, Rogério Carvalho, Arolde de Oliveira, Angelo Coronel, Wellington Fagundes e Eliziane Gama. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Daniella Ribeiro, Rodrigo Cunha, Weverton e Chico Rodrigues. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 203, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO CASA DE APOIO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Autazes, Estado do Amazonas." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Plínio Valério. **Relatório:** Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. **Resultado:** Aprovado parecer preliminar pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. **ITEM 2 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 112, de 2018 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Santa Maria / RN (ACCCSM-RN) para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Santa Maria, Estado do Rio Grande do Norte." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Styvenson Valentim. **Relatório:** Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. **Resultado:** Aprovado parecer preliminar pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. **ITEM 3 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática nº 7, de 2019** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de que seja convidado o Excelentíssimo Senhor Marcos Cesar Pontes, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações- MCTIC, para apresentar dados do Acordo de Salvaguardas Tecnológicas (AST),que permite que os Estados Unidos da América do Norte e outras nações lançarem satélites a partir do Centro Espacial de Alcântara (CEA), no Maranhão." **Autoria:** Senador Chico Rodrigues e outros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Resultado: Aprovado. **Observação:** 1. Em 21/03/2019, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional aprovou o REQ 10/2019-CRE, destinado à realização da reunião conjunta prevista neste item; 2. Reunião agendada para dia 28/03/2019, às 10h, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7. **ITEM 4 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática n° 8, de 2019** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com a Ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Senhora Tereza Cristina Corrêa da Costa Dias, com o objetivo de discutir a contribuição da tecnologia para a agricultura." **Autoria:** Senador Chico Rodrigues e outros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 5 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática n° 9, de 2019** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o Ministro de Minas e Energia, Senhor Bento Albuquerque, para debater as ações do Ministério de Minas e Energia para fomentar a produção de energia por meio das Pequenas Centrais Hidrelétricas e das Centrais Eólicas." **Autoria:** Senador Angelo Coronel e outros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 6 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática n° 10, de 2019** que: "Requer, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática avalie, no exercício de 2019, as políticas públicas de ciência, tecnologia e inovação para energias renováveis e biocombustíveis." **Autoria:** Senador Vanderlan Cardoso. **Relatoria:** Senador Plínio Valério. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 7 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática n° 11, de 2019** que: "Requer aditamento ao REQ 4/2019-CCT para incluir os seguintes convidados: André Pepitone da Nóbrega – Diretor Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL; Ricardo Cyrino – Secretário de Energia Elétrica do Ministério de Minas e Energia – MME; Reive Barros – Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia – MME; e Luis Eduardo Barata Ferreira – Diretor Geral do Operador Nacional do Sistema – ONS." **Autoria:** Senador Vanderlan Cardoso. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 8 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) n° 61, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DOS CAVALEIROS DE BOM SUCESSO DE ITARARÉ para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Bom Sucesso de Itararé, Estado de São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Styvenson Valentim. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 9 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) n° 63, de 2016 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE GROSSOS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Grossos, Estado do Rio do Grande do Norte." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Styvenson Valentim. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 10 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) n° 72, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA DA REGIÃO LESTE DE FOZ DO IGUAÇU -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PR para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Oriovisto Guimarães. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 11 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 97, de 2018 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga permissão à Ola FM Sociedade Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Paranapuã, Estado de São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Plínio Valério (*Ad hoc*), substituiu Senador Major Olimpio. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 12 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 124, de 2018 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural de Cruzeiro do Sul Paraná - ACCS para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Cruzeiro do Sul, Estado do Paraná." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Plínio Valério (*Ad hoc*), substituiu Senador Flávio Arns. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 13 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 91, de 2018 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização ao Instituto Tauá de Comunicação Comunitária para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Santo Antônio do Tauá, Estado do Pará." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Paulo Rocha. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 14 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 172, de 2018 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Moraes Almeida para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Itaituba, Estado do Pará." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Paulo Rocha. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 15 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 173, de 2018 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Rádio Comunitária Guarany FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Abaetetuba, Estado do Pará." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Paulo Rocha. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 16 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 176, de 2018 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Ji-Paranaense (Ascojipa) para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Ji-Paraná, Estado de Rondônia." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Plínio Valério (*Ad hoc*), substituiu Senador Confúcio Moura. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 17 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 165, de 2018 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga permissão à Fundação João Paulo II para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de São José dos Campos, Estado de São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Plínio Valério (*Ad hoc*), substituiu Senadora Juíza Selma. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e quarenta e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.067287/2019-48

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Vanderlan Cardoso

Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/03/27

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Havendo número regimental, declaro aberta a 4ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura, que se realiza nesta data, 27 de março de 2019.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com as notas taquigráficas.

Comunicado da Presidência.

A CCT realizará, no dia 17 de abril, às 9h, audiência pública com o Exmo. Sr. Marcos Cesar Pontes, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, que prestará informações sobre as prioridades e diretrizes da pasta sob sua responsabilidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Chegou a esta Comissão o esclarecimento prestado pela Google Brasil acerca do suposto desafio Momo e as providências tomadas pela instituição para a segurança de crianças e adolescentes. O documento ficará disponível para consulta na Secretaria da Comissão.

Passamos à análise de pauta deliberativa.

ITEM 1

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 203, de 2017

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO CASA DE APOIO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Autazes, Estado do Amazonas.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Plínio Valério

Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Com a palavra o Relator, Senador Plínio Valério.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Bom dia a todos. Bom dia, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Bom dia, Senador.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM. Para proferir relatório.) – Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 203, de 2017 (nº 534, de 2016, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Casa de Apoio à Criança e ao Adolescente para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Autazes, Estado do Amazonas.

O relatório, Sr. Presidente. Vou tentar também resumir.

Chega a esta Comissão este projeto, que eu já li... Portanto, vou dar uma passada aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu Relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

Análise.

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal (Risf), nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à CCT opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe se pronunciar também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina... E cita aqui as leis.

De acordo com o art. 11 da Lei nº 9.612, de 1998, está vedado à entidade que detém autorização para a execução do serviço o estabelecimento de vínculo que a subordine à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais.

Foi detalhado o referido dispositivo...

Para esclarecer esse ponto específico, entendemos ser necessário encaminhamento de requerimento de informações ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, na forma prevista no §2º do art. 50 da Constituição Federal.

Voto.

Em vista do exposto, voto pelo encaminhamento ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações do requerimento de informações a seguir e pelo sobrestamento da tramitação do PDS nº 203, de 2017, nos termos do art. 335 do Risf.

A sugestão do requerimento.

Nos termos do art. 50, §2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja solicitada ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações a seguinte informação referente à renovação da autorização para a execução do serviço de radiodifusão comunitária de que trata o projeto que ora estou relatando:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

– a confirmação da inexistência de vínculo que subordine a entidade interessada à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais.

Essa é mais até uma questão burocrática.

O voto é favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa.*)

A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer preliminar da CCT pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Item 2 da pauta. (*Pausa.*)

O Relator do item 2 é o Senador Styvenson, que pediu para aguardar um pouco. Então, nós vamos dando sequência na pauta até que ele...

Vamos para o item 6.

ITEM 6

REQUERIMENTO Nº 10, de 2019

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática avalie, no exercício de 2019, as políticas públicas de ciência, tecnologia e inovação para energias renováveis e biocombustíveis.

Autoria: Senador Vanderlan Cardoso

Relatoria: Senador Plínio Valério

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Item 6, Senador Arolde. Bom dia, Senador!

O requerimento é de minha autoria. Eu gostaria de ver com os nobres Senadores que aqui se encontram se há algum Senador que queira relatar este requerimento, que eu vejo de muita importância; é uma pauta que a gente tem estudado bastante. Eu gostaria de consultar os senhores.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Sr. Presidente, para V. Exa. ficar como autor da relatoria, peça ao nosso mais antigo aqui para presidir, enquanto, ao lado, V. Exa. relata: o nosso Oliveira. Há dois requerimentos seus?

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Na verdade, ele é o autor desse, não é?

Na verdade, Paulo, ele é o autor desse...

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Ah, ele é o autor?

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Ele é o autor.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Então o Oriovisto...

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Não, ele é o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Estou consultando se...

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Sr. Presidente, embora eu não tenha sido muito ativo na presença aqui, eu me coloco à disposição para relatar qualquer processo, ler o relatório que o senhor me passar. Eu tenho dado a presença constantemente... Coincide muito com a CAE, que tem andado inflamada ultimamente. Mas eu me coloco à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – O requerimento está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o requerimento.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PSD - RJ. Pela ordem.) – Presidente, pela ordem, apenas um minuto.

Eu desconheço o Regimento aqui da Comissão, ou não estou ainda bem atualizado, mas, quando existe proposição do próprio Presidente, normalmente, em todos os Plenários, o Presidente passa ao Vice-Presidente ou a quem de direito regimentalmente para que exerça, naquele momento da apresentação, a função de Presidente, enquanto o Presidente, como interessado, faz a defesa da sua proposição.

Então, eu só queria lembrar... Então, o que eu estou fazendo... Já está resolvido esse problema dos requerimentos, o senhor já vai votar, mas eu queria consultar a V. Exa. qual é o rito regimental.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Hoje nós aprovamos o requerimento e o Senador Plínio se colocou à disposição para relatar. Nós aprovamos hoje; amanhã será encaminhado para o Senador Plínio para que ele faça a relatoria e nos apresente para continuar os trabalhos, Senador Arolde.

A Mariana está me explicando aqui, para falar ao senhor, que, nesse caso, eu não sou o Relator. Eu fiz o requerimento. No caso de relatoria, aí sim, eu teria que sair. A Mariana já tinha me explicado antes, quando eu achei por bem não relatar essa matéria aqui, esse requerimento.

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PSD - RJ) – Perfeito. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Sétimo. Continua no sétimo.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Item 7.

ITEM 7

REQUERIMENTO Nº 11, de 2019

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer aditamento ao REQ 4/2019-CCT para incluir os seguintes convidados: André Pepitone da Nóbrega – Diretor Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL; Ricardo Cyrino – Secretário de Energia Elétrica do Ministério de Minas e Energia – MME; Reive Barros – Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia – MME; e Luis Eduardo Barata Ferreira – Diretor Geral do Operador Nacional do Sistema – ONS.

Autoria: Senador Vanderlan Cardoso

O item 7, Senador Arolde.

O requerimento está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o requerimento.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, uma proposta de reordenamento dos trabalhos, como sugestão para a Mesa, aproveitando os Senadores que estão aqui. Pelo que eu estou vendo aqui pela pauta, o próximo item seria o item 10, de que o Senador Oriovisto é Relator; depois eu peço para irmos aos itens 13, 14 e 15, de que eu sou também Relator, aproveitando que nós estamos aqui para fazer a relatoria.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Item 10.

ITEM 10

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 72, de 2017

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA DA REGIÃO LESTE DE FOZ DO IGUAÇU - PR para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Oriovisto Guimarães

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Com a palavra o Senador Oriovisto.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR. Para leitura de relatório.) – Sr. Presidente, trata-se de uma outorga de autorização à Associação Cultural de Comunicação Comunitária da Região Leste de Foz do Iguaçu, no Paraná.

É também um relatório muito simples e vou me permitir, então, ler as partes mais importantes para ganho de tempo.

Quanto ao relatório, chega à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 72, de 2017 (nº 1.514, de 2014, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural de Comunicação Comunitária da Região Leste de Foz do Iguaçu para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, §3º, ambos da Constituição Federal.

Pulo os parágrafos seguintes e vou à análise.

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à CCT opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Permito-me pular os três parágrafos seguintes e ir ao penúltimo, em que relatamos o seguinte:

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS 72, de 2017, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei 9.612, de 1998.

Voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 72, de 2017, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Cultural de Comunicação Comunitária da Região Leste de Foz do Iguaçu para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Não havendo quórum, eu passo aos itens 13, 14 e 15, que são de relatoria do Senador Paulo Rocha.

ITEM 13

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 91, de 2018

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização ao Instituto Tauá de Comunicação Comunitária para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Santo Antônio do Tauá, Estado do Pará.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Paulo Rocha

Relatório: Pela aprovação do projeto.

ITEM 14

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 172, de 2018

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Moraes Almeida para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Itaituba, Estado do Pará.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Paulo Rocha

Relatório: Pela aprovação do projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 15

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 173, de 2018

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Rádio Comunitária Guarany FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Abaetetuba, Estado do Pará.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Paulo Rocha

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Com a palavra o Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Para proferir relatório.) – Obrigado, Presidente.

Trata-se do mesmo assunto, que é autorização de funcionamento de rádios comunitárias.

Neste caso, trata-se de autorização ao Instituto Tauá de Comunicação Comunitária para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Santo Antônio do Tauá, no Estado do Pará.

Todos sabem – e os nossos assessores são muito diligentes nisso – que o serviço de radiodifusão comunitária encontra-se disciplinado e especificado na Lei 9.612, de 1998, e que é regulamentado também por um decreto do mesmo ano. A matéria é totalmente de competência do Congresso Nacional porque, na verdade, ele aprecia os atos do Poder Executivo, que autoriza esse tipo de serviço.

Portanto, há um roteiro de exigências às associações para cumprir e conquistar essa autorização. O que nós vimos, neste caso, é que o exame da documentação que acompanha o processo foi cumprido pela associação, segundo a determinação das leis, inclusive da Constituição. Portanto, evidencia-se que cumpriram as normas e as formalidades.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 91, de 2018, não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos da constitucionalidade, da juridicidade, da técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato de outorga e pela autorização ao Instituto Tauá de Comunicação Comunitária para executar serviços de radiodifusão comunitária no Município de Santo Antônio do Tauá, no Estado do Pará, na forma do decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Este é o voto do primeiro item de minha relatoria, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Item 14.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Trata-se, também, de rádios comunitárias. Essa aqui é da Associação Comunitária de Moares Almeida, no Município de Itaituba, no Estado do Pará, para executar serviços de radiodifusão comunitária.

Do mesmo modo, este relatório já tem um roteiro a seguir. A análise do Relator é exatamente sobre se são cumpridas as formalidades, porque o serviço de rádios comunitárias é disciplinado pela lei que criou as rádios comunitárias, em 1998, uma lei que tem o número de 9.618. É regulamentado também por um decreto.

Essas formalidades e essa aprovação são de competência, totalmente, do Congresso Nacional. O processo se inicia pela Câmara – é aprovado na Câmara –, depois chega aqui ao Senado Federal para autorizar o Poder Executivo a permitir esse serviço de rádio comunitária.

A associação cumpriu o roteiro e as formalidades estabelecidas na lei. Portanto, tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 172, de 2018, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação deste ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Moraes Almeida para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Itaituba, Estado do Pará, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Este é o voto, Sr. Presidente, do item 14.

Passo ao item 15, que também é de minha relatoria.

Trata também de autorização... Na verdade, aqui é de renovação da Associação Rádio Comunitária Guarany FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Abaetetuba, Estado do Pará, cidade importante, próxima da região metropolitana do nosso Estado.

De novo, do mesmo modo, a associação cumpriu as regras estabelecidas na lei, a regulamentação que autoriza o Executivo a fazer funcionar esse tipo de serviço de radiodifusão. Portanto, pelo exame da documentação que acompanha o PDS nº 173, foram cumpridas todas as formalidades estabelecidas nas leis, nos decretos e na Constituição, não se evidenciou nenhuma violação. Então, não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova autorização de outorga à Associação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Rádio Comunitária Guarany FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Abaetetuba, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Presidente, eu queria fazer um agradecimento especial a V. Exa. por ter me brindado com essas relatorias, principalmente esta última, do Município de Abaetetuba, porque eu fui um dos articuladores e o Relator também da aprovação quando da primeira autorização para a rádio FM, a Rádio Comunitária Guarany, do Município de Abaetetuba.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Obrigado pelas suas palavras.

Nós vamos retornar ao item 2, o PDS 112, de 2018, do Senador Styvenson.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Presidente, eu queria que V. Exa. já desse como concluída a discussão para ficar pronto para votação quando houver o quórum.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – O.k.

Não havendo quórum... (*Pausa.*)

Em discussão a matéria, itens 13, 14 e 15. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Como não há quórum ainda...

Daqui a pouco, Senador Paulo Rocha, nós vamos fazer como V. Exa. nos orientou da outra vez: vamos atrás – viu, Senador Styvenson? – dos nossos pares para que eles venham votar.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Eu estava na CAE, Comissão da qual sou Vice-Presidente, onde está o Ministro Mandetta. Estava lá quando a sua nobre e linda assessora pediu minha presença e logo vim para ler esses relatórios relativos aos itens 2, 8 e 9, se não me engano. É isso?

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Isso.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Posso começar, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – O item 2... Aliás, já para ganhar tempo, o item 2, o item 8 e o item 9.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 2

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 112, de 2018

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Santa Maria / RN (ACCCSM-RN) para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Santa Maria, Estado do Rio Grande do Norte.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Styvenson Valentim

Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

ITEM 8

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 61, de 2017

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DOS CAVALEIROS DE BOM SUCESSO DE ITARARÉ para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Bom Sucesso de Itararé, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Styvenson Valentim

Relatório: Pela aprovação do projeto.

ITEM 9

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 63, de 2016

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE GROSSOS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Grossos, Estado do Rio do Grande do Norte.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Styvenson Valentim

Relatório: Pela aprovação do projeto.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Estou esperando abrir aqui na tela, porque estou sem o papel.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Estou esperando abrir aqui. (*Pausa.*)

Posso partir para o que interessa, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Por favor, Senador.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN. Para leitura de relatório.) – Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 112, de 2018 (nº 632, de 2017, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Santa Maria/RN para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Santa Maria, Estado do Rio Grande do Norte.

Relator: Senador Styvenson Valentim.

Chega à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 112, de 2018 (nº 632, de 2017, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Santa Maria/RN para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Santa Maria, Estado do Rio Grande do Norte. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o art. 223, §3º, ambos da Constituição Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu Relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

Análise.

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal (Risf), nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à CCT opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária (RadCom) encontra disciplina específica na Lei n° 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto n° 2.615, de 3 de junho de 1998, e na Portaria do Ministério das Comunicações (MC) nº 4.334, de 17 de setembro de 2015.

De acordo com o art. 11 da Lei nº 9.612, de 1998, está vedado à entidade que detém autorização para a execução do serviço o estabelecimento de vínculo que a subordine à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais.

Detalhando o referido dispositivo, o parágrafo único do art. 132 da Portaria nº 4.334, de 2015, considera que a existência dos referidos vínculos para os processos de renovação da outorga, como no caso em tela, configura vício insanável, inviabilizando sua aprovação.

Para esclarecer esse ponto específico, entendemos ser necessário encaminhamento de requerimento de informações ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, na forma prevista no §2º do art. 50 da Constituição Federal.

Voto.

Em vista do exposto, voto pelo encaminhamento ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações do requerimento de informações a seguir, e pelo sobrestamento da tramitação do PDS nº 112, de 2018, nos termos do art. 335 do Risf.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Senador, eu pedi que o senhor lesse os itens 8 e 9 também, mas o item 2 é votação simbólica, um erro que foi cometido pelo Presidente. Então, nós vamos votar logo o item 2 e, em seguida, passo para a leitura dos itens 8 e 9, que são votação nominal e a gente precisa dos Senadores aqui.

A matéria está em discussão, o item 2, PDS 112, de 2018. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Resultado: a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer preliminar da CCT pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Agora, sim, Senador Styvenson, o item 8 e o item 9.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN. Para leitura de relatório.) – Muito bem. Vou sintetizar, Sr. Presidente, já que se trata de um mesmo assunto: outorga e autorização para radiodifusão.

Esse projeto vem lá da Câmara dos Deputados e visa à liberação para a Associação dos Cavaleiros de Bom Sucesso de Itararé para executar serviço de radiodifusão comunitária nesse Município, Estado de São Paulo.

A exposição de motivos, como a anterior, já que se trata de radiodifusão, é uma rápida análise: como o Regimento Interno do Senado, no seu art. 104, "c", inciso VII, delega a esta Comissão opinar sobre este tema, serviço de radiodifusão, vou direto ao voto, Sr. Presidente, uma vez que se trata da mesma matéria, para não ser tão repetitivo, pois essa liberação de radiodifusão só muda o nome da rádio, o Estado, o Município.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 61, de 2017, não evidenciou violação de legislação pertinente e não havendo reparos quanto ao aspecto de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga a autorização à Associação dos Cavaleiros de Bom Sucesso de Itararé para executar serviços de radiodifusão comunitária no Município de Bom Sucesso de Itararé, no Estado de São Paulo, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Vamos passar para o nono agora, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Se quiser ler só o voto.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Acabei de ler. Vou repetir. Posso repetir?

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Item 9, por favor. Senador.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 61, de 2017, não evidenciou violação de legislação pertinente e não havendo reparos quanto ao aspecto de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga a autorização à Associação dos Cavaleiros de Bom Sucesso de Itararé para executar os serviços de radiodifusão comunitária no Município de Bom Sucesso de Itararé, no Estado de São Paulo, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Vou para o item 9 agora.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Esse era o item 8.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Isso. Agora vou para o item 9.

Sr. Presidente, eu só adiantei porque se trata do mesmo tema, mas, se o senhor achar que eu devo ler todos, com todo cuidado e atenção, assim o farei. E também se algum Senador assim o quiser.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Só o voto.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Trata-se do mesmo tema. O que muda é o nome dado à associação de radiodifusão comunitária. Neste caso agora, de Grossos, do Estado do Rio Grande do Norte, no meu Estado.

Então, segue o mesmo rito, e vou antecipar o voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 63, de 2016, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária de Grossos para executar serviço de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

radiodifusão comunitária na cidade de Grossos, Estado do Rio Grande do Norte, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse foi o voto.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Não havendo quórum, nós vamos passar para os próximos itens.

Eu quero convidar aqui o Senador Plínio Valério, como Relator *ad hoc*, para relatar os itens cujos Senadores não se encontram presentes, os Itens 10... Aliás, desculpem-me, os itens 11, 12, 16 e 17.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO. Pela ordem.) – Pela ordem, Sr. Presidente. Estou subscrevendo o item 3, do Senador Chico Rodrigues.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – O item 3, do Chico Rodrigues?

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Pois não, Senador.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Pela ordem.) – Na forma de sugestão para a Mesa, é possível dentro do Regimento Interno, nós sabemos que essas questões das rádios comunitárias ainda têm uma importância muito grande para os nossos Estados, para o nosso interior. V. Exa. vê que é interesse aqui do conjunto de todos os Parlamentares, dos nossos Senadores e Senadoras. E como realmente torna-se difícil a presença, o quórum aqui, qual é a sugestão?

Aproveitando que nós temos aqui um conjunto para ser aprovado aqui e, pelo que está posto aí, com mais essas, devem ser umas dez ou quinze, de muita importância, o que é que eu sugestiono? Depois de estabelecidos os votos, abre-se a votação e a gente vai buscar os Senadores que já registraram presença para virem votar no pacote, porque trata-se do mesmo assunto, da mesma questão, do mesmo relatório etc., etc.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – O.k.

De acordo?

Bom, então, o Senador Plínio...

O Senador Eduardo...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Enquanto ele lê o 3, eu vou localizar, porque eu estou sem o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Item 3.

ITEM 3

REQUERIMENTO Nº 7, de 2019

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de que seja convidado o Excelentíssimo Senhor Marcos Cesar Pontes, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações- MCTIC, para apresentar dados do Acordo de Salvaguardas Tecnológicas (AST), que permite que os Estados Unidos da América do Norte e outras nações lançarem satélites a partir do Centro Espacial de Alcântara (CEA), no Maranhão.

Autoria: Senador Chico Rodrigues e outros

Observações:

Em 21/03/2019, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional aprovou o REQ 10/2019-CRE, destinado à realização da audiência pública conjunta prevista neste item.

Com a palavra o Senador Eduardo Gomes.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO) – Obrigado, Sr. Presidente.

Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática nº 7, de 2019.

Nas condições regimentais, requer a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de que seja convidado o Exmo. Sr. Marcos Cesar Pontes, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, para apresentar dados do Acordo de Salvaguardas Tecnológicas (AST),que permite aos Estados Unidos da América do Norte e outras nações lançarem satélites a partir do Centro Espacial de Alcântara (CEA), no Maranhão.

Autoria: Senador Chico Rodrigues.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a nossa subscrição.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o requerimento.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Resultado: aprovado o requerimento.

ITEM 11

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 97, de 2018

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à Ola FM Sociedade Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Paranapuã, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Plínio Valério

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Senador Plínio, com a palavra.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM. Para proferir relatório.) – Presidente, me permitam só ler a ementa e depois ir para o voto.

Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 97, de 2018 (nº 621, de 2017, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Ola FM Sociedade Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Paranapuã, Estado de São Paulo, projeto do Senador Major Olimpio.

O relatório segue as leis.

Então, vamos, Senador Paulo, ao voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 97, de 2018, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão à Ola FM Sociedade Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Paranapuã, Estado de São Paulo, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – O item 12, PDS 124, de 2018 do Senador Flávio Arns.

ITEM 12

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 124, de 2018

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural de Cruzeiro do Sul Paraná - ACCS para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Cruzeiro do Sul, Estado do Paraná.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Plínio Valério

Relatório: Pela aprovação do projeto.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Deixe-me ver só qual é a página, Presidente, porque...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – É a página seguinte.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – É a 48. Então, vamos na sequência.

As informações são as mesmas, as leis são as mesmas, as regras. O relatório segue o das anteriores e a análise também. Portanto, a gente se permite ir para o voto.

Voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 124, de 2018, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos que constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

autorização à Associação Cultural de Cruzeiro do Sul Paraná para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Cruzeiro do Sul, Estado do Paraná, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Senador, o item 16, do Senador Confúcio Moura.

ITEM 16

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 176, de 2018

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Ji-Paranaense (Ascojipa) para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Ji-Paraná, Estado de Rondônia.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Plínio Valério

Relatório: Pela aprovação do projeto.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – É o 16 agora. Pulou aqui, não é?

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – É o PDS 176, de 2018.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – PDS 176, de 2018, p. 64.

O Relator seria o Senador Confúcio Moura, e eu o substituo.

Também a exemplo dos outros, aqui se renova a autorização de outorga à Associação Comunitária Ji-Paranaense. É o relatório.

Voto, Sr. Presidente. Vou ler o voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 176, de 2018, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

autorização outorgada à Associação Comunitária Ji-Paranaense para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Ji-Paraná, Estado de Rondônia, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Este é o voto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Vamos para o Item, Senador Plínio, PDS 165, de 2018, da Senadora Juíza.

ITEM 17

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 165, de 2018

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à Fundação João Paulo II para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de São José dos Campos, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Plínio Valério

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Antes de o senhor fazer a leitura, quero aqui registrar a presença do Prefeito de Quirinópolis nesta Comissão. Sr. Gilmar, seja bem-vindo. E também do ex-Deputado Federal Pedro Chaves. Tenho o maior prazer de ser ele o meu primeiro suplente no Senado Federal.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM. Para proferir relatório.) – Portanto, merecem estar sentados aqui conosco. Por favor, sentem-se aqui conosco.

Relatoria da Senadora Selma Arruda.

Outorga permissão à Fundação João Paulo II.

O relatório cita, como sempre, as leis, procura saber se está em conformidade. E, estando, eu vou direto ao voto, Presidente.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 165, de 2018, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão à Fundação João Paulo II para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

modulada, com fins exclusivamente educativos, no Município de São José dos Campos, Estado de São Paulo, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Este é o voto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Senador Plínio, obrigado pela sua leitura.

Senador Paulo Rocha, o senhor pode subscrever os itens 4 e 5, para a gente passar uma régua em tudo hoje?

ITEM 4

REQUERIMENTO Nº 8, de 2019

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com a Ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Senhora Tereza Cristina Corrêa da Costa Dias, com o objetivo de discutir a contribuição da tecnologia para a agricultura.

Autoria: Senador Chico Rodrigues e outros

ITEM 5

REQUERIMENTO Nº 9, de 2019

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o Ministro de Minas e Energia, Senhor Bento Albuquerque, para debater as ações do Ministério de Minas e Energia para fomentar a produção de energia por meio das Pequenas Centrais Hidrelétricas e das Centrais Eólicas.

Autoria: Senador Angelo Coronel e outros

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Para proferir relatório.) – Autoria do Senador Chico Rodrigues.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requerimento para realização de audiência pública com a Sra. Cristina, Ministra da Agricultura, para falar sobre a tecnologia que contribui para a alta produtividade na nossa rica agricultura. Portanto, é um convite à Ministra para fazer essa audiência pública sobre tecnologia na agricultura.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – O requerimento está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o requerimento.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se estão. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Item 5.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Esse requerimento é de autoria do Senador Angelo Coronel, do PSD, da Bahia, o qual eu subscrevo, para trazer, através de convite, o Ministro Bento Albuquerque, Ministro de Minas e Energia, para, em audiência pública, debater como anda o fomento da produção de energia por meio de pequenas centrais hidrelétricas e centrais eólicas. É muito importante esse debate. Chegou o especialista aqui, inclusive, o Senador Jean Paul.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Seja bem-vindo, Senador Jean Paul!

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. *Fora do microfone.*) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – É uma honra ter o senhor na nossa Comissão.

O requerimento está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o requerimento.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

As votações simbólicas hoje foram todas aprovadas. Nós vamos passar agora para os itens 8 a 17 da pauta, cuja votação é nominal. As matérias referentes a...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Quero só explicitar para os companheiros que aqui chegaram agora, principalmente o Jean e o Izalci, que há cerca de dez itens que tratam de rádio comunitária. Já foram todos relatados. Está encerrada a discussão. Agora será feita apenas a votação. Eles são de interesse de vários Estados. Todos sabem aqui o interesse, inclusive o do seu Estado do Rio Grande do Norte. O encaminhamento já aprovado pelos Senadores anteriores é o de que nós faríamos uma votação em bloco, abrindo a votação, porque é preciso fazer a votação nominal. E vai ficar aberto para a gente buscar os outros companheiros que já passaram por aqui para aprovar.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Senador Izalci, seja bem-vindo!

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Coincidentemente, esta audiência acontece ao mesmo tempo em que realizamos a reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional, da qual sou o Presidente. Estamos lá em audiência pública, mas eu preciso muito...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Mas é uma honra ter o senhor aqui. Eu sei o esforço que o senhor fez para estar aqui.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Obrigado, Senador.

Nós vamos votar em bloco, então, essas matérias?

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Vamos votar em bloco.

Seja bem-vindo!

As matérias referentes aos itens 8 a 17 estão em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Colocaremos em votação os projetos pelo sistema de votação eletrônica.

Consulto o Plenário se podemos fazer a votação em bloco para esses projetos.

Se todos estiverem de acordo, queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a proposta.

Em votação os projetos referentes aos itens 8 a 17 da pauta.

Quem vota com o Relator vota "sim".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós vamos abrir o painel. Como foi feito na última reunião nossa, por sugestão do Senador Paulo Rocha, nós vamos abrir a votação.

Eu pediria que os Senadores que foram para outras Comissões – nós precisamos de nove Senadores – que viessem aqui para votar.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Por segurança regimental, Presidente, para ficar na ata, acho que seria bom ler cada item, para ficar gravado ali na nossa...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – O.k.! Leio só o título, Senador, ou só o número?

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. *Fora do microfone.*) – O número já diz tudo.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Para quem estiver acompanhando, leio os números: item 8, PDS nº 61, de 2017, Senador Styvenson Valentim; PDS nº 63, de 2016, também Senador Styvenson Valentim; PDS nº 72, de 2017, Senador Oriovisto Guimarães; PDS nº 97, de 2018, Senador Major Olímpio; PDS nº 124, de 2018, Senador Flávio Arns; PDS nº 91, de 2018, Senador Paulo Rocha; PDS nº 172, de 2018, Senador Paulo Rocha; PDS nº 173, de 2018, Senador Paulo Rocha; PDS nº 176, de 2018, Senador Confúcio Moura; PDS nº 165, de 2018, Senadora Juíza Selma.

Está aberta a votação.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Encerrarei a votação.

Antes de fazer a leitura, eu quero ainda registrar a presença aqui – esta é uma honra para nós – do Vereador Márcio Xavier, da cidade de Quirinópolis, que está acompanhando o Prefeito Gilmar, e do Secretário da Indústria e Comércio João Batista, também daquela cidade.

Sejam bem-vindos, mais uma vez!

A Comissão aprova os projetos constantes dos itens 8 a 17 da pauta, nos termos dos relatórios apresentados.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Obrigado a todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Iniciada às 9 horas e 41 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 48 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 7ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE ABRIL DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às nove horas e cinquenta e cinco minutos do dia dez de abril de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência da Senadora Kátia Abreu, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com a presença dos Senadores Eduardo Gomes, Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso, Luiz do Carmo, Izalci Lucas, Oriovisto Guimarães, Juíza Selma, Mara Gabrilli, Plínio Valério, Styvenson Valentim, Marcos do Val, Paulo Rocha, Arolde de Oliveira, Telmário Mota, Paulo Paim e Eliziane Gama. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Rodrigo Cunha, Weverton, Jean Paul Prates, Angelo Coronel, Chico Rodrigues e Wellington Fagundes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática n° 12, de 2019** que: "Requer a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com o objetivo de debater a prorrogação dos benefícios da Lei nº 8.685, de 20 de julho de 1993 (Lei do Audiovisual)." **Autoria:** Senador Marcos do Val e outros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - Projeto de Lei do Senado n° 356, de 2017 - Terminativo -** que: "Altera as Leis nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e nº 9.991, de 24 de julho de 2000, para incentivar a modernização das instalações do serviço público de distribuição de energia elétrica." **Autoria:** Senador Eduardo Braga. **Relatoria:** Senador Paulo Rocha. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com as emendas nº 1 e 2 - CTFC/CI. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) n° 80, de 2018 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Tucupi de Arte Cultura e Comunicação para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Marituba, Estado do Pará." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Paulo Rocha. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) n° 86, de 2018 - Terminativo -** que: "Rejeita o ato que declara perempta a concessão outorgada à Rádio Anchieta Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias no Município de Itanhaém, Estado de São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Paulo Rocha. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, que rejeita ato declaratório de perempção. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) n° 96, de 2018 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Comunicação Comunitária Tucumaense para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Tucumã, Estado do Pará." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Paulo Rocha. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) n° 66, de 2016 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA AGUANOVENSE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Água Nova, Estado do Rio Grande do Norte." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Styvenson Valentim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Lido o relatório. **ITEM 7 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 76, de 2016 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DE CAMPO REDONDO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campo Redondo, Estado do Rio Grande do Norte." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Styvenson Valentim. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Lido o relatório. **ITEM 8 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 64, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à APRC - ASSOCIAÇÃO PRATIANA DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Pratânia, Estado de São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Styvenson Valentim. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Lido o relatório. **ITEM 9 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 85, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga permissão à TV PIONEIRA DE MOGI DAS CRUZES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Londrina, Estado do Paraná." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Lido o relatório. **ITEM 10 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 222, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL DE PEDRINHAS PAULISTA para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Pedrinhas Paulista, Estado de São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Styvenson Valentim. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Lido o relatório. **ITEM 11 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 42, de 2018 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Comunicação Comunitária de Uirapuru para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Uirapuru, Estado de Goiás." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Luiz do Carmo. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Lido o relatório. **ITEM 12 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 120, de 2018 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a concessão originalmente outorgada à Abril Radiodifusão S.A., e posteriormente transferida à Spring Televisão S.A., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens, no Município de São Paulo, Estado de São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Major Olimpio. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Lido o relatório. **ITEM 13 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 175, de 2018 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cidade Alta para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Jaguariaíva, Estado do Paraná." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Paulo Rocha (*Ad hoc*), substituiu Senador Oriovisto Guimarães. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Lido o relatório. **ITEM 14 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 235, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO SERRA VERDE para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Paulo Rocha (*Ad hoc*), substituiu Senador Marcos do Val. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Lido o relatório. **ITEM 15 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 83, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CARIRI DE PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE E CULTURA para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Cariri do Tocantins, Estado do Tocantins."

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Paulo Rocha (*Ad hoc*), substituiu Senadora Kátia Abreu. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Lido o relatório. **ITEM 16 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) n° 323, de 2015 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DE SAQUAREMA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Saquarema, Estado do Rio de Janeiro." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Paulo Rocha (*Ad hoc*), substituiu Senador Arolde de Oliveira. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Lido o relatório. **ITEM 17 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) n° 316, de 2015 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS AMIGOS DE DIFUSÃO, ÉTICA E MORAL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campos dos Goytacazes, Estado do Rio de Janeiro." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Paulo Rocha (*Ad hoc*), substituiu Senador Arolde de Oliveira. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Lido o relatório. **ITEM EXTRAPAUTA 18 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática n° 13, de 2019** que: "Requer que sejam prestadas, por intermédio do Ministro de Estado da Economia, informações sobre vedações ou restrições do Banco da Amazônia (BASA) ao financiamento de novos projetos para construção de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) e Centrais Geradoras Hidroelétricas (CGHs)." **Autoria:** Senadora Kátia Abreu. **Resultado:** Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado. **ITEM EXTRAPAUTA 19 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática n° 14, de 2019** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de discutir os desdobramentos da tecnologia e inovação no âmbito da Confederação Nacional da Indústria - CNI." **Autoria:** Senador Vanderlan Cardoso. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e vinte e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Kátia Abreu

Presidente Eventual da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Bom dia a todos. Havendo número regimental, declaro aberta a 7ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura, que se realiza nesta data, 10 de abril de 2019.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal* juntamente com as notas taquigráficas.

Comunicados da Presidência.

No dia 17 de abril, às 9h, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Sr. Marcos Cesar Pontes, comparecerá à CCT para prestar informações sobre as prioridades e diretrizes da pasta sob sua responsabilidade.

Chegou a esta Comissão o Aviso 145-Seses-TCU-Plenário, de 28 de março de 2019, que encaminha cópia do Acórdão nº 716, de 2019, proferido nos autos do processo nº TC 022.280/2016-2, que trata de representação acerca de irregularidades na potencial celebração de termos de compromisso de ajustamento de conduta pela Anatel.

Nos termos da Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 12, de 2019, fica aberto o prazo de 15 dias para manifestação de interesse por parte dos Senadores membros desta Comissão.

O item 1 é do Senador Marcos do Val, que não está presente.

O item 2, o Senador Paulo Rocha pediu que fosse retirado de pauta por não estar presente. Será apreciado na próxima reunião.

Vamos passar para a leitura do item 6.

ITEM 6

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 66, de 2016

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA AGUANOVENSE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Água Nova, Estado do Rio Grande do Norte.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Styvenson Valentim

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Eu peço ao Senador Oriovisto para fazer a leitura *ad hoc,* por gentileza. (*Pausa.*)

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – Sra. Presidente, estou tendo aqui alguns probleminhas com o computador, mas acho que... (*Pausa.*)

Sra. Presidente, posso fazer a leitura, então?

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Com certeza. Obrigada.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR. Para proferir relatório.) – A ementa diz: da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 66, de 2016 (nº 308, de 2015, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Aguanovense para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Água Nova, Estado do Rio Grande do Norte.

O relatório, resumidamente, mostra que chega à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 66, de 2016 (nº 308, de 2015, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato de outorga à Associação Comunitária Aguanovense para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Água Nova, Estado do Rio Grande do Norte. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o art. 223, §3º, ambos da Constituição Federal. Há uma referência à exposição de motivos.

O projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu Relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

Da análise, destacaria que, conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à CCT opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga... Para serviços de radiodifusão sonora e de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução n° 3, de 2009, do Senado Federal.

Eu me permito ir direto ao voto, Sra. Presidente.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 66, de 2016, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Comunitária Aguanovense para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Água Nova, Estado do Rio Grande do Norte, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse é o voto.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Em votação.

Na verdade, será só a leitura do relatório porque não temos quórum para a votação.

Obrigada, Senador.

Vamos passar para o item 7, pois Paulo Rocha pede que aguarde a chegada dele para votar os seus relatórios.

ITEM 7

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 76, de 2016

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DE CAMPO REDONDO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campo Redondo, Estado do Rio Grande do Norte.

Autoria: Câmara dos Deputados.

Relatoria: Senador Styvenson Valentim

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Com a palavra, para leitura.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN. Para proferir relatório.) – Obrigado, Sra. Presidente.

Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 76, de 2016 (nº 473, de 2016, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Rádio Comunitária de Campo Redondo para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campo Redondo, Estado do Rio Grande do Norte, meu Estado.

Sra. Presidente, já posso seguir para o voto, uma vez que... E se eu puder falar um pouco dessa cidade, de que gosto muito, no meu Estado, bem rapidamente...

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Fique à vontade.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – É uma cidade que fica a 135km da capital do meu Estado, Rio Grande do Norte. Tem cerca de 10 mil habitantes, tem uma festa de padroeira muito forte, que é a de Nossa Senhora de Lourdes. Essa rádio faz uma diferença muito grande, então, é uma honra estar aqui dando esse voto para aprovar que ela continue funcionando, uma vez que é um meio mesmo de comunicação, distração e de informação para aquelas pessoas.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 76, de 2016, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a autorização outorgada à Associação Rádio Comunitária de Campo Redondo para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campo Redondo, Estado do Rio Grande do Norte, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Acho que virá outro, não é?

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – É.

Quero dar como lido também, por ser terminativo e não termos quórum ainda suficiente, que é de nove Senadores.

Próximo item da pauta:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 8

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 64, de 2017

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à APRC - ASSOCIAÇÃO PRATIANA DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Pratânia, Estado de São Paulo.

Autoria: Câmara dos Deputados.

Relatoria: Senador Styvenson Valentim

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Senador Styvenson Valentim, por favor, com a palavra.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN. Para proferir relatório.) – Sra. Presidente, para ganhar tempo, uma vez que acho que todos aqui estão em muitas Comissões, já indico logo qual é a rádio, Associação Pratiana de Radiodifusão Comunitária, do Estado de São Paulo, Município de Pratânia. Passo para a análise, rapidamente.

O exame da documentação que acompanha o PDS n° 64, de 2017, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei n° 9.612, de 1998.

Passo para o voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 64, de 2017, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação da Associação Pratiana de Radiodifusão Comunitária para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Pratânia, Estado de São Paulo, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Dado como lido, também sem condições de votação, pelo quórum.

Item 13, PDS 175. Não, desculpa.

ITEM 10

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 222, de 2017

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL DE PEDRINHAS PAULISTA para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Pedrinhas Paulista, Estado de São Paulo.

Autoria: Câmara dos Deputados.

Relatoria: Senador Styvenson Valentim

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Senador Relator Styvenson Valentim.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Seguindo da mesma forma, mas se alguém tiver interesse em que eu leia todo, Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Pode ir direto ao voto, se preferir.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN. Para proferir relatório.) – Está bem.

Associação Comunitária Cultural de Pedrinhas Paulista é a rádio agora.

Direto ao voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 222, de 2017, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Cultural de Pedrinhas Paulista para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Pedrinhas Paulista, Estado de São Paulo, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Dado como lido, sem condições de votação, pelo quórum.

Item 13, PDS 175, de 2018, Senador...

O SR. LUIZ DO CARMO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO) – E o 11? Não tem o item 11? O 11 primeiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Desculpa! É que eu tinha marcado os que estavam presentes antes de V. Exa. chegar.

ITEM 11

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 42, de 2018

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Comunicação Comunitária de Uirapuru para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Uirapuru, Estado de Goiás.

Autoria: Câmara dos Deputados.

Relatoria: Senador Luiz do Carmo

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Relator, Senador Luiz do Carmo, do nosso Estado de Goiás.

O SR. LUIZ DO CARMO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO. Para proferir relatório.) – Esse também é a outorga de uma rádio comunitária, no Município de Uirapuru, uma cidade pequena, que depende muito dessa rádio.

Já vou direto ao voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 42, de 2018, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação de Comunicação Comunitária de Uirapuru para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Uirapuru, Estado de Goiás, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Muito obrigada.

Dado como lido, também sem condições de votação.

Agora sim:

ITEM 13

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 175, de 2018

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cidade Alta para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Jaguariaíva, Estado do Paraná.

Autoria: Câmara dos Deputados.

Relatoria: Senador Oriovisto Guimarães

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Senador Relator Oriovisto Guimarães.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR. Para proferir relatório.) – Sra. Presidente, esse processo trata da outorga para a Associação Cidade Alta, na cidade de Jaguariaíva para executar serviço de radiodifusão comunitária.

Vou também, como os demais colegas, direto ao voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 175, de 2018, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Cidade Alta para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Jaguariaíva, Estado do Paraná, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Dado como lido. Também sem votação, por ausência de quórum.

Eu gostaria de solicitar ao Senador Oriovisto Guimarães que fizesse a leitura *ad hoc* do item 15 da pauta, de minha relatoria, que trata da rádio comunitária de Cariri, no Tocantins, no sul do Estado, uma cidade importante, forte na agropecuária, e próxima à cidade de Gurupi, que é a terceira maior cidade do Estado.

ITEM 15

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 83, de 2017

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CARIRI DE PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE E CULTURA para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Cariri do Tocantins, Estado do Tocantins.

Autoria: Câmara dos Deputados.

Relatoria: Senadora Kátia Abreu

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Por favor.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – Assim que eu conseguir me entender com o computador aqui, só um minuto.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Tenho meu voto aqui, escrito. O voto está aqui.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR. Para proferir relatório.) – Já deu aqui.

Vamos ler a ementa: da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 83, de 2017 (nº 307, de 2015, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cariri de Preservação do Meio Ambiente e Cultura para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Cariri do Tocantins, Estado de Tocantins.

Também como os demais, Sra. Presidente, vamos direto ao voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 83, de 2017, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cariri de Preservação do Meio Ambiente e Cultura para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Cariri do Tocantins, Estado de Tocantins, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Muito obrigada.

Dado como lido, também sem quórum para votação.

Antes de passar para o Senador Arolde de Oliveira, lerei um requerimento de pedido de informação, de minha autoria, em que requeiro, nos termos do art. 50, §2º, da Constituição Federal e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro da Economia, Paulo Guedes, informações sobre vedações ou restrições do Banco da Amazônia (Basa) ao financiamento de novos projetos para construção de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) e Centrais Geradoras Hidroelétricas (CGHs).

EXTRAPAUTA

ITEM 18

REQUERIMENTO Nº 13, de 2019

- Não terminativo -

Requer que sejam prestadas, por intermédio do Ministro de Estado da Economia, informações sobre vedações ou restrições do Banco da Amazônia (BASA) ao financiamento de novos projetos para construção de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) e Centrais Geradoras Hidroelétricas (CGHs).

Autoria: Senadora Kátia Abreu.

Na última reunião, tivemos uma audiência pública muito interessante sobre esse formato de produção de energia, e eu fiz uma reclamação de que o Banco da Amazônia financiava eólica, fotovoltaica, mas tinha tirado do seu portfólio o financiamento de pequenas usinas hidrelétricas.

Então, eu peço a aprovação dos colegas Senadores para que o banco possa justificar por que tirou do portfólio esse financiamento.

Em votação. (*Pausa.*)

Aprovado.

Muito obrigada.

Passo a palavra agora para o Senador Arolde de Oliveira, para o item 16.

ITEM 16

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 323, de 2015

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DE SAQUAREMA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Saquarema, Estado do Rio de Janeiro.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Arolde de Oliveira

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Com a palavra o Senador.

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PSD - RJ) – É 3223, nobre Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Desculpa, 323, de 2015.

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PSD - RJ) – Trata-se de outorga para a Associação Cultural e Comunitária de Saquarema, no Estado do Rio de Janeiro.

Eu vou proceder da mesma forma que os Relatores que me antecederam indo direto ao voto.

Voto do Relator.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 323, de 2015, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Cultural e Comunitária de Saquarema para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Saquarema, Estado do Rio de Janeiro, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Muito bem, dado como lido.

Também sem condições de voto em função do quórum.

Agora, o item 17.

ITEM 17

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 316, de 2015

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.067287/2019-48

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS AMIGOS DE DIFUSÃO, ÉTICA E MORAL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campos dos Goytacazes, Estado do Rio de Janeiro.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Arolde de Oliveira.

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PSD - RJ. Para proferir relatório.) – Trata-se, nobre Presidente, de outorga à Associação Comunitária dos Amigos de Difusão, Ética e Moral para executar serviço de radiodifusão na cidade de Campos dos Goytacazes, Estado do Rio de Janeiro.

Voto do Relator.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 316, de 2015, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Comunitária dos Amigos de Difusão, Ética e Moral para executar serviço de radiodifusão comunitária em Campos dos Goytacazes, Estado do Rio de Janeiro, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Este é o voto, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Muito obrigada, Senador.

Dado como lido.

Sem quórum para a votação.

Temos mais dois itens na pauta.

ITEM 1

REQUERIMENTO Nº 12, de 2019

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com o objetivo de debater a prorrogação dos benefícios da Lei nº 8.685, de 20 de julho de 1993 (Lei do Audiovisual).

Autoria: Senador Marcos do Val e outros

Observações:

Em 02/04/2019, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte aprovou o REQ 17/2019-CE, destinado à realização da reunião conjunta prevista neste item.

Temos o item nº 1, Requerimento 12, de 2019, que foi subscrito para o Senador Styvenson Valentim fazer a leitura do requerimento em questão.

Com a palavra, Senador.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN. Para encaminhar.) – Obrigado, Sra. Presidente.

Este requerimento partiu de Marcos do Val. Respeitando a legalidade, Senador Arolde, e a formalidade dos requerimentos, ele solicita uma audiência pública conjunta, que já foi aprovada pela CE. E ele solicita também, para essa mesma audiência, que aqui seja aprovada a presença do Sr. Henrique Pires, Secretário Especial da Cultura do Ministério da Cidadania – vou dizer do que se trata, um minutinho –; do Sr. Christian de Castro, Diretor-Presidente da Agência Nacional do Cinema (Ancine); Sr. Leonardo Edde, Presidente do Sindicato Interestadual da Indústria Audiovisual; Sr. Mauro Garcia, Presidente Executivo da Brasil Audiovisual.

Pelas pessoas, já dá para entender que se trata do audiovisual, da Lei do Audiovisual, Lei 8.685, de 20 de julho de 1993. Trata-se da manutenção dela, uma vez que, desde a sua promulgação, em 1993, essa lei tem sido um importante mecanismo de captação de renda para a realização de filmes.

Inicialmente prevista para durar até o ano de 2003, a Lei do Audiovisual recebeu constantes prorrogações, sendo a última realizada por meio da Lei nº 13.594, de 5 de janeiro de 2018 (fruto da conversão da Medida Provisória nº 796, de 2017).

Então, este requerimento tem o objetivo de discutir com a sociedade, órgãos públicos e entidades do setor a necessidade de nova prorrogação da Lei do Audiovisual, dada sua importância no fomento da atividade audiovisual de produção independente brasileira.

Então, o Senador Marcos do Val quer anexar essas duas audiências na CE. Só quer essa aprovação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Obrigada, Senador.

Em votação. (*Pausa.*)

Aprovado.

Gostaria de pedir ao Senador Arolde de Oliveira para fazer, *ad hoc*, a leitura do item 9, a pedido do Senador Flávio Arns, PDS 85, de 2017.

ITEM 9

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 85, de 2017

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à TV PIONEIRA DE MOGI DAS CRUZES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Londrina, Estado do Paraná.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Flávio Arns.

Relatório: Pela aprovação do projeto.

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PSD - RJ. Para proferir relatório.) – Presidente Kátia Abreu, vou proceder, então, diretamente à leitura do voto.

É relativo à TV Pioneira de Mogi das Cruzes Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Londrina, Estado do Paraná – é uma emissora de televisão comercial.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 85, de 2017, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão à TV Pioneira de Mogi das Cruzes Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Londrina, Estado do Paraná, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Este é o voto, Sra. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Muito obrigada, Senador Arolde.

Não havendo quórum, apenas dou como lido.

Gostaria ainda de pedir ao Senador Arolde para fazer a leitura, *ad hoc*, do PDS 120, de 2018, do Senador Major Olímpio – a pedido.

ITEM 12

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 120, de 2018

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a concessão originalmente outorgada à Abril Radiodifusão S.A., e posteriormente transferida à Spring Televisão S.A., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens, no Município de São Paulo, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Major Olimpio

Relatório: Pela aprovação do projeto.

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PSD - RJ. Para proferir relatório.) – O Projeto de Decreto Legislativo 120, Sra. Presidente, trata da renovação da outorga à Abril Radiodifusão S.A. e, posteriormente, transferida à Spring Televisão S.A., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens no Município de São Paulo, Estado de São Paulo.

Vou passar diretamente ao voto, Senadora.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 120, de 2018, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova concessão originalmente outorgada à Abril Radiodifusão S.A. e, posteriormente, transferida à Spring Televisão S.A., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse é o voto, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Muito obrigada, Senador Arolde, pela leitura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não teremos quórum para a votação.

Peço agora ao Senador Styvenson para fazer a leitura do PDS 235, de 2017, do Senador Marcos do Val.

ITEM 14

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 235, de 2017

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO SERRA VERDE para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Marcos do Val.

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Por favor, com a palavra – leitura *ad hoc*.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN. Para proferir relatório.) – Qual é o item?

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – É o item 14, PDS 235.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN. Para proferir relatório.) – Obrigado.

Sra. Presidente, trata-se também de outorga, à Associação dos Moradores do Serra Verde, para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

Vou para o voto, o.k.?

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 235, de 2017, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a autorização outorgada à Associação dos Moradores do Serra Verde para executar serviço de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

radiodifusão comunitária no Município de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Lido o voto, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Dado como lido.

Sem quórum para a votação.

Requerimento extrapauta do Senador Vanderlan Cardoso.

EXTRAPAUTA

ITEM 19

REQUERIMENTO Nº 14, de 2019

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de discutir os desdobramentos da tecnologia e inovação no âmbito da Confederação Nacional da Indústria - CNI.

Autoria: Senador Vanderlan Cardoso.

Propõe, para a audiência, a presença dos seguintes convidados: Gustavo Leal Sales Filho, Diretor de Operações do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – Senai; Gianna Sagazio, Superintendente do Instituto Euvaldo Lodi – IEL/NC.

Coloco em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, passa-se à votação. (*Pausa.*)

Aprovado.

Eu gostaria, antes de encerrar a reunião, aproveitando esta oportunidade da aprovação de concessão a tantas rádios comunitárias, de dizer que uma rádio comunitária em Taquaralto, em Palmas, com o nome de Rádio Pequi, abriu uma oportunidade interessantíssima para novos e jovens talentos de locutores de rádio. Há um horário nessa rádio para que aqueles que têm a vocação, o talento, possam usar a rádio como um treinamento para uma profissão, para seu primeiro emprego.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu gostaria de deixar essa sugestão, dando oportunidade de trabalho aos jovens, rapazes e moças talentosos que podem ser locutores de rádio.

Não havendo mais nenhuma matéria em pauta, declaro encerrada a presente reunião. Muito obrigada a todos.

(*Iniciada às 09 horas e 55 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 24 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 2ª REUNIÃO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE MARÇO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às quatorze horas e quarenta e nove minutos do dia vinte de março de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Mecias de Jesus, reúne-se a Comissão Senado do Futuro com a presença dos Senadores Marcio Bittar, Marcelo Castro, Styvenson Valentim, Eduardo Girão, Rogério Carvalho, Zenaide Maia, Arolde de Oliveira, Wellington Fagundes, Selma Arruda, Fernando Bezerra Coelho, Rodrigo Pacheco, Dário Berger, Izalci Lucas, Confúcio Moura, Paulo Paim, Paulo Rocha, Chico Rodrigues, Marcos do Val, Sérgio Petecão e Angelo Coronel. Deixam de comparecer os Senadores Irajá e Zequinha Marinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em duas partes: **1ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Requerimento da Comissão Senado do Futuro n° 1, de 2019** que visa: "Debater a cobrança do usuário pela operadora para o acesso a conteúdos, aplicações e serviços disponibilizados na internet por órgãos e entidades da administração direta e indireta da União." **Autoria:** Senador Mecias de Jesus. **Resultado:** Aprovado o Requerimento nº 1 de 2019 da Comissão Senado do Futuro. **2ª Parte - Reunião de Trabalho**. **Finalidade:** Definir temas a serem debatidos no exercício de 2019 na Comissão Senado do Futuro. **Resultado:** Após discussão, fazem uso da palavra os Senadores Eduardo Girão e Styvenson Valentim e, em consequência, foi definido que os seguintes temas serão objeto de debate na Comissão Senado do Futuro no exercício de 2019: Empreendedorismo; Startups; Uso de tecnologias e inovações para aprimorar políticas públicas; Futuro da Previdência Social; Tecnologias aplicadas à segurança pública; Tecnologias aplicadas à educação; Transparência e participação popular no processo legislativo; Reforma política e candidaturas independentes. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e treze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Mecias de Jesus

Presidente da Comissão Senado do Futuro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/03/20

O SR. PRESIDENTE (Mecias de Jesus. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR) – Sras. e Srs. Senadores, boa tarde a todos.

Havendo quórum regimental, declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão Senado do Futuro da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura, que se realiza nesta data, 20 de março de 2019.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 1ª Reunião, realizada no dia 26 de fevereiro de 2019.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Está aprovada a ata e será publicada no *Diário Oficial*.

Sras. e Srs. Senadores, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno, o Senado Federal, as comissões permanentes selecionarão, na área de sua competência, políticas públicas desenvolvidas no âmbito do Poder Executivo para serem avaliadas, observando os impactos dessas políticas e as atividades meio de suporte para a execução nesse sentido.

Comunico o que segue:

1 – Fica aberto o prazo para que os Senadores membros da Comissão Senado do Futuro apresentem sugestões de políticas públicas a serem avaliadas ao longo do corrente exercício.

Creio que os nobres Senadores entenderam o que diz o item 1.

As sugestões devem ser encaminhadas na forma de requerimento à secretaria da Comissão, por meio do sistema próprio. A via física deve ser entregue com assinatura do Parlamentar também à secretaria.

A escolha de até duas sugestões entre as apresentadas se dará na primeira reunião deliberativa após o término do prazo.

O prazo que eu gostaria de estabelecer com os senhores não está definido aqui. Portanto, eu gostaria de ver com os senhores um prazo de dez dias, vinte dias, para que os senhores possam apresentar dois temas, conforme as sugestões aqui e o que prevê o nosso Regimento Interno.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/03/20

O SR. PRESIDENTE (Mecias de Jesus. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR) – Sras. e Srs. Senadores, boa tarde a todos.

Havendo quórum regimental, declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão Senado do Futuro da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura, que se realiza nesta data, 20 de março de 2019.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 1ª Reunião, realizada no dia 26 de fevereiro de 2019.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Está aprovada a ata e será publicada no *Diário Oficial*.

Sras. e Srs. Senadores, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno, o Senado Federal, as comissões permanentes selecionarão, na área de sua competência, políticas públicas desenvolvidas no âmbito do Poder Executivo para serem avaliadas, observando os impactos dessas políticas e as atividades meio de suporte para a execução nesse sentido.

Comunico o que segue:

1 – Fica aberto o prazo para que os Senadores membros da Comissão Senado do Futuro apresentem sugestões de políticas públicas a serem avaliadas ao longo do corrente exercício.

Creio que os nobres Senadores entenderam o que diz o item 1.

As sugestões devem ser encaminhadas na forma de requerimento à secretaria da Comissão, por meio do sistema próprio. A via física deve ser entregue com assinatura do Parlamentar também à secretaria.

A escolha de até duas sugestões entre as apresentadas se dará na primeira reunião deliberativa após o término do prazo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O prazo que eu gostaria de estabelecer com os senhores não está definido aqui. Portanto, eu gostaria de ver com os senhores um prazo de dez dias, vinte dias, para que os senhores possam apresentar dois temas, conforme as sugestões aqui e o que prevê o nosso Regimento Interno.

Os Relatores designados para as avaliações selecionadas terão o prazo até o dia 30 de novembro – que isso? – para a conclusão dos relatórios dos trabalhos e a apresentação dos relatórios. Trinta de novembro, é tudo isso mesmo? É o Regimento isso? É um prazo muito doido.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Mecias de Jesus. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR) – Podemos mudar aqui, não é?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Mecias de Jesus. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR) – Porque o prazo até 30 de novembro...

Eu gostaria de comunicar às pessoas presentes, às Srs. e aos Srs. Senadores, que a Comissão Senado do Futuro é nova para mim, como é nova para os senhores também, mas é uma Comissão, a nosso ver, extremamente importante para debater temas de todas as naturezas. Quando assumi aqui como Presidente desta Comissão, fui informado, como os senhores também o foram, de que esta Comissão não teria competência para emitir parecer, para analisar matérias de interesse do Senado Federal.

Estava aqui conversando com a nossa assessoria e, graças a Deus, já temos a assinatura do Senador Eduardo Girão e do Senador Cap. Styvenson concordando que esta Comissão poderá, sim, emitir parecer, analisar matérias e ser terminativa. Portanto, nós vamos já iniciar solicitando à Mesa Diretora, propondo algumas sugestões de mudanças no Regimento Interno.

Ao mesmo tempo, pelo que diz o nosso Regimento Interno... Está aqui. Olhem o que diz o nosso Regimento Interno:

Art. 90. Às Comissões compete:

I – discutir e votar projetos de lei nos termos do art. 91 (Const., Art. 58);

O que diz?

XII – opinar sobre o mérito das proposições submetidas a seu exame, emitindo o respectivo parecer;

Isso aqui é permitido às comissões permanentes. A Comissão Senado do Futuro é uma comissão permanente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> Art. 91. Às comissões, no âmbito de suas atribuições, cabe, dispensada a competência do Plenário, nos termos do art. 58, §2º, I, da Constituição, discutir e votar: [...]

E aí discorre sobre os projetos e as competências das Comissões.

Temos ainda o art. 97, que diz:

> Art. 97. Às comissões permanentes compete estudar e emitir parecer sobre os assuntos submetidos ao seu exame.

Portanto, para aquilo que for submetido ao exame da Comissão Senado do Futuro, ela terá, sim, competência para emitir parecer, para votar e para finalizar qualquer matéria.

O Art. 58 da Constituição Federal:

> Art. 58. O Congresso Nacional e suas Casas terão comissões permanentes e temporárias, constituídas na forma e com as atribuições previstas no respectivo Regimento ou no ato de que resultar sua criação.
> .....
> .....
> § 2º Às comissões, em razão da matéria de sua competência, cabe:
> I - discutir e votar projeto de lei que dispensar, na forma do regimento, a competência do Plenário [...].

Ou seja, meu caro Senador Eduardo Girão, meu caro Senador Cap. Styvenson, a Comissão Senado do Futuro é uma Comissão como qualquer outra comissão permanente do Senado da República.

Com a palavra o Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Presidente, Senador Mecias de Jesus, eu não tenho a menor dúvida disso. Eu fico extremamente feliz em ver seu comprometimento aqui em querer trabalhar, em querer fazer esta Comissão forte, porque é uma Comissão que historicamente...

Eu cheguei agora – é a primeira eleição que disputei, Deus me abençoou ao trazer-me aqui para o Senado, o povo do Ceará nos trouxe, o Cap. Styvenson também, do Rio Grande do Norte –, mas o que eu ouço falar nos corredores do Senado é que esta Comissão, que já existe há algum tempo, carece de um maior prestígio. Que os Parlamentares procurem participar mais, que a Casa dê mais, outorgue.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como o senhor mesmo acabou de ler, ela tem todos os pré-requisitos para tratar de assuntos importantes aqui, como V. Exa. falou, como o Regimento Interno. É um Regimento que está muito atrasado, há muita coisa para evoluir. Há ainda o voto fechado, que foi o grande debate da eleição deste ano; o voto aberto, que os Parlamentares definiram...

Então, acho que chegou a hora de encarar esta Comissão – esta importante Comissão, concordo com V. Exa. – do Senado do Futuro com projetos que possamos deliberar como, por exemplo, também, além do Regimento Interno, essa questão da estrutura do Senado. Repensar, fazer uma reengenharia do Senado Federal, que é uma estrutura que custa 4,5 bilhões – 4,5 bilhões!– ao contribuinte brasileiro, ao povo brasileiro. Eu acredito que, com uma nova discussão, uma análise de organograma, das funções, dos custos dos contratos, a gente possa ter uma economia nisso. Uma eficiência junto com a economia.

Então, eu considero esta Comissão fundamental. Vejo que V. Exa. está imbuído em fazer diferente nesta Legislatura, e nós estamos aqui. Conte comigo integralmente para que a gente possa deliberar sobre assuntos tão importantes como o Regimento Interno. O próprio Presidente Davi disse que iria ser, vamos dizer, analisado, debatido nesta Casa, e eu acredito que a Comissão é esta, não há outra. Diga-me qual é a outra? Não há.

Temos, também, essa questão de repensar os custos do Senado Federal para haver produtividade, para termos uma economia maior para o contribuinte.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mecias de Jesus. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR) – Senador Girão, sua fala engrandece esta Comissão e qualquer Comissão desta Casa já é prestigiada quando tem V.Exa. como membro. Portanto, eu fico feliz de tê-lo aqui nesta Comissão, como membro desta Comissão.

A sua fala, neste momento, é de uma relevância muito grande para todos nós. Repensar o Senado, a estrutura do Senado, o custo do Senado. Isso é, sem dúvida nenhuma, importante. E nós vamos debater isso, sobretudo com o auxílio de V. Exa.

Eu pedi para a nossa assessoria e nós preparamos aqui alguns requerimentos que eu vou ler para que os senhores tomem conhecimento, encaminhados ao Presidente do Senado.

Requeiro, nos termos do art. 255, II, "c", 12, do Regimento Interno do Senado Federal, que [...] sobre o Projeto de Lei nº 64, de 2019, que institui a Responsabilidade Compartilhada, criando mecanismos para conter a evolução dos gastos públicos quando houver déficits primários e premiando o funcionalismo público quando houver superávits primários. Além do constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a Comissão Senado do Futuro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós estamos aqui iniciando os trabalhos, de fato, desta Comissão, pedindo à Mesa Diretora que distribua atribuições, porque esta Comissão está, sim, preparada e tem competências para isso.

Este projeto de lei, se não me engano, é de autoria do Senador Major Olímpio.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Mecias de Jesus. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR) – Ãh? Ah, é do Senador Oriovisto. Mas aqui diz que é do Senador Major Olímpio.

Então, é do Senador Oriovisto.

Outro requerimento que nós apresentamos... Inclusive pedimos o desarquivamento no Senado do Projeto de Lei nº 246, de 2017, de autoria do Senador Eduardo Lopes, que altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, que dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995, para estabelecer o direito de os usuários dos serviços de telecomunicações acessarem gratuitamente os conteúdos, aplicações e serviços disponibilizados na internet pela União e órgãos da administração pública federal.

Ou seja, eu creio que seja de interesse de toda a sociedade debater temas nesse sentido e que esses aplicativos estejam de forma a que todos possam acessá-los nas redes sociais ou em qualquer aparelho celular. (*Pausa.*)

Agora, Srs. Senadores, eu quero ouvir de V. Exas. sobre um tema importante no momento e que o Brasil todo discute: a previdência social. É a previdência, é a lei do Moro, que se encontra também aí para ser debatida. Mas eu queria ouvi-los no sentido de que nós possamos trazer pessoas aqui na Comissão para falarem sobre a previdência. Podemos trazer um que fale a favor, outro que fale contra alguns temas. Todo mundo é a favor da reforma da previdência. Talvez não nos termos e da forma como ela foi apresentada, mas algumas pessoas certamente devem ter ideias contra alguns pontos e a favor de outros. Nós podemos ouvir pessoas nesse sentido.

Podemos ouvir também especialistas em segurança pública sobre a questão da lei do Ministro Sergio Moro, como outros temas. E nós temos aqui alguns, inclusive, que ficam para... De acordo com a deliberação de V. Exas., nós vamos sempre ouvir o Plenário da Comissão para tomarmos decisões.

Nós temos aqui também proposta de audiências públicas para ouvir:

1. Representante da Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel.

2. Representante do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

3. Representante da Associação Brasileira de Internet - Abranet.

4. Representante Ordem dos Advogados do Brasil - OAB.

Fora esses temas, esses aí de que nós já falamos e que eu submeto à discussão de V. Exas.

Com a palavra o nobre Senador Capitão Styvenson.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN. Para discutir.) – Sr. Presidente Mecias de Jesus, Senador Girão, todos os presentes. Ouvi aqui a fala do Senador Girão dizendo que esta Comissão, até então, não tinha tanta significância. Quis dizer em outras palavras isso, não é, Girão? Mas eu creio que aqui ela lá vai ter significado e importância.

É um tema especial: futuro. Quando a gente trata do futuro, eu penso logo em novas tecnologias, inovações, em algo que possa melhorar, agilizar, facilitar a vida das pessoas que estão nos assistindo agora. Então, temas como a previdência, temas como segurança pública não são cansativos de serem discutidos em todas as comissões. Eles têm que ser vistos por todas as óticas, por todos os lados. Eles têm que ser esmiuçados mesmo, principalmente a previdência. A previdência, porque, nesse momento agora, lidando com a palavra futuro, é bem pertinente.

Então, a sugestão também para ser discutida como grandes temas aqui – porque esta Comissão vai ter propósito, vai ter significado, com a nossa presença, com o empenho do Sr. Presidente Mecias de Jesus, com todos os outros Senadores – é trazer para esta Comissão essa discussão do que é futuro realmente para as pessoas que estão nos assistindo.

O empreendedorismo seria um tema que deveria ser muito discutido aqui. O tema das *startups*, isso é futuro. Concordo que o acesso das pessoas hoje pelo Portal Transparência, Sr. Presidente, do Senado... Eu digo isso porque eu pedi informações no ano passado e até hoje não chegaram. Informações simples, viu, como presença de Senadores. Simples, porque está lá na Constituição que, se faltar em uma quantidade, perde até o mandato. E, até o presente momento, eu não recebi.

Então, aplicativos que as pessoas tenham em tempo real. E isso eu digo, Sr. Presidente Mecias de Jesus, porque a instituição UFRN/IFRN, Rio Grande do Norte, está, neste momento, debruçada criando um aplicativo que torne a minha vida parlamentar transparente para todos terem acesso a ela; não tenho por que ser oculto ou ser nebuloso. Então, são temas como esse – como do que eu estou falando aqui –, de tornar o cidadão mais próximo desta Casa, até mesmo do significado de cada Comissão, que atraem as pessoas para a política.

Como o senhor mesmo disse aí no início, eu sou novo, primeiro mandato, nunca fui nem vereador, deputado, nada. Entrei logo no Senado. E, até ontem, eu ficava do lado da televisão, ali, assistindo à TV Senado e não entendia: que Comissão é essa, do que eles estão falando? Aproximar as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pessoas de cada Comissão acho que é a nossa missão. Mostrar para elas o que nós estamos discutindo, o que nós estamos fazendo para o bem deles, essa é a nossa missão, esse é o nosso futuro.

Então, seria importante incluir temas de relevância, como o senhor mesmo disse, como previdência, segurança pública – que eu tanto domino – e educação, sempre trazendo tecnologias e inovações dentro desses temas. Sempre trazendo hoje possibilidades em que as pessoas possam ser mais incluídas e não afastadas, principalmente desta Casa, da política.

Então, era isso o que eu queria dizer. Estou honrado por estar aqui. Fico feliz e espero que possamos fazer o melhor por esta Comissão e pelo nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Mecias de Jesus. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR) – Senador Styvenson, pela sabedoria com que usa as palavras, fica claro porque V. Exa. saiu de lá direto para o Senado da República. É que o seu povo escolheu com muita sapiência os seus representantes aqui no Congresso Nacional e, em especial, V. Exa. para o Senado da República.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Presidente, só uma colocação rápida.

O SR. PRESIDENTE (Mecias de Jesus. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR) – Senador Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE. Pela ordem.) – Muito inspirada essa fala do Senador Cap. Styvenson, e eu queria agregar outra coisa. Enquanto ele estava falando aqui, eu lembrava: poxa, tem tudo a ver com esta Comissão Senado do Futuro – e a sua competente equipe pode me dizer, também, se eu tenho razão ou não – essa questão da reforma política.

Por exemplo, há projetos aqui, Senador Cap. Styvenson, Presidente Mecias de Jesus... Em número de Senadores, como era antigamente, há décadas, o número de Senadores cair de três para dois por Estado. E essa representatividade, pelos estudos a que eu tive acesso, é uma representatividade interessante, para as próximas legislaturas, e que atende a uma demanda da sociedade também.

Então, a reforma política seria um assunto que poderíamos debater e está travado aqui no Brasil. As candidaturas independentes também; avulsas, como se chama. E acho que o Senado do Futuro tem tudo a ver com esse debate.

O SR. PRESIDENTE (Mecias de Jesus. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR) – Com esse futuro próspero que o Brasil espera de nós.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Girão, V. Exa. tem toda razão. Eu acho que é um excelente tema para trazermos também a bordo da Comissão Senado do Futuro, até porque a reforma política – já se avizinham eleições no próximo ano – eu creio que há que ser debatida, sim. E, se for possível, iniciar por esta Comissão, ou que esta Comissão seja ouvida. Não tenha dúvida de que é importante para o Brasil e para o povo brasileiro, que espera de todos nós posições firmes no sentido de melhorar a vida de cada um de nós.

Eu quero colocar em votação o requerimento, incluindo as pautas sugeridas pelo Senador Styvenson e pelo Senador Eduardo Girão.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Para finalizar, farei a leitura, muito rápida.

A instituição da Comissão Senado do Futuro, criada pela Resolução nº 14, de 8 de maio de 2013, representou providências importantes desta Casa no sentido de voltar os olhos para as discussões envolvendo não apenas o porvir das grandes questões nacionais, como mais especificamente o Senado Federal pode buscar caminhos para ter um funcionamento adequado nesse novo contexto.

Nesse sentido, para que a Comissão possa efetivamente atuar na matéria em sua totalidade, estamos apresentando um Projeto de Resolução para ampliar o seu escopo, atribuindo-lhe a competência de opinar sobre proposições que visem à alteração do Regimento Interno e do Regulamento Administrativo do Senado.

Essa providência, além de permitir que o Colegiado possa analisar as propostas de alteração do funcionamento da Casa, que certamente afetarão tanto a relação entre os seus órgãos como a sociedade civil, irá liberar a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania desse ônus, conferindo-lhe maior efetividade ante o amplo leque de temas do ordenamento jurídico do País que lhe compete.

Em segundo lugar, na mesma linha, incluímos como competência da Comissão Senado do Futuro a de avaliar e propor iniciativas envolvendo a implantação de inovações em tecnologia e informática para o Senado Federal nos âmbitos legislativo e administrativo, para permitir que a Comissão aprofunde o estudo sobre o funcionamento da Casa, não apenas do ponto de vista interno, como para ampliar cada vez mais a possibilidade da participação da cidadania em suas atividades.

Finalmente, para suprir omissão hoje existente no Regimento Interno, estamos fixando o horário das reuniões ordinárias da Comissão Senado do Futuro às quartas-feiras, às 12h, se assim os colegas concordarem.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN. *Fora do microfone.*) – Meio-dia, quarta-feira?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Mecias de Jesus. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR) – Às quartas-feiras, ao meio-dia. É uma sugestão nossa. Ok?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Mecias de Jesus. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR) – Esses seriam horários ordinários apenas. A Comissão poderia funcionar em qualquer outro horário.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Mecias de Jesus. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR) – O senhor acha que atrapalharia uma outra Comissão ou qualquer coisa assim?

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Mecias de Jesus. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR) – Há CAS às 9h, há...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Mecias de Jesus. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR) – Às 11h30?

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Mecias de Jesus. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR) – CMA às 11h30.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Mecias de Jesus. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR) – Vocês acham, então, que nesse horário ficaria melhor?

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Mecias de Jesus. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR) – Então, fica fixado...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Mecias de Jesus. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR) – Também na equipe.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Mecias de Jesus. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR) – Com horários para almoço, para... Enfim, então, está...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – E nada é por acaso, nada é por acaso, nós estamos reunidos aqui nesse horário, não é?

O SR. PRESIDENTE (Mecias de Jesus. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR) – Exatamente.

Então, fica definido o horário de 14h30, às quartas-feiras, como horário dessa reunião.

Os Srs. Senadores têm alguma coisa mais a...

Não havendo mais nada a tratar, está encerrada esta reunião.

(*Iniciada às 14 horas e 48 minutos, a reunião é encerrada às*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 3ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE MARÇO DE 2019, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às onze horas e dezenove minutos do dia quatorze de março de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob as Presidências dos Senadores Fabiano Contarato e Jean Paul Prates, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Jarbas Vasconcelos, Confúcio Moura, Plínio Valério, Lasier Martins, Major Olímpio, Leila Barros, Marcos do Val, Jaques Wagner, Telmário Mota, Jayme Campos, Selma Arruda, Paulo Paim e Acir Gurgacz. Deixam de comparecer os Senadores Marcelo Castro, Luis Carlos Heinze, Soraya Thronicke, Carlos Viana, Otto Alencar e Wellington Fagundes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à audiência pública interativa, atendendo ao requerimento REQ 3/2019 - CMA, de autoria do Senador Jean Paul Prates, com a finalidade de debater a segurança de barragens. Foram convidados: Sra. Deborah Duprat, Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão; Sr. Victor Bicca, Diretor-Geral da Agência Nacional de Mineração; Sr. Eduardo Nunes de Queiroz, Defensor Nacional de Direitos Humanos; Sr. Alan Vaz Lopes, Superintendente de Fiscalização, representando a Agência Nacional de Águas - ANA; Sr. Carlos Bernardo Vainer, Professor-Titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ; Sr. Leandro Scalabrin, Conselheiro do Conselho Nacional de Direitos Humanos - CNDH; Sr. Iury Charles Paulino Bezerra, Representante do Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB; Sr. Rafael Silveira, Coordenador-Geral de Estudos e Projetos da Secretaria Nacional de Segurança Hídrica do Ministério de Desenvolvimento Regional. Antes das exposições, o Presidente lê participações dos cidadãos feitas via Portal e-Cidadania. Após as exposições, usam da palavra os senhores deputados Mauro Nazif e Léo Moraes, de Rondônia. Resultado: audiência pública realizada com participação dos oito expositores. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e trinta e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Fabiano Contarato

Presidente da Comissão de Meio Ambiente

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/03/14

Apresentações dos convidados e participações dos cidadãos disponíveis em:
http://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaoaudiencia?id=15107

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de debater o tema segurança de barragens, em atendimento ao Requerimento nº 3, de 2019, da CMA, de autoria do Senador Jean Paul Prates.

Quebrando um pouco o protocolo, eu quero agradecer o comparecimento de todos, de toda plateia, da população que está aqui. Àqueles que não me conhecem eu quero dizer que não tenham dúvida de que se eu estou aqui é porque acredito numa sociedade mais justa, fraterna e igualitária; é porque eu acredito que em um dia nós vamos ter um meio ambiente sendo tratado como efetivamente merece; é porque eu acredito que em um dia as pessoas vão entender que topograficamente o meio ambiente está situado dentro dos direitos humanos e que atinge uma universalidade de pessoas.

Eu acredito, sim, que em um dia nós vamos ter a responsabilização tanto civil quanto administrativa e criminal, conforme preceitua desde a Constituição Federal, no art. 225, que foi uma inovação, estabelecendo a possibilidade de condenação criminal de pessoa jurídica em crime ambiental, que é a Lei 9.605. Eu acredito muito nisso. Mas para isso é necessário que esta Casa de leis comece a ter uma postura muito mais proativa e incisiva.

Enquanto Deus me der vida e saúde e eu estiver presidindo esta Comissão, não tenham dúvida de que "verás que um filho teu não foge à luta".

Eu quero agradecer e quero também enaltecer um Senador que de longe eu observava há muito tempo e sempre o admirava. E quis Deus que ele fosse também escolhido como Vice-Presidente desta Comissão, o Senador Jaques Wagner, que nos honra com sua larga experiência – você pode ter certeza – como Governador do Estado da Bahia, como Deputado Federal, como Ministro, mas acima de tudo como pessoa humana...

Há pessoas que passam na vida da gente e não é preciso que você os conheça há muito tempo para saber quem realmente são. Pode ter certeza de que eu tenho muito orgulho de fazer parte desta Casa de leis tendo você ao meu lado. E, comigo, aqui nós estamos lado a lado. Pode ter certeza disso.

Eu quero parabenizar o Senador Jean Paul por essa iniciativa. Espero aquilo que Platão falava, que a sabedoria está na repetição. Eu quero contaminar os Senadores deste Senado Federal a abraçar o meio ambiente, a lutar, porque essa luta é de todos! E fico triste quando nas Comissões ela não é realizada, porque não há quórum ou porque alguns Senadores, com todo respeito, acovardam-se diante da sua função constitucional e para aquilo, que pelo sufrágio universal, a população os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

credenciou. Mas eu tenho fé em Deus que comigo aqui, juntamente com o Senador Jaques Wagner e com a atuação do Jean Paul, tentaremos mudar isso. Nós estaremos aqui persistentes.

E quero convocar a sociedade civil, as ONGs, as organizações, o Ministério Público a nos ajudarem. É esse apelo que eu faço. Vamos fazer essa corrente do bem, essa corrente que vai garantir aquilo que já está expresso na Constituição Federal, que o meio ambiente é um direito de todos e é dever do Estado; e infelizmente o próprio Estado é o principal violador desses direitos, e por vezes, por omissão, esta Casa de leis.

Eu aprendi, no banco da faculdade, que a gente erra, peca e comete crime não só por ação, mas também por omissão. Aliás, isso está expresso no art. 13, §2º, alínea "a" do Código Penal, quando ele diz que a omissão é penalmente relevante quando o agente tenha, por lei, a obrigação de proteção, vigilância e cuidado.

Perdão pelo desabafo. E, só para dar continuidade, formalmente foram convidados a participar para debater aqui o Ministro do Desenvolvimento Regional; a Agência Nacional de Águas; a Agência Nacional de Mineração; o Movimento dos Atingidos por Barragens; o Sr. Eduardo Nunes de Queiroz, Defensor Nacional de Direitos Humanos da Defensoria Pública da União; o Sr. Leandro Gaspar Scalabrin, do Conselho Nacional dos Direitos Humanos; a Sra. Deborah Duprat, Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão; e o Sr. Carlos Bernardo Vainer, professor titular da UFRJ.

Eu quero, desde já, com humildade, falar que tenho muito orgulho de recebê-los aqui. E podem ter certeza de que todos vocês dignificam e muito a honrada classe dos seres humanos, tendo esse trabalho árduo, corajoso, com afinco e determinação. Podem ter certeza de que aqui todos vocês terão vez e voz, não tenham dúvida disso.

Eu não me submeteria a presidir esta Comissão se não fosse para fazer um trabalho sempre em defesa do meio ambiente, podem ter certeza. Eu sei que muitos daqui não me conhecem, eu nunca fui político, este é o meu primeiro mandato. Mas podem ter certeza de que eu não vou decepcionar a população capixaba nem tampouco a população brasileira.

Neste momento, eu gostaria de convidar o Senador Jean Paul Prates para assumir a presidência dos trabalhos. E quero desde já, Senador Jean Paul, parabenizá-lo e falar que você dignifica e muito a honrada classe dos Senadores da República. (*Palmas.*)

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Presidente, antes de o senhor sair, apenas para agradecer a referência elogiosa a minha pessoa e devolver dizendo-lhe o que eu lhe falei naquele dia: que foi minha primeira alegria tê-lo conhecido aqui.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero dizer que esse seu Deus nos abençoe, ou Deus me abençoe, que você me desejou agora, é muito importante, porque esta é a primeira audiência pública que eu estou presidindo na minha vida e é muito necessário.

Muito obrigado, Presidente.

Senador Jaques, quer sentar aqui com a gente? Desculpe a informalidade, mas...

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – É que eu tenho de ir à Comissão de Relações Exteriores, porque há uma votação...

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Vice-Presidente da Comissão de Meio Ambiente... Mas pode sair daqui a pouco. A gente só começa aqui com a parte interativa.

Eu queria agradecer a todos a presença e especificamente a do Deputado Mauro Nazif, de Rondônia, que está aqui conosco, também nos prestigiando; de todos os convidados, de todas as pessoas que estão na audiência, e dizer protocolarmente aqui algumas mensagens.

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, senado.leg.br, ou pelo telefone 0800-612211.

Também informo que, nos termos da Instrução Normativa nº 9, de 2017, a Secretaria solicitará degravação da presente reunião, para que as notas taquigráficas sejam anexadas à respectiva ata, de modo a facilitar a análise de projetos e ações futuras sobre esse tema.

Para melhor organização dos debates, formaremos duas Mesas, porque não cabe todo mundo aqui, infelizmente. Então, formaremos duas Mesas. Para a primeira Mesa, serão convidados quatro expositores, e, para a segunda, outros quatro.

Eu, particularmente, sugeri ao Airton, Secretário da Comissão, que a gente fizesse uma divisão onde se problematizasse primeiro e depois viessem as partes governamentais, para que houvesse respostas e se otimizasse o nosso tempo.

O Senador Jaques queria fazer uma colocação inicial, e eu também queria dar a palavra a ele, antes de montarmos a Mesa.

Obrigado.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Bom, apenas para parabenizá-lo pela ideia desta audiência pública e lembrar que nós dois somos membros da CPI de Brumadinho e, portanto, esta audiência pública é um momento, mas, durante a CPI, seguramente nós precisaremos traçar um plano de trabalho para que não seja só um libelo condenatório aquilo que acontecer, mas que a gente tenha também algo que possa fazer pensar e olhar para frente, do ponto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de vista de legislação e de outras proteções ao meio ambiente e aos seres humanos, para que não haja novos acidentes trágicos como aquele.

Só para registrar, Jean Paul, eu dei entrada hoje em um projeto que, longe de resolver, porque evidentemente não é essa a questão central, é um projeto que visa obrigar a utilização desses rejeitos, como já é feito em alguns países e é possível fazê-lo, dando uma destinação de blocos, de argamassa e de material, depois de descontaminados, que podem ser usados para isso. Essa não é a questão central, então, é só para deixar bem claro... Não passa pela minha cabeça que isso seja solução, a coisa é muito mais profunda, mas até estranhei que não houvesse nenhuma legislação a esse respeito. Então, aproveitei para apresentar esse projeto.

Agora, eu acho que a gente terá, nesta audiência pública, com a presença dos companheiros e companheiras do MAB, com especialistas, com o Ministério Público Federal, uma oportunidade de começar a aprofundar; e, depois, no plano de trabalho da CPI, que a gente possa realmente ir ao fundo do problema olhando para frente. Era só isso.

Eu, daqui a pouquinho, tenho que me retirar porque eu tenho uma votação de embaixador na Comissão de Relações Exteriores.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Senador.

Vamos dar segmento aqui. Eu vou tentar ser objetivo e restrito à questão do tempo, porque a gente tem muitos oradores e pouco tempo. Então, eu queria logo formar a primeira Mesa com a Sra. Deborah Duprat, Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão; o Sr. Carlos Bernardo Vainer, professor titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro; o Sr. Leandro Scalabrin, conselheiro do Conselho Nacional dos Direitos Humanos; e o Sr. Iury Charles Paulino Bezerra, representante do Movimento dos Atingidos por Barragens.

Na segunda Mesa, teríamos o Sr. Antônio Moura, Diretor de Projetos Estratégicos do Ministério do Desenvolvimento Regional; Alan Vaz Lopes, Superintendente de Fiscalização da Agência Nacional de Águas; Victor Hugo Bicca, Diretor-Geral da ANM (Agência Nacional de Mineração), a quem eu já agradeço por permanecer; e Eduardo Nunes de Queiroz, Defensor Nacional de Direitos Humanos da Defensoria Pública da União.

Apenas antecipando a segunda Mesa, para que todos tenham ideia da dimensão da nossa audiência hoje. Obrigado, pessoal, por estarem aqui com a gente.

Algumas palavras iniciais aqui, sem tomar muito tempo. Depois eu tenho que aprender a mexer nesta campanha aqui.

Nós estamos hoje realizando uma audiência pública – vou tomar pela informalidade – no Dia Internacional de Luta contra as Barragens. E aí cabe uma primeira – Senadora Leila, obrigado pela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

presença – pequena observação, porque normalmente as pessoas se assustam quando a gente fala "luta contra as barragens". Parece que é para eliminar as barragens de um dia para o outro. Gente, não é isso, o.k.? Tudo em meio ambiente, Presidente Senador, é de longo prazo, é de médio a longo prazo. Nada em meio ambiente se faz, em termos de política ambiental, em curtíssimo prazo. Quem trabalha com meio ambiente sabe perfeitamente disso.

Então, quando a gente fala de luta contra as barragens, eliminação das barragens, evitar barragens, mitigar riscos etc., está-se falando num horizonte de tempo muito mais vagaroso do que para meramente assustar quem quer que seja que tenha investimentos em barragens ou o próprio sertanejo que precisa de barragens para armazenar água, por exemplo. Nós não estamos falando em eliminação imediata, nós estamos falando em tendências de mitigação e de buscas de alternativas às barragens, porque, de fato, elas são um objeto um pouco precário e primitivo. De fato, a gente sabe que armazenar coisas com barreiras relativamente precárias tem um potencial de risco iminente, natural, normal por si só, fora o fato de você não poder eventualmente ter dinheiro para fazer manutenção etc., o que ainda potencializa mais esses riscos. Deslocamento de populações... Tudo isso são decorrências da necessidade da humanidade de usar barragens.

Nosso objetivo justamente aqui é tentar visar a um mundo sem barragens. Isso é legítimo, isso não é assustador – não é assustador –, é apenas forçar a humanidade a buscar tecnologicamente, operacionalmente, legislativamente formas de chegar a este mundo, como a gente tem outras coisas que a humanidade já utilizou no passado e hoje não utiliza mais.

Então, basicamente é para esclarecer o que é o Dia Internacional de Luta contra Barragens. Muita gente, quando viu o objeto desta audiência, estranhou o fato de a gente estar falando de luta contra as barragens como se fosse um bando de tresloucados que quisessem terminar com as barragens no dia seguinte à audiência. Não é o caso, obviamente, mas é bom que se esclareça isso.

Nós temos tragédias recentes envolvendo barragens mineradoras e divulgação de um Relatório de Segurança de Barragens 2017, pela Agência Nacional de Águas, que a gente vai debater aqui, que demonstra o quanto esse debate é importante.

O Senador Confúcio Moura também presente, obrigado. Obrigado pela presença.

A situação parece ser dramática. O estudo da ANA apontou mais de 24 mil – 24.092 – barragens cadastradas no Brasil. Uma pequena parcela disso foi vistoriada em 2017, e, nesse pequeno universo, 723 foram consideradas de alto risco; alto risco em duas dimensões: nos aspectos das barragens, que é a possibilidade de acidentes, e no dano potencial associado por si só. Então, são dois critérios que geram a classificação de alto risco dessas 723 que foram vistoriadas e consideradas como tal.

As barragens estavam sob ameaça de rompimento e tinham um potencial de causar danos à infraestrutura local e às populações próximas. A maioria dessas barragens que está classificada como de alto risco está na Região Nordeste – na minha região, a região que eu represento. Além das 723,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

outras 45 foram consideradas vulneráveis, ou seja, foi encontrado algum comprometimento que impacte sua segurança, a maioria com baixo nível de conservação. Das 45, 3 estão no meu Estado do Rio Grande do Norte e 25 pertencem a órgãos e entidades públicas.

A nossa responsabilidade nesta audiência pública, portanto, é muito grande. Pretendemos recolher subsídios para aprimorar a Política Nacional de Segurança de Barragens. Temos também que buscar parâmetros que regulamentem a legislação para que tragédias como Brumadinho e Mariana não aconteçam mais. Mas não só focar nas tragédias, porque temos CPI e outras ações no Parlamento a respeito disso.

Aqui nós vamos além. Como eu disse, há medidas de médio e longo prazos. Há metas que o Governo, o planejamento setorial deverá cumprir, tanto no setor de mineração quanto no setor de águas, quanto no setor de irrigação e desenvolvimento regional. Se nós conseguirmos alguma coisa próxima disso, será um tremendo avanço. Na nossa tarefa através do processo legislativo, moldar a legislação para que as tragédias não se repitam e que evoluamos, como eu disse, para outras dimensões tecnológicas e operacionais.

Já recebemos uma importante contribuição da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. No ano passado, escolheu como temática principal a Política Nacional de Barragens como política pública do Poder Executivo a ser analisada.

Então, a Senadora Fátima Bezerra – que eu tenho a honra de substituir nestes próximos quatro anos –, Presidente, então, da CDR, ao apresentar o texto final do trabalho da Comissão, constatou que faltam recursos para manutenção, para obras de recuperação, para fiscalização dos equipamentos de segurança, entre outras mazelas que vivemos nesse segmento.

Segundo a Agência Nacional de Águas, no ano passado foram aplicados apenas R$34 milhões – e o número de barragens é de 24 mil, não é? – apenas nas ações de operação, manutenção e recuperação de barragens.

A importância do Poder Público nessa situação e o conflito que a gente precisa viver aqui, vivenciar e discutir é entre a iniciativa privada e a iniciativa pública. Quem constrói barragens tem uma responsabilidade por isso. Não é porque o assunto é ambiental que só o Estado vai ter o peso de não só fiscalizar, como também manter etc. Claro que nas barragens públicas há uma outra situação.

Temos que levar em conta que, quando debatemos o tema segurança de barragens, estamos tratando, óbvio, de prioritariamente preservar vidas humanas. Convém destacar que o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana aprovou em 2010 – em 2010! – um relatório relativo a atingidos por barragens. O documento concluiu que o padrão vigente de implantação de barragens no Brasil tem facilitado, a forma de fazer as barragens tem facilitado, de forma recorrente, graves violações de direitos humanos. Essa situação acentua as já graves desigualdades sociais, traduzindo-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

se, dessa maneira, em miséria e desestruturação social, familiar e individual. Outro ponto que provavelmente nós vamos atacar aqui com o MAB presente e que é muito severo.

Enfim, espero que, ao final, possamos encontrar alternativas para pontos importantes, como melhorar a fiscalização, ampliar os recursos para recuperação, manutenção e operação das barragens públicas e privadas. Também precisamos proteger melhor as famílias que moram em áreas próximas aos reservatórios, respeitando todos os seus direitos.

Ainda é necessário garantir maior rigor nas punições dos responsáveis. Portanto, desejo a todos nós que tenhamos um proveitoso debate.

Passarei aos palestrantes, que têm muito mais a dizer do que eu sobre o assunto, para que a gente depois faça uma dinâmica e talvez concentremos algumas perguntas ao final.

Só para se ter uma ideia – utilizando o processo do e-Cidadania que nós temos aqui – de o que o público espera normalmente desses assuntos: Ítalo Santos, de Pernambuco: "Quais são as medidas de fiscalização que serão tomadas em outras barragens de outros estados/municípios?"

Iberê Matos, do Pará: "É um absurdo considerar acidente uma negligência e imperícia".

João Paulo, do Distrito Federal: "Dados os inúmeros casos de desastres ocorridos no país, o problema está muito mais no cumprimento do que no endurecimento da norma".

Luiz Nunes, de São Paulo: "Quais medidas legislativas serão tomadas para aumentar a fiscalização e o controle de segurança destas barragens?"

Então, isso demonstra o interesse enorme que o público em geral tem pelo assunto, não necessariamente especializado, mas as pessoas têm essa apreensão.

Lá no meu Estado, particularmente, e em alguns lugares do País, nós temos visto aí amadoristicamente vários fiscais de barragens aparecendo hoje. Há vários filmes no YouTube de várias pessoas que vão para as barragens encontrar rachaduras e iminências de risco. Isso tem causado uma série de celeumas hoje e também pode ser um objeto de debate.

Então, vamos começar hoje aqui pelo Prof. Carlos. Prof. Carlos, por favor. Depois eu vou chamando cada um na sua ordem.

Eu vou pedir dez minutos, vou tentar ser rígido só no apontamento do tempo para a gente poder ter um pouco do debate no final.

Obrigado a todos.

O SR. CARLOS BERNARDO VAINER – Eu queria, em primeiro lugar, agradecer o honroso convite, é uma grande honra para mim, é uma grande responsabilidade também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Trabalho com a questão dos impactos de barragens há cerca de 30 anos e ainda sou absolutamente ignorante sobre o tema.

Integrei a Comissão Barragens e Desenvolvimento do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, com sede em Nairóbi, e integrei a comissão de atingidos do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana.

Eu tentarei, no pouco tempo que tenho aqui, fazer algumas... Meus alunos, meus colegas pesquisadores e minha equipe disseram: "Você tem uma oportunidade única". Depois descobri que é única mesmo porque são dez minutos. Então, vou tentar ser muito rápido.

Próximo.

O que eu queria tratar, primeiramente, é da dimensão da questão de que nós estamos tratando. Nós estamos tratando de grandes tragédias sociais e ambientais. Eu queria dizer que – alguns podem considerar que isso é um consolo, eu acho que não, é uma tristeza – nós não somos os únicos expostos a grandes desastres.

Eu peguei aqui uma lista de grandes desastres recentes para ter uma ideia de o que nós estamos tratando e vi que isso é uma questão global. Mas eu também gostaria de chamar a atenção, por exemplo, sobre as providências tomadas em alguns casos. Por exemplo, no derrame de óleo no Alasca, da Exxon Valdez, foram mobilizados 11 mil homens, 1,4 mil barcos e 85 aviões para tentar fazer a limpeza. A multa foi de US$5 bilhões. Agora, a Exxon conseguiu reduzir para US$2,5 bilhões.

No acidente da explosão e vazamento de óleo no Golfo do México da British Petroleum, a multa foi de US$21 bilhões. Essa é a multa, não tem nada a ver com as indenizações. Ontem eu li uma notícia de que a Samarco entrou com um recurso contra o pagamento de uma multa de R$200 milhões. Isso é para termos uma ideia de o que estamos falando.

Próximo.

Embora não seja minha especialidade, porque eu trabalhei muito mais com barragens de abastecimento de água, de energia e controle de cheias, peguei alguns desastres...

Não, volte um pouquinho mais.

Ali, na última linha, nós temos grandes acidentes de rompimentos de barragens, não necessariamente de rejeitos, está bem?

Desde 1889, nos Estados Unidos, na França e na Itália.

Próximo.

Eu peguei algumas barragens de rejeitos e alguns acidentes recentes. Na Mina de Los Frailes, na província de Sevilha, 4 a 5 milhões de metros cúbicos de rejeitos tóxicos atingiram um parque nacional

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que é patrimônio da ONU. Se vocês compararem, Fundão foram 47 milhões; Brumadinho, 12 milhões de metros cúbicos. Esse desastre na Espanha foi de 4 a 5 milhões.

Foi montado um comitê de 90 especialistas para analisar o desastre.

Estou falando um pouco das respostas que foram dadas a isso para compararmos às nossas respostas.

Fiz uma lista que eu não teria tempo de ler de recentes episódios de barragens de rejeitos. Percebe-se que, na medida em que o tempo vai passando, esses acidentes vão acontecendo cada vez mais no que a gente poderia chamar de países do sul ou países periféricos, porque hoje são os grandes centros para os quais se deslocou a indústria de mineração. Países como o nosso se transformam cada vez mais, lamentavelmente, em países primários exportadores e o minério é um elemento central disso. Então, há uma geopolítica da indústria de mineração que desloca a indústria para países como o nosso.

Para vocês terem também uma dimensão internacional, nós estamos falando da Billiton e da Vale, as duas maiores empresas da indústria de mineração do mundo, umas das maiores indústrias globais. Eu não vou ter tempo aqui...

Quer dizer, é necessário entender que o que se resolver no Brasil sobre isso terá impacto sobre a indústria de mineração no mundo inteiro. Assim como, por exemplo, o desastre em Fukushima teve impacto sobre a indústria nuclear; assim como o desastre no Golfo do México teve impacto sobre o transporte de petróleo no mundo. Quer dizer, o que se resolve aqui impacta a indústria de mineração no mundo inteiro, e por isso estamos tratando também de um grande negócio e mexendo com interesses extraordinariamente poderosos.

Próximo.

Essa questão vem mobilizando especialistas no mundo inteiro. Em 1997, com o apoio do Banco Mundial, uma Comissão Mundial de Barragens se constituiu, presidida pelo ministro de Assuntos Hídricos da África do Sul com representante da indústria, *experts* e representantes da sociedade civil, que produziu um relatório extraordinário chamado Barragens e Desenvolvimento, que constitui até hoje a principal base de pesquisas sobre barragens no mundo.

Agora, recentemente, nós estamos falando aí de milhares de barragens desse tipo no mundo – desse tipo é do tipo da nossa. "Uma bomba-relógio", diz um especialista da University College London.

Nos Estados Unidos, de um total de quase 90 mil barragens, quase 100 mil barragens, há 15 mil consideradas de grande risco. Isso é para a gente saber de o que a gente está falando. Se a gente for à Índia, são mais de 150 mil barragens, se formos à Indochina... Quero dizer que estamos falando de uma coisa muito relevante na organização do mundo contemporâneo, com riscos extraordinários e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com questões e pessoas estudando e trabalhando sobre esse tema e organizações internacionais trabalhando sobre esse tema.

Próximo.

Aí eu estou falando dessa Comissão Mundial de Barragens – e aqui o nobre Senador já fez referência à comissão sobre atingidos de barragens –, que trata das violações de direitos humanos na construção e operação de barragens, constituída pelo Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, que produziu um relatório que eu considero o estudo mais completo até hoje sobre impactos sobre direitos humanos. Tive a honra de participar dessa comissão também, convidado pelo então Secretário de Direitos Humanos, e isso merece ser visto e retomado.

Embora o foco principal sejam barragens hidrelétricas e de abastecimento de água, eu diria que 80% do que ali está se aplica também a barragens de rejeitos.

Próximo.

Aí é um pouco... A síntese – se é que é possível sintetizar: quais são os direitos violados normalmente na construção e operação de barragens? Parece que todos os direitos humanos são violados. Parece que não há nenhum que eles se esqueceram de violar. Há um que é muito importante que é: acesso à Justiça e razoável duração do processo judicial e o direito à justa negociação e tratamento isonômico, conforme critérios transparentes e coletivamente acordados.

Próximo.

Essa comissão fez 42 recomendações legais, de ordem da prática, da ordem de procedimentos etc. e tal. Há apenas um resultado concreto até hoje, que foi um decreto do Presidente Lula, no final, no apagar das luzes de seu segundo Governo, que estabeleceu critérios para o cadastramento de atingidos por barragens. Foi um avanço, embora ainda bastante limitado, mas foi algum resultado desse trabalho.

Próximo.

A questão, então, que se coloca é se há um conhecimento nacional ou internacional disponível; se há um reconhecimento de que não há nenhuma barragem sem risco. Não existe. Como não existe atravessar a rua sem risco, não existe nenhuma barragem sem risco. Por isso que, em grande parte dos países do mundo, é obrigatório seguro contra riscos de barragens. No Brasil, não existe seguro.

Eu fico perguntado se fosse a Lloyds, inglesa, que ressegurasse uma barragem brasileira, se ela iria controlar as nossas barragens da mesma maneira que o Ibama. Certamente ela iria ser bem mais rigorosa no controle.

Então, há conhecimento, há propostas... Por que os direitos continuam sendo violados? Esse é o desafio que nós temos. E nós queremos, de fato, avançar numa reflexão e não apenas – o que é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

necessário também, e cabe isso também a vocês, aos militantes sociais, aos defensores as denúncias e as lutas imediatas e concretas.

Próximo.

Eu quero dizer que vou tentar um pouco desvendar o que, na minha visão, é o ciclo da produção desses crimes, dessas tragédias e dessas violações, que tem como fulcro a questão da impunidade. É um elemento central: tudo aquilo que é impune tende a ser repetido. Parece abuso falar disso da Vale do Rio Doce, Mariana e Brumadinho. Parece um oportunismo, mas não é. Isso está estabelecido desde há muito tempo.

Eu quero dizer que há uma espécie de ciclo perverso que produz a impunidade e, portanto, a repetição das violações. Eu chamo isso de um ciclo de imprevisão, dano, não reparação e impunidade. E isso é o resultado da articulação entre uma coisa que eu chamo de economia política da produção do dano, a impunidade pelo dano e a não reparação, e a ausência da reparação – que faz parte da impunidade e, portanto, propicia a repetição.

Próximo.

A economia política da produção do dano. Como é que isso opera? Os estudos que são feitos são de má qualidade, superficiais, não são rigorosos, não preveem medidas mitigadoras, e isso rebaixa enormemente o custo desses estudos, rebaixa enormemente o custo desses empreendimentos. Se todas as medidas mitigadoras e de segurança fossem tomadas, os custos desses empreendimentos seriam muito maiores.

Portanto, as economias resultantes dessa imprevidência, na verdade, são o resultado de uma busca desenfreada pelo lucro máximo. Então, há uma lógica na produção da imprevidência. Não é uma mera omissão. É um processo produtivo da imprevidência.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS BERNARDO VAINER – Não são feitos seguros e, quando os danos acontecem – porque foram feitas economias, e eles são decorrentes dessas economias –, quem paga são os atingidos, com o seu sofrimento, com a destruição de suas vidas, como se houvesse uma transferência dos custos que deixaram de ser do empreendimento e passaram a ser da sociedade. A economia dos custos, por parte da empresa, é uma transferência de custos para os atingidos. Não sei se isso está claro.

Próximo.

Nós temos outro elemento fundamental na produção da impunidade. É que o próprio Estado brasileiro – e eu estou pegando aqui o caso de Brumadinho e Mariana – é sócio da Vale. O Estado da brasileiro é sócio da Vale através do Bandespar, e o Estado de Minas Gerais é sócio da Vale na usina Aliança Geração e numa *joint venture* que tem sete usinas: Aimorés, Funil, Candonga etc. e tal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Estado de Minas e os Municípios dependem...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS BERNARDO VAINER – ... enormemente da Vale.

Eu estou tentando correr ao máximo.

Portanto, o Estado não pode cumprir o seu papel público. É um conflito de interesses.

Próximo.

E o Judiciário? O problema é que o Judiciário também não tem cumprido o seu papel.

A Vale tem interesse – no caso da Vale – em que não haja processos judiciais. Ela quer fazer acordos. Por quê? Porque o processo judicial a obriga a fazer uma provisão nas suas contabilidades que impede a distribuição de dividendos, investimentos etc. e tal. Então, ela quer fugir disso, porque isso aí tem um efeito sobre a sua economia política interna enorme. Então, ela caminha sempre para os TACs, para os chamados acordos. Só que esses acordos negociam coisas inegociáveis. Direitos humanos não podem ser objeto de negociação, e muitas vezes os tribunais, em Minas, têm abdicado, aberto mão, sem consulta aos atingidos, do que se chama, em Direito, dos direitos indisponíveis. Se eu assino um contrato, dizendo que eu não sou um homem livre, sou escravo de determinado senhor, esse contrato é nulo, porque nem mesmo eu posso abrir mão desse direito. Esse direito é indisponível. E, na verdade, os tribunais têm homologado acordos disponibilizando direitos indisponíveis.

Próximo.

E um acordo escandaloso, que é entregar a Renova, que é uma entidade privada, constituída pela Vale, Samarco e Billiton, para cuidar justamente da identificação dos danos à indenização. É como entregar uma parte, que está *sub judice*, o Poder Público, de ser o condutor e mediador do processo. Evidentemente, uma parte não pode ser a condutora do processo de negociar uma mediação, que é o que está acontecendo no caso de Mariana.

Próximo.

Então, nós estamos assistindo a um termo de colaboração que implica a abdicação de direitos indisponíveis.

Eu não tenho tempo aqui, mas eu quero... Já houve várias decisões dos supremos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS BERNARDO VAINER – ... tribunais brasileiros sobre a indisponibilidade desses direitos. O Ministério Público não pode abdicar de um direito. Um juiz não pode dar à Vale o direito de negociar, por exemplo, no caso de Governador Valadares, as indenizações sobre a suspensão do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

abastecimento de água e arquivar, arbitrariamente, milhares de processos que estavam em curso. Ele retirou o direito das pessoas de acessar a Justiça.

Próximo.

Estou tentando terminar.

Não há uma negociação justa, possível, quando as partes são desiguais, e é o que está acontecendo ali. Qual é a lógica dessa negociação controlada pela Renova, portanto, pela Vale, pela Billiton e pela Samarco? É a procrastinação. E, aí, eu digo que entra a lógica da tortura. Por quê?

Como é que opera a tortura? A tortura opera infligindo um sofrimento a uma vítima e prolongando esse sofrimento. Se o torturado levar só um tapa, ele não aceitará. A tortura opera no prolongamento do sofrimento. É um sofrimento que se transforma, pelo seu prolongamento, em tão insuportável, que leva a vítima da tortura a acabar aceitando o acordo proposto pelo torturador, reconhecendo um crime que não cometeu, por exemplo.

Essa é a lógica da Samarco: há três anos aconteceu o desastre de Mariana, e uma casa não foi construída. Ela não pagou um tostão de multa até agora, porque está recorrendo. Ela prorroga todas as negociações e acordos, para que as pessoas sejam levadas, na lógica da procrastinação e da tortura psicossocial, a aceitar qualquer acordo. Essa é a lógica. É aquilo: "Meu filho, você está ferrado mesmo! Você quer o quê? Você bota um advogado e eu boto os advogados da Vale e nós vamos passar anos na Justiça. Vamos ver se você recebe mais do que eu estou te oferecendo agora. Pega isso e aceita". E o sofrimento se prolonga. E o sofrimento se prolonga.

Próximo.

Então, em síntese, a Vale evita processos, aposta nas negociações, a União e o Estado não são idôneos, porque há conflito de interesse, o MP e a Justiça homologam acordos que indisponibilizam direitos... Então, nós entramos nessa economia política do dano, da denegação do direito, do conflito de interesse do Estado, da leniência e lentidão da Justiça, da tortura psicossocial como lógica da negociação, do custo transferido ao atingido, da impunidade e de novos projetos de violação de direitos.

Próximo.

Eu trouxe agora, para concluir – e, de fato, agora estou concluindo –, três propostas audaciosas, mas o fato é que estamos colocados diante de um desafio extraordinário.

A primeira: acolher a proposta de um *expert* da ONU em disposição de resíduos tóxicos, Baskut Tuncak, que sugere que a gente faça uma moratória nas barragens, suspenda o seu funcionamento, até que medidas preventivas, resultantes de estudos sérios e rigorosos, sejam tomadas.

Próximo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Proposta 2.

Como o processo em Mariana – e também acontece em Brumadinho – está contaminado, porque o Poder Público não tem tido capacidade de conduzir de maneira adequada, eu estou sugerindo que, de alguma maneira – e isso pode ser feito por uma comissão de meio ambiente –, a gente organize uma comissão internacional de *experts*. Está na moda – não é? –, para controlar as eleições na Venezuela... Agora mesmo, para controlar as investigações sobre a Marielle... Vamos constituir uma comissão internacional de especialistas nessa área também com especialistas brasileiros, fazer um estudo sério, avaliar os danos, valorar os danos, ver quem foi atingido e ver o que deve ser feito.

Próximo.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS BERNARDO VAINER – Para que não mais aconteça – e aqui é a minha última transparência –, que a gente faça, na área de barragens de mineração e mineração, um processo similar ao que foi feito com a Comissão de Atingidos de Barragens da Comissão de Direitos Humanos: que se constitua uma comissão de atingidos sobre a segurança de empreendimentos minerários e direitos dos atingidos pela mineração, também para fazer um diagnóstico do caso brasileiro em geral e fazer recomendações.

Desculpe-me pelo tempo, Sr. Presidente. Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Prof. Carlos.

Eu quero só esclarecer aos que são menos vezeiros de assistir às audiências públicas pela televisão que a campainha toca com um minuto faltando, não ao final. E é automática. Quando dá um minuto aqui, ela toca. Então...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Para não parecer que eu estou insistindo com essa campainha, porque, apesar de ser a minha...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – De Mariana, não é?

Porque, apesar de ser a primeira audiência que eu presido, eu já participei de várias como palestrante também. E ficava agoniado para saber quem é que tocava essa campainha. E agora eu estou sabendo que, com um minuto... E fica ali, de frente para todos vocês, o tempo... E isso nos ajuda também a controlar o tempo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas está ótimo, está perfeito... Dinâmica perfeita.

Eu queria também informar que temos aqui, na audiência, companheiros e companheiras atingidos por barragens dos Estados da Bahia, Minas Gerais, do Pará, de Rondônia, do Espírito Santo e do Ceará. (*Palmas.*)

Deputado Léo Moraes também, saúdo a presença aqui...

E, retificando aqui uma ausência na constatação que eu fiz, antes, da Senadora Leila Barros, presente aqui, esclarecendo que ela apresentou um projeto de lei que tramita em conjunto com outros aqui, para ampliar o rigor na segurança das barragens e a proteção da população, do seu patrimônio.

E esse projeto se diferencia do anterior, que estava tramitando na legislatura passada, basicamente por três aspectos... Depois você pode até nos ajudar a esclarecer, mas acho que ele é mais rigoroso, no sentido da obrigação de o órgão fiscalizador exigir seguro – o Carlos estava mencionando isso, há pouco, aqui atrás –, garantias financeiras para futura desativação da barragem – é muito parecido com a legislação do petróleo, que obriga o operador a tamponar o poço e arrasar a locação, restituí-la ao estado anterior, ambiental – e a obrigação do órgão fiscalizador de elaborar um plano anual de fiscalizações, fora as multas.

Então, é um projeto que já evolui em relação ao primeiro, e, com certeza, vamos trabalhar juntos, aqui na Casa, para que ele tramite o mais rápido possível.

Vou chamar a segunda pessoa que vai falar, Dra. Deborah Duprat, procuradora federal...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Aqui na Casa ele já foi aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Já está aprovado aqui, vai agora para a Câmara.

Mas, se for modificado, volta de toda forma. Enfim...

Vamos à frente.

E foi aprovado logo nos primeiros dias, tempo recorde, é importante...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Trigésimo quarto dia...

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Trigésimo...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Trigésimo quarto dia após o acidente.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeito: 34º dia após o acidente, aprovado o projeto de autoria da Senadora Leila, que foi muito parabenizada aqui por isso, e, com certeza, foi uma amostra de atuação rápida do Senado em relação a esse infortúnio.

Dra. Deborah, por favor.

Obrigado.

A SRA. DEBORAH DUPRAT – Muito obrigada.

Bom dia a todas e a todos.

Senador Jean Paul, minhas homenagens por esta audiência, meus companheiros de Mesa...

Eu, tal como o Prof. Vainer, também tenho a minha atuação institucional atravessada pelo tema de barragens. E, também como ele, eu me sinto, até hoje, bastante insegura a respeito de conclusões jurídicas sobre a melhor maneira de usar o instrumental do Direito em relação a esses empreendimentos.

Eu quero também dizer que fiz uma opção, nesta audiência pública, e, considerando que hoje é o Dia Internacional dos Atingidos por Barragem, de fazer uma análise das barragens... (*Palmas.*)

... tal como considerada na Política Nacional de Segurança de Barragens, ou seja, acumulação de água para quaisquer usos. E quero fazer aqui um relato de um pouco da minha experiência ao longo do tempo, porque eu acho que as conclusões vão aproximar todos os tipos de barragem, não só aquelas para fins de rejeitos, mas também aquelas para produção de energia hidrelétrica e para acumulação, inclusive, de interesses privados – e vou tratar aqui de um tema específico.

Também tenho medo... Já estou com oito... Ai, que medo! Mas, enfim, eu gostaria de fazer alguns relatos aqui, porque eu atuo, como eu disse, há mais de 30 anos, e, no início, havia uma percepção quase naturalizada de que as empresas hidrelétricas eram uma solução limpa para o Planeta, e isso numa época de muita disputa com a energia nuclear. Nós estávamos vivendo Angra, e esse foi um discurso que ficou bastante recorrente.

Curiosamente, eu iniciei a minha vida no Ministério Público Federal, já sempre tratando da questão indígena, com o episódio dos tuxá. Os tuxá eram um povo absolutamente autossuficiente, com abundância de recursos, que, quando eu conheci, vivia uma diáspora. Eles haviam sido atingidos pela hidrelétrica de Itaparica, estavam distribuídos em três Estados da Federação, com rompimento de vínculos, inclusive, de natureza familiar, porque àquela época se pagava um auxílio mensal, enquanto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não havia alocação em novos territórios, e netos disputavam com avós, porque os tais cadastros tornavam inviável que as novas gerações recebessem pelo dano causado àquela comunidade.

Depois, eu estive no primeiro Fórum Social Mundial e, pela primeira vez, eu tive contato com movimentos de atingidos por barragens, ouvindo um relato – e agora eu não me recordo exatamente de que ponto foi, mas era sobre essa situação de uma barragem que é construída e uma comunidade inteira é dispersada com rompimento dos vínculos de parentesco, de amizade, de compadrio, de produção... Enfim, tudo aquilo desmontado e o drama humano vivido por essas pessoas.

Na sequência – isso não é muito sequencial, porque o tempo não é sequencial –, eu recebi, no Ministério Público Federal, um grupo de Mato Grosso, os enawenê-nawê, que eram um grupo que a gente considera de recente contato. Eles tinham um mito inaugural de barragem que significava que eles sempre habitaram à beira de um rio, e esse rio, por que eles tinham sido perversos, maus, tinha sido barrado pelas raízes das árvores, a água tinha subido, e apenas um casal conseguiu se salvar, indo para o pico de um morro, porque, para ele, ficou o compromisso de que eles ofereceriam para os deuses abundância de peixes, sempre e sempre. E um dia eles acordam e descobrem que o Rio Juruena vai ter 80 PCHs. E falam: "O que é que vai acontecer com o nosso rio?" E esse povo estava vivendo um holocausto, porque eles estavam vivendo a sua tragédia inaugural. Ou seja, haveria um barramento, e todo mundo iria morrer. Será que iria sobrar alguém para oferecer peixes?

Depois disso, os empreendimentos aconteceram, e essa população que vivia totalmente com a sua cosmologia ligada ao rio parou de pescar, porque os peixes não mais existiam, e a Funai começou a fornecer frango para essa comunidade.

Eu também acompanhei as discussões desde o início, há mais de 20 anos, sobre Belo Monte. Estive em Altamira e vi um grupo de pessoas se mobilizando, porque todo o seu sentido de vida era compreendido a partir do rio. O rio era a grande estrada. As crianças iam para a escola de voadeira; a escoação da produção econômica era pelo rio. O que é que iria acontecer com aquele rio? Aquele drama vivido sobre... Enfim, o que é que significa uma hidrelétrica e o que ela vai trazer de consequências para o rio?

Estive recentemente, duas semanas atrás, visitando a Volta Grande do Xingu. E, com imensa tristeza, verifiquei que toda a previsão daquelas pessoas se concretizou: nós temos crianças que, hoje em dia, têm de se valer de estradas perigosíssimas. Para quem não conhece as estradas na Região Norte do País, elas são picadas na floresta, sem asfaltamento. São crianças transportadas em motocicleta, com perigo de vida enorme, para poder alcançar uma escola. Aquilo que faziam em cinco minutos demora uma hora e vinte. Há comunidades ilhadas, sem possibilidade de escoamento de produção; ausência de lazer; o rio ficou perigoso, não é mais navegável – um rio tão bonito como o Xingu; as pessoas morrem de doenças; a água não é consumida; as pessoas passam fome na beira do rio...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que é que eu quero dizer com isso tudo? Acumulando aqui os desastres acontecidos em Mariana, Barcarena, Brumadinho; a apropriação privada por meio de barragem, com outorga da ANA, em Correntina; a disputa pela água; e lembrando que a ONU tem relatórios que mostram que as grandes disputas deste século serão por água; as grandes guerras se travarão por água. E nós estamos aqui, comprometendo esse recurso fundamental.

O que é que eu quero dizer com isso? Barragens, sejam elas de que forma forem, causam danos, e danos que são distribuídos de maneira muito desigual entre a população brasileira. Ou seja, há grupos que suportam muito mais fortemente os ônus do que o restante da população brasileira, que é beneficiária daquele empreendimento.

Isso já nos convoca para um dispositivo constitucional que é central para a compreensão da Constituição de 1988, que é o art. 3º, que se propõe a construir ali, a partir daquele ato normativo tão importante, uma sociedade de iguais, uma sociedade que é resultado de um projeto solidário, de um projeto em que todos se empenham por mais igualdade e menos discriminação.

Então, eu acho que toda a nossa compreensão de empreendimentos desse vulto, em qualquer área, tem de ter esse norte. E lembrando que a lei que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens tem algumas noções – eu vou precisar de mais cinco minutos – que são muito importantes: primeiro, a noção de risco, que é uma noção diferente da de dano potencial. A outra, lembrando os fundamentos da Política Nacional de Segurança de Barragens, primeiro: a população tem de ser informada e estimulada a participar; tem de haver promoções de mecanismos de participação e controle social. E a segurança de uma barragem influi diretamente na sua sustentabilidade e no alcance de seus potenciais efeitos sociais e ambientais.

Isso significa que nós temos uma boa lei e práticas péssimas de empreendedores do setor privado e do setor público. Por quê? Porque nós não temos uma responsabilidade desde o início. Não há uma responsabilidade, desde o início, séria de, na hora em que se deliberar por um empreendimento desses, haver uma escuta responsável sobre a percepção de risco que grupos diferentes têm – nós temos uma sociedade plural, em que a percepção de riscos é diferente – e de como essa atividade pode ser desenvolvida com responsabilidade, em relação a todos os segmentos.

Essa questão da participação social é um imperativo constitucional em todas as atividades, em todos os empreendimentos. Por quê? Porque é uma Constituição que parte do princípio de que são os próprios atingidos pelas políticas públicas, para o bem e para o mal, que saberão melhor direcioná-las. E, a respeito disso, as políticas de barramento não estão imunes.

Então, nós falamos muito da Convenção 169 da OIT, que atinge povos indígenas e comunidades tradicionais, mas isso vale para a população de uma maneira geral. A oitiva vai orientar uma política pública responsável, vai orientar uma atividade econômica responsável.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, essa interlocução ética, desde o início do empreendimento, que é outro imperativo da Lei de Segurança de Barragens, diz que a segurança de barragens, desde o início até o final do empreendimento, é o primeiro imperativo.

Outra coisa: a interlocução é permanente; ela dura do início ao fim de uma barragem. Ela envolve Poder Público – e, aí, eu falo muito claramente das agências fiscalizadoras, que não obedecem em nada à participação social.

Vainer, eu respeito muito os *experts*. Eu acho que há uma parte de conhecimento científico, mas não há ninguém que conheça mais o rio do que quem está à beira dele. Então, vamos aprender com quem entende, com quem sabe, e vamos entender o que é risco, porque o cotidiano das pessoas é fortemente abalado por um empreendimento desses.

Acho que nós temos que ter, portanto, sempre disponíveis informação, participação, e essas coisas que vão, enfim, se interpelando o tempo todo.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. DEBORAH DUPRAT – A comunidade tem que ser informada, para poder participar, e isso tem que comprometer agentes econômicos e Poder Público. Como eu disse, isso é de uma duração indefinida no tempo, o tempo de vida de uma barragem ou, às vezes, até posterior a ele, porque os danos não são medidos só pela existência desse empreendimento. Eles responsabilizam a empresa e o Poder Público, porque nós estamos falando aqui de destinos humanos, de comunidades que existem e vivem e que, de repente, têm a sua vida completamente modificada por um empreendimento dessa natureza. E quero lembrar que a percepção de risco é dinâmica, porque os grupos humanos são dinâmicos, porque a mobilidade na vida e a mobilidade no território é uma realidade. Não temos pessoas que ficam o tempo todo localizadas num único lugar. Então, é preciso haver essa dinâmica permanente da escuta responsável, da participação e da informação.

Então, eu acho que nós temos uma lei boa e práticas péssimas. As agências reguladoras são absolutamente imunes à participação social, e as empresas econômicas, absolutamente irresponsáveis neste sentido: não ouvem, não prestam contas. Enfim, acho que muito mais do que pagar, temos que dar importância ao protagonismo desses agentes tão afetados por esse empreendimento.

Muito obrigada e, mais uma vez, parabéns a esta Comissão por esta iniciativa! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigada, Dra. Deborah.

São extremamente importantes esses aspectos.

Quero só comentar uma coisa com relação a essa questão da energia elétrica limpa e renovável em relação a hidrelétricas. Há muitos debates realmente quanto a isso fora, inclusive em relação não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

só à parte limpa como à parte de renovabilidade da água. Também há essa questão. Então, represar água não a torna renovável necessariamente.

Vamos passar ao terceiro palestrante...

A SRA. DEBORAH DUPRAT – Só uma informação: como eu disse, a comunidade que vive atingida na Volta Grande do Xingu passa sede. Estão na beira do rio e não podem beber água.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Pronto, está aí um exemplo de o que eu estou dizendo. Exatamente.

Leandro, vamos lá?

Leandro Scalabrin, Conselheiro do Conselho Nacional de Direitos Humanos.

Obrigado, Leandro.

O SR. LEANDRO SCALABRIN – Bom dia a todos e a todas.

Eu queria saudar o Senador Jean Paul Prates e parabenizá-lo pela iniciativa, além dos demais membros da Mesa, mas eu queria saudar especialmente os atingidos e atingidas por barragens que estão aqui conosco, neste dia 14 de março, que é o Dia Internacional de Luta contra Barragens, mas também de defesa dos rios, da água e da vida.

No mundo inteiro, nesta semana, além de no Brasil todo, estão acontecendo manifestações em alusão a este dia, em razão de que, no Brasil, mais de 1 milhão de pessoas já foram afetadas, ameaçadas ou atingidas por barragens, e, no mundo todo, mais de 80 milhões de pessoas, para termos a dimensão dessa questão.

Como os demais membros da Mesa, há 20 anos eu atuo como defensor de direitos humanos de atingidos por barragens no Brasil, tendo participado da Comissão Especial do CDDPH, que elaborou o relatório referido pelo Prof. Vainer, e hoje tenho desincumbido esse papel no Conselho Nacional de Direitos Humanos, que sucedeu o CDDPH e é o órgão do Estado brasileiro, similar à Comissão de Direitos Humanos da OEA e da ONU, para prevenir, remediar e investigar situações de violações de direitos humanos.

Nós trabalhamos na perspectiva de que deve haver mudanças para a efetivação dos direitos humanos e que essas mudanças cabem aos órgãos de Estado. Cabem aos órgãos de Estado a prevenção e a efetivação dos direitos humanos, e às empresas cabe a não violação, tudo o que não está acontecendo nesses casos que a gente elencou aqui.

A própria lei que instituiu a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil afirma que é dever da União, Estados e Municípios adotar medidas necessárias à redução de riscos e desastres. O termo "desastres" tem sido utilizado nesses casos porque a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

reconhece como desastres não somente os eventos naturais, mas também aqueles causados pela ação do homem, como aconteceu no crime de Brumadinho, no crime de Mariana, e em outros casos.

Os casos não são só de barragens de mineração. No Conselho de Direitos Humanos, nós fizemos missões: na Barragem de Foz do Chapecó, uma hidrelétrica, em 2014, onde mais de 300 famílias foram atingidas numa situação de insegurança de barragens causada por uma enchente, em que todo o sistema de proteção de alarme de comunicação falhou; em Mariana, em 2015; em Barcarena, no Pará, em 2018, com situações também de insegurança de barragens; em Brumadinho, em 2019... Mas eu também quero lembrar o caso de Campos Novos, em 2006, também uma hidrelétrica, e Salto Caxias, no Paraná, onde 300 famílias também foram atingidas por uma situação de insegurança e risco de barragens.

Nesses casos, temos empresas privadas, como a Hydro, em Barcarena; empresas públicas, como a Copel, no caso de Salto Caxias; a CEEE, que é sócia da Enercan, lá em Campos Novos; CPFL Energia, que é sócia de Foz do Chapecó; e outros casos. E, recentemente, o Conselho de Direitos Humanos esteve em Belo Monte, e questionamos os Prefeitos e a população atingida, e fomos informados de que Belo Monte não tem plano de emergência de barragens – da barragem – para a segurança dos atingidos.

Eu queria destacar esse aspecto a que a Dra. Deborah já se referiu de que, quanto às diretrizes nacionais da Política Nacional de Defesa Civil, uma das diretrizes, a garantia da participação da sociedade civil, e também a Política Nacional de Segurança de Barragens têm como uma das suas diretrizes a promoção, a criação de mecanismos de participação e controle social. E esse vai ser o foco da minha exposição.

A constatação do CNDH e pela minha experiência como defensor de direitos humanos é de que a violação dos direitos humanos, da participação das comunidades, do MAB (Movimento dos Atingidos), dos sindicatos de trabalhadores, a violação desse direito, a não garantia pelas empresas e pelo Estado da participação dos atingidos é que tem causado a insegurança nas barragens e a violação dos direitos humanos dos atingidos.

Hoje, Minas Gerais, os Municípios de Congonhas, de Barão de Cocais; hoje, em Belo Monte; hoje, em todo o Brasil, há um sentimento e uma situação concreta de insegurança nas barragens, porque a população atingida, através dos sindicatos de trabalhadores, através do MAB, das comissões de atingidos, não tem assegurado o seu jeito de participação. E vou dar alguns exemplos disso.

Não foi assegurado o direito de participação dos atingidos no estudo, na aprovação e implantação dos planos de ação de emergência de segurança de barragens, nos planos de segurança de barragens pelo conjunto de agências e de órgãos dos Estados responsáveis pelos estudos da aprovação e implantação dos programas. Também não está sendo assegurada a participação social dos atingidos na elaboração dos planos de contingência de proteção de defesa civil que são de responsabilidade dos Municípios, dos Estados e também da União. E também não está sendo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

assegurada, hoje, a participação social no monitoramento desses planos todos que eu citei, através dos relatórios de segurança de barragens em que os órgãos da Defesa Civil e da Política Nacional de Segurança de Barragens deveriam garantir a participação.

Inclusive, agora, nesses planos emergenciais que a Aneel e a Ana anunciaram, que estão fazendo inspeções em todo o Brasil, naquelas barragens que elas estão considerando como potencial de risco, nas quais estão fazendo inspeções e para as quais não têm convocado audiências públicas, para ouvir as populações atingidas e os movimentos e as comunidades que deveriam já ter participado na elaboração desses planos, na implantação desses planos. Agora não estão sendo ouvidos nessas inspeções da Aneel, da Ana e das agências reguladoras, para se saber quais seriam as suas sugestões para a garantia e para a efetivação, para termos, efetivamente, segurança naqueles empreendimentos.

Por isso que temos esse sentimento de caos instalado no Brasil todo pelas tragédias, pelo crime e pelo desastre de Brumadinho e de Mariana, porque não houve esses espaços efetivos de controle social e que propiciassem a participação dos atingidos.

Inclusive, no ano passado, foi criado um GT e foi feito um seminário nacional sobre segurança de barragens, do qual participaram empresas, do qual participou o Ibama, participou a Ana, participou a Aneel, participou o Conselho Nacional de Recursos Hídricos, mas o MAB não foi convidado para participar. Os sindicatos de trabalhadores não foram convidados para participar de um seminário nacional, um GT nacional, que tirou propostas concretas para a segurança de barragens. Que tipo de proposta foi tirado de um seminário nacional em que não foi ouvida a população atingida ou sequer outros órgãos, como o CNDH e outros órgãos da sociedade civil que têm *expertise* nessas situações, nesses casos, com propostas, com planos, com *expertise* acumulada em mais de 20, 30 anos, na universidade, no Ministério Público e nos espaços de controle da sociedade civil?

Então, isso confirma mais uma vez que... E agora, em 2019, novamente, com a criação de um conselho interministerial de Ministros, para tratar do caso de Brumadinho, em que novamente não se garantiu participação de representantes da sociedade civil para trazerem o seu conhecimento da realidade, da vazão dos rios, das enchentes, da situação de controle.

É inadmissível nós não termos espaço nas comissões internas de prevenção de acidentes em que os trabalhadores possam eleger seus representantes, como aconteceu em Brumadinho e Mariana, em que as Cipas possam discutir a realidade de cada barragem de rejeitos.

Se a Cipa de Brumadinho tivesse uma participação efetiva, jamais os refeitórios da Vale e os escritórios estariam onde estavam. Se a população de Congonhas e de Belo Monte pudesse ter participado da aprovação do plano de emergência, não estaria se sentindo insegura, como está se sentindo hoje, porque a Deborah esteve lá, há poucos dias, e constatou isso, conversando com os Prefeitos municipais, que não têm conhecimento da existência desse plano. Como é que aquela comunidade vai se sentir segura, se não pôde participar da discussão e aprovação do plano?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. LEANDRO SCALABRIN – Então, para concluir – eu vou cumprir o plano –, eu gostaria de afirmar aqui, pedir o apoio desta Comissão de Meio Ambiente e fazer um apelo às autoridades do Estado que aqui estão e das empresas para que reconheçam a legitimidade do MAB; que reconheçam a legitimidade das comissões de atingidos por barragens; que reconheçam a legitimidade e a importância dos sindicatos de trabalhadores, das associações, porque a experiência que o CNDH tem, que o CDDPH tem, é de que, onde foi reconhecida a legitimidade desses movimentos, dessas instâncias, há mais segurança nas barragens, há mais mecanismos de mitigação, há mais reparação efetiva quando acontecem violações dos direitos dos atingidos, como a Dra. Deborah e o Dr. Vainer destacaram. Onde as empresas não reconhecem a legitimidade desses movimentos, não criam mecanismos de diálogo e de participação, e, da mesma forma, os órgãos de Estado, há mais insegurança nas barragens, há mais violação de direitos e há menos mitigação; há mais violação dos direitos ao meio ambiente.

Então, este é o apelo que o CNDH faz às empresas responsáveis pelas usinas hidrelétricas, pelas barragens hidrelétricas, pelas barragens de mineração, de rejeitos, pelas barragens de captação d'água; este é o apelo que o CNDH faz aos órgãos de Estado: reconheçam esses movimentos, criem mecanismos, porque será somente através desses canais de mediação que haverá segurança efetiva para os atingidos e atingidas em todo o Brasil.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Leandro.

Informamos a todos que essas apresentações que foram projetadas aqui estão disponíveis já no portal e-Cidadania.

Passamos diretamente para o Iury, para a participação.

E informamos que, depois, temos mais quatro participações com a segunda Mesa.

Obrigado, Iury.

O SR. IURY CHARLES PAULINO BEZERRA – Obrigado.

Boa tarde a todas e todos presentes!

Agradeço à Comissão pelo convite, ao Senador Jean, e ao Presidente da Comissão, que esteve aqui anteriormente.

Trago uma saudação especial dos atingidos por barragens que, hoje – na verdade, toda esta semana –, estão em lutas no mundo, mas em vários Estados do Brasil, evidenciando essa problemática, e, em alguns lugares, enfrentando a truculência do Estado, a truculência da polícia, só

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pelo fato de estarem fazendo a defesa e a denúncia do que está acontecendo no Brasil com a situação das populações atingidas.

A questão da insegurança de barragem, do nosso ponto de vista, do Movimento dos Atingidos por Barragens, é um aspecto até bem mais amplo do que o que nós estamos vivendo com o crime de Mariana... O crime da Vale em Mariana – Mariana não tem nada a ver. Aquela região maravilhosa... Que era, pelo menos, antes... –, o crime da Vale em Brumadinho e diversos outros crimes que já aconteceram ou acidentes, com o rompimento de barragens no Brasil. Mas a insegurança com o atingido começa quando ele tem notícia de que vai acontecer uma barragem, porque é aí que o atingido tem aquela certeza: "Eu vou ser roubado. Eu perdi o que eu construí de história, de cultura, de vida, de dignidade, nesse território em que eu vivo". Aí começa a insegurança da população atingida, porque nós sabemos que não há nem diálogo, não há construção que seja na perspectiva de, pelo menos, minimizar os impactos que as barragens causam na vida da população; não há honestidade; não há seriedade nos projetos que caminhem para isso. O que há é uma tentativa e um projeto, em todos eles, organizados, arquitetados e projetados por pessoas que sabem e se preparam, ao longo da vida e do tempo, para violar o direito das populações atingidas.

Desafio vocês a apresentar, nessas empresas, nos projetos de construção de barragens, qual é o núcleo que sentou e que pensou assim: "Nós vamos dedicar a inteligência a construir uma reparação adequada à vida dessa população". Porque o que nós conquistamos de direito foi lutando, foi perdendo companheiros assassinados, foi com companheiros presos, com companheiros criminalizados, porque temos que ficar no asfalto, trancando rodovias, em órgãos públicos.

Não sei se alguns de vocês que estão aqui, que estão no Governo ou que estão no Poder Judiciário sabem o que é passar dois, três dias em cima de uma rodovia, com várias famílias, lutando para que tenham um direito... Na verdade, para que não percam uma coisa que já tínhamos. Não é nem pedindo direitos que nos faltavam; é para que não tomem o que já tínhamos construído ao longo da vida, com todo o esforço que fizemos ao longo da vida. E, muitas vezes, a principal recepção que nós temos, o principal reconhecimento desse direito se dá com a polícia, para desobstruir as vias, como se fôssemos bandidos e como se não pudéssemos nos organizar para reclamar esse direito. Essa é a realidade das barragens no Brasil.

E a violência começa aí. A violência começa quando o atingido, quer seja rural ou urbano, sabe que não pode reformar mais sua casa, ou querer uma casa mais confortável, porque ele sabe que, daqui a 10, 20, 30 anos, embora não saiba quando, vai ter que perder. E a empresa já disse para ele: "Olha, essa área foi congelada, e você não vai poder reformar, porque você vai perder e, se pagarmos, nós não vamos pagar o que você fez". A violência é uma família morar 30, 40 anos, numa terra, e, porque ela não tem documento, por que ela não usa para vender, a empresa chegar e dizer: "Você não tem direito a receber nenhum ressarcimento por essa terra, porque você não tem como comprovar que você é o dono, porque nós temos aqui um decreto de utilidade pública, e essa barragem vai ser

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

feita pelo bem da Nação. Portanto, vocês têm que sair daqui". Não é condição de dizer: "Nós vamos negociar se vocês vão sair ou não; vocês têm que sair".

E, aí, começa a tortura, começa a pressão psicológica, inclusive do ponto de vista da desigualdade de pessoas, com equipes extremamente preparadas que têm essas empresas, e os atingidos, que não têm nenhuma forma de mediação, a não ser quando eles se organizam para poderem fazer frente a essas violações. E, quando eles se organizam, as empresas têm mecanismo eficiente de desorganização e de perseguição judicial, para criminalizar a luta dos atingidos, porque, ao contrário, as empresas não estão preocupadas, porque o atingido é considerado como custo, e o custo, na lógica do capital, você tem que diminuí-lo, para que seu investimento seja mais bem remunerado. Então, nós somos custo; nós não somos gente. Atingido não é visto como gente, na perspectiva do capital. Por isso que se pode colocar um refeitório de trabalhadores embaixo de uma barragem que corre o risco de estourar; por isso que se pode fazer isso, porque não é visto como gente. E essa é a luta permanente do Movimento dos Atingidos por Barragens.

Então, a insegurança é permanente.

Vocês sabem o que é viver embaixo de uma represa com potencial de estourar? Você não sabe o que ela é, não tem uma informação adequada, não sabe os riscos que ela representa, mas todo atingido sabe que ela representa um risco, todo atingido sabe que amanhã poderá não estar mais vivo e não estar mais ali na sua casa, porque aquela represa, seja ela para qualquer atividade, pode romper e pode matar a sua família e extinguir sua comunidade.

Então, são esses elementos que são essenciais para a gente poder pensar e refletir sob o ponto de vista dos atingidos.

Nós aqui estivemos naquela audiência da Comissão de Turismo que a Senadora Fátima puxou, e nós já dizíamos: "Em Mariana, não foi feito nada, não foi resolvido nada". Então, se o criminoso não é punido, ele tem carta branca para voltar a cometer os crimes. E nós dizíamos: "Vão acontecer outros crimes". Só que, agora, o criminoso volta com uma dimensão maior do crime. Lá ele tinha matado 19; agora se chega a quantos? Trezentos, 400... Quantos vão ser? O criminoso volta a cometer o crime, e numa dimensão maior. E ainda é possível, pela lógica em que se desenrola as coisas, que usem as vítimas para poder "repotenciar" os lucros de quem cometeu o crime. Essa é a realidade extremamente complicada e a realidade que os atingidos têm vivido.

A política é extremamente importante. Agora, a gente queria enfatizar essa questão da participação. Quando não há política de direito para as populações, não há política de segurança. Uma coisa está extremamente atrelada à outra. Os companheiros que são mais do campo jurídico sabem que a lei que trata dos atingidos por barragens trata da questão da propriedade. E o conceito de atingido já avançou; há várias dimensões de atingido. Atingido não é só aquele que sai de sua casa porque a água chegou ao lago. É uma dimensão extremamente mais ampla, e é uma luta do movimento contra as empresas, porque as empresas querem cada vez mais – as empresas e o Estado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

– reduzir. Já chegaram a nos dizer que, se garantir direitos para os atingidos, afugentam os investimentos no Brasil. O Estado brasileiro já disse para nós que, se garantir direitos para os atingidos, afugentam investimentos no Brasil. Então, é essa a perspectiva do debate que tem de ser colocado.

É preciso, Senador, como proposta para esta Comissão, dado o tempo, que nos façam um diagnóstico das realidades dessas populações, porque estamos falando de um conjunto de coisas, mas não temos um diagnóstico real. Vou dar um exemplo de um diagnóstico: através da luta do MAB, nós conseguimos fazer na Barragem de Sobradinho na Região Nordeste, e – pasmem! –, nós encontramos várias famílias – eu posso depois passar o relatório com os dados concretos – que, depois de 30 anos atingidos pela barragem, não tinham acesso sequer a energia elétrica. Como temos em Tucuruí, trinta anos após a usina hidrelétrica, as pessoas que estão na usina e não têm energia elétrica. É inadmissível pensar isso, mas essa é uma realidade. E, quanto a essa realidade dos atingidos, tem o Estado de garantir um diagnóstico com participação. Não podem ser alguns espertos que vão lá, olham e dizem o que o povo quer, o que o povo está sentindo, porque o povo sabe o que quer e sabe o que está sentindo.

Por isso, estamos nas lutas, estamos nas ruas. Nunca faltou, do nosso ponto de vista de exposição, contribuir com o Estado brasileiro para formular políticas adequadas que atendessem os atingidos. Peguem ao longo da história em todos os Governos todas as pautas que nós colocamos. Todas elas têm um conjunto de propostas; não são só reclamações, entretanto elas não são resolvidas, não são solucionadas, não há a mesma atenção e agilidade que há para os empreendimentos.

Para concluir, nós precisamos de um mecanismo que nos possa... Veja bem, são várias agências que tratam da política de segurança e fiscalização – ANA, Agência de Mineração e Aneel –, só que os atingidos são os mesmos. E costumamos dizer que os atingidos são cachorros sem dono, porque não há um órgão a que possamos nos reportar, não há um mecanismo. E somos vítimas de um processo em que vamos correndo de um lado para outro; cada um diz que a competência é de outro e ninguém resolve, ninguém aponta uma solução concreta. E, do nosso ponto de vista, isso é intencional, inclusive para não haver espaço, para não haver mecanismo que efetive a participação e possa absorver o que nós compreendemos como desenvolvimento e o que nós compreendemos sobre a questão da segurança de barragens.

Temos várias ideias e já as temos apresentado. Inclusive a Lei de Segurança de Barragens achamos que é muito boa. O problema não é a lei; o problema é a efetivação dela. A lei está dizendo que se tem de participar. Agora é possível que comece a criar mecanismos que não sejam reais da participação do povo para se dizer que há participação, porque é uma questão de lógica, da política.

A política de construção de barragens no Brasil é uma política extremamente violentadora de direitos humanos e não trata a população como gente. E nós somos gente. Nós somos cidadãos brasileiros, nós construímos este País e nós não vamos aceitar morrer soterrados por barragens, hidrelétricas e mineração. Não podemos fazer isso! Podem continuar nos reprimindo, mas nós vamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

continuar lutando, porque essa é a única alternativa que nós temos. Nós não temos outra. Por isso nós achamos muito importante e solicitamos a esta Comissão que possamos fazer encaminhamentos concretos e que possamos dar aos atingidos pelo menos a possibilidade de ter esperança de que isso vai mudar, de que isso vai começar a mudar. Estamos há trinta anos lutando, e a coisa tem piorado para os atingidos, mas a nossa luta continua.

Por isso a gente queria saudar de forma muito especial aos atingidos que estão nas ruas toda esta semana em praticamente todos os Estados do Brasil. Estão em caminhadas, porque infelizmente o 14 de março ainda é marcado com mais uma perversidade, o assassinato da companheira Vereadora Marielle Franco e do seu trabalhador, motorista Anderson, no Rio de Janeiro. Infelizmente o Brasil ainda tem de viver isso.

Então, a gente continua em luta.

Queremos agradecer e pedir a vocês uma forte salva de palmas para luta dos atingidos.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Iury, obrigado.

Eu quero assegurar a você que nesta Comissão, em nome do Presidente Fabiano Contarato e dos demais membros, que você terá toda oportunidade – e o movimento também – de trazer as contribuições que são necessárias para a gente seguir neste trabalho.

Eu queria, rapidamente, agradecer às quatro pessoas que estiveram na primeira Mesa e pedir ao Carlos, à Deborah, ao Leandro e ao Iury que tomem lugar com microfone próximo, porque eventualmente ainda vamos fazer ao final um debate.

Aproveito para chamar os quatro participantes da próxima Mesa.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senador Leila, obrigado.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Eu vou ter de sair, me ausentar, mas eu queria fazer algumas colocações...

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Por favor.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – ... a respeito do PLS 550, que foi aprovado aqui na Casa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ele foi construído a várias mãos, principalmente na última legislatura. Quando cheguei à Casa, já era o segundo dia da ocorrência do acidente de Brumadinho. Eu consultei a assessoria legislativa da Casa se existia algum projeto aqui que contemplasse e atendesse para termos mais celeridade, para darmos resposta mais imediata para toda população, principalmente para as pessoas atingidas e a Minas Gerais sobre essa questão das barragens. Então, sentamos e nos debruçamos... Nós não tivemos tempo, porque queríamos dar uma resposta. Mas eu vou deixar esse material com todos vocês, porque eu acho que, se a gente não teve tempo porque queríamos dar uma resposta, acho que ainda há tempo para dar contribuição.

Foi muito bacana. Queria parabenizar o senhor por esta iniciativa, porque abre o olhar e sensibiliza mais ainda. Eu já estou supersensibilizada com tudo que aconteceu. Primeiro, por Mariana e por não termos dado resposta por três anos e logo depois pela tragédia em Brumadinho.

Há uma parte do projeto sobre o que depois vocês vão ter oportunidade de se debruçar – o art. 12, §2º:

> § 2º Os órgãos de proteção e defesa civil e a população da área potencialmente afetada devem ser ouvidos na fase de elaboração do PAE quanto às medidas de segurança e aos procedimentos de evacuação em caso de emergência.
> § 3º Antes do início do enchimento da barragem, o empreendedor deverá:
> I – instalar equipamentos de alerta de emergência e sinalização de rotas de fuga e de pontos de encontro;
> II – realizar audiência pública para apresentação do PAE;
> III – promover treinamento de evacuação com a população da área potencialmente afetada;
> IV – divulgar à população o contato para oferecimento de denúncias relacionadas à segurança da barragem.
> § 4º Os procedimentos de evacuação em caso de emergência previstos no PAE serão coordenados pelos órgãos de proteção e defesa civil das áreas atingidas ou potencialmente afetadas pelo acidente...

Houve a contribuição do Senador Anastasia no seguinte: o órgão fiscalizador delimitará a área de proibição de ocupação humana e fixa o prazo para o empreendedor remover as pessoas em situação de risco.

Enfim, temos aqui um material que eu gostaria muito que os senhores pudessem... Obviamente nós não tivemos a oportunidade de ouvir o MAB, e eu realmente acho que é importantíssimo. Estou deixando aqui, junto com a minha assessoria, todo material para que vocês possam... Vai passar pela Câmara. Acho que vale o trabalho. Nós temos aqui Deputados também. Peço aos meus colegas da Câmara que a gente se debruce sobre esse PLS e que a gente trabalhe em cima dele, junto com todos vocês, para dar uma resposta definitiva... Não é definitiva, mas que a gente dê uma resposta para essas pessoas, para a população, para os atingidos, para aqueles que ainda estão em áreas de risco. Essa é uma aflição de todos nós, e este Congresso, esta Casa... Já estamos no segundo crime, no segundo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

assassinato de pessoas que foram vítimas disso. Nós temos de dar uma resposta. Então, em nome do Senado, entendo a necessidade de ouvir todos. A questão aqui foi a de dar uma resposta imediata para que houvesse celeridade, mas ainda temos tempo para as contribuições de todos vocês. Quando esse projeto passar na Câmara e voltar para esta Casa, estarei de portas abertas para atender a todos, inclusive ao MAB.

Peço desculpas...

Pois não.

A SRA. DEBORAH DUPRAT – Senadora, se me permite só uma observação, há uma prática antiga muito anterior à própria Lei de Segurança de Barragens das audiências públicas porque o licenciamento ambiental tem um caráter de participação social muito forte. As audiências públicas são a válvula de escape para negar a participação social muito mais do que garantir a participação social. Geralmente são realizadas em hotéis cinco estrelas, as perguntas só podem ser feitas por escrito e as pessoas não podem entrar de chinelo de borracha. Então...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Então vamos ter de nos atentar a isso também, doutora. Nós vamos estar muito ligadas nessa situação também. Você pode ter certeza de que essa é uma contribuição que você já está dando para que a gente acrescentar ao projeto.

Obrigada, doutora.

Então, a ideia é essa. Sei que temos pessoas da área jurídica, toda a representação dos atingidos por barragens, vocês que são especialistas na área. O projeto vai estar aqui, nós vamos deixar... É isto: estamos de portas abertas. Acho que tanto o Senado quanto a Câmara têm de se debruçar sobre esse projeto, sobre essa realidade e acrescentar para que a gente dê uma resposta efetiva e urgente à situação das barragens.

Eu queria parabenizar todos os atingidos. Não sei se é um dia para comemorar... Não é um dia para comemorar, mas apenas para lembrar e alertar que temos muitas pessoas atingidas por barragens, e nós, como entes públicos, temos de ter responsabilidade com a população, nós temos de dar respostas imediatas e efetivas a essa situação.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Senadora.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Estou deixando aqui todo o material.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Vamos prosseguir.

É interessante salientar que a gente escolheu essa dinâmica justamente... Pessoal, eu pedi que vocês sentassem em lugares onde há microfones para a gente continuar com o segundo bloco. Saliento de novo que esta dinâmica foi proposital, colocando o bloco de Governo, o bloco de respostas mais regulatórias, de política setorial ao final, para que a gente pudesse problematizar antes e depois ter alguma contribuição de volta.

Agora temos aqui algumas respostas. O próprio projeto de lei e a salientação dos pontos importantes do projeto de lei já são um tipo de resposta e provocam algum tipo de debate.

Eu queria chamar os próximos...

Sim.

O SR. MAURO NAZIF (PSB - RO) – Senador Jean Pau...

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – É um prazer.

O SR. MAURO NAZIF (PSB - RO) – Primeiro, parabenizo-o por assumir a presidência dos trabalhos juntamente com os nobres Senadores e todos os que fizeram parte da Mesa, em especial a todos os atingidos por essas tragédias das barragens e todos que estão ao redor das barragens em risco.

Sou Mauro Nazif, de Rondônia. Falo aqui, em nome do MAB de Rondônia, do João e da Flávia. Estamos tendo muitas preocupações também lá em Rondônia, mas eu gostaria aqui de citar e cumprimentar todos os que fizeram parte da Mesa anterior, Sr. Presidente. Eu me senti contemplado por todas as falas, mas uma fala me chamou muito a atenção, a do Dr. Carlos Vainer.

O Dr. Carlos Vainer começou pelas tragédias, elencou diversas tragédias que aconteceram no mundo – é o resultado final. Ao mesmo tempo mostrou como se pode tentar evitar, como acontece hoje e o que mais chama a atenção e preocupa: a complacência do Executivo, as anuências do Judiciário e até em parte do MPF nos TACs, nos acordos que são firmados.

E quem paga o preço do prejuízo é só um: o povo. É o povo, Iury, atingido por todas essas tragédias. Quem leva o lucro de tudo isso é quem ocasiona todos os danos, que são as usinas. Então quem paga o preço é quem perde vida, perde tudo que fez na vida, e quem ganha são aqueles que estão construindo, que estão empreendendo.

E um ponto importante: isso virou um mecanismo institucional, é de usina para usina. "Nós podemos fazer isso, podemos fazer aquilo, e nada vai acontecer; vêm as multas, vêm as indenizações, e nós jogamos: vamos nos remeter a TACs, vamos pedir mais prazos"... E as famílias praticamente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

despejadas dos seus locais, muitos perdendo suas famílias. E não quero aqui fazer discurso político porque eu acho que nem cabe, que o sofrimento é tão grande que não cabe discurso político, mas só ressaltando isso tudo que vem acontecendo – com a complacência do Executivo, a anuência do Judiciário e também do Legislativo. Incluo nós representantes que aqui somos, eleitos, nessa anuência.

Nós temos duas grandes usinas no Estado de Rondônia, Jirau e Santo Antônio, que geram energia para mais de 40 milhões de brasileiros. Repetidamente temos observado enchentes históricas no Estado. Históricas. A maior enchente aconteceu em 2014, quando mais de 30 mil pessoas foram desalojadas, desabrigadas de suas localidades. Eu era Prefeito, na época, de Porto Velho. Trinta mil pessoas. Um prejuízo demonstrado, Procuradora, ao Ministério da Integração e ao Ministério das Cidades de mais de R$1,2 bilhão. O Governo Federal repassou ao Município de Porto Velho a quantia de R$600 mil. Um bilhão e duzentos milhões. Mas Deus foi tão bom para nós lá, e eu posso falar que eu sou muito grato por isso, que nós não registramos um caso de óbito. E tudo isso ocasionado pelas usinas, tudo ocasionado por essas usinas, enchente histórica, centenária, e que agora está sendo recorrente. Histórica lá significava 19,70m. Hoje, com 17,30m, já está atingindo boa parte da cidade, decorrência do assoreamento que existe no Rio Madeira.

Distritos como Jaci-Paraná, Nova Mutum, são atingidos. Eles tiveram que sair daqui porque foram para uma outra reunião.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MAURO NAZIF (PSB - RO) – Estiveram lá. E até coloco alguns pontos que foram colocados aqui por eles.

Eles pedem, para se ter uma ideia, Procuradora... Para se ter uma ideia, eles exigem o remanejamento de toda a comunidade de Jaci-Paraná. Foram semana passada propor às usinas que vão botar 30 milhões para o distrito, para fazer aquilo que eles bem entenderem como sendo o melhor, e a comunidade só quer uma coisa: ser remanejada de Jaci-Paraná. Por quê? Porque o Rio Jaci Paraná virou um reservatório da Santo Antônio Energia. E a água vem pelo Rio Madeira, vem por trás pela Santo Antônio, e está engolindo Jaci-Paraná.

Não existe um plano de defesa, não existe plano de ação nenhum apresentado até hoje por essas usinas. Não existe plano. Eles dizem que vão mostrar, sempre dizem. E sempre mentem. Eles mentem. Então, Dra. Deborah, a senhora, como Procuradora... Os órgãos... Eu sei que esse trabalho é feito, e lá eu reverencio muito a Procuradoria da República, porque eu sei que a luta não é fácil. A luta não é fácil! Mas o prejuízo hoje está sendo muito grande.

Quando eu vejo aqui o Iury falar... Iury, você me remete a todo esse povo, todo esse povo que está sendo atingido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos aqui questões muito sérias. A ANA esteve fazendo visita e considerou 22 usinas do Estado de Rondônia como sendo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAURO NAZIF (PSB - RO) – Desculpem-me aqui estar falando especificamente de Rondônia quando a pauta é uma pauta nacional, mas eu entendo que Rondônia também é um espelho do Brasil, porque nós geramos para 40 milhões de brasileiros a energia. A ANA esteve lá e colocou 22 usinas como sendo usinas de alto risco. Nós já pedimos que a Aneel mande por escrito. Eu não quero das usinas. O bêbado nunca fala que é bêbado; o ladrão nunca fala que é ladrão; a usina nunca vai falar que traz dano para a população, as usinas nunca irão falar isso. Agora, eu quero ver o Governo se manifestar, e o Governo tem que se manifestar por escrito, e não depois do que acontece.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAURO NAZIF (PSB - RO) – Então, Sr. Presidente, senhoras e senhores representantes, entidades aqui presentes, a pauta é muito séria. É o tipo do dia em que a gente não pode nem parabenizar, "olha hoje é o dia internacional, hoje é o dia mundial...". O que nós temos para parabenizar? Nós podemos parabenizar pelo Dia das Mães, Dia dos Pais, desejar feliz Natal, feliz Ano-Novo. Que parabéns nós podemos dar hoje? Como eu vou me dirigir, Carlos, como é que eu me dirijo ao povo? Só falando que nós temos muito o que fazer e nós temos que tomar para nós a responsabilidade.

Cumprimento o senhor, Senador: parabéns pela atitude! E no que precisar, no que nós pudermos trabalhar juntos, pode nos convidar que também estaremos presentes.

Obrigado.

Mauro Nazif. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Muito obrigado, Deputado Mauro, e obrigado pela participação.

Deputado Léo, eu queria, antes de lhe dar a palavra, rapidamente chamar a Mesa para a gente começar a segunda parte. Eu vou diminuir o tempo de cada um, mas eu queria de fato apresentar e ouvir as pessoas que vieram nos prestigiar nesta audiência.

Sr. Rafael Silveira, Diretor de Projetos Estratégicos do Ministério de Desenvolvimento Regional; Sr. Alan Vaz Lopes, Superintendente de Fiscalização da Agência Nacional de Águas; Sr. Victor Hugo Bicca, Diretor-Geral da Agência Nacional de Mineração, a quem agradeço; e Sr. Eduardo Nunes de Queiroz, Defensor Nacional de Direitos Humanos da Defensoria Pública da União.

Enquanto nós estamos montando a Mesa, Deputado Léo, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LÉO MORAES (Bloco/PODE - RO) – Senador Jean Paul, agradeço a oportunidade e parabenizo a Comissão pela condução dos trabalhos. É uma necessidade nós debatermos assunto tão relevante e importante, e ainda mais com pessoas tão qualificadas como nós tivemos no primeiro dispositivo.

Quero cumprimentar o colega, Deputado Mauro; o Senador Confúcio, que aqui esteve.

Lógico que remonta à tragédia, vem imediatamente à cabeça toda a tragédia – mais do que uma tragédia, o genocídio – que aconteceu em Brumadinho, aconteceu em Mariana e também o que acontece diariamente próximo a nossas usinas hidrelétricas, em áreas de barragens, nas nossas comunidades ribeirinhas.

Sou do Estado de Rondônia, fui Deputado Estadual, votei sempre contrário, por exemplo, ao aumento das turbinas, ao aumento do reservatório das Usinas Hidrelétricas de Santo Antônio e de Jirau, e a gente parte de uma premissa um tanto viciada e errônea, equivocada, de que crime de soberania nacional é reivindicar melhorias ou pelo menos a garantia de direitos preconizados na nossa Constituição. Mas não é crime de soberania nacional, por exemplo, quando a usina alaga o reservatório muito mais do que o autorizado no EIA-RIMA, que é devidamente comprovado, e ninguém fala nada.

A agência reguladora inverte a lógica no Brasil há muitos anos. As agências reguladoras não fiscalizam e não trazem qualidade e dignidade para o cidadão, muito pelo contrário: são benevolentes, são, sim, complacentes, são flexíveis para atender o interesse muitas vezes das empresas. E não quero falar em fechar portas e impedir que o mercado tenha um mínimo de regulação e que se prevejam, sim...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LÉO MORAES (Bloco/PODE - RO) – ... o benefício e o lucro, mas sobretudo os prejuízos que acarretam para aquelas populações ribeirinhas tradicionais e que vivem ao lado da água e não a consomem, por exemplo. Nós temos áreas alagadas com terras encharcadas, com água contaminada, pessoas que não conseguiram sequer a sua indenização ou reintegração, centenas de casos judicializados no Estado de Rondônia. As usinas sequer, por exemplo, participavam das audiências públicas e dos chamamentos que fizemos na Assembleia Legislativa. As audiências promovidas por elas para legitimar o feito, para trazer um ato jurídico perfeito, conforme a lei, nunca teve participação social como deveria. Nós sequer podíamos participar.

Requeri agora, e gostaria de pedir o apoio da Comissão e dos Senadores da República, que a gente faça uma visita *in loco* para diligenciar sobre os riscos de rompimento das nossas usinas. Para vocês terem uma ideia, nós oficiamos, pedimos uma agenda para levar geólogos, engenheiros, engenheiros de segurança do trabalho, engenheiros civis, e foi denegado nosso pedido. Foi denegado um pedido legítimo de um mandato que deve ser popular.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós gostaríamos que esta Comissão de Meio Ambiente, assim como a Comissão de Minas e Energia, a qual componho lá na Câmara Federal, que nós possamos fazer essa diligência nas duas usinas hidrelétricas que estão localizadas em Porto Velho, no nosso Estado de Rondônia, Senador Jean Paul. Isso é de vital e fundamental importância.

E fora essa questão imediata do risco do rompimento das barragens, dos rejeitos, que também é mais ou tão grave quanto, é difícil o entendimento de que no Estado de Rondônia nós pagamos a energia mais cara do Brasil! Como entender que mais uma vez utilizam nossas riquezas e sequer conseguimos ter um preço... A gente tem discutido, Senador Jean Paul, por exemplo, o marco regulatório da energia elétrica, para que a gente possa ao menos discutir as imunidades tributárias. Estado que produz e gera energia elétrica sequer fica com imposto para investir em benefício da população!

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Estamos discutindo isso.

O SR. LÉO MORAES (Bloco/PODE - RO) – Isto é, nós ficamos com nada ou muito pouco. A água passa entre as nossas mãos, e temos que nos contentar com a síndrome do cachorro vira-lata, que o pouco é muito e a gente tem que aplaudir. A gente não pode aceitar e a gente precisa do apoio institucional. A gente tem que prever, sim, uma moratória. Esses atos protelatórios meramente com interesse de engessar ou de não beneficiar as populações atingidas que o doutor mencionou, isso é muito claro. Que se preveja uma moratória, que se cassem as licenças de instalação e operação, que são dadas num piscar e num estalar de dedos, num piscar de olhos.

Ora, se eles estão lá utilizando uma margem muito maior de áreas alagadas, que se casse a licença de operação para que a gente possa discutir legalmente o que deve ser feito. Que possamos legalmente discutir o que pode ser feito. Fica-se aqui com essa inversão de valores, quando nós podemos legislar. Ora, a multa deve ser aplicada a eles. A penitência deve ser dada a eles, e o perdão à população, que está lá muito tempo antes dos empreendimentos, que sequer ficam no nosso Estado de Rondônia.

Tenho falado há muito tempo que a água – e concordo com a Procuradora – já é motivo das maiores discórdias em nível mundial, e cada vez mais estará flagrante na nossa Nação. A gente tem que proteger as áreas fronteiriças e também a maior bacia hidrográfica, a maior bacia de água doce que nós temos no mundo, e Rondônia está compreendida nela. A gente tem que fazer o quanto antes, porque depois o leite está derramado, como aconteceu nas nossas usinas hidrelétricas.

Agora temos a Usina Hidrelétrica Tabajara, a usina hidrelétrica binacional Bolívia-Brasil, em Guajará-Mirim, e a gente não pode cometer os mesmos erros.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Verdade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LÉO MORAES (Bloco/PODE - RO) – O Brasil tem o talento para tornar o provisório permanente. A gente tem que visualizar isso com mais coerência e responsabilidade. Isso não é discurso, isso não é palanque, mas isso é, sem sombra de dúvidas, dignidade, sobrevivência humana e respeito à Região Norte, ao nosso Estado de Rondônia.

Fica aqui a condição de nós legislarmos em comum acordo, a várias mãos, porque o problema todos nós já sabemos, o difícil são soluções. Leis nós temos aos bocados, mas também poucas são aplicadas e têm efeito prático em benefício da população.

E quanto às agências reguladoras, nós estamos agora colhendo assinaturas para criar uma frente parlamentar de acompanhamento e fiscalização das agências reguladoras do nosso País. Agência reguladora aqui é para inglês ver, é para brincar, é para fazer de conta, mas, para realmente atender a sociedade... Faz-me rir, porque isso não acontece. São só salários gordos para atender, muitas vezes, interesses de grupos políticos.

Muito obrigado.

Fica esse reclamo em função da vontade de todas as pessoas que nos pedem essa manifestação aqui, principalmente no interesse de legislar em benefício da maioria – se não no interesse de todos, pelo menos no interesse da maioria vamos legislar.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Deputado Léo. (*Palmas.*)

Deputado Mauro, Deputado Léo, com certeza a Comissão atenderá o convite e a informação das visitas solicitadas, para estarmos juntos lá e legislarmos juntos a respeito desse problema.

Vamos prosseguir, então, com os nossos convidados deste período.

Eu queria dar voz ao Diretor-Geral Victor em primeiro lugar, porque ele tem de sair e deixará o Ouvidor Paulo Santana, também para participar da fase de perguntas.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Por favor.

Obrigado, Diretor Victor.

Eu vou marcar o tempo: vamos ter aquele estrilado quando estiver faltando um minuto.

O SR. VICTOR BICCA – Sem problema.

Muito obrigado, Senador Jean Paul.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom-dia a todos, bom-dia a todas.

Quero cumprimentar meus colegas companheiros de Mesa e dizer que sou servidor público federal há 35 anos, sou geólogo por formação, tenho especialização em docência na Unicamp e hoje ocupo a função de Diretor-Geral da Agência Nacional de Mineração, agência que foi criada no final de 2017 e implantada em 5 de dezembro de 2018.

Não temos grandes salários, Deputado. Nós somos uma agência em implantação, somos uma agência que foi criada sem aumento de despesas e continuamos recebendo exatamente o que recebíamos antes de sermos transformados em agência reguladora.

Eu fiz um apanhado rápido, Presidente Senador Jean, e queria, para ganhar tempo, já passar de imediato para a primeira transparência – não sei se vou saber operar.

A ideia era falar desta agenda: contextualização da Política Nacional de Segurança de Barragens; histórico da implementação da política; medidas e ações adotadas antes de novembro de 2015; medidas adotadas pós-2015; e medidas adotadas pós-janeiro de 2019, propostas legislativas; e, por fim, algumas considerações finais.

Os conceitos da Lei 12.334, de 2010...

Aqui cabe um registro: após a votação, com a promulgação da lei da Política Nacional de Segurança de Barragens, o então DNPM, Departamento Nacional de Produção Mineral, não teve nenhum concurso público específico para prover o órgão de profissionais com competência específica para fazer cumprir o que está previsto na legislação, ou seja, profissionais que tenham conhecimento específico em geotecnia, na área da engenharia, que permita a condição ao fiscal para, efetivamente, fazer uma fiscalização adequada.

Bom, o empreendedor... Essa lei define com muita clareza que o empreendedor é o responsável legal pela segurança da barragem, cabendo-lhe o desenvolvimento de ações para garanti-la (art. 4º, III). Da mesma forma, a fiscalização da segurança de barragens caberá, sem prejuízo das ações fiscalizatórias dos órgãos ambientais integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama)...

Ainda dentro da lei da Política Nacional de Segurança de Barragens, o art. 5º define que a fiscalização da segurança de barragens caberá, sem prejuízo das ações, à entidade outorgante de direitos minerários para fins de disposição final ou temporária de rejeitos – no caso, é o Ministério de Minas e Energia e o antigo DNPM, agora Agência Nacional de Mineração – e também à entidade que forneceu a licença ambiental de instalação.

Este é um histórico muito resumido da evolução da política, da implementação da lei: de 2009 a 2010, participação na discussão da elaboração da lei; 2011, participação no GT Interministerial, que baixou uma resolução do Conselho Nacional de Recursos Hídricos; publicação da Portaria DNPM nº 416/2012, que foi a primeira regulamentação da Lei 12.334; depois, em 2013, nós editamos uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

portaria, a Portaria DNPM nº 526, também regulamentando, aperfeiçoando, aprimorando aquela primeira regulamentação; a partir de julho de 2016, nós suspendemos a análise de Planos de Aproveitamento Econômico de empreendimentos que continham projetos de construção com alteamento a montante – então, desde julho de 2016, o Departamento e, agora, a Agência Nacional de Mineração, não analisa Planos de Aproveitamento Econômico que contenham esse tipo de barramento –; em 2017 publicamos a Portaria DNPM nº 70.389/2017, que revogou a 416 e a 526, e teve início a implantação do Sistema Integrado de Gestão de Segurança de Barragens de Mineração; em 2019, após a tragédia de Brumadinho, nós publicamos a Resolução ANM nº 4, de 15 de fevereiro de 2019 – eu vou detalhá-la um pouco mais à frente. Esse é o universo com que nós trabalhamos.

Na justificativa da convocação, Senador Jean, há referência a 24 mil barragens. Então, dessas 24 mil barragens, nós somos responsáveis pela fiscalização de algo em torno de 769 barragens, das quais 425 estão inseridas na Política Nacional de Segurança de Barragens e 344 não estão inseridas.

Para fazer parte da Política Nacional de Segurança de Barragens, a lei definiu critérios. Por exemplo, o barramento tem que ter mais de 15 metros de altura; o volume represado tem que ser maior que 3 milhões de metros cúbicos; a natureza do que está sendo barrado – se é letal ao meio ambiente ou não – também enseja a inclusão na Política Nacional de Segurança de Barragens.

Aí temos uma divisão por categoria de risco. Duas estão mapeadas com alto risco, 61 com risco médio, e 362 com risco baixo. É importante, porque a categoria de risco é essencialmente lastreada na questão de engenharia, ou seja, há plano, há projeto de engenharia para a construção da barragem? Sim. Há profissional legalmente habilitado que responda pelo projeto? Sim. Ela foi construída sob a execução de um profissional responsável? Foi. Então, é isso que define... Então, é importante ter claro esse conceito, porque é um conceito definido em lei, quer dizer, não é risco, mas risco no que tange à questão de engenharia. Agora, o dano potencial associado, sim: esse considera, em caso de acidente, se há vítimas, a quantidade de vítimas, o prejuízo ambiental, enfim, outros fatores. Então, nessa classificação, nós teríamos, do universo inserido na Política Nacional de Segurança de Barragens, 219 com dano potencial alto; 157, médio; e 49 com potencial baixo.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. VICTOR BICCA – Não sei se eu posso dispor do meu tempo, que já é curto. Eu prefiro não parar.

O SR. CARLOS BERNARDO VAINER – Isso daí é baseado na declaração do empreendedor?

O SR. VICTOR BICCA – Não, isso aqui é o sistema...

O SR. CARLOS BERNARDO VAINER – Ele é que diz que tem um engenheiro, que foi feito isso...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VICTOR BICCA – Não, não é ele que diz, é ele que comprova através da Anotação de Responsabilidade Técnica, que é um documento legalmente definido pelo Confea-Crea. É o conselho que define.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. VICTOR BICCA – ART.

Por último, então, Paulo, só para não perder o foco aqui – já estou atrapalhado.

Método construtivo: montante ou desconhecido, 84; linha de centro, 30; jusante, 107; etapa única ou dique de partida, 204. Então, é só para dividir o universo com que trabalhamos.

Esse é o mapa do Brasil, que nos mostra onde estão localizadas essas barragens inseridas na Política Nacional de Segurança de Barragens.

Uma evolução normativa, muito rapidamente. Nós tínhamos, no passado, duas portarias que regulamentavam a lei de 2010. Nós aprimoramos a regulamentação através da Portaria 70.389, de 17 de maio de 2017. E por que dizemos que aprimoramos? Porque ela foi executada a várias mãos. Essa portaria esteve em consulta pública por 73 dias. Houve centenas de contribuições e nós aperfeiçoamos. Aí, nós criamos um grupo de trabalho dentro do então DNPM para consolidar as contribuições que chegaram através da consulta pública. Então, houve avanços significativos no aprimoramento da regulamentação.

Lamentavelmente, lamentavelmente, todos os avanços não foram suficientes para impedir a tragédia que ocorreu no dia 25 de janeiro lá em Brumadinho. Então, estamos retomando tudo o que foi feito na busca de aprimoramento ainda maior.

Essa Portaria 70.389 prevê:

– extrato de inspeção regular inserido quinzenalmente no SIGBM, quer dizer, de 15 em 15 dias tem de haver uma fiscalização, Dr. Carlos Vainer, fiscalização que é feita pelo empreendedor, e ele tem de reportar os parâmetros que ler nos instrumentos que aferem a condição de estabilidade, como piezômetro e inclinômetro, e ele tem de alimentar o sistema que nós desenvolvemos, ao qual vou me referir rapidamente;

– Declaração de Condição de Estabilidade semestral em vez de anual (uma declaração de estabilidade é dada em março e outra em setembro);

– maior criticidade para a elaboração dos relatórios;

– Inspeção Especial diária quando houver necessidade para tal;

– implantação do Plano de Ação Emergencial para Barragens de Mineração com DPA alto e DPA médio ou quando existe população a jusante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É importante lembrar que, nesse plano de ação emergencial, pessoal – não sei se todos sabem –, nós exigimos que o empreendedor apresente junto à agência a comprovação de que ele protocolou o plano de ação emergencial no Município e na Defesa Civil. Essa exigência é feita sob pena de interdição do empreendimento. Então, todos os Municípios e todas as defesas civis municipais têm conhecimento do plano de ação de emergência dessas estruturas de mineração inseridas na Política Nacional de Segurança de Barragens com DPA alto ou médio e com essa condição de risco para a vida humana.

A portaria também traz a definição da Zona de Autossalvamento; a obrigatoriedade de se ter sirenes nas Zonas de Autossalvamento; treinamentos internos sobre o PAEBM.

Os palestrantes anteriores mencionaram a questão do treinamento, e isso está previsto na lei, é exigido que se faça o treinamento. Nós, lamentavelmente, não temos a cultura da prevenção. Precisamos aprimorar isto, os treinamentos internos sobre o Plano de Ação Emergencial.

A portaria também prevê a obrigatoriedade de se elaborar Relatório de Causas e Consequências.

Enfim, houve uma série de aprimoramentos, houve uma evolução grande na legislação.

Agora, após a tragédia de 25 de janeiro, nós baixamos a Resolução nº 4, agora já da Agência Nacional de Mineração, e aquela proibição que eu mencionei que era praticada desde julho de 2016 foi transformada numa proibição definitiva, ou seja, está proibida, em todo o Território nacional, a utilização do método construtivo por alteamento a montante.

Ficou proibido também o empreendedor manter ou construir na Zona de Autossalvamento instalação que inclua presença humana.

Fica proibido o empreendedor manter ou construir na Zona de Autossalvamento...

Foi estabelecida a obrigatoriedade de sistemas automatizados de acionamento de sirenes para todas as barragens na Política Nacional de Segurança de Barragens.

Aí é importante – vou fazer um breve comentário – o seguinte. Nós já tínhamos, e agora temos ainda mais, cuidado e preocupação, porque o sistema que nós desenvolvemos, que é o Sistema Integrado de Gestão de Segurança de Barragens de Mineração, tem esse pressuposto que foi observado aqui pelo Dr. Carlos: é a mão do empreendedor que alimenta o sistema. Então, há um pressuposto de seriedade na alimentação do sistema. Agora, é claro que, como há intervenção humana, sempre há uma área de risco, porque ele pode ser movido por outros interesses que não efetivamente a segurança da barragem.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VICTOR BICCA – Então, nós estamos... As empresas estão sob a exigência de, até o final de junho e início de julho, automatizarem as leituras dos instrumentos.

Relativamente à barragem de Brumadinho, nós tivemos, no dia 27 de janeiro, num programa televisivo, a entrevista de um operário que estava exatamente no meio do corpo do barramento. Ele estava lá com uma sonda fazendo pequenas perfurações para colocar piezômetros automatizados, ou seja, as leituras seriam automáticas – fazer leitura e mandar direto para o sistema. A intenção era tirar a interferência humana para evitar qualquer descaminho no processo de leitura. Ele, então, deu o depoimento de que estava fazendo esse trabalho lá.

Então, o sistema de avaliação possui vários módulos: cadastrar; atualizar informações; gerenciar barragens; os relatórios gerenciais; fiscalizar *in loco*; público externo.

(*Soa a campainha.*)

O SR. VICTOR BICCA – Só para dar um exemplo, em 2018, no mês de fevereiro de 2018, nós tivemos, em nove ocasiões, o acendimento da luz do sistema e fizemos intervenções nas empresas; em algumas, vistoria *in loco*; em outras, obras emergenciais. Nessas nove intervenções que houve, as anomalias que suscitaram o acendimento da luz do sistema foram mitigadas, e não houve nenhum problema. Então, o sistema, se bem alimentado, com seriedade, com boa técnica, realmente funciona, e é esse aprimoramento que nós estamos buscando agora para tirar o máximo possível essa interferência humana do processo.

Então, são esses os módulos.

Aí, uma definição. O sistema tem informações gerais, classificação, profissionais envolvidos, ações cotidianas a serem reportadas. Ele traz o posicionamento do barramento, a localização, os responsáveis técnicos, o quadro geral das informações.

É evidente que o empreendedor, quanto às informações com as quais alimenta o sistema, não tem noção do cruzamento que nós fizemos, porque esse é um trabalho interno, o sistema tem uma parte não acessível ao empreendedor, que gera os relatórios internos.

Muito obrigado.

Desculpem a correria. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Victor. Nós é que pedimos desculpas por fazê-lo correr, assim como todos os demais.

Eduardo, se você quiser fazer a sua intervenção agora, depois falariam o Rafael e o Alan.

O SR. EDUARDO NUNES DE QUEIROZ – Senador, muito obrigado pelo convite à Defensoria Pública. Desejo também muito sucesso. Já começa muito bem ao trazer esse assunto em sua legislatura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como sou um ponto fora da curva aqui, vou voltar ao tema da Mesa anterior, que foi a questão das constatações que têm sido vistas de desformidades na política de segurança de barragem e de atenção às populações que são atingidas por esses empreendimentos. Nesse sentido, pela Defensoria Pública, que é um órgão de Estado destinado a dar acesso à Justiça, realmente dar instrumental jurídico para a população para lidar com as violações de direitos que elas enfrentam, a gente se envolveu diretamente não só com a questão de Brumadinho e Mariana, e ainda mais nessa fase do processo de construção da Usina de Belo Monte. Neste dia, acho muito importante a gente trazer esse assunto na Comissão de Meio Ambiente, até para reforçar que o meio ambiente não é algo isolado.

Algo que se tem trazido aqui é que a defesa do meio ambiente é um entrave ao desenvolvimento, é algo contrário, que pode ser um entrave. Mas a gente tem trabalhado, até nas respostas dadas a Brumadinho, o caráter socioambiental, que é o principal, que tem que ser tratado em relação ao meio ambiente. O meio ambiente equilibrado é um interesse sobretudo da população que está no próprio local desses empreendimentos, a sua defesa, porque, como já foi tratado aqui, qualquer desequilíbrio ambiental afeta a própria condição existencial dessas pessoas, a própria autoidentificação delas com o ambiente em que vivem, com a cultura onde estão inseridos. Então, o meio ambiente é algo essencial para a condição das pessoas e das comunidades.

Nesse sentido, até retomo a conversa, a exposição do Iury, quando se trata de segurança, a primeira coisa com que realmente a comunidade lida quando se trata de barragens é realmente a insegurança. A Defensoria Pública, logo ao chegar em Brumadinho, lidou muito claramente com essa insegurança. Eu cheguei lá dois dias depois de quando aconteceu a tragédia, o rompimento da Barragem do Córrego do Feijão. Os primeiros relatos dos meus colegas que chegaram e que eu constatei logo que cheguei é que era uma população em transe, uma população que não sabia para onde ia, o que faria. A gente não conseguia sequer prestar assistência jurídica, porque a população não sabia o que faria, o que seria da sua existência num contexto desse.

Então, dentro de vários pontos que podem ser tratados aqui que foram muito bem colocados pelos expositores e expositoras que me antecederam está essa questão da preocupação com o envolvimento social do empreendimento. Esse envolvimento social, seja no momento do anúncio da obra, da escolha da obra, do início da sua execução, até da operação e finalização, inclusive em casos de acidente, é absolutamente central aqui, não pode se perder em nenhum momento. E essa participação precisa ser substantiva. Ou seja, quanto ao envolvimento da comunidade, da sociedade atingida, não pode ser, como foi muito bem colocado até pela Dra. Deborah ao comentar o projeto de lei da Senadora Leila, não há como se propor uma consulta pública ou uma audiência e entender que se esgota o espaço de colaboração e envolvimento da sociedade, sobretudo da comunidade local no processo atinente às barragens. Isso precisa ser um processo substantivo, precisa ser um processo em que a população não só saiba, participe e tenha condições de dar respostas a isso.

Essa foi uma das questões que nosso aprendizado com o Rio Doce trouxe, porque o que se mostra muito claro é que as agências estatais – e aí eu não me limito só às agências reguladoras, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente tem de trazer a responsabilidade também para o sistema de Justiça, aí é transversal –, a Defensoria Pública não tem meios, condições de lidar com o desafio absurdo que é um empreendimento de grande porte como, por exemplo, Belo Monte. Em Belo Monte, agora, movimentamos uma missão interinstitucional para termos uma noção de como as coisas estão. É um desafio gigantesco e a gente tem que reconhecer que o Estado só não pode levar isso. Ele tem que, sim, e aí, no sentido de acesso à Justiça – e acesso à Justiça não é pegar na mão e levar, mas empoderar e dar noção de cidadania –, entender que a comunidade é a principal interessada, é aquela que vai levar, aquela que vai sentir, aquela que vai dar a primeira resposta quando algo estiver errado.

Então, é essa centralidade que não pode se perder, que a gente aprendeu com as tentativas desastradas em relação a Rio Doce, de tentar se substituir a essa comunidade ao buscar soluções, seja no TTAC, seja na reforma posterior, seja até agora, enfim, no TAC Governança, entender que não há solução que está na mão de alguma entidade mágica, seja estatal, seja "extratal". Isso precisa ser devolvido à sociedade, precisa ser um ponto central de qualquer que seja a política: política de segurança, política de reparação. E isto foi trazido logo nas primeiras respostas que as instituições de Justiça deram para Brumadinho, entender: "Olha, vamos começar aqui uma discussão sobre o processo de reparação dessa sociedade que foi dilacerada por isso, foi completamente dilacerada".

Não há como se fazer os primeiros diálogos sobre a questão do auxílio emergencial, ou seja, do momento emergencial – a gente não vai nem discutir indenizações, a emergência –, a gente não pode fazer esse início sem prever para essas comunidades, primeiro, que elas estejam presentes. Elas precisam estar presentes, com direito de voz, entendendo suas formas de organização. Ou seja, a questão trazida pelo Leandro sobre o reconhecimento da importância das comissões, das formas de auto-organização dessas sociedades como instâncias legítimas para participar do diálogo, isso foi colocado desde o início. Então, a gente buscou toda a discussão, as propostas foram feitas nas comunidades, o que é importante também, porque, como trazido aqui, não adianta nada fazer uma audiência pública em local distante, de uma forma completamente alheia às formas de diálogo social dessa comunidade. Não há como fazer isso.

Além disso, uma coisa que ficou muito clara para mim assim que cheguei é que o monopólio da informação não pode estar com a empresa. A empresa não pode dizer. E até hoje há suspeitas em Brumadinho se o monopólio da informação que ainda está parcialmente com a Vale pode estar sendo uma ferramenta de ocultação de uma maior lesividade da tragédia. Então, esse monopólio da informação não pode estar na mão da empresa, não podem ficar as autoridades, muito menos a comunidade, dependentes da vontade da empresa, de um ato voluntário da empresa de dar essa informação. Essa informação precisa vir e é preciso haver um envolvimento público.

Sobre essa informação, acho que há até um relato que a Dra. Deborah trouxe na comissão nacional da missão dela, que ela fez na volta do Xingu, de que a informação que se prestava para a população local sobre as enchentes lá utilizavam um índice que ninguém entendia. Então, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

população teve que ver, a partir das variações de altitude, o que esse índice significava para entender o quanto era atingida. A informação não pode ser hermética.

Aí entro para o meu segundo ponto: a população precisa participar, precisa ter informação, mas precisa ter meios de entender essa informação, de traduzir essa informação, que foi outro dos importantes parâmetros colocados. E isso é o quê? Assessoria técnica. Entender que essa população precisa ter interlocutores técnicos creditados pela sua própria organização para poder traduzir isso e levar para a população, para poder dizer: "Vocês vão decidir", e uma decisão informada sobre os riscos que estão sofrendo, sobre as lesões que já foram infligidas e poder, nesse diálogo com empresas que, como trazido pelo professor, estão entre as primeiras, segundas, terceiras mundiais, dar o mínimo de equalização nesse diálogo.

Então, acho que aqui o que pode sair realmente, até para já aproveitar, respeitar o meu tempo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO NUNES DE QUEIROZ – ... e dar alguma concretude para isso, é realmente aprofundar a forma de participação social. Não adianta prever – isso já está muito bem previsto no Plano Nacional de Segurança de Barragem – participação, informação; precisa dar concretude. Precisa haver uma forma assegurada de que essa participação seja substancialmente efetiva, não meramente formalmente prevista. Então, precisa sim... E aí realmente vou só pontuar, as instituições de Justiça precisam estar preparadas para isso, precisa haver um diálogo sobre respostas não só às questões de barragens, mas de grandes empreendimentos. As formas de desenvolvimento social, o Judiciário, as instâncias de Justiça precisam estar preparadas para isso.

Por fim, há sim de se avançar no marco relativo à responsabilidade com direitos humanos das empresas, porque o decreto que saiu ano passado para isso foi um avanço, mas foi um avanço tímido.

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO NUNES DE QUEIROZ – Sequer avançou nos princípios que são colocados na própria ONU. Ou seja, o dever de informação que é colocado nos princípios gerais da ONU de empresas de direitos humanos fala que as populações, sobretudo as mais atingidas, têm de ser o foco preferencial das informações. Isso é previsto de forma muito genérica no decreto e precisa avançar dentro deste tripé que eu coloco aqui, que é participação, informação e assessoria.

Agradeço o tempo e coloco a Defensoria Pública sempre à disposição desta Comissão e do Senado Federal para mais informações.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Muitíssimo obrigado, Eduardo.

Vou passar, sem mais delongas, ao Rafael.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu apresentei você como Diretor, Rafael, mas é Coordenador-Geral de Estudos e Projetos da Secretaria Nacional de Segurança Hídrica do Ministério do Desenvolvimento Regional. Obrigado, Rafael.

Obrigado, Alan, por esperar. Daqui a pouco a gente volta.

O SR. RAFAEL SILVEIRA – Bom dia, pessoal.

Queria agradecer o convite, parabenizar o Senador pela Comissão, cumprimentar todos desta Mesa e da que nos antecipou.

A minha palestra, o que o Ministério vem aqui colocar, como empreendedor público, é mostrar quais são as ações que o nosso Ministério, Ministério do Desenvolvimento Regional, está tomando, relativas à segurança de barragem. É uma palestra um pouco técnica, vou tentar ser objetivo e didático, o mais possível, estar aberto a perguntas e mostrar que o Ministério não está inerte. Ele está preocupado com essa questão e está fazendo, mesmo antes até do acidente de Mariana, muitas ações em relação à segurança de barragem e à proteção e defesa civil.

Bom, o objeto que pretendo apresentar aqui: Projeto de integração do Rio São Francisco, Plano de Ações Estratégicas para Reabilitação de Barragens da União (Planerb), que foi um estudo elaborado numa parceria com o Banco Mundial, e um pouco da ação da Defesa Civil. Vou tentar ser mais rápido em respeito ao nosso tempo aqui. Acho que a palestra vai ficar um pouco grande, talvez seja mais fácil eu pular algumas partes.

Sobre o Projeto de Integração do Rio São Francisco, para quem não é familiarizado, esse projeto são dois trechos cada um: o Trecho Norte e o Eixo Leste, duas derivações do São Francisco que atravessam o Semiárido nordestino. O Eixo Norte são quinze barragens. Já foram construídas quinze barragens no Eixo Norte e, no Eixo Leste, doze barragens. Ali há uma relação delas.

O Plano de Segurança de Barragens. Já foram implementados todas no Eixo Leste, que é um eixo que já está em pré-operação, todos os reservatórios já estão com volume de operação e, no Eixo Norte, nós temos até o reservatório de Jati com o Plano de Segurança de Barragem já elaborado. Estamos esperando ainda a evolução das obras.

Dentro do Projeto de Integração do São Francisco existe um contrato de pré-operação, proteção e manutenção que hoje tem uma coordenação. Dentro do TAC foi prevista uma coordenação especialmente para a segurança de barragem e meio ambiente. Dentro dessa coordenação existe uma subcoordenação preocupada principalmente com a elaboração do plano de barragem e a implementação. Dentro dessa subcoordenação, foi programado um coordenador do Plano de Segurança de Barragem, do plano de ação inicial, que coordenaria três grupos: o de operação e logística, que faz um fluxo de informação com Inpe, com Cemaden, com Inmet; um grupo de manutenção e observação, que trata das informações com as entidades externas e fiscalizadoras; e o grupo de relações públicas e comunicações, que troca informações com a sociedade civil, as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

populações dos ZAS, que são as zonas de autossalvamento, que é aquela zona em que as pessoas se salvam por si próprias, delimitadas pela onda cheia, a até 10km da onda de cheia ou meia hora da onda; e os comunicados e relatórios, que trocam ideia com o grupo de segurança de barragem.

Aqui é uma foto de uma das nossas barragens, que mostra que nossas barragens não são tão altas. Essa água represada é água de chuva. Esse é o Reservatório de Boa Vista, no Eixo Norte; ali, o Reservatório de Areias, no Eixo Leste.

Aqui eu vou tentar ser um pouco didático, é só o que nós estamos elaborando com o Plano de Segurança de Barragem. Essa foto é a história de um estudo de Dam Break. O estudo de Dam Break representa uma simulação do rompimento da Barragem. A simulação é imediata, seria como se tirassem a barragem e veriam como seria o comportamento da onda, a situação, o evento mais crítico possível. Ele mostra toda a área que seria afetada por esse Dam Break e consegue mapear para os nossos estudos quais são os edifícios que serão atingidos, onde serão atingidos e quem serão os atingidos.

No relatório, seriam mostrados todos os Municípios que serão atingidos, como, no nosso caso, os de Salgueiro, Cabrobó e Terra Nova; as estruturas que serão atingidas também, como um aqueduto da nossa própria obra; quantas serão as edificações; a distância a que esse Município ou essa edificação está da barragem; o tempo em que ela vai chegar; e a altura do lâmina d'água a que ela vai chegar. Então, a gente apresenta tudo isso mapeado. Isso vai ser entregue para a área de Proteção e Defesa Civil, para que ela apresente essa comunicação à população.

Acho que é isso.

Temos também o Mapa de Risco Hidrodinâmico, que é uma escala de cor que mostra qual é a força da onda em cada ponto do Dam Break. Por exemplo, na parte mais vermelha, estão os colapsos dos edifícios, onde a onda seria capaz de derrubar certos edifícios; na mais clara, a azul, a onda consegue derrubar crianças ou deficientes físicos. Com isso, a gente consegue planejar, fazer um planejamento de onde concentrar as forças de ação.

Aqui se trata do Pisf. Além desses planos de segurança que estão sendo elaborados, também foram financiados ao Dnocs todos os reservatórios estratégicos de recuperação que vão receber a água do Pisf. Então, também há uma preocupação com a segurança de barragens, com esse novo aporte de água. Foram transferidos recursos ao Dnocs, para que fossem feitos os reservatórios, a recuperação dos reservatórios que nós chamamos de estratégicos.

Ali também – não sei se todos conseguem enxergar –, nesse estudo de Dam Break, está dividida a Zona de Auto Salvamento. A partir dali até o ponto verde no canto inferior esquerdo, é a barragem, o barramento. Então, naquele mapeamento, entre a Zona de Salvamento até a barragem, há a denominada a Zona de Auto Salvamento, onde a população atingida precisa ser treinada, para que, quando ouvir uma sirene, quando houver algum indício de preocupação, ela esteja treinada para se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

salvar. E, a jusante, após essa Zona de Auto Salvamento, está a zona diretamente afetada, onde a população também precisa de treinamento. Mas ela não está nessa zona a que, em meia hora, em 10km, a onda vai chegar; nesse caso, há certo tempo de ação da Defesa Civil.

Essa foi a ideia do Ministério como empreendedor público. Apesar de nós sermos pessoa jurídica, de termos personalidade jurídica, houve uma situação em que o Ministério do Desenvolvimento Regional agiu como dono da obra. Então, por isso, nessas ações, o Ministério do Desenvolvimento Regional está agindo como empreendedor público.

Quanto às nossas vinculadas – aí são empresas públicas, donas de barragens e empreendedoras públicas –, o Ministério, junto com o Banco Mundial, elaborou o Plano de Ações Estratégicas para a Reabilitação de Barragens da União, o Planerb, que já foi apresentado até em outras audiências públicas desta mesma Comissão em que se tratou da preocupação com a segurança de barragens. Trata-se de um diagnóstico de 139 barragens, tanto do Dnocs quanto da Codevasf e também do extinto Dnos. É um diagnóstico estrutural, ambiental e até institucional. E também é uma adequação à Lei de Segurança de Barragens, é uma adequação dessas barragens à Lei de Segurança de Barragens, na elaboração do Plano de Segurança de Barragens.

Foram 139 barragens disponibilizadas nesses Estados. Vê-se que a maior concentração se dá nos Estados de Pernambuco, da Bahia e do Ceará, dentro dos órgãos Dnocs, Codevasf e Dnos.

Dentro das barragens inspecionadas, foi verificado que 61% das barragens foram classificadas com o nível de risco de atenção e que 29% estão em alerta, ou seja, 90% ou estão em atenção ou em alerta e precisam de alguma intervenção. Nove por cento estão normais. E aquele 1% deveu-se ao fato de que, na barragem Norte, em Santa Catarina, não foi possível fazer a inspeção por causa de manifestações indígenas.

Eu também gostaria de mencionar que não encontramos nenhum estado emergencial, aquela situação em que a população precisa sair dali imediatamente, em que o Plano de Ação Emergencial precisa entrar em ação. O que mais nos preocupa são as que estão em alerta, em que existe alguma anomalia que precisa ser tratada, para que ela não passe para a situação de emergência. Isso foi mapeado pelo Planerb e foi passado ao Dnocs e à Codevasf.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RAFAEL SILVEIRA – Aqui, mostramos a distribuição de nível de risco. Como era de se esperar, Pernambuco, Bahia e Ceará possuem os maiores riscos, por terem também as maiores barragens.

Aqui mostramos uma classificação relativa ao risco potencial, que é o órgão fiscalizador que faz. Mas o estudo se antecipou a isso. A gente verificou que todas as barragens do Dnocs e do extinto Dnos estão inseridas na categoria A e que 84% das barragens estão na categoria A. O que isso significa? Isso significa que, em todas essas barragens, o Plano de Segurança de Ação Emergencial tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma exigência máxima. Então, em todas essas barragens, terão de ser cumpridas todas as exigências previstas por lei.

Também dentro do produto, foi apresentado um programa de aplicação de recursos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RAFAEL SILVEIRA – ... públicos em segurança de barragens.

Vou tentar ser um pouco mais rápido.

Ali, naquele gráfico XY, estão todas as ações que devem ser feitas em barragens e quais foram as priorizadas, aquelas em que a gente consegue baixar o maior risco.

A Proteção e Defesa Civil, talvez, seja a parte mais importante nessa discussão. É possível que a barragem rompa; isso não tem como se prever. Toda obra de engenharia é passível de rompimento. O problema é que ninguém pode morrer, e essa é uma ação da Defesa Civil. A Defesa Civil precisa estar equipada para justamente fazer essa interligação, de que tanto se está falando aqui, entre o empreendedor e a população.

Sobre a atuação, a gente conseguiu levantar – vou falar de forma bem resumida, porque meu tempo está curto – que o papel fundamental é a efetiva implementação.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RAFAEL SILVEIRA – Não adianta nada um órgão ou um empreendedor apresentar um Plano de Ação Emergencial perfeito, com todos os detalhes, com todas as sirenes, se ele não for efetivamente implementado e passado para a população. Não adianta haver todo um processo de treinamento se a Defesa Civil não aplicar isso no treinamento da população.

Dentro das atuações, está a integração entre a Política de Segurança de Barragens e a de Proteção e Defesa Civil e a necessidade de estruturação dos órgãos de Proteção e Defesa Civil.

Aqui estão alguns exemplos da atuação em Mariana, da atuação da Defesa Civil, como a implantação das placas de rotas de fuga e de pontos de encontro, explicando onde está um ponto de encontro, o que as pessoas devem fazer caso ouçam o toque de sirene. Há um mapeamento de Mariana sobre a rota de fuga.

Mostra-se exatamente essa ligação entre o produto que o empreendedor é obrigado a entregar para apresentar à população, os treinamentos que foram feitos e as simulações que foram feitas no caso de Mariana. Isso é trabalho da Defesa Civil, do órgão público.

Um exemplo de atuação é esse. Ali está a barragem e aquela zona marrom, que é a Zona de Auto Salvamento, onde as pessoas precisam se salvar no caso de rompimento. Elas se salvam e vão para o ponto de encontro. Essa interligação entre o ponto de encontro, os hospitais, os abrigos, a nova

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

localização, todo esse processo é feito pela Defesa Civil. E essa Defesa Civil precisa de equipamento, tem de estar bem equipada para essa atuação.

As nossas principais ações de políticas públicas – vou terminar; esse é o último eslaide – relativas à segurança de barragens são: obtenção de recursos para o subsídio aos empreendedores públicos, tanto no nosso caso, do MDR, quanto no caso do Dnocs e da Codevasf; estudo de viabilização da sustentabilidade financeira dos empreendimentos públicos, para que ela não dependa desse subsídio, com uma parceria público-privada ou com uma concessão; recursos para a estruturação dos órgãos públicos empreendedores de barragem, que hoje têm uma falta muito grande, porque não houve renovação por concurso público, e dos órgãos de Proteção e Defesa Civil, tanto federais como municipais e estaduais; proposta do MDR, no PL da revisão da Lei de Segurança de Barragens, para a viabilidade de compensação financeira. O empreendimento público ou privado implantado não deve dar compensação financeira só para o Município beneficiado pela barragem, mas também deve haver uma preocupação com os Municípios que estão a jusante da barragem, porque esses, sim, serão atingidos em caso de rompimento da barragem. Essa compensação financeira deve propiciar que a Defesa Civil esteja bem equipada. Por exemplo, no caso de Brumadinho, existem várias barragens de mineração no local, e a Defesa Civil de lá precisa estar bem equipada. Esse equipamento, devido ao escasso recurso público, deveria ser compensado pelos empreendedores de barragens que ali estão.

Muito obrigado.

Era isso que eu tinha para apresentar.

Desculpem-me! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Rafael. Obrigado.

Alan, finalmente, vamos lá! Obrigado, meu amigo.

Com a palavra o Alan, da Agência Nacional de Águas.

O SR. ALAN VAZ LOPES – Boa tarde a todos!

Quero cumprimentar o Senador Jean Paul, em nome de quem cumprimento os demais membros da Mesa.

Agradeço, em nome de toda a diretoria da Agência Nacional de Águas, o convite para esta importante audiência.

Quero cumprimentar os demais palestrantes, os membros do Movimento dos Atingidos por Barragens.

Vou ser bastante breve, por conta do adiantado da hora. Vou tentar adicionar mais alguns elementos a tudo que foi dito aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou apresentar algumas visões da Agência Nacional de Águas sobre a Política Nacional de Segurança de Barragens e algumas formas que nós temos visto de aperfeiçoá-la.

Já de início, a principal mensagem que a gente gostaria de dizer é que, de fato, há necessidade de a gente fazer uma aperfeiçoamento da Lei 12.334.

Desde o acidente de Mariana, a ANA, no seu papel de articuladora dos órgãos fiscalizadores de barragens, começou a empreender diversas ações, oficinas de discussão sobre a lei, sobre problemas na lei, sobre problemas de execução da lei com diversas entidades, como a Associação Brasileira de Recursos Hídricos, que promoveu mais de dez oficinas, e o Comitê Brasileiro de Barragens. Nós mesmos fizemos oficinas regionais com os fiscalizadores, discutimos no Fórum Mundial da Água no ano passado, lançamos propostas de revisão da lei. Mas, infelizmente, isso não se tornou efetivo, nós não conseguimos fazer o aperfeiçoamento da lei. Então, a gente tem duas avaliações: a lei é boa, mas tem lacunas, e essas lacunas têm nos retardado na sua implementação. É isso de que a gente vai falar um pouco aqui.

O que há na lei? A lei, basicamente, foi instituída a partir da sua discussão em 2003. Vou só falar um pouquinho que sou Superintendente de Fiscalização da ANA, trabalho na Agência Nacional de Águas desde a sua criação, em 2002. Em 2003, houve as primeiras discussões sobre a Lei 12.334, o PL 1.181, da Câmara dos Deputados, em função do rompimento das barragens de Cataguases. Não sei se vocês lembram que foi um desastre horrível, que levou à degradação da qualidade da água da Bacia do Rio Paraíba do Sul.

A discussão da lei se deu de 2003 até 2010, até que se conseguiu, de fato, implementar essa lei. O foco era definir papéis mais claros, o papel de quem é o responsável pela barragem. Está muito claro que o responsável é o empreendedor, mas ainda há lacunas nesta definição de quem é o empreendedor na própria lei hoje. Ela diz que pode ser ou o dono da terra ou o beneficiário da barragem ou aquele que recebeu autorização para construí-la. Em muitos casos, esses atores são diferentes, são três, quatro, cinco, e a gente não consegue identificar, em muitos casos, quem é o empreendedor, para buscar a implementação dos requisitos da política. Então, isso precisa estar equacionado na lei.

Quanto aos órgãos fiscalizadores, é essa a distribuição que todos já conhecem. Nós temos um número grande de fiscalizadores, porque temos um número grande de barragens. A estimativa por imagens de espelhos d'água é a de que há algo da ordem de 70 mil a 90 mil barragens no País. Hoje estão cadastradas e identificadas por órgãos fiscalizadores 24 mil barragens, nessa distribuição.

Há as barragens de uso múltiplo, para abastecimento de água, para irrigação etc., que são fiscalizadas pela ANA. A ANA fiscaliza 110 barragens, em rios de domínio da União, e, nos Estados, 27 órgãos gestores estaduais as fiscalizam nos seus rios.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Aneel fiscaliza as suas barragens de hidrelétricas, que são 890. Esses são dados do relatório de 2017. A ANM, agora – era o DNPM, e passou a ser a ANM –, fiscaliza 790 barragens de mineração. E 55 barragens estão com órgãos ambientais.

Nós temos, então, potencialmente, um conjunto de mais de 40 órgãos fiscalizadores. E nós não temos um sistema de coordenação da atuação desses fiscalizadores; cada um tem a sua própria forma de agir. Nós temos um problema de governança na coordenação e até na supervisão da atuação dos fiscalizadores. Isso já foi falado aqui. Isso foi falado ali na ponta pela Defensoria Pública um pouco nesse sentido.

Os empreendedores têm requisitos de segurança; basicamente, são planos de segurança, inspeções, revisões. A lei estava baseada na prevenção, mas temos visto que isso não é suficiente. Mesmo barragens bem mantidas, com todos os requisitos da política implementados, correm o risco de romper, e nós precisamos estar preparados para o desastre.

Essa é uma outra constatação. A primeira lei que a gente aprende no curso de Engenharia é a Lei de Murphy: se algo pode dar errado, dará. E a gente precisa estar preparado, com a certeza de que pode dar algo errado. Precisamos ter a defesa civil preparada, a proteção civil preparada, e o empreendedor também, no seu papel, na hora do desastre.

Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens. É um sistema que está sendo implementado pela ANA.

O Conselho Nacional de Recursos Hídricos tem uma atribuição genérica de zelar pela Política Nacional de Recursos Hídricos, e ele emitiu, desde a lei, duas resoluções que dão algumas diretrizes gerais – o que também é o papel dele – para a classificação de barragens. Essas resoluções de classificação têm levado a essa classificação de barragens em dano potencial alto, risco de rompimento, que a gente tem visto nos relatórios. Há um número grande de barragens com dando potencial alto. Algumas barragens que não apresentam risco são classificadas com risco alto, e barragens que têm risco alto não são classificadas dessa forma, são classificadas como risco baixo. As duas barragens, Brumadinho e Mariana, estão classificadas com risco baixo por conta das resoluções que assim definem a forma de se classificar. Então, aí também há uma questão que precisa ser aperfeiçoada.

Nós da ANA, além de fiscalizarmos as 110 barragens em rios da União de usos múltiplos, elaboramos anualmente o relatório de segurança de barragens, desde 2012, e implementamos o sistema de informações e a articulação entre os empreendedores.

Nós já conhecemos esses dados: 58% das barragens cadastradas estão regularizadas, ou seja, um número grande, quase metade das barragens não tem autorização para existir. Depois eu vou esmiuçar um pouco quais são essas barragens, onde elas estão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos um sistema bastante bem organizado, vamos dizer assim, no setor elétrico, na área de aproveitamento hidrelétrico, porque há uma cultura de segurança de barragens desde muito tempo. Isso não significa que não precise ser aperfeiçoada, por exemplo, na questão de participação social, como foi colocado aqui. Na área de mineração também temos uma agência. Foram mostrados aqui os aperfeiçoamentos que têm sido colocados.

Temos um problema enorme nas barragens de uso múltiplo. São a maior parte do nosso contingente de barragens: mais de 20 mil barragens só cadastradas, como eu falei. O número é muito maior.

A evolução da política. Em termos de classificação de barragens, dessas 24 mil, 4,5 mil foram de fato classificadas quanto ao risco e ao dano pelo órgão fiscalizador. Então, de muitas barragens, de 76% dessas barragens nós não temos sequer informações para saber se elas têm um risco médio, baixo ou alto e qual é o dano potencial. Então, nem mesmo a implementação da política começou a ser executada em muitos desses Estados. Treze dos órgãos fiscalizadores regulamentaram o Plano de Ação de Emergência. Isso significa que a maior parte dos órgãos fiscalizadores sequer regulamentou o Plano de Ação de Emergência. E, se não regulamentaram, o empreendedor não consegue implementar e fazer o Plano de Emergência, porque o órgão fiscalizador sequer está cobrando isso. E já tem nove anos a lei. Então, há um atraso nesse processo.

Onde estão essas barragens mais problemáticas? Este eslaide mostra um pouco esses números. Hidrelétricas (Aneel): barragens submetidas à política, 847; barragens sem informação, zero. ANM, a mesma coisa: zero sem informação. ANA: temos 33, mas já verificamos – esse é um dado de 2017 – e de todas elas já temos essas informações.

Quase todas são barragens de pequeno porte abandonadas, não oferecem risco substantivo. São barragens que não estão autorizadas pela ANA. Porém, todas as barragens da ANA já foram fiscalizadas *in loco* mais de uma vez, em campo. Todas elas têm um diagnóstico direto pelo próprio fiscalizador.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALAN VAZ LOPES – O problema está nas barragens de uso múltiplo: 3,1 mil barragens; 18 mil barragens sem informação; número de fiscalizações, 780 no total. Aneel, ANM e ANA têm fiscalizado essas barragens, têm buscado fazer cumprir o que está na lei.

Nos órgãos estaduais já há um outro cenário: número menor de fiscalização, à exceção de alguns Estados. Ceará, Bahia, por exemplo, e outros têm implementado de fato a lei, mas a maioria, de fato, ainda está atrasada nesse processo.

Isso é uma questão do número de acidentes, que está no relatório. Vou passar rápido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós no relatório também começamos, até por conta dessa deficiência de classificação... Ao ir a campo o fiscalizador e identificar as anomalias, nós temos percebido quais são as barragens que de fato preocupam. Muitas vezes não são aquelas classificadas com risco alto; são, às vezes, as classificadas com risco baixo, porque o risco baixo, às vezes, é só por conta de uma falta de documentação, de um projeto que, às vezes, existe, mas não se tem acesso a ele, é uma barragem muito antiga, mas de fato a barragem está sem problemas, sem anomalias no campo. Então, identificamos aí, com todos os fiscalizadores, 45 barragens que de fato preocupam de forma significativa o fiscalizador. Esse número pode aumentar.

Algumas fotos de algumas anomalias que a gente tem visto em campo, mostrando a realidade de barragens de usos múltiplos, por conta de falta de conservação, falta de recurso financeiro para o custeio da operação, manutenção e atendimento aos requisitos da lei: problemas em paramentos dos taludes, problemas de conservação, problemas de deterioração de estruturas extravasoras.

Aqui, o caso da barragem de Passagem das Traíras, no Rio Grande do Norte, que a gente conhece bem: concreto de baixa qualidade e deterioração.

Ali, uma barragem em que o piso teve um problema. Aí há uma questão até de implementação do que estava no projeto, enfim, problemas de fundação.

São inúmeros os problemas que a gente tem encontrado em campo. E, enfim, são barragens já fiscalizadas. Nós já cumprimos o ciclo de fiscalização, e mesmo assim o empreendedor não tem cumprido. Então, ainda existe um outro problema nas barragens de uso múltiplo que vai além da fiscalização, vai à questão dos fiscalizadores.

Como já foi falado, nós temos uma preocupação grande na hora de situações de emergência, porque os planos de emergência precisam ser implementados em articulação com a defesa civil, e as defesas civis locais no País têm problemas sérios, não estão estruturadas, não estão capacitadas, não têm como agir na hora de um acidente. E, como foi falado aqui, elas poderiam ser custeadas, talvez, por aqueles empreendedores que de fato estão colocando um risco a mais para aqueles Municípios, um risco que não existiria se a barragem não existisse ali. A defesa civil não precisaria ter essa estrutura – que é necessária – se a barragem não existisse, então é necessário um mecanismo de custeio, financiamento de órgãos de proteção e defesa civil.

Aí, são só duas barragens, para dar um exemplo. Preocupa-nos a Barragem da Passagem das Traíras. Existe a cidade de Caicó, no Rio Grande do Norte, e a gente já tem o mapeamento de que ela pode ser atingida pela barragem, se ela se romper. Nós já executamos todos os instrumentos – já advertimos, multamos, exigimos do Estado –, e não há possibilidade de se recuperar a barragem no curto prazo, porque o Estado não tem recurso financeiro. É uma barragem do Estado, uma barragem pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A mesma coisa em Jucazinho. O Governo Federal está tentando recuperar a Barragem de Jucazinho. Se a Barragem de Jucazinho se romper, o abastecimento de Caruaru, em Pernambuco...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALAN VAZ LOPES – Há uma Barragem a jusante, que é Carpina. Ela não dá conta de segurar. Isso é levado, isso atinge Recife. Então, a gente tem esses danos já mapeados, e são obras que precisam ser feitas no longo prazo.

Há quatro pontos só para destacar, dando um pouco da nossa visão nessas discussões todas ao longo dos anos, no sentido de se aperfeiçoar a lei.

A questão da governança: necessidade de se definirem mais claramente as responsabilidades de empreendedor e fiscalizador, principalmente em situações de emergência; e uma normatização mais específica pelo fiscalizador, da classificação das barragens. Não dá para a gente ter uma classificação genérica, tentar incluir mineração, hidrelétrica, uso múltiplo; cada barragem tem a sua especificidade. O órgão precisa atuar nisso para não ficar esperando uma norma para exigir do empreendedor o cumprimento da lei.

A coordenação entre os 40 fiscalizadores, que eu citei no início. A sustentabilidade financeira dos fiscalizadores de barragens de uso múltiplo principalmente. Isso não é um problema na Aneel, por exemplo, e na ANA também não é muito um problema, mas nos órgãos estaduais, que são a maioria, que cuidam dessas 20 mil barragens, isso é um problema. É preciso haver um mecanismo de custeio. Por exemplo, a Aneel tem a taxa de fiscalização, temos discutido com a ANM, e a ANA também tem a taxa de fiscalização, mas o Estado precisa ter também.

E empreendedores públicos. A barragem de uso múltiplo tem vários usuários de água, e ela não é autossustentável, porque não repassa o custo de execução. Por exemplo, a elaboração do Plano de Segurança de Barragem é um estudo caro; no Plano de Ação de Emergência, existe topografia a jusante, é caro, são dois, três, quatro milhões de reais. O empreendedor público usa esse dinheiro dos cofres públicos. Ele precisa ter um mecanismo de repassar isso para o usuário final da barragem, que, às vezes, são vários – companhia de abastecimento de água, irrigante etc. –, por meio de uma tarifa, porque no órgão público não existe um mecanismo de custeio. O recurso financeiro do MDR para barragens do Dnocs sempre existe para novas obras, mas não há recursos para manter as que existem.

Sistema de infrações e penalidades. A lei, do jeito que está, não tem um sistema, não diz o que é infração e não diz quais são as penalidades; remete à legislação setorial. Legislação setorial é o quê? No caso da ANM, a multa máxima é no valor de R$3,4 mil. No caso da ANA, o valor máximo é de R$10 mil. Isso foi falado no início aqui, comparando-se com os bilhões... Falta muito zero ainda para chegar-se a um valor de multa razoável. É preciso estar na lei. Não esquecendo a atualização da própria legislação setorial. Poder-se-ia atualizar também a legislação setorial desse setor. Não é o caso da Aneel. A Aneel já tem um valor substantivo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, por último, a preparação para situações de emergência. Mesmo com isso tudo, a gente precisa estar preparado se algo pior acontecer. Haver treinamentos periódicos; a população precisa estar preparada. Não é uma cultura nossa. A gente precisa começar a ter mais isso embutido na nossa cultura, da prevenção, como em países que têm terremotos, países que têm maremotos. Nós somos um país que tem populações vivendo a jusante de barragens que podem romper, então a população precisa estar prevenida, precisa estar informada – isso está na lei também –, precisa estar comunicada, precisa participar da elaboração dos planos de ação de emergência, como foi colocado. Concordamos com isso tudo.

Então, é isso. Eu queria, sem mais me estender muito no prazo, agradecer de novo o convite. Estamos à disposição para continuar o debate, enfatizando a necessidade de se concluir o processo legislativo, para que se aperfeiçoe a lei. Isso é muito importante para os fiscalizadores.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Alan.

Rapidamente, eu queria obviamente abrir espaço para uma colocação ou outra – há algumas inscrições já – e, depois, em cinco minutos finais, ter a paciência de vocês para ouvir um arremate final que fiz. E, eventualmente, se ainda houver algum comentário para acréscimo do que nós vamos encaminhar, teremos esse tempo também. Então, eu queria estabelecer mais ou menos 20 minutos, porque está todo mundo já meio cansado e com fome, para que a gente fizesse todo esse processo final, incluindo todos os palestrantes que já participaram também, que têm os microfones à disposição para responder e debater.

Obrigado.

Primeira inscrição – quem for se inscrevendo já vai me sinalizando.

O SR. JOSIVALDO ALVES DE OLIVEIRA – Boa tarde a todos e a todas.

Eu sou Josivaldo, militante do movimento, o MAB, e sou do Estado do Ceará.

Quero saudar a iniciativa do Senador e dizer a todos e a todas... Na primeira Mesa, o Carlos Vainer, o Iury, o Leandro, a Deborah apresentaram elementos que evidenciam e questionam o papel do Estado brasileiro e o papel das empresas; e, no segundo momento agora, os camaradas que representam o Estado brasileiro.

Acho que está mais do que evidenciado que essa parte que pode assegurar a vida das pessoas, da maioria e dos mais pobres, sempre ficou em segundo plano, seja nas áreas urbanas, seja na periferia, seja quando dá chuva, seja quando dá seca e tem fome, seja quando dá cheia e tem desabamento, tem enchimento – pegue São Paulo, pegue todos os outros –, ou então no caso das barragens.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador e senhores do Governo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSIVALDO ALVES DE OLIVEIRA – ... penso que o que está ocorrendo agora é que evidencia mais o quanto é grave a situação das barragens no Brasil. Evidencia. Em 2004, rompeu-se Camará, na Paraíba, uma barragem pequena, mas o desastre lá foi enorme. Eu fui lá visitar. Em 2008, rompeu-se uma na Paraíba, ou melhor, no Piauí, acho que a de Algodões. Lá até hoje não se resolveram os problemas ambientais e sociais. Na sequência, vieram as daqui, de Minas Gerais.

A nossa preocupação, do MAB, dos ativistas e da população de maneira geral, e a indignação é que, apesar de haver determinadas leis, elas no papel até são bonitinhas... Quando vocês... A ANA está falando, e eu sei da seriedade da ANA, sei do Ministério que era da Integração – agora é uma bagunça nesse Governo, ninguém sabe mais qual é o Ministério; o que era integração nacional, o que era...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSIVALDO ALVES DE OLIVEIRA – Virou uma bagunça que ninguém sabe mais com quem fala no Governo Federal. E isso nos causa uma preocupação, porque o atual Presidente da República se pronunciou e tem posição clara contrária, digamos, à dos órgãos de fiscalização, porque há um exagero em multar, há um exagero em fazer a segurança da sociedade, seja no agronegócio, seja em preservar a natureza, seja em preservar a água, seja em preservar as populações atingidas ou ameaçadas pelas barragens. Nós estamos em uma situação crítica, porque o número de barragens com possibilidade de rompimento é gigantesco no Brasil, em todas as Regiões. Brumadinho e a outra, em Mariana, não estavam classificadas e romperam. Então, nós...

(*Interrupção do som.*)

O SR. JOSIVALDO ALVES DE OLIVEIRA – ... estamos vivendo uma situação... Não quero colocar aqui o caos, mas a situação é muito séria, e o Estado brasileiro, de fato, o Governo brasileiro tem que ser enquadrado, tem que ser colocado como responsável para que isso consiga punir as empresas privadas e os Estados que não tomam providência.

Nós não sabemos, e se vocês tiverem, revelem, é a obrigação do Estado ter. Quantas famílias moram abaixo das barragens construídas no Brasil hoje? No Sudeste, no Sul, no Centro-Oeste, no Norte e no Nordeste? São milhões. O Rio São Francisco, com o crime da Vale em Brumadinho e no Córrego do Feijão, está correndo o risco, Senador, nós que somos do Nordeste, de ser totalmente contaminado, com maior gravidade ou não. E as autoridades, inclusive o Governo brasileiro, têm dificuldade em assumir esse risco. Isso significa dizer que é um rio que abastece milhares e milhões de pessoas em todos os aspectos imaginados.

Então, queremos colocar aqui a importância da luta, da resistência, mas da seriedade do funcionamento do Estado brasileiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSIVALDO ALVES DE OLIVEIRA – E a sociedade tem que pressionar, tem que ir para as ruas. Do contrário, não haverá mudança. Essas propostas que estão aí, por mais bem intencionadas que sejam, se não designarem recurso, dinheiro, orçamento, seriedade e botarem na cadeia os verdadeiros criminosos, o Presidente da Vale, os principais acionistas, que estão aí soltos, rindo da cara do povo, isso não vai mudar. Botam o laranja, botam o que assinou o laudo forçadamente, botam o terceirizado. Agora, os responsáveis mesmo não estão sendo punidos verdadeiramente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Josivaldo, obrigado.

Prof. Carlos, dois minutos.

O SR. LEANDRO SCALABRIN – Senador...

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Leandro.

O SR. LEANDRO SCALABRIN – O Dr. Eduardo, eu e a Dra. Deborah estamos numa reunião do Conselho Nacional e interrompemos para vir aqui. Então, nós queríamos...

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – O Eduardo me informou. Sem problema, evidentemente. Vocês podem...

O SR. LEANDRO SCALABRIN – Eu o parabenizo mais uma vez pela iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado.

O SR. LEANDRO SCALABRIN – E digo também que, com a sugestão do Dr. Carlos, o Conselho estará criando um GT no seu âmbito para discutir a proposta aqui encaminhada e contamos com a parceria do Senado e da Comissão para os encaminhamentos que sejam possíveis fazer juntos.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeito. Eu vou listar a sua proposta aqui também no final. Obrigado, Leandro.

Obrigado, Deborah.

Obrigado, Eduardo.

Prof. Carlos.

O SR. CARLOS BERNARDO VAINER – Muito rapidamente alguns pontos que eu gostaria de enfatizar. O comentário do representante da ANM, de que a legislação feita em 2015 agora, não me lembro, 2017 foi insuficiente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. CARLOS BERNARDO VAINER – Em 2012, foi insuficiente. A questão não é que ela foi insuficiente, é que ela reitera o mesmo modelo. E, por isso, será sempre insuficiente.

A cada desastre, se faz um novo adendo. Da mesma maneira que, a cada crime, se faz uma nova lei para aumentar a pena sobre aquele crime, sem ir ao fundo da questão, ou seja, se replica o modelo ampliando as suas perversidades, porque ele é incapaz.

E por que ele é incapaz? Tomemos a mineração brasileira. Ela está baseada no que os economistas chamam de concorrência espúria, ou seja, ela é competitiva, porque os seus custos são minimizados de duas maneiras: uma, aquela que eu falei, da transferência do custo privado para a socialização dos custos sobre a forma de sofrimentos, destruição de vidas, destruição do meio ambiente, mas existe uma outra que está na pauta, que é a Lei Kandir, que isenta de impostos, penalizando sobretudo os Estados de Minas Gerais e Pará...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS BERNARDO VAINER – ... que torna a nossa comunidade espúria.

E já que está se discutindo agora o pacto federativo, vamos rever a Lei Kandir, que torna a competitividade da mineração brasileira espúria, porque ela recebe subsídios fiscais.

É o bebedor de cerveja no Japão com latinha de alumínio que está sendo subsidiado pelo Estado de Minas Gerais e pelo Estado do Pará e pelo sofrimento do nosso povo.

Segunda questão. É insuficiente tomar medidas para, não sei daqui a quanto tempo, as barragens de alteamento a jusante sejam eliminadas...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CARLOS BERNARDO VAINER – ... a montante. Se há um reconhecimento de que os riscos são graves, se há um reconhecimento de que vidas estão em risco, em alto risco, se há um reconhecimento de que bacias enormes estão ameaçadas, tem que ser suspensa a licença de operação imediatamente dessas barragens. As outras eu acho que devem vai ficar em moratória, pode-se dar um prazo. Essas têm que estar suspensas. Está se brincando com a vida das pessoas.

Tudo bem que, em Mariana, não se sabia, ou não se tinha claro, ou não se tinha dimensão, mas já se replicou em Brumadinho. Então, eu sugiro que uma das recomendações seja a suspensão imediata da operação de todas essas barragens já identificadas como ameaçadoras da vida, da dignidade e do meio ambiente, que são direitos indisponíveis do povo brasileiro. Estamos brincando com o direito à vida. Quem será responsável? A empresa e o Estado, que permitiu que ações criminosas como essa continuassem existindo, ameaçando a todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu gostaria de acrescentar isso e dizer que há uma espécie de deboche do nosso povo. Se vocês forem hoje ao *site* da Renova, vocês encontrarão a seguinte declaração: as bolsas famílias distribuídas pela Vale estão dinamizando a vida econômica de Mariana. Quer dizer, depois de destruir um Município, depois de destruir um rio e seu vale, 40 Municípios, atingir os Abrolhos, eles estão dinamizando a vida dessa população, recusando a pagar as multas, recusando a pagar as indenizações e dando bolsas famílias. Isso é um deboche na cara do povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado.

Iury.

Obrigado, Prof. Carlos.

O SR. IURY CHARLES PAULINO BEZERRA – Senador, no campo das propostas. Com relação às agências, eu acho que a gente tem que reconhecer talvez um esforço maior da ANA, um diálogo, uma outra qualidade no diálogo que a gente tem, que os atingidos têm com a ANA. Precisa melhorar muito, mas eu acho que já tem passos e coisas importantes feitas. Agora, as demais são um antro das empresas. Isso não tem participação do povo. Nós não temos confiança e segurança de que, se não mudar dessa forma que está sendo feito, que saia alguma coisa produtiva. Ela faz parte do pacote que resultou nesses crimes aí. Esses têm que ser responsabilizados por isso, eles são culpados por isso. Eles são culpados por isso também, assim como o Presidente da Vale, todos esses que cometem e continuam cometendo esses crimes. Isso a gente não pode negar.

E não é por falta... Inclusive, vamos oficializar todos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. IURY CHARLES PAULINO BEZERRA – ... pedindo a oportunidade de poder contribuir. Os atingidos querem contribuir. Vamos oficializar. Porque nós já estamos fazendo isso há muito tempo e vamos continuar fazendo, para que nunca digam que nós não tivemos disposição de contribuir.

Mas, do ponto de vista de ideias que a gente acha que deveriam ser encaminhadas, nós precisamos encaminhar, porque, como eu já falei, não existe segurança sem política de direito às populações. Nós precisamos começar a tramitar nesta Casa, no Congresso, um projeto de lei qualificado e queremos solicitar ao senhor, Senador, que possa fazer parte dessa articulação.

Porque nós já temos um acúmulo no MAB discutido democrático com os atingidos, que tem um conjunto de ideias para um projeto que trate dos direitos às populações atingidas. E nós precisamos trabalhar para que isso possa ser, de certa forma, mais um instrumento, pelo menos mais uma lei que possa nos amparar e que nós possamos lutar para que ela tenha efetivação concreta nas ações.

Então, a gente gostaria de sugerir isso para o Senador como uma proposta nossa também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Está O.k. Obrigado, Iury.

Dr. Paulo, por favor.

O SR. PAULO RIBEIRO DE SANTANA – Boa tarde a todos.

Prof. Carlos, é o seguinte. O problema do descomissionamento de uma barragem não é um problema simples. Aquilo é uma obra de engenharia muito complexa e que precisa de um projeto para fazer o seu descomissionamento, porque o projeto de descomissionamento envolve várias fases. Primeiro, você tem que fazer uma engenharia acoplada à geologia e à geotecnia. Então, é multifacetada.

Então, você tem que convocar todo um complexo de profissionais. Esses profissionais têm que estudar toda a movimentação da... Porque a barragem é viva. A barragem, você entrou com um material com uma densidade num tempo, você entrou com outro material com outra densidade em outro tempo. E esse material vai se sedimentando em vários lugares diferentes da barragem. Então, é um projeto complexo de engenharia. Não é você chegar e parar hoje...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO RIBEIRO DE SANTANA – ... e deixar a barragem lá parada.

Das 84 barragens a montante que existem, 40 já estão desativadas. Essas têm que estar descomissionadas até 2021. Essas aí. As que estão em atividade, que são 44, estão fazendo o monitoramento diário.

E agora a nossa regra é a seguinte: esses equipamentos têm que estar ligados direto ao nosso sistema. Não pode haver interferência humana mais. A partir de junho, não vai haver mais interferência humana. Esses equipamentos já estarão ligados direto ao nosso sistema e o nosso sistema tem uma inteligência artificial dentro dele, que vai dar a bandagem da luz que vai se acender para qualquer empreendimento desse.

Então, é um projeto complexo. Não é simplesmente chegar: "A partir de hoje, não se faz mais isso". Não é assim, dessa forma. É um projeto complexo, como eu expliquei anteriormente.

Quanto à questão das multas, a nossa multa maior mesmo é três mil, quatrocentos e poucos reais. Nós tentamos botar R$30 milhões, mas o Congresso Nacional não deixou. Nós colocamos na MP o valor máximo das multas, mas o Congresso Nacional disse que não, que a multa máxima seria R$3.400. Então, eram essas as considerações finais que eu queria fazer.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Paulo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dois minutinhos. Por favor, se identifique e a sua entidade, para as notas taquigráficas.

O SR. RAFAEL MACHADO – Obrigado, é só um comentário rápido. Meu nome é Rafael Machado, eu sou da Defesa Civil Nacional.

Só reforço a fala de muitos dos palestrantes sobre a importância do órgão de proteção e defesa civil como esse agente que tem a missão de fazer a interlocução entre os empreendimentos e as comunidades nos procedimentos emergenciais. Então, reforço a importância desse papel de inclusão da participação das comunidades nos procedimentos emergenciais das barragens.

E chamo atenção para o que já foi dito, é um grande desafio para que haja a efetiva estruturação desses empreendimentos, especialmente nos Municípios, especialmente ainda nos Municípios que estão a jusante das barragens e não alcançam as compensações financeiras que os empreendimentos pagam.

Só alcançam os Municípios que estão acima da barragem. São afetados diretamente pela barragem, pelo reservatório, pela atividade.

É importante que haja uma mudança legislativa...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RAFAEL MACHADO – ... para que haja uma compensação financeira para que os Municípios que são obrigados a se preparar para o risco a jusante, abaixo da barragem, tenham condições de estruturar seus órgãos de proteção e defesa civil e garantir a participação popular nos procedimentos emergenciais das barragens.

É uma oportunidade, uma sugestão para que haja normatização desse aspecto também. Os empreendimentos pagarem uma compensação financeira aos Municípios que são obrigados a desenvolver uma capacidade excepcional de proteção e defesa civil para se preparar para os riscos que os empreendimentos geram. E hoje esses Municípios não recebem nada.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – É verdade. Essa questão tem a ver com o tal do pacto federativo, a revisão não só do tipo de tributação, como também da destinação das tributações, incluindo o ICMS, no caso da energia, no caso da mineração, Lei Kandir, tudo isso.

Eu queria, meus amigos, tentar encerrar aqui hoje. Eu sei que o tema abrange muitas coisas, muitos subsetores, mas basicamente fazer um apanhado geral aqui do que eu tomei. No ponto de vista global, o Prof. Carlos salientou bem e é uma coisa importante como contexto, e nós estamos trabalhando com alguma coisa que mexe com o mundo todo no sentido de mercados, mercado de energia, mercado principalmente de mineração. Então, isso é um contexto importante e a gente tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que ter noção disso, por conta do peso que está por cima dessa discussão e dos interesses que estão envolvidos.

A segunda coisa é em relação aos diagnósticos. Pelo que percebemos aqui, apesar da evolução do tema, nós ainda temos muita imprecisão em diagnósticos de danos, em diagnósticos de riscos e em diagnósticos de como as populações são atingidas. Não é claro isso e provavelmente a gente vai ter encaminhamentos aqui em relação a isso. E, finalmente, o outro ponto inicial é a centralidade de consulta e legitimação dessas comunidades e da sociedade. É importante incorporar isso aos nossos projetos de lei.

Um esclarecimento em relação ao PL 550, que nós várias vezes comentamos aqui, apenas para esclarecer que ele vai à Câmara dos Deputados agora e ele dá 18 meses para empreendedores descomissionarem e descaracterizarem as barragens de alteamento a montante existentes. Portanto, o setor de mineração especificamente. E em relação a multas, nós temos aqui algum alento de ir, nesse projeto de lei, no art. 17, de um mínimo de R$10 mil até o máximo de R$10 bilhões. Portanto, abre um espectro bastante maior para as multas.

Em relação à questão das sugestões nossas do encaminhamento final aqui da nossa audiência, eu anotei algumas coisas, evidentemente temos que falar de aperfeiçoamento legislativo, das leis referentes ao tema, principalmente a 12.334, de 2010, definição e atribuição de responsabilidades; coordenação, governança e supervisão dos órgãos fiscalizadores; questão de classificação de risco alto também pouco definida, mal definida, pelo que se viu por aqui; mecanismos de seguro e prevenção.

Há sugestões concretas que nós anotamos antes e agora ao longo da audiência. Primeiro, a inclusão na Lei Orçamentária Anual de 2020 e no Plano Plurianual, no PPA de 2020/2023, tentar incluir os recursos e as ações necessárias para garantir a segurança de barragens em âmbito nacional. Segundo, enviar um pedido de informação ao Governo Federal sobre fiscalização das barragens e medidas adotadas para a redução dos riscos das barragens.

Terceiro, avaliar uma proposta de projeto de lei para a criação de um fundo público específico com recursos oriundos das atividades econômicas correlatas relacionadas às respectivas barragens com intuito de garantir o processo de participação, informação e capacitação das populações. Avaliar também uma proposta de lei prevendo a criação de comitês em âmbito nacional, estaduais e municipais com participação paritária da sociedade civil e do Estado com o objetivo de monitoramento das ações.

Anotações do curso da audiência. Trabalhar no reconhecimento do movimento dos atingidos por barragens como entidade representativa dos atingidos; propor ciclos de debates regionais e avaliar proposta de projeto de lei colocada pelo Iury, projeto de lei sobre proteção das populações atingidas, um projeto de lei mais específico complementando a lei que já está em curso em relação não só a desastres como a barragens planejadas em operação. E, incorporando a sugestão do Prof. Carlos também, analisar a possibilidade da suspensão. E eu entendi a diferença, não é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

necessariamente o descomissionamento, mas, eventualmente, a desaceleração da operação e talvez até a suspensão que é no sentido de colocação de novos resíduos. Primeiro, suspende-se a utilização da barragem e, depois, se inicia o descomissionamento do corpo, do ativo. Então, nesse caso, suspensão imediata da operação no sentido da utilização das barragens já identificadas como de alto risco.

O SR. PAULO RIBEIRO DE SANTANA (*Fora do microfone.*) – O projeto de engenharia é demorado.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Até para suspender. Mas o...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Para a utilização é o que entendi e, na verdade, um caminhamento é o de simplesmente analisar essa possibilidade de incorporação nisso em algum texto legal.

Alguma colocação final de um minuto, um minuto para nós encerramos aqui ou não? (*Pausa.*)

O SR. CARLOS BERNARDO VAINER – O apoio e a participação da Comissão... O apoio da Comissão ao grupo de trabalho que está sendo criado no Conselho Nacional de Direitos Humanos, apoio e eventual... Não como é isso, teria que se conversar com o Conselho Nacional de Direitos Humanos, mas foi feita aqui a comunicação tanto pela Dra. Deborah quanto pelo Dr. Leandro de que o Conselho já deliberou criar um grupo de trabalho sobre isso. Então, acho que o mínimo é a Comissão dizer que está à disposição, que apoia essa iniciativa e que está disposta a colaborar com ela.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeito, incorporado, perfeito.

O SR. CARLOS BERNARDO VAINER – Além disso, é porque a gente não pode aqui deliberar por eles, mas dizer que a Comissão está disposta.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeito, incorporado, a Comissão está...

O SR. PAULO RIBEIRO DE SANTANA – Sobre a questão de participação social, neste momento, nós estamos com a Resolução nº 4, que está em vigor, mas também está em consulta pública. Nós a colocamos em vigor, porque era emergencial, mas está em consulta pública, e os senhores podem colaborar.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO RIBEIRO DE SANTANA – Ela está em nosso sítio na internet, www.anm.gov.br, inclusive é sobre o método construtivo a montante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – E o texto final, complementando, desse Projeto de Lei 550, de 2019, está disponível na área da atividade legislativa do Portal do Senado Federal. Aquele que foi distribuído aqui hoje mais cedo era o projeto inicial com as emendas. Para facilitar a consulta e pelo trâmite em que já está o projeto, eu sugiro consultar aqui a área de atividade legislativa do Portal do Senado e obter o texto final do Projeto de Lei 550, de 2019.

E, antes de terminar e de encerrar aqui os trabalhos, eu quero fazer aqui a finalização com dispensa da leitura e aprovação da Ata da 2ª Reunião, realizada em 27 de fevereiro de 2019.

Aqueles Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Queria informar também que estiveram registrando presença nesta audiência os Senadores Jarbas Vasconcelos; Confúcio Moura; Leila Barros; Marcos do Val; Fabiano Contarato, Presidente desta Comissão; Plínio Valério; Lasier Martins; Jaques Wagner; Telmário Mota; Major Olimpio; Jayme Campos; Acir Gurgacz; Paulo Paim; Selma Arruda; e eu mesmo, Jean Paul Prates.

Nada mais havendo a tratar, encerro a reunião.

Agradeço a todos os presentes tanto palestrantes quanto audiência. Obrigado a todos. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 11 horas e 19 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 32 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 4ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE MARÇO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às onze horas e quarenta e dois minutos do dia vinte de março de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Jaques Wagner, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Marcelo Castro, Soraya Thronicke, Lasier Martins, Leila Barros, Marcos do Val, Fabiano Contarato, Telmário Mota, Paulo Rocha, Carlos Viana, Sérgio Petecão, Jayme Campos, Wellington Fagundes, Maria do Carmo Alves, Fernando Bezerra Coelho, Izalci Lucas, Dário Berger, Paulo Paim, Angelo Coronel e Selma Arruda. Deixam de comparecer os Senadores Jarbas Vasconcelos, Luis Carlos Heinze, Plínio Valério e Otto Alencar. Havendo número regimental, a reunião é aberta presidida pelo senador Jaques Wagner. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. A presidência comunica procedimentos para organização dos trabalhos do colegiado e informa os documentos recebidos. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - Projeto de Lei do Senado n° 234, de 2016 - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre a obrigatoriedade da comprovação da procedência legal da madeira nativa utilizada nas obras, serviços e aquisições da Administração Pública." Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). Relatoria: Senador Otto Alencar. Retirado de pauta a pedido do relator. ITEM 2 - Projeto de Lei do Senado n° 358, de 2018 - Não Terminativo - que: "Proíbe a venda de animais de estimação nas vias de circulação ou em ambiente público fora de estabelecimento comercial." Autoria: Senador Rudson Leite. Relatoria: Senadora Soraya Thronicke. Retirado de pauta a pedido da relatora. ITEM 3 - Projeto de Lei do Senado n° 524, de 2018 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, para possibilitar a aplicação de recursos em operações de crédito destinadas a empresas que usam energia fotovoltaica." Autoria: Senadora Rose de Freitas. Relatoria: Senador Jaques Wagner. Retirado de pauta a pedido do relator para reexame. ITEM 4 - Projeto de Lei do Senado n° 232, de 2015 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988, para incluir como diretriz do Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro o controle da erosão marítima e fluvial." Autoria: Senador Fernando Bezerra Coelho. Relatoria: Senador Otto Alencar. Retirado de pauta a pedido do relator. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Jaques Wagner
Vice-Presidente da Comissão de Meio Ambiente

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/03/20

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Havendo número regimental, declaro aberta a 4ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 3ª Reunião realizada em 14 de março 2019.

Eu não vou nem perguntar aqueles que concordam, porque...

Aprovada.

Comunico o recebimento dos seguintes expedientes.

Ofício nº 9, de 2019, da Câmara Municipal de Cascavel no Paraná, que encaminha cópia do Requerimento nº 20/2019 daquela Casa Legislativa para solicitar ao Senado Federal celeridade na apreciação e aprovação do PLC 134, de 2018, que altera o art. 32 da Lei 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para agravar a pena pela prática do ato de abuso consistente em maus-tratos ou mutilação de animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos, e instituir como causa de aumento da pena do crime de maus-tratos aos animais a prática de atos de zoofilia. O documento foi juntado ao processado da matéria, que está sob a relatoria da Senadora Soraya Thronicke.

Ofício nº 168, de 2019, da Câmara Municipal de Batatais, em São Paulo, que encaminha fotocópia da Moção nº 49/2019 de apelo a S. Exa. o Sr. Ricardo Salles, Ministro do Meio Ambiente, objetivando providências no sentido de resolver o problema dos lixões a céu aberto nos Municípios brasileiros.

Nos termos da Instrução Normativa da Secretaria Geral da Mesa nº 12, de 2019, fica aberto o prazo de 15 dias para manifestação de interesse por parte dos Senadores membros desta Comissão.

Funcionamento da CMA no biênio 2019/2020.

Justifico que o Presidente não pôde estar na abertura desta reunião porque está na CCJ relatando uma matéria.

No sentido de organizar os trabalhos deste Colegiado à luz da regimentalidade, da publicidade e da eficiência, comunico as seguintes diretrizes para o biênio 2019/2020, nos termos do artigo 89, inciso I, do Regimento Interno.

I- As reuniões da Comissão ocorrem nas dependências do Senado Federal, nos termos do artigo 106 do Regimento Interno, o que objetiva, além da contenção de despesas, possibilitar a efetiva participação de todos os Senadores nas atividades do Colegiado. Assim, o apoio logístico e operacional para eventos que precisem ser realizados em outras localidades serão responsabilidade do autor do requerimento.

II- As audiências públicas serão agendadas em reuniões extraordinárias, em dia a ser acordado com o autor do requerimento, para não colidirem com o horário reservado semanalmente às reuniões

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

deliberativas, que são às quartas-feiras às 11h30. O Parlamentar que propôs a audiência deve estar disponível para presidir a reunião na ausência do Presidente e do vice.

III- Os requerimentos de audiências públicas serão pautados apenas quando incluírem as entidades convidadas a indicar representantes ou os nomes dos convidados, sempre que possível indicá-los nominalmente.

IV- A inclusão de itens extrapauta nas reuniões deliberativas, em atenção ao disposto nos arts. 108, § 1º e 412, inciso XI, será evitada ao máximo, sendo vedado deliberar qualquer matéria nas reuniões destinadas a audiências públicas.

V– Os pedidos para retirar matéria de pauta publicada devem ser encaminhados à Secretaria por meio de ofício assinado pelo relator quando ocorrerem antes do início da reunião. Após o início da reunião, o pedido deve ser apresentado oralmente pelo relator e, em todos os casos, o Presidente decidirá durante a reunião.

IV– Para garantir o bom andamento dos trabalhos, os relatores designados devem procurar atender o prazo regimental para a entrega de seus relatórios. Não ocorrendo a entrega, esta Presidência prorrogará o prazo automaticamente por outros 15 dias úteis. Havendo necessidade de nova extensão, deve o relator comunicar o pedido, por ofício, à Secretaria da Comissão para decisão do Presidente. Findo o prazo concedido, a matéria poderá ser distribuída a novo relator ou pautada, nos termos do art. 121 do Regimento Interno.

Escolha de políticas públicas.

Nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, as comissões permanentes selecionarão, na área da sua competência, políticas públicas desenvolvidas no âmbito do Poder Executivo para serem avaliadas, observando os impactos dessas políticas públicas e as atividades meio de suporte para sua execução.

Considerando a vinda do Sr. Ministro do Meio Ambiente, Sr. Ricardo Salles, a este Colegiado, no próximo dia 27 de março, às 14h30, quando apresentará as diretrizes e os programas prioritários da pasta para o corrente ano e os próximos, comunico que:

I- Fica aberto prazo para que os Senadores membros da Comissão de Meio Ambiente apresentem sugestões de políticas públicas a serem avaliadas ao longo do corrente exercício.

II- As sugestões devem ser encaminhadas na forma de requerimento à Secretaria da Comissão por meio de sistema próprio. A via física deve ser entregue com a assinatura do Parlamentar também à Secretaria.

III- O prazo se encerrará no dia 29 de março, às 18 horas.

IV- A escolha de até duas sugestões entre as apresentadas se dará em reunião deliberativa no dia 3 de abril.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

V– Os relatores designados para as avaliações selecionadas terão prazo até o dia 30 de novembro para a conclusão dos trabalhos e apresentação dos relatórios.

Nada mais havendo a tratar e não havendo matérias a serem deliberadas, está encerrada esta reunião.

(*Iniciada às 11 horas e 42 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 48 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 5ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE MARÇO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às quatorze horas e trinta e quatro minutos do dia vinte e sete de março de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Fabiano Contarato, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Marcelo Castro, Marcio Bittar, Soraya Thronicke, Major Olimpio, Leila Barros, Marcos do Val, Randolfe Rodrigues, Alessandro Vieira, Eliziane Gama, Jaques Wagner, Telmário Mota, Jean Paul Prates, Paulo Rocha, Jayme Campos, Wellington Fagundes, Chico Rodrigues, Flávio Bolsonaro, Juíza Selma, Dário Berger, Angelo Coronel, Styvenson Valentim, Izalci Lucas, Fernando Bezerra Coelho, Acir Gurgacz e Sérgio Petecão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Luis Carlos Heinze, Plínio Valério, Lasier Martins, Carlos Viana e Otto Alencar. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se ao cumprimento da pauta: **Comparecimento de Ministro de Estado**, atendendo ao requerimento REQ 2/2019 - CMA, de autoria do Senador Fabiano Contarato. **Finalidade:** Solicita o comparecimento do Senhor Ricardo Salles, Ministro de Estado do Meio Ambiente, para apresentar as diretrizes e os programas prioritários do Ministério do Meio Ambiente para o corrente ano e os próximos vindouros. **Participante:** Senhor Ricardo Salles, Ministro de Estado do Meio Ambiente. **Resultado:** Reunião realizada no horário definido. Registre-se a presença do deputado Rodrigo Agostinho, presidente da Comissão do Meio Ambiente na Câmara dos Deputados e dos presidentes do Ibama, Senhor Eduardo Fortunato Bim, e do ICMBio Senhor Adalberto Eberhard. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e quarenta e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Fabiano Contarato

Presidente da Comissão de Meio Ambiente

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/03/27

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Havendo número regimental, declaro aberta a 5ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 4ª Reunião, realizada em 20 de março de 2019.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publica no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se ao comparecimento de S. Exa. o Senhor Ricardo Salles, Ministro de Estado do Meio Ambiente, que vem a esta Comissão apresentar as diretrizes e os programas prioritários da pasta que comanda no Poder Executivo para o corrente ano e os próximos de seu mandato, em atenção ao Requerimento nº 2, de 2019, da Comissão de Meio Ambiente, nos termos do §1º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o §1º do art. 397 do Regimento Interno do Senado Federal.

Em atenção aos regramentos regimentais constantes do Título XI – Da convocação e do Comparecimento de Ministro de Estado, esta Presidência comunica os procedimentos para a reunião:

1. O Ministro usará da palavra para sua exposição inicial por até 30 (trinta) minutos, sem interrupções;

2. Os senadores que desejarem interpelar o Ministro após a sua apresentação devem solicitar inscrição à Secretaria;

3. A cada senador inscrito, intercalando-se os oradores de cada partido, serão concedidos cinco minutos para sua interpelação, assegurado igual prazo para a resposta do Ministro. Para contraditar, o orador poderá usar da palavra novamente pelo prazo máximo de dois minutos, concedendo-se ao Ministro o mesmo prazo para tréplica;

4. A campainha soará automaticamente quando restar um minuto do prazo;

5. Na fase de interpelações, o Ministro só será aparteado se assim permitir;

6. Não podendo esta reunião estender-se além do horário de início da Ordem do Dia do Plenário, na hipótese de não concluirmos a apresentação do Ministro e a correspondente fase de interpelações, outra reunião será designada para esse fim;

7. Os cidadãos podem assistir à reunião em tempo real e encaminhar perguntas e comentários por meio do Portal e-Cidadania, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800-612211. As participações serão moderadas pela equipe técnica e podem ser aproveitadas por esta Presidência ou pelos Senadores presentes para enriquecimento do debate;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

8. Lembro ainda aos membros da Comissão de Meio Ambiente que está aberto o prazo para sugerirem políticas públicas que serão avaliadas pelo Colegiado em 2019.

Convido o Ministro a tomar assento à mesa.

Sr. Ministro, Vossa Excelência tem a palavra por até 30 minutos.

Antes de conceder a palavra, eu quero desde já agradecer a sua presteza em estar aqui nesta Comissão, a qual eu, com muita alegria, estou presidindo, em um tema de tamanha relevância, porque, além de ter previsão constitucional, principalmente no art. 225, de forma pioneira no Brasil estabeleceu-se que a responsabilidade por qualquer atividade lesiva ao meio ambiente tem repercussão não só no aspecto administrativo e civil, mas também no aspecto criminal.

E olha que eu estou comentando que não é uma responsabilidade criminal por crime ambiental, previsto na Lei 9.605, de 1998, do preposto ou pessoa física. Não. A inovação da Constituição Federal, que foi ratificada pelo art. 3º da Lei 9.605, prevê a responsabilidade criminal da pessoa jurídica, ou seja, após o *due process of law,* após o devido processo legal, em um crime praticado, por exemplo, por uma Prefeitura, como um crime de poluição, o Estado, o juiz vai condenar não só o Prefeito, não só o Secretário, mas também a Prefeitura Municipal do Município. Então, esse foi um avanço muito positivo na nossa lei de proteção ambiental, que foi um reflexo, obviamente, da Carta Constitucional de 1988, do art. 225.

Eu queria fazer só algumas pequenas considerações, se o senhor me permitir – e eu tenho certeza de que me permite.

Eu me inquieto – é mais um desabafo – quando eu vejo, por exemplo, o aumento de um número significativo de deferimento de registro de agrotóxicos no Brasil. Só para se ter uma ideia, de 2005 a 2016, a média era de 150 por ano; esse número, de 2017 a 2018, para 450. É um número extremamente elevado. O pior: diferentemente de alguns países desenvolvidos, como Estados Unidos e União Europeia, esses deferimentos de registros são por prazo indeterminado, e é extremamente difícil a sua revogação. Então, isso também me assusta.

A nossa legislação, Ministro, é permissiva no que se refere aos limites de agrotóxicos presentes na água potável. Às vezes, 300 vezes maior do que o tolerado pela União Europeia.

Então, veja, nós temos esse comportamento de autorização de deferimento de registro de agrotóxico pulando de 150 para 450; nós temos vigência de prazo indeterminado; há dificuldade depois de cancelar; nós temos a nossa legislação permissiva no que tange ao herbicida na água potável: 300 vezes mais nocivo; nós temos 43% das novas apurações no Brasil são... Essas aprovações desses registros de utilização de agrotóxicos são altamente ou extremamente tóxicas, e isso impacta diretamente na saúde. Prova disso é que os números apontam que, em um ano, morreram 790 pessoas na utilização de agrotóxicos, mas esse número pode ser multiplicado até por 50 vezes, porque a maioria desses casos não é registrada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E estou falando em morte, que é o principal bem jurídico que tem de ser protegido pelo Poder Público e que é uma garantia constitucional, é o abre-alas que está lá no art. 5º, que diz que a vida humana e o respeito à integridade física são o principal bem jurídico a ser tutelado por todos, mas principalmente pelo Estado.

Sem falar que esse desmando com a utilização de agrotóxico vem ocasionando... Há um nexo causal com câncer, doenças degenerativas, má formação da vida humana intrauterina; nós temos aí aborto espontâneo. Isso tudo me preocupa. Por isso que eu, na qualidade de Presidente, fiz questão de colocar esta Comissão à disposição para este debate.

Faço um apelo às ONGs, ao Ministério Público, à sociedade civil a abraçar essa causa, porque o direito ao meio ambiente é um direito de todos e é com ele que nós vamos garantir a efetivação desse direito humano essencial.

Causa-me também preocupação quando vejo que o próprio Poder Público não está fiscalizando as barreiras que há com rejeitos de minério. Já tivemos o caso de Mariana em 2015, e o Poder Público ficou omisso durante esse período. Agora recentemente houve Brumadinho. Estou muito preocupado com as minas existentes, por exemplo, em Poços de Caldas, que têm rejeitos de exploração de urânio, material altamente radioativo.

Então, quais são as políticas públicas que o Estado, que o Executivo, que o Ministério do Meio Ambiente pode adotar? Claro que em parceria com outros Ministérios, porque sabemos que todos somos responsáveis porque todos somos parte da mesma sociedade humana.

Para finalizar, eu também me preocupo quando vejo, veiculado pela imprensa, que o Ministro de Minas e Energia – e tive oportunidade até de questionar –, em uma entrevista no Canadá, claramente disse que está aberto a autorizar a exploração da atividade de mineração em terras indígenas quando a própria Constituição assegura o direito de propriedade, a função social da propriedade. Nós temos de respeitar os povos originários que são a comunidade indígena, que já sofre com ausência de médicos, com exclusão de médicos nos programas sociais.

Então, a minha preocupação e a minha fala como Senador e como Presidente é que, infelizmente, vejo que o Executivo não está cumprindo com seu papel nem no que tange à saúde e tampouco com a educação, com habitação, com moradia, com laser, enfim, com as garantias constitucionais que já estão asseguradas desde 1988.

Então, essa fala é mais um desabafo. Eu me coloco à disposição da população, das comunidades e de todos aqueles que estiverem nos assistindo e nos ouvindo para que participem, que mantenham contato.

Eu tenho um sonho: o sonho de que, um dia, esta Comissão esteja repleta de pessoas efetivamente comprometidas com o meio ambiente, porque é através do meio ambiente que nós vamos garantir a vida, o respeito à integridade física e o futuro das futuras gerações e da nossa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado.

Desculpas por me ter alongado.

Neste momento, passo a palavra ao Ministro para, em 30 minutos, fazer sua exposição.

Desde já agradeço.

O SR. RICARDO SALLES – Sr. Presidente, Srs. Senadores, senhoras e senhores, em primeiro lugar, agradeço a oportunidade de estar aqui no Senado para apresentar ideias, ouvir sugestões, críticas e projetos que cada um dos senhores Senadores certamente têm a agregar e a fazer o esforço conjunto – senhor colocou bem – para o trabalho em parceria do Poder Executivo com o Legislativo.

Nós temos procurado dar algumas prioridades à agenda do ministério, uma vez que é inexorável a constatação, como o senhor bem colocou, de que o meio ambiente é um valor de todos, valor inegociável, um princípio de preservação inegociável. E, portanto, tudo que nós fazemos no Governo, fora dele, nas nossas vidas pessoais, nas nossas atividades profissionais, no Governo Federal, nos Governos estaduais, nos Governo municipais, enfim, têm de levar o meio ambiente em alta consideração. Assim preceitua a Constituição Federal, colocando em pé de igualdade a preservação, o cuidado e o valor do meio ambiente dentre os critérios e os princípios mais importantes da nossa Constituição.

Qual é a missão a que nós nos dispusemos a avançar no ministério? Primeiro, como me referi há pouco, delimitar quais são as ações em que nós efetivamente podemos colaborar, com que podemos trabalhar, por que podemos lutar, dentro das limitações que temos como País. Há algumas limitações de ordem financeira, orçamentária; outras de ordem logística, locacional; outras de ordem cultural. Mas, reconhecendo essas limitações, fazer o melhor que estiver ao nosso alcance.

Com esse pensamento, nós identificamos, em primeiro lugar, que o Brasil, como o senhor bem colocou aqui ao tratar da questão da saúde das pessoas, da água potável, das habitações e, infelizmente, da moradia, muitas, Brasil afora, localizadas em locais de baixa qualidade, impróprios para moradia... Identificamos que o primeiro item que precisaríamos atacar – não que seja mais importante que os demais, mas, talvez, o mais premente – é o que nós denominamos de Agenda de Qualidade Ambiental Urbana.

Por que Agenda de Qualidade Ambiental Urbana? Dentre esses temas, 74, parece-me, ou 75 – os dados são conflitantes – um número significativo da população brasileira já vive nas cidades. E vivem nas cidades, em muitos casos, em condições de saúde e de meio ambiente muito precárias. Essas condições são determinadas, dentre outros motivos, por um problema grave – e ligado diretamente ao tema da água que o senhor bem colocou – ligado à falta de saneamento. Há uma cobertura de saneamento muito reduzida e, mesmo naqueles locais onde há coleta, muitas vezes o tratamento não está presente. Em alguns casos até há o tratamento presente, mas com grau de eficiência reduzido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, há emprego de recurso público nesse caso em especial para um tratamento que é pouco eficaz para fins de cuidado com o meio ambiente e saúde das pessoas. Então, para nós, na Agenda de Qualidade Ambiental Urbana, o saneamento talvez seja uma das matérias ou a matéria mais relevante.

Para além do tema saneamento, há também a parte de resíduos, comumente chamado de lixo, mas não só. Há um problema gravíssimo em todo País na gestão dos resíduos sólidos, em que pese nós tenhamos uma legislação de 2010, metas e valores bem postos; há um certo hiato entre o que está formalmente colocado e aquilo que é, na prática, verificado. Então, uma parte do nosso esforço no tocante aos resíduos é aproximar, portanto, a parte legal – já posta ou aquela legislação, ainda que infralegal, que possa ser aprimorada e que deve ser de maneira permanente – daquilo que acontece na prática.

Há um problema que transcende muito a esfera do Governo Federal. Vejo aqui o Governo Jaques Wagner, agora Senador, que deve ter enfrentado também essa dificuldade no Estado da Bahia com a questão do lixo, dificuldade com os Municípios. Os Municípios ficaram com bastantes encargos nesse tema dos resíduos do lixo e com poucos mecanismos – inclusive financeiro, mas não só – para lidar com esse tema. E a premência da Política Nacional de Resíduos Sólidos tendo de ser implementada também pela ótica dos Municípios. Então, outro tema que é prioridade para nós é essa agenda dentro da qualidade ambiental urbana, a agenda de resíduos.

Para além da agenda de resíduos e do saneamento, outra preocupação com reflexos imediatos na saúde das pessoas é a qualidade do ar. Nós demoramos oito anos para aprovar o regramento administrativo infralegal que daria uma melhora na qualidade do ar, sob a ótica da emissão dos combustíveis fósseis, dos veículos enfim, mas há muita coisa para avançar. E há instrumentos, inclusive vendo a experiência que ocorre o mercado internacional, com os países que enfrentaram esse problema da qualidade do ar... A China talvez seja o caso de mudança de qualidade do ar mais rápida. Pequim tinha um problema gravíssimo e, em curto espaço de tempo, vem endereçando soluções com alto grau de efetividade nesse sentido, em que pese haja outras experiências também muito importantes.

Então, esse é o tema da qualidade do ar, que complementa essa Agenda de Qualidade Ambiental Urbana, prioridade número 1 do Ministério.

Esse tema da qualidade do ar, Sr. Presidente, tem um impacto imediato na saúde das pessoas. O índice... Nós temos um número bastante elevado de doenças respiratórias decorrentes desse problema de qualidade do ar nos grandes centros urbanos do nosso País, e entendemos, portanto, que esse é um tema, embora endereçado sob a ótica do meio ambiente pelo nosso Ministério, tem reflexos diretos e bastante palpáveis na saúde das pessoas.

Então, saneamento, qualidade do ar, lixo, resíduos e alguns outros temas, importantes também na Agenda de Qualidade Ambiental Urbana.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós fizemos na sexta-feira, dia 22 de março, Dia Mundial da Água, o lançamento de um programa nacional, uma agenda de combate ao lixo no mar. Os Estados e os Municípios litorâneos percebem esse problema de maneira mais clara, mais evidente.

Os Estados que vivem do turismo têm as suas praias, enfim, o seu turismo ligado ao mar, ao litoral, diretamente afetado por esse problema. Aliás, que tangencia ambos os pontos: o lixo no mar propriamente dito, decorrente da poluição difusa que é carreada aos oceanos em razão da falta de gestão dos resíduos; e também a poluição decorrente da ausência de saneamento, que atinge diretamente a qualidade do turismo e a qualidade de vida das pessoas nos Estados e Municípios litorâneos.

Então, essa Agenda de Qualidade Ambiental Urbana no tocante ao combate ao lixo no mar foi lançada no Dia Mundial da Água, sexta-feira passada, e é uma agenda permanente de monitoramento de índices de qualidade, ações em parceria com Governos estaduais e municipais, parceria com a Marinha do Brasil, que já faz um trabalho bastante consistente nessa área. É um tema complexo e que exige permanentemente uma ação dos Poderes dos três níveis federativos e do terceiro setor também.

Então, esse é um tópico da Agenda de Qualidade Ambiental Urbana.

Outro tópico dessa Agenda de Qualidade Ambiental Urbana é o tema de áreas contaminadas. Por que áreas contaminadas têm esse peso? Porque área contaminada, além dos reflexos na saúde, tem o problema de ocupação das áreas urbanas, sobretudo nas regiões periféricas dos grandes centros urbanos. Ao permitir que nós tenhamos ocupações, habitações, sobretudo essas de baixa renda, em áreas contaminadas, estamos também deixando esse problema de saúde se ampliar. Então é uma questão importante que tem reflexos na saúde, mas também é pautado pela importante defesa do meio ambiente nesse aspecto.

No mundo, há uma discussão importante sendo travada – e nós, aqui no Brasil, enfrentamos e continuaremos a enfrentar esse problema, que demanda posturas muito bem fundamentadas –, que é a dubiedade ou conflito de posições decorrente de dois conceitos: a recuperação integral *versus* a recuperação suficiente e adequada à luz da destinação que determinada área contaminada se proponha, se para residência, se para atividade industrial, comercial, edifícios públicos, etc.

Então, essa Agenda de Qualidade Ambiental Urbana também engloba, portanto, o tema de áreas contaminadas.

Também faz parte dessa Agenda de Qualidade Ambiental Urbana a parte de áreas verdes nas cidades e nos grandes centros, ou seja, nós incentivarmos o aumento de vegetação para melhoria na qualidade do ar, de temperatura, de sensação, de grau de qualidade em áreas urbanas. Ter uma visão também bastante próxima daquilo que é supressão de vegetação em áreas sensíveis urbanas, sobretudo mananciais, mas não apenas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essas são matérias que vão se somando. Todas essas que compõem a Agenda de Qualidade Ambiental Urbana são matérias que vão se somando e têm direta relação com a qualidade de vida das pessoas que, como já mencionado, representam, na área urbana, 70%. Mais ou menos, pouco mais de 70% do volume da população brasileira já está vivendo em área urbana.

Então, é um tema muito importante tudo que diz respeito às áreas urbanas e que impacta o meio ambiente de maneira definitiva.

Quanto a essa agenda, a ideia concebida por nós para a Agenda de Qualidade Ambiental Urbana é que, a cada 30 dias... para o grupo da Secretaria da Qualidade Ambiental do ministério, em parceria com diversas entidades e órgãos governamentais e outras esferas e níveis da Federação – e importante também nesse ponto a parceria com o Legislativo, porque tem, tanto no Senado quanto na Câmara, projetos, ideias, frentes parlamentares que congregam muitos bons projetos, boas ideias e boas informações que, não sendo por esse canal, muitas vezes não chegam ao conhecimento do Executivo.

Nesse trabalho nós idealizamos que seria feito, a cada 30 dias, um tópico da Agenda de Qualidade Ambiental Urbana, justamente para que, neste interregno, entre um ponto da agenda e outro, pudéssemos coletar as contribuições, as informações, produzir o material de maneira adequada. Com isso, encerra-se de alguma forma a ideia da prioridade, que é a Agenda de Qualidade Ambiental Urbana.

Soma-se à Agenda de Qualidade Ambiental Urbana a visão da correlação entre os diversos segmentos produtivos, sobretudo o agronegócio, mas não apenas, com a agenda de defesa do meio ambiente. Então, esse é um tema de extrema importância para o ministério: como o ministério se correlaciona com as atividades que estão sob a tutela do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, como se relaciona com os temas que estão sob a tutela do Ministério de Infraestrutura, do Ministério do Desenvolvimento Regional, do Ministério de Minas e Energia e assim sucessivamente.

Por que essa preocupação? Porque, no cerne dos projetos emanados dessas diversas instâncias governamentais, nós entendemos que é extremamente importante inocular, desde o primeiro momento, do início da concepção do projeto ou da ideia, a preocupação com o tema ambiental, para que, ao longo do processo de criação e robustecimento desses projetos, vá se contemplando os diversos desafios ambientais desde o princípio, de tal sorte que com isso ganha o meio ambiente em primeiro lugar, e ganha a população, que terá projetos mais bem formulados em menor espaço de tempo, com maior robustez técnica e maior oportunidade para que esses temas sejam tratados e não sejam surpresa para o órgão licenciador – e talvez essa seja uma ideia que possa ser replicada nos níveis estaduais, naqueles projetos que são de competência, por delegação, dos órgãos de licenciamento estadual, e da mesma forma os órgãos municipais quando o Município é encarregado do licenciamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos esta fase de elaboração, concepção e alinhamento dos projetos desde logo contemplando o tema ambiental. Isso é uma preocupação que está muito presente no ministério e na interlocução com os demais ministérios. Quando chega para o licenciamento formal, seja através de iniciativa do Poder Público ou eventualmente de iniciativas privadas, mas que têm interesse público e que, portanto, tenham passado pelos respectivos órgãos em cada ministério, isso já chegaria com os principais pontos bem alinhavados para o licenciamento ambiental no Ibama. Isso facilita sobremaneira; desincumbindo-se de uma parte do trabalho técnico, que já teria sido antecipado e bem endereçado, dá mais condições para que a análise técnica do nosso órgão licenciador se debruce sobre os temas que realmente são de maior relevância e que encontram desafios em cada caso concreto, ao invés de ter que se dedicar a lapidar as ideias, a entabular esses projetos em temas que já poderiam de alguma forma ter sido bem formulados nos respectivos órgãos.

Essa também é uma ideia de preservação, de cuidado, de prestigiar o meio ambiente em todos os projetos de interesse dos demais ministérios e que certamente também são objeto de preocupação e acompanhamento e contribuição do Legislativo nas suas respectivas frentes parlamentares, nas câmaras. Enfim, em cada órgão em que eles estejam relacionados certamente haverá muitas contribuições para serem agregadas. Essa é uma preocupação nossa.

Nesta agenda também de prioridades do ministério está o tema da mudança climática e da Amazônia, diretamente relacionados um com o outro, em que nós optamos por dar maior foco a determinados princípios. Primeiro, com relação ao monitoramento: ter um sistema de monitoramento aprimorado, melhorado, e para isso buscando tecnologias que nem sempre estão disponíveis no nosso mercado nacional, mas estão disponíveis em outros... De origem inclusive internacional.

Hoje, por coincidência, na parte da manhã, fizemos uma reunião no Censipam, o centro de monitoramento da Amazônia, em que se discutiu o avanço para uma tecnologia em que se congregam monitoramento por satélite, monitoramento por radar e a utilização de uma certa tecnologia, *drones*, VANTs, etc., para um processo de monitoramento e fiscalização da Amazônia com relação ao desmatamento ilegal, seja decorrente de avanço da agropecuária, ou supressão de vegetação para madeira ilegal, garimpo, etc., e esse esforço se dedica tanto às áreas de unidades de conservação, como às áreas indígenas, áreas que pertencem aos governos estaduais, áreas sem destinação, enfim, às diversas modalidades de ocupação territorial presentes naquela localidade. Então, a ideia foi, hoje cedo, delinear quais são as tecnologias possíveis e à disposição para que nós tenhamos uma maior dedicação e, com isso, uma maior qualidade e velocidade na obtenção dessas informações.

Também, por outro lado, o desafio dessa parte de monitoramento do desmatamento e ações é um trabalho que se faz, basicamente, em três fases: a primeira fase, identificação das imagens e o monitoramento, seguida do chamado alerta de desmatamento, que é o sinal que é emitido, e o relatório, o laudo que é decorrente desse alerta, ou seja, técnico – e aí o sistema discutido hoje é que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

isso se fará de uma maneira automatizada, por inteligência artificial, algoritmos, uma maneira mais eficiente –, o relatório decorrente, portanto, dessas imagens, desses alertas.

Esse relatório gera, por sua vez, algumas possibilidades de ações, que podem ser, simplesmente, a constatação, por exemplo, à luz da informação contida no âmbito estadual, de que se trata de uma área de supressão de vegetação autorizada ou não pelo Cadastro Ambiental Rural, pelo PRA, enfim, pelos sistemas à disposição dos órgãos ambientais estaduais junto com o Governo Federal, ou, caso se trate de um desmatamento aparentemente ilegal, quais medidas devem ser tomadas: medidas de fiscalização remota, sensoriamento e fiscalização remota, por um lado – e o mais sistematizado e automatizado possível – ou, naqueles casos mais importantes ou em que haja uma densidade de informações a comprovar realmente a real necessidade de ação *in loco*, atividades de fiscalização e de polícia propriamente ditas, poder de polícia, em solo, no local.

Com essa visão de monitoramento, identificação de alertas e pareceres e a fiscalização *in loco*, nós teremos mais condições de dar uma resposta significativa para a redução do desmatamento e, com isso, uma melhora do tema de mudanças climáticas e a posição brasileira em relação a esse aspecto.

Há outros temas importantes também sob os nossos cuidados e que tenho certeza interessam ao Srs. Senadores, que são a efetividade do processo de licenciamento e o cuidado em transformá-lo em algo detalhado, célere e ao mesmo tempo com qualidade. Há uma constatação nacional que transcende o Poder federal, vai também ao âmbito do licenciamento estadual e em alguns casos municipal, de que há um subdimensionamento dos corpos técnicos, da equipe de trabalho e, em alguns casos, até questões orçamentárias e, por outro lado, uma dispersão deste trabalho às vezes em temas que não demandam a mesma importância ou o mesmo grau de detalhamento que temas relevantes, como – e o senhor colocou bem – o tema das barragens, e já vou entrar nele.

Em outras palavras, o que isso significa? Que nós precisamos dar foco aos temas mais relevantes, aprofundar as análises por ocasião dos licenciamentos, análises essas que demandam, de fato, maior dedicação, aprofundamento e detalhamento do trabalho dos diversos órgãos licenciadores e, no nosso caso em especial, o Ibama, e com isso desafoga essa equipe, portanto, para poder fazer esse trabalho de maneira mais satisfatória. Os casos de baixa relevância, baixo risco, podem e devem, a exemplo do que acontece mundialmente, ter um tratamento mais expedito porquanto não representam, pelo menos *a priori*, um risco maior à sociedade ou ao meio ambiente, dada a sua complexidade, tema, etc.

Como temos, tanto federal quanto estadual e municipal, uma limitação inconteste, é preciso saber priorizar, portanto, esses esforços, sejam de recursos humanos, de tecnologia ou orçamentários, para os temas de fato de maior relevância. Isso se dá na parte antecedente, ou seja, no licenciamento e se dá também na parte subsequente, que é a fiscalização.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O tema das barragens em especial não foge a essa lógica. O que houve no final neste caso específico de Brumadinho, e uma ponderação que serve para o tema de barragens em geral, mas também outras infraestruturas? Há um subdimensionamento do corpo técnico especializado, uma dispersão do trabalho fiscalizatório em questões às vezes que não demandam ou não demandariam uma análise tão detalhada, mas aquelas que demandam têm tido uma análise superficial. Então, o maior foco nessa parte das barragens... E aí são diferentes cenários, as barragens de mineração têm uma conformação, fiscalizadas no aspecto de segurança pela Agência Nacional de Mineração, que não está nesse mistério, licenciadas na grande maioria dos casos pelos órgãos estaduais por força da delegação de competências de licenciamento aos órgãos estaduais, mas com uma função subsidiária complementar do órgão federal.

Então, o Governo respondeu, e isso já está em andamento, com um curso de capacitação e aumento da capacidade de trabalho do corpo técnico da Agência Nacional de Mineração para ter um maior grupo de pessoas habilitadas a aprofundar e acelerar esse processo de reanálise ou verificação das barragens. Trata-se especificamente das de mineração.

As barragens de uso múltiplo de energia elétrica, enfim, têm uma outra conformação, até porque, nesses casos, aquela técnica da construção a montante não se põe. Então, são casos diferentes. Mas, de todo modo, essa é uma preocupação bastante grande.

Por fim, nós temos um outro aspecto também muito positivo, e nesse ponto também eu diria até que uma participação decisiva dos representantes do Legislativo nos diversos Estados, que são as unidades de conservação, os parques nacionais, as áreas administradas pelo Instituto Chico Mendes, pelo ICMBio.

Nós temos aí um desafio grande: são áreas espalhadas em todo o Território nacional, cada uma delas com as suas características, com o seu entorno diferente um do outro, com desafios de toda natureza, seja de infraestrutura, de possibilidades de visitação, desafios de conservação, de biomas, enfim, muito distintos uns dos outros. E o nosso cuidado nesse aspecto é saber identificar, no caso a caso, quais são as principais demandas para cada uma dessas unidades, qual a melhor forma de endereçar a solução para esses desafios, e isso passa também pela participação do setor privado, através de concessão de muitas dessas unidades, os parques nacionais, para o ecoturismo, tão importante na conservação, na conscientização, na geração de oportunidade de emprego, na geração de recursos para a própria conservação daquela biodiversidade. Enfim, é um mecanismo que acaba reforçando, portanto, a defesa e a conservação do meio ambiente, na medida em que traz novos investimentos, novas tecnologias, traz uma nova estratégia de gestão para áreas em que, estando dispersas em todo o Território nacional e com questões orçamentárias e de administração que limitam a efetividade do processo, a coparticipação do setor privado através dessas concessões – ou permissões, em casos específicos – é muito bem-vinda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, de forma geral, são esses os principais desafios que nós temos à frente do ministério neste momento e para os quais nós gostaríamos muito de ter a parceria do Senado e das Sras. e Srs. Senadores para o encaminhamento de sugestões, de ideias, de críticas, o que entenderem pertinente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Muito obrigado, Ministro, pelos esclarecimentos.

Neste momento, para interpelar o Ministro Ricardo Salles, eu convido o Senador Jaques Wagner, do PT, para suas considerações, por até cinco minutos.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Para interpelar Ministro.) – Boa tarde, Presidente; Sras. e Srs. Deputados.

Sr. Ministro, prazer em recebê-lo.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Falei Deputados? É o vício do cachimbo, porque fui por doze anos Deputado e só estou há dois meses como Senador. Perdoem-me, Senadores.

Eu fui Governador do Estado e gostava de dizer para qualquer plateia de empresários ou de militantes do movimento ambientalista que eu considero que o meio ambiente tem dois grandes adversários: o fundamentalista da motosserra, que acha que tudo vale a pena – perdoe-me roubar do poeta – se a grana não é pequena, e o fundamentalista da contemplação, que acha que nada pode ser feito – óbvio que há lugares em que nada pode ser feito –, que em geral nada pode ser feito. Eu acho que esses dois militam, como sempre nos extremos, no mesmo sentido: no sentido de não encontrar um caminho que é próprio da democracia, do bem-vindo debate de ideias, em que você acha um caminho. Como se diz: não me diga que não pode, me diga como pode. Então, minha cabeça é essa.

Fui por oito anos Governador do Estado e me orgulho de ter facilitado muito o processo de licenciamento ambiental, até na linha do que o Ministro falou, porque eu entendo que, a depender do impacto ambiental, do negócio, do investimento, alguns podem ser até autodeclaratórios, como é o imposto de renda. Você declara. Nosso drama seria ter capacidade de fiscalizar e ser efetivo numa aplicação de pena para aqueles que fizessem uma autodeclaração fraudulenta.

Então, sempre orientei a equipe nesse sentido. É evidente que uma fábrica é uma coisa e um hotel que vai vender meio ambiente é outra, se ele estragar o meio ambiente ele próprio estragará o negócio dele.

É óbvio que esse é um debate sempre muito quente, muitas vezes ideologizado. Eu tenho preocupação, Ministro, porque eu sei de algumas afirmações que o senhor fez em entrevistas, sei da sua convicção que vou chamar ou ideológica ou programática, diferente da minha, o que não nos impede de termos a capacidade de dialogar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que o pior caminho para se encontrar soluções é quando se dicotomizam as coisas e se botam as pessoas obrigatoriamente como inimigos. Eu acho que a beleza da democracia é a pluralidade, a ruindade da democracia é quando as pessoas não sabem conviver com essa diversidade. Por que eu estou falando isso? Porque ontem o Deputado Flávio Arns foi à tribuna para defender o sistema de saúde dos indígenas, que estava sendo partilhado em vários locais, e um outro colega...

Eu falei de novo Deputado?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Bem, serei punido depois.

Um outro Senador levantou com aquilo que eu acho que é tábula rasa, que eu espero que não ocupe nem a sua mente nem a orientação do ministério: "Ah, não, porque esse dinheiro ia para a mão das ONGs, e não para a mão dos índios". Eu disse a ele: "Colega, jogue a água suja fora, mas não jogue a criança junto". Eu aprendi que tem santo e diabo em tudo que é lugar, inclusive dentro da gente, e a luta sempre é para você tentar fazer o santo prevalecer.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Por que eu estou lhe falando isso? Porque, infelizmente, para a minha concepção, o atual Governo Federal, e particularmente a figura do Excelentíssimo Senhor Presidente, é muito ideológico em tudo que ele fala. Então, fecha portas para o diálogo. "Vamos matar adversário". Não vou listar aqui. Ou "vamos acabar com as ONGs, que estão roubando a biodiversidade da Amazônia". Seguramente, se nós não nos cuidarmos, as pessoas irão lá, laboratórios travestidos de ONGs, para fazer isso, mas em toda generalização, acaba que a gente joga fora a água e a criança. Então, eu queria levantar essa preocupação porque existe muito essa tônica no começo do Governo, e eu acho que ela é péssima. Nós somos uma sociedade plural, diversa, com concepções diferentes, graças a Deus, e temos que ter a capacidade de debater sem se ofender e acharmos o caminho do meio. Então, em primeiro lugar queria colocar isso.

Segundo, em relação às questões das barragens, já disse isso em outra Comissão, nós não teremos estrutura suficiente para fazer fiscalização de barragem, pelo volume de barragens que nós já temos. Eu acho muito mais próprio que nós obriguemos as mineradoras a terem seguro das barragens, porque quem vai fiscalizar não sou eu, não é o senhor, é a própria seguradora, que não fará seguro se o cidadão não cumprir *ipsis litteris,* porque aí é dinheiro brigando com dinheiro, e não o setor público, às vezes fragilizado, brigando com uma gigante da mineração. Seria muito mais prático. Imagine uma grande seguradora vindo segurar a barragem de Brumadinho. Não vou dizer que não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aconteceria, mas é possível que não acontecesse, porque ele, para garantir o seguro, ia fazer um rosário de obrigações para aquela empresa.

Então, eu não tenho nenhum preconceito contra a iniciativa privada. Eu fiz licenciamento ambiental em convênio com entidades da iniciativa privada. A palavra final é minha, mas quem preparava o processo, exatamente porque eu não tinha gente suficiente para preparar, era gente de fora. Eu fico preocupado porque eu ouvi a sua afirmação sobre Suframa, e só quero desejar e esperar que ela não corresponda a essa lógica de que, se é ONG, obrigatoriamente é nefasta, porque tem gente ruim em tudo que é lugar.

Essas são as duas observações que eu queria fazer.

Eu, por acaso, fui Ministro da Defesa e considero, conheço muito o sistema que V. Exa. visitou, o sistema de controle, e acho que ele é bastante moderno. Pode ser que tenha evoluído, e creio que os militares o usam bem. Se houver algo para evoluir... Mas reconheço que o mapeamento que se faz via satélite, agora que nós já conseguimos lançar um satélite próprio, nosso, brasileiro, feito em convênio com a França... Eu creio que tudo tem que ser aprimorado. Mas, exatamente em relação à Amazônia, a minha pergunta é se o ministério ou o Governo já tem metas em quilômetros quadrados de desmatamento, meta piso de desmatamento que tenha a ver com o Acordo de Paris. Então, eu queria saber se V. Exa. já estabeleceu... Eu sei que faz pouco tempo que chegou. Ou se o próprio Governo tem essa, vamos dizer... Se já tem estabelecido esse limite de desmatamento.

Até na Comissão de Relações Exteriores um colega Senador acho que fez também um convite a V. Exa., pela afirmação que V. Exa. fez de que o aquecimento global é só uma questão teórica. Eu acho que, evidentemente, a natureza por si só tem a sua evolução, é claro que a gente controla muito mais microclima do que o clima em geral, mas a soma de mil microclimas malcuidados seguramente dará impacto. Eu também não sou de abraçar verdades absolutas, porque para mim todas elas, via de regra, embutem alguma mentira, mas, como o senhor levantou esse tema, acho que a Comissão de Relações Exteriores... Não sei se já formulou esse convite, porque ele queria fazer exatamente esse debate sobre esse tema do aquecimento, mas eu queria ouvi-lo também.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado, Senador Jaques Wagner.

Quero deixar registrada aqui a minha satisfação, enquanto Presidente desta Comissão, de tê-lo como Vice-Presidente. E não só V. Exa., mas o Jean Paul, o Alessandro, Senadores que efetivamente estão comprometidos com essa causa tão nobre. Obrigado por suas ponderações.

Passo a palavra ao Ministro para que, em até 5 minutos, responda por gentileza.

O SR. RICARDO SALLES – Senador Jaques Wagner, agradeço muito as suas ponderações, muito equilibradas e muito procedentes sob todos os aspectos em que se manifestou aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tomei a liberdade de anotar cada um dos pontos e vou começar pelo último, mais recente.

A ponderação que eu fiz e que reflete exatamente o que eu penso é que a discussão... Que há aquecimento... Acho que todos temos alguma concordância, como o senhor bem colocou, acerca da existência do aquecimento. As variações climáticas são perceptíveis, seja o regime de chuvas, nível do oceano, enfim, há uma série de critérios que nós poderíamos elencar aqui exaustivamente. A discussão a seguir é: qual é o percentual de contribuição das atividades humanas para esse aquecimento? Quanto disso é decorrente da atividade humana e quanto é consequência natural da dinâmica do planeta, da natureza? Nesse aspecto, como o senhor bem colocou, há verdades absolutas e há questões de bom senso e de equilíbrio de parte a parte.

Como nós nos posicionamos? Foi para dizer o seguinte. O Brasil tem inúmeros desafios, conforme listamos aqui, na agenda de qualidade ambiental urbana, saneamento, qualidade do ar, lixo, enfim, vários. Há vários desafios, muitos ainda incipientes no que diz respeito à resposta pública. Portanto, a discussão acadêmica acerca do modelo de mensuração, do formato de enquadramento do problema e tudo mais, ainda que nós reconheçamos que ela é importante, ela não me parece ser o caso prioritário para um órgão governamental dedicar os seus recursos escassos, seja sob a ótica dos recursos humanos, orçamentários ou técnicos. Ou, em outras palavras, nós reconheceremos e apoiaremos a discussão feita no âmbito da academia, terceiro setor, etc., mas como prioridade do Ministério não está a discussão se a origem é do homem e em que proporção etc., mas, sim, tomar essas medidas a que me referi aqui, da agenda de qualidade ambiental urbana, que acabam sendo, ao fim e ao cabo, também contribuições nossas para essa agenda de combate à mudança climática, não como um fim em si mesmo, mas como atividade meio dessa agenda que nós reputamos mais relevante neste momento, de um país com necessidades e problemas tão tangíveis quanto esses já comentados.

Às vezes são difíceis as colocações via mídia impressa ou... Elas não necessariamente espelham o espírito daquilo que se quer dizer. Então, é muito importante a sua colocação nesse sentido, porque me dá a oportunidade de dizer isso de maneira bem direta. A sua análise foi muito ponderada, sob todos os aspectos. Volto àquilo que V. Exa. colocou bem na sequência.

De fato, a análise nossa do licenciamento é uma análise de impacto. O licenciamento é um instrumento através do qual os órgãos ambientais mensuram o resultado para a sociedade nas mais diversas frentes – geração de empregos, desenvolvimento etc. etc. – e também os riscos inerentes, medidas mitigatórias ou compensatórias. Então, o licenciamento precisa estar bem enquadrado, ele precisa estar bem calibrado para ele dar a melhor resposta para o desafio mais evidente, o desafio que está posto ali para nós. Então, o que o senhor fez no Estado da Bahia serve de inspiração para nós do ponto de vista da objetividade.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RICARDO SALLES – Com relação às ONGs, para ficar aqui no segundo tema, nós também entendemos isto: há bons projetos e boas ideias que acabam sendo obscurecidos, ou, em alguns casos, até relativizados por alguns projetos e algumas prestações de conta ou metas ou ideias que não são explicitadas, quer seja por incapacidade ou desiderato próprio. Então, o que nós estamos tentando fazer com esse esforço? Fazer justamente esta distinção: aquilo que, pelo mérito, pelo objetivo, enfim, pelas diversas características, merece apoio e continuidade e aquilo que merece algum reparo, no todo ou em parte.

Por fim, Sr. Presidente, só concluindo, com relação à segurança das barragens.

Acho que a ideia do seguro é perfeita. É uma ideia supercorreta que dá uma resposta realista para um problema que está posto. Nós estamos falando, no caso de barragens de mineração, de mais de setecentas Brasil afora. De maneira geral, são milhares, se nós congregarmos as de uso múltiplo, energia elétrica e mineração e, de fato, não há, com o senhor bem colocou, força regulatória que consiga se equiparar a esse volume gerado pelo setor produtivo. O setor de seguros, por outro lado, como bem posto, tem, sim, interesse em fazer uma boa auditoria, uma boa fiscalização, porque ele próprio vai mensurar prêmio, ele próprio via mensurar risco, ele vai mensurar o custo do seguro. E, se nós fizermos a exigência – essa é uma excelente ideia – do seguro como regra, ele se encarregará de normatizar um problema de disparidade de informações muito evidente.

Sr. Presidente.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. *Fora do microfone*.) – E sobre a questão do desmatamento da Amazônia?

O SR. RICARDO SALLES – Ah, me desculpe. Eu anotei aqui, mas não grifei.

Quanto ao desmatamento, o que nós temos feito? A primeira medida foi tornar a divulgação dos dados do Deter, que é um dos sistemas de monitoramento, de divulgação mensal. Em vez de aguardarmos o período de divulgação anual para só então entabular esses raciocínios estratégicos, nós decidimos... O Ibama tem feito, a cada primeira semana do mês – já foi feito o segundo, agora será o terceiro –, a divulgação dos dados de desmatamento.

O que nós pretendemos fazer? Reduzir o desmatamento. O Brasil tem uma curva hoje – isso foi objeto de discussão – ascendente de 2012 para cá e, no final de 2016 e 2017, 2018 e 2019, como tudo indica, já há um crescimento vindo lá de trás. Então, é uma área muito sensível. De fato, as mudanças de curso não surtem resultado imediato. Então, o que nós temos feito é criar esse arcabouço de medidas, de monitoramento e de fiscalização para a redução. Quanto nós vamos conseguir reduzir? Ainda não conseguimos saber, porque, de fato, essas medidas que nós estamos delineando e que precisarão ser feitas em parceria com os Estados... Nessa região da Amazônia, sobretudo, são áreas muito grandes. A realidade local, os governos estaduais sabem bem. As dificuldades das diversas cadeias produtivas – agroflorestal, setor agro, a parte de mineração e tudo mais – têm peculiaridades

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

próprias. Então, seria prematuro neste momento dar um percentual propriamente dito, mas há necessidade de – o senhor bem ressaltou –, no mínimo, conter essa evolução do gráfico e, no mais curto espaço de tempo, inverter a curva. Isso é fundamental.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Sr. Senador Jaques Wagner, V. Exa. deseja contraditar algo mais?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Só isso.

Todos os que desejarem participar deste evento poderão fazê-lo através do portal e-Cidadania, no *site* www.senado.leg.br/ecidadania, ou por meio do telefone 0800-612211.

Nesse sentido, Ministro, tomo a liberdade de prestigiar os questionamentos aqui chegados.

O primeiro deles é de Antonio Vieira, do Acre, que questiona: "Quando o Ministério do Meio Ambiente aprovará o Plano Nacional de Gestão de Resíduos Sólidos, previsto na Lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos?"

Também do Acre, Pablo Saldo: "Quem cuidará de Produção e Consumo Sustentáveis no Ministério do Meio Ambiente? Antes havia um departamento específico, hoje sequer é citado nas atuais competências."

Parabenizo o Acre pela participação.

Por fim, do Distrito Federal, Clarissa Barros, que pergunta: "Qual é o objetivo do governo com a suspensão das parcerias com ONGs?"

O SR. RICARDO SALLES – Com relação ao Plano Nacional de Resíduos Sólidos, que é uma lei federal já em vigor há bastante tempo, o que nós verificamos, Sr. Presidente, Srs. Senadores, é que há uma distância muito grande entre aquilo que foi delineado como objetivo, como metas – e aí nós temos os acordos setoriais, as políticas regionais de reciclagem, de logística reversa... Há um problema de regionalização muito grande. As realidades nos grandes centros urbanos e em algumas regiões do País são muito díspares, e a solução, portanto, não pode ser a mesma. Diversos...

Nós teremos na semana que vem a Marcha dos Prefeitos, os prefeitos com problemas sérios de responder às obrigações decorrentes da Política de Resíduos. De outro lado, os diversos setores produtivos com os respectivos acordos setoriais, com as obrigações, com as metas e com os prazos, premidos por uma situação factual que não se coaduna necessariamente com a legislação que foi posta. Em outras palavras, nos parece um caso típico em que há um distanciamento entre o mundo ideal e o real, e nós precisamos aproximar esses dois polos, essas duas questões, com muito bom senso, reconhecendo quais são as limitações do setor público, do setor privado e do terceiro setor

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para que possam alcançar resultados concretos, em vez de traçar algumas metas que, nós sabemos, são de muito difícil atingimento por parte desses diversos setores. Onde acaba ficando o peso desse distanciamento, desse hiato entre o real e o ideal? Acaba ficando sobre os prefeitos, extremamente onerados, sobre os governos estaduais, também com problemas graves de gestão dos seus resíduos, e sobre os setores produtivos, que incutem um risco e um custo que acaba se refletindo diretamente na sua capacidade de investimento, de contratação e, portanto, de aprofundamento – ao não contratar, ao não investir, ao não fazer – de problemas sociais, de meio ambiente e de outras naturezas.

Então, esse assunto do resíduo acaba sendo um assunto extremamente complexo, cujo resultado, decorrente de uma ação desequilibrada ou desconectada da realidade, gera efeitos nocivos em várias cadeias, em vários segmentos, públicos e privados.

Então, a resposta não é uma resposta simples, mas é uma resposta de adequação permanente entre o que acontece do ponto de vista legislativo, normativo, e no campo real das prefeituras, governos estaduais e setores produtivos.

Com relação ao consumo sustentável, nós entendemos que esse é um trabalho de todo o Ministério. Ao contrário de se criar um órgão específico para cuidar do tema de consumo sustentável e essa parte de educação ambiental e tudo mais, nós temos uma visão de transversalidade. Este é um tema de tanta importância que ele permeia todas as secretarias, todos os órgãos, todas as iniciativas, e deve ser assim, na nossa visão, porque o não contemplar esses princípios em qualquer um dos segmentos que se colocam vai gerar lá na ponta uma distorção que não será simplesmente um órgão encarregado desse ponto que vai resolver. A exemplo do que falávamos das políticas ministeriais nas outras pastas, ele tem que estar inoculado na formulação e no desenho de cada um dos projetos e pontos a serem desenvolvidos.

Por fim, a terceira, que é aqui do Distrito Federal, com relação à suspensão de parcerias.

Não houve suspensão linear. O que houve foi um sobrestamento das novas eventuais parcerias para que nós pudéssemos olhar com cuidado – aliás, da forma como bem posta pelo Senador Jaques Wagner –, distinguindo, portanto, aquilo que está bem posto, bem desenhado e deve continuar na forma em que está e aquilo que merece reparo total ou parcialmente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Muito obrigado, Ministro.

Concedo a palavra ao Senador Alessandro Vieira para suas considerações e questionamentos por até 5 minutos.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. Para interpelar Ministro.) – Boa tarde, Sr. Presidente, Sr. Ministro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Já antecipo minhas escusas, mas é que esta Casa recebe simultaneamente três Ministros de Estado concentrados neste mesmo corredor – deve ser algum recorde! Merece elogio o Governo por disponibilizar seus principais assessores para prestar esclarecimentos.

Objetivamente, Sr. Ministro Ricardo Salles, vou apresentar alguns dados e pedir os esclarecimentos que eu venho recebendo de colegas aqui – peço licença para fazer a leitura.

Uma das coisas mais inoportunas e inadequadas que se pode ter é tentar substituir uma ideologia radical por outra ideologia igualmente radical, só que em sentido contrário. Essa é a melhor forma para você não resolver nada, só para aprofundar problemas.

Nós temos problemas severos, Sr. Ministro, no tocante à fiscalização de segurança ambiental. O senhor fez a destituição de 21 dos 27 gestores estaduais do Ibama, inclusive do gestor de Minas Gerais que denunciou o risco do desastre de Brumadinho e não foi adequadamente ouvido.

Este Governo, Sr. Ministro, liberou, nos últimos três meses, 54 novos agrotóxicos, uma média de 3 a cada 2 dias. Setenta por cento desses insumos... Eles são essenciais, o uso do defensivo agrícola é essencial para o agronegócio, ninguém discute isso.

O Brasil chegou à posição de celeiro do mundo com a legislação que tínhamos e com aqueles produtos que usávamos. Liberamos agora esses 54 novos agrotóxicos, 21 deles denominados pela própria Anvisa como "altamente tóxicos". Setenta por cento deles têm proibição em outros países do mundo.

Cito alguns exemplos: Hexazinona, vetado na Europa desde 2002; Sulfoxaflor, proibido nos Estados Unidos. E ressalto que, aqui no Brasil, a reavaliação dessa liberação, ordinariamente falando, só é feita daqui a 15 anos. Então, ficamos 15 anos dependendo e sofrendo com o consumo inadequado de produtos.

Nós temos uma situação, pelo menos indicativo, de aumento de desmatamento – o senhor reconheceu essa curva de crescimento – e gostaríamos de entender qual seria a política de forma um pouco mais efetiva para que a gente tenha a redução do desmatamento no Brasil.

E, mais precisamente, queremos entender qual é a sua visão com relação – peguei a sua fala e também, tangencialmente, a fala em explicação e em resposta ao Senador Jaques Wagner – à questão do aquecimento global, para que fique de forma mais clara qual será a postura do Governo considerando a postura internacionalmente estabelecida sobre o tema.

Obrigado, Sr. Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado, Senador Alessandro Vieira.

Ministro, sua resposta em até 5 minutos, por gentileza.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RICARDO SALLES – Senador, obrigado pelas colocações, todas muito relevantes. Vou começar obedecendo a sequência em que o senhor as colocou.

Com relação às superintendências do Ibama, o que nós tomamos foi uma decisão linear, até para que administrássemos o mesmo princípio para todos os casos, que era a substituição – e isso está sendo feito –, em alguns casos até pode haver a recondução, se assim se mostrar adequado. Assim foi feito para que nós tenhamos a exata medida de quem são os nossos representantes de meio ambiente em cada um dos Estados, todos eles. Novos a serem colocados ou reconduzidos estão sendo já entrevistados, verificadas as suas questões técnicas, para que possam, assim, ocupar essas posições.

Nesse sentido, até cabe uma questão importantíssima, que é a parceria do Poder Executivo com o Legislativo. Quem conhece a realidade dos Estados são os senhores, representantes do Legislativo. Eu, como cidadão de São Paulo, posso falar com bastante pertinência, bastante consistência, do meu Estado, o Estado de São Paulo, mas não posso falar igualmente dos Estados de cada um dos senhores. Então, é muito positivo poder receber essas colaborações, essas indicações, porque sabem, sim, muito melhor do que o Poder Central... Aliás, esse é um problema do nosso sistema federativo, que centraliza no Poder Central, no Executivo, muitas das decisões que seriam mais bem tomadas de forma descentralizada nos Estados e nos Municípios. Portanto, a ideia de fazer isso era também para prestigiar esse modelo federativo e, portanto, a atuação dos senhores representantes do Poder Legislativo em cada um dos respectivos Estados.

Com relação aos agrotóxicos, eu compartilho da preocupação. Acho que, realmente, nós vivemos um problema sério no Brasil, mas, talvez, enquadrar a origem do problema seja também igualmente importante. Por que nós temos, de maneira geral... Claro que esse raciocínio sempre incute algum erro, porque está, como bem colocou o Senador Jaques Wagner, generalizando um pouco o raciocínio, mas ele serve para o fim da nossa colaboração, que é um sistema regulatório, um órgão regulador e um procedimento de análise e aprovação absolutamente anacrônico e que tarda a sua análise, dá respostas, sejam positivas ou negativas, de forma intempestiva, seja para aprovação ou reprovação. E é esse sistema – a questão é sistêmica – que gera, justamente, esses riscos à sociedade, porque demora tanto para analisar e aprovar ou até, eventualmente, rechaçar alguma coisa que, quando o faz, faz de maneira tardia, e a resposta tardia é, no mais das vezes, inadequada. Então, me parece que o processo de aprovação, em que pese não ser matéria do Ministério do Meio Ambiente – há apenas uma coparticipação do ministério nessa etapa que culmina com o registro lá na Anvisa, do Ministério da Saúde –, é uma matéria para olharmos principalmente o procedimento de registro, aprovação e análise para, com isso, dar maior efetividade.

Como relação à redução do desmatamento.

É isto o que temos feito, atacar neste binômio, origem do desmatamento, um problema que muitas vezes está em incentivos ou desincentivos para a prática, incentivos de produção, exploração de agroflorestal, a parte de manejo, toda a parte de incentivos, pagamento por serviços ambientais, o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

reconhecimento e, aí, um apoio necessário, extremamente importante, do Governo Federal para os estaduais na consecução do objetivo almejado pelo Código Florestal no tocante ao Cadastro Ambiental Rural, o CAR. Então, nós precisamos colocar todas as propriedades no CAR e, ato contínuo, fazer a aplicação do PRA, o Programa de Regularização Ambiental, que é de competência estadual. Não fazer a aplicação do PRA, eu entendo que é um desserviço em ambos os lados, quer seja para a agricultura, porque traz insegurança jurídica e, portanto, fragiliza todos os dispositivos, inclusive esses de manutenção, e também, sobretudo, para o meio ambiente, porque diversas das medidas de recomposição florestal que fariam cair o índice de desmatamento, porque seriam áreas em recomposição, estão sendo tolhidas. Nós temos um subaproveitamento dessa recomposição florestal porque o PRA não está validado. Então, não se dá a segurança jurídica para que o proprietário faça a recomposição. Então, este é um trabalho também importante com relação aos índices de desmatamento, para além da fiscalização e do monitoramento explicitados aqui, que impõem uma tecnologia e uma dedicação maiores.

Por fim, reafirmar aqui a nossa posição em relação ao aquecimento global. A discussão teórica, acadêmica, metodológica etc. do aquecimento continua sendo feita no âmbito da academia, pelo Ministério de Ciência e Tecnologia, enfim, pelos órgãos que têm capacidade e habilitação para tanto, e nós, com relação ao meio ambiente, vamos cuidando da agenda de qualidade ambiental urbana, que tem tudo a ver com isso.

Mas, especificamente quanto à parte de aquecimento global, há um aspecto importante – aquecimento/Acordo de Paris. Quando da negociação do Acordo do Clima, os países desenvolvidos colocaram à disposição dos países em desenvolvimento, grupo no qual nós estamos inseridos, um montante de US$100 bilhões, basicamente num raciocínio simplista de que, "para que vocês façam a preservação e o cuidado do meio ambiente, os países desenvolvidos pagarão por isso". Estou simplificando, não é tão simples assim, mas... E, desses US$100 bilhões, apenas US$1 bilhão foi disponibilizado ao Brasil. Nós estamos falando do país que mais preserva, que tem a maior capacidade de atuação, que tem feito um excelente trabalho e cuja compensação financeira decorrente daquilo que já tem feito e já tem demonstrado não tem ocorrido.

Então, este também é um esforço nosso: trazer recursos para que o País possa efetivamente remunerar, compensar e monetizar todos aqueles, em diversos setores, que têm feito esse esforço.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – O Senador Alessandro Vieira deseja contraditar?

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Sim. Quero apenas... (*Fora do microfone.*)

Desculpe-me, Presidente! Apenas quero consignar para dar mais clareza: então, as exonerações se deram para que pudesse haver um espaço de composição política por indicação, especificamente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

pelos Estados, o que não necessariamente é negativo, mas sempre embute um risco, normalmente pela falta de qualificação dos indicados. Espero que não aconteça isso.

Com relação à autorização, que nos parece e a qualquer pessoa meridianamente racional acelerada, de 54 defensivos agrícolas num lapso de três meses, eu sou obrigado a me reportar à imagem que o Senador Jaques Wagner utilizou: você está jogando fora a criança, a água suja, a bacia, tudo junto de uma vez só. Não há o menor sentido em justificar, pelo retardo no passado, uma aceleração indevida e inoportuna.

Aproveito este espaço para abordar outro questionamento, muito pequeno, que nos chegou agora, Presidente Fabiano: a notícia do possível cancelamento do programa federal de conversão de multas ambientais, com a anulação do edital de investimento de cerca de R$1,5 bilhão em recuperação ambiental e em ações de adaptação a mudanças climáticas nas bacias...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – ... do Rio São Francisco e do Rio Parnaíba, no Nordeste, e do Rio Taquari, no Pantanal. Eu gostaria de obter um pouquinho mais de informação com relação a esse tema, Sr. Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Ministro, sua tréplica também pode ser feita em dois minutos. Por gentileza, vamos obedecer ao prazo.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Presidente, permita-me só completar essa última pergunta do Senador, do colega de Sergipe, fazendo uma pequena brincadeira construtiva. São Paulo, evidentemente, é locomotiva, é o maior Estado e, por isso, é seguramente o local onde mais se aplicam multas dessa natureza. Não sei se foi o coração paulista do Ministro que não zerou a aplicação... (*Risos.*)

É normal! Todos nós... Eu, seguramente, sempre puxarei mais para a Bahia e, por isso, eu a estou aqui defendendo com o colega de Sergipe.

Qual é o problema? O dispositivo de conversão indireta não obriga que esteja... Sei que V. Exa. vai responder que não está dito que está proibido, que está dito "prioritariamente", mas, no caso, o termo "prioritariamente" recai sobre o Estado de origem de V. Exa., que tem um peso político muito grande. Eu queria ponderar que sei que V. Exa. enviou à Casa Civil essa mudança. Repare: o colega reportou que nós temos alguns projetos já aprovados nos Rios São Francisco e Parnaíba. Se essa mudança for autoaplicável imediatamente, praticamente esses projetos, já pré-aprovados pelo MMA e pelo Ibama, ficarão sem lastro financeiro. Como esse dinheiro não é público e, então, não cai sobre as restrições impostas pelo ajuste fiscal, eu queria fazer uma observação, até porque sou nascido no Rio, mas vivo na Bahia. Quero fazer esta observação: São Paulo já é forte demais e deveria deixar que o pagamento indireto pudesse sair para os Estados que são muito mais carentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu lhe peço, como V. Exa. não é mais o Secretário de Meio Ambiente de São Paulo, mas sim é o Ministro de Meio Ambiente do Brasil inteiro, para fazer essa ponderação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Com a palavra o Ministro, por dois minutos.

O SR. RICARDO SALLES – Primeiro, com relação à questão da nomeação, do critério político, acho que não expliquei bem.

Não foi para critério político, foi justamente o contrário, para nós termos a certeza de que, tecnicamente, todos aqueles que ocupam as superintendências preenchem o requisito. A indicação para que venham pessoas qualificadas é que pode vir muito bem do setor político, porque não há preconceito nenhum, antes pelo contrário.

Com relação aos temas demais colocados, sobre esse aspecto da aceleração eu pouco posso dizer, porque, como eu disse, não é da seara do nosso Ministério senão ponderar, na minha opinião, por um equívoco do modelo.

E, na parte que conheci das perguntas dos Srs. Senadores, que é a conversão de multa, não é São Paulo o maior gerador de multa, é o Rio de Janeiro. E o Rio de Janeiro, por força das atividades da Petrobras e de outras companhias relacionadas a petróleo e gás, justamente para evitar que houvesse um excesso de concentração das eventuais conversões de multa no Estado do Rio de Janeiro ou em qualquer outro, como São Paulo – o senhor citou bem; foi um bom exemplo –, nós colocamos o termo "prioritariamente", mas não só isso. Por que o termo "prioritariamente"? Porque o Estado, seja ele qual for, em que há multa gerada se sente legitimado a dizer: "Olha, eu onerei o meu setor produtivo, mas estou recebendo aqui." Os Estados onde, provavelmente, há a maior concentração, no Sudeste, serão aqueles que não usarão toda a conversão de multa, provavelmente, por causa dos projetos que já existem em outros Estados, esses das bacias especificamente.

Há um equívoco na informação que foi divulgada na imprensa, o de que esses projetos estariam aprovados – não o estão – e o de que as conversões já estariam feitas, ou seja, a adesão daqueles devedores de multa que já teriam se comprometido, o que também não é verdade. Então, há aí uma confusão de informações que acabaram sendo divulgadas como se houvesse já não só a aprovação do projeto, como também a vinculação do recurso. Não há nem uma coisa nem outra, não havia.

O que nós estamos procurando fazer com esse projeto é simplesmente mudar a dinâmica: em vez de ser um projeto por adesão, ele é um projeto direcionado. Inclusive, na exposição de motivos que nós estamos organizando para essa versão final, que não está pronta – aliás, essa contribuição é importante –, a ideia é haver, já na exposição de motivos, a indicação das prioridades para esses casos em que já há uma previsão e, mais do que isso, utilizar os projetos que foram elaborados, mesmo aqueles que não foram contemplados, como uma espécie de manifestação pública de interesse em que se acolhem as ideias ali colocadas e em que, portanto, se faz uma melhor modulação dessas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ideias, conjugadas entre si. Às vezes, há boas ideias dispersas em cada um dos projetos. Recolhe-se o que há de melhor em cada um deles, e aí se faz a delimitação a partir da conversão dessa multa.

Então, eu os tranquilizaria com relação à destinação, não pelo projeto especificamente, que não está aprovado, a *contrario sensu*, mas pela prevalência da importância de cada uma dessas pautas, não só desses, mas também do Taquari. Enfim, há projetos que são de conhecida importância, e nós vamos mantê-los.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado, Ministro.

Para interpelar o Ministro, convido o Senador Jean Paul Prates, para fazer as suas considerações, por gentileza, por cinco minutos.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para interpelar Ministro.) – Ministro Ricardo, Presidente Contarato, obrigado.

Ministro, tenho duas perguntas bem objetivas a fazer, mas, antes, sou obrigado – desculpe-me – a fazer uma pergunta de caráter quase pessoal, porém público, porque V. Exa. foi candidato com uma plataforma, com um panfleto que eu até trouxe aqui e que causa espécie a muita gente. O senhor tinha o número ".30-06". Neste panfleto, dizia-se: "Bala no MST e na esquerda".

Por que estou levantando isso aqui? Nós, certamente, Ministro, teremos vários encontros aqui. Esta Comissão é muito animada, muito objetiva e muito bem conduzida pelo Presidente e pelo Vice-Presidente.

E, aqui, nós estamos criando um ambiente muito afável e muito bom para se discutir e se construir governo. O Ministro Moro esteve, hoje, pela manhã, aqui conosco. O Ministro Paulo Guedes já esteve aqui várias vezes – foram duas vezes, parece-me. Outros Ministros têm aqui estado. E a gente quer que você venha aqui muitas vezes discutir várias questões que serão demandas.

Eu acho que a construção do Governo, de quem quer que seja, de qualquer partido, de qualquer grupo de partidos, faz-se conosco também aqui, discutindo com o Legislativo. O Legislativo constrói ao conceber leis, ao conceber regras, normas, e ao propor isso para o ambiente de leis do Brasil. Nós estudamos os setores, nós nos debruçamos sobre estatísticas, sobre entidades. Nós recebemos outras entidades. Hoje recebemos também o BNB, o Dnocs, discutimos o papel deles. E, a cada renovação de mandatos e de governos, há uma oportunidade de repensar essas instituições, essas entidades.

Há também a oportunidade, para quem assume o Ministério, mesmo eleito ou não eleito com uma plataforma que considero um pouco exagerada... Não sei se o marqueteiro errou na mão aqui ou se o seu discurso é este mesmo. Mas eu queria, primeiro, perguntar se o conceito de lidar com os movimentos sociais rurais e com a esquerda é este mesmo, o da bala. Eu me considero da esquerda, como também muitos outros nossos aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí faço um pedido também. É claro que isso tudo numa eleição é uma coisa, mas espero que a gente possa lhe ajudar a conhecer melhor alguns desses movimentos rurais, para que não tenha essa visão por vezes preconceituosa que alguns trazem. Inclusive, eu mesmo, antes de ir ao Rio Grande do Norte, como já confessei várias vezes aqui – sou nascido também no Rio de Janeiro, sou botafoguense de nascimento –, não conhecia o MST. Eu não conhecia os movimentos rurais do Brasil antes de ter a honra de ser Secretário de Energia da Governadora Wilma no Rio Grande do Norte e de abrir caminho para os parques eólicos, que hoje fazem do meu Estado líder nacional, ladeado pela Bahia, em energia eólica. Então, eu me converti de petroleiro a energia renovável, muito disso também graças à militância ambiental etc. Eu também me considerava um militante Zona Sul de Rio de Janeiro. Eu fui conhecer esses movimentos.

Eu queria presenciar, inclusive, testemunhar o dia em que V. Exa. recebesse as lideranças do MST, para conhecer, de fato, o que é o MST, por que ele tem essa configuração, o histórico de lutas do MST, os personagens que estão ligados a ele, de outros movimentos rurais importantes e de movimentos sociais que interagem todos os dias com as grandes obras do Brasil, com pequenos trabalhos, como a pesca artesanal, como a agricultura familiar, que é uma realidade que, infelizmente, muitos de nós acabam não vivendo.

Então, peço um esclarecimento rápido sobre isso. Até por conta de a gente ter esta convivência no futuro, é preciso esclarecer isso. "Não, isto aqui realmente passou do ponto."

E nós vamos ter muita coisa para tratar. No meu Estado, por exemplo, temos óleo e gás *offshore*...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... licenciamento federal. Teremos a honra de ser o primeiro Estado a ter eólica *offshore*, com licenciamento federal também.

Sou relator de um projeto nacional importante, que é o das ferrovias, o do novo marco regulatório das ferrovias, em que há muito licenciamento federal.

Faço duas perguntas objetivas. A primeira é referente à sua posição em relação ao Fundo da Amazônia ou Fundo Amazônia. V. Exa. declarou algumas coisas sobre isso logo no início. Eu queria saber se mantém mais ou menos essa posição. Houve agora uma tratativa nos Estados Unidos com a intenção de constituir um fundo para a Amazônia de US$100 milhões, e o Fundo Amazônia já tem recebido R$3,5 bilhões, ou seja, R$3,5 bilhões já estão lá!

Então, qual é a visão que se tem disso? Sabe-se que R$1 bilhão já foi desembolsado. Evidentemente, isso envolve entidades do terceiro setor. Faço coro com o Senador Jaques Wagner sobre qual é o seu entendimento sobre o relacionamento com o terceiro setor, sem jogar a criança com a água na bacia fora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outra pergunta é incidental, operacional mesmo. Quero pedir-lhe apoio, em função da preocupação que V. Exa. expressou em relação aos processos deficientes de licenciamento. Nós estamos vivendo agora uma situação bastante crítica em relação ao Iphan. Eu sei que não é da sua pasta, mas, como esses licenciamentos andam juntos com o licenciamento socioambiental para grandes obras... Os parques eólicos, agora, estão correndo para o leilão, para justamente concorrer no leilão federal de energia. Outras grandes obras estão ligadas a isso, como a linha de transmissão Xingu-Rio, do Rio Xingu; a Manaus-Boa Vista; a Ferrovia Centro-Oeste, na integração do Centro-Oeste. Enfim, várias obras como essas estão dependendo de atuação do Iphan imediatamente, neste momento. E o que está acontecendo lá é que os contratos temporários estão terminando, terminam hoje, ou de ontem para hoje. Cento e trinta e uma pessoas – parece pouco, mas é o que o Iphan tem – vão sair, vão deixar de trabalhar, não vão dar cobertura de contrato. Houve um concurso, e esse pessoal não foi chamado ainda. Para chamá-los, levam-se 60 dias, porque fazem exame de saúde etc., aquela coisa toda. Durante 60 dias, no Iphan do Rio Grande do Norte, por exemplo, em que há cinco pessoas, o número vai cair para uma pessoa, e o pessoal está correndo lá para preparar os projetos para o leilão federal.

Então, é um problemaço fácil de resolver, porque é uma MP da Casa Civil. Aí sim, tem que se resolver entre Casa Civil e o Ministro da Economia. E aí outros Ministérios, como, por exemplo, o seu, poderiam também se somar a esse coro – isso é para ser feito agora, hoje à noite, de hoje para amanhã! –, para que o Iphan consiga trabalhar pelos próximos 60 ou 90 dias, até que os concursados assumam o seu lugar.

Era isso. Eram os três pontos que eu queria levantar.

Obrigado pela presença.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado, Senador Jean Paul.

Com a palavra o Ministro, para fazer as suas considerações.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – Presidente, há só uma questão: parece-me que o último inscrito... Eu estava em outra Comissão com o Juiz Sergio Moro. Ele estava respondendo, e eu fiz perguntas e não tinha como sair. Parece-me que o último inscrito sou eu, que era o primeiro. Não valeria a pena me colocar para fazer a pergunta, e o Ministro já responderia tudo?

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Não, não! Por gentileza...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – Há outro bloco?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Não. Estamos fazendo sem bloco aqui.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – Um a um?

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Sim, um a um.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – Desculpe-me!

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Com a palavra o Ministro para fazer suas considerações, por cinco minutos.

O SR. RICARDO SALLES – Sr. Senador, primeiro, quero agradecer as suas colocações e dizer, como foi bem dito no meio das suas ponderações, que campanha é campanha e que Executivo é outra coisa. Felizmente, esse espírito que nos une aqui hoje, o de trabalhar pelo Brasil, foi muito bem descrito nas suas palavras. Estamos aqui alinhados, há contribuições de parte a parte.

Outro dia, até para lhe demonstrar na prática o que estou lhe dizendo, recebi o Governador Dino, do Maranhão. Fizemos uma reunião excelente, até para tratar, por exemplo, do caso dos Lençóis, que é um problema que acaba parecendo um pouco com esse problema do Iphan. Criou-se uma parte procedimental bastante complicada, com uma série de requisitos, e o arcabouço de regras ou da parte de funcionários não acompanhou o problema.

O Iphan... O senhor tratou aqui da ferrovia, da FCO, do licenciamento *offshore* e de tudo que passará pelo desenvolvimento do Estado. No que tange ao Iphan, certamente, encontraremos alguma dificuldade, porque, de fato, ele não está aparelhado, equipado para desempenhar a função que lhe foi atribuída nesse modelo.

Isso nos remete, portanto, à primeira constatação, de que é preciso fazer uma reanálise disso tudo – nesse caso, eu estou entendendo que é uma questão premente, para já, e já é um caso específico, mas, conceitualmente, para tudo – e também das funções que foram atribuídas a cada um desses órgãos opinativos ao longo dos processos de licenciamento. Talvez se deva olhar isso com muito cuidado para que não seja um óbice indevido, porque, quando a questão é necessária e fundamental, ela deve acontecer, mas às vezes ela tem algum grau de sobreposição ou repetição de tarefas, e isso coloca uma morosidade desnecessária ao processo.

Com relação ao Fundo Amazônia, são 104 contratos que foram celebrados no âmbito do Fundo Amazônia ao longo desses dez anos, e nós fomos analisar *in loco*. Até para facilitar o trabalho, o levantamento de informações, dividimos essa análise em quatro partes: no primeiro, 25%; enfim, um quarto em cada etapa. Da primeira etapa já concluímos a análise; da segunda etapa, recebemos agora na segunda-feira os contratos oriundos do Fundo Amazônia. E o que nós já pudemos constatar ali? Pelo menos nessa primeira fase, o que é até compreensível – foi quando o fundo começou a operar,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

havia ali um desconhecimento etc. –, ela tem um grau de fragilidade enorme, seja nos objetivos traçados nos projetos apresentados, seja na execução desses projetos, tanto do desembolso de recursos quanto da consecução objetiva, ou seja, o cumprimento daquela proposta que lá está, e uma fragilidade muito grande dos instrumentos de controle e mensuração de resultado – muito grande, uma fragilidade muito grande.

O que isso nos indica, pelo menos *a priori*? Que é um caso de melhora da governança, de melhorar a governança intrínseca do modelo do Fundo Amazônia, governança essa que começa com a análise do objetivo do projeto, ou seja, ter um delineamento dos objetivos feito de maneira mais clara, objetiva, tangível; uma execução acompanhada de forma mais precisa, no passo a passo; e, depois, uma mensuração de resultados mais clara. Se nós tivermos esses três componentes presentes, o instrumento do Fundo Amazônia é um grande instrumento de desenvolvimento. Se nós não tivermos esses três instrumentos presentes, aquilo se torna uma dispersão de recursos com pouca efetividade de resultado para a sociedade.

Há um argumento que vira e mexe é colocado com relação ao Fundo Amazônia, em questões de imprensa ou em fóruns, como se aquele recurso não pertencesse ao Brasil: "Ah, mas isso é doação estrangeira".

(*Soa a campainha.*)

O SR. RICARDO SALLES – Não é necessariamente verdade, porque ele é recebido pelo BNDES em razão da redução do desmatamento, que é do Brasil. Portanto, a legitimidade para a captação do recurso, efetivada através do instrumental do BNDES, é do Governo brasileiro. Ela não é uma doação sem paternidade; ela tem uma destinação própria, que é o Governo. Então, nós estamos falando de uma doação para o Governo, administrada por um banco do Governo, que é o BNDES, cujas métricas e objetivos têm que ser, de alguma forma, pautados no interesse brasileiro através até de uma cooperação – pode ser mais estrita, inclusive – do Governo em nível federal e dos estaduais que também participam do Fundo Amazônia.

Então, esse aprimoramento de governança é de fundamental importância.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Senador Jean Paul Prates, deseja contraditar?

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Não; agradecer os esclarecimentos, especialmente sobre a questão da origem do dinheiro, com a qual eu concordo. Realmente, o dinheiro é brasileiro, o dinheiro é do Governo, e o Governo tem que controlar. Apenas para ratificar o agradecimento aqui. Obrigado, Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Convido o Senador Marcio Bittar para interpelar o Ministro, por cinco minutos.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC. Para interpelar Ministro.) – Quero cumprimentar o Ministro – é um prazer vê-lo aqui nesta Comissão –; o Presidente da Comissão – perdoe-me aí o atraso e muito obrigado por me conceder a palavra –; e os colegas todos.

Ministro, quero parabenizá-lo, porque é preciso ter coragem para falar aquilo que não está convencionado como politicamente correto, principalmente nessa questão do meio ambiente. Eu o parabenizo porque, de fato, os maiores problemas ambientais que o Brasil tem não estão na Amazônia – não estão mesmo – e, quando estão na Amazônia, não são na área rural. O maior problema ambiental que o Acre tem é o Igarapé São Francisco, que corta a cidade ao meio e é um esgoto a céu aberto. E ele se constituiu em um esgoto a céu aberto nos últimos 20 anos. O maior problema ambiental que o Acre tem, disparado, é o Rio Acre, que alaga ciclicamente, dando prejuízo de 200 milhões, e nada foi feito até hoje em todas as gestões. Vamos para o Amazonas: o maior problema ambiental que tem o Amazonas é Manaus, que tinha um monte de igarapés que cortavam aquela cidade e que se tornaram esgoto a céu aberto. Vamos para São Paulo, onde há o Tietê. Então, o maior problema ambiental de poluição no Brasil está nos grandes centros, não na área rural.

O que me chama a atenção, ao longo desses 30 anos de convivência com esses assuntos, é que eu vejo muitos amigos, conhecidos, muito bem intencionados, acusando que isso estaria acabando com a Amazônia, cheios de boas intenções, mas, no fim das contas, acabam, querendo ou não, conscientemente ou não, se perfilando ao lado de interesses econômicos estrangeiros. Quando se cria uma série de mecanismos quase que proibitivos para a Amazônia e para o Centro-Oeste brasileiro para a produção de comida, a Europa agradece, o agronegócio europeu bate palmas e financia. E o agronegócio norte-americano, tão visto por alguns como se fosse o demônio, o mal; o agronegócio norte-americano aplaude.

O problema na Amazônia, Ministro, é que tudo que se quer fazer não pode. Você vai fazer uma estrada, tirando do isolamento um Município onde o litro da gasolina custa três vezes mais caro do que aqui, o remédio... Imagine o que é morar em quatro Municípios do meu Estado, ou em outros da Amazônia, aonde você tem acesso, em uma época do ano, pelo rio e, em outra época, só de avião. Imagine quando custa a mercadoria lá. Aí você quer fazer uma estrada, que é um direito das pessoas, de ir e vir, e facilitar a produção, levar a educação... Como é que você leva a educação a uma área isolada? Como é que você leva o professor, a professora? Na saúde, a mesma coisa. E aí se criou uma série de restrições. Tudo é difícil, tudo esbarra na burocracia do Governo. E, na verdade, o que se levou para a Amazônia foi miséria. Na eleição passada, o jornalista me perguntava... Eu propunha, na minha cartilha, trabalhar pela ligação dos últimos quatro Municípios, que são absolutamente isolados via terrestre no Acre. O jornalista me perguntou se isso não trazia um problema ambiental. Eu digo: não; o problema que se traz até agora é fome, é desemprego. Esse é o saldo concreto do que aconteceu com essa política tão forte de proibição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu me lembro – meu pai ainda era vivo: há 35 anos, proibiram o mogno. Qual foi o argumento? Se o madeireiro entra, ele vai tirar a árvore madura e vai levar também a que tem mais branco do que cerne. Porque ele é malvado por natureza, ele vai fazer isso – o que é uma meia-verdade, porque isso não tem lucro. E, 35 anos depois, o Estado não teve ainda a coragem de se preparar para poder, então, dar a condição para que esse mogno...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – ... maduro seja retirado. E aí, todos os anos, milhares de metros cúbicos de madeira nobre são jogados no mato, porque se perdem, morrem, sem gerar um real, sem gerar um emprego, sem gerar nenhum tipo de riqueza.

E um dos problemas, Ministro, que parece que não tem fim é que o Estado brasileiro passou a ter o poder absoluto de dar ou não licença sem tempo determinado. Olhe Belo Monte: foram mais de sete anos! E ainda construíram lâmina d'água, que é, inclusive, uma oposição até à própria ideia da represa, que é represar água. Sete anos se passaram. Então, como é que alguém investe economicamente, faz financiamento, se não tem segurança de que vai poder executar o serviço ou não?

Então, eu apresentei aqui um projeto, Ministro – e eu gostaria de ter sua opinião –, dizendo que, cumpridos seis meses... A lei diz isso, só que, quando terminam os seis meses, não acontece nada. É como vem acontecendo: não há responsabilidade nenhuma, e pode passar para um ano, para dois, para três, para cinco, para sete, para dez; não há limite. Então, eu proponho que, se o Estado não conseguiu dar a licença em seis meses, ela estará dada automaticamente, até para que o Estado perceba que não pode manter na sua mão uma decisão tão cara como essa para a economia.

E, quando o Estado burocratiza, como está burocratizado, ele facilita o desperdício e a corrupção, porque, se você tem um agente econômico que quer a licença, e ela começa a demorar demais – na área rural, por exemplo, você tem o prazo da chuva, em que chove mais, chove menos e tal –, o que ele faz? Acaba oferecendo alguma vantagem para ver se a licença sai o mais rapidamente possível. Então, quanto maior a burocracia, maior o desperdício e maior a corrupção. Eu queria saber do Ministro a opinião sobre esse projeto que visa colocar limite nisso.

E outro, Ministro. Fui Deputado Federal pela primeira vez em 1998, lutei por isso lá, não consegui e apresentei de novo: que, se o Governo Federal quiser criar mais unidades de conservação, ele tem que passar pela aprovação das Assembleias Legislativas dos Estados afetados; e, se o Governo do Estado for criar outras reservas, elas têm que passar pela aprovação do Poder Legislativo dos Municípios. Isso por uma razão clara, Ministro: você tirou áreas do meu Estado... A Amazônia é cheia de Municípios em que você não tem onde plantar: você vai para a direita, é terra indígena; você vai para a esquerda, é uma área de conservação permanente; você volta para outro canto, é uma reserva extrativista, em que as pessoas estão todas mal de situação. Não há o que fazer. Então, você afetou os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estados, afeta os Municípios, sem que o Poder Legislativo desses Estados e desses Municípios tenham o direito de opinar. Proponho que a gente, na minha opinião, moralize e que, se a Federação for criar, os Estados envolvidos precisam se posicionar obrigatoriamente – ou sim ou não – e as Câmaras Municipais, no caso do Governo do Estado.

São duas proposições que eu apresentei e sobre as quais gostaria de saber a opinião do Ministro. De antemão, eu me coloco à disposição para ajudar, Ministro – embora saiba que é difícil –, a trazer mais equilíbrio para essa discussão ambiental. Muita gente se aproveitou disso. Poderios econômicos, interesses externos se aproveitaram muito dessa ideia bonita. Quem é que não quer preservar? A palavra preservar, por si só... Você quer devastar? Ninguém quer devastar, mas você quer se alimentar.

Quero terminar, Ministro, dizendo o seguinte. Um dia desses, conversando com uma jovem, ela disse que tomou uma decisão, Jaques: ela só vai comer agora produto orgânico. Eu disse: "Olha, mas você está politicamente errada". "Mas por que você está me dizendo um negócio desses? Que bom seria se todo mundo comesse orgânico!". Não há comida para todo mundo! É simples assim! O que alimenta a humanidade é a criação em larga escala. Se a humanidade amanhã resolvesse viver toda ela de produto orgânico, a gente precisaria escolher quais seriam os dois terços para morrer, porque não ia haver comida para todo mundo.

Então, Ministro, parabéns pela sua coragem, porque não é fácil falar o contrário da onda que dominou as universidades, o meio político, a imprensa como um todo. Não é fácil ousar falar algo questão não esteja nesse mesmo veio que se tornou voz comum, mas é preciso ter coragem para dizer qual é a opinião de cada um. Então, parabéns, e conte com o meu apoio.

E peço a opinião do Ministro sobre esses dois projetos que apresentei aqui no Senado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado, Senador Marcio Bittar.

Com a palavra o Ministro, para suas considerações, no prazo de cinco minutos.

O SR. RICARDO SALLES – Senador Marcio Bittar, obrigado pelas colocações. V. Exa. colocou dois projetos, e eu vou começar por eles.

Primeiro, a racionalidade do licenciamento ambiental – aliás, é coincidente com a posição colocada pelo Senador Jaques Wagner –, de haver de fato esse equilíbrio no licenciamento, sobre pesar questões técnicas, enfim, afastar dogmatismos e pontos que não têm fundamento senão por um preconceito ideológico, seja na linha que for.

O licenciamento é um ato técnico e como tal deve ser tratado; deve ser tratado pelos entes que estão se licenciando, sejam entes públicos, sejam privados, e também por quem está a cargo do licenciamento. Sobretudo o funcionalismo, a parte técnica tem que dar opiniões com a precisão, com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

o fundamento, e com a celeridade que o dinamismo requer, que a responsabilidade com a geração de emprego e, portanto, com o desenvolvimento do País requer.

É claro que não se farão concessões àquilo que é inaceitável só pelo argumento do desenvolvimento econômico, seja na ótica do emprego, seja na de qualquer outra forma em que assim se veja. Porém, a celeridade compõe um dos critérios da importância e da robustez do licenciamento. Tudo aquilo que tarda, em geral, falha. O licenciamento postergado disfarçadamente, seja por incompetência, seja por ideologia disfarçada de burocracia, também é muito ruim para o meio ambiente, porque é aquele investimento represado não realizado que, como já dito aqui, Sr. Presidente, vai manter determinada região, determinada população, determinado Estado ou o País no subdesenvolvimento. Represar o desenvolvimento como medida preservacionista não é uma medida inteligente. A medida inteligente é mensurar adequadamente quais são os riscos, quais são as consequências e endereçar, de forma adequada, as mitigações, as compensações, os mecanismos, portanto, inerentes ao processo de licenciamento.

Esse projeto da concordância ou da aprovação tácita decorrente, em razão do decurso de prazo, traz consigo um valor importante, que é: o Estado precisa dar a resposta adequada, precisa e célere, dentro do que o processo permite. Uma sugestão que eu posso desde já dar ao projeto que foi apresentado é justamente a lógica que nós temos lá de informatização, de monitoramento do procedimento; uma espécie de alerta, de sinal para aquilo que está imotivadamente retardado ou demorado em um determinado guichê, em uma determinada mesa de um determinado funcionário. Tendo um monitoramento, esse alerta, essa colocação, você imediatamente tem condições de monitorar, levantar e dizer: "Por que está parado em determinado lugar há seis meses? Por que não há sequer um despacho ordenatório para o encaminhamento dessa medida?". Isso é de fundamental importância para fazer gestão. É muito importante haver gestão na área ambiental. Em que pese o valor seja importante, muito mérito, um valor de preservação, ele não dispensa a eficiência e a gestão; ao contrário, é a má gestão e a ineficiência que tornam a preservação, o cuidado, enfim, algo com limitação, algo com o resultado mais contido.

Por outro lado, com relação às unidades de conservação, a exemplo de outros temas, é necessário ter muito critério com a delimitação de unidades de conservação, seja porque elas impactam a sociedade, seja porque elas têm um problema de ocupação territorial no entorno muito grave, seja porque isso precisa ser mantido depois. O recurso que nós colocamos, humano, financeiro, orçamentário, tecnológico – não importa –, para cuidar das unidades de conservação tem que ser previsto no momento da sua concepção da sua ideia; tem que ter um objetivo, tem que ter um valor intrínseco a ser preservado ali, e não meramente uma delimitação ilimitada das unidades de conservação.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RICARDO SALLES – Com relação aos outros temas, que são em geral relacionados à Agenda de Qualidade Ambiental Urbana, como nós dissemos aqui, é um problema nacional: o Estado do Rio Grande do Norte, o Estado do Rio de Janeiro, o Estado da Bahia, o Acre, enfim, todos os Estados brasileiros têm um problema grave nas áreas urbanas. São as áreas urbanas que estão degradando o meio ambiente no Brasil de maneira intensa: falta de saneamento, despejo de esgoto *in natura* nos cursos d'água, contaminação do solo, contaminação do ar – problema de poluição do ar gravíssimo –, gestão do lixo. Então, é realmente um grau de preocupação altíssimo a Agenda de Qualidade Ambiental Urbana, em especial na região da Amazônia, porque, pela sua fragilidade ambiental, o esgoto não tratado e despejado *in natura* causa um dano gigantesco, o lixo não recolhido e não destinado adequadamente causa um dano gigantesco, e assim sucessivamente. Então, são temas de extrema importância para a agenda ambiental e que precisam ser endereçados como prioridade.

Com relação ao saneamento, eu repito aqui – o senhor mencionou há pouco os casos do Acre, da Amazônia, enfim –, na Bahia em especial, com as praias que tem, nós temos problemas de saneamento; no Rio Grande do Norte, em Pernambuco, enfim, em vários lugares do Nordeste, que são verdadeiras joias ambientais, há aquelas línguas de esgoto chegando às praias, contaminando e, enfim, prejudicando a saúde das pessoas, além do meio ambiente, da fauna e da flora.

Então, são temas de extrema importância e que guardam, portanto, a prioridade número um do Ministério na Agenda de Qualidade Ambiental Urbana.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Senador Marcio Bittar, deseja contraditar? (*Pausa.*)

Dois minutos.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – Não vou precisar, Presidente.

Quero só agradecer, mais uma vez, à Comissão e parabenizar o Ministro. Conte com a nossa ajuda, com o nosso apoio para que a gente traga mais racionalidade, mais sensatez a esse assunto, que é tão importante, mas que não pode ser manipulado ideologicamente por quem quer que seja.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado.

Eu queria registrar aqui a presença do Sr. Eduardo Fortunato Bim, Presidente do Ibama, e do Sr. Adalberto Eberhard, Presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

Agora, eu quero também conceder a palavra, por no máximo cinco minutos, ao Deputado Federal, Presidente da Comissão de Meio Ambiente da Câmara dos Deputados, o Deputado Rodrigo Agostinho, para suas considerações e interpelações ao Ministro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RODRIGO AGOSTINHO (PSB - SP. Para interpelar Ministro.) – Boa tarde, Sr. Presidente, Sr. Ministro.

Nós estamos percebendo de maneira muito clara uma mudança na linha de prioridades do ministério no que diz respeito a priorizar agora a questão urbana, a questão dos grandes desafios urbanos do País, que efetivamente também são problemas ambientais, como a questão do saneamento, resíduos sólidos e tudo mais.

Eu gostaria de saber como é que isso vai ser resolvido do ponto de vista orçamentário, porque a gente sabe que os recursos do ministério são muito escassos; grande parte das reclamações de licenciamento ambiental diz respeito à falta de servidores, à falta de funcionários, à falta de estrutura para analisar e dar velocidade aos processos; grande parte dos recursos que hoje são mobilizados para o combate ao desmatamento e a conservação da nossa biodiversidade tem sido insuficiente para fazer frente a todo o desmatamento da Região Amazônica e de áreas de Cerrado. Então, eu gostaria de saber como vai ser coberto isso, se nós vamos retirar dinheiro do combate ao desmatamento para conseguir, efetivamente, atuar na questão urbana, ou se existe alguma outra previsão em relação a isso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Com a palavra o Ministro, para suas considerações.

O SR. RICARDO SALLES – É importantíssima a colocação, porque é um desafio do dia a dia. Como é que se faz a alocação eficiente dos recursos escassos? Constatar a realidade de que os recursos são escassos é o primeiro requisito, como bem colocado, sejam recursos financeiros orçamentários, sejam recursos humanos, tecnológicos etc.

O que nós vemos como primeiro ponto nesse aspecto? Os instrumentos de gestão e de gestão com tecnologia desses temas é de fundamental importância, ou seja, a resposta para a questão do licenciamento adequado, do cuidado com o desmatamento ou de qualquer outra política pública, todas igualmente importantes – embora, como ordem de prioridade, em primeiro lugar a questão ambiental urbana –, enfrenta, por exemplo, o desafio do quadro de pessoal para a realização do licenciamento. Qual é a resposta que o Poder Público – e aí não me refiro só ao nosso aspecto, do Ibama, mas entendo que é algo linear, nacional, para os entes federativos, Estados e Municípios... Qual é a resposta que nós podemos dar? O avanço de tecnologia e de metodologia. A metodologia pressupõe elencar prioridades, também dentro do licenciamento, também dentro da defesa do meio ambiente: quais são os temas prioritários, como tratá-los de maneira eficiente, com uma gestão adequada, sem que isso seja um sinônimo, que é sempre repetido e equivocadamente colocado como uma solução linear, para todos os casos, que é: abre concurso, contrata mais gente, põe mais funcionário. Não é necessariamente essa a melhor solução. Você pode ter casos em que uma determinada capacidade técnica tem déficit de pessoal, mas outros que são problemas de gestão, de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

processos, de procedimento, de etapas; você ter a delimitação do que precisa ser feito e fazer de acordo, como é conhecido.

Eu costumo dizer que o Brasil é o país do diagnóstico. Nós temos diagnóstico para tudo, mas nós temos problemas graves de endereçamento da solução. Então, a partir do momento em que as soluções são relativamente conhecidas e o problema está na execução dessas soluções, o nosso desafio é tornar concretas, materializar essas alternativas ou essas soluções que se colocam para cada um desses temas.

No quesito orçamentário em especial, nós temos o orçamento engessado e temos recursos na área do meio ambiente que podem ser utilizados em caráter complementar, como recursos internacionais, que vêm sob diferentes rubricas. Têm destinação própria alguns deles, outros têm maior flexibilidade na sua alocação, mas eu entendo que, dentre os temas e as formas de utilização desse recurso, talvez a mais premente seja na eficiência, na colocação de maneira adequada dos instrumentos que já estão postos, seja para licenciamento, seja para monitoramento, combate ao desmatamento. Enfim, qualquer tema que perpasse o ministério e as áreas ambientais não abre mão, não deixa de lado o requisito obrigatório da eficiência e da gestão, sob pena de termos um bom tema, uma matéria de mérito, positiva etc., mas de execução insuficiente ou inadequada em razão de problemas de gestão.

Eu acho que isso endereça bem a ponderação trazida, que é super pertinente, e é uma preocupação permanente de todos os órgãos que compõem o Sistema Nacional de Meio Ambiente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Sr. Deputado, o senhor deseja contraditar?

O SR. RODRIGO AGOSTINHO (PSB - SP) – Não.

Apenas fazer uma observação em relação a um item que nos preocupa bastante, que diz respeito à questão do controle social e da participação no que diz respeito aos Conselhos. Nós estamos assistindo a uma série de notícias referentes principalmente ao Conselho Nacional do Meio Ambiente e vários outros colegiados do Ministério do Meio Ambiente. Eu, particularmente, participei, por mais de dez anos, como membro titular do Conselho Nacional do Meio Ambiente. Nunca foi um Conselho paritário, a sociedade civil nunca teve maioria dentro do Conselho, apesar de ter sido, por muitas vezes, reivindicado isso. É um Conselho antigo, que existe desde a criação da Política Nacional do Meio Ambiente com a Lei 6.938, de 1981, e a gente vê uma preocupação retratada pelo menos pela imprensa e de maneira visível na última reunião do Conselho no que diz respeito a uma possível restrição da participação da sociedade dentro do Conselho ou mesmo até ao desmonte de vários órgãos colegiados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria de saber, enfim, do próprio Ministro, qual é o objetivo em relação a isso, quais são quais os planos?

(*Soa a campainha.*)

O SR. RODRIGO AGOSTINHO (PSB - SP) – A sociedade civil é minoritária dentro do Conselho Nacional do Meio Ambiente. A maior parte do Conselho é formada por órgãos de Governo de Estado e de Municípios, além do próprio Governo Federal, em que todos os Ministérios têm titularidade dentro do Conselho, e quais são os planos em relação aos colegiados, porque grande parte dos colegiados são específicos de temas em que técnicos atuam. Não é uma participação social pela participação. É uma participação técnica efetiva no que diz respeito a melhorar a qualidade ambiental do País.

Então, eu gostaria de saber a opinião do Ministro em relação a isso, quais são efetivamente os planos em relação a isso.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Com a palavra, o Ministro.

O SR. RICARDO SALLES – Muito bem colocado.

Eu acho que os Conselhos não fogem à regra do instrumento de eficiência e gestão de que nós falamos há pouco. O caso específico, para ficar no caso do Conama, mas isso se estende a qualquer órgão colegiado e Conselho etc., tem que ter um resultado prático. Basta dizer que o Conama levou oito anos para concluir – oito anos – a discussão do programa de qualidade do ar de veículos, Proconve, e isso tem uma clara razão. É um sistema de tomada de decisão e de discussão que se ressente de uma sistemática e de uma tangibilidade de prazos e de soluções tangíveis para cada um dos termos que são ali colocados. Isso decorre de questões regimentais de um lado, questões de representatividade de outro e, novamente, casos de elencar prioridades, metas e prazos.

Isso não se confunde com representatividade. Eu tenho uma opinião sobre esse tema da representatividade e da questão da sociedade, como bem colocado, de que uma coisa é a participação; outra...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RICARDO SALLES – ... coisa é essa obsessão com a paridade.

A paridade não reflete necessariamente o que é o funcionamento do próprio sistema representativo. Isso eu vou traduzir em outras palavras. Os senhores legisladores, tanto do Senado, quanto da Câmara, representam em larga escala a verdadeira participação da sociedade. Ou seja, através do voto, alguns milhares, outros na casa do milhão, acabou sendo conferida a legitimidade para falar em nome da sociedade. E, em alguns casos e Conselhos especificamente, às vezes, você tem um processo de elencar uma lista de participação de entidades que não têm legitimidade nenhuma.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aquilo, muitas vezes, é um acordo entre três, quatro entidades do setor da sociedade, que fazem uma decisão entre si e escolhem que a entidade A, B ou C vai representar a sociedade. E, às vezes, essas entidades não têm sequer cem participantes.

Então, elas não representam necessariamente – em alguns casos, sim – a sociedade. Representam a sociedade, sim, os órgãos e o Governo cujos representantes tiveram, em muitos casos, milhões de votos e que, portanto, são representantes decorrentes de um processo eleitoral estruturado, fundamentado e que reflete um ordenamento jurídico. Agora, isso também não diminui, por outro lado, a importância de ouvir as diversas opiniões, mas não necessariamente nessa proporção colocada como algo permanente e imexível, até porque o Conama, como bem lembrado, é um órgão que nunca teve, jamais teve paridade. Não se trata de uma discussão deste momento, é uma discussão histórica, e ela não teve justamente porque ela não reflete necessariamente uma conformação social.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado, Ministro.

Para interpelar o Ministro, convido o Senador Randolfe Rodrigues, para suas considerações, por, no máximo, cinco minutos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar Ministro.) – Obrigado, Presidente.

Sr. Ministro, eu tenho duas questões, sendo a primeira delas pertinente a um tema que é diretamente vinculado à questão ambiental não somente no Brasil como no mundo.

Nós percebemos, no organograma do atual Governo, que a agenda do clima desaparece. Anteriormente, nós tínhamos uma secretaria voltada para o clima no Ministério das Relações Exteriores e tínhamos também no Ministério do Meio Ambiente. Em ambos os ministérios, essas secretarias foram suprimidas, e não há nenhuma instituição, um conselho, um departamento... Não há nada no lugar desses departamentos que cuidavam da questão climática.

Eu pergunto se isso é, por acaso, um sinal concreto – e se V. Exa. concorda com essa diretriz – de que o Brasil vai passar a se alinhar, a partir de agora, com a posição dos Estados Unidos, que oficialmente assumem uma atitude negacionista em relação ao aquecimento global. Lembro que essa atitude, em parte, do Governo norte-americano trava as negociações internacionais sobre a agenda e revê todos os compromissos assumidos desde a assinatura da convenção do clima, durante a Eco-92, no Rio de Janeiro.

É bom sempre lembrar, Ministro, que o nosso País teve um papel de vanguarda na questão do debate climático desde a conferência. Lembremos que a segunda conferência mundial do meio ambiente foi realizada aqui em 1992, e essas preocupações que aqui trago dizem respeito à ação atual

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

do Governo. Veja que, além da extinção das secretarias que cuidam do aquecimento global tanto no Ministério das Relações Exteriores como no Ministério dirigido por V. Exa., antes da posse do atual Presidente, o próprio Presidente admitiu que não tem interesse em realizar nenhuma conferência ambiental, nenhuma conferência climática aqui no País.

Então, a pergunta é se esta é a posição oficial do Governo brasileiro: alinhar-se com a posição norte-americana e negar o aquecimento global?

Nesse sentido, se não é essa posição, eu pergunto a V. Exa.: o que o ministério já tem planejado, em termos de planejamento, nesses cem dias de Governo, em relação à agenda ambiental, em relação a essa agenda específica do aquecimento global?

A segunda pergunta, Ministro, diz respeito ao seguinte. No dia 15 de março último, o Presidente Jair Bolsonaro assinou o Decreto 9.727, que dispõe sobre os critérios, o perfil profissional e os procedimentos gerais a serem observados para a ocupação dos cargos em comissão e das funções administrativas do Poder Executivo. Obviamente, a nomeação de ministro não está enquadrada nesse decreto, mas aqui destaco – há um termo para cujo autor há diferentes opiniões, alguns dizem que é de Lenin, outros dizem que é da antiguidade clássica, mas eu gosto muito da consígnia: "Palavra convence, exemplo arrasta!". Eu acho que o próprio Governo do Presidente Jair Bolsonaro deve assim entender. Então, um dos critérios para a nomeação seria: "idoneidade moral e reputação ilibada", que estão no art. 2º.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – É de conhecimento de todos que V. Exa. tem uma condenação por improbidade administrativa e teve os direitos políticos suspensos por três anos.

A pergunta que o faço é: V. Exa. se sente confortável na nomeação de seus subalternos tendo tido essa condenação?

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Com a palavra o Ministro.

O SR. RICARDO SALLES – Eu me sinto totalmente confortável, e por uma razão simples: o Brasil ainda é um País cujas leis existem e devem ser cumpridas, a legislação da ficha limpa diz que só se enquadra quem tem condenação em órgão colegiado, trata-se de uma decisão de primeira instância, não transitada em julgada, aliás, proferida no último dia do período forense, para evitar que o recurso fosse apresentado a tempo. Essa decisão é uma decisão extremamente frágil do ponto de vista de conteúdo e dela está se recorrendo, nos termos do devido processo legal, que é o que nós ainda temos vigente no nosso País. O que ela demonstra ao final das contas? Que nós temos um grau de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aparelhamento ideológico muito grande em diversas instituições e que ela acabou ressaltando pontos que são, apesar de tudo e todo o esforço retórico ali contido, reconhecidos como... Nenhum dos requisitos, em absoluto, dos critérios de improbidade administrativa estão lá presentes. Não obstante, ela acaba por traçar uma condenação *de minimis* legal, por uma questão praticamente exclusivamente ideológica, aliás, como contido na própria decisão. É uma decisão judicial que às tantas, no meio da sua parte dispositiva, cita como fundamento uma posição de Marx. Portanto, fala por si só.

Com relação aos termos trazidos, realmente é uma questão superimportante. Nós não temos, na parte do Ministério de Meio Ambiente, um alinhamento necessário e automático com ninguém. O que nós acabamos por ponderar? Que há aspectos no acordo do clima que militam a favor do Brasil, notadamente um que foi mencionado aqui há pouco, que é a contrapartida financeira que foi prometida aos países em desenvolvimento que adotassem as medidas mitigatórias da mudança climática, ou seja, de combate ao aquecimento global. O Brasil é exemplo, dentre outras atividades, graças à agricultura, de sustentabilidade para o mundo e ainda assim, dos 100 bilhões prometidos, nós recebemos apenas 1 bilhão. Então, há aí uma larga medida de crédito – digamos assim –, de recursos a virem para o Brasil, e que serão – se vierem, como prometido foi, até agora não veio – empregados em diversas medidas de melhoria da qualidade, que também militam uma questão de causa e feito, que também militam em favor do combate ao aquecimento global e questões de qualidade ambiental, como, por exemplo, a Agenda Nacional de Qualidade Ambiental Urbana – saneamento, lixo etc. –, já amplamente debatida aqui. Então é um círculo vicioso, ou positivo, dependendo da ótica que se olhe. Se vier o recurso e nós conseguirmos fazer; nós fazemos, temos mais recurso, e assim sucessivamente.

Portanto, respondendo à colocação bem trazida aqui, nós não temos posição alinhada, não temos essa visão negacionista; ao contrário, já dissemos que o Brasil continua, como de fato já dito até pelo Presidente mais de uma vez, e há aqui uma grande agenda que nós podemos fazer positiva para o interesse dos brasileiros. Basta que nós tenhamos sempre como medida de ação a tangibilidade desses benefícios para o Brasil, decorrente das medidas que tomou, tanto na área urbana, que precisa melhorar muito, quanto no setor agro, no setor rural, que é para o resto do mundo um exemplo grande de sustentabilidade.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Só na réplica, Sr. Presidente, se me permite.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Permito.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Se eu entendi direito, Ministro, a agenda – corrija-me se eu estiver errado – de combate ao aquecimento global, a incorporação, a contribuição do Brasil ao aquecimento global só existirá se houver recursos financeiros? Se houver dinheiro? Se houver contrapartida dos demais países? Sem isso, não haverá colaboração brasileira? Corrija-me se eu estiver errado em relação a esse ponto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outro aspecto, permita-me, Ministro: eu só quero fazer a ligação do discurso com a prática, porque, pela premissa que o senhor diz de condenação em primeira instância, de ainda haver o devido processo legal, que são princípios que eu julgo civilizatórios do Estado democrático de direito, que eu também argumento e concordo com V. Exa., mas o decreto inibindo que ocorra nomeações dessa natureza para cargos abaixo do seu foi do superior seu, o Presidente da República.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Parece-me que é essa a incompatibilidade para a qual eu não encontro o termo devido.

Pela lógica sua aqui apresentada, a sentença, ou melhor, a condução à prisão do Presidente Temer, na semana passada, que foi uma decisão em primeira instância do Juiz Bretas, igualmente seria arbitrária, e assim várias outras situações que poderíamos aqui destacar. Eu só quero aqui trazer a contradição do próprio Governo, porque, há pouco tempo, eram os defensores do próprio Governo que não argumentavam o devido processo legal, que eram contrários.

Eu saúdo a conversão de um quadro do Governo ao ideário do devido processo legal, ao ideário, a achar que realmente uma condenação só não deve configurar um juízo de valor, eu saúdo a vinda a esse que eu considero que é inclusive um processo e um princípio civilizatório. Mas só destacar que esse não era o discurso recente, não foi inclusive o discurso levado a cabo até o período de campanha. E me permita dizer, concordando até com V. Exa., está em contradição com o decreto do Presidente da República, está em contradição com o Decreto 9.727 ali estipulado.

Mas me esclareça o segundo aspecto: eu não entendi sobre a questão da mudança climática. A agenda brasileira estará vinculada única e exclusivamente à vinda de recursos? É essa a ideia de V. Exa.?

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Com a palavra o Ministro para a tréplica.

O SR. RICARDO SALLES – Sr. Senador, vamos deixar aqui... Esse assunto eu faço questão de esclarecer bem. Nós temos várias medidas em andamento, medidas que têm reflexos, têm origem no setor industrial e que contribuem para o atingimento da meta brasileira, da NDC, enfim... Temos medidas do setor agropecuário, que também contribuem para o atingimento da meta; medidas do setor de transporte, que também contribuem para o atingimento da meta; medidas essas, todas, que estão em andamento e continuarão em andamento.

O que nós temos defendido é que novas medidas, adicionais àquelas que já foram entabuladas e, de certa forma, incorporadas pelos diversos setores, tanto público quanto privado, novas medidas requerem a demonstração da compensação financeira decorrente destas ações que já estão em andamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. RICARDO SALLES – Nós, para implementarmos algo eventualmente mais auspicioso do que já foi comprometido, precisamos que aquela compensação pelo que se comprometeu, pelo que se fez e pelo que se vem fazendo aconteça, senão nós estamos onerando excessivamente os diversos setores da economia brasileira em todas as frentes, em vários segmentos. E isso acaba refletindo, de certa forma, negativamente naquele raciocínio circular de que o não atingimento do desenvolvimento, a não consecução de projetos, a não realização de determinadas atividades é extremamente perniciosa para a parte econômica, para a qualidade de vida, para a saúde, mas também para o meio ambiente. A ausência de recursos decorrentes do desenvolvimento econômico milita em desfavor do meio ambiente, do meio ambiente em vários aspectos, inclusive sob a ótica do aquecimento global.

Então, são coisas que me parecem intrinsecamente relacionadas. E nós precisamos, de alguma forma, fazer o condicionamento, vamos dizer assim, dessas etapas ao mecanismo financeiro.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado, Sr. Ministro.

Com a palavra o Senador Jaques Wagner.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Para interpelar Ministro.) – É apenas para fazer um comentário e uma sugestão. Começo pela sugestão. Do ponto de vista do tratamento de resíduos sólidos – eu fui Governador –, é óbvio que, pela incapacidade de investimento dos Municípios, é pedir demais que eles o façam. Nós na Bahia passamos a nos utilizar de um instrumento que existe, está legalizado, que é a pessoa jurídica dos consórcios. Então, fizemos um consórcio na área de centro de diagnósticos: o Governo estadual constrói, instala, equipa e banca 40%; e 60% são distribuídos entre os 15, 20 Municípios que fazem parte do consórcio.

Nunca é muito fácil, porque nós ainda temos o velho hábito – cada Prefeito ou cada Governador – de só querer que as coisas aconteçam no seu *locus*, então, tem que ser aqui. Por isso eu acho que foi um avanço, até, os Prefeitos aceitarem. A próxima etapa é partir para os consórcios do tratamento de resíduos sólidos, porque senão não acontece. Vão ser lixões. Eles não têm capacidade de investir.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Depois, aproveitando aqui um comentário final do Senador Randolfe, eu quero só comungar da sua indignação e rezar para que essa sua indignação também faça com que todos nós combatamos esse viés ideológico ou do Ministério Público ou do Poder Judiciário.

Nós estamos no serviço público – eu e o senhor – e não devemos ter direito ao fígado. Na minha opinião, quando a gente assume a cadeira do Poder Público, seja em que área for, a gente pode não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gostar, mas esse não gostar não pode fazer com que a gente ultrapasse o dispositivo legal para punir ou para presentear aqueles de que não gostamos ou de que gostamos. Então, eu digo isso porque eu sou realmente defensor da democracia e acho que a convicção política e ideológica de cada um é bem-vinda, porque é disso que vivem os partidos políticos, mas é impossível que a gente veja um agente público dizer: para esse eu dou a licença, para aquele eu não dou a licença. Aí, estamos perdidos do ponto de vista da democracia e das instituições.

E, só por fim também, a título mais não de brincadeira, mas de informação que o Senador Jean Paul já lhe falou. Eu fui Governador e, toda vez que havia a marcha do MST, eu os recebia na sede, embaixo, do Governo, porque em geral eles são muitos, com o barulho das enxadas e dos facões. E, em geral, o pessoal da minha segurança e da Polícia Militar dizia: "O senhor vai falar com eles?". E eu dizia para o pessoal da Polícia Militar e dizia para o pessoal do próprio movimento que eu preferia o barulho dos gritos deles e da batida da enxada lá, o que fosse, do que o zumbido das balas daqueles que, no desespero, acabam trilhando o caminho errado. Então, é só para... Como eu acredito nisso, eu não quero lhe convencer de nada. Eu só quero dialogar.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado, Senador Jaques Wagner.

Eu, para finalizar, quero agradecer a presença do Ministro Ricardo Salles e dizer para o senhor que esta Comissão está aberta e, por gentileza, que seja sempre solícito, como assim o foi.

Quero também concluir falando do meu carinho com os movimentos sociais, da minha admiração com o MST, do meu respeito à comunidade indígena. E quero convocar a população, as ONGs, o Ministério Público, todas as instituições a, juntos, estarmos caminhando de mãos dadas nessa luta, que é um dever de todos. Thiago de Mello já dizia isso com bastante propriedade: nós não temos caminho novo; o que temos de novo é um jeito de caminhar. E eu acho que, a partir do momento em que o Poder Executivo cumprir o seu papel, que ele não está cumprindo – seja na saúde, educação, habitação, moradia, geração de emprego e renda, redução da desigualdade, diminuição desse abismo entre os milhões de pobres e a concentração de riquezas na mão de tão poucos, redução da discriminação em detrimento de raça, cor, etnia, religião, origem, pessoa com deficiência, idoso –, efetivamente nós teremos um verdadeiro Estado democrático de direito.

Informo a todos que serão entregues ao Ministro todas as 48 questões feitas pelo e-Cidadania, a quem eu agradeço a participação efetiva. Durante a reunião, 48 pessoas demandaram, estão aqui e serão entregues ao Ministro. Caso o Ministro tenha interesse em respondê-las – e eu espero que tenha –, poderá fazê-lo para a Comissão de Meio Ambiente, que nós encaminharemos as respostas aos cidadãos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de encerrar, lembro que há uma reunião deliberativa convocada para amanhã, às 9h, neste mesmo Plenário.

Nada mais havendo a tratar, encerro a reunião.

Muito obrigado a todos.

(*Iniciada às 14 horas e 34 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 49 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 6ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE MARÇO DE 2019, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às dez horas e vinte e dois minutos do dia vinte e oito de março de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Fabiano Contarato, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Leila Barros, Marcos do Val, Randolfe Rodrigues, Alessandro Vieira, Jaques Wagner, Jean Paul Prates, Paulo Rocha, Carlos Viana, Otto Alencar, Jayme Campos, Wellington Fagundes, Chico Rodrigues, Izalci Lucas e Acir Gurgacz. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Marcelo Castro, Luis Carlos Heinze, Plínio Valério, Soraya Thronicke, Lasier Martins e Telmário Mota. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - Projeto de Lei do Senado n° 234, de 2016 - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre a obrigatoriedade da comprovação da procedência legal da madeira nativa utilizada nas obras, serviços e aquisições da Administração Pública." Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). Relatoria: Senador Otto Alencar. Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo. Resultado: Retirado de pauta a pedido do relator. ITEM 2 - Projeto de Lei do Senado n° 358, de 2018 - Não Terminativo - que: "Proíbe a venda de animais de estimação nas vias de circulação ou em ambiente público fora de estabelecimento comercial." Autoria: Senador Rudson Leite. Relatoria: Senadora Soraya Thronicke. Relatório: Pela aprovação. Resultado: Retirado de pauta a pedido da relatora. ITEM 3 - Projeto de Lei do Senado n° 232, de 2015 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988, para incluir como diretriz do Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro o controle da erosão marítima e fluvial." Autoria: Senador Fernando Bezerra Coelho. Relatoria: Senador Otto Alencar. Relatório: Pela aprovação com emendas. Resultado: Retirado de pauta a pedido do relator. ITEM 4 - Projeto de Lei do Senado n° 603, de 2015 - Terminativo - que: "Disciplina o licenciamento ambiental dos aproveitamentos de potenciais hidroenergéticos considerados estratégicos e estruturantes e dá outras providências." Autoria: Senador Delcídio do Amaral. Relatoria: Senador Confúcio Moura. Relatório: Pela rejeição. Resultado: Lido o relatório e iniciada a discussão, a apreciação da matéria foi adiada. ITEM 5 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 1, de 2019 que: "Requeiro, nos termos art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Seminário desta Comissão de Meio Ambiente como parte integrante do evento sobre a sustentabilidade das Américas - ECOCUIABÁ, que terá lugar em Cuiabá – MT, no período de 11 a 15 de maio de 2020." Autoria: Senador Wellington Fagundes. Resultado: Retirado de pauta a pedido do autor. ITEM 6 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 5, de 2019 que: "Realização de ciclo de debates acerca do PLS 222, de 2016" Autoria: Senador Jean Paul Prates. Resultado: Aprovado. ITEM 7 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 6, de 2019 que: "Requer, nos termos do art. 93,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de ciclo de palestras e debates, por esta Comissão, em conjunto com a Assembleia Legislativa do Estado do Mato Grosso, na cidade de Cuiabá, em data a ser viabilizada, com o propósito de avaliar as situações de risco das barragens do Estado do Mato Grosso." Autoria: Senador Wellington Fagundes. Resultado: Retirado de pauta a pedido do autor. O presidente aproveitou a reunião para reforçar informes anteriores e decidiu pela prorrogação de prazo para apresentação de políticas públicas a serem avaliadas pela Comissão de Meio Ambiente. O senador Jayme Campos reforçou a fala do presidente ressaltando a importância da realização de painéis e audiências públicas. O presidente Fabiano Contarato resgatou informe anterior sobre a questão e agradeceu o apoio do senador Jayme Campos. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e quarenta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Fabiano Contarato

Presidente da Comissão de Meio Ambiente

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/03/28

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 6ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 5ª Reunião, realizada no dia 27 de março.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Gostaria de informar aos presentes que o item 1, o item 2 e o item 3 foram retirados de pauta, a pedido do Senador Otto Alencar e da Senadora Soraya Thronicke.

(São os seguintes os itens retirados de pauta:

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 234, de 2016

- Não terminativo -

Dispõe sobre a obrigatoriedade da comprovação da procedência legal da madeira nativa utilizada nas obras, serviços e aquisições da Administração Pública.

Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo

Observações:

1. O projeto resultou da Sugestão nº 3 de 2016, do Projeto Jovem Senador.

2. Em 27/3/19, o relator apresentou novo relatório pela aprovação nos termos do substitutivo.

3. A matéria vai ainda ao Plenário.

4. Constou da pauta em 20/3/2019.

ITEM 2

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 358, de 2018

- Não terminativo -

Proíbe a venda de animais de estimação nas vias de circulação ou em ambiente público fora de estabelecimento comercial.

Autoria: Senador Rudson Leite

Relatoria: Senadora Soraya Thronicke

Relatório: Pela aprovação

Observações:

1. A matéria vai ainda à CCJ, em deliberação terminativa.

2. Constou da pauta em 20/3/2019.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 232, de 2015

- Terminativo -

Altera a Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988, para incluir como diretriz do Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro o controle da erosão marítima e fluvial.

Autoria: Senador Fernando Bezerra Coelho

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: Pela aprovação com emendas

Observações:

1. Constou da pauta em 20/3/2019).

Nesse sentido, eu passo a palavra, pelo item 4, ao Senador Confúcio Moura, para leitura do seu relatório ao projeto.

ITEM 4

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 603, de 2015

- Terminativo -

Disciplina o licenciamento ambiental dos aproveitamentos de potenciais hidroenergéticos considerados estratégicos e estruturantes e dá outras providências.

Autoria: Senador Delcídio do Amaral

Relatoria: Senador Confúcio Moura

Relatório: Pela rejeição

Observações:

1. Em 5/12/17, a matéria foi apreciada pela CI com parecer favorável ao projeto com a emenda nº 1-CI.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Para proferir relatório.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, este projeto é de autoria do ex-Senador Delcídio do Amaral, que disciplina o licenciamento ambiental dos aproveitamentos de potenciais hidroenergéticos considerados estratégicos e estruturantes e dá outras providências.

O art. 1º do projeto de lei estabelece que o Plano Plurianual e seus projetos de lei de revisão deverão contemplar o Plano de Expansão da Oferta de Energia Elétrica e priorizar as fontes renováveis de energia.

Eu vou saltando aqui alguns trechos, porque é muito longo o relatório, entrando na p. 2.

O art. 3º determina que o Conselho Nacional de Política Energética defina a natureza do potencial hidroenergético, por meio de ato, baseado em instrumentos de planejamento e diretrizes do poder concedente, estabelecendo várias premissas aqui, de tal forma que fica garantido durante dez anos após a entrega do inventário, exigindo-se anuência do Ministério de Minas e Energia para criar espaços territoriais protegidos e limitações administrativas.

Vamos saltar alguns trechos.

Seguindo, no próximo parágrafo, no art. 4º, o projeto concebe um balcão único de licenciamento ambiental, organização composta por representantes – esse aqui é o trecho mais importante da proposta – do órgão ambiental licenciador, da Funai, do Iphan, da Fundação Cultural Palmares, do Instituto Chico Mendes (ICMBio) e do Ministério da Saúde. Essa organização ficaria responsável pelo licenciamento prévio de aproveitamentos de potenciais hidroenergéticos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estratégicos ou estruturantes, na totalidade da área abrangida, incluindo todos os aproveitamentos existentes.

Ele vai para o próximo parágrafo e fala também sobre a questão do departamento de mineração, DNPM, bloqueio das atividades minerárias, excluindo agência de águas, sobre as concessões de outorga.

O art. 5º do parágrafo seguinte trata da autorização do Congresso Nacional requerida para o aproveitamento dos recursos hídricos em terras indígenas.

Muito bem, da análise, p. 3.

Compete à Comissão de Meio Ambiente opinar sobre assuntos pertinentes à defesa do meio ambiente, especialmente proteção do meio ambiente, controle da poluição e conservação da natureza, nos termos do inciso I do art. 102-F do Regimento Interno do Senado Federal. Por se tratar de decisão terminativa, esta Comissão está incumbida de analisar a constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa da matéria.

No tocante à constitucionalidade, saudamos o Senador Wilder Morais pelos reparos feitos ao projeto por meio da Emenda nº 1 – CI, contudo entendemos que os arts. 3º e 4º do PLS incidem em inconstitucionalidade formal, pois distribuem atribuições e criam "balcão" ou "colegiado" único de licenciamento ambiental no âmbito do Poder Executivo. Nesse sentido, o Supremo Tribunal Federal e as Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal e da Câmara dos Deputados entendem que é inconstitucional projeto de lei de iniciativa parlamentar que vise criar ou modificar atribuições ou estrutura administrativa no âmbito do Poder Executivo. Da nossa parte, julgamos que esse tema é de competência privativa do Presidente da República por força do art. 61, inciso II, alínea "e", e art. 84, inciso VI, alínea "a" da Constituição Federal de 1988.

Não há ressalvas a serem feitas quanto à regimentalidade e juridicidade da proposição.

Quanto à técnica legislativa do PLS, deveria o art. 1º do projeto indicar o objetivo e o campo de aplicação do projeto.

Aí há uma série de atribuições. Vamos saltar.

Na página 5, no §2º, em cima.

Em seguida, cabe lembrar que a maior parte das unidades de conservação da Amazônia Legal já foram criadas, recobrindo área superior a 20% de seu território. Não nos parece ser uma ameaça real e atual a criação de novas unidades de conservação para embaraçar a construção de novos aproveitamentos hidrelétricos, pois o Poder Executivo é quem deve decidir qual rumo tomar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos adiantar mais, aqui para o finalzinho da p. 5, o último parágrafo.

Segundo o Plano Decenal de Expansão de Energia, a geração hidrelétrica em 2018 foi responsável por 64% da energia elétrica gerada e para 2027 estima-se um percentual menor: 51%. Essa redução pode ser explicada por três principais motivos: i) restrições socioambientais para construção de grandes hidrelétricas; ii) competição com outras fontes renováveis não hídricas (eólica, solar fotovoltaica e biomassa); e iii) menor confiabilidade no regime hidrológico, especialmente na bacia do São Francisco. Além disso, há uma sinalização para a expansão de fontes renováveis não hídricas.

Assim, Sr. Presidente, o voto.

Ante o exposto, votamos pela rejeição do PLS nº 603, de 2015, e pela prejudicialidade da Emenda nº 1 da Comissão de Infraestrutura.

Muito bem. É esse o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Agradeço o voto do Senador Confúcio Moura.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Bom, como se trata de decisão terminativa, não havendo quórum presencial para deliberar a matéria, fica adiada para a próxima reunião.

Passamos agora para o item 6.

ITEM 6

REQUERIMENTO Nº 5, de 2019

- Não terminativo -

Realização de ciclo de debates acerca do PLS 222, de 2016.

Autoria: Senador Jean Paul Prates.

Com a palavra o autor para leitura.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Presidente, obrigado. Vice-Presidente Jaques Wagner. Presidente Contarato.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Rapidamente, para encaminhar o requerimento, explicar um pouquinho para os senhores qual é a razão desse requerimento.

O PLS 222 é um PLS que vem da autoria do Senador Garibaldi Alves, da legislatura passada, e que trata de política de desenvolvimento sustentável para o bioma da Caatinga. Sabemos que é um projeto de lei que tratará especialmente da preservação do meio ambiente nesse bioma, erradicação da pobreza, redução das desigualdades sociais no território coberto pela Caatinga. É um território bastante extenso, um bioma típico do Brasil, inédito em outras partes do mundo. Apenas no Brasil temos o bioma Caatinga, e abrange o Rio Grande do Norte, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Bahia, Sergipe, Alagoas e parte de Minas Gerais.

Nós estamos propondo aqui, Sr. Presidente, a realização de um ciclo de debates e nós estamos imaginando fazer quatro debates em quatro Estados principais: Ceará e Rio Grande do Norte juntos, provavelmente na cidade de Mossoró, próximo aos dois Estados; Paraíba e Pernambuco juntos, em João Pessoa ou em Recife; Piauí, Maranhão, em Teresina ou em Timon; Bahia, Sergipe, Alagoas e o norte de Minas centralizados em Salvador. E esperamos com isso coletar a opinião e a participação de especialistas e de pessoas desses Estados, principalmente interessados no bioma da Caatinga, e com isso discutir melhor o projeto.

Essa é a razão do requerimento e espero deferimento e aprovação dos senhores.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Agradeço, Senador Jean Paul Prates, e quero daqui publicamente manifestar a minha honra e gratidão por estar tendo esse contato com V. Exa., Senador. Eu fico muito feliz quando eu vejo pessoas na qualidade do senhor, comprometidas com a redução da desigualdade social, que é uma coisa tão presente no Brasil e que infelizmente, por parte dos nossos próprios colegas, esse não é o comportamento.

Então, quando eu presencio pessoas que dignificam muito a honrada classe dos políticos, como V. Exa. com esse requerimento, não tenha dúvida de que com o que eu puder humildemente contribuir, V. Exa. pode sempre contar comigo. Está bom?

Em votação o requerimento apresentado pelo brilhante Senador Jean Paul Prates.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o Requerimento nº 5, de 2019, da CMA.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Senador Presidente, já pedindo auxílio ao Senador Jaques Wagner para organizar um dos ciclos de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

debates sobre a Caatinga lá, na cidade de Salvador, para abranger Sergipe, Alagoas, norte de Minas e Bahia numa reunião apenas, para medidas de economia processual.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Eu gostaria agora de fazer um apelo aos colegas. Se fosse possível, por gentileza, sensibilizarem os demais Senadores, porque o meio ambiente é um tema de tamanha relevância no mundo, é um direito transcendental, é um direito humano sagrado. E eu queria muito ver esta Comissão sendo muito mais atuante e participativa. Então, vamos fazer uma corrente do bem, vamos contaminar os colegas. Eu agradeço aqui à Senadora Leila, amiga, tenho orgulho de fazer parte desse time.

Eu quero deixar claro para vocês que eu estou aqui também por missão, mas esse compromisso é de todos nós. Vamos contaminar as pessoas, vamos fazer um apelo aos Senadores e não só encher isso aqui – com todo o respeito –, só encher esta Comissão quando houver projeto que, infelizmente, vai ser para acabar com o meio ambiente. Essa é a triste realidade, minha gente. Então, vamos aqui nos conscientizar, entender que nós somos eleitos para representar a população e a população clama por um Senado com o olhar mais humanizador, é humanizar a dor, é se colocar na dor do outro, é lutar pela redução da desigualdade social. Então, o apelo que eu faço é esse.

Diante desse apelo, eu vou prorrogar o prazo – oportunamente vou falar a data – para que os Srs. Senadores apresentem sugestões de políticas públicas que vão ser avaliadas e cumpridas por esta Comissão de Meio Ambiente. De antemão, eu falo: se os Senadores não apresentarem sugestões de políticas públicas aqui para debater – porque o espaço é este, aqui que nós temos legitimidade –, eu, na qualidade de Presidente, vou ter que apresentar essas sugestões diante da inércia lamentável dos colegas que compõem... Porque eu não posso achar crível, razoável, lícito, moralmente permitido que, numa comissão composta por 17 titulares e 17 suplentes, nós não tenhamos nenhuma sugestão de políticas públicas direcionadas à Comissão de Meio Ambiente.

Fica aqui o meu apelo. Eu espero que, com essa prorrogação, haja sugestões efetivamente de política pública.

Pedi também a celeridade na devolução dos relatórios. As matérias estão sendo distribuídas, por gentileza, recebam as matérias, analisem e, claro, dentro do seu livre convencimento, apresentem com maior brevidade possível relatórios para que eles possam ser pautados, e aí, esta Comissão possa ser mais proativa. Podem ter certeza de que, no que depender desta Comissão, nós vamos estar aqui sempre convocando Ministro, quem quer que seja, debatendo e promovendo audiências públicas, tudo para fazer com que esta Comissão dignifique muito o Senado da República. Está bom?

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Pois não.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT. Pela ordem.) – Senador Jayme Campos, de Mato Grosso.

Após ouvir V. Exa. dizendo que lamentavelmente... Talvez, na visão do senhor, a Comissão não esteja andando conforme o senhor gostaria que andasse.

Primeiro, quando V. Exa. distribuiu... Eu fui Presidente de Comissão, já participei desta Comissão como Relator de várias matérias da Comissão de Meio Ambiente e da Comissão de Agricultura, acho que a distribuição, naturalmente, dos projetos que chegam a esta Casa tem que ser feita de forma muito criteriosa, sobretudo por quê? Muitas pessoas que estão participando da Comissão não têm nem grandes interesses, por força partidária a pessoa é indicada ou por blocos foi indicada aqui e talvez não tenha nem interesse com relação a essa matéria desta Comissão, pelo fato, talvez, de não haver nenhum envolvimento com a sua pessoa.

Particularmente, eu gostaria de sugerir ao senhor – já tenho até uma certa experiência, segunda vez Senador da República, já fui Presidente de Comissão, já fui relator, já participei de quase tudo aqui nesta Casa, eu acho que seria de bom alvitre o senhor promover aqui também – poderia ser livre arbítrio do senhor –, convidar algumas autoridades, sobretudo, inicialmente, o próprio Ministro do Meio Ambiente para comparecer, Presidente do Ibama, e nós construirmos aqui uma pauta, alguns painéis aqui para serem discutidos nesta Comissão para que haja motivação, até mesmo dos Srs. Senadores.

Com todo respeito de V. Exa., muito dependente do Presidente aqui, muito. Eu fui Presidente de duas Comissões aqui, algumas delas estavam bem piores em relações a esta aqui na questão da presença. Houve, de lá para cá, quando eu assumi... uma motivação muito grande que a transformou depois numa grande comissão daqui do Senado. Eu acho que muito vai depender de V. Exa. aqui, sobretudo – não seu qual o critério – na distribuição, naturalmente, também daqui se fala processado. Os projetos processados V. Exa. também distribuir para as pessoas que querem participar.

Caso contrário, há pessoas, Senadores aqui, com todo respeito, pegam um processo que fica seis ou oito meses na gaveta e não retornam para a Casa, para a Comissão, para ser relatado. Muitas vezes, um Senador relata e não vem aqui, no dia em que está a matéria na pauta aqui, nem relatar. V. Exa. tem autoridade de nomear qualquer um desses Senadores aqui *ad hoc*, para fazer a coisa andar – *ad hoc*. Não é isso? Pode relatar *ad hoc* para andar. Há dia em que você teria capacidade de botar 50 ou 60 projetos para votar, Senador Wagner, aqui na Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, eu quero me manifestar aqui, realmente dizer que nós estamos solidários. V. Exa. tem toda razão. Conte comigo, estou vendo que o senhor está agoniado, quer fazer a coisa aqui andar a mil por hora – mil por hora...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. *Fora do microfone*.) – Sangue nos olhos!

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – ... estou vendo aqui que o senhor está interessado. Isso é louvável, é meritória, naturalmente, essa sua pretensão. Conte comigo. Se possível, vamos sentar. Posso dar pouco ou nada de experiência que eu tenho, mas eu tenho quase 70 anos e tenho sete mandatos, aqui eu posso ajudar o senhor para construirmos e fazermos com que, de fato, a Comissão ande como V. Exa. deseja e desejamos todos nós, como membros desta Comissão.

Parabéns! Conte comigo.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Muito obrigado, Senador Jayme Campos.

Eu aqui quero fazer só algum esclarecimento.

No que tange a convidar Ministros, ontem mesmo o Ministro do Meio Ambiente esteve aqui, mas apenas quatro Senadores se...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT. *Fora do microfone*.) – Nesta Comissão?

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Nesta Comissão. Quatro Senadores – quatro Senadores... Então, veja só: já convoquei, o Ministro esteve, foram quatro Senadores apenas. O Ministro de Estado do Meio Ambiente esteve aqui e apenas quatro Senadores estiveram.

Outro ponto em que V. Exa. toca, com relação à distribuição das matérias. Já foi aprovado aqui, inclusive, quem presidiu foi o Senador Jaques Wagner, o item 6 do funcionamento da CMA, que fala: para garantir o bom andamento dos trabalhos, os relatores designados devem procurar atender o prazo regimental para a entrega de seus relatórios. Não ocorrendo a entrega, esta Presidência prorrogará o prazo automaticamente por outros 15 dias úteis. Havendo necessidade de nova extensão, deve o relator comunicar o pedido por ofício à Secretaria da Comissão para decisão do Presidente. Findo o prazo concedido, a matéria poderá ser distribuída a novo relator ou pautada, nos termos do art. 121 do Regimento Interno. E isso vai ser feito.

Então, antes de tomar uma medida mais drástica... Eu sei muito bem que aqui nós temos projetos que já têm relator, que já estão em pauta e o relator não está aqui. Eu poderia muito bem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nomear um Senador para ser o relator *ad hoc* e já passar. Mas eu estou aqui com um comportamento mais ético, mais apelativo, tendo em vista que estamos no início deste mandato legislativo – e eu no início da Presidência – no sentido da voluntariedade e do compromisso com esse tema. Agora, se o Senador não tem afinidade com o tema, que busque outra Comissão, este não é o espaço.

Com relação à distribuição, isso está sendo feito de forma criteriosa, de forma igualitária, distribuindo, vendo o interesse de cada relator... Eu atendo aqueles que não querem relatar determinado assunto, mas as matérias têm que ser relatados. Então, é nesse sentido.

Muito obrigado. Eu vou contar, sim, com a sua ajuda, Senador Jayme Campos, porque eu sei da sua brilhante trajetória política, que muito pode contribuir.

Além das políticas públicas, vamos preparar um plano de trabalho para o biênio, contando com as consultorias, secretarias e os membros para suprir essas lacunas apresentadas, inclusive por V. Exa.

Nada mais havendo, declaro encerrada esta reunião.

Muito obrigado a todos.

(*Iniciada às 10 horas e 23 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 44 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 7ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE ABRIL DE 2019, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às nove horas e trinta e sete minutos do dia quatro de abril de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Fabiano Contarato, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Marcio Bittar, Plínio Valério, Lasier Martins, Major Olimpio, Leila Barros, Marcos do Val, Jaques Wagner, Paulo Rocha, Lucas Barreto, Jayme Campos e Paulo Paim. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Confúcio Moura, Marcelo Castro, Luis Carlos Heinze, Soraya Thronicke, Telmário Mota, Carlos Viana, Otto Alencar e Wellington Fagundes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - Projeto de Lei do Senado n° 234, de 2016 - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre a obrigatoriedade da comprovação da procedência legal da madeira nativa utilizada nas obras, serviços e aquisições da Administração Pública." Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). Relatoria: Senador Otto Alencar. Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo. Resultado: Retirado de pauta pelo relator. ITEM 2 - Projeto de Lei do Senado n° 358, de 2018 - Não Terminativo - que: "Proíbe a venda de animais de estimação nas vias de circulação ou em ambiente público fora de estabelecimento comercial." Autoria: Senador Rudson Leite. Relatoria: Senadora Soraya Thronicke. Relatório: Pela aprovação. Resultado: Adiado. ITEM 3 - Projeto de Lei do Senado n° 524, de 2018 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, para possibilitar a aplicação de recursos em operações de crédito destinadas a empresas que usam energia fotovoltaica." Autoria: Senadora Rose de Freitas. Relatoria: Senador Jaques Wagner. Relatório: Pela aprovação com emendas. Resultado: Lido o relatório. Vista concedida ao senador Márcio Bittar pelo prazo regimental de 5 dias, conforme art. 132 do Regimento Interno do Senado Federal. ITEM 4 - Projeto de Lei do Senado n° 603, de 2015 - Terminativo - que: "Disciplina o licenciamento ambiental dos aproveitamentos de potenciais hidroenergéticos considerados estratégicos e estruturantes e dá outras providências." Autoria: Senador Delcídio do Amaral. Relatoria: Senador Confúcio Moura. Relatório: Pela rejeição. Resultado: Retirado de pauta a pedido do relator. ITEM 5 - Projeto de Lei do Senado n° 232, de 2015 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988, para incluir como diretriz do Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro o controle da erosão marítima e fluvial." Autoria: Senador Fernando Bezerra Coelho. Relatoria: Senador Otto Alencar. Relatório: Pela aprovação com emendas. Resultado: Retirado de pauta a pedido do relator. ITEM 6 - Projeto de Lei do Senado n° 90, de 2018 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, para incluir no conteúdo mínimo do plano de gerenciamento de resíduos sólidos a destinação de materiais recicláveis descartados a cooperativas de catadores ou organizações da sociedade civil que tenham por finalidade o aproveitamento econômico desses materiais." Autoria: Senadora Rose de Freitas. Relatoria: Senador Jaques Wagner. Relatório: Pela aprovação. Resultado: Lido o relatório, discussão e votação adiada. ITEM 7 -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 1, de 2019 que: "Requeiro, nos termos art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Seminário desta Comissão de Meio Ambiente como parte integrante do evento sobre a sustentabilidade das Américas - ECOCUIABÁ, que terá lugar em Cuiabá – MT, no período de 11 a 15 de maio de 2020." Autoria: Senador Wellington Fagundes. Resultado: Adiado. ITEM 8 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 6, de 2019 que: "Requer, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de ciclo de palestras e debates, por esta Comissão, em conjunto com a Assembleia Legislativa do Estado do Mato Grosso, na cidade de Cuiabá, em data a ser viabilizada, com o propósito de avaliar as situações de risco das barragens do Estado do Mato Grosso." Autoria: Senador Wellington Fagundes. Resultado: Adiado. ITEM 9 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 7, de 2019 que: "Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de analisar os dados do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e a preservação ambiental por produtores rurais, com a presença dos seguintes convidados: Sr. Evaristo de Miranda, pesquisador da EMBRAPA; Deputado Alceu Moreira, presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária; e Sr. João Martins da Silva Junior, presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil" Autoria: Senador Marcio Bittar. Resultado: Aprovado com a inclusão de representante da CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura), por sugestão do Senador Paulo Rocha acatada pelo autor. ITEM 10 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 9, de 2019 que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, aditamento na lista de convidados do Requerimento nº 7 de 2019 – CMA, que objetiva a realização de audiência pública com o propósito de analisar os dados do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e a preservação ambiental por produtores rurais, de modo a promover o contraditório." Autoria: Senador Fabiano Contarato. Resultado: Aprovado. ITEM 11 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 10, de 2019 que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, combinado com os arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública conjunta da Comissão de Meio Ambiente com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional para, nos termos do Requerimento nº 12, de 2019 – CRE, aprovado em 21 de março de 2019, debater questões relacionadas às mudanças climáticas e ao aquecimento global, com a inclusão dos convidados que relaciona de modo a promover o contraditório." Autoria: Senador Fabiano Contarato. Resultado: Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Fabiano Contarato

Presidente da Comissão de Meio Ambiente

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/04/04

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Bom dia a todos! Havendo número regimental, declaro aberta a 7ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa de leitura e aprovação da ata da 6ª Reunião, realizada em 28 de março de 2019.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal.

Há uma inversão da pauta. Passamos para o Item nº 3.

Decisão não terminativa. Projeto de Lei do Senado nº 524, de 2018. Altera...

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Com a palavra V. Exa.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Pela ordem.) – Pelo fato de eu ser suplente, queria propor, depois do Item 3 – já que se decidiu pela... –, que já se entrasse nos requerimentos, porque o requerimento do Item 7 – aí eu quero dialogar com o Senador Márcio Bittar – trata de uma audiência pública de debates. E eu queria, combinado com ele, incluir a Contag no debate sobre essa questão de Cadastro Rural.

Aliás, é o Item 9.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Está bem, Senador. Eu só pediria um pouquinho de paciência.

Vou aproveitar que o Senador Jaques Wagner já apresentou o relatório...

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Concordo que se inicie pelo Item 3. O que estou dizendo é que, depois, se passe para os itens que tratam de requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Perfeito.

Só pediria paciência, mais uma vez, porque ele tem dois para relatar e aí eu queria aproveitar já, porque ele também vai ter de participar em outro momento.

ITEM 3

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 524, DE 2018

Altera a Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, para possibilitar a aplicação de recursos em operações de crédito destinadas a empresas que usam energia fotovoltaica.

Autoria: Senadora Rose de Freitas

Relatoria: Senador Jaques Wagner

Relatório: Pela aprovação com emendas

Observações:

1. A matéria vai ainda à CAS, em decisão terminativa.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Concedo a palavra ao Senador Jaques Wagner para leitura do seu relatório.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Para proferir relatório.) – Bom dia, Sr. Presidente, bom dia colegas Senadoras e Senadores, vou direto à leitura do relatório.

Venho a esta Comissão para dar parecer ao Projeto de Lei do Senado 524, de 2018, que altera a Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, para possibilitar a aplicação de recursos em operações de crédito destinadas a empresas que usam energia fotovoltaica.

De autoria da Senadora Rose de Freitas, a proposição, estruturada em dois artigos, tem por objetivo garantir crédito barato para empresas que utilizem a energia fotovoltaica, fomentando, dessa forma, o crescimento dessa fonte de energia renovável na matriz elétrica brasileira.

Nesse sentido, o art. 1º do projeto altera os §§ 2º, 3º, 9º e 10 do art. 9º da Lei nº 8.036, de 1990, para incluir, entre as entidades habilitadas a receber crédito proveniente de recursos do FGTS, as empresas que utilizem preponderantemente energia elétrica de fonte fotovoltaica. A alteração promovida no §3º ainda destina, no mínimo, um por cento dos recursos previstos no programa de aplicação do Fundo às empresas beneficiadas pela alteração proposta.

O art. 2º versa sobre a cláusula de vigência, estabelecendo que a lei resultante da aprovação do Projeto entre em vigor na data de sua publicação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na justificação, a autora, Senadora Rose de Freitas, argumenta que os incentivos propostos atuarão no sentido de promover o uso da energia fotovoltaica, levando a uma maior diversificação da matriz energética e à redução do uso de energias que são mais agressivas ao meio ambiente.

A proposição foi distribuída para esta Comissão e para a Comissão de Assuntos Sociais, na qual será objeto de decisão terminativa.

Por fim, cumpre consignar que não houve apresentação de emendas ao projeto.

Análise.

De acordo com o disposto no inciso I do art. 102-F do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), cabe à Comissão de Meio Ambiente opinar sobre assuntos pertinentes à defesa do meio ambiente, especialmente sua proteção, controle da poluição, conservação da natureza e defesa dos recursos naturais – assuntos relacionados ao fomento às energias limpas de que trata a proposição em análise.

O Brasil é referência em energias renováveis, tendo uma das matrizes elétricas mais limpas do mundo. Enquanto as energias renováveis representam 22,2% da matriz elétrica mundial, no Brasil esse percentual é de 79,14%. Apesar desse belo exemplo que o País demonstra ao mundo no grave contexto atual de ameaças oriundas das mudanças climáticas causadas pelas emissões de gases de efeito estufa de origem antrópica, há margem para aperfeiçoamento da atuação brasileira na área energética, especialmente na ampliação da diversificação da matriz. Segundo a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), em termos de potência instalada, a fonte hídrica responde hoje por 60,79% da matriz de energia elétrica. A energia fóssil representa 14,94% da matriz elétrica e a nuclear, 1,16%.

Não obstante o percentual ainda expressivo de fontes renováveis na matriz elétrica brasileira, é sabido que o potencial hídrico se encontra cada vez mais difícil de ser explorado porque, em geral, a capacidade ainda não explorada está, em grande parte, em áreas de proteção ambiental ou em terras indígenas. Assim, para evitar que a nossa matriz de energia elétrica perca qualidade ambiental, é importante incentivar novas fontes de geração limpas.

Nesse sentido, incentivos com vistas a promover a ampliação de fontes alternativas de geração de energia na matriz brasileira, como a solar – que o hoje representa 1,16% da capacidade elétrica instalada –, são muito bem-vindos. Como exemplo, destacamos os compromissos assumidos pelo Brasil no Acordo de Paris relacionados às energias renováveis: atingir participação de 45% de todas as energias renováveis na matriz energética em 2030; expandir o uso de fontes renováveis (exceto energia hídrica), na matriz total de energia para 28% a 33% de participação também até 2030; aumentar a participação de energia de biomassa sustentável na matriz energética para 18% até o mesmo ano.

Portanto, podemos afirmar que a iniciativa expressa neste PLS, de autoria da Senadora Rose de Freitas, é absolutamente meritória.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Contudo, entendemos ser exequível aperfeiçoar a proposição, ampliando a aplicação de recursos do FGTS em operações de crédito destinadas que utilizem energia elétrica proveniente preponderante de usina fotovoltaica a pessoas jurídicas de direito privado, em vez de exclusivamente a empresas. Ocorre que existe uma série de instituições que não ostentam a forma empresarial, mas que podem ser alcançadas pela proposta, a exemplo de instituições de ensino, de saúde e cooperativas.

Nesse contexto, em lugar de limitar o alcance da norma a empresas, seria melhor direcionar esse incentivo para pessoas jurídicas de direito privado, de modo a viabilizar a ampliação do acesso a essa importante fonte alternativa de energia para um rol maior de beneficiados. Assim, haveria maior ganho ambiental, com maior geração de energia limpa, e mitigação dos impactos tarifários nos consumidores atendidos pelas distribuidoras.

Dessa forma, propomos alterar o alvo do benefício creditício previsto neste PLS, direcionando o incentivo para pessoas jurídicas de direito privado que utilizem energia elétrica proveniente preponderantemente de usina fotovoltaica.

Voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei 524, de 2018, nos termos das seguintes emendas:

Emenda nº 1
Dê-se a seguinte redação à Ementa do Projeto de Lei do Senado nº 524, de 2018:
[...]

É só o caput da emenda.

Emenda nº 2
Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 524, de 2018, a seguinte redação:
"Art. 1º O art. 9º da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:
'Art. 9º .....
§ 2º Os recursos do FGTS deverão ser aplicados em habitação, em saneamento básico, em infraestrutura urbana e em operações de crédito destinadas a entidades hospitalares filantrópicas e sem fins lucrativos que participem do SUS de forma complementar, a instituições que assistem pessoas com deficiência, bem como em operações de crédito destinadas a pessoas jurídicas de direito privado que utilizem energia elétrica proveniente preponderantemente de usina fotovoltaica, desde que as disponibilidades financeiras sejam mantidas em volume que satisfaça as condições de liquidez e de remuneração mínima necessária à preservação do poder aquisitivo da moeda.
§ 3º O programa de aplicações deverá destinar, no mínimo:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> I – 60% (sessenta por cento) para investimentos em habitação popular;
> II – 5% (cinco por cento) para operações de crédito destinadas a entidades hospitalares filantrópicas e sem fins lucrativos que participem do SUS de forma complementar;
> III – [que é o objeto deste projeto] 1% (um por cento) para operações de crédito destinadas a pessoas jurídicas de direito privado que utilizem energia elétrica proveniente preponderante de usina fotovoltaica.
> .....
> § 9º A Caixa Econômica Federal, o Banco do Brasil S. A. e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social poderão atuar como agentes financeiros autorizados para aplicação dos recursos do FGTS em operações de crédito destinadas a entidades [e aí segue o texto, semelhante ao que vou ler] [...]
> § 10. Nas operações de crédito destinadas a entidades hospitalares filantrópicas e sem fins lucrativos que participem do SUS [e evidentemente inclui aí o objeto principal] [...]

Sr. Presidente, eu conversei com a Senadora Rose e ela entendeu que a emenda era no sentido de ampliar o escopo e não apenas empresa. Na verdade, eu, quando Governador, estimulei muito hospitais, até campo de futebol que se utilizassem de energia fotovoltaica, até porque, mesmo quando você não a utiliza, acaba sendo um retorno para essa entidade, porque, quando você não está em utilização, você joga na rede e há, na verdade, um crédito e débito na conta que você tem a pagar. Dou como exemplo o estádio municipal de Pituaçu, em que nós instalamos energia fotovoltaica, e hoje a Secretaria de Trabalho e Esporte do Estado da Bahia praticamente não tem conta de energia elétrica, porque, quando está em utilização, nós consumimos da própria energia; quando não está, ela joga na rede, e isso é contabilizado como crédito para o Estado – no caso, para a secretaria. Então, eu acho que o projeto tem objetivo.

Eu só queria destacar que fui procurado, primeiro, ainda quando do primeiro relatório, por representantes da Caixa Econômica, que depois não apresentaram para mim o relatório que pretendiam. E ontem alguém de Governo me pediu para retirar o projeto. Como eu já tinha retirado uma vez e como aqui ele não tem o caráter terminativo, entendo que, se o Governo quer fazer ponderações, ainda teremos uma outra Comissão. Por isso, eu trouxe o relatório, que é no que eu tenho a contribuir.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Muito obrigado.

A matéria está em discussão.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Com a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – Com todo o carinho que tenho à Rose, com quem fui Deputado Federal, e o carinho também a um petista histórico e que sabe cativar as pessoas como quase ninguém, o Relator Jaques Wagner, eu gostaria de aprofundar um pouco o conhecimento sobre a matéria. Em tese é um assunto absolutamente relevante, mas, como há essa questão do FGTS, eu gostaria de pedir vista, com a promessa de que não vou demorar a trazer de volta com a minha opinião.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. *Fora do microfone*.) – Eu só espero que o colega tenha mais sorte, porque eu tirei da outra vez e não me apresentaram, quando eles vieram me pedir. Eu acho que uma consideração pode ser feita...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – Se não me apresentarem, eu trago de qualquer forma. Eu vou dar essa oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Algum outro Senador quer pedir vista? Vista coletiva? (*Pausa.*)

Então, concedida vista ao Senador Marcio Bittar. Eu só pediria, por gentileza, a celeridade na tramitação.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC. *Fora do microfone*.) – Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Está bem, obrigado.

Com a palavra ainda... Vou pular para o item 6.

ITEM 6

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 90, DE 2018

- Terminativo -

Altera a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, para incluir no conteúdo mínimo do plano de gerenciamento de resíduos sólidos a destinação de materiais recicláveis descartados a cooperativas de catadores ou organizações da sociedade civil que tenham por finalidade o aproveitamento econômico desses materiais.

Autoria: Senadora Rose de Freitas

Relatoria: Senador Jaques Wagner

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela aprovação

Concedo a palavra ao Senador Jaques Wagner para leitura do seu relatório.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Eu só registro, Sr. Presidente, que esse projeto tem caráter terminativo nesta Comissão. (*Fora do microfone.*) Então, na verdade, para ir a votação nós teríamos que ter quórum presencial.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Só para adiantar a leitura.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Para proferir relatório.) – Está bem.

Da Comissão de Meio Ambiente, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 90, de 2018, da Senadora Rose de Freitas, que altera a Lei 12.305, de 2 de agosto de 2010.

Relatório.

Submete-se ao exame desta Comissão, em decisão terminativa, o PLS 90, de 2018, de autoria da Senadora Rose de Freitas.

O art. 1º da proposição acrescenta o inciso X ao *caput* do art. 21 da Lei 12.305, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, para determinar que o plano de gerenciamento de resíduos sólidos estabeleça em seu conteúdo mínimo a destinação dos resíduos sólidos recicláveis descartados a associações ou cooperativas de catadores ou organizações da sociedade civil que tenham por finalidade o aproveitamento econômico desses materiais e que possuam infraestrutura para realizar a triagem e a classificação deles, quando isso for possível.

O art. 2º do projeto estabelece que a lei que dele resultar entrará em vigor na data de sua publicação.

A matéria chegou a ser objeto de análise pelo Senador Benedito de Lira, que apresentou, nesta Comissão, relatório pela sua aprovação. Entretanto, o mencionado relatório não foi votado em razão de o antigo Relator ter deixado os quadros desta Comissão – só para suscitar que já houve um relatório anterior.

Não foram apresentadas emendas.

Análise.

Nos termos do art. 102-F, inciso I, do Regimento Interno desta Casa, cabe à CMA opinar sobre o mérito de proposições que versem sobre proteção... Eu vou me dar o direito de não repetir para não ficar enfadonho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os requisitos formais e materiais de constitucionalidade são atendidos pela proposição, tendo em vista que compete à União legislar concorrentemente sobre proteção do meio ambiente e controle da poluição. No que concerne às atribuições do Congresso Nacional, é livre a iniciativa de Deputados e Senadores nesta matéria, de conformidade com o *caput* do art. 48 da Carta Magna. De resto, o PLS em análise não apresenta vícios de regimentalidade ou juridicidade.

Com relação ao mérito, concordamos com o teor do relatório apresentado, e não votado, nesta CMA pelo Senador Benedito de Lira e, por isso, adotamos suas conclusões. A proposição visa a estimular de maneira direta o acesso, pelos catadores, aos resíduos sólidos recicláveis produzidos por algumas categorias de geradores desses resíduos que, por força da Lei 12.305, estão obrigados a elaborar seus planos de gerenciamento de resíduos sólidos.

Desse modo, a destinação de materiais recicláveis para associações e cooperativas de catadores dependerá da elaboração de instrumentos administrativos específicos, como termos de cooperação, convênios e acordos, que estabeleçam os meios, os procedimentos e as contrapartidas das empresas que necessitam elaborar plano de gerenciamento de resíduos sólidos e dos catadores.

Diante do fato de que o objetivo deste PLS é favorecer o desempenho dos catadores e proporcionar meios para que de sua atividade possam obter de maneira digna um retorno econômico minimamente suficiente para a continuidade e o aperfeiçoamento de suas ações, consideramos a proposição um avanço não apenas para a legislação ambiental pátria, mas também para a promoção da distribuição de renda e, portanto, merece ser aprovada.

Voto.

Em razão do exposto, votamos pela aprovação do PLS nº 90, de 2018, de autoria da Senadora Rose de Freitas.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado, Senador, por suas considerações e seu voto.

Uma vez que a matéria exige votação nominal e que não temos na sala Senadores em número suficiente, lido o relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria.

Vamos passar agora para o item 9.

ITEM 9

REQUERIMENTO Nº 7, DE 2019

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de analisar os dados do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e a preservação ambiental por produtores rurais, com a presença dos seguintes convidados: Sr. Evaristo de Miranda, pesquisador da EMBRAPA; Deputado Alceu Moreira, presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária; e Sr. João Martins da Silva Junior, presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil

Autoria: Senador Marcio Bittar

Com a palavra o autor para leitura.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, já estou incorporando a proposta do Senador, meu ex-colega também (*Fora do microfone.*) na Câmara Federal, sem nenhum problema; já incorporando nesta lista o representante da Contag.

Passo a ler o requerimento.

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, inciso II, da Constituição Federal e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de analisar os dados do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e a preservação ambiental por produtores rurais.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: Sr. Evaristo de Miranda, pesquisador da Embrapa; Deputado Alceu Moreira, Presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária, colega nosso do Congresso Nacional, Deputado Federal; e o Sr. João Martins da Silva Junior, Presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil. Acrescento, oralmente, um representante da Contag, a juízo da própria entidade. Justificativa.

A consolidação dos dados do Cadastro Ambiental Rural demonstra que o produtor rural é o maior agente de proteção ambiental do País. Mesmo diante desse fato, o produtor rural e a atividade agropecuária ainda são demonizados por grupos ambientalistas que se aferram a uma cartilha política e recusam-se a aceitar dados concretos e objetivos.

O Brasil, graças aos produtores rurais, é um dos países que mais protege o meio ambiente, com patamares muito superiores aos dos países desenvolvidos – aliás, entre os dez países do mundo em termos territoriais, ninguém protege mais o seu Território do que o nosso País –, como os Estados Unidos, o Canadá e a Austrália. O ecologismo político condenou diversos estados à estagnação econômica, em virtude da impossibilidade de explorarem as riquezas naturais e as potencialidades regionais.

Torna-se imperioso discutir possibilidades de incrementar a produção agrícola brasileira, explorando imensas faixas territoriais que, mesmo quando exploradas, ainda manterão o Brasil na dianteira do mundo no quesito preservação ambiental.

Era o que tinha para a manhã de hoje, Sr. Presidente, agradecendo ao Senador Paulo Rocha, porque acho que a sugestão dele completa o leque de pessoas que poderão fazer com que essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

audiência pública ajude a elucidar, a trazer mais ciência e menos calor a um debate que às vezes beira a irracionalidade.

Era o que eu tinha para a manhã de hoje, Sr. Presidente.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Eu só queria acrescentar, Presidente, argumentos a esse tipo de debate, que é premente para a sociedade, mas que tem visões diferentes, principalmente nessas questões ambientais e em biomas como a Amazônia, o próprio Cerrado e até o Pantanal. Esses são biomas de grandes complexidades, portanto, esse tipo de debate tem que trazer as várias visões para, ao final, o Congresso Nacional tirar posições que atendam os vários interesses do desenvolvimento, levando em consideração também a questão de que lá na Amazônia nós já construímos essa ideia de desenvolvimento, mas com autossustentabilidade, inclusive, ambientalmente correta.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado...

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Por isso a presença de várias visões nesse tipo de debate, que podem trazer para os vários Parlamentares um posicionamento mais adequado à situação.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC. *Fora do microfone*.) – Correto.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Agradeço a colaboração do Senador.

Em votação o requerimento apresentado.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Passo agora ao Requerimento nº 9, de 2019, da Comissão de Meio Ambiente.

ITEM 10

REQUERIMENTO Nº 9, DE 2019

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, aditamento na lista de convidados do Requerimento nº 7 de 2019 – CMA, que objetiva a realização de audiência pública com o propósito de analisar os dados do Cadastro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ambiental Rural (CAR) e a preservação ambiental por produtores rurais, de modo a promover o contraditório.

Autoria: Senador Fabiano Contarato

Observações:

Em aditamento ao REQ 7/2019-CMA

Vou passar à leitura do meu requerimento.

Nos termos do art. 58, §2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a esta douta Comissão de Meio Ambiente seja aditado o Requerimento nº 7, de 2019 – CMA, que objetiva a realização de audiência pública com o propósito de analisar os dados do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e a preservação ambiental por produtores rurais.

A fim de promover o contraditório na audiência pública pretendida, proponho os seguintes convidados: Britaldo Silveira Soares Filho, Professor titular do Departamento de Cartografia do Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais; Luís Fernando Guedes Pinto, Pesquisador do Imaflora, responsável pelo Atlas da Agropecuária; Eduardo Assad, pesquisador da Embrapa; Warwick Manfrinato, pesquisador do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo – IEA/USP.

Esse requerimento é justamente para dar esse contraponto para que nós possamos ter uma visão muito maior e para que a discussão seja mais aprofundada. Então, o objetivo é única e exclusivamente esse.

Em votação o requerimento apresentado.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ITEM 11

REQUERIMENTO Nº 10, DE 2019

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, combinado com os arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública conjunta da Comissão de Meio Ambiente com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional para, nos termos do Requerimento nº 12, de 2019 – CRE, aprovado em 21 de março de 2019, debater questões relacionadas às mudanças

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

climáticas e ao aquecimento global, com a inclusão dos convidados que relaciona de modo a promover o contraditório.

Autoria: Senador Fabiano Contarato

Passo à leitura do meu requerimento.

Nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal, combinado com os arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a esta douta Comissão de Meio Ambiente a realização de audiência pública conjunta com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional para, nos termos do Requerimento nº 12 – CRE, aprovado em 21 de março de 2019, debater questões relacionadas às mudanças climáticas e ao aquecimento global.

A fim de promover o contraditório na audiência pública pretendida, proponho os seguintes convidados: Luiz Gylvan Meira Filho, Doutor em Astro-Geofísica pela University of Colorado, Estados Unidos, pesquisador visitante do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, linha de pesquisa Mudanças do Clima; Paulo Artaxo, Doutor em Física Atmosférica pela Universidade de São Paulo (USP), Professor titular do Departamento de Física Aplicada do Instituto de Física da USP, membro do IPCC (Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas, na sigla em inglês); Carlos Nobre, Doutor em Meteorologia pelo Massachusetts Institute of Technology, membro da Academia Nacional de Ciências dos Estados Unidos e da Academia Brasileira de Ciências; e Mercedes Bustamante, Doutora em Geobotânica pela Universität Trier, Alemanha, e Professora da Universidade de Brasília (UnB); Gustavo Luedemann, Doutor em Ecofisiologia Vegetal, pela Universidade Técnica de Munique, Alemanha, e pesquisador do Ipea.

Eu gostaria de ler a justificativa deste meu requerimento.

Em 21 de março de 2019 a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal aprovou o Requerimento nº 12, que propunha a realização de audiência pública perante aquela Comissão com o objetivo de "debater questões relacionadas às mudanças climáticas e ao aquecimento global".

Ao justificar a audiência pública em questão, afirmou-se a inexistência de "conclusões definitivas do envolvimento do ser humano, como agente ativo e responsável, pelo aumento da temperatura no Planeta e pelas mudanças observadas na biosfera". Ademais, ao fazer referência a pesquisadores cujos estudos apontam para a existência de "manipulação e falsificação de dados e resultados de pesquisas", colocou-se em xeque o trabalho de diversos estudiosos que se dedicam a pesquisar sobre as mudanças climáticas e o aquecimento global.

Destaque-se, porém, que, ao indicar os convidados para debater o tema proposto, cuidou-se de elencar tão somente os defensores de uma mesma linha de pesquisa. Ocorre que, por amor ao debate e em respeito ao contraditório, sugerimos a inclusão de debatedores com vasta experiência e cujas pesquisas concluem de modo diverso, além de propormos que a audiência pública seja promovida

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conjuntamente com a Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal, por ser a comissão de maior pertinência temática para tratar do assunto.

Em votação o requerimento apresentado.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, longe de me afastar do debate, no qual eu fui criado desde os 16 anos de idade, eu acho que, pela funcionalidade, incluir uma pessoa, como foi o caso do requerimento do Senador Paulo, vá lá! Mas, ao se incluírem mais cinco pessoas ou quatro pessoas, num total de oito, vai ficar uma coisa em que, talvez, nós não consigamos nos aprofundar.

Quero propor, com todo o respeito, que a gente faça duas audiências públicas quase claramente com duas tendências. E, como resultado das duas audiências públicas, nós poderíamos, aí sim, fazer a terceira audiência, e escolheríamos, de um lado e de outro, dois representantes, para, aí sim, promover um debate mais maduro. Agora, ao trazer para a primeira audiência pública oito palestrantes, parece-me que a gente não vai conseguir sugar dessas duas correntes de pensamento, que claramente existem... Como V. Exa. acaba de mencionar existe uma corrente respeitada de cientistas que afirmam ser o homem responsável pela mudança climática, como existe outra corrente de cientistas, também respeitáveis, que afirmam o contrário.

Então, acho que seria de bom tom fazermos duas audiências e, talvez, migrarmos, aí sim, para uma terceira, na qual representantes das duas correntes estariam ao mesmo tempo aqui, mas não fazermos uma primeira audiência com todos. Acho que sugaríamos menos com essa metodologia. É uma questão de metodologia apenas.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Eu compreendo, Senador.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Com a palavra o Senador.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Eu pensei que a divergência era referente aos nomes ou às correntes, mas, se ela é referente à metodologia, em vez de fazer três audiências públicas – haveria uma provável terceira audiência –, isso pode ser feito numa sentada só, dividindo os vários convidados num dia só.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Perfeitamente!

Vejam bem: eu vou colocar em votação o requerimento apresentado. E a forma como nós vamos definir isso... Como vai ser uma audiência conjunta, eu vou sentar, oportunamente, com o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente da outra Comissão, da CRE, para, aí sim, nós deliberarmos se isso vai ser feito numa só audiência ou se vamos fazê-lo em dois momentos.

Eu coloco em votação o requerimento apresentado.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – Senador Presidente, eu vou concordar com o seu requerimento, até numa demonstração de boa vontade, mas insisto que, longe de querer fugir desse debate – ao contrário, trago esse debate para o Senado da República–, confio no seu equilíbrio e que, conversando com o Presidente Nelsinho Trad, da Comissão de Relações Exteriores, V. Exas. vão chegar a um consenso sobre aquilo que será mais proveitoso não apenas para nós Senadores da República, mas também para as pessoas que, através da audiência pública, assistirão às exposições em suas casas.

Acreditando na sapiência de V. Exa., eu aprovo o seu requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado, Senador.

Está aprovado o requerimento.

Muito obrigado pela presença de todos.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 37 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 08 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Fale com o Senado
0800 61 2211

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.067287/2019-48

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXIV SUP. A AO Nº 59, SEXTA-FEIRA, 3 DE MAIO DE 2019

ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

BRASÍLIA - DF

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)

Presidente

Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)

1º Vice-Presidente

Senador Lasier Martins (PODE/RS)

2º Vice-Presidente

Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)

1º Secretário

Senador Eduardo Gomes (MDB-TO)

2º Secretário

Senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ)

3º Secretário

Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS)

4ª Secretário

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º - Senador Marcos do Val (PPS-ES)

2º - Senador Weverton (PDT-MA)

3º - Senador Jaques Wagner (PT-BA)

4º - Senadora Leila Barros (PSB-DF)

DIÁRIO SENADO FEDERAL
EXPEDIENTE

Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Ilana Trombka
Diretora-Geral do Senado Federal

Roberta Lys de Moura Rochael
Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Quésia de Farias Cunha
Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Patrícia Gomes de Carvalho Carneiro
Coordenadora de Elaboração de Diários

Alessandro Pereira de Albuquerque
Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen

Deraldo Ruas Guimarães
Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

1.1 – COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

Ata da 1ª Reunião, extraordinária, realizada em 13 de fevereiro de 2019. 6

Ata da 2ª Reunião, ordinária, realizada em 19 de fevereiro de 2019. 10

Ata da 3ª Reunião, ordinária, realizada em 26 de fevereiro de 2019. 53

Ata da 4ª Reunião, ordinária, realizada em 12 de março de 2019. 162

Ata da 5ª Reunião, ordinária, realizada em 19 de março de 2019. 219

Ata da 6ª Reunião, ordinária, realizada em 26 de março de 2019. 221

Ata da 7ª Reunião, extraordinária, realizada em 27 de março de 2019. 271

Ata da 8ª Reunião, ordinária, realizada em 2 de abril de 2019. 391

1.2 – COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

Ata da 1ª Reunião, extraordinária, realizada em 14 de fevereiro de 2019. 456

Ata da 2ª Reunião, extraordinária, realizada em 20 de fevereiro de 2019. 475

Ata da 3ª Reunião, extraordinária, realizada em 27 de fevereiro de 2019. 524

Ata da 4ª Reunião, extraordinária, realizada em 13 de março de 2019. 544

Ata da 5ª Reunião, extraordinária, realizada em 20 de março de 2019. 567

Ata da 6ª Reunião, extraordinária, realizada em 26 de março de 2019. 613

Ata da 7ª Reunião, extraordinária, realizada em 27 de março de 2019. 615

Ata da 8ª Reunião, extraordinária, realizada em 3 de abril de 2019. 617

Ata da 9ª Reunião, extraordinária, realizada em 10 de abril de 2019. 682

1.3 – COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.067287/2019-48

Ata da 6ª Reunião, ordinária, realizada em 20 de março de 2019. 723

Ata da 7ª Reunião, ordinária, realizada em 27 de março de 2019. 788

Ata da 8ª Reunião, ordinária, realizada em 3 de abril de 2019. 898

Ata da 9ª Reunião, ordinária, realizada em 10 de abril de 2019. 977

Ata da 10ª Reunião, extraordinária, realizada em 16 de abril de 2019. 1039

1.4 – COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

Ata da 3ª Reunião, extraordinária, realizada em 26 de fevereiro de 2019. 1078

Ata da 4ª Reunião, extraordinária, realizada em 12 de março de 2019. 1138

Ata da 5ª Reunião, extraordinária, realizada em 19 de março de 2019. 1166

Ata da 6ª Reunião, extraordinária, realizada em 26 de março de 2019. 1219

1.5 – COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR

Ata da 4ª Reunião, ordinária, realizada em 12 de março de 2019. 1244

Ata da 5ª Reunião, ordinária, realizada em 19 de março de 2019. 1250

Ata da 6ª Reunião, extraordinária, realizada em 20 de março de 2019. 1259

Ata da 7ª Reunião, extraordinária, realizada em 21 de março de 2019. 1260

Ata da 8ª Reunião, extraordinária, realizada em 26 de março de 2019. 1455

Ata da 9ª Reunião, ordinária, realizada em 2 de abril de 2019. 1512

Ata da 10ª Reunião, ordinária, realizada em 9 de abril de 2019. 1520

Ata da 11ª Reunião, extraordinária, realizada em 11 de abril de 2019. 1528

Ata da 12ª Reunião, ordinária, realizada em 16 de abril de 2019. 1530

1.6 – COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

Ata da 5ª Reunião, ordinária, realizada em 14 de março de 2019. 1532

Ata da 6ª Reunião, ordinária, realizada em 21 de março de 2019. 1559

Ata da 7ª Reunião, conjunta, realizada em 28 de março de 2019 (em conjunto com a 5ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática). 1592

Ata da 8ª Reunião, extraordinária, realizada em 28 de março de 2019. 1640

Ata da 9ª Reunião, ordinária, realizada em 4 de abril de 2019. 1644

Ata da 10ª Reunião, extraordinária, realizada em 4 de abril de 2019. 1700

Ata da 11ª Reunião, ordinária, realizada em 11 de abril de 2019. 1708

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Ata da 12ª Reunião, extraordinária, realizada em 17 de abril de 2019. 1746

1.7 – COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

Ata da 5ª Reunião, extraordinária, realizada em 26 de março de 2019. 1779

Ata da 6ª Reunião, extraordinária, realizada em 2 de abril de 2019. 1828

Ata da 7ª Reunião, extraordinária, realizada em 9 de abril de 2019. 1875

1.8 – COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO

Ata da 6ª Reunião, extraordinária, realizada em 27 de março de 2019. 1893

Ata da 7ª Reunião, extraordinária, realizada em 3 de abril de 2019. 1938

Ata da 8ª Reunião, extraordinária, realizada em 10 de abril de 2019. 1965

Ata da 9ª Reunião, extraordinária, realizada em 10 de abril de 2019. 2022

Ata da 10ª Reunião, extraordinária, realizada em 17 de abril de 2019. 2025

1.9 – COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

Ata da 5ª Reunião, extraordinária, realizada em 27 de março de 2019. 2041

Ata da 6ª Reunião, extraordinária, realizada em 10 de abril de 2019. 2058

1.10 – COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

Ata da 3ª Reunião, extraordinária, realizada em 13 de março de 2019. 2104

Ata da 4ª Reunião, extraordinária, realizada em 27 de março de 2019. 2123

Ata da 5ª Reunião, conjunta, realizada em 28 de março de 2019 (em conjunto com a 7ª Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional). **(Vide item 1.6)**

Ata da 7ª Reunião, extraordinária, realizada em 10 de abril de 2019. 2154

1.11 – COMISSÃO SENADO DO FUTURO

Ata da 2ª Reunião, realizada em 20 de março de 2019. 2175

1.12 – COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE

Ata da 3ª Reunião, extraordinária, realizada em 14 de março de 2019. 2187

Ata da 4ª Reunião, ordinária, realizada em 20 de março de 2019. 2251

Ata da 5ª Reunião, extraordinária, realizada em 27 de março de 2019. 2255

Ata da 6ª Reunião, extraordinária, realizada em 28 de março de 2019. 2298

Ata da 7ª Reunião, extraordinária, realizada em 4 de abril de 2019. 2310

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 1ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE FEVEREIRO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às quinze horas e trinta e oito minutos do dia treze de fevereiro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob as Presidências dos Senadores Omar Aziz e Otto Alencar, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Rodrigo Pacheco, Eduardo Braga, Jean Paul Prates, Marcos Rogério, Plínio Valério, Veneziano Vital do Rêgo, Mecias de Jesus, Fernando Bezerra Coelho, Tasso Jereissati, Irajá, Alessandro Vieira, Luiz do Carmo, Leila Barros, Lasier Martins, Angelo Coronel, Paulo Paim, Lucas Barreto, Arolde de Oliveira, Dário Berger, Telmário Mota, Jorginho Mello, Izalci Lucas, Nelsinho Trad e Paulo Rocha. Deixam de comparecer os Senadores Fernando Collor, Rogério Carvalho, José Serra, Rose de Freitas, Styvenson Valentim, Jorge Kajuru, Kátia Abreu, Randolfe Rodrigues, Confúcio Moura, Ciro Nogueira, Daniella Ribeiro e Wellington Fagundes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Instalação e Eleição**. **Finalidade:** Instalação dos trabalhos e eleição do Presidente e Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos para o biênio 2019/2020. O Presidente Otto Alencar sugere que a votação seja por aclamação. Fizeram uso da palavra os senadores Eduardo Braga, Tasso Jereissati e Marcos Rogério. **Resultado:** Realizada a votação, foram eleitos Presidente e Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, respectivamente, os Senadores Omar Aziz e Plínio Valério. O senador Omar Aziz assume a presidência da sessão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e quarenta e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Otto Alencar

Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Econômicos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Havendo número regimental para abertura da 1ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, quero convocar os Senadores para que eles possam vir à Comissão para atingirmos o número regimental – esta Comissão tem 27 membros titulares, 27 membros suplentes – para abertura de votação. Para eleição da Presidência e Vice-Presidência desta Comissão, são necessários 14 Senadores. Nós completamos o número exatamente agora – 15, com o Veneziano, que teve dificuldade aqui e não estava ainda no painel eletrônico da Comissão.

Então, declaro aberta.

A finalidade é a instalação dos trabalhos e eleição do Presidente e Vice-Presidente desta Comissão de Assuntos Econômicos.

Até agora só foi apresentada uma chapa concorrente, a chapa liderada pelo nobre Senador Omar Aziz, do Maranhão; e, para Vice-Presidente, o Senador Plínio Valério... Presidente, Omar Aziz, do Amazonas, capital Manaus. Aliás, a bancada do Amazonas está toda presente: o Plínio Valério, candidato a Vice, o Senador Omar Aziz e o Senador Eduardo Braga, Líder do PMDB, a quem eu passo a palavra.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Sr. Presidente, primeiro quero cumprimentar V. Exa., que sempre, com muita competência e muito bom humor, conduz os trabalhos nesta Casa.

Segundo, Sr. Presidente, é para contribuir no sentido de que há entendimento, há um acordo entre todos os partidos e a Presidência da Casa com a eleição do Senador Omar e do Senador Plínio Valério para a Comissão de Assuntos Econômicos. Portanto, quero pedir a V. Exa. que sugira a aclamação, para que nós possamos, portanto, eleger por aclamação aquele que é o acordo em torno do Senador Omar e do Senador Plínio.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Acato a questão de ordem de V. Exa. e passo a palavra ao nobre Senador Tasso Jereissati, do Estado do Ceará.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – Presidente, eu gostaria também apenas de confirmar e apoiar as palavras do Senador Eduardo Braga, dizer do acordo que houve entre todos os partidos ao redor do nome do Senador Omar Aziz, do Estado do...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Amazonas!

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – ... Amazonas, para presidir, o que pessoalmente faço com muita satisfação, por ter sido durante os últimos dois anos Presidente da CAE. Tenho certeza de que o Senador Omar Aziz vai liderar esta Comissão com muito mais brilho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – V. Exa. presidiu a CAE. Eu também fui membro aqui sob a presidência de V. Exa. e fizemos um trabalho importante pelo Brasil. Votamos matérias relevantes. Eu relatei algumas dessas matérias. Portanto, acolhendo...

Pode usar a palavra.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, é apenas para concordar também com a proposição do nobre Senador Eduardo Braga, e fazendo já, desde logo, menção elogiosa ao nosso nobre Senador do Norte, que vai ocupar esta importante Comissão e que terá de todos nós a colaboração para conduzir essa pauta, que é importante para o País; e concordando, Sr. Presidente, com o Senador Eduardo Braga.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – De acordo com a questão de ordem formulada, eu consulto o Plenário se todos concordam, para que a votação seja por aclamação. (*Pausa.*)

Os Srs. Senadores concordam, então a votação será por aclamação.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovada a chapa comandada pelo nobre Senador Omar Aziz, do Amazonas, e pelo Vice-Presidente, Senador Plínio, também do Amazonas. (*Palmas.*)

Sem nenhuma dúvida, Senador Omar Aziz, a Zona Franca de Manaus nunca estará tanto em evidência como agora. Dois Senadores do Amazonas presidindo a Comissão de Assuntos Econômicos.

Como não há nenhuma outra matéria na pauta, declaro...

Convido V. Exa., aliás, para tomar posse aqui no meu lugar.

Aliás, Senador Omar Aziz, existia uma grande dúvida aqui. Quem comanda é aquele que tem idade cronológica maior. E eu estava na dúvida se competia ao Senador Tasso Jereissati ou a mim. Quando eu fui conversar com o Tasso Jereissati, vi que a diferença é de meses.

Com a palavra o nobre Senador Omar Aziz. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Convido o Senador Plínio Valério, que me honra muito em ser nosso Vice-Presidente nesta Comissão.

Quero agradecer a confiança dos companheiros Senadores e Senadoras e dizer que esta Comissão vai ter um papel muito importante neste momento que o Brasil vive. Eu espero podermos fazer, em conjunto com os senhores e as senhoras, uma pauta de debate nesta Comissão. Há matérias importantes, polêmicas, que, independentemente de passarem ou não pela Comissão de Assuntos Econômicos, sobre as quais acho que nós temos que nos posicionar. E iremos nos posicionar de que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

forma? Ouvindo a sociedade, ouvindo os segmentos, para que possamos trazer e levar a melhor proposta para o povo brasileiro.

Nós não podemos deixar de confundir o público com o privado. Muitas vezes, o agente público tem responsabilidades e deveres, mas tem muito privado que presta serviço público que é tratado como privado, quando, na realidade, é um serviço público o que ele está prestando ao Brasil, e esta Comissão deverá debater esses assuntos para que a gente possa dar uma solução aos diversos, milhares de problemas que nós vivemos hoje no Brasil.

Terça-feira eu vou convocar os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras, às 10h da manhã, e vou apresentar uma pauta para os senhores ao longo deste ano. Concordando com essa pauta, a gente aprova essa pauta aqui.

Hoje, eu fui procurado pelo Presidente do Banco Central, e espero, na terça-feira, já ter em mãos, encaminhado pelo Presidente do Senado, o pedido da sabatina, que nós faremos no dia 26 deste mês. Isso porque, até o final do mês, vai haver reunião do Copom, e o Presidente atual já quer presidir essa reunião, mas ela só será presidida por ele caso seja aprovado pelo Senado o nome dele e dos diretores.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Do Banco, só o Presidente, mas estão faltando os dois diretores, e eu quero fazer a sabatina com os três de uma vez, para a gente otimizar tempo.

E, como foi tratado ontem na reunião de Líderes, vão passar por esta Comissão questões internacionais, de acordos internacionais, que, se, até o dia 22, o Senado não... A Câmara deverá votar hoje, e o Senado vai ter que discutir esse assunto aqui para a gente colocar para o Plenário decidir.

Dito isso, quero agradecer a você também, Plínio, por me fazer companhia nessa empreitada. Espero que Deus possa nos abençoar para a gente conduzir esse trabalho com o equilíbrio necessário.

Nós temos aqui diversos pensamentos, e eu me comprometo a respeitar o pensamento de cada colega Senador e de cada colega Senadora, mas, principalmente, respeitar a opinião, que é aquilo que é o melhor para o Brasil neste momento. É possível fazermos um bom trabalho aqui e daqui levarmos boas propostas para serem discutidas com os outros colegas Senadores em Plenário.

Então, como temos outras reuniões e outras votações e eu também sou membro de outras Comissões e tenho que votar para Presidente de outras comissões, declaro encerrada esta reunião e convoco para terça-feira que vem, às 10h da manhã, para a gente debater a nossa pauta.

(*Iniciada às 15 horas e 38 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 47 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 2ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE FEVEREIRO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e dez minutos do dia dezenove de fevereiro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Omar Aziz, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Fernando Bezerra Coelho, Confúcio Moura, Ciro Nogueira, Daniella Ribeiro, Dário Berger, Marcelo Castro, Marcio Bittar, Luis Carlos Heinze, Plínio Valério, Tasso Jereissati, Flávio Bolsonaro, Lasier Martins, Oriovisto Guimarães, Major Olimpio, Jorge Kajuru, Veneziano Vital do Rêgo, Alessandro Vieira, Leila Barros, Acir Gurgacz, Eliziane Gama, Cid Gomes, Jean Paul Prates, Rogério Carvalho, Paulo Paim, Telmário Mota, Otto Alencar, Irajá, Angelo Coronel, Rodrigo Pacheco, Wellington Fagundes, Zequinha Marinho, Jorginho Mello, Izalci Lucas e Paulo Rocha. Deixam de comparecer os Senadores Mecias de Jesus, Luiz do Carmo, José Serra, Rose de Freitas, Styvenson Valentim, Kátia Abreu, Randolfe Rodrigues, Fernando Collor e Marcos Rogério. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência declara aberta a reunião e propõe a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 1ª Reunião, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Mensagem (SF) n° 2, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 84, inciso XIV, combinado com o art. 52, inciso III, alínea d, da Constituição Federal, o nome do Senhor ROBERTO DE OLIVEIRA CAMPOS NETO, para exercer o cargo de Presidente do Banco Central do Brasil." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Eduardo Braga. **Relatório:** Pronto para deliberação. Após leitura do relatório, fizeram uso da palavra os (as) Senadores (as) Rogério Carvalho, Major Olímpio, Flávio Bolsonaro, Jorge Kajuru, Veneziano Vital do Rego, Tasso Jereissati, Jean Paul Prates e Fernando Bezerra Coelho. **Resultado:** O Presidente da Comissão, senador Omar Aziz, concede vista coletiva, nos termos regimentais. **ITEM 2 - Mensagem (SF) n° 5, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do o art. 84, inciso XIV, combinado com o art. 52, inciso III, alínea "d", da Constituição, o nome do Senhor BRUNO SERRA FERNANDES, para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Rodrigo Pacheco. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** O Presidente da Comissão, senador Omar Aziz, concede vista coletiva, nos termos regimentais. **ITEM 3 - Mensagem (SF) n° 7, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do o art. 84, inciso XIV, combinado com o art. 52, inciso III, alínea "d", da Constituição, o nome do Senhor JOÃO MANOEL PINHO DE MELLO, para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Wellington Fagundes. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** O Presidente da Comissão, senador Omar Aziz, concede vista coletiva, nos termos regimentais. **ITEM 4 - Mensagem (SF) n° 6, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 6º

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, com redação dada pelo art. 1º, da Lei 10.411, de 26 de fevereiro de 2002, o nome da Senhora FLÁVIA MARTINS SANT´ANNA PERLINGEIRO para exercer o cargo de Diretora da Comissão de Valores Mobiliários – CVM." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Tasso Jereissati. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** O Presidente da Comissão, senador Omar Aziz, concede vista coletiva, nos termos regimentais. Fizeram uso da palavra os senadores Ciro Nogueira, Zequinha Marinho e Plínio Valério. **ITEM EXTRAPAUTA 5 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 2, de 2019** que: "Requer a realização de Audiência Pública, para debater o endividamento dos estados brasileiros e os repasses da Lei Kandir." **Autoria:** Senador Luis Carlos Heinze. Após leitura do requerimento, fez uso da palavra os (as) Senadores (as) Rodrigo Pacheco, Rogério Carvalho, Zequinha Marinho, Luis Carlos Heinze, Tasso Jereissati, Eliziane Gama, Jorge Kajuru, Otto Alencar, Cid Gomes e Wellington Fagundes. **Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº 2/2018 – CAE. **ITEM EXTRAPAUTA 6 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 3, de 2019** que: "Requer a realização de audiência, em conjunto com a Comissão de Educação, Cultura e Esporte - CE e a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação e Informática - CCT, com o objetivo de instruir o PLC 142/2018, que institui a política de inovação educação conectada, e altera a Lei nº 9.998 de 17 de agosto de 2000." **Autoria:** Senadora Daniella Ribeiro. **Resultado:** A Comissão aprova o Requerimento nº 3, de 2019 - CAE. **ITEM EXTRAPAUTA 7 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 4, de 2019** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a Reforma Bancária abrangendo a necessidade de desconcentração, competição e inovação no sistema financeiro." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho. **Resultado:** A Comissão aprova o Requerimento nº 4, de 2019 - CAE. **ITEM EXTRAPAUTA 8 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 7, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 58 da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o Senhor PAULO GUEDES, Ministro de Estado da Economia, para que apresente as diretrizes e os programas prioritários de sua pasta." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** A Comissão aprova o Requerimento nº 7, de 2019 - CAE. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Omar Aziz

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Bom dia! Bom dia aos Srs. Senadores!

Havendo quórum, nós vamos iniciar a reunião.

Nós temos a ata da última reunião para ser aprovada. Eu vou dispensar a leitura da ata.

Os Srs. Senadores e Senadoras que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Hoje nós teremos a leitura de quatro pareceres do Presidente do Banco Central, de dois Diretores e da Presidente da Comissão de Valores Mobiliários. Os Relatores já devem ter apresentado esse relatório. O Relator do Presidente do Banco Central é o Senador Eduardo Braga, que vai ser o primeiro a ler o relatório. Após a leitura dos relatórios feita pelos Senadores que são encarregados, nós iremos abrir vista coletiva e, na semana que vem, nós haveremos de ouvi-los aqui nesta Comissão.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 2, de 2019

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 84, inciso XIV, combinado com o art. 52, inciso III, alínea d, da Constituição Federal, o nome do Senhor ROBERTO DE OLIVEIRA CAMPOS NETO, para exercer o cargo de Presidente do Banco Central do Brasil.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Eduardo Braga

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações:

1. O relatório será lido nesta reunião, concedida vista coletiva automática, e a apreciação se dará na reunião seguinte, nos termos do art. 383, II, "b" e "e" do RISF.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu passo a palavra ao Senador Eduardo Braga para que ele possa ler o relatório sobre o Presidente do Banco Central.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Para leitura de relatório.) – Eminente Presidente Omar Aziz, Vice-Presidente Plínio Valério, de acordo com a incumbência a mim externada por V. Exa., tivemos ontem uma reunião de uma hora e meia com S. Exa. o Dr. Roberto de Oliveira Campos Neto.

É desnecessário dizer, Sr. Presidente, da alegria de encontrarmos o neto do nosso Senador Roberto Campos, que foi, em última análise, o grande responsável pela implantação da Zona Franca de Manaus, através do Decreto-Lei 288, de 1967. Sabemos, portanto, da visão nacional e nacionalista do eminente Senador e professor de Direito Econômico, professor de várias teses em áreas da macro e da microeconomia.

Dito isso, Sr. Presidente, o relatório:

Esta Comissão de Assuntos Econômicos recebe, do Presidente da República, a indicação do Sr. Roberto de Oliveira Campos Neto para ser conduzido ao cargo de Presidente do Banco Central do Brasil, consoante art. 84, inciso XIV, combinado com o art. 52, inciso III, alínea "d", da Constituição Federal.

Os referidos dispositivos conferem competência privativa ao Presidente da República para nomear e, ao Senado Federal, para aprovar, previamente, por voto secreto e após arguição pública, o presidente e os demais diretores do Banco Central.

Nos termos do disposto no art. 99, inciso V, do Regimento Interno do Senado...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou pedir um pouquinho de silêncio, por favor.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) opinar sobre a escolha do Presidente do Banco Central. Ainda nos termos do art. 383 do referido Regimento, a CAE deve arguir o indicado e apreciar o relatório com dados sobre o candidato.

A Lei nº 6.045, de 1974, dispõe que os diretores do Banco Central do Brasil e o seu presidente serão escolhidos entre brasileiros de ilibada reputação e notória capacidade em assuntos econômico-financeiros.

A mensagem presidencial traz em anexo o currículo do Sr. Roberto de Oliveira Campos Neto, relatando sua formação acadêmica e experiência profissional.

O Sr. Roberto de Oliveira Campos Neto nasceu em 1969.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Graduou-se como Bacharel em Economia em 1993, concluindo o Mestrado em Economia em 1995, ambos na Universidade da Califórnia, Los Angeles.

Fez o Programa Executivo em Liderança oferecido pelo U.S. Military Academy at West Point, Nova York, em 2017, e o Programa Executivo em Inovação Tecnológica da Singularity University, da Califórnia.

O Sr. Roberto de Oliveira Campos Neto tem uma longa trajetória no sistema financeiro. Trabalhou no Banco Bozano Simonsen em várias funções, como as de operador de derivativos de juros e câmbio, de dívida externa, de bolsa de valores e de executivo de renda fixa internacional, no período de 1996 a 1999. No Banco Santander Brasil, atuou como Chefe de Renda Fixa Internacional entre 2000 e 2003 e como chefe de *trading* de 2006 a 2010. Entre 2010 e 2018, foi responsável pela Tesouraria Global para as Américas, membro do Conselho do Santander Investment nos EUA e membro do Conselho Executivo do banco de investimentos no Brasil e no mundo. Também foi gerente de carteiras da Claritas Investimentos de 2004 a 2006, membro externo do Comitê de Produtos e de Precificação da B3 no período 2017 a 2018 e membro do Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial, em 2018.

Quanto às declarações de cunho pessoal, para atender o disposto no art. 383, inciso I, alínea "b", do RISF, também exigidas pelo art. 1º, inciso II, alínea "a", o candidato declara que seu irmão teve participação no capital da Mint Capital Gestora de Recursos Ltda., encerrada em 2017, e que não possui outros parentes que exerçam ou tenham exercido atividades vinculadas à sua atividade profissional. Também declara que é proprietário de três empresas sediadas no exterior, “veículos de investimento, exclusivamente de recursos próprios, em ativos internacionais, de longa data, sem movimentação recente”, que serão administradas sem sua participação efetiva enquanto estiver na Presidência do Banco Central, caso sua indicação seja aprovada. Declara ainda que não possui nenhuma pendência em seu nome, relativa a tributos federais, estaduais ou municipais, e que não figura como autor ou réu de nenhuma ação judicial.

O seu currículo, que se encontra à disposição dos eminentes integrantes desta Comissão, revela o nível de qualificação profissional, bem como a formação acadêmica e técnica do indicado. Esta Comissão fica, desta forma, em condições de deliberar sobre a indicação do Sr. Roberto de Oliveira Campos Neto para ser conduzido ao cargo de Presidente do Banco Central do Brasil.

Sr. Presidente, esse é o relatório.

Eu queria apenas fazer um adendo: a sabatina do eminente Dr. Roberto Campos Neto será também uma oportunidade para que nós Senadores da CAE possamos discutir algumas questões que impactam o cotidiano do povo brasileiro, o cotidiano dos trabalhadores e o cotidiano dos empreendedores e investidores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Brasil tem hoje uma taxa Selic que é referência de tomada de recursos por parte do Governo e que sempre é a referência do custo de captação de recursos para os *fundings* bancários. O que não se consegue entender, o povo, as pessoas comuns não conseguem entender, é como a taxa Selic é 6,5% ao ano e como, para o consumidor ou para o empresário, essa taxa de juros chega a uma variável que vai de 35% a 250% ao ano. A grande pergunta é: será que não é falta de concorrência? Será que nós não estamos com o mercado financeiro muito fechado com o monopólio de apenas três bancos privados e dois bancos públicos? Qual é a base de crédito a partir da qual nós poderemos avançar para que possamos financiar a economia? Qual é o impedimento para um banco de varejo europeu, japonês ou até mesmo chinês poder entrar no Brasil e até mesmo financiar?

Creio que essas questões que estarão presentes na sabatina para entendermos o norte que esta administração dará à política monetária no nosso Brasil.

Era esse o relatório, eram essas as nossas considerações, mais uma vez agradecendo a V. Exa. a deferência de ter designado a mim a função de relatar a indicação do nobre brasileiro e neto de um grande brasileiro, o Roberto Neto, para ser Presidente do Banco Central.

Eram essas as considerações.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Eduardo Braga, V. Exa. tem toda razão. Hoje o *spread* brasileiro só perde para uma ilha na África, a diferença entre o que você capta no depósito e o que você passa para aquele que quer contrair empréstimo junto ao banco. É uma diferença muito grande. E a alegação deles é sempre a mesma: você tem 25% de compulsório, você tem a inadimplência, uma série de coisas que é colocada em cima daquele que procura o banco. Infelizmente, nós estamos vivendo isso. O Brasil só perde para Madagascar em termos de diferença entre o que você deposita e o que vai pegar de empréstimo. O único local para o qual o Brasil perde é para uma ilha chamada Madagascar. Lá são maiores os juros do que no Brasil.

Acho que esta Comissão de Assuntos Econômicos terá uma participação importante no que diz respeito a atrair investidores. E dito pelo próprio Presidente do Banco Central, Dr. Roberto Campos, de quem é neto e que era Ministro do Planejamento e fez a redação do Decreto 288. O eminente Senador Roberto Campos é conhecido por todos nós e respeitado por todos nós. Infelizmente, nasceu no momento errado. Se tivesse nascido hoje, as ideias dele seriam também inovadoras, como foram lá atrás.

Passo a V. Exa., Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Quero agradecer, Sr. Presidente, por esta possibilidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Corroborando o que disse o nosso ilustríssimo Senador Eduardo Braga, acho que a CAE tem a oportunidade ímpar de abrir o debate sobre a reforma do sistema bancário brasileiro. Não é possível as pessoas físicas pagarem 300% de cheque especial, e o empresário pagar 36% de juros no seu capital de giro. É impossível você tocar uma economia dessa forma com cinco grandes bancos concentrando 86% do mercado financeiro brasileiro. E mais, e mais: se fosse verdade a questão do *spread*, do compulsório e da inadimplência, três bancos isoladamente não teriam tido um lucro de mais de R$60 bilhões no ano passado, lucro que, somado ao lucro do Banco do Brasil, ultrapassa a casa dos R$ 73 bilhões.

Portanto, eu apresentei hoje um requerimento para uma audiência pública para que a gente possa iniciar o debate sobre a reforma do sistema financeiro, abrindo espaço para as *fintechs*, abrindo espaço para as cooperativas de crédito, para que a gente possa de fato colocar o sistema financeiro a serviço do Brasil e do desenvolvimento econômico, que é o que, em última instância, trará para a sociedade saúde, educação, desenvolvimento e igualdade.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Senador...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Senador, V. Exa. me permite só um aparte?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. *Fora do microfone*.) – Claro.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Eu queria, primeiro, cumprimentá-lo pelo discurso de V. Exa.; segundo, adicionar um tema, Sr. Presidente, que ontem, inclusive, foi motivo de boa parte da nossa conversa: além da questão dos juros escorchantes que o Brasil está enfrentando, a questão do financiamento para a micro e pequena empresa.

Está provado no mundo, inclusive no Brasil, que o microcrédito é aquele que mais gera emprego e renda na economia. No entanto, por falta de capilaridade dos bancos, pela ausência da concorrência... No nosso Estado mesmo, no Amazonas, mais de 40 Municípios não possuem casa bancária e mais de 40 Municípios não têm Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal! Ora, nesses Municípios, ter acesso ao Pronaf é praticamente impossível. Nesses Municípios, para receber o Bolsa Família, você tem de passar uma procuração para alguém receber. E o microcrédito, sem dúvida, precisa ser muito discutido neste ano na CAE para que nós possamos ter uma nova política de *funding* e uma nova política de capilaridade para o financiamento.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É o que a gente espera.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou passar para o Major Olímpio, que pediu a palavra.

Senador.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – Sr. Presidente, corroborando as manifestações de Senadores aqui: dizem que o melhor negócio do mundo é um banco bem administrado no Brasil e o segundo melhor negócio do mundo é um banco mal administrado no Brasil. É impossível dar errado. E é o resultado dessas políticas de juros escorchantes, que vai arrebentando e tirando a expectativa e o sonho de crescimento para todo o povo brasileiro.

Quero dizer que eu prestava atenção ao relatório do Senador Braga. Tive a oportunidade de conhecer o Roberto Campos Neto, que será avaliado, ou sabatinado, aqui na CAE, e devo reforçar que, muito embora ele seja neto do saudoso Roberto Campos, um ícone para todos nós, um frasista de primeira ordem – sou seu fã –, a avaliação será sobre Roberto Campos Neto, um profissional altamente capacitado que, ao longo de toda a formulação de programa econômico de governo, na equipe do Prof. Paulo Guedes, colocou-se como um brasileiro altruísta e idealista, afastando-se da administração de banco privado, o que certamente lhe proporcionava condições materiais muito mais favoráveis do que lhe proporcionará a missão a que se está propondo a desempenhar.

Então, é com muita expectativa que nós vamos, se Deus quiser, na data já marcada por V. Exa., promover essa sabatina, que vai ser o momento em que Roberto Campos Neto terá a oportunidade de se apresentar à CAE, ao Senado brasileiro, que tem a responsabilidade constitucional dessa sabatina, mas muito mais de se apresentar ao povo brasileiro como um dos integrantes imprescindíveis para que se promovam as medidas de que o Brasil precisa, inclusive em relação ao equilíbrio de forças com o sistema financeiro nacional.

Então, a minha manifestação é de que muito melhor do que o passado familiar, em relação a ser filho ou neto do Senador Roberto Campos, é a grandeza e o conhecimento de Roberto Campos Neto, que será avaliado nesta Comissão. Tenho certeza absoluta de que esse será o melhor cartão de apresentação dele à sociedade brasileira como futuro presidente do Banco Central do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Flávio Bolsonaro.

Nós temos vários Senadores... Só um minutinho, Senador. Nós temos vários Senadores inscritos, temos ainda que ler o relatório dos dois diretores – o Senador Tasso já chegou – e também temos que ler o relatório do presidente da CVM.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Sr. Presidente, permita-me, então, pedir vista coletiva. Dessa forma, tendo vista coletiva, V. Exa. poderá encerrar a questão desse relatório, e os outros, obviamente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Quando todos tiverem lido os relatórios, eu vou dar vista coletiva de todos os quatro relatórios, Senador Eduardo.

Quanto ao relatório do Senador Eduardo, para ninguém pedir vista, a Mesa se antecipa e dá vista coletiva para todos para que, na terça-feira que vem, às 10h da manhã, nós possamos ouvir o Presidente do Banco Central aqui nesta Comissão.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – A vista coletiva será de todos os currículos que serão lidos hoje, Excelência?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, sim, sim. Isso é para a gente dar agilidade. Se eu der individualmente, na semana que vem alguém pode pedir individualmente também, e a gente vai protelar. Não é interesse desta Comissão protelar absolutamente nada.

Senador Flávio Bolsonaro.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - RJ) – Peço a V. Exa. para trocar a ordem. O Senador Kajuru quer usar da palavra antes de mim. Eu falarei depois dele, sem problema.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sem problema.

Senador Kajuru, por favor.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Bom, primeiramente agradeço ao Senador Flávio Bolsonaro por esta oportunidade – ele estava inscrito antes de mim.

Um bom-dia, uma boa semana, antes de tudo, a esta qualificada Comissão, Presidente Omar, Vice Plínio.

Eu só gostaria de, rapidamente, observar que o relatório de V. Exa., Senador Eduardo Braga, é insofismavelmente cirúrgico. Mas eu gostaria de apreciar mais o seu adendo, que vai aqui entrar em um vespeiro a partir do momento da nossa sabatina com o Presidente Roberto Campos Neto, que, eu já digo de passagem, é meu amigo pessoal desde os 17 anos de idade, porque eu trabalhei com seu avô nos jornais *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo* e tinha o seu avô como ídolo.

Ele foi ao meu gabinete conversar comigo, como conversou com todos os demais e todas as demais, com certeza, e a minha conversa com ele, que era para ser de vinte minutos, foi de duas horas, porque tenho profundo reconhecimento do talento dele, da capacidade dele. Ouvi o alinhamento econômico dele, que se parece muito com o meu e com o de minha assessoria. Conversei com o Senador Cristovam Buarque e conversei com o Senador Pedro Simon, que são meus conselheiros,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sobre a minha conversa com Roberto Campos Neto e, depois, passamos a viver aqui, desculpem, uma conversa de *stand-up comedy,* porque ele brincou comigo: "Meu avô tinha você como ídolo de frases, embora você achasse que ele era muito mais frasista do que você."

Mas, falando sério: o Sindicato dos Bancários revelou em 2018, dentre outros, os seguintes devedores da Previdência – já que V. Exa., sobre relatório feito pelo Senador Eduardo Braga, falou aqui de bancos. Então, pasmem: o lucro em 2016 do Banco Itaú foi de 21,6 bilhões, dívida previdenciária de 11,8 milhões; Bradesco, lucro de 15 bilhões, dívida previdenciária de 75 milhões; Santander, lucro de 7,3 bilhões, dívida previdenciária de 218 milhões; Banco do Brasil, lucro de 8 bilhões, dívida previdenciária de 209 milhões; Caixa Econômica Federal, lucro de 4 bilhões, dívida previdenciária de 589 milhões.

Esse é o vespeiro, Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Flávio.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - RJ) – Bom dia, Presidente Omar, bom dia a todos os Senadores presentes aqui nesta sala.

Analisando aqui o currículo do candidato ao Banco Central, eu fico, mais uma vez, com muito boas expectativas em relação a mais um nome que o Governo Bolsonaro indica para ocupar uma função importantíssima em nosso País, o do Sr. Roberto Campos Neto, para o Banco Central, cuja independência esta Casa vai analisar ainda. Mas é de um perfil que, tudo indica, caminhará para essa linha de independência do Banco Central. É uma pessoa que, por sua qualificação, por sua origem aqui – Universidade da Califórnia, onde ele se formou – e por todos os degraus que ele foi ascendendo para construir esse brilhante currículo, tenho certeza, é muito bem indicada para garantir a estabilidade e a segurança do nosso sistema financeiro.

Eu não vejo problema nenhum em banco ter lucro. O grande problema é esse lucro estar embasado numa falta de concorrência, numa espécie de protecionismo que impede que novos bancos ingressem e façam o seu trabalho aqui no nosso Brasil, que é o que esta Casa tem que discutir, sem dúvida alguma. E, durante a sua sabatina, num futuro próximo, isso vai ser questionado. É óbvio que isso precisa ser revisto, os juros que são praticados principalmente para os micro e pequenos empreendedores, para as pessoas físicas e, inclusive, com o BNDES atuando, até então, numa linha de fomentar muito mais os grandes, os peixes grandes, os amigos do governo do que aqueles que realmente geram emprego neste País e fazem a economia funcionar em cada recanto dos nossos Estados. Esse contexto todo precisa ser visto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tenho a convicção de que o nome de Roberto Campos Neto vai ser convergente com o que esta Comissão – já sinto aqui – tem em comum, que é se preocupar com o micro e com o pequeno empreendedor, sem interferência do Estado, mas equilibrando-se esse mercado com a entrada de novos bancos e com o fornecimento de crédito a juros bem menores.

Então, fico satisfeito também com a sua indicação. Parabenizo o Governo Bolsonaro por mais essa indicação.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB) – Sr. Presidente...

Sr. Presidente, rapidamente, a título de sugestão, não sei se V. Exa. concorda e os demais outros companheiros...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador...

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB) – Se nós formos, neste instante, quando V. Exa. já concedeu vista coletiva... Se a cada momento... E aqui não é um propósito nosso limitar a exposição de cada uma e de cada um dos Srs. Senadores, mas imaginem o seguinte. Como nós temos mais três relatórios a serem lidos e temos outras comissões a nos cobrar presença, penso eu ser muito mais oportuno, porque daqui a pouco cada um vai adentrar...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – No mérito.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB) – Sim, no mérito da questão. Eu sugeriria, se V. Exa. assim compreender, com a anuência dos demais companheiros, que fossem feitas as leituras dos outros três relatórios e, *a posteriori*, quem assim desejar, o faça, porque senão nós vamos nos estender e algumas considerações já feitas, merecendo, inclusive, algumas outras opiniões, terminarão por estender a sem fim este início de trabalho nosso aqui na CAE. É uma sugestão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Veneziano, V. Exa. já tinha pedido... Eu já o tinha inscrito aqui. Há dois Senadores inscritos. Eu pergunto ao Senador Fernando Bezerra e ao Senador Ciro Nogueira, que são os únicos dois inscritos, o seguinte. Vamos ler os outros relatórios e, depois de ler os três relatórios restantes, nós abriríamos para o pronunciamento dos Senadores. Pode ser assim?

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pode? Eu não quero cercear ninguém.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu posso ouvi-lo, Fernando. Depois de ouvir o Senador Fernando Bezerra, nós leríamos os outros três relatórios. E, aí sim, os Senadores ou Senadoras que quisessem comentar sobre a...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador Tasso.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE. Pela ordem.) – Primeiro, eu queria cumprimentá-lo pela condução desta primeira reunião nossa aqui da Comissão.

E gostaria de pedir a V. Exa.: há um empréstimo para a cidade de Fortaleza que está aí, sobre a mesa. Gostaria de pedir a V. Exa. que colocasse esse empréstimo em regime de urgência para que seja votado já na próxima reunião. Agradeceria a sua atenção.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Tasso, eu vou entregar a um Senador para fazer o relatório. E, antes de a gente ouvir os membros do Banco Central e da CVM na semana que vem, na terça-feira, a gente vota o empréstimo da cidade de Fortaleza, seu pedido aqui de urgência.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE. *Fora do microfone*.) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E, aí, também podemos aprovar para, já à noite, votar em Plenário esse empréstimo. Eu sei do carinho que o senhor tem pela cidade de Fortaleza.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – Agradeço, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Presidente...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Pela ordem.) – Sr. Presidente, pela ordem aqui, rapidamente, só para referendar a proposição do meu colega Rogério da audiência pública sobre os bancos e sobre juros. Acho que é importantíssimo, no momento em que a gente discute a presidência do Banco Central e os diretores, relembrar que o Banco Central é a agência reguladora dos bancos. Não existe agência reguladora fora do Banco Central em relação a bancos, então, é fundamental que a gente faça essa audiência, que a gente marque como prioridade, chame o Banco Central logo após a nomeação desses diretores e discuta não só a questão dos juros como a questão da democratização do acesso ao crédito, e não apenas uma reforma bancária, mas ir além disso. Eventualmente nós podemos voltar a criar...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Jean...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... as bolsas regionais. É só para subscrever aqui o requerimento de Rogério e deixar à vontade para correr a audiência.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Longe de mim querer chamar a atenção de alguém aqui, mas o que o Senador está colocando é uma coisa muito séria e não dá para a gente ficar escutando...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. *Fora do microfone*.) – Os assessores.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não consegui ouvi-lo nem vê-lo, Senador. Desculpe-me. É que o nosso amigo Senador Angelo Coronel, com essa potência toda aí, me atrapalha. (*Risos.*)

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – É, ele é grandão. (*Risos.*)

Então, repetindo, é só realmente para ratificar a proposta do Senador Rogério quanto à reforma, o.k.?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nós temos vários requerimentos aqui pedindo audiências públicas para discutir assuntos temáticos da nossa Comissão. Após a sabatina, nós vamos nos reunir e definir um calendário com o conjunto dos Senadores. Houve Senador que fez requerimento pedindo a presença de vários Governadores para discutir a Lei Kandir, discutir endividamento dos Estados; há o de V. Exa., a proposta de ouvirmos sobre essa questão dos bancos brasileiros com o próprio Banco Central... Ele será... Serão explicadas algumas coisas, a política que ele deve adotar dentro do Banco Central, porque ele me disse pessoalmente que é mais fácil um pequeno comerciante montar um banco no Brasil do que um grande banco internacional se instalar no Brasil, para você ter uma ideia da proteção que o Brasil tem em relação a trazer novos bancos para o País e dar a competitividade necessária. Quanto mais bancos, mais competitividade, quanto menos bancos... Aí os juros são desse tamanho com o qual as pessoas estão trabalhando.

Então, nós iremos fazer isso sim, Senador, vamos fazer um calendário. Eu solicito à assessoria aqui que a gente faça esse calendário, ouvidos os membros, e vamos aprová-lo com certeza.

Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu queria apenas dar aqui testemunho da visita que me foi feita na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

semana passada pelo indicado a Presidente do Banco Central, Dr. Roberto Campos Neto, acompanhado do Dr. Bruno Serra Fernandes, que será também Diretor do Banco Central. Eu não vou aqui repetir as qualificações técnicas já apontadas no brilhante relatório do Senador Eduardo Braga, mas eu queria compartilhar com esta Comissão o entusiasmo do Roberto Campos Neto com essa missão que lhe será confiada pelo Senado Federal para presidir o Banco Central do Brasil e se constituir na nossa mais importante autoridade monetária.

Queria fazer três destaques do que eu ouvi no meu gabinete, do entusiasmo e dos compromissos do Dr. Roberto Campos Neto.

Primeiro, o que já foi aqui cobrado, reclamado, solicitado por diversos Senadores: ampliar a competição do sistema bancário nacional para que a gente enfrentar um dos maiores desafios da economia brasileira, que é a questão dos *spreads* bancários.

Mas fico animado com o enfoque que o Dr. Roberto Campos Neto quer dar a dois temas.

O primeiro é o crédito imobiliário. O Brasil tem muito pouco volume de crédito no setor imobiliário. Nós não temos sequer 10% do PIB, quando, comparados com outras nações mais desenvolvidas, nós chegamos a alcançar 70%, 80%, 100% do PIB. Nós temos hoje casas que foram adquiridas pelos mutuários brasileiros, e essas casas não se constituem em garantia para dar acesso a novos empréstimos. Então, ele falou com muito entusiasmo de impulsionar o crédito imobiliário, e isso poderá também ajudar na promoção e na criação de milhares de empregos para a economia brasileira.

O segundo tema que eu gostaria de destacar é o absoluto compromisso do novo Presidente do Banco Central no sentido de priorizar, destacar políticas públicas que possam incentivar o microcrédito. Eu sou Senador por Pernambuco, represento a região que é a mais pobre do País, que é a Região Nordeste, e sei que a falta do crédito para os pequenos negócios, para quem quer montar um salão de beleza, para quem quer montar uma pequena quitanda, para quem quer fazer um pequeno comércio ou uma confecção, é uma realidade nua e crua que termina freando a atividade produtiva. Então, é muito salutar ouvir da autoridade monetária máxima do País o compromisso de ampliar o compulsório para o microcrédito, de ampliar as linhas do Banco Central para estimular o microcrédito no nosso País. Que vá além dos bancos oficiais, que possa chegar às agências de fomento estaduais e municipais – muitas prefeituras atuam na área do microcrédito. Foi com alegria que ouvi esse testemunho e esse compromisso do Dr. Roberto Campos Neto.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – V. Exa. me permite um aparte, Senador?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Pois não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – É só para complementar, Presidente, cumprimentando o nosso sempre brilhante e competente Senador Fernando Bezerra.

O BNDES poderia oferecer o *funding* para todas essas empresas, *fintechs*, cooperativas etc., para que haja capilaridade para chegar ao sertão de Pernambuco, para chegar ao interior da Amazônia, porque, caso contrário, nós não chegaremos com o projeto tão importante de oferecer microcrédito para quem mais precisa.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Eu quero encerrar, Sr. Presidente, dizendo que, além desse apoio do Dr. Roberto Campos Neto, já estive com o Presidente da Caixa Econômica Federal, Dr. Pedro Guimarães, e a Caixa vai dar *funding* para as agências de fomento municipais e estaduais atuarem na área do microcrédito. Então, é também um belo começo das autoridades do sistema bancário oficial: estarem com suas vistas voltadas para ampliar o crédito ao pequeno empresário, ao microempresário, que é aquele que gera os empregos na economia brasileira.

Portanto, é com uma expectativa muito positiva que a gente aguarda aqui, na próxima semana, os indicados para o Banco Central e para a Comissão de Valores Mobiliários, para que a gente possa, nesta nova quadra, assistir à sequência do trabalho iniciado pelo Presidente Ilan, que fez um belo trabalho no Banco Central. Que o Dr. Roberto Campos Neto possa assegurar as condições de uma política monetária madura, para poder dar condições de o Brasil retomar o seu crescimento!

Precisamos, Sr. Presidente, gerar emprego, precisamos criar um ambiente de negócios no nosso País, para que o emprego possa voltar e para que as famílias brasileiras possam se sustentar, tendo acesso à renda, para proverem as suas necessidades de educação, de saúde, de habitação, de lazer e de entretenimento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador, eu vou passar a palavra ao Senador Wellington para que ele possa ler o relatório sobre um dos diretores do Banco Central.

Depois, o próximo orador será o Senador Rogério, que vai ler o relatório sobre o Bruno Serra...

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – É Senador Rodrigo Pacheco, Sr. Presidente. Só retificando: Senador Rodrigo Pacheco, de Minas Gerais.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Desculpe! E olha, Rodrigo, que eu falei para ele: "Dê para o Líder do DEM."

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – O Marcos Rogério é o nosso colega do Democratas, de Rondônia.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É verdade!

ITEM 3

MENSAGEM (SF) Nº 7, de 2019

- Não terminativo -

Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do o art. 84, inciso XIV, combinado com o art. 52, inciso III, alínea "d", da Constituição, o nome do Senhor JOÃO MANOEL PINHO DE MELLO, para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Wellington Fagundes

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

1. O relatório será lido nesta reunião, concedida vista coletiva automática, e a apreciação se dará na reunião seguinte, nos termos do art. 383, II, "b" e "e" do RISF.

Com a palavra o Senador Wellington, por favor.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT. Para leitura de relatório.) – Senador Omar Aziz, eu o cumprimento, como também o Senador Plínio Valério, da Mesa, agradecendo também a oportunidade de estar aqui relatando a indicação de um dos diretores do Banco Central.

Trata-se de um relatório em que... Eu gostaria, inicialmente, antes de proceder à leitura do meu relatório, de ressaltar a importância deste momento, deste processo de apreciação pelo Senado Federal das indicações feitas pelo Presidente da República para a presidência e para as duas diretorias do Banco Central do Brasil.

Nós Senadores estamos sempre cumprindo o dever constitucional de avaliar, para aprovar ou reprovar, as indicações de algumas das mais importantes autoridades deste País. Cabe a nós aprovar previamente as indicações dos Ministros do Supremo Tribunal Federal e das demais Cortes Superiores, do Procurador-Geral da República e dos Ministros do Tribunal de Contas da União. No entanto, dada a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

precária situação de nossa economia, que vive em constante crise há tempos, talvez este seja aqui o mais importante processo de aprovação de autoridade nos últimos anos.

Todos nós conhecemos a importância do Banco Central para o nosso País. Seu trabalho afeta, direta ou indiretamente, o dia a dia de cada um de nós brasileiros, mesmo que muitos não se deem conta disso, afeta, às vezes, o trabalhador, o pequeno trabalhador que está lá na ponta. Mas é claro que a inflação é o que mais corrói o salário. Por isso, a inflação ainda é um fantasma que, volta e meia, nos assombra a todos. Mas tenham a certeza de que os sustos seriam bem maiores e bem mais frequentes se não fosse o excelente trabalho realizado pelo competente corpo técnico do Banco Central.

Nas intempéries econômicas causadas por crises externas ou mesmo por crises políticas internas, é o Banco Central que se desdobra para garantir o poder de compra de nossa moeda. Nos momentos de crise aguda, é o Banco Central, com os *swaps* cambiais e com outros recursos que ao leigo parecem mirabolantes, que contém uma maior desvalorização do real frente ao dólar.

Mas a boa condução da política monetária e cambial não é o único benefício que o Banco Central nos proporciona. Há um benefício menos visível, porém igualmente importante: o bom funcionamento e a estabilidade do nosso sistema financeiro.

Quando depositamos nossas economias em um banco qualquer, nem passa por nossas mentes a possibilidade de aquela instituição perder o nosso dinheiro. Sim, na teoria, esse risco existe, poderia acontecer um erro, um problema, e o nosso dinheiro simplesmente sumir das nossas contas. No entanto, na prática, nenhum de nós teme isso. Nós temos confiança de que nosso recurso, nosso dinheiro, estará seguro dentro das instituições brasileiras.

Mas, se pararmos para pensar de onde vem essa nossa confiança nos bancos do nosso País, muitos de nós não sabemos, mas vem também do trabalho do Banco Central. É o Banco Central que regula e fiscaliza todo o sistema financeiro nacional para que não tenhamos que nos preocupar, quando pagamos um boleto, se a dívida será quitada ou não; para que nem nos ocorra a hipótese de fazermos uma transferência e o dinheiro não chegar à outra conta para a qual estamos enviando. E se, por qualquer circunstância, falta momentaneamente dinheiro para um banco particular, é o Banco Central que vai lá e empresta dinheiro para esse banco, e ainda cobra dele providências para que essa situação não se repita.

É por isso que o Banco Central é chamado de o banco dos bancos. Graças a ele a quebradeira de bancos brasileiros é um problema que ficou num passado cada vez mais distante. Somos reconhecidos como detentores de um sistema financeiro dos mais sólidos do mundo.

Enfim, se eu fosse elencar aqui os pontos que ilustram a importância do Banco Central para o Brasil, essa reunião não terminaria tão cedo. Por isso, concluo parabenizando o Presidente Ilan

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Goldfajn pelo vitorioso ciclo que em breve ele estará encerrando, e passo agora à leitura do nosso relatório.

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 7, de 2019 (Mensagem nº 42, de 2019, na origem), da Presidência da República, que submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 84, inciso XIV, combinado com o art. 52, inciso III, alínea "d", da Constituição Federal, o nome do Sr. João Manoel Pinho de Mello, para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil.

Relatório.

Esta Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) recebe, do Presidente da República, a indicação do Sr. João Manoel Pinho de Mello para ser conduzido ao cargo de Diretor do Banco Central do Brasil, consoante art. 84, inciso XIV, combinado com o art. 52, inciso III, alínea "d", da Constituição Federal.

O Presidente da República tem competência privativa para nomear o presidente e demais diretores do Banco Central do Brasil. Ao Senado Federal, por sua vez, compete aprovar, previamente, por voto secreto e após arguição pública, as referidas indicações.

O art. 99, V, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF) estabelece que compete à CAE opinar sobre a escolha do presidente e diretores do Banco Central. Os termos do art. 383 do RISF dispõem, ainda, que a CAE deve arguir o indicado e apreciar o relatório com dados sobre o candidato.

A Lei nº 6.045, de 1974, dispõe que os diretores do Banco Central e o seu presidente serão escolhidos entre brasileiros de ilibada reputação e notória capacidade em assuntos econômico-financeiros.

A Mensagem Presidencial traz como anexo o currículo do candidato, atendendo ao disposto no art. 383, I, do Regimento Interno do Senado Federal, no que tange às declarações pessoais, à argumentação escrita e ao conteúdo do currículo a serem apresentados pela autoridade.

O currículo anexo à mensagem presidencial demonstra que o Sr. João Manoel Pinho de Mello tem formação e experiência compatíveis com o cargo ao qual está sendo indicado.

O candidato nasceu em 1973 e desenvolveu uma carreira sólida no âmbito acadêmico. Possui graduação em Administração Pública pela FGV em São Paulo (1997), mestrado em Economia pela PUC do Rio de Janeiro (2000) e doutorado em Economia pela Stanford University, nos EUA (2005), concentrando suas pesquisas acadêmicas nas áreas de Economia Bancária, Antitruste e Defesa da Concorrência, e Economia do Crime. Entre 2004 e 2013, foi professor de Economia na PUC do Rio de Janeiro e, atualmente, é professor licenciado do Insper. Publicou diversos artigos acadêmicos em periódicos nacionais e internacionais de alto prestígio além de inúmeros capítulos de livros e artigos em jornais de grande circulação, tendo sido colunista fixo da *Folha de S.Paulo*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Sr. João Manoel Pinho de Mello também tem uma longa trajetória profissional. No setor financeiro, foi sócio da Pacífico Gestão de Recursos e consultor da área de renda variável do Grupo Opportunity. Como *expert* na área antitruste, atuou como consultor, analista econômico e testemunha especialista em inúmeros processos judiciais e arbitrais. No setor público, atuou nos últimos dois anos no Ministério da Fazenda como Assessor Especial para Reformas Microeconômicas, Secretário de Produtividade e Advocacia da Concorrência e também como Secretário de Política Econômica. Nesse período, trabalhou em parceria com o Banco Central na formulação e implementação de reformas estruturantes para a melhoria da intermediação financeira no País e para a promoção da concorrência no sistema financeiro nacional.

Quanto às declarações de cunho pessoal, o candidato declara que não possui parentes que exerçam ou tenham exercido atividades vinculadas à sua atividade profissional; que não atuou, nos últimos cinco anos, em conselhos de administração de empresas estatais ou em cargos de direção de agências reguladoras; que é sócio das seguintes empresas: WPMello Participações, Escola Brasileira de Professores e Achurra de Mello Participações; que não possui nenhuma pendência relativa a tributos federais, estaduais ou municipais e que não figura como autor ou réu de nenhuma ação judicial.

O seu currículo, que se encontra à disposição dos eminentes integrantes desta Comissão, revela o nível de qualificação profissional, bem como a formação acadêmica adequada do indicado. Esta Comissão fica, desta forma, em condições de deliberar sobre a indicação do Sr. João Manoel Pinho de Mello para ser conduzido ao cargo de Diretor do Banco Central do Brasil.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador Wellington.

O Senador Líder do DEM, Senador Rodrigo Pacheco, vai fazer a leitura relativa ao Sr. Bruno Serra Fernandes para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil. Assim como foi feito no caso do relatório do Senador Eduardo Braga, do relatório do Senador Wellington também fica concedida vista coletiva para os Senadores para que, na semana que vem, possamos fazer aqui audiência com eles.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Isso mesmo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) –

ITEM 2

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

MENSAGEM (SF) Nº 5, de 2019

- Não terminativo -

Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do o art. 84, inciso XIV, combinado com o art. 52, inciso III, alínea "d", da Constituição, o nome do Senhor BRUNO SERRA FERNANDES, para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Rodrigo Pacheco

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

1. O relatório será lido nesta reunião, concedida vista coletiva automática, e a apreciação se dará na reunião seguinte, nos termos do art. 383, II, "b" e "e" do RISF.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG. Para leitura de relatório.) – Sr. Presidente Senador Omar Aziz, a quem cumprimento e desejo boa sorte na condução desta Comissão de Assuntos Econômicos e, igualmente, ao Senador Plínio Valério, seu Vice-Presidente.

Esta Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) recebe, do Presidente da República, a indicação do Sr. Bruno Serra Fernandes para ser conduzido ao cargo de Diretor do Banco Central do Brasil, consoante art. 84, inciso XIV, combinado com o art. 52, inciso III, alínea "d", da Constituição Federal.

O Presidente da República tem competência privativa para nomear o presidente e demais diretores do Banco Central do Brasil. Ao Senado Federal, por sua vez, compete aprovar, previamente, por voto secreto e após arguição pública, as referidas indicações.

O art. 99, V, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF) estabelece que compete à CAE opinar sobre a escolha do presidente e diretores do Banco Central. Os termos do art. 383 do RISF dispõem, ainda, que a CAE deve arguir o indicado e apreciar o relatório com dados sobre o candidato.

A Lei nº 6.045, de 1974, dispõe que os diretores do Banco Central do Brasil, e o seu presidente, serão escolhidos entre brasileiros de ilibada reputação e notória capacidade em assuntos econômico-financeiros.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador, peço silêncio em respeito ao Senador que está lendo o relatório, por favor. É a terceira ou quarta vez que estou falando a mesma coisa! O mínimo que se pode pedir numa reunião de comissão é que nós possamos ver e ouvir o relatório do Senador, mas, aí, existem conversas paralelas e fica parecendo que o que menos importa aqui é o relatório do Senador. É a terceira vez – não se trata de chamar a atenção – que eu alerto as pessoas. Por favor, vamos ouvir atentamente.

Senador, por favor, conclua.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Obrigado, Sr. Presidente.

A Mensagem Presidencial traz como anexo o currículo do candidato, atendendo ao disposto no art. 383, I, do Regimento Interno do Senado Federal, no que tange às declarações pessoais, à argumentação escrita e ao conteúdo do currículo a serem apresentados pela autoridade sujeita à arguição desta Comissão.

O currículo anexo à mensagem presidencial demonstra que o Sr. Bruno Serra Fernandes tem formação e experiência compatíveis com o cargo para o qual está sendo indicado.

O candidato nasceu em 1978. Graduou-se em Economia no Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais – IBMEC (1999), e concluiu o Mestrado, também em Economia, na Universidade de São Paulo – USP (2004). Participou, ainda, do Programa de Educação Executiva da Fundação Dom Cabral (2017).

O Sr. Bruno Serra Fernandes tem uma longa trajetória profissional no setor financeiro. Foi Gerente de Carteiras, responsável pela gestão de recursos de terceiros, no BankBoston Asset Management (2002 a 2005); Estrategista de Renda Fixa para as diretorias de Banking e Trading, no Banco BankBoston (2005 a 2006); responsável pela gestão de risco de mercado na diretoria de Banking, no Itaú Unibanco S.A. (2006 a 2014); e Superintendente Executivo de Renda Fixa, no Itaú Unibanco S.A. (2014 a 2019).

Na argumentação escrita, o indicado afirma que seus 18 anos de experiência no setor financeiro exigiram acompanhamento e conhecimento aprofundados das economias brasileira e internacional, como também da execução das políticas monetária e cambial e das decisões de política econômica em geral.

Quanto às declarações de cunho pessoal, o candidato declara que seu cunhado, Mário Marques Cavalieri, exerce atividade vinculada à sua atividade profissional, como superintendente do Banco Máxima S.A.; que não atuou, nos últimos cinco anos, em conselhos de administração de empresas estatais ou em cargos de direção de agências reguladoras; que tem participação acionária no Itaú Unibanco, mas que tal participação será alienada até a data da posse, caso o Senado Federal aprove

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sua indicação; diz ainda o candidato que não possui nenhuma pendência relativa a tributos federais, estaduais ou municipais, e que não figura como autor ou réu de ação judicial.

O seu currículo, que se encontra à disposição dos eminentes integrantes desta Comissão, revela o nível de qualificação profissional, bem como a formação acadêmica adequada do indicado.

Esta Comissão fica, desta forma, em condições de deliberar sobre a indicação do Sr. Bruno Serra Fernandes para ser conduzido ao cargo de Diretor do Banco Central do Brasil.

É esse o relatório, eminentes Senadores e Senadoras.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Da mesma forma como fiz com os outros relatórios, será concedida vista coletiva do relatório do Senador para que os Senadores possam dele tomar conhecimento.

O Senador Tasso Jereissati vai ler o relatório da Presidente da CVM.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE. *Fora do microfone*.) – Da Diretora da Comissão de Valores Mobiliários.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Aliás, Diretora da Comissão de Valores Mobiliários.

ITEM 4

MENSAGEM (SF) Nº 6, de 2019

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 6º da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, com redação dada pelo art. 1º, da Lei 10.411, de 26 de fevereiro de 2002, o nome da Senhora FLÁVIA MARTINS SANT´ANNA PERLINGEIRO para exercer o cargo de Diretora da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Tasso Jereissati

Relatório: Não apresentado

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1. O relatório será lido nesta reunião, concedida vista coletiva automática, e a apreciação se dará posteriormente, nos termos do art. 383, II, "b" e "e" do RISF.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE. Para leitura de relatório.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, o Presidente da República, submete à apreciação do Senado Federal, na forma da legislação vigente, a indicação da Sra. Flávia Martins Sant'Anna Perlingeiro para exercer o cargo de Diretora da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Compete ao Senado Federal aprovar, previamente, por voto secreto, após arguição pública, ocupantes de cargos públicos, que assim tenham sido determinados em lei. Neste caso, a escolha recairá entre brasileiros de ilibada reputação e notória capacidade em assuntos de mercado de capitais.

A Lei nº 6.385, de 1976, estabelece que os mandatos do Presidente e dos Diretores da CVM são fixos e estáveis, devendo ser renovado a cada ano um quinto dos membros do Colegiado, vedada a recondução imediata de seus titulares.

Ressalte-se que o cargo para o qual a candidata foi indicada é de grande importância para o mercado de capitais e para a economia brasileira, haja vista que a CVM é a principal autoridade normatizadora, reguladora e fiscalizadora das sociedades emissoras de valores mobiliários.

Em anexo à Mensagem, encontram-se o currículo da candidata e vasto material que comprovam formação e experiência compatíveis com o cargo ao qual está sendo indicada.

A candidata é brasileira, natural do Rio de Janeiro. Graduou-se em Direito em 1993, pela PUC do Rio de Janeiro. Fez pós-graduação em Câmbio e Operações Financeiras com o Exterior em 1995 na Fundação Getúlio Vargas e mestrado em Direito Corporativo na Universidade de Nova Iorque no período de 1997 a 1998.

A candidata trabalhou em reconhecidos escritórios de advocacia, inclusive assessorando companhias brasileiras na emissão de valores mobiliários no mercado de capitais norte-americano. Posteriormente, a partir de 2012, trabalhou na área jurídica e de mercado de capitais do BNDES. Além disso, tem comprovada experiência como docente, tendo lecionado nas principais instituições vinculadas ao mercado de capitais, como o IBMEC/RJ, a Fundação Getúlio Vargas, além de ter dado aulas no BNDES e na Enap.

No que se refere às declarações de cunho pessoal, de modo a atender ao disposto no art. 383 do nosso Regimento Interno, a candidata trouxe diversos documentos que estão disponíveis para consulta e que atestam a legalidade de sua indicação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O currículo da indicada revela o nível de qualificação profissional e a formação acadêmica plenamente adequados. Fica, assim, esta Comissão em condições de deliberar sobre a indicação da Sra. Flávia Martins Sant'anna Perlingeiro para exercer o cargo de Diretora da CVM.

Em virtude da natureza da matéria, essas eram as considerações relevantes a apresentar no âmbito deste relatório.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador Tasso.

Da mesma forma, será dada vista coletiva.

Nós ouviremos... A proposta é ouvir os indicados a presidente, a diretores do Banco Central (dois) e a indicada para dirigir a CVM na próxima terça-feira. Essa é a proposta que a Mesa tem.

Se acharem que é muita gente para nós ouvirmos no mesmo dia, nós podemos fazer na quarta-feira uma reunião às 9h para ouvir somente a Diretora da CVM.

Eu vou colocar isso para os Senadores e Senadoras para que possam decidir juntamente comigo.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Vamos fazer uma só.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vamos fazer uma só?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – É, por aclamação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está bem. O.k.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu sei, mas a votação é secreta aqui. Aclamação é que vamos ouvir a deliberação... Terça-feira...

Então, na terça-feira, nós ouviremos o presidente do Banco Central, os dois diretores do Banco Central e a diretora da CVM aqui na Comissão de Assuntos Econômicos. E também o relatório do empréstimo à cidade de Fortaleza, que será lido antes de a gente ouvir... O relatório é rápido.

Nós temos ainda o Senador Ciro Nogueira inscrito.

Conforme acertamos, agora está aberto... O.k.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, Dr. Roberto, eu queria fazer alguns questionamentos ao Dr. Roberto.

Eu tenho acompanhado já há algum tempo, Dr. Roberto, a situação da concentração bancária no nosso País e queria até que a minha assessoria distribuísse para os outros Senadores um trabalho muito bem feito pelo Deputado Júlio César, do meu Estado, em que ele faz esse levantamento.

Eu gostaria de saber... (*Pausa.*)

Então, vou deixar para depois as arguições. Eu não sabia disso, Sr. Presidente. Peço desculpas.

Então, na quarta-feira...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Na terça-feira que vem é que vamos saber as posições dele, dos diretores e do Presidente.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Eu vou deixar já com o senhor esses números do Deputado Júlio Cesar. Eu gostaria muito que fosse esclarecida a veracidade desses dados, porque são dados assustadores no que diz respeito à concentração bancária no nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É verdade.

Com a palavra o Senador Zequinha Marinho.

Senador Zequinha Marinho, por favor...

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Bom dia a todos!

Eu quero começar cumprimentando e felicitando o Diretor Presidente, Dr. Campos Neto, assim como também todos os outros diretores que estão chegando ao Banco Central neste novo momento.

Naturalmente, boa parte daquilo que eu queria falar já foi dito principalmente pelo Senador Fernando Bezerra, mas é importante, meu próximo Presidente – tenho satisfação em revê-lo –, levar em consideração alguns itens que certamente vão influenciar a economia, principalmente a microeconomia. Temos um País de tanta gente desempregada, que precisa arrumar um posto de serviço, produzir, fazer acontecer a vida. É preciso facilitar o acesso ao crédito, principalmente ao micro. E esse micro não pode ser tão micro assim, porque de repente não se avança. É claro que quem mexe com crédito precisa de um período, digamos assim, pedagógico para ir aprendendo, trabalhando, para desenvolver sua capacidade de usar o dinheiro, o que é fundamental.

Outro lado já foi dito também com relação à questão do crédito imobiliário. É preciso que se trabalhem taxas diferenciadas. O Brasil cobra muito caro desse mercado. A gente vê as famílias se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sacrificando, até pela falta de capacidade de fazer um cálculo que possa dar noção do que vai pagar daqui a 15, 20 ou 30 anos. As pessoas entram em um negócio e depois se arrependem amargamente, comprometem a vida toda. Isso é muito difícil. Então, é um setor para o qual eu pediria ao nosso Presidente que, de forma gentil, olhasse com muito carinho com relação a isso.

Outro setor, rapidamente, para dar uma pincelada aqui, seria relativo à autorização do Banco Central para a abertura de novas agências e de novos postos avançados de bancos que querem entrar pelo interior do Brasil e que, de repente, têm uma enorme dificuldade para terem esse licenciamento, essa carta patente. Esse é um setor que precisa ser trabalhado, atualizado, para que se facilite a expansão das redes bancárias.

Por último, faço uma observação com relação à questão da cooperativa de crédito. É importante que se trabalhe com carinho porque é uma forma de se democratizar e socializar a oferta de crédito para setores diversos da sociedade.

São esses os pedidos preliminares. Eu tenho a certeza de que V. Exa. vai, com muito carinho, trabalhar e se debruçar sobre eles, com sua equipe. O Brasil precisa pensar melhor, simplificar e melhorar acima de tudo a sua eficiência nesse setor.

Quero lhe desejar boa sorte, quero lhe desejar sucesso. Que a gente possa ter não só um regulador da economia, da questão bancária, cambial, etc., mas, acima de tudo, uma instituição parceira da economia brasileira!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador.

Com a palavra o Senador Plínio Valério.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Presidente e Senadores, quero falar do entusiasmo de ver tanta participação boa. E, nesse embalo do entusiasmo pelas indicações – a gente notou esse entusiasmo –, que vai ao encontro de nossas carências, eu acho que esta é a oportunidade que este Senado tem de abrir um amplo debate, esclarecedor, sobre essa questão do microcrédito, essa questão da Selic, porque o povo lá fora não entende nada.

Então, eu acho que, com essas indicações, nós podemos – por que não? – começar a discutir uma reforma bancária, a questão do microcrédito, a questão da burocracia excessiva. Na Amazônia, Senador Ciro, a burocracia exige uma garantia de um caboclo que só tem a canoa e os filhos, que não pode garantir nada.

Então, vejo isso com entusiasmo. Acho que nós não podemos perder esta oportunidade, com a Presidência do Omar e com a assessoria do nosso ex-Presidente Tasso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Saio daqui entusiasmado, porque vejo que este Senado vai discutir com transparência as questões que devem ser discutidas, como a concentração bancária e o crédito a juros menores. Estou feliz por participar disto aqui e grato a vocês por estar nesta Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Antes da fala do Senador Rodrigo Pacheco, há aqui um requerimento do Senador Luis Carlos Heinze:

> Requeiro, com fundamento no inciso II do art. 93 do Regime Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos destinada a debater o tema "Endividamento dos Estados brasileiros e repasses da Lei Kandir", com a presença dos seguintes convidados, entre outros que possam ser sugeridos por este Plenário: [...].

São 12 convidados. Aliás, são 29 convidados, como o Ministro de Estado da Economia, o Ministro Chefe da Casa Civil e os 27 Governadores dos Estados, para uma audiência pública.

Acho que alguns Estados são prejudicados principalmente pela Lei Kandir, porque o Governo arrecada da Lei Kandir um valor bem acima daquele que ele distribui – isso é do conhecimento de todos –, principalmente os Estados que têm exportação de *commodities.*

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Permita-me fazer uma sugestão, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu queria uma sugestão, porque eu acho que botar 29 pessoas aqui em uma audiência pública seria...

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Se permite fazer uma sugestão, Sr. Presidente, de acordo com o Senador Heinze...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – A sugestão seria a de convidarmos os seis principais Estados mais atingidos por essa distorção da Lei Kandir, inclusive o meu Estado, Minas Gerais, e eventualmente um Estado por região, além desses seis, para se fazer uma composição democrática, que abarque todo o Território brasileiro, para que possamos ouvir os representantes de cada uma das regiões, além dos seis principais atingidos.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Presidente, o Pará pode ser o maior prejudicado nessa história toda.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Já é prejudicado. Exporta minério.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Estamos candidatando o Governo do Pará para que participe.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu acho o seguinte: Estados exportadores de *commodities* são os grandes prejudicados pela Lei Kandir, como o Pará, com o minério, Minas também, Goiás, Tocantins.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – A nossa ideia não é relativa apenas à Lei Kandir. A Lei Kandir, sim, é uma situação, mas há ainda a dívida que os Estados têm com a União; começa aqui o processo. E a gente tem visto uma romaria de vários Governadores, chegando ao Ministro Paulo Guedes e ao Palácio do Planalto e já tentando resolver o seu assunto.

O meu Estado, o Rio Grande do Sul, hoje, tem mais de R$60 bilhões de dívida, é o quarto devedor do Brasil. São Paulo é o maior devedor, Minas Gerais é o segundo maior devedor, o Rio de Janeiro é o terceiro maior devedor, e o Rio Grande do Sul é o quarto maior devedor. O.k.! São Paulo tem a maior dívida; 40% da dívida estão em São Paulo, ou quase 40%. Mas há Estados que, em função do faturamento, podem representar tanto ou mais até do que São Paulo, com R$2 bilhões, R$3 bilhões ou R$4 bilhões. Como falava outro dia o Governador de Roraima, cada Estado tem a sua situação. A ideia é fazer uma discussão em bloco. E, aí sim, entra a Lei Kandir, mas não apenas a Lei Kandir.

Trago algo importante. Um fiscal tributário do Rio Grande do Sul mostrava que, no Rio Grande do Sul, de 1991 a 1995, o pagamento da dívida representava 8% da Receita Corrente Líquida e que, de 1998 a 2015, representava quase 17% da receita. Nós temos de rever essa situação também. Quanto à taxa de juros, o valor que nós tomamos em dezembro de 2017 era de R$32,6 bilhões; pagamos R$42 bilhões, Senador Kajuru, e estamos devendo R$60 bilhões! Isso não se dá só no Rio Grande do Sul. Acho que nós temos de debater essa questão. E, aí sim, entra a Lei Kandir, o que nós temos a receber.

O Senador Wellington Fagundes foi relator em uma comissão especial da qual participei, composta por Deputados e por Senadores. No ano passado, só pela Lei Kandir, deveria ser repassado aos Estados exportadores algo em torno de R$390 bilhões, mas foram repassados R$39 bilhões. Então, apenas 10% foram repassados para os Estados exportadores. Acho que, nessa questão, nós faríamos uma discussão em bloco. É o que estou tentando fazer, porque, é claro, os Estados exportadores têm mais prejuízo do que outros Estados. Mas a situação é a dívida em si, que é impagável.

Eu conversava com o Governador Doria outro dia. O Governador Witzel, por exemplo, do Rio de Janeiro, me disse: "Olha, com a negociação que o Governador anterior fez, eu não consigo pagar!" Então, cada Governador... O Caiado, que chegou agora a Goiás, está se deparando com essa situação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, não é um Governador... O meu Rio Grande do Sul, por exemplo, está da mesma forma. Assim, em cada Estado, há uma situação.

A ideia é fazer um debate com a área econômica do Governo e com a área política do Governo sobre como é que nós vamos enfrentar essa situação, senão nós ficaremos lá sangrando. No meu Estado, hoje, não se está conseguindo pagar a folha de pagamentos. O professor não recebe, o brigadiano não recebe, o funcionário não recebe. E o Estado também não pode investir em outras funções essenciais.

Portanto, tínhamos de discutir com a União esses mais de R$600 bilhões que os Estados devem para a União e, logicamente, a forma com que nós podemos equacionar isso. Aqui, os colegas veriam como é que nós poderíamos discutir isso. Hoje, cada Governador vem aqui para tratar do seu assunto. Acho que é um assunto que interessa ao Brasil. E cada Estado vê a sua situação.

Por isso, a proposta que eu fiz era a de realizar uma audiência com os Governadores interessados e, logicamente, com os Senadores desses Estados.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou passar a palavra para o Senador Tasso, mas, antes, Senador Luis, quero dizer que fui Governador do Estado do Amazonas. Essa é uma discussão que vem sendo feita há muitos anos. O Rio Grande do Sul, historicamente, tem esse grande problema. Por isso, no Senado, no Congresso, aprovamos aqui uma lei que dava um limite para o gasto. A Lei de Responsabilidade Fiscal não é respeitada pelos Governadores, e todo Governador que se candidata tem a obrigação de saber qual é o problema que ele vai encontrar. Ele não pode chegar lá e dizer: "Ah, estou surpreso!" As pessoas que são candidatas sabem disso.

Agora, essa discussão já foi travada. Não vejo nenhum problema em travar essa discussão, para a gente avançar. Eu só não acredito que a atual equipe econômica tenha interesse em renegociar. Isso já foi feito. No Governo Fernando Henrique, renegociou-se dívida com os Estados, reduziram-se os juros; no Governo do Presidente Lula, também foi feita a mesma coisa; no do Sarney, foi feita a mesma coisa.

O que acontece? O Rio Grande do Sul tem um problema atípico: é um dos poucos Estados que não reelege Governador. Então, é passado de um governo para outro. Eu sei das dificuldades do Rio Grande do Sul, tenho a obrigação de saber, e de todos os Estados brasileiros. Hoje o endividamento dos Estados com empréstimos que foram feitos é muito grande. Quando se fala em R$200 bilhões no Estado de São Paulo, se a gente pegar a arrecadação do Estado de São Paulo, comparada com a dos outros Estados, talvez não seja tão grande esse endividamento. É possível renegociar. Mas concordo com V. Exa. no sentido de que a gente tem que debater. Só não acho vantajoso colocar muita gente em um debate que nós não vamos ter. Então...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE. *Fora do microfone*.) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Tasso.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE. Pela ordem.) – Eu poderia fazer uma sugestão? São dois assuntos diferentes.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – Poderíamos dividir em pelo menos duas reuniões: uma audiência pública sobre a questão da Lei Kandir, que é um assunto muito específico e interessa acentuadamente a quatro ou cinco Estados; e outra reunião, outra audiência pública para discutir a questão das dívidas dos Estados, em que nós nos concentraríamos também nesses Estados que têm um problema de relação dívida-receita maior. Essa é a sugestão, se V. Exa. achar razoável.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O.k.!

Inclusive, para os colegas entenderem, já há decisões do Supremo Tribunal Federal, já há decisões do Tribunal de Contas da União, e o Congresso não regulamenta, o que cabe a nós. Então, vamos chamar esse assunto para nós. E esta é a Comissão, o fórum em que nós representamos os Estados para discutir. Isso pode ser feito, não há problema. Podemos discutir a Lei Kandir separadamente – são seis ou sete Estados que têm a Lei Kandir – e discutir a dívida dos Estados também. O.k.!

É o que eu coloquei e V. Exa. coloca: a dívida de São Paulo é a maior, mas o faturamento deles, a receita deles é bem maior do que a de qualquer Estado. Proporcionalmente, pode ser a dívida deles menor do que a de Rondônia, de Roraima, de qualquer Estado da Federação. Por isso, há o debate. E acho que é esta Casa que tem que trazer o debate, independentemente de ele ter sido feito com outros Governos.

Está chegando um Governo novo. O Paulo Guedes e o Ministro Onyx dizem: "Ah, vamos resolver no ano que vem." Mas o meu Estado não pode esperar o ano que vem, o Rio de Janeiro não pode esperar o ano que vem, bem como, seguramente, Minas Gerais ou qualquer Estado.

Então, acho que é o momento certo de nós começarmos a fazer essa discussão. Essa é a proposta.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só para se ter uma ideia – V. Exa. deve ter acompanhado –, os Governos brasileiros abriram crédito para os Estados, e houve Estado que pegou o recurso até para custeio. Veja bem, para custeio! Isso foi endividando o País, os Estados brasileiros, e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

agora a gente fica nessa situação. É lógico que quem herdou isso não tem culpa, mas tinha a obrigação de saber que estava herdando isso. Não dá para chegar lá, o cara se eleger Governador e dizer: "Ah, estou surpreendido!" Não, não está surpreso. Existe o debate, e ele tem a obrigação de ter conhecimento. Não é questão só do Rio Grande do Sul, não. É uma questão de...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – No nosso caso, nós somos conscientes. O Estado estava desse jeito, eu sei. Eu era candidato a Governador e sabia da dívida. E tem que atacar. E uma parte é aqui em Brasília que nós temos que resolver.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O que eu estou colocando, Senador, é que nós temos obrigação de tentar contribuir para o debate e achar uma solução para todos os Estados brasileiros. Só não podemos achar que as pessoas que se elegeram são coitadinhas: "Ah, eu me elegi e não sabia!" Volte para casa, peça para sair! A minha proposta...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO. *Fora do microfone*.) – Senador Omar...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, Kajuru!

Vamos aprovar com a condição de a gente fazer a metodologia dessa... Como é que a gente vai fazer isso? A gente senta e vai definir como é que a gente vai ouvir sobre Lei Kandir e ouvir sobre a questão do...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Acho que a proposta do Senador Jereissati é legal.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Presidente, eu acho que, sobre essa questão da audiência em relação à Lei Kandir, estão sendo definidos aqui alguns Estados apenas. Que a gente já pudesse até definir quais são esses Estados. Por exemplo, o nosso Estado deixa de arrecadar R$200 milhões com a Lei Kandir, tem prejuízos realmente exorbitantes. Eu não sei quais são os Estados especificamente, porque não se está dando uma definição em relação a quais seriam esses Estados. Então, já seria bom a gente fazer esse encaminhamento.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Eu já vejo...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Por exemplo, em relação à dívida, praticamente todos os Estados brasileiros têm problema em relação a dívidas grandes. Aí, ficaria, no meu entendimento, até difícil você fazer um recorte em relação a esses Estados, porque o impacto se dá praticamente sobre todos. Já em relação à Lei Kandir, você pode até fazer uma delimitação. Agora, sugiro que a gente já fizesse este encaminhamento de quais seriam esses Estados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Eu tenho e lhe passo. E passo para o Presidente da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Com a palavra o Senador Kajuru.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Presidente, V. Exa. foi muito feliz no que tange aos Governadores eleitos. É o caso do Governador do meu Estado de Goiás, que é meu amigo pessoal há 35 anos, Ronaldo Caiado, amigo de casa. Ele sabia que, do Governo Marconi Perillo, de 20 anos, ele iria receber uma herança maldita, desse maldito Marconi Perillo aliás. Agora, ele, quando entrou, viu que era muito pior. Aí ele não conseguiu pagar o mês de dezembro, teve que parcelar. E o Estado todo está revoltado com ele. Ele não pode sair de casa, porque o trabalhador e o servidor respondem o seguinte, Senador Cid Gomes, preparado como é em gestão pública: "Eu não trabalho parceladamente, cara pálida! Portanto, eu não aceito receber parceladamente." Então, é uma situação difícil.

O requerimento do Senador Heinze, eu li, acompanhei. A questão da agricultura, quanto à Lei Kandir, é uma prioridade nossa aqui, em pauta. Hoje – rapidamente, estou concluindo –, quanto à agricultura, eu, como jornalista, se for colocar uma manchete em jornal, vou dizer: "A agricultura vai bem, mas, para o agricultor, está péssimo!" Essa é a situação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Com a palavra o Senador Otto...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Senador Omar...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... que é meu Líder.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Senador Omar, quero desejar a V. Exa. que faça um bom trabalho, como fez o Senador Tasso Jereissati.

Tanto a Lei Kandir quanto à questão da dívida dos Estados... Há alguns Estados que não têm problema com a dívida. É o caso da Bahia, que tem a sexta ou a sétima economia do Brasil e tem um débito com a União de R$5 bilhões. Acho que outros Estados também estão na mesma situação, acho que o Estado do Ceará também está nessa situação. Nós não temos nenhum problema com a dívida, até porque a Lei de Responsabilidade Fiscal é do ano 2000, tem 18 anos, e o Estado da Bahia cumpriu fielmente, durante esses 18 anos, o ajuste fiscal. O nosso comprometimento com pessoal está em torno de 46%, e temos uma condição bem favorável, que já vem há 18 anos, com todos os Governadores cumprindo a Lei de Responsabilidade Fiscal. Então, não atinge a Bahia, tanto é que a Bahia não foi signatária dessa questão; quando houve aqui a PEC dos Gastos, o Governador não aceitou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No entanto, eu creio que os Estados, até por um... Não era para ser assim. Os Estados com maior arrecadação, com economias mais fortes, são os mais endividados. São Paulo, como falou o Senador Heinze, tem R$220 bilhões de dívida; Minas Gerais, acho, tem mais de R$89 bilhões. A capital do Estado de São Paulo tem R$80 bilhões de dívida, só a capital; é a segunda maior do Brasil, talvez. Então, não deveria ser assim, Estados mais ricos com maior endividamento.

Sem nenhuma dúvida, ao longo desses anos, sem citar nomes, houve o descumprimento flagrante da Lei de Responsabilidade Fiscal, com um gasto excessivo, com uma arrecadação que não correspondia aos gastos excessivos. Mas não é por isso que eu não concordo com que possa haver na CAE essa discussão sobre o endividamento e depois sobre a Lei Kandir. A Lei Kandir atinge a Bahia, e nós já lutamos há muito tempo por isto, para resolver essa questão, sem conseguir. No entanto, eu quero deixar bem claro que essa situação não se resolve só no Congresso Nacional, nem na Câmara, nem no Senado; ela se resolve se o Governo que está aí, que assumiu agora, tiver disposição, através do seu Ministro da Fazenda, para entender essa realidade, porque, se o Poder Executivo não concordar em fazê-lo, não haverá nenhuma solução para esse problema.

É importante, antes de qualquer coisa, trazer aqui, depois ou antes disso, o Ministro da Fazenda, o do Planejamento, os homens que são responsáveis pela economia, para saber se haverá disposição de flexibilizar o pagamento da dívida. Veja aí que o Rio Grande do Sul não teve condições de efetuar o pagamento; pagou pouco mais de R$40 bilhões, mas teria que pagar mais R$60 bilhões e está inadimplente em relação à dívida do Estado.

Portanto, é importante perguntar ao trazer aqui o Ministro: o Governo Federal, o Poder Executivo vai ter condição de negociar, vai ser sensível? Não o foram os Presidentes do passado, que não tiveram essa sensibilidade. É importante saber isso, porque só o Congresso Nacional não vai dar solução para o problema.

Eu quero indagar se o atual Presidente, Jair Bolsonaro, ou o Ministro da Fazenda, Paulo Guedes, vai ter essa sensibilidade de resolver o problema, que é um problema que, se não tiver solução, vai se agravar permanentemente até chegar a uma situação de mínima condição de administrar as coisas de interesse do Estado. Aí entra saúde pública de baixa qualidade, segurança pública e educação de baixa qualidade por falta de recursos, o que vai levar esses Estados, que são os mais fortes da Federação, a terem um problema muito grave no futuro.

Portanto, concordo com o Senador, mas é importante trazer aqui os homens que são responsáveis pela economia do Brasil hoje, para lhes perguntar: "Vocês vão querer negociar dentro de um padrão em que se possa pagar a dívida ou não?" Vamos fazer um esforço grande, vamos diagnosticar uma coisa de que nós já temos diagnóstico, como eu o tenho do meu Estado, e os Senadores de outros Estados também têm o diagnóstico tanto da Lei Kandir, como da renegociação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, se o Governo Federal ficar indiferente, vamos aqui gastar energia inutilmente, como já aconteceu em outras reuniões na Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O.k., Senador Otto, aqui...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senador Omar, por favor, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vou já...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Pela ordem.) – Eu queria apenas lembrar, agora que nós estamos aqui na visada, rapidamente, que temos outro requerimento também do Senador Rogério. Eu queria insistir para que a gente também o colocasse em apreciação. O.k.?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vou já colocar... Há três requerimentos: o do Senador Heinze, o da Senadora Daniella e o do Senador Rogério. Onde está o do Senador?

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeito, é o do Senador Rogério Carvalho.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ah sim! Peço só um minutinho.

Só para terem uma ideia, Senador Otto e demais Senadores – foram-me repassados alguns números pelo Senador Heinze –, há Estados que, pela arrecadação anual que eles têm, não teriam como ter essa dívida que têm hoje, quer dizer, lá atrás, abriu-se alguma coisa. São Paulo tem R$254 bilhões de dívida; Minas Gerais, R$98 bilhões; Rio de Janeiro, R$90 bilhões; Rio Grande do Sul, R$60 bilhões; Goiás, R$18 bilhões.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE. *Fora do microfone*.) – São R$19,6 bilhões.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É a dívida de Goiás.

O Ceará não deve nada, tem crédito.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE. *Fora do microfone*.) – O Ceará deve R$13,9 bilhões.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, aqui, quanto ao Ceará, constam R$6 bilhões.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE. *Fora do microfone*.) – São R$13,9 bilhões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Bem, a verdade é que, entre o que o Estado deve e o que ele está arrecadando hoje não sobra dinheiro para o custeio da educação, da saúde ou de programas sociais e muito menos para fazer novos investimentos. Esta é a grande realidade da maioria dos Estados brasileiros: não têm recursos porque estão pagando a folha e a dívida, só isso, não têm mais dinheiro para nada.

Vamos colocar aqui...

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – A diferença desses números aí é que o Senador Heinze está colocando a dívida com a União, e, a rigor, os Estados...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, há dívida com o Banco Mundial, há outras dívidas.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – Nesses dados aí, não. Pelo que estou entendendo, esses dados aí são limitados a dívidas com a União.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Os Estados todos pegaram recursos no BID, no Banco Interamericano...

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – Nesses dados aí, é com a União, nesses dados que V. Exa. colocou.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, a dívida é bem maior do que isso.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – É bem maior!

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – Presidente, posso fazer aqui uma...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – No caso da Bahia, a Bahia tem uma carteira de crédito com o Banco Mundial, com o BID, Banco Interamericano, e está propondo agora com o Banco Europeu, mas, quanto à Bahia, esses débitos com esses bancos estão fora desses débitos da Bahia aí.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Aqui constam R$10 bilhões de débito da Bahia.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Mas aí...

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE. *Fora do microfone*.) – São R$25 bilhões.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, está bem endividada a Bahia.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Não, não, mas não é da União. É carteira de...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – São R$10 bilhões de dívida com a União e mais R$15 bilhões com instituições...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, mas tem pagado.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Está pagando em dia, está pagando rigorosamente em dia.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu sei, eu sei.

Senador Tasso...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – É mais uma tentativa de sugestão.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Uma coisa é a dívida com a União, outra coisa é a dívida com os bancos.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – Nós temos aqui o ponto levantado pelo Senador Otto, que eu acho que é verdadeiro: antes de qualquer discussão, nós precisamos saber qual é a disposição do Governo Federal de enfrentar esses problemas, porque, sem essa disposição, não vamos a lugar algum.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Correto!

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – Como o Ministro Paulo Guedes nunca esteve nesta Comissão e está em início de mandato, como não conhecemos também o seu trabalho e suas propostas, não seria o caso de V. Exa. fazer uma primeira audiência pública com o Ministro Paulo Guedes, na qual nós trataríamos do seu plano econômico, em que nós tomaríamos, pela primeira vez, conhecimento dos seus projetos na economia e discutiríamos qual é a posição do Ministério da Fazenda em relação aos governos estaduais? Em seguida, nós chamaríamos os Governadores para outras audiências, dependendo do que ele dissesse aqui.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Presidente, inclusive, na mesma linha do Senador Tasso, nós estamos encaminhando um requerimento exatamente para essa audiência, para entendermos melhor essa economia, sobretudo pelo que temos visto.

A minha preocupação se dá especificamente com os Estados da Região Nordeste, com as populações minoritárias. O nível de desigualdade social no Brasil é gritante. Eu tenho alguns dados aqui: menos de 1% do PIB brasileiro é direcionado a uma parcela significativa da nossa população que vive em situação de miséria e que hoje é atendida, por exemplo, pelos programas sociais de transferência de renda. A gente está vendo uma agenda extremamente liberal. Precisamos entender

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

qual é verdadeiramente o olhar para essas populações minoritárias a partir da perspectiva da eficiência dessa economia.

Temos uma taxa de juros muito alta, comparativamente com a de países que estariam no mesmo nível que o nosso. Nós precisaríamos ter uma taxa menor. Estamos vivendo um momento de crise do ponto de vista da inflação, do ponto de vista do desemprego, e só quem sofre são as populações minoritárias, sobretudo, por exemplo, as do meu Estado do Maranhão e as dos demais Estados da Região Nordeste.

Vejo que é fundamental isso. Nesse sentido, Senador Tasso, nós também encaminhamos um requerimento, agora há pouco, para que tenhamos uma audiência com o Ministro, para entendermos melhor a sua economia, no meu entendimento muito mais para essas populações minoritárias.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Há vários requerimentos convidando o Ministro para vir aqui. Nós teremos agora, na terça-feira que vem, a sabatina. Depois, vem a semana do Carnaval, em que não vai haver... No dia 12 de março, será a próxima sessão. Vamos pegar todos os requerimentos em que os Senadores estão pedindo isso, convidando o Ministro. Vamos convidá-lo para estar aqui no dia 12. Nós não vamos convocá-lo, mas vamos convidá-lo.

Eu, pessoalmente, vou ligar e dizer: "Ministro, o senhor está convidado para estar, no dia 12, às 10h da manhã, na Comissão de Assuntos Econômicos." Só se ele tiver alguma coisa agendada, a gente marcará outra data.

Então, para aqueles que estão pedindo a vinda do Ministro aqui, digo que vamos acertar o dia 12 de março, terça-feira. Essa será a primeira data que teremos para ouvi-lo. Eu acho correto ouvi-lo primeiro.

Aí, Senador Luis Carlos, vamos ouvi-lo para saber se há uma perspectiva, porque, para se renegociar essa dívida, tem de haver vontade política, decisão política. Se não houver decisão política, tanto do Presidente quanto do Ministro da Economia, dificilmente vamos conseguir fazer algo aqui. Vamos debater, debater, mas não temos o poder da decisão. O poder da decisão não está aqui. Aqui, nós podemos encaminhar sugestões. O poder da decisão está na mão deles.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – V. Exa. vai submeter o requerimento à aprovação do Plenário agora?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Há vários requerimentos.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Mas digo desse requerimento do Senador Heinze especificamente, com o adendo do Senador Tasso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E há aqui também o requerimento da Senadora Daniella, que trata praticamente do mesmo assunto, como colocou a Senadora agora há pouco.

Ficariam contemplados os requerimentos que estão pedindo a vinda do Ministro, e nós faríamos uma metodologia depois para ouvir os Governadores, após ouvir o Ministro. Correto?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Perfeito, Presidente! Acho que essa é a ordem mais correta.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Com a palavra o Senador Wellington.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Sr. Presidente, eu sou o Relator na Comissão Especial do Congresso Nacional da regulamentação do Fundo de Compensação das Exportações, oriundo da Lei Kandir. Tivemos inúmeras audiências em Brasília, nesta Comissão, e inúmeras audiências no Ministério da Fazenda. É claro que houve uma decisão interposta por 13 Estados brasileiros no sentido da regulamentação do Fundo de Compensação. E houve uma decisão do Supremo Tribunal Federal dando prazo, que era, na verdade, outubro do ano passado, para que o Congresso Nacional resolvesse isso sob pena de sermos taxados de omissos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Até porque a Lei Kandir foi votada aqui, no Congresso.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Pois é, exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E o Governo não respeita a Lei Kandir. Ela só distribui esse valor de que o senhor disse a partir do momento em que há o superávit primário. Não é isso?

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Na verdade, eu sempre tenho dito que o Governo paga se quiser e se puder. Então, já houve anos em que não pagou, e é o caso do ano passado, em que não foi pago.

No Tribunal de Contas – nós tivemos inúmeras audiências com o Consefaz –, eles dizem que não é papel deles e que eles não têm condições de fazer esses cálculos. Essa é uma decisão realmente política na relação do Congresso, que tem que regulamentar junto com o Executivo.

Esse assunto agora está sendo bastante comentado e está na pauta da Câmara dos Deputados, porque nós já votamos aqui. Existe, inclusive, outra comissão especial da Câmara, mas, pelo fato de a nossa ser do Congresso, ela não precisa tramitar em comissão nenhuma mais. Votada no Plenário da Câmara, ela vem para o Plenário do Senado, e nós teríamos, então, com isso, uma decisão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, acontece que a Fazenda sempre é irredutível, totalmente irredutível! O único aspecto que eles aceitaram foi o de tornar obrigatório o FEX, e, hoje, como nós dissemos, o Governo paga se quiser e se puder.

Mas a situação dos Estados vem se agravando. Então, o Ministro Paulo...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mato Grosso...

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Wellington, só para eu ter conhecimento, Mato Grosso teria hoje qual direito de receber da Lei Kandir anualmente, por exemplo?

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Anualmente, hoje, Mato Grosso recebe por volta de R$500 milhões. Pelos nossos cálculos, seriam R$39 bilhões no total. Hoje, é de R$5 bilhões. O direito dos Estados, pelo que estão exportando atualmente, iria para R$39 bilhões. Então, em Mato Grosso, isso subiria para quase R$6 bilhões, iria de R$500 milhões para quase R$6 bilhões, porque Mato Grosso é o que mais recebe, pois é o que mais exporta também.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Mas existe hoje uma tese em que muitos, inclusive, estão querendo acabar com a Lei Kandir. Então, acabar com a Lei Kandir representa tirar qualquer estímulo às exportações de matérias-primas e de semielaborados.

Então, creio que não há como acabar com a Lei Kandir se não se fizer uma reforma tributária. Eu sou aqui, também, Relator do Projeto de Resolução nº 1, que trata da guerra fiscal. Esse projeto está tramitando aqui há 18 anos. É claro que um projeto desses, se não houver o interesse do Governo para sentar, para conversar e para analisar, não anda, com certeza.

Eu penso que, com relação à vinda do Ministro Paulo, a gente poderia aprovar o requerimento da forma que foi sugerido, para ele fazer uma explanação do que pensa. Mas, pelo menos em relação a essa questão da Lei Kandir, como ela é mais emergencial, que fosse colocada como item claro para se discutir também! Que ele trouxesse a posição ou o posicionamento deste Governo em relação à Lei Kandir! Penso que...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sr. Presidente, se nós pudéssemos já pedir essa súmula do Tribunal de Contas da União de que nós não temos mais o que receber, os Estados...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Posso falar?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Presidente, o que houve na verdade não foi uma súmula. O que houve foi uma manifestação do Presidente da Câmara e uma manifestação do Presidente do Tribunal de Contas, dizendo que, enquanto não se regulamentar, não há obrigação. E é verdade; é assim que está hoje.

Como eu sempre tenho dito, o Governo paga se quiser e se puder. Então, em alguns anos, atrasou; em outros anos, pagou. Inclusive, pagaram dois anos em um ano só. E o ano passado está em atraso; pode ser que neste ano eles paguem os dois anos. Mas o valor é ínfimo, pelo esforço que nós estamos fazendo.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – São mais ou menos 10% do que teria a receber.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – É menos, muito menos! É muito menos! O valor que ele está repassando hoje é de R$1,9 bilhão da Lei Kandir e de R$1,9 bilhão da compensação da Lei Kandir, ou seja, isso não dá nem R$5 bilhões. Mas, pelos cálculos, seriam R$39 bilhões.

Então, penso que seria extremamente importante a gente discutir isso aqui. Qual vai ser o viés? Vai ser o de derrubar a Lei Kandir? Então, para derrubar a Lei Kandir, vamos fazer uma reforma tributária! O foco do Governo hoje é a previdência. Então, vai colocar no segundo foco a reforma tributária? O.k., vamos discutir! Mas não dá para acabar com essa situação, como a do Estado do Rio Grande do Sul... Aliás, hoje, o Estado do Rio Grande do Sul é representado por dois Estados, porque o Mato Grosso também é Rio Grande do Sul, porque estão lá os sulistas. O parque industrial do Rio Grande do Sul está praticamente acéfalo. Por quê? Porque, quanto a esse instrumento da exportação, se não há uma compensação justa, o Estado perde muito. No Estado do Rio Grande do Sul, a situação é muito complexa também.

Mato Grosso tem uma vantagem: é um Estado em abertura. Mas também está sem recursos para infraestrutura, para o Governo atender as necessidades. No nosso Estado, são 900 mil quilômetros quadrados com uma população de menos de 3,5 milhões de habitantes, ou seja, a necessidade de investimento em infraestrutura é muito grande. E lá algumas estradas federais foram construídas com empréstimos do Governo do Estado. Inclusive, nós estávamos falando aqui do Roberto Campos Neto. Foi exatamente o Roberto Campos que, à época, foi eleito Senador de Mato Grosso e que conseguiu, com o projeto Cyborg, recursos internacionais, e, naquele momento, o Estado fez as estradas federais, mas não devolveu.

Então, o mais importante – esta é a nossa preocupação – é essa discussão, porque alguns Estados já estão taxando. Mato Grosso do Sul, Goiás, Mato Grosso estão taxando, e pelo menos 30% da produção têm de ficar no Estado. Mas, em um Estado como o Pará, que, basicamente, explora minério,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

como também em Minas Gerais, a condição é completamente diferente, porque é um produto só. E nós temos a produção agropecuária como um todo.

Então, penso que seria muito oportuno que nós conversássemos com ele, que ele viesse aqui para falar sobre isso.

Presidente, na audiência que tivemos na Comissão de Orçamento, ele manifestou que não tinha ainda nenhum posicionamento. Ele não tinha ainda nenhum posicionamento a esse respeito. Eu conversei com o Presidente do Banco Central que deverá ser sabatinado e que deverá assumir, pelo que observo em todos os pronunciamentos feitos aqui, e ele também manifesta que a política econômica não tem ainda uma definição, principalmente em relação ao FEX, que é o Fundo de Compensação das Exportações.

Por isso, é oportuno a gente aqui discutir a política macro do Governo e, especificamente, o que o Governo pensa em fazer a curto prazo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vamos colocar em votação os requerimentos.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – A sugestão que eu faço, Sr. Presidente, é a seguinte: votar da forma como se deu aqui, genérica, mas com uma observação sobre a Lei Kandir.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O.k.!

Vamos apreciar o requerimento do Senador Luis Carlos Heinze, que...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... trata de convidar o Ministro da Economia, o Chefe da Casa Civil da Presidência e os 27 Governadores de Estado para tratar sobre a Lei Kandir e sobre o endividamento dos Estados.

EXTRAPAUTA

ITEM 5

REQUERIMENTO Nº 2, de 2019

- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública, para debater o endividamento dos Estados brasileiros e os repasses da Lei Kandir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Luis Carlos Heinze

Relatório: pela aprovação.

Aqueles que o aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Da mesma forma, junto, aprova-se o da Senadora Eliziane e o do Senador Tasso Jereissati, que tratam mais ou menos do mesmo assunto.

EXTRAPAUTA

ITEM 8

REQUERIMENTO Nº 7, de 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58 da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o Senhor PAULO GUEDES, Ministro de Estado da Economia, para que apresente as diretrizes e os programas prioritários de sua pasta.

Autoria: Senadora Eliziane Gama

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT. *Fora do microfone*.) – Com a subscrição de todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É uma subscrição.

Aqui há um requerimento da Senadora Daniella, que pede: "Requeiro, nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Educação, Cultura e Esporte e a Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação, com o objetivo de instruir o PLC 142, de 2018, que institui a Política de Inovação Educação Conectada e altera a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000."

EXTRAPAUTA

ITEM 6

REQUERIMENTO Nº 3, de 2019

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer a realização de audiência, em conjunto com a Comissão de Educação, Cultura e Esporte - CE e a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação e Informática - CCT, com o objetivo de instruir o PLC 142/2018, que institui a Política de Inovação Educação Conectada e altera a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000.

Autoria: Senadora Daniella Ribeiro

Aqueles que o aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

E agora vamos apreciar o requerimento do Senador Rogério Carvalho, subscrito pelo Senador Jean Paul: "Requeiro, nos termos da Constituição Federal e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de debater a reforma bancária, abrangendo a necessidade de desconcentração, competição e inovação no sistema financeiro. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: Banco Central; Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor; Prof. Guilherme Santos Melo, da Unicamp; Sr. Paulo Nogueira Batista Júnior, Diretor-Executivo do FMI pelo Brasil."

EXTRAPAUTA

ITEM 7

REQUERIMENTO Nº 4, de 2019

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de debater a Reforma Bancária abrangendo a necessidade de desconcentração, competição e inovação no sistema financeiro.

Autoria: Senador Rogério Carvalho

Aqueles que o aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a nossa reunião, convocando os Srs. Senadores para a semana que vem, dia 26, às 10 horas, aqui.

Bom dia a todos!

(*Iniciada às 10 horas e 10 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 53 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 3ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE FEVEREIRO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e quatro minutos do dia vinte e seis de fevereiro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob as Presidências dos Senadores Omar Aziz, Plínio Valério e Marcelo Castro, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Mecias de Jesus, Fernando Bezerra Coelho, Confúcio Moura, Luiz do Carmo, Ciro Nogueira, Daniella Ribeiro, Tasso Jereissati, Styvenson Valentim, Flávio Bolsonaro, Lasier Martins, Oriovisto Guimarães, Major Olimpio, Jorge Kajuru, Veneziano Vital do Rêgo, Kátia Abreu, Randolfe Rodrigues, Alessandro Vieira, Leila Barros, Eliziane Gama, Jean Paul Prates, Rogério Carvalho, Paulo Paim, Otto Alencar, Angelo Coronel, Rodrigo Pacheco, Marcos Rogério, Wellington Fagundes, Zequinha Marinho, Jorginho Mello, Fabiano Contarato, Luis Carlos Heinze, Eduardo Gomes, Eduardo Girão, Marcos do Val e Paulo Rocha. Deixam de comparecer os Senadores José Serra, Rose de Freitas, Fernando Collor e Irajá. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência declara aberta a reunião e propõe a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 2ª Reunião, que é aprovada. A presidência então comunica que submeteu à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ a consulta nº 1/2017, de iniciativa desta comissão, acerca da constitucionalidade das proposições de iniciativa legislativa que tenham como objeto a criação ou instituição de fundos. Informa que a CCJ decidiu pela inconstitucionalidade, por vício de iniciativa, de quaisquer projetos de lei de autoria parlamentar que instituam fundos cujos recursos sejam geridos e empregados pelos órgãos dos poderes Executivo ou Judiciário, pelo Tribunal de Contas da União, pelo Ministério Público da União ou pela Defensoria Pública da União. A iniciativa legislativa para instituição de fundos orçamentários no âmbito da Câmara dos Deputados e do Senado Federal cabe aos membros ou comissões das respectivas das casas. Não há reserva de iniciativa às propostas de emendas constitucionais que instituam fundos orçamentários, podendo ser apresentadas pelos legitimados, previstos no art. 60, caput, da Constituição Federal, proposições que criem fundos no âmbito de qualquer dos poderes. Sendo assim, informa ainda, as matérias que tinham a tramitação suspensa até a referida manifestação voltam a tramitar neste momento, aguardam a designação de relatores, que terão tal entendimento da CCJ como escopo para a elaboração do relatório. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Mensagem (SF) nº 4, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US$ 73,300,000.00 (setenta e três milhões e trezentos mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Município de Fortaleza, no Estado da Ceará, e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Programa Fortaleza Cidade Sustentável"." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Plínio Valério. **Relatório:** Favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. **Resultado:** A comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto, nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado. Aprovada, também, a apresentação de requerimento de urgência para a matéria, apresentado pelo senador Tasso Jereissati (item 3). **ITEM 2 - Mensagem (SF) n° 8, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US$ 50.000.000.00 (cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Estado da Paraíba e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD (Banco Mundial), cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Programa Paraíba Rural Sustentável"." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Confúcio Moura (*Ad hoc*), substituiu Senador Rogério Carvalho. **Relatório:** Favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado, apresentado pelo senador Confúcio Moura. Fizeram uso da palavra os senadores Oriovisto Guimarães, Alvaro Dias, Veneziano Vital do Rego, Daniella Ribeiro e Tasso Jereissati. Após a leitura do relatório pelo senador Confúcio Moura, fez uso da palavra o senador Veneziano Vital do Rego. **Resultado:** A comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto, nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado. Aprovada, também, a apresentação de requerimento de urgência para a matéria, apresentado pelo senador Veneziano Vital do Rego (item 4). **ITEM EXTRAPAUTA 3 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 11, de 2019** que: "Nos termos regimentais, requeremos urgência para a Mensagem do Senado Federal nº 4 de 2019, que "Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US$ 73,300,000.00 (setenta e três milhões e trezentos mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Município de Fortaleza, no Estado da Ceará, e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Programa Fortaleza Cidade Sustentável"."." **Autoria:** . **Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº 11/2019 – CAE. **ITEM EXTRAPAUTA 4 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 12, de 2019** que: "Nos termos regimentais, requeremos urgência para a Mensagem do Senado Federal nº 8 de 2019, que "Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US$ 50.000.000.00 (cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Estado da Paraíba e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD (Banco Mundial), cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Programa Paraíba Rural Sustentável"."" **Autoria:** . **Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº 12/2019 – CAE. **2ª Parte - Indicação de autoridades**. **ITEM 1 - Mensagem (SF) n° 2, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 84, inciso XIV, combinado com o art. 52, inciso III, alínea d, da Constituição Federal, o nome do Senhor ROBERTO DE OLIVEIRA CAMPOS NETO, para exercer o cargo de Presidente do Banco Central do Brasil." **Autoria:** Presidência da República.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Eduardo Braga. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Após a realização da sabatina, a comissão aprova o nome do senhor Roberto de Oliveira Campos Neto, para exercer o cargo de presidente do Banco Central do Brasil, por 26 votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **ITEM 2 - Mensagem (SF) n° 5, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do o art. 84, inciso XIV, combinado com o art. 52, inciso III, alínea "d", da Constituição, o nome do Senhor BRUNO SERRA FERNANDES, para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Rodrigo Pacheco. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Após a realização da sabatina, a comissão aprova o nome do senhor Bruno Serra Fernandes, para exercer o cargo de diretor do Banco Central do Brasil, por 26 votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **ITEM 3 - Mensagem (SF) n° 7, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do o art. 84, inciso XIV, combinado com o art. 52, inciso III, alínea "d", da Constituição, o nome do Senhor JOÃO MANOEL PINHO DE MELLO, para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Wellington Fagundes. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Após a realização da sabatina, a comissão aprova o nome do senhor João Manoel Pinho de Mello, para exercer o cargo de diretor do Banco Central do Brasil, por 26 votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **ITEM 4 - Mensagem (SF) n° 6, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 6º da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, com redação dada pelo art. 1º, da Lei 10.411, de 26 de fevereiro de 2002, o nome da Senhora FLÁVIA MARTINS SANT´ANNA PERLINGEIRO para exercer o cargo de Diretora da Comissão de Valores Mobiliários – CVM." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Tasso Jereissati. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Após a realização da sabatina, a comissão aprova o nome da senhora Flávia Martins Sant'Anna Perlingeiro, para exercer o cargo de diretora da Comissão de Valores Mobiliarios, por 26 votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Durante a sabatina fazem uso da palavra os (as) Senadores (as) Eduardo Braga, Rodrigo Pacheco, Wellington Fagundes, Tasso Jereissati, Álvaro Dias, Luiz do Carmo, Styvenson Valentim, Ângelo Coronel, Otto Alencar, Jorge Kajuru, Plínio Valério, Rogério Carvalho, Major Olímpio, Mecias de Jesus, Fernando Bezerra Coelho, Flávio Bolsonaro, Kátia Abreu, Marcos Rogério, Jean Paul Prates e Marcelo Castro. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e dezenove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Omar Aziz

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/02/26

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Bom dia!

Declaro aberta a 3ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 2ª Reunião.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Na Legislatura passada, havia alguns projetos de criação de fundos se iniciando por esta Comissão. Foi feita uma consulta à Comissão de Constituição e Justiça acerca da constitucionalidade da iniciativa legislativa que tenha como objeto a criação ou a instituição de fundos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania decidiu pela inconstitucionalidade por vício de iniciativa de quaisquer projetos de lei de autoria parlamentar que instituam fundos cujos recursos sejam geridos e empregados pelos órgãos dos Poderes Executivo ou Judiciário, pelo Tribunal de Contas da União, pelo Ministério Público da União ou pela Defensoria Pública da União. A iniciativa legislativa para a instituição de fundos orçamentários no âmbito da Câmara dos Deputados e do Senado Federal cabe aos membros ou comissões das respectivas Casas. Não há reserva de iniciativa às propostas de emendas constitucionais que instituam fundos orçamentários, podendo ser apresentadas, pelos legitimados previstos no art. 60, *caput*, da Constituição Federal, proposições que criem fundos no âmbito de qualquer dos Poderes.

Sendo assim, as matérias que tinham a tramitação suspensa até a referida manifestação – ao todo, são seis projetos criando fundos aqui nesta Comissão – voltam a tramitar e, neste momento, aguardam a designação de relatores, que terão tal entendimento da CCJ como escopo para a elaboração do projeto.

Mensagem nº 4, de 2019.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 4, de 2019

- Não terminativo -

Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US$73,300,000.00 (setenta e três milhões e trezentos mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Município de Fortaleza, no Estado do Ceará, e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Programa Fortaleza Cidade Sustentável".

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Plínio Valério

Relatório: favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta.

Vou passar a palavra ao Relator, para que ele faça a leitura do seu relatório.

Eu queria aqui dizer às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores que, caso nós não aprovemos esses dois empréstimos, tanto o da cidade de Fortaleza como o da Paraíba, e não os votemos em plenário hoje, eles perderão esses empréstimos porque se expira no dia 20 de março a validade. E, quanto à

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tramitação, quem já procurou empréstimo sabe que não basta sair desta Comissão para ser resolvida no dia seguinte, no Governo, a assinatura final desse empréstimo.

Então, como se trata de duas localidades do Nordeste – o Estado da Paraíba e a cidade de Fortaleza –, eu pedi ao Senador Plínio e ao Senador... O Senador Confúcio vai relatar isso, porque parece que o Relator do caso da Paraíba não chegou a tempo.

Então, Senador Plínio, vamos votar, primeiro, o empréstimo da cidade de Fortaleza e depois vemos o da Paraíba. O.k.?

O Senador Plínio está com a palavra.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM. Para leitura de relatório.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu vou me permitir não ler o relatório de "a" a "z", posto que está publicado, todo mundo tem conhecimento, e hoje o dia aqui é muito cheio. Vou resumir naquilo que eu considero de mais importante.

Trata-se de parecer da Comissão de Assuntos Econômicos sobre a Mensagem nº 4, de 2019, do Presidente da República, que solicita autorização do Senado Federal para que seja contratada operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$73.300.000,00 (setenta e três milhões e trezentos mil dólares dos Estados Unidos da América), entre o Município de Fortaleza, no Estado do Ceará, e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do “Programa Fortaleza Cidade Sustentável”.

Eis o relatório, Presidente.

A Mensagem nº 4, de 2019, do Presidente da República, contém pleito para que seja autorizada operação de crédito externo, com garantia da União, do Município de Fortaleza, no Estado do Ceará, junto ao Bird.

O objetivo geral do Programa é promover a integração entre os ambientes natural e construído no Município de Fortaleza, de modo a impactar positivamente na saúde ambiental e na segurança da população. Para tanto, é prevista a execução de despesas ao longo de seis anos em dois componentes, “Recuperação do Ambiente Social, Urbano e Ambiental” e “Governança, Planejamento e Gestão Urbana e Ambiental”.

O primeiro componente se divide em três subcomponentes: “Águas da Cidade”, determinado à melhoria das condições sanitárias e da balneabilidade das praias de Fortaleza; “Rede de Sistema Naturais”, destinado à oferta de áreas de lazer para as áreas mais pobres no Município; e “Reciclando Atitudes”, ligado à ampliação da coleta seletiva de lixo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O programa em questão foi considerado como passível de obtenção de financiamento externo pela Comissão de Financiamentos Externos (Cofiex), na forma da Recomendação nº 03/0112, de 15 de dezembro de 2015, homologada pelo então Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão em 11 de fevereiro de 2016. A operação foi ainda credenciada no Banco Central do Brasil sob o Registro de Operações Financeiras em 6 de junho de 2017.

Análise.

O art. 52, inciso V, da Constituição Federal confere ao Senado Federal a competência para autorizar operações externas de natureza financeira de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Cabe também a esta Casa dispor sobre limites globais e condições para as operações de crédito externo dos entes da Federação, inclusive suas autarquias e entidades controladas, e para a concessão de garantia da União para as referidas operações.

Essas normas constam das Resoluções nºs 40 e 43, de 2001, e nº 48, de 2007, todas do Senado Federal.

Nesse sentido, a Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda presta as devidas informações sobre as finanças da União, na condição de garantidora da operação, bem como analisa as informações referentes ao mutuário.

A Copem declara que o Município de Fortaleza atende a regra de ouro das finanças públicas nos exercícios financeiros de 2017 e 2018.

Em relação a esse último aspecto, convém observar que a STN estipulou prazo de validade da verificação dos limites do art. 7º da RSF nº 43, de 2001, de 270 dias.

E aqui a única coisa a salientar, senhores e senhoras, é que, embora as decisões pretéritas da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) em questões de ordem não constituam automaticamente jurisprudência, é razoável seguir o encaminhamento proposto pela então Presidente desta Comissão, ex-Senadora Gleisi Hoffmann, durante a 9ª Reunião da CAE, em 12 de abril de 2016, quando da exposição das razões de indeferimento da questão de ordem formulada, em 5 de abril de 2016, pelo então Senador Ricardo Ferraço, relativo à conduta do Senado Federal diante de pareceres com análise vencida dos limites de endividamento.

À época, a Presidência da CAE declarou que, se, durante o exame de determinado pleito, a análise da STN estivesse vencida, o Senado Federal poderia discutir e votar a matéria normalmente, pois as resoluções do Senado Federal acerca de operações de crédito têm caráter tão somente autorizativo, não impondo ao mutuário a obrigação de contratar. Neste ponto pairava, até então, Sr. Presidente, na Legislatura passada, alguma dúvida que já não há mais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em prosseguimento à análise, ainda de acordo com a Copem, existe declaração do Chefe do Poder Executivo do Município de Fortaleza, no Sistema de Análise de Dívida Pública, Operações de Crédito e Garantias da União, Estados e Municípios, comprovando que o programa está incluído no Plano Plurianual para o quadriênio 2018-2021.

Em relação à adimplência, a Copem afirma que o Município de Fortaleza está adimplente com os financiamentos e refinanciamentos concedidos pela União ou garantias por ela honradas, além de entender que a verificação da adimplência do ente relativamente ao pagamento de precatórios deverá ocorrer no momento da assinatura do contrato de garantia.

A Copem revela ainda que a União apresenta margem para a concessão da garantia pleiteada.

Ademais, a Copei cita o memorando emitido pela Coordenação-Geral de Operações da Dívida Pública atestando e confirmando tudo o que a lei exige. Esse documento demonstra que o custo efetivo da operação, flutuante conforme a variação da taxa de seis meses para o dólar dos Estados Unidos da América, mais a margem variável definida pelo banco, está situado em 4,1% ao ano para uma duração de 14,07 anos.

Em resposta à garantia a ser concedida pela União, o Município de Fortaleza oferecerá contragarantias sob a forma de vinculação da parcela municipal da arrecadação com impostos federais, conforme previsto nos arts. 158 e 159 da Constituição Federal.

A seu tempo, por meio da Nota Técnica SEI nº 21, de 5 de março de 2018, a Coordenação-Geral das Relações e Análise Financeira dos Estados e Municípios expõe que a classificação final da capacidade de pagamento do Município de Fortaleza é "A", de modo que a operação de crédito pleiteada atendeu a um dos requisitos para a sua elegibilidade à concessão de garantia da União.

Por sua vez, a Coordenação-Geral de Operações Financeiras Externas da União (COF) da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), por intermédio do Parecer SEI nº 45, de 18 de maio de 2018, frisa que as minutas contratuais não contêm disposição de natureza política, atentatória à soberania nacional e à ordem pública, contrária à Constituição e às leis do País.

Enfim, tentando resumir, tanto a STN como a PGFN não apresentam óbices para a autorização do presente pleito, que se encontra de acordo com o que preceitua a legislação vigente.

Voto.

Ante o exposto, apresentamos voto favorável à autorização pleiteada na Mensagem nº 4, de 2019, nos termos do seguinte projeto de resolução, Sr. Presidente – não vou ler os artigos, só a ementa:

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº , DE 2019

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoriza o Município de Fortaleza, situado no Estado do Ceará, a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), no valor de até US$73.300.000,00 (setenta e três milhões e trezentos mil dólares dos Estados Unidos da América).

Aí vêm os artigos e parágrafos que legalizam e tornam possível que Fortaleza possa fazer esse empréstimo.

Diante do exposto, lido o relatório, peço a compreensão dos membros da CAE.

Foi o máximo que eu pude fazer, Presidente, resumindo, para não tomar tanto tempo assim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador Plínio.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queria discutir a matéria, encerro a discussão.

Em votação o relatório do Senador Plínio Valério.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

O Senador Tasso Jereissati tinha pedido a palavra.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – Senador Omar Aziz, ao pedir que seja requerida urgência na tramitação desse projeto, pelos motivos que V. Exa. já nomeou, eu queria agradecer também, em nome da cidade de Fortaleza, a presteza com que V. Exa. encaminhou esse projeto, sabedor das dificuldades e dos prazos que nós estávamos enfrentando. Fortaleza agradece a sua presteza e a sua eficiência em colocar esse projeto em votação.

Ao mesmo tempo, quero agradecer o relatório do Senador Plínio Valério, que, com a mesma presteza e eficiência, fez esse relatório, dando à cidade de Fortaleza esses recursos tão necessários para a sua população.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vou colocar em discussão o requerimento feito pelo Senador Tasso, para que seja votado em urgência ainda hoje, em Plenário.

EXTRAPAUTA

ITEM 3

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO Nº 11, de 2019

- Não terminativo -

Nos termos regimentais, requeremos urgência para a Mensagem do Senado Federal nº 4 de 2019, que "propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US$73,300,000.00 (setenta e três milhões e trezentos mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Município de Fortaleza, no Estado da Ceará, e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do 'Programa Fortaleza Cidade Sustentável'".

Autoria: Senador Tasso Jereissati

Em votação. (*Pausa.*)

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento de urgência do Senador Tasso Jereissati.

Que a cidade de Fortaleza possa fazer bom uso desses recursos! Nós sabemos das dificuldades em que as cidades e os Estados se encontram. Esses recursos que são captados do Banco Interamericano são recursos subsidiados, são recursos com os juros baixos, quer dizer, é possível se fazer um bom trabalho, e vários Estados já fizeram isso.

Vamos ao segundo empréstimo. O Relator seria o Senador Rogério Carvalho, mas o nosso querido amigo do Estado de Rondônia, Senador e ex-Governador Confúcio Moura será o Relator *ad hoc* e fará a leitura do relatório.

Terá a palavra o Senador Confúcio para fazer a leitura do relatório do empréstimo.

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 8, de 2019

- Não terminativo -

Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US$50.000.000.00 (cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estado da Paraíba e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD (Banco Mundial), cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Programa Paraíba Rural Sustentável".

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Confúcio Moura

Relatório: não apresentado.

O Senador Rogério Carvalho foi o Relator, mas o Senador Confúcio Moura...

Pois não, Senador.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, antes da leitura do relatório, eu gostaria de chamar a atenção, talvez, se o Sr. Presidente concordasse, para que nós suspendêssemos a análise desse pedido, uma vez que ele chega até nós por força de decisão judicial ainda em forma de liminar, e não por força de uma decisão definitiva, podendo ser alterado no próprio Supremo.

O Estado da Paraíba buscou essa decisão judicial para superar um óbice que, a meu ver, é muito sério, uma vez que o Estado não vem cumprindo a Lei de Responsabilidade Fiscal e, no que diz respeito ao Poder Executivo, está com 51% de gastos. Ainda hoje, o jornal *Valor Econômico* traz uma reportagem que diz que, de acordo com o Tesouro, a Paraíba já estourou o teto em quadrimestres anteriores e tem só mais quatro meses para se ajustar e não receber sanções.

Eu quero lembrar que esta mesma CAE, por autoria até do Senador Tasso Jereissati, em casos anteriores em que o processo chegou até nós por decisão provisória judicial, suspendeu esses processos e tentou modificar o próprio Regimento, para que esses processos não fossem apreciados. Infelizmente, isso foi para a Comissão de Constituição e Justiça, ainda não foi alterado. Então, o fato se repete. Mas me parece grave quando um Estado não cumpre a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Eu quero dizer que, se fosse o Estado do Paraná, se fosse o meu Estado, a minha posição seria a mesma. Não tenho nada contra o Estado da Paraíba. Eu adoraria poder aprovar, como adorei poder votar a favor de um empréstimo para Fortaleza. Sei que esses empréstimos são importantes, sei que esses empréstimos ajudam o povo daquele Estado, sei o quanto de trabalho tiveram para chegar até aqui, mas devo levantar essa questão porque nós precisamos ter uma norma. Haverá outros processos de outros Estados em situações idênticas. Se, de repente, o Senado aprova uma Lei de Responsabilidade Fiscal que não é cumprida e se nós, por decisão provisória da Justiça, resolvemos ignorar a lei, que não é cumprida, como ficam as coisas?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, isso me preocupa muito. Eu pediria a análise e o pensamento dos meus pares, porque nós não estamos votando apenas o caso da Paraíba, nós estamos estabelecendo uma norma que deveremos seguir em outros casos idênticos.

Era o que eu tinha a observar, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É só um minutinho.

Senador Oriovisto, existe uma liminar. Eu, como Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, na minha vida toda, sempre cumpri decisão judicial.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Perfeito!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A decisão judicial é discutida no âmbito da Justiça. Eu posso até discordar dela, mas eu a cumpro. Já as cumpri como Governador, como Vice-Prefeito, como Secretário de Segurança, como Secretário de Obras, cargos que exerci na minha vida toda. Mas decisão judicial é decisão judicial. Se a gente não concordar com ela, a gente recorre da decisão judicial. Esse é o primeiro ponto.

Segundo ponto: o Senador Tasso realmente tem uma resolução que ainda está na Comissão de Constituição e Justiça. Mas, no ano passado, como membro desta Comissão, aprovamos dois projetos com liminares, dois empréstimos com liminares. Por isso, sei da sua preocupação, que não diverge da minha preocupação em colocarmos recursos em Estados que, amanhã ou depois, não terão capacidade para fazer o pagamento ou prejudicarão outros serviços do Estado. Mas eu não estou aqui para discutir decisão judicial; estou aqui para cumpri-la. Por isso, infelizmente, não vou poder atender a sua questão de ordem, mas podemos nós, como Senadores, pedir à Comissão de Constituição e Justiça que a resolução apresentada pelo Senador Tasso Jereissati seja aprovada aqui, para que, quando houver uma decisão judicial cujo mérito não tenha sido discutido nem decidido, nós nem possamos iniciar a discussão em relação a isso.

Quando isso é encaminhado para cá, a CGU analisa, todos do Governo Federal analisam. Não chega essa decisão aqui diretamente do Governo da Paraíba ou de qualquer Governo. Isso passa pelos trâmites do Governo Federal, até porque quem é o avalista final do empréstimo é o Governo Federal, não é só o Estado da Paraíba. Então, existe todo um processo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu sei da sua preocupação, que é a preocupação de todos os pares. Até os Senadores da Paraíba estão preocupados com essa questão. Qual é o interesse deles em colocar o Estado numa situação de endividamento em que o Estado não possa pagar?

Mas não posso atender ao seu questionamento – e peço desculpas a V. Exa. – por essa questão, por princípios. Eu discordo de muitas decisões que a Justiça toma, mas cumpro as decisões judiciais. Se há uma decisão aqui, uma liminar, eu a cumprirei.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB) – Sr. Presidente...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Com a palavra o Senador Alvaro Dias.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ah, sim, desculpa!

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu gostaria de acatar a decisão de V. Exa., mas sem prejuízo de registrar a relevância da intervenção do Senador Oriovisto. Não é a primeira vez em que se discute esse tema aqui no Senado Federal.

O cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal tem sido empurrado para as calendas. O Conselho de Gestão Fiscal, instituído na Lei de Responsabilidade Fiscal, não foi até hoje constituído. Nós convalidamos aqui iniciativas do Executivo em relação a endividamento dos entes federativos sem a análise técnica de profundidade que se exige especialmente no respeito à legislação vigente, sobretudo à Lei de Responsabilidade Fiscal. Com isso, nós nos tornamos cúmplices desse endividamento irresponsável do País. As operações compromissadas que são hoje utilizadas para a rolagem da dívida pública chegam a R$1,1 trilhão, o que é correspondente a 16% do Produto Interno Bruto, quando, em 2006, correspondiam apenas a 2,3%.

Portanto, esse endividamento está levando o País à bancarrota. Nós estamos quebrando o País e abastecendo, por consequência, o caixa das instituições financeiras privadas, que se valem da rolagem dos títulos públicos para aumentar lucros estratosféricos.

Mas é fundamental dizer que de nada adianta fazer uma reforma da previdência como milagre próximo. A reforma da previdência hoje é cantada em prosa e verso como o próximo milagre, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

salvação da lavoura, a solução de todos os problemas do País. De nada adianta uma reforma da previdência se nós não cuidarmos do endividamento. O País se endivida de forma assombrosa. Não há nada no cenário internacional que possa ser comparado ao que ocorre no Brasil, sobretudo o impacto da dívida pública na economia nacional, o custo dessa dívida. Fala-se de uma reforma da previdência que vai economizar R$1 trilhão em dez anos, mas só o pagamento de juros da dívida pública consumirá, em dois anos e meio, essa economia de mais de R$1 trilhão com a reforma da previdência, que sacrificará, inclusive, direitos adquiridos.

Portanto, Sr. Presidente, é relevante a questão de ordem do Senador Oriovisto. Nós nos quedamos à decisão porque já há jurisprudência firmada nesta Comissão, há precedentes estabelecidos, mas nós precisamos mudar isso, nós precisamos mudar essa jurisprudência, nós precisamos acabar com esses precedentes e temos que iniciar um novo tempo aqui também no Senado Federal para mudar este País para melhor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Com a palavra o Senador Veneziano e, depois, a Senadora Daniella.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB) – Eu gostaria de fazer...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho!

Senador Alvaro, eu acho que é unânime a gente concordar com o Senador Oriovisto, que falou há pouco. Só que eu estou cumprindo a lei. Vou cumprir a lei aqui, independentemente da questão política.

Mas eu acho que nós temos um modo para acabar com isso, é só votar o projeto do Senador Tasso Jereissati na CCJ. Aprovaremos e acabaremos com esse problema.

Com a palavra o Senador...

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB) – Sr. Presidente, eu me comprometo com V. Exa. e com todos os demais companheiros, até porque temos uma agenda longa a cumprir no dia de hoje, a não fazer discursos e fugir do tema central. Eu não haveria de impingir aos demais companheiros esse tipo de atitude.

E digo mais a V. Exa., primeiro registrando a sensibilidade que V. Exa. teve desde a semana passada, quando nos recebeu, quando recebeu o chefe do Executivo estadual, quando atendeu também a uma sugestão para se acostar a esta sessão extraordinária, ao lado do pleito autorizativo para a cidade capital do Ceará, Fortaleza. Eu quero primeiro agradecer a V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E digo mais: quanto às preocupações que foram expostas, Sr. Presidente, eu não me coloco como integrante dessa unanimidade. Bastaria que nós pudéssemos ter tido o cuidado para ouvir o denso relatório que foi feito pelo Senador Rogério Carvalho, que vai ser lido pelo Senador Confúcio Moura, para não se colocar absolutamente dúvida alguma, mínima que fosse, em relação à capacidade que o Estado da Paraíba tem de poder contrair.

Pergunto a V. Exa., que já respondeu indeferindo a questão de ordem – e eu gostaria muito de crer que a inquietude só se reserve às questões técnicas: quem mais poderia fazê-lo senão aquele que está se apresentando como garantidor, Presidente? Quem mais poderia fazê-lo senão a STN? Eu já fui chefe de Executivo e sei muito bem quão duros e quão exigentes e criteriosos são os integrantes da Secretaria do Tesouro Nacional.

Então, a V. Exa. faço o pedido para que nós possamos ler o relatório. E há demonstração no relatório, repito, denso e incontroverso, da capacidade de um Estado que, durante oito anos, cumpriu rigorosamente os seus deveres, está com a nota "B", colocou-se como o primeiro Estado do Nordeste com melhor competitividade e o décimo entre todas as unidades da Federação. Seria, de fato, uma agressão ao Estado da Paraíba e aos paraibanos desconhecer esse direito. Há dois anos, nós temos lutado e, quando se chega à constatação... E o próprio Governo Federal – reservo-me aqui a fazer justiça –, identificando isso por força do amplo estudo técnico da PGR e também da Secretaria do Tesouro Nacional, levou o encaminhamento ao Senado Federal.

Portanto, primeiro, o meu reconhecimento à sua sensibilidade. E o pedido que faço é à compreensão e igual sensibilidade dos demais companheiros, para que nós votemos esse justo pleito do Estado da Paraíba e dos paraibanos.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Com a palavra a Senadora Daniella, por favor.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB. Pela ordem.) – Sr. Presidente, colegas Senadores e Senadoras, eu me sinto, como paraibana, ainda mais tranquila, porque, além disso, sou oposição ao Governador do Estado. É importante que eu faça esta fala, até porque tive os cuidados que são necessários, não só por questões da Paraíba, mas do País como um todo. E, assim como os colegas, aqui agradeço. Tenho a certeza de que, como V. Exa. colocou muito bem, para chegar até aqui, a matéria teve que passar por todos os trâmites e estar de acordo com aquilo que a lei defende, prescreve ou escreve.

É importante dizer que, já no relatório, como bem colocou o meu colega Senador Veneziano, o Estado já apresenta classificação final de capacidade de pagamento "B". Então, ele atende às normas que são prescritas e que são necessárias para que a gente possa aprovar. No mais, há o meu compromisso e o compromisso de cada um de nós de fiscalização daquilo que vai ser feito, realizado,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que se propõe através da justificativa para o pedido desse empréstimo, que tem que ter a autorização do Senado Federal.

Fiz questão de fazer esta fala, mesmo como oposição, mas em defesa do povo do meu Estado, vendo que o Estado da Paraíba tem condições, sim, de pagamento e de endividamento de fato por tudo aquilo que foi posto – e o próprio relatório vai mostrar isso a cada um de nós. Eu não poderia deixar de fazer este registro, defendendo isso, assim como defenderia qualquer outro Estado nas mesmas condições.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Com a palavra o Senador Confúcio para fazer a leitura do relatório do empréstimo.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE. *Fora do microfone*.) – Sr. Presidente, por favor...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador Tasso.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE. Pela ordem.) – Já que foi citada uma decisão nossa, de quando nós estávamos da Presidência da CAE, eu queria esclarecer o seguinte: foi uma decisão tomada por este Plenário, da qual V. Exa. participou, de que, aberto o precedente, nós iríamos, ora em diante, apenas colocar em votação aqueles projetos que fossem aprovados sem liminar ou até que o mérito fosse julgado.

O grande problema, Senador Omar Aziz, é que nós estamos indo... Eu esclareço logo aqui, porque estou vendo o Senador Veneziano olhando com uma cara feia para mim, que eu não vou votar contra em função de todas as coisas colocadas.

Acho que é a primeira votação que tem esse caso na sua gestão, mas nós estávamos com um processo de judicialização em que as liminares estavam proliferando – e elas estão proliferando –, não valendo mais os conceitos técnicos da Secretaria do Tesouro Nacional.

Então, como precaução, entendendo a posição de V. Exa., eu gostaria de ressalvar que a colocação feita pelo Senador Oriovisto foi bastante oportuna e relevante, para que, doravante, de agora em diante, nós tenhamos uma regra em relação a esses empréstimos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Tem a palavra o Senador Confúcio.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Para leitura de relatório.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, o Exmo. Senador Rogério Carvalho, Relator

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desse procedimento, por impedimento pessoal, com outros compromissos já assumidos, pediu-me que eu aqui fizesse a leitura e a defesa do seu relatório.

Como esse relatório tem 14 páginas e como todos tiveram acesso a ele anteriormente – prova disso é que o Senador Oriovisto fez suas observações, estudando o relatório previamente –, para não me delongar muito, eu vou fazer uma leitura resumida.

O projeto autoriza a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US$50 milhões, entre o Estado da Paraíba e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do Projeto Paraíba Rural Sustentável, que tem como finalidade beneficiar comunidades rurais com investimentos em abastecimento de água entre outras áreas.

E, assim, no transcurso do relatório, o Senador Rogério explica: fundamentada nos parâmetros que ela utiliza para avaliar o risco de a União conceder a garantia solicitada, a STN entendeu que o Estado da Paraíba apresenta suficiência de contragarantias oferecidas e capacidade de pagamento para fazer frente a esse acréscimo de endividamento.

Assim, embasada em estudo sobre o comprometimento das transferências federais e das receitas próprias do Estado, afirma que há disponibilidades financeiras para a cobertura das obrigações advindas do empréstimo, pois as margens disponíveis apuradas são suficientes para cobrir eventual dívida que venha a ser honrada pela União, conforme consignado no Memorando SEI nº 80, de 27 de novembro de 2018.

As leis estaduais também foram aprovadas, por fim, em 2018.

Salto para o voto.

Voto.

Em conclusão, a operação de crédito em exame atende as exigências previstas nos arts. 6º, 7º e 21 da Resolução nº 43, de 2001, observando, assim, os limites de endividamento nela estabelecidos, assim como o previsto na Resolução nº 40, de 2001, também do Senado Federal.

Ele expõe o seu projeto de resolução esboçado na forma regimental e conclui pela aprovação do empréstimo.

É esse o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em discussão. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra o Senador Veneziano.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB. Para discutir.) – Sr. Presidente, só quero fazer dois registros – e V. Exa. há de compreender, de entender e de me perdoar – daquilo que mais toca a profundidade e a condição de paraibano.

Existem dois parágrafos, além da leitura que se permitiu fazer o nosso ex-Governador, Senador Confúcio Moura, de forma muito sensível, por força da ausência do Senador Rogério Carvalho, que dizem o seguinte, Sr. Presidente, até para que nenhum companheiro ou companheira possa seguir simplesmente porque há um sentimento majoritário, mas ter a plena compreensão de que não se está fazendo um favor ao Estado da Paraíba, mas se está reconhecendo a condição da Paraíba, um Estado com limites territoriais visíveis e constatáveis, com limitações econômicas, mas que, durante esses oito anos, trabalhou para chegar a essa condição. Diz-se o seguinte:

> Mais ainda, de acordo com a Coordenação-Geral das Relações e Análise Financeira dos Estados e Municípios – Corem, da STN, em sua Nota Técnica SEI nº 119, de 30 de outubro de 2018, os resultados financeiros obtidos no estudo demonstram que o Estado apresenta classificação final da capacidade de pagamento "B". Ficam atendidos, assim, os requisitos que tornam a operação pretendida elegível para recebimento de garantia da União, nos termos definidos na Portaria do Ministério da Fazenda nº 501, de 2017 [Sr. Presidente]. Note que, como enfatizado no relatório, a operação de crédito pleiteada apresenta custo efetivo favorável [Senador Eduardo Braga].
> Por fim, quanto às exigências de adimplência, fica destacado no processado que o Estado da Paraíba não possui pendências com a União relativamente aos financiamentos e refinanciamentos dela recebidos. Quanto à verificação de sua adimplência financeira [Senador Kajuru] em relação à Administração Pública Federal e suas entidades controladas, inclusive sobre a prestação de contas dos recursos dela recebidos, nos termos da Resolução nº 41, de 2009, do Senado Federal, deverá ela ser verificada por ocasião da assinatura do contrato de garantia.

Então, Sr. Presidente, eu peço, renovando e reiterando o agradecimento a V. Exa. e a sua sensibilidade, para que nós todos acostemos em torno de um propósito que é plenamente defensável: o de a Paraíba contrair, como garantista havendo o Governo Federal, esses valores de US$50 milhões, que servirão para a continuidade de um projeto importantíssimo, principalmente para o Semiárido do nosso Estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em votação o relatório do Senador Rogério Carvalho, relatado *ad hoc* pelo Senador e ex-Governador Confúcio Moura.

As Senadoras e os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB) – Sr. Presidente, se V. Exa. me permitir, valendo-me do pedido que também foi feito pelo Senador Tasso Jereissati no tocante à autorização deste Colegiado para o empréstimo ao Município de Fortaleza, capital do Estado do Ceará, eu pediria a V. Exa. para, em regime de urgência, transferir ao Plenário a decisão final sobre esse nosso pleito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vou colocar em votação o requerimento de urgência proposto pelo Senador.

EXTRAPAUTA

ITEM 4

REQUERIMENTO Nº 12, de 2019

- Não terminativo -

Nos termos regimentais, requeremos urgência para a Mensagem do Senado Federal nº 8 de 2019, que "Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US$ 50.000.000.00 (cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Estado da Paraíba e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD (Banco Mundial), cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Programa Paraíba Rural Sustentável"."

Autoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo

Em votação.

As Senadoras e os Senadores que concordam com o requerimento do Senador Veneziano permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovada a apresentação de requerimento de urgência para a matéria, que será encaminhada ao Plenário ainda hoje para ser votada.

Pedindo desculpa ao Senador Oriovasto...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – Oriovisto.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Oriovisto – desculpa! –, concordo com a sua tese em gênero, número e grau. Nós temos que fazer uma mudança nisso, mas eu não vou discordar de uma liminar aqui.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – Sr. Presidente, as suas explicações foram convincentes, como também as explicações dos colegas. Não era nada tão específico...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não é nada demais, é verdade. Não é nada demais!

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – Não é nada demais.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não é nada pessoal.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – É uma questão formal, porque eu tenho um grande amor pela Lei de Responsabilidade Fiscal e acho que o Brasil precisa cumprir essa lei, não só o Estado da Paraíba, mas todos os Estados. Eu tenho a intenção, inclusive, de apresentar algumas propostas de lei com base nisso, mas é coisa para o futuro. Não é nada contra a Paraíba, e sei que o dinheiro vai ser bem usado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado.

Agora vamos à sabatina do Presidente do Banco Central, dos dois Diretores e da Diretora da CVM.

Eu quero convidar o Sr. Roberto de Oliveira Campos Neto, o Sr. Bruno Serra Fernandes, o Sr. Manoel Pinho de Mello e a Sra. Flávia Martins Sant'Anna Perlingeiro para que possam tomar assento à mesa. (*Pausa.*)

Srs. Senadores e Sras. Senadoras, nós passaremos a palavra ao Sr. Roberto de Oliveira Campos Neto, para que ele possa fazer uma breve exposição do que ele pretende fazer à frente do Banco Central.

Logo após a breve exposição de todos os membros que estão à mesa, nós passaremos a palavra aos Relatores, para que façam as devidas perguntas a eles.

Depois, nós vamos estabelecer uma regra aqui em que nós ouviremos quatro Senadores.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Os sabatinados responderão aos quatro Senadores, e assim por diante, porque já estão inscritos 21 Senadores.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – A ponderação é a de que fossem ouvidos de cinco em cinco, porque são 21 Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sem problema, podem ser cinco Senadores. As perguntas se repetirão, às vezes, e vamos evitar fazer perguntas repetitivas aqui. Isso é normal numa sabatina como essa.

O Sr. Roberto de Oliveira Campos Neto está com a palavra.

O SR. ROBERTO DE OLIVEIRA CAMPOS NETO (Para exposição de convidado.) – Muito obrigado, Presidente.

Bom dia a todos!

Exmo. Senador Omar Aziz, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos; Exmo. Sr. Senador Plínio Valério, Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos; Exmo. Sr. Eduardo Braga, Relator do processo que trata da indicação de meu nome ao cargo de Presidente do Banco Central do Brasil; Exmas. Sras. Senadoras; Exmos. Srs. Senadores; demais autoridades presentes; representantes da imprensa e aqueles que nos assistem pela TV Senado; senhoras e senhores presentes, muito bom dia!

É com enorme honra e satisfação que compareço a esta Comissão na condição de indicado ao cargo de Presidente do Banco Central do Brasil.

Agradeço ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, pela honra concedida ao indicar meu nome à apreciação desta Casa e pela confiança em mim depositada, por intermédio de S. Exa. o Sr. Ministro da Economia, Paulo Guedes, para desempenhar missão tão relevante.

Esta arguição pública é uma importante amostra da governança do arcabouço institucional de nossa República, que, conforme nossa Constituição Federal, estabelece que os membros da diretoria colegiada do Banco Central sejam indicados pelo Poder Executivo e aprovados pelo Legislativo.

Permitam-me, inicialmente, falar um pouco sobre minha trajetória.

Meus estudos formais em Economia têm sido complementados por uma rica experiência prática. Tenho ampla e diversificada experiência profissional, atuei em diferentes instituições financeiras e fui responsável por tesourarias no Brasil e no exterior, tratando de temas relativos aos setores público e privado, bem como de temas diretamente ligados à atuação do Banco Central.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ao longo dos últimos anos, tenho estudado e me dedicado intensamente ao desenho de como será o sistema financeiro do futuro e o papel da evolução tecnológica nesse cenário. Pretendo levar a minha experiência e a minha perspectiva sobre esse assunto para o Banco Central, caso esta Casa me conceda a honra de servir como Presidente daquela autarquia.

Além disso, por ter atuado em diversos países, pude acompanhar de perto a história recente da modernização das políticas econômicas na América Latina e interagir com seus formuladores.

Também participei da criação de grandes tesourarias internacionais na América Latina com foco em clientes estrangeiros. Graças a essa experiência, acumulei vasto conhecimento do segmento de fluxo de investimento internacional, o que espero utilizar em prol do desenvolvimento do País, por meio da promoção do investimento privado, seja ele de origem nacional ou estrangeira.

Tendo em vista a minha atuação ao longo das últimas décadas, que me permitiu acumular os conhecimentos e experiências necessários para fazer parte do grande desafio que o Brasil precisa enfrentar, estou convicto de que posso contribuir para o desenho de um País melhor no desempenho do cargo de Presidente do Banco Central do Brasil.

Exmas. Sras. Senadoras, Exmos. Srs. Senadores, à frente do Banco Central manterei seu trabalho incansável na busca do cumprimento de sua missão de assegurar a estabilidade do poder de compra da moeda, entendida como cumprimento da meta para a inflação definida pelo Conselho Monetário Nacional, e de assegurar um sistema financeiro sólido e eficiente.

O período recente foi repleto de desafios. Após o período de alta no preço de *commodities* que beneficiou a economia brasileira ao longo dos anos 2000, o País sofreu um grande revés. Políticas econômicas excessivamente intervencionistas levaram ao aumento da inflação e a uma recessão profunda com grave piora nas contas públicas.

O ano de 2015 se encerrou com a inflação em quase 11% e sem perspectivas sólidas de reversão. Neste quadro, o PIB recuou cerca de 7% no acumulado de 2015/2016. Em 2016, iniciou-se um processo de mudanças. A política econômica como um todo e a política monetária em particular mudaram de rumo. O atual Governo vem trabalhando para aprofundar essas mudanças em uma perspectiva de ampliação de espaços para a atividade privada em vários aspectos do nosso cotidiano e, em especial, no âmbito econômico. Como liberal, considero-me perfeitamente alinhado com essa perspectiva. E, como Presidente do Banco Central, caso eu tenha a honra de ser aprovado por esta Casa, buscarei empreender uma atuação de Estado estritamente técnica e ética, como deve ser a postura de uma autoridade monetária.

O trabalho realizado pelo Banco Central desde meados de 2016 foi excelente: conseguiu reduzir a inflação e balizar as expectativas. Esse trabalho só foi possível, a meu ver, com o reforço da credibilidade institucional, que se encontrava abalada pelos resultados negativos colhidos em 2015 e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em parte de 2016. Esse reforço se baseou na transparência, na cautela, na serenidade e na perseverança da condução da política monetária, valores que devem ser preservados e aprimorados no que for possível. A partir de 2017, iniciou-se um processo de recuperação ainda tímido da atividade do emprego. Mesmo com resultados positivos até aqui, há muito trabalho pela frente para alcançarmos a recuperação plena da economia brasileira.

Não nos podemos deixar seduzir pela falácia do estímulo inflacionário e da intervenção estatal, afinal, como demonstra a literatura econômica, não existe incompatibilidade entre a estabilidade de preço e o desenvolvimento econômico. Ao contrário, a literatura sugere e a nossa experiência comprova que o controle da inflação é condição necessária para o crescimento de longo prazo, que se materializa por meio de aumento da produtividade da economia e gera ganhos de bem-estar para a população.

Exmas. Sras. Senadoras, Exmos. Srs. Senadores, em paralelo à estabilidade macroeconômica, a estabilidade do sistema financeiro também colabora para o bem-estar de todos nós brasileiros. A crise global de 2007-2008 e seus desdobramentos tornaram clara a importância de um sistema financeiro sólido e eficiente para o desempenho da economia real. O sistema financeiro canaliza recursos para a atividade produtiva e para a inovação através de intermediação entre poupadores e investidores; gerenciamento de risco da atividade produtiva; e provisão de serviços financeiros para a população.

Caso receba o voto de confiança desta Casa, trabalharei na modernização do Sistema Financeiro Nacional, de modo a garantir que ele continue líquido, capitalizado e bem provisionado. A busca pela eficiência do Sistema Financeiro Nacional deve ser uma tarefa cotidiana do Banco Central do Brasil. Nesse aspecto, avanços relevantes foram feitos recentemente em várias questões por meio da já consagrada Agenda BC+, uma agenda de reformas estruturais que trouxe transparência ao constante processo de modernização do nosso sistema financeiro e se mostrou uma importante ferramenta de comunicação com a sociedade. A Agenda BC+ é importante para todo o País, com claros benefícios para a sociedade, tanto imediatos como de longo prazo. Eu pretendo mantê-la e expandi-la, buscando sempre a inovação e a eficiência, de modo a posicionar o Brasil para as mudanças que temos vivenciado e que se intensificarão nos próximos anos.

Em relação à inclusão financeira, que até o presente se focou na garantia de acesso a serviços de pagamento e mercado de crédito, precisamos ainda avançar na modernização dos mecanismos de inclusão de outras dimensões. Há pouco, mencionei a importância do setor financeiro e sua capacidade de prover recursos para o setor produtivo. A literatura demonstra que existe uma clara correlação positiva entre o tamanho do mercado de capitais e o PIB de uma economia. Assim, é preciso avançar nas mudanças que permitam o desenvolvimento do nosso mercado de capitais, democratizando e garantindo acesso a firmas e investidores, brasileiros e estrangeiros, grandes e, especialmente, pequenos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa democratização do acesso é também um elemento importante para garantir adequada precificação dos produtos financeiros, por meio de formas competitivas de acesso ao mercado e da adequada distribuição de produtos. Precisamos também criar mecanismos para aumentar a transparência no setor financeiro, com instrumentos para a provisão de informação, que deem maior visibilidade às opções à disposição de poupadores e investidores.

Maior transparência é importante não apenas para aumentar a disponibilidade de alternativas de investimento de captação de recursos, mas também para que essas decisões sejam realizadas com base em informação adequada.

Entretanto, o efeito de maior transparência sobre o comportamento do pequeno poupador ou do tomador final será mais significativo quanto maior for o nível de educação financeira. Essa é uma dimensão em que o País precisa avançar.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROBERTO DE OLIVEIRA CAMPOS NETO – Considero que duas maneiras interessantes de promover esse avanço são os programas de microcrédito e o estímulo ao cooperativismo. O microcrédito permite o contato prático da população com conceitos financeiros em ambiente simplificado e de risco controlado, enquanto as cooperativas de crédito, por trazerem o cooperado para o centro das decisões, cria um ambiente para troca de experiências que promove a consolidação do espírito empreendedor e de importantes conceitos financeiros. Experiências internacionais demonstram o sucesso dessas políticas. Precisamos considerar exemplos bem-sucedidos e buscar adequá-los à realidade do nosso País e a cada uma de nossas regiões.

Como mencionei anteriormente, o mundo passa atualmente por uma onda de inovação e mudanças. É crucial pensar hoje em como será o sistema financeiro no futuro e preparar o Banco Central para desempenhar apropriadamente suas funções neste novo ambiente, que será certamente baseado em tecnologia e no fluxo rápido de informação. Novas tecnologias, como *blockchain*, o uso de inteligência artificial, pagamentos instantâneos, *open banking*, entre outras inovações, estão alterando completamente os modelos de negócio e os serviços financeiros. Caso eu tenha a honra de ser aprovado por esta Casa, trabalharei na direção para preparar o Banco Central do Brasil para o futuro.

Exmas. Sras. Senadoras, Exmos. Srs. Senadores, o momento que o País atravessa é bastante especial. Foi um longo processo de amadurecimento, mas parece haver certo consenso hoje, na sociedade, de que o Estado brasileiro se tornou grande demais, ineficiente, excessivamente custoso e não atende muitas das necessidades básicas da nossa população. A Nação já percebe a necessidade de reformas, e precisamos empregar essa oportunidade na criação de uma cultura em que haja mais empreendedores e menos atravessadores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O atual Governo está trabalhando para implementar uma agenda modernizadora e liberalizante. É hora de fazer mais com menos. É necessário haver eficiência, transparência, prestação de contas e mensuração do impacto quanto ao uso de recursos públicos. Talvez, mais importante que isso, seja necessário que o Estado abra espaço para a atividade privada, saindo de cena ou reduzindo drasticamente sua atuação em diversas áreas. O Brasil precisa se reinventar para o seu futuro, e os atores dessa reinvenção estão no setor privado.

O trabalho até aqui realizado pelo Banco Central, permitindo uma queda sustentável da taxa de juros básica, trouxe à tona imperfeições de nossa economia. Custos burocráticos gerados pela excessiva intervenção estatal se diluíam em comparação às elevadas taxas de política praticada. Agora que temos a Selic em seu mínimo histórico de 6,5% ao ano, temos a oportunidade de perceber melhor essas imperfeições e propor políticas alternativas que melhorem a eficiência dos nossos mercados.

Quanto à questão fiscal, o País precisa avançar na estratégia de ajustes e reformas em particular, mas não apenas, na reforma da previdência, para que possa colocar o balanço do setor público em trajetória sustentável. É preciso agregar a sociedade em torno dessas questões, com a participação e a contribuição de todos. A estabilidade fiscal é fundamental para a redução das incertezas, o aumento da confiança de investimento e consequente crescimento da economia de longo prazo. Estou certo de que avançaremos nessa direção.

Ainda em relação às reformas, o Governo apresentou prioridades para os cem primeiros dias de mandato. O Banco Central tem uma ampla agenda de trabalho, e duas dessas ações foram priorizadas pelo Governo neste início de mandato: a fixação de critérios para o exercício de cargos de dirigentes em instituições financeiras públicas e a lei de autonomia do Banco Central. Essas propostas serão debatidas pelo Congresso Nacional e serão muito importantes.

Em relação à primeira medida, precisamos aprimorar a governança, alinhando as exigências para os dirigentes de bancos públicos àquelas já existentes no setor privado. Quanto à autonomia do Banco Central, o objetivo é aprimorar o arranjo institucional da política monetária, para que ela dependa menos de pessoas e mais de regras e para que estejamos alinhados à moderna literatura sobre o tema e aos melhores pares internacionais.

Existem projetos em discussão no Congresso Nacional, e acredito que o País esteja maduro para mais este avanço. A mudança, se aprovada por este Parlamento, trará ganhos para a credibilidade da instituição e para a potência da política monetária, reduzindo o *trade-off* de curto prazo entre inflação e atividade econômica e contribuindo para a queda da taxa de juros e para o crescimento econômico.

Já me aproximo do final de minha intervenção e gostaria de ressaltar as quatro dimensões que busquei abordar ao longo de minha fala e que considero importantes para democratizar o acesso ao mercado de capitais no Brasil: inclusão, que significa facilidade de acesso ao mercado para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

investidores e tomadores nacionais e estrangeiros, pequenos e grandes; precificação adequada, garantida por instrumentos de acesso competitivo aos mercados; transparência no processo de formação de preço e nas informações de mercado; e, finalmente, educação financeira, dando estímulo para a participação de todos no mercado e para a formação de poupança.

Exmas. Sras. Senadoras, Exmos. Srs. Senadores, eu gostaria também de agradecer ao Dr. Ilan Goldfajn pelo excelente trabalho à frente da instituição, pela dedicação e pelo espírito público com que desempenhou sua função.

Finalmente, caso V. Exas. aprovem meu nome para presidir o Banco Central do Brasil, quero assumir publicamente o compromisso de trabalhar incansavelmente para desempenhar minhas funções liderando a instituição e cumprindo suas missões legais e institucionais.

Essas foram minhas palavras. Agradeço a atenção e me coloco à disposição de V. Exas. para atender aos eventuais questionamentos.

Muito obrigado. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Passo a palavra ao Sr. Bruno Serra Fernandes, pelo tempo de até dez minutos para sua fala.

O SR. BRUNO SERRA FERNANDES (Para exposição de convidado.) – Obrigado, Presidente.

Exmo. Senador Omar Azis, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal; Exmo. Senador Plínio Valério, Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal; Exmo. Senador Rodrigo Pacheco, Relator do processo que trata da indicação do meu nome para o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil; Exmas. Senadoras e Exmos. Senadores; senhoras e senhores, sinto-me imensamente honrado por ter meu nome indicado para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil. Terei muito orgulho e dedicação durante o exercício dessa função, caso meu nome seja aprovado por V. Exas., pelo Senado Federal.

Agradeço ao Presidente Jair Bolsonaro por essa honrosa indicação; ao atual Presidente do Banco Central do Brasil, Ilan Goldfajn; ao Presidente indicado ao cargo, Roberto Campos Neto, assim como ao Ministro da Economia, Paulo Guedes, pela confiança.

Iniciei minha formação acadêmica na área de Economia ao final da década de 90, aprofundando-me em seguida nos estudos da matéria em curso de mestrado, para o qual tive valioso suporte como bolsista do CNPq.

Durante os últimos 20 anos, tive a oportunidade de aprimorar meus conhecimentos teóricos sobre economia e finanças, sobre a realidade dos mercados financeiros nacional e internacional. O exercício de minhas atividades, desde então, esteve sempre relacionado à política econômica e às

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

atribuições do Banco Central do Brasil, sobretudo nas áreas relacionadas à implementação das políticas monetária e cambial, à administração da liquidez e à regulação bancária.

Novamente, os cenários econômicos brasileiro e mundial encontram-se em momento desafiador. A adequada condução das políticas monetária, cambial e regulatória serão fundamentais para que o Banco Central seja capaz de cumprir seus objetivos de uma inflação baixa e estável ao redor das metas definidas pelo Conselho Monetário Nacional, bem como manter um sistema financeiro seguro e eficiente.

Nesse sentido, gostaria de mencionar o excelente trabalho feito pela atual Diretoria Colegiada, que foi capaz de ampliar e dar visibilidade à atuação do Banco Central do Brasil com a Agenda BC+. Ficarei muito honrado em dar continuidade e trabalhar para ampliá-la, buscando maior eficiência e inclusão na prestação de serviços financeiros para a população.

A prestação de serviços financeiros passa atualmente – não só no Brasil, mas em todo o mundo – por grandes mudanças. Por um lado, os reguladores têm incentivado a concorrência e a inovação, adotando o que se chama de regulação proporcional, que reduz o custo para os novos entrantes no mercado. Por outro, em resposta a esse ambiente, as instituições tradicionais têm desenvolvido novos modelos de negócios e soluções. Como resultado, verifica-se um ambiente mais eficiente, com uso intenso de tecnologias que permitem a redução de custos e o provimento de serviços mais customizados, beneficiando o usuário final.

Estamos vivenciando um momento especialmente rico em termos de desenvolvimento tecnológico, capaz de aumentar a eficiência e a competição do setor bancário com o surgimento das chamadas *fintechs*, o *open banking* e a criação do sistema de pagamentos instantâneos brasileiro.

Ao Banco Central cabe promover o adequado incentivo regulatório para que a sociedade se beneficie o mais rapidamente possível deste processo, sempre tendo como importante pilar a preservação da segurança do sistema financeiro.

Agora falarei um pouco sobre a economia internacional.

Após a crise financeira de 2008, as principais economias mundiais adotaram políticas monetárias e fiscais expansionistas, aumentando a liquidez dos mercados e reduzindo suas taxas de juros. Para as economias emergentes, dentre elas o Brasil, essas medidas aumentaram o influxo financeiro e de investimentos internacionais.

Nos últimos anos, porém, as economias mais avançadas iniciaram o processo de reversão dessas políticas, com potencial impacto negativo sobre a liquidez disponível às economias emergentes. Além disso, alguns dos nossos principais parceiros comerciais vêm apresentando sinais de enfraquecimento em seu crescimento. Esse enfraquecimento pode ainda ser agravado por disputas comerciais vigentes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

entre algumas dessas economias. Esse cenário de risco apresenta também potencial redução de demanda e preço de matérias-primas comercializadas internacionalmente por países emergentes como o Brasil.

Além do câmbio flutuante como primeira linha de defesa a choques externos, o nosso estoque de aproximadamente US$380 bilhões em reservas internacionais, mesmo quando avaliado conjuntamente com os quase US$70 bilhões vendidos em *swaps* cambiais, tem se mostrado um seguro adequado e pode ser usado para suavizar os impactos de eventual deterioração da liquidez internacional sobre a economia brasileira. Por outro lado, a efetividade desse seguro tende a estar comprometida enquanto não endereçarmos nosso desequilíbrio fiscal corrente.

Em relação ao cenário econômico brasileiro, saímos da maior e mais longa recessão da nossa história. Entramos em um processo de recuperação resiliente, mas que tem se mostrado, até o momento, bastante gradual.

A inflação corrente e suas expectativas para os próximos anos se encontra em níveis condizentes com as metas fixadas pelo Conselho Monetário Nacional.

A taxa básica de juros encontra-se em nível historicamente baixo, de forma a estimular a atividade econômica, que, por sua vez, ainda se destaca pela ociosidade na utilização dos fatores de produção.

Nesse cenário, uma reforma fiscal capaz de indicar uma reversão da trajetória recente de endividamento do setor público será capaz de elevar a confiança dos agentes econômicos, reduzindo os riscos de uma parada brusca no fluxo de capitais.

Mais do que uma preocupação com o estoque de dívida pública em suas várias medidas e de como reduzi-la de forma rápida, é premente a sinalização de contenção dos déficits correntes e de melhora no perfil de destinação dos gastos públicos. Assim, serão oferecidas condições para que a política monetária siga no campo estimulativo, com foco nas metas de inflação definidas pelo Conselho Monetário Nacional.

Exmas. Sras. Senadoras, Exmos. Srs. Senadores, ao longo de minha vivência profissional, pude acompanhar – e, por que não dizer admirar? – o trabalho desenvolvido pelo Banco Central do Brasil. De fora, sempre acreditei que a mescla entre um corpo funcional de altíssima qualidade técnica com a experiência de alguns nomes vindos do setor privado seria uma das bases para o excelente trabalho dessa instituição ao longo destes mais 50 anos.

Caso tenha a honra de ter meu nome aprovado por V. Exas., terei o orgulho de me somar ao corpo técnico dessa autarquia, buscando assegurar a estabilidade do poder de compra da moeda, de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um sistema financeiro sólido e ainda mais eficiente, além de preparar o Banco para os novos desafios que o desenvolvimento tecnológico cada vez mais acelerado do setor nos apresentar à frente.

Portanto, são essas minhas palavras iniciais de apresentação a esta Comissão. Fico à disposição de V. Exas. para responder quaisquer perguntas que porventura tenham.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Dr. Bruno.

Passo a palavra ao Sr. João Manoel Pinho de Melo, para que faça em até 10 minutos a sua exposição.

O SR. JOÃO MANOEL PINHO DE MELLO (Para exposição de convidado.) – Muito obrigado, Presidente.

Exmo. Sr. Senador Omar Aziz, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos; Exmo. Sr. Senador Plínio Valério, Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos; Exmo. Sr. Senador Wellington Fagundes, Relator do processo que trata da minha indicação ao cargo de Diretor do Banco Central do Brasil; Exmas. Senadoras; Exmos. Senadores; senhoras e senhores; muito bom dia!

É com muita honra que compareço a esta Comissão após minha indicação ao cargo de Diretor do Banco Central do Brasil, cargo que exercerei com muito orgulho zelo, caso meu nome seja aprovado por V. Exas. e pelo Senado Federal.

Agradeço ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Jair Messias Bolsonaro; a S. Exa. o Sr. Ministro da Economia Paulo Guedes e ao presidente indicado o Sr. Roberto Campos pela minha indicação e pela confiança em mim depositada para o cumprimento de missão tão relevante.

Espero corresponder plenamente aos anseios não apenas do Senhor Presidente e do Sr. Ministro, mas também da população brasileira ao assumir como membro da Diretoria Colegiada de nossa autoridade monetária, a qual tem a nobre função de zelar pelo bom funcionamento do sistema financeiro e, consequentemente, da própria economia brasileira.

Creio estar capacitado para exercer o cargo, dada minha extensa formação acadêmica e vasta e variada experiência profissional, com várias incursões tanto na iniciativa privada quanto no setor público.

Sou formado em Administração Pública pela Fundação Getúlio Vargas, mestre em Economia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e Doutor em Economia pela Universidade de Stanford. Fui professor do Departamento de Economia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Janeiro e atualmente sou professor titular do Insper, até recentemente em licença no extinto Ministério da Fazenda. Também lecionei na Universidade de Harvard, nos Estados Unidos.

Minha produção acadêmica é de conhecimento público. Publiquei vários artigos acadêmicos sobre diversos temas, muitos deles com foco em competição e economia bancárias, em periódicos nacionais e internacionais de primeira linha.

No debate público, fui colunista da *Folha de S.Paulo* e publiquei vários capítulos de livros e colunas em outros jornais de grande circulação.

No setor privado, fui sócio da Pacífico Gestora de Recursos e consultor da área de renda variável do Opportunity Asset Management. Atuei como perito e consultor em questões antitruste em vários processos judiciais e arbitrais.

No setor público, fui Assessor Especial para Reformas Microeconômicas, Secretário de Promoção da Produtividade e Advocacia da Concorrência e Secretário de Política Econômica, todas posições no extinto Ministério da Fazenda. Nesse período, trabalhei em conjunto com o Banco Central e com este Legislativo na formulação e na implantação de reformas estruturantes para a melhoria da intermediação financeira no País e, principalmente, para a promoção da concorrência no Sistema Financeiro Nacional.

Tenho convicção, portanto, de que minha formação acadêmica e minha trajetória profissional habilitam-me para o desempenho do cargo de Diretor do Banco Central do Brasil, caso me seja concedida essa honra pelo Senado Federal.

O Brasil, Exmas. Senadoras e Exmos. Senadores, obteve importantes conquistas nas últimas décadas. Debelamos o flagelo da hiperinflação, ampliamos a franquia democrática, distribuindo renda e retirando um enorme contingente de brasileiros da pobreza e da miséria, conquista essa que não seria possível sem a estabilização monetária. A consolidação das conquistas dependerá da capacidade de produzirmos um crescimento robusto e sustentado nas próximas décadas.

Vários fatores determinarão o nosso êxito. Um deles é o bom funcionamento da intermediação financeira, ou seja, os mercados de crédito, de pagamentos e de capitais. A intermediação financeira exitosa faz o recurso de quem poupa chegar a quem tem os investimentos mais produtivos, gerando renda e emprego; diminui o risco ao qual os indivíduos estão expostos, permitindo-nos manter um nível de vida quando enfrentamos dificuldades momentâneas; em suma, aumenta a capacidade de produzir e o bem-estar.

Uma condição necessária para que os mercados de crédito e de capitais funcionem a contento é sua solidez. Nosso sistema financeiro é resiliente, como ilustra bem a grande recessão da qual estamos saindo, saímos no ano passado. No nosso sistema, o produto *per capita* caiu oito pontos percentuais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em três anos, e o sistema financeiro seguiu sólido, algo notável. É preciso fazer esse registro e lembrar que crises bancárias estão associadas a quedas dramáticas no PIB, causando níveis elevadíssimos de desemprego e, consequentemente, sofrimento social.

Entretanto, solidez não basta. O sistema financeiro deve dar acesso a crédito a juros baixos. Para isso, é essencial que o risco de conceder empréstimos seja baixo e que haja forte competição entre os credores. A taxa de juros é alta sempre que o risco de conceder crédito for alto. A experiência brasileira é prova cabal dessa afirmação. Sempre que demos segurança às garantias subjacentes aos empréstimos, a taxa de juros caiu fortemente. Foi assim com a consignação em folha de pagamento para o crédito pessoal, foi assim com a alienação fiduciária para o financiamento de automóveis e imóveis, foi assim com o patrimônio de afetação para o financiamento à construção civil, e será assim com as reformas estruturantes recentemente implantadas, nas quais tive participação, em parceria com o Legislativo, em particular esta Casa, e com as várias equipes do Executivo, principalmente o Banco Central. Cito duas de muitas: a duplicata eletrônica e o cadastro positivo.

A duplicata eletrônica dará segurança ao desconto de duplicatas; o cadastro positivo, medida originada nesta Casa, dará transparência sobre os devedores e uniformizará as informações entre credores. Os juros cairão, principalmente nas modalidades sem garantias, que são as mais importantes para o cidadão de menor renda, que, muitas vezes, não tem bens para penhorar em empréstimos, mas dar segurança tampouco basta. É preciso que haja competição acirrada entre os credores. Sem competição a queda no custo de conceder empréstimos advindos da redução de risco é apropriada pelos credores e acaba beneficiando poucos consumidores e os que fazem investimentos produtivos.

Há quatro maneiras de fomentar a concorrência no setor financeiro. A primeira é exatamente dando segurança às garantias e provendo informação sobre os tomadores de crédito. Um sistema no qual os atuais credores sabem mais do que os entrantes sobre os tomadores e no qual seja difícil navegar a burocracia e o sistema judicial, para recuperar garantias, inevitavelmente beneficiará ou prejudicará menos aqueles que já atuam no mercado. As reformas com a duplicata e o cadastro positivo além de aumentarem a segurança na concessão de crédito fomentarão a concorrência ao igualar as condições entre os que já estão no mercado e os que querem entrar para competir.

A segunda maneira de fomentar a concorrência é a vigilância constante com atos de concentração e com condutas anticompetitivas. O trabalho já começou: hoje há intensa coordenação entre o Banco Central e o Cade para aprimorar a atuação conjunta dos dois órgãos na defesa da concorrência no sistema financeiro, inclusive com a assinatura de um memorando de entendimento. Essa iniciativa, é importante lembrar, conta com o apoio fundamental desta nobre Casa, que já aprovou o projeto de lei que torna perene o arcabouço.

A nova governança da análise de atos de concentração já deu frutos. Um exemplo é a decisão que autorizou investimento do Itaú Unibanco na XP Investimentos. Por um lado, o Banco Central

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

permitiu um investimento que fortalece a XP, uma plataforma inovadora que desafia instituições tradicionais no mercado investimentos.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOÃO MANOEL PINHO DE MELLO – De outro lado, impediu que o investidor tenha qualquer ingerência na administração e na gestão da operação da XP, garantindo que ela continue desafiando as instituições tradicionais. Quem ganha é a intermediação financeira, a produtividade e o consumidor. Se esta nobre Casa por bem entender, redobrarei a vigilância ferrenha na análise de atos de concentração tanto horizontais, aqueles entre concorrentes no mesmo mercado, como verticais, empresas em mercados correlatos. Atos de concentração devem ser analisados caso a caso, com base na regra da razão. Dito isso, à luz da atual estrutura dos mercados de crédito, de pagamento e de capitais, o sarrafo para autorização de novos atos de concentração horizontais ou verticais me parece que deve ser colocado em nível elevado.

A terceira maneira de aumentar a concorrência é incentivando a entrada de novos concorrentes no mercado financeiro que gerem oferta adicional dos serviços financeiros, mais competição com fornecedores tradicionais. É o caso das *fintechs* de crédito recentemente regulamentadas pelo Banco Central. Elas atingem um público muitas vezes não alcançado pelas instituições tradicionais e podem surgir de maneira rápida e simples, cumprindo um conjunto mais leve de requisitos prudenciais proporcional aos riscos que assumem.

A concorrência no sistema financeiro não vem só de bancos comerciais mas também de instituições de pagamento, as IPs. Elas têm mudando muito a forma de fazer negócio, de aplicar recursos financeiros, de conceder crédito e de usar dinheiro no Brasil. O Banco Central também tem atuado de forma firme no desenvolvimento do sistema de pagamentos, especialmente de cartões de crédito.

V. Exas. conhecem bem o tema, objeto do excelente trabalho da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre Cartões de Crédito, que fez várias recomendações importantes e que pretendo ajudar a implantar, caso este Senado entenda que estou qualificado para a tarefa. Minha missão, entre outras, caso esta Casa entenda que estou qualificado, é aprofundar a agenda que o Banco Central já tem levado a cabo no incentivo à entrada de novos competidores no sistema financeiro. Para isso, temos que implantar celeremente as recomendações que esta Comissão registrou em documento valiosíssimo que resume os trabalhos da CAE sobre *spread* e competição bancárias.

Por fim, mas certamente não menos importante, a quarta forma de fomentar a concorrência no setor bancário é garantir que o mercado se aproveite das enormes oportunidades pró-concorrenciais que o avanço tecnológico nos traz. Como mencionou o Sr. Roberto Campos, em sua manifestação, a onda de inovação e de mudanças em andamento vai definir o ambiente financeiro do futuro. Ele

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mencionou novas tecnologias, como *blockchain*, inteligência artificial, identidade digital, pagamentos instantâneos e *open banking*, que estão alterando os modelos de negócio e os serviços financeiros.

Na verdade, iria mais longe. A tecnologia resolverá, cedo ou tarde, quaisquer problemas concorrenciais que possa haver no mercado bancário, não só brasileiro como em outros países. A evidência sugere que a tecnologia está derrubando barreiras à entrada e retirando as vantagens competitivas que a escala dá ao modelo bancário tradicional.

Para nos aproveitarmos desse enorme potencial, a regulação dos mercados de crédito de capitais tem que facilitar que a tecnologia floresça. Considero que minha principal missão é esta: garantir que os benefícios pró-concorrenciais da tecnologia cheguem mais cedo do que mais tarde.

Se tiver a honra de ser aprovado por V. Exas. para compor a Diretoria do Banco Central, quero me comprometer a aprofundar o trabalho pró-competitivo que o Banco Central já vem desempenhando com excelência.

Agradeço a atenção e me coloco à disposição de V. Exas. para prestar quaisquer esclarecimentos.

Muito obrigado.

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) – Obrigado, Sr. João Manoel Pinho de Mello.

Eu vou passar a palavra à Sra. Flávia Martins Sant'Anna Perlingeiro, para que em até dez minutos faça sua exposição.

A SRA. FLÁVIA MARTINS SANT'ANNA PERLINGEIRO (Para exposição de convidado.) – Obrigada.

Exmo. Sr. Senador Omar Aziz, Presidente desta Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal; Exmo. Sr. Senador Plínio Valério, Vice-Presidente desta Comissão; Exmo. Sr. Senador Tasso Jereissati, Relator do meu processo que trata da minha indicação; Exmas. Senadoras, Exmos. Senadores; Ilmo. Sr. Roberto de Oliveira Campos Neto, indicado para exercer o cargo de Presidente do Banco Central do Brasil; Ilmos. Srs. Bruno Serra Fernandes e João Manoel Pinho de Mello, indicados para o cargo de Diretores do Banco Central; a todos os presentes nesta audiência pública, bom dia.

É com grande honra que agradeço esta oportunidade de me apresentar perante a CAE como indicada para exercer o cargo de Diretora da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). É também com muita alegria e entusiasmo que me apresento para avaliação de V. Exas. reconhecendo a enorme responsabilidade que, caso eu venha a ser aprovada, tomarei como inerente ao desempenho da referida função, tendo em vista a irrefutável relevância da CVM para o pleno desenvolvimento do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mercado de valores mobiliários, à luz da importância basilar de sua atuação regulatória, fiscalizatória, sancionatória.

No cenário atual, a importância do papel da CVM é ainda maior, sendo intensificada pela premência em impulsionar o crescimento e o fortalecimento do mercado de capitais brasileiro, diante das perspectivas de aquecimento de nossa economia, de redução da taxa de juros e de aumento da participação do mercado de valores mobiliários entre as fontes de financiamento das companhias.

Além disso, é importante trabalhar para o incremento da percepção de segurança jurídica no País, de forma a atrair mais investimentos e reduzir o chamado custo Brasil, cabendo acentuar a relevância das decisões do colegiado da CVM, com efeitos preventivos e pedagógicos.

São também inúmeros os desafios e as oportunidades que se colocam para a própria CVM, seus servidores, de notória especialização técnica e reconhecido compromisso ético e profissional, bem como para seu presidente e seus diretores, de forma a conduzir a autarquia a elevados e contínuos ganhos de eficiência, por meio de atuação célere, técnica e independente.

Se aprovada como diretora da CVM, trabalharei intensa e continuamente para a consecução de resultados efetivos, em linha com a sua missão e seu propósito, no sentido de estimular a formação de poupança e aplicação em valores mobiliários, assegurar o funcionamento eficiente e regular do mercado, proteger os investidores, assegurar o acesso do público a informações tempestivas e de qualidade e julgar, também tempestivamente, os acusados por infrações administrativas cometidas no âmbito de atuação da CVM.

Para tanto, venho discorrer então, brevemente, sobre a minha formação acadêmica e experiência profissional, demonstrando, a meu ver, plena compatibilidade e aptidão para exercer o cargo para o qual fui indicada.

Inicio por minha formação acadêmica.

Sou advogada. Graduei-me em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, em 1993, tendo conquistado bolsa de estudos integral, por excelência acadêmica, em razão do mais alto nível de desempenho ao longo do meu curso de graduação.

Em 1995, fiz curso de pós-graduação em Câmbio e Operações Financeiras com o Exterior, na Fundação Getúlio Vargas (FGV), no Rio de Janeiro.

De 1997 a 1998, fiz mestrado em Direito Societário, na Universidade de Nova Iorque (NYU), mais uma vez com bolsa de estudos integral, por excelência acadêmica, conquistada em processo seletivo internacional, patrocinada pelo programa Hauser Global Scholarship, da própria NYU, tendo sido a primeira estudante sul-americana a conquistar a referida bolsa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em paralelo à atuação como advogada, lecionei, entre 2002 e 2005, no curso de pós-graduação em Direito Empresarial do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (Ibmec). Depois, desde 2010, dou aulas na pós-graduação em Direito Empresarial, em Direito Societário e de Mercado de Capitais da FGV, lecionando disciplinas acerca do financiamento das sociedades anônimas, seus órgãos sociais e fundos de investimento, matérias centrais no âmbito de atuação da CVM.

Por fim, desde 2016 leciono também em cursos de treinamento interno no BNDES, sobre Estruturação de Operações de *Project Finance*, disciplina que, no ano passado, ministrei também aqui em Brasília, na Escola Nacional de Administração Pública (Enap).

Com relação à minha experiência profissional, considero que minha trajetória me permitiu reunir competências e habilidades necessárias e pertinentes para a atuação na CVM. Meus 18 anos de advocacia privada e os últimos seis anos no setor público, como advogada do BNDES, permitiram-me conjugar o dinamismo e o pragmatismo tão marcantes na iniciativa privada com elevado senso de responsabilidade, propósito, espírito público, essenciais para uma atuação eficiente e transparente na Administração Pública.

No setor privado, eu atuei ao longo de mais de 17 anos num mesmo escritório, o Ulhôa Canto, Rezende e Guerra Advogados, uma das mais respeitadas firmas de advocacia tributária e empresarial do País. Entre 1996 e 1997, atuei por um ano como advogada estrangeira, no renomado escritório Cleary Gottlieb Steen & Hamilton, em Nova York, tendo lá trabalhado em emissões por companhias brasileiras de títulos de dívida e de ADRs no mercado de capitais norte-americano. Fui também aprovada no concorrido exame da Ordem dos Advogados do Estado de Nova York, em que sou inscrita.

Em 1998, eu regressei para o escritório Ulhôa Canto, passando a conduzir e liderar uma equipe responsável pela estruturação e negociação de operações de captação de recursos para financiamento de projetos, notadamente, na modalidade de *project finance*. Essa experiência me possibilitou ascensão à sócia-conselheira, posição em que permanecia até 2010. Acompanhei, assim, por mais de uma década, diversas companhias e projetos, muitas vezes desde sua concepção original, constituição societária, negociação de acordos de acionistas e de contratos das mais variadas espécies.

Em 2012, relevante mudança ocorreu em minha trajetória profissional, com meu ingresso no BNDES, por admissão em concurso público. O chamado ao serviço público me trouxe uma nova perspectiva de contribuição. Saindo do universo das preocupações de tal ou qual cliente, para o desafio de uma visão bem mais ampla, em prol de toda a sociedade e de tudo de extraordinariamente positivo que o mercado de capitais plenamente desenvolvido pode trazer para o País. Passei, então, a lidar com questões jurídicas não menos desafiadoras, mas já em prol da formulação de execução de políticas públicas, o que me traz enorme satisfação. Nos meus primeiros anos no BNDES, eu integrei a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

equipe de consultoria jurídica operacional, responsável pela elaboração de pareceres sobre questões jurídicas complexas, notadamente no campo do direito societário, empresarial e contratual.

Em 2017, passei a atuar na área de mercado de capitais do BNDES, em que pude me envolver diretamente na formulação de nova política de atuação no mercado de capitais e na revisão de produtos relativos a fundos de investimento e debêntures de infraestrutura.

No que tange ao fomento dos chamados fundos de capital de risco, de fundamental importância para pequenas e médias empresas e, de forma geral, para a economia do País, pude acompanhar de perto a correlação de tais fundos com o financiamento das empresas ao longo de todo o seu ciclo de crescimento, desde os aportes iniciais de aceleradores de *startups* e investidores-anjo, passando ao investimento pelos fundos de capital semente, pelos fundos de capital empreendedor, pelos fundos de *private equity*, com vistas a viabilizar posteriores aberturas de capital e emissões públicas primárias e secundárias de valores mobiliários.

De acordo com os números apresentados pela ABVCAP, o capital comprometido em fundos de investimento de *private equity* e *venture capital* no Brasil cresceu de forma acelerada até 2015...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. FLÁVIA MARTINS SANT'ANNA PERLINGEIRO – ... chegando a R$153 bilhões.

Participei também de discussões e estruturações pertinentes aos fundos de dívida, que, desde a crise de 2008, representam classe de ativos alternativos que mais cresceu no mundo, impulsionados por restrições verificadas no mercado de crédito bancário.

No Brasil, verifica-se potencial relevante de crescimento desse mercado, o que demandará um incremento da atuação da CVM, especialmente com relação aos Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDCs) e às ofertas públicas de debêntures.

Com relação às debêntures incentivadas, de acordo com boletim informativo de novembro de 2018 do Ministério da Economia, entre 2012 e 2018, o volume total distribuído em debêntures de infraestrutura com esforços amplos e irrestritos foi de R$50,1 bilhões. Nesse contexto, entre outros temas, integram a intensa agenda regulatória da CVM para 2019 os fundos de infraestrutura, a reforma dos FIDCs, o desenvolvimento do mercado de dívida corporativa, ao que espero ter a oportunidade de muito contribuir.

Também trabalhei na adaptação do Estatuto Social da BNDESPAR à Nova Lei das Estatais, na formulação de política de participações societárias e na revisão de processos e alçadas decisórias com aprimoramento em normativos e controles internos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim e não menos relevante, no âmbito dos trabalhos voltados à promoção das melhores práticas de governança corporativa, participei de discussões que levaram à edição da política socioambiental do sistema BNDES no mercado de capitais e à adesão da BNDESPAR ao Código de Stewardship da Amec, voltado ao desenvolvimento da cultura de engajamento responsável pelos gestores e pelos investidores institucionais na vida dos emissores dos valores mobiliários.

Nesse trabalho, participei de estudos e discussões pertinentes à implementação e divulgação de mecanismos de gerenciamento de conflitos de interesse, à influência dos fatores ASG – isso é, ambientais, sociais e de governança – nos processos de investimento e acompanhamento, ao exercício ativo e diligente de direitos de voto, além de engajamento coletivo e transparência. Todas essas são questões muito caras aos investidores e aos investidos, revelando a dimensão do muito que há a ser feito no âmbito da CVM.

Essas são, em síntese, as considerações que apresento a V. Exas. com relação à minha formação acadêmica, experiência profissional e as razões pelas quais entendo que se coadunam plenamente com o exercício do cargo de diretora da CVM.

Encerro, assim, colocando-me à inteira disposição de V. Exas. para quaisquer esclarecimentos adicionais e perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nós temos aqui, até agora, 24 inscritos.

O Regimento fala em dez minutos para a pergunta, dez para a resposta, e há a tréplica de até cinco minutos.

Se nós formos cumprir o Regimento, nós vamos nos alongar bastante, até porque não é um sabatinado, são quatro pessoas sendo sabatinadas neste momento.

Nós vamos tentar levar o que manda o Regimento aqui, até porque eu não posso mudar o Regimento a meu bel-prazer.

Depois de dez Senadores fazendo perguntas, nós vamos abrir já o processo de votação enquanto os outros estariam questionando, porque, senão, nós teremos... Naturalmente os Senadores têm outras Comissões para participar e outros afazeres e não vão ficar o tempo todo.

Então, a minha proposta é que, depois de ouvirmos a pergunta e resposta – vai ser bloco de cinco Senadores, conforme proposta do Senador Fernando Bezerra há pouco –, nós podemos abrir a votação para se votar os quatro de uma vez.

Senador Major Olimpio, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP. Pela ordem.) – Sr. Presidente, se fosse possível, de forma consensual, tirando os relatores, que acho que vão arguir primeiro, todos nós demais Senadores fizéssemos as nossas arguições num tempo de 5 minutos, e não de 10, e deixando réplica e tréplica para quem possa estar ouvindo, que acho que poderia ser mais produtivo sintetizarmos as nossas argumentações. Desde que haja o consenso, é possível fazer adequação ao Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Major, geralmente nessas audiências, nessas sabatinas, quando chega ao quinto ou sexto Senador, as perguntas se tornam um pouco repetitivas já, e o próprio Senador às vezes fala: "Eu ia perguntar isso, mas já estou contemplado com a sua resposta", e aí vai diminuindo o tempo do debate, porque a pessoa que está aqui está prestando atenção nas perguntas e nas respostas.

Há perguntas aqui que eu recebi há pouco, nós estamos recebendo várias perguntas via internet, e eu depois vou ler as perguntas aqui. Caso não tenham sido contempladas, o presidente ou um dos diretores ou a diretora irão responder, e caso não haja tempo de ser respondidas, serão respondidas por escrito e repassadas ao internauta que fez a pergunta, até por uma questão de respeito.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Senador Rogério Carvalho foi o primeiro a pedir.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Marcos Rogério também.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Depois V. Exa., Senador.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Pela ordem.) – Eu acho que devemos, na medida do possível, ser sucintos, mas vamos seguir o Regimento, porque nós não estamos falando de uma coisa qualquer; nós estamos falando do futuro da economia do Brasil e nós não podemos simplificar este momento.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Foi a minha posição inicial, Senador.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, a ponderação que faço à Presidência e à Comissão é que realmente nós estamos num momento absolutamente importante, nós vamos escolher aqui não só o presidente do Banco Central, como diretores do banco e a diretora da CVM. Não é uma tarefa fácil, e fazer a sabatina nessa modelagem me parece, de certa forma, comprometer até o bom debate que poderíamos fazer se estivéssemos direcionando o debate, os questionamentos à diretora e ao diretor, e especialmente,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

apartadamente, ao presidente do Banco Central. Até porque, embora haja convergências em algumas das diretorias, em outra, não.

Então, o tempo é curto e a sistemática que está sendo adotada acaba comprometendo a qualidade do bom debate.

Faço essa ponderação para que a gente possa, se fosse o caso, fracionar aqui a sabatina...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não foi adotada ainda nenhuma sistemática. Eu estou seguindo até agora o sistema do Regimento: dez minutos de pergunta, dez minutos de resposta...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Para cada diretor?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Pois é...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Bom, mas aí não é... As perguntas...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu estou fazendo essa ponderação apenas, Sr. Presidente, chamando ao bom senso...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu fico aqui o dia todo. Não há problema para mim. Eu não tenho problema nenhum em debater, até porque eu acho que nós estamos aqui debatendo quem é o guardião da moeda brasileira – que é o Banco Central –, e também a expectativa que nós temos em cima do Banco Central para redução de juros e geração de emprego para os brasileiros.

Então, nós não estamos fazendo favor aqui, nós estamos fazendo a nossa obrigação.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E obrigação não há tempo, a gente tem de ficar mesmo. Sem problema nenhum.

A proposta não será minha, será das Sras. e dos Srs. Senadores. O que vocês decidirem eu topo aqui.

Senador Kajuru.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO. Pela ordem.) – Presidente, Omar, desculpe-me. Eu sou juvenil aqui. Cumpra-se o regulamento e vamos começar logo, pelo amor de Deus.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está bom. Sem problema nenhum.

Eu acho que os Senadores podem se reinscrever, se quiserem. Está bom?

Bom, vamos lá: com a palavra o Senador Eduardo Braga, como Relator do Presidente do Banco Central.

Tem dez minutos, Senador Eduardo Braga. Pode fazer extensivo aos outros membros daqui da Mesa.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Para interpelar convidado.) – Sr. Presidente, primeiro, quero cumprimentar V. Exa., porque, sem dúvida, esta é uma audiência das mais importantes do cenário nacional, porque estamos deliberando sobre a Direção do Banco Central e, óbvio, a Diretora da CVM também não tem menor importância dentro da nossa estruturação econômica.

Mas, se me permitem os Srs. Senadores, até por uma questão de reconhecimento e gratidão, eu quero aqui cumprimentar o Sr. Roberto de Oliveira Campos Neto, fazendo um registro extremamente importante para o povo do meu Estado, o de que V. Exa. é neto do nosso querido Senador, Deputado Federal, economista, ministro do Planejamento, presidente do BNDES, responsável pela criação do próprio Banco Central, como um dos seus mentores e fundadores: o nosso queridíssimo Roberto Campos.

O povo do meu Estado tem uma gratidão pelo Senador Roberto Campos, quando da implementação da Zona Franca de Manaus. E eu abri aqui o cadastro do Wikipedia, com relação ao nosso Senador Roberto Campos, e mencionam-se várias atividades grandiosas que ele teve, seja na carreira de diplomata, como economista, como Parlamentar, etc., mas não existe o registro que para milhares de amazonenses é extremamente importante, da criação da Zona Franca de Manaus pelo então Ministro Roberto Campos.

Quero fazer esse reconhecimento e assim, dessa forma, saudar V. Exa.

Quero cumprimentar o nosso Bruno Serra Fernandes, eminente indicado para a Diretoria do Banco Central.

Quero cumprimentar o João Manoel Pinho de Mello e registrar aqui a minha concordância com o discurso de V. Exa. Acho que há uma questão central no Brasil, que é a questão do *spread* bancário e quanto custam para o povo brasileiro, para a economia brasileira, os juros bancários neste País.

É óbvio que nós vivemos diferentes momentos na nossa economia. Num determinado momento, a situação frágil do setor financeiro levou à quebra de vários bancos – Banco Econômico,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Banco Nacional, Banco Bamerindus, para ficar nesses três –, e isso trouxe graves e sérios problemas à economia brasileira.

Hoje, o nosso sistema financeiro é extremamente robusto, saudável, resistiu às crises contemporâneas da nossa geração, no entanto, há um desafio muito grande, e não creio que o liberalismo puro será responsável exclusivamente pela diminuição desses *spreads* e pela diminuição da taxa de juros para aqueles que são os verdadeiros excluídos.

E aqui eu quero também, por razão de reconhecimento, Senador Omar, fazer uma menção ao que o João Manoel citou rapidamente, mas eu quero aqui prestar uma homenagem ao trabalho do Senador Tasso Jereissati, do grupo de trabalho formado por esta Comissão, no período anterior ao que V. Exa. preside, juntamente com o Senador Armando Monteiro, em que apresentaram um relatório extremamente importante, sobre o *spread* bancário e sobre a agenda microeconômica para o crescimento econômico brasileiro.

É óbvio que esta sabatina se reveste de maior importância diante do número de desempregados que nós temos no nosso País.

Não há dúvida e não há questionamento. Isso é uma matéria pacífica, dentro dos fundamentos econômicos mundiais, de que a micro e a pequena empresa são uma das formas mais eficientes de geração de emprego e de renda no País.

E eu quero, escudando-me nesse trabalho da Comissão de Economia e Finanças... E aqui fica uma recomendação, Senador Omar. Muitos dos novos Senadores talvez não conheçam esse trabalho. Portanto, seria talvez de bom alvitre que a Comissão pudesse distribuir para os membros esse trabalho feito pela Comissão.

E esse trabalho, Dr. Roberto Campos Neto, diz o seguinte. Há o reconhecimento, inclusive por parte do próprio Banco Central, que os *spreads* bancários e o custo de financiamento do capital no Brasil são desproporcionalmente elevados para qualquer padrão de comparação internacional. Uma queda estrutural e sustentável do custo do crédito contribuiria para o aumento da eficiência e da produtividade da economia.

Mudando, em outras palavras, para que o nosso brasileiro que está nos escutando e assistindo a nós pela televisão e pelas plataformas de comunicação do Senado possa entender. Isso seria uma fonte de geração de emprego e renda para milhares de brasileiros que estão buscando uma oportunidade.

Aqui, o trabalho mostra algumas questões que são fundamentais e dá fontes importantes. Diz, por exemplo, que a questão da taxa de juros no Brasil e do referido *spread* bancário é reconhecida como um exemplo, pelo Banco Mundial, que foi dado num trabalho publicado pelo Banco Mundial,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

que estima como tendo sido da ordem de 38,4% no Brasil a questão do *spread*. Ocorre que o Banco do Brasil divulga... Aliás, o Banco Central do Brasil divulga que o *spread* bancário é de 22,7%. E aí começam os truques dos números, porque nós temos determinadas fontes de crédito que são direcionadas, que, portanto, têm subsídio financeiro, seja para agricultura, seja para habitação, seja para microcrédito mesmo, agricultura familiar.

E aqui esse trabalho chega a uma conclusão importantíssima de que, no Brasil, essa concentração desestimulou a grande e importante questão do liberalismo, que é a concorrência. Nós temos três grandes bancos privados no Brasil – Itaú, Bradesco e Santander – e dois grandes bancos públicos – Banco do Brasil e Caixa Econômica. Ora, se não houver, portanto, uma melhoria naquilo que foi colocado pelo João Manoel na questão da agilidade no processo judicial para a execução das garantias, de um lado, e de outro não houver uma compreensão de como efetivamente se distribui a cobrança da taxa de juros, nós vamos ficar aqui fazendo um discurso, fazendo perguntas e falando um economês que o povo não entende.

Mas esse mesmo trabalho, feito pela Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, dá uma oportunidade para que todos possam compreender. Esses números, por exemplo: para cada R$100 de diferença entre os valores cobrados por juros ativos de empréstimos de todas as operações de crédito e juros pagos por recursos captados, R$37,4 se referem à inadimplência, R$25 se referem aos custos administrativos, e nada mais, nada menos do que R$22,7 são relativos às despesas tributárias e R$14,9 são relacionados às margens financeiras, ou seja, lucros para as operações de instituições ou capital agregado.

Aí, começa a grande discussão: ora, se uma *fintech* é capaz de usar plataforma tecnológica e ser extremamente competitiva com custos baixos, por que os grandes bancos, que têm lucros fabulosos, quebram recorde, ano a ano, da sua lucratividade, não conseguem fazer com aplicação das plataformas tecnológicas uma redução do seu custo administrativo, uma melhoria na sua eficiência para que possam tornar mais baratos os juros para o consumidor? Os juros para o consumidor e para as pessoas jurídicas no Brasil têm aberrante marca de ser 50 vezes maior que a taxa Selic, que, em última análise, é a taxa de referência para captação de recursos no mercado econômico.

Aí vão as minhas primeiras perguntas. É hora de o Brasil voltar a ter expansão de crédito – e expansão de crédito para o microcrédito – e facilidades de acesso a esse crédito. Muitos dizem: "As *fintechs* vão resolver". Este trabalho aqui apresenta um dado fabuloso do que tem sido a oportunidade para as *fintechs*. Este trabalho diz que, no Brasil, o mercado de *fintechs* está em franca ascensão – nos últimos três anos, Senador Omar, nada mais, nada menos que um crescimento de 648%. Ora, num período de repressão e de crescimento econômico baixo ou até mesmo de crise, de queda do PIB brasileiro, esse setor cresceu 648%. Ora, por que o Bradesco não pode oferecer juros mais baratos? Por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que o Banco Itaú não pode oferecer juros mais baratos? Por que o Santander não pode oferecer juros mais baratos?

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Por que o Banco do Brasil e a Caixa Econômica não podem oferecer juros mais baratos? A grande resposta que o povo brasileiro quer ouvir de todos nós é como poder entregar juros mais baratos para que o Brasil volte a gerar emprego, renda e tenha crescimento na atividade econômica. E essa é a questão central para o Banco Central. A questão central para o Banco Central é como oferecer ao povo brasileiro, à economia brasileira juros mais baixos, acesso ao crédito, para que nós possamos destravar a nossa economia e voltar a crescer.

Essa é uma pergunta que cabe a todos os senhores aqui presentes e tenho certeza de que há um espaço pela competência de todos. Quero dizer do nosso reconhecimento à graduação, seja acadêmica, seja profissional, pelos currículos de todos os senhores que aqui se apresentaram. Isso seguramente é fruto de uma nova geração de executivos que o Brasil foi capaz de construir através das suas instituições de ensino e através dos seus mecanismos da iniciativa privada. Quero aqui cumprimentar todos, que estão tendo espírito público de sair do conforto de estar em instituições financeiras do mercado privado, muitas vezes ganhando milhões e milhões de reais por ano não só de salário, mas como bônus pelos resultados apresentados pelos lucros do setor. Estão com espírito público assumindo o desafio de ajudar o Brasil a crescer.

Fica essa pergunta, porque eu creio que é a mais importante de todas, fica esse reconhecimento a todos e nós precisamos explicar ao povo brasileiro como vamos baixar juros e aumentar crédito.

Finalmente, quero uma resposta também com relação à expectativa dos senhores e o que vocês acham da questão da autonomia do Banco Central e do mandato com prazo certo para os diretores e presidentes dos referidos órgãos de fiscalização e controle na área monetária.

Eram essas as considerações, agradecendo ao seu Presidente pela honra de poder, mais uma vez, relatar o Sr. Roberto Campos Neto, neto de um grande brasileiro, um grande homem público, que deu ao povo do meu Estado a oportunidade de sair do desemprego, do atraso e de criar uma expectativa de vida melhor através da Zona Franca de Manaus.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador Eduardo Braga.

O Senador Roberto Campos foi o que redigiu o Decreto 288, que criou a Zona Franca de Manaus. Já naquela época, o Senador Roberto Campos, avô do futuro Presidente do Banco Central, já

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tinha uma visão amazônica, já tinha uma visão de Brasil, de ser uma Federação de oportunidades a todas as Regiões.

Por isso a nossa gratidão, dos amazonenses, àquele que redigiu o Decreto 288, como Ministro do Planejamento à época.

Eu vou passar a palavra ao Senador Rodrigo Pacheco.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG. Para interpelar convidado.) – Sr. Presidente, Senador Omar Aziz, agradeço.

Srs. Senadores, Sras. Senadoras, eu saúdo os quatro indicados nas mensagens presidenciais: o Sr. Roberto Campos Neto, indicado ao Banco Central do Brasil, com vínculos no Estado de Minas Gerais; a Dra. Flávia, advogada por formação, como eu, e agora indicada à Comissão de Valores Mobiliários; e os dois Diretores, Sr. João Manoel, e, especialmente, Sr. Bruno Serra Fernandes, de cuja mensagem presidencial sou o Relator.

Eu gostaria, inicialmente, como introdução, de constatar que a grande preocupação dos Senadores, revelada nos muitos pronunciamentos que aconteceram na semana passada, quando lidos os pareceres referentes às mensagens presidenciais, é aquilo que foi sintetizado pelo Senador Eduardo Braga, quando se refere à concentração do Sistema Financeiro Nacional nas mãos de quatro ou cinco instituições financeiras públicas e privadas. Parece-me que, no pronunciamento do Sr. João Manoel, ele foi muito incisivo quanto à referência feita acerca dessa concentração.

Então, isso é algo que revela uma grande preocupação dos brasileiros, externada pelo Senadores da República, que haverá de ser uma preocupação do Banco Central do Brasil em democratizar o Sistema Financeiro Nacional, invocando até um princípio, indicado Bruno Serra Fernandes, que é um princípio do Sistema Financeiro, das leis que regem a matéria, inclusive a Lei 7.492, de 1986, dos crimes contra o Sistema Financeiro. Quando uma instituição financeira de pequeno ou de médio porte concentra as suas operações de crédito com quatro, cinco ou seis clientes específicos, isso é um limite entre uma gestão agressiva e uma gestão temerária, considerada como um tipo penal da Lei 7.492, aliás tipos penais muito amplos: gerir fraudulentamente instituição financeira, pena de três a 12 anos; se a gestão é temerária, pena de dois a oito anos. Trata-se de algo até que o Congresso deve debater, para tornar taxativo esse rol, até para facilitar o trabalho do Banco Central sobre o que é gestão fraudulenta e o que é gestão temerária.

Mas isso é só uma analogia a essa questão da concentração, porque, se isso não serve para uma instituição financeira, não haverá de servir para o Sistema Financeiro Nacional essa concentração em poucos bancos públicos e poucos bancos privados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria destacar os princípios invocados pelo indicado à Presidência do Banco Central, Roberto Campos Neto, da inclusão, da precificação, da transparência e da educação financeira. Algo que pode inclusive, em algum momento, ser delineado e melhor explicado, porque presumo serem princípios absolutamente fundamentais para a sua gestão como Presidente do Banco Central.

E em relação ao indicado, de cuja mensagem eu sou o Relator, eu gostaria de formular alguns questionamentos, Sr. Bruno Serra Fernandes. Primeiro deles, a operacionalização da política monetária é uma das atribuições mais importantes do Banco Central. No regime atual de política monetária, o instrumento de política monetária é a taxa de juros básica da economia, a denominada taxa Selic. A meta da taxa Selic é obtida gerenciando sua liquidez no mercado monetário. Na atualidade, o Bacen utiliza as operações compromissadas para fazer a gestão de liquidez, retirando e injetando liquidez no mercado.

Eu pergunto ao senhor se novos instrumentos poderiam ser úteis nesse processo de gestão de liquidez, além da Selic? Por exemplo, depósitos voluntários remunerados. Poderia nos explicar as vantagens desses mecanismos para a gestão de liquidez e para a condução da política monetária nacional e se existem impactos relevantes sobre as contas públicas devido à escolha desses distintos instrumentos de gestão de liquidez e quais seriam esses impactos?

Então o tema é referente a essa questão de gestão de liquidez atrelada à Selic ou a algum outro instrumento.

Segundo ponto, que é uma questão que está na agenda do Congresso e do Governo, algo inclusive que eu questionei ao Sr. Roberto quando esteve comigo, juntamente com os diretores, no gabinete, para uma visita cordial, que é quanto à autonomia do Banco Central do Brasil.

Não há autonomia formal do Banco Central. E eu pergunto novamente as vantagens e as desvantagens dessa autonomia formal do Banco Central e como poderiam funcionar os mandatos dos dirigentes do Banco Central (prazo fixo, recondução, mandatos de quatro anos), se seriam suficientes ou não na ótica de V. Exa.

E o terceiro ponto a que me refiro. A economia brasileira é grande e diversificada, com um acentuado grau de complexidade. Recentemente, no Congresso tivemos discussões com o Cade a respeito de manipulações da taxa de câmbio doméstica por parte de instituições financeiras, que inclusive rendeu alguns acordos de leniência do Cade com instituições financeiras. Queria saber de V. Exa., Dr. Bruno, como o senhor vê a legislação atual a esse respeito e qual deve ser o papel do Banco Central, que é o depositário das reservas internacionais e que executa a política cambial? E como o Cade e o Banco Central poderiam atuar conjuntamente para evitar a formação de novos cartéis no futuro, que, como dito, já renderam alguns acordos de leniência com o Cade?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

São esses três pontos, com alguns questionamentos, que resumidamente gostaria de ouvir de V. Exa. as suas considerações a respeito.

Permito-me, Senador Omar Aziz, repercutir quatro questionamentos que foram feitos pelo Portal e-Cidadania, que considero pertinentes, de cidadãos brasileiros.

O primeiro deles, do Sr. Atila Conceição, do Estado da Bahia, que indaga: "Como o Bacen pode atuar para coibir o compartilhamento de dados de clientes entre instituições financeiras [...]?"

Segundo questionamento de cidadãos brasileiros, o Sr. Valdemagno Silva, do Estado de Pernambuco quer saber se o Banco Central vai intervir nos altos juros dos cartões de crédito e do cheque especial, segundo ele, "hiperinflacionários, enquanto, nossa inflação, quando muito, é de dois dígitos". Na verdade, é de um dígito.

Então, é um questionamento que eu acho que até crianças de dez anos de idade têm: por que os juros do cartão de crédito e do cheque especial são tão altos quando temos uma inflação controlada atualmente no Brasil. É uma pergunta recorrente, inclusive, citada pelo eminente Senador Eduardo Braga.

Terceiro questionamento do público, de cidadão brasileiro, do Sr. João Pereira, de São Paulo: "Por que o excesso de liquidez do sistema é remunerado pelo Banco Central pela taxa Selic?" Que vai ao encontro ao primeiro questionamento que fiz. "O ativo mais líquido e seguro do mercado não deve ter uma taxa menor?" Essa é a pergunta do Sr. João Pereira, de São Paulo, que ainda indaga: "Por que o Brasil ainda possui dívida externa?" É um questionamento um tanto singelo, mas que eventualmente pode ser considerado.

E a última a indagação é da Lais Pupo, também do Estado de São Paulo que indaga especificamente quanto a meios de pagamento: "Quais as perspectivas do Banco Central para o mercado de meios de pagamento?"

Creio que exagerei um pouco nas perguntas, são muitas e o senhor terá pouco tempo para respondê-las, mas, sinteticamente, se pudesse dar as suas considerações, seria muito importante para o Senado, para o processo de escolha e para transparência que deve nortear os trabalhos do Senado Federal. E destaco, com muita alegria, a qualidade do currículo daquele de que fiquei responsável pela relatoria, o Sr. Bruno Serra Fernandes, com aspectos teóricos muito significativos, com uma passagem muito significativa no sistema financeiro brasileiro, que seguramente contribuirá muito para a política, para a qualidade e para a eficiência do Banco Central do Brasil, destacando uma vez mais aquilo que é a filosofia do Presidente, que é a inclusão, a precificação, a transparência e a educação financeira que vem muito a calhar neste momento do País.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – São esses os meus questionamentos.

Agradeço a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado Senador Rodrigo Pacheco.

Senador Wellington Fagundes.

As perguntas que o Senador Rodrigo Pacheco acabou de fazer algumas estão chegando – aquilo que falei no primeiro momento – via internet, pelo e-Cidadania. Temos várias perguntas aqui: perguntas para a Sra. Flávia Martins, perguntas para o Presidente do Banco Central.

É aquilo que eu dizia há pouco ao Sr. Roberto Campos: ao discurso técnico elitizado, muitas vezes, o povo brasileiro não tem acesso. Vamos simplificar para que as pessoas possam entender o que é a economia, como com uma pergunta simples: por que os juros são altos? É uma pergunta que qualquer cidadão brasileiro, de qualquer faixa etária ou classe social quer saber. Então, são coisas às vezes que nós, tecnicamente, falamos aqui num linguajar técnico, mas a grande maioria da população brasileira não teve acesso a essas informações técnicas e querem saber, no dia a dia, que é o que move o cidadão brasileiro, por que ele paga esses valores absurdos de juros, o que foi colocado aqui pelos dois primeiros.

Eu vou ouvir o Senador Wellington e, depois, o Senador Tasso e eles passam a responder. Aí, a gente começa a sabatina. Eu dei primeiro aos Relatores a abertura, a prioridade aqui, nas sabatinas, é dos Relatores.

Senador Wellington, por favor.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT. Para interpelar convidado.) – Sr. Presidente, Senador Omar Aziz, em seu nome, cumprimento todos aqui, os sabatinados, Roberto Campos Neto, João Manoel Pinho de Mello, Bruno Serra Fernandes e a Sra. Flávia. E tenho certeza de que, pelo currículo já apresentado por todos, nós não teremos dificuldade em aprovar os nomes de todos vocês.

Claro, é a oportunidade que temos, até para que a sociedade, como disse o Senador Omar, conheça um pouco do que é esse Banco Central, que não conseguimos pegar, sabemos que existe, mas não está próximo do cidadão.

Então, eu queria aqui apenas dizer, não colocamos no relatório, o João Manoel é *expert* em área antitruste, atuou também como consultor analista econômico e testemunha especialista em inúmeros processos judiciais e arbitrais. No setor público, atuou nos últimos dois anos no Ministério da Fazenda como Assessor Especial para Reformas Microeconômicas e ainda Secretário de Produtividade e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Advocacia da Concorrência, como Secretário de Política Econômica também. Nesse período trabalhou em parceria com o Banco Central na formulação e implementação de reformas estruturantes para a melhoria da intermediação financeira do nosso País e também para a promoção da concorrência no sistema financeiro.

Então, é um currículo que atende perfeitamente àquilo que está previsto na indicação de V. Sa.

Também como mato-grossense, nós tivemos a oportunidade de receber os diretores, mas nós sempre temos que tocar um pouco no saudosismo. O Roberto Campos nasceu em Mato Grosso e foi Senador pelo meu Estado, e para mim, como um Parlamentar mato-grossense, é impossível tratar nesta sabatina sem falar dessa figura ilustre do nosso Estado brasileiro, avô do indicado para o Banco Central, Roberto Campos Neto.

Haveremos aqui de fazer inúmeros questionamentos vitais ao interesse da Nação, que, por ora e já há algum tempo, enfrenta uma verdadeira crise fiscal aguda que está a exigir de todos nós esforço adicional em busca de soluções para que aquele mais simples e mais humilde trabalhador seja resgatado em suas necessidades básicas e essenciais.

E aí, Senador Omar, quero inclusive registrar para a população brasileira que o Congresso Nacional está dando resposta. Conseguimos, através da Presidência do Senador Davi, formar as comissões. Esperava-se que esta sabatina fosse acontecer depois do carnaval, mas não, já estamos fazendo aqui e provavelmente, hoje ainda, deverá ir ao Plenário. Essa é uma demonstração da responsabilidade que todos nós estamos assumindo neste momento em que o Brasil passa por toda essa crise política e econômica ao mesmo tempo.

Aqui faremos os questionamentos, mas quero, antes de tudo, usar um pouco deste tempo para enaltecer mais uma vez Roberto de Oliveira Campos, o avô, que considero um dos expoentes do conhecimento e da intelectualidade nacional, cuja contribuição ainda está a serviço da nossa Nação.

Quero dizer que estou ao lado também do companheiro Ricardo Corrêa, que foi Deputado Estadual, Deputado Federal, que esteve inclusive em campanha como candidato a Senador junto com Roberto Campos.

Roberto Campos chegou de volta a Mato Grosso em 1981, após cumprir com brilhantismo excepcional o seu trabalho nos mais diversos postos-chave do País, de criador e Presidente do BNDES a Embaixador renomado pelo mundo. Em conjunto com outros, criou o Banco Central do Brasil. E – olhem só o destino – agora o neto está aí para assumir aquilo que foi a criação do nosso saudoso Senador Roberto Campos. Ele também criou o extinto BNH e esteve à frente do FGTS e do Estatuto da Terra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em defesa do seu conhecimento, enfrentou as adversidades do poder quando necessário. Na sua biografia, constam as duras críticas que recebeu de Adhemar de Barros e também de Carlos Lacerda, Governadores de São Paulo e Rio, respectivamente, que eram contra o corte de gastos públicos que Roberto Campos determinou para combater a inflação na época. Liberal ao extremo, na carreira parlamentar foi um contestador.

Narro o que está escrito na página 669 do seu monumental livro de memórias, onde ele dizia: "A Lanterna na Popa." Ele relata o incidente em que o Marechal Arthur da Costa e Silva, segundo Presidente do ciclo revolucionário de 1964 a 1985, resolveu demitir o primeiro Presidente do Banco Central, Dênio Nogueira. Assim ele conta:

"Dois meses antes da transmissão do poder, fui, como Ministro do Planejamento, instruído por Castello Branco para explicar ao presidente eleito [naquela época, indiretamente] Costa e Silva os capítulos econômicos da nova Constituição de 1967."

Aí, segundo ele: "Aproveitei para sugerir-lhe que pusesse termo aos boatos de substituição do presidente do Banco Central [à época], pois a lei lhes dava mandato fixo, precisamente para garantir estabilidade e continuidade da política monetária. O Bacen é o guardião da moeda – acrescentou [ele dizia isso sempre e relatou ao Presidente]. O guardião da moeda sou eu – retrucou Costa e Silva", rechaçando-o.

Logo em seguida, Roberto Campos concluiu: "Foi inútil tentar persuadi-lo de que nem o Legislativo nem o Executivo costumam portar-se heroicamente na luta anti-inflacionária, pois ambos estão sujeitos a enormes pressões de gastança, que recrudescem nos anos eleitorais." E aí Costa e Silva ignorou os mandatos, [Antônio] Delfim Netto, o novo ministro da Fazenda, não tinha fanatismo pela ideia de independência do Banco Central."

Creio que a desilusão provocada pelo episódio que acabo de relatar levou Roberto Campos a este desabafo, em que ele disse: "É enorme a brecha entre os objetivos idealizados na legislação de 1964", integrante do conjunto de medidas de modernização econômica formuladas por ele e pelo Prof. Otávio Gouveia de Bulhões, Ministro da Fazenda do Governo Castelo Branco, e as realidades também daquela época. "Concebido como o anjo Gabriel, o Bacen virou um Frankenstein. Por isso, quando me perguntam se sou ou não a favor da 'independência' do Bacen, minha resposta é do tipo existencial: será que o monstro deve existir?" Foi o que disse Roberto Campos na época.

Mas, senhoras e senhores, além de contestador, acima de tudo e ao mesmo tempo, Roberto Campos foi um dos maiores realizadores de obras. Pelas suas mãos, Mato Grosso conseguiu, em 1982, linha de crédito da ordem de US$100 milhões que permitiu ao Governador na época, Júlio Campos, realizar o maior e mais ousado programa de infraestrutura jamais visto no nosso Estado, entre os quais a pavimentação de 2.000km de rodovias federais com empréstimo do Governo do Estado que até hoje

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o Governo Federal não restituiu ao Estado. Isso mesmo, o Governo do Estado bancou, naquela ocasião, a pavimentação da BR-070, da BR-163 e também da BR-364, eixos de desenvolvimento econômico e social do nosso Estado, algo inimaginável nos dias de hoje.

Senador Omar, a BR-163 é extremamente importante para toda a nossa Amazônia, porque tudo que demanda aquela região tem que passar pela BR-163.

Portanto, Roberto Campos, o avô, foi um pouco mais do que se conhece dele. E ele disse ainda certa vez: "O mundo não será salvo pelos caridosos, mas pelos eficientes". Quem há de duvidar dessa máxima?

(*Soa a campainha.*)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Já concluindo, Sr. Presidente.

Cada vez que ele subia à tribuna do Senado para se manifestar era ouvido por todos. Aliás, anunciava-se: "Hoje Roberto Campos fará um pronunciamento". Era dia de galerias lotadas, ouvia-se apenas sua voz. Sua boca transmitia de sua inteligência uma aula de patriotismo e defesa maior dos interesses da Nação e do nosso povo.

Eu quero agradecer a todos, inclusive ao Presidente Omar, pela oportunidade de estar aqui relatando, porque penso que nós estamos fazendo um trabalho conjunto para aquilo que vai ser o futuro do nosso País, principalmente da nossa estabilidade econômica. Temos que sair da estagnação, sair dessas taxas de juros extorsivas, e principalmente buscar a distribuição de recursos com juros acessíveis para aqueles que mais geram empregos, que são os pequenos e médios no País, porque, infelizmente, o Banco de Desenvolvimento Nacional praticamente não consegue chegar à ponta.

Foi criada, há oito anos atrás, uma linha de crédito para a Amazônia, pelo BNDES, de R$6 bilhões à época; desses recursos, menos de 3% foram aplicados, exatamente, pela falta de capilaridade, pela visão que às vezes não se tem de o que é o "S" do Social. Às vezes, o banco só quer saber da garantia e não vê o talento e a capacidade do pequeno empreendedor.

Por isso, eu quero aqui dizer, já encerrando, que Roberto Campos nasceu na cidade de Nossa Senhora do Livramento. Eu quero pedir à nossa diretoria que tomará posse, através do seu neto, Roberto Campos Neto, que faça como Nossa Senhora do Livramento e que livre o Brasil desses juros extorsivos, faça com que o Brasil se liberte das amarras do sistema financeiro internacional, que, às vezes, não quer olhar o desenvolvimento da Amazônia, do cidadão que está lá protegendo toda aquela riqueza, a biodiversidade, mas que não tem o apoio necessário para promover o seu desenvolvimento.

Eu quero aqui, Sr. Presidente, tenho ainda... Já excedi?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Dois minutos.

Quero fazer três questionamentos que foram preparados, inclusive, pela assessoria.

Os empréstimos bancários são inegavelmente muito caros, com taxas de juros exorbitantes em termos nominais e em termos reais, ou seja, descontada a inflação. Nesse aspecto, o que explica esse fenômeno? Por que um mercado tão lucrativo tem tão poucos competidores?

Ainda, a Selic caiu de 14% para 6,5%, menos da metade. Por que os juros ao consumidor também não caíram pela metade? Ainda há Municípios sem agência bancária do Banco do Brasil. Como atender a essa população, que não tem acesso a bancos, ainda nessa realidade? Como a tecnologia poderia ajudar a sanear essa deficiência?

O Governo passado subiu o custo dos empréstimos para as grandes empresas por meio do BNDES, agora, recentemente. Agora parece querer subir o custo também para os agricultores. É apenas para os grandes ou também para todos? Sabemos que, na verdade, esse custo é muito maior para o pequeno.

Apesar de a política monetária da atual gestão do Bacen ter conseguido eficientemente controlar a inflação, ainda não vislumbramos um retorno sólido do crescimento econômico e uma queda consciente das taxas de desemprego no Brasil. Nesse sentido, eu gostaria de perguntar: a atual política monetária não tem sacrificado excessivamente a atividade econômica? O combate à inflação deve ser priorizado ou é mais importante um afrouxo monetário para combater as crescentes taxas de desemprego e o ambiente de retração econômica?

Quais medidas devem ser tomadas pelo Governo em paralelo à política monetária do Bacen a fim de se retomar o crescimento da política econômica?

É isso, Sr. Presidente.

É claro que teremos muitas mais outras perguntas, inclusive aqui feitas também pelos meios de comunicação da Casa, mas creio que todas essas também estão chegando à Presidência e V. Exa. poderá fazê-las.

Eu agradeço imensamente.

É claro que seria bom o quanto antes abrirmos a votação, já que outras comissões estão nos chamando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Exª já falou 15 minutos, Senador Wellington. Eu, de uma forma democrática, estou sendo paciente, porque geralmente 10 minutos são 10 minutos.

Se vocês repararam, as perguntas são muito parecidas, correto? Tanto as do Senador Eduardo quanto as do Senador Rogério e as do Senador Wellington são parecidas e vai ser assim sucessivamente. Por isso, o Senador Tasso vai falar e depois falará o Senador Alvaro Dias, que é o primeiro inscrito.

Eu vou abrir a votação, até porque está havendo um problema aqui. Muitos Senadores estão me dizendo...

O SR. LUIZ DO CARMO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... que têm de ir para outras Comissões.

O SR. LUIZ DO CARMO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, pois não, Senador.

O SR. LUIZ DO CARMO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO) – Eu acho que é muito injusto abrir votação no meio das perguntas. É até indelicado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu sei, mas...

O SR. LUIZ DO CARMO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO) – É até indelicado. Quem está fazendo por último?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Presidente, pela ordem aqui.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É comum acontecer isso, Senador.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Eu queria fazer um argumento a V. Exa. É que o quórum é alto para votação de autoridade, os Senadores estão saindo da Comissão, e isso vai acabar inviabilizando a votação. V. Exa. está certo. Vamos abrir a votação.

O SR. LUIZ DO CARMO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO) – Que vote em outro dia. Não podemos fazer... Vou fazer uma pergunta: em algum dia não foi aprovado um Presidente do Banco Central nesta Comissão? Sempre foi aprovado?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Acho que sim. Eu não sou... Eu só estou há quatro anos aqui. Há gente que está há 40 aqui e deve saber mais do que eu. Eu só estou há quatro anos aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIZ DO CARMO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO) – Pelo jeito, já está tudo organizado para ser aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu ouvi agora o Senador Wellington, que falou uma coisa muito importante: da intervenção do presidente de plantão em uma política de Estado, que é a do Banco Central. Não dá para confundir política do Governo que está de plantão com política de Estado, até porque, em 1985, antes de os militares saírem do Governo, eles deixaram uma inflação de 233% do IPC, por causa dessa intervenção que houve dos Governos. E, depois de alguns anos, houve uma intervenção recente, que deu no que deu, e nós entramos numa recessão muito grande.

Então, nesse tipo de exemplo, a história se repete. Não dá para dizer que tudo foi maravilha na época de alguns governantes ou tudo foi ruim. Nós temos que pegar aquelas coisas que foram boas. E essa foi uma história que o Sr. Roberto Campos deixou para a gente: uma discussão com o Costa e Silva dizendo que ele mandava no Banco Central. Deu no que deu. Vinte e um anos depois, a inflação era 233% do IPC (Índice de Preços ao Consumidor). Então, nós não pegamos o Brasil, na saída de um regime para outro, numa maravilha, em que as pessoas querem colocar na cabeça da gente que tudo vai ser resolvido a toque de caixa, batendo continência. Não vai ser. Vai ser na democracia que vamos resolver o problema. É aqui dentro desta Casa. Não é marginalizando os políticos, como estão fazendo hoje, que vamos resolver o problema do povo brasileiro. É discutindo politicamente, é dando transparência nas ações do Banco Central, é acabando com qualquer tipo de sigilo de informações. Esse sigilo de informações já levou o País à penumbra. E nós não vamos permitir que isso aconteça aqui.

E eu, como Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, quero debater profundamente. Por isso, eu quero abrir a votação, porque vou ficar aqui até a hora em que puder. Daqui a pouco, o Senador Plínio vai assumir o meu lugar um minutinho, até porque eu não sou de ferro, mas voltarei aqui com certeza absoluta.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) – Pela ordem, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador Angelo Coronel, que não é coronel, tá? Por favor.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA. Pela ordem.) – Pois não.

Presidente, Omar, eu quero aqui comungar com o meu amigo aqui vizinho, Senador Luiz do Carmo, da Bancada de Goiás, porque, do jeito que a gente vê, isso aqui não é uma sabatina. A partir do momento em que se marca uma reunião para haver uma sabatina, há perguntas e respostas para ver se os Senadores se convencem da indicação dos membros para o Banco Central. A partir do momento em que se vota sem uma discussão, sem ouvir, inclusive, as respostas dos futuros diretores, fica uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

reunião inócua. Eu não sei... Eu sou Senador de primeiro mandato. Se sabatina for assim, eu acho que deveria o nome. Deveria ser sessão de apresentação dos diretores. Ficaria mais prático.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu concordo com V. Exa. Agora, essa é uma praxe no Senado, até porque o senhor não consegue manter o quórum durante horas.

Tudo bem. Vamos fazer o seguinte: eu vou abrir a votação. Aqueles que quiserem votar votem e aqueles que não quiserem não votem.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – Senador, eu gostaria de fazer...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador Tasso.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – Eu gostaria de esclarecer aos Srs. Senadores que quem está com sua convicção já firmada vota e quem não está com a convicção firmada não vota e fica até às 6h, 7h da noite, se for necessário. Essa é a praxe aqui. Por isso que, não só em relação a esta sabatina, mas em outras sabatinas, essa é a praxe que se faz. Ninguém tem obrigação de votar neste momento.

Era isso que eu queria esclarecer, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador.

O SR. LUIZ DO CARMO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador.

O SR. LUIZ DO CARMO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO) – Eu estou me sentindo tratorado aqui.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, amigo, não faça isso.

O SR. LUIZ DO CARMO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO) – Eu estou me sentindo. Sabe por quê? Eu vou fazer minha pergunta, eu quero ouvir a resposta dele. Eu não formei a minha opinião ainda, concorda?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor espera.

O SR. LUIZ DO CARMO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO) – O.k. Mas vai abrir a votação. E aí?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou aguardar... Mas deixe-me dizer uma coisa... A proposta do Senador Tasso, com a qual concordo, é: aqueles que estiverem convencidos vão votar e aqueles que não estiverem convencidos esperam a resposta e votam. É normal, Senador.

O SR. LUIZ DO CARMO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO) – Isso não é questão de maioria. É questão de convicção. Tem maioria, já está aprovado. Não é questão de maioria.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, mas agora dizer que o senhor está sendo tratorado, não.

O SR. LUIZ DO CARMO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO) – Eu estou me sentindo. Eu sou Parlamentar e posso falar isso, concorda? Vamos ouvir, pelo menos dez para depois abrir. Não foi esse o trato primeiro? O.k?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou ouvir todos. Já há 30 inscritos.

O SR. LUIZ DO CARMO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO) – Eu sei, mas, para abrir, vamos ouvir pelo menos dez.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Há mais gente inscrita aqui do que o total de membros da Comissão.

O SR. LUIZ DO CARMO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO) – Para abrir, vamos ouvir os dez; depois, fazemos as perguntas.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – Senador Omar, eu gostaria de fazer a minha intervenção.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por favor.

Com a palavra o Senador Tasso.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE. Pela ordem.) – Eu gostaria, primeiramente, de fazer uma referência à qualidade dos que estão sendo aqui sabatinados hoje. Com certeza, como disse, se não me engano, o Senador Eduardo Braga ou outro Senador, é relevante e importante a perspectiva quanto à qualidade, à formação técnica e à experiência de uma nova geração de executivos públicos deste País, o que nós só temos a elogiar.

Embora o próprio Senador Eduardo Braga já tenha feito uma série de questões que eu gostaria de fazer sobre *spread* bancário, concentração bancária, eu gostaria ainda de aproveitar e dar ênfase à questão da verticalização e da competição no mercado de cartões de crédito, tema que foi objeto de uma discussão que nós tivemos muito aqui na composição passada desta Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ainda sobre uma outra questão que também já foi colocada aqui, eu gostaria, mais uma vez, de ressaltar – é fundamental, é a grande pergunta – a timidez do crescimento da economia e os resultados pouco alentadores em termos de crescimento da economia. A inflação foi controlada e uma série de conquistas foram feitas pela brilhante atuação, que nós temos de reverenciar, do Dr. Ilan Goldfajn, mas os resultados na economia são muito tímidos. A grande vontade, o grande desejo, que é a recuperação da geração de empregos, nós não temos conseguido até agora. Como essa gestão vê a possibilidade de ajudar nesse item?

Gostaria também, em função da menção, de agradecer ao Senador Eduardo Braga e, mais uma vez, fazer menção ao trabalho que foi coordenado pelo Senador Armando Monteiro, que faz muita falta aqui nesta Casa hoje.

À Drª Flávia Perlingeiro, especificamente, um fato que me chamou a atenção foi o aumento das multas da CVM, que passarão, pela Lei nº 13.506, de R$500 mil para R$50 milhões. Quais serão os critérios a serem adotados na aplicação dessas penalidades, já que há uma pressão muito grande e muita reclamação em relação à CVM quanto à pouca celeridade dos processos que lá chegam? Ao mesmo tempo que nós queremos uma maior celeridade – o mercado exige isso –, é preciso também esclarecer os critérios que farão valer essas multas que chegam a R$50 milhões.

E, mais uma vez, eu gostaria de elogiar o trabalho e a capacidade técnica, a formação técnica de todos aqui presentes.

Ao Roberto Campos Neto, que vai ter uma tripla responsabilidade – substituir o Ilan, que não é fácil, dirigir os destinos da nossa moeda e atender às expectativas ao redor do seu nome, Roberto Campos –, eu desejo sucesso.

Senador Omar, economizei tempo para V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado.

Senador Styvenson. (*Pausa.*)

Não se encontra.

Senador Alvaro Dias; depois, o Senador Luiz do Carmo.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR. Para discursar.) – Presidente, eu vou procurar ser bem objetivo, dispensando os cumprimentos a todos e me referindo rapidamente ao sistema financeiro como um monstro que nos faz reféns.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Somos 62 milhões de brasileiros devedores, especialmente dos cinco maiores bancos do País, e continuamos alimentando a inadimplência com as altas taxas de juros aqui já condenadas pelos que me antecederam; taxas de juros que, comparativamente a outros países, se constituem verdadeiro escárnio, afronta à pobreza nacional.

Se nós compararmos, por exemplo, as nossas taxas de juros com as de Portugal, Portugal pratica uma taxa de juros de 3,9% para crédito pessoal e 16,6% para o cartão de crédito e limites bancários. Em Portugal, o Banco Central é que define neste trimestre a taxa do cartão de crédito do próximo trimestre e não permite que se ultrapasse, neste caso, a 16,6% neste ano. Se nós olharmos para o Brasil, verificaremos que os cartões de crédito no Brasil são taxados entre 260% e 310%; o crédito pessoal entre 60% e 90% e, em alguns casos, chegando à ordem de 300% a taxa anual de juros e até 1.000%. Os cartões de crédito, da mesma forma, chegando a 230% e 340% ao ano, e com instituições financeiras que chegam a cobrar 1.300% ao ano. Portanto, há que se olhar com maior atenção para o sistema financeiro.

Nós estamos falando em reformar a previdência. A reforma da previdência para alguns é o próximo milagre, a salvação da Pátria, a solução de todos os problemas e poucos falamos na reforma do Sistema Financeiro Nacional que, a meu ver, é a principal reforma, que devemos encarar com muita responsabilidade.

Se nós olharmos, por exemplo, para a Espanha, a Justiça espanhola cancelou o crédito do Banco Sigma para um consumidor com juros de 24,6% ao ano no cartão de crédito rotativo. O Supremo Tribunal, com base na lei de repressão à usura, que está em vigor naquele país, considerou abusiva a taxa de 24,6%, e, no Brasil, como vemos, nós temos uma média de 340% ao ano nas taxas de juros do cartão de crédito.

Em outras duas ações, a Justiça em primeira instância na Espanha, uma nas Astúrias e outra em Barcelona, cancelou taxas de juros cobradas pelo Banco Santander no contrato de cartão de crédito rotativo em situação semelhante, e, no Brasil, o Banco Santander cobra 248% em média do cartão, no cartão rotativo. Portanto, falta regulação no Brasil? Essa é a indagação.

Outra questão que eu considero da maior importância e que será um desafio para todos nós, mas especialmente para os senhores que aqui se encontram hoje, diz respeito à dívida pública, que cresce de forma avassaladora. Eu pedi uma auditoria ao Tribunal de Contas sobre a dívida pública brasileira. Em que pesem as dificuldades estruturais para um trabalho de profundidade, o Tribunal de Contas revela algumas distorções importantes e aponta algumas sugestões também interessantes.

Na análise do Tribunal de Contas, os *dealers*, por exemplo, recebem tratamento diferenciado em relação aos não *dealers* na rolagem dos títulos públicos, que dizem respeito ao crescimento da dívida pública no País. E o Tribunal de Contas da União revela que há necessidade de uma investigação em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

relação ao comportamento do Banco Central no que diz respeito a essa prática das taxas de juros diferenciadas em relação a *dealers* e não *dealers* na rolagem da dívida.

O Banco Central também aponta a ausência do Conselho de Gestão Fiscal, que, instituído pela Lei de Responsabilidade Fiscal, não foi constituído até hoje.

O Banco Central também... Aliás, o Tribunal de Contas também revela que não há transparência no endividamento público do País, e que nós deveríamos ter, por meio eletrônico, numa plataforma, a publicidade do endividamento de Municípios, Estados e União, com o detalhamento da dívida pública, valores, prazos de carência, taxas de juros e beneficiados etc. Da mesma forma, o Tribunal de Contas aponta a ausência de transparência nos leilões dos títulos públicos. Deveríamos ter também uma plataforma que possibilitasse à sociedade fiscalizar os leilões de títulos públicos.

Outra questão – uma situação que o Banco Central pode investigar, e por isso nós estamos colocando aqui esta questão, que, além da indagação, é uma reivindicação – também importante diz respeito às tais operações compromissadas. Em 2006, eram ao redor de R$77 bilhões, correspondendo, portanto, a 3,2% do Produto Interno Bruto. No ano passado, elas chegaram a R$1,1 trilhão, correspondendo a 16,4% do Produto Interno Bruto. O Tribunal de Contas aponta que há certamente a utilização das operações compromissadas para a rolagem da dívida pública, e essa não é a finalidade precípua das operações compromissadas.

É uma questão importante a se destacar, exatamente porque o crescimento avassalador da dívida pública brasileira nos impede de nos desenvolvermos economicamente. Se nós vamos fazer uma reforma da previdência para economizar, em dez anos, 1 trilhão, como diz o Governo, temos que constatar que esse 1 trilhão desaparecerá em apenas dois anos e meio no pagamento de juros da dívida pública.

E nós estamos verificando que a adoção dessas operações compromissadas – até porque elas beneficiam extraordinariamente os grandes bancos brasileiros, especialmente os *dealers*, e não beneficiam a sociedade – fazem do Governo para os bancos o cliente generoso, que oferece a possibilidade de taxas de juros elevadas, fazendo com que os bancos não tenham que competir no mercado, na economia privada e, com isso, as taxas de juros se mantêm elevadas. Como não há competição junto ao setor privado para a prática das taxas de juros, elas não são nunca rebaixadas e são sempre impulsionadas, graças à generosidade do Governo.

A indagação que nós fazemos é exatamente no sentido de que o Banco Central, em que pese o fato de nós defendermos sempre o liberalismo econômico, nessa área financeira, especialmente em razão desse complexo sistema que nos esmaga economicamente, deve intervir, sim, impondo normas reguladoras. Essa fiscalização deve ser implacável, mas, sobretudo, a normatização para a prática das taxas de juros e a transparência no que se refere à administração da dívida pública do País porque, se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não administrarmos com maior competência a nossa dívida pública, de nada adiantarão as demais reformas anunciadas pelo Governo, de nada adiantará essa reforma da previdência decantada e cantada em prosa e verso, porque certamente nos engolirá o monstro do sistema financeiro, acabará com as nossas pretensões de crescimento econômico a curto prazo, e certamente impedirá o ajuste fiscal necessário para impedir que o déficit público continue impedindo que o Governo invista em setores essenciais como saúde, educação, segurança pública etc.

São essas as nossas modestas indagações com algumas perguntas que podem ser respondidas, mas, sobretudo, com o sentido da reivindicação. Em razão daquilo que constatamos hoje, eu creio que são medidas urgentes, indispensáveis para que o Brasil possa trilhar novamente os caminhos do desenvolvimento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Depois da pergunta do Senador Alvaro, foi o primeiro bloco de cinco e vamos às respostas dos indicados.

Depois, então, teremos mais cinco blocos de cinco Senadores que eu posso até dizer a sequência, após as respostas, qual seriam: Luiz do Carmo, Angelo Coronel, Confúcio Moura, Jorge Kajuru. São cinco depois que virão. Agora, eles vão responder às perguntas dos cinco primeiros.

Não é preciso necessariamente obedecer à ordem. Quem quiser, dos senhores ou das senhoras, responder fiquem a vontade para responder ao Senador. (*Pausa.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

O Roberto será o primeiro a falar porque assim ele escolheu, mas os outros também.

(*Intervenção fora do microfone.*)

Se for dirigida pergunta a alguém da Mesa terá que responder, está bom?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – São dez minutos.

O SR. ROBERTO DE OLIVEIRA CAMPOS NETO – São dez minutos? O.k.

São muitas perguntas, e eu vou tentar agrupar por blocos.

Primeiro, gostaria de parabenizar a Casa pelos excelentes trabalhos feitos tanto no tema do *spread* bancário quanto no tema da verticalização. Eu me debrucei sobre os trabalhos e gostaria de parabenizá-los pela qualidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos ao primeiro tema que foi abordado por vários dos senhores que é o *spread* bancário. De fato, de 2012 a 2016, o Brasil foi um dos poucos países de mercados emergentes que teve aumento de *spread* bancário, foi aproximadamente 5,4 pontos. Depois de 2016, iniciou-se um trabalho muito elaborado do Banco Central para combater o *spread* bancário. Eu vou primeiro elaborar um pouco sobre o que é o *spread* bancário para poder tecer os comentários em relação ao que foi feito e ao que se pode fazer.

Então, primeiro, acho que é extremamente importante entender o que é *spread* bancário. *O spread* bancário hoje, total, está em torno de 20%, 20,5%, sendo que nós temos duas partes: uma parte que é direcionada, que é o crédito direcionado, onde o *spread* bancário está em 8,7%; e uma parte que é livre, onde o *spread* bancário está em 31%. Então, mais ou menos, temos duas partes.

Também acho interessante decompor o *spread* bancário. Eu vou arredondar aqui para fazer uma análise mais simples. Basicamente, 35% de inadimplência; 25%, custo financeiro; 25%, imposto; e 15%, lucro.

Quando nós olhamos outros países, o componente lucro é razoavelmente maior do que no Brasil. Então, grande parte do *spread* bancário não é lucro, é comido por outros custos. Eu vou elaborar um pouco sobre que significa isso.

O primeiro grande componente que é inadimplência... Acho importante analisar que a operação de inadimplência tem um problema antes de ser formulado e depois de ser formulado. E a gente tem que combater os dois problemas. O problema antes de ser formulado é um problema de informação. Hoje os agentes financeiros no Brasil têm menos informação do que seus pares têm na média. Usando um exemplo simples: se nós tivéssemos dois amigos, e um nós conhecêssemos mais o histórico de bom pagador, mas os dois tivessem o mesmo crédito, nós emprestaríamos mais barato para o que temos mais informação. O sistema financeiro também funciona assim. Então, o tema da informação é muito importante.

O Brasil, novamente, é um país onde existe um problema que os economistas chamam de informação assimétrica muito grande.

O que está sendo feito na parte de informação? Na parte de informação, temos o Cadastro Positivo, em que o colega João Manoel trabalhou bastante, que acredito que veio para o Senado hoje. Então, é uma forma de disseminar a informação e acabar com a informação assimétrica. Temos alguns projetos futuros que eu vou mencionar depois.

De uma forma geral, a gente tem de deixar claro que a informação é dele. A informação do cliente não é do banco, não é de ninguém. A gente tem de deixar claro para o cliente que ele tem a prerrogativa de usar a informação dele para benefício próprio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E na parte que a gente chama de ex-post, na parte depois do empréstimo concedido, temos um problema maior, porque existe um grande questionamento: por que a inadimplência caiu de 4 para 3? Por que o custo de inadimplência é tão alto se a inadimplência caiu tanto e esse custo não baixou? Bom, não baixou porque a parte depois da operação contratada continua muito problemática. O Brasil hoje tem uma recuperação de crédito muito lenta e muito custosa. Para terem uma ideia, hoje, de cada R$1 emprestado, recuperam-se R$0,13. E se leva na média quatro anos. Enquanto, em outros países emergentes – porque os não emergentes são inclusive superiores –, estamos falando de 60% de recuperação de crédito e um prazo de um ano e meio, dois anos, enquanto que no Brasil o prazo é de quatro anos.

Então, aqui temos um problema que precisamos endereçar e nessa parte temos muitos projetos, os projetos que já temos na Casa e projetos também que vou mencionar no futuro para combater o tema da recuperação de crédito. Temos o projeto de duplicatas, o projeto de centralização de recebíveis, todos os projetos onde fica mais verificável a garantia, o colateral e tudo o que pode ser usado em contrapartida do empréstimo.

O segundo grande componente é o custo operacional. O custo operacional tem duas partes: o custo financeiro, em que nós temos uma parte que é o compulsório, outra parte que é o crédito direcionado, que acabei de mencionar, outra parte que está ligada a custos financeiros associados ao empréstimo, à captação, e aí há uma outra parte de custos que é a parte operacional, que também o Brasil, no *ranking,* é um dos últimos, ou dos mais caros. E aí acho que figura principalmente o custo trabalhista, mas há todo um custo burocrático, o custo de manter agência, transporte de numerário, tudo está relacionado.

Em relação ao custo do *spread*, uma vez já explicada um pouco a origem do custo, o que a gente pode fazer? O que o Banco Central pode fazer e no que eu, se indicado pela Casa, posso contribuir? Na parte de inadimplência, o Cadastro Positivo; segurança jurídica; e uso de garantias. Na parte de custos operacionais, trabalhista; a parte burocrática nós temos que reformar. Há um grande plano do Governo de fazer uma reforma burocrática. Hoje é muito custoso operar qualquer empresa no Brasil, banco não é diferente disso. E incentivar o uso do dinheiro digital. Eu vou depois também elaborar um pouco mais isso.

Na parte de custo financeiro, há os compulsórios, em que já foi feita uma equalização. Num volume total de 500 bilhões de recolhimento, nós estamos hoje em 420. Então, foram liberados 80 bilhões.

Existe espaço para remodelar mais o compulsório, é uma coisa que vai ser feita a longo prazo, mas é importante mencionar que o compulsório não tem um impacto tão grande. Para cada 10%, estamos falando de 0,1%, 0,2%, o custo de *spread*. Então, não é tão relevante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí eu queria enfatizar dois temas importantes, que acho que não foi feito, não foi falado e pode ser feito. Primeiro, mercado de capitais. Existe no Brasil uma percepção de que mercado de capitais é banco. Mercado de capitais não é banco. Se os senhores forem a outras economias mais avançadas do mundo, o mercado de capitais tem todo um mercado de intermediação financeira que está fora do banco.

Então, na parte – inclusive mencionei isso no meu discurso – de inclusão, nós precisamos fomentar o mercado de capitais. Hoje, as pequenas empresas não têm acesso ao mercado de capitais; elas vão ao banco. A gente precisa fazer uma intermediação mais robusta, mais limpa, com maior credibilidade.

O maior instrumento democratizante do século está aqui: tecnologia. Um telefone como este tem uma capacidade computacional que o computador da Nasa tinha alguns anos atrás. E hoje isso aqui tem mais penetração do que saneamento, muitas vezes mais.

É importante os senhores entenderem que, se a gente tem um estímulo à tecnologia e a gente tem uma intermediação muito grande, a tecnologia vai ser o principal elemento de desintermediar isso, porque, se temos plataformas eficientes, há alguém querendo emprestar a juro muito caro e há alguém que está disposto a emprestar, essa plataforma é que vai fazer conexão. Então, a primeira medida que eu mencionaria é mercado de capitais e a segunda é estimular as plataformas digitais, estimular desintermediação por meio de tecnologia.

E aí eu vou mencionar em específico o *open banking*, que é um fenômeno que tem acontecido e que já está em prática em alguns países. O *open banking*, basicamente, é o cliente ser dono do próprio dado, a gente ser capaz de abrir os dados para todas as instituições que não estão no sistema fechado dos bancos, e, aí, você diminui vários dos aspectos que eu mencionei anteriormente.

Por fim, a reforma para diminuir a burocracia. Essa reforma para diminuir a burocracia, como mencionei no meu discurso, é incluir novas dimensões no mercado de crédito, porque hoje se gasta muito tempo falando do credor – eu acho justo, porque o credor é muito importante –, mas não falamos do poupador, não falamos da pequena empresa – a pequena empresa hoje não tem acesso a mercado de capitais –, não falamos de cooperativa – falamos pouco, cooperativa no Brasil é 3% do crédito, muito pouco –, não falamos de toda a parte de microcrédito – que é um direcionamento pequeno e é uma modalidade de crédito muito interessante, porque gera educação financeira, gera emprego. Então, há todo um tema ligado à competição que nós precisamos estimular, sindicado por Banco do Brasil, obviamente como...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Pois não, Senador Tasso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – O Presidente Ilan tinha um projeto de diminuição de exigências por camadas de instituições financeiras. Esse projeto vai adiante?

O SR. ROBERTO DE OLIVEIRA CAMPOS NETO – Sim. Na verdade, o Presidente Ilan fez uma segmentação que vai em linha de deixar os custos mais baratos para as empresas que têm risco sistêmico. Isso continua. Nós vamos incentivar a ideia, incentivar mais ainda tecnologia na parte de baixo da camada.

A resposta é sim, isso continua.

Então, na parte de *spread*, eu acho que elaborei o suficiente. Vou aqui a algumas outras perguntas.

A pergunta da competição bancária, que eu acho que é importante também. Eu acho que aqui valem alguns esclarecimentos e acho que há uma literatura bastante ampla sobre o tema.

Primeiro, eu acho que a gente precisa distinguir competição e concentração.

Na crise financeira de 2008/2009, o que grande parte dos países fez foi aceitar uma troca de mais concentração por mais segurança. Então, quando nós olhamos os índices de concentração bancária em todos os países, com a experiência dos Estados Unidos da Lehman Brothers, eu acho que o que aconteceu foi que os governos até estimularam, de certa forma, mais concentração, porque achavam que um sistema mais concentrado era mais sólido. Então, a concentração bancária aconteceu em vários países, não só no Brasil.

Quando a gente olha a concentração bancária no Brasil, a concentração em si é muito proporcional, muito parecida com a concentração em vários outros países, como Alemanha, Itália, Inglaterra. E há vários índices que medem isso: há um índice que se chama IHH, há um índice que se chama RC. Vários trabalhos foram feitos nesse sentido. A concentração bancária no Brasil é equivalente a vários outros países. Esse é um ponto.

O segundo ponto é o tema de competição bancária. E, quanto à competição bancária, também vários estudos mostram que a competição bancária no Brasil não é muito diferente do mundo emergente. Aí há vários índices também: há o Índice de Lerner e o Índice de Boore, que foram trabalhos que foram feitos para comparar a competição em vários países. Então, em termos de competição bancária, no Brasil, apesar de ser concentrado – reconhecemos isso –, acho que dá para dizer que existe competição; no entanto, essa competição não gerou um *spread* adequado. Acho que hoje grande parte do questionamento dos senhores é, se há competição, se há um incentivo do Governo, se o Banco Central está atento, por que a taxa de juros de 6,5% não se reflete ao cliente na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ponta numa taxa mais baixa? E aí eu acho que é importante lincar com o que eu acabei de falar, que é o tema do *spread* bancário.

Em relação às *fintechs*, eu acho muito importante mencionar, porque eu acho que é importante a gente entender: na parte de tecnologia, existe uma curva que acompanha a capacidade computacional, que a gente chama de curva exponencial. Se a gente olhar, por exemplo, o mercado de *fintech* dois anos atrás, ele basicamente não existia. A gente está falando de 300 empresas. Como esse crescimento é exponencial, os senhores podem imaginar o que vai acontecer daqui a dois anos. Então, parte da competição está automaticamente acontecendo. Isso está acontecendo. E, quando nós pegamos países mais avançados, onde a tecnologia já está numa parte mais alta da curva exponencial, já se desintermediaram os bancos completamente. Então, eu acho que existe um processo hoje, em curso, que já vai gerar isso. Obviamente, nós temos que monitorar, para que esse processo seja feito de uma forma saudável.

Outro tema que eu gostaria de mencionar é a diferença entre lucro e rentabilidade, que é uma confusão que também acontece bastante, e eu vejo que muitas pessoas escrevem artigos e publicam comentários baseados no lucro crescente do banco. Só olhar o lucro não é uma boa métrica, porque a gente tem que ver qual é o lucro sobre o capital que foi empregado. Então, se eu tenho um capital maior e tenho um lucro maior, na verdade, o meu retorno daquele lucro sobre o capital foi igual. Então, quando nós pegamos o retorno dos bancos, ele já foi bem maior – já foi em torno de 19%, 20%. Ele caiu para perto de 12%. E aqui eu gostaria de lembrar que ele caiu para 12% quando a Selic era 12%. Ou seja, imaginem que os bancos rendiam a mesma coisa que o título do Governo. Então, muitos investidores estavam muito infelizes nessa situação. E agora ele voltou para alguma coisa em cerca de 15%. Apesar de o lucro ser crescente, a rentabilidade baixou muito, e agora ela voltou a subir, mas está num nível ainda bem abaixo do máximo. Então, para esclarecer isso.

Para fechar essa parte de *spread* e competição bancária, eu acho que é importante entender que o que está acontecendo é um movimento de tecnologia. Os bancos vão deixar de ser uma empresa de serviço financeiro – já estão deixando – para ser uma empresa de serviço tecnológico. Quem acompanha o setor bancário de perto vê que, cada vez mais, isso está acontecendo. A gente tem o fenômeno de agências que estão sendo fechadas, e o sistema está ficando cada vez mais digital. Esse é o banco do futuro.

E aí acho que vale uma colocação final, que é o que nos falta e que acho que o Brasil precisa aprimorar bastante, que é a cobertura digital no País. Hoje nós temos ainda buracos de 3G enormes, e isso basicamente inibe essa competição digital em alguns lugares mais remotos. Em relação ao *spread* e à competição bancária...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria tecer alguns comentários sobre a autonomia do Banco Central, porque eu acho que é muito importante. De fato, a ideia do Banco Central foi elaborada pelo meu avô. Agradeço a todos pelos comentários. Tenho muito orgulho de ser neto dele.

Quanto à parte de autonomia do Banco Central, quando foi elaborada, muito tempo atrás, havia três vertentes: independência orçamentária, administrativa e operacional. A ideia era de que o Banco Central tivesse essas três autonomias de forma apartada. E, ao longo dos anos, o debate se concentrou basicamente na autonomia operacional. O que que é autonomia operacional? Autonomia operacional é ter autonomia para seguir as metas que são dadas ao Banco Central; não é autonomia para determinar as suas metas. A autonomia a que o Banco Central hoje se refere, que é a autonomia operacional, é uma autonomia somente para seguir as metas que são dadas. As metas são feitas no CMN, com a participação dos membros do CMN. Então, primeiro, eu gostaria de dizer que a autonomia do Banco Central não é uma autonomia para desenhar metas, e sim para seguir as metas.

Por que a autonomia é importante? Porque toda vez que existe um risco em qualquer preço ou qualquer atividade, a pessoa coloca no preço aquele risco. Então, se existe um risco, em algum momento, de o Banco Central não ser independente e não seguir exatamente a sua missão que é controle de preços e estabilidade do sistema financeiro, obviamente, quem está olhando para aquele risco vai colocar no preço a probabilidade de ter uma ruptura naquilo.

Então, basicamente, traduzindo em uma linguagem o mais popular possível, o que a autonomia do Banco Central faz? Ela permite que, com a mesma inflação, os juros sejam mais baixos. Por quê? Porque você removeu esse componente de risco que tem na curva. Esse é um ponto.

Outro ponto que eu queria mencionar é que, em 1999, por aí, quando começou a adoção do sistema de metas em grande parte do mundo, e foi inicialmente adotado por 15 países, a ideia sempre era de que o Banco Central seria independente. Então, basicamente, hoje o Brasil é uma jabuticaba nesse sentido, porque nós temos um sistema de meta que é comparável com os de outros países, mas não temos a independência. A independência nos coloca junto aos pares no sentido de melhores práticas. Isso vai baratear o custo de crédito, isso vai facilitar a entrada do Brasil em organismos internacionais, como a OCDE. Eu acho que essa já é uma prática de mercado que é bastante elaborada em todo o mundo.

Seguindo agora para os outros questionamentos, eu acho que, agregando por grupos, seria importante falar um pouco da compromissada também, que eu vejo que é um tema de questionamento forte. V. Exa., Senador Alvaro Dias, questionou, e eu acho que está implícita no questionamento de outras pessoas, inclusive na pergunta que recebemos aqui dos telespectadores.

Compromissadas. O que é compromissada? Basicamente, a compromissada é uma forma de o Banco Central enxugar a liquidez. Quando o Banco Central tem uma meta: "Olha, meus juros são de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

6,5", eu tenho que dar liquidez e tirar liquidez para regular que a taxa de 6,5 esteja perto da taxa de mercado. E aí mencionando um pouco o Senador Wellington, que citou o meu avô, dizendo que o Banco Central era um monstro, meu avô se referia a monstro porque o Banco Central, em algum momento, foi capaz de emitir dívida. Desde a Lei de Responsabilidade Fiscal, isso não é mais possível. Então, a monstruosidade do Banco Central, nesse sentido, desapareceu.

Voltando à compromissada, é importante, porque é um veículo para controlar a Selic. O Banco Central não emite dívida, o Banco Central não tem política pública, o Banco Central não tem políticas fiscais. O Banco Central basicamente tem um instrumento para perseguir essa meta, que é a política monetária. Então, o estoque de compromissadas que há hoje, que é ao redor de 1,3 trilhões, é basicamente uma posição espelho do acúmulo de reservas. Em algum momento, foi decidido que reservas eram um bom seguro para o País. Em 2007, compraram-se 97 bilhões de reservas, e, para comprar reserva, você tem que emitir títulos para gerar liquidez, e você depois tem que enxugar a liquidez do mercado com as operações compromissadas.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – Rapidinho. Além de enxugar a liquidez, o Tribunal de Contas suspeita que as operações compromissadas estariam sendo utilizadas para rolagem da dívida pública. Essa é uma questão que pode ser investigada pelo novo Banco Central.

O SR. ROBERTO DE OLIVEIRA CAMPOS NETO – Muito obrigado, Exmo. Senador.

Na verdade, quando se emite dívida, quando se gasta mais, gera-se um excesso de liquidez. Para enxugar essa liquidez, são emitidos títulos para o Banco Central, e o Banco Central usa os títulos para enxugar essa liquidez.

Então, de novo, a decisão de rolar dívida ou de emitir dívida não é do Banco Central. O Banco Central não tem essa capacidade, desde que foi implantada a Lei de Responsabilidade Fiscal. Nesse sentido, essa afirmação merece, obviamente, uma investigação, mas o principal fundamento hoje das compromissadas é ser capaz de conduzir a política monetária. Por exemplo, se a gente colocasse um limite nas compromissadas, vamos imaginar que, olha, não quero... O que aconteceria? Como você tem automaticamente juros da dívida que têm de ser pagos, e, toda vez que há juros, há mais liquidez no mercado, há que se emitir mais para enxugar os próprios juros, chegaria um momento em que você não teria mais compromissada para fazer as operações. O que aconteceria? Haveria um excesso de liquidez no mercado, a taxa Selic iria para zero. Então, o Banco Central não teria capacidade de fazer o seu trabalho.

É muito importante entender que o Banco Central é um piloto simplesmente com uma meta. E a meta é política monetária. O Banco Central não tem capacidade, em nenhum momento, nem de administrar dívida nem de fazer política fiscal. Então, a resultante do excesso de liquidez são

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

basicamente duas coisas: o acúmulo de reservas, número um; e, segundo, o próprio endividamento do Governo, que gastou mais do que arrecadou. Eu gostaria de esclarecer esse ponto.

E, finalmente, eu vou, como várias questões estão mais ou menos... Aqui acho que enderecei esse tema da dívida.

Então, vou falar um pouco da relação Selic e outras variáveis macroeconômicas. Parece que há um questionamento grande: a Selic caiu muito, foi à metade, foi de 14,5 para 6,5, mas isso não foi capaz até agora de gerar um crescimento robusto.

Aqui, eu acho que é importante frisar que a coisa mais importante para o crescimento é a estabilidade de preço. Em vários experimentos em vários países, em que se sacrificou a inflação para gerar empregos de curto prazo, o que aconteceu foi um crescimento por um curto espaço de tempo e, depois, veio uma recessão. Nós mesmos já experimentamos isso.

É muito interessante comparar, por exemplo, os temas que estão sendo abordados aqui com as outras sabatinas a que eu assisti, porque eu vejo que existe uma maturidade, uma maturidade grande na consciência do estabelecimento de que o sistema de meta funcionou, é importante. A inflação baixa é uma conquista. Temos de manter essa conquista. E essa vai ser a principal conquista para gerar empregos no futuro.

O ano de 2018 foi um pouco decepcionante, mas foi um ano atípico também, porque nós tivemos crise em mercado emergente – a Argentina e Turquia, com vários problemas; tivemos uma expectativa de alta de juros nos Estados Unidos, que drenou um pouco a liquidez. Inclusive, o fluxo de portfólio no Brasil, no ano passado, foi negativo pela primeira vez em muito tempo. Isso demonstra que os investidores tinham bastante receio do que ia acontecer. Além disso, tivemos o tema dos caminhoneiros e tivemos eleição, que foi uma grande incerteza. Então, obviamente, o crescimento no começo do ano parecia mais robusto e foi decaindo ao longo do tempo.

Estou convicto de que, neste ano, a gente pode esperar um resultado melhor. Obviamente as reformas são essenciais. O que fez a política monetária voltar para o trilho foi uma combinação de credibilidade do Banco Central, mas também de um governo reformista, que entrou e fez o teto dos gastos, que fez a reforma trabalhista. Então, eu acho que a história recente mostra que é muito importante continuar na trajetória de reformas.

Eu vou deixar tempo aqui para os outros, porque eu já vi que me excedi um pouco.

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Bastante.

O SR. ROBERTO DE OLIVEIRA CAMPOS NETO – Bastante?

Desculpem-me.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo a palavra para os outros.

Desculpem-me S. Exas.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Antes que o Omar reassuma, deu para perceber que não dá para seguir o Regimento Interno, mas eu pergunto em relação aos outros: no primeiro bloco de Senadores, há algum Senador que não foi contemplado na resposta?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Por isso eu pergunto.

De repente, já não é mais necessário a gente ouvir os outros e podemos passar para o próximo bloco. Entenderam? Para agilizar, porque é humanamente impossível que ele responda em dez minutos.

Então, o primeiro bloco daqueles cinco Senadores está contemplado nas respostas? É isso que eu quero saber, porque senão a gente já passa para o próximo bloco.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Existe o questionamento do Senador Tasso Jereissati à Sra. Flávia, e ele é o Relator dela.

Por favor...

A SRA. FLÁVIA MARTINS SANT'ANNA PERLINGEIRO – Eu agradeço muitíssimo, Excelência, a pergunta do Senador Tasso Jereissati, e serei breve, com relação a dois questionamentos na verdade.

Com relação à Lei 13.506, que é de novembro de 2017. Ela já está em vigor, mas essas penalidades vão ser aplicadas para fatos que ocorrerem após a entrada em vigência da lei, 2017, e trouxe avanços muito importantes na verdade para o processo sancionatório, administrativo sancionatório, tanto na esfera do Banco Central quanto da CVM. Eu vou falar aqui sobre a CVM. No caso da CVM, o ponto destacado entre outros da lei foi o aumento da multa, do teto da multa pecuniária, que antes era de 50 mil e passou para 50 milhões. A percepção era de que aquele teto anterior era um teto não dissuasivo, ele não era suficiente, ele ficou defasado ao longo do tempo e que é preciso que haja esse teto substancial para que haja o desincentivo à prática das infrações.

Mas, claramente, a questão da dosimetria aqui, da dosagem da pena vai ser fundamental, inclusive para que não haja maiores questionamentos a respeito da aplicação das penalidades,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

lembrando também que essas penalidades, além desse teto pecuniário, na verdade, é o maior dos seguintes critérios, esse teto de 50 milhões, mas ela pode chegar também até o triplo da vantagem ilícita obtida ou perda evitada e até o dobro das perdas causadas. Então, a multa pode ser maior do que os 50 milhões num caso que seja aplicável.

Essa dosimetria vai ser objeto de uma instrução da CVM específica a respeito, que separa as infrações em grupo, por gravidade, dosa esse valor... Essa norma está em audiência pública. A CVM faz audiências públicas e recebe de todo o mercado, dos participantes e do público em geral todos os comentários. Esses comentários foram recebidos já e agora está na fase de análise. Vai ser publicado depois o relatório, então vai sair a nova norma e o relatório em que a CVM, como de praxe, na verdade justifica todos os comentários que aceitou, os que não aceitou, as razões, então é um processo bastante transparente, muito elucidativo.

Para além dessa questão da multa, foi feita também a ponderação de que há uma crítica em relação à celeridade da CVM no julgamento dos processos. D fato, no passado, foi mais incisiva essa crítica, a situação vem sendo muito aprimorada. Havia, anos atrás, processos com mais de oito anos de duração de tramitação, e isso vem sendo reduzido com bastante eficiência. É claro que há um estoque, existe um estoque de mais de 300 processos sancionadores ainda em trâmite, e vai ser necessário usar não só a própria tecnologia, e a lei trouxe também a previsão inclusive de atos processuais que agora podem se dar eletronicamente, como citação e outros, e também as outras medidas que a CVM tem para atuar, que são os termos de compromisso, que encerram e suspendem processos em curso, quando se considera que isso é pertinente. Esses termos de compromisso não implicam reconhecimento da infração. E, além dos termos de compromisso, a CVM tem processos não sancionadores, de alertas, *stop orders* e outras medidas em que ela faz o processo preventivo. Ela tem feito muito esse esforço para não ser só a questão do punir, mas sim prevenir e impedir que esses ilícitos aconteçam, porque esse seria sempre o melhor cenário, claro, sem eliminar a função precípua de julgamento dos processos sancionadores.

Não sei se esclareci.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado.

O próximo orador é o Senador Luiz do Carmo; depois, o Senador Styvenson, porque eu chamei, mas ele não estava aqui. Devia estar em outra Comissão.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Perdão, Presidente, eu estava na Comissão de Educação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É uma questão de primeira vez.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Depois, o meu companheiro Angelo Coronel; depois o Senador Confúcio Moura. Está aqui o Confúcio?

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Não, está na CE também.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, vai Angelo Coronel, Jorge Kajuru...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E você chega cedo aqui, Jorge. Você chega cedo demais. Daí, é lógico que tem prioridade. Mas vamos, agora...

Senador Luiz.

O SR. LUIZ DO CARMO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO) – Primeiramente, felicito os Drs. Roberto Campos Neto, Bruno Serra Fernandes, João Manoel Pinho de Mello e a Dra. Flávia Martins pela indicação. Desejo êxito e tenho certeza de que vocês vão fazer um bom mandato no Banco Central.

As minhas perguntas vão ser simples, não vai ser uma coisa muito complicada, não vou gastar nem cinco minutos. Talvez já responderam, mas que respondam depois. O cartão de crédito chega a ser uma vergonha, os juros cobrados são referência para os agiotas do Brasil. Vai apreçar o agiota ou o cartão de crédito que faz tanto mal para a sociedade. O que você vai fazer a respeito disso, doutor?

Segunda. Eu fui bancário na década de 80 e 90 e, na época, quem fazia o serviço para os bancos eram os bancários; hoje quem faz são os clientes – nada contra a tecnologia. Só que os juros e taxas aumentaram, e os bancos trabalham com um lucro absurdo. O senhor vai ter coragem de enfrentar esse sistema perverso?

Terceiro. O Banco do Brasil... Os bancos não podem quebrar. Será que ele tem dinheiro do povo ou ele trabalha com capital próprio?

Tempos atrás, a política de Governo para regular o mercado financeiro era o depósito à vista – você depositava o dinheiro lá, e o Governo que fazia isso – como depósito compulsório. Hoje, no Banco Central – de primeiro, no tempo do seu avô, eram 75% dos depósitos com cliente fazendo no banco e quem movimentava era o Banco Central, direcionava para quem ia emprestar, regulava o mercado, emprestava mais, diminuía, de acordo com o crédito –, 21% do dinheiro que deposito no banco é compulsório e no resto o banco é livre. Então, mudou muito isso aí, demais. E mudou para pior porque o dinheiro não é do banco. Ele trabalha com capital de terceiro e ele empresta do jeito que quer, o Banco Central.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria saber o que o senhor vai fazer nesses quatro itens que perguntei ao senhor para melhorar a vida do cidadão? Isso aqui estou falando diretamente ao cara que vai à boca do caixa. Não estou falando de outra coisa. É de quem vai sacar. E isso aqui é um absurdo. O dinheiro meu hoje quando é depositado, o banco já o leva para a poupança de imediato. Eu não pedi para fazer poupança e, quando fui lá, perguntei: cadê o meu dinheiro? Transferiram para a poupança, enquanto o Banco Central podia ter esse dinheiro para movimentar e regular o mercado e deixa ao bel-prazer dos bancos que estão aí.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E há uma coisa que o Roberto Campos respondeu há pouco sobre a questão dos lucros em que diz: "Lucro é uma coisa e rentabilidade é outra". Só que ele diz uma coisa aqui interessante: de cada R$1 de crédito, em quatros anos, recebe-se 13 centavos. Imagina se recebesse acima de 50 centavos por real. Aí a rentabilidade do banco seria um negócio...

O SR. LUIZ DO CARMO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO) – Eu não entendi bem o que ele falou. Qualquer empresa, a não ser banco, que tem uma inadimplência de 30% vai quebrar, qualquer uma. Agora, se você empresta um dinheiro, e 30% não vai te pagar, o sistema está errado, não pode emprestar para quem não paga, não pode emprestar para quem não paga.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Bem, Senador Styvenson.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN. Para interpelar convidado.) – Sr. Presidente, obrigado.

Perdão por ter-me ausentado, estava em outra Comissão, na Comissão de Educação. E todas são importantes aqui nesta Casa.

Uma pergunta, vou ser sintético, vou ser simples. Acho que o que as pessoas querem ouvir é o que eu quero perguntar.

Para o Sr. Roberto de Oliveira Campos Neto. Eu tenho uma percepção na condição de cidadão de que a taxa de juros gera um impacto direto na nossa capacidade financeira. Juros altos, em médio e longo prazo, podem acarretar menor qualidade de vida, redução na capacidade de investimento, compra, lazer, saúde, etc. Dentro disso que estou falando, desse cenário, uma rápida pesquisa feita, constatei que a Caixa Econômica, um banco público, cobra juros tão altos no cheque especial quanto os bancos privados. Em relação a esse assunto, queria saber como esse banco pode contribuir para esse crescimento das pessoas sociais.

E uma segunda pergunta seria – não sei se foi falado aqui –, é uma curiosidade minha pelas redes sociais ou pela tecnologia que a gente usa, sobre as *startups*, que dão uma celeridade, que diminuem a burocracia, que aceleram, acho que não tão burocráticas quanto os bancos. Se a gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pode esperar alguma regulamentação, algum freio nesse tipo de relação, para esse tipo de relação econômica. Seria para qualquer um responder.

E especificamente para a Sra. Flávia: eu tenho uma preocupação com a criptomoeda, porque hoje ninguém tem controle sobre ela, ou, se já existe, poderia ser dito aqui.

E essa transação que existe no globo terrestre me causa um temor, porque o crime organizado pode estar se valendo dela, pode estar sendo usada como lavagem de dinheiro, muitas coisas. Então, seria também um foco de regulamentação, especificação?

E mais uma pergunta ao Sr. Roberto de Oliveira Campos sobre as reservas internacionais. Desde 2011, quando ultrapassou o patamar de 300 bilhões, sendo que em janeiro estava em cerca de 376, segundo o Banco Central. Como o senhor avalia esse custo de manutenção de nesse nível de reserva? E esse nível é adequado ou não?

Obrigado.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – Um esclarecimento ao Presidente Roberto Campos: se não gostar da pergunta dele, pode chamá-lo para resolver lá fora. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Aí o Presidente vai levar uma desvantagem, Senador, bem grande. (*Risos.*)

Senador Angelo Coronel, por favor.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA. Para interpelar convidado.) – Eu queria parabenizar ainda a Diretoria do Bacen, na pessoa do Presidente Ilan, por ter colocado o Brasil no quinto lugar dos países com maior taxa de juros, melhor dos últimos 13 anos. Então, merece também que sejam tecidos parabéns a eles.

Eu queria aqui iniciar a minha pergunta à nossa Flávia Martins. Eu tenho até o sobrenome Martins. Eu não sei, mas com esse negócio de PEP, se for parente, piora mais ainda. Considerando o volume financeiro de emissões de debêntures, Drª Flávia, realizadas somente pelas grandes empresas, existe alguma política para facilitar o acesso dos emissores de menor porte a esse mercado?

Dr. Roberto, países desenvolvidos têm como padrão juro zero, em que se prefere investir na economia real, que gera emprego e renda, a investir no rentismo. O senhor, com sua equipe, acha difícil atingirmos esse padrão de juro zero a médio prazo?

Os juros rotativos dos cartões – não quero ser repetitivo, mas é importante citar um dado aqui nesta pergunta –, os juros rotativos dos cartões de crédito são aproximadamente 285% ao ano. São

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

apontados como o principal tipo de dívida de 76% das famílias brasileiras. O que o Bacen tem como meta para extirpar efetivamente esse câncer financeiro das famílias brasileiras? Sei que houve regras novas, estão até em vigor, mas o que se viu foi uma queda de 300% para 285% ao ano. Não resolveu o problema. E ainda temos os juros escorchantes do cheque especial que também tomam conta das famílias brasileiras.

O que se vê, Dr. Roberto, é que a agiotagem informal está mais competitiva do que os bancos. Eu fiz uma conta rápida aqui com uma HP improvisada: se uma pessoa ficar devendo R$10 mil no cheque especial, ela vai pagar 12 parcelas de R$2,6 mil. Se ela for financiar o rotativo direto, ela vai pagar 12 parcelas de 1,7 mil. E, se ele tomar na mão do agiota, a 5%, já baixa para 12 de 1,2 mil, ou seja, a agiotagem informal está sendo mais concorrente, mais abrasiva do que os próprios bancos.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) – E o cigano, segundo o Senador Otto Alencar, já caiu para três. Então significa que a informalidade está superando a formalidade.

Eu tenho aqui mais uma pergunta rápida: qual seria a política cambial que essa nova Diretoria deseja implantar? É manter o dólar nesse patamar, fazer gestões para o dólar cair ou manter o dólar nessa fase de crescimento?

Outra pergunta que eu sei que o povo brasileiro que está aqui nos ouvindo e nos assistindo pela TV Senado... Se o Bacen pretende retirar os 6% de IOF nas transações internacionais com cartão de crédito, ou pretende manter, essa nova Diretoria.

E outra coisa que foi citada por V.Sa. é a questão do Cadastro Positivo, que vem para esta Casa a ser votado. O Serasa já tem um escore e, na verdade, o escore do Serasa já é um Cadastro Positivo. Não sei se não vai ser redundante votar o Cadastro Positivo aqui.

E outra coisa, ouvindo aqui meu colega Luiz do Carmo, é a questão do PEP, porque hoje o político, até me parece que o terceiro grau, entra na lista do PEP, ou seja, fica com seu crédito restringido em bancos. Eu acredito até que quem tem mandato pode estar na lista do PEP, mas uma nora, parente de segundo grau, eu não vejo por que estar com esse crédito restringido, fazendo parte das pessoas expostas publicamente. Então, ficam aqui essas perguntas.

Queria parabenizar V. Exa. e toda a sua equipe. Pelo currículo que estive analisando, realmente, trata-se de uma equipe competente que, com certeza, vai fazer história no Banco Central.

Ficam aqui minhas considerações.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Agora, o nosso querido amigo Jorge Kajuru.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Presidente, só para complementar aqui o que o Senador Angelo Coronel falou. Nós estivemos aqui participando... Esta é a terceira sabatina em que estou. Houve a do Tombini, do Ilan e, agora, a de V. Sa. E eu queria perguntar o seguinte: todos os dois anteriores prometeram resolver essa questão do crédito na ponta, ou seja, é 6,5% a taxa Selic, mas chega lá 300%. Eu quero saber, se na sua gestão, agora, vai conseguir fazer. Porque todos os dois prometeram, e não cumpriram.

Essa situação é uma situação muito desagradável, como falou aqui o Senador Angelo Coronel. A taxa Selic é 6,5%, no cartão é 300%, no desconto de uma duplicata na Bahia é 5%, 6%, faz o Banco do Brasil isso, faz a Caixa Econômica isso. Então, você tem uma empresa correta, ela está arrumada, está com liquidez, vai lá, leva uma promissória para descontar no banco, são 5%, 6%. Por isso, eu falei aqui que, realmente, os juros da agiotagem estão menores do que o dos bancos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador, daqui a seis meses V. Exa. poderá questioná-lo, até porque daqui a seis meses ele estará aqui novamente.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Pronto.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Aqui todos que passaram por sabatina, no Senado, de seis em seis meses vêm prestar conta do que estão falando, porque senão fica *ad aeternum* e ninguém sabe. Então, V. Exa. já sabe que será convidado para estar daqui a seis meses aqui. Caso não venha, será convocado para estar aqui, para que essas perguntas que os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras estão fazendo ele possa responder novamente. Então, guarde isso aí, Presidente.

Senador, desculpe, Jorge Kajuru.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO. Para interpelar convidado.) – Presidente Omar Aziz, V. Exa. sabe, até porque é minha obrigação, moro aqui em Brasília e respeito os colegas que moram longe, distantes... Eu sou um dos únicos ou único que fico em qualquer trabalho do começo ao fim. Então, eu peço desculpas à equipe econômica aqui presente, porque não vou poder acompanhar a resposta – estou aqui desde 9h30 da manhã, o senhor sabe disso, acompanhei tudo –, porque tenho a reunião dos Líderes com o Presidente Davi, e às 14h começa a sessão plenária, eu sou o primeiro a fazer uso da tribuna, para variar, e tenho um assunto importante lá. Mas acompanharei e depois, evidentemente, terei conhecimento do que será respondido.

Bom, antes de mais nada, nada na minha vida é secreto, como eu provei no dia da eleição, quando eu pedi para todo exibir o voto para o Brasil, e 51 acompanharam aquele abaixo-assinado, naquele dia do tal do voto secreto, e exibiram o voto. Então, eu já fui lá e já votei "sim" em toda essa equipe econômica. Motivo – curto e grosso –: entre erros e acertos do Presidente Bolsonaro, o seu maior acerto foi na escolha, e aí temos que saber dar crédito, ao Ministro Paulo Guedes, não por ter

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

amizade familiar comigo, por respeito a ele, pelo preparo dele, pela honradez intocável e irretocável dele, enfim, um homem que soube, como João Saldanha nos bons tempos, em 1970, escalar uma seleção, na minha opinião, de Ministros e de pessoas qualificadas em todos os segmentos. Então, o mérito para mim é todo do Ministro Paulo Guedes ao escolher cada um dos senhores e a senhora aqui.

Bom, todos aqui tiveram a oportunidade, em seus gabinetes, de conversar e de receber o Presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto. No meu caso, o senhor deve estar lembrado, eu praticamente fiz uma sabatina ao senhor. Então, a sabatina que eu tinha que fazer ao senhor eu praticamente fiz lá – e fiquei contente –, bem como ao Bruno, enfim, a todos lá. Tanto que, depois da longa sabatina nossa sobre a questão econômica do País, depois eu até lhe ofereci um *stand-up comedy*, e o senhor falou que seria inesquecível aquela audiência. Tomara que também seja inesquecível o mandato dos senhores da equipe econômica no Banco Central. Eu tenho certeza.

V. Exa. sabe que eu sou um dos poucos aqui, por eu ser jornalista, que convivi com o seu avô, Roberto Campos, entre 1994 e 1999, nas redações dos maiores jornais do País. Tive o privilégio de ser amigo dele, no caso do seu avô, e de ser um concorrente dele, humilde, em frases, porque ele para mim foi o maior frasista deste País. Eu perdia de cem a um para ele, é evidente, mas ele gostava de ouvir algumas minhas e eu anotava todas as dele.

Eu queria que o senhor permitisse aqui duas para o trabalho dos senhores e da senhora. Dizia ele: "O único pecado que a política não perdoa é dizer a verdade antes do tempo". Lembra-se dessa? A outra dele – essas duas frases cabem neste momento do Governo Bolsonaro – é a seguinte: "A diferença entre a inteligência e a estupidez é que a inteligência é limitada". Lembra também dessa? Eu tenho todas dele, todas.

Eu queria colocar aqui dois questionamentos apenas, para não ser longo. Existe o lado Kajuru ternura, que o senhor acabou de acompanhar, mas tem o lado Kajuru malvadeza ou Kajuru dureza. Então, eu vou aqui, baseando-me naqueles que não aprovam V. Exa. como Presidente do Banco Central – e é uma minoria, confesso, pelas minhas 30 redes sociais –, resumir aqui um questionamento. O senhor tem uma longa carreira profissional como executivo em bancos brasileiros, o que trará conhecimento e experiência importantes para o exercício da relevante e nobre função de Presidente do Banco Central. Entretanto, a atuação como regulador e supervisor das instituições financeiras em que o senhor trabalhou pode implicar conflitos de interesse, dado que muitas das decisões a serem tomadas vão afetar diretamente os resultados financeiros daquelas instituições? Como o senhor responde a essa crítica de possível conflito de interesses?

Por fim, em relação à gestão de abismais reservas cambiais brasileiras, como o senhor enxerga as seguintes propostas: a primeira, vender partes das reservas e utilizar os recursos para reduzir o volume de dívida interna, principalmente as operações compromissadas, caracterizadas pelos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

curtíssimos prazos de vencimento; a segunda, alongar os prazos das aplicações feitas com os recursos das reservas com o objetivo de elevar o nível de rendimento obtido?

Há uma questão que domina o debate quando se fala em Banco Central do Brasil: a independência ou não, vantagens e desvantagens de um Banco Central independente, aqui já discutido. Apontam como vantagem o fato de países com bancos centrais independentes terem baixos índices de inflação graças à capacidade de resistir a eventuais pressões expansionistas dos governos em períodos eleitorais. Em contrapartida, como principal desvantagem, citado justificadamente, o risco de uma política expansionista, porque o governo menos interveniente poderia afrouxar o controle da austeridade fiscal. O senhor concorda com esses argumentos?

E, para terminar, não ser longo e em função da vida, porque aqui nós, como Senadores, temos que ser Garrincha, temos que driblar aqui, driblar ali, tanta coisa para fazer, mas é o nosso dever como empregado público... Nunca me refiro a V. Exa. e a nenhum dos integrantes da sua equipe, pelo amor de Deus! Eu sou respeitoso com quem eu questiono.

Agora eu confesso: eu entendo o meu colega goiano. Ele é evangélico. Ele é mais educado que eu. Eu realmente sou, de vez em quando, meio do jeito que sou. É o jeito meu. Não generalizo, mas eu não consigo compreender a sua resposta sobre juro alto e sobre inflação baixa. Essa aí é a única que V. Exa. não conseguiu me convencer, Roberto Campos, que tanto admiro e tanto respeito, não em função do seu avô, por quem, quando morreu em 2001, eu confesso que chorei, porque eu choro pelas pessoas que sempre amo. Eu aprendi com Shakespeare.

Mas eu entendo que a maioria dos bancos, uma grande maioria, em negócios... Banco é melhor do que crime organizado para mim – crime organizado. Eu vejo banco assim. Não generalizo. Então, eu não entendo e não consigo respeitar um governo que não enfrentar para valer os bancos deste País, não enfrentar realmente – como vai enfrentar outros segmentos, enfrentar os bancos. Então, se este Governo Bolsonaro não enfrentar os bancos... A reforma da previdência mostra a nós até agora que ele blinda os caloteiros, os maiores caloteiros da dívida previdenciária – e V. Exa. sabe muito bem disso – e prejudica exatamente os trabalhadores da iniciativa privada, urbanos, rurais, os idosos, as idosas, as pessoas especiais, que poderão receber salário mínimo de R$998, que já é um salário criminoso, para R$400. Esse para mim é o ponto mais grave da reforma previdenciária, porque ela tem pontos bons, inquestionáveis, que eu aprovaria tranquilamente se a equipe econômica respeitasse o trabalhador brasileiro e não o sacrificasse.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador.

Senadora Daniella Ribeiro. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Veneziano Vital. (*Pausa.*)

Senador Plínio Valério.

O Plínio é o quinto Senador. Os senhores irão responder depois do Senador Plínio.

Eu vou fazer o seguinte: quem não estiver aqui, se tiver que falar, só no final agora, tá bom, pessoal?

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM. Para interpelar convidado.) – Presidente Omar, senhores, eu peço só paciência, Kajuru, eu vou fazer um resumo aqui de dois, três minutos para fazer a minha pergunta, e ela, no final, talvez, se mostre pertinente.

Aos nossos indicados hoje aqui eu faço a seguinte ponderação: se a Amazônia fosse um país separado do Brasil, seria o 18º maior país do mundo e, certamente, seria o mais rico em recursos naturais. Na Amazônia, há nióbio, há ouro, ametista e outros minerais em condições de aproveitamento comercial. É a maior floresta tropical do Planeta, a maior biodiversidade do mundo, a maior reserva de água doce do mundo e por aí afora. No entanto, Presidente, se a gente estabelecesse um *ranking* de desenvolvimento econômico com 132 países, o Brasil ficaria em 46º lugar e a Amazônia na 93ª posição.

Há, pois, um abismo grande entre Brasil e Amazônia. Isso ocorre porque, apesar de riquíssima, a Amazônia não pode explorar os seus recursos naturais, amordaçada que sempre foi por leis severas que estão tornando o seu território um santuário intocável. Tanto é que, somadas as áreas de proteção da Amazônia, temos duas vezes o tamanho da Alemanha – repito: só de áreas preservadas na Amazônia, Senador Kajuru, temos duas vezes o tamanho a Alemanha.

Para compensar, criou-se no Amazonas um modelo econômico que é exitoso, a Zona Franca de Manaus, que tem sustentado o Amazonas, tem tirado o Amazonas do seu isolamento e ajudado a preservar a floresta. Mesmo assim, a cada Governo Federal se mutila mais a Zona Franca, retirando-se as suas vantagens competitivas. O Polo Industrial de Manaus empregava, no ano passado, 88 mil pessoas. Nós perdemos, de 2012 a 2018, 43 mil postos de trabalho.

A minha pergunta – e eu a faço aos quatro ou a um só – é a seguinte: para fins de desenvolvimento regional, dados os graves desequilíbrios internos do País, o senhor considera recomendáveis subsídios mediante renúncia fiscal ou taxa diferenciada de juros, entre outros mecanismos, ou o senhor faz parte da corrente de economistas para a qual, a princípio, todo subsídio é condenável? É importante para nós da Amazônia sabermos a opinião de quem vai gerir os destinos do Banco Central. É a única pergunta, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou passar a palavra ao Presidente do Banco Central, e, se tiver contemplado a resposta por todos os outros membros, nós ficaríamos apenas com V. Sa. O.k?

O SR. ROBERTO DE OLIVEIRA CAMPOS NETO – Muito obrigado a V. Exas.

Eu vou, mais uma vez, agregar as perguntas em blocos, porque fica mais fácil a condução da resposta. Assim, eu acho que um bloco que realmente não foi endereçado na última parte e que foi, novamente agora, alvo de questionamentos é o tema das reservas. Então, eu gostaria de falar um pouco aqui sobre o tema das reservas.

O Banco Central, hoje, tem cerca de US$378 bilhões em reservas e tem uma posição de *swap* cambial que é contrária ao direcionamento das reservas, ou seja, a reserva está comprada em dólar e o *swap* está vendido, de US$70 bilhões. Então, quando a gente faz a soma das duas posições, da posição de reservas e da posição de *swap*, temos, mais ou menos, US$310 bilhões.

E aqui eu queria, primeiramente, deixar claro que as reservas foram acumuladas basicamente em dois períodos – nos outros períodos isso se deu em menor escala. Houve um período, em 2007, quando nós estávamos nos áureos períodos das *commodities,* quando havia muita liquidez, havia muito dinheiro entrando no Brasil, e o Governo decidiu, então, acumular reservas, porque se achava que era um seguro interessante e o câmbio estava com um preço atrativo. Depois teve um segundo momento, depois da crise, que foi quando os governos desenvolvidos colocaram a taxa em zero, e aí gerou também um excesso de liquidez e houve uma nova onda de compras de reservas. Tirando esses dois períodos, ela foi basicamente estável, com alguma compra, mas não muita.

Então, o primeiro questionamento é: a reserva é vista como um seguro, é um seguro para a crise, como que funciona? Bom, ela protege as contas de capital, ela protege as crises, e as reservas se mostraram bastante importantes na administração da nossa crise. Nós passamos por crises em que outros mercados emergentes tiveram uma depreciação cambial muito maior, por não ter reservas. Então, ela é um seguro.

Então, aqui eu pergunto aos senhores... E, de novo, acho que não cabe aqui discutir se vamos vender, se não vamos vender, porque acho que isso é um tema em que eu preciso, se aprovado nesta Casa, me aprofundar depois, no Banco Central. Mas eu gostaria de fazer uma colocação: imaginem que a reserva seja um seguro, os senhores têm carro, compram os seguros de carro. Imaginem que o preço desse seguro fosse de 14%, que era a taxa de juros local, contra 0%, que era a taxa de juros americana, ou seja, é proporcional a diferença de 14% para 0%. Hoje a taxa de juros local está em 6,5%, e a taxa lá fora está em 2,5%. Então, o preço desse seguro ficou muito mais barato. Então, se nós acharmos que o seguro não é pertinente, é porque a probabilidade de sinistro caiu muito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu acho que vale a pena refletir nessa forma, porque é uma forma de se fazer uma análise comparativa de se o preço que nós pagamos está adequado ou não. Como todo investimento, eu acho que sempre é importante fazer uma análise de retorno, de valor e de retorno. Então, o valor da reserva de fundo de seguro e o retorno que ela gera.

Um outro esclarecimento que eu queria prestar é que as reservas – e poucas pessoas têm conhecimento disso – administração de reservas nos últimos dez anos, o custo dela para o País foi zero. Foi em torno, levando em consideração da taxa Selic, a remuneração da taxa Selic, de 13 bilhões positivos. Então, nesses últimos dez anos, o seguro foi de graça. E o preço atual do seguro caiu. Então, nos últimos dois anos, o seguro foi de graça, porque teve uma desvalorização cambial que foi no sentido de proteção. E agora nós temos um preço mais baixo. Então, acho que isso tem que ser levado em consideração e, de novo, acho que não cabe aqui criar nenhum tipo de especulação sobre o que vai ser feito, mas acho que são importantes esses dados e vejo que são pouco mencionados. Então, esse é um primeiro tema.

O segundo tema, que eu acho que é importante, que não foi tocado amplamente no primeiro bloco, é o tema de cartões de crédito. E aqui também acho interessante mencionar que o histórico de cartão de crédito do Brasil e de regulamentação é bastante recente. Até 2013, nós basicamente não regulávamos cartão de crédito, e existiam dois grandes grupos. De lá para cá, o Banco Central começou a olhar o mercado de cartões de crédito, começou a fazer regulamentações.

Vários aspectos da Agenda BC+ estão presentes. Gostaria de destacar algumas das principais atuações: o fim de exclusividade de credenciamento; a retirada da barreira; a participação, prestação de serviços; a liquidação centralizada, que agora tem uma consulta pública, porque a liquidação centralizada é uma forma de antecipação para o credenciador, uma forma que não gere um risco acentuado; diferenciação de preços, que foi muito importante, porque uma forma de competir com o cartão de crédito é criar outra modalidade de crédito, que possa competir com ele; outra coisa, o Banco Central limitou a taxa de intercâmbio para os cartões de débito, ou seja, transformou o cartão de débito em um instrumento mais barato, para competir com as taxas de crédito; e eu acho que o que está em estudo mais recentemente, que vai ser uma grande evolução no sistema financeiro nacional, é o pagamento instantâneo.

O que é o pagamento instantâneo? O pagamento instantâneo é a pessoa poder fazer um pagamento em qualquer hora, 24 horas por dia, em qualquer dia da semana e, automaticamente sai da conta dela e debita a outra conta, sem ser crédito, sem depender de nenhum processo, é completamente automático. Esse é um processo dos mais avançados, e o Banco Central está trabalhando. Eu pretendo me aprofundar nisso.

Então, quanto à parte de cartão de crédito, primeiro, há que se reconhecer esse enorme avanço que houve. A Casa participou muito com estudos e relatórios, que ficaram muito bons. Eu acho que,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

agora, olhando para frente, para o futuro do mercado de cartão de crédito, é importante entender – e volto a mencionar o tema das credenciadoras – que a gente teve quase 30 a 40 credenciadoras novas entrando no mercado num curto espaço de tempo, o que criou uma competição bastante grande. E o MDR, que é a taxa de desconto, caiu 30% em 1,5 ano. Então, apesar de parecer ainda na ponta que a taxa de juros é bastante alta, ela caiu de 420% para 460%, há um processo em curso que vai reduzir mais essas taxas. E o que nós precisamos é estimular essas plataformas eletrônicas e essas *fintechs* para continuar essa competição.

Então, acho que peguei esses dois pontos.

Não sei se respondo os outros ou passo para os...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Houve também uma pergunta aos outros, feita por um Senador. Há uma para a senhora e uma para você.

João Manoel, por favor.

O SR. JOÃO MANOEL PINHO DE MELLO – Obrigado, Sr. Presidente.

O Senador Tasso Jereissati já havia pedido um comentário sobre verticalização. Eu vou emendar, inclusive, com algumas considerações que o Senador Eduardo Braga fez e que eu acho muito pertinentes.

Primeiro o comentário: acho que é uma conquista e um avanço institucional do País que estejamos discutindo *spread* bancário em vez de discutir inflação e solidez do Sistema Financeiro. Dito isso, é nossa obrigação. Eu me comprometo, se aprovado pela Casa, a avançar a agenda e aprofundar a agenda de diminuição do *spread* bancário.

O Senador Otto Alencar fez uma consideração que eu acho extremamente feliz, que é sobre a avaliação das políticas públicas e dos efeitos de suas intervenções. Eu vou emendar com o comentário sobre o Cadastro Positivo. Vou convidá-los, inclusive, porque o projeto de lei, como saiu da Câmara, prevê uma avaliação após um certo período.

O Senador Angelo fez um comentário muito pertinente aqui a respeito do Serasa, se já não há o Serasa Score. Hoje o Score é só com a nota negativa. É como se a professora desse nota para o aluno só com base nas vezes em que ele não fez a lição de casa. O Cadastro Positivo, na verdade, é: vamos dar a nota para o aluno com base nas vezes em que ele não fez, mas também com base nas vezes em que ele fez a lição de casa e cumpriu os seus deveres. Isso aumenta a informação que os credores têm sobre os devedores e melhora a capacidade de emprestar a juros mais baratos.

Como eu coloquei na minha fala inicial, também aumenta a competição, porque, com o Cadastro Positivo, todos os bancos e as *fintechs*, os entrantes, esses que vão desafiar os tradicionais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vão poder ver a nota composta com as vezes em que você não fez a lição de casa e as vezes em que você fez a lição de casa. Com isso, eles vão poder competir melhor com os tradicionais, porque o seu banco vê as vezes em que o Sr. Senador fez a lição de casa ou não; o outro não vê. Então, melhora as condições de competição.

A pergunta do Senador Tasso Jereissati era a respeito de verticalização. A orientação é liberal. Nós vamos tentar, primeiro, fazer com que a concorrência ocorra. É esse o nosso papel. Agora, não há dogmatismo. A primeira tentativa é sempre fomentando a concorrência. Se houver mais para a frente, com muita calma, porque intervenções mais fortes, muitas vezes, têm consequências indesejadas na frente, como nós aprendemos com vários mercados, por exemplo, o mercado do setor elétrico.

Então, a primeira tentativa: concorrência. Mais para frente, com uma avaliação ponderada, consideram-se outros instrumentos que possam ser aplicados. O Senador Tasso Jereissati mencionou verticalização. O Banco Central, como o Sr. Roberto Campos disse, já fez várias intervenções para aumento de concorrência, inclusive uma delas que restringiu a taxa intercâmbio no cartão de débito. Então, eu acho que o norte está dado. Se nós olharmos as tendências recentes, já houve melhora.

Dito isso, os níveis em alguns produtos, as taxas de juros são muito incômodos, e nós temos que trabalhar para melhorá-los.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Dra. Flávia.

A SRA. FLÁVIA MARTINS SANT'ANNA PERLINGEIRO – Na verdade, são duas perguntas. A primeira – eu agradeço – é um excelente questionamento do Senador Styvenson Valentim sobre a questão das criptomoedas, dos ativos virtuais.

Esse é um desafio enorme para o Brasil e para o mundo. A CVM está enfrentando esse desafio em conjunto com o Banco Central. Existem, na verdade, discussões sobre se isso é moeda, é ativo, é valor mobiliário. A natureza econômica e jurídica desses ativos pode variar de acordo com as características. O bitcoin é o mais conhecido, mas há dezenas e dezenas delas.

No que tange à CVM, à atuação da CVM quando há um valor mobiliário e se a essa moeda ou ativo for atribuída uma remuneração, uma participação, uma parceria, pode-se, sim, configurar um valor mobiliário. Se houver uma oferta pública, uma captação de recursos ao público através disso, é sujeito a registro na CVM. Esse registro é justamente para garantir que as informações necessárias para tomada de decisão dos investidores seja dada.

No Brasil, ainda não houve um registro de oferta pública dessa natureza como valor mobiliário, mas já há iniciativas no exterior e os fundos de investimento, na verdade, brasileiros que estejam

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

autorizados por seus regulamentos a fazer esses investimentos no exterior... A CVM até recentemente, no fim do ano passado, se manifestou sobre isto, alertando exatamente para o ponto que o senhor levantou, sobre a questão da lavagem de dinheiro, do risco de atividades ilícitas, além de vários outros alertas que a CVM fez e do chamado à responsabilidade dos gestores, administradores e auditores independentes desses fundos a tratar desses riscos como uma mitigação. Foi visto que, se eles são negociados em plataformas que são fiscalizadas pelos reguladores dessas outras instituições, isso pode ser um mitigador desse risco de lavagem, mas estão todos atentos a essa questão.

A segunda questão – agradeço também muito a oportunidade – é a pergunta do Senador Angelo Coronel sobre a questão das debêntures, quanto às iniciativas para facilitar o acesso a empresas de menor porte. Isto é uma coisa realmente crucial, como eu tinha falado na minha apresentação: a expansão desse mercado de dívida, inclusive para empresas de pequeno e médio porte.

A CVM atualmente já tem como categoria de emissores uma chamada categoria "b", que já tem alguns descontos regulatórios em comparação com as de categoria "a", que são as companhias que emitem ações, mas isso não está suficiente para realmente essas empresas de pequeno e médio porte.

Então, há, sim, iniciativas em estudo. Isso faz parte da agenda regulatória da CVM para 2019, inclusive a criação de uma eventual categoria "c". E também um grupo de trabalho do GTMK. É um grupo de trabalho de mercado de capitais do Ministério da Economia. Começou antes, já no ano passado, e envolve a CVM, o Banco Central e diversas outras instituições. E um dos pontos específicos é exatamente este: a questão das debêntures e da expansão desse mercado para empresas desse porte.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado.

Vou passar... Vai falar? (*Pausa.*)

Só um minutinho, Bruno.

Senador Angelo Coronel, V. Exa. não votou ainda. Senador Marcelo ainda não votou. Não vá se esquecer, por favor. O Senador Plínio já votou, não é, Plínio? Por favor...

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Só não tive a resposta ainda.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ah, sobre a questão da Amazônia, Bruno, por favor, depois o Roberto complementa a resposta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. BRUNO SERRA FERNANDES – Obrigado, Presidente.

Vou tentar rápido em respeito ao tempo.

Em primeiro lugar, a pergunta de S. Exa. o Senador Luiz do Carmo sobre o compulsório. De fato, em comparações internacionais, o nosso compulsório no Brasil ainda é elevado em relação aos pares emergentes, sem falar de países desenvolvidos.

O Sr. Senador citou a queda do compulsório de depósito à vista, que já foi maior e recentemente caiu no mandato do Presidente Ilan, caiu de 45% para 21%. Vale notar que boa parte dessa queda ocorreu em cima de simplificações. Um dos exemplos era o do encaixe bancário, o dinheiro que os bancos deixam em caixas eletrônicos, por exemplo, nas agências, que era usado para cumprir compulsório, se um custo enorme até de acompanhamento e de regulação por parte do Banco Central... Então, boa parte dessa alíquota nominal que foi baixada, de fato, mudou muito pouco do estoque total de compulsório do sistema.

Como o Dr. Roberto mencionou há pouco, o estoque de compulsório do sistema caiu perto de R$500 bilhões para alguma coisa como R$420 bilhões. Não foi uma queda ainda tão sensível. Acredito que temos espaço para seguir discutindo essa agenda de redução de compulsório, mas temos também que atentar, porque o Brasil tem algumas especificidades no mercado de crédito.

Eu cito, por exemplo, a poupança. A poupança é uma captação *overnight*, de um dia, do sistema bancário, e o sistema bancário oferece crédito de 20, 30 anos com recursos de um dia numa taxa que é uma taxa abaixo do que vigora no sistema bancário usualmente. Hoje em dia, a poupança paga 70% da taxa Selic. Os bancos não conseguiriam captar nessa taxa para manter o *funding* das suas operações de longo prazo. Nesse sentido, é importante que exista algum colchão de compulsório como segurança para o sistema financeiro – que é uma das razões da existência do Banco Central –, que, no caso da poupança, é de 20%. Como um todo, acho que vale a gente seguir revisitando o tema e seguir avaliando espaço para reduzir compulsório.

Também eu gostaria de responder a pergunta do Senador Rodrigo Pacheco, S. Exa. o Senador Rodrigo Pacheco, sobre a possibilidade de criarmos outros instrumentos para atuar na liquidez do sistema bancário que não compromissadas – que foi levantada também por outros Senadores aqui, inclusive o Senador Alvaro Dias. Sim, outros Bancos Centrais do mundo usam outros instrumentos. Um clássico é o instrumento de depósitos remunerados, ou seja, em vez de o Banco Central captar recursos via emissão de compromissada, ele abriria uma conta em que os bancos depositariam a sobra de caixa no próprio Banco Central. Há um PL enviado já para a Câmara dos Deputados, que está na Câmara dos Deputados, é o PL 9.248, de 2017, que é um importante instrumento para o Banco Central ter alguma flexibilidade ainda maior de atuação na liquidez bancária e potencialmente reduzir alguma medida o uso de compromissado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por último, colocando um pouco mais de cor à resposta que o Dr. Roberto deu ao Senador Kajuru, que foi um tema de outros comentários de outros Senadores, sobre a inflação que está baixa e o juro ainda alto. De fato, eu só queria trazer um pouco de cor aos números recentes, aos avanços que já aconteceram tanto pela atuação do Banco Central quanto pela atuação desta Casa, tanto do Senado como da Câmara dos Deputados. E já mencionado aqui o relatório da CPI dos cartões, e o grupo de trabalho sobre o *spread* bancário também, foram duas fontes de informação muito importantes.

Segundo o ICC, que é o Índice de Custo de Crédito, calculado pelo Banco Central para 2018, o custo total de crédito geral na economia, consumidor e pessoa jurídica, está em 20%. No caso das pessoas físicas, um pouco acima de 25, sendo que o custo para recurso direcionado está um pouco abaixo de 10%. Então, é importante chamar a atenção. Surge muito na Casa, na atual audiência: cartão de crédito, cheque especial. De fato, são duas modalidades que saltam aos olhos.

Não é à toa que houve a CPI dos cartões, relatada pelo Senador Fernando Bezerra. E é aí que a gente tem que atacar. Está bem claro o mapa, está bem claro onde que a gente tem que abordar. Como o Dr. Roberto mencionou, tem sido feita bastante coisa no mercado de cartões. Eu, se tiver a honra de ser aprovado pela Casa, terei o prazer de seguir com a agenda, acho que, de fato, é aí que temos que trabalhar e gastar mais energia.

Muita coisa já foi feita. Eu lembro que, há 15 anos, o custo que o Tesouro Nacional captava para horizonte de um dia, até um ano estava na casa de vinte e poucos por cento. Hoje em dia, o crédito geral da economia está em 20. Ainda temos essas modalidades, esse foco de trabalho, mas muita coisa já foi feita, é só reconhecer esse outro lado também, tanto do BC quanto da ajuda desta Casa.

Obrigado.

O SR. ROBERTO DE OLIVEIRA CAMPOS NETO – Muito obrigado.

Gostaria de me desculpar, Senador Plínio Valério, mas, na verdade, decidi passar para os meus colegas, mas vou endereçar a sua pergunta que é muito relevante, que é muito importante, sobre o tema da Amazônia. Eu acho que o principal questionamento aqui é se nós somos contra subsídio. Eu queria deixar claro que não somos contra subsídio, somos contra a falta de transparência. É importante que o subsídio seja transparente, que seja mensurável e que a gente preste uma conta para a sociedade de quanto está sendo gastado e qual o retorno.

E outro tema que acho muito importante: a rede de subsídio que nós criamos foi feita quando a taxa de juros estava 14%. Hoje a taxa de juros está 6,5%. Então, eu acho que é a hora de reavaliar, ver onde estamos empregando os recursos e como podemos fazer de uma maneira melhor e mais distributiva.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí gostaria de enfatizar, como enfatizei no meu discurso, que os dois principais canais que gostaríamos de estimular, e vamos criar grupos de estudo sobre isso, são microcrédito, que é uma modalidade muito boa, muito importante para o Amazonas, como o senhor mencionou quando estivemos juntos. A capilaridade na Amazônia é um tema importante, e mesmo os bancos de fomento não chegam aos lugares. Então, precisamos investir em tecnologia para ver como atingimos o máximo possível de pessoas.

E a segunda é o cooperativismo, que também hoje é muito pequeno. No Brasil são 3% do crédito. Nos países envolvidos beira a 20%. E, quando nós olhamos a figura do Brasil, o cooperativismo está muito concentrado no Sul. Em Rondônia, realmente há um experimento bom, mas em grande parte está concentrado no Sul.

Então, para deixar clara a resposta: não somos contra subsídios, somos contra falta de transparência. E gostaríamos de reavaliar para exatamente colocar mais recurso onde é mais preciso, e eu acho que nas áreas em desenvolvimento é onde nós temos que concentrar.

E gostaria de mencionar que parte do exercício foi feito com os fundos constitucionais, que eram fundos em que a taxa era basicamente decidida nas reuniões do CMN. Não existia uma regra clara. Ficava muito difícil para a pessoa investir a longo prazo sem ter uma taxa clara e predeterminada, e o que o Governo fez foi criar uma taxa a preço de mercado, e criando um fator de desenvolvimento que beneficia os Estados que são menos desenvolvidos. É isso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Bem, a gente espera que isso aconteça na sua gestão, porque até hoje não tem acontecido. Só no Estado do Amapá, para você ter uma ideia, o BNDES investiu menos de 300 milhões. Vamos lá: se você colocar, o subsídio que é dado para o BNDES, vai para grandes empresas que estão envolvidas em corrupção aí.

Enquanto isso, o Norte e o Nordeste sofrem. Com o pequeno agricultor... Se eu pego o Estado da Amazônia – como o Senador Plínio colocou – e aí eu vou incluir o Amapá, que faz parte dessa nossa região, não há absolutamente nenhum investimento desse "s" do social, que é subsidiado pelo povo brasileiro, mas, sim, a J&F tem subsídio, há um monte de gente que recebeu esse subsídio. Era muito mais negócio ele pegar recurso do BNDES subsidiado e pegar o dinheirinho dele e investir em outras coisas, que era muito mais lucrativo... E, nesse aspecto, o BNDES tinha a obrigação e o Banco Central tem obrigação de ser fiscal desse tipo de empréstimo, não, faziam olhos de mercador. Por quê? Por causa da interferência do Presidente ou da Presidenta ou de quem quer que seja.

A partir deste momento, quando o Senador Plínio coloca essa questão sobre subsídio, não é que a gente quer favor; nós queremos um Estado brasileiro sendo tratado igual: Norte, Nordeste, Sul, Sudeste e Centro-Oeste. É isso que nós estamos pedindo. Nós não estamos pedindo esmola.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, pegue aí o Amapá. Eu coloco o Amapá, Randolfe, porque é um exemplo para mim de falta de vontade política de se fazer investimento com recursos do BNDES. Eu fiz o levantamento e em quatro anos o Amapá recebeu menos de 300 milhões, enquanto Estado de São Paulo – nada contra o Estado de São Paulo, acho que tem que receber e receber bastante também – recebeu 40% do recurso do BNDES.

Então, é essa dificuldade que você, como Presidente do Banco Central, terá de nos dar explicação daqui a seis meses, trazer aqui quais foram as aplicações que o Governo fez através dos bancos, do subsidiado, Banco da Amazônia, Banco do Nordeste, BNDES, porque todos são vinculados ao Banco Central.

Então, eu tenho sido aqui o mediador. No final, irei lhe fazer alguns questionamentos, que não são só meus, são questionamentos que muitas pessoas mandaram para o meu gabinete, e falarei em nome de outras pessoas.

Mas é isto que eu estou colocando: o Senador Plínio, quando coloca essa questão do subsídio, vamos deixar claro... Há alguma interpretação por alguns economistas que subsídio parece que é esmola. Não! A Amazônia tem um diferencial, o Nordeste tem seu diferencial, o Norte, o Centro-Oeste tem seu diferencial. Nós somos uma Nação de 8,5 milhões de quilômetros quadrados, e diferente uma região da outra. A dificuldade é muito grande tanto na mão de obra qualificada, como na mão de obra científica para fazer o investimento no desenvolvimento tecnológico e outras coisas, questões mais que nós temos. Por isso, a colocação de V.Exa. é para colocar isso claro.

Agora vai falar a Senadora Kátia Abreu.

Não está.

Senador Oriovisto Guimarães.

Senador Jean Paul.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Sou eu: Rogério.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É que você tinha feito a troca, Rogério.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para interpelar convidado.) – Bom, eu queria agradecer, Presidente Omar.

Eu queria, antes de fazer a pergunta, primeiro dizer que entre 2014 e 2018 houve aumento de mais de 6 milhões do número de pessoas desempregados no País. A promessa da geração de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

empregos da reforma trabalhista do Governo Temer mostrou-se ineficaz. O número de desempregados cresceu ao mesmo tempo em que aumentou a precarização do mercado de trabalho.

Em 2018, o número de trabalhadores ocupados com carteira assinada foi o mais baixo de toda a série histórica segundo o IBGE. O número de trabalhadores subutilizados aumentou em 2018 em relação a 2017, batendo o recorde da série histórica e alcançando 27,4 milhões de trabalhadores. O número de pessoas desalentadas, aquelas que desistiram de procurar trabalho, seja porque cansaram de procurar ou porque não têm dinheiro para o ônibus para se deslocar à procura de emprego, também aumentou em 2018, na comparação com 2017, em 13% e em 200%, na comparação com 2014, atingindo 4,7 milhões de brasileiros que não têm mais esperança de buscar emprego.

Diante desse cenário tão desolador no mercado de trabalho, o Banco Central não altera a sua taxa de juros, a sua taxa básica de juros, a Selic, há quase um ano, desde março de 2018. Se o Banco Central do Brasil não tivesse apenas o objetivo de estabilidade da moeda, portanto monomilitância, militância única, mas tivesse também que considerar a realidade do mercado de trabalho, como ocorre com o Banco Central americano, o senhor entende que já deveríamos ter aberto esse debate e ampliado esse debate para o Banco Central também olhar para o desemprego como o indicador que regula o crescimento econômico e a economia? Essa é uma questão.

A segunda, o Brasil possui a sexta maior taxa de juros real do mundo – 2,83% de juro real –, o que significa nove vezes a média de juros real do mundo a mais. Nove vezes maior! A ata da última reunião do Comitê de Política Monetária do Banco Central sugere uma redução adicional na taxa de juros, a depender da continuidade no processo de reforma e ajustes necessários na economia brasileira, praticamente condicionando a redução da taxa de juros à aprovação da reforma da previdência. O Governo Federal encaminhou para este Congresso uma proposta de reforma da previdência que, na prática, significa o fim da previdência pública, portanto, do sistema de seguridade social conquistado a duras penas pelo povo brasileiro. A PEC adota o sistema de capitalização. Nós sabemos que esse sistema de capitalização vai tirar dinheiro do caixa do Governo e, no curto prazo, vai aumentar o déficit fiscal das contas públicas, porque o dinheiro sai para a capitalização e não entra na conta do Governo, e o rombo do passivo previdenciário continuará existindo, a não ser que o BPC seja atingido frontalmente, porque aí deixa de ser um bode para fazer negociação e vira, sim, a forma de financiar a entrada dos bancos no sistema de capitalização e a forma de financiar a transferência da poupança para os bancos. Eu quero saber qual é a posição do Banco Central em relação a essa questão.

Eu queria só continuar: a proposta inviabiliza a aposentadoria especial rural ao exigir a comprovação da efetiva contribuição e não mais a condição de trabalhador rural. A minha mãe é aposentada rural, nasceu na roça, viveu e até hoje trabalha na roça. Nunca teve carteira assinada. Ela não é trabalhadora rural? Pela regra, ela não pode se aposentar. Ela vai se aposentar aos 70 anos, mas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ela começou a vida na roça e até hoje vive na roça, porque conseguiu comprovar a condição de trabalhadora rural. O meu pai da mesma forma. Então, como nós vamos lidar com aposentadoria rural exigindo 20 anos de contribuição? Os trabalhadores da cidade, que hoje são obrigados a contribuir por 20 anos, 60% não conseguem comprovar 20 anos de contribuição – 60% dos trabalhadores urbanos! –, vocês imaginem os trabalhadores do campo, os trabalhadores rurais.

Então, quebrar, ferir o nosso sistema de seguridade desvinculando o salário mínimo do Benefício de Prestação Continuada e pagar um salário de R$400? Sr. Presidente, eu quero dizer uma coisa para o senhor: no meu Estado, 39 Municípios têm como renda principal o Benefício de Prestação Continuada. Na cidade de Nossa Senhora da Glória, que é um Município polo da região do Semiárido, a renda gerada pelo Benefício de Prestação Continuada é quatro vezes maior do que a do Fundo de Participação dos Municípios. Em outras palavras, essa reforma da previdência quebra toda a Região Nordeste e Norte do Brasil.

Portanto, meus colegas, meus companheiros, Senadores e Senadoras, nós precisamos ter clareza disso. Nós não podemos colocar a conta para os trabalhadores e trabalhadoras, para a população mais pobre do Brasil, para garantir que a poupança do Brasil vá direto para as mãos do sistema financeiro, com o qual nós não teremos mais força para definir no que investir para promover as diferenças regionais e a construção de um país solidário. Nós estamos acabando, com essa proposta de reforma da previdência, com um dos princípios mais extraordinários de uma sociedade civilizada: a solidariedade entre pessoas e gerações de uma nação.

Então, eu queria deixar aqui uma pergunta que é a seguinte: nesse sentido, na visão de V. Sa., quais medidas estarão ao alcance do Banco Central que possam reduzir a taxa real de juros sem que a gente precise massacrar, humilhar, ser cruel e acabar com a solidariedade do povo brasileiro para com o povo brasileiro?

Num país com a extensão territorial que a gente tem, com as reservas que a gente tem e que pode ter uma poupança gigantesca a serviço do desenvolvimento, mas não nas mãos de um sistema financeiro concentrado em cinco instituições financeiras, nós vamos pegar a poupança dos brasileiros e colocar nessas cinco instituições? O Funpresp está aí. Se é capitalização, já há o Funpresp. O rombo da dívida pública, um terço dela é dos regimes próprios de previdência e não do Regime Geral da Previdência. E a gente precisa abrir esse debate com mais profundidade e com mais rigor, independentemente de ser Governo de oposição ou de situação. Essa é uma responsabilidade que a gente tem que ter com o Brasil, mas, acima de tudo, com o povo brasileiro.

Muito obrigado.

Já votei e acho que a equipe tem suficiência, não sabemos se vai ter condição e liberdade de agir conforme a competência que V. Exas. demonstraram ter.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador Rogério Carvalho.

Senador Major Olímpio.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP. Para interpelar convidado.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, todas as autoridades que estão sendo sabatinadas nesta Comissão no dia de hoje.

Sr. Presidente, em primeiro lugar, antes de fazer algumas considerações ou arguições, eu gostaria de deixar registrado o meu lamento pela votação nesta Comissão aqui também ser fechada. Não há o menor problema, é um problema regimental, mas há alteração do Regimento – assim como lutamos no Plenário e depois o Supremo Tribunal Federal derrubou – para que, inclusive, as votações para a Presidência fossem abertas também. Não vejo pertinência de não podermos assumir os nossos votos seja aqui, seja na Comissão de Relações Exteriores, com qualquer autoridade que a Constituição determine que seja arguida nas Comissões do Senado.

Também há de se considerar, até para agilidade, que, no momento em que estamos, já tendo votado, já votei pela aprovação dos quatro, fazendo uma arguição, de certa forma significa dizer que, independentemente do que possam dizer, já não está valendo mais. Então, eu acho que precisamos pensar também no nosso Regimento – até respeito a posição do Senador que está fazendo a arguição e também dos convidados –, para que pudéssemos fazer, em situações futuras, a arguição e depois marcar um horário em que todos possam votar, respeitosamente, após a arguição ser concluída.

Quero dizer da minha satisfação, como brasileiro, de poder dizer, neste instante, que essas autoridades tecnicamente são o que há de melhor para o País. A arguição mostrou simplesmente o grande preparo que eles têm e o Senado referenda isso.

Queria dizer, dirigindo-me ao Presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, da minha preocupação como brasileiro – V. Exa. até já se manifestou exaustivamente sobre isso. Mas a nossa preocupação, a preocupação da dona de casa, do taxista, da Dona Maria é exatamente sobre essa circunstância das taxas de juros no nosso País. Se fôssemos imitar os judeus, Brasília tinha que se chamar Jurosalém. (*Risos.*)

Sobre uma coisa que V. Exa. até se manifestou, gostaria que pudesse se manifestar um pouco mais sobre isto: o que poderá ser feito de concreto em relação a essas questões?

Também, como autoridade monetária, como é possível ter um controle maior sobre as próprias instituições financeiras privadas? Dizem que o melhor negócio do mundo é um banco bem administrado no Brasil – está aí o Unibanco, está aí o Bradesco, está aí o Santander –, e o segundo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

melhor negócio do mundo é um banco mal administrado no Brasil; é impossível dar errado, sob pena e sob sacrifício do povo brasileiro.

E a gente vê a interferência dos bancos privados, inclusive aqui nesta Casa. Na Câmara, nós estamos tentando votar desde de 2012 – era para a Copa do Mundo, depois para a Olimpíada – o estatuto da segurança privada. A Febraban trava isso, arrebenta, é o que a Febraban quer, é o que o banco quer. Então, eu tenho preocupações como brasileiro não com a condução de V. Exas., mas que possa haver uma sinalização de respeito, de controle realmente do Banco Central em relação a essa questão de juros estratosféricos, e o repasse disso, que vai agonizando o cidadão brasileiro. O cidadão mais pobre é que diz: "Olha, na porta do banco eu não chamo a minha mulher de meu bem, senão o banco toma".

Então, fica aqui o meu respeito, a minha consideração, e gostaria que V. Exa., na minha arguição – e se demais diretores quisessem –, expusesse o que pode ser feito de concreto para minimizar, e a curto espaço de tempo, essa extorsão dos juros aqui no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Mecias de Jesus; depois, Senador Flávio Bolsonaro, Senador Fernando Bezerra; depois, Senadora Kátia Abreu e Senador Marcelo. Os outros não estão mais aqui – está bem, pessoal? Por isso é que eu queria que vocês fizessem todas as perguntas para eles responderem de uma vez – está bom? O.k.?

O Senador Flávio Bolsonaro pode anteceder você, Senador Mecias?

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR) – Sem nenhum problema. Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, você é muito mais importante, porque você é da minha região. Vamos deixar claro! (*Risos.*)

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - RJ) – Muito mais. Por favor, Mecias, fique à vontade. Eu respeito a hierarquia aqui, Presidente. Sou o mais novo. Por favor, V. Exa. está com a palavra...

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR. Para interpelar convidado.) – Sr. Presidente, eu quero me dirigir ao Presidente Roberto Campos e dizer que a indicação pelo Presidente Jair Bolsonaro, pelo Ministro Paulo Guedes, do nome de V. Exas. para o Banco Central é sem dúvida nenhuma de grande relevância, mas a importância que esta Comissão e que o Senado – a responsabilidade do Senado da República – têm de aprovar o nome de V. Exas. é uma demonstração de confiança muito grande, porque o Senado representa aqui o Estado brasileiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A minha fala é o seguinte: o Brasil é campeão de desigualdades; temos uma população que é extremamente pobre e carente de tudo – água, saneamento básico, condições mínimas de subsistência; precisamos de políticas públicas que busquem melhorar as condições de vida dessas pessoas que vivem em situação tão precária. Um dos entraves consiste no grande endividamento do Estado. Quais são os desafios que a crise fiscal que assola o nosso País impõe à condução do Banco Central? A tão propalada reforma da previdência irá resolver o problema fiscal? Ou serão necessárias mais reformas?

Era o que eu tinha, Presidente.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senadora Kátia, V. Exa. tem que votar.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Fora do microfone*.) – Não posso falar antes?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, depois V. Exa. fala.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Eu gostaria de votar, e o senhor me boicota? (*Risos.*)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Presidente, uma questão de ordem!

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Como eu vou votar nele se ele não me respondeu?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Para questão de ordem.) – Antes de conceder a palavra ao Senador Flávio Bolsonaro, V. Exa. me chamava à mesa e eu compreendi. Tendo em vista que os Senadores estão saindo, eu queria consignar que é do interesse da Liderança do Governo que, após abertos o placar e votação e confirmadas as indicações por esta Comissão, a gente pudesse apreciar os nomes do Presidente do Banco Central, dos diretores e da Presidenta da CVM ainda na sessão de hoje à tarde aqui do Plenário do Senado Federal. Portanto, é essa a minha indicação, o meu requerimento, para que a gente não perca aqui o quórum que ainda temos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Os Senadores e as Senadoras que concordam com a proposta do Senador Fernando Bezerra permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. *Fora do microfone.*) – V. Exa. aprovou o requerimento de urgência?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O requerimento de urgência para nós votarmos hoje ainda, porque nós precisamos ter quórum.

Senador Flávio Bolsonaro.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - RJ. Para interpelar convidado.) – Boa tarde a todos.

Presidente Omar Aziz, prezados Roberto Campos Neto, Bruno Fernandes, João de Mello, prezada Flávia Perlingeiro, na verdade eu não vou estender ainda mais esta reunião. Acho que está bem claro para todo mundo os posicionamentos sobre as questões estratégicas e que realmente precisam ser encaradas finalmente por um time de pessoas tão qualificadas em posições estratégicas. No meu entendimento, as indicações dos senhores e da senhora já corroboram com o pensamento do Governo do Presidente Bolsonaro de um Banco Central independente, de não interferência do Governo em questões estratégicas para a manutenção e para a segurança do nosso sistema financeiro. Sou testemunha: talvez o Presidente Bolsonaro tenha se encontrado uma ou duas vezes com o indicado para a presidência do Banco Central. Em que pese o seu histórico familiar já dizer muito sobre a pessoa do senhor, analisando-se os currículos de todos, as experiências, isso nos dá muita segurança de que o Brasil finalmente vai tomar o rumo correto na questão da economia, sem interferência por parte da política, garantindo a independência das instituições, com um olhar que não é aquele olhar criminoso sobre aqueles que de fato geram empregos neste País, que são os empreendedores.

Criou-se uma cultura equivocada, por décadas, de demonizar empresários, como se ganhar dinheiro neste País fosse algo criminoso. Na verdade, é o segmento que sustenta a nossa economia. E quando o Estado não atrapalha, já está ajudando demais.

Então, quando eu vejo um indicado para Presidência do Banco Central falar "mais empreendedores, menos atravessadores" no seu discurso, isso me dá uma tranquilizada, me dá a certeza de que o País está indo no caminho correto. São pessoas que vão trabalhar, sim, sem essa interferência, como aconteceu por anos, por décadas neste País. A preocupação, desde sempre, do então candidato Jair Bolsonaro já era: "Onde o Estado não atrapalha?", porque dessa forma as coisas começam a acontecer neste País de um jeito muito mais natural.

E as perguntas que eu faria já foram respondidas por todos, inclusive no tocante a criptomoeda, para a indicada, Dra. Flávia, para a CVM. Na verdade, talvez uma pergunta, então, para a Dra. Flávia sobre a questão dos pequenos poupadores: como desenvolver um mercado de capitais mais estável em que o pequeno poupador brasileiro possa vê-lo como alternativa segura para os seus investimentos?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, quero parabenizar todos os candidatos e desejar boa sorte. Que Deus ilumine e dê muita sabedoria a todos vocês.

Também quero dizer a este Senado, Presidente Omar, que tem que encarar, de uma vez por todas, a reforma da previdência, sim. O discurso hipócrita de que os mais pobres vão ser penalizados, de que isso é o fim daquelas pessoas que mais precisam do amparo estatal, esse discurso vai ser dizimado em Plenário, porque, só pela leitura da proposta que foi enviada para cá, já está bem clara a preocupação do Governo com aqueles mais pobres, inclusive propondo antecipação no recebimento de suas aposentadorias por prazo de até dez anos, mostrando que a intenção não é desamparar. Pelo contrário, a intenção é proteger este País, porque se continuarmos no rumo que nós estamos no tocante às despesas com essa parte previdenciária, em 15 anos o Brasil quebra – o Brasil quebra! E todos nós, cada um de nós, Senadores e Deputados, têm neste momento uma responsabilidade muito grande de aprovarmos, sim, a reforma da previdência.

Posso garantir a todos que ninguém está feliz de ter que apreciar uma matéria como essa aqui no Congresso Nacional, ninguém gostaria de fazer isso. Mas é extremamente necessário que o façamos o quanto antes. A cada mês, a cada bimestre, a cada trimestre que nós não encaramos de frente esses problemas, a bola de neve, o problema se vai avolumando.

Então, Presidente, é apenas essa questão à indicada Dra. Flávia, para dar uma sinalização de que não há uma cultura no País, na verdade, de se investir em Bolsa de Valores, no mercado de ações. Todos muito conservadores, e acho que muito em função de não haver claramente uma comunicação de que é possível fazer isso sem correr tantos riscos.

E mais uma vez: já dei meu voto favorável aos quatro sabatinados hoje. Desejo boa sorte! E contem comigo também na votação no Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Fernando Bezerra, depois Senadora Kátia Abreu, depois Senador Marcelo e Senador Marcos.

Os outros não estão presentes, encerro no Senador Marcos as inscrições. E, aí, vamos abrir a votação.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, Senador Fernando Bezerra.

Eu estou fazendo isso até para... Daqui a pouco, vai abrir o Plenário, e aí a gente é obrigado a fechar a reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Já abriu. Vai abrir é a Ordem do Dia.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, quero cumprimentar o Dr. Roberto Campos Neto, o Dr. Bruno Serra; cumprimentar a Dra. Flávia Martins; e cumprimentar – me permita dirigir-me desta forma – o meu amigo João Manoel, que também foi distinguido com a indicação para Diretoria do Banco Central.

Eu faço questão de dar um testemunho do trabalho de João Manoel no Governo anterior para a criação de um ambiente de negócios melhor no Brasil, um trabalho articulado aqui com a Comissão de Assuntos Econômicos. Ele já teve oportunidade de destacar o trabalho da duplicata eletrônica, do cadastro positivo e muitos outros trabalhos. Eu aqui destacaria a criação da taxa de juros de longo prazo, que foi um marco estabelecido pelo Governo anterior, que vai abrir a possibilidade de o setor privado investir cada vez mais no apoio a nossa iniciativa privada, nos projetos de maior e de longa maturação.

E, no bojo dessa negociação, João Manoel, eu quero aqui registrar que nós negociamos, em nome da Região Norte e da Região Nordeste, sobretudo, a questão de um rebate no coeficiente dos juros para a Amazônia e para o Nordeste, que é o coeficiente de desenvolvimento regional estabelecido em lei e que foi aqui tão bem destacado pelo Presidente Roberto Campos Neto ao falar que a nova direção do Banco Central, a nova equipe econômica têm compromisso na manutenção dessa mudança, que vai produzir resultados cada vez mais positivos no setor de crédito no Brasil – estou convencido disso.

E quero apenas registrar para o meu Presidente Omar Aziz: hoje as taxas de juros mais baratas no Brasil são do Finor e também lá do Fundo da Amazônia, o Fundo Constitucional do Norte do Brasil. São as taxas hoje mais atrativas, o que tem permitido que o Banco do Nordeste tenha tido recorde de aplicação. Só para dar uma ideia, o BNDES fechou, no ano passado, um dos mais baixos níveis de aplicação de crédito, pouco menos de R$80 bilhões. O Banco do Nordeste financiou mais de R$40 bilhões. Portanto, pela primeira vez na história do Banco do Nordeste, uma aplicação é maior do que a metade dos financiamentos de todo sistema do BNDES.

Portanto, eu saio daqui muito reconfortado com as palavras do novo Presidente do Banco Central, sobretudo ao afirmar que vai perseverar na Agenda BC+, e uma agenda ampliada. Essa agenda está produzindo resultados, o foco tem que ser nela.

E fico aqui na expectativa de que essa ampliação vá se dar em duas áreas que são muito carentes no setor de crédito no Brasil. A área do microcrédito foi aqui destacada, e eu estou curioso. Acho que, assim que V. Exa. chegar ao Banco Central, poderemos ter novidades do ponto de vista da elevação do compulsório para aplicação no microcrédito ou o estímulo para as instituições oficiais de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

crédito, como Caixa Econômica, Banco do Brasil e BNDES, ampliarem os recursos para o microcrédito para justamente atender o reclamo do nosso Presidente Omar Aziz de deixar de financiar os grandes conglomerados econômicos e empresariais para financiar o pequeno e o médio empresário brasileiro.

Quero também corroborar aqui as palavras do Senador Flávio Bolsonaro. Olha, eu acho que é histórica a fala aqui do Presidente Roberto Campos Neto ao dizer que quer um Brasil de mais empreendedores e menos atravessadores – isso vindo da autoridade monetária maior do nosso País. Torcemos pelo seu sucesso, pelo sucesso da sua equipe para que as políticas públicas do Ministério da Economia e do Banco Central realmente criem as condições para que os empreendedores possam, de fato, prosperar.

Quero apenas, Sr. Presidente... V. Exa. falou, Roberto Campos Neto, da educação financeira. Foi uma coisa que me chamou a atenção. E eu pediria apenas para que V. Exa. desse uma olhada no nosso relatório da CPI dos Cartões de Crédito. No âmbito desse relatório, nós apresentamos projetos de lei, que estão tramitando na Casa, que buscam coibir a propaganda enganosa, que utiliza expressões como "parcelado sem juros", "gratuito", "sem acréscimo", "taxa de juros zero", ou outras expressões semelhantes. Então, nós estamos propondo alterar o Código de Defesa do Consumidor de modo a configurar esses termos como uso de propaganda enganosa.

Também incluímos a necessidade de se advertir, nas propagandas de produtos financeiros, os riscos às finanças pessoais em virtude do endividamento por meio do cartão de crédito ou do cheque especial. A gente tem que fazer como é feito com o cigarro: o cigarro faz mal à saúde. Tem que haver na agência bancária: o cheque especial faz mal à saúde financeira, o cartão de crédito faz mal à saúde financeira. Esses não são os únicos produtos do setor de crédito no Brasil.

Então, esses projetos estão tendo revigoradas as suas tramitações no início desta nova Legislatura e vêm ao encontro de um dado da Confederação Nacional do Comércio realizado em 2018: 76% das famílias endividadas apontam o cartão de crédito como o principal tipo de dívida.

Então, eu pediria a atenção dos Diretores do Banco Central, da nova Diretoria do Banco Central para eventualmente dar uma olhada nessas sugestões, nessas propostas, para que a gente pudesse ver como tramitar mais rápido isso, para que se possa dar uma resposta à sociedade brasileira, que tanto reclama das taxas desses dois produtos.

Finalmente, Sr. Presidente – e agora prometo encerrar para não me alongar –, é importante que a gente também coloque algo que foi feito pelo Senador Rogério Carvalho. De fato, para termos sucesso com a política de crédito e com a política de juros – todos queremos taxas de juros menores –, o Governo tem que equilibrar suas contas públicas.

As contas públicas do Governo estão desmanteladas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quem lê o balanço do Governo do ano passado vê que a maior despesa do Governo é o serviço da dívida, são R$400 bilhões por ano. E a segunda maior despesa do Governo é tapar o buraco da previdência social brasileira, são R$300 bilhões por ano.

Nós somos 30 milhões de aposentados no regime geral e somos 1,5 milhão de aposentados no regime próprio. Portanto, estamos falando de 31,5 milhões de brasileiros que estão consumindo da Nação R$300 bilhões. E o Governo Federal, no ano passado, não conseguiu investir sequer R$50 bilhões para levar creche, para levar escola, para levar hospital, para levar estrada, para levar energia, para levar banda larga que não chega ao País, para construir aeroportos, para fazer portos. Portanto, há 200 milhões de brasileiros que estão sendo mal atendidos. E isso não pode continuar, não pode perdurar.

E essa situação do Brasil se reproduz nos Estados. Eu vou falar do meu. Nós somos 9 milhões de pernambucanos; temos 100 mil aposentados do Estado. Esses 100 mil aposentados do Estado cobram do Tesouro estadual R$3 bilhões por ano, e o Governo de Pernambuco não investe sequer R$1,5 bilhão para atender aos 9 milhões de pernambucanos. Já passou da hora de enfrentarmos a situação da previdência no Brasil e nos Estados. Por isso é que nós temos que fazer o debate. É evidente.

O Presidente Bolsonaro, quando veio trazer a proposta, referia-se à trajetória política dele como Deputado, 27 anos na Câmara dos Deputados, e foi humilde ao dizer: "Errei, posicionei-me, muitas vezes, aqui nesta Casa e na campanha, contra a necessidade da reforma da previdência". E ele é o primeiro a reconhecer que a previdência precisa ser reformada e teve humildade para saber que a proposta certamente vai ser aprimorada, mas ela jamais vai ser tachada como uma reforma que esteja pesando sobre os mais pobres.

Na realidade, dos 30 milhões de aposentados brasileiros, dois terços, mais de 20 milhões, só ganham o salário mínimo. Estes hoje pagam 8% e vão pagar menos, 7,5%. É um ganho para dois terços dos aposentados brasileiros. Os deficientes do Benefício de Prestação Continuada vão continuar recebendo o salário mínimo, não se tocou nisso. Nas aposentadorias especiais dos que só se aposentam depois que completam 65 anos, também não se mexe. É um salário mínimo.

O que se está querendo na área rural? Na área rural se está querendo coibir a fraude. É preciso ter coragem para dizer isso. O IBGE identifica como trabalhador rural no Brasil apenas 6,5 milhões de brasileiros, e há 9 milhões de aposentados no setor rural. É com isso que precisa acabar. Nós não podemos continuar com a farra, com a displicência do gasto público, mas precisamos ter justiça. A proposta de antecipar o pagamento para o trabalhador rural a completar 60 anos é meritória.

Talvez precise haver alguns ajustes nos valores para poder ficar neutra do ponto de vista financeiro, mas é muito melhor antecipar. Eu sou do Nordeste, eu sou do Semiárido, eu não tive o meu pai trabalhador rural, mas eu convivo com os trabalhadores rurais. É muito melhor receber aos 60 a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

receber aos 65; agora, é preciso fazer ajustes, e os ajustes serão feitos. O que nós precisamos é distinguir aquele que nada contribui e que vai ter direito à aposentadoria aos 65 anos daquele que contribui, mesmo que contribua pouco. Se o valor que está estimado para a contribuição ao trabalhador rural está pesado, está estimado em R$600, eu pergunto: quanto é que os trabalhadores rurais pagavam aos sindicatos de trabalhadores rurais? Quanto? Trezentos, quatrocentos, quinhentos reais para que o sindicato pudesse atestar a aposentadoria?

Essa discussão nós vamos ter que fazer nesta Casa, e é normal que os Senadores tenham trazido a questão da reforma da previdência durante a sabatina da autoridade monetária brasileira, porque o trabalho dele ficará comprometido se nós não aprovarmos a previdência, se não aprovarmos, se não tivermos coragem cívica, amor ao Brasil para poder dar um passo no sentido de equilibrar as contas públicas.

Para encerrar, Presidente, eu estou convencido. Com essa agenda, nós vamos gerar emprego. O que os brasileiros querem e do que reclamam é emprego, e só com o saneamento das contas públicas o Brasil poderá voltar a crescer 3%, 4%, ao ano, e gerar 2 milhões de empregos de carteira assinada a cada ano, para dar esperança, sobretudo aos mais jovens que chegam ao mercado de trabalho.

Cumprimento os indicados e desejo sucesso na missão que certamente esta Casa vai lhes confiar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu acho que se aproveitou o momento para se falar sobre a previdência, e o trato é outro. A verdade é que há 513 Deputados e 81 Senadores, e cada um tem uma previdência na cabeça. É unanimidade entre Senadores e Deputados que nós temos que aprovar uma reforma da previdência; só unanimidade no pensamento, cada um tem uma previdência. A verdade é que cada um pensa de uma forma, e, depois, para a gente chegar num denominador comum, é lógico que o debate vai fluir e esta Comissão vai ser, com certeza, um local em que nós vamos debater bastante essa questão da previdência, no momento certo, quando chegar aqui no Senado.

Senadora Kátia Abreu.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. Para interpelar convidado.) – Obrigada, Sr. Presidente!

Presidente do Banco Central, Srs. Diretores, já votei, votei a favor, é um crédito de confiança ao Presidente da República para enfrentar os seus desafios e também por causa do currículo de V. Exas., que é acima de qualquer comentário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, eu gostaria de iniciar e, então, para ganhar tempo aqui e não brigar com o Fernando Bezerra Coelho, porque eu não posso e não quero brigar com ele, eu vou falar de outro assunto para depois eu me acalmar e voltar nesse assunto que ele terminou agora. Certo?

Então, eu vou começar por um projeto de lei, Sr. Presidente Roberto de Oliveira Campos Neto – que nome comprido! –, que diz respeito à existência de uma subvenção da agricultura com relação ao seguro-agrícola, que fica lá no Ministério da Agricultura, e, para avaliar esse projeto, eu estou pedindo ajuda para qualquer gente da área econômica. Ele está aqui na CAE e só não foi aprovado porque, no dia, não havia quórum e ele é terminativo, mas havia a concordância de todos os membros.

E a subvenção da agricultura fica no Tesouro para equalizar a taxa de juros. Certo? Então, são duas gestões, em dois lugares diferentes.

Qual é a proposta do projeto? É juntar toda subvenção do seguro e da equalização de taxa de juros no Tesouro, tudo junto. Se, por um acaso, a taxa Selic subiu, vamos investir na equalização de taxa de juros; se a taxa desceu, vamos investir tudo, graças a Deus, no seguro-agrícola. Então, esses recursos teriam uma ótima gestão de riscos, uma excelente, equilibrada e eficiente gestão de riscos no Tesouro. Seria um dinheiro só, e nós teríamos condições de também dividir o atendimento para um maior número de produtores rurais. Não teria condição de um produtor ser atendido duas vezes.

Então, esse projeto está tramitando, ele foi amplamente debatido, ainda quando eu estava no Ministério da Agricultura, e não é um projeto da Kátia, da cabeça dela, eu fui um instrumento. Nós tivemos um grande avanço no Governo militar, com a criação da Embrapa; depois tivemos um grande avanço no Governo Collor, com a criação do preço mínimo, que ajudou a agricultura a crescer enormemente; depois passamos a ter o seguro de clima. E esse projeto eu creio que seja um novo avanço na agropecuária brasileira, porque nós precisamos é de seguro-agrícola; nós precisamos de subvenção no prêmio do seguro-agrícola. Nos Estados Unidos, chega quase a 100% a subvenção do prêmio de tempo, clima, preço e custo. Então, não precisa de dinheiro de Governo, porque todo mundo quer financiar quem está segurado, porque é uma atividade altamente de risco por conta da volatilidade de preço, porque é uma economia perfeita, todo mundo produz tudo, e, ao mesmo tempo, nós dependemos de São Pedro para haver chuva ou sol.

Então, eu acredito, e peço a análise de V. Exa. junto com os demais, que possa dar uma atenção especial a esse projeto, que eu creio – e é claro que está sempre aberto a modificações – que possa ser bastante bom.

Com relação à subvenção – eu não estava aqui, mas soube que o senhor falou sobre ela –, é simples, muito simples, e eu não tenho o menor medo de submeter a agricultura a essa análise de custo-benefício, porque o custo-benefício de subvenção à agricultura é extraordinário – é perigoso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vocês ficarem com vergonha do quanto vocês dão para a agricultura brasileira, vocês, não, todos os Governos. Certo!

Então, enquanto nós subvencionamos 7 bi de dólares para a agricultura brasileira, por ano, os Estados Unidos subvencionam 96 e a União Europeia, 105. Se juntar com Japão e Austrália, é 1 bi por dia. Então, nós somos apenas 7 bi de dólares, quando, de acordo com um VBP em que nós aplicamos a cláusula *de minimis,* poderíamos chegar a até 20% do Valor Bruto da Produção. E isso representa 4% do Valor Bruto da Produção. Os americanos já passaram a cláusula *de minimis*, nós poderíamos entrar na OMC contra eles, lá são 26%; na União Europeia, são 29%. Muito acima de tudo isso!

E eu sempre falo, Presidente Marcelo, que é da roça como eu também, que, se a gente tiver um pedaço de terra boa, Presidente do Banco Central, e um pedaço de terra ruim, e tiver só um saco de adubo, você vai aplicar na terra boa ou na terra ruim esse saco de adubo? O que o senhor acha?

O SR. ROBERTO DE OLIVEIRA CAMPOS NETO (*Fora do microfone*.) – Na boa.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Na boa! Muito bem! Graças a Deus, o senhor respondeu certo!

É isso aí. Eu quero dizer, com isso, que nós estamos dando subvenção à terra boa, à terra fértil, que dá resultado para a agricultura. Os números estão aí. Se for conferir com a Zona Franca de Manaus... Eu quero aproveitar que o nosso Presidente de Manaus não está aqui, eu sou igual ao senhor, eu não tenho nada contra Manaus, mas eu só preciso ver o custo-benefício, porque há muito pobre no Brasil que não pode financiar a ineficiência e a incompetência de ninguém, inclusive da agricultura. Certo?

Então, se a gente for comparar a subvenção da Zona Franca de Manaus, é exatamente o tamanho da subvenção de toda a agricultura brasileira, uma das gigantes, que representa 36% do emprego brasileiro, que representa 50% das nossas exportações. Vá comparar com a Zona Franca. Então, fale para o Dr. Paulo Guerra... Paulo Guedes, desculpe-me, mas ele está quase se transformando em Paulo Guerra, de tanta briga que está arrumando para arrumar voto contra a previdência. Acho que ele está em campanha de votos contra a previdência. Eu tenho desconfiança disso, porque ele quer guerrear com todo mundo. Antes da previdência, ele já quer tirar a subvenção, sem conversar com ninguém sobre a subvenção da agricultura. Mercado financeiro é mercado financeiro, é outra atividade. Agora, agricultura, Dr. Paulo Guedes, é lugar de trabalho, de suor, de esforço e de coragem; é lugar de doido, porque quem depende de chuva, de sol e de preço avaliado em Nova York, em Xangai, na Bolsa de Tóquio é doido mesmo, sem seguro-agrícola. Então, é esse povo que planta e faz todo esse gigantismo. Então, eu quero dizer que não tenho medo de submeter a agricultura ao custo-benefício da subvenção. Repito: ficarão envergonhados do que tem dito por aí o Sr. Paulo Guedes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com relação à melhora dos juros e do *spread*, eu quero aproveitar esta oportunidade em que a TV Senado é tão vista no Brasil. O Banco Central, no ano passado, aprovou uma resolução maravilhosa que abriu o registro de recebíveis de cartão de crédito. O que quer dizer isso? Os empresários não sabem, vocês não fazem propaganda, têm que fazer, os bancos não vão fazer nem as TVs, que têm como patrocinadores principais os bancos. O que acontece, Presidente Marcelo Castro? Com o meu cartão de crédito do Banco do Brasil, se eu comprar lá na loja X, parcelado em dez vezes, esse passivo é do Banco do Brasil. Então, o dono da Renner tem que ir lá negociar, fica preso, então, o... O Banco do Brasil é que dá o desconto do recebível das dez parcelas para receber adiantado. O que o Banco Central fez no ano passado? O Presidente... Como é que ele se chama?

O SR. ROBERTO DE OLIVEIRA CAMPOS NETO (*Fora do microfone*.) – Ilan.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Ilan. Muito competente ele.

O que ele fez? Agora, as lojas têm uma central de recebíveis. Então, eu, da loja A, B, C, C, coloco os meus recebíveis parcelados nessa central, e qualquer banco ou qualquer fundo de investimento pode entrar numa competição para oferecer para o lojista um juro mais barato para comprar o recebível dele. Perguntem quantas lojas no Brasil sabem disso. Nenhuma! Não são 1% as que sabem disso. Isso ajuda a baratear o *spread*, ajuda a baratear os juros, assim como o Cadastro Positivo, que vai voltar para cá – e eu até já pedi ao Presidente, que me concedeu, a relatoria do Cadastro Positivo, que é maravilhoso. Então, eu gostaria de pedir ao Governo que fizesse propaganda disso. Isso vai baratear o custo bancário, juros e *spread!* Isso é concorrência na veia. Hoje, há um monopólio total e absoluto de três, quatro bancos.

Por último, agora, eu vou brigar com o meu amigo.

Em primeiríssimo lugar, quero dizer que eu tenho vontade demais de votar a reforma da previdência, sempre tive; acho que isso é muito importante. Eu só não posso aceitar que façam disso um dilúvio, a terceira guerra mundial. Vamos colocar as coisas nos lugares, porque, para aprovar a PEC do teto dos gastos, eu suei de dizer aqui, na tribuna, que ela sozinha não faria verão. E ela não fez verão nenhum. Ela só fará efeito se as outras reformas forem aprovadas, mas o discurso era o mesmo, igual ao do Fernando Bezerra aqui: "O mundo vai acabar se não aprovar a PEC do teto dos gastos". E nós sabemos que saímos de uma vinculação para uma indexação, tanto da saúde como da educação. Então, o que eu quero colocar é que isso é, repito, muito importante, por um simples motivo.

É que hoje nós estamos consumindo, com a previdência, 14% do PIB, e todos os países da OCDE – não são países ricos, são países similares ao Brasil – estão gastando 7% do PIB. E nós estamos num volume crescente. Isso é um jacaré com uma boca deste tamanho que vai engolir todos os brasileiros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Meu Líder Fernando Bezerra, você sabe o quanto eu torci para você ser Líder do Governo, pela sua experiência. Assim como na eleição da Mesa, minha disposição era a mesma: votar em alguém que tivesse experiência para ajudar o Brasil, ajudar o Governo. Então, você é um homem experiente. Agora, não é atacando determinados setores que nós vamos arrumar voto aqui; ao contrário, nós vamos arrumar antipatia, porque, lá fora, a pressão de milhões e milhões de trabalhadores rurais e da agricultura familiar que escutam esse tipo de discurso não nos deixa votar. E eu sou obediente a eleitor, eu sou obediente que é uma maravilha! É por isso que eu tenho quatro mandatos. Então, eu quero votar com o Brasil, mas eu não posso admitir, silenciosamente, este ataque brutal e frontal em dizer que a aposentadoria rural é uma fraude! Uma fraude é a miséria e a pobreza em que vivem os produtores rurais deste País! Peguem o censo agropecuário feito agora e olhem o tamanho das classes D e E no campo. Nós estamos caminhando para uma agricultura sem agricultores, em que meia dúzia de produtores está fazendo quase 70% do PIB da agropecuária, em que não existe classe média, Líder Fernando Bezerra, e em que as classes D e E estão sendo ampliadas. Então, a grande parte da pobreza hoje do Brasil se encontra no campo, dentro dos assentamentos, dos povoados, dos distritos. São pessoas que estão desassistidas de saúde, de educação. É uma pobreza geral e irrestrita! Uns são trabalhadores, outros são moradores, porque não têm nem opção de trabalhar no campo. Então, não há fraude! Fraude existe aqui também dentro desta Casa em muitos momentos, há Lava Jato, há na área médica, há na área de juiz, há na área de produtor rural; em todas as áreas, há corrupção. Então, eu não posso admitir, silenciosamente – desculpe-me, meu Líder –, que a aposentadoria rural é uma fraude. O senhor conhece o campo, o senhor conhece o interior de Pernambuco, eu conheço o interior do Brasil inteiro como Presidente da CNA e como Ministra de Estado. A pobreza é total e absoluta! Eu voto a previdência; agora, tirar dinheiro de trabalhador rural – eu só tenho eleição daqui a quatro anos, eu não tenho eleição agora, eu não jogo para plateia – eu não voto! Eu não voto contra trabalhador rural, porque eu os conheço como a palma da minha mão. Se tiver fraude, isso é questão de Polícia Federal, não é questão de Senador da República nem de Deputado Federal. Isso é ineficiência do Estado que não sabe fiscalizar os seus programas, que não tem indicadores, não tem meta, não tem fiscalização, não tem nada. Isso não cabe a nós, aqui cabe a nós fazer justiça a quem merece justiça.

Agora, eu não vi, em momento algum, alguém atacar os grandes salários, os grandes privilégios. Eu não sou de esquerda, Sr. Presidente do Banco Central e da Mesa, eu sou de direita, de direita racional, equilibrada e que não perdeu o coração e que quer uma solução pragmática para os pobres deste País. Eu não vou virar as costas. Eu não sou de uma direita que tem vergonha de falar de pobre, de uma direita que tem vergonha de falar da área social. Não! Eu sou de uma direita que tem sensibilidade e dimensão humana.

Não vamos votar, sob hipótese alguma, contra os trabalhadores rurais. Que as imperfeições sejam corrigidas. Não vamos votar contra os idosos do País. Com R$400 a um idoso, ele vai ser

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

devolvido para o asilo; se hoje os velhos estão na casa de suas famílias, é porque o BPC é atrativo e os filhos querem o dinheiro com eles. E R$400 não são atrativos, não dá nem para comprar os medicamentos. Eles vão devolver os velhos todos com R$400 para os asilos do País. Então, o grande benefício do BPC foi para trazer os idosos para dentro de casa, para os seus familiares, e não ser um peso; ao contrário, contribuir com o salário mínimo. É nojento falar nesse valor de R$400. É inadmissível falar nesse valor. E isso não significa nem 1% do rombo da previdência. Vamos falar de outras coisas! Então, eu repito: a previdência é prioridade por conta do consumo do PIB; 14% é inadmissível, mas eu quero aqui deixar muito claro que a previdência sozinha não fará verão. Nós temos que fazer, e o Governo não sinalizou ainda. Eu peço ao Governo que pense nesse assunto.

Os outros temas importantes, que são complementares à previdência, e que aí sim vão ajudar a votar, que são: tributar lucros e dividendos, que já disseram que não vão fazer – por quê, se o mundo inteiro tributa lucros e dividendos e nós, brasileiros, bonitos e ricos, não vamos fazer? E por que nós vamos permitir continuar tributando PJ, que na verdade é salário na veia, disfarçado, porque não quer contribuir com a previdência? Quantos profissionais liberais são PJs disfarçados de recebimento de salário? Isso dá em torno, meu amigo, de R$10 bilhões, somente essa correção com os mais abastados. Se é para cortar na carne, vamos cortar na carne de todo mundo.

A outra coisa é a dívida ativa, uma dívida ativa incompetente, que deveria dar crime de responsabilidade. Estou cansada de ouvir que são empresas falidas, quebradas, Varig, Vasp Não é não! De R$2 trilhões de dívida ativa, nós só recebemos, em 2017, R$26 bilhões. Se nós conseguimos, modestamente, com muita incompetência, mudar a legislação, que a PGFN tenha um diagnóstico perfeito dos seus servidores, do que fazer para melhorar a agilidade na cobrança da dívida ativa, que leva nove anos e meio. Apenas 3,8% entram na Justiça. Alguém poderia dizer assim: "é o trâmite da Justiça que é moroso". Não. Apesar de 3,8% entrarem na Justiça para reivindicar seus direitos, todas as ações dos R$2 trilhões vão para o Judiciário. Nos Estados Unidos não é assim. Se eu não entrei na Justiça, por que é que o Governo, por que é que a União vai judicializar? Seis meses para iniciar, apenas, a intimação; quatro anos e meio para o cidadão ser intimado. Então, quase 40% dessa dívida tem decurso de prazo, perde os recursos, por falta de mudança em normas, em regras, que nós poderíamos, dos R$2 trilhões. Não vamos sonhar com muita coisa, não: dobrar os R$26 bilhões. Será que, modestamente, não poderíamos melhorar essa eficiência e aumentar mais R$20 bilhões nessa cobrança, mais R$10 bilhões do PJ disfarçado de salário, mais dividendos e lucros? Nada, nada, são R$50 bilhões.

Agora, vamos para as despesas tributárias. As despesas tributárias, que são as desonerações, que não têm nada a ver com subvenção – são outra coisa, diferente – são dar desconto de imposto para determinados excluídos. Faço a lista, bonita, e os coloquei lá há anos. Não é esse Governo, não; vários e vários governos. Lá dentro está a Zona Franca de Manaus, lá dentro está o Simples, lá dentro está uma porção de coisas. Agora, qual o resultado de tudo isso? Quem é que mediu? Quem é que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

analisou? Então, o mundo inteiro aplica despesas tributárias a 2% do PIB. Nos últimos cinco anos, nós dobramos para 4%. É inadmissível em qualquer lugar do mundo. Então, se nós aumentamos de 2% para 4% do PIB de desconto de imposto, por que, nos próximos quatro, o Governo não pode fazer a proposta de dar ré, ano a ano nós encolhermos a despesa tributária, fazendo uma análise de cada caso, e não um corte reto? Porque só a desoneração de inovação e tecnologia é apenas R$5 bilhões. Não é nada. Não pode cortar, tem é que aumentar. Empresas de inovação e tecnologia não podem pagar imposto, se o Brasil quiser crescer e virar gente. Empresas de tecnologia têm que pagar é zero de imposto, igual comida. Então, se as subvenções forem regressivas, se nós fizermos um projeto de lei, se o Governo propuser essa redução de 4% do PIB para 2%, eu tenho certeza de que nós encontraremos a solução.

Eu quero aqui, apenas para resumir e encerrar, dizer que a reforma da previdência é super importante, muito importante, mas não é a última coca-cola do deserto, certo? Nós temos outras medidas, outras ações, que o Governo precisa sinalizar. Não precisa aprovar tudo junto, para não tumultuar, mas o Governo tem que sinalizar que vai mexer nos privilégios, que vai mexer naqueles grandes que receberam as subvenções como se fossem deles. Aquilo congelou, aquilo virou patrimônio pétreo, e aquilo é patrimônio do povo brasileiro, Presidente. Esse dinheiro é do povo brasileiro, de nós todos, que estamos bancando ineficiência, que estamos bancando o que não é produtivo, o que não dá resultado. Então, mexer com mulher, com produtor rural, mexer com professor e polícia, não é privilégio não, é justiça.

Eu quero ver o cidadão na rua, dando tiro em bandido 40 anos; enfrentar uma sala de aula sem ar condicionado, com 40 ou 50 meninos, por 40 anos; e quero que o senhor vá trabalhar na enxada, no trator, em cima de um cavalo, por 40 anos, para o senhor ver o que é bom para tosse. Então, não é privilégio, é justiça. Eu já fui tudo, só não fui polícia. Mãe, mulher, produtora rural e... Qual é o outro que eu falei agora? Professora! Eu fui professora no início da minha vida! Eu sei o que é menino hoje. Antigamente você podia mesmo dar uma bronca e por de castigo. Hoje, se você fizer isso, você vai presa, então as professoras estão todas com depressão, tomando remédio, com licença saúde.

Então, não dá. Vamos votar, vamos levar com seriedade, vamos tirar os privilégios, vamos cortar na carne de todo mundo, vamos enfrentar o *lobby* aqui dentro, mas vamos fazer justiça a quem precisa de justiça. Nessas condições, pode contar comigo, que eu sou a favor da reforma da previdência – e sem agressões, sem agredir ninguém, por favor.

Obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Eu sou o próximo inscrito, mas como estou presidindo, vou fazer a concessão aqui enquanto Omar Aziz volta e vou passar a palavra, então, para o nosso colega, Senador Marcos Rogério. Com a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Para interpelar convidado.) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores da República. Aos candidatos aos cargos de diretoria do Banco Central, incluindo seu Presidente, e da CVM, minha saudação.

Eu não vou entrar nesse debate paralelo que se iniciou nesta Comissão, porque nós vamos ter muito tempo para discutir essas matérias doravante. É uma pena que nos últimos 13, 15 anos esse tema não tenha sido discutido e todos esses avanços apontados aqui não tenham sido praticados. O Brasil estaria em uma condição muito melhor do que a que está hoje.

Eu gostaria, Sr. Presidente, de avançar sobre os temas da reunião de hoje, discutindo um pouco mais sobre *spread* bancário, Cadastro Positivo, também modelo de intervenção no câmbio e taxa de juros.

Eu acho que o tema que mais se repetiu na reunião de hoje aqui foi justamente taxa de juros, e, sim, talvez esse seja o grande tema, o tema que mais incomoda todos aqui: taxa de juros, que representa em algumas operações, especialmente no caso do cartão de crédito, um assalto ao cidadão; cobram-se juros dos brasileiros como se fosse uma apropriação do próprio patrimônio do cidadão. É mais do que usura, é crime o que se faz no Brasil, o que se pratica no Brasil. E faço aqui... não vou fazer pergunta em relação a esse tema, porque já foi abordado pelos nossos sabatinados: que o Banco Central, através dos seus mecanismos de regulação e controle, adote medidas, posturas eficientes com relação a essa matéria.

Quanto à democratização do sistema financeiro, absolutamente concentrado e caro no Brasil, é mandamento constitucional. É o que dispõe o art. 192 da Carta de 88, que fala especificamente em relação a isso, ou seja, "o sistema financeiro nacional, estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do País e a servir aos interesses da coletividade, em todas as partes que o compõem [...]". E aí, indaga-se aqui à exaustão, repetidamente: o modelo cumpre essa função, essa missão constitucional? Promove o desenvolvimento equilibrado, conhecendo as peculiaridades regionais do País? Serve aos interesses da coletividade? Ou atende demandas de quem precisa menos em detrimento daqueles que precisam mais? As regras e as práticas do microcrédito, também já mencionadas aqui, onde estão? Nessa descentralização – ou democratização, como eu ouvi o termo sendo repetido aqui –, qual o papel das cooperativas de crédito? Porque avançam muito em algumas regiões do País, especialmente na Região Sul do País, e na minha Região Norte, Estado de Rondônia, avançam muito: onde não se tem banco tem cooperativa de crédito; e por que não valorizar, empoderar mais, atribuir uma carteira maior para esse segmento, que está mais próximo do cidadão? E está no 192 da Constituição Federal: as cooperativas.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, esse tema é um tema que nos incomoda muito, e eu tive a oportunidade de receber em meu gabinete o nosso futuro Presidente do Banco Central, Dr. Roberto de Oliveira Campos Neto, e acho que fiz lá para ele as perguntas que não farei aqui em razão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da exaustão do tema. E posso assegurar – foi o único com que eu tive a oportunidade de dialogar e debater – que é um quadro absolutamente preparado, talhado para a missão que assume, que é de conduzir o nosso Banco Central, ao lado dos demais diretores, e, pelo que eu ouvi dos demais diretores aqui, todos se mostram absolutamente preparados, não para a função, mas para a missão que estão recebendo, para a delegação de missão que recebem; porque V. Sas. não estão recebendo apenas uma oportunidade ou uma função, é uma missão: implementar aquilo que foi dito hoje e o muito que se ouviu aqui nessa sala hoje, para fazer o Brasil avançar de verdade.

E aí, Presidente, permita-me adotar a frase que V. Exa. falou aqui, mas trazendo um ingrediente novo: sim, queremos um Brasil com mais empreendedores, com mais empregos e renda, desenvolvimento de verdade e menos economia de papel. Falei com V. Exa. lá no meu gabinete sobre isso. O País está estruturando o seu desenvolvimento, o seu crescimento econômico em cima de balizas e marcos que não são os que nos interessam ao fim e ao cabo. Nós queremos mais empresas, mais empregos, mais renda, mais desenvolvimento. E é preciso apostar num modelo diferente.

Então, eu não vou fazer nenhuma pergunta pontual a V. Sas. aqui, mas apenas parabenizá-los pela indicação e desejar muito sucesso na missão que cada um está assumindo a partir da agora.

Eu já votei e já cumpri o meu papel. Votei a favor de todas as indicações, num voto de crédito ao Presidente, na biografia de V. Sas., na trajetória de cada um e na esperança de que consigam fazer o melhor pelo Brasil. Todos nós estamos empenhados nesse esforço e tenho certeza de que essa também é a missão de todos vocês.

Sr. Presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Em seguida, concedo a palavra ao nobre Senador Jean Paul.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para interpelar convidado.) – Presidente Marcelo, é só para saudá-los rapidamente. Não vou cansá-los com mais perguntas. Devido ao adiantado da hora, eu perdi aqui a minha vaguinha para fazer as perguntas. Portanto, não sei se vocês deram sorte ou azar. Mas eu vou saudá-los, Roberto, João, Bruno, Flávia, e ratificar as falas, como já conversamos também antes desta audiência, ratificar as falas dos meus colegas sobre redemocratização ou democratização, mais precisamente, do mercado financeiro.

Nós precisamos de mais bancos, mais cooperativas de crédito, mais Fintech, mais bancos populares, mais microcrédito e talvez até junto à CVM, Flávia, considerar a volta de algumas bolsas regionais. Isso também é uma forma de disponibilizar crédito e dar mais acesso ao sistema financeiro como um todo. Então, falamos aqui de várias modalidades. Nós precisamos realmente trabalhar para que elas funcionem melhor, para que estejam mais acessíveis diante de toda a situação que se caracterizou aqui de juros altos e de dificuldade de crédito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Era isso.

Agradeço a atenção e agradeço a exceção.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Com a palavra o Senador Marcelo Castro.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI. Para interpelar convidado.) – Quero cumprimentar o Presidente, os colegas presentes, os sabatinados, e dizer que também fui um dos que tive a honra de receber no meu gabinete o Dr. Roberto Campos Neto, que demonstrou na ocasião grande conhecimento, grande espirito público, experiência, *expertise*. E nós não temos a menor dúvida de que o Banco Central estará em boas mãos com os diretores que estão presentes aqui e também a indicada para a Presidência da CVM. E já votei, votei secretamente, mas não é proibido declarar o voto: votei favoravelmente a todos. Agora, quando o Dr. Roberto Campos Neto esteve em meu gabinete, eu fiz algumas observações que quero tornar públicas aqui, até para a sociedade brasileira se sentir representada, porque acho que o que eu disse representa esse sentimento nacional.

Eu vejo que há, na sociedade, não vou dizer propriamente uma aversão, mas um certo descontentamento com o sistema bancário brasileiro. O País está atravessando a maior recessão da sua história, com empresas quebrando, pais de família, mães de família perdendo o emprego, e a gente fica horrorizado quando vê os lucros bancários. Então, a todo instante sai o lucro dos bancos. É uma coisa estarrecedora! Fica até um certo sentimento de que é como se o Brasil fosse mais dos banqueiros do que dos demais. E não é essa a finalidade. É claro que o setor bancário tem um papel importante na economia do País, mas está se formando um sentimento de que há realmente um excesso, um exagero: que os banqueiros estão lucrando demais em detrimento dos demais setores da sociedade.

Por exemplo, o meu caso: sou médico psiquiatra, professor universitário e agropecuarista, um misto assim de atividade empresarial e de diletantismo também. Mas tenho algum conhecimento da área, e uma atividade pecuária no Brasil, se tudo correr bem, se for feita dentro da técnica, se chover, não pegar fogo, correr tudo dentro da hora, o vaqueiro não beber cachaça todo fim de semana, a vaca não morrer abandonada, ele vai ter um lucro aí, se conseguir que tudo corra bem, de R$500 por hectare implantado de capim. E, para colocar um hectare para funcionar, ele precisa investir R$5 mil. Então, um lucro de 10% ao ano. Se você for pecuarista, não vou falar sobre outras atividades, está impossibilitado de tomar empréstimo no Brasil, porque eu estou aqui com o *spread* bancário, cuja fonte é o Banco Mundial, e nós temos aqui comparativamente: no Japão, o *spread* bancário é 0,7; na Austrália, é 3,2; no Chile, é 1,7; no Canadá, é 2,5; no México, 3,4; na Guatemala, 7,6; na Nigéria, 9.3; em Angola, 10,14; na Namíbia, 4,2; e, no Brasil, 39,6.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, aqui seria o caso de se dizer "um ponto fora da curva". Eu diria "foríssima" da curva. Essa palavra não existe no português, mas é tão fora que se teria de usar um superlativo.

Então, é evidente que isso aqui está errado. Precisa ser corrigido. Não há motivo para o Brasil ser tão destoante do resto do mundo inteiro! Estive olhando as taxas aqui de *spread*: vão de 0,6, normalmente, a 10. É o praticado no mundo inteiro, com exceção do Brasil e de Madagascar, o Brasil com 40% e Madagascar 45% o *spread* bancário.

O resto do mundo todo – América Central, América Latina, África, Europa, Ásia – está nessa faixa aí.

O outro tema, que já foi debatido aqui demais, mas que nos causa espécie e estranheza... Eu passei ali no caixa eletrônico do Banco do Brasil e imprimi o meu saldo aqui. O meu saldo é impublicável. (*Risos.*)

Mas está aqui, o banco oferecendo dinheiro aqui para os seus clientes, do cartão de crédito, que são... O Banco do Brasil dá uma taxa efetiva de 250% ao ano. Eu fui também à Caixa Econômica, que dá uma taxa efetiva – retirei hoje no caixa eletrônico – de 320% ao ano. Ora, se a pessoa tomar R$100 mil, um valor 100, seja o que for, 100 unidades, num ano ele vai estar devendo R$420 mil. Qual é a atividade em cima da Terra que pode dar isso? "Não, porque o cartão de crédito tem uma explicação..."

Bom, eu acho, Sr. Roberto Campos Neto, que precisa haver uma consciência mais nítida de que isso é um acinte, um desrespeito. São taxas indecentes. Eu não conheço, não sei como funciona a economia do mundo, mas acredito que não deva haver nenhum país do mundo que pratique um juro desses aí. Mas eu estou citando aqui o Banco do Brasil e a Caixa Econômica, não estou citando banco privado. Então, se nós não controlamos nem o Banco do Brasil, nem a Caixa Econômica, nós vamos controlar o quê?

Então, eu espero que isso aí possa sensibilizar quem vai comandar a questão da moeda no Brasil e ver que essa situação não pode continuar.

V. Sa. está tendo um crédito de confiança aqui e eu acredito que de toda a Casa, mas o nosso Presidente, em boa oportunidade, já chamou a atenção para o fato de que V. Sa., muito provavelmente, estará aqui de volta...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – ..., e é evidente que nós esperamos que V. Sa. possa trazer números mais confortáveis, até para a gente se explicar na sociedade, porque aquilo que disseram hoje aqui alguns Senadores a gente constata no dia a dia. Isso é uma vergonha nacional! Um País em que as pessoas tomam dinheiro emprestado de agiota para pagar banco oficial porque os juros dos bancos oficiais são superiores aos de agiota! Isso é uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desmoralização nacional! Isso é uma coisa que não se pode admitir! Então, entendo que deve haver uma consciência nacional de que agora, de uma vez por todas, nós precisamos colocar um fim nisso daí. Porque isso não foi inventado hoje, não; isso vem se arrastando há décadas.

Eu me lembro de que eu era criança ainda e meu pai lia lá um livrinho do Carlos Lacerda, e ele falava de um dia na vida do Brasilino. Aí mostrava que o sujeito ia tomar empréstimo no banco dos Estados Unidos e era 3%. Aí o camarada achava alto os 3%. Mas era 3% ao ano. Aqui, no Brasil, sempre foi uma exorbitância, nunca se pensou em cobrar uma taxa dessa anual.

Então, é essa a minha contribuição. V. Sas. têm o nosso crédito de confiança, não só meu, mas da Casa inteira, mas nós queremos resultados, e, evidentemente, V. Sas. vão ser cobrados da próxima vez que aqui vierem.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador Marcelo.

O Presidente do Banco vai responder a V. Exa. e, logo em seguida...Vamos abrir o resultado da votação, por favor.

O SR. ROBERTO DE OLIVEIRA CAMPOS NETO – Muito obrigado.

Vou responder à pergunta de S. Exa., Senador Marcelo Castro. Foi muito oportuna porque levanta um exemplo que, inclusive, eu verifiquei, que é a comparação do Brasil com o Chile. Inclusive, também, fui responsável pela tesouraria do Banco, no Chile. Não tenho ciência desse estudo do Banco Mundial, mas tenho alguns dados do Banco Central e alguns dados internacionais que levantei. O *spread*, no Brasil, está em torno de 20,5%, não tenho esse conhecimento de 40%. Para pessoa física ele é 30%, alto. Então, depende do que está sendo considerado. Mas o exemplo ainda vale, porque o *spread* do Chile é 2,6% – o senhor acertou. Curiosamente, os bancos, no Chile, são mais rentáveis do que no Brasil. Então, isso mostra o tamanho do trabalho que a gente tem para fazer. Se o Chile tem um *spread* de 2,6% e o Brasil tem um *spread* de 20,5%, se você olhar só a pessoa física é quase 30%, ainda assim o banco, no Chile, é mais rentável.

Então, acho que isso aí mostra todo o resto que foi discutido aqui ao longo da sabatina, todas as áreas em que nós precisamos fazer uma intervenção: na área de informação assimétrica, que é ter informação; na área de recuperação de crédito; de não ser judicial o sistema. Então, aproveito o exemplo para mencionar isso.

Gostaria de dizer que, se confirmado pela Casa, nós vamos trabalhar incessantemente nisso.

Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Já foi confirmado. Estou há muitas votações aqui. Dificilmente você tem a unanimidade.

Roberto de Oliveira: 26 votos SIM; 0 NÃO.

Sr. Bruno: 26 votos SIM; 0 NÃO.

João Manoel: 26 SIM; 0 NÃO.

Sra. Flávia: 26 SIM; 0 NÃO.

Isso demonstra, claramente, a confiança de todos os Senadores e Senadoras desta Comissão em relação ao trabalho que os senhores irão realizar frente ao Banco; e a senhora frente à Comissão de Valores Imobiliários.

Como eu disse antes, daqui a 6 meses a Comissão tem a obrigação de convidá-los a estarem aqui para debater com os Senadores e as Senadoras o que aconteceu na nossa economia, a partir de hoje até daqui a 6 meses. O nosso papel nós iremos fazer aqui: tentar contribuir. São debates que nós iremos ter e são debates democráticos.

A previdência, se fosse fácil aprovar, já teria sido aprovada há muito tempo. Então, o debate será longo, as discussões serão longas, mas espero que, no final, a gente consiga fazer o melhor possível para o Brasil.

Dito isso, quero agradecer a presença do Sr. Roberto Campos, do Sr. Bruno Fernandes, do Sr. João Manoel Mello e da Sra. Flávia. Que vocês possam servir ao Brasil da melhor forma possível. O Brasil tem uma esperança muito grande.

Você, Presidente, como o guardião da moeda brasileira, tem a oportunidade de fazer história, como o seu avô lá atrás fez e é uma referência para todos nós. Que você possa ser, daqui a algumas décadas, uma referência, como o seu avô foi, para muitos brasileiros.

Muito obrigado.

A sessão está encerrada.

(*Iniciada às 10 horas e 04 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 19 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 4ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE MARÇO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e dezesseis minutos do dia doze de março de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Omar Aziz, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Mecias de Jesus, Fernando Bezerra Coelho, Confúcio Moura, Luiz do Carmo, Esperidião Amin, Plínio Valério, Tasso Jereissati, Styvenson Valentim, Flávio Bolsonaro, Lasier Martins, Elmano Férrer, Major Olimpio, Izalci Lucas, Jorge Kajuru, Veneziano Vital do Rêgo, Alessandro Vieira, Leila Barros, Acir Gurgacz, Eliziane Gama, Cid Gomes, Jean Paul Prates, Rogério Carvalho, Paulo Paim, Telmário Mota, Otto Alencar, Irajá, Rodrigo Pacheco, Wellington Fagundes, Jorginho Mello, Marcos do Val, Paulo Rocha e Luis Carlos Heinze. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Ciro Nogueira, Daniella Ribeiro, José Serra, Rose de Freitas, Kátia Abreu, Randolfe Rodrigues, Fernando Collor e Marcos Rogério. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Fez uso da palavra o senador Espiridião Amin, sugerindo que a Consultoria Legislativa elabore um quadro comparativo das propostas de alteração da previdência social durante os governos dos ex-presidentes Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva, Dilma Rousseff e Michel Temer. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei da Câmara n° 93, de 2015 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 6.615, de 16 de dezembro de 1978, para dispor sobre o piso salarial dos radialistas." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Fernando Bezerra Coelho. **Relatório:** Favorável ao projeto, nos termos do substitutivo apresentado. **Resultado:** Retirado de pauta, a pedido do relator, para reexame. **ITEM 2 - Projeto de Lei da Câmara n° 69, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Altera o inciso IV do caput do art. 5º da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que regulamenta os fundos constitucionais, para incluir na área considerada como semiárido os Municípios localizados no Baixo Parnaíba, no Estado do Maranhão." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Fernando Bezerra Coelho. **Relatório:** Contrário ao projeto. Fez uso da palavra a Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Retirado de pauta, a pedido do relator, para reexame. **ITEM 3 - Projeto de Lei do Senado n° 62, de 2015 - Não Terminativo -** que: "Aumenta o percentual de recursos destinados ao paradesporto e a programas de incentivo à inclusão desportiva de estudantes portadores de deficiência." **Autoria:** Senador Romário. **Relatoria:** Senadora Rose de Freitas. **Relatório:** Favorável ao projeto, com duas emendas de sua autoria. **Resultado:** Retirado de pauta, a pedido de relatora, para reexame. **ITEM 4 - Projeto de Lei do Senado n° 374, de 2015 (Complementar) - Não Terminativo -** que: "Altera o parágrafo 2º do Artigo 3º da Lei Complementar 63 de 1990, tornando facultativo para os Estados a possiblidade de considerar ou não, para efeito de cálculo do valor adicionado, as parcelas isentas ou com benefícios fiscais e as operações imunes do imposto ." **Autoria:** Senador Fernando Bezerra Coelho. **Relatoria:** Senador Wellington Fagundes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Favorável ao projeto, com duas emendas de sua autoria. Após leitura do relatório, fizeram uso da palavra os (as) Senadores (as) Rogério Carvalho, Fernando Bezerra Coelho, Tasso Jereissati, Eliziane Gama, Major Olímpio, Cid Gomes, Espiridião Amin, Luiz do Carmo e Jorge Kajuru, **Resultado:** O presidente da comissão, senador Omar Aziz, concede vista coletiva da matéria, nos termos regimentais. **ITEM 5 - Projeto de Lei do Senado n° 315, de 2017 (Complementar) - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para vedar a limitação de empenho e movimentação financeira das despesas relativas à inovação e ao desenvolvimento científico e tecnológico custeadas por fundo criado para tal finalidade, bem como altera a Lei nº 11.540, de 12 de novembro de 2007, para modificar a natureza e as fontes de receitas do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT – e elevar o percentual de empréstimo à Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP." **Autoria:** Senador Otto Alencar. **Relatoria:** Senador Omar Aziz. **Relatório:** Favorável ao projeto, com a Emenda nº 1-CCT. **Resultado:** Retirado de pauta, a pedido do relator, para reexame. **ITEM 6 - Projeto de Lei do Senado n° 344, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Insere o art. 120-A na Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para responsabilizar solidariamente a empresa pelos prejuízos causados ao Regime Geral de Previdência Social, em decorrência de crime cometido por seus administradores." **Autoria:** Senador Telmário Mota. **Relatoria:** Senador Omar Aziz. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Retirado de pauta, a pedido do relator, para reexame. **ITEM 7 - Projeto de Lei do Senado n° 337, de 2015 - Terminativo -** que: "Acresce os incisos XVIII, XIX, XX ao Art. 20 da Lei nº 8036/90 – que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço para permitir a utilização da conta vinculada do trabalhador na quitação de débitos vinculados à imóveis de parentes de primeiro grau." **Autoria:** Senador Donizeti Nogueira. **Relatoria:** Senador Elmano Férrer. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, com as Emendas nºs 1 e 2-CAS. Após leitura do relatório, fez uso da palavra os (as) Senadores (as) Fernando Bezerra Coelho, Rogério Carvalho, Jorge Kajuru, Otto Alencar, Telmário Mota e Jean Paul Prates. **Resultado:** O presidente da comissão, senador Omar Aziz, concede vista coletiva da matéria, nos termos regimentais. **ITEM 8 - Projeto de Lei do Senado n° 272, de 2018 - Terminativo -** que: "Veda que a instituição emissora ou credenciadora do cartão de crédito exija exclusividade quanto à antecipação de recebíveis e imponha trava bancária além do volume de recebíveis necessários para garantir a operação de crédito." **Autoria:** Senador Ataídes Oliveira. **Relatoria:** Senador Fernando Bezerra Coelho. **Relatório:** Pela rejeição da matéria. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 9, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública,com o objetivo de debater a política de preços do Gás Liquefeito de Petróleo parauso residencial (GLP Residencial ou P-13), conhecido gás de cozinha vendido nasrefinarias às distribuidoras para botijões de 13kg; em especial, após a adoção dapolítica de reajustes trimestral em janeiro de 2018." **Autoria:** Senador Ciro Nogueira. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 10, de 2019** que: "Requeiro nos termos do art. 99, do Regimento Interno do Senado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Federal, que trata de competência dessa Comissão, avaliar os critérios estabelecidos pela Secretaria do Tesouro Nacional para classificação da situação fiscal dos Estados." **Autoria:** Senador Jorginho Mello. **Resultado:** Adiado. **ITEM EXTRAPAUTA 11 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 13, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a reforma da previdência apresentada recentemente pelo Poder Executivo, que modifica o sistema de previdência social, estabelece regras de transição e disposições transitórias, e dá outras providências." **Autoria:** Senador Plínio Valério. Após leitura do requerimento, fez uso da palavra os (as) Senadores (as) Rogério Carvalho, Jorge Kajuru, Veneziano Vital do Rego, Espiridião Amin, Major Olímpio e Mecias de Jesus. **Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº 13/2019 – CAE, com a inclusão do nome do ex-senador José Pimentel para debatedor na audiência pública a ser realizada. O presidente registra a presença do ex-senador Garibaldi Alves Filho e do deputado Federal Sillas Câmara. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Omar Aziz

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Bom dia, Sras. Senadoras e Srs. Senadores!

Declaro aberta a 4ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Primeiramente, eu queria informar aos Srs. Senadores que estava prevista, através do convite que fizemos ao Ministro da Economia, Dr. Paulo Guedes, a presença dele aqui nesta reunião de hoje para discutirmos dois assuntos específicos: a dívida dos Estados brasileiros e a Lei Kandir. Eu fui procurado pelo Ministro, e ele justificou a não possibilidade de estar aqui hoje e no dia 19, porque no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dia 19 estará fora do País tratando de assuntos comerciais com outros países. Ficou agendada para o dia 26 deste mês a presença do Ministro da Economia, Paulo Guedes, nesta Comissão.

Há outras Comissões que também aprovaram a presença do Ministro. Eu irei conversar com essas outras Comissões, e pode ser que a gente faça uma audiência conjunta. No melhor entendimento da Casa, acho que seria melhor realizá-la conjuntamente. Nós sairíamos só do debate para o qual esta Comissão o convidou, que seria a dívida dos Estados e também a questão da Lei Kandir. Eu falei: "Ministro, ninguém pode cercear a fala de um Senador. Ele pode perguntar outras coisas, e, naturalmente, isso vai acontecer."

O Ministro virá a esta Comissão no dia 26. Já está marcado.

Na semana que vem, nós temos aqui alguns requerimentos para serem votados, inclusive sobre uma audiência aqui para tratarmos sobre a reforma da previdência que seria realizada no dia 19. Há uma proposta do Senador Plínio Valério. Havendo número aqui, nós iremos aprovar esse requerimento do Senador Plínio Valério.

Nós temos alguns projetos para serem relatados e lidos hoje aqui. Alguns, a pedido do Governo, foram retirados de pauta pelo tempo em que o Governo está instalado. É normal um novo Governo analisar os projetos que vêm de anos passados. Há dois projetos meus que seriam relatados hoje. Um deles foi relatado na Comissão de Ciência e Tecnologia e trata do fundo. Hoje não é feito investimento em inovação e tecnologia principalmente no Nordeste e no Norte. A pedido do Governo, nós o estamos retirando, para que a gente possa adequá-lo à realidade, para que isso possa funcionar normalmente e para que não haja o contingenciamento desses recursos, que é feito todos os anos. Trata-se de um fundo de inovação e tecnologia que é contingenciado, e o nosso projeto é favorável para que acabe o contingenciamento. Fomos procurados pelo Governo e vamos atender dando um prazo de, no máximo, duas ou três semanas para que eles possam analisar e trazer um parecer.

Eu tenho aqui alguns projetos. Um é oriundo da Câmara dos Deputados, a que o Senador Fernando Bezerra Coelho é contrário em seu relatório, mas vamos esperar ser lido esse relatório. No mais, não há nenhum Senador presente neste momento e que tenha algum relatório sobre isso.

Pois não, Senador.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Pela ordem...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu lamento a posição do Governo em relação ao seu projeto. Ontem, até a madrugada, eu o estudei com muito carinho. Inclusive, pedi a opinião de meus conselheiros voluntários: Senador

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pedro Simon, Senador Cristovam Buarque e a Senadora Heloísa Helena. Entendo seu projeto. V. Exa. diz com clareza de quando o administrador da empresa deixa de repassar à Previdência Social os valores recolhidos dos seus empregados, causando aos cofres públicos um duplo prejuízo. Eu queria que esse projeto fosse aqui hoje aprovado. Eu tenho a certeza de que ele seria aprovado. Sinto muito por essa posição do Governo. Permita-me discordar do Governo, por se tratar de um projeto tão importante. Eu não entendo essa questão de tempo do Governo – o tempo já está passando, já estamos em março –, a menos que o Governo entenda que ele vai começar a trabalhar hoje.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu concordo com V. Exa., Senador, mas, se a gente não tiver um pouco de... Neste momento, eu acho que, por unanimidade, os Senadores e Deputados tentam contribuir para que a gente saia desta grande crise, para que a gente possa fazer as reformas, e não será a nossa Comissão que fará esse tipo... Se a gente esperar uma semana ou duas semanas, tenho a certeza de que nós iremos debater e aprovar esse projeto aqui.

Há outro projeto também que é de uma importância muito grande, que é da ciência e tecnologia. Quando se fala em abrir fronteiras, em trazer redução de alíquotas para importação, o Brasil sofre de um problema seriíssimo, porque nós não temos tecnologia para competir, infelizmente. Se tivéssemos tecnologia própria, nós estaríamos produzindo eletroeletrônicos, bens de informática e automóveis com nossa tecnologia. Mas nós não temos tecnologia para isso. Nós importamos essa tecnologia. Por isso, a importância do investimento na inovação e na pesquisa.

Mas esta Casa e o Relator dessas duas matérias tiveram essa compreensão pela falta realmente de conhecimento da equipe técnica que se instalou no Governo. Eles agora poderão até contribuir com sugestões; são naturais as contribuições.

Nós faremos isso, com certeza, nas duas próximas reuniões, Senador. Sua preocupação é a nossa. (*Pausa.*)

Senador Plínio, V. Exa. tem um requerimento. Eu queria que V. Exa. falasse aos Senadores sobre esse requerimento que o senhor está fazendo para o dia 19, por favor.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Obrigado, Presidente.

Srs. Senadores, Sras. Senadoras, o tempo já começa a contar para todos nós do Parlamento sobre essa questão da reforma da previdência. Na CAE, pelo pouco tempo em que estou aqui, percebo a importância que tem esta Comissão e a cobrança que nós sofremos externa e internamente. Eu acho de bom alvitre a gente discutir essa reforma da previdência em termos até pedagógicos, ou talvez não exclusivamente pedagógicos, para que nós possamos, Senador Kajuru, compreender.

Então, a minha proposição através do requerimento é a de que nós possamos realizar aqui uma audiência pública, trazendo para cá, Senadores, pessoas que reconhecidamente dominam esse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

assunto de previdência. O meu requerimento, nos termos que a gente prevê aqui, é uma audiência pública para o dia 19, convidando – já convidamos – o Leonardo Rolim, que é o Secretário de Previdência na Secretaria Especial de Previdência e Trabalho; o Felipe Salto, que é o Diretor Executivo da Instituição Fiscal Independente, órgão do Senado Federal que já tem notas técnicas apresentadas sobre o tema, e que é favorável à reforma; o Paulo Tafner, que é pesquisador da Fundação Instituto de Pesquisa Econômica; e o Pedro Nery, que é Consultor do Senado Federal e tem um livro publicado sobre previdência juntamente com Paulo Tafner. O objetivo único e exclusivo é o de que nós possamos ouvir desses *experts* a tradução da reforma.

Nesses termos, eu proponho, Presidente, uma audiência pública para o dia 19. É claro que aceitamos sugestões.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Rogério Carvalho, por favor...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu queria pedir a permissão do Senador Plínio Valério para falar da possibilidade de incluirmos o Gabas ou o Pimentel, que foi Senador e que foi Ministro da Previdência, para podermos fazer um debate conjunto. Poderia ser o Pimentel, que é ex-Senador, que é uma pessoa conhecida de todos e profundo conhecedor do tema.

Eu queria, Presidente, dizer que fiz um estudo para o Senador Tasso Jereissati: em 90% dos Municípios do Ceará, na verba que entra de aposentadoria rural e do BPC, entram mais de 200% em relação ao FPM de recursos dessa natureza. Portanto, o Estado do Ceará é o Estado mais dependente do BPC e da aposentadoria rural no Brasil. É importante a gente ter esses dados. E esse debate sobre a previdência é fundamental que a gente faça aqui na Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador, receber o Senador Pimentel para a gente é sempre uma grande honra; ele foi nosso colega aqui por quatro anos. O Senador José Pimentel realmente é um estudioso e vem defendendo, desde o Governo Dilma, a reforma da previdência. Como Ministro da Previdência, ele sabe dos gargalos realmente e poderia contribuir muito para o nosso debate aqui, não tenho dúvida nenhuma.

Eu só acho que nós teríamos que parar em cinco, porque, se a gente trouxer mais do que cinco debatedores aqui, nós não vamos ter debate, nós não teremos debate, porque a experiência que nós temos aqui... Há Senadores que têm outros compromissos, têm que sair, se ausentam e voltam para fazer uma pergunta, não esperam, porque demora bastante. Então, se a gente quiser dar realmente um efeito para esse debate e tirar conclusões do debate, o número de debatedores terá que ser bem reduzido. Isso objetiva a discussão, senão nós não chegaremos à conclusão nenhuma, e o debate será mais um debate sobre o assunto.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Eu conversava aqui, em função da maior experiência de ambos, com o Senador Tasso Jereissati e com o Senador Cid Gomes. Não estou questionando o requerimento do Senador Plínio, até porque conheço a sua lisura e a sua isenção, mas penso – ontem, conversei muito com o Senador Paulo Paim – que esses debates são ricos. Eu os tenho feito em redes sociais, eu os tenho feito com os Senadores. Inclusive, o Major Olimpio, que me parece estar aqui, participou do primeiro programa, que, aliás, chegou a 21 milhões de visualizações. Nesse programa, o Senador Major Olimpio debateu com a Senadora Eliziane Gama, como um pinga-fogo, como fazia o Heraldo Pereira no Jornal da Globo. Para que os Senadores... Quero convidar outros aqui. Acho interessante a sociedade brasileira participar dessa discussão, vendo os dois lados.

Concluindo, quanto ao debate, eu gostaria só de saber, perguntando ao Senador Plínio, sobre esses quatro; alguns nomes eu reconheço, inclusive. Qual é a posição deles? Se são quatro, a meu ver, teriam de ser dois a favor e dois contrários, para ouvirmos as duas opiniões. Ouvir quatro pessoas que são favoráveis ou que são contrárias à reforma não enriquece o debate, a meu ver.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Senador Veneziano está inscrito, bem como o Senador Espiridião Amin. E, depois, fala o autor do requerimento.

Com a palavra o Senador Veneziano.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB) – Será bem rápida a minha participação.

Já tendo ouvido o seu sentimento e a sua percepção, a meu ver, isso se torna impraticável para o tento desejado tanto pelo autor do requerimento, S. Exa. o Senador Plínio, quanto por todos nós. Eu não imagino, não concebo até mesmo o número de quatro, porque um bom debate... Penso eu que seria, de certa forma, deselegante reservarmos a um expositor que vem aqui, que se permite vir aqui para colaborar, 10 ou 15 minutos para a sua exposição, porque isso termina fugindo àquilo que nós desejamos, que é a profundidade exigida do tema, para ficarmos perfunctoriamente em algumas observações.

Nós temos um tempo hábil até que a matéria venha a esta Casa, se vier – e tomara que venha, mas aperfeiçoada –, para que não corramos, não nos precipitemos e façamos uma reunião simplesmente para dizer que a fizemos, mas longe de alcançar aquilo que nós desejamos, que é a produção, para que nós absorvamos, para que nós tenhamos a oportunidade desse bom debate.

Eu sugeriria, se concordasse V. Exa. e, obviamente, o autor e o Plenário, por força de termos tempo suficiente para tanto, que aqui viessem, todas as terças ou terça sim, terça não, para não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

prejudicar, inclusive, as pautas relativas aos projetos que vão ser debatidos, dois participantes. E acolho a sugestão que foi dada pelo Senador Kajuru: que, dos dois convidados, um tenha uma visão defensora da proposta, e o outro possa fazer também a exposição questionadora. Caso contrário, deixaremos de alcançar efetivamente o resultado que pretendemos, e é o que está como fulcro do requerimento esposado por S. Exa. o Senador Plínio Valério. Com dois debatedores, terça sim, terça não, chegaremos já bem às minudências do projeto, quando ele vier à Casa.

Essa é a minha modesta sugestão, Sr. Presidente.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Com a palavra o Senador Esperidião Amin, por favor.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – Eu não tenho dúvida de que a iniciativa é muito útil. Se nós prolongarmos, na forma proposta pelo Senador Veneziano, ela pode ser mais útil, mas sempre deveria, como mencionou o Senador Rogério, haver um de cada lado. Eu sugiro um recurso didático: seja feita numa reunião só, seja nas muitas que nós teremos... O Senador Tasso, pelo que tudo indica, vai ser designado o grande olho não de Deus, mas do Senado no acompanhamento dos trabalhos da Câmara.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não, não! O grande olho é divino, é um só. Ele pode ter acessórios, como óculos perfurocortantes, como os do Kajuru, que penetram em corpos opacos e desvendam mistérios do raio-X.

Eu queria só sugerir o seguinte – este é um vício de professor: a Consultoria deveria elaborar um retrospecto das propostas sobre previdência, como a do Governo Fernando Henrique, em que um Parlamentar, cujo nome eu não vou mencionar, teria se enganado – seu companheiro – na hora de votar, e por isso houve quórum para aprovar um dispositivo muito importante, a idade. Então, poderia nos trazer a proposta do Governo Fernando Henrique; a proposta do Presidente Lula, que também foi alterada substancialmente no Congresso – já se falou aqui em se convocar o Ministro Gabas, que é um especialista no assunto –; a proposta da Presidente Dilma e a proposta do Presidente Temer. Nós temos pelo menos quatro. Nenhum Presidente se omitiu nisso, nenhum partido que tenha participado desses governos – e alguns participaram de todos, alguns participaram de todos! – deixou de reconhecer que isso é prioritário. Como diz o Senador Cid Gomes, não é patriótico desconhecer isso. Eu concordo. Eu posso não concordar com o dispositivo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas fazer a comparação na planilha das cinco propostas feitas, consolidando as propostas dos cinco governos que eu mencionei, acho que vai favorecer o debate, porque vai desmistificar uma porção de posições e vai racionalizar a apreciação que o Senado neste momento deve fazer. Tudo indica que será liderada pelo Senador Tasso Jereissati, mas cada um de nós vai acompanhar isso de alguma maneira. É o tema mais importante do ano, é o tema que absorve a preocupação por inteiro da sociedade brasileira.

Dessa forma, eu voto por que haja sessões continuadas, como sugeriu o Senador Veneziano, com um de cada lado. E vamos atualizando este recurso didático: um quadro comparativo das proposições dos governos nos últimos 20 anos, pelo menos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só quero fazer um esclarecimento. Eu acho que, primeiro, é uma obrigação nossa debatermos. Isso não é nenhum favor que a gente fará. E, se tivermos de debater terça, quarta, quinta, sexta, sábado e domingo, nós iremos fazê-lo, até porque o entendimento de todos nós é o de que, se a reforma da previdência não avançar um pouco, nós não teremos realmente nenhum futuro para o País.

Eu só não concordo quando as pessoas dizem bem assim: quem é a favor, quem é contra? A proposta enviada pelo Governo tem vários pontos; com muitos deles todos concordam, mas há alguns pontos em que há divergência entre um e outro. Não é uma posição de ser contra a reforma da previdência. Até hoje eu não ouvi ninguém aqui no Brasil dizer: não, eu sou contrário a que se faça a reforma da previdência. Todos são favoráveis, só que cada um no Brasil tem uma proposta. Aqui, no Senado, são 81 Senadores que pensam diferentemente, e cada um tem uma proposta. Na Câmara, são 513 Deputados que pensam diferentemente, e cada um tem uma proposta.

Então, não seria um debate a favor ou contra, seria um debate em que os pontos divergentes seriam debatidos, porque não conheço, sinceramente... Quem seria um convidado aqui contrário à reforma da previdência?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Pode ser contra alguns aspectos da proposta.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Pode ser contra alguns pontos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pode ser contra alguns aspectos da proposta.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Contra pontos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Isso! Então, veja bem, quando a gente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Há os pontos bons e os ruins.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Isso! Por isso, quando o Senador...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Por isso, Presidente, aquela sucessão de tópicos, como foi enfocado o tópico idade, na proposta A, na proposta B, na proposta C...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Sim.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Mais importante do que a locução sobre se sou contra ou sou a favor é ver o que propuseram.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por isso mesmo! Veja bem, nós temos aí nos últimos... Vamos colocar que, de 1998 para cá, houve a reforma da previdência feita pelo Presidente Fernando Henrique, em 1999, se não me engano. Eu não estava aqui, mas há os Senadores que já estavam aqui nessa época. Depois, o Lula, em 2001, fez uma reforma, uma minirreforma. Depois, a Presidente Dilma tentou fazê-la e não conseguiu, e o Presidente Temer tentou fazê-la e não conseguiu.

Não se trata de trazer pessoas que são contra ou a favor, mas de nós escolhermos os pontos em que há divergência, para debatermos, porque em si a proposta é muito complexa, e sempre haverá uma divergência. E não só há divergência, mas há também aqueles que puxam para o lado do segmento que representam. Correto? Ninguém quer mexer com o seu segmento.

Então, eu, pessoalmente, não conheço os quatro convidados do Senador Plínio. Um deles eu sei quem é. Aliás, eu os conheço, mas não sei qual a opinião deles sobre o assunto, se são a favor ou não. Portanto, vou chegar aqui e dizer que os quatro são favoráveis e têm o mesmo tipo de pensamento só depois de ouvi-los.

Com a palavra o Major Olimpio.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Presidente...

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP. Pela ordem.) – Pela ordem, Sr. Presidente, eu gostaria de falar para contribuir com esse debate.

Vejo também da mesma forma que V. Exa. Não há contrariedade e sim pontualmente questões a serem debatidas. Mas muito embora esteja simplesmente citada a simetria dos militares, no art. 42 com o art. 142, militares federais e estaduais, dizendo que isso será objeto de lei específica, para contribuir para esse debate também, eu gostaria que fosse adicionado a esse requerimento o Coronel

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Elias Miler da Silva, da Feneme, que é um *expert* em previdência dos militares, para também trazer para esse debate importantes contribuições.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois é. Eu acho que... Vamos definir aqui esse primeiro debate. Primeiro, vamos definir... A proposta do Senador Plínio é de quatro pessoas para debaterem esse assunto. Futuramente, nós poderíamos trazer por segmentos, como agora o Major Olimpio falou, sobre a questão dos policiais militares...

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – E dos militares federais, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, mas dos militares federais está chegando a proposta dia 20 ainda. A gente não tem conhecimento dela ainda, de qual é a proposta.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – Sim, mas o debate vai ser intenso em função disso também. Muito embora já tenha sido feita uma ressalva na PEC 6, até que nós tenhamos aprovada por V. Exas. a realização desses debates, nós já teremos esse projeto em mãos. Isso também deve ser objeto de discussão porque vai ter uma relação com toda a PEC 6. Observe na Câmara que não se consegue nem instalar as comissões em função de não se ter o projeto dos militares.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Plínio.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Presidente, o objetivo do requerimento já foi alcançado, que era exatamente trazer o tema para que nós possamos debater aqui. Nós não podemos ficar alheiros a esse tema tão importante.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, Senador.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou pedir, por gentileza... Há um Senador ao microfone aqui...

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Tentando falar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É importante, porque nós estamos debatendo aqui quem nós vamos trazer ou não.

Pois não, Senador.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Eu queria concluir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o objetivo já foi alcançado, que era fazer com que a gente debatesse esse tema aqui. Eu acho interessante essa proposta de, ao iniciarmos a reunião, ouvirmos um ou dois sobre o tema. Eu acho interessante isso, Presidente.

Então, nós teríamos aqui, parece-me, duas propostas concretas. Seria o meu requerimento com quatro e a outra proposta, que seria de dois a cada sessão, a cada reunião da Comissão. Eu acho muito interessante essa proposta.

Presidente, fique à vontade para...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador, Plínio, deixe-me explicar-lhe: nós temos 210 projetos que eu vou distribuir para os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras relatarem. Veja bem, eu estou aqui e muitos projetos a que a gente dá entrada não saem das comissões. Nós Parlamentares ficamos angustiados. Eu queria dar uma dinâmica diferente: vamos votar a favor ou contra, mas vamos votar os projetos que há aqui na Casa. Senão, há uma frustração daquele Parlamentar que estudou e fez o projeto tentando contribuir para o debate, e a gente nem debate. Há 210. Então, é impossível eu pegar e não haver a votação. Quando eu começar um debate, a gente não tem horário para terminar, Senador Plínio. Depois, não haverá quórum para votar e relatores. O que eu proponho é o seguinte: em duas terças-feiras, nós votarmos projetos e em duas terças-feiras debater a questão da previdência.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – É outra proposta.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Seria assim.

Então, numa terça-feira votamos projeto, na outra debatemos; na outra terça-feira votamos os projetos, na outra debatemos. Correto? Seria a forma mais eficaz para que a gente também desse celeridade aos projetos que há aqui e que eu vou distribuir para os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras relatarem, para que a gente possa... Se vai aprovar ou não vai, é outra conversa, mas nós temos que aprovar projetos.

Então, é impossível...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, por mim... É uma honra tê-lo aqui sempre.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Então, para incluir o convite ao José Pimentel nessa primeira fase.

Eu acho que essas propostas todas são interessantes. Essa que ele fez também é, só precisamos definir o que nós queremos.

(*Intervenções fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – A gente tenta falar, mas, aí do lado, está um barulho, Presidente. Ele não estava nem me ouvindo aqui perto, e eu estou ao microfone – e eu estou ao microfone! Eu acho que vou ter que chamar o Kajuru para relatar aqui para mim, para poder...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Senador, o Plínio vai ter que falar baixo e eu falo bem alto!

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Isso.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Senhoras e senhores...

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Isso, o Kajuru já chamou a atenção.

Obrigado, Kajuru!

Então, Presidente, só para resumir, eu acho toda e qualquer proposta vinda do Senador interessante. A gente só precisa definir o que dá mais celeridade e o que nós queremos. Eu quero debater a reforma, eu quero aprender – eu quero aprender! –, eu tenho o meu pensamento, tenho a minha opinião e tenho uma coisa valiosa que é o voto. Eu preciso simplesmente ouvir debatedores.

Então, há essas propostas. Eu acho interessante aquela de dois em dois. A gente pode permanecer com o requerimento e chamar mais o Pimentel, eu não sei. Eu acho que o meu objetivo foi cumprido...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou colocar em votação o requerimento do Senador Plínio Valério.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR) – Presidente. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR) – Mecias.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador, desculpe, o senhor estava inscrito. Mecias, o meu colega do... (*Risos.*)

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR) – Pois é. Sei que V. Exa. já vai encerrar a discussão. Eu quero colaborar com a discussão e parabenizar o Senador Plínio, porque

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

já trouxe, como disse ele... De qualquer forma, o requerimento dele já alcançou o objetivo. E o requerimento dele, além de estar muito bom, foi aperfeiçoado aqui pelas ideias do Senador Kajuru e do Senador Veneziano. E o debate, nas próximas reuniões, será ouvindo duas pessoas, e certamente com temas em que eles possam dizer quanto ao que são contra ou favoráveis.

Eu creio, Presidente, que a ideia do Senador Major Olimpio de trazer esses pontos específicos como: Polícia Militar, Exército, Polícia Federal, enfim, talvez vá trazer servidores públicos... Cada instituição dessa, cada órgão de interesse pode nos trazer o ponto em relação ao qual é favorável ou contra. E isso pode aperfeiçoar bastante o nosso trabalho aqui.

Portanto, eu quero aproveitar, Presidente, para dizer da nossa satisfação de reencontrar todos aqui depois do Carnaval. Parece-me aqui todo mundo bem animado. Quero cumprimentar todos os Srs. e as Sras. Senadoras.

E quero aproveitar para fazer o registro, Presidente, da presença, no nosso Plenário desta Comissão, do Deputado Gabriel Picanço, do meu Partido, Deputado Estadual Gabriel Picanço, lá de Roraima, que se encontra ali e veio a nosso convite para prestigiar os trabalhos do Senado aqui na Comissão de Assuntos Econômicos.

Um abraço a todos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Deputado Federal Silas Câmara também estava aqui presente há pouco.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR) – O Deputado Silas Câmara estava aqui, mas já saiu.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É do seu Partido.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR) – É o nosso Líder maior do Amazonas e de Roraima.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está bom.

Em votação o requerimento do Senador Plínio, incluindo o nome do ex-Senador José Pimentel.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu queria fazer uma ressalva de que a sugestão do Kajuru... O Senador Kajuru sugeriu – Kajuru, eu falo Kajuru, desculpe, Senador Kajuru – que a gente tivesse o debate, mas que houvesse pessoas, se forem duas, uma a favor e uma contra, para a gente poder fazer o contraponto. Então, nessa linha, eu queria aproveitar para sugerir o nome de Eduardo Faiani, se a gente for fazer dessa forma.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não será agora, será numa próxima oportunidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Agora, eu não tenho como mexer mais do que nós estamos mexendo nesse requerimento, mas, como nós vamos ter outros debates, nós traremos, sim, com certeza.

Volto a dizer: eu acho que não há voto contra ou a favor; são questões pontuais a favor e questões pontuais contrárias.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Visões diferentes.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Visões diferentes. Mas a favor? Eu acho que todos somos a favor de uma reforma.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE. *Fora do microfone*.) – Senador, a presença do Garibaldi.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Garibaldi, é uma honra tê-lo aqui com a gente.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em votação...

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador Major Olimpio.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP. Pela ordem.) – Em relação à adição que eu fiz ao requerimento...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Também será...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – ... da votação do Cel. Elias Müller da Silva para falar sobre a previdência dos militares, nós a estaremos votando nesse momento?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, porque já haveria cinco debatedores. Nós a faremos na próxima... Não! No dia 26, nós vamos receber o Ministro Paulo Guedes, e, logo em seguida, na primeira reunião de abril, nós faremos...

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – Então, não é mais necessário que façamos um requerimento? V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu peço só que V. Exa. dê os nomes para que façamos o convite através...

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – Está perfeito.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Eu queria solicitar a retirada de pauta do item 2, atendendo...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu estou votando o requerimento agora do Senador Plínio. Daqui a pouco eu o ouço, Senador Fernando. Por favor.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Pois não, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em votação o requerimento, nos termos do art. 58, §2º, da Constituição Federal, e do art. 93, §2º, do Regimento Interno do Senado Federal.

ITEM 11

REQUERIMENTO Nº 13, de 2019

- Não terminativo -

Audiência Pública para debater Reforma da Previdência

Autoria: Senador Plínio Valério

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O principal objetivo dessa audiência pública é fazer um diagnóstico amplo, com estimativas de impacto fiscal decorrentes das mudanças previstas pela Proposta de Emenda à Constituição nº 6, de 2019, com a presença dos seguintes convidados:

- Leonardo Rolim – Secretário de Previdência na Secretaria Especial de Previdência e Trabalho;

- Felipe Salto – Diretor-Executivo da Instituição Fiscal Independente;

- Paulo Tafner – Pesquisador da FIPE (Fundação Instituto de Pesquisa Econômica);

- Pedro Nery, consultor do Senado Federal; e

- José Pimentel, ex-Senador e amigo nosso, que todos respeitamos pelo conhecimento que tem em relação a esta matéria.

Aqueles que o aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Então, nós teremos audiência pública na próxima terça-feira...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Presidente, reiterando o meu pedido...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... para que a Consultoria comece a elaborar o quadro comparativo – que já deve existir na Câmara – das propostas relacionadas à previdência, em nível de Constituição, dos últimos governos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas nós temos já nota técnica sobre essa reforma.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Quadro comparativo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O que o Senador está propondo aqui é que a nossa Consultoria faça um comparativo com as propostas feitas pelo ex-Presidente Fernando Henrique, ex-Presidente Lula, ex-Presidente Dilma, e ex-Presidente Temer...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... que a gente faça um comparativo com essa nova proposta, aquilo que diverge ou não para cada momento...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Comecemos pelas propostas. Depois nós vamos ver o que foi aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, mas eu quero que todos os Senadores da Comissão tenham conhecimento disso, está bem? É possível ser feito.

Senador Fernando Bezerra com a palavra, por favor.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Presidente, na realidade, eu queria solicitar a retirada de pauta do item 2, que diz respeito à inclusão de Municípios localizados no Baixo Parnaíba, no Estado do Maranhão, no sentido de eles poderem ser enquadrados como Municípios da região do Semiárido do Nordeste brasileiro.

Essa é uma questão sensível. A Senadora Eliziane me pediu para fazer a retirada de pauta, porque o meu relatório é contrário à pretensão do Deputado Hildo Rocha por uma razão muito simples e muito objetiva:

esses Municípios participam do território legal do Nordeste, mas para a política de definição de juros existe uma política diferenciada para o Semiárido, porque lá a precipitação é menor, são regiões secas, portanto, mais sofridas e dependentes da agricultura familiar, da caprinovinocultura. E essas atividades dependem de juros mais facilitados. Na medida em que a gente inclui as regiões úmidas, a gente vai ter de incluir a Zona da Mata de Pernambuco, da Paraíba, do Rio Grande do Norte, de Alagoas, onde predomina a atividade sucroalcooleira. Então, não pode haver juros do FNE para produzir cana igual para os que moram nas regiões mais inóspitas do Nordeste.

O meu relatório é contrário, mas a Senadora Eliziane pediu um tempo para que pudesse trazer para mim novos argumentos e a gente aprofundar essa questão.

Quero lembrar que essa é uma questão antiga. Quem disciplinou essa questão foi o então Ministro da Integração Ciro Gomes. Todo mundo quer ser Semiárido, todo mundo gostaria de ser Semiárido, mas a gente tem ou não tem uma política para poder ter acesso a juros mais baratos, aos juros do FNE. Então, quem trabalhou na fixação desse território do Semiárido foi a Funceme, no Ceará, foi a Sudene. Há uma série de indicadores que têm a ver com precipitação e com as condições de adversidade das regiões mais áridas e mais difíceis para o desenvolvimento de atividades produtivas.

É nesse sentido, mas faço a solicitação de retirada de pauta do item 2.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O item 1 também foi retirado por V. Exa. através de requerimento.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senadora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Sr. Presidente, eu queria cumprimentar o Senador Fernando Bezerra.

Aliás, queria fazer o reconhecimento, Senador, de que V. Exa. tem tido muita sensibilidade. A sua postura em relação a alguns temas mostra a sua forma democrática de conduzir, como Líder do Governo, esta Casa.

Eu queria cumprimentá-lo e dizer que, na verdade, esse projeto veio da Câmara. Nós tivemos um debate aprofundado, uma expectativa diferenciada desses Municípios do Estado do Maranhão por conta dos vários acessos que V. Exa. acabou de citar, a questão da Sudene, e, ao mesmo tempo também, no que isso vai resultar na melhoria da qualidade de vida, da expectativa de vida, de sonhos de milhares de maranhenses. Isso significa muito para essas comunidades, Senador.

Eu quero agora, de forma antecipada, solicitar a V. Exa. que possa pensar um pouco mais de forma diferenciada. Nós vamos conversar, fazer um debate mais aprofundado e pedir a sua sensibilidade para o atendimento a esses 16 Municípios do Estado do Maranhão.

Mas, *a priori*, quero lhe agradecer pela iniciativa de retirar de pauta.

Vamos fazer um debate aprofundado, já pedindo aos colegas Senadores desta Comissão, inclusive vários da Região Nordeste brasileira, que realmente possam nos ajudar a aprovar um parecer favorável relativo à inclusão desses Municípios no Semiárido.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A Senadora Rose de Freitas também pediu a retirada do item 3 para reexame.

Senador Wellington Fagundes, o item 4, PLS nº 374, de 2015.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 374, de 2015

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera o parágrafo 2º do Artigo 3º da Lei Complementar 63 de 1990, tornando facultativo para os Estados a possiblidade de considerar ou não, para efeito de cálculo do valor adicionado, as parcelas isentas ou com benefícios fiscais e as operações imunes do imposto.

Autoria: Senador Fernando Bezerra Coelho

Relatoria: Senador Wellington Fagundes

Relatório: Favorável ao projeto, com duas emendas de sua autoria.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Sr. Presidente...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT. Para leitura de relatório.) – Sr. Presidente, esse projeto é da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o Projeto de Lei do Senado nº 374, de 2015 – Complementar, do Senador Fernando Bezerra Coelho, que altera o§2º do art. 3º da Lei Complementar 63, de 1990, tornando facultativa para os Estados a possibilidade de considerar ou não, para efeito de cálculo do valor adicionado, as parcelas isentas ou com benefícios fiscais e as operações imunes do imposto.

Sr. Presidente, de acordo com a justificação, a atual regra de rateio do ICMS entre Municípios é injusta, porque beneficia os Municípios com maior geração de valor agregado, que são justamente os Municípios mais ricos, com maior volume de emprego. O atual §2º do art. 3º da Lei Complementar nº 63, de 1990, torna ainda mais grave o problema, pois a participação do Município no rateio do ICMS passa a depender somente do valor adicionado em seu território, mesmo que não tenha havido geração correspondente do tributo em decorrência de algum tipo de benefício fiscal ou imunidade tributária. Com a regra proposta, os Estados poderão – não sendo, portanto, obrigados – alterar suas regras de rateio para excluir parcelas do valor adicionado que não geram receitas do ICMS. Dessa forma, a distribuição de ICMS entre Municípios poderá se tornar mais equilibrada e equânime.

Vamos à análise, Sr. Presidente. Vou tentar resumir.

O PLS, então, não afronta a Constituição, pois trata de assunto de competência da União.

Em relação ao mérito, entendemos que o principal avanço do PLS é deixar em aberto a forma de computar o valor adicionado para fins de rateio de 75%, no mínimo, da parcela do ICMS que o Estado é obrigado a distribuir para seus Municípios. Portanto, há dois critérios de rateio do valor adicionado: i) proporcional à efetiva participação do Município na arrecadação do ICMS ocorrida; e ii) proporcional à participação potencial do Município na arrecadação do ICMS. No primeiro caso, parte-se do total de ICMS arrecadado e o rateio é feito conforme a contribuição de cada município para esse total. No segundo caso, considera-se somente o valor adicionado, independentemente se a atividade gerou ou não ICMS.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se um Estado optar por fazer o rateio proporcional à participação efetiva do Município na geração de ICMS, criará incentivos para o Município induzir atividades econômicas que não desfrutam de benefícios fiscais. Por exemplo, se a prefeitura puder oferecer terreno e infraestrutura para uma fábrica, provavelmente, optará por aquela que gerará mais volume de ICMS.

Aqui, ainda, Sr. Presidente, quero destacar que um importante ponto positivo do PLS é permitir melhor distribuição de renda entre os Municípios. Com a eventual aprovação da matéria, Municípios que atualmente produzem mercadorias ou serviços sujeitos a mais isenções de outros benefícios fiscais perdem e Municípios que produzem mercadorias não sujeitas a isenções fiscais ganham.

Em princípio, não há relação unívoca entre grau de desenvolvimento de um Município e se sua produção é mais fortemente ou francamente beneficiada por incentivos fiscais.

Entendemos, contudo, Sr. Presidente, que podemos aprimorar o projeto. Nesse sentido, apresentamos emenda para exigir que lei estadual decida o critério de rateio. Além de gerar maior estabilidade e previsibilidade, estabelecer em lei o critério de rateio dificulta que um governador adote critérios pouco republicanos na distribuição de recursos, como, por exemplo, seu relacionamento com o prefeito de determinada cidade. Optamos por manter o *status quo*, ou seja, o cômputo do valor adicionado incorpora as operações isentas e imunes do ICMS, enquanto lei estadual não decidir sobre o tema.

Também é necessário alterar a cláusula de vigência. A redação do PLS prevê vigência imediata, mas produzindo efeitos financeiros a partir de 2017.

Por fim, recomendamos aprimorar a técnica legislativa.

Voto.

Diante do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 374, de 2015 - Complementar, com as seguintes emendas.

EMENDA Nº – CAE

Dê-se a seguinte redação ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 374, de 2015 – Complementar:

> Art. 1º O art. 3º da Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:
> "Art. 3º.....
> .....
> §2º Lei estadual definirá se, para efeito de cálculo do valor adicionado, serão ou não computadas:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

.....

§14 Enquanto lei estadual não dispuser em contrário, as operações e prestações referidas no §2º serão computadas para efeito de cálculo do valor adicionado.” (NR)

EMENDA Nº – CAE

No art. 2º do Projeto de Lei do Senado nº 374, de 2015 – Complementar, substitua-se a expressão “produzindo efeitos a partir da distribuição a ser feita no exercício de 2017 e seguintes” por “produzindo efeitos a partir do segundo exercício subsequente àquela data”.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. *Fora do microfone*.) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu não sei se eu perdi algo aqui na leitura...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Já está em discussão, Senador.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu não sei se eu perdi algo na leitura, mas o senhor acrescentou uma emenda, Senador, que obriga os Estados a terem uma lei específica para disciplinar a distribuição do ICMS nos Estados ou não?

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Esse é o espírito do projeto.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Porque veja: com a isenção fiscal na forma como é hoje, o Município não perde. O Estado abre mão, faz a sua política, mas preserva o interesse dos Municípios. É razoável que os Estados possam definir um critério, mas não de forma discricionária por parte do governador. É importante que esse debate vá para a Assembleia Legislativa para proteger os Municípios que porventura venham a perder parte do incentivo, ou parte do imposto que seria arrecadado. Então, para mim não ficou claro se vai ser regulamentado em lei.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Senador Tasso pediu vista do projeto.

Eu vou conceder vista coletiva.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – Está o.k.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Ótimo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Aí eu acho que nós temos que... Se realmente você tem as suas... Eu fui Governador e aqui alguns já foram Governadores. Sabemos que as coisas não são desse jeito, não são tão simples assim. Você tem que dar satisfação à assembleia legislativa.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Claro, claro.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nós não podemos passar por cima dos Poderes, atropelando, e dizer qual será a regra estabelecida no Piauí, no Acre, não! Cada Estado tem a sua autonomia, principalmente em se tratando de distribuição. E se falar em valor agregado, é subjetiva essa questão do valor agregado. Não, o Prefeito deu aqui incentivo para padaria, então entra no valor agregado. Essas questões subjetivas, quando se fala em números, é complicado. Por isso daremos vista coletiva, para analisarmos e contribuirmos para o projeto do Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Presidente, eu concordo com o pedido de vista. O Senador Tasso já tinha indicado que faria isso.

Eu, inclusive, quero aplaudir aqui o relatório do Senador Wellington Fagundes. Na realidade, a minha proposta remete para o Estado definir um ou outro critério e consequentemente haveria a possibilidade de passar por assembleia. Mas ele deixa claro. Portanto, o relatório aperfeiçoa, deixando claro que a assembleia terá que deliberar sobre qual critério será fixada a partilha do ICMS.

Eu apenas quero recuperar o mérito do projeto. Darei um exemplo: a fábrica da Fiat, em Pernambuco, está sediada no Município de Goiânia. Para a fábrica da Fiat ir para o Município de Goiânia, ela recebeu isenção de ICMS do Estado, noventa e tantos por cento. E na hora em que ela vai participar de todo ICM que é arrecadado do Estado, menos o ICM da produção de carros, calcula-se o valor agregado daquela fábrica que é enorme. Consequentemente, portanto, o Município de Goiânia termina levando uma soma grande na partilha do ICMS, em detrimento de quem? Dos Municípios pobres. Então você penaliza duas vezes os Municípios pobres do Estado, porque você dá o incentivo que tira de todo mundo para estar ali o empreendimento e na hora de partilhar você reconhece o valor adicionado daquele empreendimento.

Então, nós estamos dizendo que para não concentrar o ICMS em poucos Municípios... Eu darei o caso de Pernambuco para que os senhores possam entender. O Recife fica com 33% do ICMS do Estado; em segundo lugar vem Ipojuca, onde está a Suape, o Complexo Industrial Portuário de Suape. Um Município de cem mil habitantes tem a segunda participação no ICMS do Estado, com a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

população de cem mil habitantes! Jaboatão, que é a segunda cidade do Estado, tem 800 mil habitantes e é o terceiro em partilha do ICMS.

Então, é preciso, através dessa iniciativa, que os Estados tenham a flexibilidade de definir critérios da partilha do ICMS que sejam mais justos do ponto de vista econômico e do ponto de vista social, sem prejuízo dessas regiões mais dinâmicas. Mas o que está ocorrendo se reproduz no Ceará, com o Complexo do Pecém; isso se reproduz na Bahia, com o complexo petroquímico do Polo Industrial de Camaçari. Isso se reproduz em vários Estados, como nos polos industriais de Campina Grande e de João Pessoa. E isso em detrimento... De Manaus, o Presidente está lembrando a situação.

Então eu acho que a iniciativa

Então, eu acho que a iniciativa do projeto é oportuna e quero aqui aplaudir o aperfeiçoamento que foi dado pelo Senador Wellington Fagundes no sentido de que, de fato, fique claro que isso passará pela deliberação da Assembleia Legislativa do Estado, para se atender ao critério da transparência, para se atender ao critério do debate mais amplo dentro dos Estados, mas é importante que a gente quebre essas amarras para que o único critério de partilha seja o critério do valor adicionado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Tasso.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – Presidente, eu gostaria apenas aqui de aproveitar para esclarecer que eu louvo a oportunidade e a importância da iniciativa do Senador Fernando Bezerra Coelho. Entendo que existem essas distorções profundas acontecendo, principalmente em Estados da Região Nordeste, e não só da Região Nordeste, da Região Centro-Oeste também, em Goiás, que concentra alguns incentivos em alguns Municípios, e em outros Estados brasileiros, mas existem alguns pontos específicos em que ficam dúvidas quanto à operação e ao critério de redistribuição desses recursos. Por isso é que nós solicitamos vista, sem desmerecer a iniciativa do Senador Fernando Coelho.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vamos passar...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Sr. Presidente, antes de passar ao próximo item, V. Exa. me concede um tempo?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senadora.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Sr. Presidente, depois eu também gostaria, antes de encerrar, de fazer uma observação em relação ao projeto.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Estou inscrito também, Presidente, com a sua aquiescência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Com a minha aquiescência, não, vocês é que mandam aqui. Eu já concedi vista coletiva, quer dizer, nós vamos debater esse assunto novamente, mas está aberta a palavra.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Sr. Presidente, na verdade, eu vou tratar de outra questão. Este mês de março é o mês em que nós estamos fazendo as comemorações relativas ao Dia da Mulher. E, entre as várias lutas que nós temos no Brasil, está a questão da redução da violência. Hoje, mais da metade das mulheres brasileiras sofrem algum tipo, já sofreram algum tipo de violência, ou seja, esse é um dado estarrecedor que precisa ser reduzido ou eliminado, o que é, na verdade, o objetivo de todos nós.

Nesse sentido, nós tivemos um caso emblemático, que chocou não apenas o Brasil, mas o mundo, que foi esse assassinato brutal, cruel da Marielle. Tivemos hoje, pela madrugada, a prisão de um PM, de um ex-PM. Depois de um ano do seu assassinato, a comemorar... A comemorar, não! É um dado a se registrar agora, no próximo dia 14 – portanto, um ano após o seu assassinato –, mesmo que tardiamente, a prisão de quem a executou e de quem conduzia o veículo. E fica, na verdade, a grande pergunta: onde estão ou como chegar, na verdade, ou quem são os mandantes desse assassinato brutal?

Eu queria deixar os meus cumprimentos ao ex-Ministro Raul Jungmann, que teve um papel muito preponderante lá atrás, quando, inclusive, nos seis meses iniciais após o assassinato, solicitou, de uma forma muito contundente, a entrada da Polícia Federal, que é uma das polícias mais preparadas do mundo, para proceder a essa investigação. A Procuradora-Geral, Raquel Dodge, por exemplo, chegou a fazer esta solicitação, a da federalização desse crime, respaldada, inclusive, na Emenda Constitucional 45, e o Ministério Público do Rio de Janeiro pediu o bloqueio, entrando no Conselho Nacional do Ministério Público. A partir daí, o que nós tivemos apenas foi uma ação da Polícia Federal para investigar a investigação.

Nós temos hoje a prisão. Os dados que são apresentados são ainda muito temerários. Não se dão, por exemplo, elementos suficientes para nós chegarmos a uma condenação, e vamos ficar aqui simplesmente numa ansiedade, aguardando quem são verdadeiramente os mandantes.

Nós temos, hoje, Presidente – para finalizar –, no Rio de Janeiro, mais de 800 comunidades infelizmente comandadas por milicianos. Se não houver uma ação enérgica que envolva de fato a Polícia Federal e os órgãos de investigação em nível federal, nós infelizmente não chegaremos aos mandantes desse brutal assassinato.

Eu quero deixar este registro e sobretudo a nossa indignação. Não é um crime apenas contra uma mulher; é um crime contra uma ativista, uma mulher que lutou até a morte para o combate à violência, uma mulher que lutou com todas as suas forças para que realmente situações como essas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pudessem ser evitadas, e ela, infelizmente, acabou pagando isso com a própria vida através de uma ação covarde e brutal.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A senhora queria só falar sobre esse assunto?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Na verdade, eu queria fazer esse registro apenas à Comissão, muito embora esta seja a Comissão de Assuntos Econômicos...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está registrado.

Quero parabenizar todas as mulheres pelo dia 8, que passou.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Parabéns a todas nós, mulheres. Que a violência possa ser reduzida...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É, mas não só com a Marielle. Acho que nós deveríamos ter força-tarefa para todas as mulheres que são assassinadas no Brasil, independentemente do nome, porque há muitas mulheres incógnitas no Brasil que são assassinadas também. Elas só não têm a felicidade de serem um nome nacional, como é a Marielle. A Marielle foi assassinada juntamente com um rapaz que era motorista dela, cuja família deve estar passando por dificuldades, até porque era ele quem pagava as contas. Eu acho que nós temos de ver o crime da Marielle, sim! Mas há milhares de marielles assassinadas, e não há essa repercussão toda que a mídia dá!

Aqui, a Comissão de Assuntos Econômicos está bem-vinda... Nós estamos discutindo aqui economia... Eu sou solidário à família da ex-Vereadora Marielle, que foi assassinada brutalmente, mas, como a Marielle, vamos deixar claro, existem milhares de mulheres sendo assassinadas no Brasil. Existem! Ou por milícias, ou por traficantes, ou pelo marido, ou pelo namorado... E essas mulheres também têm de ter o respeito e a dignidade do Governo brasileiro e das polícias federal, militar e civil. Que elas façam esse tipo de força-tarefa também para investigar e colocar na cadeia esses assassinos, não só os dela, mas de todas as mulheres que são assassinadas. Porque, quando se falou em Marielle, a senhora falou: "O Raul Jungmann, sim... Parabéns, Ministro!". E as outras mulheres que foram assassinadas na época em que o Raul Jungmann foi? Ele fez esse tipo de esforço? Não, não fez. Então, ele não pode ser parabenizado somente por um ato. Ele tem de ser parabenizado pelo conjunto da obra, e o conjunto da obra dele foi fraco. As nossas fronteiras estão descobertas, o País continua... Fizeram uma intervenção no Rio de Janeiro que não deu em absolutamente nada, só factoide. E essas coisas, se formos discuti-las e nos aprofundarmos nelas, não são tão simples.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho legal, acho positivo não só as mulheres defenderem as mulheres, mas os homens têm de defender as mulheres. Foi delas que nós viemos.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Não me parece ser uma ação sua, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu não fui parido por um homem, eu fui parido por uma mulher. Eu tenho de ter todo o respeito e todo o amor pela mulher.

Então, veja bem, Senadora, eu quero dizer que, como V. Exa. tenha fez um discurso aqui fora do contexto da nossa discussão... A senhora pediu a palavra, e eu concedo a palavra. Não vou perguntar qual é o assunto em que o Senador ou a Senadora vai tocar.

Eu acho que a polícia está de parabéns por ter chegado ao crime da Marielle e espero que ela tenha esse mesmo tipo de atitude em relação às milhares de marielles que são assassinadas no Brasil diariamente.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Sr. Presidente, Sr. Presidente!

Eu quero realmente falar rapidamente. V. Exa. fez referência a mim.

Primeiramente, infeliz é o senhor quando fala da forma como se coloca em relação às mulheres.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Infeliz?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – O senhor falou da felicidade que a Marielle teve em morrer, em ser uma pessoa de...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, não! Não faça isso não!

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – V. Exa. falou! Está registrado e pode colocar novamente. V. Exa. disse que as mulheres, infelizmente, não tiveram a felicidade que a Marielle teve de ter uma repercussão nacional e internacional. Então, a palavra infeliz foi de V. Exa.

Outra coisa: estou aqui destacando um crime brutal, grotesco...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E as outras não são?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – ... que teve repercussão nacional e internacional...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Os outros não são?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Obviamente que sim! Quatro mil...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A senhora...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Quatro mil e seiscentas mulheres são assassinadas por ano no Brasil, infelizmente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E por que a senhora não luta por elas também?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Falamos, Senador. Todos os casos que chegam ao nosso conhecimento nós fazemos a colocação e pedimos a sua profunda...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A felicidade que eu falei Senadora...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Não, senhor! V. Exa. tem de pedir perdão, V. Exa. precisa se retratar!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Sim, senhor! V. Exa. precisa se retratar da sua colocação; colocação errada, colocação infeliz.

Esse caso foi brutal e grotesco. O Ministro Raul Jungmann teve um papel preponderante, sim, não apenas nesse caso, mas em vários outros! Ele pediu ação da Polícia Federal para fazer essa investigação, e nós não chegamos, até o presente momento, aos mandantes desse crime em um ano se passou o caso da Marielle. Então, esse caso, Presidente...

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Sr. Presidente, pela ordem.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – ... é o caso que retrata quase cinco mil mulheres assassinadas no Brasil brutalmente, friamente.

Então, eu realmente lamento que V. Exa. se incomode em eu trazer um caso realmente a esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, Senadora. Desculpas, mas eu não me incomodo, não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Desculpas?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pelo contrário. Eu acho que a senhora...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Muito bem! Peça desculpas mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não! Eu não vou lhe pedir desculpas pelas palavras que eu coloquei. Todas aquelas que eu coloquei reafirmo. Quando eu falo em felicidade é porque o crime dela está sendo investigado pelo que se tem de melhor no Brasil. Foi isso. Agora, a senhora querer aqui dimensionar barbárie em um assassinato... Aí, a senhora não tem essa qualificação para dimensionar. Para mim, assassinato é assassinato...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Esse crime não foi bárbaro?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não. E os outros não o são?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Sim!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ah!

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Quatro mil e seiscentas mulheres são mortas brutalmente no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Veja bem, Senadora, eu a ouvi. Senadora, eu a ouvi...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Não! V. Exa. não se colocou bem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não. Eu não retiro um milímetro do que eu falei e reafirmo para a senhora: quando eu falo em felicidade, não foi o assassinato da Marielle. Eu falo na felicidade porque a família dela saberá e colocará na cadeia os autores desse brutal assassinato.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Não será felicidade, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não vai acontecer com o resto das outras mulheres brasileiras. É isso que eu digo.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Não será. Nunca haverá felicidade em um caso dessa natureza.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, Senadora...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – A família está sofrendo. Nós não chegamos aos mandantes ainda depois de um ano do assassinato da Marielle.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senadora...

Senador Major Olimpio...

Eu não vou bater boca com a senhora, porque acho que a senhora está querendo colocar... Quer se melindrar, fazer mi-mi-mi em discussão que não é por mi-mi-mi.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Não é mi-mi-mi, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A senhora não citou...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Pelo amor de Jesus Cristo! Mi-mi-mi?! Tratar de um assunto dessa natureza é mi-mi-mi, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Como dessa natureza?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Pelo amor de Jesus Cristo!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu quero saber cadê as outras, quais foram os...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Quatro mil e seiscentas mulheres são assassinadas por ano. É o que diz o Mapa da Violência.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senadora, eu vou lhe fazer uma pergunta.

Eu tenho todo respeito pelo Ministro Raul Jungmann. Qual foi o outro assassinato que o Ministro Raul Jungmann mandou investigar?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Ele investigou dezenas de casos...

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Sr. Presidente, vamos voltar a ordem do dia!

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Senador, nós temos, por ano...

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Vamos virar a página?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – O Mapa da Violência é claro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Sr. Presidente, esse assunto está perturbando e constrangendo.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Sr. Presidente, V. Exa. pode determinar o encerramento desse assunto e partir para outro ponto da pauta.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – Apenas para contribuir...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Major Olímpio, estava com a palavra agora o Senador Wellington, que queria explicar essa questão, depois o Senador Cid, o Senador Major Olimpio...

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – Eu tinha pedido a palavra, por gentileza, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... Rogério Carvalho e Major Olímpio.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – Eu tinha pedido a V. Exa. V. Exa. já tinha até me concedido.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É verdade, ele estava na frente.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – Apenas para contribuir...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Eu também estava, Presidente, mas vou abrir mão porque o assunto mudou completamente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mudou completamente.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – Sr. Presidente, apenas para uma contribuição.

A pertinência da violência e da criminalidade acaba tendo um impacto que é objeto de debate desta Comissão, à medida que perdemos 13% do PIB brasileiro com a criminalidade, com a violência e com a barbárie.

Apenas para dizer que, nesse lamentável episódio dessa tragédia da morte, da execução da Vereadora e do seu motorista, fica implícita, por enquanto, do que se tem do investigado e que é de domínio público, a orquestração, a premeditação, a formação da quadrilha, a milícia. Quero dizer que, como um policial militar veterano – está aqui o Styvenson, Senador policial militar que estava na ativa –, nenhum de nós compactua com o crime, compactua com o criminoso. Sempre tive o entendimento de que o bandido é bandido; não há esquerda, não há direita, não há partido político. Conduta de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

bandido é conduta de bandido; conduta de miliciano, de pé de pato, de matador de aluguel, seja o jargão que se tenha, tem que ser combatido efetivamente no limite e no rigor da lei.

Pelas informações preliminares que nós temos, um dos autores ou o pseudoautor que foi preso hoje, ex-policial militar – para vergonha das instituições policiais militares – que, fica muito bem claro, tinha sido expulso da corporação, tinha feito pesquisas na internet, inclusive, sobre a vida do Gen. Braga Netto, interventor do Rio de Janeiro, possivelmente com o fito de ver a possibilidade de uma execução do general que era o Interventor no Rio. Então, a coisa transcende o lado político. Nós temos um problema de enfrentamento da criminalidade, que é um problema de todos nós. O próprio Senado está se debruçando neste momento nas pautas de combate à corrupção da segurança pública, o que será objeto de debate por este semestre também.

Quero simplesmente dizer, como policial: nós não compactuamos, de forma nenhuma, com miliciano, com quadrilheiro, com assassino. Gostaríamos até que a lei, para aquele de nós que a transgride, fosse até muito mais severa do que é. Nós temos médicos que saem da sua função e vão fazer casas de aborto. A lei é até mais firme, mas eu gostaria, por exemplo, que no Código Penal Militar houvesse o crime de morte para aquele que é traidor da Pátria, o policial que se torna bandido, que se torna executor, assassino. Nós temos como cláusula pétrea na Constituição não haver pena de morte, mas, para o militar que pratica crime contra a sociedade, quadrilheiro miliciano, nós temos que ter a pena de morte, sim. Então, nós não queremos alisar, nós queremos chegar, sim, também, aos mentores, sejam quais forem. Qualquer espécie de apuração, o Senado tem de apoiar, a Câmara tem de apoiar, assim como o Ministério Público no País todo e todos os segmentos da sociedade.

Quero simplesmente deixar um registro: o fato de serem, possivelmente, mentor e executor um ex-policial militar e um policial militar veterano em nada macula a imagem das instituições, porque quem prende o mau policial é o bom policial, não é comentarista de televisão, não somos nós da área política. Quem foi lá prender maus policiais foram bons policiais, e nós não podemos diminuir os bons policiais do Brasil, que são a esmagadora maioria. Nós temos de identificar aqueles que não prestam e aplicar o rigor da lei em todos os momentos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Sr. Presidente, como já nos estendemos e nos desviamos completamente do objetivo, eu só quero chamar atenção, quanto ao projeto que estávamos aqui relatando, para a importância que representa. Foi pedida vista. Eu creio que todos, principalmente porque muitos aqui chegaram agora, podem contribuir com esse projeto.

Nós temos aqui o Projeto de Resolução nº 1, de que inclusive fui Relator e estou pedindo sua inclusão novamente... É porque a guerra fiscal no Brasil é outro tema que preocupa todos. Então, para um assunto como esse, eu creio que todos os Parlamentares e todos os companheiros da Comissão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

podem contribuir ainda, principalmente neste novo momento do Brasil. Então, como Relator, eu quero, na verdade, abrir para todos. Esse pedido de vista permite que experiências dos Estados possam ser trazidas. Por isso, inclusive, falei aqui com o Senador Cid sobre a experiência do Ceará.

Acho que todos podem contribuir, porque o que nós queremos é exatamente acabar com essa guerra fiscal que não ajuda ninguém, principalmente os Municípios com mais dificuldades econômicas.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Cid.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – Sr. Presidente, esse projeto de lei de autoria do Senador Fernando Bezerra procura, a meu juízo, abrir margens para que Estados possam ter mais autonomia no que toca à repartição dos recursos do ICMS, que – é bom lembrar – é um imposto 100% estadual, cobrado 100% pelos Estados, e do qual a Constituição obriga que 25% sejam destinados aos Municípios.

Eu comecei minha vida, Presidente, como Deputado Estadual e, à época, impressionava-me a pequena possibilidade de legislar que têm as assembleias legislativas.

Vejam esta questão específica: nós estamos falando de um tributo estadual, que é cobrado 100% pelo Estado – a União não tem nenhuma participação na arrecadação desse tributo –, sendo parte dele, repito, destinada aos Municípios, e a legislação federal chega ao ponto, na nossa Constituição, não é nem nessa lei complementar que o Senador Fernando Bezerra tenta alterar...

A nossa Constituição diz, tamanha a intromissão da nossa Constituição Federal em assuntos federativos, que 75% do arrecadado, do que deve ser distribuído aos Municípios, deve ser proporcional ao valor adicionado. Em nome de quê? Por que a União Federal, por que a legislação federal chega a esse ponto de disciplinar um critério de distribuição de três quartos de um imposto estadual naquilo que vai repassar aos Municípios?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E, se não me engano...

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – Não é? Então, eu...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só para contribuir, Cid.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – Pois não, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Até me auxiliem nisso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parece que de dois em dois anos a Secretaria de Fazenda do Estado tem que rever esses valores agregados, não é?

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – Tem, tem. O valor adicionado é feito a partir de um cálculo que lá no Estado do Ceará chama GIEF.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É um cálculo de dois em dois anos...

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – Eu estudei profundamente essa questão porque lá no Ceará nós procuramos, pelo menos naquilo que diz respeito à autonomia do Estado de legislar, que é apenas 25% do que é repassado aos Municípios... Nós lá fizemos critérios, e boa parte dessa iniciativa das alterações ou foi minha como Deputado Estadual, ou foi minha como Governador. Tomei a iniciativa também. Hoje, o Ceará, nesses 25%, coloca a maior parte vinculada a gastos e resultados na área da educação, principalmente na alfabetização e nos indicadores dos primeiros anos do ensino fundamental.

Então, Senador Fernando Bezerra, é muito louvável a sua iniciativa, mas eu queria aqui avançar um pouco mais. Eu acho – e vou me comprometer com isso – que é preciso apresentar uma proposta de emenda à Constituição para que esse percentual vinculado à União seja reduzido e para que os Estados possam ter, através das suas assembleias, naturalmente, maior autonomia para criar critérios segundo a sua linha pública de buscar prioridades. Se em determinado Estado o grande desafio é saúde, o investimento dos Municípios é em saúde pública, um percentual maior pode ser vinculado aos indicadores relativos à saúde pública; se no outro Estado o grande desafio é na área da Educação... E assim por diante, portanto, dando mais autonomia aos Estados.

Então, Senador Fernando Bezerra, parabenizo V. Exa. pela iniciativa. Isso aponta dois grandes desafios que nós temos: a política de incentivo fiscal, que a meu juízo não deveria ser feita por Estados, deveria ser feita centralmente pela União – isso é algo que precisa entrar em discussão aqui nesta Casa –; e o outro é a intervenção exagerada da União em assuntos que dizem respeito a Estados e Municípios.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu queria pegar carona aqui nas considerações do Senador Cid Gomes, porque acho que a gente está na hora de abrir o debate sobre cobrança do ICMS ou imposto no destino e não na origem, porque esse é o grande mal e a base... Eu diria que é a causa de todos os males, porque o Estado já tem a empresa, já produz e ainda fica com o imposto de quem consome a dois mil, três mil quilômetros de distância.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, eu acho que esse é um tema que a gente precisa tornar prioritário.

Aqui há vários ex-Governadores, pessoas que compreendem muito bem o sofrimento dos Estados, a crise fiscal dos Estados. E a gente precisa abrir esse debate o mais rápido possível.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Presidente, eu quero aproveitar também a fala do Senador Cid Gomes para fazer duas observações. Eu já procurei, há pouco, o Senador Luiz do Carmo e fiz um apelo para ele, porque eu consegui "federatizar", tornar federativo, "federativizar" o terceiro projeto que eu apresentei às duas Casas, o segundo no Senado e um na Câmara, e versa este último sobre renúncia fiscal.

Sei que V. Exa., Senador Omar Aziz, quando escuta falar sobre renúncia fiscal, se sente um pouco ferido. Não tem nada a ver com Zona Franca de Manaus. O que nós precisamos é, em termos federativos, avaliar o custo e o benefício dessa montanha de renúncias fiscais que o Brasil carrega. Governo Federal este ano: 330 bilhões. Se somarmos Estados e Municípios, segundo Luiz Carlos Hauly, que é a minha referência, vamos provavelmente a mais de R$550 bilhões. Num país que está vivendo uma situação de penúria tal que o Ministro da Economia propõe socializar o custo de elaborar o orçamento... Porque é lógico que o Ministro Paulo Guedes não proporia, Senador Fernando Bezerra, entregar-lhe, como Líder do Governo, ou à Deputada Joice, como Líder do Governo no Congresso, dizendo: "Olha, está sobrando dinheiro; vocês o apliquem!". Não: "Como está faltando dinheiro, vocês cortem!". O raciocínio do Ministro Paulo Guedes é este: "Olha, está muito difícil fazer esse orçamento, sempre com déficit; quem vai fazer é o Congresso". E não se discute renúncia fiscal, e não se discute o proveito.

Não é que eu seja contra incentivo, não; sou a favor, mas cada incentivo doravante tem que ter uma meta: o que eu quero alcançar em termos de emprego, em termos de competitividade do setor e em termos de ganho por cidadão. E os que já existem têm que ser avaliados, sob pena de nós sermos tentados, como alguns Estados, inclusive vizinhos aqui, fazem. "Eu preciso de dinheiro. Onde é que há? Tire um bilhão de lá". E aprova-se sem avaliação um corte que pode ser danoso para a economia, pode ser danoso para o emprego, para a competitividade e exatamente para o consumidor.

Então, eu queria aproveitar o ensejo, já que eu estou diante do Relator, para fazer este pedido público da sua atenção. O primeiro projeto que eu apresentei nesse sentido foi em 1991 – 1991! Eu o chamei de "torneira dos espertos". E os espertos foram muito mais eficazes do que eu. Passou no Senado e, na Câmara, na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara, sob a égide do meu amigo Delfim Netto, foi enterrado.

sob a égide do meu amigo Delfim Neto, foi enterrado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu queria fazer um apelo para que, junto com esse tema tão oportuno, eu pudesse fazer essa petição pública. Se eu fosse o Ronaldo Cunha Lima, eu faria inversamente. Como eu não tenho esse talento, eu faço mediocremente, mas faço um apelo ao Senador Luiz do Carmo e a todos os integrantes da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. LUIZ DO CARMO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Luiz do Carmo.

O SR. LUIZ DO CARMO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO) – Só uma resposta pequena, Presidente.

Isso é um absurdo, realmente. No meu Estado, o ICMS é tão... O Kajuru sabe disso. Havia empresa que vendia ICMS para outra empresa para pegar o incentivo. Isso foi muito constatado lá. Então, vamos nos debruçar sobre o seu projeto, vamos estudá-lo e fazer uma coisa justa para o País.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O que aconteceu...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... também, Senador Espiridião Amin, é que, ao longo dos anos, com a guerra fiscal, os Estados começaram... E nós acabamos com a guerra fiscal com uma lei que aprovamos aqui no Senado. Hoje não há mais. Os Estados não podem...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É... Se acontecer... Veja bem, Senador. Eu estou me...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Primo,não seja tão otimista. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, eu estou me pautando por aquilo que a lei manda. De lá para cá, eu não tenho conhecimento de algum Governador ter passado por cima e ter... Eu não tenho conhecimento. Nós tomamos uma providência. É lógico que nós temos de avançar um pouco mais nisso. E, quando a gente fala... Falar sobre política econômica, Senador Espiridião Amin... Eu tenho de dar minha opinião também sobre esse assunto que diz respeito à distribuição de poucos recursos para os Municípios mais pobres do Brasil.

O Ministro Paulo Guedes, quando remete ao Congresso, parecendo uma coisa boa... "Olhe, o cara tem outro pensamento, ele pensa como os americanos, como os alemães, como os ingleses!" Já é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

constitucional o Congresso analisar e fazer o orçamento. Isso já é constitucional. Não é nenhum favor. Só que, depois dos déficits que nós temos em áreas, contingenciamentos em áreas importantes... E há aqui uma matéria que nós iríamos votar hoje, mas, a pedido, eu, compreendendo a situação do Governo neste momento, retirei de pauta. Ela iria acabar com o contingenciamento do fundo de inovação e pesquisa, que é importante para chegarmos aonde o Ministro Paulo Guedes quer, para que tenhamos conhecimento e tecnologia para produzirmos aqui e não sermos apenas montadoras ou produzir tecnologias...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Ou perdedor de *commodity*.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É isso.

Então, veja bem, quando a gente entra nessa discussão técnica, e o Senador Amin, pela experiência como Parlamentar, como Senador, como Governador que foi, é lógico... Eu acho que o Senado e esta Comissão podem dar uma grande contribuição para essa discussão, mas me dá uma satisfação muito grande quando eu vejo o Ministro Paulo Guedes dizer que ele quer fazer uma inversão. Hoje, ele quer acabar com as contribuições, criar um imposto único e, 70% disso ir para os Estados e Municípios, que é a forma mais democrática de uma Federação administrar. Mas, se vai chegar agora ou não, nós temos de começar a fazer o nosso papel aqui, discutindo as reformas necessárias para o País. É o meu pensamento.

Senador Kajuru, nós demos vista... A esse projeto, já foi dada vista coletiva.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – É rápido...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Só um comentário rápido.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Pois não.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – O Senador Espiridião Amin falou de um número expressivo de renúncia fiscal da ordem de R$330 bilhões, e, antes de trazer esse número

Antes de trazer esse número, ele falou que V. Exa. sempre ficava muito sentido quando fosse para discutir renúncia fiscal em função da Zona Franca de Manaus...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Fico não. Eu tenho mil argumentos para defender.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Ou os incentivos regionais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas é importante, para quem está nos assistindo pela TV Senado, que, desses 330 bilhões de incentivos regionais, incluindo aí a Zona Franca de Manaus, não dão 30 bilhões. A grande massa de incentivo deste País, 90% da renúncia vão para incentivos setoriais, onde a concentração para os Estados mais desenvolvidos também ocorre. Então, eu estou a favor. Vamos reduzir a renúncia fiscal, vamos analisar, vamos avaliar. Os incentivos fiscais podem estar exagerados. Quatro por cento do PIB! Vamos cortar para 2% do PIB, mas vamos fazer de forma criteriosa e não ficar imaginando que são o Nordeste e o Norte que estão à farra dos incentivos. Não é! A grande massa dos incentivos fiscais, da renúncia tributária no País se destina para setores específicos da economia, e esses setores estão concentrados, mais uma vez, no Sul e no Sudeste do País.

Portanto, eu apoio a iniciativa. Acho que a gente precisa ter coragem para mexer nessa caixa-preta que é a caixa-preta dos incentivos fiscais.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Kajuru.

Depois, passamos ao próximo item da pauta. Senão, daqui a pouco, esvazia e a gente não vota.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Eu vou ser rápido.

Primeiro, tranquilizo o Senador Esperidião Amin. O Relator, que é goiano, Luiz do Carmo, será cirúrgico. Eu tenho certeza de que ele não errará absolutamente em nada, até porque o Senador Luiz do Carmo, como eu, sabe da situação de Goiás. Então, que o Brasil inteiro saiba que, durante 20 anos, Goiás, governado por um só cidadão que simplesmente dava o perdão fiscal a grandes empresas, entre elas principalmente a JBS- Friboi – pasme, Presidente! Fique aturdido com o que vou lhe falar; e eu provo – de 9 bilhões por ano. E sabe quanto ele cobrava de comissão? Cinco por cento. Por isso a Justiça agora bloqueou os seus bens no valor de 5 bilhões.

Como eu dou nome aos bois e aos bandidos, estou me referindo a Marconi Perillo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vamos ao próximo item.

Item 7.

ITEM 7

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 337, de 2015

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acresce os incisos XVIII, XIX, XX ao Art. 20 da Lei nº 8036/90 – que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço para permitir a utilização da conta vinculada do trabalhador na quitação de débitos vinculados à imóveis de parentes de primeiro grau.

Autoria: Senador Donizeti Nogueira

Relatoria: Senador Elmano Férrer

Relatório: Pela aprovação do projeto, com as Emendas nºs 1 e 2-CAS.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com parecer favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1 e 2-CAS.

O Senador Elmano Férrer é o Relator do projeto do Senador Donizeti Nogueira.

Por favor, Senador Elmano.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Presidente, parece que o Relator não está presente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está ali. Mas eu já tinha arranjado uma outra forma, caso o Senador Elmano não nos desse a honra da sua presença aqui.

Como ele está aqui, por favor, Senador Elmano.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PI. Para leitura de relatório.) – Agradeço a V. Exa. e passo a ler o relatório.

Vem a exame desta Comissão de Assuntos Econômicos o Projeto de Lei do Senado 337, de 2015, de autoria do Senador Donizeti Nogueira, aqui presente. O projeto modifica a redação da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço e dá outras providências, acrescentando três incisos ao art. 20, de modo a "permitir a utilização da conta vinculada do trabalhador na quitação de débitos vinculados a imóveis de parentes de primeiro grau".

de débitos vinculados a imóveis de parentes de primeiro grau".

O PLS possui dois artigos. O art. 1º altera o art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990. O referido artigo lista as situações em que a conta vinculada do trabalhador do FGTS pode ser movimentada. O projeto acrescenta os seguintes incisos ao art. 20:

> XVIII – Liquidação ou amortização extraordinária do saldo devedor de financiamento imobiliário, que tenha sido concedido no âmbito do SFH, pertencente a parentes de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

primeiro grau do titular da conta, com sua anuência e interstício mínimo de 02 (dois) anos para cada movimentação.

XIX – Liquidação ou amortização de dívidas vinculadas a imóvel rural pertencente ao titular da conta ou de parentes de primeiro grau do titular da conta, com sua anuência e interstício mínimo de 02 (dois) anos para cada movimentação.

XX – Na aquisição de imóvel objeto de inventário pertencente à família do titular da conta.

O art. 2º do PLS é a cláusula de vigência. A lei entraria em vigor na data de sua publicação.

Na justificação, o autor argumenta que a proposta, se aprovada, daria ao detentor da conta vinculada no FGTS a possibilidade de usar os recursos do fundo em três novas situações, todas elas relevantes. O projeto permitiria ao titular da conta, entre outras coisas, o direito de utilizar os recursos do fundo para compra de imóvel urbano ou rural que seja objeto de inventário e espólio do qual faça parte. Ele argumenta que, entre muitos herdeiros, não existe o interesse na manutenção da propriedade em conjunto após a morte do pai. O inciso acrescido na lei do FGTS permitirá que um dos herdeiros possa comprar as partes dos demais com recursos do fundo.

O Projeto foi encaminhado à apreciação da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e desta Comissão de Assuntos Econômicos, cabendo à última – consequentemente, a esta – a decisão em caráter terminativo.

Não foram apresentadas emendas.

Análise.

Nos termos do inciso I do art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre os aspectos econômico e financeiro de qualquer matéria que lhe seja submetida, assim como opinar, conforme o seu inciso IV, dentre outros temas, sobre finanças públicas; normas gerais sobre direito tributário, financeiro e econômico; e dívida pública.

O Projeto de Lei do Senado nº 337, de 2015, do Senador Donizeti Nogueira, acresce os incisos XVIII, XIX, XX ao art. 20 da Lei nº 8.036/90 – que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – para permitir três novas situações em que a conta vinculada do trabalhador pode ser utilizada.

As novas situações são as seguintes: a quitação de financiamento de imóvel de pai ou filho, no âmbito do SFH; o pagamento de dívida de imóvel rural pertencente ao titular, seus pais ou filhos; e a aquisição de imóvel pertencente a familiar do titular que seja objeto de inventário.

Quantos aos aspectos jurídicos, inexistem vícios.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quantos aos aspectos jurídicos, inexistem vícios. A matéria trata da regulamentação do FGTS, que se insere na categoria Direito do Trabalho, a qual não se encontra entre as matérias de iniciativa privativa do Presidente da República, arroladas no §1º do art. 61 da Carta Maior. Além disto, nos termos do art. 48, *caput*, da Constituição Federal, compete ao Congresso Nacional legislar sobre todas as matérias de competência da União, inclusive sobre o Direito do Trabalho.

Passando ao mérito da proposta, entendemos que as três novas situações em que poderia ser movimentada a conta do FGTS estão bem justificadas e podem ser acolhidas. São três situações de alta relevância econômica e social em que, na nossa opinião, o resgate da conta do FGTS estaria plenamente justificado.

A função social do FGTS é justamente permitir ao trabalhador a formação de uma reserva monetária que possa ser utilizada em situações de alta importância pessoal, como a aquisição da casa própria, dos filhos ou dos pais (parentes de primeiro grau); o pagamento de dívidas rurais da família e a aquisição de imóvel objeto de inventário.

Assim sendo, entendemos que o PLS nº 337, de 2015, aperfeiçoa a Lei do FGTS e deve prosperar.

Quanto às emendas de redação aprovadas pela Comissão de Assuntos Sociais, acreditamos que elas devam ser acolhidas. A primeira emenda da CAS aperfeiçoa a redação da ementa do projeto. A segunda emenda altera a redação do inciso XX do art. 20 da Lei nº 8.036, de 1990, deixando claro que a possibilidade de compra no âmbito do inventário ficaria restrita ao sucessor do inventariado.

O voto, Sr. Presidente.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 336, de 2015, com as duas emendas aprovadas pela Comissão de Assuntos Sociais.

São estes, Sr. Presidente, o relatório e a análise do projeto.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em discussão.

Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Eu quero fazer o pedido de vista dessa matéria...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Eu queria pedir vista coletiva.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Faço um apelo aos meus companheiros da Comissão de Assuntos Econômicos.

Essa matéria é sensível, embora o projeto seja meritório. Por que é sensível? Porque o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) é o grande financiador das obras públicas neste País, notadamente para o setor da habitação e para o setor de saneamento e abastecimento de água, e já existem diversas matérias tramitando no Senado Federal modificando os critérios de saque do FGTS. Para que V. Exa. tenha uma ideia: são mais de 60 matérias!

Então, eu acho que nós deveríamos, antes de deliberar sobre mais um critério para saque do FGTS, fazer aqui uma plenária, convidando representantes da Caixa Econômica Federal e do Ministério da Economia, para que pudéssemos saber qual é a situação, o *status quo,* do FGTS. Na realidade, isso vai produzir saques ao fundo, isso vai diminuir o saldo do fundo e, consequentemente, vai diminuir a capacidade de financiamento dessas obras, que são demandadas sobretudo por Estados e Municípios brasileiros a uma taxa de juros menor.

Então, no momento em que o grande pleito dos Estados e dos Municípios é a contratação de empréstimos...

pleito dos Estados e dos Municípios é a contratação de empréstimos a juros menores, para financiar as obras de infraestrutura, eu acho que seria prudente, antes de darmos sequência na deliberação de matérias que são importantes do ponto de vista social, a gente fazer uma reflexão para saber se estamos dando com uma mão e tirando com a outra, porque vai bater muito mais na classe mais pobre a falta de financiamento para gerar emprego, a falta de financiamento para gerar habitação popular. Está aí o Programa Minha Casa Minha Vida precisando de *funding* para continuar as contratações. Nós temos contratos que estão em suspenso porque não temos capacidade orçamentária para contratar um maior número de unidades.

Então, eu faço um apelo respeitoso a todos os meus companheiros de Comissão. Compreendo. Acho que o relatório está muito bem elaborado, demonstra a sensibilidade do nosso Senador, companheiro, Elmano Férrer, mas peço vista dessa matéria e sugeriria a V. Exa. que antes de voltarmos para deliberar, que nós aqui, numa dessas reuniões de debates, trouxéssemos alguém da Caixa Econômica e do Ministério da Economia para falar um pouco sobre a situação do FGTS.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O projeto do Senador...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Coletiva?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, vou dar vista coletiva, até porque... Mas a Caixa Econômica tinha que colocar à disposição três bilhões agora. Só está colocando 700 milhões para o Minha Casa Minha Vida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há uma apreensão muito grande nas incorporadoras pelo Brasil afora em relação ao cronograma de obra. E acusam fortemente o novo Presidente da Caixa Econômica Federal por não ter tido habilidade para conduzir esse processo aí. Aliás, é uma coisa também que esta Comissão deveria discutir. Convidá-lo a vir aqui para dar explicações sobre quanto nós temos realmente no fundo e tal.

Então, juntamente com esse pedido que V. Exa. faz, seria importante que o Presidente da Caixa Econômica, que é o maior usuário do fundo de garantia dos trabalhadores, do FGTS, viesse aqui explicar qual valor existe hoje, qual seria a perspectiva de saque, caso seja aprovado esse projeto – correto? –, para fazermos o equilíbrio e não irmos para o sensacionalismo puro e simples.

Pois não, Senador.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente, eu queria concordar com V. Exa. sobre a pertinência e a importância de fazermos um convite ao Presidente da Caixa. Hoje nós fomos tomados de surpresa com a demissão do Superintendente da Caixa no Estado de Sergipe, o meu Estado, e o boato é que a Superintendência da Caixa não haverá mais no Estado de Sergipe. E nós precisaremos resolver as questões cotidianas na Bahia, em Salvador.

Ou seja, Líder Fernando Bezerra, essa é uma questão muito séria. A Caixa Econômica Federal é um banco público! Tem um papel para garantir o desenvolvimento. É a maior agência de serviço público bancário do Brasil! Ela é mais do que um banco, ela é uma agência de Governo extraordinária que deve cumprir esse papel! E o que nós estamos vendo? Ela demite o Superintendente Regional

E o que é que nós estamos vendo? Ela demite o Superintendente Regional já com o plano de anexar a Superintendência de Sergipe à Superintendência da Bahia.

Eu peço a V. Exa. que nos ajude junto à Presidência da Caixa para evitar tamanho dano a uma economia já combalida que é a economia do nosso Estado, que, neste momento, está com mais de 16% de desemprego. E tirar a Superintendência da Caixa do Estado de Sergipe significa afundar ainda mais a economia. Não é a economia de um superintendente, de uma superintendência que vai inviabilizar a Caixa, mas isso pode tornar a vida dos sergipanos e a economia sergipana mais frágil e vulnerável.

Eu queria pedir o seu apoio, Presidente, e o seu apoio, Líder.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não é só a Caixa. Se você pegar o Banco da Amazônia, o Basa, ele tem sede nas capitais onde você não tem setor primário nenhum, você não tem nenhum tipo de atividade agrícola. E, nas regiões onde possivelmente você poderia ter, eles fecharam as sedes. E aí o agricultor tem que sair do meu Estado, sair do Município, passar seis, sete dias num barco, para ir à cidade de Manaus para tentar conseguir um crédito. Então, isso está acontecendo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, quando a gente estava discutindo aqui com o Presidente do Banco Central – porque a gente só fala nos bancos públicos, públicos, públicos –, esse assunto foi pouco debatido, foi um erro nosso, inclusive, na sabatina, mas a gente vai trazê-lo novamente para discutir essa questão da importância social dos bancos que não é só lucrativa, mas da importância social que tem o Basa, o Banco do Nordeste, o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal, porque a importância social não se pode perder num banco desse. E hoje nós estamos perdendo essa importância social, porque, por uma série de razões, estão fechando essas coisas.

Então, está-se dando a vista coletiva.

Senador Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Quero vista também e, na próxima discussão, vamos incluir o crédito cooperativo, que é a única solução para dar essa capilaridade que V. Exa. e todos nós reclamamos.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Kajuru...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Ah, desculpe!

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Agora, estamos sem quórum para continuar, não é?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, mas não há mais o que votar.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só teríamos uma que é um projeto do Senador...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Telmário.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, o Telmário já...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não, sou eu que sou o Relator, há um projeto meu.

(*Intervenções fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Presidente...

Sr. Presidente...

Sr. Presidente, apenas para dar uma palavra ao Senador Rogério. Na realidade, eu me coloco à disposição dele para marcar uma audiência com o Presidente da Caixa. O Dr. Pedro Guimarães é um grande profissional. S. Exa., ao ser atendido por ele, vai mudar a sua percepção. Vai fazer um grande trabalho à frente da Caixa Econômica Federal para poder tirar essa possibilidade que está inquietando S. Exa. de um possível fechamento da Superintendência da Caixa no Estado de Sergipe.

Mas eu queria também informar que, semana passada, o Ministro do Desenvolvimento Regional, Gustavo Canuto, esteve aqui nesta Casa e já anunciou a regularização no fluxo de pagamento das unidades habitacionais contratadas do Minha Casa, Minha Vida. Na realidade, em janeiro e fevereiro, foram pagos 50% dos valores que estavam sendo desembolsados, isso já foi regularizado. Agora, precisamos lutar ainda por espaço orçamentário para retomar a contratação das unidades que foram contratados entre outubro e dezembro.

E aí o Presidente

das unidades que foram contratadas entre outubro de dezembro. Aí, o Presidente tem toda a razão de a gente colocar essa cobrança e fazer essa reivindicação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas o Ministro Paulo Guedes já disse que você vai elaborar... Então, você vai dar um jeito de arranjar os recursos...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Com certeza. Contando com a sua ajuda, com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vou conceder a palavra ao meu Senador...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Com o Presidente da Caixa, menos...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Eu só queria lembrar que eu tenho ainda um item a relatar de um projeto...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É, mas vai ficar para a próxima reunião, até porque você está rejeitando o projeto, que é terminativo.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Ele é terminativo, mas... Talvez...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Deixemos o Senador Otto falar.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Pois não. Depois do Senador Otto, eu volto a pedir a palavra.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu quero concordar com a colocação do Senador Rogério Carvalho. Tudo o que acontece para resolver problema do Brasil estoura na conta dos Estados do Nordeste. Lá na nossa região, em Sergipe, na Bahia, querem desativar a Fafen... Sobre a Caixa Econômica nos Estados do Nordeste, na Bahia, sobretudo, as agências estão fechando. Os bancos que deveriam dar uma assistência maior aos Municípios de menor porte querem fechar para ficarem concentrados só nos Municípios de maior porte, Municípios grandes, em cujo entorno os pequenos gravitam. Os aposentados estão vivendo uma situação gravíssima.

Eu apresentei um projeto aqui no Senado, que foi aprovado na Câmara e sancionado pelo Presidente Michel Temer, para aumentar a pena pelo arrombamento de bancos e também para não permitir que os bancos comemorem quando se arromba uma agência num Município pequeno. Eles comemoram! Sabem por quê? Porque eles não vão ter o custo mais daquela agência. Vão ficar centralizados só num local.

Fui à Casa da Moeda lá atrás para saber por que o Ministro da Fazenda não obrigava a colocar dispositivos nos bancos para danificar as cédulas. Não havia lei! Agora há lei! É essa minha lei que foi sancionada e que obriga os bancos agora a colocar nos caixas eletrônicos dispositivos para que, quando arrombados, sejam danificadas as cédulas. Isso já está em vigor.

O que eu vejo é o seguinte... Quero chegar ao ponto principal: a declaração que foi dada pelo Governo a respeito da questão da Ford em São Paulo. A Ford vai desativar a fábrica de caminhões, mas vai manter a fábrica de motores em Taubaté. Ameaçam os Estados, como o Estado da Bahia, que fez um sacrifício enorme para levar a Ford para lá, e os outros Estados podem pegar também. Podem pegar a Fiat em Pernambuco; podem pegar aqui em Goiás a Caoa. Eles dizem que a Ford, para desativar, vai ter de fazer uma compensação pelo que foi feito na Bahia em termos de incentivos fiscais. Inclusive, essa foi uma matéria que foi publicada na *Folha de S.Paulo*. Ou seja, os grandes incentivos, como o Fernando falou, foram dados ao longo desses anos todos ao Sudeste, ao Sudeste! Quando acontece uma coisa pequena para a economia do Estado de São Paulo – porque é uma coisa pequena para um Estado que tem praticamente 38%, 39% do PIB do Brasil –, já olham para os Estados do Nordeste, que estão ainda labutando para ter um desenvolvimento econômico maior de valor agregado, para dizer: "Nós vamos ter que resolver." E cria-se essa dificuldade.

Então, nós tivemos, nessa semana, na Ford, uma situação muito grave. Os trabalhadores, o próprio Governador Rui Costa estão preocupados com essa situação.

Nesses quatro anos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ou seja, eu, nesses quatro anos – Fernando acompanhou isso; Omar acompanhou –, eu passei quase quatro anos da minha vida dentro do Senado Federal querendo levantar a unidade dos Estados mais pobres da Federação, sobretudo do Nordeste e do Centro-Oeste, para se fazer um grupo de Senadores para defender esses interesses de maneira uniforme. Não tive essa possibilidade, não consegui fazer isso, sobretudo no que tange a maior bandeira dos meus quatro anos aqui, que foi a defesa da Bacia do Rio São Francisco, que agora agoniza para morrer. E todos do Nordeste brasileiro deveriam – são 29 Senadores; eu falei com o Fernando, que agora é o Líder do Governo – tomar essa decisão, porque foi feita a transposição, que está para ser concluída, mas a revitalização é zero.

Então, quanto essas questões todas de interesse do Centro-Oeste e do Nordeste, faço o apelo ao Senador, inclusive ao nosso amigo Kajuru e a todos que estão aqui e defendem essa posição de movimento econômico, para se fazer uma unidade, talvez um grupo de Senadores, que possam defender os interesses nossos em detrimento dessa condição de dificuldades que são impostas ao Nordeste e ao Centro-Oeste. E fica essa situação lá de São Paulo e do Sudeste de uma maneira geral.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Inclua o Norte também.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Incluo o Norte também.

Quando foi feita a negociação da dívida dos Estados – e nós votamos a favor para ajudar os Estados ricos da Federação... São Paulo tinha uma dívida de R$220 bilhões; Minas com R$79 bilhões; a capital de São Paulo, R$75 bilhões; o Rio Grande do Sul com mais de R$70 bilhões; e a minha Bahia devia à União R$5 bilhões. Por quê? Porque, ao longo dos anos, foi carreado dinheiro para desenvolver do Sul de Minas até o Rio Grande do Sul, deixando isolados o Nordeste e o Centro-Oeste.

Está na hora, Fernando – você, que é Líder do Governo –, de levantar essa bandeira.

Por exemplo, não vamos aceitar nenhuma retaliação à Ford na Bahia. Nós vamos quebrar esse Governo, se tiver de se mexer na Ford, na Fiat, na Caoa em Goiás ou mexer na Fafen. Nós temos de ter unidade para dizer: "Chega de querer isolar esses Estados que estão lutando há tantos anos para se desenvolverem". De repente, chega uma figura política ou de Governo, como é o caso da declaração do Ministro Paulo Guedes, para dizer: "Se fechar a fábrica de caminhões lá em São Paulo, a Bahia, que tem a Ford e recebeu incentivos vai ter, de alguma forma vai dar uma contrapartida para isso acontecer". Não aceito de jeito nenhum!

Eu sei que o Governo está sustentado em quatro pilares: no Planalto, as decisões são tomadas pelo Planalto, pelos militares, pelo Sergio Moro e pelo Paulo Guedes. São quatro pilares que sustentam e, às vezes, batem cabeça e não dizem coisa com coisa. Mas nesse ponto eu quero conclamar os meus colegas para terem coragem e decisão de defender esses Estados que estão lutando para se desenvolver e terem o nível de vida que têm os Estados do Sudeste.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Falo até como desabafo porque desde quinta-feira a Bahia está inquieta com essa decisão, com essa matéria publicada na *Folha de S.Paulo*, em que o próprio Ministro da Economia diz que teria de haver uma compensação para São Paulo.

Eu nada tenho contra São Paulo, até porque votei a favor da renegociação da dívida. Votamos a favor e fizemos aqui um movimento muito grande. Trabalhamos e aprovamos aqui a convalidação dos incentivos fiscal, que era uma absurdo que estavam fazendo com Pernambuco, com a Bahia e com os Estados todos que tinham dado incentivos fiscais. Aprovamos isso

com a Bahia, com os Estados todos que tinham dado incentivos fiscais. Aprovamos isso num acordo que foi feito e que não prejudicou nem o Estado.

Agora, a vida inteira ouvir essa cantilena de que quem tem que pagar a conta é quem é mais pobre, aqui não vai colar de jeito nenhum.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu queria...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... só me colocar à sua disposição para trabalhar junto na ideia de a gente montar – não sei se é uma frente – pelo menos essa articulação das regiões que mais perdem. Como disse o Líder do Governo aqui, a maior parte dos incentivos é setorial, não é regional. Os incentivos regionais correspondem a 10% dos incentivos setoriais, que, com certeza, estão no Sul e no Sudeste, pelo menos uns 70% de todos os incentivos concedidos neste País.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Telmário.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – Sr. Presidente, nessa mesma linha, eu acho que se deve formar – Senador Otto – uma frente, sim. V. Exa. se esqueceu do Rio, foram 63 bilhões negociados por três anos e prorrogáveis por mais três anos. E Roraima, que está com dois bilhões e não consegue negociar? Imagine! Então, realmente, são os pobres pagando a conta dos ricos.

Mas, Sr. Presidente, há um projeto meu hoje, item 6, de que V. Exa. era o Relator...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu sou ainda, eu sou o Relator.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – V. Exa. me disse que tirou o projeto em função de um pedido do Governo. Eu queria fazer um apelo ao Líder do Governo, Fernando Bezerra, que esse projeto volte na próxima semana, porque é um projeto de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

austeridade, que hoje é a tônica do País, que é a previdência. Ora, nós estamos, Senador Kajuru, pedindo que as empresas detentoras dos administradores que criem prejuízo à previdência também sejam corresponsáveis. Então, é uma matéria de austeridade que não está contemplada no projeto do Governo, essa previsão aí não está contemplada no projeto Governo. Portanto, ela cabe muito bem ainda em votação.

Então, peço ao Governo que analise e traga a proposição já na próxima semana para que a gente possa colocar isso em pauta.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou ser o mais urgente possível nessa questão. Vou explicar aqui. V. Exa. é autor do projeto e fico muito feliz em poder relatar um projeto de V. Exa., Senador Telmário.

Logo no início da reunião, expliquei aqui que eu tinha sido procurado pela equipe do Governo. Como o Governo está iniciando agora, é natural que eles queiram se inteirar de algumas questões que vão mexer no orçamento e na contribuição. E uma das coisas que alegaram rapidamente – eu disse: "Não, vamos retirar, vamos sentar e vamos discutir" –, seria que hoje, quando a pessoa é autuada por não estar repassando o recurso da previdência, ela é obrigada a pagar imediatamente. Com o seu projeto, ele deixaria de pagar isso e esperaria até ser julgado pela última instância. Então, é uma preocupação porque eles deixariam de arrecadar. Eles estão autuando... Hoje, quando a empresa é autuada, tem que recolher imediatamente. Essa foi uma preocupação que ele colocou. Eu falei: "Olha, não há problema nenhum de a gente discutir, até porque eu não estou aqui para fazer nenhum cavalo-de-batalha, sou contra por ser". Não é isso, não é meu papel nem vai ser meu papel como Senador e nem será de nenhum de nós.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Mas, Sr. Presidente, eu queria chamar a atenção para um outro dado, que eu acho que ainda é mais grave do que esse argumento que V. Exa. colocou.

Ocorrida uma fraude que é praticada por uma pessoa física, como querer responsabilizar a pessoa jurídica? O crime é um crime individual, é um ato individual, como é que você vai transferir...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Hoje já é, não é?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Como você vai imputar?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Hoje, você tem um contador, você paga o contador, ele faz um erro no seu Imposto de Renda

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Hoje você tem um contador, você paga o contador e ele comete um erro no seu Imposto de Renda, mas não é o contador que paga a multa e nem vai ser preso...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Mas eu estou falando que isso tem que estar de acordo com os princípios que dirigem o nosso Código de Processo Penal, isso não pode ser a partir de uma iniciativa legislativa...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por isso é que eu cedi ao apelo para a gente discutir...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – ... para transformar a imputação de um crime numa ação solidária...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – E eu não concordei com V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Como?

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – E eu não concordei com V. Exa. Eu não entendi essa posição do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, mas eu até expliquei aqui no início, Senador Fernando Bezerra. O senhor não estava e eu já tinha comentado...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Pois não, eu agradeço...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... que eu tinha retirado os dois projetos porque havia recebido o Dr. Vítor, que é assessor do Ministro da Economia. Ele foi ao meu gabinete hoje cedo e disse "Olha, eu não cheguei tão cedo quanto V. Exa., mas cheguei bem cedo hoje", e ele pediu, fez um apelo... E a gente não está aqui, como eu disse... Nem V. Exa. vai receber esse tipo de apelo e vai compreender que uma semana a mais, uma a menos, não vai acabar... Mas o meu parecer... Tanto é que é favorável ao seu projeto, Senador Telmário.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – Sr. Presidente, concordo, só que eu discordo ainda do Senador Fernando pelo seguinte. O administrador de uma empresa comete uma fraude, um delito contra a previdência, e a empresa fica impune? E se houve um acordo entre a empresa e ele? Então, a empresa começa a trabalhar com pessoas que têm corresponsabilidade, porque assim fica muito fácil: a empresa tem o benefício, é beneficiada pela fraude ou pela irregularidade, e a responsabilidade fica só para a pessoa jurídica? Não, eu acho que aí tem que ter a corresponsabilidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O.k., já foi dada vista do projeto que foi relatado pelo Senador Elmano. Está dada a vista coletiva. Na semana que vem...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... nós teremos uma audiência aqui, a partir de um ofício que foi aprovado hoje aqui, da previdência; depois, na outra semana, nós o votaremos.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Presidente, só uma palavra rápida sobre as colocações que foram feitas pelo Senador Otto Alencar.

Ele terá sempre o nosso respeito e a nossa solidariedade nas lutas em prol do desenvolvimento regional e, de forma particular, da Região Nordeste do Brasil. Eu queria apenas lembrar que o que houve em relação ao regime automotivo do Nordeste seria um exemplo de revisão para todos os incentivos do Brasil. No ano passado, em deliberação que foi tomada por esta Casa, reduziram-se os incentivos do setor automotivo do Nordeste em 40%. Imaginem se isso fosse levado para toda a gama de incentivos que o País pratica: nós teríamos uma economia de R$120 bilhões – só para citar número expressivo que foi trazido pelo Senador Esperidião Amin. Então, eu acho que nós temos que lutar pelo desenvolvimento do Nordeste, temos que lutar pelos incentivos. A nossa região mais pobre vai continuar precisando de incentivos fiscais e de crédito subsidiado para que ela possa, de fato, prosperar, gerar emprego, gerar renda.

Mas queria fazer a defesa do meu Ministro da Economia, de Paulo Guedes. Ele pode ter, eventualmente, até feito uma colocação que não cabia no contexto da discussão da Ford da Bahia, mas ele está diante de um enorme desafio. Todos sabem da situação das contas públicas no Brasil. O Brasil vive um desequilíbrio fiscal de grandes proporções. Apesar de todo o esforço que foi feito nos últimos dois anos e meio, nós ainda temos muito a caminhar para poder equilibrar as contas públicas. A agenda que o Ministro Paulo Guedes apresenta é uma agenda que me parece correta, adequada ao tamanho do desafio que o Brasil... É evidente que podem haver divergências, mas é evidente também que o Brasil anseia por uma alternativa de modelo de desenvolvimento econômico, porque o que foi...

anseia por uma alternativa de modelo de desenvolvimento econômico, porque o que foi experimentado, sobrecarregando o Estado, levando ao desequilíbrio dessas contas, está aí: a produção de 13 milhões de desempregados. Foi isso que levou o Brasil a toda essa situação de quase convulsão social, que levou a um resultado eleitoral que ninguém esperava, no qual ninguém acreditava.

Portanto, creio que nós precisamos dar o crédito para a proposta cujo debate está sendo iniciado lá na Câmara. E agora temos a iniciativa do Presidente Davi Alcolumbre de trazer o debate do Pacto Federativo aqui para o Senado, trazer os Governadores, trazer os Prefeitos, trazer o Ministro Paulo Guedes aqui, para fazer uma exposição ampla, numa sessão plenária, tratando não só de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

reforma da previdência, mas tratando de todas as outras reformas que fazem parte do programa do Governo, para que possamos dar protagonismo ao Senado Federal em matérias que são importantes para equilibrarmos as contas públicas e fazermos com que o Brasil se reencontre com a sua trajetória de crescimento e desenvolvimento.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Presidente, um minuto, por favor.

Só para corroborar uma fala... Duas falas dos dois Senadores, Rogério e Otto, e complementar com o Senador Fernando. Eu gostaria até talvez de convidar o Ministro Paulo Guedes a fazer uma incursão pelo Nordeste e pelo Norte. Eu estou dizendo isso pelo seguinte, no escritório e na posição de Ministro importante que ele tem hoje, é importante que ele tenha a visão real do que é o Nordeste hoje! Não é mais o Nordeste do livro de geografia em que ele estudou lá. Não é mais. Eu vou dar um exemplo claro disso aí. O Nordeste e o Norte hoje são provedores de matéria bruta e de energia para o País.

Então, todos aqueles incentivos que a gente imaginou, nas décadas de 60, de 70 e de 80, que a turma dos grupos que hoje influenciam o Governo, militares e economistas, conhecem, dos livros de geografia e eventualmente das excursões e dos trabalhos que desenvolveram ao longo da vida, mudaram terrivelmente; mudaram até por ações de Governos que funcionaram. Então, acontece que na época em que foram criados esses incentivos, eles foram criados para regiões longínquas, pobres, diferentes, em que não podia desmatar, ou porque eram desérticas. E hoje a realidade é diferente. Hoje, essas regiões são os provedores de energia e de matéria prima para muitas indústrias. E, pasmem, interessante é que no caso da energia, por exemplo, as fábricas em São Paulo ganham duas vezes. O cara consome energia e recebe o ICMS da energia. Produz a boneca de plástico e recebe o ICMS da boneca de plástico. Isso está errado!

Então, o Pacto Federativo não será só para discutir a questão de incentivo fiscal não! Incentivo fiscal é a pontinha do iceberg. Nós precisamos discutir destinação de alguns impostos; rediscutir alguns conceitos de *royalties*, porque *royalties* se aplicam a recursos não renováveis. Mineração, petróleo, gás? Beleza. Está resolvido. Mas e vento? E terra, no Centro-Oeste? O uso da terra no Centro-Oeste? Quanto custa aquilo ali? E a água, minha gente? A água?

A água é um grande debate. A água não é um recurso renovável. É uma ova! Não é! A água, em um horizonte de tempo maior, evidentemente, do que petróleo e gás, é um recurso igualmente não renovável. A água que passou ali e foi para o mar não volta mais! Ah, mas o vento é. Sim, o vento tudo bem. Vento e sol ainda vai. Mas mesmo assim, para produzir energia solar você ocupa terra, você ladrilha o solo. Isso tem um custo para essas pessoas e para essas regiões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, só para salientar, há uma inversão de mentalidade. Não é mais a região pobrezinha que precisava de incentivo para alguém produzir a boneca Barbie lá, em vez de produzir em São Paulo, perto do consumo.

incentivo para alguém produzir a boneca Barbie lá, em vez de produzir em São Paulo, perto do consumo. Não é mais essa lógica; é a lógica de quem produz, usa seu solo, empata suas dunas, suas praias; há licenciamentos complicadíssimos de se fazerem, inclusive, para nem se mencionar a Amazônia, nem se fala – não é, Senador Telmário? –; regiões que não podem ser tocadas, têm que ser preservadas, e não é remunerado para isso. E a pessoa que está lá não recebe absolutamente nada por isso.

Então, nisso a gente tem que pensar, e não é de forma simples, não; não é só onerando o investidor, não. Cria o *royalty* do vento, cria o *royalty* da árvore, cria o *royalty* da terra. Não, não é só assim, não; isso aí é fácil, qualquer um faz isso, bota a conta para o investidor pagar e aí depois ficam dizendo que ninguém quer investir nos nossos Estados. Então, não é simples, é muito complicado. E a gente tem que pensar muito, claro com uma frente para analisar isso, mas não só em incentivo fiscal, geral, e fazer o Ministro ir lá para conhecer o que é cisterna, o que foi feito no Nordeste e no Norte pelos Governos anteriores para não sair dizendo besteira por aí, que é o que está acontecendo. O pessoal está falando bobagem sem ir e sem conhecer o Brasil. Isso é muito preocupante.

É isso aí.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Srs. Senadores, eu vou encerrar a discussão, porque já foi...

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PI) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... concedida vista desse projeto.

Pois não, Senador Elmano.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PI) – Eu queria só fazer um comentário para tratar do projeto que nós relatamos. Eu vi nascer neste País, em 1966, o instituto Fundo de Garantia do Tempo de Serviço; eu o vi nascer desde 1966; e vi o drama que houve entre Governo e trabalhador. E vi nascer também o Fundo de Amparo ao Trabalhador. São dois fundos que alavancam o desenvolvimento do nosso País. O Fundo de Garantia do Tempo de Serviço é que tem financiado todo o sistema imobiliário de adaptação neste País, a mobilidade urbana, serviços e saneamento. *Mutatis mudandi* o Fundo de Amparo ao Trabalhador, que é operacionalizado pelo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

BNDES, também, quer dizer, os investimentos feitos pela iniciativa privada são, através desse fundo, administrados pelo BNDES.

Agora, em 2015, Sr. Presidente, meus nobres Senadores, eu pedi informações, mandei fazer, inclusive, uma nota técnica, sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço: quanto foi arrecadado do trabalhador, quanto está disponibilizado, onde foi gasto em saneamento, em mobilidade urbana e em muitos outros setores. Não sabemos.

Então, eu acho relevante a proposta aqui do nosso Fernando Bezerra de que nós precisamos saber, porque são os fundos do trabalhador que alavancam o desenvolvimento do País. Nós não sabemos, ninguém sabe neste País quanto esses fundos arrecadaram, tanto o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, quanto o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Então, nós precisamos...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu tive oportunidade, Senador Elmano, de – e aí o Senador Fernando Bezerra, o Senador Otto, os Senadores que estão aqui... Não lhe interrompendo, mas lhe falando uma coisa aqui. Eu tive a oportunidade de conversar isso com o Presidente Lula, com a Presidente Dilma e com o Presidente Temer; com o Presidente Lula, quando era Governador, e depois com a Presidente Dilma e com o Presidente Temer, já como Senador da República.

Eu tenho outra preocupação muito maior do que qualquer outra. Esse Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, que é depositado, a remuneração que o trabalhador recebe é uma brincadeira de mau gosto. Se ele pegasse esse dinheiro e aplicasse num banco particular, mesmo pagando esses jurozinhos de nada, ele teria muito mais lucro depois de 20, 30 anos contribuindo, porque o fundo é dele, do que hoje sendo remunerado pela Caixa Econômica ou por qualquer outro banco que

do que hoje é remunerado pela Caixa Econômica ou por qualquer outro banco que tenha parte nesse negócio. É uma coisa que nós temos que debater. É lógico...

"Ah, não, tem que ser subsidiado, porque nós estamos dando para fazer casa...". Mas e o trabalhador com isso? Parece até que essas casas que estão sendo feitas são todas para eles. Não. Ele, mesmo contribuindo, quando se credencia para receber uma casa dessas, é um cidadão igual aos outros. Mesmo aquele que nunca contribuiu para o Fundo de Garantia tem as mesmas vantagens...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. *Fora do microfone.*) – O subsídio, que é pago em cima dos recursos do FGTS, é pago pelo Orçamento federal.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não... A remuneração que eu digo é do dinheiro dele que fica imobilizado ali no banco.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PI) – Não. O que eu estou querendo chamar...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – São os juros. Quais são os juros que ele recebe?

O trabalhador coloca lá R$10. Quais são os juros que ele recebe desses recursos que colocam, dele, lá?

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PI) – Aquém da poupança. Aquém da poupança. É insignificante.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não. É mais do que a poupança. O do FGTS é remunerado mais do que a poupança. Agora, o subsídio, na aplicação final, quem dá é o Governo, é a União. Aí a União banca e bota no Orçamento federal. Só que não há espaço no Orçamento federal, e nós não estamos conseguindo financiar. Agora, quando saca no FGTS, você não tem o Fun Day para fazer sequer a operação de financiamento. Você tem dois problemas: o do Fun Day, ter recursos para financiar novas obras – porque você está sacando dos fundos, aí os fundos diminuem os recursos –, e você tem um outro problema: é o subsídio para financiar casas na faixa 1, que são casas mais baratas...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, Senador Fernando Bezerra. Eu concordo. Eu concordo. Sem retirar o dinheiro do fundo, não vai haver dinheiro para financiar absolutamente nada. Não estou entrando nisso. E o financiamento disso gera mais emprego, gera mais oportunidades, gera uma série de outras coisas com esse recurso.

Eu estou falando o seguinte: é o recurso que você, como trabalhador, coloca nesse fundo. A sua remuneração, no final dos anos em que esse fundo passa lá, é bem menor que qualquer aplicação que você faz no banco hoje.

Quando você fala "ah, não, é, é..."

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Tem risco, não é?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Hã?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Qualquer outra aplicação no banco tem risco.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Hoje? Não...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – É uma aplicação que o Governo garante a remuneração.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Deveria ser a mesma que o Governo paga para os bancos, quando pede dinheiro emprestado. Pelo menos essa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Mas é mais... Aí é que está, porque é mais do que a Selic. Na realidade, é mais. É mais do que a Selic. O que ele remunera, o FGTS, é mais do que a Selic.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PI) – Bem, Sr. Presidente, eu queria só...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só para concluir, querido.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PI) – Só para concluir.

Então, o Líder do Governo, o nosso companheiro Fernando Bezerra, propôs que nós convidássemos o administrador do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. Tudo bem. Mas seria interessante também, de outra parte...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Trazer um representante do trabalhador.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PI) – Do Fundo de Amparo do Trabalhador.

Há um desconhecimento total, sobretudo dos próprios trabalhadores. Nós não temos conhecimento da gestão desses fundos.

Então, eu proporia que se convidasse quem administra, tanto o do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço quanto o de Amparo ao Trabalhador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O.k.

Eu vou pedir à assessoria que, quando nós formos fazer esse debate que o Senador Fernando Bezerra propôs, trazendo o Presidente da Caixa e outros membros aqui, para discutirmos essa questão do FGTS, do Fundo, também se traga aqui um membro que represente os trabalhadores nessa área, uma pessoa para discutir essa questão. É importante ouvirmos os dois lados.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Fazer um equilíbrio.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Um equilíbrio.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Telmário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – Eu quero registrar aqui... Inclusive, na reunião que houve ontem, no Estado de V. Exa., o Amazonas, entre as Bancadas estadual e municipal, estadual do Amazonas e de Roraima

estadual e municipal – estadual do Amazonas e de Roraima. Ali saiu uma carta ao Presidente Bolsonaro com relação à questão energética do Estado de Roraima. Você sabe que, nos 120km dos atroaris-uaimiris, nós somos o único Estado que não estamos ainda interligados?

Eu estava vendo aqui: com a Venezuela agora suspendendo o fornecimento por causa desse blecaute que houve lá, nós estamos vivendo das termoelétricas, o nosso consumo são 250MW, e as termoelétricas só estão fornecendo 150MW. Então, nós já estamos tendo uma diferença.

Mais grave: gastamos de 600 mil a 700 mil litros por dia...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Num total de 1 bilhão.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – Num total de 3,5 milhões de gasto diário com essas termoelétricas.

Essa carta é pertinente. E, junto com essa carta solicitando as providências imediatas para passar essa energia, veio também a questão da corrente, porque, nessa mesma área dos atroaris-uaimiris de 120km, às 18h, baixam uma corrente, que é aberta no outro dia às 6h. São 12 horas com Roraima isolada, albergada. Albergaram Roraima! Ela está albergada!

Eu queria aqui fazer esses registros.

Já aproveito para dizer, ainda com relação ao nosso projeto, que me chegou uma informação até interessante. O Senador Fernando Bezerra reclama de penalizar as empresas. Sabem em quanto a Petrobras foi penalizada nos Estados Unidos por atos irregulares de servidores? Em 3,5 bilhões! Os americanos penalizam as empresas quando seus servidores cometem erros; e o Brasil poupa essas empresas. Portanto, o projeto é pertinente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado.

Esta reunião está encerrada, convocando os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras para reunião na próxima terça-feira aqui, às 10h da manhã.

(*Iniciada às 10 horas e 16 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 30 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 5ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE MARÇO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e onze minutos do dia dezenove de março de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob as Presidências dos Senadores Omar Aziz, Fernando Bezerra Coelho e Rogério Carvalho, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Mecias de Jesus, Confúcio Moura, Luiz do Carmo, Ciro Nogueira, Daniella Ribeiro, Dário Berger, Marcelo Castro, Plínio Valério, Tasso Jereissati, Styvenson Valentim, Lasier Martins, Elmano Férrer, Oriovisto Guimarães, Major Olimpio, Jorge Kajuru, Kátia Abreu, Leila Barros, Eliziane Gama, Jean Paul Prates, Paulo Paim, Telmário Mota, Otto Alencar, Irajá, Angelo Coronel, Wellington Fagundes, Zequinha Marinho, Jorginho Mello, Humberto Costa, Selma Arruda, Zenaide Maia e Marcos do Val. Deixam de comparecer os Senadores José Serra, Rose de Freitas, Flávio Bolsonaro, Veneziano Vital do Rêgo, Randolfe Rodrigues, Alessandro Vieira, Fernando Collor, Rodrigo Pacheco e Marcos Rogério. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência declara aberta a reunião e propõe a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 4ª Reunião, que é aprovada. Em seguida, comunica aos membros que a comissão recebeu os seguintes documentos para seu conhecimento: Ofício nº 015//2019, de 22 de fevereiro de 2019, da Câmara Municipal de Camaçari-BA, encaminhando cópia do acordão, referente ao Agravo de Instrumento nº 8001327-96.2018.8.05.0000, oriundo do Egrégio Tribunal de Justiça da Bahia, que anulou os efeitos da Sessão Legislativa ocorrida em 26 de dezembro de 2017. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 13/2019 - CAE, de autoria do Senador Plínio Valério. **Finalidade:** Audiência pública destinada a debater a reforma da previdência apresentada pelo Poder Executivo, que modifica o sistema de previdência social, estabelece regras de transição, disposições transitórias, tendo como principal objetivo fazer um diagnóstico amplo, com estimativas de impacto fiscal decorrentes das mudanças previstas pela Proposta de Emenda à Constituição nº 6, de 2019. **Participantes:** Felipe Scudeler Salto, Diretor-executivo da Instituição Fiscal Independente - IFI; Ricardo Berzoini, Ex-Deputado Federal; Pedro Nery, Consultor Legislativo do Senado Federal. Paulo Tafner, Pesquisador da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE. **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e vinte minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Omar Aziz
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/03/19

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 6ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE MARÇO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e vinte e dois minutos do dia vinte e seis de março de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob as Presidências dos Senadores Omar Aziz e Plínio Valério, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Luiz do Carmo, Ciro Nogueira, Dário Berger, Marcelo Castro, Marcio Bittar, Esperidião Amin, Tasso Jereissati, Elmano Férrer, Oriovisto Guimarães, Major Olimpio, Izalci Lucas, Jorge Kajuru, Veneziano Vital do Rêgo, Alessandro Vieira, Leila Barros, Eliziane Gama, Jean Paul Prates, Rogério Carvalho, Paulo Paim, Telmário Mota, Otto Alencar, Angelo Coronel, Rodrigo Pacheco, Wellington Fagundes, Jorginho Mello, Jayme Campos, Juíza Selma, Nelsinho Trad, Paulo Rocha e Marcos do Val. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Mecias de Jesus, Fernando Bezerra Coelho, Daniella Ribeiro, José Serra, Rose de Freitas, Styvenson Valentim, Flávio Bolsonaro, Kátia Abreu, Randolfe Rodrigues, Fernando Collor, Irajá e Marcos Rogério. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência declara aberta a reunião e propõe a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 5ª Reunião, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Mensagem (SF) nº 68, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Encaminha, nos termos do art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, a Programação Monetária para o 3º trimestre de 2018." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Plínio Valério (*Ad hoc*), substituiu Senador Fernando Bezerra Coelho. **Relatório:** Favorável ao projeto, nos termos do Projeto de Decreto Legislativo apresentado. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto, nos termos do projeto de decreto legislativo apresentado. **ITEM 2 - Mensagem (SF) nº 93, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Encaminha, nos termos do art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, a Programação Monetária para o 4º trimestre de 2018." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Plínio Valério (*Ad hoc*), substituiu Senador Fernando Bezerra Coelho. **Relatório:** Favorável ao projeto, nos termos do Projeto de Decreto Legislativo apresentado. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto, nos termos do projeto de decreto legislativo apresentado. **ITEM 3 - Mensagem (SF) nº 1, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Encaminha, nos termos do art. 6º da Lei no 9.069, de 29 de junho de 1995, a Programação Monetária para o 1º trimestre de 2019." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Plínio Valério (*Ad hoc*), substituiu Senador Fernando Bezerra Coelho. **Relatório:** Favorável ao projeto, nos termos do Projeto de Decreto Legislativo apresentado. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto, nos termos do projeto de decreto legislativo apresentado. **ITEM 4 - Projeto de Lei do Senado nº 374, de 2015 (Complementar) - Não Terminativo -** que: "Altera o parágrafo 2º do Artigo 3º da Lei Complementar 63 de 1990, tornando facultativo para os Estados a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

possiblidade de considerar ou não, para efeito de cálculo do valor adicionado, as parcelas isentas ou com benefícios fiscais e as operações imunes do imposto." **Autoria:** Senador Fernando Bezerra Coelho. **Relatoria:** Senador Wellington Fagundes. **Relatório:** Favorável ao projeto, com duas emendas apresentadas. Fizeram uso da palavra os senadores Tasso Jereissati, Espiridião Amin e Wellington Fagundes. **Resultado:** A matéria é retirada de pauta. **ITEM 5 - Projeto de Lei do Senado n° 129, de 2016 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre o regime de especial das Áreas Especiais para Desenvolvimento Turístico – AET, e dá outras providências." **Autoria:** Senador Roberto Rocha. **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Favorável ao projeto e às Emendas nºs 1 e 2-CMA, com uma emenda de sua autoria. O presidente designa relator ad hoc o senador Ângelo Coronel. Após leitura do relatório, fizeram uso da palavra os senadores Tasso Jereissati, Alessandro Vieira, Espiridião Amin, Otto Alencar, Rogério Carvalho e Confúcio Moura. **Resultado:** O presidente da comissão, senador Omar Aziz, concede vista coletiva da matéria, nos termos regimentais. **ITEM 6 - Projeto de Lei do Senado n° 304, de 2016 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 7.560, de 19 de dezembro de 1986, para destinar aos Municípios no mínimo 70% dos recursos do Fundo Nacional Antidrogas." **Autoria:** Senador José Agripino e outros e Senador José Agripino e outros e . **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. Após leitura do relatório, fez uso da palavra os Senadores Veneziano Vital do Rego, Angelo Coronel, Confúcio Moura e Tasso Jereissati. **Resultado:** A comissão aprova o projeto, por 13 (treze) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Observação:** A presença do presidente é contada para efeito de quórum. (Art. 51, RISF). **ITEM 7 - Projeto de Lei do Senado n° 272, de 2018 - Terminativo -** que: "Veda que a instituição emissora ou credenciadora do cartão de crédito exija exclusividade quanto à antecipação de recebíveis e imponha trava bancária além do volume de recebíveis necessários para garantir a operação de crédito." **Autoria:** Senador Ataídes Oliveira. **Relatoria:** Senador Fernando Bezerra Coelho. **Relatório:** Pela rejeição do projeto. **Resultado:** A apreciação da matéria é adiada. **ITEM 8 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 9, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública,com o objetivo de debater a política de preços do Gás Liquefeito de Petróleo parauso residencial (GLP Residencial ou P-13), conhecido gás de cozinha vendido nasrefinarias às distribuidoras para botijões de 13kg; em especial, após a adoção dapolítica de reajustes trimestral em janeiro de 2018." **Autoria:** Senador Ciro Nogueira. **Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº 9/2019 – CAE. **ITEM 9 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 16, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 9/2019 - CAE, sejam incluídos dois convidados, quais sejam: Carlos Alexandre Jorge da Costa, da Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade do Ministério da Economia, no lugar do Sr. Waldery Rodrigues Junior; e Representante da Associação Brasileira dos Revendedores de GLP (ASMIRG-BR)." **Autoria:** Senador Ciro Nogueira. **Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

16/2019 – CAE. **ITEM 10 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 10, de 2019** que: "Requeiro nos termos do art. 99, do Regimento Interno do Senado Federal, que trata de competência dessa Comissão, avaliar os critérios estabelecidos pela Secretaria do Tesouro Nacional para classificação da situação fiscal dos Estados." **Autoria:** Senador Jorginho Mello. **Resultado:** A apreciação da matéria é adiada. **ITEM 11 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 14, de 2019** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PLS 337/2015, que Acresce os incisos XVIII, XIX, XX ao Art. 20 da Lei nº 8036/90 – que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço para permitir a utilização da conta vinculada do trabalhador na quitação de débitos vinculados à imóveis de parentes de primeiro grau." **Autoria:** Senador Fernando Bezerra Coelho. **Resultado:** A apreciação da matéria é adiada. **ITEM 12 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 15, de 2019** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o custo de transição da proposta de reforma da previdência, em decorrência da adoção do modelo de capitalização no sistema de Previdência Social brasileiro." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho. **Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº 15/2019 – CAE. **ITEM 13 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 17, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do arts. 50, caput, e 58, § 2º, III, da Constituição Federal e do art. 397, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado o Sr. Presidente do Banco do Nordeste (BNB), Romildo Carneiro Rolim, para que compareça à esta Comissão, a fim de apresentar e discutir as metas e diretrizes do governo voltadas para a atuação do BNB." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo. **Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº 17/2019 – CAE. **ITEM 14 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 18, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do arts. 50, caput, e 58, § 2º, III, da Constituição Federal e do art. 397, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado o Sr. Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Joaquim Levy, para que compareça à esta Comissão, a fim de apresentar e discutir as metas e diretrizes do governo voltadas para a atuação do BNDES." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo. **Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº 18/2019 – CAE. **ITEM EXTRAPAUTA 15 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 20, de 2019** que: "Analisar, propor iniciativa e aprimorar a legislação sobre a gestão das cadeias produtivas como alternativa e instrumento do desenvolvimento econômico local e regional no ambiente e na estrutura federal do Brasil, bem como analisar e refletir sobre os impactos socioeconômicos da política de renúncias fiscais e desonerações " **Autoria:** Senador Rogério Carvalho. **Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº 20/2019 – CAE. **ITEM EXTRAPAUTA 16 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 22, de 2019** que: "Requer, ao Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, o envio ao CADE de Solicitação de instauração de Inquérito Administrativo para investigar a majoração das tarifas aéreas, do preço dos combustíveis e dos impostos de aviação no Estado do Rio Grande do Norte." **Autoria:** Senador Jean Paul Prates.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Resultado: A comissão aprova o Requerimento nº 22/2019 – CAE. **ITEM EXTRAPAUTA 17 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 23, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater os impactos para a economia brasileira de uma possível entrada do Brasil na Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e também de uma possível mudança de sua condição de país emergente na Organização Mundial do Comércio (OMC)." **Autoria:** Senador Jean Paul Prates. **Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº 23/2019 – CAE. **ITEM EXTRAPAUTA 18 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 24, de 2019** que: "Requer sejam prestadas, pelo Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública e pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, informações sobre o spread bancário no País." **Autoria:** Senador Ciro Nogueira. Usou da palavra o senador Rogério Carvalho. **Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº 24/2019 – CAE. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Omar Aziz

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/03/26

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Declaro aberta a 6ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovação da ata.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 5ª Reunião.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada.

Nós temos alguns projetos para serem votados e vários requerimentos para serem aprovados por esta Comissão.

Há três projetos do Senador Fernando Bezerra, como Relator. Ele nos pediu para que um Senador lesse *ad hoc*. E eu vou pedir ao Senador Plínio que leia *ad hoc* a MSF 68, de 2018, que tem como Relator o Senador Fernando Bezerra.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 68, de 2018

- Não terminativo -

Encaminha, nos termos do art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, a Programação Monetária para o 3º trimestre de 2018.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Plínio Valério

Relatório: Favorável ao projeto, nos termos do Projeto de Decreto Legislativo apresentado.

Ad hoc, o Senador Plínio Valério.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM. Para leitura de relatório.) – Bom dia a todos.

Eu vou, na leitura, tentar também resumir, tirando alguns parágrafos. Se porventura alguém, ao final, não compreender, eu posso voltar, porque normalmente são longos os relatórios. Eu vou tentar, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone.*) – Bem sucinto...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Isso.

Vem ao exame desta Comissão de Assuntos Econômicos a Programação Monetária para o terceiro trimestre de 2018.

A Programação Monetária é composta por três seções. A primeira aborda as perspectivas para evolução da economia no terceiro trimestre de 2018. A segunda apresenta a evolução dos agregados monetários no primeiro trimestre de 2018. A última seção discute as metas indicativas da evolução dos agregados monetários para o terceiro trimestre de 2018.

Os saldos da base monetária restrita, base monetária ampliada e dos meios de pagamentos mantiveram-se nos intervalos determinados pela Programação Monetária para o primeiro trimestre de 2018.

Projetou-se elevação, em relação ao mesmo período do ano anterior, da média dos saldos diários dos meios de pagamento de 8,6% para o terceiro trimestre de 2018. Para o saldo médio da base monetária restrita, a projeção de elevação é de 6,7% no terceiro trimestre de 2018. A base monetária ampliada teve variação estimada, em doze meses, de 7,9% ao final do terceiro trimestre de 2018.

As projeções para todo o ano de 2018, média dos saldos diários, é de crescimento de 7,6% para o M1 e 5,8% para a base monetária restrita.

Análise.

Cabe a esta Comissão de Assuntos Econômicos analisar o projeto.

Após o Plano Real, o Congresso Nacional tem participação mais ativa na definição de parâmetros e metas relativas à evolução da oferta de moeda e crédito na economia.

Em 1999, foi adotado o regime de metas para inflação no qual a taxa básica de juros passa a constituir o principal instrumento de política monetária. Esta é utilizada para manter a inflação dentro dos intervalos de tolerância.

As projeções para a expansão monetária, feitas em junho de 2018, foram compatíveis com as efetivamente ocorridas e com a manutenção de taxa de inflação, medida pelo IPCA, em 2018, em níveis abaixo da meta perseguida pela autoridade monetária.

Voto.

Pelas razões expostas, voto pela aprovação da Programação Monetária para o terceiro trimestre de 2018, nos seguintes termos:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 2019
O CONGRESSO NACIONAL decreta:
Art. 1º Fica aprovada a Programação Monetária para o terceiro trimestre de 2018, nos termos da Mensagem nº 68, de 2018 (nº 371, de 2018, na origem), do Presidente da República.
Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão.

Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em discussão o relatório *ad hoc* do Senador Plínio Valério. (*Pausa.*)

Se nenhum Senador quer discutir, nós votaremos quando tivermos o quórum necessário.

Vou passar ao próximo item, Senador Plínio Valério. É a MSF 93, de 2018.

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 93, de 2018

- Não terminativo -

Encaminha, nos termos do art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, a Programação Monetária para o 4º trimestre de 2018.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Plínio Valério

Relatório: Favorável ao projeto, nos termos do Projeto de Decreto Legislativo apresentado.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM. Para leitura de relatório.) – Também de relatoria do Senador Fernando Bezerra Coelho.

Vem ao exame desta Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) a Programação Monetária para o quarto trimestre de 2018, atendendo ao art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, que dispõe sobre o Plano Real, encaminhada pelo Presidente da República, acompanhada da exposição de motivos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Programação Monetária é composta por três seções... Vou dispensar, a gente acaba de ler, é aquele mesmo argumento do projeto anterior, Senador Tasso.

Em relação ao cenário externo, enfatiza-se que os principais riscos estão associados à normalização das taxas de juros em algumas economias avançadas e às recentes disputas no comércio global.

Em relação aos fatores de risco para a inflação, argumenta-se que, por um lado, a possível propagação, por mecanismos inerciais, do nível baixo de inflação passada e o nível de ociosidade ainda elevado podem produzir trajetória de inflação prospectiva abaixo do esperado. Por outro lado, uma frustração das expectativas sobre a continuidade das reformas e ajustes necessários na economia brasileira pode afetar prêmios de risco e elevar a trajetória da inflação no horizonte relevante para a política monetária.

Os saldos da base monetária restrita, base monetária ampliada e dos meios de pagamentos mantiveram-se nos intervalos determinados pela Programação Monetária para o segundo trimestre de 2018.

Projetou-se elevação, em relação ao mesmo período do ano anterior, da média dos saldos diários dos meios de pagamento.

A proporção entre M4 e PIB era prevista para apresentar relativa estabilidade ao longo do segundo semestre de 2018, trajetória consistente com o comportamento esperado para as respectivas variáveis no período.

Análise.

Cabe a esta Comissão...

Após o Plano Real... Já foi lida a mesma exposição.

As projeções para a expansão...

Então, vamos ao voto.

Pelas razões expostas, voto pela aprovação da Programação Monetária para o quarto trimestre de 2018, nos seguintes termos:

> PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 2019
> Aprova a Programação Monetária para o quarto trimestre de 2018.
> O CONGRESSO NACIONAL decreta:
> Art. 1º Fica aprovada a Programação Monetária para o quarto trimestre de 2018, nos termos da Mensagem nº 93, de 2018 (nº 545, de 2018, na origem), do Presidente da República.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Enquanto não há quórum, eu queria que, com o prestígio de V. Exa. e com a boa relação que V. Exa. tem com o Presidente da Câmara, nós pudéssemos... Foi aprovado aqui um projeto de lei que permite a dupla militância do Banco Central, ou seja, olhar a taxa: olhar a inflação e olhar ao mesmo tempo o emprego, olhar a taxa de juros olhando a taxa de inflação e o nível de emprego.

Esse projeto de lei está na Comissão de Fiscalização e Controle da Câmara precisando ser aprovado. A gente já fez o trabalho aqui no Senado. Esse debate está acontecendo e está ampliando no País, ou seja, a necessidade de olhar o desemprego para ver a taxa de juros que a gente pratica.

Então, é oportuno porque essas questões e essas mensagens acabam sendo uma mera formalidade, e temos um projeto de lei, lá, que poderia ajudar muito mais a gente a tirar o País da paralisia econômica em que a gente está vivendo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou entrar em contato com o Presidente Rodrigo Maia e fazer a solicitação, para que ele possa conversar com o Presidente da Comissão, pautar esse projeto e encaminhar ao Plenário para ser votado.

Em votação o relatório do Senador, *ad hoc*, Plínio Valério.

Os Senadores e Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim. O Relator que é *ad hoc*.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então devo ter me confundido. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – E preferia outro peixe, não é? (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Devo ter me confundido, Senador.

O nosso querido amigo Plínio Valério é meu conterrâneo, e a gente...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O item 1...

Em votação o item 1 desta pauta, cujo relatório já foi lido...

Em votação o relatório do Senador Plínio Valério.

Senadores e Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Vamos para o item 3, que também é matéria oriunda da Presidência da República.

ITEM 3

MENSAGEM (SF) Nº 1, de 2019

- Não terminativo -

Encaminha, nos termos do art. 6° da Lei no 9.069, de 29 de junho de 1995, a Programação Monetária, de conformidade com a inclusa Exposição de Motivos do Banco Central do Brasil, destinada à Comissão de Assuntos Econômicos dessa Casa.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Fernando Bezerra Coelho

Relatório: Favorável ao projeto, nos termos do Projeto de Decreto Legislativo apresentado.

O relatório é do Senador Plínio Valério.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM. Para leitura de relatório.) – Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 1, de 2019, da Presidência da República, que encaminha, nos termos do art. 6° da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, a Programação Monetária, de conformidade com a inclusa Exposição de Motivos do Banco Central do Brasil, destinada à Comissão de Assuntos Econômicos desta Casa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O relatório fala da mensagem que veio ao exame da Comissão, que a Comissão tem competência para isso, fala da Programação Monetária, e traz aqui, no balanço para o primeiro trimestre de 2019, destacado o alto nível de ociosidade dos fatores de produção e as perspectivas de retomada gradual da atividade econômica, condicionada a um cenário de reformas de natureza fiscal e ajustes na economia brasileira, como iniciativas que busquem aumento de produtividade, ganhos de eficiência, mais flexibilidade na economia e melhoria no ambiente de negócios.

O cenário externo continua desafiador, sendo o principal risco o de uma eventual normalização das taxas de juros em economias avançadas e as incertezas referentes ao comércio global.

Diante desse quadro, o Banco Central entende que deve ser realizada uma política monetária estimulativa, com taxas de juros abaixo da taxa estrutural. Deste modo, está incorporando em sua análise a evolução da atividade econômica, o balanço de riscos relevantes e as projeções e expectativas de inflação.

Os saldos da base monetária restrita, da base monetária ampliada e dos meios de pagamentos mantiveram-se nos intervalos determinados pela Programação Monetária para o terceiro trimestre de 2018.

Projetou-se a elevação em 12 meses da média dos saldos diários dos meios de pagamento M1 de 9,9%, para março de 2019. Para o saldo médio da base monetária restrita, a projeção de elevação é de 7,8% em março de 2019. A base monetária ampliada deve ter variação em 12 meses de 6,9% ao final do primeiro trimestre de 2019, enquanto o crescimento dos meios de pagamento ampliados M4 deve ser da ordem de 7,9% em março de 2019.

A proporção entre M4 e PIB deve apresentar valor de aproximadamente 96,2% em março de 2019 e 97,1% em dezembro de 2019.

Análise.

Cabe a esta Comissão a legalidade. Analisou-se e chegou-se à seguinte conclusão, voto.

Pelas razões expostas, voto pela aprovação da Programação Monetária para o primeiro trimestre de 2019, nos seguintes termos:

> PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 2019
> Aprova a Programação Monetária para o primeiro trimestre de 2019.
> O CONGRESSO NACIONAL decreta:
> Art. 1º Fica aprovada a Programação Monetária para o primeiro trimestre de 2019, nos termos da Mensagem nº 1, de 2019 (nº 777, de 2018, na origem), do Presidente da República.
> Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sala de Comissões, na data de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queria discutir a matéria, em votação o relatório do Senador Plínio Valério.

Os Senadores e as Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE favorável ao projeto, nos termos do projeto de decreto legislativo apresentado.

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal.

A próxima matéria.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 374, de 2015

- Não terminativo -

Altera o parágrafo 2º do Artigo 3º da Lei Complementar 63 de 1990, tornando facultativo para os Estados a possibilidade de considerar ou não, para efeito de cálculo do valor adicionado, as parcelas isentas ou com benefícios fiscais e as operações imunes do imposto.

Autoria: Senador Fernando Bezerra Coelho

Relatoria: Senador Wellington Fagundes

Relatório: Favorável ao projeto, com duas emendas apresentadas.

Observações:

1. Em 12/3/2019, foi concedida vista coletiva da matéria.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queria discutir...

Só um minutinho.

Pois não, Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – Para discutir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE. Para discutir.) – Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, essa matéria é uma matéria importante. E eu entendo as intenções e o mérito que o Senador Fernando Bezerra teve ao escrever esse projeto. No entanto, eu queria dizer que fui fazer um exercício, por exemplo, no meu Estado, das consequências dessa decisão. É evidente que o Senador teve o cuidado de deixar facultativa aos Estados a implantação ou não desta lei e também obrigando a que houvesse aprovação da Assembleia Legislativa.

No entanto, as consequências podem ser ainda duvidosas, alcançando resultados contrários ao que se deseja. Por exemplo, no Estado do Ceará, o Município que seria mais beneficiado, estou lembrando que se trata da redistribuição com novos critérios do ICMS, seria justamente o Município de Fortaleza, que é o mais rico, evidentemente, do Estado do Ceará. O segundo Município é o de Aquiraz, que faz parte da região metropolitana de Fortaleza. E Municípios como Aracati e Pacatuba seriam imensamente prejudicados.

Por esta razão, eu queria colocar que acho que dessa lei já foi pedida vista. Como não vale mais a discussão, eu votaria contra para que a gente pudesse rediscutir e avaliar em profundidade as consequências. Eu queria colocar a posição...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou fazer uma proposta. Como hoje está muito vazio e se trata de uma matéria muito polêmica, porque é uma coisa que tem consequências, e o Relator não está aqui nem o autor do projeto, eu o estou colocando pela pauta que foi distribuída aos Srs. Senadores... Porque para mim existe também uma questão dúbia aí: quando se torna facultativo, sim ou não, é uma coisa que não funciona. Ou é ou não é.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Você joga... Permite-me?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Você joga para uma maioria eventual da Assembleia Legislativa...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... que pode ser a favor ou contra um prefeito ou não.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... que pode ser concentracionista em caso de emergência. Você imagine o Rio Grande do Sul votando isso, com salário atrasado, não pagando seus compromissos elementares, parcelando salário há quantos anos?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu entendo aqui que...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Pode haver um surto concentracionista...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Os Municípios que beneficiam com isenção teriam de dizer de onde vêm esses recursos para entrar também... Ou não entrariam na discussão do valor adicional?

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – Não entrariam.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não entrariam. Por exemplo, um Município que quer ter um projeto de turismo isenta uma empresa, e essa empresa, quando for fazer o valor adicional, não entraria esse...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – Não entraria pelo incentivo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pelo incentivo.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – No caso de Manaus, a Zona Franca de Manaus entraria? Parece que não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou retirar de pauta o projeto...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Sim, mas, só para concluir, dentro da sua linha de retirar. O Município – isso está agora evoluindo – adota, por exemplo, que se você usa energia renovável, na sua casa há descontos de toda sorte para os tributos que o Município administra ou recebe. Então, você vai estar facultando que isso seja adotado por outro Município ou não. Por essa razão, acho que é prudente retirar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Wellington, nós estamos propondo retirar o projeto para a gente poder chegar a um determinado entendimento dele. Como se trata de mais de cinco mil Municípios no Brasil, cada um com a sua peculiaridade, e a lei diz o seguinte: "poderá ser adotado ou não", quer dizer, abre um... É facultativo. E coisas facultativas dependem do governador de plantão, do prefeito de plantão ou da assembleia de plantão, não é uma coisa que possa ou não permanecer.

Então, V. Exa. fez o relatório, foi pedida vista coletiva, nós trouxemos novamente para votar; e há aqui o argumento do Senador Tasso Jereissati, do Governador Confúcio, do Senador Amin para que retiremos de pauta, é a proposta que eu faço, para podermos analisar com um pouquinho mais de equilíbrio a matéria – eu diria –, para que não cometamos aqui um ato falho, porque isso já é terminativo, vai ao Plenário para ser aprovada ou não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Senador Omar, eu só quero justificar, pois a nossa vida aqui é muito atribulada. Mas eu vim aqui antes de começar a reunião, tive de passar em outras Comissões. Eu agora acabo de pedir para entregar aqui aos Senadores um relatório de análise da Confederação Nacional de Municípios, inclusive com os dados de todos os Estados daqueles Municípios que mais ganham e que mais perdem; os que mais recebem hoje atualmente.

Se formos observar aqui, de um modo geral os Municípios menores são aqueles que acabam recebendo menor recurso *per capita*. De um modo geral. Então, essa discussão com a Confederação Nacional de Municípios... Inicialmente, eles não gostariam nem de se manifestar, porque realmente é aquela história da faca de dois legumes, nunca contenta gregos e troianos. Mas esse relatório...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Beneficia sempre o maior.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Sempre o maior, hoje principalmente. Mas isso aí é um critério, porque cada Estado tem as suas peculiaridades. Por exemplo, no caso do meu Estado de Mato Grosso, é um Estado ainda em desenvolvimento e, claro, o começo do Estado se deu principalmente pelos bandeirantes que foram em busca do ouro; depois, os nordestinos foram em busca do garimpo de diamante; e depois veio o novo ouro que é a soja.

Então, os Municípios mais antigos, que são de origem principalmente garimpeira, são os Municípios que tiveram – digamos – mais dificuldade no desenvolvimento e muitos desses Municípios... Eu quero exemplificar aqui o Município de Cáceres. A partir daquele Município foram criados 17 Municípios. Aí também é o que acontece na legislação anterior. Quando se cria um Estado ou Município, o Estado-mãe ou o Município-mãe fica com as dívidas. No caso, cria-se um Município novo desmembrado daquele mais antigo com a vocação da produção agrícola. Então, esses Municípios se desenvolveram muito. E, claro, a renda está cada vez mais concentrada, principalmente de acordo com a produção e a exportação.

Tudo que se vai discutir hoje no Brasil em termos de questão tributária sempre é complexo. Por isso eu disse aqui, na reunião passada, sobre a questão da guerra fiscal também, que acaba empatando. Então, nós temos de discutir talvez a reforma tributária profunda neste País, porque sempre há injustiça hoje com os Municípios que às vezes, na ânsia de trazer uma empresa, entregam os incentivos fiscais, e a empresa às vezes usa pelo tempo que pode e depois até abandona o Município.

Então, eu concordo com V. Exa. sobre a decisão, porque isso aqui não é uma coisa de facilidade, de unanimidade. Até respeitando um Senador hoje, Fernando, que é o Líder também do Governo – ele não está presente hoje –, eu penso que é perfeitamente possível discutirmos com mais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

profundidade. Mas sobre esse documento da Confederação eu gostaria que todos também pudessem se debruçar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou pedir somente um favor ao Senador Wellington, ao Senador Confúcio, ao Senador Tasso e ao Senador Amin: que os senhores quatro Senadores possam sentar, no momento oportuno, e analisar profundamente isso; e depois de analisado, que V. Exa. Trouxesse para a gente votar aqui. Pode ser?

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – Pode.

Poderia, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Presidente.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – Só aqui colocando algo para o Senador Wellington sobre a observação que fiz. Eu entendo o objetivo meritório do projeto, mas eu fiz uma avaliação, por exemplo, do Estado do Ceará, e bate um pouco com o que está aqui.

No Estado do Ceará, o Município mais beneficiado seria Fortaleza, que é justamente o Município mais rico do Estado. Vamos fazer a conta como está nisso aí, *per capita*...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – Perfeito. *Per capita* muda muito.

Mas, por exemplo, no seu Estado, e com certeza no Estado do Senador Confúcio... Fortaleza, além da divisão do ICMS, com certeza, tem uma capacidade de recolher IPTU muito alta, porque existe toda uma classe média, edifícios e casas de alto valor sobre os quais se recolhe IPTU. Tem também ISS bastante significativo, já que a quantidade de empresas de serviços numa cidade como Fortaleza é muito grande. Acredito que aconteça a mesma coisa no seu Estado.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Além do servidor público federal, universidades...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – Além do servidor público.

Se você pega um Município pobre do Nordeste, mas com certeza o mesmo ocorre em outros Estados também – talvez Santa Catarina seja um pouco diferente –, verá que não tem praticamente IPTU e não tem praticamente ISS.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não tem.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – Praticamente, não é isso? Um Município do interior do Amazonas...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – Só isso...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Fundo de Participação, aposentados rurais, pensionistas e Bolsa Família, não há outra atividade econômica.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – Estou pedindo para que se avaliem as consequências disso, maiores, para que a gente possa, enfim, com maiores informações, tomar essa decisão. Reconheço o mérito do projeto e do seu relatório.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só uma coisa. Eu acho que aqui alguns já tiveram oportunidade de ser Governadores. Se a gente for levar ao pé da letra essa distribuição de ICMS, Manaus, por exemplo, ficaria com todo o dinheiro do Estado, praticamente. Então, Manaus abre mão de recursos para que possam ser distribuídos entre Municípios mais pobres. A relação de valor agregado entre Manaus ou qualquer outro Município é muito grande, quer dizer, é desproporcional.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone.*) – O mesmo vale para qualquer cidade portuária.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É, nós sabemos disso. Por isso que é uma matéria muito...

Então, a proposta que eu faço é essa. Pode ser, Senador Wellington?

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Perfeito.

Só que o Fernando Bezerra precisa ser também incorporado...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, mas ele não está. Eu estou tomando a decisão por ele.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Não, é incorporado nessa equipe aqui para que a gente possa conversar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O.k. Obrigado, Senador. (*Pausa.*)

Item 5: é o Projeto de Lei do Senado nº 129, de 2016. O Relator é o Senador Otto Alencar. A autoria é do Senador Roberto Rocha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 129, de 2016

- Não terminativo -

Dispõe sobre o regime de especial das Áreas Especiais para Desenvolvimento Turístico – AET, e dá outras providências.

Autoria: Senador Roberto Rocha

Relatoria: Senador Angelo Coronel

Relatório: Favorável ao projeto e às Emendas nºs 1 e 2-CMA, com uma emenda de sua autoria.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, com parecer favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1 e 2-CMA.

2. A matéria será apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, em decisão terminativa.

Vou pedir ao Senador Angelo Coronel, colega do Senador Otto, que leia o relatório relativo a esse item 5, por favor.

Passe para o Senador Angelo Coronel.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Enquanto o Senador se prepara, Senador Omar, só aproveitando aqui o intervalo, eu queria suscitar aqui uma questão da nossa economia também, que está acontecendo no Estado do Amazonas. Fui procurado pelo pessoal do Dnit quanto à questão dos portos, porque no Amazonas os portos funcionam praticamente como rodoviárias, e daqueles portos construídos, hoje muitos deles estão sendo fechados por uma decisão de enxugamento da folha do Dnit. Eu gostaria, já que V. Exa. inclusive é daquele Estado, é um grande conhecedor, que esse assunto pudesse ser também oportunamente discutido aqui pela nossa Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Com certeza absoluta. Há vários portos que tinham funcionários do Dnit que estão sendo demitidos, e eles funcionavam... Até porque não são rentáveis esses portos, se não houver uma contribuição do governo e muitas vezes das prefeituras, eles vão realmente ficar sem nenhum tipo de manutenção, e isso vai dar problema. A gente pode fazer uma audiência sobre isso aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Angelo Coronel.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA. Para leitura de relatório.) – Parecer da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o Projeto de Lei do Senado nº 129, de 2016, do Senador Roberto Rocha, que dispõe sobre o regime especial das Áreas Especiais para Desenvolvimento Turístico (AET), e dá outras providências.

Relatório.

Chega para a análise desta Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) o Projeto de Lei do Senado (PLS) 129, de 2016, de autoria do Senador Roberto Rocha, que dispõe sobre o regime especial das Áreas Especiais para Desenvolvimento Turístico (AET), e dá outras providências.

O PLS 129, de 2016, autoriza o Poder Executivo federal a criar Áreas Especiais para Desenvolvimento Turístico, com a finalidade de aumentar a competitividade do setor turístico brasileiro, conforme seu art. 1º.

O PLS é dividido em três capítulos. No primeiro deles, autoriza o Poder Executivo federal a criar áreas denominadas Áreas Especiais para Desenvolvimento Turístico (AET); determina que a sua constituição, após proposta dos Estados ou Municípios, será feita por meio de decreto que delimitará sua área; assim como estabelece os requisitos para a criação dessas áreas.

O Capítulo II trata do Conselho Nacional das Áreas Especiais para Desenvolvimento Turístico (Caet), instituído por decreto, com competência para: analisar as propostas de criação de AET; aprovar os projetos correspondentes; traçar a orientação superior da política das AET; decidir sobre os pedidos de prorrogação dos prazos para a caducidade do ato de criação da AE; e declarar a caducidade da AET.

O Capítulo III enuncia disposições gerais, entre elas: as regras para suspensão de pagamentos de impostos e contribuições pelos prestadores de serviços autorizados a operar em AET; procedimentos para sua instalação e atividades; e as sanções legais decorrentes de infrações.

O art. 16 da proposição trata da entrada em vigor da lei resultante na data de sua publicação.

E, por fim, o art. 17 revoga a Lei nº 6.513, de 20 de dezembro de 1977, que dispõe sobre a criação de Áreas Especiais e de Locais de Interesse Turístico; sobre o Inventário com finalidades turísticas dos bens de valor cultural e natural; acrescenta inciso ao art. 2º da Lei nº 4.132, de 10 de setembro de 1962; altera a redação e acrescenta dispositivo à Lei nº 4.717, de 29 de junho de 1965; e dá outras providências.

A proposição recebeu parecer favorável da Comissão de Meio Ambiente em 13 de junho de 2017, com duas emendas. A primeira altera a expressão “órgãos federais” no inciso II do art. 8º do PLS nº 129, de 2016, para “Poder Público”, [ou seja, sai "órgãos federais" e entra a expressão "Poder

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Público"], pois somente o Presidente da República pode determinar as funções dos órgãos federais. A segunda emenda suprime o licenciamento ambiental simplificado e a dispensa de licenciamento ou autorização dos órgãos competentes pela proteção do meio ambiente e segurança do transporte marítimo. Desta Comissão, segue para a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, para decisão terminativa.

No tempo regimental, não foram apresentadas emendas ao PLS.

Análise.

Compete a esta Comissão de Assuntos Econômicos, nos termos do art. 99, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, apreciar o aspecto econômico e financeiro das matérias que lhe sejam submetidas.

Com relação ao mérito, o autor afirma que a criação das Áreas Especiais para Desenvolvimento Turístico (AET) contribuiria para aumentar a competitividade do turismo brasileiro, pois teriam "regime jurídico próprio para a atração de investimentos, com benefícios tributários e administrativos e procedimento simplificado para licenciamento ambiental".

Em relação ao mérito turístico, deixaremos o exame da proposição à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, que a analisará em decisão terminativa.

Concordamos com as alterações promovidas pela Comissão de Meio Ambiente com relação ao estabelecimento de um procedimento simplificado para o licenciamento ambiental, que colocaria em risco a própria competitividade do setor, pois boa parte da atração exercida sobre o turista estrangeiro decorre da presença de um meio ambiente equilibrado em nossas florestas e praias. E é justamente o processo de licenciamento ambiental que assegura a preservação desse meio ambiente.

Também, somos de acordo com a alteração dada pelo relatório da CMA à questão da "dispensa de licença ou de autorização de órgãos federais, com exceção dos controles de ordem sanitária e de interesse da segurança nacional", consoante o art. 8º, inciso II, do PLS.

Quanto à questão econômico-financeira da proposição, concordamos com o argumento apresentado por seu autor de que a aprovação da proposição em análise poderá fazer com que o turismo possa vir a se tornar uma das principais atividades econômicas a contribuir para que o País retome o seu crescimento por meio da geração de emprego e renda e desenvolvimento regional.

Cremos ser oportuno, no entanto, acrescentar o fato de determinada área ser reconhecida como patrimônio histórico e cultural entre os critérios que recomendam a prioridade para o seu enquadramento como Área Especial de Desenvolvimento Turístico. Com esse propósito de aprimorar a matéria, apresentamos uma emenda ao referido projeto de lei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Voto.

Em razão do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 129, de 2016, e das emendas aprovadas no parecer da Comissão de Meio Ambiente, com a seguinte emenda adicional:

EMENDA Nº - CAE
Acrescente-se o seguinte inciso ao § 1º do art. 3º do Projeto de Lei do Senado nº 129, de 2016, renumerando-se os demais:
"Art. 3º.....
.....
"§ 1º.....
.....
"II – prioridade para as propostas de criação de AET em áreas reconhecidas como patrimônio histórico e cultural.
....."

Sala da Comissão.

Está aqui apresentado, Sr. Presidente, o relatório.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em discussão a matéria.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE. Para discutir.) – Desculpe-me hoje estar fazendo papel de chato aqui. Mas, em função do momento que nós vivemos, em que se discutem intensamente os tais gastos tributários ou subsídios, etc., parece-me que esse projeto abre um leque muito grande de isenções e subsídios.

Eu pediria vista para que nós pudéssemos avaliar melhor.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - SE) – Vista coletiva, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou dar vista coletiva.

O Relator do projeto já se encontra em Plenário, mas muito bem substituído pelo meu querido amigo Angelo Coronel, até bem demais.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – O último turco da Bahia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vamos conceder vista coletiva...

Pois não, Senador Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para discutir.) – Exatamente por tratar de um benefício fiscal – é um benefício fiscal – sem avaliação, sem projeção de meta a alcançar, eu sou preliminarmente contrário. Esse o viés principal do projeto de lei complementar que eu apresentei. Os novos têm que ter programação do que pretende. O que você pretende? Além disso, o que você pretende em matéria de emprego, em matéria de competitividade do setor e vantagem para o consumidor cada vez que você estabelecer alguma forma de incentivo? E os antigos têm que ser avaliados.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Uma espécie de PPP para esse setor.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu não diria tão... Eu não falaria tão mal do projeto porque parceria público-privada no Brasil está *sub judice*. Mas é uma tentativa de pôr um paradeiro numa conta que não se avalia, que, incluindo Estados e Municípios, chega a mais de 550 bilhões neste ano, num país que está lacrimejando falência.

Então, é uma incoerência. Como é que, se eu estou com um prejuízo neste ano de 550 bilhões, eu ainda ofereço – por mais modesta, por mais útil porque isoladamente todas são importantes – uma mesada para alguém?

Sou contra enquanto nós não decidirmos sobre um projeto – para concluir – que eu desenho há 28 anos. O primeiro que eu apresentei é de 1991.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Otto, Relator do projeto.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Para discutir.) – Bom, eu queria dizer ao nobre Senador Tasso Jereissati, como Líder do Governo...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Não? (*Risos.*)

Mas é Líder do Governo.

Ele está querendo controlar aí essa questão do subsídio, não é? O Senador Tasso Bezerra... Desculpe-me: Tasso Jereissati. (*Risos.*)

Este projeto é do Líder do PSDB aqui no Senado Federal, Senador Roberto Rocha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que ele não é terminativo aqui. Não é terminativo. Ele vai para outra comissão. Se eu não me engano, a Comissão de...

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – ... Desenvolvimento Regional e Turismo.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Hein?

Desenvolvimento Regional e... Pode ser apreciado lá, não é?

Portanto, quanto a essas isenções – normalmente o pensamento do Senador Roberto Rocha, que é o meu também – são só para algumas áreas de turismo que precisam realmente ter um desenvolvimento maior.

No Ceará mesmo, há Municípios assim; na Bahia, como os Municípios de Lençóis, Mucugê, Porto Seguro; e, de alguma forma, vai facilitar investimento importante nessas áreas.

O que se poderia fazer – e eu pensei até em fazer isso – é excluir alguns Municípios que já têm hoje uma infraestrutura turística muito grande – pode-se fazer com a vista do Senador Tassos Jereissati –, mas, agora, aqueles que não têm realmente seriam muito beneficiados. Sobretudo, alguns Estados do Nordeste seriam beneficiados.

Então, V. Exa. pediu vista, pode até apresentar uma alteração nesse sentido de fazer a exclusão dos grandes Municípios, dos que têm já uma vocação grande para o turismo, tipo Florianópolis, Rio de Janeiro, os grandes Municípios do... Fortaleza, por exemplo.

Então, eu acho que cabe uma reflexão a respeito disso.

Então, o meu parecer foi pensando em desenvolvimento econômico...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Como?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Não, não. V. Exa...

É mais Santa Catarina. É mais Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Rogério.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – O pensamento foi esse.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas eu fiz aqui uma ironia com o Senador Tasso e peço desculpa. Porque não adiantar trabalhar aqui no Senado mal-humorado, porque não dá. Tem que ter no mínimo bom humor. Não é não, Senador...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – Presidente...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – O Espiridião Amin é o chefe da turma que puxa o bom humor, para apreciar essa situação.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – ... eu sei que o Senador Otto Alencar é um dos maiores e melhores Senadores desta Casa, assim como meu amigo Roberto Rocha. E, com certeza, aqui ele está querendo beneficiar a área turística da Bahia que ele mais aprecia, que é o Monte do Pai Inácio.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – É o Morro do Pai Inácio.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – O Morro do Pai Inácio...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Morro do Pai Inácio, Lençóis, Mucugê...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – ... onde ele costuma fazer as suas reflexões, quando...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Exatamente.

Eu sou o único Senador da Bahia... O Coronel não vai muito, não. Mas foi comigo lá, na Cachoeira do Mosquito.

Eu faço as minhas reflexões é no Morro do Pai Inácio mesmo. São 1.300m acima do nível do mar.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Depois vocês dois matam...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – As minhas reflexões... Você fica mais perto do céu. Reflexão no alto é muito bom.

Há mata virgem lá, que é tranquila.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – Só mata; só há mata virgem lá, só mata também.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Só mata virgem.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – Só mata que há.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Sem santo-daime?

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Não; não há, não.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – Senador, mas eu gostaria de esclarecer o seguinte: eu estou pedindo vista, porque é muito amplo e concede uma porção de benefícios. E queria lembrar o meu querido amigo Otto Alencar: quando Presidente desta Comissão, no ano passado, o Senador Omar também estava presente, nós votamos uma resolução aqui definindo que nós só votaríamos qualquer projeto que implicasse isenção fiscal se fosse quantificado o impacto que isso teria nas contas. Então, principalmente em função dessa resolução que V. Exa. votou, inclusive, elogiando a medida, é que nós estamos pedindo vista.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou fazer uma recomendação aqui. Eu não vou colocar um projeto que faça qualquer tipo de benefício fiscal se não houver já no relatório essa resolução que foi votada aqui dentro desta CAE. Então, não encaminhe mais nenhum tipo de projeto, não paute projeto se não estiver dentro dos critérios em que a resolução foi votada. Inclusive, há uma matéria para ser votada em Plenário de V. Exa. que trata desse assunto.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Mas o art. 2º do projeto é claro, quando ele diz que passará por um decreto a definição dessas áreas que merecerão incentivo. No art. 2º, consta...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Otto, eu acho que um dos Estados que tem um potencial turístico muito grande é o Estado do Amazonas, como todo mundo sabe, e nós temos dificuldade de infraestrutura, de logística, uma série de coisas. E o Poder Público não tem como manter e fazer esses investimentos; só o poder privado e dando incentivos, senão não vão para lá, principalmente em áreas preservadas que têm um tipo de turismo totalmente diferenciado. Você não vai a uma área preservada, uma área que é uma APP, ou área de conservação... Você pode fazer turismo sustentável ali dentro, mas com várias e várias regulamentações. Então, o Amazonas seria muito beneficiado, mas nós temos que realmente seguir um critério aqui, porque senão a gente vai na contramão do que nós estamos pensando para o País.

Senador Rogério, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para discutir.) – Presidente, eu acho que o projeto tem uma importância grande para promover o desenvolvimento do turismo, mas nós temos aqui, pelo que eu estou percebendo, nós temos uma questão precedente, nós temos um debate que precede este debate que é rever os incentivos fiscais no momento em que a gente coloca em risco o BPC, a aposentadoria rural; no momento em que a gente quer acabar com o sistema de seguridade social. Dizem que fariam 1 trilhão de economia e a gente com mais de 500 bilhões anuais de renúncia fiscal.

Então, diante dessa situação, é inoportuno, não pela qualidade, pelo debate de mérito do projeto, mas pelo momento que a gente vive, que a gente precisa aprofundar este debate sobre as renúncias fiscais. E mais: fazer um debate sério sobre o que é incentivo fiscal para desenvolvimento regional e o que é renúncia fiscal, que deveria ter uma duração temporária, limitada, e que virou renúncia fiscal eterna, *ad aeternum*.

Então, acho que esse é o motivo que mobiliza todos os colegas aqui a fazer o debate anterior, tem precedência esse debate das renúncias fiscais.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Confúcio.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Para discutir.) – Senador Omar, minha intervenção coincide muito com o que V. Exa. acabou de expor. Por exemplo, a Amazônia, pelas suas características, sua beleza, sua diversidade e alternativas turísticas tão variadas, seria muito bem contemplada caso isso viesse a acontecer. Mas, de cara, com uma passagem de São Paulo, de Brasília a Buenos Aires, ida e volta, gasta-se R$1,2 mil, R$1 mil, R$1,5 mil. Com uma passagem de Manaus a São Paulo, se comprar para amanhã, você gasta R$6 mil. Então, turismo para a Amazônia hoje está muito proibitivo. A primeira causa é a passagem aérea. Segunda, as condições locais.

O senhor abordou muito bem, e eu não quero me delongar, porque já abordou esse tema, a questão dos incentivos fiscais, e é extremamente cauteloso hoje em dia a gente se precaver dessas concessões, porque a gente só sabe começar; como termina, ninguém sabe.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está concedida vista coletiva.

ITEM 6

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 304, de 2016

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera a Lei nº 7.560, de 19 de dezembro de 1986, para destinar aos Municípios no mínimo 70% dos recursos do Fundo Nacional Antidrogas.

Autoria: Senador José Agripino e outros

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com parecer favorável ao projeto.

Esse projeto é do Senador Garibaldi Alves e o Relator é o Senador Otto Alencar.

Vou passar a palavra ao Senador Otto Alencar para ler...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não. Garibaldi Alves está aqui... Ah, José Agripino e Senador... Os dois. José Agripino e Garibaldi Alves.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Para leitura de relatório.) – Sr. Presidente, Senador Omar Aziz, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 304, de 2016, do Senador José Agripino e do Senador Garibaldi, que altera a Lei nº 7.560, de 19 de dezembro de 1986, para destinar aos Municípios no mínimo 70% dos recursos do Fundo Nacional Antidrogas.

Esta Comissão tem a prerrogativa de analisar este projeto.

Conforme o art. 1º da proposição, são acrescentados dois parágrafos ao art. 5º-A da Lei nº 7.560, de 19 de dezembro de 1986, que cria o Fundo de Prevenção, Recuperação e de Combate às Drogas de Abuso, dispõe sobre os bens apreendidos e adquiridos com produtos de tráfico ilícito de drogas ou atividades correlatas, e dá outras providências.

Nos termos do novo §1º, um mínimo de 70% dos recursos do Funad, de que trata o art. 2º da referida lei, serão destinados aos projetos das entidades do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) desenvolvidos no âmbito dos Municípios.

Já o §2º propõe que o repasse dos recursos de que trata o §1º ocorrerá em parcelas semestrais, nos meses de janeiro e julho de cada ano, e sua repartição observará, na medida do possível, os critérios aplicáveis aos recursos do Fundo de Participação dos Municípios de que trata o art. 159, I, "b", da Constituição Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O art. 2º é a cláusula de vigência, que determina que a lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Na justificação, o autor da matéria defende o pressuposto de que a descentralização é a forma mais eficaz de fazer os recursos reservados à prevenção e ao tratamento de dependentes químicos chegarem a quem realmente precisa. Tais recursos permitiriam garantir uma infraestrutura de atendimento adequada e a devida capacitação dos agentes públicos. Ademais, aponta que os recursos do Fundo Nacional Antidrogas têm ficado concentrados em ações da União, enquanto o problema das drogas precisa receber a atenção conjunta e coordenada de todas as unidades da Federação, em especial dos Municípios.

A proposição foi distribuída às Comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Assuntos Econômicos (CAE), cabendo a esta última a decisão terminativa.

Não foram oferecidas emendas no prazo regimental.

Em 30/05/2018, a CAS aprovou o relatório da Senadora Ângela Portela, que passou a constituir parecer da CAS favorável ao projeto. Na CAE, cabe a mim a tarefa de relatar essa matéria.

Análise.

Nos termos do art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal, compete a nós, aqui e agora, opinar sobre o aspecto econômico e financeiro da matéria. Por se tratar de decisão terminativa, cabe também analisar os aspectos formais de constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa da proposição.

Quanto à constitucionalidade, compete à União legislar sobre educação (art. 24, IX, da Constituição Federal), proteção e defesa da saúde (art. 24, XII), combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos (art. 23, X), proteção à infância e à juventude (art. 24, XV), e Direito Financeiro (art. 24, I), não sendo tais matérias reservadas à iniciativa privativa do Presidente da República, conforme o §1º do art. 61 da Constituição Federal do Estado brasileiro.

No tocante à juridicidade, o projeto possui os atributos de novidade, abstração, generalidade e potencial coercibilidade, sendo compatível com o ordenamento jurídico vigente. Em relação à regimentalidade, a proposição mostra-se em acordo com os o que dispõe o Regimento Interno do Senado Federal. Já quanto à técnica legislativa, o texto respeita os preceitos da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

No mérito, estamos de acordo com a análise empreendida pela Senadora Ângela Portela, pois a proposição versa sobre a questão da dependência química, um problema de saúde pública de grande

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

relevância social, para cuja solução devem contribuir sobretudo ações de prevenção e educação voltadas para as populações mais vulneráveis.

O Fundo de Prevenção, Recuperação e de Combate às Drogas de Abuso (Funcab) foi instituído, no âmbito do Ministério da Justiça, pela Lei nº 7.560, de 1986, mas teve sua denominação alterada para Fundo Nacional Antidrogas pela Medida Provisória nº 2.216-37, de 31 de agosto de 2001, que alterou a Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências.

O art. 5º da Lei nº 7.560, de 1986, que se pretende modificar, determina que os recursos do Funad serão destinados, entre outros, aos integrantes do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, conforme o inciso X, desse dispositivo. Caso tais entidades tenham atuação municipal, o projeto em comento garante a aplicação de setenta por cento dos recursos do fundo nesses projetos.

Cabe destacar que tais entidades devem desenvolver trabalho junto aos adolescentes que cumprem medidas socioeducativas em meio aberto, próprias da esfera de atuação municipal, excluindo-se aquelas cuja atuação abarca adolescentes em regimes de semiliberdade e internação, que são da alçada dos Estados.

Do ponto de vista econômico, como costuma acontecer com vários problemas de saúde pública, a contenção de danos quando já se adquiriu uma grande dimensão tende a ser mais cara do que a prevenção. Nesse sentido, pode-se entender o dispêndio nas modalidades de intervenção aqui abarcadas como um investimento social, através do qual pode-se prevenir que o jovem seja envolvido em uma espiral de dependência, falta de perspectivas, crime e morte.

De 2013 a 2017, foram executados em média 58% do montante de recursos do Funad – ou seja, não houve aplicação integral – autorizados nas leis orçamentárias anuais. Em 2018, com o agravamento da crise fiscal, a execução orçamentária do fundo chegou apenas a R$2,7 milhões até agosto, em face de uma dotação de R$118,8 milhões – foi, então, uma aplicação muito pequena em relação àquilo que era necessário para a recuperação socioeducativa desses jovens.

Diante do contexto de crescente abuso de drogas no País, que tem avançado inclusive cada vez mais para os médios e pequenos Municípios, é preocupante que os recursos do Funad não estejam disponíveis para serem efetivamente aplicados em ações de educação e qualificação profissionais.

Nesse sentido, a descentralização da gestão desses recursos poderá ajudar a viabilizar os projetos de intervenção socioeducativa voltados para adolescentes autores de atos infracionais, enfraquecendo o poder de influência do tráfico de drogas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Do ponto de vista financeiro e orçamentário, não há criação de nova despesa e, infelizmente, tampouco há garantia de que o recurso chegará aos Municípios no volume necessário para atender às necessidades de ação pública nesse campo, pois essa rubrica continuará sujeita à limitação de empenho e movimentação financeira, ou seja ao contingenciamento de gastos. Ainda assim, consideramos que se trata de medida positiva e merecedora de aprovação.

Sr. Presidente, como V. Exa. sabe, eu sou um defensor, já há muitos anos, da aplicação integral desses fundos em favor daqueles que precisam. Nós, na Comissão de Ciência e Tecnologia, com o apoio de V. Exa., aprovamos o meu projeto, destinando os recursos do Fust à aplicação da telefonia móvel da banda larga. Aqui, nesse fundo... Eu acho que é um projeto importante que deverá até ser acolhido pelo Governo, para que 70% desses recursos sejam aplicados de forma descentralizada nos Municípios em suas várias ações. Hoje os Municípios suportam muito mais essa pendência, que é de responsabilidade também do Governo Federal e dos Estados, do que os próprios Estados e o Governo Federal.

Ante o exposto, nós votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 304, de 2016, do nobre Senador Agripino Maia.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Otto Alencar, eu não tenho conhecimento – se algum Senador tiver... Dos 280 fundos que o Governo Federal tem aprovados, muitos deles pelo Congresso Nacional, eu não conheço um fundo que tenha tido cumprida integralmente, quanto aos recursos do fundo, a aplicação direta daquilo para que foi proposto o fundo. Os fundos foram criados para retirar dinheiro dos Estados e Municípios, colocando-o à disposição do Governo Federal. Como esse, existem 280 fundos. Então, o fundo teve 1 bilhão e só se gastaram 3%, 4%, 5%, isso virou regra. E o mais impressionante é que é uma regra, e o Tribunal de Contas da União faz de conta que não está acontecendo nada.

Ora, se existe uma lei que criou o fundo, esse dinheiro tem que ser aplicado no fundo. Senão, acaba com o fundo, e o dinheiro vai para a conta, para o FPE, para o FPM, para ser distribuído naturalmente para os Estados e para os Municípios. E fazem essa alegação de que a economia não vai bem, mas, mesmo com o crescimento de 6%, 7% ao ano no Governo Lula, os fundos eram retidos do mesmo jeito, a Lei Kandir não era cumprida, os fundos que V. Exa. coloca aí não eram cumpridos... Então, ou nós tomamos uma posição aqui...

A gente faz de conta tudo aqui. A gente aprova um valor no orçamento para o fundo, e o fundo não é executado; e parece normal, virou regra. E você vai conversar com o Ministro da Economia, com o Ministro da Fazenda, ele diz: "Não, eu não posso liberar porque eu tenho que ter superávit primário". Sim, mas aquele fundo...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Não foi para isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... não foi para isso. E nós, aqui, fazendo de conta que vamos resolver o problema aprovando a previdência. Não vamos resolver o problema aprovando a previdência.

Eu sou 100% favorável a se destinarem não 70%, mas 100% dos valores para se aplicar em políticas públicas antidrogas. E é nos Municípios, não é nem no Estado. É nos Municípios. É você dotando os Municípios de Centro de Apoio Psicossocial, é você dotando os Municípios para que você faça prevenção para esse jovem não entrar na droga... E recurso existe, estão aqui os recursos.

Então, não adianta. O Governo Federal não tem atividade fim; o Governo Federal não administra um hospital nesse Brasil, nem um. Quem administra são os Estados e Municípios.

Então, vejam bem, é sério isto. O que eu estou colocando é que a gente aprova uma lei aqui, e essa lei, com certeza, será aprovada, porque é uma lei que... Qualquer gestor sabe da dificuldade por que os Municípios estão passando, com a droga avançando. Os pais não têm dinheiro para botar o filho numa clínica, para pagar R$10 mil, 15 mil, mas o Município tem que ser dotado de quê? De aparelhos que possam controlar a entrada de drogas e de aparelhos que possam prevenir a ida ou tentar salvar o jovem que já está drogado, porque esse jovem, pelos números... Um jovem desse, se tratado, custa muito menos do que depois que ele é preso, porque, quando ele vai preso, ele vai custar em torno de R$5 mil para o Estado por mês. Por mês! E tenham certeza absoluta de que tratar de um jovem desse, com psiquiatra, com psicólogos, assistentes sociais, com uma série de capacitação de pessoas, nós podemos ajudar.

Eu sou favorável ao projeto. Só quis colocar essa posição porque, em todas as vezes em que se discute fundo, a gente olha, faz de conta que aprova um projeto aqui, aprova e faz de conta que vai ser cumprido.

Eu aprovei um projeto aqui, Senador Otto e Senadores, no ano passado – está na Câmara ainda para ser votado –, que retirava também o recurso que vai ser repassado para aplicação na segurança pública dos Municípios, para onde se tem de repassar recursos, da lei que obrigava o Município a estar adimplente, colocando a segurança pública na mesma situação da saúde, da educação e da área social, porque eu sei que o grande problema da segurança pública está nos Municípios. É lá que o problema está acontecendo e é lá que nós temos que ver. Então, eu sou favorável.

O Senador Veneziano pediu a palavra por primeiro; o Senador Angelo Coronel; e, depois, o Senador Confúcio a pediu.

Por favor, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Só para complementar, Presidente, e me perdoe o nosso colega: no ano passado, esse fundo tinha um contingente de R$118 milhões; foram aplicados R$2,7 milhões. V. Exa. tem completa razão, completa razão.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB. Para discutir.) – Sr. Presidente, brevemente, até porque a mim me parece que, por ser terminativo, teremos votação nominal, e a minha preocupação é a de que não tenhamos quórum. Então, eu não vou me estender...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu posso abrir já a votação e a gente ir discutindo?

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB) – Penso que seria importante, para que nós não percamos a oportunidade...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, eu vou abrir... Desculpe-me, Senador. V. Exa. me alertou para uma coisa séria. Eu vou abrir a votação e, aí, a gente vota...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Líder vota com a gente.

Eu vou abrir a votação para os senhores poderem votar, e a gente vai discutindo a matéria. Pode ser?

Obrigado.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB) – Obrigado, Sr. Presidente.

De tão importante, eu gostaria muito – como todos os demais outros companheiros, quiçá assim o fariam ou o farão – de falar, como V. Exa. bem o disse, conhecedor à profundidade, até porque já esteve à frete de obrigações executivas, mesmo em nível estadual e não em nível municipal, e saudá-lo, saudando os autores potiguares desta propositura e o nosso conterrâneo nordestino, Senador Otto Alencar, que fez o seu relatório.

Obviamente, não haveria de ser... E trazendo um pouco aquilo que me cabe, lembrando-me, quando, Senador Plínio, fui prefeito de Campina Grande, de exatamente situações como essas, porque nos é dado e nos é permitido muito mais conhecer para elaboração, para execução e para, enfim, poder levar, como consequências benfazejas, aplicações de recursos como os previstos em fundos que, como bem disse V. Exa., no País, lastimavelmente, independentemente dos governos que se instalem, são muito mais aparências do que efetivas estruturas que permitam ações nos diversos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ambientes, nos diversos setores para os quais foram pensados e criados – não sei se nesse número de 280...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Isso foi dito pelo Ministro da Economia, 280 fundos.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB) – Duzentos e oitenta fundos.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Segundo ele.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB) – Pois bem, eu pensei que o senhor estaria a fazer algumas...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Não.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB) – ... menções exageradas.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Não, 280 fundos tem o Governo Federal, segundo o que o Ministro disse ontem, não foi? Ele disse ontem, numa reunião conosco. Eu não sabia o número realmente. Ele que disse. Ele disse: "Há 280 fundos. Vocês, Parlamentares, é que têm que decidir quais têm que ficar, porque é impossível haver 280 fundos no País".

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB) – Pois bem, Presidente. Imaginemos nós que estamos diante também, proximamente, de debater um pacote, e nem gosto muito de utilizar o termo "pacote", mas um conjunto de sugestões apresentadas pelo Ministério da Justiça, Senador Rogério, mas, sem perda da importância de algumas dessas, não há uma única menção – não há, Senador Otto Alencar, uma única menção, e, se eu estiver enganado, gostaria de por V. Exas. ser corrigido –, não há nenhuma menção de iniciativas que o Governo Federal pudesse assumir de maneira efetiva, eficiente e comprovada naquilo que é fundamental, quando se fala sobre combater crime organizado.

E aí, quando nós falamos sobre o combate com políticas antidrogas, nós estamos nos antecipando à mais famigerada forma de crime organizado, que é aquele perpetrado por aqueles que vivem da sociedade com o tráfico de drogas. Ou não? Esse é o problema maior vivenciado hoje, não mais nos grandes centros, nas megalópolis brasileiras, mas nas cidades medianas e também, hoje, de menor porte.

Mas eu não li numa única linha, das propostas que chegaram ao Congresso – no caso, à Câmara Federal –, qualquer preocupação desta natureza: prevenção. E nós vamos ter amanhã, parece-me, a própria presença, na CCJ, de S. Exa., o Ministro Sergio Moro, para que nós perguntemos, porque você não faz política de combate à prática criminosa simplesmente com repressão. Muito mais pelo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

contrário: prevenção é necessário. E o Governo tem se mostrado, ao longo dos últimos anos, com muita incompetência para gerir, para administrar, de uma maneira eficiente, de maneira efetiva.

Então, eu quero saudar o Relator, Senador Otto Alencar, somando-me aos demais outros companheiros e dizer que, se há o interesse de nós falarmos, e temos que falar, em enfrentar a questão do Pacto Federativo, não como S. Exa. o Ministro da Economia quer fazer, Senador Rogério, que é com a desvinculação orçamentária, que em nada modificará a realidade que trata cada Município e cada Estado, nós começamos a fazer uma repactuação dessa forma, transferindo responsabilidades aos Municípios, que já não são poucas, que pelo menos poderão tratar situações extremamente delicadas, candentes, do nosso dia a dia, com alguns recursos que possam ser colhidos durante esse processo de apreensão, em relação ao que propõe o projeto.

Então, quero cumprimentar a todos os que se acostam a defender esta matéria, aprovando-a nesta manhã de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Muito bem.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Angelo Coronel. Depois o Senador Confúcio vai falar também.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) – Presidente Omar Aziz, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, defender e falar de droga é um dos grandes problemas que afligem o nosso Brasil.

Nesse projeto ora apresentado, que será, com certeza, aprovado aqui nesta Comissão, nós precisamos, Presidente Omar, fazer uma pressão para mudar, quem sabe, até o regime desse fundo, acabar com o contingenciamento, para que esses recursos possam ir para os Estados e Municípios.

Sr. Presidente Omar Aziz, agora substituído pelo nosso amazonense, Presidente Plínio, eu gostaria também de apresentar, neste momento, um requerimento oral para convocarmos o Ministro da Defesa, já que aqui estamos falando de droga, para que ele pudesse explanar aqui como é que está o projeto Sisfron, que é o projeto de monitoramento das nossas fronteiras – temos 17 mil quilômetros de fronteiras terrestres cobrindo dez países –, talvez o maior projeto de monitoramento do mundo em construção. Visamos a saber do Ministério da Defesa em que pé anda a instalação e o término do Sisfron, porque não adianta combatermos somente as drogas, combatermos o efeito; nós temos que combater a causa.

O Brasil não produz drogas sintéticas; as drogas são importadas. Vêm pelas nossas fronteiras. E precisamos fazer com que, Srs. Senadores e Senadoras, se trabalhe para coibir a entrada de drogas no nosso Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse Sisfron, ao ser implantado na sua totalidade, com certeza irá monitorar os nossos 17 mil quilômetros de fronteira terrestre com dez países. E, com isso, vai-se evitar que a droga entre livremente, como entra, no Brasil.

Então, quero aqui, neste momento, fazer esse convite – que não seja nem uma convocação – ao Ministro da Defesa, para que possa vir aqui, à CAE, explicar como é que estão as dotações orçamentárias para a conclusão do Sisfron.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Antes de finalizar a reunião, nós vamos colocar em votação o seu requerimento, Senador. (*Pausa.*)

Nós estamos em votação ainda, não é? (*Pausa.*)

Já é suficiente? Está faltando apenas um voto para que a gente possa atingir o quórum e encerrar.

Nós temos aqui Senadores inscritos: Senadores Tasso, Confúcio, Rogério. E depois o Ciro.

Pois não, Senador Tasso. Confúcio primeiro. Sim, Confúcio está na frente.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Sr. Presidente, já voltei "sim", mas fiquei com algumas dúvidas.

Estou há 50 dias no Senado e não peguei a história do projeto, que já vem de longe apresentado. Mas esse recurso... (*Falha na gravação.*)

... muito maior, não gastado em anos anteriores. Eu estive relendo, deve haver de R$1,7 a R$2 bilhões retidos.

O problema dos fundos é a burocracia para o Município acessar esse dinheiro. É muito difícil conseguir recursos dos fundos. A melhor maneira seria uma lei mais completa de descentralização automática aos Municípios, como se fosse um fundo a fundo, para evitar que os Municípios formatem projetos que aqui rolem um a dois anos para serem liberados. Demora muito!

Quanto ao Fundo Penitenciário (Funpen), há três anos os Governadores estão acessando o dinheiro disponibilizado na conta do Estado, e não conseguem gastar.

Então, não basta somente essa concessão que há hoje, se não houver uma agilidade processual para que os Municípios consigam ter acesso a esses recursos e gastar convenientemente, tanto nas medidas socioeducativas, nas medidas preventivas e no tratamento das unidades terapêuticas contratadas pelos Municípios.

Eu acho que tem que descentralizar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Alguém falou anteriormente do Fust. Isso é uma vergonha histórica! Isso deve ter quase 20 anos! Esse fundo, Rogério, deve ter hoje uns 25 bilhões! E ninguém consegue gastar esse dinheiro.

Esse dinheiro serve como lastro de déficit fiscal, para segurar a base. Fica tudo contingenciado, para fazer essa base financeira de déficit. Então, é uma coisa ilusória.

Se a gente não for claro na lei, nós estaremos votando aqui seis por meia dúzia. Vai ficar do mesmo jeito.

Então, eu encerro as minhas palavras, mas eu votei "sim", em consideração ao estudo histórico do Senador Otto, que, de longe, vem estudando esse caso, e eu não poderia vir aqui, de maneira nenhuma, votar contra o seu parecer, sem ter o conhecimento prévio dos seus estudos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Nós já podemos... Senador Tasso, só um minuto.

Já podemos encerrar a votação? (*Pausa.*)

Já podemos até proclamar a votação, e a gente continua já com o Senador Tasso, depois o Senador Rogério e o Senador Ciro.

SIM, 13; NÃO, nenhum.

Abstenção: zero.

Então, tivemos o quórum... Ah, aí o Presidente lá. Catorze. Com o Presidente, 14.

Portanto, sim: aprovado o projeto.

Senador Tasso.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – É uma observação rápida, que eu não poderia deixar de fazer: é que não só pelo mérito evidente da proposta aqui ratificada por todos, esse projeto também, pelo brilhantíssimo relatório do Senador Otto Alencar, que me fez lembrar, em alguns momentos, o seu conterrâneo Ruy Barbosa.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – E que me faz lembrar também que não custa comprar um frango assado – os dois, depois – e conversarem bastante.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente, eu nasci na cidade, no Município de Ruy Barbosa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Ah, sim...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Mas, do ponto de vista jurídico, eu sou ortopedista qualificado. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Senador Rogério. Por favor.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Ah... Passar para o Senador Ciro?

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Sr. Presidente, eu gostaria que fosse colocado em votação, se for possível, o item 8, que é um requerimento de nossa autoria, que trata, do meu ponto de vista, de um dos fatores de maior preocupação, hoje, no nosso País, dos nossos consumidores.

Acho que grande parte dos Senadores aqui... Pelo menos, grosso modo, dois terços disputaram a eleição, e nada afetou mais o consumidor, principalmente de baixa renda, no nosso País, que a questão do gás de cozinha no nosso País. E eu estou sugerindo essa audiência pública, o próprio Ministério da Economia já sugeriu alguns nomes – eu queria até que fosse corrigido, eu acho que o item 9, por sugestão do Ministério da Economia –, para que a gente possa realizar essa audiência pública.

Acho que existe muita falácia sobre esse tema, e acho que o Senado tem que se debruçar, para que a gente possa dar uma resposta ao consumidor de baixa renda, principalmente às donas de casa do nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Vamos já colocar sim em votação, Senador Ciro, até porque o item 7 é o projeto do Ataídes Oliveira – nosso amigo de Tocantins, que saiu –, com relatoria do Fernando Bezerra.

Como, particularmente, o Relator não está aí, eu tenho interesse em pedir vista desse projeto. Eu acho que a gente pode, sim, retirar, e adia para a próxima.

Então, nós podemos, após ouvir o nosso Senador Rogério, já passar para o item oitavo.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu queria também, Senador Plínio, pedir para colocar em votação o requerimento de minha autoria, que é o item nº 12, para a realização de uma audiência pública para a gente discutir o custo da transição do regime de partição para o regime de capitalização.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E há outro, extrapauta, o qual combinei com o Senador Omar Aziz, para a criação de uma subcomissão, para discutir desenvolvimento econômico, porque a gente não tem quem faça esse debate. O Governo não faz, e a gente precisa estimular o debate sobre desenvolvimento econômico regional.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Vamos, então, só ao pedido extrapauta do Senador Rogério...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – No finalzinho, não é?

Então, pronto, Senador Ciro: o item oitavo.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI. *Fora do microfone.*) – Os itens oitavo e nono.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Isso. Oitavo e nono aqui.

Vamos lá.

ITEM 8

REQUERIMENTO Nº 9, de 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública,com o objetivo de debater a política de preços do Gás Liquefeito de Petróleo parauso residencial (GLP Residencial ou P-13), conhecido gás de cozinha vendido nasrefinarias às distribuidoras para botijões de 13kg; em especial, após a adoção dapolítica de reajustes trimestral em janeiro de 2018.

Autoria: Senador Ciro Nogueira

ITEM 9

REQUERIMENTO Nº 16, de 2019

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 9/2019 - CAE, sejam incluídos dois convidados, quais sejam: Carlos Alexandre Jorge da Costa, da Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade do Ministério da Economia, no lugar do Sr. Waldery Rodrigues Junior; e Representante da Associação Brasileira dos Revendedores de GLP (ASMIRG-BR).

Autoria: Senador Ciro Nogueira

Os requerimentos são complementares. Por esta razão, os coloco em apreciação complementar.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Sr. Presidente, desculpe-me.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Pois não.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Por sugestão do Ministério da Economia e também por uma sugestão, eu gostaria muito que fosse incluído também, nessa audiência pública, o Sr. Alexandre Manoel Angelo da Silva, da Secretaria de Acompanhamento Fiscal, Energia e Loteria do Ministério.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Alexandre... Pode repetir?

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Alexandre Manoel Angelo da Silva.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – O.k.

Os requerimentos são complementares. Por esta razão, eu os coloco em apreciação conjunta.

Consulto o autor dos requerimentos se quer fazer uso da palavra.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Não, Sr. Presidente. Já...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – O.k. Já se considera satisfeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em votação o requerimento.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se estão. (*Pausa.*)

Aprovados os requerimentos dos itens 8 e 9... É: aprovados os dois, então.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Foi o 16? Não foi o 9?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Ah, os itens 8 e 9.

Lendo: aprovados os Requerimentos nºs 9 e 16 aqui na CAE.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Sr. Presidente, posso usar a palavra?

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Pode, mas com o adendo que o senhor fez. Já está feito com adendo.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Não... É um outro requerimento, Sr. Presidente, que eu gostaria de apresentar à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Qual o item? Oral?

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – É. Eu vou apresentar e não sei nem se é possível ser votado.

Eu queria até, Senador Tasso, que o senhor me desse um pouquinho da sua atenção, até porque o senhor participou dessa discussão, no ano passado, como Presidente desta Comissão.

Eu acho que nós tivemos a sabatina do Presidente do Banco Central, e existe muita preocupação, pelo menos do meu ponto de vista, no que diz respeito à participação desses diretores e presidentes que, ao longo da história, vão sendo escolhidos para presidentes do Banco Central, e a grande maioria são empregados de bancos, e não há como ser diferente, não há como ser diferente, até por conta da *expertise*. E me preocupam que esses senhores vão para lá, depois saem e voltam para o setor bancário...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós estamos vivendo... Acho que o Senador Tasso acompanhou, no ano passado, houve um grupo de trabalho sobre essa questão das taxas de juros... E eu acho que uma solução que esta Comissão pode dar, que eu encontrei, é requerer ao Ministério da Justiça e principalmente ao Cade algumas informações.

E eu chego... Aqui... O requerimento é bastante longo, mas o principal item dessa nossa proposta é a possibilidade, Sr. Presidente, de apuração ou investigação pelo Cade das possíveis combinações de preços das grandes instituições financeiras do nosso País, numa espécie de cartelização do preço final ao consumidor no crédito bancário e na tarifa bancária. Isso... Acho que é o único campo...

Eu não tenho mais esperança, Senador Tasso, de o Banco Central tomar alguma medida quanto a isso, essa extrema concentração.

Nós não podemos mais ter o setor bancário do nosso País arrecadando, com tarifa, mais de R$120 bilhões, enquanto gasta, com toda a sua folha e dividendos e lucros, menos de R$100 bilhões. Então, existe uma cortina de fumaça no nosso País. O Banco Central não vai tomar essas atitudes. O único órgão que eu tenho confiança de que possa tomar alguma atitude neste País é o Cade.

Nós tivemos, Senador Otto, há algum tempo, um dos maiores escândalos mundiais do setor financeiro em âmbito mundial: foi a combinação de taxas cambiais pelo UBS mundial. Isso foi mandado para o Banco Central do nosso País, com todas as combinações dos grandes setores aqui. Está saindo alguma coisa, parece, de leniência, mas isso é um escândalo maior do que o da Petrobras, porque o prejuízo dado por esse setor ao nosso País... E não deu em nada! Ficou aquela disputa de que o Cade não poderia tomar atitude... E não deu em nada!

Então, eu acho... Pelo menos alguma coisa parece que... Estão me falando que eles vão ter que pagar uma grande leniência quanto a isso, Senador Otto, mas eu não vejo a intenção do Banco Central de tomar uma atitude nesse setor, por conta dos vínculos que eles têm.

Eu confio muito no Cade. Acho que esta Comissão pode sugerir uma apuração ou uma investigação, que é o ponto alto desse meu pedido aqui, para que um requerimento seja encaminhado por esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – O.k.

Alguém quer falar sobre esse assunto ou eu boto os requerimentos em votação?

Senador Rogério.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para discutir.) – Eu acho, Sr. Presidente, que é pertinente a manifestação do Senador Ciro Nogueira. Eu não sei se ele apresentou o requerimento à Comissão...

Já foi apresentado?

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI. *Fora do microfone*.) – Estou apresentando agora.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Está apresentando agora.

Mas eu acho que seria importante que aqueles que já estão na pauta e que já foram apresentados fossem apreciados, para que, depois, a gente apreciasse...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – O dele fica para o final.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... o dele no final.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Perfeito.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – O autor do item 10 não compareceu e do item 11 também não. Nós vamos então direto ao item 12.

ITEM 12

REQUERIMENTO Nº 15, de 2019

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o custo de transição da proposta de reforma da previdência, em decorrência da adoção do modelo de capitalização no sistema de Previdência Social brasileiro.

Autoria: Senador Rogério Carvalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A autoria é do Senador Rogério Carvalho, do PT de Sergipe.

Consulto o autor do requerimento se quer fazer uso da palavra.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Ele é autoexplicativo. Não precisa.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Está o.k.

Em votação o requerimento.

As Senadoras e os Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o Requerimento nº 15, de 2019, aqui na CAE.

Vamos ao item 13.

ITEM 13

REQUERIMENTO Nº 17, de 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do arts. 50, caput, e 58, § 2º, III, da Constituição Federal e do art. 397, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado o Sr. Presidente do Banco do Nordeste (BNB), Romildo Carneiro Rolim, para que compareça a esta Comissão, a fim de apresentar e discutir as metas e diretrizes do governo voltadas para a atuação do BNB.

Autoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – O autor já fez uso da palavra, pediu permissão e saiu.

Em votação o requerimento portanto.

As Senadoras e os Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

O item 14, o 14º item de nossa pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 14

REQUERIMENTO Nº 18, de 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do arts. 50, caput, e 58, § 2º, III, da Constituição Federal e do art. 397, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado o Sr. Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Joaquim Levy, para que compareça à esta Comissão, a fim de apresentar e discutir as metas e diretrizes do governo voltadas para a atuação do BNDES.

Autoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo.

O autor, Senador Veneziano Vital do Rêgo. Já fez uso da palavra.

Em votação o requerimento.

As Senadoras e os Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado, portanto, o item.

Agora vamos à extrapauta.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Há mais um, há mais um, há mais um...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Extrapauta, não é...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – É, extrapauta.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – ... Senador Rogério?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Só um, só um, só um.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Requerimento nº... São três requerimentos, todos...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Não, do Jean Paul Prates...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Vamos colocar em votação, então, o do Senador Rogério, que está aqui e pediu.

ITEM 15

REQUERIMENTO Nº 20, de 2019

- Não terminativo -

Analisar, propor iniciativa e aprimorar a legislação sobre a gestão das cadeias produtivas como alternativa e instrumento do desenvolvimento econômico local e regional no ambiente e na estrutura federal do Brasil, bem como analisar e refletir sobre os impactos socioeconômicos da política de renúncias fiscais e desonerações

Autoria: Senador Rogério Carvalho.

Trata-se da criação de subcomissão temporária, composta por cinco membros titulares e igual número de suplentes, para, no prazo de 120 dias, analisar, propor iniciativa e aprimorar a legislação sobre a gestão das cadeias produtivas como alternativa e instrumento do desenvolvimento econômico local e regional, no ambiente e na estrutura federal do Brasil, bem como analisar e refletir sobre os impactos socioeconômicos da política de renúncias fiscais e desonerações.

Apresenta a justificativa, o autor vai falar... Leio todo o requerimento?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Não, não precisa. Eu acho que esse tema está na Ordem do Dia aqui da Comissão.

Nós precisamos, primeiro, apresentar algum caminho para que os Estados, as unidades federadas, passem a ter algum protagonismo no que diz respeito ao desenvolvimento econômico, porque toda a política econômica ficou nas mãos do Governo central, como a definição de taxa de juros e câmbio... Toda a macroeconomia é resolvida pelo Governo central, pela União. E os Estados, que deveriam ter o papel de mapear as cadeias produtivas, de organizar o crédito, de organizar o aporte tecnológico e de ter linhas de crédito mais facilitadas, para promover o desenvolvimento econômico, acabam tendo um protagonismo pouco efetivo e limitado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a ideia é que a gente possa fazer esse debate, preparar e trazer aqui para a CAE esse debate e, junto com isso, discutir como os incentivos fiscais se coadunam com o estímulo das diversas cadeias produtivas e qual é a situação no País para que a gente possa apresentar algum caminho ou transformar em algum projeto de lei já para o orçamento deste ano, no sentido de, na LOA e na Lei de Diretrizes Orçamentárias termos recursos para investimento e como investir nas diversas cadeias produtivas que podem, de fato, promover o desenvolvimento econômico regional do País.

A ideia é essa, em linhas gerais.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Algum Senador quer discutir? (*Pausa.*)

Podemos colocar em votação, então.

As Senadoras e os Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado, Senador Rogério.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Temos mais aqui.

Requerimento do Senador Jean Paul Prates, do PT, do Rio Grande do Norte: requer ao Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos o envio de solicitação de instauração de inquérito administrativo ao Cade.

EXTRAPAUTA

ITEM 16

REQUERIMENTO Nº 22, de 2019

- Não terminativo -

Requer, ao Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, o envio ao CADE de Solicitação de instauração de Inquérito Administrativo para investigar a majoração das tarifas aéreas, do preço dos combustíveis e dos impostos de aviação no Estado do Rio Grande do Norte.

Autoria: Senador Jean Paul Prates

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Presidente, requeiro a V. Exa., nos termos do art. 66, § 6º, da Lei 12.529, de 2011, que envie ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) solicitação de instauração de inquérito administrativo para investigar a majoração das tarifas aéreas do preço dos combustíveis e dos impostos de aviação do Estado do Rio Grande do Norte.

Alguém para a discussão? O autor?

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Aqui.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Pois não.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para discutir.) – Só explicar, Senador Plínio. Obrigado por ter colocado o item extrapauta. Realmente é um item em que há uma urgência porque apareceu nesta semana um debate gigante sobre a questão do preço das tarifas aéreas para o nosso Estado, inclusive em comparação com capitais vizinhas, como João Pessoa e Fortaleza. O setor turístico, o setor hoteleiro, enfim, todos os consumidores desse produto, que é a passagem aérea, que hoje em dia não é mais um item de elite, estão preocupadíssimos com a questão da diferença, que chega a quase o dobro, no preço. Nós, em várias investigações informais, não conseguimos respostas concretas para entender a parcialização desses preços, a composição deles e onde está o erro, até para que o Governo do Estado e o Governo Federal possam ajudar a compor uma tarifa mais amigável do que as que estão sendo praticadas hoje.

Então, por isso esse requerimento manso ao nosso Cade. Parece-me que é inédita a utilização desse expediente, dessa lei, abrindo caminho para outras requisições desse tipo para os nossos Senadores.

É isso.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Senador, eu coloco já em votação, mas me permita: eu não posso deixar também de citar a nossa região da Amazônia. Lá, a tarifa é tão alta, porque os aviões são obrigados – e o Senador Tasso e o Senador Confúcio sabem disso – a deixar 35% das poltronas vazias para voar com combustível para ir e vir porque não há aeroportos no caminho, Tasso. Então, 35% das poltronas vão vazias, ou seja, a tarifa aumenta cada vez mais. Portanto, Senador, nós somos companheiros de infortúnios, de ideais...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Completamente.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – ... e nós temos muito a fazer nisso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Coloco em votação, então, o requerimento do Senador Jean Paul Prates.

Os que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado, portanto, Senador, seu requerimento.

Temos mais outro aqui, também do Senador Jean Paul.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, mais um, exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Item 17.

EXTRAPAUTA

ITEM 17

REQUERIMENTO Nº 23, de 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater os impactos para a economia brasileira de uma possível entrada do Brasil na Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e também de uma possível mudança de sua condição de país emergente na Organização Mundial do Comércio (OMC).

Autoria: Senador Jean Paul Prates

Propõe, para a audiência, a presença dos seguintes convidados:

1. Armando Monteiro Neto, ex-ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior do Brasil;

2. Rubens Ricupero, diplomata e ex-ministro da Fazenda do Brasil;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

3. Antonio Corrêa de Lacerda, professor da PUC-SP, especialista em Economia Internacional, Globalização e Inserção Externa da Economia Brasileira;

4. Ivan Tiago Machado Oliveira, diretor de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais do Ipea.

O autor vai fazer a justificativa na sua fala.

Se algum Senador quiser acrescentar um convidado, a hora é esta.

Com a palavra o autor.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para encaminhar.) – Pois não, Presidente Plínio.

Mais uma vez, obrigado por incluir mais esse item extrapauta, que também surgiu na semana passada de uma fala do ilustre Senador José Serra, a que eu aduzi a minha preocupação. Procuramos o nosso gabinete e fizemos uma parceria PSDB/PT, Senador Tasso, em relação a essa demanda, que é meramente para explicar, esclarecer melhor quais são as consequências da questão de a grife OCDE ser aplicada ao Brasil e nós entrarmos nela.

Parece-me, pelas primeira oitivas que houve, informalmente, que as vantagens não superam as desvantagens. Por isso, compusemos uma lista de egrégios especialistas do tema, incluindo o nosso querido ex-Senador Armando Monteiro e o ex-Ministro da Fazenda Rubens Ricupero, para discutir esse assunto e ver se, de fato, a grife OCDE nos cabe nesse momento ou se é mais um peso e um ônus do que um bônus.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Em votação o requerimento.

Aqueles Senadores que com ele concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Nós temos ainda aqui extrapauta um requerimento do Senador Rogério... Não, é do Senador Ciro; o do Rogério já foi.

EXTRAPAUTA

ITEM 18

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO Nº 24, de 2019

- Não terminativo -

Requer sejam prestadas, pelo Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública e pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, informações sobre o spread bancário no País.

Autoria: Senador Ciro Nogueira

> Requerimento.
> [...] nos termos [...] que sejam prestadas pelo Sr. Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Fernando Moro, juntamente com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), informações sobre o *spread* bancário no País.
> .....

Em votação.

O autor já...

Quem concorda permaneça como está. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Por último, para encerrar a nossa reunião, há um convite do Banco Central do Brasil endereçado ao Presidente para um café da manhã.

Se algum Senador tiver interesse, eu leio.

> Com muita satisfação, convido V. Exas., Sras. Senadoras e Srs. Senadores, membros titulares e suplentes desta Comissão de Assuntos Econômicos para participar de café da manhã neste Banco Central a se realizar no dia 3 de abril próximo, de 8h30 às 10h.
> Na oportunidade, estarei acompanhado pelos demais membros da Diretoria Colegiada desta autarquia, ocasião em que teremos a oportunidade de debater assuntos econômicos de interesse do Senado Federal, desta autarquia e do País.
> Respeitosamente,
> Roberto de Oliveira Campos Neto.

Nada mais havendo a discutir, está encerrada a nossa reunião deste dia.

(*Iniciada às 10 horas e 22 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 02 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 7ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE MARÇO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às quatorze horas e vinte e três minutos do dia vinte e sete de março de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob as Presidências dos Senadores Omar Aziz e Rose de Freitas, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Mecias de Jesus, Fernando Bezerra Coelho, Confúcio Moura, Luiz do Carmo, Daniella Ribeiro, Renan Calheiros, Dário Berger, Marcelo Castro, Marcio Bittar, Esperidião Amin, José Serra, Plínio Valério, Tasso Jereissati, Styvenson Valentim, Flávio Bolsonaro, Lasier Martins, Elmano Férrer, Oriovisto Guimarães, Major Olimpio, Roberto Rocha, Izalci Lucas, Veneziano Vital do Rêgo, Kátia Abreu, Randolfe Rodrigues, Alessandro Vieira, Leila Barros, Eliziane Gama, Cid Gomes, Jean Paul Prates, Rogério Carvalho, Paulo Paim, Telmário Mota, Otto Alencar, Irajá, Angelo Coronel, Lucas Barreto, Arolde de Oliveira, Rodrigo Pacheco, Marcos Rogério, Wellington Fagundes, Chico Rodrigues, Zequinha Marinho, Jorginho Mello, Juíza Selma, Marcos do Val, Luis Carlos Heinze, Soraya Thronicke, Jayme Campos, Sérgio Petecão, Weverton, Zenaide Maia, Paulo Rocha e Carlos Viana. Deixam de comparecer os Senadores Ciro Nogueira, Jorge Kajuru e Fernando Collor. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência declara aberta a reunião. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 2/2019 - CAE, de autoria do Senador Luis Carlos Heinze, e REQ 7/2019 - CAE, de autoria da Senadora Eliziane Gama e outros e da Senadora Eliziane Gama e outros. **Finalidade:** Audiência pública destinada a debater o endividamento dos estados e os repasses da Lei Kandir, bem como para a apresentação das diretrizes e dos programas prioritários do Ministério da Economia. **Participante:** Paulo Guedes, Ministro de Estado da Economia. Fizeram uso da palavra a senadora Kátia Abreu e o senador Davi Alcolumbre, presidente do Senado Federal, que compareceu à reunião. Após a exposição do convidado, usaram também da palavra os senadores Tasso Jereissati, Eliziane Gama, Luis Carlos Heinze, Oriovisto Guimarães, Espiridião Amin, Lasier Martins, Major Olímpio, José Serra, Plínio Valério, Rogério Carvalho, Jean Paul Prates, Kátia Abreu, Alessandro Vieira, Paulo Paim, Flávio Bolsonaro, Luiz do Carmo, Rose de Freitas, Zequinha Marinho, Weverton, Carlos Viana, Cid Gomes e Irajá. **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezenove horas e vinte e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Omar Aziz

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/03/27

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Boa tarde! Declaro aberta a 7ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Esta audiência pública foi solicitada através de um requerimento do Senador Luis Carlos Heinze, da Senadora Eliziane Gama e do Senador Tasso Jereissati. Especificamente, primeiro era a questão da dívida dos Estados e da Lei Kandir, mas é lógico que o Senado vai tratar de outros assuntos aqui, que são de interesse da Nação.

Esta reunião será realizada em caráter interativo, ou seja, com a possibilidade de participação popular. Dessa forma, os cidadãos que queiram encaminhar comentários ou perguntas poderão fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, no endereço do Senado Federal.

Eu peço à Senadora Eliziane e ao Senador Amin que tragam o Ministro até aqui, à bancada da Comissão de Assuntos Econômicos, e convido para entrar o Presidente do nosso Senado Federal, Senador Davi Alcolumbre, que está aqui. (*Pausa.*)

Também irão compor a mesa os Srs. Waldery Rodrigues Junior, Secretário Especial da Fazenda; Esteves Pedro Junior, Secretário Adjunto da Secretaria Especial da Fazenda; Otavio Ladeira de Medeiros, Secretário Adjunto da Secretaria do Tesouro Nacional; e George Alberto de Aguiar Soares, Secretário do Orçamento Federal. (*Pausa.*)

De acordo com os arts. 397 e 398 do Regimento Interno do Senado Federal, a Presidência adotará as seguintes normas: o Ministro...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Sr. Presidente, pela ordem, um minutinho.

Antes de começar a reunião, eu gostaria apenas de fazer um comentário.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. Pela ordem.) – Eu estou aqui há 12 anos. Eu nunca vi a vinda de um ministro aqui e nós cercearmos a entrada de assessores e, inclusive, da imprensa. É a primeira vez. Pode ter havido e eu ter perdido.

(*Manifestação da plateia.*)

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – E ninguém me pediu para falar isto, não. Ninguém da imprensa me pediu. Eu que fui passar ali agora, com a minha assessoria de costume, porque eu participo da Comissão, e está barrada. Eu perguntei se o Presidente da República estava aqui. Aí o assessor disse "quase". Eu falei "não, não existe quase Presidente; ou é Presidente ou não é Presidente". Então, eu gostaria que a gente voltasse à normalidade.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, a decisão foi minha, não do convidado. Quem manda aqui é o Presidente da Comissão.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Pois é. Então, eu gostaria, Sr. Presidente, que o senhor pudesse rever...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ah, sim, mas aí vamos dizer o seguinte: para a presença do Ministro Paulo Guedes, como a presença do Ministro Moro ou a presença de outros ministros aqui, na Casa, se estabeleceu um critério. Qual foi o critério? A imprensa que estiver credenciada terá acesso, e cada Senador traria um assessor, até porque...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Desde quando?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, foi tomada essa decisão por mim ontem.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Ah!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por quê? O que acontece? Um monte de assessores aqui dos lados, a gente aqui tentando debater e as pessoas batendo papo ou no celular ou coisa parecida.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Nisso o senhor está correto, está corretíssimo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, para a gente poder ter agilidade nos trabalhos que são do interesse do Senado Federal e da população brasileira, nós tomamos essa decisão, mas longe de mim cercear a entrada de qualquer um. Eu acho que um assessor por Senador é o suficiente para dar qualquer tipo de assessoria, até porque hoje, com WhatsApp, a pessoa tem mais acesso à informação do que nós aqui sentados à mesa. Então, foi essa a decisão, mas a própria imprensa está toda aí. Eu acho que não tem mais do que isso no Brasil. Está toda presente. Se tiver alguma coisa...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está toda presente aqui. Eu acho que está aqui.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Foi atendido o pedido...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim. E há uma jornalista que, há pouco, pediu até para colocar os tripés, o que a gente autorizou. Não é uma decisão feita pelo Ministro, não; essa decisão foi minha.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Presidente, é porque, por exemplo, naturalmente, todos os dias, havendo ministro ou não, me acompanha um assessor técnico, me acompanha a minha secretária e a assessoria de imprensa. Normalmente, é assim que eu ando aqui, independentemente de quem esteja aqui. Então, é por isso que eu estou reclamando, porque eu pedi para os três entrarem, como de costume...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A senhora...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Ninguém vai conversar, ninguém vai fazer nada, mas é importante que as equipes possam trabalhar naturalmente. Agora, o silêncio...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A senhora está falando pela senhora. Nenhum outro Senador aqui reclamou.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Não, mas cada um fala é por si mesmo, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É por isso mesmo. Os seus três já estão aqui dentro, Senadora?

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Já estão aqui dentro.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, tudo bem, Senadora.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Mas...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A sua condição de Senadora com assessoria de que a senhora precisa já está de plena satisfação para a senhora. Agora, vamos tocar o trabalho aqui, Senadora.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – O.k.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigada pela atenção, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está bem.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – E não precisa ficar nervoso, meu amigo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não estou, não.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Está, está nervoso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A senhora é uma criadora de caso, Senadora.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Não, o senhor é que está criando...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É. Por que a senhora não veio aqui comigo e falou comigo? A senhora tem...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Porque o senhor já estava começando a reunião, e eu quis falar isso antes.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, Senadora. Por favor, não faça isso. Eu tenho muito respeito...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Olha a democracia!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não. Eu?

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Gente, o que é isso?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A senhora não lutou mais pela democracia do que eu, não, Senadora.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Isso não acontece aqui.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Quando a senhora estava do outro lado, eu estava na rua lutando para que isso aqui acontecesse hoje.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Qual outro lado, meu amigo? Eu não tenho essa idade que o senhor imagina, não. Eu sou bem mais nova do que você. (*Risos.*)

Posso estar envelhecida pela luta do dia a dia e, às vezes, pelas grosserias que a gente passa, mas é a vida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Bem, eu não sou grosso com ninguém, mas a senhora tem um histórico aqui.

Eu vou...

De acordo com os arts. 397 e 398 do Regimento Interno...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Eu, em outro momento, vou dizer qual é o seu histórico. Se o meu é de briga, em outro momento eu digo qual é o seu histórico.

Muito obrigada. (*Pausa.*)

O Ministro terá 30 minutos para fazer sua exposição. Em seguida, abriremos a fase de interpelação pelos Senadores inscritos. Cada um terá cinco minutos para fazer sua interpelação ao Ministro.

Eu queria agradecer a presença do Presidente da Casa, o Senador Davi Alcolumbre, e dizer que o fato determinante do convite feito ao Ministro é a relação da Lei Kandir e a questão da dívida dos Estados.

Eu vou passar a palavra ao Presidente para que deseje boa tarde aos Senadores e às Senadoras. (*Pausa.*)

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Boa tarde a todas e a todos.

Quero cumprimentar a imprensa aqui presente, abraçar os Senadores da Comissão de Assuntos Econômicos, os Senadores que não são membros desta Comissão, mas que se fazem presentes, os assessores e dizer ao Ministro Paulo Guedes e à sua equipe que agradeço a visita à Comissão, como sinal de prestígio a esta Casa, ao Senado da República, por se fazerem presentes no plenário da Comissão de Assuntos Econômicos para falar de temas importantes que estão em debate na sociedade brasileira e neste Parlamento.

Então, para fazer uma rápida saudação, Ministro, tenha, no Senado da República, nos Senadores e nas Senadoras brasileiros que querem ajudar a melhorar o Brasil, querem colaborar com as suas intervenções nesse processo de reconstrução desse modelo que vive o Estado brasileiro hoje, e sua vinda aqui também é um sinal de prestígio do Governo com esta Casa. Então, seja muito bem-vindo. Em nome do Senador Omar, Presidente da Comissão, abraço os Senadores que fazem parte desta Comissão, e, em nome do Senado da República, esta Casa, que ouve os anseios da sociedade, estende suas mãos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para a sua chegada a esta Casa, num sinal de colocar esta instituição a serviço do Brasil. Então, minha presença aqui também é sinal de prestígio à Comissão, mas em especial ao senhor e à sua equipe, que prestigiam o Senado da República.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. *Fora do microfone*.) – Presidente, o senhor pode me inscrever? Minha inscrição.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não está inscrito ainda não, Senador?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Estarei agora, por V. Exa., se V. Exa. assim deferir.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor vai ser o 18º, Senador.

Vou passar a palavra ao Ministro Paulo Guedes, por até 30 minutos.

O SR. PAULO GUEDES – Boa tarde a todos.

Agradeço o convite para vir à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, agradeço ao Senador Omar Aziz pelo convite e agradeço ao Senador Davi Alcolumbre pela atenção de ter vindo também a esta nossa conversa.

Eu vou falar algumas breves palavras sobre o caráter sistêmico do problema que nós estamos analisando aqui. Vamos analisar a Lei Kandir, que, aparentemente, não foi respeitada por nenhum Governo desde que começou, lá atrás, por desvios orçamentários. Há um passivo enorme aí de R$37 bilhões, R$38 bilhões ou R$39 bilhões atrasados que não foram resolvidos no Governo Fernando Henrique, não foram resolvidos no Governo Lula, não foram resolvidos no Governo Temer, no Governo Dilma. Evidentemente, para quem está chegando agora – faz 60 dias que eu estou aqui, nesta Capital –, ao cair uma bomba de R$39 bilhões na sua cabeça, a gente precisa raciocinar um pouco, pensar em como sair disso.

Mas, mais do que resolver um problema desse tipo, nós temos que entender o que está acontecendo sistemicamente. Se fosse um Estado que estivesse com problemas, você teria um caso de má gestão. Se todos os Estados – e eu tive ontem uma conversa com 27 Governadores, inclusive o do Distrito Federal – estão pressionados financeiramente, é porque há algo mais importante acontecendo no País do que simplesmente um problema de má administração num Estado ou noutro.

Da mesma forma, dois dias atrás, eu tive uma reunião também com mais de 50 Prefeitos, e todos estão com dificuldades financeiras também. Então, de novo, é algo sistêmico. É algo sistêmico e maior do que um problema de má administração de um particular Prefeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu queria fazer umas breves considerações iniciais. Antes de entrar exatamente no tema tanto da Lei Kandir quanto do endividamento acelerado em que entraram os Estados e de como sair desse problema, eu quero fazer uma breve introdução sobre a natureza sistêmica do problema.

Nós conversamos, primeiro, durante a campanha, e agora tenho reforçado, daí a minha honra de estar aqui no Senado conversando sobre isso, que eu tenho plena convicção de que o Brasil é uma democracia virtuosa. Nós estamos votando a cada dois anos, há trinta e poucos anos, com alternância no poder, do ponto de vista sempre de centro-esquerda; foram alianças de centro-esquerda absolutamente naturais. Se você teve um regime militar durante vinte anos associado à direita, era natural que, em algum momento, houvesse uma predominância, uma hegemonia da centro-esquerda, e assim foi por trinta anos.

E, agora, do ponto de vista sistêmico, houve uma aliança política entre conservadores e liberais, uma aliança de centro-direita. Não há muita consciência ainda disso, isso não é claro ainda, há dificuldade de comunicação. Os diversos agentes estão começando a conversar ainda, porque é, de certa forma, uma ruptura; é uma ruptura no sistema de alianças, quer dizer. Mas é compreensível, e eu tenho atribuído as disfunções da economia inclusive não só às manifestações que nós tivemos financeiras, sintomas financeiros das disfunções, como foi a hiperinflação, a moratória externa, o endividamento em bola de neve, juros altos. São disfunções financeiras. São disfunções financeiras, mas são só manifestações de um fenômeno mais grave por baixo, e eu atribuo isso ao modelo econômico.

Em uma economia que é dirigida pelo Estado e, ainda pior, pelo Governo Federal, há concentração de poderes, recursos e atribuições, o que foi natural durante um fechamento político por definição. Toda ordem politicamente fechada centraliza recursos, atribuições e responsabilidades. Então, era natural que, nessa ordem politicamente fechada, você concentrasse os recursos no Governo Federal e disparasse o seu programa de prioridades, que eram, na verdade, as nossas empresas estatais: Eletrobras, Telebras, Siderbras, Portobras, Nuclebrás. O Governo tinha uma série de prioridades, construiu a infraestrutura brasileira e, com o tempo, o ritmo de crescimento da economia brasileira, que já foi a economia de maior crescimento no mundo – durante três quartos do século passado, cresceu 7,4%, mais do que Japão, Coreia e todo mundo –, quando nós centralizamos tudo, tivemos um período de crescimento também ainda acelerado e depois começamos a descer. E as manifestações começaram a acontecer, sempre em torno do mesmo mal: o desequilíbrio, o excesso, o descontrole de gastos públicos. Enquanto nós não compreendermos que a matriz tem sido essa, que o principal problema tem sido esse, nós vamos continuar prisioneiros cognitivos desse mau diagnóstico.

Então, ainda no final do Governo militar, o Governo Geisel gastou excessivamente com substituição de importações, etc., e recorreu ao endividamento externo. Crises cambiais recorrentes só pararam quando nós acumulamos agora US$400 bilhões de reservas, aí acabaram, mas tivemos crises recorrentes, até agora, em duas eleições recentes, ataque à especulação cambial exatamente pela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vulnerabilidade que vem de memórias passadas de um excesso de gastos financiado com o endividamento externo.

Aí, no último Governo, que já foi o de João Figueiredo, o excesso de gastos foi para dentro, foi crédito agrícola, conta aberta no orçamento monetário, "plante que o João garante", e, no meio do choque de petróleo, a manifestação foi o começo de uma hiperinflação. O excesso de gastos de novo, excesso de gastos públicos, o Governo Federal dando a instrução: "Vamos expandir os gastos agrícolas com base em emissão de moeda". E lá fomos para o início de hiperinflação. Entraram os serviços, congelamento de preços, congelamento de ativos. Perderam-se. E aí, quando fizeram o grande trabalho de estabilização, também fizeram sem a dimensão fiscal. Resultado: juros de 70% ao ano, 60% ao ano, 50% ao ano. Paraíso dos rentistas, inferno dos empreendedores. O investimento brasileiro caindo o tempo inteiro, não só do setor público, onde os investimentos públicos em infraestrutura vieram de 14%, 15% do PIB para 1,5%, mas também no setor privado os investimentos começam a cair, e o Brasil vira prisioneiro de uma armadilha de baixo crescimento.

A média de crescimento dos últimos 30 anos está em torno de 2%, abaixo de 2%, o que é lamentável. E aí você vai dizer: "A culpa é da democracia". Não, é culpa do modelo econômico. O modelo econômico dinamitou o final do regime militar e dinamitou a democracia também. O modelo econômico está equivocado, e isso aconteceu em vários países, em épocas diferentes através da história. O exemplo mais notável foi o colapso da União Soviética, e o exemplo mais recente é a tragédia venezuelana. Sempre o excesso de gastos, a concentração de poderes e atribuições na mão de poucos lá em cima, no Governo Federal. Nós somos uma forma mitigada disso. Nós somos uma variante tropical amenizada, graças ao vigor da nossa democracia.

A nossa democracia foi se autocorrigindo, os poderes independentes surgiram. Primeiro, o Legislativo declarou sua independência: fez um *impeachment* à esquerda e fez um *impeachment* à direita. Quando houve uma distorção, um mau funcionamento, quando o Executivo tenta influenciar o voto parlamentar através de recursos, acordou o Judiciário, que prendeu os dois. Então, nós temos hoje três poderes independentes. O quarto poder, que era a imprensa, quando também não percebeu o fenômeno que estava acontecendo, sofreu uma ruptura através das mídias sociais. Um Presidente foi eleito com menos de R$2 milhões, R$3 milhões de gastos. Então, há um fenômeno acontecendo numa democracia vibrante. Ela oscila, ela tem agora alternância, tem os conservadores, tem os liberais, tem os sociais-democratas. Ela começa a se movimentar, mas as digitais dos equívocos passados estão aí. Uma enorme digital se chama plano Kandir, é uma das digitais, e tem outras, tem várias.

Então, eu queria começar justamente terminando aqui a introdução dizendo o seguinte: acredito nos nossos poderes independentes, acredito na mídia, que trabalhou muito bem nesses últimos 30 anos, demonstrando exatamente as nossas deficiências, corrigindo-as através da transparência e da opinião pública, a correção de rumos natural de uma democracia. O que caracteriza tanto uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

democracia quanto uma economia de mercado é justamente a existência de centros de decisão inteligentes, de processo de decisão inteligente descentralizado, que é o que nós temos: a mídia faz a parte dela, o Senado faz a parte dele, a Câmara dos Deputados faz a parte dela, a Presidência faz sua parte, os ministros fazem a sua parte, os empresários fazem a sua parte. E evidente: se o Governo tiver poder demais e gastar 45% do PIB como o nosso Governo gastava, ele vai necessariamente entortar, distorcer e criar sintomas perversos em todos os outros agentes econômicos. Ele pode influenciar indevidamente a mídia e o próprio Parlamento; e eu poderia citar dezenas de exemplos aqui, mas eu prefiro guardar para depois.

Então, eu estou iniciando dizendo o seguinte: eu acredito plenamente no vigor de nossa democracia. Eu, em nenhum momento, estive preocupado com fofoca, ruídos. Eu tenho certeza de que cada um vai fazer o seu papel. A democracia é madura o suficiente para saber que cada um no seu papel, cada um o que tem que fazer, as iniciativas que tem que tomar, e nós temos poderes que são independentes e vão convergir no maior interesse público do País, que é maior do que cada um individual, seja partidário, seja regional.

Então, eu quero começar dando esse depoimento inicial da minha fé inabalável nisso. Eu escrevo sobre isso há anos, acredito firmemente e acho mais: nós estamos nos aperfeiçoando ao longo do tempo, todos nós – oposição, situação, Governo, social-democrata, liberal-democrata. Todos estamos compreendendo o nosso papel, todos, tanto que, primeiro, a inflação batia em 5.000%, antes de o despertador tocar, agora bateu em 10%, e nós observamos um *impeachment* com bases de desequilíbrio fiscal; e um Governo frágil politicamente, com menos de 3%, 4% de aprovação popular, derrubou a inflação de 11% para 3,5% porque as instituições se aperfeiçoaram. Nós somos uma sociedade livre que sabe se proteger e proteger seus próprios interesses.

Bom, em segundo lugar, quero falar rapidamente sobre a natureza desses desequilíbrios e o que nós estamos fazendo para atacá-los. É mais uma explicação para o Senado em geral porque nós não tivemos ainda ocasião de conversarmos.

O nosso diagnóstico é muito simples, é esse que eu disse. Houve um excesso, um descontrole sobre os gastos públicos, e você, então, mergulha nos orçamentos públicos e vamos ver as fontes de desequilíbrio. A primeira e maior de todas é o desequilíbrio do sistema previdenciário, daí a reforma da previdência. Também não estou falando nada de novo. Aliás, a Lei Kandir vem pelo nome dado a um Deputado.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – É o nome de um Deputado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO GUEDES – É o nome de um Deputado, que errou na hora de fazer a reforma da previdência. Ele não errou na hora de apertar o botão da reeleição, mas ele errou na hora de fazer a reforma da previdência, ele estava distraído, mas não de fazer a reeleição.

Então, isso mostra como não era prioritária, como não era prioritária a reforma previdenciária naquele momento. O tempo foi passando. O Governo Temer se encerrou, e eu estive aqui em Brasília em novembro e dezembro pedindo para fazer uma infraconstitucional ou o que fosse, uma contribuição de um Congresso que estava indo embora, mas que pudesse ajudar numa reforma infraconstitucional, porque o problema previdenciário é muito sério, e o nosso sistema previdenciário está quebrando antes de a população envelhecer.

Na população brasileira, o envelhecimento está em torno de 10 a 11% – os idosos, como fração da população –, e nós já estamos com o sistema no limite. Golfadas de 40 bilhões, o déficit aumenta 40 bilhões a cada ano, o que é absolutamente insustentável.

Então, a nossa primeira medida foi justamente o ataque à previdência. A previdência tem várias deficiências. Eu não vou me estender sobre isso aqui agora, mas eu vou falar só de duas ou três, que são letais.

A primeira delas é justamente a insustentabilidade financeira. Há uma bomba-relógio demográfica. A pirâmide demográfica brasileira está virando, na verdade, um losango – já virou. Vai virar uma pirâmide invertida, e o sistema vai quebrar. Então, nós lançamos não só um sistema previdenciário que corrige... Ele precisa de potência fiscal, e aí, quando eu digo que nós precisamos de pelo menos R$1 trilhão, é a responsabilidade com as futuras gerações. Se fizermos menos de R$1 trilhão, não tem problema: nós estamos sacando contra nossos filhos e netos. Nós não poderemos lançar a nova previdência no regime de capitalização. Nós vamos ficar com a antiga e nós vamos condenar filhos e netos. Por nosso egoísmo, nossa incapacidade de fazer um sacrifício entre nós mesmos, nós vamos empurrar essa armadilha para nossos filhos e netos, nós vamos aprisioná-los na mesma armadilha. E essa bola está com o Congresso.

A segunda, eu vou mencionar só a segunda, grande e letal, é que os encargos sociais e trabalhistas são armas de destruição em massa de empregos: 46 milhões de brasileiros não conseguem emprego formal, porque os encargos são 100%. Para cada brasileiro empregado, um tem que ficar desempregado, porque custa dois. Então, isso também é algo que precisa ser atacado, e a nossa reforma tenta criar uma alternativa para as nossas futuras gerações.

Bom, mas, então, o primeiro ataque aos gastos era a previdência.

O segundo ataque é o endividamento em bola de neve, que é tema nosso aqui dos Estados – Estados, Municípios e a Federação. E eu tenho dito isso: nós gastamos um Plano Marshall por ano; são US$100 bilhões. O Brasil reconstrói uma Europa por ano sem conseguir sair da pobreza. Isso é um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

absurdo total, porque nós estamos carregando ativos que não têm essa rentabilidade. Então, você está carregando ativos... Os exemplos mais recentes foram da Eletrobras, quer dizer, havia risco de o Amazonas e também Alagoas mergulharem no escuro por falta de investimento em eletricidade. As estatais não investem, não têm capacidade financeira, também estão quebradas financeiramente. As subsidiárias da Eletrobras estavam quebradas, não conseguem investir, não deixam o setor privado investir, e com passivos trabalhistas colossais também. Então, essa armadilha do endividamento em bola de neve é o que também mutila hoje Estados e Municípios.

Bom, eu não vou falar de privatizações, abertura da economia, reforma tributária. Nós vamos fazer tudo isso ali na frente. Eu queria só deixar a mensagem de que há uma agenda positiva pela frente, mas eu queria me solidarizar, em nome da ideia de um pacto federativo ali na frente, me solidarizar com a seguinte concepção: o Governo Federal justamente, como ficou com recursos e poderes em demasia, centralizados, ao longo do caminho começou a criar contribuições não compartilhadas com Estados e Municípios, ao mesmo tempo em que foram retirados os poderes dos bancos estaduais. Então, os Estados foram mais ou menos circunscritos e principalmente prisioneiros de uma disparada de gastos.

Os gastos não só cresceram muito mais do que as receitas, mas, dentro dos gastos, vocês vão ver que os gastos com pessoal cresceram ainda mais do que os gastos gerais. Então, se você pegar as despesas primárias dentro de cada Estado e dentro de cada Município, os gastos com pessoal cresceram muito mais e, quando você mergulha nos gastos com pessoal, os gastos com inativos cresceram mais ainda, saíram de 26%, 27%, 28% para quase 38%, 39% de cada uma dessas rubricas de gastos. Então, claramente, hoje Estados e Municípios estão sem capacidade de gestão e cercados por gastos que eles não controlam – gastos com inativos, que eles não controlam, gastos com funcionalismo e pessoal, que eles também não têm capacidade de controlar, gastos com endividamento em bola de neve, que eles também no têm capacidade de controlar.

Então, o que eu tenho dito é que, embora... E nós vamos entrar no assunto de Lei Kandir, tudo isso aqui. A minha visão é que o buraco é muito mais profundo e o mal é sistêmico. A solução não é 1,9 bilhão, que é a Lei Kandir a cada ano, quer dizer, é muito pouco para salvar os Estados a cada ano e é demais se alguém quiser pagar o passado, que são 39 bilhões, que não existem. Hoje nós estamos tendo que contingenciar 29 a 30 bilhões porque o déficit já é 139 bilhões, ou seja, temos um déficit hoje de 139 bilhões e estamos tendo que contingenciar, porque senão ele vai para 169 bilhões. Então, a discussão hoje é um perde-perde. Só que nós temos uma visão de futuro extraordinariamente construtiva. E eu acho que vamos trabalhar juntos para fazer isso. Eu não tenho dúvida.

Eu tenho conversado com Governadores de oposição, tenho conversado com Prefeitos de oposição e, num momento como esse, não há oposição ou situação. Nós estamos discutindo o orçamento e os orçamentos públicos. E a ideia do pacto federativo... E eu estou muito honrado de ter aqui não só o convite do Senador Omar, mas do Presidente do Senado, Senador Davi Alcolumbre,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque eu acho que, da mesma forma que nós mandamos uma reforma da previdência para a Câmara dos Deputados, nós deveríamos examinar a conveniência – e aí é uma coisa em que a classe política que tem assumir este protagonismo – de mandar o pacto federativo para o Senado, porque se trata de redesenhar, não é só salvar este ano as finanças de Estados, Municípios e da União; trata-se de redesenhar as finanças públicas no Brasil, corrigindo esse mal sistêmico que vem do modelo econômico, com esses recursos centralizados excessivamente no Governo Federal – atribuições, recursos, tudo no Governo Federal. Isso tem que ser descentralizado. O Ceará é como se fosse a Itália, Minas Gerais é como se fosse França, São Paulo é como se fosse a Alemanha, o Rio é como se fosse a Espanha. São países. O Brasil é um país de dimensão continental, que já tem uma moeda única há muito tempo, não é como a Europa, que fez o euro agora. Nós já temos a nossa moeda há muito tempo. Então, nós precisamos descentralizar esses recursos.

E a execução... Uma coisa é a classe política recuperar – e essa é a ideia um pouco do pacto federativo – o controle sobre os orçamentos públicos. Vamos desvincular, vamos desobrigar, vamos desonerar, vamos descentralizar os gastos dos orçamentos públicos. E a classe política é convidada a assumir o protagonismo.

Em qualquer lugar do mundo, a classe política não vem para disputar 0,2 ou 0,3 ou 0,4 de emenda impositiva, que é um balãozinho de oxigênio para tentar respirar mais seis meses pela frente. O que se discute no mundo inteiro, um Congresso discute no mundo inteiro, é: "O que nós vamos fazer com os orçamentos públicos?". Chegam a quase 4 trilhões, quase 5 trilhões. O da União é 1,5 trilhão, e a gente fica discutindo aqui se vai 1,5 bilhão da Lei Kandir, se vai ou se não vai.

Então, a proposta do pacto federativo é redesenhar. E evidentemente ninguém é revolucionário. Ninguém vai, do dia para a noite, salvar um Estado e quebrar a União. É suicídio. Agora, nós temos que lançar para o futuro... E o futuro já chegou, porque nós vamos, este ano ainda, desentupir o problema da extração do petróleo, que, por um desentendimento entre vários orçamentos – e houve até também uma conversa sobre cessão onerosa também, que envolveu o Congresso –, por falta de entendimento, nós estamos num perde-perde, aprisionados com orçamentos mais baixos do que poderiam ser caso nós tivéssemos já acertado como acelerar a extração de petróleo, porque nós podemos acelerar.

E estamos falando de algo entre US$500 bilhões e US$1 trilhão nos próximos 10 a 15 anos, que vão redesenhar as finanças públicas brasileiras, porque, ao contrário do que é hoje, que a União tem 100% dos recursos, embora esteja escrito que, por lei ordinária, se possa mexer nessa distribuição, o que nós estamos pensando é em justamente inverter a distribuição atual de recursos. A distribuição atual de recursos fica em torno de 65%, quase 70% com a União e 35%... Não chega a 40%, 38% com Estados e Municípios. Nós queremos inverter isso na margem, nós queremos fazer 70% para Estados e Municípios e 30% para a União. A ideia é corrigir a hipertrofia do Governo Federal no tempo, descentralizando recursos para Estados e Municípios.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, isso está ao nosso alcance, isso é a essência do pacto federativo. Eu acho que isso é uma pauta extraordinariamente importante não só para o Brasil, mas para a própria classe política.

A classe política tem duas opções: uma, ficar discutindo a previdência um ano. E não interessa se você é oposição ou situação. Fique a oposição atacando a reforma da previdência um ano também e depois tente ser eleito ali na frente, em vez de resolver, atacar frontalmente o problema. Você imagine se o Governo decidir o seguinte: "Então, está bom. Vamos mandar uma emenda que diz que para quem está a favor da reforma da previdência, votar a favor, aplique-se; quem não estiver, nós vamos respeitar a vontade soberana do povo daquele Estado, não será aplicada a menos que a assembleia local autorize". Vai ficar uma situação desagradável para quem ficar atacando de graça, sem reconhecer que há um problema dramático para os Estados e Municípios também geridos pela oposição.

Então, o que eu acho é que nós temos que atacar isso frontalmente nos próximos dois, três, quatro meses, e abrir uma pauta construtiva imediatamente após, que é exatamente a pauta do pacto federativo, que já pode ser coconstruído por todos os agentes agora. Nós estamos já com a coisa bastante bem andada, mas ela é uma coisa ainda fria, ainda técnica, ela não teve ainda o sabor da política. E nós queríamos começar essa interação já, para daqui a três, quatro meses, isso feito em conjunto pelo Congresso com o Executivo. Nós então temos uma discussão interessante pela frente. Como é que nós vamos já ir aos orçamentos, como vamos redistribuir esses recursos, descentralizando no tempo.

Eu estou entre os economistas que não criticam dois aspectos fundamentais da Constituição de 1988. Depois de 20 anos com recursos centralizados e investimentos em infraestrutura física, máquina, equipamentos, etc., que foi a infraestrutura brasileira construída pelo regime militar, o que fizeram os Constituintes em 1988? Eles carimbaram o dinheiro dizendo: "Olha, vamos investir em saúde e educação, resgate da dívida social. Vamos investir no trabalhador brasileiro." E, ao mesmo tempo, disseram o seguinte: "E o faremos de forma descentralizada, reempoderando a classe política." Disseram: "Olha, tira o dinheiro dos ministérios lá em Brasília, e vamos jogar o dinheiro para Estados e Municípios."

Os representantes do povo são os Governadores, são os Prefeitos, foram eleitos para gerir, não para ter o dinheiro 96% carimbado e vir correndo a Brasília pedir dinheiro a um suposto superministro. Ficar pedindo dinheiro para ministro é uma disfunção. O sistema está torto. Como o sistema econômico está torto, ele deformou a política também.

Então, do ponto de vista, primeiro, da crença no nosso processo de resolver problemas através do aperfeiçoamento das nossas instituições; segundo, este meu depoimento a respeito da minha convicção de que o problema é sistêmico e tem a ver com essa centralização de recursos no Governo Federal e que nós podemos construir uma saída e um País melhor com o pacto federativo, atacando esse problema um pouco à frente, porque o problema da previdência é de sobrevivência este ano ainda e o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

problema do pacto federativo é como redesenhar o futuro do Brasil, fortalecendo instituições democráticas e, principalmente, a descentralização de poder. Finalmente, o aspecto do endividamento em bola de neve e quais são os remédios que nós estamos desenhando para isso.

Eu tenho interagido com Prefeitos, com Governadores, e a nossa equipe desenhou um programa com três dimensões, que eu gostaria de comunicar aos senhores.

Uma deve ser anunciada em menos de 30 dias, que é a dimensão de curto prazo, é o que nós chamamos de Plano de Equilíbrio Financeiro, que é basicamente dar um fôlego financeiro aos Governadores que estão sendo vítimas de heranças que receberam. O Governador acabou de entrar e já pega um Estado com...

Vou dar um exemplo. Aliás, eu posso dar vários. Eu não quero cair num particular, mas eu tenho conversado com os Governadores. O Governador assume e está devendo três meses de salário, está devendo fornecedor, está devendo todo mundo. Ele não fez nada de errado, ele simplesmente chegou lá e... Quebraram o Estado antes de ele chegar, o Estado foi quebrado. Chegou na hora errada, ganhou a eleição no momento errado. Ora, então, nós estamos lançando um programa que nós chamamos de plano ou programa de equilíbrio financeiro.

Já separamos, no orçamento monetário, 10 bilhões, mas eu acho que nós vamos conseguir aumentar isso, dependendo justamente de a reforma da previdência passar. Se nós começarmos a avançar nessa direção, vai se abrir naturalmente uma folga fiscal e nós poderemos aumentar isso.

Essa primeira dimensão, esse Plano de Equilíbrio Financeiro, foi elaborada pelo Ministro Waldery, pelo Mansueto, pessoal que já tem experiência. Quando eu cheguei, conversamos e desenhamos esse programa de emergência. É a primeira camada de ataque ao problema de desequilíbrio fiscal.

Uma segunda camada se destina a atacar exatamente o problema da Lei Kandir, mas não só da Lei Kandir: também do FEX, que é o fundo das exportações. Lei Kandir é 1,9 bilhão por ano; o FEF também é um pouco menos de 2 bilhões. Então, os dois juntos são menos de 4 bilhões. Nós desenhamos um programa bem maior do que isso. Todos os Estados ganham, e ganham mais do que ganhariam se estivessem funcionando o FEX e a Lei Kandir.

Então, isso já está desenhado também. Isso é um projeto de lei, vai ter que passar evidentemente por aqui. E isso aí, na verdade, dá estabilidade, dá previsibilidade, o que nem a Lei Kandir nem o próprio FEX têm hoje. Isso é uma espécie de aposta já no futuro, porque nós acreditamos, exatamente, que essa construção do futuro passa por Estados e Municípios saberem que nós estamos comprometidos com essa descentralização de recursos. Então, nós vamos ter que dar um jeito de ir apertando o Governo Federal para ir abrindo essa possibilidade. Então, em vez de ficar discutindo só o para trás, eu queria justamente dizer o seguinte: nós estamos lançando uma coisa que é maior do que o FEX e a Lei Kandir

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

somados, e esses recursos virão exatamente dessa folga financeira que deverá chegar à União quando desentupirmos esse problema do petróleo que estava acontecendo. Então, é uma segunda dimensão.

E a terceira dimensão, que é a maior de todas... Então, é como se fosse assim: a Lei Kandir... Desculpem-me, o Plano de Equilíbrio Financeiro: o Governador que assumiu e que está com três meses ou quatro meses de atraso vai lá e redesenha o ajuste que ele vai fazer.

Há um exemplo específico que eu vou dar, de um Estado – não vou mencionar o santo; vou contar só o milagre. Ele já se comprometeu com o ajuste: no primeiro ano, tem 1 bilhão; no segundo ano, 2 bilhões; no terceiro, 3; e no final, 4. Ora, ele pegou o carro com o tanque vazio e, aí, ele vai ficar fazendo sacrifício durante quatro anos e entregar com o tanque cheio para o sucessor? Não, deixe-o antecipar os recursos e, em vez de gastar nada agora e muito lá no final, nós vamos tornar previsível e homogênea essa capacidade dele de gasto. Então, ele vai gastar um pouco mais do que ele poderia gastar agora e um pouco menos do que ele iria gastar lá no futuro. Essa é a essência do plano, que eu chamo de Plano Mansueto, plano de equilíbrio financeiro.

Depois disso, há o nosso Plano Waldery, que é o nosso Secretário das Finanças aqui, que se debruçou sobre isso. Eu falei: "Waldery, tudo bem, salvamos um ano, dois anos com isso. Agora, vamos olhar para a frente, se estivéssemos redistribuindo isso." E nós vamos redistribuir de várias formas, porque nós vamos marchar em várias direções para todo mundo entender que é um compromisso.

O "mais Brasil"... E eu até tenho usado "menos Brasília", e as pessoas interpretam mal. O Governador Ibaneis me pediu ontem para não dizer nunca "menos Brasília", porque ele é Governador do Distrito Federal. Mas é a imagem justamente de descentralização de recursos, poderes e atribuições. Então, com essa ideia de descentralizar, nós queremos mostrar o nosso comprometimento e vamos, então, abrir esse espaço de qualquer forma.

Por exemplo: o Governo Federal criou várias contribuições não compartilhadas. O que nós estamos fazendo? Nós vamos fundir isso tudo num imposto único federal compartilhado. Então, nós vamos compartilhar. Não vai haver imposto não compartilhado. Quando a União se salvou lá atrás e jogou Estados e Municípios ao mar... Nós vamos reverter isso, nós vamos compartilhar e vamos simplificar os impostos. Então, vai existir o Imposto Único Federal compartilhado com Estados e Municípios.

Então, essas provisões nós estamos fazendo, e esse plano do Waldery vai garantir que, tanto sobre a Lei Kandir quanto o Fundo de Exportações, não haja mais conversas. Ele vai provar que, linha por linha, ano por ano, Estado por Estado, vai haver ganho para todo mundo, para ninguém nunca mais se lembrar da Lei Kandir e achar que nós não estamos... E, sobre isso – depois nós vamos ter os debates específicos –, a turma me alerta que já cessou a validade da lei no sentido de que já chegamos a 80% da receita vindo do ICMS na origem. Então, já está tudo... Mas, independentemente disso, dessas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

discussões... Eu não quero nem entrar nelas, porque eu prefiro olhar para o ganha-ganha do futuro a ficar discutindo um passado que não resolveu a vida de ninguém: nem a União fez, nem os Estados receberam.

E, finalmente, a terceira dimensão – só para terminar e entrar nas perguntas –, que é a mais importante: é a que eu chamo de Pacto Federativo, que é para realmente desentortar o Brasil. Eu usei, durante a campanha, essa imagem. Você, quando vai a países onde o Congresso realmente decide a alocação dos recursos públicos, ou alguém que foi votado... Ninguém votou no ministro. Quem foi votado foram os representantes: foi o Prefeito, foi o Deputado, foi o Governador. Então, a classe política tem que assumir os orçamentos, tem que assumir os orçamentos. Hoje é o contrário: 96% do dinheiro estão carimbados e, relativamente aos outros 4%, há um superministro que manda, seja da saúde, seja da fazenda. Isso está equivocado...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO GUEDES – ... está totalmente equivocado. Então, nós vamos redesenhar isso.

Você sente a presença do Estado... Se você for aos países onde se trabalha o ano inteiro para desenhar o orçamento... E a função do Congresso, evidentemente, é essa, quer dizer, vem-se a Brasília e se define o que nós vamos fazer, quais são as verbas, o que nós vamos fazer. Agora, decidir como fazer cabe ao Poder Executivo descentralizado.

Nós vamos fazer educação. O dinheiro tem que estar todo aqui, com o Ministro da Educação, aqui em Brasília, ou o dinheiro tem que estar com os Governadores, que fazem educação? E, na verdade, o Ministro da Saúde, o que faz? Desenha políticas públicas de saúde, porque quem vai tocar é quem está na porta do hospital, quem sabe do que precisa – de dinheiro, ambulância –, são os homens que foram eleitos, que têm votos, que estão lá embaixo, na execução.

Não é acidente os índices de educação terem melhorado em alguns Estados onde os Governadores foram efetivos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO GUEDES – ... que os índices de saúde melhoraram em outros, onde os Prefeitos foram mais efetivos. Então, este é o jogo da democracia: os recursos têm que ser descentralizados.

Então, eu termino aqui dizendo que o pacto federativo é a grande aposta para reverter... Será algo entre US$500 bilhões e US$1 trilhão nos próximos dez, doze, treze, quinze anos no máximo. Esses leilões de petróleo serão um sucesso, todo o nosso contato lá fora tem sido nesse sentido. Quer dizer, vai haver fila. Se vocês já estão vendo ágio para aeroporto e para essas coisas que são menores, vocês vão ver o que vai acontecer no petróleo! Nós vamos fazer uma revolução também de energia barata, de gás também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, há uma agenda positiva extraordinária vindo por aí, agenda que é boa para todos, é boa para a oposição também. O discurso é bom para todo o mundo se nós trabalharmos direito.

Obrigado.

Abrimos para as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Ministro.

Nós temos, até o momento, 26 inscrições aqui. A proposta da Mesa é que façamos blocos de cinco, cada Senador ou Senadora usaria cinco minutos. Ou querem diminuir o tempo dos Senadores?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Três minutos.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE. *Fora do microfone*.) – Três minutos, blocos de três, para dar mais agilidade.

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) – Eu estou aqui para ouvi-los. Eu não vou tomar uma decisão, até porque eu quero dar agilidade.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE. *Fora do microfone*.) – Três minutos, blocos de três.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Três minutos, blocos de três.

Vai falar primeiro... São três Senadores os autores do requerimento: Senador Luis Carlos, Senadora Eliziane e Senador Tasso Jereissati.

Falarão o Senador Luis Carlos Heinze, autor do requerimento, depois a Senadora Eliziane Gama e, depois, o Senador Tasso Jereissati, por três minutos. Aí o Ministro responde, e a gente continua.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE. Pela ordem.) – Eu vou ter que me retirar porque acontece agora a abertura da MP do Saneamento e eu tenho que estar lá presente, mas volto em seguida. Queria solicitar uma troca com o Senador Esperidião Amin. Ele iria para terceiro...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, o Senador Luis Carlos está trocando com você.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – No final eu estou dormindo... (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Tasso Jereissati com a palavra. O Senador Luis Carlos vai ser o terceiro, no seu lugar – ele já abriu mão. Pode falar, Senador.

Obrigado, Senador Luis Carlos.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE. Para interpelar Ministro.) – Sr. Presidente, nosso Presidente que nos dá a honra aqui com a sua presença, Srs. Senadores, Sr. Ministro, Srs. Secretários do Ministério da Economia, primeiro eu gostaria de fazer algumas observações sobre o que V. Exa. aqui falou.

Eu diria a V. Exa. que, se não estou muito errado, existe aqui hoje, pelo menos no Senado Federal, na Câmara eu não tenho condições de falar... Eu não me lembro de uma época em que houve uma boa vontade tão grande do Congresso em relação a uma reforma da previdência, e suprapartidária. Não existe aqui – e é importante que V. Exa. tenha essa consciência – uma oposição organizada tentando impedir a reforma da previdência. Pelo contrário, é quase consenso que a reforma tem que ser feita – evidentemente, existem ali eventuais discordâncias pontuais. Portanto, essa impressão que às vezes passa, de que existe uma oposição, de que a oposição quer isso, de que a oposição quer aquilo, eu acho que é um pouco equivocada. Aqui existe, por exemplo, um dos maiores opositores da previdência, que eu vejo aqui, que é membro do partido do Presidente da República. Então, não é uma questão partidária hoje, até porque os partidos estão bastante diluídos, em várias siglas, e fragmentados.

É possível se construir, sim, um consenso positivo em relação à previdência. Eu mesmo, que... Aparentemente o Presidente Davi me designou como Relator de uma comissão no sentido de nós podermos abreviar, discutir paralelamente aqui no Senado o que está sendo discutido na Câmara, para que, quando chegar aqui o projeto, nós estejamos já bastante adiantados no debate sobre o assunto.

Preocupa-me certa disposição de criar uma oposição que não existe. Não é esse o clima que existe aqui. No entanto, é preciso também deixar bem claro que, quando – e me permita – V. Exa. fala que houve pouca atenção à reforma da previdência, por exemplo, na época da votação equivocada do Deputado Kandir, eu não posso concordar com V. Exa. Essas coisas acontecem com as melhores famílias da Inglaterra e de Sobral, aqui do Senador Cid Gomes. Essas coisas acontecem, não foi por causa de nenhuma falta de atenção; derrotas acontecem no Parlamento, vão acontecer agora e acontecerão sempre. A disposição nossa é essa.

A questão fiscal é prioritária para a gente. Na minha opinião, a questão do pacto federativo é uma questão importantíssima, mas não é o momento para essa discussão entrar aqui. Nós temos que estar focados na reforma da previdência. Se nós fizermos isso sem abrir discussões desnecessárias, sem entrar em questões absolutamente irrelevantes, nós vamos conseguir isso, pelo menos aqui no Senado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É essa a colocação que eu queria deixar para V. Exa.

Eu vou ter que sair, mas volto imediatamente.

E também não posso deixar de, depois, tentar entender com V. Exa. por que é que V. Exa. viu como um governo de esquerda o Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Eu queria entender melhor essa sua definição de esquerda de Pedro Malan, André Lara Resende e outros. Eu queria entender melhor...

O SR. PAULO GUEDES (*Fora do microfone*.) – Social-democracia.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE. *Fora do microfone*.) – No nome.

O SR. PAULO GUEDES – É o centro. É social-democracia. O que nós não tivemos foi a liberal-democracia. Nós não tivemos, nem temos no momento. Vamos tentar formar uma liberal-democracia.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – O Gustavo Franco, por exemplo... Essa esquerda que eu não...

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE. *Fora do microfone*.) – É um esquerdista vibrante. (*Risos.*)

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – Gustavo Franco é um comunista perigoso...

O SR. PAULO GUEDES – Não, não. (*Risos.*)

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – Mas essa questão eu queria depois...

(*Soa a campainha.*)

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – ... com V. Exa. discutir com calma. Quero entender qual é esse modelo de direita.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senadora Eliziane.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, V. Exa. trocou com o Senador Tasso. O senhor é o terceiro agora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Não, mas eu posso... O Heinze pode falar antes de mim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ah, está bom. Então, o Senador Luis Carlos... É porque houve uma troca.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Não, ele pode falar, eu prefiro.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, ela é a segunda. É a senhora. Ele trocou.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Não, mas, na verdade, não há nenhum problema o Heinze falar, sem problema.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É que, como houve uma troca de lugar, ele passou a ser o terceiro, no lugar do Senador Tasso. É a senhora agora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA. Para interpelar Ministro.) – Cumprimento o Sr. Presidente, as senhoras e os senhores, o nosso Presidente Davi, o Ministro Paulo Guedes.

Ministro, primeiramente, falando da questão da Lei Kandir, o senhor fez algumas exposições e a referência acerca dos R$39 bilhões em perdas. Eu não sei se eu entendi muito bem, mas, na verdade, esse é um valor anual; nós temos uma perda anterior acumulada nos últimos anos em função da qual nós chegamos ao valor de R$548 bilhões. No meu Estado, por exemplo, nós temos perda acumulada em R$11 bilhões, e temos, inclusive, uma participação importante no PIB Nacional a partir da grande produção de soja que nós temos.

A minha pergunta é especificamente sobre a Lei Kandir, Ministro.

Primeiramente quero saber qual será a ação mais direta – digamos assim. Primeiro nós temos as colocações feitas, e me parece – não tenho um ponto de vista formal, mas a gente acompanhou na imprensa – que, na semana que vem, a Câmara poderá votar o projeto de lei que trata dessa questão de compensação, portanto estabelecendo os R$39 bilhões/ano para o Governo. Eu queria saber se o senhor vai se antecipar a essa pauta, fazer uma proposta; se existe um entendimento, por exemplo, de fazer o encontro de contas entre a dívida dos Estados e esse crédito da Lei Kandir – da dívida dos Estados com a União e esse crédito da Lei Kandir –, dando aí um fôlego para os Estados, inclusive com a possibilidade de buscar novas operações de crédito. Aliás, o meu Estado está sofrendo muito com isso.

O tempo é muito pouco, só três minutos!

Já pergunto ao senhor se há algum entendimento em relação a essa formatação dos critérios para novas linhas de crédito. Por exemplo, o nosso Estado sofreu muito, porque tem duas posições A e uma posição C. No somatório dos três, poupança, liquidez... E acaba tendo uma na posição C. No somatório

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dos três, ele vai para o C, o que não me parece algo muito justo, não há um meio termo entre essas três posições. Queria saber se o senhor tem algum entendimento nesse sentido de avançar e fazer uma nova adequação, inclusive através de uma decisão, se não me foge à memória, da Secretaria do Tesouro Nacional, que fala especificamente sobre esses pontos específicos de delimitação em relação a novas linhas de crédito.

Por fim, queria perguntar ao senhor sobre a reforma da previdência. Pergunto isso como mulher da Região Nordeste brasileira, como alguém que sabe exatamente o que significa, por exemplo, a vida do trabalhador rural. Nós temos, quanto a vários pontos que foram apresentados na reforma da previdência, algumas questões. Por exemplo, a elevação da idade mínima da mulher do campo para 60 anos. Nós temos uma média já de aposentadorias de 7 anos: ela começa e, só 7 anos depois, consegue essa aposentadoria. Se nós aumentarmos para 60 anos, nós vamos ter quase aos 70 anos a possibilidade de essa mulher do campo ter a sua aposentadoria. Muitas delas, Ministro, já poderão até estar mortas, porque a expectativa de vida da pessoa do campo é bem menor do que e expectativa de vida da pessoa urbana.

Nesse sentido, há a questão também do BPC. Nós tivemos aí uma redução para R$400,00. Ou seja, só terá um salário mínimo aos 70 anos de idade. Para mim, fica muito clara a possibilidade real de termos idosos em situação de mendicância no Brasil novamente. Isso é um problema gravíssimo! O que é que nós vamos ter nos próximos anos?

E, nesse somatório geral, quando o senhor faz... E a gente viu aí as apresentações gerais feitas pelo Governo mostrando uma economia de R$1 trilhão, R$1,3 trilhão (um trilhão e trezentos bilhões de reais). Dados que foram apresentados por estudos desta Casa apontaram, por exemplo, que a questão da aposentadoria rural, que a questão da redução da idade mínima da mulher do campo e a questão do BPC não chegam a 8% desse total. É um valor muito pequeno num montante muito grande, mas o impacto na vida dessas pessoas vai ser uma coisa terrível! Aí pergunto ao senhor: não há outra saída?

Aí, por exemplo, você vê o militar. Você tem uma redução, em tese, de R$93 bilhões, mas tem uma implantação de 80 bilhões, ou seja, essa implantação também não foi considerada para o trabalhador rural, para o professor, enfim, para vários profissionais que, inclusive, têm situações de insalubridade e precisam de compensação. O atendimento que foi dado aos militares não foi dado a essas outras categorias profissionais de trabalho. Então, eu queria saber se nós não temos outra saída.

Para finalizar, ainda neste minuto que nós resta, quero falar de algo referente a esse valor final. É necessário mesmo termos essa economia de R$1 trilhão pelos próximos dez anos? Se não a tivermos, o que vai acontecer?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E a última pergunta, Ministro: o senhor, não aprovando a reforma da previdência, sai do Ministério? Foi colocado isto algumas vezes, que é impossível continuar; foi colocado, inclusive, pela imprensa. O senhor entrega se não for aprovada?

E eu lhe peço, em nome das mulheres, como neta de trabalhadores rurais, em nome da Região Nordeste brasileira, peço-lhe de coração e de alma, Ministro: reveja esses pontos em relação ao BPC e em relação à aposentadoria rural, à aposentadoria do campo.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – E do Norte também!

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – E do Norte do meu amigo Eduardo!

Em relação à questão do trabalhador rural – para finalizar, Presidente. Parece-me que o maior problema é a questão das fraudes. Nós já temos uma MP, que já veio para cá, do INSS. Então, se temos essa MP, para que pesar mais a mão em cima deles aumentando a idade mínima? Para que pesar mais sobre ele reduzindo o valor do BPC, que é para pobres, para miseráveis, para pessoas com deficiência? Então, não me parece justa essa colocação e essa decisão que foi feita em relação à reforma da previdência.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Luis Carlos Heinze com a palavra.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Para interpelar Ministro.) – Sr. Presidente Omar, Sr. Presidente Davi Alcolumbre, Sr. Ministro, senhores secretários, cumprimento-os.

Nós tínhamos conversado, Sr. Ministro Paulo Guedes, em relação a estarem presentes os Governadores. O Senador Tasso havia colocado: "Quem sabe a gente faz uma abordagem geral sobre a situação econômica do País e depois nós entramos com os Governadores?" Mas, numa outra oportunidade, nós queremos que os Governadores estejam presentes também, porque todos eles têm dívidas, dos Estados, sob a Lei Kandir.

Primeiro, sobre a Lei Kandir. Há estudos feitos pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará segundo os quais os Estados deixaram de arrecadar, ao longo da Lei Kandir, 812 bilhões e receberam 175 bilhões. Portanto, há um déficit de 637 bilhões – esse é o déficit da Lei Kandir. Aí nós temos aqui quatro ex-Governadores: Santa Catarina, Ceará, Rondônia e também do Amazonas.

E com relação às dívidas que os Estados têm hoje com a União. Segundo relatório do Banco Central, nos temos 662 bilhões, é o que os Estados devem. É praticamente um encontro de contas. A Senadora Eliziane também falou pelo Estado dela, mas vale para todos os Estados. No Rio Grande do Sul

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

– o Senador Lasier está aqui; o Senador Paim não está, mas deve retornar –, a situação é insustentável, assim como na grande maioria dos Estados hoje. O maior devedor é São Paulo. Nós somos o quarto maior devedor

Cito dados de um auditor fiscal do Rio Grande do Sul – e aqui é o ponto importante que eu quero colocar –, o Dr. João Pedro Casarotto, aposentado. "Em valores de dezembro de 2017, o Rio Grande do Sul tomou 32,6 bilhões. Já pagou, até lá, 42,2 bilhões e devia, em dezembro de 2017, 58 bi." Aqui está o abuso e o absurdo que foi colocado em cima dos Estados! Se nós pegamos de 1999 a 2017, deu 1.379% entre juros e indexador; a inflação no período foi de 237; a poupança, 341; o IGPDI, 342. Portanto, esse juro mínimo de 6% ao ano fez com a dívida saltasse de 340 para 1.339! Enquanto isso, o BNDES – não é culpa de V. Exa. -, ao longo dos últimos anos, concedeu empréstimos generosos para empresas a 7% ou 8% ao ano, tomando da União dinheiro para pagar essa conta. Agora, os Estados, que têm professores, brigadianos, sei lá, toda essa situação que têm hoje, estão numa situação insustentável. Portanto, esses números aqui falam por si sós: os Estados não aguentam. Por isso, tem de haver uma negociação diferente. E, aí, Senador Omar, é a primeira conversa entre tantas que nós teremos, porque nós queremos levantar essa questão.

O meu Estado, em novembro do ano passado, devia 64 ou 65 bilhões. O Governador Sartori ficou quatro anos e não pagou a folha em dia – quatro anos! O atual Governador chegou há três meses e ainda não está pagando a folha em dia, e não vai conseguir pagar. E isso porque ele tem uma liminar na Justiça!

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Isso com liminar do Supremo Tribunal Federal!

Portanto, temos que focar nessa questão, tem que haver um encontro de contas, nós temos que discutir essa situação.

Quanto às medidas que V. Exa. coloca: eu até entendo que são necessárias, mas o que nós temos que fazer é ajustar a situação. Os Estados não aguentam pagar o que pagaram: juro de agiota praticamente em cima de um ente da Federação, a União com o Estado, não é uma dívida de uma empresa com um banco.

Essa é uma situação que eu quero colocar, nós temos que reavaliar essa posição, porque é insustentável a forma pela qual a dívida chegou aos Estados. Se os Estados forem perdoar, nós temos que resolver... E os Estados estão se ajustando ao longo dos anos, como a União. V. Exa. já demonstrou também que tem que fazer um acordo com a União. O crescimento da folha e tantas despesas mais, ninguém aguenta essa situação. Portanto, tem que reduzir as despesas, nós teremos que reduzir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, a proposta que eu lhe deixo: temos que voltar a conversar em cima desses números escancarados que nós temos aqui, em cima dos indexadores, que foi a inflação...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – ... que foram os indexadores que o Brasil teve ao longo desses anos e o juro que foi cobrado ao longo dos anos, o que inviabilizou praticamente os Estados e Municípios do Brasil em cima da negociação das dívidas com a União.

Essa é a nossa colocação.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador.

Com a palavra o Ministro Paulo Guedes.

O SR. PAULO GUEDES – Não está aí o Senador, mas eu faço questão de fazer uma breve consideração a respeito...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PAULO GUEDES – Mas é interessante para todo mundo saber, já antecipadamente – depois eu posso falar com ele também –, o seguinte: eu estou usando esse negócio de esquerda e direita como uma simplificação ante o caos. É que as pessoas ficam com medo: "O que está acontecendo no Brasil politicamente? É o caos, é caos!"

Não. Houve, pela primeira vez, uma candidatura que ocorreu nas mídias alternativas em vez de correr na mídia oficial. Apesar de ser alguém que estava com vocês aí há 30 anos, era considerado um *anti-establishment*. E a simplificação que eu vejo é a seguinte: foi uma aliança em torno de valores, princípios, costumes, segurança, alguns valores desse tipo, e mais uma aliança com liberais; então, virou uma espécie de aliança de centro-direita. E quase que, por definição... Durante esse combate da eleição, se definiu mais ou menos o seguinte: ou é pessoal da esquerda ou é de centro-direita, o que é uma simplificação. No fundo, a gente sabe que não é isso. No fundo, a gente sabe que um social-democrata bem centrado está muito próximo de um liberal-democrata, e eles estão muito longe dos extremos, seja da extrema direita ou da extrema esquerda. É só uma simplificação perante o choque que foi a eleição. E todo mundo: "O que está acontecendo?" Eu tive que explicar isso lá fora.

Lá foram as pessoas diziam: "O que houve? O que está havendo no Brasil? A democracia está em risco?" Eu: "De jeito nenhum, não há risco nenhum, simplesmente o polo de gravidade saiu daqui e foi para o outro lado agora; da mesma forma que ficou 30 anos de um lado, agora andou um pouco para o outro lado."

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bem, é só uma simplificação, nenhum conteúdo ideológico mais dramático.

A Senadora Eliziane colocou três questões interessantes. A primeira, e é justamente... É muito interessante isso porque é bem parecido com o que foi dito a respeito do encontro de contas, do endividamento bola de neve.

Quando a pimenta está nos olhos dos Estados, aquela dívida cresce, é uma loucura. A Lei Kandir é o contrário: é a dívida crescendo em cima da União e, aí, vira 600 milhões, 500 milhões, são números absurdamente estonteantes. Eu sempre digo que é um modelo econômico equivocado. Se o juro fosse 0,25%, 1% ao ano, como foi durante 10, 15, 20 anos em várias economias do mundo, a dívida não matava ninguém. Agora, no Brasil, é mortal. Se, realmente, o Congresso aprovasse agora que o Governo Federal tem que pagar essa dívida para os governos estaduais, o Governo Federal quebraria, acabaria o Governo Federal, da mesma forma que hoje estão quebrados os Estados.

Então, esses juros astronômicos que o Brasil tem são consequência direta do excesso de gastos. Como os governos se endividaram excessivamente, eles saíram aumentando os impostos, saíram subindo os juros para se financiar, e o resultado é esse desastre nas contas públicas nacionais, em que um excelente Governador consegue só sobreviver. Aliás, eu tenho profunda admiração por alguns que conseguiram fazer coisas interessantes, como melhorar a educação, fazer coisas ainda importantes apesar disso. Houve gente até que não perdeu o banco estadual: na época, quando tiraram os bancos estaduais dos Estados, havia gente que não precisava entregar banco estadual porque as finanças estavam em ordem, mas a Federação foi lá e tomou o banco de todo mundo mesmo.

Então, eu reconheço esse problema de os juros criarem contas absolutamente...

A primeira pergunta sua para mim foi: "O que vocês vão fazer com esses 39 bilhões por ano?"

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Mas o senhor reconhece esse valor?

O SR. PAULO GUEDES – Não...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Mas o senhor reconhece o valor dos quinhentos...

O SR. PAULO GUEDES – Não, deixa eu falar.

O TCU olhou esse troço todo, isentou e disse... O Supremo disse que houve uma cessação em 2003, porque justamente a arrecadação vinda de ICM no destino atingiu 80%, ou seja, só valia enquanto essa perda de receita fosse menor do que 20%. O dia em que essa perda passou de 20% acabou. Então, isso já cessou lá atrás.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas ficam esses números malucos lá de trás. Se você for olhar esses números com os juros que vigoraram nesse período inteiro, verá que é como a Ilha de Manhattan: ela foi vendida por um dinheirinho que, se trouxer para hoje, você vende a ilha toda e não dá para pagar.

Juros compostos são um fenômeno dilacerante do ponto de vista financeiro, ninguém sobrevive. Então, não me surpreende que os Estados estejam *in a corner.* Da mesma forma, se o TCU, o Supremo ou o Congresso dessem causa ganha para os Estados contra a União, a União acabaria, quebraria, porque ela não tem os 700 bilhões para pagar agora de jeito nenhum.

Então, isso é um problema sério. Eu estou nos convidando a construir para o futuro, porque eu acho que, se a gente for nessa linha, para trás, são mais 10 anos de... Porque, aí, a União falaria: "Não, então está bom, parem os programas todos, deixa todo mundo quebrar, vai todo mundo para a Justiça." É um perde-perde, o Brasil vai se paralisar. Eu prefiro construir para frente do que judicializar o passado. Aliás, esta é a história nossa: nós temos judicializado e nós não saímos do lugar, nem o petróleo sai do chão na cessão onerosa, nem os Estados recebem o fundo de exportação, nem recebem a Lei Kandir, ninguém anda para lado nenhum. Eu prefiro andar para frente.

Mas vamos conversar sobre tudo isso. Nossa equipe tem conversado sobre tudo isso com os Governadores. Eu estive com os Governadores ontem, passei a manhã inteira com eles, e estavam os Governadores de oposição de situação, estava todo mundo lá e conversamos abertamente sobre tudo isso.

A sua segunda questão foi justamente sobre a mulher, sobre a idade mínima, e é muito interessante isso porque... Eu acho que o Congresso é quem decide, a única coisa... Nós fizemos uma proposta. A nossa proposta trabalhava em todas as dimensões. Então, você vai lá e fala que os militares tem que entrar também. Eu usava um símbolo, eu brincava dizendo: "Há uma kombi, a kombi vai sair, tem que entrar todo mundo na kombi, todo mundo tem que participar do esforço. Então, vêm os militares, vêm as mulheres, vem a turma do campo, vem todo mundo, todo mundo tem que entrar."

Eu estudei cinco, seis, sete propostas alternativas, selecionamos os melhores aspectos e fizemos um programa forte, no qual todo mundo contribui.

O problema da mulher – para você ver – foi debatido até o final, a idade mínima das mulheres deveria ser... O Presidente chegou a propor, em algum momento: "Vamos passar dois anos a mais para todo mundo." Então, as mulheres passariam de 55 para 57, os homens passariam de 60 para 62, mas sem período de transição. Ora, para nós seria extraordinariamente vantajoso isso. Durante dois anos, ninguém se aposenta do nosso Governo, nós estamos salvos, o problema é empurrado um pouco para frente. Aí, depois, que entrasse outro governo e fizesse isso, cuidasse para frente. E o Presidente pensou isso, assim, sem maldade nenhuma, querendo sacrificar pouco as pessoas. Aí, a nossa equipe mesma volta e fala: "Olha, não pode. À pessoa que ia se aposentar hoje, você chega e pede mais dois anos? É

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

diferente da situação de um sujeito que está com 18 anos hoje ouvir que lá na frente tem mais dois anos." Eu cheguei a ver quase que como uma convocação: cada brasileiro vai dar um ano a mais ou, então, cada brasileiro vai dar dois anos a mais, mas aí não tem período de transição. Quando você examina isso, dá um impacto financeiro muito bom para o nosso Governo, agora, deixa uma bomba para os outros. Nós não resolvemos o problema lá para frente. Então, tivemos que sair dessa também.

Em alguns momentos, o Presidente até dizia, com a maior... Ele é uma pessoa transparente, autêntica. Ele dizia o seguinte: "Olha, eu votei contra isso e, por mim, as mulheres tinham que aposentar mais cedo mesmo". Aí, algumas pessoas da equipe diziam: "Veja, as mulheres têm uma expectativa de vida hoje maior que a dos próprios homens, e os homens hoje já estão se aposentando... Os mais pobres só é que estão se aposentando mais tarde. Quem está se aposentando cedo é justamente quem tem recursos, começou a contribuir cedo, pegou emprego cedo, tem qualificação, nunca ficou desempregado, então, está sempre contribuindo."

Então, são situações super complexas. Nós passamos meses examinando isso, simulando tudo e jogamos isso. Agora, eu reconheço, quando isso bate... A minha função, e aí é a diferença entre o papel do Congresso e o papel do técnico... O técnico fala assim: "Olha, eu preciso de um trilhão, porque com um trilhão eu consigo..." É a imagem que eu tenho usado. Aliás, eu uso duas imagens. Uma é a seguinte. O sistema atual é um avião que está indo para alto-mar sem combustível e você pede ao seu filho para vir. Ele traz o seu paraquedas. Você pula na praia e ele vai embora para alto-mar. Nenhum brasileiro gostaria de fazer isso com seu filho. Significa dizer: "Olha, eu quero que você entre no meu sistema antigo, que vai quebrar, porque você traz o meu paraquedas. Você paga, eu pulo e você segue para quebrar."

Então, eu considero isso uma questão de responsabilidade nossa com as futuras gerações. Nós temos a responsabilidade de não deixar as futuras gerações caírem na mesma armadilha em que nós caímos. Nós caímos numa armadilha, porque antes havia dez contribuindo para um se aposentar. Daqui a pouco, são seis para um se aposentar. Daqui a pouco, um vai contribuir e dez vão se aposentar: são seus filhos que vão se aposentar lá na frente.

Por isso é que eu peço uma transição para o regime de capitalização. Estudamos vários desses regimes na história, algumas propostas recentes também. Havia outros candidatos com proposta de capitalização também. Depois disso, houve economistas que propuseram regime de capitalização. Nós estudamos tudo e chegamos à conclusão seguinte: se tivermos um trilhão, a gente consegue ter potência suficiente. É como se você tivesse... Mando outra imagem: você precisa de um foguete potente o suficiente no início para fugir da força da gravidade e, aí, ele escapou da força da gravidade... Você pode ver que os lançamentos são assim: primeiro, um foguete grande, com muita potência fiscal, vence a força da gravidade e, aí, passou a força da gravidade, você dispara um pequenininho, que é o que vai para a Lua, que vai para Marte, pequenininho, porque aí já não há atrito mais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A previdência é a mesma coisa. Com esse um trilhão, eu sei que eu tenho potência fiscal para deixar os jovens optarem por um regime novo. É o que eu chamei de Carteira Verde e Amarela, e é opcional, não é obrigatório: quem quiser entra no sistema antigo, quem não quiser entra no sistema novo.

O sistema novo são contas individuais, regime de capitalização. Nós não estamos tirando nada de ninguém. Quem quiser fica no antigo, quem quiser fica no novo. Você só está fazendo uma pergunta para o seu filho: "Filhinho, se você quiser, vem com o papai aqui nesse avião que vai cair. Se você preferir, e eu acho bom para você, vai nesse outro voo aqui, que é para outro lugar, você tem controle da sua própria conta etc. e você vai nessa outra direção."

Você está democratizando o ato de poupança, você está dando a capacidade de investimento para esse jovem. São jovens frágeis, de famílias frágeis financeiramente, que precisam. Na família que tem mais recursos, o filho já aprende a usar recursos, a usar a poupança. O mais jovem precisa ser aculturado em matéria financeira, ele precisa saber que ele tem a caderneta dele, que ela está capitalizando, que ele está acumulando recursos desde o primeiro emprego dele. Isso é muito bom, além de botar o Brasil para crescer, porque os recursos, em vez de serem destruídos na mesma geração... Porque hoje o jovem... O mais idoso vai se aposentar, o jovem dá o dinheiro, e aquele dinheiro é consumido, é destruído. Você está prometendo salários lá na frente, mas você não está levando nada para o futuro. Enquanto que, num regime de capitalização, você promete, mas leva recurso, você está levando recurso para o futuro.

Bom, então, quando a gente fala na mulher... Houve propostas até o último minuto: baixa a mulher, aumenta a mulher, bota aqui... Aí, nós resolvemos fazer o seguinte: "Olha, passa em um trilhão. Agora, deixa o Congresso decidir. Se ele quiser que as mulheres se aposentem antes, pede para o pessoal rural, pede para o militar. Ah, você quer que a mulher se aposente antes e o militar também não contribua? Pede para o rural." O Congresso tem essa capacidade.

Por exemplo, quando o Congresso diz: "Olha, o BPC não pode, porque são pessoas..." O pensamento que passou na minha equipe... O Marinho, por exemplo, quando conversamos sobre isso, ele falou: "Paulo, justamente esses que não contribuíram nunca e que são os mais pobres e ficam idosos...", os candidatos, como a Senadora disse, a mendicância num sistema desse... O que o Marinho tentou fazer foi o contrário. Ele virou e falou o seguinte: "Olha, vamos começar a pagar antes. Em vez de pagar com 65 só, começa a pagar com 60." Agora, se você pagar igualmente com 65 ao que contribuiu e ao que não contribuiu, existe um estímulo enorme para ninguém contribuir, porque você vai ganhar a mesma coisa. Então, faz o seguinte: paga um pouco antes. Já que ele não tem capacidade de arrumar emprego, empregabilidade etc., paga um pouco antes, mas deixa ele também só receber o salário cheio um pouco mais tarde. "Ah, isso é muito infeliz, e o Congresso todo está contra." O.k., vocês podem ir lá e mexer nisso. O que é que acontece?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ministro...

O SR. PAULO GUEDES – O que é que acontece? Essas opções, vocês, como Congresso, é que têm que fazer, não somos nós. A única advertência que faço é a seguinte: se baixar de um trilhão, fica difícil lançar o outro. Vocês estão condenando... Aí, é aquele negócio: nós, por falta de coragem, de disposição ao sacrifício, nós fomos adiando, adiando, adiando... Aí, em vez de nos olharmos uns aos outros e falarmos "Vamos tirar... Militar paga mais ou, não, mulher paga mais, paga mais..." Em vez de nós fazermos isso, nós estamos jogando: "Não, nossos filhos vão pagar. Não vamos resolver isso não. Joga nossos filhos no mesmo problema que nós temos hoje." É só esse o alerta que eu estou fazendo.

A terceira pergunta, então...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Exa. vai responder depois, porque já ultrapassou todos os tempos aqui estipulados pela Comissão.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Presidente, só um pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Para uma questão de ordem, Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Pela ordem.) – Apenas para contribuir: o Presidente Davi Alcolumbre acaba de se retirar e informa que daqui a pouco, às 16 horas, vai abrir a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Desde quando ele assumiu, nunca aconteceu isso.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – É, mas ele acabou de se levantar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não é hoje que ele vai abrir...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Eu apenas estou contribuindo. Como, por enquanto, ainda é ele o Presidente... Então, eu estou apenas contribuindo, pelo fato de que...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Vamos cumprir o horário, lá e aqui.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PAULO GUEDES – As mulheres no campo rural, qual é a preocupação no rural? A população rural registrada é 6,5 milhões. As aposentadorias rurais são 9 milhões. Então, há uma fraude. Então, essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

contribuição do rural que está aí é mínima, são R$50 por ano, é um número pequenininho. É muito mais para ser um combate antifraude, entendeu?

Como há 6 milhões de registrados como população rural e há 9 milhões de aposentadoria rural... Tem o sujeito que sai de Uberlândia, vai para o mato próximo, pede uma aposentadoria rural e volta para Uberlândia. Ele está vivendo às custas da população brasileira. Então, isso aí, na verdade, não tem grande potência. Aliás, a Senadora falou muito bem, tem coisas aí que, se tirar, financeiramente não vai fazer... Mas vai permitir que a fraude continue solta, entendeu?

O outro aspecto, finalmente, foi... Bom, R$1 trilhão. "O senhor vai sair do Governo. ou não vai sair. se não for R$1 trilhão?" É muito interessante isso, porque há várias questões que estão ligadas e sempre me perguntavam... E eu penso a mesma coisa. Desde que me perguntaram na campanha: "Vem cá, mas você está com o Governo? Você sairia? Você ficaria?" Eu respondo sempre a mesma coisa. Eu digo o seguinte. Eu acredito em três coisas. Eu acredito numa dinâmica virtuosa da nossa democracia. Eu tenho certeza de que os partidos e, particularmente, os Poderes – a Câmara dos Deputados, o Senado, o Executivo –, cada um vai fazer o seu papel. Eu não tenho a menor dúvida sobre isso.

Em segundo lugar – aliás, até eu tinha colocado em primeiro na entrevista –, eu dizia o seguinte. Primeiro, se o Presidente apoiar as coisas que eu acho que podem resolver para o Brasil, eu estarei aqui. Agora, se ou o Presidente ou a Câmara ou ninguém quer aquilo, eu vou obstaculizar o trabalho dos senhores? De forma alguma! Eu voltarei para onde eu sempre estive. Eu tenho uma vida fora daqui.

Eu venho para ajudar, acho que tenho algumas ideias interessantes. Aí, o Presidente não quer, o Congresso não quer. Vocês acham que eu vou brigar para ficar aqui? Eu estou aqui para servi-los. Se ninguém quiser o serviço, vai ser um prazer ter tentado. Mas não tenho apego ao cargo, desejo de ficar a qualquer custo, como não tenho a inconsequência e a irresponsabilidade de sair na primeira derrota. Não existe isso.

Agora, eu acreditava em três coisas. Eu acreditava que a democracia é virtuosa e vai seguir o seu trabalho; eu acreditava que o Presidente apoia o programa; e eu acredito que os Poderes vão fazer as suas funções. Agora, suponham que os Poderes aprovem que a União deve R$800 bi, que não haja reforma previdenciária, nadinha. Eu vou ficar fazendo o que aqui? Só se for para apagar incêndio! Eu vou entrar para o Corpo de Bombeiros de Brasília para ajudar vocês.

Bom, Senador Heinze...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ministro, desculpe. O senhor me desculpe, Ministro. O senhor estourou todos os tempos.

O SR. PAULO GUEDES – Estourei tudo. Desculpe, desculpe.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Vai responder para mim. Só um minuto!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, porque depois eu viro antidemocrata. Eu quero fazer...

O SR. PAULO GUEDES – Eu quero respeitar. Não posso dar mal exemplo.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Senador Omar, ele vai me responder a pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vai, vai te responder sim, Senador, mas deixa eu dizer uma coisa. Ele fez uma exposição aqui sobre capitalização, mas não foi feita pergunta sobre capitalização. Nenhum dos três Senadores falou sobre capitalização, e ele respondeu, passou meia hora respondendo sobre capitalização.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu sei... Não, não, veja bem. O debate tem que fluir. Nós não podemos é ficar aqui duas horas em três perguntas.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Um minuto.

O SR. PAULO GUEDES – Um minuto.

Governadores. O seu pedido é legítimo, os Governadores deviam estar aqui. Estive com eles ontem, conversamos longamente já na segunda reunião. Terceira reunião já marcada, estarei com eles. Então, tenho estado regularmente com os Governadores, estou ouvindo todos.

Kandir, 600 bi. É a pergunta que a Senadora tinha feito antes. São contas astronômicas mesmo, são inviáveis. Da mesma forma que os Estados são vítimas disso, se jogar para o lado de cá, quebra o lado de cá também. É a bola de neve. Agora, quanto aos números que estão lá nos Estados, dados e indexadores, os números são esses mesmos. O TCU vai lá e olha. É o juro composto, é um absurdo: 7% compostos dobram, a cada dois anos...

Aliás um lembrete para nós é este: a nossa dívida pública federal... Para vocês entenderem o drama e por que eu até falei em acelerar privatizações: houve um tempo... Eu ajudei a fazer a campanha do Afif. Se nós vendêssemos a participação do Governo nas estatais, zeraríamos a dívida pública mobiliária federal interna. Sabe o que significaria hoje isso? Vocês teriam R$400 bilhões ao ano para saúde, para educação, para segurança. Como nós não fizemos lá, hoje, se vender tudo, são só 25%. Agora, se esperar mais 10 anos e vender tudo, são 2%, porque esses ativos não estão rendendo, e o juro composto mata, ele mata os Estados, ele mata as empresas, ele mata tudo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Mas, Ministro, aqui não é só questão de o Governo quebrar: é só encontrar as contas, e ninguém deve para ninguém, está mais ou menos acertado. A União não vai pagar e o Estado também não vai pagar. Resolve-se o assunto, zera.

Vamos voltar a conversar depois.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu acho que eu vou mudar o método: três minutos para fazer pergunta e três para responder, senão eu vou ser antidemocrata, eu vou encerrar. Se não for assim, não vai dar!

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Corto daqui, corto de cá!

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vou cortar, Ministro.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Olha só, nós vamos ficar repetitivos aqui: sobre BPC, sobre capitalização, sobre aposentadoria rural e aposentadoria dos militares, ou um ponto ou outro. Todos os Senadores irão fazer perguntas sobre essa questão e também sobre o endividamento. Então é melhor fazer pergunta e resposta, pergunta e resposta, pergunta e resposta.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas, se for bloco de dez, ele passa três horas para responder aqui!

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu acho que as perguntas serão repetitivas.

Vamos manter então.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Oriovisto Guimarães.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR. Para interpelar Ministro.) – Sr. Presidente Omar Aziz, cumprimento o senhor, cumprimento o Exmo. Ministro da Fazenda Paulo Guedes.

Eu serei breve, vou tentar economizar parte dos meus três minutos.

Ministro, primeiro eu quero parabenizá-lo pela sua visão global do País, por pensar no País, pensar no País como um todo, pensar no futuro. Quero dizer que temos uma profunda coincidência de pensamento quando o senhor diz que a origem de todos os males é o fato de que os governos gastam mais do que arrecadam, o déficit público. Nesse sentido, eu quero lhe informar que eu apresentei mais uma lei para se somar às que nós já temos, como a Lei de Responsabilidade Fiscal, a Lei do Teto. Eu apresentei uma lei de responsabilidade compartilhada. Ela dá várias providências, mas uma delas é proibir o aumento de salário para todo o funcionalismo público naqueles entes da federação onde existir déficit primário.

Mas, Ministro, eu tenho três perguntas para o senhor muito simples. A primeira delas é a seguinte. Qual é a sua opinião sobre essa emenda aprovada ontem na Câmara dos Deputados, emenda de 2015 que torna impositivas as emendas de bancada? Isso vai gerar uma obrigação, a partir de 2020, de 3,9 bilhões de novas despesas. De onde vocês vão cortar gastos dessa ordem? Pergunto porque, se serão obrigados a gastar 4 bilhões, nós temos a Emenda Constitucional 95, de 2016, do teto de gastos, que não permite que esse gasto avance além de um certo ponto. Então, necessariamente, os senhores terão que tirar dinheiro de algum lugar, terão que tirar 4 bilhões de algum lugar para poder suportar mais esse gasto impositivo. A minha opinião é que isso vai no sentido contrário de tudo o que deveria ser feito. Trata-se de engessar mais ainda o Orçamento, o contrário da sua exposição. Gostaria do seu comentário sobre essa aprovação, que, aliás, foi em tempo recorde: a Câmara deu uma demonstração de eficiência fantástica, em um dia ela desenterrou uma coisa que estava lá desde 2015 e liquidou o assunto, foram dois turnos no mesmo dia. Se usar essa mesma velocidade para aprovar a reforma da previdência, o Brasil está salvo. Espero que os Deputados peguem o exemplo e continuem.

Ministro, não quero insistir em previdência, até porque o tema não é esse hoje, eu apenas queria salientar o seguinte. O Presidente Bolsonaro – e não só ele, eu também – tem uma imensa admiração pelos Estados Unidos. Os Estados Unidos são um país que estão constantemente em conflito armado, os seus militares têm uma participação em guerras seguidas – a guerra do Iraque, enfim, tantas outras guerras em que eles se envolvem, como a guerra do Vietnã etc. e tal –, e lá o sistema de aposentadoria dos militares é muito simples: a partir de 2018 – o senhor deve saber –, eles podem se aposentar com 10, com 15, com 20 anos, de forma proporcional, 2% ao ano do tempo que eles trabalharam; depois eles vão para um fundo para onde vão todos os funcionários públicos. Não há lá outro privilégio. Então a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

minha sugestão é que nós copiemos, na reforma da previdência para os militares, o exemplo dos Estados Unidos.

Só isso, Ministro. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para interpelar Ministro.) – Eu também vou ser muito conciso.

Quero saudar todos, cumprimentar o Ministro e a sua equipe.

Vou me dispensar de repetir o que disse o Senador Luis Carlos Heinze porque o oráculo é o mesmo: é o João Pedro Casarotto, que nos alimenta com gotículas a cada semana sobre as maldades que a União fez com os seus queridos filhos, Estados, no tratamento da dívida. Só vou acrescentar um dado: sobre o quanto custou o endividamento para a União – porque ela se endividou para emprestar para os Estados –, e o senhor vai poder conferir com a sua equipe.

Em 2015, véspera do ano em que eu tive o privilégio de relatar o último acordo com os Estados, em que quase derrubamos o anatocismo, que é o juro sobre o juro a que o senhor se refere... Quase o derrubamos no Supremo. Quem fez o parecer para derrubar o anatocismo foi Carlos Ayres Britto, não é pouca coisa. Mas, em 2015 – preste bem atenção ao dado! –, o custo do empréstimo que a União fez para si para emprestar para os Municípios, para os Estados, foi de R$ 23 milhões, e os Estados pagaram à União R$ 30 bilhões. Portanto, a mãe cobrou dos filhos 130.000% ao ano! Isso mostra como é que esse passado não pode ser apagado. A cidade mais beneficiada foi São Paulo, porque São Paulo não tinha dado nada a título de 20% de amortização da dívida e, por isso, tinha o maior juro, mas, quando caiu para seis, foi a que mais ganhou.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Esse desequilíbrio no tratamento tem que ser avaliado nesse plano – Waldery, não é? – que vai tratar do assunto.

Segundo: o senhor não incluiu os chamados gastos tributários e renúncias fiscais como uma das necessidades prioritárias para o Brasil. E quero tornar a informar que eu próprio apresentei o meu terceiro projeto de lei sobre esse assunto – é o terceiro da minha vida! –, o Projeto de Lei Complementar nº 41, de 2019. Eu gostaria que merecesse o acompanhamento da sua equipe.

Quanto ao pacto federativo, para concluir.

O Guillherme Afif Domingos chegou há pouco, não sei se ele está ainda...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, naquela época, o senhor não propôs liberar os porcentuais de obrigação de dispêndio em educação, porque o País não estava nas dificuldades em que está. De forma que, essa proposição que o senhor coloca, nós vamos discutir depois.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador Amin.

Senador Lasier, três minutos.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS. Para interpelar Ministro.) – Obrigado, Presidente Omar Aziz.

Ministro Paulo Guedes, eu vou voltar ao surrado tema da Lei Kandir, porque, pelo que vi hoje, a Lei Kandir está sendo definitivamente enterrada.

Nós temos visto que os Governadores que assumiram – e o do Rio Grande do Sul, o meu Estado, é um deles – viam na Lei Kandir, no ressarcimento, uma tábua de salvação. Essa tábua, no entanto, não apareceu até hoje.

Há dois anos estivemos com o Ministro anterior, Eduardo Guardia – o Senador Wellington Fagundes, que está aqui, estava junto. O Ministro Guardia disse: "O Governo não tem esse dinheiro para reembolsar os Estados." E estava acompanhado de um grupo de advogados da União e do ministério para dizer que, não tendo havido a regulamentação da Lei Kandir no ano de 2003, não tinha mais como nem fazer os cálculos. Como é que alguém ia saber quanto é que tinha que destinar a cada Estado, a cada Município do Brasil, sendo que os quatro maiores credores são Pará, Minas Gerais, Mato Grosso e Rio Grande do Sul, depois vêm os outros.... E hoje o senhor usou a expressão "é inviável". Oitocentos bilhões de reais... O Governo que está com as contas... Até anotei uma frase sua: "O desastre das contas públicas." A União não tinha. Então, para acabarmos com essa ilusão permanente, eu gostaria que o senhor dissesse bem claramente: "A Lei Kandir morreu, não tem como pagar." É para terminarmos com essa discussão permanente.

E, para concluir, ser bem sucinto e obedecer ao tempo, pergunto sobre o regime de recuperação fiscal implantado em 2017. Só o Rio de Janeiro foi contemplado até agora. O meu Estado está apelando quase que desesperadamente para que seja também atendido. Pergunto: há possibilidade de uma flexibilização das regras junto à Secretaria da Fazenda do Estado para poder socorrer esses Estados em situação tão crítica, falidos, como o Rio Grande do Sul, através do regime de recuperação fiscal?

Duas perguntas bem objetivas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador.

Eu vou dar cinco minutos ao nosso convidado...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO GUEDES – Cinco para cada um ou cinco para tudo? Cinco para tudo?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – São três em três...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – São três em três.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Já é a regra, Major Olimpio.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Uma questão de ordem do Major...

O SR. PAULO GUEDES – Então, são nove minutos, três, três, três.

Senador Oriovisto...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nove minutos, por quê?

O SR. PAULO GUEDES – Ele teve três para perguntar, eu tenho três para responder.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Perguntas idênticas...

O SR. PAULO GUEDES – Pode ser. Eu faço em menos... Eu faço mais rápido.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Senador Omar, Sergio Moro chegou às 10h e está até agora aqui. Podemos ficar até à noite, não há problema nenhum. O Sergio Moro chegou às 10h, e estamos até agora. Vamos seguir, esse assunto é importante para nós.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, Senador, eu só estou dizendo o seguinte: nas três perguntas, eu vi muitas coisas parecidas entre as três perguntas. É isso que eu estou dizendo só. Tudo bem.

O SR. PAULO GUEDES – Vamos tentar, eu vou tentar o máximo. Eu vou correr o máximo entre cinco e nove minutos.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Deixem o homem falar.

O SR. PAULO GUEDES – Senador Oriovisto, meus parabéns, nesse período difícil que foi esse excesso de gastos públicos o tempo inteiro, pela sua consistência tentando atacar o problema, sendo essa última iniciativa, essa de travar o salário de funcionalismo, completamente compreensível. É um dos recursos de que os gestores públicos precisam. Se o Estado está quebrado, como é que eu vou ficar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dando aumentos? Pelo menos travar um certo tempo. É perfeitamente compreensível. É melhor que quebrar a empresa, é melhor travar um pouquinho... São acordos que os particulares fazem: "Olhem, travem um pouco aí". Não existe aumento automático. Então, parabéns pela iniciativa.

Uma segunda observação sua foi justamente: o que eu acho do que foi aprovado ontem? Só vocês entendem essas coisas mais complexas, eu estou chegando agora. Eu só posso dizer que o Deputado Rodrigo Maia tem sido extraordinariamente construtivo em relação à minha pessoa, a me ajudar: "Olhe, nós vamos construir uma coisa interessante". Evidente, quando eu olho... São as duas faces da lua. Se me perguntar e eu estiver olhando de um lado, eu vou dizer uma coisa; se eu estiver olhando do outro, eu vou dizer do outro lado. Eu proponho, no pacto federativo, que haja justamente um empoderamento da classe política no sentido seguinte: não há mais nada carimbado. Então, evidentemente, se você me perguntar, como a medida de ontem está carimbando, se eu aprovo, eu falo: o lado onde ela está carimbando mais ainda eu não gosto, porque o que vai acontecer com isso evidentemente, é que vai estourar o teto de gastos mais cedo ainda, bem mais rápido. Está tudo carimbado... Com 96%, já está quase estourando; se estiver 98%,99% carimbados, tudo indexado, subindo sem parar, vai explodir rápido. Então, eu não gosto do carimbo. Por outro lado, eu acho que ninguém mais legítimo para gastar o dinheiro que um Deputado que foi eleito, muito mais que qualquer ministro. Então, se um sujeito foi eleito, ele vem aqui, num orçamento de 1,5 trilhão, nos orçamentos públicos de 5 trilhões, e ele sai com 10 milhões, 15 milhões ou, então, com esse aumento agora, sai com um pouquinho mais e leva para casa, se você somar tudo, dá algumas dezenas de milhões, não dá nem centenas de milhões. Em um orçamento de trilhão, eu vou dizer que está errado o Deputado poder levar um dinheirinho para a base dele? Eu também não posso ir contra. Então, ele fez um movimento que eu fiquei olhando e falei assim: um sinal mais, um sinal menos. Sinal menos, porque está carimbando, está contra o espírito que nós queremos; sinal mais, porque, já que é para ser carimbado, que seja carimbado por alguém que foi votado lá embaixo, não o Governo central, em que hoje qualquer ministério tem mais poder orçamentário que qualquer Governador ou qualquer Prefeito.

Terceira pergunta é dos militares. Eu também, da mesma forma, disse: olhe, eu vou até um certo ponto, eu preciso da contribuição. Então, do ponto de vista da reforma previdenciária, eu não posso reclamar, porque vieram R$96 milhões para a reforma previdenciária. O meu objetivo principal é tornar a previdência saudável.

Eles, naturalmente, falam: "Olha, mas tem um problema de um atraso". E aí é aquilo: às vezes um jovem está entrando para trabalhar no Poder Judiciário e o primeiro salário dele é R$20 mil, e um general, depois de 50 anos, se aposenta com R$21 mil. Aí ele diz o seguinte: "Olha, se for na carreira pública, o sujeito faz um concurso público, é promovido; faz o segundo concurso e é promovido. Aqui o cara faz 18 cursos e não é promovido para lugar nenhum, só se ele virar general". Então, eles têm lá... Essa é uma redistribuição deles. Orçamentariamente, a única coisa que nós fizemos, como equipe... Nós falamos... As discussões foram: "Olha, não dá para"... Tem que ter equilíbrio fiscal. O sistema tem que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acabar em equilíbrio fiscal. Não pode aumentar o buraco em ano nenhum. Nas primeiras simulações, no primeiro ano dá R$4 bilhões de buraco, no segundo ano dá R$6 bilhões. Não pode. Então, está tudo orçamentariamente... Vai melhorando ano a ano, superávit o tempo inteiro daqui até lá. Isso é até onde eu posso ir. Daí para frente escapa ao meu regime de ação.

O Senador Espiridião Amin. Primeiro, a conversa dos juros, a dívida interna. Eu conheço isso. Como setor financeiro, eu sei que é a morte certa. O juro composto é a morte certa. Vocês veem o mundo inteiro com juro de 0,25%, 0,5%, 1%. O Brasil praticou um regime econômico suicida. Juros de 70% ao ano, 60%, 50% ao ano, aplaudidos na Faria Lima. Todos os economistas brasileiros viraram banqueiros. Você não conhece nenhum economista brasileiro que virou... Aliás, tem um ou dois que a gente vê que mudaram de profissão, mas são um ou dois. Todo mundo foi para banco, todo mundo, porque virou um... E aí é o que eu falei um pouquinho antes, Senador, que foi só um recurso para simplificação, porque o acontece, houve um regime militar associado à direita durante 20 anos. Era natural que houvesse uma hegemonia social-democrata durante 30 anos, centro-esquerda, do leve, do moderno, até a forma mais primitiva e mais obsoleta, mas era centro-esquerda. Não houve um espaço. Mesmo as práticas liberais... Eu debatia com esses economistas quando nós todos tínhamos 30 anos. E eles é que me chamavam de liberal, ofensivamente: "Você é um liberal". Trinta anos depois, eles estão privatizando, estão soltando o câmbio. Aí você pergunta assim: eles não são de esquerda? Eles é que se diziam de esquerda. O Pedro Malan é que se dizia de esquerda. Os mais jovens, Gustavo Franco, Armínio Fraga, esses não, esses já atravessaram, já entraram em regime. Quem se dizia de esquerda era o Pedro Malan, não era eu, não. Ele que se dizia de centro-esquerda. Eu simplesmente era um economista, técnico. Eu dizia que eu não tinha, e nunca entrei para partido político nenhum. Ajudei uma pessoa, que era um candidato liberal. E perdeu! Perdeu, nunca mais mexi com política.

Então, era só um recurso para simplificar um pouco, de forma que lá fora se entendesse o que está acontecendo no Brasil, porque lá fora ninguém entendia o que estava acontecendo no Brasil. Eu disse: olha, é uma aliança de conservadores e liberais, é uma aliança política de centro-direita, depois de muitos anos de centro-esquerda, em diversas tonalidades. Nada com o pretexto de antagonizar, não.

Senador Espiridião Amin, então, a primeira coisa, da dívida interna, é um encontro de contas na LOA, dos dois lados. Flexibilizar os gastos é uma questão superinteressante, porque, como a Constituição foi feita em 1988, quando eu defendi o programa do Afif, que seria o programa econômico, em 1989 – foi um ano depois –, à época, eu vi os economistas todos criticando a Constituição de 1988. E eu falava assim: que coisa interessante! Eu estava aprendendo política. Eu era economista, técnico: mas por que esses caras carimbaram o dinheiro para educação e saúde?

Então, essas perguntas me aculturaram gradualmente no universo político. Eu falava: bom, para mim, dinheiro não pode ter carimbo. Aí, falavam assim: "Por que esses caras carimbaram?". Eu falava: bom, regime de 20 anos que gastou em Eletrobras, Telebras, Siderbras, só em infraestrutura... Eles estão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

querendo dizer alguma coisa com isso, estão querendo dizer que a prioridade agora é outra. Então, tinha passado só um ano. Não fazia sentido eu exigir: tira da Constituição, porque não pode botar dinheiro em saúde e em educação. Era para botar mesmo na época. Da mesma forma, a descentralização.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO GUEDES – Estava na Constituição a descentralização de recursos e o Governo central fugiu a isso criando as contribuições não compartilhadas com o Plano Real, porque justamente, como não houve a dimensão fiscal forte, o plano foi um plano monetarista, foi brilhante, foi o plano monetarista mais brilhante que eu já vi: juros na lua...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PAULO GUEDES – Concentrador? Eu estava do lado de lá da cerca. Foi muito generoso comigo o plano. Eu, à época, tinha o meu banco. Foi muito generoso. Agora, foi um plano que mudou a história do Brasil para melhor também. Faltou a dimensão fiscal que nós estamos tentando atacar agora.

O Senador Lasier...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO GUEDES – Ah, sim, os 300 bilhões da renúncia fiscal, 300 bilhões. Há 1 trilhão de contencioso, e isto que é muito interessante: quando você chega a um lugar onde há 1 trilhão de contencioso fiscal e tributário, há uma indústria de advocacia em torno disso – 1 trilhão de contencioso – e, ao mesmo tempo, 300 bilhões de desoneração, você já sabe que os impostos são muito altos e há dois tipos de cidadão: o que tem poder político, e esse está desonerado, os grupos de interesse que têm poder político se autodesoneram; e os que não têm e vão para o contencioso porque estão quebrados, aí vão transferir dinheiro para advogado – é melhor pagar 50 milhões para o advogado do que pagar 150 milhões para a União.

Então, quando os contribuintes do Brasil estão divididos entre os que pagam zero e os que vão para a Justiça para não pagar, você sabe que os impostos que estão no lugar errado. Se você baixar o imposto, você não tem nem tanto contencioso, nem a turma do desonera. Todo mundo paga e todo mundo paga menos.

Senador Lasier, Lei Kandir morreu há muito tempo, há 30 anos que não se paga a Lei Kandir, 20 anos: em 1996, 1997, fizeram a lei; em 2003, ela foi sepultada. Mas ela começou em... Quer dizer, os Estados pararam de receber em 1996, 1997, cessou o direito em 2003.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – O senhor não vai ressuscitar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO GUEDES – Evidentemente que não. Nós estamos fazendo algo muito melhor no lugar. Nós estamos dizendo o seguinte: quanto é que você esperava ganhar e não recebeu nada até hoje? Um e novecentos? Um bi e novecentos? E quanto que você achava que era o Fundo de Exportação? Mais 1 bi e não sei quanto? Então, somando esse troço todo aí, dá uns 3 e tanto? Dá menos de 4? Pois é, nós vamos fazer um negócio que vai te dar 4,5. Daí para cima, crescente, a partir do pré-sal, lá na frente. Aliás, desculpa, não é nem a partir do pré-sal. Esse é um fundo social nosso. Não é nem a partir do pré-sal. Já em 2020, começa com ou sem pré-sal.

O que eu digo é que, além desses quatro bilhões e pouco que soterram a necessidade da Lei Kandir e também do FEX, quer dizer, em vez dos 2 bi, do 1,9 do FEX mais 1,9 da Lei Kandir, nós estamos dizendo que, com ou sem pré-sal, vamos, a partir de 2020, dar acima de quatro. Então, acabou, não precisa mais falar de Lei Kandir, terá 4 bi. A Lei Kandir é 1,9 por ano, e tem 4 bi. Então, já começa assim. Agora, vai ser muito mais do que isso, porque o que vamos fazer, na verdade, é pegar o pré-sal, que é esse que vem de 500 bilhões até um trilhão, um trilhão e pouco nos próximos anos – não são nem 15, 20 anos, sei lá, 30 anos. Isso é dinheiro para sempre, isso é para mudar a República Federativa do Brasil.

Eu acho que a classe política tem que, este ano, dar um passo à frente, mergulhar nessa questão do pacto federativo, trabalhar um ano nisso – de julho deste ano até junho ou julho do ano que vem – para desenhar um Brasil novo, porque, no ano que vem, já estará chegando esse dinheiro, e ele já tem que chegar irrigando o Brasil e não mais os ministérios.

Eu, se pudesse, quando saísse daqui... Qualquer ministério é deste tamaninho, qualquer ministério é deste tamaninho! Esse negócio de ter um ministério com muito recurso, muita verba e muito poder é uma disfunção. Eu já perguntei sobre isso várias vezes. É uma atividade meio. O que você prefere: o Ministro da Saúde com 1 trilhão e os Estados sem dinheiro ou os Estados com 1 trilhão e o Ministro de Saúde falando que política pública tem que ser vacinação contra o *Aedes aegypti* etc.? É evidente que uma Federação é muito mais forte quando você sente a presença do Estado onde o povo está. Então, se num país avançado, onde o Congresso realmente responde pela representação popular, onde vocês controlam os orçamentos públicos, se você cair na rua, desmaiado, em três segundos surge uma ambulância; se você sair e puxar um revólver e der três tiros para cima, três minutos depois, há oito *snipers* apontando para ele, há segurança, há saúde, você sente a presença do Estado, porque o dinheiro está na base. Aqui não: se o sujeito der três tiros para o alto, você tem que vir correndo para Brasília para falar com um ministro, para chamar o outro, para pedir uma intervenção no Estado do Rio de Janeiro. Está tudo errado! Então, vocês têm que assumir esse protagonismo, não têm que vir lá debaixo para pedir dinheiro para o ministro, vocês têm que controlar os orçamentos públicos.

Vocês não vão se lembrar de quem é o ministro... Hoje, se eu perguntar quem é o ministro da Fazenda da Alemanha, quem é o ministro da Fazenda da Suíça, quem é o ministro da França, vocês não irão saber. Agora, se perguntar assim: quem é o Schwarzenegger? Não é porque ele era halterofilista,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mas vocês vão dizer: "Foi Governador da Califórnia". Quem foi o Bloomberg? "Ah, foi Prefeito de Nova Iorque." Vocês sabem. São pessoas que tiveram um milhão, dois milhões, três milhões de votos. Quem tem voto é que tem que manobrar os orçamentos públicos, não é ministro. O ideal é que os ministérios sejam pequenininhos, os recursos estejam descentralizados e ninguém nem lembre quem é o Ministro da Fazenda, porque, nos países mais avançados, ninguém nem sabe direito quem é; só os mais especializados sabem quem ele é. Mesmo nos Estados Unidos, pouca gente sabe quem é. Talvez um ou outro aqui, que já esteja mais sintonizado, saberá que ele se chama Mnuchin, mas ninguém nem acompanha esse troço. Está certo?

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – Então, com esses 4 bilhões do ano que vem, o regime de recuperação fiscal também é abandonado?

O SR. PAULO GUEDES – Não, não, o regime de recuperação fiscal, como bem dito, foi usado num lugar só e não deu certo, ele é pouco potente. Então, nós vamos lançar o nosso programa novo, o programa de equilíbrio financeiro, que vai ser mais potente.

Repetindo, são três atos. O primeiro ato: plano de equilíbrio financeiro, que em 30 dias sai. Você chega lá e fala: "Eu vou fazer o seguinte, vou fazer essas reformas, vou ganhar 1 bilhão no primeiro ano, 2 bilhões no segundo, três e quatro. Em vez de entregar o tanque cheio, nós vamos homogeneizar isso, redistribuir isso no tempo. Esse é plano de equilíbrio fiscal.

Aí há o segundo, que é esse outro plano, e é o seguinte: pode esquecer Lei Kandir, pode esquecer o FEX, porque a partir do ano que vem vocês estarão recebendo mais do que a soma dos dois, garantido, sem falar em pré-sal.

Terceiro: pacto federativo. Esse é um redesenho para os próximos 30 anos da República Federativa Brasileira. E é muito dinheiro.

O programa de recuperação fiscal do Rio continua, só que ele não tem potência, não está dando certo. Então, o Governador novo vai ter que chegar... Já está conversando com o BNDES, já está conversando com o programa de privatização nosso, porque ele vai receber recursos. Então, você tem três formas de receber recursos.

Eu volto a isso, não quero estourar o tempo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor não estourou, o senhor já falou 22 minutos. (*Risos.*)

Se for assim a nossa economia, tudo bem. Se de 9 minutos vira para 22 minutos, se de 0,5%, fortalecer 8%, o senhor pode falar muito aqui.

O SR. PAULO GUEDES – Sem vocês é só conversa. Se vocês não votarem, é só conversa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só para colocar, Senador Lasier: não fique triste somente com a Lei Kandir, nós temos mais de 270, 280 fundos. Talvez, só o Fundeb funcione; os outros, nenhum funciona.

O SR. PAULO GUEDES – São 280 fundos!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E não funcionam.

O SR. PAULO GUEDES – São 280 fundos com dinheiro carimbado por interesses corporativos passados, não estão mais entre nós essas pessoas. Os fundos estão lá, e os Governadores sem dinheiro. Nós queremos desvincular esse dinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois é.

O SR. PAULO GUEDES – O Congresso decide: esse fundo continua em pé, esse em pé, esse a gente derruba, esse a gente derruba, e vai na veia. Se o fundo é relativo ao Nordeste, derrubando, é dos Governadores do Nordeste.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Acho que há fundos, Ministro, que nós temos..., que é necessário mantê-los, como o Fundo da Segurança Pública, só que tem que descontingenciar, porque, senão não vai chegar à atividade fim para a população que está precisando. Essa é uma discussão.

Major Olimpio, por favor, três minutos. (*Pausa.*)

O Líder do PSL, Major Olimpio, por favor.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP. Para interpelar Ministro.) – Muito boa tarde, Ministro, toda a equipe. Não preciso dizer do apreço e da amizade pessoal que tenho por V. Exa., Ministro, e do quanto sou aliado e me mobilizo pela causa.

Ontem nós estávamos numa discussão acalorada a respeito de CPI da Toga, faz ou não faz. De repente, alguém... Eu sai da reunião do Colégio de Líderes e me falaram: "Votaram a PEC do orçamento impositivo lá na Câmara". Eu falei: besteira, isso é *fake*, e saí andando, Ministro. Mas não. Isso vai engessar o Orçamento, que já tem um gesso de 90%, como V. Exa. já me ensinou, me ensinou a defender isso, dizendo: "Nós precisamos desburocratizar, nós precisamos fazer o Orçamento chegar. Menos Brasília, mais Brasil". V. Exa. repetiu, e depois eu fui...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – Não, foi votado isso mesmo. E o teu Partido, o PSL, de que você é Líder aqui no Senado, votou também. Então, eu estou desde ontem agoniado, porque nós não recebemos nem uma nota técnica de nada aqui no Senado, e eu não sei o que defender. O Maia está dizendo: "Eu não voto nada sem falar com o Esteves Colnago".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Disso eu gostaria de ter o esclarecimento, não só sobre isso, e dizer a V. Exa. que nós pudéssemos estar alimentados tecnicamente para sustentar. Eu vou sustentar, sou aliado, sou aliado do Presidente, sou vosso aliado, quero...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – ... mas muitas vezes nós ficamos sabendo depois da interpretação de um terceiro da imprensa, que fatalmente deve ter as variantes e muitas vezes tem outras interpretações. E hoje eu tenho visto nos jornais: "Vem mais pauta-bomba da Câmara". E agora nós temos um desafio: esse projeto foi votado ontem, o da PEC, e numa velocidade astronômica, para ajudar o Brasil, segundo Maia, com a votação da maioria dos Parlamentares do meu partido – depois eu não sabia se cumprimentava ou se xingava no grupo nosso.

Então, eu peço a V. Exa., primeiro: qual seria a orientação em relação a isso agora para o Senado? Segundo, que a vossa equipe econômica... Nós falamos: estamos só com 90 dias de Governo, mas nós nunca tivemos uma reunião, nós nunca tivemos uma nota técnica, e a gente carece de ter as informações aqui para fazer essa sustentação. Sei que V. Exa. é da área técnica econômica; da questão política, não vou aqui entrar no mérito, porque não é o ministério de V. Exa., senão eu ia dizer, com muito mais profundidade, que eu estou achando umas coisas. Mas quero encarecer, pedir a V. Exa. e à equipe econômica que, por favor, nos alimentem de informações, porque nós estamos juntos na guerra, só que sem a logística, sem a munição e, muitas vezes, sem saber como fazer essa sustentação.

Então, eu tenho uma preocupação hoje: quais serão os passos agora dentro do Senado? Terminou a votação e eu ouvi o Presidente do Senado falar assim: "Eu também sou simpático à votação". Se nós formos todos simpáticos à votação, nós vamos colocar no próximo Colégio de Líderes, nós vamos fazer, fazemos e votamos em dois turnos também na semana que vem. Nós estaremos comemorando ou chorando o engessamento do Orçamento brasileiro. É isso que eu encareço a V. Exa.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Major Olimpio. (*Pausa.*)

Major Olimpio. (*Pausa.*)

Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Agora, Senador Marcio Bittar.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Sr. Presidente, me permite fazer um esclarecimento muito importante?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Exa. vai ser o próximo a falar.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – É que o andamento da discussão...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – A ordem de inscrição está como, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A ordem de inscrição está aqui: Senador Marcio Bittar, Daniella Ribeiro – a Senadora Daniella Ribeiro, não está –, Senador Eduardo Braga, que teve que sair mas volta, e o próximo é o Senador José Serra a se pronunciar. O senhor pode se pronunciar, e aí o senhor...

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – O que eu queria para orientar o próximo debate é que esse dispositivo que está sendo criticado, daquilo que foi aprovado na Câmara, caiu; a obrigatoriedade de o Executivo executar o orçamento linha por linha caiu na votação da Câmara. A nossa preocupação aqui, portanto, não se justifica. Não estou fazendo nenhuma defesa, estou apenas esclarecendo. É preciso ver direito aquilo que foi aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador José Serra, V. Exa. tem três minutos para fazer a pergunta ao Ministro Paulo Guedes. O senhor está com a palavra.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Para mim?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É. Sim, senhor.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP. Para interpelar Ministro.) – Aqui está, olha: eu verifiquei a versão final aprovada na Câmara. Não foi aprovado o dispositivo mais perigoso, que determinava a execução obrigatória de programações previstos na LDO e no PPA. O que passou foi somente o dispositivo que fixa uma parcela da receita para Deputados e Senadores por meio de emendas de bancada, artigo que já está na LDO de 2019; ou seja, é apenas reiterativo.

Cabe lembrar que as emendas de bancada obrigatórias, nos termos do art. 68 da LDO, já são obrigatórias. Portanto, não temos um fato novo negativo, tal como foi apontado. Seria negativo caso esse dispositivo tivesse sido mantido. Digo isso apenas para orientar a discussão e para que tenhamos isso presente.

A minha questão ia para outro terreno. Tenho, inclusive, um artigo que sai amanhã no jornal *O Estado de S. Paulo* falando disso. Trata-se da questão OMC/OCDE. O Presidente visitou os Estados Unidos e declarou que o País estaria disposto a abandonar a OMC em troca de ingressar na OCDE. Meu argumento é que as perdas serão maiores do que os ganhos.

Entrar na OCDE é bom? É bom. É bom para a imagem.

Ficar na OMC é importante? É, porque há medidas concretas que nos beneficiam no comércio. Poderia enumerá-las aqui, mas ficaria muito longo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a meu ver é uma troca desvantajosa. Não teria por que haver a troca. Só ao Governo americano, com sua arrogância, ocorreu essa ideia de que, para entrar na OCDE, nós temos de largar os benefícios da OMC.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – O País não deve aceitar isso.

Não vou me alongar aqui, ponto por ponto, mas poderia fazê-lo e tenho um texto que vou me permitir distribuir depois aos colegas, explicando isso em detalhes, e o enviarei ao Ministro. Sai amanhã no jornal *O Estado de S. Paulo*, na página 2. Não posso me antecipar ao texto que para lá foi enviado, mas é um equívoco. A ideia dessa troca é equivocada. Não vale a pena!

Tive inclusive experiência com relação a isso quando ocupei o comando do Itamaraty. Também havia pressão de entrar na OCDE. Eu disse: "Entramos, é bom para a imagem, isso e aquilo, etc., mas sem concessão de espécie alguma".

Na OCDE não se ganha vantagem do ponto de vista de acordos comerciais. "Ah, vai atrair mais investimento." O Brasil já atrai. O México está na OCDE há muito tempo, e o Brasil atrai muito mais investimentos do que o México. Não estou dizendo que estar na OCDE prejudique. Pode até ajudar, mas não é um fator de tanta relevância, uma vez que nós temos acordos com a OCDE em mais ou menos 80% dos dispositivos que eles preveem. O Brasil tem uma relação muito próxima com a OCDE hoje em dia. Não vale a pena uma posição formal, e só a um Presidente americano poderia caber essa ideia estapafúrdia de tirar o Brasil da OMC para entrar na OCDE, com a arrogância que é mais ou menos inerente aos governos americanos quando tratam assunto dos países latino-americanos, inclusive do Brasil.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Plínio Valério.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM. Para interpelar Ministro.) – Ministro, assim que cheguei ao Senado há alguns meses, me encantava ver o discurso do Executivo. O senhor falou que é economista, aprendeu um pouco de política, e me encantava ver o discurso como um todo do Executivo. E eu dizia sempre que o Executivo estava se confundindo: o Senado, o Legislativo não é quartel onde se dá uma ordem e cumpre-se, não é vara criminal onde se dá uma sentença e executa-se. O Senado é diálogo, é conversa. E me encantava ver o Executivo não perceber isso. Portanto, a sua presença aqui eu considero um avanço que supre aquela falha que eu observava. O Senado, o Legislativo é conversa, diálogo, convencimento, argumento. Certamente o senhor vai convencer muita gente hoje aqui expondo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A minha pergunta vem bem simples. Eu acho que, ainda pelo hábito de ser vereador em Manaus, aquela coisa bem simples, eu vejo milhares de pessoas – acho que estão assistindo – e a minha pergunta é pela não aprovação. Gostaria que V. Sa. fizesse um exercício para nós. Considerando que a base de pessoas elegíveis da aposentadoria, mantidas a regras atuais, vai aumentar pelas alterações da demografia, por hipótese, então, vamos imaginar que as regras atuais de aposentadoria não fossem alteradas e a idade média continuasse próxima da atual, na casa de 58 anos a 60, qual seria o impacto da questão fiscal a presenciarmos nos próximos anos? Ou seja, se a reforma não for aprovada o mundo acaba ou o mundo não acaba porque há outra saída fora a reforma? Essa é a minha pergunta, Ministro.

O SR. PAULO GUEDES – Major Olimpio, com o esclarecimento do Senador José Serra de que a coisa não foi tão explosiva ou deletéria como seria, eu acho que a sua intuição estava certa no seguinte: minha primeira reação: há coisas que acontecem na dimensão política. O que eu acho que aconteceu ontem foi uma demonstração de poder de uma Casa. Se querem saber o que eu acho, eu acho isso, e eu não consigo entrar nesse espaço. Eu não sei exatamente como é que é, mas para mim é muito claro que houve uma exibição de poder político.

Dito isso, do ponto de vista econômico, é claro que se eu defendo e acredito que para a classe política é muito bom flexibilizar os orçamentos, em qualquer movimento na direção de carimbar orçamento eu tenho que botar o sinal menos. Dito isso, dentro desse sinal menos, você fala assim: "Mas carimbar o dinheiro de quem? É o Ministro da Saúde que é obrigado a gastar? É o Ministro do Turismo que é obrigado a gastar? Ou é um Parlamentar que foi eleito que tem o direito a levar esse dinheiro para a base?". Dentro disso, há um sinal mais, ou seja, é uma descentralização carimbada. Eu sou a favor de descarimbar e descentralizar. Então, eu tenho que dar um menos quando carimba, tenho que dar um mais quando descentraliza.

Para mim foi uma demonstração de poder político com um sinal menos e um sinal mais. Se o dinheiro fosse carimbado, sem o esclarecimento do Senador José Serra, se está indo rapidamente para a explosão dos tetos e de tudo. Se, ao contrário, é um alerta para 2022 e nós mesmos podemos, no pacto federativo, descarimbar tudo, foi só um alerta. Para mim foi um movimento num espaço político. Foi mostrado o seguinte: vocês têm uma reforma aí e estão falando em seis meses para aprovar, a da Previdência, que vocês acham importante. Pois é, pode durar dois dias. Aliás, pode ser um dia só em dois turnos até. Depende de como a gente ache que deve trabalhar junto para fazer a coisa acontecer. Para mim, sou de marte, cheguei agora, estou olhando, vi um movimento que eu classifico assim.

Então, eu prezo tanto a sua demonstração de que quer votar que me penitencio se o nosso time está falhando. Acho que tem havido uma falha dramática. Um Governo que entra com uma aprovação popular enorme, em 60 dias, manda uma medida anticrime que ele prometeu ao longo... De 60 mil crimes por ano, ele manda uma anticrime e manda uma previdenciária. Eu acho que é um Governo que está trabalhando. Eu acho que é um Governo que está tentando acertar. E aí, de repente, quando ele

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

parte para as ações no Congresso, o principal opositor dele é ele mesmo, quer dizer, está falhando alguma coisa entre nós, é do nosso lado que está falhando alguma coisa.

Como foi dito pelo Senador Tasso, existe uma boa vontade extraordinária particularmente aqui no Senado. E isso tem que ser mobilizado a favor do Brasil e das reformas, não do partido a ou do partido b. Agora, realmente é assustador.

Ontem, eu tomei um susto também, porque o aviso que eu tinha era mais ou menos o seguinte: "Olha, você foi convocado para ir a um lugar onde não há nem relator, já está todo mundo preparado para jogar pedra e o seu partido vai atirar pedra também porque eles estão contra". Eu falei: pô, eu não estou entendendo mais nada aqui, pelo amor de Deus.

Então, é evidente que, para mim, politicamente, o que eu imaginaria agora? O PSL, 52 votos, fecharia a questão a favor da reforma. Pode até mexer numa coisa ou noutra. O DEM, que também está com alguns ministérios e tem sido um interlocutor, também partiria numa direção disto: aprovar a reforma, que é importante para eles. E o Congresso, no seu papel, falaria: "Olha, isso aqui não; o BPC está demais, não queremos, está tirando dinheiro, vai condenar, como disse a Senadora Eliziane, está condenando os velhinhos à mendicância; isso aqui não. Tira isso aqui também". E pronto! E com responsabilidade, sabendo que não pode ser assim, tem que ser na linha de um trilhão, porque senão nós estamos condenando as futuras gerações. Eu acho que está todo mundo maduro para isso.

Então, eu atribuo isso só a um choque de acomodação. Há um grupo chegando e ainda não sabe direito onde é a cadeira, está tentando achar o lugar. O grupo que já sabe onde está a cadeira está dizendo: "Olha, se não conversar comigo, não vai sentar na janela. Quem senta aqui dentro... Para sentar na janela, só quem conversa comigo, senão vai sentar lá atrás". É um choque de acomodação, agora, que eu acho que será superado. É a minha opinião a respeito dessa medida.

O Senador José Serra falou da OCDE e da OMC (Organização Mundial de Comércio). Quando nós chegamos lá para conversar com o governo Trump, foi uma visita, eu acho, muito exitosa do ponto de vista de aproximação dos países, porque o Presidente Trump... Eu não quero entrar muito em detalhe, porque aí eu entro em relações exteriores, política, não quero entrar muito nisso. Vou me ater à coisa econômica. É o seguinte: esse assunto saiu pelo seguinte, porque, quando nós começamos a negociação, foi muito bem com dois negociadores. Por exemplo, para vocês terem uma ideia, o Departamento de Comércio americano, chama-se Wilbur Ross o responsável pelo Departamento, ele não vem ao Brasil há dez anos, nove anos. Ele virou-se e falou assim: "Em 30 dias estou no Brasil", para mostrar que ele quer aproximação. Esse é o Wilbur Ross. Da mesma forma, o Larry Kudlow, que é o consultor do Presidente da República, do Presidente Trump, nesses assuntos, conversou duas horas pela manhã conosco, gostou tanto da conversa que falou assim: "De tarde, vamos continuar a conversa". Eu falei: tudo bem, vamos conversar. Quando nós estávamos andando para a Casa Branca, chegou a ligação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dizendo o seguinte: "Não precisa nem ir lá, ele vem aqui". Então, ele veio nos visitar e ficou mais um hora e meia conversando conosco.

Estava indo tudo direitinho. Só que havia um negociador, que é o mais duro deles, que eles chamam de Robert Lighthizer, um cara negociador, é advogado, é durão, tem uma lista, que chega com aquela lista, pega a lista lá: "Olha, você está exportando mais bananas, está exportando mais cupuaçu do que eu, mais isso, mais aquilo, você tem um superávit". Eu brinquei com ele e falei assim: vem cá, não me trata como chinês, não. *Don't treat me like a Chinese.* Vocês têm déficit com todo o mundo, não chateiam ninguém, e logo conosco, nós temos déficit com vocês, você vem dar uma de durão? Comigo? Essa conversa não está boa, não. Vamos conversar em outro nível. Vamos conversar em nível institucional? Nós queremos entrar na OECD. Aí ele virou e falou assim: "Só se vocês saírem da OMC, porque, afinal de contas, vocês não podem ser ricos e pobres ao mesmo tempo. Ou vocês são pobres, ficam lá no OMC pedindo condição favorável, ou vocês vêm para a OCDE e vocês são ricos. Vocês não podem ser ricos e pobres ao mesmo tempo". Eu falei: você vai falar a mesma coisa com a China, com a Coreia, com todo mundo, ou vai falar só com a gente? Aí ficou uma tensão e tal, acabou a reunião, não foi uma boa reunião; com ele, particularmente, não foi.

Depois o Presidente Trump reuniu o time dele, o nosso time do lado de cá, e a primeira coisa, quando o Presidente Trump virou e falou para mim, eu falei assim: olha, você tem um cara aí que acha que eu sou chinês. Bati de novo no cara. O cara ficou desconfortável. A nossa Ministra Tereza deu uma tesoura voadora nele, porque, quando chegou lá, ele tinha dito que o açúcar não negociava de jeito nenhum, e ela falou em açúcar, o Trump gostou do assunto, porque só pode entrar o etanol, no Brasil, de milho, que é mais barato. Mas nós não vamos deixar o etanol entrar, quebrar o Nordeste, e, de repente, como é que nós vamos fazer com o açúcar? Só se eles abrissem o açúcar, porque a gente converte o combustível de etanol em açúcar e manda o açúcar para lá. Começou essa conversa, ela falou isso com ele, o Trump gostou, olhou para a gente, e eu falei: é isso mesmo, o seu problema é só o cara que acha que a gente é chinês ali do lado. Porque eu sabia que de manhã ele disse que era inegociável. E o Trump gostou da ideia. Aí nós viramos e falamos: olha, esse cara aqui é só ele que está contra, todo mundo aqui está a favor.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO GUEDES – Então o assunto OCDE e OMC, como disse o Senador Serra, leva algum tempo. É um ano, um ano e meio para você ir naquela direção. O Brasil não tem usado tanto as vantagens que poderia usar como membro da OMC. O Brasil usa relativamente pouco, e há um tempo de transição entre uma coisa e outra. Então a coisa foi muito mais no sentido desse negociador particular deles, que virou e falou assim: "Não, se vocês quiserem entrar na OCDE, tudo bem, mas vocês não podem ser ricos e pobres ao mesmo tempo. Então saiam da OMC, saiam da OMC." Eu falei: você vai exigir isso dos chineses, vai exigir isso do coreano? Ou só da gente?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então foi uma discussão um pouco assim, mas nós sabemos que a OECD é vantajosa até para nossa autodisciplina, a nossa avaliação de políticas públicas, tudo isso, quer dizer, é o ingresso na primeira divisão. Tem muitas vantagens do ponto de vista de investimentos, do ponto de vista de disciplinar os impostos, da forma como nós trabalhamos impostos, tudo isso. É um sinal, realmente, de entrar numa primeira divisão. Tem muitas vantagens. Algumas desvantagens: deixar justamente alguns benefícios, listas preferenciais, e isso nós temos usado até pouco, entendeu? Mas não ficou nada assim...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO GUEDES – ... é isso, é aquilo, são trinta dias, nada disso. Foi bastante sereno, eles estão vindo para conversar, o clima é muito bom, de negociação, à exceção do cara lá que é o mais enjoado deles, mas que é superável.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Fernando Bezerra...

O SR. PAULO GUEDES – Ah, o Senador Plínio. Não, o Senador Plínio. O Senador Plínio fez uma pergunta também, falando (*Fora do microfone.*) de Manaus. Eu estive ontem com toda a bancada de Manaus, ontem ou anteontem. O Senador Omar levou toda a bancada lá, nós conversamos sobre isso. E a pergunta dele é o que acontece se ficarmos sem reforma.

As despesas previdenciárias, como eu disse, e isso vale para Estados e Municípios, por isso que os Prefeitos todos... Eu tive uma conversa com 50, 60 Prefeitos, tive uma conversa com os 27 Governadores, todos estão a favor da reforma previdenciária porque sabem que não só a despesa está crescendo aceleradamente, mas, particularmente, a despesa com inativos, que é explosiva dentro do orçamento público – ela que é explosiva dentro do orçamento público. Então, todos estão favoráveis à reforma.

Quando você faz as simulações, os números, as golfadas são de 40, 50 bilhões por ano. Então, se você está com um déficit de 130 e não fez a reforma, no ano que vem irá para 170, 180 bilhões; no ano seguinte, 230. Quer dizer, o Brasil vai explodir muito rapidamente do ponto de vista fiscal. E não é uma explosão – aí é que eu quero acentuar a coisa – abstrata, é uma explosão financeira. É o seguinte: você não vai poder pagar salário do funcionalismo público, do servidor público. Quem está quebrando não é o setor privado, quem está quebrando é o setor público. Então, de repente, a Prefeitura vai parar de pagar os seus funcionários, não tem mais dinheiro. Existe Governo que já está há três meses sem pagar salários. Eu não estou fazendo uma ameaça, eu estou fazendo uma projeção do que já está acontecendo. Há Governos que estão atrasados três meses, quatro meses, salários de funcionários públicos. O que vai acontecer é que a máquina pública brasileira vai implodir e muito rápido, porque os números são muito grandes, a coisa é exponencial.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Houve um...

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Sr. Presidente. Só uma menção.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senadora Rose de Freitas.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Com a maior admiração que eu tenho pelo trabalho de V. Exa., diante das pessoas que aqui estão, ilustres, conheço quase todas, eu queria sugerir a V. Exa., só pelo tempo, nós ficamos sete horas em uma reunião na CCJ e estamos aqui agora, que limitasse o nosso tempo de pergunta e também para sugerir ao nobre Ministro um tempo de resposta. Eu gosto da fala dele, eu ficaria ouvindo...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu tentei...

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – ... o dia inteiro, Ministro, mas, se não, prejudicaremos as perguntas dos Senadores que têm ânsia em fazer aquilo que poderia ter acontecido na Câmara.

Se V. Exa. aceitar, eu ficarei grata.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu já ouvi o Ministro repetir a resposta três vezes durante as três vezes em que ele teve a oportunidade de falar aqui por mais de nove minutos, falando sobre o mesmo assunto. Mas eu tentei fazer isso há pouco e o Senador Luis Carlos Heinze, do Rio Grande do Sul, chamou a minha atenção e disse: "Não, deixe ele falar". Aí eu fico numa situação... Porque não quero ser indelicado, para não passar que eu estou sendo indelicado, estou querendo fazer as coisas...

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Submeta ao Plenário, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não. Já submetemos, Senadora Rose.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Cinco minutos. Três minutos para pergunta e...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Já definimos isso.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – ... dez minutos para resposta.

Submeta ao Plenário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Porque eu já vi o Ministro falar três vezes sobre o mesmo assunto, as mesmas coisas.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Se todo mundo estiver de acordo... Entendeu?

Nós ficamos aqui, Ministro, até 10 horas da noite, mas...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Senador Serra, no seu momento de falar, se equivocou, achando que estava numa questão de ordem e não entrou no mérito da presença do Ministro. Como o Senador Fernando Bezerra, que era o próximo a falar, o Líder do Governo aqui no Senado, não está presente, eu vou deixar o Senador Serra concluir, porque ele só falou um minuto – faltaram dois minutos para ele falar –, em deferência ao ex-Governador de São Paulo, o Senador Serra, que tem uma contribuição a dar ao Ministro aqui. Ele veio aqui e falou: "Pensei que eu só estava fazendo uma questão de ordem para explicar o que foi votado lá na Câmara".

Então, Senador Serra, por favor.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP. Para interpelar Ministro.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu queria começar por um ponto, fazer uma coisa bem resumida.

Primeiro, no Brasil, o gasto público já é bastante descentralizado. Eu, como Parlamentar, não defendo uma transferência maior de recursos para Estados e Municípios. Eu sei que é uma posição heterodoxa, pode até ser chocante, mas temos aqui os números e os gráficos mostrando isso com muita clareza. A agenda fiscal tem que ir por outro lado. Primeiro, nós temos – e aqui, Ministro, é uma sugestão de pauta – que regulamentar a regra de ouro para acabar com a contabilidade criativa, porque a regra de ouro, do jeito que está na Constituição e do jeito que é interpretada, acaba sendo um elemento de perversão e não de controle do gasto público. Ela é leito de criação de contabilidade.

Segundo, temos que criar um Conselho de Gestão Fiscal, previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal, para reorganizar as contas dos Estados, ajudando-os a abrir espaço fiscal para ajustar investimentos. Não se trata de aumentar os recursos de forma permanente dos Estados. Os recursos já são suficientes, apesar da crise atual. Trata-se de controlar a sua aplicação ao longo do tempo.

Mais ainda: temos que ter um mecanismo de controle do gasto público por meio do chamado *spending reviews,* revisões periódicas do Orçamento, que a maioria dos países civilizados têm. Em cada período se faz uma revisão daquilo que se está gastando e de qual é o efeito. Isso se faz dentro do Congresso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mais ainda: no caso dos Estados, eu apoio, nós devemos ter um plano de auxílio financeiro aos Estados, mas com contrapartida clara, medidas efetivas de ajuste fiscal. Indo além: avaliação de custo benefício dos subsídios creditícios, que ocupam um grande espaço nas contas fiscais e com proporção do PIB.

A transparência dos projetos de lei que criam renúncias fiscais a torto e a direito.

Alterar o marco regulatório para as concessões e autorizações na área de ferrovias, que é um potencial inexplorado. Nós somos um país *cucaracho* em matéria de ferrovia de maneira injustificada, dada a demanda que existe e a capacidade de produção dos equipamentos necessários.

Aqui coincidimos, quero chamar a atenção, porque coincidiu com o Ministro: securitização da dívida ativa para melhorar a cobrança da dívida ativa e reduzir estoque de créditos tributários devidos ao Governo. Esse projeto está na Câmara. Inclusive, a maioria do Governo está sendo contra. E é um projeto que o próprio Governo defende.

Cobrar impostos de investidores e de fundos de investimentos fechados, que hoje não pagam.

Criar, enfim, aí é melhorar a cobrança, tornar mais eficiente a cobrança de impostos e o incentivo fiscal, que é essencial e deve ser o número um para investimentos em saneamento básico.

Essa, Ministro, é uma agenda fiscal que eu tenho a ousadia de propor a V. Exa., reconhecendo que há coincidências e há diferenças, para que o Governo levasse em consideração.

Estou jogando. Não jogo no quanto pior melhor. Quero que o Governo acerte pelo bem do País. Posso ter até motivos políticos para apreciar o desgaste, mas, como homem público, como Senador eleito, quero que as medidas corretas sejam adotadas.

Muito obrigado.

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) – Obrigado, Senador Serra.

Agora, o Senador Rogério Carvalho. Depois, o Senador Mecias de Jesus.

Aí o senhor vai responder os três Senadores: Serra, o Senador Rogério Carvalho e Mecias de Jesus.

Depois vai falar, só para dizer quem está ainda inscrito aqui: Senador Jean Paul Prates, Senadora Kátia Abreu, Senador Randolfe Rodrigues, Senador Roberto Rocha – ele teve que sair e ia deixar a pergunta por escrito para o Ministro –, Senador Alessandro Vieira, Senador Paulo Paim, Senador Flávio Bolsonaro, Senador Luiz do Carmo, Senadora Rose de Freitas, Senador Zequinha Marinho, Senador Marcos Rogério, Senador Jorginho Mello, que trouxe até o estudo de que nós tratamos no primeiro assunto aqui, Senador Weverton e Senador Irajá. São esses Senadores inscritos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra o Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para interpelar Ministro.) – Eu quero primeiro cumprimentar o Ministro e todos os Senadores e Senadoras.

Parece-me que, quando a gente governa com um ideologismo exacerbado, seja ele de extrema-direita ou de extrema-esquerda, a gente cega na construção de caminhos que são razoáveis. Porque a ideologização que nós estamos presenciando neste momento no debate político conduzido pelo Governo nos leva a uma ideia de desconstrução de algo que me parece muito difícil desconstruir sem destruir o País.

Então, o meu apelo é no sentido de que a gente pense mais na construção de alternativas de ajustes no campo da previdência. Por exemplo, nós temos um sistema solidário, que é uma conquista do povo brasileiro. E, obviamente, é uma posição, que eu defendo, porque eu acredito que o Estado tem um papel regulador de distribuição de riqueza e a Previdência e a Seguridade Social cumprem esse papel.

Fazer a desconstrução disso e migrar para um sistema de capitalização pode custar ao País muito mais do que resolver a crise fiscal da União e dos Estados. Essa conta precisa ser trazida para o Congresso. A gente precisa fazer essa conta para a gente não embarcar só no debate ideológico...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... como sendo a coisa mais importante.

Por exemplo, o debate da OMC ou da OCDE me parece uma coisa muito mais ideológica do que objetiva, de interesse do País. Outro exemplo: dar isenção fiscal às empresas petrolíferas me parece mais uma questão ideológica do que mesmo de relevância para o País. A questão das desonerações fiscais que foram feitas ao longo do tempo, que a gente pode rever e encontrar recursos para... Como disse o Senador Serra, eu também tenho a preocupação com essa descentralização, com o País perder a capacidade de reconstruir e se construir reduzindo as diferenças regionais e as diferenças sociais. Eu acho que isso pode se comprometer. Portanto, eu acho que nós precisamos de mais debate sobre teses e menos argumentos ideológicos e posições nem de extrema-esquerda, nem de extrema-direita. Que a gente possa colocar aqui ideias concretas, objetivas sobre desenvolvimento regional, sobre desenvolvimento econômico.

Eu não vi até hoje do Governo nenhuma proposta para aquecer a economia, para gerar emprego, para gerar renda. Eu não vi nenhum caminho objetivo para redução da taxa de juros. O Banco Central manteve a taxa de juros no mesmo patamar. Eu não vi nenhuma manifestação do Banco Central no que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

diz respeito a olhar para a taxa de desemprego e controlar os juros, olhando o desemprego, olhando a inflação. A gente não vê inovação, a não ser muita ideologia de extrema-direita. Não tenho nada contra, mas a gente precisa encontrar o termo, para que não venha uma desconstrução que signifique a destruição do País e a destruição daquilo que nós acumulamos ao longo do tempo, que é um pouco de dignidade para o nosso povo.

Para concluir, Presidente, veja, nós não podemos tirar do povo pobre brasileiro a sua grande conquista, que é a sua cidadania. Nós estamos indo buscar no ventre do País um pouco da riqueza com que o brasileiro nasce, que são alguns direitos. Isso não pode acontecer sob nenhum argumento e sob nenhuma tese, por mais brilhante que ela seja, mas que é só uma tese ideológica.

Portanto, a gente tem que ter a responsabilidade de olhar a realidade objetiva e concreta do País antes de se alinhar a uma matriz ideológica exclusiva e de querer, a ferro e fogo, implantar um discurso ideológico pura e simplesmente desconsiderando a constituição histórica do País.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador Rogério.

Senador Mecias de Jesus.

Jean Paul Prates.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para interpelar Ministro.) – Presidente, Ministro Paulo, obrigado. Mais uma vez, obrigado pela presença aqui conosco.

Como eu tenho dito nas outras audiências com Ministros, é muito bom criar este ambiente saudável de discussões com os Ministros. Que vocês se sintam muito bem aqui na nossa Casa, do povo, na Casa que institucionalmente representa os Estados e também na Câmara! Sempre que possível, venham fazer esses debates. Como eu disse nas outras audiências, nós estamos construindo um país independentemente de Governo, de partido "a", partido "b", coligação "a" ou "b". Nós, ao fazermos leis, construímos o país, tanto quanto os Ministros, tanto quanto o Presidente da República. Então, é muito bom criar esse ambiente afável e construtivo.

Eu queria tomar a liberdade de voltar a abordar a questão muito importante da receita decorrente do petróleo e gás. E aí um conceito que eu gostaria que o Ministro esclarecesse para nós é em relação ao que o Governo entende como sendo o momento que nós vivemos hoje.

Ontem nós tivemos aqui uma audiência com o Ministro de Minas e Energia, Alm. Bento, muito cordato também. Esteve aqui conosco discutindo muitas coisas e mencionou – não fomos nós que mencionamos, ele mencionou – que, na viagem aos Estados Unidos, houve um encontro, não nesta agora, mas ele esteve presente no CeraWeek, um dos eventos importantes de planejadores de petróleo no mundo. Ele esteve lá e ouviu do Presidente da BP que o Brasil seria o novo Oriente Médio, seria visto assim pelo mercado de petróleo internacional. E eu fiquei muito satisfeito porque, há pouco tempo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ministro Paulo, nós tínhamos dúvidas colocadas por brasileiros sobre a veracidade do pré-sal, que era tido, dez anos, doze anos atrás, como um blefe eleitoral. Então, agora, está comprovado que, de fato, a reserva existe, é verdadeira e nós estamos sendo cobiçados.

Isso nos leva, Ministro Paulo, a uma situação... Eu que venho dessa área, são muitos anos operando na área de petróleo e gás tanto na Petrobras quanto, depois, fora dela, fiz parte do grupo que fez a lei do petróleo, em 1997, nós vivemos, em petróleo, o mercado de direitos exploratórios. Nesse mercado de direitos exploratórios, o nosso cacife subiu muito. Nas últimas décadas, principalmente com o pré-sal, nós, que éramos uma província secundária, terciária no mercado de exploração e produção, passamos a ser um mercado, uma *blue chip* – digamos assim –, para falar a linguagem de que vocês gostam mais, do mercado de exploração de direitos, de direitos exploratórios de petróleo no mundo.

Diante desse fato, nós precisamos refletir o cacife que nós temos quando vamos a uma mesa de negociação, que são os leilões de blocos: o leilão da cessão onerosa, o leilão de outros blocos do pré-sal, o leilão das nossas áreas convencionais, que, aliás, não acabaram, porque só se fala em pré-sal, parece que o resto acabou, e não acabou. Temos petróleo em terra, temos áreas novas para explorar em bacias consideradas ainda pouco exploradas, inclusive em terra. Nós estamos com o cacife alto, e, de repente, nós abrimos mão aí, por exemplo, e prejudicamos – e aí que eu entro no assunto Lei Kandir e tudo acaba se conflitando nesse caso –, nós perdemos receita do FPE e do FPM pela dedução do bônus e do *royalty* na base de cálculo para fins da incidência do Imposto de Renda e da Contribuição Social. Só isso aí, na cessão onerosa, representaria R$77 bi. No total do pré-sal, uma estimativa muito superficial daria talvez R$1 trilhão em 25 anos. Muito bem. Com isso aí nós praticamos uma política de estímulo à entrada dessas empresas, tirando o bônus e o *royalty* da base de cálculo do Imposto de Renda e CSLL.

Nós apresentamos pelo PT, pelo Partido dos Trabalhadores, um projeto para recolocar estes itens na base de cálculo. Por quê? Porque nós consideramos que nosso poder de barganha é maior do que isso e nós não queremos ser Nigéria, e, sim, Noruega. Nós queremos não só exportar *commodity*, abrir totalmente as condições aqui para que todos entrem em qualquer jeito, queremos uma parcela desse lucro do óleo que também venha capilarmente a beneficiar os Estados e Municípios. Nosso cacife, como eu disse, subiu e nós precisamos, então, valorizá-lo.

Nós podemos, de fato, estimular investimento em petróleo e gás no País. Há várias formas de fazer isso. Essa, particularmente, eu acho que é um pouco exagerada, principalmente em relação ao bônus, porque o bônus não é uma tributação que o Estado estabelece de início. Ele estabelece até o bônus inicial, mas o bônus é proporcional à competitividade do leilão. Quem dá o bônus é a companhia de petróleo. Ela voluntariamente o oferece. Aliás, é um sistema muito bem bolado, muito bem feito, que o Brasil empreendeu lá, na década de 90, em que o leilão é por bônus de assinatura, um dos critérios principais. Então, quando eu ofereço muito para pegar aquele bloco, eu quero muito aquele bloco, depois eu vou deduzir isso no Imposto de Renda e na Contribuição Social? Não faz muito sentido,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque é uma coisa voluntária, que o cara dá para arrematar aquele bloco em relação ao competidor da outra empresa que está competindo ali no calor daquela data, daquele dia, daquele momento, e não depois. Então, tributariamente, parece-me um pouco desconexo isso aí.

E queria perguntar também, bom, primeiro, o que se acha disso no Governo. Como está o nosso cacife de petróleo no mercado de petróleo?

Por que a gente tem de abrir mão de tanta tributação no momento em que a gente está em alta?

Segundo, em relação à própria questão da cessão onerosa, já falamos várias vezes da Governadora Fátima Bezerra e de outros Governadores que estão aguardando ansiosamente algum direcionamento em relação ao que vai ser, em curto prazo, colocado disponível aos Estados e Municípios, para tirá-los da situação em que estão. Isso não aproveita a ninguém no País.

Então, vai ser o fundo social sobre toda a partilha – se for o fundo social da cessão onerosa, a gente só vai ver o dinheiro daqui a quatro, cinco anos; o bloco vai ser licitado, só vai produzir daqui a quatro, cinco anos –, ou será um pedaço do bônus?

Então, basicamente são essas as perguntas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Responderá agora ao Senador Serra, ao Senador Rogério e ao Senador Jean Paul.

O SR. PAULO GUEDES – Inicialmente, respondo ao Senador Serra.

Ele está aí?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Não, ele deixou a contribuição dele e saiu.

O SR. PAULO GUEDES – Ele deixou a contribuição dele. Está certo. Eu faço as observações de qualquer forma.

Eu sou a favor da descentralização de recursos de Estados e Municípios. É natural, o Senador Serra tem um ponto de vista diferente. Inclusive, quando no Governo, atuaram assim, criaram as contribuições não compartilhadas, e o Governo central se fortaleceu. Eu atribuo uma boa parte justamente da situação financeira precária hoje em Estados e em Municípios a essa centralização de recursos que houve também naquela época, além dos juros, que foram muito altos durante o período do Plano Real. Os programas de estabilização bem-sucedidos são programas que duraram um ano, um ano e meio, e a inflação cede. O nosso problema de estabilização é que são 10 anos, 15 anos de juros muito altos. Então, o resultado é este: é uma devastação nas finanças de quem estava endividado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Depois, quando fala da regra de ouro, eu gostaria também que a regra fosse respeitada tanto para cima quanto para baixo. Por exemplo, você só pode se endividar se você acumular ativos para o Estado; você não pode se endividar para gastar em gastos correntes, só se for em investimento. Mas vale o vice-versa: se você vender um ativo da União, você tem que reduzir dívida, senão você fica vendendo também ativo.

Eu ouvi críticas ao programa de privatização que eu defendi, quando eu falava sempre explicitamente: "Você tem que vender os ativos para reduzir a dívida". Aí as pessoas disseram: "Ah, está vendendo os talheres para pagar o jantar". Ao contrário, você tem que abater a dívida, senão você realmente está vendendo os talheres para comprar o jantar. Então, eu gosto da regra de ouro, mas temos que aperfeiçoá-la, sim, para ela ficar cada vez mais ligada ao ritmo de investimentos ou desinvestimentos.

O Conselho Fiscal, que é uma proposta que ele deixa, eu acho que está na essência do pacto federativo. Ele chamou de Conselho Fiscal, e eu gosto muito da expressão que tenho usado com a minha equipe: a ideia de um Conselho Fiscal da República, do Conselho Fiscal da República. Para mim, isso é mais importante do que a reunião hoje que nós temos. O País todo está em expectativa esperando. O Banco Central, na reunião do Copom, vai aumentar 0,25% ou baixar 0,25% os juros. Foi uma conquista nossa ter um Banco Central que, realmente, combate a inflação. Agora, isso hoje, para mim, é menos importante do que um Conselho Fiscal. Ele falou sobre *spending reviews*. Realmente, a cada bimestre, esse Conselho Fiscal da República faz um monitoramento, aprova no final do ano o Orçamento. Este é o trabalho basicamente do Congresso: trabalhar o ano inteiro no estabelecimento do Orçamento do ano que vem e do monitoramento do deste ano. Então, eu sou a favor do Conselho Fiscal.

Essa agenda também que ele citou de ajuste fiscal com contrapartida é a essência do plano de equilíbrio financeiro, é o ajuste fiscal com contrapartida.

O Estado do Rio de Janeiro, por exemplo, estava com dificuldade, não queria entregar a Cedae etc. Então, o BNDES também fica com dificuldade de fazer a antecipação de recursos. Agora, se ele entregar a Cedae, os recursos saem mais rápido também, porque há uma contrapartida ou outro ativo que ele queira entregar ou um plano que ele tenha de restruturação de gastos.

Na análise de custo-benefício de programas e subsídios, estou 100% de acordo com o Senador Serra. Realmente, a gente tem muitos não só subsídios, mas também desonerações sem a análise de custo-benefício. Quando você dá uma desoneração, você tem que saber para quem você deu e qual o efeito: gerou emprego, gerou retorno social, o que está acontecendo? Nós, normalmente, concedemos concessões baseadas em poder político e em poder econômico. Quem tem mais bala influencia e, seja político, seja econômico, vem aqui, pressiona e leva o benefício, independentemente desta análise de custo-benefício que nós deveríamos fazer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto à securitização de dívidas, da dívida ativa, estamos de acordo. Quanto ao imposto sobre fundos fechados, também estamos de acordo com isso.

Finalmente, sobre o saneamento, ele falou que seria a favor de incentivos para saneamento. Nós achamos que saneamento é uma nova fronteira que pode realmente atrair muitos recursos. Gente do mundo inteiro está querendo trazer dinheiro para auxiliar em programas de saneamento. E é um problema básico. Os Municípios não estão conseguindo resolver o problema de saneamento, e os Estados também estão com dificuldades. Então, eu acho que nós vamos ter que fazer alguma coisa, sim, nessa direção, mas isso está muito mais ligado ao marco regulatório, como ele mesmo chegou a falar. Dependendo de como estabeleçamos o marco regulatório, podemos decolar o ritmo de investimentos em saneamento.

Senador Rogério Carvalho, eu acho, Senador, que, depois de quatro mandatos no Governo, falando muito em ideologia... É quem falou mais em ideologia. A eleição do Bolsonaro... Veja: eu nunca tive partido político, nunca estive de lado nenhum político. Eu acho que a eleição do Bolsonaro foi uma resposta a uma conversa ideológica de quatro mandatos seguidos. Quem está levantando ideologia fala: "Ah, o Bolsonaro chegou com ideologia hoje". Eu acho que foi o contrário. Houve uma conversa de ideologia de anos, anos e anos, e aí surgiu uma reação natural. E eu espero que haja espaço democrático para ver também o discurso do outro lado. Não pode ser que, em dois meses, já está tudo errado, que a ideologia está dominando tudo. Eu não estou vendo isso. Eu estou fazendo um discurso absolutamente pragmático. Não há nada de ideologia no discurso no sentido de que eu concordo com a sua avaliação de que a ideologia cega. A ideologia cega, cega mesmo as pessoas! As pessoas perdem o sentido das coisas, perdem o critério de avaliação objetiva do que está acontecendo. Então, eu concordo 100% com você de que a ideologia cega.

Eu acho até... Você usou expressões como "ferro e fogo". Eu não vi nada de ferro e fogo até agora. Eu cheguei aqui, não vi nenhum ferro e fogo, não vi ninguém fazendo ferro e fogo. Não estou entendendo nem o discurso do que você quer dizer com um Governo a ferro e fogo. Eu estou vindo aqui e apresentando um programa de previdência. Aí você fala o seguinte: "Estamos atacando o ventre do País, tirando as pessoas do ventre do País". Eu imagino que você esteja se referindo talvez ao BPC (Benefício de Prestação Continuada). Refere-se possivelmente a alguma coisa assim?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Ao nosso sistema de seguridade, que é uma...

O SR. PAULO GUEDES – Do sistema de seguridade eu vou falar.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... conquista da democracia brasileira e dos direitos. Materializa a cidadania do povo brasileiro.

O SR. PAULO GUEDES – Vou falar sobre isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Olha só, em nenhum momento... Isto é importante, hem? Você tem um sistema de seguridade que está aí há muitos anos. Ele é muito solidário e muito fraterno e quebrou. Então, ele está quebrado, está quebrado! Financeiramente, ele está quebrado. E aí eu vou dizer um negócio: ele não é tão fraterno como você acha, não. Sabe por quê? Há gente que recebe 20 vezes... Você, por exemplo, como político, pode se aposentar ganhando 20 vezes o que ganha um trabalhador. Eu acho isso ruim. Eu acho isso errado.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Fora do microfone*.) – Não, a aposentadoria é de R$5,5 mil.

O SR. PAULO GUEDES – Nossa proposta está reduzindo e fazendo convergir os ganhos dos empresários, da classe política, de quem tem privilégio. Isso está sendo reduzido.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Há um teto de R$5,5 mil!

O SR. PAULO GUEDES – Por favor, eu posso falar?

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Pode. Eu também posso!

O SR. PAULO GUEDES – Obrigado.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – É de R$5,5 mil o teto da aposentadoria.

O SR. PAULO GUEDES – A senhora terá o seu horário.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – O senhor não é o mandante da Comissão!

O SR. PAULO GUEDES – De forma alguma! Mas nós temos que ter alguma disciplina.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – O senhor está enganado. Estou só corrigindo...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, Ministro Paulo Guedes, espere aí!

O SR. PAULO GUEDES – Nós temos que ter alguma coisa...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, espere aí!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Estou só corrigindo, dizendo que a aposentadoria nossa não é dez vezes mais que a outra.

O SR. PAULO GUEDES – Senadora, Senadora...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, Ministro!

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Em audiência pública, o Senador também pode dar a opinião dele!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ministro, não, não, espere aí! Só um minutinho!

O SR. PAULO GUEDES – Por favor! Vamos todos falar ao mesmo tempo?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não! Espere aí, Ministro!

O SR. PAULO GUEDES – Todo mundo vai falar ao mesmo tempo?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ministro, dá licença!

O SR. PAULO GUEDES – Vai falar ao mesmo tempo todo mundo?

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Fora do microfone*.) – Não, Ministro!

O SR. PAULO GUEDES – Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, Ministro! O senhor é convidado aqui, e nós vamos tratá-lo com respeito, mas o senhor não vai desrespeitar Senador nem Senadora aqui, não.

O SR. PAULO GUEDES – Eu não estou desrespeitando ninguém.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor me desculpe, Ministro. Com todo o respeito, o senhor é convidado.

O SR. PAULO GUEDES – Com todo o respeito, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor adiou três vezes sua vinda aqui. Entre nós, podemos até ter divergência política, mas, em relação aos Senadores...

O SR. PAULO GUEDES – É claro! São todos contra! É claro, perfeitamente!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eles estão aqui e são os verdadeiros representantes da população brasileira.

O SR. PAULO GUEDES – Com todo o respeito, com todo o respeito...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mal ou bem, o Governo atacando a velha política ou a nova política, nós somos representantes do povo.

O SR. PAULO GUEDES – Eu falei alguma coisa semelhante a isso, à velha política?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor disse que a Senadora calasse a boca.

O SR. PAULO GUEDES – Não, eu não disse isso.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – O senhor mandou eu calar a boca.

O SR. PAULO GUEDES – Não mandei calar a boca.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Mandou eu calar a boca, sim.

O SR. PAULO GUEDES – Eu não usei a expressão "calar a boca".

A senhora deixa eu falar?

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Eu disse que eu tinha que fazer um reparo, porque o senhor errou.

O SR. PAULO GUEDES – Ah, quer dizer que a senhora não me deixa falar? Perfeito!

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – O senhor cometeu um equívoco. Nós não aposentamos com 30 vezes o salário de ninguém. Nós estamos no teto. Os Senadores se aposentam com R$ 5,5 mil no máximo, e não 30 vezes acima do que a população brasileira. Agora os militares, sim, aposentam com 30 vezes mais.

O SR. PAULO GUEDES – Deixa eu fazer uma pergunta factual.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Dr. Paulo Guedes, quero fazer só um reparo.

O SR. PAULO GUEDES – Posso fazer uma pergunta factual? Alguém recebe uma aposentadoria... Vocês já leram no jornal alguma vez que alguém tem uma aposentadoria de R$60 mil ou de R$70 mil?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Sim, Dr. Paulo Guedes...

O SR. PAULO GUEDES – Já leram, não é? Pois é, isso é que nós estamos...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Dr. Paulo Guedes, quero fazer só um reparo.

O SR. PAULO GUEDES – Senador, vamos fazer o seguinte...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu fui Relator do projeto de lei da reforma da previdência do Funpresp, e o senhor sabe que é um sistema de capitalização com uma aposentadoria complementar.

O SR. PAULO GUEDES – Pois é, eu ia lhe perguntar isso.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Sim, o problema não está aí. O problema é capitalizar...

O SR. PAULO GUEDES – Que bom!

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... para o coitado...

O SR. PAULO GUEDES – Que bom, que bom! Estamos de acordo!

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... e só haver contribuição do trabalhador, e não contribuição do patrão. Aí fica difícil!

O SR. PAULO GUEDES – Que bom, não é, Senador? Estamos de acordo, então. Eu entendi que o senhor falou que o sistema de capitalização é terrível, que ele é muito ruim. Eu ia perguntar se o Funpresp...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Veja: nós não podemos misturar o sistema geral de previdência com os regimes próprios de previdência. Se a gente fizer essa mistura, a gente vai criar uma conta que é impagável, e o trabalhador do sistema geral de previdência não pode pagar essa conta.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Querido Senador Rogério, por favor...

O SR. PAULO GUEDES – O senhor teve um tempo para falar. Eu estou pedindo um tempo para eu falar agora, só isso!

Quando o senhor falou em ideologia, eu podia ter virado e falado assim: "Não, ideologia, não!". Eu não falei. Eu esperei o senhor falar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ministro, o senhor pode concluir as respostas que o senhor quiser. O senhor tem o tempo necessário para concluí-las, por favor. Pode continuar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO GUEDES – Eu não vou nem entrar nesse assunto. Sabe por quê? Esse assunto de ideologia é um território conhecido dos senhores. Os senhores conhecem esse território. Os senhores usaram esse território. E agora houve uma eleição justamente que entrou nesse território. Eu não estou nesse território.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Veja, Ministro: se o Presidente manda...

O SR. PAULO GUEDES – Por favor! Eu não estou nesse território.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Se o Presidente manda no dia 31 de março...

O SR. PAULO GUEDES – Eu não estou nesse território.

O SR. PAULO GUEDES – ... fazer comemoração do golpe militar, isso não é ideologia?

O SR. PAULO GUEDES – Pois é, o senhor acha que eu...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Pelo amor de Deus!

O SR. PAULO GUEDES – ... vou entrar numa discussão dessas com o senhor hoje?

Por isso, quando o senhor falou em ideologia, o senhor puxou um território que não é o meu. Eu não quero entrar nesse território.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vamos garantir a palavra ao Ministro.

Por favor, Ministro...

O SR. PAULO GUEDES – Eu não quero entrar nesse território. Entendeu?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pode continuar, Ministro.

O SR. PAULO GUEDES – Eu adoraria que o senhor discutisse isso com os políticos. Político tem de discutir ideologia, esse troço todo. Eu sou um técnico e estou dizendo o seguinte: estou tentando uma migração para um sistema de capitalização que, em primeiro lugar, é um sistema que visa a garantir as aposentadorias que hoje estão sob risco. Essa é a primeira coisa. Esta é a primeira coisa na nossa reforma previdenciária: é uma obviedade hoje que o sistema está quebrando. É uma obviedade hoje que o sistema está quebrando! Então, nós estamos tentando – é a primeira preocupação – assegurar o pagamento das aposentadorias atuais dos mais pobres, principalmente, porque nós estamos indo justamente nas aposentadorias mais altas e cobrando deles. Então, quem está pagando mais é quem tem aposentadoria mais alta, e está tudo convergindo lá na frente. Está no melhor espírito da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fraternidade. O senhor sempre defendeu, o seu partido sempre defendeu fraternidade, participação – é o que nós estamos fazendo! –, progressividade, ao invés de regressividade.

Então, em si, a reforma tem duas fases. A primeira fase é uma fase para consertar, reduzir as desigualdades sociais, remover privilégios, fazer convergir, cobrar mais de quem tem mais, o que é absolutamente compreensível para uma plataforma como a sua, absolutamente! Aí há a segunda fase, que seria uma transição para um regime de capitalização. Essa fase... Nós somos tão respeitosos com o Congresso, que essa fase é uma segunda fase; ela não foi definida ainda. E cabe perfeitamente, em qualquer sistema de capitalização, uma camada de fraternidade, de solidariedade, do que você quiser. Ela cabe; o que não cabe é o inverso. Você nunca... Num sistema de repartição que quebrou, você não tem como ir para a capitalização. Num sistema de capitalização que leva recurso para o futuro, você sempre pode botar uma camada, dizendo o seguinte: "Olha, isso está muito baixo, vou botar um imposto geral de fraternidade sobre todo mundo para pagar aquilo, tranquilamente".

Então, essa transição está... Você tem sempre essa opção de recuar. No regime de capitalização, você pode recuar, porque ele tem recursos. Eu ia perguntar justamente isso. Vocês fizeram – e foi um passo acertado – sistemas de capitalização, lançaram o Funpresp, lançaram tudo isso. Da mesma forma... É por isso que eu acho que não pode... Eu achei interessante você introduzir ideologia. Você viu como é que esquentou? Esse é o clima que, quando criado, provoca; se não é criado, não provoca. Ninguém quer falar em ideologia. Aí você vira para uma reforma que tem o seu espírito. É assim: "Olha, nós estamos aqui tirando de quem tem mais e passando para quem tem menos e vamos dar uma opção voluntária para quem quiser entrar num regime novo". É tudo voluntário. Não mexemos em nada, não fizemos violência nenhuma. "Ah, isso é ideologia, está levando para um território agressivo, a ferro e fogo!" São dois meses de governo! Será que só vale... Eu tenho que ficar quatro anos, quatro mandatos, olhando e dizendo "legal, bacana o experimento deles"! Agora, em dois meses, já é ferro e fogo, ideologia? Não vamos confundir a campanha eleitoral com o nosso ambiente aqui, senão o que dá é isto: uma discussão danada.

Eu lamento se eu... Nós estávamos indo super bem. Aí, de repente, há uma... Estou tentando fazer uma colocação construtiva, e aí, de repente, alguém entra e fala. Aí eu falo: "Espere aí. Posso falar agora?" Desculpe, mas eu sou assim também. Há hora em que um fala, o outro escuta; há hora em que um escuta, o outro fala. Eu não quis desrespeitar ninguém. Eu quis fazer valer o meu tempo para responder.

Ainda sobre as suas observações, eu quero dizer o seguinte: isso é absolutamente...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO GUEDES – ... pragmático, as nossas reformas são absolutamente pragmáticas e têm este sentido social, sim, de fazer justamente com que a previdência recupere a sua estabilidade financeira, fazendo quem pode pagar mais e convergindo tudo lá na frente.

Eu não quis usar o exemplo político. Pode usar político, pode usar empresário, qualquer um. Nós queremos dizer o seguinte: qualquer cidadão brasileiro pode se aposentar com o mesmo resultado lá no final. Esse seria um ideal republicano. Os que ficaram para trás, os desassistidos... Para você ter uma ideia, eu tenho 69 anos, eu nunca pedi minha aposentadoria. É simples como isso! Então, isso é para quem ficou para trás. Isso não é para garantir privilégios, para facilitar a acumulação de privilégios, nada disso! Então, a reforma que nós fizemos foi com esse espírito republicano. Peço essa compreensão antes de se involucrar isso como se fosse um negócio ideológico; não o é! É um negócio prático. No futuro, todos os regimes previdenciários serão de capitalização.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO GUEDES – Estou lhe dizendo isso com a convicção de quem conhece a dinâmica dos juros compostos. Ou você bota os juros compostos para trabalhar a favor do trabalhador... Você vê como ele é capaz de destruir Estados e Municípios quando ele trabalha contra? Ele é a favor do trabalhador se você botá-lo para trabalhar a favor. É só isso. É uma observação técnica.

Eu ia dizer também o seguinte: as outras observações... O Banco Central ainda não baixou os juros. São 60 dias. Eu também não vou defender aqui o Banco Central. O Banco Central é independente. O Banco Central derrubou uma inflação aí trabalhando... Eu não vou nem entrar nesse espaço. Eu só quero lhe explicar que não vou entrar no espaço do Banco Central. Distribuição de renda, nenhuma visão de Brasil... Puxa, acabou de acontecer uma eleição. Um Governo foi eleito. Aí o que eu posso responder? "Não existe visão de Brasil! Eu não sei o que vocês querem fazer!" Essa é uma discussão política, e peço desculpas por não entrar nisso, porque isso apaixona, e eu não quero entrar na paixão. Não quero entrar na paixão.

O Senador Jean Prates fez três observações também, uma sobre o Imposto de Renda.

No mundo financeiro, Senador, eles calculam o valor presente num projeto qualquer de exploração de petróleo, e aí, se você cobrar o imposto... Primeiro, eu concordo 100% com a sua ideia. É o seguinte: o Brasil está sendo visto mesmo e percebido lá fora como uma nova fronteira, como o que há de melhor do ponto de vista de exploração de petróleo para os próximos 20 ou 30 anos. É fato isso. Existe essa percepção. O Brasil pode ter uma riqueza semelhante àquela que foi a riqueza do Oriente Médio, sim; é uma fronteira enorme. É isso que estou jogando a favor. Quando falo no pacto federativo e na descentralização de recursos, há a ideia justamente de você usar esses recursos para criar um novo país onde as federações são fortes, onde o dinheiro está próximo do povo, onde o Presidente eleito, o Prefeito eleito e o Governador eleito têm capacidade financeira de resolver o problema de saúde e de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

educação na base. Não é o Ministro, aqui de cima, abstratamente, falando: "Vou acabar com o problema da educação no Brasil". Não existe isso. Quem já foi executivo sabe que a ação é feita localmente, lá dentro. É o Prefeito, é o Governador que enfrenta isso. Nós conversávamos sobre isso. Pouco antes de vir para cá, eu conversava com o Senador Aziz, que estava dizendo: "Dinheiro no Ministério é uma coisa; dinheiro na mão de quem está lá fazendo uma escola ou fazendo um ambulatório é outra!".

Então, o que eles fazem, Senador, é o seguinte: se você... Vamos supor que há certo interesse e que eles pagariam cem. Há um interesse enorme, e eles pagariam cem. Se você bota o imposto, ele deduz esse imposto, e ele pagaria... Vamos supor que o imposto, no final, dê 30% ou 40% e que você ache que é muito bom cobrar esse imposto: "Já que eles são competitivos e estão competindo para extrair nossa riqueza, vou botar o imposto." Na hora em que você bota o imposto de 30%, ele faz o cálculo econômico dele, e eu pagaria cem. Se 30% vão para o Governo sob forma de imposto, eu só pago 70, eu vou "bidar" no leilão por 70. "Ah, o imposto é zero!" Ele paga cem. Eu lhe digo isso como uma pessoa que já participou de muito leilão do outro lado, sempre sabendo o seguinte: eu estou disposto a pagar tanto.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Eu também já participei de muitos.

O SR. PAULO GUEDES – Pois é! Então, pronto!

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Já fiz estudo de viabilidade de entrada nisso.

O SR. PAULO GUEDES – Isso.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – É um fluxo de caixa de 45 anos.

O SR. PAULO GUEDES – Isso, faz o seu fluxo de caixa...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – E não dá para colocar num bônus de um dia. Não dá, não cabe.

O SR. PAULO GUEDES – Não, eu estou dizendo...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Eles fazem o cálculo, sim, da participação governamental do fluxo de 45 ou 50 anos de produção.

O SR. PAULO GUEDES – O que eu digo é o seguinte: ninguém paga mais por que há imposto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – O bônus não reflete isso.

O SR. PAULO GUEDES – Ninguém paga mais por que há imposto; você paga menos.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Está certo...

O SR. PAULO GUEDES – Se houver imposto, você paga menos. Se houver muito imposto, você paga muito menos ainda. Faça um teste no limite: ponha um imposto de 100%, que você vai pagar zero.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Não, esse é aquele conceito, Ministro...

O SR. PAULO GUEDES – Você vai pagar zero!

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Desculpe! É aquele conceito que a doutrina internacional da área de análise econômica, da área de petróleo e de todas as concessões desse tipo chama de *government take*. O *government take* do Brasil pode subir, sim! E *government take* é composto de *royalties*, de participação especial, de bônus de assinatura, de *rental fee*, de todos esses... Isto tudo se combina: Imposto de Renda, CSLL! É o *government take*!

O SR. PAULO GUEDES – A beleza da economia sabe qual é? A beleza da economia é que você estuda por anos, anos e anos para entender que você pode botar da forma que você quiser, que, no final, isso tudo vira um número.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Exatamente!

O SR. PAULO GUEDES – E você sabe que, quando você tenta tirar de um lado, do outro lado o sujeito compensa. Entendeu?

Mas eu respeito o seu ponto de vista.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Não, mas, nesse caso, o senhor está comparado isso com outros cenários de entrada em países diferentes.

O SR. PAULO GUEDES – Não, não!

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Está somando lugares para entrar.

O SR. PAULO GUEDES – Bom, vamos fazer o seguinte, eu vou simplificar: esse é assunto do Ministro que esteve aqui ontem.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO GUEDES – É ele que vende as reservas brasileiras.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Mas a visão do Ministro da Economia é fundamental.

O SR. PAULO GUEDES – Bom, eu já tenho a minha visão.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Se a gente for muito esfomeado...

O SR. PAULO GUEDES – Eu já tenho a minha visão.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... a gente perde o investidor ou perde o investimento.

O SR. PAULO GUEDES – Eu já tenho a minha visão e acho o seguinte: você tem várias formas de extrair isso do investidor estrangeiro; uma delas é você botar bastante imposto, e ele faz...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO GUEDES – ... um lance um pouco menor, e a outra é você botar menos imposto, e ele faz um lance um pouco maior.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Essa é a nossa discordância. Ele não o faz.

O SR. PAULO GUEDES – Perfeito!

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – E a outra é quanto ao conteúdo nacional e à capacitação de mão de obra, porque também não há um plano claro do Governo. Desculpa!

O SR. PAULO GUEDES – Mas é válido, é tranquilo. Mas essa é uma conversa boa, longa. Essa é uma conversa de duas horas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu também acho, mas...

O SR. PAULO GUEDES – Mas não é para ser tratada aqui.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Vamos lá!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É o seguinte: eu fui informado agora pelo Presidente do Senado que, às 18h, vai começar a Ordem do Dia e que, talvez, seja votada a PEC que foi votada ontem na Câmara. Então, nós vamos encerrar esta reunião em 40 minutos. Eu vou interromper. Se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ultrapassar o tempo, eu vou interromper, porque senão não tenho como... Nós temos que abrir a sessão ainda do Senado. A sessão não foi aberta porque esta Comissão está funcionando.

O SR. PAULO GUEDES – Perfeito!

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA) – Presidente, quero só fazer uma reclamação aqui.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA) – O nosso Presidente Davi vai votar hoje a PEC. Ele está mais rápido que a oposição, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu soube disso...

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA) – Ele nem deixou a gente articular nada.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não! Ele não me falou isso. Eu fui...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Como Líder da oposição, eu fui derrotado pelo Presidente da Casa. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Isso vai ser votado hoje?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. *Fora do microfone*.) – Ele se adiantou.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A Senadora Kátia Abreu, depois o Senador Alessandro Vieira e, depois, o Randolfe Rodrigues...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG. *Fora do microfone*.) – E eu?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, o senhor é o último. Há muita gente aqui.

Agora, há duas coisas aqui...

Ministro Paulo Guedes, quanto à sugestão do projeto, peço que o senhor dê só o que recebeu, para mandar para a gente uma sugestão em relação a esse aí das unidades. (*Pausa.*)

Senadora Katia Abreu, por favor...

Senador Jorginho, já deu o recebido?

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - SC. *Fora do microfone*.) – Já dei o recebido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, está bem. Obrigado.

Senadora, por favor...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – São três minutos?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É um pouco mais, é um pouquinho mais sempre.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. Para interpelar Ministro.) – Não há problema em cortar, porque a minha conversa é comprida mesmo. Pode cortar.

Sr. Ministro da Economia – eu ia falar Presidente do Banco Central, não era Presidente do Brasil, não se preocupe –, a agricultura brasileira, nos últimos 25 anos, teve um acréscimo no PIB de 98% e, na produção, de 236%, tudo isso graças à eficiência e à produtividade, e não àquela subvenção capenga e protecionista, à incompetência! Durante todo esse período, nós salgamos carne boa, não salgamos carne podre. Certo? Isso o mundo inteiro faz. Por quê? Porque a subvenção agrícola, infelizmente, é para proteger de climas – o senhor nunca correu esse risco –, chuva, sol, falta de chuva, porque nós dependemos, além de tecnologia, de São Pedro. E ainda temos uma economia perfeita em que todo mundo produz tudo. Então, o controle é feito nas bolsas do mundo inteiro, e nós não temos controle sobre isso. Nós fazemos tudo certo da porteira para dentro. Nós fazemos tudo com a maior eficiência.

Por que a subvenção é feita no mundo inteiro? Em alguns lugares, por incompetência mesmo, mas, na grande maioria dos lugares, que hoje somam US$1 bilhão/dia... Os Estados Unidos, a Europa, a Austrália e o Japão gastam mais ou menos, de acordo com a OMC, em termos do valor bruto da produção, entre 26% e 28% sobre o valor bruto da produção, desobedecendo em muito à cláusula de *minimis*. Ao contrário, nós gastamos apenas 4% e poderíamos chegar até 12% em subvenção.

A subvenção brasileira, no caso, não é para nos proteger da nossa incompetência, mas para nos proteger da incompetência do Estado brasileiro, que...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – ... não tem estradas, que não tem ferrovias, que não tem hidrovias, que não tem portos. (*Pausa.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Eu vou aguardar. Não tenho pressa. Eu vou esperar terminar, não tenho pressa.

Obrigada.

Então, a subvenção é para dar essa proteção a quem não tem a eficiência do Estado brasileiro da porteira para fora – o senhor sabe muito bem como está o Brasil hoje – e também para nos proteger da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

formação de preços. A subvenção não é uma caridade, não é uma dádiva; ao contrário, trata-se de fazer uma alocação correta de recursos a quem está dando retorno no dia a dia. Nós contribuímos com 38% do emprego nacional, muito mais de um quarto do PIB, e representamos 50% das exportações.

Eu tenho visto, por várias vezes, desde o início do seu mandato... Aliás, o senhor não mentiu na campanha – quem não quis ouvir foram os ruralistas – quando disse que o senhor tiraria a subvenção da agricultura. E a subvenção tem sido...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Pode falar. Eu espero. (*Pausa.*)

Então, está bem.

A subvenção da agricultura, o senhor dizendo ou não, tem sido reduzida drasticamente, começando pelas máquinas e implementos agrícolas. Nós crescemos no PIB 298% e 236% em produtividade porque nós tivemos a Embrapa, a pesquisa, a inovação, a tecnologia à disposição dos produtores para aplicar e porque tivemos máquinas e implementos de primeira linha, de qualidade máxima. Então, com essa pequeníssima subvenção, foi possível nós nos tornarmos, nos últimos 40 anos, um dos maiores gigantes da agropecuária mundial.

Eu gostaria de registrar que, nos Estados Unidos, o seguro agrícola é de 100% – para não mentir, é de 98%. E lá não há zero de crédito rural subvencionado. Nós faríamos essa troca com tranquilidade. Se o senhor nos der 100% de seguro agrícola e de preços, como é nos Estados Unidos, nós também não precisaremos de subvenção para o financiamento. Lá isso funciona automaticamente em todas as estações do país inteiro, e se mostra a diferença de custo de produção e preço de mercado. Então, lá isso não funciona apenas por falta de chuva ou por excesso de sol, mas também por preço de mercado.

Eu estou muito preocupada com o recuo dessa subvenção, que acontece no mundo inteiro, repito, não é uma graça brasileira. E nós damos resultado: nós triplicamos a subvenção investida em nós.

Ao saberem dos recursos para a agricultura, às vezes, quando anunciados, as pessoas levam um susto, como se R$200 milhões, R$200 bilhões fossem dados; na verdade, eles são emprestados, e nós pagamos de volta todo esse financiamento.

Então, esse recuo é muito difícil de ser tolerado. Com isso, vamos ter consequências graves.

Nós tínhamos, até quatro safras atrás, 1.150 produtores financiados; já estamos hoje com 850 mil produtores financiados, com uma redução de 300. Isso é preocupante, porque nós estamos caindo na mão dos *traders*, que é o juro do mercado livre, em que não há subvenção nem cuidado. O que está

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acontecendo? Nós estamos nos dirigindo para uma agricultura sem agricultores, uma gigante agricultura com meia dúzia de produtores que conseguem sobreviver a expensas dos grandes *traders.*

Para concluir, eu queria saber o que o senhor acha... Sobre a subvenção da agricultura, eu já sei o que o senhor acha, o senhor é contra. Eu queria saber o que o senhor pretende fazer com a "subvenção" – entre aspas – para os impostos sobre lucros e dividendos, o que, na realidade, é uma subvenção na veia. Hoje nós cobramos 4%, enquanto, nos Estados Unidos, são 29%, e há países em que são 49%. O seu Ministério imagina, junto com a importância da reforma da previdência, que essa questão tributária também vai ser considerada? De certa fora, há uma satisfação a se dar ao povo brasileiro que tem um salário mínimo, em média, de aposentadoria, enquanto sobre as grandes fortunas e dividendos não há imposto algum.

E sobre as desonerações tributárias, o que o senhor imagina fazer? Nós estamos a 4% do PIB, e, em média geral, no mundo, são 2%. Existe algum planejamento para classificar, avaliar e analisar as desonerações tributárias que poderiam compensar e muito esses setores que dão retorno ao País?

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senadora.

Com a palavra o Senador Alessandro Vieira.

Depois, fala o Senador Paulo Paim, e eu passo a palavra ao Ministro, para ele responder à Senadora Kátia, ao Senador Alessandro e ao Senador Paulo Paim.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - SE. Para interpelar Ministro.) – Boa tarde, quase boa noite, Sr. Ministro e Sr. Presidente!

Eu vou dividir minha fala só em duas pequenas perguntas. Faço a primeira delas.

Eu venho do menor Estado da Federação e o represento, um Estado pobre e quebrado, que é o Estado de Sergipe. É quebrado por toda a conjuntura econômica e pelas péssimas gestões que lá se acumularam ao longo dos anos.

Eu vejo o senhor manejando, com muita tranquilidade, números imensos, a ponto de se referir à questão original desta pauta, que seria a questão da Lei Kandir, como uma questão de menor importância. Se o Estado tem recebimentos na casa de R$1,9 bilhão, não é preciso discutir, porque o senhor vai viabilizar, já no ano que vem, R$4 bilhões, R$4,5 bilhões.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - SE) – Exato. São números gigantescos!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a primeira pergunta é basicamente esta: de onde vai sair essa fortuna tão díspar do que temos hoje?

Relembrando, o Estado brasileiro não paga a Lei Kandir ao longo de uma década e pouquinho. São valores muito altos. O senhor usou um exemplo, R$1,9 bilhão, e não vamos discutir R$1,9 bilhão. Vamos dizer que esqueçamos a Kandir porque, no ano que vem, já caem na conta R$4 bilhões, R$4,5 bilhões. Então, vamos descobrir de onde vem esse dinheiro, porque acho que é uma notícia muito boa. Eu quero compartilhar com os sergipanos e com todos os brasileiros essa solução mágica.

No segundo ponto, Sr. Ministro, aí eu me somo ao que o senhor coloca com relação a ideologias. Realmente, debater ideologias, ainda que seja esta a Casa para debatê-las, não é o melhor caminho para se buscarem soluções para questões econômicas e financeiras. Mas não vamos debater nenhuma ideologia, nem de A nem de B, porque, senão, só estaremos trocando de sentido a biruta e vamos continuar ao sabor dos ventos.

Com relação à reforma da previdência, nós concordamos plenamente que ela é necessária porque ela hoje é insustentável fiscalmente, ela aumenta a desigualdade – esse é um ponto pouco compreendido e explorado, porque quem mais recebe aportes é justamente aquele que tem maior benefício, quando você faz a conta, e isso tem de ser mais bem esclarecido. Sem dúvida nenhuma, o nosso regime previdenciário perpetua privilégios.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - SE) – Então, concordamos com a necessidade da reforma, mas eu gostaria de receber do senhor uma informação com relação ao tamanho exato necessário dessa reforma para a gestão previdenciária, apartando da óbvia necessidade e do óbvio desejo do Governo em sinalizar para investidores. Isso tem que ser separado. Uma coisa é a correção de rumos para que a nossa previdência funcione bem, apartando da previdência a questão da assistência, porque são questões totalmente diversas, e aquilo que é sinalização de um novo momento histórico.

E, só como observação, quero mencionar que me preocupou a ligeireza com a qual o senhor tratou o possível ingresso nosso na OCDE e a saída da OMC, mencionada em uma conversa de passagem numa negociação de um dia nos Estados Unidos. Eu tenho a certeza de que deve ter sido um problema de comunicação, para que tenhamos um pouco mais de densidade num assunto de tamanha importância para vários setores produtivos.

Muito obrigado, Sr. Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador Alessandro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou passar a palavra para o Senador Paim, mas, por obrigação de ofício, lembro que, pelo e-Cidadania, pessoas mandam perguntas para cá, e eu vou passá-las ao Ministro.

Adaiane Ferraz, de Minas Gerais, pergunta: "Qual vai ser o plano para tirar o Estado do endividamento de uma forma que não prejudique mais [a população] os cidadãos?".

Alexandre Weber, de São Paulo, pergunta: "Como relançar a economia? O que se usará para dar um *start* na paradeira geral, principalmente no pequeno comércio e indústria?". Acho que é paradeira ou quebradeira.

Flávio Queiroz, de Minas Gerais, indaga: "Boa tarde! Ministro, a reforma da previdência dos militares ataca os privilégios?".

São perguntas que a gente recebe. Vou repassá-las ao senhor. A sua assessoria depois pode passar aqui, que a gente encaminha para as pessoas que mandam essas perguntas.

Senador Paim, por favor...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para interpelar Ministro.) – Presidente Omar e Ministro Paulo Guedes, eu vou começar pela fala do Senador Alessandro, porque há algo que eu também não consegui entender. A gente fala que não tem dinheiro, tem de fazer a reforma da previdência, e V. Exa. anuncia aos Estados: "Não se preocupem porque, no ano que vêm, vão ser R$4 bilhões!". E o que estava previsto era o valor de R$1,6 bilhão. Eu não consegui entender isso. O termo que ele usou foi "mágica". Essa matemática eu não consegui entender.

O debate hoje – eu tinha essa preocupação – era para ser feito em torno do pacto federativo e da questão da Lei Kandir. Muito pouco se discutiu isso aqui, e se entrou no debate da previdência. Eu nem quero falar aqui... Foi isso que aconteceu a maior parte do tempo. V. Exa. sabe disso e, habilmente, usou o tempo dez vezes mais do que qualquer Parlamentar. Mas isso faz parte do jogo. Eu não estou fazendo uma crítica. Então, V. Exa., além de economista, sabe politicamente usar o tempo.

Eu nem quero falar aqui, porque não seria o debate, dos R$400 de quem ganhava um salário mínimo! Não quero falar disso, e nem precisa responder. Nem quero falar aqui que não vai haver mais a correção dos benefícios, sendo que nós Constituintes fizemos um pacto social naquela época. Eu fui Constituinte. Nem quero falar aqui que esses R$400 estão engessados na Constituição pelo texto que aqui chegou! Nem quero falar aqui como vão ficar os acidentes no trabalho! Nem quero falar disso, porque não há tempo. Nem quero falar aqui da situação do trabalhador rural! A PEC chega ao absurdo – não sei se foi erro de redação – de dizer que, para quem está no regime geral, entre homem e mulher há uma diferença de três anos; para quem está na área rural, a mulher tem que trabalhar o mesmo tempo que o homem. Não quero nem falar disso, e não precisa responder hoje. Eu vou explicar isso no final.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não precisa falar aqui do regime de capitalização. É claro que a gente também foi olhar os últimos dados da OIT sobre os 30 países do mundo que usaram esse sistema. O que aconteceu? Dezoito já recuaram! E podemos apontar quais eram os partidos. E os outros estão recuando. A gente copiar o que é bom lá fora é excelente. Mas copiar o que deu errado? No Chile, há aposentado e pensionista ganhando R$6; mais que a metade ganha R$500. E lá havia uma visão semelhante à nossa. É o país do mundo onde mais idoso se suicida! Isso se dá devido a quê? Ao regime de capitalização! E todos nós sabemos disso. Mas não precisa responder isso hoje.

Quanto aos privilégios, mostre-me os privilégios! Eu duvido que haja um Senador aqui que não... Eu não sou daqueles que dizem: "Não voto nada, sou contra tudo." Nada disso! Se tem de debater, vamos debater, como fizemos nos outros Governos. No Governo Lula, eu iria votar contra, anunciei que votaria contra. Daí surgiu a PEC Paralela, uma construção coletiva do Senado. E votamos praticamente por unanimidade. Então, estou aberto ao diálogo, como sei que todos aqui estão. Mas, como está posta, Ministro, não há a mínima condição de passar essa proposta nem aqui nem... Ela nem vem da Câmara, não virá da Câmara. Não virá, e eu vou dizer por que no encerramento aqui.

Privilégios? Diga os privilégios. Eu tenho certeza absoluta de que não vai haver nenhum aqui! Eu acho que fazem uma injustiça com o servidor público. O servidor público, desde 2013, tem o teto de R$5,8 mil. Naquela emenda – eu até elogiei no primeiro dia –, há um "ou". Não tem de haver "ou" coisa nenhuma! Para todos os políticos, de Vereador a Presidente da República, Governador, Deputado, Senador, o teto de todo mundo é de R$5,8 mil. Somos parceiros. Ali vocês citam essa questão que eu tenho elogiado: "Não, aqui eles citam." E pegaram algumas recomendações da própria CPI que eu presidi.

Por fim, sobre a aposentadoria especial, como ficam os professores? Como fica quem trabalha em atividades insalubres, perigosas e penosas? Como ficam os policiais civis e militares? Para os militares das Forças Armadas, botaram um plano de carreira dentro da reforma da previdência que mandaram para cá; eles misturaram! Não dá! Eu não sou contra, não! Acho que o Exército, as Forças Armadas têm de ter um tratamento diferenciado. Eles têm que ter esse tratamento, mas não dá para, no meio da reforma da previdência, botar um plano de cargos e salários!

Estou concluindo, Ministro. Eu disse que não queria me alongar.

Ontem, no Plenário, na tribuna, eu li uma nota pequenina do centrão. Eram 11 partidos, e agora dizem são que 13. São 13 partidos que assinam essa nota. O que eles dizem? Que não aceitam a questão rural, não aceitam a questão da desconstitucionalização, ou tirar da Constituição, e não aceitam também a história do BPC que todo mundo sabe. Esse é o quadro que se apresenta.

Não precisa me dizer nada, porque hoje não é debate, Ministro. Quero deixar outros falarem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu só quero pedir, mas quero pedir mesmo... Ministro, olhe o meu pedido aqui. Eu sou daqueles que querem dialogar, que querem construir o que for possível para o bem do País. Eu sei que essa é a visão da maioria dos Senadores. Como está, não passa, mas não passa mesmo! Pode ter certeza absoluta de que não passa! Será um desastre para o País, e nós não vamos pactuar com isso. Acho que, no fundo, nem V. Exa.... Até o Presidente disse que ele não queria essa reforma. Até o Presidente disse isso! Eu fui Deputado com ele e aqui não faço nenhuma crítica. Ele também tem dito isso. Eu tenho tido o cuidado de não fazer ataque pessoal a ninguém ao longo da minha vida e não o farei hoje.

Por fim, qual é o pedido que eu quero fazer? Peça para os seus técnicos que estão aqui... São todos capacitados, homens que conheço, brilhantes! Peça que eles venham aos debates para fazerem o contraditório. Eu já fiz oito debates sobre a reforma da previdência. Eu imploro ao Governo que mande o outro lado. Eu já comecei a ir para a tribuna e dizer: "Pelo amor de Deus, venha alguém que defenda essa reforma!". Ninguém quer defendê-la! Então, faço um apelo aos senhores que estão aqui. Sei que são preparados e construíram a proposta. Vamos acertar um ciclo de debates para o qual venham dois ou três favoráveis e dois ou três contrários. Por fim, a gente propõe irem ao Plenário do Senado quatro contrários e quatro a favor.

A população tem de saber que reforma é essa. A população não sabe!

A sua fala aqui, é claro... O senhor fala um tempo maior do que cada Senador, o que é legítimo, mas nós temos de construir uma proposta sabendo onde estamos pisando, o que queremos, de fato, aprovar.

Ministro, eu lhe confesso: para mim, o problema número um é o regime de capitalização. Calcule: se 80% dos trabalhadores ganham de um a dois salários mínimos neste País – é mais ou menos isso que ocorre neste País –, como eles vão ter dinheiro para fazer uma poupança individual, sem que haja mais a contribuição do Estado e dos empregadores? Não vão ter dinheiro, não vão ter! Eles não têm dinheiro para fazer essa poupança. Como eles vão sobreviver na sua velhice? Eles não têm como se manter!

Ministro, então, veja: quero ser com V. Exa. o mais elegante possível, porque assim eu entendo que a gente constrói um projeto de Nação. Nós queremos debater o projeto.

Eu termino com isto: por favor, mandem alguém que defenda essa reforma, porque, até o momento, ninguém a defende. Eu não consigo achar no Brasil... Quando a gente propõe o debate na Comissão de Direitos Humanos... E seus assessores estão aqui. Se não me engano, aquele é um que ontem me disse que vão mandar agora alguém para fazer o contraditório. Eu me comprometo, tanto na Comissão como aqui, com o meu querido Omar Aziz, que isso será feito em alto nível.

Outro dia, mandaram para cá três para defenderem a reforma e um contrário. O que aconteceu? O que era contra fez uma defesa mais equilibrada do que os três que eram favoráveis. Assim, não convencem ninguém! Eram três favoráveis à reforma e um contrário. Vou dizer que quem era contra era

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o Berzoini. Os Senadores que estavam aqui viram que foi a defesa mais equilibrada da construção de uma proposta – não a que está aí – coletiva para o amanhã.

Mas, dos três que vieram defender, houve um que chegou a dizer o seguinte: "Senadores, vocês têm certeza de que todo mundo que ganha um ou dois salários mínimos tem uma poupança". Eu ganhava um salário mínimo na fábrica. O salário mínimo não dá nem para comer! Como é que vai fazer poupança e pensar em sobreviver na velhice? É desumano, é desalmado!

Por isso, faço um apelo a V. Exa.

Este Senado, eu tenho certeza... Não falo aqui pelos Senadores, mas eu os conheço. Todos eles querem uma alternativa, mas a que está aí, Ministro, é impossível.

Se 13 partidos na Câmara mandam um documento assinado pelos Líderes – eu botei nos *Anais* da Casa e li ontem – é porque eles não aceitam como está. Então, o apelo é dialogar, dialogar, dialogar. A Casa do parlar é o Parlamento.

Obrigado, Presidente, pela tolerância.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador Paim.

Eu acho que foi aquilo que nós dissemos aqui na última vez, Ministro Paulo: não há a favor nem contra; todos nós temos ciência da importância da reforma da previdência, como também das outras reformas que têm de ser feitas. Agora, qual é a reforma? É o entendimento, é a conversa, é este debate que nós estamos tendo aqui.

Em cada região... Em um País deste tamanho, nós temos peculiaridades regionais. É impossível chegar à Região Norte e apresentar esta proposta: "Vamos acabar com o BPC, vamos acabar com a aposentadoria rural ou vamos diminuir qualquer coisa". Essa aposentadoria, Ministro... Parece até brincadeira o que vou lhe dizer, mas o comércio funciona através dessa aposentadoria. Esse recurso volta para o Estado, volta para o Governo. Ele não fica... O cara não vai viajar e gastar nos Estados Unidos ou em qualquer outro lugar. Ele vai comprar no comércio da cidade, na farmácia da cidade.

Então, há essas coisas todas, Ministro. É lógico que o senhor tem uma proposta e está colocando aqui que está aberto à discussão. A sua presença aqui já demonstra claramente que o senhor está aberto.

A Senadora Kátia fez as perguntas, bem como o Senador Paim e o Senador Alessandro.

O SR. PAULO GUEDES – Em primeiro lugar, respondo à Senadora Kátia.

Senadora, é inconteste a liderança do setor agrícola brasileiro como a maior fronteira de produção agrícola do mundo hoje, junto com os Estados Unidos; essas são as duas maiores potências

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

agrícolas do mundo. Mas também há a importância do ponto de vista de exportações. O Brasil hoje vive de exportações do setor agrícola. A sua atuação no setor agrícola é conhecida; há décadas, a senhora luta pelo setor agrícola.

Então, eu até acho interessante conceitualmente um economista preocupado com finanças públicas estar atento a subsídios, conceitualmente! Eu nunca falei na campanha... Eu até achei interessante determinado candidato dizer: "O Paulo Guedes vai acabar com o subsídio agrícola, vai quebrar o campo, vai tirar o dinheiro todo". Eu nunca disse isso, eu nunca fiz uma declaração contra o setor agrícola, não há uma, aliás contra nenhum setor específico. Eu sempre falei: "Olha, nós temos de examinar subsídios, desonerações". O Governo está mal financeiramente e tem de examinar essas coisas. Agora, nunca houve nenhum movimento explícito.

Eu concordo que o principal risco para a agricultura brasileira sempre foi o problema do tempo e dos preços. Os preços oscilam selvagemente. Você plantou, fez tudo direitinho, mas, na hora em que você tirou, é um colapso total, você não conseguiu colher. Então, existem formas de lidar com isso, como o seguro agrícola, tudo isso. O crédito subsidiado era uma das formas iniciais.

É evidente que a gente tem que estar atento. Essa mesma preocupação que a senhora tem nós temos. Se for para dar subsídios para três ou quatro grandes *traders* globais que pegam dinheiro barato para fazer isso, enquanto milhões de produtores independentes estão sem crédito, nós também não queremos.

Da mesma forma que a previdência tem de ser generosa justamente com os mais frágeis, o crédito também. O crédito não é para ir para quatro ou cinco... Tudo no Brasil são quatro ou cinco. São quatro ou cinco construtoras, quatro ou cinco grandes bancos, quatro ou cinco grandes *traders.* Esse tem sido um problema do Brasil. Eu entendo até que boa parte das bandeiras de Governos passados...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Fora do microfone*.) – Todas a ferrovias...

O SR. PAULO GUEDES – Sim! Boa parte das bandeiras de Governos passados foi de bandeiras generosas: fraternidade, transparência, orçamento participativo. Agora, quando entrou isso numa máquina de poder central lá em cima, perderam-se na máquina. Todo poder corrompe. O poder absoluto corrompe absolutamente. A essência, o segredo de um sistema democrático forte é a limitação e a descentralização do poder. Nós estamos fazendo o contrário; nós estamos dando poderes enormes centralizados.

Às vezes, é um cara simpático, que quer fazer só um estádio de futebol para o time dele, quer só ajudar duas ou três Repúblicas que ele acha importantes, que são amigas, ou quer ajudar só dois ou três empresários porque ele acha que são bons, mas essa é uma arbitrariedade de qualquer forma. É uma arbitrariedade! E, às vezes, está na mão do amigo, mas, às vezes, a máquina de moer vai para a mão do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

inimigo; aí é terrível a vida. Então, a maior defesa que uma democracia tem é limitar e desconcentrar o poder. Então, toda a defesa da Federação, da economia de mercado, da redução dos subsídios é para evitar justamente a desoneração para quem tem mais *lobby,* é mais forte, o crédito concentrado para quem é mais forte.

Sei que nós, como brasileiros, estamos juntos, acima dessas coisas. Se a gente pensar e conversar sobre isso, nós vamos estar do mesmo lado. Agora, botou a camisa do time, acabou; começa o tiroteio. Então, nós temos de ter tranquilidade de conversar sobre essas coisas sem a camisa e de ver como a gente melhora.

Então, do ponto de vista de subsídios, de seguros, não houve ainda nenhum movimento ainda explícito nessa direção. Tem de haver... Nós queremos evitar a concentração. Já estamos atentos para o negócio do seguro agrícola, que é muito importante, que é uma ferramenta importante. Tudo que a gente tem de decidir... Outro dia, tomamos uma decisão desse tipo. Haveria a importação de leite em pó, e foi dito que isso desorganizava, que, trazendo leite em pó, iria desorganizar milhões de pequenos produtores. A Ministra da Agricultura veio correndo conversar comigo, e eu, na mesma hora, falei: "Não, não pode! Segura, então! Não deixa! Bote aí um negócio qualquer para compensar, enquanto a gente entende o negócio". Aí, depois, vieram produtores menores dizerem: "Não, ao contrário, você tem de deixar entrar o produtor de leite em pó para esses caras pagarem mais para nós, porque hoje são dois ou três no Brasil que fazem isso, e eles exploram o pequeno produtor, porque só eles compram e, então, pagam menos". Então, essas coisas são complexas. A gente quer evitar a concentração. A gente não quer, de forma alguma, desproteger o setor produtivo brasileiro.

A vocação natural do Brasil é a agroindústria. O Brasil tem essa vocação natural. Isso é motivo de força. É a maior frente parlamentar que há aqui, é uma frente grande. Então, essa representação popular tem de ser ouvida. Eu não acho que... A princípio, não há nada assim: "Ah, eles querem tirar o subsídio da agricultura!". Não. Qualquer economista responsável está contra o subsídio. O subsídio é que tem que se explicar.

Em princípio, isso é contra todos, mas se fala: "Não, este aqui é um setor desprotegido e precisa disso. São milhares de pequenos produtores". Aí você fala: "Então, pode". Mas, em princípio, é não, porque você sabe que normalmente é *lobby*, normalmente é quem tem mais poder, quem tem mais cacife. Então, é só isso. Mas nunca houve nenhuma declaração explícita minha contra um subsídio específico.

Em segundo lugar, os impostos... Em segundo lugar, as desonerações são 4% do PIB no Brasil, são 2% em outros lugares. É exatamente o que a gente conversava. Eu quero pegar o assunto, que é justamente isso. Como houve essa escalada de desonerações? Na hora em que a crise econômica começou a se abater, o Governo acuado, em desespero, começou a sentir a pressão, e a pressão maior é do ABC Paulista mesmo, onde estava a indústria automobilística, onde estava a base política, onde está

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a autopeça. A turma começa a bater ali, há uma pressão política forte. Você desonera um, desonera dois, desonera três, vai desonerando, desonerando! Aí, extraordinariamente, a desoneração foi lá para cima. Como eu olho para isso? Se os impostos fossem mais baixos e se todos pagassem, você não precisaria desonerar tanto – foi o que eu falei antes. Agora, como o imposto é muito alto, quem tem o poder político vem a Brasília, pressiona e é desonerado. Aí vai para 4% do PIB. Quem não tem poder político quebra. Se for pequenininho, quebra; se for grande, contrata um grande escritório de advocacia e fica anos devendo R$100 milhões, R$150 milhões, R$200 milhões, paga R$5 milhões, R$10 milhões, R$15 milhões para o escritório de advocacia e fica enrolando. Então, há um contencioso de R$1 trilhão de um lado e desonerações de R$300 bilhões do outro lado. Nós temos que nos debruçar sobre isso.

Quanto aos impostos sobre lucros e dividendos, eu não sei se são referentes ao setor agrícola ou se são impostos sobre dividendos...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PAULO GUEDES – ... na economia como um todo. Na economia como um todo, o raciocínio é o seguinte. Está havendo no mundo inteiro uma noção de que as empresas são mecanismos, são entes que fazem a acumulação de recursos, investimentos, isso tudo, e representam justamente uma acumulação de capital, que é o que aumenta a produtividade. Vejam: se um trabalhador está dentro de uma fábrica e ganha seis ou sete salários mínimos, o número que for, e se ele sai de lá e vai trabalhar no mercado informal, se ele não tem capital, tecnologia, nada do lado dele, o salário dele é bem mais baixo. Então, o setor informal brasileiro é praticamente um setor de sobrevivência.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO GUEDES – O pessoal não consegue emprego. É praticamente de sobrevivência.

Eu acho que estourei o meu tempo, não é? Já tocou esse troço.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE. *Fora do microfone*.) – Não, falta um minuto. É que é automático.

O SR. PAULO GUEDES – Então, é um setor de sobrevivência.

O que a gente quer fazer, na verdade? Se o mundo todo começa a reduzir impostos sobre empresas... Como você pode reduzir impostos sobre empresas sem piorar a distribuição de renda? Você fala o seguinte: "Tudo bem, o imposto era de 35% e está em 34% hoje. Está bom!" Então, no mundo todo... Nos Estados Unidos, o Trump agora baixou os impostos para 20%. Então, um brasileiro que já tem algum recurso fala: "Eu vou ficar aqui no Brasil, nesta selva financeira, com imposto, com muita coisa, ou eu vou para Orlando?". Muitos brasileiros têm vinha na Itália, têm time de futebol em Orlando. Os caras estão indo embora! Você fala o seguinte: "O brasileiro pode abrir uma empresa nos Estados Unidos a 20% de imposto e aqui a 34%. Vamos fazer o seguinte? Quem sabe a gente baixa a nossa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

também pelo menos para 20% ou menos um pouco?". Agora, pega o imposto sobre dividendos e sobe. Isso é normal. Está dentro da empresa? Está bom, está criando emprego, está aumentando a produtividade do trabalho, milhares de pessoas estão se beneficiando, está investindo. Se saiu da empresa, para quem tem dinheiro, e pagou o dividendo: "Opa, venha cá e pague aqueles 20%. Eram 34%, e eu reduzi o de empresa para 20%. Então, vão ser 15%. Hoje, sobre dividendos, é menos." Ou, então, diz: "Baixei para 15%. Então, vai para 20% o dividendo".

Você tem que fazer uma compensação para quem tem dinheiro, é mais rico e recebe o dividendo não sair na vantagem. Hoje ele paga menos, porque o pretexto é este: "Bom, já que a empresa paga, eu não pago nada". A gente está dizendo o seguinte: "Então, vamos baixar o da empresa porque lá há geração de emprego, investimento, tudo isso, mas vamos aumentar o do dividendo". É isso que está sendo estudado quanto à sua pergunta.

O Senador Sandro Vieira...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Alessandro!

O SR. PAULO GUEDES – O Senador Alessandro Vieira perguntou de onde vem o dinheiro. Nós vamos travar o Governo Federal, nós estamos segurando os gastos do Governo Federal e queremos descentralizar. E R$4 bilhões não é um número grande. Você sabe disso? Há Ministério com verba de R$100 bilhões. O Ministro é 20 vezes mais importante que os Estados todos somados. Vocês acham que isso é razoável? Eu não acho isso razoável. Eu acho que esse dinheiro na mão de um Governador ia ter melhor uso do que na mão de um Ministro, sinceramente. Eu vejo que os Ministros... Não estou falando do Governo atual ou de outro, estou falando em geral. Há Ministro que nunca administrou uma banca de jornal, e o cara, de repente, está administrando um orçamento de R$1,5 trilhão. E, às vezes, acontecem tragédias financeiras; nós assistimos a algumas. Agora, um Prefeito passou no teste, geriu uma cidade, depois foi Deputado, depois foi Governador de Estado e, de repente, chegou aqui e volta para ser Governador. Então, é um cara que já foi na ponta de execução, que já tem outra visão sobre o uso do recurso.

Então, não é raro haver pessoas que já tiveram experiências executivas falarem o seguinte: "Olha, eu prefiro dinheiro na mão dos Governadores e dos Prefeitos que na mão de um Ministro desses aí, atirando para qualquer lado". Inclusive, há contaminação política: se você está do lado do Governo, aquele Ministro vai lhe dar o dinheiro, mas, se você é da oposição, não vai dinheiro para você. Que culpa tem o povo daquele Estado que votou diferentemente? Agora não vai receber dinheiro porque há um jogo político lá em cima maior? Está errado esse troço. Nesse sentido, eu falo que o pacto federativo não é só descentralizar, é realmente assumir os orçamentos públicos.

Então, de onde vem esse dinheiro? Hoje, nós sabemos que vem de nosso próprio sacrifício. Não é grande, nós vamos fazer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A partir do ano que vem, a gente acha que, com o desentupimento do mercado de petróleo, o petróleo vai sair do chão. Nós vamos fazer também uma desregulamentação em gás, e o gás vai sair do chão também. Vai haver dinheiro, sim, e esse dinheiro vai irrigar. Os Estados e os Municípios vão receber muito mais do que estão sonhando, muito mais do que estão sonhando! Isso vai ser fruto justamente do pré-sal, que é nosso. O Governo passado geriu um pedaço, agora nós estamos entrando, depois vem outro Governo. É um recurso nosso e vai sair do chão.

A outra observação foi sobre OMC *versus* OCDE. Não é leve, não é rápido, é um negócio tenso. Não foi fácil a conversa, mas foi muito amistosa. Estamos juntos na dimensão geopolítica, somos parte do hemisfério ocidental. O Brasil não quer... "A China pode comprar nossos produtos, mas não vai comprar o Brasil. Nós estamos mais próximos dos americanos do que da China." Há toda essa conversa de aproximação geopolítica, mas, na verdade, do ponto de vista econômico, nós somos cautelosos. Eu mesmo, conversando com eles lá, falei: "Olha, o Presidente gosta muito de vocês americanos, eu gosto também, acho todo mundo muito simpático, mas é o seguinte, se houver um chinês querendo comprar a nossa soja, eu vou fazer negócio com o chinês. Vocês estão dançando de rosto colado com os chineses há 20 anos e agora vão querer que a gente... Brigaram com a namorada. E nós vamos brigar porque vocês brigaram com a namorada? Não, esperem aí! Vamos conversar isso com calma". O Brasil tem uma posição de soberania. Não existe isso.

A sinalização que ficou clara é a seguinte: nós queremos ir para a OECD, isso é bom para nós. Nós entramos na primeira divisão. Eles responderam, dizendo o seguinte: "Então, vocês saiam da segunda divisão; quem entra na primeira sai da segunda e abre mão disso, daquilo e daquilo outro". Isso é um processo, sair de listas preferenciais de uma coisa ou de outra. Nós vamos fazer a conta. É bom? Tem resultado benéfico para nós? O custo-benefício para nós é positivo? É, podemos dar o passo. São passos longos, isso não é rápido, não. Com muita boa vontade, é um ano, um ano e meio. Sem boa vontade, três anos ou quatro anos. Entendeu? Vai haver prudência.

A outra observação final sua foi justamente a da calibragem da reforma da previdência, esse um trilhão, de por que um trilhão ou não? Eu falei isso um pouco antes, vou voltar no assunto. Eu talvez já possa até entrar com o Senador Paim, que é o tamanho dessa reforma. Uma coisa é o quantitativo, outra coisa é o quantitativo. Qualitativo é a discussão da capitalização ou não.

Veja, quando houve a Funpresp, já foi um reconhecimento do seguinte: nós precisamos levar alguma coisa para o futuro. E eu realmente faço uma evocação aos Srs. Senadores com o seguinte aspecto: a reforma que está lá diz o seguinte: vamos reformar essa que está aí porque ela está ficando inviável. E, nesse aspecto, vamos supor que o Congresso falasse assim: "Tira o benefício de prestação continuada porque nós não queremos atingir os idosos". Foi colocado lá com a melhor das intenções. Foi colocado assim: em vez de esperar ele fazer 65, quando ele fizer 60, você já dá alguma coisa. Eu também achei, quando falou assim... Bem, mas aí, lá na frente, 70? Bota 62, então, antecipa com 62 ou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

68. Mas para essas coisas há um time inteiro lá dando palpite e sugerindo: "Ah, mas se a gente botar muito próximo, você está estimulando o sujeito...". Porque nós estamos pensando no mendigo, no pobre, no cara que não conseguiu contribuir, mas quem já está há muito tempo nisso, fazendo isso, também sabe que há uma indústria de gente que não recolhe porque sabe que vai... Como eu disse, há mais gente registrada recebendo benefício rural do que a população rural. Isso é um absurdo! Se há seis milhões de pessoas no campo, como pode haver nove milhões de aposentados do campo? Então, há coisas que eles botam lá muito mais para forçar, uma vez por ano, que a pessoa, nem que seja com R$20 ou R$30, a contribuir, porque aí você sabe que o cara está vivo, é verdade, ele está no campo mesmo, ele está lá. Então, há coisas que foram colocadas com esse espírito, mas, se o Congresso falar assim: "Isso não é importante. Nós achamos que há muito mais gente pobre do que o fraude" e votar diferentemente, tudo bem.

O único alerta que eu dou é que, se vier menos de um trilhão, fica muito difícil ir para a capitalização. E aí, você fica condenado ao regime de repartição, em que, por mais fraterna e solidária que seja essa percepção que a gente tem de uma conquista da democracia brasileira, na verdade, o dinheiro acaba; ele não tem capacidade de sustentação. Embora a gente ache que os salários são muito baixos no regime de capitalização, não, nada impede... Vou dar como exemplo o negócio mais simples do mundo. Suponham o seguinte: vamos aprovar essa reforma que está aí, mas nós não queremos ainda porque nós não estamos aprovando, nós estamos dizendo que vamos fazer ali na frente um regime de capitalização. Então, você pode aprovar e falar assim: "Está aqui, olha, vou aprovar isso aqui e naquilo ali vou ficar de olho. Na hora em que sair a capitalização, eu vou exigir um sistema", que eles chamam de – não é nominal, é nocional – , "eu vou botar o nocional". O nocional é o seguinte: é capitalização, mas eu não quero que algum trabalhador receba menos do que "x". Acabou! É um sistema de capitalização, o cara vai juntando, ele aprende desde jovenzinho... Porque isso é importante, um menino de 16 ou de 17 anos vem de uma periferia, não tem capacidade de defesa nenhuma, não tem educação financeira, não tem nada.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO GUEDES – Ele recebe uma carteirinha verde e amarela – dele, com o nome dele. Ele pode mudar de um lugar para o outro e vai capitalizando.

Chegou lá na frente...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu só ia dizer: vamos fazer um Funpresp para todo mundo, pronto!

O SR. PAULO GUEDES – Você bota um nocional... O nocional é o seguinte: você vai capitalizando; na hora de aposentar, quanto você juntou? Tem direito a quanto? A tanto. O.k., está aqui o Imposto de Renda negativo em direção à renda universal que eu quero. Eu quero que o salário, a renda de cidadania

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

brasileira seja de R$1 mil, o salário mínimo. Quanto você acumulou? Deu quanto? Deu 850. O.k., você tem 150 de Imposto de Renda negativo. Acabou!

Você tem esse recurso. O problema do sistema atual é que você fica prometendo e não leva nada. Então, o buraco só vai aumentando. Por mais que a gente critique o Chile, a verdade é que, se o Chile aumentar 2% dos seus impostos, ele paga três vezes a aposentadoria que você quiser. Sabe quanto cresceu o Chile com esse sistema de acumulação? Cresceu 5,5% por 30 anos seguidos. Com oito presidentes de esquerda, nenhum teve coragem de mexer no sistema.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É que a hora de pagar foi depois dos 30, como vai acontecer conosco.

O SR. PAULO GUEDES – Mas, olha só, nenhum presidente teve coragem de mexer no sistema.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O dinheiro só estava entrando. Eu não sou mestre em economia, mas, nesse período de 30 anos, o dinheiro entra; depois dos 30 tem que começar a pagar. Aí, quebrou!

O SR. PAULO GUEDES – Mas, sabe o que aconteceu? O nosso já quebrou antes de o dinheiro entrar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Há controvérsia, a CPI disse o contrário. Vamos fazer um debate com tempo, não é hoje. Aqui não dá.

O SR. PAULO GUEDES – Agora, só vou propor a coisa do debate.

Houve uma eleição e um lado ganhou. Se ele for debater tudo que for fazer, é como se estivesse... Nós vamos debater 50 anos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mas tem que debater com o Congresso.

O SR. PAULO GUEDES – Sim, com o Congresso, sim. Com o Congresso, sim. Aliás, a sua sugestão já foi adotada. Haverá uma equipe nossa, que é muito mais qualificada do que eu, porque está fazendo isso há 30 anos...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem!

O SR. PAULO GUEDES – Há 30 anos eles estão fazendo isso. Eles estarão acampados no Congresso...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sinto-me contemplado, Ministro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO GUEDES – ... à disposição dos senhores, porque são especialistas nisso. Vão estar lá.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Próxima segunda-feira, 9h da manhã, primeiro debate.

O SR. PAULO GUEDES – Isso, isso. A única coisa que eu gostaria seria justamente fazer o seguinte: você pegar agora a minha equipe e chamar quatro economistas do ABC Paulista, mais seis de não sei o quê...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não, não, Ministro...

O SR. PAULO GUEDES – ... e dizer: "Agora vamos debater".

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ministro, eu tenho palavra! Eu tenho palavra: dois a favor e dois contra, ou quatro a favor e quatro contra. É o debate no mundo das ideias.

O SR. PAULO GUEDES – Não, eu acho que é um pouco diferente o que eu visualizo. Eu visualizo o seguinte: dúvidas que os senhores tenham sobre o sistema e críticas sobre o sistema. Podem trazer dezoito, não precisam ser dois ou quatro, não; tragam dezoito. Mas é o seguinte: "A minha dúvida é essa, eu acho isso, eu acho aquilo...". E aí eles vão respondendo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Aí, no debate vamos tirando as dúvidas.

O SR. PAULO GUEDES – Isso, vão tirando as dúvidas.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A democracia é com o debate.

O SR. PAULO GUEDES – Perfeitamente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Fizemos um acordo.

O SR. PAULO GUEDES – Só vou dizer o seguinte: durante o Governo – agora é uma brincadeira, é uma brincadeira – durante o seu Governo, eu não fui chamado para nenhum debate. Eu não debati nada, ninguém me chamou para debate nenhum aqui.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Está bem, está bem.

O SR. PAULO GUEDES – Sabe por quê? Eu era liberal, e é um perigo isso, é perigosíssimo. Pode pegar, pode contaminar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu nunca tive medo de liberal. Seja bem-vindo, Ministro.

O SR. PAULO GUEDES – Eu sei, eu respeito sua posição.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ministro, eu vou passar para o próximo Senador, mas tenho que admitir uma coisa aqui – e eu acho que todos nós vamos admitir: o Ministro defende, ele não se furta de falar e discutir, ele não é monossilábico nas palavras, ele não chega aqui e mede o que vai falar, diferente de outros ministros que nós já recebemos aqui nessa área.

O SR. PAULO GUEDES – Você sabe uma coisa que eu queria dizer?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, é o seguinte: ele defende aquilo que ele entende que é correto, e isso a gente tem que respeitar, a posição dele.

Senador Flávio Bolsonaro.

O SR. PAULO GUEDES – Sabe um negócio que eu acho lindo da democracia brasileira? Por que o PSOL nasceu? Porque o PT fechou questão na reforma previdenciária. Olha, que coisa linda da democracia brasileira! Não é bonito isso?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Funpresp para todo mundo...

O SR. PAULO GUEDES – Mas não foi bonito isso?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E é tão bom que eu quero para todo mundo.

O SR. PAULO GUEDES – O PT falou o seguinte: "Nós vamos fazer uma reforma".

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Funpresp.

O SR. PAULO GUEDES – O primeiro Presidente que aposentou alguém sem aposentadoria integral? Lula. A primeira Presidente que mexeu na aposentadoria das mulheres? Dilma. O primeiro fundo de capitalização brasileiro? Dilma. Olha que coisa linda a democracia brasileira! E ninguém disse que o sistema de capitalização é horrível, que aposentar com R$400 é um horror, ninguém disse isso, entendeu? Então, essa é a beleza da democracia.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É bom lembrar que no Funpresp o teto é 5,9 mil.

O SR. PAULO GUEDES – E olha que coisa mais bonita ainda: a renda básica, do Senador Suplicy...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Flávio Bolsonaro.

O SR. PAULO GUEDES – ... é o *voucher* do Milton Friedman. Olha que coisa linda!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Comece a falar, Senador, por favor. (*Risos.*)

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - RJ. Para interpelar Ministro.) – Posso passar o meu tempo para o Ministro? (*Risos.*)

Presidente, obrigado pela oportunidade.

Ministro Paulo Guedes, obrigado por mais uma vez estar nesta Casa prestigiando o Parlamento. Cumprimentando V. Exa., cumprimento também toda a sua equipe que está aqui presente, numa clara demonstração de respeito ao Congresso Nacional, vindo debater, sem a preocupação de discutir ponto a ponto.

O senhor tem razão: a eleição já passou. Esta Casa não precisa ter um terceiro turno, ainda mais numa pauta que eu tenho a certeza de que no final nos une. Se há um consenso que essa eleição mostrou, a dissociação, a separação do Congresso Nacional com a vontade da sociedade, com os anseios, com a direção que a sociedade estava buscando, essa pauta, Ministro, é a oportunidade que nós temos de nos unir e de nos reconectarmos com as ruas, porque não tem jeito, a gente pode discutir aqui detalhes... Vamos discutir a questão dos militares? Vamos discutir. Vai haver o debate aqui. Olha, os caras estão há 20 anos sendo massacrados, massacrados, massacrados, tanto é que, no final de carreira, depois de 50 anos de Exército, ele está ganhando igual a um início de carreira no Ministério Público, no Judiciário. É uma discussão... A da MP 2215 está congelada desde 2000 – Governo Fernando Henrique ainda. Por que aqui não se pode de repente trazê-la para a pauta? A gente tira o projeto aqui, "vamos apresentar aqui, vamos discutir os direitos dos militares". É tanto privilégio que não tem nenhum filho de Senador, de Ministro, de Desembargador querendo ser militar. Ou tem algum filho, algum pai, alguma mãe aqui que quer que o seu filho pegue um fuzil e vá subir o morro para trocar tiro com bandido no Rio de Janeiro? Não quer. Que privilégio é esse? Eu acho que até nesse aspecto o raciocínio é parecido com o tratamento que tem que ser dado às camadas mais pobres, àqueles hipossuficientes.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - RJ) – O Estado está aí para isso.

Então, acho que, no fim das contas, essa pauta vai nos unir, porque não é preciso ser um grande especialista em economia para entender que esse momento é o seguinte: não é um bolo que a gente vai

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fatiar e que para dar para quem ganha menos tem que tirar de quem ganha mais; essa é a oportunidade que nós temos de o bolo crescer e ser distribuído para todo mundo. Talvez o problema não seja tanto a desigualdade, a distância social; é, sim, tirar da linha de miséria aqueles que não tiveram condições ou que – pior – porventura tenham sido estimulados a permanecer nessa linha de miséria, estão acomodados.

Então, o projeto que foi vitorioso nessa eleição é aquele que defende o Bolsa Família, sim, mas que vai se orgulhar de tirar as pessoas do Bolsa Família porque elas conseguiram caminhar com as próprias pernas, deixaram de depender do Estado. E essa é a melhor forma de você tratar os pobres, ou não é? Você dar uma oportunidade para ele caminhar sozinho com as próprias pernas, ter oportunidade de trabalho. E como é que isso vai acontecer? Eu vou chegar à pergunta ao Prof. Paulo Guedes. Não há outra forma. Os grandes investidores estavam esperando o resultado das eleições para começarem a resgatar a confiança de aplicar aqui no nosso País. A eleição passou. Agora estão todos aguardando a aprovação da reforma da previdência para investir bilhões e bilhões de dólares aqui. E é isso que vai gerar emprego, é isso que vai fazer a máquina girar, é isso que vai dar aporte para a gente mexer em infraestrutura para escoar a produção do agronegócio.

Está cheio de americano, chinês, vários fundos bilionários aguardando esta Casa, este Congresso dar esse passo importante. Se a gente retalhar essa reforma, essa nova previdência, como até alguns já estão falando, num tom até de radicalismo... A gente não pode radicalizar neste momento. A consequência será a aprovação de um texto que não vai surtir efeito, para que, daqui a três, quatro anos, a gente esteja de novo discutindo esse tema aqui, porque é uma necessidade.

Eu próprio já fui contra reforma da previdência. Olhe o cenário hoje. Não é porque o Presidente é Jair Bolsonaro. É óbvio que não é. Ele próprio já falou que sempre foi antipático a essa matéria. É uma matéria amarga de se tratar, mas, como bem colocou o Prof. Paulo Guedes em outras ocasiões, é um avião que está caindo. A gente pode escolher: ou cai agora no colo do Presidente Bolsonaro ou cai no colo do próximo Presidente, num prazo curto, num espaço curto de tempo.

Então, Presidente, a pergunta que eu quero deixar ao Ministro é a seguinte. Não adianta a gente obviamente ficar aqui retalhando, rachando, porque está trabalhando contra o Governo Bolsonaro. Quem for contra, no todo, à concepção de que é preciso reavaliar esse tema está sendo contra seus filhos e netos. Isso é uma realidade. Não é contra o Governo do Bolsonaro; está sendo contra o Brasil, porque, se os Estados, que já estão com dificuldade, os Municípios, que já estão com dificuldade, não virem o efeito prático desse projeto rápido e começarem a não pagar os servidores ativos, quem dirá os inativos, quem dirá as pensionistas. A gente já viu esse filme acontecer na Grécia. Alguém quer que o Brasil passe por uma Grécia; a gente discutindo aqui, daqui a um ano, dois, a não demissão de servidores públicos em troca de receberem 50% do salário, 30% do salário, para terem o que comer? Essa é a realidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a pergunta que eu faço, Ministro Paulo Guedes, é para que V. Exa. explicasse, até porque há muitas pessoas nos assistindo, não só para os Senadores, mas para... Eu acho que esse é o debate, a narrativa que tem que ser... E nisso eu concordo com o que foi dito aqui: a gente tem que explicar melhor, fazer chegar ao conhecimento a importância de se aprovar essa matéria. Que o senhor pudesse explanar rapidamente qual a razão de esses grandes investidores estarem aguardando tanto a reforma da previdência para começar a investir no Brasil, porque, se não passar, não vão investir. Então, o que é que eles esperam? Qual a consequência da aprovação dessa nova previdência e o impacto disso numa recuperação da nossa economia e na retomada da geração de vagas de emprego?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador Flávio Bolsonaro.

Com a palavra o Senador Luiz do Carmo.

Depois, a Senadora Rose de Freitas.

O SR. LUIZ DO CARMO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO. Para interpelar Ministro.) – Boa noite, Presidente; boa noite, Ministro.

Quero fazer umas perguntas simples aqui, Ministro. O Flávio fala aqui do Senado, de todo este Senado aqui... O Senado tem boa vontade com essa proposta, só que ela tem que chegar aqui para nós começarmos a votar. E a mudança vai ser pouca, não vai ser muita, não. Aqui há vontade. Está faltando o Governo articular para chegar aqui. E, quanto mais rápido chegar, melhor.

A pergunta que eu quero fazer para o senhor é sobre desemprego. Eu acho que nós não podemos ficar esperando resolver a previdência para ajudar quem está desempregado. Tem muita gente desempregada aí que não quer nem saber de reforma de previdência, quer o emprego dele. Eu dei uma sugestão... Tentei falar com o Ministro, mas eu não sei por que o senhor não pôde me atender. Eu não consegui, não sei, com o Líder... Eu tentei falar com o senhor. Eu queria dar uma sugestão para o senhor. Eu queria só dar uma sugestão para o senhor: é sobre o que nós temos que fazer para a economia do Brasil, independente disso, para a gente começar a movimentar. Na construção civil, começar a gerar emprego na construção civil, construir casa.

No ano passado, no final do Governo, houve 13, 14 mil casas que ele fez, do Minha Casa, Minha Vida. E eu fui atrás do orçamento. Tudo legalizado, feita a licitação. Em Goiás, no meu Estado, em Goiânia, há 1,5 mil casas. Cheguei lá, falei com o Ministro, ele disse: "Olha, não tem orçamento, não deixaram orçamento". "Sr. Ministro, mas como não deixaram orçamento? Está aqui a licitação, está tudo". O.k., ele não deixou, mas e os empenhos que vão ser cancelados, milhões? Como é que eu vou fazer isso? Então é falta de vontade. Aí o que ele me falou? Que depende do Ministro Guedes.

Então o senhor, infelizmente ou felizmente, é o segundo homem do Brasil.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIZ DO CARMO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO) – Está abaixo só do Presidente. Quando o senhor fala nos outros ministros e tal, tudo depende do senhor. Fui a outra ministra agora mesmo – não vou dizer o nome – que disse: "Fala com o Guedes". Tudo depende do senhor. Fui a três, já falei. E é verdade, Ministro. É verdade, o senhor está com caixa, e nós temos de distribuir. O senhor vai distribuir. Mas tudo bem, não é isso aqui.

Então, a construção civil, eu acho que é o jeito de nós deslancharmos a economia do Brasil.

Eu fui bancário, Sr. Ministro, há muito tempo. Graças a Deus, não quero nem aposentar, eu quero arrumar uns barracõezinhos e alugar, para não depender de previdência, vou fazer isso. No meu tempo, os bancos mandavam, e continuam mandando. Eu era bancário, e os bancos... Mas havia um detalhe: o dinheiro do povo, que é o dinheiro nosso, depositava-se no banco, era o compulsório: 70% ficavam no Governo Federal, e 25% para os bancos. O Governo movimentava esse dinheiro. Hoje é o contrário: o banco fica com 75 e o Governo com 25, e olha que o dinheiro é do povo. Então, os bancos estão negociando com o dinheiro do povo, e o senhor deve saber disso, porque o senhor sabe. No meu tempo, isso há 20 anos, o banco estava emprestando o próprio dinheiro meu para o povo aqui.

Outra coisa, Ministro: a previdência do setor privado está resolvida. Isso é coisa de dois anos, três anos, quatro anos mais. O setor público está com problema, não é o privado. É cinco mil e acabou. Então está resolvido esse problema. Nós temos que ver é quem está ganhando esse dinheiro, certo? Eu quero deixar a pergunta para o senhor.

Outra coisa: quando... Eu queria saber do senhor se o senhor vai liberar esse orçamento do Minha Casa, Minha Vida, que no Rio de Janeiro tem duas mil e poucas casas no Alemão para fazer.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - RJ. *Fora do microfone*.) – Na Rocinha...

O SR. LUIZ DO CARMO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO) – Na Rocinha. Lá na cidade do Davi são mais 500 casas. Se o senhor liberar – esse orçamento eu acho que está em torno de 1 bilhão ou 800 milhões –, começa a girar a economia já nesses Estados deficitários.

Então, o que eu queria era que o senhor ajudasse o Brasil a sair da crise, antes da previdência.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador Luiz do Carmo.

A Senadora Rose de Freitas, do Espírito Santo.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES. Para interpelar Ministro.) – Obrigada, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de mais nada, quero dizer, Ministro Paulo Guedes, que, apesar de tudo, já conheci um pouco V. Exa. aqui hoje. V. Exa. responde com a veemência de quem acredita em tudo que está fazendo, e isso é importante.

Quanto a ser acessível, V. Exa. não é. Muitas vezes o nosso entorno nos dificulta – está ouvindo, eles estão ouvindo, eles sabem do que eu estou falando. Quando V. Exa. lançou o projeto na Casa, nós queríamos tão somente fazer reuniões. Não era possível fazer esse debate todo. Está vendo como funciona. De vez em quando, a gente ouve sermão de Senador, dizendo que nós temos que prestar atenção no que está acontecendo. Eu estou no oitavo mandato. Todo mundo aqui – olhe bem, olhando para o Paim, olhando para a Kátia, até o próprio Rogério, que aqui estava –, todos nesta Casa, o Dário, que está à sua frente, vou falar pelo Cid, Weverton, todos querem encontrar um caminho. Portanto, aqui ninguém precisa levar lavagem de ninguém. Não estou falando do senhor, não. Estou falando de outros que querem apregoar a verdade.

Então, eu estou diante de V. Exa. com a preocupação de que a gente possa construir esse caminho. Tudo que o Paim falou, o histórico do Paim, com a ideologia ou não, ele não confunde as coisas na hora de tratar do Brasil. Portanto, tem o meu respeito eterno, porque já foi... Toda vez que eu quero relatar projeto social que cabe a mim como autora, eu peço: "Dê para o Paim". Ele não vai por nenhuma tendência ideológica. Então, aqui o senhor saiba que o senhor está sendo abrigado com aqueles que acreditam no País. Portanto, eu acredito.

O senhor é meio esquentado, não é? E eu gosto até que seja, porque água morna para mim não funciona. Não tem... Está aqui, todos me conhecem nessa mesa aí, sabem que eu defendo o que eu acredito. Estou com algumas dúvidas.

Primeiro, nessas mudanças na concessão aí da aposentadoria do regime geral da Previdência, RGPS, estão custando hoje R$7 bilhões. Com a mudança vai viabilizar uma economia de 700 bi em dez anos? Eu não entendi. Desculpa, eu não sou economista. Eu exercito o mandato com tudo o que aprendo e com o *feeling* social e político que a gente tem.

Outra coisa, e ouço muito isso, e ouço há décadas: que se não houver reforma o Estado vai parar. Como fica o excesso do gasto público, que nós temos em várias áreas e em que até hoje não se tocou? Eu preferia estar aqui... A reforma nós vamos ter tempo para debater, vamos debater, tenha certeza de que vão ser abrigados os melhores sentimentos e propostas da reforma nesta Casa. Aqui não adianta ninguém ensinar nada a ninguém. Imagina! Se o Cid chegou aqui precisando aprender, se a Kátia, o Confúcio, que está aqui... Não adianta.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – O Flávio Arns.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – O Arns, coitadinho, está tão velhinho aqui do meu lado... (*Risos.*)

O Veín aqui o senhor sabe que é o Elmano Férrer, não é? Mas...

Então, eu tinha algumas... Eu queria saber das medidas que estão sendo feitas para a eficiência da máquina pública, porque há pouco tempo eu fui eleita generosamente pelos colegas como Presidente da Comissão de Orçamento, e havia quatro anos que o Brasil não tinha orçamento. Nós... Eu vi alguém pegar – um Presidente ou uma Presidenta, não vou dizer – na minha bochecha e dizer:

"Você não vai aprovar o orçamento". Com isso que o senhor está fazendo aqui, apesar de esquentado, V. Exa. vai conseguir, porque, quando eu entrei na Comissão de Orçamento, quatro anos sem orçamento, a Presidente não fazia questão, eu cheguei lá não para fazer milagre, mas procuramos fazer aquilo que tentamos fazer com V. Exa. dois meses atrás: estabelecer o diálogo que o Paim propõe; sentar à mesa, equacionar as ideias, levantar as propostas; ver quem cede, onde cede, para onde vai. Não foi possível.

O que aconteceu na Câmara... Desculpe-me só fazer... Eu não vou dar uma de Paulo Guedes aqui, não. Não vou para cá nem para lá, vou ser objetiva. O que aconteceu na Câmara não precisava ter acontecido. Não precisava. E V. Exa. poderia ter, na Câmara, minha impressão, porque, quando V. Exa. fizesse o que está fazendo aqui agora... O que o Moro fez hoje com oito horas de conversa, debate, esclarecimento? Conseguiu nos colocar junto, numa articulação em conjunto. Faça isso, Ministro. Pode deixar riscar fósforo no seu pé; não deixe queimar o seu pé, está certo?

Eu queria aqui, coloquialmente, o que não gosto muito de fazer, perguntar sobre enxugar o gasto da máquina pública, que é muito importante. Alguns anos atrás, eu estive na Infraero. Imagine, Eduardo... Na Infraero, Senador Eduardo, havia três mil engenheiros. O aeroporto do meu Estado foi construído com cinco. Eu perguntava sobre aquele negócio da demissão incentivada, o que aconteceu, e ninguém sabia dizer porque não aconteceu. Então, é preciso... Eu sei, entendo o que o Senador disse há pouco. O senhor virou um superministro. Eu não sei, no meu conhecimento, se está certo ou errado, porque passei por todos esses Governos. Cada um chegava e dizia: se não fizer isso quebra, se não fizer isso acaba. E no final, todo mundo chegava no meio de campo para conversar. É preciso fazer isso!

Eu tenho uma observação. Já que o senhor é o superministro – eu acho que o senhor não deveria ser, mas o senhor é... Fizeram um plano de privatização para o Brasil. Eu queria entender a lógica da privatização. Não sou contra, quero dizer, mas no meu Estado, Presidente Weverton, nós construímos um aeroporto que custou 564 milhões, colocando no osso assim; pode ter alguma coisa a mais – 544 mais 22 dá 566. Privatizaram o aeroporto, agora, e levaram de lambuja Macaé, por 437 milhões. Nosso aeroporto tem um ano e pouco. Foi construído agora. Novo! Não tem reparo! Não tem um vidro quebrado. Vão perder dinheiro? Por quê? Por quê?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, já que estamos falando do Brasil como um todo, há que se ter um olhar do seu lado, ter uma equipe competente, como todos que estão aqui – eu sou fã desse Ministro... Ele é Ministro ainda? Não, né? Não é mais. Mas não o rebaixaram. Você é o Ministro do Planejamento, ao lado do Ministro... É isso?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – É o Ministro Adjunto. É isso. Não fuja das responsabilidades.

O SR. PAULO GUEDES – Ele é o Ministro Adjunto.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Então, Ministro, eu precisava ter esclarecimento, porque a minha vontade é mover uma ação pública, porque há perdas significativas.

Em paralelo a isso, já tenho um elogio, porque fomos, agora, fazer o arrendamento lá do Porto de Vitória, das áreas, e tivemos 186 milhões de um terminal, quando na verdade ele custaria uns 120, por aí. Então, há perdas e ganhos. Mas perder? De jeito nenhum. Quando tiver ganhado, a gente elogia.

Já terminando, quero dizer assim: fico aqui com o pensamento... V. Exa talvez não saiba, mas eu pedi muita audiência a V. Exa. Muita audiência.

O SR. PAULO GUEDES (*Fora do microfone.*) – Eu não tenho essa informação aqui.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Pois é, mas o senhor não tem que ter; quem tem que ter são os seus assessores.

O SR. PAULO GUEDES – Cadê o responsável nosso?

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Não...

O SR. PAULO GUEDES – Está ali. Pode pegá-lo!

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Bora pegar? Eu o pego todo dia! Todo dia!

O SR. PAULO GUEDES – Pega e apela. (*Risos.*)

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – O que Ministro não precisa, com a sua feição, com o seu comportamento, com aquela capacidade de diálogo, o que Ministro não precisa...

O SR. PAULO GUEDES – Eu estou recebendo gente todo dia, lá. Todo dia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Ministro não tem que ser frango em descampado, que a gente tem que correr para pegar.

O SR. PAULO GUEDES – Não. Eu estou sempre...

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Não é isso! V. Exa. não é. Está mostrando aqui pelo comportamento.

O SR. PAULO GUEDES – Estou sempre disponível.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Então, concluindo...

O SR. PAULO GUEDES – Alguém pisou na bola.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Eu sei. Eu conheço todos aqui. Acessível como é, com a veemência que tem, porque sem sangue na veia não vai... Nós estamos aqui para debater, para ajudar, para construir. Se o senhor topar, está feito o trato.

O SR. PAULO GUEDES – Está topado.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Por favor, só quero explicações sobre as questões que eu elenquei aqui. Agradeço. Seja bem-vindo.

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA) – Muito bem, nós temos seis inscritos. Começou a Ordem do Dia, e eu gostaria aqui de sugerir aos próximos inscritos que a gente estipulasse um tempo de três minutos e, se vocês me autorizarem, eu vou...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA) – É, mas se vocês me autorizarem, eu vou ser chato no tempo. Se cumprirmos três, dá para todo mundo falar.

Claro que eu tenho juízo e não iria enquadrá-lo nesse tempo. (*Risos.*)

Senador Zequinha Marinho, três minutos.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA. *Fora do microfone*.) – O senhor quer responder logo, Ministro?

O SR. PAULO GUEDES – De novo: são três e eu respondo. Senão, acumula e eu não consigo.

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA) – Já há três aqui?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO GUEDES – Já há três. Primeiro foi o Senador Flávio, que perguntou... Essa ligação... Muita gente acha que a gente quer aprovar a reforma por causa do investidor estrangeiro. Não é assim. Na verdade, os investidores estrangeiros sabem que o País vai entrar numa crise financeira dramática se não aprovar a reforma. Então, eles gostariam de entrar e estão olhando. Se não se aprovar a reforma, eles sabem que o Governo vai começar a girar e entrar em dificuldade financeira, e aí ninguém quer investir no País.

Agora, eu sinceramente não tenho ido muito lá fora, porque eu também não quero atrair capital financeiro que não esteja comprometido com as transformações de longo prazo. Então, o que eu estou fazendo é o contrário. Nós estamos, a equipe toda está preparando reformas de redução de impostos, estamos preparando justamente controle de gastos, maior eficiência da máquina pública; tudo isso. E queremos que venha o dinheiro que na verdade fará infraestrutura e logística.

Tudo o que a Senadora Kátia falou do custo Brasil, para o setor da agroindústria, é muito bom, mas existe o problema do tempo e existe o problema da logística, que ela falou também, dos transportes, quer dizer, ferrovias, rodovias, hidrovias. Esse dinheiro quer entrar no Brasil. Há fundos de longo prazo canadenses, americanos, alemães, chineses, todo mundo querendo entrar para fazer a infraestrutura brasileira. Essa é a grande fronteira. Para nós, isso é extraordinário, porque é dinheiro de fôlego longo. Não é dinheiro que quer entrar, ganhar um dinheirinho e sair rápido; é dinheiro de dez anos, quinze anos, vinte anos. Todos os bancos multilaterais também estão querendo entrar no Brasil. Então, existe um clima muito favorável.

Eu tenho dito, em conversas internas do Governo... Vocês acham que eu estou fazendo a "venda" – entre aspas – aqui da previdência? A venda foi feita internamente também. Nós estamos conversando sobre isso há um ano, um ano e pouco, na campanha, e eu dizendo: "Olha, pessoal, tem que fazer essa reforma, porque sem isso não há estabilidade fiscal no País". Havendo essa estabilidade fiscal, é o que o Senador Flávio falou: vai chover dinheiro para investimento em infraestrutura, de longo prazo, além dos fundos de curto prazo. E isso significa que o Brasil vai realmente entrar numa fase de crescimento.

Eu tenho dito até o seguinte: eu acho que nós vamos entrar num ciclo longo de dez anos de crescimento. Nós podemos ter aí dez anos de crescimento econômico extraordinário, se nós... E não é só a reforma da previdência, porque... E aí a reforma da previdência tem duas dimensões, uma que parece que é o sacrifício e tal, mas eu insisto: está na mão do Congresso. Se o Congresso aprovar uma reforma pequena, ele estará dizendo: eu não quero ir para capitalização, eu quero ficar... Será uma reforma *à la* Temer. O Temer começou falando em 800, 700, no final estava 600, 500. Se fizerem uma reforma desidratada, bem desidratada, vocês simplesmente adiaram o problema e mantiveram seus filhos e netos nesse sistema. E, daqui a dez anos, seus filhos e netos estarão sentados aqui falando sobre o mesmo assunto. E o Brasil sem crescer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, se tivermos a ousadia de ir para um sistema de capitalização, conscientes de que, se ele não cumprir o desejado, nós temos o nocional, que é o seguinte: eu quero tanto... Se você juntou só isso aqui, o Estado dá o Imposto de Renda negativo e completa isso. Então, isso é simples fazer. Pelo menos você está se precavendo; você está prometendo, mas está levando alguma coisa para o futuro. Se não for o ideal, você paga a diferença; você tem cacife para pagar a diferença.

Foi o que aconteceu com o Chile. O Chile era mais pobre do que a Venezuela. A renda *per capita* do Chile é quase o dobro da do Brasil hoje. Então, não adianta dizer que não deu certo. É um papo furado esse. Não deu certo? Cresceu 6% ao ano, em 30 anos. Como é que não deu certo? Ficou mais rico que o Brasil. A renda *per capita* é muito maior.

Você quer fazer o sistema de repartição solidária e fraternidade?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Com todo respeito, Ministro, mas cresceu para quem?

O SR. PAULO GUEDES – Quer fazer a fraternidade para a eternidade? Coloca o imposto e dá o que você quiser, porque tem dinheiro lá. Lá tem. Sabe quantos são os impostos sobre o PIB, lá? Vinte por cento. Sabe quanto é aqui? Trinta e seis. Pega 16%, coloca igual é aqui, coloca mais 16%, você triplica, quadruplica, quintuplica o que você está dando de previdência.

A pergunta é a seguinte: você precisa... A fraternidade exige a eficiência. Você tem que ser eficiente para poder ser fraterno, senão você quebra! Aliás, o último Governo tinha um coração grande. O penúltimo. Tinha um coração grande. Quebrou tudo! Quebrou a Petrobras, quebrou a Caixa, quebrou tudo ao mesmo tempo, de tão generoso.

Então, uma coisa não dispensa a outra. Você quer ter o coração grande? Você tem que ser mais eficiente. Você tem o coração enorme? Seja muito mais eficiente. Entendeu? Essas coisas estão juntas. Nós não somos inimigos, nós estamos construindo um País melhor. Então, tem uma turma que na verdade fala: olha, espere aí, e os menores? E os mais fracos? E os que estão ficando para trás? Puxa o cobertor para cá. O.k. Agora, impulsiona, cresce, coloca para acumular capital, porque aí você consegue estender o cobertor.

É dessa dinâmica que vem a riqueza de uma democracia. Se houvesse só democrata nos Estados Unidos, estaria mal. Se houvesse só republicano, estaria mal. Se houvesse só o conservador na Inglaterra, estaria mal. Se houvesse só trabalho também, o *label-party*, estaria mal também, estaria quebrado também. Vocês estão vendo o que é ter um partido só: olhem a Venezuela. Então, é um equívoco. Nós estamos construindo um país juntos.

Essa potência fiscal... Eu digo que, com um trilhão, eu ouso ir em direção ao regime de capitalização, mas, se vocês falarem "não, o sacrifício é muito grande para mim e para os meus

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

contemporâneos, eu não vou tirar nem das mulheres, nem dos militares, nem dos civis, nem do rural", o.k. Vocês fizeram uma escolha preferencial pelos contemporâneos e condenaram filhos e netos a continuarem prisioneiros disso, crescendo pouco, em um sistema que não tem capacidade... Porque ele tem... Essa é uma conversa longa. Eu voltarei aqui para nós debatermos. Geneticamente, ele tem vários defeitos muito sérios, entendeu? Então, você pode ir para o outro, mas mantenha a dimensão de generosidade sempre. O outro permite fazer isso.

Inclusive, a forma como está sendo apresentada aqui, se tiver o que eles falaram ontem – "nós vamos tirar o BPC, vamos fazer isso e aí vamos discutir o de capitalização"... Você aprovou a reforma... E aí eu digo: essa reforma, a dimensão dela, você pode saber – foi a Senadora Rose que perguntou depois... A reforma, se você aprovar menos, se você aprovar 600, 700, 800, você fez uma reforma; se você aprovar um trilhão, você aprovou um novo regime; além de fazer uma reforma no antigo, você deu potência fiscal para fazer um novo regime. E aí, sim, você vai se beneficiar dessa dinâmica.

Quanto a esse juro composto que estraçalhou os Estados, e Municípios, e a União também, com uma dívida de 4,5 trilhões, hoje, nós vamos botar esse juro composto para trabalhar para a população trabalhadora e para os jovens que hoje nascem na periferia e nem sabem o que é isso. Aquela acumulação vai sendo... Ao longo da vida, ele vai acompanhando, investe aqui, investe ali, acompanha aquilo. E, no final, se você achar pouco, você dá uma suplementar. Pode até aprovar uma suplementar agora também, está na mão de vocês. Eu acho que há tempo para desenhar o sistema futuro. Não há muito tempo para salvar o que está aí; o que está aí está capotando.

O Senador Luiz, de Goiás, falou do desemprego. Curiosamente, só com essa expectativa de que as coisas podem entrar no eixo, nos dois primeiros meses do ano, foram criados mais empregos do que no ano passado inteiro. Saiu um Caged agora de 176 mil novos empregos, mais janeiro, já deu mais emprego do que ano passado inteiro. Então, a economia já está querendo se movimentar. Se a gente começar a aprovar as reformas, ela vai embora, ela vai pegar e vai embora, e aí só há notícia boa daí para frente.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO GUEDES – Só há notícia boa, porque nós vamos justamente descentralizar os recursos. E é boa para a oposição também; não é para a situação, não, porque o Governador, o Prefeito que está lá no Estado dele e que é de oposição vai receber o dinheiro e vai poder fazer obra, vai tocar o pau.

Você falou, inclusive, do Minha Casa, Minha Vida, mover a economia e que eu sou superministro. Eu brinco, eu falo: "Eu não sou, não; eu não sou, não". Conversando com os outros Ministros, eu disse: "Há 22, não é? Então, são 21 contra 1". Você acha que todo dia não há um que pede lá: "Eu quero 5 bi", "Eu quero 20 bi"? E, curiosamente, os pedidos dos Ministros são maiores... Se você pegar todo mundo e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

falar que a Lei Kandir é mais 1,9 bilhão ou 2 bilhões... Há Ministro que pede oito, quatro vezes o que todos os Estados e Municípios pediram – para você ver que o negócio não é brincadeira, não.

Então, eu estou mais para Brumadinho do que para Itaipu, entendeu? Um faz um furo aqui, o outro ali, o outro ali. De repente, vai a enxurrada e arrasta tudo, e não é bom o efeito. Se eu virar Brumadinho, o negócio não vai ser bom, porque aí descontrola geral. Então, o meu papel é um papel chato, que é só o de lembrar às pessoas do seguinte: "Olha, há um orçamento, a gente prometeu cumprir o orçamento".

Déficit previsto para este ano: 139 bilhões. Primeiros dois meses: rodaram. Déficit previsto para esse ano: 139 mais 30. Que negócio é esse? Então, contingenciamento. "Segura aí, vamos ver, vamos conversar".

Agora, o Minha Casa, Minha Vida dá, vai dar. Você sabe por quê? Vai dar para botar algum dinheiro, porque havia o FI-FGTS. Esse é o dinheiro dos campeões, esse aí é para os campeões. Então, você pega a grana que iria para os campeões e fala assim: "Não, joga lá embaixo; vamos jogar lá embaixo, na casinha pequenininha". Mesmo o Minha Casa, Minha Vida nós estamos examinando. Você sabia que há 70 mil casas devolvidas, 60 mil não terminadas, 17 mil aprovadas no dia 30 de dezembro? Você acha que isso é razoável? Chega 30 de dezembro, você vai, assina 17 mil casas novas e sai correndo, com 70 mil devolvidas e 60 mil não terminadas? Então, há uma porção de problemas.

Eu preferiria que esse dinheiro estivesse na mão de Prefeitos e Governadores. Um prefeito não faz 60 mil casas sem saber para quem são, não. Agora, um Ministério faz. Um Ministério faz 300 mil casas sem saber se vai alguém morar lá. Aliás, o exemplo limite é na China, onde há uma cidade inteira de 300 mil habitantes, e não há nenhum habitante; os prédios estão todos lá.

O SR. LUIZ DO CARMO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO) – Ministro...

O SR. PAULO GUEDES – São coisas que um Governo Central faz.

O SR. LUIZ DO CARMO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO) – ... quem está fazendo essas casas, em Goiás é a Agehab, é a cooperativa do Estado, é o Governador que faz, entendeu? Então, não solta para o empresário. É em parceria com o Prefeito. Há a parceria do Prefeito também, entendeu?

O SR. PAULO GUEDES – Tudo bem, não é coincidência também que o Governo do Estado esteja numa situação dramática hoje, não é?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vou passar...

O SR. PAULO GUEDES – Alguma coisa lá salda o eixo um pouco, mas tudo bem...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O próximo...

O SR. PAULO GUEDES – ... para frente.

A Senadora Rose perguntou como é calculado esse negócio da economia: 600 bilhões, 700 bilhões, no sistema geral e tal. Justamente você recalibra... O sistema foi feito, essas... E a equipe vai estar aqui à disposição de vocês para explicar, porque eles fizeram o seguinte: "Pega quem tem as maiores aposentadorias e recalibra um pouco para baixo. E pega os menores...". Quer dizer, quem tem mais está contribuindo mais e recebendo um pouco menos; e quem tem menos está contribuindo com menos ainda.

Eu até perguntei: "Gente, mas o negócio está quebrado e vocês ainda vão baixar?". "É, para os pequenininhos". Trinta milhões de brasileiros, que são os pequenininhos, vão recolher menos ainda do que recolhem hoje, mas quem tem mais vai recolher mais. E, quando você pega isso no tempo, dá uma economia grande. Eu não sei se o número é esse, os números não sei se batem, se são 700 só nisso, não, porque é um pouquinho ali, um pouquinho ali, é de todo lado, mas eles vão estar aqui à disposição.

Eficiência na máquina pública é uma seção. Eu posso trazer um outro time aqui que vai ficar uma tarde inteira conversando com vocês também sobre a reforma do Estado. Há muitas medidas que estão sendo aprovadas, muitas, são muitas coisas. Uma empresa levava 60 dias para abrir, você tinha que passar em oito órgão. Agora, é o contrário: você abre primeiro e depois você notifica, em vez de ter que pedir para abrir; primeiro, você abre, depois você avisa o que está fazendo. Nós estamos invertendo e simplificando uma porção de coisas.

Eu vou à Câmara semana que vem. E não é que eu não tenha ido à Câmara; eu fui aconselhado. Há gente que politicamente se preocupa comigo e fala assim: "Olha, você vai chegar lá, e o seu partido vai atirar em você. Além disso, a oposição toda vai atirar. Além disso, não há Relator. Você vai perder seu tempo". Eu falo: "Bem, é essa a orientação?". "É essa". "Obrigado". Aí eu não vou. Foi só isso. Agora, já está marcado para semana que vem. Semana que vem eu já vou lá. Parece que eu não vou levar tiro pelas costas do nosso partido, e eu estou celebrando. Eu acho que do nosso... Eu só vou levar na frente, da Senadora... (*Risos.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PAULO GUEDES – Não; da Senadora, não – a Senadora não estará lá –, da turma da Senadora.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PAULO GUEDES – Ah, do meu partido mesmo?

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO GUEDES – É, mas eu vou lá, eu vou lá. É claro que eu vou lá.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Ministro, isso é terrorismo. O senhor vá, fique tranquilo.

O SR. PAULO GUEDES – É claro que eu vou lá.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – O senhor é competente, tem a fala, discute, tem a paciência que o senhor mostrou, e a nossa também – vamos dizer que é grande. Eu vou dizer para o senhor: vá com tranquilidade. Quem o aconselhou está longe da política, não entende nada de política.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou passar, Ministro, e dizer para o senhor: olha, nós políticos temos obrigação de ter o dom de tentar convencer, mas você superou todos aqui, porque tem vontade de defender aquilo em que acredita. Isso aí nós temos que respeitar.

Marcos Rogério não está aqui.

Zequinha Marinho.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA. Para interpelar Ministro.) – Presidente, obrigado.

Ministro, ainda sobre a Lei Kandir. Eu sou do Estado do Pará. O Pará exporta muitas *commodities*, principalmente minério. E eu queria relatar aqui um fato do Consefaz, que é o comitê de secretários de Fazenda dos Estados e do Distrito Federal. Eles pegaram um espaço temporal de 20 anos e fizeram as contas em cima das perdas não compensadas pelo Governo Federal aos Estados exportadores. Chegaram a um total de 548...

O SR. PAULO GUEDES (*Fora do microfone*.) – Só para o Pará?

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Não, o Brasil.

O SR. PAULO GUEDES – Ah, o Brasil todo.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – O Brasil...

Chegaram a um total de R$548,7 bilhões. Desse total, os Estados foram compensados em 17,8, o que corresponde a 97,6 bilhões. Saldo a compensar, a entregar aos Estados: R$451,1 bilhões.

Eu sei que a situação do Brasil não é fácil, mas a situação dos Estados é bem mais difícil do que a do Brasil. A pergunta é: é justo a União dar um balão desse porte nos Estados que já vivem em situação de dificuldade?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No meu Estado, a nossa Fundação de Amparo a Estudos e Pesquisas apurou, com muito trabalho, R$35,7 bilhões, só o Pará. Esse é o valor líquido, sem nenhum tipo de correção. Isso me impressiona e me deixa um tanto preocupado. O meu Estado tem 8,5 milhões de habitantes; 4 milhões vivem com a renda daquela linha abaixo da linha da pobreza, quer dizer, na miséria. Esse recurso pode ajudar a gente a construir a infraestrutura de que nós precisamos para atrair investimentos, mudar a vida dessa gente.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – No entanto, parece que estou vendo que a coisa passa, e os Estados pouco terão desse valor que gostariam de ter porque é justo, necessário, importante, e acima de tudo porque fizeram por onde isso acontecer, extraindo de um recurso que não é renovável, não se vai ver nunca mais.

Então, eu queria que V. Exa. tentasse consolar o nosso coração, dizendo-nos alguma coisa que eu pudesse dizer ao meu Estado, porque a expectativa lá, neste momento, é muito ruim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Weverton; depois, Senador Irajá.

Senador Weverton, por favor.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA. Para interpelar Ministro.) – Sr. Presidente, colegas Senadores, Sr. Ministro e toda a sua equipe, eu vou tentar aqui obedecer ao tempo, até porque eu fiz um apelo para que todos o fizessem por conta da Ordem do Dia já instalada.

Então, além desta fala de hoje, a minha principal consideração, Ministro, que eu vou fazer aqui é um apelo para que V. Exa. faça uma tratativa junto à sua equipe, principalmente ao Tesouro Nacional, quanto à questão da classificação fiscal dos Estados. Não é justo, e nós compreendemos que todo campeonato tem que ter uma regra. Se você mudar a regra, no meio do jogo, para dizer que, no final, a equação vai ser de acordo com essa mudança, no final desse jogo ela pode prejudicar alguns Estados, principalmente os que vêm fazendo o dever de casa. Eu falo isso porque nós vivemos isso diretamente lá no nosso Estado. Isso foi no governo anterior, a mudança da equação da classificação desses Estados, e essas três notas que se somam para se poder chegar a esse resultado... Antes, era mais ou menos justa a nota da capacidade de endividamento do Estado, da liquidez dele e da questão dele de poupança.

Então, para o senhor ter uma ideia, um caso concreto: o nosso Estado, lá no meio da mudança, quando vinha cumprindo todas as tarefas, viu o governo anterior mudar a regra. Aí, o que aconteceu? A capacidade de endividamento, a liquidez... O governo, AA, e, aí, na poupança, como todos os Estados do Brasil e, óbvio, a União – ninguém tem poupança hoje –, foi para a nota C. Então, se você tem nota AA e C, óbvio que o razoável seria ser um B, não é? Aí, o nosso Estado, por exemplo, foi para a nota C, conforme essa equação que foi modificada no governo anterior. Então, é só uma questão de justiça,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para que o Governo olhe de forma isonômica e possa fazer a correção dessa regra, porque, se você tem uma nota AA e outra C, é justo chegar ao B...

(*Soa a campainha.*)

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA) – ... como acontece em outros locais. E isso vai autorizar, por exemplo, um Estado como o nosso, o Maranhão, a contrair um empréstimo de quase 600 milhões – já está tudo pronto, só falta ser aprovado, passar pela equipe econômica e vir para o Senado –, para que a gente possa recuperar uma importante rodovia, Sr. Ministro, a 006, no Estado, que tem 1,5 mil quilômetros de extensão. Ela corta o Estado do sul ao norte. Só para vocês terem uma ideia, ela vem desde Balsas, Tasso Fragoso/Balsas, até a região da baixada, próxima a Alcântara, onde vai haver outro grande porto, ou seja, essa 006 escoa a produção dos grãos de soja, de tudo. Ela é importante para o Matopiba, é importante para os agricultores, para os produtores e para toda a economia do nosso País.

Então, é um apelo que aqui faço.

Quanto às questões das matérias pontuais, reforma da previdência e todas que estão aqui em voga, claro, o tempo não me permite. E eu também nem irei apresentar aqui detalhes e críticas ao projeto da reforma da previdência, até porque ele está ainda na Câmara e nós já declaramos a nossa posição: da forma que está nós não temos condição de votar. Mas o problema hoje é lá na Câmara. Então, a equipe econômica e política, principalmente, do Governo tem que resolver esse problema lá antes de chegar aqui. A minha opinião é que, do jeito que está lá, nem chega aqui ao Senado. Então, não há por que queimar energia neste momento quanto a esse assunto.

Eram essas as minhas considerações, Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só há mais dois Senadores: o Senador Irajá e o Senador Carlos Viana.

Eu vou pedir para o Senador Irajá falar e, depois, o Senador Carlos Viana também falar o que tem que falar. Em seguida o senhor responde, e eu encerro a reunião, porque já começou a Ordem do Dia, pessoal.

Senador Irajá, por favor.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. IRAJÁ (PSD - TO. *Fora do microfone*.) – Eu vou passar para o Carlos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Você vai abrir mão?

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, só eles dois. Inscritos, sim.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ah, está bem.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Então, muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Carlos, fale.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG. Para interpelar Ministro.) – Ministro Paulo Guedes, meu boa noite.

Em primeiro lugar, quero saudar V. Exa. pela presença aqui, pela clareza das exposições, naturalmente diante de um assunto tão importante, como colocou bem o Senador Paim, que necessita de muito diálogo. Nós precisamos de uma reforma da previdência que equilibre as nossas aposentadorias sem prejudicar os mais pobres, mas que retire os privilégios, se torne mais equilibrada. E, quando nós nos deparamos com os números, a demagogia perde a máscara. Nós temos que colocar claramente o que está acontecendo para que possamos tomar uma decisão sempre muito madura.

O senhor é bem-vindo. A Casa vai recebê-lo sempre bem, o debate é muito importante, e há boa vontade para que a gente possa discutir e aprovar essa reforma da melhor maneira possível para o Brasil, dentro do que for proposto também pelo próprio Parlamento.

A questão é a seguinte: há dois pontos que eu gostaria que o senhor colocasse, não sobre a reforma, mas sobre um assunto que nos interessa muito em Minas Gerais, que é a ajuda aos Estados. Há uma proposta do ministério de V. Exa. no sentido de que, nos próximos 30 dias, nós teremos um plano de ajuda, de socorro aos Estados. Eu gostaria que o senhor o detalhasse, por gentileza. O senhor, a uma parte, já fez referência, falou sobre a questão do pré-sal, que nós poderemos ter no ano que vem, mas nós estamos pensando é no agora: nestes próximos 30 dias, que tipo de ajuda os Estados vão receber do Governo Federal?

Com relação à Lei Kandir, que foi bem colocada pelo Senador Zequinha, qual é o caminho? O passado é muito difícil, nós não vamos falar em dívida daquilo que não foi recebido, mas, em relação ao futuro, o que o senhor pensa para que possamos solucionar essa questão e garantir um equilíbrio na exportação, lembrando que hoje não temos nenhum tipo de ICMS prejudicando os Estados?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Senador Irajá e, depois, o Senador Cid Gomes.

Ou quer deixar o Cid falar primeiro?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A conversa está boa aí, não é?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE. Para interpelar Ministro.) – Sr. Presidente, Srs. Ministros, quero saudar aqui de modo especial o Secretário Especial da Fazenda, meu conterrâneo de Missão Velha e que tem aí uma nova missão, desafiadora missão, de propor uma reforma tributária, que acho que é o que dará sustentabilidade ao nosso País no futuro.

Ministro, eu quero aqui, primeiro, render justamente uma homenagem ao senhor, pela forma transparente e clara pela qual o senhor tem colocado as questões e, de fato, dado um passo na direção de atingir o objetivo.

Eu tenho, assim, me furtado a fazer críticas a um governo que nem completou os cem dias, mas, cada dia mais, eu chego à conclusão de que parece ser um governo contemplativo. Parece, como regra – repito, faço uma exceção ao senhor –, que não assumiram ainda, parece que já não estão no governo há quase três meses, há quase cem dias, com um rol de medidas anunciadas previamente e que deveriam acontecer nesses cem dias. Eu estou aguardando esses cem dias para, de uma por uma, cobrar de um governo que tenho achado contemplativo – vou repetir sempre essa questão.

Eu nem queria discutir reforma da previdência, porque acho que o senhor mesmo não gostaria, mas, como o senhor fez isso tão à vontade aqui, eu vou ficar também à vontade.

Há algumas questões que acho justas. Eu acho que quem ganha mais... Acho que previdência devia ser, assim, uma coisa em que você colocasse os números no computador para que ele devolvesse o resultado; o famoso cálculo atuarial. É lógico que um governo não pode se render à matemática fria, e é lógico – defendo isso – que diversos setores da sociedade, os mais pobres...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – ... podem ser contemplados. E penso eu que devam ser contemplados não pela previdência, mas por programas de assistência social do Governo, até para que esses números da previdência fiquem claros. Enfim, preocupa-me avançar no apoio a isso quando há algumas questões que o Governo, e mesmo o Ministério da Fazenda, não têm colocado.

Quantas pessoas compõem o Copom hoje? O Copom é composto de quantas pessoas?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – O Copom, o Conselho...

O SR. PAULO GUEDES (*Fora do microfone.*) – São oito votos.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – São oito componentes? O Copom não é o Ministro da Fazenda, o Ministro do Planejamento e o Presidente do Banco Central?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – Desculpe... O Conselho Monetário Nacional.

O SR. PAULO GUEDES – O Copom fixa os juros; são oito votos.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – Eu quero falar é de juros mesmo.

O SR. PAULO GUEDES – O Conselho Monetário...

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – Eu quero falar é de juros.

O SR. PAULO GUEDES – Eu imaginei isto, que você quer ir na direção dos juros.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – O Copom, então, é composto de oito pessoas. São os diretores do Banco Central mais o Ministro da Fazenda?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – Ou não, nem o Ministro da Fazenda...

O SR. PAULO GUEDES – O Ministro nem passa perto.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – Muito bem, mas, certamente, pode dar uma opinião.

O senhor fez referência ao seguinte fato: o Brasil deve R$4,5 trilhões. Um por cento de redução na taxa de juros daria de economia ao Governo Federal, numa conta simples, R$45 bilhões. Se fossem 2%, o que é bastante razoável com a inflação que a gente tem tido hoje, de redução na taxa de juros, seriam R$90 bilhões de economia. Por que a gente não tem um esforço paralelo e que seja âncora, ou que seja, a meu juízo, condicionado ao esforço de sacrificar... Mesmo os mais aquinhoados, pelo que eu vi, passariam para 22% ou 23% de contribuição. O Ceará tem feito, o Ceará já... Boa parte do que o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Governo Federal está propondo, o Ceará já fez enquanto reforma da previdência. Eu acho que seriam necessários sinais como esse para que houvesse realmente uma disposição no sentido de que esse sacrifício deve ser coletivo. Indústrias fechando, comércio fechando e bancos praticando, a cada ano, quebra de recordes! É óbvio que isso não está correto! Então, esse setor tem que dar uma contribuição para que o País possa reencontrar o seu caminho.

Desculpe, já me alonguei, mas, enfim, acho que é preciso algo paralelo para que mais gente possa se envolver nesse esforço.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Boa contribuição, Senador Cid.

Senador Irajá.

O SR. IRAJÁ (PSD - TO. Para interpelar Ministro.) – Cumprimento o Sr. Presidente, os Srs. Senadores, as Sras. Senadoras.

Ministro Paulo Guedes, quero também agradecê-lo por sua presença aqui em nossa Comissão.

Eu acredito, Ministro, que nenhum Senador aqui, em sã consciência, seja contrário à reforma da previdência. Acho que a questão do mérito é o único ponto para o qual convergem as opiniões de todos os Senadores. Todos aqui são favoráveis, sabem da necessidade, da relevância de alterar, aperfeiçoar e mudar a nossa atual previdência. O que está em discussão realmente é o método, em relação ao qual muitos divergem.

Eu, particularmente, tenho muita dificuldade, principalmente por vir do Estado do Tocantins, com relação a dois pontos centrais da proposta, que são as mudanças apresentadas no texto relacionadas ao BPC e, em primeiríssimo lugar, também à questão rural.

Eu tenho dois questionamentos, dois pontos sobre os quais eu gostaria que V. Exa. pudesse discorrer. O primeiro é com relação à dívida da nossa previdência, que triplicou de tamanho nos últimos dez anos. Já estamos chegando à casa dos R$479 bilhões e, segundo a própria PGFN, desses R$479 bilhões, quase R$200 bilhões – para ser mais preciso, R$190 bilhões – são créditos passíveis de recebimento, descontadas todas aquelas dívidas de empresas que já não existem mais ou que faliram, como a Vasp e tantas outras empresas que são devedoras da previdência. Em que o ministério e a proposta avançam ou evoluem, ou trazem de inovador, para que esse crédito de R$200 bilhões possa ser recebido com todos os instrumentos que o Ministério da Fazenda e o Governo possuem?

O meu outro questionamento – para concluir, Presidente; não quero me estender porque já estamos com a Ordem do Dia iniciada – é com relação ao próprio texto, ao objeto do projeto.

Nós tivemos aqui, no final do ano passado, a proposta do ex-Presidente Michel Temer e, segundo o IFI, que é o Instituto Fiscal Independente do Senado, essa proposta, se aprovada na íntegra, teria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

como *deadline*, ou seja, como ponto de corte, o ano de 2023, que seria o ano a partir do qual, se aprovadas as medidas no ano passado, nós passaríamos a equilibrar a relação entre o que é arrecadado e o que é pago na previdência, não ampliando mais esse déficit, esse passivo. Segundo o próprio IFI, se aprovada também na íntegra a proposta que foi apresentada pelo Governo Bolsonaro, talvez esse ponto de corte fosse reduzido para o ano de 2022 ou 2021 – salvo engano, se eu não estiver equivocado. Então, a minha pergunta...

Vejo V. Exa., em todos os momentos, sempre pontuando a necessidade da economia de R$1 trilhão, que esse é o número a ser perseguido, a ser alcançado, que essa é a necessidade real da previdência para equilibrar as contas. Se a gente se ativesse apenas à alteração do tempo de contribuição – no caso do rural, do urbano e dos professores – e à idade, esses dois gatilhos, esses dois critérios, e fizéssemos ajustes, isso não poderia contemplar esse número total? Não seria possível equalizar essa economia que a proposta objetiva, mas usando apenas como instrumentos e critérios o tempo de contribuição e a idade em todos esses casos, sem precisar mexer nesse vespeiro que envolve tantas categorias que são contrárias e, assim, tentar pacificar mais o ambiente? Claro que isso exigirá um sacrifício maior no tempo e na idade, mas que a gente pudesse resumir a proposta apenas a esses dois critérios, nem que isso signifique sacrificar um pouco mais o trabalhador, seja da zona rural ou da zona urbana. Que a gente pudesse resumir, pura e simplesmente, em cima desses dois fatores. Essa é a dúvida que encaminho, sobre a qual gostaria que V. Exa. pudesse discorrer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador Irajá.

Dr. Paulo Guedes, para responder aos últimos Senadores...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PAULO GUEDES – É Pará?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Isso. Zequinha Marinho

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Guedes) – No mundo inteiro as exportações são isentas de impostos. Isso é que criou esse problema aqui, e a gente acabou sugerindo a isenção. É claro que isso atinge um Estado como o Pará, que extrai minério, por exemplo, que é exaurível. Realmente, aquilo vai acabar um dia lá na frente e você terá de cavar cada vez mais fundo, e ficará cada vez mais caro. Então, realmente, quando você isenta, você tira uma base importante do Estado, e é natural e compreensível que...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só que isso foi feito lá atrás para ajudar as exportações. Talvez a melhor medida na época fosse... No mundo inteiro eles isentam as exportações de tributação, essa que é a verdade, senão você perde competitividade lá fora.

Claro que, talvez, se tivéssemos um câmbio melhor, um troço assim, talvez nem tivessem pensado nisso. É aquele problema: você fica com crise cambial, apertado, e acaba apertando. Então, tira as tributações. Se o câmbio estivesse melhor, tivéssemos menos juros, mais baixos esses anos todos, e o câmbio um pouco mais alto, em vez do contrário, como nós fizemos, com o juro muito alto e o câmbio lá embaixo, pode ser que nem tivesse sido necessário esse recurso, entenderam? Isso é que dá pena quando eu olho. Agora, passou. Hoje a arrecadação no destino do ICMS já é mais do que 80%. Então, isso já ficou para trás. Fica aquele sentimento de que eu perdi, e que eu perdi principalmente perante juros, uma dívida que se acumulou. Fica aquela sensação de... Eu adoraria fazer um encontro de contas. Eu adoraria – se saísse dinheiro de algum lugar, fosse até do pré-sal – tentar fazer uma coisa assim. Hoje não é possível, porque, se o Ministro da Fazenda fizer isso...

Eu penso no Brasil até mais do que na União. Acho que, durante o nosso plano econômico todo, eu tentei deixar isso claro. Acho que o Brasil é mais importante do que só uma das unidades federativas. Agora, eu estou aqui tendo que controlar os gastos e o orçamento. Só que, como eu entendo o outro lado, eu quero ser o mais flexível possível, porque eu defendo a tese de uma federação forte. Então, nós estamos pensando... E aí, já emendando... Bom, eu trato disso um pouquinho à frente.

Então, a Lei Kandir... O meu entendimento é que cessaram, lá atrás, ficou um contencioso aí, os números são muito grandes, muito difícil ser exequível fazer isso. E o que eu acho é que nós temos um programa que é melhor do que a Lei Kandir, vai dar mais recursos. Então, eu acho que isso vai ficar para trás mesmo e vai ficar muito claro para todos os Governadores e todos os representantes estaduais que o futuro vai ser muito melhor e ninguém nem vai se lembrar da Lei Kandir.

O Senador Weverton, falando da classificação fiscal... Nós estamos tão sensíveis a isso que o nosso programa já leva isso em consideração. Então, o nosso plano de equilíbrio financeiro leva isso em consideração. Nós mudamos os parâmetros. Realmente, se você é A e depois C, da forma como estava, o seu Estado não era elegível. Então, nós estamos mexendo nos parâmetros para tornar elegível. Vai haver contrapartida. Exatamente onde é o seu ponto mais vulnerável, se é liquidez, se for disponibilidade de caixa, se for poupança, é ali que tem que fazer o ajuste maior, mas vai haver o recurso. Nós já separamos 10 bilhões. Para falar especificamente sobre isso, nós já separamos 10 bilhões, que é mais do que o dobro do que seria a soma do PEF, de exportações, do FEX, fundo de exportações, mais a Lei Kandir. Então, é mais do que o dobro da soma.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO GUEDES – Em 30 dias a gente está lançando isso, é coisa de curto prazo. Não é o petróleo do ano que vem.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA) – Porque esse empréstimo é com bancos dos Brics, não vai pegar nada...

O SR. PAULO GUEDES – Não, os empréstimos, se vão estar elegíveis... Aliás, eu já assinei uma porção de papéis, nós já assinamos alguns papéis...

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA) – ... a equação para quem está solicitando.

O SR. PAULO GUEDES – Nós estamos reclassificando. Nós estamos reclassificando.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG. *Fora do microfone*.) – Reclassificação fiscal?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – A reclassificação fiscal.

O SR. PAULO GUEDES – É reclassificação fiscal.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Para efeito de financiamento?

O SR. PAULO GUEDES – Para efeito de financiamento.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas é isso, Ministro, nós batemos tanto aqui numa questão de endividamento dos Estados, e o que nós estamos tentando? Nós tentamos fazer um arranjo para rever essa classificação para poder dar dinheiro para o Estado que já está quebrado. O senhor está me entendendo? É uma coisa que é meio...

O SR. PAULO GUEDES – E é isto que nós estamos fazendo: nós estamos reclassificando para os Estados que fizerem o esforço fiscal. Se eles não fizerem esforço fiscal, não adianta dar dinheiro. Se já está quebrando... Vou te dar dinheiro e você não vai fazer ajuste nenhum?

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA) – Não é o caso dos que estão quebrados, Senador Omar.

O SR. PAULO GUEDES – Isso, isso.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA) – É dos que estão fazendo o dever de casa corretamente.

O SR. PAULO GUEDES – Isso. Exatamente.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA) – Nós não podemos, por exemplo, pagar pelo erro lá do Rio Grande.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO GUEDES – Exatamente.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA) – Então tem que...

O SR. PAULO GUEDES – Exatamente.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA) – Obrigado.

O SR. PAULO GUEDES – Senador Carlos, a ajuda aos Estados é exatamente isto: PEF. Esse plano já tem 10 bilhões garantidos. E a Lei Kandir é a mesma coisa. Isso tem que ficar para trás. A lei acabou. Nós temos que matar a lei, esquecê-la. Você fala: mas há possibilidade de haver um encontro de contas, tal? Eu não vejo. Eu cheguei agora, cheguei e já me trouxeram as contas. Falaram: "Estão as contas arrumadas aqui, há o passivo fiscal do lado de lá". Eu acho mais importante, de novo, repito, é mais importante nós desenharmos um futuro correto do que nós ficarmos olhando para trás, porque olhando para trás não estamos chegando a lugar nenhum.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Ministro, nesse caso da ajuda aos Estados, os Estados vão ter que oferecer alguma garantia? Eles vão ter que pegar algum ativo para a União? Como é que os senhores estão imaginando essa ajuda?

O SR. PAULO GUEDES – Não, isso é um extra. Isso é um extra. Quer dizer, se você estiver disposto a fazer os ajustes... É engraçado porque eu acho que o pacto federativo resolveria tudo isso, porque, com o pacto federativo, você tem condição de desindexar, desobrigar todas as suas despesas. Então, se você não fizer nada – temos uma inflação de 3% ou 4%, mais um crescimento de 3% ou 4% –, basta você segurar salários, benefícios ou despesas um ano e acabou a crise fiscal; mas hoje, não. Hoje está tudo indexado, não para, é galopante, sobe tudo.

Então, o que nós estamos fazendo é o seguinte: enquanto não houver o pacto, se você fizer ajuste, nós antecipamos o dinheiro. Se você tiver qualquer ativo, nós também antecipamos o dinheiro. Então, o Estado que tiver ativo e disposto a ajuste, em 30 dias, sai das cordas, porque ofereceu um ativo e, ao mesmo tempo, está disposto a fazer um ajuste. A gente tem que resolver isso, senão os Estados vão parar.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Nós precisamos conversar!

O SR. PAULO GUEDES – Vamos sim, viu?, vamos continuar conversando, eu sei da sua boa-fé.

O Senador Cid, o Ministro Cid tinha também um regime até duro de transição para o regime de capitalização. Gostei muito não só do programa como daquele do Mauro Benevides, que preparou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aquele programa, um programa interessante, porque há a capitalização e, ao mesmo tempo, há ali um nocional, uma rede, o mínimo garantido, há vários elementos interessantes.

Então, eu entendo, e não vamos conversar aqui muito sobre previdência, mas eu acompanho o trabalho de vocês lá, o que vocês fizeram com educação no Estado, quer dizer, está aqui o que vocês fizeram com a educação no Estado. Vejo isso no Brasil inteiro. Há gente muito boa em todo lugar...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PAULO GUEDES – Os trabalhos de Chicago, do James Heckman. James Heckman é um PhD de Chicago, Prêmio Nobel de Economia. Vocês fizeram um trabalho semelhante.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PAULO GUEDES – Essa turma é danada. Eles são...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PAULO GUEDES – Tem, tem, tem.

Mas a sua observação quanto aos juros e o Copom é muito interessante pelo seguinte: o que houve? O BNDES foi... Pedalaram o BNDES. Levaram, emprestaram dinheiro para ele fazer os empréstimos que fez etc. Despedalando o BNDES, só puxando de volta o que ele deve para a União e liquidando a dívida, nós vamos liberar 30 bilhões em juros, de despesa de juros. Quer dizer, na verdade, o Governo se endividou e paga 30 bilhões de juros só para carregar, via subsídio, para o BNDES ficar lá com aqueles empréstimos que ele tinha. Nós vamos puxar esse dinheiro de volta, e a despesa de juros da União vai cair 30 bilhões.

Quanto à gente interferir no banco, isso é que é interessante. No Banco Central, o que acontece? Se aprovarmos a reforma da previdência, os juros caem 1% ou 2% e você tem toda a economia que queria. Se você não aprovar a reforma da previdência e baixar os juros meio no empurrão, nós vamos repetir a experiência que a Dilma fez com o Tombini. Ela baixou e ali na frente o negócio imbicou e foi embora.

Então, o grande segredo de ter juro baixo é o Governo falando: "Não preciso de dinheiro, eu não preciso de rentista, eu não vou dar vida mansa para vocês", entenderam? E esse é um objetivo nosso. Eu quero zerar o déficit de caixa este ano. Como eu sei que as reformas não vão entrar ainda, ainda têm que ser aprovadas, leva meses, etc., o compromisso nosso foi justamente o seguinte: "Olha, Salim, vende aí 80 bilhões de estatais; Waldery, segura lá pelo menos 30, 40 bilhões de cessão onerosa", o outro vai não sei onde. Se eu conseguir juntar esses 139, que é o déficit, mesmo que seja vendendo caixa aqui, eu não aumento a minha dívida. Então, eu já dou um sinal para o mercado do seguinte: o que aconteceu depois de 30 anos? O Governo não está aumentando dívida. Houve uma amortização, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

amortização este ano é de 400 bilhões. Amortizei, não girei a dívida, paguei tudo, não estou me endividando, os juros desabam.

Então, nós precisamos mostrar potência fiscal. Por exemplo, se saísse no limite: saiu uma reforma previdenciária de 1,170 trilhão, aprovaram na íntegra, aí o juro desce 2% sem ninguém falar nada. Aprovaram um negócio de 400, 500, o juro fica onde está, vai ficar onde está, olhando e falando: "Isso aí não é potente o suficiente, pode haver um problema ali na frente". Mas melhor do que nada. Cai, cai um pouquinho, cai zero qualquer coisinha. Agora, se o Banco Central, de modo próprio, tentar empurrar sem a política fiscal... E esse foi o drama nosso. Nós estamos com esse drama há muitos anos. Esse foi o grande equívoco nosso. Não tínhamos problema nenhum.

Eu considero que o Brasil está em uma transição incompleta de modelo. Os militares fizeram Telebras, Eletrobras, Siderbras, Portobras, aquelas empresas todas. Aí veio um governo civil e falou: "Quero saúde e educação através dos orçamentos públicos, dar dinheiro para Estados e Municípios, vamos fazer educação, saúde. O trabalho que vocês fizerem em educação lá em cima vamos fazer também em saúde, vamos fazer em saneamento".

O Estado tinha de se transformar, ele tinha de deixar de ser um estado hobbesiano, Estado máquina, investidor, tomando dívida em mercado, juro alto, para ser o Estado social baseado em impostos, que é como é hoje a economia chilena, 20% de impostos só, e não 36%, então os juros são baixos. Agora, esses 20% são na veia. É programa social na veia. Está o dinheiro lá, há a bolsa, o *voucher* de educação, há a bolsa para a família mais pobre, há o auxílio social, que é diferente da aposentadoria.

Quer dizer, então, nós temos como fazer essa síntese. Nós precisamos fazer essa síntese. Essa inimizade, essa competição que é criada no espaço político... Na verdade, na democracia são dois vetores que desenham uma resultante melhor. Então, há uma turma falando assim: "Pô, mas esse juro tem de ser mais baixo". Tudo bem. Gaste um pouco menos.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO GUEDES – Mas como é que eu vou gastar menos? Cortando privilégio. Não tira do pequeno. Tira do grande.

Então, eu acho que essa dinâmica é uma dinâmica saudável, tem acontecido. Eu estou seguro de que a reforma da previdência vai ser aprovada, só que vai ser aprovada com um certo grau. Possivelmente vocês vão tirar de lá o BPC, possivelmente vocês vão tirar de lá o rural, uma coisa assim. Aprovando uma coisa assim, eu não sei ainda o que vocês vão tirar, mas deixando ela ainda consistente, parruda, em torno de um trilhão...

E aí vem uma pergunta também, que foi a última pergunta do Irajá, vou respondê-la primeiro porque ela emenda com isso: por que esse 1 trilhão, por que esse 1 trilhão? É porque esse 1 trilhão dá a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

potência fiscal para você atravessar o rubicão e falar: "Eu vou para a capitalização". Porque a empregabilidade vai explodir. No mundo inteiro, o desemprego entre jovens é quase o dobro do que entre o resto da população, porque o jovem é quem não tem experiência de trabalho ainda, às vezes, não completou os estudos. Então ele e o idoso, o idoso e o jovenzinho são os mais discriminados no mercado de trabalho.

Ora, se você cria um novo regime previdenciário onde os encargos trabalhistas desabam, praticamente desaparecem, onde o mecanismo de acumulação de capital é criado, o mecanismo de fundos, uma nova indústria de acumulação de recursos para investir, o País vai voar, vai aumentar o emprego. É o que aconteceu no Chile. O Chile cresceu nos últimos 20, 30 anos, 5%, 5,5% ao ano em média. O Chile virou um fenômeno. O Brasil era um fenômeno, crescia 7%, 7,5%. O Brasil afundou e o Chile, que era o pato manco, com 5,5%, 30 anos seguidos, com governos de esquerda, todos eles, ninguém ousou mexer no sistema. O sistema era muito bom, capitalizava, fazia crescer e tornou o país com renda *per capita* de US$26 mil. O Brasil tem 15 mil, 16 mil. O Chile virou um país mais rico. Realmente virou um país bem mais rico do que o nosso. E é um país pequenininho. A população é do tamanho da do Rio de Janeiro, do Estado do Rio de Janeiro, da cidade, da grande Rio de Janeiro. Então, é algo que foi feito à base disto: de capitalização, de mais economia de mercado.

Então, esse 1 trilhão não é um número mágico, é um número que nos dá conforto suficiente para ir rumo à capitalização...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO GUEDES – ... o que também vai ser objeto de muito debate no Congresso. Se você aprovar aqui, não quer dizer que, no dia seguinte... Não, vai todo mundo aqui... Como é que vai ser o regime de capitalização? Vai haver ou não vai haver o nocional? Tem que haver uma garantia. E se a capitalização não chegar? Vai haver ou não vai haver o patronal? Eles contribuem ou não no início, já desde o início? Então, isso já é uma outra discussão. Por isso que a gente já desconstitucionalizou, que é para vir aqui conversar: "Ah, não; mas a gente quer deixar na Constituição". Aprovem. Ontem soltaram uma nota dizendo: "Desde que não desconstitucionalizem e desde que tirem o BPC e isso, nós aprovamos". O.k. É uma possibilidade. A bola está com vocês, está certo?

Também as observações do Irajá. O BPC e o rural. O BPC (Benefício de Prestação Continuada) curiosamente não tem muita potência fiscal. Ele foi feito mesmo muito mais para dizer: "Vamos pagar um pouquinho antes de o cara envelhecer". Havia dois objetivos, e um era o seguinte: em vez de o cara esperar 65 anos, comece a pagar aos 60, mas não paga... Se ele tinha o direito de receber R$1.000 a partir dos 65 – R$1.000 é o salário mínimo, arredondando –, se ele tem o direito de R$1.000 a partir dos 65, ele não pode estar pior se você falar: "Olha, eu vou te dar 400 a partir de hoje". Aí vocês falam assim: "E se você fizer só isso?". Então, a gente começou assim: façam só isso então. Aí alguém vira e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fala assim: "Mas se você fizer isso, o cara não vai recolher nunca e prefere não contribuir, porque ele vai se aposentar igualzinho ao cara que pagou...

Porque os dois, quando chegarem a 65, ganharão o salário mínimo". "Ah, não; então, faça o seguinte: empurre-o para 70". Aí, estourou a corda. Você pegar e levar o cara para 70, aí o cara vai estar quase morrendo. Então, deu um desequilibriozinho. A reação foi o contrário do que a gente esperava. A gente esperava uma reação boa porque estava antecipando...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Agora, Ministro, uma pessoa com quase 70 para conseguir o benefício numa zona rural também...

O SR. PAULO GUEDES – É, é, é...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Demora dez anos.

O SR. PAULO GUEDES – Então, eu entendo. Esse tipo de crítica é compreensível, é super-razoável. A gente sabe, entendeu?

Quanto ao rural, como eu expliquei, o número não é grande. É muito mais para a gente ter certeza de que quem está pegando a aposentadoria não pegou num fim de semana um ônibus, foi lá se inscrever e voltou para viver na cidade; é um cara que realmente vive no campo. Porque a população do campo está menor do que a população de beneficiados, há algo errado ali. E também não é tão potente fiscalmente, entendeu?

E, finalmente, crédito. Você falou dos tributos e de créditos a receber; dívida ativa. Nós fizemos dois grandes movimentos. Nós temos um, que é focar no grande devedor e no devedor contumaz. Fizemos um negócio, um movimento não só na previdência, para pegar fraude, mas nós acabamos de fazer uma medida dentro do Ministério da Fazenda, na PGFN (Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional), que vai pegar mesmo, vai voar no cangote...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO GUEDES – ... do devedor contumaz e vai pegar o dinheiro dele. Senão, como é que você pode realmente sair apertando todo mundo e deixar... São algumas dezenas, são 30 ou 40, sempre os mesmos, que transformaram isso em uma indústria.

O SR. IRAJÁ (PSD - TO) – Pelas projeções, Ministro, no curto prazo aí nesse ano, o que seria possível reaver desse crédito? Uma estimativa; a gente sabe que é uma estimativa.

O SR. PAULO GUEDES – Bem, há outra discussão que está acontecendo lá. Como havia um bônus para arrecadação, os caras estavam todos voando em cima, querendo arrecadar um trilhão, mas agora está havendo um questionamento até jurídico sobre se podem ficar pagando esse bônus de desempenho para a Receita. Imagine: a Receita, ela mesma faz a lei, ela mesma corre atrás e pega o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cara, e ela mesma se dá um bônus se arrecadar muito. Fica um negócio tão... E há gente de fora, de outros Poderes, querendo regulamentar isso. E isso é outro rolo para a gente, porque a Receita não gosta que mexam nesse incentivo dela.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO GUEDES – Mas tanto a Receita quanto a Procuradoria-Geral estão muito motivadas para fazer esse número ser um número grande.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Muito obrigado, Ministro.

Quero agradecer ao Ministro Paulo...

O SR. PAULO GUEDES – Eu quero pedir... Eu quero só falar, Presidente... (*Fora do microfone.*)

Eu quero pedir desculpas se em algum momento eu fiquei irritadiço. Sabem o que é? Eu ando cansado. A gente cansa também...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É lógico.

O SR. PAULO GUEDES – ... porque, às vezes, você avança dez metros e, quando vê, levou um balaço de gente que é nossa mesmo. O cara dá um tiro, eu falo: "Espera aí...". Eu estava olhando para o adversário e, de repente, vem um balaço pelo lado aqui, de um cara que era para me escoltar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu quero...

O SR. PAULO GUEDES – Aí, de vez em quando, eu fico nervoso.

E, quando eu entro aqui também, eu já vi umas pelejas aqui, uns combates... A Senadora Kátia é brava. É brava! Quando ela levantou e partiu para cima fora do horário, eu disse: "Pelo amor de Deus, espere aí! Agora, falo eu" – porque, senão, ela me pega aqui e me dá um couro, entendeu?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ministro, nós queremos agradecer...

O SR. PAULO GUEDES – Então eu lamento, eu peço desculpas. Eu acho que não fui ofensivo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não.

O SR. PAULO GUEDES – Eu fui defensivo, disse: "Não; espere aí, é a minha vez! Espere aí, deixe-me falar". Se pareceu que eu fui ofensivo, eu quero pedir desculpas. Vou pedir desculpas a ela, que é uma figura histórica, defende o setor agrícola há muitos anos. Já cansei de vê-la na televisão. Agora, nos últimos dois anos, eu a vi em combate e fiquei com medo mesmo. Quando ela levantou, eu falei: partiram para o ataque antes de eu começar; eu nem falei ainda e já vou ser atacado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outra questão também que foi falada muito aqui é o tempo de falar. Temos que ver o seguinte: cada Senador por quatro, cinco minutos, vezes 60, 70 que havia aqui, isso dá bem mais tempo do que eu falei na defesa, certo?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não... Mas ninguém o atacou!

O SR. PAULO GUEDES – Não, não...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ninguém o atacou.

O SR. PAULO GUEDES – Não, foi ótimo. Eu estou supergrato...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu acho que houve um debate aqui...

O SR. PAULO GUEDES – Pessoal...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... e V. Exa. colocou sua posição. Não houve ataque.

O SR. PAULO GUEDES – Foi muito bom, não houve ataque nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não houve ataque...

O SR. PAULO GUEDES – Não houve ataque nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... nem desrespeito.

O SR. PAULO GUEDES – A única hora em que eu achei que ia ser atacado, eu esperneei e gritei alto para ver se vinha socorro.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, mas aí não há debate.

O SR. PAULO GUEDES – Só gritei alto para ver se vinha socorro.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nós queremos agradecer ao Ministro e aos seus assessores, secretários especiais: ao meu amigo Afif, que está aqui, muito obrigado; e obrigado, Vitor, por essa interlocução que você faz junto ao Ministério da Economia.

O Senador Cid foi unanimemente escolhido para ficar aqui para representar a todos no encerramento.

Quero agradecer à imprensa. Desculpem qualquer incômodo que houve. Da próxima vez, vou pedir para conversar com vocês para saber qual é a melhor forma, mas era impossível a gente ter aqui 200 pessoas como assessores. Se cada Senador trouxer três, quatro – são 30 Senadores passando por aqui –, dá 120 pessoas. Não cabe. A gente tem que ter bom senso na questão, até porque é uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

matéria polêmica, uma matéria que está na pauta brasileira, e às vezes as conversas paralelas prejudicam.

Ministro, primeiro, vou lhe dizer uma coisa...

O SR. PAULO GUEDES – Eu quero agradecer muito ao Senador Omar Aziz, particularmente, pela condução e por, inclusive, baixar a minha bola quando eu fiquei...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não baixei a sua bola.

O SR. PAULO GUEDES – Baixou, bem abaixada.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não...

O SR. PAULO GUEDES – Bem abaixada...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A questão é a seguinte...

O SR. PAULO GUEDES – Bem abaixada. Defendeu a categoria...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, mas não é questão... Não, não...

O SR. PAULO GUEDES – Defendeu a Casa do povo, que é o Senado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor foi convidado pela nossa Casa...

O SR. PAULO GUEDES – É... Como é que pode?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... e a gente tem que dizer. E a Senadora...

O SR. PAULO GUEDES – E foi correto. Foi tudo certo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Quanto à Senadora Kátia, a gente tem embates do ponto de vista político, divergências, mas não do ponto de vista pessoal. Longe disso!

O SR. PAULO GUEDES – Nunca, nunca.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nunca.

Eu quero aqui agradecer, Ministro, e dizer ao senhor: eu já debati com... Eu fui da Comissão de Economia nos quatro anos em que estou como Senador; fui Governador, Vice-Prefeito, Secretário de Segurança, Secretário de Obras... Tudo que um político podia ser na vida, a não ser Presidente da República, eu fui. Deus e o povo do Amazonas me abençoaram com isso. Mas é a primeira vez que eu vejo uma pessoa da área econômica, sendo Ministro da Economia, ter tanta vontade e tanto vigor para defender aquilo que acredita que é melhor para o Brasil. Isso daí é louvável na sua pessoa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E concordo com o senhor: acho que a máquina, a atividade meio do Estado brasileiro é uma irresponsabilidade tamanha... Não se resolve o problema de saúde dentro do Ministério da Saúde; não se resolve o problema da educação...

O SR. PAULO GUEDES – Eu acredito nisso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... dentro desse ministério; resolve-se nos Municípios. É lá que está o problema. Esse custo na atividade meio, o custeio da atividade meio tem tirado muito dinheiro da atividade fim para que a gente faça as políticas públicas.

E mais, eu estava dizendo aqui ao Esteves: os deuses, o universo conspirou a nosso favor em nos ter dado uma educação com qualidade para nos colocar aqui nesta sala, mas conspirou contra milhões de brasileiros que vivem na zona rural, que não tiveram oportunidade, não têm assistência médica, não têm assistência odontológica. Uma mulher morre de câncer de mama sem saber o que é isso, porque ela nunca teve a oportunidade de conhecer um mamógrafo. São essas pessoas que nos preocupam. Ah, os grandes salários, os políticos... Tem que cortar? Tem que cortar. Política não é emprego. E político não é obrigado a ser candidato; ele é porque quer. E, se ele quer, não tem nenhum direito de ter benefícios. Sabe aqueles políticos que chegam e "Ah, estou cansado! Larguei minha família..."? Eu sempre disse no meu Estado: "Não largue a sua família. Ninguém o obriga. Fique com a sua família e deixe outra pessoa ser candidato no seu lugar". Então, político nenhum faz sacrifício nenhum; quem faz sacrifício é o povo trabalhador.

E, quando a gente vê a questão do BPC, da área rural, isso nos assusta, não pela questão eleitoral, porque eleição é nuvem: um dia você está bem, outro dia você está mal. Isso nunca foi permanente.

Ninguém foi permanente na vida pública brasileira. Ninguém! Já houve altos e baixos. O Fernando Henrique Cardoso já foi o grande líder brasileiro; Lula...

O SR. PAULO GUEDES – Gigante!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... Dilma ganhou duas eleições; todos nós já tivemos liderança no Estado, perdemos, retomamos. Mas para essa população que não teve a conspiração dos deuses, do universo a favor dela e depende de pessoas como nós, que estamos aqui em Brasília, para esses a gente tem que ter um olhar diferenciado, sim.

O SR. PAULO GUEDES – Eu concordo. Eu concordo com isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por isso, o apelo que eu lhe faço, Ministro, porque não existe nada, nada que possa fazer...

O SR. PAULO GUEDES – Ainda bem que existem vocês...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... com que a gente prejudique essas pessoas.

O SR. PAULO GUEDES – ... para tirar da proposta...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Muito obrigado.

Está encerrada esta reunião.

Na terça-feira, nós teremos reunião aqui.

(*Iniciada às 14 horas e 23 minutos, a reunião é encerrada às 19 horas e 28 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 8ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 02 DE ABRIL DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e cinco minutos do dia dois de abril de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Omar Aziz, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Mecias de Jesus, Fernando Bezerra Coelho, Confúcio Moura, Marcelo Castro, Marcio Bittar, Esperidião Amin, José Serra, Plínio Valério, Tasso Jereissati, Rose de Freitas, Styvenson Valentim, Oriovisto Guimarães, Major Olimpio, Izalci Lucas, Jorge Kajuru, Veneziano Vital do Rêgo, Kátia Abreu, Alessandro Vieira, Leila Barros, Eliziane Gama, Jean Paul Prates, Rogério Carvalho, Paulo Paim, Otto Alencar, Irajá, Rodrigo Pacheco, Marcos Rogério, Wellington Fagundes, Jorginho Mello, Juíza Selma, Paulo Rocha, Luis Carlos Heinze, Fabiano Contarato e Jayme Campos. Deixam de comparecer os Senadores Luiz do Carmo, Ciro Nogueira, Daniella Ribeiro, Flávio Bolsonaro, Randolfe Rodrigues e Fernando Collor. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência declara aberta a reunião e propõe a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 6ª e 7ª Reuniões, que são aprovadas. Em seguida, comunica aos membros que a comissão recebeu os seguintes documentos para seu conhecimento: Ofício "S" nº 6, de 2019 (nº 461, na origem), de 25 de março de 2019, da Prefeitura de Hortolândia, Estado de São Paulo, informando sobre a instituição de Parceria Pública-Privada daquele Município; e Ofício nº P-120/2019 P.G. nº 1.591/2019, de 08 de março de 2018, da Câmara Municipal de São Bernardo do Campo - SP, encaminhando manifestação da comissão especial da Câmara Municipal de São Bernardo do Campo instituída para o acompanhamento das tratativas sobre a saída da empresa Ford do referido Município. Os expedientes serão encaminhados aos membros da comissão. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei do Senado nº 631, de 2015 - Não Terminativo -** que: "Institui o Estatuto dos Animais e altera a redação do art. 32 da Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998." **Autoria:** Senador Marcelo Crivella. **Relatoria:** Senador Plínio Valério. **Relatório:** Favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 2-CCJ (Substitutivo). Após leitura do relatório, fizeram uso da palavra os senadores Paulo Paim, Otto Alencar, Fernando Bezerra Coelho e Rogério Carvalho. **Resultado:** O presidente da comissão, senador Omar Aziz, concede vista coletiva da matéria, nos termos regimentais. **ITEM 2 - Projeto de Lei do Senado nº 511, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Acrescenta o art. 14-A à Lei nº 4.119, de 27 de agosto de 1962, para dispor sobre duração da jornada normal semanal de trabalho do Psicólogo." **Autoria:** Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** A matéria é retirada de pauta, a pedido do relator, para reexame. **ITEM 3 - Projeto de Lei do Senado nº 466, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para prever a instituição de programa de auxílio financeiro para as famílias de baixa renda que não conseguirem matricular crianças de 0 a 5 anos em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estabelecimentos de educação infantil, bem como a divulgação de lista de espera de interessados em vagas nas referidas unidades." **Autoria:** Senador José Serra. **Relatoria:** Senadora Rose de Freitas. **Relatório:** Favorável ao projeto. Após leitura do relatório, fizeram uso da palavra os senadores José Serra, Otto Alencar, Confúcio Moura, Kátia Abreu, Fernando Bezerra Coelho, Eduardo Braga, Tasso Jereissati, Alessandro Vieira, Mecias de Jesus, Rogério Carvalho e Veneziano Vital do Rego. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto. Vota contrário o senador Confúcio Moura. **Observação:** A matéria vai à Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa. **ITEM 4 - Projeto de Lei do Senado n° 92, de 2018 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre a obrigatoriedade da utilização de materiais biodegradáveis na composição de utensílios descartáveis destinados ao acondicionamento e ao manejo de alimentos prontos para o consumo." **Autoria:** Senadora Rose de Freitas. **Relatoria:** Senador Eduardo Braga. **Relatório:** Favorável ao projeto, com uma emenda apresentada. **Resultado:** A matéria é retirada de pauta, a pedido do relator, para reexame. **ITEM 5 - Projeto de Lei do Senado n° 272, de 2018 - Terminativo -** que: "Veda que a instituição emissora ou credenciadora do cartão de crédito exija exclusividade quanto à antecipação de recebíveis e imponha trava bancária além do volume de recebíveis necessários para garantir a operação de crédito." **Autoria:** Senador Ataídes Oliveira. **Relatoria:** Senador Fernando Bezerra Coelho. **Relatório:** Pela prejudicialidade do projeto (votação simbólica). **Resultado:** A comissão aprova relatório, que passa a constituir parecer preliminar da CAE, pela prejudicialidade do projeto. **ITEM 6 - Projeto de Lei do Senado n° 344, de 2018 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013, para limitar em dois dias úteis o prazo para que o estabelecimento comercial ou prestador de serviço receba os valores da venda com cartão de crédito." **Autoria:** Senador Ataídes Oliveira. **Relatoria:** Senador Otto Alencar. Foi aprovado requerimento para a retirada da Emenda nº 1 Substitutiva, de autoria do senador Plínio Valério. **Relatório:** Pela rejeição do projeto. Após leitura do relatório, fizeram uso da palavra os senadores Jorge Kajuru, Marcos Rogério, Eduardo Braga, Tasso Jereissati, Mecias de Jesus, Rogério Carvalho, Fernando Bezerra Coelho, Oriovisto Guimarães, Kátia Abreu, Major Olímpio, Espiridião Amin e Veneziano Vital do Rego. **Resultado:** A comissão rejeita o projeto, por 19 votos contrários, nenhum voto favorável e nenhuma abstenção. **ITEM 7 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 21, de 2019** que: "Requeremos, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte e a Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo de discutir o alto custo do tratamento e manutenção de indivíduos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no Brasil." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo. **Resultado:** Aprovado o Requerimento nº 21/2019-CAE. **ITEM 8 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 25, de 2019** que: "Requer audiência pública para discussão das Reformas da Previdência e do Sistema de Proteção Social dos Militares." **Autoria:** Senador Major Olimpio. **Resultado:** Aprovado o Requerimento nº 25/2019-CAE. **ITEM EXTRAPAUTA 9 -**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 28, de 2019 que: "Requeiro nos termos do Art. 256, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, retirada da Emenda n°1 Substitutiva, apresentada ao PLS 344 de 2018, que altera a Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013, para limitar em dois dias úteis o prazo para que o estabelecimento comercial ou prestador de serviço receba os valores da venda com cartão de crédito. Requeiro nos termos do Art. 256, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, retirada da Emenda n°1 Substitutiva, apresentada ao PLS 344 de 2019, que altera a Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013, para limitar em dois dias úteis o prazo para que o estabelecimento comercial ou prestador de serviço receba os valores da venda com cartão de crédito. Requerimento de retirada de emenda ao PLS 344 de 2018" **Autoria:** Plínio Valério. **Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº 28/2019 – CAE. **ITEM EXTRAPAUTA 10 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 27, de 2019** que: "Debater o impacto fiscal da proposta do Poder Executivo de reestruturação do sistema de proteção social das forças armadas (reforma dos militares)" **Autoria:** Senador Rogério Carvalho. **Resultado:** Aprovado o Requerimento nº 27/2019-CAE. **ITEM EXTRAPAUTA 11 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 19, de 2019** que: "Requeiro a realização de audiência pública para debater com os setores produtivos o recente posicionamento do Governo Federal no sentido da concordância em abrir mão do tratamento especial e diferenciado no âmbito da OMC em troca do apoio americano para ingresso do Brasil na OCDE, vantagens e desvantagens envolvidas." **Autoria:** Senadora Leila Barros. **Resultado:** Aprovado o Requerimento nº 19/2019-CAE. **ITEM EXTRAPAUTA 12 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 14, de 2019** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PLS 337/2015, que Acresce os incisos XVIII, XIX, XX ao Art. 20 da Lei nº 8036/90 – que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço para permitir a utilização da conta vinculada do trabalhador na quitação de débitos vinculados à imóveis de parentes de primeiro grau." **Autoria:** Senador Fernando Bezerra Coelho. **Resultado:** Aprovado o Requerimento nº 14/2019-CAE. **ITEM EXTRAPAUTA 13 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 26, de 2019** que: "Debater a Proposta de Reforma da Previdência dos Militares, designada de Reestruturação do Sistema de Proteção Social das Forças Armadas. " **Autoria:** Senador Rogério Carvalho. **Resultado:** O presidente da comissão, senador Omar Aziz, declara prejudicado o REQ 26/2019-CAE. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Omar Aziz

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/04/02

(Texto ainda não revisado.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Bom dia. Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas das 6ª e 7ª Reuniões.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas. (*Pausa.*)

Vou esperar mais Senadores chegarem para dar um aviso.

Comunico o recebimento dos seguintes documentos para conhecimento:

Ofício nº 6, de 2019 (nº 461, na origem), de 25 de março de 2019, da Prefeitura de Hortolândia, Estado de São Paulo, informando sobre a instituição de parceria público-privada destinada à modernização do sistema de iluminação pública daquele Município.

Ofício nº 120, de 2019, de 8 de maio de 2018, da Câmara Municipal de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, encaminhando manifestação de comissão especial instituída para acompanhar tratativa sobre o encerramento das operações da empresa Ford naquele Município.

Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 631, de 2015

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Institui o Estatuto dos Animais e altera a redação do art. 32 da Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.

Autoria: Senador Marcelo Crivella

Relatoria: Senador Plínio Valério

Relatório: Favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 2-CCJ (Substitutivo).

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com parecer favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 2-CCJ (Substitutivo).

2. A matéria será apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, em decisão terminativa.

Com a palavra o Senador Plínio Valério, Relator.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM. Para proferir relatório.) – Bom dia a todos; bom dia, Presidente.

Como se trata de um projeto de lei aqui do Senado que está dando – e vai dar – muita polêmica, e é um assunto que diz respeito ao Brasil inteiro, eu quero, primeiro, antes do relatório, Senador e Senadora, fazer uma observação.

No presente momento, aqui na CAE, não se trata de análise de constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade, técnica legislativa, porque quanto a isso já foi, lá na CCJ, aprovado. Então, para a gente não entrar na questão do mérito – e, claro, cada Senador vai poder discutir os itens na questão do mérito –, eu quero dizer que meu parecer é técnico, de um Senador que pertence à Comissão de Assuntos Econômicos. Então, a pergunta aqui

A pergunta aqui é se causa despesa, se impacta o orçamento. Então, a gente se ateve a isso.

Passo agora a ler o relatório.

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 631, de 2015, do Senador Marcelo Crivella, que institui o Estatuto dos Animais e altera a redação do art. 32 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.

Eu vou ler todo porque é pequeno e é bom que a gente leia todo.

Por designação do Presidente da Comissão, veio para a gente.

A proposição é composta de quinze artigos, que dispõem sobre:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

i) objetivos, conceitos e delimitação de aplicação da norma;

ii) direitos dos animais ao bem-estar e obrigações destinadas à guarda de animais;

iii) proibição de práticas consideradas maus-tratos;

iv) infrações e penalidades; e

v) disposições finais e transitórias.

Cumpre salientar que, nas disposições finais e transitórias, o PLS altera o art. 32 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (Lei de Crimes Ambientais), para aumentar a pena do crime de maus-tratos a animais.

Por fim, de acordo com o art. 15, a lei resultante da proposição entrará em vigor decorridos cento e vinte dias de sua publicação oficial.

Nos termos da justificação ao PLS, foi destacado que o texto constitucional reconhece o valor intrínseco conferido aos animais, inexistindo tolerância a atos cruéis, e já seria hora de o País possuir uma legislação que vede a dor, o sofrimento e a lesão moral aos animais.

Como consentâneo, segundo o autor, a proposição assegura a proteção à vida e ao bem-estar dos animais, mediante a tutela estatal e a consideração da sua integridade física e mental como interesse difuso.

O PLS foi distribuído inicialmente à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), e à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), cabendo à última a decisão terminativa.

Portanto, ao votarmos aqui ela vai para a Comissão de Meio Ambiente, onde, então, sim, o projeto será terminativo.

No período de 25/9/2015 a 1º/10/2015, não foram apresentadas de emendas ao projeto.

Por força da aprovação do requerimento de autoria do Senador Telmário Mota, o projeto deve passar por exame da CAE, já que fora apreciado pela CCJ, como falei, seguindo posteriormente à CMA para decisão terminativa.

Em 23/3/2016, foi apresentada a Emenda nº 1, perante a CCJ, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues.

Na 7ª Reunião Ordinária da CCJ, realizada em 30/3/2016, a Comissão aprovou o Relatório do Senador Antonio Anastasia, que passou a constituir o Parecer da CCJ, favorável ao Projeto e contrário à Emenda nº 1, nos termos da Emenda nº 2... Portanto, fez um Substitutivo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não foram oferecidas outras emendas ao Projeto.

Análise.

Compete...

Como não se trata de análise em caráter terminativo, como eu disse...

Oportuno ressaltar, no entanto, que a CCJ já se manifestou pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do projeto na forma da emenda.

No que diz respeito ao mérito, a Comissão opinou pela inclusão da classe Cephalopoda, que possui grande número de espécies cujos indivíduos podem ser considerados sencientes, ou seja, seres com a capacidade de apresentar sensações e sentimentos de forma consciente. Aqui, Presidente e Senadores, que será o debate na Comissão ambiental, lá onde é terminativo. Aqui se dará esse grande embate.

Portanto, estou sempre reiterando que estou me prendendo, reservando à análise técnica no que diz respeito à Comissão de Assuntos Econômicos.

Aí, vem uma série de observações nesse aspecto do mérito. Vou poupá-los disso.

Desse modo, conclui-se que o PLS em análise não implica

Desse modo, conclui-se que o PLS em análise não implica – e aqui está a importância clara do nosso parecer, Presidente – aumento de despesa e/ou redução de receitas públicas, razão pela qual não apresenta quaisquer problemas quanto à sua respectiva adequação orçamentária e financeira, bem como está em linha com o anseio de garantir proteção à vida digna e ao bem-estar dos animais, mediante atuação eficiente da tutela estatal.

Voto.

Sendo assim, opinamos pela aprovação do PLS nº 631, de 2015, na forma da Emenda nº 2, substitutivo que veio da CCJ.

Esse é relatório e o voto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador Plínio Valério.

Em discussão a matéria.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Paim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discutir.) – Eu quero, na verdade, apoiar o relatório do Senador Plínio Valério ao projeto original do Senador Marcelo Crivella no momento em que há tanta agressão à vida, à fauna, à flora, ao meio ambiente, enfim, a todas as áreas.

Eu acho que o estatuto cai no momento certo. Eu sei que haverá um debate profundo. Aprovando nesta Comissão, vai para a Comissão de Meio Ambiente, onde é terminativo.

Só como exemplo, falando da vida, eu li ontem no Plenário, ao fazer um pronunciamento – o Senador Kajuru estava lá – sobre o meio ambiente, vida, enfim... Eu falei das abelhas, mas tem tudo a ver com os animais. Sabem quantas abelhas morreram nos últimos quatro meses no Brasil? Meio trilhão! Isso, na verdade, é uma agressão à natureza que repercute naquele ser mais fraco e que é um termômetro inclusive da vida.

Por isso, esse debate agora do estatuto dos animais, da vida, do meio ambiente vem em um bom momento. Eu sou parceiro para votar favoravelmente e continuar o debate na Comissão de Meio Ambiente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em discussão a matéria.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Se não houver ninguém, eu entro de novo, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Faltam quatro Senadores para dar quórum para a gente votar a matéria.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Então, dá para a gente comentar alguma coisa enquanto chegam os quatro Senadores?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Seria importante, Senador, se V. Exa. tiver oportunidade, fazer um comparativo sobre qual a mudança que está havendo no mérito dessa matéria, que é uma matéria que hoje comove 100% da população. Qualquer pessoa hoje tem um apreço por essa matéria.

A gente se imagina mais jovem, Senador Kajuru, quando a gente não tinha a sensibilidade que temos hoje. A vida nos ensinou a ter sensibilidade. Eu não me imagino matando perdiz lá Rio Grande do Sul, que é um esporte, uma coisa que existe. Mas eu pessoalmente não me imagino mais. Talvez mais jovem eu faria isso com estilingue, com aquelas espingardas de chumbinho ou coisa parecida.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É só a correção do número. É meio bilhão de abelhas, 500 milhões de abelhas morreram em quatro meses.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Hoje, lógico, passado o tempo e com a gente ensinando isso para as crianças a partir deste momento, há outro pensamento sobre essa questão. Todos nós fomos crianças. Quem morou no interior era caçador, era pescador. A gente tem de ter realmente o estatuto que defina...

Então, Senador Plínio, seria importante V. Exa. entrar na questão do mérito

... Plínio, era importante V. Exa. entrar na questão do mérito da lei.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – O.k.

Há uma nota aqui da assessoria técnica que avalia os possíveis impactos desse PLS.

Então, eu falo aqui, Senadores e Senadoras, dos possíveis impactos para que a gente... Isso vai ser discutido lá adiante, no mérito.

Há várias questões que poderão vir a ser suscitadas com a aprovação desse projeto. Por exemplo, o art. 3º estatui que ninguém deverá causar dor ou sofrimento aos animais, com exceção dos casos de controle de zoonoses, controle de espécies invasoras e de ensino e pesquisa científica na área da saúde e o abate de animais para fins comerciais, que será objeto de legislação específica, com a adoção de métodos que minimizem ao máximo possível o sofrimento e a dor dos animais.

O conceito de dor e sofrimento, embora primário, pode vir a não ser uniforme e sua aplicação ser de difícil execução. Esse é um dos pontos, Sr. Presidente.

Há também o conceito de dignidade, Senador Kajuru, de tratamento compatível ao animal de que trata também o art. 3º. Ele não é de aplicação simples no nosso entendimento. Entende-se que esses conceitos são abertos e que a sua aplicação pode levar a significativas discussões com o setor produtivo. Igualmente preocupante para o setor produtivo seria a própria definição de bem estar do animal e o alcance do significado de "promoção da integridade física e bem estar do animal, de modo a assegurar necessidades".

Eu quero lembrar às Senadoras e Senadores que estão chegando e a quem está nos assistindo pela TV Senado que isso aqui é uma análise dos possíveis impactos que esse Estatuto causará, porque não nos cabe, aqui na CAE, discuti-los para votar. O meu parecer foi técnico pela aprovação do Estatuto.

A ampliação da classificação dos animais, por exemplo, pode ter grande interferência nos atuais sistemas produtivos, que passam a ter novas limitações nos termos do próprio projeto. Por exemplo – e aqui é interessante –, a utilização de cercas elétricas ou de dispositivos eletromagnéticos deverá passar por nova regulamentação, porque seria causar considerável dor, sofrimento ou dano e não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

seria desarrazoado, sob essa ótica, imaginar que esses dispositivos poderiam ser proibidos com a nova legislação.

O art. 5º estabelece que todos os animais em território nacional possuem direito à existência em um contexto de equilíbrio biológico e ambiental, de acordo com as peculiaridades das espécies, variedades, raças e indivíduos, e que a integridade física e mental e o bem estar animal são considerados objetos de interesse difuso, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de protegê-lo e prover ações que garantam esse direito.

O abate – a questão que mais vai causar polêmica – de quase todos os animais poderia ser facilmente enquadrado nessa proibição. Ainda que o §2º do art. 3º demande lei específica, imagina-se que, mesmo em ambiente de regulamentação, há a possibilidade de ampliação de custos para o sistema produtivo, que muitas vezes opera com margens apertadas, sobretudo para os agricultores familiares. Por exemplo, a marcação de gado pode vir a ser altamente contestada.

Então, eu acho que esse Estatuto, Senador Paim, ainda vai dar muito o que falar, até ele passar na Comissão de Meio Ambiente, quando, então, nós vamos poder julgar o mérito e essas recomendações.

Isso aqui é a análise dos técnicos mostrando a abrangência disso tudo, Senadores, até que ponto esse Estatuto pode chegar.

Repito sempre que não compete a este Relator entrar no mérito da questão, mas sim na questão técnica.

Eu estou pulando, falando só das principais recomendações.

Esses artigos demandariam a necessidade de criação de novo sistema de logística de transporte de animais de interesse econômico no País; Portanto, esse Estatuto...

em termos de logística de transporte de animais de interesse econômico no País. Portanto, esse estatuto, apesar de ser um clamor nacional, de merecer de todos nós um apoio, vai mexer, sim, com a classe produtora; ele vai mexer, sim, com o abate no Brasil. E a gente precisa estar atento para isso.

A esterilização e outros métodos introduzidos poderiam vir a ser severamente limitados, o que de fato demandaria um debate mais amplo. Eventual proibição de confinamento e de isolamento prolongado do animal poderia ter impacto significativo na produção leiteira de carne de corte em todos os setores.

Presidente, assim que o senhor achar que pode interromper, quando chegarem os Senadores...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não. São importantes essas explicações, Senador Plínio, porque a Comissão de Constituição e Justiça viu a legalidade do projeto e entendeu como legal. E aqui a Comissão de Assuntos Econômicos também não entrar no mérito da questão, mas vê se economicamente é viável ou não é viável.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Isso!

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Eu acho que a Comissão de Meio Ambiente poderá ver esses detalhes que estão aí sendo colocados por V. Exa. É importante ressaltar essa questão que o senhor está colocando, como transporte, marcação do gado, uma série de coisas que afetam realmente a produção. Então, não será aqui nesta Comissão que nós vamos discutir. Mas o alerta que V. Exa. coloca é importante para que se saiba realmente o que nós estamos votando.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Exatamente, porque os técnicos nos alertam aqui, por fim, em síntese, que seria necessário que se ponderasse se o PLS em questão não poderia trazer sérias consequências para a produção do setor agropecuário, o impacto. Aí ele fala do sistema produtivo, que vai impactar, e fala também do sistema de controle dos animais, no trato com os animais, no sistema específico de abate, no sistema de transporte, na logística, no regramento processual. E por aí vai, Presidente.

Eu vi que o Senador vai pedir vista, e é um direito. Eu estou lendo só para... Eu posso, inclusive, tirar cópia desse relatório e mandar...

A minha análise foi favorável ao parecer. Não há como não ser favorável à tramitação do Estatuto dos Animais. Não causa impacto no Orçamento, nem causa despesa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em discussão a matéria.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente, eu analisei esse projeto que é um tanto quanto polêmico. Já tivemos aqui outras discussões em outras matérias correlatas, como foi a PEC da vaquejada e o projeto também de regulamentação... Vou pedir vista, até porque me parece que existe uma análise de ideias um tanto quanto confusas a esse respeito. O projeto fala em marcação dos animais. Eu acredito que alguns defensores, inclusive, desse projeto não se sensibilizam com a castração dos animais, às vezes até sem anestesia, como se faz com os cães por ai afora no Brasil, inclusive, lá no meu Estado, lá na Bahia.

Portanto, eu vou pedir vista para analisar melhor o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou conceder vista coletiva, então.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. *Fora do microfone*.) – Individual.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Individual.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Presidente, ninguém pediu vista coletiva.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas eu posso...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Você pode, mas eu estou pedindo que não, porque eu quero analisar com mais tempo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu posso.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Mas eu estou pedindo mais tempo para analisar.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Mas eu queria pedir também, Senador, vista coletiva.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vista coletiva a pedido do Senador Rogério Carvalho e vista individual para o meu querido Líder...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Não, não! Agora já é coletiva.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu sei. Eu acho que essa questão, por exemplo, que foi colocada pelo Senador Plínio, e V. Exa. chama a atenção, a Comissão aqui não discute o mérito. Nós é que estamos levantando

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu sei.

Eu acho o seguinte: quanto a essa questão, por exemplo, que foi colocada pelo Senador Plínio, para a qual V. Exa. chama a atenção, esta Comissão não discute a questão do mérito disso; nós é que estamos levantando isso.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Presidente, vamos ter que discutir o mérito. Sabe por quê?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Será discutido na Comissão de Meio Ambiente.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Um projeto como esse, se aprovado, vai levar a uma análise da questão dos esportes equestres. Nós aprovamos aqui uma PEC!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Esse esporte equestre no Brasil hoje emprega 1,2 milhão de trabalhadores. O negócio do cavalo, hoje, é um negócio que envolve mais de R$2 bilhões no Brasil. Então, votar a favor de um projeto desses é colocar em xeque hoje os esportes equestres.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Mas, Senador Otto...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Emprega o vendedor de picolé, o veterinário, o que produz ração, o que produz a sela, o baixeiro, a ferradura dos animais. Enfim, é uma coisa que vai desempregar muita gente se for feita.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Mas, Senador Otto...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Esse projeto é mais uma tentativa...

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Por isso é que eu alertei...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – ... de se criar um problema na vaquejada.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Por isso é que eu alertei no relatório. Mas a mim não compete discutir isso na CAE, na Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Mas há uma questão econômica nisso.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Eu alertei para o problema que vai causar, para a gente discutir. Mas o parecer causa despesa? Não. Impacta o orçamento? Não. Então, sou favorável, embora eu discorde de muita coisa no mérito.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Mas, se impacta a geração de emprego e renda, tem que se analisar na CAE, na minha opinião.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Mas nós estamos falando de despesas públicas, de orçamento. Não estamos falando dessa questão...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Isso vai para a Comissão de Meio Ambiente?

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Isso! É lá que é terminativo, Senador Otto. Na Comissão de Meio Ambiente, é que será terminativo. Aqui, são assuntos econômicos.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Na de Meio Ambiente, é terminativo?

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Na de Meio Ambiente. Pelo menos é esse o regimento.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Mas qual impacto no meio ambiente que vai haver se...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Eu queria vir ao socorro do Senador Otto Alencar. Essa matéria foi votada no Plenário do Senado em relação aos esportes equestres. Então, é uma decisão do Senado soberana.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E, a pedido do Senador Otto, eu votei a favor.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Pois é, há uma decisão do Senado. É uma PEC que, inclusive, foi analisada no Supremo Tribunal Federal. Ela foi considerada mantida, constitucional. Então, essa é mais uma tentativa de um projeto desses...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas, quando nós votamos isso, só foi a questão equestre. Agora, nós estamos falando do Estatuto dos Animais, que abrange, inclusive, esse aspecto.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Presidente, não é a primeira vez que se apresenta projeto de lei aqui para, de alguma forma, levar em consideração o que já foi julgado neste Senado, no Plenário do Senado, de forma majoritária, como a questão dos esportes equestres. Então, essa é mais uma tentativa de se conseguir de alguma forma criar essa dificuldade para quem vive do campo, para quem hoje gera mais de 1,2 milhão de empregos, como ocorre no negócio do cavalo, no Brasil inteiro, inclusive no Rio Grande do Sul, do meu amigo e Senador Paulo Paim. Lá temos o nosso cavalo crioulo e várias modalidades.

E há outra coisa: o que acho interessante é que nenhum desses defensores vem aqui justificar o que, na minha opinião, é o maior dos maus-tratos que se pode fazer a um animal, que é a castração do animal, como se faz no Brasil inteiro. As carrocinhas pegam os cães e os castram sem anestesia. Eu pergunto: isso são maus-tratos? Sim. Mas os defensores, os que apoiam esse projeto não consideram que esses são maus-tratos, porque estão relacionados, muitas vezes – não são todos – com os *pets*, com o comércio de *pets* e de medicamentos, por aí afora. Muitas vezes, eu já vi isso.

Agora, querer levar um projeto desses à aprovação no Senado Federal – e já há uma PEC que foi aprovada de forma majoritária no Senado Federal –, para desconstituir isso, é um absurdo! Por isso, eu pedi vista. Eu vou fazer um substitutivo à matéria pela rejeição.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Sr. Presidente...

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Sr. Presidente...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente, eu queria só fazer um comentário, porque

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Sr. Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Sr. Presidente...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Sr. Presidente...

Eu queria só fazer um comentário, porque aqui também se abre espaço, Otto, para as questões religiosas, o que é outro problema.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. *Fora do microfone.*) – Mas agora, recentemente, o Supremo já decidiu.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Já decidiu, mas aqui se diz assim: "a explicitação da vedação de maus-tratos em práticas culturais". Em "práticas culturais" se incluem as questões religiosas.

Por isso, vista coletiva.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou conceder vista coletiva e vou passar a uma matéria, a do item 6, que é terminativa e precisa de quórum qualificado, para depois a gente retornar à pauta normalmente.

Senador Otto, item 6. V. Exa. é o Relator do item 6.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou passar a ela enquanto nós temos quórum.

Foi concedida vista coletiva do parecer do Senador Plínio Valério.

ITEM 6

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 344, de 2018

- Terminativo -

Altera a Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013, para limitar em dois dias úteis o prazo para que o estabelecimento comercial ou prestador de serviço receba os valores da venda com cartão de crédito.

Autoria: Senador Ataídes Oliveira

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: Pela rejeição do projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

O senador Plínio Valério apresentou a emenda nº 1 - CAE (substitutivo).

V. Exa., Senador Otto.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente, eu vou atender aqui ao pedido do nobre Senador Esperidião Amin e vou relatar esse projeto sob anestesia, mas não é anestesia...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador, havia uma emenda do Senador Plínio, mas ele mandou um ofício aqui retirando a emenda dele, está bem?

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Está bem. Agradeço ao Senador Plínio.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em votação o requerimento...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Eu vou relatar sob anestesia, mas não é geral, não; vou fazer um bloqueio. Vou fazer um bloqueio, um Cullen-Campf na supraclavicular.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Deixe-me botar em votação este requerimento.

ITEM 9

REQUERIMENTO Nº 28, de 2019

- Não terminativo -

Requeiro nos termos do Art. 256, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, retirada da Emenda n°1 Substitutiva, apresentada ao PLS 344 de 2019, que altera a Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013, para limitar em dois dias úteis o prazo para que o estabelecimento comercial ou prestador de serviço receba os valores da venda com cartão de crédito. Requeiro nos termos do Art. 256, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, retirada da Emenda n°1 Substitutiva, apresentada ao PLS 344 de 2019, que altera a Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013, para limitar em dois dias úteis o prazo para que o estabelecimento comercial ou prestador de serviço receba os valores da venda com cartão de crédito. Requerimento de retirada de emenda ao PLS 344 de 2018

Autoria: Senador Plínio Valério

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Posso falar, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Aqueles que...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Plínio.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Essa retirada a que se refere o requerimento é o típico caso do diálogo e do convencimento. No primeiro minuto, eu pensei que beneficiaria ao consumidor, aos micro e apresentei a emenda. Depois, em conversas com técnicos e ouvindo todos, cheguei à conclusão de que, pelo contrário, é pior. Daí a retirada. Ela beneficiaria muito mais a quem tem dinheiro do que a quem não tem, e a gente está aqui para ajudar quem precisa ser ajudado. Daí a retirada.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em votação o Requerimento 28, de 2019.

Aqueles que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Senador Otto Alencar.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Para proferir relatório.) – Eu quero, primeiro, agradecer. Entendo a posição do Senador Plínio. Ele pensa exatamente como eu penso.

Esse projeto, Sr. Presidente, o PLS nº 344, de 2018, de autoria do Senador Ataídes de Oliveira, vem a esta Comissão, que está com a competência para analisá-lo. Nós o analisamos e ouvimos, inclusive, vários segmentos da sociedade, sobretudo os mais interessados, que são os usuários do cartão de crédito, que são explorados permanentemente no Brasil, em detrimento até do

permanentemente no Brasil, em detrimento até dos seus interesses de que tenha a condição de juros pelo menos de mora.

Nós ouvimos, inclusive, o Banco Central, que é favorável ao meu relatório, e representantes dos usuários de cartões de crédito. Para fazer esse relatório, nós ouvimos muitas pessoas para chegar a um relatório que fosse sintonizado com o interesse daqueles que necessitam e fazem uso do cartão de crédito e também de todos os comerciantes.

Portanto, nosso relatório vem depois de muita audição de vários segmentos interessados nessa matéria.

O Senador Ataídes Oliveira, na justificação, argumenta que o projeto foi fruto da CPI do Cartão de Crédito, que ele presidiu. Nas audiências da CPI, ficou claro que o Brasil tem um modelo de mercado de cartões de crédito único no mundo. Segundo o Senador Ataídes Oliveira, em todos os países o estabelecimento comercial recebe o valor de suas vendas no D+1 ou, no máximo, D+2, um dia mais um ou um dia mais dois.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A proposição tem o objetivo de corrigir essa anomalia existente no mercado de cartões de crédito do País. Alega que o lojista e o prestador de serviços têm que esperar 30 dias para receber o valor correspondente à venda realizada por meio do cartão de crédito. Na linguagem de mercado, os recursos são transferidos para D+30.

A matéria foi distribuída para esta Comissão em decisão terminativa.

Durante o prazo regimental houve a apresentação de uma emenda do Senador Plínio, que agora a retirou.

Na nossa análise, nos termos dos incisos I e III do art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal, a CAE tem a competência para apreciar esta matéria.

Acerca da técnica legislativa, o projeto observa as regras previstas na Lei Complementar nº 95, de 29 de fevereiro de 1998, com as alterações promovidas pela Lei Complementar nº 107, de 26 de abril de 2001.

O meio para dispor a matéria mostra-se adequado, pois não é exigida lei complementar para essa matéria. Não se trata de assunto afeito à organização do sistema financeiro, caso em que o art. 192 da Constituição exige lei complementar para tratar a matéria. Refere-se tão-somente a aspecto de uma forma específica de pagamento, o que dispensa a exigência de lei complementar.

Dessa forma, o PL é justificadamente válido.

Sob o aspecto formal, não há óbices constitucionais ao projeto em análise, pois, nos termos do inciso VII do art. 22 da Constituição Federal, compete à União legislar sobre política de crédito e, conforme estabelece o art. 48, XIII, da Carta Magna, cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especificamente sobre matéria financeira, cambial e monetária, instituições financeiras e suas operações.

Ademais, o assunto em tela não figura entre as competências privativas do Presidente da República previstos no art. 61 e 84 da nossa Carta Magna, não havendo restrição à apresentação da matéria por Parlamentar.

Também não há impacto financeiro e orçamentário a ser apontado na tramitação desse PLS.

Quanto ao mérito, a proposta visa a beneficiar o lojista. No entanto, entendemos ser uma medida que prejudica não apenas o lojista, como o próprio consumidor e toda a cadeia produtiva que se baseia no instrumento do cartão de crédito para efetuar as vendas, além de prejudicar novos entrantes no mercado de cartões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando esteve aqui o ex-Presidente do Banco Central Dr. Ilan – o Presidente agora é o Roberto Campos Neto –, nós questionamos aqui sobre essa questão de

O Roberto Campos Neto. Nós questionamos aqui essa questão de se ampliar a oferta de crédito com outros instrumentos de crédito, ou seja, que novas empresas pudessem entrar no mercado, porque é uma coisa muito restrita. Cincos bancos no Brasil dominam 82% de todo o crédito ofertado: Bradesco, Itaú, Santander, Caixa Econômica e Banco do Brasil. Outros bancos estrangeiros que trabalhavam no Brasil deixaram o Brasil. O HSBC, por exemplo, foi comprado pelo Bradesco, só para citar um caso além de tantos outros que saíram pelo monopólio que se deixou estabelecer no Brasil e que agora, no questionamento que eu fiz aqui ao Doutor Roberto Campos, eu solicitei que ele tomasse as providências para democratizar, para abrir esse mercado, para que a competição pudesse oferecer a quem toma o dinheiro um juro menor do que está se praticando agora. Esta questão da SELIC em 6.5 é uma falácia, porque o cartão de crédito está em 324% ao ano.

Portanto está aqui, este relatório é para defender quem usa o cartão de crédito. O Brasil precisa tomar essa providência e eu espero que isso possa acontecer.

A medida atual do cartão de crédito no Brasil é um evolução do antigo carnê de prestação de clientes da loja, que pagava as prestações todos os meses. Trata-se de um modelo de venda que facilita especialmente a venda de produtos com maior valor agregado, e que está associado ao pagamento, da mesma forma parcelado, aos fornecedores dos lojistas. Ou seja, há uma cadeia de produção que se baseia no crédito ao consumidor final para viabilizar a produção e a venda final.

No caso, o pagamento do cartão de crédito, mesmo em uma parcela apenas, apenas replica essa estrutura de pagamento diferido pelo cliente da loja à loja, por meio da intermediação do cartão magnético. Não há cobrança direta de juros, por dois aspectos. Primeiro, porque a estrutura da operação subjacente junto aos fornecedores da cadeia produtiva é montada com prazo de pagamento que permite o deferimento do recebimento da venda mercantil. Segundo, porque o preço ao consumidor também pode embutir eventual custo financeiro envolvido, estando incluso no preço final da venda.

O PLS quer modificar essa estrutura organizacional do comércio brasileiro, em que o lojista e a cadeia produtiva subjacente financia o prazo de pagamento do seu cliente. A alternativa é que o banco financie o cliente, mas cobrará a conta de alguém — provavelmente o titular do cartão como acontece na maioria das vezes.

A questão é, portanto, quem arcará com custo financeiro derivado de novo prazo, em que o banco intermediário terá que captar recursos para adiantar o pagamento ao estabelecimento comercial antes de receber do titular do cartão. Alguém vai ter que financiar o pagamento à vista ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

lojista, enquanto o consumidor paga até 40 dias da data da compra, dependendo da data de fechamento de sua fatura mensal do cartão.

Isso porque haverá um descasamento entre o recebimento do cliente e o pagamento ao lojista, gerando um pagamento a descoberto ao lojista, que é preciso ser coberto, ou diretamente pelo consumidor, pagando juros em cada compra a crédito ou pelo banco intermediário, que precisará captar recursos para pagar ao lojista, recursos que custam juros. Em outras palavras, no caso da redução da média de pagamento, o estabelecimento com comercial de 30 para 2 dias, ocorrerá o descasamento médio de 28 dias entre a data em que o banco estará pagando-o e a data que receberá do cliente titular do cartão de crédito.

e a data que receberá do cliente titular do cartão de crédito.

Com essa diminuição do prazo para dois dias, muito provavelmente as instituições financeiras cobrarão tarifas ou juros nas compras com cartão de crédito entre a data da transação comercial e a data da fatura, e o usuário do cartão de crédito passará a pagar com o cartão no modo débito. Com isso, não haverá mais o pagamento a crédito pelo cartão na forma atual, que propicia ao cliente pagar a fatura em até 40 dias da data da compra, dependendo da data de emissão de sua fatura. O cartão de crédito passará a ser mero instrumento de crédito.

Nesse caso, entendemos ser significativo o risco deletério para as vendas do varejo brasileiro e todas as cadeias produtivas subjacentes.

A tendência é que tenhamos aumento de custo para o usuário do cartão na função crédito ou até mesmo aumento dos juros para os usuários em outras modalidades, na forma de subsídio cruzado (quando uma operação custeia outra).

A medida também afeta o modelo de negócios das empresas credenciadoras de cartões. No modelo vigente, os estabelecimentos comerciais menores fazem a antecipação dos recebíveis de cartão de crédito junto às credenciadoras – as donas das "maquininhas" –, constituindo importante fonte de receita para muitas credenciadoras. Por isso, mexer no prazo teria impacto no modelo de negócios dessas empresas.

A eventual imposição legal também pode levar a efeitos negativos sobre a concorrência no setor de cartões do País. Esse cenário onde o pagamento ao lojista acontece dois dias depois da venda, novos entrantes e pequena emissoras de cartões não bancárias como as *fintechs* têm menos condições de financiarem o custo desse capital necessário para pagar os lojistas antes do pagamento do titular do cartão. Além disso, suas condições de crédito são menos vantajosas do que a dos bancos grandes. Ao contrário dos grandes bancos emissores de cartões - que têm caixa -, essas empresas precisariam ir a mercado para se financiar e poder pagar o lojista. Nesse contexto, algumas empresas da indústria de cartões de crédito poderiam se tornar economicamente inviáveis, caso se obrigue uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

redução no prazo de pagamento aos lojistas. Corre-se o risco, nesse caso, de inviabilizar a incipiente competição e a inovação nesse setor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em discussão...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Não terminei, Sr. Presidente. Ainda estou sob anestesia. Tenha calma.

Entendemos haver uma problemática ampla derivada de eventual...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Otto hoje está baiano.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Hein?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Hoje tu estás baiano mesmo. (*Risos.*)

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Entendemos haver uma problemática ampla derivada de eventual aprovação desse PLS. Ademais, o Banco Central está estudando a questão junto com as instituições financeiras, até como resposta às conclusões da recente CPI dos Cartões conduzida em 2018 neste Senado, devendo equacionar algum ajuste regulamentar ao setor a esse respeito.

Hoje eu tive, pela manhã, uma reunião com o diretor de institucionais do Banco Central, que entende perfeitamente as razões que são aqui apresentadas por nós.

Além disso, não é o caso de lei para dispor sobre esse limite para o ressarcimento aos estabelecimentos comerciais, que pode ser estabelecido diretamente por Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN), com base na Lei nº 4.595, de 1964, como em relação a diversos outros assuntos específicos sobre o sistema financeiro nacional. E também, a Lei 12.865, de 2013, estabelece o Banco Central do Brasil como responsável...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, Senador Otto. Na última reunião aqui eu quase

responsável, respeitadas as diretrizes estabelecidas...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, Senador Otto.

Na última reunião aqui, eu quase tive um problema, porque eu limitei o número de pessoas aqui dentro. Você vê que é impossível a gente trabalhar desse jeito, com a quantidade de pessoas conversando nas laterais.

Aí, para a gente não ser deselegante, eu vou pedir para vocês fazerem um pouquinho mais de silêncio, para que a gente possa ouvir o relatório do Senador Otto, senão ninguém consegue ouvi-lo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – É, e eu estou procurando falar grosso, Presidente.Tomei um engrossante agora de manhã.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu sei, você fala grosso sempre. Baiano é assim mesmo.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Eu tomei um engrossante, de manhã cedo, com limão, pinga com limão, para vir fazer esse relatório aqui. Uma batida de limão e botei uma canela dentro ainda, para melhorar a garganta.

Com relação a diversos assuntos específicos do sistema financeiro nacional. E também, a Lei 12.865, de 2013, estabelece o Banco Central do Brasil como responsável, respeitadas as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional, por disciplinar os arranjos do sistema de pagamentos e transferência de valores monetários por meio de dispositivos móveis.

Portanto, não é desejável que o Congresso Nacional tente interferir nesse arranjo através de proposições legislativas que determinem o prazo de pagamento aos lojistas.

O voto.

Ante o exposto, manifesto voto pela rejeição do PLS nº 344, de 2018.

Esse é o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Kajuru.

Em discussão a matéria.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Obrigado, Presidente Omar Aziz.

Senhoras e senhores, V. Exas., de forma objetiva, o presente Projeto de Lei, de autoria do Senador Ataídes Oliveira, propõe, então, limitar em dois dias úteis o prazo para que o estabelecimento comercial ou prestador de serviço receba valores da venda com o cartão de crédito.

Essa proposta que traz, aparentemente, um benefício para o pequeno comerciante, um elo importante na cadeia de consumo da população brasileira, foi, então, aqui, agora apresentada e contraditada pelo nobre Relator Senador Otto Alencar.

Em sua análise, o Relator argumenta que o resultado dessa medida seria um aumento na cobrança de tarifas e juros nas operações de crédito e um eventual estímulo – eventual – para a utilização do cartão de débito, representando também um risco para as vendas de varejo e das cadeias produtivas subjacentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A medida, então, pode, eventualmente, aumentar a concentração bancária, eliminando, assim, uma nascente concorrência, aumentando o poder dos grandes bancos. Isso implica também numa desestruturação de um mercado de cerca de 10% do PIB.

Por fim, o relator argumenta, com honesta propriedade, que cabe ao Conselho Monetário Nacional estabelecer as normas para esse mercado e que não cabe ao Poder Legislativo estabelecer normas para o complexo mercado financeiro.

Por todos esses motivos, eu acompanho o voto do relator, manifestando-me, Presidente Omar, contrário a esta proposição inicial.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em discussão ainda, o Senador Marcos Rogério.

Depois, o Senador Mecias de Jesus.

Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu inicio ressaltando aqui a

Eu inicio ressaltando aqui a qualidade e o acerto do voto do eminente Relator, Senador Otto, que, com a cautela que o tema exige, apresentou um voto na direção com a qual eu também concordo.

Esse projeto propõe limitar, como já referido aqui também pelo Senador Kajuru, em dois dias úteis o prazo para que o estabelecimento comercial prestador do serviço receba os valores com venda de cartão de crédito.

Quanto ao ideal de fazer o dinheiro girar mais rápido, oferecer capital de giro ao comerciante, ao empreendedor, tudo certo, eu acho que é uma boa ideia.

Ao comparar práticas de outros países e querer adotar no Brasil, o problema é comparar o Brasil com outros países quanto ao juro, porque, se você tem um modelo que é mais eficiente, que oferece respostas mais assertivas para o empreendedor em outros países, e quer importar a ideia, associado a essa ideia também deveríamos adotar as taxas de juros praticadas lá fora.

Indago: é o que estamos a construir aqui? É o que propõe o projeto de lei? Não. O projeto de lei não propõe isso. Ele tenta trazer o que seria uma solução para o capital de giro do empreendedor, mas alguém vai pagar a fatura, vai pagar a conta, esse preço, esse custo da antecipação vai para alguém. E alguém tem dúvida de que quem vai pagar isso é o usuário do cartão de crédito?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, importar ideias boas faz bem quando elas vêm completas. Agora, com todo respeito mesmo a boa intenção do Senador que apresentou a proposta, parece-me ser algo que vai trazer mais prejuízos ao consumidor do que soluções para o mercado.

Então, com essas brevíssimas ponderações, eu acompanho o eminente Relator nas conclusões que apresenta em seu voto pela rejeição do projeto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador Marcos Rogério.

Aqui ao meu lado, a Deputada Joana Darc, do Estado do Amazonas, que é uma liderança na proteção dos animais e que veio hoje aqui acompanhar a votação do Estatuto dos Animais, mas foi dada vista coletiva. Ela é uma pessoa do nosso Estado que tem uma representatividade muito grande e se elegeu Deputada com esta bandeira de proteção dos animais. Por isso, a presença dela aqui hoje. Honra-nos muito a sua presença aqui por saber do seu trabalho, no Estado do Amazonas, em relação à proteção dos animais. Seja bem-vinda a esta Comissão.

Senador Mecias.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR) – Sr. Presidente, tendo em vista que a matéria já foi bastante discutida aqui, com um brilhante relatório da lavra do Senador Otto Alencar, mas ainda me causa algumas dúvidas. Portanto, eu gostaria de requerer vista do presente projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Eduardo Braga, eu vou colocar já em...

Eu vou ouvir o Senador Eduardo Braga, o Senador Fernando Bezerra, o Senador Rogério e depois eu coloco em votação o seu pedido de vista só para...

Eu vou conceder a vista coletiva para que a gente volte na semana que vem. Aliás, na semana que vem, nós vamos ter uma audiência pública por proposta do Major Olimpio para discutir a questão da previdência, e também do Senador Rogério,

previdência e também do Senador Rogério. E depois, Major Olimpio e Senador Rogério, queria que vocês dois se sentassem para ver os convidados, porque vocês têm que acertar aí para nós não termos dez convidados, termos quatro, para poder fazer o debate, senão a gente não consegue fazer o debate. Vocês podem fazer esse favor para a Comissão? Acertar aí os convidados, para que a gente possa fazer um debate dinâmico em relação à previdência dos militares, que é uma proposta feita pelo Senador.

Senador Eduardo Braga.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Para discutir.) – Bem, Sr. Presidente, primeiro cumprimento V.Exa., cumprimento nossa Deputada Joana D'Arc, que como bem V.Exa. disse, é uma Parlamentar que tem um compromisso com a causa de proteção dos animais, se elegeu Vereadora com essa tese, se elegeu agora, muito bem votada, Deputada Estadual, também defendendo essa tese, e que vem hoje a esta Casa exatamente acompanhar a votação de um importante projeto, que eu tenho certeza de que na próxima semana...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fazendo soar a campainha*.) – Um minutinho, Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por favor, pessoal, é impossível a gente... Aí o Senador vai ter que aumentar a voz para que a gente possa ouvi-lo. E aí vai ficar uma disputa de quem fala mais alto. (*Risos.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Então, agradecendo a V.Exa., mais uma vez cumprimento-a pela sua presença. É uma alegria recebê-la aqui no Senado.

Mas, Presidente, indo ao caso em espécie, relatado pelo Senador Otto Alencar, eu confesso a V.Exa. que aquele provérbio que diz que a água só corre na direção do mar é uma verdade. Primeiro, porque o sistema financeiro e o sistema de cartão de crédito neste País são o sistema que mais lucro aufere na nossa economia. A gente até não compreende como é que os bancos estrangeiros foram embora do Brasil, se os bancos têm tanto, tanto lucro a cada três meses, como nós temos visto os bancos apresentarem lucros absurdamente altos.

Agora, na hora em que a gente vai fazer um projeto de lei que visa defender o consumidor, nós esbarramos na seguinte ameaça: quem vai pagar por isso? E sempre a corda arrebenta do lado mais fraco. Veja, se você atrasa um cartão de crédito, os juros que eles te cobram são de mais de 300%; se você usa o financiamento do cartão de crédito, eles te cobram juros de mais de 200%. Mas o coitado do vendedor, o coitado daquele que emprega o seu dinheiro para fazer o capital de giro, que gera emprego no comércio, no varejo etc., este, para poder vender com cartão de crédito, tem que esperar trinta dias para poder receber e ainda paga um comissionamento para o cartão de crédito.

Mas eu sou obrigado a reconhecer que o...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – E o imposto sobre serviço vai para Barueri.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – E esse imposto sobre serviço muitas vezes vai para Barueri ou para outros Municípios que têm alíquota muito baixa, muito baixa. Portanto, há uma guerra fiscal, inclusive, sobre o ISS, para poder receber esses tributos gerados pelo cartão de crédito.

Portanto, Sr. Presidente, é absolutamente desequilibrado esse sistema. Cabe, portanto, e aí eu sou obrigado a reconhecer a forma correta do relatório do nosso Senador Otto Alencar, como sempre, porque ele visa exatamente dizer o seguinte, em outras palavras: cabe ao Banco Central baixar uma resolução que possa fazer com que o consumidor não seja prejudicado e com que o lojista, que gera emprego, que corre o risco do seu capital para poder abrir o seu negócio, não seja penalizado. E aquele que faz atividade-meio, que é do financiamento, no caso o cartão de crédito, não penalize nem o seu usuário, ou seu cliente, muito menos o empresário, usuário ou seu cliente, muito menos o microempresário, que muitas vezes é obrigado a se curvar diante disso. Portanto eu quero dizer que o meu parecer, com essas ressalvas, é no sentido de que o Banco Central precisa ter uma resolução. Aliás, no final do ano passado, ele baixou uma resolução com relação aos recebíveis, mas ele precisa, é urgente que se faça uma pressão sobre o Banco Central para que o Banco Central baixe uma resolução e controle efetivamente esses cartões de crédito, porque sinceramente, Sr. Presidente, o brasileiro não aguenta mais pagar juros e pagar comissões no sistema financeiro. Quem beneficia com isso lamentavelmente são sempre os banqueiros e nunca o comércio, nunca o consumidor, mas reconhecendo o mérito do relatório do Senador Otto e ainda, Sr. Presidente, vendo que inclusive a associação Proteste, que é uma associação ligada ao consumidor, apresenta um relatório que foi encaminhado a V. Exa., pedindo que nós não cometêssemos aqui a aprovação desse projeto de lei com medo de serem prejudicados. Não é que eles não sejam a favor. Eles têm medo é que eles paguem a conta.

Portanto eu voto com o relatório do Senador Otto, fazendo um apelo a V. Exa. que esta comissão possa emitir um documento ao Banco Central, recomendando ao Banco Central que tome providências com relação a essa resolução.

Diante disso, Senador Mecias, eu queria fazer um apelo a V. Exa., porque, tal qual V. Exa. e também o Senador Tasso, no sentido de que tendo em vista... Não, eu acho que o Tasso não pediu vista não. Foi o Mecias. Portanto queria fazer um apelo, porque acho que o que nós poderíamos, Senador Mecias, avançar era se esta comissão fizesse diligência junto ao Banco Central para que nós pudéssemos ter uma decisão que seja vencedora tanto para o consumidor, tanto para o empresário, o pequeno e o microempresário que é quem mais sofre com isso, como também desse uma normatizada e uma transparência nessa relação cartão de crédito, sistema financeiro e consumidor.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Só um minutinho. Amanhã, às 8h30, a Comissão de Assuntos Econômicos foi toda convidada para estar com o Presidente, tomar café com ele. Eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mandei avisar todos os gabinetes. 19 Senadores e Senadoras já confirmaram a presença. Mas eu estou convidando tanto os titulares da Casa como os suplentes também para estarem presentes. E a gente pode até debater este assunto amanhã com o Presidente do Banco Central.

Estão inscritos – só um minutinho, Senador Amin – o Senador Fernando Bezerra, o Senador Rogério, o Senador Oriovisto, o Senador Major Olimpio, o Senador Amin... Você vai falar também? Senador Tasso, por favor

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – Só para fazer um esclarecimento. De fato eu não pedi vista. Pelo contrário, concordo *ipsis litteris* com o relatório do Senador Otto. Apenas, diante do pedido de vista, eu pedi vista coletiva para o andamento mais rápido.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente, só para uma informação rapidinho. Hoje, pela manhã, eu tive a preocupação de ter uma reunião com o Diretor Institucional do Banco Central sobre este assunto. O Banco Central concorda plenamente com o meu relatório.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Senador Fernando Bezerra, depois Senador Rogério. Nós temos aqui inscritos seis Senadores para debater esta matéria. Foi pedida vista pelo Senador Mecias

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Presidente, esse projeto apresentado que foi relatado pelo Senador Otto Alencar

Esse projeto apresentado, que foi relatado pelo Senador Otto Alencar, é fruto do trabalho da CPI dos Cartões de Crédito, que foi presidida pelo Senador Ataídes e relatada por mim. Houve, digamos, uma divergência que nós não conseguimos superar: o Senador Ataídes considerava que todas as propostas deveriam ser trazidas para a lei, e nós defendíamos, como continuamos defendendo, que esse é um trabalho que tem que ser tradado em nível da legislação infralegal, através das resoluções do Banco Central. Inclusive, outro item da pauta, que é o item 5, a matéria está prejudicada justamente porque o Banco Central está atendendo as recomendações da CPI. Foi estabelecido um prazo de seis meses após as conclusões dos trabalhos da CPI para o Banco Central fazer uma avaliação dos avanços que nós obtivemos com o trabalho da CPI. Essa questão dos recebíveis já está superada. Por isso é que o projeto que eu vou relatar já está prejudicado.

E nesse caso específico para redução do prazo de 30 dias para 2 dias, essa é uma matéria que não é consenso no mundo. Alguns países trabalham com 20 dias, 19 dias, outros com 2 dias. E aqui, no caso do Brasil, é importante a gente dar um espaço para que, de fato, exista competição, e a competição que está ocorrendo é aquela trazida pelas FINTECs, que estão apenas se iniciando nesse mercado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, eu apoio 100% o relatório do Senador Otto Alencar, renovo aqui o apelo ao Senador Mecias para ele desconsiderar o pedido de vista, para que a gente possa aprovar, tendo em vista as manifestações que aqui ocorreram. Que a gente possa aprovar o relatório do Senador Otto Alencar ainda na sessão de hoje.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Rogério!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Com a palavra o Senador Mecias, que pediu uma questão.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, o meu pedido de vista... Esse projeto tramita aqui no Senado desde 2013, e eu estou há dois meses aqui no Senado da República. Achei brilhante o relatório do Senador Otto Alencar, e não me manifestei contra em nenhum momento, e pelo que percebo é favorável à maioria dos Senadores que aqui já se manifestaram. O meu pedido de vista é tão somente no sentido de que eu também possa conhecer um pouco mais da matéria, até porque V. Exa. fala, no momento, que haverá um café com o Banco Central, que eles haverão de fazer algum tipo de orientação nesse sentido também. Então, eu gostaria de poder conhecer mais, mas se for da vontade da maioria aqui – e eu percebo isso aqui –, eu retiro o pedido de vista...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR) – ... para que a gente possa continuar fazendo a votação...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Tasso, também retira?

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR) – ... seguindo a orientação do nosso Líder Eduardo Braga e do Líder Fernando Bezerra.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador Mecias, e obrigado, Senador Tasso.

Eu acho que é consenso. É uma matéria que realmente nós não temos muito que discutir. Ninguém consegue enxergar um benefício para quem paga essa conta. Ninguém consegue.

Senador Rogério, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Pela ordem.) – Eu queria, na mesma linha do Senador Fernando Bezerra... Como estamos num processo de ampliação do número de operadores financeiros – e operados financeiros, com certeza, com menor capacidade de levantamento de dinheiro, de crédito para garantir essas operações –, eu acho que o relatório do Senador Otto Alencar dialoga com este momento que a gente vive de ampliação do número de empresas

este momento em que a gente vive de ampliação do número de empresas que podem entrar nesse mercado e, quem sabe, no futuro próximo, quando consolidar mais empresas nesse mercado, a gente possa voltar a discutir essa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador.

Eu vou abrir a votação e ainda vou ouvir o Senador Major Olimpio, Senador Amin, Senador Veneziano Vital do Rêgo e o Senador Oriovisto. Aliás, o Senador Oriovisto é agora, após o Senador Rogério.

Agora, eu vou abrir a votação, para votar com o Relatório tem que dizer: "não".

(*Procede-se à votação.*)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. *Fora do microfone.*) – Para o Relatório é "não".

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Quem vota com o Senador Otto Alencar vota "não".

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Amin?

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Se a gente votar...

Veja bem, quem vota com o Relator vota "não", porque o parecer do Relator é "não". Então, nós vamos votar "não"; não é "sim" com o Relator.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. *Fora do microfone.*) – Eu já votei.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Para a gente enterrar o projeto vota "não".

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Nós estamos votando o projeto, gente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Oriovisto, desculpe-me.

Com a palavra o Senador Oriovisto Guimarães.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – Sr. Presidente, só para ajudar na discussão, primeiro, eu quero dizer que vou votar "não" também, apoio também o Relatório do Senador Otto.

Mas já que vamos tomar o café da manhã com o Presidente do Banco Central – e acho que essa matéria precisa ser regulada, realmente, de forma infralegal, por portarias do Conselho Monetário Nacional, o Presidente do Banco Central tem assento no Conselho Monetário Nacional – vale a pena, Sr. Presidente, entrar um pouco mais no mecanismo dos cartões de crédito, até para a gente saber o que dizer para o Presidente do Banco Central sobre como ele poderia regulamentar.

Ocorre hoje que o pequeno lojista, é claro, não tem capital para financiar o giro do financiamento da mercadoria. Às vezes, eles dizem para nós assim: "É parcelado em dez vezes sem juros". Evidentemente, trata-se de uma mentira. Ninguém parcela nenhum pagamento em dez vezes sem juros, ainda mais aqui no nosso País. O consumidor já está pagando juro embutido. E pior ainda, se você disser: "Não, eu quero pagar à vista, o preço é o mesmo", aí você paga juro de dez meses estando pagando à vista.

O que os grandes bancos fazem é que, como o lojista não tem o dinheiro para bancar esse giro, eles descontam os recebíveis, o canhotinho do seu talão, a loja do *shopping* é obrigada a descontar com o próprio banco que é dono do cartão. Ele não tem a opção de trocar esse recebível num banco menor, por taxa menor. Não pode trocar com *factoring*, com outras entidades de crédito menores. E aí o juro do cartão vai lá em cima. Quer dizer, a forma como a coisa está armada hoje é, realmente, primeiro, para estabelecer uma máquina de ganhar dinheiro para os grandes bancos, há um monopólio, porque só eles podem descontar esses recebíveis a taxas que, obviamente, eles impõem.

Então, seria muito melhor para o lojista que o Banco Central, o Conselho Monetário Nacional estabelecesse uma norma em que ficasse claro que o lojista dono do recebível pudesse descontar esse recebível em qualquer instituição financeira.

descontar esse recebível em qualquer instituição financeira, fossem as pequenas instituições, como *factorings*, ou outras. Isso, no entanto, não é permitido. Há um monopólio. E esse monopólio pode ser facilmente quebrado pelo Banco Central. É só com isso que eu queria contribuir.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senadora Kátia.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. Pela ordem.) – Obrigada, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só para complementar o Senador Oriovisto, o Banco Central pretende, Senador, fazer uma central de recebíveis de cartão de crédito. E é exatamente isso que o senhor quer. O único problema é que eles estão demorando muito para que isso aconteça e estão prometendo – o dia que vieram aqui, eu conversei com o diretor – apenas para o ano que vem. Eu não entendo porque essa burocracia.

Com a central de recebíveis, qualquer banco pode entrar na concorrência e descontar o seu parcelamento com um juro menor do que o dono do cartão daquele dia que foi emitido. A outra coisa é que são fundos de investimentos também que podem ser criados para comprar esses recebíveis. E aí acaba o cartel. Isso só interessa aos bancos, aos principais, que são donos das bandeiras.

Então, essa proposta dele eu gostaria de colocar aqui na reunião, para que a gente pudesse discutir com o Presidente do Banco Central, que é a favor, mas o diretor que estava aqui naquele dia disse que só será possível o ano que vem. E a gente poderia antecipar, porque baratearia e muito o juro do cartão de crédito, por conta, claro, da concorrência.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nós vamos amanhã e eu reafirmo o convite feito por ele, para que possamos debater isso.

Senador Major Olimpio. Depois, Senador Amin. E Senador Veneziano por último.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu não tenho a menor dúvida de que a iniciativa do Senador Ataídes Oliveira foi justamente tentar favorecer os sofridos comerciantes, aquelas pessoas que estão também produzindo no nosso País.

Ocorre que a grande preocupação fica por conta do que já apresentou com brilhantismo o Senador Otto Alencar. Vários Senadores aqui se mostraram profundos conhecedores de que numa iniciativa dessa natureza, bancos, operadores de cartão não vão perder nenhum centavo. O repasse e os juros que certamente cresceriam em função dessa medida, mais do que própria, dos dois dias para o recebimento seria repassada diretamente ao senhor José, à dona Maria, àqueles que estão na ponta da linha, desesperados.

Graças a Deus que nesta Comissão de Assuntos Econômicos, a cada momento eu aprendo mais. Faz valer muito a possibilidade do mandato. A responsabilidade e a sapiência dos Srs. Senadores nos impressionam, realmente, e nos dão uma grande expectativa de que nós vamos ajustar os rumos do País em sintonia com a população. Não tenho dúvida de que ao levarmos esse problema ao Banco Central, que pode... Não é porque um diretor vai querer ou não, mas eu tenho certeza absoluta de que a sensibilidade se fará na medida em que a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado se posicionar. E quando o Senado se posiciona, ele tem E, quando o Senado se posiciona, ele exerce

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

força de pressão em nome de todo o País, de todos os Estados e de cada cidadão. Então, eu acho que mais oportuno será... Não tenho dúvida de que o tema central que o Senado pode levar amanhã, através da CAE, para esse café da manhã é justamente a exigência de uma postura antecipada até de regramento pelo Banco Central dessa matéria.

Já votei acompanhando o Senador Otto Alencar, com o relatório perfeito dele, com o voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Esperidião Amin, o senhor não votou ainda.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Primeiro eu vou declarar e, depois, eu vou votar. O Otto Alencar não pode ter unanimidade!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está bem.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Isso eu não discuto de jeito nenhum!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Senão ele vai achar que...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não vou discutir nada!

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Ele vai achar que pode fazer cirurgia sem anestesia...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Mas é muito conciso...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Como ortopedista ele é unanimidade, viu, Esperidião?

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não, não, você não pode... V. Exa. ameaçou com cirurgia – e não vou dizer que tipo de cirurgia – sem anestesia, e eu fiquei muito preocupado.

Mas é muito conciso. Eu só gostaria, Presidente, que essa moção que V. Exa. vai entregar ao Banco Central – pode ser pessoalmente ou pode ser nesse encontro de amanhã – fosse distribuída para nós o mais rapidamente possível, antes da reunião, porque isso aí vai ao encontro do que o Presidente do Banco Central anunciou como candidato.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Foi uma proposta do Senador Eduardo Braga fazer essa moção.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Exatamente!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A gente não redigiu nada ainda.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Vamos redigir.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vamos redigir e, aí...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu estou preocupado é com a redação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor poderia ajudar bastante nisso.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Posso ajudar, mas acho que o Senador Eduardo Braga foi muito claro: essa moção é que dispensa o projeto de lei, essa é a anestesia. Com essa moção, eu vou votar "não", e vou votar em confiança, sem ler a moção primeiro, como mandaria São Tomé, meu padroeiro. (*Risos.*)

É mesmo! Eu nasci no dia de São Tomé!

Então, vou assinar em confiança, vou votar "não".

Agora, queria só deixar claro o seguinte. Nós estaremos prestando um serviço além deste caso, porque nós estamos, de alguma forma, combatendo mais um atravessador. Essa etapa que nós estamos eliminando faz parte da cadeia do improdutivo, da chamada cadeia parasitária, que medeia o tomador do dinheiro daquele que recebe o dinheiro. Então, acho que isso é importante. Vou votar "não" por isto: porque, com essa moção que V. Exa. vai redigir inspirado pelo Senador Eduardo Braga e com o nosso consentimento, nós estaremos lutando para suprimir um elo nessa cadeia improdutiva.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador.

Por último, o Senador Veneziano Vital do Rêgo com a palavra.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB) – Sr. Presidente, meus cumprimentos. Bom-dia a V. Exa. e aos demais outras e outros companheiros.

Todos os demais tiveram oportunidade de falar ou, em não querendo, ouviram atentamente as exposições muito lúcidas dos Srs. e Sras. Senadores. Eu não vou deixar aqui, Líder Fernando Bezerra, de expor o sentimento do quanto me leva ao incômodo estar...

do quanto me leva ao incômodo estar votando premido... Observem, as palavras do Senador Eduardo Braga, com todo respeito aos demais outros expositores, foram perfeitas, e se ele me permitisse, eu não poria nem retiraria absolutamente nada do que S. Exa. disse.

Em resumo, V. Exa. disse que nós estamos aqui votando sob uma ameaça. Correto?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. *Fora do microfone.*) – Correto.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB) – Eu falava com o Líder Fernando Bezerra, e ele dizia: "Veneziano, a nossa preocupação é a de que nós venhamos a criar no mercado, que é muito tomado, quase que por completo controlado por poucos, abrindo os acessos através das Fintechs...". E aí, o Senador Eduardo Braga, o Senador Kajuru, o Senador Marcos Rogério, o meu querido Senador Paulo Paim trazem as preocupações dos consumidores através de suas associações.

Não é que as mesmas – atentem V. Exas. – não gostariam de votar ou não gostariam de ver o projeto original, da maneira como esteve sendo discutido e que vai ser rejeitado, aprovado por esta Comissão. Não é isso. A proposta do Senador Ataídes, se nós não vivêssemos nesse mundo onde o quinto poder se estabeleceu antes dos outros três, e depois do quarto poder... E hoje no Brasil o primeiro poder é o sistema financeiro, são os bancos que regem em grande parte, e até mesmo nos impõem essas situações: "Não, não vamos votar porque há um risco iminente de que os bancos"... Sempre eles, que tiveram, no ano passado, 70 bilhões de dividendos, que foram distribuídos entre seus acionistas e completamente sem conhecerem pagamentos tributáveis – 7% somente –, são estes que dizem: "Olha, tudo bem, se os senhores quiserem votar favoravelmente, nós não temos problema algum, nós vamos repassar esse nosso prejuízo pra os consumidores". E é sempre assim.

É sempre assim, e eu pergunto até quando vai ser assim, Senadora Kátia Abreu.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando esta Comissão, quando o Plenário, diligentemente, depois de termos decidido pelo cadastro positivo, levamos com urgência ao Plenário, sabe o que trouxe no outro dia – e tive eu a oportunidade de ler numa entrevista – uma das autoridades do Banco Itaú? Que – não creiam –, senão, seria só a partir do próximo ano a discussão para uma possível, desejável, ansiada diminuição dos juros. E quando nós, à unanimidade, votávamos em Plenário, como votamos aqui, dizíamos: "Vamos dar mais essa chance, vamos acreditar que, votando, assim, o cadastro positivo, irá estimular um novo momento". No outro dia, por meio de uma pessoa autorizada, representando o Banco Itaú, levava-se exatamente ao contrário.

Então, Presidente, eu lastimo. Eu votei "não". Votei de acordo com as ponderações que foram feitas pelo Líder Fernando Bezerra, pelo relatório do Senador Otto Alencar, mas corroborava, pelas apreensões do Senador Mecias: não é possível que nós nos agachemos e não é possível que nós nos permitamos e permaneçamos sempre crentes, fiando-nos em propósito daqueles que fazem e que compõem o

em propósito daqueles que fazem e que compõem o sistema como condutores, tendo eles – todos eles, Senador Tasso Jereissati –, sido egressos desse mesmo universo do sistema financeiro, todos eles! A minha pergunta, começando... Eu posso estar aqui por força exatamente de ser neófito nesta Casa, eu queria muito crer que aqueles que estão sentados... E eu não estou discutindo mérito de quem quer que seja, absolutamente, porque todos eles têm extraordinários currículos, mas todos eles têm conceitos e concepções que advogam e continuarão a advogar aquilo que nós temos visto no País, eu só queria me convencer do contrário.

Então, eu lamento. Lamento por quê? Porque fica, de fato, uma decisão desse colegiado com receios de que os bancos venham impor aos senhores – como nós, consumidores – aquilo que poderia trazer-lhes de prejuízo, quando, na verdade, nós estaríamos estimulando com capital de giro tantos milhares e milhares de pequenos negócios.

É esse o lamento que faço, pedindo desculpas se não foi pertinente essa observação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador.

Senador Eduardo.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Presidente, se V. Exa estiver de acordo e os colegas Senadores e Senadoras estiverem de acordo, hoje à tarde mandaremos o texto da moção por WhatsApp para V. Exa para que possa submeter à contribuição de todos os Senadores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estando aprovado por V. Exa., nós poderemos assinar ainda hoje para que no café da manhã de amanhã nós possamos estar com essa moção pronta para entregar então ao Presidente do Banco Central sobre...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Aprovada? Ela ode ser assinada só por ele.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Então, como...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Aprovada em confiança por todos nós.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Sugestão do Senador Amin de que V. Exa. pode assinar a moção. Nós encaminharíamos... Já pedi para a assessoria preparar a moção, encaminharemos a V. Exa. para que amanhã todos nós possamos entregar essa moção ao Presidente do Banco Central.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Alexandre vai receber e vai distribuir para todos os Senadores, vai mandar aos seus gabinetes. Eu assino, a gente encaminha e amanhã de manhã a gente entrega em mãos...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... ao Presidente do Banco Central, o.k.?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – A Tati entrega para você, Alexandre, o texto e a gente segue. O.k.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vamos abrir aqui a votação.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Encerrar a votação e ver o resultado.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – NÃO, 19; SIM, 0.

Abstenção: 0.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Presidente, de forma rápida, a inversão. Votar o item 5 porque a matéria está prejudicada, não vou nem relatar. É só votar, porque se tem que votar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em votação o item 5.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 272, de 2018

- Terminativo -

Veda que a instituição emissora ou credenciadora do cartão de crédito exija exclusividade quanto à antecipação de recebíveis e imponha trava bancária além do volume de recebíveis necessários para garantir a operação de crédito.

Autoria: Senador Ataídes Oliveira

Relatoria: Senador Fernando Bezerra Coelho

Relatório: Pela prejudicialidade do projeto.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – É votação simbólica.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Simbólica. É uma matéria prejudicada o item 5.

Em votação o item 5.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – É a mesma coisa, porque essa matéria já foi atendida por uma resolução do Banco Central editada em dezembro do ano passado.

Então, o relatório é pela prejudicialidade.

Votação simbólica.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Agora, item 2, Senador Paim, que é o Relator.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 511, de 2017

- Não terminativo -

Acrescenta o art. 14-A à Lei nº 4.119, de 27 de agosto de 1962, para dispor sobre duração da jornada normal semanal de trabalho do Psicólogo.

Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com parecer favorável ao projeto.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sr. Presidente, o item 2 vou pedir para retirar de pauta e explico por quê.

Eu havia me comprometido com o setor hospitalar que não colocaria o meu relatório em votação sem primeiro uma audiência pública.

Eu havia me comprometido com o setor hospitalar que não colocaria meu relatório em votação sem primeiro uma audiência pública. Foi uma falha de encaminhamento. Eles só me lembraram elegantemente. Eu disse a eles então que eu tiraria de pauta, e faríamos uma audiência pública para debater esse projeto, com total aval aqui da Senadora Kátia Abreu, que lembrou da importância desse compromisso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas não precisa nem ser especialista para saber que 30 horas de psicólogo é você ouvir... Trinta horas por semana, nós temos de...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Presidente, pela quantidade de coisa que há no Brasil, é pouco! Inclusive aqui no Senado Federal e nas redundâncias.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Já estou tirando de pauta, Presidente. E faremos uma audiência pública na data.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está retirado de pauta, Senador, mas é importante a gente regulamentar o tempo de trabalho do psicólogo sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu entro com o requerimento, Presidente, para votar na próxima.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Projeto de Lei do Senado nº 466, de 2018, não terminativo, que altera a Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Sr. Presidente, eu confesso que tenho dificuldade de ouvir V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu já chamei a atenção três vezes.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – As pessoas têm de colaborar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas eu já chamei a atenção três vezes e fica chato também ficar chamando a atenção.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Então, o que nós vamos fazer?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu peço aos assessores que, por favor, ajudem a gente aqui, senão fica difícil.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Ele fala baixo, gente.

O senhor fala baixo.

Sinceramente, não é o senhor o culpado. Está certo?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu sei. A senhora está com a razão, Senadora Rose.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 466, de 2018

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para prever a instituição de programa de auxílio financeiro para as famílias de baixa renda que não conseguirem matricular crianças de 0 a 5 anos em estabelecimentos de educação infantil, bem como a divulgação de lista de espera de interessados em vagas nas referidas unidades.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador José Serra

Relatoria: Senadora Rose de Freitas

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa.

Esse projeto é do Senador José Serra, e a Senadora Rose de Freitas vai ler o relatório.

Por favor.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES. Para proferir relatório.) – Presidente, o autor tem direito de palavra, não tem? Ele gostaria de falar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Na discussão, sim.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Na discussão apenas?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Na discussão, ele vai...

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – É que o Serra para mim tem sempre primazia.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu também quero entender o mérito desse projeto do Serra, porque a matéria diz que tem de ter orçamento para que isso aconteça.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Não, não. Ela é autorizativa.

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) – Não, não!

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Ela é autorizativa, tanto que o Líder do Governo, que pediu inclusive prazo para discussão, já é favorável; o próprio MEC é favorável. Nós estamos de uma matéria...

Esse projeto, Sr. Presidente, não cria despesas adicionais e ainda resguarda os recursos já assegurados nos respectivos orçamentos. Por isso que é bom esclarecer...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu posso pedir um favor para a senhora, Sra. Senadora?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu acho que eu vou pedir para o Serra falar primeiro, antes da senhora. Pode ser?

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Pode. Não é pela questão de que ele tenha a primazia por ser homem não, não é?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não! A senhora que sugeriu, Senadora.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Eu sugeri, e o senhor fez não. Agora eu comecei a falar, e o senhor fez sim.

Mas se o Serra...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não! É por causa de uma dúvida que eu tenho inclusive.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – E que eu não poderia esclarecer. Então, o senhor dê a palavra para o Serra que ele pode esclarecer.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não! É uma dúvida que eu tenho e que estou pedindo para a senhora me esclarecer.

Eu entendi do projeto...

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Presidente, o autor pode esclarecer melhor, com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Porque a gente vai votar a matéria e vai pedir vista, Senadora Rose.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A gente vai votar a matéria e vai pedir vista, Senadora Rose.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Caros colegas, o objetivo principal desse projeto de lei é estabelecer regras gerais para a criação de programas do auxílio-creche no âmbito municipal, e é pertinente que o Senado e o Congresso possam fazer isso, pois não se está invadindo a autonomia municipal quando se estabelecem essas regras para a criação de auxílio-creche nos Municípios.

A proposta regulamenta a instituição de programas de auxílio-creche a famílias de baixa renda que não tenham conseguido matricular os filhos em unidades públicas ou conveniadas de educação infantil. Para que se tenha uma ideia, a proporção de crianças que ficam fora é enorme. Hoje, no Brasil,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Presidente, apenas 14%, ou seja, uma em cada sete crianças mais pobres da população, têm acesso a creche – não sei se os colegas Senadores sabem disso –, e 34% das crianças de 0 a 3 anos que pertencem ao estrato dos 20% com renda familiar *per capita* mais baixa do País, ou seja, 34% das crianças de 0 a 3 anos mais pobres, não frequentam escola porque não há vagas em creches públicas próximas ao seu local de moradia ou ao local de trabalho dos seus pais. E nós sabemos que, para os 20% de renda mais alta, desde logo, o percentual de crianças de 0 a 3 anos fora da escola é de apenas 6,9%, ou seja, a criança de renda mais alta vai para a creche, e a de renda mais baixa não vai para a creche.

Eu quero chamar a atenção para um fato: a idade crítica de 0 a 3 anos é crucial. Eu me lembro disso, porque, quando eu estava no Ministério da Saúde, organizamos programas de amamentação, de assistência, de auxílio para famílias com crianças de até 3 anos. O que a criança será no futuro depende muito do que ela tenha recebido, do padrão de vida, do padrão educacional, do padrão de assistência, quando ela tinha de 0 a 3 anos. Esse é o nosso foco com esse projeto.

O Governo Federal ou pelo menos as pessoas próximas têm se colocado contra essa proposta com o argumento de que nós não podemos interferir nos Municípios. Ora, seria como se nós não pudéssemos fazer a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. É claro que o Governo Federal, a esfera federal tem a capacidade constitucional de orientar a estrutura do ensino, incluindo as creches, no resto do Brasil.

Realmente, olhando os pontos todos que são apresentados como objeção, fica até difícil rebater, porque se dá a impressão de que não houve a leitura do projeto.

fica até difícil rebater, porque dá a impressão de que não houve leitura do projeto. Agora, o fato é que nós estamos atendendo as crianças de zero a três anos, que representam o estrato dos 20% por renda domiciliar mais baixa do País, que não vão à escola porque não há vagas, e nós estamos criando mandamentos para que haja. E os Municípios terão que procurar recursos. Não é transferência federal; nós não estamos nem criando um sistema de financiamento agora, neste projeto federal, nem...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Cria-se o mandamento. O Prefeito vai ter que se virar, quer dizer, não se trata aqui...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Serra, só um minutinho. Eu só quero...

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – ... nem de autorizativo...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É o seguinte, Senador Serra: só uma explicação aqui. Eu tinha entendido, e estou correto naquilo que eu entendi, que a Senadora Rose disse que não era assim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Veja bem, no art. 1º: "Ficam o Distrito Federal e os Municípios autorizados a instituir, por ato do poder executivo, condicionado" – condicionado! – "a disponibilidade orçamentária [...]". Se o Prefeito disser que não tem, não vai ter. Então, é uma lei que não funciona. A gente autoriza, mas hoje nós não precisamos fazer uma lei aqui... Há muitas prefeituras... O que acontece hoje é uma coisa muito mais séria...

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES. *Fora do microfone*.) – Presidente, o senhor coloca dúvida...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não... O que eu coloquei, a dúvida, Senadora Rose, foi isso, quando eu disse bem assim: a lei permite ao Prefeito, se quiser ou não; não é uma lei que obriga.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP. *Fora do microfone*.) – Não, não... Ela é autorizativa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ela autoriza, foi isso que eu disse.

Eu acho que houve entre nós dois foi essa... O meu entendimento era esse. A senhora tinha...

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Não; eu aceito as desculpas de V. Exa. tranquilamente. Na verdade, o senhor não está pedindo, mas eu aceito, porque eu sei da sua intenção.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não... Eu peço desculpas à senhora, mas eu entendia dessa forma.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – O Senador Serra ainda não sabe – talvez, o erro seja meu – que, na verdade, isso teve uma grande discussão, com o Líder do Governo, com o Líder do PMDB, com o Ministério da Educação, e já superamos essas fases. Nós não estamos na fase de engatinhar. Eu estou com medo de ele começar a falar, e todo mundo votar contra porque está achando que é uma terra arrasada. Portanto, não altera, não cria despesa adicional, é autorizativa, é importante. E nós mulheres e os homens também podem falar sobre isso, porque o dever do Estado com a educação está falho. Nós sabemos que metas e metas para construir creches não foram atingidas. Então, não temos nenhuma garantia da educação infantil. O que faz o projeto dele? Ele cria uma possibilidade, autorizando que se possa criar esse método, oferecendo às crianças de zero a cinco – porque está muito aquém aquilo que deveria ser a política pública de educação infantil – uma capacidade necessária de que essas gerações possam usufruir através desse *voucher*. Eu olho de forma cristalina... Os dados que ele deu oficialmente são importantes. Há falta de vagas, todos reconhecem: os que foram Prefeitos, Governadores, quem acompanha os Municípios, o Estado. Então, não é decorrência só da má gestão; é também da falta de recurso, da falta de iniciativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É isso que o projeto do Senador Serra... Nós vamos ganhar muito com esse projeto. Ganham as famílias, ganham as crianças.

E, por isso, já que o senhor deu a palavra para ele esclarecer... Ele esclareceu?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Não.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Não esclareceu?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senadora, a senhora está com a palavra para ler o relatório da senhora. Vou ouvir atentamente a senhora.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Eu já...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Dado como lido.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Já deu por lido, Senadora?

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Eu vou dar...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Presidente...

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – V. Exa. tem a palavra

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Já deu por lido, Senadora?

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Eu vou dar.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente...

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – V. Exa. tem a palavra do autor. É muito importante.

Eu vou resumir aqui. Quando V. Exa. abordou a previsão de que o Distrito Federal e os Municípios, respeitada a capacidade financeira e sem prejuízo do recurso já destinado à educação básica, que é quase nenhum, conforme já falei, possam instituir esse programa de auxílio às famílias de baixa renda que tenham crianças de zero a 5 anos, que consigam ser matriculadas, aí o Município decide se quer ou não fazer. Ele tem autorização para fazer. Antes não tinha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, eu acho que é uma forma eficiente autorizar que as famílias possam, através do Poder Público...

Presidente, eu estou quase lendo o Regimento Interno. V. Exa. virou o discurso...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não...

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Presidente, me permita, eu vou concluir.

Como resultado final, para que se consiga essa vaga nas instituições, espera-se que os entes da Federação possam dar cumprimento às diretrizes constitucionais de obrigatoriedade de matrícula e de proteção à infância. Ganham as famílias e suas crianças, como eu falei, que poderão receber – poderão receber –, desde a mais tenra idade e sem a limitação relacionada às condições econômicas de seus pais, estímulos e cuidados necessários para o desenvolvimento cognitivo, psicomotor, emocional e educacional. Por estas razões, entendemos que o presente projeto é oportuno, meritório, digno.

Diante do exposto – V. Exa. me permita, não quero debater com V. Exa. –, eu manifesto meu voto favorável à aprovação do Projeto de Lei 466.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Voto favorável também.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Sr. Presidente, só um complemento.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu só queria... Eu voto favorável também ao projeto.

Eu só queria dar a palavra ao autor do projeto, Senador Serra. Está inscrito o Senador Confúcio, está inscrita a Senadora Kátia, estão inscritos o Senador Fernando Bezerra, Senador Eduardo Braga e Senador Tasso para discutir a matéria.

Agora, vamos para a prática, porque para mim o que funciona no Brasil é o que tem exemplos práticos. Fui Vice-Prefeito e Secretário de Obras durante seis anos. Nós criamos um programa em Manaus chamado Creche Social, em que uma mãe, uma senhora, num bairro, trazia várias crianças para ficar com ela e a Prefeitura ajudava com alimentação e tal. O Ministério Público entrou com uma ação proibindo por causa das condições e não sei o quê.

A Presidente Dilma fez o programa de creches no Brasil e muitas prefeituras estão com as creches paradas porque não tinham dinheiro para custeio. Se não têm hoje dinheiro para custeio dessas creches que estão prontas, imaginem a gente achar que isso vai...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou votar a favor do projeto porque depois podem dizer: "Ah, votou contra". Não, eu voto a favor.

Agora, a prática que eu tive me ensina a dizer que isso não vai, na prática, funcionar. Nós vamos votar, agora, eu estou dizendo da prática. Creche social, projeto bonito. Chegava uma pessoa desempregada, mãe, que levava... As mães saíam para trabalhar, eram empregadas domésticas, secretárias, ficavam o dia todo dentro da casa daquela senhora com a Prefeitura dando todo tipo de alimentação, pagando um salário para essa mãe que cuidava dos filhos dos outros. O Ministério Público entrou com uma ação contra. Quantas creches foram liberadas pelo Governo da Presidente Dilma para serem construídas no Brasil e quantas estão funcionando?

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente, só para dar um dado para V. Exa., a Confederação Nacional dos Municípios levantou que

a Confederação Nacional dos Municípios levantou que no Brasil nós temos 917 creches inacabadas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Inacabadas! E as que estão acabadas não estão funcionando!

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Só em Manaus há 50 inacabadas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois é! Tudo bem.

Senador Confúcio.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu, aqui nesses 60 dias de Senador, creio que 90% dos meus discursos foram em defesa da educação. Mas a Meta 1 do Plano Nacional de Educação, aprovada em 2014, diz o seguinte – Lei. Já tem lei aprovada:

> Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE [que é ano que vem, 2020].

Já está na lei. É a Meta 1 do Plano Nacional de Educação. Está muito claro. E aí a meta, inicialmente, já furou, porque de quatro a cinco anos era para 2016. E a educação infantil, até três anos, é até ano que vem, 2020. Está na lei! Na Meta 1 do Plano Nacional de Educação!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu acredito... Aqui veio Osmar Terra, dias atrás, e falou no Criança Feliz, que justamente é o apoio do Governo Federal às crianças de zero a três anos, importantíssimo na formação da memória da criança, na acumulação de possibilidades boas de aprendizado no futuro.

Sr. Osmar Terra, se o Governo Federal tem o Programa Criança Feliz e o MEC tem essa boa vontade, pegue esse dinheiro e ajude os prefeitos. Prefeito não tem dinheiro não, Sr. Presidente. Prefeito de cidade pequena do Brasil não tem recurso nenhum para criar e pagar... fazer *charter school*, pagar creches privadas; e nem creches privadas tem, nos Municípios pequenos.

Então, eu, que defendo educação, sou contra esse projeto. Eu, que defendo educação... Nós estamos sendo redundantes, porque a Meta 1 do Plano Nacional de Educação já está clara. É ano que vem, 2020, para sacramentar a situação! Então, para que mais lei? Lei em cima de lei? Lei em cima de prefeito? Lei em cima de... Complicações para as prefeituras não têm sentido prático!

Então, eu, infelizmente, eu que defendo educação, neste caso específico sou contra.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Com a palavra a Senadora Kátia Abreu.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. Para discutir.) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senadora Kátia, o Senador José Serra...

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Mas pode falar.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Não. Deixe-o falar. Pode falar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador José Serra.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP. Para discutir.) – Vejam, eu ouvi com muita atenção a exposição do Senador Confúcio. O fato de que não se tenha cumprido meta não é motivo para que nós não insistamos nisso, não criemos uma obrigação e não sigamos a batalha. Seria se render aos acontecimentos

O fato é que só 34% das crianças de zero a três anos têm acesso a creche, no Brasil, entre as mais pobres. Essa é uma realidade. Nós temos de continuar empenhados nessa direção; só que o projeto não pressupõe recursos orçamentários, mas pressupõe a indução, a pressão sobre o sistema dos Municípios, para atenderem ... a pressão sobre o sistema dos Municípios para atenderem as crianças mais carentes na faixa das creches. Na vida pública é assim: são pressões contra pressões, obrigações. Nós estamos induzindo a melhora da situação no que se refere a essas crianças. Seria uma crueldade, na verdade, se nos omitíssemos nessa matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por outro lado, eu quero dizer que há um fator relevante que vai ajudar muito na pressão, que é a obrigatoriedade de se ter listas das crianças não atendidas. Que essas listas sejam publicadas, que haja uma inscrição: esse é um instrumento de pressão também muito grande. Disso é que se trata. Não se trata, como alguns poderiam pensar, de destinar recursos orçamentários, até porque seria inconstitucional – "Dinheiro tanto para tal coisa" –, nós não podemos fazer isso porque a Constituição proíbe, Parlamentares não podem tomar iniciativas de aumento de gastos, mas podem, sim, criar programas que venham a ser instrumentos de pressão e de obrigação para o Executivo atender essa matéria.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Pois não, Senador José Serra.

Só queria fazer uma observação para V. Exa. O Senado já aprovou aqui um projeto, da Senadora Ana Amélia, pelo qual qualquer projeto ou qualquer programa do governo federal que seja instituído para cumprimento através dos Municípios deve ter também a vinculação da receita para financiá-lo, porque, ao longo dos anos, o que se fez foi passar para os Municípios, lá na ponta, a obrigatoriedade de fazer a parte social, mas não se mandaram os recursos.

O PSF mesmo, hoje, cai todo na conta da prefeitura, o governo federal não passa absolutamente nada. Então, esta é uma realidade – sabe disso quem conhece, como eu conheço e outros tantos conhecem, assim como V. Exa, a vida nos Municípios –, uma realidade dura nos Municípios: eles não têm recursos para financiar as ações sociais.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senadora Kátia Abreu.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. Para discutir.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Olha, eu gostaria apenas de reforçar – além de ser da roça, eu também sou psicóloga de formação – que, nessa idade de 0 a 3 anos, é exatamente quando ocorre a formação de todas as conexões neuropsicomotoras. Se isso ficar prejudicado...

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Exatamente!

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Eu não preciso nem dizer, o próprio nome já fala: neuropsicomotora. Todos os neurologistas do País sabem disso. Então, as crianças mais pobres, que ficam fora dos cuidados, de fato, ficarão prejudicadas, com atraso no ensino, com a repetência, com o abandono das escolas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, diante dessa proposta do Senador Serra, a despeito de nossas divergências pessoais, eu tenho que reconhecer: ele é uma pessoa que, como poucos, conhece o Estado brasileiro por dentro e por fora. Essa questão é de uma gravidade muito grande. Eu sei que isso aqui não é obrigatório, é autorizativo, é uma forma de pressão, porque isso é uma pouca vergonha.

O Confúcio está correto quando diz que a meta já existe e ninguém olha para a cara dela. Quando eu cheguei, no ano passado, como titular na Comissão de Educação, a meta escolhida era a 1. A 1 era exatamente essa, de creches e primeira infância até 5. A primeira pergunta que eu fiz, pragmática que sou, ao lado de Cristovam Buarque: "Qual é o orçamento, até 2020, para cumprirmos essa meta?" Aí, Cristovam Buarque aproveitou e fez um desabafo em cima da minha palavra e disse: "Você tem razão, é zero! Isto aqui é uma casa de faz de conta, porque estabelece meta e não põe recurso para o cumprimento da meta."

Então, eu clamo a todos: nós poderíamos apoiar essa proposta...

Então eu clamo a todos: nós poderíamos apoiar essa proposta como instrumento de pressão, porque isso é grave.

Esse modelo que o senhor apresentou agora há pouco, em Palmas já foi também criado, a mãe crecheira. Gente, "quando não vai com tu, tem que ir com tu mesmo". Uma senhora da quadra que adapta sua casa, que pode receber quatro, cinco crianças, cada uma paga R$300, já é um cuidado. Antes isso do que nada. "Ah, mas não tem psicólogo, não tem assistente social". Gente, é melhor do que nada.

Então eu apoio a proposta. Acho que até cinco anos é da maior gravidade, agora, é gravíssimo de zero a três o abandono dessas crianças pobres.

A outra coisa que o Senador Serra não mencionou é o art. 2º do projeto dele, que é essencial: "Caso haja carência de vagas nas unidades públicas ou conveniadas de educação infantil", ele estabelece que, em todos esses casos, as creches públicas têm que colocar transparência de quem é que está usando essas vagas.

Eu fui visitar uma creche em São Paulo há dois anos que era um modelo nacional, que tinha todo mundo de carro zero na porta deixando crianças. Isso é para criança pobre. O projeto dele estabelece que tem que ter transparência, igualzinho ao sistema de regulação do SUS. Vai alguém passar na frente para ver o que acontece! E nas creches não há. Existe gente que pode pagar, sim, uma creche, com menino nessas creches porque tem voz ativa, tem amizade com político, com Vereador, com Deputado, com Senador, e arruma vaga na creche. Então, eu quero aplaudir o art. 2º, que é exatamente o controle transparente, rigoroso daqueles que se utilizam das creches públicas, com dinheiro público. Isso é para pessoas pobres.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Fernando Bezerra.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Sr. Presidente, queria apenas enfatizar isso que a Senadora Kátia enfatizou e que eu disse muito rapidamente na minha exposição, que está traduzido no art. 2º do projeto de lei:

> Caso haja carência de vagas nas unidades públicas ou conveniadas [...], os sistemas de ensino deverão divulgar, a cada ano letivo, em página oficial em sítio eletrônico da internet, os critérios adotados para realização de matrícula, bem como a relação nominal dos interessados remanescentes, a respectiva ordem de classificação e o cronograma para as chamadas ulteriores.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado.

Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Para discutir.) – Sr. Presidente, esse projeto, de autoria do Senador José Serra, tem como Relatora a Senadora Rose de Freitas. Ela me fez um veemente apelo, porque esse projeto foi incluído dentro da agenda legislativa das Senadoras em homenagem ao mês da mulher aqui no Senado Federal.

Ontem nós tivemos uma reunião na Casa Civil da Presidência da República, presidida pelo Ministro Onyx, e a análise é de que o projeto é muito meritório, por todos os argumentos aqui já professados pela Senadora Rose, pelo Senador José Serra, pela Senadora Kátia Abreu, mas eu quero que esta Comissão também reflita sobre as palavras do Senador Confúcio, e mais: o Governo vai encaminhar favoravelmente aqui no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos, mas é importante a gente recuperar que há uma decisão da Comissão de Constituição e Justiça que considera inconstitucionais todos os projetos autorizativos.

Na Câmara dos Deputados, os projetos autorizativos se transformam em indicações de políticas públicas para o Governo Federal ou para os Estados e os Municípios. Eu estarei apresentando no Colégio de Líderes, hoje, um projeto de resolução para que os projetos autorizativos, todos eles, possam ter esse caráter de indicação, como já ocorre na Câmara dos Deputados

possam ter esse caráter de indicação, como já ocorre na Câmara dos Deputados, e em respeito à manifestação da Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O projeto vai à Comissão de Educação daqui, ainda vai a uma outra Comissão antes de ir a Plenário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Eduardo Braga.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES. *Fora do microfone*.) – Pela ordem.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Bem, Sr. Presidente...

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES. Pela ordem.) – Só esclarecendo, Sr. Presidente. Eu havia informado a V. Exa. que os Líderes assinaram um pedido de urgência, todos eles, em homenagem, inclusive, à luta das mulheres, para que esse projeto... Eu comuniquei a V. Exa., falei que ficava à disposição de V. Exa., inclusive para estar nesta Comissão. Tem a assinatura de todos os Líderes para que essa matéria vá com urgência ao Plenário do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sem passar pela Comissão de Educação?

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Sem passar pela Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O.k.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Para discutir.) – Bem, Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, primeiro dizer do mérito do projeto. Eu queria cumprimentar o Senador José Serra porque é óbvio que o Brasil tem uma dívida social muito grande com as crianças que, no seu momento mais importante do desenvolvimento psíquico e neuromotor, muitas vezes estão excluídas do sistema educacional.

Portanto, voto a favor do projeto e vou além, Senador Fernando Bezerra, e vou além.

Presidente, pouco está se debatendo aqui no Senado, mas fato é que em 2020 o fundo que financia o desenvolvimento da educação básica e remunera os professores da educação básica, que é o Fundeb, será extinto. Se nós queremos efetivamente resgatar as dívidas que este País tem com o ensino das crianças, a preparação e o desenvolvimento das crianças e o ensino básico, é hora de nós estamos, neste momento, aqui no Senado da República, discutindo qual será o novo fundo que nós vamos implementar a partir de 2021. Porque em 2020, Srs. Senadores e Sras. Senadoras, o Fundeb acaba e novo fundo terá que ser instituído.

Ora, o Fundeb tem sido uma evolução. Nós primeiro tivemos um sistema de financiamento que só atendia os anos básicos da educação, que era o Fundef; depois, nós entendemos que dever-se-ia incluir o ensino médio; depois, nós entendemos que dever-se-ia incluir o ensino infantil, em idade infantil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E nós precisamos agora, neste Senado... E aí, eu acho que a contribuição que este projeto traz é de nos alertar, todos nós Senadores e o povo que assiste a nós, que precisamos construir um novo fundo de educação a partir de 2021 que possa resgatar essas dívidas históricas. Porque, como bem disse o Senador Confúcio, as cidades do interior do Brasil não têm condições de pagar *voucher*, não têm condições de pagar vaga de creche, não têm condições para nada. No entanto, nós podemos colocar no Orçamento de 2019 para 2020 no Fundeb as verbas para que a prefeituras possam iniciar. E, no fundo de 2021 que nós teremos que aprovar nesta Casa, nós deveríamos incluir para o ensino infantil uma série de novidades. Uma delas é consertar o projeto de creche que não estabeleceu de forma correta...

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Boa ideia, Senador.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – ... o financiamento do custeio.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Senador, V. Exa. teve uma excelente ideia.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Obrigado, Senador Serra. Não é muito comum, mas quero dizer que a gente acaba por indução aprendendo.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – O que não é muito comum, não é?

Mas o que eu quero dizer é que a gente acaba, por indução, aprendendo. E uma das formas que eu acho que é fundamental para que esse projeto possa se colocar de pé... E eu falava ainda há pouco com o Fernando que, obviamente, esse é um projeto autorizativo, Sr. Presidente, mas que provoca o debate.

Acho que o grande mérito desse projeto é estar alertando a todos nós duas coisas: primeiro, o ensino infantil está carecendo de financiamento público federal para que ele possa, efetivamente, chegar até as crianças. Segundo, que na constituição, seja do Orçamento do ano que vem, seja do fundo a partir e 2021, nós precisamos colocar isso como prioridade no Senado para atendermos crianças que serão desenvolvidas e que amanhã se tornarão os grandes líderes desta Nação. Nós precisamos investir nas crianças!

Portanto, eu voto favoravelmente por isto, porque acho que é meritório, para que possamos ter um debate para o financiamento dessa educação.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente, só para esclarecer o Senador Eduardo Braga.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

V. Exa. deve saber de onde vêm os recursos que compõem o Fundeb. Vem do Imposto de Renda da pessoa física...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Da pessoa jurídica e do ICMS.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Mas se tira do ICMS? Não!

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Também.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Do FPE, não. O Fundo de Participação dos Estados é composto de...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – O senhor está falando de FPE ou de FNDE?

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – De FPE.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Não! Estou pensando que é de Fundeb.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Mas desse FPE tiram-se 20% para o Fundeb, que tiram dos Estados. O Governo Federal não está botando nada nisso.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – O FPE é composto de 21,5% do Imposto de Renda da pessoa jurídica, da pessoa física e IPI, e tira 20% disso para o Fundeb.

O Governo Federal tirou o braço há muito tempo disso. Não bota nada, entendeu? Então, é sempre Brasília fazendo cortesia com o chapéu dos Estados e dos Municípios para manter essa posição de assistência à educação, a creches, a essas coisas todas.

Então, nós temos, como V. Exa. falou, constituir um novo fundo que não prejudique os Estados. Tem de sair de contribuições. Por que não saem das contribuições PIS/Cofins?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Sr. Presidente, apenas para reforçar o que diz o Senador Otto, é mais uma razão para que nós nos debrucemos para a criação de um novo fundo que nós possamos robustecer sem penalizar. Agora, é fato que nós precisamos criar mecanismos mais justos de financiamento para a educação, principalmente para as crianças que estão excluídas, de zero a cinco anos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Para esse fundo, há Estados que contribuem mais e Estados que contribuem menos. Há uns que contribuem e recebem muito menos do Fundeb. Mas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

essa questão é o seguinte: o nosso Estado, por exemplo, dá uma contribuição maior porque há outros que não têm como, para dar um equilíbrio.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Por causa da receita do ICMS.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por causa da receita do ICMS e receita federal também.

Agora, só para esclarecer e até para deixar alertas os Senadores e as Senadoras, eu mais de uma vez já vi o Ministro Paulo Guedes dizendo que ele acha que nós temos de acabar com o Fundeb, acabar com o fundo de Saúde, porque ele entende que alguns Municípios ou Estados podem querer gastar mais ou menos e deixar essa liberdade para os gestores.

É lógico que sou totalmente contra, mas eu só quero dizer para vocês que eu já ouvi o Ministro Paulo Guedes falar mais de uma vez sobre isso.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – A beleza da democracia é esta: é que ele não pode tudo. Ele pode muito, mas não pode tudo. O Congresso precisa estar de acordo com isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois é, Senador Eduardo Braga.

Senador Tasso. Depois do senhor, Senador Alessandro, Senador Mecias...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Falou o Senador Eduardo Braga.

Com a palavra o Senador Tasso.

Depois, falam o Senador Alessandro, o Senador Mecias, o Senador Rogério.

Pois não, Senador Tasso.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE. Para discutir.) – Senador Omar, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, eu gostaria de dar o meu apoio entusiástico à iniciativa do Senador José Serra. Entendo as razões do Senador Confúcio, a sua inconformidade em relação às leis que nós fazemos e não são aprovadas, mas eu queria colocar aqui também um pouco da nossa experiência como Governador, cargo que exerci por 12 anos.

Às vezes, Senador, a emulação de uma competição entre os Municípios rende mais efeitos e consequências do que uma simples legislação. Se você coloca – gostei muito da ideia que aqui foi relatada brilhantemente pela nossa Senadora Rose – que os Municípios autorizativamente vão poder ou não aderir a esse programa e listar as crianças de 0 a 3 anos que estão fora desse programa, que é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

voluntário, e se determinado Município adere ao programa, independentemente dos recursos – é melhor que haja recursos, mas, às vezes, muitos Municípios têm condições e aderem ao programa –, isso estimula uma concorrência entre os Municípios, porque o concorrente vizinho começa a ouvir falar que o Município tal aderiu a esse programa e publicou uma lista de crianças, sendo que o seu Município não o fez, e começa a haver uma pressão por parte da sociedade. Então, isso, às vezes – eu usei disso muitas vezes e acho que o fez o Senador Eduardo, que já foi Governador, como também o Senador Otto e o Senador Omar –, tem resultados muito melhores, muito mais eficientes, do que uma legislação.

Então, por isso e pela razão aqui levantada pelo Senador Eduardo Braga, que se remete à prioridade desse programa, eu acho importante que nós possamos aprovar e, principalmente, colocar na lista de prioridades das nossas discussões esse programa que atende a crianças de 0 a 3 anos, que, como disse a Senadora Kátia, que não está mais aqui, é a idade mais importante para...

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES. *Fora do microfone*.) – O desenvolvimento cognitivo...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – ... o desenvolvimento cognitivo. Era mais complicado.

Senador Rogério...

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES. *Fora do microfone*.) – ... e psicomotor.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – É a idade mais importante para o desenvolvimento psiconeuromotor da criança.

É esse o meu voto e minha observação.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. *Fora do microfone*.) – É desenvolvimento neuropsicomotor.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES. *Fora do microfone*.) – Desenvolvimento neuropsicomotor.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – É neuropsicomotor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É importante ressaltar que há especialistas hoje nessas áreas, mas, aqui, acho que nenhum de nós usou desses... Na nossa época, não havia essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

questão de psiconeuromotor, nós não sabíamos nem para onde isso ia. Não há idade para isso, não! Há especialistas nisso já há muito tempo.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Senador Alessandro...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Eu queria destacar aqui a presença do Senador Walter Pinheiro, da Bahia.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Ele já veio falar comigo aqui. Já pediu a bênção.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Ele já pediu a bênção? E V. Exa. abençoou?

(*Intervenção fora do microfone*.)

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – E também está aqui o Paulo Magalhães, nosso Deputado Federal.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - SE. Para discutir.) – Sr. Presidente, quero manifestar apoio integral à proposta apresentada pelo Senador Serra. É uma proposta madura, sóbria, que dá mais garantia e mais proteção ao gestor municipal, que abre uma alternativa mais barata para suprir uma demanda imediata, porque, evidentemente

abre uma alternativa que é mais barata para suprir uma demanda imediata, porque evidentemente o *voucher* é mais barato do que a construção e o custeio de uma creche, mas sem descuidar daquilo que o Senador Confúcio apresentou: a necessidade da cobrança do atendimento à média.

Então, quero valorizar, Senador Serra, um projeto muito bem definido, muito bem desenhado, que sinaliza positivamente e que enobrece a nossa participação no Senado.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador.

Senador Mecias, depois Senador Rogério.

Eu vou colocar em votação e, depois, nós vamos votar só requerimentos.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu jamais chegaria aqui ao Senado, há 60 dias, e votaria contra um projeto de lei de autoria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Senador Serra, até porque votei nele para Presidente da República já duas vezes. Então, jamais me sentiria...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Votou mal! (*Risos.*)

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR) – Eu votei e não estou arrependido, Presidente, de ter votado no Presidente Serra para Presidente da República.

No entanto, eu fico um pouco triste de ver, Presidente, o Senado da República votar projetos de lei autorizativos. Eu via isso lá na Assembleia Legislativa de Roraima; a Assembleia Legislativa votando projetos autorizativos, que, no final, a gente já sabia que não dariam em nada. Ninguém tem obrigatoriedade nenhuma, Senador Rogério, de seguir o projeto.

Acho bonito, louvável, é meritoso. É uma oportunidade para que os Municípios que têm condições de fazer possam fazer, mas creio que o Senador Confúcio também está cheio de razão. Os Municípios brasileiros não têm dinheiro para absolutamente nada. No meu Estado, por exemplo, Estado de Roraima, Senadora Rose, há Municípios que há seis meses não conseguem pagar a folha de pagamento dos servidores, porque todos os recursos que eles têm do Fundo de Participação dos Municípios, quando chega dia 10, 20, 30, o INSS, a Receita Federal vai lá e recolhe todo o dinheiro para pagamento de dívidas patronais de exercícios anteriores, de administrações anteriores, ou seja, os Municípios não têm dinheiro para nada.

Já que nós estamos falando de projeto autorizativo, por que já não se colocou, então, uma autorização para que o Governo Federal destinasse um percentual de verba para manter isso para os Municípios brasileiros? Os Municípios precisam, as pessoas precisam, as mães de família, os pais de família não têm de fato onde colocar os seus filhos. Não há creche para todo mundo e nem eles têm condições de pagar.

Assim, apesar de votar favoravelmente – quero que se considere meu voto favorável –, quero deixar a minha insatisfação de saber que estou votando em um projeto que dificilmente terá obrigatoriedade, ou não se terá obrigatoriedade nenhuma de obedecer-lhe.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Primeiro, quero dizer do grande respeito que eu tenho pelo Governador Serra. É um dos maiores quadros do Brasil.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Muito bem!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Foi um grande Ministro da Saúde, e nós temos muitos avanços na saúde graças ao Senador Serra como Ministro da Saúde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu fiz uma brincadeira – foi uma brincadeira que não tem nada a ver –, mas ele sabe do respeito e do carinho que tenho pelo Senador Serra, um respeito muito grande. Nós já tivemos muitos embates entre Amazonas e São Paulo, mas a nossa relação sempre foi altiva, e eu o reconheço como um dos maiores quadros da política brasileira. Ele contribui muito aqui no Senado e, por onde passou, deixou a marca de um bom administrador. E não é diferente nesse projeto que ele apresenta aqui, muito bem relatado pela Senadora Rose de Freitas, que nos alertou de que há um compromisso agora, na questão da mulher, para a gente votar hoje – eu espero que a senhora vá à reunião de Líderes e peça para o Presidente...

Senador Rogério, por favor.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para discutir.) – Como está na agenda das mulheres – não é, Rose? Está na agenda das mulheres. Eu queria propor que esse projeto passasse pela Comissão de Educação para estabelecer alguns critérios, mas não vou fazer isso. Deixe-me só

ter alguns critérios. Então, eu não vou fazer isso. Deixa só eu ter o direito de discutir, porque, veja, nós estamos falando de um *voucher* para pagar por um serviço público. Esse dinheiro é público. Portanto, o serviço que deve ser ofertado por essa instituição privada tem que preencher alguns requisitos. Esses requisitos, em tese, deveriam ser estabelecidos, algum regramento, pela Comissão de Educação ao analisar a proposta, porque nós estamos falando de recurso público, que não pode ser destinado sem nenhum tipo de regulamento.

Agora, como se trata de uma agenda, de uma pauta que está na agenda em comemoração ao Mês da Mulher, que já se encerrou, mas ainda estamos no passivo, vou só emitir esta opinião: acho que a gente precisa aprofundar este debate. Na hora da definição, como o Eduardo Braga falou, de destinar recursos para essa finalidade, que fosse definido qual é o critério mínimo, o que o estabelecimento precisa ter para receber esse recurso público, esse *voucher*, para poder abrigar uma criança enquanto os seus familiares estão trabalhando. Acho que isso é muito importante para a gente evitar situações como tantas que a gente já viu por aí, de incêndio, de maus-tratos, de abandono. É preciso que a gente também tenha esse tipo de preocupação agregada a, além de ter a possibilidade de fornecer o serviço, algum regramento para proteger essas crianças.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Quantas mães brasileiras, neste momento, estão trabalhando e deixaram seus filhos com uma criança de oito anos para cuidar? Essa é uma coisa, na nossa Região...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Pois é, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Uma criança de oito anos está criando uma criança de quatro meses.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Concordo plenamente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por isso mesmo, uma coisa que chama a atenção no projeto do Senador Serra e que a Senadora Rose coloca é esta: qual é o critério? Tem que ser amigo do Prefeito para colocar meu filho lá? Como é isso? A questão tinha de ser social. Isso é uma das coisas mais absurdas que acontecem. E aí, por exemplo, tem interferência, às vezes, porque o prefeito tenta encontrar uma alternativa para poder acolher, e não consegue. Mas, aí, todo mundo fica achando normal uma criança de oito anos cuidando de duas, três crianças de um ano, de dois anos em casa, com a mãe saindo...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Temos total concordância em relação a isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É uma coisa urgente.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Quando se trata de recurso público, quando você libera o recurso público, a exigência é sempre maior e a responsabilidade pública é muito maior. Portanto, é preciso que esse tipo de situação seja observada. A gente não pode colocar recurso público sem alguns critérios mínimos para que aquilo se caracterize um serviço público. É fundamental.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Veneziano.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente, apesar da observação que eu fiz, V. Exa. retirou, fiz uma observação sobre o projeto do Senador José Serra, essa questão do financiamento desse projeto, vou votar a favor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu também voto a favor.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Porque eu sei que o Senador José Serra tem os melhores propósitos para esse setor da educação, sobretudo das creches, atendimento às crianças.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB) – Sr. Presidente, na linha, na esteira de todos os demais companheiros que se pronunciaram, não haveria de estar ou de me posicionar diferentemente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

de estar ou de me posicionar diferentemente. E até, Senador Otto, Senador Presidente, um dia, quando as discussões se deram, e alguém ou alguns puderam dizer: "Não, mas essas propostas são autorizativas, elas são fruto muito da nossa imaginação, da nossa utopia", foi através dessa crença de que nós poderíamos produzir algo que terminasse por gerar efeitos efetivos que constituímos – exemplifiquemos – o próprio Fundeb.

Como se deu a constituição e o debate inicial para termos um fundo, e aí não igual aos 280 que V. Exa. mencionou, Presidente, há cerca de 15 dias, o Fundeb... E aí falo que muitos dos que aqui estão, como o ex-Governador Tasso, como o ex-Governador Omar, o ex-Governador Eduardo, como ex-Prefeito, a gente sabe da valia e da importância do então Fundef, do hoje Fundeb. Foi dessa forma.

Então, não vamos perder de vista, não vamos desmerecer – e de nenhuma parte houve desmerecimento – o propósito, a ideia extremamente meritória do Senador José Serra, que teve a relatoria da Senadora Rose de Freitas. E aí V. Exa. disse algo. Quando o Ministro da Economia fala sobre a desvinculação orçamentária, tem de mim uma repulsa, porque se hoje nós estamos diante dessa...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB) – Pois bem. Imagine se nós – sem perdas do valor, do compromisso, do comprometimento de grandes gestores, sérios gestores – deixamos a cavalheiro, imaginemos nós, diante dos fatos que nós estamos antevendo e presenciando.

Apenas também, para finalizar, até porque nós temos uma sessão importante do Congresso Nacional e imagino que todos nós desejamos estar presentes, da agenda da indústria, eu queria dizer a V. Exa. que mesmo diante da situação falimentar de grande parte dos Municípios brasileiros, é um equívoco quando nós facilitamos e damos comodamente, a muitos gestores, a desculpa de que não há recursos para prover as obrigações com educação infantil. É arriscado, Senador Tasso Jereissati.

Existem muitos Municípios geridos e administrados por pessoas que não elegem e não priorizam aquilo que é prioridade, como o ensino infantil. E vou, perdoem-me... Particularizava isso ao Senador Fernando Bezerra. Em Campina Grande, durante os oito anos em que estive como Prefeito, nós não apenas reconstruímos, ampliando, as 21 creches existentes, oferecendo mais de três mil novas vagas, como deixamos seis com mais de 90% de suas execuções. Perguntas: *A posteriori*, essas seis foram entregues, Senador Omar? Não!

Perdoem-me. Será que uma prefeitura como a de Campina Grande, de porte médio, mesmo passando e atravessando situações delicadas, não teria como fazer, e eleger como prioridade as crianças do nosso Município? Claro que sim! Mas priorizou-se aquilo que é "muito bom" – entre aspas – para aqueles que fazem, na condição de agentes políticos, o voto mais fácil. É a precarização do serviço. É a ausência de concurso público, para termos lá 8.500 servidores precarizados, terceirizados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, fazendo a separação entre os efetivos gestores, que não dispõem de condições mínimas para prover essas obrigações que são e deveriam ser eleitas por nós como prioridade, daqueles outros que fazem, de maneira negasta, a opção de algo menos importante. Mas acompanho a Senadora Rose, como não diferentemente a autoria intelectual do Senador José Serra.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Obrigado, Senador.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ponho em votação...

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Sr. Presidente, permita–me só um comentário? O Fundef foi criado no Governo Fernando Henrique

O Fundef, que foi criado no Governo Fernando Henrique, foi executado por mim a partir de uma ideia do Governador Tasso. Creio que vale a pena mencionar isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor já deu uma grande contribuição e continua dando uma grande contribuição!

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Queria também agradecer as referências feitas pelos diversos colegas, favoráveis a minha pessoa – valorizo isso muito, ao extremo –, muito especialmente à Senadora Rose, que, como Relatora, soube conduzir esse projeto para este momento de aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vamos colocar em votação o projeto do querido Senador José Serra – uma pessoa pela qual todos nós temos um grande respeito –, que foi muito bem relatado por esta grande representante do Espírito Santo, a Senadora Rose de Freitas, uma mulher guerreira com quem tive o prazer de conviver por quatro anos, sempre muito presente, batalhando, lutando pelo bem do Brasil e do Estado do Espírito Santo.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Ela é da terra do Senador João Calmon, que foi o primeiro Parlamentar a fazer a vinculação de recursos orçamentários para a educação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em votação.

Aqueles Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Sr. Presidente, posso agradecer?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Eu quero muito agradecer ao Eduardo Braga, ao Fernando Bezerra, pelas palavras do Tasso e de todos que contribuíram. Quero agradecer também a V. Exa. Esse compromisso, Presidente, foi feito na reunião passada e será levado ao Plenário em função do compromisso assumido pelos Líderes. Só tenho a agradecer. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Com o voto contra do Senador Confúcio.

Temos aqui...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Temos agora o item 7, que é... O Senador Veneziano quer uma audiência pública conjunta reunindo a CAE, a CDH, a Comissão de Educação e a CAS.

ITEM 7

REQUERIMENTO Nº 21, de 2019

- Não terminativo -

Requeremos, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte e a Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo de discutir o alto custo do tratamento e manutenção de indivíduos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no Brasil.

Autoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo.

Inclusive, hoje é o dia... Quero dizer a vocês que eu faço questão de estar presente nessa audiência. Eu sei da importância desse trabalho. Precisamos de mais profissionais, principalmente nas escolas. Não estou falando de creches, mas de escolas: quantas delas hoje recebem uma criança

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

autista e não têm profissionais para atendê-la? Daí a importância do Fundeb, que garante 60% para pagamento de pessoal; é a garantia hoje, senão nós estaríamos aí com distorções enormes.

Vou colocar em votação.

Aqueles que o aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Há outro requerimento aqui, do Senador Major Olímpio, que solicita audiência pública sobre a reforma da previdência e do sistema social dos militares, que é em conjunto com... O senhor acertou já, não é, Senador Rogério?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. *Fora do microfone.*) – Já acertei.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Essa audiência será terça-feira que vem – é preciso mandar os convites –, em conjunto.

ITEM 8

REQUERIMENTO Nº 25, de 2019

- Não terminativo -

Requer audiência pública para discussão das Reformas da Previdência e do Sistema de Proteção Social dos Militares.

Autoria: Senador Major Olimpio.

Em votação.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O 25 e o 26... O 27, aliás. E há mais um requerimento aqui....

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Dois requerimentos. Um é da Senadora Leila – ela estava aqui há pouco –, que é...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ah, tá.

É para a gente debater com o Governo o tratamento diferenciado na Organização Mundial do Comércio em troca do apoio americano para o ingresso do Brasil na OCDE.

Acho que é um debate que vamos ter... Vamos marcar uma data para fazer esse debate.

ITEM 11

REQUERIMENTO Nº 19, de 2019

- Não terminativo -

Requeiro a realização de audiência pública para debater com os setores produtivos o recente posicionamento do Governo Federal no sentido da concordância em abrir mão do tratamento especial e diferenciado no âmbito da OMC em troca do apoio americano para ingresso do Brasil na OCDE, vantagens e desvantagens envolvidas.

Autoria: Senadora Leila Barros.

Em votação.

debate que nós vamos ter. Vamos marcar uma data para fazer esse debate.

Em votação.

Aqueles que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

O último, do Senador Fernando Bezerra.

EXTRAPAUTA

ITEM 12

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO Nº 14, de 2019

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PLS 337/2015, que Acresce os incisos XVIII, XIX, XX ao Art. 20 da Lei nº 8036/90 – que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço para permitir a utilização da conta vinculada do trabalhador na quitação de débitos vinculados à imóveis de parentes de primeiro grau.

Autoria: Senador Fernando Bezerra Coelho.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:
1. Representante da Caixa Econômica Federal
2. Representante do Ministério da Economia
3. Representante do Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

Em votação.

Aqueles que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

O Requerimento nº 26 está prejudicado porque nós já aprovamos outro.

(É o seguinte o requerimento prejudicado:

EXTRAPAUTA

ITEM 13

REQUERIMENTO Nº 26, de 2019

- Não terminativo -

Debater a Proposta de Reforma da Previdência dos Militares, designada de Reestruturação do Sistema de Proteção Social das Forças Armadas.

Autoria: Senador Rogério Carvalho.)

Convocamos os Srs. Senadores para, na próxima terça-feira, uma reunião com audiência pública aqui, para falar sobre previdência dos militares.

(*Iniciada às 10 horas e 05 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 20 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 1ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE FEVEREIRO DE 2019, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às nove horas e trinta e cinco minutos do dia quatorze de fevereiro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência Eventual do Senador Luis Carlos Heinze, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Leila Barros, Nelsinho Trad, Mara Gabrilli, Jayme Campos, Styvenson Valentim, Irajá, Rogério Carvalho, Flávio Arns, Luiz do Carmo, Paulo Paim, Jorge Kajuru, Carlos Viana, Soraya Thronicke, Zequinha Marinho, Zenaide Maia, Rose de Freitas, Mailza Gomes e Marcos do Val. Deixam de comparecer os Senadores Humberto Costa, Juíza Selma, Weverton, Eliziane Gama, Renan Calheiros, Eduardo Gomes, Marcelo Castro, Maria do Carmo Alves e Otto Alencar. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Instalação e Eleição**. **Finalidade:** Instalação dos trabalhos e eleição da Presidência e Vice-Presidência da Comissão de Assuntos Sociais para o biênio 2019/2020. **Resultado:** Instalada a Comissão de Assuntos Sociais, foram eleitos por aclamação os Senadores Romário e Styvenson Valentim Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, para o Biênio 2019 – 2020. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e vinte minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Romário

Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/02/14

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura do Senado Federal.

A presente reunião destina-se à instalação dos trabalhos desta Comissão e à eleição de sua Presidência e Vice-Presidência para o biênio 2019/2020.

Foi registrada até o presente momento a seguinte chapa: para Presidente, Senador Romário; para Vice-Presidente, Senador Cap. Styvenson.

Tendo sido essa a única chapa apresentada até o momento, consulto o Plenário sobre a possibilidade de realizarmos a eleição por aclamação, a exemplo do ocorrido em outras Comissões. (*Pausa.*)

Senadora, deu certo?

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES. *Fora do microfone.*) – Eu não ouvi.

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Podemos fazer por aclamação?

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES. *Fora do microfone.*) – Podemos.

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Então, as Sras. e os Srs. Senadores que concordam com a presente chapa permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Declaro eleitos por aclamação o Senador Romário e o Senador Cap. Styvenson, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, da Comissão de Assuntos Sociais no biênio 2019/2020.

Convido os eleitos a ocuparem seus lugares à Mesa. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ. *Fora do microfone*.) – Muito obrigado a todos.

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Por favor, Senador.

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS. Pela ordem.) – Gostaria de parabenizar o Senador Romário e o Senador Styvenson por essas honrosas indicações dos Líderes desta Casa, cumprimentar todos os Senadores que fazem parte desta importante Comissão e me apresentar a vocês. Eu sou Nelsinho Trad, Senador pelo Mato Grosso do Sul, sou médico, urologista, com especialidade também em cirurgia-geral e saúde pública. Eu me formei no Rio de Janeiro, Senador Romário, na Universidade Gama Filho, onde fiz minha residência, represento a área da saúde do meu Estado, e gostaria de trazer a esta Casa essa representatividade.

Fui provocado pelo Vice-Presidente do Conselho Federal de Medicina, Dr. Mauro Ribeiro, que é do meu Estado, para debatermos oportunamente nesta Comissão – e na próxima reunião entrarei com um pedido de audiência pública sobre o assunto – a telemedicina, que é um mecanismo inovador, diferente, moderno, que, com certeza, dará a esta Casa uma visibilidade na sua discussão, até porque toda a classe médica do Brasil e toda a sociedade esperam por esse avanço.

Então, na próxima pauta, Sr. Presidente e Senador Styvenson, entraremos com um pedido de audiência pública para que a gente possa debater esse assunto nesta Comissão.

Parabéns! Que Deus abençoe o trabalho de vocês.

Podem contar com este Senador aqui.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito obrigado, Senador Nelsinho Trad, pelas palavras.

Quero dizer que é uma honra ter V. Exa. aqui também nesta Comissão. Fico mais feliz ainda em saber que a sua formação foi feita no meu Estado do Rio de Janeiro. Parabéns!

Bom dia a todos.

Muito obrigado a todos pela presença. Quero dizer que me sinto honrado e é com muito prazer que assumo a Presidência desta Comissão de Assuntos Sociais daqui do Senado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero fazer um agradecimento especial ao meu Vice-Presidente, Senador Capitão Styvenson, do meu Partido, e dizer que nós dois, Senador, vamos dar certo. Assim como deu a famosa dupla Romário e Bebeto, vai dar agora a dupla Romário e Styvenson. Tenho certeza de que a gente vai fazer aqui, na Presidência e na Vice-Presidência nesta Comissão, um grande trabalho, trabalho esse em que necessitamos da ajuda de todos, do empenho de todos. Sabemos que o Brasil vive um momento diferente de outrora. Hoje, temos mais da metade de Senadores de primeiro mandato, Senadores que chegam – inclusive, quero dar boas-vindas a todos que estão chegando pela primeira vez na Casa – com vontade – pelo que eu senti nesses dias de contatos, de primeiros contatos – realmente de mudar o Brasil. A gente definitivamente tem que entender, como já entendemos, que o Brasil de corrupção – desculpem-me a palavra –, de sacanagem, de mau-caratismo, esse Brasil vai ter que ficar para trás, a gente tem que pensar no Brasil diferente, no Brasil pelo qual nós, Senadores e Senadoras, temos a nossa responsabilidade nesta Casa.

Eu tenho certeza de que, através desta Comissão, vamos poder ajudar o nosso povo brasileiro, vamos poder principalmente melhorar a qualidade de vida do nosso povo. É o que nós temos por obrigação, fomos eleitos exatamente para isso, independentemente de Estado e de Partido, o objetivo aqui maior de todos nós, a partir deste momento nesta Casa do Senado, é fazer o melhor para o nosso povo. Eu tenho certeza de que juntos, trabalhando seriamente, dedicados e, principalmente, com muita honestidade, vamos conseguir.

Esta é uma comissão importante na área social. Eu particularmente milito já nos últimos 13 anos da minha vida na área das pessoas com deficiência e doenças raras. São segmentos da nossa sociedade, com certeza, esses temas passarão todos por aqui. A nossa saúde, que sabemos que, infelizmente, vive um momento cada vez pior. A precariedade que existe na saúde do Brasil é uma coisa impressionante. Nós temos hoje aqui, a partir de agora, uma oportunidade de melhorar esses temas.

Temos o tema importante sobre o povo indígena, que é um tema que tem sido muito colocado pelo nosso Governo. Nós temos essa responsabilidade de, com seriedade, debater esse tema do começo ao fim.

Enfim, essas são as minhas palavras, principalmente de agradecimento a todos Senadores e Senadoras que me aclamaram para este momento, para a posição de Presidente desta importante Comissão da Casa. Mais uma vez, muito obrigado.

Senador Styvenson, seja bem-vindo. Assim como outros, V. Exa. está chegando agora. Desejo boa sorte. No que depender da minha ajuda como novo companheiro e também como Presidente desta Comissão, pode contar comigo.

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIZ DO CARMO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO) – Bom dia, Sr. Presidente.

Sou o Senador Luiz do Carmo, de Goiás. É um prazer muito grande fazer parte desta Comissão. Existem temas muito relevantes para tratarmos aqui, um deles é a demência. Há muitos brasileiros com demência, e eu acho o Governo não está dando devida atenção à demência, vários tipos de demência. Então, eu quero, juntamente com os nossos companheiros, tratar de uma doença silenciosa, que poucos veem e que está realmente acometendo muitos brasileiros.

Então, eu quero fazer parte aqui desta Comissão e trabalhar para melhorar a vida dos brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, Senador. V. Exa. pode ter certeza de que esta Presidência dará uma atenção diferenciada a esse tipo de deficiência, de doença que nós temos no País. Muito obrigado pela presença de V. Exa. aqui nesta Comissão.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Sim, Vice-Presidente.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Vai falar? Vai falar?

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES. *Fora do microfone.*) – Não, eu quero ouvir V. Exa.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Ah, eu quero agradecer primeiro às mulheres, Senadoras aqui presentes, porque acho que esta Comissão fica mais uniforme com a presença feminina das novas Senadoras que vêm com essa ideia que o Romário, o nosso Presidente daqui da Comissão, já disse, dessa renovação, dessa busca da área social, não só para a área médica, mas para tudo o que for possível fazer dentro desta Comissão, porque é importante para a população, porque é importante para quem está lá fora, para realmente transformar a vida deles, de quem precisa, de quem está precisando de um medicamento, Romário, daquele medicamento bem caro, pessoas que têm doenças raras. Então, vamos trazer aqui, Nelsinho, essa discussão, essa telemedicina. Sobre se é bom ou se é ruim, a gente vai discutir. Então, estou grato por estar aqui ao seu lado. Essa dupla realmente... Vou ser seu zagueiro sempre, vou estar sempre na sua retaguarda.

Agradeço a todos os presentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E vamos fazer aquilo para o qual a população escolheu, o melhor para eles.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Senadora Rose de Freitas, com a palavra por favor.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Está tão protegida esta Comissão aqui, há dois atletas e dois Senadores brilhantes.

Primeiro, eu quero parabenizá-lo, Styvenson, pela sua estreia fantástica nesta Casa, poliativo, sempre disposto ao trabalho. E, junto com o Romário, que nós já conhecemos, esta Comissão vai ter a agilidade que teve quando da Presidência da Marta, mas são muitos projetos. Esta é uma das maiores e melhores Comissões da Casa.

Eu queria dar as boas-vindas – viu, Romário? –, estou à disposição, Senador Presidente nosso agora, para trabalhar. E, em face disso, saudando-o e me colocando à disposição, saúdo as minhas colegas e meus colegas; o Flávio querido; a Leila; o Flávio tenho o prazer enorme de encontrá-lo aqui e de estarmos na mesma Comissão; então, todos os que aqui estão.

Digo que temos uma pauta aqui... O meu assessor pegou a minha pauta... (*Risos.*)

Nós temos 14 projetos aqui nesta Comissão – alguns precisando de que sejam indicados os relatores – que estão dormindo aqui nesta Comissão há bastante tempo. Eu sei que esta Comissão numericamente é a que mais tem projetos, pela sua abrangência. E eu queria, eu queria... Pois não.

Eu queria solicitar de V. Exa. que fosse apreciado um projeto não-terminativo, se meus companheiros estiverem de acordo. Trata-se do Projeto 132, de 2018, sobre a questão das leis do trabalho e da dispensa coletiva.

Eu queria que fosse submetido aos meus colegas. Ele é não-terminativo, portanto, não há óbice, pode ser votado simbolicamente. Se todos acessarem o computador, vão conhecer o projeto que já tem inclusive parecer favorável.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Senadora, um minuto.

Eu vou designar a partir da próxima reunião já alguns Relatores para esse e outros projetos. Esse projeto especificamente é do Senador Paulo Rocha, que infelizmente não se encontra mais nesta Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Segundo a nossa Mesa, isso poderá ser feito a partir da próxima reunião. Gostaria que a senhora entendesse isso. Estou dando minha palavra a V. Exa. de que vamos colocá-lo na primeira pauta desta Comissão para ser discutido por todos Senadores e Senadoras.

Por favor.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Eu vou atender V. Exa., mas quero dizer o seguinte. É muito comum nesta Casa, e aconteceu ontem numa Comissão especial, aquela Comissão que nós brigamos por ela, em que eu fiz um requerimento de convocação do Presidente da Vale e imediatamente o chefe da Comissão induziu o meu assessor a tirar a convocação e colocar convite. Eu nunca vi uma coisa prevalecer sobre um requerimento que estava baseado no Regimento Interno.

O que eu quero dizer a V. Exa., porque conheço, participei da de Educação. Não há nesta Casa, em todos os lugares, existem alguns, o espírito de fazer as coisas acontecerem.

Hoje nós estamos iniciando as Comissões na metade de fevereiro. O que eu quero mostrar? Só cuidando da minha pauta, que hoje está em 14 projetos e mais 6 que estão entrando agora, se levarmos em conta a pauta de todos, nós teremos uma pauta já obstruída por excesso de trabalho no início.

Quando eu provoquei isso aqui, não sou estudante, não tenho que marcar posição, foi apenas porque ele estava em condição de ser votado e trata de uma matéria que foi amplamente discutida e que pode ser acessada pelos Senadores.

Atendo V. Exa., não entendendo uma questão apenas. Nós estamos aqui para dar posse e trabalhar. E sei que esse vai ser o ritmo que V. Exa. vai impor. Se for pelo ritmo normal que os assessores da Mesa colocam, nós acabamos votando dois projetos por dia, e só Deus sabe quando.

Por isso fica aqui a observação. Estou à disposição. Vou trabalhar junto, mas eu não aprendi a andar devagar. Desculpe-me.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, Senadora. V. Exa. me conhece um pouco, eu fui Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte desta Casa, e nesses dois anos que assumi esta Comissão, nós batemos o recorde de projetos analisados, avaliados.

Enfim, V. Exa. pode ter a certeza de que aqui a gente vai dar prioridade a todos os projetos, não só aos de V. Exa., como também aos de todos os Senadores e Senadoras desta Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É claro que a Secretaria tem uma importância muito grande para ajudar a Presidência, mas, como não poderia ser diferente, o regime aqui é o presidencialismo, e aqui quem manda é o Presidente, aqui quem vai mandar sou eu, pode ter certeza.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Quero acrescentar apenas um pedido a mais, para que fique registrado na assessoria, obviamente.

Há três projetos de 2017 que estão aguardando um relator. E, como V. Exa. é ativo, vou solicitar que o... Não vou conseguir ler, mas são três projetos de minha autoria que aguardam um relator desde 2017, desde o início de 2017.

Então, tenho a certeza de que o Presidente não vai ter dificuldade em despachar isso.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Com a palavra o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senador Romário, Senador Styvenson, eu estava despachando no meu escritório, que fica no Cafezinho, naquela mesa que fica bem no canto, como todo mundo já sabe, pois é tradicional, e vim correndo aqui porque eu não queria perder essa votação. Pelo menos está no painel que eu acompanho a posição aqui unânime da votação dos senhores.

Quero dizer, Senador Romário, que tive uma experiência muito boa no trabalho com V. Exa., como V. Exa. sabe, nos últimos quatro anos. Então, não tive problema algum em dar um depoimento na última disputa de que V. Exa. participou, bem como V. Exa. deu um depoimento para mim, mesmo sendo de partido diferente. V. Exa. mostrou que não é só campeão do mundo – sempre repito isso –, mas que é campeão também na forma de atuar aqui, no Parlamento.

Fico muito feliz, porque esta é a Comissão de Assuntos Sociais. V. Exa. e o Cap. Styvenson... Nós nos falamos, antes de ele chegar aqui, pelo WhatsApp. Ele me perguntou: "E aí, Paim? Como é que é? Pediram-me que eu falasse com você". Isso mostra essa liberdade suprapartidária. Fiquei feliz, porque o colega já vai para a Comissão de Direitos Humanos; o Flávio Arns também vai para lá. Com o meu comandante aqui nós conversamos ontem.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Eu também continuarei lá.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O Nelson Trad... Fui Parlamentar junto com o pai dele, que foi um grande Parlamentar, um grande Parlamentar!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta aqui também foi Constituinte comigo. Aqui, ontem, a Senadora me empossou e poderia ter destacado qualquer um. Ontem, ela me deu a posse na Comissão de Direitos Humanos.

Eu não quero falar muito. Só quero dizer que fiquei muito feliz com os senhores dois.

Aqui, falo com o coração, porque esta é a Comissão de Assuntos Sociais. Quero, inclusive, fazer muita parceria entre esta Comissão e a Comissão de Direitos Humanos, com audiências e debates. A previdência vai ter de ser discutida! Nós vamos discutir. Ninguém é contra discutir a previdência. Nós vamos discutir juntos, se os senhores e as Comissões assim entenderem, na Comissão de Direitos Humanos e na Comissão de Assuntos Sociais, alguns temas, como esse tema da previdência.

Eu só vim aqui para bater palmas para os senhores. Permitam-me pedir palmas para esses dois, porque eles merecem. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito obrigado, Senador Paulo Paim. Mais uma vez, é uma honra contar com V. Exa. aqui, nesta Comissão. A nossa parceria, desde o que dia em que cheguei aqui até hoje, deu mais do que certo. Tenho a certeza de que, daqui para frente, a tendência é melhorar cada vez mais. Hoje, V. Exa., como Presidente da CDH, e eu aqui, como Presidente da CAS, temos muitas coisas em comum no nosso mandato, principalmente no que se relaciona a pessoas com deficiência e com doenças raras. Então, boa sorte para todos nós! Vamos ter dois anos de muita luta e de muito trabalho nessas Comissões. Pode contar aqui com o Presidente da CAS.

Muito obrigado.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Com a palavra o Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Eu quero, da minha parte...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Sou seu fã. (*Risos.*)

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Tudo bem, não é?

Quero cumprimentar V. Exa. como Presidente e, como Vice-Presidente, o Cap. Styvenson. Que alegria! Já conversamos, nos encontramos diversas vezes. Que V. Exas. realmente possam liderar o trabalho com todos os Senadores e Senadoras daqui da Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu digo que é uma Comissão das mais importantes, porque trata da saúde, da assistência, do trabalho, da previdência. São temas, como o Senador Paulo Paim colocou, relacionados a direitos humanos, e isso é fundamental, debater isso é uma necessidade para o Brasil.

Permitam-me até tornar público um comentário que fiz em relação ao nosso Presidente. Eu disse que ele deveria, em meio ano, colocar-se em forma para voltar para a Seleção do Brasil também! (*Risos.*)

Ainda daria muito *show* na nossa Seleção, que está precisando de um Romário também, não é verdade?

Que bom que estamos aqui, e com temas que são comuns a nós. V. Exa. sempre destaca, de uma maneira muito apropriada, o trabalho com a pessoa com deficiência, e eu quero dizer que também, da minha parte, até como pai também, queremos que essa área seja uma área em que os direitos sejam realizados. Ninguém quer pena, compaixão, mas quer que as pessoas com deficiência, e toda a população, tenham acesso à saúde, à previdência, à assistência, ao trabalho – estou aqui ao lado da Senadora Leila –, também acesso à educação, à cultura, ao esporte, enfim, que os direitos humanos sejam realizados.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Permita-me, Flávio: campeã do mundo também!

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Campeã do mundo, sim! Campeã do mundo, mas ontem ela disse, lá na Comissão de Cultura e Esporte, uma verdade sobre a qual a gente tem de pensar: poucos chegam à condição de campeões de mundo...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – É verdade.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – ... como o Romário e a Leila. (*Palmas.*)

Mas o que nós temos de fazer é permitir que toda população pratique esporte, porque isso faz bem para a saúde, para o desenvolvimento, para a área social e, se todo mundo praticar esporte, a gente vai identificar aquelas pessoas que realmente têm talento especial nas diversas modalidades esportivas. Isto é fundamental: o esporte escolar, comunitário ou social.

Mas quero me colocar à disposição, quero ajudar, quero ser parceiro em todos os sentidos, quero colaborar. Deixo muito claro isto: estamos juntos nisso. Eu até apresento um requerimento, para ser apreciado na próxima reunião, no sentido de que aqui, na Comissão de Assuntos Sociais, possamos criar uma subcomissão permanente dos assuntos sociais da pessoa com deficiência, para que tenhamos um foco na saúde, na previdência, na assistência e no trabalho para essa parcela da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

população, de todas as áreas de deficiência. Quero entregar à Mesa e, no momento oportuno, que o requerimento possa ser votado.

Parabéns para todos nós. Que a gente sinalize para a sociedade que a Comissão está aberta para a ampla participação de todos os setores da sociedade. Queremos, juntos, como nosso Presidente falou, nosso Vice-Presidente também, construir um Brasil melhor.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, Senador! Muito obrigado pelas palavras.

Quero lhe dizer que ter V. Exa. nesta Comissão é uma honra, é um prazer. Sou fã mesmo de carteirinha, já de muitos anos. Inclusive, bem antes de entrar na política, sempre acompanhei os feitos de V. Exa. e do meu hoje amigo Paulo Paim em defesa do trabalhador, dos que mais necessitam. E principalmente essa defesa que vocês fazem, no dia a dia, das pessoas com deficiência e com doenças raras.

V. Exa. pode ter certeza de que vamos caminhar juntos pelo caminho certo, vamos trabalhar muito e com certeza vamos ajudar diretamente a melhorar a qualidade de vida dessas pessoas que mais necessitam.

Muito obrigado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senador Romário, só por um lapso meu, permita-me...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Fique à vontade.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Os novos estão chegando e vêm com muito pique. Eu estou aqui para trabalhar junto. Como dizia o outro, o mundo cabe num abraço, nas grandes causas. Eu quero somente citar o nome da querida Mailza – eu não tinha o seu nome decorado ainda – que me deu posse, e também do Zequinha Marinho, que eu não citei e já esteve no Plenário dialogando com a gente. Só isso.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Obrigado, Senador.

Senador Zequinha Marinho com a palavra, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Presidente, Senador Romário; Senador Styvenson, caros colegas aqui, Senadoras e Senadores.

Eu sou do Estado do Pará, da Região Norte, e com muita honra estamos integrando esta Casa. Hoje é uma alegria muito grande poder participar também aqui desta Comissão, na condição de suplente. Estamos correndo por outras também. Digo que queremos somar para que a Comissão cumpra sua missão e possamos contribuir com o Brasil.

Desejamos a V. Exa., ao Vice-Presidente e a todos os colegas aqui um ano produtivo, de trabalhos, que possamos corresponder à expectativa não só do eleitor do nosso Estado, mas, acima de tudo, do Brasil como um todo. Então, contem conosco. Queremos ser úteis. E eu quero ver... Sei que um é do futebol e outra é do vôlei, mas queremos assistir, se Deus quiser, a grandes passes de craques, de campeões, nesta Comissão, em favor do Brasil, com uma legislação afinada com aquilo que quer e que pensa a sociedade brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Obrigado, Senador Zequinha Marinho, pelas palavras. Pode ter certeza de que tudo isso que nós – posso até falar pela Leila, agora – conseguimos dentro do nosso esporte, traremos aqui para a política, para esta Comissão, com o objetivo sempre de ajudar o nosso País, que é o nosso dever.

Senadora Leila, com a palavra, por favor.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Bom dia, Sr. Presidente, Senador Romário.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Bom dia.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Senador Styvenson; minhas companheiras, Senadoras aqui presentes; Senadores. Enfim, a imprensa.

Primeiro, é um prazer conviver com pessoas, estar aprendendo tanto com o Senador Flávio Arns. Ontem, na Comissão, Senador, eu comentei a respeito de que poucos chegam ao nível que nós chegamos, mas entendendo que muitos ficaram e aprenderam muito com os valores esportivos, tornaram-se grandes cidadãos, pais de família, grandes profissionais, porque nós dois entendemos o que o esporte, além do alto rendimento, pode promover, que é cidadania, formação de valores. Então, hoje eu estou ao seu lado nesta Comissão, o que me honra muito.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Você é representante do futebol e eu do vôlei. Fomos de esportes coletivos, mas ainda entendemos a força do coletivo, a comunhão de ideias, de vontades, de forças, para que a gente faça o melhor pelos nossos jovens, pelas nossas crianças, pelas pessoas com deficiência, enfim, pela população de um modo geral.

Então, quero desejar aos dois que estão à frente, principalmente ao senhor, Senador, muita força, disposição, que eu sei que não lhe falta, para o comando desta Comissão, e dizer que pode contar comigo. O esporte, a educação e a cultura são pilares de formação de uma juventude saudável, de uma população saudável, de mente sã, e nós estamos precisando demais trabalhar essas políticas de uma forma efetiva na nossa sociedade. Nós não podemos excluir, tirar força, tirar recursos de educação, não entender a força do esporte e da cultura na formação dos nossos jovens, das nossas crianças, e simplesmente não aproveitarmos estes momentos para esses debates, para lutarmos por essas políticas que são fundamentais para eles.

É isso que eu queria ressaltar aqui, deixar bem claro. Como eu falei lá na Comissão de Educação, eu estou com sangue nos olhos para poder ajudar realmente o País e esta Comissão a de fato entregar políticas consistentes que vão ajudar a nossa população, as nossas crianças e os nossos jovens. Estou focada demais nisso, no futuro do nosso País, no que esta Legislatura vai entregar, daqui a quatro e oito anos, no que vamos entregar efetivamente para esses jovens e para essas crianças.

Obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, Senadora. Obrigado pelas palavras.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Só me desculpem, que eu falo alto. Eu vou melhorar, gente. Eu sou superempolgada!

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Isso é bom, isso é bom. Ser campeão do mundo, como V. Exa. mesma colocou, não é nada fácil. Não significa que aqueles que não foram também não têm seus valores, como V. Exa. mesma colocou. Em relação ao trabalho desta Comissão, eu conto muito com a sua ajuda, conto muito com a sua determinação. Como V. Exa. mesma colocou, esse sangue nos olhos terá uma importância muito grande nos trabalhos desta Comissão. Eu tenho certeza de que, com esse pensamento de todos em prol da população brasileira, principalmente da melhora da qualidade de vida do povo brasileiro, vai dar certo e a gente vai fazer aqui, com certeza, um grande trabalho.

Senadora...

A SRA. MAILZA GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - AC) – Mailza Gomes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Mailza.

A SRA. MAILZA GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - AC) – Bom dia a todos! Também quero cumprimentar o Presidente, Senador Romário, e o Vice-Presidente, Senador Styvenson Valentim, e parabenizá-los por esta missão que vocês recebem agora, e também por contribuir com esta Comissão que vai tratar de assuntos relevantes, importantíssimos, para transformação do nosso País.

Eu quero fazer um pedido também para termos atenção especial a uma lei de 2016, que é o Marco Legal da Primeira Infância. Ontem participei de um debate, um encontro na Câmara Federal, e notamos a importância que tem desenvolver essa cultura de colaboração, valorização da criança. Esse é o meu pedido. Quero contribuir e desejar boa sorte a todos. Que venhamos a fazer um bom trabalho para o nosso Brasil.

Obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Parabéns, Senadora Mailza Gomes. Seja bem-vinda! Tenho certeza de que a presença de V. Exa. nesta Comissão vai engrandecer bastante. Pode contar com este Presidente, principalmente nessa área social, das pessoas com deficiência e com doenças raras, área essa em que eu milito já há muitos anos da minha vida.

Senadora Zenaide Maia, com a palavra, por favor.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Bom dia a todos! Quero cumprimentar aqui o Senador Romário, Presidente, e o Senador Styvenson Valentim, do meu Estado do Rio Grande do Norte, e dizer a todos os colegas aqui da minha alegria de poder participar desta Comissão. Na Câmara eu era da Comissão de Seguridade Social e Família, e os temas que vão ser abordados eu sempre... Também era Vice-Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, e quero dizer que estou feliz por estar aqui e que vou ajudar nisso aqui no possível.

Aqui eu estou vendo que há atletas, há tudo. Eu sou médica de formação, e é bom que a gente tenha todos. Eu digo que eu considero esta Comissão de uma importância fundamental. Aqui é onde a gente fala sobre a saúde da população, onde se fala do social, da família. É um prazer estar aqui.

Parabéns, Romário! Parabéns, Styvenson! Parabéns a V. Exas. Eu estou aqui para dar o apoio necessário.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito obrigado, Senadora! Da minha parte, pode ter certeza de que nós vamos fazer o máximo para que possamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

realmente dar uma outra cara a esta Comissão. Não que os presidentes anteriores não foram capazes; pelo contrário, fizeram grandes trabalhos aqui nesta Presidência. Mas como temos hoje no Senado a maioria dos Senadores novos, eu tenho certeza de que essa mentalidade de ajudar e de trabalhar sério, e muito, será importante para os trabalhos desta Casa.

Senador Cap. Styvenson, por favor, com a palavra.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Presidente, é só para lembrar. Foi dito aqui do esporte, foi dito da criança, dos portadores de necessidades especiais. Só para lembrar do que foi dito aqui, parte da medicina, parte das necessidades especiais, parte das crianças, mas a gente não pode esquecer também de uma população que vai ser pauta agora da previdência, os idosos. Vamos nos lembrar deles. Estamos envelhecendo, e vamos envelhecer com qualidade de vida. Vamos dar qualidade de vida de que realmente precisam. Então, é só para deixar registrado aqui que também essas pessoas não vão ficar esquecidas, não, como já estão esquecidas lá fora.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem colocado, Senador. Pode ter certeza de que essa é uma pauta de grande relevância nesses próximos anos. Aqui nesta Casa, nesta Comissão, principalmente, nós levaremos muito a sério esse tema, e haverá aqui muitos debates importantes sobre a previdência. Automaticamente, a gente está falando dos idosos. Então, a gente tem que ter um carinho e um respeito muito grandes. Por parte desta Presidência, com certeza isso não faltará.

Agora, passo a palavra à nossa querida e maravilhosa Senadora Mara Gabrilli. Por favor, amiga.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Presidente, que honra! É uma honra para mim.

Tudo bem, Senador?

Quero cumprimentar todos os Senadores, o Senador Paulo Paim, que, junto com o Senador Romário, junto com o Senador Flávio Arns, foram os construtores da Lei Brasileira de Inclusão, do Estatuto da Pessoa com Deficiência. Então, faz-me muito gosto tê-lo como Presidente desta Comissão.

Quero dizer, Presidente Romário – você também, Zenaide! –, que nós estamos vindo de uma Comissão lá na Câmara, que é uma Comissão praticamente nova, que foi criada na última Legislatura, que era a Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Eu já sei que o Senador Flávio Arns está propondo que a gente tenha uma subcomissão.

Também faço a proposta para que a gente tenha a Subcomissão de Doenças Raras, que é outro tema que está muito em pauta, porque embora há muito que a gente tenha mais de 15 milhões de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

brasileiros com doenças raras, a gente está em um momento em que a tecnologia está trazendo novas tecnologias e novos medicamentos. Então, acho que a gente tem que trabalhar de muito perto a incorporação desses novos medicamentos, que são medicamentos que vêm salvando vidas.

Queria também propor à Comissão... No ano passado eu participei de uma eleição internacional, aquela eleição no Comitê da ONU, e eu fui eleita para exercer um mandato que começa neste ano. Então, é a primeira vez que o Brasil tem assento no comitê que monitora a Convenção da ONU sobre Direitos das Pessoas com Deficiência. Eu queria propor que a gente tivesse, nesta Comissão, uma ligação muito direta com o Comitê, porque a partir de então eu passei a ser uma perita da ONU. Vou relatar países e fazer recomendações sobre inclusão da pessoa com deficiência e acessibilidade. Então, a gente poderia trabalhar de uma forma bem uníssona para conquistarmos juntos isso, porque é uma vaga do Brasil. Eu represento o nosso País lá. Não é à toa que eu estou lá. Eu estou lá muito por conta da nossa Lei Brasileira de Inclusão, por ela ser a Convenção da ONU regulamentada. O Senador Romário participou disso, muitos aqui participaram disso, e venho com essa proposta de a gente construir também isso junto.

Como falou o Senador Styvenson, por conta da reforma da previdência, acho que não só a gente tem que falar muito sobre idosos, porque daqui a pouco os idosos serão 24% da população, mas principalmente aqueles que vivem em uma situação mais vulnerável. Eu acho que é muito o nosso papel aqui, porque é um público brasileiro de que, se a gente tirar o pouco que eles têm hoje, mais tarde vai ficar muito caro para o País, bem mais caro. Então, temos que estar vigilantes com relação a isso, com o público que a gente trabalha.

Então, queria agradecer. Estou muito feliz de participar desta Comissão e feliz com o senhor de Presidente, Senador Romário. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito obrigado, Senadora Mara, pelas palavras. Sinto-me muito honrado de mais uma vez poder participar de uma comissão com V. Exa., uma guerreira em todos os sentidos. Como V. Exa. mesma colocou, aqui nesta Comissão estão reunidas quatro pessoas que tanto iniciaram quanto terminaram a LBI, no caso: Senador Paim, Senador Flávio Arns, V. Exa. e eu. E eu posso afirmar a todos os segmentos das pessoas com deficiência e doenças raras que, junto com essas novas Senadoras e Senadores que aqui estão chegando, essas pessoas terão uma atenção especial, uma atenção diferenciada através desta Comissão.

E quero comunicar a V. Exa., Senadora Mara Gabrilli, que aqui na CAS já tinha sido aberta uma Subcomissão Especial sobre Doenças Raras, da qual eu fazia parte e que era presidida pelo antigo Senador, ex-Senador Waldemir Moka. E essa Subcomissão continuará. Falaremos dela já a partir da próxima reunião, mas com certeza, se depender do meu voto, V. Exa. já será Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – E quero dizer que é uma honra estar participando de novo de temas importantes, relevantes que V. Exa. sempre coloca nesses anos de mandato na política. E vamos ter, sim, uma relação muito direta com esse comitê da ONU de que V. Exa. faz parte. E a relação que nós temos que ter é direta com esse comitê e eu posso afirmar que a gente terá. E, junto dessa parceria, surgirão grandes projetos, grandes ideias e trabalhos importantes e interessantes para esses segmentos do nosso País e do mundo de modo geral.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Obrigada, Senadora Rose.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Agora dou a palavra ao Senador Irajá.

Senador, por favor.

O SR. IRAJÁ (PSD - TO) – Bom dia, Presidente. Bom dia, Senadores e Senadoras.

É apenas para registrar a minha alegria de poder estar participando desta Comissão, uma Comissão extremamente importante, que vai debater temas relevantes nacionais, temas também locais em cada um dos seus respectivos Estados, e sob a liderança do Senador Romário, por quem eu pessoalmente tenho admiração, um grande respeito, e com tive o privilégio de poder estar na Câmara dos Deputados entre 2011 e 2014.

Quero também aproveitar para parabenizar o meu colega Styvenson. Parabéns pela eleição na Vice-Presidência. Junto com o Romário, vão conduzir com muita maestria nossa Comissão. É um privilégio estar dividindo essa responsabilidade com você.

E quero também externar o meu entusiasmo com relação a alguns assuntos que nós iremos certamente debater na Comissão: as relações trabalhistas, o equilíbrio entre essas relações trabalhistas, que são superimportantes em todo País – nós precisamos ser guardiões dessa tarefa e desse dever –; o tema da previdência, que certamente também será amplamente debatido aqui nesta Casa, o que todos nós estamos aguardando de forma ansiosa; e outros temas também relevantes.

Portanto, eu queria apenas agradecer a oportunidade, desejar muita sorte, sucesso ao Romário, ao Styvenson e muita sabedoria na condução dos trabalhos.

Obrigado, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito obrigado, Senador Irajá.

Parabéns por ser o Senador mais jovem da história deste Senado. Contamos muito com a sua juventude, sua disposição e sua maneira séria de trabalhar. Temos uma relação já de amizade fora daqui do Senado. E, no que depender desta Presidência, pode contar conosco, porque estaremos juntos para fazermos o melhor possível para o nosso País.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senador, permite-me só uma palavra?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só uma palavra, porque não quero falar demais.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – V. Exa. pode falar sempre!

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não... Eu só quero dizer uma frase que eu aprendi lá no interior de Caxias do Sul, nas colônias, onde eu passava minhas férias com os meninos e meninas que me levavam, porque na cidade eu não tinha, meus pais não tinham colônia. Eu queria só dizer que "a maçã não cai longe do pé". O Irajá é filho da brilhante – vocês todos que são novos vão ver –, da brilhante Senadora Kátia Abreu. Só isso.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Exatamente isso.

Não havendo mais nada a discutir e a tratar, declaro encerrada esta reunião.

Voltaremos... (*Pausa.*)

Já anuncio a próxima reunião deliberativa para quarta-feira da semana que vem às 9h.

Muito obrigado pela presença de todos.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Presidente, quero só atentar para o detalhe de não marcar no mesmo horário das outras Comissões, porque nós trabalhamos aqui hoje, mas outras Comissão ainda não conseguiram a instalação completa, porque falta eleição do Vice-Presidente...

Você está em quantas?

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Oito. Veja se não há outras no mesmo horário, porque gostaríamos de participar delas.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – A princípio fica marcado às 9h, mas qualquer coisa a gente pode passar para o gabinete de V. Exa. alguma mudança. Até amanhã, no caso, vocês receberão exatamente o horário, está bom?

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Está certo. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito obrigado a todos pela presença.

(*Iniciada às 9 horas e 35 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 20 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 2ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE FEVEREIRO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às nove horas e onze minutos do dia vinte de fevereiro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Romário, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Leila Barros, Nelsinho Trad, Jayme Campos, Eduardo Gomes, Styvenson Valentim, Rogério Carvalho, Weverton, Otto Alencar, Flávio Arns, Juíza Selma, Luiz do Carmo, Luis Carlos Heinze, Paulo Paim, Jorge Kajuru, Soraya Thronicke, Mecias de Jesus, Zenaide Maia, Eduardo Girão, Chico Rodrigues, Fabiano Contarato, Rose de Freitas, Mailza Gomes, Marcos do Val, Izalci Lucas, Major Olimpio, Jean Paul Prates, Sérgio Petecão, Arolde de Oliveira, Telmário Mota, Dário Berger, Paulo Rocha, Wellington Fagundes e Angelo Coronel. Deixam de comparecer os Senadores Humberto Costa, Mara Gabrilli, Eliziane Gama, Renan Calheiros, Marcelo Castro, Maria do Carmo Alves e Irajá. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Após a aprovação da ata, a presidência procedeu à leitura de comunicados. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei do Senado n° 439, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Institui o Marco Regulatório Nacional do Acolhimento de Crianças e Adolescentes." **Autoria:** Senadora Marta Suplicy. **Relatoria:** Senador Humberto Costa. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Retirado de Pauta a pedido do Relator para reexame do Relatório. **ITEM 2 - Projeto de Lei do Senado n° 314, de 2015 - Terminativo -** que: "Altera o artigo 71 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto Lei nº 5.452, de 1º de Maio de 1943 e a Lei nº 12.587, de 03 de janeiro de 2012, para dispor sobre a redução e/ou fracionamento de intervalo intrajornada e dá outras providências." **Autoria:** Senador Acir Gurgacz. **Relatoria:** Senadora Rose de Freitas. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Retirado de Pauta a pedido da Relatora para reexame do Relatório. **ITEM 3 - Projeto de Lei do Senado n° 498, de 2017 - Terminativo -** que: "Altera o artigo 235-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, de 1º de maio de 1943, que aprova a Consolidação das Leis do Trabalho, e dá outras providências." **Autoria:** Senador Acir Gurgacz. **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e da Emenda que apresenta. **Resultado:** Lido o Relatório, a Presidência concede Vista Coletiva ao Projeto nos termos regimentais. **ITEM 4 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 1, de 2019** que: "REQUEIRO, nos termos dos artigos nos. 73 e 89, IV, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), que seja criada no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), a Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência (CASPCD), composta por cinco membros titulares e igual número de suplentes, destinada à discussão colegiada de temas, problemáticas e questões nacionais afetas às pessoas com deficiência, em todas as suas abrangências e contextos, inclusive com o intuito de se aperfeiçoar o marco legal da área." **Autoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 5 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 2, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

73 do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de Subcomissão Temporária, composta de 5 (cinco) membros titulares e igual número de suplentes, destinada a propor iniciativas para promoção e defesa dos direitos e da inclusão de pessoas com Doenças Raras, bem como o devido aprimoramento na legislação específica." **Autoria:** Senadora Mara Gabrilli e outros. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Subscrito pelo Senador Nelsinho Trad. **ITEM 6 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 3, de 2019** que: "Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos aprovação do evento destinado a comemorar e sensibilizar o público quanto ao dia internacional de Síndrome de Down. O evento ocorrerá na semana de 18 a 22 de março, sendo que o momento principal do referido evento, ocorrerá no dia 21 de março, no Senado Federal." **Autoria:** Senador Romário. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 7 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 5, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a Política de Saúde dos povos indígenas e discutir a proposta de municipalização do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. Representante da Secretaria Especial de Saúde Indígena - SESAI. 2. Representante do Fórum de Presidentes de Conselhos Distritais de Saúde Indígena - FPCONDISI. 3. Representante da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira - COIAB. 4. Representante da Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo - APOINME. 5. Representante do Conselho Indigenista Missionário - CIMI." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Excluído da lista de convidados o Representante do Ministério da Saúde. **ITEM 8 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 7, de 2019** que: "Requeiro, nos termos regimentais, que seja convidado o Ministro de Estado da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, para que compareça à Comissão de Assuntos Sociais, a fim de prestar informações sobre a Nota Técnica divulgada pelo Ministério da Saúde que versa sobre mudanças no atendimento à saúde mental no Brasil. O Ministro deverá prestar informações que esclareçam as seguintes questões: a) Inclusão dos hospitais psiquiátricos nas Redes de Atenção Psicossocial (Raps); b) Financiamento para compra de aparelhos de eletroconvulsoterapia, mais conhecidos como eletrochoques; c) Possibilidade de internação de crianças e adolescentes; d) Abstinência como uma das opções da política de atenção às drogas." **Autoria:** Senador Jorge Kajuru e outros. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Subscrito pelo Senador Rogério Carvalho. **ITEM 9 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 8, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo senhor presidente do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Renato Rodrigues Vieira, informações sobre o montante atualizado das dívidas consolidadas junto ao INSS pelos 500 maiores devedores da previdência. Nesses termos, requisita-se: 1. Relação integral atualizada da dívida previdenciária dos 500 maiores devedores, discriminando CNPJ, razão social e montante atualizado; 2. Relação atualizada da dívida previdenciária livre e desimpedida de constrição judicial dos 500 maiores devedores da previdência; 3. Especificar o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

montante devido da parte empregadora e da referente aos empregados." **Autoria:** Senador Nelsinho Trad e outros. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Adição do tópico 3 pelo Senador Luiz do Carmo: Especificar o montante devido da parte empregadora e da referente aos empregados. Subscrito pelo Senador Luiz do Carmo. **ITEM 10 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 9, de 2019** que: "Requeiro, nos termos regimentais, no âmbito desta Comissão de Assuntos Sociais (CAS) a realização de Audiência Pública para debater o uso da telemedicina como forma de prestação de serviços médicos mediados por tecnologias. Para tanto sugiro que sejam convidados: - Representante do Ministério da Saúde; - Representante do Conselho Federal de Medicina; - Representante da Associação Médica Brasileira; - Representante da Associação Nacional de Hospitais Privados; - Presidente da Federação Brasileira de Hospitais, Sr. Luiz Aramicy Pinto; - Representante da Confederação das Santas Casas." **Autoria:** Senador Nelsinho Trad. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 11 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 10, de 2019** que: "Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a realização de audiência pública, nesta Comissão, para debater a reforma previdência, com a presença do seguinte convidado: - Rogério Marinho, Secretário Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia." **Autoria:** Senador Paulo Paim. **Resultado:** Aprovado. **Observação:** - Definição do convidado. **ITEM EXTRAPAUTA 12 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 11, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, inciso II da Constituição Federal e dos arts. 90, inciso II e 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) para debater sobre denúncias de uso de doping nos treinamentos e competições de fisiculturismo, no Brasil. Para tanto, sugiro que sejam convidados representantes dos órgãos e entidades relacionados a seguir: – Presidente da Confederação Brasileira de Musculação, Fisiculturismo e Fitness; Maurício de Arruda Campos – Presidente do Tribunal Antidopagem – Ministério do Esporte; Dra. Tatiana Mesquita – Representante no Brasil da Federação Internacional de Fisiculturismo; Alexandre Bortolato - Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem (ABCD) – Ministério do Esporte; - Dr. Eduardo De Rose – referência brasileira no exterior no combate ao uso de doping; - Um atleta de fisiculturismo; a ser indicado pela Confederação de Fisiculturismo; - Savaget Promoções, Congressos e Eventos Ltda." **Autoria:** Senador Romário. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 13 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 13, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 216 (combinado com o art. 50 CF), do Regimento Interno do Senado Federal, que seja encaminhado requerimento de informações ao Ministério da Saúde, para fornecer dados sobre as políticas públicas adotadas com relação aos hospitais, santas casas e hospitais filantrópicos, especificamente com relação à liberação de recursos. O objetivo é obter dados sobre os limites financeiros disponíveis para a Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar (MAC), que incluem os incentivos de custeio que são transferidos de forma regular e automática aos fundos de saúde dos estados, DF e municípios. E que o Ministro apresente a Política que será implementada pelo Ministério da Saúde na sua gestão nas diversas áreas." **Autoria:** Comissão de Assuntos Sociais (CAS). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Adição de Informação solicitada. - Requerimento de iniciativa dos Senadores Rose de Freitas e Rogério

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Carvalho, aprovado por unanimidade pela Comissão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Romário

Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/02/20

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciar os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A presente reunião está destinada à deliberação do item 1, não terminativo; item 2, terminativo; e requerimentos, conforme pauta previamente divulgada.

Há expediente sobre a mesa, que passo a ler.

Esta Comissão comunica o recebimento das seguintes manifestações: moções de apoio às reivindicações de funcionários dos Correios para que as matérias legislativas que envolvam o Postalis e seus planos possam ter a atenção e o comprometimento das estruturas políticas federais, visando mitigar os impactos sofridos pelos aposentados e aposentáveis da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos oriunda das Câmaras dos seguintes Municípios do Estado de São Paulo: Lutécia, Pirassununga, Taubaté, Américo Brasiliense.

Conforme instrução normativa da Secretaria-Geral da Mesa, o referido documento ficará à disposição na Secretaria desta Comissão e na página da Comissão da internet, pelo período de 15 dias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta Presidência comunica o recebimento do Aviso 164, de 2018, do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia do Acórdão 12.162, de 2018, ao apreciar os autos de acompanhamento realizados sobre a concessão, a manutenção e o pagamento de benefícios assistenciais no âmbito da Secretaria Nacional de Renda de Cidadania, da Secretaria Nacional de Assistência Social e do Instituto Nacional do Seguridade Social junto ao então Ministério do Desenvolvimento Social.

Conforme instrução normativa da Secretaria-Geral da Mesa, o referido documento ficará à disposição na Secretaria desta Comissão e na página da Comissão da internet, pelo período de 15 dias.

Esta Presidência comunica o recebimento do Aviso 800, de 2018, do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia do Acórdão nº 2.860, de 2018, sobre os autos de auditoria realizada na Superintendência Nacional de Previdência Complementar, na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos e no Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos, com vistas a apurar a ocorrência de prejuízos nos fundos de investimentos dos quais o Postalis participa.

Conforme instrução normativa da Secretaria-Geral da Mesa, o referido documento ficará à disposição na Secretaria desta Comissão e na página da Comissão da internet, pelo período de 15 dias.

Esta Presidência comunica o recebimento do Aviso nº 38, de 2019, do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia do Acórdão 2.901, de 2018, sobre os autos de relatório de auditoria com o objetivo de avaliar a eficácia e a efetividade das políticas públicas federais de inclusão produtiva, urbana e rural, voltadas à população pobre, com destaque para os aspectos de articulação e focalização.

Conforme instrução normativa da Secretaria-Geral da Mesa, o referido documento ficará à disposição na Secretaria desta Comissão e na página da Comissão da internet, pelo período de 15 dias. (*Pausa.*)

Como os autores de requerimentos já se encontram presentes, farei a leitura dos três requerimentos, e esperaremos aqui a presença de quórum para serem colocados em votação.

ITEM 4

REQUERIMENTO Nº 1, de 2019

- Não terminativo -

REQUEIRO, nos termos dos artigos nos. 73 e 89, IV, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), que seja criada no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), a Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência (CASPCD), composta por cinco membros titulares e igual número de suplentes, destinada à discussão colegiada de temas, problemáticas e questões nacionais afetas às

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pessoas com deficiência, em todas as suas abrangências e contextos, inclusive com o intuito de se aperfeiçoar o marco legal da área.

Autoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Pronto para deliberação

Concedo a palavra ao autor do requerimento, para encaminhar.

Por favor, Senador.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR. Para encaminhar.) – Agradeço, Sr. Presidente. É um requerimento, eu diria, muito importante. A questão da deficiência abrange, assim, um contingente enorme da população. Pelo menos mundialmente, a estimativa que se aceita é de 10% população, 20 milhões de pessoas. Se nós tomarmos como base os dados do IBGE, seriam 40 milhões de pessoas, 20 e poucos por cento.

De qualquer forma, é um contingente enorme, e estão incluídas aí pessoas com deficiência visual, cegos, visão subnormal, surdez, autismo, dentro do que se denomina o espectro autista, deficiência intelectual, múltipla. E são desafios gigantescos, tanto para a família como para a sociedade, para que haja a inclusão plena na vida da sociedade, com chances, oportunidades, direitos respeitados.

Então, nada melhor do que termos aqui, na Comissão de Assuntos Sociais, uma Subcomissão permanente que se dedique a esse debate, a essa discussão, a construir caminhos, ver as políticas públicas, fiscalizar, particularmente a Lei Brasileira de Inclusão. Há questões importantes na saúde, medicamentos, fisioterapia, fonoaudiologia, exames genéticos; na área da assistência, toda a discussão, por exemplo, sobre o BPC, Benefício de Prestação Continuada. Existe, inclusive, o movimento nacional das mães, denominado Eu Empurro essa Causa, para que esse benefício da assistência – não é da previdência, é da assistência – possa ser melhorado nos seus critérios. Na previdência, no trabalho, na acessibilidade, em muitas coisas, inclusive, nos assuntos sociais, a gente pode também contribuir, discutindo, porque é um direito social a educação, a cultura, os esportes.

Então, eu sei que V. Exa. tem uma sensibilidade particular nessa área – e eu também tenho, eu sou pai de uma pessoa com deficiência. Então, a gente trabalha e luta para que os nossos filhos e os filhos de todas as famílias tenham os seus direitos e suas necessidades atendidas.

Então, por isso que eu penso que ter uma Subcomissão permanente é um espaço de discussão bem interessante para atendermos em conjunto essa parcela significativa da população.

Agradeço a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, Senador Flávio Arns.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiro, quero dizer a V. Exa. que existia uma expectativa muito grande quanto à chegada de V. Exa. à Casa, principalmente minha, em relação a esse tema, a esse segmento dessa nossa sociedade, segmento hoje que já é visto por parte não só dos políticos do Brasil como do Brasil em geral, de uma forma diferente, mas respeitosa.

E eu acredito que nós, aqui no Senado, temos uma responsabilidade muito grande, uma obrigação muito grande para com essas pessoas que são, hoje, praticamente 20 milhões de pessoas afetadas por algum tipo de deficiência. E V. Exa. pode contar aqui comigo nessa luta.

Eu acabei de me certificar aqui com a Secretária se eu posso fazer parte dessa Subcomissão e, se for de agrado e do interesse de V. Exa., eu gostaria realmente de participar.

Muito obrigado.

Como agora já temos quórum, vamos para a votação.

Em votação requerimento.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Sr. Senador, por favor.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Inicialmente, quero parabenizar o Senador Flávio Arns por essa iniciativa. E quero deixar claro que naquilo que eu, humildemente, também puder contribuir, pode contar comigo, porque é triste nós sabermos que, no Brasil, temos pessoas com deficiência e que nem em seus próprios locais públicos elas têm acessibilidade.

É triste você ver que as próprias instituições, como o Ministério Público, o Poder Judiciário... Digo mais: aqui, no Senado Federal...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Exatamente.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Nós temos a Senadora Mara Gabrilli, que teve até dificuldade de entrar. Então, eu acho que esse dever de casa passa inicialmente pelo Poder Público, que é o principal violador desses direitos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu fico triste não só como Senador, Flávio Arns, mas quando eu vejo postura sendo veiculada no meio de comunicação social em que o Chefe do Executivo ainda pensa em retirar, entre aspas, "pseudobenefícios" de pessoas com deficiência.

É lamentável que vivamos em uma sociedade em que se prima pelo princípio da igualdade, de que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza... E só quem tem filho em casa, por exemplo, paralítico, tetraplégico, que você tem que retirar a urina seis vezes por dia, senão vai para os rins, que detona, para o que não há políticas públicas de inclusão... Porque não basta você estabelecer um determinado percentual de conta. A inclusão passa por outros fatores muito mais graves. E passou da hora de este Senado Federal fazer essa faxina moral e dar o exemplo para toda a população brasileira. E dar um mínimo de dignidade para as pessoas com deficiência física.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito obrigado, Senador Fabiano Contarato. Parabéns. Concordo plenamente com todas as suas palavras.

ITEM 6

REQUERIMENTO Nº 3, de 2019

- Não terminativo -

Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos aprovação do evento destinado a comemorar e sensibilizar o público quanto ao dia internacional de Síndrome de Down. O evento ocorrerá na semana de 18 a 22 de março, sendo que o momento principal do referido evento, ocorrerá no dia 21 de março, no Senado Federal.

Autoria: Senador Romário

Relatório: Pronto para deliberação

Para encaminhar, eu só gostaria de colocar para as Sras. Senadoras e os Srs. Senadores a importância desse dia na vida dessas pessoas com síndrome de Down. Eu tenho uma filha com síndrome de Down, que tem 13 anos. E, nesses últimos 13 anos da minha vida, eu passei a entender e a acompanhar de perto a convivência com essas pessoas, não só com a minha filha, mas com muitos que têm síndrome de Down.

A partir do momento em que cheguei a esta Casa, no Congresso Nacional – nos primeiros quatro anos, como Deputado e, nos outros quatro anos, como Senador –, a gente decidiu fazer um evento como esse, desse tamanho, dessa natureza, para que a gente pudesse dar voz e para que o Brasil pudesse entender, ver e sentir de perto o que essas pessoas com síndrome de Down realmente podem trazer de positivo para a nossa sociedade e para a nossa vida de uma maneira geral.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, como não poderia ser diferente, não só por ser hoje o Presidente desta Comissão, não só por ser Senador da República, não só por ser pai de uma criança com deficiência, com síndrome de Down especificamente, mas pelo fato de ser um cidadão interessado hoje nesse segmento da nossa sociedade – porque, como eu já havia colocado antes, existe por parte do Brasil hoje um entendimento, uma aceitação, uma respeitabilidade muito maior e muito melhor do que há 13 anos, quando nasceu a minha filha –, a gente, aqui no Senado, tem por obrigação continuar fazendo com que essas pessoas continuem entendendo que essas pessoas têm, sim, que fazer parte do nosso dia a dia, em todos os segmentos, como no esporte, na educação, no trabalho, na música, na cultura.

E este requerimento vai exatamente ao encontro disso para a gente dar a essas pessoas a oportunidade de elas mostrarem ao Brasil o que elas realmente podem fazer. E muitos, infelizmente, até por ignorância e por falta de conhecimento, não sabem o quanto essas pessoas podem nos ensinar nos vários sentidos da palavra.

Então, é por isso que eu fiz este requerimento, estou encaminhando e vou colocá-lo em votação.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

A Senadora Soraya com a palavra, por favor.

Logo em seguida, o Senador Flávio Arns.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Senador, bom dia. Bom dia a todos os presentes, a todos os Senadores.

Presidente, esse é um assunto que muito me toca. Há alguns anos, eu recebi uma... Eu sou advogada, e uma amiga minha, a Cláudia Pael, mãe da Ana Carolina, com síndrome de Down, colocou-me nessa seara e eu abracei muito a causa.

Lá em Campo Grande, como eu acho que acontece em muitos lugares, essas crianças têm direito a um professor especializado, cada criança tem direito a ser assistida exclusivamente por um professor especializado. Infelizmente a Prefeitura não estava cumprindo isso na capital, nós conseguimos uma liminar e hoje a Ana Carolina é assistida. Aí eu comecei a assistir juridicamente outras crianças, e, para aquelas crianças sem recursos, nós fizemos no meu escritório *pro bono.* Então, o que mais dói é perceber também que, quando nós ganhamos a liminar, já foram umas duas ou três vezes, a Prefeitura colocava um estagiário, não colocava o professor especializado, o professor que já estava no quadro da Prefeitura, num total descaso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí eu quero levantar também a bandeira de que eles precisam também de um cuidador, porque não basta o professor estar dentro da sala de aula. Eles, durante o recreio, nos horários em que estão fora da sala de aula, precisam ir à toalete, têm várias necessidades, precisam ser cuidados porque são muito ingênuos também, né! Então, precisam dessa assistência, desse olhar especial, bem como os autistas, enfim.

Então, quero parabenizar V. Exa. e destacar que nós deveremos – e eu quero! – estar presentes nesse dia dessa homenagem.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, Senadora.

Assim como V. Exa. colocou esse problema, eu, no meu Estado, principalmente nas cidades menores que existem e que são muitas, são 92 cidades no Estado, tenho esse problema. A partir da LBI, os colégios municipais, estaduais, os colégios públicos de um modo geral, têm por obrigação ter um mediador – vamos chamar de mediador –, na sala de aula, para cada duas, se não me engano, pessoas com deficiência. E muitas dessas escolas não cumprem a lei. E, assim como V. Exa. falou, é uma obrigação, não só nossa como Parlamentares, como políticos, mas da sociedade brasileira de modo geral, cobrar isso da escola. Então, essa atitude é digna realmente de pessoas que entendem a dificuldade que é para determinadas pessoas com deficiência conviver numa sala de aula. Parabéns por cobrar isso dessa instituição, porque esse é o nosso dever, não só como Senadores, mas também e principalmente como cidadãos.

Passo a palavra agora ao Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Presidente, eu quero, em primeiro lugar, concordar inteiramente com o requerimento. Quero parabenizar V. Exa., que já é muito admirado por todos nós como jogador de futebol. Graças ao Romário o Brasil foi campeão, junto com a equipe também, várias vezes. Não é, Kajuru?

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Essa eu vi!

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Se não fosse o Romário, eu não sei o que teria acontecido!

Mas, de um tempo para cá, também V. Exa. teve a oportunidade de contribuir com o País de uma maneira muito significativa, que é justamente pela sua caminhada a favor da cidadania da pessoa com síndrome de Down e da pessoa com deficiência, porque todas as políticas públicas que por ventura envolvam a pessoa com síndrome de Down se aplicam também à criança com autismo, com surdez, com cegueira, com deficiência intelectual de uma maneira geral, deficiências múltiplas. Então, quando a gente pensa numa semana nacional – o que é muito importante – da pessoa com síndrome

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de Down, é sempre dizer "olha, vamos batalhar", porque o bonito dessa trajetória é que a gente não abre o caminho para o filho da gente; abre para o filho da gente e abre para os filhos de todas as famílias. Isso que é o bonito, porque uma política pública é para todo o mundo.

Então, a gente quer que todo o mundo seja respeitado, não só pessoa com deficiência: quilombola, indígena, o pessoal da periferia, de zona rural, de zona urbana. Nós estamos discutindo aqui a pessoa com deficiência, e é um assunto sensível. Imagem 20 milhões de pessoas. Uma pessoa dessas tem, pelo menos, pai, mãe, vamos supor, um irmão. São 80 milhões de pessoas no Brasil diretamente interessadas nesse assunto, fora o tio, a tia, o avô, a avó, o primo, enfim, todo mundo que possa...

Então, quero que o pessoal olhe para... Permita-me chamar para você, Romário, como jogador, mas como uma referência no Senado nessa área. Continue firme e animado e conte com a gente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito obrigado, Senador.

Passo a palavra agora ao Senador Nelsinho Trad.

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS) – Senador Romário, queria dar um testemunho. Nos idos de 2011, V. Exa. foi à minha cidade – e eu, Prefeito de Campo Grande –, junto com o seu colega, Deputado Mandetta, onde vocês conseguiram, através das interlocuções que fizeram, a cobertura da quadra de esportes da Fundação Juliano Varela, que cuida exatamente das crianças com síndrome de Down. Essa causa, V. Exa., de uma maneira muito própria, sabe conduzir com toda a sensibilidade que ela merece.

E eu gostaria aqui, até enriquecendo a fala da Senadora Soraya, de dizer que, na ocasião em que era Prefeito de Campo Grande, de 2005 a 2012, nós criamos um departamento da educação especial na Secretaria Municipal de Educação, justamente com a finalidade da inclusão dessas crianças dentro da nossa sociedade.

Então, todas as atividades pertinentes à secretaria, como "vai ter festa junina", eles tinham a festa junina deles, promoviam; "vai ter aniversário da cidade", eles tinham também as atividades deles. E essa questão de disponibilizar um profissional para poder acompanhá-los na sua educação e no seu desenvolvimento foi criada na nossa época. Funcionou muito bem. Ocorre que, quando saímos, fomos sucedidos por alguém que não teve a mesma percepção.

Então, quero parabenizar V. Exa. por essa causa, lembrá-lo de que a gente conseguiu trazer para cá, na ocasião dessa data comemorativa, a primeira banda de portadores de síndrome de Down. Até a BBC de Londres veio fazer uma matéria com eles, lá, na nossa cidade, tamanha a inclusão que eles sentiram desempenhando essa atividade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Afora isso, eu gostaria aqui também... Não sei se é o momento apropriado. A Senadora Mara Gabrilli pediu para que eu pudesse subscrever um requerimento dela, em função de ela não conseguir chegar a tempo. Então, é o item 5, Requerimento da Comissão nº 2. Então, eu queria aqui registrar que eu acabo de subscrevê-lo, para poder entrar na ordem da pauta, porque ela não vai conseguir chegar a tempo, em função do horário em que ela teve que sair de lá.

Muito obrigado, Senador. Parabéns por essa luta de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Obrigado pelas palavras, Senador Nelsinho Trad.

Lembro-me muito bem do dia em que estive na sua cidade com o hoje Ministro Mandetta e também do dia do evento onde essa banda fez sucesso em todos os segmentos, em todos os sentidos. E a gente via nos olhos dessas pessoas, daquelas crianças e jovens a satisfação de estarem ali e poderem demonstrar para o Brasil e para o mundo – como V. Exa. falou, a BBC esteve presente para filmar – que eles podem, sim, a partir do momento em que a gente tenha a sensibilidade e a percepção de dar oportunidade a eles. Então, parabéns a V. Exa. também pelo trabalho que sempre fez nessa área, como Prefeito, e continuará fazendo agora, com certeza, como Senador.

Passo a palavra, agora, ao Senador Kajuru. O Jorge fica para quem não o conhece. (*Risos.*)

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Presidente, Senador Romário Souza, ser humano Romário Souza, antes de mais nada, eu gostaria aqui de mostrar a minha alegria sincera de estar tão bem acompanhado nesta Comissão de Assuntos Sociais por seres humanos – em nome dos homens, eu falo de ser humano como o Senador Flávio Arns, como o Senador Contarato, que esses dias subiu ao Plenário para falar de direitos iguais, para falar dos elevadores deste Senado Federal, que separam o Senador das outras pessoas, esquecendo-se daquela frase: depois do jogo, o peão e o rei voltam para a mesma caixa, ou seja, caixão; em nome das mulheres Senadoras aqui, cito também seres humanos como a Senadora Soraya, como a Senadora Rose, que merecem o meu absoluto respeito.

Mas desejo fazer uma confissão pública que nunca fiz até hoje, embora o Senador Romário saiba que, como V. Exa., eu já falei de tudo na minha vida em 40 anos de televisão. É difícil saber o que o Kajuru não falou e de quem ele não falou.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Bastante.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – É uma confissão pública aqui. O momento mais difícil da minha vida, Senador Styvenson, desejando a todos nós aqui que Deus nos ilumine neste trabalho, que tenho certeza de que será marcante na história do Senado, com a Presidência de Romário e com todos os demais integrantes desta Comissão: em novembro de 2009, eu vivi o pior momento de minha vida quando perdi 94% da minha visão através do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

descolamento da retina em função do diabetes. Fui operado pelo mesmo médico que operou V. Exa. – nós dois –, o Dr. Aureo Ludovico, às pressas, para não perder o restante da visão. Eu estava pesando 128kg e fui parar com 62 quilos. Aí entrei naquela depressão que é inevitável. Quem ignora a depressão não é ser humano. É uma doença do mundo. E, nessa depressão, lá encostado em Ribeiro Preto, ao lado do ex-jogador de futebol Sócrates, que era quem me amparava, eu comecei a viver momentos de Raul Seixas, ou seja, eu não acreditava em mais ninguém, em mais nada, pensei até em suicídio, confesso, só que, antes de ser operado, comecei a pensar em pessoas, e a primeira pessoa que veio à minha cabeça foi Romário, Porque, além do gênio que foi como jogador de futebol... Eu me tornei amigo do Presidente Romário, amigo pessoal, mas quando eu conheci o ser humano Romário, eu falei: "Gente, por existir ser humano igual ao Romário, eu ainda tenho que acreditar na raça humana". E aquilo me levantou, aquilo me fez acreditar na cirurgia, que na época era proibida, em 2009, e a cirurgia era um risco. O meu irmão, amigo, José Luiz Datena, que é como meu pai, não queria que eu fizesse jamais, quase ninguém queria que eu fizesse, e eu fiz, como V. Exa. também fez. E eu estou feliz por ter feito, não me arrependo. Então, eu fico muito emocionado, neste momento, em fazer essa confissão para mostrar ao País o outro lado do Romário. O Senador Flávio Arns falou do lado do futebol e também falou do lado do ser humano, mas eu queria fazer essa confissão aqui.

Então, eu estou junto evidentemente. O requerimento do Senador Flávio Arns não tem que ser só aprovado, tem que ser aplaudido. Quero fazer parte, junto com o Romário e com o Contarato, dessa subcomissão.

Daqui a pouco, Presidente, V. Exa. vai colocar em pauta, o que me deixou muito triste... Daí eu requeiro aqui, contando com apoio de V. Exas., a presença do Sr. Luiz Henrique Mandetta, que eu admiro, mas ele me deixou aturdido, aturdido completamente, na nota técnica divulgada pelo Ministério da Saúde sobre mudanças no atendimento à saúde mental neste País.

Gostaria da atenção dos senhores e das senhoras neste requerimento que daqui a pouco será colocado em pauta pelo Presidente Romário.

É só isso, desculpem-me se me alonguei, mas eu precisava falar, de coração, do ser humano Romário e do tanto que a gente vai falar aqui do diabetes, do que ele representa hoje no Brasil, 48% das mortes no Brasil hoje são provocadas pelo diabetes.

Eu criei em Goiás, como Vereador, o primeiro centro diabético do Brasil. Hoje à tarde, na sessão plenária, nós poderemos aprovar hoje o centro diabético para todo o Brasil, estendê-lo para todo o Brasil. É um projeto meu que eu entreguei, na época, ao Senador Ronaldo Caiado, meu amigo pessoal. E ele disse: "Kajuru, vou conseguir aprovar no Senado". Foi aprovado. Hoje vai à votação. Eu espero que o Senado seja sensível...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Já foi votado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Não, a votação é hoje. Ontem não chegou a ser votado; ontem chegou só a ser apresentado, parece-me. Pelo o que entendi. Se foi, graças a Deus, Rogério!

Eu também quero apresentar aqui, Presidente Romário, estendendo esse centro do diabético, como nós fizemos lá em Goiás agora, através do Dr. Aureo Ludovico e de sua equipe voluntária, para os transplantes de múltiplos órgãos, o transplante de rins, de fígado e de pâncreas, para os necessitados que não têm condições financeiras. Então, eu estou acrescentando a esse projeto do centro diabético, de minha autoria, o primeiro do Brasil, completíssimo, que atende a todos... Então, posteriormente, eu vou apresentar esse outro projeto no Senado, mas inicialmente aqui na Comissão, na CAS, para estender a todo o Brasil os transplantes de rins, fígado e pâncreas.

Obrigado, Presidente Romário.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, Senador Kajuru. Muito obrigado pelas palavras, fico, realmente, emocionado.

Quero dizer que essa sua luta é uma luta minha também, pode contar comigo. A minha luta hoje é para levar essa cirurgia que começou com o Dr. Áureo Ludovico... Hoje existem outros profissionais que conseguem fazer essa cirurgia, que é cara, principalmente porque 95% da população, com certeza, não tem condição. Vou precisar da ajuda de todos os senhores e senhoras aqui presentes para que a gente possa levar esse tipo de cirurgia também para o SUS, que tem uma importância muito grande hoje para as pessoas que têm a diabete, principalmente a diabete tipo 2, que é a que tem cura por enquanto.

Vamos aqui ao item 8, depois eu volto para o item 5, Senador Nelsinho.

Darei a palavra à Senadora Zenaide. A senhora quer falar agora?

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Sr. Presidente, eu queria só dizer do meu interesse de participar dessa Subcomissão permanente das pessoas com deficiência da Comissão de Assuntos Sociais os assuntos sociais das pessoas com deficiência. Quero oferecer meus trabalhos. Lá, na Câmara, eu era de uma comissão permanente que existe já de defesa das pessoas com deficiência.

Era só isso.

Quero agradecer aqui o meu colega Girão, que me concedeu tão gentilmente...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Obrigado, Senadora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes do Senador Eduardo Girão, Senador Flávio, eu acho que a gente vai ter que estender o número de participantes dessa subcomissão. Que ótimo, não é? E eu tenho certeza de que esse próximo Senador também vai querer participar dessa Comissão.

Eduardo Girão, por favor.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Estimado Presidente, Senador Romário, eu queria dizer que fiquei extremamente feliz. Desde os seus primeiros trabalhos no Senado Federal, V. Exa. se revelou com muita sensibilidade, com muito compromisso com as causas sociais, com as crianças com deficiência.

Nessa aprovação que a gente acaba de fazer do Regimento Interno, requerendo a aprovação do evento destinado a comemorar e sensibilizar o público quanto ao Dia Internacional da Síndrome de Down, eu queria fazer uma consideração.

Eu tenho observado há muito tempo andando pelo Brasil, especialmente no mundo, algo que me deixa aflito, que me deixa aflito: essa questão de crianças, de pessoas com síndrome de Down. A gente via há 20 anos, 30 anos atrás com muita frequência nas ruas e nos parques os pais junto com os filhos andando, uma quantidade enorme, e a gente sabe quem tem na família o amor puro que são essas crianças que são presentes de Deus, e essa cultura que tem se proliferado no mundo, a cultura da morte, a cultura do aborto, tem eliminado essas crianças no ventre de suas mães.

Então, eu queria fazer esse registro do perigo que é a liberação do aborto. Esse amor é interrompido, e esse aprendizado e esse exercício da paternidade e da maternidade ficam altamente comprometidos com essa questão de quando não é respeitada a vida desde a concepção.

Então, ficam meus votos de parabéns por estar cada vez mais V. Exa. junto com os colegas aqui tocando na importância de termos uma abordagem humanitária.

E que a vida seja preservada, porque o valor da vida é algo que extrapola, é algo importantíssimo que a gente preserve. Cada vida humana tem um sentido, cada vida humana é importante.

E ficam meus votos de parabéns pela sensibilidade de V.Exa. E tê-lo como Presidente é uma honra, participar, mesmo como suplente, desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito obrigado, Senador Girão, pelas palavras.

E eu tenho certeza de que a voz de V. Exa. aqui no Senado, nestes próximos oito anos, será uma voz de grande relevância e importância para todos os segmentos da nossa sociedade, do nosso País, mas principalmente para esse segmento, que precisa cada vez mais de vozes que são de pessoas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sensíveis à causa, de pessoas que conhecem realmente o sacrifício dessas pessoas que têm deficiência e dos familiares dessas pessoas. Parabéns!

Passo a palavra agora ao Senador Luiz do Carmo, por favor.

O SR. LUIZ DO CARMO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO) – Bom dia, Presidente, bom dia a todos. Eu quero falar sobre o meu requerimento e do Senador Jorge Kajuru, de Goiás. Eu sei que aqui nós somos Senadores, uma Casa revisora de leis e de fazer leis.

Quando vocês aqui nesta Comissão... Eu até não queria fazer parte desta Comissão; queria outras, mas o meu Líder me pôs aqui, e hoje eu estou me sentindo à vontade.

Quando você fala, o Kajuru pede aqui... A saúde mental do Brasil é algo gravíssimo.

Eu há quatro anos, quando me candidatei, juntamente com o Caiado – o Caiado a Senador, e eu suplente dele... Eu fui Deputado Estadual por dois mandatos, e o Caiado... Eu topei isto aqui, há quatro anos.

Tenho uma mulher linda, chamada Ivana, e ela falou assim: "Olha, nós vamos ao Senado?" E ela não gosta muito de política. "Não, Luiz, vamos para o Senado." E hoje ela tem uma doença chamada frontotemporal. Vocês conhecem, a maioria conhece essa doença. Hoje ela não tem capacidade de me acompanhar aqui mais. Uma doença mental grave que deu nela, e não tem remédio. Ando no Brasil todo, no mundo, e não tem remédio.

Esta Comissão – sinto na pele isso aí – tem a obrigação de achar uma solução, porque graças a Deus, hoje eu tenho condição de pôr cuidador. Está lá, está bem, estou aqui, estou levando. E quem não tem? Então o Estado brasileiro tem de ver isso. Quando você tem o seu, que não é um problema, que você tem lá, que todo mundo vive isso praticamente, e eu tenho também, então nós temos a obrigação de fazer alguma coisa. E nesta Comissão, através daqui, como eu sinto na pele isso, que a Ivana não pode estar comigo aqui no Senado, e eu quero fazer alguma coisa, ajudar. E o Brasil e esta Comissão têm de ter uma responsabilidade muito grande de ajudar as pessoas que não têm condição nem de ter um alento para a pessoa lá. Hoje são quatro cuidadoras com ela. E quem não tem condição de pagar? Então nós temos a obrigação de fazer alguma coisa nesta Comissão, eu sei que é muito importante, para nós acharmos uma solução para esse problema.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Pode ter certeza que, não sei se todos, mas a grande maioria aqui desses Senadores e dessas Senadoras são bastante sensíveis a essa causa e que falta de trabalho, de esforço não vai ter para que a gente possa continuar, a cada ano que passa, dando mais oportunidade, dando mais voz, atenção, e principalmente, qualidade de vida a essas pessoas que têm deficiência, independente de qual seja.

Muito obrigado pelas suas palavras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo a palavra agora para a Senadora...

A Senadora vai querer falar ou não?

Quer, não é?

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Sr. Presidente, é só uma pergunta, porque daqui a pouco começam outras Comissões e dependem do quórum, como a CCJ agora, às 10 horas.

Eu queria apenas perguntar... Primeiro, dizer que a pauta já se encontra em poder de V. Exa. com os projetos que estão sem relatores.

Aqui, tanto o Senador Rogério como o Senador Nelsinho Trad, Luiz do Carmo... Eu mostrei a lista das relatorias, como falei com V. Exa., a quem se interessasse pelo projeto. Eu queria perguntar se V. Exa. vai designar os Relatores ainda essa semana.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – A partir de hoje, serão designados os Relatores para esses projetos que não estão com Relatores. Acho que os Relatores não foram reeleitos e não se encontram mais na Casa.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Então, no caso do Senador Paulo Paim, que assumiu, no caso do Paulo Rocha, a quem nós já encaminhamos o ofício... Vou encaminhar aqui os demais companheiros que se habilitaram para a relatoria para V. Exa.

São 13 projetos. Há aqui quatro nomes com sugestões para alguns, de interesse do tema, porque é muito importante que o Relator, que aquele que seja Relator se interesse pelo tema...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Perfeito.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – ... que estude o tema, que acrescente alguma coisa que possa contribuir.

E, sobre a questão... Permita-me, Kajuru, é uma questão só de observação. Eu nunca peguei um elevador nessa Casa em que todos que estivessem na fila não entrassem comigo. Então, isso aí não depende mais de quem estiver induzindo que entre só o Parlamentar no elevador. Isso já acabou. Eu estou há 30 anos aqui e nunca fui no elevador sozinha com outros Senadores.

Então, acho que a gente tem que conduzir o nosso comportamento como exemplo. Não se trata também de ficar dizendo que a Casa procede assim, porque não é o caso mesmo, efetivamente.

Mais uma coisa, Sr. Presidente.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Senadora Rose. Senadora Rose.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Eu queria sugerir...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Só um aparte, permita-me.

É que ocorreu com duas Assessoras do meu Gabinete, 16, a Renata e a Diana. A Diana, que é filha, Presidente Romário, do Ivan Lins, um dos melhores músicos do mundo, e ela é muito sensível, a Diana. Quem quiser pode ir lá, no meu Gabinete, conhecê-la. Ela cuida da Assessoria de Meio Ambiente e é poliglota, cuida de assuntos de recursos internacionais. E ela subiu com a Renata, e o ascensorista que estava no elevador disse assim, vou repetir para a senhora, V. Exa., disse assim: "Eu vou dar uma carona para vocês, porque esse elevador é só de Senador".

Então, eu não falei, porque, antes de acionar a boca, eu ligo o cérebro.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Senador...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Isso já aconteceu comigo, Senadora.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Senador, eu entendi, mas o senhor ignore, abra a porta do elevador e ponha quem o senhor quiser dentro do elevador. Aí, as pessoas vão aprendendo, porque não podemos...

Presidente, só uma coisa, para podermos ir para a CCJ, eu queria sugerir a V. Exa... Eu fiz um requerimento pedindo que o Ministério da Saúde mande informações adequadas sobre a liberação dos recursos da saúde, como eles são liberados para média e alta complexidade, porque nós não temos acesso a essas informações. Todo ano eu tenho que praticamente dormir dentro do Ministério para consegui-las.

V. Exa., como Presidente, requerendo esses dados e dando divulgação a eles, acho que seria uma maneira como todos nós poderíamos interagir na área da saúde e colocar mais transparência nas atitudes governamentais, seja este ou outro Governo.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – E sugerir a V. Exa. um seminário específico sobre a questão da Síndrome de Down, para dar a maior divulgação possível no Brasil, para que as pessoas tomem conhecimento do trabalho que é realizado e possam fazer, inclusive, sugestões de projetos de lei que nos ajudem e a V. Exa. também.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito obrigado, Senadora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Item 8.

ITEM 8

REQUERIMENTO Nº 7, de 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos regimentais, que seja convidado o Ministro de Estado da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, para que compareça à Comissão de Assuntos Sociais, a fim de prestar informações sobre a Nota Técnica divulgada pelo Ministério da Saúde que versa sobre mudanças no atendimento à saúde mental no Brasil.

O Ministro deverá prestar informações que esclareçam as seguintes questões:

a) Inclusão dos hospitais psiquiátricos nas Redes de Atenção Psicossocial (Raps);

b) Financiamento para compra de aparelhos de eletroconvulsoterapia, mais conhecidos como eletrochoques;

c) Possibilidade de internação de crianças e adolescentes;

d) Abstinência como uma das opções da política de atenção às drogas.

Autoria: Senador Jorge Kajuru.

Eu poderia conceder a palavra, mas V. Exa. já falou. Quer falar de novo? Por favor.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Sr. Presidente, eu queria subscrever, com a devida autorização do Senador Kajuru.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Que prazer! Que prazer, porque realmente a nota técnica dele foi lamentável.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – O Senador Rogério Carvalho subscreve também esse requerimento.

Vamos colocar em votação.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o Requerimento nº 8.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Eu só quero dizer, Sr. Presidente... Desculpe-me.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Eu só quero dizer que também concordo com o requerimento.

É uma das áreas mais fundamentais hoje para serem discutidas, a saúde mental. Lá no Paraná, por exemplo, de todos os casos de afastamento do trabalho, 20% ou mais se relacionam à área da saúde mental.

Há um desconhecimento gigantesco. O problema de álcool e drogas é algo que assola... Eu, pessoalmente, sou totalmente a favor que haja uma política pública voltada para as comunidades terapêuticas. Também não é o caso de a gente pensar naquele sentido de a pessoa ficar no hospital psiquiátrico a vida inteira, mas o hospital tem um papel relevante, importante no atendimento.

Crianças e adolescentes... Eu fui Secretário de Educação do Paraná e acompanhei o caso de uma adolescente cuja família precisa também de apoio. Quebrava, batia a cabeça, machucava-se, agredia os outros, a casa da família destroçada.

Então, precisamos pensar no caso específico o que é melhor para essa pessoa e sermos sensíveis, flexíveis, porque é uma área essencial. O álcool e as drogas estão levando ao distúrbio mental, ao distúrbio psiquiátrico. E esse é um problema muito sério também.

Não sei por que essa ênfase que o Ministro deu aos equipamentos, aos materiais. A gente sabe que é uma metodologia, uma forma de abordagem... Mas, então, nada melhor, concordando com o Senador Kajuru, do que convidar o Ministro e a gente ter uma política pública boa, bem discutida, que atenda às necessidades do povo brasileiro em termos de promoção de saúde mental.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem.

Inclusive, eu gostaria de...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Antes, Senador, só quero fazer um agradecimento pessoal ao Senador Jorge Kajuru, porque esse requerimento, em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

princípio, seria uma convocação. E, vendo o documento, telefonei para S. Exa. semana passada, no sábado, e conversei com S. Exa., que entendeu, gentilmente, que essa convocação poderia passar para convite, como foi feito.

E eu tenho certeza, Senador Kajuru, de que o Ministro da Saúde, Mandetta, estará presente aqui para responder a todas as suas perguntas, aos seus questionamentos e também aos de todos desta Comissão.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Vou dar a palavra agora ao Senador Paulo Paim, ao Senador Fabiano Contarato e, depois, ao Senador Jayme.

Por favor, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pela ordem.) – Senador Romário, que preside esta reunião, Senador Styvenson, Vice-Presidente, quero cumprimentar a ambos. O Romário já vem de quatro anos atrás. De tudo que foi falado aqui, eu assino embaixo. E o Senador Styvenson está vindo com todo o pique também. Meus cumprimentos pelo trabalho até o momento.

Mas, Senador Romário e demais Senadores e Senadoras, no dia de hoje, o Presidente da República entrega à Casa sua visão da reforma da previdência. Vejo que há um movimento não só no Congresso, mas em todo o Brasil, em relação a essa reforma. Eu encaminhei à Mesa, Presidente, uma proposta de audiência pública durante esta semana porque entendo que esta Comissão é fundamental. Claro que eu também vou debater na Comissão de Direitos Humanos, mas esta Comissão de Assuntos Sociais é que vai tratar com a devida profundidade da questão da reforma da previdência. Se V. Exa. entender que poderia, talvez, só ler, e, se puder votar, vota... V. Exa. é quem decide. Mas eu acho que é importante que a sociedade saiba que esta Comissão, presidida por V. Exa. e pelo nosso querido Styvenson, que é o Vice, vai se debruçar e vai ouvir a sociedade sobre o tema reforma da previdência, que interessa hoje, sem sombra de dúvida, a 210 milhões de brasileiros. É esse o pedido que eu faço a V. Exa.

Eu não vi na pauta... Eu sei que o dia que encerra a pauta é sexta. Talvez só tenha chegado na segunda o meu requerimento. Talvez. Estou até justificando já.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Está aqui.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Se V. Exa. puder colocar em votação...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Aqui a gente colocará todos os requerimentos em votação.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Excelente, Presidente. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Pode ficar tranquilo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E, quanto à data, claro, podemos acertar junto com os Senadores aqui qual o dia mais adequado que entendemos todos para fazer o primeiro debate sobre a previdência.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, Senador Paim.

Passo a palavra agora ao Senador Fabiano Contarato.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES. Pela ordem.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Primeiro, quero agradecer a oportunidade ao Senador Paim, que trouxe à tona esse tema e que tem bastante relevância ao que eu vou falar, porque não há que se falar em reforma da previdência quando o próprio Poder Público, e aí me refiro ao Executivo, desde 1988, está dormindo eternamente em berço esplêndido, quando, no art. 7º, inciso IV, da Constituição Federal, determina que a União tem que instituir um salário mínimo digno capaz de suprir as suas necessidades e as da família com saúde, educação, habitação, moradia, lazer, vestuário e higiene e nós temos esse mísero salário.

Este assunto tem que ser tratado aqui porque esta é uma comissão de assuntos sociais, tudo passa por aqui. Passou da hora de a gente debater por que, como quantificar...

Eu queria que essas pessoas que estão no governo vivessem com um salário mínimo para ter esses direitos e garantias que já estão consagrados no art. 5º da Constituição Federal.

Outro alerta – e aí eu peço perdão, em que pese não estar aqui, mas que passa por aqui – é sobre a violência que foi feita com a Consolidação das Leis do Trabalho. Olha, é inadmissível que nós retrocedamos, em pleno século XXI, determinando que mulheres grávidas e lactantes possam trabalhar em ambiente insalubre!

É inconcebível você terceirizar atividade fim! Nós vamos criar dois tipos de categoria: o motorista de uma companhia aérea que ganha "x" e outro terceirizado que ganha "y". É inconcebível nós estabelecermos o trabalho intermitente, sendo que o salário tem um caráter alimentar, em que o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

familiar tem de se planejar durante um mês! É inconcebível falar que a rescisão de um contrato de trabalho, que antes era feita pela Delegacia Regional do Trabalho, ou pelo sindicato, agora é feita pelo empregador! Como fica o princípio da impessoalidade? Da imparcialidade?

Então, passou da hora de esta Comissão aqui trazer isso à tona, sim, porque, se vai haver reforma da previdência, é preciso que o Poder Público assuma aquilo que está omisso desde 88 no art. 7º, inciso IV. A partir do momento em que ele instituir aquele salário mínimo... Isso porque só quem vai pagar a conta dessa previdência, eu digo, vai ser pobre, semianalfabeto e as pessoas que ganham um mísero salário mínimo. E quem deve mais tem de pagar mais, e isso começa para essa camada privilegiada. É preciso reduzir esse abismo dos milhões que estão na pobreza ou no ínfimo do salário mínimo e a concentração de riqueza na mão de tão poucos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, Senador Fabiano.

Antes de passar a palavra para o Senador Jayme Campos, eu quero dizer a V. Exas. que eu não tenho aqui nenhum tipo de obrigação com o Governo em relação a colocar aqui alguns requerimentos que sejam positivos ou que sejam negativos para o Governo. A minha obrigação aqui é para com o povo brasileiro, principalmente para os quase 4,7 milhões de votos que tive para estar aqui presente hoje como Senador e para com os senhores que me elegeram Presidente desta Comissão. Aqui, tudo será votado. Tudo será colocado em pauta pelo voto. Aqui é democracia.

E eu concordo plenamente com as palavras do Senador Fabiano: que existem muitas coisas dentro dessa lei trabalhista atual, da CLT, que realmente não condizem com o que o povo brasileiro merece, e inclusive várias coisas que foram citadas pelo Senador também são indignas à nossa população.

Com a palavra agora o Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Senador Romário, Sr. Vice-Presidente, Senador Styvenson, eu quero apenas manifestar aqui a minha alegria, o meu contentamento de retornamos a esta Comissão de Assuntos Sociais, da qual eu tive a primazia de ser Presidente por dois anos no mandato que exerci como Senador da República.

Desta feita, liderado por V. Exa. como Presidente, espero que aqui nós possamos travar bons debates e, acima de tudo, boas políticas públicas na área social.

Tive o privilégio de conviver aqui com o Senador Paulo Paim por vários anos – não é, Paulo? Acho que por mais de quatro anos –, eu presidindo e Paulo fazendo parte. Depois, mesmo eu não participando como Presidente, mas ao lado de Paulo, com quem aprendi muito, discutindo naturalmente assuntos de interesse de toda a sociedade brasileira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui, particularmente, Sr. Presidente, a título apenas de sugestão, estamos com algumas demandas em relação a vários projetos para o Brasil, entre eles a reforma previdenciária. Eu acho que esta Comissão, mesmo regimentalmente esse projeto vindo só para a CCJ, todavia, não há nenhum motivo ou prejuízo que nos impeça de também convocarmos aqui uma audiência pública, pois, com base no art. 93, inciso II, quando é de interesse público social, V. Exa. tem a autoridade de convocar aqui as audiências públicas para discutirmos, da melhor maneira possível, sobretudo com maior amplitude e ouvindo os segmentos da sociedade, para que, ao fecharmos naturalmente esse grande debate, possamos encaminhar também e compartilhar com a relatoria, que vai ser alguém designado da CCJ.

Portanto, quero cumprimentá-lo e dizer que esta Comissão é muito importante. Por aqui passam assuntos que mexem com a vida das pessoas, particularmente dos menos afortunados deste País, dos mais pobres, daqueles que dependem visceralmente das instituições públicas deste País, particularmente do Poder Executivo, que tem a obrigação de atender às demandas sociais. E eu fiquei muito feliz, quando fui Presidente, e nós conseguimos avançar nesta Comissão, não é, Senador Paulo Paim? Avançamos aqui de tal maneira que esta Comissão, que era uma Comissão muito modesta, passou a ser uma das Comissões – Senador Flávio Arns, que também participou conosco aqui – mais importantes do Senado Federal.

Então, eu confio que V. Exa., que nós destacamos para esta Comissão, possa trazer para cá assuntos importantes, pertinentes, como o caso da reforma previdenciária, baseado no art. 93, inciso II, do Regimento Interno desta Casa, para discutirmos essa matéria, que é do interesse de toda a sociedade brasileira.

Quero cumprimentá-lo e dizer que pode contar comigo. V. Exa. terá aqui, na minha pessoa, o Senador Jayme Campos, um parceiro que conhece mais ou menos as matérias que tramitam aqui nesta Comissão para fazermos, com certeza, um bom desempenho nesta Comissão e, acima de tudo, boas políticas públicas para o povo brasileiro, particularmente para os menos favorecidos da sociedade.

Sucesso, parabéns e que Deus abençoe o senhor nesta nova missão!

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito obrigado, Senador Jayme Campos. Com certeza, a sua ajuda aqui para esta Presidência terá uma importância muito grande. V. Exa. pode ter certeza de que aqui nós daremos espaço, daremos voz, daremos a possibilidade de a sociedade brasileira participar de uma maneira geral. E a previdência, com certeza, e tudo o que se refere a esse assunto, a esse tema, com certeza não tem como não passar por esta Comissão. Passará, e todos nós teremos a oportunidade de fazer as nossas colocações, tirar as nossas dúvidas, fazer as nossas perguntas, porque aqui essa é nossa obrigação. E, como V. Exa. mesmo falou,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esta Comissão, que alguns anos passados não tinha tanta importância, hoje tem uma importância significativa. Agradeço a V. Exa. escolher estar presente aqui e, mais uma vez, peço a V. Exa. que me ajude, já que eu estou chegando agora e não tenho a intenção de sentar na janela, ainda!

Vou ler aqui, agora, o requerimento extrapauta da Senadora Rose.

> Requeiro, nos termos do art. 216 (combinado com o art. 50 CF), do Regimento Interno do Senado Federal, que seja encaminhado requerimento de informações ao Ministro da Saúde, para fornecer dados sobre as políticas públicas adotadas com relação aos hospitais, santas casas e hospitais filantrópicos, especialmente com relação à liberação de recursos.
> O objetivo é obter dados sobre os limites financeiros disponíveis para a Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar (MAC), que inclui os incentivos de custeio que são transferidos de forma regular e automática aos fundos de saúde dos estados, DF e municípios.

Senadora Rose de Freitas, com a palavra, por favor!

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Senadora, eu queria propor à senhora...

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Pois não.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... se fosse possível, ao invés de a gente tratar somente sobre os recursos, que a gente pudesse convidar o Ministro, para que ele possa apresentar qual é a política que ele tem para a saúde pública brasileira, incluindo as formas de repasse e financiamento para a atenção básica, para a atenção ambulatorial especializada, para a atenção hospitalar, para todas as áreas assistenciais e de vigilância, que também são relevantes para a gente fazer a saúde pública funcionar.

Então, se a senhora me permitisse, eu queria propor uma extensão desse requerimento, que fosse um convite para que ele pudesse trazer essas informações e, além disso, apresentar qual a sua política para a saúde pública brasileira.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Senador, eu agradeço.

Inclusive, Presidente, eu peço autorização de V. Exa. para considerar incluído – depois, formalmente, apresento à Mesa –, e que seja votado na forma sugerida pelo Senador. Considero de bom alvitre.

Nesse momento, eu tratava apenas... É o início dos nossos trabalhos. Porque, olhando todos os empenhos que foram feitos, Senador Eduardo Gomes, no ano passado, a metade deles foi cancelada

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

arbitrariamente, sem nenhuma satisfação, nenhuma programação. Não se estabelece o que é prioridade, o que não é prioridade. Então, eu considero de bom alvitre a proposta de V. Exa.

Se o Presidente permitir, Presidente, eu queria transformar esse requerimento, e formalizo imediatamente, na forma do texto sugerido pelo Senador, e sem abrir mão de que seja oferecido imediatamente, até para que possamos debater com ele os requerimentos sobre a liberação de recursos no âmbito da...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Senadora Rose, um aparte, por gentileza. Senadora Rose, Senador Jayme Campos.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Pois não, Senador.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Só para fazer um adendo, se me permite.

Eu acho louvável e meritória a iniciativa do ilustre Senador, de convidar o Sr. Ministro da Saúde, meu amigo Mandetta. Entretanto, eu gostaria de dar uma sugestão de que esse convite seja feito não de forma individualizada, pelo próprio Senador e pela Senadora Rose, que está agregando a esse requerimento, ou ele está agregando, naturalmente, à senhora. Que seja da Presidência da Casa, aqui, aprovado, de forma unânime, pelo Colegiado aqui, liderado pelo Senador Romário. Que V. Exa., como Presidente da Comissão, naturalmente, com a aquiescência de todos nós, Senadores aqui, encaminhasse esse convite para que o Ministro Mandetta comparecesse aqui, naturalmente, para discutirmos a política pública de saúde.

Isso é apenas para título de engrandecer o trabalho, não só de todos os Senadores, mas, sobretudo, da Presidência desta Comissão. E todos nós concordamos, não é? Partiu de V. Exa. a iniciativa de fazer esse encaminhamento desse requerimento, ou seja, esse convite ao Ministro Mandetta.

Todavia, acho que todos nós estamos solidários. Partiria essa iniciativa do próprio Presidente da Comissão, e todos nós aqui solidários com V. Exa. Acho que seria meritória, louvável essa iniciativa. Não sei se os demais pares, Senador Paulo, concordam com essa minha opinião, do ponto de vista de a Comissão de Assuntos Sociais promover esse convite.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, Senador.

Só para informar às Sras. e aos Srs. Senadores, antes do requerimento do Senador Jorge Kajuru, foi encaminhado um pedido, foi votado e foi, por unanimidade, aceito o convite ao Ministro Mandetta aqui, nesta Casa. A pergunta que eu faço a V. Exa. é se a gente aproveitaria essa vinda dele para falar desses assuntos também ou a gente está falando de um novo convite?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Presidente, a título de sugestão, enriquecida pelo Senador Jayme, eu acho que uma atitude coletiva vai ter muito mais respaldo, muito mais peso.

Eu queria sugerir a V. Exa. transformar esse requerimento em um convite da Presidência, com a aprovação de todos, para que nessa oportunidade se trate desses assuntos. Portanto, se V. Exa. estiver de acordo, não remeteríamos aos tópicos do Senador Kajuru ou aos que eu estou apresentando, mas que seja um convite à Presidência apoiado por todos nós, com os termos que nós estamos elencando.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem. Assim será feito.

Em votação o requerimento.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Incluiremos nesse requerimento o convite ao Ministro Mandetta.

(É o seguinte o requerimento aprovado:

EXTRAPAUTA

ITEM 13

REQUERIMENTO Nº 13, de 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 216 (combinado com o art. 50 CF), do Regimento Interno do Senado Federal, que seja encaminhado requerimento de informações ao Ministério da Saúde, para fornecer dados sobre as políticas públicas adotadas com relação aos hospitais, santas casas e hospitais filantrópicos, especificamente com relação à liberação de recursos.

O objetivo é obter dados sobre os limites financeiros disponíveis para a Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar (MAC), que incluem os incentivos de custeio que são transferidos de forma regular e automática aos fundos de saúde dos estados, DF e municípios.

E que o Ministro apresente a Política que será implementada pelo Ministério da Saúde na sua gestão nas diversas áreas.

Autoria: Comissão de Assuntos Sociais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

- Adição de Informação solicitada.

- Requerimento de iniciativa dos Senadores Rose de Freitas e Rogério Carvalho, aprovado por unanimidade pela Comissão.)

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Só por uma questão disciplinar, eu queria saber: esse requerimento não está prejudicado? Está aprovado mas terá que receber o apoio do Presidente, um convite à Presidência assinado por todos os Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Exato.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – De acordo? É isso?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Muito obrigada a todos.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Item 5 da pauta.

ITEM 5

REQUERIMENTO Nº 2, de 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 73 do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de Subcomissão Temporária, composta de 5 (cinco) membros titulares e igual número de suplentes, destinada a propor iniciativas para promoção e defesa dos direitos e da inclusão de pessoas com Doenças Raras, bem como o devido aprimoramento na legislação específica.

Autoria: Senadora Mara Gabrilli e outros.

O Senador Nelsinho Trad subscreve esse requerimento.

Passo a palavra ao Senador Nelsinho Trad.

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS. Para encaminhar.) – Senador Romário, nosso Presidente, Senador Styvenson, nosso Vice-Presidente, é apenas para encaminhar, dizendo aos demais pares desta Comissão que todos nós somos sabedores do trabalho da Senadora Mara Gabrilli no que se refere a essa questão. É mais do que justo o apoio que nós deveremos emprestar a essa causa no sentido de aprimorarmos a legislação específica relativa às pessoas com as doenças raras. Eu penso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que esta Comissão tem toda a condição de dar um suporte bastante justo, mais razoável, nos tempos em que estamos vivendo, a essas pessoas que sofrem com patologias raras.

Esse é o encaminhamento que faço, pedindo o apoio de todos os Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bom.

Em votação o requerimento.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

ITEM 7

REQUERIMENTO Nº 5, de 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública,com o objetivo de debater a Política de Saúde dos povos indígenas e discutir a proposta de municipalização do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

1. Representante do Ministério da Saúde do Mato Grosso do Sul

2. Representante da Secretaria Especial de Saúde Indígena - SESAI.

3. Representante do Fórum de Presidentes de Conselhos Distritais de Saúde Indígena - FPCONDISI.

4. Representante da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira - COIAB.

5. Representante da Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo - APOINME.

6. Representante do Conselho Indigenista Missionário - CIMI.

Autoria: Senador Rogério Carvalho.

Concedo a palavra ao Senador, por favor.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para encaminhar.) – Eu queria inicialmente cumprimentar V. Exa. pela Presidência, ao Styvenson pela Vice-Presidência. Todos que me antecederam já falaram da importância desta Comissão, e essa é a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Comissão que trata do maior bem que a gente tem, que é a vida das pessoas. Infelizmente, esse bem maior, que é de fato o único que a gente tem, e de maior relevância, tem sido pouco respeitado nos nossos tempos: tem sido pouco respeitado pelas políticas, tem sido pouco respeitado pelas iniciativas de governo, tem sido pouco respeitado no que diz respeito às regulamentações ambientais, tem sido pouco respeitado o debate sobre a defesa da vida no nosso País. E por aqui passam interesses de todos os brasileiros, mas, acima de tudo, de 150 milhões de brasileiros que dependem da assistência social, que dependem da previdência, que dependem da saúde pública; passam por esta Comissão. Portanto, todo o debate feito aqui é da mais alta relevância e de impacto na vida de dois terços da população brasileira, de forma direta, incisiva.

Então, quando a gente tem um problema como eu tive com o meu pai, com a minha esposa, como qualquer um de nós tem um problema, é que a gente sente na pele o quão difícil é. Eu vivi uma experiência e propus a criação de uma CPI das Órteses e Próteses que produziu frutos, mas motivado por ter sido Secretário Municipal, Secretário Estadual, Deputado Federal e um colega que foi meu calouro ter me cobrado R$129 mil para corrigir um erro de implantação de uma prótese total do joelho no meu pai, cuja prótese original tinha custado R$20 mil, que fora importada da Alemanha; na substituição, ele queria cobrar R$129 mil. Eu estou chamando a atenção porque eu sou médico, professor universitário, ex-Secretário Municipal de Saúde, ex-Secretário de Estado da Saúde, Deputado Estadual, Deputado Federal, e ele tentou passar para mim uma prótese por R$129 mil. Agora vocês imaginem como se dá o tratamento a cada cidadão e cidadã que não tem informação e que não tem relacionamento, que é o grande desespero do povo brasileiro. Então, cabe a nós, com muita humildade, com muito amor inclusive, com muita capacidade de incluir e de acolher, fazer um debate aqui muito rico, muito voltado para cuidar das pessoas e daquelas necessidades mais básicas, mais prementes, que é o objeto desta Comissão.

E, nesse sentido, pensando nos índios, os índios tinham um sistema de assistência em que a mortalidade infantil era alta e nós não tínhamos um controle nem da taxa de mortalidade, nem do crescimento e desenvolvimento das crianças indígenas, nem do mapeamento do que de fato acometia essa população. E os distritos sanitários indígenas, gerenciados pela Sesai, Secretaria de Saúde, Secretaria Especial de Saúde Indígena do Ministério da Saúde, reverteram essa situação.

E a gente está vendo aí uma proposta de mudança. Por isso que eu proponho uma audiência pública, para a gente aprofundar, para saber o que vem para o lugar da Sesai? O que virá dará conta? Será que os Municípios, com a sua pouca infraestrutura, vai ser capaz, em Estados como o Amazonas, que tem distâncias de 2 mil quilômetros, em que só dá para chegar de barco ou de avião, vai conseguir, o Município... Há Municípios no Brasil que, de uma ponta a outra, têm mil quilômetros de extensão. Será que vai ser possível a esse Município prover as condições para garantir a esses povos a atenção à saúde?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse sentido que eu estou propondo essa audiência pública. Obviamente que é um complemento à vinda do Ministro. O Ministro vem e ele vai tratar desse assunto, depois nós podemos aprofundar o debate sobre esse tema.

E vi aqui também... Não sei se há um requerimento. Eu vi o Senador Paulo Arns... É isso? Flávio Arns, Paulo é o seu tio, não é?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Seu tio, grande figura, admirável!

Saúde mental é um outro tema que eu acho que a gente tem que trazer para esta Comissão, porque não se faz saúde mental somente com hospital. Não se faz saúde mental somente com centros de acolhimento, não se faz saúde mental só com desintoxicação, não se faz saúde mental somente com Caps. Saúde mental é um problema complexo, em que a gente precisa de diversos tipos de estabelecimento, configurados em rede, que se articulam, distribuídos territorialmente e que se complementam tecnologicamente de forma vertical. Portanto, nós precisamos fazer este debate aqui para que a gente não volte às trevas, que seria jogar e trancafiar pessoas, seres humanos, em manicômios, como a gente viu no começo da década de 90, final da década de 80 por este País.

Eu mesmo fui responsável pelo fechamento de manicômios. A coisa mais triste e mais absurda e desumana que a gente pode ver é um manicômio, com pessoas jogadas, largadas, abandonadas. E agora estamos vendo o retorno de técnicas que foram abandonadas, com todo o desenvolvimento da farmacologia. É possível hoje um psicótico viver e conviver socialmente, se tomar medicação regular. Um esquizofrênico conviver, dirigir e ter uma vida praticamente normal, se tomar medicação regular. É possível controlar a ansiedade, é possível controlar a depressão, com os medicamentos da indústria farmacêutica, que foram e que estão no mercado. Qual é a questão? O custo. Mas é muito mais barato pagar o remédio do que manter a hotelaria, manter uma pessoa trancafiada num manicômio ou num recinto fechado. A tecnologia que nós temos hoje nos permite cuidar dessas pessoas.

O que não é possível, o que a tecnologia farmacológica não resolve é a reabilitação de usuários de drogas. Esse é um processo que requer militância, envolvimento afetivo, requer outras questões que são fundamentais. Acho que aqui na Comissão poderíamos também fazer esse debate, formar a nossa opinião. E, Romário – me permita chamá-lo assim porque você sempre foi o nosso peixe e a gente via que, naquela Copa de 94, todo mundo vibrou com você fazendo a diferença –, é fundamental que a gente possa sair do senso comum.

Uma Casa como esta não pode se submeter ao debate raso sobre os diversos temas; a gente tem que ir mais fundo, a gente tem que fazer a discussão que vai além do pensamento comum porque esta não é uma Casa de comuns, esta é uma Casa de pessoas que, ao longo da vida, construíram experiências e que têm uma contribuição a mais a dar para melhorar a vida das pessoas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado e desculpe por me alongar neste primeiro momento.

Obrigado, Presidente.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, Senador. Antes de passar a palavra ao Senador Flávio Arns, eu só gostaria de fazer uma colocação, que, uma vez que a Senadora Mara Gabrilli não está, pode ser para V. Exa.: desta subcomissão que será feita eu gostaria também de participar, por favor.

Quero agradecer aqui a presença da Viviane Lucas e da Mônica Azevedo por estarem nos ajudando aqui com Libras; duas profissionais que são bastante competentes e que, neste momento, fazem com que aquelas pessoas que tenham problemas de audição possam participar diretamente e entender tudo o que aqui está sendo colocado, falado e discutido. Muito obrigado a vocês duas pela participação.

Senador Flávio Arns, por favor.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – É bem rápido. Também, a exemplo do que V. Exa. disse, eu gostaria de participar da subcomissão de doenças raras.

Concordo também com todo o argumento de que temos que ter uma política pública bem definida para a área da saúde mental. Eu só acho que – estou olhando a televisão – que o pessoal intérprete de Libras não está aparecendo na televisão. Quer dizer, quem acompanha...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Isso é uma falha.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – ... esta reunião nos Estados, no Brasil não está tendo a oportunidade; só para quem está presente aqui na Comissão. Então, é só pedir à TV Senado, porque temos que ter um mecanismo para que a interpretação pela Língua Brasileira de Sinais apareça também para o povo todo do Brasil que está acompanhando o nosso trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – É uma forma de acessibilidade também.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Sem dúvida alguma. Acessibilidade em sentido amplo.

Eu queria propor só no requerimento, porque o item 1 é representante do Ministério da Saúde e o item 2 é o representante da Secretaria de Saúde Indígena. Então, acho que só o item 2 seria suficiente, porque o Ministro já virá para dar um panorama geral. O item 2... Poderíamos tirar o item 1 e ficariam cinco pessoas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero fazer o apelo para que o representante da Articulação dos Povos e Organizações Indígenas que venha a ser indicado pela articulação represente também a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, não só do Nordeste... Está aqui: do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo, que é importante, mas a pessoa a ser convidada traria o panorama do Brasil, porque há a representação da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib).

Então, essa pequena mudança. Eu concordo totalmente com o requerimento, sou contra a extinção da Secretaria, acho um absurdo passar isso para os Municípios, e tudo isso feito sem dialogar com as comunidades indígenas. A mesma coisa na área da pessoa com deficiência: vamos fazer uma política pública, mas não vamos conversar com as famílias, com as pessoas, com ninguém. Então, não resolve isso. Quando você toma uma atitude, deve dialogar com a comunidade interessada. Se há problemas, vamos resolver os problemas, e não tomar atitudes sem dialogar e conversar com o povo interessado no assunto.

Então, são as duas sugestões: uma pessoa só, porque já representa o Ministério e a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil; pode vir uma pessoa do Nordeste, mas representando a ideia do Brasil também.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Veja, por mim não há problema. O importante é que a gente faça o debate.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Está ótimo.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Todas as sugestões serão bem-vindas.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Essa era a pergunta que ia fazer a V. Exa., mas já estamos acordados.

Em votação o requerimento.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado com a inclusão dos nomes colocados aqui pelo Senador Flávio Arns e com o entendimento do autor do requerimento, Senador Rogério Carvalho.

Senadora Soraya com a palavra e Senador Mecias de Jesus também, por favor.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Eu só questionei o Senador quanto à necessidade da presença do Cimi (Conselho Indigenista Missionário) na questão. Nós havíamos conversado para que se retirasse e, aí, o Senador Girão falou "não". Então vamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conversar sobre isso, porque, na questão indigenista, pelo menos no meu Estado, a presença do Cimi na demarcação de terras indígenas é altamente preocupante.

Então, queria entender do Senador, ele disse que poderíamos tirar, mas de repente seria bom ouvir. Eu não compreendo tamanha ingerência do Cimi. Mas, então, vamos ouvir. Está bom, era isso mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Inclusive, Senadora, já foi colocado em votação, foi aprovado. No caso de retirada, só mesmo com autorização do Senador.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Sem problemas, é que eu pedi para falar antes, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Senador, por favor, com a palavra.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR) – Presidente Romário, quero manifestar a minha satisfação em participar desta Comissão.

Claro, apesar de o requerimento já ter sido aprovado, de autoria do Senador Rogério Carvalho, quero manifestar o meu apoio ao requerimento na forma como apresentado, com as modificações sugeridas pelo Senador Flávio Arns.

O Estado de Roraima, se a memória não falha, tem a segunda maior população indígena do Brasil. E não poderia me furtar de participar desse debate, principalmente porque a população indígena de Roraima sofre muito há muito tempo, mesmo antes de a saúde pública de Roraima ter entrado em colapso depois da entrada dos venezuelanos – a nossa saúde pública colapsou –, antes disso a população indígena de Roraima já vivia em estado de calamidade pública. Nós queremos participar, sim, desse debate.

Quero também manifestar a minha posição contrária à extinção da Secretaria Especial de Saúde Indígena. Se precisa modificar alguma coisa naquela Secretaria, que seja modificado, que sejam trocadas as pessoas, mas a Secretaria Especial de Saúde Indígena trouxe grandes ganhos à sociedade e ao povo indígena brasileiro.

Em Roraima, por exemplo, existe o distrito sanitário ianomâmi. Nenhum Município é capaz de cuidar daquilo lá. Primeiro, porque só se chega em cada comunidade se for através de avião. Lá não se vai de carro, não se vai no barco, é de avião. Então, é preciso que o Ministério da Saúde conheça melhor a situação do Brasil, em especial das comunidades indígenas, para poder se posicionar nesse sentido.

É o que tinha a manifestar, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Obrigado pela participação, Senador Mecias de Jesus.

Agora que temos quórum, vamos passar às votações dos projetos de lei.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 498, de 2017

- Terminativo -

Altera o artigo 235-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que aprova a Consolidação das Leis do Trabalho, e dá outras providências.

Autoria: Senador Acir Gurgacz.

Relatoria: Senador Otto Alencar.

Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda que apresenta.

Observações:

- Votação nominal.

Esta será uma votação nominal.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Concedo a palavra ao Senador Otto Alencar.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Pela ordem.) – Senador, queria pedir vista.

O SR. LUIZ DO CARMO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO) – Quero pedir vista também, Presidente, vista do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Senador Otto, por favor, V. Exa. gostaria de ler o relatório?

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Tenho que informar ao Senador que o pedido de vista pode ser feito depois da leitura do relatório. Regimentalmente sempre se faz isso aqui, do ponto de vista regimental.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Questão de ordem, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Senador Jayme, por favor.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Tem que ser lido primeiro o relatório. Após isso aí, eu indago a V. Exa., pela ordem, se é de forma coletiva ou de forma individual.

Eu acredito ser louvável, para um bom trabalho na Comissão, nós pedirmos, como V. Exa. já antecipou o pedido de vista, de forma coletiva.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Claro.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – É para o bom encaminhamento dos trabalhos da Casa aqui. Esta é a minha opinião, o meu ponto de vista. Que se lesse o relatório... O Senador já manifestou a sua vontade de pedir vista e, depois, pediríamos de forma coletiva. Não sei se V. Exa. concorda, Senador Otto?

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Concordo plenamente.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Para os bons trabalhos na Casa.

Isto é uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidente, só para a minha orientação, porque eu, inclusive, informei a alguns Senadores que me perguntaram.

A Senadora Rose de Freitas havia me dito, no Plenário, e quando me dizem, para mim... Ela é a autora do projeto, não?

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – O autor é o Senador...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – O Senador Acir Gurgacz.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O item 2, em que ela era Relatora, saiu de pauta, não?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – O item 2 ainda não entrou, entrará.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só para esclarecimento: saiu de pauta?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Não, os itens 1 e 2 saíram de pauta, desculpe.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Então está esclarecido.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Item 3.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Os próprios autores pediram para tirar de pauta, Senador.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Correto. É o item 3 este?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Por favor, Senador Otto Alencar.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Pois não, Senador Romário.

Quero dizer aqui sobre o meu compromisso com V. Exa. de trabalhar, como fizemos, sob o seu comando na Comissão de Educação. V. Exa. fez um ótimo trabalho àquela época.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Obrigado, Senador.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Aprovamos aqui, inclusive, a obrigatoriedade do ensino da capoeira nas escolas. Eu lhe presenteei com um berimbau, toquei aqui...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Ele está lá guardado.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Toquei aqui um São Bento Pequeno para V. Exa. Não sei se V. Exa. está lá treinando o berimbau... É mais futebol mesmo, não é?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Capoeira é meu forte também. (*Risos.*)

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – É mais futebol mesmo.

Mas este projeto, Senador Romário, que é do Senador Acir Gurgacz, na verdade, faz uma alteração no art. 235 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 43, que aprova a Consolidação da Lei do Trabalho, e dá outras providências.

É uma modificação na chamada Lei dos Motoristas. Ele altera a composição dessa lei para normatizar e dar as condições iguais aos motoristas intermunicipais, interestaduais e também de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

transporte público, que, na minha opinião, talvez sofram as maiores tensões nos centros urbanos, dirigindo ônibus e outros tipos de transporte urbano.

Ele, de alguma forma, procura melhorar as condições daqueles que estão nos grandes centros, dirigindo e sofrendo as dificuldades e as tensões todas que acontecem.

Portanto, acho que é um projeto meritório. Nós vamos fazer uma alteração única na redação, através de uma emenda de redação. Essa emenda de redação é ao projeto de lei que veio da Câmara com o nº 498, de 2017, e altera o art. 1º do art. 235-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio, e passa a vigorar com a seguinte alteração:

> "Art. 235-A .....
> .....
> I – de transporte rodoviário coletivo de passageiros, privado ou público, em linhas permanentes e de itinerário fixo, municipal, intermunicipal em região metropolitana ou fora dela, interestadual e internacional.
> .....'(NR)"

O projeto de lei obedece a toda a legislação e também é da competência da Comissão de Assuntos Econômicos apreciar, alterar e melhorar um projeto dessa natureza.

Portanto, está na Casa certa para a alteração.

O nosso voto é pela aprovação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, Senador.

De acordo com os termos do art. 132 do Regimento, concedo pedido de vista coletiva. Ficam adiadas a discussão e a votação da matéria.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sr. Presidente, como foi pedido vista, eu também queria entrar no pedido de vista, porque me foi pedido que eu olhe com muito carinho esse projeto e assim quero fazer, com certeza, junto com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, Senador Paim. Concedido o pedido.

ITEM 9

REQUERIMENTO Nº 8, de 2019

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo senhor presidente do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Renato Rodrigues Vieira, informações sobre o montante atualizado das dívidas consolidadas junto ao INSS pelos 500 maiores devedores da previdência. Nesses termos, requisita-se:

1. Relação integral atualizada da dívida previdenciária dos 500 maiores devedores, discriminando CNPJ, razão social e montante atualizado;

2. Relação atualizada da dívida previdenciária livre e desimpedida de constrição judicial dos 500 maiores devedores da previdência;

3. Especificar o montante devido da parte empregadora e da referente aos empregados.

Autoria: Senador Nelsinho Trad e outros.

Relatório: Pronto para deliberação

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Concedo a palavra ao Senador Nelsinho Trad.

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS) – Senador Romário, nosso Presidente, primeiramente, antes de entrar no assunto lido por V. Exa., queria parabenizar sua iniciativa, sempre inovando, de trazer aqui a tradução por Libras. Eu penso que, com esse seu exemplo, as outras comissões deverão fazer o mesmo, quiçá até o Plenário da nossa Casa, porque realmente é uma maneira de inclusão. Quero parabenizar a sensibilidade de V. Exa. por essa iniciativa.

Bom, nós estamos aí diante da pauta da previdência, que todo mundo fala, todo mundo lê, todo mundo ouve e todos estão de acordo com sua importância para o País. Mas, Senador Otto, eu penso que uma das funções do Senador é ele ter o conhecimento a fundo das matérias pertinentes que vão impactar a vida das pessoas.

Já ouvi dizer que isso é uma caixa-preta, que há informação que não chega. Em função disso, eu fiz esse requerimento pedindo para que os pares me ajudem nessa aprovação, a fim de que a gente possa ser subsidiado da informação, que consta lida por V. Exa., dos quinhentos maiores devedores da Previdência. Esse é o meu encaminhamento.

Queria aproveitar a oportunidade, Presidente Romário, e registrar a presença de dois Deputados Estaduais do meu Estado, o Deputado Herculano Borges e o Deputado Lucas de Lima. É um prazer recebê-los aqui no Senado.

É só, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito obrigado, Senador. Bem-vindos os Deputados aqui à Casa.

Senador Luiz do Carmo, por favor.

O SR. LUIZ DO CARMO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO) – Sr. Presidente, eu quero ajudar o Governo nesse imbróglio do INSS aí, ou da previdência. Mas eu, como empresário – você foi feliz ao fazer o requerimento –, tenho que ter informações precisas. Aliás, eu ia fazer um requerimento praticamente igual a esse aqui.

Nós temos de saber se realmente existe esse débito. Como é que é? E uma das coisas que eu queria acrescentar aqui é que se discriminasse a parte do patrão e a do funcionário. Porque, quando o patrão pega a parte do funcionário, já descontou no salário dele. Aí, é crime. E nós temos de ver isso.

Então, eu queria incluir isso aqui nesse requerimento, mais esse pedido, se fosse possível.

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS) – Não vejo nenhum problema. Penso que o que abunda não prejudica. Acho que vai ser importante para nós termos essas informações mais precisas.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Senador Romário, Senador Romário...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, será incluído aqui neste requerimento.

Senador, por favor.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Rapidamente, só para parabenizar nosso colega Nelsinho Trad por esse requerimento. É algo que nos deixa... Ontem estávamos lá, Senador Paulo Paim, lá no Plenário, discutindo isso. Os números que chegam são assustadores, os números dos devedores do INSS. É meio trilhão; não é bilhão não, é meio trilhão. Entre os devedores estão bancos e grandes empresas envolvidas em operação que eu considero um patrimônio nacional, que é a Lava Jato, como a JBS.

Então, nós precisamos realmente, nesse debate que nós vamos fazer sobre previdência, olhar isso para equilibrar o jogo. E tem que ser concomitantemente, tem que ser simultaneamente.

Quero reiterar os parabéns ao Nelsinho por essa iniciativa muito importante.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Em votação o requerimento...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Senador Paim, por favor.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sr. Presidente, é só para apoiar a iniciativa do querido Senador Nelsinho Trad e com o adendo aqui dos outros Senadores.

Essa questão é fundamental. Como a gente trabalhou e eu presidi a CPI da Previdência, sei que esses dados são alarmantes e, depois, que terminou a CPI, eles não vieram aqui explicar tudo o que foi atestado.

Eu vou mandar para cada Senador uma apostila onde eu mostro o trabalho da CPI da Previdência.

É só para cumprimentá-lo. Estamos juntos. Parabéns pela iniciativa!

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem.

Em votação o requerimento.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

ITEM 10

REQUERIMENTO Nº 9, de 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos regimentais, no âmbito desta Comissão de Assuntos Sociais (CAS) a realização de Audiência Pública para debater o uso da telemedicina como forma de prestação de serviços médicos mediados por tecnologias. Para tanto sugiro que sejam convidados:

- Representante do Ministério da Saúde;

- Representante do Conselho Federal de Medicina;

- Representante da Associação Médica Brasileira;

- Representante da Associação Nacional de Hospitais Privados;

- Presidente da Federação Brasileira de Hospitais, Sr Luiz Aramicy Pinto;

- Representante da Confederação das Santas Casas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Nelsinho Trad.

Relatório: Pronto para deliberação.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Concedo a palavra ao Senador Nelsinho Trad.

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS) – Senador Romário, nós estamos diante de um grande avanço que poderá atender a sociedade brasileira no que tange à telemedicina. O Conselho Federal de Medicina abriu um canal na sua página para debater esse assunto, uma vez que havia encaminhado uma resolução que gerou polêmica muito grande na classe médica, na classe dos hospitais.

Até para contribuir com o Conselho Federal de Medicina e com os Conselhos Estaduais de Medicina, eu, que sou médico, propus esta audiência pública no sentido de nós debatermos e esgotarmos esse assunto e fazer com que ele possa, de forma mais sintonizada, ser implantado para o bem da sociedade brasileira.

Esse é o meu pensamento. Peço o apoio dos nobres pares neste encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Em votação o requerimento.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento do item 10.

Requerimento nº 10, de 2019, extrapauta.

EXTRAPAUTA

ITEM 11

REQUERIMENTO Nº 10, de 2019

- Não terminativo -

Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a realização de audiência pública, nesta Comissão, para debater a reforma previdência, com a presença do seguinte convidado:

- Rogério Marinho, Secretário Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia.

Autoria: Senador Paulo Paim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os convidados serão informados posteriormente.

Concedo a palavra ao autor.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sr. Presidente, na mesma linha do requerimento do Senador Nelsinho Trad, que vai nessa linha também. Só para complementar: só de apropriação indébita, são 30 bilhões por ano que desapareceram, conforme levantou muito bem o Senador aqui.

Então, sobre esta audiência pública, Sr. Presidente, eu tomei a liberdade de ligar para o Secretário da Previdência, que tem o papel de Ministro da Previdência na minha avaliação – o meu sonho é que volte ainda o Ministério da Previdência. E o ex-Deputado Marinho disse que está à disposição. É só nos agendarmos o dia que ele está disposto a vir à Comissão de Direitos Humanos, à Comissão de Assuntos Sociais.

Eu achei muito positivo isso, porque esse debate tem que ser aprofundado, não pode um tema como esse, como eu digo, que interessa a toda a sociedade brasileira, ser votado de afogadilho, como foi a reforma trabalhista no passado – V. Exa. acompanhou aquele debate. A preocupação é enorme!

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Em relação ao qual fui contra.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Assim como V. Exa.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Votamos juntos, votamos juntos.

Eu cumprimento todos os Senadores. Sei que será aprovado aqui para que possamos aprofundar esse debate com a presença, quem sabe, até do Secretário; que ele venha aqui e explique qual, de fato, é a reforma da Previdência que está sendo entregue na Câmara no dia de hoje!

Não preciso mais falar desse tema – eu falo todos os dias na tribuna. A justificativa é a de que temos que aprofundar o debate, ouvindo toda a sociedade sobre a reforma da previdência que nós queremos. Só deixo claro que não sou daqueles que são contra e pronto, soldadinho no passo certo, não é isso. Acho que é no debate que nós vamos construir, com certeza, uma alternativa viável e vamos usar também os dados da própria CPI da Previdência.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem.

Quando V. Exa. coloca que serão informados posteriormente os convidados, isso significa que outros Senadores também podem chamar convidados?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A intenção é contribuir com ideias junto à Mesa. Eu não quis ter a prioridade de indicar todos os nomes. Indiquei o Secretário, que é correspondente ao Ministro, que é quem entende da matéria, para que ele venha explicar a reforma. Entendo que podemos indicar entidades da sociedade civil para fazer uma composição – de repente, quatro a favor, quatro contra. Enfim, que haja um grande entendimento, para que, nesse dia, a gente faça um debate aberto, equilibrado, tranquilo, na boa técnica, que V. Exa. naturalmente vai orientar, para que o debate não saia daquele patamar que todos nós esperamos.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Eu só gostaria de sugerir, Sr. Presidente, se o Ministro for convidado, que venha o Ministro aqui, só o Ministro.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Nesse dia só o Ministro?

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – E ele vai debater com os Senadores e Senadoras.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Conosco.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Mas a gente tem que trazer sem dúvida...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A sociedade civil num outro momento.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – ... na sequência, a sociedade civil, gente a favor, gente contra, e tal, para haver equilíbrio nesse sentido, mas preservar para haver um bom debate com o Ministro mesmo naquele dia, unicamente com ele.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É essa a ideia, Sr. Presidente. No primeiro dia, por isso eu fiz o contato com ele... Na Comissão Direitos Humanos, será só o Ministro. Até eu já adotei lá por critério – os Senadores que estiveram lá viram essa questão – que, no dia em que se convoca o Ministro, é só o Ministro, mas sem prejuízo, num outro dia, de ouvirmos a sociedade civil.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Mas, nesse caso, a gente está...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só o Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Só o Ministro.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Seria o Secretário da Previdência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Então, não se trata do "convidados", é "o convidado".

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Em votação o requerimento.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o Requerimento, extrapauta, nº 10.

Requerimento, extrapauta, nº 11, de 2019.

EXTRAPAUTA

ITEM 12

REQUERIMENTO Nº 11, de 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, inciso II da Constituição Federal e dos arts. 90, inciso II e 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) para debater sobre denúncias de uso de doping nos treinamentos e competições de fisiculturismo, no Brasil. Para tanto, sugiro que sejam convidados representantes dos órgãos e entidades relacionados a seguir:

– Presidente da Confederação Brasileira de Musculação, Fisiculturismo e Fitness; Maurício de Arruda Campos;

– Presidente do Tribunal Antidopagem – Ministério do Esporte; Dra. Tatiana Mesquita ;

– Representante no Brasil da Federação Internacional de Fisiculturismo; Alexandre Bortolato ;

- Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem (ABCD) – Ministério do Esporte;

- Dr. Eduardo De Rose – referência brasileira no exterior no combate ao uso de doping;

- Um atleta de fisiculturismo, a ser indicado pela Confederação de Fisiculturismo;

- Savaget Promoções, Congressos e Eventos Ltda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Romário.

Este requerimento extrapauta é de minha autoria. Quero dizer que hoje, infelizmente, no nosso esporte – a Leila pode confirmar o que estou dizendo –, o *doping* definitivamente invadiu o Brasil. Falando especificamente do futebol, que é o esporte preferido da maioria: nós, infelizmente, não temos o controle que deveríamos ter dentro do futebol profissional, até porque a sua maior entidade, que é a CBF, todos nós já sabemos, é a entidade mais corrupta que temos no futebol no País e não se interessa por esse tema. O objetivo maior da CBF, já nos últimos 20 anos, é enriquecer aqueles que lá estão, e a decência do futebol fica em terceiro, quarto plano.

Por isso, entendo que este meu requerimento vem em bom momento, já que, nesta Legislatura, existem pessoas que, independentemente de serem desportistas, são atentas a esse segmento. Acredito que muitos dos novos Senadores e dos Senadores antigos também gostem de praticar esportes – acredito que a maioria pratique futebol e, depois, vôlei, não é, Leila? E isso é de grande relevância para que possamos entender melhor e saber o que realmente está acontecendo com o *doping* no esporte – aqui, no caso do fisiculturismo, mas podemos aproveitar e estender a fala e o debate para outros esportes.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Com a palavra a Senadora Leila.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. Pela ordem.) – Inclusive, há a questão das políticas educacionais com relação ao jogo limpo, o *fair play*. Na escola, a gente tem a maior preocupação com esse trabalho de antidopagem, que não é desenvolvido, principalmente por ministério, por comitê olímpico, e é uma preocupação...

Esse *doping* de que o senhor está falando já começa na categoria de base. Antigamente nós víamos atletas de alto rendimento se dopando – isso nós já víamos em grandes competições –, mas, a partir desta última década, a gente vê a ocorrência já na base, atletas tendo suas carreiras interrompidas porque estão se utilizando do *doping* para melhorar suas performances. Então, percebemos que, na base, a relação com as pessoas que cuidam das carreiras está cada dia mais profissional, menos humanizada, e esse menino é jogado profissionalmente de forma totalmente despreparada.

Parabéns pela iniciativa. Eu apoio integralmente a iniciativa e peço aos pares aqui para que vejam com muito carinho esse requerimento, que é importante para o esporte brasileiro.

Obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito obrigado, Senadora.

Em votação o requerimento.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT. Pela ordem.) – Senador Romário. Senador Romário, pela ordem. Um minuto só. Um minuto só, Senador Romário.

Eu queria sugerir ao ilustre Senador Rogério...

Senador Rogério, por favor, me ouça um segundo só.

V. Exa. fez aqui as possíveis convocações, ou convites, para as pessoas virem debater questão da política indigenista em relação à saúde. Qual é a visão, tendo em vista que Mato Grosso é o sexto Estado da Federação com a maior população indígena? O primeiro é o Estado do Amazonas, depois vêm Bahia e Pernambuco, depois o Mato Grosso. Após a conclusão dessa, vamos chamar assim, oitiva que vamos fazer com as autoridades que serão convidadas a virem aqui... V. Exa. também tem que ter, assim espero, sensibilidade suficiente... Vamos convocar também, se possível, uma ou duas etnias para virem ser ouvidas aqui.

O que acontece hoje, o que ocorre hoje, na maioria das vezes? Lamentavelmente, o dinheiro que tinha que chegar à ponta, para os povos indígenas, fica pelo meio do caminho. Quanto ao que se está propondo, a descentralização desses recursos para os Municípios fazerem essa política de saúde para os povos indígenas, isso tem algum fundamento. Lamentavelmente – e eu moro num Estado de dimensão continental, que é Mato Grosso, com 900 mil quilômetros quadrados, enorme, gigantesco –, o que se percebe, com muita clarividência, é que a maioria absoluta dos recursos não chega à ponta lá, não atende o índio coisa alguma. Muitas vezes, superfaturam até os voos, porque a maioria absoluta lá é transportada em avião. E ali fica o dinheiro no meio da estrada. O índio não vê nem a cor do dinheiro para assistência à saúde e muito menos para outras políticas públicas decentes.

Na conclusão dos trabalhos... Eu só vou fazer aqui uma demonstração. Eu tenho um bom relacionamento com algumas etnias do Estado. Na semana passada, Presidente Romário, a Ministra da Agricultura, acompanhada do Ministro do Meio Ambiente, com outras autoridades nacionais, esteve numa região nossa chamada Campo Novo do Parecis. Lá os índios estão plantando 12 mil hectares de soja. Então, hoje, a conclusão a que chego é que eles estudaram por conta própria, lá há técnico agrícola, engenheiro agrônomo, lá tem tudo. Eles estão plantando 12 mil hectares. Se o senhor for lá, vai ver que a qualidade de vida dos índios que estão ali é de Primeiro Mundo. Tem de tudo na comunidade. Será de bom alvitre se, amanhã ou depois, esta Comissão montar uma comissão aqui e ir

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

visitar. O que o índio quer, a bem da verdade, com certeza, é ser respeitado, ser tratado como cidadão normal, como nós brasileiros somos tratados e temos que ser tratados. De forma que, na conclusão desse trabalho... O que me deixa indignado, muitas vezes, é que há o recurso, mas esse recurso não chega à ponta. A turma é tão malandra que consegue roubar no sacolão que tem que ser levado para as tribos de índio, eles roubam a metade no caminho, na estrada. O próprio representante da Funai, muitas das vezes, rouba o dinheiro, compra 1000 em sacolão e chegam 500 à ponta – às vezes, só vai a nota e não vai, de fato, a alimentação que está prevista no orçamento para ser comprada. Essa é a minha indignação!

Mato Grosso tem quase 50 mil índios. A maior população indígena está no Estado do Amazonas, com 168 mil, depois Pernambuco com 76 mil, depois o Estado da Bahia com 54 mil. São os maiores Estados em população...

Depois, V. Exa., que é médico, que entende do assunto, eu sou apenas curioso, mas já convivo... É porque fui Governador, duas vezes Senador, três vezes Prefeito. Em síntese, V. Exa. terá uma oportunidade ímpar. Eu gostaria de sugerir que traga uma etnia dessa aqui. O senhor vai ver a maravilha de pessoas... O senhor vai falar: "Gente, não posso acreditar que há povos indígenas, etnias como essas aqui, que têm engenheiros agrônomos, advogados, técnicos agrícolas!" Eles têm tudo, mas sabe do que precisam? De mais oportunidades.

Só para simplificar e concluir, Sr. Presidente. Essa reserva indígena, Senador Flávio Arns, é de 1 milhão e 400 mil hectares. É é a reserva dos parecis – 070, 364, Porto Velho –, com 1 milhão e 400 mil hectares. Eles estão plantando 12 mil hectares de soja, mesmo assim sob chicote do MPF, que foi lá e os multaram em R$160 milhões. É que o MPF também quer tutelá-los, também há os pseudodefensores dos povos indígenas – também é uma quadrilha de malandros que usam o índio como massa de manobra. E o índio chegou à conclusão agora de que não quer ser mais massa de manobra, não! Ele já tem inteligência, capacidade, professores, tudo! Eles querem liberdade para trabalhar também e ter o direito de ter uma caminhonete Hilux, de frequentar também bons restaurantes quando vai à cidade, de ter uma boa assistência médica.

A assistência médica hoje... Eu não sei no seu Estado, mas eu imagino que deva haver índio lá que viva em situação de penúria, passando fome, morrendo criança... No Mato Grosso do Sul, até então, nos últimos quatro ou cinco anos, morria, todos os dias, uma criança nessas reservas indígenas.

A título de sugestão, quando concluir esse trabalho que V. Exa. está propondo, convide... Se V. Exa. me permitir, sugiro que convide uma etnia, se for o caso do Mato Grosso, ou, se for o caso de Mato Grosso do Sul, com o Nelsinho Trad. V. Exa. pode convidar outro Estado da Amazônia, através de alguns Deputados e Senadores aqui, para ouvir do índio o que o índio quer, a bem da verdade. É apenas a título de contribuir com V. Exa. pelo trabalho...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Com certeza, Senador. Dentre os convidados, há algumas etnias que vão participar...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, Srªs e Srs. Senadores.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado a todos pela presença.

(*Iniciada às 09 horas e 11 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 05 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 3ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE FEVEREIRO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às nove horas e dezessete minutos do dia vinte e sete de fevereiro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Romário, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Jayme Campos, Mara Gabrilli, Nelsinho Trad, Maria do Carmo Alves, Rogério Carvalho, Styvenson Valentim, Eduardo Gomes, Otto Alencar, Zenaide Maia, Juíza Selma, Eliziane Gama, Luiz do Carmo, Paulo Paim, Jorge Kajuru, Carlos Viana, Eduardo Girão, Marcos do Val, Telmário Mota, Dário Berger e Izalci Lucas. Deixam de comparecer os Senadores Humberto Costa, Leila Barros, Weverton, Flávio Arns, Renan Calheiros, Marcelo Castro, Luis Carlos Heinze e Irajá. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Após a aprovação da ata, a presidência procedeu à leitura de comunicados. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei do Senado n° 498, de 2017 - Terminativo -** que: "Altera o artigo 235-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, de 1º de maio de 1943, que aprova a Consolidação das Leis do Trabalho, e dá outras providências." **Autoria:** Senador Acir Gurgacz. **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e da Emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovados o Projeto de Lei do Senado nº 498, de 2017, e a Emenda nº 1-CAS. **ITEM 2 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 12, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 58 da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o Senhor OSMAR TERRA, Ministro de Estado da Cidadania, para que apresente as diretrizes e os programas prioritários de sua pasta." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 3 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 15, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a administração, o orçamento e a gestão dos recursos da previdência social sob o modelo de sistema previdenciário de capitalização proposto pela reforma da previdência de 2019. Proponho para audiência a presença dos seguintes convidados: 0. Secretário Executivo do Ministério da Economia. 1. Representante da Secretaria de Previdência, do Ministério da Economia. 2. Representante do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS. 3. Representante do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE. 4. O professor do Instituto de Economia da Unicamp, Márcio Pochmann. 5. A professora da UFRJ, Denise Gentil." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho. **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Incluído um convidado: Secretário Executivo do Ministério da Economia. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e quatorze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Romário

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/02/27

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Bom dia a todos

Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais da 1º Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciar o nosso trabalho, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

As Sras. e Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A presente reunião está destinada à deliberação de itens terminativos e requerimentos, conforme pauta prevista divulgada.

Há expedientes sobre a mesa, que passo a ler.

Esta Presidência comunica o recebimento das seguintes manifestações:

1. Ofício nº 152, de 2019, da Câmara Municipal de Taubaté, São Paulo, que manifesta apelo ao Projeto de Lei Complementar nº 143, de 2018, de autoria da Deputada Carmen Zanotto, que "altera a Lei nº 12.732" a fim de determinar celeridade em votação, para que os exames relacionados ao diagnóstico de neoplasia maligna sejam realizados no prazo de 30 dias;

2. Ofício nº 42, 2018, do Grupo Brasileiro de Tratamento da Leucemia Linfoide Aguda da Criança do Centro Infantil Boldrini. Segundo o centro infantil, em descumprimento de decisão da Ação Civil Pública nº 1007458-75.017.4.01.3400, do Ministério Público Federal, o Ministério da Saúde continuou distribuindo o medicamento Leuginase, que não possui eficácia comprovada, conforme documentação anteriormente encaminhada pelo referido Centro Boldrini;

3. Ofício nº 613, de 2018, da Câmara Municipal de São Carlos, São Paulo, que encaminha a Moção de Repúdio nº 312, de 2018, ao Governo Federal pela intenção de reduzir os investimentos em assistência social em 2019;

4. Ofício nº 1.096/CMG, de 2018, da Câmara Municipal de Garanhus, Pernambuco, que encaminha moção de repúdio à Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS, pelo fato

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de não autorizar a incorporação de medicamento Spinraza, próprio para tratamento da doença atrofia muscular espinhal;

5. Moção de Repúdio nº 2, de 2018, da Câmara Municipal de Abaetetuba, Pará, referente à quebra de contrato de parceria que garantiria aos médicos cubanos atenderem em nosso País pelo Programa Mais Médicos;

6. Carta do cidadão Antônio de Souza, da cidade Santo Estevão, Bahia, que envia sugestões para contribuir com o texto da proposta da reforma da Previdência Social;

7. Ofício nº 282, de 2018, que encaminha a moção, de 2018, do Sinagências, Distrito Federal, de repúdio referente à indicação do nome de André Luís Dantas Ferreira para a Direção da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, conforme a Mensagem nº 731, de 2018.

Os referidos documentos ficarão à disposição da Secretaria desta Comissão para as consultas que se fizerem necessárias.

Item 3.

ITEM 3

REQUERIMENTO Nº 15, de 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a administração, o orçamento e a gestão dos recursos da previdência social sob o modelo de sistema previdenciário de capitalização proposto pela reforma da previdência de 2019.

Proponho para audiência a presença dos seguintes convidados:

1. Representante da Secretaria de Previdência, do Ministério da Economia. 2. Representante do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS. 3. Representante do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE. 4. O professor do Instituto de Economia da Unicamp, Márcio Pochmann. 5. A professora da UFRJ, Denise Gentil.

Autoria: Senador Rogério Carvalho

Concedo a palavra ao Senador Rogério Carvalho. Por favor, Senador.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para leitura de relatório.) – Bom dia, Senador!

Bom dia, Senadoras!

Quero cumprimentar o Presidente Romário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A solicitação desta audiência pública tem como objetivo esclarecer e fazer um debate nesta Casa – iniciar o debate aqui pela CAS – sobre qual destino, quem vai gerenciar, como serão aplicados os bilhões, talvez trilhões de poupança que serão gerados com o sistema de capitalização no novo regime de previdência proposto pelo Governo. Nós sabemos que a riqueza de um país está nas suas reservas, nas suas terras agricultáveis, na sua água, nas suas reservas minerais, na capacidade instalada de parque industrial, na capacidade de produção de conhecimento, mas, sem poupança, nenhum país vai adiante. E também sabemos que o mundo vive em função da poupança dos fundos de previdência, que são os grandes movedores do investimento nas diversas economias.

No Brasil, isso aconteceu por um tempo e ainda acontece – os grandes fundos de previdência, que têm uma participação pública e privada, foram e são responsáveis pelos grandes investimentos que ocorreram no nosso País; depois das privatizações feitas no Governo Fernando Henrique, grande parte dos investimentos vieram de recursos desses fundos. E agora? Esse dinheiro vai direto para um sistema financeiro concentrado, esse dinheiro vai para o sistema financeiro, que pode investir no Brasil, em Singapura, nos Estados Unidos, na China, em qualquer lugar do mundo. Qual o controle que nós brasileiros teremos e daremos? Que destino nós brasileiros daremos à riqueza do nosso povo, se esse for o caminho adotado na reforma da previdência? Por isso, a pertinência de discutirmos esse assunto e aprofundarmos esse tema aqui, na Comissão de Assuntos Sociais.

Essa é a posição.

Eu também queria, Presidente, se o senhor me permitir, já fazer aqui uma solicitação de adendo de tema. Era um requerimento extrapauta, mas nós não precisamos votar um requerimento extrapauta, mas, sim, incluir na audiência com o Ministro da Saúde, que virá ao debate no dia 27, a questão do Mais Médicos, que nós não incluímos em todos os requerimentos. Já que ele vem, que ele possa também falar sobre o Programa Mais Médicos, quais são os rumos do programa, etc., etc. Eu vou deixar a proposta de requerimento sobre a mesa ou de inclusão sobre a mesa, para que a gente possa incluir, se houver acordo com os demais membros da Comissão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, Senador.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Sr. Presidente, pela ordem. Eu quero discutir o item 3, requerimento encaminhado pelo Senador Rogério.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Por favor, Senador Jayme. Por favor, com a palavra.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT. Pela ordem.) – Senador Rogério, primeiro, eu acho louvável a iniciativa de V. Exa., quando propõe a esta Comissão esse requerimento convidando essas autoridades para discutirmos aqui o regime de capitalização.

Eu acho também de bom alvitre, se possível, óbvio, evidente, se tivéssemos aqui um representante do próprio Ministério da Economia – o próprio Ministro Paulo Guedes ou talvez o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Secretário-Geral do Ministério, pela agenda tomada que ele deve ter todos os dias –, na medida em que eu, particularmente, tenho a sensação de que, às vezes, essas pessoas que estão sendo convidadas aqui poderão dar uma informação mais técnica, mas não terão a capacidade de informar para onde vão esses recursos. V. Exa. é pertinente em seu requerimento...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – É para sabemos para onde, de fato, vai essa riqueza – falam em até trilhões de reais.

Nessa capitalização, que já existe, lamentavelmente, há algumas maracutaias em alguns fundos, o que já está provado e comprovado no Brasil. Nós queremos saber também, na possibilidade da aprovação dessa nova lei, para onde vai o dinheiro. Daqui a pouco, ele vai ser desviado, vão colocar em fonte, vai ser aplicado talvez em locais não adequados. E quem vai pagar a conta é o trabalhador brasileiro.

Então, eu quero me associar a V. Exa., mas espero que V. Exa., se possível, faça um adendo ao seu próprio requerimento – pode ser de forma verbal, se for o caso – para vir alguma autoridade da área econômica, o que, imagino, Senador Romário, é fundamental para este debate bem amplo e bem transparente aqui na nossa Comissão.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Seria um representante do Ministério da Fazenda, então, Senador Jayme?

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – O que eu proponho... É óbvio, é evidente, eu estou me associando. Se for naturalmente possível no requerimento do próprio Senador, eu acho que é bom vir aqui alguém para nos dar essa explicação.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – A gente tem um representante da Secretaria de Previdência do Ministério da Economia, mas o que ele está propondo é que venha, por exemplo, o Secretário Executivo, convidar o Secretário Executivo do Ministério da Economia.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Da Fazenda, da Economia.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Da Fazenda.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Incluo aqui, então, o Secretário Executivo da Fazenda também neste requerimento.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Até para ele dirimir qualquer dúvida, não é, Senador?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Em votação o requerimento.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Passo a palavra agora ao Senador Jorge Kajuru.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Sr. Presidente Romário, senhoras brasileiras e senhores brasileiros, nossos únicos patrões, permitam-me aqui quebrar um pouco o protocolo em função de uma notícia extraordinária para o Brasil na área da saúde e também de uma preocupação que eu trago aqui, Presidente, em relação ao Dia Mundial das Doenças Raras, amanhã, dia 28.

Bom, inicialmente, como o novo Presidente do Banco Central foi escolhido por nós ontem, por maioria, no Plenário, o Roberto Campos Neto, eu lembro aqui uma frase do seu avô, histórico frasista, que dizia o seguinte: "A diferença entre a inteligência e estupidez é [rigorosamente] que a inteligência é limitada". E a sensibilidade para alguns assuntos também é limitada.

Amanhã, Presidente, dia 28 de fevereiro, comemora-se o Dia Mundial das Doenças Raras. A data foi celebrada pela primeira vez em 2008 pela Organização Europeia de Doenças Raras. Pelo menos 70 países em todo o mundo celebram essa data com o objetivo de sensibilizar a população, órgãos de saúde pública, médicos e especialistas.

Eu comentava aqui com o Senador Jayme antes da nossa reunião: todos estão voltados para os tipos de doenças raras existentes, tanto no que diz respeito a pesquisas, quanto ao atendimento a pessoas que são acometidas por essas doenças, a fim de que tenham um tratamento digno ou até mesmo o principal, que é a cura.

A Organização Pan-Americana de Saúde informa que o Brasil conta com 15 milhões de pessoas com algum tipo de doença rara. São consideradas doenças raras, Senador Styvenson, aquelas que alcançam até 65 pessoas em cada 100 mil. Normalmente, as doenças raras manifestam-se nos primeiros anos da vida de uma criança, como certamente sabe a Senadora Maria do Carmo, aqui ao lado. Calcula-se que 8% da população mundial, Presidente Romário, têm algum tipo de doença rara, ou seja, uma em cada 15 pessoas.

Eu trago, então, para o Senado uma grande preocupação com a saúde, pois, como Vereador em Goiânia, por um ano e meio de mandato, como lembra o colega Luiz aqui ao lado, já atuava eu com a criação do Centro Diabético de Goiás. Apresentei o projeto ontem ao Ministro Luiz Henrique Mandetta, que, aliás, enviou-lhe um abraço e confirmou sua presença aqui através de requerimento apresentado por mim sobre a saúde mental e outros assuntos para o próximo dia 27. E ele foi muito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gentil, preparado me pareceu. É médico do Mato Grosso do Sul, formou-se no Rio de Janeiro, na sua terra, Presidente.

Então, quero fazer aqui um esforço, pedindo a todos os companheiros, respeitosos colegas, porque isso tudo começou... E aqui eu tenho que ser justo, eu nunca serei injusto. O Senador Otto Alencar, da Bahia, criou lá um centro diabético que é referência nacional. Eu ontem tomei conhecimento em detalhes. Ele me entregou ontem para que eu conhecesse, como diabético que sou, como o Presidente Romário, que também é, e fizemos a cirurgia.

Mas eu aproveito para compartilhar com os colegas e com a população brasileira o fato de que o meu Estado de Goiás tem uma comunidade, que o Luiz do Carmo certamente conhece, que é Faina, onde graça uma dessas doenças raríssimas. O xeroderma pigmentoso é uma doença rara que provoca deformidades físicas, e, em Goiás, acomete moradores da comunidade de Araras, no Município de Faina, num quantitativo de cerca de duas dezenas de pessoas. Concluo. Essas pessoas situam-se, entretanto, num universo de possível incidência de 200 famílias. No mundo, a incidência é de um caso em cada grupo de 200 mil pessoas. Em Araras está a maior concentração da doença registrada pelos pesquisadores em todo o mundo. O agravante da doença é que se apresenta como genética – genética! –, excelências, cujo portador possui dificuldade em reverter as agressões que a radiação solar provoca no DNA das células da pele. O xeroderma provoca outras doenças, como a degeneração do sistema nervoso, a cegueira e a perda de audição.

Solicitei, então, à minha conselheira voluntária, Senadora histórica desta Casa Heloísa Helena, que atua em meu gabinete 16, um estudo para vermos o que poderei fazer com os senhores e as senhoras em termos de legislação e de acompanhamento por parte das secretarias, e, no meu caso, da Secretaria da Saúde de Goiás.

Finalizo, Presidente Romário, trazendo-lhe uma notícia que sei que será a sua grande felicidade do dia de hoje. Ontem, obtive a assinatura do Ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, com o apoio total do Ministro Paulo Guedes e também do Presidente Jair Bolsonaro, ao projeto de lei que começou com o Senador e meu amigo irmão hoje Governador de Goiás, Ronaldo Caiado, e com o apoio total de V.Exas., eu me lembro, aqui no Senado, no ano passado, no primeiro semestre. E aqui eu tenho a certeza mais absoluta de que todos vão concordar, todos na semana que vem, depois do Carnaval, para a aprovação imediata em Plenário, pois o Ministro da Saúde liberou recursos inicialmente na ordem de R$6 milhões, depois o custeio mensal. E a grande notícia, Presidente: não mais será um centro diabético em Goiás, como já há, desde 27 de junho, como já tem o Senador Otto Alencar, na Bahia; agora será para todo o Brasil, ou seja, todos os diabéticos brasileiros terão acesso, via SUS, de forma gratuita, evidentemente, não só ao fornecimento de remédios, de insulina, Senador Luiz, como também a cirurgias. Então, estendeu-se ao Brasil inteiro essa praga silenciosa, essa doença grave.

Eu creio ser uma vitória de todos nós, começando aqui com o Senador Romário, com o Senador Ronaldo Caiado, e agora, na nossa Legislatura, a gente vai poder estender o atendimento aos diabéticos de todo o Brasil via SUS em todos os níveis, repito, desde remédios, insulinas, bomba de insulina, cirurgias e pré-diabéticos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado, Presidente.

Era o registro que eu queria fazer.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Senador Romário...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – É só para agradecer aqui as palavras do Senador Jorge Kajuru e para dizer que essa é uma excelente notícia, Senador, para as pessoas que têm diabetes. Nós sabemos o quanto essas pessoas sofrem – nós particularmente passamos por isso antes de nossas cirurgias. Infelizmente muitos da população diabética brasileira não têm condição de bancar um tratamento, um acompanhamento, e, com a abertura dessa ideia de eles poderem ter um acompanhamento através do SUS e de a insulina ser liberada e outros remédios também, isso realmente passa a ser uma notícia mais que relevante, de uma importância muito grande. Quero parabenizar o novo Governo por dar essa oportunidade a essas pessoas que realmente tanto precisam e necessitam.

Parabéns pelo trabalho que V. Exa. vem fazendo em defesa dessas pessoas com diabetes!

Senador Otto Alencar.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Senador Romário, eu agradeço.

Eu passei, realmente, para o Senador Kajuru um trabalho na área de saúde que eu comecei na Bahia quando eu fui Secretário em 1994. Nós temos na Bahia uma quantidade muito grande de pessoas com diabetes melito. Inclusive no caso de diabetes infantil, a coisa é muito mais grave ainda. Então, naquela época, nós criamos os Cedebas, os centros de diabéticos da Bahia, que vieram evoluindo.

Do ponto de vista organizacional, nós contratamos e colocamos os melhores técnicos do nosso Estado para fazer esse trabalho, que é coordenado por uma técnica, uma endocrinologista, Dra. Reine Chaves, que faz um trabalho quase missionário, com algumas dificuldades. Mas o que aconteceu? A qualidade do serviço, a excelência do serviço cresceu tanto que organismos internacionais financiam esses serviços hoje, com medicação, com assistência, com bons endocrinologistas. E é de lá que se fazem todos os exames para, a partir daí, através do SUS, se fazerem as cirurgias bariátricas, quando são indicadas, com assistência psicológica, com todo o atendimento necessário.

Eu passei para o Senador Kajuru, porque eu acho que esse é um problema em que, dentro do Sistema Único de Saúde, o Governo Federal precisa avançar, porque nem todos os Estados terão condição de bancar. Esse Cedeba, que é de 1994 – portanto, há 24 anos que eu o criei –, ele cresceu, e hoje a sustentação quase logística dele é por organismos internacionais que ajudam no seu funcionamento. Portanto, o Governo Federal deveria ter um setor e uma verba destinados a colocar novos centros pelo Brasil afora, para evitar os danos que a diabetes pode causar, como as amputações, problemas visuais...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Cegueira.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – ... cegueira e tantas outras complicações que acontecem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse é um fato, e o outro fato que eu até vou levar ao Ministro – já tinha levado a outros ministros – é essa questão da hipertensão essencial.

No meu Estado da Bahia, por exemplo, na região do Recôncavo, há predominância dos afrodescendentes, da raça negra, que contribuiu muito para o nosso Estado, que é um segmento que nós valorizamos bastante tem a tendência à hipertensão essencial, que pode levar a um AVC hemorrágico, a um AVC isquêmico. Na Bahia, já existe esse centro. É outra coisa que poderia evitar muito o internamento das pessoas que vão hoje procurar os hospitais públicos com sequelas de AVC hemorrágico, de AVC isquêmico.

Acho que o Sistema Único de Saúde está numa situação um tanto quanto difícil por falta de recurso, até porque nós votamos naquela época – eu votei a favor da PEC dos gastos –, porque tinha de parar a sangria. Está na hora de tirar a saúde dessa PEC dos gastos, para aumentar os recursos e os investimentos, para que nós possamos ter, na rede básica, esse centro de excelência, para evitar o internamento.

Então, foi isso que eu falei com o Senador Jorge Kajuru. Ele vai abraçar essa causa, como V. Exa. também abraçou a causa e luta por isso, que é uma coisa quase que patriótica o que V. Exa. faz em relação à síndrome de Down. O seu nome é um nome nacional, porque abraçou uma causa que é uma causa superimportante de alguém que, tendo sensibilidade, passa a ser humanista, como V. Exa. tem sido nesse setor.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, Senador Otto. Muito obrigado. E parabéns pelo trabalho de excelência que V. Exa. sempre fez nessa área da diabetes.

Passo a palavra ao Senador Luiz do Carmo, por favor.

O SR. LUIZ DO CARMO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO) – Também não posso deixar aqui de falar bem do meu companheiro Senador Jorge Kajuru. Realmente, em Goiás, ele encampou isso aí. E, como o Kajuru é uma pessoa conhecida, pública, todo mundo o ajudou, mas ele encampou isso lá em Goiás. E realmente deu certo. Meus parabéns!

E vocês sabem que o Áureo Ludovico, um médico famoso, operou a minha filha também e teve dificuldade para implantar isso. Foi difícil. Saiu matéria negativa a respeito daquela cirurgia dele. Enquanto não chegaram vocês, que acreditaram nele, famosos, que daria certo, a coisa não melhorou. Então, Kajuru, meus parabéns por essa iniciativa. E nós vamos apoiá-lo.

E outra coisa interessante aqui: eu não sou diabético, mas, de seis em seis meses, faço um exame e fico com medo: "Olha, você está no limite, está no limite. Não coma o arroz...". Não é mesmo, Kajuru? Então, realmente, isso é uma doença silenciosa e está havendo muito.

Então, meus parabéns a vocês, e o SUS tende a encampar isso mesmo.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito obrigado, Senador.

Passo a palavra aqui ao meu Vice-Presidente, Senador Styvenson Valentim.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Eu percebo, Sr. Presidente, essa atenção toda com a diabetes e com outras as doenças também que são silenciosas e que podem ser evitadas justamente se houvesse essa profilaxia, esse exame antecipado.

Lembro, Kajuru, às pessoas que estão ouvindo, a todos, principalmente aos jovens, que o hábito de esporte, o hábito alimentar, tudo isso influencia. Há a parte genética? Há. Mas, segundo pesquisas, se for descoberto, com diagnóstico precoce até 50 anos, pode ser até evitado que passe para os filhos. Então, eu aqui, além de estar o apoiando na questão brasileira dessas doenças – a Leila não está aqui, mas Romário está do meu lado –, digo que uma prática esportiva pode evitar isso, Romário.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Claro.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Uma boa alimentação pode.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Nutrição é fundamental.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Bons hábitos de esporte.

Agora, a gente vive hoje na era da comida rápida, do *fast-food*, que abre muito mais do que uma alimentação natural. As crianças se alimentam hoje com quê? Com excesso de carboidratos, com excesso de açúcares. Por isso a gente está passando por esse problema. É tão silenciosa, porque a gente se cala para comer. A gente passa mais tempo mastigando do que pensando, falando e evitando que essa doença esteja presente em nossa vida. Evitar ou combater essa doença só com remédios, se pode ser feito desde uma fase embrionária, desde esse hábito que passa da mãe para o filho, dos pais, principalmente? Tem que começar nas escolas, temos que ser mais rígidos.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – A prevenção...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Isso. Prática de esportes, prevenção, boa alimentação e vão restar só aquelas pessoas que tenham a predisposição genética.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Permita-me, Senador Styvenson.

O Senador Romário não teve oportunidade, ele vai estar em Goiânia, parece-me, ainda este mês. E eu faço questão de convidar V. Exa., Sr. Presidente, para conhecer. O Senador Luiz do Carmo, a quem eu agradeço, parece-me que já foi lá. Ele fica na Avenida Anhanguera, esquina com a Alameda das Rosas, ali bem no Centro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ali, Senador Otto Alencar, que é um pioneiro, ali nós temos também direito a cirurgias diabéticas, essas, a que se referiu o Senador Luiz, feitas pelo criador, que é o goiano Áureo Ludovico e também agora o Dr. Paulo Reis e outros que começaram a fazer. E a equipe lá de médicos é voluntária, isso é importante, o Senador Rogério, que tanto me ajudou, que tanto colaborou, que é um guerreiro também dessa questão, dessa causa, sabe disso. Lá existe – inclusive em homenagem à minha mãe, Dona Zezé – a área de nutrição, onde dez médicos orientam os médicos de todo o Estado de Goiás para a questão da nutrição, da alimentação do diabético e do pré-diabético; e há também quatro podólogos, que diariamente atendem até aquele que tem a unha encravada, que, de repente, amanhã terá que amputar o seu pé.

Então, é um centro de diabéticos completo, que o Ministro Mandetta conheceu, ele que é amigo pessoal do Governador de Goiás, Ronaldo Caiado, que também é do DEM, são amigos há muito tempo. E ele foi lá e fez questão de conhecer, e, ao conhecer, ele disse: "Tem que ser um modelo para o Brasil inteiro e eu faço questão". E ontem ele assinou, portanto, esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, parabéns Senador, mais uma vez!

Eu gostaria de fazer uma fala aqui também sobre o Dia Mundial das Doenças Raras, que é amanhã, já que infelizmente muitos de nós não estaremos aqui.

Desde 2008, reserva-se o último dia do mês de fevereiro para sediar a celebração do Dia Mundial das Doenças Raras. Neste ano será o dia 28, amanhã no caso. As doenças raras compõem um grupo de doenças que apesar de distintas guardam inúmeras semelhanças. Na maioria dos casos são doenças genéticas crônicas, progressivas e incapacitantes, que comprometem enormemente as vidas dos portadores e de suas famílias e frequentemente não têm uma cura definitiva.

A definição de doença rara varia de país para país. Na União Europeia deve afetar menos de uma a cada 2 mil pessoas. Nos Estados Unidos menos de 200 mil habitantes. No Brasil é até 65 a cada 100 mil pessoas.

Esses números são parecidos e o conceito por trás deles é o mesmo. São doenças pouco comuns que afetam comparativamente poucos indivíduos. Consideradas, entretanto, como um grupo de doenças com características comuns, as doenças raras formam um conjunto de mais de 8 mil doenças diferentes.

O número de pessoas afetadas é muito grande. Para efeito de comparação, há mais pessoas sofrendo com doenças raras no Brasil do que o número de eleitores de qualquer Senador ou Senadora desta Casa. São mais de 13 milhões de brasileiros e brasileiras precisando de diagnóstico, tratamento e acompanhamento adequado. São homens, mulheres e crianças que precisam do nosso apoio.

A visão que rege o Dia Mundial das Doenças Raras harmoniza-se com a chamada Agenda Pós-2015, materializada nos objetivos de desenvolvimento sustentável das Nações Unidas.

O Brasil é participante ativo nessa agenda. E a filosofia que nos guia na elaboração de políticas públicas nesse campo é de que, para alcançar o desejado desenvolvimento sustentável, é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

imprescindível que ninguém, nenhum cidadão, nenhuma pessoa seja deixada para trás. Na Comissão de Assuntos Sociais, criamos uma subcomissão, no caso aqui, somente para tratar desses assuntos, a qual será presidida pela Senadora Mara Gabrilli e contará com a participação ativa de diversos membros, entre eles com a minha participação, claro.

Desejo ainda que a CAS possa contar com a parceria da recém-criada coordenação nacional de doenças raras, que faz parte do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Nosso objetivo é que sigamos juntos, unidos, todos no mesmo navio. Como diz o Presidente desta Casa, que ninguém seja esquecido ou deixado para trás.

Realmente, amanhã é um dia especial, um dia em que o Senado teria de fazer, na minha opinião, algum tipo de evento, para que a gente possa, a cada ano, conscientizar as pessoas a respeito desse dia e dar voz e visibilidade a milhões dessas pessoas que têm essas doenças raras. Como, infelizmente, não vai ser possível, uma fala, assim como fez o Senador Jorge Kajuru, a minha e a que muitos outros Senadores farão de hoje até amanhã, acredito que também tenha uma importância grande para as pessoas se conscientizarem sobre esse tema.

Antes de entrar aqui na pauta, no item 1, projeto de lei do Senado, chegou agora a nossa brilhante Senadora Mara Gabrilli, e passo a palavra a V. Exa.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Senador, brilhante é o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Obrigado.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Eu queria lhe agradecer pelo fato de a gente poder dar andamento à CASRARAS. Ainda, depois de tudo o que o senhor falou e sabendo que a gente está comemorando o Dia Internacional de Doenças Raras, lembro sempre que a gente tem 7 mil doenças raras, que a gente tem quase 15 milhões de brasileiros com algum tipo de doença rara e que a gente tem, por exemplo, Senador Romário, alguns caminhos fáceis de a gente chegar. Um deles é o teste do pezinho, pelo qual hoje o SUS reconhece seis doenças. Até que, aqui no GDF, a gente consegue reconhecer mais, mas a gente quer chegar ao mesmo número que os particulares conseguem chegar. E isso vai nos ajudar não só a acelerar diagnóstico, mas a conseguir futuramente ter mais protocolos clínicos de diretrizes terapêuticas para tratamento, porque a gente não tem mais de 50. Tendo 7 mil doenças raras, então, ainda é muito pouco.

E há uma outra questão que a gente vem tentando estudar, trabalhando e conversando inclusive com o Conselho Nacional de Educação, porque hoje os médicos não têm, por exemplo, Genética Humana como uma disciplina obrigatória na faculdade de Medicina. Por isso, muitos médicos têm pouca intimidade. Aliás, quase todos, porque as doenças já são raras, e ainda a gente não tem algo especializado na formação do profissional.

Então, chega na hora, o profissional recebe uma pessoa com doença rara... Imagine hoje que a porta de entrada do SUS são as unidades básicas de saúde. Então, chega alguém – foi o que aconteceu, por exemplo, em Pernambuco com o zika vírus. As mães chegavam com os bebês com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma microcefalia devastadora, por conta do zika vírus, chegavam à unidade básica de saúde, as pessoas ficavam apavoradas, mandavam as mães embora para casa.

Então, hoje, a gente só tem sete centros de referência de raras no Brasil. O nosso trabalho aqui, termos recomeçado com as raras, as frentes parlamentares, o interesse da Primeira da Dama com o tema, o nosso Ministro da Saúde também focado no tema, tudo isso acontecendo, acredito que esse tipo de política social pode representar políticas que alavanquem a economia do País, que nos ajudem, porque hoje a principal política pública de raras, embora tenhamos a Portaria 199, que já existe, mas temos que fazer com que ela seja cumprida, infelizmente é a judicialização. Imagine, na judicialização, a gente gasta num medicamente o que poderia gastar para distribuir para todo o brasileiro que necessita. Então, a gente está jogando dinheiro no lixo. Isso é falta de gestão.

E eu sempre dou o exemplo, Senador Romário, da cadeira de rodas, até falo aos Senadores, no Maranhão, por exemplo, uma cadeira está demorando de cinco a seis anos para chegar pelo SUS. Isso quer dizer o quê? O primeiro crime é a criança fora da escola, porque não é toda a mãe que consegue carregar uma criança para a escola. E a criança fica fora da escola, porque não tem cadeira. E sabe o que é pior? É que a cadeira chega e não serve mais, vai para o lixo. Essa é a nossa dispensação de órteses e próteses. Então, não é dizer que não temos o dinheiro, porque a cadeira chega. Então, isso está acontecendo no Ministério da Saúde, na saúde brasileira, e podemos dizer que a nossa saúde está muito doente, porque estamos jogando dinheiro no lixo.

Então, há toda uma questão de gestão que a gente tem que transformar. E, claro, como a gente não vai compreender uma mãe que está com um filho com uma doença progressiva, degenerativa crônica, que pode morrer a qualquer instante? É óbvio que ela vai judicializar. É um desespero.

Amanhã irei a um evento em São Paulo e estou bastante satisfeita, porque se juntaram o Ministério Público com a Defensoria Pública, o Governo do Estado de São Paulo com a Prefeitura de São Paulo, e mais o TJ – isso tudo por iniciativa do Procurador-Geral da Justiça –, para a gente fazer um *script* diferente, anterior à judicialização. Então, quando chega a prescrição de um medicamento de alto custo, um medicamento órfão, primeiro o Estado vai reagir, para dizer se vai distribuir aquele medicamento, se for urgente, em 36 horas, se não for tão urgente, em um mês, ou o Estado vai sugerir outra medicação, ou ele não vai entregar. Se ele realmente assumir que não vai entregar, aí judicializa-se. Pelo menos é um processo anterior à judicialização para dar uma ajuda. Isso eu acho que é uma ideia que a gente pode tentar multiplicar no Brasil. Essa nova tentativa vai acontecer amanhã, a cerimônia, para a gente começar o trabalho em São Paulo. Então, é uma ideia, porque a gente assiste. E os nossos pacientes ficam nas redes vendo o que os pacientes com a mesma doença em outros países têm. É devastador não você não ter acesso, não poder...

Enfim, estamos engatinhando, mas ainda bem que temos aqui a Senadora Maria do Carmo também que vai fazer parte da CASRARAS. E a gente precisa dar essa acelerada nessa política brasileira, porque qualquer brasileiro pode vir a ter uma doença rara. É isso.

A SRA. MARIA DO CARMO ALVES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - SE) – Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Eu só gostaria de fazer um pedido a V.Exa., que a gente pode retomar esse assunto, que tem uma grande importância no dia a dia das pessoas, principalmente que são acometidas pelas doenças raras, mas a gente tem aqui agora quórum para votar o item 1.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Exatamente.

Vou colocar aqui o item 1 na pauta, depois a gente volta a esse assunto.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 498, de 2017

- Terminativo -

Altera o artigo 235-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, de 1º de maio de 1943, que aprova a Consolidação das Leis do Trabalho, e dá outras providências.

Autoria: Senador Acir Gurgacz

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda que apresenta.

Observações:

- Em 20.02.2019, lido o Relatório na CAS, a Presidência concede Vista Coletiva ao Projeto, nos termos regimentais.

- Votação nominal.

Lido o relatório, a matéria está em discussão.

Consulto as Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que queiram fazer alguma manifestação decorrente do pedido de vista. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, em votação o projeto e as emendas nos termos do relatório apresentado. Solicito que se prepare a votação para que eu possa iniciá-la.

Quem vota com o Relator vota "sim." (*Pausa.*)

Iniciada a votação. (*Pausa.*)

A SRA. MARIA DO CARMO ALVES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - SE) – Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente, foi inaugurada ontem, naquele corredor que vai para o Anexo 1, em comemoração às doenças raras, cujo dia é amanhã, uma exposição patrocinada pela Presidente das Vidas Raras. Está lá no corredor que vai para o Anexo 1 do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – A senhora poderia apertar aí, Senadora?

A SRA. MARIA DO CARMO ALVES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - SE) – Apertei. Está ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Eu estou. Não sei se os outros estão. Acho que agora sim.

A SRA. MARIA DO CARMO ALVES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - SE) – Eu convido os Senadores para visitar essa exposição. Vai até a próxima semana. Foi inaugurada ontem.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Está o.k., Senadora.

A SRA. MARIA DO CARMO ALVES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - SE) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Convite feito.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu queria aproveitar que a Mara Gabrilli tocou nesse assunto e dizer que, no Estado de Sergipe, nós criamos... Primeiro que o princípio da integralidade... O Sistema Único de Saúde é o único, junto com o sistema espanhol e o sistema cubano, são os únicos sistemas que têm na Constituição o princípio da integralidade. Isso significa dizer que o cidadão, a cidadã tem direito a tudo o que precisa para atender a sua necessidade, mas não há como você materializar isso em planejamento se não houver uma carteira de saúde ou um padrão de integralidade com um rol de todos os procedimentos que o sistema público vai disponibilizar no tempo da necessidade, que é um outro problema, ou seja, o que as pessoas precisam não chega ao tempo da necessidade delas, por conta de uma crise de financiamento, por conta de uma série de outras questões.

Há situações que não estão e que é difícil, inicialmente, estar nesse padrão de integralidade ou nessa carteira. Portanto, é preciso que haja um espaço institucional. E nós, em Sergipe, criamos uma comissão de especialistas para receber essas demandas, avaliar a pertinência de incorporá-las ao padrão, para comprar com regularidade. E, nos casos em que não há necessidade de incorporar o padrão, porque não se repete com muita frequência, essa comissão autoriza a compra imediata da órtese ou da prótese ou do medicamento específico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além disso, nós criamos uma comissão de apoio ao Judiciário para explicar ao Judiciário quais são as alternativas terapêuticas que existem para cada tipo de situação, os medicamentos que estão em uso, qual o grau de eficácia, e os novos medicamentos que são propostos, se eles já ultrapassaram as barreiras dos estágios de pesquisa clínica – estágio 1, 2, 3 –, se já estão regulamentados no país de origem, se já existe preço definido. Isso ajudou e tem ajudado bastante a desjudicializar a atenção à saúde e garantindo que as pessoas possam ter, sim, acesso a medicamentos para doenças raras, acesso às órteses que são caras e que precisam para alguns tratamentos.

Então, eu acho que este é um caminho que poderia ser adotado: primeiro, no Ministério da Saúde há uma comissão de incorporação tecnológica já funcionando, mas é preciso haver uma comissão de apoio ao Judiciário, de conversa permanente, para garantir que essas questões não irão para a judicialização. Porque, às vezes, o tempo da judicialização é o tempo que a pessoa precisa para ter um prognóstico compatível com a sua sobrevivência.

Então, queria deixar essa sugestão para a criação da comissão de apoio ao Judiciário, das comissões técnicas para avaliar a incorporação desses itens no padrão que compõe o padrão da integralidade do sistema público de saúde.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, Senador.

Passo a palavra agora ao Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Presidente, Senador Romário, demais colegas daqui da CAS, eu queria, neste momento, reiterar a minha participação, Senador Romário, solicitar a minha participação na CASRARAS, nesse grupo que, com muita honra, seremos presididos, liderados pela Senadora Mara. E ela fez uma colocação muito pertinente.

Eu tive a oportunidade de acompanhar um pouco da realidade das crianças que nasceram dois, três anos atrás, Senadora Mara, com o zika vírus, e se criou um terror naquela época. E mesmo com pouquíssimo atendimento, com pouca estrutura, pois realmente há poucos centros no Brasil que os desenvolvem, mas é impressionante a evolução das crianças com o atendimento. Você imagine o incremento que a gente pode vir a dar a partir de políticas públicas nesta Casa. Então, as crianças começaram a andar e há uma reação muito positiva aos tratamentos. Isso a gente precisa observar.

Eu queria aproveitar este momento e também desejar muita luz, muita paz, muita harmonia e toda a saúde a esta minha irmã que hoje está fazendo aniversário, a Senadora Eliziane. Que Deus a abençoe! Ela é uma pessoa de pura superação, sensível às causas sociais, que vem muito enriquecer também esta nossa Comissão. Muita paz, que Deus a abençoe!

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem.

Parabéns, Senadora! Saúde, felicidade, paz, sabedoria, tudo de bom!

Não havendo mais quem queira votar...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Sr. Presidente, está encerrada a votação?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – ...encerro a votação.

A Senadora Selma Arruda chegou e vai votar. (*Pausa.*)

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Para uma questão de ordem.

Eu quero apenas cumprimentar a Senadora Mara pela extraordinária explanação, com conhecimento de causa. V. Exa. tem conhecimento, Senadora, de que nos últimos quatro anos aumentaram 150% essas doenças raras, segundo estudo feito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, sobretudo na Região Nordeste do nosso Brasil, por falta de prevenção.

A prevenção, particularmente do zika vírus, que é um exemplo que dou aqui, é dos metais usados na água, através dos garimpos e das barragens que, nos últimos dias, explodiram neste País. Quero crer que é muito oportuno, quando a senhora fala aqui sobre chegar uma cadeira de um cidadão portador de necessidade especial lá no interior, no mais distante interior do Maranhão, quanto no Estado do Mato Grosso. Eu acho que o próprio Ministério da Saúde – particularmente, porque fui Prefeito por três mandatos e eu via a dificuldade do Governador do Estado, Senador – dificulta muito, pois existe verba, recursos suficientes para a aquisição dessas cadeiras. Mas o que acontece? Quando esse recurso vai para adquirir essa cadeira, às vezes, para uma criança de dois ou três anos, quando ela chega, essa criança está com seis anos, e ela tem numeração para quatro anos, para oito anos, para adulto e para adolescente.

Então, eu acho que o próprio Ministério da Saúde teria, nesse caso particularmente, de ter um departamento, não sei, um setor, para que os próprios Municípios fossem alimentando os pedidos e eles adquirissem aqui em alta escala, o que diminui sobremaneira até o próprio preço da aquisição dessas cadeiras aqui e que, de imediato, o próprio Ministério aqui entregasse, através naturalmente de meios, haveria uma logística para isso. Agora, não pode ocorrer a demora que hoje existe. Eu tenho acompanhado e visto lá pessoas que, muita vez, por uma cadeira, não podem ter acesso a nenhum colégio ou à própria universidade. Às vezes, a pessoa, lamentavelmente, tem um poder de aquisição ruim, ou seja, não tem capacidade financeira para a aquisição.

Quando a senhora aborda essa questão das doenças raras, lamentavelmente, o Brasil ainda vem numa quadra muito ruim. O dado da Universidade Federal do Rio Grande do Sul é assombroso: 150% nos últimos quatro anos. Fruto do quê? Deve fazer uma política de prevenção.

Então, eu acho que é fundamental esse debate, como a senhora vai debater com o TJ lá, com a Procuradoria, com a Defensoria Pública do seu Estado de São Paulo a questão da judicialização. Às vezes, ela tem sido perniciosa. Eu acompanho bem de perto. Muitas vezes, o médico ou o próprio hospital não têm compromisso com o cidadão, têm compromisso só com a parte financeira. E os preços que eles colocam, muitas vezes, numa cirurgia – muitas vezes, o cidadão está na fila lá

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aguardando a sua regulamentação – são exagerados, muitas vezes até de conluio com alguma autoridade judicial. Eles fazem conluio – é bom a senhora ficar sabendo – na medida em que...

Eu acompanhei, ainda há poucos dias, uma cirurgia numa criança lá. Eu imagino que fazer essa cirurgia, qualquer hospital, mesmo sendo privado, é obrigação do SUS, R$600 mil. E, por incrível que pareça, quando se pediu o bloqueio desse recurso junto à Prefeitura, a criança foi a óbito. O hospital já tinha recebido esse dinheiro, e a criança foi a óbito. E a senhora não imagina, Senadora, quanto foi difícil, a dificuldade que houve para devolver esse dinheiro, que já tinha sido abocanhado do Erário, para a Prefeitura. E era um preço exacerbado, extremamente exagerado pelo preço de mercado, porque hoje praticamente você tem uma tabela não só no SUS, mas no setor privado, nos hospitais privados.

Então, acho louvável a sua iniciativa. É fantástica. Agora nós temos que buscar instrumentos, mecanismos para também fazermos com que o pouco dinheiro ou o bastante que há hoje no Ministério da Saúde e na rede, ou seja, para as prefeituras, os próprios Governos... As prefeituras são obrigadas a aplicar 15% por força da Constituição Federal, e os Estados, 12%. Nós temos muito dinheiro. O que está faltando chama-se gestão e compromisso com a sociedade, sobretudo com os menos afortunados, que, lamentavelmente, não têm acesso a um serviço público de saúde. Pelo menos, tentar não ser bom, mas médio. É triste, é doloroso. Essas pessoas não têm o mínimo de coração, não são cristãos, não veem o sofrimento do povo brasileiro.

Particularmente, numa região distante dos grandes centros, na Amazônia brasileira, é ali que se vê dificuldade. Lamentavelmente, ainda temos escassez até de médicos, que não querem sair dos grandes centros – uns não querem sair da Vieira Souto, outros não querem sair da Paulista –, mesmo ganhando, talvez, mais. Eles querem ficar nos grandes centros. Há mais conforto.

Mas eu quero cumprimentar a senhora, sei da sua luta. V. Exa. tem na figura do Senador Jayme Campos um aliado para travarmos uma grande guerra aqui, uma grande luta para o bem-estar e, sobretudo, fazer uma boa política social para o povo brasileiro, particularmente para os menos favorecidos da sorte.

Parabéns, Senadora!

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Pela ordem, Presidente.

Pela ordem, Eliziane.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Senadora Eliziane, aniversariante do dia.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA. Pela ordem.) – Obrigada, Presidente, muito obrigada.

Eu queria só pedir aqui – o Senador Girão, meu colega, também vai sair – à Senadora Mara Gabrilli que pudesse subscrever o próximo item, que é um requerimento de minha autoria, Presidente,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que é o chamamento aqui, o convite ao Ministro Osmar Terra. Eu estou com o item lá na CCJ, que está iniciando, e há também outra Comissão de que sou membro. Eu vou precisar sair, de fato, agora, mas queria também fazer um encaminhamento em relação a esse requerimento, Presidente.

A gente tem já outro requerimento aprovado na Comissão de Educação de convite ao Ministro Osmar Terra. Portanto, a minha sugestão é que a gente fizesse uma audiência conjunta das duas Comissões. A gente vai dar muito mais efetividade. É um Ministro que tem uma pauta gigante, que envolve o esporte, a cultura, a assistência social. Portanto, há um impacto muito grande, inclusive, nesta Comissão.

Peço à minha colega que subscreva e, desde já, eu a cumprimento pelo seu trabalho brilhante, pela sua forma aguerrida e determinada de atuar como Senadora, assim como o fez como Deputada Federal no tempo em que formos colegas ali na Câmara dos Deputados.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – O.k, Senadora. Muito bem.

A SRA. SELMA ARRUDA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Eu gostaria de ponderar a V. Exa. que tenho que encerrar essa votação e, só depois, então, eu volto a dar a palavra a todos. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira votar, encerro a votação.

Resultado: aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 498, de 2017 e a Emenda nº 1-CAS.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

Senadora, por favor, com a palavra.

A SRA. SELMA ARRUDA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Senadores presentes, eu apenas gostaria de pedir escusas pelo meu atraso para chegar à esta votação. Estava na Comissão de Direitos Humanos, onde, lá também, levamos a efeito a discussão e votação de um projeto de extrema importância que trata de violência doméstica. Então, apenas para deixar registrado que o meu atraso não foi proposital, assim como agora também preciso me ausentar para ir a outra Comissão, já que os horários das Comissões são conflitantes.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, Senadora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na verdade, a gente aqui tem que ser três ou quatro, já que as reuniões das Comissões são todas praticamente no mesmo horário.

Eu vou subscrever aqui o item 2.

ITEM 2

REQUERIMENTO Nº 12, de 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58 da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o Senhor OSMAR TERRA, Ministro de Estado da Cidadania, para que apresente as diretrizes e os programas prioritários de sua pasta.

Autoria: Senadora Eliziane Gama e outros.

A autoria é da Senadora Eliziane Gama, mas o estou subscrevendo.

Em votação o requerimento.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta reunião.

Muito obrigado e um excelente Carnaval para todos!

(*Iniciada às 09 horas e 18 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 14 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 4ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE MARÇO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às nove horas e dezenove minutos do dia treze de março de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Romário, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Leila Barros, Humberto Costa, Nelsinho Trad, Jayme Campos, Maria do Carmo Alves, Styvenson Valentim, Irajá, Eduardo Gomes, Rogério Carvalho, Zenaide Maia, Luis Carlos Heinze, Paulo Paim, Carlos Viana, Cid Gomes, Chico Rodrigues, Eduardo Girão, Paulo Rocha, Mailza Gomes, Marcos do Val, Izalci Lucas, Dário Berger e Rodrigo Pacheco. Deixam de comparecer os Senadores Mara Gabrilli, Juíza Selma, Weverton, Flávio Arns, Eliziane Gama, Renan Calheiros, Marcelo Castro, Luiz do Carmo e Otto Alencar. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Antes de dar prosseguimento à apreciação da pauta, a presidência procedeu à leitura de comunicados. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei da Câmara n° 103, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Disciplina o exercício da profissão de mercadólogo (marketing)." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Eduardo Gomes. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CAS. **Observação:** Durante a Reunião, o Senador Eduardo Gomes apresentou Relatório reformulado, com voto favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta. **ITEM 2 - Projeto de Lei do Senado n° 769, de 2015 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, para vedar a propaganda de cigarros ou qualquer outro produto fumígeno e o uso de aditivos que confiram sabor e aroma a estes produtos, bem como estabelecer padrão gráfico único das embalagens de produtos fumígenos; altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para configurar como infração de trânsito o ato de fumar em veículos quando houver passageiros menores de dezoito anos; e dá outras providências." **Autoria:** Senador José Serra. **Relatoria:** Senador Humberto Costa. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com as Emendas nº 1-CTFC e 2-CTFC, e quatro emendas que apresenta. **Resultado:** Concedida vista coletiva, nos termos regimentais. **ITEM 3 - Projeto de Lei da Câmara n° 96, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Anula débitos tributários oriundos de multas que especifica." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido do Relator. **ITEM 4 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 16, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 50, caput, da Constituição Federal e art. 58, § 2º, III; e art. 397 § 1º do Regimento Interno do Senado Federal, a Convocação do Ministro de Estado da Saúde, podendo ser convertida em convite, perante a Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo de expor a proposta de extinção do programa mais médicos, respectiva substituição por outro programa de governo, bem como o modelo de atuação complementar da União para a atenção básica em serviços de saúde: financiamento e formação dos profissionais médicos em atendimento à saúde da família e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

comunitária." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 5 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 17, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir o tema "Câncer Colorretal: ações e políticas para prevenção, diagnóstico e tratamento". Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. Luciana Holtz, Presidente do Instituto Oncoguia. 2. Sergio Simon, Presidente da Sociedade Brasileira de Oncologia Clínica (SBOC). 3. André Sasse, Professor de pós-graduação na Faculdade de Medicina da Unicamp. 4. Fernando Maluf, fundador do Instituto Vencer o Câncer (IVOC). 5. Representante do Ministério da Saúde." **Autoria:** Senadora Maria do Carmo Alves e outros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 6 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 18, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do arts. 50, caput, e 58, § 2º, III, da Constituição Federal e do art. 397, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado o Exmo. Ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, para que compareça à Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal, a fim de prestar informações sobre a política e diretrizes do Ministério da Saúde. O presente convite tem como objetivo esclarecer questões relacionadas à área de competência do Ministério. A audiência para comparecimento será marcada por essa comissão de acordo com a disponibilidade de agenda do referido Ministro." **Autoria:** Senador Romário. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 7 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 19, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PDS 16/1984, que Aprova o texto da Convenção nº 87, relativa à Liberdade Sindical e à Proteção do Direito Sindical, adotada em São Francisco em 1948 por ocasião da 31ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho, da Organização Internacional do Trabalho." **Autoria:** Senador Paulo Paim e outros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 8 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 20, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RQS 5/2019, seja incluído o seguinte convidado: Priscila Ribeiro da Cruz - Coordenadora-Geral de Promoção dos Direitos Sociais - FUNAI." **Autoria:** Senadora Soraya Thronicke. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 21, de 2019** que: "Requeiro, na forma do inciso II, do art. 93, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF) combinado com o §2º do art. 58 da Constituição Federal de 1988, que esta egrégia Comissão se digne a debater, em audiência pública com a presença do Exmo. Ministro de Minas e Energia, Senhor Bento Albuquerque, as recentes declarações feitas pelo chefe da Pasta e amplamente divulgadas pela imprensa acerca da intenção do Governo Federal em abrir as terras indígenas para a atividade de mineração." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato. **Resultado:** Retirado pelo autor. Antes do encerramento da reunião, a presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e doze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Romário

Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/03/13

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 4ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Comunico às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores o recebimento do seguinte expediente:

Aviso nº 54, de 2019, do Tribunal de Contas da União, que trata de representação a respeito das possíveis irregularidades em aportes realizados pelo BNDES;

Memorando nº 10, de 2019, da Presidência do Senado Federal, a qual encaminha cópia de correspondência da Maurício de Sousa Produções, contendo considerações sobre a defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes;

Carta: Campanha Outubro Rosa, encaminhada pelo Programa de Mulheres em foco do Distrito Federal, a qual apresenta sugestões ao Poder Público em temas relacionados à saúde da mulher;

Ofício nº 491, de 2018, da União de Vereadores de Santa Catarina, a qual encaminha moção de repúdio ao Decreto nº 9.546, de 2018, que exclui a previsão de adaptação das provas físicas para candidatos com deficiência e estabelece que os critérios de aprovação dessas provas poderão seguir os mesmos critérios aplicados aos demais candidatos;

Ofício nº 523, de 2018, do Instituto dos Advogados Brasileiros, que manifesta considerações sobre a indecência de Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza na prestação de serviços de transporte individual de passageiros;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ofício nº 212, de 2018, da Câmara Municipal de Guaíba, a qual encaminha moção com considerações sobre a situação das creches no Município.

Os expedientes encontram-se à disposição na Secretaria desta Comissão, e fica consignado o prazo de 15 dias para manifestações dos Senadores, a fim de que sejam analisados pelo Colegiado.

Aproveito a oportunidade para convidar todas as Sras. Senadoras e todos os Srs. Senadores para o evento em comemoração ao Dia Internacional da síndrome de Down, que será realizado no dia 21 de março, quinta-feira, a partir das 9h, no Auditório Petrônio Portela. Teremos a presença de vários profissionais e personalidades com síndrome de Down.

Eu tenho certeza de que será um evento muito importante e relevante para esse segmento do nosso País.

Informo às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores que o Senador Fabiano Contarato, autor do Requerimento nº 21, de 2019, da CAS, item 9 da pauta, solicitou a retirada definitiva do requerimento.

Dessa forma, informo que a presente reunião destina-se à deliberação dos itens nºs 1 a 8.

Não temos quórum ainda para nenhum tipo de deliberação.

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Em princípio, como os autores dos itens 1, 2 e 3 não estão presentes, não debateremos esses temas.

Algum Senador ou alguma Senadora quer usar a palavra neste momento?

Então, esperaremos.

Senador, por favor.

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS) – Sr. Presidente, apenas para informar a V. Exa. e aos demais Pares que, em função da revogação da resolução do Conselho Federal de Medicina sobre a telemedicina, nós tínhamos um requerimento aprovado nesta Casa para discussão desse tema. Na nossa avaliação, esse debate nunca será prescindido. De tal sorte que nós vamos reformular alguns pontos desse requerimento, para poder encaminhar esse debate, essa audiência pública, que, no nosso entendimento, é muito importante não só para a área da saúde como para toda a sociedade.

Era esse o informe que gostaria de passar a V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito obrigado, Senador Nelsinho Trad.

Com a presença do Senador Humberto Costa, podemos começar a discutir o item 2.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 769, DE 2015

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, para vedar a propaganda de cigarros ou qualquer outro produto fumígeno e o uso de aditivos que confiram sabor e aroma a estes produtos, bem como estabelecer padrão gráfico único das embalagens de produtos fumígenos; altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para configurar como infração de trânsito o ato de fumar em veículos quando houver passageiros menores de dezoito anos; e dá outras providências.

Autoria: Senador José Serra

Relatoria: Senador Humberto Costa

Relatório: Favorável ao Projeto, com as Emendas nº 1-CTFC e 2-CTFC, e quatro emendas que apresenta.

Observações: *Matéria a ser apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (em decisão terminativa).*

Concedo a palavra ao Senador Humberto Costa para proferir relatório.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para leitura de relatório.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, é o seguinte o relatório.

Vem ao exame da CAS o Projeto de Lei do Senado, do Senador José Serra, que altera a Lei nº 9.294, de 1996, para vedar a propaganda de cigarros ou qualquer outro produto fumígeno e o uso de aditivos que confiram sabor e aroma a estes produtos, bem como estabelecer padrão gráfico único das embalagens de produtos fumígenos; altera a Lei nº 9.503, de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para configurar como infração de trânsito o ato de fumar em veículos quando houver passageiros menores de 18 anos; e dá outras providências.

O projeto promove alterações na redação de diversos dispositivos da Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, que dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumígeros, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, nos termos do § 4° do art. 220 da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Constituição Federal, e da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro.

As modificações propostas pelo autor, todas voltadas para os produtos fumígenos, podem ser assim sintetizadas:

1) vedação total de qualquer modalidade de promoção ou patrocínio desses produtos, mesmo nos locais de venda, incluindo a exposição das mercadorias;

2) obrigação de que as embalagens dos produtos sejam padronizadas e que contenham advertências quanto aos riscos e prejuízos do fumo, conforme regulamento da Anvisa;

3) proibição da importação e da comercialização no País de produto fumígeno que contenha substâncias sintéticas ou naturais que possam conferir, intensificar, modificar ou realçar sabor ou aroma do produto;

4) punição com multa e cômputo de pontos na Carteira Nacional de Habilitação para o motorista que fumar ou permitir que passageiro fume em veículo que esteja transportando menores de 18 anos de idade.

A proposição promove, ainda, ajustes na redação de alguns dispositivos da Lei nº 9.294, para conformá-los aos novos comandos legais, além de revogar dispositivos que passarão a perder a eficácia.

Na justificação da proposição, o autor afirma que o Brasil atravessa atualmente um período de letargia no que se refere às medidas antitabaco. Recorda a época em que o País assumiu um papel de protagonismo na implementação de iniciativas antitabagistas, com resultados muito expressivos na redução dos índices de consumo de cigarros. No entanto, argumenta o autor, é preciso avançar nessa questão e eliminar de vez a propaganda de produtos fumígenos no País, além de punir aqueles que fumam no interior de veículos que estejam transportando menores de 18 anos de idade. O PLS nº 769, de 2015, foi previamente apreciado pela Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC), onde recebeu parecer pela aprovação com duas emendas de redação. A primeira delas ajusta o comando do *caput* do art. 2º à boa norma de técnica legislativa, enquanto a segunda acresce dispositivos já exauridos à cláusula de revogação.

Após a análise por esta CAS, a proposição seguirá para a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), em virtude da aprovação do Requerimento nº 80, de 2019, de autoria do Senador Luis Carlos Heinze. Em seguida, a matéria será apreciada, em caráter terminativo, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Cabe registrar, por fim, que o PLS nº 769, de 2019, tramitou na Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional, contudo nunca foi por ela apreciado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só para lembrar aqui, Sr. Presidente, que na sessão de ontem essa decisão de encaminhar essa matéria à CRA foi suspensa por processo formal relativo ao requerimento, mas deverá ser objeto de apreciação do Plenário novamente. Por enquanto, é na CAS e na CCJ.

A distribuição do PLS nº 769, de 2015, à análise desta Comissão, está fundamentada no inciso II do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal, que lhe atribui competência para opinar sobre proteção e defesa da saúde. E "proteção e defesa da saúde" descrevem precisamente o escopo da proposição ora analisada por este Colegiado, afinal, ela visa a combater uma das maiores ameaças à saúde pública dos tempos modernos: o tabagismo.

Curiosamente, a primeira evidência cientificamente registrada dos males provocados pelo fumo data ainda do final do século XIX, quando foi defendida a tese de que o cigarro estaria relacionado à gênese do câncer de pulmão. A comprovação definitiva, contudo, somente se deu em meados do século passado, após estudos epidemiológicos e fisiopatológicos demonstrarem, de maneira inequívoca, o papel do tabagismo na etiologia não apenas do câncer de pulmão, mas também de dezenas de outras enfermidades graves e muito prevalentes, a exemplo do enfisema pulmonar, da doença coronariana e do acidente vascular cerebral. Hoje a questão está mais do que sedimentada. De acordo com a OMS, o tabagismo é responsável pela morte de mais de sete milhões de pessoas por ano em todo o mundo. Desse total, quase um milhão são não fumantes, ou seja, pessoas afetadas pela fumaça emitida por outros, os chamados fumantes passivos.

No Brasil, publicação do Instituto Nacional de Câncer aponta que o tabagismo provoca a morte de pouco mais de 400 pessoas por dia. Conforme dados do Instituto, 12,6% de todas as mortes registradas no País são atribuíveis ao consumo de tabaco. Dessa forma, 156.216 mortes poderiam ser evitadas todos os anos caso o uso do tabaco fosse totalmente eliminado. Em verdade, é desnecessário alongar a discussão sobre os malefícios do tabagismo nesta Comissão. Todos os seus membros – bem como o restante da sociedade brasileira – estão plenamente cientes do problema. A questão central que deve ser aqui examinada é se as medidas contidas no PLS nº 769 de fato contribuirão para a redução da prevalência do tabagismo no País. E a resposta é sim.

Com efeito, as disposições do projeto encontram-se em consonância com as iniciativas previstas na Convenção-Quadro da Organização Mundial de Saúde para o Controle do Tabaco, tratado internacional, cuja ratificação foi aprovada pelo Senado Federal em 2005, após longo processo de discussão que contou com a realização de seis audiências públicas para instruir a matéria. A proposição sob análise simplesmente conforma o ordenamento jurídico às diretrizes contidas nesse documento.

A proibição do uso de aditivos em produtos de tabaco confere maior segurança jurídica à Resolução da Diretoria Colegiada nº 14, da Anvisa, que dispôs sobre os limites máximos de alcatrão, nicotina e monóxido de carbono nos cigarros, proibir o uso de palavras como *"light"*, "suave" e "*soft*",

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dentre outras, e restringir o uso de substâncias aditivas nos produtos fumígenos derivados do tabaco, permitindo somente a utilização dos aditivos indispensáveis ao processo produtivo.

Cabe recordar que essa norma foi atacada pela indústria, por meio da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.874, julgada improcedente no início do ano passado pelo Supremo Tribunal Federal. Assim, a norma permanece em vigor, mas sua validade foi mantida com "placar" bastante apertado, com cinco Ministros opinando pela regularidade da RDC, enquanto outros cinco entenderam que a Anvisa não teria competência legal para editar normas nessa natureza. O empate resultou na improcedência da ação, mas sem efeitos *erga omnes* e sem eficácia vinculante. Dessa forma, a questão não pode ser considerada pacificada em nossa Jurisprudência.

Ressalte-se que o mérito da proibição é inquestionável. Trata-se de medida essencial para proteger as crianças e os adolescentes de estratégias que promovem a iniciação do consumo de produtos de tabaco.

Esses aditivos incluem o mentol, que refresca e entorpece a garganta, facilitando a adaptação do iniciante ao fumo. Contêm ainda pequenas quantidades de amônia, que acelera a absorção da nicotina.

Com efeito, a restrição ao uso de aditivos é medida de controle do tabagismo adotada mundialmente. Pelo menos 40 países adotaram restrições a aditivos de sabor e aroma em cigarros, incluindo o Canadá, que baniu o uso de mentol em produtos de tabaco em 2017, e os 28 membros da União Europeia, cuja proibição para sabores característicos em cigarros e outros produtos de tabaco será ampliada para incluir o mentol em 2020.

Em relação à obrigatoriedade da adoção de embalagens padronizadas para os cigarros, a iniciativa está embasada em sólidas evidências científicas. Após a introdução de medida semelhante na Austrália e na França, foram identificados declínio na prevalência do tabagismo e elevação do percentual de fumantes dispostos a largar o vício.

Na América do Sul, coube ao Uruguai o pioneirismo na adoção de embalagens padronizadas, seguindo tendência já bastante estabelecida na Europa.

A vedação da exibição de qualquer forma de propaganda, mesmo nos pontos de venda, inclusive com proibição da exposição dos produtos fumígenos, também é medida adotada em diversos países, com a finalidade de evitar o contato e a familiarização das crianças e dos adolescentes com esses produtos.

Por fim, a vedação ao uso de produtos fumígenos em veículos na presença de crianças ou adolescentes é justificada pela necessidade de proteger os mais vulneráveis do fumo passivo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sabidamente pernicioso e responsável por significativa parcela da carga de doenças provocada pelo tabaco.

No entanto, a despeito do mérito indiscutível, a proposição merece alguns reparos, especialmente no tocante à técnica legislativa empregada pelo autor. Julgamos apropriado incluir as empresas importadoras na vedação ao patrocínio institucional de que trata o inciso II, do § 2º, do art. 3º, acrescido à Lei nº 9.294, de 1996, em vez de limitar a vedação apenas aos fabricantes e exportadores. A nosso ver, o tratamento desigual proposto pelo PLS nº 769, de 2015, que privilegia o importador, é injustificável.

Na alteração efetuada no art. 3º da Lei nº 9.294, de 1996, é conveniente renumerar os §§ 8º e 9º para §§ 3º e 4º, visto que a nova redação nada mais é do que uma adaptação dos dispositivos vigentes à nova regra de vedação total à propaganda.

A supressão do § 10 desse mesmo artigo, que determina a regulamentação de dispositivos pela Anvisa, é necessária, tendo em vista o disposto no art. 61, § 1º, I, "e" e no art. 84, VI, da Constituição, os quais estabelecem a competência privativa do Presidente da República para dispor sobre organização e funcionamento da administração federal.

Ademais, o comando legal é despiciendo, visto já ser a Agência o órgão competente para disciplinar o conteúdo das embalagens de cigarro.

Na redação proposta para o art. 5º da Lei nº 9.294, não há que reproduzir o § 1º, visto que não houve alteração em seu texto.

Por sua vez, no caput do art. 4º – cláusula de revogação – o autor equivoca-se ao apontar o ano de 2015 como o de publicação da referida Lei, falha de redação que deve ser corrigida.

Por fim, o art. 5º do PLS em comento deve ser ajustado ao disposto no caput do art. 8º da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que diz:

> Art. 8º A vigência da lei será indicada de forma expressa e de modo a contemplar prazo razoável para que dela se tenha amplo conhecimento, reservada a cláusula "entra em vigor na data de sua publicação" para as leis de pequena repercussão.
> .....

Considerando que é a expectativa de todos que a lei eventualmente originada pelo PLS nº 769, de 2015, tenha repercussão significativa e que mude o comportamento da sociedade, especialmente no que se refere ao fumo em veículos na presença de crianças, é mandatório estabelecer o prazo de que trata a referida lei complementar, que sugerimos como sendo de noventa dias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os demais equívocos presentes no texto do PLS nº 769, de 2015, já foram apontados pelo Relator da matéria na CTFC, Senador Cristovam Buarque, e devidamente sanados pelas emendas aprovadas naquele Colegiado. Elas que devem ser acatadas pela CAS, portanto. Da mesma forma, é preciso dar o devido crédito ao criterioso trabalho do Senador Otto Alencar, Relator da matéria na extinta Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional, cujo relatório já apontara a maioria das falhas de redação aqui tratadas, bem como sugerira as correções pertinentes. Em vista do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 769, de 2015, e das Emendas nºs 1 e 2 – CTFC, com as seguintes emendas, cuja leitura eu dispenso, por já ter tratado delas.

Portanto, Sr. Presidente, este é o voto, favorável, com as emendas.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, Senador. Coloco em discussão a matéria.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Sim, Senador.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Eu peço vista desse projeto.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Vista coletiva, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Concedida a vista coletiva, nos termos regimentais.

Passo agora ao item 1.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 103, DE 2017

- Não terminativo -

Disciplina o exercício da profissão de mercadólogo (marketing).

Autoria: Deputado Felipe Bornier

Relatoria: Senador Eduardo Gomes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta.

Antes de conceder a palavra ao Senador Eduardo Gomes para proferir o relatório, eu gostaria de agradecer a presença ilustre do Deputado Marcelo Moraes, do PTB do Rio Grande do Sul – muito obrigado pela presença – e a Sra. Viviane Lucas e o Sr. Caio César de Oliveira, por estarem aqui nos ajudando com a Libras, linguagem das pessoas com deficiência auditiva e que com certeza tem uma grande relevância aqui nesta Comissão. Muito obrigado a vocês pela presença.

Concedo a palavra ao Sr. Eduardo Gomes para proferir o relatório.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO. Para leitura de relatório.) – Sr. Presidente, Srs. e Sras. Senadoras, bom dia!

O relatório.

O Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 103, de 2017 (na origem, Projeto de Lei nº 1944/2017), de autoria do Deputado Felipe Bornier, regulamenta o exercício da profissão de mercadólogo (*marketing*), definindo as responsabilidades e atribuições desses profissionais, além de elencar as pessoas habilitadas ao exercício desse trabalho.

Segundo o autor, no texto que justifica a proposta há uma grande confusão no mercado de trabalho quando se fala sobre a atuação dos profissionais do *marketing*, com o uso de conceitos equivocados e incompletos, inclusive nas divulgações midiáticas sobre o assunto. O proponente também destaca que já existem aproximadamente 40 cursos de graduação voltados à essa formação específica, com cerca de três mil profissionais já formados e outros seis mil estudantes em formação. Nessas condições, a regulamentação profissional demandada é necessária e urgente, no sentido de resguardar os direitos e salários desses profissionais. A proposição foi encaminhada à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), onde recebeu parecer favorável, sem emendas, e agora se encontra em exame desta Comissão de Assuntos Sociais.

Item II. Análise.

O inciso I do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal atribui à CAS competência para opinar sobre matérias que tratem de relações de trabalho, organização do sistema nacional de emprego e condição para o exercício de profissões, seguridade social, previdência social, população indígena e assistência social.

No caso, o Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2017, insere no ordenamento jurídico brasileiro normas relativas ao trabalho dos profissionais da mercadologia – *marketing*.

O tema vincula-se às preocupações desta Comissão, tendo em vista o art. 5º, inciso XIII, da Constituição Federal, que diz que "é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ. *Fazendo soar a campainha*.) – Gostaria de pedir silêncio por favor.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO) – ... ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer".

Especificamente em relação à proposta em análise, temos que ela pretende regulamentar uma profissão, dando-lhe condições justas e favoráveis ao trabalho. E ela o faz sem ferir o direito genérico à livre escolha do emprego, eis que não cria espaços privativos de trabalho ou reservas de mercado. Sendo assim, não implica cerceamento de direitos de outros profissionais. Com certeza, será um avanço na construção da dignidade desses profissionais.

Com esse dispositivo pretende-se criar novos postos de trabalho, viabilizando e efetivando o direito ao trabalho de um maior número de pessoas, sem descuidar da ética e da responsabilidade social, o que implica em respeito aos direitos humanos difusos dos cidadãos e consumidores que se utilizam do trabalho mercadológico.

Mais adiante, ainda relacionados aos direitos humanos, temos os deveres dos profissionais de mercadologia elencados no art. 5º da proposta, que incluem, além do respeito às mais "rigorosas regras éticas e de responsabilidade social", a garantia do sigilo das informações e o planejamento e a implementação de ações de mercado, com respeito ao Código de Defesa do Consumidor.

No mérito, então, somos igualmente favoráveis à aprovação da proposta, à regulação dos mercados e à prestação de serviços de forma adequada. E a regulamentação da profissão de mercadólogo pode colaborar para a eficácia e a efetividade dos direitos, inclusive com a responsabilização dos profissionais que atuem contra as garantias mínimas e a dignidade humana dos outros.

No mérito, sugere-se uma emenda para que os mercadólogos sejam registrados no Conselho Regional de Administração – fruto de um acordo, Sr. Presidente, por solicitação de vários Parlamentares da Câmara e do Senado; e destaco aqui o Deputado Zarattini, nosso amigo, nosso colega da Câmara dos Deputados –, por afinidade daquele conselho com as atividades desempenhadas por esse profissional.

Item III - Voto.

Em razão do exposto, concluímos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2017, com a seguinte emenda:

Dê-se ao inciso I do art. 3º do Projeto de Lei da Câmara dos Deputados nº 103, de 2017, a seguinte redação:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

I - os portadores de diploma de nível superior em *marketing* (mercadologia), devidamente registrado nos Conselhos Regionais de Administração, expedido por instituição brasileira de ensino superior oficialmente reconhecida;

Sala da Comissão, na data de hoje.

Este é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, Senador.

Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação o relatório.

Os Srs. Senadores e Sras. Senadoras que aprovam o relatório queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 96, DE 2018

- Não terminativo -

Anula débitos tributários oriundos de multas que especifica.

Autoria: Deputado Laercio Oliveira

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações: *Matéria a ser apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos.*

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, para proferir o relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para leitura de relatório.) – Sr. Presidente, essa matéria vem da Câmara dos Deputados, do Deputado Laercio Oliveira, e ele, no conjunto da proposta, propõe... Vou resumir aqui.

A proposição é estruturada em três artigos. O primeiro dispositivo anuncia o objeto da lei ao estabelecer que trata da extinção de débitos tributários relativos ao descumprimento da obrigação da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

entrega da Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia e também da Previdência. São multas que foram feitas pelo atraso da guia.

Há um clamor enorme dos profissionais que atuam nessa área e eu aceitei relatar, com enorme cuidado, e eu digo aqui que a questão econômica vai ter que ser aprofundada lá, na CAE, porque nós não podemos estar dando anistia, nem que seja de multa, em questões que vão repercutir em fundo de garantia e previdência.

A assessoria do Governo, preocupada com o tema, embora ele fosse aprofundado na CAE, procurou-me e pediu, com muita diplomacia, se eu poderia retirar o projeto de pauta, para ver se eles conseguem construir um entendimento que não venha, em hipótese nenhuma, prejudicar aqueles que esperam que haja de fato essa devolução pelo atraso do recolhimento.

Portanto, Sr. Presidente, eu acato o pedido da Liderança do Governo e peço gentilmente a V. Exa. que retire de pauta para a gente aprofundar o entendimento, se possível, sobre esse tema.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, Senador.

Atendido o seu pedido.

Retirado de pauta o item 3.

Item 4, Requerimento, da Comissão de Assuntos Sociais, nº 16, de 2019.

Autoria Senador Rogério Carvalho.

ITEM 4

REQUERIMENTO Nº 16, DE 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 50, caput, da Constituição Federal e art. 58, § 2º, III; e art. 397 § 1º do Regimento Interno do Senado Federal, a Convocação do Ministro de Estado da Saúde, podendo ser convertida em convite, perante a Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo de expor a proposta de extinção do programa mais médicos, respectiva substituição por outro programa de governo, bem como o modelo de atuação complementar da União para a atenção básica em serviços de saúde: financiamento e formação dos profissionais médicos em atendimento à saúde da família e comunitária.

Autoria: Senador Rogério Carvalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo a palavra para o Senador Rogério Carvalho para a leitura do requerimento.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sr. Presidente, pela ordem, aqui. Só para dizer que eu subscrevi aqui o requerimento, que na verdade é de autoria da Senadora Maria do Carmo Alves, que propõe uma audiência pública para discutir o tema "Câncer colorretal: ações e políticas para prevenção, diagnóstico e tratamento".

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Colocaremos em pauta, Senador. Depois da leitura do...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Sr. Presidente, na verdade, eu estou pedindo aqui uma audiência pública, convidando o Ministro de Estado da Saúde.

É, na verdade, um convite para que a gente possa discutir o Programa Mais Médicos, respectiva substituição por outro programa, bem como o modelo de atuação complementar da União para a atenção básica em serviços de saúde: financiamento e formação dos profissionais médicos em atendimento à saúde da família e comunitária.

A ideia é que a gente possa trazer o Ministro para fazer esse debate. Até hoje, duas mil vagas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Senhoras e senhores, eu gostaria de pedir um pouco mais de silêncio aqui para que o Senador possa concluir o seu pensamento.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Há dificuldade de se raciocinar com tanto barulho. Não é um estádio de futebol, não é, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Bem diferente, Senador.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Como eu estava falando, até hoje, duas mil vagas do Programa Mais Médicos não foram preenchidas, porque os candidatos se inscrevem e acabam não ficando nos lugares mais distantes; e há, pelo menos, mil Municípios sem médicos no momento.

Então, diante do quadro, diante da importância do programa, dos mais de 60 milhões que foram beneficiados por esse programa e diante da normatização que foi estabelecida com o Programa Mais Médicos para a criação de novos cursos, considerando a demanda regional – e um fato a que ninguém

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

se atenta foi a universalização da residência médica, criando o programa de medicina geral e de família em comunidade para atender o SUS –, a gente precisa fazer esse debate com o ministro. E nada melhor do que a presença dele, aqui nesta Comissão, para que a gente possa debater esse tema.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, Senador.

Os Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado como convite.

Só quero lembrar aos senhores que já está marcada a primeira vinda do Ministro da Saúde no dia 27. Ele falará sobre alguns dos temas aqui já colocados, mas, para esse novo convite, vamos tentar marcar outra data. Existem, na verdade, até o momento, quatro pedidos de convite ao atual Ministro da Saúde. Eu acredito que ele encontrará um tempo necessário para estar aqui presente.

ITEM 5

REQUERIMENTO Nº 17, DE 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir o tema "Câncer Colorretal: ações e políticas para prevenção, diagnóstico e tratamento". Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

1. Luciana Holtz, Presidente do Instituto Oncoguia.

2. Sergio Simon, Presidente da Sociedade Brasileira de Oncologia Clínica (SBOC).

3. André Sasse, Professor de pós-graduação na Faculdade de Medicina da Unicamp.

4. Fernando Maluf, fundador do Instituto Vencer o Câncer (IVOC).

5. Representante do Ministério da Saúde.

Autoria: Senadora Maria do Carmo Alves e outros.

Subscrito pelo Senador Humberto Costa.

Passo a palavra ao Senador Humberto Costa para fazer a leitura do requerimento.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Por favor, poderia repetir, Senador.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, o requerimento diz o seguinte:

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir o tema "Câncer Colorretal: ações e políticas para prevenção, diagnóstico e tratamento".

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: Luciana Holtz, Presidente do Instituto Oncoguia; Sergio Simon, Presidente da Sociedade Brasileira de Oncologia Clínica (SBOC); André Sasse, professor de pós-graduação na Faculdade de Medicina da Unicamp; Fernando Maluf, fundador do Instituto Vencer o Câncer (Ivoc); representante do Ministério da Saúde.

Justificativa.

A campanha Março em Cores busca, desde 2017, trazer atenção para o câncer colorretal, também conhecido como câncer de cólon e reto ou câncer do intestino grosso, e levar informação e empatia aos pacientes que estão passando por tratamento.

O objetivo é alertar para que o câncer colorretal não pode passar em branco, pois é o segundo mais incidente em mulheres e terceiro em homens.

Por conta da importância de ampliar o conhecimento sobre a sua alta incidência e o alerta sobre opções de tratamento específicas para cada paciente nos casos metastáticos, o mês inteiro de março é dedicado a ações de conscientização. A proposta é conscientizar os cidadãos sobre os fatores de risco, formas de prevenção, alternativas de diagnóstico e possibilidades de tratamento do câncer colorretal.

De acordo com levantamento do Instituto Nacional de Câncer (Inca), em 2018, o câncer de intestino tem estimativa de 36.360 novos casos, sendo 17.380 homens e 18.980 mulheres. E o número de mortes, de acordo com o Atlas de Mortalidade por Câncer de 2015, é de 16.697, sendo 8.163 homens e 8.533 mulheres.

A intenção é realizar uma audiência pública para discutir o tema "Câncer Colorretal: ações e políticas para prevenção, diagnóstico e tratamento". Isso se justifica, pois, quando o câncer colorretal é diagnosticado em um estágio inicial, aumentam as chances de cura ou de sobrevida dos pacientes. Infelizmente, a maior parte dos casos somente é diagnosticada em estágio avançado. Assim, em razão do exposto, acreditamos que a campanha Março em Cores será de grande importância para estimular o conhecimento e permitir que mais pessoas tenham a possibilidade de se prevenir ou procurar o tratamento adequado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Assim sendo, tendo em vista a importância e relevância do tema, peço o apoio dos nobres pares na aprovação do presente requerimento para que possamos aprofundar o debate.

Senadora Maria do Carmo.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, Senador.

Os Senadores e as Senadoras que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Item 6, Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais nº 18, de 2019, de minha autoria.

Passo à leitura:

ITEM 6

REQUERIMENTO Nº 18, DE 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do arts. 50, caput, e 58, § 2º, III, da Constituição Federal e do art. 397, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado o Exmo. Ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, para que compareça à Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal, a fim de prestar informações sobre a política e diretrizes do Ministério da Saúde. O presente convite tem como objetivo esclarecer questões relacionadas à área de competência do Ministério. A audiência para comparecimento será marcada por essa comissão de acordo com a disponibilidade de agenda do referido Ministro.

Autoria: Senador Romário

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Mais uma vez, faço a comunicação a V. Exas. do agendamento da audiência pública com o Ministro da Saúde para dia 27 de março de 2019, quarta-feira, às 9h da manhã.

ITEM 7

REQUERIMENTO Nº 19, DE 2019

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PDS 16/1984, que aprova o texto da Convenção nº 87 relativa à Liberdade Sindical e à Proteção do Direito Sindical, adotada em São Francisco em 1948 por ocasião da 31ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho, da Organização Internacional do Trabalho.

Autoria: Senador Paulo Paim e outros

Passo a palavra ao Senador Paulo Paim para a leitura do requerimento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidente, primeiro, eu queria fazer uma consideração rápida com a intenção de contribuir com os trabalhos.

Eu noto que tanto o Ministro da Saúde como o da Previdência – que é Secretário Executivo, mas eu prefiro chamar de Ministro, porque eu gostaria que tivessem mantido o Ministério da Previdência – estão sendo chamados diversas vezes nesta Comissão e também na Comissão de Direitos Humanos, com objetivos idênticos.

Então, eu deixaria uma contribuição: poderíamos fazer até audiências conjuntas e tratar de dois ou três temas em cada reunião. Fica como contribuição da Comissão de Direitos Humanos, que eu presido, de fazermos reunião, conjuntamente com V. Exa. – eu não tenho problema nenhum quanto a isso –, dos temas que forem coincidentes.

Fica aqui, então...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Em relação a mim, pode ter certeza de que também acho uma brilhante ideia, Senador.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É bom para os ministros e bom para nós.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Claro.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidente, o tema que me traz agora neste requerimento exige de minha parte...

V.Exa. já pediu silêncio não é dos Senadores e Deputados, é dos assessores que estão em volta aí.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Porque eu faço um apelo enorme também aos assessores.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Mais uma vez, por favor: silêncio.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Outros Senadores já fizeram aí, que é difícil. Lá na Comissão de Direitos Humanos é a mesma coisa.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Está complicado!

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidente, o Governo... Eu tenho usado sempre uma forma de atuar aqui de não citar nomes, porque a questão não é pessoal e, sim, é das causas, é política. O Governo editou uma medida provisória, Sr. Presidente, que acaba com o movimento sindical brasileiro, tanto de empresários como de trabalhadores.

Ontem, tivemos uma reunião – eu fui convidado e estive lá – com o Presidente da Casa, e estavam presentes acho que 10 ou 12 centrais sindicais, confederações, federações, preocupados com essa medida provisória, porque ela proíbe até que o sócio... O cara é sócio por livre e espontânea vontade, ele vai lá à empresa: "Olha, eu me associei aqui", como há hoje até plano de saúde... O meu é descontado em folha, por exemplo, aqui. Não permite nem isso. Não estou dizendo outras questões que estão lá envolvendo.

Nunca vimos isso, nem no tempo da ditadura e muito menos em outras épocas quando surgiu o movimento sindical do empregado e empregador como uma forma de dialogar.

Mediante esse quadro, Presidente, ontem foi pedido ao Presidente da Casa que ele devolvesse essa medida provisória. Ele disse que não conhecia nem o teor dela, como também o Presidente da Câmara foi no mesmo sentido. Todos ficaram preocupados. Vai haver uma reunião hoje, vamos conversar no Colégio de Líderes, para devolver essa medida.

Eu, me adiantando aqui, no aspecto que ela possa ser devolvida, e esta é a Comissão competente, casualmente sou Relator de uma proposta que vai discutir a questão sindical no Brasil. Então, para alguns que até me ligaram: "Paim, mas tu achas que é o momento de discutir isso?" O momento é este, porque a medida provisória está aí e está em plena vigência. Vamos torcer que ela seja desenvolvida, mas não temos problema nenhum de enfrentar o debate da questão sindical, como deveria ser.

Por isso, eu passo a fazer leitura do requerimento e, claro, no período que V.Exa. entender adequado que haja essa audiência pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PDS 16/1984, que aprova o texto da Convenção nº 87 relativa à Liberdade Sindical e à Proteção do Direito Sindical, adotada em São Francisco, em 1948, por ocasião da 31ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho, da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Justificação

O Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 16, de 1984, é de extrema importância para as entidades sindicais brasileiras – eu diria também no mundo, porque isso aqui orienta no mundo todo.

Trata-se o projeto de exame – do qual sou Relator – do tratado internacional, ou seja, a famosa Convenção nº 87 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que foi adotada em 1948 pela Conferência Internacional do Trabalho – que é o órgão plenário da OIT.

Essa Convenção, considerada pela própria OIT como uma das mais importantes, senão a mais importante de suas Convenções, diz respeito à liberdade e à autonomia sindical, que existem praticamente em todos os países democratas do mundo. Em todos os países em que existe a democracia, existe a liberdade sindical. Por isso, nada mais adequado do que a gente realizar a proposta, Sr. Presidente – duas audiências públicas: uma para ouvir as entidades sindicais e outra para ouvir as entidades patronais. Como eu sou o Relator da matéria, eu estaria propondo primeiro a audiência destinada a ouvir as entidades sindicais de empregados e, na sequência, uma audiência para ouvir os empregadores.

E aqui, Sr. Presidente, V. Exa. poderá, claro, arbitrar, se entender que é um número exagerado de convidados nas duas audiências. Eu pensei em duas mesas em cada audiência, pelo número de entidades que se propuseram a vir debater o tema. É para debater o tema sindical, a estrutura sindical na sua amplitude. Não é para vir aqui discutir se há imposto sindical ou não; é para discutir toda a estrutura sindical.

Vagner Freitas de Moraes, Presidente da CUT; Adilson Araújo, Presidente da CTB; do CSP-Conlutas, o secretário, porque lá não há presidente que indicaria – aqui eu não tenho o nome; Ricardo Patah, da UGT; Miguel Eduardo Torres, da Força Sindical; Antonio Fernandes dos Santos Neto, da CSB; José Calixto Ramos, da Nova Central Sindical de Trabalhadores; Ubiraci Dantas de Oliveira, Presidente da CGTB; Edson Índio, Secretário Executivo da Intersindical Central da Classe Trabalhadora; Oswaldo Augusto de Barros, Coordenador do Fórum Sindical dos Trabalhadores, que funciona como uma central.

Em uma segunda audiência, os empresários. Primeiro, o Sr. Robson Braga de Andrade, Presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI); José Roberto Tadros, Presidente da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC); João Martins da Silva Junior,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente da CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil); Clésio Soares de Andrade, Presidente da Confederação Nacional do Transporte (CNT); Breno de Figueiredo Monteiro, Presidente da Confederação Nacional de Saúde; Paulo Skaf, Presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo; Murilo Portugal Filho, Presidente da Federação Brasileira dos Bancos (Febraban) e também Presidente da Confederação Nacional do Sistema Financeiro.

Esse é o pedido, Sr. Presidente, para a gente se debruçar sobre esse tema, que está na Casa há algumas décadas, e nunca nós o enfrentamos.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu queria subscrever o seu requerimento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem!

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Eu também quero subscrever. Eu queria chamar a atenção aqui ao seguinte: de repente, os trabalhadores e servidores públicos são como se tivessem sido... Eu costumo dizer que – para os próprios grandes empresários, Presidente Romário – ninguém enrica sem botar os outros para trabalhar.

Nós temos que parar e olhar para aquele trabalhador que está ali, no campo, com um chapéu na cabeça, homem e mulher, o dia todo colhendo frutas, por exemplo, para um grande agropecuarista. O olhar para ele é dizer: esse cara é quem me dá uma vida muitas vezes nababesca; esses homens e essas mulheres são quem cria um patrimônio até a minha décima geração. Não são eles os meus adversários, e, sim, os bancos, os grandes inimigos das nossas empresas se chamam juros bancários, e não os homens e mulheres que estão trabalhando para construir este País.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, Senadora.

Senadores e Senadoras que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

E juntos marcaremos essa audiência pública, Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Antes de encerrarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa de leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Convoco para o dia 20 de março, quarta-feira, em caráter excepcional, às 9h, reunião extraordinária desta Comissão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 21 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 12 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 5ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE MARÇO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às nove horas e dezessete minutos do dia vinte de março de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob as Presidências dos Senadores Romário e Styvenson Valentim, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Leila Barros, Humberto Costa, Jayme Campos, Maria do Carmo Alves, Irajá, Eduardo Gomes, Rogério Carvalho, Weverton, Flávio Arns, Marcelo Castro, Otto Alencar, Zenaide Maia, Juíza Selma, Luiz do Carmo, Luis Carlos Heinze, Mecias de Jesus, Jorge Kajuru, Soraya Thronicke, Paulo Paim, Carlos Viana, Eduardo Girão, Paulo Rocha, Fabiano Contarato, Mailza Gomes, Marcos do Val, Telmário Mota e Angelo Coronel. Deixam de comparecer os Senadores Mara Gabrilli, Eliziane Gama, Renan Calheiros e Nelsinho Trad. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Antes de dar prosseguimento à apreciação da pauta, a presidência procedeu à leitura de comunicados. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei do Senado n° 769, de 2015 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, para vedar a propaganda de cigarros ou qualquer outro produto fumígeno e o uso de aditivos que confiram sabor e aroma a estes produtos, bem como estabelecer padrão gráfico único das embalagens de produtos fumígenos; altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para configurar como infração de trânsito o ato de fumar em veículos quando houver passageiros menores de dezoito anos; e dá outras providências." **Autoria:** Senador José Serra. **Relatoria:** Senador Humberto Costa. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com as Emendas nº 1-CTFC e 2-CTFC, e quatro emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nº 1-CTFC-CAS, 2-CTFC-CAS e 3-CAS a 6-CAS. **Observação:** 1- Vota contrário o Senador Luis Carlos Heinze. 2- Matéria a ser apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa. **ITEM 2 - Projeto de Lei do Senado n° 374, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social), para elevar o limite da renda familiar que habilita ao recebimento do benefício de prestação continuada." **Autoria:** Senador Dalirio Beber. **Relatoria:** Senador Romário. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Concedida vista coletiva, nos termos regimentais. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 582, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Acrescenta o inciso XXII ao art. 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para isentar do Imposto de Renda das Pessoas Físicas quaisquer rendimentos percebidos por maiores de 75 (setenta e cinco) anos de idade, desde que não percebam rendimentos de aposentadoria, reforma ou pensão superiores ao limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social." **Autoria:** Senador Alvaro Dias. **Relatoria:** Senador Romário. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Concedida vista ao Senador Marcelo Castro, nos termos regimentais. **ITEM 4 - Projeto de Lei da Câmara n° 161, de 2015 - Não Terminativo -** que: "Altera o Decreto-Lei nº 972, de 17 de outubro de 1969, e a Lei nº 6.615, de 16 de dezembro de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1978, para dispor sobre as atividades de repórter cinegrafista e cinegrafista radialista, respectivamente." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Jorge Kajuru. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido do Relator, para reexame. **ITEM 5 - Projeto de Lei da Câmara n° 153, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Acrescenta dispositivos à Lei nº 6.615, de 16 de dezembro de 1978, para dispor sobre a identidade profissional de Radialista." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Jorge Kajuru. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta (de redação). **Resultado:** Aprovado Parecer favorável, com a Emenda nº 1-CAS (de redação). **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 616, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre a vigilância sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, saneantes e outros produtos, e dá outras providências, para dispor sobre a regulação ambiental de cosméticos, e dispõe sobre a proibição de protetores solares considerados tóxicos para os recifes de corais." **Autoria:** Senador Lasier Martins. **Relatoria:** Senadora Zenaide Maia. **Relatório:** Favorável ao Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido do Autor. **ITEM 7 - Projeto de Lei do Senado n° 352, de 2015 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, para determinar a absorção, pelo Sistema Único de Saúde, de profissionais de saúde recém-formados na rede pública de ensino." **Autoria:** Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). **Relatoria:** Senadora Zenaide Maia. **Relatório:** Favorável ao Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Concedida vista coletiva, nos termos regimentais. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 401, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Acrescenta os §§ 1º e 2º ao art. 1º da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), para estabelecer que a pessoa com deficiência seja considerada idosa com idade igual ou superior a 50 (cinquenta anos), limite que poderá ser reduzido mediante avaliação biopsicossocial multidisciplinar da deficiência." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido do Relator, para reexame. **ITEM 9 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 20, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objetodo RQS 5/2019, seja incluído o seguinte convidado: Priscila Ribeiro da Cruz - Coordenadora-Geral de Promoção dos Direitos Sociais - FUNAI." **Autoria:** Senadora Soraya Thronicke e outros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 10 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 22, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do arts. 50, caput, e 58, § 2º, III, da Constituição Federal e do art. 397, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Senhor Ministro de Estado da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, para que compareça à Comissão, a fim de prestar informações sobre a moratória na abertura de novos cursos de Medicina no Brasil." **Autoria:** Senador Styvenson Valentim. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 11 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 23, de 2019** que: "Requeiro, com fundamento nos incisos II do artigo 93 do Regimento Interno do Senado Federal

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e na Lei nº 12.345, de 9 de dezembro de 2010 - que fixa critério para instituição de datas comemorativas -, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, para instruir a relevância da instituição, por projeto de Lei, da Semana Nacional da Pessoa Idosa a ser comemorada na primeira semana de outubro (de 1° a 8 de outubro)." **Autoria:** Senador Marcelo Castro. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 12 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 24, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 19/2019, com o objetivo de instruir o PDS 16/1984, que Aprova o texto da Convenção nº 87 relativa à Liberdade Sindical e à Proteção do Direito Sindical, adotada em São Francisco em 1948 por ocasião da 31ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho, da Organização Internacional do Trabalho, seja incluído o seguinte convidado: Martin Hahn, Diretor da OIT no Brasil." **Autoria:** Senador Paulo Paim e outros. **Resultado:** Aprovado. Antes do encerramento da reunião, a presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e dezenove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Romário

Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/03/20

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 5ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Comunico às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores o recebimento dos seguintes expedientes:

Correspondência eletrônica da Comissão de Aprovados no Concurso para Tecnologistas do Ministério da Saúde e Inca, a qual solicita o apoio das Senadoras e dos Senadores para que ocorra a nomeação dos aprovados no concurso, cujo prazo de validade está próximo de expirar – dia 26 de março deste ano.

Ofício nº 43, de 2019, da Câmara Municipal de Carazinho, Rio Grande do Sul, a qual sugere que sejam realizados estudos e debates com a sociedade sobre as dívidas da Previdência Social. Ofício nº 1, de 2019, da União Brasileira dos Comissários de Menores, Agentes, Inspetores, Voluntários Efetivos de Proteção à Criança e ao Adolescente, a qual sugere a apresentação de projeto de lei que conceda pensão ao viúvo ou viúva dos comissários mortos em serviço.

Os expedientes encontram-se à disposição na Secretaria desta Comissão, e fica consignado o prazo de 15 dias para manifestação dos Senadores a fim de que sejam analisados pelo Colegiado.

Gostaria de aproveitar a oportunidade para convidar todas as Sras. Senadoras e os Srs. Senadores para o evento amanhã, dia 21 de março, em comemoração ao Dia Mundial da Síndrome de Down, que será realizado no Auditório Petrônio Portela, começará a partir das 9h da manhã, com a participação de personalidades, autoridades. Confirmaram presença, inclusive, entre outros, o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), o Ministro Dias Toffoli, o Presidente do Congresso, Senador Davi Alcolumbre, e muitos outros.

Informo que a reunião presente destina-se à deliberação dos seguintes itens: do nº 1 ao 12.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 769, de 2015

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, para vedar a propaganda de cigarros ou qualquer outro produto fumígeno e o uso de aditivos que confiram sabor e aroma a estes produtos, bem como estabelecer padrão gráfico único das embalagens de produtos fumígenos; altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para configurar como infração de trânsito o ato de fumar em veículos quando houver passageiros menores de dezoito anos; e dá outras providências.

Autoria: Senador José Serra

Relatoria: Senador Humberto Costa

Relatório: Favorável ao Projeto, com as Emendas nº 1-CTFC e 2-CTFC, e quatro emendas que apresenta.

Observações:

1) Matéria a ser apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (em decisão terminativa); 2) Em 23/03/2019, foi concedida vista coletiva.

Consulto os Srs. Senadores sobre eventual manifestação decorrente do pedido de vista.

Dou a palavra ao Senador José Serra, autor do projeto. Por favor, Senador.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Se me permite, sugiro dar a palavra inicialmente ao Senador Humberto Costa, que é o Relator; eu gostaria de falar em seguida.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Normalmente, o Relator fala por último, mas, neste caso, Senador Humberto Costa, por favor, com a palavra.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Eu falo em seguida, se V. Exa. concordar.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – O.k., Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sr. Presidente, na verdade, não houve nenhuma manifestação em decorrência do pedido de vista, não foram apresentados votos em separado ou outra proposição de mudança. Nesse sentido, eu mantenho o meu relatório, o meu parecer. Este projeto tem uma relevância muito grande. Já tive uma oportunidade, mais de uma vez, de homenagear o Senador José Serra por essa sua cruzada contra o fumo. Nós sabemos que o consumo de tabaco está associado a doenças extremamente graves, é um tipo de dependência muito significativa, muito forte. É uma das formas de drogadição mais efetivas, no sentido de que produz uma dependência rápida e de forma intensa.

O cigarro está envolvido em vários tipos de câncer, não apenas o câncer de pulmão, mas câncer de faringe, câncer de laringe, câncer até mesmo de rim – a implicação do consumo de cigarros –, além de uma série de outras doenças – diabetes se agrava –, que o tratamento exige um gasto público importante, significativo, com atendimento, inclusive, hospitalar de alta complexidade, pelas consequências que o consumo do tabaco gera. Ao mesmo tempo, também essas doenças terminam onerando a nossa Previdência Social. Muitas delas colocam a pessoa sem absoluta condição permanente de trabalhar, além de, nos períodos de agravamento do quadro, haver afastamento do trabalho, enfim.

Além do mais, o projeto tem um mérito importante. Ele não vai interferir em nada do ponto de vista de produção ou não do fumo. Na verdade, o Brasil deveria ter aproveitado o fato de ter aderido à Convenção-Quadro para promover a substituição, especialmente do ponto de vista da agricultura familiar, do cultivo do tabaco. O nosso Governo, inclusive, criou linhas de crédito, estímulo para que os produtores de tabaco pudessem fazer a substituição da produção de tabaco por outras culturas que fossem igualmente rentáveis. Lamentavelmente, agora o Governo suspendeu esses programas de substituição da cultura do tabaco.

Mas o que está proposto aqui é para evitar que novas pessoas se tornem dependentes do cigarro e, ao mesmo tempo, também criar dificuldades para quem quer fumar. Ele é muito importante quando define que tem que ter um tipo de embalagem padrão para que a marca do cigarro ou os diferenciais não estejam expostos ou propostos para as pessoas, como forma de atração, como atrativo. Ele impede a utilização de aditivos, tipo mentol, que já foi usado, canela, cravo e tal, que terminam sendo fatores que facilitam a criação da dependência. E um terceiro ponto, que é em relação ao fumante passivo, especialmente crianças, que já têm a condição de identificar o fumo como algo que não é tão trivial hoje, não é tão comum, mas ainda o é, e isso, por si só, pode despertar o interesse pelo cigarro. Também quanto ao fato de alguém ser fumante passivo, nós temos comprovação de que isso também acarreta problemas de saúde importantes.

Então, esse projeto do Senador José Serra é extremamente importante para a política de saúde no nosso País. Ele é extremamente meritório e muito condizente com todo o trabalho que o Senador

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fez como Ministro, como Parlamentar, como Governador, nessa cruzada antitabagista à qual eu me integro permanentemente. Então, eu creio que é muito importante que nós possamos aprovar este projeto.

Eu não sei se os senhores já tiveram oportunidade de ver, mas a indústria do tabaco internacionalmente vem numa ofensiva grande, numa ofensiva subliminar. Quem aqui gosta de assistir a filmes, por exemplo: antes a gente só via atores fumando nos filmes quando eram filmes de época. Então, diziam respeito aos anos 50, 60 ou até anteriormente a isso. Agora, é diferente: você começa a ver filmes que estariam mostrando a realidade de hoje, mas o consumo de cigarro é completamente incompatível com a realidade que há. A quantidade de pessoas que deixaram de fumar, que abandonaram o vício hoje é muito grande. Então, isso é uma forma sorrateira de ficar fazendo propaganda do consumo do cigarro, de criar um exemplo, na nossa visão, negativo.

Não quero me delongar mais. Ao final das diversas manifestações, se for necessário, eu posso me manifestar mais uma vez, mas reafirmo aqui não só os meus parabéns ao Ministro Serra, ao Senador José Serra, mas também peço a aprovação deste projeto.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, Senador Humberto Costa.

Passo a palavra agora ao Senador José Serra.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero agradecer aqui o empenho do Senador Humberto Costa na elaboração do seu relatório, do seu voto. Realmente, ele fez um trabalho bastante bom e à altura da sua responsabilidade aqui dentro do Senado.

Nós estamos tratando de um assunto que é crucial para a saúde da população brasileira. No mundo, há 6 milhões de mortes por ano por causa do cigarro. No Brasil, mais de 130 mil pessoas morrem todos os anos devido à mesma causa. Isso é mais do que 10% do total de óbitos que acontecem em nosso País.

É importante entender também qual é o foco principal do ponto de vista social da indústria do cigarro. O foco da sedução é o adolescente. No Brasil, 90% dos fumantes começam a fumar antes dos 19 anos, ou seja, um em cada cinco fumantes começa na adolescência.

O Brasil tem avançado e obteve o primeiro lugar no mundo em matéria de retrocesso do cigarro, e isso graças às políticas que nós levamos adiante no Governo Fernando Henrique quando eu era Ministro da Saúde e depois como Governador de São Paulo quando nós proibimos o fumo em lugares públicos fechados. Essa foi uma medida estadual que, em pouco tempo, todo os demais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Governos estaduais adotaram e acabou se transformando em lei federal. Nos últimos 20 anos houve, assim, uma redução de 46% do número total de fumantes.

Agora, por outro lado, é interessante mencionar que, numa pesquisa, se viu que 76% das pessoas acreditam que a exposição de cigarros estimula o consumo e a compra. Também são favoráveis a vender cigarros embaixo do balcão e concordam em proibir aditivos de sabores nos cigarros, ou seja, há uma posição da opinião pública favorável à restrição. E o mais interessante é que 92% dos não fumantes e 88% dos fumantes, Senador Kajuru, apoiam que o Governo continue atuando ativamente para o controle do tabagismo. Os fumantes são a favor.

Agora, para que se tenha uma ideia da força do esquema de vendas de cigarro, 98,9% dos jovens de 14 a 17 anos frequentam locais onde existe a exposição de maços de cigarros, e 97% percebem ou notam essas propagandas.

Os custos são assombrosos: 21 bilhões anuais é o custo do tratamento de doenças relacionadas ao cigarro, mais de três vezes o que as empresas de tabaco pagam de impostos – isso para aquela argumentação de que geram empregos, que já é uma argumentação torta porque fabricar veneno gera emprego. Em princípio, qualquer processo de fabricação gera emprego; o problema não é o emprego, o problema é o valor de uso do bem.

Pois bem, ainda para insistir na coisa dos adolescentes, é importante entender que 16% da população dos escolares com 15 anos experimentaram cigarro em idade igual ou inferior aos 13 anos. E, dentre estudantes do 9º ano do ensino fundamental, 20% experimentaram cigarro, e a maior frequência é na Região Sul do País.

Um dado, ainda, importante a respeito da produção de cigarros, do tabaco, é que 80% aproximadamente da produção brasileira de tabaco vão para a exportação, o que relativiza o argumento alarmista daqueles que defendem o tabaco em relação ao emprego, ou seja, de cada cinco unidades de tabaco, quatro são exportadas. Então, o efeito eventual sobre produção das medidas que adotemos é bastante restrito. O problema de exportação é problema dos outros países, que devem fazer ou não o combate ao cigarro segundo entendam.

O projeto é composto basicamente de quatro itens. O primeiro, a proibição de qualquer forma de propaganda, inclusive nos locais de venda. O segundo, a adoção de embalagens padronizadas dos cigarros, mantendo advertências quanto aos riscos e prejuízos do fumo, ou seja, vai-se ter o cigarro genérico, a mesma cor, o maço branco, sem fantasia, sem nada que possa aumentar a sua atratividade. O terceiro, a proibição do uso de substâncias que possam realçar o sabor ou o aroma de cigarros ou outros produtos fumígenos, como perfumes ou substâncias que tornem mais agradáveis o cigarro ao paladar. E, por último, a punição ao motorista que fumar ou permitir que passageiro fume em veículo que esteja transportando menores de 18 anos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Todas as medidas estão de acordo com a Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco, que o Brasil ratificou, e o Brasil é considerado uma das maiores, se não a maior, vanguardas dessa matéria. Esta é uma posição que nós temos no contexto mundial: de vanguarda na luta contra o tabaco, e esse projeto avança nessa direção.

Esses são os argumentos, Sr. Presidente.

É importante que entendamos que qualquer tipo de produção pode ser abordado do ponto de vista da oferta ou da demanda. O meu projeto não se refere à oferta, à maneira como produzem, etc., mas à demanda; ele visa aos consumidores, e é com eles o nosso dever número um neste momento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, Senador.

Antes de darmos sequência à palavra do Senador Luis Carlos Heinze, quero parabenizá-lo pelo aniversário no dia de ontem e desejar ao Senador Serra muita paz, felicidade e saúde. Parabéns pelo projeto!

Passo a palavra aqui, agora, ao Senador Luis Carlos Heinze. Por favor.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, vou fazer alguns esclarecimentos aos colegas que estão aqui, com exceção do Senador Flávio Arns, que tem noção do que eu estou falando porque o Estado dele é produtor. Nenhum outro Estado do Nordeste, do Sul, do Sudeste praticamente produz o que Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul produzem; são produtores de tabaco. Nos três Estados do Sul são 556 Municípios cuja atividade econômica mais importante é a lavoura de fumo. Diferentemente do que o Senador Serra fala, de que não vai atrapalhar, mais de 500 mil famílias – mais de 500 mil famílias! – serão diretamente afetadas por esse projeto.

Eu não fumo, não recomendo que fumem. Na minha terra natal, Candelária, 3.232 pequenos agricultores vivem dessa atividade – na minha terra natal, Senador Kajuru. E no Rio Grande do Sul são em torno de 80 mil famílias...

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – E quanto eles exportam?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Eu vou lhe responder, Senador. O senhor escute; eu o escutei, por favor.

Nós temos hoje, nesses Municípios... Essa atividade está no Brasil há mais de cem anos. Eu gostaria de que as senhoras e os senhores procurassem saber, nos Municípios, os tipos de terras em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que produtores plantam: íngremes, nos morros, nas montanhas, mas conseguem plantar essa atividade e viver decentemente com três a quatro hectares. Esta é a área média da lavoura de fumo: dois, três, quatro hectares. O Senador Flávio Arns conhece o que eu estou falando. Não são lavouras extensas.

Alguém fala que nós podemos substituir essa atividade e falam na Convenção-Quadro. A China é o maior produtor mundial; o Brasil é o segundo produtor; a Índia, o terceiro produtor; o Zimbábue é o quarto produtor; os Estados Unidos, quinto produtor. O Brasil é o maior exportador mundial – o Brasil é o maior exportador mundial! Sobre a Convenção-Quadro, de que o Senador Humberto Costa falou, o Senador Serra falou, nenhum país adotou a Convenção-Quadro. E quando dizem que se pode substituir essa atividade, eu digo: os programas do Governo Lula e do Governo Dilma tentaram mudar, não conseguiram fazer isso. Essa atividade é rentável.

Quem conhece a agricultura como eu conheço – há mais de 40 anos que eu trabalho nessa área, como técnico agrícola, como engenheiro agrônomo; estudei quase 20 anos, quer dizer, estou há 60 anos praticamente nessa atividade – sabe que no Brasil, Senadora Zenaide, 3,775 milhões de famílias vivem como miseráveis. São 360 mil no Norte do País, 2,149 milhões no Nordeste do País, 216 mil no Centro-Oeste, 572 mil no Sudeste e 477 mil no Sul do País. Sabe qual é a renda média dessas famílias? No Brasil é R$5.149,00/ano – R$5 mil/ano! Isso dá meio salário por mês. Por que esse pessoal não migrou com os programas que o Lula, que a Dilma fizeram quando o País fez a Convenção-Quadro? Por que, Senador Serra? Por que não fizeram isto, largaram a atividade fumígera? Sabe quanto é ganha um produtor de fumo? Em média R$50 mil reais/ano. Porque eu tenho um negócio rentável, eu não largo o negócio rentável. Para fazer o quê? Plantar chuchu, melancia, abóbora, abacaxi, arroz, qualquer coisa? Com três, quatro hectares, não se mantém uma família.

Se as senhoras e os senhores conhecessem a região de que eu venho, no Rio Grande do Sul – ou vá a Santa Catarina, ao Paraná... Essas pessoas vivem decentemente. Têm uma casa de material, têm antena parabólica, têm internet, têm filho na faculdade. Três, quatro, cinco mil por mês é a renda dessas famílias. Vivem decentemente! Tirem essa atividade, não há problema: vão ser os mais miseráveis que nós vamos ter no Brasil, com a força da expressão. Eu sou do ramo, eu conheço o que eu estou falando. Vão plantar arroz. O pessoal meu está quebrado, 30 mil famílias plantam arroz no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina e no Paraná. Ontem a notícia era de que o Presidente Bolsonaro abre mais a importação de trigo dos Estados Unidos, mata mais produtor de trigo.

Então, para essas atividades é que eu peço a atenção das senhoras e dos senhores. Nós estamos matando uma atividade econômica. Nós já acabamos... Nós temos hoje 150 mil famílias que plantam fumo nos três Estados do Sul, fora Arapiraca e Cruz das Almas, na Bahia. Há 40 mil famílias que trabalham nas indústrias de tabaco. Entre os pontos de venda, o caminhãozinho que busca o fumo na lavoura, enfim, a assistência técnica, há mais de 2 milhões de pessoas envolvidas nesse processo –

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mais de 2 milhões! O Senador Serra disse que não há problema, são só 25%. Sim, 25% são 500 mil famílias.

Quando foram feitos projetos aqui nesta Casa, no Senado e na Câmara, proibindo a propaganda do cigarro na televisão, no jornal, no rádio – "não se faz mais propaganda" –, sabe o que aconteceu, Senador Kajuru, V. Exa. que é da imprensa? Hoje, 46 bilhões de cigarros são consumidos no Brasil legais, dessas empresas; 54 bilhões são do consumo clandestino, contrabando, que era de 25 bilhões. Quando essas leis foram aprovadas... A carga tributária é mais de 80% em cima do tabaco brasileiro, do cigarro brasileiro. Agora, aumentou a carga tributária e diminuiu a propaganda; entrou cigarro clandestino.

O Paraguai é o maior exportador de cigarro para o Brasil – maior exportador! Esteve aqui outro dia o Presidente paraguaio, eu disse a ele e ao ministro lá, que era tipo o chefe da Polícia Federal deles: por favor, nos ajudem nesse processo aqui. Eu sei que de lá vem esse cigarro contrabandeado.

Pasmem as senhoras e os senhores que estão nos ouvindo aqui: quem financia o PCC é o tráfico do cigarro, é o tráfico de drogas e é o tráfico de armas. Está tudo interligado. Quantos bilhões isso aqui fatura?

Está bem, então nós vamos agora proibir mais ainda, tirar mais gente da atividade. Não há problema; agora, nenhum país produtor, nem os Estados Unidos, nem a Índia, nem o Zimbábue, ninguém fez a lei que nós temos aqui. Não há problema, vocês acham que agora nós vamos proibir? Que uma lei aqui vai proibir? A droga é proibida, e não estão usando droga? Há qualquer tipo de droga aqui no Brasil. Portanto, ela existe. Vocês acham que vão terminar com o cigarro só por lei, Senador Serra?

Quando V. Exa. foi candidato a Presidente, eu fiz campanha para V. Exa. V. Exa. perdeu para a Dilma em 2010. Eu fiz campanha. E V. Exa. fez este documento para mim, porque na minha região, onde eu trabalho, fiz campanha para V. Exa. e eu dizia: o Serra não vai trabalhar contra o cigarro, contra o fumo. Eu me enganei, Senador. Eu me enganei. V. Exa. mentiu para mim e mentiu para aqueles eleitores que votaram no senhor. Eu não faço isso.

Portanto, eu só apelo para as senhoras e para os senhores que estão presentes neste momento...

Eu vou lhe dar direito de resposta depois, o senhor pode falar.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – É que nós passamos para o terreno dos insultos, quanto à questão de mentira. Eu não ganhei a eleição. Como V. Exa. pode afirmar que eu fiz isso ou fiz aquilo? V. Exa. poderia ficar no nível do argumento. Não imaginava que a sua paixão pelo fumo, que a sua defesa dos interesses da indústria do cigarro...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Não, não. Não é da indústria do cigarro.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – ... o levassem ao ponto de agredir seus colegas que sempre o trataram com cortesia.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Não, senhor. Não, senhor.

O senhor fez um documento que eu espalhei para Prefeito e Vereador de cada Município em que eu fiz campanha, de que o senhor não prejudicaria a lavoura de fumo. Foi isso que eu fiz.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – É a absoluta verdade.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Não é verdade.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – As medidas que eu adoto estão relacionadas com a demanda, não com a oferta.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Marcelo Moraes, Marcelo Moraes! Está aqui um Deputado Federal, filho do Sérgio Moraes. V. Exa. era Deputado Estadual, seu pai era Deputado Federal e a Kelly Moraes era Prefeita da cidade de Santa Cruz. Lembra-se disso, Marcelo? Vocês faziam campanha para Dilma, eu fazia campanha para o Serra. Lembra-se disso, Marcelo?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Esse moço é Deputado Federal de Santa Cruz do Sul, da região fumageira. Isso aconteceu lá na região. Foi assim ou não foi, Marcelo?

Então, por isso, senhoras e senhores, o que eu peço às senhoras e aos senhores... Entendo esse processo.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente, quem são os inscritos?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Eu não sou a favor de fumar; eu não recomendo que fumem. Agora, no momento em que o Brasil tem 13 milhões de desempregados, eu jogar 500 mil pessoas na vala da rua é um problema.

Se alguém acha que nós vamos proibir isso aqui e, de uma certa forma, nós vamos inverter o FAT, vamos parar de fumar, não há problema. Vai vir cigarro dos Estados Unidos, vai vir cigarro da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

China, vai vir cigarro de qualquer país, e até do Paraguai, como já entra hoje. Repito: eram 25 bilhões de cigarros que nós recebíamos aqui no País contrabandeados; hoje são mais de 50 bilhões. Só cresceu o contrabando.

O Brasil arrecadou R$13,7 bilhões de impostos nesse ano passado. Esse foi o imposto que essa cadeia gerou para o Brasil. Bom, esses Municípios dependem dessa atividade. Se tirarmos essa atividade, não há problema, quer dizer, será mais gente na miséria, em cima dos Prefeitos, em cima dos produtores rurais, em cima dos trabalhadores que estão nas indústrias, que estão no comércio, que estão no transporte, enfim, é uma cadeia organizada.

Isso é um negócio que foi montado no Brasil, um negócio legal, repito, sobre a Convenção-Quadro: nenhum país – China, maior produtor do mundo; Brasil, segundo maior produtor; Índia, terceiro maior produtor; Zimbábue; e Estados Unidos –, ninguém tem uma campanha como tem o Brasil. Ninguém! Só o Brasil tem essa campanha.

Não há problema nenhum... Eu estou fazendo isso não em favor das indústrias do cigarro. Se alguém quiser imaginar e pensar que me financiaram, eu recebi R$10 mil de um engenheiro agrônomo – R$10 mil! –, isso está na minha prestação de conta. Recebi R$10 mil de uma empresa. O que eu faço é para 150 mil famílias no Paraná, em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, que plantam fumo; 40 mil famílias que trabalham nas indústrias de fumo. E eu sei o que representa para essas regiões, para os 556 Municípios, essa atividade.

Há um Prefeito aqui, Antao Perufo, do Município de Nova Esperança do Sul – o Município dele planta fumo; é um dos 556 Municípios –, e ele sabe o que representa para o Município dele essa atividade. Essas pessoas, se não tiverem essa atividade, estão fadadas a serem mais um que vai buscar Bolsa Família, pegar toda assistência do Governo Federal. Chega! Há 13 milhões de desempregados; nós não temos que arrumar mais 500, 600 mil que vão estar procurando emprego não sei onde.

Portanto, se todos os países do mundo, Senador Serra – a Europa, que compra o nosso cigarro, a Ásia, que compra o nosso fumo, os próprios Estados Unidos, que importam o nosso fumo –, se todo mundo fizesse isso, não haveria problema. Mas só o Brasil que tem essa campanha.

Portanto, não fumo, não recomendo que fumem. Nunca fumei na minha vida. Agora, infelizmente eu vejo essas pessoas que vivem dessa atividade. Se os colegas Parlamentares e colegas Senadoras e colegas Senadores puderem me acompanhar, o.k. Pensem nessas famílias que vivem decentemente plantando essa lavoura, que é uma atividade rentável.

E se fosse como alguém diz: "Não. Mudem de atividade"... Mostrei para vocês esse dado dos 3,775 milhões. É de quem? É um dado da Embrapa. O Prof. Eliseu Alves, ex-Presidente da Embrapa, junto com a Fundação Getúlio Vargas fizeram esse trabalho chamado Pobreza Rural. Se fosse tão simples, pega dinheiro e bota para lucrar em qualquer coisa, já teriam resolvido o problema dessas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

famílias, que não estão só no Nordeste ou no Norte do País; estão no Sul, no Sudeste e no Centro-Oeste também.

Aqui está a relação para quem quiser ver como vivem essas famílias. Então, eu estou defendendo uma atividade econômica legal de gente que precisa continuar tendo essa atividade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, Senador Heinze.

Volto a palavra aqui ao Senador José Serra; em seguida, Senador Rogério Carvalho. Depois, Senadora Zenaide Maia e Senador Eduardo Girão.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Sr. Presidente, o raciocínio do nobre Deputado deixa de lado, insistentemente, o número que aqui apresentei, que é aproximado: cerca de 80% da produção de tabaco é destinada à exportação.

Segundo, ele tem uma enorme dificuldade em entender – não há outra explicação – que, no processo econômico, existe o lado da oferta e o da demanda. E o meu projeto está localizado do lado da demanda, não da oferta.

Não se está adotando nenhuma restrição em relação à produção. Estão sendo adotadas medidas para condicionar a demanda, não a oferta. A liberdade de produção se mantém no que se refere às questões legais, de autorizações de créditos etc.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. *Fora do microfone*.) – Tem a ver, sim!

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Mais ainda: fala-se do contrabando como se tivesse algo a ver com esse assunto. Não tem. O contrabando é combatido da mesma maneira. Se o contrabando no Brasil viceja, não é porque nós somos contra o cigarro ou adotemos medidas legais contra o cigarro. Eu diria que é porque não se enfrenta o problema adequadamente. E, na base dessa questão do contrabando, nós podemos legalizar a maconha, podemos legalizar outras drogas: "Ah, não; tem contrabando, logo, vamos legalizar". São argumentos furados da indústria que o nobre Deputado representa.

Eu me lembro de que, quando era Ministro, veio falar comigo o Presidente da Souza Cruz. Eu me lembro sempre da Souza Cruz porque, quando eu era estudante, Presidente da UNE, nós tínhamos uma apresentação de teatro que era Um Dia na Vida de Brasilino. E havia um trecho em que se dizia que ele fumava um cigarro da Souza Cruz, que não era do Sr. Souza, muito menos do Sr. Cruz, mas da British American Tobacco. Não estou querendo aqui criar preconceito com relação a ser capital

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estrangeiro, mas dá-se também esse acaso. Eu perguntei ao Presidente da Souza Cruz se ele tinha filhos. Ele disse que sim, tinha um de 15, 16 anos. Eu perguntei o que ele diria ou disse para o filho dele quando o filho lhe perguntou se deveria fumar. Ele disse que disse ao filho que não fumasse. Eu falei: pois bem, o senhor não quer que o seu filho fume, mas quer que os filhos dos outros fumem. Essa é que é a realidade.

Os dados são aqui cruéis: 130 mil pessoas morrem no Brasil por ano por causa do cigarro. Não vamos ficar aqui com fru-fru de que o produtor de não sei onde vai passar por necessidades etc. Eu insisto: 80% é exportação, e 20% podem ir para reconversão, se avançasse de tal maneira que reduzisse o consumo a zero, o que não vai acontecer. Na verdade, o que vai acontecer é apenas ajudar a frear o consumo, porque o Brasil já é campeão mundial nessa matéria, graças a medidas que nós adotamos, com muito orgulho, no Governo de Fernando Henrique, quando eu era Ministro e quando eu era Governador, que funcionaram. O Brasil ganhou prêmios internacionais, e as condições de saúde eu diria que pioraram menos no Brasil nesse período, em virtude do sucesso da luta contra o cigarro.

Por isso é que nós apresentamos o projeto e confiamos que o Senado brasileiro estará sintonizado com essa causa da saúde no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem! Passo a palavra ao Senador Rogério Carvalho, por favor.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente, eu sou de uma cidade que já foi grande produtora de fumo, de um Estado vizinho de outro que ainda tem uma cidade que produz bastante fumo. E o fato de haver regras na produção do tabaco que vão para o consumo não impede nem diminuiu a produção de fumo nessas regiões. O que diminuiu a produção de fumo na minha cidade foi o fato de uma empresa comprar a marca da cooperativa e explorar os produtores de fumo de forma agressiva. Então, não foi porque se estabeleceram regras no beneficiamento do fumo em rolo para empacotar e vender. Isso não foi nenhum motivo para se reduzir a produção de fumo, como não se reduziu em Arapiraca, porque em Arapiraca os produtores não tiveram uma empresa grande, beneficiadora de fumo, que comprasse a marca que comercializava o fumo.

Então, nós estamos falando aqui de algo que é muito maior do que simplesmente a defesa da produção dos produtores rurais. Nós estamos falando de algo que é da indústria. Ninguém aqui está propondo restringir a produção do fumo em nenhuma região do País. Essas medidas já vêm tardiamente. Fora do Brasil, essa regulamentação, em vários países, já existe. Inclusive, o maço do cigarro é praticamente o mesmo para todas as marcas de cigarro no mundo. Já não existe a inclusão de aditivos no tabaco beneficiado que compõe o cigarro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós estamos falando de algo que não impede que a indústria continue produzindo, não impede que o Brasil continue sendo exportador de fumo para outros países; aqui nós estamos falando só da inclusão de aditivos na produção de cigarro, que são estímulos ao consumo e que despertam a vontade de fumar, mudam o jeito de as pessoas consumirem o cigarro. Então, eu queria dizer que a luta do Senador José Serra é uma luta correta, justa, tem a ver, sim, com a saúde pública. O Brasil foi um dos países que mais avançaram no combate ao tabagismo no mundo por conta dessas medidas. Não proibiu nem a produção, nem a comercialização, mas, através de campanhas e através de medidas como essa, foram reduzindo o número de fumantes no País, o que é uma vitória para nós. Em todos os países do mundo há uma preocupação da saúde pública em reduzir o consumo de tabaco.

Eu fui Deputado entre 2011 e 2015, esse debate veio e foi interrompida a aprovação. Ou seja, não foi aprovado o projeto de lei na Comissão pelos mesmos argumentos. Espero que hoje, aqui no Senado, a gente não sucumba a esses argumentos, que são argumentos que se colocam frontalmente contra a vida.

Então, acho que a gente tem, aqui, a oportunidade de ganhar ou, pelo menos, evitar mais dez anos de espera para resolver um problema que pode diminuir a vontade de as pessoas iniciarem o vício ou o ato de fumar.

Então, eu queria parabenizar o Senador José Serra, o Senador Humberto Costa pela relatoria e dizer que está na hora de a gente superar esse debate, porque é um debate que não produz nenhum resultado prático para a saúde pública e para a defesa da vida e que também não atrapalha os produtores agrícolas que produzem fumo, porque há demanda no mundo inteiro.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para questão de ordem.) – Presidente, só uma questão é ordem. É porque eu vou precisar, daqui a pouco, me retirar. Eu queria ver se tem muita gente inscrita ainda.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Temos apenas a Senadora Zenaide Maia, o Senador Eduardo Girão e o Senador Carlos Heinze, que quer a palavra de novo.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Por favor, Senador, com a palavra.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Só para fazer um esclarecimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Senadora, depois a senhora.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O colega que me antecedeu falou que em todo o mundo quatro países adotaram esse procedimento: Austrália, Inglaterra, França e Irlanda. O que eu disse aqui – se os colegas puderem prestar atenção –, que o contrabando aumentou no Brasil de 25% para 54%, já foi constatado na Austrália, que aumentou em 30% o contrabando, quando a Austrália usou esse mesmo procedimento que está sendo proposto pelo Senador José Serra. A Ministra da Saúde da Irlanda disse que a embalagem branca não iria diminuir o consumo de cigarro. Então, quatro países: Austrália, Inglaterra, França... Só peço para refletirem: o mundo adotou; está tudo resolvido? Não, senhor. Não é essa a verdade. Podemos pegar mais dados sobre essa questão.

Portanto, chamo a atenção e peço aos colegas e às colegas, Senadores e Senadoras, que reflitam. Nós estamos falando aqui de 500 mil famílias – e não é qualquer coisa – que serão jogadas no lixo se nós acabarmos com a indústria do cigarro no Brasil, o.k.? E o contrabando vai continuar aqui ajudando a financiar o PCC e outras organizações criminosas.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, Senador.

Passo a palavra agora à Senadora Zenaide Maia, por favor.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Bom dia, Sr. Presidente, colegas Senadores aqui. Eu quero parabenizar pelo projeto o Senador José Serra e, pela relatoria, o Humberto e seguir a linha, mais ou menos, do Senador Rogério.

Queria dizer o seguinte ao colega Luis Carlos: os argumentos de um senhor civil para provar que, se a gente agregar valores, sabor ao cigarro, reduzir e proibir... Ou seja, se não agregarmos valores, proibirmos a agregação e evitarmos propaganda, cai o consumo. A gente sabe que pode ter aumentado o contrabando, mas nós reduzimos, o Brasil reduziu em 30%.

E digo o seguinte: falou-se de gasto aqui com a previdência, com o sistema SUS, mas o gasto maior, gente, são as vidas humanas, e isso é o que a gente tem que ver.

Eu estou aqui com o Senador Kajuru, que fala sobre diabetes. O fumo é um dos fatores que desencadeiam diabetes para aqueles que já têm o fator hereditário. Então, esta Casa tem obrigação. Nós sabemos dos danos; nunca uma droga foi tão estudada como o cigarro. Sabe-se que a maioria... Converse com os oncologistas deste País. Então, nada justifica.

E outra coisa: não estamos proibindo a produção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ninguém mexeu com a produção de cigarro, diferentemente de outras drogas cuja produção nem pode existir. Cigarro é uma droga. E o que é que eles defendem ao agregar sabor? A gente sabe que os jovens têm um paladar muito dirigido só para o doce. O cigarro, como outras bebidas, tem um sabor amargo. Então, essa é a importância que a indústria dá em agregar valor. E só está provado que, se a gente fizer propaganda e der visibilidade, como se dá... A gente já teve um ganho proibindo a propaganda. Vocês têm ideia do que é uma celebridade mostrando o cigarro, um cara jovem e saudável? A maioria nem fuma. Então, quero dizer que hoje nós temos essa responsabilidade com as vidas da nossa população.

Sobre o contrabando, mesmo tendo aumentado, nós reduzimos o consumo pela falta de propaganda, pela redução das propagandas nos grandes meios de comunicação. Vamos tirar a propaganda. Produzam o tabaco que quiserem; a gente não vai atrás disso. Agora, nós não vamos pactuar com isso, nós não podemos ser omissos e deixar fazer propaganda para o jovem, que é o mais influenciável.

E é um dos vícios que causa mais dependência. Tirar alguém do fumo não é fácil, e ele acaba morrendo. Então, há custos na Previdência e custos no SUS (Sistema Único de Saúde), mas nada chega perto da quantidade de vidas do povo brasileiro que são ceifadas, e sabemos que esta Casa pode reduzir isso.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, Senadora Zenaide!

Passo a palavra agora ao Senador Eduardo Girão e depois ao Capitão Styvenson. E vamos à votação!

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE. Para discutir.) – Muito bom dia, Presidente, Senador Romário, e demais colegas Senadores!

Esse assunto é tão emblemático, que, quando a gente começou aqui a debater, o nosso Relator, Senador Humberto Costa, começou a espirrar aqui e quase não parava. (*Risos.*)

Realmente, a atmosfera já fica um pouco densa.

Em primeiro lugar, dou os parabéns para o nosso Senador José Serra, autor do projeto que tornou o Brasil...

Desculpe-me, mas eu quero fazer uma colocação aqui direta, Senador José Serra. Eu considero V. Exa. como um ícone nessa luta contra a indústria do cigarro, por uma conscientização da população brasileira dos malefícios, que são imensos, do consumo do fumo. São cinco mil substâncias que fazem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mal à saúde. Então, não adianta você ter R$12 bilhões de arrecadação de tributos e gastar R$60 bilhões com a saúde dos brasileiros.

V. Exa. foi Ministro da Saúde. E nós temos aqui outra coincidência: o Senador Humberto Costa, que é o Relator deste projeto, também foi Ministro da Saúde. Então, são duas pessoas que têm realmente conhecimento de causa, que desenvolveram um trabalho dentro dessa linha.

Eu fui Presidente de um clube de futebol também, o Fortaleza Esporte Clube, e, no estádio, incomodava-me muito, Senadora Zenaide, ver os pais e tudo ali, porque isso ainda é permitido – ainda é permitido.

Eu acho que a gente tem que começar a trabalhar também num projeto de lei, Senador Kajuru, que é um desportista, já que o foco da indústria é o jovem, para que a gente possa também proibir que os pais, que as pessoas adultas fumem cigarro em estádio de futebol, porque ali há crianças, há adolescentes, e esse é um péssimo exemplo.

Então, eu queria fechar dizendo que estou muito consciente deste momento, da importância desse projeto. Quero também reiterar os meus parabéns por esse debate tão importante.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sr. Presidente, é só uma questão de ordem. Realmente, vou precisar me retirar. Eu poderia deixar consignado o meu voto?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Na verdade, Senador, segundo me informaram aqui na Comissão, a presença de V. Exa. é importante, é fundamental nesta votação, é obrigatória, no caso.

Passo a palavra ao Capitão Styvenson.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN. Para discutir.) – Serei bem rápido. Quero só lembrar, já que a discussão está sendo feita sobre o cigarro, sobre a combustão, que há um perigo que está vindo aí, bem silencioso, e que é visto como alternativa ao cigarro, que é o cigarro eletrônico. Até agora, não há nenhum estudo sobre o efeito dele na saúde. Mas, provavelmente, as pessoas estão migrando para esse tipo de cigarro como uma tentativa para parar de fumar. Então, não se sabe ainda do risco que há nesse cigarro eletrônico, principalmente para os jovens. Ele parece um brinquedo. Eu só queria alertar para isso. Desde 2009, se não me engano, existe uma legislação que proíbe isso, mas ele é vendido abertamente pela internet.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem!

Senador Flávio Arns, seja o mais breve possível, para a gente iniciar, por favor, a votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR. Para discutir.) – Eu quero, rapidamente, em primeiro lugar, cumprimentar o José Serra pelo aniversário de ontem, desejando-lhe saúde, força, alegria, realização. Que bom! Não tivemos um bolo, mas deveríamos ter alguma coisa para festejarmos aqui. Ao mesmo tempo, eu quero cumprimentar o José Serra por toda a sua trajetória de vida, como Senador, como Deputado, como Ministro, como ser humano que tanto contribuiu para o Brasil. Então, nesse sentido, quero enaltecer o seu trabalho.

Eu quero dizer que também concordo com tudo que possa ser feito em relação à diminuição do consumo do cigarro. Não fumo também; como o Luis Carlos falou, nunca fumei. Mas a gente sabe também dos prejuízos que isso pode causar e está causando para tanta gente no Brasil.

Quero cumprimentar o Luis Carlos Heinze pela posição a favor da geração de emprego, da geração de renda. Isso é fundamental.

Não é possível pedir vista, porque já foi pedido, senão eu a pediria. Por que eu a pediria? Porque, na época da aprovação da Convenção-Quadro, nós fizemos audiências públicas no Brasil. Eu fui para o Paraná, junto com o Senador Heráclito Fortes, na época, para discutirmos os termos da Convenção-Quadro. O salão lá estava superlotado de famílias de produtores. A gente sabe que essa é uma dificuldade. O que não me agrada no processo legislativo, eventualmente – por isso é que eu evito fazer essas coisas –, é a gente aprovar uma coisa sem explicar direito para a população. Como é que a população que produz fumo lá vai saber, vai entender que não é sobre a produção, que é sobre o consumo, que é isso ou aquilo? Então, a gente tem que apresentar isso e discutir mais para ver o que fazer.

Não sei se isso foi feito, mas, se não o foi, deveria ter sido feito, porque, na Convenção-Quadro, essa iniciativa valorizou bastante o trabalho do Senador Heráclito e a aprovação posterior da Convenção-Quadro. Mas é um assunto bem polêmico. Eu não gostaria de causar essa polêmica sem explicação no Estado do Paraná, porque no Sul há muitos produtores de fumo, particularmente no sul do Paraná.

Como não é terminativo nesta Comissão – esse projeto vai para a Comissão de Constituição e Justiça –, eu vou me articular com as pessoas lá para que esse debate seja feito e para que as pessoas entendam e, inclusive, sugiram, porque o processo legislativo tem que estar articulado com quem é beneficiado ou prejudicado, porque, senão, as pessoas vão dizer: "Poxa, você votou contra a gente, nem discutiu com a gente. A gente nem sabe o que está acontecendo. Isso vai afetar a nossa produção." Então, fazer esse debate em uma audiência pública na região é uma coisa interessante, porque até podem surgir, eventualmente, ideias.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Senador Arns, o projeto tramita desde 2015, e já tivemos duas audiências públicas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Não. Eu penso em audiência pública não aqui, mas lá com o povo, lá na base mesmo, porque, quando fizemos audiência pública na Convenção-Quadro, havia mil pessoas presentes. No começo, foi algo extremamente tumultuado. Ficamos algumas horas lá. Eu presidi, inclusive, a audiência. Havia argumentos pró e argumentos contra. E isso até levanta a ideia de uma legislação participativa.

Então, eu quero só qualificar o voto nesse sentido, mas dizer que isso é fundamental, senão o povo fica por fora. E surgem as mais variadas notícias do que pode acontecer e do que pode não acontecer. Então, tem que discutir, tem que ver, tem que explicar e chegar a uma conclusão. Agora, Senador José Serra, quero compartilhar isso. Acho que tudo que a gente puder fazer para melhorar a saúde também tem que ser feito.

Agradeço, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, Senador! Isto foi muito bem colocado por V. Exa. Essa discussão ainda será apreciada na Comissão de Constituição e Justiça.

Agora, não havendo mais quem queira discutir o relatório, vamos à votação.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam o relatório queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sr. Presidente, registro o meu voto contrário.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Está registrado o seu voto, Sr. Senador.

Foi aprovado o relatório, com as Emendas nº 1-CTFC-CAS; nº 2-CTFC-CAS; nº 3-CAS; e nº 6-CAS.

A matéria será encaminhada ao Plenário para a deliberação do Requerimento nº 80.

Passo a Presidência ao Senador Styvenson, para que eu possa relatar o item a seguir. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Vamos ao item 2 da pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 374, de 2018

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social), para elevar o limite da renda familiar que habilita ao recebimento do benefício de prestação continuada.

Autoria: Senador Dalirio Beber

Relatoria: Senador Romário

Relatório: favorável ao Projeto.

Observações: *matéria a ser apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.*

Concedo a palavra ao Senador Romário para proferir o relatório.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ. Para leitura de relatório.) – Muito bem, Sr. Presidente!

Vem à Comissão de Assuntos Sociais o Projeto de Lei do Senado nº 374, de 2018, do Senador Dalirio Beber, que altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, Lei Orgânica da Assistência Social (Loas).

Seu objetivo é elevar dos atuais 1/4 (um quarto) para 3/5 (três quintos) de salário mínimo *per capita* mensal o limite da renda familiar que habilita a pessoa ao recebimento do Benefício de Prestação Continuada (BPC).

Para tanto, a proposição, em seu art. 1º, muda a redação do §3º do art. 20 da Loas. Em seguida, remete à elaboração do projeto de lei orçamentária o cálculo do montante necessário para pagamento do benefício, uma vez que reajusta os critérios para sua concessão. Por fim, determina que a matéria entre em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do primeiro dia do exercício financeiro seguinte a essa data.

Na justificação, o autor do texto afirma que a extensão da renda familiar vai permitir o amparo a pessoas idosas e com deficiência que são muito pobres, mas não são elegíveis para o recebimento do BPC por não se encontrarem na mais absoluta miséria. Afirma, também, que tribunais espalhados pelo País vêm reconhecendo a justiça da inclusão dessas famílias, mas apenas nos casos em que julgam, sendo necessário a adoção de uma regra geral.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A matéria foi despachada para a CAS e para a Comissão de Assuntos Econômicos, que irá deliberar sobre o tema em decisão terminativa.

Não foram apresentadas emendas ao texto.

Análise.

Nos termos do inciso I do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Assuntos Sociais opinar sobre proposições que tratem de assuntos relativos à assistência social, tema do PLS nº 374, de 2018.

A proposição atende aos requisitos de juridicidade e constitucionalidade e se apresenta na correta forma legislativa.

No mérito, vem ao encontro do mandamento constitucional que aponta a cidadania e a dignidade da pessoa humana entre os fundamentos de nossa República, assim como afirma ser objetivo fundamental de nossa sociedade a erradicação da pobreza e da marginalização e a promoção do bem de todos, sem qualquer forma de discriminação.

Sabemos que a pobreza extrema não condiz com esses valores, e, nesse sentido, o País vem, ao longo de todo o processo de redemocratização, lutando para superar o terrível fosso de desigualdade social que aniquila nossa gente.

Uma das políticas mais felizes inauguradas na Constituição de 1988 foi justamente o Benefício de Prestação Continuada, individual, que se trata de prestação social não vitalícia, na forma do pagamento mensal de um salário mínimo à pessoa idosa, com 65 anos ou mais, e à pessoa com deficiência, de qualquer idade, com impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, que comprovem não possuir meios para prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família.

Entretanto, hoje, para ser elegível ao recebimento do benefício a condição exigida é muito severa, draconiana mesmo, pois exige que cada membro da família com idosos ou pessoa com deficiência não ganhe mais que o valor de R$249,50 para viver um mês inteiro – isso é um absurdo! –, o que corresponde a 1/4 (um quarto) do salário mínimo vigente.

O PLS nº 374, de 2018, aumenta esse valor para R$598,80, ou seja, para 3/5 (três quintos) do salário mínimo por pessoa. Essa medida liberta as famílias atualmente beneficiárias dessa condição de absoluta miséria, permitindo-lhes buscar melhores ganhos sem o risco de perder o benefício. Permite, também, principalmente, que outras famílias possam buscar esse amparo e, assim, serem alcançadas pelas políticas sociais que visam ajudá-las a superar as condições de vulnerabilidade em que se encontram.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Apresento meu voto.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 374, de 2018.

Eu gostaria muito de contar com o entendimento, com a ajuda e com a aprovação de todos os senhores aqui presentes, para que a gente possa melhorar um pouco mais a qualidade de vida dessas pessoas, que, definitivamente, continuarão tendo dificuldade para viver com R$598 por mês, mas, com certeza, esse é um número bem melhor do que R$249.

Uma coisa importante que eu quero dizer é que o mérito financeiro desse projeto será decidido na CAE. Aqui o mérito é social. E eu acredito que aqui não poderia ser diferente esse projeto.

Mais uma vez, peço às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores o entendimento, para que a gente possa dar a essas pessoas uma melhora de qualidade vida e também – por que não? – mais dignidade. Esse é meu pensamento.

Esse é meu voto, Sr. Presidente.

A SRA. SELMA ARRUDA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Sr. Presidente, peço vista da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Está concedida vista da matéria.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Sr. Presidente, eu também peço vista, mas eu só queria fazer uma observação pela ordem.

Eu concordo 100% com o relatório do Senador Romário e quero enaltecer o trabalho que o Senador faz aqui, no Senado Federal, até para que a população saiba, a favor da pessoa com deficiência.

Eu só penso que, talvez, no relatório, a gente poderia pensar nas famílias que têm dois filhos com deficiência, vamos dizer. O primeiro recebe, e aquilo passa a constituir renda. Então, quero dizer assim: o primeiro não constitui renda. Ou pode ser uma família que tenha um filho de 20 anos que esteja na cama, usando fralda, um filho que precisa de alimentação. Qual o critério?

Se V. Exa. concordasse, no relatório a gente poderia dar uma afinada. Há aquele movimento no Brasil Vem pra a Rua, que é a favor do BPC para a pessoa com deficiência.

Então, da minha parte, eu gostaria só de colaborar isso, para que o relatório fosse uma revolução na área, para nós nos articularmos depois também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Senador, como não poderia ser diferente, vêm de V. Exa. sempre ideias brilhantes em relação a esse segmento da nossa sociedade. Com certeza, peço a V. Exa. e às pessoas que trabalham com V. Exa. que a gente possa sentar aqui e rever alguns detalhes importantes.

Tudo que for em benefício das pessoas idosas e das pessoas com deficiência é sempre muito bem-vindo. E, vindo principalmente de V. Exa., isso não poderia ser diferente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Então, a vista coletiva está concedida.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Com a palavra o Senador Kajuru.

Depois, falarão o Senador Rogério e a Senadora Zenaide.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO. Pela ordem.) – Obrigado, Presidente, Capitão Styvenson.

Apenas quero acompanhar o brilhante pensamento do Senador Flávio. Na sua proposta embasada, eu o acompanho.

Antes de tudo, lembro que hoje é o Dia Mundial da Felicidade. Como este é o mês mundial da mulher, eu aqui faço, rapidamente, uma homenagem poética a duas notáveis Senadoras presentes, em nome de todas as mulheres de nossa Pátria amada, a Senadora Zenaide e a Senadora Leila: "Meu coração diz o que eu preciso. Basta o seu sorriso, que eu serei feliz." A gente precisa de muito pouco para ser feliz nesta vida.

Presidente, eu gostaria de solicitar a V. Exa. a retirada de pauta do PLC 161, de 2015, item 4 desta pauta, para reexaminá-lo. A matéria estará pronta para a pauta na próxima semana, se V. Exa. permitir.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Sim, está atendido, Senador. Fica retirado.

Com a palavra o Senador Rogério.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Foi pedida a vista coletiva, mas, de qualquer forma, eu não poderia deixar de reafirmar a importância

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desse projeto. Primeiro, ele mostra a sensibilidade da Casa com relação ao BPC, que está sofrendo um ataque frontal pela Medida Provisória 871, que dificulta que as pessoas mais pobres deste País tenham auxílio-doença e acesso aos benefícios do BPC.

Nessa medida provisória, com a mesma sensibilidade que a gente, na CAS, acolheu a relatoria do Presidente da Comissão, do Senador Romário, que a gente vá com este olhar e não deixe aprovar aquelas medidas que tornarão quase impossível o acesso ao Benefício de Prestação Continuada.

Da mesma forma, a reforma da previdência apresentada pelo Governo também vem para retirar e atacar os Benefícios de Prestação Continuada que estão hoje no nosso sistema de seguridade.

Então, eu fico feliz ao saber que a Casa e os Parlamentares têm sensibilidade, e isso fortalece a nossa luta contra a Medida Provisória nº 871 e contra a reforma da previdência.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito obrigado pelas palavras, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Agora, com a palavra a Senadora Zenaide.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Eu queria parabenizar aqui o Senador Romário pela sensibilidade.

Eu uso para isso o modo prático: uma mãe tem um filho tetraplégico – não vou botar nem a deficiência intelectual, que ainda é mais grave, mas vamos botar uma deficiência física – e deixa de trabalhar para cuidar do filho. Se ela tiver mais dois ou três filhos, o benefício é de pouco mais de R$259, se não me engano.

O que me assusta é que, sempre que vamos para o lado do mais vulnerável neste País, fala-se em impacto financeiro. São R$500! Na Câmara, nós tínhamos a Comissão de Defesa das Pessoas com Deficiência, uma Comissão permanente. Eu acho, Senador Romário, que, com isso, a gente dá muita visibilidade. Aqui, parece que está sendo criada uma subcomissão, porque toda semana... É aquela história de se dar visibilidade. E também acredito nele.

Sabe o que acontece? Quando as mães me procuravam, mesmo como médica, diziam: "Eu fiquei agora em casa sem ter como pagar alguém para cuidar do meu filho. Agora, se alguém arranjar um emprego, eu já perco esse benefício." A gente tinha uma luta lá – eu, Mara Gabrilli, Eduardo Barbosa – para não se considerar isso renda e para não se dividir essa renda. Eles perdiam, às vezes, até o direito às fraldas descartáveis e às sondas, porque já era beneficiado por isso aí.

Então, isso é uma luta. E, apesar de aqui ter sido dada vista coletiva, eu quero dizer que estou querendo isso. Continuo dizendo que, num país que não tem condições de abraçar, que não abraça as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pessoas com deficiência, quem é deficiente é esse país! Ouviu, meu amigo? Não é quase um quarto da população brasileira.

Então, vamos rever e vamos voltar a esse assunto com urgência.

Eu estava com a esperança de que a gente aprovasse, porque, daqui, já iria para o Plenário. Eu costumo dizer, pela minha experiência, que os entraves nos projetos das pessoas com deficiência estão sendo feitos nas Comissões. Ouviu, Kajuru? No Plenário, não são todos que têm coragem de votar contra. Entendeu?

Então, vamos agregar esse valor aqui para a família que têm dois deficientes. Não é raro a gente pegar família com mais de um deficiente. Vamos lutar por isso.

É terminativo aqui, e o levamos para lá.

Obrigada.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – É isso aí, Senadora!

Essa é uma luta desde quando cheguei a esta Casa há oito anos. Todos que me conhecem sabem que eu tenho essa como uma bandeira principal na minha vida.

Podem ter a certeza de que, com a ajuda de V. Exas. que chegam agora a este Senado, essa luta fica mais forte, a gente ganha mais musculatura para combater essas pessoas que, infelizmente, entendem diferente.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Vamos passar ao item 3.

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 582, de 2019

- Não terminativo -

Acrescenta o inciso XXII ao art. 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para isentar do Imposto de Renda das Pessoas Físicas quaisquer rendimentos percebidos por maiores de 75 (setenta e cinco) anos de idade, desde que não percebam rendimentos de aposentadoria, reforma ou pensão superiores ao limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social.

Autoria: Senador Alvaro Dias

Relatoria: Senador Romário

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: favorável ao Projeto, com duas emendas que apresenta.

Observações: *matéria a ser apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.*

Concedo a palavra ao Senador Romário para proferir o relatório.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ. Para leitura de relatório.) – Muito obrigado, Presidente.

Vem a exame desta Comissão de Assuntos Sociais o Projeto de Lei nº 582, de 2019, de autoria do Senador Alvaro Dias. Referido projeto busca isentar do Imposto de Renda os rendimentos de pessoas com 75 anos ou mais, desde que não recebam benefício previdenciário superior ao teto do Regime Geral de Previdência Social.

O projeto acrescenta o inciso XXII ao *caput* do art. 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, que altera a legislação do Imposto de Renda e dá outras providências. Referido dispositivo isentaria do Imposto de Renda os valores recebidos a qualquer título, a partir do mês em que o contribuinte completar 75 (setenta e cinco) anos de idade, desde que não perceba rendimentos provenientes de aposentadoria, reforma ou pensão superiores ao limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social de que trata o art. 201 da Constituição.

O art. 2º da proposição determina que o Poder Executivo estimará o montante da renúncia fiscal para fins de cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000) e que os efeitos tributários da isenção somente se aplicarão a partir do primeiro dia do ano fiscal seguinte ao da sua aprovação.

Justifica o autor a apresentação do projeto, sustentando que as mudanças do sistema previdenciário ressaltam a importância da poupança para ajudar a enfrentar as despesas próprias da terceira idade. Argumenta que o projeto é um estímulo à poupança e investimento e que, fundamentalmente, estende o reconhecimento legal que já existe, no sentido de conferir isenção parcial aos aposentados, para estender à totalidade dos rendimentos de todos os idosos que recebam até o limite máximo de benefícios do RGPS.

A matéria foi distribuída à CAS e à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), cabendo a essa Comissão decidir terminativamente.

Análise.

Nos termos do art. 100, I e IV, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CAS debater e decidir sobre assuntos referentes à seguridade social e assuntos correlatos. A matéria, a rigor, é de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

direito tributário, atraindo-se a competência da CAS pela relação explicitada no texto com o tema previdenciário.

A matéria é de competência do Congresso Nacional, nos termos do art. 24, I, da Constituição, dada a competência concorrente da União e dos Estados para legislarem sobre direito tributário; do art. 48, I, da Constituição, que reafirma a capacidade do Congresso para dispor sobre sistema tributário e arrecadação; e da ausência de reserva de iniciativa de outro Poder ou órgão da União.

Destarte, não vislumbramos impedimento puramente formal à tramitação do projeto.

Concordamos, ademais, em linhas gerais, com o conteúdo da proposição, ainda que tenhamos alguns aperfeiçoamentos a sugerir.

A proposição, como sustenta o seu autor, tem por objetivo fomentar a formação de poupança e investimento para garantia de melhores condições de vida na terceira idade.

Dessa forma, a isenção conferida pelo projeto, se viesse a ser adotada, agiria como um ponderoso incentivo à adoção de hábitos econômicos mais prudentes, à multiplicação do investimento decorrente dos maiores índices de poupança e, em decorrência, favorecendo uma velhice mais tranquila.

Apesar disso, consideramos excessiva a isenção total dos rendimentos integrais dos maiores de 75 anos, que pode provocar fortes efeitos concentradores de renda. Esse seria o caso, por exemplo, de pessoa que não recebe qualquer benefício previdenciário, mas que possui elevado patrimônio mobiliário ou imobiliário. Essas pessoas – sabemos que elas existem – não recebem benefício da previdência porque nunca precisaram dela depender. Em tais casos, a concessão de isenção ilimitada do Imposto de Renda representaria uma benesse excessiva a quem dela não necessita.

Assim, apresentamos emenda no sentido de limitar a isenção aos rendimentos de qualquer natureza que atinjam um montante equivalente a quatro vezes o valor máximo dos benefícios do RGPS. Dessa forma, entendemos que o pressuposto geral do projeto é atendido sem que isso implique uma inadequada renúncia fiscal.

Além disso, sugerimos modificação de redação do projeto: o inciso XXII do art. 6º da Lei nº 7.713, de 1988, já existe e diz respeito à isenção de Imposto de Renda sobre os valores pagos por Estados e Municípios no âmbito de programas de concessão de créditos voltados ao estímulo à solicitação de documento fiscal na aquisição de mercadorias e serviços. Não nos parece, com efeito, que o projeto tenha o propósito de revogar esse dispositivo, pelo que houvemos por bem alterar a numeração do novo inciso de XXII para XXIV.

Voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do PL nº 582, de 2019, com as seguintes emendas:

EMENDA Nº - CAS
Dê-se à ementa do Projeto de Lei nº 582, de 2019, a seguinte redação:
"Acrescenta inciso ao art. 6º da Lei nº 7713, de 22 de dezembro de 1988, para isentar o Imposto de Renda das pessoas físicas quaisquer rendimentos percebidos por maiores de 75 (setenta e cinco) anos de idade, desde que não percebam rendimentos de aposentadoria, reforma ou pensão superiores ao limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social."

EMENDA Nº - CAS
Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei nº 582, de 2019, a seguinte redação:
"Art. 1º. O art. 6º da Lei 7.713, de 22 de dezembro de 1988, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso XXIV:
'Art. 6º .....
XXIV – os valores em montante igual ou inferior a quatro vezes o limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social de que trata o art. 201 da Constituição Federal, recebidos a qualquer título, a partir do mês em que o contribuinte completar 75 (setenta e cinco) anos de idade, desde que não perceba rendimentos provenientes de aposentadoria, reforma ou pensão superiores àquele limite máximo.
.....' (NR)"

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Coloco em discussão a matéria.

O Senador Luiz do Carmo está com a palavra.

O SR. LUIZ DO CARMO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO. Para discutir.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, é um projeto muito interessante. Gostei muito dele. Mas, Sr. Presidente, o projeto implica renúncia fiscal. Eu gostaria que o Relator esclarecesse de onde virá a compensação financeira.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Sr. Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Senador, essa é uma pergunta que poderá ser mais bem respondida pela CAE. Esse projeto sairá daqui diretamente para a CAE e será terminativo nessa próxima Comissão.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Sr. Presidente, eu gostaria de pedir vista desse projeto, porque eu estou com uma dúvida aqui. Embora eu ache meritória a intenção do projeto, a de liberar as pessoas que tenham renda inferior ao limite estabelecido pelo Regime Geral de Previdência Social para quem tem acima de 75 anos, quando diz "quaisquer rendimentos", fica uma expressão muito ampla. Se a pessoa tiver muitos recursos aplicados em instituição financeira, isso deixa de ser rendimento ou entra como rendimento? É a dúvida que tenho.

Então, eu gostaria de pedir vista do projeto, para que eu pudesse analisar com maior profundidade e proferir o voto.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Concedo vista ao Senador Marcelo Castro, nos termos regimentais.

Devolvo a Presidência ao Senador Romário.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI. Pela ordem.) – Pela ordem, eu gostaria, com a anuência do Plenário, de pedir a inversão de pauta para o item 11. Trata-se de um requerimento da minha autoria. Eu estou com um problema, vou ter de viajar daqui a pouco. Se fosse do acordo de todos, eu gostaria que houvesse uma inversão para a gente votar logo, enquanto estou presente aqui para fazer a defesa do item 11.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Se não houver nenhum impedimento em relação às Sras. Senadores e aos Senadores no momento, sem problema... (*Pausa.*)

Vamos ao item 11.

ITEM 11

REQUERIMENTO Nº 23, de 2019

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requeiro, com fundamento nos incisos II do artigo 93 do Regimento Interno do Senado Federal e na Lei nº 12.345, de 9 de dezembro de 2010, que fixa critério para instituição de datas comemorativas, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, para instruir a relevância da instituição, por projeto de lei, da Semana Nacional da Pessoa Idosa, a ser comemorada na primeira semana de outubro (de 1° a 8 de outubro).

Autoria: Senador Marcelo Castro

Passo a palavra ao Senador Marcelo Castro, para fazer a leitura do requerimento.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Requeiro, com fundamento no inciso II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal e na Lei nº 12.345, de 9 de dezembro de 2010, que fixa critério para instituição de datas comemorativas, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, para instruir a relevância da instituição, por projeto de lei, da Semana Nacional da Pessoa Idosa – essa é a finalidade do requerimento –, a ser comemorada na primeira semana de outubro (de 1° a 8 de outubro).

Para isso, peço que sejam convidados o Sr. Luiz Sinésio Silva Neto, Coordenador e Assessor Técnico da Universidade da Maturidade (UMA - Tocantins); Maria Lúcia Secoti Filizola, Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa; Dália Romero, Coordenadora-Geral do Sistema de Indicadores de Saúde e Acompanhamento de Políticas do Idoso; Ana Amélia Camarano, técnica do Ipea, especialista em envelhecimento; Carlos André Uehara, Presidente da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia; Marilia Anselmo Viana da Silva Berzins, Presidente do Observatório da Longevidade Humana e Envelhecimento; e Paula Regina de Oliveira Ribeiro, Defensora Pública do DF, especialista em Direito do Idoso.

A criação da Semana Nacional da Pessoa Idosa é uma oportunidade de dar destaque mais amplamente às questões dessa camada da população, da assistência aos idosos e de sua integração e participação na sociedade, bem como da independência que lhes é inerente e que lhes deve ser garantida em direitos como: oportunidade de trabalho, lazer, educação e segurança.

Envelhecer com dignidade diz respeito a ter acesso à saúde e a condições de sobrevivência, o que inclui o usufruto de vários outros direitos. A exemplo, os arts. 8° e 9° do Estatuto do Idoso trazem claramente que – abro aspas – "o envelhecimento é um direito personalíssimo, e a sua proteção, um direito social, nos termos desta lei e da legislação vigente" e que "é obrigação do Estado garantir à pessoa idosa a proteção à vida e à saúde, mediante efetivação de políticas sociais públicas que permitam um envelhecimento saudável e em condições de dignidade".

O IBGE calcula que, até em 2042, nós teremos dobrado nossa população de idosos, ou seja, pessoas acima de 60 anos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, acho que seria oportuno a gente trazer aqui as autoridades que mais se destacam no estudo desse tema no Brasil, para que a gente pudesse fazer aqui uma audiência pública e chegar a um entendimento se seria importante realmente essa semana para dar destaque a essa categoria que está crescendo tanto no nosso País, graças a Deus.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, Senador!

Em votação o requerimento.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento, item 11.

Passamos agora ao item 5.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 153, de 2017

- Não terminativo -

Acrescenta dispositivos à Lei nº 6.615, de 16 de dezembro de 1978, para dispor sobre a identidade profissional de Radialista.

Autoria: Deputado Andre Moura

Relatoria: Senador Jorge Kajuru

Relatório: favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta (de redação).

Observações: *matéria a ser apreciada pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.*

Concedo a palavra ao Senador Jorge Kajuru para proferir o relatório.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO. Para leitura de relatório.) – Pois não, Presidente Romário. É um raro amigo V. Exa.

Vamos ao relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

V. Exas. também o são, integrantes desta Comissão.

Em exame nesta Comissão de Assuntos Sociais, o Projeto de Lei da Câmara nº 153, de 2017 (PL nº 458/2015, na origem), do Deputado Andre Moura, ao acrescentar dispositivos à Lei nº 6.615, de 16 de dezembro de 1978, tem por finalidade dispor sobre a identidade profissional de radialista.

Na sua parte substancial, a proposição prevê que:

a) a carteira de identidade profissional de radialista tem validade em todo o Território nacional, como prova de identidade, para qualquer efeito, e será emitida pelo sindicato da categoria;

b) não havendo sindicato na área de atuação do radialista, a carteira poderá ser emitida por federação devidamente credenciada e registrada junto ao Ministério do Trabalho;

c) o modelo da carteira de identidade do radialista será aprovado por federação desses profissionais e trará a inscrição "Válida em todo o Território nacional";

d) o radialista não sindicalizado também fará jus à carteira de radialista, desde que seja habilitado e registrado perante o órgão regional do Ministério do Trabalho nos termos da legislação que regulamenta a atividade profissional.

Sr. Presidente, ao justificar sua iniciativa, o autor da proposição argumenta que sua proposta vem ao encontro de antiga reivindicação da categoria profissional dos radialistas, que aspira ser-lhe aplicável a mesma medida constante da Lei nº 7.084, de 21 de dezembro de 1982, que "atribui valor de documento de identidade à carteira de Jornalista Profissional". Alega ainda que muitas outras categorias profissionais têm documento próprio de identidade profissional reconhecido em todo o Território nacional como prova de identificação.

Após o exame desta Comissão, a matéria será também objeto de deliberação por parte das Comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e de Constituição, Justiça e Cidadania.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

Vamos à análise rápida.

Nos termos do art. 99, I, do Regimento Interno deste Senado Federal, compete à CAS discutir e votar proposições que disponham sobre organização do Sistema Nacional de Emprego e condição para o exercício de profissões.

No mérito, não há reparos a fazer, pois a proposição visa tão somente conferir força de identidade civil à carteira profissional de radialista, assim como ocorre com outras profissões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A norma que se pretende criar está em sintonia com o disposto no art. 2º da Lei nº 12.037, de 1º de outubro de 2009, que regulamenta o art. 5º, inciso LVIII, da Constituição Federal:

> Art. 2º A identificação civil é atestada por qualquer dos seguintes documentos:
> I – carteira de identidade;
> II – carteira de trabalho;
> III – carteira profissional;
> IV – passaporte;
> V – carteira de identificação funcional;
> VI – outro documento público que permita a identificação do indiciado.
> *Parágrafo único*. Para as finalidades desta Lei, equiparam-se aos documentos de identificação civis os documentos de identificação militares.

Nesse contexto – concluo –, a medida que se está a implementar permite dar condições ao radialista para exercer a profissão na sua amplitude de direitos, não permitindo a atividade de terceiros não qualificados tecnicamente e sem formação para o seu exercício.

Por fim, com o objetivo de adaptar a proposição à nova denominação do Ministério do Trabalho, apresentamos, ao final, emenda de redação nesse sentido.

Vamos ao voto.

Pelo exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 153, de 2017, com a seguinte emenda de redação:

> EMENDA Nº - CAS
> Substitua-se, no PLC nº 153, de 2017, a expressão "Ministério do Trabalho" por "Secretaria da Previdência e Trabalho do Ministério da Economia".

Assim, aprovo, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

Os Srs. Senadores que aprovam o relatório queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1-CAS, de redação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A matéria vai à CCT.

A pedido do autor, o Senador Lasier, retiro de pauta o item 6.

ITEM 7

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 352, de 2015

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, para determinar a absorção, pelo Sistema Único de Saúde, de profissionais de saúde recém-formados na rede pública de ensino.

Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Relatoria: Senadora Zenaide Maia

Relatório: Favorável ao projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta.

Concedo a palavra à Senadora Zenaide Maia, para proferir o relatório.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para leitura de relatório.) – Sr. Presidente, na verdade, este projeto começou com Jovem Senador e foi levado para a Comissão de Direitos Humanos.

Eu quero ler o relatório. Quero ir direto ao relatório.

Vem ao exame da Comissão de Assuntos Sociais o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 352, de 2015, de autoria da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, que altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, para determinar a absorção, pelo Sistema Único de Saúde, de profissionais de saúde recém-formados na rede pública de ensino.

Decorrente da aprovação da Sugestão nº 20, de 2011, no âmbito da 1ª Legislatura do Projeto Jovem Senador, o projeto em comento é composto de dois artigos. O art. 1º acrescenta um §2º ao art. 27 da Lei nº 8.080, de 1990, para determinar que profissionais de saúde recém-formados na rede pública de ensino prestem atendimento nos estabelecimentos do Sistema Único de Saúde, em regime integral e, no mínimo, por dois anos. O art. 2º, cláusula de vigência, determina que a lei originada da proposição entre em vigor na data de sua publicação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O projeto será analisado por esta Comissão e, em seguida, pelo Plenário desta Casa. Não foram oferecidas emendas no prazo regimental.

A apreciação do PLS nº 352, de 2015, por esta Comissão encontra fundamento nos incisos I e II do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal, que conferem à CAS competência para opinar sobre matérias relacionadas ao exercício de profissões (inciso I) e à proteção e defesa da saúde (inciso II).

Fruto da aprovação da Sugestão nº 20, de 2011, oriunda do Projeto Jovem Senador, a proposição legislativa sob análise pretende instituir, no âmbito do SUS, o serviço civil obrigatório de profissionais de saúde egressos das instituições públicas de ensino superior. Para isso, vale-se do compreensível argumento de que o sistema público de saúde do País sofre constantemente com a deficiência de seus recursos humanos.

Por esse motivo, julgamos a proposta inovadora e pertinente e, por isso, acreditamos que a sábia ideia emanada do Jovem Senador merece ter seu escopo expandido. Confiamos que sua eficácia será bastante aumentada se se propuser que não somente os profissionais de saúde, mas todos os egressos de instituição pública de ensino superior ou de curso financiado com recursos públicos, prestem serviço compulsório na sua área de atuação.

Os problemas relacionados à falta de recursos humanos não se restringem à área da saúde. De fato, existem carências em praticamente todo tipo de assistência profissional no âmbito do setor público no Brasil. Sabe-se, por exemplo, que todas as unidades da Federação sofrem com a crônica falta de professores nas suas redes públicas de ensino, o que compromete gravemente a qualidade do aprendizado desde a educação infantil até o ensino médio, especialmente nas áreas mais carentes e de difícil acesso.

Da mesma forma, a despeito do que dispõe a Lei nº 1.060, de 5 de fevereiro de 1950, que "estabelece normas para a concessão de assistência judiciária aos necessitados", e a Lei Complementar nº 80, de 12 de janeiro de 1994, que "organiza a Defensoria Pública da União, do Distrito Federal e dos Territórios e prescreve normas gerais para sua organização nos Estados, e dá outras providências", a deficiência de assistência jurídica a ser prestada aos necessitados é permanente e grave. Tal situação é reconhecidamente uma das principais causas da famigerada superlotação das prisões brasileiras.

Já a falta engenheiros civis e arquitetos no setor público tem contribuído para aumentar sobremaneira o tempo de aprovação de novos empreendimentos imobiliários, uma vez que esses profissionais são responsáveis por avaliar tecnicamente os projetos e dar encaminhamento à autorização para a execução de obras. Essa demora gera reflexos negativos em toda a cadeia econômica da construção civil, com consequências diretas sobre a taxa de desemprego, por exemplo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pode-se facilmente inferir que exemplos semelhantes acontecem em praticamente todos os âmbitos profissionais. Decorre disso o fato de a população mais carente ainda não dispor de efetivo acesso aos direitos sociais previstos na Constituição de 1988, quais sejam: "a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados".

Assim, depreende-se que se ater somente aos profissionais de saúde é medida limitada e até mesmo discriminatória, quando se considera todo o universo de direitos sociais previstos e, infelizmente, ainda indisponíveis para grande parcela da população brasileira. Dessa forma, achamos justo e necessário que egressos de cursos de graduação de instituições públicas de ensino superior ou de cursos de graduação financiados com recursos públicos retribuam, mediante a prestação de serviços públicos, à sociedade que os financiou.

Além disso, cremos que, ao ampliar o enfoque do projeto em comento, estamos instituindo um tratamento justo e isonômico a todas as profissões, cuja importância é reconhecida pela sociedade brasileira. Assim, não seria correto que olvidássemos profissionais de quaisquer áreas de atuação, pois reconhecemos que todos são essenciais para o aprimoramento dos serviços prestados à sociedade brasileira, notadamente aos mais necessitados.

Note-se que a prestação de serviço obrigatório não deve ser tratada como cobrança de fatura do ensino público e gratuito fornecido pelo Estado. Em verdade, essa proposta configura-se numa oportunidade de promover o estreitamento dos vínculos entre o conhecimento acadêmico e as reais demandas da sociedade. Não há como duvidar que dessa interação resultarão benefícios tanto aos profissionais – que ganharão experiência prática em sua área de formação – quanto à sociedade – que passará a ter maior acesso a serviços públicos de qualidade.

Dessa forma, apresentamos um substitutivo para tornar obrigatório que todos os recém-graduados de instituições públicas de ensino superior ou de curso financiado com recursos públicos prestem serviço público. Todavia, para que não se produzam prejuízos aos projetos pessoais e profissionais dos recém-formados, propomos que os serviços públicos sejam prestados no período máximo de um ano. Além disso, julgamos que as peculiaridades de cada profissão justificam que as jornadas de trabalho e as remunerações sejam definidas em regulamento.

Ressalte-se, por fim, que o projeto não contém inconformidades quanto à constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa.

Voto.

Em vista do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado 352, de 2015, nos termos do seguinte substitutivo:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 352, de 2015

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que *estabelece as diretrizes e bases da educação nacional*, para tornar obrigatório que egressos de cursos de graduação de instituição pública de ensino superior ou de curso financiado com recursos públicos prestem serviços públicos em sua área de atuação.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro 1996, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 84-A:

"Art. 84-A. Os egressos de cursos de graduação de instituição pública de ensino superior ou de curso de graduação financiado com recursos públicos prestarão serviço público obrigatório na sua área de formação profissional pelo período máximo de um ano.

Parágrafo único. A jornada de trabalho e a remuneração de cada categoria profissional serão definidas em regulamento."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor cento e oitenta dias após a data de sua publicação oficial.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, Senadora.

Coloco em discussão a matéria.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Eu conversei com a Senadora Zenaide, porque recebi um apelo também do Ministério da Saúde, da própria Presidência, do Governo para a gente poder estudar um pouco isso. Eu disse para eles: "Olha, até semana que vem". Assim, a Senadora Zenaide concorda, e semana que vem eu já devolvo.

Então, peço vista.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu queria pedir vista também, Presidente.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Eu acho que pode ser aperfeiçoado, mas eu queria mostrar este lado: o Jovem Senador pensou só na saúde, porque a gente pensa mais na dificuldade de levar médicos. Porém, quando você vai para outros profissionais... E seriam dois anos, segundo o projeto original. Aí eu pensei: por que – depois de ver ouvir as consultorias – não estender aos outros profissionais?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu fui Secretária de Saúde e sei como isso funciona – é só para mostrar o porquê, nada contra a gente estudar mais, tranquilo; a gente deve ter alguns ajustes, porque a gente estendeu a muitos profissionais. Eu vejo projetos importantes, na saúde, no esporte e no lazer dos serviços públicos, prejudicados, porque, se você for atrás das secretarias de saúde, de educação, em termos de engenharia, de arquitetura, a maioria tem que contratar empresas terceirizadas se quiser ter os projetos aprovados em tempo hábil.

Quero só explicar o porquê da extensão, porque eu acho que a saúde, a educação... Não se tem saúde sem educação, não se tem saúde sem muita coisa. Por isso que eu pensei em reduzir o prazo – em vez de dois anos, um ano – e estender às outras categorias, como a advocacia, que a gente sabe que precisa disso, mas está tudo tranquilo: a gente senta, e todos os colegas que quiserem rever e acrescentar... Ninguém é dono da verdade. E há algo aqui para o qual eu já quero chamar a atenção: todos financiados com recursos públicos. Aí, a gente vai discutir outras coisas.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu queria... É porque...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Senador Rogério.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Posso falar, Presidente?

Obrigado.

Na lei do Mais Médicos, em tese – se ela fosse implementada –, essa obrigatoriedade já é prevista para todos os médicos que se formam, porque eles seriam obrigados a fazer o primeiro ano em Medicina Geral de Família e Comunidade como pré-requisito para acessar todas as residências especializadas. Então, a ideia de pedir vista e de a gente abrir esse debate é para saber se eles vão manter a lei do Mais Médicos, porque até agora eles não implementaram... Por exemplo, eles ainda não universalizaram a residência médica, que já deveria ter sido universalizada para todos os egressos, e nessa universalização o primeiro ano seria obrigatório em Medicina Geral de Família e Comunidade. Então, é nesse sentido, para a gente avaliar.

Se não, eu queria dizer que o relatório que a senhora apresenta atende, sim, uma demanda da sociedade, e aí a gente teria que recolocar o debate, inclusive para os médicos.

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – ... vista coletiva concedida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 8

PROJETO DE LEI Nº 401, de 2019

- Não terminativo -

Acrescenta os §§ 1º e 2º ao art. 1º da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), para estabelecer que a pessoa com deficiência seja considerada idosa com idade igual ou superior a 50 (cinquenta anos), limite que poderá ser reduzido mediante avaliação biopsicossocial multidisciplinar da deficiência.

Autoria: Deputado Eduardo Barbosa

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

Matéria a ser apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns para proferir o relatório.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Eu quero dizer a V. Exa. que o Deputado Eduardo Barbosa, já mencionado pela Senadora Zenaide, sempre também em contato com V. Exa., é uma das grandes autoridades...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Inclusive tomamos café juntos hoje.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – ... é uma das grandes autoridades, pessoas nessa área da deficiência. Ele apresenta um projeto muito importante, porém, antes desta reunião, conversando com outros Senadores, achamos melhor ainda esclarecer um pouco mais – o que aparentemente pode ser um tempo maior, mas sempre é bom discutir – para que eventuais dúvidas que as pessoas tenham possam ser solucionadas.

Então, eu peço para retirar de pauta, para que esse diálogo possa acontecer, e retornar à pauta o mais breve possível.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, Senador. Está retirado de pauta o item 8.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 9

REQUERIMENTO Nº 20, de 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RQS 5/2019, seja incluído o seguinte convidado: Priscila Ribeiro da Cruz - Coordenadora-Geral de Promoção dos Direitos Sociais - FUNAI.

Autoria: Senadora Soraya Thronicke e outros

Foi subscrito pelo Senador Rogério Carvalho.

Passo a palavra ao Senador Rogério Carvalho para a leitura...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Não é Rogério Carvalho, é Eduardo Girão.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Ah... Eduardo Girão.

Passo a palavra ao Senador Eduardo Girão para a leitura do requerimento.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) –

> Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RQS 5/2019, seja incluído o seguinte convidado:
> 1. Priscila Ribeiro da Cruz - Coordenadora-Geral de Promoção dos Direitos Sociais - FUNAI.
> [...], 28 de fevereiro de 2019.
> [Estou subscrevendo aqui.]
> Senadora Soraya Thronicke.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, Senador.

Os Senadores e as Senadoras que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

ITEM 10

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO Nº 22, de 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do arts. 50, caput, e 58, § 2º, III, da Constituição Federal e do art. 397, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Senhor Ministro de Estado da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, para que compareça à Comissão, a fim de prestar informações sobre a moratória na abertura de novos cursos de Medicina no Brasil.

Autoria: Senador Styvenson Valentim

Passo a palavra ao Senador Styvenson para a leitura do requerimento.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Sr. Presidente, eu queria fazer só uma alteração nesse requerimento, uma modificação de convocação para convite, e que se estenda, além do Ministro, a qualquer outro secretário que possa estar aqui presente, uma vez que essa presença seria, diante desta Comissão, para discutir sobre a informação da moratória na abertura dos novos cursos de Medicina no País. Então, eu queria fazer essa modificação, o.k.?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, Senador.

Os Senadores e as Senadoras que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

ITEM 12

REQUERIMENTO Nº 24, de 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 19/2019, com o objetivo de instruir o PDS 16/1984, que Aprova o texto da Convenção nº 87 relativa à Liberdade Sindical e à Proteção do Direito Sindical, adotada em São Francisco em 1948 por ocasião da 31ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho, da Organização Internacional do Trabalho, seja incluído o seguinte convidado: Martin Hahn, Diretor da OIT no Brasil.

Autoria: Senador Paulo Paim e outros

Foi subscrito pela Senadora Zenaide Maia.

Passo à palavra à Senadora Zenaide Maia para a leitura do requerimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) –

> Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RQS 19/2019 [...], *com o objetivo de instruir o PDS 16/1984, que Aprova o texto da Convenção de nº 87 relativa à Liberdade Sindical e à Proteção do Direito Sindical, adotada em São Francisco em 1948 por ocasião da 31ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho, da Organização Internacional do Trabalho*, seja incluído o seguinte convidado:
> 1. Martin Hahn, Diretor da OIT no Brasil.

A autoria é do Senador Paulo Paim, e eu subscrevi, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Os Srs. e as Sras. Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Sr. Presidente, eu poderia só fazer duas observações, se V. Exa. permitir?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Por favor, Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR. Pela ordem.) – Nós aprovamos aqui a Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência. Foi muito bem recebida, é uma expectativa boa. Eu só quero me articular com a assessoria da Presidência para que as pessoas que desejarem participar dessa Subcomissão Permanente, no decorrer desta semana, possam falar conosco – é uma área importante, de uma sensibilidade grande – para que nós possamos instalar, se assim for possível, junto com a assessoria, na semana que vem, a Subcomissão, e ao mesmo tempo já propor uma pauta de trabalho para que possamos todos saber como os trabalhos serão conduzidos. Então, se V. Exa., Senador Romário, que é da área também e já demonstrou interesse inclusive em participar... Que a gente possa fazer isso.

E a segunda observação é que eu estava olhando sempre lá no telão também, vendo o esforço que os tradutores de Libras fazem, o que é muito importante, mas eles fazem esse trabalho gigantesco só para efeitos internos. Então, nós temos que achar um jeito de falar...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Mas isso a TV Senado...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Eu fiz uma reunião com...

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Porque o nosso objetivo é que o pessoal do Brasil inteiro acompanhe, e não só...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Foi feito já um encontro semana passada com a área que compete ao Senado. Eles estão estudando essa possibilidade de que não só as pessoas que estejam aqui, como as que estejam vendo televisão também possam ver o excelente dessas pessoas que falam com Libras.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Antes de encerrarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata aprovada será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Convido novamente as Sras. Senadoras e os Srs. Senadores para o evento em comemoração ao Dia Internacional da Síndrome de Down, que será realizado amanhã no Auditório Petrônio Portela.

Convoco para o dia 26 de março, terça-feira, em caráter excepcional, às 14h, reunião extraordinária desta Comissão, em forma de audiência pública destinada a debater o tema "Câncer colorretal: ações e políticas para prevenção, diagnóstico e tratamento", em atendimento ao Requerimento nº 17, de 2019, da CAS, de autoria da Senadora Maria do Carmo Alves e do Senador Humberto Costa.

Convoco para o dia 27 de março, quarta-feira, em caráter excepcional, às 9h da manhã, reunião extraordinária desta Comissão, em forma de audiência pública, destinada a receber o Ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, para que apresente a proposta de extinção do Programa Mais Médicos e respectiva substituição por outro programa de governo, o modelo de atuação complementar da União para atenção básica em serviços de saúde, financiamento e formação dos profissionais médicos em atendimento à saúde da família e comunitária, bem como informações sobre as políticas e diretrizes do Ministério, em atendimento aos Requerimentos nºs 16 e 18, de 2019, da CAS, de minha autoria e de autoria do Senador Rogério Carvalho.

No dia 9/04 será marcada a reunião para a formação da Subcomissão das pessoas com doenças raras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado a todos pela presença.

(*Iniciada às 9 horas e 18 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 19 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 6ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE MARÇO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às quatorze horas e quatorze minutos do dia vinte e seis de março de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob as Presidências dos Senadores Romário e Maria do Carmo Alves, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Leila Barros, Nelsinho Trad, Jayme Campos, Styvenson Valentim, Rogério Carvalho, Flávio Arns, Marcelo Castro, Zenaide Maia, Eliziane Gama, Juíza Selma, Luiz do Carmo, Jorge Kajuru, Soraya Thronicke, Paulo Rocha, Mailza Gomes, Marcos do Val, Telmário Mota, Wellington Fagundes, Angelo Coronel, Dário Berger e Izalci Lucas. Deixam de comparecer os Senadores Humberto Costa, Mara Gabrilli, Weverton, Renan Calheiros, Eduardo Gomes, Luis Carlos Heinze, Irajá e Otto Alencar. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 17/2019 - CAS, de autoria da Senadora Maria do Carmo Alves e outros. **Finalidade:** Debater o tema "Câncer Colorretal: ações e políticas para prevenção, diagnóstico e tratamento". **Participantes:** Luciana Holtz, Presidente do Instituto Oncoguia; Marcelo Campos Oliveira, Diretor do Departamento de Atenção Especializada e Temática da Secretaria de Atenção à Saúde - Ministério da Saúde. Gustavo Fernandes, Vice-Presidente da Sociedade Brasileira de Oncologia Clínica. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e cinquenta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Romário

Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/03/26

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.067287/2019-48

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 7ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE MARÇO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às nove horas e vinte e três minutos do dia vinte e sete de março de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Romário, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Leila Barros, Humberto Costa, Nelsinho Trad, Jayme Campos, Maria do Carmo Alves, Styvenson Valentim, Irajá, Eduardo Gomes, Rogério Carvalho, Flávio Arns, Marcelo Castro, Otto Alencar, Zenaide Maia, Eliziane Gama, Juíza Selma, Luiz do Carmo, Luis Carlos Heinze, Mecias de Jesus, Soraya Thronicke, Zequinha Marinho, Cid Gomes, Fernando Bezerra Coelho, Lucas Barreto, Chico Rodrigues, Sérgio Petecão, Fabiano Contarato, Mailza Gomes, Marcos do Val, Vanderlan Cardoso, Telmário Mota, Wellington Fagundes, Angelo Coronel, Izalci Lucas, Major Olimpio, Randolfe Rodrigues e Dário Berger. Deixam de comparecer os Senadores Mara Gabrilli, Weverton e Renan Calheiros. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 16/2019 - CAS, de autoria do Senador Rogério Carvalho, e REQ 18/2019 - CAS, de autoria do Senador Romário. **Finalidade:** Receber o Ministro de Estado da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, para que apresente informações sobre as políticas e diretrizes de sua pasta, bem como a proposta de extinção do Programa Mais Médicos, respectiva substituição por outro programa de governo, e o modelo de atuação complementar da União para a atenção básica em serviços de saúde: financiamento e formação dos profissionais médicos em atendimento à saúde da família e comunitária. **Participante:** Luiz Henrique Mandetta, Ministro de Estado da Saúde. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e vinte e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Romário

Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/03/27

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 8ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE ABRIL DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às nove horas e dezesseis minutos do dia três de abril de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob as Presidências dos Senadores Romário e Styvenson Valentim, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Leila Barros, Nelsinho Trad, Jayme Campos, Maria do Carmo Alves, Irajá, Eduardo Gomes, Rogério Carvalho, Flávio Arns, Marcelo Castro, Zenaide Maia, Eliziane Gama, Juíza Selma, Luiz do Carmo, Luis Carlos Heinze, Jorge Kajuru, Paulo Paim, Carlos Viana, Cid Gomes, Eduardo Girão, Paulo Rocha, Fabiano Contarato, Mailza Gomes, Marcos do Val, Izalci Lucas, Telmário Mota, Dário Berger e Wellington Fagundes. Deixam de comparecer os Senadores Humberto Costa, Mara Gabrilli, Weverton, Renan Calheiros e Otto Alencar. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em duas partes: **1ª Parte - Deliberativa - 9h**. **ITEM 1 - Projeto de Lei do Senado nº 374, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social), para elevar o limite da renda familiar que habilita ao recebimento do benefício de prestação continuada." **Autoria:** Senador Dalirio Beber. **Relatoria:** Senador Romário. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com as Emendas nº 2 e 3. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nº 2-CAS e 3-CAS. **Observação:** 1) Rejeitado o Requerimento nº 25, de 2019-CAS, de autoria da Senadora Selma Arruda (item 6 da Pauta), apreciado durante a discussão do Projeto; 2) Matéria a ser apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa. **ITEM 2 - Projeto de Lei nº 582, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Acrescenta o inciso XXII ao art. 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para isentar do Imposto de Renda das Pessoas Físicas quaisquer rendimentos percebidos por maiores de 75 (setenta e cinco) anos de idade, desde que não percebam rendimentos de aposentadoria, reforma ou pensão superiores ao limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social." **Autoria:** Senador Alvaro Dias. **Relatoria:** Senador Romário. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nº 1-CAS e 2-CAS. **Observação:** Matéria a ser apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa. **ITEM 3 - Projeto de Lei do Senado nº 352, de 2015 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, para determinar a absorção, pelo Sistema Único de Saúde, de profissionais de saúde recém-formados na rede pública de ensino." **Autoria:** Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). **Relatoria:** Senadora Zenaide Maia. **Relatório:** Favorável ao Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido da Relatora. **ITEM 4 - Projeto de Lei do Senado nº 235, de 2018 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, para incluir nos programas públicos de assistência farmacêutica modalidade de subsídio para possibilitar que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

todo aposentado ou pensionista adquira os medicamentos a ele prescritos com o desconto que especifica." **Autoria:** Senador Paulo Paim. **Relatoria:** Senadora Mailza Gomes. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Concedida vista coletiva, nos termos regimentais. **ITEM 5 - Projeto de Lei do Senado n° 151, de 2017 - Terminativo -** que: "Altera os arts. 392, 392-A e 473, III da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para estabelecer o compartilhamento da licença maternidade e da licença adotante." **Autoria:** Senadora Rose de Freitas. **Relatoria:** Senadora Soraya Thronicke. **Relatório:** Pela consulta à Comissão de Assuntos Econômicos sobre os impactos econômicos, financeiros e orçamentários do Projeto (art. 99, I, RISF). **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 25, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 335, III, do Regimento Interno do Senado Federal, o sobrestamento do PLS 374/2018, que Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social), para elevar o limite da renda familiar que habilita ao recebimento do benefício de prestação continuada para aguardar o recebimento da Proposta de Emenda à Constituição nº 6/2019, que trata da Reforma da Previdência, que trará disposições relativas à matéria." **Autoria:** Senadora Juíza Selma. **Resultado:** Rejeitado. **ITEM 7 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 26, de 2019** que: "Nos termos do inciso II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo de instruir a apreciação do PL 616, de 2019. Para tanto, e sem prejuízo de outras indicações, sugiro sejam convidados: Representante do Ministério do Meio Ambiente (MMA); Representante da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA)." **Autoria:** Senadora Zenaide Maia. **Resultado:** Adiado. **ITEM EXTRAPAUTA 8 - Projeto de Lei n° 1902, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Institui a Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio, a ser implementada pela União, em cooperação com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios; e altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Eduardo Girão. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado Parecer Favorável ao Projeto. **Observação:** Matéria a ser apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. **ITEM EXTRAPAUTA 9 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 28, de 2019** que: "Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos aprovação de seminário destinado a debater as questões médicas, científicas, legais e sociais que envolvem o Zika Vírus e a microcefalia." **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Durante a discussão, foram incluídos, como convidados para o Seminário, o Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Dias Toffoli, e a Ministra Carmen Lúcia. **2ª Parte - Audiência Pública Interativa - 10h**, atendendo ao requerimento REQ 11/2019 - CAS, de autoria do Senador Romário. **Finalidade:** Debater sobre denúncias de uso de doping nos treinamentos e competições de fisiculturismo no Brasil. **Participantes:** Maurício de Arruda Campos, Presidente da Confederação Brasileira de Musculação, Fisiculturismo e Fitness; Tatiana Mesquita Nunes, Presidente do Tribunal de Justiça Desportiva Antidopagem; Alexandre Dias Bortolato, Representante da Federação Internacional de Fisiculturismo. André Siqueira, Diretor-Técnico da Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Romário

Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/04/03

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Bom dia a todos!

Havendo número regimental, declaro aberta a 8ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores.

Os Srs. Senadores que as aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Aproveito a oportunidade para reforçar aos autores de requerimentos para realização de audiência pública que a Secretaria da Comissão está à disposição de V. Exas. para agendar tais compromissos, lembrando que, para a realização de audiência pública, é imprescindível a presença do Senador ou da Senadora requerente durante toda a reunião, incluindo para eventualmente presidir e conduzir os trabalhos.

Reforço ainda às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores que a Secretaria desta Comissão ainda está recebendo até amanhã, dia 4 de abril, sugestões dos membros deste colegiado acerca de políticas públicas desenvolvidas no âmbito do Poder Executivo para serem avaliadas em 2019, sendo que a definição ocorrerá na próxima reunião deliberativa, prevista para o dia 10 de abril. As sugestões devem ser encaminhadas no formato de requerimento.

Informo que a primeira parte da presente reunião destina-se à deliberação dos itens 1 a 7 e a segunda parte destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de debater denúncias de uso do *doping* nos treinamentos e competições de fisiculturismo no Brasil. (*Pausa.*)

Consulto os Srs. Senadores sobre requerimento do Senador Eduardo Girão para inclusão extrapauta do PL nº 1.902, de 2019, que institui a Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio, a ser implementada pela União em cooperação com os Estados, Distrito Federal e Municípios, e altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Srs. Senadores que aprovam a inclusão extrapauta queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Sr. Presidente...

EXTRAPAUTA

ITEM 8

PROJETO DE LEI Nº 1902, de 2019

- Não terminativo -

Institui a Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio, a ser implementada pela União, em cooperação com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios; e altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998.

Autoria: Deputado Osmar Terra

Relatoria: Senador Eduardo Girão

Relatório: Favorável ao Projeto.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Girão para proferir o relatório.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Senadora Selma Arruda.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Bom dia!

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Bom dia!

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT. Pela ordem.) – Pela ordem, eu gostaria, antes da discussão, de já deixar requerida, porque provavelmente eu terei que me ausentar, a inversão da pauta com relação ao item 1, que, segundo consta, seria o Projeto de Lei do Senado nº 374, de 2018, em relação ao item 6, que é um requerimento formulado por esta Senadora no sentido de sobrestar a votação desse projeto por conta da tramitação da reforma da previdência.

Obrigada!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, Senadora. Será votada durante a discussão do item 1, já que a gente ainda não tem quórum suficiente para a votação. O.k.?

Com a palavra o Senador Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE. Para proferir relatório.) – Muito bom dia, caros Senadores, Senadoras, todos os presentes aqui.

Venho ler aqui um relatório de algo muito importante, que aflige a todos nós, aos nossos jovens, às nossas crianças, com relação à automutilação e ao suicídio, grandes males deste século.

Vem a exame desta Comissão de Assuntos Sociais o Projeto de Lei 1.902, de 2019, do Deputado Osmar Terra, que institui a Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio, a ser implementada pela União, em cooperação com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e altera a Lei 9.656, de 3 de junho de 1998.

Em síntese, o autor do projeto em tela cita que a automutilação é um comportamento sugestivo de intenso sofrimento e que tem se tornado cada vez mais comum na atualidade, como temos presenciado, dia a dia, na nossa comunidade.

O projeto foi distribuído à Comissão de Assuntos Sociais e à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Não foram oferecidas emendas.

Análise.

Nos termos do inciso I do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Assuntos Sociais opinar sobre as proposições que tratem de assuntos relativos à assistência social, tema do PL 1.902, de 2019.

A proposição atende aos requisitos de juridicidade, constitucionalidade e se apresenta na correta forma legislativa.

No mérito, vem ao encontro do mandamento constitucional que aponta a cidadania e a dignidade da pessoa humana entre os fundamentos de nossa República. O combate à tentativa de suicídio e a automutilação é dever do Estado e a importância do tema ultrapassa as fronteiras do Direito Constitucional e alcança os direitos humanos de uma forma geral e irrestrita.

O assunto da violência autoprovocada ainda é um tabu na nossa sociedade e pouco discutido. A ausência de informação e de diálogo vem acarretando a falta de dados e de notificação aos órgãos públicos responsáveis pelo atendimento direto aos automutilados.

O suicídio ocupa o terceiro lugar em causa de morte entre os adolescentes no nosso País e vem crescendo nos últimos anos. A importância deste tema é evidenciada pela ampla divulgação feita pela imprensa brasileira, como no caso recente de Suzano, em São Paulo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A revista *IstoÉ* publicou recentemente uma matéria com o título – abro aspas – "Uma opressão maior que a vida" – fecho aspas –, que relata o aumento de 65% na taxa de suicídio entre crianças e adolescentes nos últimos 15 anos no Brasil.

A dificuldade de acesso a tratamento especializado, psíquico e psicológico às pessoas que estão em sofrimento – automutilação e tentativa de suicídio – requer a instituição de uma Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio a ser implementada pela União, os Estados, os Municípios e o Distrito Federal.

A proposta do projeto vai ao encontro das iniciativas já implantadas ou em fase de implantação no Brasil. O Ministério da Saúde estabeleceu ainda, de forma inicial, diretrizes nacionais para a prevenção do suicídio, quando editou a Portaria do Ministério da Saúde 1.876, de 2006 (Portaria de Consolidação nº 2). Também contamos com a atuação do Centro de Valorização da Vida (CVV), que utiliza da Central 188, a qual é disponibilizada em todo o Território nacional, como forma de apoio e prevenção ao suicídio.

Este projeto aborda aspectos relevantes na prevenção das lesões autoprovocadas, bem como no atendimento telefônico gratuito e nas notificações compulsórias; torna obrigatório o atendimento desses casos pelos planos e seguros de saúde, já que uma grande parte da população brasileira se utiliza da saúde suplementar para o seu atendimento.

A matéria foi despachada para a Comissão de Constituição e Justiça, que irá deliberar sobre o tema.

Voto.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei 1.902, de 2019.

Era esse o relatório, Sr. Presidente.

Muito obrigado aos colegas pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, Senador.

Coloco em discussão a matéria.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT. Para discutir.) – Eu quero apenas manifestar que, do ponto de vista da técnica, nós não recebemos esse material, esse relatório que foi feito pelo ilustre Senador Eduardo Girão – por sinal, é meritório o projeto, mas nós não tivemos conhecimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu indago: esse é extrapauta? Porque nós não tivemos oportunidade de ver aqui, Senador Eduardo Girão, essa matéria aqui, o processado do qual V. Exa. é o Relator. Então, nós não tivemos conhecimento.

Só isto eu indago: quer dizer que essa matéria que está sendo proferida, agora lida pelo Senador Eduardo Girão não foi colocada aqui, nem disponibilizada aqui?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Não. É extrapauta.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – É extrapauta, não é?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – É.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Eu quero agradecer e, de qualquer forma, dizer que é meritório o projeto e muito bem relatado pelo Senador Eduardo Girão. Em última análise, eu quero me manifestar favoravelmente. É o meu voto.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, Senador.

Não havendo mais quem queira discutir, eu encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Senadoras e os Senadores que aprovam o relatório queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão favorável ao projeto.

A matéria será encaminhada ao Plenário.

Gostaria de passar a palavra ao Senador Styvenson, por favor, para presidir aqui esta reunião.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Vamos lá. É o item 1, não é?

Bom dia a todos.

Item 1, projeto de lei do Senado...

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT. Pela ordem.) – Pela ordem.

Eu pedi ao Presidente, agora Relator, a inversão da pauta por conta de um requerimento que eu fiz que exatamente é prejudicial à leitura do relatório.

Esse requerimento é no sentido de sobrestamento desse projeto de lei.

Então, eu gostaria de pedir que o requerimento fosse analisado primeiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Sim, Senadora, mas me informaram que teria de ser lido primeiro para depois ser avaliada essa possibilidade da senhora. Está o.k.?

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Não compreendi.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Vai ser anunciado o item 1 e o requerimento da senhora vai ser discutido durante essa leitura.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – O requerimento é para sobrestamento.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT. Pela ordem.) – Senador Styvenson, me permite: o dela não é pela ordem, o dela é para questão de ordem.

V. Exa. me desculpe, Senadora, por fazer essa observação, mas é questão de ordem. Nesse caso, particularmente, prevalece naturalmente o requerimento da ilustre Senadora Selma Arruda, porque ela quer sobrestar a matéria.

Depois de lida a matéria aqui, para sobrestar, eu acho que não é o correto.

Nesse caso...

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – É prejudicial, exatamente.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – ... eu acho que poder-se-ia fazer a leitura do requerimento dela, Presidente Romário, e colocá-la em votação.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Isso. Eu vou só anunciar o item 1 e chamo a votação da senhora.

Só anunciar, então, está o.k.?

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 374, de 2018

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social), para elevar o limite da renda familiar que habilita ao recebimento do benefício de prestação continuada.

Autoria: Senador Dalirio Beber

Relatoria: Senador Romário

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Favorável ao Projeto, com as Emendas nº 2 e 3.

Observações:

1- Em 20/03/2019, foi concedida vista coletiva, nos termos regimentais.

2- Matéria a ser apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

Em 26/03/2019, o Senador Flávio Arns apresentou a Emenda nº 1, mas a retirou em 27/03/2019.

Observação 3: em 27/03/2019, o Senador Flávio Arns apresentou a Emenda nº 2.

Observação 4: no dia 01/04/2019, o Senador Flávio Arns apresentou a Emenda nº 3.

Agora, o pedido da Sra. Senadora.

Existe a apresentação de requerimento de autoria da Senadora Selma Arruda para o sobrestamento do Projeto de Lei do Senado nº 374, de 2018, com base no art. 335, inciso III, do Regimento Interno.

ITEM 6

REQUERIMENTO Nº 25, de 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 335, III, do Regimento Interno do Senado Federal, o sobrestamento do PLS 374/2018, que Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social), para elevar o limite da renda familiar que habilita ao recebimento do benefício de prestação continuada para aguardar o recebimento da Proposta de Emenda à Constituição nº 6/2019, que trata da Reforma da Previdência, que trará disposições relativas à matéria.

Autoria: Senadora Juíza Selma

Ressalto que a deliberação do requerimento incidental ao projeto é prejudicial à discussão do mérito e é obrigatória e que, em respeito à transparência e à colegialidade da Comissão, submeterei o requerimento de ofício à votação nominal.

Concedo a palavra à autora do requerimento para leitura ou eventuais considerações a respeito.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, o requerimento é simples.

Nos termos do art. 335, inciso III, do Regimento Interno desta Casa, pede-se o sobrestamento do PLS 374, de 2018, exatamente por conta de uma discussão maior que está sendo colocada à nossa disposição, que é a reforma da previdência. Eu penso que nós aprovarmos agora emendas ou projetos de lei que digam respeito ao mesmo assunto pode acabar fazendo uma confusão enorme na hora de nós aprovarmos o pacote geral.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, até por conta de bom senso, eu vejo a necessidade de se sobrestar a votação dessa PEC, embora, no mérito, veja que realmente é bastante meritória, é uma emenda que pretende trazer, sem dúvida nenhuma, benefícios, é uma emenda que merece todos os meus elogios. Mas apenas por conta dessa tramitação quase concomitante é que eu peço o sobrestamento.

Obrigada.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Coloco o requerimento em discussão.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Pela ordem, Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Primeiro o senhor, então, Senador Fabiano.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES. Para discutir.) – Eu queria, desde já, manifestar o meu voto pelo indeferimento desse requerimento. Nada é tão ruim que não possa piorar. O Benefício de Prestação Continuada é dado para quem tem renda familiar no valor de R$244,50, veja bem, para ganhar R$998.

Esse projeto visa aumentar a renda familiar em R$598,80. Nós temos um Brasil de desiguais em que mais de 450 Municípios estão em extrema pobreza. Eu acho que passou da hora de o Poder Executivo fazer o seu dever de casa, porque ele está inerte, para não dizer outra palavra, desde 1988, quando foi promulgada a Constituição Federal, que é taxativa, no art. 7º, inciso IV, quando diz que a União deve instituir um salário mínimo digno, capaz de suprir as suas necessidades da família com saúde, educação, habitação, moradia, lazer, vestuário, previdência. Nós temos esse mísero salário mínimo e agora a população que mais sofre não pode ficar à mercê de uma suposição de quando vai entrar uma proposta de reforma da previdência. É mais uma vez colocar na conta daqueles que estão...

Este projeto é urgente, porque o caráter é alimentar, o caráter é de sobrevivência. Não é razoável nós adiarmos isso. Se nós fôssemos pegar, Senador Paim, pelo Dieese, o valor do salário mínimo tinha que ser quase R$4 mil, R$3.960,57.

Então, o meu voto é pela rejeição do sobrestamento e para que nós efetivamente demonstremos que nós estamos atentos nesta Comissão de Assuntos Sociais ao principal destinatário, que é a população menos favorecida, que é desprovida de tudo, que não tem saúde, que não tem educação, que não tem alimentação, que não tem oportunidade de emprego, que não escola pública de qualidade, que está morrendo nos hospitais públicos e que, com R$244,50 de renda familiar para conseguir um Benefício de Prestação Continuada, não pode esperar. Eu acho que nós passamos da hora de dar uma resposta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, aqui o meu voto é, com todo o respeito ao requerimento da nobre e culta Senadora Selma Arruda, pelo indeferimento, pela rejeição desse requerimento. É como penso.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Senadora Zenaide.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para discutir.) – Bom dia, Presidente.

Eu queria parabenizar aqui o colega e eu também, com todo o respeito à colega Selma Arruda, queria dizer, primeiro, mesmo que fosse da previdência, gente, num país como o Brasil, com mais de 200 milhões de habitantes, a oitava economia do mundo, para-se tudo para discutir uma reforma da previdência? Não! Isso aqui é urgente, é como ele falou, isso é humano. Você sabe o que é ter uma pessoa com deficiência totalmente dependente, que a mãe, na maioria das vezes, é quem desiste de ter uma vida própria, para cuidar do seu filho, e R$249,50 por uma pessoa, *per capita*, por uma pessoa? Com isso aqui eu concordo, que é urgente, sim. Isso é uma coisa digna que a gente tem que votar aqui.

Então, eu voto contra o requerimento. Com todo o respeito aqui à colega, Selma Arruda, sou contra o requerimento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Estou na fila, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Senador Paulo Paim com a palavra.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discutir.) – Presidente, Senador Romário; Vice-Presidente, Senador Styvenson; eu confesso a vocês que, com todo o respeito que eu tenho à Senadora Selma Arruda, que vem se destacando com um belo trabalho aqui na Casa, nas Comissões, eu considero improcedente, Sr. Presidente, e votarei também contrário. Primeiro, cumprimento o brilhante projeto apresentado pelo Senador Dalirio Beber, do PSDB, o relatório do Senador Romário, que a gente conhece, não poderia ser diferente, qualificadíssimo, e as emendas do Senador Flávio Arns, que só melhoraram, aperfeiçoaram-se e foram acatadas, pelo que eu entendi, pelo próprio Relator.

Se há alguma coisa hoje na reforma da previdência que é consenso nas duas Casas, vamos falar na Câmara, então, primeiro, é que esse projeto do BPC vai ser excluído. Eu vi hoje pela manhã, inclusive, o Líder do Governo falando que, primeiro, não vai estar na reforma – não vai estar –, então, este tema que nós vamos tratar aqui ninguém vai tratar lá, porque não vai estar; segundo, é a questão rural. Claro que eu acho que a capitalização também não pode estar, mas isso me parece que está avançando também que não vai entrar.

Então, Sr. Presidente, é o mínimo que a gente pode fazer. Já há decisão do Supremo Tribunal Federal entendendo que um quarto do salário mínimo como renda *per capita*, para a pessoa ter dinheiro a um salário mínimo, na família, é incompreensível, é inaceitável.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu me somo aos Senadores, mesmo com o carinho que eu tenho pela Senadora Selma Arruda, pela intenção, mas, como já está bem avançado o debate da reforma, este tema não será tratado na reforma, porque, senão, nós ficaríamos na suposição até daquilo que estou dizendo ou daquilo que poderá acontecer, e nós temos um projeto na pauta para votar, inclusive, projetos semelhantes já foram aprovados em outras Comissões, mas, no momento, temos um projeto para aprovar.

Por isso, eu declaro o meu voto, sem nenhuma dúvida, favorável ao autor, ao Relator e às emendas do Senador Flávio Arns, e, naturalmente, ao relatório de Senador Romário.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Bom, não havendo mais nenhum Senador que queira discutir, coloco o requerimento da Senadora Selma em votação eletrônica.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – É preciso, porque nem todos se pronunciaram.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Três.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Vamos votar, Paim, eletrônico, aí o resultado vai ser positivo.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. Para discutir.) – Senador, então eu vou me pronunciar a respeito. Acho que o consenso aqui é unânime a respeito do requerimento, com todo respeito também à Senadora Selma Arruda, mas é um tema que não será tratado na reforma, e nós aqui dentro desta Comissão precisamos avançar nessas pautas.

Então, estou junto com os pares a respeito desse tema.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Presidente, é "sim" ou "não"? Sou favorável.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Quem é contra o requerimento da Senadora Selma Arruda vota "não".

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Tem que limpar?

(*Intervenções fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Está bom. Então, vamos aguardar limpar. Tem que limpar para fazer a votação.

Sr. Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Nós estamos votando o requerimento. Quem é a favor do requerimento vota "sim" e quem for contra vota "não". É isso.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Exato.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Isso. Isso, Senador Paulo Paim. (*Pausa.*)

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Presidente, quer dizer que para votar contra o requerimento tem que ser "não"? É isso, Flávio?

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Isso.

O requerimento que está sendo discutido agora é o requerimento da Senadora Selma Arruda, que apresenta requerimento de sua autoria para sobrestamento do Projeto de Lei 374, que seria o projeto que seria apresentado pelo Senador Romário, o Relator. (*Pausa.*)

Falta algum Senador? (*Pausa.*)

Senador Rogério.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Mas o senhor já sabe que houve um requerimento da Senadora Selma Arruda? (*Pausa.*)

Ele chegou agora e já está sabendo de tudo. (*Pausa.*)

Pronto? Posso anunciar o resultado. (*Pausa.*)

Rejeitado o requerimento da Senadora Selma Arruda.

Consulto os demais Senadores sobre eventual manifestação decorrente do pedido de vista.

Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR. Para discutir.) – Havia sido pedida vista até coletiva naquela ocasião, mas todo mundo é a favor do projeto, do relatório. Foi acrescentada uma observação, pois acontece muito no Brasil: uma família pode ter dois filhos com deficiência, e o benefício que vai para o primeiro filho, com o critério atual, passa a constituir renda, quando não é renda, é benefício da assistência social. Então, essa acumulação não constitui renda. A segunda emenda é no sentido de que, às vezes, o idoso tem um benefício e o benefício constitui

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

renda, e aí a pessoa com deficiência acaba não tendo o benefício concedido, porque há outro benefício.

Então, as emendas tiveram, por esse objetivo, aprimorar o projeto. Mas eu quero dizer que o projeto é altamente meritório. Eu quero render a minha homenagem à Senadora Selma, a quem eu admiro muito também.

Agora eu sempre citei no Plenário o fato de não entender por que o Governo está mexendo no BPC, na reforma da previdência, porque não tem nada a ver com salário, com aposentadoria, com pensão. Não é para aposentadoria, não é para pensão, não é salário; é um benefício da assistência social, porque seguridade é previdência, assistência e trabalho. Então, é a mesma coisa que a gente querer mudar alguma coisa na saúde na reforma da previdência. Não há cabimento! Isso é outra coisa; isso é assistência. E temos que aprimorar, melhorar, como, aliás, foi bem ressaltado.

E quero parabenizar todos também, a própria Senadora Selma, que é amplamente a favor desse debate, e todo mundo. Enfim, eu acho que é um clamor da sociedade.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Passo agora a palavra ao Senador Romário, para fazer as considerações sobre as emendas apresentadas.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ. Para discutir.) – Na verdade, eu quero primeiro agradecer a todos os Senadores aqui presentes, que, ao votarem "não" a este requerimento automaticamente estão voltando "sim" ao meu relatório, que é sobre o projeto de autoria do ex-Senador Dalirio Beber. Já foi colocado por todos aqui nesta reunião a importância que é esse valor, que, ainda, na verdade, está longe de ser a realidade do que essas pessoas precisam, mas, com essa votação positiva, a gente poderá dar mais um passo adiante em relação a essas pessoas que realmente necessitam e que precisam urgentemente desse valor.

Agradeço à Senadora Selma Arruda pela sua colocação em relação ao requerimento. Isso reforça sempre o debate. Mas eu acredito que, como já foi dito por todos, isso é um tema, já foi colocado pelo Governo, que não virá na PEC da previdência. Então, nós aqui temos a responsabilidade de dar às pessoas o que elas precisam, e elas realmente precisam, necessitam desse valor, que não é o ideal, mas, com certeza, já ajuda bastante algumas famílias, a todas essas famílias que estão presentes dentro do BPC.

Mais uma vez, obrigado pelo entendimento, a gente está dando aqui um passo positivo para essas pessoas, que, realmente, vivem um momento muito difícil de suas vidas.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Algum outro Senador queria discutir ainda a matéria? (*Pausa.*)

Bom, não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Srs. e as Sras. Senadoras que aprovam o relatório queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com as Emendas nº 2, CAS, e nº 3, CAS. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 582, de 2019

- Não terminativo -

Acrescenta o inciso XXII ao art. 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para isentar do Imposto de Renda das Pessoas Físicas quaisquer rendimentos percebidos por maiores de 75 (setenta e cinco) anos de idade, desde que não percebam rendimentos de aposentadoria, reforma ou pensão superiores ao limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social.

Autoria: Senador Alvaro Dias

Relatoria: Senador Romário

Relatório: Favorável ao Projeto, com duas emendas que apresenta.

Observações:

1- Em 20/03/2019, foi concedida vista ao Senador Marcelo Castro, nos termos regimentais.

2- Matéria a ser apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

Consulto os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras para eventual manifestação decorrente do pedido de vista.

Está aqui o Senador Marcelo? (*Pausa.*)

Então, concedo a palavra ao Senador Romário, para as suas considerações.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ. Para proferir relatório.) – Presidente, apesar de eu já ter lido esse relatório, eu quero só falar mais um pouco sobre a análise, para que as pessoas que, por acaso, não estiveram presentes nesse dia, possam se inteirar do que se trata o assunto realmente.

São vislumbrados impedimentos puramente formais à tramitação do projeto. Concordamos com o conteúdo da proposição, ainda que tenhamos alguns aperfeiçoamentos a sugerir.

Justifica o autor a apresentação do projeto, sustentando que as mudanças do sistema previdenciário ressaltam a importância da poupança para ajudar a enfrentar as despesas próprias da terceira idade. Desta forma, a isenção conferida pelo projeto – se vier a ser adotada – agiria como um poderoso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

incentivo à adoção de hábitos econômicos mais prudentes, à multiplicação do investimento decorrente dos maiores índices de poupança e, em decorrência, favorecendo uma velhice mais tranquila.

Apesar disso, consideramos excessiva a isenção total dos rendimentos integrais dos maiores de 75 anos, que pode provocar fortes efeitos concentradores de renda. Esse seria o caso, por exemplo, de pessoa que não recebe qualquer benefício previdenciário, mas possui elevado patrimônio mobiliário ou imobiliário. Essas pessoas – sabemos que elas existem – não recebem benefícios da previdência, porque nunca precisaram dela depender.

Em tais casos, a concessão de isenção ilimitada do Imposto de Renda representaria uma benesse excessiva a quem dela não necessita. Assim, apresentamos emenda no sentido de limitar a isenção aos rendimentos – de qualquer natureza – que atinjam montante equivalente a quatro vezes o valor máximo dos benefícios do RGPS. Dessa forma, entendemos que o pressuposto geral do projeto é atendido sem que isso implique uma inadequada renúncia fiscal.

E o voto, vou repetir aqui. Diante do exposto, o voto é pela aprovação do PL nº 582, de 2019, com as seguintes emendas:

EMENDA Nº - CAS
Dê-se à ementa do Projeto de Lei nº 582, de 2019, a seguinte redação:
"Acrescenta inciso ao art. 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para isentar do Imposto de Renda das Pessoas Físicas quaisquer rendimentos percebidos por maiores de 75 (setenta e cinco) anos de idade, desde que não percebam rendimentos de aposentadoria, reforma ou pensão superiores ao limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social".
E a outra emenda:

EMENDA Nº - CAS
Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei nº 582, de 2019, a seguinte redação:
"Art. 1º O art. 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso XXIV:
'Art. 6º.....
.....
XXIV – os valores em montante igual ou inferior a quatro vezes o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201 da Constituição Federal, recebidos a qualquer título, a partir do mês em que o contribuinte completar 75 (setenta e cinco) anos de idade, desde que não perceba rendimentos provenientes de aposentadoria, reforma ou pensão superiores àquele limite máximo.
.....' (NR)"
Gostaria de contar com a compreensão dos senhores e com o voto positivo.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Algum Senador ou Senadora que ainda queira discutir essa matéria? (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não?

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Sr. Presidente, eu quero, desde já, só manifestar a minha gratidão na leitura do voto, quando fez essa ressalva e essas emendas, porque a minha preocupação justamente era essa: às vezes, nós temos empresários que são aposentados pelo Sistema Único de Saúde – estão lá no teto – que seriam abraçados, se não fosse a emenda proposta por V. Exa., Senador Romário, como bem leu aí. Então, eu quero só, simplesmente, parabenizar, porque nós estaríamos aí evitando que se cometesse uma injustiça. Nós temos que dar tratamento igual a comportamento igual. É só isso.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam o relatório queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com as Emendas nº 1, da CAS, e nº 2.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

Devolvo a Presidência ao Senador Romário.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – O item 3 foi retirado de pauta pela Relatora.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 352, de 2015

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, para determinar a absorção, pelo Sistema Único de Saúde, de profissionais de saúde recém-formados na rede pública de ensino.

Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Relatoria: Senadora Zenaide Maia

Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta.

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em 20/03/2019, foi concedida vista coletiva, nos termos regimentais).

Passamos agora ao item 4.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 235, de 2018

- Terminativo -

Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, para incluir nos programas públicos de assistência farmacêutica modalidade de subsídio para possibilitar que todo aposentado ou pensionista adquira os medicamentos a ele prescritos com o desconto que especifica.

Autoria: Senador Paulo Paim

Relatoria: Senadora Mailza Gomes

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

Votação nominal.

Concedo a palavra à Senadora Mailza Gomes, para proferir o relatório.

A SRA. MAILZA GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - AC. Para proferir relatório.) – Bom dia.

Obrigada.

Relatório.

Vem ao exame desta Comissão de Assuntos Sociais (CAS) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 235, de 2018, do Senador Paulo Paim, que altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, para incluir nos programas públicos de assistência farmacêutica modalidade de subsídio para possibilitar que todo aposentado ou pensionista adquira os medicamentos a ele prescritos com o desconto que especifica.

A proposição é composta de três artigos. O primeiro deles define o escopo da lei que se pretende criar. O art. 2º acrescenta parágrafo único ao art. 19-M da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, a Lei Orgânica da Saúde. O referido dispositivo determina que os programas de assistência farmacêutica em atividade no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) deverão garantir três modalidades: a) fornecimento gratuito de medicamentos e classes de medicamentos definidos por critérios

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

epidemiológicos; b) subsídios para a aquisição de medicamentos e classes de medicamentos definidos por critérios epidemiológicos; c) subsídios para possibilitar que todo aposentado ou pensionista adquira quaisquer medicamentos a ele prescritos com 50% de desconto sobre o preço de referência do produto.

O derradeiro artigo do PLS nº 235, de 2018, constitui a cláusula de vigência e prevê que a lei eventualmente originada passará a exercer seus efeitos 180 dias após a data de sua publicação oficial.

Na justificação da proposta, seu autor traça um breve histórico do Programa Farmácia Popular do Brasil e argumenta que os aposentados e pensionistas necessitam de tratamento diferenciado em relação ao restante da população no que se refere ao acesso à assistência farmacêutica. Em função de sua idade avançada, eles precisariam consumir medicamentos em maior quantidade, onerando-lhes sobremaneira o orçamento familiar. A solução apontada pelo autor seria criar um subsídio de 50% na aquisição desses produtos, sem qualquer vinculação a critérios epidemiológicos.

O PLS nº 235, de 2018, foi distribuído à apreciação exclusiva desta CAS, para decisão em caráter terminativo. A proposição não foi objeto de emendas.

Análise.

A competência deste colegiado para apreciar e decidir terminativamente sobre o PLS nº 235, de 2018, está fundamentada no Regimento Interno do Senado Federal (Risf), especialmente no inciso II do art. 100, opinar sobre proteção e defesa da saúde e sobre matérias de competência do SUS; e no inciso I do art. 91, discutir e votar matérias, dispensada a competência do Plenário. Em virtude do caráter terminativo da decisão, cabe a este colegiado apreciar, também, os aspectos relativos à constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa da proposição.

A proposição ora apreciada por esta Comissão não poderia ser mais oportuna. Em um momento em que o Parlamento debate a reforma da previdência, com a perspectiva de redução dos direitos dos aposentados e pensionistas, o PLS nº 235, de 2018, vai no sentido oposto, ao conceder-lhes subsídio de 50% para a compra de medicamentos.

Trata-se de medida justa e necessária, visto que os gastos com medicamentos representam quase metade dos gastos das famílias com saúde.

Com efeito, estudo publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) estimou que os medicamentos respondem por mais de 40% dos gastos das famílias em saúde. De outro lado, trabalho mais recente, produzido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apontou aumento constante dos gastos das famílias com saúde: em 2015, as despesas com saúde corresponderam a 9,1% do Produto Interno Bruto do País, contra 8,7% em 2014, sendo que 5,1% vieram das famílias, e 3,9% do Governo. Apenas com medicamentos, os gastos atingiram R$92,5 bilhões, aproximadamente 1,5% do PIB.

Esses números não representam fidedignamente, contudo, a realidade dos beneficiários da proposta sob análise, os aposentados e pensionistas. Para estes, a questão é ainda mais grave. Levantamento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

realizado com idosos no Município Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, mostrou que a parcela da renda familiar mensal gasta com medicamentos para os idosos nas classes A, C e E foi 4%, 5,7% e 10%, respectivamente.

São números realmente impressionantes, principalmente se considerarmos as outras despesas com que os idosos têm que arcar. Um quadro representativo do problema foi descrito no estudo desenvolvido por instituição de ensino do Espírito Santo. O levantamento mostrou que os gastos com saúde podem atingir até 57% da renda familiar no caso dos idosos, principalmente porque é nessa etapa da vida que os custos dos planos de saúde são maiores. A pesquisa concluiu, portanto, que a qualidade de vida dos aposentados fica muito comprometida, pois o orçamento familiar é direcionado às despesas com saúde e pouco resta para outras áreas relevantes, como alimentação e lazer.

Não há dúvidas, assim, quanto ao mérito da proposição.

Os requisitos formais e materiais de constitucionalidade, por sua vez, são atendidos pelo projeto, tendo em vista que compete à União legislar sobre proteção e defesa da saúde, no âmbito da competência concorrente, a teor do disposto no art. 24, inciso XII, da Constituição Federal (CF). Ressalte-se, igualmente, que o projeto em tela não vulnera cláusula pétrea constitucional. Ademais, a medida se insere no âmbito das atribuições do Congresso Nacional, em conformidade com o *caput* do art. 48 da Carta Magna, não havendo reserva temática a respeito (art. 61, §1º, da CF).

No que concerne à juridicidade, a proposta afigura-se irretocável, porquanto: i) o meio eleito para o alcance dos objetivos pretendidos (normatização via edição de lei) é o adequado; ii) as disposições nelas contidas inovam o ordenamento jurídico; iii) possuem o atributo da generalidade; iv) mostram-se dotadas de potencial coercitividade; e v) são compatíveis com os princípios diretores do sistema de direito pátrio.

Por fim, não há reparos a fazer quanto à técnica legislativa empregada pelo autor da proposição.

Voto.

Em vista do exposto, o voto é pela constitucionalidade e juridicidade do Projeto de Lei do Senado nº 235, de 2018 e, no mérito, pela sua aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, Senadora.

Coloco em discussão a matéria.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO) – Sr. Presidente, gostaria de pedir vista regimental da matéria para uma contribuição.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Sr. Presidente, vista coletiva.

Quero pedir vista coletiva para...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Concedo vista coletiva nos termos regimentais.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sr. Presidente, eu queria rapidamente cumprimentar principalmente a Senadora Mailza Gomes pelo relatório. O relatório atende ao interesse do povo brasileiro, porque é inegável que as camadas populares foram praticamente desativadas, a ampla maioria. Isso aqui é para retornar o direito de o aposentado ter o remédio gratuito e, no mínimo, nos casos mais necessitados em que ele não encontre na farmácia, ele possa pagar pelo menos só 50%.

Mas o Senador Fabiano Contarato me alertou sobre algo que entendo que poderá ser ajustado, minha querida amiga e querida Senadora Mailza Gomes. Ele acha que poderíamos fazer uma emenda limitando quem são os beneficiados, baseado no teto do INSS.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO) – Sr. Presidente!

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Então, eu vejo com simpatia o pedido de vista de todos.

Meus respeitos aqui pelo brilhante relatório, e acho que vamos caminhar para um grande entendimento no relatório de V. Exa. de acordo com as emendas que surgirem.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO) – Sr. Presidente, é sobre o projeto.

Eu quero também concordar com o Senador Paulo Paim. É a minha preocupação, inclusive, com pedido de atenção à Liderança do Governo. Justamente é essa a nossa dúvida. A contribuição ao projeto, para que a gente possa fazer uma linha de corte, uma análise mais aprofundada, mas, no mérito, a minha concordância é plena com relação ao projeto.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Perfeito!

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO) – Então, também concordo com o Senador Contarato e com o Senador Paim.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Presidente!

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Esse benefício tem que ser dado para quem efetivamente precisa.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO) – Realmente precisa.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Senão, nós vamos ter aqui, com todo respeito, Ministros ganhando R$30 a R$40 mil, sendo beneficiados, e a população aí não tendo nada.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO) – Exatamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – É para fazer essas correções que eu peço vista.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Senador...

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Eu só quero... Nós não estamos debatendo o projeto, porque foi pedido vista coletiva, mas eu quero dizer, inclusive, que nós devemos avançar mais, quer dizer, 50% para quem tem o teto da previdência é muito pouco.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Gastar 50% da renda familiar com remédio, quanto a isso, o idoso, a pessoa que tem o teto da previdência deveria ter acesso a medicamento gratuito, totalmente, e mudar essa política de medicamentos.

Outro dia, eu comprei um antibiótico. Precisava usar oito para o meu filho, mas tive que comprar a caixa com quinze. Por que isso?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Quer dizer, há tanta coisa errada nessa área. Eu acho que chegou a hora de nós olharmos e dizermos que pessoas com deficiência, famílias que gastam... Eles dizem: "Eu preciso do BPC para comprar medicamento". Eu digo que isso é um absurdo absoluto. Medicamento tem que ser fornecido. O BPC é para você comprar roupa, comida, sair, ter uma vida melhor e tal. Então, nem o básico. Quer dizer, e ainda há impostos em cima dos medicamentos. De repente, aumentam o ICMS em 10%, 15% em cima dos medicamentos!

Então, eu acho que chegou a hora, Senador Paulo Paim e Senadora Mailza, vamos dar, assim, uma invertida nesse fluxo, porque a gente precisa melhorar e muito nesse sentido para que a pessoa tenha tranquilidade, segurança, particularmente, lógico, dentro de critérios de renda e tal, mas 50% é muito pouco. "Ah! Vai gastar metade da renda com isso; agora, vai gastar 30%". Não pode gastar tanto. Então, vamos caprichar nisso. Digo caprichar, Mailza, no sentido de que precisamos discutir e achar um caminho bom a favor do povo.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, Senadores. Requerimento extrapauta.

Consulto os Senadores e Senadoras sobre a inclusão extrapauta do requerimento apresentado pelo Senador Eduardo Girão. (*Pausa.*)

Não há óbices.

EXTRAPAUTA

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 9

REQUERIMENTO Nº 28, de 2019

- Não terminativo -

Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos aprovação de seminário destinado a debater as questões médicas, científicas, legais e sociais que envolvem o Zika Vírus e a microcefalia.

Autoria: Senador Eduardo Girão

Passo a palavra ao Senador Eduardo Girão para leitura do requerimento.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Sr. Presidente, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a aprovação de seminário destinado a debater as questões médicas, científicas, legais e sociais que envolvem o zika vírus e a microcefalia. O evento ocorrerá no auditório do Interlegis no dia 25 de abril deste corrente ano.

Para este evento, solicito que sejam convidados como palestrantes, além do autor deste requerimento, as seguintes autoridades: a Senadora Simone Tebet; a Senadora Daniella Ribeiro; a Deputada Chris Tonietto; o Deputado Diego Garcia; a Secretária Adjunta de Políticas para Proteção à Mulher do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Srª Rosinha da Adefal; a Drª. Lenise Garcia; e o Dr. José Miranda de Siqueira.

Justificação.

Em meados de 2015, os casos de zika vírus e microcefalia tomaram conta dos noticiários. A doença, que até tempos atrás não era conhecida, passou a ser mais uma fonte de preocupação para o povo brasileiro, especialmente mulheres em idade fértil, que passaram a se preocupar com uma doença que até pouco tempo não estava presente no dia a dia do brasileiro.

Na época, quando o número de crianças que nascia com microcefalia só fazia crescer, descobriu-se que a infecção pelo zika vírus, transmitido pelo mosquito *Aedes aegypti*, poderia levar à ocorrência de microcefalia em recém-nascidos.

A microcefalia é uma condição que afeta o amadurecimento cerebral e também pode ser causada por muitos outros fatores que não só o zika vírus, tais como herança genética, exposição à radiação e outras substâncias tóxicas durante a gestação; consumo excessivo de bebidas alcoólicas, drogas e cigarros na gravidez; infecção, rubéola, sífilis, herpes ou parasitas, como o da toxoplasmose; traumatismo craniano ainda durante a gestação, deficiências nutricionais graves por parte da gestante.

Em 22 de maio de 2019, a possibilidade de mulheres infectadas pelo vírus da zika terem o direito a abortar entra na pauta do STF. A questão que foi levada à Corte em uma ADI (Ação Direta de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Inconstitucionalidade) da Anadep (Associação Nacional dos Defensores Públicos), questiona as políticas públicas do Governo Federal na assistência a crianças com microcefalia, malformação provocada pelo zika vírus e tem como Relatora a Ministra Cármen Lúcia. Hoje, o aborto é permitido quando das circunstâncias presentes nos incisos I e II do art. 128 do Código Penal ou com a comprovação de que o bebê tem anencefalia.

O fato é que essa possibilidade me traz enorme inquietação, principalmente no que se refere a dois aspectos. Primeiramente, a questão de estar sendo aberta mais uma perigosa brecha para a prática do aborto, fato que acarretará na morte de tantos outros bebês indefesos e que provocará nas mães sequelas físicas, psicológicas e emocionais graves que envolvem também a infertilidade, consumo de drogas, perda de autoestima, tendência ao suicídio, de que falamos aqui na primeira pauta, entre outros distúrbios.

Segundo o artigo científico publicado no *British Journal of Psychiatry* (2011), mulheres que praticam aborto têm 34% mais chances de desenvolver transtornos de ansiedade, 37% de depressão, 110% de aumento de risco do abuso de álcool, 220% do uso de maconha e 155% – repito 155% – mais chances de cometer o suicídio em relação às mulheres que não fazem aborto.

Na direção contrária de tantas mazelas, temos que, com o avanço da Medicina, o tratamento e reabilitação de crianças acometidas de microcefalia podem proporcionar melhor qualidade de vida e aumentar a expectativa da vida dessas crianças. Tratamentos realizados desde os primeiros meses melhoram o desenvolvimento dos pacientes, especialmente com a ajuda de fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais e fonoaudiólogos. Inclusive, Presidente, no seminário, haverá mães com filhos que têm microcefalia e você vai ver como respondem bem a tratamentos e como estão felizes, andando, brincando.

Outro fator que me traz indignação reside no fato de que a Suprema Corte estará, em mais essa oportunidade e como já fez no passado, usurpando a alçada do Poder Legislativo para legislar sobre a referida matéria, no que temos denominado o famoso "ativismo judicial", que tanto tem indignado o povo brasileiro neste momento. O Senado Brasileiro, desde o início desta Legislatura, tem dado inúmeros sinais de que não tolerará mais esse tipo de intromissão do Poder Judiciário na esfera da competência das Casas Legislativas.

No momento em que voltaremos a discutir nesta Casa a PEC nº 29/2015, mais conhecida como PEC da Vida, a qual busca o reconhecimento de que a vida humana tem início no momento da concepção, e na iminência de mais um julgamento do STF que poderá provocar a morte de tantos bebês, nada mais apropriado do que promovermos um evento em que a temática zika vírus e microcefalia venha a ser discutida de forma ampla, séria e responsável por especialistas e por familiares, da mesma com forma que V. Exa., Presidente Romário, fez aquele evento memorável e inesquecível no dia 21 de março com as pessoas com síndrome de Down.

Então, eu solicito o apoio dos meus Pares na aprovação deste requerimento.

Muito obrigado pela atenção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Senador Flávio Arns com a palavra.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Eu gostaria de propor... Não sei se V. Exa. falou das gestantes que têm zika vírus. Quantos por cento delas têm filhos com microcefalia? Não apareceu no seu texto, não é?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE. *Fora do microfone*.) – Não, vai ser discutido lá no seminário.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Então, é um percentual... Não me lembro. Gostaria de dizer aqui, inclusive para as pessoas que nos acompanham, qual é o percentual, mas é um percentual muito pequeno, muito pequeno.

Então, muitas pessoas que, porventura, estivessem praticando o aborto com o medo, vamos dizer, de ter um filho com microcefalia, muitas, a grande maioria dessas crianças não vai ter microcefalia, a quase totalidade. Haverá microcefalia, mas é um assunto ainda a ser estudado. E o que falta é política pública para essas pessoas, como você – permita-me chamá-lo de você –, como V. Exa. colocou.

Agora, eu faria duas observações. A primeira, Presidente: eu proporia esse requerimento aqui na Comissão; que a Comissão de Educação requeira ao Presidente do Senado e que este requeira ao STF que o assunto venha ao Congresso Nacional no sentido de, pelo menos, colocar a necessidade de nós legislarmos sobre o assunto. Então, esta Comissão requer ao Presidente do Senado que este oficie ao Presidente do STF para que esse assunto venha, em primeiro lugar, ao Congresso Nacional. Só para sabermos qual vai ser a resposta do STF para esse nosso pedido.

Eles legislam? Então, vamos dizer: mandem para cá o assunto que nós queremos legislar sobre esse assunto para que o STF, na sequência, opine sobre constitucionalidade ou não, mas não o STF legislar. Então, essa é uma mudança fundamental, Sr. Presidente.

Acho que ficou claro, não é?

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Ficou bem claro, Senador Flávio Arns. Será aceita a sua solicitação.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – O segundo aspecto: não ser no Interlegis, mas aqui na Comissão. Faz-se o debate. Por que não? O Interlegis também fica fora do ambiente do Congresso. Acho que, politicamente, o debate deve acontecer dentro desse prédio aqui. É pequeno, eu sei, mas a gente pode ir ao Nereu Ramos, a algum lugar assim, para uma coisa maior. Mas é que tem que acontecer aqui dentro mesmo. Acho que isso repercute mais e tem que repercutir. Pegamos uma sala maior, a daqui é pequena. A de Assuntos Econômicos ou da CCJ. Acho que para aparecer mais e discutir mais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Quero agradecer, de coração, a V. Exa., Senador Flávio Arns, com sua sensibilidade peculiar, com sua humanidade, por essas sugestões, que nós acatamos. Já vamos, neste momento, Presidente Romário, ver alguma sala aqui próxima. A maior sala aqui é a da Comissão de Direitos Humanos, aquela que é utilizada geralmente, Paim, aquela grande, a 6. É muito boa a colocação. Vamos convidar, também, o Exmo. Ministro Dias Toffoli para estar presente neste seminário. É muito importante isso.

Agradeço se V. Exa. puder, Presidente Romário, atender o pedido e encaminhar esse ofício à Presidência do Senado. A Presidência encaminhará para o Supremo, pedindo para esse assunto ser tratado aqui. Sabe por quê? Ele não está nem sabendo ainda desse detalhe, Senador, mas está marcado para o dia 22 de maio o julgamento, no Supremo Tribunal Federal, para liberar o aborto, em casos de microcefalia.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Senador, por que não também a Relatora desse projeto no STF, que é a Ministra Cármen Lúcia? Seria bem interessante a presença dos dois.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Muito interessantes, porque vão ter especialistas, mães, pais. Muito bom!

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Acataremos aqui esses pedidos.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento do Senador Girão.

Segunda parte do dia. Vou dar início à segunda parte da reunião, que tem por objetivo debater denúncias de uso de *doping* nos treinamentos e competições de fisiculturismo no Brasil.

Solicito ao Secretário da Comissão para que acompanhe os convidados para tomarem assento à mesa.

Os convidados são: Sr. Maurício de Arruda Campos, Presidente da Comissão Brasileira de Musculação, Fisiculturismo e Fitness; Sra. Tatiana Mesquita Nunes, Presidente do Tribunal de Justiça Desportiva Antidopagem; Sr. Alexandre Dias Bortolato, representante da Federação Internacional de Fisiculturismo; e o Sr. André Siqueira, Diretor Técnico da Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem.

Sejam todos bem-vindos!

Informo que a audiência tem a cobertura da TV Senado, da Agência Senado, do Jornal do Senado e da Rádio Senado e que contará com os serviços de interatividade com o cidadão Alô Senado, através do telefone 0800-612211, e do e-Cidadania, por meio do portal www.senado.leg.br/ecidadania, que transmitirá, ao vivo, a presente reunião e possibilitará o recebimento de perguntas e comentários aos expositores da Internet.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta audiência pública debaterá sobre o uso de *doping* do fisiculturismo e a atuação de entidades sem registro legal para realizar competições no Brasil.

Fui atleta e sei do significado do *doping*. Trata-se de uma praga que é crime, desmoraliza o nosso esporte, em geral, e compromete também a saúde de milhares de brasileiros que participam e que praticam atividades físicas em academias.

Infelizmente, no mundo de hoje, a gente ainda vive situações como essas. O fisiculturismo é uma modalidade vista até com certo preconceito por algumas pessoas, talvez por desinformação. Porém, é preciso valorizar aqueles atletas que fazem um jogo limpo e era necessário, nesse sentido, que também convocássemos esta audiência pública para que esses profissionais aqui possam esclarecer muitas das dúvidas que existem por parte dos brasileiros em relação ao fisiculturismo e ao *doping* nesse esporte.

Sendo assim, agradeço aos expositores e passo a palavra ao primeiro convidado.

Na verdade, vamos passar palavra a Sra. Tatiana Mesquita Nunes, Presidente do Tribunal de Justiça Desportiva Antidopagem.

Elas primeiro.

A SRA. TATIANA MESQUITA NUNES – Bom dia a todos! Obrigada, Senador.

Em relação a esse tema, o Tribunal tem... A nossa atuação, no dia a dia, é ligada ao controle de dopagem nas modalidades esportivas. O Tribunal tem bastante preocupação...Desculpe-me, Senador...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Sra. Tatiana, só gostaria de pedir um pouco de silêncio, por favor.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito obrigado.

Por favor.

A SRA. TATIANA MESQUITA NUNES – O Tribunal agradece o convite e a oportunidade de participar desta discussão, porque nós temos uma grande preocupação com essa matéria e com a existência dessas competições em que não há controle de dopagem.

O Tribunal de Justiça Desportiva Antidopagem é um tribunal que só cuida dessa matéria. É um Tribunal ligado ao Ministério do Esporte. A gente tem uma representação pluripartite, ou seja, a gente tem representantes ligados ao Poder Executivo, aos atletas e às confederações. Essa nossa representatividade permite que nós tenhamos um olhar bastante diversificado sobre a questão da dopagem. Esse olhar diversificado permite que nós consigamos chegar a discussões da matéria antidopagem, discussões profundas que envolvem a Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

os próprios atletas. São discussões que vão passar não só pela repressão da dopagem no esporte, como também pela educação.

Quando a gente está falando da prevenção, da educação, essa prevenção não pode passar só pelas entidades que fazem parte do sistema WADA, que é o sistema da Agência Mundial de Controle de Dopagem. Essa prevenção tem de passar por toda e qualquer pessoa que pratique uma modalidade esportiva. A questão do *doping* não é só uma questão de garantia de uma competição justa, ela não é só uma questão de garantia de um controle de que, na *performance*, os atletas estejam todos nas mesmas condições. É também isso – isso é extremamente relevante –, mas o *doping* é uma questão de saúde pública, uma questão social. Então, quando a gente está falando de controle de dopagem, a gente não está apenas falando em garantia de uma competição hígida e justa; a gente está falando na garantia da saúde de nossos atletas, quer esses atletas sejam amadores, quer sejam praticantes de fim semana, como laser, quer sejam atletas profissionais.

O Tribunal, embora só possa atuar em determinadas situações – claro por questões da nossa legislação atual –, tem uma preocupação presente em todas as nossas discussões, em todos os nossos julgamentos, com a questão da saúde e, mais do que isso, com a questão do exemplo.

O atleta, desde a Grécia antiga – se a gente voltar lá para as Olimpíadas antigas, na Grécia –, tinha uma condição de herói, era um mito. Eram feitas odes para os atletas, as famosas odes de Píndaro, um poeta grego. Esse mito do herói, do atleta como herói, existe até hoje. Nossas crianças olham – vejam a nossa querida Leila aqui – a Leila e dizem: "Cara, essa é a Leila." Isso faz com que o atleta tenha de passar um exemplo positivo para a sociedade, qualquer que seja a modalidade que ele pratique e qualquer que seja o local onde ele está praticando, quer esse local seja oficial ou extraoficial. O exemplo está ali para todas as crianças. Por isso, falo que não é só a saúde do atleta que a gente tem que verificar no controle de dopagem, como também uma questão social, de exemplo na nossa sociedade.

Faço essa pequena introdução, que é um pouco mais filosófica, sobre o tema porque, como eu disse, o Tribunal atua na medida em que essa modalidade está dentro de uma Confederação e aqui a gente vai falar de casos, de situações, que estão fora dessa jurisdição. Mas a ideia é justamente trazer, de alguma forma, para alguma espécie de jurisdição, esses casos, ou seja, que esses casos sejam de alguma forma levados em conta quando a gente trata de controle de dopagem.

O controle de dopagem oficial que a gente tem hoje é o controle que é realizado no âmbito das competições oficiais, de atletas federados, e assim por diante, mas a gente está falando de casos em que a gente vê a utilização de substâncias proibidas, que estão na lista de substâncias proibidas da Agência Mundial Antidopagem, mas que, por hora, por questões específicas que vão ser explicadas mais adiante, estão fora dessa possibilidade de controle e estão gerando essas questões, esses problemas relacionados à saúde pública, a essa questão social.

Com essas ponderações, essas preocupações, eu passo então a palavra aos demais colegas que estão aqui, representando as suas entidades.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigada, Senador, pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem. Obrigada, Sra.Tatiana Mesquita Nunes, pela sua fala.

Agora eu vou passar a palavra ao Sr. André Siqueira, Diretor Técnico da Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem.

O SR. ANDRÉ SIQUEIRA – Bom dia a todos! Agradeço o convite, Senador Romário. Agradeço a participação dos demais Senadores e Senadoras aqui presentes e dos demais. É uma satisfação grande estar aqui representando a ABCD.

Vou passar uma rápida explanação para contextualizar o que é a ABCD, o que nós fazemos, o que nós podemos fazer e o que nós não podemos fazer.

Estas são as missões principais da ABCD, que refletem basicamente livrar da dopagem o esporte e fundamentalmente proteger o atleta limpo, zelar pela saúde do atleta, promover a ética dentro do esporte. A ética, de que a gente tanto fala, temos que levá-la para o esporte também, e a ABCD é fundamental nessa participação.

Aí está a nossa missão, visão e objetivos, que refletem isso que eu já falei: a gente vai ao encontro, obedecendo às normas das WADA e procurando buscar sempre o esporte de dopagem.

Estes são os nossos valores. O interessante é perceber que a dopagem é contra tudo o que se prega no esporte. É contra aquilo que estava combinado; é você jogar sujo, é você trapacear, é você fazer aquela coisa feia, que a nossa mãe, quando a gente é criança, falou para a gente: "Ó, não faz isso não, meu filho, que é feio, não é bonito!" É isto que é o *doping*: é a trapaça dentro do esporte. A gente tem que combater isso aí. A gente não pode simplesmente achar que está tudo bem.

Esses são os nossos princípios de atuação. Vou me deter sobre isso aí. Já estou falando a verdade sobre isso. É importante ressaltar que a ABCD é uma signatária da WADA. Então, o Brasil assinou a convenção com a Unesco. A WADA é ligada à Unesco e nós seguimos as determinações da WADA, através do Código Mundial Antidopagem.

O Código está em permanente atualização. Então, o primeiro surgiu em 2004. Tivemos em 2009; o atual vigente é de 2015, e teremos um em 2021. A legislação brasileira tem se atualizado e tem que permanecer atualizada no sentido de ficar em consonância com o que prescreve a Agência Mundial Antidopagem, que é a WADA, não só no Código Antidopagem, mas com as muitas outras determinações.

Este aqui é o Código Brasileiro e há vários que a gente chama de *international standards,* padrões internacionais a lista proibida, o de testes e investigações, o de laboratórios, o de autorização para uso terapêutico. É uma legislação ampla, complexa até, eu diria, e que boa parte das pessoas não entende. Elas não compreendem porque é pouco acessível realmente, é muito específica do esporte. Mas nós temos que seguir. É obrigação da ABCD seguir e fazer cumprir essas normas dentro do País.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lembro que a dopagem é muito mais do que só tomar uma substância proibida: é tudo que vai do item 2.1 ao 2.10 do Código da WADA – são dez fatores que causam. Então, ao ser cúmplice em assistir um atleta a se dopar, eu estou cometendo uma infração de dopagem. Por exemplo, se eu uso não uma substância, mas um método proibido, eu estou fazendo uso de *doping*: eu posso ser punido e posso ser condenado.

Esta aqui é uma visão geral da WADA e da abrangência da atuação dela. Ela tem os laboratórios, tem as organizações nacionais, tem as federações internacionais, tem o Comitê Olímpico Internacional, o Comitê Paralímpico. A gente se enquadra ali na Secretaria Especial do Esporte, sob o Ministério da Cidadania, se ligando ao Conselho Nacional do Esporte e ao Tribunal de Justiça Desportiva Antidopagem, do qual a Dra. Tatiana, aqui ao meu lado, faz parte. E ABCD é uma das muitas organizações nacionais antidopagem, tal qual outras espalhadas mundo afora.

Queria chamar a atenção para um detalhe importante, que o Código Mundial define... Eu chamo a atenção para o fato de se estar sujeito às limitações de jurisdição. Então, a ABCD não é todo-poderosa em relação a todos os atletas, eu tenho uma limitação. No caso aqui específico do tema, o que acontece? Existem atletas que competem por uma organização que não é signatária da WADA, ela está fora da caixa. Então, a ação da ABCD sobre esse atleta é muito restrita; eu não posso fazer testes neles, eu não posso condená-los, eu não posso mandá-los para o Tribunal, até porque, se eu os mandar e forem condenados a dois anos, três anos, quatro anos, eles vão olhar para mim e dizer que "Está bom, obrigado". E vão continuar competindo no dia seguinte, porque são partes de uma organização que é a federação internacional Pro League, que não é a federação internacional signatária da WADA, que é fora do sistema.

Ao mesmo tempo, a gente não pode se omitir. Então, assim que a gente recebe uma essa denúncia aqui, a gente tem tentado chamar os organizadores do evento para assinar conosco um Termo de Ajuste de Conduta – está difícil localizar as pessoas –, mandamos uma carta inicialmente para a Prefeitura de São Paulo. Essa carta foi enviada esta semana, para quê? Porque São Paulo vai organizar, se não me engano, três ou quatro – não me lembro agora – dos principais eventos do ano dessa organização; recomendamos à Prefeitura de São Paulo que não incentive nem apoie esse evento porque vai de encontro a tudo que nós prescrevemos, vai de encontro à saúde dos atletas, vai de encontro à ética no esporte, vai de encontro ao jogo limpo, e é um péssimo, é o pior exemplo que pode ser dado para os jovens e crianças que vão assistir a esses eventos. Eles vão lá e vão aprender o quê? Que eu tenho que me dopar, então, para ter sucesso na carreira esportiva? É isso que eles vão aprender? E é isso o que a gente quer passar para a juventude do País? Eu acho que não. Mas esse é o limite que a ABCD pode ir. Infelizmente, ou felizmente, nós temos que seguir a lei e não podemos ultrapassar o limite da nossa competência.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR. Para interpelar convidado. *Fora do microfone*.) – Recomendaram para quem?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANDRÉ SIQUEIRA – Para a Prefeitura de São Paulo, para o Prefeito e para a Secretaria Municipal de Esportes, para eles agirem. Eles podem seguir ou podem não seguir. Isso aí foge da nossa alçada. A gente escreveu uma carta e mandou. Eu tenho até uma cópia da carta aqui recomendando isso a eles.

Dentro desse aspecto de dopagem, a gente tem três autoridades, que são teste, coleta e gestão de resultados, cada um com sua competência, mas a ABCD nesse caso não pode atuar como nenhuma das três, porque são pessoas que estão, como eu disse antes, fora do sistema.

As autoridades que existem normalmente são essas aí: as organizações nacionais, como a ABCD, as federações internacionais e as organizadoras de grandes eventos, como o COI e o IPC (Comitê Paralímpico Internacional), por exemplo.

Um exemplo do que nós fazemos: isto é o que nós fizemos no ano passado, nosso plano de distribuição de testes. Nós fizemos testes em cerca de 50 modalidades, em todos os esportes, olímpicos e não olímpicos, de verão e até de inverno, e paralímpicos. Ao todo foram quase 7.600 testes de controle de dopagem, fora de competição e em competição. Encaminhamos 172 processos de resultados analíticos adversos para o Tribunal de Justiça, e 69 casos foram julgados.

Esse talvez seja o eslaide mais importante. Na campanha Jogo Limpo – que a gente promove todo ano –, no ano passado, a gente atingiu quase 140 mil jovens e crianças que atuam no esporte nacional. Então, esse, eu acho, deve ser... Claro, a gente tem que continuar fazendo controle, mas educação é o foco principal a que a ABCD tem que se ater. Se o jovem, a criança, o jovem atleta aprender e tiver a consciência de que o *doping* é trapaça e que não deve ser feito – isso tem que ser incutido desde cedo na cabeça dos nossos jovens, eu acho; e é feio mesmo –, a gente passa a se preocupar, a longo prazo, no futuro, com menos controles, com ações muito mais inteligentes. E mais: a gente salvaguarda nossa juventude de péssimos exemplos e ela terá, provavelmente, uma melhor saúde.

Muito obrigado. A mensagem é essa.

Estou aberto a perguntas posteriormente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito obrigado, Sr. André.

Passo a palavra, agora, ao Presidente da Confederação Brasileira de Musculação, Fisiculturismo e Fitness, Sr. Maurício de Arruda Campos.

O SR. MAURÍCIO DE ARRUDA CAMPOS – Bom dia!

É um prazer estar aqui. Muito obrigado, Senador Romário, por ter abraçado essa causa.

Eu queria começar falando que eu sou Presidente da Confederação Brasileira de Musculação, Fisiculturismo e Fitness e dirijo a Comissão Antidoping da Federação Internacional de Fisiculturismo. A Federação Internacional de Fisiculturismo está em 199 países, é a sexta maior federação esportiva do Planeta. E nós somos signatários do Código Mundial Antidoping e estamos participando agora do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

programa olímpico dos Jogos Pan-Americanos como esporte de medalha oficial e, para isso, nós temos que seguir um monte de procedimentos, como qualquer outro esporte olímpico.

Eu só queria falar da minha experiência dentro dessa área, porque, quando houve a postagem do Senador com relação à convocação desta audiência, várias pessoas o criticaram com relação ao motivo de ele estar chamando uma audiência deste tipo, ao que ele entenderia de *doping* em outro esporte que nem é o dele. Então, eu acho que ele abraçou uma causa muito importante, vocês vão ver a importância disso. E eu quis expor a minha experiência no assunto para não ter o mesmo tipo de fala: de que não sabe do que está falando.

Sou profissional de educação física; atuei em duas academias; tive duas academias de musculação durante mais de vinte anos; fui professor universitário na área de cinésio e biomecânica por mais de dez anos; tenho sete livros na área da musculação; já dei curso em mais de sessenta países; já visitei mais de cem países com a federação internacional fazendo controle de *doping;* trabalho como Oficial de Controle de Doping desde as Olimpíadas de Sidney, em 2000; já trabalhei com a equipe do Dr. Eduardo Henrique De Rose, que, inclusive, foi convidado e não pôde estar aqui hoje; venho participando dos simpósios e congressos da WADA desde a criação da Agência Mundial Antidoping, em 1999; até hoje, venho participando de todos os eventos, congressos e simpósios da WADA. Então, é um tema que eu já conheço há muito tempo dentro do fisiculturismo, dentro dos outros esportes. Fiz esse controle de *doping* praticamente em todos os esportes reconhecidos.

A federação internacional é signatária do Código Mundial Antidoping, e eu estou envolvido como diretor da entidade para os 199 países já há dez anos. Então, todo o processo de reconhecimento e de se tornar signatário do Código Mundial Antidoping foi um processo de que eu participei também.

Eu queria que vocês tivessem certeza de que estou falando do assunto com bastante propriedade, por estar dentro das academias no Brasil inteiro, por estar dentro das universidades.

Primeiro, eu queria começar falando que o uso de drogas como forma de melhoria de *performance* não implica somente o fisiculturismo, mas é um problema de todos os esportes. Nós chamamos a audiência por ser um problema de saúde pública. Está dentro do nosso esporte, mas está dentro de todos os esportes. Isso eu estou falando com experiência de causa. O que muda entre os esportes é o tipo de droga que o atleta está usando e não a ausência do uso de droga.

Por exemplo, eu coloquei lá betabloqueador no tiro. O atleta de tiro usa betabloqueador para poder causar uma bradicardia e, entre uma respiração e outra, ele conseguir dar o tiro com mais precisão. O betabloqueador é um medicamento usado para cardiopata, e uma pessoa saudável está usando o remédio para melhorar a eficiência dele no tiro. Então, há em todas as áreas do esporte, o que muda entre os esportes é o tipo de droga e não a ausência do problema.

Eu queria deixar claro que não é um problema do fisiculturismo, é um problema do esporte. E também queria deixar claro que o problema não é do esporte somente, é um problema social, é um problema de saúde pública, porque, como já foi dito antes aqui, os atletas influenciam as crianças e os jovens, são modelos para esses jovens, e, se a gente não punir quem está fazendo o contrário, eles vão ser um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mau exemplo para todos esses jovens. Então, não é um problema só do esporte, mas de toda a sociedade, é um problema de saúde pública.

A gente vê, por exemplo, dezenas de artistas e cantores que já morreram por comprovada *overdose* de drogas, caminhoneiros que utilizam drogas para ficar acordado, dirigir por várias horas e conseguir cumprir o horário de trabalho. Nas discotecas, nas boates, as pessoas utilizam bebida alcoólica misturada com energético e outras drogas ilícitas para poder se divertir. Então, toda a sociedade utiliza algum tipo de droga, e o que está acontecendo é que só o esporte bate de frente nesse assunto. O esporte colocou e está pondo a cara para bater; o resto da sociedade faz a mesma coisa e julga o esportista depois quando ele é pego no *doping*.

Então é uma hipocrisia até nossa e do resto da sociedade, porque está julgando, fazendo a mesma coisa, só que não há ninguém os controlando e fazendo uma coisa, como acontece no esporte. Então, na verdade, a única área da sociedade que está batendo de frente com o problema é o esporte. Eu queria chamar a atenção de que é um problema social, de saúde pública e clamar aos Senadores, ao Poder Público que realmente enfoquem o tema de uma maneira muito maior, porque não é só um problema do esporte.

Com relação à IFBB, como que o fisiculturismo está combatendo esse problema? Nós sabemos que há um problema, e estamos botando a cara para bater, como todos os outros esportes reconhecidos. É a única entidade reconhecida por mais de cem comitês olímpicos em todo o mundo, incluindo o Brasil, pela Assembleia geral de federações internacionais do esporte, a SportAccord. A Unesco e todas as entidades que reconhecem internacionalmente o esporte reconhecem a IFBB como autoridade no esporte fisiculturismo.

A IFBB é a única representante do fisiculturismo que é signatária do Código Mundial Antidoping, desde 2008, e realiza todos os procedimentos como acontece com qualquer outro esporte olímpico: testes fora de competição, em competição... Todos os critérios utilizados com os atletas são utilizados dentro do fisiculturismo.

Nós somos olímpicos, aqui nas Américas; vamos participar, pela primeira vez, dos Jogos olímpicos Pan-Americanos, em Lima, agora em 2019.

Nos últimos dez anos, a gente vem criando novas categorias dentro do fisiculturismo com padrões corporais que diminuíram drasticamente o uso de drogas no esporte. Houve uma redução bem grande nos últimos dez anos na quantidade de casos positivos dentro do fisiculturismo, e um dos motivos foi esse. Então, exemplos são as categorias: *bikini*; outra que chama *men's physique*; *fitness* coreográfico; e *classic bodybuilding*, nas quais o atleta não pode ter um peso acima do que está caracterizado para a altura dele, para conter a massa muscular.

Então, em todas essas modalidades, essas categorias criadas, a pessoa com uma genética boa não necessita de nenhum tipo de recurso ergogênico para conseguir chegar e competir, ser campeão brasileiro, ser campeão mundial – em qualquer uma dessas categorias que nós criamos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Extinguimos, há mais de seis anos, a categoria fisiculturismo feminino, que era uma categoria que tinha um alto índice de positivos. Mudamos várias regras e critérios de arbitragem com a intenção de baixar a pontuação de atletas com sinais claros do uso de droga – tais como a ginecomastia, que é o aumento da glândula mamária, causada pelo uso de substâncias anabólicas; o abdômen dilatado, que também é outro indício de uso de substâncias dopantes – e do uso de outros artifícios – tais como óleos e implantes, para aumentar uma área do corpo, para tirar um problema da hipertrofia em alguma área que esteja com deficiência – que podem causar, por exemplo, perda do membro em que foi aplicado o óleo. Há vários casos, inúmeros casos de amputação de membro por causa de aplicação de óleo. Não é exatamente um *doping,* é uma coisa usada para mudar a forma do músculo, mas que traz um problema para a saúde igual aos outros artifícios utilizados dentro do esporte.

A gente faz controle de doping fora de competição, sem aviso prévio, como determina o Código Mundial Antidopagem, nos atletas de nível internacional. Fazemos controle de *doping* no campeonato brasileiro que classifica os atletas para os eventos internacionais. Temos um programa educacional que inclui as orientações contra o uso de drogas no esporte e as alternativas que os atletas podem ter para isso, para terem uma *performance* atlética com saúde.

E os resultados dessas ações já trouxeram excelentes progressos nos últimos anos, como por exemplo, agora nos Jogos Sul-americanos em Cochabamba: a categoria tinha 38 atletas, nós fizemos os testes nos 38 antes de saírem dos seus países, fora de competição, sem aviso prévio; quando eles chegaram lá, no dia da pesagem, nós testamos todos os atletas outra vez. Num evento olímpico, por exemplo, não acontece isso. Mas a federação internacional falou: "Como é nossa primeira participação, queremos testar todos". E zero positivos, nenhum positivo. O mesmo aconteceu nos Jogos Olímpicos da Ásia, jogos olímpicos de praia na Ásia, que aconteceram em Phuket, na Tailândia. Nós levamos 68 atletas, do mesmo jeito, e eles foram testados antes de saírem dos seus países, como acontece com qualquer outro atleta do programa olímpico antes da Olimpíada; foram testados quando chegaram lá na Tailândia; e foram testados logo após o campeonato – todos os atletas. Foi um acordo do Presidente da federação internacional com o Xeique Al-Sabah, que é o Presidente do Comitê Olímpico da Ásia, para se fazer com todos os atletas, sendo a primeira vez a participação do esporte como esporte de medalha. E também não houve nenhum positivo dentro do esporte. Isso foi até a notícia do dia quando saíram os resultados; foi a notícia do dia no Comitê Olímpico da Ásia, nos *sites,* nos jornais todos do evento esse sucesso do fisiculturismo lá. Então, é um trabalho árduo que a gente vem fazendo há muito tempo e que tem tido um resultado muito importante nesse sentido de reduzir o uso de drogas no esporte.

O problema é: o que é que atrapalha a nossa luta como fisiculturistas? Várias empresas... Também este detalhe que eu vou falar agora não é um problema do fisiculturismo somente. Eu estive agora num fórum de federações internacionais que acontece todo ano em Lausanne, na Suíça, promovido pelo Comitê Olímpico Internacional; a gente estava lá como representantes oficiais do fisiculturismo, e uma das exposições logo depois da do Presidente do Comitê Olímpico foi a de um senhor falando das situações com todas as federações internacionais, com empresas fazendo eventos dos esportes deles com a intenção de fazer um evento paralelo mesmo, não seguindo nenhuma legislação esportiva, não seguindo o Código Mundial Antidoping, e não havendo nenhum controle por parte de ninguém. É um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

evento privado usando as regras do esporte, usando os atletas que são formados há muito tempo, e bagunçando completamente o cenário esportivo internacional. Então, isso não é um problema do fisiculturismo, isso tem acontecido em todos os esportes também.

Como nós somos do fisiculturismo, eu vou falar da situação nossa, específica, aqui, mas queria deixar claro que é um problema que está acontecendo. Se há alguém de outras áreas aqui, vocês vão poder confirmar isso que eu estou falando, porque em todos os esportes está acontecendo isso.

Então, nos últimos anos foram criadas inúmeras empresas organizadoras de eventos que não são federações esportivas com a intenção de obter benefício financeiro dentro do esporte e que não seguem nenhuma regulamentação, regra ou código de ética desportiva – regulamentação nenhuma.

Uma dessas empresas é americana e se chama NPC. Essa NPC era afiliada da federação internacional lá nos Estados Unidos; era a federação nacional afiliada à federação internacional. E o presidente da entidade autorizava os atletas suspendidos por violações do Código Mundial Antidoping, suspendidos pela federação internacional, a competir lá.

Quando nós soubemos dessa situação, nós fizemos um processo juntamente com a Agência Mundial Antidoping. Ele foi suspenso, depois foi expulso, e não só ele, como a federação NPC foi expulsa do sistema, para deixar de ser afiliada da federação internacional. E, logo em seguida, por causa de ele continuar com as múltiplas violações ao Código Mundial Antidoping, a WADA (Agência Mundial Antidoping) decidiu colocar o nome dele, do presidente, numa lista que chama lista de associação proibida.

Essa lista de associação proibida é uma lista que a Agência Mundial Antidoping tem, em que estão médicos que comprovadamente prescreveram e tiveram influência na dopagem de atletas, atletas envolvidos com tráfico de drogas, então todo o pessoal que comprovadamente tenha uma influência negativa no esporte por causa de tráfico de droga e influência no uso de dopagem e tudo mais está nessa lista. É uma lista com vários nomes, com o nome da pessoa, o período que ele está dentro da lista, suspenso, e o país da pessoa.

Então, o presidente dessa entidade, que se chama Jim Manion, está na lista de associação proibida.

E o Código Mundial Antidoping novo, a última versão do código, tem um artigo que fala especificamente sobre associação proibida. Ele fala o seguinte: que as entidades ou atletas que se associarem com alguém que está dentro dessa lista estão passíveis de punições também pelo Código Mundial Antidoping.

Então, esse senhor está lá. Essa empresa está punida, foi expulsa da IFBB. E o que aconteceu? Ele continua fazendo eventos como empresa privada. Veio fazer eventos aqui no Brasil e com a história de liberdade: "Aqui a gente é livre. Vocês podem vir e tal".

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Nós não temos uma legislação que barre isso, que os faça responder criminalmente? Que essas pessoas que estejam numa lista até internacional respondam criminalmente aqui no País? Porque isso que ele está falando aqui é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um absurdo. Isso que ele está declarando aqui nesse momento é um absurdo. A gente tem que fazer alguma coisa.

Temos? O que nós estamos fazendo? Não?

O SR. MAURÍCIO DE ARRUDA CAMPOS – O Dr. Alexandre, na exposição dele, acho que vai aclarar isso do ponto de vista legal. Do ponto de vista legal, ele vai...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. *Fora do microfone*.) – Porque eu fiquei perplexa.

O SR. MAURÍCIO DE ARRUDA CAMPOS – Então, o que acontece? Essa empresa, além de não respeitar a legislação esportiva e *antidoping*, permite aos atletas suspendidos por violações do Código Antidoping participarem nos seus eventos.

Então, o que acontece? Eles chegam assim com a história – eu vou mostrar uma foto depois para vocês – de liberdade: "Aqui nós somos uma democracia, imagina ter regra". E eu estou falando para os atletas: "Você tem regra na sua casa, com seu pai e com a sua mãe; você tem as suas regras de convivência; no trânsito, você para no sinal vermelho porque é uma regra. Imagina, se não houver regra dentro do esporte, a baderna que vai acontecer?". E eles estão vindo com essa história de liberdade para os atletas e muitos atletas jovens estão caindo nessa história.

E, inclusive, eles têm usado o nome da federação internacional ainda, como se fizessem parte, o que está confundindo mais ainda os atletas que estão no meio.

Então, além disso, essa empresa fará, na semana que vem, em São Paulo, um campeonato de fisiculturismo em conjunto com os organizadores do Arnold Sports Festival, que é um evento com o Governador Arnold Schwarzenegger, o artista, que também foi campeão na área do fisiculturismo. A feira leva o nome dele. Então, que mensagem nós estamos levando para esses milhares de ídolos do Schwarzenegger se ele está envolvido com essa entidade? E ele falou: "É o meu nome, mas eu não quero saber de quem é". Ele se eximiu de qualquer situação mesmo a gente tendo explicado isso para ele.

Então, é uma situação que está fugindo do controle por quê? Porque uma pessoa que deveria estar influenciando positivamente o esporte está falando: "Para mim tanto faz o que está acontecendo, se esse pessoal usa droga, se atleta suspendido vocês estão deixando competir, se essa entidade vai fazer o evento aqui com o meu nome acima disso". E é isso que está acontecendo agora, vai acontecer na semana que vem em São Paulo.

Então, como todo mundo sabe, ele é um grande influenciador e formador de opinião na área do fisiculturismo por ter sido do esporte. Ele se tornou conhecido no Planeta por causa do esporte. Depois foi para a vida política, filmes e tal, mas começou com o esporte. E o vínculo dele com a NPC traz uma mensagem completamente contra todo o trabalho que nós estamos fazendo nos dez últimos anos para tentar acabar com o problema dentro do esporte.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As mais de 30 mil academias que nós temos no País, com 14 milhões de praticantes de atividade física, estão lotadas de jovens inspirados em tudo o que o Arnold Schwarzenegger representa e conquistou. Eu mesmo era um fã incondicional dele até outro dia pelo que ele conseguiu como pessoa. E isso não tira o mérito de tudo o que ele conseguiu fazer, só que ele está dando um exemplo terrível para a sociedade e para esses jovens que estão dentro das academias.

Como eu falei para vocês, eu dou aula dentro de universidades, vou fazer parte prática nas academias e tenho visto que o tráfico de anabolizantes dentro das academias do Brasil está fora de controle – completamente fora de controle. E essas crianças e esses jovens, com o culto ao corpo, estão querendo melhorar o corpo se utilizando da rapidez, porque essa moçada mais nova, com tecnologia e tudo, perdeu a noção de tempo. Eles querem tudo na hora e querem fazer a mesma coisa com o corpo. Um corpo que demora dez anos, quinze anos para um fisiculturista conseguir ele quer conquistar em poucos meses.

E sempre há alternativa melhor para essas pessoas que estão esperando por isso mesmo, estão promovendo e fazendo apologia ao uso de drogas no esporte por causa de um sistema de tráfico de drogas dentro do País. Só falta oferecer... É dar doce para criança. Então, o sistema está completo, e o Poder Público não está fazendo absolutamente nada para isso mudar. Por isso é que eu falei que é um problema muito maior do que um problema do fisiculturismo ou do esporte; é um problema de saúde pública nacional.

Problema de saúde pública. Os jovens todos seguem o estilo de vida do fisiculturismo porque o estilo de vida do fisiculturismo é extremamente saudável se não houver a droga. O atleta segue uma alimentação regrada que eu nunca vi em outras modalidades esportivas – e olha que, como eu falei para vocês, já acompanhei todas as olímpicas nesses últimos anos da minha vida, 20 anos pelo menos. Então, eles levam uma alimentação extremamente saudável e controlada.

O cara vai sair com os amigos e leva uma marmita para não comer... Ele sai para ter uma vida social, mas leva a marmita dele. Enquanto está todo mundo comendo no restaurante, ele está comendo uma marmita que ele levou, porque ele não pode sair da dieta. Controla o sono absurdamente para poder ter o período certo de descanso e a fase de reconstrução do tecido muscular. Treina religiosamente, não faltando o treino por nada. Então, leva uma vida extremamente regrada que leva a um índice de saúde extremamente alto. A única coisa... Então, seguir o estilo de vida fisiculturista é extremamente importante para qualquer pessoa.

Os idosos, por exemplo, se seguirem o estilo de vida do fisiculturismo, vão no sentido contrário da doença. Todas as doenças que levam à morte, doenças crônicas que levam à morte têm algum vínculo com perda de massa muscular. E esse estilo de vida fisiculturista vai no sentido contrário com o idoso. Então, é um estilo extremamente importante. A única coisa é que não pode haver a droga ali.

E a mensagem que a sociedade e que formadores de opinião, como o Sr. Arnold Shwarzenegger e essa entidade que veio aqui, para o Brasil, com o presidente, na lista dessa associação proibida, falando em "liberdade para os atletas. Aqui vocês podem vir. Aqui não tem problema nenhum. Você pode estar suspenso que você compete aqui". Então, o atleta fala assim: "Ah, é! Estou punido? Tchau!".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Amanhã ele está competindo num evento da NPC que esteja acontecendo em algum lugar aqui do Brasil, sem nenhum tipo de ação por parte do Poder Público, sem ser importunado também por nenhum...

Então, como eu mencionei no começo da exposição, esse é um problema de todos nós da sociedade, não é um problema do esporte, porque extrapolou o problema do esporte faz muito tempo – extrapolou completamente. Se os legisladores do Brasil, educadores, influenciadores do mundo digital, atletas de todos os esportes e todo o resto da sociedade não abraçarem esta causa, que já é um problema de saúde nacional, as consequências podem ser irreparáveis. Nós vamos ter um problema no sistema de saúde público, nos próximos anos, irreparável; não vai haver condição, a qualidade de vida desses nossos jovens, no futuro, vai ser extremamente comprometida; e vamos perder para o tráfico de drogas, para o tráfico de anabolizantes. É uma luta que tem que ser de todos nós. E é isto que a gente veio pedir aqui: que toda a sociedade abrace essa causa, os Senadores, o Poder Público, para a gente tomar uma providência urgente com relação a esse assunto.

Só para finalizar, para vocês verem, por exemplo, no campeonato que houve em Columbus, em que essa entidade e o Arnold Shwarzenegger estavam presentes, há uma foto em que ele está entregando uma premiação para um atleta que está suspenso pelo Comitê Olímpico do Catar por oito anos. Eles estão de mãos dadas, e ele está dando o troféu de primeiro lugar para o atleta. Então, que mensagem que nós estamos mandando ou que ele está mandando para todo mundo? "Pode fazer, que não tem problema nenhum. Siga sua vida aí, e, se for suspenso, você muda de lado, que tanto faz também. Siga a sua vida de atleta do jeito que você achar melhor".

E há umas fotos – se você puder colocar aí – em que quero explicar só um detalhe, o que é.

Esse é um evento da NPC, é um evento dessa entidade NPC. Eles têm uma liga profissional que chama Pro League. Olhem o tamanho do símbolo IFBB na camiseta da pessoa lá, o que torna completamente irreparável a situação. Como é que o atleta sabe quem é quem? Eles estão se chamando de IFBB e não têm nenhum vínculo com a gente, tá? E fazem isso para confundir os atletas. Então, ainda estão usando de falsidade ideológica e tudo para confundir as pessoas.

Pode mudar, por favor.

Olhem, nessa propaganda de um evento deles, de novo escrito IFBB. E olhem o tamanho lá: "Você é livre para ir e vir". Então, qual é o detalhe? É essa argumentação. Isso é o mínimo do que se está fazendo, porque há grupos de WhatsApp, conversas por telefone com esta argumentação: "Por que você está perdendo tempo ali, cheio de regra? Aqui nós somos superlivres". Olhem aí, está mostrando na própria publicidade: "Você é livre para ir e vir".

Muda para mim, por favor.

Outro detalhe, as redes sociais, todas, atletas de todas as modalidades e traficantes de drogas oferecendo droga na própria rede social, e o Poder Público não faz nada. Está infestado de gente vendendo droga nas redes sociais. Olhem aí um cara mostrando um atleta. Eu não chamo nem de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

atleta essa situação aí. A mãe dele aplicando um anabolizante, e ele falando: "Isso é que é amor, minha enfermeira particular, 'mamis'", e "minha feiosa". E aplicando o anabolizante dele lá.

Muda, por favor.

Então, ele não só faz como ainda quer mostrar. E o Poder Público não está fazendo absolutamente nada sobre isso.

Por favor.

Este vídeo agora está mostrando um atleta de uma entidade.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. MAURÍCIO DE ARRUDA CAMPOS – Pode parar um pouquinho, por favor, o vídeo?

Só para vocês entenderem. Na camiseta dele, está escrito Landerlan. Landerlan é uma empresa paraguaia que fabrica anabolizantes. Então, é patrocinadora do atleta. O logotipo lá atrás é de um evento dessa entidade, NPC. Isso aconteceu há pouco tempo na Bolívia, num evento que eles fizeram na Bolívia. Eles têm esse mesmo evento programado para outubro aqui no Brasil. Não sei se vocês estão conseguindo ver que, na boca dele, há uma seringa de anabolizante. E ele está falando lá: "canetinha louca", com a camiseta da empresa e com...

E também eu gostaria de falar que nós temos aqui uma pessoa que está aqui no auditório, um senhor ali atrás com um telefone, o Sr. Karamello. Ele é um nutricionista aqui de Brasília. Vocês podem digitar Karamello Landerlan – este é o nome da empresa –, Karamello, com "k", Landerlan, no YouTube, e vão ver vários vídeos desse senhor que organiza os eventos da NPC aqui no Brasil. Ele é organizador dessa empresa aqui no Brasil. Ele se mostra dentro da fábrica, falando sobre os anabolizantes: "Isso aqui é de qualidade, vejam o selo holográfico, olhem a qualidade de fabricação desses anabolizantes e tal".

Sobre esse mesmo senhor, vocês podem achar agora, se virem no seu celular de vocês, Karamello, com "k", espaço, Landerlan, que é o nome da empresa. Vocês vão ver vários vídeos dele, com a camiseta da empresa, fazendo publicidade da empresa. E é esse mesmo senhor que é um dos principais envolvidos na organização desses eventos, inclusive esse que vai ter com Schwarzenegger agora, na próxima semana. Está bom?

Eu acho que é isso.

Gostaria de agradecer a atenção de todos e espero que eu tenha conseguido mostrar o nível de consequência disso que nós estamos falando aqui para a saúde da população. Então, extrapolou faz muito tempo o âmbito do esporte e, de novo, não é um problema do fisiculturismo, porque muitos atletas falam: "Nossa, isso vai expor o fisiculturismo". Não vou expor, vou expor um problema social, um problema que é grave, que é de todo mundo, não é só do nosso esporte. Nós estamos na luta, como vocês puderam ver, para banir o uso de drogas no nosso esporte há mais de dez anos. Só tem gente atrapalhando e nós queremos parar com esse processo. Está bom?

Obrigado pela atenção de todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, Presidente. Muito obrigado por sua explanação.

Agora eu passo a palavra ao Sr. Alexandre Dias Bortolato, representante da Federação Internacional de Fisiculturismo.

Antes de o Sr. Alexandre falar, eu gostaria de agradecer a presença aqui dos alunos do Ensino Fundamental 7 de Ceilândia. Muito obrigado a todos vocês pela presença.

Por favor, Sr. Alexandre.

O SR. ALEXANDRE DIAS BORTOLATO – Obrigado, Senador.

É uma honra estar em tão nobre Casa e estar na presença de Parlamentares. Desde 1993 que eu aprendi neste País que, quando a gente tem um problema insolúvel, você chama o Romário. (*Risos.*) E foi o que nós fizemos. Desde 1993, quando ele nos salvou, levou-nos para a Copa do Mundo, fomos campeões mundiais, eu aprendi – e a minha geração inteira aprendeu – que a gente tem que chamar o Romário na hora do aperto.

Senador, obrigado por permitir a nossa presença aqui nesta Casa.

Eu vou falar dos aspectos jurídicos, aumentando e ampliando aquilo que foi falado pela Dra. Tatiana, pelo Sr. André e pelo Maurício. Eu vou falar especificamente da parte jurídica do fisiculturismo e aquilo que pode ser aplicado aos outros esportes, para a gente entender esse problema, como o Presidente Maurício falou, como um problema de saúde pública.

Doping no fisiculturismo, um problema de saúde pública. Vocês veem ali dois logos: um da IFBB Internacional e um da IFBB Brasil, que é a confederação brasileira. Por favor, não confundam, não confundam esse nome, não confundam essa logo com aquilo que o Maurício disse, que a NPC quer trazer o nome IFBB Professional League para o Brasil. Isso não existe. Ela não é uma federação internacional. Federação internacional é aquilo que está no eslaide: IFBB Internacional e IFBB Brasil.

Como o Prof. Maurício disse, nos últimos dez anos, a Federação Internacional de Fisiculturismo luta para transformar o esporte em algo oficial. Nós somos signatários da Agência Mundial Antidoping, nós fazemos parte do Gaisf, nós estamos no The World Games, nós estamos em praticamente todos os jogos esportivos regionais do mundo, estaremos nos Jogos Pan-Americanos de Lima agora, neste ano. Só nos faltam dois reconhecimentos: reconhecimento regional olímpico da Europa e do Comitê Olímpico Internacional. Só nos restam esses dois reconhecimentos.

Foram dez anos de muito trabalho, e a gente agora está a um passo de se transformar em esporte olímpico, embora muita gente tente nos tirar esse mérito por esse trabalho de dez anos.

Eu vou trazer aqui dois conceitos básicos, só para a gente não confundir. Uma coisa é anabolizante. Vamos lá, um conceito bem simples e genérico: os esteroides androgênicos anabólicos, também conhecidos simplesmente como anabolizantes, são uma classe de hormônios esteroides naturais e sintéticos que promovem o crescimento celular e sua divisão. Ponto. Anabolizante é toda substância

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que produz o desenvolvimento de diversos tipos de tecidos – muscular e ósseo. Isso é anabolizante. É importante a gente frisar esse entendimento e a gente diferenciar isso de *doping*. A gente confunde *doping* como simplesmente só anabolizantes esteroides, como bem disse aqui o André na sua primeira explanação. Muitos jovens se utilizam de anabolizantes esteroides na academia da sua esquina, da esquina da sua casa. Isso é um problema de saúde pública. Isso é um problema de saúde pública.

Doping é a presença de uma substância no corpo do atleta ou o uso ou evidência do uso de qualquer substância, ou o método que tenha o potencial para aumentar o desempenho esportivo, que ofereça risco desnecessário a atletas ou atue de forma contrária ao espírito desportivo.

Esse é o art. 2º do WADA Code, que é o Código Mundial Antidopagem.

Doping, atleta, anabolizantes esteroides estão espalhados na sociedade.

Um breve histórico sobre a utilização do *doping*. É a necessidade de melhora de *performance*. E o uso, a gente puxa na história: você vê, lá em 1886, um ciclista se utilizando de Speed Balls, que era cocaína misturada à heroína. Lá em 1886 já se iniciou no ciclismo a utilização do *doping* para melhorar a *performance* de um ciclista. A gente está falando de século XIX.

Em 1920, há relatos de pessoas que colocavam testículos de macaco em atletas. Eu não sei como, eu não quero nem saber como eram implantados esses testículos de macacos em atletas para melhorar a *performance*.

Em 1940, a testosterona; em 1953, você tem ali os hormônicos sintéticos, quando se iniciaram, e depois, com os blocos socialistas, na época da Guerra Fria, você começa a ter uma intensificação na utilização do *doping* no mundo esportivo. Nesse mesmo momento da guerra fria, inicia-se o combate ao *doping*. O Comitê Olímpico Internacional, em 1967, criou uma comissão médica para analisar os casos que a ele eram levados. E nos anos 70, o Comitê Olímpico Internacional credenciou vários laboratórios ao redor do mundo. Hoje são 32, e pode ser que haja algum que tenha sido descredenciado algumas horas atrás ou algum outro que foi credenciado em algum momento atrás. Mas hoje, pelos números que tenho, são 32 espalhados em cinco continentes.

E a legislação? A legislação começou a surgir lá em 1963, quando a França falou: esse é um problema nosso, esse é um problema de saúde pública. E ela começou a trazer para a sua legislação interna o combate ao *doping*.

Em 1998, houve o escândalo do Tour de France, que é uma prova de ciclismo, e, a partir desse escândalo, o Comitê Olímpico Internacional disse: agora, chega. Precisamos realmente nos estruturar funcionalmente, organicamente, para combater o *doping*.

Em 1999 – você estava presente nesse seminário, Maurício – nasce a WADA, que é a Agência Mundial Antidoping, para promover e coordenar o combate ao doping. A WADA é financiada pelo movimento esportivo e por governos do mundo. Ela credencia laboratórios, financia pesquisas, coordena a criação de agências nacionais em cada pais, desenvolve e mantém o programa ADAMS, que é o banco de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dados para monitorar e coordenar o combate ao *doping*. Nós, eu e o Maurício, fazemos parte da Federação Internacional de Fisiculturismo. É muita burocracia. Há muita coisa para fazer. É muito documento, é muita informação. E o Prof. Maurício não disse isso, mas mérito e competência dele, hoje, no *compliance* que o Comitê Olímpico Internacional divulgou para as federações internacionais, nós estamos no mesmo nível que a Federação Internacional de Basquete. Olha o quanto avançamos em dez anos no combate ao *doping* e no movimento de transformar esse esporte num esporte bonito, limpo.

No Brasil, em 2011, foi criada a ABCD, como bem foi dito pelo seu Diretor, o Sr. André. Ela foi criada em 2001. É um órgão vinculado à Secretaria Nacional de Esporte. Até o ano passado era vinculado ao Ministério do Esporte.

Em 2016, através da Lei 13.322... Está aqui a Dra. Tatiana, que é a Presidente do nosso Tribunal de Justiça Desportiva Antidopagem, ou, como nós conhecemos, JAD.

A ABCD coordena e controla o combate ao *doping* no Brasil, e a JAD julga os casos com direito à ampla defesa, ao contraditório dos atletas que forem testados positivamente.

Aqui entra, depois dessa breve contextualização, a minha parte nesta audiência pública em específico. Tínhamos a estrutura orgânica ao redor do mundo e precisávamos de uma legislação específica para esse caso. Foi quando se criou o Código Mundial Antidopagem, também conhecido como WADA Code. Esse código foi criado em 2003. O COI (Comitê Olímpico Internacional) organizou a Conferência Mundial sobre o Doping nos Esportes, em Copenhague, na Dinamarca, e nasceu o Código de Antidopagem. Temos um código, temos regras, temos estrutura orgânica. Agora, precisamos efetivamente combater o *doping*.

O princípio desse código específico é o *strict liability principal*, proveniente da *common law*, proveniente de uma forma de entender o Direito. Explicando vulgarmente o que é a *common law*, é uma forma de entender o Direito diferente de nós, latinos. Lá eles têm princípios, costumes, as fontes são diversas. Aqui a gente tem sempre a ideia de criar uma legislação. Existe um fato social, criamos uma legislação específica para isso. É o oposto na *common law*. E nós temos dificuldade de entender esse princípio, o princípio da responsabilidade estrita. Não se fala em dolo. Foi testado positivamente: olha, se você não tem ali um teste, algum laudo terapêutico, alguma coisa que possa trazer uma novidade para o seu procedimento administrativo, você vai ser condenado; você vai ser punido por quatro anos no mínimo.

Ocorre que várias federações internacionais se tornaram signatárias do Código Mundial Antidopagem em 2003, e o Brasil, o Estado, a República Federativa do Brasil ratificou esse tratado, depositando a ratificação em 2007, na Convenção da Unesco; ou seja, o Código Mundial Antidopagem diz:

4.2.1. As partes que aceitarem o Código deverão implementá-lo, assim como os padrões internacionais aplicáveis, por meio de políticas, estatutos, regras ou regulamentos, de acordo com sua autoridade e dentro das esferas de sua responsabilidade.
[...]

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Artigo 22 - Envolvimento dos governos.
[...]
22.1 Cada governo tomará todas as providências e medidas necessárias para dar cumprimento à Convenção da Unesco.
Ou seja, é preciso que o Governo se envolva na questão – Governo: a União, os Estados, o Distrito Federal e o Município. Todos nós, todos os entes públicos têm de se envolver nessa questão.

É dever dos entes públicos aplicarem o Código Mundial Antidopagem e tomarem medidas administrativas a combater o *doping* em todo o Território nacional, e não apenas nas modalidades esportivas ou vinculadas.

Aí, *data maxima venia* aqui, eu quero explicar uma coisa que o André bem disse. "O limite da minha jurisdição ABCD são as entidades esportivas signatárias do Código Mundial Antidopagem". Concordo plenamente. Está ali no art. 5.2 do Código Mundial Antidopagem, vírgula: a autoridade brasileira de combate ao *doping* é um órgão público e não apenas a ABCD, a Autoridade Brasileira de Combate ao *doping* deve se envolver nesse combate, além das entidades que são apenas signatárias do Código Mundial Antidopagem, senão todos aqueles que se estão vinculando ao Código Mundial Antidopagem, na verdade, estão fora do sistema, porque há mais gente que se dopa do outro lado do que dentro do sistema.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. *Fora do microfone*.) – E se dopam e estimulam a dopagem...

O SR. ALEXANDRE DIAS BORTOLATO – Exatamente! Se nós estamos tratando de um assunto de saúde pública, de interesse difuso e coletivo, é dever, sim, dos entes públicos se envolverem nessa questão.

A Convenção de Paris, de 2005, ratificada no Brasil em 2007, é um tratado internacional que, para ingressar no sistema jurídico brasileiro, dependia de aprovação desta Casa, do Congresso Nacional, e da Presidência da República. O Congresso aprovou: Decreto Legislativo nº 306, de 2007.

Ótimo! Peguei um tratado internacional e o estou trazendo para o meu ordenamento jurídico.

A Presidência da República aprovou a convenção pelo Decreto 6.653, de 2008, ou seja, o Código Mundial Antidopagem está dentro do sistema jurídico brasileiro. Não pode uma entidade lá em Manaus falar: "Não, aqui não vai ter controle de *doping* não". Se é dever dos entes públicos, se nós temos que nos envolver com essa luta, se se trata de uma tutela de interesse difuso e coletivo, por que não?

No mínimo, nós temos uma lei ordinária. No meu entendimento, supraordinária, mas aqui não vamos entrar em questiúnculas jurídicas. No nosso entendimento, é uma norma supralegal. O fato é que a Convenção Internacional contra o Doping nos Esportes está inserida no ordenamento jurídico. É dever do Estado o combate ao *doping* em todo o Território nacional, ponto. Em todo o Território nacional. As medidas de combate ao *doping* no Brasil devem servir não apenas aos esportes olímpicos, como, por exemplo, o caso de Manaus.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A IFBB viu um evento lá que estava colocando o IFBB no nome e falou: "Olha, somos autoridade de teste. Vamos mandar uma missão para lá". E foi a missão, escoltada pela polícia estadual do Amazonas. Não deixaram entrar para fazer teste de *doping*. "Não, aqui é um evento privado, aqui vocês não entram, eu não sou signatário". Ué, mas você não é IFBB? Você não é uma federação internacional? "Não, aqui vocês não entram, aqui quem manda somos nós".

Se houvesse teste de *doping*, um achismo meu, eu duvido que um atleta testasse negativo naquele evento. Um!

Enquanto isso, senhores, pessoas morrem. Pessoas morrem e definham pelo uso de anabolizantes esteroides, induzidas por atletas e treinadores que se utilizam do *doping* para melhorar suas *performances*, propagando o uso via rede social.

Senhores, eu comecei a minha explanação dizendo o seguinte: para minha geração, esse senhor que está do meu lado é meu ídolo. Para aquele cara que está na academia, lá, treinando lá na cidade dos meus pais, lá no interior do Estado de São Paulo, eles estão treinando nas suas academias, eles olham a referência, o atleta que é campeão, e esse atleta está com *doping* até aqui no fisiculturismo.

Nós precisamos tomar medidas sérias para acabar com isso. Pessoas estão morrendo. Uma pessoa, logo após injetar anabolizantes esteroides, morreu em uma academia em Ribeirão Preto no ano passado. Sabem o que veio no laudo médico? Ataque cardíaco.

Como a gente vai mensurar quantas pessoas estão morrendo e quantas pessoas estão definhando pelo uso de anabolizantes esteroides? É difícil! Só que a gente precisa punir ali em cima, a gente precisa punir o atleta de alto rendimento e não só o atleta de alto rendimento, porque ele é a menor partícula. A gente precisa punir o treinador, a gente precisa punir o *coach*, a gente precisa punir a pessoa que está inelegível pelo Código Mundial Antidopagem porque já cometeu uma série de infrações contra o Código Mundial Antidopagem e continua fazendo evento e continua tendo patrocinador e continua pegando todos os atletas e passando esses atletas de uma entidade oficial para o mundo pirata, porque é mais fácil. É muito mais fácil!

No fisiculturismo, o efeito dominó é regressivo: competições piratas que permitem o incentivo de uso do *doping* se proliferam. Os espelhos disseminam... Os espelhos de que eu falo são principalmente os atletas, mas eu quero enfatizar isso: se houver alvos, o atleta é o menor. O nobre Parlamentar sabe disso: o atleta é a menor partícula. Tem ali médico, tem nutricionista, tem *coach*, tem um monte de gente por trás desse sistema e muita gente ganhando muito dinheiro, dinheiro fácil. E muita gente morrendo.

O número de praticantes aumenta, de musculação, vertiginosamente pela ideia do culto ao corpo e não do culto à saúde, e as entidades oficiais, como nós, a Confederação Brasileira, a Federação Internacional de Fisiculturismo, perdem os atletas associados para entidades piratas. E os patrocinadores e as feiras migram para onde está o atleta que é referência no YouTube. O cara tem curtidas, vamos para lá. E a gente fica chupando o dedo, a gente que gastou dez anos e muito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dinheiro, muito dinheiro, para viajar o mundo inteiro, tempo. A gente está perdendo os nossos atletas, e a sociedade está definhando. Pessoas morrem, senhores.

Acho que me empolguei tanto que acabou aqui a pilha. Preciso passar o eslaide para o próximo.

E o que deve ser feito, senhores? Para finalizar a minha explanação. Acho que a gente tem de voltar mais um só. Está no três. Só preciso voltar mais um. Já voltou? O que deve ser feito?

Tráfico de anabolizantes. Lembram que eu falei, naquela introdução, que anabolizante é uma coisa, *doping* é em atleta. Tráfico de anabolizante é crime, já é crime, já se pode prender.

Substância sob controle especial da Anvisa. Todo ano a Anvisa solta uma portaria. A última é a RDC 227, de 2018. Temos a Lei 11.343, de 2006, que é a Lei de Tráfico de Drogas. O art. 33 diz:

Importar, exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor [...], oferecer, ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar, prescrever [...] [um monte de tipos, um monte de verbos] "sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar. Pena - reclusão de 5 (cinco) a 15 quinze) anos e pagamento de 500 (quinhentos) a 1.500 (mil e quinhentos) dias-multa. A Secretaria Nacional de Esporte, a ABCD, a Polícia Federal já tem documentos informativos pela IFBB. É necessária a atuação.

Aqui quero fazer uma ressalva. Eu frequento a ABCD desde julho de 2014. Vim, pela primeira vez, trazer esse tema ao Ministério do Esporte, à época, em janeiro de 2018. Espetacular o movimento desse senhor que está aqui à nossa esquerda, o Sr. André. Ele, sim, falou: "Esse é um trabalho nosso também". E a ABCD enviou cartas para o governo municipal, tomou medidas administrativas. Fizemos uma reunião, foi registrada em ata. Espetacular o trabalho! Foi o único. Pena que o André começou na ABCD há pouco tempo. Foi o único. E olhem que a gente bateu à porta da ABCD por muito tempo.

Nós batemos à porta da Polícia Federal. A Polícia Federal sabe de tudo, sabe de tudo o que é isso, de todos os laudos, o que se faz, o que é tráfico de anabolizantes, da portaria, sabe de tudo, todo mundo está sabendo de tudo. E quais as medidas que os entes públicos podem tomar, tendo em vista que o código mundial da WADA já está no nosso ordenamento jurídico, através daquele decreto de 2008? O que já pode ser feito? Comunicação via mídia, documentos a serem apresentados à Vigilância Sanitária do Município onde se realizam os eventos – foi isso que o André fez –, um termo de ajustamento de conduta com responsabilidade civil e criminal para organizadores de eventos e feiras. Olha, se eu sou organizador de eventos e feiras e não estou fazendo nenhum ilícito, por que não assino um termo de ajustamento de conduta com a Advocacia-Geral da União, com o Ministério Público Federal? Enfim, por que eles não vieram aqui?

Necessidade de atuação em conjunto com a Advocacia-Geral da União, o Ministério Público Federal, a Polícia Federal, a Secretaria Nacional de Esporte e a ABCD.

O Ministério do Esporte e a ABCD, como eu disse, têm conhecimento, desde janeiro de 2018, especificamente desses casos que nós trouxemos aqui hoje.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por último, o que esta nobre Casa pode fazer? Desta audiência pública – eu rezo –, quem sabe, saia um projeto de lei de criminalização do *doping*. Se a gente punir o espelho, se a gente punir lá em cima, aqui embaixo ele vai perder a referência. Lá em cima vou ter que ter alguém saudável, senão perdi a minha referência. É preciso, sim, punir o *doping*. O anabolizante esteroide já é crime; aqui nós temos o *doping*. Que possam ser punidos criminalmente os organizadores de eventos e campeonatos que se associem a pessoas ou entidades traficantes de anabolizantes...

Senhores, daqui a duas semanas vai ter um evento no Brasil cujo principal organizador está na lista de inelegíveis da WADA desde o ano passado, e o cara está fazendo dinheiro aqui. Se ele não vem, ele manda alguém no lugar dele. Isso é empresa internacional, tem mais essa.

Que possam ser punidos criminalmente organizadores de feiras e eventos, que possam ser punidos os treinadores, médicos, nutricionistas, toda pessoa que faça parte do *staff* do atleta, que induza o atleta a se dopar. Que possam ser punidos criminalmente todos aqueles que divulgam o uso do *doping*, de anabolizantes, através de qualquer meio de comunicação; que possam ser punidos criminalmente os responsáveis de empresas e entidades privadas que se associem a fabricantes ou traficantes de anabolizantes ou que, em seus produtos, fazem inserir substâncias que estão sob aquela portaria da Anvisa. Tem muito isso. Tem muito isso, e todo mundo sabe.

Senhores, muito obrigado. Mais uma vez, esta exposição tinha de ser assim. A gente tem que trazer de uma maneira que os senhores entendam a real necessidade. Vou acabar a minha explanação com a seguinte frase: tem gente morrendo. Tem gente morrendo. Esse é um assunto... Criminalizar o *doping* é uma questão de saúde pública.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Parabéns pelas palavras, pelas colocações, pela explanação.

Nós vamos começar, agora, a fazer as perguntas. Vamos, primeiro, perguntar para a Dra. Tatiana, porque ela tem um voo e tem que sair daqui ao meio-dia.

Doutora, vou ser o primeiro a perguntar. Tenho uma curiosidade em relação ao evento, que foi falado, do Arnold Schwarzenegger: se as pessoas que lá frequentam, se esses competidores que fazem parte desse evento usam drogas... Lá é um evento que não é oficial da IFBB, pelo que estou entendendo, certo? Se é sabido por todos que esses atletas participam desse evento usando drogas, por que eles não podem ser punidos? Ou seja: o que eu quero dizer é se, quando ele for participar de um evento que seja oficial, no caso da IFBB, ele automaticamente não poderia participar porque foi punido pelo uso de drogas. Como é que é feito esse acompanhamento se existe essa possibilidade de acontecer, já que ele usa drogas – e a gente sabe que usa –, e lá ele pode? Nesse aqui, ele não pode e ele não usa, mas usa lá, que a gente sabe. Não acontece nada?

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Só para pensar, nessa mesma pergunta: há uma lista negra, que é clara para todos nós aqui, e eles estão no Brasil

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tripudiando na nossa cara dizendo: "Venham, porque no Brasil está liberado"? Foi o que vocês dois praticamente disseram para a gente.

Então, só para concluir o que o Senador Romário disse, doutora.

A SRA. TATIANA MESQUITA NUNES – Obrigada pela pergunta.

Em relação, especificamente, ao ponto do atleta que compete naquele evento privado, nessa competição paralela e que, depois, vem competir em um evento oficial. Na verdade, o Código Mundial Antidopagem, que foi integrado à legislação brasileira, prevê a possibilidade de jurisdição da ABCD, digamos assim, em basicamente duas situações: ou em uma competição oficial, se a competição foi organizada pela federação, ou também é possível se o atleta for um atleta que participe de competições oficiais, ou seja... Eu não vou usar o conceito de atleta profissional, porque, na nossa legislação, o conceito de atleta profissional é muito debatido e muito complexo. Se formos pegar ao pé da letra, o único atleta profissional é o do futebol, é o que tem o contrato desportivo. Mas, usando a linguagem um pouco mais vulgar do atleta profissional, aquele que pratica o esporte e que não é considerado o amador, fazendo por exclusão, também é possível que ele esteja sujeito ao controle de dopagem.

Existe uma peculiaridade nesse caso, Senador: o anabolizante é uma substância não especificada e, na lista de substâncias da agência mundial, as substâncias podem ser classificadas como especificadas e não especificadas. As especificadas são as substâncias que, presumivelmente, o atleta não tomou para fins de dopagem. Então, existe uma presunção positiva para o atleta. É o caso, por exemplo, da Neosaldina. A Neosaldina é uma substância proibida, mas é presumível que ele possa ter tido uma dor de cabeça e não a usou para fins de *doping*. Quanto às não especificadas, ao contrário, a presunção é de que houve a utilização com intenção de aumento de *performance*. O exemplo clássico é o anabolizante. Então, o anabolizante é uma substância não especificada.

Em geral, as substâncias não especificadas são controladas tanto em competição como fora de competição. Então, é possível, sim, que esse atleta, se ele for atleta que participe regularmente de outras competições, seja testado fora de competição.

O que me parece que está acontecendo nesses casos? Alguns atletas sequer estão competindo, não estão competindo em mais nenhuma competição oficial; estão completamente afastados e estão completamente inseridos nesse sistema paralelo, o que faz com que, do ponto de vista do tribunal...

O André, talvez, possa trazer alguma questão ligada à ABCD, mas, do ponto de vista do tribunal, a gente só consegue julgar os casos sobre os quais a ABCD tem jurisdição e traz para o tribunal. Havendo uma dificuldade de jurisdição da ABCD, porque o atleta não é um atleta profissional, sob o ponto de vista vulgar, ou seja, ele não participa mais de nada, não está ligado mais a uma federação, ele se desfiliou da federação e está completamente nesse campeonato privado, a gente perde a jurisdição sobre esse atleta.

E, quanto à questão da lista negra, o que me parece é que eles trouxeram não só atletas, mas também organizadores que compõem essa lista negra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que é essa a discussão que a gente está trazendo aqui para esta Casa, porque, como foi bem colocado pelo Alexandre, a gente tem a convenção. A convenção fala: "Estado, vocês têm de tomar medidas". Mas, neste momento, talvez seja necessária uma espécie de passo legislativo para que haja os mecanismos pelos quais serão possíveis tais medidas.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Mais uma pergunta, doutora: quais são as modalidades que mais registram casos de *doping* no País?

A SRA. TATIANA MESQUITA NUNES – Eu estou inclusive com os dados abertos.

É muito difícil a gente responder à pergunta sobre quais modalidades mais possuem casos de *doping*. Por quê? Porque existe toda a questão da estruturação da possibilidade de teste.

Então, há modalidades que acabam sendo, por questões de organização, por questões de possibilidades, mais testadas e outras menos testadas. Mas, entrando particularmente nos casos que chegam ao Tribunal de Justiça Desportiva Antidopagem, que são os casos em que há o resultado positivo de *doping* ou uma evasão, ou uma recusa de parte do atleta de se submeter ao exame, o que também é possível, a modalidade em que hoje a gente mais tem tido incidência é o futebol, mas não porque o futebol seja o que tem mais casos de *doping*, mas porque o futebol é o que mais tem jogos e campeonatos no Brasil, e, consequentemente, muito mais testes. Então, assim, é um dado que é um pouco falacioso.

Mas, entrando no caso do fisiculturismo, o tribunal já recebeu... Só para passar aqui um dado que pode ser interessante para esta discussão: o tribunal já recebeu e julgou nove casos de fisiculturistas desde a sua criação. A gente teve o julgamento de 150 casos... Estamos processando 150 casos desde a nossa criação, recebemos 150 casos, mais ou menos, e, desses, nove são de fisiculturismo. Mas, em 100% dos casos de fisiculturismo, são anabolizantes, sendo que, na verdade, dois foram por recusa do atleta em se submeter ao exame, o que gera a presunção de que ele tinha alguma substância no seu corpo.

Então, o fisiculturismo é um caso bastante emblemático, porque a gente tem, diferentemente do que ocorre nas outras modalidades em que, às vezes, a gente tem substâncias especificadas, que são menos sérias, digamos assim, menos graves, e, às vezes, não especificadas, que são mais graves, no fisiculturismo a gente só... Tanto que todas as punições do tribunal foram de quatro anos, que é uma punição gravíssima; é a punição mais grave se não houver outros agravantes como uma reincidência. Mas, do ponto de vista da dosimetria penal, a mais grave é a punição de 48 meses. E todas as punições que tivemos no fisiculturismo, até hoje, foram desse tempo.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Doutora, uma outra pergunta: reconhecidamente pela Justiça Desportiva, qual é o laboratório do Brasil que representa a WADA aqui no País?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero te perguntar isso porque tivemos aqui uma audiência pública, há dois anos passados, na Comissão da qual eu era Presidente, a CE, onde houve algumas conversas sobre esse tema, e até hoje eu não consegui entender, definitivamente, qual é o laboratório que é reconhecido pela nossa Justiça Desportiva.

Eu não sei se a senhora poderia responder essa pergunta.

A SRA. TATIANA MESQUITA NUNES – Senador, nós temos hoje um laboratório no Brasil que é vinculado à Universidade do Rio de Janeiro, é o LBCD. Esse laboratório é hoje o laboratório no Brasil credenciado pela WADA, que é onde a ABCD realiza os testes relacionados à coleta. Esse laboratório passou um período em que ele não estava credenciado. Talvez tenha sido neste momento em que houve a discussão.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Na verdade, o credenciado era uma faculdade de São Paulo. Houve um período desse, se eu não me engano?

A SRA. TATIANA MESQUITA NUNES – Isso acho que foi, inclusive, antes da criação, não sei se foi antes da criação da ABCD, mas certamente antes da criação do tribunal.

A partir do momento em que houve a criação do nosso tribunal...

O SR. ALEXANDRE DIAS BORTOLATO – Só um parêntesis, Senador. Sim, era na USP, em São Paulo.

A SRA. TATIANA MESQUITA NUNES – E isso deve ter sido já há alguns anos.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Exatamente.

A SRA. TATIANA MESQUITA NUNES – Com certeza, desde a criação do tribunal, é o LBCD que é o responsável por esses testes.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem.

Senadora Leila, se quiser fazer alguma pergunta à Dra. Tatiana.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – E, doutora, quais os critérios que foram postos para a seleção desse laboratório? Como é que... Porque nós temos vários laboratórios no País, vários. Quais foram os critérios para a seleção desse laboratório?

A SRA. TATIANA MESQUITA NUNES – Senadora, eu não sei responder essa pergunta.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – No caso, a WADA poderia me responder, o André?

O SR. ANDRÉ SIQUEIRA – O LBCD submete os processos dele para a WADA, a WADA analisa e vê se está em conformidade com o *international standard*, o padrão internacional para laboratório e aprova ou não. É um processo absurdamente rigoroso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na América do Sul, hoje, nós temos só Rio de Janeiro e Bogotá, sendo que Bogotá está suspenso, não sei até quando, e não há mais intenção da WADA de abrir outros laboratórios aqui, na América do Sul. Há a intenção de abrir na África somente, que eu saiba.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Então, esse laboratório atende à América do Sul?

O SR. ANDRÉ SIQUEIRA – Boa pergunta. Ele atende ao Brasil. À América do Sul atende, se a facilidade de se mandar material biológico para cá for implementada. Isso é uma dificuldade que o laboratório tem, tremenda, porque é mais barato a Argentina mandar para o Canadá, mandar para Los Angeles, para Cuba, para México, para Portugal, para qualquer lugar do que mandar para o LBCD, porque Anvisa, Receita criam tantas barreiras, é tão difícil, é tão complicado, é tão caro, que preferem mandar para mais longe.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Entendi.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Sr. André, só uma pergunta.

O SR. ANDRÉ SIQUEIRA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – A gente está falando desse laboratório, ele atende a todos os esportes?

O SR. ANDRÉ SIQUEIRA – A todo o esporte nacional. E é o único credenciado pela WADA para tanto aqui, no Brasil. Na América do Sul, há o de Bogotá que estava, até pouco tempo atrás, descredenciado. Não sei como é que está agora.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – No caso, a ABCD, que é a Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem, já tem todos os seus membros nomeados no presente Governo?

O SR. ANDRÉ SIQUEIRA – Não, ainda não temos.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – O que falta?

O SR. ANDRÉ SIQUEIRA – Falta a nomeação do secretário, do chefe de gabinete e faltam alguns membros do corpo da ABCD.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – E o orçamento da ABCD para este ano permite que se possa contar com uma atuação efetiva em programa de combate ao uso de *doping*?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANDRÉ SIQUEIRA – Sim, temos orçamento. A gente tem orçamento para isso. Já temos o plano de distribuição de testes feito, temos tudo caminhando perfeitamente nesse sentido. Claro que, se tivéssemos mais verba, poderíamos fazer mais ações e mais coisas, mas, como está, a gente vai bem.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Depois desses grandes eventos que nós tivemos aqui, no País, como Copa do Mundo, Olimpíadas e Paralimpíadas, como o senhor vê a atuação hoje do controle de dopagem do Brasil? Evoluiu?

O SR. ANDRÉ SIQUEIRA – Sem dúvida que evoluiu. E, na verdade, o fato de os Jogos Olímpicos terem vindo para o Brasil foi o grande fator para ter sido criada a ABCD. Se a gente não tivesse aqui o Rio 2016, eu tenho quase certeza absoluta de que estaríamos até hoje sem uma autoridade brasileira de controle de dopagem. Apesar de a assinatura do nosso acordo com a Unesco ter sido feita lá, em 2005, V. Exa. veja que só em 2011 é que foi implementada a ABCD de fato e de direito.

A situação depois dos Jogos, Copa do Mundo e Pan-Americano, dessa época de esporte, se compararmos com o período anterior, melhorou, mas, se compararmos com aquele período pré-Jogos e pré-Copa, a situação, obviamente, como de todo o esporte nacional, deu uma caída. Isso é inegável.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Senador, só quero dizer que nós não acabamos o período. Nós temos Pan-Americano e Olimpíadas no ano que vem.

O SR. ANDRÉ SIQUEIRA – Sim! Sim, sim, sim, sim.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Então, esse ciclo é contínuo...

O SR. ANDRÉ SIQUEIRA – E eterno.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – E a minha preocupação é a seguinte: sobre recursos. A gente sabe que a secretaria nacional está parada, está numa letargia – vou aproveitar aqui e falar sobre isso. Nós estamos precisando, realmente... E, aí, peço ajuda ao Senador Romário e aos pares, aproveitando aqui o Flávio Arns e o Senador Styvenson – desculpe, Styvenson, já é meio-dia, hora do almoço, já vai faltando energia.

Secretaria Nacional de Esportes parada, a da Cultura parada. Temos que entender o que está acontecendo ali. Não é só a ABCD que está parada. Todo o corpo da secretaria nacional, a Secretaria Nacional de Esportes está parada, Senador. Nós precisamos ver com o Ministro Osmar Terra o que acontece. Já estive com o General Marco Aurélio, ele já esteve aqui, em audiência conosco, inclusive os dois, falando, explanando aí os objetivos do Ministério da Cidadania, cada um explicando a questão das secretarias, mas até o momento não houve as nomeações.

A ABCD está parada, que eu sei, e...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – É uma comissão que tem que ser feita.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Precisamos demais!

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – E não foi nomeada ainda essa comissão, segundo o General.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Também.

Então, nós precisamos realmente, junto, aqui, aos pares – não sei como é que nós podemos proceder aqui –, pedir um esclarecimento junto ao ministério e junto à secretaria do porquê. Nós estamos falando de um ano muito importante para os atletas, e diariamente eu recebo mensagens, venho e faço audiências com atletas aqui, referências esportivas, entidades, todos muito preocupados com os trabalhos da Secretaria de Esportes lá, do Ministério da Cidadania.

Só para ressaltar isso aqui para todos nós aqui, que estamos na audiência.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem.

Dra. Tatiana.

A SRA. TATIANA MESQUITA NUNES – Na verdade, é só para colocar mais um aspecto em relação à pergunta. Também o tribunal é fruto dessas discussões pré-Jogos, pré-Jogos Olímpicos. O tribunal foi criado, não por coincidência, em 2016. E o tribunal é fruto de uma discussão bastante importante e é um ganho para a nossa Justiça Desportiva, para o nosso controle de dopagem, porque a discussão vinha muito em relação à uniformidade das decisões em relação à modalidade esportiva. Ou seja, a gente tinha, por ser o *doping* julgado em cada uma das confederações, e cada modalidade tinha o seu próprio tribunal, a gente tinha a mesma substância, às vezes, encontrada com o mesmo tipo de intencionalidade e, em um tribunal, era dada uma pena de dois anos, no outro, de quatro, por exemplo.

Então, o tribunal vem justamente nesse pleito de tratar de ser um tribunal que acaba sendo especializado na matéria antidopagem, que é uma matéria muito específica, diferente da matéria disciplinar que também é tratada pela Justiça Desportiva das confederações, vem com essa ideia, vem com esse caráter pluripartite, que coloca as discussões em um nível bastante elevado, e vem justamente para dar essa uniformidade de que o esporte precisava e em resposta a todas essas necessidades que nasceram no momento da construção dos jogos.

Então, só para agregar à questão da ABCD.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Eu só gostaria...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Senador Flávio Arns, com a palavra.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – ... Presidente Romário, de dizer que, em primeiro lugar, eu gostei muito das falas, muito preocupantes ao mesmo tempo. Estava conversando, rapidamente, com a Senadora Leila e com o Senador Styvenson. Da minha parte – eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acho que é também o sentimento da Comissão –, gostaria de receber de vocês subsídios para a elaboração daquilo que dependa do Congresso Nacional. Vocês, como tribunal, como autoridade, também como profissionais da área, poderiam mandar um documento para a gente. Aí nós submetemos isso para a Consultoria Legislativa para não ficarmos estudando... Para que tudo aquilo que vocês pensarem nós possamos colocar naquilo que dependa do Congresso Nacional, não é, Senadora Leila e Senador Styvenson? Aí a gente faz um projeto até da Comissão, talvez, alguma coisa coletiva.

Agora, ao mesmo tempo, recebemos denúncias sérias aqui, sérias, e nós todos somos agentes públicos. Então, a gente precisa pensar. Olha, foram feitas denúncias, e a gente tem que pensar no que fazer. Agora, eu diria o seguinte, em primeiro lugar. A Comissão, em função da audiência pública, deve oficiar, como Comissão de Assuntos Sociais do Congresso Nacional, para o Prefeito, para o Secretário de Saúde lá do Município de São Paulo, para o Secretário de Segurança do Município de São Paulo, para todas as autoridades, para a Comissão de Educação e dizer: olha, recebemos essas denúncias todas e queremos providências para que, pelo menos, as coisas sejam feitas de acordo com os documentos internacionais já agregados ao nosso ordenamento jurídico. Segunda coisa: oficiar a todos os órgãos mencionados, porque foi dito que todos os órgãos já têm conhecimento exaustivo do problema.

Então, vamos, como Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal, oficiar para a Polícia Federal, para a Receita, para o Ministério da Saúde, porque, quando um braço é amputado, uma perna é amputada ou tem um problema de saúde, como foi dito, toda a sociedade vai ter que pagar por isso. Nós já não temos dinheiro de saúde... Quer dizer, vamos prevenir, evitar, mas oficiar, principalmente para a Polícia Federal. Eu estava perguntando aqui para o Aires, que é o meu chefe de gabinete, inclusive, por exemplo, qual é o processo de autorização, de fiscalização de academia, já que há uma denúncia de que lá o corriqueiro é ter o uso de substâncias proibidas. Quer dizer, houve essa denúncia. Então, temos que dizer o que nós vamos fazer, não é verdade?

Então, é nesse sentido de tomar essas providências. Agora, eu colocaria a Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem e tudo, quer dizer, fora, oficial. Nós temos que ter a nossa legislação aqui no Brasil. Porque é só oficial... Claro, se é um tribunal, você não ficar julgando, mas que aconteça o controle, a autoridade, que é o André no caso, mas é preciso que nós recebamos de vocês – permitam-me chamar de "vocês", os que participaram da audiência –, porque vocês sabem onde está o pepino lá, onde dói o negócio, para a gente fazer uma legislação prática, objetiva, que funcione e pensando no bem da população.

Quando você falou no jogo limpo, André, achei muito bom. Achei pouco 130 mil pessoas, porque eu fui, por exemplo, Secretário de Educação lá do Paraná e incentivamos muito os jogos escolares, por exemplo – de 5 mil passamos para 15 mil –, mas há os Jogos da Juventude, Jogos Universitários, Olimpíadas das Apaes, das entidades coirmãs. Só no Paraná, a gente vai para umas 30, 40 mil pessoas. Então, a gente deveria pensar – não é desta Comissão, porque aqui é saúde basicamente, mas nós estamos juntos aqui na educação, cultura e esporte também – para ter esse material, porque eu gostaria de saber... Eu nunca vi nada – não prestei atenção, pelo menos – de filme, de material e tal. E

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trata-se de articular essas coisas, mas, principalmente, de fazer com que a polícia fique em cima. Hoje em dia, a Polícia Federal... Vamos mandar para o Juiz Sergio Moro também. Vamos mandar essa denúncia... Aliás, juiz, não, para o ex-Juiz Sergio Moro, Ministro da Justiça. A Polícia Federal está lá. Eu acho que mais interessante do que mandar para a polícia é mandar para o Ministro e para a polícia junto, manda-se para os dois ao mesmo tempo. E vamos trabalhar para promover a saúde, o esporte, claro, o bem-estar.

Eu gostei muito das falas, mas fiquei muito preocupado também. Vamos falar com o Bruno Covas, neto do Mário Covas, para ele, pelo menos, dizer assim: "Olha, o Senado, o Congresso me alertou que o Secretário de Segurança, que o Secretário de Saúde... Para eles verem essa coisa de comunicação, cobrarem, verem, fazerem os exames e tal. E vamos batalhar nisso, não é, Leila?

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Sim, sim.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – E Styvenson também, não é?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Ficamos no aguardo então.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ALEXANDRE DIAS BORTOLATO – Claro.

Eu posso, Senador, Presidente da Mesa, pela ordem, só fazer um breve parênteses? O Senador Arns, a Senadora Leila e o Senador Romário pegaram o espírito mesmo. É mais do que a gente ficar naquela discussão de o Código Mundial da WADA me diz que a jurisdição é essa. Então, eu só posso atuar aqui. Eu não posso fazer teste de controle. Nós sabemos disso. Isso é verdade, só que todos, a partir do momento em que a autoridade brasileira de combate ao *doping* é um órgão público, são agentes públicos. É mais do que simplesmente cumprir o ritualzinho do Código Mundial Antidopagem. Podemos, sim, tomar medidas administrativas e ir além, nós somos agentes públicos e temos um problema sério de saúde pública.

Então, a gente pode enviar ofício para os Municípios onde há eventos. Duvido que – há muitos eventos acontecendo – todos os eventos tenham alvará de vigilância sanitária, alvará do Corpo de Bombeiros, alvará de segurança pública. Algumas feiras, megafeiras, sim, mas eu duvido que o resto tenha. Podemos ir além. Podemos entender a autoridade brasileira de combate ao *doping* não apenas no aspecto restrito daquilo que diz o Código Mundial Antidopagem: ali também existe um órgão público, são agentes públicos, e se pode ir além, pode-se fazer mais.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Quer fazer uma pergunta para a Dra. Tatiana?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Eu ia, mas eu vi que ela está com tanta pressa...

A SRA. TATIANA MESQUITA NUNES – Pode fazer, dá tempo!

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Vai perder o voo? Se for perder o voo, eu faço a pergunta aos demais.

A SRA. TATIANA MESQUITA NUNES (*Fora do microfone*.) – Não, não, pode fazer.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Eu separei bem, Sr. Presidente, a questão do *doping*. Separei bem o que o Flávio Arns disse e que Leila estava falando também, sobre uma nova legislação ou uma adequação da legislação, mas que seja cumprida, porque o que já existe... É a pergunta para a senhora: não funciona porque não tem fiscalização? Já li ali que há até penalidade de 5 a 15 anos no caso da venda da substância, da droga.

Já que a senhora vai embora e está com muita pressa...

A pergunta, além dessa: seria necessário a gente criar hoje um mecanismo... Porque o *doping* existe, mas, no momento em que é feita a fiscalização, em que é feita a triagem por amostragem durante a competição ou fora da competição... Como é que um atleta chega a um nível de competição só com batata doce e frango? Por que não entra na minha cabeça... Se existe esse atleta, se é feito durante a vida toda dele de atleta ou só durante a competição.

Vou ser bem claro. Eu vou ser motorista de caminhão, uso drogas, passo seis meses sem usar, faço aquele sacrifício, depois volto a usar de novo. Passo um período sem utilizar, já que vou passar pelo *antidoping,* ou tomo um medicamento que corta o efeito e altera essa substância ou boto a urina de alguém, burlo de qualquer forma, vou trapacear. Não poderia ser feito de forma contínua? Mas eu já ouvi que a senhora respondeu que há uma dificuldade muito grande de atendimento dessa questão do *doping*.

Mas, na questão do jogo de futebol, e aí o Romário pode me dizer melhor... Há centenas de atletas de futebol e de outros esportes que são dependentes químicos de maconha, *crack*, cocaína. Isso pode ser considerado também como *doping*? É qualquer substância, como foi lido ali, que possa modificar a característica... Há uma estatística do tribunal da senhora sobre qual é a substância mais presente? Porque, se for a porcaria da droga mesmo, da cocaína ou do *crack*... Há vários atletas que deixam a profissão para serem internados em readaptação. Gostaria de saber se isso acontece e se poderia ser feito esse processo de fiscalização esporádica, ou de surpresa, em atletas.

Eu não consigo imaginar... Está aqui um monte de crianças, eu vejo um monte de crianças de escola da Ceilândia. Todos têm um sonho aqui, de ser atleta ou de ser grande, forte, bonito, musculoso, *fitness*, se sacrificando não só com a disciplina da alimentação, mas muitas vezes se sacrificando para o corpo perfeito. É preciso deixar claro aqui: tem um custo ter um corpo perfeito para essas competições, tem um custo e o custo é muito alto. As pessoas precisam saber disso. De anoréxicos a pessoas com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

problema de bulimia, existem muitas. Há pessoas que se privam de certos alimentos e ficam desnutridas. De que adianta ficar gigante e desnutrido?

Já que a senhora está com tanta pressa...

Dou um exemplo de punição rígida, um exemplo de punição que foi eficiente e que desmotiva. Acho que nem todos aqui vão lembrar, mas um ciclista americano – depois teve câncer – usou a vida toda anabolizante, foi campeão centenas de vezes, e ele afirmou em entrevista que, se pudesse voltar no tempo, tomaria tudo de novo.

Pergunto-lhe: é o que está acontecendo hoje na sociedade? Mesmo com tanta proibição, Flávio Arns, com tantas leis, com tanto enrijecimento penal... Vai parar?

A SRA. TATIANA MESQUITA NUNES – Bom, essa é a grande pergunta.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Foi pena perpétua a dele, foi banido do esporte para sempre e teve seu nome apagado.

A SRA. TATIANA MESQUITA NUNES – Essa é a grande pergunta do controle de dopagem.

Divido um pouquinho a sua pergunta.

O nosso primeiro desafio é o seguinte: enquanto o controle de dopagem... Isso até tem mais relação com a atividade da ABCD do que do tribunal, mas como acaba havendo... Como nós conhecemos toda a atividade da ABCD pelo fato de o caso chegar ao tribunal, eu posso responder um pouquinho sobre isso. O grande desafio que a gente enfrenta no controle de dopagem é conseguir acompanhar as inovações, porque todo esse sistema de que a gente está falando – médico, nutricionista, *coaching* –, que gera dinheiro, faz com que muitas vezes as inovações estejam um passo à frente do nosso conhecimento. Então a WADA está incluindo novas substâncias na lista, fazendo a detecção de novas substâncias que causam efeito dopante, mas amanhã já há uma nova que está sendo utilizada pelos atletas, que ainda ninguém sabe que é utilizada para esse fim, além dos métodos mascarantes.

Então amanhã o atleta está tomando um anabolizante... Foi o caso do Armstrong: ele utilizava um método que, inclusive, era com o incremento das hemácias, se não me engano. Eu li a biografia dele. Ele usava o próprio sangue e, até então, os exames não detectavam quando era o próprio sangue da pessoa, mas só quando você utilizava o sangue de outra pessoa. A questão é que a evolução das práticas fraudulentas às vezes está um passo à frente da evolução do nosso conhecimento de que essas práticas existem.

Então existe esse primeiro desafio – isso é um desafio – e, quanto mais a ABCD e as autoridades responsáveis tiverem orçamento, estrutura, mecanismos, mais rápido a gente vai conseguir chegar a esse patamar.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Está dentro do que eu perguntei sobre... Já que a senhora disse que tem acesso a todos esses processos, qual é a estatística de droga, maconha, cocaína, *crack*?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. TATIANA MESQUITA NUNES – Não são as substâncias mais encontradas. Nós temos, disparadamente, que o anabolizante é o mais encontrado. Já tivemos casos tanto de maconha como de cocaína. Disparados à frente estão os anabolizantes, é a primeira substância. E a segunda são os diuréticos, porque eles são mascarantes de outras substâncias. Não são os diuréticos em si, que muitas vezes são utilizados para fins, por exemplo, de esporte de luta, para fins da pesagem –a pessoa emagrece para poder ser pesada e entrar numa categoria diferente –, mas os diuréticos também têm um efeito mascarante, de mascarar outras substâncias no organismo. Então, primeiro são os anabolizantes e, em segundo, vêm os diuréticos. Hoje, em termos de estatísticas, são os mais encontrados no nosso controle, o que é extremamente preocupante; o fato de a substância mais encontrada ser um anabolizante é extremamente preocupante.

A questão dos testes. Eu digo que mais de 90% – o André vai poder me corrigir se eu estiver errada – do que a gente detecta são substâncias encontradas após testes em competições. Mas há, sim, casos de testes fora de competição. Eu acho que isso também é uma questão de possibilidades...

O SR. ANDRÉ SIQUEIRA – A gente faz o balanço de mais ou menos 70/30: 70 em competição e 30 fora de competição, 70% e 30%.

A SRA. TATIANA MESQUITA NUNES – Mas certamente eles vão encontrar sempre mais casos em competição. Por quê? Porque há substâncias que são proibidas só em competição e outras que são em ambos os casos, tanto fora de competição como em competição. Então necessariamente...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Qual é a substância que não é proibida durante a competição que pode ser usada? Há uma substância que você disse que melhora a massa muscular...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. TATIANA MESQUITA NUNES – Teoricamente não. Só se for uma substância que sequer se conheça, que, como eu estava dizendo, esteja adiante ainda, que a gente não chegou lá. E, quando eu digo "a gente", não é só o Brasil, porque a lista de substâncias proibidas vem da Agência Mundial Antidopagem. O Brasil é signatário do código e o incorporou no nosso ordenamento jurídico, a gente segue a lista mundial. Ou seja, quando a gente está falando "a gente", está falando do mundo, não é só Brasil não. O mundo ainda não conseguiu, às vezes, detectar...

O SR. ANDRÉ SIQUEIRA – São laboratórios do mundo inteiro que estão nessa corrida, na corrida contra o *doping*. Então, o atleta consegue uma substância ou consegue usar as substâncias de maneira diferente ou usando outro método diferente, e os laboratórios do mundo inteiro – esses 32 e mais alguns – vão tentar, então, chegar junto, correr atrás e conseguir um meio confiável de detectar aquela substância ou aquele método para poder dizer com certeza: "Esse atleta se dopou com essa substância, dessa maneira. Então, ele tem que ser punido."

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Então, a pergunta que eu fiz... Eu a fiz para a Leila aqui, em *off, v*iu, Romário? Eu perguntei para Leila: "Leila, me diga uma coisa: você nunca tomou nada?" (*Risos.*)

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Eu falei para o Styvenson que eu e o Romário somos de uma geração que era talento.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Amém!

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Muito treino...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – É isso aí.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – ... e nós tínhamos pavor dessa coisa. Nós tínhamos até preconceito. O máximo que nós tomamos foi aminoácido ramificado, creatina, substâncias que só ajudavam a gente a se recuperar para o próximo treino.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Mas com acompanhamento de especialista, claro.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Total. Assim, o que eu quero falar sobre *doping*?

Você terminou, Styvenson?

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Não, não...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Ah, então termina.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Não, pode falar. Eu quis dizer isso.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Eu acho assim... Primeiro, eu não pude concluir porque eu acho que a doutora está saindo, não é, doutora?

A SRA. TATIANA MESQUITA NUNES – Não.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Não é nem direcionado à senhora, mas quero agradecer e dizer que foi ótima a explanação de todos vocês. Também dou os parabéns ao Presidente pela iniciativa, também pelo convite feito ao Centro de Ensino Fundamental 7, da Ceilândia Sul, aos meninos que estão aqui com os professores, ao Diretor José Idoval e ao Prof. Lúcio Rogério – é bacana a gente ver o trabalho que eles estão fazendo com os nossos alunos.

Já emendando a respeito disso, eu queria saber o seguinte. Você falou muito sobre as campanhas, sobre o trabalho, o programa educativo, o jogo limpo, o *fair play*. O que a ABCD efetivamente tem feito nesse trabalho de parcerias com as escolas também? Eu acho que é importante. A gente tem que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trabalhar a base com as confederações, o esporte de base. A nossa preocupação maior: a gente tem que trabalhar o esporte de base. Essa é uma parte.

Além disso, eu quero dar os parabéns aos dois, ao Prof. Maurício e ao Prof. Alexandre, pela coragem. Vocês estão aqui representando o fisiculturismo, mas... A preocupação de expor a modalidade... Muito pelo contrário, vocês vieram aqui e tiveram a coragem de expor uma realidade, como os Senadores Flávio Arns e Styvenson falaram. Vocês abriram os nossos olhos para a realidade principalmente das academias. A questão do *doping* não é um problema no esporte só – e o esporte está monitorado; nós temos aqui uma ABCD que está monitorando, nós temos várias entidades –, mas é um problema de saúde pública. Nós estamos perdendo os nossos jovens por causa dessa questão da cultura ao corpo, do culto ao corpo, da mulher marombada, do rapaz bonito.

Então, nós temos que ter uma maior fiscalização nas academias, ver essa questão do trabalho junto aos preparadores físicos, a questão da educação física. Realmente, nós precisamos discutir isso de uma forma mais aprofundada.

Eu acho que foi importantíssimo esse tema que vocês trouxeram para nós. E vocês podem ter certeza de que esta Casa está de portas abertas para escutarmos toda essa demanda, toda essa denúncia com relação a essa questão do *doping,* porque o esporte, gente, virou um grande negócio para a indústria de entretenimento, e o grande garoto-propaganda desse uso de substância e de performance é o atleta, que está sendo, na verdade, usado por essas pessoas que estão utilizando o esporte de forma errada, porque o esporte não é isso.

Eu quero dizer para você, Styvenson, meu amigo, o seguinte. Você me perguntou como é que eu joguei quatro Olimpíadas e já fui uma das melhores do País e do mundo na minha modalidade. Isso foi possível treinando diária e exaustivamente, abdicando da minha adolescência e da minha família pelo sonho de representar o meu País. O esporte é isto: é jogo limpo, é saúde. O esporte não é o que estão vendendo nas academias, não é o que estão vendendo nesses eventos baratos e errados. Isso não é saúde. A gente tem que trabalhar, esta Casa não pode se omitir com relação a isso. Nós vamos trabalhar isso.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, Senadora!

Dra. Tatiana com a palavra.

A SRA. TATIANA MESQUITA NUNES – Senadora Leila, antes de o André poder responder a sua pergunta, eu gostaria de colocar uma última coisa antes de sair.

O seu discurso me deixa empolgada de fazer o que eu faço. Eu acho que a questão do controle da dopagem, que é o que a gente faz todos os dias nas nossas atividades... O tribunal inclusive... Todos os auditores que compõem o tribunal... Nós fazemos isso gratuitamente, não recebemos nada para compor o tribunal. Então, todos estão lá pelo amor a essa causa, à causa do controle de dopagem. Os atletas que participam do tribunal, os representantes das confederações e os nossos representantes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Poder Executivo, estamos todos ali combatendo essa causa efetivamente por acreditar nisso que a Senadora Leila falou: os atletas que abdicam da sua infância, da sua adolescência, que têm que controlar a alimentação, controlar o corpo, não podem ir ao cinema e pedir uma pipoca, esses atletas têm que ser prestigiados. E como a gente prestigia esses atletas? Impedindo que os outros se utilizem de substâncias para chegar na mesma situação ou, às vezes, em situação até melhor de uma forma fraudulenta, porque o *doping* é uma fraude ao espírito esportivo, e isso está lá na carta do movimento olímpico que o Barão de Coubertin fez no início.

Então, a gente não pode deixar que isso aconteça, porque isso vai fazer com que... Por exemplo, no fisiculturismo, vai fazer com que as pessoas que queiram chegar a patamares de campeão e de vice-campeão, em patamares de campeonatos nacionais e regionais, tenham que se dopar, vai fazer com que entendam que tenham que se dopar para conseguirem competir. É isto que a gente não pode deixar acontecer: que os atletas que tentam trabalhar sem a utilização dessas substâncias proibidas e sem fraudar o espírito esportivo sejam de alguma forma encorajados a mudarem a sua postura e usarem substâncias. É isso que a gente tem que impedir.

Então, é esse o trabalho diário do nosso tribunal, é esse o trabalho diário da ABCD. Nós ficamos muito, muito felizes e satisfeitos em saber que esta Casa está em parceria conosco nessas medidas, nessa missão. Acho que, mais do que tudo, é uma missão que nós acabamos tendo.

Então, agradeço pela possibilidade de estar aqui presente, agradeço o Senador Romário pelo convite para participar desta Comissão. Peço desculpas por ter de me retirar, mas foi um compromisso que eu não consegui alterar. Agradeço a disponibilidade de podermos tratar desse tema e pelas portas que nos estão sendo abertas.

Muito obrigada a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito obrigado, Dra. Tatiana, pela sua participação.

A gente acredita e espera que, no Brasil, possam haver pessoas com a sua determinação e com a sua coragem para que, definitivamente, a gente possa exterminar o *doping* do nosso esporte, porque realmente é uma questão de saúde pública e também de segurança pública. Eu acredito, depois do que ouvi aqui, principalmente do Presidente Maurício e do representante da Federação Internacional, o Alexandre, que a Polícia Federal, assim como falou o Senador Flávio Arns, tem que participar disso, tem que ser sabedora...

Por exemplo, nós já sabemos que o próximo evento que será conduzido pela empresa do Sr. Karamelo – com "K" –, que é um evento em que todo mundo usa 100% o *doping*... A Polícia Federal tem que ir lá e fechar esse evento. Assim, simples. Isso não pode acontecer.

E, assim como esse, outros. Aquela academia em que os professores usam *doping*, usam drogas e as receitam para os seus alunos... A Polícia Federal, a Estadual, a Civil ou a Militar tem que ir lá e fechar essa academia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse é o meu o meu entendimento... (*Palmas.*)

Depois de hoje aqui, a gente não pode mais aceitar esse problema, que é um problema de saúde e, como o próprio Alexandre Dias falou, é um problema que mata, e há pessoas morrendo.

De minha parte aqui, já posso encerrar. Há alguém que gostaria de fazer algum comentário? Algum dos alunos quer fazer algum tipo de pergunta ou algum comentário? Fiquem à vontade...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Obrigado, Doutora.

Caio, por favor.

O SR. CAIO EMANUEL BEZERRA ALVES – Eu tenho uma pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Pode sentar, Caio – nosso Senador mirim hoje!

O SR. CAIO EMANUEL BEZERRA ALVES – Eu tenho uma pergunta que é a seguinte.

(*Intervenções fora do microfone.*) (*Risos.*)

O SR. CAIO EMANUEL BEZERRA ALVES – A minha pergunta é a seguinte. Eu queria saber se há uma forma existencial de legalizar o *doping*, não para campeonatos, porque essa que está totalmente errada...

Eu queria pensar assim, de forma mais livre, se nós poderíamos usar para corridas, para nos fortificar, mas não para nos matar, ficar se machucando, basicamente, com anabolizantes, essas coisas.

Era isso. Essa é a minha pergunta.

O SR. ALEXANDRE DIAS BORTOLATO – Eu vou começar a resposta, mas acredito que a pessoa mais indicada da Mesa para responder é o Prof. Maurício, que está aqui do meu lado.

O ideal...

Qual é seu nome?

(*Intervenção fora do microfone.*)

Caio, obrigado pela sua pergunta e obrigado pela sua participação.

O ideal é você não utilizar nada. Aqui você tem dois representantes da geração que eu cresci vendo, do voleibol feminino e do futebol, que disseram aqui: "Nós nunca precisamos de nada, era na raça mesmo. O máximo que a gente tomava era um suplemento alimentar" – e isso não é *doping*, isso também não é anabolizante. Disseram: "O máximo que a gente fazia era complementar a nossa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

alimentação, porque a gente vencia pelo talento" – e essa é uma geração talentosíssima – "vencia pelo talento e pela dedicação."

O que eu aconselho? É você falar assim: "Eu vou tirar da minha cabeça qualquer possibilidade que eu possa ter de querer me dopar um dia na minha vida. Eu prefiro ganhar pelo meu talento e pela minha dedicação." Se você for por esse caminho, você vai por um caminho brilhante, não é Professor?

O SR. MAURÍCIO DE ARRUDA CAMPOS – Há até uma frase que escrevi outro dia numa rede social, que eu vi e que eu achei muito interessante. A pessoa falou assim: "Cuide bem do seu corpo. Você vive nele." É simples assim. Você vive nele e, se você não cuidar dele, ninguém vai cuidar, entendeu? Então, o esporte tem que ser feito para cuidar do seu corpo, e não para aparentar alguma coisa ou para ganhar alguma performance e perder saúde, certo?

Então, pensem sempre nesta frase: "Cuide bem do seu corpo. Você vive nele."

O SR. CAIO EMANUEL BEZERRA ALVES – Lembro uma frase que a minha mãe falava alguns anos atrás, quando eu era pequeno. Ela dizia que era para se alimentar bem, não usar essas coisas. Naquela época nós não comentávamos muito de anabolizantes porque a inteligência foi vindo com a tecnologia, nós nos informamos muito mais com a tecnologia.

Minha mãe falava também que o nosso corpo é um templo, que nós teríamos que cuidar desse tempo para deixá-lo de forma agradável, cuidar da nossa saúde é um tempo. Isso é que seria a representação do nosso corpo.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Por favor, Senador Capitão Styvenson.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Creio que entendi a pergunta de Caio. Acho que ele quis saber se não existe a possibilidade de ele usar substâncias que podem fazê-lo ficar mais forte.

Existem os casos em que o médico recomenda. Se você realmente passar por um problema de saúde, raquitismo ou alguma doença que agrave o seu crescimento, aí sim, com orientação médica – claro, precisa –, isso seria feito, mas não para ganho estético, não para ficar bonito, forte, auto, veloz. Isso aí, não.

Agora, um trabalho de escola para vocês. Um trabalho de pesquisa é saber quantas pessoas famosas no nosso País usaram anabolizantes e se arrependeram. Pesquise na internet, já que você falou em tecnologia. Coloque lá: "Quantos famosos se arrependeram de usar anabolizantes?" Você vai encontrar um monte de cantores, vai encontrar um monte de gente que diz: "Eu não usaria, não faria mais isso por questão estética." – não foi para competição.

Eu, quando dividi a questão do *doping* e do anabolizante...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E outra pesquisa que vocês devem fazer também, crianças, é para saber como essas porcarias são feitas: em laboratórios dentro de casa, com produtos comprados no Paraguai – é caso de Polícia, viu, Romário? –, porque o sal da testosterona é vendido aos quilos – o cara não vai buscar não, eles mandam deixar; custa R$1 mil o quilo, se eu não me engano.

Em uma pesquisa feita rapidamente no celular, a gente vê que pode comprar pela internet. Se eu quiser botar um laboratório de anabolizantes, eu boto em casa, porque eu compro todos os produtos pela internet, e eles me ensinam a fazer ainda, me dão uma aula de Química, sobre como é feito! Você acha que uma substância dessa vai fazer bem para a sua saúde, ainda mais sendo clandestina?

O SR. CAIO EMANUEL BEZERRA ALVES – O que é padrão do corpo... Eu não me envolvo com coisas químicas.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Pois é, não se envolva. As químicas naturais...

Então, só para completar a fala aqui do amigo: uma estudante de Direito de 24 anos do Ceará morreu, teve uma parada cardíaca. Ficou em coma duas semanas por causa do uso de anabolizantes, no ano de 2015 se eu não me engano. Há alguns casos que foram citados. E sabe por quê? Porque queria ficar bonito, queria ficar alto, forte, musculoso, Schwarzenegger.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Caio, continue bonito e saudável naturalmente. Esse é o papo! (*Palmas.*)

Todos os que desejarem participar deste evento poderão fazê-lo através do portal e-Cidadania, no *site* www.senado.leg.br/ecidadania, ou através do telefone 0800-612211.

Tivemos a participação do Leonardo Samary, do Espírito Santo: "A discussão sobre hormônios para fins estéticos não pode ser unilateral, romântica, nem passional, mas criteriosa, científica e prática. Hoje o Brasil possui um grupo de profissionais de saúde altamente competentes para discutir o tema e o uso para fins terapêuticos e estéticos."

Muito obrigado, Leonardo, por sua participação nesta audiência pública.

Não há ninguém mais para falar? Nenhum aluno...

O SR. ALEXANDRE DIAS BORTOLATO – Só vou concluir a minha participação, Senador, dizendo o seguinte.

Senador Arns, nós vamos enviar para todos vocês todo o material que nós temos a respeito do caso do fisiculturismo. Vocês vão recebê-lo através dos *e-mails* de vocês, nós vamos protocolizá-lo junto ao gabinete de vocês. Esta Casa vai ter acesso a todos os documentos.

Peço um segundo para dizer o seguinte. Essa proliferação de entidades piratas é acobertada por uma garantia fundamental, que é a garantia da livre associação. Todo mundo pode se associar livremente a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

qualquer entidade. A diferença entre o joio e o trigo está na criminalização, está nesse movimento, e nas medidas que nós já podemos tomar contrárias à utilização do *doping*.

O SR. MAURÍCIO DE ARRUDA CAMPOS – Só para finalizar, Senadores: se vocês puderem cumprir com o que vocês sugeriram – principalmente o senhor, da Polícia Federal, da Prefeitura, da vigilância sanitária, todas as entidades que foram citadas de São Paulo – com relação a esse evento que está para acontecer, seria de grande valia. Então, eu gostaria de pedir a atuação mesmo nesse sentido, por favor.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Só lembrando – a Secretaria está aí – que foi feito e sugerido. Isso a gente vai fazer...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Isso tem que ser feito através de um requerimento de informação e, na próxima reunião, a gente vai deliberar para ser votado.

Com relação a mim, Presidente, pode ter certeza de que, a partir de hoje, a gente vai fazer um levantamento – preciso da ajuda dos senhores – para que todos os eventos no País em que o *doping* participará diretamente, a droga... A gente vai fazer um comunicado às polícias locais e principalmente Polícia Federal no intuito de deixar acontecer o evento.

Agradeço a presença aqui do...

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Senador Romário, só uma sugestão. Se for possível regimentalmente – eu também não sei –, em vez de termos um requerimento de informação, apresentaríamos uma denúncia.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Senador, eu me coloquei... Na verdade, o requerimento de informação é sobre essas informações que a gente vai pedir que eles nos passem para futuramente formatarmos um projeto foto de lei.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Isso.

Agora, em relação aos outros fatos... Quer dizer, recebemos uma denúncia... Às vezes as pessoas falam comigo, e eu digo: "Olhe, você está apresentando uma denúncia. Eu sou agente público." Daqui a um ano acontece alguma coisa e ele vai à Polícia e diz: "Há um ano eu falei para o Senador Flávio e o que ele fez?" Recebeu a denúncia? Manda para o Ministro da Justiça, para a Polícia Federal, para todos os órgãos mencionados.

Eu gostaria que isso acontecesse pela Comissão, porque a Comissão recebeu. A gente poderia fazer isso individualmente, mas eu acho que institucionalmente fica melhor como comissão: "Recebemos essa denúncia na Comissão. Estamos passando para os órgãos competentes."

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, Senador!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado ao Sr. André Siqueira, ao Sr. Alexandre Dias Bortolato, ao Sr. Maurício de Arruda e à Dra. Tatiana pela presença. Com certeza, a partir de hoje, a gente está muito mais informado sobre o que realmente acontece em relação ao *doping*, não só no fisiculturismo, mas no esporte de maneira geral.

Muito obrigado a todos os Senadores e Senadoras que participaram, agradeço a presença de todos aqui neste Plenário.

Queria aproveitar e convidar a garotada para vir aqui bater uma foto com os convidados e com os Senadores.

Um abraço e muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

Convoco para o dia 10 de abril, quarta-feira, às 9h, reunião extraordinária desta Comissão destinada à deliberação de proposições e, ainda, à definição da política pública desenvolvida no âmbito do Poder Executivo a ser avaliada por esta Comissão em 2019.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Antes de encerrar, eu gostaria de agradecer, mais uma vez, a Marcia de Sousa e Lira Matos pela participação com a linguagem de Libras aqui para todos nós. Muito obrigado.

(*Iniciada às 9 horas e 16 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 33 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 9ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE ABRIL DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às nove horas e vinte e dois minutos do dia dez de abril de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob as Presidências dos Senadores Romário e Styvenson Valentim, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Jayme Campos, Leila Barros, Mara Gabrilli, Nelsinho Trad, Maria do Carmo Alves, Rogério Carvalho, Eduardo Gomes, Otto Alencar, Zenaide Maia, Marcelo Castro, Juíza Selma, Eliziane Gama, Luiz do Carmo, Paulo Paim, Jorge Kajuru, Soraya Thronicke, Lucas Barreto, Paulo Rocha, Chico Rodrigues, Eduardo Girão, Fabiano Contarato, Mailza Gomes, Marcos do Val, Telmário Mota, Izalci Lucas, Renilde Bulhões, Esperidião Amin e Arolde de Oliveira. Deixam de comparecer os Senadores Humberto Costa, Weverton, Flávio Arns, Renan Calheiros, Luis Carlos Heinze e Irajá. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Antes de dar prosseguimento à apreciação da pauta, a presidência procedeu à leitura de comunicados. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em duas partes: **1ª Parte - Definição de Política Pública a ser avaliada**. **ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais nº 33, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 96-B, do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Assuntos Sociais avalie o Programa Nacional de Imunizações (PNI), no exercício de 2019." **Autoria:** Senador Romário. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais nº 34, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 96-B, do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Assuntos Sociais avalie o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), no exercício de 2019." **Autoria:** Senador Romário. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais nº 35, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 96-B, do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Assuntos Sociais avalie o Programa Seguro-Desemprego, no exercício de 2019." **Autoria:** Senador Romário. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais nº 36, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Assuntos Sociais avalie a Política de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde (SUS), no exercício de 2019." **Autoria:** Senadora Mara Gabrilli. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais nº 39, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Assuntos Sociais avalie a Política de Atenção Ambulatorial Especializada do Sistema Único de Saúde, no exercício de 2018." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais nº 40, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Assuntos Sociais avalie a política de reconhecimento das pessoas com deficiência para fins de gozo de direitos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

previstos em lei, no exercício de 2019." **Autoria:** Senadora Soraya Thronicke. **Resultado:** Adiado. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei nº 585, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera o inciso XIV do art. 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para incluir o diabetes melito entre os agravos à saúde a cujos portadores é concedida a isenção do imposto de renda sobre os proventos de aposentadoria ou reforma." **Autoria:** Senador Alvaro Dias. **Relatoria:** Senador Romário. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto. **Observação:** Matéria a ser apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa. **ITEM 2 - Projeto de Lei do Senado nº 151, de 2017 - Terminativo -** que: "Altera os arts. 392, 392-A e 473, III da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para estabelecer o compartilhamento da licença maternidade e da licença adotante." **Autoria:** Senadora Rose de Freitas. **Relatoria:** Senadora Soraya Thronicke. **Relatório:** Pela consulta à Comissão de Assuntos Econômicos sobre os impactos econômicos, financeiros e orçamentários do Projeto (art. 99, I, RISF). **Resultado:** Concedida vista ao Senador Fabiano Contarato, nos termos regimentais. **ITEM 3 - Projeto de Lei do Senado nº 235, de 2018 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, para incluir nos programas públicos de assistência farmacêutica modalidade de subsídio para possibilitar que todo aposentado ou pensionista adquira os medicamentos a ele prescritos com o desconto que especifica." **Autoria:** Senador Paulo Paim. **Relatoria:** Senadora Mailza Gomes. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1-CAS. **Observação:** Durante a discussão da matéria, a Relatora acata a Emenda nº 1, de autoria do Senador Fabiano Contarato. **ITEM 4 - Projeto de Lei do Senado nº 357, de 2015 - Terminativo -** que: "Altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e a Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, para disciplinar a comercialização de alimentos nas escolas de educação básica e a elaboração de cardápios do programa de alimentação escolar, e promover ações para a alimentação e nutrição adequadas de crianças e adolescentes." **Autoria:** Senador Paulo Paim. **Relatoria:** Senador Chico Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Projeto de Lei do Senado nº 328, de 2015 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre a regulamentação da profissão de educadora e educador social e dá outras providências." **Autoria:** Senador Telmário Mota. **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e das Emendas nº 1-CCJ-CE, 2-CE e 3-CE, e pela rejeição da Subemenda nº 1 à Emenda nº 2-CE. **Resultado:** Aprovado o Projeto, as Emendas nº 1-CCJ-CE-CAS, 2-CE-CAS, 3-CE-CAS e a Subemenda nº 1-CAS à Emenda nº 2-CE-CAS. **Observação:** Durante a discussão da matéria, o Relator altera o voto para aprovar também a Subemenda nº 1. **ITEM 6 - Projeto de Lei do Senado nº 184, de 2018 - Terminativo -** que: "Especifica as atribuições de Agente Indígena de Saúde e Agente Indígena de Saneamento dentre os quadros de Agente Comunitário de Saúde previstos na Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006." **Autoria:** Senador

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Telmário Mota. **Relatoria:** Senador Zequinha Marinho. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - Projeto de Lei do Senado n° 359, de 2015 - Terminativo -** que: "Altera os incisos V, VI e VII do art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para reduzir o prazo de carência para utilização da conta vinculada do FGTS para fins de aquisição de moradia própria e amortização e pagamento de prestações de financiamentos habitacionais." **Autoria:** Senador Paulo Paim. **Relatoria:** Senador Jayme Campos. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e pela rejeição da Emenda nº 1-CAE. **Resultado:** Aprovado o Projeto e rejeitada a Emenda nº 1-CAE. **ITEM 8 - Projeto de Lei do Senado n° 40, de 2016 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, que institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec); altera as Leis nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial e institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social e institui Plano de Custeio, nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, e nº 11.129, de 30 de junho de 2005, que institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem); e dá outras providências, para estimular a capacitação de agentes de educação sanitária para o setor agropecuário." **Autoria:** Senador Dário Berger. **Relatoria:** Senador Chico Rodrigues. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido do Relator para reexame. **ITEM 9 - Projeto de Lei da Câmara n° 143, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.732, de 22 de novembro de 2012, para que os exames relacionados ao diagnóstico de neoplasia maligna sejam realizados no prazo de 30 (trinta) dias, no caso em que especifica." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Nelsinho Trad. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto. **Observação:** Aprovado o Requerimento nº 42, de 2019-CAS, de autoria do Senador Romário, de urgência para a matéria. **ITEM 10 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 26, de 2019** que: "Nos termos do inciso II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo de instruir a apreciação do PL 616, de 2019. Para tanto, e sem prejuízo de outras indicações, sugiro sejam convidados: Representante do Ministério do Meio Ambiente (MMA); Representante da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA)." **Autoria:** Senadora Zenaide Maia. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 11 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 29, de 2019** que: "Nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, e em aditamento ao REQ nº 26, de 2019, solicitamos que sejam incluídos como participantes da referida audiência os seguintes convidados: a) Sérgio Luiz Lira Palma, Presidente da Sociedade Brasileira de Dermatologia; b) Leonlene de Sousa Aguiar, Diretor-Geral do IDEMA - Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte, ou alguém por ele indicado; c) João Carlos Basílio, Presidente Executivo da ABIHPEC – Associação Brasileira da indústria de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos." **Autoria:** Senadora Zenaide Maia. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 12 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 30, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater as garantias e o princípio de não retrocesso dos direitos sociais da seguridade social sob o modelo de capitalização proposto pela reforma da previdência." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho. **Resultado:** Adiado. **ITEM 13 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 31, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre o "Enquadramento Funcional dos Trabalhadores nos Conselhos de Fiscalização das Atividades Profissionais"." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho. **Resultado:** Adiado. **ITEM 14 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 32, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RQS 5/2019, seja incluído o seguinte convidado: Representante da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil – APIB." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho. **Resultado:** Adiado. **ITEM 15 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 37, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 93, II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública Conjunta nesta Comissão de Assuntos Sociais - CAS juntamente com a Comissão de Assuntos Econômicos – CAE, a fim de debater o Projeto de Lei da Câmara nº 37, de 2013, que altera as Leis nºs 11.343, de 23 de agosto de 2006, 7.560, de 19 de dezembro de 1986, 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, 8.981, de 20 de janeiro de 1995, 8.315, de 23 de dezembro de 1991, 8.706, de 14 de setembro de 1993, 8.069, de 13 de julho de 1990, 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e 9.503, de 23 de setembro de 1997, os Decretos-Lei nºs 4.048, de 22 de janeiro de 1942, 8.621, de 10 de janeiro de 1946, e 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas e as condições de atenção aos usuários ou dependentes de drogas e para tratar do financiamento das políticas sobre drogas." **Autoria:** Senador Romário. **Resultado:** Retirado pelo Autor. **ITEM 16 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 38, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o Financiamento da Saúde." **Autoria:** Senador Jorge Kajuru. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 17 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 41, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 113 do Regimento Interno do Senado Federal, a apreciação conjunta pelas Comissões de Assuntos Econômicos e de Assuntos Sociais do PLC 37/2013, que "altera as Leis nºs 11.343, de 23 de agosto de 2006, 7.560, de 19 de dezembro de 1986, 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, 8.981, de 20 de janeiro de 1995, 8.315, de 23 de dezembro de 1991, 8.706, de 14 de setembro de 1993, 8.069, de 13 de julho de 1990, 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e 9.503, de 23 de setembro de 1997, os Decretos-Lei nºs 4.048, de 22 de janeiro de 1942, 8.621, de 10 de janeiro de 1946, e 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas e as condições de atenção aos usuários ou dependentes de drogas e para tratar do financiamento das políticas sobre drogas"." **Autoria:** Senador Romário. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 18 - Requerimento da Comissão de Assuntos**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sociais n° 42, de 2019 que: "Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, a apresentação de Requerimento de urgência, perante o Plenário do Senado Federal, para o Projeto de Lei da Câmara nº 143, de 2018." **Autoria:** Senador Romário. **Resultado:** Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e cinquenta e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Romário

Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/04/10

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 9ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Comunico às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores o recebimento dos seguintes expedientes: Memorando nº 32, de 2019, da Presidência do Senado Federal, o qual encaminha o Ofício nº 48, de 2019, da Câmara Municipal de Jundiaí, contendo moção de repúdio ao Projeto de Lei do Senado nº 545, de 2018, que dispõe sobre dispensação da prescrição de receita para medicamentos à base de substâncias classificadas como antimicrobianos de uso sob prescrição, isolados ou em associação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Memorando nº 35, de 2019, da Presidência do Senado Federal, o qual encaminha correspondência do Sindicado dos Trabalhadores e Profissionais de Saúde Indígena, que solicita providência junto ao Ministério da Saúde, apuração de falta de repasse para pagamento das entidades privadas que prestam serviços por meio de convênios na área de saúde indígena. Em nota técnica solicitada pela Presidência desta Casa, a Consultoria de Orçamento do Senado informa que as alegações do sindicato são parcialmente procedentes.

Ofício nº 5, de 2019, do Centro Infantil Boldrini, o qual apresenta considerações sobre o uso do medicamento Leuginase no Brasil.

Os expedientes encontram-se à disposição na Secretaria desta Comissão e fica consignado o prazo de 15 dias para manifestação dos Senadores, a fim de que sejam analisados pelos Colegiados.

Informo às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores que o Senador Chico Rodrigues, Relator no PLS 40, de 2016, item 8, da segunda parte da reunião, solicitou a retirada do projeto de pauta.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 8

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 40, de 2016

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, que institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec); altera as Leis nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial e institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social e institui Plano de Custeio, nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, e nº 11.129, de 30 de junho de 2005, que institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem); e dá outras providências, para estimular a capacitação de agentes de educação sanitária para o setor agropecuário.

Autoria: Senador Dário Berger

Relatoria: Senador Chico Rodrigues

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações: *Matéria a ser apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Informo que a primeira parte desta presente reunião destina-se à definição de política pública desenvolvida no âmbito do Poder Executivo, a ser avaliada por esta Comissão em 2019, tendo em vista o disposto no art. 96-B, do Regimento Interno do Senado Federal; e a segunda parte destina-se à deliberação dos itens nºs 1 a 16.

No caso da primeira parte, como nós recebemos as notas técnicas somente ontem, vamos dar mais uma semana para que possamos entrar nesse assunto com mais calma e para que os Senadores possam entender e ler melhor as sugestões.

Antes da pauta da nossa reunião, eu faço um pequeno comunicado.

Na última reunião, decidimos, ao final de uma audiência pública sobre *doping* em fisiculturismo, que esta Comissão alertaria as principais autoridades nacionais, municipais e estaduais de São Paulo sobre alguns riscos à saúde de atletas, que poderiam ocorrer no campeonato e feira Arnold Classic Festival, evento de fisioculturismo na capital paulista, de amanhã até domingo.

Mais tarde, já no Rio de Janeiro, fui procurado por algum grupo de atletas e promotores se referindo ao evento. Eles sugeriram a realização de uma audiência pública, a fim de explicarem que não há qualquer risco nessa competição, que inclusive se realiza em vários países já há alguns anos. Ontem, recebi também outro grupo, no meu gabinete, aqui no Senado, outros promotores e dirigentes do mesmo evento, atletas, diretores de outras associações e ligas de fisioculturismo, também apoiando a proposta da nova audiência. Sendo assim, ficou definido de a gente marcar uma nova audiência em relação a esse tema, para finalmente decidirmos sobre o melhor encaminhamento junto às autoridades competentes.

Reitero que o problema do *doping* é grave em todo o nosso País, inclusive identificado em vários esportes, ao longo dos anos. E a gente está aqui sempre para brigar contra o que não é saudável e positivo para o esporte. E esse será o nosso papel. Pelo menos o meu, com certeza.

Senador Kajuru, com a palavra. Por favor, Senador.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Obrigado, Presidente Romário, e amigo raro desta Comissão de Assuntos Sociais.

Inicialmente, senhoras e senhores presentes... Agora, sim, temos lá o quórum de 11. Espero que estejam aqui presentes 11 Senadores, porque é importante informar à sociedade brasileira que alguns aqui hoje poderão faltar, porque daqui a pouco, às 10h da manhã, começa a reunião da CCJ e o primeiro item da pauta, Presidente Romário, é a discussão para a aprovação ou não da instalação da CPI da Toga. Consequentemente, muitos vão preferir estar lá.

Quero fazer um registro aqui, Presidente, da importância que tem esta Comissão presidida exatamente por um ser humano do seu tamanho, porque vieram aqui jovens, dezenas deles, de longe,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de Jaraguá do Sul, em Santa Catarina, e estão aqui, porque queriam ver de perto como é o trabalho de uma Comissão como esta, a CAS. Então, cumprimentamos esses jovens.

Há aqui também a presença... E aqui uma causa, Presidente, que todos nós, Senador Telmário, Senadora Zenaide... Eu sei da preocupação de ambos; e a preocupação de ambos, do ponto de vista humano, com a saúde. Aqui há a presença de mulheres que representam o Recomeçar, que nós vamos ter que discutir, Presidente, o mais rápido possível, porque essa doença, quanto mais avança, mais piora. Hoje ela não tem prazo. Então, é uma PL chamada PL 30 dias, em que essas mulheres com câncer de mama fazem aqui um diagnóstico do câncer em até 30 dias, pelo SUS.

O diagnóstico ágil aumenta as chances da cura do câncer. E, se aprovado, o PLC 143/2018 determinará que o período entre a suspeita do câncer e a sua confirmação em biópsia, no SUS, não ultrapasse 30 dias. O objetivo, então, é evitar que o tumor evolua durante a investigação e garantir ao paciente o direito à maior perspectiva de sucesso no enfrentamento dessa grave doença.

E concluo, Presidente, para pedir o entendimento dos nossos colegas aqui, das nossas colegas, para um requerimento que eu apresentei em nossa primeira reunião, Presidente Romário, para uma audiência pública cujo debate é o financiamento da saúde. E eu falava com a Senadora Zenaide agora mesmo, antes da reunião aqui começar. É a discussão que se propõe: como resolver, em nosso País, a questão do desequilíbrio? Na realidade, o desequilíbrio entre as obrigações de um sistema de saúde da complexidade do SUS e sua real capacidade...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Senador.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – ... de atender a tudo o que ele se propõe.

Enfim, Presidente, em resumo, o grande problema está em equilibrar despesas e receitas. E creio que cabe a nós, como empregados públicos responsáveis que somos, entrar nessa ferida do SUS o mais rápido possível.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, Senador Kajuru.

Vamos, então, aqui ao item 16.

ITEM 16

REQUERIMENTO Nº 38, de 2019

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o Financiamento da Saúde.

Autoria: Senador Jorge Kajuru.

Passo a palavra ao autor, Jorge Kajuru, para fazer a leitura do requerimento.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Aqui, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal, Presidente, e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública com o objetivo de debater o financiamento da saúde.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: Representante do Ministério da Saúde; Alberto Beltrame, Presidente do Conselho Nacional dos Secretários Estaduais de Saúde; Mauro Guimarães Junqueira, Presidente do Conselho Nacional dos Secretários Municipais de Saúde; José Garcia Neto, Diretor do Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Goiás, representando os hospitais universitários de todo o Brasil; Edson Rogatti, Presidente da Confederação das Santas Casas de Misericórdia do Brasil; e, por fim, Francisco Batista Júnior, Presidente do Conselho Nacional de Saúde.

O SUS é considerado um dos maiores e mais complexos sistemas de saúde pública do mundo. O seu equilíbrio deve ser buscado em função do que é o serviço de saúde do País, conforme descrito pelo próprio Ministério da Saúde, em relatório:

> A gestão das ações e dos serviços de saúde deve ser solidária e participativa entre os três entes da Federação: a União, os Estados e os Municípios. A rede que compõe o SUS é ampla e abrange tanto ações quanto os serviços de saúde. Engloba a atenção básica, média e alta complexidades, os serviços urgência e emergência, a atenção hospitalar, as ações e serviços das vigilâncias epidemiológica, sanitária e ambiental e assistência farmacêutica.

Este é o requerimento que apresento. E peço a compreensão desta Comissão, Presidente Romário de Souza.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, Senador Kajuru.

Os Senadores e as Senadoras que o aprovam...

Antes, a Senadora Zenaide...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Os Senadores e as Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A Senadora Zenaide com a palavra, por favor.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Pela ordem.) – Bom dia a todos e ao Senador Romário.

Falar sobre o SUS é importante. Eu queria chamar atenção aqui para que é o maior sistema de saúde que existe. Há anos se sabe que está subfinanciado. Tanto é, Presidente e Kajuru, que, em 2015, a PEC 001, de que a Deputada Carmen Zanotto foi Relatora, já exigia uma contrapartida maior do Governo Federal para o SUS, porque os Municípios já têm obrigação de 15%, o Estado de 12%, e o Governo Federal no máximo de 6%. Então, já havia essa conclusão. Essa PEC 001 foi aprovada em 2016 por unanimidade, em primeiro turno, mas depois não voltou mais à pauta, e o que voltou foi a Emenda 95, congelando os recursos da saúde, educação e segurança pública por 20 anos.

Eu queria dizer aqui da importância do SUS, Senador Contarato, porque é muito frequente você ter o plano de saúde... Eu ouvia como médica. "Ah! Eu não preciso do SUS". Todos os brasileiros usam o SUS, gente. Quando você pede um Samu, quando você vacina seu filho, porque a gente tem o cartão de vacina mais completo do mundo, gratuitamente. Aqui se vacina, sobra para as crianças, quando se vacina corretamente. Tem uma importância tão grande! A vacina é gratuita e mesmo assim o Governo tem que fazer propaganda para pedir aos pais que vão vacinar.

Mas eu queria dizer o seguinte, o mais importante que a população tem que saber é que eu tenho o meu plano de saúde. O que eu pago com minha saúde, eu deduzo do Imposto de Renda. E esse Imposto de Renda ia para onde, gente? Para o SUS. A maior ironia disso é que quem tem plano de saúde... O povo, a população em geral financia uma saúde de qualidade para uma minoria.

Então, parabéns, Kajuru. A gente tem que ver aqui... O plano da gente, desta Comissão, o projeto da gente não é reduzir recursos, a gente tem é que ampliar. Esse é um direito. A saúde é um direito de todos e um dever do Estado. Então, a gente tem, nesta Comissão, que correr atrás de mais.

Dos Municípios, há uns que chegam a gastar 30% do seu orçamento. Está faltando a contrapartida do Estado, do Governo Federal.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, Senadora Zenaide.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam o relatório queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Passo a Presidência ao Senador Styvenson, para que eu possa relatar o item a seguir. Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Item 1.

2ª PARTE

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 585, de 2019

- Não terminativo -

Altera o inciso XIV do art. 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para incluir o diabetes melito entre os agravos à saúde a cujos portadores é concedida a isenção do imposto de renda sobre os proventos de aposentadoria ou reforma.

Autoria: Senador Alvaro Dias

Relatoria: Senador Romário

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

Matéria a ser apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

Concedo a palavra ao Senador Romário para proferir o relatório.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ. Para proferir relatório.) – Muito obrigado, Presidente.

Vou direto à análise.

O PL nº 585, de 2019, dispõe sobre defesa da saúde e direito tributário, inserindo-se na competência da União (art. 23, inciso II; e 24, incisos I e XII, da Constituição Federal). Cabe ao Congresso Nacional legislar sobre a matéria (art. 48 da Constituição Federal), que não está incluída no rol de matérias de iniciativa privativa do Executivo (art. 61, *caput* e §1º).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Compete à CAS manifestar-se sobre a proteção e a defesa da saúde, nos termos do art. 100, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal.

Nesse sentido, é preciso reconhecer as dificuldades que enfrentam os diabéticos no Brasil, haja vista as deficiências do SUS, que deveria garantir a assistência à saúde de forma universal e integral à população brasileira.

O SUS falha na prevenção do diabetes ao não promover de forma eficiente a alimentação adequada e hábitos de vida saudável. Falha também quando a doença se instala, haja vista a frequente falta dos medicamentos indispensáveis à manutenção da saúde do paciente diabético. Falha, por fim, por falta de acesso à atenção especializada quando sobrevêm as complicações.

O diabético precisa manter sua glicemia dentro da faixa desejada, sob pena de, persistindo níveis altos de açúcar no sangue, sobrevirem complicações como doença renal, cegueira, amputações, infartos e outras condições cardíacas. Por isso, faz uso contínuo de hipoglicemiantes orais ou insulina, que deveriam ser fornecidos pelo Estado. Mas nem sempre essa é a realidade.

A principal causa de morte em diabéticos é a doença cardiovascular. Os diabéticos apresentam incidência duas a três vezes maior de doença cardiovascular que a população em geral. Aproximadamente 65% a 70% dos diabéticos terão a doença cardiovascular como causa da morte.

A doença renal diabética ocorre em 20% a 40% dos diabéticos e é a principal causa de insuficiência renal terminal. A retinopatia diabética é a principal causa de cegueira na população entre 20 e 74 anos. A neuropatia diabética ocorre em 20% a 30% dos pacientes diabéticos. O diabetes também é de longe a principal causa de amputação de membros em nosso País. Estudo publicado no volume 34 do Caderno de Saúde Pública informa que, de 2013 a 2018, no Brasil como um todo, 102.056 amputações foram feitas no SUS, das quais 70% em pacientes diabéticos.

Sem acesso aos serviços de saúde que o Estado tem o dever de oferecer, os diabéticos têm que recorrer a seus próprios recursos para custear o controle da glicemia e o tratamento das complicações, além de, muitas vezes, sofrerem a redução da sua capacidade laboral em função da doença.

Portanto, restringindo-nos aos aspectos de competência desta Comissão, e deixando para a CAE a análise econômica e orçamentária do impacto da renúncia fiscal e outras questões de cunho econômico, vemos como meritória a iniciativa contida no PL nº 585, de 2019, como medida de promoção de saúde e aumento da qualidade de vida dos diabéticos no Brasil.

O voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 585, de 2019, ao qual peço o entendimento e o voto positivo de todas as senhoras e os senhores.

Era isso, Senador Presidente Styvenson.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.067287/2019-48

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXIV SUP. A AO Nº 59, SEXTA-FEIRA, 3 DE MAIO DE 2019

ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

BRASÍLIA - DF

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)

Presidente

Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)

1º Vice-Presidente

Senador Lasier Martins (PODE/RS)

2º Vice-Presidente

Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)

1º Secretário

Senador Eduardo Gomes (MDB-TO)

2º Secretário

Senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ)

3º Secretário

Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS)

4ª Secretário

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º - Senador Marcos do Val (PPS-ES)

2º - Senador Weverton (PDT-MA)

3º - Senador Jaques Wagner (PT-BA)

4º - Senadora Leila Barros (PSB-DF)

DIÁRIO SENADO FEDERAL
EXPEDIENTE

Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Ilana Trombka
Diretora-Geral do Senado Federal

Roberta Lys de Moura Rochael
Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Quésia de Farias Cunha
Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Patrícia Gomes de Carvalho Carneiro
Coordenadora de Elaboração de Diários

Alessandro Pereira de Albuquerque
Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen

Deraldo Ruas Guimarães
Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

1.1 – COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

Ata da 1ª Reunião, extraordinária, realizada em 13 de fevereiro de 2019. 6

Ata da 2ª Reunião, ordinária, realizada em 19 de fevereiro de 2019. 10

Ata da 3ª Reunião, ordinária, realizada em 26 de fevereiro de 2019. 53

Ata da 4ª Reunião, ordinária, realizada em 12 de março de 2019. 162

Ata da 5ª Reunião, ordinária, realizada em 19 de março de 2019. 219

Ata da 6ª Reunião, ordinária, realizada em 26 de março de 2019. 221

Ata da 7ª Reunião, extraordinária, realizada em 27 de março de 2019. 271

Ata da 8ª Reunião, ordinária, realizada em 2 de abril de 2019. 391

1.2 – COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

Ata da 1ª Reunião, extraordinária, realizada em 14 de fevereiro de 2019. 456

Ata da 2ª Reunião, extraordinária, realizada em 20 de fevereiro de 2019. 475

Ata da 3ª Reunião, extraordinária, realizada em 27 de fevereiro de 2019. 524

Ata da 4ª Reunião, extraordinária, realizada em 13 de março de 2019. 544

Ata da 5ª Reunião, extraordinária, realizada em 20 de março de 2019. 567

Ata da 6ª Reunião, extraordinária, realizada em 26 de março de 2019. 613

Ata da 7ª Reunião, extraordinária, realizada em 27 de março de 2019. 615

Ata da 8ª Reunião, extraordinária, realizada em 3 de abril de 2019. 617

Ata da 9ª Reunião, extraordinária, realizada em 10 de abril de 2019. 682

1.3 – COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.067287/2019-48

Ata da 6ª Reunião, ordinária, realizada em 20 de março de 2019. 723

Ata da 7ª Reunião, ordinária, realizada em 27 de março de 2019. 788

Ata da 8ª Reunião, ordinária, realizada em 3 de abril de 2019. 898

Ata da 9ª Reunião, ordinária, realizada em 10 de abril de 2019. 977

Ata da 10ª Reunião, extraordinária, realizada em 16 de abril de 2019. 1039

1.4 – COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

Ata da 3ª Reunião, extraordinária, realizada em 26 de fevereiro de 2019. 1078

Ata da 4ª Reunião, extraordinária, realizada em 12 de março de 2019. 1138

Ata da 5ª Reunião, extraordinária, realizada em 19 de março de 2019. 1166

Ata da 6ª Reunião, extraordinária, realizada em 26 de março de 2019. 1219

1.5 – COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR

Ata da 4ª Reunião, ordinária, realizada em 12 de março de 2019. 1244

Ata da 5ª Reunião, ordinária, realizada em 19 de março de 2019. 1250

Ata da 6ª Reunião, extraordinária, realizada em 20 de março de 2019. 1259

Ata da 7ª Reunião, extraordinária, realizada em 21 de março de 2019. 1260

Ata da 8ª Reunião, extraordinária, realizada em 26 de março de 2019. 1455

Ata da 9ª Reunião, ordinária, realizada em 2 de abril de 2019. 1512

Ata da 10ª Reunião, ordinária, realizada em 9 de abril de 2019. 1520

Ata da 11ª Reunião, extraordinária, realizada em 11 de abril de 2019. 1528

Ata da 12ª Reunião, ordinária, realizada em 16 de abril de 2019. 1530

1.6 – COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

Ata da 5ª Reunião, ordinária, realizada em 14 de março de 2019. 1532

Ata da 6ª Reunião, ordinária, realizada em 21 de março de 2019. 1559

Ata da 7ª Reunião, conjunta, realizada em 28 de março de 2019 (em conjunto com a 5ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática). 1592

Ata da 8ª Reunião, extraordinária, realizada em 28 de março de 2019. 1640

Ata da 9ª Reunião, ordinária, realizada em 4 de abril de 2019. 1644

Ata da 10ª Reunião, extraordinária, realizada em 4 de abril de 2019. 1700

Ata da 11ª Reunião, ordinária, realizada em 11 de abril de 2019. 1708

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Ata da 12ª Reunião, extraordinária, realizada em 17 de abril de 2019. 1746

1.7 – COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

Ata da 5ª Reunião, extraordinária, realizada em 26 de março de 2019. 1779

Ata da 6ª Reunião, extraordinária, realizada em 2 de abril de 2019. 1828

Ata da 7ª Reunião, extraordinária, realizada em 9 de abril de 2019. 1875

1.8 – COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO

Ata da 6ª Reunião, extraordinária, realizada em 27 de março de 2019. 1893

Ata da 7ª Reunião, extraordinária, realizada em 3 de abril de 2019. 1938

Ata da 8ª Reunião, extraordinária, realizada em 10 de abril de 2019. 1965

Ata da 9ª Reunião, extraordinária, realizada em 10 de abril de 2019. 2022

Ata da 10ª Reunião, extraordinária, realizada em 17 de abril de 2019. 2025

1.9 – COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

Ata da 5ª Reunião, extraordinária, realizada em 27 de março de 2019. 2041

Ata da 6ª Reunião, extraordinária, realizada em 10 de abril de 2019. 2058

1.10 – COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

Ata da 3ª Reunião, extraordinária, realizada em 13 de março de 2019. 2104

Ata da 4ª Reunião, extraordinária, realizada em 27 de março de 2019. 2123

Ata da 5ª Reunião, conjunta, realizada em 28 de março de 2019 (em conjunto com a 7ª Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional). **(Vide item 1.6)**

Ata da 7ª Reunião, extraordinária, realizada em 10 de abril de 2019. 2154

1.11 – COMISSÃO SENADO DO FUTURO

Ata da 2ª Reunião, realizada em 20 de março de 2019. 2175

1.12 – COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE

Ata da 3ª Reunião, extraordinária, realizada em 14 de março de 2019. 2187

Ata da 4ª Reunião, ordinária, realizada em 20 de março de 2019. 2251

Ata da 5ª Reunião, extraordinária, realizada em 27 de março de 2019. 2255

Ata da 6ª Reunião, extraordinária, realizada em 28 de março de 2019. 2298

Ata da 7ª Reunião, extraordinária, realizada em 4 de abril de 2019. 2310

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 1ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE FEVEREIRO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às quinze horas e trinta e oito minutos do dia treze de fevereiro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob as Presidências dos Senadores Omar Aziz e Otto Alencar, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Rodrigo Pacheco, Eduardo Braga, Jean Paul Prates, Marcos Rogério, Plínio Valério, Veneziano Vital do Rêgo, Mecias de Jesus, Fernando Bezerra Coelho, Tasso Jereissati, Irajá, Alessandro Vieira, Luiz do Carmo, Leila Barros, Lasier Martins, Angelo Coronel, Paulo Paim, Lucas Barreto, Arolde de Oliveira, Dário Berger, Telmário Mota, Jorginho Mello, Izalci Lucas, Nelsinho Trad e Paulo Rocha. Deixam de comparecer os Senadores Fernando Collor, Rogério Carvalho, José Serra, Rose de Freitas, Styvenson Valentim, Jorge Kajuru, Kátia Abreu, Randolfe Rodrigues, Confúcio Moura, Ciro Nogueira, Daniella Ribeiro e Wellington Fagundes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Instalação e Eleição**. **Finalidade:** Instalação dos trabalhos e eleição do Presidente e Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos para o biênio 2019/2020. O Presidente Otto Alencar sugere que a votação seja por aclamação. Fizeram uso da palavra os senadores Eduardo Braga, Tasso Jereissati e Marcos Rogério. **Resultado:** Realizada a votação, foram eleitos Presidente e Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, respectivamente, os Senadores Omar Aziz e Plínio Valério. O senador Omar Aziz assume a presidência da sessão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e quarenta e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Otto Alencar

Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Econômicos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Havendo número regimental para abertura da 1ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, quero convocar os Senadores para que eles possam vir à Comissão para atingirmos o número regimental – esta Comissão tem 27 membros titulares, 27 membros suplentes – para abertura de votação. Para eleição da Presidência e Vice-Presidência desta Comissão, são necessários 14 Senadores. Nós completamos o número exatamente agora – 15, com o Veneziano, que teve dificuldade aqui e não estava ainda no painel eletrônico da Comissão.

Então, declaro aberta.

A finalidade é a instalação dos trabalhos e eleição do Presidente e Vice-Presidente desta Comissão de Assuntos Econômicos.

Até agora só foi apresentada uma chapa concorrente, a chapa liderada pelo nobre Senador Omar Aziz, do Maranhão; e, para Vice-Presidente, o Senador Plínio Valério... Presidente, Omar Aziz, do Amazonas, capital Manaus. Aliás, a bancada do Amazonas está toda presente: o Plínio Valério, candidato a Vice, o Senador Omar Aziz e o Senador Eduardo Braga, Líder do PMDB, a quem eu passo a palavra.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Sr. Presidente, primeiro quero cumprimentar V. Exa., que sempre, com muita competência e muito bom humor, conduz os trabalhos nesta Casa.

Segundo, Sr. Presidente, é para contribuir no sentido de que há entendimento, há um acordo entre todos os partidos e a Presidência da Casa com a eleição do Senador Omar e do Senador Plínio Valério para a Comissão de Assuntos Econômicos. Portanto, quero pedir a V. Exa. que sugira a aclamação, para que nós possamos, portanto, eleger por aclamação aquele que é o acordo em torno do Senador Omar e do Senador Plínio.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Acato a questão de ordem de V. Exa. e passo a palavra ao nobre Senador Tasso Jereissati, do Estado do Ceará.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – Presidente, eu gostaria também apenas de confirmar e apoiar as palavras do Senador Eduardo Braga, dizer do acordo que houve entre todos os partidos ao redor do nome do Senador Omar Aziz, do Estado do...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Amazonas!

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – ... Amazonas, para presidir, o que pessoalmente faço com muita satisfação, por ter sido durante os últimos dois anos Presidente da CAE. Tenho certeza de que o Senador Omar Aziz vai liderar esta Comissão com muito mais brilho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – V. Exa. presidiu a CAE. Eu também fui membro aqui sob a presidência de V. Exa. e fizemos um trabalho importante pelo Brasil. Votamos matérias relevantes. Eu relatei algumas dessas matérias. Portanto, acolhendo...

Pode usar a palavra.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, é apenas para concordar também com a proposição do nobre Senador Eduardo Braga, e fazendo já, desde logo, menção elogiosa ao nosso nobre Senador do Norte, que vai ocupar esta importante Comissão e que terá de todos nós a colaboração para conduzir essa pauta, que é importante para o País; e concordando, Sr. Presidente, com o Senador Eduardo Braga.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – De acordo com a questão de ordem formulada, eu consulto o Plenário se todos concordam, para que a votação seja por aclamação. (*Pausa.*)

Os Srs. Senadores concordam, então a votação será por aclamação.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovada a chapa comandada pelo nobre Senador Omar Aziz, do Amazonas, e pelo Vice-Presidente, Senador Plínio, também do Amazonas. (*Palmas.*)

Sem nenhuma dúvida, Senador Omar Aziz, a Zona Franca de Manaus nunca estará tanto em evidência como agora. Dois Senadores do Amazonas presidindo a Comissão de Assuntos Econômicos.

Como não há nenhuma outra matéria na pauta, declaro...

Convido V. Exa., aliás, para tomar posse aqui no meu lugar.

Aliás, Senador Omar Aziz, existia uma grande dúvida aqui. Quem comanda é aquele que tem idade cronológica maior. E eu estava na dúvida se competia ao Senador Tasso Jereissati ou a mim. Quando eu fui conversar com o Tasso Jereissati, vi que a diferença é de meses.

Com a palavra o nobre Senador Omar Aziz. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Convido o Senador Plínio Valério, que me honra muito em ser nosso Vice-Presidente nesta Comissão.

Quero agradecer a confiança dos companheiros Senadores e Senadoras e dizer que esta Comissão vai ter um papel muito importante neste momento que o Brasil vive. Eu espero podermos fazer, em conjunto com os senhores e as senhoras, uma pauta de debate nesta Comissão. Há matérias importantes, polêmicas, que, independentemente de passarem ou não pela Comissão de Assuntos Econômicos, sobre as quais acho que nós temos que nos posicionar. E iremos nos posicionar de que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

forma? Ouvindo a sociedade, ouvindo os segmentos, para que possamos trazer e levar a melhor proposta para o povo brasileiro.

Nós não podemos deixar de confundir o público com o privado. Muitas vezes, o agente público tem responsabilidades e deveres, mas tem muito privado que presta serviço público que é tratado como privado, quando, na realidade, é um serviço público o que ele está prestando ao Brasil, e esta Comissão deverá debater esses assuntos para que a gente possa dar uma solução aos diversos, milhares de problemas que nós vivemos hoje no Brasil.

Terça-feira eu vou convocar os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras, às 10h da manhã, e vou apresentar uma pauta para os senhores ao longo deste ano. Concordando com essa pauta, a gente aprova essa pauta aqui.

Hoje, eu fui procurado pelo Presidente do Banco Central, e espero, na terça-feira, já ter em mãos, encaminhado pelo Presidente do Senado, o pedido da sabatina, que nós faremos no dia 26 deste mês. Isso porque, até o final do mês, vai haver reunião do Copom, e o Presidente atual já quer presidir essa reunião, mas ela só será presidida por ele caso seja aprovado pelo Senado o nome dele e dos diretores.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Do Banco, só o Presidente, mas estão faltando os dois diretores, e eu quero fazer a sabatina com os três de uma vez, para a gente otimizar tempo.

E, como foi tratado ontem na reunião de Líderes, vão passar por esta Comissão questões internacionais, de acordos internacionais, que, se, até o dia 22, o Senado não... A Câmara deverá votar hoje, e o Senado vai ter que discutir esse assunto aqui para a gente colocar para o Plenário decidir.

Dito isso, quero agradecer a você também, Plínio, por me fazer companhia nessa empreitada. Espero que Deus possa nos abençoar para a gente conduzir esse trabalho com o equilíbrio necessário.

Nós temos aqui diversos pensamentos, e eu me comprometo a respeitar o pensamento de cada colega Senador e de cada colega Senadora, mas, principalmente, respeitar a opinião, que é aquilo que é o melhor para o Brasil neste momento. É possível fazermos um bom trabalho aqui e daqui levarmos boas propostas para serem discutidas com os outros colegas Senadores em Plenário.

Então, como temos outras reuniões e outras votações e eu também sou membro de outras Comissões e tenho que votar para Presidente de outras comissões, declaro encerrada esta reunião e convoco para terça-feira que vem, às 10h da manhã, para a gente debater a nossa pauta.

(*Iniciada às 15 horas e 38 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 47 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 2ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE FEVEREIRO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e dez minutos do dia dezenove de fevereiro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Omar Aziz, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Fernando Bezerra Coelho, Confúcio Moura, Ciro Nogueira, Daniella Ribeiro, Dário Berger, Marcelo Castro, Marcio Bittar, Luis Carlos Heinze, Plínio Valério, Tasso Jereissati, Flávio Bolsonaro, Lasier Martins, Oriovisto Guimarães, Major Olimpio, Jorge Kajuru, Veneziano Vital do Rêgo, Alessandro Vieira, Leila Barros, Acir Gurgacz, Eliziane Gama, Cid Gomes, Jean Paul Prates, Rogério Carvalho, Paulo Paim, Telmário Mota, Otto Alencar, Irajá, Angelo Coronel, Rodrigo Pacheco, Wellington Fagundes, Zequinha Marinho, Jorginho Mello, Izalci Lucas e Paulo Rocha. Deixam de comparecer os Senadores Mecias de Jesus, Luiz do Carmo, José Serra, Rose de Freitas, Styvenson Valentim, Kátia Abreu, Randolfe Rodrigues, Fernando Collor e Marcos Rogério. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência declara aberta a reunião e propõe a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 1ª Reunião, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Mensagem (SF) n° 2, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 84, inciso XIV, combinado com o art. 52, inciso III, alínea d, da Constituição Federal, o nome do Senhor ROBERTO DE OLIVEIRA CAMPOS NETO, para exercer o cargo de Presidente do Banco Central do Brasil." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Eduardo Braga. **Relatório:** Pronto para deliberação. Após leitura do relatório, fizeram uso da palavra os (as) Senadores (as) Rogério Carvalho, Major Olímpio, Flávio Bolsonaro, Jorge Kajuru, Veneziano Vital do Rego, Tasso Jereissati, Jean Paul Prates e Fernando Bezerra Coelho. **Resultado:** O Presidente da Comissão, senador Omar Aziz, concede vista coletiva, nos termos regimentais. **ITEM 2 - Mensagem (SF) n° 5, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do o art. 84, inciso XIV, combinado com o art. 52, inciso III, alínea "d", da Constituição, o nome do Senhor BRUNO SERRA FERNANDES, para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Rodrigo Pacheco. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** O Presidente da Comissão, senador Omar Aziz, concede vista coletiva, nos termos regimentais. **ITEM 3 - Mensagem (SF) n° 7, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do o art. 84, inciso XIV, combinado com o art. 52, inciso III, alínea "d", da Constituição, o nome do Senhor JOÃO MANOEL PINHO DE MELLO, para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Wellington Fagundes. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** O Presidente da Comissão, senador Omar Aziz, concede vista coletiva, nos termos regimentais. **ITEM 4 - Mensagem (SF) n° 6, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 6º

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, com redação dada pelo art. 1º, da Lei 10.411, de 26 de fevereiro de 2002, o nome da Senhora FLÁVIA MARTINS SANT´ANNA PERLINGEIRO para exercer o cargo de Diretora da Comissão de Valores Mobiliários – CVM." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Tasso Jereissati. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** O Presidente da Comissão, senador Omar Aziz, concede vista coletiva, nos termos regimentais. Fizeram uso da palavra os senadores Ciro Nogueira, Zequinha Marinho e Plínio Valério. **ITEM EXTRAPAUTA 5 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 2, de 2019** que: "Requer a realização de Audiência Pública, para debater o endividamento dos estados brasileiros e os repasses da Lei Kandir." **Autoria:** Senador Luis Carlos Heinze. Após leitura do requerimento, fez uso da palavra os (as) Senadores (as) Rodrigo Pacheco, Rogério Carvalho, Zequinha Marinho, Luis Carlos Heinze, Tasso Jereissati, Eliziane Gama, Jorge Kajuru, Otto Alencar, Cid Gomes e Wellington Fagundes. **Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº 2/2018 – CAE. **ITEM EXTRAPAUTA 6 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 3, de 2019** que: "Requer a realização de audiência, em conjunto com a Comissão de Educação, Cultura e Esporte - CE e a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação e Informática - CCT, com o objetivo de instruir o PLC 142/2018, que institui a política de inovação educação conectada, e altera a Lei nº 9.998 de 17 de agosto de 2000." **Autoria:** Senadora Daniella Ribeiro. **Resultado:** A Comissão aprova o Requerimento nº 3, de 2019 - CAE. **ITEM EXTRAPAUTA 7 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 4, de 2019** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a Reforma Bancária abrangendo a necessidade de desconcentração, competição e inovação no sistema financeiro." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho. **Resultado:** A Comissão aprova o Requerimento nº 4, de 2019 - CAE. **ITEM EXTRAPAUTA 8 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 7, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 58 da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o Senhor PAULO GUEDES, Ministro de Estado da Economia, para que apresente as diretrizes e os programas prioritários de sua pasta." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** A Comissão aprova o Requerimento nº 7, de 2019 - CAE. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Omar Aziz

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Bom dia! Bom dia aos Srs. Senadores!

Havendo quórum, nós vamos iniciar a reunião.

Nós temos a ata da última reunião para ser aprovada. Eu vou dispensar a leitura da ata.

Os Srs. Senadores e Senadoras que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Hoje nós teremos a leitura de quatro pareceres do Presidente do Banco Central, de dois Diretores e da Presidente da Comissão de Valores Mobiliários. Os Relatores já devem ter apresentado esse relatório. O Relator do Presidente do Banco Central é o Senador Eduardo Braga, que vai ser o primeiro a ler o relatório. Após a leitura dos relatórios feita pelos Senadores que são encarregados, nós iremos abrir vista coletiva e, na semana que vem, nós haveremos de ouvi-los aqui nesta Comissão.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 2, de 2019

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 84, inciso XIV, combinado com o art. 52, inciso III, alínea d, da Constituição Federal, o nome do Senhor ROBERTO DE OLIVEIRA CAMPOS NETO, para exercer o cargo de Presidente do Banco Central do Brasil.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Eduardo Braga

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações:

1. O relatório será lido nesta reunião, concedida vista coletiva automática, e a apreciação se dará na reunião seguinte, nos termos do art. 383, II, "b" e "e" do RISF.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu passo a palavra ao Senador Eduardo Braga para que ele possa ler o relatório sobre o Presidente do Banco Central.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Para leitura de relatório.) – Eminente Presidente Omar Aziz, Vice-Presidente Plínio Valério, de acordo com a incumbência a mim externada por V. Exa., tivemos ontem uma reunião de uma hora e meia com S. Exa. o Dr. Roberto de Oliveira Campos Neto.

É desnecessário dizer, Sr. Presidente, da alegria de encontrarmos o neto do nosso Senador Roberto Campos, que foi, em última análise, o grande responsável pela implantação da Zona Franca de Manaus, através do Decreto-Lei 288, de 1967. Sabemos, portanto, da visão nacional e nacionalista do eminente Senador e professor de Direito Econômico, professor de várias teses em áreas da macro e da microeconomia.

Dito isso, Sr. Presidente, o relatório:

Esta Comissão de Assuntos Econômicos recebe, do Presidente da República, a indicação do Sr. Roberto de Oliveira Campos Neto para ser conduzido ao cargo de Presidente do Banco Central do Brasil, consoante art. 84, inciso XIV, combinado com o art. 52, inciso III, alínea "d", da Constituição Federal.

Os referidos dispositivos conferem competência privativa ao Presidente da República para nomear e, ao Senado Federal, para aprovar, previamente, por voto secreto e após arguição pública, o presidente e os demais diretores do Banco Central.

Nos termos do disposto no art. 99, inciso V, do Regimento Interno do Senado...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou pedir um pouquinho de silêncio, por favor.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) opinar sobre a escolha do Presidente do Banco Central. Ainda nos termos do art. 383 do referido Regimento, a CAE deve arguir o indicado e apreciar o relatório com dados sobre o candidato.

A Lei nº 6.045, de 1974, dispõe que os diretores do Banco Central do Brasil e o seu presidente serão escolhidos entre brasileiros de ilibada reputação e notória capacidade em assuntos econômico-financeiros.

A mensagem presidencial traz em anexo o currículo do Sr. Roberto de Oliveira Campos Neto, relatando sua formação acadêmica e experiência profissional.

O Sr. Roberto de Oliveira Campos Neto nasceu em 1969.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Graduou-se como Bacharel em Economia em 1993, concluindo o Mestrado em Economia em 1995, ambos na Universidade da Califórnia, Los Angeles.

Fez o Programa Executivo em Liderança oferecido pelo U.S. Military Academy at West Point, Nova York, em 2017, e o Programa Executivo em Inovação Tecnológica da Singularity University, da Califórnia.

O Sr. Roberto de Oliveira Campos Neto tem uma longa trajetória no sistema financeiro. Trabalhou no Banco Bozano Simonsen em várias funções, como as de operador de derivativos de juros e câmbio, de dívida externa, de bolsa de valores e de executivo de renda fixa internacional, no período de 1996 a 1999. No Banco Santander Brasil, atuou como Chefe de Renda Fixa Internacional entre 2000 e 2003 e como chefe de *trading* de 2006 a 2010. Entre 2010 e 2018, foi responsável pela Tesouraria Global para as Américas, membro do Conselho do Santander Investment nos EUA e membro do Conselho Executivo do banco de investimentos no Brasil e no mundo. Também foi gerente de carteiras da Claritas Investimentos de 2004 a 2006, membro externo do Comitê de Produtos e de Precificação da B3 no período 2017 a 2018 e membro do Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial, em 2018.

Quanto às declarações de cunho pessoal, para atender o disposto no art. 383, inciso I, alínea "b", do RISF, também exigidas pelo art. 1º, inciso II, alínea "a", o candidato declara que seu irmão teve participação no capital da Mint Capital Gestora de Recursos Ltda., encerrada em 2017, e que não possui outros parentes que exerçam ou tenham exercido atividades vinculadas à sua atividade profissional. Também declara que é proprietário de três empresas sediadas no exterior, “veículos de investimento, exclusivamente de recursos próprios, em ativos internacionais, de longa data, sem movimentação recente”, que serão administradas sem sua participação efetiva enquanto estiver na Presidência do Banco Central, caso sua indicação seja aprovada. Declara ainda que não possui nenhuma pendência em seu nome, relativa a tributos federais, estaduais ou municipais, e que não figura como autor ou réu de nenhuma ação judicial.

O seu currículo, que se encontra à disposição dos eminentes integrantes desta Comissão, revela o nível de qualificação profissional, bem como a formação acadêmica e técnica do indicado. Esta Comissão fica, desta forma, em condições de deliberar sobre a indicação do Sr. Roberto de Oliveira Campos Neto para ser conduzido ao cargo de Presidente do Banco Central do Brasil.

Sr. Presidente, esse é o relatório.

Eu queria apenas fazer um adendo: a sabatina do eminente Dr. Roberto Campos Neto será também uma oportunidade para que nós Senadores da CAE possamos discutir algumas questões que impactam o cotidiano do povo brasileiro, o cotidiano dos trabalhadores e o cotidiano dos empreendedores e investidores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Brasil tem hoje uma taxa Selic que é referência de tomada de recursos por parte do Governo e que sempre é a referência do custo de captação de recursos para os *fundings* bancários. O que não se consegue entender, o povo, as pessoas comuns não conseguem entender, é como a taxa Selic é 6,5% ao ano e como, para o consumidor ou para o empresário, essa taxa de juros chega a uma variável que vai de 35% a 250% ao ano. A grande pergunta é: será que não é falta de concorrência? Será que nós não estamos com o mercado financeiro muito fechado com o monopólio de apenas três bancos privados e dois bancos públicos? Qual é a base de crédito a partir da qual nós poderemos avançar para que possamos financiar a economia? Qual é o impedimento para um banco de varejo europeu, japonês ou até mesmo chinês poder entrar no Brasil e até mesmo financiar?

Creio que essas questões que estarão presentes na sabatina para entendermos o norte que esta administração dará à política monetária no nosso Brasil.

Era esse o relatório, eram essas as nossas considerações, mais uma vez agradecendo a V. Exa. a deferência de ter designado a mim a função de relatar a indicação do nobre brasileiro e neto de um grande brasileiro, o Roberto Neto, para ser Presidente do Banco Central.

Eram essas as considerações.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Eduardo Braga, V. Exa. tem toda razão. Hoje o *spread* brasileiro só perde para uma ilha na África, a diferença entre o que você capta no depósito e o que você passa para aquele que quer contrair empréstimo junto ao banco. É uma diferença muito grande. E a alegação deles é sempre a mesma: você tem 25% de compulsório, você tem a inadimplência, uma série de coisas que é colocada em cima daquele que procura o banco. Infelizmente, nós estamos vivendo isso. O Brasil só perde para Madagascar em termos de diferença entre o que você deposita e o que vai pegar de empréstimo. O único local para o qual o Brasil perde é para uma ilha chamada Madagascar. Lá são maiores os juros do que no Brasil.

Acho que esta Comissão de Assuntos Econômicos terá uma participação importante no que diz respeito a atrair investidores. E dito pelo próprio Presidente do Banco Central, Dr. Roberto Campos, de quem é neto e que era Ministro do Planejamento e fez a redação do Decreto 288. O eminente Senador Roberto Campos é conhecido por todos nós e respeitado por todos nós. Infelizmente, nasceu no momento errado. Se tivesse nascido hoje, as ideias dele seriam também inovadoras, como foram lá atrás.

Passo a V. Exa., Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Quero agradecer, Sr. Presidente, por esta possibilidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Corroborando o que disse o nosso ilustríssimo Senador Eduardo Braga, acho que a CAE tem a oportunidade ímpar de abrir o debate sobre a reforma do sistema bancário brasileiro. Não é possível as pessoas físicas pagarem 300% de cheque especial, e o empresário pagar 36% de juros no seu capital de giro. É impossível você tocar uma economia dessa forma com cinco grandes bancos concentrando 86% do mercado financeiro brasileiro. E mais, e mais: se fosse verdade a questão do *spread*, do compulsório e da inadimplência, três bancos isoladamente não teriam tido um lucro de mais de R$60 bilhões no ano passado, lucro que, somado ao lucro do Banco do Brasil, ultrapassa a casa dos R$ 73 bilhões.

Portanto, eu apresentei hoje um requerimento para uma audiência pública para que a gente possa iniciar o debate sobre a reforma do sistema financeiro, abrindo espaço para as *fintechs*, abrindo espaço para as cooperativas de crédito, para que a gente possa de fato colocar o sistema financeiro a serviço do Brasil e do desenvolvimento econômico, que é o que, em última instância, trará para a sociedade saúde, educação, desenvolvimento e igualdade.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Senador...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Senador, V. Exa. me permite só um aparte?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. *Fora do microfone*.) – Claro.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Eu queria, primeiro, cumprimentá-lo pelo discurso de V. Exa.; segundo, adicionar um tema, Sr. Presidente, que ontem, inclusive, foi motivo de boa parte da nossa conversa: além da questão dos juros escorchantes que o Brasil está enfrentando, a questão do financiamento para a micro e pequena empresa.

Está provado no mundo, inclusive no Brasil, que o microcrédito é aquele que mais gera emprego e renda na economia. No entanto, por falta de capilaridade dos bancos, pela ausência da concorrência... No nosso Estado mesmo, no Amazonas, mais de 40 Municípios não possuem casa bancária e mais de 40 Municípios não têm Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal! Ora, nesses Municípios, ter acesso ao Pronaf é praticamente impossível. Nesses Municípios, para receber o Bolsa Família, você tem de passar uma procuração para alguém receber. E o microcrédito, sem dúvida, precisa ser muito discutido neste ano na CAE para que nós possamos ter uma nova política de *funding* e uma nova política de capilaridade para o financiamento.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É o que a gente espera.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou passar para o Major Olímpio, que pediu a palavra.

Senador.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – Sr. Presidente, corroborando as manifestações de Senadores aqui: dizem que o melhor negócio do mundo é um banco bem administrado no Brasil e o segundo melhor negócio do mundo é um banco mal administrado no Brasil. É impossível dar errado. E é o resultado dessas políticas de juros escorchantes, que vai arrebentando e tirando a expectativa e o sonho de crescimento para todo o povo brasileiro.

Quero dizer que eu prestava atenção ao relatório do Senador Braga. Tive a oportunidade de conhecer o Roberto Campos Neto, que será avaliado, ou sabatinado, aqui na CAE, e devo reforçar que, muito embora ele seja neto do saudoso Roberto Campos, um ícone para todos nós, um frasista de primeira ordem – sou seu fã –, a avaliação será sobre Roberto Campos Neto, um profissional altamente capacitado que, ao longo de toda a formulação de programa econômico de governo, na equipe do Prof. Paulo Guedes, colocou-se como um brasileiro altruísta e idealista, afastando-se da administração de banco privado, o que certamente lhe proporcionava condições materiais muito mais favoráveis do que lhe proporcionará a missão a que se está propondo a desempenhar.

Então, é com muita expectativa que nós vamos, se Deus quiser, na data já marcada por V. Exa., promover essa sabatina, que vai ser o momento em que Roberto Campos Neto terá a oportunidade de se apresentar à CAE, ao Senado brasileiro, que tem a responsabilidade constitucional dessa sabatina, mas muito mais de se apresentar ao povo brasileiro como um dos integrantes imprescindíveis para que se promovam as medidas de que o Brasil precisa, inclusive em relação ao equilíbrio de forças com o sistema financeiro nacional.

Então, a minha manifestação é de que muito melhor do que o passado familiar, em relação a ser filho ou neto do Senador Roberto Campos, é a grandeza e o conhecimento de Roberto Campos Neto, que será avaliado nesta Comissão. Tenho certeza absoluta de que esse será o melhor cartão de apresentação dele à sociedade brasileira como futuro presidente do Banco Central do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Flávio Bolsonaro.

Nós temos vários Senadores... Só um minutinho, Senador. Nós temos vários Senadores inscritos, temos ainda que ler o relatório dos dois diretores – o Senador Tasso já chegou – e também temos que ler o relatório do presidente da CVM.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Sr. Presidente, permita-me, então, pedir vista coletiva. Dessa forma, tendo vista coletiva, V. Exa. poderá encerrar a questão desse relatório, e os outros, obviamente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Quando todos tiverem lido os relatórios, eu vou dar vista coletiva de todos os quatro relatórios, Senador Eduardo.

Quanto ao relatório do Senador Eduardo, para ninguém pedir vista, a Mesa se antecipa e dá vista coletiva para todos para que, na terça-feira que vem, às 10h da manhã, nós possamos ouvir o Presidente do Banco Central aqui nesta Comissão.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – A vista coletiva será de todos os currículos que serão lidos hoje, Excelência?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, sim, sim. Isso é para a gente dar agilidade. Se eu der individualmente, na semana que vem alguém pode pedir individualmente também, e a gente vai protelar. Não é interesse desta Comissão protelar absolutamente nada.

Senador Flávio Bolsonaro.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - RJ) – Peço a V. Exa. para trocar a ordem. O Senador Kajuru quer usar da palavra antes de mim. Eu falarei depois dele, sem problema.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sem problema.

Senador Kajuru, por favor.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Bom, primeiramente agradeço ao Senador Flávio Bolsonaro por esta oportunidade – ele estava inscrito antes de mim.

Um bom-dia, uma boa semana, antes de tudo, a esta qualificada Comissão, Presidente Omar, Vice Plínio.

Eu só gostaria de, rapidamente, observar que o relatório de V. Exa., Senador Eduardo Braga, é insofismavelmente cirúrgico. Mas eu gostaria de apreciar mais o seu adendo, que vai aqui entrar em um vespeiro a partir do momento da nossa sabatina com o Presidente Roberto Campos Neto, que, eu já digo de passagem, é meu amigo pessoal desde os 17 anos de idade, porque eu trabalhei com seu avô nos jornais *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo* e tinha o seu avô como ídolo.

Ele foi ao meu gabinete conversar comigo, como conversou com todos os demais e todas as demais, com certeza, e a minha conversa com ele, que era para ser de vinte minutos, foi de duas horas, porque tenho profundo reconhecimento do talento dele, da capacidade dele. Ouvi o alinhamento econômico dele, que se parece muito com o meu e com o de minha assessoria. Conversei com o Senador Cristovam Buarque e conversei com o Senador Pedro Simon, que são meus conselheiros,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sobre a minha conversa com Roberto Campos Neto e, depois, passamos a viver aqui, desculpem, uma conversa de *stand-up comedy,* porque ele brincou comigo: "Meu avô tinha você como ídolo de frases, embora você achasse que ele era muito mais frasista do que você."

Mas, falando sério: o Sindicato dos Bancários revelou em 2018, dentre outros, os seguintes devedores da Previdência – já que V. Exa., sobre relatório feito pelo Senador Eduardo Braga, falou aqui de bancos. Então, pasmem: o lucro em 2016 do Banco Itaú foi de 21,6 bilhões, dívida previdenciária de 11,8 milhões; Bradesco, lucro de 15 bilhões, dívida previdenciária de 75 milhões; Santander, lucro de 7,3 bilhões, dívida previdenciária de 218 milhões; Banco do Brasil, lucro de 8 bilhões, dívida previdenciária de 209 milhões; Caixa Econômica Federal, lucro de 4 bilhões, dívida previdenciária de 589 milhões.

Esse é o vespeiro, Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Flávio.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - RJ) – Bom dia, Presidente Omar, bom dia a todos os Senadores presentes aqui nesta sala.

Analisando aqui o currículo do candidato ao Banco Central, eu fico, mais uma vez, com muito boas expectativas em relação a mais um nome que o Governo Bolsonaro indica para ocupar uma função importantíssima em nosso País, o do Sr. Roberto Campos Neto, para o Banco Central, cuja independência esta Casa vai analisar ainda. Mas é de um perfil que, tudo indica, caminhará para essa linha de independência do Banco Central. É uma pessoa que, por sua qualificação, por sua origem aqui – Universidade da Califórnia, onde ele se formou – e por todos os degraus que ele foi ascendendo para construir esse brilhante currículo, tenho certeza, é muito bem indicada para garantir a estabilidade e a segurança do nosso sistema financeiro.

Eu não vejo problema nenhum em banco ter lucro. O grande problema é esse lucro estar embasado numa falta de concorrência, numa espécie de protecionismo que impede que novos bancos ingressem e façam o seu trabalho aqui no nosso Brasil, que é o que esta Casa tem que discutir, sem dúvida alguma. E, durante a sua sabatina, num futuro próximo, isso vai ser questionado. É óbvio que isso precisa ser revisto, os juros que são praticados principalmente para os micro e pequenos empreendedores, para as pessoas físicas e, inclusive, com o BNDES atuando, até então, numa linha de fomentar muito mais os grandes, os peixes grandes, os amigos do governo do que aqueles que realmente geram emprego neste País e fazem a economia funcionar em cada recanto dos nossos Estados. Esse contexto todo precisa ser visto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tenho a convicção de que o nome de Roberto Campos Neto vai ser convergente com o que esta Comissão – já sinto aqui – tem em comum, que é se preocupar com o micro e com o pequeno empreendedor, sem interferência do Estado, mas equilibrando-se esse mercado com a entrada de novos bancos e com o fornecimento de crédito a juros bem menores.

Então, fico satisfeito também com a sua indicação. Parabenizo o Governo Bolsonaro por mais essa indicação.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB) – Sr. Presidente...

Sr. Presidente, rapidamente, a título de sugestão, não sei se V. Exa. concorda e os demais outros companheiros...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador...

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB) – Se nós formos, neste instante, quando V. Exa. já concedeu vista coletiva... Se a cada momento... E aqui não é um propósito nosso limitar a exposição de cada uma e de cada um dos Srs. Senadores, mas imaginem o seguinte. Como nós temos mais três relatórios a serem lidos e temos outras comissões a nos cobrar presença, penso eu ser muito mais oportuno, porque daqui a pouco cada um vai adentrar...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – No mérito.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB) – Sim, no mérito da questão. Eu sugeriria, se V. Exa. assim compreender, com a anuência dos demais companheiros, que fossem feitas as leituras dos outros três relatórios e, *a posteriori*, quem assim desejar, o faça, porque senão nós vamos nos estender e algumas considerações já feitas, merecendo, inclusive, algumas outras opiniões, terminarão por estender a sem fim este início de trabalho nosso aqui na CAE. É uma sugestão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Veneziano, V. Exa. já tinha pedido... Eu já o tinha inscrito aqui. Há dois Senadores inscritos. Eu pergunto ao Senador Fernando Bezerra e ao Senador Ciro Nogueira, que são os únicos dois inscritos, o seguinte. Vamos ler os outros relatórios e, depois de ler os três relatórios restantes, nós abriríamos para o pronunciamento dos Senadores. Pode ser assim?

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pode? Eu não quero cercear ninguém.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu posso ouvi-lo, Fernando. Depois de ouvir o Senador Fernando Bezerra, nós leríamos os outros três relatórios. E, aí sim, os Senadores ou Senadoras que quisessem comentar sobre a...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador Tasso.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE. Pela ordem.) – Primeiro, eu queria cumprimentá-lo pela condução desta primeira reunião nossa aqui da Comissão.

E gostaria de pedir a V. Exa.: há um empréstimo para a cidade de Fortaleza que está aí, sobre a mesa. Gostaria de pedir a V. Exa. que colocasse esse empréstimo em regime de urgência para que seja votado já na próxima reunião. Agradeceria a sua atenção.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Tasso, eu vou entregar a um Senador para fazer o relatório. E, antes de a gente ouvir os membros do Banco Central e da CVM na semana que vem, na terça-feira, a gente vota o empréstimo da cidade de Fortaleza, seu pedido aqui de urgência.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE. *Fora do microfone*.) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E, aí, também podemos aprovar para, já à noite, votar em Plenário esse empréstimo. Eu sei do carinho que o senhor tem pela cidade de Fortaleza.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – Agradeço, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Presidente...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Pela ordem.) – Sr. Presidente, pela ordem aqui, rapidamente, só para referendar a proposição do meu colega Rogério da audiência pública sobre os bancos e sobre juros. Acho que é importantíssimo, no momento em que a gente discute a presidência do Banco Central e os diretores, relembrar que o Banco Central é a agência reguladora dos bancos. Não existe agência reguladora fora do Banco Central em relação a bancos, então, é fundamental que a gente faça essa audiência, que a gente marque como prioridade, chame o Banco Central logo após a nomeação desses diretores e discuta não só a questão dos juros como a questão da democratização do acesso ao crédito, e não apenas uma reforma bancária, mas ir além disso. Eventualmente nós podemos voltar a criar...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Jean...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... as bolsas regionais. É só para subscrever aqui o requerimento de Rogério e deixar à vontade para correr a audiência.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Longe de mim querer chamar a atenção de alguém aqui, mas o que o Senador está colocando é uma coisa muito séria e não dá para a gente ficar escutando...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. *Fora do microfone*.) – Os assessores.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não consegui ouvi-lo nem vê-lo, Senador. Desculpe-me. É que o nosso amigo Senador Angelo Coronel, com essa potência toda aí, me atrapalha. (*Risos.*)

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – É, ele é grandão. (*Risos.*)

Então, repetindo, é só realmente para ratificar a proposta do Senador Rogério quanto à reforma, o.k.?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nós temos vários requerimentos aqui pedindo audiências públicas para discutir assuntos temáticos da nossa Comissão. Após a sabatina, nós vamos nos reunir e definir um calendário com o conjunto dos Senadores. Houve Senador que fez requerimento pedindo a presença de vários Governadores para discutir a Lei Kandir, discutir endividamento dos Estados; há o de V. Exa., a proposta de ouvirmos sobre essa questão dos bancos brasileiros com o próprio Banco Central... Ele será... Serão explicadas algumas coisas, a política que ele deve adotar dentro do Banco Central, porque ele me disse pessoalmente que é mais fácil um pequeno comerciante montar um banco no Brasil do que um grande banco internacional se instalar no Brasil, para você ter uma ideia da proteção que o Brasil tem em relação a trazer novos bancos para o País e dar a competitividade necessária. Quanto mais bancos, mais competitividade, quanto menos bancos... Aí os juros são desse tamanho com o qual as pessoas estão trabalhando.

Então, nós iremos fazer isso sim, Senador, vamos fazer um calendário. Eu solicito à assessoria aqui que a gente faça esse calendário, ouvidos os membros, e vamos aprová-lo com certeza.

Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu queria apenas dar aqui testemunho da visita que me foi feita na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

semana passada pelo indicado a Presidente do Banco Central, Dr. Roberto Campos Neto, acompanhado do Dr. Bruno Serra Fernandes, que será também Diretor do Banco Central. Eu não vou aqui repetir as qualificações técnicas já apontadas no brilhante relatório do Senador Eduardo Braga, mas eu queria compartilhar com esta Comissão o entusiasmo do Roberto Campos Neto com essa missão que lhe será confiada pelo Senado Federal para presidir o Banco Central do Brasil e se constituir na nossa mais importante autoridade monetária.

Queria fazer três destaques do que eu ouvi no meu gabinete, do entusiasmo e dos compromissos do Dr. Roberto Campos Neto.

Primeiro, o que já foi aqui cobrado, reclamado, solicitado por diversos Senadores: ampliar a competição do sistema bancário nacional para que a gente enfrentar um dos maiores desafios da economia brasileira, que é a questão dos *spreads* bancários.

Mas fico animado com o enfoque que o Dr. Roberto Campos Neto quer dar a dois temas.

O primeiro é o crédito imobiliário. O Brasil tem muito pouco volume de crédito no setor imobiliário. Nós não temos sequer 10% do PIB, quando, comparados com outras nações mais desenvolvidas, nós chegamos a alcançar 70%, 80%, 100% do PIB. Nós temos hoje casas que foram adquiridas pelos mutuários brasileiros, e essas casas não se constituem em garantia para dar acesso a novos empréstimos. Então, ele falou com muito entusiasmo de impulsionar o crédito imobiliário, e isso poderá também ajudar na promoção e na criação de milhares de empregos para a economia brasileira.

O segundo tema que eu gostaria de destacar é o absoluto compromisso do novo Presidente do Banco Central no sentido de priorizar, destacar políticas públicas que possam incentivar o microcrédito. Eu sou Senador por Pernambuco, represento a região que é a mais pobre do País, que é a Região Nordeste, e sei que a falta do crédito para os pequenos negócios, para quem quer montar um salão de beleza, para quem quer montar uma pequena quitanda, para quem quer fazer um pequeno comércio ou uma confecção, é uma realidade nua e crua que termina freando a atividade produtiva. Então, é muito salutar ouvir da autoridade monetária máxima do País o compromisso de ampliar o compulsório para o microcrédito, de ampliar as linhas do Banco Central para estimular o microcrédito no nosso País. Que vá além dos bancos oficiais, que possa chegar às agências de fomento estaduais e municipais – muitas prefeituras atuam na área do microcrédito. Foi com alegria que ouvi esse testemunho e esse compromisso do Dr. Roberto Campos Neto.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – V. Exa. me permite um aparte, Senador?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Pois não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – É só para complementar, Presidente, cumprimentando o nosso sempre brilhante e competente Senador Fernando Bezerra.

O BNDES poderia oferecer o *funding* para todas essas empresas, *fintechs*, cooperativas etc., para que haja capilaridade para chegar ao sertão de Pernambuco, para chegar ao interior da Amazônia, porque, caso contrário, nós não chegaremos com o projeto tão importante de oferecer microcrédito para quem mais precisa.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Eu quero encerrar, Sr. Presidente, dizendo que, além desse apoio do Dr. Roberto Campos Neto, já estive com o Presidente da Caixa Econômica Federal, Dr. Pedro Guimarães, e a Caixa vai dar *funding* para as agências de fomento municipais e estaduais atuarem na área do microcrédito. Então, é também um belo começo das autoridades do sistema bancário oficial: estarem com suas vistas voltadas para ampliar o crédito ao pequeno empresário, ao microempresário, que é aquele que gera os empregos na economia brasileira.

Portanto, é com uma expectativa muito positiva que a gente aguarda aqui, na próxima semana, os indicados para o Banco Central e para a Comissão de Valores Mobiliários, para que a gente possa, nesta nova quadra, assistir à sequência do trabalho iniciado pelo Presidente Ilan, que fez um belo trabalho no Banco Central. Que o Dr. Roberto Campos Neto possa assegurar as condições de uma política monetária madura, para poder dar condições de o Brasil retomar o seu crescimento!

Precisamos, Sr. Presidente, gerar emprego, precisamos criar um ambiente de negócios no nosso País, para que o emprego possa voltar e para que as famílias brasileiras possam se sustentar, tendo acesso à renda, para proverem as suas necessidades de educação, de saúde, de habitação, de lazer e de entretenimento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador, eu vou passar a palavra ao Senador Wellington para que ele possa ler o relatório sobre um dos diretores do Banco Central.

Depois, o próximo orador será o Senador Rogério, que vai ler o relatório sobre o Bruno Serra...

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – É Senador Rodrigo Pacheco, Sr. Presidente. Só retificando: Senador Rodrigo Pacheco, de Minas Gerais.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Desculpe! E olha, Rodrigo, que eu falei para ele: "Dê para o Líder do DEM."

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – O Marcos Rogério é o nosso colega do Democratas, de Rondônia.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É verdade!

ITEM 3

MENSAGEM (SF) Nº 7, de 2019

- Não terminativo -

Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do o art. 84, inciso XIV, combinado com o art. 52, inciso III, alínea "d", da Constituição, o nome do Senhor JOÃO MANOEL PINHO DE MELLO, para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Wellington Fagundes

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

1. O relatório será lido nesta reunião, concedida vista coletiva automática, e a apreciação se dará na reunião seguinte, nos termos do art. 383, II, "b" e "e" do RISF.

Com a palavra o Senador Wellington, por favor.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT. Para leitura de relatório.) – Senador Omar Aziz, eu o cumprimento, como também o Senador Plínio Valério, da Mesa, agradecendo também a oportunidade de estar aqui relatando a indicação de um dos diretores do Banco Central.

Trata-se de um relatório em que... Eu gostaria, inicialmente, antes de proceder à leitura do meu relatório, de ressaltar a importância deste momento, deste processo de apreciação pelo Senado Federal das indicações feitas pelo Presidente da República para a presidência e para as duas diretorias do Banco Central do Brasil.

Nós Senadores estamos sempre cumprindo o dever constitucional de avaliar, para aprovar ou reprovar, as indicações de algumas das mais importantes autoridades deste País. Cabe a nós aprovar previamente as indicações dos Ministros do Supremo Tribunal Federal e das demais Cortes Superiores, do Procurador-Geral da República e dos Ministros do Tribunal de Contas da União. No entanto, dada a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

precária situação de nossa economia, que vive em constante crise há tempos, talvez este seja aqui o mais importante processo de aprovação de autoridade nos últimos anos.

Todos nós conhecemos a importância do Banco Central para o nosso País. Seu trabalho afeta, direta ou indiretamente, o dia a dia de cada um de nós brasileiros, mesmo que muitos não se deem conta disso, afeta, às vezes, o trabalhador, o pequeno trabalhador que está lá na ponta. Mas é claro que a inflação é o que mais corrói o salário. Por isso, a inflação ainda é um fantasma que, volta e meia, nos assombra a todos. Mas tenham a certeza de que os sustos seriam bem maiores e bem mais frequentes se não fosse o excelente trabalho realizado pelo competente corpo técnico do Banco Central.

Nas intempéries econômicas causadas por crises externas ou mesmo por crises políticas internas, é o Banco Central que se desdobra para garantir o poder de compra de nossa moeda. Nos momentos de crise aguda, é o Banco Central, com os *swaps* cambiais e com outros recursos que ao leigo parecem mirabolantes, que contém uma maior desvalorização do real frente ao dólar.

Mas a boa condução da política monetária e cambial não é o único benefício que o Banco Central nos proporciona. Há um benefício menos visível, porém igualmente importante: o bom funcionamento e a estabilidade do nosso sistema financeiro.

Quando depositamos nossas economias em um banco qualquer, nem passa por nossas mentes a possibilidade de aquela instituição perder o nosso dinheiro. Sim, na teoria, esse risco existe, poderia acontecer um erro, um problema, e o nosso dinheiro simplesmente sumir das nossas contas. No entanto, na prática, nenhum de nós teme isso. Nós temos confiança de que nosso recurso, nosso dinheiro, estará seguro dentro das instituições brasileiras.

Mas, se pararmos para pensar de onde vem essa nossa confiança nos bancos do nosso País, muitos de nós não sabemos, mas vem também do trabalho do Banco Central. É o Banco Central que regula e fiscaliza todo o sistema financeiro nacional para que não tenhamos que nos preocupar, quando pagamos um boleto, se a dívida será quitada ou não; para que nem nos ocorra a hipótese de fazermos uma transferência e o dinheiro não chegar à outra conta para a qual estamos enviando. E se, por qualquer circunstância, falta momentaneamente dinheiro para um banco particular, é o Banco Central que vai lá e empresta dinheiro para esse banco, e ainda cobra dele providências para que essa situação não se repita.

É por isso que o Banco Central é chamado de o banco dos bancos. Graças a ele a quebradeira de bancos brasileiros é um problema que ficou num passado cada vez mais distante. Somos reconhecidos como detentores de um sistema financeiro dos mais sólidos do mundo.

Enfim, se eu fosse elencar aqui os pontos que ilustram a importância do Banco Central para o Brasil, essa reunião não terminaria tão cedo. Por isso, concluo parabenizando o Presidente Ilan

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Goldfajn pelo vitorioso ciclo que em breve ele estará encerrando, e passo agora à leitura do nosso relatório.

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 7, de 2019 (Mensagem nº 42, de 2019, na origem), da Presidência da República, que submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 84, inciso XIV, combinado com o art. 52, inciso III, alínea "d", da Constituição Federal, o nome do Sr. João Manoel Pinho de Mello, para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil.

Relatório.

Esta Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) recebe, do Presidente da República, a indicação do Sr. João Manoel Pinho de Mello para ser conduzido ao cargo de Diretor do Banco Central do Brasil, consoante art. 84, inciso XIV, combinado com o art. 52, inciso III, alínea "d", da Constituição Federal.

O Presidente da República tem competência privativa para nomear o presidente e demais diretores do Banco Central do Brasil. Ao Senado Federal, por sua vez, compete aprovar, previamente, por voto secreto e após arguição pública, as referidas indicações.

O art. 99, V, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF) estabelece que compete à CAE opinar sobre a escolha do presidente e diretores do Banco Central. Os termos do art. 383 do RISF dispõem, ainda, que a CAE deve arguir o indicado e apreciar o relatório com dados sobre o candidato.

A Lei nº 6.045, de 1974, dispõe que os diretores do Banco Central e o seu presidente serão escolhidos entre brasileiros de ilibada reputação e notória capacidade em assuntos econômico-financeiros.

A Mensagem Presidencial traz como anexo o currículo do candidato, atendendo ao disposto no art. 383, I, do Regimento Interno do Senado Federal, no que tange às declarações pessoais, à argumentação escrita e ao conteúdo do currículo a serem apresentados pela autoridade.

O currículo anexo à mensagem presidencial demonstra que o Sr. João Manoel Pinho de Mello tem formação e experiência compatíveis com o cargo ao qual está sendo indicado.

O candidato nasceu em 1973 e desenvolveu uma carreira sólida no âmbito acadêmico. Possui graduação em Administração Pública pela FGV em São Paulo (1997), mestrado em Economia pela PUC do Rio de Janeiro (2000) e doutorado em Economia pela Stanford University, nos EUA (2005), concentrando suas pesquisas acadêmicas nas áreas de Economia Bancária, Antitruste e Defesa da Concorrência, e Economia do Crime. Entre 2004 e 2013, foi professor de Economia na PUC do Rio de Janeiro e, atualmente, é professor licenciado do Insper. Publicou diversos artigos acadêmicos em periódicos nacionais e internacionais de alto prestígio além de inúmeros capítulos de livros e artigos em jornais de grande circulação, tendo sido colunista fixo da *Folha de S.Paulo*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Sr. João Manoel Pinho de Mello também tem uma longa trajetória profissional. No setor financeiro, foi sócio da Pacífico Gestão de Recursos e consultor da área de renda variável do Grupo Opportunity. Como *expert* na área antitruste, atuou como consultor, analista econômico e testemunha especialista em inúmeros processos judiciais e arbitrais. No setor público, atuou nos últimos dois anos no Ministério da Fazenda como Assessor Especial para Reformas Microeconômicas, Secretário de Produtividade e Advocacia da Concorrência e também como Secretário de Política Econômica. Nesse período, trabalhou em parceria com o Banco Central na formulação e implementação de reformas estruturantes para a melhoria da intermediação financeira no País e para a promoção da concorrência no sistema financeiro nacional.

Quanto às declarações de cunho pessoal, o candidato declara que não possui parentes que exerçam ou tenham exercido atividades vinculadas à sua atividade profissional; que não atuou, nos últimos cinco anos, em conselhos de administração de empresas estatais ou em cargos de direção de agências reguladoras; que é sócio das seguintes empresas: WPMello Participações, Escola Brasileira de Professores e Achurra de Mello Participações; que não possui nenhuma pendência relativa a tributos federais, estaduais ou municipais e que não figura como autor ou réu de nenhuma ação judicial.

O seu currículo, que se encontra à disposição dos eminentes integrantes desta Comissão, revela o nível de qualificação profissional, bem como a formação acadêmica adequada do indicado. Esta Comissão fica, desta forma, em condições de deliberar sobre a indicação do Sr. João Manoel Pinho de Mello para ser conduzido ao cargo de Diretor do Banco Central do Brasil.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador Wellington.

O Senador Líder do DEM, Senador Rodrigo Pacheco, vai fazer a leitura relativa ao Sr. Bruno Serra Fernandes para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil. Assim como foi feito no caso do relatório do Senador Eduardo Braga, do relatório do Senador Wellington também fica concedida vista coletiva para os Senadores para que, na semana que vem, possamos fazer aqui audiência com eles.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Isso mesmo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) –

ITEM 2

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

MENSAGEM (SF) Nº 5, de 2019

- Não terminativo -

Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do o art. 84, inciso XIV, combinado com o art. 52, inciso III, alínea "d", da Constituição, o nome do Senhor BRUNO SERRA FERNANDES, para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Rodrigo Pacheco

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

1. O relatório será lido nesta reunião, concedida vista coletiva automática, e a apreciação se dará na reunião seguinte, nos termos do art. 383, II, "b" e "e" do RISF.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG. Para leitura de relatório.) – Sr. Presidente Senador Omar Aziz, a quem cumprimento e desejo boa sorte na condução desta Comissão de Assuntos Econômicos e, igualmente, ao Senador Plínio Valério, seu Vice-Presidente.

Esta Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) recebe, do Presidente da República, a indicação do Sr. Bruno Serra Fernandes para ser conduzido ao cargo de Diretor do Banco Central do Brasil, consoante art. 84, inciso XIV, combinado com o art. 52, inciso III, alínea "d", da Constituição Federal.

O Presidente da República tem competência privativa para nomear o presidente e demais diretores do Banco Central do Brasil. Ao Senado Federal, por sua vez, compete aprovar, previamente, por voto secreto e após arguição pública, as referidas indicações.

O art. 99, V, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF) estabelece que compete à CAE opinar sobre a escolha do presidente e diretores do Banco Central. Os termos do art. 383 do RISF dispõem, ainda, que a CAE deve arguir o indicado e apreciar o relatório com dados sobre o candidato.

A Lei nº 6.045, de 1974, dispõe que os diretores do Banco Central do Brasil, e o seu presidente, serão escolhidos entre brasileiros de ilibada reputação e notória capacidade em assuntos econômico-financeiros.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador, peço silêncio em respeito ao Senador que está lendo o relatório, por favor. É a terceira ou quarta vez que estou falando a mesma coisa! O mínimo que se pode pedir numa reunião de comissão é que nós possamos ver e ouvir o relatório do Senador, mas, aí, existem conversas paralelas e fica parecendo que o que menos importa aqui é o relatório do Senador. É a terceira vez – não se trata de chamar a atenção – que eu alerto as pessoas. Por favor, vamos ouvir atentamente.

Senador, por favor, conclua.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Obrigado, Sr. Presidente.

A Mensagem Presidencial traz como anexo o currículo do candidato, atendendo ao disposto no art. 383, I, do Regimento Interno do Senado Federal, no que tange às declarações pessoais, à argumentação escrita e ao conteúdo do currículo a serem apresentados pela autoridade sujeita à arguição desta Comissão.

O currículo anexo à mensagem presidencial demonstra que o Sr. Bruno Serra Fernandes tem formação e experiência compatíveis com o cargo para o qual está sendo indicado.

O candidato nasceu em 1978. Graduou-se em Economia no Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais – IBMEC (1999), e concluiu o Mestrado, também em Economia, na Universidade de São Paulo – USP (2004). Participou, ainda, do Programa de Educação Executiva da Fundação Dom Cabral (2017).

O Sr. Bruno Serra Fernandes tem uma longa trajetória profissional no setor financeiro. Foi Gerente de Carteiras, responsável pela gestão de recursos de terceiros, no BankBoston Asset Management (2002 a 2005); Estrategista de Renda Fixa para as diretorias de Banking e Trading, no Banco BankBoston (2005 a 2006); responsável pela gestão de risco de mercado na diretoria de Banking, no Itaú Unibanco S.A. (2006 a 2014); e Superintendente Executivo de Renda Fixa, no Itaú Unibanco S.A. (2014 a 2019).

Na argumentação escrita, o indicado afirma que seus 18 anos de experiência no setor financeiro exigiram acompanhamento e conhecimento aprofundados das economias brasileira e internacional, como também da execução das políticas monetária e cambial e das decisões de política econômica em geral.

Quanto às declarações de cunho pessoal, o candidato declara que seu cunhado, Mário Marques Cavalieri, exerce atividade vinculada à sua atividade profissional, como superintendente do Banco Máxima S.A.; que não atuou, nos últimos cinco anos, em conselhos de administração de empresas estatais ou em cargos de direção de agências reguladoras; que tem participação acionária no Itaú Unibanco, mas que tal participação será alienada até a data da posse, caso o Senado Federal aprove

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sua indicação; diz ainda o candidato que não possui nenhuma pendência relativa a tributos federais, estaduais ou municipais, e que não figura como autor ou réu de ação judicial.

O seu currículo, que se encontra à disposição dos eminentes integrantes desta Comissão, revela o nível de qualificação profissional, bem como a formação acadêmica adequada do indicado.

Esta Comissão fica, desta forma, em condições de deliberar sobre a indicação do Sr. Bruno Serra Fernandes para ser conduzido ao cargo de Diretor do Banco Central do Brasil.

É esse o relatório, eminentes Senadores e Senadoras.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Da mesma forma como fiz com os outros relatórios, será concedida vista coletiva do relatório do Senador para que os Senadores possam dele tomar conhecimento.

O Senador Tasso Jereissati vai ler o relatório da Presidente da CVM.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE. *Fora do microfone*.) – Da Diretora da Comissão de Valores Mobiliários.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Aliás, Diretora da Comissão de Valores Mobiliários.

ITEM 4

MENSAGEM (SF) Nº 6, de 2019

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 6º da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, com redação dada pelo art. 1º, da Lei 10.411, de 26 de fevereiro de 2002, o nome da Senhora FLÁVIA MARTINS SANT´ANNA PERLINGEIRO para exercer o cargo de Diretora da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Tasso Jereissati

Relatório: Não apresentado

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1. O relatório será lido nesta reunião, concedida vista coletiva automática, e a apreciação se dará posteriormente, nos termos do art. 383, II, "b" e "e" do RISF.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE. Para leitura de relatório.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, o Presidente da República, submete à apreciação do Senado Federal, na forma da legislação vigente, a indicação da Sra. Flávia Martins Sant'Anna Perlingeiro para exercer o cargo de Diretora da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Compete ao Senado Federal aprovar, previamente, por voto secreto, após arguição pública, ocupantes de cargos públicos, que assim tenham sido determinados em lei. Neste caso, a escolha recairá entre brasileiros de ilibada reputação e notória capacidade em assuntos de mercado de capitais.

A Lei nº 6.385, de 1976, estabelece que os mandatos do Presidente e dos Diretores da CVM são fixos e estáveis, devendo ser renovado a cada ano um quinto dos membros do Colegiado, vedada a recondução imediata de seus titulares.

Ressalte-se que o cargo para o qual a candidata foi indicada é de grande importância para o mercado de capitais e para a economia brasileira, haja vista que a CVM é a principal autoridade normatizadora, reguladora e fiscalizadora das sociedades emissoras de valores mobiliários.

Em anexo à Mensagem, encontram-se o currículo da candidata e vasto material que comprovam formação e experiência compatíveis com o cargo ao qual está sendo indicada.

A candidata é brasileira, natural do Rio de Janeiro. Graduou-se em Direito em 1993, pela PUC do Rio de Janeiro. Fez pós-graduação em Câmbio e Operações Financeiras com o Exterior em 1995 na Fundação Getúlio Vargas e mestrado em Direito Corporativo na Universidade de Nova Iorque no período de 1997 a 1998.

A candidata trabalhou em reconhecidos escritórios de advocacia, inclusive assessorando companhias brasileiras na emissão de valores mobiliários no mercado de capitais norte-americano. Posteriormente, a partir de 2012, trabalhou na área jurídica e de mercado de capitais do BNDES. Além disso, tem comprovada experiência como docente, tendo lecionado nas principais instituições vinculadas ao mercado de capitais, como o IBMEC/RJ, a Fundação Getúlio Vargas, além de ter dado aulas no BNDES e na Enap.

No que se refere às declarações de cunho pessoal, de modo a atender ao disposto no art. 383 do nosso Regimento Interno, a candidata trouxe diversos documentos que estão disponíveis para consulta e que atestam a legalidade de sua indicação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O currículo da indicada revela o nível de qualificação profissional e a formação acadêmica plenamente adequados. Fica, assim, esta Comissão em condições de deliberar sobre a indicação da Sra. Flávia Martins Sant'anna Perlingeiro para exercer o cargo de Diretora da CVM.

Em virtude da natureza da matéria, essas eram as considerações relevantes a apresentar no âmbito deste relatório.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador Tasso.

Da mesma forma, será dada vista coletiva.

Nós ouviremos... A proposta é ouvir os indicados a presidente, a diretores do Banco Central (dois) e a indicada para dirigir a CVM na próxima terça-feira. Essa é a proposta que a Mesa tem.

Se acharem que é muita gente para nós ouvirmos no mesmo dia, nós podemos fazer na quarta-feira uma reunião às 9h para ouvir somente a Diretora da CVM.

Eu vou colocar isso para os Senadores e Senadoras para que possam decidir juntamente comigo.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Vamos fazer uma só.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vamos fazer uma só?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – É, por aclamação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está bem. O.k.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu sei, mas a votação é secreta aqui. Aclamação é que vamos ouvir a deliberação... Terça-feira...

Então, na terça-feira, nós ouviremos o presidente do Banco Central, os dois diretores do Banco Central e a diretora da CVM aqui na Comissão de Assuntos Econômicos. E também o relatório do empréstimo à cidade de Fortaleza, que será lido antes de a gente ouvir... O relatório é rápido.

Nós temos ainda o Senador Ciro Nogueira inscrito.

Conforme acertamos, agora está aberto... O.k.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, Dr. Roberto, eu queria fazer alguns questionamentos ao Dr. Roberto.

Eu tenho acompanhado já há algum tempo, Dr. Roberto, a situação da concentração bancária no nosso País e queria até que a minha assessoria distribuísse para os outros Senadores um trabalho muito bem feito pelo Deputado Júlio César, do meu Estado, em que ele faz esse levantamento.

Eu gostaria de saber... (*Pausa.*)

Então, vou deixar para depois as arguições. Eu não sabia disso, Sr. Presidente. Peço desculpas.

Então, na quarta-feira...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Na terça-feira que vem é que vamos saber as posições dele, dos diretores e do Presidente.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Eu vou deixar já com o senhor esses números do Deputado Júlio Cesar. Eu gostaria muito que fosse esclarecida a veracidade desses dados, porque são dados assustadores no que diz respeito à concentração bancária no nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É verdade.

Com a palavra o Senador Zequinha Marinho.

Senador Zequinha Marinho, por favor...

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Bom dia a todos!

Eu quero começar cumprimentando e felicitando o Diretor Presidente, Dr. Campos Neto, assim como também todos os outros diretores que estão chegando ao Banco Central neste novo momento.

Naturalmente, boa parte daquilo que eu queria falar já foi dito principalmente pelo Senador Fernando Bezerra, mas é importante, meu próximo Presidente – tenho satisfação em revê-lo –, levar em consideração alguns itens que certamente vão influenciar a economia, principalmente a microeconomia. Temos um País de tanta gente desempregada, que precisa arrumar um posto de serviço, produzir, fazer acontecer a vida. É preciso facilitar o acesso ao crédito, principalmente ao micro. E esse micro não pode ser tão micro assim, porque de repente não se avança. É claro que quem mexe com crédito precisa de um período, digamos assim, pedagógico para ir aprendendo, trabalhando, para desenvolver sua capacidade de usar o dinheiro, o que é fundamental.

Outro lado já foi dito também com relação à questão do crédito imobiliário. É preciso que se trabalhem taxas diferenciadas. O Brasil cobra muito caro desse mercado. A gente vê as famílias se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sacrificando, até pela falta de capacidade de fazer um cálculo que possa dar noção do que vai pagar daqui a 15, 20 ou 30 anos. As pessoas entram em um negócio e depois se arrependem amargamente, comprometem a vida toda. Isso é muito difícil. Então, é um setor para o qual eu pediria ao nosso Presidente que, de forma gentil, olhasse com muito carinho com relação a isso.

Outro setor, rapidamente, para dar uma pincelada aqui, seria relativo à autorização do Banco Central para a abertura de novas agências e de novos postos avançados de bancos que querem entrar pelo interior do Brasil e que, de repente, têm uma enorme dificuldade para terem esse licenciamento, essa carta patente. Esse é um setor que precisa ser trabalhado, atualizado, para que se facilite a expansão das redes bancárias.

Por último, faço uma observação com relação à questão da cooperativa de crédito. É importante que se trabalhe com carinho porque é uma forma de se democratizar e socializar a oferta de crédito para setores diversos da sociedade.

São esses os pedidos preliminares. Eu tenho a certeza de que V. Exa. vai, com muito carinho, trabalhar e se debruçar sobre eles, com sua equipe. O Brasil precisa pensar melhor, simplificar e melhorar acima de tudo a sua eficiência nesse setor.

Quero lhe desejar boa sorte, quero lhe desejar sucesso. Que a gente possa ter não só um regulador da economia, da questão bancária, cambial, etc., mas, acima de tudo, uma instituição parceira da economia brasileira!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador.

Com a palavra o Senador Plínio Valério.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Presidente e Senadores, quero falar do entusiasmo de ver tanta participação boa. E, nesse embalo do entusiasmo pelas indicações – a gente notou esse entusiasmo –, que vai ao encontro de nossas carências, eu acho que esta é a oportunidade que este Senado tem de abrir um amplo debate, esclarecedor, sobre essa questão do microcrédito, essa questão da Selic, porque o povo lá fora não entende nada.

Então, eu acho que, com essas indicações, nós podemos – por que não? – começar a discutir uma reforma bancária, a questão do microcrédito, a questão da burocracia excessiva. Na Amazônia, Senador Ciro, a burocracia exige uma garantia de um caboclo que só tem a canoa e os filhos, que não pode garantir nada.

Então, vejo isso com entusiasmo. Acho que nós não podemos perder esta oportunidade, com a Presidência do Omar e com a assessoria do nosso ex-Presidente Tasso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Saio daqui entusiasmado, porque vejo que este Senado vai discutir com transparência as questões que devem ser discutidas, como a concentração bancária e o crédito a juros menores. Estou feliz por participar disto aqui e grato a vocês por estar nesta Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Antes da fala do Senador Rodrigo Pacheco, há aqui um requerimento do Senador Luis Carlos Heinze:

> Requeiro, com fundamento no inciso II do art. 93 do Regime Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos destinada a debater o tema "Endividamento dos Estados brasileiros e repasses da Lei Kandir", com a presença dos seguintes convidados, entre outros que possam ser sugeridos por este Plenário: [...].

São 12 convidados. Aliás, são 29 convidados, como o Ministro de Estado da Economia, o Ministro Chefe da Casa Civil e os 27 Governadores dos Estados, para uma audiência pública.

Acho que alguns Estados são prejudicados principalmente pela Lei Kandir, porque o Governo arrecada da Lei Kandir um valor bem acima daquele que ele distribui – isso é do conhecimento de todos –, principalmente os Estados que têm exportação de *commodities.*

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Permita-me fazer uma sugestão, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu queria uma sugestão, porque eu acho que botar 29 pessoas aqui em uma audiência pública seria...

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Se permite fazer uma sugestão, Sr. Presidente, de acordo com o Senador Heinze...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – A sugestão seria a de convidarmos os seis principais Estados mais atingidos por essa distorção da Lei Kandir, inclusive o meu Estado, Minas Gerais, e eventualmente um Estado por região, além desses seis, para se fazer uma composição democrática, que abarque todo o Território brasileiro, para que possamos ouvir os representantes de cada uma das regiões, além dos seis principais atingidos.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Presidente, o Pará pode ser o maior prejudicado nessa história toda.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Já é prejudicado. Exporta minério.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Estamos candidatando o Governo do Pará para que participe.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu acho o seguinte: Estados exportadores de *commodities* são os grandes prejudicados pela Lei Kandir, como o Pará, com o minério, Minas também, Goiás, Tocantins.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – A nossa ideia não é relativa apenas à Lei Kandir. A Lei Kandir, sim, é uma situação, mas há ainda a dívida que os Estados têm com a União; começa aqui o processo. E a gente tem visto uma romaria de vários Governadores, chegando ao Ministro Paulo Guedes e ao Palácio do Planalto e já tentando resolver o seu assunto.

O meu Estado, o Rio Grande do Sul, hoje, tem mais de R$60 bilhões de dívida, é o quarto devedor do Brasil. São Paulo é o maior devedor, Minas Gerais é o segundo maior devedor, o Rio de Janeiro é o terceiro maior devedor, e o Rio Grande do Sul é o quarto maior devedor. O.k.! São Paulo tem a maior dívida; 40% da dívida estão em São Paulo, ou quase 40%. Mas há Estados que, em função do faturamento, podem representar tanto ou mais até do que São Paulo, com R$2 bilhões, R$3 bilhões ou R$4 bilhões. Como falava outro dia o Governador de Roraima, cada Estado tem a sua situação. A ideia é fazer uma discussão em bloco. E, aí sim, entra a Lei Kandir, mas não apenas a Lei Kandir.

Trago algo importante. Um fiscal tributário do Rio Grande do Sul mostrava que, no Rio Grande do Sul, de 1991 a 1995, o pagamento da dívida representava 8% da Receita Corrente Líquida e que, de 1998 a 2015, representava quase 17% da receita. Nós temos de rever essa situação também. Quanto à taxa de juros, o valor que nós tomamos em dezembro de 2017 era de R$32,6 bilhões; pagamos R$42 bilhões, Senador Kajuru, e estamos devendo R$60 bilhões! Isso não se dá só no Rio Grande do Sul. Acho que nós temos de debater essa questão. E, aí sim, entra a Lei Kandir, o que nós temos a receber.

O Senador Wellington Fagundes foi relator em uma comissão especial da qual participei, composta por Deputados e por Senadores. No ano passado, só pela Lei Kandir, deveria ser repassado aos Estados exportadores algo em torno de R$390 bilhões, mas foram repassados R$39 bilhões. Então, apenas 10% foram repassados para os Estados exportadores. Acho que, nessa questão, nós faríamos uma discussão em bloco. É o que estou tentando fazer, porque, é claro, os Estados exportadores têm mais prejuízo do que outros Estados. Mas a situação é a dívida em si, que é impagável.

Eu conversava com o Governador Doria outro dia. O Governador Witzel, por exemplo, do Rio de Janeiro, me disse: "Olha, com a negociação que o Governador anterior fez, eu não consigo pagar!" Então, cada Governador... O Caiado, que chegou agora a Goiás, está se deparando com essa situação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, não é um Governador... O meu Rio Grande do Sul, por exemplo, está da mesma forma. Assim, em cada Estado, há uma situação.

A ideia é fazer um debate com a área econômica do Governo e com a área política do Governo sobre como é que nós vamos enfrentar essa situação, senão nós ficaremos lá sangrando. No meu Estado, hoje, não se está conseguindo pagar a folha de pagamentos. O professor não recebe, o brigadiano não recebe, o funcionário não recebe. E o Estado também não pode investir em outras funções essenciais.

Portanto, tínhamos de discutir com a União esses mais de R$600 bilhões que os Estados devem para a União e, logicamente, a forma com que nós podemos equacionar isso. Aqui, os colegas veriam como é que nós poderíamos discutir isso. Hoje, cada Governador vem aqui para tratar do seu assunto. Acho que é um assunto que interessa ao Brasil. E cada Estado vê a sua situação.

Por isso, a proposta que eu fiz era a de realizar uma audiência com os Governadores interessados e, logicamente, com os Senadores desses Estados.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou passar a palavra para o Senador Tasso, mas, antes, Senador Luis, quero dizer que fui Governador do Estado do Amazonas. Essa é uma discussão que vem sendo feita há muitos anos. O Rio Grande do Sul, historicamente, tem esse grande problema. Por isso, no Senado, no Congresso, aprovamos aqui uma lei que dava um limite para o gasto. A Lei de Responsabilidade Fiscal não é respeitada pelos Governadores, e todo Governador que se candidata tem a obrigação de saber qual é o problema que ele vai encontrar. Ele não pode chegar lá e dizer: "Ah, estou surpreso!" As pessoas que são candidatas sabem disso.

Agora, essa discussão já foi travada. Não vejo nenhum problema em travar essa discussão, para a gente avançar. Eu só não acredito que a atual equipe econômica tenha interesse em renegociar. Isso já foi feito. No Governo Fernando Henrique, renegociou-se dívida com os Estados, reduziram-se os juros; no Governo do Presidente Lula, também foi feita a mesma coisa; no do Sarney, foi feita a mesma coisa.

O que acontece? O Rio Grande do Sul tem um problema atípico: é um dos poucos Estados que não reelege Governador. Então, é passado de um governo para outro. Eu sei das dificuldades do Rio Grande do Sul, tenho a obrigação de saber, e de todos os Estados brasileiros. Hoje o endividamento dos Estados com empréstimos que foram feitos é muito grande. Quando se fala em R$200 bilhões no Estado de São Paulo, se a gente pegar a arrecadação do Estado de São Paulo, comparada com a dos outros Estados, talvez não seja tão grande esse endividamento. É possível renegociar. Mas concordo com V. Exa. no sentido de que a gente tem que debater. Só não acho vantajoso colocar muita gente em um debate que nós não vamos ter. Então...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE. *Fora do microfone*.) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Tasso.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE. Pela ordem.) – Eu poderia fazer uma sugestão? São dois assuntos diferentes.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – Poderíamos dividir em pelo menos duas reuniões: uma audiência pública sobre a questão da Lei Kandir, que é um assunto muito específico e interessa acentuadamente a quatro ou cinco Estados; e outra reunião, outra audiência pública para discutir a questão das dívidas dos Estados, em que nós nos concentraríamos também nesses Estados que têm um problema de relação dívida-receita maior. Essa é a sugestão, se V. Exa. achar razoável.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O.k.!

Inclusive, para os colegas entenderem, já há decisões do Supremo Tribunal Federal, já há decisões do Tribunal de Contas da União, e o Congresso não regulamenta, o que cabe a nós. Então, vamos chamar esse assunto para nós. E esta é a Comissão, o fórum em que nós representamos os Estados para discutir. Isso pode ser feito, não há problema. Podemos discutir a Lei Kandir separadamente – são seis ou sete Estados que têm a Lei Kandir – e discutir a dívida dos Estados também. O.k.!

É o que eu coloquei e V. Exa. coloca: a dívida de São Paulo é a maior, mas o faturamento deles, a receita deles é bem maior do que a de qualquer Estado. Proporcionalmente, pode ser a dívida deles menor do que a de Rondônia, de Roraima, de qualquer Estado da Federação. Por isso, há o debate. E acho que é esta Casa que tem que trazer o debate, independentemente de ele ter sido feito com outros Governos.

Está chegando um Governo novo. O Paulo Guedes e o Ministro Onyx dizem: "Ah, vamos resolver no ano que vem." Mas o meu Estado não pode esperar o ano que vem, o Rio de Janeiro não pode esperar o ano que vem, bem como, seguramente, Minas Gerais ou qualquer Estado.

Então, acho que é o momento certo de nós começarmos a fazer essa discussão. Essa é a proposta.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só para se ter uma ideia – V. Exa. deve ter acompanhado –, os Governos brasileiros abriram crédito para os Estados, e houve Estado que pegou o recurso até para custeio. Veja bem, para custeio! Isso foi endividando o País, os Estados brasileiros, e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

agora a gente fica nessa situação. É lógico que quem herdou isso não tem culpa, mas tinha a obrigação de saber que estava herdando isso. Não dá para chegar lá, o cara se eleger Governador e dizer: "Ah, estou surpreendido!" Não, não está surpreso. Existe o debate, e ele tem a obrigação de ter conhecimento. Não é questão só do Rio Grande do Sul, não. É uma questão de...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – No nosso caso, nós somos conscientes. O Estado estava desse jeito, eu sei. Eu era candidato a Governador e sabia da dívida. E tem que atacar. E uma parte é aqui em Brasília que nós temos que resolver.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O que eu estou colocando, Senador, é que nós temos obrigação de tentar contribuir para o debate e achar uma solução para todos os Estados brasileiros. Só não podemos achar que as pessoas que se elegeram são coitadinhas: "Ah, eu me elegi e não sabia!" Volte para casa, peça para sair! A minha proposta...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO. *Fora do microfone*.) – Senador Omar...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, Kajuru!

Vamos aprovar com a condição de a gente fazer a metodologia dessa... Como é que a gente vai fazer isso? A gente senta e vai definir como é que a gente vai ouvir sobre Lei Kandir e ouvir sobre a questão do...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Acho que a proposta do Senador Jereissati é legal.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Presidente, eu acho que, sobre essa questão da audiência em relação à Lei Kandir, estão sendo definidos aqui alguns Estados apenas. Que a gente já pudesse até definir quais são esses Estados. Por exemplo, o nosso Estado deixa de arrecadar R$200 milhões com a Lei Kandir, tem prejuízos realmente exorbitantes. Eu não sei quais são os Estados especificamente, porque não se está dando uma definição em relação a quais seriam esses Estados. Então, já seria bom a gente fazer esse encaminhamento.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Eu já vejo...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Por exemplo, em relação à dívida, praticamente todos os Estados brasileiros têm problema em relação a dívidas grandes. Aí, ficaria, no meu entendimento, até difícil você fazer um recorte em relação a esses Estados, porque o impacto se dá praticamente sobre todos. Já em relação à Lei Kandir, você pode até fazer uma delimitação. Agora, sugiro que a gente já fizesse este encaminhamento de quais seriam esses Estados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Eu tenho e lhe passo. E passo para o Presidente da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Com a palavra o Senador Kajuru.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Presidente, V. Exa. foi muito feliz no que tange aos Governadores eleitos. É o caso do Governador do meu Estado de Goiás, que é meu amigo pessoal há 35 anos, Ronaldo Caiado, amigo de casa. Ele sabia que, do Governo Marconi Perillo, de 20 anos, ele iria receber uma herança maldita, desse maldito Marconi Perillo aliás. Agora, ele, quando entrou, viu que era muito pior. Aí ele não conseguiu pagar o mês de dezembro, teve que parcelar. E o Estado todo está revoltado com ele. Ele não pode sair de casa, porque o trabalhador e o servidor respondem o seguinte, Senador Cid Gomes, preparado como é em gestão pública: "Eu não trabalho parceladamente, cara pálida! Portanto, eu não aceito receber parceladamente." Então, é uma situação difícil.

O requerimento do Senador Heinze, eu li, acompanhei. A questão da agricultura, quanto à Lei Kandir, é uma prioridade nossa aqui, em pauta. Hoje – rapidamente, estou concluindo –, quanto à agricultura, eu, como jornalista, se for colocar uma manchete em jornal, vou dizer: "A agricultura vai bem, mas, para o agricultor, está péssimo!" Essa é a situação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Com a palavra o Senador Otto...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Senador Omar...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... que é meu Líder.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Senador Omar, quero desejar a V. Exa. que faça um bom trabalho, como fez o Senador Tasso Jereissati.

Tanto a Lei Kandir quanto à questão da dívida dos Estados... Há alguns Estados que não têm problema com a dívida. É o caso da Bahia, que tem a sexta ou a sétima economia do Brasil e tem um débito com a União de R$5 bilhões. Acho que outros Estados também estão na mesma situação, acho que o Estado do Ceará também está nessa situação. Nós não temos nenhum problema com a dívida, até porque a Lei de Responsabilidade Fiscal é do ano 2000, tem 18 anos, e o Estado da Bahia cumpriu fielmente, durante esses 18 anos, o ajuste fiscal. O nosso comprometimento com pessoal está em torno de 46%, e temos uma condição bem favorável, que já vem há 18 anos, com todos os Governadores cumprindo a Lei de Responsabilidade Fiscal. Então, não atinge a Bahia, tanto é que a Bahia não foi signatária dessa questão; quando houve aqui a PEC dos Gastos, o Governador não aceitou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No entanto, eu creio que os Estados, até por um... Não era para ser assim. Os Estados com maior arrecadação, com economias mais fortes, são os mais endividados. São Paulo, como falou o Senador Heinze, tem R$220 bilhões de dívida; Minas Gerais, acho, tem mais de R$89 bilhões. A capital do Estado de São Paulo tem R$80 bilhões de dívida, só a capital; é a segunda maior do Brasil, talvez. Então, não deveria ser assim, Estados mais ricos com maior endividamento.

Sem nenhuma dúvida, ao longo desses anos, sem citar nomes, houve o descumprimento flagrante da Lei de Responsabilidade Fiscal, com um gasto excessivo, com uma arrecadação que não correspondia aos gastos excessivos. Mas não é por isso que eu não concordo com que possa haver na CAE essa discussão sobre o endividamento e depois sobre a Lei Kandir. A Lei Kandir atinge a Bahia, e nós já lutamos há muito tempo por isto, para resolver essa questão, sem conseguir. No entanto, eu quero deixar bem claro que essa situação não se resolve só no Congresso Nacional, nem na Câmara, nem no Senado; ela se resolve se o Governo que está aí, que assumiu agora, tiver disposição, através do seu Ministro da Fazenda, para entender essa realidade, porque, se o Poder Executivo não concordar em fazê-lo, não haverá nenhuma solução para esse problema.

É importante, antes de qualquer coisa, trazer aqui, depois ou antes disso, o Ministro da Fazenda, o do Planejamento, os homens que são responsáveis pela economia, para saber se haverá disposição de flexibilizar o pagamento da dívida. Veja aí que o Rio Grande do Sul não teve condições de efetuar o pagamento; pagou pouco mais de R$40 bilhões, mas teria que pagar mais R$60 bilhões e está inadimplente em relação à dívida do Estado.

Portanto, é importante perguntar ao trazer aqui o Ministro: o Governo Federal, o Poder Executivo vai ter condição de negociar, vai ser sensível? Não o foram os Presidentes do passado, que não tiveram essa sensibilidade. É importante saber isso, porque só o Congresso Nacional não vai dar solução para o problema.

Eu quero indagar se o atual Presidente, Jair Bolsonaro, ou o Ministro da Fazenda, Paulo Guedes, vai ter essa sensibilidade de resolver o problema, que é um problema que, se não tiver solução, vai se agravar permanentemente até chegar a uma situação de mínima condição de administrar as coisas de interesse do Estado. Aí entra saúde pública de baixa qualidade, segurança pública e educação de baixa qualidade por falta de recursos, o que vai levar esses Estados, que são os mais fortes da Federação, a terem um problema muito grave no futuro.

Portanto, concordo com o Senador, mas é importante trazer aqui os homens que são responsáveis pela economia do Brasil hoje, para lhes perguntar: "Vocês vão querer negociar dentro de um padrão em que se possa pagar a dívida ou não?" Vamos fazer um esforço grande, vamos diagnosticar uma coisa de que nós já temos diagnóstico, como eu o tenho do meu Estado, e os Senadores de outros Estados também têm o diagnóstico tanto da Lei Kandir, como da renegociação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, se o Governo Federal ficar indiferente, vamos aqui gastar energia inutilmente, como já aconteceu em outras reuniões na Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O.k., Senador Otto, aqui...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senador Omar, por favor, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vou já...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Pela ordem.) – Eu queria apenas lembrar, agora que nós estamos aqui na visada, rapidamente, que temos outro requerimento também do Senador Rogério. Eu queria insistir para que a gente também o colocasse em apreciação. O.k.?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vou já colocar... Há três requerimentos: o do Senador Heinze, o da Senadora Daniella e o do Senador Rogério. Onde está o do Senador?

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeito, é o do Senador Rogério Carvalho.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ah sim! Peço só um minutinho.

Só para terem uma ideia, Senador Otto e demais Senadores – foram-me repassados alguns números pelo Senador Heinze –, há Estados que, pela arrecadação anual que eles têm, não teriam como ter essa dívida que têm hoje, quer dizer, lá atrás, abriu-se alguma coisa. São Paulo tem R$254 bilhões de dívida; Minas Gerais, R$98 bilhões; Rio de Janeiro, R$90 bilhões; Rio Grande do Sul, R$60 bilhões; Goiás, R$18 bilhões.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE. *Fora do microfone*.) – São R$19,6 bilhões.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É a dívida de Goiás.

O Ceará não deve nada, tem crédito.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE. *Fora do microfone*.) – O Ceará deve R$13,9 bilhões.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, aqui, quanto ao Ceará, constam R$6 bilhões.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE. *Fora do microfone*.) – São R$13,9 bilhões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Bem, a verdade é que, entre o que o Estado deve e o que ele está arrecadando hoje não sobra dinheiro para o custeio da educação, da saúde ou de programas sociais e muito menos para fazer novos investimentos. Esta é a grande realidade da maioria dos Estados brasileiros: não têm recursos porque estão pagando a folha e a dívida, só isso, não têm mais dinheiro para nada.

Vamos colocar aqui...

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – A diferença desses números aí é que o Senador Heinze está colocando a dívida com a União, e, a rigor, os Estados...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, há dívida com o Banco Mundial, há outras dívidas.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – Nesses dados aí, não. Pelo que estou entendendo, esses dados aí são limitados a dívidas com a União.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Os Estados todos pegaram recursos no BID, no Banco Interamericano...

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – Nesses dados aí, é com a União, nesses dados que V. Exa. colocou.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, a dívida é bem maior do que isso.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – É bem maior!

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – Presidente, posso fazer aqui uma...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – No caso da Bahia, a Bahia tem uma carteira de crédito com o Banco Mundial, com o BID, Banco Interamericano, e está propondo agora com o Banco Europeu, mas, quanto à Bahia, esses débitos com esses bancos estão fora desses débitos da Bahia aí.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Aqui constam R$10 bilhões de débito da Bahia.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Mas aí...

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE. *Fora do microfone*.) – São R$25 bilhões.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, está bem endividada a Bahia.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Não, não, mas não é da União. É carteira de...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – São R$10 bilhões de dívida com a União e mais R$15 bilhões com instituições...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, mas tem pagado.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Está pagando em dia, está pagando rigorosamente em dia.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu sei, eu sei.

Senador Tasso...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – É mais uma tentativa de sugestão.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Uma coisa é a dívida com a União, outra coisa é a dívida com os bancos.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – Nós temos aqui o ponto levantado pelo Senador Otto, que eu acho que é verdadeiro: antes de qualquer discussão, nós precisamos saber qual é a disposição do Governo Federal de enfrentar esses problemas, porque, sem essa disposição, não vamos a lugar algum.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Correto!

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – Como o Ministro Paulo Guedes nunca esteve nesta Comissão e está em início de mandato, como não conhecemos também o seu trabalho e suas propostas, não seria o caso de V. Exa. fazer uma primeira audiência pública com o Ministro Paulo Guedes, na qual nós trataríamos do seu plano econômico, em que nós tomaríamos, pela primeira vez, conhecimento dos seus projetos na economia e discutiríamos qual é a posição do Ministério da Fazenda em relação aos governos estaduais? Em seguida, nós chamaríamos os Governadores para outras audiências, dependendo do que ele dissesse aqui.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Presidente, inclusive, na mesma linha do Senador Tasso, nós estamos encaminhando um requerimento exatamente para essa audiência, para entendermos melhor essa economia, sobretudo pelo que temos visto.

A minha preocupação se dá especificamente com os Estados da Região Nordeste, com as populações minoritárias. O nível de desigualdade social no Brasil é gritante. Eu tenho alguns dados aqui: menos de 1% do PIB brasileiro é direcionado a uma parcela significativa da nossa população que vive em situação de miséria e que hoje é atendida, por exemplo, pelos programas sociais de transferência de renda. A gente está vendo uma agenda extremamente liberal. Precisamos entender

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

qual é verdadeiramente o olhar para essas populações minoritárias a partir da perspectiva da eficiência dessa economia.

Temos uma taxa de juros muito alta, comparativamente com a de países que estariam no mesmo nível que o nosso. Nós precisaríamos ter uma taxa menor. Estamos vivendo um momento de crise do ponto de vista da inflação, do ponto de vista do desemprego, e só quem sofre são as populações minoritárias, sobretudo, por exemplo, as do meu Estado do Maranhão e as dos demais Estados da Região Nordeste.

Vejo que é fundamental isso. Nesse sentido, Senador Tasso, nós também encaminhamos um requerimento, agora há pouco, para que tenhamos uma audiência com o Ministro, para entendermos melhor a sua economia, no meu entendimento muito mais para essas populações minoritárias.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Há vários requerimentos convidando o Ministro para vir aqui. Nós teremos agora, na terça-feira que vem, a sabatina. Depois, vem a semana do Carnaval, em que não vai haver... No dia 12 de março, será a próxima sessão. Vamos pegar todos os requerimentos em que os Senadores estão pedindo isso, convidando o Ministro. Vamos convidá-lo para estar aqui no dia 12. Nós não vamos convocá-lo, mas vamos convidá-lo.

Eu, pessoalmente, vou ligar e dizer: "Ministro, o senhor está convidado para estar, no dia 12, às 10h da manhã, na Comissão de Assuntos Econômicos." Só se ele tiver alguma coisa agendada, a gente marcará outra data.

Então, para aqueles que estão pedindo a vinda do Ministro aqui, digo que vamos acertar o dia 12 de março, terça-feira. Essa será a primeira data que teremos para ouvi-lo. Eu acho correto ouvi-lo primeiro.

Aí, Senador Luis Carlos, vamos ouvi-lo para saber se há uma perspectiva, porque, para se renegociar essa dívida, tem de haver vontade política, decisão política. Se não houver decisão política, tanto do Presidente quanto do Ministro da Economia, dificilmente vamos conseguir fazer algo aqui. Vamos debater, debater, mas não temos o poder da decisão. O poder da decisão não está aqui. Aqui, nós podemos encaminhar sugestões. O poder da decisão está na mão deles.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – V. Exa. vai submeter o requerimento à aprovação do Plenário agora?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Há vários requerimentos.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Mas digo desse requerimento do Senador Heinze especificamente, com o adendo do Senador Tasso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E há aqui também o requerimento da Senadora Daniella, que trata praticamente do mesmo assunto, como colocou a Senadora agora há pouco.

Ficariam contemplados os requerimentos que estão pedindo a vinda do Ministro, e nós faríamos uma metodologia depois para ouvir os Governadores, após ouvir o Ministro. Correto?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Perfeito, Presidente! Acho que essa é a ordem mais correta.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Com a palavra o Senador Wellington.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Sr. Presidente, eu sou o Relator na Comissão Especial do Congresso Nacional da regulamentação do Fundo de Compensação das Exportações, oriundo da Lei Kandir. Tivemos inúmeras audiências em Brasília, nesta Comissão, e inúmeras audiências no Ministério da Fazenda. É claro que houve uma decisão interposta por 13 Estados brasileiros no sentido da regulamentação do Fundo de Compensação. E houve uma decisão do Supremo Tribunal Federal dando prazo, que era, na verdade, outubro do ano passado, para que o Congresso Nacional resolvesse isso sob pena de sermos taxados de omissos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Até porque a Lei Kandir foi votada aqui, no Congresso.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Pois é, exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E o Governo não respeita a Lei Kandir. Ela só distribui esse valor de que o senhor disse a partir do momento em que há o superávit primário. Não é isso?

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Na verdade, eu sempre tenho dito que o Governo paga se quiser e se puder. Então, já houve anos em que não pagou, e é o caso do ano passado, em que não foi pago.

No Tribunal de Contas – nós tivemos inúmeras audiências com o Consefaz –, eles dizem que não é papel deles e que eles não têm condições de fazer esses cálculos. Essa é uma decisão realmente política na relação do Congresso, que tem que regulamentar junto com o Executivo.

Esse assunto agora está sendo bastante comentado e está na pauta da Câmara dos Deputados, porque nós já votamos aqui. Existe, inclusive, outra comissão especial da Câmara, mas, pelo fato de a nossa ser do Congresso, ela não precisa tramitar em comissão nenhuma mais. Votada no Plenário da Câmara, ela vem para o Plenário do Senado, e nós teríamos, então, com isso, uma decisão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, acontece que a Fazenda sempre é irredutível, totalmente irredutível! O único aspecto que eles aceitaram foi o de tornar obrigatório o FEX, e, hoje, como nós dissemos, o Governo paga se quiser e se puder.

Mas a situação dos Estados vem se agravando. Então, o Ministro Paulo...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mato Grosso...

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Wellington, só para eu ter conhecimento, Mato Grosso teria hoje qual direito de receber da Lei Kandir anualmente, por exemplo?

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Anualmente, hoje, Mato Grosso recebe por volta de R$500 milhões. Pelos nossos cálculos, seriam R$39 bilhões no total. Hoje, é de R$5 bilhões. O direito dos Estados, pelo que estão exportando atualmente, iria para R$39 bilhões. Então, em Mato Grosso, isso subiria para quase R$6 bilhões, iria de R$500 milhões para quase R$6 bilhões, porque Mato Grosso é o que mais recebe, pois é o que mais exporta também.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Mas existe hoje uma tese em que muitos, inclusive, estão querendo acabar com a Lei Kandir. Então, acabar com a Lei Kandir representa tirar qualquer estímulo às exportações de matérias-primas e de semielaborados.

Então, creio que não há como acabar com a Lei Kandir se não se fizer uma reforma tributária. Eu sou aqui, também, Relator do Projeto de Resolução nº 1, que trata da guerra fiscal. Esse projeto está tramitando aqui há 18 anos. É claro que um projeto desses, se não houver o interesse do Governo para sentar, para conversar e para analisar, não anda, com certeza.

Eu penso que, com relação à vinda do Ministro Paulo, a gente poderia aprovar o requerimento da forma que foi sugerido, para ele fazer uma explanação do que pensa. Mas, pelo menos em relação a essa questão da Lei Kandir, como ela é mais emergencial, que fosse colocada como item claro para se discutir também! Que ele trouxesse a posição ou o posicionamento deste Governo em relação à Lei Kandir! Penso que...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sr. Presidente, se nós pudéssemos já pedir essa súmula do Tribunal de Contas da União de que nós não temos mais o que receber, os Estados...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Posso falar?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Presidente, o que houve na verdade não foi uma súmula. O que houve foi uma manifestação do Presidente da Câmara e uma manifestação do Presidente do Tribunal de Contas, dizendo que, enquanto não se regulamentar, não há obrigação. E é verdade; é assim que está hoje.

Como eu sempre tenho dito, o Governo paga se quiser e se puder. Então, em alguns anos, atrasou; em outros anos, pagou. Inclusive, pagaram dois anos em um ano só. E o ano passado está em atraso; pode ser que neste ano eles paguem os dois anos. Mas o valor é ínfimo, pelo esforço que nós estamos fazendo.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – São mais ou menos 10% do que teria a receber.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – É menos, muito menos! É muito menos! O valor que ele está repassando hoje é de R$1,9 bilhão da Lei Kandir e de R$1,9 bilhão da compensação da Lei Kandir, ou seja, isso não dá nem R$5 bilhões. Mas, pelos cálculos, seriam R$39 bilhões.

Então, penso que seria extremamente importante a gente discutir isso aqui. Qual vai ser o viés? Vai ser o de derrubar a Lei Kandir? Então, para derrubar a Lei Kandir, vamos fazer uma reforma tributária! O foco do Governo hoje é a previdência. Então, vai colocar no segundo foco a reforma tributária? O.k., vamos discutir! Mas não dá para acabar com essa situação, como a do Estado do Rio Grande do Sul... Aliás, hoje, o Estado do Rio Grande do Sul é representado por dois Estados, porque o Mato Grosso também é Rio Grande do Sul, porque estão lá os sulistas. O parque industrial do Rio Grande do Sul está praticamente acéfalo. Por quê? Porque, quanto a esse instrumento da exportação, se não há uma compensação justa, o Estado perde muito. No Estado do Rio Grande do Sul, a situação é muito complexa também.

Mato Grosso tem uma vantagem: é um Estado em abertura. Mas também está sem recursos para infraestrutura, para o Governo atender as necessidades. No nosso Estado, são 900 mil quilômetros quadrados com uma população de menos de 3,5 milhões de habitantes, ou seja, a necessidade de investimento em infraestrutura é muito grande. E lá algumas estradas federais foram construídas com empréstimos do Governo do Estado. Inclusive, nós estávamos falando aqui do Roberto Campos Neto. Foi exatamente o Roberto Campos que, à época, foi eleito Senador de Mato Grosso e que conseguiu, com o projeto Cyborg, recursos internacionais, e, naquele momento, o Estado fez as estradas federais, mas não devolveu.

Então, o mais importante – esta é a nossa preocupação – é essa discussão, porque alguns Estados já estão taxando. Mato Grosso do Sul, Goiás, Mato Grosso estão taxando, e pelo menos 30% da produção têm de ficar no Estado. Mas, em um Estado como o Pará, que, basicamente, explora minério,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

como também em Minas Gerais, a condição é completamente diferente, porque é um produto só. E nós temos a produção agropecuária como um todo.

Então, penso que seria muito oportuno que nós conversássemos com ele, que ele viesse aqui para falar sobre isso.

Presidente, na audiência que tivemos na Comissão de Orçamento, ele manifestou que não tinha ainda nenhum posicionamento. Ele não tinha ainda nenhum posicionamento a esse respeito. Eu conversei com o Presidente do Banco Central que deverá ser sabatinado e que deverá assumir, pelo que observo em todos os pronunciamentos feitos aqui, e ele também manifesta que a política econômica não tem ainda uma definição, principalmente em relação ao FEX, que é o Fundo de Compensação das Exportações.

Por isso, é oportuno a gente aqui discutir a política macro do Governo e, especificamente, o que o Governo pensa em fazer a curto prazo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vamos colocar em votação os requerimentos.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – A sugestão que eu faço, Sr. Presidente, é a seguinte: votar da forma como se deu aqui, genérica, mas com uma observação sobre a Lei Kandir.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O.k.!

Vamos apreciar o requerimento do Senador Luis Carlos Heinze, que...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... trata de convidar o Ministro da Economia, o Chefe da Casa Civil da Presidência e os 27 Governadores de Estado para tratar sobre a Lei Kandir e sobre o endividamento dos Estados.

EXTRAPAUTA

ITEM 5

REQUERIMENTO Nº 2, de 2019

- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública, para debater o endividamento dos Estados brasileiros e os repasses da Lei Kandir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Luis Carlos Heinze

Relatório: pela aprovação.

Aqueles que o aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Da mesma forma, junto, aprova-se o da Senadora Eliziane e o do Senador Tasso Jereissati, que tratam mais ou menos do mesmo assunto.

EXTRAPAUTA

ITEM 8

REQUERIMENTO Nº 7, de 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58 da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o Senhor PAULO GUEDES, Ministro de Estado da Economia, para que apresente as diretrizes e os programas prioritários de sua pasta.

Autoria: Senadora Eliziane Gama

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT. *Fora do microfone*.) – Com a subscrição de todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É uma subscrição.

Aqui há um requerimento da Senadora Daniella, que pede: "Requeiro, nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Educação, Cultura e Esporte e a Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação, com o objetivo de instruir o PLC 142, de 2018, que institui a Política de Inovação Educação Conectada e altera a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000."

EXTRAPAUTA

ITEM 6

REQUERIMENTO Nº 3, de 2019

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer a realização de audiência, em conjunto com a Comissão de Educação, Cultura e Esporte - CE e a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação e Informática - CCT, com o objetivo de instruir o PLC 142/2018, que institui a Política de Inovação Educação Conectada e altera a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000.

Autoria: Senadora Daniella Ribeiro

Aqueles que o aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

E agora vamos apreciar o requerimento do Senador Rogério Carvalho, subscrito pelo Senador Jean Paul: "Requeiro, nos termos da Constituição Federal e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de debater a reforma bancária, abrangendo a necessidade de desconcentração, competição e inovação no sistema financeiro. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: Banco Central; Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor; Prof. Guilherme Santos Melo, da Unicamp; Sr. Paulo Nogueira Batista Júnior, Diretor-Executivo do FMI pelo Brasil."

EXTRAPAUTA

ITEM 7

REQUERIMENTO Nº 4, de 2019

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de debater a Reforma Bancária abrangendo a necessidade de desconcentração, competição e inovação no sistema financeiro.

Autoria: Senador Rogério Carvalho

Aqueles que o aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a nossa reunião, convocando os Srs. Senadores para a semana que vem, dia 26, às 10 horas, aqui.

Bom dia a todos!

(*Iniciada às 10 horas e 10 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 53 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 3ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE FEVEREIRO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e quatro minutos do dia vinte e seis de fevereiro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob as Presidências dos Senadores Omar Aziz, Plínio Valério e Marcelo Castro, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Mecias de Jesus, Fernando Bezerra Coelho, Confúcio Moura, Luiz do Carmo, Ciro Nogueira, Daniella Ribeiro, Tasso Jereissati, Styvenson Valentim, Flávio Bolsonaro, Lasier Martins, Oriovisto Guimarães, Major Olimpio, Jorge Kajuru, Veneziano Vital do Rêgo, Kátia Abreu, Randolfe Rodrigues, Alessandro Vieira, Leila Barros, Eliziane Gama, Jean Paul Prates, Rogério Carvalho, Paulo Paim, Otto Alencar, Angelo Coronel, Rodrigo Pacheco, Marcos Rogério, Wellington Fagundes, Zequinha Marinho, Jorginho Mello, Fabiano Contarato, Luis Carlos Heinze, Eduardo Gomes, Eduardo Girão, Marcos do Val e Paulo Rocha. Deixam de comparecer os Senadores José Serra, Rose de Freitas, Fernando Collor e Irajá. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência declara aberta a reunião e propõe a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 2ª Reunião, que é aprovada. A presidência então comunica que submeteu à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ a consulta nº 1/2017, de iniciativa desta comissão, acerca da constitucionalidade das proposições de iniciativa legislativa que tenham como objeto a criação ou instituição de fundos. Informa que a CCJ decidiu pela inconstitucionalidade, por vício de iniciativa, de quaisquer projetos de lei de autoria parlamentar que instituam fundos cujos recursos sejam geridos e empregados pelos órgãos dos poderes Executivo ou Judiciário, pelo Tribunal de Contas da União, pelo Ministério Público da União ou pela Defensoria Pública da União. A iniciativa legislativa para instituição de fundos orçamentários no âmbito da Câmara dos Deputados e do Senado Federal cabe aos membros ou comissões das respectivas das casas. Não há reserva de iniciativa às propostas de emendas constitucionais que instituam fundos orçamentários, podendo ser apresentadas pelos legitimados, previstos no art. 60, caput, da Constituição Federal, proposições que criem fundos no âmbito de qualquer dos poderes. Sendo assim, informa ainda, as matérias que tinham a tramitação suspensa até a referida manifestação voltam a tramitar neste momento, aguardam a designação de relatores, que terão tal entendimento da CCJ como escopo para a elaboração do relatório. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Mensagem (SF) nº 4, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US$ 73,300,000.00 (setenta e três milhões e trezentos mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Município de Fortaleza, no Estado da Ceará, e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Programa Fortaleza Cidade Sustentável"." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Plínio Valério. **Relatório:** Favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. **Resultado:** A comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto, nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado. Aprovada, também, a apresentação de requerimento de urgência para a matéria, apresentado pelo senador Tasso Jereissati (item 3). **ITEM 2 - Mensagem (SF) n° 8, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US$ 50.000.000.00 (cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Estado da Paraíba e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD (Banco Mundial), cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Programa Paraíba Rural Sustentável"." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Confúcio Moura (*Ad hoc*), substituiu Senador Rogério Carvalho. **Relatório:** Favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado, apresentado pelo senador Confúcio Moura. Fizeram uso da palavra os senadores Oriovisto Guimarães, Alvaro Dias, Veneziano Vital do Rego, Daniella Ribeiro e Tasso Jereissati. Após a leitura do relatório pelo senador Confúcio Moura, fez uso da palavra o senador Veneziano Vital do Rego. **Resultado:** A comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto, nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado. Aprovada, também, a apresentação de requerimento de urgência para a matéria, apresentado pelo senador Veneziano Vital do Rego (item 4). **ITEM EXTRAPAUTA 3 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 11, de 2019** que: "Nos termos regimentais, requeremos urgência para a Mensagem do Senado Federal nº 4 de 2019, que "Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US$ 73,300,000.00 (setenta e três milhões e trezentos mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Município de Fortaleza, no Estado da Ceará, e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Programa Fortaleza Cidade Sustentável"."." **Autoria:** . **Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº 11/2019 – CAE. **ITEM EXTRAPAUTA 4 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 12, de 2019** que: "Nos termos regimentais, requeremos urgência para a Mensagem do Senado Federal nº 8 de 2019, que "Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US$ 50.000.000.00 (cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Estado da Paraíba e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD (Banco Mundial), cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Programa Paraíba Rural Sustentável"."" **Autoria:** . **Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº 12/2019 – CAE. **2ª Parte - Indicação de autoridades**. **ITEM 1 - Mensagem (SF) n° 2, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 84, inciso XIV, combinado com o art. 52, inciso III, alínea d, da Constituição Federal, o nome do Senhor ROBERTO DE OLIVEIRA CAMPOS NETO, para exercer o cargo de Presidente do Banco Central do Brasil." **Autoria:** Presidência da República.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Eduardo Braga. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Após a realização da sabatina, a comissão aprova o nome do senhor Roberto de Oliveira Campos Neto, para exercer o cargo de presidente do Banco Central do Brasil, por 26 votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **ITEM 2 - Mensagem (SF) n° 5, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do o art. 84, inciso XIV, combinado com o art. 52, inciso III, alínea "d", da Constituição, o nome do Senhor BRUNO SERRA FERNANDES, para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Rodrigo Pacheco. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Após a realização da sabatina, a comissão aprova o nome do senhor Bruno Serra Fernandes, para exercer o cargo de diretor do Banco Central do Brasil, por 26 votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **ITEM 3 - Mensagem (SF) n° 7, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do o art. 84, inciso XIV, combinado com o art. 52, inciso III, alínea "d", da Constituição, o nome do Senhor JOÃO MANOEL PINHO DE MELLO, para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Wellington Fagundes. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Após a realização da sabatina, a comissão aprova o nome do senhor João Manoel Pinho de Mello, para exercer o cargo de diretor do Banco Central do Brasil, por 26 votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **ITEM 4 - Mensagem (SF) n° 6, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 6º da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, com redação dada pelo art. 1º, da Lei 10.411, de 26 de fevereiro de 2002, o nome da Senhora FLÁVIA MARTINS SANT´ANNA PERLINGEIRO para exercer o cargo de Diretora da Comissão de Valores Mobiliários – CVM." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Tasso Jereissati. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Após a realização da sabatina, a comissão aprova o nome da senhora Flávia Martins Sant'Anna Perlingeiro, para exercer o cargo de diretora da Comissão de Valores Mobiliarios, por 26 votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Durante a sabatina fazem uso da palavra os (as) Senadores (as) Eduardo Braga, Rodrigo Pacheco, Wellington Fagundes, Tasso Jereissati, Álvaro Dias, Luiz do Carmo, Styvenson Valentim, Ângelo Coronel, Otto Alencar, Jorge Kajuru, Plínio Valério, Rogério Carvalho, Major Olímpio, Mecias de Jesus, Fernando Bezerra Coelho, Flávio Bolsonaro, Kátia Abreu, Marcos Rogério, Jean Paul Prates e Marcelo Castro. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e dezenove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Omar Aziz

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/02/26

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Bom dia!

Declaro aberta a 3ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 2ª Reunião.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Na Legislatura passada, havia alguns projetos de criação de fundos se iniciando por esta Comissão. Foi feita uma consulta à Comissão de Constituição e Justiça acerca da constitucionalidade da iniciativa legislativa que tenha como objeto a criação ou a instituição de fundos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania decidiu pela inconstitucionalidade por vício de iniciativa de quaisquer projetos de lei de autoria parlamentar que instituam fundos cujos recursos sejam geridos e empregados pelos órgãos dos Poderes Executivo ou Judiciário, pelo Tribunal de Contas da União, pelo Ministério Público da União ou pela Defensoria Pública da União. A iniciativa legislativa para a instituição de fundos orçamentários no âmbito da Câmara dos Deputados e do Senado Federal cabe aos membros ou comissões das respectivas Casas. Não há reserva de iniciativa às propostas de emendas constitucionais que instituam fundos orçamentários, podendo ser apresentadas, pelos legitimados previstos no art. 60, *caput*, da Constituição Federal, proposições que criem fundos no âmbito de qualquer dos Poderes.

Sendo assim, as matérias que tinham a tramitação suspensa até a referida manifestação – ao todo, são seis projetos criando fundos aqui nesta Comissão – voltam a tramitar e, neste momento, aguardam a designação de relatores, que terão tal entendimento da CCJ como escopo para a elaboração do projeto.

Mensagem nº 4, de 2019.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 4, de 2019

- Não terminativo -

Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US$73,300,000.00 (setenta e três milhões e trezentos mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Município de Fortaleza, no Estado do Ceará, e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Programa Fortaleza Cidade Sustentável".

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Plínio Valério

Relatório: favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta.

Vou passar a palavra ao Relator, para que ele faça a leitura do seu relatório.

Eu queria aqui dizer às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores que, caso nós não aprovemos esses dois empréstimos, tanto o da cidade de Fortaleza como o da Paraíba, e não os votemos em plenário hoje, eles perderão esses empréstimos porque se expira no dia 20 de março a validade. E, quanto à

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tramitação, quem já procurou empréstimo sabe que não basta sair desta Comissão para ser resolvida no dia seguinte, no Governo, a assinatura final desse empréstimo.

Então, como se trata de duas localidades do Nordeste – o Estado da Paraíba e a cidade de Fortaleza –, eu pedi ao Senador Plínio e ao Senador... O Senador Confúcio vai relatar isso, porque parece que o Relator do caso da Paraíba não chegou a tempo.

Então, Senador Plínio, vamos votar, primeiro, o empréstimo da cidade de Fortaleza e depois vemos o da Paraíba. O.k.?

O Senador Plínio está com a palavra.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM. Para leitura de relatório.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu vou me permitir não ler o relatório de "a" a "z", posto que está publicado, todo mundo tem conhecimento, e hoje o dia aqui é muito cheio. Vou resumir naquilo que eu considero de mais importante.

Trata-se de parecer da Comissão de Assuntos Econômicos sobre a Mensagem nº 4, de 2019, do Presidente da República, que solicita autorização do Senado Federal para que seja contratada operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$73.300.000,00 (setenta e três milhões e trezentos mil dólares dos Estados Unidos da América), entre o Município de Fortaleza, no Estado do Ceará, e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do “Programa Fortaleza Cidade Sustentável”.

Eis o relatório, Presidente.

A Mensagem nº 4, de 2019, do Presidente da República, contém pleito para que seja autorizada operação de crédito externo, com garantia da União, do Município de Fortaleza, no Estado do Ceará, junto ao Bird.

O objetivo geral do Programa é promover a integração entre os ambientes natural e construído no Município de Fortaleza, de modo a impactar positivamente na saúde ambiental e na segurança da população. Para tanto, é prevista a execução de despesas ao longo de seis anos em dois componentes, “Recuperação do Ambiente Social, Urbano e Ambiental” e “Governança, Planejamento e Gestão Urbana e Ambiental”.

O primeiro componente se divide em três subcomponentes: “Águas da Cidade”, determinado à melhoria das condições sanitárias e da balneabilidade das praias de Fortaleza; “Rede de Sistema Naturais”, destinado à oferta de áreas de lazer para as áreas mais pobres no Município; e “Reciclando Atitudes”, ligado à ampliação da coleta seletiva de lixo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O programa em questão foi considerado como passível de obtenção de financiamento externo pela Comissão de Financiamentos Externos (Cofiex), na forma da Recomendação nº 03/0112, de 15 de dezembro de 2015, homologada pelo então Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão em 11 de fevereiro de 2016. A operação foi ainda credenciada no Banco Central do Brasil sob o Registro de Operações Financeiras em 6 de junho de 2017.

Análise.

O art. 52, inciso V, da Constituição Federal confere ao Senado Federal a competência para autorizar operações externas de natureza financeira de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Cabe também a esta Casa dispor sobre limites globais e condições para as operações de crédito externo dos entes da Federação, inclusive suas autarquias e entidades controladas, e para a concessão de garantia da União para as referidas operações.

Essas normas constam das Resoluções nºs 40 e 43, de 2001, e nº 48, de 2007, todas do Senado Federal.

Nesse sentido, a Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda presta as devidas informações sobre as finanças da União, na condição de garantidora da operação, bem como analisa as informações referentes ao mutuário.

A Copem declara que o Município de Fortaleza atende a regra de ouro das finanças públicas nos exercícios financeiros de 2017 e 2018.

Em relação a esse último aspecto, convém observar que a STN estipulou prazo de validade da verificação dos limites do art. 7º da RSF nº 43, de 2001, de 270 dias.

E aqui a única coisa a salientar, senhores e senhoras, é que, embora as decisões pretéritas da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) em questões de ordem não constituam automaticamente jurisprudência, é razoável seguir o encaminhamento proposto pela então Presidente desta Comissão, ex-Senadora Gleisi Hoffmann, durante a 9ª Reunião da CAE, em 12 de abril de 2016, quando da exposição das razões de indeferimento da questão de ordem formulada, em 5 de abril de 2016, pelo então Senador Ricardo Ferraço, relativo à conduta do Senado Federal diante de pareceres com análise vencida dos limites de endividamento.

À época, a Presidência da CAE declarou que, se, durante o exame de determinado pleito, a análise da STN estivesse vencida, o Senado Federal poderia discutir e votar a matéria normalmente, pois as resoluções do Senado Federal acerca de operações de crédito têm caráter tão somente autorizativo, não impondo ao mutuário a obrigação de contratar. Neste ponto pairava, até então, Sr. Presidente, na Legislatura passada, alguma dúvida que já não há mais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em prosseguimento à análise, ainda de acordo com a Copem, existe declaração do Chefe do Poder Executivo do Município de Fortaleza, no Sistema de Análise de Dívida Pública, Operações de Crédito e Garantias da União, Estados e Municípios, comprovando que o programa está incluído no Plano Plurianual para o quadriênio 2018-2021.

Em relação à adimplência, a Copem afirma que o Município de Fortaleza está adimplente com os financiamentos e refinanciamentos concedidos pela União ou garantias por ela honradas, além de entender que a verificação da adimplência do ente relativamente ao pagamento de precatórios deverá ocorrer no momento da assinatura do contrato de garantia.

A Copem revela ainda que a União apresenta margem para a concessão da garantia pleiteada.

Ademais, a Copei cita o memorando emitido pela Coordenação-Geral de Operações da Dívida Pública atestando e confirmando tudo o que a lei exige. Esse documento demonstra que o custo efetivo da operação, flutuante conforme a variação da taxa de seis meses para o dólar dos Estados Unidos da América, mais a margem variável definida pelo banco, está situado em 4,1% ao ano para uma duração de 14,07 anos.

Em resposta à garantia a ser concedida pela União, o Município de Fortaleza oferecerá contragarantias sob a forma de vinculação da parcela municipal da arrecadação com impostos federais, conforme previsto nos arts. 158 e 159 da Constituição Federal.

A seu tempo, por meio da Nota Técnica SEI nº 21, de 5 de março de 2018, a Coordenação-Geral das Relações e Análise Financeira dos Estados e Municípios expõe que a classificação final da capacidade de pagamento do Município de Fortaleza é "A", de modo que a operação de crédito pleiteada atendeu a um dos requisitos para a sua elegibilidade à concessão de garantia da União.

Por sua vez, a Coordenação-Geral de Operações Financeiras Externas da União (COF) da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), por intermédio do Parecer SEI nº 45, de 18 de maio de 2018, frisa que as minutas contratuais não contêm disposição de natureza política, atentatória à soberania nacional e à ordem pública, contrária à Constituição e às leis do País.

Enfim, tentando resumir, tanto a STN como a PGFN não apresentam óbices para a autorização do presente pleito, que se encontra de acordo com o que preceitua a legislação vigente.

Voto.

Ante o exposto, apresentamos voto favorável à autorização pleiteada na Mensagem nº 4, de 2019, nos termos do seguinte projeto de resolução, Sr. Presidente – não vou ler os artigos, só a ementa:

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº , DE 2019

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoriza o Município de Fortaleza, situado no Estado do Ceará, a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), no valor de até US$73.300.000,00 (setenta e três milhões e trezentos mil dólares dos Estados Unidos da América).

Aí vêm os artigos e parágrafos que legalizam e tornam possível que Fortaleza possa fazer esse empréstimo.

Diante do exposto, lido o relatório, peço a compreensão dos membros da CAE.

Foi o máximo que eu pude fazer, Presidente, resumindo, para não tomar tanto tempo assim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador Plínio.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queria discutir a matéria, encerro a discussão.

Em votação o relatório do Senador Plínio Valério.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

O Senador Tasso Jereissati tinha pedido a palavra.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – Senador Omar Aziz, ao pedir que seja requerida urgência na tramitação desse projeto, pelos motivos que V. Exa. já nomeou, eu queria agradecer também, em nome da cidade de Fortaleza, a presteza com que V. Exa. encaminhou esse projeto, sabedor das dificuldades e dos prazos que nós estávamos enfrentando. Fortaleza agradece a sua presteza e a sua eficiência em colocar esse projeto em votação.

Ao mesmo tempo, quero agradecer o relatório do Senador Plínio Valério, que, com a mesma presteza e eficiência, fez esse relatório, dando à cidade de Fortaleza esses recursos tão necessários para a sua população.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vou colocar em discussão o requerimento feito pelo Senador Tasso, para que seja votado em urgência ainda hoje, em Plenário.

EXTRAPAUTA

ITEM 3

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO Nº 11, de 2019

- Não terminativo -

Nos termos regimentais, requeremos urgência para a Mensagem do Senado Federal nº 4 de 2019, que "propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US$73,300,000.00 (setenta e três milhões e trezentos mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Município de Fortaleza, no Estado da Ceará, e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do 'Programa Fortaleza Cidade Sustentável'".

Autoria: Senador Tasso Jereissati

Em votação. (*Pausa.*)

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento de urgência do Senador Tasso Jereissati.

Que a cidade de Fortaleza possa fazer bom uso desses recursos! Nós sabemos das dificuldades em que as cidades e os Estados se encontram. Esses recursos que são captados do Banco Interamericano são recursos subsidiados, são recursos com os juros baixos, quer dizer, é possível se fazer um bom trabalho, e vários Estados já fizeram isso.

Vamos ao segundo empréstimo. O Relator seria o Senador Rogério Carvalho, mas o nosso querido amigo do Estado de Rondônia, Senador e ex-Governador Confúcio Moura será o Relator *ad hoc* e fará a leitura do relatório.

Terá a palavra o Senador Confúcio para fazer a leitura do relatório do empréstimo.

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 8, de 2019

- Não terminativo -

Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US$50.000.000.00 (cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estado da Paraíba e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD (Banco Mundial), cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Programa Paraíba Rural Sustentável".

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Confúcio Moura

Relatório: não apresentado.

O Senador Rogério Carvalho foi o Relator, mas o Senador Confúcio Moura...

Pois não, Senador.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, antes da leitura do relatório, eu gostaria de chamar a atenção, talvez, se o Sr. Presidente concordasse, para que nós suspendêssemos a análise desse pedido, uma vez que ele chega até nós por força de decisão judicial ainda em forma de liminar, e não por força de uma decisão definitiva, podendo ser alterado no próprio Supremo.

O Estado da Paraíba buscou essa decisão judicial para superar um óbice que, a meu ver, é muito sério, uma vez que o Estado não vem cumprindo a Lei de Responsabilidade Fiscal e, no que diz respeito ao Poder Executivo, está com 51% de gastos. Ainda hoje, o jornal *Valor Econômico* traz uma reportagem que diz que, de acordo com o Tesouro, a Paraíba já estourou o teto em quadrimestres anteriores e tem só mais quatro meses para se ajustar e não receber sanções.

Eu quero lembrar que esta mesma CAE, por autoria até do Senador Tasso Jereissati, em casos anteriores em que o processo chegou até nós por decisão provisória judicial, suspendeu esses processos e tentou modificar o próprio Regimento, para que esses processos não fossem apreciados. Infelizmente, isso foi para a Comissão de Constituição e Justiça, ainda não foi alterado. Então, o fato se repete. Mas me parece grave quando um Estado não cumpre a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Eu quero dizer que, se fosse o Estado do Paraná, se fosse o meu Estado, a minha posição seria a mesma. Não tenho nada contra o Estado da Paraíba. Eu adoraria poder aprovar, como adorei poder votar a favor de um empréstimo para Fortaleza. Sei que esses empréstimos são importantes, sei que esses empréstimos ajudam o povo daquele Estado, sei o quanto de trabalho tiveram para chegar até aqui, mas devo levantar essa questão porque nós precisamos ter uma norma. Haverá outros processos de outros Estados em situações idênticas. Se, de repente, o Senado aprova uma Lei de Responsabilidade Fiscal que não é cumprida e se nós, por decisão provisória da Justiça, resolvemos ignorar a lei, que não é cumprida, como ficam as coisas?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, isso me preocupa muito. Eu pediria a análise e o pensamento dos meus pares, porque nós não estamos votando apenas o caso da Paraíba, nós estamos estabelecendo uma norma que deveremos seguir em outros casos idênticos.

Era o que eu tinha a observar, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É só um minutinho.

Senador Oriovisto, existe uma liminar. Eu, como Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, na minha vida toda, sempre cumpri decisão judicial.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Perfeito!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A decisão judicial é discutida no âmbito da Justiça. Eu posso até discordar dela, mas eu a cumpro. Já as cumpri como Governador, como Vice-Prefeito, como Secretário de Segurança, como Secretário de Obras, cargos que exerci na minha vida toda. Mas decisão judicial é decisão judicial. Se a gente não concordar com ela, a gente recorre da decisão judicial. Esse é o primeiro ponto.

Segundo ponto: o Senador Tasso realmente tem uma resolução que ainda está na Comissão de Constituição e Justiça. Mas, no ano passado, como membro desta Comissão, aprovamos dois projetos com liminares, dois empréstimos com liminares. Por isso, sei da sua preocupação, que não diverge da minha preocupação em colocarmos recursos em Estados que, amanhã ou depois, não terão capacidade para fazer o pagamento ou prejudicarão outros serviços do Estado. Mas eu não estou aqui para discutir decisão judicial; estou aqui para cumpri-la. Por isso, infelizmente, não vou poder atender a sua questão de ordem, mas podemos nós, como Senadores, pedir à Comissão de Constituição e Justiça que a resolução apresentada pelo Senador Tasso Jereissati seja aprovada aqui, para que, quando houver uma decisão judicial cujo mérito não tenha sido discutido nem decidido, nós nem possamos iniciar a discussão em relação a isso.

Quando isso é encaminhado para cá, a CGU analisa, todos do Governo Federal analisam. Não chega essa decisão aqui diretamente do Governo da Paraíba ou de qualquer Governo. Isso passa pelos trâmites do Governo Federal, até porque quem é o avalista final do empréstimo é o Governo Federal, não é só o Estado da Paraíba. Então, existe todo um processo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu sei da sua preocupação, que é a preocupação de todos os pares. Até os Senadores da Paraíba estão preocupados com essa questão. Qual é o interesse deles em colocar o Estado numa situação de endividamento em que o Estado não possa pagar?

Mas não posso atender ao seu questionamento – e peço desculpas a V. Exa. – por essa questão, por princípios. Eu discordo de muitas decisões que a Justiça toma, mas cumpro as decisões judiciais. Se há uma decisão aqui, uma liminar, eu a cumprirei.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB) – Sr. Presidente...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Com a palavra o Senador Alvaro Dias.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ah, sim, desculpa!

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu gostaria de acatar a decisão de V. Exa., mas sem prejuízo de registrar a relevância da intervenção do Senador Oriovisto. Não é a primeira vez em que se discute esse tema aqui no Senado Federal.

O cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal tem sido empurrado para as calendas. O Conselho de Gestão Fiscal, instituído na Lei de Responsabilidade Fiscal, não foi até hoje constituído. Nós convalidamos aqui iniciativas do Executivo em relação a endividamento dos entes federativos sem a análise técnica de profundidade que se exige especialmente no respeito à legislação vigente, sobretudo à Lei de Responsabilidade Fiscal. Com isso, nós nos tornamos cúmplices desse endividamento irresponsável do País. As operações compromissadas que são hoje utilizadas para a rolagem da dívida pública chegam a R$1,1 trilhão, o que é correspondente a 16% do Produto Interno Bruto, quando, em 2006, correspondiam apenas a 2,3%.

Portanto, esse endividamento está levando o País à bancarrota. Nós estamos quebrando o País e abastecendo, por consequência, o caixa das instituições financeiras privadas, que se valem da rolagem dos títulos públicos para aumentar lucros estratosféricos.

Mas é fundamental dizer que de nada adianta fazer uma reforma da previdência como milagre próximo. A reforma da previdência hoje é cantada em prosa e verso como o próximo milagre, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

salvação da lavoura, a solução de todos os problemas do País. De nada adianta uma reforma da previdência se nós não cuidarmos do endividamento. O País se endivida de forma assombrosa. Não há nada no cenário internacional que possa ser comparado ao que ocorre no Brasil, sobretudo o impacto da dívida pública na economia nacional, o custo dessa dívida. Fala-se de uma reforma da previdência que vai economizar R$1 trilhão em dez anos, mas só o pagamento de juros da dívida pública consumirá, em dois anos e meio, essa economia de mais de R$1 trilhão com a reforma da previdência, que sacrificará, inclusive, direitos adquiridos.

Portanto, Sr. Presidente, é relevante a questão de ordem do Senador Oriovisto. Nós nos quedamos à decisão porque já há jurisprudência firmada nesta Comissão, há precedentes estabelecidos, mas nós precisamos mudar isso, nós precisamos mudar essa jurisprudência, nós precisamos acabar com esses precedentes e temos que iniciar um novo tempo aqui também no Senado Federal para mudar este País para melhor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Com a palavra o Senador Veneziano e, depois, a Senadora Daniella.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB) – Eu gostaria de fazer...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho!

Senador Alvaro, eu acho que é unânime a gente concordar com o Senador Oriovisto, que falou há pouco. Só que eu estou cumprindo a lei. Vou cumprir a lei aqui, independentemente da questão política.

Mas eu acho que nós temos um modo para acabar com isso, é só votar o projeto do Senador Tasso Jereissati na CCJ. Aprovaremos e acabaremos com esse problema.

Com a palavra o Senador...

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB) – Sr. Presidente, eu me comprometo com V. Exa. e com todos os demais companheiros, até porque temos uma agenda longa a cumprir no dia de hoje, a não fazer discursos e fugir do tema central. Eu não haveria de impingir aos demais companheiros esse tipo de atitude.

E digo mais a V. Exa., primeiro registrando a sensibilidade que V. Exa. teve desde a semana passada, quando nos recebeu, quando recebeu o chefe do Executivo estadual, quando atendeu também a uma sugestão para se acostar a esta sessão extraordinária, ao lado do pleito autorizativo para a cidade capital do Ceará, Fortaleza. Eu quero primeiro agradecer a V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E digo mais: quanto às preocupações que foram expostas, Sr. Presidente, eu não me coloco como integrante dessa unanimidade. Bastaria que nós pudéssemos ter tido o cuidado para ouvir o denso relatório que foi feito pelo Senador Rogério Carvalho, que vai ser lido pelo Senador Confúcio Moura, para não se colocar absolutamente dúvida alguma, mínima que fosse, em relação à capacidade que o Estado da Paraíba tem de poder contrair.

Pergunto a V. Exa., que já respondeu indeferindo a questão de ordem – e eu gostaria muito de crer que a inquietude só se reserve às questões técnicas: quem mais poderia fazê-lo senão aquele que está se apresentando como garantidor, Presidente? Quem mais poderia fazê-lo senão a STN? Eu já fui chefe de Executivo e sei muito bem quão duros e quão exigentes e criteriosos são os integrantes da Secretaria do Tesouro Nacional.

Então, a V. Exa. faço o pedido para que nós possamos ler o relatório. E há demonstração no relatório, repito, denso e incontroverso, da capacidade de um Estado que, durante oito anos, cumpriu rigorosamente os seus deveres, está com a nota "B", colocou-se como o primeiro Estado do Nordeste com melhor competitividade e o décimo entre todas as unidades da Federação. Seria, de fato, uma agressão ao Estado da Paraíba e aos paraibanos desconhecer esse direito. Há dois anos, nós temos lutado e, quando se chega à constatação... E o próprio Governo Federal – reservo-me aqui a fazer justiça –, identificando isso por força do amplo estudo técnico da PGR e também da Secretaria do Tesouro Nacional, levou o encaminhamento ao Senado Federal.

Portanto, primeiro, o meu reconhecimento à sua sensibilidade. E o pedido que faço é à compreensão e igual sensibilidade dos demais companheiros, para que nós votemos esse justo pleito do Estado da Paraíba e dos paraibanos.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Com a palavra a Senadora Daniella, por favor.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB. Pela ordem.) – Sr. Presidente, colegas Senadores e Senadoras, eu me sinto, como paraibana, ainda mais tranquila, porque, além disso, sou oposição ao Governador do Estado. É importante que eu faça esta fala, até porque tive os cuidados que são necessários, não só por questões da Paraíba, mas do País como um todo. E, assim como os colegas, aqui agradeço. Tenho a certeza de que, como V. Exa. colocou muito bem, para chegar até aqui, a matéria teve que passar por todos os trâmites e estar de acordo com aquilo que a lei defende, prescreve ou escreve.

É importante dizer que, já no relatório, como bem colocou o meu colega Senador Veneziano, o Estado já apresenta classificação final de capacidade de pagamento "B". Então, ele atende às normas que são prescritas e que são necessárias para que a gente possa aprovar. No mais, há o meu compromisso e o compromisso de cada um de nós de fiscalização daquilo que vai ser feito, realizado,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que se propõe através da justificativa para o pedido desse empréstimo, que tem que ter a autorização do Senado Federal.

Fiz questão de fazer esta fala, mesmo como oposição, mas em defesa do povo do meu Estado, vendo que o Estado da Paraíba tem condições, sim, de pagamento e de endividamento de fato por tudo aquilo que foi posto – e o próprio relatório vai mostrar isso a cada um de nós. Eu não poderia deixar de fazer este registro, defendendo isso, assim como defenderia qualquer outro Estado nas mesmas condições.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Com a palavra o Senador Confúcio para fazer a leitura do relatório do empréstimo.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE. *Fora do microfone*.) – Sr. Presidente, por favor...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador Tasso.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE. Pela ordem.) – Já que foi citada uma decisão nossa, de quando nós estávamos da Presidência da CAE, eu queria esclarecer o seguinte: foi uma decisão tomada por este Plenário, da qual V. Exa. participou, de que, aberto o precedente, nós iríamos, ora em diante, apenas colocar em votação aqueles projetos que fossem aprovados sem liminar ou até que o mérito fosse julgado.

O grande problema, Senador Omar Aziz, é que nós estamos indo... Eu esclareço logo aqui, porque estou vendo o Senador Veneziano olhando com uma cara feia para mim, que eu não vou votar contra em função de todas as coisas colocadas.

Acho que é a primeira votação que tem esse caso na sua gestão, mas nós estávamos com um processo de judicialização em que as liminares estavam proliferando – e elas estão proliferando –, não valendo mais os conceitos técnicos da Secretaria do Tesouro Nacional.

Então, como precaução, entendendo a posição de V. Exa., eu gostaria de ressalvar que a colocação feita pelo Senador Oriovisto foi bastante oportuna e relevante, para que, doravante, de agora em diante, nós tenhamos uma regra em relação a esses empréstimos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Tem a palavra o Senador Confúcio.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Para leitura de relatório.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, o Exmo. Senador Rogério Carvalho, Relator

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desse procedimento, por impedimento pessoal, com outros compromissos já assumidos, pediu-me que eu aqui fizesse a leitura e a defesa do seu relatório.

Como esse relatório tem 14 páginas e como todos tiveram acesso a ele anteriormente – prova disso é que o Senador Oriovisto fez suas observações, estudando o relatório previamente –, para não me delongar muito, eu vou fazer uma leitura resumida.

O projeto autoriza a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US$50 milhões, entre o Estado da Paraíba e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do Projeto Paraíba Rural Sustentável, que tem como finalidade beneficiar comunidades rurais com investimentos em abastecimento de água entre outras áreas.

E, assim, no transcurso do relatório, o Senador Rogério explica: fundamentada nos parâmetros que ela utiliza para avaliar o risco de a União conceder a garantia solicitada, a STN entendeu que o Estado da Paraíba apresenta suficiência de contragarantias oferecidas e capacidade de pagamento para fazer frente a esse acréscimo de endividamento.

Assim, embasada em estudo sobre o comprometimento das transferências federais e das receitas próprias do Estado, afirma que há disponibilidades financeiras para a cobertura das obrigações advindas do empréstimo, pois as margens disponíveis apuradas são suficientes para cobrir eventual dívida que venha a ser honrada pela União, conforme consignado no Memorando SEI nº 80, de 27 de novembro de 2018.

As leis estaduais também foram aprovadas, por fim, em 2018.

Salto para o voto.

Voto.

Em conclusão, a operação de crédito em exame atende as exigências previstas nos arts. 6º, 7º e 21 da Resolução nº 43, de 2001, observando, assim, os limites de endividamento nela estabelecidos, assim como o previsto na Resolução nº 40, de 2001, também do Senado Federal.

Ele expõe o seu projeto de resolução esboçado na forma regimental e conclui pela aprovação do empréstimo.

É esse o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em discussão. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra o Senador Veneziano.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB. Para discutir.) – Sr. Presidente, só quero fazer dois registros – e V. Exa. há de compreender, de entender e de me perdoar – daquilo que mais toca a profundidade e a condição de paraibano.

Existem dois parágrafos, além da leitura que se permitiu fazer o nosso ex-Governador, Senador Confúcio Moura, de forma muito sensível, por força da ausência do Senador Rogério Carvalho, que dizem o seguinte, Sr. Presidente, até para que nenhum companheiro ou companheira possa seguir simplesmente porque há um sentimento majoritário, mas ter a plena compreensão de que não se está fazendo um favor ao Estado da Paraíba, mas se está reconhecendo a condição da Paraíba, um Estado com limites territoriais visíveis e constatáveis, com limitações econômicas, mas que, durante esses oito anos, trabalhou para chegar a essa condição. Diz-se o seguinte:

> Mais ainda, de acordo com a Coordenação-Geral das Relações e Análise Financeira dos Estados e Municípios – Corem, da STN, em sua Nota Técnica SEI nº 119, de 30 de outubro de 2018, os resultados financeiros obtidos no estudo demonstram que o Estado apresenta classificação final da capacidade de pagamento "B". Ficam atendidos, assim, os requisitos que tornam a operação pretendida elegível para recebimento de garantia da União, nos termos definidos na Portaria do Ministério da Fazenda nº 501, de 2017 [Sr. Presidente]. Note que, como enfatizado no relatório, a operação de crédito pleiteada apresenta custo efetivo favorável [Senador Eduardo Braga].
> Por fim, quanto às exigências de adimplência, fica destacado no processado que o Estado da Paraíba não possui pendências com a União relativamente aos financiamentos e refinanciamentos dela recebidos. Quanto à verificação de sua adimplência financeira [Senador Kajuru] em relação à Administração Pública Federal e suas entidades controladas, inclusive sobre a prestação de contas dos recursos dela recebidos, nos termos da Resolução nº 41, de 2009, do Senado Federal, deverá ela ser verificada por ocasião da assinatura do contrato de garantia.

Então, Sr. Presidente, eu peço, renovando e reiterando o agradecimento a V. Exa. e a sua sensibilidade, para que nós todos acostemos em torno de um propósito que é plenamente defensável: o de a Paraíba contrair, como garantista havendo o Governo Federal, esses valores de US$50 milhões, que servirão para a continuidade de um projeto importantíssimo, principalmente para o Semiárido do nosso Estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em votação o relatório do Senador Rogério Carvalho, relatado *ad hoc* pelo Senador e ex-Governador Confúcio Moura.

As Senadoras e os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB) – Sr. Presidente, se V. Exa. me permitir, valendo-me do pedido que também foi feito pelo Senador Tasso Jereissati no tocante à autorização deste Colegiado para o empréstimo ao Município de Fortaleza, capital do Estado do Ceará, eu pediria a V. Exa. para, em regime de urgência, transferir ao Plenário a decisão final sobre esse nosso pleito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vou colocar em votação o requerimento de urgência proposto pelo Senador.

EXTRAPAUTA

ITEM 4

REQUERIMENTO Nº 12, de 2019

- Não terminativo -

Nos termos regimentais, requeremos urgência para a Mensagem do Senado Federal nº 8 de 2019, que "Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US$ 50.000.000.00 (cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Estado da Paraíba e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD (Banco Mundial), cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Programa Paraíba Rural Sustentável"."

Autoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo

Em votação.

As Senadoras e os Senadores que concordam com o requerimento do Senador Veneziano permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovada a apresentação de requerimento de urgência para a matéria, que será encaminhada ao Plenário ainda hoje para ser votada.

Pedindo desculpa ao Senador Oriovasto...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – Oriovisto.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Oriovisto – desculpa! –, concordo com a sua tese em gênero, número e grau. Nós temos que fazer uma mudança nisso, mas eu não vou discordar de uma liminar aqui.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – Sr. Presidente, as suas explicações foram convincentes, como também as explicações dos colegas. Não era nada tão específico...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não é nada demais, é verdade. Não é nada demais!

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – Não é nada demais.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não é nada pessoal.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – É uma questão formal, porque eu tenho um grande amor pela Lei de Responsabilidade Fiscal e acho que o Brasil precisa cumprir essa lei, não só o Estado da Paraíba, mas todos os Estados. Eu tenho a intenção, inclusive, de apresentar algumas propostas de lei com base nisso, mas é coisa para o futuro. Não é nada contra a Paraíba, e sei que o dinheiro vai ser bem usado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado.

Agora vamos à sabatina do Presidente do Banco Central, dos dois Diretores e da Diretora da CVM.

Eu quero convidar o Sr. Roberto de Oliveira Campos Neto, o Sr. Bruno Serra Fernandes, o Sr. Manoel Pinho de Mello e a Sra. Flávia Martins Sant'Anna Perlingeiro para que possam tomar assento à mesa. (*Pausa.*)

Srs. Senadores e Sras. Senadoras, nós passaremos a palavra ao Sr. Roberto de Oliveira Campos Neto, para que ele possa fazer uma breve exposição do que ele pretende fazer à frente do Banco Central.

Logo após a breve exposição de todos os membros que estão à mesa, nós passaremos a palavra aos Relatores, para que façam as devidas perguntas a eles.

Depois, nós vamos estabelecer uma regra aqui em que nós ouviremos quatro Senadores.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Os sabatinados responderão aos quatro Senadores, e assim por diante, porque já estão inscritos 21 Senadores.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – A ponderação é a de que fossem ouvidos de cinco em cinco, porque são 21 Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sem problema, podem ser cinco Senadores. As perguntas se repetirão, às vezes, e vamos evitar fazer perguntas repetitivas aqui. Isso é normal numa sabatina como essa.

O Sr. Roberto de Oliveira Campos Neto está com a palavra.

O SR. ROBERTO DE OLIVEIRA CAMPOS NETO (Para exposição de convidado.) – Muito obrigado, Presidente.

Bom dia a todos!

Exmo. Senador Omar Aziz, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos; Exmo. Sr. Senador Plínio Valério, Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos; Exmo. Sr. Eduardo Braga, Relator do processo que trata da indicação de meu nome ao cargo de Presidente do Banco Central do Brasil; Exmas. Sras. Senadoras; Exmos. Srs. Senadores; demais autoridades presentes; representantes da imprensa e aqueles que nos assistem pela TV Senado; senhoras e senhores presentes, muito bom dia!

É com enorme honra e satisfação que compareço a esta Comissão na condição de indicado ao cargo de Presidente do Banco Central do Brasil.

Agradeço ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, pela honra concedida ao indicar meu nome à apreciação desta Casa e pela confiança em mim depositada, por intermédio de S. Exa. o Sr. Ministro da Economia, Paulo Guedes, para desempenhar missão tão relevante.

Esta arguição pública é uma importante amostra da governança do arcabouço institucional de nossa República, que, conforme nossa Constituição Federal, estabelece que os membros da diretoria colegiada do Banco Central sejam indicados pelo Poder Executivo e aprovados pelo Legislativo.

Permitam-me, inicialmente, falar um pouco sobre minha trajetória.

Meus estudos formais em Economia têm sido complementados por uma rica experiência prática. Tenho ampla e diversificada experiência profissional, atuei em diferentes instituições financeiras e fui responsável por tesourarias no Brasil e no exterior, tratando de temas relativos aos setores público e privado, bem como de temas diretamente ligados à atuação do Banco Central.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ao longo dos últimos anos, tenho estudado e me dedicado intensamente ao desenho de como será o sistema financeiro do futuro e o papel da evolução tecnológica nesse cenário. Pretendo levar a minha experiência e a minha perspectiva sobre esse assunto para o Banco Central, caso esta Casa me conceda a honra de servir como Presidente daquela autarquia.

Além disso, por ter atuado em diversos países, pude acompanhar de perto a história recente da modernização das políticas econômicas na América Latina e interagir com seus formuladores.

Também participei da criação de grandes tesourarias internacionais na América Latina com foco em clientes estrangeiros. Graças a essa experiência, acumulei vasto conhecimento do segmento de fluxo de investimento internacional, o que espero utilizar em prol do desenvolvimento do País, por meio da promoção do investimento privado, seja ele de origem nacional ou estrangeira.

Tendo em vista a minha atuação ao longo das últimas décadas, que me permitiu acumular os conhecimentos e experiências necessários para fazer parte do grande desafio que o Brasil precisa enfrentar, estou convicto de que posso contribuir para o desenho de um País melhor no desempenho do cargo de Presidente do Banco Central do Brasil.

Exmas. Sras. Senadoras, Exmos. Srs. Senadores, à frente do Banco Central manterei seu trabalho incansável na busca do cumprimento de sua missão de assegurar a estabilidade do poder de compra da moeda, entendida como cumprimento da meta para a inflação definida pelo Conselho Monetário Nacional, e de assegurar um sistema financeiro sólido e eficiente.

O período recente foi repleto de desafios. Após o período de alta no preço de *commodities* que beneficiou a economia brasileira ao longo dos anos 2000, o País sofreu um grande revés. Políticas econômicas excessivamente intervencionistas levaram ao aumento da inflação e a uma recessão profunda com grave piora nas contas públicas.

O ano de 2015 se encerrou com a inflação em quase 11% e sem perspectivas sólidas de reversão. Neste quadro, o PIB recuou cerca de 7% no acumulado de 2015/2016. Em 2016, iniciou-se um processo de mudanças. A política econômica como um todo e a política monetária em particular mudaram de rumo. O atual Governo vem trabalhando para aprofundar essas mudanças em uma perspectiva de ampliação de espaços para a atividade privada em vários aspectos do nosso cotidiano e, em especial, no âmbito econômico. Como liberal, considero-me perfeitamente alinhado com essa perspectiva. E, como Presidente do Banco Central, caso eu tenha a honra de ser aprovado por esta Casa, buscarei empreender uma atuação de Estado estritamente técnica e ética, como deve ser a postura de uma autoridade monetária.

O trabalho realizado pelo Banco Central desde meados de 2016 foi excelente: conseguiu reduzir a inflação e balizar as expectativas. Esse trabalho só foi possível, a meu ver, com o reforço da credibilidade institucional, que se encontrava abalada pelos resultados negativos colhidos em 2015 e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em parte de 2016. Esse reforço se baseou na transparência, na cautela, na serenidade e na perseverança da condução da política monetária, valores que devem ser preservados e aprimorados no que for possível. A partir de 2017, iniciou-se um processo de recuperação ainda tímido da atividade do emprego. Mesmo com resultados positivos até aqui, há muito trabalho pela frente para alcançarmos a recuperação plena da economia brasileira.

Não nos podemos deixar seduzir pela falácia do estímulo inflacionário e da intervenção estatal, afinal, como demonstra a literatura econômica, não existe incompatibilidade entre a estabilidade de preço e o desenvolvimento econômico. Ao contrário, a literatura sugere e a nossa experiência comprova que o controle da inflação é condição necessária para o crescimento de longo prazo, que se materializa por meio de aumento da produtividade da economia e gera ganhos de bem-estar para a população.

Exmas. Sras. Senadoras, Exmos. Srs. Senadores, em paralelo à estabilidade macroeconômica, a estabilidade do sistema financeiro também colabora para o bem-estar de todos nós brasileiros. A crise global de 2007-2008 e seus desdobramentos tornaram clara a importância de um sistema financeiro sólido e eficiente para o desempenho da economia real. O sistema financeiro canaliza recursos para a atividade produtiva e para a inovação através de intermediação entre poupadores e investidores; gerenciamento de risco da atividade produtiva; e provisão de serviços financeiros para a população.

Caso receba o voto de confiança desta Casa, trabalharei na modernização do Sistema Financeiro Nacional, de modo a garantir que ele continue líquido, capitalizado e bem provisionado. A busca pela eficiência do Sistema Financeiro Nacional deve ser uma tarefa cotidiana do Banco Central do Brasil. Nesse aspecto, avanços relevantes foram feitos recentemente em várias questões por meio da já consagrada Agenda BC+, uma agenda de reformas estruturais que trouxe transparência ao constante processo de modernização do nosso sistema financeiro e se mostrou uma importante ferramenta de comunicação com a sociedade. A Agenda BC+ é importante para todo o País, com claros benefícios para a sociedade, tanto imediatos como de longo prazo. Eu pretendo mantê-la e expandi-la, buscando sempre a inovação e a eficiência, de modo a posicionar o Brasil para as mudanças que temos vivenciado e que se intensificarão nos próximos anos.

Em relação à inclusão financeira, que até o presente se focou na garantia de acesso a serviços de pagamento e mercado de crédito, precisamos ainda avançar na modernização dos mecanismos de inclusão de outras dimensões. Há pouco, mencionei a importância do setor financeiro e sua capacidade de prover recursos para o setor produtivo. A literatura demonstra que existe uma clara correlação positiva entre o tamanho do mercado de capitais e o PIB de uma economia. Assim, é preciso avançar nas mudanças que permitam o desenvolvimento do nosso mercado de capitais, democratizando e garantindo acesso a firmas e investidores, brasileiros e estrangeiros, grandes e, especialmente, pequenos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa democratização do acesso é também um elemento importante para garantir adequada precificação dos produtos financeiros, por meio de formas competitivas de acesso ao mercado e da adequada distribuição de produtos. Precisamos também criar mecanismos para aumentar a transparência no setor financeiro, com instrumentos para a provisão de informação, que deem maior visibilidade às opções à disposição de poupadores e investidores.

Maior transparência é importante não apenas para aumentar a disponibilidade de alternativas de investimento de captação de recursos, mas também para que essas decisões sejam realizadas com base em informação adequada.

Entretanto, o efeito de maior transparência sobre o comportamento do pequeno poupador ou do tomador final será mais significativo quanto maior for o nível de educação financeira. Essa é uma dimensão em que o País precisa avançar.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROBERTO DE OLIVEIRA CAMPOS NETO – Considero que duas maneiras interessantes de promover esse avanço são os programas de microcrédito e o estímulo ao cooperativismo. O microcrédito permite o contato prático da população com conceitos financeiros em ambiente simplificado e de risco controlado, enquanto as cooperativas de crédito, por trazerem o cooperado para o centro das decisões, cria um ambiente para troca de experiências que promove a consolidação do espírito empreendedor e de importantes conceitos financeiros. Experiências internacionais demonstram o sucesso dessas políticas. Precisamos considerar exemplos bem-sucedidos e buscar adequá-los à realidade do nosso País e a cada uma de nossas regiões.

Como mencionei anteriormente, o mundo passa atualmente por uma onda de inovação e mudanças. É crucial pensar hoje em como será o sistema financeiro no futuro e preparar o Banco Central para desempenhar apropriadamente suas funções neste novo ambiente, que será certamente baseado em tecnologia e no fluxo rápido de informação. Novas tecnologias, como *blockchain*, o uso de inteligência artificial, pagamentos instantâneos, *open banking*, entre outras inovações, estão alterando completamente os modelos de negócio e os serviços financeiros. Caso eu tenha a honra de ser aprovado por esta Casa, trabalharei na direção para preparar o Banco Central do Brasil para o futuro.

Exmas. Sras. Senadoras, Exmos. Srs. Senadores, o momento que o País atravessa é bastante especial. Foi um longo processo de amadurecimento, mas parece haver certo consenso hoje, na sociedade, de que o Estado brasileiro se tornou grande demais, ineficiente, excessivamente custoso e não atende muitas das necessidades básicas da nossa população. A Nação já percebe a necessidade de reformas, e precisamos empregar essa oportunidade na criação de uma cultura em que haja mais empreendedores e menos atravessadores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O atual Governo está trabalhando para implementar uma agenda modernizadora e liberalizante. É hora de fazer mais com menos. É necessário haver eficiência, transparência, prestação de contas e mensuração do impacto quanto ao uso de recursos públicos. Talvez, mais importante que isso, seja necessário que o Estado abra espaço para a atividade privada, saindo de cena ou reduzindo drasticamente sua atuação em diversas áreas. O Brasil precisa se reinventar para o seu futuro, e os atores dessa reinvenção estão no setor privado.

O trabalho até aqui realizado pelo Banco Central, permitindo uma queda sustentável da taxa de juros básica, trouxe à tona imperfeições de nossa economia. Custos burocráticos gerados pela excessiva intervenção estatal se diluíam em comparação às elevadas taxas de política praticada. Agora que temos a Selic em seu mínimo histórico de 6,5% ao ano, temos a oportunidade de perceber melhor essas imperfeições e propor políticas alternativas que melhorem a eficiência dos nossos mercados.

Quanto à questão fiscal, o País precisa avançar na estratégia de ajustes e reformas em particular, mas não apenas, na reforma da previdência, para que possa colocar o balanço do setor público em trajetória sustentável. É preciso agregar a sociedade em torno dessas questões, com a participação e a contribuição de todos. A estabilidade fiscal é fundamental para a redução das incertezas, o aumento da confiança de investimento e consequente crescimento da economia de longo prazo. Estou certo de que avançaremos nessa direção.

Ainda em relação às reformas, o Governo apresentou prioridades para os cem primeiros dias de mandato. O Banco Central tem uma ampla agenda de trabalho, e duas dessas ações foram priorizadas pelo Governo neste início de mandato: a fixação de critérios para o exercício de cargos de dirigentes em instituições financeiras públicas e a lei de autonomia do Banco Central. Essas propostas serão debatidas pelo Congresso Nacional e serão muito importantes.

Em relação à primeira medida, precisamos aprimorar a governança, alinhando as exigências para os dirigentes de bancos públicos àquelas já existentes no setor privado. Quanto à autonomia do Banco Central, o objetivo é aprimorar o arranjo institucional da política monetária, para que ela dependa menos de pessoas e mais de regras e para que estejamos alinhados à moderna literatura sobre o tema e aos melhores pares internacionais.

Existem projetos em discussão no Congresso Nacional, e acredito que o País esteja maduro para mais este avanço. A mudança, se aprovada por este Parlamento, trará ganhos para a credibilidade da instituição e para a potência da política monetária, reduzindo o *trade-off* de curto prazo entre inflação e atividade econômica e contribuindo para a queda da taxa de juros e para o crescimento econômico.

Já me aproximo do final de minha intervenção e gostaria de ressaltar as quatro dimensões que busquei abordar ao longo de minha fala e que considero importantes para democratizar o acesso ao mercado de capitais no Brasil: inclusão, que significa facilidade de acesso ao mercado para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

investidores e tomadores nacionais e estrangeiros, pequenos e grandes; precificação adequada, garantida por instrumentos de acesso competitivo aos mercados; transparência no processo de formação de preço e nas informações de mercado; e, finalmente, educação financeira, dando estímulo para a participação de todos no mercado e para a formação de poupança.

Exmas. Sras. Senadoras, Exmos. Srs. Senadores, eu gostaria também de agradecer ao Dr. Ilan Goldfajn pelo excelente trabalho à frente da instituição, pela dedicação e pelo espírito público com que desempenhou sua função.

Finalmente, caso V. Exas. aprovem meu nome para presidir o Banco Central do Brasil, quero assumir publicamente o compromisso de trabalhar incansavelmente para desempenhar minhas funções liderando a instituição e cumprindo suas missões legais e institucionais.

Essas foram minhas palavras. Agradeço a atenção e me coloco à disposição de V. Exas. para atender aos eventuais questionamentos.

Muito obrigado. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Passo a palavra ao Sr. Bruno Serra Fernandes, pelo tempo de até dez minutos para sua fala.

O SR. BRUNO SERRA FERNANDES (Para exposição de convidado.) – Obrigado, Presidente.

Exmo. Senador Omar Azis, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal; Exmo. Senador Plínio Valério, Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal; Exmo. Senador Rodrigo Pacheco, Relator do processo que trata da indicação do meu nome para o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil; Exmas. Senadoras e Exmos. Senadores; senhoras e senhores, sinto-me imensamente honrado por ter meu nome indicado para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil. Terei muito orgulho e dedicação durante o exercício dessa função, caso meu nome seja aprovado por V. Exas., pelo Senado Federal.

Agradeço ao Presidente Jair Bolsonaro por essa honrosa indicação; ao atual Presidente do Banco Central do Brasil, Ilan Goldfajn; ao Presidente indicado ao cargo, Roberto Campos Neto, assim como ao Ministro da Economia, Paulo Guedes, pela confiança.

Iniciei minha formação acadêmica na área de Economia ao final da década de 90, aprofundando-me em seguida nos estudos da matéria em curso de mestrado, para o qual tive valioso suporte como bolsista do CNPq.

Durante os últimos 20 anos, tive a oportunidade de aprimorar meus conhecimentos teóricos sobre economia e finanças, sobre a realidade dos mercados financeiros nacional e internacional. O exercício de minhas atividades, desde então, esteve sempre relacionado à política econômica e às

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

atribuições do Banco Central do Brasil, sobretudo nas áreas relacionadas à implementação das políticas monetária e cambial, à administração da liquidez e à regulação bancária.

Novamente, os cenários econômicos brasileiro e mundial encontram-se em momento desafiador. A adequada condução das políticas monetária, cambial e regulatória serão fundamentais para que o Banco Central seja capaz de cumprir seus objetivos de uma inflação baixa e estável ao redor das metas definidas pelo Conselho Monetário Nacional, bem como manter um sistema financeiro seguro e eficiente.

Nesse sentido, gostaria de mencionar o excelente trabalho feito pela atual Diretoria Colegiada, que foi capaz de ampliar e dar visibilidade à atuação do Banco Central do Brasil com a Agenda BC+. Ficarei muito honrado em dar continuidade e trabalhar para ampliá-la, buscando maior eficiência e inclusão na prestação de serviços financeiros para a população.

A prestação de serviços financeiros passa atualmente – não só no Brasil, mas em todo o mundo – por grandes mudanças. Por um lado, os reguladores têm incentivado a concorrência e a inovação, adotando o que se chama de regulação proporcional, que reduz o custo para os novos entrantes no mercado. Por outro, em resposta a esse ambiente, as instituições tradicionais têm desenvolvido novos modelos de negócios e soluções. Como resultado, verifica-se um ambiente mais eficiente, com uso intenso de tecnologias que permitem a redução de custos e o provimento de serviços mais customizados, beneficiando o usuário final.

Estamos vivenciando um momento especialmente rico em termos de desenvolvimento tecnológico, capaz de aumentar a eficiência e a competição do setor bancário com o surgimento das chamadas *fintechs*, o *open banking* e a criação do sistema de pagamentos instantâneos brasileiro.

Ao Banco Central cabe promover o adequado incentivo regulatório para que a sociedade se beneficie o mais rapidamente possível deste processo, sempre tendo como importante pilar a preservação da segurança do sistema financeiro.

Agora falarei um pouco sobre a economia internacional.

Após a crise financeira de 2008, as principais economias mundiais adotaram políticas monetárias e fiscais expansionistas, aumentando a liquidez dos mercados e reduzindo suas taxas de juros. Para as economias emergentes, dentre elas o Brasil, essas medidas aumentaram o influxo financeiro e de investimentos internacionais.

Nos últimos anos, porém, as economias mais avançadas iniciaram o processo de reversão dessas políticas, com potencial impacto negativo sobre a liquidez disponível às economias emergentes. Além disso, alguns dos nossos principais parceiros comerciais vêm apresentando sinais de enfraquecimento em seu crescimento. Esse enfraquecimento pode ainda ser agravado por disputas comerciais vigentes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

entre algumas dessas economias. Esse cenário de risco apresenta também potencial redução de demanda e preço de matérias-primas comercializadas internacionalmente por países emergentes como o Brasil.

Além do câmbio flutuante como primeira linha de defesa a choques externos, o nosso estoque de aproximadamente US$380 bilhões em reservas internacionais, mesmo quando avaliado conjuntamente com os quase US$70 bilhões vendidos em *swaps* cambiais, tem se mostrado um seguro adequado e pode ser usado para suavizar os impactos de eventual deterioração da liquidez internacional sobre a economia brasileira. Por outro lado, a efetividade desse seguro tende a estar comprometida enquanto não endereçarmos nosso desequilíbrio fiscal corrente.

Em relação ao cenário econômico brasileiro, saímos da maior e mais longa recessão da nossa história. Entramos em um processo de recuperação resiliente, mas que tem se mostrado, até o momento, bastante gradual.

A inflação corrente e suas expectativas para os próximos anos se encontra em níveis condizentes com as metas fixadas pelo Conselho Monetário Nacional.

A taxa básica de juros encontra-se em nível historicamente baixo, de forma a estimular a atividade econômica, que, por sua vez, ainda se destaca pela ociosidade na utilização dos fatores de produção.

Nesse cenário, uma reforma fiscal capaz de indicar uma reversão da trajetória recente de endividamento do setor público será capaz de elevar a confiança dos agentes econômicos, reduzindo os riscos de uma parada brusca no fluxo de capitais.

Mais do que uma preocupação com o estoque de dívida pública em suas várias medidas e de como reduzi-la de forma rápida, é premente a sinalização de contenção dos déficits correntes e de melhora no perfil de destinação dos gastos públicos. Assim, serão oferecidas condições para que a política monetária siga no campo estimulativo, com foco nas metas de inflação definidas pelo Conselho Monetário Nacional.

Exmas. Sras. Senadoras, Exmos. Srs. Senadores, ao longo de minha vivência profissional, pude acompanhar – e, por que não dizer admirar? – o trabalho desenvolvido pelo Banco Central do Brasil. De fora, sempre acreditei que a mescla entre um corpo funcional de altíssima qualidade técnica com a experiência de alguns nomes vindos do setor privado seria uma das bases para o excelente trabalho dessa instituição ao longo destes mais 50 anos.

Caso tenha a honra de ter meu nome aprovado por V. Exas., terei o orgulho de me somar ao corpo técnico dessa autarquia, buscando assegurar a estabilidade do poder de compra da moeda, de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um sistema financeiro sólido e ainda mais eficiente, além de preparar o Banco para os novos desafios que o desenvolvimento tecnológico cada vez mais acelerado do setor nos apresentar à frente.

Portanto, são essas minhas palavras iniciais de apresentação a esta Comissão. Fico à disposição de V. Exas. para responder quaisquer perguntas que porventura tenham.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Dr. Bruno.

Passo a palavra ao Sr. João Manoel Pinho de Melo, para que faça em até 10 minutos a sua exposição.

O SR. JOÃO MANOEL PINHO DE MELLO (Para exposição de convidado.) – Muito obrigado, Presidente.

Exmo. Sr. Senador Omar Aziz, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos; Exmo. Sr. Senador Plínio Valério, Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos; Exmo. Sr. Senador Wellington Fagundes, Relator do processo que trata da minha indicação ao cargo de Diretor do Banco Central do Brasil; Exmas. Senadoras; Exmos. Senadores; senhoras e senhores; muito bom dia!

É com muita honra que compareço a esta Comissão após minha indicação ao cargo de Diretor do Banco Central do Brasil, cargo que exercerei com muito orgulho zelo, caso meu nome seja aprovado por V. Exas. e pelo Senado Federal.

Agradeço ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Jair Messias Bolsonaro; a S. Exa. o Sr. Ministro da Economia Paulo Guedes e ao presidente indicado o Sr. Roberto Campos pela minha indicação e pela confiança em mim depositada para o cumprimento de missão tão relevante.

Espero corresponder plenamente aos anseios não apenas do Senhor Presidente e do Sr. Ministro, mas também da população brasileira ao assumir como membro da Diretoria Colegiada de nossa autoridade monetária, a qual tem a nobre função de zelar pelo bom funcionamento do sistema financeiro e, consequentemente, da própria economia brasileira.

Creio estar capacitado para exercer o cargo, dada minha extensa formação acadêmica e vasta e variada experiência profissional, com várias incursões tanto na iniciativa privada quanto no setor público.

Sou formado em Administração Pública pela Fundação Getúlio Vargas, mestre em Economia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e Doutor em Economia pela Universidade de Stanford. Fui professor do Departamento de Economia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Janeiro e atualmente sou professor titular do Insper, até recentemente em licença no extinto Ministério da Fazenda. Também lecionei na Universidade de Harvard, nos Estados Unidos.

Minha produção acadêmica é de conhecimento público. Publiquei vários artigos acadêmicos sobre diversos temas, muitos deles com foco em competição e economia bancárias, em periódicos nacionais e internacionais de primeira linha.

No debate público, fui colunista da *Folha de S.Paulo* e publiquei vários capítulos de livros e colunas em outros jornais de grande circulação.

No setor privado, fui sócio da Pacífico Gestora de Recursos e consultor da área de renda variável do Opportunity Asset Management. Atuei como perito e consultor em questões antitruste em vários processos judiciais e arbitrais.

No setor público, fui Assessor Especial para Reformas Microeconômicas, Secretário de Promoção da Produtividade e Advocacia da Concorrência e Secretário de Política Econômica, todas posições no extinto Ministério da Fazenda. Nesse período, trabalhei em conjunto com o Banco Central e com este Legislativo na formulação e na implantação de reformas estruturantes para a melhoria da intermediação financeira no País e, principalmente, para a promoção da concorrência no Sistema Financeiro Nacional.

Tenho convicção, portanto, de que minha formação acadêmica e minha trajetória profissional habilitam-me para o desempenho do cargo de Diretor do Banco Central do Brasil, caso me seja concedida essa honra pelo Senado Federal.

O Brasil, Exmas. Senadoras e Exmos. Senadores, obteve importantes conquistas nas últimas décadas. Debelamos o flagelo da hiperinflação, ampliamos a franquia democrática, distribuindo renda e retirando um enorme contingente de brasileiros da pobreza e da miséria, conquista essa que não seria possível sem a estabilização monetária. A consolidação das conquistas dependerá da capacidade de produzirmos um crescimento robusto e sustentado nas próximas décadas.

Vários fatores determinarão o nosso êxito. Um deles é o bom funcionamento da intermediação financeira, ou seja, os mercados de crédito, de pagamentos e de capitais. A intermediação financeira exitosa faz o recurso de quem poupa chegar a quem tem os investimentos mais produtivos, gerando renda e emprego; diminui o risco ao qual os indivíduos estão expostos, permitindo-nos manter um nível de vida quando enfrentamos dificuldades momentâneas; em suma, aumenta a capacidade de produzir e o bem-estar.

Uma condição necessária para que os mercados de crédito e de capitais funcionem a contento é sua solidez. Nosso sistema financeiro é resiliente, como ilustra bem a grande recessão da qual estamos saindo, saímos no ano passado. No nosso sistema, o produto *per capita* caiu oito pontos percentuais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em três anos, e o sistema financeiro seguiu sólido, algo notável. É preciso fazer esse registro e lembrar que crises bancárias estão associadas a quedas dramáticas no PIB, causando níveis elevadíssimos de desemprego e, consequentemente, sofrimento social.

Entretanto, solidez não basta. O sistema financeiro deve dar acesso a crédito a juros baixos. Para isso, é essencial que o risco de conceder empréstimos seja baixo e que haja forte competição entre os credores. A taxa de juros é alta sempre que o risco de conceder crédito for alto. A experiência brasileira é prova cabal dessa afirmação. Sempre que demos segurança às garantias subjacentes aos empréstimos, a taxa de juros caiu fortemente. Foi assim com a consignação em folha de pagamento para o crédito pessoal, foi assim com a alienação fiduciária para o financiamento de automóveis e imóveis, foi assim com o patrimônio de afetação para o financiamento à construção civil, e será assim com as reformas estruturantes recentemente implantadas, nas quais tive participação, em parceria com o Legislativo, em particular esta Casa, e com as várias equipes do Executivo, principalmente o Banco Central. Cito duas de muitas: a duplicata eletrônica e o cadastro positivo.

A duplicata eletrônica dará segurança ao desconto de duplicatas; o cadastro positivo, medida originada nesta Casa, dará transparência sobre os devedores e uniformizará as informações entre credores. Os juros cairão, principalmente nas modalidades sem garantias, que são as mais importantes para o cidadão de menor renda, que, muitas vezes, não tem bens para penhorar em empréstimos, mas dar segurança tampouco basta. É preciso que haja competição acirrada entre os credores. Sem competição a queda no custo de conceder empréstimos advindos da redução de risco é apropriada pelos credores e acaba beneficiando poucos consumidores e os que fazem investimentos produtivos.

Há quatro maneiras de fomentar a concorrência no setor financeiro. A primeira é exatamente dando segurança às garantias e provendo informação sobre os tomadores de crédito. Um sistema no qual os atuais credores sabem mais do que os entrantes sobre os tomadores e no qual seja difícil navegar a burocracia e o sistema judicial, para recuperar garantias, inevitavelmente beneficiará ou prejudicará menos aqueles que já atuam no mercado. As reformas com a duplicata e o cadastro positivo além de aumentarem a segurança na concessão de crédito fomentarão a concorrência ao igualar as condições entre os que já estão no mercado e os que querem entrar para competir.

A segunda maneira de fomentar a concorrência é a vigilância constante com atos de concentração e com condutas anticompetitivas. O trabalho já começou: hoje há intensa coordenação entre o Banco Central e o Cade para aprimorar a atuação conjunta dos dois órgãos na defesa da concorrência no sistema financeiro, inclusive com a assinatura de um memorando de entendimento. Essa iniciativa, é importante lembrar, conta com o apoio fundamental desta nobre Casa, que já aprovou o projeto de lei que torna perene o arcabouço.

A nova governança da análise de atos de concentração já deu frutos. Um exemplo é a decisão que autorizou investimento do Itaú Unibanco na XP Investimentos. Por um lado, o Banco Central

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

permitiu um investimento que fortalece a XP, uma plataforma inovadora que desafia instituições tradicionais no mercado investimentos.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOÃO MANOEL PINHO DE MELLO – De outro lado, impediu que o investidor tenha qualquer ingerência na administração e na gestão da operação da XP, garantindo que ela continue desafiando as instituições tradicionais. Quem ganha é a intermediação financeira, a produtividade e o consumidor. Se esta nobre Casa por bem entender, redobrarei a vigilância ferrenha na análise de atos de concentração tanto horizontais, aqueles entre concorrentes no mesmo mercado, como verticais, empresas em mercados correlatos. Atos de concentração devem ser analisados caso a caso, com base na regra da razão. Dito isso, à luz da atual estrutura dos mercados de crédito, de pagamento e de capitais, o sarrafo para autorização de novos atos de concentração horizontais ou verticais me parece que deve ser colocado em nível elevado.

A terceira maneira de aumentar a concorrência é incentivando a entrada de novos concorrentes no mercado financeiro que gerem oferta adicional dos serviços financeiros, mais competição com fornecedores tradicionais. É o caso das *fintechs* de crédito recentemente regulamentadas pelo Banco Central. Elas atingem um público muitas vezes não alcançado pelas instituições tradicionais e podem surgir de maneira rápida e simples, cumprindo um conjunto mais leve de requisitos prudenciais proporcional aos riscos que assumem.

A concorrência no sistema financeiro não vem só de bancos comerciais mas também de instituições de pagamento, as IPs. Elas têm mudando muito a forma de fazer negócio, de aplicar recursos financeiros, de conceder crédito e de usar dinheiro no Brasil. O Banco Central também tem atuado de forma firme no desenvolvimento do sistema de pagamentos, especialmente de cartões de crédito.

V. Exas. conhecem bem o tema, objeto do excelente trabalho da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre Cartões de Crédito, que fez várias recomendações importantes e que pretendo ajudar a implantar, caso este Senado entenda que estou qualificado para a tarefa. Minha missão, entre outras, caso esta Casa entenda que estou qualificado, é aprofundar a agenda que o Banco Central já tem levado a cabo no incentivo à entrada de novos competidores no sistema financeiro. Para isso, temos que implantar celeremente as recomendações que esta Comissão registrou em documento valiosíssimo que resume os trabalhos da CAE sobre *spread* e competição bancárias.

Por fim, mas certamente não menos importante, a quarta forma de fomentar a concorrência no setor bancário é garantir que o mercado se aproveite das enormes oportunidades pró-concorrenciais que o avanço tecnológico nos traz. Como mencionou o Sr. Roberto Campos, em sua manifestação, a onda de inovação e de mudanças em andamento vai definir o ambiente financeiro do futuro. Ele

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mencionou novas tecnologias, como *blockchain*, inteligência artificial, identidade digital, pagamentos instantâneos e *open banking*, que estão alterando os modelos de negócio e os serviços financeiros.

Na verdade, iria mais longe. A tecnologia resolverá, cedo ou tarde, quaisquer problemas concorrenciais que possa haver no mercado bancário, não só brasileiro como em outros países. A evidência sugere que a tecnologia está derrubando barreiras à entrada e retirando as vantagens competitivas que a escala dá ao modelo bancário tradicional.

Para nos aproveitarmos desse enorme potencial, a regulação dos mercados de crédito de capitais tem que facilitar que a tecnologia floresça. Considero que minha principal missão é esta: garantir que os benefícios pró-concorrenciais da tecnologia cheguem mais cedo do que mais tarde.

Se tiver a honra de ser aprovado por V. Exas. para compor a Diretoria do Banco Central, quero me comprometer a aprofundar o trabalho pró-competitivo que o Banco Central já vem desempenhando com excelência.

Agradeço a atenção e me coloco à disposição de V. Exas. para prestar quaisquer esclarecimentos.

Muito obrigado.

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) – Obrigado, Sr. João Manoel Pinho de Mello.

Eu vou passar a palavra à Sra. Flávia Martins Sant'Anna Perlingeiro, para que em até dez minutos faça sua exposição.

A SRA. FLÁVIA MARTINS SANT'ANNA PERLINGEIRO (Para exposição de convidado.) – Obrigada.

Exmo. Sr. Senador Omar Aziz, Presidente desta Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal; Exmo. Sr. Senador Plínio Valério, Vice-Presidente desta Comissão; Exmo. Sr. Senador Tasso Jereissati, Relator do meu processo que trata da minha indicação; Exmas. Senadoras, Exmos. Senadores; Ilmo. Sr. Roberto de Oliveira Campos Neto, indicado para exercer o cargo de Presidente do Banco Central do Brasil; Ilmos. Srs. Bruno Serra Fernandes e João Manoel Pinho de Mello, indicados para o cargo de Diretores do Banco Central; a todos os presentes nesta audiência pública, bom dia.

É com grande honra que agradeço esta oportunidade de me apresentar perante a CAE como indicada para exercer o cargo de Diretora da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). É também com muita alegria e entusiasmo que me apresento para avaliação de V. Exas. reconhecendo a enorme responsabilidade que, caso eu venha a ser aprovada, tomarei como inerente ao desempenho da referida função, tendo em vista a irrefutável relevância da CVM para o pleno desenvolvimento do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mercado de valores mobiliários, à luz da importância basilar de sua atuação regulatória, fiscalizatória, sancionatória.

No cenário atual, a importância do papel da CVM é ainda maior, sendo intensificada pela premência em impulsionar o crescimento e o fortalecimento do mercado de capitais brasileiro, diante das perspectivas de aquecimento de nossa economia, de redução da taxa de juros e de aumento da participação do mercado de valores mobiliários entre as fontes de financiamento das companhias.

Além disso, é importante trabalhar para o incremento da percepção de segurança jurídica no País, de forma a atrair mais investimentos e reduzir o chamado custo Brasil, cabendo acentuar a relevância das decisões do colegiado da CVM, com efeitos preventivos e pedagógicos.

São também inúmeros os desafios e as oportunidades que se colocam para a própria CVM, seus servidores, de notória especialização técnica e reconhecido compromisso ético e profissional, bem como para seu presidente e seus diretores, de forma a conduzir a autarquia a elevados e contínuos ganhos de eficiência, por meio de atuação célere, técnica e independente.

Se aprovada como diretora da CVM, trabalharei intensa e continuamente para a consecução de resultados efetivos, em linha com a sua missão e seu propósito, no sentido de estimular a formação de poupança e aplicação em valores mobiliários, assegurar o funcionamento eficiente e regular do mercado, proteger os investidores, assegurar o acesso do público a informações tempestivas e de qualidade e julgar, também tempestivamente, os acusados por infrações administrativas cometidas no âmbito de atuação da CVM.

Para tanto, venho discorrer então, brevemente, sobre a minha formação acadêmica e experiência profissional, demonstrando, a meu ver, plena compatibilidade e aptidão para exercer o cargo para o qual fui indicada.

Inicio por minha formação acadêmica.

Sou advogada. Graduei-me em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, em 1993, tendo conquistado bolsa de estudos integral, por excelência acadêmica, em razão do mais alto nível de desempenho ao longo do meu curso de graduação.

Em 1995, fiz curso de pós-graduação em Câmbio e Operações Financeiras com o Exterior, na Fundação Getúlio Vargas (FGV), no Rio de Janeiro.

De 1997 a 1998, fiz mestrado em Direito Societário, na Universidade de Nova Iorque (NYU), mais uma vez com bolsa de estudos integral, por excelência acadêmica, conquistada em processo seletivo internacional, patrocinada pelo programa Hauser Global Scholarship, da própria NYU, tendo sido a primeira estudante sul-americana a conquistar a referida bolsa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em paralelo à atuação como advogada, lecionei, entre 2002 e 2005, no curso de pós-graduação em Direito Empresarial do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (Ibmec). Depois, desde 2010, dou aulas na pós-graduação em Direito Empresarial, em Direito Societário e de Mercado de Capitais da FGV, lecionando disciplinas acerca do financiamento das sociedades anônimas, seus órgãos sociais e fundos de investimento, matérias centrais no âmbito de atuação da CVM.

Por fim, desde 2016 leciono também em cursos de treinamento interno no BNDES, sobre Estruturação de Operações de *Project Finance*, disciplina que, no ano passado, ministrei também aqui em Brasília, na Escola Nacional de Administração Pública (Enap).

Com relação à minha experiência profissional, considero que minha trajetória me permitiu reunir competências e habilidades necessárias e pertinentes para a atuação na CVM. Meus 18 anos de advocacia privada e os últimos seis anos no setor público, como advogada do BNDES, permitiram-me conjugar o dinamismo e o pragmatismo tão marcantes na iniciativa privada com elevado senso de responsabilidade, propósito, espírito público, essenciais para uma atuação eficiente e transparente na Administração Pública.

No setor privado, eu atuei ao longo de mais de 17 anos num mesmo escritório, o Ulhôa Canto, Rezende e Guerra Advogados, uma das mais respeitadas firmas de advocacia tributária e empresarial do País. Entre 1996 e 1997, atuei por um ano como advogada estrangeira, no renomado escritório Cleary Gottlieb Steen & Hamilton, em Nova York, tendo lá trabalhado em emissões por companhias brasileiras de títulos de dívida e de ADRs no mercado de capitais norte-americano. Fui também aprovada no concorrido exame da Ordem dos Advogados do Estado de Nova York, em que sou inscrita.

Em 1998, eu regressei para o escritório Ulhôa Canto, passando a conduzir e liderar uma equipe responsável pela estruturação e negociação de operações de captação de recursos para financiamento de projetos, notadamente, na modalidade de *project finance*. Essa experiência me possibilitou ascensão à sócia-conselheira, posição em que permanecia até 2010. Acompanhei, assim, por mais de uma década, diversas companhias e projetos, muitas vezes desde sua concepção original, constituição societária, negociação de acordos de acionistas e de contratos das mais variadas espécies.

Em 2012, relevante mudança ocorreu em minha trajetória profissional, com meu ingresso no BNDES, por admissão em concurso público. O chamado ao serviço público me trouxe uma nova perspectiva de contribuição. Saindo do universo das preocupações de tal ou qual cliente, para o desafio de uma visão bem mais ampla, em prol de toda a sociedade e de tudo de extraordinariamente positivo que o mercado de capitais plenamente desenvolvido pode trazer para o País. Passei, então, a lidar com questões jurídicas não menos desafiadoras, mas já em prol da formulação de execução de políticas públicas, o que me traz enorme satisfação. Nos meus primeiros anos no BNDES, eu integrei a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

equipe de consultoria jurídica operacional, responsável pela elaboração de pareceres sobre questões jurídicas complexas, notadamente no campo do direito societário, empresarial e contratual.

Em 2017, passei a atuar na área de mercado de capitais do BNDES, em que pude me envolver diretamente na formulação de nova política de atuação no mercado de capitais e na revisão de produtos relativos a fundos de investimento e debêntures de infraestrutura.

No que tange ao fomento dos chamados fundos de capital de risco, de fundamental importância para pequenas e médias empresas e, de forma geral, para a economia do País, pude acompanhar de perto a correlação de tais fundos com o financiamento das empresas ao longo de todo o seu ciclo de crescimento, desde os aportes iniciais de aceleradores de *startups* e investidores-anjo, passando ao investimento pelos fundos de capital semente, pelos fundos de capital empreendedor, pelos fundos de *private equity*, com vistas a viabilizar posteriores aberturas de capital e emissões públicas primárias e secundárias de valores mobiliários.

De acordo com os números apresentados pela ABVCAP, o capital comprometido em fundos de investimento de *private equity* e *venture capital* no Brasil cresceu de forma acelerada até 2015...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. FLÁVIA MARTINS SANT'ANNA PERLINGEIRO – ... chegando a R$153 bilhões.

Participei também de discussões e estruturações pertinentes aos fundos de dívida, que, desde a crise de 2008, representam classe de ativos alternativos que mais cresceu no mundo, impulsionados por restrições verificadas no mercado de crédito bancário.

No Brasil, verifica-se potencial relevante de crescimento desse mercado, o que demandará um incremento da atuação da CVM, especialmente com relação aos Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDCs) e às ofertas públicas de debêntures.

Com relação às debêntures incentivadas, de acordo com boletim informativo de novembro de 2018 do Ministério da Economia, entre 2012 e 2018, o volume total distribuído em debêntures de infraestrutura com esforços amplos e irrestritos foi de R$50,1 bilhões. Nesse contexto, entre outros temas, integram a intensa agenda regulatória da CVM para 2019 os fundos de infraestrutura, a reforma dos FIDCs, o desenvolvimento do mercado de dívida corporativa, ao que espero ter a oportunidade de muito contribuir.

Também trabalhei na adaptação do Estatuto Social da BNDESPAR à Nova Lei das Estatais, na formulação de política de participações societárias e na revisão de processos e alçadas decisórias com aprimoramento em normativos e controles internos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim e não menos relevante, no âmbito dos trabalhos voltados à promoção das melhores práticas de governança corporativa, participei de discussões que levaram à edição da política socioambiental do sistema BNDES no mercado de capitais e à adesão da BNDESPAR ao Código de Stewardship da Amec, voltado ao desenvolvimento da cultura de engajamento responsável pelos gestores e pelos investidores institucionais na vida dos emissores dos valores mobiliários.

Nesse trabalho, participei de estudos e discussões pertinentes à implementação e divulgação de mecanismos de gerenciamento de conflitos de interesse, à influência dos fatores ASG – isso é, ambientais, sociais e de governança – nos processos de investimento e acompanhamento, ao exercício ativo e diligente de direitos de voto, além de engajamento coletivo e transparência. Todas essas são questões muito caras aos investidores e aos investidos, revelando a dimensão do muito que há a ser feito no âmbito da CVM.

Essas são, em síntese, as considerações que apresento a V. Exas. com relação à minha formação acadêmica, experiência profissional e as razões pelas quais entendo que se coadunam plenamente com o exercício do cargo de diretora da CVM.

Encerro, assim, colocando-me à inteira disposição de V. Exas. para quaisquer esclarecimentos adicionais e perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nós temos aqui, até agora, 24 inscritos.

O Regimento fala em dez minutos para a pergunta, dez para a resposta, e há a tréplica de até cinco minutos.

Se nós formos cumprir o Regimento, nós vamos nos alongar bastante, até porque não é um sabatinado, são quatro pessoas sendo sabatinadas neste momento.

Nós vamos tentar levar o que manda o Regimento aqui, até porque eu não posso mudar o Regimento a meu bel-prazer.

Depois de dez Senadores fazendo perguntas, nós vamos abrir já o processo de votação enquanto os outros estariam questionando, porque, senão, nós teremos... Naturalmente os Senadores têm outras Comissões para participar e outros afazeres e não vão ficar o tempo todo.

Então, a minha proposta é que, depois de ouvirmos a pergunta e resposta – vai ser bloco de cinco Senadores, conforme proposta do Senador Fernando Bezerra há pouco –, nós podemos abrir a votação para se votar os quatro de uma vez.

Senador Major Olimpio, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP. Pela ordem.) – Sr. Presidente, se fosse possível, de forma consensual, tirando os relatores, que acho que vão arguir primeiro, todos nós demais Senadores fizéssemos as nossas arguições num tempo de 5 minutos, e não de 10, e deixando réplica e tréplica para quem possa estar ouvindo, que acho que poderia ser mais produtivo sintetizarmos as nossas argumentações. Desde que haja o consenso, é possível fazer adequação ao Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Major, geralmente nessas audiências, nessas sabatinas, quando chega ao quinto ou sexto Senador, as perguntas se tornam um pouco repetitivas já, e o próprio Senador às vezes fala: "Eu ia perguntar isso, mas já estou contemplado com a sua resposta", e aí vai diminuindo o tempo do debate, porque a pessoa que está aqui está prestando atenção nas perguntas e nas respostas.

Há perguntas aqui que eu recebi há pouco, nós estamos recebendo várias perguntas via internet, e eu depois vou ler as perguntas aqui. Caso não tenham sido contempladas, o presidente ou um dos diretores ou a diretora irão responder, e caso não haja tempo de ser respondidas, serão respondidas por escrito e repassadas ao internauta que fez a pergunta, até por uma questão de respeito.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Senador Rogério Carvalho foi o primeiro a pedir.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Marcos Rogério também.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Depois V. Exa., Senador.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Pela ordem.) – Eu acho que devemos, na medida do possível, ser sucintos, mas vamos seguir o Regimento, porque nós não estamos falando de uma coisa qualquer; nós estamos falando do futuro da economia do Brasil e nós não podemos simplificar este momento.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Foi a minha posição inicial, Senador.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, a ponderação que faço à Presidência e à Comissão é que realmente nós estamos num momento absolutamente importante, nós vamos escolher aqui não só o presidente do Banco Central, como diretores do banco e a diretora da CVM. Não é uma tarefa fácil, e fazer a sabatina nessa modelagem me parece, de certa forma, comprometer até o bom debate que poderíamos fazer se estivéssemos direcionando o debate, os questionamentos à diretora e ao diretor, e especialmente,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

apartadamente, ao presidente do Banco Central. Até porque, embora haja convergências em algumas das diretorias, em outra, não.

Então, o tempo é curto e a sistemática que está sendo adotada acaba comprometendo a qualidade do bom debate.

Faço essa ponderação para que a gente possa, se fosse o caso, fracionar aqui a sabatina...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não foi adotada ainda nenhuma sistemática. Eu estou seguindo até agora o sistema do Regimento: dez minutos de pergunta, dez minutos de resposta...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Para cada diretor?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Pois é...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Bom, mas aí não é... As perguntas...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu estou fazendo essa ponderação apenas, Sr. Presidente, chamando ao bom senso...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu fico aqui o dia todo. Não há problema para mim. Eu não tenho problema nenhum em debater, até porque eu acho que nós estamos aqui debatendo quem é o guardião da moeda brasileira – que é o Banco Central –, e também a expectativa que nós temos em cima do Banco Central para redução de juros e geração de emprego para os brasileiros.

Então, nós não estamos fazendo favor aqui, nós estamos fazendo a nossa obrigação.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E obrigação não há tempo, a gente tem de ficar mesmo. Sem problema nenhum.

A proposta não será minha, será das Sras. e dos Srs. Senadores. O que vocês decidirem eu topo aqui.

Senador Kajuru.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO. Pela ordem.) – Presidente, Omar, desculpe-me. Eu sou juvenil aqui. Cumpra-se o regulamento e vamos começar logo, pelo amor de Deus.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está bom. Sem problema nenhum.

Eu acho que os Senadores podem se reinscrever, se quiserem. Está bom?

Bom, vamos lá: com a palavra o Senador Eduardo Braga, como Relator do Presidente do Banco Central.

Tem dez minutos, Senador Eduardo Braga. Pode fazer extensivo aos outros membros daqui da Mesa.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Para interpelar convidado.) – Sr. Presidente, primeiro, quero cumprimentar V. Exa., porque, sem dúvida, esta é uma audiência das mais importantes do cenário nacional, porque estamos deliberando sobre a Direção do Banco Central e, óbvio, a Diretora da CVM também não tem menor importância dentro da nossa estruturação econômica.

Mas, se me permitem os Srs. Senadores, até por uma questão de reconhecimento e gratidão, eu quero aqui cumprimentar o Sr. Roberto de Oliveira Campos Neto, fazendo um registro extremamente importante para o povo do meu Estado, o de que V. Exa. é neto do nosso querido Senador, Deputado Federal, economista, ministro do Planejamento, presidente do BNDES, responsável pela criação do próprio Banco Central, como um dos seus mentores e fundadores: o nosso queridíssimo Roberto Campos.

O povo do meu Estado tem uma gratidão pelo Senador Roberto Campos, quando da implementação da Zona Franca de Manaus. E eu abri aqui o cadastro do Wikipedia, com relação ao nosso Senador Roberto Campos, e mencionam-se várias atividades grandiosas que ele teve, seja na carreira de diplomata, como economista, como Parlamentar, etc., mas não existe o registro que para milhares de amazonenses é extremamente importante, da criação da Zona Franca de Manaus pelo então Ministro Roberto Campos.

Quero fazer esse reconhecimento e assim, dessa forma, saudar V. Exa.

Quero cumprimentar o nosso Bruno Serra Fernandes, eminente indicado para a Diretoria do Banco Central.

Quero cumprimentar o João Manoel Pinho de Mello e registrar aqui a minha concordância com o discurso de V. Exa. Acho que há uma questão central no Brasil, que é a questão do *spread* bancário e quanto custam para o povo brasileiro, para a economia brasileira, os juros bancários neste País.

É óbvio que nós vivemos diferentes momentos na nossa economia. Num determinado momento, a situação frágil do setor financeiro levou à quebra de vários bancos – Banco Econômico,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Banco Nacional, Banco Bamerindus, para ficar nesses três –, e isso trouxe graves e sérios problemas à economia brasileira.

Hoje, o nosso sistema financeiro é extremamente robusto, saudável, resistiu às crises contemporâneas da nossa geração, no entanto, há um desafio muito grande, e não creio que o liberalismo puro será responsável exclusivamente pela diminuição desses *spreads* e pela diminuição da taxa de juros para aqueles que são os verdadeiros excluídos.

E aqui eu quero também, por razão de reconhecimento, Senador Omar, fazer uma menção ao que o João Manoel citou rapidamente, mas eu quero aqui prestar uma homenagem ao trabalho do Senador Tasso Jereissati, do grupo de trabalho formado por esta Comissão, no período anterior ao que V. Exa. preside, juntamente com o Senador Armando Monteiro, em que apresentaram um relatório extremamente importante, sobre o *spread* bancário e sobre a agenda microeconômica para o crescimento econômico brasileiro.

É óbvio que esta sabatina se reveste de maior importância diante do número de desempregados que nós temos no nosso País.

Não há dúvida e não há questionamento. Isso é uma matéria pacífica, dentro dos fundamentos econômicos mundiais, de que a micro e a pequena empresa são uma das formas mais eficientes de geração de emprego e de renda no País.

E eu quero, escudando-me nesse trabalho da Comissão de Economia e Finanças... E aqui fica uma recomendação, Senador Omar. Muitos dos novos Senadores talvez não conheçam esse trabalho. Portanto, seria talvez de bom alvitre que a Comissão pudesse distribuir para os membros esse trabalho feito pela Comissão.

E esse trabalho, Dr. Roberto Campos Neto, diz o seguinte. Há o reconhecimento, inclusive por parte do próprio Banco Central, que os *spreads* bancários e o custo de financiamento do capital no Brasil são desproporcionalmente elevados para qualquer padrão de comparação internacional. Uma queda estrutural e sustentável do custo do crédito contribuiria para o aumento da eficiência e da produtividade da economia.

Mudando, em outras palavras, para que o nosso brasileiro que está nos escutando e assistindo a nós pela televisão e pelas plataformas de comunicação do Senado possa entender. Isso seria uma fonte de geração de emprego e renda para milhares de brasileiros que estão buscando uma oportunidade.

Aqui, o trabalho mostra algumas questões que são fundamentais e dá fontes importantes. Diz, por exemplo, que a questão da taxa de juros no Brasil e do referido *spread* bancário é reconhecida como um exemplo, pelo Banco Mundial, que foi dado num trabalho publicado pelo Banco Mundial,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

que estima como tendo sido da ordem de 38,4% no Brasil a questão do *spread*. Ocorre que o Banco do Brasil divulga... Aliás, o Banco Central do Brasil divulga que o *spread* bancário é de 22,7%. E aí começam os truques dos números, porque nós temos determinadas fontes de crédito que são direcionadas, que, portanto, têm subsídio financeiro, seja para agricultura, seja para habitação, seja para microcrédito mesmo, agricultura familiar.

E aqui esse trabalho chega a uma conclusão importantíssima de que, no Brasil, essa concentração desestimulou a grande e importante questão do liberalismo, que é a concorrência. Nós temos três grandes bancos privados no Brasil – Itaú, Bradesco e Santander – e dois grandes bancos públicos – Banco do Brasil e Caixa Econômica. Ora, se não houver, portanto, uma melhoria naquilo que foi colocado pelo João Manoel na questão da agilidade no processo judicial para a execução das garantias, de um lado, e de outro não houver uma compreensão de como efetivamente se distribui a cobrança da taxa de juros, nós vamos ficar aqui fazendo um discurso, fazendo perguntas e falando um economês que o povo não entende.

Mas esse mesmo trabalho, feito pela Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, dá uma oportunidade para que todos possam compreender. Esses números, por exemplo: para cada R$100 de diferença entre os valores cobrados por juros ativos de empréstimos de todas as operações de crédito e juros pagos por recursos captados, R$37,4 se referem à inadimplência, R$25 se referem aos custos administrativos, e nada mais, nada menos do que R$22,7 são relativos às despesas tributárias e R$14,9 são relacionados às margens financeiras, ou seja, lucros para as operações de instituições ou capital agregado.

Aí, começa a grande discussão: ora, se uma *fintech* é capaz de usar plataforma tecnológica e ser extremamente competitiva com custos baixos, por que os grandes bancos, que têm lucros fabulosos, quebram recorde, ano a ano, da sua lucratividade, não conseguem fazer com aplicação das plataformas tecnológicas uma redução do seu custo administrativo, uma melhoria na sua eficiência para que possam tornar mais baratos os juros para o consumidor? Os juros para o consumidor e para as pessoas jurídicas no Brasil têm aberrante marca de ser 50 vezes maior que a taxa Selic, que, em última análise, é a taxa de referência para captação de recursos no mercado econômico.

Aí vão as minhas primeiras perguntas. É hora de o Brasil voltar a ter expansão de crédito – e expansão de crédito para o microcrédito – e facilidades de acesso a esse crédito. Muitos dizem: "As *fintechs* vão resolver". Este trabalho aqui apresenta um dado fabuloso do que tem sido a oportunidade para as *fintechs*. Este trabalho diz que, no Brasil, o mercado de *fintechs* está em franca ascensão – nos últimos três anos, Senador Omar, nada mais, nada menos que um crescimento de 648%. Ora, num período de repressão e de crescimento econômico baixo ou até mesmo de crise, de queda do PIB brasileiro, esse setor cresceu 648%. Ora, por que o Bradesco não pode oferecer juros mais baratos? Por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que o Banco Itaú não pode oferecer juros mais baratos? Por que o Santander não pode oferecer juros mais baratos?

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Por que o Banco do Brasil e a Caixa Econômica não podem oferecer juros mais baratos? A grande resposta que o povo brasileiro quer ouvir de todos nós é como poder entregar juros mais baratos para que o Brasil volte a gerar emprego, renda e tenha crescimento na atividade econômica. E essa é a questão central para o Banco Central. A questão central para o Banco Central é como oferecer ao povo brasileiro, à economia brasileira juros mais baixos, acesso ao crédito, para que nós possamos destravar a nossa economia e voltar a crescer.

Essa é uma pergunta que cabe a todos os senhores aqui presentes e tenho certeza de que há um espaço pela competência de todos. Quero dizer do nosso reconhecimento à graduação, seja acadêmica, seja profissional, pelos currículos de todos os senhores que aqui se apresentaram. Isso seguramente é fruto de uma nova geração de executivos que o Brasil foi capaz de construir através das suas instituições de ensino e através dos seus mecanismos da iniciativa privada. Quero aqui cumprimentar todos, que estão tendo espírito público de sair do conforto de estar em instituições financeiras do mercado privado, muitas vezes ganhando milhões e milhões de reais por ano não só de salário, mas como bônus pelos resultados apresentados pelos lucros do setor. Estão com espírito público assumindo o desafio de ajudar o Brasil a crescer.

Fica essa pergunta, porque eu creio que é a mais importante de todas, fica esse reconhecimento a todos e nós precisamos explicar ao povo brasileiro como vamos baixar juros e aumentar crédito.

Finalmente, quero uma resposta também com relação à expectativa dos senhores e o que vocês acham da questão da autonomia do Banco Central e do mandato com prazo certo para os diretores e presidentes dos referidos órgãos de fiscalização e controle na área monetária.

Eram essas as considerações, agradecendo ao seu Presidente pela honra de poder, mais uma vez, relatar o Sr. Roberto Campos Neto, neto de um grande brasileiro, um grande homem público, que deu ao povo do meu Estado a oportunidade de sair do desemprego, do atraso e de criar uma expectativa de vida melhor através da Zona Franca de Manaus.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador Eduardo Braga.

O Senador Roberto Campos foi o que redigiu o Decreto 288, que criou a Zona Franca de Manaus. Já naquela época, o Senador Roberto Campos, avô do futuro Presidente do Banco Central, já

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tinha uma visão amazônica, já tinha uma visão de Brasil, de ser uma Federação de oportunidades a todas as Regiões.

Por isso a nossa gratidão, dos amazonenses, àquele que redigiu o Decreto 288, como Ministro do Planejamento à época.

Eu vou passar a palavra ao Senador Rodrigo Pacheco.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG. Para interpelar convidado.) – Sr. Presidente, Senador Omar Aziz, agradeço.

Srs. Senadores, Sras. Senadoras, eu saúdo os quatro indicados nas mensagens presidenciais: o Sr. Roberto Campos Neto, indicado ao Banco Central do Brasil, com vínculos no Estado de Minas Gerais; a Dra. Flávia, advogada por formação, como eu, e agora indicada à Comissão de Valores Mobiliários; e os dois Diretores, Sr. João Manoel, e, especialmente, Sr. Bruno Serra Fernandes, de cuja mensagem presidencial sou o Relator.

Eu gostaria, inicialmente, como introdução, de constatar que a grande preocupação dos Senadores, revelada nos muitos pronunciamentos que aconteceram na semana passada, quando lidos os pareceres referentes às mensagens presidenciais, é aquilo que foi sintetizado pelo Senador Eduardo Braga, quando se refere à concentração do Sistema Financeiro Nacional nas mãos de quatro ou cinco instituições financeiras públicas e privadas. Parece-me que, no pronunciamento do Sr. João Manoel, ele foi muito incisivo quanto à referência feita acerca dessa concentração.

Então, isso é algo que revela uma grande preocupação dos brasileiros, externada pelo Senadores da República, que haverá de ser uma preocupação do Banco Central do Brasil em democratizar o Sistema Financeiro Nacional, invocando até um princípio, indicado Bruno Serra Fernandes, que é um princípio do Sistema Financeiro, das leis que regem a matéria, inclusive a Lei 7.492, de 1986, dos crimes contra o Sistema Financeiro. Quando uma instituição financeira de pequeno ou de médio porte concentra as suas operações de crédito com quatro, cinco ou seis clientes específicos, isso é um limite entre uma gestão agressiva e uma gestão temerária, considerada como um tipo penal da Lei 7.492, aliás tipos penais muito amplos: gerir fraudulentamente instituição financeira, pena de três a 12 anos; se a gestão é temerária, pena de dois a oito anos. Trata-se de algo até que o Congresso deve debater, para tornar taxativo esse rol, até para facilitar o trabalho do Banco Central sobre o que é gestão fraudulenta e o que é gestão temerária.

Mas isso é só uma analogia a essa questão da concentração, porque, se isso não serve para uma instituição financeira, não haverá de servir para o Sistema Financeiro Nacional essa concentração em poucos bancos públicos e poucos bancos privados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria destacar os princípios invocados pelo indicado à Presidência do Banco Central, Roberto Campos Neto, da inclusão, da precificação, da transparência e da educação financeira. Algo que pode inclusive, em algum momento, ser delineado e melhor explicado, porque presumo serem princípios absolutamente fundamentais para a sua gestão como Presidente do Banco Central.

E em relação ao indicado, de cuja mensagem eu sou o Relator, eu gostaria de formular alguns questionamentos, Sr. Bruno Serra Fernandes. Primeiro deles, a operacionalização da política monetária é uma das atribuições mais importantes do Banco Central. No regime atual de política monetária, o instrumento de política monetária é a taxa de juros básica da economia, a denominada taxa Selic. A meta da taxa Selic é obtida gerenciando sua liquidez no mercado monetário. Na atualidade, o Bacen utiliza as operações compromissadas para fazer a gestão de liquidez, retirando e injetando liquidez no mercado.

Eu pergunto ao senhor se novos instrumentos poderiam ser úteis nesse processo de gestão de liquidez, além da Selic? Por exemplo, depósitos voluntários remunerados. Poderia nos explicar as vantagens desses mecanismos para a gestão de liquidez e para a condução da política monetária nacional e se existem impactos relevantes sobre as contas públicas devido à escolha desses distintos instrumentos de gestão de liquidez e quais seriam esses impactos?

Então o tema é referente a essa questão de gestão de liquidez atrelada à Selic ou a algum outro instrumento.

Segundo ponto, que é uma questão que está na agenda do Congresso e do Governo, algo inclusive que eu questionei ao Sr. Roberto quando esteve comigo, juntamente com os diretores, no gabinete, para uma visita cordial, que é quanto à autonomia do Banco Central do Brasil.

Não há autonomia formal do Banco Central. E eu pergunto novamente as vantagens e as desvantagens dessa autonomia formal do Banco Central e como poderiam funcionar os mandatos dos dirigentes do Banco Central (prazo fixo, recondução, mandatos de quatro anos), se seriam suficientes ou não na ótica de V. Exa.

E o terceiro ponto a que me refiro. A economia brasileira é grande e diversificada, com um acentuado grau de complexidade. Recentemente, no Congresso tivemos discussões com o Cade a respeito de manipulações da taxa de câmbio doméstica por parte de instituições financeiras, que inclusive rendeu alguns acordos de leniência do Cade com instituições financeiras. Queria saber de V. Exa., Dr. Bruno, como o senhor vê a legislação atual a esse respeito e qual deve ser o papel do Banco Central, que é o depositário das reservas internacionais e que executa a política cambial? E como o Cade e o Banco Central poderiam atuar conjuntamente para evitar a formação de novos cartéis no futuro, que, como dito, já renderam alguns acordos de leniência com o Cade?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

São esses três pontos, com alguns questionamentos, que resumidamente gostaria de ouvir de V. Exa. as suas considerações a respeito.

Permito-me, Senador Omar Aziz, repercutir quatro questionamentos que foram feitos pelo Portal e-Cidadania, que considero pertinentes, de cidadãos brasileiros.

O primeiro deles, do Sr. Atila Conceição, do Estado da Bahia, que indaga: "Como o Bacen pode atuar para coibir o compartilhamento de dados de clientes entre instituições financeiras [...]?"

Segundo questionamento de cidadãos brasileiros, o Sr. Valdemagno Silva, do Estado de Pernambuco quer saber se o Banco Central vai intervir nos altos juros dos cartões de crédito e do cheque especial, segundo ele, "hiperinflacionários, enquanto, nossa inflação, quando muito, é de dois dígitos". Na verdade, é de um dígito.

Então, é um questionamento que eu acho que até crianças de dez anos de idade têm: por que os juros do cartão de crédito e do cheque especial são tão altos quando temos uma inflação controlada atualmente no Brasil. É uma pergunta recorrente, inclusive, citada pelo eminente Senador Eduardo Braga.

Terceiro questionamento do público, de cidadão brasileiro, do Sr. João Pereira, de São Paulo: "Por que o excesso de liquidez do sistema é remunerado pelo Banco Central pela taxa Selic?" Que vai ao encontro ao primeiro questionamento que fiz. "O ativo mais líquido e seguro do mercado não deve ter uma taxa menor?" Essa é a pergunta do Sr. João Pereira, de São Paulo, que ainda indaga: "Por que o Brasil ainda possui dívida externa?" É um questionamento um tanto singelo, mas que eventualmente pode ser considerado.

E a última a indagação é da Lais Pupo, também do Estado de São Paulo que indaga especificamente quanto a meios de pagamento: "Quais as perspectivas do Banco Central para o mercado de meios de pagamento?"

Creio que exagerei um pouco nas perguntas, são muitas e o senhor terá pouco tempo para respondê-las, mas, sinteticamente, se pudesse dar as suas considerações, seria muito importante para o Senado, para o processo de escolha e para transparência que deve nortear os trabalhos do Senado Federal. E destaco, com muita alegria, a qualidade do currículo daquele de que fiquei responsável pela relatoria, o Sr. Bruno Serra Fernandes, com aspectos teóricos muito significativos, com uma passagem muito significativa no sistema financeiro brasileiro, que seguramente contribuirá muito para a política, para a qualidade e para a eficiência do Banco Central do Brasil, destacando uma vez mais aquilo que é a filosofia do Presidente, que é a inclusão, a precificação, a transparência e a educação financeira que vem muito a calhar neste momento do País.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – São esses os meus questionamentos.

Agradeço a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado Senador Rodrigo Pacheco.

Senador Wellington Fagundes.

As perguntas que o Senador Rodrigo Pacheco acabou de fazer algumas estão chegando – aquilo que falei no primeiro momento – via internet, pelo e-Cidadania. Temos várias perguntas aqui: perguntas para a Sra. Flávia Martins, perguntas para o Presidente do Banco Central.

É aquilo que eu dizia há pouco ao Sr. Roberto Campos: ao discurso técnico elitizado, muitas vezes, o povo brasileiro não tem acesso. Vamos simplificar para que as pessoas possam entender o que é a economia, como com uma pergunta simples: por que os juros são altos? É uma pergunta que qualquer cidadão brasileiro, de qualquer faixa etária ou classe social quer saber. Então, são coisas às vezes que nós, tecnicamente, falamos aqui num linguajar técnico, mas a grande maioria da população brasileira não teve acesso a essas informações técnicas e querem saber, no dia a dia, que é o que move o cidadão brasileiro, por que ele paga esses valores absurdos de juros, o que foi colocado aqui pelos dois primeiros.

Eu vou ouvir o Senador Wellington e, depois, o Senador Tasso e eles passam a responder. Aí, a gente começa a sabatina. Eu dei primeiro aos Relatores a abertura, a prioridade aqui, nas sabatinas, é dos Relatores.

Senador Wellington, por favor.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT. Para interpelar convidado.) – Sr. Presidente, Senador Omar Aziz, em seu nome, cumprimento todos aqui, os sabatinados, Roberto Campos Neto, João Manoel Pinho de Mello, Bruno Serra Fernandes e a Sra. Flávia. E tenho certeza de que, pelo currículo já apresentado por todos, nós não teremos dificuldade em aprovar os nomes de todos vocês.

Claro, é a oportunidade que temos, até para que a sociedade, como disse o Senador Omar, conheça um pouco do que é esse Banco Central, que não conseguimos pegar, sabemos que existe, mas não está próximo do cidadão.

Então, eu queria aqui apenas dizer, não colocamos no relatório, o João Manoel é *expert* em área antitruste, atuou também como consultor analista econômico e testemunha especialista em inúmeros processos judiciais e arbitrais. No setor público, atuou nos últimos dois anos no Ministério da Fazenda como Assessor Especial para Reformas Microeconômicas e ainda Secretário de Produtividade e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Advocacia da Concorrência, como Secretário de Política Econômica também. Nesse período trabalhou em parceria com o Banco Central na formulação e implementação de reformas estruturantes para a melhoria da intermediação financeira do nosso País e também para a promoção da concorrência no sistema financeiro.

Então, é um currículo que atende perfeitamente àquilo que está previsto na indicação de V. Sa.

Também como mato-grossense, nós tivemos a oportunidade de receber os diretores, mas nós sempre temos que tocar um pouco no saudosismo. O Roberto Campos nasceu em Mato Grosso e foi Senador pelo meu Estado, e para mim, como um Parlamentar mato-grossense, é impossível tratar nesta sabatina sem falar dessa figura ilustre do nosso Estado brasileiro, avô do indicado para o Banco Central, Roberto Campos Neto.

Haveremos aqui de fazer inúmeros questionamentos vitais ao interesse da Nação, que, por ora e já há algum tempo, enfrenta uma verdadeira crise fiscal aguda que está a exigir de todos nós esforço adicional em busca de soluções para que aquele mais simples e mais humilde trabalhador seja resgatado em suas necessidades básicas e essenciais.

E aí, Senador Omar, quero inclusive registrar para a população brasileira que o Congresso Nacional está dando resposta. Conseguimos, através da Presidência do Senador Davi, formar as comissões. Esperava-se que esta sabatina fosse acontecer depois do carnaval, mas não, já estamos fazendo aqui e provavelmente, hoje ainda, deverá ir ao Plenário. Essa é uma demonstração da responsabilidade que todos nós estamos assumindo neste momento em que o Brasil passa por toda essa crise política e econômica ao mesmo tempo.

Aqui faremos os questionamentos, mas quero, antes de tudo, usar um pouco deste tempo para enaltecer mais uma vez Roberto de Oliveira Campos, o avô, que considero um dos expoentes do conhecimento e da intelectualidade nacional, cuja contribuição ainda está a serviço da nossa Nação.

Quero dizer que estou ao lado também do companheiro Ricardo Corrêa, que foi Deputado Estadual, Deputado Federal, que esteve inclusive em campanha como candidato a Senador junto com Roberto Campos.

Roberto Campos chegou de volta a Mato Grosso em 1981, após cumprir com brilhantismo excepcional o seu trabalho nos mais diversos postos-chave do País, de criador e Presidente do BNDES a Embaixador renomado pelo mundo. Em conjunto com outros, criou o Banco Central do Brasil. E – olhem só o destino – agora o neto está aí para assumir aquilo que foi a criação do nosso saudoso Senador Roberto Campos. Ele também criou o extinto BNH e esteve à frente do FGTS e do Estatuto da Terra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em defesa do seu conhecimento, enfrentou as adversidades do poder quando necessário. Na sua biografia, constam as duras críticas que recebeu de Adhemar de Barros e também de Carlos Lacerda, Governadores de São Paulo e Rio, respectivamente, que eram contra o corte de gastos públicos que Roberto Campos determinou para combater a inflação na época. Liberal ao extremo, na carreira parlamentar foi um contestador.

Narro o que está escrito na página 669 do seu monumental livro de memórias, onde ele dizia: "A Lanterna na Popa." Ele relata o incidente em que o Marechal Arthur da Costa e Silva, segundo Presidente do ciclo revolucionário de 1964 a 1985, resolveu demitir o primeiro Presidente do Banco Central, Dênio Nogueira. Assim ele conta:

"Dois meses antes da transmissão do poder, fui, como Ministro do Planejamento, instruído por Castello Branco para explicar ao presidente eleito [naquela época, indiretamente] Costa e Silva os capítulos econômicos da nova Constituição de 1967."

Aí, segundo ele: "Aproveitei para sugerir-lhe que pusesse termo aos boatos de substituição do presidente do Banco Central [à época], pois a lei lhes dava mandato fixo, precisamente para garantir estabilidade e continuidade da política monetária. O Bacen é o guardião da moeda – acrescentou [ele dizia isso sempre e relatou ao Presidente]. O guardião da moeda sou eu – retrucou Costa e Silva", rechaçando-o.

Logo em seguida, Roberto Campos concluiu: "Foi inútil tentar persuadi-lo de que nem o Legislativo nem o Executivo costumam portar-se heroicamente na luta anti-inflacionária, pois ambos estão sujeitos a enormes pressões de gastança, que recrudescem nos anos eleitorais." E aí Costa e Silva ignorou os mandatos, [Antônio] Delfim Netto, o novo ministro da Fazenda, não tinha fanatismo pela ideia de independência do Banco Central."

Creio que a desilusão provocada pelo episódio que acabo de relatar levou Roberto Campos a este desabafo, em que ele disse: "É enorme a brecha entre os objetivos idealizados na legislação de 1964", integrante do conjunto de medidas de modernização econômica formuladas por ele e pelo Prof. Otávio Gouveia de Bulhões, Ministro da Fazenda do Governo Castelo Branco, e as realidades também daquela época. "Concebido como o anjo Gabriel, o Bacen virou um Frankenstein. Por isso, quando me perguntam se sou ou não a favor da 'independência' do Bacen, minha resposta é do tipo existencial: será que o monstro deve existir?" Foi o que disse Roberto Campos na época.

Mas, senhoras e senhores, além de contestador, acima de tudo e ao mesmo tempo, Roberto Campos foi um dos maiores realizadores de obras. Pelas suas mãos, Mato Grosso conseguiu, em 1982, linha de crédito da ordem de US$100 milhões que permitiu ao Governador na época, Júlio Campos, realizar o maior e mais ousado programa de infraestrutura jamais visto no nosso Estado, entre os quais a pavimentação de 2.000km de rodovias federais com empréstimo do Governo do Estado que até hoje

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o Governo Federal não restituiu ao Estado. Isso mesmo, o Governo do Estado bancou, naquela ocasião, a pavimentação da BR-070, da BR-163 e também da BR-364, eixos de desenvolvimento econômico e social do nosso Estado, algo inimaginável nos dias de hoje.

Senador Omar, a BR-163 é extremamente importante para toda a nossa Amazônia, porque tudo que demanda aquela região tem que passar pela BR-163.

Portanto, Roberto Campos, o avô, foi um pouco mais do que se conhece dele. E ele disse ainda certa vez: "O mundo não será salvo pelos caridosos, mas pelos eficientes". Quem há de duvidar dessa máxima?

(*Soa a campainha.*)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Já concluindo, Sr. Presidente.

Cada vez que ele subia à tribuna do Senado para se manifestar era ouvido por todos. Aliás, anunciava-se: "Hoje Roberto Campos fará um pronunciamento". Era dia de galerias lotadas, ouvia-se apenas sua voz. Sua boca transmitia de sua inteligência uma aula de patriotismo e defesa maior dos interesses da Nação e do nosso povo.

Eu quero agradecer a todos, inclusive ao Presidente Omar, pela oportunidade de estar aqui relatando, porque penso que nós estamos fazendo um trabalho conjunto para aquilo que vai ser o futuro do nosso País, principalmente da nossa estabilidade econômica. Temos que sair da estagnação, sair dessas taxas de juros extorsivas, e principalmente buscar a distribuição de recursos com juros acessíveis para aqueles que mais geram empregos, que são os pequenos e médios no País, porque, infelizmente, o Banco de Desenvolvimento Nacional praticamente não consegue chegar à ponta.

Foi criada, há oito anos atrás, uma linha de crédito para a Amazônia, pelo BNDES, de R$6 bilhões à época; desses recursos, menos de 3% foram aplicados, exatamente, pela falta de capilaridade, pela visão que às vezes não se tem de o que é o "S" do Social. Às vezes, o banco só quer saber da garantia e não vê o talento e a capacidade do pequeno empreendedor.

Por isso, eu quero aqui dizer, já encerrando, que Roberto Campos nasceu na cidade de Nossa Senhora do Livramento. Eu quero pedir à nossa diretoria que tomará posse, através do seu neto, Roberto Campos Neto, que faça como Nossa Senhora do Livramento e que livre o Brasil desses juros extorsivos, faça com que o Brasil se liberte das amarras do sistema financeiro internacional, que, às vezes, não quer olhar o desenvolvimento da Amazônia, do cidadão que está lá protegendo toda aquela riqueza, a biodiversidade, mas que não tem o apoio necessário para promover o seu desenvolvimento.

Eu quero aqui, Sr. Presidente, tenho ainda... Já excedi?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Dois minutos.

Quero fazer três questionamentos que foram preparados, inclusive, pela assessoria.

Os empréstimos bancários são inegavelmente muito caros, com taxas de juros exorbitantes em termos nominais e em termos reais, ou seja, descontada a inflação. Nesse aspecto, o que explica esse fenômeno? Por que um mercado tão lucrativo tem tão poucos competidores?

Ainda, a Selic caiu de 14% para 6,5%, menos da metade. Por que os juros ao consumidor também não caíram pela metade? Ainda há Municípios sem agência bancária do Banco do Brasil. Como atender a essa população, que não tem acesso a bancos, ainda nessa realidade? Como a tecnologia poderia ajudar a sanear essa deficiência?

O Governo passado subiu o custo dos empréstimos para as grandes empresas por meio do BNDES, agora, recentemente. Agora parece querer subir o custo também para os agricultores. É apenas para os grandes ou também para todos? Sabemos que, na verdade, esse custo é muito maior para o pequeno.

Apesar de a política monetária da atual gestão do Bacen ter conseguido eficientemente controlar a inflação, ainda não vislumbramos um retorno sólido do crescimento econômico e uma queda consciente das taxas de desemprego no Brasil. Nesse sentido, eu gostaria de perguntar: a atual política monetária não tem sacrificado excessivamente a atividade econômica? O combate à inflação deve ser priorizado ou é mais importante um afrouxo monetário para combater as crescentes taxas de desemprego e o ambiente de retração econômica?

Quais medidas devem ser tomadas pelo Governo em paralelo à política monetária do Bacen a fim de se retomar o crescimento da política econômica?

É isso, Sr. Presidente.

É claro que teremos muitas mais outras perguntas, inclusive aqui feitas também pelos meios de comunicação da Casa, mas creio que todas essas também estão chegando à Presidência e V. Exa. poderá fazê-las.

Eu agradeço imensamente.

É claro que seria bom o quanto antes abrirmos a votação, já que outras comissões estão nos chamando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Exª já falou 15 minutos, Senador Wellington. Eu, de uma forma democrática, estou sendo paciente, porque geralmente 10 minutos são 10 minutos.

Se vocês repararam, as perguntas são muito parecidas, correto? Tanto as do Senador Eduardo quanto as do Senador Rogério e as do Senador Wellington são parecidas e vai ser assim sucessivamente. Por isso, o Senador Tasso vai falar e depois falará o Senador Alvaro Dias, que é o primeiro inscrito.

Eu vou abrir a votação, até porque está havendo um problema aqui. Muitos Senadores estão me dizendo...

O SR. LUIZ DO CARMO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... que têm de ir para outras Comissões.

O SR. LUIZ DO CARMO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, pois não, Senador.

O SR. LUIZ DO CARMO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO) – Eu acho que é muito injusto abrir votação no meio das perguntas. É até indelicado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu sei, mas...

O SR. LUIZ DO CARMO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO) – É até indelicado. Quem está fazendo por último?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Presidente, pela ordem aqui.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É comum acontecer isso, Senador.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Eu queria fazer um argumento a V. Exa. É que o quórum é alto para votação de autoridade, os Senadores estão saindo da Comissão, e isso vai acabar inviabilizando a votação. V. Exa. está certo. Vamos abrir a votação.

O SR. LUIZ DO CARMO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO) – Que vote em outro dia. Não podemos fazer... Vou fazer uma pergunta: em algum dia não foi aprovado um Presidente do Banco Central nesta Comissão? Sempre foi aprovado?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Acho que sim. Eu não sou... Eu só estou há quatro anos aqui. Há gente que está há 40 aqui e deve saber mais do que eu. Eu só estou há quatro anos aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIZ DO CARMO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO) – Pelo jeito, já está tudo organizado para ser aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu ouvi agora o Senador Wellington, que falou uma coisa muito importante: da intervenção do presidente de plantão em uma política de Estado, que é a do Banco Central. Não dá para confundir política do Governo que está de plantão com política de Estado, até porque, em 1985, antes de os militares saírem do Governo, eles deixaram uma inflação de 233% do IPC, por causa dessa intervenção que houve dos Governos. E, depois de alguns anos, houve uma intervenção recente, que deu no que deu, e nós entramos numa recessão muito grande.

Então, nesse tipo de exemplo, a história se repete. Não dá para dizer que tudo foi maravilha na época de alguns governantes ou tudo foi ruim. Nós temos que pegar aquelas coisas que foram boas. E essa foi uma história que o Sr. Roberto Campos deixou para a gente: uma discussão com o Costa e Silva dizendo que ele mandava no Banco Central. Deu no que deu. Vinte e um anos depois, a inflação era 233% do IPC (Índice de Preços ao Consumidor). Então, nós não pegamos o Brasil, na saída de um regime para outro, numa maravilha, em que as pessoas querem colocar na cabeça da gente que tudo vai ser resolvido a toque de caixa, batendo continência. Não vai ser. Vai ser na democracia que vamos resolver o problema. É aqui dentro desta Casa. Não é marginalizando os políticos, como estão fazendo hoje, que vamos resolver o problema do povo brasileiro. É discutindo politicamente, é dando transparência nas ações do Banco Central, é acabando com qualquer tipo de sigilo de informações. Esse sigilo de informações já levou o País à penumbra. E nós não vamos permitir que isso aconteça aqui.

E eu, como Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, quero debater profundamente. Por isso, eu quero abrir a votação, porque vou ficar aqui até a hora em que puder. Daqui a pouco, o Senador Plínio vai assumir o meu lugar um minutinho, até porque eu não sou de ferro, mas voltarei aqui com certeza absoluta.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) – Pela ordem, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador Angelo Coronel, que não é coronel, tá? Por favor.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA. Pela ordem.) – Pois não.

Presidente, Omar, eu quero aqui comungar com o meu amigo aqui vizinho, Senador Luiz do Carmo, da Bancada de Goiás, porque, do jeito que a gente vê, isso aqui não é uma sabatina. A partir do momento em que se marca uma reunião para haver uma sabatina, há perguntas e respostas para ver se os Senadores se convencem da indicação dos membros para o Banco Central. A partir do momento em que se vota sem uma discussão, sem ouvir, inclusive, as respostas dos futuros diretores, fica uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

reunião inócua. Eu não sei... Eu sou Senador de primeiro mandato. Se sabatina for assim, eu acho que deveria o nome. Deveria ser sessão de apresentação dos diretores. Ficaria mais prático.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu concordo com V. Exa. Agora, essa é uma praxe no Senado, até porque o senhor não consegue manter o quórum durante horas.

Tudo bem. Vamos fazer o seguinte: eu vou abrir a votação. Aqueles que quiserem votar votem e aqueles que não quiserem não votem.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – Senador, eu gostaria de fazer...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador Tasso.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – Eu gostaria de esclarecer aos Srs. Senadores que quem está com sua convicção já firmada vota e quem não está com a convicção firmada não vota e fica até às 6h, 7h da noite, se for necessário. Essa é a praxe aqui. Por isso que, não só em relação a esta sabatina, mas em outras sabatinas, essa é a praxe que se faz. Ninguém tem obrigação de votar neste momento.

Era isso que eu queria esclarecer, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador.

O SR. LUIZ DO CARMO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador.

O SR. LUIZ DO CARMO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO) – Eu estou me sentindo tratorado aqui.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, amigo, não faça isso.

O SR. LUIZ DO CARMO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO) – Eu estou me sentindo. Sabe por quê? Eu vou fazer minha pergunta, eu quero ouvir a resposta dele. Eu não formei a minha opinião ainda, concorda?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor espera.

O SR. LUIZ DO CARMO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO) – O.k. Mas vai abrir a votação. E aí?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou aguardar... Mas deixe-me dizer uma coisa... A proposta do Senador Tasso, com a qual concordo, é: aqueles que estiverem convencidos vão votar e aqueles que não estiverem convencidos esperam a resposta e votam. É normal, Senador.

O SR. LUIZ DO CARMO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO) – Isso não é questão de maioria. É questão de convicção. Tem maioria, já está aprovado. Não é questão de maioria.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, mas agora dizer que o senhor está sendo tratorado, não.

O SR. LUIZ DO CARMO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO) – Eu estou me sentindo. Eu sou Parlamentar e posso falar isso, concorda? Vamos ouvir, pelo menos dez para depois abrir. Não foi esse o trato primeiro? O.k?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou ouvir todos. Já há 30 inscritos.

O SR. LUIZ DO CARMO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO) – Eu sei, mas, para abrir, vamos ouvir pelo menos dez.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Há mais gente inscrita aqui do que o total de membros da Comissão.

O SR. LUIZ DO CARMO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO) – Para abrir, vamos ouvir os dez; depois, fazemos as perguntas.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – Senador Omar, eu gostaria de fazer a minha intervenção.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por favor.

Com a palavra o Senador Tasso.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE. Pela ordem.) – Eu gostaria, primeiramente, de fazer uma referência à qualidade dos que estão sendo aqui sabatinados hoje. Com certeza, como disse, se não me engano, o Senador Eduardo Braga ou outro Senador, é relevante e importante a perspectiva quanto à qualidade, à formação técnica e à experiência de uma nova geração de executivos públicos deste País, o que nós só temos a elogiar.

Embora o próprio Senador Eduardo Braga já tenha feito uma série de questões que eu gostaria de fazer sobre *spread* bancário, concentração bancária, eu gostaria ainda de aproveitar e dar ênfase à questão da verticalização e da competição no mercado de cartões de crédito, tema que foi objeto de uma discussão que nós tivemos muito aqui na composição passada desta Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ainda sobre uma outra questão que também já foi colocada aqui, eu gostaria, mais uma vez, de ressaltar – é fundamental, é a grande pergunta – a timidez do crescimento da economia e os resultados pouco alentadores em termos de crescimento da economia. A inflação foi controlada e uma série de conquistas foram feitas pela brilhante atuação, que nós temos de reverenciar, do Dr. Ilan Goldfajn, mas os resultados na economia são muito tímidos. A grande vontade, o grande desejo, que é a recuperação da geração de empregos, nós não temos conseguido até agora. Como essa gestão vê a possibilidade de ajudar nesse item?

Gostaria também, em função da menção, de agradecer ao Senador Eduardo Braga e, mais uma vez, fazer menção ao trabalho que foi coordenado pelo Senador Armando Monteiro, que faz muita falta aqui nesta Casa hoje.

À Drª Flávia Perlingeiro, especificamente, um fato que me chamou a atenção foi o aumento das multas da CVM, que passarão, pela Lei nº 13.506, de R$500 mil para R$50 milhões. Quais serão os critérios a serem adotados na aplicação dessas penalidades, já que há uma pressão muito grande e muita reclamação em relação à CVM quanto à pouca celeridade dos processos que lá chegam? Ao mesmo tempo que nós queremos uma maior celeridade – o mercado exige isso –, é preciso também esclarecer os critérios que farão valer essas multas que chegam a R$50 milhões.

E, mais uma vez, eu gostaria de elogiar o trabalho e a capacidade técnica, a formação técnica de todos aqui presentes.

Ao Roberto Campos Neto, que vai ter uma tripla responsabilidade – substituir o Ilan, que não é fácil, dirigir os destinos da nossa moeda e atender às expectativas ao redor do seu nome, Roberto Campos –, eu desejo sucesso.

Senador Omar, economizei tempo para V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado.

Senador Styvenson. (*Pausa.*)

Não se encontra.

Senador Alvaro Dias; depois, o Senador Luiz do Carmo.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR. Para discursar.) – Presidente, eu vou procurar ser bem objetivo, dispensando os cumprimentos a todos e me referindo rapidamente ao sistema financeiro como um monstro que nos faz reféns.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Somos 62 milhões de brasileiros devedores, especialmente dos cinco maiores bancos do País, e continuamos alimentando a inadimplência com as altas taxas de juros aqui já condenadas pelos que me antecederam; taxas de juros que, comparativamente a outros países, se constituem verdadeiro escárnio, afronta à pobreza nacional.

Se nós compararmos, por exemplo, as nossas taxas de juros com as de Portugal, Portugal pratica uma taxa de juros de 3,9% para crédito pessoal e 16,6% para o cartão de crédito e limites bancários. Em Portugal, o Banco Central é que define neste trimestre a taxa do cartão de crédito do próximo trimestre e não permite que se ultrapasse, neste caso, a 16,6% neste ano. Se nós olharmos para o Brasil, verificaremos que os cartões de crédito no Brasil são taxados entre 260% e 310%; o crédito pessoal entre 60% e 90% e, em alguns casos, chegando à ordem de 300% a taxa anual de juros e até 1.000%. Os cartões de crédito, da mesma forma, chegando a 230% e 340% ao ano, e com instituições financeiras que chegam a cobrar 1.300% ao ano. Portanto, há que se olhar com maior atenção para o sistema financeiro.

Nós estamos falando em reformar a previdência. A reforma da previdência para alguns é o próximo milagre, a salvação da Pátria, a solução de todos os problemas e poucos falamos na reforma do Sistema Financeiro Nacional que, a meu ver, é a principal reforma, que devemos encarar com muita responsabilidade.

Se nós olharmos, por exemplo, para a Espanha, a Justiça espanhola cancelou o crédito do Banco Sigma para um consumidor com juros de 24,6% ao ano no cartão de crédito rotativo. O Supremo Tribunal, com base na lei de repressão à usura, que está em vigor naquele país, considerou abusiva a taxa de 24,6%, e, no Brasil, como vemos, nós temos uma média de 340% ao ano nas taxas de juros do cartão de crédito.

Em outras duas ações, a Justiça em primeira instância na Espanha, uma nas Astúrias e outra em Barcelona, cancelou taxas de juros cobradas pelo Banco Santander no contrato de cartão de crédito rotativo em situação semelhante, e, no Brasil, o Banco Santander cobra 248% em média do cartão, no cartão rotativo. Portanto, falta regulação no Brasil? Essa é a indagação.

Outra questão que eu considero da maior importância e que será um desafio para todos nós, mas especialmente para os senhores que aqui se encontram hoje, diz respeito à dívida pública, que cresce de forma avassaladora. Eu pedi uma auditoria ao Tribunal de Contas sobre a dívida pública brasileira. Em que pesem as dificuldades estruturais para um trabalho de profundidade, o Tribunal de Contas revela algumas distorções importantes e aponta algumas sugestões também interessantes.

Na análise do Tribunal de Contas, os *dealers*, por exemplo, recebem tratamento diferenciado em relação aos não *dealers* na rolagem dos títulos públicos, que dizem respeito ao crescimento da dívida pública no País. E o Tribunal de Contas da União revela que há necessidade de uma investigação em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

relação ao comportamento do Banco Central no que diz respeito a essa prática das taxas de juros diferenciadas em relação a *dealers* e não *dealers* na rolagem da dívida.

O Banco Central também aponta a ausência do Conselho de Gestão Fiscal, que, instituído pela Lei de Responsabilidade Fiscal, não foi constituído até hoje.

O Banco Central também... Aliás, o Tribunal de Contas também revela que não há transparência no endividamento público do País, e que nós deveríamos ter, por meio eletrônico, numa plataforma, a publicidade do endividamento de Municípios, Estados e União, com o detalhamento da dívida pública, valores, prazos de carência, taxas de juros e beneficiados etc. Da mesma forma, o Tribunal de Contas aponta a ausência de transparência nos leilões dos títulos públicos. Deveríamos ter também uma plataforma que possibilitasse à sociedade fiscalizar os leilões de títulos públicos.

Outra questão – uma situação que o Banco Central pode investigar, e por isso nós estamos colocando aqui esta questão, que, além da indagação, é uma reivindicação – também importante diz respeito às tais operações compromissadas. Em 2006, eram ao redor de R$77 bilhões, correspondendo, portanto, a 3,2% do Produto Interno Bruto. No ano passado, elas chegaram a R$1,1 trilhão, correspondendo a 16,4% do Produto Interno Bruto. O Tribunal de Contas aponta que há certamente a utilização das operações compromissadas para a rolagem da dívida pública, e essa não é a finalidade precípua das operações compromissadas.

É uma questão importante a se destacar, exatamente porque o crescimento avassalador da dívida pública brasileira nos impede de nos desenvolvermos economicamente. Se nós vamos fazer uma reforma da previdência para economizar, em dez anos, 1 trilhão, como diz o Governo, temos que constatar que esse 1 trilhão desaparecerá em apenas dois anos e meio no pagamento de juros da dívida pública.

E nós estamos verificando que a adoção dessas operações compromissadas – até porque elas beneficiam extraordinariamente os grandes bancos brasileiros, especialmente os *dealers*, e não beneficiam a sociedade – fazem do Governo para os bancos o cliente generoso, que oferece a possibilidade de taxas de juros elevadas, fazendo com que os bancos não tenham que competir no mercado, na economia privada e, com isso, as taxas de juros se mantêm elevadas. Como não há competição junto ao setor privado para a prática das taxas de juros, elas não são nunca rebaixadas e são sempre impulsionadas, graças à generosidade do Governo.

A indagação que nós fazemos é exatamente no sentido de que o Banco Central, em que pese o fato de nós defendermos sempre o liberalismo econômico, nessa área financeira, especialmente em razão desse complexo sistema que nos esmaga economicamente, deve intervir, sim, impondo normas reguladoras. Essa fiscalização deve ser implacável, mas, sobretudo, a normatização para a prática das taxas de juros e a transparência no que se refere à administração da dívida pública do País porque, se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não administrarmos com maior competência a nossa dívida pública, de nada adiantarão as demais reformas anunciadas pelo Governo, de nada adiantará essa reforma da previdência decantada e cantada em prosa e verso, porque certamente nos engolirá o monstro do sistema financeiro, acabará com as nossas pretensões de crescimento econômico a curto prazo, e certamente impedirá o ajuste fiscal necessário para impedir que o déficit público continue impedindo que o Governo invista em setores essenciais como saúde, educação, segurança pública etc.

São essas as nossas modestas indagações com algumas perguntas que podem ser respondidas, mas, sobretudo, com o sentido da reivindicação. Em razão daquilo que constatamos hoje, eu creio que são medidas urgentes, indispensáveis para que o Brasil possa trilhar novamente os caminhos do desenvolvimento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Depois da pergunta do Senador Alvaro, foi o primeiro bloco de cinco e vamos às respostas dos indicados.

Depois, então, teremos mais cinco blocos de cinco Senadores que eu posso até dizer a sequência, após as respostas, qual seriam: Luiz do Carmo, Angelo Coronel, Confúcio Moura, Jorge Kajuru. São cinco depois que virão. Agora, eles vão responder às perguntas dos cinco primeiros.

Não é preciso necessariamente obedecer à ordem. Quem quiser, dos senhores ou das senhoras, responder fiquem a vontade para responder ao Senador. (*Pausa.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

O Roberto será o primeiro a falar porque assim ele escolheu, mas os outros também.

(*Intervenção fora do microfone.*)

Se for dirigida pergunta a alguém da Mesa terá que responder, está bom?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – São dez minutos.

O SR. ROBERTO DE OLIVEIRA CAMPOS NETO – São dez minutos? O.k.

São muitas perguntas, e eu vou tentar agrupar por blocos.

Primeiro, gostaria de parabenizar a Casa pelos excelentes trabalhos feitos tanto no tema do *spread* bancário quanto no tema da verticalização. Eu me debrucei sobre os trabalhos e gostaria de parabenizá-los pela qualidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos ao primeiro tema que foi abordado por vários dos senhores que é o *spread* bancário. De fato, de 2012 a 2016, o Brasil foi um dos poucos países de mercados emergentes que teve aumento de *spread* bancário, foi aproximadamente 5,4 pontos. Depois de 2016, iniciou-se um trabalho muito elaborado do Banco Central para combater o *spread* bancário. Eu vou primeiro elaborar um pouco sobre o que é o *spread* bancário para poder tecer os comentários em relação ao que foi feito e ao que se pode fazer.

Então, primeiro, acho que é extremamente importante entender o que é *spread* bancário. *O spread* bancário hoje, total, está em torno de 20%, 20,5%, sendo que nós temos duas partes: uma parte que é direcionada, que é o crédito direcionado, onde o *spread* bancário está em 8,7%; e uma parte que é livre, onde o *spread* bancário está em 31%. Então, mais ou menos, temos duas partes.

Também acho interessante decompor o *spread* bancário. Eu vou arredondar aqui para fazer uma análise mais simples. Basicamente, 35% de inadimplência; 25%, custo financeiro; 25%, imposto; e 15%, lucro.

Quando nós olhamos outros países, o componente lucro é razoavelmente maior do que no Brasil. Então, grande parte do *spread* bancário não é lucro, é comido por outros custos. Eu vou elaborar um pouco sobre que significa isso.

O primeiro grande componente que é inadimplência... Acho importante analisar que a operação de inadimplência tem um problema antes de ser formulado e depois de ser formulado. E a gente tem que combater os dois problemas. O problema antes de ser formulado é um problema de informação. Hoje os agentes financeiros no Brasil têm menos informação do que seus pares têm na média. Usando um exemplo simples: se nós tivéssemos dois amigos, e um nós conhecêssemos mais o histórico de bom pagador, mas os dois tivessem o mesmo crédito, nós emprestaríamos mais barato para o que temos mais informação. O sistema financeiro também funciona assim. Então, o tema da informação é muito importante.

O Brasil, novamente, é um país onde existe um problema que os economistas chamam de informação assimétrica muito grande.

O que está sendo feito na parte de informação? Na parte de informação, temos o Cadastro Positivo, em que o colega João Manoel trabalhou bastante, que acredito que veio para o Senado hoje. Então, é uma forma de disseminar a informação e acabar com a informação assimétrica. Temos alguns projetos futuros que eu vou mencionar depois.

De uma forma geral, a gente tem de deixar claro que a informação é dele. A informação do cliente não é do banco, não é de ninguém. A gente tem de deixar claro para o cliente que ele tem a prerrogativa de usar a informação dele para benefício próprio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E na parte que a gente chama de ex-post, na parte depois do empréstimo concedido, temos um problema maior, porque existe um grande questionamento: por que a inadimplência caiu de 4 para 3? Por que o custo de inadimplência é tão alto se a inadimplência caiu tanto e esse custo não baixou? Bom, não baixou porque a parte depois da operação contratada continua muito problemática. O Brasil hoje tem uma recuperação de crédito muito lenta e muito custosa. Para terem uma ideia, hoje, de cada R$1 emprestado, recuperam-se R$0,13. E se leva na média quatro anos. Enquanto, em outros países emergentes – porque os não emergentes são inclusive superiores –, estamos falando de 60% de recuperação de crédito e um prazo de um ano e meio, dois anos, enquanto que no Brasil o prazo é de quatro anos.

Então, aqui temos um problema que precisamos endereçar e nessa parte temos muitos projetos, os projetos que já temos na Casa e projetos também que vou mencionar no futuro para combater o tema da recuperação de crédito. Temos o projeto de duplicatas, o projeto de centralização de recebíveis, todos os projetos onde fica mais verificável a garantia, o colateral e tudo o que pode ser usado em contrapartida do empréstimo.

O segundo grande componente é o custo operacional. O custo operacional tem duas partes: o custo financeiro, em que nós temos uma parte que é o compulsório, outra parte que é o crédito direcionado, que acabei de mencionar, outra parte que está ligada a custos financeiros associados ao empréstimo, à captação, e aí há uma outra parte de custos que é a parte operacional, que também o Brasil, no *ranking,* é um dos últimos, ou dos mais caros. E aí acho que figura principalmente o custo trabalhista, mas há todo um custo burocrático, o custo de manter agência, transporte de numerário, tudo está relacionado.

Em relação ao custo do *spread*, uma vez já explicada um pouco a origem do custo, o que a gente pode fazer? O que o Banco Central pode fazer e no que eu, se indicado pela Casa, posso contribuir? Na parte de inadimplência, o Cadastro Positivo; segurança jurídica; e uso de garantias. Na parte de custos operacionais, trabalhista; a parte burocrática nós temos que reformar. Há um grande plano do Governo de fazer uma reforma burocrática. Hoje é muito custoso operar qualquer empresa no Brasil, banco não é diferente disso. E incentivar o uso do dinheiro digital. Eu vou depois também elaborar um pouco mais isso.

Na parte de custo financeiro, há os compulsórios, em que já foi feita uma equalização. Num volume total de 500 bilhões de recolhimento, nós estamos hoje em 420. Então, foram liberados 80 bilhões.

Existe espaço para remodelar mais o compulsório, é uma coisa que vai ser feita a longo prazo, mas é importante mencionar que o compulsório não tem um impacto tão grande. Para cada 10%, estamos falando de 0,1%, 0,2%, o custo de *spread*. Então, não é tão relevante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí eu queria enfatizar dois temas importantes, que acho que não foi feito, não foi falado e pode ser feito. Primeiro, mercado de capitais. Existe no Brasil uma percepção de que mercado de capitais é banco. Mercado de capitais não é banco. Se os senhores forem a outras economias mais avançadas do mundo, o mercado de capitais tem todo um mercado de intermediação financeira que está fora do banco.

Então, na parte – inclusive mencionei isso no meu discurso – de inclusão, nós precisamos fomentar o mercado de capitais. Hoje, as pequenas empresas não têm acesso ao mercado de capitais; elas vão ao banco. A gente precisa fazer uma intermediação mais robusta, mais limpa, com maior credibilidade.

O maior instrumento democratizante do século está aqui: tecnologia. Um telefone como este tem uma capacidade computacional que o computador da Nasa tinha alguns anos atrás. E hoje isso aqui tem mais penetração do que saneamento, muitas vezes mais.

É importante os senhores entenderem que, se a gente tem um estímulo à tecnologia e a gente tem uma intermediação muito grande, a tecnologia vai ser o principal elemento de desintermediar isso, porque, se temos plataformas eficientes, há alguém querendo emprestar a juro muito caro e há alguém que está disposto a emprestar, essa plataforma é que vai fazer conexão. Então, a primeira medida que eu mencionaria é mercado de capitais e a segunda é estimular as plataformas digitais, estimular desintermediação por meio de tecnologia.

E aí eu vou mencionar em específico o *open banking*, que é um fenômeno que tem acontecido e que já está em prática em alguns países. O *open banking*, basicamente, é o cliente ser dono do próprio dado, a gente ser capaz de abrir os dados para todas as instituições que não estão no sistema fechado dos bancos, e, aí, você diminui vários dos aspectos que eu mencionei anteriormente.

Por fim, a reforma para diminuir a burocracia. Essa reforma para diminuir a burocracia, como mencionei no meu discurso, é incluir novas dimensões no mercado de crédito, porque hoje se gasta muito tempo falando do credor – eu acho justo, porque o credor é muito importante –, mas não falamos do poupador, não falamos da pequena empresa – a pequena empresa hoje não tem acesso a mercado de capitais –, não falamos de cooperativa – falamos pouco, cooperativa no Brasil é 3% do crédito, muito pouco –, não falamos de toda a parte de microcrédito – que é um direcionamento pequeno e é uma modalidade de crédito muito interessante, porque gera educação financeira, gera emprego. Então, há todo um tema ligado à competição que nós precisamos estimular, sindicado por Banco do Brasil, obviamente como...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Pois não, Senador Tasso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – O Presidente Ilan tinha um projeto de diminuição de exigências por camadas de instituições financeiras. Esse projeto vai adiante?

O SR. ROBERTO DE OLIVEIRA CAMPOS NETO – Sim. Na verdade, o Presidente Ilan fez uma segmentação que vai em linha de deixar os custos mais baratos para as empresas que têm risco sistêmico. Isso continua. Nós vamos incentivar a ideia, incentivar mais ainda tecnologia na parte de baixo da camada.

A resposta é sim, isso continua.

Então, na parte de *spread*, eu acho que elaborei o suficiente. Vou aqui a algumas outras perguntas.

A pergunta da competição bancária, que eu acho que é importante também. Eu acho que aqui valem alguns esclarecimentos e acho que há uma literatura bastante ampla sobre o tema.

Primeiro, eu acho que a gente precisa distinguir competição e concentração.

Na crise financeira de 2008/2009, o que grande parte dos países fez foi aceitar uma troca de mais concentração por mais segurança. Então, quando nós olhamos os índices de concentração bancária em todos os países, com a experiência dos Estados Unidos da Lehman Brothers, eu acho que o que aconteceu foi que os governos até estimularam, de certa forma, mais concentração, porque achavam que um sistema mais concentrado era mais sólido. Então, a concentração bancária aconteceu em vários países, não só no Brasil.

Quando a gente olha a concentração bancária no Brasil, a concentração em si é muito proporcional, muito parecida com a concentração em vários outros países, como Alemanha, Itália, Inglaterra. E há vários índices que medem isso: há um índice que se chama IHH, há um índice que se chama RC. Vários trabalhos foram feitos nesse sentido. A concentração bancária no Brasil é equivalente a vários outros países. Esse é um ponto.

O segundo ponto é o tema de competição bancária. E, quanto à competição bancária, também vários estudos mostram que a competição bancária no Brasil não é muito diferente do mundo emergente. Aí há vários índices também: há o Índice de Lerner e o Índice de Boore, que foram trabalhos que foram feitos para comparar a competição em vários países. Então, em termos de competição bancária, no Brasil, apesar de ser concentrado – reconhecemos isso –, acho que dá para dizer que existe competição; no entanto, essa competição não gerou um *spread* adequado. Acho que hoje grande parte do questionamento dos senhores é, se há competição, se há um incentivo do Governo, se o Banco Central está atento, por que a taxa de juros de 6,5% não se reflete ao cliente na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ponta numa taxa mais baixa? E aí eu acho que é importante lincar com o que eu acabei de falar, que é o tema do *spread* bancário.

Em relação às *fintechs*, eu acho muito importante mencionar, porque eu acho que é importante a gente entender: na parte de tecnologia, existe uma curva que acompanha a capacidade computacional, que a gente chama de curva exponencial. Se a gente olhar, por exemplo, o mercado de *fintech* dois anos atrás, ele basicamente não existia. A gente está falando de 300 empresas. Como esse crescimento é exponencial, os senhores podem imaginar o que vai acontecer daqui a dois anos. Então, parte da competição está automaticamente acontecendo. Isso está acontecendo. E, quando nós pegamos países mais avançados, onde a tecnologia já está numa parte mais alta da curva exponencial, já se desintermediaram os bancos completamente. Então, eu acho que existe um processo hoje, em curso, que já vai gerar isso. Obviamente, nós temos que monitorar, para que esse processo seja feito de uma forma saudável.

Outro tema que eu gostaria de mencionar é a diferença entre lucro e rentabilidade, que é uma confusão que também acontece bastante, e eu vejo que muitas pessoas escrevem artigos e publicam comentários baseados no lucro crescente do banco. Só olhar o lucro não é uma boa métrica, porque a gente tem que ver qual é o lucro sobre o capital que foi empregado. Então, se eu tenho um capital maior e tenho um lucro maior, na verdade, o meu retorno daquele lucro sobre o capital foi igual. Então, quando nós pegamos o retorno dos bancos, ele já foi bem maior – já foi em torno de 19%, 20%. Ele caiu para perto de 12%. E aqui eu gostaria de lembrar que ele caiu para 12% quando a Selic era 12%. Ou seja, imaginem que os bancos rendiam a mesma coisa que o título do Governo. Então, muitos investidores estavam muito infelizes nessa situação. E agora ele voltou para alguma coisa em cerca de 15%. Apesar de o lucro ser crescente, a rentabilidade baixou muito, e agora ela voltou a subir, mas está num nível ainda bem abaixo do máximo. Então, para esclarecer isso.

Para fechar essa parte de *spread* e competição bancária, eu acho que é importante entender que o que está acontecendo é um movimento de tecnologia. Os bancos vão deixar de ser uma empresa de serviço financeiro – já estão deixando – para ser uma empresa de serviço tecnológico. Quem acompanha o setor bancário de perto vê que, cada vez mais, isso está acontecendo. A gente tem o fenômeno de agências que estão sendo fechadas, e o sistema está ficando cada vez mais digital. Esse é o banco do futuro.

E aí acho que vale uma colocação final, que é o que nos falta e que acho que o Brasil precisa aprimorar bastante, que é a cobertura digital no País. Hoje nós temos ainda buracos de 3G enormes, e isso basicamente inibe essa competição digital em alguns lugares mais remotos. Em relação ao *spread* e à competição bancária...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria tecer alguns comentários sobre a autonomia do Banco Central, porque eu acho que é muito importante. De fato, a ideia do Banco Central foi elaborada pelo meu avô. Agradeço a todos pelos comentários. Tenho muito orgulho de ser neto dele.

Quanto à parte de autonomia do Banco Central, quando foi elaborada, muito tempo atrás, havia três vertentes: independência orçamentária, administrativa e operacional. A ideia era de que o Banco Central tivesse essas três autonomias de forma apartada. E, ao longo dos anos, o debate se concentrou basicamente na autonomia operacional. O que que é autonomia operacional? Autonomia operacional é ter autonomia para seguir as metas que são dadas ao Banco Central; não é autonomia para determinar as suas metas. A autonomia a que o Banco Central hoje se refere, que é a autonomia operacional, é uma autonomia somente para seguir as metas que são dadas. As metas são feitas no CMN, com a participação dos membros do CMN. Então, primeiro, eu gostaria de dizer que a autonomia do Banco Central não é uma autonomia para desenhar metas, e sim para seguir as metas.

Por que a autonomia é importante? Porque toda vez que existe um risco em qualquer preço ou qualquer atividade, a pessoa coloca no preço aquele risco. Então, se existe um risco, em algum momento, de o Banco Central não ser independente e não seguir exatamente a sua missão que é controle de preços e estabilidade do sistema financeiro, obviamente, quem está olhando para aquele risco vai colocar no preço a probabilidade de ter uma ruptura naquilo.

Então, basicamente, traduzindo em uma linguagem o mais popular possível, o que a autonomia do Banco Central faz? Ela permite que, com a mesma inflação, os juros sejam mais baixos. Por quê? Porque você removeu esse componente de risco que tem na curva. Esse é um ponto.

Outro ponto que eu queria mencionar é que, em 1999, por aí, quando começou a adoção do sistema de metas em grande parte do mundo, e foi inicialmente adotado por 15 países, a ideia sempre era de que o Banco Central seria independente. Então, basicamente, hoje o Brasil é uma jabuticaba nesse sentido, porque nós temos um sistema de meta que é comparável com os de outros países, mas não temos a independência. A independência nos coloca junto aos pares no sentido de melhores práticas. Isso vai baratear o custo de crédito, isso vai facilitar a entrada do Brasil em organismos internacionais, como a OCDE. Eu acho que essa já é uma prática de mercado que é bastante elaborada em todo o mundo.

Seguindo agora para os outros questionamentos, eu acho que, agregando por grupos, seria importante falar um pouco da compromissada também, que eu vejo que é um tema de questionamento forte. V. Exa., Senador Alvaro Dias, questionou, e eu acho que está implícita no questionamento de outras pessoas, inclusive na pergunta que recebemos aqui dos telespectadores.

Compromissadas. O que é compromissada? Basicamente, a compromissada é uma forma de o Banco Central enxugar a liquidez. Quando o Banco Central tem uma meta: "Olha, meus juros são de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

6,5", eu tenho que dar liquidez e tirar liquidez para regular que a taxa de 6,5 esteja perto da taxa de mercado. E aí mencionando um pouco o Senador Wellington, que citou o meu avô, dizendo que o Banco Central era um monstro, meu avô se referia a monstro porque o Banco Central, em algum momento, foi capaz de emitir dívida. Desde a Lei de Responsabilidade Fiscal, isso não é mais possível. Então, a monstruosidade do Banco Central, nesse sentido, desapareceu.

Voltando à compromissada, é importante, porque é um veículo para controlar a Selic. O Banco Central não emite dívida, o Banco Central não tem política pública, o Banco Central não tem políticas fiscais. O Banco Central basicamente tem um instrumento para perseguir essa meta, que é a política monetária. Então, o estoque de compromissadas que há hoje, que é ao redor de 1,3 trilhões, é basicamente uma posição espelho do acúmulo de reservas. Em algum momento, foi decidido que reservas eram um bom seguro para o País. Em 2007, compraram-se 97 bilhões de reservas, e, para comprar reserva, você tem que emitir títulos para gerar liquidez, e você depois tem que enxugar a liquidez do mercado com as operações compromissadas.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – Rapidinho. Além de enxugar a liquidez, o Tribunal de Contas suspeita que as operações compromissadas estariam sendo utilizadas para rolagem da dívida pública. Essa é uma questão que pode ser investigada pelo novo Banco Central.

O SR. ROBERTO DE OLIVEIRA CAMPOS NETO – Muito obrigado, Exmo. Senador.

Na verdade, quando se emite dívida, quando se gasta mais, gera-se um excesso de liquidez. Para enxugar essa liquidez, são emitidos títulos para o Banco Central, e o Banco Central usa os títulos para enxugar essa liquidez.

Então, de novo, a decisão de rolar dívida ou de emitir dívida não é do Banco Central. O Banco Central não tem essa capacidade, desde que foi implantada a Lei de Responsabilidade Fiscal. Nesse sentido, essa afirmação merece, obviamente, uma investigação, mas o principal fundamento hoje das compromissadas é ser capaz de conduzir a política monetária. Por exemplo, se a gente colocasse um limite nas compromissadas, vamos imaginar que, olha, não quero... O que aconteceria? Como você tem automaticamente juros da dívida que têm de ser pagos, e, toda vez que há juros, há mais liquidez no mercado, há que se emitir mais para enxugar os próprios juros, chegaria um momento em que você não teria mais compromissada para fazer as operações. O que aconteceria? Haveria um excesso de liquidez no mercado, a taxa Selic iria para zero. Então, o Banco Central não teria capacidade de fazer o seu trabalho.

É muito importante entender que o Banco Central é um piloto simplesmente com uma meta. E a meta é política monetária. O Banco Central não tem capacidade, em nenhum momento, nem de administrar dívida nem de fazer política fiscal. Então, a resultante do excesso de liquidez são

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

basicamente duas coisas: o acúmulo de reservas, número um; e, segundo, o próprio endividamento do Governo, que gastou mais do que arrecadou. Eu gostaria de esclarecer esse ponto.

E, finalmente, eu vou, como várias questões estão mais ou menos... Aqui acho que enderecei esse tema da dívida.

Então, vou falar um pouco da relação Selic e outras variáveis macroeconômicas. Parece que há um questionamento grande: a Selic caiu muito, foi à metade, foi de 14,5 para 6,5, mas isso não foi capaz até agora de gerar um crescimento robusto.

Aqui, eu acho que é importante frisar que a coisa mais importante para o crescimento é a estabilidade de preço. Em vários experimentos em vários países, em que se sacrificou a inflação para gerar empregos de curto prazo, o que aconteceu foi um crescimento por um curto espaço de tempo e, depois, veio uma recessão. Nós mesmos já experimentamos isso.

É muito interessante comparar, por exemplo, os temas que estão sendo abordados aqui com as outras sabatinas a que eu assisti, porque eu vejo que existe uma maturidade, uma maturidade grande na consciência do estabelecimento de que o sistema de meta funcionou, é importante. A inflação baixa é uma conquista. Temos de manter essa conquista. E essa vai ser a principal conquista para gerar empregos no futuro.

O ano de 2018 foi um pouco decepcionante, mas foi um ano atípico também, porque nós tivemos crise em mercado emergente – a Argentina e Turquia, com vários problemas; tivemos uma expectativa de alta de juros nos Estados Unidos, que drenou um pouco a liquidez. Inclusive, o fluxo de portfólio no Brasil, no ano passado, foi negativo pela primeira vez em muito tempo. Isso demonstra que os investidores tinham bastante receio do que ia acontecer. Além disso, tivemos o tema dos caminhoneiros e tivemos eleição, que foi uma grande incerteza. Então, obviamente, o crescimento no começo do ano parecia mais robusto e foi decaindo ao longo do tempo.

Estou convicto de que, neste ano, a gente pode esperar um resultado melhor. Obviamente as reformas são essenciais. O que fez a política monetária voltar para o trilho foi uma combinação de credibilidade do Banco Central, mas também de um governo reformista, que entrou e fez o teto dos gastos, que fez a reforma trabalhista. Então, eu acho que a história recente mostra que é muito importante continuar na trajetória de reformas.

Eu vou deixar tempo aqui para os outros, porque eu já vi que me excedi um pouco.

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Bastante.

O SR. ROBERTO DE OLIVEIRA CAMPOS NETO – Bastante?

Desculpem-me.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo a palavra para os outros.

Desculpem-me S. Exas.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Antes que o Omar reassuma, deu para perceber que não dá para seguir o Regimento Interno, mas eu pergunto em relação aos outros: no primeiro bloco de Senadores, há algum Senador que não foi contemplado na resposta?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Por isso eu pergunto.

De repente, já não é mais necessário a gente ouvir os outros e podemos passar para o próximo bloco. Entenderam? Para agilizar, porque é humanamente impossível que ele responda em dez minutos.

Então, o primeiro bloco daqueles cinco Senadores está contemplado nas respostas? É isso que eu quero saber, porque senão a gente já passa para o próximo bloco.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Existe o questionamento do Senador Tasso Jereissati à Sra. Flávia, e ele é o Relator dela.

Por favor...

A SRA. FLÁVIA MARTINS SANT'ANNA PERLINGEIRO – Eu agradeço muitíssimo, Excelência, a pergunta do Senador Tasso Jereissati, e serei breve, com relação a dois questionamentos na verdade.

Com relação à Lei 13.506, que é de novembro de 2017. Ela já está em vigor, mas essas penalidades vão ser aplicadas para fatos que ocorrerem após a entrada em vigência da lei, 2017, e trouxe avanços muito importantes na verdade para o processo sancionatório, administrativo sancionatório, tanto na esfera do Banco Central quanto da CVM. Eu vou falar aqui sobre a CVM. No caso da CVM, o ponto destacado entre outros da lei foi o aumento da multa, do teto da multa pecuniária, que antes era de 50 mil e passou para 50 milhões. A percepção era de que aquele teto anterior era um teto não dissuasivo, ele não era suficiente, ele ficou defasado ao longo do tempo e que é preciso que haja esse teto substancial para que haja o desincentivo à prática das infrações.

Mas, claramente, a questão da dosimetria aqui, da dosagem da pena vai ser fundamental, inclusive para que não haja maiores questionamentos a respeito da aplicação das penalidades,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

lembrando também que essas penalidades, além desse teto pecuniário, na verdade, é o maior dos seguintes critérios, esse teto de 50 milhões, mas ela pode chegar também até o triplo da vantagem ilícita obtida ou perda evitada e até o dobro das perdas causadas. Então, a multa pode ser maior do que os 50 milhões num caso que seja aplicável.

Essa dosimetria vai ser objeto de uma instrução da CVM específica a respeito, que separa as infrações em grupo, por gravidade, dosa esse valor... Essa norma está em audiência pública. A CVM faz audiências públicas e recebe de todo o mercado, dos participantes e do público em geral todos os comentários. Esses comentários foram recebidos já e agora está na fase de análise. Vai ser publicado depois o relatório, então vai sair a nova norma e o relatório em que a CVM, como de praxe, na verdade justifica todos os comentários que aceitou, os que não aceitou, as razões, então é um processo bastante transparente, muito elucidativo.

Para além dessa questão da multa, foi feita também a ponderação de que há uma crítica em relação à celeridade da CVM no julgamento dos processos. D fato, no passado, foi mais incisiva essa crítica, a situação vem sendo muito aprimorada. Havia, anos atrás, processos com mais de oito anos de duração de tramitação, e isso vem sendo reduzido com bastante eficiência. É claro que há um estoque, existe um estoque de mais de 300 processos sancionadores ainda em trâmite, e vai ser necessário usar não só a própria tecnologia, e a lei trouxe também a previsão inclusive de atos processuais que agora podem se dar eletronicamente, como citação e outros, e também as outras medidas que a CVM tem para atuar, que são os termos de compromisso, que encerram e suspendem processos em curso, quando se considera que isso é pertinente. Esses termos de compromisso não implicam reconhecimento da infração. E, além dos termos de compromisso, a CVM tem processos não sancionadores, de alertas, *stop orders* e outras medidas em que ela faz o processo preventivo. Ela tem feito muito esse esforço para não ser só a questão do punir, mas sim prevenir e impedir que esses ilícitos aconteçam, porque esse seria sempre o melhor cenário, claro, sem eliminar a função precípua de julgamento dos processos sancionadores.

Não sei se esclareci.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado.

O próximo orador é o Senador Luiz do Carmo; depois, o Senador Styvenson, porque eu chamei, mas ele não estava aqui. Devia estar em outra Comissão.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Perdão, Presidente, eu estava na Comissão de Educação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É uma questão de primeira vez.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Depois, o meu companheiro Angelo Coronel; depois o Senador Confúcio Moura. Está aqui o Confúcio?

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Não, está na CE também.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, vai Angelo Coronel, Jorge Kajuru...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E você chega cedo aqui, Jorge. Você chega cedo demais. Daí, é lógico que tem prioridade. Mas vamos, agora...

Senador Luiz.

O SR. LUIZ DO CARMO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO) – Primeiramente, felicito os Drs. Roberto Campos Neto, Bruno Serra Fernandes, João Manoel Pinho de Mello e a Dra. Flávia Martins pela indicação. Desejo êxito e tenho certeza de que vocês vão fazer um bom mandato no Banco Central.

As minhas perguntas vão ser simples, não vai ser uma coisa muito complicada, não vou gastar nem cinco minutos. Talvez já responderam, mas que respondam depois. O cartão de crédito chega a ser uma vergonha, os juros cobrados são referência para os agiotas do Brasil. Vai apreçar o agiota ou o cartão de crédito que faz tanto mal para a sociedade. O que você vai fazer a respeito disso, doutor?

Segunda. Eu fui bancário na década de 80 e 90 e, na época, quem fazia o serviço para os bancos eram os bancários; hoje quem faz são os clientes – nada contra a tecnologia. Só que os juros e taxas aumentaram, e os bancos trabalham com um lucro absurdo. O senhor vai ter coragem de enfrentar esse sistema perverso?

Terceiro. O Banco do Brasil... Os bancos não podem quebrar. Será que ele tem dinheiro do povo ou ele trabalha com capital próprio?

Tempos atrás, a política de Governo para regular o mercado financeiro era o depósito à vista – você depositava o dinheiro lá, e o Governo que fazia isso – como depósito compulsório. Hoje, no Banco Central – de primeiro, no tempo do seu avô, eram 75% dos depósitos com cliente fazendo no banco e quem movimentava era o Banco Central, direcionava para quem ia emprestar, regulava o mercado, emprestava mais, diminuía, de acordo com o crédito –, 21% do dinheiro que deposito no banco é compulsório e no resto o banco é livre. Então, mudou muito isso aí, demais. E mudou para pior porque o dinheiro não é do banco. Ele trabalha com capital de terceiro e ele empresta do jeito que quer, o Banco Central.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria saber o que o senhor vai fazer nesses quatro itens que perguntei ao senhor para melhorar a vida do cidadão? Isso aqui estou falando diretamente ao cara que vai à boca do caixa. Não estou falando de outra coisa. É de quem vai sacar. E isso aqui é um absurdo. O dinheiro meu hoje quando é depositado, o banco já o leva para a poupança de imediato. Eu não pedi para fazer poupança e, quando fui lá, perguntei: cadê o meu dinheiro? Transferiram para a poupança, enquanto o Banco Central podia ter esse dinheiro para movimentar e regular o mercado e deixa ao bel-prazer dos bancos que estão aí.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E há uma coisa que o Roberto Campos respondeu há pouco sobre a questão dos lucros em que diz: "Lucro é uma coisa e rentabilidade é outra". Só que ele diz uma coisa aqui interessante: de cada R$1 de crédito, em quatros anos, recebe-se 13 centavos. Imagina se recebesse acima de 50 centavos por real. Aí a rentabilidade do banco seria um negócio...

O SR. LUIZ DO CARMO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO) – Eu não entendi bem o que ele falou. Qualquer empresa, a não ser banco, que tem uma inadimplência de 30% vai quebrar, qualquer uma. Agora, se você empresta um dinheiro, e 30% não vai te pagar, o sistema está errado, não pode emprestar para quem não paga, não pode emprestar para quem não paga.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Bem, Senador Styvenson.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN. Para interpelar convidado.) – Sr. Presidente, obrigado.

Perdão por ter-me ausentado, estava em outra Comissão, na Comissão de Educação. E todas são importantes aqui nesta Casa.

Uma pergunta, vou ser sintético, vou ser simples. Acho que o que as pessoas querem ouvir é o que eu quero perguntar.

Para o Sr. Roberto de Oliveira Campos Neto. Eu tenho uma percepção na condição de cidadão de que a taxa de juros gera um impacto direto na nossa capacidade financeira. Juros altos, em médio e longo prazo, podem acarretar menor qualidade de vida, redução na capacidade de investimento, compra, lazer, saúde, etc. Dentro disso que estou falando, desse cenário, uma rápida pesquisa feita, constatei que a Caixa Econômica, um banco público, cobra juros tão altos no cheque especial quanto os bancos privados. Em relação a esse assunto, queria saber como esse banco pode contribuir para esse crescimento das pessoas sociais.

E uma segunda pergunta seria – não sei se foi falado aqui –, é uma curiosidade minha pelas redes sociais ou pela tecnologia que a gente usa, sobre as *startups*, que dão uma celeridade, que diminuem a burocracia, que aceleram, acho que não tão burocráticas quanto os bancos. Se a gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pode esperar alguma regulamentação, algum freio nesse tipo de relação, para esse tipo de relação econômica. Seria para qualquer um responder.

E especificamente para a Sra. Flávia: eu tenho uma preocupação com a criptomoeda, porque hoje ninguém tem controle sobre ela, ou, se já existe, poderia ser dito aqui.

E essa transação que existe no globo terrestre me causa um temor, porque o crime organizado pode estar se valendo dela, pode estar sendo usada como lavagem de dinheiro, muitas coisas. Então, seria também um foco de regulamentação, especificação?

E mais uma pergunta ao Sr. Roberto de Oliveira Campos sobre as reservas internacionais. Desde 2011, quando ultrapassou o patamar de 300 bilhões, sendo que em janeiro estava em cerca de 376, segundo o Banco Central. Como o senhor avalia esse custo de manutenção de nesse nível de reserva? E esse nível é adequado ou não?

Obrigado.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – Um esclarecimento ao Presidente Roberto Campos: se não gostar da pergunta dele, pode chamá-lo para resolver lá fora. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Aí o Presidente vai levar uma desvantagem, Senador, bem grande. (*Risos.*)

Senador Angelo Coronel, por favor.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA. Para interpelar convidado.) – Eu queria parabenizar ainda a Diretoria do Bacen, na pessoa do Presidente Ilan, por ter colocado o Brasil no quinto lugar dos países com maior taxa de juros, melhor dos últimos 13 anos. Então, merece também que sejam tecidos parabéns a eles.

Eu queria aqui iniciar a minha pergunta à nossa Flávia Martins. Eu tenho até o sobrenome Martins. Eu não sei, mas com esse negócio de PEP, se for parente, piora mais ainda. Considerando o volume financeiro de emissões de debêntures, Drª Flávia, realizadas somente pelas grandes empresas, existe alguma política para facilitar o acesso dos emissores de menor porte a esse mercado?

Dr. Roberto, países desenvolvidos têm como padrão juro zero, em que se prefere investir na economia real, que gera emprego e renda, a investir no rentismo. O senhor, com sua equipe, acha difícil atingirmos esse padrão de juro zero a médio prazo?

Os juros rotativos dos cartões – não quero ser repetitivo, mas é importante citar um dado aqui nesta pergunta –, os juros rotativos dos cartões de crédito são aproximadamente 285% ao ano. São

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

apontados como o principal tipo de dívida de 76% das famílias brasileiras. O que o Bacen tem como meta para extirpar efetivamente esse câncer financeiro das famílias brasileiras? Sei que houve regras novas, estão até em vigor, mas o que se viu foi uma queda de 300% para 285% ao ano. Não resolveu o problema. E ainda temos os juros escorchantes do cheque especial que também tomam conta das famílias brasileiras.

O que se vê, Dr. Roberto, é que a agiotagem informal está mais competitiva do que os bancos. Eu fiz uma conta rápida aqui com uma HP improvisada: se uma pessoa ficar devendo R$10 mil no cheque especial, ela vai pagar 12 parcelas de R$2,6 mil. Se ela for financiar o rotativo direto, ela vai pagar 12 parcelas de 1,7 mil. E, se ele tomar na mão do agiota, a 5%, já baixa para 12 de 1,2 mil, ou seja, a agiotagem informal está sendo mais concorrente, mais abrasiva do que os próprios bancos.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) – E o cigano, segundo o Senador Otto Alencar, já caiu para três. Então significa que a informalidade está superando a formalidade.

Eu tenho aqui mais uma pergunta rápida: qual seria a política cambial que essa nova Diretoria deseja implantar? É manter o dólar nesse patamar, fazer gestões para o dólar cair ou manter o dólar nessa fase de crescimento?

Outra pergunta que eu sei que o povo brasileiro que está aqui nos ouvindo e nos assistindo pela TV Senado... Se o Bacen pretende retirar os 6% de IOF nas transações internacionais com cartão de crédito, ou pretende manter, essa nova Diretoria.

E outra coisa que foi citada por V.Sa. é a questão do Cadastro Positivo, que vem para esta Casa a ser votado. O Serasa já tem um escore e, na verdade, o escore do Serasa já é um Cadastro Positivo. Não sei se não vai ser redundante votar o Cadastro Positivo aqui.

E outra coisa, ouvindo aqui meu colega Luiz do Carmo, é a questão do PEP, porque hoje o político, até me parece que o terceiro grau, entra na lista do PEP, ou seja, fica com seu crédito restringido em bancos. Eu acredito até que quem tem mandato pode estar na lista do PEP, mas uma nora, parente de segundo grau, eu não vejo por que estar com esse crédito restringido, fazendo parte das pessoas expostas publicamente. Então, ficam aqui essas perguntas.

Queria parabenizar V. Exa. e toda a sua equipe. Pelo currículo que estive analisando, realmente, trata-se de uma equipe competente que, com certeza, vai fazer história no Banco Central.

Ficam aqui minhas considerações.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Agora, o nosso querido amigo Jorge Kajuru.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Presidente, só para complementar aqui o que o Senador Angelo Coronel falou. Nós estivemos aqui participando... Esta é a terceira sabatina em que estou. Houve a do Tombini, do Ilan e, agora, a de V. Sa. E eu queria perguntar o seguinte: todos os dois anteriores prometeram resolver essa questão do crédito na ponta, ou seja, é 6,5% a taxa Selic, mas chega lá 300%. Eu quero saber, se na sua gestão, agora, vai conseguir fazer. Porque todos os dois prometeram, e não cumpriram.

Essa situação é uma situação muito desagradável, como falou aqui o Senador Angelo Coronel. A taxa Selic é 6,5%, no cartão é 300%, no desconto de uma duplicata na Bahia é 5%, 6%, faz o Banco do Brasil isso, faz a Caixa Econômica isso. Então, você tem uma empresa correta, ela está arrumada, está com liquidez, vai lá, leva uma promissória para descontar no banco, são 5%, 6%. Por isso, eu falei aqui que, realmente, os juros da agiotagem estão menores do que o dos bancos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador, daqui a seis meses V. Exa. poderá questioná-lo, até porque daqui a seis meses ele estará aqui novamente.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Pronto.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Aqui todos que passaram por sabatina, no Senado, de seis em seis meses vêm prestar conta do que estão falando, porque senão fica *ad aeternum* e ninguém sabe. Então, V. Exa. já sabe que será convidado para estar daqui a seis meses aqui. Caso não venha, será convocado para estar aqui, para que essas perguntas que os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras estão fazendo ele possa responder novamente. Então, guarde isso aí, Presidente.

Senador, desculpe, Jorge Kajuru.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO. Para interpelar convidado.) – Presidente Omar Aziz, V. Exa. sabe, até porque é minha obrigação, moro aqui em Brasília e respeito os colegas que moram longe, distantes... Eu sou um dos únicos ou único que fico em qualquer trabalho do começo ao fim. Então, eu peço desculpas à equipe econômica aqui presente, porque não vou poder acompanhar a resposta – estou aqui desde 9h30 da manhã, o senhor sabe disso, acompanhei tudo –, porque tenho a reunião dos Líderes com o Presidente Davi, e às 14h começa a sessão plenária, eu sou o primeiro a fazer uso da tribuna, para variar, e tenho um assunto importante lá. Mas acompanharei e depois, evidentemente, terei conhecimento do que será respondido.

Bom, antes de mais nada, nada na minha vida é secreto, como eu provei no dia da eleição, quando eu pedi para todo exibir o voto para o Brasil, e 51 acompanharam aquele abaixo-assinado, naquele dia do tal do voto secreto, e exibiram o voto. Então, eu já fui lá e já votei "sim" em toda essa equipe econômica. Motivo – curto e grosso –: entre erros e acertos do Presidente Bolsonaro, o seu maior acerto foi na escolha, e aí temos que saber dar crédito, ao Ministro Paulo Guedes, não por ter

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

amizade familiar comigo, por respeito a ele, pelo preparo dele, pela honradez intocável e irretocável dele, enfim, um homem que soube, como João Saldanha nos bons tempos, em 1970, escalar uma seleção, na minha opinião, de Ministros e de pessoas qualificadas em todos os segmentos. Então, o mérito para mim é todo do Ministro Paulo Guedes ao escolher cada um dos senhores e a senhora aqui.

Bom, todos aqui tiveram a oportunidade, em seus gabinetes, de conversar e de receber o Presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto. No meu caso, o senhor deve estar lembrado, eu praticamente fiz uma sabatina ao senhor. Então, a sabatina que eu tinha que fazer ao senhor eu praticamente fiz lá – e fiquei contente –, bem como ao Bruno, enfim, a todos lá. Tanto que, depois da longa sabatina nossa sobre a questão econômica do País, depois eu até lhe ofereci um *stand-up comedy*, e o senhor falou que seria inesquecível aquela audiência. Tomara que também seja inesquecível o mandato dos senhores da equipe econômica no Banco Central. Eu tenho certeza.

V. Exa. sabe que eu sou um dos poucos aqui, por eu ser jornalista, que convivi com o seu avô, Roberto Campos, entre 1994 e 1999, nas redações dos maiores jornais do País. Tive o privilégio de ser amigo dele, no caso do seu avô, e de ser um concorrente dele, humilde, em frases, porque ele para mim foi o maior frasista deste País. Eu perdia de cem a um para ele, é evidente, mas ele gostava de ouvir algumas minhas e eu anotava todas as dele.

Eu queria que o senhor permitisse aqui duas para o trabalho dos senhores e da senhora. Dizia ele: "O único pecado que a política não perdoa é dizer a verdade antes do tempo". Lembra-se dessa? A outra dele – essas duas frases cabem neste momento do Governo Bolsonaro – é a seguinte: "A diferença entre a inteligência e a estupidez é que a inteligência é limitada". Lembra também dessa? Eu tenho todas dele, todas.

Eu queria colocar aqui dois questionamentos apenas, para não ser longo. Existe o lado Kajuru ternura, que o senhor acabou de acompanhar, mas tem o lado Kajuru malvadeza ou Kajuru dureza. Então, eu vou aqui, baseando-me naqueles que não aprovam V. Exa. como Presidente do Banco Central – e é uma minoria, confesso, pelas minhas 30 redes sociais –, resumir aqui um questionamento. O senhor tem uma longa carreira profissional como executivo em bancos brasileiros, o que trará conhecimento e experiência importantes para o exercício da relevante e nobre função de Presidente do Banco Central. Entretanto, a atuação como regulador e supervisor das instituições financeiras em que o senhor trabalhou pode implicar conflitos de interesse, dado que muitas das decisões a serem tomadas vão afetar diretamente os resultados financeiros daquelas instituições? Como o senhor responde a essa crítica de possível conflito de interesses?

Por fim, em relação à gestão de abismais reservas cambiais brasileiras, como o senhor enxerga as seguintes propostas: a primeira, vender partes das reservas e utilizar os recursos para reduzir o volume de dívida interna, principalmente as operações compromissadas, caracterizadas pelos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

curtíssimos prazos de vencimento; a segunda, alongar os prazos das aplicações feitas com os recursos das reservas com o objetivo de elevar o nível de rendimento obtido?

Há uma questão que domina o debate quando se fala em Banco Central do Brasil: a independência ou não, vantagens e desvantagens de um Banco Central independente, aqui já discutido. Apontam como vantagem o fato de países com bancos centrais independentes terem baixos índices de inflação graças à capacidade de resistir a eventuais pressões expansionistas dos governos em períodos eleitorais. Em contrapartida, como principal desvantagem, citado justificadamente, o risco de uma política expansionista, porque o governo menos interveniente poderia afrouxar o controle da austeridade fiscal. O senhor concorda com esses argumentos?

E, para terminar, não ser longo e em função da vida, porque aqui nós, como Senadores, temos que ser Garrincha, temos que driblar aqui, driblar ali, tanta coisa para fazer, mas é o nosso dever como empregado público... Nunca me refiro a V. Exa. e a nenhum dos integrantes da sua equipe, pelo amor de Deus! Eu sou respeitoso com quem eu questiono.

Agora eu confesso: eu entendo o meu colega goiano. Ele é evangélico. Ele é mais educado que eu. Eu realmente sou, de vez em quando, meio do jeito que sou. É o jeito meu. Não generalizo, mas eu não consigo compreender a sua resposta sobre juro alto e sobre inflação baixa. Essa aí é a única que V. Exa. não conseguiu me convencer, Roberto Campos, que tanto admiro e tanto respeito, não em função do seu avô, por quem, quando morreu em 2001, eu confesso que chorei, porque eu choro pelas pessoas que sempre amo. Eu aprendi com Shakespeare.

Mas eu entendo que a maioria dos bancos, uma grande maioria, em negócios... Banco é melhor do que crime organizado para mim – crime organizado. Eu vejo banco assim. Não generalizo. Então, eu não entendo e não consigo respeitar um governo que não enfrentar para valer os bancos deste País, não enfrentar realmente – como vai enfrentar outros segmentos, enfrentar os bancos. Então, se este Governo Bolsonaro não enfrentar os bancos... A reforma da previdência mostra a nós até agora que ele blinda os caloteiros, os maiores caloteiros da dívida previdenciária – e V. Exa. sabe muito bem disso – e prejudica exatamente os trabalhadores da iniciativa privada, urbanos, rurais, os idosos, as idosas, as pessoas especiais, que poderão receber salário mínimo de R$998, que já é um salário criminoso, para R$400. Esse para mim é o ponto mais grave da reforma previdenciária, porque ela tem pontos bons, inquestionáveis, que eu aprovaria tranquilamente se a equipe econômica respeitasse o trabalhador brasileiro e não o sacrificasse.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador.

Senadora Daniella Ribeiro. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Veneziano Vital. (*Pausa.*)

Senador Plínio Valério.

O Plínio é o quinto Senador. Os senhores irão responder depois do Senador Plínio.

Eu vou fazer o seguinte: quem não estiver aqui, se tiver que falar, só no final agora, tá bom, pessoal?

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM. Para interpelar convidado.) – Presidente Omar, senhores, eu peço só paciência, Kajuru, eu vou fazer um resumo aqui de dois, três minutos para fazer a minha pergunta, e ela, no final, talvez, se mostre pertinente.

Aos nossos indicados hoje aqui eu faço a seguinte ponderação: se a Amazônia fosse um país separado do Brasil, seria o 18º maior país do mundo e, certamente, seria o mais rico em recursos naturais. Na Amazônia, há nióbio, há ouro, ametista e outros minerais em condições de aproveitamento comercial. É a maior floresta tropical do Planeta, a maior biodiversidade do mundo, a maior reserva de água doce do mundo e por aí afora. No entanto, Presidente, se a gente estabelecesse um *ranking* de desenvolvimento econômico com 132 países, o Brasil ficaria em 46º lugar e a Amazônia na 93ª posição.

Há, pois, um abismo grande entre Brasil e Amazônia. Isso ocorre porque, apesar de riquíssima, a Amazônia não pode explorar os seus recursos naturais, amordaçada que sempre foi por leis severas que estão tornando o seu território um santuário intocável. Tanto é que, somadas as áreas de proteção da Amazônia, temos duas vezes o tamanho da Alemanha – repito: só de áreas preservadas na Amazônia, Senador Kajuru, temos duas vezes o tamanho a Alemanha.

Para compensar, criou-se no Amazonas um modelo econômico que é exitoso, a Zona Franca de Manaus, que tem sustentado o Amazonas, tem tirado o Amazonas do seu isolamento e ajudado a preservar a floresta. Mesmo assim, a cada Governo Federal se mutila mais a Zona Franca, retirando-se as suas vantagens competitivas. O Polo Industrial de Manaus empregava, no ano passado, 88 mil pessoas. Nós perdemos, de 2012 a 2018, 43 mil postos de trabalho.

A minha pergunta – e eu a faço aos quatro ou a um só – é a seguinte: para fins de desenvolvimento regional, dados os graves desequilíbrios internos do País, o senhor considera recomendáveis subsídios mediante renúncia fiscal ou taxa diferenciada de juros, entre outros mecanismos, ou o senhor faz parte da corrente de economistas para a qual, a princípio, todo subsídio é condenável? É importante para nós da Amazônia sabermos a opinião de quem vai gerir os destinos do Banco Central. É a única pergunta, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou passar a palavra ao Presidente do Banco Central, e, se tiver contemplado a resposta por todos os outros membros, nós ficaríamos apenas com V. Sa. O.k?

O SR. ROBERTO DE OLIVEIRA CAMPOS NETO – Muito obrigado a V. Exas.

Eu vou, mais uma vez, agregar as perguntas em blocos, porque fica mais fácil a condução da resposta. Assim, eu acho que um bloco que realmente não foi endereçado na última parte e que foi, novamente agora, alvo de questionamentos é o tema das reservas. Então, eu gostaria de falar um pouco aqui sobre o tema das reservas.

O Banco Central, hoje, tem cerca de US$378 bilhões em reservas e tem uma posição de *swap* cambial que é contrária ao direcionamento das reservas, ou seja, a reserva está comprada em dólar e o *swap* está vendido, de US$70 bilhões. Então, quando a gente faz a soma das duas posições, da posição de reservas e da posição de *swap*, temos, mais ou menos, US$310 bilhões.

E aqui eu queria, primeiramente, deixar claro que as reservas foram acumuladas basicamente em dois períodos – nos outros períodos isso se deu em menor escala. Houve um período, em 2007, quando nós estávamos nos áureos períodos das *commodities,* quando havia muita liquidez, havia muito dinheiro entrando no Brasil, e o Governo decidiu, então, acumular reservas, porque se achava que era um seguro interessante e o câmbio estava com um preço atrativo. Depois teve um segundo momento, depois da crise, que foi quando os governos desenvolvidos colocaram a taxa em zero, e aí gerou também um excesso de liquidez e houve uma nova onda de compras de reservas. Tirando esses dois períodos, ela foi basicamente estável, com alguma compra, mas não muita.

Então, o primeiro questionamento é: a reserva é vista como um seguro, é um seguro para a crise, como que funciona? Bom, ela protege as contas de capital, ela protege as crises, e as reservas se mostraram bastante importantes na administração da nossa crise. Nós passamos por crises em que outros mercados emergentes tiveram uma depreciação cambial muito maior, por não ter reservas. Então, ela é um seguro.

Então, aqui eu pergunto aos senhores... E, de novo, acho que não cabe aqui discutir se vamos vender, se não vamos vender, porque acho que isso é um tema em que eu preciso, se aprovado nesta Casa, me aprofundar depois, no Banco Central. Mas eu gostaria de fazer uma colocação: imaginem que a reserva seja um seguro, os senhores têm carro, compram os seguros de carro. Imaginem que o preço desse seguro fosse de 14%, que era a taxa de juros local, contra 0%, que era a taxa de juros americana, ou seja, é proporcional a diferença de 14% para 0%. Hoje a taxa de juros local está em 6,5%, e a taxa lá fora está em 2,5%. Então, o preço desse seguro ficou muito mais barato. Então, se nós acharmos que o seguro não é pertinente, é porque a probabilidade de sinistro caiu muito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu acho que vale a pena refletir nessa forma, porque é uma forma de se fazer uma análise comparativa de se o preço que nós pagamos está adequado ou não. Como todo investimento, eu acho que sempre é importante fazer uma análise de retorno, de valor e de retorno. Então, o valor da reserva de fundo de seguro e o retorno que ela gera.

Um outro esclarecimento que eu queria prestar é que as reservas – e poucas pessoas têm conhecimento disso – administração de reservas nos últimos dez anos, o custo dela para o País foi zero. Foi em torno, levando em consideração da taxa Selic, a remuneração da taxa Selic, de 13 bilhões positivos. Então, nesses últimos dez anos, o seguro foi de graça. E o preço atual do seguro caiu. Então, nos últimos dois anos, o seguro foi de graça, porque teve uma desvalorização cambial que foi no sentido de proteção. E agora nós temos um preço mais baixo. Então, acho que isso tem que ser levado em consideração e, de novo, acho que não cabe aqui criar nenhum tipo de especulação sobre o que vai ser feito, mas acho que são importantes esses dados e vejo que são pouco mencionados. Então, esse é um primeiro tema.

O segundo tema, que eu acho que é importante, que não foi tocado amplamente no primeiro bloco, é o tema de cartões de crédito. E aqui também acho interessante mencionar que o histórico de cartão de crédito do Brasil e de regulamentação é bastante recente. Até 2013, nós basicamente não regulávamos cartão de crédito, e existiam dois grandes grupos. De lá para cá, o Banco Central começou a olhar o mercado de cartões de crédito, começou a fazer regulamentações.

Vários aspectos da Agenda BC+ estão presentes. Gostaria de destacar algumas das principais atuações: o fim de exclusividade de credenciamento; a retirada da barreira; a participação, prestação de serviços; a liquidação centralizada, que agora tem uma consulta pública, porque a liquidação centralizada é uma forma de antecipação para o credenciador, uma forma que não gere um risco acentuado; diferenciação de preços, que foi muito importante, porque uma forma de competir com o cartão de crédito é criar outra modalidade de crédito, que possa competir com ele; outra coisa, o Banco Central limitou a taxa de intercâmbio para os cartões de débito, ou seja, transformou o cartão de débito em um instrumento mais barato, para competir com as taxas de crédito; e eu acho que o que está em estudo mais recentemente, que vai ser uma grande evolução no sistema financeiro nacional, é o pagamento instantâneo.

O que é o pagamento instantâneo? O pagamento instantâneo é a pessoa poder fazer um pagamento em qualquer hora, 24 horas por dia, em qualquer dia da semana e, automaticamente sai da conta dela e debita a outra conta, sem ser crédito, sem depender de nenhum processo, é completamente automático. Esse é um processo dos mais avançados, e o Banco Central está trabalhando. Eu pretendo me aprofundar nisso.

Então, quanto à parte de cartão de crédito, primeiro, há que se reconhecer esse enorme avanço que houve. A Casa participou muito com estudos e relatórios, que ficaram muito bons. Eu acho que,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

agora, olhando para frente, para o futuro do mercado de cartão de crédito, é importante entender – e volto a mencionar o tema das credenciadoras – que a gente teve quase 30 a 40 credenciadoras novas entrando no mercado num curto espaço de tempo, o que criou uma competição bastante grande. E o MDR, que é a taxa de desconto, caiu 30% em 1,5 ano. Então, apesar de parecer ainda na ponta que a taxa de juros é bastante alta, ela caiu de 420% para 460%, há um processo em curso que vai reduzir mais essas taxas. E o que nós precisamos é estimular essas plataformas eletrônicas e essas *fintechs* para continuar essa competição.

Então, acho que peguei esses dois pontos.

Não sei se respondo os outros ou passo para os...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Houve também uma pergunta aos outros, feita por um Senador. Há uma para a senhora e uma para você.

João Manoel, por favor.

O SR. JOÃO MANOEL PINHO DE MELLO – Obrigado, Sr. Presidente.

O Senador Tasso Jereissati já havia pedido um comentário sobre verticalização. Eu vou emendar, inclusive, com algumas considerações que o Senador Eduardo Braga fez e que eu acho muito pertinentes.

Primeiro o comentário: acho que é uma conquista e um avanço institucional do País que estejamos discutindo *spread* bancário em vez de discutir inflação e solidez do Sistema Financeiro. Dito isso, é nossa obrigação. Eu me comprometo, se aprovado pela Casa, a avançar a agenda e aprofundar a agenda de diminuição do *spread* bancário.

O Senador Otto Alencar fez uma consideração que eu acho extremamente feliz, que é sobre a avaliação das políticas públicas e dos efeitos de suas intervenções. Eu vou emendar com o comentário sobre o Cadastro Positivo. Vou convidá-los, inclusive, porque o projeto de lei, como saiu da Câmara, prevê uma avaliação após um certo período.

O Senador Angelo fez um comentário muito pertinente aqui a respeito do Serasa, se já não há o Serasa Score. Hoje o Score é só com a nota negativa. É como se a professora desse nota para o aluno só com base nas vezes em que ele não fez a lição de casa. O Cadastro Positivo, na verdade, é: vamos dar a nota para o aluno com base nas vezes em que ele não fez, mas também com base nas vezes em que ele fez a lição de casa e cumpriu os seus deveres. Isso aumenta a informação que os credores têm sobre os devedores e melhora a capacidade de emprestar a juros mais baratos.

Como eu coloquei na minha fala inicial, também aumenta a competição, porque, com o Cadastro Positivo, todos os bancos e as *fintechs*, os entrantes, esses que vão desafiar os tradicionais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vão poder ver a nota composta com as vezes em que você não fez a lição de casa e as vezes em que você fez a lição de casa. Com isso, eles vão poder competir melhor com os tradicionais, porque o seu banco vê as vezes em que o Sr. Senador fez a lição de casa ou não; o outro não vê. Então, melhora as condições de competição.

A pergunta do Senador Tasso Jereissati era a respeito de verticalização. A orientação é liberal. Nós vamos tentar, primeiro, fazer com que a concorrência ocorra. É esse o nosso papel. Agora, não há dogmatismo. A primeira tentativa é sempre fomentando a concorrência. Se houver mais para a frente, com muita calma, porque intervenções mais fortes, muitas vezes, têm consequências indesejadas na frente, como nós aprendemos com vários mercados, por exemplo, o mercado do setor elétrico.

Então, a primeira tentativa: concorrência. Mais para frente, com uma avaliação ponderada, consideram-se outros instrumentos que possam ser aplicados. O Senador Tasso Jereissati mencionou verticalização. O Banco Central, como o Sr. Roberto Campos disse, já fez várias intervenções para aumento de concorrência, inclusive uma delas que restringiu a taxa intercâmbio no cartão de débito. Então, eu acho que o norte está dado. Se nós olharmos as tendências recentes, já houve melhora.

Dito isso, os níveis em alguns produtos, as taxas de juros são muito incômodos, e nós temos que trabalhar para melhorá-los.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Dra. Flávia.

A SRA. FLÁVIA MARTINS SANT'ANNA PERLINGEIRO – Na verdade, são duas perguntas. A primeira – eu agradeço – é um excelente questionamento do Senador Styvenson Valentim sobre a questão das criptomoedas, dos ativos virtuais.

Esse é um desafio enorme para o Brasil e para o mundo. A CVM está enfrentando esse desafio em conjunto com o Banco Central. Existem, na verdade, discussões sobre se isso é moeda, é ativo, é valor mobiliário. A natureza econômica e jurídica desses ativos pode variar de acordo com as características. O bitcoin é o mais conhecido, mas há dezenas e dezenas delas.

No que tange à CVM, à atuação da CVM quando há um valor mobiliário e se a essa moeda ou ativo for atribuída uma remuneração, uma participação, uma parceria, pode-se, sim, configurar um valor mobiliário. Se houver uma oferta pública, uma captação de recursos ao público através disso, é sujeito a registro na CVM. Esse registro é justamente para garantir que as informações necessárias para tomada de decisão dos investidores seja dada.

No Brasil, ainda não houve um registro de oferta pública dessa natureza como valor mobiliário, mas já há iniciativas no exterior e os fundos de investimento, na verdade, brasileiros que estejam

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

autorizados por seus regulamentos a fazer esses investimentos no exterior... A CVM até recentemente, no fim do ano passado, se manifestou sobre isto, alertando exatamente para o ponto que o senhor levantou, sobre a questão da lavagem de dinheiro, do risco de atividades ilícitas, além de vários outros alertas que a CVM fez e do chamado à responsabilidade dos gestores, administradores e auditores independentes desses fundos a tratar desses riscos como uma mitigação. Foi visto que, se eles são negociados em plataformas que são fiscalizadas pelos reguladores dessas outras instituições, isso pode ser um mitigador desse risco de lavagem, mas estão todos atentos a essa questão.

A segunda questão – agradeço também muito a oportunidade – é a pergunta do Senador Angelo Coronel sobre a questão das debêntures, quanto às iniciativas para facilitar o acesso a empresas de menor porte. Isto é uma coisa realmente crucial, como eu tinha falado na minha apresentação: a expansão desse mercado de dívida, inclusive para empresas de pequeno e médio porte.

A CVM atualmente já tem como categoria de emissores uma chamada categoria "b", que já tem alguns descontos regulatórios em comparação com as de categoria "a", que são as companhias que emitem ações, mas isso não está suficiente para realmente essas empresas de pequeno e médio porte.

Então, há, sim, iniciativas em estudo. Isso faz parte da agenda regulatória da CVM para 2019, inclusive a criação de uma eventual categoria "c". E também um grupo de trabalho do GTMK. É um grupo de trabalho de mercado de capitais do Ministério da Economia. Começou antes, já no ano passado, e envolve a CVM, o Banco Central e diversas outras instituições. E um dos pontos específicos é exatamente este: a questão das debêntures e da expansão desse mercado para empresas desse porte.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado.

Vou passar... Vai falar? (*Pausa.*)

Só um minutinho, Bruno.

Senador Angelo Coronel, V. Exa. não votou ainda. Senador Marcelo ainda não votou. Não vá se esquecer, por favor. O Senador Plínio já votou, não é, Plínio? Por favor...

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Só não tive a resposta ainda.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ah, sobre a questão da Amazônia, Bruno, por favor, depois o Roberto complementa a resposta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. BRUNO SERRA FERNANDES – Obrigado, Presidente.

Vou tentar rápido em respeito ao tempo.

Em primeiro lugar, a pergunta de S. Exa. o Senador Luiz do Carmo sobre o compulsório. De fato, em comparações internacionais, o nosso compulsório no Brasil ainda é elevado em relação aos pares emergentes, sem falar de países desenvolvidos.

O Sr. Senador citou a queda do compulsório de depósito à vista, que já foi maior e recentemente caiu no mandato do Presidente Ilan, caiu de 45% para 21%. Vale notar que boa parte dessa queda ocorreu em cima de simplificações. Um dos exemplos era o do encaixe bancário, o dinheiro que os bancos deixam em caixas eletrônicos, por exemplo, nas agências, que era usado para cumprir compulsório, se um custo enorme até de acompanhamento e de regulação por parte do Banco Central... Então, boa parte dessa alíquota nominal que foi baixada, de fato, mudou muito pouco do estoque total de compulsório do sistema.

Como o Dr. Roberto mencionou há pouco, o estoque de compulsório do sistema caiu perto de R$500 bilhões para alguma coisa como R$420 bilhões. Não foi uma queda ainda tão sensível. Acredito que temos espaço para seguir discutindo essa agenda de redução de compulsório, mas temos também que atentar, porque o Brasil tem algumas especificidades no mercado de crédito.

Eu cito, por exemplo, a poupança. A poupança é uma captação *overnight*, de um dia, do sistema bancário, e o sistema bancário oferece crédito de 20, 30 anos com recursos de um dia numa taxa que é uma taxa abaixo do que vigora no sistema bancário usualmente. Hoje em dia, a poupança paga 70% da taxa Selic. Os bancos não conseguiriam captar nessa taxa para manter o *funding* das suas operações de longo prazo. Nesse sentido, é importante que exista algum colchão de compulsório como segurança para o sistema financeiro – que é uma das razões da existência do Banco Central –, que, no caso da poupança, é de 20%. Como um todo, acho que vale a gente seguir revisitando o tema e seguir avaliando espaço para reduzir compulsório.

Também eu gostaria de responder a pergunta do Senador Rodrigo Pacheco, S. Exa. o Senador Rodrigo Pacheco, sobre a possibilidade de criarmos outros instrumentos para atuar na liquidez do sistema bancário que não compromissadas – que foi levantada também por outros Senadores aqui, inclusive o Senador Alvaro Dias. Sim, outros Bancos Centrais do mundo usam outros instrumentos. Um clássico é o instrumento de depósitos remunerados, ou seja, em vez de o Banco Central captar recursos via emissão de compromissada, ele abriria uma conta em que os bancos depositariam a sobra de caixa no próprio Banco Central. Há um PL enviado já para a Câmara dos Deputados, que está na Câmara dos Deputados, é o PL 9.248, de 2017, que é um importante instrumento para o Banco Central ter alguma flexibilidade ainda maior de atuação na liquidez bancária e potencialmente reduzir alguma medida o uso de compromissado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por último, colocando um pouco mais de cor à resposta que o Dr. Roberto deu ao Senador Kajuru, que foi um tema de outros comentários de outros Senadores, sobre a inflação que está baixa e o juro ainda alto. De fato, eu só queria trazer um pouco de cor aos números recentes, aos avanços que já aconteceram tanto pela atuação do Banco Central quanto pela atuação desta Casa, tanto do Senado como da Câmara dos Deputados. E já mencionado aqui o relatório da CPI dos cartões, e o grupo de trabalho sobre o *spread* bancário também, foram duas fontes de informação muito importantes.

Segundo o ICC, que é o Índice de Custo de Crédito, calculado pelo Banco Central para 2018, o custo total de crédito geral na economia, consumidor e pessoa jurídica, está em 20%. No caso das pessoas físicas, um pouco acima de 25, sendo que o custo para recurso direcionado está um pouco abaixo de 10%. Então, é importante chamar a atenção. Surge muito na Casa, na atual audiência: cartão de crédito, cheque especial. De fato, são duas modalidades que saltam aos olhos.

Não é à toa que houve a CPI dos cartões, relatada pelo Senador Fernando Bezerra. E é aí que a gente tem que atacar. Está bem claro o mapa, está bem claro onde que a gente tem que abordar. Como o Dr. Roberto mencionou, tem sido feita bastante coisa no mercado de cartões. Eu, se tiver a honra de ser aprovado pela Casa, terei o prazer de seguir com a agenda, acho que, de fato, é aí que temos que trabalhar e gastar mais energia.

Muita coisa já foi feita. Eu lembro que, há 15 anos, o custo que o Tesouro Nacional captava para horizonte de um dia, até um ano estava na casa de vinte e poucos por cento. Hoje em dia, o crédito geral da economia está em 20. Ainda temos essas modalidades, esse foco de trabalho, mas muita coisa já foi feita, é só reconhecer esse outro lado também, tanto do BC quanto da ajuda desta Casa.

Obrigado.

O SR. ROBERTO DE OLIVEIRA CAMPOS NETO – Muito obrigado.

Gostaria de me desculpar, Senador Plínio Valério, mas, na verdade, decidi passar para os meus colegas, mas vou endereçar a sua pergunta que é muito relevante, que é muito importante, sobre o tema da Amazônia. Eu acho que o principal questionamento aqui é se nós somos contra subsídio. Eu queria deixar claro que não somos contra subsídio, somos contra a falta de transparência. É importante que o subsídio seja transparente, que seja mensurável e que a gente preste uma conta para a sociedade de quanto está sendo gastado e qual o retorno.

E outro tema que acho muito importante: a rede de subsídio que nós criamos foi feita quando a taxa de juros estava 14%. Hoje a taxa de juros está 6,5%. Então, eu acho que é a hora de reavaliar, ver onde estamos empregando os recursos e como podemos fazer de uma maneira melhor e mais distributiva.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí gostaria de enfatizar, como enfatizei no meu discurso, que os dois principais canais que gostaríamos de estimular, e vamos criar grupos de estudo sobre isso, são microcrédito, que é uma modalidade muito boa, muito importante para o Amazonas, como o senhor mencionou quando estivemos juntos. A capilaridade na Amazônia é um tema importante, e mesmo os bancos de fomento não chegam aos lugares. Então, precisamos investir em tecnologia para ver como atingimos o máximo possível de pessoas.

E a segunda é o cooperativismo, que também hoje é muito pequeno. No Brasil são 3% do crédito. Nos países envolvidos beira a 20%. E, quando nós olhamos a figura do Brasil, o cooperativismo está muito concentrado no Sul. Em Rondônia, realmente há um experimento bom, mas em grande parte está concentrado no Sul.

Então, para deixar clara a resposta: não somos contra subsídios, somos contra falta de transparência. E gostaríamos de reavaliar para exatamente colocar mais recurso onde é mais preciso, e eu acho que nas áreas em desenvolvimento é onde nós temos que concentrar.

E gostaria de mencionar que parte do exercício foi feito com os fundos constitucionais, que eram fundos em que a taxa era basicamente decidida nas reuniões do CMN. Não existia uma regra clara. Ficava muito difícil para a pessoa investir a longo prazo sem ter uma taxa clara e predeterminada, e o que o Governo fez foi criar uma taxa a preço de mercado, e criando um fator de desenvolvimento que beneficia os Estados que são menos desenvolvidos. É isso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Bem, a gente espera que isso aconteça na sua gestão, porque até hoje não tem acontecido. Só no Estado do Amapá, para você ter uma ideia, o BNDES investiu menos de 300 milhões. Vamos lá: se você colocar, o subsídio que é dado para o BNDES, vai para grandes empresas que estão envolvidas em corrupção aí.

Enquanto isso, o Norte e o Nordeste sofrem. Com o pequeno agricultor... Se eu pego o Estado da Amazônia – como o Senador Plínio colocou – e aí eu vou incluir o Amapá, que faz parte dessa nossa região, não há absolutamente nenhum investimento desse "s" do social, que é subsidiado pelo povo brasileiro, mas, sim, a J&F tem subsídio, há um monte de gente que recebeu esse subsídio. Era muito mais negócio ele pegar recurso do BNDES subsidiado e pegar o dinheirinho dele e investir em outras coisas, que era muito mais lucrativo... E, nesse aspecto, o BNDES tinha a obrigação e o Banco Central tem obrigação de ser fiscal desse tipo de empréstimo, não, faziam olhos de mercador. Por quê? Por causa da interferência do Presidente ou da Presidenta ou de quem quer que seja.

A partir deste momento, quando o Senador Plínio coloca essa questão sobre subsídio, não é que a gente quer favor; nós queremos um Estado brasileiro sendo tratado igual: Norte, Nordeste, Sul, Sudeste e Centro-Oeste. É isso que nós estamos pedindo. Nós não estamos pedindo esmola.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, pegue aí o Amapá. Eu coloco o Amapá, Randolfe, porque é um exemplo para mim de falta de vontade política de se fazer investimento com recursos do BNDES. Eu fiz o levantamento e em quatro anos o Amapá recebeu menos de 300 milhões, enquanto Estado de São Paulo – nada contra o Estado de São Paulo, acho que tem que receber e receber bastante também – recebeu 40% do recurso do BNDES.

Então, é essa dificuldade que você, como Presidente do Banco Central, terá de nos dar explicação daqui a seis meses, trazer aqui quais foram as aplicações que o Governo fez através dos bancos, do subsidiado, Banco da Amazônia, Banco do Nordeste, BNDES, porque todos são vinculados ao Banco Central.

Então, eu tenho sido aqui o mediador. No final, irei lhe fazer alguns questionamentos, que não são só meus, são questionamentos que muitas pessoas mandaram para o meu gabinete, e falarei em nome de outras pessoas.

Mas é isto que eu estou colocando: o Senador Plínio, quando coloca essa questão do subsídio, vamos deixar claro... Há alguma interpretação por alguns economistas que subsídio parece que é esmola. Não! A Amazônia tem um diferencial, o Nordeste tem seu diferencial, o Norte, o Centro-Oeste tem seu diferencial. Nós somos uma Nação de 8,5 milhões de quilômetros quadrados, e diferente uma região da outra. A dificuldade é muito grande tanto na mão de obra qualificada, como na mão de obra científica para fazer o investimento no desenvolvimento tecnológico e outras coisas, questões mais que nós temos. Por isso, a colocação de V.Exa. é para colocar isso claro.

Agora vai falar a Senadora Kátia Abreu.

Não está.

Senador Oriovisto Guimarães.

Senador Jean Paul.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Sou eu: Rogério.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É que você tinha feito a troca, Rogério.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para interpelar convidado.) – Bom, eu queria agradecer, Presidente Omar.

Eu queria, antes de fazer a pergunta, primeiro dizer que entre 2014 e 2018 houve aumento de mais de 6 milhões do número de pessoas desempregados no País. A promessa da geração de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

empregos da reforma trabalhista do Governo Temer mostrou-se ineficaz. O número de desempregados cresceu ao mesmo tempo em que aumentou a precarização do mercado de trabalho.

Em 2018, o número de trabalhadores ocupados com carteira assinada foi o mais baixo de toda a série histórica segundo o IBGE. O número de trabalhadores subutilizados aumentou em 2018 em relação a 2017, batendo o recorde da série histórica e alcançando 27,4 milhões de trabalhadores. O número de pessoas desalentadas, aquelas que desistiram de procurar trabalho, seja porque cansaram de procurar ou porque não têm dinheiro para o ônibus para se deslocar à procura de emprego, também aumentou em 2018, na comparação com 2017, em 13% e em 200%, na comparação com 2014, atingindo 4,7 milhões de brasileiros que não têm mais esperança de buscar emprego.

Diante desse cenário tão desolador no mercado de trabalho, o Banco Central não altera a sua taxa de juros, a sua taxa básica de juros, a Selic, há quase um ano, desde março de 2018. Se o Banco Central do Brasil não tivesse apenas o objetivo de estabilidade da moeda, portanto monomilitância, militância única, mas tivesse também que considerar a realidade do mercado de trabalho, como ocorre com o Banco Central americano, o senhor entende que já deveríamos ter aberto esse debate e ampliado esse debate para o Banco Central também olhar para o desemprego como o indicador que regula o crescimento econômico e a economia? Essa é uma questão.

A segunda, o Brasil possui a sexta maior taxa de juros real do mundo – 2,83% de juro real –, o que significa nove vezes a média de juros real do mundo a mais. Nove vezes maior! A ata da última reunião do Comitê de Política Monetária do Banco Central sugere uma redução adicional na taxa de juros, a depender da continuidade no processo de reforma e ajustes necessários na economia brasileira, praticamente condicionando a redução da taxa de juros à aprovação da reforma da previdência. O Governo Federal encaminhou para este Congresso uma proposta de reforma da previdência que, na prática, significa o fim da previdência pública, portanto, do sistema de seguridade social conquistado a duras penas pelo povo brasileiro. A PEC adota o sistema de capitalização. Nós sabemos que esse sistema de capitalização vai tirar dinheiro do caixa do Governo e, no curto prazo, vai aumentar o déficit fiscal das contas públicas, porque o dinheiro sai para a capitalização e não entra na conta do Governo, e o rombo do passivo previdenciário continuará existindo, a não ser que o BPC seja atingido frontalmente, porque aí deixa de ser um bode para fazer negociação e vira, sim, a forma de financiar a entrada dos bancos no sistema de capitalização e a forma de financiar a transferência da poupança para os bancos. Eu quero saber qual é a posição do Banco Central em relação a essa questão.

Eu queria só continuar: a proposta inviabiliza a aposentadoria especial rural ao exigir a comprovação da efetiva contribuição e não mais a condição de trabalhador rural. A minha mãe é aposentada rural, nasceu na roça, viveu e até hoje trabalha na roça. Nunca teve carteira assinada. Ela não é trabalhadora rural? Pela regra, ela não pode se aposentar. Ela vai se aposentar aos 70 anos, mas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ela começou a vida na roça e até hoje vive na roça, porque conseguiu comprovar a condição de trabalhadora rural. O meu pai da mesma forma. Então, como nós vamos lidar com aposentadoria rural exigindo 20 anos de contribuição? Os trabalhadores da cidade, que hoje são obrigados a contribuir por 20 anos, 60% não conseguem comprovar 20 anos de contribuição – 60% dos trabalhadores urbanos! –, vocês imaginem os trabalhadores do campo, os trabalhadores rurais.

Então, quebrar, ferir o nosso sistema de seguridade desvinculando o salário mínimo do Benefício de Prestação Continuada e pagar um salário de R$400? Sr. Presidente, eu quero dizer uma coisa para o senhor: no meu Estado, 39 Municípios têm como renda principal o Benefício de Prestação Continuada. Na cidade de Nossa Senhora da Glória, que é um Município polo da região do Semiárido, a renda gerada pelo Benefício de Prestação Continuada é quatro vezes maior do que a do Fundo de Participação dos Municípios. Em outras palavras, essa reforma da previdência quebra toda a Região Nordeste e Norte do Brasil.

Portanto, meus colegas, meus companheiros, Senadores e Senadoras, nós precisamos ter clareza disso. Nós não podemos colocar a conta para os trabalhadores e trabalhadoras, para a população mais pobre do Brasil, para garantir que a poupança do Brasil vá direto para as mãos do sistema financeiro, com o qual nós não teremos mais força para definir no que investir para promover as diferenças regionais e a construção de um país solidário. Nós estamos acabando, com essa proposta de reforma da previdência, com um dos princípios mais extraordinários de uma sociedade civilizada: a solidariedade entre pessoas e gerações de uma nação.

Então, eu queria deixar aqui uma pergunta que é a seguinte: nesse sentido, na visão de V. Sa., quais medidas estarão ao alcance do Banco Central que possam reduzir a taxa real de juros sem que a gente precise massacrar, humilhar, ser cruel e acabar com a solidariedade do povo brasileiro para com o povo brasileiro?

Num país com a extensão territorial que a gente tem, com as reservas que a gente tem e que pode ter uma poupança gigantesca a serviço do desenvolvimento, mas não nas mãos de um sistema financeiro concentrado em cinco instituições financeiras, nós vamos pegar a poupança dos brasileiros e colocar nessas cinco instituições? O Funpresp está aí. Se é capitalização, já há o Funpresp. O rombo da dívida pública, um terço dela é dos regimes próprios de previdência e não do Regime Geral da Previdência. E a gente precisa abrir esse debate com mais profundidade e com mais rigor, independentemente de ser Governo de oposição ou de situação. Essa é uma responsabilidade que a gente tem que ter com o Brasil, mas, acima de tudo, com o povo brasileiro.

Muito obrigado.

Já votei e acho que a equipe tem suficiência, não sabemos se vai ter condição e liberdade de agir conforme a competência que V. Exas. demonstraram ter.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador Rogério Carvalho.

Senador Major Olímpio.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP. Para interpelar convidado.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, todas as autoridades que estão sendo sabatinadas nesta Comissão no dia de hoje.

Sr. Presidente, em primeiro lugar, antes de fazer algumas considerações ou arguições, eu gostaria de deixar registrado o meu lamento pela votação nesta Comissão aqui também ser fechada. Não há o menor problema, é um problema regimental, mas há alteração do Regimento – assim como lutamos no Plenário e depois o Supremo Tribunal Federal derrubou – para que, inclusive, as votações para a Presidência fossem abertas também. Não vejo pertinência de não podermos assumir os nossos votos seja aqui, seja na Comissão de Relações Exteriores, com qualquer autoridade que a Constituição determine que seja arguida nas Comissões do Senado.

Também há de se considerar, até para agilidade, que, no momento em que estamos, já tendo votado, já votei pela aprovação dos quatro, fazendo uma arguição, de certa forma significa dizer que, independentemente do que possam dizer, já não está valendo mais. Então, eu acho que precisamos pensar também no nosso Regimento – até respeito a posição do Senador que está fazendo a arguição e também dos convidados –, para que pudéssemos fazer, em situações futuras, a arguição e depois marcar um horário em que todos possam votar, respeitosamente, após a arguição ser concluída.

Quero dizer da minha satisfação, como brasileiro, de poder dizer, neste instante, que essas autoridades tecnicamente são o que há de melhor para o País. A arguição mostrou simplesmente o grande preparo que eles têm e o Senado referenda isso.

Queria dizer, dirigindo-me ao Presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, da minha preocupação como brasileiro – V. Exa. até já se manifestou exaustivamente sobre isso. Mas a nossa preocupação, a preocupação da dona de casa, do taxista, da Dona Maria é exatamente sobre essa circunstância das taxas de juros no nosso País. Se fôssemos imitar os judeus, Brasília tinha que se chamar Jurosalém. (*Risos.*)

Sobre uma coisa que V. Exa. até se manifestou, gostaria que pudesse se manifestar um pouco mais sobre isto: o que poderá ser feito de concreto em relação a essas questões?

Também, como autoridade monetária, como é possível ter um controle maior sobre as próprias instituições financeiras privadas? Dizem que o melhor negócio do mundo é um banco bem administrado no Brasil – está aí o Unibanco, está aí o Bradesco, está aí o Santander –, e o segundo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

melhor negócio do mundo é um banco mal administrado no Brasil; é impossível dar errado, sob pena e sob sacrifício do povo brasileiro.

E a gente vê a interferência dos bancos privados, inclusive aqui nesta Casa. Na Câmara, nós estamos tentando votar desde de 2012 – era para a Copa do Mundo, depois para a Olimpíada – o estatuto da segurança privada. A Febraban trava isso, arrebenta, é o que a Febraban quer, é o que o banco quer. Então, eu tenho preocupações como brasileiro não com a condução de V. Exas., mas que possa haver uma sinalização de respeito, de controle realmente do Banco Central em relação a essa questão de juros estratosféricos, e o repasse disso, que vai agonizando o cidadão brasileiro. O cidadão mais pobre é que diz: "Olha, na porta do banco eu não chamo a minha mulher de meu bem, senão o banco toma".

Então, fica aqui o meu respeito, a minha consideração, e gostaria que V. Exa., na minha arguição – e se demais diretores quisessem –, expusesse o que pode ser feito de concreto para minimizar, e a curto espaço de tempo, essa extorsão dos juros aqui no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Mecias de Jesus; depois, Senador Flávio Bolsonaro, Senador Fernando Bezerra; depois, Senadora Kátia Abreu e Senador Marcelo. Os outros não estão mais aqui – está bem, pessoal? Por isso é que eu queria que vocês fizessem todas as perguntas para eles responderem de uma vez – está bom? O.k.?

O Senador Flávio Bolsonaro pode anteceder você, Senador Mecias?

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR) – Sem nenhum problema. Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, você é muito mais importante, porque você é da minha região. Vamos deixar claro! (*Risos.*)

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - RJ) – Muito mais. Por favor, Mecias, fique à vontade. Eu respeito a hierarquia aqui, Presidente. Sou o mais novo. Por favor, V. Exa. está com a palavra...

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR. Para interpelar convidado.) – Sr. Presidente, eu quero me dirigir ao Presidente Roberto Campos e dizer que a indicação pelo Presidente Jair Bolsonaro, pelo Ministro Paulo Guedes, do nome de V. Exas. para o Banco Central é sem dúvida nenhuma de grande relevância, mas a importância que esta Comissão e que o Senado – a responsabilidade do Senado da República – têm de aprovar o nome de V. Exas. é uma demonstração de confiança muito grande, porque o Senado representa aqui o Estado brasileiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A minha fala é o seguinte: o Brasil é campeão de desigualdades; temos uma população que é extremamente pobre e carente de tudo – água, saneamento básico, condições mínimas de subsistência; precisamos de políticas públicas que busquem melhorar as condições de vida dessas pessoas que vivem em situação tão precária. Um dos entraves consiste no grande endividamento do Estado. Quais são os desafios que a crise fiscal que assola o nosso País impõe à condução do Banco Central? A tão propalada reforma da previdência irá resolver o problema fiscal? Ou serão necessárias mais reformas?

Era o que eu tinha, Presidente.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senadora Kátia, V. Exa. tem que votar.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Fora do microfone*.) – Não posso falar antes?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, depois V. Exa. fala.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Eu gostaria de votar, e o senhor me boicota? (*Risos.*)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Presidente, uma questão de ordem!

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Como eu vou votar nele se ele não me respondeu?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Para questão de ordem.) – Antes de conceder a palavra ao Senador Flávio Bolsonaro, V. Exa. me chamava à mesa e eu compreendi. Tendo em vista que os Senadores estão saindo, eu queria consignar que é do interesse da Liderança do Governo que, após abertos o placar e votação e confirmadas as indicações por esta Comissão, a gente pudesse apreciar os nomes do Presidente do Banco Central, dos diretores e da Presidenta da CVM ainda na sessão de hoje à tarde aqui do Plenário do Senado Federal. Portanto, é essa a minha indicação, o meu requerimento, para que a gente não perca aqui o quórum que ainda temos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Os Senadores e as Senadoras que concordam com a proposta do Senador Fernando Bezerra permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. *Fora do microfone.*) – V. Exa. aprovou o requerimento de urgência?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O requerimento de urgência para nós votarmos hoje ainda, porque nós precisamos ter quórum.

Senador Flávio Bolsonaro.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - RJ. Para interpelar convidado.) – Boa tarde a todos.

Presidente Omar Aziz, prezados Roberto Campos Neto, Bruno Fernandes, João de Mello, prezada Flávia Perlingeiro, na verdade eu não vou estender ainda mais esta reunião. Acho que está bem claro para todo mundo os posicionamentos sobre as questões estratégicas e que realmente precisam ser encaradas finalmente por um time de pessoas tão qualificadas em posições estratégicas. No meu entendimento, as indicações dos senhores e da senhora já corroboram com o pensamento do Governo do Presidente Bolsonaro de um Banco Central independente, de não interferência do Governo em questões estratégicas para a manutenção e para a segurança do nosso sistema financeiro. Sou testemunha: talvez o Presidente Bolsonaro tenha se encontrado uma ou duas vezes com o indicado para a presidência do Banco Central. Em que pese o seu histórico familiar já dizer muito sobre a pessoa do senhor, analisando-se os currículos de todos, as experiências, isso nos dá muita segurança de que o Brasil finalmente vai tomar o rumo correto na questão da economia, sem interferência por parte da política, garantindo a independência das instituições, com um olhar que não é aquele olhar criminoso sobre aqueles que de fato geram empregos neste País, que são os empreendedores.

Criou-se uma cultura equivocada, por décadas, de demonizar empresários, como se ganhar dinheiro neste País fosse algo criminoso. Na verdade, é o segmento que sustenta a nossa economia. E quando o Estado não atrapalha, já está ajudando demais.

Então, quando eu vejo um indicado para Presidência do Banco Central falar "mais empreendedores, menos atravessadores" no seu discurso, isso me dá uma tranquilizada, me dá a certeza de que o País está indo no caminho correto. São pessoas que vão trabalhar, sim, sem essa interferência, como aconteceu por anos, por décadas neste País. A preocupação, desde sempre, do então candidato Jair Bolsonaro já era: "Onde o Estado não atrapalha?", porque dessa forma as coisas começam a acontecer neste País de um jeito muito mais natural.

E as perguntas que eu faria já foram respondidas por todos, inclusive no tocante a criptomoeda, para a indicada, Dra. Flávia, para a CVM. Na verdade, talvez uma pergunta, então, para a Dra. Flávia sobre a questão dos pequenos poupadores: como desenvolver um mercado de capitais mais estável em que o pequeno poupador brasileiro possa vê-lo como alternativa segura para os seus investimentos?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, quero parabenizar todos os candidatos e desejar boa sorte. Que Deus ilumine e dê muita sabedoria a todos vocês.

Também quero dizer a este Senado, Presidente Omar, que tem que encarar, de uma vez por todas, a reforma da previdência, sim. O discurso hipócrita de que os mais pobres vão ser penalizados, de que isso é o fim daquelas pessoas que mais precisam do amparo estatal, esse discurso vai ser dizimado em Plenário, porque, só pela leitura da proposta que foi enviada para cá, já está bem clara a preocupação do Governo com aqueles mais pobres, inclusive propondo antecipação no recebimento de suas aposentadorias por prazo de até dez anos, mostrando que a intenção não é desamparar. Pelo contrário, a intenção é proteger este País, porque se continuarmos no rumo que nós estamos no tocante às despesas com essa parte previdenciária, em 15 anos o Brasil quebra – o Brasil quebra! E todos nós, cada um de nós, Senadores e Deputados, têm neste momento uma responsabilidade muito grande de aprovarmos, sim, a reforma da previdência.

Posso garantir a todos que ninguém está feliz de ter que apreciar uma matéria como essa aqui no Congresso Nacional, ninguém gostaria de fazer isso. Mas é extremamente necessário que o façamos o quanto antes. A cada mês, a cada bimestre, a cada trimestre que nós não encaramos de frente esses problemas, a bola de neve, o problema se vai avolumando.

Então, Presidente, é apenas essa questão à indicada Dra. Flávia, para dar uma sinalização de que não há uma cultura no País, na verdade, de se investir em Bolsa de Valores, no mercado de ações. Todos muito conservadores, e acho que muito em função de não haver claramente uma comunicação de que é possível fazer isso sem correr tantos riscos.

E mais uma vez: já dei meu voto favorável aos quatro sabatinados hoje. Desejo boa sorte! E contem comigo também na votação no Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Fernando Bezerra, depois Senadora Kátia Abreu, depois Senador Marcelo e Senador Marcos.

Os outros não estão presentes, encerro no Senador Marcos as inscrições. E, aí, vamos abrir a votação.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, Senador Fernando Bezerra.

Eu estou fazendo isso até para... Daqui a pouco, vai abrir o Plenário, e aí a gente é obrigado a fechar a reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Já abriu. Vai abrir é a Ordem do Dia.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, quero cumprimentar o Dr. Roberto Campos Neto, o Dr. Bruno Serra; cumprimentar a Dra. Flávia Martins; e cumprimentar – me permita dirigir-me desta forma – o meu amigo João Manoel, que também foi distinguido com a indicação para Diretoria do Banco Central.

Eu faço questão de dar um testemunho do trabalho de João Manoel no Governo anterior para a criação de um ambiente de negócios melhor no Brasil, um trabalho articulado aqui com a Comissão de Assuntos Econômicos. Ele já teve oportunidade de destacar o trabalho da duplicata eletrônica, do cadastro positivo e muitos outros trabalhos. Eu aqui destacaria a criação da taxa de juros de longo prazo, que foi um marco estabelecido pelo Governo anterior, que vai abrir a possibilidade de o setor privado investir cada vez mais no apoio a nossa iniciativa privada, nos projetos de maior e de longa maturação.

E, no bojo dessa negociação, João Manoel, eu quero aqui registrar que nós negociamos, em nome da Região Norte e da Região Nordeste, sobretudo, a questão de um rebate no coeficiente dos juros para a Amazônia e para o Nordeste, que é o coeficiente de desenvolvimento regional estabelecido em lei e que foi aqui tão bem destacado pelo Presidente Roberto Campos Neto ao falar que a nova direção do Banco Central, a nova equipe econômica têm compromisso na manutenção dessa mudança, que vai produzir resultados cada vez mais positivos no setor de crédito no Brasil – estou convencido disso.

E quero apenas registrar para o meu Presidente Omar Aziz: hoje as taxas de juros mais baratas no Brasil são do Finor e também lá do Fundo da Amazônia, o Fundo Constitucional do Norte do Brasil. São as taxas hoje mais atrativas, o que tem permitido que o Banco do Nordeste tenha tido recorde de aplicação. Só para dar uma ideia, o BNDES fechou, no ano passado, um dos mais baixos níveis de aplicação de crédito, pouco menos de R$80 bilhões. O Banco do Nordeste financiou mais de R$40 bilhões. Portanto, pela primeira vez na história do Banco do Nordeste, uma aplicação é maior do que a metade dos financiamentos de todo sistema do BNDES.

Portanto, eu saio daqui muito reconfortado com as palavras do novo Presidente do Banco Central, sobretudo ao afirmar que vai perseverar na Agenda BC+, e uma agenda ampliada. Essa agenda está produzindo resultados, o foco tem que ser nela.

E fico aqui na expectativa de que essa ampliação vá se dar em duas áreas que são muito carentes no setor de crédito no Brasil. A área do microcrédito foi aqui destacada, e eu estou curioso. Acho que, assim que V. Exa. chegar ao Banco Central, poderemos ter novidades do ponto de vista da elevação do compulsório para aplicação no microcrédito ou o estímulo para as instituições oficiais de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

crédito, como Caixa Econômica, Banco do Brasil e BNDES, ampliarem os recursos para o microcrédito para justamente atender o reclamo do nosso Presidente Omar Aziz de deixar de financiar os grandes conglomerados econômicos e empresariais para financiar o pequeno e o médio empresário brasileiro.

Quero também corroborar aqui as palavras do Senador Flávio Bolsonaro. Olha, eu acho que é histórica a fala aqui do Presidente Roberto Campos Neto ao dizer que quer um Brasil de mais empreendedores e menos atravessadores – isso vindo da autoridade monetária maior do nosso País. Torcemos pelo seu sucesso, pelo sucesso da sua equipe para que as políticas públicas do Ministério da Economia e do Banco Central realmente criem as condições para que os empreendedores possam, de fato, prosperar.

Quero apenas, Sr. Presidente... V. Exa. falou, Roberto Campos Neto, da educação financeira. Foi uma coisa que me chamou a atenção. E eu pediria apenas para que V. Exa. desse uma olhada no nosso relatório da CPI dos Cartões de Crédito. No âmbito desse relatório, nós apresentamos projetos de lei, que estão tramitando na Casa, que buscam coibir a propaganda enganosa, que utiliza expressões como "parcelado sem juros", "gratuito", "sem acréscimo", "taxa de juros zero", ou outras expressões semelhantes. Então, nós estamos propondo alterar o Código de Defesa do Consumidor de modo a configurar esses termos como uso de propaganda enganosa.

Também incluímos a necessidade de se advertir, nas propagandas de produtos financeiros, os riscos às finanças pessoais em virtude do endividamento por meio do cartão de crédito ou do cheque especial. A gente tem que fazer como é feito com o cigarro: o cigarro faz mal à saúde. Tem que haver na agência bancária: o cheque especial faz mal à saúde financeira, o cartão de crédito faz mal à saúde financeira. Esses não são os únicos produtos do setor de crédito no Brasil.

Então, esses projetos estão tendo revigoradas as suas tramitações no início desta nova Legislatura e vêm ao encontro de um dado da Confederação Nacional do Comércio realizado em 2018: 76% das famílias endividadas apontam o cartão de crédito como o principal tipo de dívida.

Então, eu pediria a atenção dos Diretores do Banco Central, da nova Diretoria do Banco Central para eventualmente dar uma olhada nessas sugestões, nessas propostas, para que a gente pudesse ver como tramitar mais rápido isso, para que se possa dar uma resposta à sociedade brasileira, que tanto reclama das taxas desses dois produtos.

Finalmente, Sr. Presidente – e agora prometo encerrar para não me alongar –, é importante que a gente também coloque algo que foi feito pelo Senador Rogério Carvalho. De fato, para termos sucesso com a política de crédito e com a política de juros – todos queremos taxas de juros menores –, o Governo tem que equilibrar suas contas públicas.

As contas públicas do Governo estão desmanteladas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quem lê o balanço do Governo do ano passado vê que a maior despesa do Governo é o serviço da dívida, são R$400 bilhões por ano. E a segunda maior despesa do Governo é tapar o buraco da previdência social brasileira, são R$300 bilhões por ano.

Nós somos 30 milhões de aposentados no regime geral e somos 1,5 milhão de aposentados no regime próprio. Portanto, estamos falando de 31,5 milhões de brasileiros que estão consumindo da Nação R$300 bilhões. E o Governo Federal, no ano passado, não conseguiu investir sequer R$50 bilhões para levar creche, para levar escola, para levar hospital, para levar estrada, para levar energia, para levar banda larga que não chega ao País, para construir aeroportos, para fazer portos. Portanto, há 200 milhões de brasileiros que estão sendo mal atendidos. E isso não pode continuar, não pode perdurar.

E essa situação do Brasil se reproduz nos Estados. Eu vou falar do meu. Nós somos 9 milhões de pernambucanos; temos 100 mil aposentados do Estado. Esses 100 mil aposentados do Estado cobram do Tesouro estadual R$3 bilhões por ano, e o Governo de Pernambuco não investe sequer R$1,5 bilhão para atender aos 9 milhões de pernambucanos. Já passou da hora de enfrentarmos a situação da previdência no Brasil e nos Estados. Por isso é que nós temos que fazer o debate. É evidente.

O Presidente Bolsonaro, quando veio trazer a proposta, referia-se à trajetória política dele como Deputado, 27 anos na Câmara dos Deputados, e foi humilde ao dizer: "Errei, posicionei-me, muitas vezes, aqui nesta Casa e na campanha, contra a necessidade da reforma da previdência". E ele é o primeiro a reconhecer que a previdência precisa ser reformada e teve humildade para saber que a proposta certamente vai ser aprimorada, mas ela jamais vai ser tachada como uma reforma que esteja pesando sobre os mais pobres.

Na realidade, dos 30 milhões de aposentados brasileiros, dois terços, mais de 20 milhões, só ganham o salário mínimo. Estes hoje pagam 8% e vão pagar menos, 7,5%. É um ganho para dois terços dos aposentados brasileiros. Os deficientes do Benefício de Prestação Continuada vão continuar recebendo o salário mínimo, não se tocou nisso. Nas aposentadorias especiais dos que só se aposentam depois que completam 65 anos, também não se mexe. É um salário mínimo.

O que se está querendo na área rural? Na área rural se está querendo coibir a fraude. É preciso ter coragem para dizer isso. O IBGE identifica como trabalhador rural no Brasil apenas 6,5 milhões de brasileiros, e há 9 milhões de aposentados no setor rural. É com isso que precisa acabar. Nós não podemos continuar com a farra, com a displicência do gasto público, mas precisamos ter justiça. A proposta de antecipar o pagamento para o trabalhador rural a completar 60 anos é meritória.

Talvez precise haver alguns ajustes nos valores para poder ficar neutra do ponto de vista financeiro, mas é muito melhor antecipar. Eu sou do Nordeste, eu sou do Semiárido, eu não tive o meu pai trabalhador rural, mas eu convivo com os trabalhadores rurais. É muito melhor receber aos 60 a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

receber aos 65; agora, é preciso fazer ajustes, e os ajustes serão feitos. O que nós precisamos é distinguir aquele que nada contribui e que vai ter direito à aposentadoria aos 65 anos daquele que contribui, mesmo que contribua pouco. Se o valor que está estimado para a contribuição ao trabalhador rural está pesado, está estimado em R$600, eu pergunto: quanto é que os trabalhadores rurais pagavam aos sindicatos de trabalhadores rurais? Quanto? Trezentos, quatrocentos, quinhentos reais para que o sindicato pudesse atestar a aposentadoria?

Essa discussão nós vamos ter que fazer nesta Casa, e é normal que os Senadores tenham trazido a questão da reforma da previdência durante a sabatina da autoridade monetária brasileira, porque o trabalho dele ficará comprometido se nós não aprovarmos a previdência, se não aprovarmos, se não tivermos coragem cívica, amor ao Brasil para poder dar um passo no sentido de equilibrar as contas públicas.

Para encerrar, Presidente, eu estou convencido. Com essa agenda, nós vamos gerar emprego. O que os brasileiros querem e do que reclamam é emprego, e só com o saneamento das contas públicas o Brasil poderá voltar a crescer 3%, 4%, ao ano, e gerar 2 milhões de empregos de carteira assinada a cada ano, para dar esperança, sobretudo aos mais jovens que chegam ao mercado de trabalho.

Cumprimento os indicados e desejo sucesso na missão que certamente esta Casa vai lhes confiar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu acho que se aproveitou o momento para se falar sobre a previdência, e o trato é outro. A verdade é que há 513 Deputados e 81 Senadores, e cada um tem uma previdência na cabeça. É unanimidade entre Senadores e Deputados que nós temos que aprovar uma reforma da previdência; só unanimidade no pensamento, cada um tem uma previdência. A verdade é que cada um pensa de uma forma, e, depois, para a gente chegar num denominador comum, é lógico que o debate vai fluir e esta Comissão vai ser, com certeza, um local em que nós vamos debater bastante essa questão da previdência, no momento certo, quando chegar aqui no Senado.

Senadora Kátia Abreu.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. Para interpelar convidado.) – Obrigada, Sr. Presidente!

Presidente do Banco Central, Srs. Diretores, já votei, votei a favor, é um crédito de confiança ao Presidente da República para enfrentar os seus desafios e também por causa do currículo de V. Exas., que é acima de qualquer comentário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, eu gostaria de iniciar e, então, para ganhar tempo aqui e não brigar com o Fernando Bezerra Coelho, porque eu não posso e não quero brigar com ele, eu vou falar de outro assunto para depois eu me acalmar e voltar nesse assunto que ele terminou agora. Certo?

Então, eu vou começar por um projeto de lei, Sr. Presidente Roberto de Oliveira Campos Neto – que nome comprido! –, que diz respeito à existência de uma subvenção da agricultura com relação ao seguro-agrícola, que fica lá no Ministério da Agricultura, e, para avaliar esse projeto, eu estou pedindo ajuda para qualquer gente da área econômica. Ele está aqui na CAE e só não foi aprovado porque, no dia, não havia quórum e ele é terminativo, mas havia a concordância de todos os membros.

E a subvenção da agricultura fica no Tesouro para equalizar a taxa de juros. Certo? Então, são duas gestões, em dois lugares diferentes.

Qual é a proposta do projeto? É juntar toda subvenção do seguro e da equalização de taxa de juros no Tesouro, tudo junto. Se, por um acaso, a taxa Selic subiu, vamos investir na equalização de taxa de juros; se a taxa desceu, vamos investir tudo, graças a Deus, no seguro-agrícola. Então, esses recursos teriam uma ótima gestão de riscos, uma excelente, equilibrada e eficiente gestão de riscos no Tesouro. Seria um dinheiro só, e nós teríamos condições de também dividir o atendimento para um maior número de produtores rurais. Não teria condição de um produtor ser atendido duas vezes.

Então, esse projeto está tramitando, ele foi amplamente debatido, ainda quando eu estava no Ministério da Agricultura, e não é um projeto da Kátia, da cabeça dela, eu fui um instrumento. Nós tivemos um grande avanço no Governo militar, com a criação da Embrapa; depois tivemos um grande avanço no Governo Collor, com a criação do preço mínimo, que ajudou a agricultura a crescer enormemente; depois passamos a ter o seguro de clima. E esse projeto eu creio que seja um novo avanço na agropecuária brasileira, porque nós precisamos é de seguro-agrícola; nós precisamos de subvenção no prêmio do seguro-agrícola. Nos Estados Unidos, chega quase a 100% a subvenção do prêmio de tempo, clima, preço e custo. Então, não precisa de dinheiro de Governo, porque todo mundo quer financiar quem está segurado, porque é uma atividade altamente de risco por conta da volatilidade de preço, porque é uma economia perfeita, todo mundo produz tudo, e, ao mesmo tempo, nós dependemos de São Pedro para haver chuva ou sol.

Então, eu acredito, e peço a análise de V. Exa. junto com os demais, que possa dar uma atenção especial a esse projeto, que eu creio – e é claro que está sempre aberto a modificações – que possa ser bastante bom.

Com relação à subvenção – eu não estava aqui, mas soube que o senhor falou sobre ela –, é simples, muito simples, e eu não tenho o menor medo de submeter a agricultura a essa análise de custo-benefício, porque o custo-benefício de subvenção à agricultura é extraordinário – é perigoso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vocês ficarem com vergonha do quanto vocês dão para a agricultura brasileira, vocês, não, todos os Governos. Certo!

Então, enquanto nós subvencionamos 7 bi de dólares para a agricultura brasileira, por ano, os Estados Unidos subvencionam 96 e a União Europeia, 105. Se juntar com Japão e Austrália, é 1 bi por dia. Então, nós somos apenas 7 bi de dólares, quando, de acordo com um VBP em que nós aplicamos a cláusula *de minimis,* poderíamos chegar a até 20% do Valor Bruto da Produção. E isso representa 4% do Valor Bruto da Produção. Os americanos já passaram a cláusula *de minimis*, nós poderíamos entrar na OMC contra eles, lá são 26%; na União Europeia, são 29%. Muito acima de tudo isso!

E eu sempre falo, Presidente Marcelo, que é da roça como eu também, que, se a gente tiver um pedaço de terra boa, Presidente do Banco Central, e um pedaço de terra ruim, e tiver só um saco de adubo, você vai aplicar na terra boa ou na terra ruim esse saco de adubo? O que o senhor acha?

O SR. ROBERTO DE OLIVEIRA CAMPOS NETO (*Fora do microfone*.) – Na boa.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Na boa! Muito bem! Graças a Deus, o senhor respondeu certo!

É isso aí. Eu quero dizer, com isso, que nós estamos dando subvenção à terra boa, à terra fértil, que dá resultado para a agricultura. Os números estão aí. Se for conferir com a Zona Franca de Manaus... Eu quero aproveitar que o nosso Presidente de Manaus não está aqui, eu sou igual ao senhor, eu não tenho nada contra Manaus, mas eu só preciso ver o custo-benefício, porque há muito pobre no Brasil que não pode financiar a ineficiência e a incompetência de ninguém, inclusive da agricultura. Certo?

Então, se a gente for comparar a subvenção da Zona Franca de Manaus, é exatamente o tamanho da subvenção de toda a agricultura brasileira, uma das gigantes, que representa 36% do emprego brasileiro, que representa 50% das nossas exportações. Vá comparar com a Zona Franca. Então, fale para o Dr. Paulo Guerra... Paulo Guedes, desculpe-me, mas ele está quase se transformando em Paulo Guerra, de tanta briga que está arrumando para arrumar voto contra a previdência. Acho que ele está em campanha de votos contra a previdência. Eu tenho desconfiança disso, porque ele quer guerrear com todo mundo. Antes da previdência, ele já quer tirar a subvenção, sem conversar com ninguém sobre a subvenção da agricultura. Mercado financeiro é mercado financeiro, é outra atividade. Agora, agricultura, Dr. Paulo Guedes, é lugar de trabalho, de suor, de esforço e de coragem; é lugar de doido, porque quem depende de chuva, de sol e de preço avaliado em Nova York, em Xangai, na Bolsa de Tóquio é doido mesmo, sem seguro-agrícola. Então, é esse povo que planta e faz todo esse gigantismo. Então, eu quero dizer que não tenho medo de submeter a agricultura ao custo-benefício da subvenção. Repito: ficarão envergonhados do que tem dito por aí o Sr. Paulo Guedes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com relação à melhora dos juros e do *spread*, eu quero aproveitar esta oportunidade em que a TV Senado é tão vista no Brasil. O Banco Central, no ano passado, aprovou uma resolução maravilhosa que abriu o registro de recebíveis de cartão de crédito. O que quer dizer isso? Os empresários não sabem, vocês não fazem propaganda, têm que fazer, os bancos não vão fazer nem as TVs, que têm como patrocinadores principais os bancos. O que acontece, Presidente Marcelo Castro? Com o meu cartão de crédito do Banco do Brasil, se eu comprar lá na loja X, parcelado em dez vezes, esse passivo é do Banco do Brasil. Então, o dono da Renner tem que ir lá negociar, fica preso, então, o... O Banco do Brasil é que dá o desconto do recebível das dez parcelas para receber adiantado. O que o Banco Central fez no ano passado? O Presidente... Como é que ele se chama?

O SR. ROBERTO DE OLIVEIRA CAMPOS NETO (*Fora do microfone*.) – Ilan.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Ilan. Muito competente ele.

O que ele fez? Agora, as lojas têm uma central de recebíveis. Então, eu, da loja A, B, C, C, coloco os meus recebíveis parcelados nessa central, e qualquer banco ou qualquer fundo de investimento pode entrar numa competição para oferecer para o lojista um juro mais barato para comprar o recebível dele. Perguntem quantas lojas no Brasil sabem disso. Nenhuma! Não são 1% as que sabem disso. Isso ajuda a baratear o *spread*, ajuda a baratear os juros, assim como o Cadastro Positivo, que vai voltar para cá – e eu até já pedi ao Presidente, que me concedeu, a relatoria do Cadastro Positivo, que é maravilhoso. Então, eu gostaria de pedir ao Governo que fizesse propaganda disso. Isso vai baratear o custo bancário, juros e *spread!* Isso é concorrência na veia. Hoje, há um monopólio total e absoluto de três, quatro bancos.

Por último, agora, eu vou brigar com o meu amigo.

Em primeiríssimo lugar, quero dizer que eu tenho vontade demais de votar a reforma da previdência, sempre tive; acho que isso é muito importante. Eu só não posso aceitar que façam disso um dilúvio, a terceira guerra mundial. Vamos colocar as coisas nos lugares, porque, para aprovar a PEC do teto dos gastos, eu suei de dizer aqui, na tribuna, que ela sozinha não faria verão. E ela não fez verão nenhum. Ela só fará efeito se as outras reformas forem aprovadas, mas o discurso era o mesmo, igual ao do Fernando Bezerra aqui: "O mundo vai acabar se não aprovar a PEC do teto dos gastos". E nós sabemos que saímos de uma vinculação para uma indexação, tanto da saúde como da educação. Então, o que eu quero colocar é que isso é, repito, muito importante, por um simples motivo.

É que hoje nós estamos consumindo, com a previdência, 14% do PIB, e todos os países da OCDE – não são países ricos, são países similares ao Brasil – estão gastando 7% do PIB. E nós estamos num volume crescente. Isso é um jacaré com uma boca deste tamanho que vai engolir todos os brasileiros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Meu Líder Fernando Bezerra, você sabe o quanto eu torci para você ser Líder do Governo, pela sua experiência. Assim como na eleição da Mesa, minha disposição era a mesma: votar em alguém que tivesse experiência para ajudar o Brasil, ajudar o Governo. Então, você é um homem experiente. Agora, não é atacando determinados setores que nós vamos arrumar voto aqui; ao contrário, nós vamos arrumar antipatia, porque, lá fora, a pressão de milhões e milhões de trabalhadores rurais e da agricultura familiar que escutam esse tipo de discurso não nos deixa votar. E eu sou obediente a eleitor, eu sou obediente que é uma maravilha! É por isso que eu tenho quatro mandatos. Então, eu quero votar com o Brasil, mas eu não posso admitir, silenciosamente, este ataque brutal e frontal em dizer que a aposentadoria rural é uma fraude! Uma fraude é a miséria e a pobreza em que vivem os produtores rurais deste País! Peguem o censo agropecuário feito agora e olhem o tamanho das classes D e E no campo. Nós estamos caminhando para uma agricultura sem agricultores, em que meia dúzia de produtores está fazendo quase 70% do PIB da agropecuária, em que não existe classe média, Líder Fernando Bezerra, e em que as classes D e E estão sendo ampliadas. Então, a grande parte da pobreza hoje do Brasil se encontra no campo, dentro dos assentamentos, dos povoados, dos distritos. São pessoas que estão desassistidas de saúde, de educação. É uma pobreza geral e irrestrita! Uns são trabalhadores, outros são moradores, porque não têm nem opção de trabalhar no campo. Então, não há fraude! Fraude existe aqui também dentro desta Casa em muitos momentos, há Lava Jato, há na área médica, há na área de juiz, há na área de produtor rural; em todas as áreas, há corrupção. Então, eu não posso admitir, silenciosamente – desculpe-me, meu Líder –, que a aposentadoria rural é uma fraude. O senhor conhece o campo, o senhor conhece o interior de Pernambuco, eu conheço o interior do Brasil inteiro como Presidente da CNA e como Ministra de Estado. A pobreza é total e absoluta! Eu voto a previdência; agora, tirar dinheiro de trabalhador rural – eu só tenho eleição daqui a quatro anos, eu não tenho eleição agora, eu não jogo para plateia – eu não voto! Eu não voto contra trabalhador rural, porque eu os conheço como a palma da minha mão. Se tiver fraude, isso é questão de Polícia Federal, não é questão de Senador da República nem de Deputado Federal. Isso é ineficiência do Estado que não sabe fiscalizar os seus programas, que não tem indicadores, não tem meta, não tem fiscalização, não tem nada. Isso não cabe a nós, aqui cabe a nós fazer justiça a quem merece justiça.

Agora, eu não vi, em momento algum, alguém atacar os grandes salários, os grandes privilégios. Eu não sou de esquerda, Sr. Presidente do Banco Central e da Mesa, eu sou de direita, de direita racional, equilibrada e que não perdeu o coração e que quer uma solução pragmática para os pobres deste País. Eu não vou virar as costas. Eu não sou de uma direita que tem vergonha de falar de pobre, de uma direita que tem vergonha de falar da área social. Não! Eu sou de uma direita que tem sensibilidade e dimensão humana.

Não vamos votar, sob hipótese alguma, contra os trabalhadores rurais. Que as imperfeições sejam corrigidas. Não vamos votar contra os idosos do País. Com R$400 a um idoso, ele vai ser

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

devolvido para o asilo; se hoje os velhos estão na casa de suas famílias, é porque o BPC é atrativo e os filhos querem o dinheiro com eles. E R$400 não são atrativos, não dá nem para comprar os medicamentos. Eles vão devolver os velhos todos com R$400 para os asilos do País. Então, o grande benefício do BPC foi para trazer os idosos para dentro de casa, para os seus familiares, e não ser um peso; ao contrário, contribuir com o salário mínimo. É nojento falar nesse valor de R$400. É inadmissível falar nesse valor. E isso não significa nem 1% do rombo da previdência. Vamos falar de outras coisas! Então, eu repito: a previdência é prioridade por conta do consumo do PIB; 14% é inadmissível, mas eu quero aqui deixar muito claro que a previdência sozinha não fará verão. Nós temos que fazer, e o Governo não sinalizou ainda. Eu peço ao Governo que pense nesse assunto.

Os outros temas importantes, que são complementares à previdência, e que aí sim vão ajudar a votar, que são: tributar lucros e dividendos, que já disseram que não vão fazer – por quê, se o mundo inteiro tributa lucros e dividendos e nós, brasileiros, bonitos e ricos, não vamos fazer? E por que nós vamos permitir continuar tributando PJ, que na verdade é salário na veia, disfarçado, porque não quer contribuir com a previdência? Quantos profissionais liberais são PJs disfarçados de recebimento de salário? Isso dá em torno, meu amigo, de R$10 bilhões, somente essa correção com os mais abastados. Se é para cortar na carne, vamos cortar na carne de todo mundo.

A outra coisa é a dívida ativa, uma dívida ativa incompetente, que deveria dar crime de responsabilidade. Estou cansada de ouvir que são empresas falidas, quebradas, Varig, Vasp Não é não! De R$2 trilhões de dívida ativa, nós só recebemos, em 2017, R$26 bilhões. Se nós conseguimos, modestamente, com muita incompetência, mudar a legislação, que a PGFN tenha um diagnóstico perfeito dos seus servidores, do que fazer para melhorar a agilidade na cobrança da dívida ativa, que leva nove anos e meio. Apenas 3,8% entram na Justiça. Alguém poderia dizer assim: "é o trâmite da Justiça que é moroso". Não. Apesar de 3,8% entrarem na Justiça para reivindicar seus direitos, todas as ações dos R$2 trilhões vão para o Judiciário. Nos Estados Unidos não é assim. Se eu não entrei na Justiça, por que é que o Governo, por que é que a União vai judicializar? Seis meses para iniciar, apenas, a intimação; quatro anos e meio para o cidadão ser intimado. Então, quase 40% dessa dívida tem decurso de prazo, perde os recursos, por falta de mudança em normas, em regras, que nós poderíamos, dos R$2 trilhões. Não vamos sonhar com muita coisa, não: dobrar os R$26 bilhões. Será que, modestamente, não poderíamos melhorar essa eficiência e aumentar mais R$20 bilhões nessa cobrança, mais R$10 bilhões do PJ disfarçado de salário, mais dividendos e lucros? Nada, nada, são R$50 bilhões.

Agora, vamos para as despesas tributárias. As despesas tributárias, que são as desonerações, que não têm nada a ver com subvenção – são outra coisa, diferente – são dar desconto de imposto para determinados excluídos. Faço a lista, bonita, e os coloquei lá há anos. Não é esse Governo, não; vários e vários governos. Lá dentro está a Zona Franca de Manaus, lá dentro está o Simples, lá dentro está uma porção de coisas. Agora, qual o resultado de tudo isso? Quem é que mediu? Quem é que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

analisou? Então, o mundo inteiro aplica despesas tributárias a 2% do PIB. Nos últimos cinco anos, nós dobramos para 4%. É inadmissível em qualquer lugar do mundo. Então, se nós aumentamos de 2% para 4% do PIB de desconto de imposto, por que, nos próximos quatro, o Governo não pode fazer a proposta de dar ré, ano a ano nós encolhermos a despesa tributária, fazendo uma análise de cada caso, e não um corte reto? Porque só a desoneração de inovação e tecnologia é apenas R$5 bilhões. Não é nada. Não pode cortar, tem é que aumentar. Empresas de inovação e tecnologia não podem pagar imposto, se o Brasil quiser crescer e virar gente. Empresas de tecnologia têm que pagar é zero de imposto, igual comida. Então, se as subvenções forem regressivas, se nós fizermos um projeto de lei, se o Governo propuser essa redução de 4% do PIB para 2%, eu tenho certeza de que nós encontraremos a solução.

Eu quero aqui, apenas para resumir e encerrar, dizer que a reforma da previdência é super importante, muito importante, mas não é a última coca-cola do deserto, certo? Nós temos outras medidas, outras ações, que o Governo precisa sinalizar. Não precisa aprovar tudo junto, para não tumultuar, mas o Governo tem que sinalizar que vai mexer nos privilégios, que vai mexer naqueles grandes que receberam as subvenções como se fossem deles. Aquilo congelou, aquilo virou patrimônio pétreo, e aquilo é patrimônio do povo brasileiro, Presidente. Esse dinheiro é do povo brasileiro, de nós todos, que estamos bancando ineficiência, que estamos bancando o que não é produtivo, o que não dá resultado. Então, mexer com mulher, com produtor rural, mexer com professor e polícia, não é privilégio não, é justiça.

Eu quero ver o cidadão na rua, dando tiro em bandido 40 anos; enfrentar uma sala de aula sem ar condicionado, com 40 ou 50 meninos, por 40 anos; e quero que o senhor vá trabalhar na enxada, no trator, em cima de um cavalo, por 40 anos, para o senhor ver o que é bom para tosse. Então, não é privilégio, é justiça. Eu já fui tudo, só não fui polícia. Mãe, mulher, produtora rural e... Qual é o outro que eu falei agora? Professora! Eu fui professora no início da minha vida! Eu sei o que é menino hoje. Antigamente você podia mesmo dar uma bronca e por de castigo. Hoje, se você fizer isso, você vai presa, então as professoras estão todas com depressão, tomando remédio, com licença saúde.

Então, não dá. Vamos votar, vamos levar com seriedade, vamos tirar os privilégios, vamos cortar na carne de todo mundo, vamos enfrentar o *lobby* aqui dentro, mas vamos fazer justiça a quem precisa de justiça. Nessas condições, pode contar comigo, que eu sou a favor da reforma da previdência – e sem agressões, sem agredir ninguém, por favor.

Obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Eu sou o próximo inscrito, mas como estou presidindo, vou fazer a concessão aqui enquanto Omar Aziz volta e vou passar a palavra, então, para o nosso colega, Senador Marcos Rogério. Com a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Para interpelar convidado.) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores da República. Aos candidatos aos cargos de diretoria do Banco Central, incluindo seu Presidente, e da CVM, minha saudação.

Eu não vou entrar nesse debate paralelo que se iniciou nesta Comissão, porque nós vamos ter muito tempo para discutir essas matérias doravante. É uma pena que nos últimos 13, 15 anos esse tema não tenha sido discutido e todos esses avanços apontados aqui não tenham sido praticados. O Brasil estaria em uma condição muito melhor do que a que está hoje.

Eu gostaria, Sr. Presidente, de avançar sobre os temas da reunião de hoje, discutindo um pouco mais sobre *spread* bancário, Cadastro Positivo, também modelo de intervenção no câmbio e taxa de juros.

Eu acho que o tema que mais se repetiu na reunião de hoje aqui foi justamente taxa de juros, e, sim, talvez esse seja o grande tema, o tema que mais incomoda todos aqui: taxa de juros, que representa em algumas operações, especialmente no caso do cartão de crédito, um assalto ao cidadão; cobram-se juros dos brasileiros como se fosse uma apropriação do próprio patrimônio do cidadão. É mais do que usura, é crime o que se faz no Brasil, o que se pratica no Brasil. E faço aqui... não vou fazer pergunta em relação a esse tema, porque já foi abordado pelos nossos sabatinados: que o Banco Central, através dos seus mecanismos de regulação e controle, adote medidas, posturas eficientes com relação a essa matéria.

Quanto à democratização do sistema financeiro, absolutamente concentrado e caro no Brasil, é mandamento constitucional. É o que dispõe o art. 192 da Carta de 88, que fala especificamente em relação a isso, ou seja, "o sistema financeiro nacional, estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do País e a servir aos interesses da coletividade, em todas as partes que o compõem [...]". E aí, indaga-se aqui à exaustão, repetidamente: o modelo cumpre essa função, essa missão constitucional? Promove o desenvolvimento equilibrado, conhecendo as peculiaridades regionais do País? Serve aos interesses da coletividade? Ou atende demandas de quem precisa menos em detrimento daqueles que precisam mais? As regras e as práticas do microcrédito, também já mencionadas aqui, onde estão? Nessa descentralização – ou democratização, como eu ouvi o termo sendo repetido aqui –, qual o papel das cooperativas de crédito? Porque avançam muito em algumas regiões do País, especialmente na Região Sul do País, e na minha Região Norte, Estado de Rondônia, avançam muito: onde não se tem banco tem cooperativa de crédito; e por que não valorizar, empoderar mais, atribuir uma carteira maior para esse segmento, que está mais próximo do cidadão? E está no 192 da Constituição Federal: as cooperativas.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, esse tema é um tema que nos incomoda muito, e eu tive a oportunidade de receber em meu gabinete o nosso futuro Presidente do Banco Central, Dr. Roberto de Oliveira Campos Neto, e acho que fiz lá para ele as perguntas que não farei aqui em razão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da exaustão do tema. E posso assegurar – foi o único com que eu tive a oportunidade de dialogar e debater – que é um quadro absolutamente preparado, talhado para a missão que assume, que é de conduzir o nosso Banco Central, ao lado dos demais diretores, e, pelo que eu ouvi dos demais diretores aqui, todos se mostram absolutamente preparados, não para a função, mas para a missão que estão recebendo, para a delegação de missão que recebem; porque V. Sas. não estão recebendo apenas uma oportunidade ou uma função, é uma missão: implementar aquilo que foi dito hoje e o muito que se ouviu aqui nessa sala hoje, para fazer o Brasil avançar de verdade.

E aí, Presidente, permita-me adotar a frase que V. Exa. falou aqui, mas trazendo um ingrediente novo: sim, queremos um Brasil com mais empreendedores, com mais empregos e renda, desenvolvimento de verdade e menos economia de papel. Falei com V. Exa. lá no meu gabinete sobre isso. O País está estruturando o seu desenvolvimento, o seu crescimento econômico em cima de balizas e marcos que não são os que nos interessam ao fim e ao cabo. Nós queremos mais empresas, mais empregos, mais renda, mais desenvolvimento. E é preciso apostar num modelo diferente.

Então, eu não vou fazer nenhuma pergunta pontual a V. Sas. aqui, mas apenas parabenizá-los pela indicação e desejar muito sucesso na missão que cada um está assumindo a partir da agora.

Eu já votei e já cumpri o meu papel. Votei a favor de todas as indicações, num voto de crédito ao Presidente, na biografia de V. Sas., na trajetória de cada um e na esperança de que consigam fazer o melhor pelo Brasil. Todos nós estamos empenhados nesse esforço e tenho certeza de que essa também é a missão de todos vocês.

Sr. Presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Em seguida, concedo a palavra ao nobre Senador Jean Paul.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para interpelar convidado.) – Presidente Marcelo, é só para saudá-los rapidamente. Não vou cansá-los com mais perguntas. Devido ao adiantado da hora, eu perdi aqui a minha vaguinha para fazer as perguntas. Portanto, não sei se vocês deram sorte ou azar. Mas eu vou saudá-los, Roberto, João, Bruno, Flávia, e ratificar as falas, como já conversamos também antes desta audiência, ratificar as falas dos meus colegas sobre redemocratização ou democratização, mais precisamente, do mercado financeiro.

Nós precisamos de mais bancos, mais cooperativas de crédito, mais Fintech, mais bancos populares, mais microcrédito e talvez até junto à CVM, Flávia, considerar a volta de algumas bolsas regionais. Isso também é uma forma de disponibilizar crédito e dar mais acesso ao sistema financeiro como um todo. Então, falamos aqui de várias modalidades. Nós precisamos realmente trabalhar para que elas funcionem melhor, para que estejam mais acessíveis diante de toda a situação que se caracterizou aqui de juros altos e de dificuldade de crédito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Era isso.

Agradeço a atenção e agradeço a exceção.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Com a palavra o Senador Marcelo Castro.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI. Para interpelar convidado.) – Quero cumprimentar o Presidente, os colegas presentes, os sabatinados, e dizer que também fui um dos que tive a honra de receber no meu gabinete o Dr. Roberto Campos Neto, que demonstrou na ocasião grande conhecimento, grande espirito público, experiência, *expertise*. E nós não temos a menor dúvida de que o Banco Central estará em boas mãos com os diretores que estão presentes aqui e também a indicada para a Presidência da CVM. E já votei, votei secretamente, mas não é proibido declarar o voto: votei favoravelmente a todos. Agora, quando o Dr. Roberto Campos Neto esteve em meu gabinete, eu fiz algumas observações que quero tornar públicas aqui, até para a sociedade brasileira se sentir representada, porque acho que o que eu disse representa esse sentimento nacional.

Eu vejo que há, na sociedade, não vou dizer propriamente uma aversão, mas um certo descontentamento com o sistema bancário brasileiro. O País está atravessando a maior recessão da sua história, com empresas quebrando, pais de família, mães de família perdendo o emprego, e a gente fica horrorizado quando vê os lucros bancários. Então, a todo instante sai o lucro dos bancos. É uma coisa estarrecedora! Fica até um certo sentimento de que é como se o Brasil fosse mais dos banqueiros do que dos demais. E não é essa a finalidade. É claro que o setor bancário tem um papel importante na economia do País, mas está se formando um sentimento de que há realmente um excesso, um exagero: que os banqueiros estão lucrando demais em detrimento dos demais setores da sociedade.

Por exemplo, o meu caso: sou médico psiquiatra, professor universitário e agropecuarista, um misto assim de atividade empresarial e de diletantismo também. Mas tenho algum conhecimento da área, e uma atividade pecuária no Brasil, se tudo correr bem, se for feita dentro da técnica, se chover, não pegar fogo, correr tudo dentro da hora, o vaqueiro não beber cachaça todo fim de semana, a vaca não morrer abandonada, ele vai ter um lucro aí, se conseguir que tudo corra bem, de R$500 por hectare implantado de capim. E, para colocar um hectare para funcionar, ele precisa investir R$5 mil. Então, um lucro de 10% ao ano. Se você for pecuarista, não vou falar sobre outras atividades, está impossibilitado de tomar empréstimo no Brasil, porque eu estou aqui com o *spread* bancário, cuja fonte é o Banco Mundial, e nós temos aqui comparativamente: no Japão, o *spread* bancário é 0,7; na Austrália, é 3,2; no Chile, é 1,7; no Canadá, é 2,5; no México, 3,4; na Guatemala, 7,6; na Nigéria, 9.3; em Angola, 10,14; na Namíbia, 4,2; e, no Brasil, 39,6.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, aqui seria o caso de se dizer "um ponto fora da curva". Eu diria "foríssima" da curva. Essa palavra não existe no português, mas é tão fora que se teria de usar um superlativo.

Então, é evidente que isso aqui está errado. Precisa ser corrigido. Não há motivo para o Brasil ser tão destoante do resto do mundo inteiro! Estive olhando as taxas aqui de *spread*: vão de 0,6, normalmente, a 10. É o praticado no mundo inteiro, com exceção do Brasil e de Madagascar, o Brasil com 40% e Madagascar 45% o *spread* bancário.

O resto do mundo todo – América Central, América Latina, África, Europa, Ásia – está nessa faixa aí.

O outro tema, que já foi debatido aqui demais, mas que nos causa espécie e estranheza... Eu passei ali no caixa eletrônico do Banco do Brasil e imprimi o meu saldo aqui. O meu saldo é impublicável. (*Risos.*)

Mas está aqui, o banco oferecendo dinheiro aqui para os seus clientes, do cartão de crédito, que são... O Banco do Brasil dá uma taxa efetiva de 250% ao ano. Eu fui também à Caixa Econômica, que dá uma taxa efetiva – retirei hoje no caixa eletrônico – de 320% ao ano. Ora, se a pessoa tomar R$100 mil, um valor 100, seja o que for, 100 unidades, num ano ele vai estar devendo R$420 mil. Qual é a atividade em cima da Terra que pode dar isso? "Não, porque o cartão de crédito tem uma explicação..."

Bom, eu acho, Sr. Roberto Campos Neto, que precisa haver uma consciência mais nítida de que isso é um acinte, um desrespeito. São taxas indecentes. Eu não conheço, não sei como funciona a economia do mundo, mas acredito que não deva haver nenhum país do mundo que pratique um juro desses aí. Mas eu estou citando aqui o Banco do Brasil e a Caixa Econômica, não estou citando banco privado. Então, se nós não controlamos nem o Banco do Brasil, nem a Caixa Econômica, nós vamos controlar o quê?

Então, eu espero que isso aí possa sensibilizar quem vai comandar a questão da moeda no Brasil e ver que essa situação não pode continuar.

V. Sa. está tendo um crédito de confiança aqui e eu acredito que de toda a Casa, mas o nosso Presidente, em boa oportunidade, já chamou a atenção para o fato de que V. Sa., muito provavelmente, estará aqui de volta...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – ..., e é evidente que nós esperamos que V. Sa. possa trazer números mais confortáveis, até para a gente se explicar na sociedade, porque aquilo que disseram hoje aqui alguns Senadores a gente constata no dia a dia. Isso é uma vergonha nacional! Um País em que as pessoas tomam dinheiro emprestado de agiota para pagar banco oficial porque os juros dos bancos oficiais são superiores aos de agiota! Isso é uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desmoralização nacional! Isso é uma coisa que não se pode admitir! Então, entendo que deve haver uma consciência nacional de que agora, de uma vez por todas, nós precisamos colocar um fim nisso daí. Porque isso não foi inventado hoje, não; isso vem se arrastando há décadas.

Eu me lembro de que eu era criança ainda e meu pai lia lá um livrinho do Carlos Lacerda, e ele falava de um dia na vida do Brasilino. Aí mostrava que o sujeito ia tomar empréstimo no banco dos Estados Unidos e era 3%. Aí o camarada achava alto os 3%. Mas era 3% ao ano. Aqui, no Brasil, sempre foi uma exorbitância, nunca se pensou em cobrar uma taxa dessa anual.

Então, é essa a minha contribuição. V. Sas. têm o nosso crédito de confiança, não só meu, mas da Casa inteira, mas nós queremos resultados, e, evidentemente, V. Sas. vão ser cobrados da próxima vez que aqui vierem.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador Marcelo.

O Presidente do Banco vai responder a V. Exa. e, logo em seguida...Vamos abrir o resultado da votação, por favor.

O SR. ROBERTO DE OLIVEIRA CAMPOS NETO – Muito obrigado.

Vou responder à pergunta de S. Exa., Senador Marcelo Castro. Foi muito oportuna porque levanta um exemplo que, inclusive, eu verifiquei, que é a comparação do Brasil com o Chile. Inclusive, também, fui responsável pela tesouraria do Banco, no Chile. Não tenho ciência desse estudo do Banco Mundial, mas tenho alguns dados do Banco Central e alguns dados internacionais que levantei. O *spread*, no Brasil, está em torno de 20,5%, não tenho esse conhecimento de 40%. Para pessoa física ele é 30%, alto. Então, depende do que está sendo considerado. Mas o exemplo ainda vale, porque o *spread* do Chile é 2,6% – o senhor acertou. Curiosamente, os bancos, no Chile, são mais rentáveis do que no Brasil. Então, isso mostra o tamanho do trabalho que a gente tem para fazer. Se o Chile tem um *spread* de 2,6% e o Brasil tem um *spread* de 20,5%, se você olhar só a pessoa física é quase 30%, ainda assim o banco, no Chile, é mais rentável.

Então, acho que isso aí mostra todo o resto que foi discutido aqui ao longo da sabatina, todas as áreas em que nós precisamos fazer uma intervenção: na área de informação assimétrica, que é ter informação; na área de recuperação de crédito; de não ser judicial o sistema. Então, aproveito o exemplo para mencionar isso.

Gostaria de dizer que, se confirmado pela Casa, nós vamos trabalhar incessantemente nisso.

Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Já foi confirmado. Estou há muitas votações aqui. Dificilmente você tem a unanimidade.

Roberto de Oliveira: 26 votos SIM; 0 NÃO.

Sr. Bruno: 26 votos SIM; 0 NÃO.

João Manoel: 26 SIM; 0 NÃO.

Sra. Flávia: 26 SIM; 0 NÃO.

Isso demonstra, claramente, a confiança de todos os Senadores e Senadoras desta Comissão em relação ao trabalho que os senhores irão realizar frente ao Banco; e a senhora frente à Comissão de Valores Imobiliários.

Como eu disse antes, daqui a 6 meses a Comissão tem a obrigação de convidá-los a estarem aqui para debater com os Senadores e as Senadoras o que aconteceu na nossa economia, a partir de hoje até daqui a 6 meses. O nosso papel nós iremos fazer aqui: tentar contribuir. São debates que nós iremos ter e são debates democráticos.

A previdência, se fosse fácil aprovar, já teria sido aprovada há muito tempo. Então, o debate será longo, as discussões serão longas, mas espero que, no final, a gente consiga fazer o melhor possível para o Brasil.

Dito isso, quero agradecer a presença do Sr. Roberto Campos, do Sr. Bruno Fernandes, do Sr. João Manoel Mello e da Sra. Flávia. Que vocês possam servir ao Brasil da melhor forma possível. O Brasil tem uma esperança muito grande.

Você, Presidente, como o guardião da moeda brasileira, tem a oportunidade de fazer história, como o seu avô lá atrás fez e é uma referência para todos nós. Que você possa ser, daqui a algumas décadas, uma referência, como o seu avô foi, para muitos brasileiros.

Muito obrigado.

A sessão está encerrada.

(*Iniciada às 10 horas e 04 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 19 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 4ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE MARÇO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e dezesseis minutos do dia doze de março de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Omar Aziz, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Mecias de Jesus, Fernando Bezerra Coelho, Confúcio Moura, Luiz do Carmo, Esperidião Amin, Plínio Valério, Tasso Jereissati, Styvenson Valentim, Flávio Bolsonaro, Lasier Martins, Elmano Férrer, Major Olimpio, Izalci Lucas, Jorge Kajuru, Veneziano Vital do Rêgo, Alessandro Vieira, Leila Barros, Acir Gurgacz, Eliziane Gama, Cid Gomes, Jean Paul Prates, Rogério Carvalho, Paulo Paim, Telmário Mota, Otto Alencar, Irajá, Rodrigo Pacheco, Wellington Fagundes, Jorginho Mello, Marcos do Val, Paulo Rocha e Luis Carlos Heinze. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Ciro Nogueira, Daniella Ribeiro, José Serra, Rose de Freitas, Kátia Abreu, Randolfe Rodrigues, Fernando Collor e Marcos Rogério. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Fez uso da palavra o senador Espiridião Amin, sugerindo que a Consultoria Legislativa elabore um quadro comparativo das propostas de alteração da previdência social durante os governos dos ex-presidentes Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva, Dilma Rousseff e Michel Temer. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei da Câmara n° 93, de 2015 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 6.615, de 16 de dezembro de 1978, para dispor sobre o piso salarial dos radialistas." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Fernando Bezerra Coelho. **Relatório:** Favorável ao projeto, nos termos do substitutivo apresentado. **Resultado:** Retirado de pauta, a pedido do relator, para reexame. **ITEM 2 - Projeto de Lei da Câmara n° 69, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Altera o inciso IV do caput do art. 5º da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que regulamenta os fundos constitucionais, para incluir na área considerada como semiárido os Municípios localizados no Baixo Parnaíba, no Estado do Maranhão." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Fernando Bezerra Coelho. **Relatório:** Contrário ao projeto. Fez uso da palavra a Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Retirado de pauta, a pedido do relator, para reexame. **ITEM 3 - Projeto de Lei do Senado n° 62, de 2015 - Não Terminativo -** que: "Aumenta o percentual de recursos destinados ao paradesporto e a programas de incentivo à inclusão desportiva de estudantes portadores de deficiência." **Autoria:** Senador Romário. **Relatoria:** Senadora Rose de Freitas. **Relatório:** Favorável ao projeto, com duas emendas de sua autoria. **Resultado:** Retirado de pauta, a pedido de relatora, para reexame. **ITEM 4 - Projeto de Lei do Senado n° 374, de 2015 (Complementar) - Não Terminativo -** que: "Altera o parágrafo 2º do Artigo 3º da Lei Complementar 63 de 1990, tornando facultativo para os Estados a possiblidade de considerar ou não, para efeito de cálculo do valor adicionado, as parcelas isentas ou com benefícios fiscais e as operações imunes do imposto ." **Autoria:** Senador Fernando Bezerra Coelho. **Relatoria:** Senador Wellington Fagundes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Favorável ao projeto, com duas emendas de sua autoria. Após leitura do relatório, fizeram uso da palavra os (as) Senadores (as) Rogério Carvalho, Fernando Bezerra Coelho, Tasso Jereissati, Eliziane Gama, Major Olímpio, Cid Gomes, Espiridião Amin, Luiz do Carmo e Jorge Kajuru, **Resultado:** O presidente da comissão, senador Omar Aziz, concede vista coletiva da matéria, nos termos regimentais. **ITEM 5 - Projeto de Lei do Senado n° 315, de 2017 (Complementar) - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para vedar a limitação de empenho e movimentação financeira das despesas relativas à inovação e ao desenvolvimento científico e tecnológico custeadas por fundo criado para tal finalidade, bem como altera a Lei nº 11.540, de 12 de novembro de 2007, para modificar a natureza e as fontes de receitas do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT – e elevar o percentual de empréstimo à Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP." **Autoria:** Senador Otto Alencar. **Relatoria:** Senador Omar Aziz. **Relatório:** Favorável ao projeto, com a Emenda nº 1-CCT. **Resultado:** Retirado de pauta, a pedido do relator, para reexame. **ITEM 6 - Projeto de Lei do Senado n° 344, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Insere o art. 120-A na Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para responsabilizar solidariamente a empresa pelos prejuízos causados ao Regime Geral de Previdência Social, em decorrência de crime cometido por seus administradores." **Autoria:** Senador Telmário Mota. **Relatoria:** Senador Omar Aziz. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Retirado de pauta, a pedido do relator, para reexame. **ITEM 7 - Projeto de Lei do Senado n° 337, de 2015 - Terminativo -** que: "Acresce os incisos XVIII, XIX, XX ao Art. 20 da Lei nº 8036/90 – que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço para permitir a utilização da conta vinculada do trabalhador na quitação de débitos vinculados à imóveis de parentes de primeiro grau." **Autoria:** Senador Donizeti Nogueira. **Relatoria:** Senador Elmano Férrer. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, com as Emendas nºs 1 e 2-CAS. Após leitura do relatório, fez uso da palavra os (as) Senadores (as) Fernando Bezerra Coelho, Rogério Carvalho, Jorge Kajuru, Otto Alencar, Telmário Mota e Jean Paul Prates. **Resultado:** O presidente da comissão, senador Omar Aziz, concede vista coletiva da matéria, nos termos regimentais. **ITEM 8 - Projeto de Lei do Senado n° 272, de 2018 - Terminativo -** que: "Veda que a instituição emissora ou credenciadora do cartão de crédito exija exclusividade quanto à antecipação de recebíveis e imponha trava bancária além do volume de recebíveis necessários para garantir a operação de crédito." **Autoria:** Senador Ataídes Oliveira. **Relatoria:** Senador Fernando Bezerra Coelho. **Relatório:** Pela rejeição da matéria. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 9, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública,com o objetivo de debater a política de preços do Gás Liquefeito de Petróleo parauso residencial (GLP Residencial ou P-13), conhecido gás de cozinha vendido nasrefinarias às distribuidoras para botijões de 13kg; em especial, após a adoção dapolítica de reajustes trimestral em janeiro de 2018." **Autoria:** Senador Ciro Nogueira. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 10, de 2019** que: "Requeiro nos termos do art. 99, do Regimento Interno do Senado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Federal, que trata de competência dessa Comissão, avaliar os critérios estabelecidos pela Secretaria do Tesouro Nacional para classificação da situação fiscal dos Estados." **Autoria:** Senador Jorginho Mello. **Resultado:** Adiado. **ITEM EXTRAPAUTA 11 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 13, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a reforma da previdência apresentada recentemente pelo Poder Executivo, que modifica o sistema de previdência social, estabelece regras de transição e disposições transitórias, e dá outras providências." **Autoria:** Senador Plínio Valério. Após leitura do requerimento, fez uso da palavra os (as) Senadores (as) Rogério Carvalho, Jorge Kajuru, Veneziano Vital do Rego, Espiridião Amin, Major Olímpio e Mecias de Jesus. **Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº 13/2019 – CAE, com a inclusão do nome do ex-senador José Pimentel para debatedor na audiência pública a ser realizada. O presidente registra a presença do ex-senador Garibaldi Alves Filho e do deputado Federal Sillas Câmara. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Omar Aziz

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Bom dia, Sras. Senadoras e Srs. Senadores!

Declaro aberta a 4ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Primeiramente, eu queria informar aos Srs. Senadores que estava prevista, através do convite que fizemos ao Ministro da Economia, Dr. Paulo Guedes, a presença dele aqui nesta reunião de hoje para discutirmos dois assuntos específicos: a dívida dos Estados brasileiros e a Lei Kandir. Eu fui procurado pelo Ministro, e ele justificou a não possibilidade de estar aqui hoje e no dia 19, porque no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dia 19 estará fora do País tratando de assuntos comerciais com outros países. Ficou agendada para o dia 26 deste mês a presença do Ministro da Economia, Paulo Guedes, nesta Comissão.

Há outras Comissões que também aprovaram a presença do Ministro. Eu irei conversar com essas outras Comissões, e pode ser que a gente faça uma audiência conjunta. No melhor entendimento da Casa, acho que seria melhor realizá-la conjuntamente. Nós sairíamos só do debate para o qual esta Comissão o convidou, que seria a dívida dos Estados e também a questão da Lei Kandir. Eu falei: "Ministro, ninguém pode cercear a fala de um Senador. Ele pode perguntar outras coisas, e, naturalmente, isso vai acontecer."

O Ministro virá a esta Comissão no dia 26. Já está marcado.

Na semana que vem, nós temos aqui alguns requerimentos para serem votados, inclusive sobre uma audiência aqui para tratarmos sobre a reforma da previdência que seria realizada no dia 19. Há uma proposta do Senador Plínio Valério. Havendo número aqui, nós iremos aprovar esse requerimento do Senador Plínio Valério.

Nós temos alguns projetos para serem relatados e lidos hoje aqui. Alguns, a pedido do Governo, foram retirados de pauta pelo tempo em que o Governo está instalado. É normal um novo Governo analisar os projetos que vêm de anos passados. Há dois projetos meus que seriam relatados hoje. Um deles foi relatado na Comissão de Ciência e Tecnologia e trata do fundo. Hoje não é feito investimento em inovação e tecnologia principalmente no Nordeste e no Norte. A pedido do Governo, nós o estamos retirando, para que a gente possa adequá-lo à realidade, para que isso possa funcionar normalmente e para que não haja o contingenciamento desses recursos, que é feito todos os anos. Trata-se de um fundo de inovação e tecnologia que é contingenciado, e o nosso projeto é favorável para que acabe o contingenciamento. Fomos procurados pelo Governo e vamos atender dando um prazo de, no máximo, duas ou três semanas para que eles possam analisar e trazer um parecer.

Eu tenho aqui alguns projetos. Um é oriundo da Câmara dos Deputados, a que o Senador Fernando Bezerra Coelho é contrário em seu relatório, mas vamos esperar ser lido esse relatório. No mais, não há nenhum Senador presente neste momento e que tenha algum relatório sobre isso.

Pois não, Senador.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Pela ordem...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu lamento a posição do Governo em relação ao seu projeto. Ontem, até a madrugada, eu o estudei com muito carinho. Inclusive, pedi a opinião de meus conselheiros voluntários: Senador

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pedro Simon, Senador Cristovam Buarque e a Senadora Heloísa Helena. Entendo seu projeto. V. Exa. diz com clareza de quando o administrador da empresa deixa de repassar à Previdência Social os valores recolhidos dos seus empregados, causando aos cofres públicos um duplo prejuízo. Eu queria que esse projeto fosse aqui hoje aprovado. Eu tenho a certeza de que ele seria aprovado. Sinto muito por essa posição do Governo. Permita-me discordar do Governo, por se tratar de um projeto tão importante. Eu não entendo essa questão de tempo do Governo – o tempo já está passando, já estamos em março –, a menos que o Governo entenda que ele vai começar a trabalhar hoje.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu concordo com V. Exa., Senador, mas, se a gente não tiver um pouco de... Neste momento, eu acho que, por unanimidade, os Senadores e Deputados tentam contribuir para que a gente saia desta grande crise, para que a gente possa fazer as reformas, e não será a nossa Comissão que fará esse tipo... Se a gente esperar uma semana ou duas semanas, tenho a certeza de que nós iremos debater e aprovar esse projeto aqui.

Há outro projeto também que é de uma importância muito grande, que é da ciência e tecnologia. Quando se fala em abrir fronteiras, em trazer redução de alíquotas para importação, o Brasil sofre de um problema seriíssimo, porque nós não temos tecnologia para competir, infelizmente. Se tivéssemos tecnologia própria, nós estaríamos produzindo eletroeletrônicos, bens de informática e automóveis com nossa tecnologia. Mas nós não temos tecnologia para isso. Nós importamos essa tecnologia. Por isso, a importância do investimento na inovação e na pesquisa.

Mas esta Casa e o Relator dessas duas matérias tiveram essa compreensão pela falta realmente de conhecimento da equipe técnica que se instalou no Governo. Eles agora poderão até contribuir com sugestões; são naturais as contribuições.

Nós faremos isso, com certeza, nas duas próximas reuniões, Senador. Sua preocupação é a nossa. (*Pausa.*)

Senador Plínio, V. Exa. tem um requerimento. Eu queria que V. Exa. falasse aos Senadores sobre esse requerimento que o senhor está fazendo para o dia 19, por favor.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Obrigado, Presidente.

Srs. Senadores, Sras. Senadoras, o tempo já começa a contar para todos nós do Parlamento sobre essa questão da reforma da previdência. Na CAE, pelo pouco tempo em que estou aqui, percebo a importância que tem esta Comissão e a cobrança que nós sofremos externa e internamente. Eu acho de bom alvitre a gente discutir essa reforma da previdência em termos até pedagógicos, ou talvez não exclusivamente pedagógicos, para que nós possamos, Senador Kajuru, compreender.

Então, a minha proposição através do requerimento é a de que nós possamos realizar aqui uma audiência pública, trazendo para cá, Senadores, pessoas que reconhecidamente dominam esse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

assunto de previdência. O meu requerimento, nos termos que a gente prevê aqui, é uma audiência pública para o dia 19, convidando – já convidamos – o Leonardo Rolim, que é o Secretário de Previdência na Secretaria Especial de Previdência e Trabalho; o Felipe Salto, que é o Diretor Executivo da Instituição Fiscal Independente, órgão do Senado Federal que já tem notas técnicas apresentadas sobre o tema, e que é favorável à reforma; o Paulo Tafner, que é pesquisador da Fundação Instituto de Pesquisa Econômica; e o Pedro Nery, que é Consultor do Senado Federal e tem um livro publicado sobre previdência juntamente com Paulo Tafner. O objetivo único e exclusivo é o de que nós possamos ouvir desses *experts* a tradução da reforma.

Nesses termos, eu proponho, Presidente, uma audiência pública para o dia 19. É claro que aceitamos sugestões.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Rogério Carvalho, por favor...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu queria pedir a permissão do Senador Plínio Valério para falar da possibilidade de incluirmos o Gabas ou o Pimentel, que foi Senador e que foi Ministro da Previdência, para podermos fazer um debate conjunto. Poderia ser o Pimentel, que é ex-Senador, que é uma pessoa conhecida de todos e profundo conhecedor do tema.

Eu queria, Presidente, dizer que fiz um estudo para o Senador Tasso Jereissati: em 90% dos Municípios do Ceará, na verba que entra de aposentadoria rural e do BPC, entram mais de 200% em relação ao FPM de recursos dessa natureza. Portanto, o Estado do Ceará é o Estado mais dependente do BPC e da aposentadoria rural no Brasil. É importante a gente ter esses dados. E esse debate sobre a previdência é fundamental que a gente faça aqui na Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador, receber o Senador Pimentel para a gente é sempre uma grande honra; ele foi nosso colega aqui por quatro anos. O Senador José Pimentel realmente é um estudioso e vem defendendo, desde o Governo Dilma, a reforma da previdência. Como Ministro da Previdência, ele sabe dos gargalos realmente e poderia contribuir muito para o nosso debate aqui, não tenho dúvida nenhuma.

Eu só acho que nós teríamos que parar em cinco, porque, se a gente trouxer mais do que cinco debatedores aqui, nós não vamos ter debate, nós não teremos debate, porque a experiência que nós temos aqui... Há Senadores que têm outros compromissos, têm que sair, se ausentam e voltam para fazer uma pergunta, não esperam, porque demora bastante. Então, se a gente quiser dar realmente um efeito para esse debate e tirar conclusões do debate, o número de debatedores terá que ser bem reduzido. Isso objetiva a discussão, senão nós não chegaremos à conclusão nenhuma, e o debate será mais um debate sobre o assunto.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Eu conversava aqui, em função da maior experiência de ambos, com o Senador Tasso Jereissati e com o Senador Cid Gomes. Não estou questionando o requerimento do Senador Plínio, até porque conheço a sua lisura e a sua isenção, mas penso – ontem, conversei muito com o Senador Paulo Paim – que esses debates são ricos. Eu os tenho feito em redes sociais, eu os tenho feito com os Senadores. Inclusive, o Major Olimpio, que me parece estar aqui, participou do primeiro programa, que, aliás, chegou a 21 milhões de visualizações. Nesse programa, o Senador Major Olimpio debateu com a Senadora Eliziane Gama, como um pinga-fogo, como fazia o Heraldo Pereira no Jornal da Globo. Para que os Senadores... Quero convidar outros aqui. Acho interessante a sociedade brasileira participar dessa discussão, vendo os dois lados.

Concluindo, quanto ao debate, eu gostaria só de saber, perguntando ao Senador Plínio, sobre esses quatro; alguns nomes eu reconheço, inclusive. Qual é a posição deles? Se são quatro, a meu ver, teriam de ser dois a favor e dois contrários, para ouvirmos as duas opiniões. Ouvir quatro pessoas que são favoráveis ou que são contrárias à reforma não enriquece o debate, a meu ver.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Senador Veneziano está inscrito, bem como o Senador Espiridião Amin. E, depois, fala o autor do requerimento.

Com a palavra o Senador Veneziano.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB) – Será bem rápida a minha participação.

Já tendo ouvido o seu sentimento e a sua percepção, a meu ver, isso se torna impraticável para o tento desejado tanto pelo autor do requerimento, S. Exa. o Senador Plínio, quanto por todos nós. Eu não imagino, não concebo até mesmo o número de quatro, porque um bom debate... Penso eu que seria, de certa forma, deselegante reservarmos a um expositor que vem aqui, que se permite vir aqui para colaborar, 10 ou 15 minutos para a sua exposição, porque isso termina fugindo àquilo que nós desejamos, que é a profundidade exigida do tema, para ficarmos perfunctoriamente em algumas observações.

Nós temos um tempo hábil até que a matéria venha a esta Casa, se vier – e tomara que venha, mas aperfeiçoada –, para que não corramos, não nos precipitemos e façamos uma reunião simplesmente para dizer que a fizemos, mas longe de alcançar aquilo que nós desejamos, que é a produção, para que nós absorvamos, para que nós tenhamos a oportunidade desse bom debate.

Eu sugeriria, se concordasse V. Exa. e, obviamente, o autor e o Plenário, por força de termos tempo suficiente para tanto, que aqui viessem, todas as terças ou terça sim, terça não, para não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

prejudicar, inclusive, as pautas relativas aos projetos que vão ser debatidos, dois participantes. E acolho a sugestão que foi dada pelo Senador Kajuru: que, dos dois convidados, um tenha uma visão defensora da proposta, e o outro possa fazer também a exposição questionadora. Caso contrário, deixaremos de alcançar efetivamente o resultado que pretendemos, e é o que está como fulcro do requerimento esposado por S. Exa. o Senador Plínio Valério. Com dois debatedores, terça sim, terça não, chegaremos já bem às minudências do projeto, quando ele vier à Casa.

Essa é a minha modesta sugestão, Sr. Presidente.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Com a palavra o Senador Esperidião Amin, por favor.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – Eu não tenho dúvida de que a iniciativa é muito útil. Se nós prolongarmos, na forma proposta pelo Senador Veneziano, ela pode ser mais útil, mas sempre deveria, como mencionou o Senador Rogério, haver um de cada lado. Eu sugiro um recurso didático: seja feita numa reunião só, seja nas muitas que nós teremos... O Senador Tasso, pelo que tudo indica, vai ser designado o grande olho não de Deus, mas do Senado no acompanhamento dos trabalhos da Câmara.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não, não! O grande olho é divino, é um só. Ele pode ter acessórios, como óculos perfurocortantes, como os do Kajuru, que penetram em corpos opacos e desvendam mistérios do raio-X.

Eu queria só sugerir o seguinte – este é um vício de professor: a Consultoria deveria elaborar um retrospecto das propostas sobre previdência, como a do Governo Fernando Henrique, em que um Parlamentar, cujo nome eu não vou mencionar, teria se enganado – seu companheiro – na hora de votar, e por isso houve quórum para aprovar um dispositivo muito importante, a idade. Então, poderia nos trazer a proposta do Governo Fernando Henrique; a proposta do Presidente Lula, que também foi alterada substancialmente no Congresso – já se falou aqui em se convocar o Ministro Gabas, que é um especialista no assunto –; a proposta da Presidente Dilma e a proposta do Presidente Temer. Nós temos pelo menos quatro. Nenhum Presidente se omitiu nisso, nenhum partido que tenha participado desses governos – e alguns participaram de todos, alguns participaram de todos! – deixou de reconhecer que isso é prioritário. Como diz o Senador Cid Gomes, não é patriótico desconhecer isso. Eu concordo. Eu posso não concordar com o dispositivo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas fazer a comparação na planilha das cinco propostas feitas, consolidando as propostas dos cinco governos que eu mencionei, acho que vai favorecer o debate, porque vai desmistificar uma porção de posições e vai racionalizar a apreciação que o Senado neste momento deve fazer. Tudo indica que será liderada pelo Senador Tasso Jereissati, mas cada um de nós vai acompanhar isso de alguma maneira. É o tema mais importante do ano, é o tema que absorve a preocupação por inteiro da sociedade brasileira.

Dessa forma, eu voto por que haja sessões continuadas, como sugeriu o Senador Veneziano, com um de cada lado. E vamos atualizando este recurso didático: um quadro comparativo das proposições dos governos nos últimos 20 anos, pelo menos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só quero fazer um esclarecimento. Eu acho que, primeiro, é uma obrigação nossa debatermos. Isso não é nenhum favor que a gente fará. E, se tivermos de debater terça, quarta, quinta, sexta, sábado e domingo, nós iremos fazê-lo, até porque o entendimento de todos nós é o de que, se a reforma da previdência não avançar um pouco, nós não teremos realmente nenhum futuro para o País.

Eu só não concordo quando as pessoas dizem bem assim: quem é a favor, quem é contra? A proposta enviada pelo Governo tem vários pontos; com muitos deles todos concordam, mas há alguns pontos em que há divergência entre um e outro. Não é uma posição de ser contra a reforma da previdência. Até hoje eu não ouvi ninguém aqui no Brasil dizer: não, eu sou contrário a que se faça a reforma da previdência. Todos são favoráveis, só que cada um no Brasil tem uma proposta. Aqui, no Senado, são 81 Senadores que pensam diferentemente, e cada um tem uma proposta. Na Câmara, são 513 Deputados que pensam diferentemente, e cada um tem uma proposta.

Então, não seria um debate a favor ou contra, seria um debate em que os pontos divergentes seriam debatidos, porque não conheço, sinceramente... Quem seria um convidado aqui contrário à reforma da previdência?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Pode ser contra alguns aspectos da proposta.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Pode ser contra alguns pontos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pode ser contra alguns aspectos da proposta.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Contra pontos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Isso! Então, veja bem, quando a gente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Há os pontos bons e os ruins.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Isso! Por isso, quando o Senador...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Por isso, Presidente, aquela sucessão de tópicos, como foi enfocado o tópico idade, na proposta A, na proposta B, na proposta C...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Sim.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Mais importante do que a locução sobre se sou contra ou sou a favor é ver o que propuseram.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por isso mesmo! Veja bem, nós temos aí nos últimos... Vamos colocar que, de 1998 para cá, houve a reforma da previdência feita pelo Presidente Fernando Henrique, em 1999, se não me engano. Eu não estava aqui, mas há os Senadores que já estavam aqui nessa época. Depois, o Lula, em 2001, fez uma reforma, uma minirreforma. Depois, a Presidente Dilma tentou fazê-la e não conseguiu, e o Presidente Temer tentou fazê-la e não conseguiu.

Não se trata de trazer pessoas que são contra ou a favor, mas de nós escolhermos os pontos em que há divergência, para debatermos, porque em si a proposta é muito complexa, e sempre haverá uma divergência. E não só há divergência, mas há também aqueles que puxam para o lado do segmento que representam. Correto? Ninguém quer mexer com o seu segmento.

Então, eu, pessoalmente, não conheço os quatro convidados do Senador Plínio. Um deles eu sei quem é. Aliás, eu os conheço, mas não sei qual a opinião deles sobre o assunto, se são a favor ou não. Portanto, vou chegar aqui e dizer que os quatro são favoráveis e têm o mesmo tipo de pensamento só depois de ouvi-los.

Com a palavra o Major Olimpio.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Presidente...

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP. Pela ordem.) – Pela ordem, Sr. Presidente, eu gostaria de falar para contribuir com esse debate.

Vejo também da mesma forma que V. Exa. Não há contrariedade e sim pontualmente questões a serem debatidas. Mas muito embora esteja simplesmente citada a simetria dos militares, no art. 42 com o art. 142, militares federais e estaduais, dizendo que isso será objeto de lei específica, para contribuir para esse debate também, eu gostaria que fosse adicionado a esse requerimento o Coronel

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Elias Miler da Silva, da Feneme, que é um *expert* em previdência dos militares, para também trazer para esse debate importantes contribuições.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois é. Eu acho que... Vamos definir aqui esse primeiro debate. Primeiro, vamos definir... A proposta do Senador Plínio é de quatro pessoas para debaterem esse assunto. Futuramente, nós poderíamos trazer por segmentos, como agora o Major Olimpio falou, sobre a questão dos policiais militares...

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – E dos militares federais, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, mas dos militares federais está chegando a proposta dia 20 ainda. A gente não tem conhecimento dela ainda, de qual é a proposta.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – Sim, mas o debate vai ser intenso em função disso também. Muito embora já tenha sido feita uma ressalva na PEC 6, até que nós tenhamos aprovada por V. Exas. a realização desses debates, nós já teremos esse projeto em mãos. Isso também deve ser objeto de discussão porque vai ter uma relação com toda a PEC 6. Observe na Câmara que não se consegue nem instalar as comissões em função de não se ter o projeto dos militares.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Plínio.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Presidente, o objetivo do requerimento já foi alcançado, que era exatamente trazer o tema para que nós possamos debater aqui. Nós não podemos ficar alheiros a esse tema tão importante.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, Senador.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou pedir, por gentileza... Há um Senador ao microfone aqui...

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Tentando falar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É importante, porque nós estamos debatendo aqui quem nós vamos trazer ou não.

Pois não, Senador.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Eu queria concluir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o objetivo já foi alcançado, que era fazer com que a gente debatesse esse tema aqui. Eu acho interessante essa proposta de, ao iniciarmos a reunião, ouvirmos um ou dois sobre o tema. Eu acho interessante isso, Presidente.

Então, nós teríamos aqui, parece-me, duas propostas concretas. Seria o meu requerimento com quatro e a outra proposta, que seria de dois a cada sessão, a cada reunião da Comissão. Eu acho muito interessante essa proposta.

Presidente, fique à vontade para...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador, Plínio, deixe-me explicar-lhe: nós temos 210 projetos que eu vou distribuir para os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras relatarem. Veja bem, eu estou aqui e muitos projetos a que a gente dá entrada não saem das comissões. Nós Parlamentares ficamos angustiados. Eu queria dar uma dinâmica diferente: vamos votar a favor ou contra, mas vamos votar os projetos que há aqui na Casa. Senão, há uma frustração daquele Parlamentar que estudou e fez o projeto tentando contribuir para o debate, e a gente nem debate. Há 210. Então, é impossível eu pegar e não haver a votação. Quando eu começar um debate, a gente não tem horário para terminar, Senador Plínio. Depois, não haverá quórum para votar e relatores. O que eu proponho é o seguinte: em duas terças-feiras, nós votarmos projetos e em duas terças-feiras debater a questão da previdência.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – É outra proposta.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Seria assim.

Então, numa terça-feira votamos projeto, na outra debatemos; na outra terça-feira votamos os projetos, na outra debatemos. Correto? Seria a forma mais eficaz para que a gente também desse celeridade aos projetos que há aqui e que eu vou distribuir para os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras relatarem, para que a gente possa... Se vai aprovar ou não vai, é outra conversa, mas nós temos que aprovar projetos.

Então, é impossível...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, por mim... É uma honra tê-lo aqui sempre.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Então, para incluir o convite ao José Pimentel nessa primeira fase.

Eu acho que essas propostas todas são interessantes. Essa que ele fez também é, só precisamos definir o que nós queremos.

(*Intervenções fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – A gente tenta falar, mas, aí do lado, está um barulho, Presidente. Ele não estava nem me ouvindo aqui perto, e eu estou ao microfone – e eu estou ao microfone! Eu acho que vou ter que chamar o Kajuru para relatar aqui para mim, para poder...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Senador, o Plínio vai ter que falar baixo e eu falo bem alto!

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Isso.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Senhoras e senhores...

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Isso, o Kajuru já chamou a atenção.

Obrigado, Kajuru!

Então, Presidente, só para resumir, eu acho toda e qualquer proposta vinda do Senador interessante. A gente só precisa definir o que dá mais celeridade e o que nós queremos. Eu quero debater a reforma, eu quero aprender – eu quero aprender! –, eu tenho o meu pensamento, tenho a minha opinião e tenho uma coisa valiosa que é o voto. Eu preciso simplesmente ouvir debatedores.

Então, há essas propostas. Eu acho interessante aquela de dois em dois. A gente pode permanecer com o requerimento e chamar mais o Pimentel, eu não sei. Eu acho que o meu objetivo foi cumprido...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou colocar em votação o requerimento do Senador Plínio Valério.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR) – Presidente. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR) – Mecias.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador, desculpe, o senhor estava inscrito. Mecias, o meu colega do... (*Risos.*)

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR) – Pois é. Sei que V. Exa. já vai encerrar a discussão. Eu quero colaborar com a discussão e parabenizar o Senador Plínio, porque

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

já trouxe, como disse ele... De qualquer forma, o requerimento dele já alcançou o objetivo. E o requerimento dele, além de estar muito bom, foi aperfeiçoado aqui pelas ideias do Senador Kajuru e do Senador Veneziano. E o debate, nas próximas reuniões, será ouvindo duas pessoas, e certamente com temas em que eles possam dizer quanto ao que são contra ou favoráveis.

Eu creio, Presidente, que a ideia do Senador Major Olimpio de trazer esses pontos específicos como: Polícia Militar, Exército, Polícia Federal, enfim, talvez vá trazer servidores públicos... Cada instituição dessa, cada órgão de interesse pode nos trazer o ponto em relação ao qual é favorável ou contra. E isso pode aperfeiçoar bastante o nosso trabalho aqui.

Portanto, eu quero aproveitar, Presidente, para dizer da nossa satisfação de reencontrar todos aqui depois do Carnaval. Parece-me aqui todo mundo bem animado. Quero cumprimentar todos os Srs. e as Sras. Senadoras.

E quero aproveitar para fazer o registro, Presidente, da presença, no nosso Plenário desta Comissão, do Deputado Gabriel Picanço, do meu Partido, Deputado Estadual Gabriel Picanço, lá de Roraima, que se encontra ali e veio a nosso convite para prestigiar os trabalhos do Senado aqui na Comissão de Assuntos Econômicos.

Um abraço a todos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Deputado Federal Silas Câmara também estava aqui presente há pouco.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR) – O Deputado Silas Câmara estava aqui, mas já saiu.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É do seu Partido.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR) – É o nosso Líder maior do Amazonas e de Roraima.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está bom.

Em votação o requerimento do Senador Plínio, incluindo o nome do ex-Senador José Pimentel.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu queria fazer uma ressalva de que a sugestão do Kajuru... O Senador Kajuru sugeriu – Kajuru, eu falo Kajuru, desculpe, Senador Kajuru – que a gente tivesse o debate, mas que houvesse pessoas, se forem duas, uma a favor e uma contra, para a gente poder fazer o contraponto. Então, nessa linha, eu queria aproveitar para sugerir o nome de Eduardo Faiani, se a gente for fazer dessa forma.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não será agora, será numa próxima oportunidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Agora, eu não tenho como mexer mais do que nós estamos mexendo nesse requerimento, mas, como nós vamos ter outros debates, nós traremos, sim, com certeza.

Volto a dizer: eu acho que não há voto contra ou a favor; são questões pontuais a favor e questões pontuais contrárias.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Visões diferentes.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Visões diferentes. Mas a favor? Eu acho que todos somos a favor de uma reforma.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE. *Fora do microfone*.) – Senador, a presença do Garibaldi.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Garibaldi, é uma honra tê-lo aqui com a gente.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em votação...

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador Major Olimpio.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP. Pela ordem.) – Em relação à adição que eu fiz ao requerimento...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Também será...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – ... da votação do Cel. Elias Müller da Silva para falar sobre a previdência dos militares, nós a estaremos votando nesse momento?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, porque já haveria cinco debatedores. Nós a faremos na próxima... Não! No dia 26, nós vamos receber o Ministro Paulo Guedes, e, logo em seguida, na primeira reunião de abril, nós faremos...

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – Então, não é mais necessário que façamos um requerimento? V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu peço só que V. Exa. dê os nomes para que façamos o convite através...

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – Está perfeito.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Eu queria solicitar a retirada de pauta do item 2, atendendo...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu estou votando o requerimento agora do Senador Plínio. Daqui a pouco eu o ouço, Senador Fernando. Por favor.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Pois não, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em votação o requerimento, nos termos do art. 58, §2º, da Constituição Federal, e do art. 93, §2º, do Regimento Interno do Senado Federal.

ITEM 11

REQUERIMENTO Nº 13, de 2019

- Não terminativo -

Audiência Pública para debater Reforma da Previdência

Autoria: Senador Plínio Valério

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O principal objetivo dessa audiência pública é fazer um diagnóstico amplo, com estimativas de impacto fiscal decorrentes das mudanças previstas pela Proposta de Emenda à Constituição nº 6, de 2019, com a presença dos seguintes convidados:

- Leonardo Rolim – Secretário de Previdência na Secretaria Especial de Previdência e Trabalho;

- Felipe Salto – Diretor-Executivo da Instituição Fiscal Independente;

- Paulo Tafner – Pesquisador da FIPE (Fundação Instituto de Pesquisa Econômica);

- Pedro Nery, consultor do Senado Federal; e

- José Pimentel, ex-Senador e amigo nosso, que todos respeitamos pelo conhecimento que tem em relação a esta matéria.

Aqueles que o aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Então, nós teremos audiência pública na próxima terça-feira...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Presidente, reiterando o meu pedido...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... para que a Consultoria comece a elaborar o quadro comparativo – que já deve existir na Câmara – das propostas relacionadas à previdência, em nível de Constituição, dos últimos governos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas nós temos já nota técnica sobre essa reforma.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Quadro comparativo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O que o Senador está propondo aqui é que a nossa Consultoria faça um comparativo com as propostas feitas pelo ex-Presidente Fernando Henrique, ex-Presidente Lula, ex-Presidente Dilma, e ex-Presidente Temer...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... que a gente faça um comparativo com essa nova proposta, aquilo que diverge ou não para cada momento...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Comecemos pelas propostas. Depois nós vamos ver o que foi aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, mas eu quero que todos os Senadores da Comissão tenham conhecimento disso, está bem? É possível ser feito.

Senador Fernando Bezerra com a palavra, por favor.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Presidente, na realidade, eu queria solicitar a retirada de pauta do item 2, que diz respeito à inclusão de Municípios localizados no Baixo Parnaíba, no Estado do Maranhão, no sentido de eles poderem ser enquadrados como Municípios da região do Semiárido do Nordeste brasileiro.

Essa é uma questão sensível. A Senadora Eliziane me pediu para fazer a retirada de pauta, porque o meu relatório é contrário à pretensão do Deputado Hildo Rocha por uma razão muito simples e muito objetiva:

esses Municípios participam do território legal do Nordeste, mas para a política de definição de juros existe uma política diferenciada para o Semiárido, porque lá a precipitação é menor, são regiões secas, portanto, mais sofridas e dependentes da agricultura familiar, da caprinovinocultura. E essas atividades dependem de juros mais facilitados. Na medida em que a gente inclui as regiões úmidas, a gente vai ter de incluir a Zona da Mata de Pernambuco, da Paraíba, do Rio Grande do Norte, de Alagoas, onde predomina a atividade sucroalcooleira. Então, não pode haver juros do FNE para produzir cana igual para os que moram nas regiões mais inóspitas do Nordeste.

O meu relatório é contrário, mas a Senadora Eliziane pediu um tempo para que pudesse trazer para mim novos argumentos e a gente aprofundar essa questão.

Quero lembrar que essa é uma questão antiga. Quem disciplinou essa questão foi o então Ministro da Integração Ciro Gomes. Todo mundo quer ser Semiárido, todo mundo gostaria de ser Semiárido, mas a gente tem ou não tem uma política para poder ter acesso a juros mais baratos, aos juros do FNE. Então, quem trabalhou na fixação desse território do Semiárido foi a Funceme, no Ceará, foi a Sudene. Há uma série de indicadores que têm a ver com precipitação e com as condições de adversidade das regiões mais áridas e mais difíceis para o desenvolvimento de atividades produtivas.

É nesse sentido, mas faço a solicitação de retirada de pauta do item 2.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O item 1 também foi retirado por V. Exa. através de requerimento.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senadora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Sr. Presidente, eu queria cumprimentar o Senador Fernando Bezerra.

Aliás, queria fazer o reconhecimento, Senador, de que V. Exa. tem tido muita sensibilidade. A sua postura em relação a alguns temas mostra a sua forma democrática de conduzir, como Líder do Governo, esta Casa.

Eu queria cumprimentá-lo e dizer que, na verdade, esse projeto veio da Câmara. Nós tivemos um debate aprofundado, uma expectativa diferenciada desses Municípios do Estado do Maranhão por conta dos vários acessos que V. Exa. acabou de citar, a questão da Sudene, e, ao mesmo tempo também, no que isso vai resultar na melhoria da qualidade de vida, da expectativa de vida, de sonhos de milhares de maranhenses. Isso significa muito para essas comunidades, Senador.

Eu quero agora, de forma antecipada, solicitar a V. Exa. que possa pensar um pouco mais de forma diferenciada. Nós vamos conversar, fazer um debate mais aprofundado e pedir a sua sensibilidade para o atendimento a esses 16 Municípios do Estado do Maranhão.

Mas, *a priori*, quero lhe agradecer pela iniciativa de retirar de pauta.

Vamos fazer um debate aprofundado, já pedindo aos colegas Senadores desta Comissão, inclusive vários da Região Nordeste brasileira, que realmente possam nos ajudar a aprovar um parecer favorável relativo à inclusão desses Municípios no Semiárido.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A Senadora Rose de Freitas também pediu a retirada do item 3 para reexame.

Senador Wellington Fagundes, o item 4, PLS nº 374, de 2015.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 374, de 2015

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera o parágrafo 2º do Artigo 3º da Lei Complementar 63 de 1990, tornando facultativo para os Estados a possiblidade de considerar ou não, para efeito de cálculo do valor adicionado, as parcelas isentas ou com benefícios fiscais e as operações imunes do imposto.

Autoria: Senador Fernando Bezerra Coelho

Relatoria: Senador Wellington Fagundes

Relatório: Favorável ao projeto, com duas emendas de sua autoria.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Sr. Presidente...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT. Para leitura de relatório.) – Sr. Presidente, esse projeto é da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o Projeto de Lei do Senado nº 374, de 2015 – Complementar, do Senador Fernando Bezerra Coelho, que altera o§2º do art. 3º da Lei Complementar 63, de 1990, tornando facultativa para os Estados a possibilidade de considerar ou não, para efeito de cálculo do valor adicionado, as parcelas isentas ou com benefícios fiscais e as operações imunes do imposto.

Sr. Presidente, de acordo com a justificação, a atual regra de rateio do ICMS entre Municípios é injusta, porque beneficia os Municípios com maior geração de valor agregado, que são justamente os Municípios mais ricos, com maior volume de emprego. O atual §2º do art. 3º da Lei Complementar nº 63, de 1990, torna ainda mais grave o problema, pois a participação do Município no rateio do ICMS passa a depender somente do valor adicionado em seu território, mesmo que não tenha havido geração correspondente do tributo em decorrência de algum tipo de benefício fiscal ou imunidade tributária. Com a regra proposta, os Estados poderão – não sendo, portanto, obrigados – alterar suas regras de rateio para excluir parcelas do valor adicionado que não geram receitas do ICMS. Dessa forma, a distribuição de ICMS entre Municípios poderá se tornar mais equilibrada e equânime.

Vamos à análise, Sr. Presidente. Vou tentar resumir.

O PLS, então, não afronta a Constituição, pois trata de assunto de competência da União.

Em relação ao mérito, entendemos que o principal avanço do PLS é deixar em aberto a forma de computar o valor adicionado para fins de rateio de 75%, no mínimo, da parcela do ICMS que o Estado é obrigado a distribuir para seus Municípios. Portanto, há dois critérios de rateio do valor adicionado: i) proporcional à efetiva participação do Município na arrecadação do ICMS ocorrida; e ii) proporcional à participação potencial do Município na arrecadação do ICMS. No primeiro caso, parte-se do total de ICMS arrecadado e o rateio é feito conforme a contribuição de cada município para esse total. No segundo caso, considera-se somente o valor adicionado, independentemente se a atividade gerou ou não ICMS.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se um Estado optar por fazer o rateio proporcional à participação efetiva do Município na geração de ICMS, criará incentivos para o Município induzir atividades econômicas que não desfrutam de benefícios fiscais. Por exemplo, se a prefeitura puder oferecer terreno e infraestrutura para uma fábrica, provavelmente, optará por aquela que gerará mais volume de ICMS.

Aqui, ainda, Sr. Presidente, quero destacar que um importante ponto positivo do PLS é permitir melhor distribuição de renda entre os Municípios. Com a eventual aprovação da matéria, Municípios que atualmente produzem mercadorias ou serviços sujeitos a mais isenções de outros benefícios fiscais perdem e Municípios que produzem mercadorias não sujeitas a isenções fiscais ganham.

Em princípio, não há relação unívoca entre grau de desenvolvimento de um Município e se sua produção é mais fortemente ou francamente beneficiada por incentivos fiscais.

Entendemos, contudo, Sr. Presidente, que podemos aprimorar o projeto. Nesse sentido, apresentamos emenda para exigir que lei estadual decida o critério de rateio. Além de gerar maior estabilidade e previsibilidade, estabelecer em lei o critério de rateio dificulta que um governador adote critérios pouco republicanos na distribuição de recursos, como, por exemplo, seu relacionamento com o prefeito de determinada cidade. Optamos por manter o *status quo*, ou seja, o cômputo do valor adicionado incorpora as operações isentas e imunes do ICMS, enquanto lei estadual não decidir sobre o tema.

Também é necessário alterar a cláusula de vigência. A redação do PLS prevê vigência imediata, mas produzindo efeitos financeiros a partir de 2017.

Por fim, recomendamos aprimorar a técnica legislativa.

Voto.

Diante do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 374, de 2015 - Complementar, com as seguintes emendas.

EMENDA Nº – CAE

Dê-se a seguinte redação ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 374, de 2015 – Complementar:

> Art. 1º O art. 3º da Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:
> "Art. 3º.....
> .....
> §2º Lei estadual definirá se, para efeito de cálculo do valor adicionado, serão ou não computadas:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

.....

§14 Enquanto lei estadual não dispuser em contrário, as operações e prestações referidas no §2º serão computadas para efeito de cálculo do valor adicionado.” (NR)

EMENDA Nº – CAE

No art. 2º do Projeto de Lei do Senado nº 374, de 2015 – Complementar, substitua-se a expressão “produzindo efeitos a partir da distribuição a ser feita no exercício de 2017 e seguintes” por “produzindo efeitos a partir do segundo exercício subsequente àquela data”.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. *Fora do microfone*.) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu não sei se eu perdi algo aqui na leitura...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Já está em discussão, Senador.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu não sei se eu perdi algo na leitura, mas o senhor acrescentou uma emenda, Senador, que obriga os Estados a terem uma lei específica para disciplinar a distribuição do ICMS nos Estados ou não?

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Esse é o espírito do projeto.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Porque veja: com a isenção fiscal na forma como é hoje, o Município não perde. O Estado abre mão, faz a sua política, mas preserva o interesse dos Municípios. É razoável que os Estados possam definir um critério, mas não de forma discricionária por parte do governador. É importante que esse debate vá para a Assembleia Legislativa para proteger os Municípios que porventura venham a perder parte do incentivo, ou parte do imposto que seria arrecadado. Então, para mim não ficou claro se vai ser regulamentado em lei.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Senador Tasso pediu vista do projeto.

Eu vou conceder vista coletiva.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – Está o.k.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Ótimo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Aí eu acho que nós temos que... Se realmente você tem as suas... Eu fui Governador e aqui alguns já foram Governadores. Sabemos que as coisas não são desse jeito, não são tão simples assim. Você tem que dar satisfação à assembleia legislativa.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Claro, claro.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nós não podemos passar por cima dos Poderes, atropelando, e dizer qual será a regra estabelecida no Piauí, no Acre, não! Cada Estado tem a sua autonomia, principalmente em se tratando de distribuição. E se falar em valor agregado, é subjetiva essa questão do valor agregado. Não, o Prefeito deu aqui incentivo para padaria, então entra no valor agregado. Essas questões subjetivas, quando se fala em números, é complicado. Por isso daremos vista coletiva, para analisarmos e contribuirmos para o projeto do Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Presidente, eu concordo com o pedido de vista. O Senador Tasso já tinha indicado que faria isso.

Eu, inclusive, quero aplaudir aqui o relatório do Senador Wellington Fagundes. Na realidade, a minha proposta remete para o Estado definir um ou outro critério e consequentemente haveria a possibilidade de passar por assembleia. Mas ele deixa claro. Portanto, o relatório aperfeiçoa, deixando claro que a assembleia terá que deliberar sobre qual critério será fixada a partilha do ICMS.

Eu apenas quero recuperar o mérito do projeto. Darei um exemplo: a fábrica da Fiat, em Pernambuco, está sediada no Município de Goiânia. Para a fábrica da Fiat ir para o Município de Goiânia, ela recebeu isenção de ICMS do Estado, noventa e tantos por cento. E na hora em que ela vai participar de todo ICM que é arrecadado do Estado, menos o ICM da produção de carros, calcula-se o valor agregado daquela fábrica que é enorme. Consequentemente, portanto, o Município de Goiânia termina levando uma soma grande na partilha do ICMS, em detrimento de quem? Dos Municípios pobres. Então você penaliza duas vezes os Municípios pobres do Estado, porque você dá o incentivo que tira de todo mundo para estar ali o empreendimento e na hora de partilhar você reconhece o valor adicionado daquele empreendimento.

Então, nós estamos dizendo que para não concentrar o ICMS em poucos Municípios... Eu darei o caso de Pernambuco para que os senhores possam entender. O Recife fica com 33% do ICMS do Estado; em segundo lugar vem Ipojuca, onde está a Suape, o Complexo Industrial Portuário de Suape. Um Município de cem mil habitantes tem a segunda participação no ICMS do Estado, com a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

população de cem mil habitantes! Jaboatão, que é a segunda cidade do Estado, tem 800 mil habitantes e é o terceiro em partilha do ICMS.

Então, é preciso, através dessa iniciativa, que os Estados tenham a flexibilidade de definir critérios da partilha do ICMS que sejam mais justos do ponto de vista econômico e do ponto de vista social, sem prejuízo dessas regiões mais dinâmicas. Mas o que está ocorrendo se reproduz no Ceará, com o Complexo do Pecém; isso se reproduz na Bahia, com o complexo petroquímico do Polo Industrial de Camaçari. Isso se reproduz em vários Estados, como nos polos industriais de Campina Grande e de João Pessoa. E isso em detrimento... De Manaus, o Presidente está lembrando a situação.

Então eu acho que a iniciativa

Então, eu acho que a iniciativa do projeto é oportuna e quero aqui aplaudir o aperfeiçoamento que foi dado pelo Senador Wellington Fagundes no sentido de que, de fato, fique claro que isso passará pela deliberação da Assembleia Legislativa do Estado, para se atender ao critério da transparência, para se atender ao critério do debate mais amplo dentro dos Estados, mas é importante que a gente quebre essas amarras para que o único critério de partilha seja o critério do valor adicionado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Tasso.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – Presidente, eu gostaria apenas aqui de aproveitar para esclarecer que eu louvo a oportunidade e a importância da iniciativa do Senador Fernando Bezerra Coelho. Entendo que existem essas distorções profundas acontecendo, principalmente em Estados da Região Nordeste, e não só da Região Nordeste, da Região Centro-Oeste também, em Goiás, que concentra alguns incentivos em alguns Municípios, e em outros Estados brasileiros, mas existem alguns pontos específicos em que ficam dúvidas quanto à operação e ao critério de redistribuição desses recursos. Por isso é que nós solicitamos vista, sem desmerecer a iniciativa do Senador Fernando Coelho.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vamos passar...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Sr. Presidente, antes de passar ao próximo item, V. Exa. me concede um tempo?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senadora.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Sr. Presidente, depois eu também gostaria, antes de encerrar, de fazer uma observação em relação ao projeto.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Estou inscrito também, Presidente, com a sua aquiescência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Com a minha aquiescência, não, vocês é que mandam aqui. Eu já concedi vista coletiva, quer dizer, nós vamos debater esse assunto novamente, mas está aberta a palavra.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Sr. Presidente, na verdade, eu vou tratar de outra questão. Este mês de março é o mês em que nós estamos fazendo as comemorações relativas ao Dia da Mulher. E, entre as várias lutas que nós temos no Brasil, está a questão da redução da violência. Hoje, mais da metade das mulheres brasileiras sofrem algum tipo, já sofreram algum tipo de violência, ou seja, esse é um dado estarrecedor que precisa ser reduzido ou eliminado, o que é, na verdade, o objetivo de todos nós.

Nesse sentido, nós tivemos um caso emblemático, que chocou não apenas o Brasil, mas o mundo, que foi esse assassinato brutal, cruel da Marielle. Tivemos hoje, pela madrugada, a prisão de um PM, de um ex-PM. Depois de um ano do seu assassinato, a comemorar... A comemorar, não! É um dado a se registrar agora, no próximo dia 14 – portanto, um ano após o seu assassinato –, mesmo que tardiamente, a prisão de quem a executou e de quem conduzia o veículo. E fica, na verdade, a grande pergunta: onde estão ou como chegar, na verdade, ou quem são os mandantes desse assassinato brutal?

Eu queria deixar os meus cumprimentos ao ex-Ministro Raul Jungmann, que teve um papel muito preponderante lá atrás, quando, inclusive, nos seis meses iniciais após o assassinato, solicitou, de uma forma muito contundente, a entrada da Polícia Federal, que é uma das polícias mais preparadas do mundo, para proceder a essa investigação. A Procuradora-Geral, Raquel Dodge, por exemplo, chegou a fazer esta solicitação, a da federalização desse crime, respaldada, inclusive, na Emenda Constitucional 45, e o Ministério Público do Rio de Janeiro pediu o bloqueio, entrando no Conselho Nacional do Ministério Público. A partir daí, o que nós tivemos apenas foi uma ação da Polícia Federal para investigar a investigação.

Nós temos hoje a prisão. Os dados que são apresentados são ainda muito temerários. Não se dão, por exemplo, elementos suficientes para nós chegarmos a uma condenação, e vamos ficar aqui simplesmente numa ansiedade, aguardando quem são verdadeiramente os mandantes.

Nós temos, hoje, Presidente – para finalizar –, no Rio de Janeiro, mais de 800 comunidades infelizmente comandadas por milicianos. Se não houver uma ação enérgica que envolva de fato a Polícia Federal e os órgãos de investigação em nível federal, nós infelizmente não chegaremos aos mandantes desse brutal assassinato.

Eu quero deixar este registro e sobretudo a nossa indignação. Não é um crime apenas contra uma mulher; é um crime contra uma ativista, uma mulher que lutou até a morte para o combate à violência, uma mulher que lutou com todas as suas forças para que realmente situações como essas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pudessem ser evitadas, e ela, infelizmente, acabou pagando isso com a própria vida através de uma ação covarde e brutal.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A senhora queria só falar sobre esse assunto?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Na verdade, eu queria fazer esse registro apenas à Comissão, muito embora esta seja a Comissão de Assuntos Econômicos...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está registrado.

Quero parabenizar todas as mulheres pelo dia 8, que passou.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Parabéns a todas nós, mulheres. Que a violência possa ser reduzida...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É, mas não só com a Marielle. Acho que nós deveríamos ter força-tarefa para todas as mulheres que são assassinadas no Brasil, independentemente do nome, porque há muitas mulheres incógnitas no Brasil que são assassinadas também. Elas só não têm a felicidade de serem um nome nacional, como é a Marielle. A Marielle foi assassinada juntamente com um rapaz que era motorista dela, cuja família deve estar passando por dificuldades, até porque era ele quem pagava as contas. Eu acho que nós temos de ver o crime da Marielle, sim! Mas há milhares de marielles assassinadas, e não há essa repercussão toda que a mídia dá!

Aqui, a Comissão de Assuntos Econômicos está bem-vinda... Nós estamos discutindo aqui economia... Eu sou solidário à família da ex-Vereadora Marielle, que foi assassinada brutalmente, mas, como a Marielle, vamos deixar claro, existem milhares de mulheres sendo assassinadas no Brasil. Existem! Ou por milícias, ou por traficantes, ou pelo marido, ou pelo namorado... E essas mulheres também têm de ter o respeito e a dignidade do Governo brasileiro e das polícias federal, militar e civil. Que elas façam esse tipo de força-tarefa também para investigar e colocar na cadeia esses assassinos, não só os dela, mas de todas as mulheres que são assassinadas. Porque, quando se falou em Marielle, a senhora falou: "O Raul Jungmann, sim... Parabéns, Ministro!". E as outras mulheres que foram assassinadas na época em que o Raul Jungmann foi? Ele fez esse tipo de esforço? Não, não fez. Então, ele não pode ser parabenizado somente por um ato. Ele tem de ser parabenizado pelo conjunto da obra, e o conjunto da obra dele foi fraco. As nossas fronteiras estão descobertas, o País continua... Fizeram uma intervenção no Rio de Janeiro que não deu em absolutamente nada, só factoide. E essas coisas, se formos discuti-las e nos aprofundarmos nelas, não são tão simples.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho legal, acho positivo não só as mulheres defenderem as mulheres, mas os homens têm de defender as mulheres. Foi delas que nós viemos.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Não me parece ser uma ação sua, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu não fui parido por um homem, eu fui parido por uma mulher. Eu tenho de ter todo o respeito e todo o amor pela mulher.

Então, veja bem, Senadora, eu quero dizer que, como V. Exa. tenha fez um discurso aqui fora do contexto da nossa discussão... A senhora pediu a palavra, e eu concedo a palavra. Não vou perguntar qual é o assunto em que o Senador ou a Senadora vai tocar.

Eu acho que a polícia está de parabéns por ter chegado ao crime da Marielle e espero que ela tenha esse mesmo tipo de atitude em relação às milhares de marielles que são assassinadas no Brasil diariamente.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Sr. Presidente, Sr. Presidente!

Eu quero realmente falar rapidamente. V. Exa. fez referência a mim.

Primeiramente, infeliz é o senhor quando fala da forma como se coloca em relação às mulheres.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Infeliz?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – O senhor falou da felicidade que a Marielle teve em morrer, em ser uma pessoa de...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, não! Não faça isso não!

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – V. Exa. falou! Está registrado e pode colocar novamente. V. Exa. disse que as mulheres, infelizmente, não tiveram a felicidade que a Marielle teve de ter uma repercussão nacional e internacional. Então, a palavra infeliz foi de V. Exa.

Outra coisa: estou aqui destacando um crime brutal, grotesco...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E as outras não são?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – ... que teve repercussão nacional e internacional...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Os outros não são?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Obviamente que sim! Quatro mil...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A senhora...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Quatro mil e seiscentas mulheres são assassinadas por ano no Brasil, infelizmente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E por que a senhora não luta por elas também?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Falamos, Senador. Todos os casos que chegam ao nosso conhecimento nós fazemos a colocação e pedimos a sua profunda...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A felicidade que eu falei Senadora...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Não, senhor! V. Exa. tem de pedir perdão, V. Exa. precisa se retratar!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Sim, senhor! V. Exa. precisa se retratar da sua colocação; colocação errada, colocação infeliz.

Esse caso foi brutal e grotesco. O Ministro Raul Jungmann teve um papel preponderante, sim, não apenas nesse caso, mas em vários outros! Ele pediu ação da Polícia Federal para fazer essa investigação, e nós não chegamos, até o presente momento, aos mandantes desse crime em um ano se passou o caso da Marielle. Então, esse caso, Presidente...

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Sr. Presidente, pela ordem.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – ... é o caso que retrata quase cinco mil mulheres assassinadas no Brasil brutalmente, friamente.

Então, eu realmente lamento que V. Exa. se incomode em eu trazer um caso realmente a esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, Senadora. Desculpas, mas eu não me incomodo, não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Desculpas?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pelo contrário. Eu acho que a senhora...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Muito bem! Peça desculpas mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não! Eu não vou lhe pedir desculpas pelas palavras que eu coloquei. Todas aquelas que eu coloquei reafirmo. Quando eu falo em felicidade é porque o crime dela está sendo investigado pelo que se tem de melhor no Brasil. Foi isso. Agora, a senhora querer aqui dimensionar barbárie em um assassinato... Aí, a senhora não tem essa qualificação para dimensionar. Para mim, assassinato é assassinato...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Esse crime não foi bárbaro?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não. E os outros não o são?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Sim!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ah!

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Quatro mil e seiscentas mulheres são mortas brutalmente no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Veja bem, Senadora, eu a ouvi. Senadora, eu a ouvi...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Não! V. Exa. não se colocou bem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não. Eu não retiro um milímetro do que eu falei e reafirmo para a senhora: quando eu falo em felicidade, não foi o assassinato da Marielle. Eu falo na felicidade porque a família dela saberá e colocará na cadeia os autores desse brutal assassinato.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Não será felicidade, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não vai acontecer com o resto das outras mulheres brasileiras. É isso que eu digo.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Não será. Nunca haverá felicidade em um caso dessa natureza.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, Senadora...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – A família está sofrendo. Nós não chegamos aos mandantes ainda depois de um ano do assassinato da Marielle.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senadora...

Senador Major Olimpio...

Eu não vou bater boca com a senhora, porque acho que a senhora está querendo colocar... Quer se melindrar, fazer mi-mi-mi em discussão que não é por mi-mi-mi.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Não é mi-mi-mi, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A senhora não citou...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Pelo amor de Jesus Cristo! Mi-mi-mi?! Tratar de um assunto dessa natureza é mi-mi-mi, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Como dessa natureza?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Pelo amor de Jesus Cristo!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu quero saber cadê as outras, quais foram os...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Quatro mil e seiscentas mulheres são assassinadas por ano. É o que diz o Mapa da Violência.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senadora, eu vou lhe fazer uma pergunta.

Eu tenho todo respeito pelo Ministro Raul Jungmann. Qual foi o outro assassinato que o Ministro Raul Jungmann mandou investigar?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Ele investigou dezenas de casos...

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Sr. Presidente, vamos voltar a ordem do dia!

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Senador, nós temos, por ano...

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Vamos virar a página?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – O Mapa da Violência é claro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Sr. Presidente, esse assunto está perturbando e constrangendo.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Sr. Presidente, V. Exa. pode determinar o encerramento desse assunto e partir para outro ponto da pauta.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – Apenas para contribuir...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Major Olímpio, estava com a palavra agora o Senador Wellington, que queria explicar essa questão, depois o Senador Cid, o Senador Major Olimpio...

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – Eu tinha pedido a palavra, por gentileza, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... Rogério Carvalho e Major Olímpio.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – Eu tinha pedido a V. Exa. V. Exa. já tinha até me concedido.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É verdade, ele estava na frente.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – Apenas para contribuir...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Eu também estava, Presidente, mas vou abrir mão porque o assunto mudou completamente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mudou completamente.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – Sr. Presidente, apenas para uma contribuição.

A pertinência da violência e da criminalidade acaba tendo um impacto que é objeto de debate desta Comissão, à medida que perdemos 13% do PIB brasileiro com a criminalidade, com a violência e com a barbárie.

Apenas para dizer que, nesse lamentável episódio dessa tragédia da morte, da execução da Vereadora e do seu motorista, fica implícita, por enquanto, do que se tem do investigado e que é de domínio público, a orquestração, a premeditação, a formação da quadrilha, a milícia. Quero dizer que, como um policial militar veterano – está aqui o Styvenson, Senador policial militar que estava na ativa –, nenhum de nós compactua com o crime, compactua com o criminoso. Sempre tive o entendimento de que o bandido é bandido; não há esquerda, não há direita, não há partido político. Conduta de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

bandido é conduta de bandido; conduta de miliciano, de pé de pato, de matador de aluguel, seja o jargão que se tenha, tem que ser combatido efetivamente no limite e no rigor da lei.

Pelas informações preliminares que nós temos, um dos autores ou o pseudoautor que foi preso hoje, ex-policial militar – para vergonha das instituições policiais militares – que, fica muito bem claro, tinha sido expulso da corporação, tinha feito pesquisas na internet, inclusive, sobre a vida do Gen. Braga Netto, interventor do Rio de Janeiro, possivelmente com o fito de ver a possibilidade de uma execução do general que era o Interventor no Rio. Então, a coisa transcende o lado político. Nós temos um problema de enfrentamento da criminalidade, que é um problema de todos nós. O próprio Senado está se debruçando neste momento nas pautas de combate à corrupção da segurança pública, o que será objeto de debate por este semestre também.

Quero simplesmente dizer, como policial: nós não compactuamos, de forma nenhuma, com miliciano, com quadrilheiro, com assassino. Gostaríamos até que a lei, para aquele de nós que a transgride, fosse até muito mais severa do que é. Nós temos médicos que saem da sua função e vão fazer casas de aborto. A lei é até mais firme, mas eu gostaria, por exemplo, que no Código Penal Militar houvesse o crime de morte para aquele que é traidor da Pátria, o policial que se torna bandido, que se torna executor, assassino. Nós temos como cláusula pétrea na Constituição não haver pena de morte, mas, para o militar que pratica crime contra a sociedade, quadrilheiro miliciano, nós temos que ter a pena de morte, sim. Então, nós não queremos alisar, nós queremos chegar, sim, também, aos mentores, sejam quais forem. Qualquer espécie de apuração, o Senado tem de apoiar, a Câmara tem de apoiar, assim como o Ministério Público no País todo e todos os segmentos da sociedade.

Quero simplesmente deixar um registro: o fato de serem, possivelmente, mentor e executor um ex-policial militar e um policial militar veterano em nada macula a imagem das instituições, porque quem prende o mau policial é o bom policial, não é comentarista de televisão, não somos nós da área política. Quem foi lá prender maus policiais foram bons policiais, e nós não podemos diminuir os bons policiais do Brasil, que são a esmagadora maioria. Nós temos de identificar aqueles que não prestam e aplicar o rigor da lei em todos os momentos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Sr. Presidente, como já nos estendemos e nos desviamos completamente do objetivo, eu só quero chamar atenção, quanto ao projeto que estávamos aqui relatando, para a importância que representa. Foi pedida vista. Eu creio que todos, principalmente porque muitos aqui chegaram agora, podem contribuir com esse projeto.

Nós temos aqui o Projeto de Resolução nº 1, de que inclusive fui Relator e estou pedindo sua inclusão novamente... É porque a guerra fiscal no Brasil é outro tema que preocupa todos. Então, para um assunto como esse, eu creio que todos os Parlamentares e todos os companheiros da Comissão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

podem contribuir ainda, principalmente neste novo momento do Brasil. Então, como Relator, eu quero, na verdade, abrir para todos. Esse pedido de vista permite que experiências dos Estados possam ser trazidas. Por isso, inclusive, falei aqui com o Senador Cid sobre a experiência do Ceará.

Acho que todos podem contribuir, porque o que nós queremos é exatamente acabar com essa guerra fiscal que não ajuda ninguém, principalmente os Municípios com mais dificuldades econômicas.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Cid.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – Sr. Presidente, esse projeto de lei de autoria do Senador Fernando Bezerra procura, a meu juízo, abrir margens para que Estados possam ter mais autonomia no que toca à repartição dos recursos do ICMS, que – é bom lembrar – é um imposto 100% estadual, cobrado 100% pelos Estados, e do qual a Constituição obriga que 25% sejam destinados aos Municípios.

Eu comecei minha vida, Presidente, como Deputado Estadual e, à época, impressionava-me a pequena possibilidade de legislar que têm as assembleias legislativas.

Vejam esta questão específica: nós estamos falando de um tributo estadual, que é cobrado 100% pelo Estado – a União não tem nenhuma participação na arrecadação desse tributo –, sendo parte dele, repito, destinada aos Municípios, e a legislação federal chega ao ponto, na nossa Constituição, não é nem nessa lei complementar que o Senador Fernando Bezerra tenta alterar...

A nossa Constituição diz, tamanha a intromissão da nossa Constituição Federal em assuntos federativos, que 75% do arrecadado, do que deve ser distribuído aos Municípios, deve ser proporcional ao valor adicionado. Em nome de quê? Por que a União Federal, por que a legislação federal chega a esse ponto de disciplinar um critério de distribuição de três quartos de um imposto estadual naquilo que vai repassar aos Municípios?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E, se não me engano...

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – Não é? Então, eu...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só para contribuir, Cid.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – Pois não, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Até me auxiliem nisso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parece que de dois em dois anos a Secretaria de Fazenda do Estado tem que rever esses valores agregados, não é?

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – Tem, tem. O valor adicionado é feito a partir de um cálculo que lá no Estado do Ceará chama GIEF.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É um cálculo de dois em dois anos...

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – Eu estudei profundamente essa questão porque lá no Ceará nós procuramos, pelo menos naquilo que diz respeito à autonomia do Estado de legislar, que é apenas 25% do que é repassado aos Municípios... Nós lá fizemos critérios, e boa parte dessa iniciativa das alterações ou foi minha como Deputado Estadual, ou foi minha como Governador. Tomei a iniciativa também. Hoje, o Ceará, nesses 25%, coloca a maior parte vinculada a gastos e resultados na área da educação, principalmente na alfabetização e nos indicadores dos primeiros anos do ensino fundamental.

Então, Senador Fernando Bezerra, é muito louvável a sua iniciativa, mas eu queria aqui avançar um pouco mais. Eu acho – e vou me comprometer com isso – que é preciso apresentar uma proposta de emenda à Constituição para que esse percentual vinculado à União seja reduzido e para que os Estados possam ter, através das suas assembleias, naturalmente, maior autonomia para criar critérios segundo a sua linha pública de buscar prioridades. Se em determinado Estado o grande desafio é saúde, o investimento dos Municípios é em saúde pública, um percentual maior pode ser vinculado aos indicadores relativos à saúde pública; se no outro Estado o grande desafio é na área da Educação... E assim por diante, portanto, dando mais autonomia aos Estados.

Então, Senador Fernando Bezerra, parabenizo V. Exa. pela iniciativa. Isso aponta dois grandes desafios que nós temos: a política de incentivo fiscal, que a meu juízo não deveria ser feita por Estados, deveria ser feita centralmente pela União – isso é algo que precisa entrar em discussão aqui nesta Casa –; e o outro é a intervenção exagerada da União em assuntos que dizem respeito a Estados e Municípios.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu queria pegar carona aqui nas considerações do Senador Cid Gomes, porque acho que a gente está na hora de abrir o debate sobre cobrança do ICMS ou imposto no destino e não na origem, porque esse é o grande mal e a base... Eu diria que é a causa de todos os males, porque o Estado já tem a empresa, já produz e ainda fica com o imposto de quem consome a dois mil, três mil quilômetros de distância.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, eu acho que esse é um tema que a gente precisa tornar prioritário.

Aqui há vários ex-Governadores, pessoas que compreendem muito bem o sofrimento dos Estados, a crise fiscal dos Estados. E a gente precisa abrir esse debate o mais rápido possível.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Presidente, eu quero aproveitar também a fala do Senador Cid Gomes para fazer duas observações. Eu já procurei, há pouco, o Senador Luiz do Carmo e fiz um apelo para ele, porque eu consegui "federatizar", tornar federativo, "federativizar" o terceiro projeto que eu apresentei às duas Casas, o segundo no Senado e um na Câmara, e versa este último sobre renúncia fiscal.

Sei que V. Exa., Senador Omar Aziz, quando escuta falar sobre renúncia fiscal, se sente um pouco ferido. Não tem nada a ver com Zona Franca de Manaus. O que nós precisamos é, em termos federativos, avaliar o custo e o benefício dessa montanha de renúncias fiscais que o Brasil carrega. Governo Federal este ano: 330 bilhões. Se somarmos Estados e Municípios, segundo Luiz Carlos Hauly, que é a minha referência, vamos provavelmente a mais de R$550 bilhões. Num país que está vivendo uma situação de penúria tal que o Ministro da Economia propõe socializar o custo de elaborar o orçamento... Porque é lógico que o Ministro Paulo Guedes não proporia, Senador Fernando Bezerra, entregar-lhe, como Líder do Governo, ou à Deputada Joice, como Líder do Governo no Congresso, dizendo: "Olha, está sobrando dinheiro; vocês o apliquem!". Não: "Como está faltando dinheiro, vocês cortem!". O raciocínio do Ministro Paulo Guedes é este: "Olha, está muito difícil fazer esse orçamento, sempre com déficit; quem vai fazer é o Congresso". E não se discute renúncia fiscal, e não se discute o proveito.

Não é que eu seja contra incentivo, não; sou a favor, mas cada incentivo doravante tem que ter uma meta: o que eu quero alcançar em termos de emprego, em termos de competitividade do setor e em termos de ganho por cidadão. E os que já existem têm que ser avaliados, sob pena de nós sermos tentados, como alguns Estados, inclusive vizinhos aqui, fazem. "Eu preciso de dinheiro. Onde é que há? Tire um bilhão de lá". E aprova-se sem avaliação um corte que pode ser danoso para a economia, pode ser danoso para o emprego, para a competitividade e exatamente para o consumidor.

Então, eu queria aproveitar o ensejo, já que eu estou diante do Relator, para fazer este pedido público da sua atenção. O primeiro projeto que eu apresentei nesse sentido foi em 1991 – 1991! Eu o chamei de "torneira dos espertos". E os espertos foram muito mais eficazes do que eu. Passou no Senado e, na Câmara, na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara, sob a égide do meu amigo Delfim Netto, foi enterrado.

sob a égide do meu amigo Delfim Neto, foi enterrado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu queria fazer um apelo para que, junto com esse tema tão oportuno, eu pudesse fazer essa petição pública. Se eu fosse o Ronaldo Cunha Lima, eu faria inversamente. Como eu não tenho esse talento, eu faço mediocremente, mas faço um apelo ao Senador Luiz do Carmo e a todos os integrantes da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. LUIZ DO CARMO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Luiz do Carmo.

O SR. LUIZ DO CARMO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO) – Só uma resposta pequena, Presidente.

Isso é um absurdo, realmente. No meu Estado, o ICMS é tão... O Kajuru sabe disso. Havia empresa que vendia ICMS para outra empresa para pegar o incentivo. Isso foi muito constatado lá. Então, vamos nos debruçar sobre o seu projeto, vamos estudá-lo e fazer uma coisa justa para o País.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O que aconteceu...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... também, Senador Espiridião Amin, é que, ao longo dos anos, com a guerra fiscal, os Estados começaram... E nós acabamos com a guerra fiscal com uma lei que aprovamos aqui no Senado. Hoje não há mais. Os Estados não podem...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É... Se acontecer... Veja bem, Senador. Eu estou me...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Primo,não seja tão otimista. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, eu estou me pautando por aquilo que a lei manda. De lá para cá, eu não tenho conhecimento de algum Governador ter passado por cima e ter... Eu não tenho conhecimento. Nós tomamos uma providência. É lógico que nós temos de avançar um pouco mais nisso. E, quando a gente fala... Falar sobre política econômica, Senador Espiridião Amin... Eu tenho de dar minha opinião também sobre esse assunto que diz respeito à distribuição de poucos recursos para os Municípios mais pobres do Brasil.

O Ministro Paulo Guedes, quando remete ao Congresso, parecendo uma coisa boa... "Olhe, o cara tem outro pensamento, ele pensa como os americanos, como os alemães, como os ingleses!" Já é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

constitucional o Congresso analisar e fazer o orçamento. Isso já é constitucional. Não é nenhum favor. Só que, depois dos déficits que nós temos em áreas, contingenciamentos em áreas importantes... E há aqui uma matéria que nós iríamos votar hoje, mas, a pedido, eu, compreendendo a situação do Governo neste momento, retirei de pauta. Ela iria acabar com o contingenciamento do fundo de inovação e pesquisa, que é importante para chegarmos aonde o Ministro Paulo Guedes quer, para que tenhamos conhecimento e tecnologia para produzirmos aqui e não sermos apenas montadoras ou produzir tecnologias...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Ou perdedor de *commodity*.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É isso.

Então, veja bem, quando a gente entra nessa discussão técnica, e o Senador Amin, pela experiência como Parlamentar, como Senador, como Governador que foi, é lógico... Eu acho que o Senado e esta Comissão podem dar uma grande contribuição para essa discussão, mas me dá uma satisfação muito grande quando eu vejo o Ministro Paulo Guedes dizer que ele quer fazer uma inversão. Hoje, ele quer acabar com as contribuições, criar um imposto único e, 70% disso ir para os Estados e Municípios, que é a forma mais democrática de uma Federação administrar. Mas, se vai chegar agora ou não, nós temos de começar a fazer o nosso papel aqui, discutindo as reformas necessárias para o País. É o meu pensamento.

Senador Kajuru, nós demos vista... A esse projeto, já foi dada vista coletiva.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – É rápido...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Só um comentário rápido.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Pois não.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – O Senador Espiridião Amin falou de um número expressivo de renúncia fiscal da ordem de R$330 bilhões, e, antes de trazer esse número

Antes de trazer esse número, ele falou que V. Exa. sempre ficava muito sentido quando fosse para discutir renúncia fiscal em função da Zona Franca de Manaus...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Fico não. Eu tenho mil argumentos para defender.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Ou os incentivos regionais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas é importante, para quem está nos assistindo pela TV Senado, que, desses 330 bilhões de incentivos regionais, incluindo aí a Zona Franca de Manaus, não dão 30 bilhões. A grande massa de incentivo deste País, 90% da renúncia vão para incentivos setoriais, onde a concentração para os Estados mais desenvolvidos também ocorre. Então, eu estou a favor. Vamos reduzir a renúncia fiscal, vamos analisar, vamos avaliar. Os incentivos fiscais podem estar exagerados. Quatro por cento do PIB! Vamos cortar para 2% do PIB, mas vamos fazer de forma criteriosa e não ficar imaginando que são o Nordeste e o Norte que estão à farra dos incentivos. Não é! A grande massa dos incentivos fiscais, da renúncia tributária no País se destina para setores específicos da economia, e esses setores estão concentrados, mais uma vez, no Sul e no Sudeste do País.

Portanto, eu apoio a iniciativa. Acho que a gente precisa ter coragem para mexer nessa caixa-preta que é a caixa-preta dos incentivos fiscais.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Kajuru.

Depois, passamos ao próximo item da pauta. Senão, daqui a pouco, esvazia e a gente não vota.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Eu vou ser rápido.

Primeiro, tranquilizo o Senador Esperidião Amin. O Relator, que é goiano, Luiz do Carmo, será cirúrgico. Eu tenho certeza de que ele não errará absolutamente em nada, até porque o Senador Luiz do Carmo, como eu, sabe da situação de Goiás. Então, que o Brasil inteiro saiba que, durante 20 anos, Goiás, governado por um só cidadão que simplesmente dava o perdão fiscal a grandes empresas, entre elas principalmente a JBS- Friboi – pasme, Presidente! Fique aturdido com o que vou lhe falar; e eu provo – de 9 bilhões por ano. E sabe quanto ele cobrava de comissão? Cinco por cento. Por isso a Justiça agora bloqueou os seus bens no valor de 5 bilhões.

Como eu dou nome aos bois e aos bandidos, estou me referindo a Marconi Perillo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vamos ao próximo item.

Item 7.

ITEM 7

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 337, de 2015

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acresce os incisos XVIII, XIX, XX ao Art. 20 da Lei nº 8036/90 – que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço para permitir a utilização da conta vinculada do trabalhador na quitação de débitos vinculados à imóveis de parentes de primeiro grau.

Autoria: Senador Donizeti Nogueira

Relatoria: Senador Elmano Férrer

Relatório: Pela aprovação do projeto, com as Emendas nºs 1 e 2-CAS.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com parecer favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1 e 2-CAS.

O Senador Elmano Férrer é o Relator do projeto do Senador Donizeti Nogueira.

Por favor, Senador Elmano.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Presidente, parece que o Relator não está presente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está ali. Mas eu já tinha arranjado uma outra forma, caso o Senador Elmano não nos desse a honra da sua presença aqui.

Como ele está aqui, por favor, Senador Elmano.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PI. Para leitura de relatório.) – Agradeço a V. Exa. e passo a ler o relatório.

Vem a exame desta Comissão de Assuntos Econômicos o Projeto de Lei do Senado 337, de 2015, de autoria do Senador Donizeti Nogueira, aqui presente. O projeto modifica a redação da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço e dá outras providências, acrescentando três incisos ao art. 20, de modo a "permitir a utilização da conta vinculada do trabalhador na quitação de débitos vinculados a imóveis de parentes de primeiro grau".

de débitos vinculados a imóveis de parentes de primeiro grau".

O PLS possui dois artigos. O art. 1º altera o art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990. O referido artigo lista as situações em que a conta vinculada do trabalhador do FGTS pode ser movimentada. O projeto acrescenta os seguintes incisos ao art. 20:

> XVIII – Liquidação ou amortização extraordinária do saldo devedor de financiamento imobiliário, que tenha sido concedido no âmbito do SFH, pertencente a parentes de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

primeiro grau do titular da conta, com sua anuência e interstício mínimo de 02 (dois) anos para cada movimentação.

XIX – Liquidação ou amortização de dívidas vinculadas a imóvel rural pertencente ao titular da conta ou de parentes de primeiro grau do titular da conta, com sua anuência e interstício mínimo de 02 (dois) anos para cada movimentação.

XX – Na aquisição de imóvel objeto de inventário pertencente à família do titular da conta.

O art. 2º do PLS é a cláusula de vigência. A lei entraria em vigor na data de sua publicação.

Na justificação, o autor argumenta que a proposta, se aprovada, daria ao detentor da conta vinculada no FGTS a possibilidade de usar os recursos do fundo em três novas situações, todas elas relevantes. O projeto permitiria ao titular da conta, entre outras coisas, o direito de utilizar os recursos do fundo para compra de imóvel urbano ou rural que seja objeto de inventário e espólio do qual faça parte. Ele argumenta que, entre muitos herdeiros, não existe o interesse na manutenção da propriedade em conjunto após a morte do pai. O inciso acrescido na lei do FGTS permitirá que um dos herdeiros possa comprar as partes dos demais com recursos do fundo.

O Projeto foi encaminhado à apreciação da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e desta Comissão de Assuntos Econômicos, cabendo à última – consequentemente, a esta – a decisão em caráter terminativo.

Não foram apresentadas emendas.

Análise.

Nos termos do inciso I do art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre os aspectos econômico e financeiro de qualquer matéria que lhe seja submetida, assim como opinar, conforme o seu inciso IV, dentre outros temas, sobre finanças públicas; normas gerais sobre direito tributário, financeiro e econômico; e dívida pública.

O Projeto de Lei do Senado nº 337, de 2015, do Senador Donizeti Nogueira, acresce os incisos XVIII, XIX, XX ao art. 20 da Lei nº 8.036/90 – que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – para permitir três novas situações em que a conta vinculada do trabalhador pode ser utilizada.

As novas situações são as seguintes: a quitação de financiamento de imóvel de pai ou filho, no âmbito do SFH; o pagamento de dívida de imóvel rural pertencente ao titular, seus pais ou filhos; e a aquisição de imóvel pertencente a familiar do titular que seja objeto de inventário.

Quantos aos aspectos jurídicos, inexistem vícios.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quantos aos aspectos jurídicos, inexistem vícios. A matéria trata da regulamentação do FGTS, que se insere na categoria Direito do Trabalho, a qual não se encontra entre as matérias de iniciativa privativa do Presidente da República, arroladas no §1º do art. 61 da Carta Maior. Além disto, nos termos do art. 48, *caput*, da Constituição Federal, compete ao Congresso Nacional legislar sobre todas as matérias de competência da União, inclusive sobre o Direito do Trabalho.

Passando ao mérito da proposta, entendemos que as três novas situações em que poderia ser movimentada a conta do FGTS estão bem justificadas e podem ser acolhidas. São três situações de alta relevância econômica e social em que, na nossa opinião, o resgate da conta do FGTS estaria plenamente justificado.

A função social do FGTS é justamente permitir ao trabalhador a formação de uma reserva monetária que possa ser utilizada em situações de alta importância pessoal, como a aquisição da casa própria, dos filhos ou dos pais (parentes de primeiro grau); o pagamento de dívidas rurais da família e a aquisição de imóvel objeto de inventário.

Assim sendo, entendemos que o PLS nº 337, de 2015, aperfeiçoa a Lei do FGTS e deve prosperar.

Quanto às emendas de redação aprovadas pela Comissão de Assuntos Sociais, acreditamos que elas devam ser acolhidas. A primeira emenda da CAS aperfeiçoa a redação da ementa do projeto. A segunda emenda altera a redação do inciso XX do art. 20 da Lei nº 8.036, de 1990, deixando claro que a possibilidade de compra no âmbito do inventário ficaria restrita ao sucessor do inventariado.

O voto, Sr. Presidente.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 336, de 2015, com as duas emendas aprovadas pela Comissão de Assuntos Sociais.

São estes, Sr. Presidente, o relatório e a análise do projeto.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em discussão.

Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Eu quero fazer o pedido de vista dessa matéria...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Eu queria pedir vista coletiva.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Faço um apelo aos meus companheiros da Comissão de Assuntos Econômicos.

Essa matéria é sensível, embora o projeto seja meritório. Por que é sensível? Porque o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) é o grande financiador das obras públicas neste País, notadamente para o setor da habitação e para o setor de saneamento e abastecimento de água, e já existem diversas matérias tramitando no Senado Federal modificando os critérios de saque do FGTS. Para que V. Exa. tenha uma ideia: são mais de 60 matérias!

Então, eu acho que nós deveríamos, antes de deliberar sobre mais um critério para saque do FGTS, fazer aqui uma plenária, convidando representantes da Caixa Econômica Federal e do Ministério da Economia, para que pudéssemos saber qual é a situação, o *status quo,* do FGTS. Na realidade, isso vai produzir saques ao fundo, isso vai diminuir o saldo do fundo e, consequentemente, vai diminuir a capacidade de financiamento dessas obras, que são demandadas sobretudo por Estados e Municípios brasileiros a uma taxa de juros menor.

Então, no momento em que o grande pleito dos Estados e dos Municípios é a contratação de empréstimos...

pleito dos Estados e dos Municípios é a contratação de empréstimos a juros menores, para financiar as obras de infraestrutura, eu acho que seria prudente, antes de darmos sequência na deliberação de matérias que são importantes do ponto de vista social, a gente fazer uma reflexão para saber se estamos dando com uma mão e tirando com a outra, porque vai bater muito mais na classe mais pobre a falta de financiamento para gerar emprego, a falta de financiamento para gerar habitação popular. Está aí o Programa Minha Casa Minha Vida precisando de *funding* para continuar as contratações. Nós temos contratos que estão em suspenso porque não temos capacidade orçamentária para contratar um maior número de unidades.

Então, eu faço um apelo respeitoso a todos os meus companheiros de Comissão. Compreendo. Acho que o relatório está muito bem elaborado, demonstra a sensibilidade do nosso Senador, companheiro, Elmano Férrer, mas peço vista dessa matéria e sugeriria a V. Exa. que antes de voltarmos para deliberar, que nós aqui, numa dessas reuniões de debates, trouxéssemos alguém da Caixa Econômica e do Ministério da Economia para falar um pouco sobre a situação do FGTS.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O projeto do Senador...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Coletiva?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, vou dar vista coletiva, até porque... Mas a Caixa Econômica tinha que colocar à disposição três bilhões agora. Só está colocando 700 milhões para o Minha Casa Minha Vida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há uma apreensão muito grande nas incorporadoras pelo Brasil afora em relação ao cronograma de obra. E acusam fortemente o novo Presidente da Caixa Econômica Federal por não ter tido habilidade para conduzir esse processo aí. Aliás, é uma coisa também que esta Comissão deveria discutir. Convidá-lo a vir aqui para dar explicações sobre quanto nós temos realmente no fundo e tal.

Então, juntamente com esse pedido que V. Exa. faz, seria importante que o Presidente da Caixa Econômica, que é o maior usuário do fundo de garantia dos trabalhadores, do FGTS, viesse aqui explicar qual valor existe hoje, qual seria a perspectiva de saque, caso seja aprovado esse projeto – correto? –, para fazermos o equilíbrio e não irmos para o sensacionalismo puro e simples.

Pois não, Senador.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente, eu queria concordar com V. Exa. sobre a pertinência e a importância de fazermos um convite ao Presidente da Caixa. Hoje nós fomos tomados de surpresa com a demissão do Superintendente da Caixa no Estado de Sergipe, o meu Estado, e o boato é que a Superintendência da Caixa não haverá mais no Estado de Sergipe. E nós precisaremos resolver as questões cotidianas na Bahia, em Salvador.

Ou seja, Líder Fernando Bezerra, essa é uma questão muito séria. A Caixa Econômica Federal é um banco público! Tem um papel para garantir o desenvolvimento. É a maior agência de serviço público bancário do Brasil! Ela é mais do que um banco, ela é uma agência de Governo extraordinária que deve cumprir esse papel! E o que nós estamos vendo? Ela demite o Superintendente Regional

E o que é que nós estamos vendo? Ela demite o Superintendente Regional já com o plano de anexar a Superintendência de Sergipe à Superintendência da Bahia.

Eu peço a V. Exa. que nos ajude junto à Presidência da Caixa para evitar tamanho dano a uma economia já combalida que é a economia do nosso Estado, que, neste momento, está com mais de 16% de desemprego. E tirar a Superintendência da Caixa do Estado de Sergipe significa afundar ainda mais a economia. Não é a economia de um superintendente, de uma superintendência que vai inviabilizar a Caixa, mas isso pode tornar a vida dos sergipanos e a economia sergipana mais frágil e vulnerável.

Eu queria pedir o seu apoio, Presidente, e o seu apoio, Líder.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não é só a Caixa. Se você pegar o Banco da Amazônia, o Basa, ele tem sede nas capitais onde você não tem setor primário nenhum, você não tem nenhum tipo de atividade agrícola. E, nas regiões onde possivelmente você poderia ter, eles fecharam as sedes. E aí o agricultor tem que sair do meu Estado, sair do Município, passar seis, sete dias num barco, para ir à cidade de Manaus para tentar conseguir um crédito. Então, isso está acontecendo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, quando a gente estava discutindo aqui com o Presidente do Banco Central – porque a gente só fala nos bancos públicos, públicos, públicos –, esse assunto foi pouco debatido, foi um erro nosso, inclusive, na sabatina, mas a gente vai trazê-lo novamente para discutir essa questão da importância social dos bancos que não é só lucrativa, mas da importância social que tem o Basa, o Banco do Nordeste, o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal, porque a importância social não se pode perder num banco desse. E hoje nós estamos perdendo essa importância social, porque, por uma série de razões, estão fechando essas coisas.

Então, está-se dando a vista coletiva.

Senador Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Quero vista também e, na próxima discussão, vamos incluir o crédito cooperativo, que é a única solução para dar essa capilaridade que V. Exa. e todos nós reclamamos.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Kajuru...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Ah, desculpe!

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Agora, estamos sem quórum para continuar, não é?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, mas não há mais o que votar.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só teríamos uma que é um projeto do Senador...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Telmário.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, o Telmário já...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não, sou eu que sou o Relator, há um projeto meu.

(*Intervenções fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Presidente...

Sr. Presidente...

Sr. Presidente, apenas para dar uma palavra ao Senador Rogério. Na realidade, eu me coloco à disposição dele para marcar uma audiência com o Presidente da Caixa. O Dr. Pedro Guimarães é um grande profissional. S. Exa., ao ser atendido por ele, vai mudar a sua percepção. Vai fazer um grande trabalho à frente da Caixa Econômica Federal para poder tirar essa possibilidade que está inquietando S. Exa. de um possível fechamento da Superintendência da Caixa no Estado de Sergipe.

Mas eu queria também informar que, semana passada, o Ministro do Desenvolvimento Regional, Gustavo Canuto, esteve aqui nesta Casa e já anunciou a regularização no fluxo de pagamento das unidades habitacionais contratadas do Minha Casa, Minha Vida. Na realidade, em janeiro e fevereiro, foram pagos 50% dos valores que estavam sendo desembolsados, isso já foi regularizado. Agora, precisamos lutar ainda por espaço orçamentário para retomar a contratação das unidades que foram contratados entre outubro e dezembro.

E aí o Presidente

das unidades que foram contratadas entre outubro de dezembro. Aí, o Presidente tem toda a razão de a gente colocar essa cobrança e fazer essa reivindicação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas o Ministro Paulo Guedes já disse que você vai elaborar... Então, você vai dar um jeito de arranjar os recursos...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Com certeza. Contando com a sua ajuda, com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vou conceder a palavra ao meu Senador...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Com o Presidente da Caixa, menos...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Eu só queria lembrar que eu tenho ainda um item a relatar de um projeto...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É, mas vai ficar para a próxima reunião, até porque você está rejeitando o projeto, que é terminativo.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Ele é terminativo, mas... Talvez...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Deixemos o Senador Otto falar.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Pois não. Depois do Senador Otto, eu volto a pedir a palavra.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu quero concordar com a colocação do Senador Rogério Carvalho. Tudo o que acontece para resolver problema do Brasil estoura na conta dos Estados do Nordeste. Lá na nossa região, em Sergipe, na Bahia, querem desativar a Fafen... Sobre a Caixa Econômica nos Estados do Nordeste, na Bahia, sobretudo, as agências estão fechando. Os bancos que deveriam dar uma assistência maior aos Municípios de menor porte querem fechar para ficarem concentrados só nos Municípios de maior porte, Municípios grandes, em cujo entorno os pequenos gravitam. Os aposentados estão vivendo uma situação gravíssima.

Eu apresentei um projeto aqui no Senado, que foi aprovado na Câmara e sancionado pelo Presidente Michel Temer, para aumentar a pena pelo arrombamento de bancos e também para não permitir que os bancos comemorem quando se arromba uma agência num Município pequeno. Eles comemoram! Sabem por quê? Porque eles não vão ter o custo mais daquela agência. Vão ficar centralizados só num local.

Fui à Casa da Moeda lá atrás para saber por que o Ministro da Fazenda não obrigava a colocar dispositivos nos bancos para danificar as cédulas. Não havia lei! Agora há lei! É essa minha lei que foi sancionada e que obriga os bancos agora a colocar nos caixas eletrônicos dispositivos para que, quando arrombados, sejam danificadas as cédulas. Isso já está em vigor.

O que eu vejo é o seguinte... Quero chegar ao ponto principal: a declaração que foi dada pelo Governo a respeito da questão da Ford em São Paulo. A Ford vai desativar a fábrica de caminhões, mas vai manter a fábrica de motores em Taubaté. Ameaçam os Estados, como o Estado da Bahia, que fez um sacrifício enorme para levar a Ford para lá, e os outros Estados podem pegar também. Podem pegar a Fiat em Pernambuco; podem pegar aqui em Goiás a Caoa. Eles dizem que a Ford, para desativar, vai ter de fazer uma compensação pelo que foi feito na Bahia em termos de incentivos fiscais. Inclusive, essa foi uma matéria que foi publicada na *Folha de S.Paulo*. Ou seja, os grandes incentivos, como o Fernando falou, foram dados ao longo desses anos todos ao Sudeste, ao Sudeste! Quando acontece uma coisa pequena para a economia do Estado de São Paulo – porque é uma coisa pequena para um Estado que tem praticamente 38%, 39% do PIB do Brasil –, já olham para os Estados do Nordeste, que estão ainda labutando para ter um desenvolvimento econômico maior de valor agregado, para dizer: "Nós vamos ter que resolver." E cria-se essa dificuldade.

Então, nós tivemos, nessa semana, na Ford, uma situação muito grave. Os trabalhadores, o próprio Governador Rui Costa estão preocupados com essa situação.

Nesses quatro anos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ou seja, eu, nesses quatro anos – Fernando acompanhou isso; Omar acompanhou –, eu passei quase quatro anos da minha vida dentro do Senado Federal querendo levantar a unidade dos Estados mais pobres da Federação, sobretudo do Nordeste e do Centro-Oeste, para se fazer um grupo de Senadores para defender esses interesses de maneira uniforme. Não tive essa possibilidade, não consegui fazer isso, sobretudo no que tange a maior bandeira dos meus quatro anos aqui, que foi a defesa da Bacia do Rio São Francisco, que agora agoniza para morrer. E todos do Nordeste brasileiro deveriam – são 29 Senadores; eu falei com o Fernando, que agora é o Líder do Governo – tomar essa decisão, porque foi feita a transposição, que está para ser concluída, mas a revitalização é zero.

Então, quanto essas questões todas de interesse do Centro-Oeste e do Nordeste, faço o apelo ao Senador, inclusive ao nosso amigo Kajuru e a todos que estão aqui e defendem essa posição de movimento econômico, para se fazer uma unidade, talvez um grupo de Senadores, que possam defender os interesses nossos em detrimento dessa condição de dificuldades que são impostas ao Nordeste e ao Centro-Oeste. E fica essa situação lá de São Paulo e do Sudeste de uma maneira geral.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Inclua o Norte também.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Incluo o Norte também.

Quando foi feita a negociação da dívida dos Estados – e nós votamos a favor para ajudar os Estados ricos da Federação... São Paulo tinha uma dívida de R$220 bilhões; Minas com R$79 bilhões; a capital de São Paulo, R$75 bilhões; o Rio Grande do Sul com mais de R$70 bilhões; e a minha Bahia devia à União R$5 bilhões. Por quê? Porque, ao longo dos anos, foi carreado dinheiro para desenvolver do Sul de Minas até o Rio Grande do Sul, deixando isolados o Nordeste e o Centro-Oeste.

Está na hora, Fernando – você, que é Líder do Governo –, de levantar essa bandeira.

Por exemplo, não vamos aceitar nenhuma retaliação à Ford na Bahia. Nós vamos quebrar esse Governo, se tiver de se mexer na Ford, na Fiat, na Caoa em Goiás ou mexer na Fafen. Nós temos de ter unidade para dizer: "Chega de querer isolar esses Estados que estão lutando há tantos anos para se desenvolverem". De repente, chega uma figura política ou de Governo, como é o caso da declaração do Ministro Paulo Guedes, para dizer: "Se fechar a fábrica de caminhões lá em São Paulo, a Bahia, que tem a Ford e recebeu incentivos vai ter, de alguma forma vai dar uma contrapartida para isso acontecer". Não aceito de jeito nenhum!

Eu sei que o Governo está sustentado em quatro pilares: no Planalto, as decisões são tomadas pelo Planalto, pelos militares, pelo Sergio Moro e pelo Paulo Guedes. São quatro pilares que sustentam e, às vezes, batem cabeça e não dizem coisa com coisa. Mas nesse ponto eu quero conclamar os meus colegas para terem coragem e decisão de defender esses Estados que estão lutando para se desenvolver e terem o nível de vida que têm os Estados do Sudeste.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Falo até como desabafo porque desde quinta-feira a Bahia está inquieta com essa decisão, com essa matéria publicada na *Folha de S.Paulo*, em que o próprio Ministro da Economia diz que teria de haver uma compensação para São Paulo.

Eu nada tenho contra São Paulo, até porque votei a favor da renegociação da dívida. Votamos a favor e fizemos aqui um movimento muito grande. Trabalhamos e aprovamos aqui a convalidação dos incentivos fiscal, que era uma absurdo que estavam fazendo com Pernambuco, com a Bahia e com os Estados todos que tinham dado incentivos fiscais. Aprovamos isso

com a Bahia, com os Estados todos que tinham dado incentivos fiscais. Aprovamos isso num acordo que foi feito e que não prejudicou nem o Estado.

Agora, a vida inteira ouvir essa cantilena de que quem tem que pagar a conta é quem é mais pobre, aqui não vai colar de jeito nenhum.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu queria...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... só me colocar à sua disposição para trabalhar junto na ideia de a gente montar – não sei se é uma frente – pelo menos essa articulação das regiões que mais perdem. Como disse o Líder do Governo aqui, a maior parte dos incentivos é setorial, não é regional. Os incentivos regionais correspondem a 10% dos incentivos setoriais, que, com certeza, estão no Sul e no Sudeste, pelo menos uns 70% de todos os incentivos concedidos neste País.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Telmário.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – Sr. Presidente, nessa mesma linha, eu acho que se deve formar – Senador Otto – uma frente, sim. V. Exa. se esqueceu do Rio, foram 63 bilhões negociados por três anos e prorrogáveis por mais três anos. E Roraima, que está com dois bilhões e não consegue negociar? Imagine! Então, realmente, são os pobres pagando a conta dos ricos.

Mas, Sr. Presidente, há um projeto meu hoje, item 6, de que V. Exa. era o Relator...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu sou ainda, eu sou o Relator.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – V. Exa. me disse que tirou o projeto em função de um pedido do Governo. Eu queria fazer um apelo ao Líder do Governo, Fernando Bezerra, que esse projeto volte na próxima semana, porque é um projeto de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

austeridade, que hoje é a tônica do País, que é a previdência. Ora, nós estamos, Senador Kajuru, pedindo que as empresas detentoras dos administradores que criem prejuízo à previdência também sejam corresponsáveis. Então, é uma matéria de austeridade que não está contemplada no projeto do Governo, essa previsão aí não está contemplada no projeto Governo. Portanto, ela cabe muito bem ainda em votação.

Então, peço ao Governo que analise e traga a proposição já na próxima semana para que a gente possa colocar isso em pauta.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou ser o mais urgente possível nessa questão. Vou explicar aqui. V. Exa. é autor do projeto e fico muito feliz em poder relatar um projeto de V. Exa., Senador Telmário.

Logo no início da reunião, expliquei aqui que eu tinha sido procurado pela equipe do Governo. Como o Governo está iniciando agora, é natural que eles queiram se inteirar de algumas questões que vão mexer no orçamento e na contribuição. E uma das coisas que alegaram rapidamente – eu disse: "Não, vamos retirar, vamos sentar e vamos discutir" –, seria que hoje, quando a pessoa é autuada por não estar repassando o recurso da previdência, ela é obrigada a pagar imediatamente. Com o seu projeto, ele deixaria de pagar isso e esperaria até ser julgado pela última instância. Então, é uma preocupação porque eles deixariam de arrecadar. Eles estão autuando... Hoje, quando a empresa é autuada, tem que recolher imediatamente. Essa foi uma preocupação que ele colocou. Eu falei: "Olha, não há problema nenhum de a gente discutir, até porque eu não estou aqui para fazer nenhum cavalo-de-batalha, sou contra por ser". Não é isso, não é meu papel nem vai ser meu papel como Senador e nem será de nenhum de nós.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Mas, Sr. Presidente, eu queria chamar a atenção para um outro dado, que eu acho que ainda é mais grave do que esse argumento que V. Exa. colocou.

Ocorrida uma fraude que é praticada por uma pessoa física, como querer responsabilizar a pessoa jurídica? O crime é um crime individual, é um ato individual, como é que você vai transferir...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Hoje já é, não é?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Como você vai imputar?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Hoje, você tem um contador, você paga o contador, ele faz um erro no seu Imposto de Renda

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Hoje você tem um contador, você paga o contador e ele comete um erro no seu Imposto de Renda, mas não é o contador que paga a multa e nem vai ser preso...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Mas eu estou falando que isso tem que estar de acordo com os princípios que dirigem o nosso Código de Processo Penal, isso não pode ser a partir de uma iniciativa legislativa...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por isso é que eu cedi ao apelo para a gente discutir...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – ... para transformar a imputação de um crime numa ação solidária...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – E eu não concordei com V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Como?

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – E eu não concordei com V. Exa. Eu não entendi essa posição do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, mas eu até expliquei aqui no início, Senador Fernando Bezerra. O senhor não estava e eu já tinha comentado...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Pois não, eu agradeço...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... que eu tinha retirado os dois projetos porque havia recebido o Dr. Vítor, que é assessor do Ministro da Economia. Ele foi ao meu gabinete hoje cedo e disse "Olha, eu não cheguei tão cedo quanto V. Exa., mas cheguei bem cedo hoje", e ele pediu, fez um apelo... E a gente não está aqui, como eu disse... Nem V. Exa. vai receber esse tipo de apelo e vai compreender que uma semana a mais, uma a menos, não vai acabar... Mas o meu parecer... Tanto é que é favorável ao seu projeto, Senador Telmário.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – Sr. Presidente, concordo, só que eu discordo ainda do Senador Fernando pelo seguinte. O administrador de uma empresa comete uma fraude, um delito contra a previdência, e a empresa fica impune? E se houve um acordo entre a empresa e ele? Então, a empresa começa a trabalhar com pessoas que têm corresponsabilidade, porque assim fica muito fácil: a empresa tem o benefício, é beneficiada pela fraude ou pela irregularidade, e a responsabilidade fica só para a pessoa jurídica? Não, eu acho que aí tem que ter a corresponsabilidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O.k., já foi dada vista do projeto que foi relatado pelo Senador Elmano. Está dada a vista coletiva. Na semana que vem...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... nós teremos uma audiência aqui, a partir de um ofício que foi aprovado hoje aqui, da previdência; depois, na outra semana, nós o votaremos.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Presidente, só uma palavra rápida sobre as colocações que foram feitas pelo Senador Otto Alencar.

Ele terá sempre o nosso respeito e a nossa solidariedade nas lutas em prol do desenvolvimento regional e, de forma particular, da Região Nordeste do Brasil. Eu queria apenas lembrar que o que houve em relação ao regime automotivo do Nordeste seria um exemplo de revisão para todos os incentivos do Brasil. No ano passado, em deliberação que foi tomada por esta Casa, reduziram-se os incentivos do setor automotivo do Nordeste em 40%. Imaginem se isso fosse levado para toda a gama de incentivos que o País pratica: nós teríamos uma economia de R$120 bilhões – só para citar número expressivo que foi trazido pelo Senador Esperidião Amin. Então, eu acho que nós temos que lutar pelo desenvolvimento do Nordeste, temos que lutar pelos incentivos. A nossa região mais pobre vai continuar precisando de incentivos fiscais e de crédito subsidiado para que ela possa, de fato, prosperar, gerar emprego, gerar renda.

Mas queria fazer a defesa do meu Ministro da Economia, de Paulo Guedes. Ele pode ter, eventualmente, até feito uma colocação que não cabia no contexto da discussão da Ford da Bahia, mas ele está diante de um enorme desafio. Todos sabem da situação das contas públicas no Brasil. O Brasil vive um desequilíbrio fiscal de grandes proporções. Apesar de todo o esforço que foi feito nos últimos dois anos e meio, nós ainda temos muito a caminhar para poder equilibrar as contas públicas. A agenda que o Ministro Paulo Guedes apresenta é uma agenda que me parece correta, adequada ao tamanho do desafio que o Brasil... É evidente que podem haver divergências, mas é evidente também que o Brasil anseia por uma alternativa de modelo de desenvolvimento econômico, porque o que foi...

anseia por uma alternativa de modelo de desenvolvimento econômico, porque o que foi experimentado, sobrecarregando o Estado, levando ao desequilíbrio dessas contas, está aí: a produção de 13 milhões de desempregados. Foi isso que levou o Brasil a toda essa situação de quase convulsão social, que levou a um resultado eleitoral que ninguém esperava, no qual ninguém acreditava.

Portanto, creio que nós precisamos dar o crédito para a proposta cujo debate está sendo iniciado lá na Câmara. E agora temos a iniciativa do Presidente Davi Alcolumbre de trazer o debate do Pacto Federativo aqui para o Senado, trazer os Governadores, trazer os Prefeitos, trazer o Ministro Paulo Guedes aqui, para fazer uma exposição ampla, numa sessão plenária, tratando não só de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

reforma da previdência, mas tratando de todas as outras reformas que fazem parte do programa do Governo, para que possamos dar protagonismo ao Senado Federal em matérias que são importantes para equilibrarmos as contas públicas e fazermos com que o Brasil se reencontre com a sua trajetória de crescimento e desenvolvimento.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Presidente, um minuto, por favor.

Só para corroborar uma fala... Duas falas dos dois Senadores, Rogério e Otto, e complementar com o Senador Fernando. Eu gostaria até talvez de convidar o Ministro Paulo Guedes a fazer uma incursão pelo Nordeste e pelo Norte. Eu estou dizendo isso pelo seguinte, no escritório e na posição de Ministro importante que ele tem hoje, é importante que ele tenha a visão real do que é o Nordeste hoje! Não é mais o Nordeste do livro de geografia em que ele estudou lá. Não é mais. Eu vou dar um exemplo claro disso aí. O Nordeste e o Norte hoje são provedores de matéria bruta e de energia para o País.

Então, todos aqueles incentivos que a gente imaginou, nas décadas de 60, de 70 e de 80, que a turma dos grupos que hoje influenciam o Governo, militares e economistas, conhecem, dos livros de geografia e eventualmente das excursões e dos trabalhos que desenvolveram ao longo da vida, mudaram terrivelmente; mudaram até por ações de Governos que funcionaram. Então, acontece que na época em que foram criados esses incentivos, eles foram criados para regiões longínquas, pobres, diferentes, em que não podia desmatar, ou porque eram desérticas. E hoje a realidade é diferente. Hoje, essas regiões são os provedores de energia e de matéria prima para muitas indústrias. E, pasmem, interessante é que no caso da energia, por exemplo, as fábricas em São Paulo ganham duas vezes. O cara consome energia e recebe o ICMS da energia. Produz a boneca de plástico e recebe o ICMS da boneca de plástico. Isso está errado!

Então, o Pacto Federativo não será só para discutir a questão de incentivo fiscal não! Incentivo fiscal é a pontinha do iceberg. Nós precisamos discutir destinação de alguns impostos; rediscutir alguns conceitos de *royalties*, porque *royalties* se aplicam a recursos não renováveis. Mineração, petróleo, gás? Beleza. Está resolvido. Mas e vento? E terra, no Centro-Oeste? O uso da terra no Centro-Oeste? Quanto custa aquilo ali? E a água, minha gente? A água?

A água é um grande debate. A água não é um recurso renovável. É uma ova! Não é! A água, em um horizonte de tempo maior, evidentemente, do que petróleo e gás, é um recurso igualmente não renovável. A água que passou ali e foi para o mar não volta mais! Ah, mas o vento é. Sim, o vento tudo bem. Vento e sol ainda vai. Mas mesmo assim, para produzir energia solar você ocupa terra, você ladrilha o solo. Isso tem um custo para essas pessoas e para essas regiões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, só para salientar, há uma inversão de mentalidade. Não é mais a região pobrezinha que precisava de incentivo para alguém produzir a boneca Barbie lá, em vez de produzir em São Paulo, perto do consumo.

incentivo para alguém produzir a boneca Barbie lá, em vez de produzir em São Paulo, perto do consumo. Não é mais essa lógica; é a lógica de quem produz, usa seu solo, empata suas dunas, suas praias; há licenciamentos complicadíssimos de se fazerem, inclusive, para nem se mencionar a Amazônia, nem se fala – não é, Senador Telmário? –; regiões que não podem ser tocadas, têm que ser preservadas, e não é remunerado para isso. E a pessoa que está lá não recebe absolutamente nada por isso.

Então, nisso a gente tem que pensar, e não é de forma simples, não; não é só onerando o investidor, não. Cria o *royalty* do vento, cria o *royalty* da árvore, cria o *royalty* da terra. Não, não é só assim, não; isso aí é fácil, qualquer um faz isso, bota a conta para o investidor pagar e aí depois ficam dizendo que ninguém quer investir nos nossos Estados. Então, não é simples, é muito complicado. E a gente tem que pensar muito, claro com uma frente para analisar isso, mas não só em incentivo fiscal, geral, e fazer o Ministro ir lá para conhecer o que é cisterna, o que foi feito no Nordeste e no Norte pelos Governos anteriores para não sair dizendo besteira por aí, que é o que está acontecendo. O pessoal está falando bobagem sem ir e sem conhecer o Brasil. Isso é muito preocupante.

É isso aí.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Srs. Senadores, eu vou encerrar a discussão, porque já foi...

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PI) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... concedida vista desse projeto.

Pois não, Senador Elmano.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PI) – Eu queria só fazer um comentário para tratar do projeto que nós relatamos. Eu vi nascer neste País, em 1966, o instituto Fundo de Garantia do Tempo de Serviço; eu o vi nascer desde 1966; e vi o drama que houve entre Governo e trabalhador. E vi nascer também o Fundo de Amparo ao Trabalhador. São dois fundos que alavancam o desenvolvimento do nosso País. O Fundo de Garantia do Tempo de Serviço é que tem financiado todo o sistema imobiliário de adaptação neste País, a mobilidade urbana, serviços e saneamento. *Mutatis mudandi* o Fundo de Amparo ao Trabalhador, que é operacionalizado pelo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

BNDES, também, quer dizer, os investimentos feitos pela iniciativa privada são, através desse fundo, administrados pelo BNDES.

Agora, em 2015, Sr. Presidente, meus nobres Senadores, eu pedi informações, mandei fazer, inclusive, uma nota técnica, sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço: quanto foi arrecadado do trabalhador, quanto está disponibilizado, onde foi gasto em saneamento, em mobilidade urbana e em muitos outros setores. Não sabemos.

Então, eu acho relevante a proposta aqui do nosso Fernando Bezerra de que nós precisamos saber, porque são os fundos do trabalhador que alavancam o desenvolvimento do País. Nós não sabemos, ninguém sabe neste País quanto esses fundos arrecadaram, tanto o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, quanto o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Então, nós precisamos...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu tive oportunidade, Senador Elmano, de – e aí o Senador Fernando Bezerra, o Senador Otto, os Senadores que estão aqui... Não lhe interrompendo, mas lhe falando uma coisa aqui. Eu tive a oportunidade de conversar isso com o Presidente Lula, com a Presidente Dilma e com o Presidente Temer; com o Presidente Lula, quando era Governador, e depois com a Presidente Dilma e com o Presidente Temer, já como Senador da República.

Eu tenho outra preocupação muito maior do que qualquer outra. Esse Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, que é depositado, a remuneração que o trabalhador recebe é uma brincadeira de mau gosto. Se ele pegasse esse dinheiro e aplicasse num banco particular, mesmo pagando esses jurozinhos de nada, ele teria muito mais lucro depois de 20, 30 anos contribuindo, porque o fundo é dele, do que hoje sendo remunerado pela Caixa Econômica ou por qualquer outro banco que

do que hoje é remunerado pela Caixa Econômica ou por qualquer outro banco que tenha parte nesse negócio. É uma coisa que nós temos que debater. É lógico...

"Ah, não, tem que ser subsidiado, porque nós estamos dando para fazer casa...". Mas e o trabalhador com isso? Parece até que essas casas que estão sendo feitas são todas para eles. Não. Ele, mesmo contribuindo, quando se credencia para receber uma casa dessas, é um cidadão igual aos outros. Mesmo aquele que nunca contribuiu para o Fundo de Garantia tem as mesmas vantagens...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. *Fora do microfone.*) – O subsídio, que é pago em cima dos recursos do FGTS, é pago pelo Orçamento federal.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não... A remuneração que eu digo é do dinheiro dele que fica imobilizado ali no banco.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PI) – Não. O que eu estou querendo chamar...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – São os juros. Quais são os juros que ele recebe?

O trabalhador coloca lá R$10. Quais são os juros que ele recebe desses recursos que colocam, dele, lá?

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PI) – Aquém da poupança. Aquém da poupança. É insignificante.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não. É mais do que a poupança. O do FGTS é remunerado mais do que a poupança. Agora, o subsídio, na aplicação final, quem dá é o Governo, é a União. Aí a União banca e bota no Orçamento federal. Só que não há espaço no Orçamento federal, e nós não estamos conseguindo financiar. Agora, quando saca no FGTS, você não tem o Fun Day para fazer sequer a operação de financiamento. Você tem dois problemas: o do Fun Day, ter recursos para financiar novas obras – porque você está sacando dos fundos, aí os fundos diminuem os recursos –, e você tem um outro problema: é o subsídio para financiar casas na faixa 1, que são casas mais baratas...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, Senador Fernando Bezerra. Eu concordo. Eu concordo. Sem retirar o dinheiro do fundo, não vai haver dinheiro para financiar absolutamente nada. Não estou entrando nisso. E o financiamento disso gera mais emprego, gera mais oportunidades, gera uma série de outras coisas com esse recurso.

Eu estou falando o seguinte: é o recurso que você, como trabalhador, coloca nesse fundo. A sua remuneração, no final dos anos em que esse fundo passa lá, é bem menor que qualquer aplicação que você faz no banco hoje.

Quando você fala "ah, não, é, é..."

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Tem risco, não é?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Hã?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Qualquer outra aplicação no banco tem risco.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Hoje? Não...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – É uma aplicação que o Governo garante a remuneração.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Deveria ser a mesma que o Governo paga para os bancos, quando pede dinheiro emprestado. Pelo menos essa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Mas é mais... Aí é que está, porque é mais do que a Selic. Na realidade, é mais. É mais do que a Selic. O que ele remunera, o FGTS, é mais do que a Selic.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PI) – Bem, Sr. Presidente, eu queria só...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só para concluir, querido.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PI) – Só para concluir.

Então, o Líder do Governo, o nosso companheiro Fernando Bezerra, propôs que nós convidássemos o administrador do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. Tudo bem. Mas seria interessante também, de outra parte...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Trazer um representante do trabalhador.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PI) – Do Fundo de Amparo do Trabalhador.

Há um desconhecimento total, sobretudo dos próprios trabalhadores. Nós não temos conhecimento da gestão desses fundos.

Então, eu proporia que se convidasse quem administra, tanto o do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço quanto o de Amparo ao Trabalhador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O.k.

Eu vou pedir à assessoria que, quando nós formos fazer esse debate que o Senador Fernando Bezerra propôs, trazendo o Presidente da Caixa e outros membros aqui, para discutirmos essa questão do FGTS, do Fundo, também se traga aqui um membro que represente os trabalhadores nessa área, uma pessoa para discutir essa questão. É importante ouvirmos os dois lados.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Fazer um equilíbrio.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Um equilíbrio.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Telmário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – Eu quero registrar aqui... Inclusive, na reunião que houve ontem, no Estado de V. Exa., o Amazonas, entre as Bancadas estadual e municipal, estadual do Amazonas e de Roraima

estadual e municipal – estadual do Amazonas e de Roraima. Ali saiu uma carta ao Presidente Bolsonaro com relação à questão energética do Estado de Roraima. Você sabe que, nos 120km dos atroaris-uaimiris, nós somos o único Estado que não estamos ainda interligados?

Eu estava vendo aqui: com a Venezuela agora suspendendo o fornecimento por causa desse blecaute que houve lá, nós estamos vivendo das termoelétricas, o nosso consumo são 250MW, e as termoelétricas só estão fornecendo 150MW. Então, nós já estamos tendo uma diferença.

Mais grave: gastamos de 600 mil a 700 mil litros por dia...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Num total de 1 bilhão.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – Num total de 3,5 milhões de gasto diário com essas termoelétricas.

Essa carta é pertinente. E, junto com essa carta solicitando as providências imediatas para passar essa energia, veio também a questão da corrente, porque, nessa mesma área dos atroaris-uaimiris de 120km, às 18h, baixam uma corrente, que é aberta no outro dia às 6h. São 12 horas com Roraima isolada, albergada. Albergaram Roraima! Ela está albergada!

Eu queria aqui fazer esses registros.

Já aproveito para dizer, ainda com relação ao nosso projeto, que me chegou uma informação até interessante. O Senador Fernando Bezerra reclama de penalizar as empresas. Sabem em quanto a Petrobras foi penalizada nos Estados Unidos por atos irregulares de servidores? Em 3,5 bilhões! Os americanos penalizam as empresas quando seus servidores cometem erros; e o Brasil poupa essas empresas. Portanto, o projeto é pertinente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado.

Esta reunião está encerrada, convocando os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras para reunião na próxima terça-feira aqui, às 10h da manhã.

(*Iniciada às 10 horas e 16 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 30 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 5ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE MARÇO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e onze minutos do dia dezenove de março de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob as Presidências dos Senadores Omar Aziz, Fernando Bezerra Coelho e Rogério Carvalho, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Mecias de Jesus, Confúcio Moura, Luiz do Carmo, Ciro Nogueira, Daniella Ribeiro, Dário Berger, Marcelo Castro, Plínio Valério, Tasso Jereissati, Styvenson Valentim, Lasier Martins, Elmano Férrer, Oriovisto Guimarães, Major Olimpio, Jorge Kajuru, Kátia Abreu, Leila Barros, Eliziane Gama, Jean Paul Prates, Paulo Paim, Telmário Mota, Otto Alencar, Irajá, Angelo Coronel, Wellington Fagundes, Zequinha Marinho, Jorginho Mello, Humberto Costa, Selma Arruda, Zenaide Maia e Marcos do Val. Deixam de comparecer os Senadores José Serra, Rose de Freitas, Flávio Bolsonaro, Veneziano Vital do Rêgo, Randolfe Rodrigues, Alessandro Vieira, Fernando Collor, Rodrigo Pacheco e Marcos Rogério. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência declara aberta a reunião e propõe a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 4ª Reunião, que é aprovada. Em seguida, comunica aos membros que a comissão recebeu os seguintes documentos para seu conhecimento: Ofício nº 015//2019, de 22 de fevereiro de 2019, da Câmara Municipal de Camaçari-BA, encaminhando cópia do acordão, referente ao Agravo de Instrumento nº 8001327-96.2018.8.05.0000, oriundo do Egrégio Tribunal de Justiça da Bahia, que anulou os efeitos da Sessão Legislativa ocorrida em 26 de dezembro de 2017. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 13/2019 - CAE, de autoria do Senador Plínio Valério. **Finalidade:** Audiência pública destinada a debater a reforma da previdência apresentada pelo Poder Executivo, que modifica o sistema de previdência social, estabelece regras de transição, disposições transitórias, tendo como principal objetivo fazer um diagnóstico amplo, com estimativas de impacto fiscal decorrentes das mudanças previstas pela Proposta de Emenda à Constituição nº 6, de 2019. **Participantes:** Felipe Scudeler Salto, Diretor-executivo da Instituição Fiscal Independente - IFI; Ricardo Berzoini, Ex-Deputado Federal; Pedro Nery, Consultor Legislativo do Senado Federal. Paulo Tafner, Pesquisador da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE. **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e vinte minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Omar Aziz
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/03/19

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 6ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE MARÇO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e vinte e dois minutos do dia vinte e seis de março de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob as Presidências dos Senadores Omar Aziz e Plínio Valério, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Luiz do Carmo, Ciro Nogueira, Dário Berger, Marcelo Castro, Marcio Bittar, Esperidião Amin, Tasso Jereissati, Elmano Férrer, Oriovisto Guimarães, Major Olimpio, Izalci Lucas, Jorge Kajuru, Veneziano Vital do Rêgo, Alessandro Vieira, Leila Barros, Eliziane Gama, Jean Paul Prates, Rogério Carvalho, Paulo Paim, Telmário Mota, Otto Alencar, Angelo Coronel, Rodrigo Pacheco, Wellington Fagundes, Jorginho Mello, Jayme Campos, Juíza Selma, Nelsinho Trad, Paulo Rocha e Marcos do Val. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Mecias de Jesus, Fernando Bezerra Coelho, Daniella Ribeiro, José Serra, Rose de Freitas, Styvenson Valentim, Flávio Bolsonaro, Kátia Abreu, Randolfe Rodrigues, Fernando Collor, Irajá e Marcos Rogério. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência declara aberta a reunião e propõe a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 5ª Reunião, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Mensagem (SF) nº 68, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Encaminha, nos termos do art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, a Programação Monetária para o 3º trimestre de 2018." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Plínio Valério (*Ad hoc*), substituiu Senador Fernando Bezerra Coelho. **Relatório:** Favorável ao projeto, nos termos do Projeto de Decreto Legislativo apresentado. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto, nos termos do projeto de decreto legislativo apresentado. **ITEM 2 - Mensagem (SF) nº 93, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Encaminha, nos termos do art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, a Programação Monetária para o 4º trimestre de 2018." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Plínio Valério (*Ad hoc*), substituiu Senador Fernando Bezerra Coelho. **Relatório:** Favorável ao projeto, nos termos do Projeto de Decreto Legislativo apresentado. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto, nos termos do projeto de decreto legislativo apresentado. **ITEM 3 - Mensagem (SF) nº 1, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Encaminha, nos termos do art. 6º da Lei no 9.069, de 29 de junho de 1995, a Programação Monetária para o 1º trimestre de 2019." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Plínio Valério (*Ad hoc*), substituiu Senador Fernando Bezerra Coelho. **Relatório:** Favorável ao projeto, nos termos do Projeto de Decreto Legislativo apresentado. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto, nos termos do projeto de decreto legislativo apresentado. **ITEM 4 - Projeto de Lei do Senado nº 374, de 2015 (Complementar) - Não Terminativo -** que: "Altera o parágrafo 2º do Artigo 3º da Lei Complementar 63 de 1990, tornando facultativo para os Estados a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

possiblidade de considerar ou não, para efeito de cálculo do valor adicionado, as parcelas isentas ou com benefícios fiscais e as operações imunes do imposto." **Autoria:** Senador Fernando Bezerra Coelho. **Relatoria:** Senador Wellington Fagundes. **Relatório:** Favorável ao projeto, com duas emendas apresentadas. Fizeram uso da palavra os senadores Tasso Jereissati, Espiridião Amin e Wellington Fagundes. **Resultado:** A matéria é retirada de pauta. **ITEM 5 - Projeto de Lei do Senado n° 129, de 2016 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre o regime de especial das Áreas Especiais para Desenvolvimento Turístico – AET, e dá outras providências." **Autoria:** Senador Roberto Rocha. **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Favorável ao projeto e às Emendas nºs 1 e 2-CMA, com uma emenda de sua autoria. O presidente designa relator ad hoc o senador Ângelo Coronel. Após leitura do relatório, fizeram uso da palavra os senadores Tasso Jereissati, Alessandro Vieira, Espiridião Amin, Otto Alencar, Rogério Carvalho e Confúcio Moura. **Resultado:** O presidente da comissão, senador Omar Aziz, concede vista coletiva da matéria, nos termos regimentais. **ITEM 6 - Projeto de Lei do Senado n° 304, de 2016 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 7.560, de 19 de dezembro de 1986, para destinar aos Municípios no mínimo 70% dos recursos do Fundo Nacional Antidrogas." **Autoria:** Senador José Agripino e outros e Senador José Agripino e outros e . **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. Após leitura do relatório, fez uso da palavra os Senadores Veneziano Vital do Rego, Angelo Coronel, Confúcio Moura e Tasso Jereissati. **Resultado:** A comissão aprova o projeto, por 13 (treze) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Observação:** A presença do presidente é contada para efeito de quórum. (Art. 51, RISF). **ITEM 7 - Projeto de Lei do Senado n° 272, de 2018 - Terminativo -** que: "Veda que a instituição emissora ou credenciadora do cartão de crédito exija exclusividade quanto à antecipação de recebíveis e imponha trava bancária além do volume de recebíveis necessários para garantir a operação de crédito." **Autoria:** Senador Ataídes Oliveira. **Relatoria:** Senador Fernando Bezerra Coelho. **Relatório:** Pela rejeição do projeto. **Resultado:** A apreciação da matéria é adiada. **ITEM 8 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 9, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública,com o objetivo de debater a política de preços do Gás Liquefeito de Petróleo parauso residencial (GLP Residencial ou P-13), conhecido gás de cozinha vendido nasrefinarias às distribuidoras para botijões de 13kg; em especial, após a adoção dapolítica de reajustes trimestral em janeiro de 2018." **Autoria:** Senador Ciro Nogueira. **Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº 9/2019 – CAE. **ITEM 9 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 16, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 9/2019 - CAE, sejam incluídos dois convidados, quais sejam: Carlos Alexandre Jorge da Costa, da Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade do Ministério da Economia, no lugar do Sr. Waldery Rodrigues Junior; e Representante da Associação Brasileira dos Revendedores de GLP (ASMIRG-BR)." **Autoria:** Senador Ciro Nogueira. **Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

16/2019 – CAE. **ITEM 10 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 10, de 2019** que: "Requeiro nos termos do art. 99, do Regimento Interno do Senado Federal, que trata de competência dessa Comissão, avaliar os critérios estabelecidos pela Secretaria do Tesouro Nacional para classificação da situação fiscal dos Estados." **Autoria:** Senador Jorginho Mello. **Resultado:** A apreciação da matéria é adiada. **ITEM 11 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 14, de 2019** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PLS 337/2015, que Acresce os incisos XVIII, XIX, XX ao Art. 20 da Lei nº 8036/90 – que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço para permitir a utilização da conta vinculada do trabalhador na quitação de débitos vinculados à imóveis de parentes de primeiro grau." **Autoria:** Senador Fernando Bezerra Coelho. **Resultado:** A apreciação da matéria é adiada. **ITEM 12 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 15, de 2019** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o custo de transição da proposta de reforma da previdência, em decorrência da adoção do modelo de capitalização no sistema de Previdência Social brasileiro." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho. **Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº 15/2019 – CAE. **ITEM 13 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 17, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do arts. 50, caput, e 58, § 2º, III, da Constituição Federal e do art. 397, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado o Sr. Presidente do Banco do Nordeste (BNB), Romildo Carneiro Rolim, para que compareça à esta Comissão, a fim de apresentar e discutir as metas e diretrizes do governo voltadas para a atuação do BNB." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo. **Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº 17/2019 – CAE. **ITEM 14 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 18, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do arts. 50, caput, e 58, § 2º, III, da Constituição Federal e do art. 397, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado o Sr. Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Joaquim Levy, para que compareça à esta Comissão, a fim de apresentar e discutir as metas e diretrizes do governo voltadas para a atuação do BNDES." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo. **Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº 18/2019 – CAE. **ITEM EXTRAPAUTA 15 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 20, de 2019** que: "Analisar, propor iniciativa e aprimorar a legislação sobre a gestão das cadeias produtivas como alternativa e instrumento do desenvolvimento econômico local e regional no ambiente e na estrutura federal do Brasil, bem como analisar e refletir sobre os impactos socioeconômicos da política de renúncias fiscais e desonerações " **Autoria:** Senador Rogério Carvalho. **Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº 20/2019 – CAE. **ITEM EXTRAPAUTA 16 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 22, de 2019** que: "Requer, ao Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, o envio ao CADE de Solicitação de instauração de Inquérito Administrativo para investigar a majoração das tarifas aéreas, do preço dos combustíveis e dos impostos de aviação no Estado do Rio Grande do Norte." **Autoria:** Senador Jean Paul Prates.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Resultado: A comissão aprova o Requerimento nº 22/2019 – CAE. **ITEM EXTRAPAUTA 17 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 23, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater os impactos para a economia brasileira de uma possível entrada do Brasil na Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e também de uma possível mudança de sua condição de país emergente na Organização Mundial do Comércio (OMC)." **Autoria:** Senador Jean Paul Prates. **Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº 23/2019 – CAE. **ITEM EXTRAPAUTA 18 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 24, de 2019** que: "Requer sejam prestadas, pelo Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública e pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, informações sobre o spread bancário no País." **Autoria:** Senador Ciro Nogueira. Usou da palavra o senador Rogério Carvalho. **Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº 24/2019 – CAE. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Omar Aziz

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/03/26

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Declaro aberta a 6ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovação da ata.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 5ª Reunião.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada.

Nós temos alguns projetos para serem votados e vários requerimentos para serem aprovados por esta Comissão.

Há três projetos do Senador Fernando Bezerra, como Relator. Ele nos pediu para que um Senador lesse *ad hoc*. E eu vou pedir ao Senador Plínio que leia *ad hoc* a MSF 68, de 2018, que tem como Relator o Senador Fernando Bezerra.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 68, de 2018

- Não terminativo -

Encaminha, nos termos do art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, a Programação Monetária para o 3º trimestre de 2018.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Plínio Valério

Relatório: Favorável ao projeto, nos termos do Projeto de Decreto Legislativo apresentado.

Ad hoc, o Senador Plínio Valério.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM. Para leitura de relatório.) – Bom dia a todos.

Eu vou, na leitura, tentar também resumir, tirando alguns parágrafos. Se porventura alguém, ao final, não compreender, eu posso voltar, porque normalmente são longos os relatórios. Eu vou tentar, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone.*) – Bem sucinto...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Isso.

Vem ao exame desta Comissão de Assuntos Econômicos a Programação Monetária para o terceiro trimestre de 2018.

A Programação Monetária é composta por três seções. A primeira aborda as perspectivas para evolução da economia no terceiro trimestre de 2018. A segunda apresenta a evolução dos agregados monetários no primeiro trimestre de 2018. A última seção discute as metas indicativas da evolução dos agregados monetários para o terceiro trimestre de 2018.

Os saldos da base monetária restrita, base monetária ampliada e dos meios de pagamentos mantiveram-se nos intervalos determinados pela Programação Monetária para o primeiro trimestre de 2018.

Projetou-se elevação, em relação ao mesmo período do ano anterior, da média dos saldos diários dos meios de pagamento de 8,6% para o terceiro trimestre de 2018. Para o saldo médio da base monetária restrita, a projeção de elevação é de 6,7% no terceiro trimestre de 2018. A base monetária ampliada teve variação estimada, em doze meses, de 7,9% ao final do terceiro trimestre de 2018.

As projeções para todo o ano de 2018, média dos saldos diários, é de crescimento de 7,6% para o M1 e 5,8% para a base monetária restrita.

Análise.

Cabe a esta Comissão de Assuntos Econômicos analisar o projeto.

Após o Plano Real, o Congresso Nacional tem participação mais ativa na definição de parâmetros e metas relativas à evolução da oferta de moeda e crédito na economia.

Em 1999, foi adotado o regime de metas para inflação no qual a taxa básica de juros passa a constituir o principal instrumento de política monetária. Esta é utilizada para manter a inflação dentro dos intervalos de tolerância.

As projeções para a expansão monetária, feitas em junho de 2018, foram compatíveis com as efetivamente ocorridas e com a manutenção de taxa de inflação, medida pelo IPCA, em 2018, em níveis abaixo da meta perseguida pela autoridade monetária.

Voto.

Pelas razões expostas, voto pela aprovação da Programação Monetária para o terceiro trimestre de 2018, nos seguintes termos:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 2019
O CONGRESSO NACIONAL decreta:
Art. 1º Fica aprovada a Programação Monetária para o terceiro trimestre de 2018, nos termos da Mensagem nº 68, de 2018 (nº 371, de 2018, na origem), do Presidente da República.
Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão.

Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em discussão o relatório *ad hoc* do Senador Plínio Valério. (*Pausa.*)

Se nenhum Senador quer discutir, nós votaremos quando tivermos o quórum necessário.

Vou passar ao próximo item, Senador Plínio Valério. É a MSF 93, de 2018.

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 93, de 2018

- Não terminativo -

Encaminha, nos termos do art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, a Programação Monetária para o 4º trimestre de 2018.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Plínio Valério

Relatório: Favorável ao projeto, nos termos do Projeto de Decreto Legislativo apresentado.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM. Para leitura de relatório.) – Também de relatoria do Senador Fernando Bezerra Coelho.

Vem ao exame desta Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) a Programação Monetária para o quarto trimestre de 2018, atendendo ao art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, que dispõe sobre o Plano Real, encaminhada pelo Presidente da República, acompanhada da exposição de motivos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Programação Monetária é composta por três seções... Vou dispensar, a gente acaba de ler, é aquele mesmo argumento do projeto anterior, Senador Tasso.

Em relação ao cenário externo, enfatiza-se que os principais riscos estão associados à normalização das taxas de juros em algumas economias avançadas e às recentes disputas no comércio global.

Em relação aos fatores de risco para a inflação, argumenta-se que, por um lado, a possível propagação, por mecanismos inerciais, do nível baixo de inflação passada e o nível de ociosidade ainda elevado podem produzir trajetória de inflação prospectiva abaixo do esperado. Por outro lado, uma frustração das expectativas sobre a continuidade das reformas e ajustes necessários na economia brasileira pode afetar prêmios de risco e elevar a trajetória da inflação no horizonte relevante para a política monetária.

Os saldos da base monetária restrita, base monetária ampliada e dos meios de pagamentos mantiveram-se nos intervalos determinados pela Programação Monetária para o segundo trimestre de 2018.

Projetou-se elevação, em relação ao mesmo período do ano anterior, da média dos saldos diários dos meios de pagamento.

A proporção entre M4 e PIB era prevista para apresentar relativa estabilidade ao longo do segundo semestre de 2018, trajetória consistente com o comportamento esperado para as respectivas variáveis no período.

Análise.

Cabe a esta Comissão...

Após o Plano Real... Já foi lida a mesma exposição.

As projeções para a expansão...

Então, vamos ao voto.

Pelas razões expostas, voto pela aprovação da Programação Monetária para o quarto trimestre de 2018, nos seguintes termos:

> PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 2019
> Aprova a Programação Monetária para o quarto trimestre de 2018.
> O CONGRESSO NACIONAL decreta:
> Art. 1º Fica aprovada a Programação Monetária para o quarto trimestre de 2018, nos termos da Mensagem nº 93, de 2018 (nº 545, de 2018, na origem), do Presidente da República.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Enquanto não há quórum, eu queria que, com o prestígio de V. Exa. e com a boa relação que V. Exa. tem com o Presidente da Câmara, nós pudéssemos... Foi aprovado aqui um projeto de lei que permite a dupla militância do Banco Central, ou seja, olhar a taxa: olhar a inflação e olhar ao mesmo tempo o emprego, olhar a taxa de juros olhando a taxa de inflação e o nível de emprego.

Esse projeto de lei está na Comissão de Fiscalização e Controle da Câmara precisando ser aprovado. A gente já fez o trabalho aqui no Senado. Esse debate está acontecendo e está ampliando no País, ou seja, a necessidade de olhar o desemprego para ver a taxa de juros que a gente pratica.

Então, é oportuno porque essas questões e essas mensagens acabam sendo uma mera formalidade, e temos um projeto de lei, lá, que poderia ajudar muito mais a gente a tirar o País da paralisia econômica em que a gente está vivendo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou entrar em contato com o Presidente Rodrigo Maia e fazer a solicitação, para que ele possa conversar com o Presidente da Comissão, pautar esse projeto e encaminhar ao Plenário para ser votado.

Em votação o relatório do Senador, *ad hoc*, Plínio Valério.

Os Senadores e Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim. O Relator que é *ad hoc*.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então devo ter me confundido. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – E preferia outro peixe, não é? (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Devo ter me confundido, Senador.

O nosso querido amigo Plínio Valério é meu conterrâneo, e a gente...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O item 1...

Em votação o item 1 desta pauta, cujo relatório já foi lido...

Em votação o relatório do Senador Plínio Valério.

Senadores e Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Vamos para o item 3, que também é matéria oriunda da Presidência da República.

ITEM 3

MENSAGEM (SF) Nº 1, de 2019

- Não terminativo -

Encaminha, nos termos do art. 6° da Lei no 9.069, de 29 de junho de 1995, a Programação Monetária, de conformidade com a inclusa Exposição de Motivos do Banco Central do Brasil, destinada à Comissão de Assuntos Econômicos dessa Casa.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Fernando Bezerra Coelho

Relatório: Favorável ao projeto, nos termos do Projeto de Decreto Legislativo apresentado.

O relatório é do Senador Plínio Valério.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM. Para leitura de relatório.) – Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 1, de 2019, da Presidência da República, que encaminha, nos termos do art. 6° da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, a Programação Monetária, de conformidade com a inclusa Exposição de Motivos do Banco Central do Brasil, destinada à Comissão de Assuntos Econômicos desta Casa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O relatório fala da mensagem que veio ao exame da Comissão, que a Comissão tem competência para isso, fala da Programação Monetária, e traz aqui, no balanço para o primeiro trimestre de 2019, destacado o alto nível de ociosidade dos fatores de produção e as perspectivas de retomada gradual da atividade econômica, condicionada a um cenário de reformas de natureza fiscal e ajustes na economia brasileira, como iniciativas que busquem aumento de produtividade, ganhos de eficiência, mais flexibilidade na economia e melhoria no ambiente de negócios.

O cenário externo continua desafiador, sendo o principal risco o de uma eventual normalização das taxas de juros em economias avançadas e as incertezas referentes ao comércio global.

Diante desse quadro, o Banco Central entende que deve ser realizada uma política monetária estimulativa, com taxas de juros abaixo da taxa estrutural. Deste modo, está incorporando em sua análise a evolução da atividade econômica, o balanço de riscos relevantes e as projeções e expectativas de inflação.

Os saldos da base monetária restrita, da base monetária ampliada e dos meios de pagamentos mantiveram-se nos intervalos determinados pela Programação Monetária para o terceiro trimestre de 2018.

Projetou-se a elevação em 12 meses da média dos saldos diários dos meios de pagamento M1 de 9,9%, para março de 2019. Para o saldo médio da base monetária restrita, a projeção de elevação é de 7,8% em março de 2019. A base monetária ampliada deve ter variação em 12 meses de 6,9% ao final do primeiro trimestre de 2019, enquanto o crescimento dos meios de pagamento ampliados M4 deve ser da ordem de 7,9% em março de 2019.

A proporção entre M4 e PIB deve apresentar valor de aproximadamente 96,2% em março de 2019 e 97,1% em dezembro de 2019.

Análise.

Cabe a esta Comissão a legalidade. Analisou-se e chegou-se à seguinte conclusão, voto.

Pelas razões expostas, voto pela aprovação da Programação Monetária para o primeiro trimestre de 2019, nos seguintes termos:

> PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 2019
> Aprova a Programação Monetária para o primeiro trimestre de 2019.
> O CONGRESSO NACIONAL decreta:
> Art. 1º Fica aprovada a Programação Monetária para o primeiro trimestre de 2019, nos termos da Mensagem nº 1, de 2019 (nº 777, de 2018, na origem), do Presidente da República.
> Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sala de Comissões, na data de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queria discutir a matéria, em votação o relatório do Senador Plínio Valério.

Os Senadores e as Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE favorável ao projeto, nos termos do projeto de decreto legislativo apresentado.

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal.

A próxima matéria.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 374, de 2015

- Não terminativo -

Altera o parágrafo 2º do Artigo 3º da Lei Complementar 63 de 1990, tornando facultativo para os Estados a possibilidade de considerar ou não, para efeito de cálculo do valor adicionado, as parcelas isentas ou com benefícios fiscais e as operações imunes do imposto.

Autoria: Senador Fernando Bezerra Coelho

Relatoria: Senador Wellington Fagundes

Relatório: Favorável ao projeto, com duas emendas apresentadas.

Observações:

1. Em 12/3/2019, foi concedida vista coletiva da matéria.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queria discutir...

Só um minutinho.

Pois não, Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – Para discutir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE. Para discutir.) – Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, essa matéria é uma matéria importante. E eu entendo as intenções e o mérito que o Senador Fernando Bezerra teve ao escrever esse projeto. No entanto, eu queria dizer que fui fazer um exercício, por exemplo, no meu Estado, das consequências dessa decisão. É evidente que o Senador teve o cuidado de deixar facultativa aos Estados a implantação ou não desta lei e também obrigando a que houvesse aprovação da Assembleia Legislativa.

No entanto, as consequências podem ser ainda duvidosas, alcançando resultados contrários ao que se deseja. Por exemplo, no Estado do Ceará, o Município que seria mais beneficiado, estou lembrando que se trata da redistribuição com novos critérios do ICMS, seria justamente o Município de Fortaleza, que é o mais rico, evidentemente, do Estado do Ceará. O segundo Município é o de Aquiraz, que faz parte da região metropolitana de Fortaleza. E Municípios como Aracati e Pacatuba seriam imensamente prejudicados.

Por esta razão, eu queria colocar que acho que dessa lei já foi pedida vista. Como não vale mais a discussão, eu votaria contra para que a gente pudesse rediscutir e avaliar em profundidade as consequências. Eu queria colocar a posição...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou fazer uma proposta. Como hoje está muito vazio e se trata de uma matéria muito polêmica, porque é uma coisa que tem consequências, e o Relator não está aqui nem o autor do projeto, eu o estou colocando pela pauta que foi distribuída aos Srs. Senadores... Porque para mim existe também uma questão dúbia aí: quando se torna facultativo, sim ou não, é uma coisa que não funciona. Ou é ou não é.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Você joga... Permite-me?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Você joga para uma maioria eventual da Assembleia Legislativa...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... que pode ser a favor ou contra um prefeito ou não.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... que pode ser concentracionista em caso de emergência. Você imagine o Rio Grande do Sul votando isso, com salário atrasado, não pagando seus compromissos elementares, parcelando salário há quantos anos?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu entendo aqui que...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Pode haver um surto concentracionista...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Os Municípios que beneficiam com isenção teriam de dizer de onde vêm esses recursos para entrar também... Ou não entrariam na discussão do valor adicional?

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – Não entrariam.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não entrariam. Por exemplo, um Município que quer ter um projeto de turismo isenta uma empresa, e essa empresa, quando for fazer o valor adicional, não entraria esse...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – Não entraria pelo incentivo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pelo incentivo.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – No caso de Manaus, a Zona Franca de Manaus entraria? Parece que não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou retirar de pauta o projeto...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Sim, mas, só para concluir, dentro da sua linha de retirar. O Município – isso está agora evoluindo – adota, por exemplo, que se você usa energia renovável, na sua casa há descontos de toda sorte para os tributos que o Município administra ou recebe. Então, você vai estar facultando que isso seja adotado por outro Município ou não. Por essa razão, acho que é prudente retirar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Wellington, nós estamos propondo retirar o projeto para a gente poder chegar a um determinado entendimento dele. Como se trata de mais de cinco mil Municípios no Brasil, cada um com a sua peculiaridade, e a lei diz o seguinte: "poderá ser adotado ou não", quer dizer, abre um... É facultativo. E coisas facultativas dependem do governador de plantão, do prefeito de plantão ou da assembleia de plantão, não é uma coisa que possa ou não permanecer.

Então, V. Exa. fez o relatório, foi pedida vista coletiva, nós trouxemos novamente para votar; e há aqui o argumento do Senador Tasso Jereissati, do Governador Confúcio, do Senador Amin para que retiremos de pauta, é a proposta que eu faço, para podermos analisar com um pouquinho mais de equilíbrio a matéria – eu diria –, para que não cometamos aqui um ato falho, porque isso já é terminativo, vai ao Plenário para ser aprovada ou não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Senador Omar, eu só quero justificar, pois a nossa vida aqui é muito atribulada. Mas eu vim aqui antes de começar a reunião, tive de passar em outras Comissões. Eu agora acabo de pedir para entregar aqui aos Senadores um relatório de análise da Confederação Nacional de Municípios, inclusive com os dados de todos os Estados daqueles Municípios que mais ganham e que mais perdem; os que mais recebem hoje atualmente.

Se formos observar aqui, de um modo geral os Municípios menores são aqueles que acabam recebendo menor recurso *per capita*. De um modo geral. Então, essa discussão com a Confederação Nacional de Municípios... Inicialmente, eles não gostariam nem de se manifestar, porque realmente é aquela história da faca de dois legumes, nunca contenta gregos e troianos. Mas esse relatório...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Beneficia sempre o maior.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Sempre o maior, hoje principalmente. Mas isso aí é um critério, porque cada Estado tem as suas peculiaridades. Por exemplo, no caso do meu Estado de Mato Grosso, é um Estado ainda em desenvolvimento e, claro, o começo do Estado se deu principalmente pelos bandeirantes que foram em busca do ouro; depois, os nordestinos foram em busca do garimpo de diamante; e depois veio o novo ouro que é a soja.

Então, os Municípios mais antigos, que são de origem principalmente garimpeira, são os Municípios que tiveram – digamos – mais dificuldade no desenvolvimento e muitos desses Municípios... Eu quero exemplificar aqui o Município de Cáceres. A partir daquele Município foram criados 17 Municípios. Aí também é o que acontece na legislação anterior. Quando se cria um Estado ou Município, o Estado-mãe ou o Município-mãe fica com as dívidas. No caso, cria-se um Município novo desmembrado daquele mais antigo com a vocação da produção agrícola. Então, esses Municípios se desenvolveram muito. E, claro, a renda está cada vez mais concentrada, principalmente de acordo com a produção e a exportação.

Tudo que se vai discutir hoje no Brasil em termos de questão tributária sempre é complexo. Por isso eu disse aqui, na reunião passada, sobre a questão da guerra fiscal também, que acaba empatando. Então, nós temos de discutir talvez a reforma tributária profunda neste País, porque sempre há injustiça hoje com os Municípios que às vezes, na ânsia de trazer uma empresa, entregam os incentivos fiscais, e a empresa às vezes usa pelo tempo que pode e depois até abandona o Município.

Então, eu concordo com V. Exa. sobre a decisão, porque isso aqui não é uma coisa de facilidade, de unanimidade. Até respeitando um Senador hoje, Fernando, que é o Líder também do Governo – ele não está presente hoje –, eu penso que é perfeitamente possível discutirmos com mais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

profundidade. Mas sobre esse documento da Confederação eu gostaria que todos também pudessem se debruçar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou pedir somente um favor ao Senador Wellington, ao Senador Confúcio, ao Senador Tasso e ao Senador Amin: que os senhores quatro Senadores possam sentar, no momento oportuno, e analisar profundamente isso; e depois de analisado, que V. Exa. Trouxesse para a gente votar aqui. Pode ser?

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – Pode.

Poderia, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Presidente.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – Só aqui colocando algo para o Senador Wellington sobre a observação que fiz. Eu entendo o objetivo meritório do projeto, mas eu fiz uma avaliação, por exemplo, do Estado do Ceará, e bate um pouco com o que está aqui.

No Estado do Ceará, o Município mais beneficiado seria Fortaleza, que é justamente o Município mais rico do Estado. Vamos fazer a conta como está nisso aí, *per capita*...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – Perfeito. *Per capita* muda muito.

Mas, por exemplo, no seu Estado, e com certeza no Estado do Senador Confúcio... Fortaleza, além da divisão do ICMS, com certeza, tem uma capacidade de recolher IPTU muito alta, porque existe toda uma classe média, edifícios e casas de alto valor sobre os quais se recolhe IPTU. Tem também ISS bastante significativo, já que a quantidade de empresas de serviços numa cidade como Fortaleza é muito grande. Acredito que aconteça a mesma coisa no seu Estado.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Além do servidor público federal, universidades...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – Além do servidor público.

Se você pega um Município pobre do Nordeste, mas com certeza o mesmo ocorre em outros Estados também – talvez Santa Catarina seja um pouco diferente –, verá que não tem praticamente IPTU e não tem praticamente ISS.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não tem.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – Praticamente, não é isso? Um Município do interior do Amazonas...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – Só isso...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Fundo de Participação, aposentados rurais, pensionistas e Bolsa Família, não há outra atividade econômica.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – Estou pedindo para que se avaliem as consequências disso, maiores, para que a gente possa, enfim, com maiores informações, tomar essa decisão. Reconheço o mérito do projeto e do seu relatório.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só uma coisa. Eu acho que aqui alguns já tiveram oportunidade de ser Governadores. Se a gente for levar ao pé da letra essa distribuição de ICMS, Manaus, por exemplo, ficaria com todo o dinheiro do Estado, praticamente. Então, Manaus abre mão de recursos para que possam ser distribuídos entre Municípios mais pobres. A relação de valor agregado entre Manaus ou qualquer outro Município é muito grande, quer dizer, é desproporcional.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone.*) – O mesmo vale para qualquer cidade portuária.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É, nós sabemos disso. Por isso que é uma matéria muito...

Então, a proposta que eu faço é essa. Pode ser, Senador Wellington?

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Perfeito.

Só que o Fernando Bezerra precisa ser também incorporado...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, mas ele não está. Eu estou tomando a decisão por ele.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Não, é incorporado nessa equipe aqui para que a gente possa conversar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O.k. Obrigado, Senador. (*Pausa.*)

Item 5: é o Projeto de Lei do Senado nº 129, de 2016. O Relator é o Senador Otto Alencar. A autoria é do Senador Roberto Rocha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 129, de 2016

- Não terminativo -

Dispõe sobre o regime de especial das Áreas Especiais para Desenvolvimento Turístico – AET, e dá outras providências.

Autoria: Senador Roberto Rocha

Relatoria: Senador Angelo Coronel

Relatório: Favorável ao projeto e às Emendas nºs 1 e 2-CMA, com uma emenda de sua autoria.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, com parecer favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1 e 2-CMA.

2. A matéria será apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, em decisão terminativa.

Vou pedir ao Senador Angelo Coronel, colega do Senador Otto, que leia o relatório relativo a esse item 5, por favor.

Passe para o Senador Angelo Coronel.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Enquanto o Senador se prepara, Senador Omar, só aproveitando aqui o intervalo, eu queria suscitar aqui uma questão da nossa economia também, que está acontecendo no Estado do Amazonas. Fui procurado pelo pessoal do Dnit quanto à questão dos portos, porque no Amazonas os portos funcionam praticamente como rodoviárias, e daqueles portos construídos, hoje muitos deles estão sendo fechados por uma decisão de enxugamento da folha do Dnit. Eu gostaria, já que V. Exa. inclusive é daquele Estado, é um grande conhecedor, que esse assunto pudesse ser também oportunamente discutido aqui pela nossa Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Com certeza absoluta. Há vários portos que tinham funcionários do Dnit que estão sendo demitidos, e eles funcionavam... Até porque não são rentáveis esses portos, se não houver uma contribuição do governo e muitas vezes das prefeituras, eles vão realmente ficar sem nenhum tipo de manutenção, e isso vai dar problema. A gente pode fazer uma audiência sobre isso aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Angelo Coronel.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA. Para leitura de relatório.) – Parecer da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o Projeto de Lei do Senado nº 129, de 2016, do Senador Roberto Rocha, que dispõe sobre o regime especial das Áreas Especiais para Desenvolvimento Turístico (AET), e dá outras providências.

Relatório.

Chega para a análise desta Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) o Projeto de Lei do Senado (PLS) 129, de 2016, de autoria do Senador Roberto Rocha, que dispõe sobre o regime especial das Áreas Especiais para Desenvolvimento Turístico (AET), e dá outras providências.

O PLS 129, de 2016, autoriza o Poder Executivo federal a criar Áreas Especiais para Desenvolvimento Turístico, com a finalidade de aumentar a competitividade do setor turístico brasileiro, conforme seu art. 1º.

O PLS é dividido em três capítulos. No primeiro deles, autoriza o Poder Executivo federal a criar áreas denominadas Áreas Especiais para Desenvolvimento Turístico (AET); determina que a sua constituição, após proposta dos Estados ou Municípios, será feita por meio de decreto que delimitará sua área; assim como estabelece os requisitos para a criação dessas áreas.

O Capítulo II trata do Conselho Nacional das Áreas Especiais para Desenvolvimento Turístico (Caet), instituído por decreto, com competência para: analisar as propostas de criação de AET; aprovar os projetos correspondentes; traçar a orientação superior da política das AET; decidir sobre os pedidos de prorrogação dos prazos para a caducidade do ato de criação da AE; e declarar a caducidade da AET.

O Capítulo III enuncia disposições gerais, entre elas: as regras para suspensão de pagamentos de impostos e contribuições pelos prestadores de serviços autorizados a operar em AET; procedimentos para sua instalação e atividades; e as sanções legais decorrentes de infrações.

O art. 16 da proposição trata da entrada em vigor da lei resultante na data de sua publicação.

E, por fim, o art. 17 revoga a Lei nº 6.513, de 20 de dezembro de 1977, que dispõe sobre a criação de Áreas Especiais e de Locais de Interesse Turístico; sobre o Inventário com finalidades turísticas dos bens de valor cultural e natural; acrescenta inciso ao art. 2º da Lei nº 4.132, de 10 de setembro de 1962; altera a redação e acrescenta dispositivo à Lei nº 4.717, de 29 de junho de 1965; e dá outras providências.

A proposição recebeu parecer favorável da Comissão de Meio Ambiente em 13 de junho de 2017, com duas emendas. A primeira altera a expressão “órgãos federais” no inciso II do art. 8º do PLS nº 129, de 2016, para “Poder Público”, [ou seja, sai "órgãos federais" e entra a expressão "Poder

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Público"], pois somente o Presidente da República pode determinar as funções dos órgãos federais. A segunda emenda suprime o licenciamento ambiental simplificado e a dispensa de licenciamento ou autorização dos órgãos competentes pela proteção do meio ambiente e segurança do transporte marítimo. Desta Comissão, segue para a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, para decisão terminativa.

No tempo regimental, não foram apresentadas emendas ao PLS.

Análise.

Compete a esta Comissão de Assuntos Econômicos, nos termos do art. 99, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, apreciar o aspecto econômico e financeiro das matérias que lhe sejam submetidas.

Com relação ao mérito, o autor afirma que a criação das Áreas Especiais para Desenvolvimento Turístico (AET) contribuiria para aumentar a competitividade do turismo brasileiro, pois teriam "regime jurídico próprio para a atração de investimentos, com benefícios tributários e administrativos e procedimento simplificado para licenciamento ambiental".

Em relação ao mérito turístico, deixaremos o exame da proposição à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, que a analisará em decisão terminativa.

Concordamos com as alterações promovidas pela Comissão de Meio Ambiente com relação ao estabelecimento de um procedimento simplificado para o licenciamento ambiental, que colocaria em risco a própria competitividade do setor, pois boa parte da atração exercida sobre o turista estrangeiro decorre da presença de um meio ambiente equilibrado em nossas florestas e praias. E é justamente o processo de licenciamento ambiental que assegura a preservação desse meio ambiente.

Também, somos de acordo com a alteração dada pelo relatório da CMA à questão da "dispensa de licença ou de autorização de órgãos federais, com exceção dos controles de ordem sanitária e de interesse da segurança nacional", consoante o art. 8º, inciso II, do PLS.

Quanto à questão econômico-financeira da proposição, concordamos com o argumento apresentado por seu autor de que a aprovação da proposição em análise poderá fazer com que o turismo possa vir a se tornar uma das principais atividades econômicas a contribuir para que o País retome o seu crescimento por meio da geração de emprego e renda e desenvolvimento regional.

Cremos ser oportuno, no entanto, acrescentar o fato de determinada área ser reconhecida como patrimônio histórico e cultural entre os critérios que recomendam a prioridade para o seu enquadramento como Área Especial de Desenvolvimento Turístico. Com esse propósito de aprimorar a matéria, apresentamos uma emenda ao referido projeto de lei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Voto.

Em razão do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 129, de 2016, e das emendas aprovadas no parecer da Comissão de Meio Ambiente, com a seguinte emenda adicional:

EMENDA Nº - CAE
Acrescente-se o seguinte inciso ao § 1º do art. 3º do Projeto de Lei do Senado nº 129, de 2016, renumerando-se os demais:
"Art. 3º.....
.....
"§ 1º.....
.....
"II – prioridade para as propostas de criação de AET em áreas reconhecidas como patrimônio histórico e cultural.
....."

Sala da Comissão.

Está aqui apresentado, Sr. Presidente, o relatório.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em discussão a matéria.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE. Para discutir.) – Desculpe-me hoje estar fazendo papel de chato aqui. Mas, em função do momento que nós vivemos, em que se discutem intensamente os tais gastos tributários ou subsídios, etc., parece-me que esse projeto abre um leque muito grande de isenções e subsídios.

Eu pediria vista para que nós pudéssemos avaliar melhor.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - SE) – Vista coletiva, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou dar vista coletiva.

O Relator do projeto já se encontra em Plenário, mas muito bem substituído pelo meu querido amigo Angelo Coronel, até bem demais.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – O último turco da Bahia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vamos conceder vista coletiva...

Pois não, Senador Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para discutir.) – Exatamente por tratar de um benefício fiscal – é um benefício fiscal – sem avaliação, sem projeção de meta a alcançar, eu sou preliminarmente contrário. Esse o viés principal do projeto de lei complementar que eu apresentei. Os novos têm que ter programação do que pretende. O que você pretende? Além disso, o que você pretende em matéria de emprego, em matéria de competitividade do setor e vantagem para o consumidor cada vez que você estabelecer alguma forma de incentivo? E os antigos têm que ser avaliados.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Uma espécie de PPP para esse setor.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu não diria tão... Eu não falaria tão mal do projeto porque parceria público-privada no Brasil está *sub judice*. Mas é uma tentativa de pôr um paradeiro numa conta que não se avalia, que, incluindo Estados e Municípios, chega a mais de 550 bilhões neste ano, num país que está lacrimejando falência.

Então, é uma incoerência. Como é que, se eu estou com um prejuízo neste ano de 550 bilhões, eu ainda ofereço – por mais modesta, por mais útil porque isoladamente todas são importantes – uma mesada para alguém?

Sou contra enquanto nós não decidirmos sobre um projeto – para concluir – que eu desenho há 28 anos. O primeiro que eu apresentei é de 1991.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Otto, Relator do projeto.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Para discutir.) – Bom, eu queria dizer ao nobre Senador Tasso Jereissati, como Líder do Governo...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Não? (*Risos.*)

Mas é Líder do Governo.

Ele está querendo controlar aí essa questão do subsídio, não é? O Senador Tasso Bezerra... Desculpe-me: Tasso Jereissati. (*Risos.*)

Este projeto é do Líder do PSDB aqui no Senado Federal, Senador Roberto Rocha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que ele não é terminativo aqui. Não é terminativo. Ele vai para outra comissão. Se eu não me engano, a Comissão de...

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – ... Desenvolvimento Regional e Turismo.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Hein?

Desenvolvimento Regional e... Pode ser apreciado lá, não é?

Portanto, quanto a essas isenções – normalmente o pensamento do Senador Roberto Rocha, que é o meu também – são só para algumas áreas de turismo que precisam realmente ter um desenvolvimento maior.

No Ceará mesmo, há Municípios assim; na Bahia, como os Municípios de Lençóis, Mucugê, Porto Seguro; e, de alguma forma, vai facilitar investimento importante nessas áreas.

O que se poderia fazer – e eu pensei até em fazer isso – é excluir alguns Municípios que já têm hoje uma infraestrutura turística muito grande – pode-se fazer com a vista do Senador Tassos Jereissati –, mas, agora, aqueles que não têm realmente seriam muito beneficiados. Sobretudo, alguns Estados do Nordeste seriam beneficiados.

Então, V. Exa. pediu vista, pode até apresentar uma alteração nesse sentido de fazer a exclusão dos grandes Municípios, dos que têm já uma vocação grande para o turismo, tipo Florianópolis, Rio de Janeiro, os grandes Municípios do... Fortaleza, por exemplo.

Então, eu acho que cabe uma reflexão a respeito disso.

Então, o meu parecer foi pensando em desenvolvimento econômico...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Como?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Não, não. V. Exa...

É mais Santa Catarina. É mais Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Rogério.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – O pensamento foi esse.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas eu fiz aqui uma ironia com o Senador Tasso e peço desculpa. Porque não adiantar trabalhar aqui no Senado mal-humorado, porque não dá. Tem que ter no mínimo bom humor. Não é não, Senador...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – Presidente...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – O Espiridião Amin é o chefe da turma que puxa o bom humor, para apreciar essa situação.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – ... eu sei que o Senador Otto Alencar é um dos maiores e melhores Senadores desta Casa, assim como meu amigo Roberto Rocha. E, com certeza, aqui ele está querendo beneficiar a área turística da Bahia que ele mais aprecia, que é o Monte do Pai Inácio.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – É o Morro do Pai Inácio.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – O Morro do Pai Inácio...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Morro do Pai Inácio, Lençóis, Mucugê...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – ... onde ele costuma fazer as suas reflexões, quando...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Exatamente.

Eu sou o único Senador da Bahia... O Coronel não vai muito, não. Mas foi comigo lá, na Cachoeira do Mosquito.

Eu faço as minhas reflexões é no Morro do Pai Inácio mesmo. São 1.300m acima do nível do mar.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Depois vocês dois matam...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – As minhas reflexões... Você fica mais perto do céu. Reflexão no alto é muito bom.

Há mata virgem lá, que é tranquila.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – Só mata; só há mata virgem lá, só mata também.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Só mata virgem.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – Só mata que há.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Sem santo-daime?

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Não; não há, não.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – Senador, mas eu gostaria de esclarecer o seguinte: eu estou pedindo vista, porque é muito amplo e concede uma porção de benefícios. E queria lembrar o meu querido amigo Otto Alencar: quando Presidente desta Comissão, no ano passado, o Senador Omar também estava presente, nós votamos uma resolução aqui definindo que nós só votaríamos qualquer projeto que implicasse isenção fiscal se fosse quantificado o impacto que isso teria nas contas. Então, principalmente em função dessa resolução que V. Exa. votou, inclusive, elogiando a medida, é que nós estamos pedindo vista.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou fazer uma recomendação aqui. Eu não vou colocar um projeto que faça qualquer tipo de benefício fiscal se não houver já no relatório essa resolução que foi votada aqui dentro desta CAE. Então, não encaminhe mais nenhum tipo de projeto, não paute projeto se não estiver dentro dos critérios em que a resolução foi votada. Inclusive, há uma matéria para ser votada em Plenário de V. Exa. que trata desse assunto.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Mas o art. 2º do projeto é claro, quando ele diz que passará por um decreto a definição dessas áreas que merecerão incentivo. No art. 2º, consta...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Otto, eu acho que um dos Estados que tem um potencial turístico muito grande é o Estado do Amazonas, como todo mundo sabe, e nós temos dificuldade de infraestrutura, de logística, uma série de coisas. E o Poder Público não tem como manter e fazer esses investimentos; só o poder privado e dando incentivos, senão não vão para lá, principalmente em áreas preservadas que têm um tipo de turismo totalmente diferenciado. Você não vai a uma área preservada, uma área que é uma APP, ou área de conservação... Você pode fazer turismo sustentável ali dentro, mas com várias e várias regulamentações. Então, o Amazonas seria muito beneficiado, mas nós temos que realmente seguir um critério aqui, porque senão a gente vai na contramão do que nós estamos pensando para o País.

Senador Rogério, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para discutir.) – Presidente, eu acho que o projeto tem uma importância grande para promover o desenvolvimento do turismo, mas nós temos aqui, pelo que eu estou percebendo, nós temos uma questão precedente, nós temos um debate que precede este debate que é rever os incentivos fiscais no momento em que a gente coloca em risco o BPC, a aposentadoria rural; no momento em que a gente quer acabar com o sistema de seguridade social. Dizem que fariam 1 trilhão de economia e a gente com mais de 500 bilhões anuais de renúncia fiscal.

Então, diante dessa situação, é inoportuno, não pela qualidade, pelo debate de mérito do projeto, mas pelo momento que a gente vive, que a gente precisa aprofundar este debate sobre as renúncias fiscais. E mais: fazer um debate sério sobre o que é incentivo fiscal para desenvolvimento regional e o que é renúncia fiscal, que deveria ter uma duração temporária, limitada, e que virou renúncia fiscal eterna, *ad aeternum*.

Então, acho que esse é o motivo que mobiliza todos os colegas aqui a fazer o debate anterior, tem precedência esse debate das renúncias fiscais.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Confúcio.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Para discutir.) – Senador Omar, minha intervenção coincide muito com o que V. Exa. acabou de expor. Por exemplo, a Amazônia, pelas suas características, sua beleza, sua diversidade e alternativas turísticas tão variadas, seria muito bem contemplada caso isso viesse a acontecer. Mas, de cara, com uma passagem de São Paulo, de Brasília a Buenos Aires, ida e volta, gasta-se R$1,2 mil, R$1 mil, R$1,5 mil. Com uma passagem de Manaus a São Paulo, se comprar para amanhã, você gasta R$6 mil. Então, turismo para a Amazônia hoje está muito proibitivo. A primeira causa é a passagem aérea. Segunda, as condições locais.

O senhor abordou muito bem, e eu não quero me delongar, porque já abordou esse tema, a questão dos incentivos fiscais, e é extremamente cauteloso hoje em dia a gente se precaver dessas concessões, porque a gente só sabe começar; como termina, ninguém sabe.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está concedida vista coletiva.

ITEM 6

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 304, de 2016

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera a Lei nº 7.560, de 19 de dezembro de 1986, para destinar aos Municípios no mínimo 70% dos recursos do Fundo Nacional Antidrogas.

Autoria: Senador José Agripino e outros

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com parecer favorável ao projeto.

Esse projeto é do Senador Garibaldi Alves e o Relator é o Senador Otto Alencar.

Vou passar a palavra ao Senador Otto Alencar para ler...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não. Garibaldi Alves está aqui... Ah, José Agripino e Senador... Os dois. José Agripino e Garibaldi Alves.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Para leitura de relatório.) – Sr. Presidente, Senador Omar Aziz, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 304, de 2016, do Senador José Agripino e do Senador Garibaldi, que altera a Lei nº 7.560, de 19 de dezembro de 1986, para destinar aos Municípios no mínimo 70% dos recursos do Fundo Nacional Antidrogas.

Esta Comissão tem a prerrogativa de analisar este projeto.

Conforme o art. 1º da proposição, são acrescentados dois parágrafos ao art. 5º-A da Lei nº 7.560, de 19 de dezembro de 1986, que cria o Fundo de Prevenção, Recuperação e de Combate às Drogas de Abuso, dispõe sobre os bens apreendidos e adquiridos com produtos de tráfico ilícito de drogas ou atividades correlatas, e dá outras providências.

Nos termos do novo §1º, um mínimo de 70% dos recursos do Funad, de que trata o art. 2º da referida lei, serão destinados aos projetos das entidades do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) desenvolvidos no âmbito dos Municípios.

Já o §2º propõe que o repasse dos recursos de que trata o §1º ocorrerá em parcelas semestrais, nos meses de janeiro e julho de cada ano, e sua repartição observará, na medida do possível, os critérios aplicáveis aos recursos do Fundo de Participação dos Municípios de que trata o art. 159, I, "b", da Constituição Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O art. 2º é a cláusula de vigência, que determina que a lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Na justificação, o autor da matéria defende o pressuposto de que a descentralização é a forma mais eficaz de fazer os recursos reservados à prevenção e ao tratamento de dependentes químicos chegarem a quem realmente precisa. Tais recursos permitiriam garantir uma infraestrutura de atendimento adequada e a devida capacitação dos agentes públicos. Ademais, aponta que os recursos do Fundo Nacional Antidrogas têm ficado concentrados em ações da União, enquanto o problema das drogas precisa receber a atenção conjunta e coordenada de todas as unidades da Federação, em especial dos Municípios.

A proposição foi distribuída às Comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Assuntos Econômicos (CAE), cabendo a esta última a decisão terminativa.

Não foram oferecidas emendas no prazo regimental.

Em 30/05/2018, a CAS aprovou o relatório da Senadora Ângela Portela, que passou a constituir parecer da CAS favorável ao projeto. Na CAE, cabe a mim a tarefa de relatar essa matéria.

Análise.

Nos termos do art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal, compete a nós, aqui e agora, opinar sobre o aspecto econômico e financeiro da matéria. Por se tratar de decisão terminativa, cabe também analisar os aspectos formais de constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa da proposição.

Quanto à constitucionalidade, compete à União legislar sobre educação (art. 24, IX, da Constituição Federal), proteção e defesa da saúde (art. 24, XII), combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos (art. 23, X), proteção à infância e à juventude (art. 24, XV), e Direito Financeiro (art. 24, I), não sendo tais matérias reservadas à iniciativa privativa do Presidente da República, conforme o §1º do art. 61 da Constituição Federal do Estado brasileiro.

No tocante à juridicidade, o projeto possui os atributos de novidade, abstração, generalidade e potencial coercibilidade, sendo compatível com o ordenamento jurídico vigente. Em relação à regimentalidade, a proposição mostra-se em acordo com os o que dispõe o Regimento Interno do Senado Federal. Já quanto à técnica legislativa, o texto respeita os preceitos da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

No mérito, estamos de acordo com a análise empreendida pela Senadora Ângela Portela, pois a proposição versa sobre a questão da dependência química, um problema de saúde pública de grande

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

relevância social, para cuja solução devem contribuir sobretudo ações de prevenção e educação voltadas para as populações mais vulneráveis.

O Fundo de Prevenção, Recuperação e de Combate às Drogas de Abuso (Funcab) foi instituído, no âmbito do Ministério da Justiça, pela Lei nº 7.560, de 1986, mas teve sua denominação alterada para Fundo Nacional Antidrogas pela Medida Provisória nº 2.216-37, de 31 de agosto de 2001, que alterou a Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências.

O art. 5º da Lei nº 7.560, de 1986, que se pretende modificar, determina que os recursos do Funad serão destinados, entre outros, aos integrantes do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, conforme o inciso X, desse dispositivo. Caso tais entidades tenham atuação municipal, o projeto em comento garante a aplicação de setenta por cento dos recursos do fundo nesses projetos.

Cabe destacar que tais entidades devem desenvolver trabalho junto aos adolescentes que cumprem medidas socioeducativas em meio aberto, próprias da esfera de atuação municipal, excluindo-se aquelas cuja atuação abarca adolescentes em regimes de semiliberdade e internação, que são da alçada dos Estados.

Do ponto de vista econômico, como costuma acontecer com vários problemas de saúde pública, a contenção de danos quando já se adquiriu uma grande dimensão tende a ser mais cara do que a prevenção. Nesse sentido, pode-se entender o dispêndio nas modalidades de intervenção aqui abarcadas como um investimento social, através do qual pode-se prevenir que o jovem seja envolvido em uma espiral de dependência, falta de perspectivas, crime e morte.

De 2013 a 2017, foram executados em média 58% do montante de recursos do Funad – ou seja, não houve aplicação integral – autorizados nas leis orçamentárias anuais. Em 2018, com o agravamento da crise fiscal, a execução orçamentária do fundo chegou apenas a R$2,7 milhões até agosto, em face de uma dotação de R$118,8 milhões – foi, então, uma aplicação muito pequena em relação àquilo que era necessário para a recuperação socioeducativa desses jovens.

Diante do contexto de crescente abuso de drogas no País, que tem avançado inclusive cada vez mais para os médios e pequenos Municípios, é preocupante que os recursos do Funad não estejam disponíveis para serem efetivamente aplicados em ações de educação e qualificação profissionais.

Nesse sentido, a descentralização da gestão desses recursos poderá ajudar a viabilizar os projetos de intervenção socioeducativa voltados para adolescentes autores de atos infracionais, enfraquecendo o poder de influência do tráfico de drogas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Do ponto de vista financeiro e orçamentário, não há criação de nova despesa e, infelizmente, tampouco há garantia de que o recurso chegará aos Municípios no volume necessário para atender às necessidades de ação pública nesse campo, pois essa rubrica continuará sujeita à limitação de empenho e movimentação financeira, ou seja ao contingenciamento de gastos. Ainda assim, consideramos que se trata de medida positiva e merecedora de aprovação.

Sr. Presidente, como V. Exa. sabe, eu sou um defensor, já há muitos anos, da aplicação integral desses fundos em favor daqueles que precisam. Nós, na Comissão de Ciência e Tecnologia, com o apoio de V. Exa., aprovamos o meu projeto, destinando os recursos do Fust à aplicação da telefonia móvel da banda larga. Aqui, nesse fundo... Eu acho que é um projeto importante que deverá até ser acolhido pelo Governo, para que 70% desses recursos sejam aplicados de forma descentralizada nos Municípios em suas várias ações. Hoje os Municípios suportam muito mais essa pendência, que é de responsabilidade também do Governo Federal e dos Estados, do que os próprios Estados e o Governo Federal.

Ante o exposto, nós votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 304, de 2016, do nobre Senador Agripino Maia.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Otto Alencar, eu não tenho conhecimento – se algum Senador tiver... Dos 280 fundos que o Governo Federal tem aprovados, muitos deles pelo Congresso Nacional, eu não conheço um fundo que tenha tido cumprida integralmente, quanto aos recursos do fundo, a aplicação direta daquilo para que foi proposto o fundo. Os fundos foram criados para retirar dinheiro dos Estados e Municípios, colocando-o à disposição do Governo Federal. Como esse, existem 280 fundos. Então, o fundo teve 1 bilhão e só se gastaram 3%, 4%, 5%, isso virou regra. E o mais impressionante é que é uma regra, e o Tribunal de Contas da União faz de conta que não está acontecendo nada.

Ora, se existe uma lei que criou o fundo, esse dinheiro tem que ser aplicado no fundo. Senão, acaba com o fundo, e o dinheiro vai para a conta, para o FPE, para o FPM, para ser distribuído naturalmente para os Estados e para os Municípios. E fazem essa alegação de que a economia não vai bem, mas, mesmo com o crescimento de 6%, 7% ao ano no Governo Lula, os fundos eram retidos do mesmo jeito, a Lei Kandir não era cumprida, os fundos que V. Exa. coloca aí não eram cumpridos... Então, ou nós tomamos uma posição aqui...

A gente faz de conta tudo aqui. A gente aprova um valor no orçamento para o fundo, e o fundo não é executado; e parece normal, virou regra. E você vai conversar com o Ministro da Economia, com o Ministro da Fazenda, ele diz: "Não, eu não posso liberar porque eu tenho que ter superávit primário". Sim, mas aquele fundo...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Não foi para isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... não foi para isso. E nós, aqui, fazendo de conta que vamos resolver o problema aprovando a previdência. Não vamos resolver o problema aprovando a previdência.

Eu sou 100% favorável a se destinarem não 70%, mas 100% dos valores para se aplicar em políticas públicas antidrogas. E é nos Municípios, não é nem no Estado. É nos Municípios. É você dotando os Municípios de Centro de Apoio Psicossocial, é você dotando os Municípios para que você faça prevenção para esse jovem não entrar na droga... E recurso existe, estão aqui os recursos.

Então, não adianta. O Governo Federal não tem atividade fim; o Governo Federal não administra um hospital nesse Brasil, nem um. Quem administra são os Estados e Municípios.

Então, vejam bem, é sério isto. O que eu estou colocando é que a gente aprova uma lei aqui, e essa lei, com certeza, será aprovada, porque é uma lei que... Qualquer gestor sabe da dificuldade por que os Municípios estão passando, com a droga avançando. Os pais não têm dinheiro para botar o filho numa clínica, para pagar R$10 mil, 15 mil, mas o Município tem que ser dotado de quê? De aparelhos que possam controlar a entrada de drogas e de aparelhos que possam prevenir a ida ou tentar salvar o jovem que já está drogado, porque esse jovem, pelos números... Um jovem desse, se tratado, custa muito menos do que depois que ele é preso, porque, quando ele vai preso, ele vai custar em torno de R$5 mil para o Estado por mês. Por mês! E tenham certeza absoluta de que tratar de um jovem desse, com psiquiatra, com psicólogos, assistentes sociais, com uma série de capacitação de pessoas, nós podemos ajudar.

Eu sou favorável ao projeto. Só quis colocar essa posição porque, em todas as vezes em que se discute fundo, a gente olha, faz de conta que aprova um projeto aqui, aprova e faz de conta que vai ser cumprido.

Eu aprovei um projeto aqui, Senador Otto e Senadores, no ano passado – está na Câmara ainda para ser votado –, que retirava também o recurso que vai ser repassado para aplicação na segurança pública dos Municípios, para onde se tem de repassar recursos, da lei que obrigava o Município a estar adimplente, colocando a segurança pública na mesma situação da saúde, da educação e da área social, porque eu sei que o grande problema da segurança pública está nos Municípios. É lá que o problema está acontecendo e é lá que nós temos que ver. Então, eu sou favorável.

O Senador Veneziano pediu a palavra por primeiro; o Senador Angelo Coronel; e, depois, o Senador Confúcio a pediu.

Por favor, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Só para complementar, Presidente, e me perdoe o nosso colega: no ano passado, esse fundo tinha um contingente de R$118 milhões; foram aplicados R$2,7 milhões. V. Exa. tem completa razão, completa razão.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB. Para discutir.) – Sr. Presidente, brevemente, até porque a mim me parece que, por ser terminativo, teremos votação nominal, e a minha preocupação é a de que não tenhamos quórum. Então, eu não vou me estender...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu posso abrir já a votação e a gente ir discutindo?

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB) – Penso que seria importante, para que nós não percamos a oportunidade...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, eu vou abrir... Desculpe-me, Senador. V. Exa. me alertou para uma coisa séria. Eu vou abrir a votação e, aí, a gente vota...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Líder vota com a gente.

Eu vou abrir a votação para os senhores poderem votar, e a gente vai discutindo a matéria. Pode ser?

Obrigado.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB) – Obrigado, Sr. Presidente.

De tão importante, eu gostaria muito – como todos os demais outros companheiros, quiçá assim o fariam ou o farão – de falar, como V. Exa. bem o disse, conhecedor à profundidade, até porque já esteve à frete de obrigações executivas, mesmo em nível estadual e não em nível municipal, e saudá-lo, saudando os autores potiguares desta propositura e o nosso conterrâneo nordestino, Senador Otto Alencar, que fez o seu relatório.

Obviamente, não haveria de ser... E trazendo um pouco aquilo que me cabe, lembrando-me, quando, Senador Plínio, fui prefeito de Campina Grande, de exatamente situações como essas, porque nos é dado e nos é permitido muito mais conhecer para elaboração, para execução e para, enfim, poder levar, como consequências benfazejas, aplicações de recursos como os previstos em fundos que, como bem disse V. Exa., no País, lastimavelmente, independentemente dos governos que se instalem, são muito mais aparências do que efetivas estruturas que permitam ações nos diversos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ambientes, nos diversos setores para os quais foram pensados e criados – não sei se nesse número de 280...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Isso foi dito pelo Ministro da Economia, 280 fundos.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB) – Duzentos e oitenta fundos.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Segundo ele.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB) – Pois bem, eu pensei que o senhor estaria a fazer algumas...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Não.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB) – ... menções exageradas.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Não, 280 fundos tem o Governo Federal, segundo o que o Ministro disse ontem, não foi? Ele disse ontem, numa reunião conosco. Eu não sabia o número realmente. Ele que disse. Ele disse: "Há 280 fundos. Vocês, Parlamentares, é que têm que decidir quais têm que ficar, porque é impossível haver 280 fundos no País".

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB) – Pois bem, Presidente. Imaginemos nós que estamos diante também, proximamente, de debater um pacote, e nem gosto muito de utilizar o termo "pacote", mas um conjunto de sugestões apresentadas pelo Ministério da Justiça, Senador Rogério, mas, sem perda da importância de algumas dessas, não há uma única menção – não há, Senador Otto Alencar, uma única menção, e, se eu estiver enganado, gostaria de por V. Exas. ser corrigido –, não há nenhuma menção de iniciativas que o Governo Federal pudesse assumir de maneira efetiva, eficiente e comprovada naquilo que é fundamental, quando se fala sobre combater crime organizado.

E aí, quando nós falamos sobre o combate com políticas antidrogas, nós estamos nos antecipando à mais famigerada forma de crime organizado, que é aquele perpetrado por aqueles que vivem da sociedade com o tráfico de drogas. Ou não? Esse é o problema maior vivenciado hoje, não mais nos grandes centros, nas megalópolis brasileiras, mas nas cidades medianas e também, hoje, de menor porte.

Mas eu não li numa única linha, das propostas que chegaram ao Congresso – no caso, à Câmara Federal –, qualquer preocupação desta natureza: prevenção. E nós vamos ter amanhã, parece-me, a própria presença, na CCJ, de S. Exa., o Ministro Sergio Moro, para que nós perguntemos, porque você não faz política de combate à prática criminosa simplesmente com repressão. Muito mais pelo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

contrário: prevenção é necessário. E o Governo tem se mostrado, ao longo dos últimos anos, com muita incompetência para gerir, para administrar, de uma maneira eficiente, de maneira efetiva.

Então, eu quero saudar o Relator, Senador Otto Alencar, somando-me aos demais outros companheiros e dizer que, se há o interesse de nós falarmos, e temos que falar, em enfrentar a questão do Pacto Federativo, não como S. Exa. o Ministro da Economia quer fazer, Senador Rogério, que é com a desvinculação orçamentária, que em nada modificará a realidade que trata cada Município e cada Estado, nós começamos a fazer uma repactuação dessa forma, transferindo responsabilidades aos Municípios, que já não são poucas, que pelo menos poderão tratar situações extremamente delicadas, candentes, do nosso dia a dia, com alguns recursos que possam ser colhidos durante esse processo de apreensão, em relação ao que propõe o projeto.

Então, quero cumprimentar a todos os que se acostam a defender esta matéria, aprovando-a nesta manhã de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Muito bem.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Angelo Coronel. Depois o Senador Confúcio vai falar também.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) – Presidente Omar Aziz, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, defender e falar de droga é um dos grandes problemas que afligem o nosso Brasil.

Nesse projeto ora apresentado, que será, com certeza, aprovado aqui nesta Comissão, nós precisamos, Presidente Omar, fazer uma pressão para mudar, quem sabe, até o regime desse fundo, acabar com o contingenciamento, para que esses recursos possam ir para os Estados e Municípios.

Sr. Presidente Omar Aziz, agora substituído pelo nosso amazonense, Presidente Plínio, eu gostaria também de apresentar, neste momento, um requerimento oral para convocarmos o Ministro da Defesa, já que aqui estamos falando de droga, para que ele pudesse explanar aqui como é que está o projeto Sisfron, que é o projeto de monitoramento das nossas fronteiras – temos 17 mil quilômetros de fronteiras terrestres cobrindo dez países –, talvez o maior projeto de monitoramento do mundo em construção. Visamos a saber do Ministério da Defesa em que pé anda a instalação e o término do Sisfron, porque não adianta combatermos somente as drogas, combatermos o efeito; nós temos que combater a causa.

O Brasil não produz drogas sintéticas; as drogas são importadas. Vêm pelas nossas fronteiras. E precisamos fazer com que, Srs. Senadores e Senadoras, se trabalhe para coibir a entrada de drogas no nosso Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse Sisfron, ao ser implantado na sua totalidade, com certeza irá monitorar os nossos 17 mil quilômetros de fronteira terrestre com dez países. E, com isso, vai-se evitar que a droga entre livremente, como entra, no Brasil.

Então, quero aqui, neste momento, fazer esse convite – que não seja nem uma convocação – ao Ministro da Defesa, para que possa vir aqui, à CAE, explicar como é que estão as dotações orçamentárias para a conclusão do Sisfron.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Antes de finalizar a reunião, nós vamos colocar em votação o seu requerimento, Senador. (*Pausa.*)

Nós estamos em votação ainda, não é? (*Pausa.*)

Já é suficiente? Está faltando apenas um voto para que a gente possa atingir o quórum e encerrar.

Nós temos aqui Senadores inscritos: Senadores Tasso, Confúcio, Rogério. E depois o Ciro.

Pois não, Senador Tasso. Confúcio primeiro. Sim, Confúcio está na frente.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Sr. Presidente, já voltei "sim", mas fiquei com algumas dúvidas.

Estou há 50 dias no Senado e não peguei a história do projeto, que já vem de longe apresentado. Mas esse recurso... (*Falha na gravação.*)

... muito maior, não gastado em anos anteriores. Eu estive relendo, deve haver de R$1,7 a R$2 bilhões retidos.

O problema dos fundos é a burocracia para o Município acessar esse dinheiro. É muito difícil conseguir recursos dos fundos. A melhor maneira seria uma lei mais completa de descentralização automática aos Municípios, como se fosse um fundo a fundo, para evitar que os Municípios formatem projetos que aqui rolem um a dois anos para serem liberados. Demora muito!

Quanto ao Fundo Penitenciário (Funpen), há três anos os Governadores estão acessando o dinheiro disponibilizado na conta do Estado, e não conseguem gastar.

Então, não basta somente essa concessão que há hoje, se não houver uma agilidade processual para que os Municípios consigam ter acesso a esses recursos e gastar convenientemente, tanto nas medidas socioeducativas, nas medidas preventivas e no tratamento das unidades terapêuticas contratadas pelos Municípios.

Eu acho que tem que descentralizar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Alguém falou anteriormente do Fust. Isso é uma vergonha histórica! Isso deve ter quase 20 anos! Esse fundo, Rogério, deve ter hoje uns 25 bilhões! E ninguém consegue gastar esse dinheiro.

Esse dinheiro serve como lastro de déficit fiscal, para segurar a base. Fica tudo contingenciado, para fazer essa base financeira de déficit. Então, é uma coisa ilusória.

Se a gente não for claro na lei, nós estaremos votando aqui seis por meia dúzia. Vai ficar do mesmo jeito.

Então, eu encerro as minhas palavras, mas eu votei "sim", em consideração ao estudo histórico do Senador Otto, que, de longe, vem estudando esse caso, e eu não poderia vir aqui, de maneira nenhuma, votar contra o seu parecer, sem ter o conhecimento prévio dos seus estudos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Nós já podemos... Senador Tasso, só um minuto.

Já podemos encerrar a votação? (*Pausa.*)

Já podemos até proclamar a votação, e a gente continua já com o Senador Tasso, depois o Senador Rogério e o Senador Ciro.

SIM, 13; NÃO, nenhum.

Abstenção: zero.

Então, tivemos o quórum... Ah, aí o Presidente lá. Catorze. Com o Presidente, 14.

Portanto, sim: aprovado o projeto.

Senador Tasso.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – É uma observação rápida, que eu não poderia deixar de fazer: é que não só pelo mérito evidente da proposta aqui ratificada por todos, esse projeto também, pelo brilhantíssimo relatório do Senador Otto Alencar, que me fez lembrar, em alguns momentos, o seu conterrâneo Ruy Barbosa.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – E que me faz lembrar também que não custa comprar um frango assado – os dois, depois – e conversarem bastante.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente, eu nasci na cidade, no Município de Ruy Barbosa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Ah, sim...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Mas, do ponto de vista jurídico, eu sou ortopedista qualificado. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Senador Rogério. Por favor.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Ah... Passar para o Senador Ciro?

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Sr. Presidente, eu gostaria que fosse colocado em votação, se for possível, o item 8, que é um requerimento de nossa autoria, que trata, do meu ponto de vista, de um dos fatores de maior preocupação, hoje, no nosso País, dos nossos consumidores.

Acho que grande parte dos Senadores aqui... Pelo menos, grosso modo, dois terços disputaram a eleição, e nada afetou mais o consumidor, principalmente de baixa renda, no nosso País, que a questão do gás de cozinha no nosso País. E eu estou sugerindo essa audiência pública, o próprio Ministério da Economia já sugeriu alguns nomes – eu queria até que fosse corrigido, eu acho que o item 9, por sugestão do Ministério da Economia –, para que a gente possa realizar essa audiência pública.

Acho que existe muita falácia sobre esse tema, e acho que o Senado tem que se debruçar, para que a gente possa dar uma resposta ao consumidor de baixa renda, principalmente às donas de casa do nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Vamos já colocar sim em votação, Senador Ciro, até porque o item 7 é o projeto do Ataídes Oliveira – nosso amigo de Tocantins, que saiu –, com relatoria do Fernando Bezerra.

Como, particularmente, o Relator não está aí, eu tenho interesse em pedir vista desse projeto. Eu acho que a gente pode, sim, retirar, e adia para a próxima.

Então, nós podemos, após ouvir o nosso Senador Rogério, já passar para o item oitavo.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu queria também, Senador Plínio, pedir para colocar em votação o requerimento de minha autoria, que é o item nº 12, para a realização de uma audiência pública para a gente discutir o custo da transição do regime de partição para o regime de capitalização.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E há outro, extrapauta, o qual combinei com o Senador Omar Aziz, para a criação de uma subcomissão, para discutir desenvolvimento econômico, porque a gente não tem quem faça esse debate. O Governo não faz, e a gente precisa estimular o debate sobre desenvolvimento econômico regional.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Vamos, então, só ao pedido extrapauta do Senador Rogério...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – No finalzinho, não é?

Então, pronto, Senador Ciro: o item oitavo.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI. *Fora do microfone.*) – Os itens oitavo e nono.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Isso. Oitavo e nono aqui.

Vamos lá.

ITEM 8

REQUERIMENTO Nº 9, de 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública,com o objetivo de debater a política de preços do Gás Liquefeito de Petróleo parauso residencial (GLP Residencial ou P-13), conhecido gás de cozinha vendido nasrefinarias às distribuidoras para botijões de 13kg; em especial, após a adoção dapolítica de reajustes trimestral em janeiro de 2018.

Autoria: Senador Ciro Nogueira

ITEM 9

REQUERIMENTO Nº 16, de 2019

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 9/2019 - CAE, sejam incluídos dois convidados, quais sejam: Carlos Alexandre Jorge da Costa, da Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade do Ministério da Economia, no lugar do Sr. Waldery Rodrigues Junior; e Representante da Associação Brasileira dos Revendedores de GLP (ASMIRG-BR).

Autoria: Senador Ciro Nogueira

Os requerimentos são complementares. Por esta razão, os coloco em apreciação complementar.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Sr. Presidente, desculpe-me.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Pois não.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Por sugestão do Ministério da Economia e também por uma sugestão, eu gostaria muito que fosse incluído também, nessa audiência pública, o Sr. Alexandre Manoel Angelo da Silva, da Secretaria de Acompanhamento Fiscal, Energia e Loteria do Ministério.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Alexandre... Pode repetir?

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Alexandre Manoel Angelo da Silva.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – O.k.

Os requerimentos são complementares. Por esta razão, eu os coloco em apreciação conjunta.

Consulto o autor dos requerimentos se quer fazer uso da palavra.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Não, Sr. Presidente. Já...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – O.k. Já se considera satisfeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em votação o requerimento.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se estão. (*Pausa.*)

Aprovados os requerimentos dos itens 8 e 9... É: aprovados os dois, então.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Foi o 16? Não foi o 9?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Ah, os itens 8 e 9.

Lendo: aprovados os Requerimentos nºs 9 e 16 aqui na CAE.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Sr. Presidente, posso usar a palavra?

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Pode, mas com o adendo que o senhor fez. Já está feito com adendo.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Não... É um outro requerimento, Sr. Presidente, que eu gostaria de apresentar à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Qual o item? Oral?

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – É. Eu vou apresentar e não sei nem se é possível ser votado.

Eu queria até, Senador Tasso, que o senhor me desse um pouquinho da sua atenção, até porque o senhor participou dessa discussão, no ano passado, como Presidente desta Comissão.

Eu acho que nós tivemos a sabatina do Presidente do Banco Central, e existe muita preocupação, pelo menos do meu ponto de vista, no que diz respeito à participação desses diretores e presidentes que, ao longo da história, vão sendo escolhidos para presidentes do Banco Central, e a grande maioria são empregados de bancos, e não há como ser diferente, não há como ser diferente, até por conta da *expertise*. E me preocupam que esses senhores vão para lá, depois saem e voltam para o setor bancário...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós estamos vivendo... Acho que o Senador Tasso acompanhou, no ano passado, houve um grupo de trabalho sobre essa questão das taxas de juros... E eu acho que uma solução que esta Comissão pode dar, que eu encontrei, é requerer ao Ministério da Justiça e principalmente ao Cade algumas informações.

E eu chego... Aqui... O requerimento é bastante longo, mas o principal item dessa nossa proposta é a possibilidade, Sr. Presidente, de apuração ou investigação pelo Cade das possíveis combinações de preços das grandes instituições financeiras do nosso País, numa espécie de cartelização do preço final ao consumidor no crédito bancário e na tarifa bancária. Isso... Acho que é o único campo...

Eu não tenho mais esperança, Senador Tasso, de o Banco Central tomar alguma medida quanto a isso, essa extrema concentração.

Nós não podemos mais ter o setor bancário do nosso País arrecadando, com tarifa, mais de R$120 bilhões, enquanto gasta, com toda a sua folha e dividendos e lucros, menos de R$100 bilhões. Então, existe uma cortina de fumaça no nosso País. O Banco Central não vai tomar essas atitudes. O único órgão que eu tenho confiança de que possa tomar alguma atitude neste País é o Cade.

Nós tivemos, Senador Otto, há algum tempo, um dos maiores escândalos mundiais do setor financeiro em âmbito mundial: foi a combinação de taxas cambiais pelo UBS mundial. Isso foi mandado para o Banco Central do nosso País, com todas as combinações dos grandes setores aqui. Está saindo alguma coisa, parece, de leniência, mas isso é um escândalo maior do que o da Petrobras, porque o prejuízo dado por esse setor ao nosso País... E não deu em nada! Ficou aquela disputa de que o Cade não poderia tomar atitude... E não deu em nada!

Então, eu acho... Pelo menos alguma coisa parece que... Estão me falando que eles vão ter que pagar uma grande leniência quanto a isso, Senador Otto, mas eu não vejo a intenção do Banco Central de tomar uma atitude nesse setor, por conta dos vínculos que eles têm.

Eu confio muito no Cade. Acho que esta Comissão pode sugerir uma apuração ou uma investigação, que é o ponto alto desse meu pedido aqui, para que um requerimento seja encaminhado por esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – O.k.

Alguém quer falar sobre esse assunto ou eu boto os requerimentos em votação?

Senador Rogério.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para discutir.) – Eu acho, Sr. Presidente, que é pertinente a manifestação do Senador Ciro Nogueira. Eu não sei se ele apresentou o requerimento à Comissão...

Já foi apresentado?

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI. *Fora do microfone*.) – Estou apresentando agora.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Está apresentando agora.

Mas eu acho que seria importante que aqueles que já estão na pauta e que já foram apresentados fossem apreciados, para que, depois, a gente apreciasse...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – O dele fica para o final.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... o dele no final.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Perfeito.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – O autor do item 10 não compareceu e do item 11 também não. Nós vamos então direto ao item 12.

ITEM 12

REQUERIMENTO Nº 15, de 2019

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o custo de transição da proposta de reforma da previdência, em decorrência da adoção do modelo de capitalização no sistema de Previdência Social brasileiro.

Autoria: Senador Rogério Carvalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A autoria é do Senador Rogério Carvalho, do PT de Sergipe.

Consulto o autor do requerimento se quer fazer uso da palavra.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Ele é autoexplicativo. Não precisa.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Está o.k.

Em votação o requerimento.

As Senadoras e os Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o Requerimento nº 15, de 2019, aqui na CAE.

Vamos ao item 13.

ITEM 13

REQUERIMENTO Nº 17, de 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do arts. 50, caput, e 58, § 2º, III, da Constituição Federal e do art. 397, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado o Sr. Presidente do Banco do Nordeste (BNB), Romildo Carneiro Rolim, para que compareça a esta Comissão, a fim de apresentar e discutir as metas e diretrizes do governo voltadas para a atuação do BNB.

Autoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – O autor já fez uso da palavra, pediu permissão e saiu.

Em votação o requerimento portanto.

As Senadoras e os Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

O item 14, o 14º item de nossa pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 14

REQUERIMENTO Nº 18, de 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do arts. 50, caput, e 58, § 2º, III, da Constituição Federal e do art. 397, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado o Sr. Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Joaquim Levy, para que compareça à esta Comissão, a fim de apresentar e discutir as metas e diretrizes do governo voltadas para a atuação do BNDES.

Autoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo.

O autor, Senador Veneziano Vital do Rêgo. Já fez uso da palavra.

Em votação o requerimento.

As Senadoras e os Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado, portanto, o item.

Agora vamos à extrapauta.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Há mais um, há mais um, há mais um...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Extrapauta, não é...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – É, extrapauta.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – ... Senador Rogério?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Só um, só um, só um.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Requerimento nº... São três requerimentos, todos...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Não, do Jean Paul Prates...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Vamos colocar em votação, então, o do Senador Rogério, que está aqui e pediu.

ITEM 15

REQUERIMENTO Nº 20, de 2019

- Não terminativo -

Analisar, propor iniciativa e aprimorar a legislação sobre a gestão das cadeias produtivas como alternativa e instrumento do desenvolvimento econômico local e regional no ambiente e na estrutura federal do Brasil, bem como analisar e refletir sobre os impactos socioeconômicos da política de renúncias fiscais e desonerações

Autoria: Senador Rogério Carvalho.

Trata-se da criação de subcomissão temporária, composta por cinco membros titulares e igual número de suplentes, para, no prazo de 120 dias, analisar, propor iniciativa e aprimorar a legislação sobre a gestão das cadeias produtivas como alternativa e instrumento do desenvolvimento econômico local e regional, no ambiente e na estrutura federal do Brasil, bem como analisar e refletir sobre os impactos socioeconômicos da política de renúncias fiscais e desonerações.

Apresenta a justificativa, o autor vai falar... Leio todo o requerimento?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Não, não precisa. Eu acho que esse tema está na Ordem do Dia aqui da Comissão.

Nós precisamos, primeiro, apresentar algum caminho para que os Estados, as unidades federadas, passem a ter algum protagonismo no que diz respeito ao desenvolvimento econômico, porque toda a política econômica ficou nas mãos do Governo central, como a definição de taxa de juros e câmbio... Toda a macroeconomia é resolvida pelo Governo central, pela União. E os Estados, que deveriam ter o papel de mapear as cadeias produtivas, de organizar o crédito, de organizar o aporte tecnológico e de ter linhas de crédito mais facilitadas, para promover o desenvolvimento econômico, acabam tendo um protagonismo pouco efetivo e limitado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a ideia é que a gente possa fazer esse debate, preparar e trazer aqui para a CAE esse debate e, junto com isso, discutir como os incentivos fiscais se coadunam com o estímulo das diversas cadeias produtivas e qual é a situação no País para que a gente possa apresentar algum caminho ou transformar em algum projeto de lei já para o orçamento deste ano, no sentido de, na LOA e na Lei de Diretrizes Orçamentárias termos recursos para investimento e como investir nas diversas cadeias produtivas que podem, de fato, promover o desenvolvimento econômico regional do País.

A ideia é essa, em linhas gerais.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Algum Senador quer discutir? (*Pausa.*)

Podemos colocar em votação, então.

As Senadoras e os Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado, Senador Rogério.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Temos mais aqui.

Requerimento do Senador Jean Paul Prates, do PT, do Rio Grande do Norte: requer ao Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos o envio de solicitação de instauração de inquérito administrativo ao Cade.

EXTRAPAUTA

ITEM 16

REQUERIMENTO Nº 22, de 2019

- Não terminativo -

Requer, ao Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, o envio ao CADE de Solicitação de instauração de Inquérito Administrativo para investigar a majoração das tarifas aéreas, do preço dos combustíveis e dos impostos de aviação no Estado do Rio Grande do Norte.

Autoria: Senador Jean Paul Prates

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Presidente, requeiro a V. Exa., nos termos do art. 66, § 6º, da Lei 12.529, de 2011, que envie ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) solicitação de instauração de inquérito administrativo para investigar a majoração das tarifas aéreas do preço dos combustíveis e dos impostos de aviação do Estado do Rio Grande do Norte.

Alguém para a discussão? O autor?

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Aqui.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Pois não.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para discutir.) – Só explicar, Senador Plínio. Obrigado por ter colocado o item extrapauta. Realmente é um item em que há uma urgência porque apareceu nesta semana um debate gigante sobre a questão do preço das tarifas aéreas para o nosso Estado, inclusive em comparação com capitais vizinhas, como João Pessoa e Fortaleza. O setor turístico, o setor hoteleiro, enfim, todos os consumidores desse produto, que é a passagem aérea, que hoje em dia não é mais um item de elite, estão preocupadíssimos com a questão da diferença, que chega a quase o dobro, no preço. Nós, em várias investigações informais, não conseguimos respostas concretas para entender a parcialização desses preços, a composição deles e onde está o erro, até para que o Governo do Estado e o Governo Federal possam ajudar a compor uma tarifa mais amigável do que as que estão sendo praticadas hoje.

Então, por isso esse requerimento manso ao nosso Cade. Parece-me que é inédita a utilização desse expediente, dessa lei, abrindo caminho para outras requisições desse tipo para os nossos Senadores.

É isso.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Senador, eu coloco já em votação, mas me permita: eu não posso deixar também de citar a nossa região da Amazônia. Lá, a tarifa é tão alta, porque os aviões são obrigados – e o Senador Tasso e o Senador Confúcio sabem disso – a deixar 35% das poltronas vazias para voar com combustível para ir e vir porque não há aeroportos no caminho, Tasso. Então, 35% das poltronas vão vazias, ou seja, a tarifa aumenta cada vez mais. Portanto, Senador, nós somos companheiros de infortúnios, de ideais...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Completamente.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – ... e nós temos muito a fazer nisso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Coloco em votação, então, o requerimento do Senador Jean Paul Prates.

Os que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado, portanto, Senador, seu requerimento.

Temos mais outro aqui, também do Senador Jean Paul.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, mais um, exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Item 17.

EXTRAPAUTA

ITEM 17

REQUERIMENTO Nº 23, de 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater os impactos para a economia brasileira de uma possível entrada do Brasil na Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e também de uma possível mudança de sua condição de país emergente na Organização Mundial do Comércio (OMC).

Autoria: Senador Jean Paul Prates

Propõe, para a audiência, a presença dos seguintes convidados:

1. Armando Monteiro Neto, ex-ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior do Brasil;

2. Rubens Ricupero, diplomata e ex-ministro da Fazenda do Brasil;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

3. Antonio Corrêa de Lacerda, professor da PUC-SP, especialista em Economia Internacional, Globalização e Inserção Externa da Economia Brasileira;

4. Ivan Tiago Machado Oliveira, diretor de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais do Ipea.

O autor vai fazer a justificativa na sua fala.

Se algum Senador quiser acrescentar um convidado, a hora é esta.

Com a palavra o autor.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para encaminhar.) – Pois não, Presidente Plínio.

Mais uma vez, obrigado por incluir mais esse item extrapauta, que também surgiu na semana passada de uma fala do ilustre Senador José Serra, a que eu aduzi a minha preocupação. Procuramos o nosso gabinete e fizemos uma parceria PSDB/PT, Senador Tasso, em relação a essa demanda, que é meramente para explicar, esclarecer melhor quais são as consequências da questão de a grife OCDE ser aplicada ao Brasil e nós entrarmos nela.

Parece-me, pelas primeira oitivas que houve, informalmente, que as vantagens não superam as desvantagens. Por isso, compusemos uma lista de egrégios especialistas do tema, incluindo o nosso querido ex-Senador Armando Monteiro e o ex-Ministro da Fazenda Rubens Ricupero, para discutir esse assunto e ver se, de fato, a grife OCDE nos cabe nesse momento ou se é mais um peso e um ônus do que um bônus.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Em votação o requerimento.

Aqueles Senadores que com ele concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Nós temos ainda aqui extrapauta um requerimento do Senador Rogério... Não, é do Senador Ciro; o do Rogério já foi.

EXTRAPAUTA

ITEM 18

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO Nº 24, de 2019

- Não terminativo -

Requer sejam prestadas, pelo Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública e pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, informações sobre o spread bancário no País.

Autoria: Senador Ciro Nogueira

> Requerimento.
> [...] nos termos [...] que sejam prestadas pelo Sr. Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Fernando Moro, juntamente com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), informações sobre o *spread* bancário no País.
> .....

Em votação.

O autor já...

Quem concorda permaneça como está. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Por último, para encerrar a nossa reunião, há um convite do Banco Central do Brasil endereçado ao Presidente para um café da manhã.

Se algum Senador tiver interesse, eu leio.

> Com muita satisfação, convido V. Exas., Sras. Senadoras e Srs. Senadores, membros titulares e suplentes desta Comissão de Assuntos Econômicos para participar de café da manhã neste Banco Central a se realizar no dia 3 de abril próximo, de 8h30 às 10h.
> Na oportunidade, estarei acompanhado pelos demais membros da Diretoria Colegiada desta autarquia, ocasião em que teremos a oportunidade de debater assuntos econômicos de interesse do Senado Federal, desta autarquia e do País.
> Respeitosamente,
> Roberto de Oliveira Campos Neto.

Nada mais havendo a discutir, está encerrada a nossa reunião deste dia.

(*Iniciada às 10 horas e 22 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 02 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 7ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE MARÇO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às quatorze horas e vinte e três minutos do dia vinte e sete de março de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob as Presidências dos Senadores Omar Aziz e Rose de Freitas, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Mecias de Jesus, Fernando Bezerra Coelho, Confúcio Moura, Luiz do Carmo, Daniella Ribeiro, Renan Calheiros, Dário Berger, Marcelo Castro, Marcio Bittar, Esperidião Amin, José Serra, Plínio Valério, Tasso Jereissati, Styvenson Valentim, Flávio Bolsonaro, Lasier Martins, Elmano Férrer, Oriovisto Guimarães, Major Olimpio, Roberto Rocha, Izalci Lucas, Veneziano Vital do Rêgo, Kátia Abreu, Randolfe Rodrigues, Alessandro Vieira, Leila Barros, Eliziane Gama, Cid Gomes, Jean Paul Prates, Rogério Carvalho, Paulo Paim, Telmário Mota, Otto Alencar, Irajá, Angelo Coronel, Lucas Barreto, Arolde de Oliveira, Rodrigo Pacheco, Marcos Rogério, Wellington Fagundes, Chico Rodrigues, Zequinha Marinho, Jorginho Mello, Juíza Selma, Marcos do Val, Luis Carlos Heinze, Soraya Thronicke, Jayme Campos, Sérgio Petecão, Weverton, Zenaide Maia, Paulo Rocha e Carlos Viana. Deixam de comparecer os Senadores Ciro Nogueira, Jorge Kajuru e Fernando Collor. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência declara aberta a reunião. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 2/2019 - CAE, de autoria do Senador Luis Carlos Heinze, e REQ 7/2019 - CAE, de autoria da Senadora Eliziane Gama e outros e da Senadora Eliziane Gama e outros. **Finalidade:** Audiência pública destinada a debater o endividamento dos estados e os repasses da Lei Kandir, bem como para a apresentação das diretrizes e dos programas prioritários do Ministério da Economia. **Participante:** Paulo Guedes, Ministro de Estado da Economia. Fizeram uso da palavra a senadora Kátia Abreu e o senador Davi Alcolumbre, presidente do Senado Federal, que compareceu à reunião. Após a exposição do convidado, usaram também da palavra os senadores Tasso Jereissati, Eliziane Gama, Luis Carlos Heinze, Oriovisto Guimarães, Espiridião Amin, Lasier Martins, Major Olímpio, José Serra, Plínio Valério, Rogério Carvalho, Jean Paul Prates, Kátia Abreu, Alessandro Vieira, Paulo Paim, Flávio Bolsonaro, Luiz do Carmo, Rose de Freitas, Zequinha Marinho, Weverton, Carlos Viana, Cid Gomes e Irajá. **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezenove horas e vinte e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Omar Aziz

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/03/27

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Boa tarde! Declaro aberta a 7ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Esta audiência pública foi solicitada através de um requerimento do Senador Luis Carlos Heinze, da Senadora Eliziane Gama e do Senador Tasso Jereissati. Especificamente, primeiro era a questão da dívida dos Estados e da Lei Kandir, mas é lógico que o Senado vai tratar de outros assuntos aqui, que são de interesse da Nação.

Esta reunião será realizada em caráter interativo, ou seja, com a possibilidade de participação popular. Dessa forma, os cidadãos que queiram encaminhar comentários ou perguntas poderão fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, no endereço do Senado Federal.

Eu peço à Senadora Eliziane e ao Senador Amin que tragam o Ministro até aqui, à bancada da Comissão de Assuntos Econômicos, e convido para entrar o Presidente do nosso Senado Federal, Senador Davi Alcolumbre, que está aqui. (*Pausa.*)

Também irão compor a mesa os Srs. Waldery Rodrigues Junior, Secretário Especial da Fazenda; Esteves Pedro Junior, Secretário Adjunto da Secretaria Especial da Fazenda; Otavio Ladeira de Medeiros, Secretário Adjunto da Secretaria do Tesouro Nacional; e George Alberto de Aguiar Soares, Secretário do Orçamento Federal. (*Pausa.*)

De acordo com os arts. 397 e 398 do Regimento Interno do Senado Federal, a Presidência adotará as seguintes normas: o Ministro...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Sr. Presidente, pela ordem, um minutinho.

Antes de começar a reunião, eu gostaria apenas de fazer um comentário.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. Pela ordem.) – Eu estou aqui há 12 anos. Eu nunca vi a vinda de um ministro aqui e nós cercearmos a entrada de assessores e, inclusive, da imprensa. É a primeira vez. Pode ter havido e eu ter perdido.

(*Manifestação da plateia.*)

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – E ninguém me pediu para falar isto, não. Ninguém da imprensa me pediu. Eu que fui passar ali agora, com a minha assessoria de costume, porque eu participo da Comissão, e está barrada. Eu perguntei se o Presidente da República estava aqui. Aí o assessor disse "quase". Eu falei "não, não existe quase Presidente; ou é Presidente ou não é Presidente". Então, eu gostaria que a gente voltasse à normalidade.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, a decisão foi minha, não do convidado. Quem manda aqui é o Presidente da Comissão.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Pois é. Então, eu gostaria, Sr. Presidente, que o senhor pudesse rever...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ah, sim, mas aí vamos dizer o seguinte: para a presença do Ministro Paulo Guedes, como a presença do Ministro Moro ou a presença de outros ministros aqui, na Casa, se estabeleceu um critério. Qual foi o critério? A imprensa que estiver credenciada terá acesso, e cada Senador traria um assessor, até porque...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Desde quando?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, foi tomada essa decisão por mim ontem.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Ah!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por quê? O que acontece? Um monte de assessores aqui dos lados, a gente aqui tentando debater e as pessoas batendo papo ou no celular ou coisa parecida.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Nisso o senhor está correto, está corretíssimo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, para a gente poder ter agilidade nos trabalhos que são do interesse do Senado Federal e da população brasileira, nós tomamos essa decisão, mas longe de mim cercear a entrada de qualquer um. Eu acho que um assessor por Senador é o suficiente para dar qualquer tipo de assessoria, até porque hoje, com WhatsApp, a pessoa tem mais acesso à informação do que nós aqui sentados à mesa. Então, foi essa a decisão, mas a própria imprensa está toda aí. Eu acho que não tem mais do que isso no Brasil. Está toda presente. Se tiver alguma coisa...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está toda presente aqui. Eu acho que está aqui.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Foi atendido o pedido...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim. E há uma jornalista que, há pouco, pediu até para colocar os tripés, o que a gente autorizou. Não é uma decisão feita pelo Ministro, não; essa decisão foi minha.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Presidente, é porque, por exemplo, naturalmente, todos os dias, havendo ministro ou não, me acompanha um assessor técnico, me acompanha a minha secretária e a assessoria de imprensa. Normalmente, é assim que eu ando aqui, independentemente de quem esteja aqui. Então, é por isso que eu estou reclamando, porque eu pedi para os três entrarem, como de costume...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A senhora...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Ninguém vai conversar, ninguém vai fazer nada, mas é importante que as equipes possam trabalhar naturalmente. Agora, o silêncio...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A senhora está falando pela senhora. Nenhum outro Senador aqui reclamou.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Não, mas cada um fala é por si mesmo, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É por isso mesmo. Os seus três já estão aqui dentro, Senadora?

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Já estão aqui dentro.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, tudo bem, Senadora.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Mas...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A sua condição de Senadora com assessoria de que a senhora precisa já está de plena satisfação para a senhora. Agora, vamos tocar o trabalho aqui, Senadora.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – O.k.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigada pela atenção, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está bem.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – E não precisa ficar nervoso, meu amigo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não estou, não.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Está, está nervoso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A senhora é uma criadora de caso, Senadora.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Não, o senhor é que está criando...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É. Por que a senhora não veio aqui comigo e falou comigo? A senhora tem...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Porque o senhor já estava começando a reunião, e eu quis falar isso antes.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, Senadora. Por favor, não faça isso. Eu tenho muito respeito...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Olha a democracia!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não. Eu?

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Gente, o que é isso?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A senhora não lutou mais pela democracia do que eu, não, Senadora.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Isso não acontece aqui.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Quando a senhora estava do outro lado, eu estava na rua lutando para que isso aqui acontecesse hoje.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Qual outro lado, meu amigo? Eu não tenho essa idade que o senhor imagina, não. Eu sou bem mais nova do que você. (*Risos.*)

Posso estar envelhecida pela luta do dia a dia e, às vezes, pelas grosserias que a gente passa, mas é a vida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Bem, eu não sou grosso com ninguém, mas a senhora tem um histórico aqui.

Eu vou...

De acordo com os arts. 397 e 398 do Regimento Interno...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Eu, em outro momento, vou dizer qual é o seu histórico. Se o meu é de briga, em outro momento eu digo qual é o seu histórico.

Muito obrigada. (*Pausa.*)

O Ministro terá 30 minutos para fazer sua exposição. Em seguida, abriremos a fase de interpelação pelos Senadores inscritos. Cada um terá cinco minutos para fazer sua interpelação ao Ministro.

Eu queria agradecer a presença do Presidente da Casa, o Senador Davi Alcolumbre, e dizer que o fato determinante do convite feito ao Ministro é a relação da Lei Kandir e a questão da dívida dos Estados.

Eu vou passar a palavra ao Presidente para que deseje boa tarde aos Senadores e às Senadoras. (*Pausa.*)

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Boa tarde a todas e a todos.

Quero cumprimentar a imprensa aqui presente, abraçar os Senadores da Comissão de Assuntos Econômicos, os Senadores que não são membros desta Comissão, mas que se fazem presentes, os assessores e dizer ao Ministro Paulo Guedes e à sua equipe que agradeço a visita à Comissão, como sinal de prestígio a esta Casa, ao Senado da República, por se fazerem presentes no plenário da Comissão de Assuntos Econômicos para falar de temas importantes que estão em debate na sociedade brasileira e neste Parlamento.

Então, para fazer uma rápida saudação, Ministro, tenha, no Senado da República, nos Senadores e nas Senadoras brasileiros que querem ajudar a melhorar o Brasil, querem colaborar com as suas intervenções nesse processo de reconstrução desse modelo que vive o Estado brasileiro hoje, e sua vinda aqui também é um sinal de prestígio do Governo com esta Casa. Então, seja muito bem-vindo. Em nome do Senador Omar, Presidente da Comissão, abraço os Senadores que fazem parte desta Comissão, e, em nome do Senado da República, esta Casa, que ouve os anseios da sociedade, estende suas mãos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para a sua chegada a esta Casa, num sinal de colocar esta instituição a serviço do Brasil. Então, minha presença aqui também é sinal de prestígio à Comissão, mas em especial ao senhor e à sua equipe, que prestigiam o Senado da República.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. *Fora do microfone*.) – Presidente, o senhor pode me inscrever? Minha inscrição.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não está inscrito ainda não, Senador?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Estarei agora, por V. Exa., se V. Exa. assim deferir.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor vai ser o 18º, Senador.

Vou passar a palavra ao Ministro Paulo Guedes, por até 30 minutos.

O SR. PAULO GUEDES – Boa tarde a todos.

Agradeço o convite para vir à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, agradeço ao Senador Omar Aziz pelo convite e agradeço ao Senador Davi Alcolumbre pela atenção de ter vindo também a esta nossa conversa.

Eu vou falar algumas breves palavras sobre o caráter sistêmico do problema que nós estamos analisando aqui. Vamos analisar a Lei Kandir, que, aparentemente, não foi respeitada por nenhum Governo desde que começou, lá atrás, por desvios orçamentários. Há um passivo enorme aí de R$37 bilhões, R$38 bilhões ou R$39 bilhões atrasados que não foram resolvidos no Governo Fernando Henrique, não foram resolvidos no Governo Lula, não foram resolvidos no Governo Temer, no Governo Dilma. Evidentemente, para quem está chegando agora – faz 60 dias que eu estou aqui, nesta Capital –, ao cair uma bomba de R$39 bilhões na sua cabeça, a gente precisa raciocinar um pouco, pensar em como sair disso.

Mas, mais do que resolver um problema desse tipo, nós temos que entender o que está acontecendo sistemicamente. Se fosse um Estado que estivesse com problemas, você teria um caso de má gestão. Se todos os Estados – e eu tive ontem uma conversa com 27 Governadores, inclusive o do Distrito Federal – estão pressionados financeiramente, é porque há algo mais importante acontecendo no País do que simplesmente um problema de má administração num Estado ou noutro.

Da mesma forma, dois dias atrás, eu tive uma reunião também com mais de 50 Prefeitos, e todos estão com dificuldades financeiras também. Então, de novo, é algo sistêmico. É algo sistêmico e maior do que um problema de má administração de um particular Prefeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu queria fazer umas breves considerações iniciais. Antes de entrar exatamente no tema tanto da Lei Kandir quanto do endividamento acelerado em que entraram os Estados e de como sair desse problema, eu quero fazer uma breve introdução sobre a natureza sistêmica do problema.

Nós conversamos, primeiro, durante a campanha, e agora tenho reforçado, daí a minha honra de estar aqui no Senado conversando sobre isso, que eu tenho plena convicção de que o Brasil é uma democracia virtuosa. Nós estamos votando a cada dois anos, há trinta e poucos anos, com alternância no poder, do ponto de vista sempre de centro-esquerda; foram alianças de centro-esquerda absolutamente naturais. Se você teve um regime militar durante vinte anos associado à direita, era natural que, em algum momento, houvesse uma predominância, uma hegemonia da centro-esquerda, e assim foi por trinta anos.

E, agora, do ponto de vista sistêmico, houve uma aliança política entre conservadores e liberais, uma aliança de centro-direita. Não há muita consciência ainda disso, isso não é claro ainda, há dificuldade de comunicação. Os diversos agentes estão começando a conversar ainda, porque é, de certa forma, uma ruptura; é uma ruptura no sistema de alianças, quer dizer. Mas é compreensível, e eu tenho atribuído as disfunções da economia inclusive não só às manifestações que nós tivemos financeiras, sintomas financeiros das disfunções, como foi a hiperinflação, a moratória externa, o endividamento em bola de neve, juros altos. São disfunções financeiras. São disfunções financeiras, mas são só manifestações de um fenômeno mais grave por baixo, e eu atribuo isso ao modelo econômico.

Em uma economia que é dirigida pelo Estado e, ainda pior, pelo Governo Federal, há concentração de poderes, recursos e atribuições, o que foi natural durante um fechamento político por definição. Toda ordem politicamente fechada centraliza recursos, atribuições e responsabilidades. Então, era natural que, nessa ordem politicamente fechada, você concentrasse os recursos no Governo Federal e disparasse o seu programa de prioridades, que eram, na verdade, as nossas empresas estatais: Eletrobras, Telebras, Siderbras, Portobras, Nuclebrás. O Governo tinha uma série de prioridades, construiu a infraestrutura brasileira e, com o tempo, o ritmo de crescimento da economia brasileira, que já foi a economia de maior crescimento no mundo – durante três quartos do século passado, cresceu 7,4%, mais do que Japão, Coreia e todo mundo –, quando nós centralizamos tudo, tivemos um período de crescimento também ainda acelerado e depois começamos a descer. E as manifestações começaram a acontecer, sempre em torno do mesmo mal: o desequilíbrio, o excesso, o descontrole de gastos públicos. Enquanto nós não compreendermos que a matriz tem sido essa, que o principal problema tem sido esse, nós vamos continuar prisioneiros cognitivos desse mau diagnóstico.

Então, ainda no final do Governo militar, o Governo Geisel gastou excessivamente com substituição de importações, etc., e recorreu ao endividamento externo. Crises cambiais recorrentes só pararam quando nós acumulamos agora US$400 bilhões de reservas, aí acabaram, mas tivemos crises recorrentes, até agora, em duas eleições recentes, ataque à especulação cambial exatamente pela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vulnerabilidade que vem de memórias passadas de um excesso de gastos financiado com o endividamento externo.

Aí, no último Governo, que já foi o de João Figueiredo, o excesso de gastos foi para dentro, foi crédito agrícola, conta aberta no orçamento monetário, "plante que o João garante", e, no meio do choque de petróleo, a manifestação foi o começo de uma hiperinflação. O excesso de gastos de novo, excesso de gastos públicos, o Governo Federal dando a instrução: "Vamos expandir os gastos agrícolas com base em emissão de moeda". E lá fomos para o início de hiperinflação. Entraram os serviços, congelamento de preços, congelamento de ativos. Perderam-se. E aí, quando fizeram o grande trabalho de estabilização, também fizeram sem a dimensão fiscal. Resultado: juros de 70% ao ano, 60% ao ano, 50% ao ano. Paraíso dos rentistas, inferno dos empreendedores. O investimento brasileiro caindo o tempo inteiro, não só do setor público, onde os investimentos públicos em infraestrutura vieram de 14%, 15% do PIB para 1,5%, mas também no setor privado os investimentos começam a cair, e o Brasil vira prisioneiro de uma armadilha de baixo crescimento.

A média de crescimento dos últimos 30 anos está em torno de 2%, abaixo de 2%, o que é lamentável. E aí você vai dizer: "A culpa é da democracia". Não, é culpa do modelo econômico. O modelo econômico dinamitou o final do regime militar e dinamitou a democracia também. O modelo econômico está equivocado, e isso aconteceu em vários países, em épocas diferentes através da história. O exemplo mais notável foi o colapso da União Soviética, e o exemplo mais recente é a tragédia venezuelana. Sempre o excesso de gastos, a concentração de poderes e atribuições na mão de poucos lá em cima, no Governo Federal. Nós somos uma forma mitigada disso. Nós somos uma variante tropical amenizada, graças ao vigor da nossa democracia.

A nossa democracia foi se autocorrigindo, os poderes independentes surgiram. Primeiro, o Legislativo declarou sua independência: fez um *impeachment* à esquerda e fez um *impeachment* à direita. Quando houve uma distorção, um mau funcionamento, quando o Executivo tenta influenciar o voto parlamentar através de recursos, acordou o Judiciário, que prendeu os dois. Então, nós temos hoje três poderes independentes. O quarto poder, que era a imprensa, quando também não percebeu o fenômeno que estava acontecendo, sofreu uma ruptura através das mídias sociais. Um Presidente foi eleito com menos de R$2 milhões, R$3 milhões de gastos. Então, há um fenômeno acontecendo numa democracia vibrante. Ela oscila, ela tem agora alternância, tem os conservadores, tem os liberais, tem os sociais-democratas. Ela começa a se movimentar, mas as digitais dos equívocos passados estão aí. Uma enorme digital se chama plano Kandir, é uma das digitais, e tem outras, tem várias.

Então, eu queria começar justamente terminando aqui a introdução dizendo o seguinte: acredito nos nossos poderes independentes, acredito na mídia, que trabalhou muito bem nesses últimos 30 anos, demonstrando exatamente as nossas deficiências, corrigindo-as através da transparência e da opinião pública, a correção de rumos natural de uma democracia. O que caracteriza tanto uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

democracia quanto uma economia de mercado é justamente a existência de centros de decisão inteligentes, de processo de decisão inteligente descentralizado, que é o que nós temos: a mídia faz a parte dela, o Senado faz a parte dele, a Câmara dos Deputados faz a parte dela, a Presidência faz sua parte, os ministros fazem a sua parte, os empresários fazem a sua parte. E evidente: se o Governo tiver poder demais e gastar 45% do PIB como o nosso Governo gastava, ele vai necessariamente entortar, distorcer e criar sintomas perversos em todos os outros agentes econômicos. Ele pode influenciar indevidamente a mídia e o próprio Parlamento; e eu poderia citar dezenas de exemplos aqui, mas eu prefiro guardar para depois.

Então, eu estou iniciando dizendo o seguinte: eu acredito plenamente no vigor de nossa democracia. Eu, em nenhum momento, estive preocupado com fofoca, ruídos. Eu tenho certeza de que cada um vai fazer o seu papel. A democracia é madura o suficiente para saber que cada um no seu papel, cada um o que tem que fazer, as iniciativas que tem que tomar, e nós temos poderes que são independentes e vão convergir no maior interesse público do País, que é maior do que cada um individual, seja partidário, seja regional.

Então, eu quero começar dando esse depoimento inicial da minha fé inabalável nisso. Eu escrevo sobre isso há anos, acredito firmemente e acho mais: nós estamos nos aperfeiçoando ao longo do tempo, todos nós – oposição, situação, Governo, social-democrata, liberal-democrata. Todos estamos compreendendo o nosso papel, todos, tanto que, primeiro, a inflação batia em 5.000%, antes de o despertador tocar, agora bateu em 10%, e nós observamos um *impeachment* com bases de desequilíbrio fiscal; e um Governo frágil politicamente, com menos de 3%, 4% de aprovação popular, derrubou a inflação de 11% para 3,5% porque as instituições se aperfeiçoaram. Nós somos uma sociedade livre que sabe se proteger e proteger seus próprios interesses.

Bom, em segundo lugar, quero falar rapidamente sobre a natureza desses desequilíbrios e o que nós estamos fazendo para atacá-los. É mais uma explicação para o Senado em geral porque nós não tivemos ainda ocasião de conversarmos.

O nosso diagnóstico é muito simples, é esse que eu disse. Houve um excesso, um descontrole sobre os gastos públicos, e você, então, mergulha nos orçamentos públicos e vamos ver as fontes de desequilíbrio. A primeira e maior de todas é o desequilíbrio do sistema previdenciário, daí a reforma da previdência. Também não estou falando nada de novo. Aliás, a Lei Kandir vem pelo nome dado a um Deputado.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – É o nome de um Deputado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO GUEDES – É o nome de um Deputado, que errou na hora de fazer a reforma da previdência. Ele não errou na hora de apertar o botão da reeleição, mas ele errou na hora de fazer a reforma da previdência, ele estava distraído, mas não de fazer a reeleição.

Então, isso mostra como não era prioritária, como não era prioritária a reforma previdenciária naquele momento. O tempo foi passando. O Governo Temer se encerrou, e eu estive aqui em Brasília em novembro e dezembro pedindo para fazer uma infraconstitucional ou o que fosse, uma contribuição de um Congresso que estava indo embora, mas que pudesse ajudar numa reforma infraconstitucional, porque o problema previdenciário é muito sério, e o nosso sistema previdenciário está quebrando antes de a população envelhecer.

Na população brasileira, o envelhecimento está em torno de 10 a 11% – os idosos, como fração da população –, e nós já estamos com o sistema no limite. Golfadas de 40 bilhões, o déficit aumenta 40 bilhões a cada ano, o que é absolutamente insustentável.

Então, a nossa primeira medida foi justamente o ataque à previdência. A previdência tem várias deficiências. Eu não vou me estender sobre isso aqui agora, mas eu vou falar só de duas ou três, que são letais.

A primeira delas é justamente a insustentabilidade financeira. Há uma bomba-relógio demográfica. A pirâmide demográfica brasileira está virando, na verdade, um losango – já virou. Vai virar uma pirâmide invertida, e o sistema vai quebrar. Então, nós lançamos não só um sistema previdenciário que corrige... Ele precisa de potência fiscal, e aí, quando eu digo que nós precisamos de pelo menos R$1 trilhão, é a responsabilidade com as futuras gerações. Se fizermos menos de R$1 trilhão, não tem problema: nós estamos sacando contra nossos filhos e netos. Nós não poderemos lançar a nova previdência no regime de capitalização. Nós vamos ficar com a antiga e nós vamos condenar filhos e netos. Por nosso egoísmo, nossa incapacidade de fazer um sacrifício entre nós mesmos, nós vamos empurrar essa armadilha para nossos filhos e netos, nós vamos aprisioná-los na mesma armadilha. E essa bola está com o Congresso.

A segunda, eu vou mencionar só a segunda, grande e letal, é que os encargos sociais e trabalhistas são armas de destruição em massa de empregos: 46 milhões de brasileiros não conseguem emprego formal, porque os encargos são 100%. Para cada brasileiro empregado, um tem que ficar desempregado, porque custa dois. Então, isso também é algo que precisa ser atacado, e a nossa reforma tenta criar uma alternativa para as nossas futuras gerações.

Bom, mas, então, o primeiro ataque aos gastos era a previdência.

O segundo ataque é o endividamento em bola de neve, que é tema nosso aqui dos Estados – Estados, Municípios e a Federação. E eu tenho dito isso: nós gastamos um Plano Marshall por ano; são US$100 bilhões. O Brasil reconstrói uma Europa por ano sem conseguir sair da pobreza. Isso é um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

absurdo total, porque nós estamos carregando ativos que não têm essa rentabilidade. Então, você está carregando ativos... Os exemplos mais recentes foram da Eletrobras, quer dizer, havia risco de o Amazonas e também Alagoas mergulharem no escuro por falta de investimento em eletricidade. As estatais não investem, não têm capacidade financeira, também estão quebradas financeiramente. As subsidiárias da Eletrobras estavam quebradas, não conseguem investir, não deixam o setor privado investir, e com passivos trabalhistas colossais também. Então, essa armadilha do endividamento em bola de neve é o que também mutila hoje Estados e Municípios.

Bom, eu não vou falar de privatizações, abertura da economia, reforma tributária. Nós vamos fazer tudo isso ali na frente. Eu queria só deixar a mensagem de que há uma agenda positiva pela frente, mas eu queria me solidarizar, em nome da ideia de um pacto federativo ali na frente, me solidarizar com a seguinte concepção: o Governo Federal justamente, como ficou com recursos e poderes em demasia, centralizados, ao longo do caminho começou a criar contribuições não compartilhadas com Estados e Municípios, ao mesmo tempo em que foram retirados os poderes dos bancos estaduais. Então, os Estados foram mais ou menos circunscritos e principalmente prisioneiros de uma disparada de gastos.

Os gastos não só cresceram muito mais do que as receitas, mas, dentro dos gastos, vocês vão ver que os gastos com pessoal cresceram ainda mais do que os gastos gerais. Então, se você pegar as despesas primárias dentro de cada Estado e dentro de cada Município, os gastos com pessoal cresceram muito mais e, quando você mergulha nos gastos com pessoal, os gastos com inativos cresceram mais ainda, saíram de 26%, 27%, 28% para quase 38%, 39% de cada uma dessas rubricas de gastos. Então, claramente, hoje Estados e Municípios estão sem capacidade de gestão e cercados por gastos que eles não controlam – gastos com inativos, que eles não controlam, gastos com funcionalismo e pessoal, que eles também não têm capacidade de controlar, gastos com endividamento em bola de neve, que eles também no têm capacidade de controlar.

Então, o que eu tenho dito é que, embora... E nós vamos entrar no assunto de Lei Kandir, tudo isso aqui. A minha visão é que o buraco é muito mais profundo e o mal é sistêmico. A solução não é 1,9 bilhão, que é a Lei Kandir a cada ano, quer dizer, é muito pouco para salvar os Estados a cada ano e é demais se alguém quiser pagar o passado, que são 39 bilhões, que não existem. Hoje nós estamos tendo que contingenciar 29 a 30 bilhões porque o déficit já é 139 bilhões, ou seja, temos um déficit hoje de 139 bilhões e estamos tendo que contingenciar, porque senão ele vai para 169 bilhões. Então, a discussão hoje é um perde-perde. Só que nós temos uma visão de futuro extraordinariamente construtiva. E eu acho que vamos trabalhar juntos para fazer isso. Eu não tenho dúvida.

Eu tenho conversado com Governadores de oposição, tenho conversado com Prefeitos de oposição e, num momento como esse, não há oposição ou situação. Nós estamos discutindo o orçamento e os orçamentos públicos. E a ideia do pacto federativo... E eu estou muito honrado de ter aqui não só o convite do Senador Omar, mas do Presidente do Senado, Senador Davi Alcolumbre,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque eu acho que, da mesma forma que nós mandamos uma reforma da previdência para a Câmara dos Deputados, nós deveríamos examinar a conveniência – e aí é uma coisa em que a classe política que tem assumir este protagonismo – de mandar o pacto federativo para o Senado, porque se trata de redesenhar, não é só salvar este ano as finanças de Estados, Municípios e da União; trata-se de redesenhar as finanças públicas no Brasil, corrigindo esse mal sistêmico que vem do modelo econômico, com esses recursos centralizados excessivamente no Governo Federal – atribuições, recursos, tudo no Governo Federal. Isso tem que ser descentralizado. O Ceará é como se fosse a Itália, Minas Gerais é como se fosse França, São Paulo é como se fosse a Alemanha, o Rio é como se fosse a Espanha. São países. O Brasil é um país de dimensão continental, que já tem uma moeda única há muito tempo, não é como a Europa, que fez o euro agora. Nós já temos a nossa moeda há muito tempo. Então, nós precisamos descentralizar esses recursos.

E a execução... Uma coisa é a classe política recuperar – e essa é a ideia um pouco do pacto federativo – o controle sobre os orçamentos públicos. Vamos desvincular, vamos desobrigar, vamos desonerar, vamos descentralizar os gastos dos orçamentos públicos. E a classe política é convidada a assumir o protagonismo.

Em qualquer lugar do mundo, a classe política não vem para disputar 0,2 ou 0,3 ou 0,4 de emenda impositiva, que é um balãozinho de oxigênio para tentar respirar mais seis meses pela frente. O que se discute no mundo inteiro, um Congresso discute no mundo inteiro, é: "O que nós vamos fazer com os orçamentos públicos?". Chegam a quase 4 trilhões, quase 5 trilhões. O da União é 1,5 trilhão, e a gente fica discutindo aqui se vai 1,5 bilhão da Lei Kandir, se vai ou se não vai.

Então, a proposta do pacto federativo é redesenhar. E evidentemente ninguém é revolucionário. Ninguém vai, do dia para a noite, salvar um Estado e quebrar a União. É suicídio. Agora, nós temos que lançar para o futuro... E o futuro já chegou, porque nós vamos, este ano ainda, desentupir o problema da extração do petróleo, que, por um desentendimento entre vários orçamentos – e houve até também uma conversa sobre cessão onerosa também, que envolveu o Congresso –, por falta de entendimento, nós estamos num perde-perde, aprisionados com orçamentos mais baixos do que poderiam ser caso nós tivéssemos já acertado como acelerar a extração de petróleo, porque nós podemos acelerar.

E estamos falando de algo entre US$500 bilhões e US$1 trilhão nos próximos 10 a 15 anos, que vão redesenhar as finanças públicas brasileiras, porque, ao contrário do que é hoje, que a União tem 100% dos recursos, embora esteja escrito que, por lei ordinária, se possa mexer nessa distribuição, o que nós estamos pensando é em justamente inverter a distribuição atual de recursos. A distribuição atual de recursos fica em torno de 65%, quase 70% com a União e 35%... Não chega a 40%, 38% com Estados e Municípios. Nós queremos inverter isso na margem, nós queremos fazer 70% para Estados e Municípios e 30% para a União. A ideia é corrigir a hipertrofia do Governo Federal no tempo, descentralizando recursos para Estados e Municípios.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, isso está ao nosso alcance, isso é a essência do pacto federativo. Eu acho que isso é uma pauta extraordinariamente importante não só para o Brasil, mas para a própria classe política.

A classe política tem duas opções: uma, ficar discutindo a previdência um ano. E não interessa se você é oposição ou situação. Fique a oposição atacando a reforma da previdência um ano também e depois tente ser eleito ali na frente, em vez de resolver, atacar frontalmente o problema. Você imagine se o Governo decidir o seguinte: "Então, está bom. Vamos mandar uma emenda que diz que para quem está a favor da reforma da previdência, votar a favor, aplique-se; quem não estiver, nós vamos respeitar a vontade soberana do povo daquele Estado, não será aplicada a menos que a assembleia local autorize". Vai ficar uma situação desagradável para quem ficar atacando de graça, sem reconhecer que há um problema dramático para os Estados e Municípios também geridos pela oposição.

Então, o que eu acho é que nós temos que atacar isso frontalmente nos próximos dois, três, quatro meses, e abrir uma pauta construtiva imediatamente após, que é exatamente a pauta do pacto federativo, que já pode ser coconstruído por todos os agentes agora. Nós estamos já com a coisa bastante bem andada, mas ela é uma coisa ainda fria, ainda técnica, ela não teve ainda o sabor da política. E nós queríamos começar essa interação já, para daqui a três, quatro meses, isso feito em conjunto pelo Congresso com o Executivo. Nós então temos uma discussão interessante pela frente. Como é que nós vamos já ir aos orçamentos, como vamos redistribuir esses recursos, descentralizando no tempo.

Eu estou entre os economistas que não criticam dois aspectos fundamentais da Constituição de 1988. Depois de 20 anos com recursos centralizados e investimentos em infraestrutura física, máquina, equipamentos, etc., que foi a infraestrutura brasileira construída pelo regime militar, o que fizeram os Constituintes em 1988? Eles carimbaram o dinheiro dizendo: "Olha, vamos investir em saúde e educação, resgate da dívida social. Vamos investir no trabalhador brasileiro." E, ao mesmo tempo, disseram o seguinte: "E o faremos de forma descentralizada, reempoderando a classe política." Disseram: "Olha, tira o dinheiro dos ministérios lá em Brasília, e vamos jogar o dinheiro para Estados e Municípios."

Os representantes do povo são os Governadores, são os Prefeitos, foram eleitos para gerir, não para ter o dinheiro 96% carimbado e vir correndo a Brasília pedir dinheiro a um suposto superministro. Ficar pedindo dinheiro para ministro é uma disfunção. O sistema está torto. Como o sistema econômico está torto, ele deformou a política também.

Então, do ponto de vista, primeiro, da crença no nosso processo de resolver problemas através do aperfeiçoamento das nossas instituições; segundo, este meu depoimento a respeito da minha convicção de que o problema é sistêmico e tem a ver com essa centralização de recursos no Governo Federal e que nós podemos construir uma saída e um País melhor com o pacto federativo, atacando esse problema um pouco à frente, porque o problema da previdência é de sobrevivência este ano ainda e o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

problema do pacto federativo é como redesenhar o futuro do Brasil, fortalecendo instituições democráticas e, principalmente, a descentralização de poder. Finalmente, o aspecto do endividamento em bola de neve e quais são os remédios que nós estamos desenhando para isso.

Eu tenho interagido com Prefeitos, com Governadores, e a nossa equipe desenhou um programa com três dimensões, que eu gostaria de comunicar aos senhores.

Uma deve ser anunciada em menos de 30 dias, que é a dimensão de curto prazo, é o que nós chamamos de Plano de Equilíbrio Financeiro, que é basicamente dar um fôlego financeiro aos Governadores que estão sendo vítimas de heranças que receberam. O Governador acabou de entrar e já pega um Estado com...

Vou dar um exemplo. Aliás, eu posso dar vários. Eu não quero cair num particular, mas eu tenho conversado com os Governadores. O Governador assume e está devendo três meses de salário, está devendo fornecedor, está devendo todo mundo. Ele não fez nada de errado, ele simplesmente chegou lá e... Quebraram o Estado antes de ele chegar, o Estado foi quebrado. Chegou na hora errada, ganhou a eleição no momento errado. Ora, então, nós estamos lançando um programa que nós chamamos de plano ou programa de equilíbrio financeiro.

Já separamos, no orçamento monetário, 10 bilhões, mas eu acho que nós vamos conseguir aumentar isso, dependendo justamente de a reforma da previdência passar. Se nós começarmos a avançar nessa direção, vai se abrir naturalmente uma folga fiscal e nós poderemos aumentar isso.

Essa primeira dimensão, esse Plano de Equilíbrio Financeiro, foi elaborada pelo Ministro Waldery, pelo Mansueto, pessoal que já tem experiência. Quando eu cheguei, conversamos e desenhamos esse programa de emergência. É a primeira camada de ataque ao problema de desequilíbrio fiscal.

Uma segunda camada se destina a atacar exatamente o problema da Lei Kandir, mas não só da Lei Kandir: também do FEX, que é o fundo das exportações. Lei Kandir é 1,9 bilhão por ano; o FEF também é um pouco menos de 2 bilhões. Então, os dois juntos são menos de 4 bilhões. Nós desenhamos um programa bem maior do que isso. Todos os Estados ganham, e ganham mais do que ganhariam se estivessem funcionando o FEX e a Lei Kandir.

Então, isso já está desenhado também. Isso é um projeto de lei, vai ter que passar evidentemente por aqui. E isso aí, na verdade, dá estabilidade, dá previsibilidade, o que nem a Lei Kandir nem o próprio FEX têm hoje. Isso é uma espécie de aposta já no futuro, porque nós acreditamos, exatamente, que essa construção do futuro passa por Estados e Municípios saberem que nós estamos comprometidos com essa descentralização de recursos. Então, nós vamos ter que dar um jeito de ir apertando o Governo Federal para ir abrindo essa possibilidade. Então, em vez de ficar discutindo só o para trás, eu queria justamente dizer o seguinte: nós estamos lançando uma coisa que é maior do que o FEX e a Lei Kandir

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

somados, e esses recursos virão exatamente dessa folga financeira que deverá chegar à União quando desentupirmos esse problema do petróleo que estava acontecendo. Então, é uma segunda dimensão.

E a terceira dimensão, que é a maior de todas... Então, é como se fosse assim: a Lei Kandir... Desculpem-me, o Plano de Equilíbrio Financeiro: o Governador que assumiu e que está com três meses ou quatro meses de atraso vai lá e redesenha o ajuste que ele vai fazer.

Há um exemplo específico que eu vou dar, de um Estado – não vou mencionar o santo; vou contar só o milagre. Ele já se comprometeu com o ajuste: no primeiro ano, tem 1 bilhão; no segundo ano, 2 bilhões; no terceiro, 3; e no final, 4. Ora, ele pegou o carro com o tanque vazio e, aí, ele vai ficar fazendo sacrifício durante quatro anos e entregar com o tanque cheio para o sucessor? Não, deixe-o antecipar os recursos e, em vez de gastar nada agora e muito lá no final, nós vamos tornar previsível e homogênea essa capacidade dele de gasto. Então, ele vai gastar um pouco mais do que ele poderia gastar agora e um pouco menos do que ele iria gastar lá no futuro. Essa é a essência do plano, que eu chamo de Plano Mansueto, plano de equilíbrio financeiro.

Depois disso, há o nosso Plano Waldery, que é o nosso Secretário das Finanças aqui, que se debruçou sobre isso. Eu falei: "Waldery, tudo bem, salvamos um ano, dois anos com isso. Agora, vamos olhar para a frente, se estivéssemos redistribuindo isso." E nós vamos redistribuir de várias formas, porque nós vamos marchar em várias direções para todo mundo entender que é um compromisso.

O "mais Brasil"... E eu até tenho usado "menos Brasília", e as pessoas interpretam mal. O Governador Ibaneis me pediu ontem para não dizer nunca "menos Brasília", porque ele é Governador do Distrito Federal. Mas é a imagem justamente de descentralização de recursos, poderes e atribuições. Então, com essa ideia de descentralizar, nós queremos mostrar o nosso comprometimento e vamos, então, abrir esse espaço de qualquer forma.

Por exemplo: o Governo Federal criou várias contribuições não compartilhadas. O que nós estamos fazendo? Nós vamos fundir isso tudo num imposto único federal compartilhado. Então, nós vamos compartilhar. Não vai haver imposto não compartilhado. Quando a União se salvou lá atrás e jogou Estados e Municípios ao mar... Nós vamos reverter isso, nós vamos compartilhar e vamos simplificar os impostos. Então, vai existir o Imposto Único Federal compartilhado com Estados e Municípios.

Então, essas provisões nós estamos fazendo, e esse plano do Waldery vai garantir que, tanto sobre a Lei Kandir quanto o Fundo de Exportações, não haja mais conversas. Ele vai provar que, linha por linha, ano por ano, Estado por Estado, vai haver ganho para todo mundo, para ninguém nunca mais se lembrar da Lei Kandir e achar que nós não estamos... E, sobre isso – depois nós vamos ter os debates específicos –, a turma me alerta que já cessou a validade da lei no sentido de que já chegamos a 80% da receita vindo do ICMS na origem. Então, já está tudo... Mas, independentemente disso, dessas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

discussões... Eu não quero nem entrar nelas, porque eu prefiro olhar para o ganha-ganha do futuro a ficar discutindo um passado que não resolveu a vida de ninguém: nem a União fez, nem os Estados receberam.

E, finalmente, a terceira dimensão – só para terminar e entrar nas perguntas –, que é a mais importante: é a que eu chamo de Pacto Federativo, que é para realmente desentortar o Brasil. Eu usei, durante a campanha, essa imagem. Você, quando vai a países onde o Congresso realmente decide a alocação dos recursos públicos, ou alguém que foi votado... Ninguém votou no ministro. Quem foi votado foram os representantes: foi o Prefeito, foi o Deputado, foi o Governador. Então, a classe política tem que assumir os orçamentos, tem que assumir os orçamentos. Hoje é o contrário: 96% do dinheiro estão carimbados e, relativamente aos outros 4%, há um superministro que manda, seja da saúde, seja da fazenda. Isso está equivocado...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO GUEDES – ... está totalmente equivocado. Então, nós vamos redesenhar isso.

Você sente a presença do Estado... Se você for aos países onde se trabalha o ano inteiro para desenhar o orçamento... E a função do Congresso, evidentemente, é essa, quer dizer, vem-se a Brasília e se define o que nós vamos fazer, quais são as verbas, o que nós vamos fazer. Agora, decidir como fazer cabe ao Poder Executivo descentralizado.

Nós vamos fazer educação. O dinheiro tem que estar todo aqui, com o Ministro da Educação, aqui em Brasília, ou o dinheiro tem que estar com os Governadores, que fazem educação? E, na verdade, o Ministro da Saúde, o que faz? Desenha políticas públicas de saúde, porque quem vai tocar é quem está na porta do hospital, quem sabe do que precisa – de dinheiro, ambulância –, são os homens que foram eleitos, que têm votos, que estão lá embaixo, na execução.

Não é acidente os índices de educação terem melhorado em alguns Estados onde os Governadores foram efetivos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO GUEDES – ... que os índices de saúde melhoraram em outros, onde os Prefeitos foram mais efetivos. Então, este é o jogo da democracia: os recursos têm que ser descentralizados.

Então, eu termino aqui dizendo que o pacto federativo é a grande aposta para reverter... Será algo entre US$500 bilhões e US$1 trilhão nos próximos dez, doze, treze, quinze anos no máximo. Esses leilões de petróleo serão um sucesso, todo o nosso contato lá fora tem sido nesse sentido. Quer dizer, vai haver fila. Se vocês já estão vendo ágio para aeroporto e para essas coisas que são menores, vocês vão ver o que vai acontecer no petróleo! Nós vamos fazer uma revolução também de energia barata, de gás também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, há uma agenda positiva extraordinária vindo por aí, agenda que é boa para todos, é boa para a oposição também. O discurso é bom para todo o mundo se nós trabalharmos direito.

Obrigado.

Abrimos para as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Ministro.

Nós temos, até o momento, 26 inscrições aqui. A proposta da Mesa é que façamos blocos de cinco, cada Senador ou Senadora usaria cinco minutos. Ou querem diminuir o tempo dos Senadores?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Três minutos.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE. *Fora do microfone*.) – Três minutos, blocos de três, para dar mais agilidade.

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) – Eu estou aqui para ouvi-los. Eu não vou tomar uma decisão, até porque eu quero dar agilidade.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE. *Fora do microfone*.) – Três minutos, blocos de três.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Três minutos, blocos de três.

Vai falar primeiro... São três Senadores os autores do requerimento: Senador Luis Carlos, Senadora Eliziane e Senador Tasso Jereissati.

Falarão o Senador Luis Carlos Heinze, autor do requerimento, depois a Senadora Eliziane Gama e, depois, o Senador Tasso Jereissati, por três minutos. Aí o Ministro responde, e a gente continua.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE. Pela ordem.) – Eu vou ter que me retirar porque acontece agora a abertura da MP do Saneamento e eu tenho que estar lá presente, mas volto em seguida. Queria solicitar uma troca com o Senador Esperidião Amin. Ele iria para terceiro...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, o Senador Luis Carlos está trocando com você.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – No final eu estou dormindo... (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Tasso Jereissati com a palavra. O Senador Luis Carlos vai ser o terceiro, no seu lugar – ele já abriu mão. Pode falar, Senador.

Obrigado, Senador Luis Carlos.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE. Para interpelar Ministro.) – Sr. Presidente, nosso Presidente que nos dá a honra aqui com a sua presença, Srs. Senadores, Sr. Ministro, Srs. Secretários do Ministério da Economia, primeiro eu gostaria de fazer algumas observações sobre o que V. Exa. aqui falou.

Eu diria a V. Exa. que, se não estou muito errado, existe aqui hoje, pelo menos no Senado Federal, na Câmara eu não tenho condições de falar... Eu não me lembro de uma época em que houve uma boa vontade tão grande do Congresso em relação a uma reforma da previdência, e suprapartidária. Não existe aqui – e é importante que V. Exa. tenha essa consciência – uma oposição organizada tentando impedir a reforma da previdência. Pelo contrário, é quase consenso que a reforma tem que ser feita – evidentemente, existem ali eventuais discordâncias pontuais. Portanto, essa impressão que às vezes passa, de que existe uma oposição, de que a oposição quer isso, de que a oposição quer aquilo, eu acho que é um pouco equivocada. Aqui existe, por exemplo, um dos maiores opositores da previdência, que eu vejo aqui, que é membro do partido do Presidente da República. Então, não é uma questão partidária hoje, até porque os partidos estão bastante diluídos, em várias siglas, e fragmentados.

É possível se construir, sim, um consenso positivo em relação à previdência. Eu mesmo, que... Aparentemente o Presidente Davi me designou como Relator de uma comissão no sentido de nós podermos abreviar, discutir paralelamente aqui no Senado o que está sendo discutido na Câmara, para que, quando chegar aqui o projeto, nós estejamos já bastante adiantados no debate sobre o assunto.

Preocupa-me certa disposição de criar uma oposição que não existe. Não é esse o clima que existe aqui. No entanto, é preciso também deixar bem claro que, quando – e me permita – V. Exa. fala que houve pouca atenção à reforma da previdência, por exemplo, na época da votação equivocada do Deputado Kandir, eu não posso concordar com V. Exa. Essas coisas acontecem com as melhores famílias da Inglaterra e de Sobral, aqui do Senador Cid Gomes. Essas coisas acontecem, não foi por causa de nenhuma falta de atenção; derrotas acontecem no Parlamento, vão acontecer agora e acontecerão sempre. A disposição nossa é essa.

A questão fiscal é prioritária para a gente. Na minha opinião, a questão do pacto federativo é uma questão importantíssima, mas não é o momento para essa discussão entrar aqui. Nós temos que estar focados na reforma da previdência. Se nós fizermos isso sem abrir discussões desnecessárias, sem entrar em questões absolutamente irrelevantes, nós vamos conseguir isso, pelo menos aqui no Senado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É essa a colocação que eu queria deixar para V. Exa.

Eu vou ter que sair, mas volto imediatamente.

E também não posso deixar de, depois, tentar entender com V. Exa. por que é que V. Exa. viu como um governo de esquerda o Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Eu queria entender melhor essa sua definição de esquerda de Pedro Malan, André Lara Resende e outros. Eu queria entender melhor...

O SR. PAULO GUEDES (*Fora do microfone*.) – Social-democracia.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE. *Fora do microfone*.) – No nome.

O SR. PAULO GUEDES – É o centro. É social-democracia. O que nós não tivemos foi a liberal-democracia. Nós não tivemos, nem temos no momento. Vamos tentar formar uma liberal-democracia.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – O Gustavo Franco, por exemplo... Essa esquerda que eu não...

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE. *Fora do microfone*.) – É um esquerdista vibrante. (*Risos.*)

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – Gustavo Franco é um comunista perigoso...

O SR. PAULO GUEDES – Não, não. (*Risos.*)

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – Mas essa questão eu queria depois...

(*Soa a campainha.*)

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – ... com V. Exa. discutir com calma. Quero entender qual é esse modelo de direita.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senadora Eliziane.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, V. Exa. trocou com o Senador Tasso. O senhor é o terceiro agora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Não, mas eu posso... O Heinze pode falar antes de mim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ah, está bom. Então, o Senador Luis Carlos... É porque houve uma troca.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Não, ele pode falar, eu prefiro.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, ela é a segunda. É a senhora. Ele trocou.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Não, mas, na verdade, não há nenhum problema o Heinze falar, sem problema.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É que, como houve uma troca de lugar, ele passou a ser o terceiro, no lugar do Senador Tasso. É a senhora agora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA. Para interpelar Ministro.) – Cumprimento o Sr. Presidente, as senhoras e os senhores, o nosso Presidente Davi, o Ministro Paulo Guedes.

Ministro, primeiramente, falando da questão da Lei Kandir, o senhor fez algumas exposições e a referência acerca dos R$39 bilhões em perdas. Eu não sei se eu entendi muito bem, mas, na verdade, esse é um valor anual; nós temos uma perda anterior acumulada nos últimos anos em função da qual nós chegamos ao valor de R$548 bilhões. No meu Estado, por exemplo, nós temos perda acumulada em R$11 bilhões, e temos, inclusive, uma participação importante no PIB Nacional a partir da grande produção de soja que nós temos.

A minha pergunta é especificamente sobre a Lei Kandir, Ministro.

Primeiramente quero saber qual será a ação mais direta – digamos assim. Primeiro nós temos as colocações feitas, e me parece – não tenho um ponto de vista formal, mas a gente acompanhou na imprensa – que, na semana que vem, a Câmara poderá votar o projeto de lei que trata dessa questão de compensação, portanto estabelecendo os R$39 bilhões/ano para o Governo. Eu queria saber se o senhor vai se antecipar a essa pauta, fazer uma proposta; se existe um entendimento, por exemplo, de fazer o encontro de contas entre a dívida dos Estados e esse crédito da Lei Kandir – da dívida dos Estados com a União e esse crédito da Lei Kandir –, dando aí um fôlego para os Estados, inclusive com a possibilidade de buscar novas operações de crédito. Aliás, o meu Estado está sofrendo muito com isso.

O tempo é muito pouco, só três minutos!

Já pergunto ao senhor se há algum entendimento em relação a essa formatação dos critérios para novas linhas de crédito. Por exemplo, o nosso Estado sofreu muito, porque tem duas posições A e uma posição C. No somatório dos três, poupança, liquidez... E acaba tendo uma na posição C. No somatório

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dos três, ele vai para o C, o que não me parece algo muito justo, não há um meio termo entre essas três posições. Queria saber se o senhor tem algum entendimento nesse sentido de avançar e fazer uma nova adequação, inclusive através de uma decisão, se não me foge à memória, da Secretaria do Tesouro Nacional, que fala especificamente sobre esses pontos específicos de delimitação em relação a novas linhas de crédito.

Por fim, queria perguntar ao senhor sobre a reforma da previdência. Pergunto isso como mulher da Região Nordeste brasileira, como alguém que sabe exatamente o que significa, por exemplo, a vida do trabalhador rural. Nós temos, quanto a vários pontos que foram apresentados na reforma da previdência, algumas questões. Por exemplo, a elevação da idade mínima da mulher do campo para 60 anos. Nós temos uma média já de aposentadorias de 7 anos: ela começa e, só 7 anos depois, consegue essa aposentadoria. Se nós aumentarmos para 60 anos, nós vamos ter quase aos 70 anos a possibilidade de essa mulher do campo ter a sua aposentadoria. Muitas delas, Ministro, já poderão até estar mortas, porque a expectativa de vida da pessoa do campo é bem menor do que e expectativa de vida da pessoa urbana.

Nesse sentido, há a questão também do BPC. Nós tivemos aí uma redução para R$400,00. Ou seja, só terá um salário mínimo aos 70 anos de idade. Para mim, fica muito clara a possibilidade real de termos idosos em situação de mendicância no Brasil novamente. Isso é um problema gravíssimo! O que é que nós vamos ter nos próximos anos?

E, nesse somatório geral, quando o senhor faz... E a gente viu aí as apresentações gerais feitas pelo Governo mostrando uma economia de R$1 trilhão, R$1,3 trilhão (um trilhão e trezentos bilhões de reais). Dados que foram apresentados por estudos desta Casa apontaram, por exemplo, que a questão da aposentadoria rural, que a questão da redução da idade mínima da mulher do campo e a questão do BPC não chegam a 8% desse total. É um valor muito pequeno num montante muito grande, mas o impacto na vida dessas pessoas vai ser uma coisa terrível! Aí pergunto ao senhor: não há outra saída?

Aí, por exemplo, você vê o militar. Você tem uma redução, em tese, de R$93 bilhões, mas tem uma implantação de 80 bilhões, ou seja, essa implantação também não foi considerada para o trabalhador rural, para o professor, enfim, para vários profissionais que, inclusive, têm situações de insalubridade e precisam de compensação. O atendimento que foi dado aos militares não foi dado a essas outras categorias profissionais de trabalho. Então, eu queria saber se nós não temos outra saída.

Para finalizar, ainda neste minuto que nós resta, quero falar de algo referente a esse valor final. É necessário mesmo termos essa economia de R$1 trilhão pelos próximos dez anos? Se não a tivermos, o que vai acontecer?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E a última pergunta, Ministro: o senhor, não aprovando a reforma da previdência, sai do Ministério? Foi colocado isto algumas vezes, que é impossível continuar; foi colocado, inclusive, pela imprensa. O senhor entrega se não for aprovada?

E eu lhe peço, em nome das mulheres, como neta de trabalhadores rurais, em nome da Região Nordeste brasileira, peço-lhe de coração e de alma, Ministro: reveja esses pontos em relação ao BPC e em relação à aposentadoria rural, à aposentadoria do campo.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – E do Norte também!

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – E do Norte do meu amigo Eduardo!

Em relação à questão do trabalhador rural – para finalizar, Presidente. Parece-me que o maior problema é a questão das fraudes. Nós já temos uma MP, que já veio para cá, do INSS. Então, se temos essa MP, para que pesar mais a mão em cima deles aumentando a idade mínima? Para que pesar mais sobre ele reduzindo o valor do BPC, que é para pobres, para miseráveis, para pessoas com deficiência? Então, não me parece justa essa colocação e essa decisão que foi feita em relação à reforma da previdência.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Luis Carlos Heinze com a palavra.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Para interpelar Ministro.) – Sr. Presidente Omar, Sr. Presidente Davi Alcolumbre, Sr. Ministro, senhores secretários, cumprimento-os.

Nós tínhamos conversado, Sr. Ministro Paulo Guedes, em relação a estarem presentes os Governadores. O Senador Tasso havia colocado: "Quem sabe a gente faz uma abordagem geral sobre a situação econômica do País e depois nós entramos com os Governadores?" Mas, numa outra oportunidade, nós queremos que os Governadores estejam presentes também, porque todos eles têm dívidas, dos Estados, sob a Lei Kandir.

Primeiro, sobre a Lei Kandir. Há estudos feitos pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará segundo os quais os Estados deixaram de arrecadar, ao longo da Lei Kandir, 812 bilhões e receberam 175 bilhões. Portanto, há um déficit de 637 bilhões – esse é o déficit da Lei Kandir. Aí nós temos aqui quatro ex-Governadores: Santa Catarina, Ceará, Rondônia e também do Amazonas.

E com relação às dívidas que os Estados têm hoje com a União. Segundo relatório do Banco Central, nos temos 662 bilhões, é o que os Estados devem. É praticamente um encontro de contas. A Senadora Eliziane também falou pelo Estado dela, mas vale para todos os Estados. No Rio Grande do Sul

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

– o Senador Lasier está aqui; o Senador Paim não está, mas deve retornar –, a situação é insustentável, assim como na grande maioria dos Estados hoje. O maior devedor é São Paulo. Nós somos o quarto maior devedor

Cito dados de um auditor fiscal do Rio Grande do Sul – e aqui é o ponto importante que eu quero colocar –, o Dr. João Pedro Casarotto, aposentado. "Em valores de dezembro de 2017, o Rio Grande do Sul tomou 32,6 bilhões. Já pagou, até lá, 42,2 bilhões e devia, em dezembro de 2017, 58 bi." Aqui está o abuso e o absurdo que foi colocado em cima dos Estados! Se nós pegamos de 1999 a 2017, deu 1.379% entre juros e indexador; a inflação no período foi de 237; a poupança, 341; o IGPDI, 342. Portanto, esse juro mínimo de 6% ao ano fez com a dívida saltasse de 340 para 1.339! Enquanto isso, o BNDES – não é culpa de V. Exa. -, ao longo dos últimos anos, concedeu empréstimos generosos para empresas a 7% ou 8% ao ano, tomando da União dinheiro para pagar essa conta. Agora, os Estados, que têm professores, brigadianos, sei lá, toda essa situação que têm hoje, estão numa situação insustentável. Portanto, esses números aqui falam por si sós: os Estados não aguentam. Por isso, tem de haver uma negociação diferente. E, aí, Senador Omar, é a primeira conversa entre tantas que nós teremos, porque nós queremos levantar essa questão.

O meu Estado, em novembro do ano passado, devia 64 ou 65 bilhões. O Governador Sartori ficou quatro anos e não pagou a folha em dia – quatro anos! O atual Governador chegou há três meses e ainda não está pagando a folha em dia, e não vai conseguir pagar. E isso porque ele tem uma liminar na Justiça!

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Isso com liminar do Supremo Tribunal Federal!

Portanto, temos que focar nessa questão, tem que haver um encontro de contas, nós temos que discutir essa situação.

Quanto às medidas que V. Exa. coloca: eu até entendo que são necessárias, mas o que nós temos que fazer é ajustar a situação. Os Estados não aguentam pagar o que pagaram: juro de agiota praticamente em cima de um ente da Federação, a União com o Estado, não é uma dívida de uma empresa com um banco.

Essa é uma situação que eu quero colocar, nós temos que reavaliar essa posição, porque é insustentável a forma pela qual a dívida chegou aos Estados. Se os Estados forem perdoar, nós temos que resolver... E os Estados estão se ajustando ao longo dos anos, como a União. V. Exa. já demonstrou também que tem que fazer um acordo com a União. O crescimento da folha e tantas despesas mais, ninguém aguenta essa situação. Portanto, tem que reduzir as despesas, nós teremos que reduzir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, a proposta que eu lhe deixo: temos que voltar a conversar em cima desses números escancarados que nós temos aqui, em cima dos indexadores, que foi a inflação...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – ... que foram os indexadores que o Brasil teve ao longo desses anos e o juro que foi cobrado ao longo dos anos, o que inviabilizou praticamente os Estados e Municípios do Brasil em cima da negociação das dívidas com a União.

Essa é a nossa colocação.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador.

Com a palavra o Ministro Paulo Guedes.

O SR. PAULO GUEDES – Não está aí o Senador, mas eu faço questão de fazer uma breve consideração a respeito...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PAULO GUEDES – Mas é interessante para todo mundo saber, já antecipadamente – depois eu posso falar com ele também –, o seguinte: eu estou usando esse negócio de esquerda e direita como uma simplificação ante o caos. É que as pessoas ficam com medo: "O que está acontecendo no Brasil politicamente? É o caos, é caos!"

Não. Houve, pela primeira vez, uma candidatura que ocorreu nas mídias alternativas em vez de correr na mídia oficial. Apesar de ser alguém que estava com vocês aí há 30 anos, era considerado um *anti-establishment*. E a simplificação que eu vejo é a seguinte: foi uma aliança em torno de valores, princípios, costumes, segurança, alguns valores desse tipo, e mais uma aliança com liberais; então, virou uma espécie de aliança de centro-direita. E quase que, por definição... Durante esse combate da eleição, se definiu mais ou menos o seguinte: ou é pessoal da esquerda ou é de centro-direita, o que é uma simplificação. No fundo, a gente sabe que não é isso. No fundo, a gente sabe que um social-democrata bem centrado está muito próximo de um liberal-democrata, e eles estão muito longe dos extremos, seja da extrema direita ou da extrema esquerda. É só uma simplificação perante o choque que foi a eleição. E todo mundo: "O que está acontecendo?" Eu tive que explicar isso lá fora.

Lá foram as pessoas diziam: "O que houve? O que está havendo no Brasil? A democracia está em risco?" Eu: "De jeito nenhum, não há risco nenhum, simplesmente o polo de gravidade saiu daqui e foi para o outro lado agora; da mesma forma que ficou 30 anos de um lado, agora andou um pouco para o outro lado."

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bem, é só uma simplificação, nenhum conteúdo ideológico mais dramático.

A Senadora Eliziane colocou três questões interessantes. A primeira, e é justamente... É muito interessante isso porque é bem parecido com o que foi dito a respeito do encontro de contas, do endividamento bola de neve.

Quando a pimenta está nos olhos dos Estados, aquela dívida cresce, é uma loucura. A Lei Kandir é o contrário: é a dívida crescendo em cima da União e, aí, vira 600 milhões, 500 milhões, são números absurdamente estonteantes. Eu sempre digo que é um modelo econômico equivocado. Se o juro fosse 0,25%, 1% ao ano, como foi durante 10, 15, 20 anos em várias economias do mundo, a dívida não matava ninguém. Agora, no Brasil, é mortal. Se, realmente, o Congresso aprovasse agora que o Governo Federal tem que pagar essa dívida para os governos estaduais, o Governo Federal quebraria, acabaria o Governo Federal, da mesma forma que hoje estão quebrados os Estados.

Então, esses juros astronômicos que o Brasil tem são consequência direta do excesso de gastos. Como os governos se endividaram excessivamente, eles saíram aumentando os impostos, saíram subindo os juros para se financiar, e o resultado é esse desastre nas contas públicas nacionais, em que um excelente Governador consegue só sobreviver. Aliás, eu tenho profunda admiração por alguns que conseguiram fazer coisas interessantes, como melhorar a educação, fazer coisas ainda importantes apesar disso. Houve gente até que não perdeu o banco estadual: na época, quando tiraram os bancos estaduais dos Estados, havia gente que não precisava entregar banco estadual porque as finanças estavam em ordem, mas a Federação foi lá e tomou o banco de todo mundo mesmo.

Então, eu reconheço esse problema de os juros criarem contas absolutamente...

A primeira pergunta sua para mim foi: "O que vocês vão fazer com esses 39 bilhões por ano?"

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Mas o senhor reconhece esse valor?

O SR. PAULO GUEDES – Não...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Mas o senhor reconhece o valor dos quinhentos...

O SR. PAULO GUEDES – Não, deixa eu falar.

O TCU olhou esse troço todo, isentou e disse... O Supremo disse que houve uma cessação em 2003, porque justamente a arrecadação vinda de ICM no destino atingiu 80%, ou seja, só valia enquanto essa perda de receita fosse menor do que 20%. O dia em que essa perda passou de 20% acabou. Então, isso já cessou lá atrás.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas ficam esses números malucos lá de trás. Se você for olhar esses números com os juros que vigoraram nesse período inteiro, verá que é como a Ilha de Manhattan: ela foi vendida por um dinheirinho que, se trouxer para hoje, você vende a ilha toda e não dá para pagar.

Juros compostos são um fenômeno dilacerante do ponto de vista financeiro, ninguém sobrevive. Então, não me surpreende que os Estados estejam *in a corner.* Da mesma forma, se o TCU, o Supremo ou o Congresso dessem causa ganha para os Estados contra a União, a União acabaria, quebraria, porque ela não tem os 700 bilhões para pagar agora de jeito nenhum.

Então, isso é um problema sério. Eu estou nos convidando a construir para o futuro, porque eu acho que, se a gente for nessa linha, para trás, são mais 10 anos de... Porque, aí, a União falaria: "Não, então está bom, parem os programas todos, deixa todo mundo quebrar, vai todo mundo para a Justiça." É um perde-perde, o Brasil vai se paralisar. Eu prefiro construir para frente do que judicializar o passado. Aliás, esta é a história nossa: nós temos judicializado e nós não saímos do lugar, nem o petróleo sai do chão na cessão onerosa, nem os Estados recebem o fundo de exportação, nem recebem a Lei Kandir, ninguém anda para lado nenhum. Eu prefiro andar para frente.

Mas vamos conversar sobre tudo isso. Nossa equipe tem conversado sobre tudo isso com os Governadores. Eu estive com os Governadores ontem, passei a manhã inteira com eles, e estavam os Governadores de oposição de situação, estava todo mundo lá e conversamos abertamente sobre tudo isso.

A sua segunda questão foi justamente sobre a mulher, sobre a idade mínima, e é muito interessante isso porque... Eu acho que o Congresso é quem decide, a única coisa... Nós fizemos uma proposta. A nossa proposta trabalhava em todas as dimensões. Então, você vai lá e fala que os militares tem que entrar também. Eu usava um símbolo, eu brincava dizendo: "Há uma kombi, a kombi vai sair, tem que entrar todo mundo na kombi, todo mundo tem que participar do esforço. Então, vêm os militares, vêm as mulheres, vem a turma do campo, vem todo mundo, todo mundo tem que entrar."

Eu estudei cinco, seis, sete propostas alternativas, selecionamos os melhores aspectos e fizemos um programa forte, no qual todo mundo contribui.

O problema da mulher – para você ver – foi debatido até o final, a idade mínima das mulheres deveria ser... O Presidente chegou a propor, em algum momento: "Vamos passar dois anos a mais para todo mundo." Então, as mulheres passariam de 55 para 57, os homens passariam de 60 para 62, mas sem período de transição. Ora, para nós seria extraordinariamente vantajoso isso. Durante dois anos, ninguém se aposenta do nosso Governo, nós estamos salvos, o problema é empurrado um pouco para frente. Aí, depois, que entrasse outro governo e fizesse isso, cuidasse para frente. E o Presidente pensou isso, assim, sem maldade nenhuma, querendo sacrificar pouco as pessoas. Aí, a nossa equipe mesma volta e fala: "Olha, não pode. À pessoa que ia se aposentar hoje, você chega e pede mais dois anos? É

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

diferente da situação de um sujeito que está com 18 anos hoje ouvir que lá na frente tem mais dois anos." Eu cheguei a ver quase que como uma convocação: cada brasileiro vai dar um ano a mais ou, então, cada brasileiro vai dar dois anos a mais, mas aí não tem período de transição. Quando você examina isso, dá um impacto financeiro muito bom para o nosso Governo, agora, deixa uma bomba para os outros. Nós não resolvemos o problema lá para frente. Então, tivemos que sair dessa também.

Em alguns momentos, o Presidente até dizia, com a maior... Ele é uma pessoa transparente, autêntica. Ele dizia o seguinte: "Olha, eu votei contra isso e, por mim, as mulheres tinham que aposentar mais cedo mesmo". Aí, algumas pessoas da equipe diziam: "Veja, as mulheres têm uma expectativa de vida hoje maior que a dos próprios homens, e os homens hoje já estão se aposentando... Os mais pobres só é que estão se aposentando mais tarde. Quem está se aposentando cedo é justamente quem tem recursos, começou a contribuir cedo, pegou emprego cedo, tem qualificação, nunca ficou desempregado, então, está sempre contribuindo."

Então, são situações super complexas. Nós passamos meses examinando isso, simulando tudo e jogamos isso. Agora, eu reconheço, quando isso bate... A minha função, e aí é a diferença entre o papel do Congresso e o papel do técnico... O técnico fala assim: "Olha, eu preciso de um trilhão, porque com um trilhão eu consigo..." É a imagem que eu tenho usado. Aliás, eu uso duas imagens. Uma é a seguinte. O sistema atual é um avião que está indo para alto-mar sem combustível e você pede ao seu filho para vir. Ele traz o seu paraquedas. Você pula na praia e ele vai embora para alto-mar. Nenhum brasileiro gostaria de fazer isso com seu filho. Significa dizer: "Olha, eu quero que você entre no meu sistema antigo, que vai quebrar, porque você traz o meu paraquedas. Você paga, eu pulo e você segue para quebrar."

Então, eu considero isso uma questão de responsabilidade nossa com as futuras gerações. Nós temos a responsabilidade de não deixar as futuras gerações caírem na mesma armadilha em que nós caímos. Nós caímos numa armadilha, porque antes havia dez contribuindo para um se aposentar. Daqui a pouco, são seis para um se aposentar. Daqui a pouco, um vai contribuir e dez vão se aposentar: são seus filhos que vão se aposentar lá na frente.

Por isso é que eu peço uma transição para o regime de capitalização. Estudamos vários desses regimes na história, algumas propostas recentes também. Havia outros candidatos com proposta de capitalização também. Depois disso, houve economistas que propuseram regime de capitalização. Nós estudamos tudo e chegamos à conclusão seguinte: se tivermos um trilhão, a gente consegue ter potência suficiente. É como se você tivesse... Mando outra imagem: você precisa de um foguete potente o suficiente no início para fugir da força da gravidade e, aí, ele escapou da força da gravidade... Você pode ver que os lançamentos são assim: primeiro, um foguete grande, com muita potência fiscal, vence a força da gravidade e, aí, passou a força da gravidade, você dispara um pequenininho, que é o que vai para a Lua, que vai para Marte, pequenininho, porque aí já não há atrito mais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A previdência é a mesma coisa. Com esse um trilhão, eu sei que eu tenho potência fiscal para deixar os jovens optarem por um regime novo. É o que eu chamei de Carteira Verde e Amarela, e é opcional, não é obrigatório: quem quiser entra no sistema antigo, quem não quiser entra no sistema novo.

O sistema novo são contas individuais, regime de capitalização. Nós não estamos tirando nada de ninguém. Quem quiser fica no antigo, quem quiser fica no novo. Você só está fazendo uma pergunta para o seu filho: "Filhinho, se você quiser, vem com o papai aqui nesse avião que vai cair. Se você preferir, e eu acho bom para você, vai nesse outro voo aqui, que é para outro lugar, você tem controle da sua própria conta etc. e você vai nessa outra direção."

Você está democratizando o ato de poupança, você está dando a capacidade de investimento para esse jovem. São jovens frágeis, de famílias frágeis financeiramente, que precisam. Na família que tem mais recursos, o filho já aprende a usar recursos, a usar a poupança. O mais jovem precisa ser aculturado em matéria financeira, ele precisa saber que ele tem a caderneta dele, que ela está capitalizando, que ele está acumulando recursos desde o primeiro emprego dele. Isso é muito bom, além de botar o Brasil para crescer, porque os recursos, em vez de serem destruídos na mesma geração... Porque hoje o jovem... O mais idoso vai se aposentar, o jovem dá o dinheiro, e aquele dinheiro é consumido, é destruído. Você está prometendo salários lá na frente, mas você não está levando nada para o futuro. Enquanto que, num regime de capitalização, você promete, mas leva recurso, você está levando recurso para o futuro.

Bom, então, quando a gente fala na mulher... Houve propostas até o último minuto: baixa a mulher, aumenta a mulher, bota aqui... Aí, nós resolvemos fazer o seguinte: "Olha, passa em um trilhão. Agora, deixa o Congresso decidir. Se ele quiser que as mulheres se aposentem antes, pede para o pessoal rural, pede para o militar. Ah, você quer que a mulher se aposente antes e o militar também não contribua? Pede para o rural." O Congresso tem essa capacidade.

Por exemplo, quando o Congresso diz: "Olha, o BPC não pode, porque são pessoas..." O pensamento que passou na minha equipe... O Marinho, por exemplo, quando conversamos sobre isso, ele falou: "Paulo, justamente esses que não contribuíram nunca e que são os mais pobres e ficam idosos...", os candidatos, como a Senadora disse, a mendicância num sistema desse... O que o Marinho tentou fazer foi o contrário. Ele virou e falou o seguinte: "Olha, vamos começar a pagar antes. Em vez de pagar com 65 só, começa a pagar com 60." Agora, se você pagar igualmente com 65 ao que contribuiu e ao que não contribuiu, existe um estímulo enorme para ninguém contribuir, porque você vai ganhar a mesma coisa. Então, faz o seguinte: paga um pouco antes. Já que ele não tem capacidade de arrumar emprego, empregabilidade etc., paga um pouco antes, mas deixa ele também só receber o salário cheio um pouco mais tarde. "Ah, isso é muito infeliz, e o Congresso todo está contra." O.k., vocês podem ir lá e mexer nisso. O que é que acontece?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ministro...

O SR. PAULO GUEDES – O que é que acontece? Essas opções, vocês, como Congresso, é que têm que fazer, não somos nós. A única advertência que faço é a seguinte: se baixar de um trilhão, fica difícil lançar o outro. Vocês estão condenando... Aí, é aquele negócio: nós, por falta de coragem, de disposição ao sacrifício, nós fomos adiando, adiando, adiando... Aí, em vez de nos olharmos uns aos outros e falarmos "Vamos tirar... Militar paga mais ou, não, mulher paga mais, paga mais..." Em vez de nós fazermos isso, nós estamos jogando: "Não, nossos filhos vão pagar. Não vamos resolver isso não. Joga nossos filhos no mesmo problema que nós temos hoje." É só esse o alerta que eu estou fazendo.

A terceira pergunta, então...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Exa. vai responder depois, porque já ultrapassou todos os tempos aqui estipulados pela Comissão.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Presidente, só um pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Para uma questão de ordem, Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Pela ordem.) – Apenas para contribuir: o Presidente Davi Alcolumbre acaba de se retirar e informa que daqui a pouco, às 16 horas, vai abrir a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Desde quando ele assumiu, nunca aconteceu isso.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – É, mas ele acabou de se levantar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não é hoje que ele vai abrir...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Eu apenas estou contribuindo. Como, por enquanto, ainda é ele o Presidente... Então, eu estou apenas contribuindo, pelo fato de que...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Vamos cumprir o horário, lá e aqui.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PAULO GUEDES – As mulheres no campo rural, qual é a preocupação no rural? A população rural registrada é 6,5 milhões. As aposentadorias rurais são 9 milhões. Então, há uma fraude. Então, essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

contribuição do rural que está aí é mínima, são R$50 por ano, é um número pequenininho. É muito mais para ser um combate antifraude, entendeu?

Como há 6 milhões de registrados como população rural e há 9 milhões de aposentadoria rural... Tem o sujeito que sai de Uberlândia, vai para o mato próximo, pede uma aposentadoria rural e volta para Uberlândia. Ele está vivendo às custas da população brasileira. Então, isso aí, na verdade, não tem grande potência. Aliás, a Senadora falou muito bem, tem coisas aí que, se tirar, financeiramente não vai fazer... Mas vai permitir que a fraude continue solta, entendeu?

O outro aspecto, finalmente, foi... Bom, R$1 trilhão. "O senhor vai sair do Governo. ou não vai sair. se não for R$1 trilhão?" É muito interessante isso, porque há várias questões que estão ligadas e sempre me perguntavam... E eu penso a mesma coisa. Desde que me perguntaram na campanha: "Vem cá, mas você está com o Governo? Você sairia? Você ficaria?" Eu respondo sempre a mesma coisa. Eu digo o seguinte. Eu acredito em três coisas. Eu acredito numa dinâmica virtuosa da nossa democracia. Eu tenho certeza de que os partidos e, particularmente, os Poderes – a Câmara dos Deputados, o Senado, o Executivo –, cada um vai fazer o seu papel. Eu não tenho a menor dúvida sobre isso.

Em segundo lugar – aliás, até eu tinha colocado em primeiro na entrevista –, eu dizia o seguinte. Primeiro, se o Presidente apoiar as coisas que eu acho que podem resolver para o Brasil, eu estarei aqui. Agora, se ou o Presidente ou a Câmara ou ninguém quer aquilo, eu vou obstaculizar o trabalho dos senhores? De forma alguma! Eu voltarei para onde eu sempre estive. Eu tenho uma vida fora daqui.

Eu venho para ajudar, acho que tenho algumas ideias interessantes. Aí, o Presidente não quer, o Congresso não quer. Vocês acham que eu vou brigar para ficar aqui? Eu estou aqui para servi-los. Se ninguém quiser o serviço, vai ser um prazer ter tentado. Mas não tenho apego ao cargo, desejo de ficar a qualquer custo, como não tenho a inconsequência e a irresponsabilidade de sair na primeira derrota. Não existe isso.

Agora, eu acreditava em três coisas. Eu acreditava que a democracia é virtuosa e vai seguir o seu trabalho; eu acreditava que o Presidente apoia o programa; e eu acredito que os Poderes vão fazer as suas funções. Agora, suponham que os Poderes aprovem que a União deve R$800 bi, que não haja reforma previdenciária, nadinha. Eu vou ficar fazendo o que aqui? Só se for para apagar incêndio! Eu vou entrar para o Corpo de Bombeiros de Brasília para ajudar vocês.

Bom, Senador Heinze...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ministro, desculpe. O senhor me desculpe, Ministro. O senhor estourou todos os tempos.

O SR. PAULO GUEDES – Estourei tudo. Desculpe, desculpe.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Vai responder para mim. Só um minuto!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, porque depois eu viro antidemocrata. Eu quero fazer...

O SR. PAULO GUEDES – Eu quero respeitar. Não posso dar mal exemplo.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Senador Omar, ele vai me responder a pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vai, vai te responder sim, Senador, mas deixa eu dizer uma coisa. Ele fez uma exposição aqui sobre capitalização, mas não foi feita pergunta sobre capitalização. Nenhum dos três Senadores falou sobre capitalização, e ele respondeu, passou meia hora respondendo sobre capitalização.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu sei... Não, não, veja bem. O debate tem que fluir. Nós não podemos é ficar aqui duas horas em três perguntas.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Um minuto.

O SR. PAULO GUEDES – Um minuto.

Governadores. O seu pedido é legítimo, os Governadores deviam estar aqui. Estive com eles ontem, conversamos longamente já na segunda reunião. Terceira reunião já marcada, estarei com eles. Então, tenho estado regularmente com os Governadores, estou ouvindo todos.

Kandir, 600 bi. É a pergunta que a Senadora tinha feito antes. São contas astronômicas mesmo, são inviáveis. Da mesma forma que os Estados são vítimas disso, se jogar para o lado de cá, quebra o lado de cá também. É a bola de neve. Agora, quanto aos números que estão lá nos Estados, dados e indexadores, os números são esses mesmos. O TCU vai lá e olha. É o juro composto, é um absurdo: 7% compostos dobram, a cada dois anos...

Aliás um lembrete para nós é este: a nossa dívida pública federal... Para vocês entenderem o drama e por que eu até falei em acelerar privatizações: houve um tempo... Eu ajudei a fazer a campanha do Afif. Se nós vendêssemos a participação do Governo nas estatais, zeraríamos a dívida pública mobiliária federal interna. Sabe o que significaria hoje isso? Vocês teriam R$400 bilhões ao ano para saúde, para educação, para segurança. Como nós não fizemos lá, hoje, se vender tudo, são só 25%. Agora, se esperar mais 10 anos e vender tudo, são 2%, porque esses ativos não estão rendendo, e o juro composto mata, ele mata os Estados, ele mata as empresas, ele mata tudo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Mas, Ministro, aqui não é só questão de o Governo quebrar: é só encontrar as contas, e ninguém deve para ninguém, está mais ou menos acertado. A União não vai pagar e o Estado também não vai pagar. Resolve-se o assunto, zera.

Vamos voltar a conversar depois.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu acho que eu vou mudar o método: três minutos para fazer pergunta e três para responder, senão eu vou ser antidemocrata, eu vou encerrar. Se não for assim, não vai dar!

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Corto daqui, corto de cá!

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vou cortar, Ministro.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Olha só, nós vamos ficar repetitivos aqui: sobre BPC, sobre capitalização, sobre aposentadoria rural e aposentadoria dos militares, ou um ponto ou outro. Todos os Senadores irão fazer perguntas sobre essa questão e também sobre o endividamento. Então é melhor fazer pergunta e resposta, pergunta e resposta, pergunta e resposta.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas, se for bloco de dez, ele passa três horas para responder aqui!

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu acho que as perguntas serão repetitivas.

Vamos manter então.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Oriovisto Guimarães.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR. Para interpelar Ministro.) – Sr. Presidente Omar Aziz, cumprimento o senhor, cumprimento o Exmo. Ministro da Fazenda Paulo Guedes.

Eu serei breve, vou tentar economizar parte dos meus três minutos.

Ministro, primeiro eu quero parabenizá-lo pela sua visão global do País, por pensar no País, pensar no País como um todo, pensar no futuro. Quero dizer que temos uma profunda coincidência de pensamento quando o senhor diz que a origem de todos os males é o fato de que os governos gastam mais do que arrecadam, o déficit público. Nesse sentido, eu quero lhe informar que eu apresentei mais uma lei para se somar às que nós já temos, como a Lei de Responsabilidade Fiscal, a Lei do Teto. Eu apresentei uma lei de responsabilidade compartilhada. Ela dá várias providências, mas uma delas é proibir o aumento de salário para todo o funcionalismo público naqueles entes da federação onde existir déficit primário.

Mas, Ministro, eu tenho três perguntas para o senhor muito simples. A primeira delas é a seguinte. Qual é a sua opinião sobre essa emenda aprovada ontem na Câmara dos Deputados, emenda de 2015 que torna impositivas as emendas de bancada? Isso vai gerar uma obrigação, a partir de 2020, de 3,9 bilhões de novas despesas. De onde vocês vão cortar gastos dessa ordem? Pergunto porque, se serão obrigados a gastar 4 bilhões, nós temos a Emenda Constitucional 95, de 2016, do teto de gastos, que não permite que esse gasto avance além de um certo ponto. Então, necessariamente, os senhores terão que tirar dinheiro de algum lugar, terão que tirar 4 bilhões de algum lugar para poder suportar mais esse gasto impositivo. A minha opinião é que isso vai no sentido contrário de tudo o que deveria ser feito. Trata-se de engessar mais ainda o Orçamento, o contrário da sua exposição. Gostaria do seu comentário sobre essa aprovação, que, aliás, foi em tempo recorde: a Câmara deu uma demonstração de eficiência fantástica, em um dia ela desenterrou uma coisa que estava lá desde 2015 e liquidou o assunto, foram dois turnos no mesmo dia. Se usar essa mesma velocidade para aprovar a reforma da previdência, o Brasil está salvo. Espero que os Deputados peguem o exemplo e continuem.

Ministro, não quero insistir em previdência, até porque o tema não é esse hoje, eu apenas queria salientar o seguinte. O Presidente Bolsonaro – e não só ele, eu também – tem uma imensa admiração pelos Estados Unidos. Os Estados Unidos são um país que estão constantemente em conflito armado, os seus militares têm uma participação em guerras seguidas – a guerra do Iraque, enfim, tantas outras guerras em que eles se envolvem, como a guerra do Vietnã etc. e tal –, e lá o sistema de aposentadoria dos militares é muito simples: a partir de 2018 – o senhor deve saber –, eles podem se aposentar com 10, com 15, com 20 anos, de forma proporcional, 2% ao ano do tempo que eles trabalharam; depois eles vão para um fundo para onde vão todos os funcionários públicos. Não há lá outro privilégio. Então a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

minha sugestão é que nós copiemos, na reforma da previdência para os militares, o exemplo dos Estados Unidos.

Só isso, Ministro. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para interpelar Ministro.) – Eu também vou ser muito conciso.

Quero saudar todos, cumprimentar o Ministro e a sua equipe.

Vou me dispensar de repetir o que disse o Senador Luis Carlos Heinze porque o oráculo é o mesmo: é o João Pedro Casarotto, que nos alimenta com gotículas a cada semana sobre as maldades que a União fez com os seus queridos filhos, Estados, no tratamento da dívida. Só vou acrescentar um dado: sobre o quanto custou o endividamento para a União – porque ela se endividou para emprestar para os Estados –, e o senhor vai poder conferir com a sua equipe.

Em 2015, véspera do ano em que eu tive o privilégio de relatar o último acordo com os Estados, em que quase derrubamos o anatocismo, que é o juro sobre o juro a que o senhor se refere... Quase o derrubamos no Supremo. Quem fez o parecer para derrubar o anatocismo foi Carlos Ayres Britto, não é pouca coisa. Mas, em 2015 – preste bem atenção ao dado! –, o custo do empréstimo que a União fez para si para emprestar para os Municípios, para os Estados, foi de R$ 23 milhões, e os Estados pagaram à União R$ 30 bilhões. Portanto, a mãe cobrou dos filhos 130.000% ao ano! Isso mostra como é que esse passado não pode ser apagado. A cidade mais beneficiada foi São Paulo, porque São Paulo não tinha dado nada a título de 20% de amortização da dívida e, por isso, tinha o maior juro, mas, quando caiu para seis, foi a que mais ganhou.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Esse desequilíbrio no tratamento tem que ser avaliado nesse plano – Waldery, não é? – que vai tratar do assunto.

Segundo: o senhor não incluiu os chamados gastos tributários e renúncias fiscais como uma das necessidades prioritárias para o Brasil. E quero tornar a informar que eu próprio apresentei o meu terceiro projeto de lei sobre esse assunto – é o terceiro da minha vida! –, o Projeto de Lei Complementar nº 41, de 2019. Eu gostaria que merecesse o acompanhamento da sua equipe.

Quanto ao pacto federativo, para concluir.

O Guillherme Afif Domingos chegou há pouco, não sei se ele está ainda...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, naquela época, o senhor não propôs liberar os porcentuais de obrigação de dispêndio em educação, porque o País não estava nas dificuldades em que está. De forma que, essa proposição que o senhor coloca, nós vamos discutir depois.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador Amin.

Senador Lasier, três minutos.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS. Para interpelar Ministro.) – Obrigado, Presidente Omar Aziz.

Ministro Paulo Guedes, eu vou voltar ao surrado tema da Lei Kandir, porque, pelo que vi hoje, a Lei Kandir está sendo definitivamente enterrada.

Nós temos visto que os Governadores que assumiram – e o do Rio Grande do Sul, o meu Estado, é um deles – viam na Lei Kandir, no ressarcimento, uma tábua de salvação. Essa tábua, no entanto, não apareceu até hoje.

Há dois anos estivemos com o Ministro anterior, Eduardo Guardia – o Senador Wellington Fagundes, que está aqui, estava junto. O Ministro Guardia disse: "O Governo não tem esse dinheiro para reembolsar os Estados." E estava acompanhado de um grupo de advogados da União e do ministério para dizer que, não tendo havido a regulamentação da Lei Kandir no ano de 2003, não tinha mais como nem fazer os cálculos. Como é que alguém ia saber quanto é que tinha que destinar a cada Estado, a cada Município do Brasil, sendo que os quatro maiores credores são Pará, Minas Gerais, Mato Grosso e Rio Grande do Sul, depois vêm os outros.... E hoje o senhor usou a expressão "é inviável". Oitocentos bilhões de reais... O Governo que está com as contas... Até anotei uma frase sua: "O desastre das contas públicas." A União não tinha. Então, para acabarmos com essa ilusão permanente, eu gostaria que o senhor dissesse bem claramente: "A Lei Kandir morreu, não tem como pagar." É para terminarmos com essa discussão permanente.

E, para concluir, ser bem sucinto e obedecer ao tempo, pergunto sobre o regime de recuperação fiscal implantado em 2017. Só o Rio de Janeiro foi contemplado até agora. O meu Estado está apelando quase que desesperadamente para que seja também atendido. Pergunto: há possibilidade de uma flexibilização das regras junto à Secretaria da Fazenda do Estado para poder socorrer esses Estados em situação tão crítica, falidos, como o Rio Grande do Sul, através do regime de recuperação fiscal?

Duas perguntas bem objetivas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador.

Eu vou dar cinco minutos ao nosso convidado...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO GUEDES – Cinco para cada um ou cinco para tudo? Cinco para tudo?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – São três em três...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – São três em três.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Já é a regra, Major Olimpio.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Uma questão de ordem do Major...

O SR. PAULO GUEDES – Então, são nove minutos, três, três, três.

Senador Oriovisto...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nove minutos, por quê?

O SR. PAULO GUEDES – Ele teve três para perguntar, eu tenho três para responder.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Perguntas idênticas...

O SR. PAULO GUEDES – Pode ser. Eu faço em menos... Eu faço mais rápido.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Senador Omar, Sergio Moro chegou às 10h e está até agora aqui. Podemos ficar até à noite, não há problema nenhum. O Sergio Moro chegou às 10h, e estamos até agora. Vamos seguir, esse assunto é importante para nós.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, Senador, eu só estou dizendo o seguinte: nas três perguntas, eu vi muitas coisas parecidas entre as três perguntas. É isso que eu estou dizendo só. Tudo bem.

O SR. PAULO GUEDES – Vamos tentar, eu vou tentar o máximo. Eu vou correr o máximo entre cinco e nove minutos.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Deixem o homem falar.

O SR. PAULO GUEDES – Senador Oriovisto, meus parabéns, nesse período difícil que foi esse excesso de gastos públicos o tempo inteiro, pela sua consistência tentando atacar o problema, sendo essa última iniciativa, essa de travar o salário de funcionalismo, completamente compreensível. É um dos recursos de que os gestores públicos precisam. Se o Estado está quebrado, como é que eu vou ficar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dando aumentos? Pelo menos travar um certo tempo. É perfeitamente compreensível. É melhor que quebrar a empresa, é melhor travar um pouquinho... São acordos que os particulares fazem: "Olhem, travem um pouco aí". Não existe aumento automático. Então, parabéns pela iniciativa.

Uma segunda observação sua foi justamente: o que eu acho do que foi aprovado ontem? Só vocês entendem essas coisas mais complexas, eu estou chegando agora. Eu só posso dizer que o Deputado Rodrigo Maia tem sido extraordinariamente construtivo em relação à minha pessoa, a me ajudar: "Olhe, nós vamos construir uma coisa interessante". Evidente, quando eu olho... São as duas faces da lua. Se me perguntar e eu estiver olhando de um lado, eu vou dizer uma coisa; se eu estiver olhando do outro, eu vou dizer do outro lado. Eu proponho, no pacto federativo, que haja justamente um empoderamento da classe política no sentido seguinte: não há mais nada carimbado. Então, evidentemente, se você me perguntar, como a medida de ontem está carimbando, se eu aprovo, eu falo: o lado onde ela está carimbando mais ainda eu não gosto, porque o que vai acontecer com isso evidentemente, é que vai estourar o teto de gastos mais cedo ainda, bem mais rápido. Está tudo carimbado... Com 96%, já está quase estourando; se estiver 98%,99% carimbados, tudo indexado, subindo sem parar, vai explodir rápido. Então, eu não gosto do carimbo. Por outro lado, eu acho que ninguém mais legítimo para gastar o dinheiro que um Deputado que foi eleito, muito mais que qualquer ministro. Então, se um sujeito foi eleito, ele vem aqui, num orçamento de 1,5 trilhão, nos orçamentos públicos de 5 trilhões, e ele sai com 10 milhões, 15 milhões ou, então, com esse aumento agora, sai com um pouquinho mais e leva para casa, se você somar tudo, dá algumas dezenas de milhões, não dá nem centenas de milhões. Em um orçamento de trilhão, eu vou dizer que está errado o Deputado poder levar um dinheirinho para a base dele? Eu também não posso ir contra. Então, ele fez um movimento que eu fiquei olhando e falei assim: um sinal mais, um sinal menos. Sinal menos, porque está carimbando, está contra o espírito que nós queremos; sinal mais, porque, já que é para ser carimbado, que seja carimbado por alguém que foi votado lá embaixo, não o Governo central, em que hoje qualquer ministério tem mais poder orçamentário que qualquer Governador ou qualquer Prefeito.

Terceira pergunta é dos militares. Eu também, da mesma forma, disse: olhe, eu vou até um certo ponto, eu preciso da contribuição. Então, do ponto de vista da reforma previdenciária, eu não posso reclamar, porque vieram R$96 milhões para a reforma previdenciária. O meu objetivo principal é tornar a previdência saudável.

Eles, naturalmente, falam: "Olha, mas tem um problema de um atraso". E aí é aquilo: às vezes um jovem está entrando para trabalhar no Poder Judiciário e o primeiro salário dele é R$20 mil, e um general, depois de 50 anos, se aposenta com R$21 mil. Aí ele diz o seguinte: "Olha, se for na carreira pública, o sujeito faz um concurso público, é promovido; faz o segundo concurso e é promovido. Aqui o cara faz 18 cursos e não é promovido para lugar nenhum, só se ele virar general". Então, eles têm lá... Essa é uma redistribuição deles. Orçamentariamente, a única coisa que nós fizemos, como equipe... Nós falamos... As discussões foram: "Olha, não dá para"... Tem que ter equilíbrio fiscal. O sistema tem que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acabar em equilíbrio fiscal. Não pode aumentar o buraco em ano nenhum. Nas primeiras simulações, no primeiro ano dá R$4 bilhões de buraco, no segundo ano dá R$6 bilhões. Não pode. Então, está tudo orçamentariamente... Vai melhorando ano a ano, superávit o tempo inteiro daqui até lá. Isso é até onde eu posso ir. Daí para frente escapa ao meu regime de ação.

O Senador Espiridião Amin. Primeiro, a conversa dos juros, a dívida interna. Eu conheço isso. Como setor financeiro, eu sei que é a morte certa. O juro composto é a morte certa. Vocês veem o mundo inteiro com juro de 0,25%, 0,5%, 1%. O Brasil praticou um regime econômico suicida. Juros de 70% ao ano, 60%, 50% ao ano, aplaudidos na Faria Lima. Todos os economistas brasileiros viraram banqueiros. Você não conhece nenhum economista brasileiro que virou... Aliás, tem um ou dois que a gente vê que mudaram de profissão, mas são um ou dois. Todo mundo foi para banco, todo mundo, porque virou um... E aí é o que eu falei um pouquinho antes, Senador, que foi só um recurso para simplificação, porque o acontece, houve um regime militar associado à direita durante 20 anos. Era natural que houvesse uma hegemonia social-democrata durante 30 anos, centro-esquerda, do leve, do moderno, até a forma mais primitiva e mais obsoleta, mas era centro-esquerda. Não houve um espaço. Mesmo as práticas liberais... Eu debatia com esses economistas quando nós todos tínhamos 30 anos. E eles é que me chamavam de liberal, ofensivamente: "Você é um liberal". Trinta anos depois, eles estão privatizando, estão soltando o câmbio. Aí você pergunta assim: eles não são de esquerda? Eles é que se diziam de esquerda. O Pedro Malan é que se dizia de esquerda. Os mais jovens, Gustavo Franco, Armínio Fraga, esses não, esses já atravessaram, já entraram em regime. Quem se dizia de esquerda era o Pedro Malan, não era eu, não. Ele que se dizia de centro-esquerda. Eu simplesmente era um economista, técnico. Eu dizia que eu não tinha, e nunca entrei para partido político nenhum. Ajudei uma pessoa, que era um candidato liberal. E perdeu! Perdeu, nunca mais mexi com política.

Então, era só um recurso para simplificar um pouco, de forma que lá fora se entendesse o que está acontecendo no Brasil, porque lá fora ninguém entendia o que estava acontecendo no Brasil. Eu disse: olha, é uma aliança de conservadores e liberais, é uma aliança política de centro-direita, depois de muitos anos de centro-esquerda, em diversas tonalidades. Nada com o pretexto de antagonizar, não.

Senador Espiridião Amin, então, a primeira coisa, da dívida interna, é um encontro de contas na LOA, dos dois lados. Flexibilizar os gastos é uma questão superinteressante, porque, como a Constituição foi feita em 1988, quando eu defendi o programa do Afif, que seria o programa econômico, em 1989 – foi um ano depois –, à época, eu vi os economistas todos criticando a Constituição de 1988. E eu falava assim: que coisa interessante! Eu estava aprendendo política. Eu era economista, técnico: mas por que esses caras carimbaram o dinheiro para educação e saúde?

Então, essas perguntas me aculturaram gradualmente no universo político. Eu falava: bom, para mim, dinheiro não pode ter carimbo. Aí, falavam assim: "Por que esses caras carimbaram?". Eu falava: bom, regime de 20 anos que gastou em Eletrobras, Telebras, Siderbras, só em infraestrutura... Eles estão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

querendo dizer alguma coisa com isso, estão querendo dizer que a prioridade agora é outra. Então, tinha passado só um ano. Não fazia sentido eu exigir: tira da Constituição, porque não pode botar dinheiro em saúde e em educação. Era para botar mesmo na época. Da mesma forma, a descentralização.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO GUEDES – Estava na Constituição a descentralização de recursos e o Governo central fugiu a isso criando as contribuições não compartilhadas com o Plano Real, porque justamente, como não houve a dimensão fiscal forte, o plano foi um plano monetarista, foi brilhante, foi o plano monetarista mais brilhante que eu já vi: juros na lua...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PAULO GUEDES – Concentrador? Eu estava do lado de lá da cerca. Foi muito generoso comigo o plano. Eu, à época, tinha o meu banco. Foi muito generoso. Agora, foi um plano que mudou a história do Brasil para melhor também. Faltou a dimensão fiscal que nós estamos tentando atacar agora.

O Senador Lasier...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO GUEDES – Ah, sim, os 300 bilhões da renúncia fiscal, 300 bilhões. Há 1 trilhão de contencioso, e isto que é muito interessante: quando você chega a um lugar onde há 1 trilhão de contencioso fiscal e tributário, há uma indústria de advocacia em torno disso – 1 trilhão de contencioso – e, ao mesmo tempo, 300 bilhões de desoneração, você já sabe que os impostos são muito altos e há dois tipos de cidadão: o que tem poder político, e esse está desonerado, os grupos de interesse que têm poder político se autodesoneram; e os que não têm e vão para o contencioso porque estão quebrados, aí vão transferir dinheiro para advogado – é melhor pagar 50 milhões para o advogado do que pagar 150 milhões para a União.

Então, quando os contribuintes do Brasil estão divididos entre os que pagam zero e os que vão para a Justiça para não pagar, você sabe que os impostos que estão no lugar errado. Se você baixar o imposto, você não tem nem tanto contencioso, nem a turma do desonera. Todo mundo paga e todo mundo paga menos.

Senador Lasier, Lei Kandir morreu há muito tempo, há 30 anos que não se paga a Lei Kandir, 20 anos: em 1996, 1997, fizeram a lei; em 2003, ela foi sepultada. Mas ela começou em... Quer dizer, os Estados pararam de receber em 1996, 1997, cessou o direito em 2003.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – O senhor não vai ressuscitar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO GUEDES – Evidentemente que não. Nós estamos fazendo algo muito melhor no lugar. Nós estamos dizendo o seguinte: quanto é que você esperava ganhar e não recebeu nada até hoje? Um e novecentos? Um bi e novecentos? E quanto que você achava que era o Fundo de Exportação? Mais 1 bi e não sei quanto? Então, somando esse troço todo aí, dá uns 3 e tanto? Dá menos de 4? Pois é, nós vamos fazer um negócio que vai te dar 4,5. Daí para cima, crescente, a partir do pré-sal, lá na frente. Aliás, desculpa, não é nem a partir do pré-sal. Esse é um fundo social nosso. Não é nem a partir do pré-sal. Já em 2020, começa com ou sem pré-sal.

O que eu digo é que, além desses quatro bilhões e pouco que soterram a necessidade da Lei Kandir e também do FEX, quer dizer, em vez dos 2 bi, do 1,9 do FEX mais 1,9 da Lei Kandir, nós estamos dizendo que, com ou sem pré-sal, vamos, a partir de 2020, dar acima de quatro. Então, acabou, não precisa mais falar de Lei Kandir, terá 4 bi. A Lei Kandir é 1,9 por ano, e tem 4 bi. Então, já começa assim. Agora, vai ser muito mais do que isso, porque o que vamos fazer, na verdade, é pegar o pré-sal, que é esse que vem de 500 bilhões até um trilhão, um trilhão e pouco nos próximos anos – não são nem 15, 20 anos, sei lá, 30 anos. Isso é dinheiro para sempre, isso é para mudar a República Federativa do Brasil.

Eu acho que a classe política tem que, este ano, dar um passo à frente, mergulhar nessa questão do pacto federativo, trabalhar um ano nisso – de julho deste ano até junho ou julho do ano que vem – para desenhar um Brasil novo, porque, no ano que vem, já estará chegando esse dinheiro, e ele já tem que chegar irrigando o Brasil e não mais os ministérios.

Eu, se pudesse, quando saísse daqui... Qualquer ministério é deste tamaninho, qualquer ministério é deste tamaninho! Esse negócio de ter um ministério com muito recurso, muita verba e muito poder é uma disfunção. Eu já perguntei sobre isso várias vezes. É uma atividade meio. O que você prefere: o Ministro da Saúde com 1 trilhão e os Estados sem dinheiro ou os Estados com 1 trilhão e o Ministro de Saúde falando que política pública tem que ser vacinação contra o *Aedes aegypti* etc.? É evidente que uma Federação é muito mais forte quando você sente a presença do Estado onde o povo está. Então, se num país avançado, onde o Congresso realmente responde pela representação popular, onde vocês controlam os orçamentos públicos, se você cair na rua, desmaiado, em três segundos surge uma ambulância; se você sair e puxar um revólver e der três tiros para cima, três minutos depois, há oito *snipers* apontando para ele, há segurança, há saúde, você sente a presença do Estado, porque o dinheiro está na base. Aqui não: se o sujeito der três tiros para o alto, você tem que vir correndo para Brasília para falar com um ministro, para chamar o outro, para pedir uma intervenção no Estado do Rio de Janeiro. Está tudo errado! Então, vocês têm que assumir esse protagonismo, não têm que vir lá debaixo para pedir dinheiro para o ministro, vocês têm que controlar os orçamentos públicos.

Vocês não vão se lembrar de quem é o ministro... Hoje, se eu perguntar quem é o ministro da Fazenda da Alemanha, quem é o ministro da Fazenda da Suíça, quem é o ministro da França, vocês não irão saber. Agora, se perguntar assim: quem é o Schwarzenegger? Não é porque ele era halterofilista,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mas vocês vão dizer: "Foi Governador da Califórnia". Quem foi o Bloomberg? "Ah, foi Prefeito de Nova Iorque." Vocês sabem. São pessoas que tiveram um milhão, dois milhões, três milhões de votos. Quem tem voto é que tem que manobrar os orçamentos públicos, não é ministro. O ideal é que os ministérios sejam pequenininhos, os recursos estejam descentralizados e ninguém nem lembre quem é o Ministro da Fazenda, porque, nos países mais avançados, ninguém nem sabe direito quem é; só os mais especializados sabem quem ele é. Mesmo nos Estados Unidos, pouca gente sabe quem é. Talvez um ou outro aqui, que já esteja mais sintonizado, saberá que ele se chama Mnuchin, mas ninguém nem acompanha esse troço. Está certo?

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – Então, com esses 4 bilhões do ano que vem, o regime de recuperação fiscal também é abandonado?

O SR. PAULO GUEDES – Não, não, o regime de recuperação fiscal, como bem dito, foi usado num lugar só e não deu certo, ele é pouco potente. Então, nós vamos lançar o nosso programa novo, o programa de equilíbrio financeiro, que vai ser mais potente.

Repetindo, são três atos. O primeiro ato: plano de equilíbrio financeiro, que em 30 dias sai. Você chega lá e fala: "Eu vou fazer o seguinte, vou fazer essas reformas, vou ganhar 1 bilhão no primeiro ano, 2 bilhões no segundo, três e quatro. Em vez de entregar o tanque cheio, nós vamos homogeneizar isso, redistribuir isso no tempo. Esse é plano de equilíbrio fiscal.

Aí há o segundo, que é esse outro plano, e é o seguinte: pode esquecer Lei Kandir, pode esquecer o FEX, porque a partir do ano que vem vocês estarão recebendo mais do que a soma dos dois, garantido, sem falar em pré-sal.

Terceiro: pacto federativo. Esse é um redesenho para os próximos 30 anos da República Federativa Brasileira. E é muito dinheiro.

O programa de recuperação fiscal do Rio continua, só que ele não tem potência, não está dando certo. Então, o Governador novo vai ter que chegar... Já está conversando com o BNDES, já está conversando com o programa de privatização nosso, porque ele vai receber recursos. Então, você tem três formas de receber recursos.

Eu volto a isso, não quero estourar o tempo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor não estourou, o senhor já falou 22 minutos. (*Risos.*)

Se for assim a nossa economia, tudo bem. Se de 9 minutos vira para 22 minutos, se de 0,5%, fortalecer 8%, o senhor pode falar muito aqui.

O SR. PAULO GUEDES – Sem vocês é só conversa. Se vocês não votarem, é só conversa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só para colocar, Senador Lasier: não fique triste somente com a Lei Kandir, nós temos mais de 270, 280 fundos. Talvez, só o Fundeb funcione; os outros, nenhum funciona.

O SR. PAULO GUEDES – São 280 fundos!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E não funcionam.

O SR. PAULO GUEDES – São 280 fundos com dinheiro carimbado por interesses corporativos passados, não estão mais entre nós essas pessoas. Os fundos estão lá, e os Governadores sem dinheiro. Nós queremos desvincular esse dinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois é.

O SR. PAULO GUEDES – O Congresso decide: esse fundo continua em pé, esse em pé, esse a gente derruba, esse a gente derruba, e vai na veia. Se o fundo é relativo ao Nordeste, derrubando, é dos Governadores do Nordeste.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Acho que há fundos, Ministro, que nós temos..., que é necessário mantê-los, como o Fundo da Segurança Pública, só que tem que descontingenciar, porque, senão não vai chegar à atividade fim para a população que está precisando. Essa é uma discussão.

Major Olimpio, por favor, três minutos. (*Pausa.*)

O Líder do PSL, Major Olimpio, por favor.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP. Para interpelar Ministro.) – Muito boa tarde, Ministro, toda a equipe. Não preciso dizer do apreço e da amizade pessoal que tenho por V. Exa., Ministro, e do quanto sou aliado e me mobilizo pela causa.

Ontem nós estávamos numa discussão acalorada a respeito de CPI da Toga, faz ou não faz. De repente, alguém... Eu sai da reunião do Colégio de Líderes e me falaram: "Votaram a PEC do orçamento impositivo lá na Câmara". Eu falei: besteira, isso é *fake*, e saí andando, Ministro. Mas não. Isso vai engessar o Orçamento, que já tem um gesso de 90%, como V. Exa. já me ensinou, me ensinou a defender isso, dizendo: "Nós precisamos desburocratizar, nós precisamos fazer o Orçamento chegar. Menos Brasília, mais Brasil". V. Exa. repetiu, e depois eu fui...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – Não, foi votado isso mesmo. E o teu Partido, o PSL, de que você é Líder aqui no Senado, votou também. Então, eu estou desde ontem agoniado, porque nós não recebemos nem uma nota técnica de nada aqui no Senado, e eu não sei o que defender. O Maia está dizendo: "Eu não voto nada sem falar com o Esteves Colnago".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Disso eu gostaria de ter o esclarecimento, não só sobre isso, e dizer a V. Exa. que nós pudéssemos estar alimentados tecnicamente para sustentar. Eu vou sustentar, sou aliado, sou aliado do Presidente, sou vosso aliado, quero...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – ... mas muitas vezes nós ficamos sabendo depois da interpretação de um terceiro da imprensa, que fatalmente deve ter as variantes e muitas vezes tem outras interpretações. E hoje eu tenho visto nos jornais: "Vem mais pauta-bomba da Câmara". E agora nós temos um desafio: esse projeto foi votado ontem, o da PEC, e numa velocidade astronômica, para ajudar o Brasil, segundo Maia, com a votação da maioria dos Parlamentares do meu partido – depois eu não sabia se cumprimentava ou se xingava no grupo nosso.

Então, eu peço a V. Exa., primeiro: qual seria a orientação em relação a isso agora para o Senado? Segundo, que a vossa equipe econômica... Nós falamos: estamos só com 90 dias de Governo, mas nós nunca tivemos uma reunião, nós nunca tivemos uma nota técnica, e a gente carece de ter as informações aqui para fazer essa sustentação. Sei que V. Exa. é da área técnica econômica; da questão política, não vou aqui entrar no mérito, porque não é o ministério de V. Exa., senão eu ia dizer, com muito mais profundidade, que eu estou achando umas coisas. Mas quero encarecer, pedir a V. Exa. e à equipe econômica que, por favor, nos alimentem de informações, porque nós estamos juntos na guerra, só que sem a logística, sem a munição e, muitas vezes, sem saber como fazer essa sustentação.

Então, eu tenho uma preocupação hoje: quais serão os passos agora dentro do Senado? Terminou a votação e eu ouvi o Presidente do Senado falar assim: "Eu também sou simpático à votação". Se nós formos todos simpáticos à votação, nós vamos colocar no próximo Colégio de Líderes, nós vamos fazer, fazemos e votamos em dois turnos também na semana que vem. Nós estaremos comemorando ou chorando o engessamento do Orçamento brasileiro. É isso que eu encareço a V. Exa.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Major Olimpio. (*Pausa.*)

Major Olimpio. (*Pausa.*)

Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Agora, Senador Marcio Bittar.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Sr. Presidente, me permite fazer um esclarecimento muito importante?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Exa. vai ser o próximo a falar.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – É que o andamento da discussão...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – A ordem de inscrição está como, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A ordem de inscrição está aqui: Senador Marcio Bittar, Daniella Ribeiro – a Senadora Daniella Ribeiro, não está –, Senador Eduardo Braga, que teve que sair mas volta, e o próximo é o Senador José Serra a se pronunciar. O senhor pode se pronunciar, e aí o senhor...

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – O que eu queria para orientar o próximo debate é que esse dispositivo que está sendo criticado, daquilo que foi aprovado na Câmara, caiu; a obrigatoriedade de o Executivo executar o orçamento linha por linha caiu na votação da Câmara. A nossa preocupação aqui, portanto, não se justifica. Não estou fazendo nenhuma defesa, estou apenas esclarecendo. É preciso ver direito aquilo que foi aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador José Serra, V. Exa. tem três minutos para fazer a pergunta ao Ministro Paulo Guedes. O senhor está com a palavra.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Para mim?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É. Sim, senhor.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP. Para interpelar Ministro.) – Aqui está, olha: eu verifiquei a versão final aprovada na Câmara. Não foi aprovado o dispositivo mais perigoso, que determinava a execução obrigatória de programações previstos na LDO e no PPA. O que passou foi somente o dispositivo que fixa uma parcela da receita para Deputados e Senadores por meio de emendas de bancada, artigo que já está na LDO de 2019; ou seja, é apenas reiterativo.

Cabe lembrar que as emendas de bancada obrigatórias, nos termos do art. 68 da LDO, já são obrigatórias. Portanto, não temos um fato novo negativo, tal como foi apontado. Seria negativo caso esse dispositivo tivesse sido mantido. Digo isso apenas para orientar a discussão e para que tenhamos isso presente.

A minha questão ia para outro terreno. Tenho, inclusive, um artigo que sai amanhã no jornal *O Estado de S. Paulo* falando disso. Trata-se da questão OMC/OCDE. O Presidente visitou os Estados Unidos e declarou que o País estaria disposto a abandonar a OMC em troca de ingressar na OCDE. Meu argumento é que as perdas serão maiores do que os ganhos.

Entrar na OCDE é bom? É bom. É bom para a imagem.

Ficar na OMC é importante? É, porque há medidas concretas que nos beneficiam no comércio. Poderia enumerá-las aqui, mas ficaria muito longo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a meu ver é uma troca desvantajosa. Não teria por que haver a troca. Só ao Governo americano, com sua arrogância, ocorreu essa ideia de que, para entrar na OCDE, nós temos de largar os benefícios da OMC.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – O País não deve aceitar isso.

Não vou me alongar aqui, ponto por ponto, mas poderia fazê-lo e tenho um texto que vou me permitir distribuir depois aos colegas, explicando isso em detalhes, e o enviarei ao Ministro. Sai amanhã no jornal *O Estado de S. Paulo*, na página 2. Não posso me antecipar ao texto que para lá foi enviado, mas é um equívoco. A ideia dessa troca é equivocada. Não vale a pena!

Tive inclusive experiência com relação a isso quando ocupei o comando do Itamaraty. Também havia pressão de entrar na OCDE. Eu disse: "Entramos, é bom para a imagem, isso e aquilo, etc., mas sem concessão de espécie alguma".

Na OCDE não se ganha vantagem do ponto de vista de acordos comerciais. "Ah, vai atrair mais investimento." O Brasil já atrai. O México está na OCDE há muito tempo, e o Brasil atrai muito mais investimentos do que o México. Não estou dizendo que estar na OCDE prejudique. Pode até ajudar, mas não é um fator de tanta relevância, uma vez que nós temos acordos com a OCDE em mais ou menos 80% dos dispositivos que eles preveem. O Brasil tem uma relação muito próxima com a OCDE hoje em dia. Não vale a pena uma posição formal, e só a um Presidente americano poderia caber essa ideia estapafúrdia de tirar o Brasil da OMC para entrar na OCDE, com a arrogância que é mais ou menos inerente aos governos americanos quando tratam assunto dos países latino-americanos, inclusive do Brasil.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Plínio Valério.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM. Para interpelar Ministro.) – Ministro, assim que cheguei ao Senado há alguns meses, me encantava ver o discurso do Executivo. O senhor falou que é economista, aprendeu um pouco de política, e me encantava ver o discurso como um todo do Executivo. E eu dizia sempre que o Executivo estava se confundindo: o Senado, o Legislativo não é quartel onde se dá uma ordem e cumpre-se, não é vara criminal onde se dá uma sentença e executa-se. O Senado é diálogo, é conversa. E me encantava ver o Executivo não perceber isso. Portanto, a sua presença aqui eu considero um avanço que supre aquela falha que eu observava. O Senado, o Legislativo é conversa, diálogo, convencimento, argumento. Certamente o senhor vai convencer muita gente hoje aqui expondo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A minha pergunta vem bem simples. Eu acho que, ainda pelo hábito de ser vereador em Manaus, aquela coisa bem simples, eu vejo milhares de pessoas – acho que estão assistindo – e a minha pergunta é pela não aprovação. Gostaria que V. Sa. fizesse um exercício para nós. Considerando que a base de pessoas elegíveis da aposentadoria, mantidas a regras atuais, vai aumentar pelas alterações da demografia, por hipótese, então, vamos imaginar que as regras atuais de aposentadoria não fossem alteradas e a idade média continuasse próxima da atual, na casa de 58 anos a 60, qual seria o impacto da questão fiscal a presenciarmos nos próximos anos? Ou seja, se a reforma não for aprovada o mundo acaba ou o mundo não acaba porque há outra saída fora a reforma? Essa é a minha pergunta, Ministro.

O SR. PAULO GUEDES – Major Olimpio, com o esclarecimento do Senador José Serra de que a coisa não foi tão explosiva ou deletéria como seria, eu acho que a sua intuição estava certa no seguinte: minha primeira reação: há coisas que acontecem na dimensão política. O que eu acho que aconteceu ontem foi uma demonstração de poder de uma Casa. Se querem saber o que eu acho, eu acho isso, e eu não consigo entrar nesse espaço. Eu não sei exatamente como é que é, mas para mim é muito claro que houve uma exibição de poder político.

Dito isso, do ponto de vista econômico, é claro que se eu defendo e acredito que para a classe política é muito bom flexibilizar os orçamentos, em qualquer movimento na direção de carimbar orçamento eu tenho que botar o sinal menos. Dito isso, dentro desse sinal menos, você fala assim: "Mas carimbar o dinheiro de quem? É o Ministro da Saúde que é obrigado a gastar? É o Ministro do Turismo que é obrigado a gastar? Ou é um Parlamentar que foi eleito que tem o direito a levar esse dinheiro para a base?". Dentro disso, há um sinal mais, ou seja, é uma descentralização carimbada. Eu sou a favor de descarimbar e descentralizar. Então, eu tenho que dar um menos quando carimba, tenho que dar um mais quando descentraliza.

Para mim foi uma demonstração de poder político com um sinal menos e um sinal mais. Se o dinheiro fosse carimbado, sem o esclarecimento do Senador José Serra, se está indo rapidamente para a explosão dos tetos e de tudo. Se, ao contrário, é um alerta para 2022 e nós mesmos podemos, no pacto federativo, descarimbar tudo, foi só um alerta. Para mim foi um movimento num espaço político. Foi mostrado o seguinte: vocês têm uma reforma aí e estão falando em seis meses para aprovar, a da Previdência, que vocês acham importante. Pois é, pode durar dois dias. Aliás, pode ser um dia só em dois turnos até. Depende de como a gente ache que deve trabalhar junto para fazer a coisa acontecer. Para mim, sou de marte, cheguei agora, estou olhando, vi um movimento que eu classifico assim.

Então, eu prezo tanto a sua demonstração de que quer votar que me penitencio se o nosso time está falhando. Acho que tem havido uma falha dramática. Um Governo que entra com uma aprovação popular enorme, em 60 dias, manda uma medida anticrime que ele prometeu ao longo... De 60 mil crimes por ano, ele manda uma anticrime e manda uma previdenciária. Eu acho que é um Governo que está trabalhando. Eu acho que é um Governo que está tentando acertar. E aí, de repente, quando ele

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

parte para as ações no Congresso, o principal opositor dele é ele mesmo, quer dizer, está falhando alguma coisa entre nós, é do nosso lado que está falhando alguma coisa.

Como foi dito pelo Senador Tasso, existe uma boa vontade extraordinária particularmente aqui no Senado. E isso tem que ser mobilizado a favor do Brasil e das reformas, não do partido a ou do partido b. Agora, realmente é assustador.

Ontem, eu tomei um susto também, porque o aviso que eu tinha era mais ou menos o seguinte: "Olha, você foi convocado para ir a um lugar onde não há nem relator, já está todo mundo preparado para jogar pedra e o seu partido vai atirar pedra também porque eles estão contra". Eu falei: pô, eu não estou entendendo mais nada aqui, pelo amor de Deus.

Então, é evidente que, para mim, politicamente, o que eu imaginaria agora? O PSL, 52 votos, fecharia a questão a favor da reforma. Pode até mexer numa coisa ou noutra. O DEM, que também está com alguns ministérios e tem sido um interlocutor, também partiria numa direção disto: aprovar a reforma, que é importante para eles. E o Congresso, no seu papel, falaria: "Olha, isso aqui não; o BPC está demais, não queremos, está tirando dinheiro, vai condenar, como disse a Senadora Eliziane, está condenando os velhinhos à mendicância; isso aqui não. Tira isso aqui também". E pronto! E com responsabilidade, sabendo que não pode ser assim, tem que ser na linha de um trilhão, porque senão nós estamos condenando as futuras gerações. Eu acho que está todo mundo maduro para isso.

Então, eu atribuo isso só a um choque de acomodação. Há um grupo chegando e ainda não sabe direito onde é a cadeira, está tentando achar o lugar. O grupo que já sabe onde está a cadeira está dizendo: "Olha, se não conversar comigo, não vai sentar na janela. Quem senta aqui dentro... Para sentar na janela, só quem conversa comigo, senão vai sentar lá atrás". É um choque de acomodação, agora, que eu acho que será superado. É a minha opinião a respeito dessa medida.

O Senador José Serra falou da OCDE e da OMC (Organização Mundial de Comércio). Quando nós chegamos lá para conversar com o governo Trump, foi uma visita, eu acho, muito exitosa do ponto de vista de aproximação dos países, porque o Presidente Trump... Eu não quero entrar muito em detalhe, porque aí eu entro em relações exteriores, política, não quero entrar muito nisso. Vou me ater à coisa econômica. É o seguinte: esse assunto saiu pelo seguinte, porque, quando nós começamos a negociação, foi muito bem com dois negociadores. Por exemplo, para vocês terem uma ideia, o Departamento de Comércio americano, chama-se Wilbur Ross o responsável pelo Departamento, ele não vem ao Brasil há dez anos, nove anos. Ele virou-se e falou assim: "Em 30 dias estou no Brasil", para mostrar que ele quer aproximação. Esse é o Wilbur Ross. Da mesma forma, o Larry Kudlow, que é o consultor do Presidente da República, do Presidente Trump, nesses assuntos, conversou duas horas pela manhã conosco, gostou tanto da conversa que falou assim: "De tarde, vamos continuar a conversa". Eu falei: tudo bem, vamos conversar. Quando nós estávamos andando para a Casa Branca, chegou a ligação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dizendo o seguinte: "Não precisa nem ir lá, ele vem aqui". Então, ele veio nos visitar e ficou mais um hora e meia conversando conosco.

Estava indo tudo direitinho. Só que havia um negociador, que é o mais duro deles, que eles chamam de Robert Lighthizer, um cara negociador, é advogado, é durão, tem uma lista, que chega com aquela lista, pega a lista lá: "Olha, você está exportando mais bananas, está exportando mais cupuaçu do que eu, mais isso, mais aquilo, você tem um superávit". Eu brinquei com ele e falei assim: vem cá, não me trata como chinês, não. *Don't treat me like a Chinese.* Vocês têm déficit com todo o mundo, não chateiam ninguém, e logo conosco, nós temos déficit com vocês, você vem dar uma de durão? Comigo? Essa conversa não está boa, não. Vamos conversar em outro nível. Vamos conversar em nível institucional? Nós queremos entrar na OECD. Aí ele virou e falou assim: "Só se vocês saírem da OMC, porque, afinal de contas, vocês não podem ser ricos e pobres ao mesmo tempo. Ou vocês são pobres, ficam lá no OMC pedindo condição favorável, ou vocês vêm para a OCDE e vocês são ricos. Vocês não podem ser ricos e pobres ao mesmo tempo". Eu falei: você vai falar a mesma coisa com a China, com a Coreia, com todo mundo, ou vai falar só com a gente? Aí ficou uma tensão e tal, acabou a reunião, não foi uma boa reunião; com ele, particularmente, não foi.

Depois o Presidente Trump reuniu o time dele, o nosso time do lado de cá, e a primeira coisa, quando o Presidente Trump virou e falou para mim, eu falei assim: olha, você tem um cara aí que acha que eu sou chinês. Bati de novo no cara. O cara ficou desconfortável. A nossa Ministra Tereza deu uma tesoura voadora nele, porque, quando chegou lá, ele tinha dito que o açúcar não negociava de jeito nenhum, e ela falou em açúcar, o Trump gostou do assunto, porque só pode entrar o etanol, no Brasil, de milho, que é mais barato. Mas nós não vamos deixar o etanol entrar, quebrar o Nordeste, e, de repente, como é que nós vamos fazer com o açúcar? Só se eles abrissem o açúcar, porque a gente converte o combustível de etanol em açúcar e manda o açúcar para lá. Começou essa conversa, ela falou isso com ele, o Trump gostou, olhou para a gente, e eu falei: é isso mesmo, o seu problema é só o cara que acha que a gente é chinês ali do lado. Porque eu sabia que de manhã ele disse que era inegociável. E o Trump gostou da ideia. Aí nós viramos e falamos: olha, esse cara aqui é só ele que está contra, todo mundo aqui está a favor.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO GUEDES – Então o assunto OCDE e OMC, como disse o Senador Serra, leva algum tempo. É um ano, um ano e meio para você ir naquela direção. O Brasil não tem usado tanto as vantagens que poderia usar como membro da OMC. O Brasil usa relativamente pouco, e há um tempo de transição entre uma coisa e outra. Então a coisa foi muito mais no sentido desse negociador particular deles, que virou e falou assim: "Não, se vocês quiserem entrar na OCDE, tudo bem, mas vocês não podem ser ricos e pobres ao mesmo tempo. Então saiam da OMC, saiam da OMC." Eu falei: você vai exigir isso dos chineses, vai exigir isso do coreano? Ou só da gente?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então foi uma discussão um pouco assim, mas nós sabemos que a OECD é vantajosa até para nossa autodisciplina, a nossa avaliação de políticas públicas, tudo isso, quer dizer, é o ingresso na primeira divisão. Tem muitas vantagens do ponto de vista de investimentos, do ponto de vista de disciplinar os impostos, da forma como nós trabalhamos impostos, tudo isso. É um sinal, realmente, de entrar numa primeira divisão. Tem muitas vantagens. Algumas desvantagens: deixar justamente alguns benefícios, listas preferenciais, e isso nós temos usado até pouco, entendeu? Mas não ficou nada assim...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO GUEDES – ... é isso, é aquilo, são trinta dias, nada disso. Foi bastante sereno, eles estão vindo para conversar, o clima é muito bom, de negociação, à exceção do cara lá que é o mais enjoado deles, mas que é superável.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Fernando Bezerra...

O SR. PAULO GUEDES – Ah, o Senador Plínio. Não, o Senador Plínio. O Senador Plínio fez uma pergunta também, falando (*Fora do microfone.*) de Manaus. Eu estive ontem com toda a bancada de Manaus, ontem ou anteontem. O Senador Omar levou toda a bancada lá, nós conversamos sobre isso. E a pergunta dele é o que acontece se ficarmos sem reforma.

As despesas previdenciárias, como eu disse, e isso vale para Estados e Municípios, por isso que os Prefeitos todos... Eu tive uma conversa com 50, 60 Prefeitos, tive uma conversa com os 27 Governadores, todos estão a favor da reforma previdenciária porque sabem que não só a despesa está crescendo aceleradamente, mas, particularmente, a despesa com inativos, que é explosiva dentro do orçamento público – ela que é explosiva dentro do orçamento público. Então, todos estão favoráveis à reforma.

Quando você faz as simulações, os números, as golfadas são de 40, 50 bilhões por ano. Então, se você está com um déficit de 130 e não fez a reforma, no ano que vem irá para 170, 180 bilhões; no ano seguinte, 230. Quer dizer, o Brasil vai explodir muito rapidamente do ponto de vista fiscal. E não é uma explosão – aí é que eu quero acentuar a coisa – abstrata, é uma explosão financeira. É o seguinte: você não vai poder pagar salário do funcionalismo público, do servidor público. Quem está quebrando não é o setor privado, quem está quebrando é o setor público. Então, de repente, a Prefeitura vai parar de pagar os seus funcionários, não tem mais dinheiro. Existe Governo que já está há três meses sem pagar salários. Eu não estou fazendo uma ameaça, eu estou fazendo uma projeção do que já está acontecendo. Há Governos que estão atrasados três meses, quatro meses, salários de funcionários públicos. O que vai acontecer é que a máquina pública brasileira vai implodir e muito rápido, porque os números são muito grandes, a coisa é exponencial.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Houve um...

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Sr. Presidente. Só uma menção.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senadora Rose de Freitas.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Com a maior admiração que eu tenho pelo trabalho de V. Exa., diante das pessoas que aqui estão, ilustres, conheço quase todas, eu queria sugerir a V. Exa., só pelo tempo, nós ficamos sete horas em uma reunião na CCJ e estamos aqui agora, que limitasse o nosso tempo de pergunta e também para sugerir ao nobre Ministro um tempo de resposta. Eu gosto da fala dele, eu ficaria ouvindo...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu tentei...

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – ... o dia inteiro, Ministro, mas, se não, prejudicaremos as perguntas dos Senadores que têm ânsia em fazer aquilo que poderia ter acontecido na Câmara.

Se V. Exa. aceitar, eu ficarei grata.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu já ouvi o Ministro repetir a resposta três vezes durante as três vezes em que ele teve a oportunidade de falar aqui por mais de nove minutos, falando sobre o mesmo assunto. Mas eu tentei fazer isso há pouco e o Senador Luis Carlos Heinze, do Rio Grande do Sul, chamou a minha atenção e disse: "Não, deixe ele falar". Aí eu fico numa situação... Porque não quero ser indelicado, para não passar que eu estou sendo indelicado, estou querendo fazer as coisas...

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Submeta ao Plenário, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não. Já submetemos, Senadora Rose.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Cinco minutos. Três minutos para pergunta e...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Já definimos isso.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – ... dez minutos para resposta.

Submeta ao Plenário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Porque eu já vi o Ministro falar três vezes sobre o mesmo assunto, as mesmas coisas.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Se todo mundo estiver de acordo... Entendeu?

Nós ficamos aqui, Ministro, até 10 horas da noite, mas...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Senador Serra, no seu momento de falar, se equivocou, achando que estava numa questão de ordem e não entrou no mérito da presença do Ministro. Como o Senador Fernando Bezerra, que era o próximo a falar, o Líder do Governo aqui no Senado, não está presente, eu vou deixar o Senador Serra concluir, porque ele só falou um minuto – faltaram dois minutos para ele falar –, em deferência ao ex-Governador de São Paulo, o Senador Serra, que tem uma contribuição a dar ao Ministro aqui. Ele veio aqui e falou: "Pensei que eu só estava fazendo uma questão de ordem para explicar o que foi votado lá na Câmara".

Então, Senador Serra, por favor.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP. Para interpelar Ministro.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu queria começar por um ponto, fazer uma coisa bem resumida.

Primeiro, no Brasil, o gasto público já é bastante descentralizado. Eu, como Parlamentar, não defendo uma transferência maior de recursos para Estados e Municípios. Eu sei que é uma posição heterodoxa, pode até ser chocante, mas temos aqui os números e os gráficos mostrando isso com muita clareza. A agenda fiscal tem que ir por outro lado. Primeiro, nós temos – e aqui, Ministro, é uma sugestão de pauta – que regulamentar a regra de ouro para acabar com a contabilidade criativa, porque a regra de ouro, do jeito que está na Constituição e do jeito que é interpretada, acaba sendo um elemento de perversão e não de controle do gasto público. Ela é leito de criação de contabilidade.

Segundo, temos que criar um Conselho de Gestão Fiscal, previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal, para reorganizar as contas dos Estados, ajudando-os a abrir espaço fiscal para ajustar investimentos. Não se trata de aumentar os recursos de forma permanente dos Estados. Os recursos já são suficientes, apesar da crise atual. Trata-se de controlar a sua aplicação ao longo do tempo.

Mais ainda: temos que ter um mecanismo de controle do gasto público por meio do chamado *spending reviews,* revisões periódicas do Orçamento, que a maioria dos países civilizados têm. Em cada período se faz uma revisão daquilo que se está gastando e de qual é o efeito. Isso se faz dentro do Congresso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mais ainda: no caso dos Estados, eu apoio, nós devemos ter um plano de auxílio financeiro aos Estados, mas com contrapartida clara, medidas efetivas de ajuste fiscal. Indo além: avaliação de custo benefício dos subsídios creditícios, que ocupam um grande espaço nas contas fiscais e com proporção do PIB.

A transparência dos projetos de lei que criam renúncias fiscais a torto e a direito.

Alterar o marco regulatório para as concessões e autorizações na área de ferrovias, que é um potencial inexplorado. Nós somos um país *cucaracho* em matéria de ferrovia de maneira injustificada, dada a demanda que existe e a capacidade de produção dos equipamentos necessários.

Aqui coincidimos, quero chamar a atenção, porque coincidiu com o Ministro: securitização da dívida ativa para melhorar a cobrança da dívida ativa e reduzir estoque de créditos tributários devidos ao Governo. Esse projeto está na Câmara. Inclusive, a maioria do Governo está sendo contra. E é um projeto que o próprio Governo defende.

Cobrar impostos de investidores e de fundos de investimentos fechados, que hoje não pagam.

Criar, enfim, aí é melhorar a cobrança, tornar mais eficiente a cobrança de impostos e o incentivo fiscal, que é essencial e deve ser o número um para investimentos em saneamento básico.

Essa, Ministro, é uma agenda fiscal que eu tenho a ousadia de propor a V. Exa., reconhecendo que há coincidências e há diferenças, para que o Governo levasse em consideração.

Estou jogando. Não jogo no quanto pior melhor. Quero que o Governo acerte pelo bem do País. Posso ter até motivos políticos para apreciar o desgaste, mas, como homem público, como Senador eleito, quero que as medidas corretas sejam adotadas.

Muito obrigado.

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) – Obrigado, Senador Serra.

Agora, o Senador Rogério Carvalho. Depois, o Senador Mecias de Jesus.

Aí o senhor vai responder os três Senadores: Serra, o Senador Rogério Carvalho e Mecias de Jesus.

Depois vai falar, só para dizer quem está ainda inscrito aqui: Senador Jean Paul Prates, Senadora Kátia Abreu, Senador Randolfe Rodrigues, Senador Roberto Rocha – ele teve que sair e ia deixar a pergunta por escrito para o Ministro –, Senador Alessandro Vieira, Senador Paulo Paim, Senador Flávio Bolsonaro, Senador Luiz do Carmo, Senadora Rose de Freitas, Senador Zequinha Marinho, Senador Marcos Rogério, Senador Jorginho Mello, que trouxe até o estudo de que nós tratamos no primeiro assunto aqui, Senador Weverton e Senador Irajá. São esses Senadores inscritos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra o Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para interpelar Ministro.) – Eu quero primeiro cumprimentar o Ministro e todos os Senadores e Senadoras.

Parece-me que, quando a gente governa com um ideologismo exacerbado, seja ele de extrema-direita ou de extrema-esquerda, a gente cega na construção de caminhos que são razoáveis. Porque a ideologização que nós estamos presenciando neste momento no debate político conduzido pelo Governo nos leva a uma ideia de desconstrução de algo que me parece muito difícil desconstruir sem destruir o País.

Então, o meu apelo é no sentido de que a gente pense mais na construção de alternativas de ajustes no campo da previdência. Por exemplo, nós temos um sistema solidário, que é uma conquista do povo brasileiro. E, obviamente, é uma posição, que eu defendo, porque eu acredito que o Estado tem um papel regulador de distribuição de riqueza e a Previdência e a Seguridade Social cumprem esse papel.

Fazer a desconstrução disso e migrar para um sistema de capitalização pode custar ao País muito mais do que resolver a crise fiscal da União e dos Estados. Essa conta precisa ser trazida para o Congresso. A gente precisa fazer essa conta para a gente não embarcar só no debate ideológico...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... como sendo a coisa mais importante.

Por exemplo, o debate da OMC ou da OCDE me parece uma coisa muito mais ideológica do que objetiva, de interesse do País. Outro exemplo: dar isenção fiscal às empresas petrolíferas me parece mais uma questão ideológica do que mesmo de relevância para o País. A questão das desonerações fiscais que foram feitas ao longo do tempo, que a gente pode rever e encontrar recursos para... Como disse o Senador Serra, eu também tenho a preocupação com essa descentralização, com o País perder a capacidade de reconstruir e se construir reduzindo as diferenças regionais e as diferenças sociais. Eu acho que isso pode se comprometer. Portanto, eu acho que nós precisamos de mais debate sobre teses e menos argumentos ideológicos e posições nem de extrema-esquerda, nem de extrema-direita. Que a gente possa colocar aqui ideias concretas, objetivas sobre desenvolvimento regional, sobre desenvolvimento econômico.

Eu não vi até hoje do Governo nenhuma proposta para aquecer a economia, para gerar emprego, para gerar renda. Eu não vi nenhum caminho objetivo para redução da taxa de juros. O Banco Central manteve a taxa de juros no mesmo patamar. Eu não vi nenhuma manifestação do Banco Central no que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

diz respeito a olhar para a taxa de desemprego e controlar os juros, olhando o desemprego, olhando a inflação. A gente não vê inovação, a não ser muita ideologia de extrema-direita. Não tenho nada contra, mas a gente precisa encontrar o termo, para que não venha uma desconstrução que signifique a destruição do País e a destruição daquilo que nós acumulamos ao longo do tempo, que é um pouco de dignidade para o nosso povo.

Para concluir, Presidente, veja, nós não podemos tirar do povo pobre brasileiro a sua grande conquista, que é a sua cidadania. Nós estamos indo buscar no ventre do País um pouco da riqueza com que o brasileiro nasce, que são alguns direitos. Isso não pode acontecer sob nenhum argumento e sob nenhuma tese, por mais brilhante que ela seja, mas que é só uma tese ideológica.

Portanto, a gente tem que ter a responsabilidade de olhar a realidade objetiva e concreta do País antes de se alinhar a uma matriz ideológica exclusiva e de querer, a ferro e fogo, implantar um discurso ideológico pura e simplesmente desconsiderando a constituição histórica do País.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador Rogério.

Senador Mecias de Jesus.

Jean Paul Prates.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para interpelar Ministro.) – Presidente, Ministro Paulo, obrigado. Mais uma vez, obrigado pela presença aqui conosco.

Como eu tenho dito nas outras audiências com Ministros, é muito bom criar este ambiente saudável de discussões com os Ministros. Que vocês se sintam muito bem aqui na nossa Casa, do povo, na Casa que institucionalmente representa os Estados e também na Câmara! Sempre que possível, venham fazer esses debates. Como eu disse nas outras audiências, nós estamos construindo um país independentemente de Governo, de partido "a", partido "b", coligação "a" ou "b". Nós, ao fazermos leis, construímos o país, tanto quanto os Ministros, tanto quanto o Presidente da República. Então, é muito bom criar esse ambiente afável e construtivo.

Eu queria tomar a liberdade de voltar a abordar a questão muito importante da receita decorrente do petróleo e gás. E aí um conceito que eu gostaria que o Ministro esclarecesse para nós é em relação ao que o Governo entende como sendo o momento que nós vivemos hoje.

Ontem nós tivemos aqui uma audiência com o Ministro de Minas e Energia, Alm. Bento, muito cordato também. Esteve aqui conosco discutindo muitas coisas e mencionou – não fomos nós que mencionamos, ele mencionou – que, na viagem aos Estados Unidos, houve um encontro, não nesta agora, mas ele esteve presente no CeraWeek, um dos eventos importantes de planejadores de petróleo no mundo. Ele esteve lá e ouviu do Presidente da BP que o Brasil seria o novo Oriente Médio, seria visto assim pelo mercado de petróleo internacional. E eu fiquei muito satisfeito porque, há pouco tempo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ministro Paulo, nós tínhamos dúvidas colocadas por brasileiros sobre a veracidade do pré-sal, que era tido, dez anos, doze anos atrás, como um blefe eleitoral. Então, agora, está comprovado que, de fato, a reserva existe, é verdadeira e nós estamos sendo cobiçados.

Isso nos leva, Ministro Paulo, a uma situação... Eu que venho dessa área, são muitos anos operando na área de petróleo e gás tanto na Petrobras quanto, depois, fora dela, fiz parte do grupo que fez a lei do petróleo, em 1997, nós vivemos, em petróleo, o mercado de direitos exploratórios. Nesse mercado de direitos exploratórios, o nosso cacife subiu muito. Nas últimas décadas, principalmente com o pré-sal, nós, que éramos uma província secundária, terciária no mercado de exploração e produção, passamos a ser um mercado, uma *blue chip* – digamos assim –, para falar a linguagem de que vocês gostam mais, do mercado de exploração de direitos, de direitos exploratórios de petróleo no mundo.

Diante desse fato, nós precisamos refletir o cacife que nós temos quando vamos a uma mesa de negociação, que são os leilões de blocos: o leilão da cessão onerosa, o leilão de outros blocos do pré-sal, o leilão das nossas áreas convencionais, que, aliás, não acabaram, porque só se fala em pré-sal, parece que o resto acabou, e não acabou. Temos petróleo em terra, temos áreas novas para explorar em bacias consideradas ainda pouco exploradas, inclusive em terra. Nós estamos com o cacife alto, e, de repente, nós abrimos mão aí, por exemplo, e prejudicamos – e aí que eu entro no assunto Lei Kandir e tudo acaba se conflitando nesse caso –, nós perdemos receita do FPE e do FPM pela dedução do bônus e do *royalty* na base de cálculo para fins da incidência do Imposto de Renda e da Contribuição Social. Só isso aí, na cessão onerosa, representaria R$77 bi. No total do pré-sal, uma estimativa muito superficial daria talvez R$1 trilhão em 25 anos. Muito bem. Com isso aí nós praticamos uma política de estímulo à entrada dessas empresas, tirando o bônus e o *royalty* da base de cálculo do Imposto de Renda e CSLL.

Nós apresentamos pelo PT, pelo Partido dos Trabalhadores, um projeto para recolocar estes itens na base de cálculo. Por quê? Porque nós consideramos que nosso poder de barganha é maior do que isso e nós não queremos ser Nigéria, e, sim, Noruega. Nós queremos não só exportar *commodity*, abrir totalmente as condições aqui para que todos entrem em qualquer jeito, queremos uma parcela desse lucro do óleo que também venha capilarmente a beneficiar os Estados e Municípios. Nosso cacife, como eu disse, subiu e nós precisamos, então, valorizá-lo.

Nós podemos, de fato, estimular investimento em petróleo e gás no País. Há várias formas de fazer isso. Essa, particularmente, eu acho que é um pouco exagerada, principalmente em relação ao bônus, porque o bônus não é uma tributação que o Estado estabelece de início. Ele estabelece até o bônus inicial, mas o bônus é proporcional à competitividade do leilão. Quem dá o bônus é a companhia de petróleo. Ela voluntariamente o oferece. Aliás, é um sistema muito bem bolado, muito bem feito, que o Brasil empreendeu lá, na década de 90, em que o leilão é por bônus de assinatura, um dos critérios principais. Então, quando eu ofereço muito para pegar aquele bloco, eu quero muito aquele bloco, depois eu vou deduzir isso no Imposto de Renda e na Contribuição Social? Não faz muito sentido,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque é uma coisa voluntária, que o cara dá para arrematar aquele bloco em relação ao competidor da outra empresa que está competindo ali no calor daquela data, daquele dia, daquele momento, e não depois. Então, tributariamente, parece-me um pouco desconexo isso aí.

E queria perguntar também, bom, primeiro, o que se acha disso no Governo. Como está o nosso cacife de petróleo no mercado de petróleo?

Por que a gente tem de abrir mão de tanta tributação no momento em que a gente está em alta?

Segundo, em relação à própria questão da cessão onerosa, já falamos várias vezes da Governadora Fátima Bezerra e de outros Governadores que estão aguardando ansiosamente algum direcionamento em relação ao que vai ser, em curto prazo, colocado disponível aos Estados e Municípios, para tirá-los da situação em que estão. Isso não aproveita a ninguém no País.

Então, vai ser o fundo social sobre toda a partilha – se for o fundo social da cessão onerosa, a gente só vai ver o dinheiro daqui a quatro, cinco anos; o bloco vai ser licitado, só vai produzir daqui a quatro, cinco anos –, ou será um pedaço do bônus?

Então, basicamente são essas as perguntas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Responderá agora ao Senador Serra, ao Senador Rogério e ao Senador Jean Paul.

O SR. PAULO GUEDES – Inicialmente, respondo ao Senador Serra.

Ele está aí?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Não, ele deixou a contribuição dele e saiu.

O SR. PAULO GUEDES – Ele deixou a contribuição dele. Está certo. Eu faço as observações de qualquer forma.

Eu sou a favor da descentralização de recursos de Estados e Municípios. É natural, o Senador Serra tem um ponto de vista diferente. Inclusive, quando no Governo, atuaram assim, criaram as contribuições não compartilhadas, e o Governo central se fortaleceu. Eu atribuo uma boa parte justamente da situação financeira precária hoje em Estados e em Municípios a essa centralização de recursos que houve também naquela época, além dos juros, que foram muito altos durante o período do Plano Real. Os programas de estabilização bem-sucedidos são programas que duraram um ano, um ano e meio, e a inflação cede. O nosso problema de estabilização é que são 10 anos, 15 anos de juros muito altos. Então, o resultado é este: é uma devastação nas finanças de quem estava endividado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Depois, quando fala da regra de ouro, eu gostaria também que a regra fosse respeitada tanto para cima quanto para baixo. Por exemplo, você só pode se endividar se você acumular ativos para o Estado; você não pode se endividar para gastar em gastos correntes, só se for em investimento. Mas vale o vice-versa: se você vender um ativo da União, você tem que reduzir dívida, senão você fica vendendo também ativo.

Eu ouvi críticas ao programa de privatização que eu defendi, quando eu falava sempre explicitamente: "Você tem que vender os ativos para reduzir a dívida". Aí as pessoas disseram: "Ah, está vendendo os talheres para pagar o jantar". Ao contrário, você tem que abater a dívida, senão você realmente está vendendo os talheres para comprar o jantar. Então, eu gosto da regra de ouro, mas temos que aperfeiçoá-la, sim, para ela ficar cada vez mais ligada ao ritmo de investimentos ou desinvestimentos.

O Conselho Fiscal, que é uma proposta que ele deixa, eu acho que está na essência do pacto federativo. Ele chamou de Conselho Fiscal, e eu gosto muito da expressão que tenho usado com a minha equipe: a ideia de um Conselho Fiscal da República, do Conselho Fiscal da República. Para mim, isso é mais importante do que a reunião hoje que nós temos. O País todo está em expectativa esperando. O Banco Central, na reunião do Copom, vai aumentar 0,25% ou baixar 0,25% os juros. Foi uma conquista nossa ter um Banco Central que, realmente, combate a inflação. Agora, isso hoje, para mim, é menos importante do que um Conselho Fiscal. Ele falou sobre *spending reviews*. Realmente, a cada bimestre, esse Conselho Fiscal da República faz um monitoramento, aprova no final do ano o Orçamento. Este é o trabalho basicamente do Congresso: trabalhar o ano inteiro no estabelecimento do Orçamento do ano que vem e do monitoramento do deste ano. Então, eu sou a favor do Conselho Fiscal.

Essa agenda também que ele citou de ajuste fiscal com contrapartida é a essência do plano de equilíbrio financeiro, é o ajuste fiscal com contrapartida.

O Estado do Rio de Janeiro, por exemplo, estava com dificuldade, não queria entregar a Cedae etc. Então, o BNDES também fica com dificuldade de fazer a antecipação de recursos. Agora, se ele entregar a Cedae, os recursos saem mais rápido também, porque há uma contrapartida ou outro ativo que ele queira entregar ou um plano que ele tenha de restruturação de gastos.

Na análise de custo-benefício de programas e subsídios, estou 100% de acordo com o Senador Serra. Realmente, a gente tem muitos não só subsídios, mas também desonerações sem a análise de custo-benefício. Quando você dá uma desoneração, você tem que saber para quem você deu e qual o efeito: gerou emprego, gerou retorno social, o que está acontecendo? Nós, normalmente, concedemos concessões baseadas em poder político e em poder econômico. Quem tem mais bala influencia e, seja político, seja econômico, vem aqui, pressiona e leva o benefício, independentemente desta análise de custo-benefício que nós deveríamos fazer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto à securitização de dívidas, da dívida ativa, estamos de acordo. Quanto ao imposto sobre fundos fechados, também estamos de acordo com isso.

Finalmente, sobre o saneamento, ele falou que seria a favor de incentivos para saneamento. Nós achamos que saneamento é uma nova fronteira que pode realmente atrair muitos recursos. Gente do mundo inteiro está querendo trazer dinheiro para auxiliar em programas de saneamento. E é um problema básico. Os Municípios não estão conseguindo resolver o problema de saneamento, e os Estados também estão com dificuldades. Então, eu acho que nós vamos ter que fazer alguma coisa, sim, nessa direção, mas isso está muito mais ligado ao marco regulatório, como ele mesmo chegou a falar. Dependendo de como estabeleçamos o marco regulatório, podemos decolar o ritmo de investimentos em saneamento.

Senador Rogério Carvalho, eu acho, Senador, que, depois de quatro mandatos no Governo, falando muito em ideologia... É quem falou mais em ideologia. A eleição do Bolsonaro... Veja: eu nunca tive partido político, nunca estive de lado nenhum político. Eu acho que a eleição do Bolsonaro foi uma resposta a uma conversa ideológica de quatro mandatos seguidos. Quem está levantando ideologia fala: "Ah, o Bolsonaro chegou com ideologia hoje". Eu acho que foi o contrário. Houve uma conversa de ideologia de anos, anos e anos, e aí surgiu uma reação natural. E eu espero que haja espaço democrático para ver também o discurso do outro lado. Não pode ser que, em dois meses, já está tudo errado, que a ideologia está dominando tudo. Eu não estou vendo isso. Eu estou fazendo um discurso absolutamente pragmático. Não há nada de ideologia no discurso no sentido de que eu concordo com a sua avaliação de que a ideologia cega. A ideologia cega, cega mesmo as pessoas! As pessoas perdem o sentido das coisas, perdem o critério de avaliação objetiva do que está acontecendo. Então, eu concordo 100% com você de que a ideologia cega.

Eu acho até... Você usou expressões como "ferro e fogo". Eu não vi nada de ferro e fogo até agora. Eu cheguei aqui, não vi nenhum ferro e fogo, não vi ninguém fazendo ferro e fogo. Não estou entendendo nem o discurso do que você quer dizer com um Governo a ferro e fogo. Eu estou vindo aqui e apresentando um programa de previdência. Aí você fala o seguinte: "Estamos atacando o ventre do País, tirando as pessoas do ventre do País". Eu imagino que você esteja se referindo talvez ao BPC (Benefício de Prestação Continuada). Refere-se possivelmente a alguma coisa assim?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Ao nosso sistema de seguridade, que é uma...

O SR. PAULO GUEDES – Do sistema de seguridade eu vou falar.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... conquista da democracia brasileira e dos direitos. Materializa a cidadania do povo brasileiro.

O SR. PAULO GUEDES – Vou falar sobre isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Olha só, em nenhum momento... Isto é importante, hem? Você tem um sistema de seguridade que está aí há muitos anos. Ele é muito solidário e muito fraterno e quebrou. Então, ele está quebrado, está quebrado! Financeiramente, ele está quebrado. E aí eu vou dizer um negócio: ele não é tão fraterno como você acha, não. Sabe por quê? Há gente que recebe 20 vezes... Você, por exemplo, como político, pode se aposentar ganhando 20 vezes o que ganha um trabalhador. Eu acho isso ruim. Eu acho isso errado.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Fora do microfone*.) – Não, a aposentadoria é de R$5,5 mil.

O SR. PAULO GUEDES – Nossa proposta está reduzindo e fazendo convergir os ganhos dos empresários, da classe política, de quem tem privilégio. Isso está sendo reduzido.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Há um teto de R$5,5 mil!

O SR. PAULO GUEDES – Por favor, eu posso falar?

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Pode. Eu também posso!

O SR. PAULO GUEDES – Obrigado.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – É de R$5,5 mil o teto da aposentadoria.

O SR. PAULO GUEDES – A senhora terá o seu horário.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – O senhor não é o mandante da Comissão!

O SR. PAULO GUEDES – De forma alguma! Mas nós temos que ter alguma disciplina.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – O senhor está enganado. Estou só corrigindo...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, Ministro Paulo Guedes, espere aí!

O SR. PAULO GUEDES – Nós temos que ter alguma coisa...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, espere aí!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Estou só corrigindo, dizendo que a aposentadoria nossa não é dez vezes mais que a outra.

O SR. PAULO GUEDES – Senadora, Senadora...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, Ministro!

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Em audiência pública, o Senador também pode dar a opinião dele!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ministro, não, não, espere aí! Só um minutinho!

O SR. PAULO GUEDES – Por favor! Vamos todos falar ao mesmo tempo?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não! Espere aí, Ministro!

O SR. PAULO GUEDES – Todo mundo vai falar ao mesmo tempo?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ministro, dá licença!

O SR. PAULO GUEDES – Vai falar ao mesmo tempo todo mundo?

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Fora do microfone*.) – Não, Ministro!

O SR. PAULO GUEDES – Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, Ministro! O senhor é convidado aqui, e nós vamos tratá-lo com respeito, mas o senhor não vai desrespeitar Senador nem Senadora aqui, não.

O SR. PAULO GUEDES – Eu não estou desrespeitando ninguém.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor me desculpe, Ministro. Com todo o respeito, o senhor é convidado.

O SR. PAULO GUEDES – Com todo o respeito, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor adiou três vezes sua vinda aqui. Entre nós, podemos até ter divergência política, mas, em relação aos Senadores...

O SR. PAULO GUEDES – É claro! São todos contra! É claro, perfeitamente!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eles estão aqui e são os verdadeiros representantes da população brasileira.

O SR. PAULO GUEDES – Com todo o respeito, com todo o respeito...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mal ou bem, o Governo atacando a velha política ou a nova política, nós somos representantes do povo.

O SR. PAULO GUEDES – Eu falei alguma coisa semelhante a isso, à velha política?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor disse que a Senadora calasse a boca.

O SR. PAULO GUEDES – Não, eu não disse isso.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – O senhor mandou eu calar a boca.

O SR. PAULO GUEDES – Não mandei calar a boca.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Mandou eu calar a boca, sim.

O SR. PAULO GUEDES – Eu não usei a expressão "calar a boca".

A senhora deixa eu falar?

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Eu disse que eu tinha que fazer um reparo, porque o senhor errou.

O SR. PAULO GUEDES – Ah, quer dizer que a senhora não me deixa falar? Perfeito!

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – O senhor cometeu um equívoco. Nós não aposentamos com 30 vezes o salário de ninguém. Nós estamos no teto. Os Senadores se aposentam com R$ 5,5 mil no máximo, e não 30 vezes acima do que a população brasileira. Agora os militares, sim, aposentam com 30 vezes mais.

O SR. PAULO GUEDES – Deixa eu fazer uma pergunta factual.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Dr. Paulo Guedes, quero fazer só um reparo.

O SR. PAULO GUEDES – Posso fazer uma pergunta factual? Alguém recebe uma aposentadoria... Vocês já leram no jornal alguma vez que alguém tem uma aposentadoria de R$60 mil ou de R$70 mil?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Sim, Dr. Paulo Guedes...

O SR. PAULO GUEDES – Já leram, não é? Pois é, isso é que nós estamos...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Dr. Paulo Guedes, quero fazer só um reparo.

O SR. PAULO GUEDES – Senador, vamos fazer o seguinte...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu fui Relator do projeto de lei da reforma da previdência do Funpresp, e o senhor sabe que é um sistema de capitalização com uma aposentadoria complementar.

O SR. PAULO GUEDES – Pois é, eu ia lhe perguntar isso.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Sim, o problema não está aí. O problema é capitalizar...

O SR. PAULO GUEDES – Que bom!

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... para o coitado...

O SR. PAULO GUEDES – Que bom, que bom! Estamos de acordo!

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... e só haver contribuição do trabalhador, e não contribuição do patrão. Aí fica difícil!

O SR. PAULO GUEDES – Que bom, não é, Senador? Estamos de acordo, então. Eu entendi que o senhor falou que o sistema de capitalização é terrível, que ele é muito ruim. Eu ia perguntar se o Funpresp...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Veja: nós não podemos misturar o sistema geral de previdência com os regimes próprios de previdência. Se a gente fizer essa mistura, a gente vai criar uma conta que é impagável, e o trabalhador do sistema geral de previdência não pode pagar essa conta.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Querido Senador Rogério, por favor...

O SR. PAULO GUEDES – O senhor teve um tempo para falar. Eu estou pedindo um tempo para eu falar agora, só isso!

Quando o senhor falou em ideologia, eu podia ter virado e falado assim: "Não, ideologia, não!". Eu não falei. Eu esperei o senhor falar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ministro, o senhor pode concluir as respostas que o senhor quiser. O senhor tem o tempo necessário para concluí-las, por favor. Pode continuar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO GUEDES – Eu não vou nem entrar nesse assunto. Sabe por quê? Esse assunto de ideologia é um território conhecido dos senhores. Os senhores conhecem esse território. Os senhores usaram esse território. E agora houve uma eleição justamente que entrou nesse território. Eu não estou nesse território.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Veja, Ministro: se o Presidente manda...

O SR. PAULO GUEDES – Por favor! Eu não estou nesse território.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Se o Presidente manda no dia 31 de março...

O SR. PAULO GUEDES – Eu não estou nesse território.

O SR. PAULO GUEDES – ... fazer comemoração do golpe militar, isso não é ideologia?

O SR. PAULO GUEDES – Pois é, o senhor acha que eu...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Pelo amor de Deus!

O SR. PAULO GUEDES – ... vou entrar numa discussão dessas com o senhor hoje?

Por isso, quando o senhor falou em ideologia, o senhor puxou um território que não é o meu. Eu não quero entrar nesse território.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vamos garantir a palavra ao Ministro.

Por favor, Ministro...

O SR. PAULO GUEDES – Eu não quero entrar nesse território. Entendeu?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pode continuar, Ministro.

O SR. PAULO GUEDES – Eu adoraria que o senhor discutisse isso com os políticos. Político tem de discutir ideologia, esse troço todo. Eu sou um técnico e estou dizendo o seguinte: estou tentando uma migração para um sistema de capitalização que, em primeiro lugar, é um sistema que visa a garantir as aposentadorias que hoje estão sob risco. Essa é a primeira coisa. Esta é a primeira coisa na nossa reforma previdenciária: é uma obviedade hoje que o sistema está quebrando. É uma obviedade hoje que o sistema está quebrando! Então, nós estamos tentando – é a primeira preocupação – assegurar o pagamento das aposentadorias atuais dos mais pobres, principalmente, porque nós estamos indo justamente nas aposentadorias mais altas e cobrando deles. Então, quem está pagando mais é quem tem aposentadoria mais alta, e está tudo convergindo lá na frente. Está no melhor espírito da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fraternidade. O senhor sempre defendeu, o seu partido sempre defendeu fraternidade, participação – é o que nós estamos fazendo! –, progressividade, ao invés de regressividade.

Então, em si, a reforma tem duas fases. A primeira fase é uma fase para consertar, reduzir as desigualdades sociais, remover privilégios, fazer convergir, cobrar mais de quem tem mais, o que é absolutamente compreensível para uma plataforma como a sua, absolutamente! Aí há a segunda fase, que seria uma transição para um regime de capitalização. Essa fase... Nós somos tão respeitosos com o Congresso, que essa fase é uma segunda fase; ela não foi definida ainda. E cabe perfeitamente, em qualquer sistema de capitalização, uma camada de fraternidade, de solidariedade, do que você quiser. Ela cabe; o que não cabe é o inverso. Você nunca... Num sistema de repartição que quebrou, você não tem como ir para a capitalização. Num sistema de capitalização que leva recurso para o futuro, você sempre pode botar uma camada, dizendo o seguinte: "Olha, isso está muito baixo, vou botar um imposto geral de fraternidade sobre todo mundo para pagar aquilo, tranquilamente".

Então, essa transição está... Você tem sempre essa opção de recuar. No regime de capitalização, você pode recuar, porque ele tem recursos. Eu ia perguntar justamente isso. Vocês fizeram – e foi um passo acertado – sistemas de capitalização, lançaram o Funpresp, lançaram tudo isso. Da mesma forma... É por isso que eu acho que não pode... Eu achei interessante você introduzir ideologia. Você viu como é que esquentou? Esse é o clima que, quando criado, provoca; se não é criado, não provoca. Ninguém quer falar em ideologia. Aí você vira para uma reforma que tem o seu espírito. É assim: "Olha, nós estamos aqui tirando de quem tem mais e passando para quem tem menos e vamos dar uma opção voluntária para quem quiser entrar num regime novo". É tudo voluntário. Não mexemos em nada, não fizemos violência nenhuma. "Ah, isso é ideologia, está levando para um território agressivo, a ferro e fogo!" São dois meses de governo! Será que só vale... Eu tenho que ficar quatro anos, quatro mandatos, olhando e dizendo "legal, bacana o experimento deles"! Agora, em dois meses, já é ferro e fogo, ideologia? Não vamos confundir a campanha eleitoral com o nosso ambiente aqui, senão o que dá é isto: uma discussão danada.

Eu lamento se eu... Nós estávamos indo super bem. Aí, de repente, há uma... Estou tentando fazer uma colocação construtiva, e aí, de repente, alguém entra e fala. Aí eu falo: "Espere aí. Posso falar agora?" Desculpe, mas eu sou assim também. Há hora em que um fala, o outro escuta; há hora em que um escuta, o outro fala. Eu não quis desrespeitar ninguém. Eu quis fazer valer o meu tempo para responder.

Ainda sobre as suas observações, eu quero dizer o seguinte: isso é absolutamente...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO GUEDES – ... pragmático, as nossas reformas são absolutamente pragmáticas e têm este sentido social, sim, de fazer justamente com que a previdência recupere a sua estabilidade financeira, fazendo quem pode pagar mais e convergindo tudo lá na frente.

Eu não quis usar o exemplo político. Pode usar político, pode usar empresário, qualquer um. Nós queremos dizer o seguinte: qualquer cidadão brasileiro pode se aposentar com o mesmo resultado lá no final. Esse seria um ideal republicano. Os que ficaram para trás, os desassistidos... Para você ter uma ideia, eu tenho 69 anos, eu nunca pedi minha aposentadoria. É simples como isso! Então, isso é para quem ficou para trás. Isso não é para garantir privilégios, para facilitar a acumulação de privilégios, nada disso! Então, a reforma que nós fizemos foi com esse espírito republicano. Peço essa compreensão antes de se involucrar isso como se fosse um negócio ideológico; não o é! É um negócio prático. No futuro, todos os regimes previdenciários serão de capitalização.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO GUEDES – Estou lhe dizendo isso com a convicção de quem conhece a dinâmica dos juros compostos. Ou você bota os juros compostos para trabalhar a favor do trabalhador... Você vê como ele é capaz de destruir Estados e Municípios quando ele trabalha contra? Ele é a favor do trabalhador se você botá-lo para trabalhar a favor. É só isso. É uma observação técnica.

Eu ia dizer também o seguinte: as outras observações... O Banco Central ainda não baixou os juros. São 60 dias. Eu também não vou defender aqui o Banco Central. O Banco Central é independente. O Banco Central derrubou uma inflação aí trabalhando... Eu não vou nem entrar nesse espaço. Eu só quero lhe explicar que não vou entrar no espaço do Banco Central. Distribuição de renda, nenhuma visão de Brasil... Puxa, acabou de acontecer uma eleição. Um Governo foi eleito. Aí o que eu posso responder? "Não existe visão de Brasil! Eu não sei o que vocês querem fazer!" Essa é uma discussão política, e peço desculpas por não entrar nisso, porque isso apaixona, e eu não quero entrar na paixão. Não quero entrar na paixão.

O Senador Jean Prates fez três observações também, uma sobre o Imposto de Renda.

No mundo financeiro, Senador, eles calculam o valor presente num projeto qualquer de exploração de petróleo, e aí, se você cobrar o imposto... Primeiro, eu concordo 100% com a sua ideia. É o seguinte: o Brasil está sendo visto mesmo e percebido lá fora como uma nova fronteira, como o que há de melhor do ponto de vista de exploração de petróleo para os próximos 20 ou 30 anos. É fato isso. Existe essa percepção. O Brasil pode ter uma riqueza semelhante àquela que foi a riqueza do Oriente Médio, sim; é uma fronteira enorme. É isso que estou jogando a favor. Quando falo no pacto federativo e na descentralização de recursos, há a ideia justamente de você usar esses recursos para criar um novo país onde as federações são fortes, onde o dinheiro está próximo do povo, onde o Presidente eleito, o Prefeito eleito e o Governador eleito têm capacidade financeira de resolver o problema de saúde e de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

educação na base. Não é o Ministro, aqui de cima, abstratamente, falando: "Vou acabar com o problema da educação no Brasil". Não existe isso. Quem já foi executivo sabe que a ação é feita localmente, lá dentro. É o Prefeito, é o Governador que enfrenta isso. Nós conversávamos sobre isso. Pouco antes de vir para cá, eu conversava com o Senador Aziz, que estava dizendo: "Dinheiro no Ministério é uma coisa; dinheiro na mão de quem está lá fazendo uma escola ou fazendo um ambulatório é outra!".

Então, o que eles fazem, Senador, é o seguinte: se você... Vamos supor que há certo interesse e que eles pagariam cem. Há um interesse enorme, e eles pagariam cem. Se você bota o imposto, ele deduz esse imposto, e ele pagaria... Vamos supor que o imposto, no final, dê 30% ou 40% e que você ache que é muito bom cobrar esse imposto: "Já que eles são competitivos e estão competindo para extrair nossa riqueza, vou botar o imposto." Na hora em que você bota o imposto de 30%, ele faz o cálculo econômico dele, e eu pagaria cem. Se 30% vão para o Governo sob forma de imposto, eu só pago 70, eu vou "bidar" no leilão por 70. "Ah, o imposto é zero!" Ele paga cem. Eu lhe digo isso como uma pessoa que já participou de muito leilão do outro lado, sempre sabendo o seguinte: eu estou disposto a pagar tanto.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Eu também já participei de muitos.

O SR. PAULO GUEDES – Pois é! Então, pronto!

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Já fiz estudo de viabilidade de entrada nisso.

O SR. PAULO GUEDES – Isso.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – É um fluxo de caixa de 45 anos.

O SR. PAULO GUEDES – Isso, faz o seu fluxo de caixa...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – E não dá para colocar num bônus de um dia. Não dá, não cabe.

O SR. PAULO GUEDES – Não, eu estou dizendo...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Eles fazem o cálculo, sim, da participação governamental do fluxo de 45 ou 50 anos de produção.

O SR. PAULO GUEDES – O que eu digo é o seguinte: ninguém paga mais por que há imposto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – O bônus não reflete isso.

O SR. PAULO GUEDES – Ninguém paga mais por que há imposto; você paga menos.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Está certo...

O SR. PAULO GUEDES – Se houver imposto, você paga menos. Se houver muito imposto, você paga muito menos ainda. Faça um teste no limite: ponha um imposto de 100%, que você vai pagar zero.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Não, esse é aquele conceito, Ministro...

O SR. PAULO GUEDES – Você vai pagar zero!

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Desculpe! É aquele conceito que a doutrina internacional da área de análise econômica, da área de petróleo e de todas as concessões desse tipo chama de *government take*. O *government take* do Brasil pode subir, sim! E *government take* é composto de *royalties*, de participação especial, de bônus de assinatura, de *rental fee*, de todos esses... Isto tudo se combina: Imposto de Renda, CSLL! É o *government take*!

O SR. PAULO GUEDES – A beleza da economia sabe qual é? A beleza da economia é que você estuda por anos, anos e anos para entender que você pode botar da forma que você quiser, que, no final, isso tudo vira um número.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Exatamente!

O SR. PAULO GUEDES – E você sabe que, quando você tenta tirar de um lado, do outro lado o sujeito compensa. Entendeu?

Mas eu respeito o seu ponto de vista.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Não, mas, nesse caso, o senhor está comparado isso com outros cenários de entrada em países diferentes.

O SR. PAULO GUEDES – Não, não!

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Está somando lugares para entrar.

O SR. PAULO GUEDES – Bom, vamos fazer o seguinte, eu vou simplificar: esse é assunto do Ministro que esteve aqui ontem.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO GUEDES – É ele que vende as reservas brasileiras.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Mas a visão do Ministro da Economia é fundamental.

O SR. PAULO GUEDES – Bom, eu já tenho a minha visão.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Se a gente for muito esfomeado...

O SR. PAULO GUEDES – Eu já tenho a minha visão.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... a gente perde o investidor ou perde o investimento.

O SR. PAULO GUEDES – Eu já tenho a minha visão e acho o seguinte: você tem várias formas de extrair isso do investidor estrangeiro; uma delas é você botar bastante imposto, e ele faz...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO GUEDES – ... um lance um pouco menor, e a outra é você botar menos imposto, e ele faz um lance um pouco maior.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Essa é a nossa discordância. Ele não o faz.

O SR. PAULO GUEDES – Perfeito!

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – E a outra é quanto ao conteúdo nacional e à capacitação de mão de obra, porque também não há um plano claro do Governo. Desculpa!

O SR. PAULO GUEDES – Mas é válido, é tranquilo. Mas essa é uma conversa boa, longa. Essa é uma conversa de duas horas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu também acho, mas...

O SR. PAULO GUEDES – Mas não é para ser tratada aqui.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Vamos lá!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É o seguinte: eu fui informado agora pelo Presidente do Senado que, às 18h, vai começar a Ordem do Dia e que, talvez, seja votada a PEC que foi votada ontem na Câmara. Então, nós vamos encerrar esta reunião em 40 minutos. Eu vou interromper. Se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ultrapassar o tempo, eu vou interromper, porque senão não tenho como... Nós temos que abrir a sessão ainda do Senado. A sessão não foi aberta porque esta Comissão está funcionando.

O SR. PAULO GUEDES – Perfeito!

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA) – Presidente, quero só fazer uma reclamação aqui.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA) – O nosso Presidente Davi vai votar hoje a PEC. Ele está mais rápido que a oposição, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu soube disso...

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA) – Ele nem deixou a gente articular nada.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não! Ele não me falou isso. Eu fui...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Como Líder da oposição, eu fui derrotado pelo Presidente da Casa. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Isso vai ser votado hoje?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. *Fora do microfone*.) – Ele se adiantou.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A Senadora Kátia Abreu, depois o Senador Alessandro Vieira e, depois, o Randolfe Rodrigues...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG. *Fora do microfone*.) – E eu?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, o senhor é o último. Há muita gente aqui.

Agora, há duas coisas aqui...

Ministro Paulo Guedes, quanto à sugestão do projeto, peço que o senhor dê só o que recebeu, para mandar para a gente uma sugestão em relação a esse aí das unidades. (*Pausa.*)

Senadora Katia Abreu, por favor...

Senador Jorginho, já deu o recebido?

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - SC. *Fora do microfone*.) – Já dei o recebido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, está bem. Obrigado.

Senadora, por favor...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – São três minutos?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É um pouco mais, é um pouquinho mais sempre.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. Para interpelar Ministro.) – Não há problema em cortar, porque a minha conversa é comprida mesmo. Pode cortar.

Sr. Ministro da Economia – eu ia falar Presidente do Banco Central, não era Presidente do Brasil, não se preocupe –, a agricultura brasileira, nos últimos 25 anos, teve um acréscimo no PIB de 98% e, na produção, de 236%, tudo isso graças à eficiência e à produtividade, e não àquela subvenção capenga e protecionista, à incompetência! Durante todo esse período, nós salgamos carne boa, não salgamos carne podre. Certo? Isso o mundo inteiro faz. Por quê? Porque a subvenção agrícola, infelizmente, é para proteger de climas – o senhor nunca correu esse risco –, chuva, sol, falta de chuva, porque nós dependemos, além de tecnologia, de São Pedro. E ainda temos uma economia perfeita em que todo mundo produz tudo. Então, o controle é feito nas bolsas do mundo inteiro, e nós não temos controle sobre isso. Nós fazemos tudo certo da porteira para dentro. Nós fazemos tudo com a maior eficiência.

Por que a subvenção é feita no mundo inteiro? Em alguns lugares, por incompetência mesmo, mas, na grande maioria dos lugares, que hoje somam US$1 bilhão/dia... Os Estados Unidos, a Europa, a Austrália e o Japão gastam mais ou menos, de acordo com a OMC, em termos do valor bruto da produção, entre 26% e 28% sobre o valor bruto da produção, desobedecendo em muito à cláusula de *minimis*. Ao contrário, nós gastamos apenas 4% e poderíamos chegar até 12% em subvenção.

A subvenção brasileira, no caso, não é para nos proteger da nossa incompetência, mas para nos proteger da incompetência do Estado brasileiro, que...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – ... não tem estradas, que não tem ferrovias, que não tem hidrovias, que não tem portos. (*Pausa.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Eu vou aguardar. Não tenho pressa. Eu vou esperar terminar, não tenho pressa.

Obrigada.

Então, a subvenção é para dar essa proteção a quem não tem a eficiência do Estado brasileiro da porteira para fora – o senhor sabe muito bem como está o Brasil hoje – e também para nos proteger da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

formação de preços. A subvenção não é uma caridade, não é uma dádiva; ao contrário, trata-se de fazer uma alocação correta de recursos a quem está dando retorno no dia a dia. Nós contribuímos com 38% do emprego nacional, muito mais de um quarto do PIB, e representamos 50% das exportações.

Eu tenho visto, por várias vezes, desde o início do seu mandato... Aliás, o senhor não mentiu na campanha – quem não quis ouvir foram os ruralistas – quando disse que o senhor tiraria a subvenção da agricultura. E a subvenção tem sido...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Pode falar. Eu espero. (*Pausa.*)

Então, está bem.

A subvenção da agricultura, o senhor dizendo ou não, tem sido reduzida drasticamente, começando pelas máquinas e implementos agrícolas. Nós crescemos no PIB 298% e 236% em produtividade porque nós tivemos a Embrapa, a pesquisa, a inovação, a tecnologia à disposição dos produtores para aplicar e porque tivemos máquinas e implementos de primeira linha, de qualidade máxima. Então, com essa pequeníssima subvenção, foi possível nós nos tornarmos, nos últimos 40 anos, um dos maiores gigantes da agropecuária mundial.

Eu gostaria de registrar que, nos Estados Unidos, o seguro agrícola é de 100% – para não mentir, é de 98%. E lá não há zero de crédito rural subvencionado. Nós faríamos essa troca com tranquilidade. Se o senhor nos der 100% de seguro agrícola e de preços, como é nos Estados Unidos, nós também não precisaremos de subvenção para o financiamento. Lá isso funciona automaticamente em todas as estações do país inteiro, e se mostra a diferença de custo de produção e preço de mercado. Então, lá isso não funciona apenas por falta de chuva ou por excesso de sol, mas também por preço de mercado.

Eu estou muito preocupada com o recuo dessa subvenção, que acontece no mundo inteiro, repito, não é uma graça brasileira. E nós damos resultado: nós triplicamos a subvenção investida em nós.

Ao saberem dos recursos para a agricultura, às vezes, quando anunciados, as pessoas levam um susto, como se R$200 milhões, R$200 bilhões fossem dados; na verdade, eles são emprestados, e nós pagamos de volta todo esse financiamento.

Então, esse recuo é muito difícil de ser tolerado. Com isso, vamos ter consequências graves.

Nós tínhamos, até quatro safras atrás, 1.150 produtores financiados; já estamos hoje com 850 mil produtores financiados, com uma redução de 300. Isso é preocupante, porque nós estamos caindo na mão dos *traders*, que é o juro do mercado livre, em que não há subvenção nem cuidado. O que está

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acontecendo? Nós estamos nos dirigindo para uma agricultura sem agricultores, uma gigante agricultura com meia dúzia de produtores que conseguem sobreviver a expensas dos grandes *traders.*

Para concluir, eu queria saber o que o senhor acha... Sobre a subvenção da agricultura, eu já sei o que o senhor acha, o senhor é contra. Eu queria saber o que o senhor pretende fazer com a "subvenção" – entre aspas – para os impostos sobre lucros e dividendos, o que, na realidade, é uma subvenção na veia. Hoje nós cobramos 4%, enquanto, nos Estados Unidos, são 29%, e há países em que são 49%. O seu Ministério imagina, junto com a importância da reforma da previdência, que essa questão tributária também vai ser considerada? De certa fora, há uma satisfação a se dar ao povo brasileiro que tem um salário mínimo, em média, de aposentadoria, enquanto sobre as grandes fortunas e dividendos não há imposto algum.

E sobre as desonerações tributárias, o que o senhor imagina fazer? Nós estamos a 4% do PIB, e, em média geral, no mundo, são 2%. Existe algum planejamento para classificar, avaliar e analisar as desonerações tributárias que poderiam compensar e muito esses setores que dão retorno ao País?

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senadora.

Com a palavra o Senador Alessandro Vieira.

Depois, fala o Senador Paulo Paim, e eu passo a palavra ao Ministro, para ele responder à Senadora Kátia, ao Senador Alessandro e ao Senador Paulo Paim.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - SE. Para interpelar Ministro.) – Boa tarde, quase boa noite, Sr. Ministro e Sr. Presidente!

Eu vou dividir minha fala só em duas pequenas perguntas. Faço a primeira delas.

Eu venho do menor Estado da Federação e o represento, um Estado pobre e quebrado, que é o Estado de Sergipe. É quebrado por toda a conjuntura econômica e pelas péssimas gestões que lá se acumularam ao longo dos anos.

Eu vejo o senhor manejando, com muita tranquilidade, números imensos, a ponto de se referir à questão original desta pauta, que seria a questão da Lei Kandir, como uma questão de menor importância. Se o Estado tem recebimentos na casa de R$1,9 bilhão, não é preciso discutir, porque o senhor vai viabilizar, já no ano que vem, R$4 bilhões, R$4,5 bilhões.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - SE) – Exato. São números gigantescos!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a primeira pergunta é basicamente esta: de onde vai sair essa fortuna tão díspar do que temos hoje?

Relembrando, o Estado brasileiro não paga a Lei Kandir ao longo de uma década e pouquinho. São valores muito altos. O senhor usou um exemplo, R$1,9 bilhão, e não vamos discutir R$1,9 bilhão. Vamos dizer que esqueçamos a Kandir porque, no ano que vem, já caem na conta R$4 bilhões, R$4,5 bilhões. Então, vamos descobrir de onde vem esse dinheiro, porque acho que é uma notícia muito boa. Eu quero compartilhar com os sergipanos e com todos os brasileiros essa solução mágica.

No segundo ponto, Sr. Ministro, aí eu me somo ao que o senhor coloca com relação a ideologias. Realmente, debater ideologias, ainda que seja esta a Casa para debatê-las, não é o melhor caminho para se buscarem soluções para questões econômicas e financeiras. Mas não vamos debater nenhuma ideologia, nem de A nem de B, porque, senão, só estaremos trocando de sentido a biruta e vamos continuar ao sabor dos ventos.

Com relação à reforma da previdência, nós concordamos plenamente que ela é necessária porque ela hoje é insustentável fiscalmente, ela aumenta a desigualdade – esse é um ponto pouco compreendido e explorado, porque quem mais recebe aportes é justamente aquele que tem maior benefício, quando você faz a conta, e isso tem de ser mais bem esclarecido. Sem dúvida nenhuma, o nosso regime previdenciário perpetua privilégios.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - SE) – Então, concordamos com a necessidade da reforma, mas eu gostaria de receber do senhor uma informação com relação ao tamanho exato necessário dessa reforma para a gestão previdenciária, apartando da óbvia necessidade e do óbvio desejo do Governo em sinalizar para investidores. Isso tem que ser separado. Uma coisa é a correção de rumos para que a nossa previdência funcione bem, apartando da previdência a questão da assistência, porque são questões totalmente diversas, e aquilo que é sinalização de um novo momento histórico.

E, só como observação, quero mencionar que me preocupou a ligeireza com a qual o senhor tratou o possível ingresso nosso na OCDE e a saída da OMC, mencionada em uma conversa de passagem numa negociação de um dia nos Estados Unidos. Eu tenho a certeza de que deve ter sido um problema de comunicação, para que tenhamos um pouco mais de densidade num assunto de tamanha importância para vários setores produtivos.

Muito obrigado, Sr. Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador Alessandro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou passar a palavra para o Senador Paim, mas, por obrigação de ofício, lembro que, pelo e-Cidadania, pessoas mandam perguntas para cá, e eu vou passá-las ao Ministro.

Adaiane Ferraz, de Minas Gerais, pergunta: "Qual vai ser o plano para tirar o Estado do endividamento de uma forma que não prejudique mais [a população] os cidadãos?".

Alexandre Weber, de São Paulo, pergunta: "Como relançar a economia? O que se usará para dar um *start* na paradeira geral, principalmente no pequeno comércio e indústria?". Acho que é paradeira ou quebradeira.

Flávio Queiroz, de Minas Gerais, indaga: "Boa tarde! Ministro, a reforma da previdência dos militares ataca os privilégios?".

São perguntas que a gente recebe. Vou repassá-las ao senhor. A sua assessoria depois pode passar aqui, que a gente encaminha para as pessoas que mandam essas perguntas.

Senador Paim, por favor...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para interpelar Ministro.) – Presidente Omar e Ministro Paulo Guedes, eu vou começar pela fala do Senador Alessandro, porque há algo que eu também não consegui entender. A gente fala que não tem dinheiro, tem de fazer a reforma da previdência, e V. Exa. anuncia aos Estados: "Não se preocupem porque, no ano que vêm, vão ser R$4 bilhões!". E o que estava previsto era o valor de R$1,6 bilhão. Eu não consegui entender isso. O termo que ele usou foi "mágica". Essa matemática eu não consegui entender.

O debate hoje – eu tinha essa preocupação – era para ser feito em torno do pacto federativo e da questão da Lei Kandir. Muito pouco se discutiu isso aqui, e se entrou no debate da previdência. Eu nem quero falar aqui... Foi isso que aconteceu a maior parte do tempo. V. Exa. sabe disso e, habilmente, usou o tempo dez vezes mais do que qualquer Parlamentar. Mas isso faz parte do jogo. Eu não estou fazendo uma crítica. Então, V. Exa., além de economista, sabe politicamente usar o tempo.

Eu nem quero falar aqui, porque não seria o debate, dos R$400 de quem ganhava um salário mínimo! Não quero falar disso, e nem precisa responder. Nem quero falar aqui que não vai haver mais a correção dos benefícios, sendo que nós Constituintes fizemos um pacto social naquela época. Eu fui Constituinte. Nem quero falar aqui que esses R$400 estão engessados na Constituição pelo texto que aqui chegou! Nem quero falar aqui como vão ficar os acidentes no trabalho! Nem quero falar disso, porque não há tempo. Nem quero falar aqui da situação do trabalhador rural! A PEC chega ao absurdo – não sei se foi erro de redação – de dizer que, para quem está no regime geral, entre homem e mulher há uma diferença de três anos; para quem está na área rural, a mulher tem que trabalhar o mesmo tempo que o homem. Não quero nem falar disso, e não precisa responder hoje. Eu vou explicar isso no final.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não precisa falar aqui do regime de capitalização. É claro que a gente também foi olhar os últimos dados da OIT sobre os 30 países do mundo que usaram esse sistema. O que aconteceu? Dezoito já recuaram! E podemos apontar quais eram os partidos. E os outros estão recuando. A gente copiar o que é bom lá fora é excelente. Mas copiar o que deu errado? No Chile, há aposentado e pensionista ganhando R$6; mais que a metade ganha R$500. E lá havia uma visão semelhante à nossa. É o país do mundo onde mais idoso se suicida! Isso se dá devido a quê? Ao regime de capitalização! E todos nós sabemos disso. Mas não precisa responder isso hoje.

Quanto aos privilégios, mostre-me os privilégios! Eu duvido que haja um Senador aqui que não... Eu não sou daqueles que dizem: "Não voto nada, sou contra tudo." Nada disso! Se tem de debater, vamos debater, como fizemos nos outros Governos. No Governo Lula, eu iria votar contra, anunciei que votaria contra. Daí surgiu a PEC Paralela, uma construção coletiva do Senado. E votamos praticamente por unanimidade. Então, estou aberto ao diálogo, como sei que todos aqui estão. Mas, como está posta, Ministro, não há a mínima condição de passar essa proposta nem aqui nem... Ela nem vem da Câmara, não virá da Câmara. Não virá, e eu vou dizer por que no encerramento aqui.

Privilégios? Diga os privilégios. Eu tenho certeza absoluta de que não vai haver nenhum aqui! Eu acho que fazem uma injustiça com o servidor público. O servidor público, desde 2013, tem o teto de R$5,8 mil. Naquela emenda – eu até elogiei no primeiro dia –, há um "ou". Não tem de haver "ou" coisa nenhuma! Para todos os políticos, de Vereador a Presidente da República, Governador, Deputado, Senador, o teto de todo mundo é de R$5,8 mil. Somos parceiros. Ali vocês citam essa questão que eu tenho elogiado: "Não, aqui eles citam." E pegaram algumas recomendações da própria CPI que eu presidi.

Por fim, sobre a aposentadoria especial, como ficam os professores? Como fica quem trabalha em atividades insalubres, perigosas e penosas? Como ficam os policiais civis e militares? Para os militares das Forças Armadas, botaram um plano de carreira dentro da reforma da previdência que mandaram para cá; eles misturaram! Não dá! Eu não sou contra, não! Acho que o Exército, as Forças Armadas têm de ter um tratamento diferenciado. Eles têm que ter esse tratamento, mas não dá para, no meio da reforma da previdência, botar um plano de cargos e salários!

Estou concluindo, Ministro. Eu disse que não queria me alongar.

Ontem, no Plenário, na tribuna, eu li uma nota pequenina do centrão. Eram 11 partidos, e agora dizem são que 13. São 13 partidos que assinam essa nota. O que eles dizem? Que não aceitam a questão rural, não aceitam a questão da desconstitucionalização, ou tirar da Constituição, e não aceitam também a história do BPC que todo mundo sabe. Esse é o quadro que se apresenta.

Não precisa me dizer nada, porque hoje não é debate, Ministro. Quero deixar outros falarem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu só quero pedir, mas quero pedir mesmo... Ministro, olhe o meu pedido aqui. Eu sou daqueles que querem dialogar, que querem construir o que for possível para o bem do País. Eu sei que essa é a visão da maioria dos Senadores. Como está, não passa, mas não passa mesmo! Pode ter certeza absoluta de que não passa! Será um desastre para o País, e nós não vamos pactuar com isso. Acho que, no fundo, nem V. Exa.... Até o Presidente disse que ele não queria essa reforma. Até o Presidente disse isso! Eu fui Deputado com ele e aqui não faço nenhuma crítica. Ele também tem dito isso. Eu tenho tido o cuidado de não fazer ataque pessoal a ninguém ao longo da minha vida e não o farei hoje.

Por fim, qual é o pedido que eu quero fazer? Peça para os seus técnicos que estão aqui... São todos capacitados, homens que conheço, brilhantes! Peça que eles venham aos debates para fazerem o contraditório. Eu já fiz oito debates sobre a reforma da previdência. Eu imploro ao Governo que mande o outro lado. Eu já comecei a ir para a tribuna e dizer: "Pelo amor de Deus, venha alguém que defenda essa reforma!". Ninguém quer defendê-la! Então, faço um apelo aos senhores que estão aqui. Sei que são preparados e construíram a proposta. Vamos acertar um ciclo de debates para o qual venham dois ou três favoráveis e dois ou três contrários. Por fim, a gente propõe irem ao Plenário do Senado quatro contrários e quatro a favor.

A população tem de saber que reforma é essa. A população não sabe!

A sua fala aqui, é claro... O senhor fala um tempo maior do que cada Senador, o que é legítimo, mas nós temos de construir uma proposta sabendo onde estamos pisando, o que queremos, de fato, aprovar.

Ministro, eu lhe confesso: para mim, o problema número um é o regime de capitalização. Calcule: se 80% dos trabalhadores ganham de um a dois salários mínimos neste País – é mais ou menos isso que ocorre neste País –, como eles vão ter dinheiro para fazer uma poupança individual, sem que haja mais a contribuição do Estado e dos empregadores? Não vão ter dinheiro, não vão ter! Eles não têm dinheiro para fazer essa poupança. Como eles vão sobreviver na sua velhice? Eles não têm como se manter!

Ministro, então, veja: quero ser com V. Exa. o mais elegante possível, porque assim eu entendo que a gente constrói um projeto de Nação. Nós queremos debater o projeto.

Eu termino com isto: por favor, mandem alguém que defenda essa reforma, porque, até o momento, ninguém a defende. Eu não consigo achar no Brasil... Quando a gente propõe o debate na Comissão de Direitos Humanos... E seus assessores estão aqui. Se não me engano, aquele é um que ontem me disse que vão mandar agora alguém para fazer o contraditório. Eu me comprometo, tanto na Comissão como aqui, com o meu querido Omar Aziz, que isso será feito em alto nível.

Outro dia, mandaram para cá três para defenderem a reforma e um contrário. O que aconteceu? O que era contra fez uma defesa mais equilibrada do que os três que eram favoráveis. Assim, não convencem ninguém! Eram três favoráveis à reforma e um contrário. Vou dizer que quem era contra era

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o Berzoini. Os Senadores que estavam aqui viram que foi a defesa mais equilibrada da construção de uma proposta – não a que está aí – coletiva para o amanhã.

Mas, dos três que vieram defender, houve um que chegou a dizer o seguinte: "Senadores, vocês têm certeza de que todo mundo que ganha um ou dois salários mínimos tem uma poupança". Eu ganhava um salário mínimo na fábrica. O salário mínimo não dá nem para comer! Como é que vai fazer poupança e pensar em sobreviver na velhice? É desumano, é desalmado!

Por isso, faço um apelo a V. Exa.

Este Senado, eu tenho certeza... Não falo aqui pelos Senadores, mas eu os conheço. Todos eles querem uma alternativa, mas a que está aí, Ministro, é impossível.

Se 13 partidos na Câmara mandam um documento assinado pelos Líderes – eu botei nos *Anais* da Casa e li ontem – é porque eles não aceitam como está. Então, o apelo é dialogar, dialogar, dialogar. A Casa do parlar é o Parlamento.

Obrigado, Presidente, pela tolerância.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador Paim.

Eu acho que foi aquilo que nós dissemos aqui na última vez, Ministro Paulo: não há a favor nem contra; todos nós temos ciência da importância da reforma da previdência, como também das outras reformas que têm de ser feitas. Agora, qual é a reforma? É o entendimento, é a conversa, é este debate que nós estamos tendo aqui.

Em cada região... Em um País deste tamanho, nós temos peculiaridades regionais. É impossível chegar à Região Norte e apresentar esta proposta: "Vamos acabar com o BPC, vamos acabar com a aposentadoria rural ou vamos diminuir qualquer coisa". Essa aposentadoria, Ministro... Parece até brincadeira o que vou lhe dizer, mas o comércio funciona através dessa aposentadoria. Esse recurso volta para o Estado, volta para o Governo. Ele não fica... O cara não vai viajar e gastar nos Estados Unidos ou em qualquer outro lugar. Ele vai comprar no comércio da cidade, na farmácia da cidade.

Então, há essas coisas todas, Ministro. É lógico que o senhor tem uma proposta e está colocando aqui que está aberto à discussão. A sua presença aqui já demonstra claramente que o senhor está aberto.

A Senadora Kátia fez as perguntas, bem como o Senador Paim e o Senador Alessandro.

O SR. PAULO GUEDES – Em primeiro lugar, respondo à Senadora Kátia.

Senadora, é inconteste a liderança do setor agrícola brasileiro como a maior fronteira de produção agrícola do mundo hoje, junto com os Estados Unidos; essas são as duas maiores potências

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

agrícolas do mundo. Mas também há a importância do ponto de vista de exportações. O Brasil hoje vive de exportações do setor agrícola. A sua atuação no setor agrícola é conhecida; há décadas, a senhora luta pelo setor agrícola.

Então, eu até acho interessante conceitualmente um economista preocupado com finanças públicas estar atento a subsídios, conceitualmente! Eu nunca falei na campanha... Eu até achei interessante determinado candidato dizer: "O Paulo Guedes vai acabar com o subsídio agrícola, vai quebrar o campo, vai tirar o dinheiro todo". Eu nunca disse isso, eu nunca fiz uma declaração contra o setor agrícola, não há uma, aliás contra nenhum setor específico. Eu sempre falei: "Olha, nós temos de examinar subsídios, desonerações". O Governo está mal financeiramente e tem de examinar essas coisas. Agora, nunca houve nenhum movimento explícito.

Eu concordo que o principal risco para a agricultura brasileira sempre foi o problema do tempo e dos preços. Os preços oscilam selvagemente. Você plantou, fez tudo direitinho, mas, na hora em que você tirou, é um colapso total, você não conseguiu colher. Então, existem formas de lidar com isso, como o seguro agrícola, tudo isso. O crédito subsidiado era uma das formas iniciais.

É evidente que a gente tem que estar atento. Essa mesma preocupação que a senhora tem nós temos. Se for para dar subsídios para três ou quatro grandes *traders* globais que pegam dinheiro barato para fazer isso, enquanto milhões de produtores independentes estão sem crédito, nós também não queremos.

Da mesma forma que a previdência tem de ser generosa justamente com os mais frágeis, o crédito também. O crédito não é para ir para quatro ou cinco... Tudo no Brasil são quatro ou cinco. São quatro ou cinco construtoras, quatro ou cinco grandes bancos, quatro ou cinco grandes *traders.* Esse tem sido um problema do Brasil. Eu entendo até que boa parte das bandeiras de Governos passados...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Fora do microfone*.) – Todas a ferrovias...

O SR. PAULO GUEDES – Sim! Boa parte das bandeiras de Governos passados foi de bandeiras generosas: fraternidade, transparência, orçamento participativo. Agora, quando entrou isso numa máquina de poder central lá em cima, perderam-se na máquina. Todo poder corrompe. O poder absoluto corrompe absolutamente. A essência, o segredo de um sistema democrático forte é a limitação e a descentralização do poder. Nós estamos fazendo o contrário; nós estamos dando poderes enormes centralizados.

Às vezes, é um cara simpático, que quer fazer só um estádio de futebol para o time dele, quer só ajudar duas ou três Repúblicas que ele acha importantes, que são amigas, ou quer ajudar só dois ou três empresários porque ele acha que são bons, mas essa é uma arbitrariedade de qualquer forma. É uma arbitrariedade! E, às vezes, está na mão do amigo, mas, às vezes, a máquina de moer vai para a mão do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

inimigo; aí é terrível a vida. Então, a maior defesa que uma democracia tem é limitar e desconcentrar o poder. Então, toda a defesa da Federação, da economia de mercado, da redução dos subsídios é para evitar justamente a desoneração para quem tem mais *lobby,* é mais forte, o crédito concentrado para quem é mais forte.

Sei que nós, como brasileiros, estamos juntos, acima dessas coisas. Se a gente pensar e conversar sobre isso, nós vamos estar do mesmo lado. Agora, botou a camisa do time, acabou; começa o tiroteio. Então, nós temos de ter tranquilidade de conversar sobre essas coisas sem a camisa e de ver como a gente melhora.

Então, do ponto de vista de subsídios, de seguros, não houve ainda nenhum movimento ainda explícito nessa direção. Tem de haver... Nós queremos evitar a concentração. Já estamos atentos para o negócio do seguro agrícola, que é muito importante, que é uma ferramenta importante. Tudo que a gente tem de decidir... Outro dia, tomamos uma decisão desse tipo. Haveria a importação de leite em pó, e foi dito que isso desorganizava, que, trazendo leite em pó, iria desorganizar milhões de pequenos produtores. A Ministra da Agricultura veio correndo conversar comigo, e eu, na mesma hora, falei: "Não, não pode! Segura, então! Não deixa! Bote aí um negócio qualquer para compensar, enquanto a gente entende o negócio". Aí, depois, vieram produtores menores dizerem: "Não, ao contrário, você tem de deixar entrar o produtor de leite em pó para esses caras pagarem mais para nós, porque hoje são dois ou três no Brasil que fazem isso, e eles exploram o pequeno produtor, porque só eles compram e, então, pagam menos". Então, essas coisas são complexas. A gente quer evitar a concentração. A gente não quer, de forma alguma, desproteger o setor produtivo brasileiro.

A vocação natural do Brasil é a agroindústria. O Brasil tem essa vocação natural. Isso é motivo de força. É a maior frente parlamentar que há aqui, é uma frente grande. Então, essa representação popular tem de ser ouvida. Eu não acho que... A princípio, não há nada assim: "Ah, eles querem tirar o subsídio da agricultura!". Não. Qualquer economista responsável está contra o subsídio. O subsídio é que tem que se explicar.

Em princípio, isso é contra todos, mas se fala: "Não, este aqui é um setor desprotegido e precisa disso. São milhares de pequenos produtores". Aí você fala: "Então, pode". Mas, em princípio, é não, porque você sabe que normalmente é *lobby*, normalmente é quem tem mais poder, quem tem mais cacife. Então, é só isso. Mas nunca houve nenhuma declaração explícita minha contra um subsídio específico.

Em segundo lugar, os impostos... Em segundo lugar, as desonerações são 4% do PIB no Brasil, são 2% em outros lugares. É exatamente o que a gente conversava. Eu quero pegar o assunto, que é justamente isso. Como houve essa escalada de desonerações? Na hora em que a crise econômica começou a se abater, o Governo acuado, em desespero, começou a sentir a pressão, e a pressão maior é do ABC Paulista mesmo, onde estava a indústria automobilística, onde estava a base política, onde está

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a autopeça. A turma começa a bater ali, há uma pressão política forte. Você desonera um, desonera dois, desonera três, vai desonerando, desonerando! Aí, extraordinariamente, a desoneração foi lá para cima. Como eu olho para isso? Se os impostos fossem mais baixos e se todos pagassem, você não precisaria desonerar tanto – foi o que eu falei antes. Agora, como o imposto é muito alto, quem tem o poder político vem a Brasília, pressiona e é desonerado. Aí vai para 4% do PIB. Quem não tem poder político quebra. Se for pequenininho, quebra; se for grande, contrata um grande escritório de advocacia e fica anos devendo R$100 milhões, R$150 milhões, R$200 milhões, paga R$5 milhões, R$10 milhões, R$15 milhões para o escritório de advocacia e fica enrolando. Então, há um contencioso de R$1 trilhão de um lado e desonerações de R$300 bilhões do outro lado. Nós temos que nos debruçar sobre isso.

Quanto aos impostos sobre lucros e dividendos, eu não sei se são referentes ao setor agrícola ou se são impostos sobre dividendos...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PAULO GUEDES – ... na economia como um todo. Na economia como um todo, o raciocínio é o seguinte. Está havendo no mundo inteiro uma noção de que as empresas são mecanismos, são entes que fazem a acumulação de recursos, investimentos, isso tudo, e representam justamente uma acumulação de capital, que é o que aumenta a produtividade. Vejam: se um trabalhador está dentro de uma fábrica e ganha seis ou sete salários mínimos, o número que for, e se ele sai de lá e vai trabalhar no mercado informal, se ele não tem capital, tecnologia, nada do lado dele, o salário dele é bem mais baixo. Então, o setor informal brasileiro é praticamente um setor de sobrevivência.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO GUEDES – O pessoal não consegue emprego. É praticamente de sobrevivência.

Eu acho que estourei o meu tempo, não é? Já tocou esse troço.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE. *Fora do microfone*.) – Não, falta um minuto. É que é automático.

O SR. PAULO GUEDES – Então, é um setor de sobrevivência.

O que a gente quer fazer, na verdade? Se o mundo todo começa a reduzir impostos sobre empresas... Como você pode reduzir impostos sobre empresas sem piorar a distribuição de renda? Você fala o seguinte: "Tudo bem, o imposto era de 35% e está em 34% hoje. Está bom!" Então, no mundo todo... Nos Estados Unidos, o Trump agora baixou os impostos para 20%. Então, um brasileiro que já tem algum recurso fala: "Eu vou ficar aqui no Brasil, nesta selva financeira, com imposto, com muita coisa, ou eu vou para Orlando?". Muitos brasileiros têm vinha na Itália, têm time de futebol em Orlando. Os caras estão indo embora! Você fala o seguinte: "O brasileiro pode abrir uma empresa nos Estados Unidos a 20% de imposto e aqui a 34%. Vamos fazer o seguinte? Quem sabe a gente baixa a nossa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

também pelo menos para 20% ou menos um pouco?". Agora, pega o imposto sobre dividendos e sobe. Isso é normal. Está dentro da empresa? Está bom, está criando emprego, está aumentando a produtividade do trabalho, milhares de pessoas estão se beneficiando, está investindo. Se saiu da empresa, para quem tem dinheiro, e pagou o dividendo: "Opa, venha cá e pague aqueles 20%. Eram 34%, e eu reduzi o de empresa para 20%. Então, vão ser 15%. Hoje, sobre dividendos, é menos." Ou, então, diz: "Baixei para 15%. Então, vai para 20% o dividendo".

Você tem que fazer uma compensação para quem tem dinheiro, é mais rico e recebe o dividendo não sair na vantagem. Hoje ele paga menos, porque o pretexto é este: "Bom, já que a empresa paga, eu não pago nada". A gente está dizendo o seguinte: "Então, vamos baixar o da empresa porque lá há geração de emprego, investimento, tudo isso, mas vamos aumentar o do dividendo". É isso que está sendo estudado quanto à sua pergunta.

O Senador Sandro Vieira...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Alessandro!

O SR. PAULO GUEDES – O Senador Alessandro Vieira perguntou de onde vem o dinheiro. Nós vamos travar o Governo Federal, nós estamos segurando os gastos do Governo Federal e queremos descentralizar. E R$4 bilhões não é um número grande. Você sabe disso? Há Ministério com verba de R$100 bilhões. O Ministro é 20 vezes mais importante que os Estados todos somados. Vocês acham que isso é razoável? Eu não acho isso razoável. Eu acho que esse dinheiro na mão de um Governador ia ter melhor uso do que na mão de um Ministro, sinceramente. Eu vejo que os Ministros... Não estou falando do Governo atual ou de outro, estou falando em geral. Há Ministro que nunca administrou uma banca de jornal, e o cara, de repente, está administrando um orçamento de R$1,5 trilhão. E, às vezes, acontecem tragédias financeiras; nós assistimos a algumas. Agora, um Prefeito passou no teste, geriu uma cidade, depois foi Deputado, depois foi Governador de Estado e, de repente, chegou aqui e volta para ser Governador. Então, é um cara que já foi na ponta de execução, que já tem outra visão sobre o uso do recurso.

Então, não é raro haver pessoas que já tiveram experiências executivas falarem o seguinte: "Olha, eu prefiro dinheiro na mão dos Governadores e dos Prefeitos que na mão de um Ministro desses aí, atirando para qualquer lado". Inclusive, há contaminação política: se você está do lado do Governo, aquele Ministro vai lhe dar o dinheiro, mas, se você é da oposição, não vai dinheiro para você. Que culpa tem o povo daquele Estado que votou diferentemente? Agora não vai receber dinheiro porque há um jogo político lá em cima maior? Está errado esse troço. Nesse sentido, eu falo que o pacto federativo não é só descentralizar, é realmente assumir os orçamentos públicos.

Então, de onde vem esse dinheiro? Hoje, nós sabemos que vem de nosso próprio sacrifício. Não é grande, nós vamos fazer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A partir do ano que vem, a gente acha que, com o desentupimento do mercado de petróleo, o petróleo vai sair do chão. Nós vamos fazer também uma desregulamentação em gás, e o gás vai sair do chão também. Vai haver dinheiro, sim, e esse dinheiro vai irrigar. Os Estados e os Municípios vão receber muito mais do que estão sonhando, muito mais do que estão sonhando! Isso vai ser fruto justamente do pré-sal, que é nosso. O Governo passado geriu um pedaço, agora nós estamos entrando, depois vem outro Governo. É um recurso nosso e vai sair do chão.

A outra observação foi sobre OMC *versus* OCDE. Não é leve, não é rápido, é um negócio tenso. Não foi fácil a conversa, mas foi muito amistosa. Estamos juntos na dimensão geopolítica, somos parte do hemisfério ocidental. O Brasil não quer... "A China pode comprar nossos produtos, mas não vai comprar o Brasil. Nós estamos mais próximos dos americanos do que da China." Há toda essa conversa de aproximação geopolítica, mas, na verdade, do ponto de vista econômico, nós somos cautelosos. Eu mesmo, conversando com eles lá, falei: "Olha, o Presidente gosta muito de vocês americanos, eu gosto também, acho todo mundo muito simpático, mas é o seguinte, se houver um chinês querendo comprar a nossa soja, eu vou fazer negócio com o chinês. Vocês estão dançando de rosto colado com os chineses há 20 anos e agora vão querer que a gente... Brigaram com a namorada. E nós vamos brigar porque vocês brigaram com a namorada? Não, esperem aí! Vamos conversar isso com calma". O Brasil tem uma posição de soberania. Não existe isso.

A sinalização que ficou clara é a seguinte: nós queremos ir para a OECD, isso é bom para nós. Nós entramos na primeira divisão. Eles responderam, dizendo o seguinte: "Então, vocês saiam da segunda divisão; quem entra na primeira sai da segunda e abre mão disso, daquilo e daquilo outro". Isso é um processo, sair de listas preferenciais de uma coisa ou de outra. Nós vamos fazer a conta. É bom? Tem resultado benéfico para nós? O custo-benefício para nós é positivo? É, podemos dar o passo. São passos longos, isso não é rápido, não. Com muita boa vontade, é um ano, um ano e meio. Sem boa vontade, três anos ou quatro anos. Entendeu? Vai haver prudência.

A outra observação final sua foi justamente a da calibragem da reforma da previdência, esse um trilhão, de por que um trilhão ou não? Eu falei isso um pouco antes, vou voltar no assunto. Eu talvez já possa até entrar com o Senador Paim, que é o tamanho dessa reforma. Uma coisa é o quantitativo, outra coisa é o quantitativo. Qualitativo é a discussão da capitalização ou não.

Veja, quando houve a Funpresp, já foi um reconhecimento do seguinte: nós precisamos levar alguma coisa para o futuro. E eu realmente faço uma evocação aos Srs. Senadores com o seguinte aspecto: a reforma que está lá diz o seguinte: vamos reformar essa que está aí porque ela está ficando inviável. E, nesse aspecto, vamos supor que o Congresso falasse assim: "Tira o benefício de prestação continuada porque nós não queremos atingir os idosos". Foi colocado lá com a melhor das intenções. Foi colocado assim: em vez de esperar ele fazer 65, quando ele fizer 60, você já dá alguma coisa. Eu também achei, quando falou assim... Bem, mas aí, lá na frente, 70? Bota 62, então, antecipa com 62 ou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

68. Mas para essas coisas há um time inteiro lá dando palpite e sugerindo: "Ah, mas se a gente botar muito próximo, você está estimulando o sujeito...". Porque nós estamos pensando no mendigo, no pobre, no cara que não conseguiu contribuir, mas quem já está há muito tempo nisso, fazendo isso, também sabe que há uma indústria de gente que não recolhe porque sabe que vai... Como eu disse, há mais gente registrada recebendo benefício rural do que a população rural. Isso é um absurdo! Se há seis milhões de pessoas no campo, como pode haver nove milhões de aposentados do campo? Então, há coisas que eles botam lá muito mais para forçar, uma vez por ano, que a pessoa, nem que seja com R$20 ou R$30, a contribuir, porque aí você sabe que o cara está vivo, é verdade, ele está no campo mesmo, ele está lá. Então, há coisas que foram colocadas com esse espírito, mas, se o Congresso falar assim: "Isso não é importante. Nós achamos que há muito mais gente pobre do que o fraude" e votar diferentemente, tudo bem.

O único alerta que eu dou é que, se vier menos de um trilhão, fica muito difícil ir para a capitalização. E aí, você fica condenado ao regime de repartição, em que, por mais fraterna e solidária que seja essa percepção que a gente tem de uma conquista da democracia brasileira, na verdade, o dinheiro acaba; ele não tem capacidade de sustentação. Embora a gente ache que os salários são muito baixos no regime de capitalização, não, nada impede... Vou dar como exemplo o negócio mais simples do mundo. Suponham o seguinte: vamos aprovar essa reforma que está aí, mas nós não queremos ainda porque nós não estamos aprovando, nós estamos dizendo que vamos fazer ali na frente um regime de capitalização. Então, você pode aprovar e falar assim: "Está aqui, olha, vou aprovar isso aqui e naquilo ali vou ficar de olho. Na hora em que sair a capitalização, eu vou exigir um sistema", que eles chamam de – não é nominal, é nocional – , "eu vou botar o nocional". O nocional é o seguinte: é capitalização, mas eu não quero que algum trabalhador receba menos do que "x". Acabou! É um sistema de capitalização, o cara vai juntando, ele aprende desde jovenzinho... Porque isso é importante, um menino de 16 ou de 17 anos vem de uma periferia, não tem capacidade de defesa nenhuma, não tem educação financeira, não tem nada.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO GUEDES – Ele recebe uma carteirinha verde e amarela – dele, com o nome dele. Ele pode mudar de um lugar para o outro e vai capitalizando.

Chegou lá na frente...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu só ia dizer: vamos fazer um Funpresp para todo mundo, pronto!

O SR. PAULO GUEDES – Você bota um nocional... O nocional é o seguinte: você vai capitalizando; na hora de aposentar, quanto você juntou? Tem direito a quanto? A tanto. O.k., está aqui o Imposto de Renda negativo em direção à renda universal que eu quero. Eu quero que o salário, a renda de cidadania

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

brasileira seja de R$1 mil, o salário mínimo. Quanto você acumulou? Deu quanto? Deu 850. O.k., você tem 150 de Imposto de Renda negativo. Acabou!

Você tem esse recurso. O problema do sistema atual é que você fica prometendo e não leva nada. Então, o buraco só vai aumentando. Por mais que a gente critique o Chile, a verdade é que, se o Chile aumentar 2% dos seus impostos, ele paga três vezes a aposentadoria que você quiser. Sabe quanto cresceu o Chile com esse sistema de acumulação? Cresceu 5,5% por 30 anos seguidos. Com oito presidentes de esquerda, nenhum teve coragem de mexer no sistema.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É que a hora de pagar foi depois dos 30, como vai acontecer conosco.

O SR. PAULO GUEDES – Mas, olha só, nenhum presidente teve coragem de mexer no sistema.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O dinheiro só estava entrando. Eu não sou mestre em economia, mas, nesse período de 30 anos, o dinheiro entra; depois dos 30 tem que começar a pagar. Aí, quebrou!

O SR. PAULO GUEDES – Mas, sabe o que aconteceu? O nosso já quebrou antes de o dinheiro entrar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Há controvérsia, a CPI disse o contrário. Vamos fazer um debate com tempo, não é hoje. Aqui não dá.

O SR. PAULO GUEDES – Agora, só vou propor a coisa do debate.

Houve uma eleição e um lado ganhou. Se ele for debater tudo que for fazer, é como se estivesse... Nós vamos debater 50 anos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mas tem que debater com o Congresso.

O SR. PAULO GUEDES – Sim, com o Congresso, sim. Com o Congresso, sim. Aliás, a sua sugestão já foi adotada. Haverá uma equipe nossa, que é muito mais qualificada do que eu, porque está fazendo isso há 30 anos...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem!

O SR. PAULO GUEDES – Há 30 anos eles estão fazendo isso. Eles estarão acampados no Congresso...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sinto-me contemplado, Ministro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO GUEDES – ... à disposição dos senhores, porque são especialistas nisso. Vão estar lá.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Próxima segunda-feira, 9h da manhã, primeiro debate.

O SR. PAULO GUEDES – Isso, isso. A única coisa que eu gostaria seria justamente fazer o seguinte: você pegar agora a minha equipe e chamar quatro economistas do ABC Paulista, mais seis de não sei o quê...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não, não, Ministro...

O SR. PAULO GUEDES – ... e dizer: "Agora vamos debater".

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ministro, eu tenho palavra! Eu tenho palavra: dois a favor e dois contra, ou quatro a favor e quatro contra. É o debate no mundo das ideias.

O SR. PAULO GUEDES – Não, eu acho que é um pouco diferente o que eu visualizo. Eu visualizo o seguinte: dúvidas que os senhores tenham sobre o sistema e críticas sobre o sistema. Podem trazer dezoito, não precisam ser dois ou quatro, não; tragam dezoito. Mas é o seguinte: "A minha dúvida é essa, eu acho isso, eu acho aquilo...". E aí eles vão respondendo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Aí, no debate vamos tirando as dúvidas.

O SR. PAULO GUEDES – Isso, vão tirando as dúvidas.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A democracia é com o debate.

O SR. PAULO GUEDES – Perfeitamente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Fizemos um acordo.

O SR. PAULO GUEDES – Só vou dizer o seguinte: durante o Governo – agora é uma brincadeira, é uma brincadeira – durante o seu Governo, eu não fui chamado para nenhum debate. Eu não debati nada, ninguém me chamou para debate nenhum aqui.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Está bem, está bem.

O SR. PAULO GUEDES – Sabe por quê? Eu era liberal, e é um perigo isso, é perigosíssimo. Pode pegar, pode contaminar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu nunca tive medo de liberal. Seja bem-vindo, Ministro.

O SR. PAULO GUEDES – Eu sei, eu respeito sua posição.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ministro, eu vou passar para o próximo Senador, mas tenho que admitir uma coisa aqui – e eu acho que todos nós vamos admitir: o Ministro defende, ele não se furta de falar e discutir, ele não é monossilábico nas palavras, ele não chega aqui e mede o que vai falar, diferente de outros ministros que nós já recebemos aqui nessa área.

O SR. PAULO GUEDES – Você sabe uma coisa que eu queria dizer?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, é o seguinte: ele defende aquilo que ele entende que é correto, e isso a gente tem que respeitar, a posição dele.

Senador Flávio Bolsonaro.

O SR. PAULO GUEDES – Sabe um negócio que eu acho lindo da democracia brasileira? Por que o PSOL nasceu? Porque o PT fechou questão na reforma previdenciária. Olha, que coisa linda da democracia brasileira! Não é bonito isso?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Funpresp para todo mundo...

O SR. PAULO GUEDES – Mas não foi bonito isso?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E é tão bom que eu quero para todo mundo.

O SR. PAULO GUEDES – O PT falou o seguinte: "Nós vamos fazer uma reforma".

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Funpresp.

O SR. PAULO GUEDES – O primeiro Presidente que aposentou alguém sem aposentadoria integral? Lula. A primeira Presidente que mexeu na aposentadoria das mulheres? Dilma. O primeiro fundo de capitalização brasileiro? Dilma. Olha que coisa linda a democracia brasileira! E ninguém disse que o sistema de capitalização é horrível, que aposentar com R$400 é um horror, ninguém disse isso, entendeu? Então, essa é a beleza da democracia.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É bom lembrar que no Funpresp o teto é 5,9 mil.

O SR. PAULO GUEDES – E olha que coisa mais bonita ainda: a renda básica, do Senador Suplicy...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Flávio Bolsonaro.

O SR. PAULO GUEDES – ... é o *voucher* do Milton Friedman. Olha que coisa linda!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Comece a falar, Senador, por favor. (*Risos.*)

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - RJ. Para interpelar Ministro.) – Posso passar o meu tempo para o Ministro? (*Risos.*)

Presidente, obrigado pela oportunidade.

Ministro Paulo Guedes, obrigado por mais uma vez estar nesta Casa prestigiando o Parlamento. Cumprimentando V. Exa., cumprimento também toda a sua equipe que está aqui presente, numa clara demonstração de respeito ao Congresso Nacional, vindo debater, sem a preocupação de discutir ponto a ponto.

O senhor tem razão: a eleição já passou. Esta Casa não precisa ter um terceiro turno, ainda mais numa pauta que eu tenho a certeza de que no final nos une. Se há um consenso que essa eleição mostrou, a dissociação, a separação do Congresso Nacional com a vontade da sociedade, com os anseios, com a direção que a sociedade estava buscando, essa pauta, Ministro, é a oportunidade que nós temos de nos unir e de nos reconectarmos com as ruas, porque não tem jeito, a gente pode discutir aqui detalhes... Vamos discutir a questão dos militares? Vamos discutir. Vai haver o debate aqui. Olha, os caras estão há 20 anos sendo massacrados, massacrados, massacrados, tanto é que, no final de carreira, depois de 50 anos de Exército, ele está ganhando igual a um início de carreira no Ministério Público, no Judiciário. É uma discussão... A da MP 2215 está congelada desde 2000 – Governo Fernando Henrique ainda. Por que aqui não se pode de repente trazê-la para a pauta? A gente tira o projeto aqui, "vamos apresentar aqui, vamos discutir os direitos dos militares". É tanto privilégio que não tem nenhum filho de Senador, de Ministro, de Desembargador querendo ser militar. Ou tem algum filho, algum pai, alguma mãe aqui que quer que o seu filho pegue um fuzil e vá subir o morro para trocar tiro com bandido no Rio de Janeiro? Não quer. Que privilégio é esse? Eu acho que até nesse aspecto o raciocínio é parecido com o tratamento que tem que ser dado às camadas mais pobres, àqueles hipossuficientes.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - RJ) – O Estado está aí para isso.

Então, acho que, no fim das contas, essa pauta vai nos unir, porque não é preciso ser um grande especialista em economia para entender que esse momento é o seguinte: não é um bolo que a gente vai

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fatiar e que para dar para quem ganha menos tem que tirar de quem ganha mais; essa é a oportunidade que nós temos de o bolo crescer e ser distribuído para todo mundo. Talvez o problema não seja tanto a desigualdade, a distância social; é, sim, tirar da linha de miséria aqueles que não tiveram condições ou que – pior – porventura tenham sido estimulados a permanecer nessa linha de miséria, estão acomodados.

Então, o projeto que foi vitorioso nessa eleição é aquele que defende o Bolsa Família, sim, mas que vai se orgulhar de tirar as pessoas do Bolsa Família porque elas conseguiram caminhar com as próprias pernas, deixaram de depender do Estado. E essa é a melhor forma de você tratar os pobres, ou não é? Você dar uma oportunidade para ele caminhar sozinho com as próprias pernas, ter oportunidade de trabalho. E como é que isso vai acontecer? Eu vou chegar à pergunta ao Prof. Paulo Guedes. Não há outra forma. Os grandes investidores estavam esperando o resultado das eleições para começarem a resgatar a confiança de aplicar aqui no nosso País. A eleição passou. Agora estão todos aguardando a aprovação da reforma da previdência para investir bilhões e bilhões de dólares aqui. E é isso que vai gerar emprego, é isso que vai fazer a máquina girar, é isso que vai dar aporte para a gente mexer em infraestrutura para escoar a produção do agronegócio.

Está cheio de americano, chinês, vários fundos bilionários aguardando esta Casa, este Congresso dar esse passo importante. Se a gente retalhar essa reforma, essa nova previdência, como até alguns já estão falando, num tom até de radicalismo... A gente não pode radicalizar neste momento. A consequência será a aprovação de um texto que não vai surtir efeito, para que, daqui a três, quatro anos, a gente esteja de novo discutindo esse tema aqui, porque é uma necessidade.

Eu próprio já fui contra reforma da previdência. Olhe o cenário hoje. Não é porque o Presidente é Jair Bolsonaro. É óbvio que não é. Ele próprio já falou que sempre foi antipático a essa matéria. É uma matéria amarga de se tratar, mas, como bem colocou o Prof. Paulo Guedes em outras ocasiões, é um avião que está caindo. A gente pode escolher: ou cai agora no colo do Presidente Bolsonaro ou cai no colo do próximo Presidente, num prazo curto, num espaço curto de tempo.

Então, Presidente, a pergunta que eu quero deixar ao Ministro é a seguinte. Não adianta a gente obviamente ficar aqui retalhando, rachando, porque está trabalhando contra o Governo Bolsonaro. Quem for contra, no todo, à concepção de que é preciso reavaliar esse tema está sendo contra seus filhos e netos. Isso é uma realidade. Não é contra o Governo do Bolsonaro; está sendo contra o Brasil, porque, se os Estados, que já estão com dificuldade, os Municípios, que já estão com dificuldade, não virem o efeito prático desse projeto rápido e começarem a não pagar os servidores ativos, quem dirá os inativos, quem dirá as pensionistas. A gente já viu esse filme acontecer na Grécia. Alguém quer que o Brasil passe por uma Grécia; a gente discutindo aqui, daqui a um ano, dois, a não demissão de servidores públicos em troca de receberem 50% do salário, 30% do salário, para terem o que comer? Essa é a realidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a pergunta que eu faço, Ministro Paulo Guedes, é para que V. Exa. explicasse, até porque há muitas pessoas nos assistindo, não só para os Senadores, mas para... Eu acho que esse é o debate, a narrativa que tem que ser... E nisso eu concordo com o que foi dito aqui: a gente tem que explicar melhor, fazer chegar ao conhecimento a importância de se aprovar essa matéria. Que o senhor pudesse explanar rapidamente qual a razão de esses grandes investidores estarem aguardando tanto a reforma da previdência para começar a investir no Brasil, porque, se não passar, não vão investir. Então, o que é que eles esperam? Qual a consequência da aprovação dessa nova previdência e o impacto disso numa recuperação da nossa economia e na retomada da geração de vagas de emprego?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador Flávio Bolsonaro.

Com a palavra o Senador Luiz do Carmo.

Depois, a Senadora Rose de Freitas.

O SR. LUIZ DO CARMO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO. Para interpelar Ministro.) – Boa noite, Presidente; boa noite, Ministro.

Quero fazer umas perguntas simples aqui, Ministro. O Flávio fala aqui do Senado, de todo este Senado aqui... O Senado tem boa vontade com essa proposta, só que ela tem que chegar aqui para nós começarmos a votar. E a mudança vai ser pouca, não vai ser muita, não. Aqui há vontade. Está faltando o Governo articular para chegar aqui. E, quanto mais rápido chegar, melhor.

A pergunta que eu quero fazer para o senhor é sobre desemprego. Eu acho que nós não podemos ficar esperando resolver a previdência para ajudar quem está desempregado. Tem muita gente desempregada aí que não quer nem saber de reforma de previdência, quer o emprego dele. Eu dei uma sugestão... Tentei falar com o Ministro, mas eu não sei por que o senhor não pôde me atender. Eu não consegui, não sei, com o Líder... Eu tentei falar com o senhor. Eu queria dar uma sugestão para o senhor. Eu queria só dar uma sugestão para o senhor: é sobre o que nós temos que fazer para a economia do Brasil, independente disso, para a gente começar a movimentar. Na construção civil, começar a gerar emprego na construção civil, construir casa.

No ano passado, no final do Governo, houve 13, 14 mil casas que ele fez, do Minha Casa, Minha Vida. E eu fui atrás do orçamento. Tudo legalizado, feita a licitação. Em Goiás, no meu Estado, em Goiânia, há 1,5 mil casas. Cheguei lá, falei com o Ministro, ele disse: "Olha, não tem orçamento, não deixaram orçamento". "Sr. Ministro, mas como não deixaram orçamento? Está aqui a licitação, está tudo". O.k., ele não deixou, mas e os empenhos que vão ser cancelados, milhões? Como é que eu vou fazer isso? Então é falta de vontade. Aí o que ele me falou? Que depende do Ministro Guedes.

Então o senhor, infelizmente ou felizmente, é o segundo homem do Brasil.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIZ DO CARMO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO) – Está abaixo só do Presidente. Quando o senhor fala nos outros ministros e tal, tudo depende do senhor. Fui a outra ministra agora mesmo – não vou dizer o nome – que disse: "Fala com o Guedes". Tudo depende do senhor. Fui a três, já falei. E é verdade, Ministro. É verdade, o senhor está com caixa, e nós temos de distribuir. O senhor vai distribuir. Mas tudo bem, não é isso aqui.

Então, a construção civil, eu acho que é o jeito de nós deslancharmos a economia do Brasil.

Eu fui bancário, Sr. Ministro, há muito tempo. Graças a Deus, não quero nem aposentar, eu quero arrumar uns barracõezinhos e alugar, para não depender de previdência, vou fazer isso. No meu tempo, os bancos mandavam, e continuam mandando. Eu era bancário, e os bancos... Mas havia um detalhe: o dinheiro do povo, que é o dinheiro nosso, depositava-se no banco, era o compulsório: 70% ficavam no Governo Federal, e 25% para os bancos. O Governo movimentava esse dinheiro. Hoje é o contrário: o banco fica com 75 e o Governo com 25, e olha que o dinheiro é do povo. Então, os bancos estão negociando com o dinheiro do povo, e o senhor deve saber disso, porque o senhor sabe. No meu tempo, isso há 20 anos, o banco estava emprestando o próprio dinheiro meu para o povo aqui.

Outra coisa, Ministro: a previdência do setor privado está resolvida. Isso é coisa de dois anos, três anos, quatro anos mais. O setor público está com problema, não é o privado. É cinco mil e acabou. Então está resolvido esse problema. Nós temos que ver é quem está ganhando esse dinheiro, certo? Eu quero deixar a pergunta para o senhor.

Outra coisa: quando... Eu queria saber do senhor se o senhor vai liberar esse orçamento do Minha Casa, Minha Vida, que no Rio de Janeiro tem duas mil e poucas casas no Alemão para fazer.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - RJ. *Fora do microfone*.) – Na Rocinha...

O SR. LUIZ DO CARMO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO) – Na Rocinha. Lá na cidade do Davi são mais 500 casas. Se o senhor liberar – esse orçamento eu acho que está em torno de 1 bilhão ou 800 milhões –, começa a girar a economia já nesses Estados deficitários.

Então, o que eu queria era que o senhor ajudasse o Brasil a sair da crise, antes da previdência.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador Luiz do Carmo.

A Senadora Rose de Freitas, do Espírito Santo.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES. Para interpelar Ministro.) – Obrigada, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de mais nada, quero dizer, Ministro Paulo Guedes, que, apesar de tudo, já conheci um pouco V. Exa. aqui hoje. V. Exa. responde com a veemência de quem acredita em tudo que está fazendo, e isso é importante.

Quanto a ser acessível, V. Exa. não é. Muitas vezes o nosso entorno nos dificulta – está ouvindo, eles estão ouvindo, eles sabem do que eu estou falando. Quando V. Exa. lançou o projeto na Casa, nós queríamos tão somente fazer reuniões. Não era possível fazer esse debate todo. Está vendo como funciona. De vez em quando, a gente ouve sermão de Senador, dizendo que nós temos que prestar atenção no que está acontecendo. Eu estou no oitavo mandato. Todo mundo aqui – olhe bem, olhando para o Paim, olhando para a Kátia, até o próprio Rogério, que aqui estava –, todos nesta Casa, o Dário, que está à sua frente, vou falar pelo Cid, Weverton, todos querem encontrar um caminho. Portanto, aqui ninguém precisa levar lavagem de ninguém. Não estou falando do senhor, não. Estou falando de outros que querem apregoar a verdade.

Então, eu estou diante de V. Exa. com a preocupação de que a gente possa construir esse caminho. Tudo que o Paim falou, o histórico do Paim, com a ideologia ou não, ele não confunde as coisas na hora de tratar do Brasil. Portanto, tem o meu respeito eterno, porque já foi... Toda vez que eu quero relatar projeto social que cabe a mim como autora, eu peço: "Dê para o Paim". Ele não vai por nenhuma tendência ideológica. Então, aqui o senhor saiba que o senhor está sendo abrigado com aqueles que acreditam no País. Portanto, eu acredito.

O senhor é meio esquentado, não é? E eu gosto até que seja, porque água morna para mim não funciona. Não tem... Está aqui, todos me conhecem nessa mesa aí, sabem que eu defendo o que eu acredito. Estou com algumas dúvidas.

Primeiro, nessas mudanças na concessão aí da aposentadoria do regime geral da Previdência, RGPS, estão custando hoje R$7 bilhões. Com a mudança vai viabilizar uma economia de 700 bi em dez anos? Eu não entendi. Desculpa, eu não sou economista. Eu exercito o mandato com tudo o que aprendo e com o *feeling* social e político que a gente tem.

Outra coisa, e ouço muito isso, e ouço há décadas: que se não houver reforma o Estado vai parar. Como fica o excesso do gasto público, que nós temos em várias áreas e em que até hoje não se tocou? Eu preferia estar aqui... A reforma nós vamos ter tempo para debater, vamos debater, tenha certeza de que vão ser abrigados os melhores sentimentos e propostas da reforma nesta Casa. Aqui não adianta ninguém ensinar nada a ninguém. Imagina! Se o Cid chegou aqui precisando aprender, se a Kátia, o Confúcio, que está aqui... Não adianta.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – O Flávio Arns.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – O Arns, coitadinho, está tão velhinho aqui do meu lado... (*Risos.*)

O Veín aqui o senhor sabe que é o Elmano Férrer, não é? Mas...

Então, eu tinha algumas... Eu queria saber das medidas que estão sendo feitas para a eficiência da máquina pública, porque há pouco tempo eu fui eleita generosamente pelos colegas como Presidente da Comissão de Orçamento, e havia quatro anos que o Brasil não tinha orçamento. Nós... Eu vi alguém pegar – um Presidente ou uma Presidenta, não vou dizer – na minha bochecha e dizer:

"Você não vai aprovar o orçamento". Com isso que o senhor está fazendo aqui, apesar de esquentado, V. Exa. vai conseguir, porque, quando eu entrei na Comissão de Orçamento, quatro anos sem orçamento, a Presidente não fazia questão, eu cheguei lá não para fazer milagre, mas procuramos fazer aquilo que tentamos fazer com V. Exa. dois meses atrás: estabelecer o diálogo que o Paim propõe; sentar à mesa, equacionar as ideias, levantar as propostas; ver quem cede, onde cede, para onde vai. Não foi possível.

O que aconteceu na Câmara... Desculpe-me só fazer... Eu não vou dar uma de Paulo Guedes aqui, não. Não vou para cá nem para lá, vou ser objetiva. O que aconteceu na Câmara não precisava ter acontecido. Não precisava. E V. Exa. poderia ter, na Câmara, minha impressão, porque, quando V. Exa. fizesse o que está fazendo aqui agora... O que o Moro fez hoje com oito horas de conversa, debate, esclarecimento? Conseguiu nos colocar junto, numa articulação em conjunto. Faça isso, Ministro. Pode deixar riscar fósforo no seu pé; não deixe queimar o seu pé, está certo?

Eu queria aqui, coloquialmente, o que não gosto muito de fazer, perguntar sobre enxugar o gasto da máquina pública, que é muito importante. Alguns anos atrás, eu estive na Infraero. Imagine, Eduardo... Na Infraero, Senador Eduardo, havia três mil engenheiros. O aeroporto do meu Estado foi construído com cinco. Eu perguntava sobre aquele negócio da demissão incentivada, o que aconteceu, e ninguém sabia dizer porque não aconteceu. Então, é preciso... Eu sei, entendo o que o Senador disse há pouco. O senhor virou um superministro. Eu não sei, no meu conhecimento, se está certo ou errado, porque passei por todos esses Governos. Cada um chegava e dizia: se não fizer isso quebra, se não fizer isso acaba. E no final, todo mundo chegava no meio de campo para conversar. É preciso fazer isso!

Eu tenho uma observação. Já que o senhor é o superministro – eu acho que o senhor não deveria ser, mas o senhor é... Fizeram um plano de privatização para o Brasil. Eu queria entender a lógica da privatização. Não sou contra, quero dizer, mas no meu Estado, Presidente Weverton, nós construímos um aeroporto que custou 564 milhões, colocando no osso assim; pode ter alguma coisa a mais – 544 mais 22 dá 566. Privatizaram o aeroporto, agora, e levaram de lambuja Macaé, por 437 milhões. Nosso aeroporto tem um ano e pouco. Foi construído agora. Novo! Não tem reparo! Não tem um vidro quebrado. Vão perder dinheiro? Por quê? Por quê?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, já que estamos falando do Brasil como um todo, há que se ter um olhar do seu lado, ter uma equipe competente, como todos que estão aqui – eu sou fã desse Ministro... Ele é Ministro ainda? Não, né? Não é mais. Mas não o rebaixaram. Você é o Ministro do Planejamento, ao lado do Ministro... É isso?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – É o Ministro Adjunto. É isso. Não fuja das responsabilidades.

O SR. PAULO GUEDES – Ele é o Ministro Adjunto.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Então, Ministro, eu precisava ter esclarecimento, porque a minha vontade é mover uma ação pública, porque há perdas significativas.

Em paralelo a isso, já tenho um elogio, porque fomos, agora, fazer o arrendamento lá do Porto de Vitória, das áreas, e tivemos 186 milhões de um terminal, quando na verdade ele custaria uns 120, por aí. Então, há perdas e ganhos. Mas perder? De jeito nenhum. Quando tiver ganhado, a gente elogia.

Já terminando, quero dizer assim: fico aqui com o pensamento... V. Exa talvez não saiba, mas eu pedi muita audiência a V. Exa. Muita audiência.

O SR. PAULO GUEDES (*Fora do microfone.*) – Eu não tenho essa informação aqui.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Pois é, mas o senhor não tem que ter; quem tem que ter são os seus assessores.

O SR. PAULO GUEDES – Cadê o responsável nosso?

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Não...

O SR. PAULO GUEDES – Está ali. Pode pegá-lo!

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Bora pegar? Eu o pego todo dia! Todo dia!

O SR. PAULO GUEDES – Pega e apela. (*Risos.*)

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – O que Ministro não precisa, com a sua feição, com o seu comportamento, com aquela capacidade de diálogo, o que Ministro não precisa...

O SR. PAULO GUEDES – Eu estou recebendo gente todo dia, lá. Todo dia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Ministro não tem que ser frango em descampado, que a gente tem que correr para pegar.

O SR. PAULO GUEDES – Não. Eu estou sempre...

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Não é isso! V. Exa. não é. Está mostrando aqui pelo comportamento.

O SR. PAULO GUEDES – Estou sempre disponível.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Então, concluindo...

O SR. PAULO GUEDES – Alguém pisou na bola.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Eu sei. Eu conheço todos aqui. Acessível como é, com a veemência que tem, porque sem sangue na veia não vai... Nós estamos aqui para debater, para ajudar, para construir. Se o senhor topar, está feito o trato.

O SR. PAULO GUEDES – Está topado.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Por favor, só quero explicações sobre as questões que eu elenquei aqui. Agradeço. Seja bem-vindo.

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA) – Muito bem, nós temos seis inscritos. Começou a Ordem do Dia, e eu gostaria aqui de sugerir aos próximos inscritos que a gente estipulasse um tempo de três minutos e, se vocês me autorizarem, eu vou...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA) – É, mas se vocês me autorizarem, eu vou ser chato no tempo. Se cumprirmos três, dá para todo mundo falar.

Claro que eu tenho juízo e não iria enquadrá-lo nesse tempo. (*Risos.*)

Senador Zequinha Marinho, três minutos.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA. *Fora do microfone*.) – O senhor quer responder logo, Ministro?

O SR. PAULO GUEDES – De novo: são três e eu respondo. Senão, acumula e eu não consigo.

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA) – Já há três aqui?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO GUEDES – Já há três. Primeiro foi o Senador Flávio, que perguntou... Essa ligação... Muita gente acha que a gente quer aprovar a reforma por causa do investidor estrangeiro. Não é assim. Na verdade, os investidores estrangeiros sabem que o País vai entrar numa crise financeira dramática se não aprovar a reforma. Então, eles gostariam de entrar e estão olhando. Se não se aprovar a reforma, eles sabem que o Governo vai começar a girar e entrar em dificuldade financeira, e aí ninguém quer investir no País.

Agora, eu sinceramente não tenho ido muito lá fora, porque eu também não quero atrair capital financeiro que não esteja comprometido com as transformações de longo prazo. Então, o que eu estou fazendo é o contrário. Nós estamos, a equipe toda está preparando reformas de redução de impostos, estamos preparando justamente controle de gastos, maior eficiência da máquina pública; tudo isso. E queremos que venha o dinheiro que na verdade fará infraestrutura e logística.

Tudo o que a Senadora Kátia falou do custo Brasil, para o setor da agroindústria, é muito bom, mas existe o problema do tempo e existe o problema da logística, que ela falou também, dos transportes, quer dizer, ferrovias, rodovias, hidrovias. Esse dinheiro quer entrar no Brasil. Há fundos de longo prazo canadenses, americanos, alemães, chineses, todo mundo querendo entrar para fazer a infraestrutura brasileira. Essa é a grande fronteira. Para nós, isso é extraordinário, porque é dinheiro de fôlego longo. Não é dinheiro que quer entrar, ganhar um dinheirinho e sair rápido; é dinheiro de dez anos, quinze anos, vinte anos. Todos os bancos multilaterais também estão querendo entrar no Brasil. Então, existe um clima muito favorável.

Eu tenho dito, em conversas internas do Governo... Vocês acham que eu estou fazendo a "venda" – entre aspas – aqui da previdência? A venda foi feita internamente também. Nós estamos conversando sobre isso há um ano, um ano e pouco, na campanha, e eu dizendo: "Olha, pessoal, tem que fazer essa reforma, porque sem isso não há estabilidade fiscal no País". Havendo essa estabilidade fiscal, é o que o Senador Flávio falou: vai chover dinheiro para investimento em infraestrutura, de longo prazo, além dos fundos de curto prazo. E isso significa que o Brasil vai realmente entrar numa fase de crescimento.

Eu tenho dito até o seguinte: eu acho que nós vamos entrar num ciclo longo de dez anos de crescimento. Nós podemos ter aí dez anos de crescimento econômico extraordinário, se nós... E não é só a reforma da previdência, porque... E aí a reforma da previdência tem duas dimensões, uma que parece que é o sacrifício e tal, mas eu insisto: está na mão do Congresso. Se o Congresso aprovar uma reforma pequena, ele estará dizendo: eu não quero ir para capitalização, eu quero ficar... Será uma reforma *à la* Temer. O Temer começou falando em 800, 700, no final estava 600, 500. Se fizerem uma reforma desidratada, bem desidratada, vocês simplesmente adiaram o problema e mantiveram seus filhos e netos nesse sistema. E, daqui a dez anos, seus filhos e netos estarão sentados aqui falando sobre o mesmo assunto. E o Brasil sem crescer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, se tivermos a ousadia de ir para um sistema de capitalização, conscientes de que, se ele não cumprir o desejado, nós temos o nocional, que é o seguinte: eu quero tanto... Se você juntou só isso aqui, o Estado dá o Imposto de Renda negativo e completa isso. Então, isso é simples fazer. Pelo menos você está se precavendo; você está prometendo, mas está levando alguma coisa para o futuro. Se não for o ideal, você paga a diferença; você tem cacife para pagar a diferença.

Foi o que aconteceu com o Chile. O Chile era mais pobre do que a Venezuela. A renda *per capita* do Chile é quase o dobro da do Brasil hoje. Então, não adianta dizer que não deu certo. É um papo furado esse. Não deu certo? Cresceu 6% ao ano, em 30 anos. Como é que não deu certo? Ficou mais rico que o Brasil. A renda *per capita* é muito maior.

Você quer fazer o sistema de repartição solidária e fraternidade?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Com todo respeito, Ministro, mas cresceu para quem?

O SR. PAULO GUEDES – Quer fazer a fraternidade para a eternidade? Coloca o imposto e dá o que você quiser, porque tem dinheiro lá. Lá tem. Sabe quantos são os impostos sobre o PIB, lá? Vinte por cento. Sabe quanto é aqui? Trinta e seis. Pega 16%, coloca igual é aqui, coloca mais 16%, você triplica, quadruplica, quintuplica o que você está dando de previdência.

A pergunta é a seguinte: você precisa... A fraternidade exige a eficiência. Você tem que ser eficiente para poder ser fraterno, senão você quebra! Aliás, o último Governo tinha um coração grande. O penúltimo. Tinha um coração grande. Quebrou tudo! Quebrou a Petrobras, quebrou a Caixa, quebrou tudo ao mesmo tempo, de tão generoso.

Então, uma coisa não dispensa a outra. Você quer ter o coração grande? Você tem que ser mais eficiente. Você tem o coração enorme? Seja muito mais eficiente. Entendeu? Essas coisas estão juntas. Nós não somos inimigos, nós estamos construindo um País melhor. Então, tem uma turma que na verdade fala: olha, espere aí, e os menores? E os mais fracos? E os que estão ficando para trás? Puxa o cobertor para cá. O.k. Agora, impulsiona, cresce, coloca para acumular capital, porque aí você consegue estender o cobertor.

É dessa dinâmica que vem a riqueza de uma democracia. Se houvesse só democrata nos Estados Unidos, estaria mal. Se houvesse só republicano, estaria mal. Se houvesse só o conservador na Inglaterra, estaria mal. Se houvesse só trabalho também, o *label-party*, estaria mal também, estaria quebrado também. Vocês estão vendo o que é ter um partido só: olhem a Venezuela. Então, é um equívoco. Nós estamos construindo um país juntos.

Essa potência fiscal... Eu digo que, com um trilhão, eu ouso ir em direção ao regime de capitalização, mas, se vocês falarem "não, o sacrifício é muito grande para mim e para os meus

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

contemporâneos, eu não vou tirar nem das mulheres, nem dos militares, nem dos civis, nem do rural", o.k. Vocês fizeram uma escolha preferencial pelos contemporâneos e condenaram filhos e netos a continuarem prisioneiros disso, crescendo pouco, em um sistema que não tem capacidade... Porque ele tem... Essa é uma conversa longa. Eu voltarei aqui para nós debatermos. Geneticamente, ele tem vários defeitos muito sérios, entendeu? Então, você pode ir para o outro, mas mantenha a dimensão de generosidade sempre. O outro permite fazer isso.

Inclusive, a forma como está sendo apresentada aqui, se tiver o que eles falaram ontem – "nós vamos tirar o BPC, vamos fazer isso e aí vamos discutir o de capitalização"... Você aprovou a reforma... E aí eu digo: essa reforma, a dimensão dela, você pode saber – foi a Senadora Rose que perguntou depois... A reforma, se você aprovar menos, se você aprovar 600, 700, 800, você fez uma reforma; se você aprovar um trilhão, você aprovou um novo regime; além de fazer uma reforma no antigo, você deu potência fiscal para fazer um novo regime. E aí, sim, você vai se beneficiar dessa dinâmica.

Quanto a esse juro composto que estraçalhou os Estados, e Municípios, e a União também, com uma dívida de 4,5 trilhões, hoje, nós vamos botar esse juro composto para trabalhar para a população trabalhadora e para os jovens que hoje nascem na periferia e nem sabem o que é isso. Aquela acumulação vai sendo... Ao longo da vida, ele vai acompanhando, investe aqui, investe ali, acompanha aquilo. E, no final, se você achar pouco, você dá uma suplementar. Pode até aprovar uma suplementar agora também, está na mão de vocês. Eu acho que há tempo para desenhar o sistema futuro. Não há muito tempo para salvar o que está aí; o que está aí está capotando.

O Senador Luiz, de Goiás, falou do desemprego. Curiosamente, só com essa expectativa de que as coisas podem entrar no eixo, nos dois primeiros meses do ano, foram criados mais empregos do que no ano passado inteiro. Saiu um Caged agora de 176 mil novos empregos, mais janeiro, já deu mais emprego do que ano passado inteiro. Então, a economia já está querendo se movimentar. Se a gente começar a aprovar as reformas, ela vai embora, ela vai pegar e vai embora, e aí só há notícia boa daí para frente.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO GUEDES – Só há notícia boa, porque nós vamos justamente descentralizar os recursos. E é boa para a oposição também; não é para a situação, não, porque o Governador, o Prefeito que está lá no Estado dele e que é de oposição vai receber o dinheiro e vai poder fazer obra, vai tocar o pau.

Você falou, inclusive, do Minha Casa, Minha Vida, mover a economia e que eu sou superministro. Eu brinco, eu falo: "Eu não sou, não; eu não sou, não". Conversando com os outros Ministros, eu disse: "Há 22, não é? Então, são 21 contra 1". Você acha que todo dia não há um que pede lá: "Eu quero 5 bi", "Eu quero 20 bi"? E, curiosamente, os pedidos dos Ministros são maiores... Se você pegar todo mundo e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

falar que a Lei Kandir é mais 1,9 bilhão ou 2 bilhões... Há Ministro que pede oito, quatro vezes o que todos os Estados e Municípios pediram – para você ver que o negócio não é brincadeira, não.

Então, eu estou mais para Brumadinho do que para Itaipu, entendeu? Um faz um furo aqui, o outro ali, o outro ali. De repente, vai a enxurrada e arrasta tudo, e não é bom o efeito. Se eu virar Brumadinho, o negócio não vai ser bom, porque aí descontrola geral. Então, o meu papel é um papel chato, que é só o de lembrar às pessoas do seguinte: "Olha, há um orçamento, a gente prometeu cumprir o orçamento".

Déficit previsto para este ano: 139 bilhões. Primeiros dois meses: rodaram. Déficit previsto para esse ano: 139 mais 30. Que negócio é esse? Então, contingenciamento. "Segura aí, vamos ver, vamos conversar".

Agora, o Minha Casa, Minha Vida dá, vai dar. Você sabe por quê? Vai dar para botar algum dinheiro, porque havia o FI-FGTS. Esse é o dinheiro dos campeões, esse aí é para os campeões. Então, você pega a grana que iria para os campeões e fala assim: "Não, joga lá embaixo; vamos jogar lá embaixo, na casinha pequenininha". Mesmo o Minha Casa, Minha Vida nós estamos examinando. Você sabia que há 70 mil casas devolvidas, 60 mil não terminadas, 17 mil aprovadas no dia 30 de dezembro? Você acha que isso é razoável? Chega 30 de dezembro, você vai, assina 17 mil casas novas e sai correndo, com 70 mil devolvidas e 60 mil não terminadas? Então, há uma porção de problemas.

Eu preferiria que esse dinheiro estivesse na mão de Prefeitos e Governadores. Um prefeito não faz 60 mil casas sem saber para quem são, não. Agora, um Ministério faz. Um Ministério faz 300 mil casas sem saber se vai alguém morar lá. Aliás, o exemplo limite é na China, onde há uma cidade inteira de 300 mil habitantes, e não há nenhum habitante; os prédios estão todos lá.

O SR. LUIZ DO CARMO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO) – Ministro...

O SR. PAULO GUEDES – São coisas que um Governo Central faz.

O SR. LUIZ DO CARMO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO) – ... quem está fazendo essas casas, em Goiás é a Agehab, é a cooperativa do Estado, é o Governador que faz, entendeu? Então, não solta para o empresário. É em parceria com o Prefeito. Há a parceria do Prefeito também, entendeu?

O SR. PAULO GUEDES – Tudo bem, não é coincidência também que o Governo do Estado esteja numa situação dramática hoje, não é?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vou passar...

O SR. PAULO GUEDES – Alguma coisa lá salda o eixo um pouco, mas tudo bem...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O próximo...

O SR. PAULO GUEDES – ... para frente.

A Senadora Rose perguntou como é calculado esse negócio da economia: 600 bilhões, 700 bilhões, no sistema geral e tal. Justamente você recalibra... O sistema foi feito, essas... E a equipe vai estar aqui à disposição de vocês para explicar, porque eles fizeram o seguinte: "Pega quem tem as maiores aposentadorias e recalibra um pouco para baixo. E pega os menores...". Quer dizer, quem tem mais está contribuindo mais e recebendo um pouco menos; e quem tem menos está contribuindo com menos ainda.

Eu até perguntei: "Gente, mas o negócio está quebrado e vocês ainda vão baixar?". "É, para os pequenininhos". Trinta milhões de brasileiros, que são os pequenininhos, vão recolher menos ainda do que recolhem hoje, mas quem tem mais vai recolher mais. E, quando você pega isso no tempo, dá uma economia grande. Eu não sei se o número é esse, os números não sei se batem, se são 700 só nisso, não, porque é um pouquinho ali, um pouquinho ali, é de todo lado, mas eles vão estar aqui à disposição.

Eficiência na máquina pública é uma seção. Eu posso trazer um outro time aqui que vai ficar uma tarde inteira conversando com vocês também sobre a reforma do Estado. Há muitas medidas que estão sendo aprovadas, muitas, são muitas coisas. Uma empresa levava 60 dias para abrir, você tinha que passar em oito órgão. Agora, é o contrário: você abre primeiro e depois você notifica, em vez de ter que pedir para abrir; primeiro, você abre, depois você avisa o que está fazendo. Nós estamos invertendo e simplificando uma porção de coisas.

Eu vou à Câmara semana que vem. E não é que eu não tenha ido à Câmara; eu fui aconselhado. Há gente que politicamente se preocupa comigo e fala assim: "Olha, você vai chegar lá, e o seu partido vai atirar em você. Além disso, a oposição toda vai atirar. Além disso, não há Relator. Você vai perder seu tempo". Eu falo: "Bem, é essa a orientação?". "É essa". "Obrigado". Aí eu não vou. Foi só isso. Agora, já está marcado para semana que vem. Semana que vem eu já vou lá. Parece que eu não vou levar tiro pelas costas do nosso partido, e eu estou celebrando. Eu acho que do nosso... Eu só vou levar na frente, da Senadora... (*Risos.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PAULO GUEDES – Não; da Senadora, não – a Senadora não estará lá –, da turma da Senadora.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PAULO GUEDES – Ah, do meu partido mesmo?

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO GUEDES – É, mas eu vou lá, eu vou lá. É claro que eu vou lá.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Ministro, isso é terrorismo. O senhor vá, fique tranquilo.

O SR. PAULO GUEDES – É claro que eu vou lá.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – O senhor é competente, tem a fala, discute, tem a paciência que o senhor mostrou, e a nossa também – vamos dizer que é grande. Eu vou dizer para o senhor: vá com tranquilidade. Quem o aconselhou está longe da política, não entende nada de política.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou passar, Ministro, e dizer para o senhor: olha, nós políticos temos obrigação de ter o dom de tentar convencer, mas você superou todos aqui, porque tem vontade de defender aquilo em que acredita. Isso aí nós temos que respeitar.

Marcos Rogério não está aqui.

Zequinha Marinho.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA. Para interpelar Ministro.) – Presidente, obrigado.

Ministro, ainda sobre a Lei Kandir. Eu sou do Estado do Pará. O Pará exporta muitas *commodities*, principalmente minério. E eu queria relatar aqui um fato do Consefaz, que é o comitê de secretários de Fazenda dos Estados e do Distrito Federal. Eles pegaram um espaço temporal de 20 anos e fizeram as contas em cima das perdas não compensadas pelo Governo Federal aos Estados exportadores. Chegaram a um total de 548...

O SR. PAULO GUEDES (*Fora do microfone*.) – Só para o Pará?

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Não, o Brasil.

O SR. PAULO GUEDES – Ah, o Brasil todo.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – O Brasil...

Chegaram a um total de R$548,7 bilhões. Desse total, os Estados foram compensados em 17,8, o que corresponde a 97,6 bilhões. Saldo a compensar, a entregar aos Estados: R$451,1 bilhões.

Eu sei que a situação do Brasil não é fácil, mas a situação dos Estados é bem mais difícil do que a do Brasil. A pergunta é: é justo a União dar um balão desse porte nos Estados que já vivem em situação de dificuldade?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No meu Estado, a nossa Fundação de Amparo a Estudos e Pesquisas apurou, com muito trabalho, R$35,7 bilhões, só o Pará. Esse é o valor líquido, sem nenhum tipo de correção. Isso me impressiona e me deixa um tanto preocupado. O meu Estado tem 8,5 milhões de habitantes; 4 milhões vivem com a renda daquela linha abaixo da linha da pobreza, quer dizer, na miséria. Esse recurso pode ajudar a gente a construir a infraestrutura de que nós precisamos para atrair investimentos, mudar a vida dessa gente.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – No entanto, parece que estou vendo que a coisa passa, e os Estados pouco terão desse valor que gostariam de ter porque é justo, necessário, importante, e acima de tudo porque fizeram por onde isso acontecer, extraindo de um recurso que não é renovável, não se vai ver nunca mais.

Então, eu queria que V. Exa. tentasse consolar o nosso coração, dizendo-nos alguma coisa que eu pudesse dizer ao meu Estado, porque a expectativa lá, neste momento, é muito ruim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Weverton; depois, Senador Irajá.

Senador Weverton, por favor.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA. Para interpelar Ministro.) – Sr. Presidente, colegas Senadores, Sr. Ministro e toda a sua equipe, eu vou tentar aqui obedecer ao tempo, até porque eu fiz um apelo para que todos o fizessem por conta da Ordem do Dia já instalada.

Então, além desta fala de hoje, a minha principal consideração, Ministro, que eu vou fazer aqui é um apelo para que V. Exa. faça uma tratativa junto à sua equipe, principalmente ao Tesouro Nacional, quanto à questão da classificação fiscal dos Estados. Não é justo, e nós compreendemos que todo campeonato tem que ter uma regra. Se você mudar a regra, no meio do jogo, para dizer que, no final, a equação vai ser de acordo com essa mudança, no final desse jogo ela pode prejudicar alguns Estados, principalmente os que vêm fazendo o dever de casa. Eu falo isso porque nós vivemos isso diretamente lá no nosso Estado. Isso foi no governo anterior, a mudança da equação da classificação desses Estados, e essas três notas que se somam para se poder chegar a esse resultado... Antes, era mais ou menos justa a nota da capacidade de endividamento do Estado, da liquidez dele e da questão dele de poupança.

Então, para o senhor ter uma ideia, um caso concreto: o nosso Estado, lá no meio da mudança, quando vinha cumprindo todas as tarefas, viu o governo anterior mudar a regra. Aí, o que aconteceu? A capacidade de endividamento, a liquidez... O governo, AA, e, aí, na poupança, como todos os Estados do Brasil e, óbvio, a União – ninguém tem poupança hoje –, foi para a nota C. Então, se você tem nota AA e C, óbvio que o razoável seria ser um B, não é? Aí, o nosso Estado, por exemplo, foi para a nota C, conforme essa equação que foi modificada no governo anterior. Então, é só uma questão de justiça,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para que o Governo olhe de forma isonômica e possa fazer a correção dessa regra, porque, se você tem uma nota AA e outra C, é justo chegar ao B...

(*Soa a campainha.*)

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA) – ... como acontece em outros locais. E isso vai autorizar, por exemplo, um Estado como o nosso, o Maranhão, a contrair um empréstimo de quase 600 milhões – já está tudo pronto, só falta ser aprovado, passar pela equipe econômica e vir para o Senado –, para que a gente possa recuperar uma importante rodovia, Sr. Ministro, a 006, no Estado, que tem 1,5 mil quilômetros de extensão. Ela corta o Estado do sul ao norte. Só para vocês terem uma ideia, ela vem desde Balsas, Tasso Fragoso/Balsas, até a região da baixada, próxima a Alcântara, onde vai haver outro grande porto, ou seja, essa 006 escoa a produção dos grãos de soja, de tudo. Ela é importante para o Matopiba, é importante para os agricultores, para os produtores e para toda a economia do nosso País.

Então, é um apelo que aqui faço.

Quanto às questões das matérias pontuais, reforma da previdência e todas que estão aqui em voga, claro, o tempo não me permite. E eu também nem irei apresentar aqui detalhes e críticas ao projeto da reforma da previdência, até porque ele está ainda na Câmara e nós já declaramos a nossa posição: da forma que está nós não temos condição de votar. Mas o problema hoje é lá na Câmara. Então, a equipe econômica e política, principalmente, do Governo tem que resolver esse problema lá antes de chegar aqui. A minha opinião é que, do jeito que está lá, nem chega aqui ao Senado. Então, não há por que queimar energia neste momento quanto a esse assunto.

Eram essas as minhas considerações, Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só há mais dois Senadores: o Senador Irajá e o Senador Carlos Viana.

Eu vou pedir para o Senador Irajá falar e, depois, o Senador Carlos Viana também falar o que tem que falar. Em seguida o senhor responde, e eu encerro a reunião, porque já começou a Ordem do Dia, pessoal.

Senador Irajá, por favor.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. IRAJÁ (PSD - TO. *Fora do microfone*.) – Eu vou passar para o Carlos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Você vai abrir mão?

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, só eles dois. Inscritos, sim.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ah, está bem.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Então, muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Carlos, fale.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG. Para interpelar Ministro.) – Ministro Paulo Guedes, meu boa noite.

Em primeiro lugar, quero saudar V. Exa. pela presença aqui, pela clareza das exposições, naturalmente diante de um assunto tão importante, como colocou bem o Senador Paim, que necessita de muito diálogo. Nós precisamos de uma reforma da previdência que equilibre as nossas aposentadorias sem prejudicar os mais pobres, mas que retire os privilégios, se torne mais equilibrada. E, quando nós nos deparamos com os números, a demagogia perde a máscara. Nós temos que colocar claramente o que está acontecendo para que possamos tomar uma decisão sempre muito madura.

O senhor é bem-vindo. A Casa vai recebê-lo sempre bem, o debate é muito importante, e há boa vontade para que a gente possa discutir e aprovar essa reforma da melhor maneira possível para o Brasil, dentro do que for proposto também pelo próprio Parlamento.

A questão é a seguinte: há dois pontos que eu gostaria que o senhor colocasse, não sobre a reforma, mas sobre um assunto que nos interessa muito em Minas Gerais, que é a ajuda aos Estados. Há uma proposta do ministério de V. Exa. no sentido de que, nos próximos 30 dias, nós teremos um plano de ajuda, de socorro aos Estados. Eu gostaria que o senhor o detalhasse, por gentileza. O senhor, a uma parte, já fez referência, falou sobre a questão do pré-sal, que nós poderemos ter no ano que vem, mas nós estamos pensando é no agora: nestes próximos 30 dias, que tipo de ajuda os Estados vão receber do Governo Federal?

Com relação à Lei Kandir, que foi bem colocada pelo Senador Zequinha, qual é o caminho? O passado é muito difícil, nós não vamos falar em dívida daquilo que não foi recebido, mas, em relação ao futuro, o que o senhor pensa para que possamos solucionar essa questão e garantir um equilíbrio na exportação, lembrando que hoje não temos nenhum tipo de ICMS prejudicando os Estados?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Senador Irajá e, depois, o Senador Cid Gomes.

Ou quer deixar o Cid falar primeiro?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A conversa está boa aí, não é?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE. Para interpelar Ministro.) – Sr. Presidente, Srs. Ministros, quero saudar aqui de modo especial o Secretário Especial da Fazenda, meu conterrâneo de Missão Velha e que tem aí uma nova missão, desafiadora missão, de propor uma reforma tributária, que acho que é o que dará sustentabilidade ao nosso País no futuro.

Ministro, eu quero aqui, primeiro, render justamente uma homenagem ao senhor, pela forma transparente e clara pela qual o senhor tem colocado as questões e, de fato, dado um passo na direção de atingir o objetivo.

Eu tenho, assim, me furtado a fazer críticas a um governo que nem completou os cem dias, mas, cada dia mais, eu chego à conclusão de que parece ser um governo contemplativo. Parece, como regra – repito, faço uma exceção ao senhor –, que não assumiram ainda, parece que já não estão no governo há quase três meses, há quase cem dias, com um rol de medidas anunciadas previamente e que deveriam acontecer nesses cem dias. Eu estou aguardando esses cem dias para, de uma por uma, cobrar de um governo que tenho achado contemplativo – vou repetir sempre essa questão.

Eu nem queria discutir reforma da previdência, porque acho que o senhor mesmo não gostaria, mas, como o senhor fez isso tão à vontade aqui, eu vou ficar também à vontade.

Há algumas questões que acho justas. Eu acho que quem ganha mais... Acho que previdência devia ser, assim, uma coisa em que você colocasse os números no computador para que ele devolvesse o resultado; o famoso cálculo atuarial. É lógico que um governo não pode se render à matemática fria, e é lógico – defendo isso – que diversos setores da sociedade, os mais pobres...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – ... podem ser contemplados. E penso eu que devam ser contemplados não pela previdência, mas por programas de assistência social do Governo, até para que esses números da previdência fiquem claros. Enfim, preocupa-me avançar no apoio a isso quando há algumas questões que o Governo, e mesmo o Ministério da Fazenda, não têm colocado.

Quantas pessoas compõem o Copom hoje? O Copom é composto de quantas pessoas?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – O Copom, o Conselho...

O SR. PAULO GUEDES (*Fora do microfone.*) – São oito votos.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – São oito componentes? O Copom não é o Ministro da Fazenda, o Ministro do Planejamento e o Presidente do Banco Central?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – Desculpe... O Conselho Monetário Nacional.

O SR. PAULO GUEDES – O Copom fixa os juros; são oito votos.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – Eu quero falar é de juros mesmo.

O SR. PAULO GUEDES – O Conselho Monetário...

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – Eu quero falar é de juros.

O SR. PAULO GUEDES – Eu imaginei isto, que você quer ir na direção dos juros.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – O Copom, então, é composto de oito pessoas. São os diretores do Banco Central mais o Ministro da Fazenda?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – Ou não, nem o Ministro da Fazenda...

O SR. PAULO GUEDES – O Ministro nem passa perto.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – Muito bem, mas, certamente, pode dar uma opinião.

O senhor fez referência ao seguinte fato: o Brasil deve R$4,5 trilhões. Um por cento de redução na taxa de juros daria de economia ao Governo Federal, numa conta simples, R$45 bilhões. Se fossem 2%, o que é bastante razoável com a inflação que a gente tem tido hoje, de redução na taxa de juros, seriam R$90 bilhões de economia. Por que a gente não tem um esforço paralelo e que seja âncora, ou que seja, a meu juízo, condicionado ao esforço de sacrificar... Mesmo os mais aquinhoados, pelo que eu vi, passariam para 22% ou 23% de contribuição. O Ceará tem feito, o Ceará já... Boa parte do que o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Governo Federal está propondo, o Ceará já fez enquanto reforma da previdência. Eu acho que seriam necessários sinais como esse para que houvesse realmente uma disposição no sentido de que esse sacrifício deve ser coletivo. Indústrias fechando, comércio fechando e bancos praticando, a cada ano, quebra de recordes! É óbvio que isso não está correto! Então, esse setor tem que dar uma contribuição para que o País possa reencontrar o seu caminho.

Desculpe, já me alonguei, mas, enfim, acho que é preciso algo paralelo para que mais gente possa se envolver nesse esforço.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Boa contribuição, Senador Cid.

Senador Irajá.

O SR. IRAJÁ (PSD - TO. Para interpelar Ministro.) – Cumprimento o Sr. Presidente, os Srs. Senadores, as Sras. Senadoras.

Ministro Paulo Guedes, quero também agradecê-lo por sua presença aqui em nossa Comissão.

Eu acredito, Ministro, que nenhum Senador aqui, em sã consciência, seja contrário à reforma da previdência. Acho que a questão do mérito é o único ponto para o qual convergem as opiniões de todos os Senadores. Todos aqui são favoráveis, sabem da necessidade, da relevância de alterar, aperfeiçoar e mudar a nossa atual previdência. O que está em discussão realmente é o método, em relação ao qual muitos divergem.

Eu, particularmente, tenho muita dificuldade, principalmente por vir do Estado do Tocantins, com relação a dois pontos centrais da proposta, que são as mudanças apresentadas no texto relacionadas ao BPC e, em primeiríssimo lugar, também à questão rural.

Eu tenho dois questionamentos, dois pontos sobre os quais eu gostaria que V. Exa. pudesse discorrer. O primeiro é com relação à dívida da nossa previdência, que triplicou de tamanho nos últimos dez anos. Já estamos chegando à casa dos R$479 bilhões e, segundo a própria PGFN, desses R$479 bilhões, quase R$200 bilhões – para ser mais preciso, R$190 bilhões – são créditos passíveis de recebimento, descontadas todas aquelas dívidas de empresas que já não existem mais ou que faliram, como a Vasp e tantas outras empresas que são devedoras da previdência. Em que o ministério e a proposta avançam ou evoluem, ou trazem de inovador, para que esse crédito de R$200 bilhões possa ser recebido com todos os instrumentos que o Ministério da Fazenda e o Governo possuem?

O meu outro questionamento – para concluir, Presidente; não quero me estender porque já estamos com a Ordem do Dia iniciada – é com relação ao próprio texto, ao objeto do projeto.

Nós tivemos aqui, no final do ano passado, a proposta do ex-Presidente Michel Temer e, segundo o IFI, que é o Instituto Fiscal Independente do Senado, essa proposta, se aprovada na íntegra, teria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

como *deadline*, ou seja, como ponto de corte, o ano de 2023, que seria o ano a partir do qual, se aprovadas as medidas no ano passado, nós passaríamos a equilibrar a relação entre o que é arrecadado e o que é pago na previdência, não ampliando mais esse déficit, esse passivo. Segundo o próprio IFI, se aprovada também na íntegra a proposta que foi apresentada pelo Governo Bolsonaro, talvez esse ponto de corte fosse reduzido para o ano de 2022 ou 2021 – salvo engano, se eu não estiver equivocado. Então, a minha pergunta...

Vejo V. Exa., em todos os momentos, sempre pontuando a necessidade da economia de R$1 trilhão, que esse é o número a ser perseguido, a ser alcançado, que essa é a necessidade real da previdência para equilibrar as contas. Se a gente se ativesse apenas à alteração do tempo de contribuição – no caso do rural, do urbano e dos professores – e à idade, esses dois gatilhos, esses dois critérios, e fizéssemos ajustes, isso não poderia contemplar esse número total? Não seria possível equalizar essa economia que a proposta objetiva, mas usando apenas como instrumentos e critérios o tempo de contribuição e a idade em todos esses casos, sem precisar mexer nesse vespeiro que envolve tantas categorias que são contrárias e, assim, tentar pacificar mais o ambiente? Claro que isso exigirá um sacrifício maior no tempo e na idade, mas que a gente pudesse resumir a proposta apenas a esses dois critérios, nem que isso signifique sacrificar um pouco mais o trabalhador, seja da zona rural ou da zona urbana. Que a gente pudesse resumir, pura e simplesmente, em cima desses dois fatores. Essa é a dúvida que encaminho, sobre a qual gostaria que V. Exa. pudesse discorrer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador Irajá.

Dr. Paulo Guedes, para responder aos últimos Senadores...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PAULO GUEDES – É Pará?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Isso. Zequinha Marinho

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Guedes) – No mundo inteiro as exportações são isentas de impostos. Isso é que criou esse problema aqui, e a gente acabou sugerindo a isenção. É claro que isso atinge um Estado como o Pará, que extrai minério, por exemplo, que é exaurível. Realmente, aquilo vai acabar um dia lá na frente e você terá de cavar cada vez mais fundo, e ficará cada vez mais caro. Então, realmente, quando você isenta, você tira uma base importante do Estado, e é natural e compreensível que...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só que isso foi feito lá atrás para ajudar as exportações. Talvez a melhor medida na época fosse... No mundo inteiro eles isentam as exportações de tributação, essa que é a verdade, senão você perde competitividade lá fora.

Claro que, talvez, se tivéssemos um câmbio melhor, um troço assim, talvez nem tivessem pensado nisso. É aquele problema: você fica com crise cambial, apertado, e acaba apertando. Então, tira as tributações. Se o câmbio estivesse melhor, tivéssemos menos juros, mais baixos esses anos todos, e o câmbio um pouco mais alto, em vez do contrário, como nós fizemos, com o juro muito alto e o câmbio lá embaixo, pode ser que nem tivesse sido necessário esse recurso, entenderam? Isso é que dá pena quando eu olho. Agora, passou. Hoje a arrecadação no destino do ICMS já é mais do que 80%. Então, isso já ficou para trás. Fica aquele sentimento de que eu perdi, e que eu perdi principalmente perante juros, uma dívida que se acumulou. Fica aquela sensação de... Eu adoraria fazer um encontro de contas. Eu adoraria – se saísse dinheiro de algum lugar, fosse até do pré-sal – tentar fazer uma coisa assim. Hoje não é possível, porque, se o Ministro da Fazenda fizer isso...

Eu penso no Brasil até mais do que na União. Acho que, durante o nosso plano econômico todo, eu tentei deixar isso claro. Acho que o Brasil é mais importante do que só uma das unidades federativas. Agora, eu estou aqui tendo que controlar os gastos e o orçamento. Só que, como eu entendo o outro lado, eu quero ser o mais flexível possível, porque eu defendo a tese de uma federação forte. Então, nós estamos pensando... E aí, já emendando... Bom, eu trato disso um pouquinho à frente.

Então, a Lei Kandir... O meu entendimento é que cessaram, lá atrás, ficou um contencioso aí, os números são muito grandes, muito difícil ser exequível fazer isso. E o que eu acho é que nós temos um programa que é melhor do que a Lei Kandir, vai dar mais recursos. Então, eu acho que isso vai ficar para trás mesmo e vai ficar muito claro para todos os Governadores e todos os representantes estaduais que o futuro vai ser muito melhor e ninguém nem vai se lembrar da Lei Kandir.

O Senador Weverton, falando da classificação fiscal... Nós estamos tão sensíveis a isso que o nosso programa já leva isso em consideração. Então, o nosso plano de equilíbrio financeiro leva isso em consideração. Nós mudamos os parâmetros. Realmente, se você é A e depois C, da forma como estava, o seu Estado não era elegível. Então, nós estamos mexendo nos parâmetros para tornar elegível. Vai haver contrapartida. Exatamente onde é o seu ponto mais vulnerável, se é liquidez, se for disponibilidade de caixa, se for poupança, é ali que tem que fazer o ajuste maior, mas vai haver o recurso. Nós já separamos 10 bilhões. Para falar especificamente sobre isso, nós já separamos 10 bilhões, que é mais do que o dobro do que seria a soma do PEF, de exportações, do FEX, fundo de exportações, mais a Lei Kandir. Então, é mais do que o dobro da soma.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO GUEDES – Em 30 dias a gente está lançando isso, é coisa de curto prazo. Não é o petróleo do ano que vem.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA) – Porque esse empréstimo é com bancos dos Brics, não vai pegar nada...

O SR. PAULO GUEDES – Não, os empréstimos, se vão estar elegíveis... Aliás, eu já assinei uma porção de papéis, nós já assinamos alguns papéis...

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA) – ... a equação para quem está solicitando.

O SR. PAULO GUEDES – Nós estamos reclassificando. Nós estamos reclassificando.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG. *Fora do microfone*.) – Reclassificação fiscal?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – A reclassificação fiscal.

O SR. PAULO GUEDES – É reclassificação fiscal.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Para efeito de financiamento?

O SR. PAULO GUEDES – Para efeito de financiamento.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas é isso, Ministro, nós batemos tanto aqui numa questão de endividamento dos Estados, e o que nós estamos tentando? Nós tentamos fazer um arranjo para rever essa classificação para poder dar dinheiro para o Estado que já está quebrado. O senhor está me entendendo? É uma coisa que é meio...

O SR. PAULO GUEDES – E é isto que nós estamos fazendo: nós estamos reclassificando para os Estados que fizerem o esforço fiscal. Se eles não fizerem esforço fiscal, não adianta dar dinheiro. Se já está quebrando... Vou te dar dinheiro e você não vai fazer ajuste nenhum?

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA) – Não é o caso dos que estão quebrados, Senador Omar.

O SR. PAULO GUEDES – Isso, isso.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA) – É dos que estão fazendo o dever de casa corretamente.

O SR. PAULO GUEDES – Isso. Exatamente.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA) – Nós não podemos, por exemplo, pagar pelo erro lá do Rio Grande.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO GUEDES – Exatamente.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA) – Então tem que...

O SR. PAULO GUEDES – Exatamente.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA) – Obrigado.

O SR. PAULO GUEDES – Senador Carlos, a ajuda aos Estados é exatamente isto: PEF. Esse plano já tem 10 bilhões garantidos. E a Lei Kandir é a mesma coisa. Isso tem que ficar para trás. A lei acabou. Nós temos que matar a lei, esquecê-la. Você fala: mas há possibilidade de haver um encontro de contas, tal? Eu não vejo. Eu cheguei agora, cheguei e já me trouxeram as contas. Falaram: "Estão as contas arrumadas aqui, há o passivo fiscal do lado de lá". Eu acho mais importante, de novo, repito, é mais importante nós desenharmos um futuro correto do que nós ficarmos olhando para trás, porque olhando para trás não estamos chegando a lugar nenhum.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Ministro, nesse caso da ajuda aos Estados, os Estados vão ter que oferecer alguma garantia? Eles vão ter que pegar algum ativo para a União? Como é que os senhores estão imaginando essa ajuda?

O SR. PAULO GUEDES – Não, isso é um extra. Isso é um extra. Quer dizer, se você estiver disposto a fazer os ajustes... É engraçado porque eu acho que o pacto federativo resolveria tudo isso, porque, com o pacto federativo, você tem condição de desindexar, desobrigar todas as suas despesas. Então, se você não fizer nada – temos uma inflação de 3% ou 4%, mais um crescimento de 3% ou 4% –, basta você segurar salários, benefícios ou despesas um ano e acabou a crise fiscal; mas hoje, não. Hoje está tudo indexado, não para, é galopante, sobe tudo.

Então, o que nós estamos fazendo é o seguinte: enquanto não houver o pacto, se você fizer ajuste, nós antecipamos o dinheiro. Se você tiver qualquer ativo, nós também antecipamos o dinheiro. Então, o Estado que tiver ativo e disposto a ajuste, em 30 dias, sai das cordas, porque ofereceu um ativo e, ao mesmo tempo, está disposto a fazer um ajuste. A gente tem que resolver isso, senão os Estados vão parar.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Nós precisamos conversar!

O SR. PAULO GUEDES – Vamos sim, viu?, vamos continuar conversando, eu sei da sua boa-fé.

O Senador Cid, o Ministro Cid tinha também um regime até duro de transição para o regime de capitalização. Gostei muito não só do programa como daquele do Mauro Benevides, que preparou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aquele programa, um programa interessante, porque há a capitalização e, ao mesmo tempo, há ali um nocional, uma rede, o mínimo garantido, há vários elementos interessantes.

Então, eu entendo, e não vamos conversar aqui muito sobre previdência, mas eu acompanho o trabalho de vocês lá, o que vocês fizeram com educação no Estado, quer dizer, está aqui o que vocês fizeram com a educação no Estado. Vejo isso no Brasil inteiro. Há gente muito boa em todo lugar...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PAULO GUEDES – Os trabalhos de Chicago, do James Heckman. James Heckman é um PhD de Chicago, Prêmio Nobel de Economia. Vocês fizeram um trabalho semelhante.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PAULO GUEDES – Essa turma é danada. Eles são...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PAULO GUEDES – Tem, tem, tem.

Mas a sua observação quanto aos juros e o Copom é muito interessante pelo seguinte: o que houve? O BNDES foi... Pedalaram o BNDES. Levaram, emprestaram dinheiro para ele fazer os empréstimos que fez etc. Despedalando o BNDES, só puxando de volta o que ele deve para a União e liquidando a dívida, nós vamos liberar 30 bilhões em juros, de despesa de juros. Quer dizer, na verdade, o Governo se endividou e paga 30 bilhões de juros só para carregar, via subsídio, para o BNDES ficar lá com aqueles empréstimos que ele tinha. Nós vamos puxar esse dinheiro de volta, e a despesa de juros da União vai cair 30 bilhões.

Quanto à gente interferir no banco, isso é que é interessante. No Banco Central, o que acontece? Se aprovarmos a reforma da previdência, os juros caem 1% ou 2% e você tem toda a economia que queria. Se você não aprovar a reforma da previdência e baixar os juros meio no empurrão, nós vamos repetir a experiência que a Dilma fez com o Tombini. Ela baixou e ali na frente o negócio imbicou e foi embora.

Então, o grande segredo de ter juro baixo é o Governo falando: "Não preciso de dinheiro, eu não preciso de rentista, eu não vou dar vida mansa para vocês", entenderam? E esse é um objetivo nosso. Eu quero zerar o déficit de caixa este ano. Como eu sei que as reformas não vão entrar ainda, ainda têm que ser aprovadas, leva meses, etc., o compromisso nosso foi justamente o seguinte: "Olha, Salim, vende aí 80 bilhões de estatais; Waldery, segura lá pelo menos 30, 40 bilhões de cessão onerosa", o outro vai não sei onde. Se eu conseguir juntar esses 139, que é o déficit, mesmo que seja vendendo caixa aqui, eu não aumento a minha dívida. Então, eu já dou um sinal para o mercado do seguinte: o que aconteceu depois de 30 anos? O Governo não está aumentando dívida. Houve uma amortização, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

amortização este ano é de 400 bilhões. Amortizei, não girei a dívida, paguei tudo, não estou me endividando, os juros desabam.

Então, nós precisamos mostrar potência fiscal. Por exemplo, se saísse no limite: saiu uma reforma previdenciária de 1,170 trilhão, aprovaram na íntegra, aí o juro desce 2% sem ninguém falar nada. Aprovaram um negócio de 400, 500, o juro fica onde está, vai ficar onde está, olhando e falando: "Isso aí não é potente o suficiente, pode haver um problema ali na frente". Mas melhor do que nada. Cai, cai um pouquinho, cai zero qualquer coisinha. Agora, se o Banco Central, de modo próprio, tentar empurrar sem a política fiscal... E esse foi o drama nosso. Nós estamos com esse drama há muitos anos. Esse foi o grande equívoco nosso. Não tínhamos problema nenhum.

Eu considero que o Brasil está em uma transição incompleta de modelo. Os militares fizeram Telebras, Eletrobras, Siderbras, Portobras, aquelas empresas todas. Aí veio um governo civil e falou: "Quero saúde e educação através dos orçamentos públicos, dar dinheiro para Estados e Municípios, vamos fazer educação, saúde. O trabalho que vocês fizerem em educação lá em cima vamos fazer também em saúde, vamos fazer em saneamento".

O Estado tinha de se transformar, ele tinha de deixar de ser um estado hobbesiano, Estado máquina, investidor, tomando dívida em mercado, juro alto, para ser o Estado social baseado em impostos, que é como é hoje a economia chilena, 20% de impostos só, e não 36%, então os juros são baixos. Agora, esses 20% são na veia. É programa social na veia. Está o dinheiro lá, há a bolsa, o *voucher* de educação, há a bolsa para a família mais pobre, há o auxílio social, que é diferente da aposentadoria.

Quer dizer, então, nós temos como fazer essa síntese. Nós precisamos fazer essa síntese. Essa inimizade, essa competição que é criada no espaço político... Na verdade, na democracia são dois vetores que desenham uma resultante melhor. Então, há uma turma falando assim: "Pô, mas esse juro tem de ser mais baixo". Tudo bem. Gaste um pouco menos.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO GUEDES – Mas como é que eu vou gastar menos? Cortando privilégio. Não tira do pequeno. Tira do grande.

Então, eu acho que essa dinâmica é uma dinâmica saudável, tem acontecido. Eu estou seguro de que a reforma da previdência vai ser aprovada, só que vai ser aprovada com um certo grau. Possivelmente vocês vão tirar de lá o BPC, possivelmente vocês vão tirar de lá o rural, uma coisa assim. Aprovando uma coisa assim, eu não sei ainda o que vocês vão tirar, mas deixando ela ainda consistente, parruda, em torno de um trilhão...

E aí vem uma pergunta também, que foi a última pergunta do Irajá, vou respondê-la primeiro porque ela emenda com isso: por que esse 1 trilhão, por que esse 1 trilhão? É porque esse 1 trilhão dá a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

potência fiscal para você atravessar o rubicão e falar: "Eu vou para a capitalização". Porque a empregabilidade vai explodir. No mundo inteiro, o desemprego entre jovens é quase o dobro do que entre o resto da população, porque o jovem é quem não tem experiência de trabalho ainda, às vezes, não completou os estudos. Então ele e o idoso, o idoso e o jovenzinho são os mais discriminados no mercado de trabalho.

Ora, se você cria um novo regime previdenciário onde os encargos trabalhistas desabam, praticamente desaparecem, onde o mecanismo de acumulação de capital é criado, o mecanismo de fundos, uma nova indústria de acumulação de recursos para investir, o País vai voar, vai aumentar o emprego. É o que aconteceu no Chile. O Chile cresceu nos últimos 20, 30 anos, 5%, 5,5% ao ano em média. O Chile virou um fenômeno. O Brasil era um fenômeno, crescia 7%, 7,5%. O Brasil afundou e o Chile, que era o pato manco, com 5,5%, 30 anos seguidos, com governos de esquerda, todos eles, ninguém ousou mexer no sistema. O sistema era muito bom, capitalizava, fazia crescer e tornou o país com renda *per capita* de US$26 mil. O Brasil tem 15 mil, 16 mil. O Chile virou um país mais rico. Realmente virou um país bem mais rico do que o nosso. E é um país pequenininho. A população é do tamanho da do Rio de Janeiro, do Estado do Rio de Janeiro, da cidade, da grande Rio de Janeiro. Então, é algo que foi feito à base disto: de capitalização, de mais economia de mercado.

Então, esse 1 trilhão não é um número mágico, é um número que nos dá conforto suficiente para ir rumo à capitalização...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO GUEDES – ... o que também vai ser objeto de muito debate no Congresso. Se você aprovar aqui, não quer dizer que, no dia seguinte... Não, vai todo mundo aqui... Como é que vai ser o regime de capitalização? Vai haver ou não vai haver o nocional? Tem que haver uma garantia. E se a capitalização não chegar? Vai haver ou não vai haver o patronal? Eles contribuem ou não no início, já desde o início? Então, isso já é uma outra discussão. Por isso que a gente já desconstitucionalizou, que é para vir aqui conversar: "Ah, não; mas a gente quer deixar na Constituição". Aprovem. Ontem soltaram uma nota dizendo: "Desde que não desconstitucionalizem e desde que tirem o BPC e isso, nós aprovamos". O.k. É uma possibilidade. A bola está com vocês, está certo?

Também as observações do Irajá. O BPC e o rural. O BPC (Benefício de Prestação Continuada) curiosamente não tem muita potência fiscal. Ele foi feito mesmo muito mais para dizer: "Vamos pagar um pouquinho antes de o cara envelhecer". Havia dois objetivos, e um era o seguinte: em vez de o cara esperar 65 anos, comece a pagar aos 60, mas não paga... Se ele tinha o direito de receber R$1.000 a partir dos 65 – R$1.000 é o salário mínimo, arredondando –, se ele tem o direito de R$1.000 a partir dos 65, ele não pode estar pior se você falar: "Olha, eu vou te dar 400 a partir de hoje". Aí vocês falam assim: "E se você fizer só isso?". Então, a gente começou assim: façam só isso então. Aí alguém vira e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fala assim: "Mas se você fizer isso, o cara não vai recolher nunca e prefere não contribuir, porque ele vai se aposentar igualzinho ao cara que pagou...

Porque os dois, quando chegarem a 65, ganharão o salário mínimo". "Ah, não; então, faça o seguinte: empurre-o para 70". Aí, estourou a corda. Você pegar e levar o cara para 70, aí o cara vai estar quase morrendo. Então, deu um desequilibriozinho. A reação foi o contrário do que a gente esperava. A gente esperava uma reação boa porque estava antecipando...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Agora, Ministro, uma pessoa com quase 70 para conseguir o benefício numa zona rural também...

O SR. PAULO GUEDES – É, é, é...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Demora dez anos.

O SR. PAULO GUEDES – Então, eu entendo. Esse tipo de crítica é compreensível, é super-razoável. A gente sabe, entendeu?

Quanto ao rural, como eu expliquei, o número não é grande. É muito mais para a gente ter certeza de que quem está pegando a aposentadoria não pegou num fim de semana um ônibus, foi lá se inscrever e voltou para viver na cidade; é um cara que realmente vive no campo. Porque a população do campo está menor do que a população de beneficiados, há algo errado ali. E também não é tão potente fiscalmente, entendeu?

E, finalmente, crédito. Você falou dos tributos e de créditos a receber; dívida ativa. Nós fizemos dois grandes movimentos. Nós temos um, que é focar no grande devedor e no devedor contumaz. Fizemos um negócio, um movimento não só na previdência, para pegar fraude, mas nós acabamos de fazer uma medida dentro do Ministério da Fazenda, na PGFN (Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional), que vai pegar mesmo, vai voar no cangote...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO GUEDES – ... do devedor contumaz e vai pegar o dinheiro dele. Senão, como é que você pode realmente sair apertando todo mundo e deixar... São algumas dezenas, são 30 ou 40, sempre os mesmos, que transformaram isso em uma indústria.

O SR. IRAJÁ (PSD - TO) – Pelas projeções, Ministro, no curto prazo aí nesse ano, o que seria possível reaver desse crédito? Uma estimativa; a gente sabe que é uma estimativa.

O SR. PAULO GUEDES – Bem, há outra discussão que está acontecendo lá. Como havia um bônus para arrecadação, os caras estavam todos voando em cima, querendo arrecadar um trilhão, mas agora está havendo um questionamento até jurídico sobre se podem ficar pagando esse bônus de desempenho para a Receita. Imagine: a Receita, ela mesma faz a lei, ela mesma corre atrás e pega o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cara, e ela mesma se dá um bônus se arrecadar muito. Fica um negócio tão... E há gente de fora, de outros Poderes, querendo regulamentar isso. E isso é outro rolo para a gente, porque a Receita não gosta que mexam nesse incentivo dela.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO GUEDES – Mas tanto a Receita quanto a Procuradoria-Geral estão muito motivadas para fazer esse número ser um número grande.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Muito obrigado, Ministro.

Quero agradecer ao Ministro Paulo...

O SR. PAULO GUEDES – Eu quero pedir... Eu quero só falar, Presidente... (*Fora do microfone.*)

Eu quero pedir desculpas se em algum momento eu fiquei irritadiço. Sabem o que é? Eu ando cansado. A gente cansa também...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É lógico.

O SR. PAULO GUEDES – ... porque, às vezes, você avança dez metros e, quando vê, levou um balaço de gente que é nossa mesmo. O cara dá um tiro, eu falo: "Espera aí...". Eu estava olhando para o adversário e, de repente, vem um balaço pelo lado aqui, de um cara que era para me escoltar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu quero...

O SR. PAULO GUEDES – Aí, de vez em quando, eu fico nervoso.

E, quando eu entro aqui também, eu já vi umas pelejas aqui, uns combates... A Senadora Kátia é brava. É brava! Quando ela levantou e partiu para cima fora do horário, eu disse: "Pelo amor de Deus, espere aí! Agora, falo eu" – porque, senão, ela me pega aqui e me dá um couro, entendeu?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ministro, nós queremos agradecer...

O SR. PAULO GUEDES – Então eu lamento, eu peço desculpas. Eu acho que não fui ofensivo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não.

O SR. PAULO GUEDES – Eu fui defensivo, disse: "Não; espere aí, é a minha vez! Espere aí, deixe-me falar". Se pareceu que eu fui ofensivo, eu quero pedir desculpas. Vou pedir desculpas a ela, que é uma figura histórica, defende o setor agrícola há muitos anos. Já cansei de vê-la na televisão. Agora, nos últimos dois anos, eu a vi em combate e fiquei com medo mesmo. Quando ela levantou, eu falei: partiram para o ataque antes de eu começar; eu nem falei ainda e já vou ser atacado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outra questão também que foi falada muito aqui é o tempo de falar. Temos que ver o seguinte: cada Senador por quatro, cinco minutos, vezes 60, 70 que havia aqui, isso dá bem mais tempo do que eu falei na defesa, certo?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não... Mas ninguém o atacou!

O SR. PAULO GUEDES – Não, não...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ninguém o atacou.

O SR. PAULO GUEDES – Não, foi ótimo. Eu estou supergrato...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu acho que houve um debate aqui...

O SR. PAULO GUEDES – Pessoal...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... e V. Exa. colocou sua posição. Não houve ataque.

O SR. PAULO GUEDES – Foi muito bom, não houve ataque nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não houve ataque...

O SR. PAULO GUEDES – Não houve ataque nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... nem desrespeito.

O SR. PAULO GUEDES – A única hora em que eu achei que ia ser atacado, eu esperneei e gritei alto para ver se vinha socorro.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, mas aí não há debate.

O SR. PAULO GUEDES – Só gritei alto para ver se vinha socorro.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nós queremos agradecer ao Ministro e aos seus assessores, secretários especiais: ao meu amigo Afif, que está aqui, muito obrigado; e obrigado, Vitor, por essa interlocução que você faz junto ao Ministério da Economia.

O Senador Cid foi unanimemente escolhido para ficar aqui para representar a todos no encerramento.

Quero agradecer à imprensa. Desculpem qualquer incômodo que houve. Da próxima vez, vou pedir para conversar com vocês para saber qual é a melhor forma, mas era impossível a gente ter aqui 200 pessoas como assessores. Se cada Senador trouxer três, quatro – são 30 Senadores passando por aqui –, dá 120 pessoas. Não cabe. A gente tem que ter bom senso na questão, até porque é uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

matéria polêmica, uma matéria que está na pauta brasileira, e às vezes as conversas paralelas prejudicam.

Ministro, primeiro, vou lhe dizer uma coisa...

O SR. PAULO GUEDES – Eu quero agradecer muito ao Senador Omar Aziz, particularmente, pela condução e por, inclusive, baixar a minha bola quando eu fiquei...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não baixei a sua bola.

O SR. PAULO GUEDES – Baixou, bem abaixada.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não...

O SR. PAULO GUEDES – Bem abaixada...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A questão é a seguinte...

O SR. PAULO GUEDES – Bem abaixada. Defendeu a categoria...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, mas não é questão... Não, não...

O SR. PAULO GUEDES – Defendeu a Casa do povo, que é o Senado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor foi convidado pela nossa Casa...

O SR. PAULO GUEDES – É... Como é que pode?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... e a gente tem que dizer. E a Senadora...

O SR. PAULO GUEDES – E foi correto. Foi tudo certo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Quanto à Senadora Kátia, a gente tem embates do ponto de vista político, divergências, mas não do ponto de vista pessoal. Longe disso!

O SR. PAULO GUEDES – Nunca, nunca.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nunca.

Eu quero aqui agradecer, Ministro, e dizer ao senhor: eu já debati com... Eu fui da Comissão de Economia nos quatro anos em que estou como Senador; fui Governador, Vice-Prefeito, Secretário de Segurança, Secretário de Obras... Tudo que um político podia ser na vida, a não ser Presidente da República, eu fui. Deus e o povo do Amazonas me abençoaram com isso. Mas é a primeira vez que eu vejo uma pessoa da área econômica, sendo Ministro da Economia, ter tanta vontade e tanto vigor para defender aquilo que acredita que é melhor para o Brasil. Isso daí é louvável na sua pessoa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E concordo com o senhor: acho que a máquina, a atividade meio do Estado brasileiro é uma irresponsabilidade tamanha... Não se resolve o problema de saúde dentro do Ministério da Saúde; não se resolve o problema da educação...

O SR. PAULO GUEDES – Eu acredito nisso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... dentro desse ministério; resolve-se nos Municípios. É lá que está o problema. Esse custo na atividade meio, o custeio da atividade meio tem tirado muito dinheiro da atividade fim para que a gente faça as políticas públicas.

E mais, eu estava dizendo aqui ao Esteves: os deuses, o universo conspirou a nosso favor em nos ter dado uma educação com qualidade para nos colocar aqui nesta sala, mas conspirou contra milhões de brasileiros que vivem na zona rural, que não tiveram oportunidade, não têm assistência médica, não têm assistência odontológica. Uma mulher morre de câncer de mama sem saber o que é isso, porque ela nunca teve a oportunidade de conhecer um mamógrafo. São essas pessoas que nos preocupam. Ah, os grandes salários, os políticos... Tem que cortar? Tem que cortar. Política não é emprego. E político não é obrigado a ser candidato; ele é porque quer. E, se ele quer, não tem nenhum direito de ter benefícios. Sabe aqueles políticos que chegam e "Ah, estou cansado! Larguei minha família..."? Eu sempre disse no meu Estado: "Não largue a sua família. Ninguém o obriga. Fique com a sua família e deixe outra pessoa ser candidato no seu lugar". Então, político nenhum faz sacrifício nenhum; quem faz sacrifício é o povo trabalhador.

E, quando a gente vê a questão do BPC, da área rural, isso nos assusta, não pela questão eleitoral, porque eleição é nuvem: um dia você está bem, outro dia você está mal. Isso nunca foi permanente.

Ninguém foi permanente na vida pública brasileira. Ninguém! Já houve altos e baixos. O Fernando Henrique Cardoso já foi o grande líder brasileiro; Lula...

O SR. PAULO GUEDES – Gigante!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... Dilma ganhou duas eleições; todos nós já tivemos liderança no Estado, perdemos, retomamos. Mas para essa população que não teve a conspiração dos deuses, do universo a favor dela e depende de pessoas como nós, que estamos aqui em Brasília, para esses a gente tem que ter um olhar diferenciado, sim.

O SR. PAULO GUEDES – Eu concordo. Eu concordo com isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por isso, o apelo que eu lhe faço, Ministro, porque não existe nada, nada que possa fazer...

O SR. PAULO GUEDES – Ainda bem que existem vocês...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... com que a gente prejudique essas pessoas.

O SR. PAULO GUEDES – ... para tirar da proposta...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Muito obrigado.

Está encerrada esta reunião.

Na terça-feira, nós teremos reunião aqui.

(*Iniciada às 14 horas e 23 minutos, a reunião é encerrada às 19 horas e 28 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 8ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 02 DE ABRIL DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e cinco minutos do dia dois de abril de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Omar Aziz, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Mecias de Jesus, Fernando Bezerra Coelho, Confúcio Moura, Marcelo Castro, Marcio Bittar, Esperidião Amin, José Serra, Plínio Valério, Tasso Jereissati, Rose de Freitas, Styvenson Valentim, Oriovisto Guimarães, Major Olimpio, Izalci Lucas, Jorge Kajuru, Veneziano Vital do Rêgo, Kátia Abreu, Alessandro Vieira, Leila Barros, Eliziane Gama, Jean Paul Prates, Rogério Carvalho, Paulo Paim, Otto Alencar, Irajá, Rodrigo Pacheco, Marcos Rogério, Wellington Fagundes, Jorginho Mello, Juíza Selma, Paulo Rocha, Luis Carlos Heinze, Fabiano Contarato e Jayme Campos. Deixam de comparecer os Senadores Luiz do Carmo, Ciro Nogueira, Daniella Ribeiro, Flávio Bolsonaro, Randolfe Rodrigues e Fernando Collor. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência declara aberta a reunião e propõe a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 6ª e 7ª Reuniões, que são aprovadas. Em seguida, comunica aos membros que a comissão recebeu os seguintes documentos para seu conhecimento: Ofício "S" nº 6, de 2019 (nº 461, na origem), de 25 de março de 2019, da Prefeitura de Hortolândia, Estado de São Paulo, informando sobre a instituição de Parceria Pública-Privada daquele Município; e Ofício nº P-120/2019 P.G. nº 1.591/2019, de 08 de março de 2018, da Câmara Municipal de São Bernardo do Campo - SP, encaminhando manifestação da comissão especial da Câmara Municipal de São Bernardo do Campo instituída para o acompanhamento das tratativas sobre a saída da empresa Ford do referido Município. Os expedientes serão encaminhados aos membros da comissão. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei do Senado nº 631, de 2015 - Não Terminativo -** que: "Institui o Estatuto dos Animais e altera a redação do art. 32 da Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998." **Autoria:** Senador Marcelo Crivella. **Relatoria:** Senador Plínio Valério. **Relatório:** Favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 2-CCJ (Substitutivo). Após leitura do relatório, fizeram uso da palavra os senadores Paulo Paim, Otto Alencar, Fernando Bezerra Coelho e Rogério Carvalho. **Resultado:** O presidente da comissão, senador Omar Aziz, concede vista coletiva da matéria, nos termos regimentais. **ITEM 2 - Projeto de Lei do Senado nº 511, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Acrescenta o art. 14-A à Lei nº 4.119, de 27 de agosto de 1962, para dispor sobre duração da jornada normal semanal de trabalho do Psicólogo." **Autoria:** Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** A matéria é retirada de pauta, a pedido do relator, para reexame. **ITEM 3 - Projeto de Lei do Senado nº 466, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para prever a instituição de programa de auxílio financeiro para as famílias de baixa renda que não conseguirem matricular crianças de 0 a 5 anos em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estabelecimentos de educação infantil, bem como a divulgação de lista de espera de interessados em vagas nas referidas unidades." **Autoria:** Senador José Serra. **Relatoria:** Senadora Rose de Freitas. **Relatório:** Favorável ao projeto. Após leitura do relatório, fizeram uso da palavra os senadores José Serra, Otto Alencar, Confúcio Moura, Kátia Abreu, Fernando Bezerra Coelho, Eduardo Braga, Tasso Jereissati, Alessandro Vieira, Mecias de Jesus, Rogério Carvalho e Veneziano Vital do Rego. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto. Vota contrário o senador Confúcio Moura. **Observação:** A matéria vai à Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa. **ITEM 4 - Projeto de Lei do Senado n° 92, de 2018 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre a obrigatoriedade da utilização de materiais biodegradáveis na composição de utensílios descartáveis destinados ao acondicionamento e ao manejo de alimentos prontos para o consumo." **Autoria:** Senadora Rose de Freitas. **Relatoria:** Senador Eduardo Braga. **Relatório:** Favorável ao projeto, com uma emenda apresentada. **Resultado:** A matéria é retirada de pauta, a pedido do relator, para reexame. **ITEM 5 - Projeto de Lei do Senado n° 272, de 2018 - Terminativo -** que: "Veda que a instituição emissora ou credenciadora do cartão de crédito exija exclusividade quanto à antecipação de recebíveis e imponha trava bancária além do volume de recebíveis necessários para garantir a operação de crédito." **Autoria:** Senador Ataídes Oliveira. **Relatoria:** Senador Fernando Bezerra Coelho. **Relatório:** Pela prejudicialidade do projeto (votação simbólica). **Resultado:** A comissão aprova relatório, que passa a constituir parecer preliminar da CAE, pela prejudicialidade do projeto. **ITEM 6 - Projeto de Lei do Senado n° 344, de 2018 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013, para limitar em dois dias úteis o prazo para que o estabelecimento comercial ou prestador de serviço receba os valores da venda com cartão de crédito." **Autoria:** Senador Ataídes Oliveira. **Relatoria:** Senador Otto Alencar. Foi aprovado requerimento para a retirada da Emenda nº 1 Substitutiva, de autoria do senador Plínio Valério. **Relatório:** Pela rejeição do projeto. Após leitura do relatório, fizeram uso da palavra os senadores Jorge Kajuru, Marcos Rogério, Eduardo Braga, Tasso Jereissati, Mecias de Jesus, Rogério Carvalho, Fernando Bezerra Coelho, Oriovisto Guimarães, Kátia Abreu, Major Olímpio, Espiridião Amin e Veneziano Vital do Rego. **Resultado:** A comissão rejeita o projeto, por 19 votos contrários, nenhum voto favorável e nenhuma abstenção. **ITEM 7 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 21, de 2019** que: "Requeremos, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte e a Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo de discutir o alto custo do tratamento e manutenção de indivíduos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no Brasil." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo. **Resultado:** Aprovado o Requerimento nº 21/2019-CAE. **ITEM 8 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 25, de 2019** que: "Requer audiência pública para discussão das Reformas da Previdência e do Sistema de Proteção Social dos Militares." **Autoria:** Senador Major Olimpio. **Resultado:** Aprovado o Requerimento nº 25/2019-CAE. **ITEM EXTRAPAUTA 9 -**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 28, de 2019 que: "Requeiro nos termos do Art. 256, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, retirada da Emenda n°1 Substitutiva, apresentada ao PLS 344 de 2018, que altera a Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013, para limitar em dois dias úteis o prazo para que o estabelecimento comercial ou prestador de serviço receba os valores da venda com cartão de crédito. Requeiro nos termos do Art. 256, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, retirada da Emenda n°1 Substitutiva, apresentada ao PLS 344 de 2019, que altera a Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013, para limitar em dois dias úteis o prazo para que o estabelecimento comercial ou prestador de serviço receba os valores da venda com cartão de crédito. Requerimento de retirada de emenda ao PLS 344 de 2018" **Autoria:** Plínio Valério. **Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº 28/2019 – CAE. **ITEM EXTRAPAUTA 10 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 27, de 2019** que: "Debater o impacto fiscal da proposta do Poder Executivo de reestruturação do sistema de proteção social das forças armadas (reforma dos militares)" **Autoria:** Senador Rogério Carvalho. **Resultado:** Aprovado o Requerimento nº 27/2019-CAE. **ITEM EXTRAPAUTA 11 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 19, de 2019** que: "Requeiro a realização de audiência pública para debater com os setores produtivos o recente posicionamento do Governo Federal no sentido da concordância em abrir mão do tratamento especial e diferenciado no âmbito da OMC em troca do apoio americano para ingresso do Brasil na OCDE, vantagens e desvantagens envolvidas." **Autoria:** Senadora Leila Barros. **Resultado:** Aprovado o Requerimento nº 19/2019-CAE. **ITEM EXTRAPAUTA 12 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 14, de 2019** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PLS 337/2015, que Acresce os incisos XVIII, XIX, XX ao Art. 20 da Lei nº 8036/90 – que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço para permitir a utilização da conta vinculada do trabalhador na quitação de débitos vinculados à imóveis de parentes de primeiro grau." **Autoria:** Senador Fernando Bezerra Coelho. **Resultado:** Aprovado o Requerimento nº 14/2019-CAE. **ITEM EXTRAPAUTA 13 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 26, de 2019** que: "Debater a Proposta de Reforma da Previdência dos Militares, designada de Reestruturação do Sistema de Proteção Social das Forças Armadas. " **Autoria:** Senador Rogério Carvalho. **Resultado:** O presidente da comissão, senador Omar Aziz, declara prejudicado o REQ 26/2019-CAE. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Omar Aziz

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/04/02

(Texto ainda não revisado.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Bom dia. Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas das 6ª e 7ª Reuniões.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas. (*Pausa.*)

Vou esperar mais Senadores chegarem para dar um aviso.

Comunico o recebimento dos seguintes documentos para conhecimento:

Ofício nº 6, de 2019 (nº 461, na origem), de 25 de março de 2019, da Prefeitura de Hortolândia, Estado de São Paulo, informando sobre a instituição de parceria público-privada destinada à modernização do sistema de iluminação pública daquele Município.

Ofício nº 120, de 2019, de 8 de maio de 2018, da Câmara Municipal de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, encaminhando manifestação de comissão especial instituída para acompanhar tratativa sobre o encerramento das operações da empresa Ford naquele Município.

Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 631, de 2015

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Institui o Estatuto dos Animais e altera a redação do art. 32 da Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.

Autoria: Senador Marcelo Crivella

Relatoria: Senador Plínio Valério

Relatório: Favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 2-CCJ (Substitutivo).

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com parecer favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 2-CCJ (Substitutivo).

2. A matéria será apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, em decisão terminativa.

Com a palavra o Senador Plínio Valério, Relator.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM. Para proferir relatório.) – Bom dia a todos; bom dia, Presidente.

Como se trata de um projeto de lei aqui do Senado que está dando – e vai dar – muita polêmica, e é um assunto que diz respeito ao Brasil inteiro, eu quero, primeiro, antes do relatório, Senador e Senadora, fazer uma observação.

No presente momento, aqui na CAE, não se trata de análise de constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade, técnica legislativa, porque quanto a isso já foi, lá na CCJ, aprovado. Então, para a gente não entrar na questão do mérito – e, claro, cada Senador vai poder discutir os itens na questão do mérito –, eu quero dizer que meu parecer é técnico, de um Senador que pertence à Comissão de Assuntos Econômicos. Então, a pergunta aqui

A pergunta aqui é se causa despesa, se impacta o orçamento. Então, a gente se ateve a isso.

Passo agora a ler o relatório.

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 631, de 2015, do Senador Marcelo Crivella, que institui o Estatuto dos Animais e altera a redação do art. 32 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.

Eu vou ler todo porque é pequeno e é bom que a gente leia todo.

Por designação do Presidente da Comissão, veio para a gente.

A proposição é composta de quinze artigos, que dispõem sobre:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

i) objetivos, conceitos e delimitação de aplicação da norma;

ii) direitos dos animais ao bem-estar e obrigações destinadas à guarda de animais;

iii) proibição de práticas consideradas maus-tratos;

iv) infrações e penalidades; e

v) disposições finais e transitórias.

Cumpre salientar que, nas disposições finais e transitórias, o PLS altera o art. 32 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (Lei de Crimes Ambientais), para aumentar a pena do crime de maus-tratos a animais.

Por fim, de acordo com o art. 15, a lei resultante da proposição entrará em vigor decorridos cento e vinte dias de sua publicação oficial.

Nos termos da justificação ao PLS, foi destacado que o texto constitucional reconhece o valor intrínseco conferido aos animais, inexistindo tolerância a atos cruéis, e já seria hora de o País possuir uma legislação que vede a dor, o sofrimento e a lesão moral aos animais.

Como consentâneo, segundo o autor, a proposição assegura a proteção à vida e ao bem-estar dos animais, mediante a tutela estatal e a consideração da sua integridade física e mental como interesse difuso.

O PLS foi distribuído inicialmente à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), e à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), cabendo à última a decisão terminativa.

Portanto, ao votarmos aqui ela vai para a Comissão de Meio Ambiente, onde, então, sim, o projeto será terminativo.

No período de 25/9/2015 a 1º/10/2015, não foram apresentadas de emendas ao projeto.

Por força da aprovação do requerimento de autoria do Senador Telmário Mota, o projeto deve passar por exame da CAE, já que fora apreciado pela CCJ, como falei, seguindo posteriormente à CMA para decisão terminativa.

Em 23/3/2016, foi apresentada a Emenda nº 1, perante a CCJ, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues.

Na 7ª Reunião Ordinária da CCJ, realizada em 30/3/2016, a Comissão aprovou o Relatório do Senador Antonio Anastasia, que passou a constituir o Parecer da CCJ, favorável ao Projeto e contrário à Emenda nº 1, nos termos da Emenda nº 2... Portanto, fez um Substitutivo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não foram oferecidas outras emendas ao Projeto.

Análise.

Compete...

Como não se trata de análise em caráter terminativo, como eu disse...

Oportuno ressaltar, no entanto, que a CCJ já se manifestou pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do projeto na forma da emenda.

No que diz respeito ao mérito, a Comissão opinou pela inclusão da classe Cephalopoda, que possui grande número de espécies cujos indivíduos podem ser considerados sencientes, ou seja, seres com a capacidade de apresentar sensações e sentimentos de forma consciente. Aqui, Presidente e Senadores, que será o debate na Comissão ambiental, lá onde é terminativo. Aqui se dará esse grande embate.

Portanto, estou sempre reiterando que estou me prendendo, reservando à análise técnica no que diz respeito à Comissão de Assuntos Econômicos.

Aí, vem uma série de observações nesse aspecto do mérito. Vou poupá-los disso.

Desse modo, conclui-se que o PLS em análise não implica

Desse modo, conclui-se que o PLS em análise não implica – e aqui está a importância clara do nosso parecer, Presidente – aumento de despesa e/ou redução de receitas públicas, razão pela qual não apresenta quaisquer problemas quanto à sua respectiva adequação orçamentária e financeira, bem como está em linha com o anseio de garantir proteção à vida digna e ao bem-estar dos animais, mediante atuação eficiente da tutela estatal.

Voto.

Sendo assim, opinamos pela aprovação do PLS nº 631, de 2015, na forma da Emenda nº 2, substitutivo que veio da CCJ.

Esse é relatório e o voto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador Plínio Valério.

Em discussão a matéria.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Paim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discutir.) – Eu quero, na verdade, apoiar o relatório do Senador Plínio Valério ao projeto original do Senador Marcelo Crivella no momento em que há tanta agressão à vida, à fauna, à flora, ao meio ambiente, enfim, a todas as áreas.

Eu acho que o estatuto cai no momento certo. Eu sei que haverá um debate profundo. Aprovando nesta Comissão, vai para a Comissão de Meio Ambiente, onde é terminativo.

Só como exemplo, falando da vida, eu li ontem no Plenário, ao fazer um pronunciamento – o Senador Kajuru estava lá – sobre o meio ambiente, vida, enfim... Eu falei das abelhas, mas tem tudo a ver com os animais. Sabem quantas abelhas morreram nos últimos quatro meses no Brasil? Meio trilhão! Isso, na verdade, é uma agressão à natureza que repercute naquele ser mais fraco e que é um termômetro inclusive da vida.

Por isso, esse debate agora do estatuto dos animais, da vida, do meio ambiente vem em um bom momento. Eu sou parceiro para votar favoravelmente e continuar o debate na Comissão de Meio Ambiente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em discussão a matéria.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Se não houver ninguém, eu entro de novo, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Faltam quatro Senadores para dar quórum para a gente votar a matéria.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Então, dá para a gente comentar alguma coisa enquanto chegam os quatro Senadores?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Seria importante, Senador, se V. Exa. tiver oportunidade, fazer um comparativo sobre qual a mudança que está havendo no mérito dessa matéria, que é uma matéria que hoje comove 100% da população. Qualquer pessoa hoje tem um apreço por essa matéria.

A gente se imagina mais jovem, Senador Kajuru, quando a gente não tinha a sensibilidade que temos hoje. A vida nos ensinou a ter sensibilidade. Eu não me imagino matando perdiz lá Rio Grande do Sul, que é um esporte, uma coisa que existe. Mas eu pessoalmente não me imagino mais. Talvez mais jovem eu faria isso com estilingue, com aquelas espingardas de chumbinho ou coisa parecida.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É só a correção do número. É meio bilhão de abelhas, 500 milhões de abelhas morreram em quatro meses.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Hoje, lógico, passado o tempo e com a gente ensinando isso para as crianças a partir deste momento, há outro pensamento sobre essa questão. Todos nós fomos crianças. Quem morou no interior era caçador, era pescador. A gente tem de ter realmente o estatuto que defina...

Então, Senador Plínio, seria importante V. Exa. entrar na questão do mérito

... Plínio, era importante V. Exa. entrar na questão do mérito da lei.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – O.k.

Há uma nota aqui da assessoria técnica que avalia os possíveis impactos desse PLS.

Então, eu falo aqui, Senadores e Senadoras, dos possíveis impactos para que a gente... Isso vai ser discutido lá adiante, no mérito.

Há várias questões que poderão vir a ser suscitadas com a aprovação desse projeto. Por exemplo, o art. 3º estatui que ninguém deverá causar dor ou sofrimento aos animais, com exceção dos casos de controle de zoonoses, controle de espécies invasoras e de ensino e pesquisa científica na área da saúde e o abate de animais para fins comerciais, que será objeto de legislação específica, com a adoção de métodos que minimizem ao máximo possível o sofrimento e a dor dos animais.

O conceito de dor e sofrimento, embora primário, pode vir a não ser uniforme e sua aplicação ser de difícil execução. Esse é um dos pontos, Sr. Presidente.

Há também o conceito de dignidade, Senador Kajuru, de tratamento compatível ao animal de que trata também o art. 3º. Ele não é de aplicação simples no nosso entendimento. Entende-se que esses conceitos são abertos e que a sua aplicação pode levar a significativas discussões com o setor produtivo. Igualmente preocupante para o setor produtivo seria a própria definição de bem estar do animal e o alcance do significado de "promoção da integridade física e bem estar do animal, de modo a assegurar necessidades".

Eu quero lembrar às Senadoras e Senadores que estão chegando e a quem está nos assistindo pela TV Senado que isso aqui é uma análise dos possíveis impactos que esse Estatuto causará, porque não nos cabe, aqui na CAE, discuti-los para votar. O meu parecer foi técnico pela aprovação do Estatuto.

A ampliação da classificação dos animais, por exemplo, pode ter grande interferência nos atuais sistemas produtivos, que passam a ter novas limitações nos termos do próprio projeto. Por exemplo – e aqui é interessante –, a utilização de cercas elétricas ou de dispositivos eletromagnéticos deverá passar por nova regulamentação, porque seria causar considerável dor, sofrimento ou dano e não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

seria desarrazoado, sob essa ótica, imaginar que esses dispositivos poderiam ser proibidos com a nova legislação.

O art. 5º estabelece que todos os animais em território nacional possuem direito à existência em um contexto de equilíbrio biológico e ambiental, de acordo com as peculiaridades das espécies, variedades, raças e indivíduos, e que a integridade física e mental e o bem estar animal são considerados objetos de interesse difuso, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de protegê-lo e prover ações que garantam esse direito.

O abate – a questão que mais vai causar polêmica – de quase todos os animais poderia ser facilmente enquadrado nessa proibição. Ainda que o §2º do art. 3º demande lei específica, imagina-se que, mesmo em ambiente de regulamentação, há a possibilidade de ampliação de custos para o sistema produtivo, que muitas vezes opera com margens apertadas, sobretudo para os agricultores familiares. Por exemplo, a marcação de gado pode vir a ser altamente contestada.

Então, eu acho que esse Estatuto, Senador Paim, ainda vai dar muito o que falar, até ele passar na Comissão de Meio Ambiente, quando, então, nós vamos poder julgar o mérito e essas recomendações.

Isso aqui é a análise dos técnicos mostrando a abrangência disso tudo, Senadores, até que ponto esse Estatuto pode chegar.

Repito sempre que não compete a este Relator entrar no mérito da questão, mas sim na questão técnica.

Eu estou pulando, falando só das principais recomendações.

Esses artigos demandariam a necessidade de criação de novo sistema de logística de transporte de animais de interesse econômico no País; Portanto, esse Estatuto...

em termos de logística de transporte de animais de interesse econômico no País. Portanto, esse estatuto, apesar de ser um clamor nacional, de merecer de todos nós um apoio, vai mexer, sim, com a classe produtora; ele vai mexer, sim, com o abate no Brasil. E a gente precisa estar atento para isso.

A esterilização e outros métodos introduzidos poderiam vir a ser severamente limitados, o que de fato demandaria um debate mais amplo. Eventual proibição de confinamento e de isolamento prolongado do animal poderia ter impacto significativo na produção leiteira de carne de corte em todos os setores.

Presidente, assim que o senhor achar que pode interromper, quando chegarem os Senadores...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não. São importantes essas explicações, Senador Plínio, porque a Comissão de Constituição e Justiça viu a legalidade do projeto e entendeu como legal. E aqui a Comissão de Assuntos Econômicos também não entrar no mérito da questão, mas vê se economicamente é viável ou não é viável.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Isso!

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Eu acho que a Comissão de Meio Ambiente poderá ver esses detalhes que estão aí sendo colocados por V. Exa. É importante ressaltar essa questão que o senhor está colocando, como transporte, marcação do gado, uma série de coisas que afetam realmente a produção. Então, não será aqui nesta Comissão que nós vamos discutir. Mas o alerta que V. Exa. coloca é importante para que se saiba realmente o que nós estamos votando.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Exatamente, porque os técnicos nos alertam aqui, por fim, em síntese, que seria necessário que se ponderasse se o PLS em questão não poderia trazer sérias consequências para a produção do setor agropecuário, o impacto. Aí ele fala do sistema produtivo, que vai impactar, e fala também do sistema de controle dos animais, no trato com os animais, no sistema específico de abate, no sistema de transporte, na logística, no regramento processual. E por aí vai, Presidente.

Eu vi que o Senador vai pedir vista, e é um direito. Eu estou lendo só para... Eu posso, inclusive, tirar cópia desse relatório e mandar...

A minha análise foi favorável ao parecer. Não há como não ser favorável à tramitação do Estatuto dos Animais. Não causa impacto no Orçamento, nem causa despesa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em discussão a matéria.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente, eu analisei esse projeto que é um tanto quanto polêmico. Já tivemos aqui outras discussões em outras matérias correlatas, como foi a PEC da vaquejada e o projeto também de regulamentação... Vou pedir vista, até porque me parece que existe uma análise de ideias um tanto quanto confusas a esse respeito. O projeto fala em marcação dos animais. Eu acredito que alguns defensores, inclusive, desse projeto não se sensibilizam com a castração dos animais, às vezes até sem anestesia, como se faz com os cães por ai afora no Brasil, inclusive, lá no meu Estado, lá na Bahia.

Portanto, eu vou pedir vista para analisar melhor o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou conceder vista coletiva, então.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. *Fora do microfone*.) – Individual.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Individual.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Presidente, ninguém pediu vista coletiva.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas eu posso...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Você pode, mas eu estou pedindo que não, porque eu quero analisar com mais tempo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu posso.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Mas eu estou pedindo mais tempo para analisar.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Mas eu queria pedir também, Senador, vista coletiva.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vista coletiva a pedido do Senador Rogério Carvalho e vista individual para o meu querido Líder...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Não, não! Agora já é coletiva.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu sei. Eu acho que essa questão, por exemplo, que foi colocada pelo Senador Plínio, e V. Exa. chama a atenção, a Comissão aqui não discute o mérito. Nós é que estamos levantando

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu sei.

Eu acho o seguinte: quanto a essa questão, por exemplo, que foi colocada pelo Senador Plínio, para a qual V. Exa. chama a atenção, esta Comissão não discute a questão do mérito disso; nós é que estamos levantando isso.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Presidente, vamos ter que discutir o mérito. Sabe por quê?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Será discutido na Comissão de Meio Ambiente.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Um projeto como esse, se aprovado, vai levar a uma análise da questão dos esportes equestres. Nós aprovamos aqui uma PEC!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Esse esporte equestre no Brasil hoje emprega 1,2 milhão de trabalhadores. O negócio do cavalo, hoje, é um negócio que envolve mais de R$2 bilhões no Brasil. Então, votar a favor de um projeto desses é colocar em xeque hoje os esportes equestres.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Mas, Senador Otto...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Emprega o vendedor de picolé, o veterinário, o que produz ração, o que produz a sela, o baixeiro, a ferradura dos animais. Enfim, é uma coisa que vai desempregar muita gente se for feita.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Mas, Senador Otto...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Esse projeto é mais uma tentativa...

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Por isso é que eu alertei...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – ... de se criar um problema na vaquejada.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Por isso é que eu alertei no relatório. Mas a mim não compete discutir isso na CAE, na Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Mas há uma questão econômica nisso.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Eu alertei para o problema que vai causar, para a gente discutir. Mas o parecer causa despesa? Não. Impacta o orçamento? Não. Então, sou favorável, embora eu discorde de muita coisa no mérito.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Mas, se impacta a geração de emprego e renda, tem que se analisar na CAE, na minha opinião.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Mas nós estamos falando de despesas públicas, de orçamento. Não estamos falando dessa questão...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Isso vai para a Comissão de Meio Ambiente?

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Isso! É lá que é terminativo, Senador Otto. Na Comissão de Meio Ambiente, é que será terminativo. Aqui, são assuntos econômicos.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Na de Meio Ambiente, é terminativo?

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Na de Meio Ambiente. Pelo menos é esse o regimento.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Mas qual impacto no meio ambiente que vai haver se...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Eu queria vir ao socorro do Senador Otto Alencar. Essa matéria foi votada no Plenário do Senado em relação aos esportes equestres. Então, é uma decisão do Senado soberana.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E, a pedido do Senador Otto, eu votei a favor.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Pois é, há uma decisão do Senado. É uma PEC que, inclusive, foi analisada no Supremo Tribunal Federal. Ela foi considerada mantida, constitucional. Então, essa é mais uma tentativa de um projeto desses...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas, quando nós votamos isso, só foi a questão equestre. Agora, nós estamos falando do Estatuto dos Animais, que abrange, inclusive, esse aspecto.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Presidente, não é a primeira vez que se apresenta projeto de lei aqui para, de alguma forma, levar em consideração o que já foi julgado neste Senado, no Plenário do Senado, de forma majoritária, como a questão dos esportes equestres. Então, essa é mais uma tentativa de se conseguir de alguma forma criar essa dificuldade para quem vive do campo, para quem hoje gera mais de 1,2 milhão de empregos, como ocorre no negócio do cavalo, no Brasil inteiro, inclusive no Rio Grande do Sul, do meu amigo e Senador Paulo Paim. Lá temos o nosso cavalo crioulo e várias modalidades.

E há outra coisa: o que acho interessante é que nenhum desses defensores vem aqui justificar o que, na minha opinião, é o maior dos maus-tratos que se pode fazer a um animal, que é a castração do animal, como se faz no Brasil inteiro. As carrocinhas pegam os cães e os castram sem anestesia. Eu pergunto: isso são maus-tratos? Sim. Mas os defensores, os que apoiam esse projeto não consideram que esses são maus-tratos, porque estão relacionados, muitas vezes – não são todos – com os *pets*, com o comércio de *pets* e de medicamentos, por aí afora. Muitas vezes, eu já vi isso.

Agora, querer levar um projeto desses à aprovação no Senado Federal – e já há uma PEC que foi aprovada de forma majoritária no Senado Federal –, para desconstituir isso, é um absurdo! Por isso, eu pedi vista. Eu vou fazer um substitutivo à matéria pela rejeição.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Sr. Presidente...

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Sr. Presidente...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente, eu queria só fazer um comentário, porque

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Sr. Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Sr. Presidente...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Sr. Presidente...

Eu queria só fazer um comentário, porque aqui também se abre espaço, Otto, para as questões religiosas, o que é outro problema.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. *Fora do microfone.*) – Mas agora, recentemente, o Supremo já decidiu.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Já decidiu, mas aqui se diz assim: "a explicitação da vedação de maus-tratos em práticas culturais". Em "práticas culturais" se incluem as questões religiosas.

Por isso, vista coletiva.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou conceder vista coletiva e vou passar a uma matéria, a do item 6, que é terminativa e precisa de quórum qualificado, para depois a gente retornar à pauta normalmente.

Senador Otto, item 6. V. Exa. é o Relator do item 6.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou passar a ela enquanto nós temos quórum.

Foi concedida vista coletiva do parecer do Senador Plínio Valério.

ITEM 6

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 344, de 2018

- Terminativo -

Altera a Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013, para limitar em dois dias úteis o prazo para que o estabelecimento comercial ou prestador de serviço receba os valores da venda com cartão de crédito.

Autoria: Senador Ataídes Oliveira

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: Pela rejeição do projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

O senador Plínio Valério apresentou a emenda nº 1 - CAE (substitutivo).

V. Exa., Senador Otto.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente, eu vou atender aqui ao pedido do nobre Senador Esperidião Amin e vou relatar esse projeto sob anestesia, mas não é anestesia...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador, havia uma emenda do Senador Plínio, mas ele mandou um ofício aqui retirando a emenda dele, está bem?

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Está bem. Agradeço ao Senador Plínio.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em votação o requerimento...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Eu vou relatar sob anestesia, mas não é geral, não; vou fazer um bloqueio. Vou fazer um bloqueio, um Cullen-Campf na supraclavicular.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Deixe-me botar em votação este requerimento.

ITEM 9

REQUERIMENTO Nº 28, de 2019

- Não terminativo -

Requeiro nos termos do Art. 256, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, retirada da Emenda n°1 Substitutiva, apresentada ao PLS 344 de 2019, que altera a Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013, para limitar em dois dias úteis o prazo para que o estabelecimento comercial ou prestador de serviço receba os valores da venda com cartão de crédito. Requeiro nos termos do Art. 256, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, retirada da Emenda n°1 Substitutiva, apresentada ao PLS 344 de 2019, que altera a Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013, para limitar em dois dias úteis o prazo para que o estabelecimento comercial ou prestador de serviço receba os valores da venda com cartão de crédito. Requerimento de retirada de emenda ao PLS 344 de 2018

Autoria: Senador Plínio Valério

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Posso falar, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Aqueles que...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Plínio.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Essa retirada a que se refere o requerimento é o típico caso do diálogo e do convencimento. No primeiro minuto, eu pensei que beneficiaria ao consumidor, aos micro e apresentei a emenda. Depois, em conversas com técnicos e ouvindo todos, cheguei à conclusão de que, pelo contrário, é pior. Daí a retirada. Ela beneficiaria muito mais a quem tem dinheiro do que a quem não tem, e a gente está aqui para ajudar quem precisa ser ajudado. Daí a retirada.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em votação o Requerimento 28, de 2019.

Aqueles que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Senador Otto Alencar.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Para proferir relatório.) – Eu quero, primeiro, agradecer. Entendo a posição do Senador Plínio. Ele pensa exatamente como eu penso.

Esse projeto, Sr. Presidente, o PLS nº 344, de 2018, de autoria do Senador Ataídes de Oliveira, vem a esta Comissão, que está com a competência para analisá-lo. Nós o analisamos e ouvimos, inclusive, vários segmentos da sociedade, sobretudo os mais interessados, que são os usuários do cartão de crédito, que são explorados permanentemente no Brasil, em detrimento até do

permanentemente no Brasil, em detrimento até dos seus interesses de que tenha a condição de juros pelo menos de mora.

Nós ouvimos, inclusive, o Banco Central, que é favorável ao meu relatório, e representantes dos usuários de cartões de crédito. Para fazer esse relatório, nós ouvimos muitas pessoas para chegar a um relatório que fosse sintonizado com o interesse daqueles que necessitam e fazem uso do cartão de crédito e também de todos os comerciantes.

Portanto, nosso relatório vem depois de muita audição de vários segmentos interessados nessa matéria.

O Senador Ataídes Oliveira, na justificação, argumenta que o projeto foi fruto da CPI do Cartão de Crédito, que ele presidiu. Nas audiências da CPI, ficou claro que o Brasil tem um modelo de mercado de cartões de crédito único no mundo. Segundo o Senador Ataídes Oliveira, em todos os países o estabelecimento comercial recebe o valor de suas vendas no D+1 ou, no máximo, D+2, um dia mais um ou um dia mais dois.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A proposição tem o objetivo de corrigir essa anomalia existente no mercado de cartões de crédito do País. Alega que o lojista e o prestador de serviços têm que esperar 30 dias para receber o valor correspondente à venda realizada por meio do cartão de crédito. Na linguagem de mercado, os recursos são transferidos para D+30.

A matéria foi distribuída para esta Comissão em decisão terminativa.

Durante o prazo regimental houve a apresentação de uma emenda do Senador Plínio, que agora a retirou.

Na nossa análise, nos termos dos incisos I e III do art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal, a CAE tem a competência para apreciar esta matéria.

Acerca da técnica legislativa, o projeto observa as regras previstas na Lei Complementar nº 95, de 29 de fevereiro de 1998, com as alterações promovidas pela Lei Complementar nº 107, de 26 de abril de 2001.

O meio para dispor a matéria mostra-se adequado, pois não é exigida lei complementar para essa matéria. Não se trata de assunto afeito à organização do sistema financeiro, caso em que o art. 192 da Constituição exige lei complementar para tratar a matéria. Refere-se tão-somente a aspecto de uma forma específica de pagamento, o que dispensa a exigência de lei complementar.

Dessa forma, o PL é justificadamente válido.

Sob o aspecto formal, não há óbices constitucionais ao projeto em análise, pois, nos termos do inciso VII do art. 22 da Constituição Federal, compete à União legislar sobre política de crédito e, conforme estabelece o art. 48, XIII, da Carta Magna, cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especificamente sobre matéria financeira, cambial e monetária, instituições financeiras e suas operações.

Ademais, o assunto em tela não figura entre as competências privativas do Presidente da República previstos no art. 61 e 84 da nossa Carta Magna, não havendo restrição à apresentação da matéria por Parlamentar.

Também não há impacto financeiro e orçamentário a ser apontado na tramitação desse PLS.

Quanto ao mérito, a proposta visa a beneficiar o lojista. No entanto, entendemos ser uma medida que prejudica não apenas o lojista, como o próprio consumidor e toda a cadeia produtiva que se baseia no instrumento do cartão de crédito para efetuar as vendas, além de prejudicar novos entrantes no mercado de cartões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando esteve aqui o ex-Presidente do Banco Central Dr. Ilan – o Presidente agora é o Roberto Campos Neto –, nós questionamos aqui sobre essa questão de

O Roberto Campos Neto. Nós questionamos aqui essa questão de se ampliar a oferta de crédito com outros instrumentos de crédito, ou seja, que novas empresas pudessem entrar no mercado, porque é uma coisa muito restrita. Cincos bancos no Brasil dominam 82% de todo o crédito ofertado: Bradesco, Itaú, Santander, Caixa Econômica e Banco do Brasil. Outros bancos estrangeiros que trabalhavam no Brasil deixaram o Brasil. O HSBC, por exemplo, foi comprado pelo Bradesco, só para citar um caso além de tantos outros que saíram pelo monopólio que se deixou estabelecer no Brasil e que agora, no questionamento que eu fiz aqui ao Doutor Roberto Campos, eu solicitei que ele tomasse as providências para democratizar, para abrir esse mercado, para que a competição pudesse oferecer a quem toma o dinheiro um juro menor do que está se praticando agora. Esta questão da SELIC em 6.5 é uma falácia, porque o cartão de crédito está em 324% ao ano.

Portanto está aqui, este relatório é para defender quem usa o cartão de crédito. O Brasil precisa tomar essa providência e eu espero que isso possa acontecer.

A medida atual do cartão de crédito no Brasil é um evolução do antigo carnê de prestação de clientes da loja, que pagava as prestações todos os meses. Trata-se de um modelo de venda que facilita especialmente a venda de produtos com maior valor agregado, e que está associado ao pagamento, da mesma forma parcelado, aos fornecedores dos lojistas. Ou seja, há uma cadeia de produção que se baseia no crédito ao consumidor final para viabilizar a produção e a venda final.

No caso, o pagamento do cartão de crédito, mesmo em uma parcela apenas, apenas replica essa estrutura de pagamento diferido pelo cliente da loja à loja, por meio da intermediação do cartão magnético. Não há cobrança direta de juros, por dois aspectos. Primeiro, porque a estrutura da operação subjacente junto aos fornecedores da cadeia produtiva é montada com prazo de pagamento que permite o deferimento do recebimento da venda mercantil. Segundo, porque o preço ao consumidor também pode embutir eventual custo financeiro envolvido, estando incluso no preço final da venda.

O PLS quer modificar essa estrutura organizacional do comércio brasileiro, em que o lojista e a cadeia produtiva subjacente financia o prazo de pagamento do seu cliente. A alternativa é que o banco financie o cliente, mas cobrará a conta de alguém — provavelmente o titular do cartão como acontece na maioria das vezes.

A questão é, portanto, quem arcará com custo financeiro derivado de novo prazo, em que o banco intermediário terá que captar recursos para adiantar o pagamento ao estabelecimento comercial antes de receber do titular do cartão. Alguém vai ter que financiar o pagamento à vista ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

lojista, enquanto o consumidor paga até 40 dias da data da compra, dependendo da data de fechamento de sua fatura mensal do cartão.

Isso porque haverá um descasamento entre o recebimento do cliente e o pagamento ao lojista, gerando um pagamento a descoberto ao lojista, que é preciso ser coberto, ou diretamente pelo consumidor, pagando juros em cada compra a crédito ou pelo banco intermediário, que precisará captar recursos para pagar ao lojista, recursos que custam juros. Em outras palavras, no caso da redução da média de pagamento, o estabelecimento com comercial de 30 para 2 dias, ocorrerá o descasamento médio de 28 dias entre a data em que o banco estará pagando-o e a data que receberá do cliente titular do cartão de crédito.

e a data que receberá do cliente titular do cartão de crédito.

Com essa diminuição do prazo para dois dias, muito provavelmente as instituições financeiras cobrarão tarifas ou juros nas compras com cartão de crédito entre a data da transação comercial e a data da fatura, e o usuário do cartão de crédito passará a pagar com o cartão no modo débito. Com isso, não haverá mais o pagamento a crédito pelo cartão na forma atual, que propicia ao cliente pagar a fatura em até 40 dias da data da compra, dependendo da data de emissão de sua fatura. O cartão de crédito passará a ser mero instrumento de crédito.

Nesse caso, entendemos ser significativo o risco deletério para as vendas do varejo brasileiro e todas as cadeias produtivas subjacentes.

A tendência é que tenhamos aumento de custo para o usuário do cartão na função crédito ou até mesmo aumento dos juros para os usuários em outras modalidades, na forma de subsídio cruzado (quando uma operação custeia outra).

A medida também afeta o modelo de negócios das empresas credenciadoras de cartões. No modelo vigente, os estabelecimentos comerciais menores fazem a antecipação dos recebíveis de cartão de crédito junto às credenciadoras – as donas das "maquininhas" –, constituindo importante fonte de receita para muitas credenciadoras. Por isso, mexer no prazo teria impacto no modelo de negócios dessas empresas.

A eventual imposição legal também pode levar a efeitos negativos sobre a concorrência no setor de cartões do País. Esse cenário onde o pagamento ao lojista acontece dois dias depois da venda, novos entrantes e pequena emissoras de cartões não bancárias como as *fintechs* têm menos condições de financiarem o custo desse capital necessário para pagar os lojistas antes do pagamento do titular do cartão. Além disso, suas condições de crédito são menos vantajosas do que a dos bancos grandes. Ao contrário dos grandes bancos emissores de cartões - que têm caixa -, essas empresas precisariam ir a mercado para se financiar e poder pagar o lojista. Nesse contexto, algumas empresas da indústria de cartões de crédito poderiam se tornar economicamente inviáveis, caso se obrigue uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

redução no prazo de pagamento aos lojistas. Corre-se o risco, nesse caso, de inviabilizar a incipiente competição e a inovação nesse setor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em discussão...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Não terminei, Sr. Presidente. Ainda estou sob anestesia. Tenha calma.

Entendemos haver uma problemática ampla derivada de eventual...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Otto hoje está baiano.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Hein?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Hoje tu estás baiano mesmo. (*Risos.*)

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Entendemos haver uma problemática ampla derivada de eventual aprovação desse PLS. Ademais, o Banco Central está estudando a questão junto com as instituições financeiras, até como resposta às conclusões da recente CPI dos Cartões conduzida em 2018 neste Senado, devendo equacionar algum ajuste regulamentar ao setor a esse respeito.

Hoje eu tive, pela manhã, uma reunião com o diretor de institucionais do Banco Central, que entende perfeitamente as razões que são aqui apresentadas por nós.

Além disso, não é o caso de lei para dispor sobre esse limite para o ressarcimento aos estabelecimentos comerciais, que pode ser estabelecido diretamente por Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN), com base na Lei nº 4.595, de 1964, como em relação a diversos outros assuntos específicos sobre o sistema financeiro nacional. E também, a Lei 12.865, de 2013, estabelece o Banco Central do Brasil como responsável...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, Senador Otto. Na última reunião aqui eu quase

responsável, respeitadas as diretrizes estabelecidas...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, Senador Otto.

Na última reunião aqui, eu quase tive um problema, porque eu limitei o número de pessoas aqui dentro. Você vê que é impossível a gente trabalhar desse jeito, com a quantidade de pessoas conversando nas laterais.

Aí, para a gente não ser deselegante, eu vou pedir para vocês fazerem um pouquinho mais de silêncio, para que a gente possa ouvir o relatório do Senador Otto, senão ninguém consegue ouvi-lo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – É, e eu estou procurando falar grosso, Presidente.Tomei um engrossante agora de manhã.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu sei, você fala grosso sempre. Baiano é assim mesmo.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Eu tomei um engrossante, de manhã cedo, com limão, pinga com limão, para vir fazer esse relatório aqui. Uma batida de limão e botei uma canela dentro ainda, para melhorar a garganta.

Com relação a diversos assuntos específicos do sistema financeiro nacional. E também, a Lei 12.865, de 2013, estabelece o Banco Central do Brasil como responsável, respeitadas as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional, por disciplinar os arranjos do sistema de pagamentos e transferência de valores monetários por meio de dispositivos móveis.

Portanto, não é desejável que o Congresso Nacional tente interferir nesse arranjo através de proposições legislativas que determinem o prazo de pagamento aos lojistas.

O voto.

Ante o exposto, manifesto voto pela rejeição do PLS nº 344, de 2018.

Esse é o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Kajuru.

Em discussão a matéria.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Obrigado, Presidente Omar Aziz.

Senhoras e senhores, V. Exas., de forma objetiva, o presente Projeto de Lei, de autoria do Senador Ataídes Oliveira, propõe, então, limitar em dois dias úteis o prazo para que o estabelecimento comercial ou prestador de serviço receba valores da venda com o cartão de crédito.

Essa proposta que traz, aparentemente, um benefício para o pequeno comerciante, um elo importante na cadeia de consumo da população brasileira, foi, então, aqui, agora apresentada e contraditada pelo nobre Relator Senador Otto Alencar.

Em sua análise, o Relator argumenta que o resultado dessa medida seria um aumento na cobrança de tarifas e juros nas operações de crédito e um eventual estímulo – eventual – para a utilização do cartão de débito, representando também um risco para as vendas de varejo e das cadeias produtivas subjacentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A medida, então, pode, eventualmente, aumentar a concentração bancária, eliminando, assim, uma nascente concorrência, aumentando o poder dos grandes bancos. Isso implica também numa desestruturação de um mercado de cerca de 10% do PIB.

Por fim, o relator argumenta, com honesta propriedade, que cabe ao Conselho Monetário Nacional estabelecer as normas para esse mercado e que não cabe ao Poder Legislativo estabelecer normas para o complexo mercado financeiro.

Por todos esses motivos, eu acompanho o voto do relator, manifestando-me, Presidente Omar, contrário a esta proposição inicial.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em discussão ainda, o Senador Marcos Rogério.

Depois, o Senador Mecias de Jesus.

Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu inicio ressaltando aqui a

Eu inicio ressaltando aqui a qualidade e o acerto do voto do eminente Relator, Senador Otto, que, com a cautela que o tema exige, apresentou um voto na direção com a qual eu também concordo.

Esse projeto propõe limitar, como já referido aqui também pelo Senador Kajuru, em dois dias úteis o prazo para que o estabelecimento comercial prestador do serviço receba os valores com venda de cartão de crédito.

Quanto ao ideal de fazer o dinheiro girar mais rápido, oferecer capital de giro ao comerciante, ao empreendedor, tudo certo, eu acho que é uma boa ideia.

Ao comparar práticas de outros países e querer adotar no Brasil, o problema é comparar o Brasil com outros países quanto ao juro, porque, se você tem um modelo que é mais eficiente, que oferece respostas mais assertivas para o empreendedor em outros países, e quer importar a ideia, associado a essa ideia também deveríamos adotar as taxas de juros praticadas lá fora.

Indago: é o que estamos a construir aqui? É o que propõe o projeto de lei? Não. O projeto de lei não propõe isso. Ele tenta trazer o que seria uma solução para o capital de giro do empreendedor, mas alguém vai pagar a fatura, vai pagar a conta, esse preço, esse custo da antecipação vai para alguém. E alguém tem dúvida de que quem vai pagar isso é o usuário do cartão de crédito?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, importar ideias boas faz bem quando elas vêm completas. Agora, com todo respeito mesmo a boa intenção do Senador que apresentou a proposta, parece-me ser algo que vai trazer mais prejuízos ao consumidor do que soluções para o mercado.

Então, com essas brevíssimas ponderações, eu acompanho o eminente Relator nas conclusões que apresenta em seu voto pela rejeição do projeto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador Marcos Rogério.

Aqui ao meu lado, a Deputada Joana Darc, do Estado do Amazonas, que é uma liderança na proteção dos animais e que veio hoje aqui acompanhar a votação do Estatuto dos Animais, mas foi dada vista coletiva. Ela é uma pessoa do nosso Estado que tem uma representatividade muito grande e se elegeu Deputada com esta bandeira de proteção dos animais. Por isso, a presença dela aqui hoje. Honra-nos muito a sua presença aqui por saber do seu trabalho, no Estado do Amazonas, em relação à proteção dos animais. Seja bem-vinda a esta Comissão.

Senador Mecias.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR) – Sr. Presidente, tendo em vista que a matéria já foi bastante discutida aqui, com um brilhante relatório da lavra do Senador Otto Alencar, mas ainda me causa algumas dúvidas. Portanto, eu gostaria de requerer vista do presente projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Eduardo Braga, eu vou colocar já em...

Eu vou ouvir o Senador Eduardo Braga, o Senador Fernando Bezerra, o Senador Rogério e depois eu coloco em votação o seu pedido de vista só para...

Eu vou conceder a vista coletiva para que a gente volte na semana que vem. Aliás, na semana que vem, nós vamos ter uma audiência pública por proposta do Major Olimpio para discutir a questão da previdência, e também do Senador Rogério,

previdência e também do Senador Rogério. E depois, Major Olimpio e Senador Rogério, queria que vocês dois se sentassem para ver os convidados, porque vocês têm que acertar aí para nós não termos dez convidados, termos quatro, para poder fazer o debate, senão a gente não consegue fazer o debate. Vocês podem fazer esse favor para a Comissão? Acertar aí os convidados, para que a gente possa fazer um debate dinâmico em relação à previdência dos militares, que é uma proposta feita pelo Senador.

Senador Eduardo Braga.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Para discutir.) – Bem, Sr. Presidente, primeiro cumprimento V.Exa., cumprimento nossa Deputada Joana D'Arc, que como bem V.Exa. disse, é uma Parlamentar que tem um compromisso com a causa de proteção dos animais, se elegeu Vereadora com essa tese, se elegeu agora, muito bem votada, Deputada Estadual, também defendendo essa tese, e que vem hoje a esta Casa exatamente acompanhar a votação de um importante projeto, que eu tenho certeza de que na próxima semana...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fazendo soar a campainha*.) – Um minutinho, Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por favor, pessoal, é impossível a gente... Aí o Senador vai ter que aumentar a voz para que a gente possa ouvi-lo. E aí vai ficar uma disputa de quem fala mais alto. (*Risos.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Então, agradecendo a V.Exa., mais uma vez cumprimento-a pela sua presença. É uma alegria recebê-la aqui no Senado.

Mas, Presidente, indo ao caso em espécie, relatado pelo Senador Otto Alencar, eu confesso a V.Exa. que aquele provérbio que diz que a água só corre na direção do mar é uma verdade. Primeiro, porque o sistema financeiro e o sistema de cartão de crédito neste País são o sistema que mais lucro aufere na nossa economia. A gente até não compreende como é que os bancos estrangeiros foram embora do Brasil, se os bancos têm tanto, tanto lucro a cada três meses, como nós temos visto os bancos apresentarem lucros absurdamente altos.

Agora, na hora em que a gente vai fazer um projeto de lei que visa defender o consumidor, nós esbarramos na seguinte ameaça: quem vai pagar por isso? E sempre a corda arrebenta do lado mais fraco. Veja, se você atrasa um cartão de crédito, os juros que eles te cobram são de mais de 300%; se você usa o financiamento do cartão de crédito, eles te cobram juros de mais de 200%. Mas o coitado do vendedor, o coitado daquele que emprega o seu dinheiro para fazer o capital de giro, que gera emprego no comércio, no varejo etc., este, para poder vender com cartão de crédito, tem que esperar trinta dias para poder receber e ainda paga um comissionamento para o cartão de crédito.

Mas eu sou obrigado a reconhecer que o...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – E o imposto sobre serviço vai para Barueri.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – E esse imposto sobre serviço muitas vezes vai para Barueri ou para outros Municípios que têm alíquota muito baixa, muito baixa. Portanto, há uma guerra fiscal, inclusive, sobre o ISS, para poder receber esses tributos gerados pelo cartão de crédito.

Portanto, Sr. Presidente, é absolutamente desequilibrado esse sistema. Cabe, portanto, e aí eu sou obrigado a reconhecer a forma correta do relatório do nosso Senador Otto Alencar, como sempre, porque ele visa exatamente dizer o seguinte, em outras palavras: cabe ao Banco Central baixar uma resolução que possa fazer com que o consumidor não seja prejudicado e com que o lojista, que gera emprego, que corre o risco do seu capital para poder abrir o seu negócio, não seja penalizado. E aquele que faz atividade-meio, que é do financiamento, no caso o cartão de crédito, não penalize nem o seu usuário, ou seu cliente, muito menos o empresário, usuário ou seu cliente, muito menos o microempresário, que muitas vezes é obrigado a se curvar diante disso. Portanto eu quero dizer que o meu parecer, com essas ressalvas, é no sentido de que o Banco Central precisa ter uma resolução. Aliás, no final do ano passado, ele baixou uma resolução com relação aos recebíveis, mas ele precisa, é urgente que se faça uma pressão sobre o Banco Central para que o Banco Central baixe uma resolução e controle efetivamente esses cartões de crédito, porque sinceramente, Sr. Presidente, o brasileiro não aguenta mais pagar juros e pagar comissões no sistema financeiro. Quem beneficia com isso lamentavelmente são sempre os banqueiros e nunca o comércio, nunca o consumidor, mas reconhecendo o mérito do relatório do Senador Otto e ainda, Sr. Presidente, vendo que inclusive a associação Proteste, que é uma associação ligada ao consumidor, apresenta um relatório que foi encaminhado a V. Exa., pedindo que nós não cometêssemos aqui a aprovação desse projeto de lei com medo de serem prejudicados. Não é que eles não sejam a favor. Eles têm medo é que eles paguem a conta.

Portanto eu voto com o relatório do Senador Otto, fazendo um apelo a V. Exa. que esta comissão possa emitir um documento ao Banco Central, recomendando ao Banco Central que tome providências com relação a essa resolução.

Diante disso, Senador Mecias, eu queria fazer um apelo a V. Exa., porque, tal qual V. Exa. e também o Senador Tasso, no sentido de que tendo em vista... Não, eu acho que o Tasso não pediu vista não. Foi o Mecias. Portanto queria fazer um apelo, porque acho que o que nós poderíamos, Senador Mecias, avançar era se esta comissão fizesse diligência junto ao Banco Central para que nós pudéssemos ter uma decisão que seja vencedora tanto para o consumidor, tanto para o empresário, o pequeno e o microempresário que é quem mais sofre com isso, como também desse uma normatizada e uma transparência nessa relação cartão de crédito, sistema financeiro e consumidor.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Só um minutinho. Amanhã, às 8h30, a Comissão de Assuntos Econômicos foi toda convidada para estar com o Presidente, tomar café com ele. Eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mandei avisar todos os gabinetes. 19 Senadores e Senadoras já confirmaram a presença. Mas eu estou convidando tanto os titulares da Casa como os suplentes também para estarem presentes. E a gente pode até debater este assunto amanhã com o Presidente do Banco Central.

Estão inscritos – só um minutinho, Senador Amin – o Senador Fernando Bezerra, o Senador Rogério, o Senador Oriovisto, o Senador Major Olimpio, o Senador Amin... Você vai falar também? Senador Tasso, por favor

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – Só para fazer um esclarecimento. De fato eu não pedi vista. Pelo contrário, concordo *ipsis litteris* com o relatório do Senador Otto. Apenas, diante do pedido de vista, eu pedi vista coletiva para o andamento mais rápido.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente, só para uma informação rapidinho. Hoje, pela manhã, eu tive a preocupação de ter uma reunião com o Diretor Institucional do Banco Central sobre este assunto. O Banco Central concorda plenamente com o meu relatório.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Senador Fernando Bezerra, depois Senador Rogério. Nós temos aqui inscritos seis Senadores para debater esta matéria. Foi pedida vista pelo Senador Mecias

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Presidente, esse projeto apresentado que foi relatado pelo Senador Otto Alencar

Esse projeto apresentado, que foi relatado pelo Senador Otto Alencar, é fruto do trabalho da CPI dos Cartões de Crédito, que foi presidida pelo Senador Ataídes e relatada por mim. Houve, digamos, uma divergência que nós não conseguimos superar: o Senador Ataídes considerava que todas as propostas deveriam ser trazidas para a lei, e nós defendíamos, como continuamos defendendo, que esse é um trabalho que tem que ser tradado em nível da legislação infralegal, através das resoluções do Banco Central. Inclusive, outro item da pauta, que é o item 5, a matéria está prejudicada justamente porque o Banco Central está atendendo as recomendações da CPI. Foi estabelecido um prazo de seis meses após as conclusões dos trabalhos da CPI para o Banco Central fazer uma avaliação dos avanços que nós obtivemos com o trabalho da CPI. Essa questão dos recebíveis já está superada. Por isso é que o projeto que eu vou relatar já está prejudicado.

E nesse caso específico para redução do prazo de 30 dias para 2 dias, essa é uma matéria que não é consenso no mundo. Alguns países trabalham com 20 dias, 19 dias, outros com 2 dias. E aqui, no caso do Brasil, é importante a gente dar um espaço para que, de fato, exista competição, e a competição que está ocorrendo é aquela trazida pelas FINTECs, que estão apenas se iniciando nesse mercado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, eu apoio 100% o relatório do Senador Otto Alencar, renovo aqui o apelo ao Senador Mecias para ele desconsiderar o pedido de vista, para que a gente possa aprovar, tendo em vista as manifestações que aqui ocorreram. Que a gente possa aprovar o relatório do Senador Otto Alencar ainda na sessão de hoje.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Rogério!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Com a palavra o Senador Mecias, que pediu uma questão.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, o meu pedido de vista... Esse projeto tramita aqui no Senado desde 2013, e eu estou há dois meses aqui no Senado da República. Achei brilhante o relatório do Senador Otto Alencar, e não me manifestei contra em nenhum momento, e pelo que percebo é favorável à maioria dos Senadores que aqui já se manifestaram. O meu pedido de vista é tão somente no sentido de que eu também possa conhecer um pouco mais da matéria, até porque V. Exa. fala, no momento, que haverá um café com o Banco Central, que eles haverão de fazer algum tipo de orientação nesse sentido também. Então, eu gostaria de poder conhecer mais, mas se for da vontade da maioria aqui – e eu percebo isso aqui –, eu retiro o pedido de vista...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR) – ... para que a gente possa continuar fazendo a votação...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Tasso, também retira?

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR) – ... seguindo a orientação do nosso Líder Eduardo Braga e do Líder Fernando Bezerra.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador Mecias, e obrigado, Senador Tasso.

Eu acho que é consenso. É uma matéria que realmente nós não temos muito que discutir. Ninguém consegue enxergar um benefício para quem paga essa conta. Ninguém consegue.

Senador Rogério, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Pela ordem.) – Eu queria, na mesma linha do Senador Fernando Bezerra... Como estamos num processo de ampliação do número de operadores financeiros – e operados financeiros, com certeza, com menor capacidade de levantamento de dinheiro, de crédito para garantir essas operações –, eu acho que o relatório do Senador Otto Alencar dialoga com este momento que a gente vive de ampliação do número de empresas

este momento em que a gente vive de ampliação do número de empresas que podem entrar nesse mercado e, quem sabe, no futuro próximo, quando consolidar mais empresas nesse mercado, a gente possa voltar a discutir essa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador.

Eu vou abrir a votação e ainda vou ouvir o Senador Major Olimpio, Senador Amin, Senador Veneziano Vital do Rêgo e o Senador Oriovisto. Aliás, o Senador Oriovisto é agora, após o Senador Rogério.

Agora, eu vou abrir a votação, para votar com o Relatório tem que dizer: "não".

(*Procede-se à votação.*)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. *Fora do microfone.*) – Para o Relatório é "não".

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Quem vota com o Senador Otto Alencar vota "não".

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Amin?

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Se a gente votar...

Veja bem, quem vota com o Relator vota "não", porque o parecer do Relator é "não". Então, nós vamos votar "não"; não é "sim" com o Relator.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. *Fora do microfone.*) – Eu já votei.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Para a gente enterrar o projeto vota "não".

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Nós estamos votando o projeto, gente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Oriovisto, desculpe-me.

Com a palavra o Senador Oriovisto Guimarães.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – Sr. Presidente, só para ajudar na discussão, primeiro, eu quero dizer que vou votar "não" também, apoio também o Relatório do Senador Otto.

Mas já que vamos tomar o café da manhã com o Presidente do Banco Central – e acho que essa matéria precisa ser regulada, realmente, de forma infralegal, por portarias do Conselho Monetário Nacional, o Presidente do Banco Central tem assento no Conselho Monetário Nacional – vale a pena, Sr. Presidente, entrar um pouco mais no mecanismo dos cartões de crédito, até para a gente saber o que dizer para o Presidente do Banco Central sobre como ele poderia regulamentar.

Ocorre hoje que o pequeno lojista, é claro, não tem capital para financiar o giro do financiamento da mercadoria. Às vezes, eles dizem para nós assim: "É parcelado em dez vezes sem juros". Evidentemente, trata-se de uma mentira. Ninguém parcela nenhum pagamento em dez vezes sem juros, ainda mais aqui no nosso País. O consumidor já está pagando juro embutido. E pior ainda, se você disser: "Não, eu quero pagar à vista, o preço é o mesmo", aí você paga juro de dez meses estando pagando à vista.

O que os grandes bancos fazem é que, como o lojista não tem o dinheiro para bancar esse giro, eles descontam os recebíveis, o canhotinho do seu talão, a loja do *shopping* é obrigada a descontar com o próprio banco que é dono do cartão. Ele não tem a opção de trocar esse recebível num banco menor, por taxa menor. Não pode trocar com *factoring*, com outras entidades de crédito menores. E aí o juro do cartão vai lá em cima. Quer dizer, a forma como a coisa está armada hoje é, realmente, primeiro, para estabelecer uma máquina de ganhar dinheiro para os grandes bancos, há um monopólio, porque só eles podem descontar esses recebíveis a taxas que, obviamente, eles impõem.

Então, seria muito melhor para o lojista que o Banco Central, o Conselho Monetário Nacional estabelecesse uma norma em que ficasse claro que o lojista dono do recebível pudesse descontar esse recebível em qualquer instituição financeira.

descontar esse recebível em qualquer instituição financeira, fossem as pequenas instituições, como *factorings*, ou outras. Isso, no entanto, não é permitido. Há um monopólio. E esse monopólio pode ser facilmente quebrado pelo Banco Central. É só com isso que eu queria contribuir.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senadora Kátia.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. Pela ordem.) – Obrigada, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só para complementar o Senador Oriovisto, o Banco Central pretende, Senador, fazer uma central de recebíveis de cartão de crédito. E é exatamente isso que o senhor quer. O único problema é que eles estão demorando muito para que isso aconteça e estão prometendo – o dia que vieram aqui, eu conversei com o diretor – apenas para o ano que vem. Eu não entendo porque essa burocracia.

Com a central de recebíveis, qualquer banco pode entrar na concorrência e descontar o seu parcelamento com um juro menor do que o dono do cartão daquele dia que foi emitido. A outra coisa é que são fundos de investimentos também que podem ser criados para comprar esses recebíveis. E aí acaba o cartel. Isso só interessa aos bancos, aos principais, que são donos das bandeiras.

Então, essa proposta dele eu gostaria de colocar aqui na reunião, para que a gente pudesse discutir com o Presidente do Banco Central, que é a favor, mas o diretor que estava aqui naquele dia disse que só será possível o ano que vem. E a gente poderia antecipar, porque baratearia e muito o juro do cartão de crédito, por conta, claro, da concorrência.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nós vamos amanhã e eu reafirmo o convite feito por ele, para que possamos debater isso.

Senador Major Olimpio. Depois, Senador Amin. E Senador Veneziano por último.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu não tenho a menor dúvida de que a iniciativa do Senador Ataídes Oliveira foi justamente tentar favorecer os sofridos comerciantes, aquelas pessoas que estão também produzindo no nosso País.

Ocorre que a grande preocupação fica por conta do que já apresentou com brilhantismo o Senador Otto Alencar. Vários Senadores aqui se mostraram profundos conhecedores de que numa iniciativa dessa natureza, bancos, operadores de cartão não vão perder nenhum centavo. O repasse e os juros que certamente cresceriam em função dessa medida, mais do que própria, dos dois dias para o recebimento seria repassada diretamente ao senhor José, à dona Maria, àqueles que estão na ponta da linha, desesperados.

Graças a Deus que nesta Comissão de Assuntos Econômicos, a cada momento eu aprendo mais. Faz valer muito a possibilidade do mandato. A responsabilidade e a sapiência dos Srs. Senadores nos impressionam, realmente, e nos dão uma grande expectativa de que nós vamos ajustar os rumos do País em sintonia com a população. Não tenho dúvida de que ao levarmos esse problema ao Banco Central, que pode... Não é porque um diretor vai querer ou não, mas eu tenho certeza absoluta de que a sensibilidade se fará na medida em que a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado se posicionar. E quando o Senado se posiciona, ele tem E, quando o Senado se posiciona, ele exerce

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

força de pressão em nome de todo o País, de todos os Estados e de cada cidadão. Então, eu acho que mais oportuno será... Não tenho dúvida de que o tema central que o Senado pode levar amanhã, através da CAE, para esse café da manhã é justamente a exigência de uma postura antecipada até de regramento pelo Banco Central dessa matéria.

Já votei acompanhando o Senador Otto Alencar, com o relatório perfeito dele, com o voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Esperidião Amin, o senhor não votou ainda.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Primeiro eu vou declarar e, depois, eu vou votar. O Otto Alencar não pode ter unanimidade!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está bem.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Isso eu não discuto de jeito nenhum!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Senão ele vai achar que...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não vou discutir nada!

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Ele vai achar que pode fazer cirurgia sem anestesia...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Mas é muito conciso...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Como ortopedista ele é unanimidade, viu, Esperidião?

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não, não, você não pode... V. Exa. ameaçou com cirurgia – e não vou dizer que tipo de cirurgia – sem anestesia, e eu fiquei muito preocupado.

Mas é muito conciso. Eu só gostaria, Presidente, que essa moção que V. Exa. vai entregar ao Banco Central – pode ser pessoalmente ou pode ser nesse encontro de amanhã – fosse distribuída para nós o mais rapidamente possível, antes da reunião, porque isso aí vai ao encontro do que o Presidente do Banco Central anunciou como candidato.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Foi uma proposta do Senador Eduardo Braga fazer essa moção.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Exatamente!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A gente não redigiu nada ainda.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Vamos redigir.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vamos redigir e, aí...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu estou preocupado é com a redação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor poderia ajudar bastante nisso.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Posso ajudar, mas acho que o Senador Eduardo Braga foi muito claro: essa moção é que dispensa o projeto de lei, essa é a anestesia. Com essa moção, eu vou votar "não", e vou votar em confiança, sem ler a moção primeiro, como mandaria São Tomé, meu padroeiro. (*Risos.*)

É mesmo! Eu nasci no dia de São Tomé!

Então, vou assinar em confiança, vou votar "não".

Agora, queria só deixar claro o seguinte. Nós estaremos prestando um serviço além deste caso, porque nós estamos, de alguma forma, combatendo mais um atravessador. Essa etapa que nós estamos eliminando faz parte da cadeia do improdutivo, da chamada cadeia parasitária, que medeia o tomador do dinheiro daquele que recebe o dinheiro. Então, acho que isso é importante. Vou votar "não" por isto: porque, com essa moção que V. Exa. vai redigir inspirado pelo Senador Eduardo Braga e com o nosso consentimento, nós estaremos lutando para suprimir um elo nessa cadeia improdutiva.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador.

Por último, o Senador Veneziano Vital do Rêgo com a palavra.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB) – Sr. Presidente, meus cumprimentos. Bom-dia a V. Exa. e aos demais outras e outros companheiros.

Todos os demais tiveram oportunidade de falar ou, em não querendo, ouviram atentamente as exposições muito lúcidas dos Srs. e Sras. Senadores. Eu não vou deixar aqui, Líder Fernando Bezerra, de expor o sentimento do quanto me leva ao incômodo estar...

do quanto me leva ao incômodo estar votando premido... Observem, as palavras do Senador Eduardo Braga, com todo respeito aos demais outros expositores, foram perfeitas, e se ele me permitisse, eu não poria nem retiraria absolutamente nada do que S. Exa. disse.

Em resumo, V. Exa. disse que nós estamos aqui votando sob uma ameaça. Correto?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. *Fora do microfone.*) – Correto.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB) – Eu falava com o Líder Fernando Bezerra, e ele dizia: "Veneziano, a nossa preocupação é a de que nós venhamos a criar no mercado, que é muito tomado, quase que por completo controlado por poucos, abrindo os acessos através das Fintechs...". E aí, o Senador Eduardo Braga, o Senador Kajuru, o Senador Marcos Rogério, o meu querido Senador Paulo Paim trazem as preocupações dos consumidores através de suas associações.

Não é que as mesmas – atentem V. Exas. – não gostariam de votar ou não gostariam de ver o projeto original, da maneira como esteve sendo discutido e que vai ser rejeitado, aprovado por esta Comissão. Não é isso. A proposta do Senador Ataídes, se nós não vivêssemos nesse mundo onde o quinto poder se estabeleceu antes dos outros três, e depois do quarto poder... E hoje no Brasil o primeiro poder é o sistema financeiro, são os bancos que regem em grande parte, e até mesmo nos impõem essas situações: "Não, não vamos votar porque há um risco iminente de que os bancos"... Sempre eles, que tiveram, no ano passado, 70 bilhões de dividendos, que foram distribuídos entre seus acionistas e completamente sem conhecerem pagamentos tributáveis – 7% somente –, são estes que dizem: "Olha, tudo bem, se os senhores quiserem votar favoravelmente, nós não temos problema algum, nós vamos repassar esse nosso prejuízo pra os consumidores". E é sempre assim.

É sempre assim, e eu pergunto até quando vai ser assim, Senadora Kátia Abreu.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando esta Comissão, quando o Plenário, diligentemente, depois de termos decidido pelo cadastro positivo, levamos com urgência ao Plenário, sabe o que trouxe no outro dia – e tive eu a oportunidade de ler numa entrevista – uma das autoridades do Banco Itaú? Que – não creiam –, senão, seria só a partir do próximo ano a discussão para uma possível, desejável, ansiada diminuição dos juros. E quando nós, à unanimidade, votávamos em Plenário, como votamos aqui, dizíamos: "Vamos dar mais essa chance, vamos acreditar que, votando, assim, o cadastro positivo, irá estimular um novo momento". No outro dia, por meio de uma pessoa autorizada, representando o Banco Itaú, levava-se exatamente ao contrário.

Então, Presidente, eu lastimo. Eu votei "não". Votei de acordo com as ponderações que foram feitas pelo Líder Fernando Bezerra, pelo relatório do Senador Otto Alencar, mas corroborava, pelas apreensões do Senador Mecias: não é possível que nós nos agachemos e não é possível que nós nos permitamos e permaneçamos sempre crentes, fiando-nos em propósito daqueles que fazem e que compõem o

em propósito daqueles que fazem e que compõem o sistema como condutores, tendo eles – todos eles, Senador Tasso Jereissati –, sido egressos desse mesmo universo do sistema financeiro, todos eles! A minha pergunta, começando... Eu posso estar aqui por força exatamente de ser neófito nesta Casa, eu queria muito crer que aqueles que estão sentados... E eu não estou discutindo mérito de quem quer que seja, absolutamente, porque todos eles têm extraordinários currículos, mas todos eles têm conceitos e concepções que advogam e continuarão a advogar aquilo que nós temos visto no País, eu só queria me convencer do contrário.

Então, eu lamento. Lamento por quê? Porque fica, de fato, uma decisão desse colegiado com receios de que os bancos venham impor aos senhores – como nós, consumidores – aquilo que poderia trazer-lhes de prejuízo, quando, na verdade, nós estaríamos estimulando com capital de giro tantos milhares e milhares de pequenos negócios.

É esse o lamento que faço, pedindo desculpas se não foi pertinente essa observação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador.

Senador Eduardo.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Presidente, se V. Exa estiver de acordo e os colegas Senadores e Senadoras estiverem de acordo, hoje à tarde mandaremos o texto da moção por WhatsApp para V. Exa para que possa submeter à contribuição de todos os Senadores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estando aprovado por V. Exa., nós poderemos assinar ainda hoje para que no café da manhã de amanhã nós possamos estar com essa moção pronta para entregar então ao Presidente do Banco Central sobre...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Aprovada? Ela ode ser assinada só por ele.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Então, como...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Aprovada em confiança por todos nós.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Sugestão do Senador Amin de que V. Exa. pode assinar a moção. Nós encaminharíamos... Já pedi para a assessoria preparar a moção, encaminharemos a V. Exa. para que amanhã todos nós possamos entregar essa moção ao Presidente do Banco Central.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Alexandre vai receber e vai distribuir para todos os Senadores, vai mandar aos seus gabinetes. Eu assino, a gente encaminha e amanhã de manhã a gente entrega em mãos...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... ao Presidente do Banco Central, o.k.?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – A Tati entrega para você, Alexandre, o texto e a gente segue. O.k.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vamos abrir aqui a votação.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Encerrar a votação e ver o resultado.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – NÃO, 19; SIM, 0.

Abstenção: 0.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Presidente, de forma rápida, a inversão. Votar o item 5 porque a matéria está prejudicada, não vou nem relatar. É só votar, porque se tem que votar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em votação o item 5.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 272, de 2018

- Terminativo -

Veda que a instituição emissora ou credenciadora do cartão de crédito exija exclusividade quanto à antecipação de recebíveis e imponha trava bancária além do volume de recebíveis necessários para garantir a operação de crédito.

Autoria: Senador Ataídes Oliveira

Relatoria: Senador Fernando Bezerra Coelho

Relatório: Pela prejudicialidade do projeto.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – É votação simbólica.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Simbólica. É uma matéria prejudicada o item 5.

Em votação o item 5.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – É a mesma coisa, porque essa matéria já foi atendida por uma resolução do Banco Central editada em dezembro do ano passado.

Então, o relatório é pela prejudicialidade.

Votação simbólica.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Agora, item 2, Senador Paim, que é o Relator.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 511, de 2017

- Não terminativo -

Acrescenta o art. 14-A à Lei nº 4.119, de 27 de agosto de 1962, para dispor sobre duração da jornada normal semanal de trabalho do Psicólogo.

Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com parecer favorável ao projeto.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sr. Presidente, o item 2 vou pedir para retirar de pauta e explico por quê.

Eu havia me comprometido com o setor hospitalar que não colocaria o meu relatório em votação sem primeiro uma audiência pública.

Eu havia me comprometido com o setor hospitalar que não colocaria meu relatório em votação sem primeiro uma audiência pública. Foi uma falha de encaminhamento. Eles só me lembraram elegantemente. Eu disse a eles então que eu tiraria de pauta, e faríamos uma audiência pública para debater esse projeto, com total aval aqui da Senadora Kátia Abreu, que lembrou da importância desse compromisso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas não precisa nem ser especialista para saber que 30 horas de psicólogo é você ouvir... Trinta horas por semana, nós temos de...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Presidente, pela quantidade de coisa que há no Brasil, é pouco! Inclusive aqui no Senado Federal e nas redundâncias.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Já estou tirando de pauta, Presidente. E faremos uma audiência pública na data.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está retirado de pauta, Senador, mas é importante a gente regulamentar o tempo de trabalho do psicólogo sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu entro com o requerimento, Presidente, para votar na próxima.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Projeto de Lei do Senado nº 466, de 2018, não terminativo, que altera a Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Sr. Presidente, eu confesso que tenho dificuldade de ouvir V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu já chamei a atenção três vezes.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – As pessoas têm de colaborar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas eu já chamei a atenção três vezes e fica chato também ficar chamando a atenção.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Então, o que nós vamos fazer?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu peço aos assessores que, por favor, ajudem a gente aqui, senão fica difícil.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Ele fala baixo, gente.

O senhor fala baixo.

Sinceramente, não é o senhor o culpado. Está certo?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu sei. A senhora está com a razão, Senadora Rose.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 466, de 2018

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para prever a instituição de programa de auxílio financeiro para as famílias de baixa renda que não conseguirem matricular crianças de 0 a 5 anos em estabelecimentos de educação infantil, bem como a divulgação de lista de espera de interessados em vagas nas referidas unidades.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador José Serra

Relatoria: Senadora Rose de Freitas

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa.

Esse projeto é do Senador José Serra, e a Senadora Rose de Freitas vai ler o relatório.

Por favor.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES. Para proferir relatório.) – Presidente, o autor tem direito de palavra, não tem? Ele gostaria de falar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Na discussão, sim.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Na discussão apenas?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Na discussão, ele vai...

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – É que o Serra para mim tem sempre primazia.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu também quero entender o mérito desse projeto do Serra, porque a matéria diz que tem de ter orçamento para que isso aconteça.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Não, não. Ela é autorizativa.

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) – Não, não!

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Ela é autorizativa, tanto que o Líder do Governo, que pediu inclusive prazo para discussão, já é favorável; o próprio MEC é favorável. Nós estamos de uma matéria...

Esse projeto, Sr. Presidente, não cria despesas adicionais e ainda resguarda os recursos já assegurados nos respectivos orçamentos. Por isso que é bom esclarecer...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu posso pedir um favor para a senhora, Sra. Senadora?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu acho que eu vou pedir para o Serra falar primeiro, antes da senhora. Pode ser?

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Pode. Não é pela questão de que ele tenha a primazia por ser homem não, não é?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não! A senhora que sugeriu, Senadora.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Eu sugeri, e o senhor fez não. Agora eu comecei a falar, e o senhor fez sim.

Mas se o Serra...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não! É por causa de uma dúvida que eu tenho inclusive.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – E que eu não poderia esclarecer. Então, o senhor dê a palavra para o Serra que ele pode esclarecer.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não! É uma dúvida que eu tenho e que estou pedindo para a senhora me esclarecer.

Eu entendi do projeto...

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Presidente, o autor pode esclarecer melhor, com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Porque a gente vai votar a matéria e vai pedir vista, Senadora Rose.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A gente vai votar a matéria e vai pedir vista, Senadora Rose.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Caros colegas, o objetivo principal desse projeto de lei é estabelecer regras gerais para a criação de programas do auxílio-creche no âmbito municipal, e é pertinente que o Senado e o Congresso possam fazer isso, pois não se está invadindo a autonomia municipal quando se estabelecem essas regras para a criação de auxílio-creche nos Municípios.

A proposta regulamenta a instituição de programas de auxílio-creche a famílias de baixa renda que não tenham conseguido matricular os filhos em unidades públicas ou conveniadas de educação infantil. Para que se tenha uma ideia, a proporção de crianças que ficam fora é enorme. Hoje, no Brasil,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Presidente, apenas 14%, ou seja, uma em cada sete crianças mais pobres da população, têm acesso a creche – não sei se os colegas Senadores sabem disso –, e 34% das crianças de 0 a 3 anos que pertencem ao estrato dos 20% com renda familiar *per capita* mais baixa do País, ou seja, 34% das crianças de 0 a 3 anos mais pobres, não frequentam escola porque não há vagas em creches públicas próximas ao seu local de moradia ou ao local de trabalho dos seus pais. E nós sabemos que, para os 20% de renda mais alta, desde logo, o percentual de crianças de 0 a 3 anos fora da escola é de apenas 6,9%, ou seja, a criança de renda mais alta vai para a creche, e a de renda mais baixa não vai para a creche.

Eu quero chamar a atenção para um fato: a idade crítica de 0 a 3 anos é crucial. Eu me lembro disso, porque, quando eu estava no Ministério da Saúde, organizamos programas de amamentação, de assistência, de auxílio para famílias com crianças de até 3 anos. O que a criança será no futuro depende muito do que ela tenha recebido, do padrão de vida, do padrão educacional, do padrão de assistência, quando ela tinha de 0 a 3 anos. Esse é o nosso foco com esse projeto.

O Governo Federal ou pelo menos as pessoas próximas têm se colocado contra essa proposta com o argumento de que nós não podemos interferir nos Municípios. Ora, seria como se nós não pudéssemos fazer a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. É claro que o Governo Federal, a esfera federal tem a capacidade constitucional de orientar a estrutura do ensino, incluindo as creches, no resto do Brasil.

Realmente, olhando os pontos todos que são apresentados como objeção, fica até difícil rebater, porque se dá a impressão de que não houve a leitura do projeto.

fica até difícil rebater, porque dá a impressão de que não houve leitura do projeto. Agora, o fato é que nós estamos atendendo as crianças de zero a três anos, que representam o estrato dos 20% por renda domiciliar mais baixa do País, que não vão à escola porque não há vagas, e nós estamos criando mandamentos para que haja. E os Municípios terão que procurar recursos. Não é transferência federal; nós não estamos nem criando um sistema de financiamento agora, neste projeto federal, nem...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Cria-se o mandamento. O Prefeito vai ter que se virar, quer dizer, não se trata aqui...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Serra, só um minutinho. Eu só quero...

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – ... nem de autorizativo...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É o seguinte, Senador Serra: só uma explicação aqui. Eu tinha entendido, e estou correto naquilo que eu entendi, que a Senadora Rose disse que não era assim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Veja bem, no art. 1º: "Ficam o Distrito Federal e os Municípios autorizados a instituir, por ato do poder executivo, condicionado" – condicionado! – "a disponibilidade orçamentária [...]". Se o Prefeito disser que não tem, não vai ter. Então, é uma lei que não funciona. A gente autoriza, mas hoje nós não precisamos fazer uma lei aqui... Há muitas prefeituras... O que acontece hoje é uma coisa muito mais séria...

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES. *Fora do microfone*.) – Presidente, o senhor coloca dúvida...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não... O que eu coloquei, a dúvida, Senadora Rose, foi isso, quando eu disse bem assim: a lei permite ao Prefeito, se quiser ou não; não é uma lei que obriga.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP. *Fora do microfone*.) – Não, não... Ela é autorizativa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ela autoriza, foi isso que eu disse.

Eu acho que houve entre nós dois foi essa... O meu entendimento era esse. A senhora tinha...

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Não; eu aceito as desculpas de V. Exa. tranquilamente. Na verdade, o senhor não está pedindo, mas eu aceito, porque eu sei da sua intenção.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não... Eu peço desculpas à senhora, mas eu entendia dessa forma.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – O Senador Serra ainda não sabe – talvez, o erro seja meu – que, na verdade, isso teve uma grande discussão, com o Líder do Governo, com o Líder do PMDB, com o Ministério da Educação, e já superamos essas fases. Nós não estamos na fase de engatinhar. Eu estou com medo de ele começar a falar, e todo mundo votar contra porque está achando que é uma terra arrasada. Portanto, não altera, não cria despesa adicional, é autorizativa, é importante. E nós mulheres e os homens também podem falar sobre isso, porque o dever do Estado com a educação está falho. Nós sabemos que metas e metas para construir creches não foram atingidas. Então, não temos nenhuma garantia da educação infantil. O que faz o projeto dele? Ele cria uma possibilidade, autorizando que se possa criar esse método, oferecendo às crianças de zero a cinco – porque está muito aquém aquilo que deveria ser a política pública de educação infantil – uma capacidade necessária de que essas gerações possam usufruir através desse *voucher*. Eu olho de forma cristalina... Os dados que ele deu oficialmente são importantes. Há falta de vagas, todos reconhecem: os que foram Prefeitos, Governadores, quem acompanha os Municípios, o Estado. Então, não é decorrência só da má gestão; é também da falta de recurso, da falta de iniciativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É isso que o projeto do Senador Serra... Nós vamos ganhar muito com esse projeto. Ganham as famílias, ganham as crianças.

E, por isso, já que o senhor deu a palavra para ele esclarecer... Ele esclareceu?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Não.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Não esclareceu?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senadora, a senhora está com a palavra para ler o relatório da senhora. Vou ouvir atentamente a senhora.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Eu já...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Dado como lido.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Já deu por lido, Senadora?

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Eu vou dar...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Presidente...

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – V. Exa. tem a palavra

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Já deu por lido, Senadora?

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Eu vou dar.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente...

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – V. Exa. tem a palavra do autor. É muito importante.

Eu vou resumir aqui. Quando V. Exa. abordou a previsão de que o Distrito Federal e os Municípios, respeitada a capacidade financeira e sem prejuízo do recurso já destinado à educação básica, que é quase nenhum, conforme já falei, possam instituir esse programa de auxílio às famílias de baixa renda que tenham crianças de zero a 5 anos, que consigam ser matriculadas, aí o Município decide se quer ou não fazer. Ele tem autorização para fazer. Antes não tinha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, eu acho que é uma forma eficiente autorizar que as famílias possam, através do Poder Público...

Presidente, eu estou quase lendo o Regimento Interno. V. Exa. virou o discurso...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não...

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Presidente, me permita, eu vou concluir.

Como resultado final, para que se consiga essa vaga nas instituições, espera-se que os entes da Federação possam dar cumprimento às diretrizes constitucionais de obrigatoriedade de matrícula e de proteção à infância. Ganham as famílias e suas crianças, como eu falei, que poderão receber – poderão receber –, desde a mais tenra idade e sem a limitação relacionada às condições econômicas de seus pais, estímulos e cuidados necessários para o desenvolvimento cognitivo, psicomotor, emocional e educacional. Por estas razões, entendemos que o presente projeto é oportuno, meritório, digno.

Diante do exposto – V. Exa. me permita, não quero debater com V. Exa. –, eu manifesto meu voto favorável à aprovação do Projeto de Lei 466.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Voto favorável também.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Sr. Presidente, só um complemento.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu só queria... Eu voto favorável também ao projeto.

Eu só queria dar a palavra ao autor do projeto, Senador Serra. Está inscrito o Senador Confúcio, está inscrita a Senadora Kátia, estão inscritos o Senador Fernando Bezerra, Senador Eduardo Braga e Senador Tasso para discutir a matéria.

Agora, vamos para a prática, porque para mim o que funciona no Brasil é o que tem exemplos práticos. Fui Vice-Prefeito e Secretário de Obras durante seis anos. Nós criamos um programa em Manaus chamado Creche Social, em que uma mãe, uma senhora, num bairro, trazia várias crianças para ficar com ela e a Prefeitura ajudava com alimentação e tal. O Ministério Público entrou com uma ação proibindo por causa das condições e não sei o quê.

A Presidente Dilma fez o programa de creches no Brasil e muitas prefeituras estão com as creches paradas porque não tinham dinheiro para custeio. Se não têm hoje dinheiro para custeio dessas creches que estão prontas, imaginem a gente achar que isso vai...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou votar a favor do projeto porque depois podem dizer: "Ah, votou contra". Não, eu voto a favor.

Agora, a prática que eu tive me ensina a dizer que isso não vai, na prática, funcionar. Nós vamos votar, agora, eu estou dizendo da prática. Creche social, projeto bonito. Chegava uma pessoa desempregada, mãe, que levava... As mães saíam para trabalhar, eram empregadas domésticas, secretárias, ficavam o dia todo dentro da casa daquela senhora com a Prefeitura dando todo tipo de alimentação, pagando um salário para essa mãe que cuidava dos filhos dos outros. O Ministério Público entrou com uma ação contra. Quantas creches foram liberadas pelo Governo da Presidente Dilma para serem construídas no Brasil e quantas estão funcionando?

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente, só para dar um dado para V. Exa., a Confederação Nacional dos Municípios levantou que

a Confederação Nacional dos Municípios levantou que no Brasil nós temos 917 creches inacabadas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Inacabadas! E as que estão acabadas não estão funcionando!

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Só em Manaus há 50 inacabadas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois é! Tudo bem.

Senador Confúcio.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu, aqui nesses 60 dias de Senador, creio que 90% dos meus discursos foram em defesa da educação. Mas a Meta 1 do Plano Nacional de Educação, aprovada em 2014, diz o seguinte – Lei. Já tem lei aprovada:

> Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE [que é ano que vem, 2020].

Já está na lei. É a Meta 1 do Plano Nacional de Educação. Está muito claro. E aí a meta, inicialmente, já furou, porque de quatro a cinco anos era para 2016. E a educação infantil, até três anos, é até ano que vem, 2020. Está na lei! Na Meta 1 do Plano Nacional de Educação!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu acredito... Aqui veio Osmar Terra, dias atrás, e falou no Criança Feliz, que justamente é o apoio do Governo Federal às crianças de zero a três anos, importantíssimo na formação da memória da criança, na acumulação de possibilidades boas de aprendizado no futuro.

Sr. Osmar Terra, se o Governo Federal tem o Programa Criança Feliz e o MEC tem essa boa vontade, pegue esse dinheiro e ajude os prefeitos. Prefeito não tem dinheiro não, Sr. Presidente. Prefeito de cidade pequena do Brasil não tem recurso nenhum para criar e pagar... fazer *charter school*, pagar creches privadas; e nem creches privadas tem, nos Municípios pequenos.

Então, eu, que defendo educação, sou contra esse projeto. Eu, que defendo educação... Nós estamos sendo redundantes, porque a Meta 1 do Plano Nacional de Educação já está clara. É ano que vem, 2020, para sacramentar a situação! Então, para que mais lei? Lei em cima de lei? Lei em cima de prefeito? Lei em cima de... Complicações para as prefeituras não têm sentido prático!

Então, eu, infelizmente, eu que defendo educação, neste caso específico sou contra.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Com a palavra a Senadora Kátia Abreu.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. Para discutir.) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senadora Kátia, o Senador José Serra...

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Mas pode falar.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Não. Deixe-o falar. Pode falar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador José Serra.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP. Para discutir.) – Vejam, eu ouvi com muita atenção a exposição do Senador Confúcio. O fato de que não se tenha cumprido meta não é motivo para que nós não insistamos nisso, não criemos uma obrigação e não sigamos a batalha. Seria se render aos acontecimentos

O fato é que só 34% das crianças de zero a três anos têm acesso a creche, no Brasil, entre as mais pobres. Essa é uma realidade. Nós temos de continuar empenhados nessa direção; só que o projeto não pressupõe recursos orçamentários, mas pressupõe a indução, a pressão sobre o sistema dos Municípios, para atenderem ... a pressão sobre o sistema dos Municípios para atenderem as crianças mais carentes na faixa das creches. Na vida pública é assim: são pressões contra pressões, obrigações. Nós estamos induzindo a melhora da situação no que se refere a essas crianças. Seria uma crueldade, na verdade, se nos omitíssemos nessa matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por outro lado, eu quero dizer que há um fator relevante que vai ajudar muito na pressão, que é a obrigatoriedade de se ter listas das crianças não atendidas. Que essas listas sejam publicadas, que haja uma inscrição: esse é um instrumento de pressão também muito grande. Disso é que se trata. Não se trata, como alguns poderiam pensar, de destinar recursos orçamentários, até porque seria inconstitucional – "Dinheiro tanto para tal coisa" –, nós não podemos fazer isso porque a Constituição proíbe, Parlamentares não podem tomar iniciativas de aumento de gastos, mas podem, sim, criar programas que venham a ser instrumentos de pressão e de obrigação para o Executivo atender essa matéria.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Pois não, Senador José Serra.

Só queria fazer uma observação para V. Exa. O Senado já aprovou aqui um projeto, da Senadora Ana Amélia, pelo qual qualquer projeto ou qualquer programa do governo federal que seja instituído para cumprimento através dos Municípios deve ter também a vinculação da receita para financiá-lo, porque, ao longo dos anos, o que se fez foi passar para os Municípios, lá na ponta, a obrigatoriedade de fazer a parte social, mas não se mandaram os recursos.

O PSF mesmo, hoje, cai todo na conta da prefeitura, o governo federal não passa absolutamente nada. Então, esta é uma realidade – sabe disso quem conhece, como eu conheço e outros tantos conhecem, assim como V. Exa, a vida nos Municípios –, uma realidade dura nos Municípios: eles não têm recursos para financiar as ações sociais.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senadora Kátia Abreu.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. Para discutir.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Olha, eu gostaria apenas de reforçar – além de ser da roça, eu também sou psicóloga de formação – que, nessa idade de 0 a 3 anos, é exatamente quando ocorre a formação de todas as conexões neuropsicomotoras. Se isso ficar prejudicado...

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Exatamente!

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Eu não preciso nem dizer, o próprio nome já fala: neuropsicomotora. Todos os neurologistas do País sabem disso. Então, as crianças mais pobres, que ficam fora dos cuidados, de fato, ficarão prejudicadas, com atraso no ensino, com a repetência, com o abandono das escolas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, diante dessa proposta do Senador Serra, a despeito de nossas divergências pessoais, eu tenho que reconhecer: ele é uma pessoa que, como poucos, conhece o Estado brasileiro por dentro e por fora. Essa questão é de uma gravidade muito grande. Eu sei que isso aqui não é obrigatório, é autorizativo, é uma forma de pressão, porque isso é uma pouca vergonha.

O Confúcio está correto quando diz que a meta já existe e ninguém olha para a cara dela. Quando eu cheguei, no ano passado, como titular na Comissão de Educação, a meta escolhida era a 1. A 1 era exatamente essa, de creches e primeira infância até 5. A primeira pergunta que eu fiz, pragmática que sou, ao lado de Cristovam Buarque: "Qual é o orçamento, até 2020, para cumprirmos essa meta?" Aí, Cristovam Buarque aproveitou e fez um desabafo em cima da minha palavra e disse: "Você tem razão, é zero! Isto aqui é uma casa de faz de conta, porque estabelece meta e não põe recurso para o cumprimento da meta."

Então, eu clamo a todos: nós poderíamos apoiar essa proposta...

Então eu clamo a todos: nós poderíamos apoiar essa proposta como instrumento de pressão, porque isso é grave.

Esse modelo que o senhor apresentou agora há pouco, em Palmas já foi também criado, a mãe crecheira. Gente, "quando não vai com tu, tem que ir com tu mesmo". Uma senhora da quadra que adapta sua casa, que pode receber quatro, cinco crianças, cada uma paga R$300, já é um cuidado. Antes isso do que nada. "Ah, mas não tem psicólogo, não tem assistente social". Gente, é melhor do que nada.

Então eu apoio a proposta. Acho que até cinco anos é da maior gravidade, agora, é gravíssimo de zero a três o abandono dessas crianças pobres.

A outra coisa que o Senador Serra não mencionou é o art. 2º do projeto dele, que é essencial: "Caso haja carência de vagas nas unidades públicas ou conveniadas de educação infantil", ele estabelece que, em todos esses casos, as creches públicas têm que colocar transparência de quem é que está usando essas vagas.

Eu fui visitar uma creche em São Paulo há dois anos que era um modelo nacional, que tinha todo mundo de carro zero na porta deixando crianças. Isso é para criança pobre. O projeto dele estabelece que tem que ter transparência, igualzinho ao sistema de regulação do SUS. Vai alguém passar na frente para ver o que acontece! E nas creches não há. Existe gente que pode pagar, sim, uma creche, com menino nessas creches porque tem voz ativa, tem amizade com político, com Vereador, com Deputado, com Senador, e arruma vaga na creche. Então, eu quero aplaudir o art. 2º, que é exatamente o controle transparente, rigoroso daqueles que se utilizam das creches públicas, com dinheiro público. Isso é para pessoas pobres.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Fernando Bezerra.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Sr. Presidente, queria apenas enfatizar isso que a Senadora Kátia enfatizou e que eu disse muito rapidamente na minha exposição, que está traduzido no art. 2º do projeto de lei:

> Caso haja carência de vagas nas unidades públicas ou conveniadas [...], os sistemas de ensino deverão divulgar, a cada ano letivo, em página oficial em sítio eletrônico da internet, os critérios adotados para realização de matrícula, bem como a relação nominal dos interessados remanescentes, a respectiva ordem de classificação e o cronograma para as chamadas ulteriores.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado.

Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Para discutir.) – Sr. Presidente, esse projeto, de autoria do Senador José Serra, tem como Relatora a Senadora Rose de Freitas. Ela me fez um veemente apelo, porque esse projeto foi incluído dentro da agenda legislativa das Senadoras em homenagem ao mês da mulher aqui no Senado Federal.

Ontem nós tivemos uma reunião na Casa Civil da Presidência da República, presidida pelo Ministro Onyx, e a análise é de que o projeto é muito meritório, por todos os argumentos aqui já professados pela Senadora Rose, pelo Senador José Serra, pela Senadora Kátia Abreu, mas eu quero que esta Comissão também reflita sobre as palavras do Senador Confúcio, e mais: o Governo vai encaminhar favoravelmente aqui no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos, mas é importante a gente recuperar que há uma decisão da Comissão de Constituição e Justiça que considera inconstitucionais todos os projetos autorizativos.

Na Câmara dos Deputados, os projetos autorizativos se transformam em indicações de políticas públicas para o Governo Federal ou para os Estados e os Municípios. Eu estarei apresentando no Colégio de Líderes, hoje, um projeto de resolução para que os projetos autorizativos, todos eles, possam ter esse caráter de indicação, como já ocorre na Câmara dos Deputados

possam ter esse caráter de indicação, como já ocorre na Câmara dos Deputados, e em respeito à manifestação da Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O projeto vai à Comissão de Educação daqui, ainda vai a uma outra Comissão antes de ir a Plenário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Eduardo Braga.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES. *Fora do microfone*.) – Pela ordem.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Bem, Sr. Presidente...

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES. Pela ordem.) – Só esclarecendo, Sr. Presidente. Eu havia informado a V. Exa. que os Líderes assinaram um pedido de urgência, todos eles, em homenagem, inclusive, à luta das mulheres, para que esse projeto... Eu comuniquei a V. Exa., falei que ficava à disposição de V. Exa., inclusive para estar nesta Comissão. Tem a assinatura de todos os Líderes para que essa matéria vá com urgência ao Plenário do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sem passar pela Comissão de Educação?

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Sem passar pela Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O.k.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Para discutir.) – Bem, Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, primeiro dizer do mérito do projeto. Eu queria cumprimentar o Senador José Serra porque é óbvio que o Brasil tem uma dívida social muito grande com as crianças que, no seu momento mais importante do desenvolvimento psíquico e neuromotor, muitas vezes estão excluídas do sistema educacional.

Portanto, voto a favor do projeto e vou além, Senador Fernando Bezerra, e vou além.

Presidente, pouco está se debatendo aqui no Senado, mas fato é que em 2020 o fundo que financia o desenvolvimento da educação básica e remunera os professores da educação básica, que é o Fundeb, será extinto. Se nós queremos efetivamente resgatar as dívidas que este País tem com o ensino das crianças, a preparação e o desenvolvimento das crianças e o ensino básico, é hora de nós estamos, neste momento, aqui no Senado da República, discutindo qual será o novo fundo que nós vamos implementar a partir de 2021. Porque em 2020, Srs. Senadores e Sras. Senadoras, o Fundeb acaba e novo fundo terá que ser instituído.

Ora, o Fundeb tem sido uma evolução. Nós primeiro tivemos um sistema de financiamento que só atendia os anos básicos da educação, que era o Fundef; depois, nós entendemos que dever-se-ia incluir o ensino médio; depois, nós entendemos que dever-se-ia incluir o ensino infantil, em idade infantil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E nós precisamos agora, neste Senado... E aí, eu acho que a contribuição que este projeto traz é de nos alertar, todos nós Senadores e o povo que assiste a nós, que precisamos construir um novo fundo de educação a partir de 2021 que possa resgatar essas dívidas históricas. Porque, como bem disse o Senador Confúcio, as cidades do interior do Brasil não têm condições de pagar *voucher*, não têm condições de pagar vaga de creche, não têm condições para nada. No entanto, nós podemos colocar no Orçamento de 2019 para 2020 no Fundeb as verbas para que a prefeituras possam iniciar. E, no fundo de 2021 que nós teremos que aprovar nesta Casa, nós deveríamos incluir para o ensino infantil uma série de novidades. Uma delas é consertar o projeto de creche que não estabeleceu de forma correta...

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Boa ideia, Senador.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – ... o financiamento do custeio.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Senador, V. Exa. teve uma excelente ideia.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Obrigado, Senador Serra. Não é muito comum, mas quero dizer que a gente acaba por indução aprendendo.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – O que não é muito comum, não é?

Mas o que eu quero dizer é que a gente acaba, por indução, aprendendo. E uma das formas que eu acho que é fundamental para que esse projeto possa se colocar de pé... E eu falava ainda há pouco com o Fernando que, obviamente, esse é um projeto autorizativo, Sr. Presidente, mas que provoca o debate.

Acho que o grande mérito desse projeto é estar alertando a todos nós duas coisas: primeiro, o ensino infantil está carecendo de financiamento público federal para que ele possa, efetivamente, chegar até as crianças. Segundo, que na constituição, seja do Orçamento do ano que vem, seja do fundo a partir e 2021, nós precisamos colocar isso como prioridade no Senado para atendermos crianças que serão desenvolvidas e que amanhã se tornarão os grandes líderes desta Nação. Nós precisamos investir nas crianças!

Portanto, eu voto favoravelmente por isto, porque acho que é meritório, para que possamos ter um debate para o financiamento dessa educação.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente, só para esclarecer o Senador Eduardo Braga.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

V. Exa. deve saber de onde vêm os recursos que compõem o Fundeb. Vem do Imposto de Renda da pessoa física...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Da pessoa jurídica e do ICMS.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Mas se tira do ICMS? Não!

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Também.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Do FPE, não. O Fundo de Participação dos Estados é composto de...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – O senhor está falando de FPE ou de FNDE?

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – De FPE.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Não! Estou pensando que é de Fundeb.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Mas desse FPE tiram-se 20% para o Fundeb, que tiram dos Estados. O Governo Federal não está botando nada nisso.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – O FPE é composto de 21,5% do Imposto de Renda da pessoa jurídica, da pessoa física e IPI, e tira 20% disso para o Fundeb.

O Governo Federal tirou o braço há muito tempo disso. Não bota nada, entendeu? Então, é sempre Brasília fazendo cortesia com o chapéu dos Estados e dos Municípios para manter essa posição de assistência à educação, a creches, a essas coisas todas.

Então, nós temos, como V. Exa. falou, constituir um novo fundo que não prejudique os Estados. Tem de sair de contribuições. Por que não saem das contribuições PIS/Cofins?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Sr. Presidente, apenas para reforçar o que diz o Senador Otto, é mais uma razão para que nós nos debrucemos para a criação de um novo fundo que nós possamos robustecer sem penalizar. Agora, é fato que nós precisamos criar mecanismos mais justos de financiamento para a educação, principalmente para as crianças que estão excluídas, de zero a cinco anos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Para esse fundo, há Estados que contribuem mais e Estados que contribuem menos. Há uns que contribuem e recebem muito menos do Fundeb. Mas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

essa questão é o seguinte: o nosso Estado, por exemplo, dá uma contribuição maior porque há outros que não têm como, para dar um equilíbrio.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Por causa da receita do ICMS.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por causa da receita do ICMS e receita federal também.

Agora, só para esclarecer e até para deixar alertas os Senadores e as Senadoras, eu mais de uma vez já vi o Ministro Paulo Guedes dizendo que ele acha que nós temos de acabar com o Fundeb, acabar com o fundo de Saúde, porque ele entende que alguns Municípios ou Estados podem querer gastar mais ou menos e deixar essa liberdade para os gestores.

É lógico que sou totalmente contra, mas eu só quero dizer para vocês que eu já ouvi o Ministro Paulo Guedes falar mais de uma vez sobre isso.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – A beleza da democracia é esta: é que ele não pode tudo. Ele pode muito, mas não pode tudo. O Congresso precisa estar de acordo com isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois é, Senador Eduardo Braga.

Senador Tasso. Depois do senhor, Senador Alessandro, Senador Mecias...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Falou o Senador Eduardo Braga.

Com a palavra o Senador Tasso.

Depois, falam o Senador Alessandro, o Senador Mecias, o Senador Rogério.

Pois não, Senador Tasso.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE. Para discutir.) – Senador Omar, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, eu gostaria de dar o meu apoio entusiástico à iniciativa do Senador José Serra. Entendo as razões do Senador Confúcio, a sua inconformidade em relação às leis que nós fazemos e não são aprovadas, mas eu queria colocar aqui também um pouco da nossa experiência como Governador, cargo que exerci por 12 anos.

Às vezes, Senador, a emulação de uma competição entre os Municípios rende mais efeitos e consequências do que uma simples legislação. Se você coloca – gostei muito da ideia que aqui foi relatada brilhantemente pela nossa Senadora Rose – que os Municípios autorizativamente vão poder ou não aderir a esse programa e listar as crianças de 0 a 3 anos que estão fora desse programa, que é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

voluntário, e se determinado Município adere ao programa, independentemente dos recursos – é melhor que haja recursos, mas, às vezes, muitos Municípios têm condições e aderem ao programa –, isso estimula uma concorrência entre os Municípios, porque o concorrente vizinho começa a ouvir falar que o Município tal aderiu a esse programa e publicou uma lista de crianças, sendo que o seu Município não o fez, e começa a haver uma pressão por parte da sociedade. Então, isso, às vezes – eu usei disso muitas vezes e acho que o fez o Senador Eduardo, que já foi Governador, como também o Senador Otto e o Senador Omar –, tem resultados muito melhores, muito mais eficientes, do que uma legislação.

Então, por isso e pela razão aqui levantada pelo Senador Eduardo Braga, que se remete à prioridade desse programa, eu acho importante que nós possamos aprovar e, principalmente, colocar na lista de prioridades das nossas discussões esse programa que atende a crianças de 0 a 3 anos, que, como disse a Senadora Kátia, que não está mais aqui, é a idade mais importante para...

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES. *Fora do microfone*.) – O desenvolvimento cognitivo...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – ... o desenvolvimento cognitivo. Era mais complicado.

Senador Rogério...

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES. *Fora do microfone*.) – ... e psicomotor.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – É a idade mais importante para o desenvolvimento psiconeuromotor da criança.

É esse o meu voto e minha observação.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. *Fora do microfone*.) – É desenvolvimento neuropsicomotor.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES. *Fora do microfone*.) – Desenvolvimento neuropsicomotor.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – É neuropsicomotor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É importante ressaltar que há especialistas hoje nessas áreas, mas, aqui, acho que nenhum de nós usou desses... Na nossa época, não havia essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

questão de psiconeuromotor, nós não sabíamos nem para onde isso ia. Não há idade para isso, não! Há especialistas nisso já há muito tempo.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Senador Alessandro...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Eu queria destacar aqui a presença do Senador Walter Pinheiro, da Bahia.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Ele já veio falar comigo aqui. Já pediu a bênção.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Ele já pediu a bênção? E V. Exa. abençoou?

(*Intervenção fora do microfone*.)

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – E também está aqui o Paulo Magalhães, nosso Deputado Federal.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - SE. Para discutir.) – Sr. Presidente, quero manifestar apoio integral à proposta apresentada pelo Senador Serra. É uma proposta madura, sóbria, que dá mais garantia e mais proteção ao gestor municipal, que abre uma alternativa mais barata para suprir uma demanda imediata, porque, evidentemente

abre uma alternativa que é mais barata para suprir uma demanda imediata, porque evidentemente o *voucher* é mais barato do que a construção e o custeio de uma creche, mas sem descuidar daquilo que o Senador Confúcio apresentou: a necessidade da cobrança do atendimento à média.

Então, quero valorizar, Senador Serra, um projeto muito bem definido, muito bem desenhado, que sinaliza positivamente e que enobrece a nossa participação no Senado.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador.

Senador Mecias, depois Senador Rogério.

Eu vou colocar em votação e, depois, nós vamos votar só requerimentos.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu jamais chegaria aqui ao Senado, há 60 dias, e votaria contra um projeto de lei de autoria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Senador Serra, até porque votei nele para Presidente da República já duas vezes. Então, jamais me sentiria...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Votou mal! (*Risos.*)

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR) – Eu votei e não estou arrependido, Presidente, de ter votado no Presidente Serra para Presidente da República.

No entanto, eu fico um pouco triste de ver, Presidente, o Senado da República votar projetos de lei autorizativos. Eu via isso lá na Assembleia Legislativa de Roraima; a Assembleia Legislativa votando projetos autorizativos, que, no final, a gente já sabia que não dariam em nada. Ninguém tem obrigatoriedade nenhuma, Senador Rogério, de seguir o projeto.

Acho bonito, louvável, é meritoso. É uma oportunidade para que os Municípios que têm condições de fazer possam fazer, mas creio que o Senador Confúcio também está cheio de razão. Os Municípios brasileiros não têm dinheiro para absolutamente nada. No meu Estado, por exemplo, Estado de Roraima, Senadora Rose, há Municípios que há seis meses não conseguem pagar a folha de pagamento dos servidores, porque todos os recursos que eles têm do Fundo de Participação dos Municípios, quando chega dia 10, 20, 30, o INSS, a Receita Federal vai lá e recolhe todo o dinheiro para pagamento de dívidas patronais de exercícios anteriores, de administrações anteriores, ou seja, os Municípios não têm dinheiro para nada.

Já que nós estamos falando de projeto autorizativo, por que já não se colocou, então, uma autorização para que o Governo Federal destinasse um percentual de verba para manter isso para os Municípios brasileiros? Os Municípios precisam, as pessoas precisam, as mães de família, os pais de família não têm de fato onde colocar os seus filhos. Não há creche para todo mundo e nem eles têm condições de pagar.

Assim, apesar de votar favoravelmente – quero que se considere meu voto favorável –, quero deixar a minha insatisfação de saber que estou votando em um projeto que dificilmente terá obrigatoriedade, ou não se terá obrigatoriedade nenhuma de obedecer-lhe.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Primeiro, quero dizer do grande respeito que eu tenho pelo Governador Serra. É um dos maiores quadros do Brasil.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Muito bem!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Foi um grande Ministro da Saúde, e nós temos muitos avanços na saúde graças ao Senador Serra como Ministro da Saúde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu fiz uma brincadeira – foi uma brincadeira que não tem nada a ver –, mas ele sabe do respeito e do carinho que tenho pelo Senador Serra, um respeito muito grande. Nós já tivemos muitos embates entre Amazonas e São Paulo, mas a nossa relação sempre foi altiva, e eu o reconheço como um dos maiores quadros da política brasileira. Ele contribui muito aqui no Senado e, por onde passou, deixou a marca de um bom administrador. E não é diferente nesse projeto que ele apresenta aqui, muito bem relatado pela Senadora Rose de Freitas, que nos alertou de que há um compromisso agora, na questão da mulher, para a gente votar hoje – eu espero que a senhora vá à reunião de Líderes e peça para o Presidente...

Senador Rogério, por favor.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para discutir.) – Como está na agenda das mulheres – não é, Rose? Está na agenda das mulheres. Eu queria propor que esse projeto passasse pela Comissão de Educação para estabelecer alguns critérios, mas não vou fazer isso. Deixe-me só

ter alguns critérios. Então, eu não vou fazer isso. Deixa só eu ter o direito de discutir, porque, veja, nós estamos falando de um *voucher* para pagar por um serviço público. Esse dinheiro é público. Portanto, o serviço que deve ser ofertado por essa instituição privada tem que preencher alguns requisitos. Esses requisitos, em tese, deveriam ser estabelecidos, algum regramento, pela Comissão de Educação ao analisar a proposta, porque nós estamos falando de recurso público, que não pode ser destinado sem nenhum tipo de regulamento.

Agora, como se trata de uma agenda, de uma pauta que está na agenda em comemoração ao Mês da Mulher, que já se encerrou, mas ainda estamos no passivo, vou só emitir esta opinião: acho que a gente precisa aprofundar este debate. Na hora da definição, como o Eduardo Braga falou, de destinar recursos para essa finalidade, que fosse definido qual é o critério mínimo, o que o estabelecimento precisa ter para receber esse recurso público, esse *voucher*, para poder abrigar uma criança enquanto os seus familiares estão trabalhando. Acho que isso é muito importante para a gente evitar situações como tantas que a gente já viu por aí, de incêndio, de maus-tratos, de abandono. É preciso que a gente também tenha esse tipo de preocupação agregada a, além de ter a possibilidade de fornecer o serviço, algum regramento para proteger essas crianças.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Quantas mães brasileiras, neste momento, estão trabalhando e deixaram seus filhos com uma criança de oito anos para cuidar? Essa é uma coisa, na nossa Região...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Pois é, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Uma criança de oito anos está criando uma criança de quatro meses.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Concordo plenamente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por isso mesmo, uma coisa que chama a atenção no projeto do Senador Serra e que a Senadora Rose coloca é esta: qual é o critério? Tem que ser amigo do Prefeito para colocar meu filho lá? Como é isso? A questão tinha de ser social. Isso é uma das coisas mais absurdas que acontecem. E aí, por exemplo, tem interferência, às vezes, porque o prefeito tenta encontrar uma alternativa para poder acolher, e não consegue. Mas, aí, todo mundo fica achando normal uma criança de oito anos cuidando de duas, três crianças de um ano, de dois anos em casa, com a mãe saindo...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Temos total concordância em relação a isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É uma coisa urgente.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Quando se trata de recurso público, quando você libera o recurso público, a exigência é sempre maior e a responsabilidade pública é muito maior. Portanto, é preciso que esse tipo de situação seja observada. A gente não pode colocar recurso público sem alguns critérios mínimos para que aquilo se caracterize um serviço público. É fundamental.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Veneziano.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente, apesar da observação que eu fiz, V. Exa. retirou, fiz uma observação sobre o projeto do Senador José Serra, essa questão do financiamento desse projeto, vou votar a favor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu também voto a favor.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Porque eu sei que o Senador José Serra tem os melhores propósitos para esse setor da educação, sobretudo das creches, atendimento às crianças.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB) – Sr. Presidente, na linha, na esteira de todos os demais companheiros que se pronunciaram, não haveria de estar ou de me posicionar diferentemente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

de estar ou de me posicionar diferentemente. E até, Senador Otto, Senador Presidente, um dia, quando as discussões se deram, e alguém ou alguns puderam dizer: "Não, mas essas propostas são autorizativas, elas são fruto muito da nossa imaginação, da nossa utopia", foi através dessa crença de que nós poderíamos produzir algo que terminasse por gerar efeitos efetivos que constituímos – exemplifiquemos – o próprio Fundeb.

Como se deu a constituição e o debate inicial para termos um fundo, e aí não igual aos 280 que V. Exa. mencionou, Presidente, há cerca de 15 dias, o Fundeb... E aí falo que muitos dos que aqui estão, como o ex-Governador Tasso, como o ex-Governador Omar, o ex-Governador Eduardo, como ex-Prefeito, a gente sabe da valia e da importância do então Fundef, do hoje Fundeb. Foi dessa forma.

Então, não vamos perder de vista, não vamos desmerecer – e de nenhuma parte houve desmerecimento – o propósito, a ideia extremamente meritória do Senador José Serra, que teve a relatoria da Senadora Rose de Freitas. E aí V. Exa. disse algo. Quando o Ministro da Economia fala sobre a desvinculação orçamentária, tem de mim uma repulsa, porque se hoje nós estamos diante dessa...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB) – Pois bem. Imagine se nós – sem perdas do valor, do compromisso, do comprometimento de grandes gestores, sérios gestores – deixamos a cavalheiro, imaginemos nós, diante dos fatos que nós estamos antevendo e presenciando.

Apenas também, para finalizar, até porque nós temos uma sessão importante do Congresso Nacional e imagino que todos nós desejamos estar presentes, da agenda da indústria, eu queria dizer a V. Exa. que mesmo diante da situação falimentar de grande parte dos Municípios brasileiros, é um equívoco quando nós facilitamos e damos comodamente, a muitos gestores, a desculpa de que não há recursos para prover as obrigações com educação infantil. É arriscado, Senador Tasso Jereissati.

Existem muitos Municípios geridos e administrados por pessoas que não elegem e não priorizam aquilo que é prioridade, como o ensino infantil. E vou, perdoem-me... Particularizava isso ao Senador Fernando Bezerra. Em Campina Grande, durante os oito anos em que estive como Prefeito, nós não apenas reconstruímos, ampliando, as 21 creches existentes, oferecendo mais de três mil novas vagas, como deixamos seis com mais de 90% de suas execuções. Perguntas: *A posteriori*, essas seis foram entregues, Senador Omar? Não!

Perdoem-me. Será que uma prefeitura como a de Campina Grande, de porte médio, mesmo passando e atravessando situações delicadas, não teria como fazer, e eleger como prioridade as crianças do nosso Município? Claro que sim! Mas priorizou-se aquilo que é "muito bom" – entre aspas – para aqueles que fazem, na condição de agentes políticos, o voto mais fácil. É a precarização do serviço. É a ausência de concurso público, para termos lá 8.500 servidores precarizados, terceirizados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, fazendo a separação entre os efetivos gestores, que não dispõem de condições mínimas para prover essas obrigações que são e deveriam ser eleitas por nós como prioridade, daqueles outros que fazem, de maneira negasta, a opção de algo menos importante. Mas acompanho a Senadora Rose, como não diferentemente a autoria intelectual do Senador José Serra.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Obrigado, Senador.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ponho em votação...

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Sr. Presidente, permita–me só um comentário? O Fundef foi criado no Governo Fernando Henrique

O Fundef, que foi criado no Governo Fernando Henrique, foi executado por mim a partir de uma ideia do Governador Tasso. Creio que vale a pena mencionar isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor já deu uma grande contribuição e continua dando uma grande contribuição!

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Queria também agradecer as referências feitas pelos diversos colegas, favoráveis a minha pessoa – valorizo isso muito, ao extremo –, muito especialmente à Senadora Rose, que, como Relatora, soube conduzir esse projeto para este momento de aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vamos colocar em votação o projeto do querido Senador José Serra – uma pessoa pela qual todos nós temos um grande respeito –, que foi muito bem relatado por esta grande representante do Espírito Santo, a Senadora Rose de Freitas, uma mulher guerreira com quem tive o prazer de conviver por quatro anos, sempre muito presente, batalhando, lutando pelo bem do Brasil e do Estado do Espírito Santo.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Ela é da terra do Senador João Calmon, que foi o primeiro Parlamentar a fazer a vinculação de recursos orçamentários para a educação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em votação.

Aqueles Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Sr. Presidente, posso agradecer?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Eu quero muito agradecer ao Eduardo Braga, ao Fernando Bezerra, pelas palavras do Tasso e de todos que contribuíram. Quero agradecer também a V. Exa. Esse compromisso, Presidente, foi feito na reunião passada e será levado ao Plenário em função do compromisso assumido pelos Líderes. Só tenho a agradecer. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Com o voto contra do Senador Confúcio.

Temos aqui...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Temos agora o item 7, que é... O Senador Veneziano quer uma audiência pública conjunta reunindo a CAE, a CDH, a Comissão de Educação e a CAS.

ITEM 7

REQUERIMENTO Nº 21, de 2019

- Não terminativo -

Requeremos, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte e a Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo de discutir o alto custo do tratamento e manutenção de indivíduos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no Brasil.

Autoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo.

Inclusive, hoje é o dia... Quero dizer a vocês que eu faço questão de estar presente nessa audiência. Eu sei da importância desse trabalho. Precisamos de mais profissionais, principalmente nas escolas. Não estou falando de creches, mas de escolas: quantas delas hoje recebem uma criança

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

autista e não têm profissionais para atendê-la? Daí a importância do Fundeb, que garante 60% para pagamento de pessoal; é a garantia hoje, senão nós estaríamos aí com distorções enormes.

Vou colocar em votação.

Aqueles que o aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Há outro requerimento aqui, do Senador Major Olímpio, que solicita audiência pública sobre a reforma da previdência e do sistema social dos militares, que é em conjunto com... O senhor acertou já, não é, Senador Rogério?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. *Fora do microfone.*) – Já acertei.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Essa audiência será terça-feira que vem – é preciso mandar os convites –, em conjunto.

ITEM 8

REQUERIMENTO Nº 25, de 2019

- Não terminativo -

Requer audiência pública para discussão das Reformas da Previdência e do Sistema de Proteção Social dos Militares.

Autoria: Senador Major Olimpio.

Em votação.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O 25 e o 26... O 27, aliás. E há mais um requerimento aqui....

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Dois requerimentos. Um é da Senadora Leila – ela estava aqui há pouco –, que é...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ah, tá.

É para a gente debater com o Governo o tratamento diferenciado na Organização Mundial do Comércio em troca do apoio americano para o ingresso do Brasil na OCDE.

Acho que é um debate que vamos ter... Vamos marcar uma data para fazer esse debate.

ITEM 11

REQUERIMENTO Nº 19, de 2019

- Não terminativo -

Requeiro a realização de audiência pública para debater com os setores produtivos o recente posicionamento do Governo Federal no sentido da concordância em abrir mão do tratamento especial e diferenciado no âmbito da OMC em troca do apoio americano para ingresso do Brasil na OCDE, vantagens e desvantagens envolvidas.

Autoria: Senadora Leila Barros.

Em votação.

debate que nós vamos ter. Vamos marcar uma data para fazer esse debate.

Em votação.

Aqueles que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

O último, do Senador Fernando Bezerra.

EXTRAPAUTA

ITEM 12

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO Nº 14, de 2019

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PLS 337/2015, que Acresce os incisos XVIII, XIX, XX ao Art. 20 da Lei nº 8036/90 – que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço para permitir a utilização da conta vinculada do trabalhador na quitação de débitos vinculados à imóveis de parentes de primeiro grau.

Autoria: Senador Fernando Bezerra Coelho.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:
1. Representante da Caixa Econômica Federal
2. Representante do Ministério da Economia
3. Representante do Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

Em votação.

Aqueles que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

O Requerimento nº 26 está prejudicado porque nós já aprovamos outro.

(É o seguinte o requerimento prejudicado:

EXTRAPAUTA

ITEM 13

REQUERIMENTO Nº 26, de 2019

- Não terminativo -

Debater a Proposta de Reforma da Previdência dos Militares, designada de Reestruturação do Sistema de Proteção Social das Forças Armadas.

Autoria: Senador Rogério Carvalho.)

Convocamos os Srs. Senadores para, na próxima terça-feira, uma reunião com audiência pública aqui, para falar sobre previdência dos militares.

(*Iniciada às 10 horas e 05 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 20 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 1ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE FEVEREIRO DE 2019, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às nove horas e trinta e cinco minutos do dia quatorze de fevereiro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência Eventual do Senador Luis Carlos Heinze, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Leila Barros, Nelsinho Trad, Mara Gabrilli, Jayme Campos, Styvenson Valentim, Irajá, Rogério Carvalho, Flávio Arns, Luiz do Carmo, Paulo Paim, Jorge Kajuru, Carlos Viana, Soraya Thronicke, Zequinha Marinho, Zenaide Maia, Rose de Freitas, Mailza Gomes e Marcos do Val. Deixam de comparecer os Senadores Humberto Costa, Juíza Selma, Weverton, Eliziane Gama, Renan Calheiros, Eduardo Gomes, Marcelo Castro, Maria do Carmo Alves e Otto Alencar. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Instalação e Eleição**. **Finalidade:** Instalação dos trabalhos e eleição da Presidência e Vice-Presidência da Comissão de Assuntos Sociais para o biênio 2019/2020. **Resultado:** Instalada a Comissão de Assuntos Sociais, foram eleitos por aclamação os Senadores Romário e Styvenson Valentim Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, para o Biênio 2019 – 2020. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e vinte minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Romário

Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/02/14

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura do Senado Federal.

A presente reunião destina-se à instalação dos trabalhos desta Comissão e à eleição de sua Presidência e Vice-Presidência para o biênio 2019/2020.

Foi registrada até o presente momento a seguinte chapa: para Presidente, Senador Romário; para Vice-Presidente, Senador Cap. Styvenson.

Tendo sido essa a única chapa apresentada até o momento, consulto o Plenário sobre a possibilidade de realizarmos a eleição por aclamação, a exemplo do ocorrido em outras Comissões. (*Pausa.*)

Senadora, deu certo?

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES. *Fora do microfone.*) – Eu não ouvi.

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Podemos fazer por aclamação?

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES. *Fora do microfone.*) – Podemos.

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Então, as Sras. e os Srs. Senadores que concordam com a presente chapa permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Declaro eleitos por aclamação o Senador Romário e o Senador Cap. Styvenson, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, da Comissão de Assuntos Sociais no biênio 2019/2020.

Convido os eleitos a ocuparem seus lugares à Mesa. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ. *Fora do microfone*.) – Muito obrigado a todos.

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Por favor, Senador.

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS. Pela ordem.) – Gostaria de parabenizar o Senador Romário e o Senador Styvenson por essas honrosas indicações dos Líderes desta Casa, cumprimentar todos os Senadores que fazem parte desta importante Comissão e me apresentar a vocês. Eu sou Nelsinho Trad, Senador pelo Mato Grosso do Sul, sou médico, urologista, com especialidade também em cirurgia-geral e saúde pública. Eu me formei no Rio de Janeiro, Senador Romário, na Universidade Gama Filho, onde fiz minha residência, represento a área da saúde do meu Estado, e gostaria de trazer a esta Casa essa representatividade.

Fui provocado pelo Vice-Presidente do Conselho Federal de Medicina, Dr. Mauro Ribeiro, que é do meu Estado, para debatermos oportunamente nesta Comissão – e na próxima reunião entrarei com um pedido de audiência pública sobre o assunto – a telemedicina, que é um mecanismo inovador, diferente, moderno, que, com certeza, dará a esta Casa uma visibilidade na sua discussão, até porque toda a classe médica do Brasil e toda a sociedade esperam por esse avanço.

Então, na próxima pauta, Sr. Presidente e Senador Styvenson, entraremos com um pedido de audiência pública para que a gente possa debater esse assunto nesta Comissão.

Parabéns! Que Deus abençoe o trabalho de vocês.

Podem contar com este Senador aqui.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito obrigado, Senador Nelsinho Trad, pelas palavras.

Quero dizer que é uma honra ter V. Exa. aqui também nesta Comissão. Fico mais feliz ainda em saber que a sua formação foi feita no meu Estado do Rio de Janeiro. Parabéns!

Bom dia a todos.

Muito obrigado a todos pela presença. Quero dizer que me sinto honrado e é com muito prazer que assumo a Presidência desta Comissão de Assuntos Sociais daqui do Senado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero fazer um agradecimento especial ao meu Vice-Presidente, Senador Capitão Styvenson, do meu Partido, e dizer que nós dois, Senador, vamos dar certo. Assim como deu a famosa dupla Romário e Bebeto, vai dar agora a dupla Romário e Styvenson. Tenho certeza de que a gente vai fazer aqui, na Presidência e na Vice-Presidência nesta Comissão, um grande trabalho, trabalho esse em que necessitamos da ajuda de todos, do empenho de todos. Sabemos que o Brasil vive um momento diferente de outrora. Hoje, temos mais da metade de Senadores de primeiro mandato, Senadores que chegam – inclusive, quero dar boas-vindas a todos que estão chegando pela primeira vez na Casa – com vontade – pelo que eu senti nesses dias de contatos, de primeiros contatos – realmente de mudar o Brasil. A gente definitivamente tem que entender, como já entendemos, que o Brasil de corrupção – desculpem-me a palavra –, de sacanagem, de mau-caratismo, esse Brasil vai ter que ficar para trás, a gente tem que pensar no Brasil diferente, no Brasil pelo qual nós, Senadores e Senadoras, temos a nossa responsabilidade nesta Casa.

Eu tenho certeza de que, através desta Comissão, vamos poder ajudar o nosso povo brasileiro, vamos poder principalmente melhorar a qualidade de vida do nosso povo. É o que nós temos por obrigação, fomos eleitos exatamente para isso, independentemente de Estado e de Partido, o objetivo aqui maior de todos nós, a partir deste momento nesta Casa do Senado, é fazer o melhor para o nosso povo. Eu tenho certeza de que juntos, trabalhando seriamente, dedicados e, principalmente, com muita honestidade, vamos conseguir.

Esta é uma comissão importante na área social. Eu particularmente milito já nos últimos 13 anos da minha vida na área das pessoas com deficiência e doenças raras. São segmentos da nossa sociedade, com certeza, esses temas passarão todos por aqui. A nossa saúde, que sabemos que, infelizmente, vive um momento cada vez pior. A precariedade que existe na saúde do Brasil é uma coisa impressionante. Nós temos hoje aqui, a partir de agora, uma oportunidade de melhorar esses temas.

Temos o tema importante sobre o povo indígena, que é um tema que tem sido muito colocado pelo nosso Governo. Nós temos essa responsabilidade de, com seriedade, debater esse tema do começo ao fim.

Enfim, essas são as minhas palavras, principalmente de agradecimento a todos Senadores e Senadoras que me aclamaram para este momento, para a posição de Presidente desta importante Comissão da Casa. Mais uma vez, muito obrigado.

Senador Styvenson, seja bem-vindo. Assim como outros, V. Exa. está chegando agora. Desejo boa sorte. No que depender da minha ajuda como novo companheiro e também como Presidente desta Comissão, pode contar comigo.

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIZ DO CARMO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO) – Bom dia, Sr. Presidente.

Sou o Senador Luiz do Carmo, de Goiás. É um prazer muito grande fazer parte desta Comissão. Existem temas muito relevantes para tratarmos aqui, um deles é a demência. Há muitos brasileiros com demência, e eu acho o Governo não está dando devida atenção à demência, vários tipos de demência. Então, eu quero, juntamente com os nossos companheiros, tratar de uma doença silenciosa, que poucos veem e que está realmente acometendo muitos brasileiros.

Então, eu quero fazer parte aqui desta Comissão e trabalhar para melhorar a vida dos brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, Senador. V. Exa. pode ter certeza de que esta Presidência dará uma atenção diferenciada a esse tipo de deficiência, de doença que nós temos no País. Muito obrigado pela presença de V. Exa. aqui nesta Comissão.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Sim, Vice-Presidente.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Vai falar? Vai falar?

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES. *Fora do microfone.*) – Não, eu quero ouvir V. Exa.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Ah, eu quero agradecer primeiro às mulheres, Senadoras aqui presentes, porque acho que esta Comissão fica mais uniforme com a presença feminina das novas Senadoras que vêm com essa ideia que o Romário, o nosso Presidente daqui da Comissão, já disse, dessa renovação, dessa busca da área social, não só para a área médica, mas para tudo o que for possível fazer dentro desta Comissão, porque é importante para a população, porque é importante para quem está lá fora, para realmente transformar a vida deles, de quem precisa, de quem está precisando de um medicamento, Romário, daquele medicamento bem caro, pessoas que têm doenças raras. Então, vamos trazer aqui, Nelsinho, essa discussão, essa telemedicina. Sobre se é bom ou se é ruim, a gente vai discutir. Então, estou grato por estar aqui ao seu lado. Essa dupla realmente... Vou ser seu zagueiro sempre, vou estar sempre na sua retaguarda.

Agradeço a todos os presentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E vamos fazer aquilo para o qual a população escolheu, o melhor para eles.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Senadora Rose de Freitas, com a palavra por favor.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Está tão protegida esta Comissão aqui, há dois atletas e dois Senadores brilhantes.

Primeiro, eu quero parabenizá-lo, Styvenson, pela sua estreia fantástica nesta Casa, poliativo, sempre disposto ao trabalho. E, junto com o Romário, que nós já conhecemos, esta Comissão vai ter a agilidade que teve quando da Presidência da Marta, mas são muitos projetos. Esta é uma das maiores e melhores Comissões da Casa.

Eu queria dar as boas-vindas – viu, Romário? –, estou à disposição, Senador Presidente nosso agora, para trabalhar. E, em face disso, saudando-o e me colocando à disposição, saúdo as minhas colegas e meus colegas; o Flávio querido; a Leila; o Flávio tenho o prazer enorme de encontrá-lo aqui e de estarmos na mesma Comissão; então, todos os que aqui estão.

Digo que temos uma pauta aqui... O meu assessor pegou a minha pauta... (*Risos.*)

Nós temos 14 projetos aqui nesta Comissão – alguns precisando de que sejam indicados os relatores – que estão dormindo aqui nesta Comissão há bastante tempo. Eu sei que esta Comissão numericamente é a que mais tem projetos, pela sua abrangência. E eu queria, eu queria... Pois não.

Eu queria solicitar de V. Exa. que fosse apreciado um projeto não-terminativo, se meus companheiros estiverem de acordo. Trata-se do Projeto 132, de 2018, sobre a questão das leis do trabalho e da dispensa coletiva.

Eu queria que fosse submetido aos meus colegas. Ele é não-terminativo, portanto, não há óbice, pode ser votado simbolicamente. Se todos acessarem o computador, vão conhecer o projeto que já tem inclusive parecer favorável.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Senadora, um minuto.

Eu vou designar a partir da próxima reunião já alguns Relatores para esse e outros projetos. Esse projeto especificamente é do Senador Paulo Rocha, que infelizmente não se encontra mais nesta Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Segundo a nossa Mesa, isso poderá ser feito a partir da próxima reunião. Gostaria que a senhora entendesse isso. Estou dando minha palavra a V. Exa. de que vamos colocá-lo na primeira pauta desta Comissão para ser discutido por todos Senadores e Senadoras.

Por favor.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Eu vou atender V. Exa., mas quero dizer o seguinte. É muito comum nesta Casa, e aconteceu ontem numa Comissão especial, aquela Comissão que nós brigamos por ela, em que eu fiz um requerimento de convocação do Presidente da Vale e imediatamente o chefe da Comissão induziu o meu assessor a tirar a convocação e colocar convite. Eu nunca vi uma coisa prevalecer sobre um requerimento que estava baseado no Regimento Interno.

O que eu quero dizer a V. Exa., porque conheço, participei da de Educação. Não há nesta Casa, em todos os lugares, existem alguns, o espírito de fazer as coisas acontecerem.

Hoje nós estamos iniciando as Comissões na metade de fevereiro. O que eu quero mostrar? Só cuidando da minha pauta, que hoje está em 14 projetos e mais 6 que estão entrando agora, se levarmos em conta a pauta de todos, nós teremos uma pauta já obstruída por excesso de trabalho no início.

Quando eu provoquei isso aqui, não sou estudante, não tenho que marcar posição, foi apenas porque ele estava em condição de ser votado e trata de uma matéria que foi amplamente discutida e que pode ser acessada pelos Senadores.

Atendo V. Exa., não entendendo uma questão apenas. Nós estamos aqui para dar posse e trabalhar. E sei que esse vai ser o ritmo que V. Exa. vai impor. Se for pelo ritmo normal que os assessores da Mesa colocam, nós acabamos votando dois projetos por dia, e só Deus sabe quando.

Por isso fica aqui a observação. Estou à disposição. Vou trabalhar junto, mas eu não aprendi a andar devagar. Desculpe-me.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, Senadora. V. Exa. me conhece um pouco, eu fui Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte desta Casa, e nesses dois anos que assumi esta Comissão, nós batemos o recorde de projetos analisados, avaliados.

Enfim, V. Exa. pode ter a certeza de que aqui a gente vai dar prioridade a todos os projetos, não só aos de V. Exa., como também aos de todos os Senadores e Senadoras desta Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É claro que a Secretaria tem uma importância muito grande para ajudar a Presidência, mas, como não poderia ser diferente, o regime aqui é o presidencialismo, e aqui quem manda é o Presidente, aqui quem vai mandar sou eu, pode ter certeza.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Quero acrescentar apenas um pedido a mais, para que fique registrado na assessoria, obviamente.

Há três projetos de 2017 que estão aguardando um relator. E, como V. Exa. é ativo, vou solicitar que o... Não vou conseguir ler, mas são três projetos de minha autoria que aguardam um relator desde 2017, desde o início de 2017.

Então, tenho a certeza de que o Presidente não vai ter dificuldade em despachar isso.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Com a palavra o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senador Romário, Senador Styvenson, eu estava despachando no meu escritório, que fica no Cafezinho, naquela mesa que fica bem no canto, como todo mundo já sabe, pois é tradicional, e vim correndo aqui porque eu não queria perder essa votação. Pelo menos está no painel que eu acompanho a posição aqui unânime da votação dos senhores.

Quero dizer, Senador Romário, que tive uma experiência muito boa no trabalho com V. Exa., como V. Exa. sabe, nos últimos quatro anos. Então, não tive problema algum em dar um depoimento na última disputa de que V. Exa. participou, bem como V. Exa. deu um depoimento para mim, mesmo sendo de partido diferente. V. Exa. mostrou que não é só campeão do mundo – sempre repito isso –, mas que é campeão também na forma de atuar aqui, no Parlamento.

Fico muito feliz, porque esta é a Comissão de Assuntos Sociais. V. Exa. e o Cap. Styvenson... Nós nos falamos, antes de ele chegar aqui, pelo WhatsApp. Ele me perguntou: "E aí, Paim? Como é que é? Pediram-me que eu falasse com você". Isso mostra essa liberdade suprapartidária. Fiquei feliz, porque o colega já vai para a Comissão de Direitos Humanos; o Flávio Arns também vai para lá. Com o meu comandante aqui nós conversamos ontem.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Eu também continuarei lá.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O Nelson Trad... Fui Parlamentar junto com o pai dele, que foi um grande Parlamentar, um grande Parlamentar!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta aqui também foi Constituinte comigo. Aqui, ontem, a Senadora me empossou e poderia ter destacado qualquer um. Ontem, ela me deu a posse na Comissão de Direitos Humanos.

Eu não quero falar muito. Só quero dizer que fiquei muito feliz com os senhores dois.

Aqui, falo com o coração, porque esta é a Comissão de Assuntos Sociais. Quero, inclusive, fazer muita parceria entre esta Comissão e a Comissão de Direitos Humanos, com audiências e debates. A previdência vai ter de ser discutida! Nós vamos discutir. Ninguém é contra discutir a previdência. Nós vamos discutir juntos, se os senhores e as Comissões assim entenderem, na Comissão de Direitos Humanos e na Comissão de Assuntos Sociais, alguns temas, como esse tema da previdência.

Eu só vim aqui para bater palmas para os senhores. Permitam-me pedir palmas para esses dois, porque eles merecem. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito obrigado, Senador Paulo Paim. Mais uma vez, é uma honra contar com V. Exa. aqui, nesta Comissão. A nossa parceria, desde o que dia em que cheguei aqui até hoje, deu mais do que certo. Tenho a certeza de que, daqui para frente, a tendência é melhorar cada vez mais. Hoje, V. Exa., como Presidente da CDH, e eu aqui, como Presidente da CAS, temos muitas coisas em comum no nosso mandato, principalmente no que se relaciona a pessoas com deficiência e com doenças raras. Então, boa sorte para todos nós! Vamos ter dois anos de muita luta e de muito trabalho nessas Comissões. Pode contar aqui com o Presidente da CAS.

Muito obrigado.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Com a palavra o Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Eu quero, da minha parte...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Sou seu fã. (*Risos.*)

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Tudo bem, não é?

Quero cumprimentar V. Exa. como Presidente e, como Vice-Presidente, o Cap. Styvenson. Que alegria! Já conversamos, nos encontramos diversas vezes. Que V. Exas. realmente possam liderar o trabalho com todos os Senadores e Senadoras daqui da Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu digo que é uma Comissão das mais importantes, porque trata da saúde, da assistência, do trabalho, da previdência. São temas, como o Senador Paulo Paim colocou, relacionados a direitos humanos, e isso é fundamental, debater isso é uma necessidade para o Brasil.

Permitam-me até tornar público um comentário que fiz em relação ao nosso Presidente. Eu disse que ele deveria, em meio ano, colocar-se em forma para voltar para a Seleção do Brasil também! (*Risos.*)

Ainda daria muito *show* na nossa Seleção, que está precisando de um Romário também, não é verdade?

Que bom que estamos aqui, e com temas que são comuns a nós. V. Exa. sempre destaca, de uma maneira muito apropriada, o trabalho com a pessoa com deficiência, e eu quero dizer que também, da minha parte, até como pai também, queremos que essa área seja uma área em que os direitos sejam realizados. Ninguém quer pena, compaixão, mas quer que as pessoas com deficiência, e toda a população, tenham acesso à saúde, à previdência, à assistência, ao trabalho – estou aqui ao lado da Senadora Leila –, também acesso à educação, à cultura, ao esporte, enfim, que os direitos humanos sejam realizados.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Permita-me, Flávio: campeã do mundo também!

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Campeã do mundo, sim! Campeã do mundo, mas ontem ela disse, lá na Comissão de Cultura e Esporte, uma verdade sobre a qual a gente tem de pensar: poucos chegam à condição de campeões de mundo...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – É verdade.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – ... como o Romário e a Leila. (*Palmas.*)

Mas o que nós temos de fazer é permitir que toda população pratique esporte, porque isso faz bem para a saúde, para o desenvolvimento, para a área social e, se todo mundo praticar esporte, a gente vai identificar aquelas pessoas que realmente têm talento especial nas diversas modalidades esportivas. Isto é fundamental: o esporte escolar, comunitário ou social.

Mas quero me colocar à disposição, quero ajudar, quero ser parceiro em todos os sentidos, quero colaborar. Deixo muito claro isto: estamos juntos nisso. Eu até apresento um requerimento, para ser apreciado na próxima reunião, no sentido de que aqui, na Comissão de Assuntos Sociais, possamos criar uma subcomissão permanente dos assuntos sociais da pessoa com deficiência, para que tenhamos um foco na saúde, na previdência, na assistência e no trabalho para essa parcela da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

população, de todas as áreas de deficiência. Quero entregar à Mesa e, no momento oportuno, que o requerimento possa ser votado.

Parabéns para todos nós. Que a gente sinalize para a sociedade que a Comissão está aberta para a ampla participação de todos os setores da sociedade. Queremos, juntos, como nosso Presidente falou, nosso Vice-Presidente também, construir um Brasil melhor.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, Senador! Muito obrigado pelas palavras.

Quero lhe dizer que ter V. Exa. nesta Comissão é uma honra, é um prazer. Sou fã mesmo de carteirinha, já de muitos anos. Inclusive, bem antes de entrar na política, sempre acompanhei os feitos de V. Exa. e do meu hoje amigo Paulo Paim em defesa do trabalhador, dos que mais necessitam. E principalmente essa defesa que vocês fazem, no dia a dia, das pessoas com deficiência e com doenças raras.

V. Exa. pode ter certeza de que vamos caminhar juntos pelo caminho certo, vamos trabalhar muito e com certeza vamos ajudar diretamente a melhorar a qualidade de vida dessas pessoas que mais necessitam.

Muito obrigado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senador Romário, só por um lapso meu, permita-me...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Fique à vontade.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Os novos estão chegando e vêm com muito pique. Eu estou aqui para trabalhar junto. Como dizia o outro, o mundo cabe num abraço, nas grandes causas. Eu quero somente citar o nome da querida Mailza – eu não tinha o seu nome decorado ainda – que me deu posse, e também do Zequinha Marinho, que eu não citei e já esteve no Plenário dialogando com a gente. Só isso.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Obrigado, Senador.

Senador Zequinha Marinho com a palavra, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Presidente, Senador Romário; Senador Styvenson, caros colegas aqui, Senadoras e Senadores.

Eu sou do Estado do Pará, da Região Norte, e com muita honra estamos integrando esta Casa. Hoje é uma alegria muito grande poder participar também aqui desta Comissão, na condição de suplente. Estamos correndo por outras também. Digo que queremos somar para que a Comissão cumpra sua missão e possamos contribuir com o Brasil.

Desejamos a V. Exa., ao Vice-Presidente e a todos os colegas aqui um ano produtivo, de trabalhos, que possamos corresponder à expectativa não só do eleitor do nosso Estado, mas, acima de tudo, do Brasil como um todo. Então, contem conosco. Queremos ser úteis. E eu quero ver... Sei que um é do futebol e outra é do vôlei, mas queremos assistir, se Deus quiser, a grandes passes de craques, de campeões, nesta Comissão, em favor do Brasil, com uma legislação afinada com aquilo que quer e que pensa a sociedade brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Obrigado, Senador Zequinha Marinho, pelas palavras. Pode ter certeza de que tudo isso que nós – posso até falar pela Leila, agora – conseguimos dentro do nosso esporte, traremos aqui para a política, para esta Comissão, com o objetivo sempre de ajudar o nosso País, que é o nosso dever.

Senadora Leila, com a palavra, por favor.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Bom dia, Sr. Presidente, Senador Romário.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Bom dia.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Senador Styvenson; minhas companheiras, Senadoras aqui presentes; Senadores. Enfim, a imprensa.

Primeiro, é um prazer conviver com pessoas, estar aprendendo tanto com o Senador Flávio Arns. Ontem, na Comissão, Senador, eu comentei a respeito de que poucos chegam ao nível que nós chegamos, mas entendendo que muitos ficaram e aprenderam muito com os valores esportivos, tornaram-se grandes cidadãos, pais de família, grandes profissionais, porque nós dois entendemos o que o esporte, além do alto rendimento, pode promover, que é cidadania, formação de valores. Então, hoje eu estou ao seu lado nesta Comissão, o que me honra muito.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Você é representante do futebol e eu do vôlei. Fomos de esportes coletivos, mas ainda entendemos a força do coletivo, a comunhão de ideias, de vontades, de forças, para que a gente faça o melhor pelos nossos jovens, pelas nossas crianças, pelas pessoas com deficiência, enfim, pela população de um modo geral.

Então, quero desejar aos dois que estão à frente, principalmente ao senhor, Senador, muita força, disposição, que eu sei que não lhe falta, para o comando desta Comissão, e dizer que pode contar comigo. O esporte, a educação e a cultura são pilares de formação de uma juventude saudável, de uma população saudável, de mente sã, e nós estamos precisando demais trabalhar essas políticas de uma forma efetiva na nossa sociedade. Nós não podemos excluir, tirar força, tirar recursos de educação, não entender a força do esporte e da cultura na formação dos nossos jovens, das nossas crianças, e simplesmente não aproveitarmos estes momentos para esses debates, para lutarmos por essas políticas que são fundamentais para eles.

É isso que eu queria ressaltar aqui, deixar bem claro. Como eu falei lá na Comissão de Educação, eu estou com sangue nos olhos para poder ajudar realmente o País e esta Comissão a de fato entregar políticas consistentes que vão ajudar a nossa população, as nossas crianças e os nossos jovens. Estou focada demais nisso, no futuro do nosso País, no que esta Legislatura vai entregar, daqui a quatro e oito anos, no que vamos entregar efetivamente para esses jovens e para essas crianças.

Obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, Senadora. Obrigado pelas palavras.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Só me desculpem, que eu falo alto. Eu vou melhorar, gente. Eu sou superempolgada!

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Isso é bom, isso é bom. Ser campeão do mundo, como V. Exa. mesma colocou, não é nada fácil. Não significa que aqueles que não foram também não têm seus valores, como V. Exa. mesma colocou. Em relação ao trabalho desta Comissão, eu conto muito com a sua ajuda, conto muito com a sua determinação. Como V. Exa. mesma colocou, esse sangue nos olhos terá uma importância muito grande nos trabalhos desta Comissão. Eu tenho certeza de que, com esse pensamento de todos em prol da população brasileira, principalmente da melhora da qualidade de vida do povo brasileiro, vai dar certo e a gente vai fazer aqui, com certeza, um grande trabalho.

Senadora...

A SRA. MAILZA GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - AC) – Mailza Gomes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Mailza.

A SRA. MAILZA GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - AC) – Bom dia a todos! Também quero cumprimentar o Presidente, Senador Romário, e o Vice-Presidente, Senador Styvenson Valentim, e parabenizá-los por esta missão que vocês recebem agora, e também por contribuir com esta Comissão que vai tratar de assuntos relevantes, importantíssimos, para transformação do nosso País.

Eu quero fazer um pedido também para termos atenção especial a uma lei de 2016, que é o Marco Legal da Primeira Infância. Ontem participei de um debate, um encontro na Câmara Federal, e notamos a importância que tem desenvolver essa cultura de colaboração, valorização da criança. Esse é o meu pedido. Quero contribuir e desejar boa sorte a todos. Que venhamos a fazer um bom trabalho para o nosso Brasil.

Obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Parabéns, Senadora Mailza Gomes. Seja bem-vinda! Tenho certeza de que a presença de V. Exa. nesta Comissão vai engrandecer bastante. Pode contar com este Presidente, principalmente nessa área social, das pessoas com deficiência e com doenças raras, área essa em que eu milito já há muitos anos da minha vida.

Senadora Zenaide Maia, com a palavra, por favor.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Bom dia a todos! Quero cumprimentar aqui o Senador Romário, Presidente, e o Senador Styvenson Valentim, do meu Estado do Rio Grande do Norte, e dizer a todos os colegas aqui da minha alegria de poder participar desta Comissão. Na Câmara eu era da Comissão de Seguridade Social e Família, e os temas que vão ser abordados eu sempre... Também era Vice-Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, e quero dizer que estou feliz por estar aqui e que vou ajudar nisso aqui no possível.

Aqui eu estou vendo que há atletas, há tudo. Eu sou médica de formação, e é bom que a gente tenha todos. Eu digo que eu considero esta Comissão de uma importância fundamental. Aqui é onde a gente fala sobre a saúde da população, onde se fala do social, da família. É um prazer estar aqui.

Parabéns, Romário! Parabéns, Styvenson! Parabéns a V. Exas. Eu estou aqui para dar o apoio necessário.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito obrigado, Senadora! Da minha parte, pode ter certeza de que nós vamos fazer o máximo para que possamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

realmente dar uma outra cara a esta Comissão. Não que os presidentes anteriores não foram capazes; pelo contrário, fizeram grandes trabalhos aqui nesta Presidência. Mas como temos hoje no Senado a maioria dos Senadores novos, eu tenho certeza de que essa mentalidade de ajudar e de trabalhar sério, e muito, será importante para os trabalhos desta Casa.

Senador Cap. Styvenson, por favor, com a palavra.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Presidente, é só para lembrar. Foi dito aqui do esporte, foi dito da criança, dos portadores de necessidades especiais. Só para lembrar do que foi dito aqui, parte da medicina, parte das necessidades especiais, parte das crianças, mas a gente não pode esquecer também de uma população que vai ser pauta agora da previdência, os idosos. Vamos nos lembrar deles. Estamos envelhecendo, e vamos envelhecer com qualidade de vida. Vamos dar qualidade de vida de que realmente precisam. Então, é só para deixar registrado aqui que também essas pessoas não vão ficar esquecidas, não, como já estão esquecidas lá fora.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem colocado, Senador. Pode ter certeza de que essa é uma pauta de grande relevância nesses próximos anos. Aqui nesta Casa, nesta Comissão, principalmente, nós levaremos muito a sério esse tema, e haverá aqui muitos debates importantes sobre a previdência. Automaticamente, a gente está falando dos idosos. Então, a gente tem que ter um carinho e um respeito muito grandes. Por parte desta Presidência, com certeza isso não faltará.

Agora, passo a palavra à nossa querida e maravilhosa Senadora Mara Gabrilli. Por favor, amiga.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Presidente, que honra! É uma honra para mim.

Tudo bem, Senador?

Quero cumprimentar todos os Senadores, o Senador Paulo Paim, que, junto com o Senador Romário, junto com o Senador Flávio Arns, foram os construtores da Lei Brasileira de Inclusão, do Estatuto da Pessoa com Deficiência. Então, faz-me muito gosto tê-lo como Presidente desta Comissão.

Quero dizer, Presidente Romário – você também, Zenaide! –, que nós estamos vindo de uma Comissão lá na Câmara, que é uma Comissão praticamente nova, que foi criada na última Legislatura, que era a Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Eu já sei que o Senador Flávio Arns está propondo que a gente tenha uma subcomissão.

Também faço a proposta para que a gente tenha a Subcomissão de Doenças Raras, que é outro tema que está muito em pauta, porque embora há muito que a gente tenha mais de 15 milhões de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

brasileiros com doenças raras, a gente está em um momento em que a tecnologia está trazendo novas tecnologias e novos medicamentos. Então, acho que a gente tem que trabalhar de muito perto a incorporação desses novos medicamentos, que são medicamentos que vêm salvando vidas.

Queria também propor à Comissão... No ano passado eu participei de uma eleição internacional, aquela eleição no Comitê da ONU, e eu fui eleita para exercer um mandato que começa neste ano. Então, é a primeira vez que o Brasil tem assento no comitê que monitora a Convenção da ONU sobre Direitos das Pessoas com Deficiência. Eu queria propor que a gente tivesse, nesta Comissão, uma ligação muito direta com o Comitê, porque a partir de então eu passei a ser uma perita da ONU. Vou relatar países e fazer recomendações sobre inclusão da pessoa com deficiência e acessibilidade. Então, a gente poderia trabalhar de uma forma bem uníssona para conquistarmos juntos isso, porque é uma vaga do Brasil. Eu represento o nosso País lá. Não é à toa que eu estou lá. Eu estou lá muito por conta da nossa Lei Brasileira de Inclusão, por ela ser a Convenção da ONU regulamentada. O Senador Romário participou disso, muitos aqui participaram disso, e venho com essa proposta de a gente construir também isso junto.

Como falou o Senador Styvenson, por conta da reforma da previdência, acho que não só a gente tem que falar muito sobre idosos, porque daqui a pouco os idosos serão 24% da população, mas principalmente aqueles que vivem em uma situação mais vulnerável. Eu acho que é muito o nosso papel aqui, porque é um público brasileiro de que, se a gente tirar o pouco que eles têm hoje, mais tarde vai ficar muito caro para o País, bem mais caro. Então, temos que estar vigilantes com relação a isso, com o público que a gente trabalha.

Então, queria agradecer. Estou muito feliz de participar desta Comissão e feliz com o senhor de Presidente, Senador Romário. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito obrigado, Senadora Mara, pelas palavras. Sinto-me muito honrado de mais uma vez poder participar de uma comissão com V. Exa., uma guerreira em todos os sentidos. Como V. Exa. mesma colocou, aqui nesta Comissão estão reunidas quatro pessoas que tanto iniciaram quanto terminaram a LBI, no caso: Senador Paim, Senador Flávio Arns, V. Exa. e eu. E eu posso afirmar a todos os segmentos das pessoas com deficiência e doenças raras que, junto com essas novas Senadoras e Senadores que aqui estão chegando, essas pessoas terão uma atenção especial, uma atenção diferenciada através desta Comissão.

E quero comunicar a V. Exa., Senadora Mara Gabrilli, que aqui na CAS já tinha sido aberta uma Subcomissão Especial sobre Doenças Raras, da qual eu fazia parte e que era presidida pelo antigo Senador, ex-Senador Waldemir Moka. E essa Subcomissão continuará. Falaremos dela já a partir da próxima reunião, mas com certeza, se depender do meu voto, V. Exa. já será Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – E quero dizer que é uma honra estar participando de novo de temas importantes, relevantes que V. Exa. sempre coloca nesses anos de mandato na política. E vamos ter, sim, uma relação muito direta com esse comitê da ONU de que V. Exa. faz parte. E a relação que nós temos que ter é direta com esse comitê e eu posso afirmar que a gente terá. E, junto dessa parceria, surgirão grandes projetos, grandes ideias e trabalhos importantes e interessantes para esses segmentos do nosso País e do mundo de modo geral.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Obrigada, Senadora Rose.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Agora dou a palavra ao Senador Irajá.

Senador, por favor.

O SR. IRAJÁ (PSD - TO) – Bom dia, Presidente. Bom dia, Senadores e Senadoras.

É apenas para registrar a minha alegria de poder estar participando desta Comissão, uma Comissão extremamente importante, que vai debater temas relevantes nacionais, temas também locais em cada um dos seus respectivos Estados, e sob a liderança do Senador Romário, por quem eu pessoalmente tenho admiração, um grande respeito, e com tive o privilégio de poder estar na Câmara dos Deputados entre 2011 e 2014.

Quero também aproveitar para parabenizar o meu colega Styvenson. Parabéns pela eleição na Vice-Presidência. Junto com o Romário, vão conduzir com muita maestria nossa Comissão. É um privilégio estar dividindo essa responsabilidade com você.

E quero também externar o meu entusiasmo com relação a alguns assuntos que nós iremos certamente debater na Comissão: as relações trabalhistas, o equilíbrio entre essas relações trabalhistas, que são superimportantes em todo País – nós precisamos ser guardiões dessa tarefa e desse dever –; o tema da previdência, que certamente também será amplamente debatido aqui nesta Casa, o que todos nós estamos aguardando de forma ansiosa; e outros temas também relevantes.

Portanto, eu queria apenas agradecer a oportunidade, desejar muita sorte, sucesso ao Romário, ao Styvenson e muita sabedoria na condução dos trabalhos.

Obrigado, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito obrigado, Senador Irajá.

Parabéns por ser o Senador mais jovem da história deste Senado. Contamos muito com a sua juventude, sua disposição e sua maneira séria de trabalhar. Temos uma relação já de amizade fora daqui do Senado. E, no que depender desta Presidência, pode contar conosco, porque estaremos juntos para fazermos o melhor possível para o nosso País.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senador, permite-me só uma palavra?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só uma palavra, porque não quero falar demais.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – V. Exa. pode falar sempre!

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não... Eu só quero dizer uma frase que eu aprendi lá no interior de Caxias do Sul, nas colônias, onde eu passava minhas férias com os meninos e meninas que me levavam, porque na cidade eu não tinha, meus pais não tinham colônia. Eu queria só dizer que "a maçã não cai longe do pé". O Irajá é filho da brilhante – vocês todos que são novos vão ver –, da brilhante Senadora Kátia Abreu. Só isso.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Exatamente isso.

Não havendo mais nada a discutir e a tratar, declaro encerrada esta reunião.

Voltaremos... (*Pausa.*)

Já anuncio a próxima reunião deliberativa para quarta-feira da semana que vem às 9h.

Muito obrigado pela presença de todos.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Presidente, quero só atentar para o detalhe de não marcar no mesmo horário das outras Comissões, porque nós trabalhamos aqui hoje, mas outras Comissão ainda não conseguiram a instalação completa, porque falta eleição do Vice-Presidente...

Você está em quantas?

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Oito. Veja se não há outras no mesmo horário, porque gostaríamos de participar delas.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – A princípio fica marcado às 9h, mas qualquer coisa a gente pode passar para o gabinete de V. Exa. alguma mudança. Até amanhã, no caso, vocês receberão exatamente o horário, está bom?

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Está certo. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito obrigado a todos pela presença.

(*Iniciada às 9 horas e 35 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 20 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 2ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE FEVEREIRO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às nove horas e onze minutos do dia vinte de fevereiro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Romário, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Leila Barros, Nelsinho Trad, Jayme Campos, Eduardo Gomes, Styvenson Valentim, Rogério Carvalho, Weverton, Otto Alencar, Flávio Arns, Juíza Selma, Luiz do Carmo, Luis Carlos Heinze, Paulo Paim, Jorge Kajuru, Soraya Thronicke, Mecias de Jesus, Zenaide Maia, Eduardo Girão, Chico Rodrigues, Fabiano Contarato, Rose de Freitas, Mailza Gomes, Marcos do Val, Izalci Lucas, Major Olimpio, Jean Paul Prates, Sérgio Petecão, Arolde de Oliveira, Telmário Mota, Dário Berger, Paulo Rocha, Wellington Fagundes e Angelo Coronel. Deixam de comparecer os Senadores Humberto Costa, Mara Gabrilli, Eliziane Gama, Renan Calheiros, Marcelo Castro, Maria do Carmo Alves e Irajá. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Após a aprovação da ata, a presidência procedeu à leitura de comunicados. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei do Senado n° 439, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Institui o Marco Regulatório Nacional do Acolhimento de Crianças e Adolescentes." **Autoria:** Senadora Marta Suplicy. **Relatoria:** Senador Humberto Costa. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Retirado de Pauta a pedido do Relator para reexame do Relatório. **ITEM 2 - Projeto de Lei do Senado n° 314, de 2015 - Terminativo -** que: "Altera o artigo 71 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto Lei nº 5.452, de 1º de Maio de 1943 e a Lei nº 12.587, de 03 de janeiro de 2012, para dispor sobre a redução e/ou fracionamento de intervalo intrajornada e dá outras providências." **Autoria:** Senador Acir Gurgacz. **Relatoria:** Senadora Rose de Freitas. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Retirado de Pauta a pedido da Relatora para reexame do Relatório. **ITEM 3 - Projeto de Lei do Senado n° 498, de 2017 - Terminativo -** que: "Altera o artigo 235-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, de 1º de maio de 1943, que aprova a Consolidação das Leis do Trabalho, e dá outras providências." **Autoria:** Senador Acir Gurgacz. **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e da Emenda que apresenta. **Resultado:** Lido o Relatório, a Presidência concede Vista Coletiva ao Projeto nos termos regimentais. **ITEM 4 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 1, de 2019** que: "REQUEIRO, nos termos dos artigos nos. 73 e 89, IV, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), que seja criada no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), a Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência (CASPCD), composta por cinco membros titulares e igual número de suplentes, destinada à discussão colegiada de temas, problemáticas e questões nacionais afetas às pessoas com deficiência, em todas as suas abrangências e contextos, inclusive com o intuito de se aperfeiçoar o marco legal da área." **Autoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 5 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 2, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

73 do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de Subcomissão Temporária, composta de 5 (cinco) membros titulares e igual número de suplentes, destinada a propor iniciativas para promoção e defesa dos direitos e da inclusão de pessoas com Doenças Raras, bem como o devido aprimoramento na legislação específica." **Autoria:** Senadora Mara Gabrilli e outros. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Subscrito pelo Senador Nelsinho Trad. **ITEM 6 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 3, de 2019** que: "Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos aprovação do evento destinado a comemorar e sensibilizar o público quanto ao dia internacional de Síndrome de Down. O evento ocorrerá na semana de 18 a 22 de março, sendo que o momento principal do referido evento, ocorrerá no dia 21 de março, no Senado Federal." **Autoria:** Senador Romário. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 7 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 5, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a Política de Saúde dos povos indígenas e discutir a proposta de municipalização do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. Representante da Secretaria Especial de Saúde Indígena - SESAI. 2. Representante do Fórum de Presidentes de Conselhos Distritais de Saúde Indígena - FPCONDISI. 3. Representante da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira - COIAB. 4. Representante da Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo - APOINME. 5. Representante do Conselho Indigenista Missionário - CIMI." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Excluído da lista de convidados o Representante do Ministério da Saúde. **ITEM 8 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 7, de 2019** que: "Requeiro, nos termos regimentais, que seja convidado o Ministro de Estado da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, para que compareça à Comissão de Assuntos Sociais, a fim de prestar informações sobre a Nota Técnica divulgada pelo Ministério da Saúde que versa sobre mudanças no atendimento à saúde mental no Brasil. O Ministro deverá prestar informações que esclareçam as seguintes questões: a) Inclusão dos hospitais psiquiátricos nas Redes de Atenção Psicossocial (Raps); b) Financiamento para compra de aparelhos de eletroconvulsoterapia, mais conhecidos como eletrochoques; c) Possibilidade de internação de crianças e adolescentes; d) Abstinência como uma das opções da política de atenção às drogas." **Autoria:** Senador Jorge Kajuru e outros. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Subscrito pelo Senador Rogério Carvalho. **ITEM 9 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 8, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo senhor presidente do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Renato Rodrigues Vieira, informações sobre o montante atualizado das dívidas consolidadas junto ao INSS pelos 500 maiores devedores da previdência. Nesses termos, requisita-se: 1. Relação integral atualizada da dívida previdenciária dos 500 maiores devedores, discriminando CNPJ, razão social e montante atualizado; 2. Relação atualizada da dívida previdenciária livre e desimpedida de constrição judicial dos 500 maiores devedores da previdência; 3. Especificar o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

montante devido da parte empregadora e da referente aos empregados." **Autoria:** Senador Nelsinho Trad e outros. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Adição do tópico 3 pelo Senador Luiz do Carmo: Especificar o montante devido da parte empregadora e da referente aos empregados. Subscrito pelo Senador Luiz do Carmo. **ITEM 10 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 9, de 2019** que: "Requeiro, nos termos regimentais, no âmbito desta Comissão de Assuntos Sociais (CAS) a realização de Audiência Pública para debater o uso da telemedicina como forma de prestação de serviços médicos mediados por tecnologias. Para tanto sugiro que sejam convidados: - Representante do Ministério da Saúde; - Representante do Conselho Federal de Medicina; - Representante da Associação Médica Brasileira; - Representante da Associação Nacional de Hospitais Privados; - Presidente da Federação Brasileira de Hospitais, Sr. Luiz Aramicy Pinto; - Representante da Confederação das Santas Casas." **Autoria:** Senador Nelsinho Trad. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 11 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 10, de 2019** que: "Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a realização de audiência pública, nesta Comissão, para debater a reforma previdência, com a presença do seguinte convidado: - Rogério Marinho, Secretário Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia." **Autoria:** Senador Paulo Paim. **Resultado:** Aprovado. **Observação:** - Definição do convidado. **ITEM EXTRAPAUTA 12 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 11, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, inciso II da Constituição Federal e dos arts. 90, inciso II e 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) para debater sobre denúncias de uso de doping nos treinamentos e competições de fisiculturismo, no Brasil. Para tanto, sugiro que sejam convidados representantes dos órgãos e entidades relacionados a seguir: – Presidente da Confederação Brasileira de Musculação, Fisiculturismo e Fitness; Maurício de Arruda Campos – Presidente do Tribunal Antidopagem – Ministério do Esporte; Dra. Tatiana Mesquita – Representante no Brasil da Federação Internacional de Fisiculturismo; Alexandre Bortolato - Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem (ABCD) – Ministério do Esporte; - Dr. Eduardo De Rose – referência brasileira no exterior no combate ao uso de doping; - Um atleta de fisiculturismo; a ser indicado pela Confederação de Fisiculturismo; - Savaget Promoções, Congressos e Eventos Ltda." **Autoria:** Senador Romário. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 13 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 13, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 216 (combinado com o art. 50 CF), do Regimento Interno do Senado Federal, que seja encaminhado requerimento de informações ao Ministério da Saúde, para fornecer dados sobre as políticas públicas adotadas com relação aos hospitais, santas casas e hospitais filantrópicos, especificamente com relação à liberação de recursos. O objetivo é obter dados sobre os limites financeiros disponíveis para a Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar (MAC), que incluem os incentivos de custeio que são transferidos de forma regular e automática aos fundos de saúde dos estados, DF e municípios. E que o Ministro apresente a Política que será implementada pelo Ministério da Saúde na sua gestão nas diversas áreas." **Autoria:** Comissão de Assuntos Sociais (CAS). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Adição de Informação solicitada. - Requerimento de iniciativa dos Senadores Rose de Freitas e Rogério

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Carvalho, aprovado por unanimidade pela Comissão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Romário

Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/02/20

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciar os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A presente reunião está destinada à deliberação do item 1, não terminativo; item 2, terminativo; e requerimentos, conforme pauta previamente divulgada.

Há expediente sobre a mesa, que passo a ler.

Esta Comissão comunica o recebimento das seguintes manifestações: moções de apoio às reivindicações de funcionários dos Correios para que as matérias legislativas que envolvam o Postalis e seus planos possam ter a atenção e o comprometimento das estruturas políticas federais, visando mitigar os impactos sofridos pelos aposentados e aposentáveis da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos oriunda das Câmaras dos seguintes Municípios do Estado de São Paulo: Lutécia, Pirassununga, Taubaté, Américo Brasiliense.

Conforme instrução normativa da Secretaria-Geral da Mesa, o referido documento ficará à disposição na Secretaria desta Comissão e na página da Comissão da internet, pelo período de 15 dias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta Presidência comunica o recebimento do Aviso 164, de 2018, do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia do Acórdão 12.162, de 2018, ao apreciar os autos de acompanhamento realizados sobre a concessão, a manutenção e o pagamento de benefícios assistenciais no âmbito da Secretaria Nacional de Renda de Cidadania, da Secretaria Nacional de Assistência Social e do Instituto Nacional do Seguridade Social junto ao então Ministério do Desenvolvimento Social.

Conforme instrução normativa da Secretaria-Geral da Mesa, o referido documento ficará à disposição na Secretaria desta Comissão e na página da Comissão da internet, pelo período de 15 dias.

Esta Presidência comunica o recebimento do Aviso 800, de 2018, do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia do Acórdão nº 2.860, de 2018, sobre os autos de auditoria realizada na Superintendência Nacional de Previdência Complementar, na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos e no Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos, com vistas a apurar a ocorrência de prejuízos nos fundos de investimentos dos quais o Postalis participa.

Conforme instrução normativa da Secretaria-Geral da Mesa, o referido documento ficará à disposição na Secretaria desta Comissão e na página da Comissão da internet, pelo período de 15 dias.

Esta Presidência comunica o recebimento do Aviso nº 38, de 2019, do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia do Acórdão 2.901, de 2018, sobre os autos de relatório de auditoria com o objetivo de avaliar a eficácia e a efetividade das políticas públicas federais de inclusão produtiva, urbana e rural, voltadas à população pobre, com destaque para os aspectos de articulação e focalização.

Conforme instrução normativa da Secretaria-Geral da Mesa, o referido documento ficará à disposição na Secretaria desta Comissão e na página da Comissão da internet, pelo período de 15 dias. (*Pausa.*)

Como os autores de requerimentos já se encontram presentes, farei a leitura dos três requerimentos, e esperaremos aqui a presença de quórum para serem colocados em votação.

ITEM 4

REQUERIMENTO Nº 1, de 2019

- Não terminativo -

REQUEIRO, nos termos dos artigos nos. 73 e 89, IV, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), que seja criada no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), a Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência (CASPCD), composta por cinco membros titulares e igual número de suplentes, destinada à discussão colegiada de temas, problemáticas e questões nacionais afetas às

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pessoas com deficiência, em todas as suas abrangências e contextos, inclusive com o intuito de se aperfeiçoar o marco legal da área.

Autoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Pronto para deliberação

Concedo a palavra ao autor do requerimento, para encaminhar.

Por favor, Senador.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR. Para encaminhar.) – Agradeço, Sr. Presidente. É um requerimento, eu diria, muito importante. A questão da deficiência abrange, assim, um contingente enorme da população. Pelo menos mundialmente, a estimativa que se aceita é de 10% população, 20 milhões de pessoas. Se nós tomarmos como base os dados do IBGE, seriam 40 milhões de pessoas, 20 e poucos por cento.

De qualquer forma, é um contingente enorme, e estão incluídas aí pessoas com deficiência visual, cegos, visão subnormal, surdez, autismo, dentro do que se denomina o espectro autista, deficiência intelectual, múltipla. E são desafios gigantescos, tanto para a família como para a sociedade, para que haja a inclusão plena na vida da sociedade, com chances, oportunidades, direitos respeitados.

Então, nada melhor do que termos aqui, na Comissão de Assuntos Sociais, uma Subcomissão permanente que se dedique a esse debate, a essa discussão, a construir caminhos, ver as políticas públicas, fiscalizar, particularmente a Lei Brasileira de Inclusão. Há questões importantes na saúde, medicamentos, fisioterapia, fonoaudiologia, exames genéticos; na área da assistência, toda a discussão, por exemplo, sobre o BPC, Benefício de Prestação Continuada. Existe, inclusive, o movimento nacional das mães, denominado Eu Empurro essa Causa, para que esse benefício da assistência – não é da previdência, é da assistência – possa ser melhorado nos seus critérios. Na previdência, no trabalho, na acessibilidade, em muitas coisas, inclusive, nos assuntos sociais, a gente pode também contribuir, discutindo, porque é um direito social a educação, a cultura, os esportes.

Então, eu sei que V. Exa. tem uma sensibilidade particular nessa área – e eu também tenho, eu sou pai de uma pessoa com deficiência. Então, a gente trabalha e luta para que os nossos filhos e os filhos de todas as famílias tenham os seus direitos e suas necessidades atendidas.

Então, por isso que eu penso que ter uma Subcomissão permanente é um espaço de discussão bem interessante para atendermos em conjunto essa parcela significativa da população.

Agradeço a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, Senador Flávio Arns.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiro, quero dizer a V. Exa. que existia uma expectativa muito grande quanto à chegada de V. Exa. à Casa, principalmente minha, em relação a esse tema, a esse segmento dessa nossa sociedade, segmento hoje que já é visto por parte não só dos políticos do Brasil como do Brasil em geral, de uma forma diferente, mas respeitosa.

E eu acredito que nós, aqui no Senado, temos uma responsabilidade muito grande, uma obrigação muito grande para com essas pessoas que são, hoje, praticamente 20 milhões de pessoas afetadas por algum tipo de deficiência. E V. Exa. pode contar aqui comigo nessa luta.

Eu acabei de me certificar aqui com a Secretária se eu posso fazer parte dessa Subcomissão e, se for de agrado e do interesse de V. Exa., eu gostaria realmente de participar.

Muito obrigado.

Como agora já temos quórum, vamos para a votação.

Em votação requerimento.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Sr. Senador, por favor.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Inicialmente, quero parabenizar o Senador Flávio Arns por essa iniciativa. E quero deixar claro que naquilo que eu, humildemente, também puder contribuir, pode contar comigo, porque é triste nós sabermos que, no Brasil, temos pessoas com deficiência e que nem em seus próprios locais públicos elas têm acessibilidade.

É triste você ver que as próprias instituições, como o Ministério Público, o Poder Judiciário... Digo mais: aqui, no Senado Federal...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Exatamente.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Nós temos a Senadora Mara Gabrilli, que teve até dificuldade de entrar. Então, eu acho que esse dever de casa passa inicialmente pelo Poder Público, que é o principal violador desses direitos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu fico triste não só como Senador, Flávio Arns, mas quando eu vejo postura sendo veiculada no meio de comunicação social em que o Chefe do Executivo ainda pensa em retirar, entre aspas, "pseudobenefícios" de pessoas com deficiência.

É lamentável que vivamos em uma sociedade em que se prima pelo princípio da igualdade, de que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza... E só quem tem filho em casa, por exemplo, paralítico, tetraplégico, que você tem que retirar a urina seis vezes por dia, senão vai para os rins, que detona, para o que não há políticas públicas de inclusão... Porque não basta você estabelecer um determinado percentual de conta. A inclusão passa por outros fatores muito mais graves. E passou da hora de este Senado Federal fazer essa faxina moral e dar o exemplo para toda a população brasileira. E dar um mínimo de dignidade para as pessoas com deficiência física.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito obrigado, Senador Fabiano Contarato. Parabéns. Concordo plenamente com todas as suas palavras.

ITEM 6

REQUERIMENTO Nº 3, de 2019

- Não terminativo -

Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos aprovação do evento destinado a comemorar e sensibilizar o público quanto ao dia internacional de Síndrome de Down. O evento ocorrerá na semana de 18 a 22 de março, sendo que o momento principal do referido evento, ocorrerá no dia 21 de março, no Senado Federal.

Autoria: Senador Romário

Relatório: Pronto para deliberação

Para encaminhar, eu só gostaria de colocar para as Sras. Senadoras e os Srs. Senadores a importância desse dia na vida dessas pessoas com síndrome de Down. Eu tenho uma filha com síndrome de Down, que tem 13 anos. E, nesses últimos 13 anos da minha vida, eu passei a entender e a acompanhar de perto a convivência com essas pessoas, não só com a minha filha, mas com muitos que têm síndrome de Down.

A partir do momento em que cheguei a esta Casa, no Congresso Nacional – nos primeiros quatro anos, como Deputado e, nos outros quatro anos, como Senador –, a gente decidiu fazer um evento como esse, desse tamanho, dessa natureza, para que a gente pudesse dar voz e para que o Brasil pudesse entender, ver e sentir de perto o que essas pessoas com síndrome de Down realmente podem trazer de positivo para a nossa sociedade e para a nossa vida de uma maneira geral.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, como não poderia ser diferente, não só por ser hoje o Presidente desta Comissão, não só por ser Senador da República, não só por ser pai de uma criança com deficiência, com síndrome de Down especificamente, mas pelo fato de ser um cidadão interessado hoje nesse segmento da nossa sociedade – porque, como eu já havia colocado antes, existe por parte do Brasil hoje um entendimento, uma aceitação, uma respeitabilidade muito maior e muito melhor do que há 13 anos, quando nasceu a minha filha –, a gente, aqui no Senado, tem por obrigação continuar fazendo com que essas pessoas continuem entendendo que essas pessoas têm, sim, que fazer parte do nosso dia a dia, em todos os segmentos, como no esporte, na educação, no trabalho, na música, na cultura.

E este requerimento vai exatamente ao encontro disso para a gente dar a essas pessoas a oportunidade de elas mostrarem ao Brasil o que elas realmente podem fazer. E muitos, infelizmente, até por ignorância e por falta de conhecimento, não sabem o quanto essas pessoas podem nos ensinar nos vários sentidos da palavra.

Então, é por isso que eu fiz este requerimento, estou encaminhando e vou colocá-lo em votação.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

A Senadora Soraya com a palavra, por favor.

Logo em seguida, o Senador Flávio Arns.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Senador, bom dia. Bom dia a todos os presentes, a todos os Senadores.

Presidente, esse é um assunto que muito me toca. Há alguns anos, eu recebi uma... Eu sou advogada, e uma amiga minha, a Cláudia Pael, mãe da Ana Carolina, com síndrome de Down, colocou-me nessa seara e eu abracei muito a causa.

Lá em Campo Grande, como eu acho que acontece em muitos lugares, essas crianças têm direito a um professor especializado, cada criança tem direito a ser assistida exclusivamente por um professor especializado. Infelizmente a Prefeitura não estava cumprindo isso na capital, nós conseguimos uma liminar e hoje a Ana Carolina é assistida. Aí eu comecei a assistir juridicamente outras crianças, e, para aquelas crianças sem recursos, nós fizemos no meu escritório *pro bono.* Então, o que mais dói é perceber também que, quando nós ganhamos a liminar, já foram umas duas ou três vezes, a Prefeitura colocava um estagiário, não colocava o professor especializado, o professor que já estava no quadro da Prefeitura, num total descaso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí eu quero levantar também a bandeira de que eles precisam também de um cuidador, porque não basta o professor estar dentro da sala de aula. Eles, durante o recreio, nos horários em que estão fora da sala de aula, precisam ir à toalete, têm várias necessidades, precisam ser cuidados porque são muito ingênuos também, né! Então, precisam dessa assistência, desse olhar especial, bem como os autistas, enfim.

Então, quero parabenizar V. Exa. e destacar que nós deveremos – e eu quero! – estar presentes nesse dia dessa homenagem.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, Senadora.

Assim como V. Exa. colocou esse problema, eu, no meu Estado, principalmente nas cidades menores que existem e que são muitas, são 92 cidades no Estado, tenho esse problema. A partir da LBI, os colégios municipais, estaduais, os colégios públicos de um modo geral, têm por obrigação ter um mediador – vamos chamar de mediador –, na sala de aula, para cada duas, se não me engano, pessoas com deficiência. E muitas dessas escolas não cumprem a lei. E, assim como V. Exa. falou, é uma obrigação, não só nossa como Parlamentares, como políticos, mas da sociedade brasileira de modo geral, cobrar isso da escola. Então, essa atitude é digna realmente de pessoas que entendem a dificuldade que é para determinadas pessoas com deficiência conviver numa sala de aula. Parabéns por cobrar isso dessa instituição, porque esse é o nosso dever, não só como Senadores, mas também e principalmente como cidadãos.

Passo a palavra agora ao Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Presidente, eu quero, em primeiro lugar, concordar inteiramente com o requerimento. Quero parabenizar V. Exa., que já é muito admirado por todos nós como jogador de futebol. Graças ao Romário o Brasil foi campeão, junto com a equipe também, várias vezes. Não é, Kajuru?

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Essa eu vi!

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Se não fosse o Romário, eu não sei o que teria acontecido!

Mas, de um tempo para cá, também V. Exa. teve a oportunidade de contribuir com o País de uma maneira muito significativa, que é justamente pela sua caminhada a favor da cidadania da pessoa com síndrome de Down e da pessoa com deficiência, porque todas as políticas públicas que por ventura envolvam a pessoa com síndrome de Down se aplicam também à criança com autismo, com surdez, com cegueira, com deficiência intelectual de uma maneira geral, deficiências múltiplas. Então, quando a gente pensa numa semana nacional – o que é muito importante – da pessoa com síndrome

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de Down, é sempre dizer "olha, vamos batalhar", porque o bonito dessa trajetória é que a gente não abre o caminho para o filho da gente; abre para o filho da gente e abre para os filhos de todas as famílias. Isso que é o bonito, porque uma política pública é para todo o mundo.

Então, a gente quer que todo o mundo seja respeitado, não só pessoa com deficiência: quilombola, indígena, o pessoal da periferia, de zona rural, de zona urbana. Nós estamos discutindo aqui a pessoa com deficiência, e é um assunto sensível. Imagem 20 milhões de pessoas. Uma pessoa dessas tem, pelo menos, pai, mãe, vamos supor, um irmão. São 80 milhões de pessoas no Brasil diretamente interessadas nesse assunto, fora o tio, a tia, o avô, a avó, o primo, enfim, todo mundo que possa...

Então, quero que o pessoal olhe para... Permita-me chamar para você, Romário, como jogador, mas como uma referência no Senado nessa área. Continue firme e animado e conte com a gente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito obrigado, Senador.

Passo a palavra agora ao Senador Nelsinho Trad.

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS) – Senador Romário, queria dar um testemunho. Nos idos de 2011, V. Exa. foi à minha cidade – e eu, Prefeito de Campo Grande –, junto com o seu colega, Deputado Mandetta, onde vocês conseguiram, através das interlocuções que fizeram, a cobertura da quadra de esportes da Fundação Juliano Varela, que cuida exatamente das crianças com síndrome de Down. Essa causa, V. Exa., de uma maneira muito própria, sabe conduzir com toda a sensibilidade que ela merece.

E eu gostaria aqui, até enriquecendo a fala da Senadora Soraya, de dizer que, na ocasião em que era Prefeito de Campo Grande, de 2005 a 2012, nós criamos um departamento da educação especial na Secretaria Municipal de Educação, justamente com a finalidade da inclusão dessas crianças dentro da nossa sociedade.

Então, todas as atividades pertinentes à secretaria, como "vai ter festa junina", eles tinham a festa junina deles, promoviam; "vai ter aniversário da cidade", eles tinham também as atividades deles. E essa questão de disponibilizar um profissional para poder acompanhá-los na sua educação e no seu desenvolvimento foi criada na nossa época. Funcionou muito bem. Ocorre que, quando saímos, fomos sucedidos por alguém que não teve a mesma percepção.

Então, quero parabenizar V. Exa. por essa causa, lembrá-lo de que a gente conseguiu trazer para cá, na ocasião dessa data comemorativa, a primeira banda de portadores de síndrome de Down. Até a BBC de Londres veio fazer uma matéria com eles, lá, na nossa cidade, tamanha a inclusão que eles sentiram desempenhando essa atividade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Afora isso, eu gostaria aqui também... Não sei se é o momento apropriado. A Senadora Mara Gabrilli pediu para que eu pudesse subscrever um requerimento dela, em função de ela não conseguir chegar a tempo. Então, é o item 5, Requerimento da Comissão nº 2. Então, eu queria aqui registrar que eu acabo de subscrevê-lo, para poder entrar na ordem da pauta, porque ela não vai conseguir chegar a tempo, em função do horário em que ela teve que sair de lá.

Muito obrigado, Senador. Parabéns por essa luta de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Obrigado pelas palavras, Senador Nelsinho Trad.

Lembro-me muito bem do dia em que estive na sua cidade com o hoje Ministro Mandetta e também do dia do evento onde essa banda fez sucesso em todos os segmentos, em todos os sentidos. E a gente via nos olhos dessas pessoas, daquelas crianças e jovens a satisfação de estarem ali e poderem demonstrar para o Brasil e para o mundo – como V. Exa. falou, a BBC esteve presente para filmar – que eles podem, sim, a partir do momento em que a gente tenha a sensibilidade e a percepção de dar oportunidade a eles. Então, parabéns a V. Exa. também pelo trabalho que sempre fez nessa área, como Prefeito, e continuará fazendo agora, com certeza, como Senador.

Passo a palavra, agora, ao Senador Kajuru. O Jorge fica para quem não o conhece. (*Risos.*)

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Presidente, Senador Romário Souza, ser humano Romário Souza, antes de mais nada, eu gostaria aqui de mostrar a minha alegria sincera de estar tão bem acompanhado nesta Comissão de Assuntos Sociais por seres humanos – em nome dos homens, eu falo de ser humano como o Senador Flávio Arns, como o Senador Contarato, que esses dias subiu ao Plenário para falar de direitos iguais, para falar dos elevadores deste Senado Federal, que separam o Senador das outras pessoas, esquecendo-se daquela frase: depois do jogo, o peão e o rei voltam para a mesma caixa, ou seja, caixão; em nome das mulheres Senadoras aqui, cito também seres humanos como a Senadora Soraya, como a Senadora Rose, que merecem o meu absoluto respeito.

Mas desejo fazer uma confissão pública que nunca fiz até hoje, embora o Senador Romário saiba que, como V. Exa., eu já falei de tudo na minha vida em 40 anos de televisão. É difícil saber o que o Kajuru não falou e de quem ele não falou.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Bastante.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – É uma confissão pública aqui. O momento mais difícil da minha vida, Senador Styvenson, desejando a todos nós aqui que Deus nos ilumine neste trabalho, que tenho certeza de que será marcante na história do Senado, com a Presidência de Romário e com todos os demais integrantes desta Comissão: em novembro de 2009, eu vivi o pior momento de minha vida quando perdi 94% da minha visão através do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

descolamento da retina em função do diabetes. Fui operado pelo mesmo médico que operou V. Exa. – nós dois –, o Dr. Aureo Ludovico, às pressas, para não perder o restante da visão. Eu estava pesando 128kg e fui parar com 62 quilos. Aí entrei naquela depressão que é inevitável. Quem ignora a depressão não é ser humano. É uma doença do mundo. E, nessa depressão, lá encostado em Ribeiro Preto, ao lado do ex-jogador de futebol Sócrates, que era quem me amparava, eu comecei a viver momentos de Raul Seixas, ou seja, eu não acreditava em mais ninguém, em mais nada, pensei até em suicídio, confesso, só que, antes de ser operado, comecei a pensar em pessoas, e a primeira pessoa que veio à minha cabeça foi Romário, Porque, além do gênio que foi como jogador de futebol... Eu me tornei amigo do Presidente Romário, amigo pessoal, mas quando eu conheci o ser humano Romário, eu falei: "Gente, por existir ser humano igual ao Romário, eu ainda tenho que acreditar na raça humana". E aquilo me levantou, aquilo me fez acreditar na cirurgia, que na época era proibida, em 2009, e a cirurgia era um risco. O meu irmão, amigo, José Luiz Datena, que é como meu pai, não queria que eu fizesse jamais, quase ninguém queria que eu fizesse, e eu fiz, como V. Exa. também fez. E eu estou feliz por ter feito, não me arrependo. Então, eu fico muito emocionado, neste momento, em fazer essa confissão para mostrar ao País o outro lado do Romário. O Senador Flávio Arns falou do lado do futebol e também falou do lado do ser humano, mas eu queria fazer essa confissão aqui.

Então, eu estou junto evidentemente. O requerimento do Senador Flávio Arns não tem que ser só aprovado, tem que ser aplaudido. Quero fazer parte, junto com o Romário e com o Contarato, dessa subcomissão.

Daqui a pouco, Presidente, V. Exa. vai colocar em pauta, o que me deixou muito triste... Daí eu requeiro aqui, contando com apoio de V. Exas., a presença do Sr. Luiz Henrique Mandetta, que eu admiro, mas ele me deixou aturdido, aturdido completamente, na nota técnica divulgada pelo Ministério da Saúde sobre mudanças no atendimento à saúde mental neste País.

Gostaria da atenção dos senhores e das senhoras neste requerimento que daqui a pouco será colocado em pauta pelo Presidente Romário.

É só isso, desculpem-me se me alonguei, mas eu precisava falar, de coração, do ser humano Romário e do tanto que a gente vai falar aqui do diabetes, do que ele representa hoje no Brasil, 48% das mortes no Brasil hoje são provocadas pelo diabetes.

Eu criei em Goiás, como Vereador, o primeiro centro diabético do Brasil. Hoje à tarde, na sessão plenária, nós poderemos aprovar hoje o centro diabético para todo o Brasil, estendê-lo para todo o Brasil. É um projeto meu que eu entreguei, na época, ao Senador Ronaldo Caiado, meu amigo pessoal. E ele disse: "Kajuru, vou conseguir aprovar no Senado". Foi aprovado. Hoje vai à votação. Eu espero que o Senado seja sensível...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Já foi votado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Não, a votação é hoje. Ontem não chegou a ser votado; ontem chegou só a ser apresentado, parece-me. Pelo o que entendi. Se foi, graças a Deus, Rogério!

Eu também quero apresentar aqui, Presidente Romário, estendendo esse centro do diabético, como nós fizemos lá em Goiás agora, através do Dr. Aureo Ludovico e de sua equipe voluntária, para os transplantes de múltiplos órgãos, o transplante de rins, de fígado e de pâncreas, para os necessitados que não têm condições financeiras. Então, eu estou acrescentando a esse projeto do centro diabético, de minha autoria, o primeiro do Brasil, completíssimo, que atende a todos... Então, posteriormente, eu vou apresentar esse outro projeto no Senado, mas inicialmente aqui na Comissão, na CAS, para estender a todo o Brasil os transplantes de rins, fígado e pâncreas.

Obrigado, Presidente Romário.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, Senador Kajuru. Muito obrigado pelas palavras, fico, realmente, emocionado.

Quero dizer que essa sua luta é uma luta minha também, pode contar comigo. A minha luta hoje é para levar essa cirurgia que começou com o Dr. Áureo Ludovico... Hoje existem outros profissionais que conseguem fazer essa cirurgia, que é cara, principalmente porque 95% da população, com certeza, não tem condição. Vou precisar da ajuda de todos os senhores e senhoras aqui presentes para que a gente possa levar esse tipo de cirurgia também para o SUS, que tem uma importância muito grande hoje para as pessoas que têm a diabete, principalmente a diabete tipo 2, que é a que tem cura por enquanto.

Vamos aqui ao item 8, depois eu volto para o item 5, Senador Nelsinho.

Darei a palavra à Senadora Zenaide. A senhora quer falar agora?

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Sr. Presidente, eu queria só dizer do meu interesse de participar dessa Subcomissão permanente das pessoas com deficiência da Comissão de Assuntos Sociais os assuntos sociais das pessoas com deficiência. Quero oferecer meus trabalhos. Lá, na Câmara, eu era de uma comissão permanente que existe já de defesa das pessoas com deficiência.

Era só isso.

Quero agradecer aqui o meu colega Girão, que me concedeu tão gentilmente...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Obrigado, Senadora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes do Senador Eduardo Girão, Senador Flávio, eu acho que a gente vai ter que estender o número de participantes dessa subcomissão. Que ótimo, não é? E eu tenho certeza de que esse próximo Senador também vai querer participar dessa Comissão.

Eduardo Girão, por favor.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Estimado Presidente, Senador Romário, eu queria dizer que fiquei extremamente feliz. Desde os seus primeiros trabalhos no Senado Federal, V. Exa. se revelou com muita sensibilidade, com muito compromisso com as causas sociais, com as crianças com deficiência.

Nessa aprovação que a gente acaba de fazer do Regimento Interno, requerendo a aprovação do evento destinado a comemorar e sensibilizar o público quanto ao Dia Internacional da Síndrome de Down, eu queria fazer uma consideração.

Eu tenho observado há muito tempo andando pelo Brasil, especialmente no mundo, algo que me deixa aflito, que me deixa aflito: essa questão de crianças, de pessoas com síndrome de Down. A gente via há 20 anos, 30 anos atrás com muita frequência nas ruas e nos parques os pais junto com os filhos andando, uma quantidade enorme, e a gente sabe quem tem na família o amor puro que são essas crianças que são presentes de Deus, e essa cultura que tem se proliferado no mundo, a cultura da morte, a cultura do aborto, tem eliminado essas crianças no ventre de suas mães.

Então, eu queria fazer esse registro do perigo que é a liberação do aborto. Esse amor é interrompido, e esse aprendizado e esse exercício da paternidade e da maternidade ficam altamente comprometidos com essa questão de quando não é respeitada a vida desde a concepção.

Então, ficam meus votos de parabéns por estar cada vez mais V. Exa. junto com os colegas aqui tocando na importância de termos uma abordagem humanitária.

E que a vida seja preservada, porque o valor da vida é algo que extrapola, é algo importantíssimo que a gente preserve. Cada vida humana tem um sentido, cada vida humana é importante.

E ficam meus votos de parabéns pela sensibilidade de V.Exa. E tê-lo como Presidente é uma honra, participar, mesmo como suplente, desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito obrigado, Senador Girão, pelas palavras.

E eu tenho certeza de que a voz de V. Exa. aqui no Senado, nestes próximos oito anos, será uma voz de grande relevância e importância para todos os segmentos da nossa sociedade, do nosso País, mas principalmente para esse segmento, que precisa cada vez mais de vozes que são de pessoas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sensíveis à causa, de pessoas que conhecem realmente o sacrifício dessas pessoas que têm deficiência e dos familiares dessas pessoas. Parabéns!

Passo a palavra agora ao Senador Luiz do Carmo, por favor.

O SR. LUIZ DO CARMO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO) – Bom dia, Presidente, bom dia a todos. Eu quero falar sobre o meu requerimento e do Senador Jorge Kajuru, de Goiás. Eu sei que aqui nós somos Senadores, uma Casa revisora de leis e de fazer leis.

Quando vocês aqui nesta Comissão... Eu até não queria fazer parte desta Comissão; queria outras, mas o meu Líder me pôs aqui, e hoje eu estou me sentindo à vontade.

Quando você fala, o Kajuru pede aqui... A saúde mental do Brasil é algo gravíssimo.

Eu há quatro anos, quando me candidatei, juntamente com o Caiado – o Caiado a Senador, e eu suplente dele... Eu fui Deputado Estadual por dois mandatos, e o Caiado... Eu topei isto aqui, há quatro anos.

Tenho uma mulher linda, chamada Ivana, e ela falou assim: "Olha, nós vamos ao Senado?" E ela não gosta muito de política. "Não, Luiz, vamos para o Senado." E hoje ela tem uma doença chamada frontotemporal. Vocês conhecem, a maioria conhece essa doença. Hoje ela não tem capacidade de me acompanhar aqui mais. Uma doença mental grave que deu nela, e não tem remédio. Ando no Brasil todo, no mundo, e não tem remédio.

Esta Comissão – sinto na pele isso aí – tem a obrigação de achar uma solução, porque graças a Deus, hoje eu tenho condição de pôr cuidador. Está lá, está bem, estou aqui, estou levando. E quem não tem? Então o Estado brasileiro tem de ver isso. Quando você tem o seu, que não é um problema, que você tem lá, que todo mundo vive isso praticamente, e eu tenho também, então nós temos a obrigação de fazer alguma coisa. E nesta Comissão, através daqui, como eu sinto na pele isso, que a Ivana não pode estar comigo aqui no Senado, e eu quero fazer alguma coisa, ajudar. E o Brasil e esta Comissão têm de ter uma responsabilidade muito grande de ajudar as pessoas que não têm condição nem de ter um alento para a pessoa lá. Hoje são quatro cuidadoras com ela. E quem não tem condição de pagar? Então nós temos a obrigação de fazer alguma coisa nesta Comissão, eu sei que é muito importante, para nós acharmos uma solução para esse problema.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Pode ter certeza que, não sei se todos, mas a grande maioria aqui desses Senadores e dessas Senadoras são bastante sensíveis a essa causa e que falta de trabalho, de esforço não vai ter para que a gente possa continuar, a cada ano que passa, dando mais oportunidade, dando mais voz, atenção, e principalmente, qualidade de vida a essas pessoas que têm deficiência, independente de qual seja.

Muito obrigado pelas suas palavras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo a palavra agora para a Senadora...

A Senadora vai querer falar ou não?

Quer, não é?

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Sr. Presidente, é só uma pergunta, porque daqui a pouco começam outras Comissões e dependem do quórum, como a CCJ agora, às 10 horas.

Eu queria apenas perguntar... Primeiro, dizer que a pauta já se encontra em poder de V. Exa. com os projetos que estão sem relatores.

Aqui, tanto o Senador Rogério como o Senador Nelsinho Trad, Luiz do Carmo... Eu mostrei a lista das relatorias, como falei com V. Exa., a quem se interessasse pelo projeto. Eu queria perguntar se V. Exa. vai designar os Relatores ainda essa semana.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – A partir de hoje, serão designados os Relatores para esses projetos que não estão com Relatores. Acho que os Relatores não foram reeleitos e não se encontram mais na Casa.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Então, no caso do Senador Paulo Paim, que assumiu, no caso do Paulo Rocha, a quem nós já encaminhamos o ofício... Vou encaminhar aqui os demais companheiros que se habilitaram para a relatoria para V. Exa.

São 13 projetos. Há aqui quatro nomes com sugestões para alguns, de interesse do tema, porque é muito importante que o Relator, que aquele que seja Relator se interesse pelo tema...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Perfeito.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – ... que estude o tema, que acrescente alguma coisa que possa contribuir.

E, sobre a questão... Permita-me, Kajuru, é uma questão só de observação. Eu nunca peguei um elevador nessa Casa em que todos que estivessem na fila não entrassem comigo. Então, isso aí não depende mais de quem estiver induzindo que entre só o Parlamentar no elevador. Isso já acabou. Eu estou há 30 anos aqui e nunca fui no elevador sozinha com outros Senadores.

Então, acho que a gente tem que conduzir o nosso comportamento como exemplo. Não se trata também de ficar dizendo que a Casa procede assim, porque não é o caso mesmo, efetivamente.

Mais uma coisa, Sr. Presidente.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Senadora Rose. Senadora Rose.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Eu queria sugerir...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Só um aparte, permita-me.

É que ocorreu com duas Assessoras do meu Gabinete, 16, a Renata e a Diana. A Diana, que é filha, Presidente Romário, do Ivan Lins, um dos melhores músicos do mundo, e ela é muito sensível, a Diana. Quem quiser pode ir lá, no meu Gabinete, conhecê-la. Ela cuida da Assessoria de Meio Ambiente e é poliglota, cuida de assuntos de recursos internacionais. E ela subiu com a Renata, e o ascensorista que estava no elevador disse assim, vou repetir para a senhora, V. Exa., disse assim: "Eu vou dar uma carona para vocês, porque esse elevador é só de Senador".

Então, eu não falei, porque, antes de acionar a boca, eu ligo o cérebro.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Senador...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Isso já aconteceu comigo, Senadora.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Senador, eu entendi, mas o senhor ignore, abra a porta do elevador e ponha quem o senhor quiser dentro do elevador. Aí, as pessoas vão aprendendo, porque não podemos...

Presidente, só uma coisa, para podermos ir para a CCJ, eu queria sugerir a V. Exa... Eu fiz um requerimento pedindo que o Ministério da Saúde mande informações adequadas sobre a liberação dos recursos da saúde, como eles são liberados para média e alta complexidade, porque nós não temos acesso a essas informações. Todo ano eu tenho que praticamente dormir dentro do Ministério para consegui-las.

V. Exa., como Presidente, requerendo esses dados e dando divulgação a eles, acho que seria uma maneira como todos nós poderíamos interagir na área da saúde e colocar mais transparência nas atitudes governamentais, seja este ou outro Governo.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – E sugerir a V. Exa. um seminário específico sobre a questão da Síndrome de Down, para dar a maior divulgação possível no Brasil, para que as pessoas tomem conhecimento do trabalho que é realizado e possam fazer, inclusive, sugestões de projetos de lei que nos ajudem e a V. Exa. também.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito obrigado, Senadora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Item 8.

ITEM 8

REQUERIMENTO Nº 7, de 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos regimentais, que seja convidado o Ministro de Estado da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, para que compareça à Comissão de Assuntos Sociais, a fim de prestar informações sobre a Nota Técnica divulgada pelo Ministério da Saúde que versa sobre mudanças no atendimento à saúde mental no Brasil.

O Ministro deverá prestar informações que esclareçam as seguintes questões:

a) Inclusão dos hospitais psiquiátricos nas Redes de Atenção Psicossocial (Raps);

b) Financiamento para compra de aparelhos de eletroconvulsoterapia, mais conhecidos como eletrochoques;

c) Possibilidade de internação de crianças e adolescentes;

d) Abstinência como uma das opções da política de atenção às drogas.

Autoria: Senador Jorge Kajuru.

Eu poderia conceder a palavra, mas V. Exa. já falou. Quer falar de novo? Por favor.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Sr. Presidente, eu queria subscrever, com a devida autorização do Senador Kajuru.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Que prazer! Que prazer, porque realmente a nota técnica dele foi lamentável.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – O Senador Rogério Carvalho subscreve também esse requerimento.

Vamos colocar em votação.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o Requerimento nº 8.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Eu só quero dizer, Sr. Presidente... Desculpe-me.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Eu só quero dizer que também concordo com o requerimento.

É uma das áreas mais fundamentais hoje para serem discutidas, a saúde mental. Lá no Paraná, por exemplo, de todos os casos de afastamento do trabalho, 20% ou mais se relacionam à área da saúde mental.

Há um desconhecimento gigantesco. O problema de álcool e drogas é algo que assola... Eu, pessoalmente, sou totalmente a favor que haja uma política pública voltada para as comunidades terapêuticas. Também não é o caso de a gente pensar naquele sentido de a pessoa ficar no hospital psiquiátrico a vida inteira, mas o hospital tem um papel relevante, importante no atendimento.

Crianças e adolescentes... Eu fui Secretário de Educação do Paraná e acompanhei o caso de uma adolescente cuja família precisa também de apoio. Quebrava, batia a cabeça, machucava-se, agredia os outros, a casa da família destroçada.

Então, precisamos pensar no caso específico o que é melhor para essa pessoa e sermos sensíveis, flexíveis, porque é uma área essencial. O álcool e as drogas estão levando ao distúrbio mental, ao distúrbio psiquiátrico. E esse é um problema muito sério também.

Não sei por que essa ênfase que o Ministro deu aos equipamentos, aos materiais. A gente sabe que é uma metodologia, uma forma de abordagem... Mas, então, nada melhor, concordando com o Senador Kajuru, do que convidar o Ministro e a gente ter uma política pública boa, bem discutida, que atenda às necessidades do povo brasileiro em termos de promoção de saúde mental.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem.

Inclusive, eu gostaria de...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Antes, Senador, só quero fazer um agradecimento pessoal ao Senador Jorge Kajuru, porque esse requerimento, em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

princípio, seria uma convocação. E, vendo o documento, telefonei para S. Exa. semana passada, no sábado, e conversei com S. Exa., que entendeu, gentilmente, que essa convocação poderia passar para convite, como foi feito.

E eu tenho certeza, Senador Kajuru, de que o Ministro da Saúde, Mandetta, estará presente aqui para responder a todas as suas perguntas, aos seus questionamentos e também aos de todos desta Comissão.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Vou dar a palavra agora ao Senador Paulo Paim, ao Senador Fabiano Contarato e, depois, ao Senador Jayme.

Por favor, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pela ordem.) – Senador Romário, que preside esta reunião, Senador Styvenson, Vice-Presidente, quero cumprimentar a ambos. O Romário já vem de quatro anos atrás. De tudo que foi falado aqui, eu assino embaixo. E o Senador Styvenson está vindo com todo o pique também. Meus cumprimentos pelo trabalho até o momento.

Mas, Senador Romário e demais Senadores e Senadoras, no dia de hoje, o Presidente da República entrega à Casa sua visão da reforma da previdência. Vejo que há um movimento não só no Congresso, mas em todo o Brasil, em relação a essa reforma. Eu encaminhei à Mesa, Presidente, uma proposta de audiência pública durante esta semana porque entendo que esta Comissão é fundamental. Claro que eu também vou debater na Comissão de Direitos Humanos, mas esta Comissão de Assuntos Sociais é que vai tratar com a devida profundidade da questão da reforma da previdência. Se V. Exa. entender que poderia, talvez, só ler, e, se puder votar, vota... V. Exa. é quem decide. Mas eu acho que é importante que a sociedade saiba que esta Comissão, presidida por V. Exa. e pelo nosso querido Styvenson, que é o Vice, vai se debruçar e vai ouvir a sociedade sobre o tema reforma da previdência, que interessa hoje, sem sombra de dúvida, a 210 milhões de brasileiros. É esse o pedido que eu faço a V. Exa.

Eu não vi na pauta... Eu sei que o dia que encerra a pauta é sexta. Talvez só tenha chegado na segunda o meu requerimento. Talvez. Estou até justificando já.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Está aqui.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Se V. Exa. puder colocar em votação...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Aqui a gente colocará todos os requerimentos em votação.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Excelente, Presidente. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Pode ficar tranquilo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E, quanto à data, claro, podemos acertar junto com os Senadores aqui qual o dia mais adequado que entendemos todos para fazer o primeiro debate sobre a previdência.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, Senador Paim.

Passo a palavra agora ao Senador Fabiano Contarato.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES. Pela ordem.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Primeiro, quero agradecer a oportunidade ao Senador Paim, que trouxe à tona esse tema e que tem bastante relevância ao que eu vou falar, porque não há que se falar em reforma da previdência quando o próprio Poder Público, e aí me refiro ao Executivo, desde 1988, está dormindo eternamente em berço esplêndido, quando, no art. 7º, inciso IV, da Constituição Federal, determina que a União tem que instituir um salário mínimo digno capaz de suprir as suas necessidades e as da família com saúde, educação, habitação, moradia, lazer, vestuário e higiene e nós temos esse mísero salário.

Este assunto tem que ser tratado aqui porque esta é uma comissão de assuntos sociais, tudo passa por aqui. Passou da hora de a gente debater por que, como quantificar...

Eu queria que essas pessoas que estão no governo vivessem com um salário mínimo para ter esses direitos e garantias que já estão consagrados no art. 5º da Constituição Federal.

Outro alerta – e aí eu peço perdão, em que pese não estar aqui, mas que passa por aqui – é sobre a violência que foi feita com a Consolidação das Leis do Trabalho. Olha, é inadmissível que nós retrocedamos, em pleno século XXI, determinando que mulheres grávidas e lactantes possam trabalhar em ambiente insalubre!

É inconcebível você terceirizar atividade fim! Nós vamos criar dois tipos de categoria: o motorista de uma companhia aérea que ganha "x" e outro terceirizado que ganha "y". É inconcebível nós estabelecermos o trabalho intermitente, sendo que o salário tem um caráter alimentar, em que o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

familiar tem de se planejar durante um mês! É inconcebível falar que a rescisão de um contrato de trabalho, que antes era feita pela Delegacia Regional do Trabalho, ou pelo sindicato, agora é feita pelo empregador! Como fica o princípio da impessoalidade? Da imparcialidade?

Então, passou da hora de esta Comissão aqui trazer isso à tona, sim, porque, se vai haver reforma da previdência, é preciso que o Poder Público assuma aquilo que está omisso desde 88 no art. 7º, inciso IV. A partir do momento em que ele instituir aquele salário mínimo... Isso porque só quem vai pagar a conta dessa previdência, eu digo, vai ser pobre, semianalfabeto e as pessoas que ganham um mísero salário mínimo. E quem deve mais tem de pagar mais, e isso começa para essa camada privilegiada. É preciso reduzir esse abismo dos milhões que estão na pobreza ou no ínfimo do salário mínimo e a concentração de riqueza na mão de tão poucos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, Senador Fabiano.

Antes de passar a palavra para o Senador Jayme Campos, eu quero dizer a V. Exas. que eu não tenho aqui nenhum tipo de obrigação com o Governo em relação a colocar aqui alguns requerimentos que sejam positivos ou que sejam negativos para o Governo. A minha obrigação aqui é para com o povo brasileiro, principalmente para os quase 4,7 milhões de votos que tive para estar aqui presente hoje como Senador e para com os senhores que me elegeram Presidente desta Comissão. Aqui, tudo será votado. Tudo será colocado em pauta pelo voto. Aqui é democracia.

E eu concordo plenamente com as palavras do Senador Fabiano: que existem muitas coisas dentro dessa lei trabalhista atual, da CLT, que realmente não condizem com o que o povo brasileiro merece, e inclusive várias coisas que foram citadas pelo Senador também são indignas à nossa população.

Com a palavra agora o Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Senador Romário, Sr. Vice-Presidente, Senador Styvenson, eu quero apenas manifestar aqui a minha alegria, o meu contentamento de retornamos a esta Comissão de Assuntos Sociais, da qual eu tive a primazia de ser Presidente por dois anos no mandato que exerci como Senador da República.

Desta feita, liderado por V. Exa. como Presidente, espero que aqui nós possamos travar bons debates e, acima de tudo, boas políticas públicas na área social.

Tive o privilégio de conviver aqui com o Senador Paulo Paim por vários anos – não é, Paulo? Acho que por mais de quatro anos –, eu presidindo e Paulo fazendo parte. Depois, mesmo eu não participando como Presidente, mas ao lado de Paulo, com quem aprendi muito, discutindo naturalmente assuntos de interesse de toda a sociedade brasileira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui, particularmente, Sr. Presidente, a título apenas de sugestão, estamos com algumas demandas em relação a vários projetos para o Brasil, entre eles a reforma previdenciária. Eu acho que esta Comissão, mesmo regimentalmente esse projeto vindo só para a CCJ, todavia, não há nenhum motivo ou prejuízo que nos impeça de também convocarmos aqui uma audiência pública, pois, com base no art. 93, inciso II, quando é de interesse público social, V. Exa. tem a autoridade de convocar aqui as audiências públicas para discutirmos, da melhor maneira possível, sobretudo com maior amplitude e ouvindo os segmentos da sociedade, para que, ao fecharmos naturalmente esse grande debate, possamos encaminhar também e compartilhar com a relatoria, que vai ser alguém designado da CCJ.

Portanto, quero cumprimentá-lo e dizer que esta Comissão é muito importante. Por aqui passam assuntos que mexem com a vida das pessoas, particularmente dos menos afortunados deste País, dos mais pobres, daqueles que dependem visceralmente das instituições públicas deste País, particularmente do Poder Executivo, que tem a obrigação de atender às demandas sociais. E eu fiquei muito feliz, quando fui Presidente, e nós conseguimos avançar nesta Comissão, não é, Senador Paulo Paim? Avançamos aqui de tal maneira que esta Comissão, que era uma Comissão muito modesta, passou a ser uma das Comissões – Senador Flávio Arns, que também participou conosco aqui – mais importantes do Senado Federal.

Então, eu confio que V. Exa., que nós destacamos para esta Comissão, possa trazer para cá assuntos importantes, pertinentes, como o caso da reforma previdenciária, baseado no art. 93, inciso II, do Regimento Interno desta Casa, para discutirmos essa matéria, que é do interesse de toda a sociedade brasileira.

Quero cumprimentá-lo e dizer que pode contar comigo. V. Exa. terá aqui, na minha pessoa, o Senador Jayme Campos, um parceiro que conhece mais ou menos as matérias que tramitam aqui nesta Comissão para fazermos, com certeza, um bom desempenho nesta Comissão e, acima de tudo, boas políticas públicas para o povo brasileiro, particularmente para os menos favorecidos da sociedade.

Sucesso, parabéns e que Deus abençoe o senhor nesta nova missão!

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito obrigado, Senador Jayme Campos. Com certeza, a sua ajuda aqui para esta Presidência terá uma importância muito grande. V. Exa. pode ter certeza de que aqui nós daremos espaço, daremos voz, daremos a possibilidade de a sociedade brasileira participar de uma maneira geral. E a previdência, com certeza, e tudo o que se refere a esse assunto, a esse tema, com certeza não tem como não passar por esta Comissão. Passará, e todos nós teremos a oportunidade de fazer as nossas colocações, tirar as nossas dúvidas, fazer as nossas perguntas, porque aqui essa é nossa obrigação. E, como V. Exa. mesmo falou,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esta Comissão, que alguns anos passados não tinha tanta importância, hoje tem uma importância significativa. Agradeço a V. Exa. escolher estar presente aqui e, mais uma vez, peço a V. Exa. que me ajude, já que eu estou chegando agora e não tenho a intenção de sentar na janela, ainda!

Vou ler aqui, agora, o requerimento extrapauta da Senadora Rose.

> Requeiro, nos termos do art. 216 (combinado com o art. 50 CF), do Regimento Interno do Senado Federal, que seja encaminhado requerimento de informações ao Ministro da Saúde, para fornecer dados sobre as políticas públicas adotadas com relação aos hospitais, santas casas e hospitais filantrópicos, especialmente com relação à liberação de recursos.
> O objetivo é obter dados sobre os limites financeiros disponíveis para a Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar (MAC), que inclui os incentivos de custeio que são transferidos de forma regular e automática aos fundos de saúde dos estados, DF e municípios.

Senadora Rose de Freitas, com a palavra, por favor!

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Senadora, eu queria propor à senhora...

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Pois não.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... se fosse possível, ao invés de a gente tratar somente sobre os recursos, que a gente pudesse convidar o Ministro, para que ele possa apresentar qual é a política que ele tem para a saúde pública brasileira, incluindo as formas de repasse e financiamento para a atenção básica, para a atenção ambulatorial especializada, para a atenção hospitalar, para todas as áreas assistenciais e de vigilância, que também são relevantes para a gente fazer a saúde pública funcionar.

Então, se a senhora me permitisse, eu queria propor uma extensão desse requerimento, que fosse um convite para que ele pudesse trazer essas informações e, além disso, apresentar qual a sua política para a saúde pública brasileira.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Senador, eu agradeço.

Inclusive, Presidente, eu peço autorização de V. Exa. para considerar incluído – depois, formalmente, apresento à Mesa –, e que seja votado na forma sugerida pelo Senador. Considero de bom alvitre.

Nesse momento, eu tratava apenas... É o início dos nossos trabalhos. Porque, olhando todos os empenhos que foram feitos, Senador Eduardo Gomes, no ano passado, a metade deles foi cancelada

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

arbitrariamente, sem nenhuma satisfação, nenhuma programação. Não se estabelece o que é prioridade, o que não é prioridade. Então, eu considero de bom alvitre a proposta de V. Exa.

Se o Presidente permitir, Presidente, eu queria transformar esse requerimento, e formalizo imediatamente, na forma do texto sugerido pelo Senador, e sem abrir mão de que seja oferecido imediatamente, até para que possamos debater com ele os requerimentos sobre a liberação de recursos no âmbito da...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Senadora Rose, um aparte, por gentileza. Senadora Rose, Senador Jayme Campos.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Pois não, Senador.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Só para fazer um adendo, se me permite.

Eu acho louvável e meritória a iniciativa do ilustre Senador, de convidar o Sr. Ministro da Saúde, meu amigo Mandetta. Entretanto, eu gostaria de dar uma sugestão de que esse convite seja feito não de forma individualizada, pelo próprio Senador e pela Senadora Rose, que está agregando a esse requerimento, ou ele está agregando, naturalmente, à senhora. Que seja da Presidência da Casa, aqui, aprovado, de forma unânime, pelo Colegiado aqui, liderado pelo Senador Romário. Que V. Exa., como Presidente da Comissão, naturalmente, com a aquiescência de todos nós, Senadores aqui, encaminhasse esse convite para que o Ministro Mandetta comparecesse aqui, naturalmente, para discutirmos a política pública de saúde.

Isso é apenas para título de engrandecer o trabalho, não só de todos os Senadores, mas, sobretudo, da Presidência desta Comissão. E todos nós concordamos, não é? Partiu de V. Exa. a iniciativa de fazer esse encaminhamento desse requerimento, ou seja, esse convite ao Ministro Mandetta.

Todavia, acho que todos nós estamos solidários. Partiria essa iniciativa do próprio Presidente da Comissão, e todos nós aqui solidários com V. Exa. Acho que seria meritória, louvável essa iniciativa. Não sei se os demais pares, Senador Paulo, concordam com essa minha opinião, do ponto de vista de a Comissão de Assuntos Sociais promover esse convite.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, Senador.

Só para informar às Sras. e aos Srs. Senadores, antes do requerimento do Senador Jorge Kajuru, foi encaminhado um pedido, foi votado e foi, por unanimidade, aceito o convite ao Ministro Mandetta aqui, nesta Casa. A pergunta que eu faço a V. Exa. é se a gente aproveitaria essa vinda dele para falar desses assuntos também ou a gente está falando de um novo convite?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Presidente, a título de sugestão, enriquecida pelo Senador Jayme, eu acho que uma atitude coletiva vai ter muito mais respaldo, muito mais peso.

Eu queria sugerir a V. Exa. transformar esse requerimento em um convite da Presidência, com a aprovação de todos, para que nessa oportunidade se trate desses assuntos. Portanto, se V. Exa. estiver de acordo, não remeteríamos aos tópicos do Senador Kajuru ou aos que eu estou apresentando, mas que seja um convite à Presidência apoiado por todos nós, com os termos que nós estamos elencando.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem. Assim será feito.

Em votação o requerimento.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Incluiremos nesse requerimento o convite ao Ministro Mandetta.

(É o seguinte o requerimento aprovado:

EXTRAPAUTA

ITEM 13

REQUERIMENTO Nº 13, de 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 216 (combinado com o art. 50 CF), do Regimento Interno do Senado Federal, que seja encaminhado requerimento de informações ao Ministério da Saúde, para fornecer dados sobre as políticas públicas adotadas com relação aos hospitais, santas casas e hospitais filantrópicos, especificamente com relação à liberação de recursos.

O objetivo é obter dados sobre os limites financeiros disponíveis para a Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar (MAC), que incluem os incentivos de custeio que são transferidos de forma regular e automática aos fundos de saúde dos estados, DF e municípios.

E que o Ministro apresente a Política que será implementada pelo Ministério da Saúde na sua gestão nas diversas áreas.

Autoria: Comissão de Assuntos Sociais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

- Adição de Informação solicitada.

- Requerimento de iniciativa dos Senadores Rose de Freitas e Rogério Carvalho, aprovado por unanimidade pela Comissão.)

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Só por uma questão disciplinar, eu queria saber: esse requerimento não está prejudicado? Está aprovado mas terá que receber o apoio do Presidente, um convite à Presidência assinado por todos os Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Exato.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – De acordo? É isso?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Muito obrigada a todos.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Item 5 da pauta.

ITEM 5

REQUERIMENTO Nº 2, de 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 73 do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de Subcomissão Temporária, composta de 5 (cinco) membros titulares e igual número de suplentes, destinada a propor iniciativas para promoção e defesa dos direitos e da inclusão de pessoas com Doenças Raras, bem como o devido aprimoramento na legislação específica.

Autoria: Senadora Mara Gabrilli e outros.

O Senador Nelsinho Trad subscreve esse requerimento.

Passo a palavra ao Senador Nelsinho Trad.

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS. Para encaminhar.) – Senador Romário, nosso Presidente, Senador Styvenson, nosso Vice-Presidente, é apenas para encaminhar, dizendo aos demais pares desta Comissão que todos nós somos sabedores do trabalho da Senadora Mara Gabrilli no que se refere a essa questão. É mais do que justo o apoio que nós deveremos emprestar a essa causa no sentido de aprimorarmos a legislação específica relativa às pessoas com as doenças raras. Eu penso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que esta Comissão tem toda a condição de dar um suporte bastante justo, mais razoável, nos tempos em que estamos vivendo, a essas pessoas que sofrem com patologias raras.

Esse é o encaminhamento que faço, pedindo o apoio de todos os Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bom.

Em votação o requerimento.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

ITEM 7

REQUERIMENTO Nº 5, de 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública,com o objetivo de debater a Política de Saúde dos povos indígenas e discutir a proposta de municipalização do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

1. Representante do Ministério da Saúde do Mato Grosso do Sul

2. Representante da Secretaria Especial de Saúde Indígena - SESAI.

3. Representante do Fórum de Presidentes de Conselhos Distritais de Saúde Indígena - FPCONDISI.

4. Representante da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira - COIAB.

5. Representante da Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo - APOINME.

6. Representante do Conselho Indigenista Missionário - CIMI.

Autoria: Senador Rogério Carvalho.

Concedo a palavra ao Senador, por favor.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para encaminhar.) – Eu queria inicialmente cumprimentar V. Exa. pela Presidência, ao Styvenson pela Vice-Presidência. Todos que me antecederam já falaram da importância desta Comissão, e essa é a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Comissão que trata do maior bem que a gente tem, que é a vida das pessoas. Infelizmente, esse bem maior, que é de fato o único que a gente tem, e de maior relevância, tem sido pouco respeitado nos nossos tempos: tem sido pouco respeitado pelas políticas, tem sido pouco respeitado pelas iniciativas de governo, tem sido pouco respeitado no que diz respeito às regulamentações ambientais, tem sido pouco respeitado o debate sobre a defesa da vida no nosso País. E por aqui passam interesses de todos os brasileiros, mas, acima de tudo, de 150 milhões de brasileiros que dependem da assistência social, que dependem da previdência, que dependem da saúde pública; passam por esta Comissão. Portanto, todo o debate feito aqui é da mais alta relevância e de impacto na vida de dois terços da população brasileira, de forma direta, incisiva.

Então, quando a gente tem um problema como eu tive com o meu pai, com a minha esposa, como qualquer um de nós tem um problema, é que a gente sente na pele o quão difícil é. Eu vivi uma experiência e propus a criação de uma CPI das Órteses e Próteses que produziu frutos, mas motivado por ter sido Secretário Municipal, Secretário Estadual, Deputado Federal e um colega que foi meu calouro ter me cobrado R$129 mil para corrigir um erro de implantação de uma prótese total do joelho no meu pai, cuja prótese original tinha custado R$20 mil, que fora importada da Alemanha; na substituição, ele queria cobrar R$129 mil. Eu estou chamando a atenção porque eu sou médico, professor universitário, ex-Secretário Municipal de Saúde, ex-Secretário de Estado da Saúde, Deputado Estadual, Deputado Federal, e ele tentou passar para mim uma prótese por R$129 mil. Agora vocês imaginem como se dá o tratamento a cada cidadão e cidadã que não tem informação e que não tem relacionamento, que é o grande desespero do povo brasileiro. Então, cabe a nós, com muita humildade, com muito amor inclusive, com muita capacidade de incluir e de acolher, fazer um debate aqui muito rico, muito voltado para cuidar das pessoas e daquelas necessidades mais básicas, mais prementes, que é o objeto desta Comissão.

E, nesse sentido, pensando nos índios, os índios tinham um sistema de assistência em que a mortalidade infantil era alta e nós não tínhamos um controle nem da taxa de mortalidade, nem do crescimento e desenvolvimento das crianças indígenas, nem do mapeamento do que de fato acometia essa população. E os distritos sanitários indígenas, gerenciados pela Sesai, Secretaria de Saúde, Secretaria Especial de Saúde Indígena do Ministério da Saúde, reverteram essa situação.

E a gente está vendo aí uma proposta de mudança. Por isso que eu proponho uma audiência pública, para a gente aprofundar, para saber o que vem para o lugar da Sesai? O que virá dará conta? Será que os Municípios, com a sua pouca infraestrutura, vai ser capaz, em Estados como o Amazonas, que tem distâncias de 2 mil quilômetros, em que só dá para chegar de barco ou de avião, vai conseguir, o Município... Há Municípios no Brasil que, de uma ponta a outra, têm mil quilômetros de extensão. Será que vai ser possível a esse Município prover as condições para garantir a esses povos a atenção à saúde?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse sentido que eu estou propondo essa audiência pública. Obviamente que é um complemento à vinda do Ministro. O Ministro vem e ele vai tratar desse assunto, depois nós podemos aprofundar o debate sobre esse tema.

E vi aqui também... Não sei se há um requerimento. Eu vi o Senador Paulo Arns... É isso? Flávio Arns, Paulo é o seu tio, não é?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Seu tio, grande figura, admirável!

Saúde mental é um outro tema que eu acho que a gente tem que trazer para esta Comissão, porque não se faz saúde mental somente com hospital. Não se faz saúde mental somente com centros de acolhimento, não se faz saúde mental só com desintoxicação, não se faz saúde mental somente com Caps. Saúde mental é um problema complexo, em que a gente precisa de diversos tipos de estabelecimento, configurados em rede, que se articulam, distribuídos territorialmente e que se complementam tecnologicamente de forma vertical. Portanto, nós precisamos fazer este debate aqui para que a gente não volte às trevas, que seria jogar e trancafiar pessoas, seres humanos, em manicômios, como a gente viu no começo da década de 90, final da década de 80 por este País.

Eu mesmo fui responsável pelo fechamento de manicômios. A coisa mais triste e mais absurda e desumana que a gente pode ver é um manicômio, com pessoas jogadas, largadas, abandonadas. E agora estamos vendo o retorno de técnicas que foram abandonadas, com todo o desenvolvimento da farmacologia. É possível hoje um psicótico viver e conviver socialmente, se tomar medicação regular. Um esquizofrênico conviver, dirigir e ter uma vida praticamente normal, se tomar medicação regular. É possível controlar a ansiedade, é possível controlar a depressão, com os medicamentos da indústria farmacêutica, que foram e que estão no mercado. Qual é a questão? O custo. Mas é muito mais barato pagar o remédio do que manter a hotelaria, manter uma pessoa trancafiada num manicômio ou num recinto fechado. A tecnologia que nós temos hoje nos permite cuidar dessas pessoas.

O que não é possível, o que a tecnologia farmacológica não resolve é a reabilitação de usuários de drogas. Esse é um processo que requer militância, envolvimento afetivo, requer outras questões que são fundamentais. Acho que aqui na Comissão poderíamos também fazer esse debate, formar a nossa opinião. E, Romário – me permita chamá-lo assim porque você sempre foi o nosso peixe e a gente via que, naquela Copa de 94, todo mundo vibrou com você fazendo a diferença –, é fundamental que a gente possa sair do senso comum.

Uma Casa como esta não pode se submeter ao debate raso sobre os diversos temas; a gente tem que ir mais fundo, a gente tem que fazer a discussão que vai além do pensamento comum porque esta não é uma Casa de comuns, esta é uma Casa de pessoas que, ao longo da vida, construíram experiências e que têm uma contribuição a mais a dar para melhorar a vida das pessoas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado e desculpe por me alongar neste primeiro momento.

Obrigado, Presidente.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, Senador. Antes de passar a palavra ao Senador Flávio Arns, eu só gostaria de fazer uma colocação, que, uma vez que a Senadora Mara Gabrilli não está, pode ser para V. Exa.: desta subcomissão que será feita eu gostaria também de participar, por favor.

Quero agradecer aqui a presença da Viviane Lucas e da Mônica Azevedo por estarem nos ajudando aqui com Libras; duas profissionais que são bastante competentes e que, neste momento, fazem com que aquelas pessoas que tenham problemas de audição possam participar diretamente e entender tudo o que aqui está sendo colocado, falado e discutido. Muito obrigado a vocês duas pela participação.

Senador Flávio Arns, por favor.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – É bem rápido. Também, a exemplo do que V. Exa. disse, eu gostaria de participar da subcomissão de doenças raras.

Concordo também com todo o argumento de que temos que ter uma política pública bem definida para a área da saúde mental. Eu só acho que – estou olhando a televisão – que o pessoal intérprete de Libras não está aparecendo na televisão. Quer dizer, quem acompanha...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Isso é uma falha.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – ... esta reunião nos Estados, no Brasil não está tendo a oportunidade; só para quem está presente aqui na Comissão. Então, é só pedir à TV Senado, porque temos que ter um mecanismo para que a interpretação pela Língua Brasileira de Sinais apareça também para o povo todo do Brasil que está acompanhando o nosso trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – É uma forma de acessibilidade também.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Sem dúvida alguma. Acessibilidade em sentido amplo.

Eu queria propor só no requerimento, porque o item 1 é representante do Ministério da Saúde e o item 2 é o representante da Secretaria de Saúde Indígena. Então, acho que só o item 2 seria suficiente, porque o Ministro já virá para dar um panorama geral. O item 2... Poderíamos tirar o item 1 e ficariam cinco pessoas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero fazer o apelo para que o representante da Articulação dos Povos e Organizações Indígenas que venha a ser indicado pela articulação represente também a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, não só do Nordeste... Está aqui: do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo, que é importante, mas a pessoa a ser convidada traria o panorama do Brasil, porque há a representação da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib).

Então, essa pequena mudança. Eu concordo totalmente com o requerimento, sou contra a extinção da Secretaria, acho um absurdo passar isso para os Municípios, e tudo isso feito sem dialogar com as comunidades indígenas. A mesma coisa na área da pessoa com deficiência: vamos fazer uma política pública, mas não vamos conversar com as famílias, com as pessoas, com ninguém. Então, não resolve isso. Quando você toma uma atitude, deve dialogar com a comunidade interessada. Se há problemas, vamos resolver os problemas, e não tomar atitudes sem dialogar e conversar com o povo interessado no assunto.

Então, são as duas sugestões: uma pessoa só, porque já representa o Ministério e a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil; pode vir uma pessoa do Nordeste, mas representando a ideia do Brasil também.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Veja, por mim não há problema. O importante é que a gente faça o debate.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Está ótimo.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Todas as sugestões serão bem-vindas.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Essa era a pergunta que ia fazer a V. Exa., mas já estamos acordados.

Em votação o requerimento.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado com a inclusão dos nomes colocados aqui pelo Senador Flávio Arns e com o entendimento do autor do requerimento, Senador Rogério Carvalho.

Senadora Soraya com a palavra e Senador Mecias de Jesus também, por favor.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Eu só questionei o Senador quanto à necessidade da presença do Cimi (Conselho Indigenista Missionário) na questão. Nós havíamos conversado para que se retirasse e, aí, o Senador Girão falou "não". Então vamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conversar sobre isso, porque, na questão indigenista, pelo menos no meu Estado, a presença do Cimi na demarcação de terras indígenas é altamente preocupante.

Então, queria entender do Senador, ele disse que poderíamos tirar, mas de repente seria bom ouvir. Eu não compreendo tamanha ingerência do Cimi. Mas, então, vamos ouvir. Está bom, era isso mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Inclusive, Senadora, já foi colocado em votação, foi aprovado. No caso de retirada, só mesmo com autorização do Senador.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Sem problemas, é que eu pedi para falar antes, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Senador, por favor, com a palavra.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR) – Presidente Romário, quero manifestar a minha satisfação em participar desta Comissão.

Claro, apesar de o requerimento já ter sido aprovado, de autoria do Senador Rogério Carvalho, quero manifestar o meu apoio ao requerimento na forma como apresentado, com as modificações sugeridas pelo Senador Flávio Arns.

O Estado de Roraima, se a memória não falha, tem a segunda maior população indígena do Brasil. E não poderia me furtar de participar desse debate, principalmente porque a população indígena de Roraima sofre muito há muito tempo, mesmo antes de a saúde pública de Roraima ter entrado em colapso depois da entrada dos venezuelanos – a nossa saúde pública colapsou –, antes disso a população indígena de Roraima já vivia em estado de calamidade pública. Nós queremos participar, sim, desse debate.

Quero também manifestar a minha posição contrária à extinção da Secretaria Especial de Saúde Indígena. Se precisa modificar alguma coisa naquela Secretaria, que seja modificado, que sejam trocadas as pessoas, mas a Secretaria Especial de Saúde Indígena trouxe grandes ganhos à sociedade e ao povo indígena brasileiro.

Em Roraima, por exemplo, existe o distrito sanitário ianomâmi. Nenhum Município é capaz de cuidar daquilo lá. Primeiro, porque só se chega em cada comunidade se for através de avião. Lá não se vai de carro, não se vai no barco, é de avião. Então, é preciso que o Ministério da Saúde conheça melhor a situação do Brasil, em especial das comunidades indígenas, para poder se posicionar nesse sentido.

É o que tinha a manifestar, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Obrigado pela participação, Senador Mecias de Jesus.

Agora que temos quórum, vamos passar às votações dos projetos de lei.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 498, de 2017

- Terminativo -

Altera o artigo 235-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que aprova a Consolidação das Leis do Trabalho, e dá outras providências.

Autoria: Senador Acir Gurgacz.

Relatoria: Senador Otto Alencar.

Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda que apresenta.

Observações:

- Votação nominal.

Esta será uma votação nominal.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Concedo a palavra ao Senador Otto Alencar.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Pela ordem.) – Senador, queria pedir vista.

O SR. LUIZ DO CARMO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO) – Quero pedir vista também, Presidente, vista do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Senador Otto, por favor, V. Exa. gostaria de ler o relatório?

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Tenho que informar ao Senador que o pedido de vista pode ser feito depois da leitura do relatório. Regimentalmente sempre se faz isso aqui, do ponto de vista regimental.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Questão de ordem, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Senador Jayme, por favor.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Tem que ser lido primeiro o relatório. Após isso aí, eu indago a V. Exa., pela ordem, se é de forma coletiva ou de forma individual.

Eu acredito ser louvável, para um bom trabalho na Comissão, nós pedirmos, como V. Exa. já antecipou o pedido de vista, de forma coletiva.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Claro.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – É para o bom encaminhamento dos trabalhos da Casa aqui. Esta é a minha opinião, o meu ponto de vista. Que se lesse o relatório... O Senador já manifestou a sua vontade de pedir vista e, depois, pediríamos de forma coletiva. Não sei se V. Exa. concorda, Senador Otto?

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Concordo plenamente.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Para os bons trabalhos na Casa.

Isto é uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidente, só para a minha orientação, porque eu, inclusive, informei a alguns Senadores que me perguntaram.

A Senadora Rose de Freitas havia me dito, no Plenário, e quando me dizem, para mim... Ela é a autora do projeto, não?

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – O autor é o Senador...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – O Senador Acir Gurgacz.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O item 2, em que ela era Relatora, saiu de pauta, não?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – O item 2 ainda não entrou, entrará.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só para esclarecimento: saiu de pauta?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Não, os itens 1 e 2 saíram de pauta, desculpe.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Então está esclarecido.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Item 3.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Os próprios autores pediram para tirar de pauta, Senador.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Correto. É o item 3 este?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Por favor, Senador Otto Alencar.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Pois não, Senador Romário.

Quero dizer aqui sobre o meu compromisso com V. Exa. de trabalhar, como fizemos, sob o seu comando na Comissão de Educação. V. Exa. fez um ótimo trabalho àquela época.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Obrigado, Senador.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Aprovamos aqui, inclusive, a obrigatoriedade do ensino da capoeira nas escolas. Eu lhe presenteei com um berimbau, toquei aqui...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Ele está lá guardado.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Toquei aqui um São Bento Pequeno para V. Exa. Não sei se V. Exa. está lá treinando o berimbau... É mais futebol mesmo, não é?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Capoeira é meu forte também. (*Risos.*)

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – É mais futebol mesmo.

Mas este projeto, Senador Romário, que é do Senador Acir Gurgacz, na verdade, faz uma alteração no art. 235 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 43, que aprova a Consolidação da Lei do Trabalho, e dá outras providências.

É uma modificação na chamada Lei dos Motoristas. Ele altera a composição dessa lei para normatizar e dar as condições iguais aos motoristas intermunicipais, interestaduais e também de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

transporte público, que, na minha opinião, talvez sofram as maiores tensões nos centros urbanos, dirigindo ônibus e outros tipos de transporte urbano.

Ele, de alguma forma, procura melhorar as condições daqueles que estão nos grandes centros, dirigindo e sofrendo as dificuldades e as tensões todas que acontecem.

Portanto, acho que é um projeto meritório. Nós vamos fazer uma alteração única na redação, através de uma emenda de redação. Essa emenda de redação é ao projeto de lei que veio da Câmara com o nº 498, de 2017, e altera o art. 1º do art. 235-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio, e passa a vigorar com a seguinte alteração:

> "Art. 235-A .....
> .....
> I – de transporte rodoviário coletivo de passageiros, privado ou público, em linhas permanentes e de itinerário fixo, municipal, intermunicipal em região metropolitana ou fora dela, interestadual e internacional.
> .....'(NR)"

O projeto de lei obedece a toda a legislação e também é da competência da Comissão de Assuntos Econômicos apreciar, alterar e melhorar um projeto dessa natureza.

Portanto, está na Casa certa para a alteração.

O nosso voto é pela aprovação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, Senador.

De acordo com os termos do art. 132 do Regimento, concedo pedido de vista coletiva. Ficam adiadas a discussão e a votação da matéria.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sr. Presidente, como foi pedido vista, eu também queria entrar no pedido de vista, porque me foi pedido que eu olhe com muito carinho esse projeto e assim quero fazer, com certeza, junto com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, Senador Paim. Concedido o pedido.

ITEM 9

REQUERIMENTO Nº 8, de 2019

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo senhor presidente do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Renato Rodrigues Vieira, informações sobre o montante atualizado das dívidas consolidadas junto ao INSS pelos 500 maiores devedores da previdência. Nesses termos, requisita-se:

1. Relação integral atualizada da dívida previdenciária dos 500 maiores devedores, discriminando CNPJ, razão social e montante atualizado;

2. Relação atualizada da dívida previdenciária livre e desimpedida de constrição judicial dos 500 maiores devedores da previdência;

3. Especificar o montante devido da parte empregadora e da referente aos empregados.

Autoria: Senador Nelsinho Trad e outros.

Relatório: Pronto para deliberação

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Concedo a palavra ao Senador Nelsinho Trad.

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS) – Senador Romário, nosso Presidente, primeiramente, antes de entrar no assunto lido por V. Exa., queria parabenizar sua iniciativa, sempre inovando, de trazer aqui a tradução por Libras. Eu penso que, com esse seu exemplo, as outras comissões deverão fazer o mesmo, quiçá até o Plenário da nossa Casa, porque realmente é uma maneira de inclusão. Quero parabenizar a sensibilidade de V. Exa. por essa iniciativa.

Bom, nós estamos aí diante da pauta da previdência, que todo mundo fala, todo mundo lê, todo mundo ouve e todos estão de acordo com sua importância para o País. Mas, Senador Otto, eu penso que uma das funções do Senador é ele ter o conhecimento a fundo das matérias pertinentes que vão impactar a vida das pessoas.

Já ouvi dizer que isso é uma caixa-preta, que há informação que não chega. Em função disso, eu fiz esse requerimento pedindo para que os pares me ajudem nessa aprovação, a fim de que a gente possa ser subsidiado da informação, que consta lida por V. Exa., dos quinhentos maiores devedores da Previdência. Esse é o meu encaminhamento.

Queria aproveitar a oportunidade, Presidente Romário, e registrar a presença de dois Deputados Estaduais do meu Estado, o Deputado Herculano Borges e o Deputado Lucas de Lima. É um prazer recebê-los aqui no Senado.

É só, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito obrigado, Senador. Bem-vindos os Deputados aqui à Casa.

Senador Luiz do Carmo, por favor.

O SR. LUIZ DO CARMO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO) – Sr. Presidente, eu quero ajudar o Governo nesse imbróglio do INSS aí, ou da previdência. Mas eu, como empresário – você foi feliz ao fazer o requerimento –, tenho que ter informações precisas. Aliás, eu ia fazer um requerimento praticamente igual a esse aqui.

Nós temos de saber se realmente existe esse débito. Como é que é? E uma das coisas que eu queria acrescentar aqui é que se discriminasse a parte do patrão e a do funcionário. Porque, quando o patrão pega a parte do funcionário, já descontou no salário dele. Aí, é crime. E nós temos de ver isso.

Então, eu queria incluir isso aqui nesse requerimento, mais esse pedido, se fosse possível.

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS) – Não vejo nenhum problema. Penso que o que abunda não prejudica. Acho que vai ser importante para nós termos essas informações mais precisas.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Senador Romário, Senador Romário...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, será incluído aqui neste requerimento.

Senador, por favor.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Rapidamente, só para parabenizar nosso colega Nelsinho Trad por esse requerimento. É algo que nos deixa... Ontem estávamos lá, Senador Paulo Paim, lá no Plenário, discutindo isso. Os números que chegam são assustadores, os números dos devedores do INSS. É meio trilhão; não é bilhão não, é meio trilhão. Entre os devedores estão bancos e grandes empresas envolvidas em operação que eu considero um patrimônio nacional, que é a Lava Jato, como a JBS.

Então, nós precisamos realmente, nesse debate que nós vamos fazer sobre previdência, olhar isso para equilibrar o jogo. E tem que ser concomitantemente, tem que ser simultaneamente.

Quero reiterar os parabéns ao Nelsinho por essa iniciativa muito importante.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Em votação o requerimento...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Senador Paim, por favor.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sr. Presidente, é só para apoiar a iniciativa do querido Senador Nelsinho Trad e com o adendo aqui dos outros Senadores.

Essa questão é fundamental. Como a gente trabalhou e eu presidi a CPI da Previdência, sei que esses dados são alarmantes e, depois, que terminou a CPI, eles não vieram aqui explicar tudo o que foi atestado.

Eu vou mandar para cada Senador uma apostila onde eu mostro o trabalho da CPI da Previdência.

É só para cumprimentá-lo. Estamos juntos. Parabéns pela iniciativa!

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem.

Em votação o requerimento.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

ITEM 10

REQUERIMENTO Nº 9, de 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos regimentais, no âmbito desta Comissão de Assuntos Sociais (CAS) a realização de Audiência Pública para debater o uso da telemedicina como forma de prestação de serviços médicos mediados por tecnologias. Para tanto sugiro que sejam convidados:

- Representante do Ministério da Saúde;

- Representante do Conselho Federal de Medicina;

- Representante da Associação Médica Brasileira;

- Representante da Associação Nacional de Hospitais Privados;

- Presidente da Federação Brasileira de Hospitais, Sr Luiz Aramicy Pinto;

- Representante da Confederação das Santas Casas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Nelsinho Trad.

Relatório: Pronto para deliberação.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Concedo a palavra ao Senador Nelsinho Trad.

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS) – Senador Romário, nós estamos diante de um grande avanço que poderá atender a sociedade brasileira no que tange à telemedicina. O Conselho Federal de Medicina abriu um canal na sua página para debater esse assunto, uma vez que havia encaminhado uma resolução que gerou polêmica muito grande na classe médica, na classe dos hospitais.

Até para contribuir com o Conselho Federal de Medicina e com os Conselhos Estaduais de Medicina, eu, que sou médico, propus esta audiência pública no sentido de nós debatermos e esgotarmos esse assunto e fazer com que ele possa, de forma mais sintonizada, ser implantado para o bem da sociedade brasileira.

Esse é o meu pensamento. Peço o apoio dos nobres pares neste encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Em votação o requerimento.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento do item 10.

Requerimento nº 10, de 2019, extrapauta.

EXTRAPAUTA

ITEM 11

REQUERIMENTO Nº 10, de 2019

- Não terminativo -

Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a realização de audiência pública, nesta Comissão, para debater a reforma previdência, com a presença do seguinte convidado:

- Rogério Marinho, Secretário Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia.

Autoria: Senador Paulo Paim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os convidados serão informados posteriormente.

Concedo a palavra ao autor.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sr. Presidente, na mesma linha do requerimento do Senador Nelsinho Trad, que vai nessa linha também. Só para complementar: só de apropriação indébita, são 30 bilhões por ano que desapareceram, conforme levantou muito bem o Senador aqui.

Então, sobre esta audiência pública, Sr. Presidente, eu tomei a liberdade de ligar para o Secretário da Previdência, que tem o papel de Ministro da Previdência na minha avaliação – o meu sonho é que volte ainda o Ministério da Previdência. E o ex-Deputado Marinho disse que está à disposição. É só nos agendarmos o dia que ele está disposto a vir à Comissão de Direitos Humanos, à Comissão de Assuntos Sociais.

Eu achei muito positivo isso, porque esse debate tem que ser aprofundado, não pode um tema como esse, como eu digo, que interessa a toda a sociedade brasileira, ser votado de afogadilho, como foi a reforma trabalhista no passado – V. Exa. acompanhou aquele debate. A preocupação é enorme!

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Em relação ao qual fui contra.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Assim como V. Exa.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Votamos juntos, votamos juntos.

Eu cumprimento todos os Senadores. Sei que será aprovado aqui para que possamos aprofundar esse debate com a presença, quem sabe, até do Secretário; que ele venha aqui e explique qual, de fato, é a reforma da Previdência que está sendo entregue na Câmara no dia de hoje!

Não preciso mais falar desse tema – eu falo todos os dias na tribuna. A justificativa é a de que temos que aprofundar o debate, ouvindo toda a sociedade sobre a reforma da previdência que nós queremos. Só deixo claro que não sou daqueles que são contra e pronto, soldadinho no passo certo, não é isso. Acho que é no debate que nós vamos construir, com certeza, uma alternativa viável e vamos usar também os dados da própria CPI da Previdência.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem.

Quando V. Exa. coloca que serão informados posteriormente os convidados, isso significa que outros Senadores também podem chamar convidados?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A intenção é contribuir com ideias junto à Mesa. Eu não quis ter a prioridade de indicar todos os nomes. Indiquei o Secretário, que é correspondente ao Ministro, que é quem entende da matéria, para que ele venha explicar a reforma. Entendo que podemos indicar entidades da sociedade civil para fazer uma composição – de repente, quatro a favor, quatro contra. Enfim, que haja um grande entendimento, para que, nesse dia, a gente faça um debate aberto, equilibrado, tranquilo, na boa técnica, que V. Exa. naturalmente vai orientar, para que o debate não saia daquele patamar que todos nós esperamos.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Eu só gostaria de sugerir, Sr. Presidente, se o Ministro for convidado, que venha o Ministro aqui, só o Ministro.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Nesse dia só o Ministro?

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – E ele vai debater com os Senadores e Senadoras.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Conosco.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Mas a gente tem que trazer sem dúvida...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A sociedade civil num outro momento.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – ... na sequência, a sociedade civil, gente a favor, gente contra, e tal, para haver equilíbrio nesse sentido, mas preservar para haver um bom debate com o Ministro mesmo naquele dia, unicamente com ele.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É essa a ideia, Sr. Presidente. No primeiro dia, por isso eu fiz o contato com ele... Na Comissão Direitos Humanos, será só o Ministro. Até eu já adotei lá por critério – os Senadores que estiveram lá viram essa questão – que, no dia em que se convoca o Ministro, é só o Ministro, mas sem prejuízo, num outro dia, de ouvirmos a sociedade civil.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Mas, nesse caso, a gente está...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só o Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Só o Ministro.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Seria o Secretário da Previdência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Então, não se trata do "convidados", é "o convidado".

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Em votação o requerimento.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o Requerimento, extrapauta, nº 10.

Requerimento, extrapauta, nº 11, de 2019.

EXTRAPAUTA

ITEM 12

REQUERIMENTO Nº 11, de 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, inciso II da Constituição Federal e dos arts. 90, inciso II e 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) para debater sobre denúncias de uso de doping nos treinamentos e competições de fisiculturismo, no Brasil. Para tanto, sugiro que sejam convidados representantes dos órgãos e entidades relacionados a seguir:

– Presidente da Confederação Brasileira de Musculação, Fisiculturismo e Fitness; Maurício de Arruda Campos;

– Presidente do Tribunal Antidopagem – Ministério do Esporte; Dra. Tatiana Mesquita ;

– Representante no Brasil da Federação Internacional de Fisiculturismo; Alexandre Bortolato ;

- Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem (ABCD) – Ministério do Esporte;

- Dr. Eduardo De Rose – referência brasileira no exterior no combate ao uso de doping;

- Um atleta de fisiculturismo, a ser indicado pela Confederação de Fisiculturismo;

- Savaget Promoções, Congressos e Eventos Ltda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Romário.

Este requerimento extrapauta é de minha autoria. Quero dizer que hoje, infelizmente, no nosso esporte – a Leila pode confirmar o que estou dizendo –, o *doping* definitivamente invadiu o Brasil. Falando especificamente do futebol, que é o esporte preferido da maioria: nós, infelizmente, não temos o controle que deveríamos ter dentro do futebol profissional, até porque a sua maior entidade, que é a CBF, todos nós já sabemos, é a entidade mais corrupta que temos no futebol no País e não se interessa por esse tema. O objetivo maior da CBF, já nos últimos 20 anos, é enriquecer aqueles que lá estão, e a decência do futebol fica em terceiro, quarto plano.

Por isso, entendo que este meu requerimento vem em bom momento, já que, nesta Legislatura, existem pessoas que, independentemente de serem desportistas, são atentas a esse segmento. Acredito que muitos dos novos Senadores e dos Senadores antigos também gostem de praticar esportes – acredito que a maioria pratique futebol e, depois, vôlei, não é, Leila? E isso é de grande relevância para que possamos entender melhor e saber o que realmente está acontecendo com o *doping* no esporte – aqui, no caso do fisiculturismo, mas podemos aproveitar e estender a fala e o debate para outros esportes.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Com a palavra a Senadora Leila.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. Pela ordem.) – Inclusive, há a questão das políticas educacionais com relação ao jogo limpo, o *fair play*. Na escola, a gente tem a maior preocupação com esse trabalho de antidopagem, que não é desenvolvido, principalmente por ministério, por comitê olímpico, e é uma preocupação...

Esse *doping* de que o senhor está falando já começa na categoria de base. Antigamente nós víamos atletas de alto rendimento se dopando – isso nós já víamos em grandes competições –, mas, a partir desta última década, a gente vê a ocorrência já na base, atletas tendo suas carreiras interrompidas porque estão se utilizando do *doping* para melhorar suas performances. Então, percebemos que, na base, a relação com as pessoas que cuidam das carreiras está cada dia mais profissional, menos humanizada, e esse menino é jogado profissionalmente de forma totalmente despreparada.

Parabéns pela iniciativa. Eu apoio integralmente a iniciativa e peço aos pares aqui para que vejam com muito carinho esse requerimento, que é importante para o esporte brasileiro.

Obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito obrigado, Senadora.

Em votação o requerimento.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT. Pela ordem.) – Senador Romário. Senador Romário, pela ordem. Um minuto só. Um minuto só, Senador Romário.

Eu queria sugerir ao ilustre Senador Rogério...

Senador Rogério, por favor, me ouça um segundo só.

V. Exa. fez aqui as possíveis convocações, ou convites, para as pessoas virem debater questão da política indigenista em relação à saúde. Qual é a visão, tendo em vista que Mato Grosso é o sexto Estado da Federação com a maior população indígena? O primeiro é o Estado do Amazonas, depois vêm Bahia e Pernambuco, depois o Mato Grosso. Após a conclusão dessa, vamos chamar assim, oitiva que vamos fazer com as autoridades que serão convidadas a virem aqui... V. Exa. também tem que ter, assim espero, sensibilidade suficiente... Vamos convocar também, se possível, uma ou duas etnias para virem ser ouvidas aqui.

O que acontece hoje, o que ocorre hoje, na maioria das vezes? Lamentavelmente, o dinheiro que tinha que chegar à ponta, para os povos indígenas, fica pelo meio do caminho. Quanto ao que se está propondo, a descentralização desses recursos para os Municípios fazerem essa política de saúde para os povos indígenas, isso tem algum fundamento. Lamentavelmente – e eu moro num Estado de dimensão continental, que é Mato Grosso, com 900 mil quilômetros quadrados, enorme, gigantesco –, o que se percebe, com muita clarividência, é que a maioria absoluta dos recursos não chega à ponta lá, não atende o índio coisa alguma. Muitas vezes, superfaturam até os voos, porque a maioria absoluta lá é transportada em avião. E ali fica o dinheiro no meio da estrada. O índio não vê nem a cor do dinheiro para assistência à saúde e muito menos para outras políticas públicas decentes.

Na conclusão dos trabalhos... Eu só vou fazer aqui uma demonstração. Eu tenho um bom relacionamento com algumas etnias do Estado. Na semana passada, Presidente Romário, a Ministra da Agricultura, acompanhada do Ministro do Meio Ambiente, com outras autoridades nacionais, esteve numa região nossa chamada Campo Novo do Parecis. Lá os índios estão plantando 12 mil hectares de soja. Então, hoje, a conclusão a que chego é que eles estudaram por conta própria, lá há técnico agrícola, engenheiro agrônomo, lá tem tudo. Eles estão plantando 12 mil hectares. Se o senhor for lá, vai ver que a qualidade de vida dos índios que estão ali é de Primeiro Mundo. Tem de tudo na comunidade. Será de bom alvitre se, amanhã ou depois, esta Comissão montar uma comissão aqui e ir

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

visitar. O que o índio quer, a bem da verdade, com certeza, é ser respeitado, ser tratado como cidadão normal, como nós brasileiros somos tratados e temos que ser tratados. De forma que, na conclusão desse trabalho... O que me deixa indignado, muitas vezes, é que há o recurso, mas esse recurso não chega à ponta. A turma é tão malandra que consegue roubar no sacolão que tem que ser levado para as tribos de índio, eles roubam a metade no caminho, na estrada. O próprio representante da Funai, muitas das vezes, rouba o dinheiro, compra 1000 em sacolão e chegam 500 à ponta – às vezes, só vai a nota e não vai, de fato, a alimentação que está prevista no orçamento para ser comprada. Essa é a minha indignação!

Mato Grosso tem quase 50 mil índios. A maior população indígena está no Estado do Amazonas, com 168 mil, depois Pernambuco com 76 mil, depois o Estado da Bahia com 54 mil. São os maiores Estados em população...

Depois, V. Exa., que é médico, que entende do assunto, eu sou apenas curioso, mas já convivo... É porque fui Governador, duas vezes Senador, três vezes Prefeito. Em síntese, V. Exa. terá uma oportunidade ímpar. Eu gostaria de sugerir que traga uma etnia dessa aqui. O senhor vai ver a maravilha de pessoas... O senhor vai falar: "Gente, não posso acreditar que há povos indígenas, etnias como essas aqui, que têm engenheiros agrônomos, advogados, técnicos agrícolas!" Eles têm tudo, mas sabe do que precisam? De mais oportunidades.

Só para simplificar e concluir, Sr. Presidente. Essa reserva indígena, Senador Flávio Arns, é de 1 milhão e 400 mil hectares. É é a reserva dos parecis – 070, 364, Porto Velho –, com 1 milhão e 400 mil hectares. Eles estão plantando 12 mil hectares de soja, mesmo assim sob chicote do MPF, que foi lá e os multaram em R$160 milhões. É que o MPF também quer tutelá-los, também há os pseudodefensores dos povos indígenas – também é uma quadrilha de malandros que usam o índio como massa de manobra. E o índio chegou à conclusão agora de que não quer ser mais massa de manobra, não! Ele já tem inteligência, capacidade, professores, tudo! Eles querem liberdade para trabalhar também e ter o direito de ter uma caminhonete Hilux, de frequentar também bons restaurantes quando vai à cidade, de ter uma boa assistência médica.

A assistência médica hoje... Eu não sei no seu Estado, mas eu imagino que deva haver índio lá que viva em situação de penúria, passando fome, morrendo criança... No Mato Grosso do Sul, até então, nos últimos quatro ou cinco anos, morria, todos os dias, uma criança nessas reservas indígenas.

A título de sugestão, quando concluir esse trabalho que V. Exa. está propondo, convide... Se V. Exa. me permitir, sugiro que convide uma etnia, se for o caso do Mato Grosso, ou, se for o caso de Mato Grosso do Sul, com o Nelsinho Trad. V. Exa. pode convidar outro Estado da Amazônia, através de alguns Deputados e Senadores aqui, para ouvir do índio o que o índio quer, a bem da verdade. É apenas a título de contribuir com V. Exa. pelo trabalho...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Com certeza, Senador. Dentre os convidados, há algumas etnias que vão participar...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, Srªs e Srs. Senadores.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado a todos pela presença.

(*Iniciada às 09 horas e 11 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 05 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 3ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE FEVEREIRO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às nove horas e dezessete minutos do dia vinte e sete de fevereiro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Romário, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Jayme Campos, Mara Gabrilli, Nelsinho Trad, Maria do Carmo Alves, Rogério Carvalho, Styvenson Valentim, Eduardo Gomes, Otto Alencar, Zenaide Maia, Juíza Selma, Eliziane Gama, Luiz do Carmo, Paulo Paim, Jorge Kajuru, Carlos Viana, Eduardo Girão, Marcos do Val, Telmário Mota, Dário Berger e Izalci Lucas. Deixam de comparecer os Senadores Humberto Costa, Leila Barros, Weverton, Flávio Arns, Renan Calheiros, Marcelo Castro, Luis Carlos Heinze e Irajá. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Após a aprovação da ata, a presidência procedeu à leitura de comunicados. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei do Senado n° 498, de 2017 - Terminativo -** que: "Altera o artigo 235-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, de 1º de maio de 1943, que aprova a Consolidação das Leis do Trabalho, e dá outras providências." **Autoria:** Senador Acir Gurgacz. **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e da Emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovados o Projeto de Lei do Senado nº 498, de 2017, e a Emenda nº 1-CAS. **ITEM 2 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 12, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 58 da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o Senhor OSMAR TERRA, Ministro de Estado da Cidadania, para que apresente as diretrizes e os programas prioritários de sua pasta." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 3 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 15, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a administração, o orçamento e a gestão dos recursos da previdência social sob o modelo de sistema previdenciário de capitalização proposto pela reforma da previdência de 2019. Proponho para audiência a presença dos seguintes convidados: 0. Secretário Executivo do Ministério da Economia. 1. Representante da Secretaria de Previdência, do Ministério da Economia. 2. Representante do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS. 3. Representante do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE. 4. O professor do Instituto de Economia da Unicamp, Márcio Pochmann. 5. A professora da UFRJ, Denise Gentil." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho. **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Incluído um convidado: Secretário Executivo do Ministério da Economia. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e quatorze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Romário

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/02/27

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Bom dia a todos

Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais da 1º Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciar o nosso trabalho, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

As Sras. e Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A presente reunião está destinada à deliberação de itens terminativos e requerimentos, conforme pauta prevista divulgada.

Há expedientes sobre a mesa, que passo a ler.

Esta Presidência comunica o recebimento das seguintes manifestações:

1. Ofício nº 152, de 2019, da Câmara Municipal de Taubaté, São Paulo, que manifesta apelo ao Projeto de Lei Complementar nº 143, de 2018, de autoria da Deputada Carmen Zanotto, que "altera a Lei nº 12.732" a fim de determinar celeridade em votação, para que os exames relacionados ao diagnóstico de neoplasia maligna sejam realizados no prazo de 30 dias;

2. Ofício nº 42, 2018, do Grupo Brasileiro de Tratamento da Leucemia Linfoide Aguda da Criança do Centro Infantil Boldrini. Segundo o centro infantil, em descumprimento de decisão da Ação Civil Pública nº 1007458-75.017.4.01.3400, do Ministério Público Federal, o Ministério da Saúde continuou distribuindo o medicamento Leuginase, que não possui eficácia comprovada, conforme documentação anteriormente encaminhada pelo referido Centro Boldrini;

3. Ofício nº 613, de 2018, da Câmara Municipal de São Carlos, São Paulo, que encaminha a Moção de Repúdio nº 312, de 2018, ao Governo Federal pela intenção de reduzir os investimentos em assistência social em 2019;

4. Ofício nº 1.096/CMG, de 2018, da Câmara Municipal de Garanhus, Pernambuco, que encaminha moção de repúdio à Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS, pelo fato

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de não autorizar a incorporação de medicamento Spinraza, próprio para tratamento da doença atrofia muscular espinhal;

5. Moção de Repúdio nº 2, de 2018, da Câmara Municipal de Abaetetuba, Pará, referente à quebra de contrato de parceria que garantiria aos médicos cubanos atenderem em nosso País pelo Programa Mais Médicos;

6. Carta do cidadão Antônio de Souza, da cidade Santo Estevão, Bahia, que envia sugestões para contribuir com o texto da proposta da reforma da Previdência Social;

7. Ofício nº 282, de 2018, que encaminha a moção, de 2018, do Sinagências, Distrito Federal, de repúdio referente à indicação do nome de André Luís Dantas Ferreira para a Direção da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, conforme a Mensagem nº 731, de 2018.

Os referidos documentos ficarão à disposição da Secretaria desta Comissão para as consultas que se fizerem necessárias.

Item 3.

ITEM 3

REQUERIMENTO Nº 15, de 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a administração, o orçamento e a gestão dos recursos da previdência social sob o modelo de sistema previdenciário de capitalização proposto pela reforma da previdência de 2019.

Proponho para audiência a presença dos seguintes convidados:

1. Representante da Secretaria de Previdência, do Ministério da Economia. 2. Representante do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS. 3. Representante do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE. 4. O professor do Instituto de Economia da Unicamp, Márcio Pochmann. 5. A professora da UFRJ, Denise Gentil.

Autoria: Senador Rogério Carvalho

Concedo a palavra ao Senador Rogério Carvalho. Por favor, Senador.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para leitura de relatório.) – Bom dia, Senador!

Bom dia, Senadoras!

Quero cumprimentar o Presidente Romário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A solicitação desta audiência pública tem como objetivo esclarecer e fazer um debate nesta Casa – iniciar o debate aqui pela CAS – sobre qual destino, quem vai gerenciar, como serão aplicados os bilhões, talvez trilhões de poupança que serão gerados com o sistema de capitalização no novo regime de previdência proposto pelo Governo. Nós sabemos que a riqueza de um país está nas suas reservas, nas suas terras agricultáveis, na sua água, nas suas reservas minerais, na capacidade instalada de parque industrial, na capacidade de produção de conhecimento, mas, sem poupança, nenhum país vai adiante. E também sabemos que o mundo vive em função da poupança dos fundos de previdência, que são os grandes movedores do investimento nas diversas economias.

No Brasil, isso aconteceu por um tempo e ainda acontece – os grandes fundos de previdência, que têm uma participação pública e privada, foram e são responsáveis pelos grandes investimentos que ocorreram no nosso País; depois das privatizações feitas no Governo Fernando Henrique, grande parte dos investimentos vieram de recursos desses fundos. E agora? Esse dinheiro vai direto para um sistema financeiro concentrado, esse dinheiro vai para o sistema financeiro, que pode investir no Brasil, em Singapura, nos Estados Unidos, na China, em qualquer lugar do mundo. Qual o controle que nós brasileiros teremos e daremos? Que destino nós brasileiros daremos à riqueza do nosso povo, se esse for o caminho adotado na reforma da previdência? Por isso, a pertinência de discutirmos esse assunto e aprofundarmos esse tema aqui, na Comissão de Assuntos Sociais.

Essa é a posição.

Eu também queria, Presidente, se o senhor me permitir, já fazer aqui uma solicitação de adendo de tema. Era um requerimento extrapauta, mas nós não precisamos votar um requerimento extrapauta, mas, sim, incluir na audiência com o Ministro da Saúde, que virá ao debate no dia 27, a questão do Mais Médicos, que nós não incluímos em todos os requerimentos. Já que ele vem, que ele possa também falar sobre o Programa Mais Médicos, quais são os rumos do programa, etc., etc. Eu vou deixar a proposta de requerimento sobre a mesa ou de inclusão sobre a mesa, para que a gente possa incluir, se houver acordo com os demais membros da Comissão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, Senador.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Sr. Presidente, pela ordem. Eu quero discutir o item 3, requerimento encaminhado pelo Senador Rogério.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Por favor, Senador Jayme. Por favor, com a palavra.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT. Pela ordem.) – Senador Rogério, primeiro, eu acho louvável a iniciativa de V. Exa., quando propõe a esta Comissão esse requerimento convidando essas autoridades para discutirmos aqui o regime de capitalização.

Eu acho também de bom alvitre, se possível, óbvio, evidente, se tivéssemos aqui um representante do próprio Ministério da Economia – o próprio Ministro Paulo Guedes ou talvez o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Secretário-Geral do Ministério, pela agenda tomada que ele deve ter todos os dias –, na medida em que eu, particularmente, tenho a sensação de que, às vezes, essas pessoas que estão sendo convidadas aqui poderão dar uma informação mais técnica, mas não terão a capacidade de informar para onde vão esses recursos. V. Exa. é pertinente em seu requerimento...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – É para sabemos para onde, de fato, vai essa riqueza – falam em até trilhões de reais.

Nessa capitalização, que já existe, lamentavelmente, há algumas maracutaias em alguns fundos, o que já está provado e comprovado no Brasil. Nós queremos saber também, na possibilidade da aprovação dessa nova lei, para onde vai o dinheiro. Daqui a pouco, ele vai ser desviado, vão colocar em fonte, vai ser aplicado talvez em locais não adequados. E quem vai pagar a conta é o trabalhador brasileiro.

Então, eu quero me associar a V. Exa., mas espero que V. Exa., se possível, faça um adendo ao seu próprio requerimento – pode ser de forma verbal, se for o caso – para vir alguma autoridade da área econômica, o que, imagino, Senador Romário, é fundamental para este debate bem amplo e bem transparente aqui na nossa Comissão.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Seria um representante do Ministério da Fazenda, então, Senador Jayme?

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – O que eu proponho... É óbvio, é evidente, eu estou me associando. Se for naturalmente possível no requerimento do próprio Senador, eu acho que é bom vir aqui alguém para nos dar essa explicação.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – A gente tem um representante da Secretaria de Previdência do Ministério da Economia, mas o que ele está propondo é que venha, por exemplo, o Secretário Executivo, convidar o Secretário Executivo do Ministério da Economia.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Da Fazenda, da Economia.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Da Fazenda.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Incluo aqui, então, o Secretário Executivo da Fazenda também neste requerimento.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Até para ele dirimir qualquer dúvida, não é, Senador?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Em votação o requerimento.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Passo a palavra agora ao Senador Jorge Kajuru.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Sr. Presidente Romário, senhoras brasileiras e senhores brasileiros, nossos únicos patrões, permitam-me aqui quebrar um pouco o protocolo em função de uma notícia extraordinária para o Brasil na área da saúde e também de uma preocupação que eu trago aqui, Presidente, em relação ao Dia Mundial das Doenças Raras, amanhã, dia 28.

Bom, inicialmente, como o novo Presidente do Banco Central foi escolhido por nós ontem, por maioria, no Plenário, o Roberto Campos Neto, eu lembro aqui uma frase do seu avô, histórico frasista, que dizia o seguinte: "A diferença entre a inteligência e estupidez é [rigorosamente] que a inteligência é limitada". E a sensibilidade para alguns assuntos também é limitada.

Amanhã, Presidente, dia 28 de fevereiro, comemora-se o Dia Mundial das Doenças Raras. A data foi celebrada pela primeira vez em 2008 pela Organização Europeia de Doenças Raras. Pelo menos 70 países em todo o mundo celebram essa data com o objetivo de sensibilizar a população, órgãos de saúde pública, médicos e especialistas.

Eu comentava aqui com o Senador Jayme antes da nossa reunião: todos estão voltados para os tipos de doenças raras existentes, tanto no que diz respeito a pesquisas, quanto ao atendimento a pessoas que são acometidas por essas doenças, a fim de que tenham um tratamento digno ou até mesmo o principal, que é a cura.

A Organização Pan-Americana de Saúde informa que o Brasil conta com 15 milhões de pessoas com algum tipo de doença rara. São consideradas doenças raras, Senador Styvenson, aquelas que alcançam até 65 pessoas em cada 100 mil. Normalmente, as doenças raras manifestam-se nos primeiros anos da vida de uma criança, como certamente sabe a Senadora Maria do Carmo, aqui ao lado. Calcula-se que 8% da população mundial, Presidente Romário, têm algum tipo de doença rara, ou seja, uma em cada 15 pessoas.

Eu trago, então, para o Senado uma grande preocupação com a saúde, pois, como Vereador em Goiânia, por um ano e meio de mandato, como lembra o colega Luiz aqui ao lado, já atuava eu com a criação do Centro Diabético de Goiás. Apresentei o projeto ontem ao Ministro Luiz Henrique Mandetta, que, aliás, enviou-lhe um abraço e confirmou sua presença aqui através de requerimento apresentado por mim sobre a saúde mental e outros assuntos para o próximo dia 27. E ele foi muito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gentil, preparado me pareceu. É médico do Mato Grosso do Sul, formou-se no Rio de Janeiro, na sua terra, Presidente.

Então, quero fazer aqui um esforço, pedindo a todos os companheiros, respeitosos colegas, porque isso tudo começou... E aqui eu tenho que ser justo, eu nunca serei injusto. O Senador Otto Alencar, da Bahia, criou lá um centro diabético que é referência nacional. Eu ontem tomei conhecimento em detalhes. Ele me entregou ontem para que eu conhecesse, como diabético que sou, como o Presidente Romário, que também é, e fizemos a cirurgia.

Mas eu aproveito para compartilhar com os colegas e com a população brasileira o fato de que o meu Estado de Goiás tem uma comunidade, que o Luiz do Carmo certamente conhece, que é Faina, onde graça uma dessas doenças raríssimas. O xeroderma pigmentoso é uma doença rara que provoca deformidades físicas, e, em Goiás, acomete moradores da comunidade de Araras, no Município de Faina, num quantitativo de cerca de duas dezenas de pessoas. Concluo. Essas pessoas situam-se, entretanto, num universo de possível incidência de 200 famílias. No mundo, a incidência é de um caso em cada grupo de 200 mil pessoas. Em Araras está a maior concentração da doença registrada pelos pesquisadores em todo o mundo. O agravante da doença é que se apresenta como genética – genética! –, excelências, cujo portador possui dificuldade em reverter as agressões que a radiação solar provoca no DNA das células da pele. O xeroderma provoca outras doenças, como a degeneração do sistema nervoso, a cegueira e a perda de audição.

Solicitei, então, à minha conselheira voluntária, Senadora histórica desta Casa Heloísa Helena, que atua em meu gabinete 16, um estudo para vermos o que poderei fazer com os senhores e as senhoras em termos de legislação e de acompanhamento por parte das secretarias, e, no meu caso, da Secretaria da Saúde de Goiás.

Finalizo, Presidente Romário, trazendo-lhe uma notícia que sei que será a sua grande felicidade do dia de hoje. Ontem, obtive a assinatura do Ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, com o apoio total do Ministro Paulo Guedes e também do Presidente Jair Bolsonaro, ao projeto de lei que começou com o Senador e meu amigo irmão hoje Governador de Goiás, Ronaldo Caiado, e com o apoio total de V.Exas., eu me lembro, aqui no Senado, no ano passado, no primeiro semestre. E aqui eu tenho a certeza mais absoluta de que todos vão concordar, todos na semana que vem, depois do Carnaval, para a aprovação imediata em Plenário, pois o Ministro da Saúde liberou recursos inicialmente na ordem de R$6 milhões, depois o custeio mensal. E a grande notícia, Presidente: não mais será um centro diabético em Goiás, como já há, desde 27 de junho, como já tem o Senador Otto Alencar, na Bahia; agora será para todo o Brasil, ou seja, todos os diabéticos brasileiros terão acesso, via SUS, de forma gratuita, evidentemente, não só ao fornecimento de remédios, de insulina, Senador Luiz, como também a cirurgias. Então, estendeu-se ao Brasil inteiro essa praga silenciosa, essa doença grave.

Eu creio ser uma vitória de todos nós, começando aqui com o Senador Romário, com o Senador Ronaldo Caiado, e agora, na nossa Legislatura, a gente vai poder estender o atendimento aos diabéticos de todo o Brasil via SUS em todos os níveis, repito, desde remédios, insulinas, bomba de insulina, cirurgias e pré-diabéticos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado, Presidente.

Era o registro que eu queria fazer.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Senador Romário...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – É só para agradecer aqui as palavras do Senador Jorge Kajuru e para dizer que essa é uma excelente notícia, Senador, para as pessoas que têm diabetes. Nós sabemos o quanto essas pessoas sofrem – nós particularmente passamos por isso antes de nossas cirurgias. Infelizmente muitos da população diabética brasileira não têm condição de bancar um tratamento, um acompanhamento, e, com a abertura dessa ideia de eles poderem ter um acompanhamento através do SUS e de a insulina ser liberada e outros remédios também, isso realmente passa a ser uma notícia mais que relevante, de uma importância muito grande. Quero parabenizar o novo Governo por dar essa oportunidade a essas pessoas que realmente tanto precisam e necessitam.

Parabéns pelo trabalho que V. Exa. vem fazendo em defesa dessas pessoas com diabetes!

Senador Otto Alencar.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Senador Romário, eu agradeço.

Eu passei, realmente, para o Senador Kajuru um trabalho na área de saúde que eu comecei na Bahia quando eu fui Secretário em 1994. Nós temos na Bahia uma quantidade muito grande de pessoas com diabetes melito. Inclusive no caso de diabetes infantil, a coisa é muito mais grave ainda. Então, naquela época, nós criamos os Cedebas, os centros de diabéticos da Bahia, que vieram evoluindo.

Do ponto de vista organizacional, nós contratamos e colocamos os melhores técnicos do nosso Estado para fazer esse trabalho, que é coordenado por uma técnica, uma endocrinologista, Dra. Reine Chaves, que faz um trabalho quase missionário, com algumas dificuldades. Mas o que aconteceu? A qualidade do serviço, a excelência do serviço cresceu tanto que organismos internacionais financiam esses serviços hoje, com medicação, com assistência, com bons endocrinologistas. E é de lá que se fazem todos os exames para, a partir daí, através do SUS, se fazerem as cirurgias bariátricas, quando são indicadas, com assistência psicológica, com todo o atendimento necessário.

Eu passei para o Senador Kajuru, porque eu acho que esse é um problema em que, dentro do Sistema Único de Saúde, o Governo Federal precisa avançar, porque nem todos os Estados terão condição de bancar. Esse Cedeba, que é de 1994 – portanto, há 24 anos que eu o criei –, ele cresceu, e hoje a sustentação quase logística dele é por organismos internacionais que ajudam no seu funcionamento. Portanto, o Governo Federal deveria ter um setor e uma verba destinados a colocar novos centros pelo Brasil afora, para evitar os danos que a diabetes pode causar, como as amputações, problemas visuais...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Cegueira.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – ... cegueira e tantas outras complicações que acontecem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse é um fato, e o outro fato que eu até vou levar ao Ministro – já tinha levado a outros ministros – é essa questão da hipertensão essencial.

No meu Estado da Bahia, por exemplo, na região do Recôncavo, há predominância dos afrodescendentes, da raça negra, que contribuiu muito para o nosso Estado, que é um segmento que nós valorizamos bastante tem a tendência à hipertensão essencial, que pode levar a um AVC hemorrágico, a um AVC isquêmico. Na Bahia, já existe esse centro. É outra coisa que poderia evitar muito o internamento das pessoas que vão hoje procurar os hospitais públicos com sequelas de AVC hemorrágico, de AVC isquêmico.

Acho que o Sistema Único de Saúde está numa situação um tanto quanto difícil por falta de recurso, até porque nós votamos naquela época – eu votei a favor da PEC dos gastos –, porque tinha de parar a sangria. Está na hora de tirar a saúde dessa PEC dos gastos, para aumentar os recursos e os investimentos, para que nós possamos ter, na rede básica, esse centro de excelência, para evitar o internamento.

Então, foi isso que eu falei com o Senador Jorge Kajuru. Ele vai abraçar essa causa, como V. Exa. também abraçou a causa e luta por isso, que é uma coisa quase que patriótica o que V. Exa. faz em relação à síndrome de Down. O seu nome é um nome nacional, porque abraçou uma causa que é uma causa superimportante de alguém que, tendo sensibilidade, passa a ser humanista, como V. Exa. tem sido nesse setor.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, Senador Otto. Muito obrigado. E parabéns pelo trabalho de excelência que V. Exa. sempre fez nessa área da diabetes.

Passo a palavra ao Senador Luiz do Carmo, por favor.

O SR. LUIZ DO CARMO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO) – Também não posso deixar aqui de falar bem do meu companheiro Senador Jorge Kajuru. Realmente, em Goiás, ele encampou isso aí. E, como o Kajuru é uma pessoa conhecida, pública, todo mundo o ajudou, mas ele encampou isso lá em Goiás. E realmente deu certo. Meus parabéns!

E vocês sabem que o Áureo Ludovico, um médico famoso, operou a minha filha também e teve dificuldade para implantar isso. Foi difícil. Saiu matéria negativa a respeito daquela cirurgia dele. Enquanto não chegaram vocês, que acreditaram nele, famosos, que daria certo, a coisa não melhorou. Então, Kajuru, meus parabéns por essa iniciativa. E nós vamos apoiá-lo.

E outra coisa interessante aqui: eu não sou diabético, mas, de seis em seis meses, faço um exame e fico com medo: "Olha, você está no limite, está no limite. Não coma o arroz...". Não é mesmo, Kajuru? Então, realmente, isso é uma doença silenciosa e está havendo muito.

Então, meus parabéns a vocês, e o SUS tende a encampar isso mesmo.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito obrigado, Senador.

Passo a palavra aqui ao meu Vice-Presidente, Senador Styvenson Valentim.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Eu percebo, Sr. Presidente, essa atenção toda com a diabetes e com outras as doenças também que são silenciosas e que podem ser evitadas justamente se houvesse essa profilaxia, esse exame antecipado.

Lembro, Kajuru, às pessoas que estão ouvindo, a todos, principalmente aos jovens, que o hábito de esporte, o hábito alimentar, tudo isso influencia. Há a parte genética? Há. Mas, segundo pesquisas, se for descoberto, com diagnóstico precoce até 50 anos, pode ser até evitado que passe para os filhos. Então, eu aqui, além de estar o apoiando na questão brasileira dessas doenças – a Leila não está aqui, mas Romário está do meu lado –, digo que uma prática esportiva pode evitar isso, Romário.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Claro.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Uma boa alimentação pode.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Nutrição é fundamental.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Bons hábitos de esporte.

Agora, a gente vive hoje na era da comida rápida, do *fast-food*, que abre muito mais do que uma alimentação natural. As crianças se alimentam hoje com quê? Com excesso de carboidratos, com excesso de açúcares. Por isso a gente está passando por esse problema. É tão silenciosa, porque a gente se cala para comer. A gente passa mais tempo mastigando do que pensando, falando e evitando que essa doença esteja presente em nossa vida. Evitar ou combater essa doença só com remédios, se pode ser feito desde uma fase embrionária, desde esse hábito que passa da mãe para o filho, dos pais, principalmente? Tem que começar nas escolas, temos que ser mais rígidos.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – A prevenção...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Isso. Prática de esportes, prevenção, boa alimentação e vão restar só aquelas pessoas que tenham a predisposição genética.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Permita-me, Senador Styvenson.

O Senador Romário não teve oportunidade, ele vai estar em Goiânia, parece-me, ainda este mês. E eu faço questão de convidar V. Exa., Sr. Presidente, para conhecer. O Senador Luiz do Carmo, a quem eu agradeço, parece-me que já foi lá. Ele fica na Avenida Anhanguera, esquina com a Alameda das Rosas, ali bem no Centro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ali, Senador Otto Alencar, que é um pioneiro, ali nós temos também direito a cirurgias diabéticas, essas, a que se referiu o Senador Luiz, feitas pelo criador, que é o goiano Áureo Ludovico e também agora o Dr. Paulo Reis e outros que começaram a fazer. E a equipe lá de médicos é voluntária, isso é importante, o Senador Rogério, que tanto me ajudou, que tanto colaborou, que é um guerreiro também dessa questão, dessa causa, sabe disso. Lá existe – inclusive em homenagem à minha mãe, Dona Zezé – a área de nutrição, onde dez médicos orientam os médicos de todo o Estado de Goiás para a questão da nutrição, da alimentação do diabético e do pré-diabético; e há também quatro podólogos, que diariamente atendem até aquele que tem a unha encravada, que, de repente, amanhã terá que amputar o seu pé.

Então, é um centro de diabéticos completo, que o Ministro Mandetta conheceu, ele que é amigo pessoal do Governador de Goiás, Ronaldo Caiado, que também é do DEM, são amigos há muito tempo. E ele foi lá e fez questão de conhecer, e, ao conhecer, ele disse: "Tem que ser um modelo para o Brasil inteiro e eu faço questão". E ontem ele assinou, portanto, esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, parabéns Senador, mais uma vez!

Eu gostaria de fazer uma fala aqui também sobre o Dia Mundial das Doenças Raras, que é amanhã, já que infelizmente muitos de nós não estaremos aqui.

Desde 2008, reserva-se o último dia do mês de fevereiro para sediar a celebração do Dia Mundial das Doenças Raras. Neste ano será o dia 28, amanhã no caso. As doenças raras compõem um grupo de doenças que apesar de distintas guardam inúmeras semelhanças. Na maioria dos casos são doenças genéticas crônicas, progressivas e incapacitantes, que comprometem enormemente as vidas dos portadores e de suas famílias e frequentemente não têm uma cura definitiva.

A definição de doença rara varia de país para país. Na União Europeia deve afetar menos de uma a cada 2 mil pessoas. Nos Estados Unidos menos de 200 mil habitantes. No Brasil é até 65 a cada 100 mil pessoas.

Esses números são parecidos e o conceito por trás deles é o mesmo. São doenças pouco comuns que afetam comparativamente poucos indivíduos. Consideradas, entretanto, como um grupo de doenças com características comuns, as doenças raras formam um conjunto de mais de 8 mil doenças diferentes.

O número de pessoas afetadas é muito grande. Para efeito de comparação, há mais pessoas sofrendo com doenças raras no Brasil do que o número de eleitores de qualquer Senador ou Senadora desta Casa. São mais de 13 milhões de brasileiros e brasileiras precisando de diagnóstico, tratamento e acompanhamento adequado. São homens, mulheres e crianças que precisam do nosso apoio.

A visão que rege o Dia Mundial das Doenças Raras harmoniza-se com a chamada Agenda Pós-2015, materializada nos objetivos de desenvolvimento sustentável das Nações Unidas.

O Brasil é participante ativo nessa agenda. E a filosofia que nos guia na elaboração de políticas públicas nesse campo é de que, para alcançar o desejado desenvolvimento sustentável, é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

imprescindível que ninguém, nenhum cidadão, nenhuma pessoa seja deixada para trás. Na Comissão de Assuntos Sociais, criamos uma subcomissão, no caso aqui, somente para tratar desses assuntos, a qual será presidida pela Senadora Mara Gabrilli e contará com a participação ativa de diversos membros, entre eles com a minha participação, claro.

Desejo ainda que a CAS possa contar com a parceria da recém-criada coordenação nacional de doenças raras, que faz parte do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Nosso objetivo é que sigamos juntos, unidos, todos no mesmo navio. Como diz o Presidente desta Casa, que ninguém seja esquecido ou deixado para trás.

Realmente, amanhã é um dia especial, um dia em que o Senado teria de fazer, na minha opinião, algum tipo de evento, para que a gente possa, a cada ano, conscientizar as pessoas a respeito desse dia e dar voz e visibilidade a milhões dessas pessoas que têm essas doenças raras. Como, infelizmente, não vai ser possível, uma fala, assim como fez o Senador Jorge Kajuru, a minha e a que muitos outros Senadores farão de hoje até amanhã, acredito que também tenha uma importância grande para as pessoas se conscientizarem sobre esse tema.

Antes de entrar aqui na pauta, no item 1, projeto de lei do Senado, chegou agora a nossa brilhante Senadora Mara Gabrilli, e passo a palavra a V. Exa.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Senador, brilhante é o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Obrigado.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Eu queria lhe agradecer pelo fato de a gente poder dar andamento à CASRARAS. Ainda, depois de tudo o que o senhor falou e sabendo que a gente está comemorando o Dia Internacional de Doenças Raras, lembro sempre que a gente tem 7 mil doenças raras, que a gente tem quase 15 milhões de brasileiros com algum tipo de doença rara e que a gente tem, por exemplo, Senador Romário, alguns caminhos fáceis de a gente chegar. Um deles é o teste do pezinho, pelo qual hoje o SUS reconhece seis doenças. Até que, aqui no GDF, a gente consegue reconhecer mais, mas a gente quer chegar ao mesmo número que os particulares conseguem chegar. E isso vai nos ajudar não só a acelerar diagnóstico, mas a conseguir futuramente ter mais protocolos clínicos de diretrizes terapêuticas para tratamento, porque a gente não tem mais de 50. Tendo 7 mil doenças raras, então, ainda é muito pouco.

E há uma outra questão que a gente vem tentando estudar, trabalhando e conversando inclusive com o Conselho Nacional de Educação, porque hoje os médicos não têm, por exemplo, Genética Humana como uma disciplina obrigatória na faculdade de Medicina. Por isso, muitos médicos têm pouca intimidade. Aliás, quase todos, porque as doenças já são raras, e ainda a gente não tem algo especializado na formação do profissional.

Então, chega na hora, o profissional recebe uma pessoa com doença rara... Imagine hoje que a porta de entrada do SUS são as unidades básicas de saúde. Então, chega alguém – foi o que aconteceu, por exemplo, em Pernambuco com o zika vírus. As mães chegavam com os bebês com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma microcefalia devastadora, por conta do zika vírus, chegavam à unidade básica de saúde, as pessoas ficavam apavoradas, mandavam as mães embora para casa.

Então, hoje, a gente só tem sete centros de referência de raras no Brasil. O nosso trabalho aqui, termos recomeçado com as raras, as frentes parlamentares, o interesse da Primeira da Dama com o tema, o nosso Ministro da Saúde também focado no tema, tudo isso acontecendo, acredito que esse tipo de política social pode representar políticas que alavanquem a economia do País, que nos ajudem, porque hoje a principal política pública de raras, embora tenhamos a Portaria 199, que já existe, mas temos que fazer com que ela seja cumprida, infelizmente é a judicialização. Imagine, na judicialização, a gente gasta num medicamente o que poderia gastar para distribuir para todo o brasileiro que necessita. Então, a gente está jogando dinheiro no lixo. Isso é falta de gestão.

E eu sempre dou o exemplo, Senador Romário, da cadeira de rodas, até falo aos Senadores, no Maranhão, por exemplo, uma cadeira está demorando de cinco a seis anos para chegar pelo SUS. Isso quer dizer o quê? O primeiro crime é a criança fora da escola, porque não é toda a mãe que consegue carregar uma criança para a escola. E a criança fica fora da escola, porque não tem cadeira. E sabe o que é pior? É que a cadeira chega e não serve mais, vai para o lixo. Essa é a nossa dispensação de órteses e próteses. Então, não é dizer que não temos o dinheiro, porque a cadeira chega. Então, isso está acontecendo no Ministério da Saúde, na saúde brasileira, e podemos dizer que a nossa saúde está muito doente, porque estamos jogando dinheiro no lixo.

Então, há toda uma questão de gestão que a gente tem que transformar. E, claro, como a gente não vai compreender uma mãe que está com um filho com uma doença progressiva, degenerativa crônica, que pode morrer a qualquer instante? É óbvio que ela vai judicializar. É um desespero.

Amanhã irei a um evento em São Paulo e estou bastante satisfeita, porque se juntaram o Ministério Público com a Defensoria Pública, o Governo do Estado de São Paulo com a Prefeitura de São Paulo, e mais o TJ – isso tudo por iniciativa do Procurador-Geral da Justiça –, para a gente fazer um *script* diferente, anterior à judicialização. Então, quando chega a prescrição de um medicamento de alto custo, um medicamento órfão, primeiro o Estado vai reagir, para dizer se vai distribuir aquele medicamento, se for urgente, em 36 horas, se não for tão urgente, em um mês, ou o Estado vai sugerir outra medicação, ou ele não vai entregar. Se ele realmente assumir que não vai entregar, aí judicializa-se. Pelo menos é um processo anterior à judicialização para dar uma ajuda. Isso eu acho que é uma ideia que a gente pode tentar multiplicar no Brasil. Essa nova tentativa vai acontecer amanhã, a cerimônia, para a gente começar o trabalho em São Paulo. Então, é uma ideia, porque a gente assiste. E os nossos pacientes ficam nas redes vendo o que os pacientes com a mesma doença em outros países têm. É devastador não você não ter acesso, não poder...

Enfim, estamos engatinhando, mas ainda bem que temos aqui a Senadora Maria do Carmo também que vai fazer parte da CASRARAS. E a gente precisa dar essa acelerada nessa política brasileira, porque qualquer brasileiro pode vir a ter uma doença rara. É isso.

A SRA. MARIA DO CARMO ALVES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - SE) – Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Eu só gostaria de fazer um pedido a V.Exa., que a gente pode retomar esse assunto, que tem uma grande importância no dia a dia das pessoas, principalmente que são acometidas pelas doenças raras, mas a gente tem aqui agora quórum para votar o item 1.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Exatamente.

Vou colocar aqui o item 1 na pauta, depois a gente volta a esse assunto.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 498, de 2017

- Terminativo -

Altera o artigo 235-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, de 1º de maio de 1943, que aprova a Consolidação das Leis do Trabalho, e dá outras providências.

Autoria: Senador Acir Gurgacz

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda que apresenta.

Observações:

- Em 20.02.2019, lido o Relatório na CAS, a Presidência concede Vista Coletiva ao Projeto, nos termos regimentais.

- Votação nominal.

Lido o relatório, a matéria está em discussão.

Consulto as Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que queiram fazer alguma manifestação decorrente do pedido de vista. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, em votação o projeto e as emendas nos termos do relatório apresentado. Solicito que se prepare a votação para que eu possa iniciá-la.

Quem vota com o Relator vota "sim." (*Pausa.*)

Iniciada a votação. (*Pausa.*)

A SRA. MARIA DO CARMO ALVES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - SE) – Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente, foi inaugurada ontem, naquele corredor que vai para o Anexo 1, em comemoração às doenças raras, cujo dia é amanhã, uma exposição patrocinada pela Presidente das Vidas Raras. Está lá no corredor que vai para o Anexo 1 do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – A senhora poderia apertar aí, Senadora?

A SRA. MARIA DO CARMO ALVES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - SE) – Apertei. Está ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Eu estou. Não sei se os outros estão. Acho que agora sim.

A SRA. MARIA DO CARMO ALVES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - SE) – Eu convido os Senadores para visitar essa exposição. Vai até a próxima semana. Foi inaugurada ontem.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Está o.k., Senadora.

A SRA. MARIA DO CARMO ALVES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - SE) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Convite feito.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu queria aproveitar que a Mara Gabrilli tocou nesse assunto e dizer que, no Estado de Sergipe, nós criamos... Primeiro que o princípio da integralidade... O Sistema Único de Saúde é o único, junto com o sistema espanhol e o sistema cubano, são os únicos sistemas que têm na Constituição o princípio da integralidade. Isso significa dizer que o cidadão, a cidadã tem direito a tudo o que precisa para atender a sua necessidade, mas não há como você materializar isso em planejamento se não houver uma carteira de saúde ou um padrão de integralidade com um rol de todos os procedimentos que o sistema público vai disponibilizar no tempo da necessidade, que é um outro problema, ou seja, o que as pessoas precisam não chega ao tempo da necessidade delas, por conta de uma crise de financiamento, por conta de uma série de outras questões.

Há situações que não estão e que é difícil, inicialmente, estar nesse padrão de integralidade ou nessa carteira. Portanto, é preciso que haja um espaço institucional. E nós, em Sergipe, criamos uma comissão de especialistas para receber essas demandas, avaliar a pertinência de incorporá-las ao padrão, para comprar com regularidade. E, nos casos em que não há necessidade de incorporar o padrão, porque não se repete com muita frequência, essa comissão autoriza a compra imediata da órtese ou da prótese ou do medicamento específico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além disso, nós criamos uma comissão de apoio ao Judiciário para explicar ao Judiciário quais são as alternativas terapêuticas que existem para cada tipo de situação, os medicamentos que estão em uso, qual o grau de eficácia, e os novos medicamentos que são propostos, se eles já ultrapassaram as barreiras dos estágios de pesquisa clínica – estágio 1, 2, 3 –, se já estão regulamentados no país de origem, se já existe preço definido. Isso ajudou e tem ajudado bastante a desjudicializar a atenção à saúde e garantindo que as pessoas possam ter, sim, acesso a medicamentos para doenças raras, acesso às órteses que são caras e que precisam para alguns tratamentos.

Então, eu acho que este é um caminho que poderia ser adotado: primeiro, no Ministério da Saúde há uma comissão de incorporação tecnológica já funcionando, mas é preciso haver uma comissão de apoio ao Judiciário, de conversa permanente, para garantir que essas questões não irão para a judicialização. Porque, às vezes, o tempo da judicialização é o tempo que a pessoa precisa para ter um prognóstico compatível com a sua sobrevivência.

Então, queria deixar essa sugestão para a criação da comissão de apoio ao Judiciário, das comissões técnicas para avaliar a incorporação desses itens no padrão que compõe o padrão da integralidade do sistema público de saúde.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, Senador.

Passo a palavra agora ao Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Presidente, Senador Romário, demais colegas daqui da CAS, eu queria, neste momento, reiterar a minha participação, Senador Romário, solicitar a minha participação na CASRARAS, nesse grupo que, com muita honra, seremos presididos, liderados pela Senadora Mara. E ela fez uma colocação muito pertinente.

Eu tive a oportunidade de acompanhar um pouco da realidade das crianças que nasceram dois, três anos atrás, Senadora Mara, com o zika vírus, e se criou um terror naquela época. E mesmo com pouquíssimo atendimento, com pouca estrutura, pois realmente há poucos centros no Brasil que os desenvolvem, mas é impressionante a evolução das crianças com o atendimento. Você imagine o incremento que a gente pode vir a dar a partir de políticas públicas nesta Casa. Então, as crianças começaram a andar e há uma reação muito positiva aos tratamentos. Isso a gente precisa observar.

Eu queria aproveitar este momento e também desejar muita luz, muita paz, muita harmonia e toda a saúde a esta minha irmã que hoje está fazendo aniversário, a Senadora Eliziane. Que Deus a abençoe! Ela é uma pessoa de pura superação, sensível às causas sociais, que vem muito enriquecer também esta nossa Comissão. Muita paz, que Deus a abençoe!

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem.

Parabéns, Senadora! Saúde, felicidade, paz, sabedoria, tudo de bom!

Não havendo mais quem queira votar...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Sr. Presidente, está encerrada a votação?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – ...encerro a votação.

A Senadora Selma Arruda chegou e vai votar. (*Pausa.*)

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Para uma questão de ordem.

Eu quero apenas cumprimentar a Senadora Mara pela extraordinária explanação, com conhecimento de causa. V. Exa. tem conhecimento, Senadora, de que nos últimos quatro anos aumentaram 150% essas doenças raras, segundo estudo feito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, sobretudo na Região Nordeste do nosso Brasil, por falta de prevenção.

A prevenção, particularmente do zika vírus, que é um exemplo que dou aqui, é dos metais usados na água, através dos garimpos e das barragens que, nos últimos dias, explodiram neste País. Quero crer que é muito oportuno, quando a senhora fala aqui sobre chegar uma cadeira de um cidadão portador de necessidade especial lá no interior, no mais distante interior do Maranhão, quanto no Estado do Mato Grosso. Eu acho que o próprio Ministério da Saúde – particularmente, porque fui Prefeito por três mandatos e eu via a dificuldade do Governador do Estado, Senador – dificulta muito, pois existe verba, recursos suficientes para a aquisição dessas cadeiras. Mas o que acontece? Quando esse recurso vai para adquirir essa cadeira, às vezes, para uma criança de dois ou três anos, quando ela chega, essa criança está com seis anos, e ela tem numeração para quatro anos, para oito anos, para adulto e para adolescente.

Então, eu acho que o próprio Ministério da Saúde teria, nesse caso particularmente, de ter um departamento, não sei, um setor, para que os próprios Municípios fossem alimentando os pedidos e eles adquirissem aqui em alta escala, o que diminui sobremaneira até o próprio preço da aquisição dessas cadeiras aqui e que, de imediato, o próprio Ministério aqui entregasse, através naturalmente de meios, haveria uma logística para isso. Agora, não pode ocorrer a demora que hoje existe. Eu tenho acompanhado e visto lá pessoas que, muita vez, por uma cadeira, não podem ter acesso a nenhum colégio ou à própria universidade. Às vezes, a pessoa, lamentavelmente, tem um poder de aquisição ruim, ou seja, não tem capacidade financeira para a aquisição.

Quando a senhora aborda essa questão das doenças raras, lamentavelmente, o Brasil ainda vem numa quadra muito ruim. O dado da Universidade Federal do Rio Grande do Sul é assombroso: 150% nos últimos quatro anos. Fruto do quê? Deve fazer uma política de prevenção.

Então, eu acho que é fundamental esse debate, como a senhora vai debater com o TJ lá, com a Procuradoria, com a Defensoria Pública do seu Estado de São Paulo a questão da judicialização. Às vezes, ela tem sido perniciosa. Eu acompanho bem de perto. Muitas vezes, o médico ou o próprio hospital não têm compromisso com o cidadão, têm compromisso só com a parte financeira. E os preços que eles colocam, muitas vezes, numa cirurgia – muitas vezes, o cidadão está na fila lá

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aguardando a sua regulamentação – são exagerados, muitas vezes até de conluio com alguma autoridade judicial. Eles fazem conluio – é bom a senhora ficar sabendo – na medida em que...

Eu acompanhei, ainda há poucos dias, uma cirurgia numa criança lá. Eu imagino que fazer essa cirurgia, qualquer hospital, mesmo sendo privado, é obrigação do SUS, R$600 mil. E, por incrível que pareça, quando se pediu o bloqueio desse recurso junto à Prefeitura, a criança foi a óbito. O hospital já tinha recebido esse dinheiro, e a criança foi a óbito. E a senhora não imagina, Senadora, quanto foi difícil, a dificuldade que houve para devolver esse dinheiro, que já tinha sido abocanhado do Erário, para a Prefeitura. E era um preço exacerbado, extremamente exagerado pelo preço de mercado, porque hoje praticamente você tem uma tabela não só no SUS, mas no setor privado, nos hospitais privados.

Então, acho louvável a sua iniciativa. É fantástica. Agora nós temos que buscar instrumentos, mecanismos para também fazermos com que o pouco dinheiro ou o bastante que há hoje no Ministério da Saúde e na rede, ou seja, para as prefeituras, os próprios Governos... As prefeituras são obrigadas a aplicar 15% por força da Constituição Federal, e os Estados, 12%. Nós temos muito dinheiro. O que está faltando chama-se gestão e compromisso com a sociedade, sobretudo com os menos afortunados, que, lamentavelmente, não têm acesso a um serviço público de saúde. Pelo menos, tentar não ser bom, mas médio. É triste, é doloroso. Essas pessoas não têm o mínimo de coração, não são cristãos, não veem o sofrimento do povo brasileiro.

Particularmente, numa região distante dos grandes centros, na Amazônia brasileira, é ali que se vê dificuldade. Lamentavelmente, ainda temos escassez até de médicos, que não querem sair dos grandes centros – uns não querem sair da Vieira Souto, outros não querem sair da Paulista –, mesmo ganhando, talvez, mais. Eles querem ficar nos grandes centros. Há mais conforto.

Mas eu quero cumprimentar a senhora, sei da sua luta. V. Exa. tem na figura do Senador Jayme Campos um aliado para travarmos uma grande guerra aqui, uma grande luta para o bem-estar e, sobretudo, fazer uma boa política social para o povo brasileiro, particularmente para os menos favorecidos da sorte.

Parabéns, Senadora!

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Pela ordem, Presidente.

Pela ordem, Eliziane.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Senadora Eliziane, aniversariante do dia.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA. Pela ordem.) – Obrigada, Presidente, muito obrigada.

Eu queria só pedir aqui – o Senador Girão, meu colega, também vai sair – à Senadora Mara Gabrilli que pudesse subscrever o próximo item, que é um requerimento de minha autoria, Presidente,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que é o chamamento aqui, o convite ao Ministro Osmar Terra. Eu estou com o item lá na CCJ, que está iniciando, e há também outra Comissão de que sou membro. Eu vou precisar sair, de fato, agora, mas queria também fazer um encaminhamento em relação a esse requerimento, Presidente.

A gente tem já outro requerimento aprovado na Comissão de Educação de convite ao Ministro Osmar Terra. Portanto, a minha sugestão é que a gente fizesse uma audiência conjunta das duas Comissões. A gente vai dar muito mais efetividade. É um Ministro que tem uma pauta gigante, que envolve o esporte, a cultura, a assistência social. Portanto, há um impacto muito grande, inclusive, nesta Comissão.

Peço à minha colega que subscreva e, desde já, eu a cumprimento pelo seu trabalho brilhante, pela sua forma aguerrida e determinada de atuar como Senadora, assim como o fez como Deputada Federal no tempo em que formos colegas ali na Câmara dos Deputados.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – O.k, Senadora. Muito bem.

A SRA. SELMA ARRUDA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Eu gostaria de ponderar a V. Exa. que tenho que encerrar essa votação e, só depois, então, eu volto a dar a palavra a todos. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira votar, encerro a votação.

Resultado: aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 498, de 2017 e a Emenda nº 1-CAS.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

Senadora, por favor, com a palavra.

A SRA. SELMA ARRUDA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Senadores presentes, eu apenas gostaria de pedir escusas pelo meu atraso para chegar à esta votação. Estava na Comissão de Direitos Humanos, onde, lá também, levamos a efeito a discussão e votação de um projeto de extrema importância que trata de violência doméstica. Então, apenas para deixar registrado que o meu atraso não foi proposital, assim como agora também preciso me ausentar para ir a outra Comissão, já que os horários das Comissões são conflitantes.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, Senadora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na verdade, a gente aqui tem que ser três ou quatro, já que as reuniões das Comissões são todas praticamente no mesmo horário.

Eu vou subscrever aqui o item 2.

ITEM 2

REQUERIMENTO Nº 12, de 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58 da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o Senhor OSMAR TERRA, Ministro de Estado da Cidadania, para que apresente as diretrizes e os programas prioritários de sua pasta.

Autoria: Senadora Eliziane Gama e outros.

A autoria é da Senadora Eliziane Gama, mas o estou subscrevendo.

Em votação o requerimento.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta reunião.

Muito obrigado e um excelente Carnaval para todos!

(*Iniciada às 09 horas e 18 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 14 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 4ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE MARÇO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às nove horas e dezenove minutos do dia treze de março de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Romário, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Leila Barros, Humberto Costa, Nelsinho Trad, Jayme Campos, Maria do Carmo Alves, Styvenson Valentim, Irajá, Eduardo Gomes, Rogério Carvalho, Zenaide Maia, Luis Carlos Heinze, Paulo Paim, Carlos Viana, Cid Gomes, Chico Rodrigues, Eduardo Girão, Paulo Rocha, Mailza Gomes, Marcos do Val, Izalci Lucas, Dário Berger e Rodrigo Pacheco. Deixam de comparecer os Senadores Mara Gabrilli, Juíza Selma, Weverton, Flávio Arns, Eliziane Gama, Renan Calheiros, Marcelo Castro, Luiz do Carmo e Otto Alencar. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Antes de dar prosseguimento à apreciação da pauta, a presidência procedeu à leitura de comunicados. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei da Câmara n° 103, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Disciplina o exercício da profissão de mercadólogo (marketing)." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Eduardo Gomes. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CAS. **Observação:** Durante a Reunião, o Senador Eduardo Gomes apresentou Relatório reformulado, com voto favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta. **ITEM 2 - Projeto de Lei do Senado n° 769, de 2015 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, para vedar a propaganda de cigarros ou qualquer outro produto fumígeno e o uso de aditivos que confiram sabor e aroma a estes produtos, bem como estabelecer padrão gráfico único das embalagens de produtos fumígenos; altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para configurar como infração de trânsito o ato de fumar em veículos quando houver passageiros menores de dezoito anos; e dá outras providências." **Autoria:** Senador José Serra. **Relatoria:** Senador Humberto Costa. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com as Emendas nº 1-CTFC e 2-CTFC, e quatro emendas que apresenta. **Resultado:** Concedida vista coletiva, nos termos regimentais. **ITEM 3 - Projeto de Lei da Câmara n° 96, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Anula débitos tributários oriundos de multas que especifica." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido do Relator. **ITEM 4 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 16, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 50, caput, da Constituição Federal e art. 58, § 2º, III; e art. 397 § 1º do Regimento Interno do Senado Federal, a Convocação do Ministro de Estado da Saúde, podendo ser convertida em convite, perante a Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo de expor a proposta de extinção do programa mais médicos, respectiva substituição por outro programa de governo, bem como o modelo de atuação complementar da União para a atenção básica em serviços de saúde: financiamento e formação dos profissionais médicos em atendimento à saúde da família e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

comunitária." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 5 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 17, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir o tema "Câncer Colorretal: ações e políticas para prevenção, diagnóstico e tratamento". Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. Luciana Holtz, Presidente do Instituto Oncoguia. 2. Sergio Simon, Presidente da Sociedade Brasileira de Oncologia Clínica (SBOC). 3. André Sasse, Professor de pós-graduação na Faculdade de Medicina da Unicamp. 4. Fernando Maluf, fundador do Instituto Vencer o Câncer (IVOC). 5. Representante do Ministério da Saúde." **Autoria:** Senadora Maria do Carmo Alves e outros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 6 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 18, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do arts. 50, caput, e 58, § 2º, III, da Constituição Federal e do art. 397, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado o Exmo. Ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, para que compareça à Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal, a fim de prestar informações sobre a política e diretrizes do Ministério da Saúde. O presente convite tem como objetivo esclarecer questões relacionadas à área de competência do Ministério. A audiência para comparecimento será marcada por essa comissão de acordo com a disponibilidade de agenda do referido Ministro." **Autoria:** Senador Romário. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 7 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 19, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PDS 16/1984, que Aprova o texto da Convenção nº 87, relativa à Liberdade Sindical e à Proteção do Direito Sindical, adotada em São Francisco em 1948 por ocasião da 31ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho, da Organização Internacional do Trabalho." **Autoria:** Senador Paulo Paim e outros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 8 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 20, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RQS 5/2019, seja incluído o seguinte convidado: Priscila Ribeiro da Cruz - Coordenadora-Geral de Promoção dos Direitos Sociais - FUNAI." **Autoria:** Senadora Soraya Thronicke. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 21, de 2019** que: "Requeiro, na forma do inciso II, do art. 93, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF) combinado com o §2º do art. 58 da Constituição Federal de 1988, que esta egrégia Comissão se digne a debater, em audiência pública com a presença do Exmo. Ministro de Minas e Energia, Senhor Bento Albuquerque, as recentes declarações feitas pelo chefe da Pasta e amplamente divulgadas pela imprensa acerca da intenção do Governo Federal em abrir as terras indígenas para a atividade de mineração." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato. **Resultado:** Retirado pelo autor. Antes do encerramento da reunião, a presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e doze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Romário

Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/03/13

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 4ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Comunico às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores o recebimento do seguinte expediente:

Aviso nº 54, de 2019, do Tribunal de Contas da União, que trata de representação a respeito das possíveis irregularidades em aportes realizados pelo BNDES;

Memorando nº 10, de 2019, da Presidência do Senado Federal, a qual encaminha cópia de correspondência da Maurício de Sousa Produções, contendo considerações sobre a defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes;

Carta: Campanha Outubro Rosa, encaminhada pelo Programa de Mulheres em foco do Distrito Federal, a qual apresenta sugestões ao Poder Público em temas relacionados à saúde da mulher;

Ofício nº 491, de 2018, da União de Vereadores de Santa Catarina, a qual encaminha moção de repúdio ao Decreto nº 9.546, de 2018, que exclui a previsão de adaptação das provas físicas para candidatos com deficiência e estabelece que os critérios de aprovação dessas provas poderão seguir os mesmos critérios aplicados aos demais candidatos;

Ofício nº 523, de 2018, do Instituto dos Advogados Brasileiros, que manifesta considerações sobre a indecência de Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza na prestação de serviços de transporte individual de passageiros;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ofício nº 212, de 2018, da Câmara Municipal de Guaíba, a qual encaminha moção com considerações sobre a situação das creches no Município.

Os expedientes encontram-se à disposição na Secretaria desta Comissão, e fica consignado o prazo de 15 dias para manifestações dos Senadores, a fim de que sejam analisados pelo Colegiado.

Aproveito a oportunidade para convidar todas as Sras. Senadoras e todos os Srs. Senadores para o evento em comemoração ao Dia Internacional da síndrome de Down, que será realizado no dia 21 de março, quinta-feira, a partir das 9h, no Auditório Petrônio Portela. Teremos a presença de vários profissionais e personalidades com síndrome de Down.

Eu tenho certeza de que será um evento muito importante e relevante para esse segmento do nosso País.

Informo às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores que o Senador Fabiano Contarato, autor do Requerimento nº 21, de 2019, da CAS, item 9 da pauta, solicitou a retirada definitiva do requerimento.

Dessa forma, informo que a presente reunião destina-se à deliberação dos itens nºs 1 a 8.

Não temos quórum ainda para nenhum tipo de deliberação.

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Em princípio, como os autores dos itens 1, 2 e 3 não estão presentes, não debateremos esses temas.

Algum Senador ou alguma Senadora quer usar a palavra neste momento?

Então, esperaremos.

Senador, por favor.

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS) – Sr. Presidente, apenas para informar a V. Exa. e aos demais Pares que, em função da revogação da resolução do Conselho Federal de Medicina sobre a telemedicina, nós tínhamos um requerimento aprovado nesta Casa para discussão desse tema. Na nossa avaliação, esse debate nunca será prescindido. De tal sorte que nós vamos reformular alguns pontos desse requerimento, para poder encaminhar esse debate, essa audiência pública, que, no nosso entendimento, é muito importante não só para a área da saúde como para toda a sociedade.

Era esse o informe que gostaria de passar a V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito obrigado, Senador Nelsinho Trad.

Com a presença do Senador Humberto Costa, podemos começar a discutir o item 2.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 769, DE 2015

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, para vedar a propaganda de cigarros ou qualquer outro produto fumígeno e o uso de aditivos que confiram sabor e aroma a estes produtos, bem como estabelecer padrão gráfico único das embalagens de produtos fumígenos; altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para configurar como infração de trânsito o ato de fumar em veículos quando houver passageiros menores de dezoito anos; e dá outras providências.

Autoria: Senador José Serra

Relatoria: Senador Humberto Costa

Relatório: Favorável ao Projeto, com as Emendas nº 1-CTFC e 2-CTFC, e quatro emendas que apresenta.

Observações: *Matéria a ser apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (em decisão terminativa).*

Concedo a palavra ao Senador Humberto Costa para proferir relatório.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para leitura de relatório.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, é o seguinte o relatório.

Vem ao exame da CAS o Projeto de Lei do Senado, do Senador José Serra, que altera a Lei nº 9.294, de 1996, para vedar a propaganda de cigarros ou qualquer outro produto fumígeno e o uso de aditivos que confiram sabor e aroma a estes produtos, bem como estabelecer padrão gráfico único das embalagens de produtos fumígenos; altera a Lei nº 9.503, de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para configurar como infração de trânsito o ato de fumar em veículos quando houver passageiros menores de 18 anos; e dá outras providências.

O projeto promove alterações na redação de diversos dispositivos da Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, que dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumígeros, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, nos termos do § 4° do art. 220 da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Constituição Federal, e da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro.

As modificações propostas pelo autor, todas voltadas para os produtos fumígenos, podem ser assim sintetizadas:

1) vedação total de qualquer modalidade de promoção ou patrocínio desses produtos, mesmo nos locais de venda, incluindo a exposição das mercadorias;

2) obrigação de que as embalagens dos produtos sejam padronizadas e que contenham advertências quanto aos riscos e prejuízos do fumo, conforme regulamento da Anvisa;

3) proibição da importação e da comercialização no País de produto fumígeno que contenha substâncias sintéticas ou naturais que possam conferir, intensificar, modificar ou realçar sabor ou aroma do produto;

4) punição com multa e cômputo de pontos na Carteira Nacional de Habilitação para o motorista que fumar ou permitir que passageiro fume em veículo que esteja transportando menores de 18 anos de idade.

A proposição promove, ainda, ajustes na redação de alguns dispositivos da Lei nº 9.294, para conformá-los aos novos comandos legais, além de revogar dispositivos que passarão a perder a eficácia.

Na justificação da proposição, o autor afirma que o Brasil atravessa atualmente um período de letargia no que se refere às medidas antitabaco. Recorda a época em que o País assumiu um papel de protagonismo na implementação de iniciativas antitabagistas, com resultados muito expressivos na redução dos índices de consumo de cigarros. No entanto, argumenta o autor, é preciso avançar nessa questão e eliminar de vez a propaganda de produtos fumígenos no País, além de punir aqueles que fumam no interior de veículos que estejam transportando menores de 18 anos de idade. O PLS nº 769, de 2015, foi previamente apreciado pela Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC), onde recebeu parecer pela aprovação com duas emendas de redação. A primeira delas ajusta o comando do *caput* do art. 2º à boa norma de técnica legislativa, enquanto a segunda acresce dispositivos já exauridos à cláusula de revogação.

Após a análise por esta CAS, a proposição seguirá para a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), em virtude da aprovação do Requerimento nº 80, de 2019, de autoria do Senador Luis Carlos Heinze. Em seguida, a matéria será apreciada, em caráter terminativo, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Cabe registrar, por fim, que o PLS nº 769, de 2019, tramitou na Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional, contudo nunca foi por ela apreciado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só para lembrar aqui, Sr. Presidente, que na sessão de ontem essa decisão de encaminhar essa matéria à CRA foi suspensa por processo formal relativo ao requerimento, mas deverá ser objeto de apreciação do Plenário novamente. Por enquanto, é na CAS e na CCJ.

A distribuição do PLS nº 769, de 2015, à análise desta Comissão, está fundamentada no inciso II do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal, que lhe atribui competência para opinar sobre proteção e defesa da saúde. E "proteção e defesa da saúde" descrevem precisamente o escopo da proposição ora analisada por este Colegiado, afinal, ela visa a combater uma das maiores ameaças à saúde pública dos tempos modernos: o tabagismo.

Curiosamente, a primeira evidência cientificamente registrada dos males provocados pelo fumo data ainda do final do século XIX, quando foi defendida a tese de que o cigarro estaria relacionado à gênese do câncer de pulmão. A comprovação definitiva, contudo, somente se deu em meados do século passado, após estudos epidemiológicos e fisiopatológicos demonstrarem, de maneira inequívoca, o papel do tabagismo na etiologia não apenas do câncer de pulmão, mas também de dezenas de outras enfermidades graves e muito prevalentes, a exemplo do enfisema pulmonar, da doença coronariana e do acidente vascular cerebral. Hoje a questão está mais do que sedimentada. De acordo com a OMS, o tabagismo é responsável pela morte de mais de sete milhões de pessoas por ano em todo o mundo. Desse total, quase um milhão são não fumantes, ou seja, pessoas afetadas pela fumaça emitida por outros, os chamados fumantes passivos.

No Brasil, publicação do Instituto Nacional de Câncer aponta que o tabagismo provoca a morte de pouco mais de 400 pessoas por dia. Conforme dados do Instituto, 12,6% de todas as mortes registradas no País são atribuíveis ao consumo de tabaco. Dessa forma, 156.216 mortes poderiam ser evitadas todos os anos caso o uso do tabaco fosse totalmente eliminado. Em verdade, é desnecessário alongar a discussão sobre os malefícios do tabagismo nesta Comissão. Todos os seus membros – bem como o restante da sociedade brasileira – estão plenamente cientes do problema. A questão central que deve ser aqui examinada é se as medidas contidas no PLS nº 769 de fato contribuirão para a redução da prevalência do tabagismo no País. E a resposta é sim.

Com efeito, as disposições do projeto encontram-se em consonância com as iniciativas previstas na Convenção-Quadro da Organização Mundial de Saúde para o Controle do Tabaco, tratado internacional, cuja ratificação foi aprovada pelo Senado Federal em 2005, após longo processo de discussão que contou com a realização de seis audiências públicas para instruir a matéria. A proposição sob análise simplesmente conforma o ordenamento jurídico às diretrizes contidas nesse documento.

A proibição do uso de aditivos em produtos de tabaco confere maior segurança jurídica à Resolução da Diretoria Colegiada nº 14, da Anvisa, que dispôs sobre os limites máximos de alcatrão, nicotina e monóxido de carbono nos cigarros, proibir o uso de palavras como *"light"*, "suave" e "*soft*",

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dentre outras, e restringir o uso de substâncias aditivas nos produtos fumígenos derivados do tabaco, permitindo somente a utilização dos aditivos indispensáveis ao processo produtivo.

Cabe recordar que essa norma foi atacada pela indústria, por meio da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.874, julgada improcedente no início do ano passado pelo Supremo Tribunal Federal. Assim, a norma permanece em vigor, mas sua validade foi mantida com "placar" bastante apertado, com cinco Ministros opinando pela regularidade da RDC, enquanto outros cinco entenderam que a Anvisa não teria competência legal para editar normas nessa natureza. O empate resultou na improcedência da ação, mas sem efeitos *erga omnes* e sem eficácia vinculante. Dessa forma, a questão não pode ser considerada pacificada em nossa Jurisprudência.

Ressalte-se que o mérito da proibição é inquestionável. Trata-se de medida essencial para proteger as crianças e os adolescentes de estratégias que promovem a iniciação do consumo de produtos de tabaco.

Esses aditivos incluem o mentol, que refresca e entorpece a garganta, facilitando a adaptação do iniciante ao fumo. Contêm ainda pequenas quantidades de amônia, que acelera a absorção da nicotina.

Com efeito, a restrição ao uso de aditivos é medida de controle do tabagismo adotada mundialmente. Pelo menos 40 países adotaram restrições a aditivos de sabor e aroma em cigarros, incluindo o Canadá, que baniu o uso de mentol em produtos de tabaco em 2017, e os 28 membros da União Europeia, cuja proibição para sabores característicos em cigarros e outros produtos de tabaco será ampliada para incluir o mentol em 2020.

Em relação à obrigatoriedade da adoção de embalagens padronizadas para os cigarros, a iniciativa está embasada em sólidas evidências científicas. Após a introdução de medida semelhante na Austrália e na França, foram identificados declínio na prevalência do tabagismo e elevação do percentual de fumantes dispostos a largar o vício.

Na América do Sul, coube ao Uruguai o pioneirismo na adoção de embalagens padronizadas, seguindo tendência já bastante estabelecida na Europa.

A vedação da exibição de qualquer forma de propaganda, mesmo nos pontos de venda, inclusive com proibição da exposição dos produtos fumígenos, também é medida adotada em diversos países, com a finalidade de evitar o contato e a familiarização das crianças e dos adolescentes com esses produtos.

Por fim, a vedação ao uso de produtos fumígenos em veículos na presença de crianças ou adolescentes é justificada pela necessidade de proteger os mais vulneráveis do fumo passivo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sabidamente pernicioso e responsável por significativa parcela da carga de doenças provocada pelo tabaco.

No entanto, a despeito do mérito indiscutível, a proposição merece alguns reparos, especialmente no tocante à técnica legislativa empregada pelo autor. Julgamos apropriado incluir as empresas importadoras na vedação ao patrocínio institucional de que trata o inciso II, do § 2º, do art. 3º, acrescido à Lei nº 9.294, de 1996, em vez de limitar a vedação apenas aos fabricantes e exportadores. A nosso ver, o tratamento desigual proposto pelo PLS nº 769, de 2015, que privilegia o importador, é injustificável.

Na alteração efetuada no art. 3º da Lei nº 9.294, de 1996, é conveniente renumerar os §§ 8º e 9º para §§ 3º e 4º, visto que a nova redação nada mais é do que uma adaptação dos dispositivos vigentes à nova regra de vedação total à propaganda.

A supressão do § 10 desse mesmo artigo, que determina a regulamentação de dispositivos pela Anvisa, é necessária, tendo em vista o disposto no art. 61, § 1º, I, "e" e no art. 84, VI, da Constituição, os quais estabelecem a competência privativa do Presidente da República para dispor sobre organização e funcionamento da administração federal.

Ademais, o comando legal é despiciendo, visto já ser a Agência o órgão competente para disciplinar o conteúdo das embalagens de cigarro.

Na redação proposta para o art. 5º da Lei nº 9.294, não há que reproduzir o § 1º, visto que não houve alteração em seu texto.

Por sua vez, no caput do art. 4º – cláusula de revogação – o autor equivoca-se ao apontar o ano de 2015 como o de publicação da referida Lei, falha de redação que deve ser corrigida.

Por fim, o art. 5º do PLS em comento deve ser ajustado ao disposto no caput do art. 8º da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que diz:

> Art. 8º A vigência da lei será indicada de forma expressa e de modo a contemplar prazo razoável para que dela se tenha amplo conhecimento, reservada a cláusula "entra em vigor na data de sua publicação" para as leis de pequena repercussão.
> .....

Considerando que é a expectativa de todos que a lei eventualmente originada pelo PLS nº 769, de 2015, tenha repercussão significativa e que mude o comportamento da sociedade, especialmente no que se refere ao fumo em veículos na presença de crianças, é mandatório estabelecer o prazo de que trata a referida lei complementar, que sugerimos como sendo de noventa dias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os demais equívocos presentes no texto do PLS nº 769, de 2015, já foram apontados pelo Relator da matéria na CTFC, Senador Cristovam Buarque, e devidamente sanados pelas emendas aprovadas naquele Colegiado. Elas que devem ser acatadas pela CAS, portanto. Da mesma forma, é preciso dar o devido crédito ao criterioso trabalho do Senador Otto Alencar, Relator da matéria na extinta Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional, cujo relatório já apontara a maioria das falhas de redação aqui tratadas, bem como sugerira as correções pertinentes. Em vista do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 769, de 2015, e das Emendas nºs 1 e 2 – CTFC, com as seguintes emendas, cuja leitura eu dispenso, por já ter tratado delas.

Portanto, Sr. Presidente, este é o voto, favorável, com as emendas.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, Senador. Coloco em discussão a matéria.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Sim, Senador.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Eu peço vista desse projeto.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Vista coletiva, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Concedida a vista coletiva, nos termos regimentais.

Passo agora ao item 1.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 103, DE 2017

- Não terminativo -

Disciplina o exercício da profissão de mercadólogo (marketing).

Autoria: Deputado Felipe Bornier

Relatoria: Senador Eduardo Gomes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta.

Antes de conceder a palavra ao Senador Eduardo Gomes para proferir o relatório, eu gostaria de agradecer a presença ilustre do Deputado Marcelo Moraes, do PTB do Rio Grande do Sul – muito obrigado pela presença – e a Sra. Viviane Lucas e o Sr. Caio César de Oliveira, por estarem aqui nos ajudando com a Libras, linguagem das pessoas com deficiência auditiva e que com certeza tem uma grande relevância aqui nesta Comissão. Muito obrigado a vocês pela presença.

Concedo a palavra ao Sr. Eduardo Gomes para proferir o relatório.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO. Para leitura de relatório.) – Sr. Presidente, Srs. e Sras. Senadoras, bom dia!

O relatório.

O Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 103, de 2017 (na origem, Projeto de Lei nº 1944/2017), de autoria do Deputado Felipe Bornier, regulamenta o exercício da profissão de mercadólogo (*marketing*), definindo as responsabilidades e atribuições desses profissionais, além de elencar as pessoas habilitadas ao exercício desse trabalho.

Segundo o autor, no texto que justifica a proposta há uma grande confusão no mercado de trabalho quando se fala sobre a atuação dos profissionais do *marketing*, com o uso de conceitos equivocados e incompletos, inclusive nas divulgações midiáticas sobre o assunto. O proponente também destaca que já existem aproximadamente 40 cursos de graduação voltados à essa formação específica, com cerca de três mil profissionais já formados e outros seis mil estudantes em formação. Nessas condições, a regulamentação profissional demandada é necessária e urgente, no sentido de resguardar os direitos e salários desses profissionais. A proposição foi encaminhada à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), onde recebeu parecer favorável, sem emendas, e agora se encontra em exame desta Comissão de Assuntos Sociais.

Item II. Análise.

O inciso I do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal atribui à CAS competência para opinar sobre matérias que tratem de relações de trabalho, organização do sistema nacional de emprego e condição para o exercício de profissões, seguridade social, previdência social, população indígena e assistência social.

No caso, o Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2017, insere no ordenamento jurídico brasileiro normas relativas ao trabalho dos profissionais da mercadologia – *marketing*.

O tema vincula-se às preocupações desta Comissão, tendo em vista o art. 5º, inciso XIII, da Constituição Federal, que diz que "é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ. *Fazendo soar a campainha*.) – Gostaria de pedir silêncio por favor.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO) – ... ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer".

Especificamente em relação à proposta em análise, temos que ela pretende regulamentar uma profissão, dando-lhe condições justas e favoráveis ao trabalho. E ela o faz sem ferir o direito genérico à livre escolha do emprego, eis que não cria espaços privativos de trabalho ou reservas de mercado. Sendo assim, não implica cerceamento de direitos de outros profissionais. Com certeza, será um avanço na construção da dignidade desses profissionais.

Com esse dispositivo pretende-se criar novos postos de trabalho, viabilizando e efetivando o direito ao trabalho de um maior número de pessoas, sem descuidar da ética e da responsabilidade social, o que implica em respeito aos direitos humanos difusos dos cidadãos e consumidores que se utilizam do trabalho mercadológico.

Mais adiante, ainda relacionados aos direitos humanos, temos os deveres dos profissionais de mercadologia elencados no art. 5º da proposta, que incluem, além do respeito às mais "rigorosas regras éticas e de responsabilidade social", a garantia do sigilo das informações e o planejamento e a implementação de ações de mercado, com respeito ao Código de Defesa do Consumidor.

No mérito, então, somos igualmente favoráveis à aprovação da proposta, à regulação dos mercados e à prestação de serviços de forma adequada. E a regulamentação da profissão de mercadólogo pode colaborar para a eficácia e a efetividade dos direitos, inclusive com a responsabilização dos profissionais que atuem contra as garantias mínimas e a dignidade humana dos outros.

No mérito, sugere-se uma emenda para que os mercadólogos sejam registrados no Conselho Regional de Administração – fruto de um acordo, Sr. Presidente, por solicitação de vários Parlamentares da Câmara e do Senado; e destaco aqui o Deputado Zarattini, nosso amigo, nosso colega da Câmara dos Deputados –, por afinidade daquele conselho com as atividades desempenhadas por esse profissional.

Item III - Voto.

Em razão do exposto, concluímos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2017, com a seguinte emenda:

Dê-se ao inciso I do art. 3º do Projeto de Lei da Câmara dos Deputados nº 103, de 2017, a seguinte redação:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

I - os portadores de diploma de nível superior em *marketing* (mercadologia), devidamente registrado nos Conselhos Regionais de Administração, expedido por instituição brasileira de ensino superior oficialmente reconhecida;

Sala da Comissão, na data de hoje.

Este é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, Senador.

Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação o relatório.

Os Srs. Senadores e Sras. Senadoras que aprovam o relatório queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 96, DE 2018

- Não terminativo -

Anula débitos tributários oriundos de multas que especifica.

Autoria: Deputado Laercio Oliveira

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações: *Matéria a ser apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos.*

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, para proferir o relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para leitura de relatório.) – Sr. Presidente, essa matéria vem da Câmara dos Deputados, do Deputado Laercio Oliveira, e ele, no conjunto da proposta, propõe... Vou resumir aqui.

A proposição é estruturada em três artigos. O primeiro dispositivo anuncia o objeto da lei ao estabelecer que trata da extinção de débitos tributários relativos ao descumprimento da obrigação da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

entrega da Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia e também da Previdência. São multas que foram feitas pelo atraso da guia.

Há um clamor enorme dos profissionais que atuam nessa área e eu aceitei relatar, com enorme cuidado, e eu digo aqui que a questão econômica vai ter que ser aprofundada lá, na CAE, porque nós não podemos estar dando anistia, nem que seja de multa, em questões que vão repercutir em fundo de garantia e previdência.

A assessoria do Governo, preocupada com o tema, embora ele fosse aprofundado na CAE, procurou-me e pediu, com muita diplomacia, se eu poderia retirar o projeto de pauta, para ver se eles conseguem construir um entendimento que não venha, em hipótese nenhuma, prejudicar aqueles que esperam que haja de fato essa devolução pelo atraso do recolhimento.

Portanto, Sr. Presidente, eu acato o pedido da Liderança do Governo e peço gentilmente a V. Exa. que retire de pauta para a gente aprofundar o entendimento, se possível, sobre esse tema.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, Senador.

Atendido o seu pedido.

Retirado de pauta o item 3.

Item 4, Requerimento, da Comissão de Assuntos Sociais, nº 16, de 2019.

Autoria Senador Rogério Carvalho.

ITEM 4

REQUERIMENTO Nº 16, DE 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 50, caput, da Constituição Federal e art. 58, § 2º, III; e art. 397 § 1º do Regimento Interno do Senado Federal, a Convocação do Ministro de Estado da Saúde, podendo ser convertida em convite, perante a Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo de expor a proposta de extinção do programa mais médicos, respectiva substituição por outro programa de governo, bem como o modelo de atuação complementar da União para a atenção básica em serviços de saúde: financiamento e formação dos profissionais médicos em atendimento à saúde da família e comunitária.

Autoria: Senador Rogério Carvalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo a palavra para o Senador Rogério Carvalho para a leitura do requerimento.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sr. Presidente, pela ordem, aqui. Só para dizer que eu subscrevi aqui o requerimento, que na verdade é de autoria da Senadora Maria do Carmo Alves, que propõe uma audiência pública para discutir o tema "Câncer colorretal: ações e políticas para prevenção, diagnóstico e tratamento".

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Colocaremos em pauta, Senador. Depois da leitura do...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Sr. Presidente, na verdade, eu estou pedindo aqui uma audiência pública, convidando o Ministro de Estado da Saúde.

É, na verdade, um convite para que a gente possa discutir o Programa Mais Médicos, respectiva substituição por outro programa, bem como o modelo de atuação complementar da União para a atenção básica em serviços de saúde: financiamento e formação dos profissionais médicos em atendimento à saúde da família e comunitária.

A ideia é que a gente possa trazer o Ministro para fazer esse debate. Até hoje, duas mil vagas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Senhoras e senhores, eu gostaria de pedir um pouco mais de silêncio aqui para que o Senador possa concluir o seu pensamento.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Há dificuldade de se raciocinar com tanto barulho. Não é um estádio de futebol, não é, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Bem diferente, Senador.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Como eu estava falando, até hoje, duas mil vagas do Programa Mais Médicos não foram preenchidas, porque os candidatos se inscrevem e acabam não ficando nos lugares mais distantes; e há, pelo menos, mil Municípios sem médicos no momento.

Então, diante do quadro, diante da importância do programa, dos mais de 60 milhões que foram beneficiados por esse programa e diante da normatização que foi estabelecida com o Programa Mais Médicos para a criação de novos cursos, considerando a demanda regional – e um fato a que ninguém

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

se atenta foi a universalização da residência médica, criando o programa de medicina geral e de família em comunidade para atender o SUS –, a gente precisa fazer esse debate com o ministro. E nada melhor do que a presença dele, aqui nesta Comissão, para que a gente possa debater esse tema.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, Senador.

Os Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado como convite.

Só quero lembrar aos senhores que já está marcada a primeira vinda do Ministro da Saúde no dia 27. Ele falará sobre alguns dos temas aqui já colocados, mas, para esse novo convite, vamos tentar marcar outra data. Existem, na verdade, até o momento, quatro pedidos de convite ao atual Ministro da Saúde. Eu acredito que ele encontrará um tempo necessário para estar aqui presente.

ITEM 5

REQUERIMENTO Nº 17, DE 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir o tema "Câncer Colorretal: ações e políticas para prevenção, diagnóstico e tratamento". Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

1. Luciana Holtz, Presidente do Instituto Oncoguia.

2. Sergio Simon, Presidente da Sociedade Brasileira de Oncologia Clínica (SBOC).

3. André Sasse, Professor de pós-graduação na Faculdade de Medicina da Unicamp.

4. Fernando Maluf, fundador do Instituto Vencer o Câncer (IVOC).

5. Representante do Ministério da Saúde.

Autoria: Senadora Maria do Carmo Alves e outros.

Subscrito pelo Senador Humberto Costa.

Passo a palavra ao Senador Humberto Costa para fazer a leitura do requerimento.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Por favor, poderia repetir, Senador.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, o requerimento diz o seguinte:

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir o tema "Câncer Colorretal: ações e políticas para prevenção, diagnóstico e tratamento".

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: Luciana Holtz, Presidente do Instituto Oncoguia; Sergio Simon, Presidente da Sociedade Brasileira de Oncologia Clínica (SBOC); André Sasse, professor de pós-graduação na Faculdade de Medicina da Unicamp; Fernando Maluf, fundador do Instituto Vencer o Câncer (Ivoc); representante do Ministério da Saúde.

Justificativa.

A campanha Março em Cores busca, desde 2017, trazer atenção para o câncer colorretal, também conhecido como câncer de cólon e reto ou câncer do intestino grosso, e levar informação e empatia aos pacientes que estão passando por tratamento.

O objetivo é alertar para que o câncer colorretal não pode passar em branco, pois é o segundo mais incidente em mulheres e terceiro em homens.

Por conta da importância de ampliar o conhecimento sobre a sua alta incidência e o alerta sobre opções de tratamento específicas para cada paciente nos casos metastáticos, o mês inteiro de março é dedicado a ações de conscientização. A proposta é conscientizar os cidadãos sobre os fatores de risco, formas de prevenção, alternativas de diagnóstico e possibilidades de tratamento do câncer colorretal.

De acordo com levantamento do Instituto Nacional de Câncer (Inca), em 2018, o câncer de intestino tem estimativa de 36.360 novos casos, sendo 17.380 homens e 18.980 mulheres. E o número de mortes, de acordo com o Atlas de Mortalidade por Câncer de 2015, é de 16.697, sendo 8.163 homens e 8.533 mulheres.

A intenção é realizar uma audiência pública para discutir o tema "Câncer Colorretal: ações e políticas para prevenção, diagnóstico e tratamento". Isso se justifica, pois, quando o câncer colorretal é diagnosticado em um estágio inicial, aumentam as chances de cura ou de sobrevida dos pacientes. Infelizmente, a maior parte dos casos somente é diagnosticada em estágio avançado. Assim, em razão do exposto, acreditamos que a campanha Março em Cores será de grande importância para estimular o conhecimento e permitir que mais pessoas tenham a possibilidade de se prevenir ou procurar o tratamento adequado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Assim sendo, tendo em vista a importância e relevância do tema, peço o apoio dos nobres pares na aprovação do presente requerimento para que possamos aprofundar o debate.

Senadora Maria do Carmo.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, Senador.

Os Senadores e as Senadoras que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Item 6, Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais nº 18, de 2019, de minha autoria.

Passo à leitura:

ITEM 6

REQUERIMENTO Nº 18, DE 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do arts. 50, caput, e 58, § 2º, III, da Constituição Federal e do art. 397, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado o Exmo. Ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, para que compareça à Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal, a fim de prestar informações sobre a política e diretrizes do Ministério da Saúde. O presente convite tem como objetivo esclarecer questões relacionadas à área de competência do Ministério. A audiência para comparecimento será marcada por essa comissão de acordo com a disponibilidade de agenda do referido Ministro.

Autoria: Senador Romário

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Mais uma vez, faço a comunicação a V. Exas. do agendamento da audiência pública com o Ministro da Saúde para dia 27 de março de 2019, quarta-feira, às 9h da manhã.

ITEM 7

REQUERIMENTO Nº 19, DE 2019

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PDS 16/1984, que aprova o texto da Convenção nº 87 relativa à Liberdade Sindical e à Proteção do Direito Sindical, adotada em São Francisco em 1948 por ocasião da 31ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho, da Organização Internacional do Trabalho.

Autoria: Senador Paulo Paim e outros

Passo a palavra ao Senador Paulo Paim para a leitura do requerimento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidente, primeiro, eu queria fazer uma consideração rápida com a intenção de contribuir com os trabalhos.

Eu noto que tanto o Ministro da Saúde como o da Previdência – que é Secretário Executivo, mas eu prefiro chamar de Ministro, porque eu gostaria que tivessem mantido o Ministério da Previdência – estão sendo chamados diversas vezes nesta Comissão e também na Comissão de Direitos Humanos, com objetivos idênticos.

Então, eu deixaria uma contribuição: poderíamos fazer até audiências conjuntas e tratar de dois ou três temas em cada reunião. Fica como contribuição da Comissão de Direitos Humanos, que eu presido, de fazermos reunião, conjuntamente com V. Exa. – eu não tenho problema nenhum quanto a isso –, dos temas que forem coincidentes.

Fica aqui, então...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Em relação a mim, pode ter certeza de que também acho uma brilhante ideia, Senador.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É bom para os ministros e bom para nós.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Claro.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidente, o tema que me traz agora neste requerimento exige de minha parte...

V.Exa. já pediu silêncio não é dos Senadores e Deputados, é dos assessores que estão em volta aí.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Porque eu faço um apelo enorme também aos assessores.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Mais uma vez, por favor: silêncio.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Outros Senadores já fizeram aí, que é difícil. Lá na Comissão de Direitos Humanos é a mesma coisa.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Está complicado!

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidente, o Governo... Eu tenho usado sempre uma forma de atuar aqui de não citar nomes, porque a questão não é pessoal e, sim, é das causas, é política. O Governo editou uma medida provisória, Sr. Presidente, que acaba com o movimento sindical brasileiro, tanto de empresários como de trabalhadores.

Ontem, tivemos uma reunião – eu fui convidado e estive lá – com o Presidente da Casa, e estavam presentes acho que 10 ou 12 centrais sindicais, confederações, federações, preocupados com essa medida provisória, porque ela proíbe até que o sócio... O cara é sócio por livre e espontânea vontade, ele vai lá à empresa: "Olha, eu me associei aqui", como há hoje até plano de saúde... O meu é descontado em folha, por exemplo, aqui. Não permite nem isso. Não estou dizendo outras questões que estão lá envolvendo.

Nunca vimos isso, nem no tempo da ditadura e muito menos em outras épocas quando surgiu o movimento sindical do empregado e empregador como uma forma de dialogar.

Mediante esse quadro, Presidente, ontem foi pedido ao Presidente da Casa que ele devolvesse essa medida provisória. Ele disse que não conhecia nem o teor dela, como também o Presidente da Câmara foi no mesmo sentido. Todos ficaram preocupados. Vai haver uma reunião hoje, vamos conversar no Colégio de Líderes, para devolver essa medida.

Eu, me adiantando aqui, no aspecto que ela possa ser devolvida, e esta é a Comissão competente, casualmente sou Relator de uma proposta que vai discutir a questão sindical no Brasil. Então, para alguns que até me ligaram: "Paim, mas tu achas que é o momento de discutir isso?" O momento é este, porque a medida provisória está aí e está em plena vigência. Vamos torcer que ela seja desenvolvida, mas não temos problema nenhum de enfrentar o debate da questão sindical, como deveria ser.

Por isso, eu passo a fazer leitura do requerimento e, claro, no período que V.Exa. entender adequado que haja essa audiência pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PDS 16/1984, que aprova o texto da Convenção nº 87 relativa à Liberdade Sindical e à Proteção do Direito Sindical, adotada em São Francisco, em 1948, por ocasião da 31ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho, da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Justificação

O Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 16, de 1984, é de extrema importância para as entidades sindicais brasileiras – eu diria também no mundo, porque isso aqui orienta no mundo todo.

Trata-se o projeto de exame – do qual sou Relator – do tratado internacional, ou seja, a famosa Convenção nº 87 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que foi adotada em 1948 pela Conferência Internacional do Trabalho – que é o órgão plenário da OIT.

Essa Convenção, considerada pela própria OIT como uma das mais importantes, senão a mais importante de suas Convenções, diz respeito à liberdade e à autonomia sindical, que existem praticamente em todos os países democratas do mundo. Em todos os países em que existe a democracia, existe a liberdade sindical. Por isso, nada mais adequado do que a gente realizar a proposta, Sr. Presidente – duas audiências públicas: uma para ouvir as entidades sindicais e outra para ouvir as entidades patronais. Como eu sou o Relator da matéria, eu estaria propondo primeiro a audiência destinada a ouvir as entidades sindicais de empregados e, na sequência, uma audiência para ouvir os empregadores.

E aqui, Sr. Presidente, V. Exa. poderá, claro, arbitrar, se entender que é um número exagerado de convidados nas duas audiências. Eu pensei em duas mesas em cada audiência, pelo número de entidades que se propuseram a vir debater o tema. É para debater o tema sindical, a estrutura sindical na sua amplitude. Não é para vir aqui discutir se há imposto sindical ou não; é para discutir toda a estrutura sindical.

Vagner Freitas de Moraes, Presidente da CUT; Adilson Araújo, Presidente da CTB; do CSP-Conlutas, o secretário, porque lá não há presidente que indicaria – aqui eu não tenho o nome; Ricardo Patah, da UGT; Miguel Eduardo Torres, da Força Sindical; Antonio Fernandes dos Santos Neto, da CSB; José Calixto Ramos, da Nova Central Sindical de Trabalhadores; Ubiraci Dantas de Oliveira, Presidente da CGTB; Edson Índio, Secretário Executivo da Intersindical Central da Classe Trabalhadora; Oswaldo Augusto de Barros, Coordenador do Fórum Sindical dos Trabalhadores, que funciona como uma central.

Em uma segunda audiência, os empresários. Primeiro, o Sr. Robson Braga de Andrade, Presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI); José Roberto Tadros, Presidente da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC); João Martins da Silva Junior,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente da CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil); Clésio Soares de Andrade, Presidente da Confederação Nacional do Transporte (CNT); Breno de Figueiredo Monteiro, Presidente da Confederação Nacional de Saúde; Paulo Skaf, Presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo; Murilo Portugal Filho, Presidente da Federação Brasileira dos Bancos (Febraban) e também Presidente da Confederação Nacional do Sistema Financeiro.

Esse é o pedido, Sr. Presidente, para a gente se debruçar sobre esse tema, que está na Casa há algumas décadas, e nunca nós o enfrentamos.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu queria subscrever o seu requerimento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem!

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Eu também quero subscrever. Eu queria chamar a atenção aqui ao seguinte: de repente, os trabalhadores e servidores públicos são como se tivessem sido... Eu costumo dizer que – para os próprios grandes empresários, Presidente Romário – ninguém enrica sem botar os outros para trabalhar.

Nós temos que parar e olhar para aquele trabalhador que está ali, no campo, com um chapéu na cabeça, homem e mulher, o dia todo colhendo frutas, por exemplo, para um grande agropecuarista. O olhar para ele é dizer: esse cara é quem me dá uma vida muitas vezes nababesca; esses homens e essas mulheres são quem cria um patrimônio até a minha décima geração. Não são eles os meus adversários, e, sim, os bancos, os grandes inimigos das nossas empresas se chamam juros bancários, e não os homens e mulheres que estão trabalhando para construir este País.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, Senadora.

Senadores e Senadoras que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

E juntos marcaremos essa audiência pública, Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Antes de encerrarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa de leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Convoco para o dia 20 de março, quarta-feira, em caráter excepcional, às 9h, reunião extraordinária desta Comissão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 21 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 12 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 5ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE MARÇO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às nove horas e dezessete minutos do dia vinte de março de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob as Presidências dos Senadores Romário e Styvenson Valentim, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Leila Barros, Humberto Costa, Jayme Campos, Maria do Carmo Alves, Irajá, Eduardo Gomes, Rogério Carvalho, Weverton, Flávio Arns, Marcelo Castro, Otto Alencar, Zenaide Maia, Juíza Selma, Luiz do Carmo, Luis Carlos Heinze, Mecias de Jesus, Jorge Kajuru, Soraya Thronicke, Paulo Paim, Carlos Viana, Eduardo Girão, Paulo Rocha, Fabiano Contarato, Mailza Gomes, Marcos do Val, Telmário Mota e Angelo Coronel. Deixam de comparecer os Senadores Mara Gabrilli, Eliziane Gama, Renan Calheiros e Nelsinho Trad. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Antes de dar prosseguimento à apreciação da pauta, a presidência procedeu à leitura de comunicados. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei do Senado n° 769, de 2015 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, para vedar a propaganda de cigarros ou qualquer outro produto fumígeno e o uso de aditivos que confiram sabor e aroma a estes produtos, bem como estabelecer padrão gráfico único das embalagens de produtos fumígenos; altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para configurar como infração de trânsito o ato de fumar em veículos quando houver passageiros menores de dezoito anos; e dá outras providências." **Autoria:** Senador José Serra. **Relatoria:** Senador Humberto Costa. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com as Emendas nº 1-CTFC e 2-CTFC, e quatro emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nº 1-CTFC-CAS, 2-CTFC-CAS e 3-CAS a 6-CAS. **Observação:** 1- Vota contrário o Senador Luis Carlos Heinze. 2- Matéria a ser apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa. **ITEM 2 - Projeto de Lei do Senado n° 374, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social), para elevar o limite da renda familiar que habilita ao recebimento do benefício de prestação continuada." **Autoria:** Senador Dalirio Beber. **Relatoria:** Senador Romário. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Concedida vista coletiva, nos termos regimentais. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 582, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Acrescenta o inciso XXII ao art. 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para isentar do Imposto de Renda das Pessoas Físicas quaisquer rendimentos percebidos por maiores de 75 (setenta e cinco) anos de idade, desde que não percebam rendimentos de aposentadoria, reforma ou pensão superiores ao limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social." **Autoria:** Senador Alvaro Dias. **Relatoria:** Senador Romário. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Concedida vista ao Senador Marcelo Castro, nos termos regimentais. **ITEM 4 - Projeto de Lei da Câmara n° 161, de 2015 - Não Terminativo -** que: "Altera o Decreto-Lei nº 972, de 17 de outubro de 1969, e a Lei nº 6.615, de 16 de dezembro de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1978, para dispor sobre as atividades de repórter cinegrafista e cinegrafista radialista, respectivamente." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Jorge Kajuru. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido do Relator, para reexame. **ITEM 5 - Projeto de Lei da Câmara n° 153, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Acrescenta dispositivos à Lei nº 6.615, de 16 de dezembro de 1978, para dispor sobre a identidade profissional de Radialista." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Jorge Kajuru. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta (de redação). **Resultado:** Aprovado Parecer favorável, com a Emenda nº 1-CAS (de redação). **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 616, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre a vigilância sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, saneantes e outros produtos, e dá outras providências, para dispor sobre a regulação ambiental de cosméticos, e dispõe sobre a proibição de protetores solares considerados tóxicos para os recifes de corais." **Autoria:** Senador Lasier Martins. **Relatoria:** Senadora Zenaide Maia. **Relatório:** Favorável ao Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido do Autor. **ITEM 7 - Projeto de Lei do Senado n° 352, de 2015 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, para determinar a absorção, pelo Sistema Único de Saúde, de profissionais de saúde recém-formados na rede pública de ensino." **Autoria:** Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). **Relatoria:** Senadora Zenaide Maia. **Relatório:** Favorável ao Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Concedida vista coletiva, nos termos regimentais. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 401, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Acrescenta os §§ 1º e 2º ao art. 1º da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), para estabelecer que a pessoa com deficiência seja considerada idosa com idade igual ou superior a 50 (cinquenta anos), limite que poderá ser reduzido mediante avaliação biopsicossocial multidisciplinar da deficiência." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido do Relator, para reexame. **ITEM 9 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 20, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objetodo RQS 5/2019, seja incluído o seguinte convidado: Priscila Ribeiro da Cruz - Coordenadora-Geral de Promoção dos Direitos Sociais - FUNAI." **Autoria:** Senadora Soraya Thronicke e outros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 10 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 22, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do arts. 50, caput, e 58, § 2º, III, da Constituição Federal e do art. 397, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Senhor Ministro de Estado da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, para que compareça à Comissão, a fim de prestar informações sobre a moratória na abertura de novos cursos de Medicina no Brasil." **Autoria:** Senador Styvenson Valentim. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 11 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 23, de 2019** que: "Requeiro, com fundamento nos incisos II do artigo 93 do Regimento Interno do Senado Federal

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e na Lei nº 12.345, de 9 de dezembro de 2010 - que fixa critério para instituição de datas comemorativas -, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, para instruir a relevância da instituição, por projeto de Lei, da Semana Nacional da Pessoa Idosa a ser comemorada na primeira semana de outubro (de 1° a 8 de outubro)." **Autoria:** Senador Marcelo Castro. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 12 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 24, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 19/2019, com o objetivo de instruir o PDS 16/1984, que Aprova o texto da Convenção nº 87 relativa à Liberdade Sindical e à Proteção do Direito Sindical, adotada em São Francisco em 1948 por ocasião da 31ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho, da Organização Internacional do Trabalho, seja incluído o seguinte convidado: Martin Hahn, Diretor da OIT no Brasil." **Autoria:** Senador Paulo Paim e outros. **Resultado:** Aprovado. Antes do encerramento da reunião, a presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e dezenove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Romário

Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/03/20

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 5ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Comunico às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores o recebimento dos seguintes expedientes:

Correspondência eletrônica da Comissão de Aprovados no Concurso para Tecnologistas do Ministério da Saúde e Inca, a qual solicita o apoio das Senadoras e dos Senadores para que ocorra a nomeação dos aprovados no concurso, cujo prazo de validade está próximo de expirar – dia 26 de março deste ano.

Ofício nº 43, de 2019, da Câmara Municipal de Carazinho, Rio Grande do Sul, a qual sugere que sejam realizados estudos e debates com a sociedade sobre as dívidas da Previdência Social. Ofício nº 1, de 2019, da União Brasileira dos Comissários de Menores, Agentes, Inspetores, Voluntários Efetivos de Proteção à Criança e ao Adolescente, a qual sugere a apresentação de projeto de lei que conceda pensão ao viúvo ou viúva dos comissários mortos em serviço.

Os expedientes encontram-se à disposição na Secretaria desta Comissão, e fica consignado o prazo de 15 dias para manifestação dos Senadores a fim de que sejam analisados pelo Colegiado.

Gostaria de aproveitar a oportunidade para convidar todas as Sras. Senadoras e os Srs. Senadores para o evento amanhã, dia 21 de março, em comemoração ao Dia Mundial da Síndrome de Down, que será realizado no Auditório Petrônio Portela, começará a partir das 9h da manhã, com a participação de personalidades, autoridades. Confirmaram presença, inclusive, entre outros, o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), o Ministro Dias Toffoli, o Presidente do Congresso, Senador Davi Alcolumbre, e muitos outros.

Informo que a reunião presente destina-se à deliberação dos seguintes itens: do nº 1 ao 12.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 769, de 2015

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, para vedar a propaganda de cigarros ou qualquer outro produto fumígeno e o uso de aditivos que confiram sabor e aroma a estes produtos, bem como estabelecer padrão gráfico único das embalagens de produtos fumígenos; altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para configurar como infração de trânsito o ato de fumar em veículos quando houver passageiros menores de dezoito anos; e dá outras providências.

Autoria: Senador José Serra

Relatoria: Senador Humberto Costa

Relatório: Favorável ao Projeto, com as Emendas nº 1-CTFC e 2-CTFC, e quatro emendas que apresenta.

Observações:

1) Matéria a ser apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (em decisão terminativa); 2) Em 23/03/2019, foi concedida vista coletiva.

Consulto os Srs. Senadores sobre eventual manifestação decorrente do pedido de vista.

Dou a palavra ao Senador José Serra, autor do projeto. Por favor, Senador.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Se me permite, sugiro dar a palavra inicialmente ao Senador Humberto Costa, que é o Relator; eu gostaria de falar em seguida.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Normalmente, o Relator fala por último, mas, neste caso, Senador Humberto Costa, por favor, com a palavra.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Eu falo em seguida, se V. Exa. concordar.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – O.k., Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sr. Presidente, na verdade, não houve nenhuma manifestação em decorrência do pedido de vista, não foram apresentados votos em separado ou outra proposição de mudança. Nesse sentido, eu mantenho o meu relatório, o meu parecer. Este projeto tem uma relevância muito grande. Já tive uma oportunidade, mais de uma vez, de homenagear o Senador José Serra por essa sua cruzada contra o fumo. Nós sabemos que o consumo de tabaco está associado a doenças extremamente graves, é um tipo de dependência muito significativa, muito forte. É uma das formas de drogadição mais efetivas, no sentido de que produz uma dependência rápida e de forma intensa.

O cigarro está envolvido em vários tipos de câncer, não apenas o câncer de pulmão, mas câncer de faringe, câncer de laringe, câncer até mesmo de rim – a implicação do consumo de cigarros –, além de uma série de outras doenças – diabetes se agrava –, que o tratamento exige um gasto público importante, significativo, com atendimento, inclusive, hospitalar de alta complexidade, pelas consequências que o consumo do tabaco gera. Ao mesmo tempo, também essas doenças terminam onerando a nossa Previdência Social. Muitas delas colocam a pessoa sem absoluta condição permanente de trabalhar, além de, nos períodos de agravamento do quadro, haver afastamento do trabalho, enfim.

Além do mais, o projeto tem um mérito importante. Ele não vai interferir em nada do ponto de vista de produção ou não do fumo. Na verdade, o Brasil deveria ter aproveitado o fato de ter aderido à Convenção-Quadro para promover a substituição, especialmente do ponto de vista da agricultura familiar, do cultivo do tabaco. O nosso Governo, inclusive, criou linhas de crédito, estímulo para que os produtores de tabaco pudessem fazer a substituição da produção de tabaco por outras culturas que fossem igualmente rentáveis. Lamentavelmente, agora o Governo suspendeu esses programas de substituição da cultura do tabaco.

Mas o que está proposto aqui é para evitar que novas pessoas se tornem dependentes do cigarro e, ao mesmo tempo, também criar dificuldades para quem quer fumar. Ele é muito importante quando define que tem que ter um tipo de embalagem padrão para que a marca do cigarro ou os diferenciais não estejam expostos ou propostos para as pessoas, como forma de atração, como atrativo. Ele impede a utilização de aditivos, tipo mentol, que já foi usado, canela, cravo e tal, que terminam sendo fatores que facilitam a criação da dependência. E um terceiro ponto, que é em relação ao fumante passivo, especialmente crianças, que já têm a condição de identificar o fumo como algo que não é tão trivial hoje, não é tão comum, mas ainda o é, e isso, por si só, pode despertar o interesse pelo cigarro. Também quanto ao fato de alguém ser fumante passivo, nós temos comprovação de que isso também acarreta problemas de saúde importantes.

Então, esse projeto do Senador José Serra é extremamente importante para a política de saúde no nosso País. Ele é extremamente meritório e muito condizente com todo o trabalho que o Senador

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fez como Ministro, como Parlamentar, como Governador, nessa cruzada antitabagista à qual eu me integro permanentemente. Então, eu creio que é muito importante que nós possamos aprovar este projeto.

Eu não sei se os senhores já tiveram oportunidade de ver, mas a indústria do tabaco internacionalmente vem numa ofensiva grande, numa ofensiva subliminar. Quem aqui gosta de assistir a filmes, por exemplo: antes a gente só via atores fumando nos filmes quando eram filmes de época. Então, diziam respeito aos anos 50, 60 ou até anteriormente a isso. Agora, é diferente: você começa a ver filmes que estariam mostrando a realidade de hoje, mas o consumo de cigarro é completamente incompatível com a realidade que há. A quantidade de pessoas que deixaram de fumar, que abandonaram o vício hoje é muito grande. Então, isso é uma forma sorrateira de ficar fazendo propaganda do consumo do cigarro, de criar um exemplo, na nossa visão, negativo.

Não quero me delongar mais. Ao final das diversas manifestações, se for necessário, eu posso me manifestar mais uma vez, mas reafirmo aqui não só os meus parabéns ao Ministro Serra, ao Senador José Serra, mas também peço a aprovação deste projeto.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, Senador Humberto Costa.

Passo a palavra agora ao Senador José Serra.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero agradecer aqui o empenho do Senador Humberto Costa na elaboração do seu relatório, do seu voto. Realmente, ele fez um trabalho bastante bom e à altura da sua responsabilidade aqui dentro do Senado.

Nós estamos tratando de um assunto que é crucial para a saúde da população brasileira. No mundo, há 6 milhões de mortes por ano por causa do cigarro. No Brasil, mais de 130 mil pessoas morrem todos os anos devido à mesma causa. Isso é mais do que 10% do total de óbitos que acontecem em nosso País.

É importante entender também qual é o foco principal do ponto de vista social da indústria do cigarro. O foco da sedução é o adolescente. No Brasil, 90% dos fumantes começam a fumar antes dos 19 anos, ou seja, um em cada cinco fumantes começa na adolescência.

O Brasil tem avançado e obteve o primeiro lugar no mundo em matéria de retrocesso do cigarro, e isso graças às políticas que nós levamos adiante no Governo Fernando Henrique quando eu era Ministro da Saúde e depois como Governador de São Paulo quando nós proibimos o fumo em lugares públicos fechados. Essa foi uma medida estadual que, em pouco tempo, todo os demais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Governos estaduais adotaram e acabou se transformando em lei federal. Nos últimos 20 anos houve, assim, uma redução de 46% do número total de fumantes.

Agora, por outro lado, é interessante mencionar que, numa pesquisa, se viu que 76% das pessoas acreditam que a exposição de cigarros estimula o consumo e a compra. Também são favoráveis a vender cigarros embaixo do balcão e concordam em proibir aditivos de sabores nos cigarros, ou seja, há uma posição da opinião pública favorável à restrição. E o mais interessante é que 92% dos não fumantes e 88% dos fumantes, Senador Kajuru, apoiam que o Governo continue atuando ativamente para o controle do tabagismo. Os fumantes são a favor.

Agora, para que se tenha uma ideia da força do esquema de vendas de cigarro, 98,9% dos jovens de 14 a 17 anos frequentam locais onde existe a exposição de maços de cigarros, e 97% percebem ou notam essas propagandas.

Os custos são assombrosos: 21 bilhões anuais é o custo do tratamento de doenças relacionadas ao cigarro, mais de três vezes o que as empresas de tabaco pagam de impostos – isso para aquela argumentação de que geram empregos, que já é uma argumentação torta porque fabricar veneno gera emprego. Em princípio, qualquer processo de fabricação gera emprego; o problema não é o emprego, o problema é o valor de uso do bem.

Pois bem, ainda para insistir na coisa dos adolescentes, é importante entender que 16% da população dos escolares com 15 anos experimentaram cigarro em idade igual ou inferior aos 13 anos. E, dentre estudantes do 9º ano do ensino fundamental, 20% experimentaram cigarro, e a maior frequência é na Região Sul do País.

Um dado, ainda, importante a respeito da produção de cigarros, do tabaco, é que 80% aproximadamente da produção brasileira de tabaco vão para a exportação, o que relativiza o argumento alarmista daqueles que defendem o tabaco em relação ao emprego, ou seja, de cada cinco unidades de tabaco, quatro são exportadas. Então, o efeito eventual sobre produção das medidas que adotemos é bastante restrito. O problema de exportação é problema dos outros países, que devem fazer ou não o combate ao cigarro segundo entendam.

O projeto é composto basicamente de quatro itens. O primeiro, a proibição de qualquer forma de propaganda, inclusive nos locais de venda. O segundo, a adoção de embalagens padronizadas dos cigarros, mantendo advertências quanto aos riscos e prejuízos do fumo, ou seja, vai-se ter o cigarro genérico, a mesma cor, o maço branco, sem fantasia, sem nada que possa aumentar a sua atratividade. O terceiro, a proibição do uso de substâncias que possam realçar o sabor ou o aroma de cigarros ou outros produtos fumígenos, como perfumes ou substâncias que tornem mais agradáveis o cigarro ao paladar. E, por último, a punição ao motorista que fumar ou permitir que passageiro fume em veículo que esteja transportando menores de 18 anos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Todas as medidas estão de acordo com a Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco, que o Brasil ratificou, e o Brasil é considerado uma das maiores, se não a maior, vanguardas dessa matéria. Esta é uma posição que nós temos no contexto mundial: de vanguarda na luta contra o tabaco, e esse projeto avança nessa direção.

Esses são os argumentos, Sr. Presidente.

É importante que entendamos que qualquer tipo de produção pode ser abordado do ponto de vista da oferta ou da demanda. O meu projeto não se refere à oferta, à maneira como produzem, etc., mas à demanda; ele visa aos consumidores, e é com eles o nosso dever número um neste momento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, Senador.

Antes de darmos sequência à palavra do Senador Luis Carlos Heinze, quero parabenizá-lo pelo aniversário no dia de ontem e desejar ao Senador Serra muita paz, felicidade e saúde. Parabéns pelo projeto!

Passo a palavra aqui, agora, ao Senador Luis Carlos Heinze. Por favor.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, vou fazer alguns esclarecimentos aos colegas que estão aqui, com exceção do Senador Flávio Arns, que tem noção do que eu estou falando porque o Estado dele é produtor. Nenhum outro Estado do Nordeste, do Sul, do Sudeste praticamente produz o que Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul produzem; são produtores de tabaco. Nos três Estados do Sul são 556 Municípios cuja atividade econômica mais importante é a lavoura de fumo. Diferentemente do que o Senador Serra fala, de que não vai atrapalhar, mais de 500 mil famílias – mais de 500 mil famílias! – serão diretamente afetadas por esse projeto.

Eu não fumo, não recomendo que fumem. Na minha terra natal, Candelária, 3.232 pequenos agricultores vivem dessa atividade – na minha terra natal, Senador Kajuru. E no Rio Grande do Sul são em torno de 80 mil famílias...

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – E quanto eles exportam?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Eu vou lhe responder, Senador. O senhor escute; eu o escutei, por favor.

Nós temos hoje, nesses Municípios... Essa atividade está no Brasil há mais de cem anos. Eu gostaria de que as senhoras e os senhores procurassem saber, nos Municípios, os tipos de terras em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que produtores plantam: íngremes, nos morros, nas montanhas, mas conseguem plantar essa atividade e viver decentemente com três a quatro hectares. Esta é a área média da lavoura de fumo: dois, três, quatro hectares. O Senador Flávio Arns conhece o que eu estou falando. Não são lavouras extensas.

Alguém fala que nós podemos substituir essa atividade e falam na Convenção-Quadro. A China é o maior produtor mundial; o Brasil é o segundo produtor; a Índia, o terceiro produtor; o Zimbábue é o quarto produtor; os Estados Unidos, quinto produtor. O Brasil é o maior exportador mundial – o Brasil é o maior exportador mundial! Sobre a Convenção-Quadro, de que o Senador Humberto Costa falou, o Senador Serra falou, nenhum país adotou a Convenção-Quadro. E quando dizem que se pode substituir essa atividade, eu digo: os programas do Governo Lula e do Governo Dilma tentaram mudar, não conseguiram fazer isso. Essa atividade é rentável.

Quem conhece a agricultura como eu conheço – há mais de 40 anos que eu trabalho nessa área, como técnico agrícola, como engenheiro agrônomo; estudei quase 20 anos, quer dizer, estou há 60 anos praticamente nessa atividade – sabe que no Brasil, Senadora Zenaide, 3,775 milhões de famílias vivem como miseráveis. São 360 mil no Norte do País, 2,149 milhões no Nordeste do País, 216 mil no Centro-Oeste, 572 mil no Sudeste e 477 mil no Sul do País. Sabe qual é a renda média dessas famílias? No Brasil é R$5.149,00/ano – R$5 mil/ano! Isso dá meio salário por mês. Por que esse pessoal não migrou com os programas que o Lula, que a Dilma fizeram quando o País fez a Convenção-Quadro? Por que, Senador Serra? Por que não fizeram isto, largaram a atividade fumígera? Sabe quanto é ganha um produtor de fumo? Em média R$50 mil reais/ano. Porque eu tenho um negócio rentável, eu não largo o negócio rentável. Para fazer o quê? Plantar chuchu, melancia, abóbora, abacaxi, arroz, qualquer coisa? Com três, quatro hectares, não se mantém uma família.

Se as senhoras e os senhores conhecessem a região de que eu venho, no Rio Grande do Sul – ou vá a Santa Catarina, ao Paraná... Essas pessoas vivem decentemente. Têm uma casa de material, têm antena parabólica, têm internet, têm filho na faculdade. Três, quatro, cinco mil por mês é a renda dessas famílias. Vivem decentemente! Tirem essa atividade, não há problema: vão ser os mais miseráveis que nós vamos ter no Brasil, com a força da expressão. Eu sou do ramo, eu conheço o que eu estou falando. Vão plantar arroz. O pessoal meu está quebrado, 30 mil famílias plantam arroz no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina e no Paraná. Ontem a notícia era de que o Presidente Bolsonaro abre mais a importação de trigo dos Estados Unidos, mata mais produtor de trigo.

Então, para essas atividades é que eu peço a atenção das senhoras e dos senhores. Nós estamos matando uma atividade econômica. Nós já acabamos... Nós temos hoje 150 mil famílias que plantam fumo nos três Estados do Sul, fora Arapiraca e Cruz das Almas, na Bahia. Há 40 mil famílias que trabalham nas indústrias de tabaco. Entre os pontos de venda, o caminhãozinho que busca o fumo na lavoura, enfim, a assistência técnica, há mais de 2 milhões de pessoas envolvidas nesse processo –

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mais de 2 milhões! O Senador Serra disse que não há problema, são só 25%. Sim, 25% são 500 mil famílias.

Quando foram feitos projetos aqui nesta Casa, no Senado e na Câmara, proibindo a propaganda do cigarro na televisão, no jornal, no rádio – "não se faz mais propaganda" –, sabe o que aconteceu, Senador Kajuru, V. Exa. que é da imprensa? Hoje, 46 bilhões de cigarros são consumidos no Brasil legais, dessas empresas; 54 bilhões são do consumo clandestino, contrabando, que era de 25 bilhões. Quando essas leis foram aprovadas... A carga tributária é mais de 80% em cima do tabaco brasileiro, do cigarro brasileiro. Agora, aumentou a carga tributária e diminuiu a propaganda; entrou cigarro clandestino.

O Paraguai é o maior exportador de cigarro para o Brasil – maior exportador! Esteve aqui outro dia o Presidente paraguaio, eu disse a ele e ao ministro lá, que era tipo o chefe da Polícia Federal deles: por favor, nos ajudem nesse processo aqui. Eu sei que de lá vem esse cigarro contrabandeado.

Pasmem as senhoras e os senhores que estão nos ouvindo aqui: quem financia o PCC é o tráfico do cigarro, é o tráfico de drogas e é o tráfico de armas. Está tudo interligado. Quantos bilhões isso aqui fatura?

Está bem, então nós vamos agora proibir mais ainda, tirar mais gente da atividade. Não há problema; agora, nenhum país produtor, nem os Estados Unidos, nem a Índia, nem o Zimbábue, ninguém fez a lei que nós temos aqui. Não há problema, vocês acham que agora nós vamos proibir? Que uma lei aqui vai proibir? A droga é proibida, e não estão usando droga? Há qualquer tipo de droga aqui no Brasil. Portanto, ela existe. Vocês acham que vão terminar com o cigarro só por lei, Senador Serra?

Quando V. Exa. foi candidato a Presidente, eu fiz campanha para V. Exa. V. Exa. perdeu para a Dilma em 2010. Eu fiz campanha. E V. Exa. fez este documento para mim, porque na minha região, onde eu trabalho, fiz campanha para V. Exa. e eu dizia: o Serra não vai trabalhar contra o cigarro, contra o fumo. Eu me enganei, Senador. Eu me enganei. V. Exa. mentiu para mim e mentiu para aqueles eleitores que votaram no senhor. Eu não faço isso.

Portanto, eu só apelo para as senhoras e para os senhores que estão presentes neste momento...

Eu vou lhe dar direito de resposta depois, o senhor pode falar.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – É que nós passamos para o terreno dos insultos, quanto à questão de mentira. Eu não ganhei a eleição. Como V. Exa. pode afirmar que eu fiz isso ou fiz aquilo? V. Exa. poderia ficar no nível do argumento. Não imaginava que a sua paixão pelo fumo, que a sua defesa dos interesses da indústria do cigarro...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Não, não. Não é da indústria do cigarro.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – ... o levassem ao ponto de agredir seus colegas que sempre o trataram com cortesia.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Não, senhor. Não, senhor.

O senhor fez um documento que eu espalhei para Prefeito e Vereador de cada Município em que eu fiz campanha, de que o senhor não prejudicaria a lavoura de fumo. Foi isso que eu fiz.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – É a absoluta verdade.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Não é verdade.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – As medidas que eu adoto estão relacionadas com a demanda, não com a oferta.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Marcelo Moraes, Marcelo Moraes! Está aqui um Deputado Federal, filho do Sérgio Moraes. V. Exa. era Deputado Estadual, seu pai era Deputado Federal e a Kelly Moraes era Prefeita da cidade de Santa Cruz. Lembra-se disso, Marcelo? Vocês faziam campanha para Dilma, eu fazia campanha para o Serra. Lembra-se disso, Marcelo?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Esse moço é Deputado Federal de Santa Cruz do Sul, da região fumageira. Isso aconteceu lá na região. Foi assim ou não foi, Marcelo?

Então, por isso, senhoras e senhores, o que eu peço às senhoras e aos senhores... Entendo esse processo.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente, quem são os inscritos?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Eu não sou a favor de fumar; eu não recomendo que fumem. Agora, no momento em que o Brasil tem 13 milhões de desempregados, eu jogar 500 mil pessoas na vala da rua é um problema.

Se alguém acha que nós vamos proibir isso aqui e, de uma certa forma, nós vamos inverter o FAT, vamos parar de fumar, não há problema. Vai vir cigarro dos Estados Unidos, vai vir cigarro da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

China, vai vir cigarro de qualquer país, e até do Paraguai, como já entra hoje. Repito: eram 25 bilhões de cigarros que nós recebíamos aqui no País contrabandeados; hoje são mais de 50 bilhões. Só cresceu o contrabando.

O Brasil arrecadou R$13,7 bilhões de impostos nesse ano passado. Esse foi o imposto que essa cadeia gerou para o Brasil. Bom, esses Municípios dependem dessa atividade. Se tirarmos essa atividade, não há problema, quer dizer, será mais gente na miséria, em cima dos Prefeitos, em cima dos produtores rurais, em cima dos trabalhadores que estão nas indústrias, que estão no comércio, que estão no transporte, enfim, é uma cadeia organizada.

Isso é um negócio que foi montado no Brasil, um negócio legal, repito, sobre a Convenção-Quadro: nenhum país – China, maior produtor do mundo; Brasil, segundo maior produtor; Índia, terceiro maior produtor; Zimbábue; e Estados Unidos –, ninguém tem uma campanha como tem o Brasil. Ninguém! Só o Brasil tem essa campanha.

Não há problema nenhum... Eu estou fazendo isso não em favor das indústrias do cigarro. Se alguém quiser imaginar e pensar que me financiaram, eu recebi R$10 mil de um engenheiro agrônomo – R$10 mil! –, isso está na minha prestação de conta. Recebi R$10 mil de uma empresa. O que eu faço é para 150 mil famílias no Paraná, em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, que plantam fumo; 40 mil famílias que trabalham nas indústrias de fumo. E eu sei o que representa para essas regiões, para os 556 Municípios, essa atividade.

Há um Prefeito aqui, Antao Perufo, do Município de Nova Esperança do Sul – o Município dele planta fumo; é um dos 556 Municípios –, e ele sabe o que representa para o Município dele essa atividade. Essas pessoas, se não tiverem essa atividade, estão fadadas a serem mais um que vai buscar Bolsa Família, pegar toda assistência do Governo Federal. Chega! Há 13 milhões de desempregados; nós não temos que arrumar mais 500, 600 mil que vão estar procurando emprego não sei onde.

Portanto, se todos os países do mundo, Senador Serra – a Europa, que compra o nosso cigarro, a Ásia, que compra o nosso fumo, os próprios Estados Unidos, que importam o nosso fumo –, se todo mundo fizesse isso, não haveria problema. Mas só o Brasil que tem essa campanha.

Portanto, não fumo, não recomendo que fumem. Nunca fumei na minha vida. Agora, infelizmente eu vejo essas pessoas que vivem dessa atividade. Se os colegas Parlamentares e colegas Senadoras e colegas Senadores puderem me acompanhar, o.k. Pensem nessas famílias que vivem decentemente plantando essa lavoura, que é uma atividade rentável.

E se fosse como alguém diz: "Não. Mudem de atividade"... Mostrei para vocês esse dado dos 3,775 milhões. É de quem? É um dado da Embrapa. O Prof. Eliseu Alves, ex-Presidente da Embrapa, junto com a Fundação Getúlio Vargas fizeram esse trabalho chamado Pobreza Rural. Se fosse tão simples, pega dinheiro e bota para lucrar em qualquer coisa, já teriam resolvido o problema dessas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

famílias, que não estão só no Nordeste ou no Norte do País; estão no Sul, no Sudeste e no Centro-Oeste também.

Aqui está a relação para quem quiser ver como vivem essas famílias. Então, eu estou defendendo uma atividade econômica legal de gente que precisa continuar tendo essa atividade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, Senador Heinze.

Volto a palavra aqui ao Senador José Serra; em seguida, Senador Rogério Carvalho. Depois, Senadora Zenaide Maia e Senador Eduardo Girão.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Sr. Presidente, o raciocínio do nobre Deputado deixa de lado, insistentemente, o número que aqui apresentei, que é aproximado: cerca de 80% da produção de tabaco é destinada à exportação.

Segundo, ele tem uma enorme dificuldade em entender – não há outra explicação – que, no processo econômico, existe o lado da oferta e o da demanda. E o meu projeto está localizado do lado da demanda, não da oferta.

Não se está adotando nenhuma restrição em relação à produção. Estão sendo adotadas medidas para condicionar a demanda, não a oferta. A liberdade de produção se mantém no que se refere às questões legais, de autorizações de créditos etc.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. *Fora do microfone*.) – Tem a ver, sim!

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Mais ainda: fala-se do contrabando como se tivesse algo a ver com esse assunto. Não tem. O contrabando é combatido da mesma maneira. Se o contrabando no Brasil viceja, não é porque nós somos contra o cigarro ou adotemos medidas legais contra o cigarro. Eu diria que é porque não se enfrenta o problema adequadamente. E, na base dessa questão do contrabando, nós podemos legalizar a maconha, podemos legalizar outras drogas: "Ah, não; tem contrabando, logo, vamos legalizar". São argumentos furados da indústria que o nobre Deputado representa.

Eu me lembro de que, quando era Ministro, veio falar comigo o Presidente da Souza Cruz. Eu me lembro sempre da Souza Cruz porque, quando eu era estudante, Presidente da UNE, nós tínhamos uma apresentação de teatro que era Um Dia na Vida de Brasilino. E havia um trecho em que se dizia que ele fumava um cigarro da Souza Cruz, que não era do Sr. Souza, muito menos do Sr. Cruz, mas da British American Tobacco. Não estou querendo aqui criar preconceito com relação a ser capital

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estrangeiro, mas dá-se também esse acaso. Eu perguntei ao Presidente da Souza Cruz se ele tinha filhos. Ele disse que sim, tinha um de 15, 16 anos. Eu perguntei o que ele diria ou disse para o filho dele quando o filho lhe perguntou se deveria fumar. Ele disse que disse ao filho que não fumasse. Eu falei: pois bem, o senhor não quer que o seu filho fume, mas quer que os filhos dos outros fumem. Essa é que é a realidade.

Os dados são aqui cruéis: 130 mil pessoas morrem no Brasil por ano por causa do cigarro. Não vamos ficar aqui com fru-fru de que o produtor de não sei onde vai passar por necessidades etc. Eu insisto: 80% é exportação, e 20% podem ir para reconversão, se avançasse de tal maneira que reduzisse o consumo a zero, o que não vai acontecer. Na verdade, o que vai acontecer é apenas ajudar a frear o consumo, porque o Brasil já é campeão mundial nessa matéria, graças a medidas que nós adotamos, com muito orgulho, no Governo de Fernando Henrique, quando eu era Ministro e quando eu era Governador, que funcionaram. O Brasil ganhou prêmios internacionais, e as condições de saúde eu diria que pioraram menos no Brasil nesse período, em virtude do sucesso da luta contra o cigarro.

Por isso é que nós apresentamos o projeto e confiamos que o Senado brasileiro estará sintonizado com essa causa da saúde no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem! Passo a palavra ao Senador Rogério Carvalho, por favor.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente, eu sou de uma cidade que já foi grande produtora de fumo, de um Estado vizinho de outro que ainda tem uma cidade que produz bastante fumo. E o fato de haver regras na produção do tabaco que vão para o consumo não impede nem diminuiu a produção de fumo nessas regiões. O que diminuiu a produção de fumo na minha cidade foi o fato de uma empresa comprar a marca da cooperativa e explorar os produtores de fumo de forma agressiva. Então, não foi porque se estabeleceram regras no beneficiamento do fumo em rolo para empacotar e vender. Isso não foi nenhum motivo para se reduzir a produção de fumo, como não se reduziu em Arapiraca, porque em Arapiraca os produtores não tiveram uma empresa grande, beneficiadora de fumo, que comprasse a marca que comercializava o fumo.

Então, nós estamos falando aqui de algo que é muito maior do que simplesmente a defesa da produção dos produtores rurais. Nós estamos falando de algo que é da indústria. Ninguém aqui está propondo restringir a produção do fumo em nenhuma região do País. Essas medidas já vêm tardiamente. Fora do Brasil, essa regulamentação, em vários países, já existe. Inclusive, o maço do cigarro é praticamente o mesmo para todas as marcas de cigarro no mundo. Já não existe a inclusão de aditivos no tabaco beneficiado que compõe o cigarro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós estamos falando de algo que não impede que a indústria continue produzindo, não impede que o Brasil continue sendo exportador de fumo para outros países; aqui nós estamos falando só da inclusão de aditivos na produção de cigarro, que são estímulos ao consumo e que despertam a vontade de fumar, mudam o jeito de as pessoas consumirem o cigarro. Então, eu queria dizer que a luta do Senador José Serra é uma luta correta, justa, tem a ver, sim, com a saúde pública. O Brasil foi um dos países que mais avançaram no combate ao tabagismo no mundo por conta dessas medidas. Não proibiu nem a produção, nem a comercialização, mas, através de campanhas e através de medidas como essa, foram reduzindo o número de fumantes no País, o que é uma vitória para nós. Em todos os países do mundo há uma preocupação da saúde pública em reduzir o consumo de tabaco.

Eu fui Deputado entre 2011 e 2015, esse debate veio e foi interrompida a aprovação. Ou seja, não foi aprovado o projeto de lei na Comissão pelos mesmos argumentos. Espero que hoje, aqui no Senado, a gente não sucumba a esses argumentos, que são argumentos que se colocam frontalmente contra a vida.

Então, acho que a gente tem, aqui, a oportunidade de ganhar ou, pelo menos, evitar mais dez anos de espera para resolver um problema que pode diminuir a vontade de as pessoas iniciarem o vício ou o ato de fumar.

Então, eu queria parabenizar o Senador José Serra, o Senador Humberto Costa pela relatoria e dizer que está na hora de a gente superar esse debate, porque é um debate que não produz nenhum resultado prático para a saúde pública e para a defesa da vida e que também não atrapalha os produtores agrícolas que produzem fumo, porque há demanda no mundo inteiro.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para questão de ordem.) – Presidente, só uma questão é ordem. É porque eu vou precisar, daqui a pouco, me retirar. Eu queria ver se tem muita gente inscrita ainda.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Temos apenas a Senadora Zenaide Maia, o Senador Eduardo Girão e o Senador Carlos Heinze, que quer a palavra de novo.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Por favor, Senador, com a palavra.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Só para fazer um esclarecimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Senadora, depois a senhora.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O colega que me antecedeu falou que em todo o mundo quatro países adotaram esse procedimento: Austrália, Inglaterra, França e Irlanda. O que eu disse aqui – se os colegas puderem prestar atenção –, que o contrabando aumentou no Brasil de 25% para 54%, já foi constatado na Austrália, que aumentou em 30% o contrabando, quando a Austrália usou esse mesmo procedimento que está sendo proposto pelo Senador José Serra. A Ministra da Saúde da Irlanda disse que a embalagem branca não iria diminuir o consumo de cigarro. Então, quatro países: Austrália, Inglaterra, França... Só peço para refletirem: o mundo adotou; está tudo resolvido? Não, senhor. Não é essa a verdade. Podemos pegar mais dados sobre essa questão.

Portanto, chamo a atenção e peço aos colegas e às colegas, Senadores e Senadoras, que reflitam. Nós estamos falando aqui de 500 mil famílias – e não é qualquer coisa – que serão jogadas no lixo se nós acabarmos com a indústria do cigarro no Brasil, o.k.? E o contrabando vai continuar aqui ajudando a financiar o PCC e outras organizações criminosas.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, Senador.

Passo a palavra agora à Senadora Zenaide Maia, por favor.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Bom dia, Sr. Presidente, colegas Senadores aqui. Eu quero parabenizar pelo projeto o Senador José Serra e, pela relatoria, o Humberto e seguir a linha, mais ou menos, do Senador Rogério.

Queria dizer o seguinte ao colega Luis Carlos: os argumentos de um senhor civil para provar que, se a gente agregar valores, sabor ao cigarro, reduzir e proibir... Ou seja, se não agregarmos valores, proibirmos a agregação e evitarmos propaganda, cai o consumo. A gente sabe que pode ter aumentado o contrabando, mas nós reduzimos, o Brasil reduziu em 30%.

E digo o seguinte: falou-se de gasto aqui com a previdência, com o sistema SUS, mas o gasto maior, gente, são as vidas humanas, e isso é o que a gente tem que ver.

Eu estou aqui com o Senador Kajuru, que fala sobre diabetes. O fumo é um dos fatores que desencadeiam diabetes para aqueles que já têm o fator hereditário. Então, esta Casa tem obrigação. Nós sabemos dos danos; nunca uma droga foi tão estudada como o cigarro. Sabe-se que a maioria... Converse com os oncologistas deste País. Então, nada justifica.

E outra coisa: não estamos proibindo a produção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ninguém mexeu com a produção de cigarro, diferentemente de outras drogas cuja produção nem pode existir. Cigarro é uma droga. E o que é que eles defendem ao agregar sabor? A gente sabe que os jovens têm um paladar muito dirigido só para o doce. O cigarro, como outras bebidas, tem um sabor amargo. Então, essa é a importância que a indústria dá em agregar valor. E só está provado que, se a gente fizer propaganda e der visibilidade, como se dá... A gente já teve um ganho proibindo a propaganda. Vocês têm ideia do que é uma celebridade mostrando o cigarro, um cara jovem e saudável? A maioria nem fuma. Então, quero dizer que hoje nós temos essa responsabilidade com as vidas da nossa população.

Sobre o contrabando, mesmo tendo aumentado, nós reduzimos o consumo pela falta de propaganda, pela redução das propagandas nos grandes meios de comunicação. Vamos tirar a propaganda. Produzam o tabaco que quiserem; a gente não vai atrás disso. Agora, nós não vamos pactuar com isso, nós não podemos ser omissos e deixar fazer propaganda para o jovem, que é o mais influenciável.

E é um dos vícios que causa mais dependência. Tirar alguém do fumo não é fácil, e ele acaba morrendo. Então, há custos na Previdência e custos no SUS (Sistema Único de Saúde), mas nada chega perto da quantidade de vidas do povo brasileiro que são ceifadas, e sabemos que esta Casa pode reduzir isso.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, Senadora Zenaide!

Passo a palavra agora ao Senador Eduardo Girão e depois ao Capitão Styvenson. E vamos à votação!

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE. Para discutir.) – Muito bom dia, Presidente, Senador Romário, e demais colegas Senadores!

Esse assunto é tão emblemático, que, quando a gente começou aqui a debater, o nosso Relator, Senador Humberto Costa, começou a espirrar aqui e quase não parava. (*Risos.*)

Realmente, a atmosfera já fica um pouco densa.

Em primeiro lugar, dou os parabéns para o nosso Senador José Serra, autor do projeto que tornou o Brasil...

Desculpe-me, mas eu quero fazer uma colocação aqui direta, Senador José Serra. Eu considero V. Exa. como um ícone nessa luta contra a indústria do cigarro, por uma conscientização da população brasileira dos malefícios, que são imensos, do consumo do fumo. São cinco mil substâncias que fazem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mal à saúde. Então, não adianta você ter R$12 bilhões de arrecadação de tributos e gastar R$60 bilhões com a saúde dos brasileiros.

V. Exa. foi Ministro da Saúde. E nós temos aqui outra coincidência: o Senador Humberto Costa, que é o Relator deste projeto, também foi Ministro da Saúde. Então, são duas pessoas que têm realmente conhecimento de causa, que desenvolveram um trabalho dentro dessa linha.

Eu fui Presidente de um clube de futebol também, o Fortaleza Esporte Clube, e, no estádio, incomodava-me muito, Senadora Zenaide, ver os pais e tudo ali, porque isso ainda é permitido – ainda é permitido.

Eu acho que a gente tem que começar a trabalhar também num projeto de lei, Senador Kajuru, que é um desportista, já que o foco da indústria é o jovem, para que a gente possa também proibir que os pais, que as pessoas adultas fumem cigarro em estádio de futebol, porque ali há crianças, há adolescentes, e esse é um péssimo exemplo.

Então, eu queria fechar dizendo que estou muito consciente deste momento, da importância desse projeto. Quero também reiterar os meus parabéns por esse debate tão importante.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sr. Presidente, é só uma questão de ordem. Realmente, vou precisar me retirar. Eu poderia deixar consignado o meu voto?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Na verdade, Senador, segundo me informaram aqui na Comissão, a presença de V. Exa. é importante, é fundamental nesta votação, é obrigatória, no caso.

Passo a palavra ao Capitão Styvenson.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN. Para discutir.) – Serei bem rápido. Quero só lembrar, já que a discussão está sendo feita sobre o cigarro, sobre a combustão, que há um perigo que está vindo aí, bem silencioso, e que é visto como alternativa ao cigarro, que é o cigarro eletrônico. Até agora, não há nenhum estudo sobre o efeito dele na saúde. Mas, provavelmente, as pessoas estão migrando para esse tipo de cigarro como uma tentativa para parar de fumar. Então, não se sabe ainda do risco que há nesse cigarro eletrônico, principalmente para os jovens. Ele parece um brinquedo. Eu só queria alertar para isso. Desde 2009, se não me engano, existe uma legislação que proíbe isso, mas ele é vendido abertamente pela internet.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem!

Senador Flávio Arns, seja o mais breve possível, para a gente iniciar, por favor, a votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR. Para discutir.) – Eu quero, rapidamente, em primeiro lugar, cumprimentar o José Serra pelo aniversário de ontem, desejando-lhe saúde, força, alegria, realização. Que bom! Não tivemos um bolo, mas deveríamos ter alguma coisa para festejarmos aqui. Ao mesmo tempo, eu quero cumprimentar o José Serra por toda a sua trajetória de vida, como Senador, como Deputado, como Ministro, como ser humano que tanto contribuiu para o Brasil. Então, nesse sentido, quero enaltecer o seu trabalho.

Eu quero dizer que também concordo com tudo que possa ser feito em relação à diminuição do consumo do cigarro. Não fumo também; como o Luis Carlos falou, nunca fumei. Mas a gente sabe também dos prejuízos que isso pode causar e está causando para tanta gente no Brasil.

Quero cumprimentar o Luis Carlos Heinze pela posição a favor da geração de emprego, da geração de renda. Isso é fundamental.

Não é possível pedir vista, porque já foi pedido, senão eu a pediria. Por que eu a pediria? Porque, na época da aprovação da Convenção-Quadro, nós fizemos audiências públicas no Brasil. Eu fui para o Paraná, junto com o Senador Heráclito Fortes, na época, para discutirmos os termos da Convenção-Quadro. O salão lá estava superlotado de famílias de produtores. A gente sabe que essa é uma dificuldade. O que não me agrada no processo legislativo, eventualmente – por isso é que eu evito fazer essas coisas –, é a gente aprovar uma coisa sem explicar direito para a população. Como é que a população que produz fumo lá vai saber, vai entender que não é sobre a produção, que é sobre o consumo, que é isso ou aquilo? Então, a gente tem que apresentar isso e discutir mais para ver o que fazer.

Não sei se isso foi feito, mas, se não o foi, deveria ter sido feito, porque, na Convenção-Quadro, essa iniciativa valorizou bastante o trabalho do Senador Heráclito e a aprovação posterior da Convenção-Quadro. Mas é um assunto bem polêmico. Eu não gostaria de causar essa polêmica sem explicação no Estado do Paraná, porque no Sul há muitos produtores de fumo, particularmente no sul do Paraná.

Como não é terminativo nesta Comissão – esse projeto vai para a Comissão de Constituição e Justiça –, eu vou me articular com as pessoas lá para que esse debate seja feito e para que as pessoas entendam e, inclusive, sugiram, porque o processo legislativo tem que estar articulado com quem é beneficiado ou prejudicado, porque, senão, as pessoas vão dizer: "Poxa, você votou contra a gente, nem discutiu com a gente. A gente nem sabe o que está acontecendo. Isso vai afetar a nossa produção." Então, fazer esse debate em uma audiência pública na região é uma coisa interessante, porque até podem surgir, eventualmente, ideias.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Senador Arns, o projeto tramita desde 2015, e já tivemos duas audiências públicas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Não. Eu penso em audiência pública não aqui, mas lá com o povo, lá na base mesmo, porque, quando fizemos audiência pública na Convenção-Quadro, havia mil pessoas presentes. No começo, foi algo extremamente tumultuado. Ficamos algumas horas lá. Eu presidi, inclusive, a audiência. Havia argumentos pró e argumentos contra. E isso até levanta a ideia de uma legislação participativa.

Então, eu quero só qualificar o voto nesse sentido, mas dizer que isso é fundamental, senão o povo fica por fora. E surgem as mais variadas notícias do que pode acontecer e do que pode não acontecer. Então, tem que discutir, tem que ver, tem que explicar e chegar a uma conclusão. Agora, Senador José Serra, quero compartilhar isso. Acho que tudo que a gente puder fazer para melhorar a saúde também tem que ser feito.

Agradeço, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, Senador! Isto foi muito bem colocado por V. Exa. Essa discussão ainda será apreciada na Comissão de Constituição e Justiça.

Agora, não havendo mais quem queira discutir o relatório, vamos à votação.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam o relatório queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sr. Presidente, registro o meu voto contrário.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Está registrado o seu voto, Sr. Senador.

Foi aprovado o relatório, com as Emendas nº 1-CTFC-CAS; nº 2-CTFC-CAS; nº 3-CAS; e nº 6-CAS.

A matéria será encaminhada ao Plenário para a deliberação do Requerimento nº 80.

Passo a Presidência ao Senador Styvenson, para que eu possa relatar o item a seguir. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Vamos ao item 2 da pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 374, de 2018

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social), para elevar o limite da renda familiar que habilita ao recebimento do benefício de prestação continuada.

Autoria: Senador Dalirio Beber

Relatoria: Senador Romário

Relatório: favorável ao Projeto.

Observações: *matéria a ser apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.*

Concedo a palavra ao Senador Romário para proferir o relatório.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ. Para leitura de relatório.) – Muito bem, Sr. Presidente!

Vem à Comissão de Assuntos Sociais o Projeto de Lei do Senado nº 374, de 2018, do Senador Dalirio Beber, que altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, Lei Orgânica da Assistência Social (Loas).

Seu objetivo é elevar dos atuais 1/4 (um quarto) para 3/5 (três quintos) de salário mínimo *per capita* mensal o limite da renda familiar que habilita a pessoa ao recebimento do Benefício de Prestação Continuada (BPC).

Para tanto, a proposição, em seu art. 1º, muda a redação do §3º do art. 20 da Loas. Em seguida, remete à elaboração do projeto de lei orçamentária o cálculo do montante necessário para pagamento do benefício, uma vez que reajusta os critérios para sua concessão. Por fim, determina que a matéria entre em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do primeiro dia do exercício financeiro seguinte a essa data.

Na justificação, o autor do texto afirma que a extensão da renda familiar vai permitir o amparo a pessoas idosas e com deficiência que são muito pobres, mas não são elegíveis para o recebimento do BPC por não se encontrarem na mais absoluta miséria. Afirma, também, que tribunais espalhados pelo País vêm reconhecendo a justiça da inclusão dessas famílias, mas apenas nos casos em que julgam, sendo necessário a adoção de uma regra geral.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A matéria foi despachada para a CAS e para a Comissão de Assuntos Econômicos, que irá deliberar sobre o tema em decisão terminativa.

Não foram apresentadas emendas ao texto.

Análise.

Nos termos do inciso I do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Assuntos Sociais opinar sobre proposições que tratem de assuntos relativos à assistência social, tema do PLS nº 374, de 2018.

A proposição atende aos requisitos de juridicidade e constitucionalidade e se apresenta na correta forma legislativa.

No mérito, vem ao encontro do mandamento constitucional que aponta a cidadania e a dignidade da pessoa humana entre os fundamentos de nossa República, assim como afirma ser objetivo fundamental de nossa sociedade a erradicação da pobreza e da marginalização e a promoção do bem de todos, sem qualquer forma de discriminação.

Sabemos que a pobreza extrema não condiz com esses valores, e, nesse sentido, o País vem, ao longo de todo o processo de redemocratização, lutando para superar o terrível fosso de desigualdade social que aniquila nossa gente.

Uma das políticas mais felizes inauguradas na Constituição de 1988 foi justamente o Benefício de Prestação Continuada, individual, que se trata de prestação social não vitalícia, na forma do pagamento mensal de um salário mínimo à pessoa idosa, com 65 anos ou mais, e à pessoa com deficiência, de qualquer idade, com impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, que comprovem não possuir meios para prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família.

Entretanto, hoje, para ser elegível ao recebimento do benefício a condição exigida é muito severa, draconiana mesmo, pois exige que cada membro da família com idosos ou pessoa com deficiência não ganhe mais que o valor de R$249,50 para viver um mês inteiro – isso é um absurdo! –, o que corresponde a 1/4 (um quarto) do salário mínimo vigente.

O PLS nº 374, de 2018, aumenta esse valor para R$598,80, ou seja, para 3/5 (três quintos) do salário mínimo por pessoa. Essa medida liberta as famílias atualmente beneficiárias dessa condição de absoluta miséria, permitindo-lhes buscar melhores ganhos sem o risco de perder o benefício. Permite, também, principalmente, que outras famílias possam buscar esse amparo e, assim, serem alcançadas pelas políticas sociais que visam ajudá-las a superar as condições de vulnerabilidade em que se encontram.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Apresento meu voto.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 374, de 2018.

Eu gostaria muito de contar com o entendimento, com a ajuda e com a aprovação de todos os senhores aqui presentes, para que a gente possa melhorar um pouco mais a qualidade de vida dessas pessoas, que, definitivamente, continuarão tendo dificuldade para viver com R$598 por mês, mas, com certeza, esse é um número bem melhor do que R$249.

Uma coisa importante que eu quero dizer é que o mérito financeiro desse projeto será decidido na CAE. Aqui o mérito é social. E eu acredito que aqui não poderia ser diferente esse projeto.

Mais uma vez, peço às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores o entendimento, para que a gente possa dar a essas pessoas uma melhora de qualidade vida e também – por que não? – mais dignidade. Esse é meu pensamento.

Esse é meu voto, Sr. Presidente.

A SRA. SELMA ARRUDA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Sr. Presidente, peço vista da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Está concedida vista da matéria.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Sr. Presidente, eu também peço vista, mas eu só queria fazer uma observação pela ordem.

Eu concordo 100% com o relatório do Senador Romário e quero enaltecer o trabalho que o Senador faz aqui, no Senado Federal, até para que a população saiba, a favor da pessoa com deficiência.

Eu só penso que, talvez, no relatório, a gente poderia pensar nas famílias que têm dois filhos com deficiência, vamos dizer. O primeiro recebe, e aquilo passa a constituir renda. Então, quero dizer assim: o primeiro não constitui renda. Ou pode ser uma família que tenha um filho de 20 anos que esteja na cama, usando fralda, um filho que precisa de alimentação. Qual o critério?

Se V. Exa. concordasse, no relatório a gente poderia dar uma afinada. Há aquele movimento no Brasil Vem pra a Rua, que é a favor do BPC para a pessoa com deficiência.

Então, da minha parte, eu gostaria só de colaborar isso, para que o relatório fosse uma revolução na área, para nós nos articularmos depois também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Senador, como não poderia ser diferente, vêm de V. Exa. sempre ideias brilhantes em relação a esse segmento da nossa sociedade. Com certeza, peço a V. Exa. e às pessoas que trabalham com V. Exa. que a gente possa sentar aqui e rever alguns detalhes importantes.

Tudo que for em benefício das pessoas idosas e das pessoas com deficiência é sempre muito bem-vindo. E, vindo principalmente de V. Exa., isso não poderia ser diferente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Então, a vista coletiva está concedida.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Com a palavra o Senador Kajuru.

Depois, falarão o Senador Rogério e a Senadora Zenaide.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO. Pela ordem.) – Obrigado, Presidente, Capitão Styvenson.

Apenas quero acompanhar o brilhante pensamento do Senador Flávio. Na sua proposta embasada, eu o acompanho.

Antes de tudo, lembro que hoje é o Dia Mundial da Felicidade. Como este é o mês mundial da mulher, eu aqui faço, rapidamente, uma homenagem poética a duas notáveis Senadoras presentes, em nome de todas as mulheres de nossa Pátria amada, a Senadora Zenaide e a Senadora Leila: "Meu coração diz o que eu preciso. Basta o seu sorriso, que eu serei feliz." A gente precisa de muito pouco para ser feliz nesta vida.

Presidente, eu gostaria de solicitar a V. Exa. a retirada de pauta do PLC 161, de 2015, item 4 desta pauta, para reexaminá-lo. A matéria estará pronta para a pauta na próxima semana, se V. Exa. permitir.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Sim, está atendido, Senador. Fica retirado.

Com a palavra o Senador Rogério.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Foi pedida a vista coletiva, mas, de qualquer forma, eu não poderia deixar de reafirmar a importância

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desse projeto. Primeiro, ele mostra a sensibilidade da Casa com relação ao BPC, que está sofrendo um ataque frontal pela Medida Provisória 871, que dificulta que as pessoas mais pobres deste País tenham auxílio-doença e acesso aos benefícios do BPC.

Nessa medida provisória, com a mesma sensibilidade que a gente, na CAS, acolheu a relatoria do Presidente da Comissão, do Senador Romário, que a gente vá com este olhar e não deixe aprovar aquelas medidas que tornarão quase impossível o acesso ao Benefício de Prestação Continuada.

Da mesma forma, a reforma da previdência apresentada pelo Governo também vem para retirar e atacar os Benefícios de Prestação Continuada que estão hoje no nosso sistema de seguridade.

Então, eu fico feliz ao saber que a Casa e os Parlamentares têm sensibilidade, e isso fortalece a nossa luta contra a Medida Provisória nº 871 e contra a reforma da previdência.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito obrigado pelas palavras, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Agora, com a palavra a Senadora Zenaide.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Eu queria parabenizar aqui o Senador Romário pela sensibilidade.

Eu uso para isso o modo prático: uma mãe tem um filho tetraplégico – não vou botar nem a deficiência intelectual, que ainda é mais grave, mas vamos botar uma deficiência física – e deixa de trabalhar para cuidar do filho. Se ela tiver mais dois ou três filhos, o benefício é de pouco mais de R$259, se não me engano.

O que me assusta é que, sempre que vamos para o lado do mais vulnerável neste País, fala-se em impacto financeiro. São R$500! Na Câmara, nós tínhamos a Comissão de Defesa das Pessoas com Deficiência, uma Comissão permanente. Eu acho, Senador Romário, que, com isso, a gente dá muita visibilidade. Aqui, parece que está sendo criada uma subcomissão, porque toda semana... É aquela história de se dar visibilidade. E também acredito nele.

Sabe o que acontece? Quando as mães me procuravam, mesmo como médica, diziam: "Eu fiquei agora em casa sem ter como pagar alguém para cuidar do meu filho. Agora, se alguém arranjar um emprego, eu já perco esse benefício." A gente tinha uma luta lá – eu, Mara Gabrilli, Eduardo Barbosa – para não se considerar isso renda e para não se dividir essa renda. Eles perdiam, às vezes, até o direito às fraldas descartáveis e às sondas, porque já era beneficiado por isso aí.

Então, isso é uma luta. E, apesar de aqui ter sido dada vista coletiva, eu quero dizer que estou querendo isso. Continuo dizendo que, num país que não tem condições de abraçar, que não abraça as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pessoas com deficiência, quem é deficiente é esse país! Ouviu, meu amigo? Não é quase um quarto da população brasileira.

Então, vamos rever e vamos voltar a esse assunto com urgência.

Eu estava com a esperança de que a gente aprovasse, porque, daqui, já iria para o Plenário. Eu costumo dizer, pela minha experiência, que os entraves nos projetos das pessoas com deficiência estão sendo feitos nas Comissões. Ouviu, Kajuru? No Plenário, não são todos que têm coragem de votar contra. Entendeu?

Então, vamos agregar esse valor aqui para a família que têm dois deficientes. Não é raro a gente pegar família com mais de um deficiente. Vamos lutar por isso.

É terminativo aqui, e o levamos para lá.

Obrigada.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – É isso aí, Senadora!

Essa é uma luta desde quando cheguei a esta Casa há oito anos. Todos que me conhecem sabem que eu tenho essa como uma bandeira principal na minha vida.

Podem ter a certeza de que, com a ajuda de V. Exas. que chegam agora a este Senado, essa luta fica mais forte, a gente ganha mais musculatura para combater essas pessoas que, infelizmente, entendem diferente.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Vamos passar ao item 3.

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 582, de 2019

- Não terminativo -

Acrescenta o inciso XXII ao art. 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para isentar do Imposto de Renda das Pessoas Físicas quaisquer rendimentos percebidos por maiores de 75 (setenta e cinco) anos de idade, desde que não percebam rendimentos de aposentadoria, reforma ou pensão superiores ao limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social.

Autoria: Senador Alvaro Dias

Relatoria: Senador Romário

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: favorável ao Projeto, com duas emendas que apresenta.

Observações: *matéria a ser apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.*

Concedo a palavra ao Senador Romário para proferir o relatório.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ. Para leitura de relatório.) – Muito obrigado, Presidente.

Vem a exame desta Comissão de Assuntos Sociais o Projeto de Lei nº 582, de 2019, de autoria do Senador Alvaro Dias. Referido projeto busca isentar do Imposto de Renda os rendimentos de pessoas com 75 anos ou mais, desde que não recebam benefício previdenciário superior ao teto do Regime Geral de Previdência Social.

O projeto acrescenta o inciso XXII ao *caput* do art. 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, que altera a legislação do Imposto de Renda e dá outras providências. Referido dispositivo isentaria do Imposto de Renda os valores recebidos a qualquer título, a partir do mês em que o contribuinte completar 75 (setenta e cinco) anos de idade, desde que não perceba rendimentos provenientes de aposentadoria, reforma ou pensão superiores ao limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social de que trata o art. 201 da Constituição.

O art. 2º da proposição determina que o Poder Executivo estimará o montante da renúncia fiscal para fins de cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000) e que os efeitos tributários da isenção somente se aplicarão a partir do primeiro dia do ano fiscal seguinte ao da sua aprovação.

Justifica o autor a apresentação do projeto, sustentando que as mudanças do sistema previdenciário ressaltam a importância da poupança para ajudar a enfrentar as despesas próprias da terceira idade. Argumenta que o projeto é um estímulo à poupança e investimento e que, fundamentalmente, estende o reconhecimento legal que já existe, no sentido de conferir isenção parcial aos aposentados, para estender à totalidade dos rendimentos de todos os idosos que recebam até o limite máximo de benefícios do RGPS.

A matéria foi distribuída à CAS e à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), cabendo a essa Comissão decidir terminativamente.

Análise.

Nos termos do art. 100, I e IV, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CAS debater e decidir sobre assuntos referentes à seguridade social e assuntos correlatos. A matéria, a rigor, é de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

direito tributário, atraindo-se a competência da CAS pela relação explicitada no texto com o tema previdenciário.

A matéria é de competência do Congresso Nacional, nos termos do art. 24, I, da Constituição, dada a competência concorrente da União e dos Estados para legislarem sobre direito tributário; do art. 48, I, da Constituição, que reafirma a capacidade do Congresso para dispor sobre sistema tributário e arrecadação; e da ausência de reserva de iniciativa de outro Poder ou órgão da União.

Destarte, não vislumbramos impedimento puramente formal à tramitação do projeto.

Concordamos, ademais, em linhas gerais, com o conteúdo da proposição, ainda que tenhamos alguns aperfeiçoamentos a sugerir.

A proposição, como sustenta o seu autor, tem por objetivo fomentar a formação de poupança e investimento para garantia de melhores condições de vida na terceira idade.

Dessa forma, a isenção conferida pelo projeto, se viesse a ser adotada, agiria como um ponderoso incentivo à adoção de hábitos econômicos mais prudentes, à multiplicação do investimento decorrente dos maiores índices de poupança e, em decorrência, favorecendo uma velhice mais tranquila.

Apesar disso, consideramos excessiva a isenção total dos rendimentos integrais dos maiores de 75 anos, que pode provocar fortes efeitos concentradores de renda. Esse seria o caso, por exemplo, de pessoa que não recebe qualquer benefício previdenciário, mas que possui elevado patrimônio mobiliário ou imobiliário. Essas pessoas – sabemos que elas existem – não recebem benefício da previdência porque nunca precisaram dela depender. Em tais casos, a concessão de isenção ilimitada do Imposto de Renda representaria uma benesse excessiva a quem dela não necessita.

Assim, apresentamos emenda no sentido de limitar a isenção aos rendimentos de qualquer natureza que atinjam um montante equivalente a quatro vezes o valor máximo dos benefícios do RGPS. Dessa forma, entendemos que o pressuposto geral do projeto é atendido sem que isso implique uma inadequada renúncia fiscal.

Além disso, sugerimos modificação de redação do projeto: o inciso XXII do art. 6º da Lei nº 7.713, de 1988, já existe e diz respeito à isenção de Imposto de Renda sobre os valores pagos por Estados e Municípios no âmbito de programas de concessão de créditos voltados ao estímulo à solicitação de documento fiscal na aquisição de mercadorias e serviços. Não nos parece, com efeito, que o projeto tenha o propósito de revogar esse dispositivo, pelo que houvemos por bem alterar a numeração do novo inciso de XXII para XXIV.

Voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do PL nº 582, de 2019, com as seguintes emendas:

EMENDA Nº - CAS
Dê-se à ementa do Projeto de Lei nº 582, de 2019, a seguinte redação:
"Acrescenta inciso ao art. 6º da Lei nº 7713, de 22 de dezembro de 1988, para isentar o Imposto de Renda das pessoas físicas quaisquer rendimentos percebidos por maiores de 75 (setenta e cinco) anos de idade, desde que não percebam rendimentos de aposentadoria, reforma ou pensão superiores ao limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social."

EMENDA Nº - CAS
Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei nº 582, de 2019, a seguinte redação:
"Art. 1º. O art. 6º da Lei 7.713, de 22 de dezembro de 1988, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso XXIV:
'Art. 6º .....
XXIV – os valores em montante igual ou inferior a quatro vezes o limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social de que trata o art. 201 da Constituição Federal, recebidos a qualquer título, a partir do mês em que o contribuinte completar 75 (setenta e cinco) anos de idade, desde que não perceba rendimentos provenientes de aposentadoria, reforma ou pensão superiores àquele limite máximo.
.....' (NR)"

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Coloco em discussão a matéria.

O Senador Luiz do Carmo está com a palavra.

O SR. LUIZ DO CARMO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO. Para discutir.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, é um projeto muito interessante. Gostei muito dele. Mas, Sr. Presidente, o projeto implica renúncia fiscal. Eu gostaria que o Relator esclarecesse de onde virá a compensação financeira.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Sr. Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Senador, essa é uma pergunta que poderá ser mais bem respondida pela CAE. Esse projeto sairá daqui diretamente para a CAE e será terminativo nessa próxima Comissão.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Sr. Presidente, eu gostaria de pedir vista desse projeto, porque eu estou com uma dúvida aqui. Embora eu ache meritória a intenção do projeto, a de liberar as pessoas que tenham renda inferior ao limite estabelecido pelo Regime Geral de Previdência Social para quem tem acima de 75 anos, quando diz "quaisquer rendimentos", fica uma expressão muito ampla. Se a pessoa tiver muitos recursos aplicados em instituição financeira, isso deixa de ser rendimento ou entra como rendimento? É a dúvida que tenho.

Então, eu gostaria de pedir vista do projeto, para que eu pudesse analisar com maior profundidade e proferir o voto.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Concedo vista ao Senador Marcelo Castro, nos termos regimentais.

Devolvo a Presidência ao Senador Romário.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI. Pela ordem.) – Pela ordem, eu gostaria, com a anuência do Plenário, de pedir a inversão de pauta para o item 11. Trata-se de um requerimento da minha autoria. Eu estou com um problema, vou ter de viajar daqui a pouco. Se fosse do acordo de todos, eu gostaria que houvesse uma inversão para a gente votar logo, enquanto estou presente aqui para fazer a defesa do item 11.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Se não houver nenhum impedimento em relação às Sras. Senadores e aos Senadores no momento, sem problema... (*Pausa.*)

Vamos ao item 11.

ITEM 11

REQUERIMENTO Nº 23, de 2019

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requeiro, com fundamento nos incisos II do artigo 93 do Regimento Interno do Senado Federal e na Lei nº 12.345, de 9 de dezembro de 2010, que fixa critério para instituição de datas comemorativas, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, para instruir a relevância da instituição, por projeto de lei, da Semana Nacional da Pessoa Idosa, a ser comemorada na primeira semana de outubro (de 1° a 8 de outubro).

Autoria: Senador Marcelo Castro

Passo a palavra ao Senador Marcelo Castro, para fazer a leitura do requerimento.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Requeiro, com fundamento no inciso II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal e na Lei nº 12.345, de 9 de dezembro de 2010, que fixa critério para instituição de datas comemorativas, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, para instruir a relevância da instituição, por projeto de lei, da Semana Nacional da Pessoa Idosa – essa é a finalidade do requerimento –, a ser comemorada na primeira semana de outubro (de 1° a 8 de outubro).

Para isso, peço que sejam convidados o Sr. Luiz Sinésio Silva Neto, Coordenador e Assessor Técnico da Universidade da Maturidade (UMA - Tocantins); Maria Lúcia Secoti Filizola, Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa; Dália Romero, Coordenadora-Geral do Sistema de Indicadores de Saúde e Acompanhamento de Políticas do Idoso; Ana Amélia Camarano, técnica do Ipea, especialista em envelhecimento; Carlos André Uehara, Presidente da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia; Marilia Anselmo Viana da Silva Berzins, Presidente do Observatório da Longevidade Humana e Envelhecimento; e Paula Regina de Oliveira Ribeiro, Defensora Pública do DF, especialista em Direito do Idoso.

A criação da Semana Nacional da Pessoa Idosa é uma oportunidade de dar destaque mais amplamente às questões dessa camada da população, da assistência aos idosos e de sua integração e participação na sociedade, bem como da independência que lhes é inerente e que lhes deve ser garantida em direitos como: oportunidade de trabalho, lazer, educação e segurança.

Envelhecer com dignidade diz respeito a ter acesso à saúde e a condições de sobrevivência, o que inclui o usufruto de vários outros direitos. A exemplo, os arts. 8° e 9° do Estatuto do Idoso trazem claramente que – abro aspas – "o envelhecimento é um direito personalíssimo, e a sua proteção, um direito social, nos termos desta lei e da legislação vigente" e que "é obrigação do Estado garantir à pessoa idosa a proteção à vida e à saúde, mediante efetivação de políticas sociais públicas que permitam um envelhecimento saudável e em condições de dignidade".

O IBGE calcula que, até em 2042, nós teremos dobrado nossa população de idosos, ou seja, pessoas acima de 60 anos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, acho que seria oportuno a gente trazer aqui as autoridades que mais se destacam no estudo desse tema no Brasil, para que a gente pudesse fazer aqui uma audiência pública e chegar a um entendimento se seria importante realmente essa semana para dar destaque a essa categoria que está crescendo tanto no nosso País, graças a Deus.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, Senador!

Em votação o requerimento.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento, item 11.

Passamos agora ao item 5.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 153, de 2017

- Não terminativo -

Acrescenta dispositivos à Lei nº 6.615, de 16 de dezembro de 1978, para dispor sobre a identidade profissional de Radialista.

Autoria: Deputado Andre Moura

Relatoria: Senador Jorge Kajuru

Relatório: favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta (de redação).

Observações: *matéria a ser apreciada pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.*

Concedo a palavra ao Senador Jorge Kajuru para proferir o relatório.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO. Para leitura de relatório.) – Pois não, Presidente Romário. É um raro amigo V. Exa.

Vamos ao relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

V. Exas. também o são, integrantes desta Comissão.

Em exame nesta Comissão de Assuntos Sociais, o Projeto de Lei da Câmara nº 153, de 2017 (PL nº 458/2015, na origem), do Deputado Andre Moura, ao acrescentar dispositivos à Lei nº 6.615, de 16 de dezembro de 1978, tem por finalidade dispor sobre a identidade profissional de radialista.

Na sua parte substancial, a proposição prevê que:

a) a carteira de identidade profissional de radialista tem validade em todo o Território nacional, como prova de identidade, para qualquer efeito, e será emitida pelo sindicato da categoria;

b) não havendo sindicato na área de atuação do radialista, a carteira poderá ser emitida por federação devidamente credenciada e registrada junto ao Ministério do Trabalho;

c) o modelo da carteira de identidade do radialista será aprovado por federação desses profissionais e trará a inscrição "Válida em todo o Território nacional";

d) o radialista não sindicalizado também fará jus à carteira de radialista, desde que seja habilitado e registrado perante o órgão regional do Ministério do Trabalho nos termos da legislação que regulamenta a atividade profissional.

Sr. Presidente, ao justificar sua iniciativa, o autor da proposição argumenta que sua proposta vem ao encontro de antiga reivindicação da categoria profissional dos radialistas, que aspira ser-lhe aplicável a mesma medida constante da Lei nº 7.084, de 21 de dezembro de 1982, que "atribui valor de documento de identidade à carteira de Jornalista Profissional". Alega ainda que muitas outras categorias profissionais têm documento próprio de identidade profissional reconhecido em todo o Território nacional como prova de identificação.

Após o exame desta Comissão, a matéria será também objeto de deliberação por parte das Comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e de Constituição, Justiça e Cidadania.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

Vamos à análise rápida.

Nos termos do art. 99, I, do Regimento Interno deste Senado Federal, compete à CAS discutir e votar proposições que disponham sobre organização do Sistema Nacional de Emprego e condição para o exercício de profissões.

No mérito, não há reparos a fazer, pois a proposição visa tão somente conferir força de identidade civil à carteira profissional de radialista, assim como ocorre com outras profissões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A norma que se pretende criar está em sintonia com o disposto no art. 2º da Lei nº 12.037, de 1º de outubro de 2009, que regulamenta o art. 5º, inciso LVIII, da Constituição Federal:

> Art. 2º A identificação civil é atestada por qualquer dos seguintes documentos:
> I – carteira de identidade;
> II – carteira de trabalho;
> III – carteira profissional;
> IV – passaporte;
> V – carteira de identificação funcional;
> VI – outro documento público que permita a identificação do indiciado.
> *Parágrafo único*. Para as finalidades desta Lei, equiparam-se aos documentos de identificação civis os documentos de identificação militares.

Nesse contexto – concluo –, a medida que se está a implementar permite dar condições ao radialista para exercer a profissão na sua amplitude de direitos, não permitindo a atividade de terceiros não qualificados tecnicamente e sem formação para o seu exercício.

Por fim, com o objetivo de adaptar a proposição à nova denominação do Ministério do Trabalho, apresentamos, ao final, emenda de redação nesse sentido.

Vamos ao voto.

Pelo exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 153, de 2017, com a seguinte emenda de redação:

> EMENDA Nº - CAS
> Substitua-se, no PLC nº 153, de 2017, a expressão "Ministério do Trabalho" por "Secretaria da Previdência e Trabalho do Ministério da Economia".

Assim, aprovo, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

Os Srs. Senadores que aprovam o relatório queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1-CAS, de redação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A matéria vai à CCT.

A pedido do autor, o Senador Lasier, retiro de pauta o item 6.

ITEM 7

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 352, de 2015

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, para determinar a absorção, pelo Sistema Único de Saúde, de profissionais de saúde recém-formados na rede pública de ensino.

Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Relatoria: Senadora Zenaide Maia

Relatório: Favorável ao projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta.

Concedo a palavra à Senadora Zenaide Maia, para proferir o relatório.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para leitura de relatório.) – Sr. Presidente, na verdade, este projeto começou com Jovem Senador e foi levado para a Comissão de Direitos Humanos.

Eu quero ler o relatório. Quero ir direto ao relatório.

Vem ao exame da Comissão de Assuntos Sociais o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 352, de 2015, de autoria da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, que altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, para determinar a absorção, pelo Sistema Único de Saúde, de profissionais de saúde recém-formados na rede pública de ensino.

Decorrente da aprovação da Sugestão nº 20, de 2011, no âmbito da 1ª Legislatura do Projeto Jovem Senador, o projeto em comento é composto de dois artigos. O art. 1º acrescenta um §2º ao art. 27 da Lei nº 8.080, de 1990, para determinar que profissionais de saúde recém-formados na rede pública de ensino prestem atendimento nos estabelecimentos do Sistema Único de Saúde, em regime integral e, no mínimo, por dois anos. O art. 2º, cláusula de vigência, determina que a lei originada da proposição entre em vigor na data de sua publicação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O projeto será analisado por esta Comissão e, em seguida, pelo Plenário desta Casa. Não foram oferecidas emendas no prazo regimental.

A apreciação do PLS nº 352, de 2015, por esta Comissão encontra fundamento nos incisos I e II do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal, que conferem à CAS competência para opinar sobre matérias relacionadas ao exercício de profissões (inciso I) e à proteção e defesa da saúde (inciso II).

Fruto da aprovação da Sugestão nº 20, de 2011, oriunda do Projeto Jovem Senador, a proposição legislativa sob análise pretende instituir, no âmbito do SUS, o serviço civil obrigatório de profissionais de saúde egressos das instituições públicas de ensino superior. Para isso, vale-se do compreensível argumento de que o sistema público de saúde do País sofre constantemente com a deficiência de seus recursos humanos.

Por esse motivo, julgamos a proposta inovadora e pertinente e, por isso, acreditamos que a sábia ideia emanada do Jovem Senador merece ter seu escopo expandido. Confiamos que sua eficácia será bastante aumentada se se propuser que não somente os profissionais de saúde, mas todos os egressos de instituição pública de ensino superior ou de curso financiado com recursos públicos, prestem serviço compulsório na sua área de atuação.

Os problemas relacionados à falta de recursos humanos não se restringem à área da saúde. De fato, existem carências em praticamente todo tipo de assistência profissional no âmbito do setor público no Brasil. Sabe-se, por exemplo, que todas as unidades da Federação sofrem com a crônica falta de professores nas suas redes públicas de ensino, o que compromete gravemente a qualidade do aprendizado desde a educação infantil até o ensino médio, especialmente nas áreas mais carentes e de difícil acesso.

Da mesma forma, a despeito do que dispõe a Lei nº 1.060, de 5 de fevereiro de 1950, que "estabelece normas para a concessão de assistência judiciária aos necessitados", e a Lei Complementar nº 80, de 12 de janeiro de 1994, que "organiza a Defensoria Pública da União, do Distrito Federal e dos Territórios e prescreve normas gerais para sua organização nos Estados, e dá outras providências", a deficiência de assistência jurídica a ser prestada aos necessitados é permanente e grave. Tal situação é reconhecidamente uma das principais causas da famigerada superlotação das prisões brasileiras.

Já a falta engenheiros civis e arquitetos no setor público tem contribuído para aumentar sobremaneira o tempo de aprovação de novos empreendimentos imobiliários, uma vez que esses profissionais são responsáveis por avaliar tecnicamente os projetos e dar encaminhamento à autorização para a execução de obras. Essa demora gera reflexos negativos em toda a cadeia econômica da construção civil, com consequências diretas sobre a taxa de desemprego, por exemplo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pode-se facilmente inferir que exemplos semelhantes acontecem em praticamente todos os âmbitos profissionais. Decorre disso o fato de a população mais carente ainda não dispor de efetivo acesso aos direitos sociais previstos na Constituição de 1988, quais sejam: "a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados".

Assim, depreende-se que se ater somente aos profissionais de saúde é medida limitada e até mesmo discriminatória, quando se considera todo o universo de direitos sociais previstos e, infelizmente, ainda indisponíveis para grande parcela da população brasileira. Dessa forma, achamos justo e necessário que egressos de cursos de graduação de instituições públicas de ensino superior ou de cursos de graduação financiados com recursos públicos retribuam, mediante a prestação de serviços públicos, à sociedade que os financiou.

Além disso, cremos que, ao ampliar o enfoque do projeto em comento, estamos instituindo um tratamento justo e isonômico a todas as profissões, cuja importância é reconhecida pela sociedade brasileira. Assim, não seria correto que olvidássemos profissionais de quaisquer áreas de atuação, pois reconhecemos que todos são essenciais para o aprimoramento dos serviços prestados à sociedade brasileira, notadamente aos mais necessitados.

Note-se que a prestação de serviço obrigatório não deve ser tratada como cobrança de fatura do ensino público e gratuito fornecido pelo Estado. Em verdade, essa proposta configura-se numa oportunidade de promover o estreitamento dos vínculos entre o conhecimento acadêmico e as reais demandas da sociedade. Não há como duvidar que dessa interação resultarão benefícios tanto aos profissionais – que ganharão experiência prática em sua área de formação – quanto à sociedade – que passará a ter maior acesso a serviços públicos de qualidade.

Dessa forma, apresentamos um substitutivo para tornar obrigatório que todos os recém-graduados de instituições públicas de ensino superior ou de curso financiado com recursos públicos prestem serviço público. Todavia, para que não se produzam prejuízos aos projetos pessoais e profissionais dos recém-formados, propomos que os serviços públicos sejam prestados no período máximo de um ano. Além disso, julgamos que as peculiaridades de cada profissão justificam que as jornadas de trabalho e as remunerações sejam definidas em regulamento.

Ressalte-se, por fim, que o projeto não contém inconformidades quanto à constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa.

Voto.

Em vista do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado 352, de 2015, nos termos do seguinte substitutivo:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 352, de 2015

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que *estabelece as diretrizes e bases da educação nacional*, para tornar obrigatório que egressos de cursos de graduação de instituição pública de ensino superior ou de curso financiado com recursos públicos prestem serviços públicos em sua área de atuação.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro 1996, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 84-A:

"Art. 84-A. Os egressos de cursos de graduação de instituição pública de ensino superior ou de curso de graduação financiado com recursos públicos prestarão serviço público obrigatório na sua área de formação profissional pelo período máximo de um ano.

Parágrafo único. A jornada de trabalho e a remuneração de cada categoria profissional serão definidas em regulamento."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor cento e oitenta dias após a data de sua publicação oficial.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, Senadora.

Coloco em discussão a matéria.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Eu conversei com a Senadora Zenaide, porque recebi um apelo também do Ministério da Saúde, da própria Presidência, do Governo para a gente poder estudar um pouco isso. Eu disse para eles: "Olha, até semana que vem". Assim, a Senadora Zenaide concorda, e semana que vem eu já devolvo.

Então, peço vista.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu queria pedir vista também, Presidente.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Eu acho que pode ser aperfeiçoado, mas eu queria mostrar este lado: o Jovem Senador pensou só na saúde, porque a gente pensa mais na dificuldade de levar médicos. Porém, quando você vai para outros profissionais... E seriam dois anos, segundo o projeto original. Aí eu pensei: por que – depois de ver ouvir as consultorias – não estender aos outros profissionais?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu fui Secretária de Saúde e sei como isso funciona – é só para mostrar o porquê, nada contra a gente estudar mais, tranquilo; a gente deve ter alguns ajustes, porque a gente estendeu a muitos profissionais. Eu vejo projetos importantes, na saúde, no esporte e no lazer dos serviços públicos, prejudicados, porque, se você for atrás das secretarias de saúde, de educação, em termos de engenharia, de arquitetura, a maioria tem que contratar empresas terceirizadas se quiser ter os projetos aprovados em tempo hábil.

Quero só explicar o porquê da extensão, porque eu acho que a saúde, a educação... Não se tem saúde sem educação, não se tem saúde sem muita coisa. Por isso que eu pensei em reduzir o prazo – em vez de dois anos, um ano – e estender às outras categorias, como a advocacia, que a gente sabe que precisa disso, mas está tudo tranquilo: a gente senta, e todos os colegas que quiserem rever e acrescentar... Ninguém é dono da verdade. E há algo aqui para o qual eu já quero chamar a atenção: todos financiados com recursos públicos. Aí, a gente vai discutir outras coisas.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu queria... É porque...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Senador Rogério.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Posso falar, Presidente?

Obrigado.

Na lei do Mais Médicos, em tese – se ela fosse implementada –, essa obrigatoriedade já é prevista para todos os médicos que se formam, porque eles seriam obrigados a fazer o primeiro ano em Medicina Geral de Família e Comunidade como pré-requisito para acessar todas as residências especializadas. Então, a ideia de pedir vista e de a gente abrir esse debate é para saber se eles vão manter a lei do Mais Médicos, porque até agora eles não implementaram... Por exemplo, eles ainda não universalizaram a residência médica, que já deveria ter sido universalizada para todos os egressos, e nessa universalização o primeiro ano seria obrigatório em Medicina Geral de Família e Comunidade. Então, é nesse sentido, para a gente avaliar.

Se não, eu queria dizer que o relatório que a senhora apresenta atende, sim, uma demanda da sociedade, e aí a gente teria que recolocar o debate, inclusive para os médicos.

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – ... vista coletiva concedida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 8

PROJETO DE LEI Nº 401, de 2019

- Não terminativo -

Acrescenta os §§ 1º e 2º ao art. 1º da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), para estabelecer que a pessoa com deficiência seja considerada idosa com idade igual ou superior a 50 (cinquenta anos), limite que poderá ser reduzido mediante avaliação biopsicossocial multidisciplinar da deficiência.

Autoria: Deputado Eduardo Barbosa

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

Matéria a ser apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns para proferir o relatório.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Eu quero dizer a V. Exa. que o Deputado Eduardo Barbosa, já mencionado pela Senadora Zenaide, sempre também em contato com V. Exa., é uma das grandes autoridades...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Inclusive tomamos café juntos hoje.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – ... é uma das grandes autoridades, pessoas nessa área da deficiência. Ele apresenta um projeto muito importante, porém, antes desta reunião, conversando com outros Senadores, achamos melhor ainda esclarecer um pouco mais – o que aparentemente pode ser um tempo maior, mas sempre é bom discutir – para que eventuais dúvidas que as pessoas tenham possam ser solucionadas.

Então, eu peço para retirar de pauta, para que esse diálogo possa acontecer, e retornar à pauta o mais breve possível.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, Senador. Está retirado de pauta o item 8.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 9

REQUERIMENTO Nº 20, de 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RQS 5/2019, seja incluído o seguinte convidado: Priscila Ribeiro da Cruz - Coordenadora-Geral de Promoção dos Direitos Sociais - FUNAI.

Autoria: Senadora Soraya Thronicke e outros

Foi subscrito pelo Senador Rogério Carvalho.

Passo a palavra ao Senador Rogério Carvalho para a leitura...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Não é Rogério Carvalho, é Eduardo Girão.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Ah... Eduardo Girão.

Passo a palavra ao Senador Eduardo Girão para a leitura do requerimento.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) –

> Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RQS 5/2019, seja incluído o seguinte convidado:
> 1. Priscila Ribeiro da Cruz - Coordenadora-Geral de Promoção dos Direitos Sociais - FUNAI.
> [...], 28 de fevereiro de 2019.
> [Estou subscrevendo aqui.]
> Senadora Soraya Thronicke.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, Senador.

Os Senadores e as Senadoras que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

ITEM 10

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO Nº 22, de 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do arts. 50, caput, e 58, § 2º, III, da Constituição Federal e do art. 397, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Senhor Ministro de Estado da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, para que compareça à Comissão, a fim de prestar informações sobre a moratória na abertura de novos cursos de Medicina no Brasil.

Autoria: Senador Styvenson Valentim

Passo a palavra ao Senador Styvenson para a leitura do requerimento.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Sr. Presidente, eu queria fazer só uma alteração nesse requerimento, uma modificação de convocação para convite, e que se estenda, além do Ministro, a qualquer outro secretário que possa estar aqui presente, uma vez que essa presença seria, diante desta Comissão, para discutir sobre a informação da moratória na abertura dos novos cursos de Medicina no País. Então, eu queria fazer essa modificação, o.k.?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, Senador.

Os Senadores e as Senadoras que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

ITEM 12

REQUERIMENTO Nº 24, de 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 19/2019, com o objetivo de instruir o PDS 16/1984, que Aprova o texto da Convenção nº 87 relativa à Liberdade Sindical e à Proteção do Direito Sindical, adotada em São Francisco em 1948 por ocasião da 31ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho, da Organização Internacional do Trabalho, seja incluído o seguinte convidado: Martin Hahn, Diretor da OIT no Brasil.

Autoria: Senador Paulo Paim e outros

Foi subscrito pela Senadora Zenaide Maia.

Passo à palavra à Senadora Zenaide Maia para a leitura do requerimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) –

> Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RQS 19/2019 [...], *com o objetivo de instruir o PDS 16/1984, que Aprova o texto da Convenção de nº 87 relativa à Liberdade Sindical e à Proteção do Direito Sindical, adotada em São Francisco em 1948 por ocasião da 31ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho, da Organização Internacional do Trabalho*, seja incluído o seguinte convidado:
> 1. Martin Hahn, Diretor da OIT no Brasil.

A autoria é do Senador Paulo Paim, e eu subscrevi, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Os Srs. e as Sras. Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Sr. Presidente, eu poderia só fazer duas observações, se V. Exa. permitir?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Por favor, Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR. Pela ordem.) – Nós aprovamos aqui a Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência. Foi muito bem recebida, é uma expectativa boa. Eu só quero me articular com a assessoria da Presidência para que as pessoas que desejarem participar dessa Subcomissão Permanente, no decorrer desta semana, possam falar conosco – é uma área importante, de uma sensibilidade grande – para que nós possamos instalar, se assim for possível, junto com a assessoria, na semana que vem, a Subcomissão, e ao mesmo tempo já propor uma pauta de trabalho para que possamos todos saber como os trabalhos serão conduzidos. Então, se V. Exa., Senador Romário, que é da área também e já demonstrou interesse inclusive em participar... Que a gente possa fazer isso.

E a segunda observação é que eu estava olhando sempre lá no telão também, vendo o esforço que os tradutores de Libras fazem, o que é muito importante, mas eles fazem esse trabalho gigantesco só para efeitos internos. Então, nós temos que achar um jeito de falar...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Mas isso a TV Senado...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Eu fiz uma reunião com...

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Porque o nosso objetivo é que o pessoal do Brasil inteiro acompanhe, e não só...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Foi feito já um encontro semana passada com a área que compete ao Senado. Eles estão estudando essa possibilidade de que não só as pessoas que estejam aqui, como as que estejam vendo televisão também possam ver o excelente dessas pessoas que falam com Libras.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Antes de encerrarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata aprovada será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Convido novamente as Sras. Senadoras e os Srs. Senadores para o evento em comemoração ao Dia Internacional da Síndrome de Down, que será realizado amanhã no Auditório Petrônio Portela.

Convoco para o dia 26 de março, terça-feira, em caráter excepcional, às 14h, reunião extraordinária desta Comissão, em forma de audiência pública destinada a debater o tema "Câncer colorretal: ações e políticas para prevenção, diagnóstico e tratamento", em atendimento ao Requerimento nº 17, de 2019, da CAS, de autoria da Senadora Maria do Carmo Alves e do Senador Humberto Costa.

Convoco para o dia 27 de março, quarta-feira, em caráter excepcional, às 9h da manhã, reunião extraordinária desta Comissão, em forma de audiência pública, destinada a receber o Ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, para que apresente a proposta de extinção do Programa Mais Médicos e respectiva substituição por outro programa de governo, o modelo de atuação complementar da União para atenção básica em serviços de saúde, financiamento e formação dos profissionais médicos em atendimento à saúde da família e comunitária, bem como informações sobre as políticas e diretrizes do Ministério, em atendimento aos Requerimentos nºs 16 e 18, de 2019, da CAS, de minha autoria e de autoria do Senador Rogério Carvalho.

No dia 9/04 será marcada a reunião para a formação da Subcomissão das pessoas com doenças raras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado a todos pela presença.

(*Iniciada às 9 horas e 18 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 19 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 6ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE MARÇO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às quatorze horas e quatorze minutos do dia vinte e seis de março de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob as Presidências dos Senadores Romário e Maria do Carmo Alves, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Leila Barros, Nelsinho Trad, Jayme Campos, Styvenson Valentim, Rogério Carvalho, Flávio Arns, Marcelo Castro, Zenaide Maia, Eliziane Gama, Juíza Selma, Luiz do Carmo, Jorge Kajuru, Soraya Thronicke, Paulo Rocha, Mailza Gomes, Marcos do Val, Telmário Mota, Wellington Fagundes, Angelo Coronel, Dário Berger e Izalci Lucas. Deixam de comparecer os Senadores Humberto Costa, Mara Gabrilli, Weverton, Renan Calheiros, Eduardo Gomes, Luis Carlos Heinze, Irajá e Otto Alencar. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 17/2019 - CAS, de autoria da Senadora Maria do Carmo Alves e outros. **Finalidade:** Debater o tema "Câncer Colorretal: ações e políticas para prevenção, diagnóstico e tratamento". **Participantes:** Luciana Holtz, Presidente do Instituto Oncoguia; Marcelo Campos Oliveira, Diretor do Departamento de Atenção Especializada e Temática da Secretaria de Atenção à Saúde - Ministério da Saúde. Gustavo Fernandes, Vice-Presidente da Sociedade Brasileira de Oncologia Clínica. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e cinquenta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Romário

Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/03/26

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.067287/2019-48

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 7ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE MARÇO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às nove horas e vinte e três minutos do dia vinte e sete de março de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Romário, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Leila Barros, Humberto Costa, Nelsinho Trad, Jayme Campos, Maria do Carmo Alves, Styvenson Valentim, Irajá, Eduardo Gomes, Rogério Carvalho, Flávio Arns, Marcelo Castro, Otto Alencar, Zenaide Maia, Eliziane Gama, Juíza Selma, Luiz do Carmo, Luis Carlos Heinze, Mecias de Jesus, Soraya Thronicke, Zequinha Marinho, Cid Gomes, Fernando Bezerra Coelho, Lucas Barreto, Chico Rodrigues, Sérgio Petecão, Fabiano Contarato, Mailza Gomes, Marcos do Val, Vanderlan Cardoso, Telmário Mota, Wellington Fagundes, Angelo Coronel, Izalci Lucas, Major Olimpio, Randolfe Rodrigues e Dário Berger. Deixam de comparecer os Senadores Mara Gabrilli, Weverton e Renan Calheiros. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 16/2019 - CAS, de autoria do Senador Rogério Carvalho, e REQ 18/2019 - CAS, de autoria do Senador Romário. **Finalidade:** Receber o Ministro de Estado da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, para que apresente informações sobre as políticas e diretrizes de sua pasta, bem como a proposta de extinção do Programa Mais Médicos, respectiva substituição por outro programa de governo, e o modelo de atuação complementar da União para a atenção básica em serviços de saúde: financiamento e formação dos profissionais médicos em atendimento à saúde da família e comunitária. **Participante:** Luiz Henrique Mandetta, Ministro de Estado da Saúde. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e vinte e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Romário

Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/03/27

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 8ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE ABRIL DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às nove horas e dezesseis minutos do dia três de abril de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob as Presidências dos Senadores Romário e Styvenson Valentim, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Leila Barros, Nelsinho Trad, Jayme Campos, Maria do Carmo Alves, Irajá, Eduardo Gomes, Rogério Carvalho, Flávio Arns, Marcelo Castro, Zenaide Maia, Eliziane Gama, Juíza Selma, Luiz do Carmo, Luis Carlos Heinze, Jorge Kajuru, Paulo Paim, Carlos Viana, Cid Gomes, Eduardo Girão, Paulo Rocha, Fabiano Contarato, Mailza Gomes, Marcos do Val, Izalci Lucas, Telmário Mota, Dário Berger e Wellington Fagundes. Deixam de comparecer os Senadores Humberto Costa, Mara Gabrilli, Weverton, Renan Calheiros e Otto Alencar. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em duas partes: **1ª Parte - Deliberativa - 9h**. **ITEM 1 - Projeto de Lei do Senado nº 374, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social), para elevar o limite da renda familiar que habilita ao recebimento do benefício de prestação continuada." **Autoria:** Senador Dalirio Beber. **Relatoria:** Senador Romário. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com as Emendas nº 2 e 3. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nº 2-CAS e 3-CAS. **Observação:** 1) Rejeitado o Requerimento nº 25, de 2019-CAS, de autoria da Senadora Selma Arruda (item 6 da Pauta), apreciado durante a discussão do Projeto; 2) Matéria a ser apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa. **ITEM 2 - Projeto de Lei nº 582, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Acrescenta o inciso XXII ao art. 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para isentar do Imposto de Renda das Pessoas Físicas quaisquer rendimentos percebidos por maiores de 75 (setenta e cinco) anos de idade, desde que não percebam rendimentos de aposentadoria, reforma ou pensão superiores ao limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social." **Autoria:** Senador Alvaro Dias. **Relatoria:** Senador Romário. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nº 1-CAS e 2-CAS. **Observação:** Matéria a ser apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa. **ITEM 3 - Projeto de Lei do Senado nº 352, de 2015 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, para determinar a absorção, pelo Sistema Único de Saúde, de profissionais de saúde recém-formados na rede pública de ensino." **Autoria:** Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). **Relatoria:** Senadora Zenaide Maia. **Relatório:** Favorável ao Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido da Relatora. **ITEM 4 - Projeto de Lei do Senado nº 235, de 2018 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, para incluir nos programas públicos de assistência farmacêutica modalidade de subsídio para possibilitar que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

todo aposentado ou pensionista adquira os medicamentos a ele prescritos com o desconto que especifica." **Autoria:** Senador Paulo Paim. **Relatoria:** Senadora Mailza Gomes. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Concedida vista coletiva, nos termos regimentais. **ITEM 5 - Projeto de Lei do Senado n° 151, de 2017 - Terminativo -** que: "Altera os arts. 392, 392-A e 473, III da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para estabelecer o compartilhamento da licença maternidade e da licença adotante." **Autoria:** Senadora Rose de Freitas. **Relatoria:** Senadora Soraya Thronicke. **Relatório:** Pela consulta à Comissão de Assuntos Econômicos sobre os impactos econômicos, financeiros e orçamentários do Projeto (art. 99, I, RISF). **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 25, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 335, III, do Regimento Interno do Senado Federal, o sobrestamento do PLS 374/2018, que Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social), para elevar o limite da renda familiar que habilita ao recebimento do benefício de prestação continuada para aguardar o recebimento da Proposta de Emenda à Constituição nº 6/2019, que trata da Reforma da Previdência, que trará disposições relativas à matéria." **Autoria:** Senadora Juíza Selma. **Resultado:** Rejeitado. **ITEM 7 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 26, de 2019** que: "Nos termos do inciso II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo de instruir a apreciação do PL 616, de 2019. Para tanto, e sem prejuízo de outras indicações, sugiro sejam convidados: Representante do Ministério do Meio Ambiente (MMA); Representante da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA)." **Autoria:** Senadora Zenaide Maia. **Resultado:** Adiado. **ITEM EXTRAPAUTA 8 - Projeto de Lei n° 1902, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Institui a Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio, a ser implementada pela União, em cooperação com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios; e altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Eduardo Girão. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado Parecer Favorável ao Projeto. **Observação:** Matéria a ser apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. **ITEM EXTRAPAUTA 9 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 28, de 2019** que: "Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos aprovação de seminário destinado a debater as questões médicas, científicas, legais e sociais que envolvem o Zika Vírus e a microcefalia." **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Durante a discussão, foram incluídos, como convidados para o Seminário, o Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Dias Toffoli, e a Ministra Carmen Lúcia. **2ª Parte - Audiência Pública Interativa - 10h**, atendendo ao requerimento REQ 11/2019 - CAS, de autoria do Senador Romário. **Finalidade:** Debater sobre denúncias de uso de doping nos treinamentos e competições de fisiculturismo no Brasil. **Participantes:** Maurício de Arruda Campos, Presidente da Confederação Brasileira de Musculação, Fisiculturismo e Fitness; Tatiana Mesquita Nunes, Presidente do Tribunal de Justiça Desportiva Antidopagem; Alexandre Dias Bortolato, Representante da Federação Internacional de Fisiculturismo. André Siqueira, Diretor-Técnico da Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Romário

Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/04/03

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Bom dia a todos!

Havendo número regimental, declaro aberta a 8ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores.

Os Srs. Senadores que as aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Aproveito a oportunidade para reforçar aos autores de requerimentos para realização de audiência pública que a Secretaria da Comissão está à disposição de V. Exas. para agendar tais compromissos, lembrando que, para a realização de audiência pública, é imprescindível a presença do Senador ou da Senadora requerente durante toda a reunião, incluindo para eventualmente presidir e conduzir os trabalhos.

Reforço ainda às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores que a Secretaria desta Comissão ainda está recebendo até amanhã, dia 4 de abril, sugestões dos membros deste colegiado acerca de políticas públicas desenvolvidas no âmbito do Poder Executivo para serem avaliadas em 2019, sendo que a definição ocorrerá na próxima reunião deliberativa, prevista para o dia 10 de abril. As sugestões devem ser encaminhadas no formato de requerimento.

Informo que a primeira parte da presente reunião destina-se à deliberação dos itens 1 a 7 e a segunda parte destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de debater denúncias de uso do *doping* nos treinamentos e competições de fisiculturismo no Brasil. (*Pausa.*)

Consulto os Srs. Senadores sobre requerimento do Senador Eduardo Girão para inclusão extrapauta do PL nº 1.902, de 2019, que institui a Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio, a ser implementada pela União em cooperação com os Estados, Distrito Federal e Municípios, e altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Srs. Senadores que aprovam a inclusão extrapauta queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Sr. Presidente...

EXTRAPAUTA

ITEM 8

PROJETO DE LEI Nº 1902, de 2019

- Não terminativo -

Institui a Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio, a ser implementada pela União, em cooperação com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios; e altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998.

Autoria: Deputado Osmar Terra

Relatoria: Senador Eduardo Girão

Relatório: Favorável ao Projeto.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Girão para proferir o relatório.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Senadora Selma Arruda.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Bom dia!

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Bom dia!

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT. Pela ordem.) – Pela ordem, eu gostaria, antes da discussão, de já deixar requerida, porque provavelmente eu terei que me ausentar, a inversão da pauta com relação ao item 1, que, segundo consta, seria o Projeto de Lei do Senado nº 374, de 2018, em relação ao item 6, que é um requerimento formulado por esta Senadora no sentido de sobrestar a votação desse projeto por conta da tramitação da reforma da previdência.

Obrigada!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, Senadora. Será votada durante a discussão do item 1, já que a gente ainda não tem quórum suficiente para a votação. O.k.?

Com a palavra o Senador Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE. Para proferir relatório.) – Muito bom dia, caros Senadores, Senadoras, todos os presentes aqui.

Venho ler aqui um relatório de algo muito importante, que aflige a todos nós, aos nossos jovens, às nossas crianças, com relação à automutilação e ao suicídio, grandes males deste século.

Vem a exame desta Comissão de Assuntos Sociais o Projeto de Lei 1.902, de 2019, do Deputado Osmar Terra, que institui a Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio, a ser implementada pela União, em cooperação com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e altera a Lei 9.656, de 3 de junho de 1998.

Em síntese, o autor do projeto em tela cita que a automutilação é um comportamento sugestivo de intenso sofrimento e que tem se tornado cada vez mais comum na atualidade, como temos presenciado, dia a dia, na nossa comunidade.

O projeto foi distribuído à Comissão de Assuntos Sociais e à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Não foram oferecidas emendas.

Análise.

Nos termos do inciso I do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Assuntos Sociais opinar sobre as proposições que tratem de assuntos relativos à assistência social, tema do PL 1.902, de 2019.

A proposição atende aos requisitos de juridicidade, constitucionalidade e se apresenta na correta forma legislativa.

No mérito, vem ao encontro do mandamento constitucional que aponta a cidadania e a dignidade da pessoa humana entre os fundamentos de nossa República. O combate à tentativa de suicídio e a automutilação é dever do Estado e a importância do tema ultrapassa as fronteiras do Direito Constitucional e alcança os direitos humanos de uma forma geral e irrestrita.

O assunto da violência autoprovocada ainda é um tabu na nossa sociedade e pouco discutido. A ausência de informação e de diálogo vem acarretando a falta de dados e de notificação aos órgãos públicos responsáveis pelo atendimento direto aos automutilados.

O suicídio ocupa o terceiro lugar em causa de morte entre os adolescentes no nosso País e vem crescendo nos últimos anos. A importância deste tema é evidenciada pela ampla divulgação feita pela imprensa brasileira, como no caso recente de Suzano, em São Paulo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A revista *IstoÉ* publicou recentemente uma matéria com o título – abro aspas – "Uma opressão maior que a vida" – fecho aspas –, que relata o aumento de 65% na taxa de suicídio entre crianças e adolescentes nos últimos 15 anos no Brasil.

A dificuldade de acesso a tratamento especializado, psíquico e psicológico às pessoas que estão em sofrimento – automutilação e tentativa de suicídio – requer a instituição de uma Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio a ser implementada pela União, os Estados, os Municípios e o Distrito Federal.

A proposta do projeto vai ao encontro das iniciativas já implantadas ou em fase de implantação no Brasil. O Ministério da Saúde estabeleceu ainda, de forma inicial, diretrizes nacionais para a prevenção do suicídio, quando editou a Portaria do Ministério da Saúde 1.876, de 2006 (Portaria de Consolidação nº 2). Também contamos com a atuação do Centro de Valorização da Vida (CVV), que utiliza da Central 188, a qual é disponibilizada em todo o Território nacional, como forma de apoio e prevenção ao suicídio.

Este projeto aborda aspectos relevantes na prevenção das lesões autoprovocadas, bem como no atendimento telefônico gratuito e nas notificações compulsórias; torna obrigatório o atendimento desses casos pelos planos e seguros de saúde, já que uma grande parte da população brasileira se utiliza da saúde suplementar para o seu atendimento.

A matéria foi despachada para a Comissão de Constituição e Justiça, que irá deliberar sobre o tema.

Voto.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei 1.902, de 2019.

Era esse o relatório, Sr. Presidente.

Muito obrigado aos colegas pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, Senador.

Coloco em discussão a matéria.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT. Para discutir.) – Eu quero apenas manifestar que, do ponto de vista da técnica, nós não recebemos esse material, esse relatório que foi feito pelo ilustre Senador Eduardo Girão – por sinal, é meritório o projeto, mas nós não tivemos conhecimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu indago: esse é extrapauta? Porque nós não tivemos oportunidade de ver aqui, Senador Eduardo Girão, essa matéria aqui, o processado do qual V. Exa. é o Relator. Então, nós não tivemos conhecimento.

Só isto eu indago: quer dizer que essa matéria que está sendo proferida, agora lida pelo Senador Eduardo Girão não foi colocada aqui, nem disponibilizada aqui?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Não. É extrapauta.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – É extrapauta, não é?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – É.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Eu quero agradecer e, de qualquer forma, dizer que é meritório o projeto e muito bem relatado pelo Senador Eduardo Girão. Em última análise, eu quero me manifestar favoravelmente. É o meu voto.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, Senador.

Não havendo mais quem queira discutir, eu encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Senadoras e os Senadores que aprovam o relatório queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão favorável ao projeto.

A matéria será encaminhada ao Plenário.

Gostaria de passar a palavra ao Senador Styvenson, por favor, para presidir aqui esta reunião.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Vamos lá. É o item 1, não é?

Bom dia a todos.

Item 1, projeto de lei do Senado...

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT. Pela ordem.) – Pela ordem.

Eu pedi ao Presidente, agora Relator, a inversão da pauta por conta de um requerimento que eu fiz que exatamente é prejudicial à leitura do relatório.

Esse requerimento é no sentido de sobrestamento desse projeto de lei.

Então, eu gostaria de pedir que o requerimento fosse analisado primeiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Sim, Senadora, mas me informaram que teria de ser lido primeiro para depois ser avaliada essa possibilidade da senhora. Está o.k.?

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Não compreendi.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Vai ser anunciado o item 1 e o requerimento da senhora vai ser discutido durante essa leitura.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – O requerimento é para sobrestamento.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT. Pela ordem.) – Senador Styvenson, me permite: o dela não é pela ordem, o dela é para questão de ordem.

V. Exa. me desculpe, Senadora, por fazer essa observação, mas é questão de ordem. Nesse caso, particularmente, prevalece naturalmente o requerimento da ilustre Senadora Selma Arruda, porque ela quer sobrestar a matéria.

Depois de lida a matéria aqui, para sobrestar, eu acho que não é o correto.

Nesse caso...

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – É prejudicial, exatamente.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – ... eu acho que poder-se-ia fazer a leitura do requerimento dela, Presidente Romário, e colocá-la em votação.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Isso. Eu vou só anunciar o item 1 e chamo a votação da senhora.

Só anunciar, então, está o.k.?

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 374, de 2018

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social), para elevar o limite da renda familiar que habilita ao recebimento do benefício de prestação continuada.

Autoria: Senador Dalirio Beber

Relatoria: Senador Romário

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Favorável ao Projeto, com as Emendas nº 2 e 3.

Observações:

1- Em 20/03/2019, foi concedida vista coletiva, nos termos regimentais.

2- Matéria a ser apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

Em 26/03/2019, o Senador Flávio Arns apresentou a Emenda nº 1, mas a retirou em 27/03/2019.

Observação 3: em 27/03/2019, o Senador Flávio Arns apresentou a Emenda nº 2.

Observação 4: no dia 01/04/2019, o Senador Flávio Arns apresentou a Emenda nº 3.

Agora, o pedido da Sra. Senadora.

Existe a apresentação de requerimento de autoria da Senadora Selma Arruda para o sobrestamento do Projeto de Lei do Senado nº 374, de 2018, com base no art. 335, inciso III, do Regimento Interno.

ITEM 6

REQUERIMENTO Nº 25, de 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 335, III, do Regimento Interno do Senado Federal, o sobrestamento do PLS 374/2018, que Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social), para elevar o limite da renda familiar que habilita ao recebimento do benefício de prestação continuada para aguardar o recebimento da Proposta de Emenda à Constituição nº 6/2019, que trata da Reforma da Previdência, que trará disposições relativas à matéria.

Autoria: Senadora Juíza Selma

Ressalto que a deliberação do requerimento incidental ao projeto é prejudicial à discussão do mérito e é obrigatória e que, em respeito à transparência e à colegialidade da Comissão, submeterei o requerimento de ofício à votação nominal.

Concedo a palavra à autora do requerimento para leitura ou eventuais considerações a respeito.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, o requerimento é simples.

Nos termos do art. 335, inciso III, do Regimento Interno desta Casa, pede-se o sobrestamento do PLS 374, de 2018, exatamente por conta de uma discussão maior que está sendo colocada à nossa disposição, que é a reforma da previdência. Eu penso que nós aprovarmos agora emendas ou projetos de lei que digam respeito ao mesmo assunto pode acabar fazendo uma confusão enorme na hora de nós aprovarmos o pacote geral.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, até por conta de bom senso, eu vejo a necessidade de se sobrestar a votação dessa PEC, embora, no mérito, veja que realmente é bastante meritória, é uma emenda que pretende trazer, sem dúvida nenhuma, benefícios, é uma emenda que merece todos os meus elogios. Mas apenas por conta dessa tramitação quase concomitante é que eu peço o sobrestamento.

Obrigada.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Coloco o requerimento em discussão.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Pela ordem, Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Primeiro o senhor, então, Senador Fabiano.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES. Para discutir.) – Eu queria, desde já, manifestar o meu voto pelo indeferimento desse requerimento. Nada é tão ruim que não possa piorar. O Benefício de Prestação Continuada é dado para quem tem renda familiar no valor de R$244,50, veja bem, para ganhar R$998.

Esse projeto visa aumentar a renda familiar em R$598,80. Nós temos um Brasil de desiguais em que mais de 450 Municípios estão em extrema pobreza. Eu acho que passou da hora de o Poder Executivo fazer o seu dever de casa, porque ele está inerte, para não dizer outra palavra, desde 1988, quando foi promulgada a Constituição Federal, que é taxativa, no art. 7º, inciso IV, quando diz que a União deve instituir um salário mínimo digno, capaz de suprir as suas necessidades da família com saúde, educação, habitação, moradia, lazer, vestuário, previdência. Nós temos esse mísero salário mínimo e agora a população que mais sofre não pode ficar à mercê de uma suposição de quando vai entrar uma proposta de reforma da previdência. É mais uma vez colocar na conta daqueles que estão...

Este projeto é urgente, porque o caráter é alimentar, o caráter é de sobrevivência. Não é razoável nós adiarmos isso. Se nós fôssemos pegar, Senador Paim, pelo Dieese, o valor do salário mínimo tinha que ser quase R$4 mil, R$3.960,57.

Então, o meu voto é pela rejeição do sobrestamento e para que nós efetivamente demonstremos que nós estamos atentos nesta Comissão de Assuntos Sociais ao principal destinatário, que é a população menos favorecida, que é desprovida de tudo, que não tem saúde, que não tem educação, que não tem alimentação, que não tem oportunidade de emprego, que não escola pública de qualidade, que está morrendo nos hospitais públicos e que, com R$244,50 de renda familiar para conseguir um Benefício de Prestação Continuada, não pode esperar. Eu acho que nós passamos da hora de dar uma resposta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, aqui o meu voto é, com todo o respeito ao requerimento da nobre e culta Senadora Selma Arruda, pelo indeferimento, pela rejeição desse requerimento. É como penso.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Senadora Zenaide.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para discutir.) – Bom dia, Presidente.

Eu queria parabenizar aqui o colega e eu também, com todo o respeito à colega Selma Arruda, queria dizer, primeiro, mesmo que fosse da previdência, gente, num país como o Brasil, com mais de 200 milhões de habitantes, a oitava economia do mundo, para-se tudo para discutir uma reforma da previdência? Não! Isso aqui é urgente, é como ele falou, isso é humano. Você sabe o que é ter uma pessoa com deficiência totalmente dependente, que a mãe, na maioria das vezes, é quem desiste de ter uma vida própria, para cuidar do seu filho, e R$249,50 por uma pessoa, *per capita*, por uma pessoa? Com isso aqui eu concordo, que é urgente, sim. Isso é uma coisa digna que a gente tem que votar aqui.

Então, eu voto contra o requerimento. Com todo o respeito aqui à colega, Selma Arruda, sou contra o requerimento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Estou na fila, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Senador Paulo Paim com a palavra.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discutir.) – Presidente, Senador Romário; Vice-Presidente, Senador Styvenson; eu confesso a vocês que, com todo o respeito que eu tenho à Senadora Selma Arruda, que vem se destacando com um belo trabalho aqui na Casa, nas Comissões, eu considero improcedente, Sr. Presidente, e votarei também contrário. Primeiro, cumprimento o brilhante projeto apresentado pelo Senador Dalirio Beber, do PSDB, o relatório do Senador Romário, que a gente conhece, não poderia ser diferente, qualificadíssimo, e as emendas do Senador Flávio Arns, que só melhoraram, aperfeiçoaram-se e foram acatadas, pelo que eu entendi, pelo próprio Relator.

Se há alguma coisa hoje na reforma da previdência que é consenso nas duas Casas, vamos falar na Câmara, então, primeiro, é que esse projeto do BPC vai ser excluído. Eu vi hoje pela manhã, inclusive, o Líder do Governo falando que, primeiro, não vai estar na reforma – não vai estar –, então, este tema que nós vamos tratar aqui ninguém vai tratar lá, porque não vai estar; segundo, é a questão rural. Claro que eu acho que a capitalização também não pode estar, mas isso me parece que está avançando também que não vai entrar.

Então, Sr. Presidente, é o mínimo que a gente pode fazer. Já há decisão do Supremo Tribunal Federal entendendo que um quarto do salário mínimo como renda *per capita*, para a pessoa ter dinheiro a um salário mínimo, na família, é incompreensível, é inaceitável.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu me somo aos Senadores, mesmo com o carinho que eu tenho pela Senadora Selma Arruda, pela intenção, mas, como já está bem avançado o debate da reforma, este tema não será tratado na reforma, porque, senão, nós ficaríamos na suposição até daquilo que estou dizendo ou daquilo que poderá acontecer, e nós temos um projeto na pauta para votar, inclusive, projetos semelhantes já foram aprovados em outras Comissões, mas, no momento, temos um projeto para aprovar.

Por isso, eu declaro o meu voto, sem nenhuma dúvida, favorável ao autor, ao Relator e às emendas do Senador Flávio Arns, e, naturalmente, ao relatório de Senador Romário.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Bom, não havendo mais nenhum Senador que queira discutir, coloco o requerimento da Senadora Selma em votação eletrônica.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – É preciso, porque nem todos se pronunciaram.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Três.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Vamos votar, Paim, eletrônico, aí o resultado vai ser positivo.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. Para discutir.) – Senador, então eu vou me pronunciar a respeito. Acho que o consenso aqui é unânime a respeito do requerimento, com todo respeito também à Senadora Selma Arruda, mas é um tema que não será tratado na reforma, e nós aqui dentro desta Comissão precisamos avançar nessas pautas.

Então, estou junto com os pares a respeito desse tema.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Presidente, é "sim" ou "não"? Sou favorável.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Quem é contra o requerimento da Senadora Selma Arruda vota "não".

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Tem que limpar?

(*Intervenções fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Está bom. Então, vamos aguardar limpar. Tem que limpar para fazer a votação.

Sr. Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Nós estamos votando o requerimento. Quem é a favor do requerimento vota "sim" e quem for contra vota "não". É isso.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Exato.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Isso. Isso, Senador Paulo Paim. (*Pausa.*)

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Presidente, quer dizer que para votar contra o requerimento tem que ser "não"? É isso, Flávio?

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Isso.

O requerimento que está sendo discutido agora é o requerimento da Senadora Selma Arruda, que apresenta requerimento de sua autoria para sobrestamento do Projeto de Lei 374, que seria o projeto que seria apresentado pelo Senador Romário, o Relator. (*Pausa.*)

Falta algum Senador? (*Pausa.*)

Senador Rogério.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Mas o senhor já sabe que houve um requerimento da Senadora Selma Arruda? (*Pausa.*)

Ele chegou agora e já está sabendo de tudo. (*Pausa.*)

Pronto? Posso anunciar o resultado. (*Pausa.*)

Rejeitado o requerimento da Senadora Selma Arruda.

Consulto os demais Senadores sobre eventual manifestação decorrente do pedido de vista.

Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR. Para discutir.) – Havia sido pedida vista até coletiva naquela ocasião, mas todo mundo é a favor do projeto, do relatório. Foi acrescentada uma observação, pois acontece muito no Brasil: uma família pode ter dois filhos com deficiência, e o benefício que vai para o primeiro filho, com o critério atual, passa a constituir renda, quando não é renda, é benefício da assistência social. Então, essa acumulação não constitui renda. A segunda emenda é no sentido de que, às vezes, o idoso tem um benefício e o benefício constitui

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

renda, e aí a pessoa com deficiência acaba não tendo o benefício concedido, porque há outro benefício.

Então, as emendas tiveram, por esse objetivo, aprimorar o projeto. Mas eu quero dizer que o projeto é altamente meritório. Eu quero render a minha homenagem à Senadora Selma, a quem eu admiro muito também.

Agora eu sempre citei no Plenário o fato de não entender por que o Governo está mexendo no BPC, na reforma da previdência, porque não tem nada a ver com salário, com aposentadoria, com pensão. Não é para aposentadoria, não é para pensão, não é salário; é um benefício da assistência social, porque seguridade é previdência, assistência e trabalho. Então, é a mesma coisa que a gente querer mudar alguma coisa na saúde na reforma da previdência. Não há cabimento! Isso é outra coisa; isso é assistência. E temos que aprimorar, melhorar, como, aliás, foi bem ressaltado.

E quero parabenizar todos também, a própria Senadora Selma, que é amplamente a favor desse debate, e todo mundo. Enfim, eu acho que é um clamor da sociedade.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Passo agora a palavra ao Senador Romário, para fazer as considerações sobre as emendas apresentadas.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ. Para discutir.) – Na verdade, eu quero primeiro agradecer a todos os Senadores aqui presentes, que, ao votarem "não" a este requerimento automaticamente estão voltando "sim" ao meu relatório, que é sobre o projeto de autoria do ex-Senador Dalirio Beber. Já foi colocado por todos aqui nesta reunião a importância que é esse valor, que, ainda, na verdade, está longe de ser a realidade do que essas pessoas precisam, mas, com essa votação positiva, a gente poderá dar mais um passo adiante em relação a essas pessoas que realmente necessitam e que precisam urgentemente desse valor.

Agradeço à Senadora Selma Arruda pela sua colocação em relação ao requerimento. Isso reforça sempre o debate. Mas eu acredito que, como já foi dito por todos, isso é um tema, já foi colocado pelo Governo, que não virá na PEC da previdência. Então, nós aqui temos a responsabilidade de dar às pessoas o que elas precisam, e elas realmente precisam, necessitam desse valor, que não é o ideal, mas, com certeza, já ajuda bastante algumas famílias, a todas essas famílias que estão presentes dentro do BPC.

Mais uma vez, obrigado pelo entendimento, a gente está dando aqui um passo positivo para essas pessoas, que, realmente, vivem um momento muito difícil de suas vidas.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Algum outro Senador queria discutir ainda a matéria? (*Pausa.*)

Bom, não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Srs. e as Sras. Senadoras que aprovam o relatório queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com as Emendas nº 2, CAS, e nº 3, CAS. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 582, de 2019

- Não terminativo -

Acrescenta o inciso XXII ao art. 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para isentar do Imposto de Renda das Pessoas Físicas quaisquer rendimentos percebidos por maiores de 75 (setenta e cinco) anos de idade, desde que não percebam rendimentos de aposentadoria, reforma ou pensão superiores ao limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social.

Autoria: Senador Alvaro Dias

Relatoria: Senador Romário

Relatório: Favorável ao Projeto, com duas emendas que apresenta.

Observações:

1- Em 20/03/2019, foi concedida vista ao Senador Marcelo Castro, nos termos regimentais.

2- Matéria a ser apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

Consulto os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras para eventual manifestação decorrente do pedido de vista.

Está aqui o Senador Marcelo? (*Pausa.*)

Então, concedo a palavra ao Senador Romário, para as suas considerações.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ. Para proferir relatório.) – Presidente, apesar de eu já ter lido esse relatório, eu quero só falar mais um pouco sobre a análise, para que as pessoas que, por acaso, não estiveram presentes nesse dia, possam se inteirar do que se trata o assunto realmente.

São vislumbrados impedimentos puramente formais à tramitação do projeto. Concordamos com o conteúdo da proposição, ainda que tenhamos alguns aperfeiçoamentos a sugerir.

Justifica o autor a apresentação do projeto, sustentando que as mudanças do sistema previdenciário ressaltam a importância da poupança para ajudar a enfrentar as despesas próprias da terceira idade. Desta forma, a isenção conferida pelo projeto – se vier a ser adotada – agiria como um poderoso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

incentivo à adoção de hábitos econômicos mais prudentes, à multiplicação do investimento decorrente dos maiores índices de poupança e, em decorrência, favorecendo uma velhice mais tranquila.

Apesar disso, consideramos excessiva a isenção total dos rendimentos integrais dos maiores de 75 anos, que pode provocar fortes efeitos concentradores de renda. Esse seria o caso, por exemplo, de pessoa que não recebe qualquer benefício previdenciário, mas possui elevado patrimônio mobiliário ou imobiliário. Essas pessoas – sabemos que elas existem – não recebem benefícios da previdência, porque nunca precisaram dela depender.

Em tais casos, a concessão de isenção ilimitada do Imposto de Renda representaria uma benesse excessiva a quem dela não necessita. Assim, apresentamos emenda no sentido de limitar a isenção aos rendimentos – de qualquer natureza – que atinjam montante equivalente a quatro vezes o valor máximo dos benefícios do RGPS. Dessa forma, entendemos que o pressuposto geral do projeto é atendido sem que isso implique uma inadequada renúncia fiscal.

E o voto, vou repetir aqui. Diante do exposto, o voto é pela aprovação do PL nº 582, de 2019, com as seguintes emendas:

EMENDA Nº - CAS
Dê-se à ementa do Projeto de Lei nº 582, de 2019, a seguinte redação:
"Acrescenta inciso ao art. 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para isentar do Imposto de Renda das Pessoas Físicas quaisquer rendimentos percebidos por maiores de 75 (setenta e cinco) anos de idade, desde que não percebam rendimentos de aposentadoria, reforma ou pensão superiores ao limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social".
E a outra emenda:

EMENDA Nº - CAS
Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei nº 582, de 2019, a seguinte redação:
"Art. 1º O art. 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso XXIV:
'Art. 6º.....
.....
XXIV – os valores em montante igual ou inferior a quatro vezes o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201 da Constituição Federal, recebidos a qualquer título, a partir do mês em que o contribuinte completar 75 (setenta e cinco) anos de idade, desde que não perceba rendimentos provenientes de aposentadoria, reforma ou pensão superiores àquele limite máximo.
.....' (NR)"
Gostaria de contar com a compreensão dos senhores e com o voto positivo.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Algum Senador ou Senadora que ainda queira discutir essa matéria? (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não?

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Sr. Presidente, eu quero, desde já, só manifestar a minha gratidão na leitura do voto, quando fez essa ressalva e essas emendas, porque a minha preocupação justamente era essa: às vezes, nós temos empresários que são aposentados pelo Sistema Único de Saúde – estão lá no teto – que seriam abraçados, se não fosse a emenda proposta por V. Exa., Senador Romário, como bem leu aí. Então, eu quero só, simplesmente, parabenizar, porque nós estaríamos aí evitando que se cometesse uma injustiça. Nós temos que dar tratamento igual a comportamento igual. É só isso.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam o relatório queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com as Emendas nº 1, da CAS, e nº 2.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

Devolvo a Presidência ao Senador Romário.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – O item 3 foi retirado de pauta pela Relatora.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 352, de 2015

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, para determinar a absorção, pelo Sistema Único de Saúde, de profissionais de saúde recém-formados na rede pública de ensino.

Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Relatoria: Senadora Zenaide Maia

Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta.

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em 20/03/2019, foi concedida vista coletiva, nos termos regimentais).

Passamos agora ao item 4.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 235, de 2018

- Terminativo -

Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, para incluir nos programas públicos de assistência farmacêutica modalidade de subsídio para possibilitar que todo aposentado ou pensionista adquira os medicamentos a ele prescritos com o desconto que especifica.

Autoria: Senador Paulo Paim

Relatoria: Senadora Mailza Gomes

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

Votação nominal.

Concedo a palavra à Senadora Mailza Gomes, para proferir o relatório.

A SRA. MAILZA GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - AC. Para proferir relatório.) – Bom dia.

Obrigada.

Relatório.

Vem ao exame desta Comissão de Assuntos Sociais (CAS) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 235, de 2018, do Senador Paulo Paim, que altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, para incluir nos programas públicos de assistência farmacêutica modalidade de subsídio para possibilitar que todo aposentado ou pensionista adquira os medicamentos a ele prescritos com o desconto que especifica.

A proposição é composta de três artigos. O primeiro deles define o escopo da lei que se pretende criar. O art. 2º acrescenta parágrafo único ao art. 19-M da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, a Lei Orgânica da Saúde. O referido dispositivo determina que os programas de assistência farmacêutica em atividade no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) deverão garantir três modalidades: a) fornecimento gratuito de medicamentos e classes de medicamentos definidos por critérios

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

epidemiológicos; b) subsídios para a aquisição de medicamentos e classes de medicamentos definidos por critérios epidemiológicos; c) subsídios para possibilitar que todo aposentado ou pensionista adquira quaisquer medicamentos a ele prescritos com 50% de desconto sobre o preço de referência do produto.

O derradeiro artigo do PLS nº 235, de 2018, constitui a cláusula de vigência e prevê que a lei eventualmente originada passará a exercer seus efeitos 180 dias após a data de sua publicação oficial.

Na justificação da proposta, seu autor traça um breve histórico do Programa Farmácia Popular do Brasil e argumenta que os aposentados e pensionistas necessitam de tratamento diferenciado em relação ao restante da população no que se refere ao acesso à assistência farmacêutica. Em função de sua idade avançada, eles precisariam consumir medicamentos em maior quantidade, onerando-lhes sobremaneira o orçamento familiar. A solução apontada pelo autor seria criar um subsídio de 50% na aquisição desses produtos, sem qualquer vinculação a critérios epidemiológicos.

O PLS nº 235, de 2018, foi distribuído à apreciação exclusiva desta CAS, para decisão em caráter terminativo. A proposição não foi objeto de emendas.

Análise.

A competência deste colegiado para apreciar e decidir terminativamente sobre o PLS nº 235, de 2018, está fundamentada no Regimento Interno do Senado Federal (Risf), especialmente no inciso II do art. 100, opinar sobre proteção e defesa da saúde e sobre matérias de competência do SUS; e no inciso I do art. 91, discutir e votar matérias, dispensada a competência do Plenário. Em virtude do caráter terminativo da decisão, cabe a este colegiado apreciar, também, os aspectos relativos à constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa da proposição.

A proposição ora apreciada por esta Comissão não poderia ser mais oportuna. Em um momento em que o Parlamento debate a reforma da previdência, com a perspectiva de redução dos direitos dos aposentados e pensionistas, o PLS nº 235, de 2018, vai no sentido oposto, ao conceder-lhes subsídio de 50% para a compra de medicamentos.

Trata-se de medida justa e necessária, visto que os gastos com medicamentos representam quase metade dos gastos das famílias com saúde.

Com efeito, estudo publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) estimou que os medicamentos respondem por mais de 40% dos gastos das famílias em saúde. De outro lado, trabalho mais recente, produzido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apontou aumento constante dos gastos das famílias com saúde: em 2015, as despesas com saúde corresponderam a 9,1% do Produto Interno Bruto do País, contra 8,7% em 2014, sendo que 5,1% vieram das famílias, e 3,9% do Governo. Apenas com medicamentos, os gastos atingiram R$92,5 bilhões, aproximadamente 1,5% do PIB.

Esses números não representam fidedignamente, contudo, a realidade dos beneficiários da proposta sob análise, os aposentados e pensionistas. Para estes, a questão é ainda mais grave. Levantamento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

realizado com idosos no Município Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, mostrou que a parcela da renda familiar mensal gasta com medicamentos para os idosos nas classes A, C e E foi 4%, 5,7% e 10%, respectivamente.

São números realmente impressionantes, principalmente se considerarmos as outras despesas com que os idosos têm que arcar. Um quadro representativo do problema foi descrito no estudo desenvolvido por instituição de ensino do Espírito Santo. O levantamento mostrou que os gastos com saúde podem atingir até 57% da renda familiar no caso dos idosos, principalmente porque é nessa etapa da vida que os custos dos planos de saúde são maiores. A pesquisa concluiu, portanto, que a qualidade de vida dos aposentados fica muito comprometida, pois o orçamento familiar é direcionado às despesas com saúde e pouco resta para outras áreas relevantes, como alimentação e lazer.

Não há dúvidas, assim, quanto ao mérito da proposição.

Os requisitos formais e materiais de constitucionalidade, por sua vez, são atendidos pelo projeto, tendo em vista que compete à União legislar sobre proteção e defesa da saúde, no âmbito da competência concorrente, a teor do disposto no art. 24, inciso XII, da Constituição Federal (CF). Ressalte-se, igualmente, que o projeto em tela não vulnera cláusula pétrea constitucional. Ademais, a medida se insere no âmbito das atribuições do Congresso Nacional, em conformidade com o *caput* do art. 48 da Carta Magna, não havendo reserva temática a respeito (art. 61, §1º, da CF).

No que concerne à juridicidade, a proposta afigura-se irretocável, porquanto: i) o meio eleito para o alcance dos objetivos pretendidos (normatização via edição de lei) é o adequado; ii) as disposições nelas contidas inovam o ordenamento jurídico; iii) possuem o atributo da generalidade; iv) mostram-se dotadas de potencial coercitividade; e v) são compatíveis com os princípios diretores do sistema de direito pátrio.

Por fim, não há reparos a fazer quanto à técnica legislativa empregada pelo autor da proposição.

Voto.

Em vista do exposto, o voto é pela constitucionalidade e juridicidade do Projeto de Lei do Senado nº 235, de 2018 e, no mérito, pela sua aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, Senadora.

Coloco em discussão a matéria.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO) – Sr. Presidente, gostaria de pedir vista regimental da matéria para uma contribuição.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Sr. Presidente, vista coletiva.

Quero pedir vista coletiva para...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Concedo vista coletiva nos termos regimentais.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sr. Presidente, eu queria rapidamente cumprimentar principalmente a Senadora Mailza Gomes pelo relatório. O relatório atende ao interesse do povo brasileiro, porque é inegável que as camadas populares foram praticamente desativadas, a ampla maioria. Isso aqui é para retornar o direito de o aposentado ter o remédio gratuito e, no mínimo, nos casos mais necessitados em que ele não encontre na farmácia, ele possa pagar pelo menos só 50%.

Mas o Senador Fabiano Contarato me alertou sobre algo que entendo que poderá ser ajustado, minha querida amiga e querida Senadora Mailza Gomes. Ele acha que poderíamos fazer uma emenda limitando quem são os beneficiados, baseado no teto do INSS.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO) – Sr. Presidente!

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Então, eu vejo com simpatia o pedido de vista de todos.

Meus respeitos aqui pelo brilhante relatório, e acho que vamos caminhar para um grande entendimento no relatório de V. Exa. de acordo com as emendas que surgirem.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO) – Sr. Presidente, é sobre o projeto.

Eu quero também concordar com o Senador Paulo Paim. É a minha preocupação, inclusive, com pedido de atenção à Liderança do Governo. Justamente é essa a nossa dúvida. A contribuição ao projeto, para que a gente possa fazer uma linha de corte, uma análise mais aprofundada, mas, no mérito, a minha concordância é plena com relação ao projeto.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Perfeito!

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO) – Então, também concordo com o Senador Contarato e com o Senador Paim.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Presidente!

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Esse benefício tem que ser dado para quem efetivamente precisa.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO) – Realmente precisa.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Senão, nós vamos ter aqui, com todo respeito, Ministros ganhando R$30 a R$40 mil, sendo beneficiados, e a população aí não tendo nada.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO) – Exatamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – É para fazer essas correções que eu peço vista.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Senador...

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Eu só quero... Nós não estamos debatendo o projeto, porque foi pedido vista coletiva, mas eu quero dizer, inclusive, que nós devemos avançar mais, quer dizer, 50% para quem tem o teto da previdência é muito pouco.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Gastar 50% da renda familiar com remédio, quanto a isso, o idoso, a pessoa que tem o teto da previdência deveria ter acesso a medicamento gratuito, totalmente, e mudar essa política de medicamentos.

Outro dia, eu comprei um antibiótico. Precisava usar oito para o meu filho, mas tive que comprar a caixa com quinze. Por que isso?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Quer dizer, há tanta coisa errada nessa área. Eu acho que chegou a hora de nós olharmos e dizermos que pessoas com deficiência, famílias que gastam... Eles dizem: "Eu preciso do BPC para comprar medicamento". Eu digo que isso é um absurdo absoluto. Medicamento tem que ser fornecido. O BPC é para você comprar roupa, comida, sair, ter uma vida melhor e tal. Então, nem o básico. Quer dizer, e ainda há impostos em cima dos medicamentos. De repente, aumentam o ICMS em 10%, 15% em cima dos medicamentos!

Então, eu acho que chegou a hora, Senador Paulo Paim e Senadora Mailza, vamos dar, assim, uma invertida nesse fluxo, porque a gente precisa melhorar e muito nesse sentido para que a pessoa tenha tranquilidade, segurança, particularmente, lógico, dentro de critérios de renda e tal, mas 50% é muito pouco. "Ah! Vai gastar metade da renda com isso; agora, vai gastar 30%". Não pode gastar tanto. Então, vamos caprichar nisso. Digo caprichar, Mailza, no sentido de que precisamos discutir e achar um caminho bom a favor do povo.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, Senadores. Requerimento extrapauta.

Consulto os Senadores e Senadoras sobre a inclusão extrapauta do requerimento apresentado pelo Senador Eduardo Girão. (*Pausa.*)

Não há óbices.

EXTRAPAUTA

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 9

REQUERIMENTO Nº 28, de 2019

- Não terminativo -

Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos aprovação de seminário destinado a debater as questões médicas, científicas, legais e sociais que envolvem o Zika Vírus e a microcefalia.

Autoria: Senador Eduardo Girão

Passo a palavra ao Senador Eduardo Girão para leitura do requerimento.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Sr. Presidente, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a aprovação de seminário destinado a debater as questões médicas, científicas, legais e sociais que envolvem o zika vírus e a microcefalia. O evento ocorrerá no auditório do Interlegis no dia 25 de abril deste corrente ano.

Para este evento, solicito que sejam convidados como palestrantes, além do autor deste requerimento, as seguintes autoridades: a Senadora Simone Tebet; a Senadora Daniella Ribeiro; a Deputada Chris Tonietto; o Deputado Diego Garcia; a Secretária Adjunta de Políticas para Proteção à Mulher do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Srª Rosinha da Adefal; a Drª. Lenise Garcia; e o Dr. José Miranda de Siqueira.

Justificação.

Em meados de 2015, os casos de zika vírus e microcefalia tomaram conta dos noticiários. A doença, que até tempos atrás não era conhecida, passou a ser mais uma fonte de preocupação para o povo brasileiro, especialmente mulheres em idade fértil, que passaram a se preocupar com uma doença que até pouco tempo não estava presente no dia a dia do brasileiro.

Na época, quando o número de crianças que nascia com microcefalia só fazia crescer, descobriu-se que a infecção pelo zika vírus, transmitido pelo mosquito *Aedes aegypti*, poderia levar à ocorrência de microcefalia em recém-nascidos.

A microcefalia é uma condição que afeta o amadurecimento cerebral e também pode ser causada por muitos outros fatores que não só o zika vírus, tais como herança genética, exposição à radiação e outras substâncias tóxicas durante a gestação; consumo excessivo de bebidas alcoólicas, drogas e cigarros na gravidez; infecção, rubéola, sífilis, herpes ou parasitas, como o da toxoplasmose; traumatismo craniano ainda durante a gestação, deficiências nutricionais graves por parte da gestante.

Em 22 de maio de 2019, a possibilidade de mulheres infectadas pelo vírus da zika terem o direito a abortar entra na pauta do STF. A questão que foi levada à Corte em uma ADI (Ação Direta de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Inconstitucionalidade) da Anadep (Associação Nacional dos Defensores Públicos), questiona as políticas públicas do Governo Federal na assistência a crianças com microcefalia, malformação provocada pelo zika vírus e tem como Relatora a Ministra Cármen Lúcia. Hoje, o aborto é permitido quando das circunstâncias presentes nos incisos I e II do art. 128 do Código Penal ou com a comprovação de que o bebê tem anencefalia.

O fato é que essa possibilidade me traz enorme inquietação, principalmente no que se refere a dois aspectos. Primeiramente, a questão de estar sendo aberta mais uma perigosa brecha para a prática do aborto, fato que acarretará na morte de tantos outros bebês indefesos e que provocará nas mães sequelas físicas, psicológicas e emocionais graves que envolvem também a infertilidade, consumo de drogas, perda de autoestima, tendência ao suicídio, de que falamos aqui na primeira pauta, entre outros distúrbios.

Segundo o artigo científico publicado no *British Journal of Psychiatry* (2011), mulheres que praticam aborto têm 34% mais chances de desenvolver transtornos de ansiedade, 37% de depressão, 110% de aumento de risco do abuso de álcool, 220% do uso de maconha e 155% – repito 155% – mais chances de cometer o suicídio em relação às mulheres que não fazem aborto.

Na direção contrária de tantas mazelas, temos que, com o avanço da Medicina, o tratamento e reabilitação de crianças acometidas de microcefalia podem proporcionar melhor qualidade de vida e aumentar a expectativa da vida dessas crianças. Tratamentos realizados desde os primeiros meses melhoram o desenvolvimento dos pacientes, especialmente com a ajuda de fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais e fonoaudiólogos. Inclusive, Presidente, no seminário, haverá mães com filhos que têm microcefalia e você vai ver como respondem bem a tratamentos e como estão felizes, andando, brincando.

Outro fator que me traz indignação reside no fato de que a Suprema Corte estará, em mais essa oportunidade e como já fez no passado, usurpando a alçada do Poder Legislativo para legislar sobre a referida matéria, no que temos denominado o famoso "ativismo judicial", que tanto tem indignado o povo brasileiro neste momento. O Senado Brasileiro, desde o início desta Legislatura, tem dado inúmeros sinais de que não tolerará mais esse tipo de intromissão do Poder Judiciário na esfera da competência das Casas Legislativas.

No momento em que voltaremos a discutir nesta Casa a PEC nº 29/2015, mais conhecida como PEC da Vida, a qual busca o reconhecimento de que a vida humana tem início no momento da concepção, e na iminência de mais um julgamento do STF que poderá provocar a morte de tantos bebês, nada mais apropriado do que promovermos um evento em que a temática zika vírus e microcefalia venha a ser discutida de forma ampla, séria e responsável por especialistas e por familiares, da mesma com forma que V. Exa., Presidente Romário, fez aquele evento memorável e inesquecível no dia 21 de março com as pessoas com síndrome de Down.

Então, eu solicito o apoio dos meus Pares na aprovação deste requerimento.

Muito obrigado pela atenção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Senador Flávio Arns com a palavra.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Eu gostaria de propor... Não sei se V. Exa. falou das gestantes que têm zika vírus. Quantos por cento delas têm filhos com microcefalia? Não apareceu no seu texto, não é?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE. *Fora do microfone*.) – Não, vai ser discutido lá no seminário.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Então, é um percentual... Não me lembro. Gostaria de dizer aqui, inclusive para as pessoas que nos acompanham, qual é o percentual, mas é um percentual muito pequeno, muito pequeno.

Então, muitas pessoas que, porventura, estivessem praticando o aborto com o medo, vamos dizer, de ter um filho com microcefalia, muitas, a grande maioria dessas crianças não vai ter microcefalia, a quase totalidade. Haverá microcefalia, mas é um assunto ainda a ser estudado. E o que falta é política pública para essas pessoas, como você – permita-me chamá-lo de você –, como V. Exa. colocou.

Agora, eu faria duas observações. A primeira, Presidente: eu proporia esse requerimento aqui na Comissão; que a Comissão de Educação requeira ao Presidente do Senado e que este requeira ao STF que o assunto venha ao Congresso Nacional no sentido de, pelo menos, colocar a necessidade de nós legislarmos sobre o assunto. Então, esta Comissão requer ao Presidente do Senado que este oficie ao Presidente do STF para que esse assunto venha, em primeiro lugar, ao Congresso Nacional. Só para sabermos qual vai ser a resposta do STF para esse nosso pedido.

Eles legislam? Então, vamos dizer: mandem para cá o assunto que nós queremos legislar sobre esse assunto para que o STF, na sequência, opine sobre constitucionalidade ou não, mas não o STF legislar. Então, essa é uma mudança fundamental, Sr. Presidente.

Acho que ficou claro, não é?

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Ficou bem claro, Senador Flávio Arns. Será aceita a sua solicitação.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – O segundo aspecto: não ser no Interlegis, mas aqui na Comissão. Faz-se o debate. Por que não? O Interlegis também fica fora do ambiente do Congresso. Acho que, politicamente, o debate deve acontecer dentro desse prédio aqui. É pequeno, eu sei, mas a gente pode ir ao Nereu Ramos, a algum lugar assim, para uma coisa maior. Mas é que tem que acontecer aqui dentro mesmo. Acho que isso repercute mais e tem que repercutir. Pegamos uma sala maior, a daqui é pequena. A de Assuntos Econômicos ou da CCJ. Acho que para aparecer mais e discutir mais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Quero agradecer, de coração, a V. Exa., Senador Flávio Arns, com sua sensibilidade peculiar, com sua humanidade, por essas sugestões, que nós acatamos. Já vamos, neste momento, Presidente Romário, ver alguma sala aqui próxima. A maior sala aqui é a da Comissão de Direitos Humanos, aquela que é utilizada geralmente, Paim, aquela grande, a 6. É muito boa a colocação. Vamos convidar, também, o Exmo. Ministro Dias Toffoli para estar presente neste seminário. É muito importante isso.

Agradeço se V. Exa. puder, Presidente Romário, atender o pedido e encaminhar esse ofício à Presidência do Senado. A Presidência encaminhará para o Supremo, pedindo para esse assunto ser tratado aqui. Sabe por quê? Ele não está nem sabendo ainda desse detalhe, Senador, mas está marcado para o dia 22 de maio o julgamento, no Supremo Tribunal Federal, para liberar o aborto, em casos de microcefalia.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Senador, por que não também a Relatora desse projeto no STF, que é a Ministra Cármen Lúcia? Seria bem interessante a presença dos dois.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Muito interessantes, porque vão ter especialistas, mães, pais. Muito bom!

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Acataremos aqui esses pedidos.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento do Senador Girão.

Segunda parte do dia. Vou dar início à segunda parte da reunião, que tem por objetivo debater denúncias de uso de *doping* nos treinamentos e competições de fisiculturismo no Brasil.

Solicito ao Secretário da Comissão para que acompanhe os convidados para tomarem assento à mesa.

Os convidados são: Sr. Maurício de Arruda Campos, Presidente da Comissão Brasileira de Musculação, Fisiculturismo e Fitness; Sra. Tatiana Mesquita Nunes, Presidente do Tribunal de Justiça Desportiva Antidopagem; Sr. Alexandre Dias Bortolato, representante da Federação Internacional de Fisiculturismo; e o Sr. André Siqueira, Diretor Técnico da Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem.

Sejam todos bem-vindos!

Informo que a audiência tem a cobertura da TV Senado, da Agência Senado, do Jornal do Senado e da Rádio Senado e que contará com os serviços de interatividade com o cidadão Alô Senado, através do telefone 0800-612211, e do e-Cidadania, por meio do portal www.senado.leg.br/ecidadania, que transmitirá, ao vivo, a presente reunião e possibilitará o recebimento de perguntas e comentários aos expositores da Internet.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta audiência pública debaterá sobre o uso de *doping* do fisiculturismo e a atuação de entidades sem registro legal para realizar competições no Brasil.

Fui atleta e sei do significado do *doping*. Trata-se de uma praga que é crime, desmoraliza o nosso esporte, em geral, e compromete também a saúde de milhares de brasileiros que participam e que praticam atividades físicas em academias.

Infelizmente, no mundo de hoje, a gente ainda vive situações como essas. O fisiculturismo é uma modalidade vista até com certo preconceito por algumas pessoas, talvez por desinformação. Porém, é preciso valorizar aqueles atletas que fazem um jogo limpo e era necessário, nesse sentido, que também convocássemos esta audiência pública para que esses profissionais aqui possam esclarecer muitas das dúvidas que existem por parte dos brasileiros em relação ao fisiculturismo e ao *doping* nesse esporte.

Sendo assim, agradeço aos expositores e passo a palavra ao primeiro convidado.

Na verdade, vamos passar palavra a Sra. Tatiana Mesquita Nunes, Presidente do Tribunal de Justiça Desportiva Antidopagem.

Elas primeiro.

A SRA. TATIANA MESQUITA NUNES – Bom dia a todos! Obrigada, Senador.

Em relação a esse tema, o Tribunal tem... A nossa atuação, no dia a dia, é ligada ao controle de dopagem nas modalidades esportivas. O Tribunal tem bastante preocupação...Desculpe-me, Senador...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Sra. Tatiana, só gostaria de pedir um pouco de silêncio, por favor.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito obrigado.

Por favor.

A SRA. TATIANA MESQUITA NUNES – O Tribunal agradece o convite e a oportunidade de participar desta discussão, porque nós temos uma grande preocupação com essa matéria e com a existência dessas competições em que não há controle de dopagem.

O Tribunal de Justiça Desportiva Antidopagem é um tribunal que só cuida dessa matéria. É um Tribunal ligado ao Ministério do Esporte. A gente tem uma representação pluripartite, ou seja, a gente tem representantes ligados ao Poder Executivo, aos atletas e às confederações. Essa nossa representatividade permite que nós tenhamos um olhar bastante diversificado sobre a questão da dopagem. Esse olhar diversificado permite que nós consigamos chegar a discussões da matéria antidopagem, discussões profundas que envolvem a Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

os próprios atletas. São discussões que vão passar não só pela repressão da dopagem no esporte, como também pela educação.

Quando a gente está falando da prevenção, da educação, essa prevenção não pode passar só pelas entidades que fazem parte do sistema WADA, que é o sistema da Agência Mundial de Controle de Dopagem. Essa prevenção tem de passar por toda e qualquer pessoa que pratique uma modalidade esportiva. A questão do *doping* não é só uma questão de garantia de uma competição justa, ela não é só uma questão de garantia de um controle de que, na *performance*, os atletas estejam todos nas mesmas condições. É também isso – isso é extremamente relevante –, mas o *doping* é uma questão de saúde pública, uma questão social. Então, quando a gente está falando de controle de dopagem, a gente não está apenas falando em garantia de uma competição hígida e justa; a gente está falando na garantia da saúde de nossos atletas, quer esses atletas sejam amadores, quer sejam praticantes de fim semana, como laser, quer sejam atletas profissionais.

O Tribunal, embora só possa atuar em determinadas situações – claro por questões da nossa legislação atual –, tem uma preocupação presente em todas as nossas discussões, em todos os nossos julgamentos, com a questão da saúde e, mais do que isso, com a questão do exemplo.

O atleta, desde a Grécia antiga – se a gente voltar lá para as Olimpíadas antigas, na Grécia –, tinha uma condição de herói, era um mito. Eram feitas odes para os atletas, as famosas odes de Píndaro, um poeta grego. Esse mito do herói, do atleta como herói, existe até hoje. Nossas crianças olham – vejam a nossa querida Leila aqui – a Leila e dizem: "Cara, essa é a Leila." Isso faz com que o atleta tenha de passar um exemplo positivo para a sociedade, qualquer que seja a modalidade que ele pratique e qualquer que seja o local onde ele está praticando, quer esse local seja oficial ou extraoficial. O exemplo está ali para todas as crianças. Por isso, falo que não é só a saúde do atleta que a gente tem que verificar no controle de dopagem, como também uma questão social, de exemplo na nossa sociedade.

Faço essa pequena introdução, que é um pouco mais filosófica, sobre o tema porque, como eu disse, o Tribunal atua na medida em que essa modalidade está dentro de uma Confederação e aqui a gente vai falar de casos, de situações, que estão fora dessa jurisdição. Mas a ideia é justamente trazer, de alguma forma, para alguma espécie de jurisdição, esses casos, ou seja, que esses casos sejam de alguma forma levados em conta quando a gente trata de controle de dopagem.

O controle de dopagem oficial que a gente tem hoje é o controle que é realizado no âmbito das competições oficiais, de atletas federados, e assim por diante, mas a gente está falando de casos em que a gente vê a utilização de substâncias proibidas, que estão na lista de substâncias proibidas da Agência Mundial Antidopagem, mas que, por hora, por questões específicas que vão ser explicadas mais adiante, estão fora dessa possibilidade de controle e estão gerando essas questões, esses problemas relacionados à saúde pública, a essa questão social.

Com essas ponderações, essas preocupações, eu passo então a palavra aos demais colegas que estão aqui, representando as suas entidades.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigada, Senador, pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem. Obrigada, Sra.Tatiana Mesquita Nunes, pela sua fala.

Agora eu vou passar a palavra ao Sr. André Siqueira, Diretor Técnico da Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem.

O SR. ANDRÉ SIQUEIRA – Bom dia a todos! Agradeço o convite, Senador Romário. Agradeço a participação dos demais Senadores e Senadoras aqui presentes e dos demais. É uma satisfação grande estar aqui representando a ABCD.

Vou passar uma rápida explanação para contextualizar o que é a ABCD, o que nós fazemos, o que nós podemos fazer e o que nós não podemos fazer.

Estas são as missões principais da ABCD, que refletem basicamente livrar da dopagem o esporte e fundamentalmente proteger o atleta limpo, zelar pela saúde do atleta, promover a ética dentro do esporte. A ética, de que a gente tanto fala, temos que levá-la para o esporte também, e a ABCD é fundamental nessa participação.

Aí está a nossa missão, visão e objetivos, que refletem isso que eu já falei: a gente vai ao encontro, obedecendo às normas das WADA e procurando buscar sempre o esporte de dopagem.

Estes são os nossos valores. O interessante é perceber que a dopagem é contra tudo o que se prega no esporte. É contra aquilo que estava combinado; é você jogar sujo, é você trapacear, é você fazer aquela coisa feia, que a nossa mãe, quando a gente é criança, falou para a gente: "Ó, não faz isso não, meu filho, que é feio, não é bonito!" É isto que é o *doping*: é a trapaça dentro do esporte. A gente tem que combater isso aí. A gente não pode simplesmente achar que está tudo bem.

Esses são os nossos princípios de atuação. Vou me deter sobre isso aí. Já estou falando a verdade sobre isso. É importante ressaltar que a ABCD é uma signatária da WADA. Então, o Brasil assinou a convenção com a Unesco. A WADA é ligada à Unesco e nós seguimos as determinações da WADA, através do Código Mundial Antidopagem.

O Código está em permanente atualização. Então, o primeiro surgiu em 2004. Tivemos em 2009; o atual vigente é de 2015, e teremos um em 2021. A legislação brasileira tem se atualizado e tem que permanecer atualizada no sentido de ficar em consonância com o que prescreve a Agência Mundial Antidopagem, que é a WADA, não só no Código Antidopagem, mas com as muitas outras determinações.

Este aqui é o Código Brasileiro e há vários que a gente chama de *international standards,* padrões internacionais a lista proibida, o de testes e investigações, o de laboratórios, o de autorização para uso terapêutico. É uma legislação ampla, complexa até, eu diria, e que boa parte das pessoas não entende. Elas não compreendem porque é pouco acessível realmente, é muito específica do esporte. Mas nós temos que seguir. É obrigação da ABCD seguir e fazer cumprir essas normas dentro do País.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lembro que a dopagem é muito mais do que só tomar uma substância proibida: é tudo que vai do item 2.1 ao 2.10 do Código da WADA – são dez fatores que causam. Então, ao ser cúmplice em assistir um atleta a se dopar, eu estou cometendo uma infração de dopagem. Por exemplo, se eu uso não uma substância, mas um método proibido, eu estou fazendo uso de *doping*: eu posso ser punido e posso ser condenado.

Esta aqui é uma visão geral da WADA e da abrangência da atuação dela. Ela tem os laboratórios, tem as organizações nacionais, tem as federações internacionais, tem o Comitê Olímpico Internacional, o Comitê Paralímpico. A gente se enquadra ali na Secretaria Especial do Esporte, sob o Ministério da Cidadania, se ligando ao Conselho Nacional do Esporte e ao Tribunal de Justiça Desportiva Antidopagem, do qual a Dra. Tatiana, aqui ao meu lado, faz parte. E ABCD é uma das muitas organizações nacionais antidopagem, tal qual outras espalhadas mundo afora.

Queria chamar a atenção para um detalhe importante, que o Código Mundial define... Eu chamo a atenção para o fato de se estar sujeito às limitações de jurisdição. Então, a ABCD não é todo-poderosa em relação a todos os atletas, eu tenho uma limitação. No caso aqui específico do tema, o que acontece? Existem atletas que competem por uma organização que não é signatária da WADA, ela está fora da caixa. Então, a ação da ABCD sobre esse atleta é muito restrita; eu não posso fazer testes neles, eu não posso condená-los, eu não posso mandá-los para o Tribunal, até porque, se eu os mandar e forem condenados a dois anos, três anos, quatro anos, eles vão olhar para mim e dizer que "Está bom, obrigado". E vão continuar competindo no dia seguinte, porque são partes de uma organização que é a federação internacional Pro League, que não é a federação internacional signatária da WADA, que é fora do sistema.

Ao mesmo tempo, a gente não pode se omitir. Então, assim que a gente recebe uma essa denúncia aqui, a gente tem tentado chamar os organizadores do evento para assinar conosco um Termo de Ajuste de Conduta – está difícil localizar as pessoas –, mandamos uma carta inicialmente para a Prefeitura de São Paulo. Essa carta foi enviada esta semana, para quê? Porque São Paulo vai organizar, se não me engano, três ou quatro – não me lembro agora – dos principais eventos do ano dessa organização; recomendamos à Prefeitura de São Paulo que não incentive nem apoie esse evento porque vai de encontro a tudo que nós prescrevemos, vai de encontro à saúde dos atletas, vai de encontro à ética no esporte, vai de encontro ao jogo limpo, e é um péssimo, é o pior exemplo que pode ser dado para os jovens e crianças que vão assistir a esses eventos. Eles vão lá e vão aprender o quê? Que eu tenho que me dopar, então, para ter sucesso na carreira esportiva? É isso que eles vão aprender? E é isso o que a gente quer passar para a juventude do País? Eu acho que não. Mas esse é o limite que a ABCD pode ir. Infelizmente, ou felizmente, nós temos que seguir a lei e não podemos ultrapassar o limite da nossa competência.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR. Para interpelar convidado. *Fora do microfone*.) – Recomendaram para quem?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANDRÉ SIQUEIRA – Para a Prefeitura de São Paulo, para o Prefeito e para a Secretaria Municipal de Esportes, para eles agirem. Eles podem seguir ou podem não seguir. Isso aí foge da nossa alçada. A gente escreveu uma carta e mandou. Eu tenho até uma cópia da carta aqui recomendando isso a eles.

Dentro desse aspecto de dopagem, a gente tem três autoridades, que são teste, coleta e gestão de resultados, cada um com sua competência, mas a ABCD nesse caso não pode atuar como nenhuma das três, porque são pessoas que estão, como eu disse antes, fora do sistema.

As autoridades que existem normalmente são essas aí: as organizações nacionais, como a ABCD, as federações internacionais e as organizadoras de grandes eventos, como o COI e o IPC (Comitê Paralímpico Internacional), por exemplo.

Um exemplo do que nós fazemos: isto é o que nós fizemos no ano passado, nosso plano de distribuição de testes. Nós fizemos testes em cerca de 50 modalidades, em todos os esportes, olímpicos e não olímpicos, de verão e até de inverno, e paralímpicos. Ao todo foram quase 7.600 testes de controle de dopagem, fora de competição e em competição. Encaminhamos 172 processos de resultados analíticos adversos para o Tribunal de Justiça, e 69 casos foram julgados.

Esse talvez seja o eslaide mais importante. Na campanha Jogo Limpo – que a gente promove todo ano –, no ano passado, a gente atingiu quase 140 mil jovens e crianças que atuam no esporte nacional. Então, esse, eu acho, deve ser... Claro, a gente tem que continuar fazendo controle, mas educação é o foco principal a que a ABCD tem que se ater. Se o jovem, a criança, o jovem atleta aprender e tiver a consciência de que o *doping* é trapaça e que não deve ser feito – isso tem que ser incutido desde cedo na cabeça dos nossos jovens, eu acho; e é feio mesmo –, a gente passa a se preocupar, a longo prazo, no futuro, com menos controles, com ações muito mais inteligentes. E mais: a gente salvaguarda nossa juventude de péssimos exemplos e ela terá, provavelmente, uma melhor saúde.

Muito obrigado. A mensagem é essa.

Estou aberto a perguntas posteriormente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito obrigado, Sr. André.

Passo a palavra, agora, ao Presidente da Confederação Brasileira de Musculação, Fisiculturismo e Fitness, Sr. Maurício de Arruda Campos.

O SR. MAURÍCIO DE ARRUDA CAMPOS – Bom dia!

É um prazer estar aqui. Muito obrigado, Senador Romário, por ter abraçado essa causa.

Eu queria começar falando que eu sou Presidente da Confederação Brasileira de Musculação, Fisiculturismo e Fitness e dirijo a Comissão Antidoping da Federação Internacional de Fisiculturismo. A Federação Internacional de Fisiculturismo está em 199 países, é a sexta maior federação esportiva do Planeta. E nós somos signatários do Código Mundial Antidoping e estamos participando agora do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

programa olímpico dos Jogos Pan-Americanos como esporte de medalha oficial e, para isso, nós temos que seguir um monte de procedimentos, como qualquer outro esporte olímpico.

Eu só queria falar da minha experiência dentro dessa área, porque, quando houve a postagem do Senador com relação à convocação desta audiência, várias pessoas o criticaram com relação ao motivo de ele estar chamando uma audiência deste tipo, ao que ele entenderia de *doping* em outro esporte que nem é o dele. Então, eu acho que ele abraçou uma causa muito importante, vocês vão ver a importância disso. E eu quis expor a minha experiência no assunto para não ter o mesmo tipo de fala: de que não sabe do que está falando.

Sou profissional de educação física; atuei em duas academias; tive duas academias de musculação durante mais de vinte anos; fui professor universitário na área de cinésio e biomecânica por mais de dez anos; tenho sete livros na área da musculação; já dei curso em mais de sessenta países; já visitei mais de cem países com a federação internacional fazendo controle de *doping;* trabalho como Oficial de Controle de Doping desde as Olimpíadas de Sidney, em 2000; já trabalhei com a equipe do Dr. Eduardo Henrique De Rose, que, inclusive, foi convidado e não pôde estar aqui hoje; venho participando dos simpósios e congressos da WADA desde a criação da Agência Mundial Antidoping, em 1999; até hoje, venho participando de todos os eventos, congressos e simpósios da WADA. Então, é um tema que eu já conheço há muito tempo dentro do fisiculturismo, dentro dos outros esportes. Fiz esse controle de *doping* praticamente em todos os esportes reconhecidos.

A federação internacional é signatária do Código Mundial Antidoping, e eu estou envolvido como diretor da entidade para os 199 países já há dez anos. Então, todo o processo de reconhecimento e de se tornar signatário do Código Mundial Antidoping foi um processo de que eu participei também.

Eu queria que vocês tivessem certeza de que estou falando do assunto com bastante propriedade, por estar dentro das academias no Brasil inteiro, por estar dentro das universidades.

Primeiro, eu queria começar falando que o uso de drogas como forma de melhoria de *performance* não implica somente o fisiculturismo, mas é um problema de todos os esportes. Nós chamamos a audiência por ser um problema de saúde pública. Está dentro do nosso esporte, mas está dentro de todos os esportes. Isso eu estou falando com experiência de causa. O que muda entre os esportes é o tipo de droga que o atleta está usando e não a ausência do uso de droga.

Por exemplo, eu coloquei lá betabloqueador no tiro. O atleta de tiro usa betabloqueador para poder causar uma bradicardia e, entre uma respiração e outra, ele conseguir dar o tiro com mais precisão. O betabloqueador é um medicamento usado para cardiopata, e uma pessoa saudável está usando o remédio para melhorar a eficiência dele no tiro. Então, há em todas as áreas do esporte, o que muda entre os esportes é o tipo de droga e não a ausência do problema.

Eu queria deixar claro que não é um problema do fisiculturismo, é um problema do esporte. E também queria deixar claro que o problema não é do esporte somente, é um problema social, é um problema de saúde pública, porque, como já foi dito antes aqui, os atletas influenciam as crianças e os jovens, são modelos para esses jovens, e, se a gente não punir quem está fazendo o contrário, eles vão ser um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mau exemplo para todos esses jovens. Então, não é um problema só do esporte, mas de toda a sociedade, é um problema de saúde pública.

A gente vê, por exemplo, dezenas de artistas e cantores que já morreram por comprovada *overdose* de drogas, caminhoneiros que utilizam drogas para ficar acordado, dirigir por várias horas e conseguir cumprir o horário de trabalho. Nas discotecas, nas boates, as pessoas utilizam bebida alcoólica misturada com energético e outras drogas ilícitas para poder se divertir. Então, toda a sociedade utiliza algum tipo de droga, e o que está acontecendo é que só o esporte bate de frente nesse assunto. O esporte colocou e está pondo a cara para bater; o resto da sociedade faz a mesma coisa e julga o esportista depois quando ele é pego no *doping*.

Então é uma hipocrisia até nossa e do resto da sociedade, porque está julgando, fazendo a mesma coisa, só que não há ninguém os controlando e fazendo uma coisa, como acontece no esporte. Então, na verdade, a única área da sociedade que está batendo de frente com o problema é o esporte. Eu queria chamar a atenção de que é um problema social, de saúde pública e clamar aos Senadores, ao Poder Público que realmente enfoquem o tema de uma maneira muito maior, porque não é só um problema do esporte.

Com relação à IFBB, como que o fisiculturismo está combatendo esse problema? Nós sabemos que há um problema, e estamos botando a cara para bater, como todos os outros esportes reconhecidos. É a única entidade reconhecida por mais de cem comitês olímpicos em todo o mundo, incluindo o Brasil, pela Assembleia geral de federações internacionais do esporte, a SportAccord. A Unesco e todas as entidades que reconhecem internacionalmente o esporte reconhecem a IFBB como autoridade no esporte fisiculturismo.

A IFBB é a única representante do fisiculturismo que é signatária do Código Mundial Antidoping, desde 2008, e realiza todos os procedimentos como acontece com qualquer outro esporte olímpico: testes fora de competição, em competição... Todos os critérios utilizados com os atletas são utilizados dentro do fisiculturismo.

Nós somos olímpicos, aqui nas Américas; vamos participar, pela primeira vez, dos Jogos olímpicos Pan-Americanos, em Lima, agora em 2019.

Nos últimos dez anos, a gente vem criando novas categorias dentro do fisiculturismo com padrões corporais que diminuíram drasticamente o uso de drogas no esporte. Houve uma redução bem grande nos últimos dez anos na quantidade de casos positivos dentro do fisiculturismo, e um dos motivos foi esse. Então, exemplos são as categorias: *bikini*; outra que chama *men's physique*; *fitness* coreográfico; e *classic bodybuilding*, nas quais o atleta não pode ter um peso acima do que está caracterizado para a altura dele, para conter a massa muscular.

Então, em todas essas modalidades, essas categorias criadas, a pessoa com uma genética boa não necessita de nenhum tipo de recurso ergogênico para conseguir chegar e competir, ser campeão brasileiro, ser campeão mundial – em qualquer uma dessas categorias que nós criamos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Extinguimos, há mais de seis anos, a categoria fisiculturismo feminino, que era uma categoria que tinha um alto índice de positivos. Mudamos várias regras e critérios de arbitragem com a intenção de baixar a pontuação de atletas com sinais claros do uso de droga – tais como a ginecomastia, que é o aumento da glândula mamária, causada pelo uso de substâncias anabólicas; o abdômen dilatado, que também é outro indício de uso de substâncias dopantes – e do uso de outros artifícios – tais como óleos e implantes, para aumentar uma área do corpo, para tirar um problema da hipertrofia em alguma área que esteja com deficiência – que podem causar, por exemplo, perda do membro em que foi aplicado o óleo. Há vários casos, inúmeros casos de amputação de membro por causa de aplicação de óleo. Não é exatamente um *doping,* é uma coisa usada para mudar a forma do músculo, mas que traz um problema para a saúde igual aos outros artifícios utilizados dentro do esporte.

A gente faz controle de doping fora de competição, sem aviso prévio, como determina o Código Mundial Antidopagem, nos atletas de nível internacional. Fazemos controle de *doping* no campeonato brasileiro que classifica os atletas para os eventos internacionais. Temos um programa educacional que inclui as orientações contra o uso de drogas no esporte e as alternativas que os atletas podem ter para isso, para terem uma *performance* atlética com saúde.

E os resultados dessas ações já trouxeram excelentes progressos nos últimos anos, como por exemplo, agora nos Jogos Sul-americanos em Cochabamba: a categoria tinha 38 atletas, nós fizemos os testes nos 38 antes de saírem dos seus países, fora de competição, sem aviso prévio; quando eles chegaram lá, no dia da pesagem, nós testamos todos os atletas outra vez. Num evento olímpico, por exemplo, não acontece isso. Mas a federação internacional falou: "Como é nossa primeira participação, queremos testar todos". E zero positivos, nenhum positivo. O mesmo aconteceu nos Jogos Olímpicos da Ásia, jogos olímpicos de praia na Ásia, que aconteceram em Phuket, na Tailândia. Nós levamos 68 atletas, do mesmo jeito, e eles foram testados antes de saírem dos seus países, como acontece com qualquer outro atleta do programa olímpico antes da Olimpíada; foram testados quando chegaram lá na Tailândia; e foram testados logo após o campeonato – todos os atletas. Foi um acordo do Presidente da federação internacional com o Xeique Al-Sabah, que é o Presidente do Comitê Olímpico da Ásia, para se fazer com todos os atletas, sendo a primeira vez a participação do esporte como esporte de medalha. E também não houve nenhum positivo dentro do esporte. Isso foi até a notícia do dia quando saíram os resultados; foi a notícia do dia no Comitê Olímpico da Ásia, nos *sites,* nos jornais todos do evento esse sucesso do fisiculturismo lá. Então, é um trabalho árduo que a gente vem fazendo há muito tempo e que tem tido um resultado muito importante nesse sentido de reduzir o uso de drogas no esporte.

O problema é: o que é que atrapalha a nossa luta como fisiculturistas? Várias empresas... Também este detalhe que eu vou falar agora não é um problema do fisiculturismo somente. Eu estive agora num fórum de federações internacionais que acontece todo ano em Lausanne, na Suíça, promovido pelo Comitê Olímpico Internacional; a gente estava lá como representantes oficiais do fisiculturismo, e uma das exposições logo depois da do Presidente do Comitê Olímpico foi a de um senhor falando das situações com todas as federações internacionais, com empresas fazendo eventos dos esportes deles com a intenção de fazer um evento paralelo mesmo, não seguindo nenhuma legislação esportiva, não seguindo o Código Mundial Antidoping, e não havendo nenhum controle por parte de ninguém. É um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

evento privado usando as regras do esporte, usando os atletas que são formados há muito tempo, e bagunçando completamente o cenário esportivo internacional. Então, isso não é um problema do fisiculturismo, isso tem acontecido em todos os esportes também.

Como nós somos do fisiculturismo, eu vou falar da situação nossa, específica, aqui, mas queria deixar claro que é um problema que está acontecendo. Se há alguém de outras áreas aqui, vocês vão poder confirmar isso que eu estou falando, porque em todos os esportes está acontecendo isso.

Então, nos últimos anos foram criadas inúmeras empresas organizadoras de eventos que não são federações esportivas com a intenção de obter benefício financeiro dentro do esporte e que não seguem nenhuma regulamentação, regra ou código de ética desportiva – regulamentação nenhuma.

Uma dessas empresas é americana e se chama NPC. Essa NPC era afiliada da federação internacional lá nos Estados Unidos; era a federação nacional afiliada à federação internacional. E o presidente da entidade autorizava os atletas suspendidos por violações do Código Mundial Antidoping, suspendidos pela federação internacional, a competir lá.

Quando nós soubemos dessa situação, nós fizemos um processo juntamente com a Agência Mundial Antidoping. Ele foi suspenso, depois foi expulso, e não só ele, como a federação NPC foi expulsa do sistema, para deixar de ser afiliada da federação internacional. E, logo em seguida, por causa de ele continuar com as múltiplas violações ao Código Mundial Antidoping, a WADA (Agência Mundial Antidoping) decidiu colocar o nome dele, do presidente, numa lista que chama lista de associação proibida.

Essa lista de associação proibida é uma lista que a Agência Mundial Antidoping tem, em que estão médicos que comprovadamente prescreveram e tiveram influência na dopagem de atletas, atletas envolvidos com tráfico de drogas, então todo o pessoal que comprovadamente tenha uma influência negativa no esporte por causa de tráfico de droga e influência no uso de dopagem e tudo mais está nessa lista. É uma lista com vários nomes, com o nome da pessoa, o período que ele está dentro da lista, suspenso, e o país da pessoa.

Então, o presidente dessa entidade, que se chama Jim Manion, está na lista de associação proibida.

E o Código Mundial Antidoping novo, a última versão do código, tem um artigo que fala especificamente sobre associação proibida. Ele fala o seguinte: que as entidades ou atletas que se associarem com alguém que está dentro dessa lista estão passíveis de punições também pelo Código Mundial Antidoping.

Então, esse senhor está lá. Essa empresa está punida, foi expulsa da IFBB. E o que aconteceu? Ele continua fazendo eventos como empresa privada. Veio fazer eventos aqui no Brasil e com a história de liberdade: "Aqui a gente é livre. Vocês podem vir e tal".

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Nós não temos uma legislação que barre isso, que os faça responder criminalmente? Que essas pessoas que estejam numa lista até internacional respondam criminalmente aqui no País? Porque isso que ele está falando aqui é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um absurdo. Isso que ele está declarando aqui nesse momento é um absurdo. A gente tem que fazer alguma coisa.

Temos? O que nós estamos fazendo? Não?

O SR. MAURÍCIO DE ARRUDA CAMPOS – O Dr. Alexandre, na exposição dele, acho que vai aclarar isso do ponto de vista legal. Do ponto de vista legal, ele vai...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. *Fora do microfone*.) – Porque eu fiquei perplexa.

O SR. MAURÍCIO DE ARRUDA CAMPOS – Então, o que acontece? Essa empresa, além de não respeitar a legislação esportiva e *antidoping*, permite aos atletas suspendidos por violações do Código Antidoping participarem nos seus eventos.

Então, o que acontece? Eles chegam assim com a história – eu vou mostrar uma foto depois para vocês – de liberdade: "Aqui nós somos uma democracia, imagina ter regra". E eu estou falando para os atletas: "Você tem regra na sua casa, com seu pai e com a sua mãe; você tem as suas regras de convivência; no trânsito, você para no sinal vermelho porque é uma regra. Imagina, se não houver regra dentro do esporte, a baderna que vai acontecer?". E eles estão vindo com essa história de liberdade para os atletas e muitos atletas jovens estão caindo nessa história.

E, inclusive, eles têm usado o nome da federação internacional ainda, como se fizessem parte, o que está confundindo mais ainda os atletas que estão no meio.

Então, além disso, essa empresa fará, na semana que vem, em São Paulo, um campeonato de fisiculturismo em conjunto com os organizadores do Arnold Sports Festival, que é um evento com o Governador Arnold Schwarzenegger, o artista, que também foi campeão na área do fisiculturismo. A feira leva o nome dele. Então, que mensagem nós estamos levando para esses milhares de ídolos do Schwarzenegger se ele está envolvido com essa entidade? E ele falou: "É o meu nome, mas eu não quero saber de quem é". Ele se eximiu de qualquer situação mesmo a gente tendo explicado isso para ele.

Então, é uma situação que está fugindo do controle por quê? Porque uma pessoa que deveria estar influenciando positivamente o esporte está falando: "Para mim tanto faz o que está acontecendo, se esse pessoal usa droga, se atleta suspendido vocês estão deixando competir, se essa entidade vai fazer o evento aqui com o meu nome acima disso". E é isso que está acontecendo agora, vai acontecer na semana que vem em São Paulo.

Então, como todo mundo sabe, ele é um grande influenciador e formador de opinião na área do fisiculturismo por ter sido do esporte. Ele se tornou conhecido no Planeta por causa do esporte. Depois foi para a vida política, filmes e tal, mas começou com o esporte. E o vínculo dele com a NPC traz uma mensagem completamente contra todo o trabalho que nós estamos fazendo nos dez últimos anos para tentar acabar com o problema dentro do esporte.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As mais de 30 mil academias que nós temos no País, com 14 milhões de praticantes de atividade física, estão lotadas de jovens inspirados em tudo o que o Arnold Schwarzenegger representa e conquistou. Eu mesmo era um fã incondicional dele até outro dia pelo que ele conseguiu como pessoa. E isso não tira o mérito de tudo o que ele conseguiu fazer, só que ele está dando um exemplo terrível para a sociedade e para esses jovens que estão dentro das academias.

Como eu falei para vocês, eu dou aula dentro de universidades, vou fazer parte prática nas academias e tenho visto que o tráfico de anabolizantes dentro das academias do Brasil está fora de controle – completamente fora de controle. E essas crianças e esses jovens, com o culto ao corpo, estão querendo melhorar o corpo se utilizando da rapidez, porque essa moçada mais nova, com tecnologia e tudo, perdeu a noção de tempo. Eles querem tudo na hora e querem fazer a mesma coisa com o corpo. Um corpo que demora dez anos, quinze anos para um fisiculturista conseguir ele quer conquistar em poucos meses.

E sempre há alternativa melhor para essas pessoas que estão esperando por isso mesmo, estão promovendo e fazendo apologia ao uso de drogas no esporte por causa de um sistema de tráfico de drogas dentro do País. Só falta oferecer... É dar doce para criança. Então, o sistema está completo, e o Poder Público não está fazendo absolutamente nada para isso mudar. Por isso é que eu falei que é um problema muito maior do que um problema do fisiculturismo ou do esporte; é um problema de saúde pública nacional.

Problema de saúde pública. Os jovens todos seguem o estilo de vida do fisiculturismo porque o estilo de vida do fisiculturismo é extremamente saudável se não houver a droga. O atleta segue uma alimentação regrada que eu nunca vi em outras modalidades esportivas – e olha que, como eu falei para vocês, já acompanhei todas as olímpicas nesses últimos anos da minha vida, 20 anos pelo menos. Então, eles levam uma alimentação extremamente saudável e controlada.

O cara vai sair com os amigos e leva uma marmita para não comer... Ele sai para ter uma vida social, mas leva a marmita dele. Enquanto está todo mundo comendo no restaurante, ele está comendo uma marmita que ele levou, porque ele não pode sair da dieta. Controla o sono absurdamente para poder ter o período certo de descanso e a fase de reconstrução do tecido muscular. Treina religiosamente, não faltando o treino por nada. Então, leva uma vida extremamente regrada que leva a um índice de saúde extremamente alto. A única coisa... Então, seguir o estilo de vida fisiculturista é extremamente importante para qualquer pessoa.

Os idosos, por exemplo, se seguirem o estilo de vida do fisiculturismo, vão no sentido contrário da doença. Todas as doenças que levam à morte, doenças crônicas que levam à morte têm algum vínculo com perda de massa muscular. E esse estilo de vida fisiculturista vai no sentido contrário com o idoso. Então, é um estilo extremamente importante. A única coisa é que não pode haver a droga ali.

E a mensagem que a sociedade e que formadores de opinião, como o Sr. Arnold Shwarzenegger e essa entidade que veio aqui, para o Brasil, com o presidente, na lista dessa associação proibida, falando em "liberdade para os atletas. Aqui vocês podem vir. Aqui não tem problema nenhum. Você pode estar suspenso que você compete aqui". Então, o atleta fala assim: "Ah, é! Estou punido? Tchau!".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Amanhã ele está competindo num evento da NPC que esteja acontecendo em algum lugar aqui do Brasil, sem nenhum tipo de ação por parte do Poder Público, sem ser importunado também por nenhum...

Então, como eu mencionei no começo da exposição, esse é um problema de todos nós da sociedade, não é um problema do esporte, porque extrapolou o problema do esporte faz muito tempo – extrapolou completamente. Se os legisladores do Brasil, educadores, influenciadores do mundo digital, atletas de todos os esportes e todo o resto da sociedade não abraçarem esta causa, que já é um problema de saúde nacional, as consequências podem ser irreparáveis. Nós vamos ter um problema no sistema de saúde público, nos próximos anos, irreparável; não vai haver condição, a qualidade de vida desses nossos jovens, no futuro, vai ser extremamente comprometida; e vamos perder para o tráfico de drogas, para o tráfico de anabolizantes. É uma luta que tem que ser de todos nós. E é isto que a gente veio pedir aqui: que toda a sociedade abrace essa causa, os Senadores, o Poder Público, para a gente tomar uma providência urgente com relação a esse assunto.

Só para finalizar, para vocês verem, por exemplo, no campeonato que houve em Columbus, em que essa entidade e o Arnold Shwarzenegger estavam presentes, há uma foto em que ele está entregando uma premiação para um atleta que está suspenso pelo Comitê Olímpico do Catar por oito anos. Eles estão de mãos dadas, e ele está dando o troféu de primeiro lugar para o atleta. Então, que mensagem que nós estamos mandando ou que ele está mandando para todo mundo? "Pode fazer, que não tem problema nenhum. Siga sua vida aí, e, se for suspenso, você muda de lado, que tanto faz também. Siga a sua vida de atleta do jeito que você achar melhor".

E há umas fotos – se você puder colocar aí – em que quero explicar só um detalhe, o que é.

Esse é um evento da NPC, é um evento dessa entidade NPC. Eles têm uma liga profissional que chama Pro League. Olhem o tamanho do símbolo IFBB na camiseta da pessoa lá, o que torna completamente irreparável a situação. Como é que o atleta sabe quem é quem? Eles estão se chamando de IFBB e não têm nenhum vínculo com a gente, tá? E fazem isso para confundir os atletas. Então, ainda estão usando de falsidade ideológica e tudo para confundir as pessoas.

Pode mudar, por favor.

Olhem, nessa propaganda de um evento deles, de novo escrito IFBB. E olhem o tamanho lá: "Você é livre para ir e vir". Então, qual é o detalhe? É essa argumentação. Isso é o mínimo do que se está fazendo, porque há grupos de WhatsApp, conversas por telefone com esta argumentação: "Por que você está perdendo tempo ali, cheio de regra? Aqui nós somos superlivres". Olhem aí, está mostrando na própria publicidade: "Você é livre para ir e vir".

Muda para mim, por favor.

Outro detalhe, as redes sociais, todas, atletas de todas as modalidades e traficantes de drogas oferecendo droga na própria rede social, e o Poder Público não faz nada. Está infestado de gente vendendo droga nas redes sociais. Olhem aí um cara mostrando um atleta. Eu não chamo nem de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

atleta essa situação aí. A mãe dele aplicando um anabolizante, e ele falando: "Isso é que é amor, minha enfermeira particular, 'mamis'", e "minha feiosa". E aplicando o anabolizante dele lá.

Muda, por favor.

Então, ele não só faz como ainda quer mostrar. E o Poder Público não está fazendo absolutamente nada sobre isso.

Por favor.

Este vídeo agora está mostrando um atleta de uma entidade.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. MAURÍCIO DE ARRUDA CAMPOS – Pode parar um pouquinho, por favor, o vídeo?

Só para vocês entenderem. Na camiseta dele, está escrito Landerlan. Landerlan é uma empresa paraguaia que fabrica anabolizantes. Então, é patrocinadora do atleta. O logotipo lá atrás é de um evento dessa entidade, NPC. Isso aconteceu há pouco tempo na Bolívia, num evento que eles fizeram na Bolívia. Eles têm esse mesmo evento programado para outubro aqui no Brasil. Não sei se vocês estão conseguindo ver que, na boca dele, há uma seringa de anabolizante. E ele está falando lá: "canetinha louca", com a camiseta da empresa e com...

E também eu gostaria de falar que nós temos aqui uma pessoa que está aqui no auditório, um senhor ali atrás com um telefone, o Sr. Karamello. Ele é um nutricionista aqui de Brasília. Vocês podem digitar Karamello Landerlan – este é o nome da empresa –, Karamello, com "k", Landerlan, no YouTube, e vão ver vários vídeos desse senhor que organiza os eventos da NPC aqui no Brasil. Ele é organizador dessa empresa aqui no Brasil. Ele se mostra dentro da fábrica, falando sobre os anabolizantes: "Isso aqui é de qualidade, vejam o selo holográfico, olhem a qualidade de fabricação desses anabolizantes e tal".

Sobre esse mesmo senhor, vocês podem achar agora, se virem no seu celular de vocês, Karamello, com "k", espaço, Landerlan, que é o nome da empresa. Vocês vão ver vários vídeos dele, com a camiseta da empresa, fazendo publicidade da empresa. E é esse mesmo senhor que é um dos principais envolvidos na organização desses eventos, inclusive esse que vai ter com Schwarzenegger agora, na próxima semana. Está bom?

Eu acho que é isso.

Gostaria de agradecer a atenção de todos e espero que eu tenha conseguido mostrar o nível de consequência disso que nós estamos falando aqui para a saúde da população. Então, extrapolou faz muito tempo o âmbito do esporte e, de novo, não é um problema do fisiculturismo, porque muitos atletas falam: "Nossa, isso vai expor o fisiculturismo". Não vou expor, vou expor um problema social, um problema que é grave, que é de todo mundo, não é só do nosso esporte. Nós estamos na luta, como vocês puderam ver, para banir o uso de drogas no nosso esporte há mais de dez anos. Só tem gente atrapalhando e nós queremos parar com esse processo. Está bom?

Obrigado pela atenção de todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, Presidente. Muito obrigado por sua explanação.

Agora eu passo a palavra ao Sr. Alexandre Dias Bortolato, representante da Federação Internacional de Fisiculturismo.

Antes de o Sr. Alexandre falar, eu gostaria de agradecer a presença aqui dos alunos do Ensino Fundamental 7 de Ceilândia. Muito obrigado a todos vocês pela presença.

Por favor, Sr. Alexandre.

O SR. ALEXANDRE DIAS BORTOLATO – Obrigado, Senador.

É uma honra estar em tão nobre Casa e estar na presença de Parlamentares. Desde 1993 que eu aprendi neste País que, quando a gente tem um problema insolúvel, você chama o Romário. (*Risos.*) E foi o que nós fizemos. Desde 1993, quando ele nos salvou, levou-nos para a Copa do Mundo, fomos campeões mundiais, eu aprendi – e a minha geração inteira aprendeu – que a gente tem que chamar o Romário na hora do aperto.

Senador, obrigado por permitir a nossa presença aqui nesta Casa.

Eu vou falar dos aspectos jurídicos, aumentando e ampliando aquilo que foi falado pela Dra. Tatiana, pelo Sr. André e pelo Maurício. Eu vou falar especificamente da parte jurídica do fisiculturismo e aquilo que pode ser aplicado aos outros esportes, para a gente entender esse problema, como o Presidente Maurício falou, como um problema de saúde pública.

Doping no fisiculturismo, um problema de saúde pública. Vocês veem ali dois logos: um da IFBB Internacional e um da IFBB Brasil, que é a confederação brasileira. Por favor, não confundam, não confundam esse nome, não confundam essa logo com aquilo que o Maurício disse, que a NPC quer trazer o nome IFBB Professional League para o Brasil. Isso não existe. Ela não é uma federação internacional. Federação internacional é aquilo que está no eslaide: IFBB Internacional e IFBB Brasil.

Como o Prof. Maurício disse, nos últimos dez anos, a Federação Internacional de Fisiculturismo luta para transformar o esporte em algo oficial. Nós somos signatários da Agência Mundial Antidoping, nós fazemos parte do Gaisf, nós estamos no The World Games, nós estamos em praticamente todos os jogos esportivos regionais do mundo, estaremos nos Jogos Pan-Americanos de Lima agora, neste ano. Só nos faltam dois reconhecimentos: reconhecimento regional olímpico da Europa e do Comitê Olímpico Internacional. Só nos restam esses dois reconhecimentos.

Foram dez anos de muito trabalho, e a gente agora está a um passo de se transformar em esporte olímpico, embora muita gente tente nos tirar esse mérito por esse trabalho de dez anos.

Eu vou trazer aqui dois conceitos básicos, só para a gente não confundir. Uma coisa é anabolizante. Vamos lá, um conceito bem simples e genérico: os esteroides androgênicos anabólicos, também conhecidos simplesmente como anabolizantes, são uma classe de hormônios esteroides naturais e sintéticos que promovem o crescimento celular e sua divisão. Ponto. Anabolizante é toda substância

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que produz o desenvolvimento de diversos tipos de tecidos – muscular e ósseo. Isso é anabolizante. É importante a gente frisar esse entendimento e a gente diferenciar isso de *doping*. A gente confunde *doping* como simplesmente só anabolizantes esteroides, como bem disse aqui o André na sua primeira explanação. Muitos jovens se utilizam de anabolizantes esteroides na academia da sua esquina, da esquina da sua casa. Isso é um problema de saúde pública. Isso é um problema de saúde pública.

Doping é a presença de uma substância no corpo do atleta ou o uso ou evidência do uso de qualquer substância, ou o método que tenha o potencial para aumentar o desempenho esportivo, que ofereça risco desnecessário a atletas ou atue de forma contrária ao espírito desportivo.

Esse é o art. 2º do WADA Code, que é o Código Mundial Antidopagem.

Doping, atleta, anabolizantes esteroides estão espalhados na sociedade.

Um breve histórico sobre a utilização do *doping*. É a necessidade de melhora de *performance*. E o uso, a gente puxa na história: você vê, lá em 1886, um ciclista se utilizando de Speed Balls, que era cocaína misturada à heroína. Lá em 1886 já se iniciou no ciclismo a utilização do *doping* para melhorar a *performance* de um ciclista. A gente está falando de século XIX.

Em 1920, há relatos de pessoas que colocavam testículos de macaco em atletas. Eu não sei como, eu não quero nem saber como eram implantados esses testículos de macacos em atletas para melhorar a *performance*.

Em 1940, a testosterona; em 1953, você tem ali os hormônicos sintéticos, quando se iniciaram, e depois, com os blocos socialistas, na época da Guerra Fria, você começa a ter uma intensificação na utilização do *doping* no mundo esportivo. Nesse mesmo momento da guerra fria, inicia-se o combate ao *doping*. O Comitê Olímpico Internacional, em 1967, criou uma comissão médica para analisar os casos que a ele eram levados. E nos anos 70, o Comitê Olímpico Internacional credenciou vários laboratórios ao redor do mundo. Hoje são 32, e pode ser que haja algum que tenha sido descredenciado algumas horas atrás ou algum outro que foi credenciado em algum momento atrás. Mas hoje, pelos números que tenho, são 32 espalhados em cinco continentes.

E a legislação? A legislação começou a surgir lá em 1963, quando a França falou: esse é um problema nosso, esse é um problema de saúde pública. E ela começou a trazer para a sua legislação interna o combate ao *doping*.

Em 1998, houve o escândalo do Tour de France, que é uma prova de ciclismo, e, a partir desse escândalo, o Comitê Olímpico Internacional disse: agora, chega. Precisamos realmente nos estruturar funcionalmente, organicamente, para combater o *doping*.

Em 1999 – você estava presente nesse seminário, Maurício – nasce a WADA, que é a Agência Mundial Antidoping, para promover e coordenar o combate ao doping. A WADA é financiada pelo movimento esportivo e por governos do mundo. Ela credencia laboratórios, financia pesquisas, coordena a criação de agências nacionais em cada pais, desenvolve e mantém o programa ADAMS, que é o banco de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dados para monitorar e coordenar o combate ao *doping*. Nós, eu e o Maurício, fazemos parte da Federação Internacional de Fisiculturismo. É muita burocracia. Há muita coisa para fazer. É muito documento, é muita informação. E o Prof. Maurício não disse isso, mas mérito e competência dele, hoje, no *compliance* que o Comitê Olímpico Internacional divulgou para as federações internacionais, nós estamos no mesmo nível que a Federação Internacional de Basquete. Olha o quanto avançamos em dez anos no combate ao *doping* e no movimento de transformar esse esporte num esporte bonito, limpo.

No Brasil, em 2011, foi criada a ABCD, como bem foi dito pelo seu Diretor, o Sr. André. Ela foi criada em 2001. É um órgão vinculado à Secretaria Nacional de Esporte. Até o ano passado era vinculado ao Ministério do Esporte.

Em 2016, através da Lei 13.322... Está aqui a Dra. Tatiana, que é a Presidente do nosso Tribunal de Justiça Desportiva Antidopagem, ou, como nós conhecemos, JAD.

A ABCD coordena e controla o combate ao *doping* no Brasil, e a JAD julga os casos com direito à ampla defesa, ao contraditório dos atletas que forem testados positivamente.

Aqui entra, depois dessa breve contextualização, a minha parte nesta audiência pública em específico. Tínhamos a estrutura orgânica ao redor do mundo e precisávamos de uma legislação específica para esse caso. Foi quando se criou o Código Mundial Antidopagem, também conhecido como WADA Code. Esse código foi criado em 2003. O COI (Comitê Olímpico Internacional) organizou a Conferência Mundial sobre o Doping nos Esportes, em Copenhague, na Dinamarca, e nasceu o Código de Antidopagem. Temos um código, temos regras, temos estrutura orgânica. Agora, precisamos efetivamente combater o *doping*.

O princípio desse código específico é o *strict liability principal*, proveniente da *common law*, proveniente de uma forma de entender o Direito. Explicando vulgarmente o que é a *common law*, é uma forma de entender o Direito diferente de nós, latinos. Lá eles têm princípios, costumes, as fontes são diversas. Aqui a gente tem sempre a ideia de criar uma legislação. Existe um fato social, criamos uma legislação específica para isso. É o oposto na *common law*. E nós temos dificuldade de entender esse princípio, o princípio da responsabilidade estrita. Não se fala em dolo. Foi testado positivamente: olha, se você não tem ali um teste, algum laudo terapêutico, alguma coisa que possa trazer uma novidade para o seu procedimento administrativo, você vai ser condenado; você vai ser punido por quatro anos no mínimo.

Ocorre que várias federações internacionais se tornaram signatárias do Código Mundial Antidopagem em 2003, e o Brasil, o Estado, a República Federativa do Brasil ratificou esse tratado, depositando a ratificação em 2007, na Convenção da Unesco; ou seja, o Código Mundial Antidopagem diz:

4.2.1. As partes que aceitarem o Código deverão implementá-lo, assim como os padrões internacionais aplicáveis, por meio de políticas, estatutos, regras ou regulamentos, de acordo com sua autoridade e dentro das esferas de sua responsabilidade.
[...]

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Artigo 22 - Envolvimento dos governos.
[...]
22.1 Cada governo tomará todas as providências e medidas necessárias para dar cumprimento à Convenção da Unesco.
Ou seja, é preciso que o Governo se envolva na questão – Governo: a União, os Estados, o Distrito Federal e o Município. Todos nós, todos os entes públicos têm de se envolver nessa questão.

É dever dos entes públicos aplicarem o Código Mundial Antidopagem e tomarem medidas administrativas a combater o *doping* em todo o Território nacional, e não apenas nas modalidades esportivas ou vinculadas.

Aí, *data maxima venia* aqui, eu quero explicar uma coisa que o André bem disse. "O limite da minha jurisdição ABCD são as entidades esportivas signatárias do Código Mundial Antidopagem". Concordo plenamente. Está ali no art. 5.2 do Código Mundial Antidopagem, vírgula: a autoridade brasileira de combate ao *doping* é um órgão público e não apenas a ABCD, a Autoridade Brasileira de Combate ao *doping* deve se envolver nesse combate, além das entidades que são apenas signatárias do Código Mundial Antidopagem, senão todos aqueles que se estão vinculando ao Código Mundial Antidopagem, na verdade, estão fora do sistema, porque há mais gente que se dopa do outro lado do que dentro do sistema.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. *Fora do microfone*.) – E se dopam e estimulam a dopagem...

O SR. ALEXANDRE DIAS BORTOLATO – Exatamente! Se nós estamos tratando de um assunto de saúde pública, de interesse difuso e coletivo, é dever, sim, dos entes públicos se envolverem nessa questão.

A Convenção de Paris, de 2005, ratificada no Brasil em 2007, é um tratado internacional que, para ingressar no sistema jurídico brasileiro, dependia de aprovação desta Casa, do Congresso Nacional, e da Presidência da República. O Congresso aprovou: Decreto Legislativo nº 306, de 2007.

Ótimo! Peguei um tratado internacional e o estou trazendo para o meu ordenamento jurídico.

A Presidência da República aprovou a convenção pelo Decreto 6.653, de 2008, ou seja, o Código Mundial Antidopagem está dentro do sistema jurídico brasileiro. Não pode uma entidade lá em Manaus falar: "Não, aqui não vai ter controle de *doping* não". Se é dever dos entes públicos, se nós temos que nos envolver com essa luta, se se trata de uma tutela de interesse difuso e coletivo, por que não?

No mínimo, nós temos uma lei ordinária. No meu entendimento, supraordinária, mas aqui não vamos entrar em questiúnculas jurídicas. No nosso entendimento, é uma norma supralegal. O fato é que a Convenção Internacional contra o Doping nos Esportes está inserida no ordenamento jurídico. É dever do Estado o combate ao *doping* em todo o Território nacional, ponto. Em todo o Território nacional. As medidas de combate ao *doping* no Brasil devem servir não apenas aos esportes olímpicos, como, por exemplo, o caso de Manaus.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A IFBB viu um evento lá que estava colocando o IFBB no nome e falou: "Olha, somos autoridade de teste. Vamos mandar uma missão para lá". E foi a missão, escoltada pela polícia estadual do Amazonas. Não deixaram entrar para fazer teste de *doping*. "Não, aqui é um evento privado, aqui vocês não entram, eu não sou signatário". Ué, mas você não é IFBB? Você não é uma federação internacional? "Não, aqui vocês não entram, aqui quem manda somos nós".

Se houvesse teste de *doping*, um achismo meu, eu duvido que um atleta testasse negativo naquele evento. Um!

Enquanto isso, senhores, pessoas morrem. Pessoas morrem e definham pelo uso de anabolizantes esteroides, induzidas por atletas e treinadores que se utilizam do *doping* para melhorar suas *performances*, propagando o uso via rede social.

Senhores, eu comecei a minha explanação dizendo o seguinte: para minha geração, esse senhor que está do meu lado é meu ídolo. Para aquele cara que está na academia, lá, treinando lá na cidade dos meus pais, lá no interior do Estado de São Paulo, eles estão treinando nas suas academias, eles olham a referência, o atleta que é campeão, e esse atleta está com *doping* até aqui no fisiculturismo.

Nós precisamos tomar medidas sérias para acabar com isso. Pessoas estão morrendo. Uma pessoa, logo após injetar anabolizantes esteroides, morreu em uma academia em Ribeirão Preto no ano passado. Sabem o que veio no laudo médico? Ataque cardíaco.

Como a gente vai mensurar quantas pessoas estão morrendo e quantas pessoas estão definhando pelo uso de anabolizantes esteroides? É difícil! Só que a gente precisa punir ali em cima, a gente precisa punir o atleta de alto rendimento e não só o atleta de alto rendimento, porque ele é a menor partícula. A gente precisa punir o treinador, a gente precisa punir o *coach*, a gente precisa punir a pessoa que está inelegível pelo Código Mundial Antidopagem porque já cometeu uma série de infrações contra o Código Mundial Antidopagem e continua fazendo evento e continua tendo patrocinador e continua pegando todos os atletas e passando esses atletas de uma entidade oficial para o mundo pirata, porque é mais fácil. É muito mais fácil!

No fisiculturismo, o efeito dominó é regressivo: competições piratas que permitem o incentivo de uso do *doping* se proliferam. Os espelhos disseminam... Os espelhos de que eu falo são principalmente os atletas, mas eu quero enfatizar isso: se houver alvos, o atleta é o menor. O nobre Parlamentar sabe disso: o atleta é a menor partícula. Tem ali médico, tem nutricionista, tem *coach*, tem um monte de gente por trás desse sistema e muita gente ganhando muito dinheiro, dinheiro fácil. E muita gente morrendo.

O número de praticantes aumenta, de musculação, vertiginosamente pela ideia do culto ao corpo e não do culto à saúde, e as entidades oficiais, como nós, a Confederação Brasileira, a Federação Internacional de Fisiculturismo, perdem os atletas associados para entidades piratas. E os patrocinadores e as feiras migram para onde está o atleta que é referência no YouTube. O cara tem curtidas, vamos para lá. E a gente fica chupando o dedo, a gente que gastou dez anos e muito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dinheiro, muito dinheiro, para viajar o mundo inteiro, tempo. A gente está perdendo os nossos atletas, e a sociedade está definhando. Pessoas morrem, senhores.

Acho que me empolguei tanto que acabou aqui a pilha. Preciso passar o eslaide para o próximo.

E o que deve ser feito, senhores? Para finalizar a minha explanação. Acho que a gente tem de voltar mais um só. Está no três. Só preciso voltar mais um. Já voltou? O que deve ser feito?

Tráfico de anabolizantes. Lembram que eu falei, naquela introdução, que anabolizante é uma coisa, *doping* é em atleta. Tráfico de anabolizante é crime, já é crime, já se pode prender.

Substância sob controle especial da Anvisa. Todo ano a Anvisa solta uma portaria. A última é a RDC 227, de 2018. Temos a Lei 11.343, de 2006, que é a Lei de Tráfico de Drogas. O art. 33 diz:

Importar, exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor [...], oferecer, ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar, prescrever [...] [um monte de tipos, um monte de verbos] "sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar. Pena - reclusão de 5 (cinco) a 15 quinze) anos e pagamento de 500 (quinhentos) a 1.500 (mil e quinhentos) dias-multa. A Secretaria Nacional de Esporte, a ABCD, a Polícia Federal já tem documentos informativos pela IFBB. É necessária a atuação.

Aqui quero fazer uma ressalva. Eu frequento a ABCD desde julho de 2014. Vim, pela primeira vez, trazer esse tema ao Ministério do Esporte, à época, em janeiro de 2018. Espetacular o movimento desse senhor que está aqui à nossa esquerda, o Sr. André. Ele, sim, falou: "Esse é um trabalho nosso também". E a ABCD enviou cartas para o governo municipal, tomou medidas administrativas. Fizemos uma reunião, foi registrada em ata. Espetacular o trabalho! Foi o único. Pena que o André começou na ABCD há pouco tempo. Foi o único. E olhem que a gente bateu à porta da ABCD por muito tempo.

Nós batemos à porta da Polícia Federal. A Polícia Federal sabe de tudo, sabe de tudo o que é isso, de todos os laudos, o que se faz, o que é tráfico de anabolizantes, da portaria, sabe de tudo, todo mundo está sabendo de tudo. E quais as medidas que os entes públicos podem tomar, tendo em vista que o código mundial da WADA já está no nosso ordenamento jurídico, através daquele decreto de 2008? O que já pode ser feito? Comunicação via mídia, documentos a serem apresentados à Vigilância Sanitária do Município onde se realizam os eventos – foi isso que o André fez –, um termo de ajustamento de conduta com responsabilidade civil e criminal para organizadores de eventos e feiras. Olha, se eu sou organizador de eventos e feiras e não estou fazendo nenhum ilícito, por que não assino um termo de ajustamento de conduta com a Advocacia-Geral da União, com o Ministério Público Federal? Enfim, por que eles não vieram aqui?

Necessidade de atuação em conjunto com a Advocacia-Geral da União, o Ministério Público Federal, a Polícia Federal, a Secretaria Nacional de Esporte e a ABCD.

O Ministério do Esporte e a ABCD, como eu disse, têm conhecimento, desde janeiro de 2018, especificamente desses casos que nós trouxemos aqui hoje.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por último, o que esta nobre Casa pode fazer? Desta audiência pública – eu rezo –, quem sabe, saia um projeto de lei de criminalização do *doping*. Se a gente punir o espelho, se a gente punir lá em cima, aqui embaixo ele vai perder a referência. Lá em cima vou ter que ter alguém saudável, senão perdi a minha referência. É preciso, sim, punir o *doping*. O anabolizante esteroide já é crime; aqui nós temos o *doping*. Que possam ser punidos criminalmente os organizadores de eventos e campeonatos que se associem a pessoas ou entidades traficantes de anabolizantes...

Senhores, daqui a duas semanas vai ter um evento no Brasil cujo principal organizador está na lista de inelegíveis da WADA desde o ano passado, e o cara está fazendo dinheiro aqui. Se ele não vem, ele manda alguém no lugar dele. Isso é empresa internacional, tem mais essa.

Que possam ser punidos criminalmente organizadores de feiras e eventos, que possam ser punidos os treinadores, médicos, nutricionistas, toda pessoa que faça parte do *staff* do atleta, que induza o atleta a se dopar. Que possam ser punidos criminalmente todos aqueles que divulgam o uso do *doping*, de anabolizantes, através de qualquer meio de comunicação; que possam ser punidos criminalmente os responsáveis de empresas e entidades privadas que se associem a fabricantes ou traficantes de anabolizantes ou que, em seus produtos, fazem inserir substâncias que estão sob aquela portaria da Anvisa. Tem muito isso. Tem muito isso, e todo mundo sabe.

Senhores, muito obrigado. Mais uma vez, esta exposição tinha de ser assim. A gente tem que trazer de uma maneira que os senhores entendam a real necessidade. Vou acabar a minha explanação com a seguinte frase: tem gente morrendo. Tem gente morrendo. Esse é um assunto... Criminalizar o *doping* é uma questão de saúde pública.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Parabéns pelas palavras, pelas colocações, pela explanação.

Nós vamos começar, agora, a fazer as perguntas. Vamos, primeiro, perguntar para a Dra. Tatiana, porque ela tem um voo e tem que sair daqui ao meio-dia.

Doutora, vou ser o primeiro a perguntar. Tenho uma curiosidade em relação ao evento, que foi falado, do Arnold Schwarzenegger: se as pessoas que lá frequentam, se esses competidores que fazem parte desse evento usam drogas... Lá é um evento que não é oficial da IFBB, pelo que estou entendendo, certo? Se é sabido por todos que esses atletas participam desse evento usando drogas, por que eles não podem ser punidos? Ou seja: o que eu quero dizer é se, quando ele for participar de um evento que seja oficial, no caso da IFBB, ele automaticamente não poderia participar porque foi punido pelo uso de drogas. Como é que é feito esse acompanhamento se existe essa possibilidade de acontecer, já que ele usa drogas – e a gente sabe que usa –, e lá ele pode? Nesse aqui, ele não pode e ele não usa, mas usa lá, que a gente sabe. Não acontece nada?

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Só para pensar, nessa mesma pergunta: há uma lista negra, que é clara para todos nós aqui, e eles estão no Brasil

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tripudiando na nossa cara dizendo: "Venham, porque no Brasil está liberado"? Foi o que vocês dois praticamente disseram para a gente.

Então, só para concluir o que o Senador Romário disse, doutora.

A SRA. TATIANA MESQUITA NUNES – Obrigada pela pergunta.

Em relação, especificamente, ao ponto do atleta que compete naquele evento privado, nessa competição paralela e que, depois, vem competir em um evento oficial. Na verdade, o Código Mundial Antidopagem, que foi integrado à legislação brasileira, prevê a possibilidade de jurisdição da ABCD, digamos assim, em basicamente duas situações: ou em uma competição oficial, se a competição foi organizada pela federação, ou também é possível se o atleta for um atleta que participe de competições oficiais, ou seja... Eu não vou usar o conceito de atleta profissional, porque, na nossa legislação, o conceito de atleta profissional é muito debatido e muito complexo. Se formos pegar ao pé da letra, o único atleta profissional é o do futebol, é o que tem o contrato desportivo. Mas, usando a linguagem um pouco mais vulgar do atleta profissional, aquele que pratica o esporte e que não é considerado o amador, fazendo por exclusão, também é possível que ele esteja sujeito ao controle de dopagem.

Existe uma peculiaridade nesse caso, Senador: o anabolizante é uma substância não especificada e, na lista de substâncias da agência mundial, as substâncias podem ser classificadas como especificadas e não especificadas. As especificadas são as substâncias que, presumivelmente, o atleta não tomou para fins de dopagem. Então, existe uma presunção positiva para o atleta. É o caso, por exemplo, da Neosaldina. A Neosaldina é uma substância proibida, mas é presumível que ele possa ter tido uma dor de cabeça e não a usou para fins de *doping*. Quanto às não especificadas, ao contrário, a presunção é de que houve a utilização com intenção de aumento de *performance*. O exemplo clássico é o anabolizante. Então, o anabolizante é uma substância não especificada.

Em geral, as substâncias não especificadas são controladas tanto em competição como fora de competição. Então, é possível, sim, que esse atleta, se ele for atleta que participe regularmente de outras competições, seja testado fora de competição.

O que me parece que está acontecendo nesses casos? Alguns atletas sequer estão competindo, não estão competindo em mais nenhuma competição oficial; estão completamente afastados e estão completamente inseridos nesse sistema paralelo, o que faz com que, do ponto de vista do tribunal...

O André, talvez, possa trazer alguma questão ligada à ABCD, mas, do ponto de vista do tribunal, a gente só consegue julgar os casos sobre os quais a ABCD tem jurisdição e traz para o tribunal. Havendo uma dificuldade de jurisdição da ABCD, porque o atleta não é um atleta profissional, sob o ponto de vista vulgar, ou seja, ele não participa mais de nada, não está ligado mais a uma federação, ele se desfiliou da federação e está completamente nesse campeonato privado, a gente perde a jurisdição sobre esse atleta.

E, quanto à questão da lista negra, o que me parece é que eles trouxeram não só atletas, mas também organizadores que compõem essa lista negra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que é essa a discussão que a gente está trazendo aqui para esta Casa, porque, como foi bem colocado pelo Alexandre, a gente tem a convenção. A convenção fala: "Estado, vocês têm de tomar medidas". Mas, neste momento, talvez seja necessária uma espécie de passo legislativo para que haja os mecanismos pelos quais serão possíveis tais medidas.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Mais uma pergunta, doutora: quais são as modalidades que mais registram casos de *doping* no País?

A SRA. TATIANA MESQUITA NUNES – Eu estou inclusive com os dados abertos.

É muito difícil a gente responder à pergunta sobre quais modalidades mais possuem casos de *doping*. Por quê? Porque existe toda a questão da estruturação da possibilidade de teste.

Então, há modalidades que acabam sendo, por questões de organização, por questões de possibilidades, mais testadas e outras menos testadas. Mas, entrando particularmente nos casos que chegam ao Tribunal de Justiça Desportiva Antidopagem, que são os casos em que há o resultado positivo de *doping* ou uma evasão, ou uma recusa de parte do atleta de se submeter ao exame, o que também é possível, a modalidade em que hoje a gente mais tem tido incidência é o futebol, mas não porque o futebol seja o que tem mais casos de *doping*, mas porque o futebol é o que mais tem jogos e campeonatos no Brasil, e, consequentemente, muito mais testes. Então, assim, é um dado que é um pouco falacioso.

Mas, entrando no caso do fisiculturismo, o tribunal já recebeu... Só para passar aqui um dado que pode ser interessante para esta discussão: o tribunal já recebeu e julgou nove casos de fisiculturistas desde a sua criação. A gente teve o julgamento de 150 casos... Estamos processando 150 casos desde a nossa criação, recebemos 150 casos, mais ou menos, e, desses, nove são de fisiculturismo. Mas, em 100% dos casos de fisiculturismo, são anabolizantes, sendo que, na verdade, dois foram por recusa do atleta em se submeter ao exame, o que gera a presunção de que ele tinha alguma substância no seu corpo.

Então, o fisiculturismo é um caso bastante emblemático, porque a gente tem, diferentemente do que ocorre nas outras modalidades em que, às vezes, a gente tem substâncias especificadas, que são menos sérias, digamos assim, menos graves, e, às vezes, não especificadas, que são mais graves, no fisiculturismo a gente só... Tanto que todas as punições do tribunal foram de quatro anos, que é uma punição gravíssima; é a punição mais grave se não houver outros agravantes como uma reincidência. Mas, do ponto de vista da dosimetria penal, a mais grave é a punição de 48 meses. E todas as punições que tivemos no fisiculturismo, até hoje, foram desse tempo.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Doutora, uma outra pergunta: reconhecidamente pela Justiça Desportiva, qual é o laboratório do Brasil que representa a WADA aqui no País?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero te perguntar isso porque tivemos aqui uma audiência pública, há dois anos passados, na Comissão da qual eu era Presidente, a CE, onde houve algumas conversas sobre esse tema, e até hoje eu não consegui entender, definitivamente, qual é o laboratório que é reconhecido pela nossa Justiça Desportiva.

Eu não sei se a senhora poderia responder essa pergunta.

A SRA. TATIANA MESQUITA NUNES – Senador, nós temos hoje um laboratório no Brasil que é vinculado à Universidade do Rio de Janeiro, é o LBCD. Esse laboratório é hoje o laboratório no Brasil credenciado pela WADA, que é onde a ABCD realiza os testes relacionados à coleta. Esse laboratório passou um período em que ele não estava credenciado. Talvez tenha sido neste momento em que houve a discussão.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Na verdade, o credenciado era uma faculdade de São Paulo. Houve um período desse, se eu não me engano?

A SRA. TATIANA MESQUITA NUNES – Isso acho que foi, inclusive, antes da criação, não sei se foi antes da criação da ABCD, mas certamente antes da criação do tribunal.

A partir do momento em que houve a criação do nosso tribunal...

O SR. ALEXANDRE DIAS BORTOLATO – Só um parêntesis, Senador. Sim, era na USP, em São Paulo.

A SRA. TATIANA MESQUITA NUNES – E isso deve ter sido já há alguns anos.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Exatamente.

A SRA. TATIANA MESQUITA NUNES – Com certeza, desde a criação do tribunal, é o LBCD que é o responsável por esses testes.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem.

Senadora Leila, se quiser fazer alguma pergunta à Dra. Tatiana.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – E, doutora, quais os critérios que foram postos para a seleção desse laboratório? Como é que... Porque nós temos vários laboratórios no País, vários. Quais foram os critérios para a seleção desse laboratório?

A SRA. TATIANA MESQUITA NUNES – Senadora, eu não sei responder essa pergunta.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – No caso, a WADA poderia me responder, o André?

O SR. ANDRÉ SIQUEIRA – O LBCD submete os processos dele para a WADA, a WADA analisa e vê se está em conformidade com o *international standard*, o padrão internacional para laboratório e aprova ou não. É um processo absurdamente rigoroso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na América do Sul, hoje, nós temos só Rio de Janeiro e Bogotá, sendo que Bogotá está suspenso, não sei até quando, e não há mais intenção da WADA de abrir outros laboratórios aqui, na América do Sul. Há a intenção de abrir na África somente, que eu saiba.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Então, esse laboratório atende à América do Sul?

O SR. ANDRÉ SIQUEIRA – Boa pergunta. Ele atende ao Brasil. À América do Sul atende, se a facilidade de se mandar material biológico para cá for implementada. Isso é uma dificuldade que o laboratório tem, tremenda, porque é mais barato a Argentina mandar para o Canadá, mandar para Los Angeles, para Cuba, para México, para Portugal, para qualquer lugar do que mandar para o LBCD, porque Anvisa, Receita criam tantas barreiras, é tão difícil, é tão complicado, é tão caro, que preferem mandar para mais longe.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Entendi.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Sr. André, só uma pergunta.

O SR. ANDRÉ SIQUEIRA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – A gente está falando desse laboratório, ele atende a todos os esportes?

O SR. ANDRÉ SIQUEIRA – A todo o esporte nacional. E é o único credenciado pela WADA para tanto aqui, no Brasil. Na América do Sul, há o de Bogotá que estava, até pouco tempo atrás, descredenciado. Não sei como é que está agora.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – No caso, a ABCD, que é a Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem, já tem todos os seus membros nomeados no presente Governo?

O SR. ANDRÉ SIQUEIRA – Não, ainda não temos.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – O que falta?

O SR. ANDRÉ SIQUEIRA – Falta a nomeação do secretário, do chefe de gabinete e faltam alguns membros do corpo da ABCD.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – E o orçamento da ABCD para este ano permite que se possa contar com uma atuação efetiva em programa de combate ao uso de *doping*?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANDRÉ SIQUEIRA – Sim, temos orçamento. A gente tem orçamento para isso. Já temos o plano de distribuição de testes feito, temos tudo caminhando perfeitamente nesse sentido. Claro que, se tivéssemos mais verba, poderíamos fazer mais ações e mais coisas, mas, como está, a gente vai bem.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Depois desses grandes eventos que nós tivemos aqui, no País, como Copa do Mundo, Olimpíadas e Paralimpíadas, como o senhor vê a atuação hoje do controle de dopagem do Brasil? Evoluiu?

O SR. ANDRÉ SIQUEIRA – Sem dúvida que evoluiu. E, na verdade, o fato de os Jogos Olímpicos terem vindo para o Brasil foi o grande fator para ter sido criada a ABCD. Se a gente não tivesse aqui o Rio 2016, eu tenho quase certeza absoluta de que estaríamos até hoje sem uma autoridade brasileira de controle de dopagem. Apesar de a assinatura do nosso acordo com a Unesco ter sido feita lá, em 2005, V. Exa. veja que só em 2011 é que foi implementada a ABCD de fato e de direito.

A situação depois dos Jogos, Copa do Mundo e Pan-Americano, dessa época de esporte, se compararmos com o período anterior, melhorou, mas, se compararmos com aquele período pré-Jogos e pré-Copa, a situação, obviamente, como de todo o esporte nacional, deu uma caída. Isso é inegável.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Senador, só quero dizer que nós não acabamos o período. Nós temos Pan-Americano e Olimpíadas no ano que vem.

O SR. ANDRÉ SIQUEIRA – Sim! Sim, sim, sim, sim.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Então, esse ciclo é contínuo...

O SR. ANDRÉ SIQUEIRA – E eterno.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – E a minha preocupação é a seguinte: sobre recursos. A gente sabe que a secretaria nacional está parada, está numa letargia – vou aproveitar aqui e falar sobre isso. Nós estamos precisando, realmente... E, aí, peço ajuda ao Senador Romário e aos pares, aproveitando aqui o Flávio Arns e o Senador Styvenson – desculpe, Styvenson, já é meio-dia, hora do almoço, já vai faltando energia.

Secretaria Nacional de Esportes parada, a da Cultura parada. Temos que entender o que está acontecendo ali. Não é só a ABCD que está parada. Todo o corpo da secretaria nacional, a Secretaria Nacional de Esportes está parada, Senador. Nós precisamos ver com o Ministro Osmar Terra o que acontece. Já estive com o General Marco Aurélio, ele já esteve aqui, em audiência conosco, inclusive os dois, falando, explanando aí os objetivos do Ministério da Cidadania, cada um explicando a questão das secretarias, mas até o momento não houve as nomeações.

A ABCD está parada, que eu sei, e...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – É uma comissão que tem que ser feita.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Precisamos demais!

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – E não foi nomeada ainda essa comissão, segundo o General.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Também.

Então, nós precisamos realmente, junto, aqui, aos pares – não sei como é que nós podemos proceder aqui –, pedir um esclarecimento junto ao ministério e junto à secretaria do porquê. Nós estamos falando de um ano muito importante para os atletas, e diariamente eu recebo mensagens, venho e faço audiências com atletas aqui, referências esportivas, entidades, todos muito preocupados com os trabalhos da Secretaria de Esportes lá, do Ministério da Cidadania.

Só para ressaltar isso aqui para todos nós aqui, que estamos na audiência.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem.

Dra. Tatiana.

A SRA. TATIANA MESQUITA NUNES – Na verdade, é só para colocar mais um aspecto em relação à pergunta. Também o tribunal é fruto dessas discussões pré-Jogos, pré-Jogos Olímpicos. O tribunal foi criado, não por coincidência, em 2016. E o tribunal é fruto de uma discussão bastante importante e é um ganho para a nossa Justiça Desportiva, para o nosso controle de dopagem, porque a discussão vinha muito em relação à uniformidade das decisões em relação à modalidade esportiva. Ou seja, a gente tinha, por ser o *doping* julgado em cada uma das confederações, e cada modalidade tinha o seu próprio tribunal, a gente tinha a mesma substância, às vezes, encontrada com o mesmo tipo de intencionalidade e, em um tribunal, era dada uma pena de dois anos, no outro, de quatro, por exemplo.

Então, o tribunal vem justamente nesse pleito de tratar de ser um tribunal que acaba sendo especializado na matéria antidopagem, que é uma matéria muito específica, diferente da matéria disciplinar que também é tratada pela Justiça Desportiva das confederações, vem com essa ideia, vem com esse caráter pluripartite, que coloca as discussões em um nível bastante elevado, e vem justamente para dar essa uniformidade de que o esporte precisava e em resposta a todas essas necessidades que nasceram no momento da construção dos jogos.

Então, só para agregar à questão da ABCD.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Eu só gostaria...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Senador Flávio Arns, com a palavra.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – ... Presidente Romário, de dizer que, em primeiro lugar, eu gostei muito das falas, muito preocupantes ao mesmo tempo. Estava conversando, rapidamente, com a Senadora Leila e com o Senador Styvenson. Da minha parte – eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acho que é também o sentimento da Comissão –, gostaria de receber de vocês subsídios para a elaboração daquilo que dependa do Congresso Nacional. Vocês, como tribunal, como autoridade, também como profissionais da área, poderiam mandar um documento para a gente. Aí nós submetemos isso para a Consultoria Legislativa para não ficarmos estudando... Para que tudo aquilo que vocês pensarem nós possamos colocar naquilo que dependa do Congresso Nacional, não é, Senadora Leila e Senador Styvenson? Aí a gente faz um projeto até da Comissão, talvez, alguma coisa coletiva.

Agora, ao mesmo tempo, recebemos denúncias sérias aqui, sérias, e nós todos somos agentes públicos. Então, a gente precisa pensar. Olha, foram feitas denúncias, e a gente tem que pensar no que fazer. Agora, eu diria o seguinte, em primeiro lugar. A Comissão, em função da audiência pública, deve oficiar, como Comissão de Assuntos Sociais do Congresso Nacional, para o Prefeito, para o Secretário de Saúde lá do Município de São Paulo, para o Secretário de Segurança do Município de São Paulo, para todas as autoridades, para a Comissão de Educação e dizer: olha, recebemos essas denúncias todas e queremos providências para que, pelo menos, as coisas sejam feitas de acordo com os documentos internacionais já agregados ao nosso ordenamento jurídico. Segunda coisa: oficiar a todos os órgãos mencionados, porque foi dito que todos os órgãos já têm conhecimento exaustivo do problema.

Então, vamos, como Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal, oficiar para a Polícia Federal, para a Receita, para o Ministério da Saúde, porque, quando um braço é amputado, uma perna é amputada ou tem um problema de saúde, como foi dito, toda a sociedade vai ter que pagar por isso. Nós já não temos dinheiro de saúde... Quer dizer, vamos prevenir, evitar, mas oficiar, principalmente para a Polícia Federal. Eu estava perguntando aqui para o Aires, que é o meu chefe de gabinete, inclusive, por exemplo, qual é o processo de autorização, de fiscalização de academia, já que há uma denúncia de que lá o corriqueiro é ter o uso de substâncias proibidas. Quer dizer, houve essa denúncia. Então, temos que dizer o que nós vamos fazer, não é verdade?

Então, é nesse sentido de tomar essas providências. Agora, eu colocaria a Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem e tudo, quer dizer, fora, oficial. Nós temos que ter a nossa legislação aqui no Brasil. Porque é só oficial... Claro, se é um tribunal, você não ficar julgando, mas que aconteça o controle, a autoridade, que é o André no caso, mas é preciso que nós recebamos de vocês – permitam-me chamar de "vocês", os que participaram da audiência –, porque vocês sabem onde está o pepino lá, onde dói o negócio, para a gente fazer uma legislação prática, objetiva, que funcione e pensando no bem da população.

Quando você falou no jogo limpo, André, achei muito bom. Achei pouco 130 mil pessoas, porque eu fui, por exemplo, Secretário de Educação lá do Paraná e incentivamos muito os jogos escolares, por exemplo – de 5 mil passamos para 15 mil –, mas há os Jogos da Juventude, Jogos Universitários, Olimpíadas das Apaes, das entidades coirmãs. Só no Paraná, a gente vai para umas 30, 40 mil pessoas. Então, a gente deveria pensar – não é desta Comissão, porque aqui é saúde basicamente, mas nós estamos juntos aqui na educação, cultura e esporte também – para ter esse material, porque eu gostaria de saber... Eu nunca vi nada – não prestei atenção, pelo menos – de filme, de material e tal. E

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trata-se de articular essas coisas, mas, principalmente, de fazer com que a polícia fique em cima. Hoje em dia, a Polícia Federal... Vamos mandar para o Juiz Sergio Moro também. Vamos mandar essa denúncia... Aliás, juiz, não, para o ex-Juiz Sergio Moro, Ministro da Justiça. A Polícia Federal está lá. Eu acho que mais interessante do que mandar para a polícia é mandar para o Ministro e para a polícia junto, manda-se para os dois ao mesmo tempo. E vamos trabalhar para promover a saúde, o esporte, claro, o bem-estar.

Eu gostei muito das falas, mas fiquei muito preocupado também. Vamos falar com o Bruno Covas, neto do Mário Covas, para ele, pelo menos, dizer assim: "Olha, o Senado, o Congresso me alertou que o Secretário de Segurança, que o Secretário de Saúde... Para eles verem essa coisa de comunicação, cobrarem, verem, fazerem os exames e tal. E vamos batalhar nisso, não é, Leila?

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Sim, sim.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – E Styvenson também, não é?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Ficamos no aguardo então.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ALEXANDRE DIAS BORTOLATO – Claro.

Eu posso, Senador, Presidente da Mesa, pela ordem, só fazer um breve parênteses? O Senador Arns, a Senadora Leila e o Senador Romário pegaram o espírito mesmo. É mais do que a gente ficar naquela discussão de o Código Mundial da WADA me diz que a jurisdição é essa. Então, eu só posso atuar aqui. Eu não posso fazer teste de controle. Nós sabemos disso. Isso é verdade, só que todos, a partir do momento em que a autoridade brasileira de combate ao *doping* é um órgão público, são agentes públicos. É mais do que simplesmente cumprir o ritualzinho do Código Mundial Antidopagem. Podemos, sim, tomar medidas administrativas e ir além, nós somos agentes públicos e temos um problema sério de saúde pública.

Então, a gente pode enviar ofício para os Municípios onde há eventos. Duvido que – há muitos eventos acontecendo – todos os eventos tenham alvará de vigilância sanitária, alvará do Corpo de Bombeiros, alvará de segurança pública. Algumas feiras, megafeiras, sim, mas eu duvido que o resto tenha. Podemos ir além. Podemos entender a autoridade brasileira de combate ao *doping* não apenas no aspecto restrito daquilo que diz o Código Mundial Antidopagem: ali também existe um órgão público, são agentes públicos, e se pode ir além, pode-se fazer mais.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Quer fazer uma pergunta para a Dra. Tatiana?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Eu ia, mas eu vi que ela está com tanta pressa...

A SRA. TATIANA MESQUITA NUNES – Pode fazer, dá tempo!

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Vai perder o voo? Se for perder o voo, eu faço a pergunta aos demais.

A SRA. TATIANA MESQUITA NUNES (*Fora do microfone*.) – Não, não, pode fazer.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Eu separei bem, Sr. Presidente, a questão do *doping*. Separei bem o que o Flávio Arns disse e que Leila estava falando também, sobre uma nova legislação ou uma adequação da legislação, mas que seja cumprida, porque o que já existe... É a pergunta para a senhora: não funciona porque não tem fiscalização? Já li ali que há até penalidade de 5 a 15 anos no caso da venda da substância, da droga.

Já que a senhora vai embora e está com muita pressa...

A pergunta, além dessa: seria necessário a gente criar hoje um mecanismo... Porque o *doping* existe, mas, no momento em que é feita a fiscalização, em que é feita a triagem por amostragem durante a competição ou fora da competição... Como é que um atleta chega a um nível de competição só com batata doce e frango? Por que não entra na minha cabeça... Se existe esse atleta, se é feito durante a vida toda dele de atleta ou só durante a competição.

Vou ser bem claro. Eu vou ser motorista de caminhão, uso drogas, passo seis meses sem usar, faço aquele sacrifício, depois volto a usar de novo. Passo um período sem utilizar, já que vou passar pelo *antidoping,* ou tomo um medicamento que corta o efeito e altera essa substância ou boto a urina de alguém, burlo de qualquer forma, vou trapacear. Não poderia ser feito de forma contínua? Mas eu já ouvi que a senhora respondeu que há uma dificuldade muito grande de atendimento dessa questão do *doping*.

Mas, na questão do jogo de futebol, e aí o Romário pode me dizer melhor... Há centenas de atletas de futebol e de outros esportes que são dependentes químicos de maconha, *crack*, cocaína. Isso pode ser considerado também como *doping*? É qualquer substância, como foi lido ali, que possa modificar a característica... Há uma estatística do tribunal da senhora sobre qual é a substância mais presente? Porque, se for a porcaria da droga mesmo, da cocaína ou do *crack*... Há vários atletas que deixam a profissão para serem internados em readaptação. Gostaria de saber se isso acontece e se poderia ser feito esse processo de fiscalização esporádica, ou de surpresa, em atletas.

Eu não consigo imaginar... Está aqui um monte de crianças, eu vejo um monte de crianças de escola da Ceilândia. Todos têm um sonho aqui, de ser atleta ou de ser grande, forte, bonito, musculoso, *fitness*, se sacrificando não só com a disciplina da alimentação, mas muitas vezes se sacrificando para o corpo perfeito. É preciso deixar claro aqui: tem um custo ter um corpo perfeito para essas competições, tem um custo e o custo é muito alto. As pessoas precisam saber disso. De anoréxicos a pessoas com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

problema de bulimia, existem muitas. Há pessoas que se privam de certos alimentos e ficam desnutridas. De que adianta ficar gigante e desnutrido?

Já que a senhora está com tanta pressa...

Dou um exemplo de punição rígida, um exemplo de punição que foi eficiente e que desmotiva. Acho que nem todos aqui vão lembrar, mas um ciclista americano – depois teve câncer – usou a vida toda anabolizante, foi campeão centenas de vezes, e ele afirmou em entrevista que, se pudesse voltar no tempo, tomaria tudo de novo.

Pergunto-lhe: é o que está acontecendo hoje na sociedade? Mesmo com tanta proibição, Flávio Arns, com tantas leis, com tanto enrijecimento penal... Vai parar?

A SRA. TATIANA MESQUITA NUNES – Bom, essa é a grande pergunta.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Foi pena perpétua a dele, foi banido do esporte para sempre e teve seu nome apagado.

A SRA. TATIANA MESQUITA NUNES – Essa é a grande pergunta do controle de dopagem.

Divido um pouquinho a sua pergunta.

O nosso primeiro desafio é o seguinte: enquanto o controle de dopagem... Isso até tem mais relação com a atividade da ABCD do que do tribunal, mas como acaba havendo... Como nós conhecemos toda a atividade da ABCD pelo fato de o caso chegar ao tribunal, eu posso responder um pouquinho sobre isso. O grande desafio que a gente enfrenta no controle de dopagem é conseguir acompanhar as inovações, porque todo esse sistema de que a gente está falando – médico, nutricionista, *coaching* –, que gera dinheiro, faz com que muitas vezes as inovações estejam um passo à frente do nosso conhecimento. Então a WADA está incluindo novas substâncias na lista, fazendo a detecção de novas substâncias que causam efeito dopante, mas amanhã já há uma nova que está sendo utilizada pelos atletas, que ainda ninguém sabe que é utilizada para esse fim, além dos métodos mascarantes.

Então amanhã o atleta está tomando um anabolizante... Foi o caso do Armstrong: ele utilizava um método que, inclusive, era com o incremento das hemácias, se não me engano. Eu li a biografia dele. Ele usava o próprio sangue e, até então, os exames não detectavam quando era o próprio sangue da pessoa, mas só quando você utilizava o sangue de outra pessoa. A questão é que a evolução das práticas fraudulentas às vezes está um passo à frente da evolução do nosso conhecimento de que essas práticas existem.

Então existe esse primeiro desafio – isso é um desafio – e, quanto mais a ABCD e as autoridades responsáveis tiverem orçamento, estrutura, mecanismos, mais rápido a gente vai conseguir chegar a esse patamar.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Está dentro do que eu perguntei sobre... Já que a senhora disse que tem acesso a todos esses processos, qual é a estatística de droga, maconha, cocaína, *crack*?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. TATIANA MESQUITA NUNES – Não são as substâncias mais encontradas. Nós temos, disparadamente, que o anabolizante é o mais encontrado. Já tivemos casos tanto de maconha como de cocaína. Disparados à frente estão os anabolizantes, é a primeira substância. E a segunda são os diuréticos, porque eles são mascarantes de outras substâncias. Não são os diuréticos em si, que muitas vezes são utilizados para fins, por exemplo, de esporte de luta, para fins da pesagem –a pessoa emagrece para poder ser pesada e entrar numa categoria diferente –, mas os diuréticos também têm um efeito mascarante, de mascarar outras substâncias no organismo. Então, primeiro são os anabolizantes e, em segundo, vêm os diuréticos. Hoje, em termos de estatísticas, são os mais encontrados no nosso controle, o que é extremamente preocupante; o fato de a substância mais encontrada ser um anabolizante é extremamente preocupante.

A questão dos testes. Eu digo que mais de 90% – o André vai poder me corrigir se eu estiver errada – do que a gente detecta são substâncias encontradas após testes em competições. Mas há, sim, casos de testes fora de competição. Eu acho que isso também é uma questão de possibilidades...

O SR. ANDRÉ SIQUEIRA – A gente faz o balanço de mais ou menos 70/30: 70 em competição e 30 fora de competição, 70% e 30%.

A SRA. TATIANA MESQUITA NUNES – Mas certamente eles vão encontrar sempre mais casos em competição. Por quê? Porque há substâncias que são proibidas só em competição e outras que são em ambos os casos, tanto fora de competição como em competição. Então necessariamente...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Qual é a substância que não é proibida durante a competição que pode ser usada? Há uma substância que você disse que melhora a massa muscular...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. TATIANA MESQUITA NUNES – Teoricamente não. Só se for uma substância que sequer se conheça, que, como eu estava dizendo, esteja adiante ainda, que a gente não chegou lá. E, quando eu digo "a gente", não é só o Brasil, porque a lista de substâncias proibidas vem da Agência Mundial Antidopagem. O Brasil é signatário do código e o incorporou no nosso ordenamento jurídico, a gente segue a lista mundial. Ou seja, quando a gente está falando "a gente", está falando do mundo, não é só Brasil não. O mundo ainda não conseguiu, às vezes, detectar...

O SR. ANDRÉ SIQUEIRA – São laboratórios do mundo inteiro que estão nessa corrida, na corrida contra o *doping*. Então, o atleta consegue uma substância ou consegue usar as substâncias de maneira diferente ou usando outro método diferente, e os laboratórios do mundo inteiro – esses 32 e mais alguns – vão tentar, então, chegar junto, correr atrás e conseguir um meio confiável de detectar aquela substância ou aquele método para poder dizer com certeza: "Esse atleta se dopou com essa substância, dessa maneira. Então, ele tem que ser punido."

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Então, a pergunta que eu fiz... Eu a fiz para a Leila aqui, em *off, v*iu, Romário? Eu perguntei para Leila: "Leila, me diga uma coisa: você nunca tomou nada?" (*Risos.*)

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Eu falei para o Styvenson que eu e o Romário somos de uma geração que era talento.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Amém!

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Muito treino...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – É isso aí.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – ... e nós tínhamos pavor dessa coisa. Nós tínhamos até preconceito. O máximo que nós tomamos foi aminoácido ramificado, creatina, substâncias que só ajudavam a gente a se recuperar para o próximo treino.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Mas com acompanhamento de especialista, claro.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Total. Assim, o que eu quero falar sobre *doping*?

Você terminou, Styvenson?

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Não, não...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Ah, então termina.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Não, pode falar. Eu quis dizer isso.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Eu acho assim... Primeiro, eu não pude concluir porque eu acho que a doutora está saindo, não é, doutora?

A SRA. TATIANA MESQUITA NUNES – Não.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Não é nem direcionado à senhora, mas quero agradecer e dizer que foi ótima a explanação de todos vocês. Também dou os parabéns ao Presidente pela iniciativa, também pelo convite feito ao Centro de Ensino Fundamental 7, da Ceilândia Sul, aos meninos que estão aqui com os professores, ao Diretor José Idoval e ao Prof. Lúcio Rogério – é bacana a gente ver o trabalho que eles estão fazendo com os nossos alunos.

Já emendando a respeito disso, eu queria saber o seguinte. Você falou muito sobre as campanhas, sobre o trabalho, o programa educativo, o jogo limpo, o *fair play*. O que a ABCD efetivamente tem feito nesse trabalho de parcerias com as escolas também? Eu acho que é importante. A gente tem que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trabalhar a base com as confederações, o esporte de base. A nossa preocupação maior: a gente tem que trabalhar o esporte de base. Essa é uma parte.

Além disso, eu quero dar os parabéns aos dois, ao Prof. Maurício e ao Prof. Alexandre, pela coragem. Vocês estão aqui representando o fisiculturismo, mas... A preocupação de expor a modalidade... Muito pelo contrário, vocês vieram aqui e tiveram a coragem de expor uma realidade, como os Senadores Flávio Arns e Styvenson falaram. Vocês abriram os nossos olhos para a realidade principalmente das academias. A questão do *doping* não é um problema no esporte só – e o esporte está monitorado; nós temos aqui uma ABCD que está monitorando, nós temos várias entidades –, mas é um problema de saúde pública. Nós estamos perdendo os nossos jovens por causa dessa questão da cultura ao corpo, do culto ao corpo, da mulher marombada, do rapaz bonito.

Então, nós temos que ter uma maior fiscalização nas academias, ver essa questão do trabalho junto aos preparadores físicos, a questão da educação física. Realmente, nós precisamos discutir isso de uma forma mais aprofundada.

Eu acho que foi importantíssimo esse tema que vocês trouxeram para nós. E vocês podem ter certeza de que esta Casa está de portas abertas para escutarmos toda essa demanda, toda essa denúncia com relação a essa questão do *doping,* porque o esporte, gente, virou um grande negócio para a indústria de entretenimento, e o grande garoto-propaganda desse uso de substância e de performance é o atleta, que está sendo, na verdade, usado por essas pessoas que estão utilizando o esporte de forma errada, porque o esporte não é isso.

Eu quero dizer para você, Styvenson, meu amigo, o seguinte. Você me perguntou como é que eu joguei quatro Olimpíadas e já fui uma das melhores do País e do mundo na minha modalidade. Isso foi possível treinando diária e exaustivamente, abdicando da minha adolescência e da minha família pelo sonho de representar o meu País. O esporte é isto: é jogo limpo, é saúde. O esporte não é o que estão vendendo nas academias, não é o que estão vendendo nesses eventos baratos e errados. Isso não é saúde. A gente tem que trabalhar, esta Casa não pode se omitir com relação a isso. Nós vamos trabalhar isso.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, Senadora!

Dra. Tatiana com a palavra.

A SRA. TATIANA MESQUITA NUNES – Senadora Leila, antes de o André poder responder a sua pergunta, eu gostaria de colocar uma última coisa antes de sair.

O seu discurso me deixa empolgada de fazer o que eu faço. Eu acho que a questão do controle da dopagem, que é o que a gente faz todos os dias nas nossas atividades... O tribunal inclusive... Todos os auditores que compõem o tribunal... Nós fazemos isso gratuitamente, não recebemos nada para compor o tribunal. Então, todos estão lá pelo amor a essa causa, à causa do controle de dopagem. Os atletas que participam do tribunal, os representantes das confederações e os nossos representantes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Poder Executivo, estamos todos ali combatendo essa causa efetivamente por acreditar nisso que a Senadora Leila falou: os atletas que abdicam da sua infância, da sua adolescência, que têm que controlar a alimentação, controlar o corpo, não podem ir ao cinema e pedir uma pipoca, esses atletas têm que ser prestigiados. E como a gente prestigia esses atletas? Impedindo que os outros se utilizem de substâncias para chegar na mesma situação ou, às vezes, em situação até melhor de uma forma fraudulenta, porque o *doping* é uma fraude ao espírito esportivo, e isso está lá na carta do movimento olímpico que o Barão de Coubertin fez no início.

Então, a gente não pode deixar que isso aconteça, porque isso vai fazer com que... Por exemplo, no fisiculturismo, vai fazer com que as pessoas que queiram chegar a patamares de campeão e de vice-campeão, em patamares de campeonatos nacionais e regionais, tenham que se dopar, vai fazer com que entendam que tenham que se dopar para conseguirem competir. É isto que a gente não pode deixar acontecer: que os atletas que tentam trabalhar sem a utilização dessas substâncias proibidas e sem fraudar o espírito esportivo sejam de alguma forma encorajados a mudarem a sua postura e usarem substâncias. É isso que a gente tem que impedir.

Então, é esse o trabalho diário do nosso tribunal, é esse o trabalho diário da ABCD. Nós ficamos muito, muito felizes e satisfeitos em saber que esta Casa está em parceria conosco nessas medidas, nessa missão. Acho que, mais do que tudo, é uma missão que nós acabamos tendo.

Então, agradeço pela possibilidade de estar aqui presente, agradeço o Senador Romário pelo convite para participar desta Comissão. Peço desculpas por ter de me retirar, mas foi um compromisso que eu não consegui alterar. Agradeço a disponibilidade de podermos tratar desse tema e pelas portas que nos estão sendo abertas.

Muito obrigada a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito obrigado, Dra. Tatiana, pela sua participação.

A gente acredita e espera que, no Brasil, possam haver pessoas com a sua determinação e com a sua coragem para que, definitivamente, a gente possa exterminar o *doping* do nosso esporte, porque realmente é uma questão de saúde pública e também de segurança pública. Eu acredito, depois do que ouvi aqui, principalmente do Presidente Maurício e do representante da Federação Internacional, o Alexandre, que a Polícia Federal, assim como falou o Senador Flávio Arns, tem que participar disso, tem que ser sabedora...

Por exemplo, nós já sabemos que o próximo evento que será conduzido pela empresa do Sr. Karamelo – com "K" –, que é um evento em que todo mundo usa 100% o *doping*... A Polícia Federal tem que ir lá e fechar esse evento. Assim, simples. Isso não pode acontecer.

E, assim como esse, outros. Aquela academia em que os professores usam *doping*, usam drogas e as receitam para os seus alunos... A Polícia Federal, a Estadual, a Civil ou a Militar tem que ir lá e fechar essa academia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse é o meu o meu entendimento... (*Palmas.*)

Depois de hoje aqui, a gente não pode mais aceitar esse problema, que é um problema de saúde e, como o próprio Alexandre Dias falou, é um problema que mata, e há pessoas morrendo.

De minha parte aqui, já posso encerrar. Há alguém que gostaria de fazer algum comentário? Algum dos alunos quer fazer algum tipo de pergunta ou algum comentário? Fiquem à vontade...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Obrigado, Doutora.

Caio, por favor.

O SR. CAIO EMANUEL BEZERRA ALVES – Eu tenho uma pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Pode sentar, Caio – nosso Senador mirim hoje!

O SR. CAIO EMANUEL BEZERRA ALVES – Eu tenho uma pergunta que é a seguinte.

(*Intervenções fora do microfone.*) (*Risos.*)

O SR. CAIO EMANUEL BEZERRA ALVES – A minha pergunta é a seguinte. Eu queria saber se há uma forma existencial de legalizar o *doping*, não para campeonatos, porque essa que está totalmente errada...

Eu queria pensar assim, de forma mais livre, se nós poderíamos usar para corridas, para nos fortificar, mas não para nos matar, ficar se machucando, basicamente, com anabolizantes, essas coisas.

Era isso. Essa é a minha pergunta.

O SR. ALEXANDRE DIAS BORTOLATO – Eu vou começar a resposta, mas acredito que a pessoa mais indicada da Mesa para responder é o Prof. Maurício, que está aqui do meu lado.

O ideal...

Qual é seu nome?

(*Intervenção fora do microfone.*)

Caio, obrigado pela sua pergunta e obrigado pela sua participação.

O ideal é você não utilizar nada. Aqui você tem dois representantes da geração que eu cresci vendo, do voleibol feminino e do futebol, que disseram aqui: "Nós nunca precisamos de nada, era na raça mesmo. O máximo que a gente tomava era um suplemento alimentar" – e isso não é *doping*, isso também não é anabolizante. Disseram: "O máximo que a gente fazia era complementar a nossa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

alimentação, porque a gente vencia pelo talento" – e essa é uma geração talentosíssima – "vencia pelo talento e pela dedicação."

O que eu aconselho? É você falar assim: "Eu vou tirar da minha cabeça qualquer possibilidade que eu possa ter de querer me dopar um dia na minha vida. Eu prefiro ganhar pelo meu talento e pela minha dedicação." Se você for por esse caminho, você vai por um caminho brilhante, não é Professor?

O SR. MAURÍCIO DE ARRUDA CAMPOS – Há até uma frase que escrevi outro dia numa rede social, que eu vi e que eu achei muito interessante. A pessoa falou assim: "Cuide bem do seu corpo. Você vive nele." É simples assim. Você vive nele e, se você não cuidar dele, ninguém vai cuidar, entendeu? Então, o esporte tem que ser feito para cuidar do seu corpo, e não para aparentar alguma coisa ou para ganhar alguma performance e perder saúde, certo?

Então, pensem sempre nesta frase: "Cuide bem do seu corpo. Você vive nele."

O SR. CAIO EMANUEL BEZERRA ALVES – Lembro uma frase que a minha mãe falava alguns anos atrás, quando eu era pequeno. Ela dizia que era para se alimentar bem, não usar essas coisas. Naquela época nós não comentávamos muito de anabolizantes porque a inteligência foi vindo com a tecnologia, nós nos informamos muito mais com a tecnologia.

Minha mãe falava também que o nosso corpo é um templo, que nós teríamos que cuidar desse tempo para deixá-lo de forma agradável, cuidar da nossa saúde é um tempo. Isso é que seria a representação do nosso corpo.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Por favor, Senador Capitão Styvenson.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Creio que entendi a pergunta de Caio. Acho que ele quis saber se não existe a possibilidade de ele usar substâncias que podem fazê-lo ficar mais forte.

Existem os casos em que o médico recomenda. Se você realmente passar por um problema de saúde, raquitismo ou alguma doença que agrave o seu crescimento, aí sim, com orientação médica – claro, precisa –, isso seria feito, mas não para ganho estético, não para ficar bonito, forte, auto, veloz. Isso aí, não.

Agora, um trabalho de escola para vocês. Um trabalho de pesquisa é saber quantas pessoas famosas no nosso País usaram anabolizantes e se arrependeram. Pesquise na internet, já que você falou em tecnologia. Coloque lá: "Quantos famosos se arrependeram de usar anabolizantes?" Você vai encontrar um monte de cantores, vai encontrar um monte de gente que diz: "Eu não usaria, não faria mais isso por questão estética." – não foi para competição.

Eu, quando dividi a questão do *doping* e do anabolizante...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E outra pesquisa que vocês devem fazer também, crianças, é para saber como essas porcarias são feitas: em laboratórios dentro de casa, com produtos comprados no Paraguai – é caso de Polícia, viu, Romário? –, porque o sal da testosterona é vendido aos quilos – o cara não vai buscar não, eles mandam deixar; custa R$1 mil o quilo, se eu não me engano.

Em uma pesquisa feita rapidamente no celular, a gente vê que pode comprar pela internet. Se eu quiser botar um laboratório de anabolizantes, eu boto em casa, porque eu compro todos os produtos pela internet, e eles me ensinam a fazer ainda, me dão uma aula de Química, sobre como é feito! Você acha que uma substância dessa vai fazer bem para a sua saúde, ainda mais sendo clandestina?

O SR. CAIO EMANUEL BEZERRA ALVES – O que é padrão do corpo... Eu não me envolvo com coisas químicas.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Pois é, não se envolva. As químicas naturais...

Então, só para completar a fala aqui do amigo: uma estudante de Direito de 24 anos do Ceará morreu, teve uma parada cardíaca. Ficou em coma duas semanas por causa do uso de anabolizantes, no ano de 2015 se eu não me engano. Há alguns casos que foram citados. E sabe por quê? Porque queria ficar bonito, queria ficar alto, forte, musculoso, Schwarzenegger.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Caio, continue bonito e saudável naturalmente. Esse é o papo! (*Palmas.*)

Todos os que desejarem participar deste evento poderão fazê-lo através do portal e-Cidadania, no *site* www.senado.leg.br/ecidadania, ou através do telefone 0800-612211.

Tivemos a participação do Leonardo Samary, do Espírito Santo: "A discussão sobre hormônios para fins estéticos não pode ser unilateral, romântica, nem passional, mas criteriosa, científica e prática. Hoje o Brasil possui um grupo de profissionais de saúde altamente competentes para discutir o tema e o uso para fins terapêuticos e estéticos."

Muito obrigado, Leonardo, por sua participação nesta audiência pública.

Não há ninguém mais para falar? Nenhum aluno...

O SR. ALEXANDRE DIAS BORTOLATO – Só vou concluir a minha participação, Senador, dizendo o seguinte.

Senador Arns, nós vamos enviar para todos vocês todo o material que nós temos a respeito do caso do fisiculturismo. Vocês vão recebê-lo através dos *e-mails* de vocês, nós vamos protocolizá-lo junto ao gabinete de vocês. Esta Casa vai ter acesso a todos os documentos.

Peço um segundo para dizer o seguinte. Essa proliferação de entidades piratas é acobertada por uma garantia fundamental, que é a garantia da livre associação. Todo mundo pode se associar livremente a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

qualquer entidade. A diferença entre o joio e o trigo está na criminalização, está nesse movimento, e nas medidas que nós já podemos tomar contrárias à utilização do *doping*.

O SR. MAURÍCIO DE ARRUDA CAMPOS – Só para finalizar, Senadores: se vocês puderem cumprir com o que vocês sugeriram – principalmente o senhor, da Polícia Federal, da Prefeitura, da vigilância sanitária, todas as entidades que foram citadas de São Paulo – com relação a esse evento que está para acontecer, seria de grande valia. Então, eu gostaria de pedir a atuação mesmo nesse sentido, por favor.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Só lembrando – a Secretaria está aí – que foi feito e sugerido. Isso a gente vai fazer...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Isso tem que ser feito através de um requerimento de informação e, na próxima reunião, a gente vai deliberar para ser votado.

Com relação a mim, Presidente, pode ter certeza de que, a partir de hoje, a gente vai fazer um levantamento – preciso da ajuda dos senhores – para que todos os eventos no País em que o *doping* participará diretamente, a droga... A gente vai fazer um comunicado às polícias locais e principalmente Polícia Federal no intuito de deixar acontecer o evento.

Agradeço a presença aqui do...

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Senador Romário, só uma sugestão. Se for possível regimentalmente – eu também não sei –, em vez de termos um requerimento de informação, apresentaríamos uma denúncia.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Senador, eu me coloquei... Na verdade, o requerimento de informação é sobre essas informações que a gente vai pedir que eles nos passem para futuramente formatarmos um projeto foto de lei.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Isso.

Agora, em relação aos outros fatos... Quer dizer, recebemos uma denúncia... Às vezes as pessoas falam comigo, e eu digo: "Olhe, você está apresentando uma denúncia. Eu sou agente público." Daqui a um ano acontece alguma coisa e ele vai à Polícia e diz: "Há um ano eu falei para o Senador Flávio e o que ele fez?" Recebeu a denúncia? Manda para o Ministro da Justiça, para a Polícia Federal, para todos os órgãos mencionados.

Eu gostaria que isso acontecesse pela Comissão, porque a Comissão recebeu. A gente poderia fazer isso individualmente, mas eu acho que institucionalmente fica melhor como comissão: "Recebemos essa denúncia na Comissão. Estamos passando para os órgãos competentes."

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, Senador!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado ao Sr. André Siqueira, ao Sr. Alexandre Dias Bortolato, ao Sr. Maurício de Arruda e à Dra. Tatiana pela presença. Com certeza, a partir de hoje, a gente está muito mais informado sobre o que realmente acontece em relação ao *doping*, não só no fisiculturismo, mas no esporte de maneira geral.

Muito obrigado a todos os Senadores e Senadoras que participaram, agradeço a presença de todos aqui neste Plenário.

Queria aproveitar e convidar a garotada para vir aqui bater uma foto com os convidados e com os Senadores.

Um abraço e muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

Convoco para o dia 10 de abril, quarta-feira, às 9h, reunião extraordinária desta Comissão destinada à deliberação de proposições e, ainda, à definição da política pública desenvolvida no âmbito do Poder Executivo a ser avaliada por esta Comissão em 2019.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Antes de encerrar, eu gostaria de agradecer, mais uma vez, a Marcia de Sousa e Lira Matos pela participação com a linguagem de Libras aqui para todos nós. Muito obrigado.

(*Iniciada às 9 horas e 16 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 33 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 9ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE ABRIL DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às nove horas e vinte e dois minutos do dia dez de abril de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob as Presidências dos Senadores Romário e Styvenson Valentim, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Jayme Campos, Leila Barros, Mara Gabrilli, Nelsinho Trad, Maria do Carmo Alves, Rogério Carvalho, Eduardo Gomes, Otto Alencar, Zenaide Maia, Marcelo Castro, Juíza Selma, Eliziane Gama, Luiz do Carmo, Paulo Paim, Jorge Kajuru, Soraya Thronicke, Lucas Barreto, Paulo Rocha, Chico Rodrigues, Eduardo Girão, Fabiano Contarato, Mailza Gomes, Marcos do Val, Telmário Mota, Izalci Lucas, Renilde Bulhões, Esperidião Amin e Arolde de Oliveira. Deixam de comparecer os Senadores Humberto Costa, Weverton, Flávio Arns, Renan Calheiros, Luis Carlos Heinze e Irajá. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Antes de dar prosseguimento à apreciação da pauta, a presidência procedeu à leitura de comunicados. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em duas partes: **1ª Parte - Definição de Política Pública a ser avaliada**. **ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais nº 33, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 96-B, do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Assuntos Sociais avalie o Programa Nacional de Imunizações (PNI), no exercício de 2019." **Autoria:** Senador Romário. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais nº 34, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 96-B, do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Assuntos Sociais avalie o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), no exercício de 2019." **Autoria:** Senador Romário. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais nº 35, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 96-B, do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Assuntos Sociais avalie o Programa Seguro-Desemprego, no exercício de 2019." **Autoria:** Senador Romário. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais nº 36, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Assuntos Sociais avalie a Política de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde (SUS), no exercício de 2019." **Autoria:** Senadora Mara Gabrilli. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais nº 39, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Assuntos Sociais avalie a Política de Atenção Ambulatorial Especializada do Sistema Único de Saúde, no exercício de 2018." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais nº 40, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Assuntos Sociais avalie a política de reconhecimento das pessoas com deficiência para fins de gozo de direitos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

previstos em lei, no exercício de 2019." **Autoria:** Senadora Soraya Thronicke. **Resultado:** Adiado. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei nº 585, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera o inciso XIV do art. 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para incluir o diabetes melito entre os agravos à saúde a cujos portadores é concedida a isenção do imposto de renda sobre os proventos de aposentadoria ou reforma." **Autoria:** Senador Alvaro Dias. **Relatoria:** Senador Romário. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto. **Observação:** Matéria a ser apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa. **ITEM 2 - Projeto de Lei do Senado nº 151, de 2017 - Terminativo -** que: "Altera os arts. 392, 392-A e 473, III da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para estabelecer o compartilhamento da licença maternidade e da licença adotante." **Autoria:** Senadora Rose de Freitas. **Relatoria:** Senadora Soraya Thronicke. **Relatório:** Pela consulta à Comissão de Assuntos Econômicos sobre os impactos econômicos, financeiros e orçamentários do Projeto (art. 99, I, RISF). **Resultado:** Concedida vista ao Senador Fabiano Contarato, nos termos regimentais. **ITEM 3 - Projeto de Lei do Senado nº 235, de 2018 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, para incluir nos programas públicos de assistência farmacêutica modalidade de subsídio para possibilitar que todo aposentado ou pensionista adquira os medicamentos a ele prescritos com o desconto que especifica." **Autoria:** Senador Paulo Paim. **Relatoria:** Senadora Mailza Gomes. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1-CAS. **Observação:** Durante a discussão da matéria, a Relatora acata a Emenda nº 1, de autoria do Senador Fabiano Contarato. **ITEM 4 - Projeto de Lei do Senado nº 357, de 2015 - Terminativo -** que: "Altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e a Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, para disciplinar a comercialização de alimentos nas escolas de educação básica e a elaboração de cardápios do programa de alimentação escolar, e promover ações para a alimentação e nutrição adequadas de crianças e adolescentes." **Autoria:** Senador Paulo Paim. **Relatoria:** Senador Chico Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Projeto de Lei do Senado nº 328, de 2015 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre a regulamentação da profissão de educadora e educador social e dá outras providências." **Autoria:** Senador Telmário Mota. **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e das Emendas nº 1-CCJ-CE, 2-CE e 3-CE, e pela rejeição da Subemenda nº 1 à Emenda nº 2-CE. **Resultado:** Aprovado o Projeto, as Emendas nº 1-CCJ-CE-CAS, 2-CE-CAS, 3-CE-CAS e a Subemenda nº 1-CAS à Emenda nº 2-CE-CAS. **Observação:** Durante a discussão da matéria, o Relator altera o voto para aprovar também a Subemenda nº 1. **ITEM 6 - Projeto de Lei do Senado nº 184, de 2018 - Terminativo -** que: "Especifica as atribuições de Agente Indígena de Saúde e Agente Indígena de Saneamento dentre os quadros de Agente Comunitário de Saúde previstos na Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006." **Autoria:** Senador

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Telmário Mota. **Relatoria:** Senador Zequinha Marinho. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - Projeto de Lei do Senado n° 359, de 2015 - Terminativo -** que: "Altera os incisos V, VI e VII do art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para reduzir o prazo de carência para utilização da conta vinculada do FGTS para fins de aquisição de moradia própria e amortização e pagamento de prestações de financiamentos habitacionais." **Autoria:** Senador Paulo Paim. **Relatoria:** Senador Jayme Campos. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e pela rejeição da Emenda nº 1-CAE. **Resultado:** Aprovado o Projeto e rejeitada a Emenda nº 1-CAE. **ITEM 8 - Projeto de Lei do Senado n° 40, de 2016 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, que institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec); altera as Leis nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial e institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social e institui Plano de Custeio, nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, e nº 11.129, de 30 de junho de 2005, que institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem); e dá outras providências, para estimular a capacitação de agentes de educação sanitária para o setor agropecuário." **Autoria:** Senador Dário Berger. **Relatoria:** Senador Chico Rodrigues. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido do Relator para reexame. **ITEM 9 - Projeto de Lei da Câmara n° 143, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.732, de 22 de novembro de 2012, para que os exames relacionados ao diagnóstico de neoplasia maligna sejam realizados no prazo de 30 (trinta) dias, no caso em que especifica." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Nelsinho Trad. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto. **Observação:** Aprovado o Requerimento nº 42, de 2019-CAS, de autoria do Senador Romário, de urgência para a matéria. **ITEM 10 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 26, de 2019** que: "Nos termos do inciso II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo de instruir a apreciação do PL 616, de 2019. Para tanto, e sem prejuízo de outras indicações, sugiro sejam convidados: Representante do Ministério do Meio Ambiente (MMA); Representante da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA)." **Autoria:** Senadora Zenaide Maia. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 11 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 29, de 2019** que: "Nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, e em aditamento ao REQ nº 26, de 2019, solicitamos que sejam incluídos como participantes da referida audiência os seguintes convidados: a) Sérgio Luiz Lira Palma, Presidente da Sociedade Brasileira de Dermatologia; b) Leonlene de Sousa Aguiar, Diretor-Geral do IDEMA - Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte, ou alguém por ele indicado; c) João Carlos Basílio, Presidente Executivo da ABIHPEC – Associação Brasileira da indústria de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos." **Autoria:** Senadora Zenaide Maia. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 12 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 30, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater as garantias e o princípio de não retrocesso dos direitos sociais da seguridade social sob o modelo de capitalização proposto pela reforma da previdência." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho. **Resultado:** Adiado. **ITEM 13 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 31, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre o "Enquadramento Funcional dos Trabalhadores nos Conselhos de Fiscalização das Atividades Profissionais"." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho. **Resultado:** Adiado. **ITEM 14 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 32, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RQS 5/2019, seja incluído o seguinte convidado: Representante da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil – APIB." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho. **Resultado:** Adiado. **ITEM 15 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 37, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 93, II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública Conjunta nesta Comissão de Assuntos Sociais - CAS juntamente com a Comissão de Assuntos Econômicos – CAE, a fim de debater o Projeto de Lei da Câmara nº 37, de 2013, que altera as Leis nºs 11.343, de 23 de agosto de 2006, 7.560, de 19 de dezembro de 1986, 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, 8.981, de 20 de janeiro de 1995, 8.315, de 23 de dezembro de 1991, 8.706, de 14 de setembro de 1993, 8.069, de 13 de julho de 1990, 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e 9.503, de 23 de setembro de 1997, os Decretos-Lei nºs 4.048, de 22 de janeiro de 1942, 8.621, de 10 de janeiro de 1946, e 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas e as condições de atenção aos usuários ou dependentes de drogas e para tratar do financiamento das políticas sobre drogas." **Autoria:** Senador Romário. **Resultado:** Retirado pelo Autor. **ITEM 16 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 38, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o Financiamento da Saúde." **Autoria:** Senador Jorge Kajuru. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 17 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 41, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 113 do Regimento Interno do Senado Federal, a apreciação conjunta pelas Comissões de Assuntos Econômicos e de Assuntos Sociais do PLC 37/2013, que "altera as Leis nºs 11.343, de 23 de agosto de 2006, 7.560, de 19 de dezembro de 1986, 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, 8.981, de 20 de janeiro de 1995, 8.315, de 23 de dezembro de 1991, 8.706, de 14 de setembro de 1993, 8.069, de 13 de julho de 1990, 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e 9.503, de 23 de setembro de 1997, os Decretos-Lei nºs 4.048, de 22 de janeiro de 1942, 8.621, de 10 de janeiro de 1946, e 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas e as condições de atenção aos usuários ou dependentes de drogas e para tratar do financiamento das políticas sobre drogas"." **Autoria:** Senador Romário. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 18 - Requerimento da Comissão de Assuntos**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sociais n° 42, de 2019 que: "Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, a apresentação de Requerimento de urgência, perante o Plenário do Senado Federal, para o Projeto de Lei da Câmara nº 143, de 2018." **Autoria:** Senador Romário. **Resultado:** Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e cinquenta e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Romário

Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/04/10

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 9ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Comunico às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores o recebimento dos seguintes expedientes: Memorando nº 32, de 2019, da Presidência do Senado Federal, o qual encaminha o Ofício nº 48, de 2019, da Câmara Municipal de Jundiaí, contendo moção de repúdio ao Projeto de Lei do Senado nº 545, de 2018, que dispõe sobre dispensação da prescrição de receita para medicamentos à base de substâncias classificadas como antimicrobianos de uso sob prescrição, isolados ou em associação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Memorando nº 35, de 2019, da Presidência do Senado Federal, o qual encaminha correspondência do Sindicado dos Trabalhadores e Profissionais de Saúde Indígena, que solicita providência junto ao Ministério da Saúde, apuração de falta de repasse para pagamento das entidades privadas que prestam serviços por meio de convênios na área de saúde indígena. Em nota técnica solicitada pela Presidência desta Casa, a Consultoria de Orçamento do Senado informa que as alegações do sindicato são parcialmente procedentes.

Ofício nº 5, de 2019, do Centro Infantil Boldrini, o qual apresenta considerações sobre o uso do medicamento Leuginase no Brasil.

Os expedientes encontram-se à disposição na Secretaria desta Comissão e fica consignado o prazo de 15 dias para manifestação dos Senadores, a fim de que sejam analisados pelos Colegiados.

Informo às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores que o Senador Chico Rodrigues, Relator no PLS 40, de 2016, item 8, da segunda parte da reunião, solicitou a retirada do projeto de pauta.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 8

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 40, de 2016

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, que institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec); altera as Leis nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial e institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social e institui Plano de Custeio, nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, e nº 11.129, de 30 de junho de 2005, que institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem); e dá outras providências, para estimular a capacitação de agentes de educação sanitária para o setor agropecuário.

Autoria: Senador Dário Berger

Relatoria: Senador Chico Rodrigues

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações: *Matéria a ser apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Informo que a primeira parte desta presente reunião destina-se à definição de política pública desenvolvida no âmbito do Poder Executivo, a ser avaliada por esta Comissão em 2019, tendo em vista o disposto no art. 96-B, do Regimento Interno do Senado Federal; e a segunda parte destina-se à deliberação dos itens nºs 1 a 16.

No caso da primeira parte, como nós recebemos as notas técnicas somente ontem, vamos dar mais uma semana para que possamos entrar nesse assunto com mais calma e para que os Senadores possam entender e ler melhor as sugestões.

Antes da pauta da nossa reunião, eu faço um pequeno comunicado.

Na última reunião, decidimos, ao final de uma audiência pública sobre *doping* em fisiculturismo, que esta Comissão alertaria as principais autoridades nacionais, municipais e estaduais de São Paulo sobre alguns riscos à saúde de atletas, que poderiam ocorrer no campeonato e feira Arnold Classic Festival, evento de fisioculturismo na capital paulista, de amanhã até domingo.

Mais tarde, já no Rio de Janeiro, fui procurado por algum grupo de atletas e promotores se referindo ao evento. Eles sugeriram a realização de uma audiência pública, a fim de explicarem que não há qualquer risco nessa competição, que inclusive se realiza em vários países já há alguns anos. Ontem, recebi também outro grupo, no meu gabinete, aqui no Senado, outros promotores e dirigentes do mesmo evento, atletas, diretores de outras associações e ligas de fisioculturismo, também apoiando a proposta da nova audiência. Sendo assim, ficou definido de a gente marcar uma nova audiência em relação a esse tema, para finalmente decidirmos sobre o melhor encaminhamento junto às autoridades competentes.

Reitero que o problema do *doping* é grave em todo o nosso País, inclusive identificado em vários esportes, ao longo dos anos. E a gente está aqui sempre para brigar contra o que não é saudável e positivo para o esporte. E esse será o nosso papel. Pelo menos o meu, com certeza.

Senador Kajuru, com a palavra. Por favor, Senador.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Obrigado, Presidente Romário, e amigo raro desta Comissão de Assuntos Sociais.

Inicialmente, senhoras e senhores presentes... Agora, sim, temos lá o quórum de 11. Espero que estejam aqui presentes 11 Senadores, porque é importante informar à sociedade brasileira que alguns aqui hoje poderão faltar, porque daqui a pouco, às 10h da manhã, começa a reunião da CCJ e o primeiro item da pauta, Presidente Romário, é a discussão para a aprovação ou não da instalação da CPI da Toga. Consequentemente, muitos vão preferir estar lá.

Quero fazer um registro aqui, Presidente, da importância que tem esta Comissão presidida exatamente por um ser humano do seu tamanho, porque vieram aqui jovens, dezenas deles, de longe,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de Jaraguá do Sul, em Santa Catarina, e estão aqui, porque queriam ver de perto como é o trabalho de uma Comissão como esta, a CAS. Então, cumprimentamos esses jovens.

Há aqui também a presença... E aqui uma causa, Presidente, que todos nós, Senador Telmário, Senadora Zenaide... Eu sei da preocupação de ambos; e a preocupação de ambos, do ponto de vista humano, com a saúde. Aqui há a presença de mulheres que representam o Recomeçar, que nós vamos ter que discutir, Presidente, o mais rápido possível, porque essa doença, quanto mais avança, mais piora. Hoje ela não tem prazo. Então, é uma PL chamada PL 30 dias, em que essas mulheres com câncer de mama fazem aqui um diagnóstico do câncer em até 30 dias, pelo SUS.

O diagnóstico ágil aumenta as chances da cura do câncer. E, se aprovado, o PLC 143/2018 determinará que o período entre a suspeita do câncer e a sua confirmação em biópsia, no SUS, não ultrapasse 30 dias. O objetivo, então, é evitar que o tumor evolua durante a investigação e garantir ao paciente o direito à maior perspectiva de sucesso no enfrentamento dessa grave doença.

E concluo, Presidente, para pedir o entendimento dos nossos colegas aqui, das nossas colegas, para um requerimento que eu apresentei em nossa primeira reunião, Presidente Romário, para uma audiência pública cujo debate é o financiamento da saúde. E eu falava com a Senadora Zenaide agora mesmo, antes da reunião aqui começar. É a discussão que se propõe: como resolver, em nosso País, a questão do desequilíbrio? Na realidade, o desequilíbrio entre as obrigações de um sistema de saúde da complexidade do SUS e sua real capacidade...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Senador.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – ... de atender a tudo o que ele se propõe.

Enfim, Presidente, em resumo, o grande problema está em equilibrar despesas e receitas. E creio que cabe a nós, como empregados públicos responsáveis que somos, entrar nessa ferida do SUS o mais rápido possível.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, Senador Kajuru.

Vamos, então, aqui ao item 16.

ITEM 16

REQUERIMENTO Nº 38, de 2019

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o Financiamento da Saúde.

Autoria: Senador Jorge Kajuru.

Passo a palavra ao autor, Jorge Kajuru, para fazer a leitura do requerimento.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Aqui, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal, Presidente, e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública com o objetivo de debater o financiamento da saúde.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: Representante do Ministério da Saúde; Alberto Beltrame, Presidente do Conselho Nacional dos Secretários Estaduais de Saúde; Mauro Guimarães Junqueira, Presidente do Conselho Nacional dos Secretários Municipais de Saúde; José Garcia Neto, Diretor do Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Goiás, representando os hospitais universitários de todo o Brasil; Edson Rogatti, Presidente da Confederação das Santas Casas de Misericórdia do Brasil; e, por fim, Francisco Batista Júnior, Presidente do Conselho Nacional de Saúde.

O SUS é considerado um dos maiores e mais complexos sistemas de saúde pública do mundo. O seu equilíbrio deve ser buscado em função do que é o serviço de saúde do País, conforme descrito pelo próprio Ministério da Saúde, em relatório:

> A gestão das ações e dos serviços de saúde deve ser solidária e participativa entre os três entes da Federação: a União, os Estados e os Municípios. A rede que compõe o SUS é ampla e abrange tanto ações quanto os serviços de saúde. Engloba a atenção básica, média e alta complexidades, os serviços urgência e emergência, a atenção hospitalar, as ações e serviços das vigilâncias epidemiológica, sanitária e ambiental e assistência farmacêutica.

Este é o requerimento que apresento. E peço a compreensão desta Comissão, Presidente Romário de Souza.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, Senador Kajuru.

Os Senadores e as Senadoras que o aprovam...

Antes, a Senadora Zenaide...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Os Senadores e as Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A Senadora Zenaide com a palavra, por favor.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Pela ordem.) – Bom dia a todos e ao Senador Romário.

Falar sobre o SUS é importante. Eu queria chamar atenção aqui para que é o maior sistema de saúde que existe. Há anos se sabe que está subfinanciado. Tanto é, Presidente e Kajuru, que, em 2015, a PEC 001, de que a Deputada Carmen Zanotto foi Relatora, já exigia uma contrapartida maior do Governo Federal para o SUS, porque os Municípios já têm obrigação de 15%, o Estado de 12%, e o Governo Federal no máximo de 6%. Então, já havia essa conclusão. Essa PEC 001 foi aprovada em 2016 por unanimidade, em primeiro turno, mas depois não voltou mais à pauta, e o que voltou foi a Emenda 95, congelando os recursos da saúde, educação e segurança pública por 20 anos.

Eu queria dizer aqui da importância do SUS, Senador Contarato, porque é muito frequente você ter o plano de saúde... Eu ouvia como médica. "Ah! Eu não preciso do SUS". Todos os brasileiros usam o SUS, gente. Quando você pede um Samu, quando você vacina seu filho, porque a gente tem o cartão de vacina mais completo do mundo, gratuitamente. Aqui se vacina, sobra para as crianças, quando se vacina corretamente. Tem uma importância tão grande! A vacina é gratuita e mesmo assim o Governo tem que fazer propaganda para pedir aos pais que vão vacinar.

Mas eu queria dizer o seguinte, o mais importante que a população tem que saber é que eu tenho o meu plano de saúde. O que eu pago com minha saúde, eu deduzo do Imposto de Renda. E esse Imposto de Renda ia para onde, gente? Para o SUS. A maior ironia disso é que quem tem plano de saúde... O povo, a população em geral financia uma saúde de qualidade para uma minoria.

Então, parabéns, Kajuru. A gente tem que ver aqui... O plano da gente, desta Comissão, o projeto da gente não é reduzir recursos, a gente tem é que ampliar. Esse é um direito. A saúde é um direito de todos e um dever do Estado. Então, a gente tem, nesta Comissão, que correr atrás de mais.

Dos Municípios, há uns que chegam a gastar 30% do seu orçamento. Está faltando a contrapartida do Estado, do Governo Federal.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, Senadora Zenaide.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam o relatório queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Passo a Presidência ao Senador Styvenson, para que eu possa relatar o item a seguir. Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Item 1.

2ª PARTE

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 585, de 2019

- Não terminativo -

Altera o inciso XIV do art. 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para incluir o diabetes melito entre os agravos à saúde a cujos portadores é concedida a isenção do imposto de renda sobre os proventos de aposentadoria ou reforma.

Autoria: Senador Alvaro Dias

Relatoria: Senador Romário

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

Matéria a ser apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

Concedo a palavra ao Senador Romário para proferir o relatório.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ. Para proferir relatório.) – Muito obrigado, Presidente.

Vou direto à análise.

O PL nº 585, de 2019, dispõe sobre defesa da saúde e direito tributário, inserindo-se na competência da União (art. 23, inciso II; e 24, incisos I e XII, da Constituição Federal). Cabe ao Congresso Nacional legislar sobre a matéria (art. 48 da Constituição Federal), que não está incluída no rol de matérias de iniciativa privativa do Executivo (art. 61, *caput* e §1º).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Compete à CAS manifestar-se sobre a proteção e a defesa da saúde, nos termos do art. 100, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal.

Nesse sentido, é preciso reconhecer as dificuldades que enfrentam os diabéticos no Brasil, haja vista as deficiências do SUS, que deveria garantir a assistência à saúde de forma universal e integral à população brasileira.

O SUS falha na prevenção do diabetes ao não promover de forma eficiente a alimentação adequada e hábitos de vida saudável. Falha também quando a doença se instala, haja vista a frequente falta dos medicamentos indispensáveis à manutenção da saúde do paciente diabético. Falha, por fim, por falta de acesso à atenção especializada quando sobrevêm as complicações.

O diabético precisa manter sua glicemia dentro da faixa desejada, sob pena de, persistindo níveis altos de açúcar no sangue, sobrevirem complicações como doença renal, cegueira, amputações, infartos e outras condições cardíacas. Por isso, faz uso contínuo de hipoglicemiantes orais ou insulina, que deveriam ser fornecidos pelo Estado. Mas nem sempre essa é a realidade.

A principal causa de morte em diabéticos é a doença cardiovascular. Os diabéticos apresentam incidência duas a três vezes maior de doença cardiovascular que a população em geral. Aproximadamente 65% a 70% dos diabéticos terão a doença cardiovascular como causa da morte.

A doença renal diabética ocorre em 20% a 40% dos diabéticos e é a principal causa de insuficiência renal terminal. A retinopatia diabética é a principal causa de cegueira na população entre 20 e 74 anos. A neuropatia diabética ocorre em 20% a 30% dos pacientes diabéticos. O diabetes também é de longe a principal causa de amputação de membros em nosso País. Estudo publicado no volume 34 do Caderno de Saúde Pública informa que, de 2013 a 2018, no Brasil como um todo, 102.056 amputações foram feitas no SUS, das quais 70% em pacientes diabéticos.

Sem acesso aos serviços de saúde que o Estado tem o dever de oferecer, os diabéticos têm que recorrer a seus próprios recursos para custear o controle da glicemia e o tratamento das complicações, além de, muitas vezes, sofrerem a redução da sua capacidade laboral em função da doença.

Portanto, restringindo-nos aos aspectos de competência desta Comissão, e deixando para a CAE a análise econômica e orçamentária do impacto da renúncia fiscal e outras questões de cunho econômico, vemos como meritória a iniciativa contida no PL nº 585, de 2019, como medida de promoção de saúde e aumento da qualidade de vida dos diabéticos no Brasil.

O voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 585, de 2019, ao qual peço o entendimento e o voto positivo de todas as senhoras e os senhores.

Era isso, Senador Presidente Styvenson.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Coloco a matéria em discussão.

A palavra com o Senador Kajuru.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO. Para discutir.) – Presente, Cap. Styvenson, são 9h43. Eu sou o primeiro inscrito lá na CCJ, que discute agora se instala ou não a CPI da Toga.

Eu vou ser objetivo, embora o tema... É cirúrgico e é insofismável o relatório apresentado pelo Senador Romário, que é o primeiro dono desta causa. Eu me coloco como vice-líder, como segundo, porque me espelhando nele, quando começou aqui no Congresso Nacional, criei em Goiás o primeiro centro diabético do Brasil – hoje é o mais completo –, que se iniciou no dia 27 de junho do ano passado. Atende a mais de mil diabéticos por dia, tem quatro podólogos, dez médicos à disposição. Funciona em Goiânia, na Avenida Anhanguera, esquina com Alameda das Rosas. Já fez mais de 623 cirurgias via SUS, sejam bariátricas ou diabéticas.

E o projeto do Senador Romário vai na ferida, o escopo dele vai na mira do problema dessa doença que é responsável hoje por 48% das mortes no Brasil, porque o AVC e a hipertensão são provocados, esses sintomas e essas doenças, pelo diabetes, essa doença silenciosa. Então, o Senado me deu o maior orgulho de aprovar por unanimidade para que se estendesse o atendimento via SUS a todos os diabéticos do Brasil.

Aqui concluo, dizendo que, depois de amanhã, sexta-feira, às 13h30, teremos a felicidade de receber, lá em Goiânia, para conhecer esse centro diabético e verificar se ele pode ser modelo para todas as demais capitais do País – esse Centro Diabético, inclusive, leva o nome de minha mãe, falecida por diabetes, Dona Zezé –, o Ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, que lá estará pessoalmente; a Primeira-Dama, Michelle Bolsonaro; e também, representando os colegas do Senado, a Presidente da CCJ, Senadora Simone Tebet.

Então, eu tenho certeza de que esse projeto do Senador Romário será aprovado por unanimidade aqui e na Câmara. É um projeto histórico importantíssimo e que poderá se juntar ao meu projeto de atendimento a todos os diabéticos e a todas as diabéticas. São 30 milhões no Brasil, porque existem aqueles que ainda nem sabem que são diabéticos.

Não existe pré-diabético. Quando você fala: "Eu sou pré-diabético", não, amigo, você já é diabético. Essa história o Senador Telmário conhece bem, até relatou alguém próximo dele; o Senador Heinze também, do Rio Grande do Sul, contou-me algo sobre um parente dele, que achava que era pré-diabético; o Senador Paulo Paim também me contou uma história parecida, em que ele falou: "Eu achava que eu era pré-diabético. Aí, eu fui ver, não, eu sou diabético".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, essa é uma causa nobre. Eu tenho certeza de que terá o apoio de toda esta Casa. Parabéns, Senador Romário, por mais essa iniciativa na saúde, que é exemplar a todo o País. Aprovadíssimo, a meu ver.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Senador Fabiano.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES. Para discutir.) – Muito obrigado. Bom dia!

Quero parabenizar o brilhante relatório do Senador Romário, que só demonstra sua sensibilidade por uma camada da população que sofre muito. Quero parabenizar o Senador Kajuru pelo seu requerimento.

Eu fico muito triste, quando no Sistema Único de Saúde as pessoas, para conseguirem uma licença, por exemplo, por doença, uma aposentadoria, eles têm que estar morrendo, ao passo que um funcionário público, se ele pede 30 dias de licença, o médico até oferece se ele quer 60, 90, um ano, dois anos. Esse é o Brasil de iguais com essa reforma da previdência que só vai massacrar a população menos favorecida.

Então, eu estou muito feliz em votar acompanhando o voto do eminente Relator, Senador Romário. Esse é um problema muito sério, que tem de ser visto com um olhar humanizador: humanizar a dor e se colocar na dor do outro. Mas eu não posso deixar aqui de fazer essa minha crítica ao Executivo, ao Governo, que, na minha opinião, está perdido. Ele está perdido no meio ambiente, quando autoriza exploração de minério em terras indígenas; ele está perdido quando quer liberar licenças ambientais. Agora ele está retirando todos os radares das rodovias federais; ele não está criando, não está coibindo a indústria de multas, não, ele está criando indústria de mortes. Ele está perdido na previdência, quando ninguém vai chegar aos 40 anos de contribuição; está perdido na educação, que até agora nós não sabemos nem para onde que vai; criminaliza a pobreza...

Então, eu estou aqui só para parabenizar e falar que tem meu total apoio nesse tema com relação aos diabéticos. Parabéns, mais uma vez, pelo seu voto.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito obrigado, Senador, pelas palavras.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Senador Girão, com a palavra.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE. Para discutir.) – Senador Styvenson; Relator, Senador Romário; colegas aqui presentes; é uma matéria realmente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

importante. Nós estamos na CAS, Comissão de Assuntos Sociais, que tem tudo a ver com essa matéria que é humana, toca a alma. Há muita gente sofrendo e a gente precisa sempre estar evoluindo.

Então, o relatório do Senador Romário é um relatório muito feliz. Eu quero deixar claro que voto pela aprovação, embora faça uma ressalva pensando na questão de – isso vai ser visto mais na frente, na CAE, até para se preparar com dados, com impactos financeiros que pode haver para o País – abrirmos um precedente para questão de hipertensão. São 50 milhões de pessoas que também sofrem dessa doença e nós precisamos avaliar o impacto disso. Eu acho que isso, lá na Comissão de Assuntos Econômicos, vai ser visto com mais cautela.

Agora aqui, na CAS, Comissão de Assuntos Sociais, que é para ajustar e fazer com que ande de forma mais célere esse tipo de assunto com o qual muita gente sofre, eu acredito que nós temos que aprovar aqui até por unanimidade e depois tentar ver o impacto financeiro disso e ver como é que a gente pode encontrar um consenso, uma solução para isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Senador Girão, o impacto financeiro é de 100 mil amputados, 70% da população sendo amputada, fora do mercado de trabalho. Isso é um impacto gigantesco para quem é amputado e para o mercado de trabalho.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES. Pela ordem.) – Pela ordem, Sr. Presidente. Aqui, Fabiano.

Eu pediria, se fosse possível, a gentileza de inversão de ordem para deliberar o item 3 por causa do quórum. Há uma emenda que foi apresentada já em comum acordo com o Senador Paim. Se fosse possível, só para aproveitar o quórum.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Assim que acabar este projeto, a gente faz isso.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Não havendo mais nenhum Senador e nenhuma Senadora a discutir...

Paim...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discutir.) – Presidente, apesar da voz... Parece que estou copiando V. Exa. Estou eu com problema de voz. É só um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

registro rápido. Quero falar rápido, porque não posso dar a impressão de que estou legislando em causa própria, já que também tenho problema de diabetes.

Mas quero dizer, Senador Romário, mais uma vez, meus cumprimentos por V. Exa. ter feito esse brilhante relatório, porque vai atingir e melhorar a vida – porque é qualidade de vida, no fundo – de milhões de brasileiros.

Homenageio também o autor da matéria, o Senador Alvaro Dias. O Senador Alvaro Dias foi o autor e V. Exa., o Relator, ambos estão de parabéns. A diabetes é tão grave que nesses dias eu tive uma audiência com uma comunidade indígena. Estava eu e o Raoni, que você conhece muito bem, e os caciques me falavam de a quantos casos de diabetes estão chegando já, uma vez que não havia na nação indígena, mas isso está chegando lá.

Então, é uma questão, de fato, gravíssima. V. Exa., mais uma vez, com a sensibilidade de sempre, faz um belíssimo relatório.

Meus cumprimentos ao Senador Alvaro Dias e ao Senador Romário, autor e Relator.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Obrigado, Senador. Falou em índio é com o nosso Telmário. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Senador Telmário.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR. Para discutir.) – É que ele tocou num assunto que realmente é muito pertinente, o Senador Paulo Paim.

Primeiro, quero parabenizá-lo, Senador Romário. Esse relatório realmente é muito oportuno e vem numa hora extremamente... Essa doença, lamentavelmente, vem se alastrando no dia a dia, chegando a esse ponto, nas comunidades que não tinham. Os indígenas não tinham a questão do diabetes, mas, com o refrigerante e outros tipos de alimentação, a mudança de habito alimentar, realmente é hoje uma das principais doenças que afetam as comunidades.

Quero parabenizar V. Exa. por esse trabalho maravilhoso.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Senadora Mara, com a palavra.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP. Para discutir.) – Obrigada, Presidente.

Eu também queria cumprimentar o Senador Romário por esse projeto. Como o senhor mesmo lembrou, Senador, as pessoas que têm diabetes acabam tendo muita amputação. Até lembrando que,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

como na semana que vem a gente vai discutir política pública, uma das coisas que têm uma importância muito grande para o brasileiro é a incorporação de novas tecnologias, porque uma pessoa amputada que coloca uma prótese passa a ter funcionalmente a vida plena, ela não tem nenhuma perda quando ela tem uma prótese.

Então, é uma discussão importantíssima, principalmente no universo de diabetes e do número de pessoas que são amputadas, a gente discutir a incorporação e a dispensação de órteses e próteses pelo SUS, isso também vai ajudar muito na qualidade de vida dessas pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Não havendo nenhum Senador e nenhuma Senadora que queiram discutir, coloco em votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão favorável ao projeto. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

Devolvo a Presidência ao Presidente Romário.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Obrigado, Senador.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

Sr. Presidente Romário, pela ordem. Senador Jayme Campos.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Sim, Senador Jayme.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT. Pela ordem.) – Solicito a V. Exa., se possível, nós temos um projeto muito importante aqui, que é de autoria do Senador Paulo Paim. Sou Relator da matéria, é fundamental que votemos que a maior urgência possível, tendo em vista que permitirá que alguns milhões de brasileiros possam acessar o seu dinheiro depositado no FGTS para a compra de moradia ou melhoria de sua moradia.

É o item 7, de caráter terminativo. Eu gostaria que, na medida do possível, V. Exa. o priorizasse, pois temos quórum para votação dessa matéria. Tenho medo de que daqui a pouco o quórum baixe e não possamos promover a votação desse projeto, que é muito interessante, sobretudo para a classe trabalhadora brasileira. Se possível, gostaria que V. Exa. priorizasse o item 7, fazendo a inversão, pois o quórum daqui a pouco baixa e lamentavelmente não poderemos votar esse projeto.

Agradeço a V. Exa., Senador Romário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS. Pela ordem.) – Pela ordem, Sr. Presidente. Senador, eu vou presidir agora uma audiência pública. Se os Senadores assumirem que ficarão, qual é o quórum? O meu é o item 2 da pauta e é votação simbólica, bem rápido.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – O caso desse tema do item 2, é uma votação simbólica, é um tema bem rápido, Senadora.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Vou dispensar relatório e vou direto.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Depois iremos ao item 3, do Senador Fabiano.

2ª PARTE

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 151, de 2017

- Terminativo -

Altera os arts. 392, 392-A e 473, III da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para estabelecer o compartilhamento da licença maternidade e da licença adotante.

Autoria: Senadora Rose de Freitas

Relatoria: Senadora Soraya Thronicke

Relatório: Pela consulta à Comissão de Assuntos Econômicos sobre os impactos econômicos, financeiros e orçamentários do Projeto (art. 99, I, RISF).

Observações:

1- A matéria constou da pauta da Reunião de 03/04/2019.

2- A votação pelo pedido de providências dar-se-á pelo processo simbólico.

Concedo a palavra à Senador Soraya Thronicke para proferir o Relatório.

Senadora, com a palavra, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS. Para proferir relatório.) – Muito obrigada, Senador Romário.

Senador Jayme Campos, obrigada pela compreensão.

Senador Fabiano Contarato, meu amigo, eu sou Governo. Não é nem por obrigação, porque eu vou defender o Presidente Bolsonaro, que digo ao senhor que toda crítica é bem-vinda. Por isso, o senhor tem porta aberta – posso falar, tenho certeza – pelo Rogério Marinho, Secretário que está cuidando da previdência, para trazer sugestões, para nos ajudar a construir, isso não é uma questão do Governo, é uma questão nossa. Então, toda sugestão dentro da previdência é bem-vinda, acho que o senhor vai contribuir muito, confio muito no seu tirocínio.

Quanto às questões ambientais, fiz questão de ser membro titular da Comissão que o senhor preside, justamente para que a gente pare com essa polarização, essa dicotomia que colocaram entre nós. O agro e o meio ambiente têm que caminhar juntos, foi isso que o Governo me pediu. Então, ali dentro da sua Comissão, eu quero ser esse *link*, essa junção para que sejamos todos um só. Quem pretende... O produtor rural tem interesse em preservar, avanço com sustentabilidade. Nisso o senhor está certo e eu estou aqui para isso.

Muito obrigada.

Eu vou passar direto para a análise, para ser bem rápida.

A competência legislativa para disciplinar a matéria, vinculada aos direitos trabalhistas e previdenciários, é da União, à vista do art. 22, I e XXIII, e 24, XII, da Constituição Federal de 1988, cabendo ao Congresso Nacional dispor sobre todas as matérias de competência do aludido ente federativo, nos termos do art. 48, *caput*, da mesma Carta.

O art. 229 da Constituição atribui aos pais, em conjunto, os deveres de assistir, criar e educar os seus filhos menores. Essa proteção é ampliada e passa a ser responsabilidade de todos, nos termos do art. 227 da mesma Carta, que estabelece o dever da família, da sociedade e do Estado de assegurar às crianças uma série de direitos que devem ser providos com absoluta prioridade. Essa preocupação com a família, crianças e adolescentes ocupa praticamente o Capítulo VII do Título VIII do Texto Constitucional, integralmente dedicado à ordem social.

Nos termos do art. 100, I, do Regimento Interno do Senado, compete à CAS discutir e votar proposições que versem sobre relação de trabalho, seguridade e previdência social.

A despeito de sermos, em princípio, favoráveis à aprovação do projeto que estamos aqui discutindo, não se pode deixar de se observar que ele majora e estende um benefício previdenciário ao ampliar o prazo da licença-maternidade para 180 dias, permitindo, mesmo nos casos de licença-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

adoção, o compartilhamento de 60 dias. Essa ampliação e esse compartilhamento, obviamente, implicarão volume financeiro maior de salário-maternidade a ser pago.

A ampliação da cobertura de um benefício com prazos maiores e maior número de beneficiários a ser bancada pela previdência pública deve ser compensada com a indicação da correspondente fonte de custeio, sem o que o dispositivo estaria contrariando frontalmente o art. 195, §5º, da Constituição Federal, segundo o qual "nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total".

Além disso, como a proposição cria despesa obrigatória, é necessário que ela esteja acompanhada de estimativas desses efeitos no exercício em que entrarem em vigor, detalhando a memória de cálculo respectiva e correspondente compensação para efeito de adequação orçamentária e financeira, e compatibilidade com as disposições constitucionais e legais que regem a matéria, em conformidade com o *caput* do art. 114 da Lei nº 13.707, de agosto de 2018, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2019 e dá outras providências, bem como o art. 113 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Dadas essas cautelas financeiras e econômicas, mormente nas circunstâncias atuais em que se discute a reforma previdenciária como alternativa para a redução do déficit, entendemos recomendável que, primeiramente, seja consultada a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que tem competência regimental para responder a essas questões. Assim, teremos uma visão mais clara de todos os possíveis efeitos no orçamento e na economia da aprovação de uma matéria dessa natureza e amplitude.

Por todas as razões expostas, opinamos no sentido de que seja consultada a Comissão de Assuntos Econômicos sobre o PLS nº 151, de 2017, nos termos do inciso I do art. 99 do Regimento Interno do Senado, para avaliação dos impactos econômicos, financeiros e orçamentários.

Então, Sr. Presidente, só para reforçar, é muito importante a iniciativa da Senadora Rose de Freitas, porém o impacto econômico... Nós temos de ter responsabilidade, principalmente nesse momento que vivemos quando terminaram por engessar o nosso Governo, com a emenda impositiva. Eu não estava aqui para votar nem para discutir. Tudo é muito sério. Nós queremos o bem-estar de todos, mas, na hora, a conta sempre chega. Alguém tem que pagar essa conta. Então, que a CAE, com dados científicos, consulte. E, por isso, eu peço a atenção dos colegas para essa questão, que é de responsabilidade.

Muito obrigada.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Senador Fabiano.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES. Pela ordem.) – Eu peço vista do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Vista concedida ao Senador Fabiano.

Item 3.

2ª PARTE

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 235, de 2018

- Terminativo -

Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, para incluir nos programas públicos de assistência farmacêutica modalidade de subsídio para possibilitar que todo aposentado ou pensionista adquira os medicamentos a ele prescritos com o desconto que especifica.

Autoria: Senador Paulo Paim

Relatoria: Senadora Mailza Gomes

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

Em 03/04/2019, foi concedida vista coletiva, nos termos regimentais.

Em 09/04/2019, o Senador Fabiano Contarato apresentou a Emenda nº 1.

Consulto as Sras. Senadoras e os Srs. Senadores sobre eventual manifestação decorrente do pedido de vista, a começar pelo Senador Fabiano Contarato, que apresentou a Emenda nº 1.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Sr. Presidente, muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero parabenizar o Senador Paulo Paim pela iniciativa. Ele sabe da minha preocupação quando pedi vista, porque a matéria é extremamente nobre, e a minha preocupação é que ela fosse alcançar pessoas aposentadas com um poder econômico extremamente elevado. Então, a minha emenda se restringe justamente a isto: subsídios para possibilitar que todo aposentado ou pensionista – e aí vem a diferença – que perceba rendimentos provenientes de aposentadoria, proventos ou pensões até o limite máximo estabelecido para os benefícios de Regime Geral da Previdência Social adquira quaisquer medicamentos a eles prescritos com 50% de desconto sobre o preço de referência definido em regulamento, porque, como estava na proposta original, nós poderíamos ter aposentados ou pensionistas ganhando R$30 mil, R$40 mil, R$50 mil por mês e tendo o benefício, quando a destinação aqui é para aqueles que mais efetivamente precisam. Por isso, eu limitei, na emenda, a aposentados e pensionistas que ganhem até o teto do sistema único. É essa a minha emenda, que passo à apreciação dos senhores.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sr. Presidente, para ajudar no encaminhamento...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Com a palavra V. Exa.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Totalmente solidário. Acho que a emenda melhora muito o projeto, e esse era o objetivo. Eu diria que foi até um erro de redação. Já conversamos com a Relatora, que tem a mesma posição. Essa emenda limpa a área e realmente aqueles que mais precisam vão ter o benefício.

Meus cumprimentos ao autor da emenda e à Relatora, que entendeu que efetivamente isso melhora o projeto original apresentado por mim.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Concedo a palavra agora à Senadora Mailza Gomes para as suas considerações.

A SRA. MAILZA GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - AC) – Bom dia, Sras. e Srs. Senadores.

Bom dia, Sr. Presidente, Senador Romário.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Bom dia.

A SRA. MAILZA GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - AC) – Eu quero agradecer ao Senador Contarato e parabenizá-lo pela emenda que é meritória e foi bem observada. Eu a acato e, a partir de agora, ela passa a fazer parte do meu relatório.

Obrigada, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parabéns ao Senador Paim também pelo projeto.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Consulto...

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS) – Pela ordem, Senador Romário.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Senador Nelsinho Trad com a palavra.

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS. Pela ordem.) – Senador Romário, o item 9 da parte deliberativa refere-se ao Projeto de Lei Complementar 143, de 2018. Até em respeito às pessoas que se mobilizaram e aqui se encontram do Recomeçar e da Femama, gostaria de solicitar a inversão de pauta para que a gente pudesse apreciar a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Senador, não há ninguém mais do que eu aqui que tenha vontade de colocar esse item. Eu queria, inclusive, colocá-lo em primeiro lugar, mas, como não é terminativo, a gente vai colocar o item do Senador Jayme, e, logo em seguida, vem o item 9.

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS) – Perfeitamente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mas esse não... Tem de votar esse.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o Projeto e a Emenda nº 1. A votação é nominal, votação eletrônica. (*Pausa.*)

Faltam dois Senadores, três Senadores para completarmos o quórum.

Algum Senador quer a palavra para algum tema específico? (*Pausa.*)

Falta um. (*Pausa.*)

Vou aproveitar a oportunidade, como já foi dito pelo Senador Kajuru, para registrar da presença dos alunos da Universidade Católica de Santa Catarina. Em nome da estudante Jessica Barbosa, muito obrigado a todos vocês.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Jaraguá do Sul. (*Pausa.*)

Encerrando a votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1 da CAS.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Item 7.

ITEM 7

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 359, de 2015

- Terminativo -

Altera os incisos V, VI e VII do art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para reduzir o prazo de carência para utilização da conta vinculada do FGTS para fins de aquisição de moradia própria e amortização e pagamento de prestações de financiamentos habitacionais.

Autoria: Senador Paulo Paim

Relatoria: Senador Jayme Campos

Relatório: Pela aprovação do Projeto e pela rejeição da Emenda nº 1-CAE.

Observações: *Será realizada uma única votação nominal para o Projeto e para a emenda, nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque.*

Concedo a palavra ao Senador Jayme Campos para proferir o relatório.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT. Para proferir relatório.) – Sr. Presidente, Senador Romário, Sras. e Srs. Senadores, encaminho o meu relatório seguinte forma.

Em análise, nesta Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 359, de 2015, de autoria do ilustre Senador Paulo Paim, que pretende alterar norma relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS (Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990), que trata das movimentações da conta vinculada.

A proposição modifica a referida lei em três de seus incisos para reduzir os prazos para utilização dos saldos do FGTS para fins de aquisição de moradia.

Altera-se a alínea "a" do inciso V do art. 20, que prevê três anos de permanência no regime do FGTS para pagamento de prestações, reduzindo esse prazo para um ano. O mesmo limite de três anos previsto na alínea "a" do inciso VII do citado artigo também é reduzido para um ano de trabalho sob o regime do FGTS, na mesma empresa ou empresas diferentes, para pagamento total ou parcial do imóvel.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Presidente, solicito que V. Exa. peça um minuto de silêncio para que eu consiga ler o meu relatório para que os Srs. Senadores possam entender a importância deste projeto de lei de autoria do Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Silêncio, por favor, senhoras e senhores.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Além disso, o interstício mínimo atualmente previsto de dois anos, para movimentações de liquidação ou amortização extraordinária do saldo devedor, é reduzido para um ano também, mediante alteração do inciso VI do mesmo artigo.

Em sua justificação, o autor registra que, na forma do art. 13 da referida lei, os saldos das contas vinculadas são remunerados com base nos parâmetros fixados para atualização dos depósitos da poupança, mais juros de 3% ao ano. Essa correção não acompanha, via de regra, os juros dos financiamentos para aquisição da casa própria, que são de pelo menos 9,5%. Nessas condições, o trabalhador adquirente de casa própria paga juros mais altos do que os recebidos pelos seus depósitos no FGTS, que, justamente, financiam a construção de imóveis.

Nesta Casa, o PLS nº 359, de 2015, foi distribuído às Comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e a esta CAS, cabendo-nos a decisão terminativa. A matéria já foi analisada na CAE, nos termos do art. 99, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, que opinou sobre os aspectos econômicos e financeiros, concluindo pela aprovação, com emenda que restringe o uso dos recursos aos "mutuários de baixa renda".

Não foram apresentadas, até o momento, outras emendas à proposição.

Análise.

Nos termos do art. 90, I, combinado com o art. 100, I e IV, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CAS discutir e votar o presente projeto de lei, em decisão terminativa, tendo em vista que o tema em análise está associado às relações de trabalho.

Mudanças na legislação que regula o FGTS inserem-se no campo das atribuições legislativas privativas da União, nos termos do inciso I do art. 22, e estão dentro da temática de iniciativa comum, prevista no art. 61, ambos da mesma Carta. Cabe ao Congresso Nacional legislar sobre a matéria, nos termos do art. 48 da Constituição Federal.

No que se refere à conformidade legislativa, a proposição atende às regras estabelecidas na Lei Complementar nº 95, de 1998, especialmente no que se refere ao art. 12, III. Observados todos esses pressupostos, o projeto não revela vícios de inconstitucionalidade ou ilegalidade, no que se refere aos seus aspectos formais. Registre-se, ainda, que não se trata de matéria que exige lei complementar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto ao mérito, estamos convictos de que o projeto merece aprovação. É notório que os juros e custos bancários não costumam ser camaradas, em hipótese alguma. Há diferenças entre as correções pagas aos trabalhadores, nas contas do FGTS, e os encargos aplicados nos financiamentos habitacionais. Nessas condições, o trabalhador que contribui com suas reservas para o financiamento de todos acaba pagando mais pelas suas dívidas imobiliárias do que recebe, em correções, pelo dinheiro que disponibiliza.

A moradia própria é a maior garantia de que pode dispor a família do empregado. Ela não se sujeita ao processo de degradação inflacionária e nela o trabalhador pode fazer melhorias e investimentos. Nela o trabalhador encontra estabilidade emocional e estabelece um clima favorável à educação dos filhos. Casa própria é salubridade e, quando financiada, via de regra, é atendida pelo saneamento básico.

A utilização do FGTS, para a casa própria, é uma decisão voluntária e deve atender aos interesses do trabalhador. Havendo imóveis disponíveis, a ele cabe o juízo de conveniência e oportunidade. O Estado não deve entravar com pequenas questões de prazo ou burocracia a realização do sonho da casa própria. Além disso, o dinheiro que sai do fundo alimenta o mercado, gera empregos e novos depósitos. É um ciclo virtuoso.

Parece-nos que os prazos previstos nas modificações são justos e equilibrados. Com um ano de contrato de trabalho, sob o regime do FGTS, pode-se dizer que já há uma certa estabilidade, especialmente se considerarmos a precariedade das relações de trabalho atuais. Ademais, Sr. Presidente, três anos de permanência no regime do FGTS, para a utilização dos saldos, é um evidente exagero.

Quanto à emenda da CAE, nossa posição é contrária. A ideia seria restringir o uso dos recursos aos "mutuários de baixa renda". Esse conceito nos parece flexível e daria alguma arbitrariedade aos administradores do sistema. Ademais, não vemos vantagem na exclusão da classe média, dos eventuais benefícios da utilização do FGTS na compra da casa própria, que é um valor típico dessa classe.

Concluindo, Sr. Presidente.

Voto.

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 359, de 2015, em seu texto original, com a rejeição da Emenda nº 1, da CAE.

Concluindo, Sr. Presidente, quero cumprimentar a iniciativa e sobretudo o ilustre e eminente Senador da República Paulo Paim pela sua preocupação com a classe trabalhadora neste Brasil, classe trabalhadora esta que está à margem, Sr. Presidente, das boas políticas públicas neste País.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lamentavelmente, falta tudo, falta saúde, falta educação, e naturalmente este é o mínimo que podemos oferecer, o dinheiro do trabalhador que está depositado na sua conta, e o Governo faz uso desse dinheiro muitas vezes não apropriadamente, daquilo que vem beneficiar o trabalhador neste País.

Portanto, o meu voto é um voto convicto, um voto de um cidadão que tem compromisso com a justiça social e acima de tudo com a cidadania daqueles cidadãos que estão à margem, naturalmente, de boas políticas públicas no Brasil.

Cumprimento V. Exa., eminente Senador Paulo Paim, que, como sempre faz aqui, apresenta bons projetos de lei do interesse da maioria da coletividade brasileira, sobretudo da nossa classe trabalhadora.

É o meu voto, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, Senador Jayme Campos.

Coloco em discussão a matéria e já inicio a votação. (*Pausa.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sr. Presidente, falta um só?

Eu só quero dizer que não vou fazer defesa, porque a melhor defesa que poderia ser feita o Relator fez. Então, meus cumprimentos ao Senador Jayme Campos, um homem que já foi Governador, já foi Senador outras vezes e novamente agora o seu Estado o trouxe para cá, com uma belíssima votação como Senador. Ele, mais do que ninguém, porque é também um empreendedor, faria uma defesa como essa de garantir que o Fundo de Garantia, neste caso, continue para a casa própria.

Então, meus parabéns pelo brilhante relatório, Senador Jayme Campos!

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, Senador.

Mais um para encerrarmos a votação. (*Pausa.*)

Senador Styvenson. (*Pausa.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Presidente, seu voto, Presidente. Queremos seu voto, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Segundo informações, eu não posso votar.

(*Intervenção fora do microfone.*) (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Mas eu posso falar, não é? É, sim, com certeza, não é?

Mais uma vez, parabéns, Senador Paulo Paim pelo projeto e ao Senador Jayme Campos pelo brilhante relatório.

Encerro a votação.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Aprovado o projeto e rejeitada a Emenda nº 1, da CAE.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Vamos agora ao item 9.

ITEM 9

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 143, de 2018

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 12.732, de 22 de novembro de 2012, para que os exames relacionados ao diagnóstico de neoplasia maligna sejam realizados no prazo de 30 (trinta) dias, no caso em que especifica.

Autoria: Deputada Carmen Zanotto

Relatoria: Senador Nelsinho Trad

Relatório: Favorável ao Projeto.

Autoria, Deputada Carmen Zanotto, presente nesta Casa.

Concedo a palavra ao Senador Nelsinho Trad para proferir o relatório.

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS. Para proferir relatório.) – Sr. Presidente, demais pares, senhoras e senhoras, gostaria aqui, antes de ler o nosso relatório, de parabenizar a luta do pessoal do Recomeçar e da Femama, que aqui se encontram, defendendo essa causa que é mais do que justa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Preliminarmente, cumpre apontar que o PLC nº 143, de 2018, foi distribuído à apreciação deste colegiado com fundamento no inciso II do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal, que confere a esta Comissão competência para opinar sobre proposições que digam respeito à proteção e defesa da saúde e a competências do SUS.

Cabe destacar, ainda, que não existem óbices quanto à constitucionalidade formal da proposta, pois a matéria está inserida na competência legislativa concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal. Além disso, a proposição está em conformidade com as atribuições do Congresso Nacional, estabelecidas pelo art. 48 da Constituição Federal.

Passemos, então, Sr. Presidente, à análise do mérito da proposição.

De fato, como muito bem enfatizou a autora em sua justificação, o projeto sob exame consiste em necessário complemento da Lei nº 12.732, de 2012, a fim de conferir-lhe real efetividade. Afinal, pouco adianta instituir o tratamento para as neoplasias malignas, os cânceres, no prazo de 60 dias contados a partir do diagnóstico da moléstia, se este é realizado tardiamente. E sabe-se que o mais importante gargalo para a confirmação do diagnóstico de câncer está na realização dos exames complementares necessários, em especial dos exames anatomopatológicos, sem os quais não é possível dar início aos regimes terapêuticos estabelecidos no §1º do art. 2º do referido diploma legal, ou seja, sem o diagnóstico tempestivo da neoplasia maligna e a determinação do seu tipo histológico, as disposições da Lei nº 12.732, de 2012, não passam de "letra morta".

O que eu quero explicar com isso? Muitas vezes – eu sou médico e estou ao lado de um professor também de Medicina –, quando o paciente chega até a gente, e a gente pede os exames, suspeitando de uma doença maligna – está aqui a Dra. Senadora, que também é médica –, a gente tem um indicativo de que pode vir a ser um tumor maligno, que só é confirmado a partir do momento em que se faz o exame anatomopatológico, que normalmente se faz através de uma biópsia, da retirada de um fragmento, e por aí vai.

É importante salientar que, independentemente do tipo de neoplasia, o fator mais determinante para o desfecho favorável da terapia é o chamado estadiamento da lesão maligna, ou seja, o quão avançado está o câncer no momento do início do tratamento. Casos mais avançados, mesmo que submetidos ao melhor e mais caro tratamento disponível, têm chance muito menor de cura ou de longa sobrevida, quando comparados aos casos detectados e tratados ainda no início.

Em resumo, o momento da detecção do câncer impacta decisivamente a sua letalidade, ou seja, o percentual de pessoas acometidas que vêm a falecer por causa da doença.

De acordo com estimativas do Instituto Nacional de Câncer (Inca), durante o ano de 2018 ocorreram 300.140 novos casos de neoplasia maligna entre os homens e 282.450 entre as mulheres. Já os últimos dados de mortalidade por câncer disponíveis são 107.470 homens falecidos por ano pela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

doença, e 90.228 mulheres mortas por essa causa. São números expressivos, que geram preocupação nas autoridades sanitárias.

Ressalte-se que a medida contida no PLC, que é este aqui, nº 143, de 2018, impactará justamente esses últimos números, reduzindo a quantidade de pessoas que falecem em função do câncer, sem interferir na incidência das neoplasias malignas.

Interessante notar, por fim, que a proposição que deu origem à Lei nº 12.732, de 2012, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 32, de 1997, tramitou por longos 15 anos no Congresso Nacional sem que a questão da tempestividade do diagnóstico fosse contemplada no texto normativo. Isso nos alerta para a necessidade do exame paciente e exaustivo das proposições, bem como do debate com os segmentos sociais envolvidos com o tema, a fim de produzir norma legal capaz de regular a matéria de maneira eficaz.

Assim, sendo, Sr. Presidente, honro aqui o meu diploma de médico, quando fiz o juramento de defesa da vida.

Em vista do exposto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei da Câmara nº 143, de 2018 e, no mérito, pela sua aprovação. Senador Nelsinho Trad, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Senadora Zenaide.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Essa votação é simbólica. V. Exa., se quiser fazer algum comentário, por favor.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Senador Otto, com a palavra.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Para discutir.) – Pois não, Presidente Romário. Eu quero apenas destacar o ótimo relatório que o Senador Nelsinho Trad fez. O Senador Nelsinho é médico também, um ótimo urologista, conhece bem da matéria, como nós todos aqui médicos conhecemos.

Eu acho que este projeto é um projeto importante, porque o diagnóstico precoce, como falou o Nelson aqui, tem levado à preservação de muitas vidas no nosso País. No Estado da Bahia, o atual Governador, Rui Costa, é bom que se destaque isso, já implantou praticamente 20 policlínicas e polos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em cidades do interior para diagnóstico precoce dos casos de câncer. E esse diagnóstico precoce é superimportante.

Eu estou falando isso, até porque eu sou um caso de diagnóstico precoce, Presidente, e estou aqui vivo. Fui operado há dez anos de câncer de próstata e com preservação total das minhas funções, porque o meu diagnóstico foi precoce. Se não tivesse sido precoce, eu não estaria aqui hoje defendendo essa causa e destacando o ótimo relatório do Senador Nelsinho Trad. No meu caso, por exemplo, sou ortopedista, cirurgião, trabalhei em hospitais de câncer com vários tumores ósseos, cuja cura, se diagnosticados precocemente, vem imediatamente. Inclusive, no meu Estado, em um dos Prefeitos que operei mais ou menos 30 anos atrás, o diagnóstico precoce permitiu a cura completa desse paciente.

Portanto, eu acho que, se há uma coisa no Brasil hoje que o Governo Federal, os Governos estaduais, até as Prefeituras devem fazer... Porque não é muito caro fazer uma mamografia, fazer uma ressonância, uma tomografia do abdômen não é uma coisa que custa muito caro. E V. Exa. sabe, como eu sei, porque V. Exa. tem causas que defende, que a essência da vida é fazer o bem e procurar ajudar as pessoas que, às vezes, por um motivo ou outro, caem, e não têm condição de se erguerem a não ser pela ação no serviço público.

Portanto, eu fico, inclusive, aqui bem à vontade para votar a favor e destacar, com a sensibilidade de um médico que tem 47 anos de formado. Por essas mãos, passaram muitas pessoas cujas vidas eu consegui salvar exatamente porque o diagnóstico foi precoce.

Portanto, parabéns ao Senador Nelson Trad!

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Senador Zenaide, com a palavra.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para discutir.) – Presidente, Romário, colegas médicos, eu queria dizer, como eles falaram, da importância do diagnóstico precoce e queria aqui parabenizar a luta da minha amiga aqui Deputada Carmen Zanotto e Flávia Morais, porque elas vêm numa luta... Como se diz, esse projeto de lei está rodando há muito tempo...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Há 15 anos.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – ... mas elas são batalhadoras, e a gente tem que tirar o chapéu por se ter chegado a isso aqui.

A gente sabe, por exemplo, que o avanço da tecnologia com a imuno-histoquímica, o estadiamento é essencial. E a gente sabe também... Por exemplo, eu vou citar o câncer de mama para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o qual não há uma prevenção; o que existe é um rastreamento justamente nos exames para se ter um diagnóstico precoce. E a gente sabe que hoje a maioria das neoplasias diagnosticadas precocemente... Trinta dias de uma neoplasia é muita coisa, gente, porque da maioria o paciente só vai ter alguns sintomas quando já há cinco ou seis anos daquele tumor ali alojado. Então, parabéns ao Relator; parabéns à Carmen Zanotto, à Flávia Morais e a todos os que estão atrás disso!

Tem ideia de o que ele disse aqui sobre os números? Quase 200 mil pessoas morrem aqui de câncer!

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – É uma guerra civil. E a gente sabe que a grande maioria, se tivesse – vem aquela história – o acesso à saúde, se tivesse... Por isso, parabéns!

(*Interrupção do som.*)

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – .... trinta dias. O Município, é como ele diz... A gente avançou muito, mas não podemos retroagir. E aí é onde entram as novas tecnologias, porque os tumores hoje já são abordados não genericamente, como eram antigamente, qualquer tipo de câncer era tratado com o mesmo tratamento. E esse estadiamento e tudo é que vai dizer sobre o tratamento.

Parabéns, amigo!

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, Senadora!

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS) – Eu gostaria de...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Eu gostaria de passar a palavra agora para...

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS) – Senador Romário.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – ... à autora do projeto.

A SRA. CARMEN ZANOTTO (CIDADANIA - SC) – Senador...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Ah! Hoje pode. Foi uma grande reunião, hoje pode.

Senadora, por favor, com a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CARMEN ZANOTTO (CIDADANIA - SC) – Obrigada, nobre...

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS) – Depois eu gostaria de concluir um raciocínio.

A SRA. CARMEN ZANOTTO (CIDADANIA - SC) – Obrigada, nobre Senador Romário.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só o Romário, que é campeão do mundo, que pode abrir essas exceções, viu? (*Risos.*)

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Ela merece.

A SRA. CARMEN ZANOTTO (CIDADANIA - SC) – Obrigada, nobre Senador Romário.

Quero dizer que tenho uma grande alegria de ter o senhor como Presidente desta importante Comissão de Assuntos Sociais. Nós fomos colegas Deputados juntos, e o senhor conhece a nossa luta e nós conhecemos a sua luta, em especial no conjunto das doenças raras e também com relação ao câncer.

Agradeço ao nobre Senador Nelsinho Trad, que fez a relatoria, e aos colegas Senadores que aqui tão bem falaram, como a ex-Deputada e hoje Senadora Zenaide, a Mara Gabrilli. Agradeço ao grupo do Recomeçar, da Joana, e a todas as mulheres que lutam, porque nós sabemos que cada dia é um dia a menos para os pacientes com câncer.

Historio um pouquinho, porque a Lei 12.732 só é lei porque foi para a Câmara Federal um projeto do então Senador Osmar Dias, do Paraná, que tratava da questão dos medicamentos para dor no câncer. Eu, em 2011, havia apresentado um projeto de lei dando o prazo até 30 dias para o tratamento – as cirurgias, as quimioterapias e a radioterapia –, e a Deputada Flávia Morais, em 2012.

O nosso substitutivo... Por que hoje a lei fala em 60 dias? Porque nós pedimos 30, as duas, e nós tivemos de negociar com o Governo Federal um prazo maior em função dos vazios assistenciais que há neste País. Ainda temos regiões que agora estão recebendo os primeiros aparelhos de radioterapia, fruto da lei construída por nós, por mim e pela Deputada Flávia Morais.

E qual foi a nossa tristeza quando a lei começou a ser implementada? Eu digo isso como gestora que fui, enfermeira de formação e secretária municipal e secretária de Estado. Deparamo-nos com o fato de que o acesso aos exames era tão difícil quanto a realização da cirurgia, da quimioterapia e da radioterapia. Por isso a necessidade da implementação da hoje conhecida como Lei dos 60 dias para garantir em até 30 dias os exames.

Alguns gestores vão dizer para nós: "Mas vocês estão nos obrigando". O câncer não pode esperar, nem o diagnóstico e nem seu tratamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero ver um dia esses dois textos legais rasgados, desnecessários, para que todo homem, toda mulher, toda criança, todo idoso e adulta tenham o seu diagnóstico o mais rapidamente possível e o seu tratamento também, e não precisemos de leis para assegurar isso.

Nobre Senador Romário, muito obrigada por ter pautado, em especial, nesta semana, porque estamos comemorando os trabalhos com relação ao Dia Mundial do Câncer. Nós precisamos enfrentar o câncer, e todos os dias é um dia a menos para cada paciente de câncer.

Eu, que presidi a Frente Parlamentar de Prevenção e Diagnóstico para Tratamento do Câncer na Câmara, junto com os Senadores, e agora, a Frente Parlamentar Mista da Saúde, tenho muito, em nome desse coletivo de homens e mulheres, Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas... V. Exas. têm também na sua pauta a saúde, porque garantir a saúde é garantir a vida das pessoas.

Muito obrigado, nobre Relator e nobres pares por terem votado no dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito obrigado, Deputada Carmen Zanotto.

Passo a palavra agora para a brilhante Senadora Mara Gabrilli.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP. Para discutir.) – Obrigada, Presidente.

Eu só quero cumprimentar a nossa Deputada e dizer da alegria, Carmen Zanotto, de tê-la aqui conosco. É impressionante, Senador Romário, porque em todos os lados que se vai pesquisar, por exemplo, na área de diabetes, você encontra a Carmen; vai para a área do câncer, encontra a Carmen; vai para a pessoa com deficiência, para cuidador, doenças raras...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Em tudo que é bom ela está junto.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Em tudo que é bom ela está junto. E o quanto a Carmen trabalhou para que a gente pudesse ter exame de mamografia no SUS, em idades que o SUS não gostaria e ampliar isso para todas as mulheres. Inclusive, a Carmen também é uma lutadora para que a gente tenha sempre mamógrafos acessíveis para as mulheres cadeirantes.

Então, Carmen, minha Deputada querida, eu só tenho que agradecer a sua colaboração com o nosso País, porque, com certeza, você ajuda muito a melhorar a saúde do brasileiro.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo mais quem queira discutir...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidente, só uma frase.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Já foi elogiada tanto a Deputada Carmen que eu só vou complementar.

Toda que vez em que há tema relacionado ao idoso, ela me chama na Câmara para dialogar com ela.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Ela também está!

Senador Nelsinho Trad com a palavra.

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS) – Apenas para concluir, Senador Romário.

Primeiro, manifesto aqui a minha satisfação de fazer parte desta Comissão. É uma Comissão em que tenho o prazer de vir trabalhar, diante das ilustres companhias.

Quero dizer à Senadora Mara que V. Exa., com a sua doçura, realmente perfuma esse ambiente. É muito prazer ter V. Exa. nos nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Quero corroborar com isso, Senador.

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS) – Quero fazer, Senador Romário, apenas uma conclusão, com a licença do meu Líder.

A gente observa várias campanhas positivas de prevenção do câncer no nosso País: temos o Outubro Rosa, temos o Novembro Azul. Em função da divulgação dessas campanhas, o que acontece? As pessoas vão atrás, buscam fazer os seus exames. A partir do momento em que se detecta algo, essa lacuna tinha de ser preenchida. Por quê? É muito fácil esse ou aquele argumentar que não está preparado, que não está organizado, mas vá se colocar no lugar de alguém que recebe de um profissional a notícia de que está com um tumor maligno no corpo e que vai demorar ainda para se fazer o estadiamento da doença. O estadiamento da doença quer dizer o nível de gravidade desse tumor no corpo da pessoa. E sabemos que as células malignas vão se reproduzindo segundo a segundo dentro do organismo da pessoa.

Então, é com muita alegria que faço esse relatório e vejo a aprovação pelos pares.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero aqui, quebrando um pouco o protocolo... Sei que V. Exa. já tem esse livro. Eu também já tenho o livro da Joana, mas eu gostaria de presentear o meu Líder, Senador Otto, com o livro da história dela, que realmente inspirou toda essa luta para que a Deputada colocasse avante o seu projeto e ele pudesse aqui ser votado.

Eu solicito à Mesa que encaminhe esse parecer ao Plenário. Eu combinei com o Presidente Davi e com os Líderes na reunião de ontem, e ele vai pôr para tramitar na sessão de hoje até em respeito às pessoas que aqui se encontram e ao Dia Nacional de Combate ao Câncer, que foi o dia 8.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, Senador.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam o relatório queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai ao Plenário.

EXTRAPAUTA

ITEM 18

REQUERIMENTO Nº 42, de 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, a apresentação de Requerimento de urgência, perante o Plenário do Senado Federal, para o Projeto de Lei da Câmara nº 143, de 2018.

Autoria: Senador Romário

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam o relatório queiram permanecer como se encontram. (*Palmas.*)

Aprovado.

Parabéns a todas as guerreiras da Recomeçar! Joana, parabéns por esta luta! Vocês merecem!

Item 5.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.067287/2019-48

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2ª PARTE

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 328, de 2015

- Terminativo -

Dispõe sobre a regulamentação da profissão de educadora e educador social e dá outras providências.

Autoria: Senador Telmário Mota

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Pela aprovação do Projeto e das Emendas nº 1-CCJ-CE, 2-CE e 3-CE, e pela rejeição da Subemenda nº 1 à Emenda nº 2-CE.

Observações:

Será realizada uma única votação nominal para o Projeto e para as emendas, nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT. Para questão de ordem.) – Sr. Presidente, questão de ordem.

Eu gostaria de pedir a V. Exa., como temos quórum, que abra o processo de votação, porque nós já conhecemos o relatório. Eu já acessei e, acho que todos os Senadores...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Posso ler meu relatório em um minuto.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para proferir relatório.) – Presidente, esse é um projeto do Senador Telmário Mota. Por que eu tenho de dar essa rápida explicação? Ele está há mais de um ano nesta Casa e não é votado, porque não há acordo. Onde está o problema? Na palavra "gênero".

Fizemos aqui agora, mediante o aval e a proposta do próprio autor da matéria... E conversei com diversos Senadores e com as entidades que cuidam dessa situação da regulamentação da profissão de educador e educadora social, que falaram comigo e também concordaram que se mudasse simplesmente a palavra "gênero" por "sexo".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com isso, eu só faço uma alteração no final, mediante essa visão que é quase unânime. Eu havia rejeitado a Subemenda nº 1, que trata da questão da mudança da palavra "gênero" por "sexo". Então, mediante o apelo quase unânime que recebi, eu acato a Emenda nº 1 – só isso que eu vou ler –, a pedido dos Senadores, para possibilitar a aprovação do projeto dos educadores.

Considerando diversos pedidos de entidades que aguardam a aprovação desse projeto há mais de um ano e do próprio autor, eu acato a Subemenda nº 1, do Senador Eduardo Lopes, do PRB, do Rio de Janeiro.

Com isso, entendo que o projeto pode ser aprovado, sem prejuízo de o debate continuar.

Esse é o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, Senador.

Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação, nos termos do relatório apresentado.

A votação é nominal.

Inicio a votação nominal. (*Pausa.*)

Vou encerrar a votação.

Aprovado o projeto e as Emendas nº 1-CCJ-CE-CAS, 2-CE-CAS, 3-CE-CAS e a Subemenda nº 1-CAS à Emenda nº 2-CE-CAS.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Item 10.

2ª PARTE

ITEM 10

REQUERIMENTO Nº 26, de 2019

- Não terminativo -

Nos termos do inciso II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo de instruir a apreciação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do PL 616, de 2019. Para tanto, e sem prejuízo de outras indicações, sugiro sejam convidados: Representante do Ministério do Meio Ambiente (MMA); Representante da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).

Autoria: Senadora Zenaide Maia

Passo a palavra à Senador Zenaide Maia para leitura do requerimento.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para encaminhar.) – Nos termos do inciso II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo de instruir a apreciação do PL 616, de 2019.

Para tanto, e sem prejuízo de outras indicações, sugiro sejam convidados: representante do Ministério do Meio Ambiente (MMA); representante da Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

Gente, esse projeto de lei é do Lasier e trata da proibição de determinadas substâncias que há nos protetores solares e que alguns países já proíbem, porque dizem que elas estão matando os recifes de corais.

A gente preferiu chamar os representantes das pessoas que entendem disso e ouvir os dois lados.

Por isso, apresentamos esse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Item 11.

2ª PARTE

ITEM 11

REQUERIMENTO Nº 29, de 2019

- Não terminativo -

Nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, e em aditamento ao REQ nº 26, de 2019, solicitamos que sejam incluídos como participantes da referida audiência os seguintes convidados: a) Sérgio Luiz Lira Palma, Presidente da Sociedade Brasileira de Dermatologia; b) Leonlene de Sousa Aguiar,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Diretor-Geral do IDEMA - Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte, ou alguém por ele indicado; c) João Carlos Basílio, Presidente Executivo da ABIHPEC – Associação Brasileira da indústria de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos.

Autoria: Senadora Zenaide Maia

Passo a palavra à Senadora Zenaide Maia para leitura do requerimento.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para encaminhar.) – Nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, e em aditamento ao requerimento, de 2019, que aprovamos, solicitamos que sejam incluídos, além dos dois órgãos, como participantes da referida audiência os seguintes convidados: Dr. Sérgio Luiz Lira Palma, Presidente da Sociedade Brasileira de Dermatologia; Sr. Leonlene de Sousa Aguiar, Diretor Geral do Idema; e o Sr. João Carlos Basilio, Presidente Executivo da Associação Brasileira da Indústria de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos.

A gente achou por bem convidar todos para ouvir todos os lados antes de botar esse projeto para frente. E foi tudo combinado com o autor, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, Senadora.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Requerimento extrapauta.

Consulto os Srs. Senadores sobre a inclusão extrapauta do requerimento apresentado por esta Presidência. (*Pausa.*)

Não havendo óbice, passo à leitura do requerimento.

EXTRAPAUTA

ITEM 17

REQUERIMENTO Nº 41, de 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 113 do Regimento Interno do Senado Federal, a apreciação conjunta pelas Comissões de Assuntos Econômicos e de Assuntos Sociais do PLC 37/2013, que "altera as Leis nºs

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

11.343, de 23 de agosto de 2006, 7.560, de 19 de dezembro de 1986, 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, 8.981, de 20 de janeiro de 1995, 8.315, de 23 de dezembro de 1991, 8.706, de 14 de setembro de 1993, 8.069, de 13 de julho de 1990, 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e 9.503, de 23 de setembro de 1997, os Decretos-Lei nºs 4.048, de 22 de janeiro de 1942, 8.621, de 10 de janeiro de 1946, e 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas e as condições de atenção aos usuários ou dependentes de drogas e para tratar do financiamento das políticas sobre drogas".

Autoria: Senador Romário

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Convoco para o dia 17 de abril, quarta-feira, às 9h, reunião extraordinária desta Comissão destinada à deliberação de proposições.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado a todos pela presença.

(*Iniciada às 9 horas e 23 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 58 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 6ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE MARÇO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e onze minutos do dia vinte de março de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Simone Tebet, Jorginho Mello e Antonio Anastasia, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Mecias de Jesus, Esperidião Amin, Fernando Bezerra Coelho, Marcio Bittar, Dário Berger, Tasso Jereissati, Elmano Férrer, Oriovisto Guimarães, Rose de Freitas, Selma Arruda, José Serra, Lasier Martins, Veneziano Vital do Rêgo, Fabiano Contarato, Alessandro Vieira, Weverton, Jorge Kajuru, Marcos do Val, Randolfe Rodrigues, Leila Barros, Rogério Carvalho, Telmário Mota, Paulo Rocha, Otto Alencar, Angelo Coronel, Arolde de Oliveira, Sérgio Petecão, Carlos Viana, Rodrigo Pacheco, Maria do Carmo Alves e Wellington Fagundes. Registram a presença os Senadores Eduardo Gomes, Paulo Paim, Chico Rodrigues, Alvaro Dias e Izalci Lucas. Deixam de comparecer os Senadores Jader Barbalho, José Maranhão, Ciro Nogueira, Cid Gomes, Humberto Costa, Fernando Collor e Marcos Rogério. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da 5ª Reunião Ordinária, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - Projeto de Lei da Câmara n° 61, de 2017 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para determinar que os profissionais de saúde, quando houver indícios de prática de violência contra a mulher, registrem o fato no prontuário da paciente." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senadora Maria do Carmo Alves. Relatório: Favorável ao projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo). Observação: Aprovado Requerimento nº 4, de 2019-CCJ, de urgência para a matéria. ITEM 2 - Projeto de Lei do Senado n° 307, de 2018 - Terminativo - que: "Acrescenta § 5º ao art. 9º da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, a fim de facultar a representação do réu por seu advogado nas audiências realizadas em localidades muito distantes de onde resida o réu." Autoria: Senadora Maria do Carmo Alves. Relatoria: Senadora Simone Tebet. Relatório: Pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Aprovado o Substitutivo, que será submetido a Turno Suplementar, nos termos regimentais. ITEM 3 - Projeto de Lei da Câmara n° 47, de 2018 - Não Terminativo - que: "Altera dispositivo da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, para dispor sobre a destinação dos valores apreendidos em decorrência dos crimes nela tipificados." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Otto Alencar. Relatório: Favorável ao Projeto com uma emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 4 - Projeto de Lei do Senado n° 317, de 2018 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, e a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, para incentivar a redução de perdas na distribuição de água tratada." Autoria: Senador Lasier Martins. Relatoria: Senador Sérgio Petecão. Relatório: Pela aprovação do Projeto e das Emendas nºs 1 a 9. Resultado: Aprovado o Projeto e as Emendas nºs 1-CCJ a 9-CCJ. ITEM

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

5 - Projeto de Lei do Senado n° 429, de 2017 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, que dispõe sobre partidos políticos, regulamenta os arts. 14, § 3º, inciso V e 17, da Constituição Federal, a fim de aplicar aos partidos políticos as normas sobre programa de integridade." Autoria: Senador Antonio Anastasia. Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Aprovado o Projeto. ITEM 6 - Projeto de Lei do Senado n° 432, de 2016 - Terminativo - que: "Altera o art. 15 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para possibilitar a aplicação supletiva e subsidiária do Código de Processo Civil ao Processo Penal." Autoria: Senador Antonio Anastasia. Relatoria: Senador Tasso Jereissati. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Vista coletiva concedida. ITEM 7 - Projeto de Lei do Senado n° 7, de 2018 - Terminativo - que: "Dispõe sobre os direitos dos pacientes em serviços de saúde; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para isentar do crime de omissão penalmente relevante a falta de instituição de suporte de vida ou a não realização de tratamento ou procedimento médico recusados; e altera a Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, que configura infrações à legislação sanitária federal, estabelece as sanções respectivas, e dá outras providências, para proibir a reutilização de produtos para a saúde descartáveis." Autoria: Senador Pedro Chaves. Relatoria: Senador Lasier Martins. Relatório: Pela aprovação do Projeto com a emenda que apresenta. Resultado: Vista coletiva concedida. ITEM 8 - Projeto de Lei do Senado n° 166, de 2017 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para prever o acompanhamento presencial por membro do Ministério Público da execução de manutenção ou reintegração de posse, de despejo, ou de qualquer medida judicial que importe em remoção de famílias nos litígios coletivos pela posse de terra rural ou urbana." Autoria: Senador Paulo Rocha. Relatoria: Senador Antonio Anastasia. Relatório: Pela aprovação do Projeto e da emenda nº 1, nos termos das emendas que apresenta. Resultado: Aprovado o Projeto com a Emenda nº 2-CCJ, e a Emenda nº 1 nos termos da Emenda nº 3-CCJ. ITEM 9 - Projeto de Lei do Senado n° 83, de 2018 - Terminativo - que: "Regula a realização de testes de aptidão física por candidata gestante em concurso público." Autoria: Senador Fernando Bezerra Coelho. Relatoria: Senador Lasier Martins. Relatório: Pela aprovação do Projeto com duas emendas que apresenta. Resultado: Aprovado o Projeto e as Emendas nºs 1-CCJ e 2-CCJ. ITEM 10 - Projeto de Lei do Senado n° 582, de 2015 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para facultar o oferecimento de preferência aos ocupantes na alienação onerosa de imóveis retomados por instituição financeira oficial." Autoria: Senadora Simone Tebet. Relatoria: Senador Antonio Anastasia. Relatório: Pela aprovação do Projeto com duas emendas de redação que apresenta. Resultado: Aprovado o Projeto e as Emendas nºs 1-CCJ e 2-CCJ, de redação. ITEM 11 - Projeto de Lei do Senado n° 89, de 2015 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.807, de 13 de julho de 1999, para criar mecanismos de proteção às vítimas e testemunhas vulneráveis." Autoria: Senador Humberto Costa. Relatoria: Senador Alessandro Vieira. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com a Emenda nº 1-CDH e com quatro emendas que apresenta. Resultado: Vista coletiva concedida. ITEM 12 - Projeto de Lei do Senado n° 483,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de 2017 - Terminativo - que: "Altera a Lei no 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para estabelecer normas gerais para a utilização de veículos apreendidos e sem identificação, pelas polícias civis, federal, rodoviária federal e militares." Autoria: Senador Elmano Férrer. Relatoria: Senadora Simone Tebet. Relatório: Pela aprovação do Projeto com duas emendas que apresenta. Resultado: Vista coletiva concedida. ITEM 13 - Projeto de Lei da Câmara n° 94, de 2018 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para autorizar, nas hipóteses que especifica, a aplicação de medida protetiva de urgência, pela autoridade judicial ou policial, à mulher em situação de violência doméstica e familiar ou a seus dependentes e dá outras providências." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senadora Selma Arruda. Relatório: Favorável ao Projeto e às Emendas nºs 1-CDH e 2-CDH, com duas emendas de redação que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 14 - Projeto de Lei do Senado n° 217, de 2018 - Terminativo - que: "Altera o art. 610 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, para permitir a realização de inventário extrajudicial quando houver possíveis implicações no interesse de incapazes." Autoria: Senador Paulo Rocha. Relatoria: Senadora Simone Tebet. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Vista concedida ao Senador Elmano Férrer, nos termos regimentais. ITEM EXTRAPAUTA 15 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania n° 4, de 2019 que: "Requeiro, nos termos do artigo 338 inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 61, de 2017." Autoria: Senadora Maria do Carmo Alves. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 16 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania n° 5, de 2019 que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o pacote anticrime apresentado pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública e atendimento dos direitos e garantias fundamentais inscritos na Constituição Federal. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. Ministério da Justiça e Segurança Pública. 2. Ordem dos Advogados do Brasil - OAB Nacional. 3. Associação Juízes para a Democracia - AJD. 4. Associação Brasileira de Juristas pela Democracia - ABJD. 5. Instituto Brasileiro de Ciências Criminais - IBCCRIM. 6. Fórum Brasileiro de Segurança Pública - FBSP." Autoria: Senador Rogério Carvalho. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 17 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania n° 6, de 2019 que: "Requeiro nos termos do Art. 93, II do Regimento Interno do Senado Federal a realização de audiência pública para debater sobre os direitos das mulheres na reforma da previdência. Convido para a audiência representantes dos seguintes órgãos: Representante do Poder Judiciário; Representante do Ministério Público; Representante do Órgão da Previdência; Representante do Ministério da Economia; Representante dos movimentos que atuam na defesa dos direitos das mulheres." Autoria: Senadora Rose de Freitas. Resultado: Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Simone Tebet
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 6ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 5ª Reunião, Ordinária.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à deliberação dos itens 1 a 14.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 61, DE 2017

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para determinar que os profissionais de saúde, quando houver indícios de prática de violência contra a mulher, registrem o fato no prontuário da paciente.

Autoria: Deputada Renata Abreu

Relatoria: Senadora Maria do Carmo Alves

Relatório: Favorável ao projeto nos termos do Substitutivo que apresenta

Concedo a palavra à ilustre Senadora Maria do Carmo Alves, para proferir o seu relatório.

A SRA. MARIA DO CARMO ALVES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - SE. Para leitura de relatório.) – Sra. Senadora, Srs. Senadores, eu devo começar, Sra. Presidente, pela análise.

Nos termos do art. 101 do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à CCJ opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das matérias que lhe forem submetidas.

A proposição, em seu mérito, mostra-se de bom alvitre e esperasse que diminua a subnotificação dos casos de violência contra as mulheres.

Nada mais natural, ao se identificar provável violência num atendimento médico, que se faça o registro de tal evento, de forma a permitir a sua adequada investigação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ademais, deve-se observar que a constitucionalidade do projeto, na sua atual forma, pode ser questionada em razão de prever obrigações às polícias estaduais e aparente tarefa às secretarias estaduais, o que pode ser entendido como desrespeito à autonomia dos Estados, prevista no art. 18 da Constituição Federal, e à reserva de iniciativa legislativa do tema pelos Governadores.

Dessa forma, a fim de preservar o mérito do projeto e de saná-lo de qualquer possível questionamento jurídico futuro, temos a propor um substitutivo que lhe ofereça maior viabilidade. Entendemos que o PLC, portanto, merece prosperar por meio de alteração à citada Lei nº 10.778, de 2003, prevendo de maneira ampla a comunicação à autoridade policial, inclusive em caso de suspeita de violência, como já o faz o art. 19 do Estatuto do Idoso.

Voto.

Diante do exposto, manifestamo-nos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 61, de 2017, na forma da seguinte emenda substitutiva:

Emenda Substitutiva da CCJ.

> Altera o art. 1º da Lei nº 10.778, de 24 de novembro de 2003, para dispor sobre a notificação compulsória dos casos de suspeita de violência contra a mulher.

É o voto, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Senadora Maria do Carmo, pela relatoria.

Eu gostaria de comunicar ao Plenário que este é um projeto não terminativo que já veio da Câmara. Falta apenas um membro para podermos deliberar, e, se houver, claro, a aquiescência e aprovação desse parecer a esse projeto, nós poderemos encaminhar ainda hoje, no mês da mulher, para Plenário, para votação.

Enquanto aguardamos mais um membro desta Comissão para deliberação, eu coloco em discussão a matéria. Quando pudermos encerrar e partirmos para o próximo item, retornamos, Senadora Maria do Carmo.

Em discussão, portanto, a matéria, o Projeto de Lei da Câmara nº 61, de 2017.

Repito: é um projeto que altera a Lei Maria da Penha, para determinar que os profissionais de saúde, quando houver indícios de prática de violência contra a mulher, registrem o fato no prontuário do paciente.

Continua em discussão. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Aguardo apenas o registro da presença do Senador Lasier Martins para começarmos a votação desse projeto. (*Pausa.*)

Já temos quórum para deliberar.

Coloco em votação o relatório da Senadora Maria do Carmo.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto nos termos da Emenda nº 1-CCJ-Substitutivo.

A matéria vai ao Plenário.

Indago aos Srs. Senadores se poderiam pedir regime de urgência, para que pudéssemos levá-lo ao Plenário ainda hoje.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Então, vamos solicitar ao Presidente que o inclua extrapauta.

Obrigada.

Passemos ao item 11, porque já foram lidos os relatórios dos demais, ou não há a presença dos seus Relatores.

Item 11 da pauta.

ITEM 11

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 89, DE 2015

- Terminativo -

Altera a Lei nº 9.807, de 13 de julho de 1999, para criar mecanismos de proteção às vítimas e testemunhas vulneráveis.

Autoria: Senador Humberto Costa

Relatoria: Senador Alessandro Vieira

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: pela aprovação do Projeto, com a Emenda nº 1-CDH e com quatro emendas que apresenta.

Observações:

- A matéria já foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa;

- Votação nominal.

Concedo a palavra ao Senador Alessandro Vieira para proferir o seu relatório.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - SE. Para leitura de relatório.) – Obrigado, Sra. Presidente.

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 89, de 2015, de autoria do Senador Humberto Costa, acrescenta o art. 15-A na Lei nº 9.807, de 13 de julho de 1999, para criar mecanismos de proteção às vítimas e testemunhas vulneráveis.

O *caput* desse art. 15-A determina que o delegado de polícia poderá aplicar medidas protetivas, em favor de vítima ou testemunha vulnerável, quando houver risco, devendo-se comunicar o juiz, o qual deverá ouvir o Ministério Público. As medidas protetivas podem ser a apreensão de objetos utilizados na prática do crime ou que tragam risco à vítima ou testemunha, a restituição de bens destas e a imposição de distanciamento em relação à vítima ou testemunha.

Na sequência, o §1º do art. 15-A estende às vítimas e testemunhas vulneráveis algumas das medidas de proteção previstas no art. 7º da Lei nº 9.807, de 1999.

O §2º, por sua vez, considera vulnerável a pessoa que deva receber proteção especial e diferenciada do Poder Público, como crianças, adolescentes, idosos, portadores de necessidades especiais e mulheres vítimas de violência doméstica e seus dependentes.

O §3º determina procedimentos a serem adotados pelo delegado de polícia na apuração da infração cometida pelo ofensor.

O §4º, na mesma esteira, estabelece que o delegado poderá requisitar serviços públicos em benefício das vítimas e testemunhas vulneráveis.

Por fim, o §5º dispõe que o não atendimento às requisições ou medidas de proteção aplicadas com base neste artigo ensejará a responsabilização criminal por desobediência, sem prejuízo da responsabilização civil e administrativa.

O autor da proposição observa ser crescente a garantia de proteção especial a pessoas em condição especial de vulnerabilidade, quer no direito brasileiro, quer no direito internacional. Desse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

modo, faz-se necessária, também, a proteção à vítima e à testemunha que estejam em condição especial de vulnerabilidade.

A justificação da proposição lembra que o delegado é o primeiro elo da cadeia de proteção estatal – e é devidamente preparado para tanto – para resguardar os direitos dos cidadãos, incluídos os mais vulneráveis. Assim, nada mais razoável que o responsável pelas delegacias de polícia, abertas em qualquer horário, possa assegurar de pronto, ainda que de maneira provisória, a proteção a quem, para além de ser vulnerável, encontra-se em situação particularmente arriscada.

A matéria foi apreciada pela CDH, que emitiu parecer pela aprovação da matéria, com a Emenda nº 1-CDH, para substituir, no texto do PLS, a expressão "portadores de necessidades especiais" pela expressão "pessoas com deficiência", hoje considerada mais correta e técnica.

Após, a matéria veio à CCJ para decisão terminativa.

Nesta Comissão não foram oferecidas emendas.

Análise.

Não observamos vícios de inconstitucionalidade, de antijuridicidade ou de natureza regimental no PLS nº 89, de 2015.

No mérito, temos que a proposição é oportuna e conveniente, contribuindo inequivocamente para o aperfeiçoamento da legislação.

Do nosso ponto de vista, compartilhado com o autor do projeto, a legislação se ressente de medidas protetivas de urgência para os casos de vítimas ou testemunhas que se encontram em situação de perigo atual ou iminente.

Não podemos negar que, muitas vezes, as ações do Poder Judiciário tardam demais para socorrer os cidadãos que necessitam de amparo imediato. Em numerosas situações, a decisão judicial que visa salvaguardar a vida e a integridade da pessoa vulnerável se demonstra completamente ineficiente. Em 24 horas, muitas ameaças se concretizam e muitas vidas se perdem.

Há situações para as quais as formas convencionais de atendimento não oferecem mais uma resposta eficiente. Eu insiro a questão do custo do próprio sistema. Dado esse cenário, devem possuir os delegados de polícia poder para interromper o ciclo de violência e de ameaça. Isso porque eles são os primeiros agentes estatais a serem procurados – e estão em condições de fazer uma análise jurídica – por aqueles que se encontram em situação de risco. E especialmente para as pessoas mais vulneráveis, a exemplo das crianças, adolescentes, idosos, pessoas com deficiência e mulheres vítimas de violência doméstica e seus dependentes. Nesse caso, o tempo pode agravar ainda mais o risco vivido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Destaque-se, ademais, que as medidas previstas terão natureza precária, vigendo temporariamente até sejam apreciadas pelo Poder Judiciário, de modo que o delegado atuará apenas como meio de proteção da vítima na situação imediata de urgência. Assim, não vemos ofensa ao princípio da reserva da jurisdição. Eventual equívoco cometido pelo delegado de polícia poderá ser imediatamente corrigido pelo Poder Judiciário.

Aí, faço um parêntese, Sra. Presidente: quem pode mais, que é a prisão em flagrante, passa a poder menos, quer apenas determinar o afastamento e a remoção dos bens.

Não obstante, temos alguns pequenos reparos a fazer no texto do PLS.

Em primeiro lugar, no tocante à topografia legislativa, o capítulo III inserido pelo PLS não diz respeito a toda e qualquer medida protetiva, mas somente àquelas que poderão ser adotadas pelo delegado de polícia. Então, conveniente emendar o título do capítulo. Identificando com clareza que se trata de medidas protetivas de urgência adotadas pelo delegado de polícia.

Mais adiante, o §1º do art. 15-A, que o PLS acrescenta, não deixa explícito que as medidas a que alude, previstas nos incisos I a IV, VII e VIII do art. 7º, se submetem ao controle jurisdicional, conforme o regramento estabelecido no *caput*. Ainda que a boa técnica interpretativa aponte nesse sentido, é importante, já que estamos na fase de formação dessa medida legislativa, que a gente faça o aprimoramento do texto para que não reste dúvida quanto à aplicação da regra do *caput* às medidas mencionadas no §1º do art. 15-A.

Por se tratar da adoção de medidas de natureza cautelar, em face de risco atual ou iminente para a vítima ou testemunha vulnerável, entendemos que não há por propósito para a disposição do §3º do art. 15-A, na forma do projeto original. Obviamente, a medida protetiva que será adotada logo em seguida dá sequência ao inquérito policial para apuração do fato que deu origem a essa situação. Então, de ofício, o delegado já deverá promover o inquérito para depois subsidiar uma eventual ação penal.

Em vista disso, apresentamos emenda para suprimir o §3º do art. 15-A.

Com relação ao §5º, oferecemos emenda apenas para aprimorar a redação e evitar a repetição da palavra “desobediência”.

No mais, concordamos com a Emenda nº 1-CDH, pelos seus próprios fundamentos.

Encaminhando o voto.

Somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 89, de 2015, com a Emenda nº 1-CDH e com as emendas apresentadas a seguir:

Emenda [...]

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

[Primeira emenda:]
Dê-se ao Capítulo III da Lei nº 9.807, de 13 de julho de 1999, na forma do Projeto de Lei do Senado nº 89, de 2015, a seguinte designação:
"Capítulo III
DAS MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA ADOTADAS PELO DELEGADO DE POLÍCIA"

Emenda Nº 2-CCJ
Dê-se ao § 1º do art. 15-A da Lei nº 9.807, de 13 de julho de 1999, na forma do art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 89 [...], a seguinte redação:
"[...] 15-A. .....
§ 1º As medidas protetivas que o delegado de polícia poderá adotar, na forma do *caput*, para resguardar vítimas ou testemunhas vulneráveis compreendem as previstas nos incisos I, II, III, IV, VII e VIII do art. 7º desta Lei.
....."

[Terceira] EMENDA [...]
Suprima-se o §3º do art. 15-A [...].

E a quarta emenda, que muda a redação do §5º, deixando claro que: "O não atendimento às requisições ou medidas de proteção aplicadas com base neste artigo ensejará responsabilização criminal por desobediência, sem prejuízo da responsabilização civil e administrativa".

Esse é o relatório, Sra. Presidente.

Aproveito para apresentar apenas uma singela contribuição por conta da experiência prática como delegado de polícia. Efetivamente, tem-se uma lacuna, um vácuo muito grande na proteção ao cidadão, mais ainda ao cidadão em situação de vulnerabilidade: o policial que atende a ocorrência e depois o delegado de polícia que a processa não têm salvaguarda na legislação para tomar medidas. Isso, não raro, obriga à aplicação da medida mais gravosa, que é a prisão, em casos em que não seria necessariamente aplicável prisão, mas sim o afastamento, que seria suficiente.

Então, é um projeto altamente significativo, altera e qualifica muito o atendimento à vítima, especialmente à mulher vítima de violência.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço ao Senador Alessandro Vieira pela relatoria.

Quero dizer que nós temos quórum suficiente, presencial, para votação.

Coloco agora a matéria em discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para discutir, Senadora Selma.

A SRA. SELMA ARRUDA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Sra. Presidente, peço vista.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Vista concedida.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Sra. Presidente, peço vista coletiva.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Vista coletiva concedida.

Vamos voltar, portanto, ao item 1 da pauta, aos projetos que já foram lidos, porque nós já temos quórum para deliberação. Desculpem, item 2 da pauta. O item 1... Não, temos que votar o item 1 ainda, não terminativo. Nós não tínhamos quórum, eu coloquei só em discussão e encerrei a discussão, não? (*Pausa.*)

Item 2 da pauta, Projeto de Lei do Senado nº 307, de 2018.

Peço vênia ao Senador Antonio Anastasia, mas solicito que possa assumir a Presidência porque sou Relatora deste item 2.

Por favor, Senador Antonio Anastasia. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG) –

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 307, DE 2018

- Terminativo -

Acrescenta § 5º ao art. 9º da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, a fim de facultar a representação do réu por seu advogado nas audiências realizadas em localidades muito distantes de onde resida o réu.

Autoria: Senadora Maria do Carmo Alves

Relatoria: Senadora Simone Tebet

Relatório: Pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

- Nos termos do art. 282 do RISF, se for aprovado o substitutivo será ele submetido a turno suplementar;

- Em 20/02/2019, a Presidência concedeu vista à Senadora Selma Arruda nos termos regimentais;

- Votação nominal.

A Senadora Selma Arruda até o momento não se manifestou.

O relatório já foi lido.

Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o substitutivo oferecido ao projeto pela Relatora.

Trata-se de matéria terminativa. Portanto, a votação será nominal.

Solicito à Secretaria que abra o painel para que os Srs. Senadores possam votar.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG) – Indago se todas as Sras. Senadores e todos os Srs. Senadores já votaram. (*Pausa.*)

Tendo todos já votado, declaro encerrada a votação e solicito à Secretaria que apure o resultado.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG) – Resultado: votaram SIM 13 Srs. Senadores; NÃO, nenhum Senador; o meu é abstenção.

O substitutivo foi aprovado e será submetido a turno suplementar, nos termos do art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

Devolvo a Presidência à eminente Senadora Simone Tebet.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Sra. Presidente, só para fazer um registro.

Quero lhe agradecer e agradecer também ao Senador...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra o Senador Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Quero agradecer a V. Exa. e ao Senador Antonio Anastasia. Ele aceitou ser – e V. Exa. o designou – Relator do Projeto de Lei Complementar nº 3, de 2015, que estava aqui no Senado desde 2015 e que regula a relação financeira de convênios de cooperação entre a União, Estados e Municípios com as ONGs.

Esse projeto é um verdadeiro código que a Consultoria da Câmara me permitiu apresentar. Ele é mais momentoso ainda na circunstância atual em que nós estamos assistindo à multiplicação de organizações não governamentais gerindo a saúde. Esse projeto, Senador Anastasia, percorre a governança interna da ONG. E esse assunto foi objeto de vários escândalos: ONGs que pertenciam a uma pessoa ou a uma família ou a uma candidatura. Então, eu tenho certeza de que está nas melhores mãos, sob a melhor inteligência possível para avaliar, atualizar o projeto. E agradeço-lhe muito pela providência que V. Exa. tomou agora, na esperança de que o Senador Anastasia, nas suas inúmeras atribuições, consiga dispor de uma pequena parte do seu talento para iluminar o projeto.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Nós agradecemos, Senador Amin, por sua intervenção.

Esse é um tema dos mais relevantes e prioritários, principalmente porque atinge praticamente todos os Municípios brasileiros.

Passemos agora, na ordem da pauta, olhando aqui e analisando a presença dos senhores Relatores, ao item 6.

ITEM 6

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 432, DE 2016

- Terminativo -

Altera o art. 15 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para possibilitar a aplicação supletiva e subsidiária do Código de Processo Civil ao Processo Penal.

Autoria: Senador Antonio Anastasia

Relatoria: Senador Tasso Jereissati

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

- *Votação nominal.*

Concedo a palavra ao Senador Tasso Jereissati para proferir o seu relatório.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE. Para leitura de relatório.) – Sra. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, o Projeto nº 432, de autoria do Senador Anastasia, é muito simples. Ele apenas altera a redação do art. 15 do Código de Processo Civil para ampliar o alcance da aplicação das normas processuais civis também aos processos penais, hoje limitado a processos eleitorais, trabalhistas ou administrativos.

Na realidade, o próprio Código de Processo Penal já prevê a aplicação do CPC em processos penais, mas em casos específicos. Agora essa aplicação também será ampliada desde que não existam normas específicas nem conflitem com elas. É o que se chama de aplicação supletiva ou subsidiária.

O projeto apresenta boa técnica legislativa e atende aos requisitos de regimentalidade e juridicidade. Da mesma forma, não apresenta vício de inconstitucionalidade, tendo em vista que compete privativamente à União legislar sobre Direito Processual, a teor do disposto no art. 22, inciso I, da Constituição Federal, bem como por não ter sido ferida qualquer cláusula pétrea.

Em muito boa hora, o Senador Antonio Anastasia dispôs de uma pequena parcela do seu talento, como disse o Senador Espiridião Amin, e propôs o aperfeiçoamento do sistema normativo pátrio, atendendo principalmente ao princípio da celeridade da prestação jurisdicional, na forma prevista no inciso – e aqui o nosso consultor me fez a gentileza de colocar em algarismos romanos – LXXVIII do art. 5º da Constituição Federal, que estabelece que a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação.

A atual redação do art. 15 do Código de Processo Civil prevê que, na ausência de normas que regulem processos eleitorais trabalhistas ou administrativos, sejam aplicadas, supletiva e subsidiariamente, as regras nele previstas. O projeto do Senador Anastasia inclui, nessa previsão, sua aplicação também aos processos penais em curso.

O fato é que o Código de Processo Civil tem certa proeminência em relação aos demais códigos, sendo a principal lei processual utilizada para a tomada de decisão pelos órgãos jurisdicionais.

Além da atual previsão do seu art. 15, outros códigos a ele se referem em diversos dispositivos, prevendo sua aplicação supletiva ou subsidiariamente. Assim, por exemplo, a CLT e o Código de Defesa do Consumidor já afirmam que, nos casos omissos, o Direito Processual Comum será fonte subsidiária, exceto naquilo que for incompatível com suas normas específicas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na realidade, mesmo não elencado no art. 15, o próprio Código de Processo Penal já contém dispositivos que permitem expressa aplicação subsidiária das normas do Código de Processo Civil, como, por exemplo, o art. 139 (o depósito e a administração dos bens sequestrados ficarão sujeitos ao regime do processo civil); o art. 362 (verificando que o réu se oculta para não ser citado, o oficial de justiça certificará a ocorrência e procederá à citação com hora certa, na forma estabelecida no Código de Processo Civil); art. 790 (homologação pelo STF de sentença penal estrangeira, para efeitos civis, requerida na forma que prescreve o Código de Processo Civil).

Portanto, o PLS 432, de 2016, apenas contempla a possibilidade da aplicação da Lei Processual Civil aos processos penais em curso, na ausência de normas específicas, de forma supletiva e subsidiária, não apenas nos casos especificamente previstos no Código de Processo Penal.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 432, de 2016, de autoria do Senador Anastasia.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Senador Tasso.

Coloco em discussão a matéria.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG) – Para discutir, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Para discutir, o autor da proposição, Senador Antonio Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG. Para discutir.) – Muito obrigado, Sra. Presidente.

Eu queria, primeiro, agradecer ao Senador Tasso Jereissati pelo seu relatório, completo, brilhante, como lhe é característico.

Esclareço aos pares que é uma iniciativa, uma sugestão que recebi de magistrados do Tribunal de Justiça do meu Estado, Minas Gerais. Já há essa aplicabilidade. A reforma do Código de Processo Civil de 2015 mencionou a legislação trabalhista, mas omitiu a penal. Como já existe essa questão subsidiária e como o próprio Código de Processo Penal já alude ao Código de Processo Civil em dispositivos e também na aplicabilidade das regras gerais de Direito, a minha sugestão foi tornar explícito aquilo que já ocorre, inclusive com amparo na doutrina.

É a explicação que eu queria dar.

Agradeço, mais uma vez, ao Senador Tasso pelo seu relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu lhe agradeço.

Continua em discussão.

Para discutir, Senadora Selma.

A SRA. SELMA ARRUDA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT. Para discutir.) – Eu apenas gostaria de elogiar a iniciativa do Senador Anastasia e também do Sr. Relator, o Senador Tasso Jereissati, porque, além de aclarar a legislação processual penal, que é tratada no Brasil como um patinho feio, ela também traz as novidades do Código de Processo Civil para dentro do Código de Processo Penal. Nós precisamos urgentemente fazer com que o processo penal, mesmo respeitando os ditames constitucionais de ampla defesa e contraditório, tenha efetividade. E o Código de Processo Civil trouxe muito mais efetividade ao processo. Portanto, essa clareza legislativa é elogiável e, acredito, trará muitos resultados práticos.

Meus parabéns tanto ao autor quanto ao Sr. Relator, que são dois gigantes no Senado Federal!

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Continua em discussão.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Para discutir, tem a palavra o Senador...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu queria pedir vista.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Concedida a vista ao Senador Rogério Carvalho.

Item 7 da pauta.

ITEM 7

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 7, DE 2018

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dispõe sobre os direitos dos pacientes em serviços de saúde; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para isentar do crime de omissão penalmente relevante a falta de instituição de suporte de vida ou a não realização de tratamento ou procedimento médico recusados; e altera a Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, que configura infrações à legislação sanitária federal, estabelece as sanções respectivas, e dá outras providências, para proibir a reutilização de produtos para a saúde descartáveis.

Autoria: Senador Pedro Chaves

Relatoria: Senador Lasier Martins

Relatório: Pela aprovação do Projeto com a emenda que apresenta.

Observações:

- Em 13/03/2019, foi lido o relatório e adiadas a discussão e votação da matéria;

- Votação nominal.

Portanto, neste momento, uma vez que já foi lido o relatório, eu coloco em discussão a matéria.

A SRA. SELMA ARRUDA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Presidente, eu peço vista.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES. *Fora do microfone*.) – Peço vista coletiva.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – A vista coletiva do projeto anterior fica concedida.

E, agora, está concedida vista da matéria à Senadora Selma.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – A vista coletiva está concedida.

O item 8 da pauta...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Peço vista também, Excelência.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sim, a vista coletiva está concedida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 8

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 166, DE 2017

- Terminativo -

Altera a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para prever o acompanhamento presencial por membro do Ministério Público da execução de manutenção ou reintegração de posse, de despejo, ou de qualquer medida judicial que importe em remoção de famílias nos litígios coletivos pela posse de terra rural ou urbana.

Autoria: Senador Paulo Rocha

Relatoria: Senador Antonio Anastasia

Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1, com duas emendas que apresenta.

Observações:

- Em 27/02/2019, foi apresentada a Emenda nº 1, de autoria do Senador Oriovisto Guimarães;

- Em 13/03/2019, foi lido o relatório e adiadas a discussão e votação da matéria;

- Votação nominal.

Portanto, neste momento, coloco em discussão a matéria.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG) – Para discutir, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Para discutir, o próprio Relator do projeto, Senador Antonio Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG. Para discutir.) – Muito obrigado, Sra. Presidente. Eu gostaria de aproveitar para dar ciência aos pares do que trata esse projeto muito importante, de autoria do Senador Paulo Rocha.

O Senador Paulo Rocha, preocupado, corretamente, com os litígios que muitas vezes ocorrem na questão da execução de ordens judiciais de desocupação de terras, de posse em razão de ocupações, fez um projeto de lei sugerindo que haja o acompanhamento pelo representante do Ministério Público, a presença intimada do representante do Ministério Público.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós acolhemos a proposta, acreditamos que de fato é necessário, é importante. O magistrado, portanto, irá intimar o representante do Ministério Público. Nesse meio tempo, o Senador Oriovisto apresenta uma emenda, que também acolhemos parcialmente, para determinar que, caso o membro do Ministério Público uma vez intimado a comparecer e se recuse ou não vá, essa ausência não irá obstar a ordem judicial.

Então, acredito que ambos estão resolvidos. Nós temos a presença do Ministério Público, que, é claro que, uma vez intimado, não há motivo para ele não comparecer. Mas, se porventura, por algum motivo ele não comparecer, aí, não haverá a negativa do cumprimento da ordem judicial, cumprindo a decisão do magistrado.

Então, acatamos a proposta original e parcialmente a proposta do Senador Oriovisto.

É o relatório que apresentei na semana passada.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Continua em discussão a matéria.

Com a palavra o autor do projeto, Senador Paulo Rocha, para discutir.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Para discutir.) – Presidenta, primeiro quero agradecer a atenção da Comissão, da Presidência e, principalmente, do nosso Relator.

Eu venho de um Estado onde os conflitos de terra são e historicamente foram muito pesados ao longo de uma verdadeira guerra. Felizmente, houve um determinado momento em que abrandou. No entanto, volta-se, principalmente agora, com a mais recente, que foi caracterizada como a matança de Pau D'Arco. Tudo isso pelo conflito de terra.

O que que acontece, quando se vai, por determinação do juiz, à desapropriação, os ânimos estão acirrados, estão armados, de um lado e de outro. E a polícia chega altamente armada, mais ainda, e aí os conflitos são iminentes.

Aí, depois fica aquele jogo de empurra-empurra: quem foi o culpado? Foram os ocupantes que receberam a polícia na bala. Não, é a polícia que chegou já atirando, etc. No final, não se encontram quais são os responsáveis.

A minha ideia, portanto, é a presença do Ministério Público; já que é o fiscalizador dos cumprimentos da lei, que ele esteja presente nesses momentos.

Então, eu agradeço o entendimento do Relator, mas, sinceramente, eu fiquei com uma dúvida com a emenda do Senador Oriovisto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Conversei com ele se não tornava alternativa a presença do Ministério. O nosso Relator, que é um homem da área, diligente, achou que, pela redação dele, desde que intimado o Ministério Público, o Ministério Público passa a se responsabilizar também ali naquele momento pela...

Eu sei qual foi a preocupação do Senador que fez a emenda... Ainda vou aprender a falar direito o seu nome, viu, Senador? Desculpe-me.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Oriovisto. Ele disse que a não presença do Ministério Público poderia atrasar, digamos assim, a desapropriação.

Eu quero dizer que não é só desapropriação na área rural, também na área urbana existe esse tipo de despejo.

Então, fico naturalmente com a fé na boa redação do nosso Relator e, portanto, agradeço, porque é um projeto importante que seja aprovado aqui, já que ele é terminativo. Peço o voto de todos.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Senador Paulo Rocha.

Com a palavra o Prof. Oriovisto.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra, pela ordem...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Fabiano Contarato.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... Senador Fabiano.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Agora?

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Palavra pela ordem tem prioridade, se for pela ordem.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Eu só queria complementar...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Então, por favor, eu vou dar a palavra na ordem de inscrição ao Prof. Oriovisto e, em seguida, ao Senador Fabiano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por favor, professor.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR. Para discutir.) – Sra. Presidente, só para esclarecer que essa emenda se originou de uma preocupação: se não houvesse a emenda, na verdade, nós estaríamos transferindo o poder do juiz para o Ministério Público, porque, na forma original, a não presença impediria o cumprimento da ordem. Se o Ministério Público, por qualquer razão, fosse ela motivo de saúde ou por estar muito distante ou simplesmente por discordar da ordem do juiz, não comparecesse, a desocupação não ocorreria. Então, acho que o Senador Anastasia, brilhantemente, encontrou a medida certa, a justa medida, como diria Aristóteles, para que o Ministério Público seja intimado, mas, se ele não for, o que continua valendo é a ordem judicial. Se ele não for, aí é um problema... Ele tem que assumir a responsabilidade de não cumprir uma intimação. Só para esclarecer esse ponto, Sra. Senadora.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – E cabe ao Ministério Público saber se alguma justificativa é aceita ou não pelo detentor da responsabilidade de comparecer.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra o Senador Fabiano.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES. Para discutir.) – Quero parabenizar o Senador Anastasia pelo brilhante relatório, porque teve uma visão do que efetivamente acontece na prática. Aqui eu quero corroborar seu entendimento, porque, na prática, o Ministério Público exerce uma função dúplice: como *custos legis* e como *dominus litis*, ou ele é fiscal da lei ou ele é o titular da ação penal. Está sendo oportunizado a ele presenciar o cumprimento de uma ordem judicial. Se ele não for, não faz sentido essa ordem não ser executada, porque nós estaremos violando um princípio constitucional: se para o pior bandido a presunção é de inocência, para um servidor público que está ali exercendo um múnus público, a presunção é de legitimidade dos atos praticados pela Administração. Senão estaríamos aqui invertendo o comportamento do Estado.

Ora, se a gente partir da premissa de que os órgãos e as instituições que estão elencadas com suas competências expressas no art. 144 da Constituição Federal, a presunção é de violação de direitos e garantias... Nós temos que voltar ao estado de barbárie! É para isto que existem os órgãos de controle, o Ministério Público e as corregedorias: para verificar se houve excesso e, havendo excesso, se esse excesso tem repercussão no aspecto administrativo, se tem reflexo no aspecto criminal e até mesmo numa ação indenizatória, em que vai ser demandado o Estado e que o Estado pode, com uma ação regressiva, entrar contra o próprio policial que estiver lá cumprindo aquela ordem judicial.

Por isso, eu quero aqui louvar e enaltecer o parecer do Relator e a iniciativa do proponente.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu é que agradeço.

Com a palavra a Senadora Selma.

A SRA. SELMA ARRUDA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT. Para discutir.) – Apenas para novamente parabenizar tanto a iniciativa do autor, a quem já parabenizei pessoalmente, quanto a do Relator, e mesmo pela emenda, dizendo o seguinte. Quando eu fui juíza, por muitas vezes acompanhei o cumprimento dos próprios mandados que eu expedi. Nós temos que dar ao Estado a responsabilidade de ver e presenciar as consequências dos seus atos. Quando você tem uma decisão da complexidade desta que está sendo tratada agora, é fácil você decretar no ar condicionado sentadinho na sua cadeira. Difícil é você cumprir a decisão, e aí eu defendo os policiais, assim como fez o colega que me antecedeu, porque estão ali agindo legitimamente, com ânimos alterados, como disse o próprio autor. Existe toda uma necessidade dessa fiscalização presencial. Então, ao Ministério Público, que é o fiscal da lei, se dá, neste caso também, o ônus de fiscalizar a execução da ordem dada.

Portanto, meus parabéns aos envolvidos nessa iniciativa legislativa.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Continua em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Consulto as Sras. e os Srs. Senadores se podemos proceder à realização de votação única do projeto e das emendas nos termos do parecer. (*Pausa.*)

Em votação portanto.

Trata-se de um projeto terminativo. Votação nominal.

Solicito à Secretaria que abra o painel de votação.

As Sras. e os Srs. Senadores já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Consulto o Plenário se todos os Srs. Senadores já votaram. (*Pausa.*)

Aguardando apenas mais um Senador para encerrarmos a votação.

Encerrada a votação, solicito à Mesa que apure o resultado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Procede-se à apuração.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Votaram 17 Sras. e Srs. Senadores SIM. Nenhum voto NÃO.

Está, portanto, aprovado o projeto e as Emendas de nºs 1 a 3 da CCJ.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Obrigado à CCJ, Presidente!

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Nós é que agradecemos a V. Exa., Senador Paulo Rocha, sempre colaborador desta Comissão com projetos relevantes.

Item 9.

ITEM 9

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 83, DE 2018

- Terminativo -

Regula a realização de testes de aptidão física por candidata gestante em concurso público.

Autoria: Senador Fernando Bezerra Coelho

Relatoria: Senador Lasier Martins

Relatório: Pela aprovação do Projeto com duas emendas que apresenta.

Observações:

- Em 13/03/2019, foi lido o relatório e adiadas a discussão e votação da matéria;

- Votação nominal.

Portanto, neste momento, coloco, de imediato, em discussão esta matéria.

Para discutir, o Relator do projeto, Senador Lasier Martins.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS. Para discutir.) – Presidente Simone, Sras. e Srs. Senadores, esse projeto é tão simples quanto humano e justo. É o caso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para o teste de aptidão física para candidata gestante em concurso público. Tendo em vista que não há segurança jurídica em julgamento do Supremo, que tem decidido de maneira diferente constantemente, esse projeto quer definir de uma vez por todas.

A gestante poderá ter um prazo de 30 a 90 dias para fazer o exame de teste físico. Esses testes hoje têm as datas fixadas pelo edital, mas se abrirá uma dilatação para que ela, conforme as suas condições. E, para não ocasionar risco à sua condição de gestante ou ao bebê, ela dependerá então da banca examinadora para a marcação de uma outra data mais flexível.

Quando houver prazo mais dilatado, como no caso de um concurso para a Marinha, ela poderá se valer também dessa condição. Na Marinha, para se fazer um concurso público, é de seis meses para uma gestante.

Então, eu acho que o caso não demanda maiores considerações. Ele é muito objetivo, afinal, gestação não é doença. Deve-se proteger a mãe, deve-se proteger o bebê, e, conforme a circunstância, ela poder ter essa faculdade de fazer o exame de teste físico em outra oportunidade – se ela não tiver condição ou correr algum risco pelo esforço, aquele teste físico – na data marcada.

É isso, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Senador Lasier, que esclareceu não só o relatório, mas a intenção do projeto.

Continua em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira...

Para discutir, Prof. Oriovisto, Senador Oriovisto, desculpe.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR. Para discutir.) – Tudo bem, Presidente. Eu vou ser professor até morrer, não tem jeito.

Só para pedir um esclarecimento ao Senador Lasier.

Eu não entendi bem, Senador, por favor. Digamos que uma gestante esteja em princípio de gestação, e, por qualquer razão, o médico diga que não é conveniente que ela faça esse exame enquanto perdurar a gestação. O prazo poderá chegar aos nove meses ou até a um pouco mais, porque haverá um período de repouso após o parto, como é normal?

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – É uma boa pergunta.

Nós não temos essa previsão. Poderia ser objeto – quem sabe? – de uma emenda para estabelecer...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – Ah! Não, não, não... Há uma correção aqui. O prazo é para depois que ela tenha ganhado o bebê.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – Ah! Depois?

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – Depois que ela ganhou o bebê.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – Agora sim! Ficou claro. Está ótimo.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – Aí são de 30 a 90 dias.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Continua em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão e coloco-o em votação.

Consulto as Sras. e os Srs. Senadores se podemos proceder à realização de votação única do projeto e das emendas, nos termos do parecer do Senador Lasier Martins. (*Pausa.*)

Não havendo objeção, vamos à votação.

Trata-se de votação nominal, porque é um projeto terminativo.

Solicito à Secretaria que abra o painel para a votação.

Sras. e Srs. Senadores, já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Consulto às Sras. e aos Srs. Senadores se todos os Senadores já votaram.

Apenas aguardando ainda o voto de um Senador. (*Pausa.*)

Todos os Srs. Senadores e Senadoras já votaram.

Declaro encerrada a votação.

Peço à Mesa que proceda à apuração.

(*Procede-se à apuração.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Votaram SIM 16 Srs. e Sras. Senadoras; nenhum voto NÃO.

Está, portanto, aprovado o projeto e as Emendas nºs 1 e 2, da CCJ.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis, lembrando que, como se trata de projeto terminativo, se não houver recurso, vai direto para a Câmara dos Deputados.

Esse é um projeto também da pauta feminina do mês de março.

Quero agradecer às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores pela agilidade da aprovação, em especial ao Senador Lasier, como Relator.

Item 10 da pauta.

ITEM 10

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 582, DE 2015

- Terminativo -

Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para facultar o oferecimento de preferência aos ocupantes na alienação onerosa de imóveis retomados por instituição financeira oficial.

Autoria: Senadora Simone Tebet

Relatoria: Senador Antonio Anastasia

Relatório: Pela aprovação do Projeto com duas emendas de redação que apresenta.

Observações:

- Em 13/03/2019, foi lido o relatório e adiadas a discussão e votação da matéria;

- Votação nominal.

O relatório, que já foi lido no dia 13 de março, foi pela aprovação do projeto com duas emendas que apresenta. Foram adiadas a discussão e a votação da matéria. No dia 20 de março, foi apresentado relatório reformulado pelo Senador Antonio Anastasia.

Concedo, portanto, a palavra ao Senador Antonio Anastasia para proferir o seu novo relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG. Para leitura de relatório.) – Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, antes de iniciar a leitura, quero dizer que fiquei curioso, porque esse projeto, Sra. Presidente, de autoria de V. Exa., me foi distribuído em 24 de setembro de 2015, quando entramos juntos aqui, e, no dia 14/10/2015, ou seja, 20 dias depois de receber o projeto, eu o devolvi com o relatório pronto. E só agora, quatro anos depois, tivemos condições de colocá-lo na pauta, tendo em vista o número de processos, evidentemente, porque o tema é meritório. Esse é até um alerta aos colegas, para perceberem como nós temos de garantir o quórum, porque, quanto mais quórum nós tivermos aqui, mais desafogamos a pauta, e mais os projetos apresentados têm condições de serem aprovados. É mera curiosidade: está há quatro anos pronto para ser votado.

O projeto – e eu li, na semana passada, Sras. e Srs. Senadores, o relatório – é de autoria da nossa Presidente, a Senadora Simone, e é muito meritório, porque, de fato, permite que, no caso de imóvel retomado pelo agente financeiro oficial, federal, no Sistema Financeiro da Habitação, no momento do leilão, seja dada preferência ao ocupante, que pode ser tanto o mutuário inadimplente quanto o eventual ocupante. Esse destina-se tão somente a categorias de baixa renda, porque o valor do imóvel só pode ser até 10% do valor máximo de referência. Então, são imóveis mais populares. E é limitado a uma prestação de 0,4% do valor do imóvel.

Então, de fato, é um projeto muito social, extremamente positivo, porque evita a desocupação de uma família que já está ocupando o imóvel e, digamos assim, a sua recomposição.

Eu li o relatório na semana passada, mas, de lá para cá, houve um fato novo, e pedi a complementação do voto, Sra. Presidente. Fui procurado pela Liderança do Governo com duas observações, e ambas me pareceram procedentes. A primeira é a que coloca que o percentual, que estava fixado em 0,4% da avaliação para o pagamento mensal, passa a ser de até 0,4%. Não há dúvida de que é um aprimoramento, porque pode ser inferior, dependendo da circunstância determinada pelo agente financeiro de habitação.

E o segundo, uma sugestão para excluir dessa possibilidade os imóveis do Programa Minha Casa, Minha Vida, dos chamados contratos de gaveta desse programa. Por que motivo? Porque, para que o cidadão seja beneficiário desse Programa Minha Casa, Minha Vida, ele tem de atender certos critérios sociais. Então, ele só pode ser beneficiado se ele atender aquele perfil determinado pela legislação. Então, seria injusto e inadequado permitir, legitimar ocupação de um terceiro – do chamado contrato de gaveta – que eventualmente não atenda aquelas condições. Então, é uma preocupação que me pareceu pertinente para proteger o Programa Minha Casa, Minha Vida. Então, nós excluímos da complementação do voto esse tipo de habitação, ou seja, que está inserido nesse programa, dessa possibilidade que evita a retomada unilateral no leilão e permite àquela família continuar lá morando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é a complementação que voto e a emenda que foi alterada segue para acolher a sugestão vinda do Governo. Portanto, é a complementação do relatório que li na semana passada, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço, Senador Antonio Anastasia, pela relatoria.

Continua em discussão. Apenas como complementação, nós estamos tratando de imóveis hoje, de valores hoje de até R$150 mil. Portanto, imóveis com valores bem modestos e preservando, portanto, a população mais carente. Estamos falando praticamente de casas populares.

Com a palavra, para discussão, Senador Alessandro Vieira.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - SE. Para discutir.) – Muito obrigado, Sra. Presidente.

Senador Anastasia, eu questiono V. Exa. se essa alteração que o senhor propõe agora não poderia ser aprimorada no sentido de não excluir os imóveis do Minha Casa, Minha Vida, mas exigir a análise novamente do atendimento aos requisitos. Digo isso porque muitas vezes a pessoa que passa a ocupação, já no repasse ou na compra por gaveta, é pessoa também que está naquela mesma situação e que foi excluída de cadastros por motivos muitas vezes particulares da localidade. Talvez uma redação que preservasse isso atendesse melhor o interesse.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Para esclarecimento, com a palavra o Relator, Senador Antonio Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG) – Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sr. Senador Alessandro, V. Exa. tem razão, seria o ideal, mas o que nós ponderamos: como quem faz o leilão é o banco e não é o banco que faz o cadastro – quem faz o cadastro é a prefeitura –, nós estaríamos atribuindo ao banco uma atividade que ele não tem nem meios para fazer. Em tese, poderíamos determinar que fizesse a prefeitura, mas aí, adiar-se-ia o leilão e o projeto, que é um projeto meritório, poderia não acontecer, porque aí o leilão ficaria adiado indefinidamente e, evidentemente, haveria prejuízos ao Sistema Financeiro de Habitação.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Continua em discussão a matéria.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Sra. Presidente, para discutir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra o nosso Líder, Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Para discutir.) – Senadora, efetivamente, extremamente pertinente o tema desse projeto. Quero cumprimentar V. Exa. pela autoria do projeto, cumprimentar o Senador Anastasia também pelo aprimoramento e pela contribuição que trouxe para este projeto. Acho que a preocupação que o Senador Alessandro trouxe para essa questão também é importante, até porque, Sra. Presidente, o que a gente tem visto, via de regra, nesses programas...

Agora, eu confesso a V. Exa. que está difícil falar para quem está na segunda fila aqui, diante...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – ... da conversa paralela que está havendo atrás do Plenário.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Peço, por favor, o silêncio para que possamos ouvir o Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Então, Senadora, vou encaminhar meu voto favorável, votarei favoravelmente, mas é importante fazer aqui uma colocação. Eu diria que, pelo menos no meu Estado, desses projetos habitacionais do Minha Casa, Minha Vida, entre 30% e 40% dessas ocupações hoje não são mais dos mutuários ou dos...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Pois é. E pior do que isso: diante dessa situação ativa dessas facções criminosas, boa parte desses imóveis estão sendo ocupados, Senador Tasso, pelas facções criminosas, com uso inclusive desses imóveis de forma criminosa, intimidando os moradores originários do projeto. Portanto, acho que é muito importante nós estarmos atentos a isso.

A Comissão de Constituição e Justiça tem competência para tratar dessa questão também da invasão das unidades habitacionais de baixa renda por facção criminosa, que é um absurdo, e nós estamos vendo isso em cada um... Estou falando do meu Estado, pelo menos, e vários Senadores estão aqui concordando. É em Goiás, Minas, pelo que se diz, no Acre, em vários Estados. A Comissão de Constituição e Justiça, Sra. Presidente, poderia também ter aqui uma subcomissão para encontrar uma forma legal para que o Estado brasileiro não esteja subsidiando a facção criminosa com dinheiro público, porque isso é um absurdo. Nós estamos querendo discutir subsídio que gera emprego, quanto mais subsídio que gera organização criminosa!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra o Senador Amin, antes de me pronunciar.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para discutir.) – Eu gostaria de lembrar ao Senador Eduardo Braga e a todos aqueles que concordamos com a sua fala: infelizmente isso sempre foi assim. Já nos antigos empreendimentos do BNH, todos devem se lembrar, quando as COHABs estaduais e municipais desenvolveram programas habitacionais, muito criticados porque muito amplos às vezes – grande número de casas juntas, com pouca infraestrutura social, às vezes sem nenhuma escola –, isso já ocorria, só que naquela época o crime não era tão organizado, tão aparelhado como é hoje.

A única forma de combater isso, a única forma que eu vejo é inteligência na segurança. Um país em que ainda se proíbe celular no presídio e não se consegue implementar a decisão... Em países um pouco mais desenvolvidos, se entrar um celular no presídio e a administração souber, deixa lá, porque vai captar marcação de reunião, vai... A nossa legislação, inclusive, tem que ser mudada, Senador Arolde, nós sabemos disso, para permitir que a segurança crie centrais falsas, para o meliante continuar conversando e ter os seus acordos e acertos acompanhados pela inteligência da segurança pública. Então nós vamos conviver... Artesanalmente descobrir que aquela casa agora está servindo, por exemplo, ao tráfico, Delegado Senador Alessandro, é agulha no palheiro.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Eu queria...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Então eu sou solidário com a sua colocação, mas acho que combater essa fraude exige aparelhamento que nós não temos.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Essa discussão é da mais alta relevância. Antes de passar a palavra para o Senador Eduardo Braga, eu já aproveito, até porque houve uma sugestão do Senador Eduardo Braga em relação a uma subcomissão, mas, antes de analisarmos ou até de propormos essa subcomissão ou outro requerimento em outro sentido, eu gostaria de aproveitar para comunicar novamente ao Plenário desta Comissão que foi aprovado um requerimento do Senador Lasier, nos termos do art. 101-A do Regimento Interno, para que o Ministro da Justiça, Exmo. Sr. Sérgio Moro, possa estar nesta Comissão debatendo todos os temas relevantes que tratam da pasta, não só o projeto anticrime, mas todos os assuntos. Consequentemente, eu aproveito neste momento para ler aqui a resposta, o ofício – porque nós já temos uma data marcada – em relação ao nosso convite.

De forma bem resumida:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> Com os meus cordiais cumprimentos reporto-me ao Ofício [...] encaminhado a esta Pasta, por meio do qual convida o Excelentíssimo Senhor Ministro da Justiça e Segurança Pública para participar [...] na Egrégia Comissão [...] do Senado, a fim de prestar informações e esclarecimentos a respeito da atuação deste Ministério, bem como para apresentar avaliações das políticas públicas no âmbito de suas competências, a respeito do pacote Anticrime recentemente enviado ao Congresso Nacional.
> Nesse sentido, informamos que o Exmo. Sr. Ministro confirma a sua participação na aludida reunião, na data sugerida pelo eminente Colegiado [estive, por telefone, sugerindo essa data], no dia 27 de março de 2019, às 10h.

Portanto, semana que vem não teremos pauta. Teremos, na hora da reunião desta Comissão, às 10h da manhã, a vinda e a presença do Ministro da Justiça para esclarecer qualquer assunto que nós, Sras. e Srs. Senadores, consideremos relevante. É um dos temas que também poderá ser abordado.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Pela ordem, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra, pela ordem...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Mas eu pedi...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Vai discutir ou vai falar pela ordem?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Não, não, eu quero apenas fazer uma breve...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Pela ordem, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Pela ordem.) – Pela ordem, porque eu apresentei um requerimento...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Vai ser votado em seguida, Senador.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu sei, mas, na segunda sessão, eu apresentei esse requerimento, e é um requerimento que vai além da presença do Ministro Sérgio Moro...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sem dúvida.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... porque, no debate sobre segurança pública e sobre o pacote anticrime, nós não podemos ter só a opinião do Ministro Sérgio Moro, nós precisamos ter a opinião de outros setores que tratam do tema para a gente debater, para a gente formar uma opinião. Então, queria pedir à senhora que pudesse colocar...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Como havíamos combinado no início da reunião... Eu estava aguardando só V. Exa. chegar da outra Comissão – todos nós temos inúmeras atribuições, e V. Exa. tinha um relatório para ler –, assim que V. Exa. chegasse eu iria lhe dizer que vou colocar em discussão e votação no momento oportuno o requerimento. Nós estamos ainda na discussão aqui de um projeto e, assim que terminarmos a votação, o requerimento de V. Exa. vai ser esclarecido e votado.

Com a palavra o Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – São tantos os assuntos importantes que a gente, em menos de um minuto...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Emenda um no outro.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – ... emenda um no outro.

Eu quero dizer que apoio, inclusive, a posição do Senador com relação a ampliarmos o debate com a vinda do Ministro Sérgio Moro.

Mas, apenas corroborando o que disse o Senador Amin, eu gostaria de dizer que concordo, tem de haver inteligência, etc., mas, na questão da gestão de contrato de unidade habitacional, a Caixa Econômica Federal, que é tão eficiente para cobrar débitos de seus mutuários, deveria também ser eficiente para saber o número de unidades habitacionais subsidiadas com recurso público que são hoje usadas em desvio, inclusive, de finalidade das unidades que foram financiadas. Acho que, nisso sim, nós podemos agir e tomar providências aqui na Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sem dúvida.

Continua em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco o projeto em votação, mas consulto as Sras. e os Srs. Senadores se podemos realizar a votação única do projeto e das emendas apresentadas pelo Relator, no termo do parecer. (*Pausa.*)

Não havendo objeção, lembro que o projeto é terminativo e que, consequentemente, a votação é nominal.

Coloco-o em votação e peço à Secretaria que abra o painel de votação neste momento.

As Sras. e os Srs. Senadores já podem votar.

(Procede-se à votação.)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Enquanto as Sras. e os Srs. Senadores votam, informo a esta Comissão que temos apenas mais três projetos terminativos. Desses projetos, de dois já foram inclusive lidos seus relatórios. Nós temos quórum. Se as Sras. e os Srs. Senadores não tiverem compromissos em outras Comissões, eu solicito e peço que permaneçam nesta Comissão, porque assim poderemos rapidamente fechar, talvez pela primeira vez em muito tempo – e já estou há quatro anos nesta Comissão –, toda a pauta com votação de projetos terminativos.

Consulto as Sras. e os Srs. Senadores se todos já procederam à votação. (*Pausa.*)

Imagina. V. Exa. tem crédito, Senadora Rose.

Declaro encerrada a votação.

Peço à Secretaria que apure o resultado.

(*Procede-se à apuração.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Votaram SIM 16 Sras. e Srs. Senadores; NÃO nenhum.

Portanto, está aprovado o projeto, que, lembro, é terminativo, e as Emendas de nºs 1 e 2 da CCJ.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero agradecer ao Senador Antonio Anastasia e dizer ao Senador que a negligência foi minha. Ele rapidamente, em 2015, relatou o projeto, e eu, como autora, acabei nunca pedindo aos Presidentes que passaram que pudesse constar em pauta esse projeto.

Agradeço também às Sras. e aos Srs. Senadores pela confiança e pela aprovação desse projeto de minha autoria.

Temos, portanto, mais três projetos, como disse.

Voltamos ao item 4, de relatoria do Senador Sérgio Petecão.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 317, DE 2018

- Terminativo -

Altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, e a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, para incentivar a redução de perdas na distribuição de água tratada.

Autoria: Senador Lasier Martins

Relatoria: Senador Sérgio Petecão

Relatório: Pela aprovação do Projeto e das Emendas nºs 1 a 9.

Observações:

- A matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos;

- Em 20/02/2019, a Presidência concedeu vista coletiva nos termos regimentais;

- Em 27/02/19, foram apresentadas as Emendas nºs 1 a 9, de autoria do Senador Angelo Coronel;

- Votação nominal.

Em 20 de fevereiro, a Presidência concedeu vista aos Senadores Angelo Coronel, Major Olimpio e Veneziano Vital do Rêgo, nos termos regimentais.

Concedo a palavra ao Senador Sérgio Petecão para proferir o relatório sobre as Emendas de nºs 1 a 9, uma vez que o relatório anterior já havia sido lido.

Com a palavra o Relator.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD - AC) – Presidente, seria a leitura das emendas. É isso?

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – V. Exa. já havia lido o relatório. O Senador Angelo Coronel havia apresentado as Emendas, pelo que consta aqui, de 1 a 9.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD - AC. Para leitura de relatório.) – Vamos à leitura, Presidente.

As emendas apresentadas pelo Senador Angelo Coronel aperfeiçoam o projeto de lei e detalham algumas medidas que devem ser tomadas para atingir o seu escopo de reduzir o desperdício de água tratada.

São elas:

a) Emenda nº 1-CCJ, que acrescenta o trecho “inclusive por meio de troca periódica do sistema de tubulação” ao inciso II do art. 11 da Lei nº 11.445, de 2007;

b) Emenda nº 2-CCJ, que acrescenta o trecho "e a redução de perdas de água tratada" ao inciso II do *caput* do art. 19 da Lei nº 9.433, de 1997;

c) Emenda nº 3-CCJ, que acrescenta o inciso VI ao *caput* do art. 19 da Lei nº 11.445, de 2007, com a seguinte redação: “VI – diagnóstico técnico com base em critérios e periodicidade estabelecidos pela agência reguladora que comprove a qualidade técnica dos sistemas de tubulação que integram estações de tratamento de água, adutoras e redes de distribuição”;

d) Emenda nº 4-CCJ, que acrescenta o inciso V ao *caput* do art. 22 da Lei nº 11.445, de 2007, com a seguinte redação: “V – prevenir a perda na distribuição de água tratada”;

e) Emenda nº 5-CCJ, que acrescenta o inciso XIII ao *caput* do art. 23 da Lei nº 11.445, de 2007, com a seguinte redação: “XIII – diretrizes para a redução progressiva da perda de água”.

f) Emenda nº 6-CCJ, que acrescenta o trecho: "incentivo à redução de perdas na distribuição" ao *caput* do art. 1º do projeto original para modificar o art. 38 da Lei nº 11.445, de 2007.

g) Emenda nº 7-CCJ, que altera o *caput* do art. 1º do projeto original para modificar o inciso XIII do art. 48 da Lei nº 11.445, de 2007, com a seguinte redação: “XIII – fomento ao desenvolvimento e ao aperfeiçoamento de equipamentos e métodos economizadores de água”;

h) Emenda nº 8-CCJ, que altera o *caput* do art. 1º do projeto original para modificar o inciso XIII do art. 49 da Lei nº 11.445, de 2007, com a seguinte redação: “XIII – fomentar a redução das perdas na distribuição de água tratada”;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

i) Emenda nº 9-CCJ, que altera o *caput* do art. 2º do projeto original para modificar o inciso IV do art. 7º da Lei nº 9.433/1997, com a seguinte redação: "IV – metas de racionalização de uso e de redução de perdas de água tratada, aumento da quantidade e melhoria da qualidade dos recursos hídricos disponíveis".

Conforme justificações apresentadas nas emendas pelo próprio Senador Angelo Coronel, o escopo "é trazer ao texto maior campo de aplicação prática, buscando dotar a proposição de aspectos mais concretos, que direcione a regulamentação do tema que deve ser promovida pela agência reguladora, sem fugir da generalidade que uma norma dessa natureza deve ter".

Ressalta também "a necessidade de o texto legal apresentar referências concretas e objetivas que evidenciem a responsabilidade das concessionárias pela adequada manutenção da rede de tubulações, o que vai muito além da mera correção de pontos deteriorados, mas que deve incluir o planejamento da substituição periódica de tubulações".

Tais modificações e acréscimos somam ao projeto e são significativamente relevantes em seu mérito.

Voto, Presidente.

Em razão do exposto, somos pela constitucionalidade, regimentalidade, juridicidade e técnica legislativa da matéria e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 317, de 2018, com os acréscimos e modificações sugeridas pela Emenda nº 1-CCJ, Emenda nº 2-CCJ, Emenda nº 3-CCJ, Emenda nº 4-CCJ, Emenda nº 5-CCJ, Emenda nº 6-CCJ, Emenda nº 7-CCJ, Emenda nº 8-CCJ e Emenda nº 9-CCJ, apresentadas pelo Senador Angelo Coronel, do glorioso PSD, da Bahia.

Está lido o relatório, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada ao Relator, Senador Sérgio Petecão.

Passo a palavra, já em discussão...

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – Pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... ao autor das emendas, o Senador Angelo Coronel; em seguida, ao autor do projeto, o Senador Lasier; ao Senador Amim e ao Senador Oriovisto.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA. Para discutir.) – Sra. Presidente, o tema da redução da perda de água tratada é atual e da maior relevância. Justamente por isso, mostra-se oportuno destacar alguns pontos que merecem um olhar mais crítico no PLS 317, sem com isso promover qualquer desalinho ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que já foi apresentado pelo autor, o Senador Lasier Martins, e pelo Relator da proposta, o Senador Sérgio Petecão.

A nossa preocupação é não conseguirmos sair do aspecto meramente programático. Precisamos estabelecer diretrizes e parâmetros que direcionem a regulamentação do tema, que fica a cargo da Agência Nacional de Águas. A intenção, portanto, é avançarmos sobre as causas do desperdício de água.

É fato que o consumidor tem responsabilidade por parte das perdas, seja pelo uso da água tratada de forma pouco consciente, seja pela prática de fraudes ou ligações clandestinas, os famosos "gatos". Todavia, existem aquelas perdas em que a água não chega sequer ao consumidor devido a vazamento ou mesmo por falha na operação do sistema. E, a despeito de não chegar ao consumidor, o tratamento dessa água desperdiçada entra nos custos de produção da concessionária e eleva os valores das tarifas.

E nesse ponto é importante ter em mente que tais perdas não são responsabilidade do consumidor. As concessionárias é que devem zelar pelas condições de todo sistema de captação e distribuição da água.

Para os senhores e as senhoras terem uma ideia, há Estados em que chegamos, a cada mil litros, a 400 ou 480 litros jogados fora por vazamentos nas redes, tanto de distribuição como de adução.

Daí a necessidade de o texto legal apresentar referências concretas e objetivas que evidenciem a responsabilidade das concessionárias pela adequada manutenção da rede de tubulações, o que vai muito além da mera correção de pontos deteriorados, mas que deve incluir o planejamento da substituição periódica de tubulações. Essa é uma questão da qual pouco se fala.

Quero salientar que em vários países do mundo já existe um planejamento da substituição, tanto da adução como da distribuição – não só reparos, mas substituição – porque há um prazo de validade que essa rede de ferro fundido ou de PVC sofre deterioração ao longo de seus anos.

Um estudo realizado pelo Departamento de Gestão do Programa Corporativo de Redução de Perda de Água da Sabesp em parceria com o Departamento de Recursos Hídricos da Unicamp destaca que, como o sistema de abastecimento de água é um dos primeiros serviços implantados nas cidades, nem sempre acompanha o crescimento e as necessidades posteriores da população urbana. O envelhecimento dos sistemas de abastecimento de água é inevitável e, à medida que seus componentes caminham para o final da vida útil, a quantidade de vazamentos aumenta progressivamente. Com isso, fica o sinal claro de que tão importante quanto obras de ampliação da oferta de água é o combate efetivo às perdas, pois elas encarecem o custo de atendimento da demanda. Esse combate passa necessariamente pelo planejamento da vida útil e da substituição das tubulações das redes de distribuição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A própria Agência Nacional de Águas reconheceu, no Atlas Brasil – Abastecimento de Água, Panorama Nacional de 2010, que a precariedade e a deterioração do sistema de captação, adução e tratamento de água são algumas das causas do abastecimento deficitário de água no Brasil e dos elevados índices de perda.

A despeito dessa conclusão, no item que aponta quais seriam as estratégias e investimentos para redução de perdas, os Atlas não apresentam qualquer ação específica relativa à vida útil das tubulações. Isso demonstra que é preciso trazer para a legislação essas diretrizes, indicando a importância do tema e motivando a regulamentação adequada.

É com essa visão que estamos propondo mudança no texto do PLS para incluir, por exemplo, a previsão de metas progressivas, não apenas de redução de perdas na distribuição, mas também na troca de sistemas de tubulação. Também achamos importante que a lei traga previsão de que haja planejamento específico que inclua diagnóstico com base em critérios determinados pela agência reguladora a fim de comprovar a qualidade técnica dos sistemas de tubulação. Buscamos reafirmar ainda o dever que também deve recair sobre a União na tarefa de trazer fomento ao setor, uma vez que o custo de substituição de redes é muito elevado.

Por fim, reduzir as perdas de água tratada permite diminuir os custos de produção e libera recursos para aumento de oferta de água. É uma lógica virtuosa que todos, Estado, concessionárias e cidadãos, precisam compreender. E é essa lógica que se vê nesse projeto e que pretendemos deixar mais evidente com as presentes emendas apresentadas.

Com base na minha experiência no segmento, passo aqui esta contribuição.

Este é o relatório, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Senador Angelo Coronel, que contribuiu com o projeto, apresentando nove emendas e justificando a razão da apresentação das respectivas emendas.

Com a palavra o autor do projeto, Senador Lasier Martins.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS. Para discutir.) – Sra. Presidente, esse projeto é muito importante, aliás, como são importantes aqui todos os projetos que nós decidimos. Agora eu queria pedir aos colegas, e por isso peço a V. Exa. que já abra o painel... Porque esse é o tipo do caso em que, quanto mais nós demorarmos, mais perdas teremos, porque o desperdício da água está acontecendo o tempo todo. Então, se nós tivermos aqui a fuga de integrantes da Comissão, maior será a fuga de água. (*Risos.*)

Perdoem o argumento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas a situação é a seguinte: juntando o profícuo trabalho do nosso Relator Sérgio Petecão e as emendas aperfeiçoadoras trazidas pelo Senador Angelo Coronel, eu queria lembrar rápidos detalhes para o julgamento e voto dos colegas. O desperdício de água é um mal mundial. No levantamento trazido por várias entidades internacionais e nacionais e incorporado em relatório do Ministério das Cidades, nós descobrimos, por exemplo, que a perda de água na Austrália é de 7%; nos Estados Unidos é 13%; na China é 22%. No Brasil, senhores, sabem qual é a nossa perda? E me confirmava isso aqui o ex-Prefeito e ex-Governador de Florianópolis e Santa Catarina, Esperidião Amin. No tempo em que ele era Prefeito, era 40%. Hoje, no Brasil, a média de perda, de desperdício de água é 35%, e há regiões do Nordeste e do Norte em que chega a 40%, 50%. No Rio Grande do Sul, por exemplo, é 35% – houve um recente levantamento, há pouco tempo.

Para tranquilidade do meu prezado amigo Senador Angelo Coronel, o nosso projeto tem as causas e tem as soluções. Quais são as causas do desperdício da água? São ligações clandestinas, infraestrutura antiga, desgastada, vazamento, obras mal executadas, medições incorretas do consumo da água, o que resulta também na inviabilidade da expansão do serviço.

Sugestões propostas. Modificação na lei de saneamento básico e na lei da Política Nacional de Recursos Hídricos para determinar medidas no seguinte sentido: incentivar a redução do desperdício de água pelos prestadores de serviços de saneamento e abastecimento, explicitando a possibilidade de os titulares dos serviços de saneamento promoverem a concessão desse serviço por meio de consórcios públicos, de modo a viabilizar economicamente os interesses necessários. E, inclusive, premiação para as entidades que conseguirem resolver esse problema, com descontos, com promoções, etc.

Enfim, nós precisamos enfrentar esse problema. O desperdício de água no Brasil é uma triste realidade, tem repercussão social e econômica, e repito: quanto mais nós demorarmos com esse projeto aqui dentro do Congresso, maior é a perda de água.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Lembrando que o projeto é terminativo, enquanto eu concedo a palavra para mais dois oradores, eu pergunto, acatando a sugestão do Senador Lasier, se podemos abrir o painel enquanto ouvimos os demais pares. (*Pausa.*)

Peço, portanto, à Secretaria que abra o painel, já lembrando que nós temos aqui emendas.

Então, antes, consulto as Sras. e os Srs. Senadores se podemos proceder a votação única: do projeto e das Emendas de nºs 1 a 9. (*Pausa.*)

Portanto, nos termos do parecer, está aberto painel e, pela ordem de inscrição, concedo a palavra ao Senador Esperidião Amin.

(*Procede-se à votação.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para discutir.) – Eu quero agradecer ao Senador Lasier por ter mencionado rapidamente os comentários que eu lhe fiz. Mas eu já tinha dito, e apenas antecipo: já estou votando, não tenho nenhuma dúvida em votar a favor.

Estou enaltecendo a importância do projeto, a importância do trabalho do Relator, o Senador Petecão, a atenção e o prestígio que deu ao projeto o Senador Angelo Coronel. E quero salientar que o rol de causas do desperdício é imenso: infraestrutura antiga, canalização muito superficial, aumento do peso dos veículos que trafegam afetando a situação da canalização – um caminhão transitando a 30cm ou 20cm da tubulação de água é a certeza da ruína – e falta a indicação de onde é que aconteceu, você só descobre o vazamento depois.

Eu cheguei a ver, em Amsterdã, redes de água pressurizadas. Aí é outro padrão, aí você sabe onde é que está acontecendo o problema, o vazamento. Nós estamos ainda quase que na Pré-História, mas acho que o fundamental é que, mesmo não sendo uma comissão de mérito, a Comissão de Justiça agilize a tramitação desse projeto, como nós estamos fazendo – eu já votei, estou aqui apenas confirmando o voto.

Quero também me congratular com o proponente, o Senador Lasier Martins, por ter se dedicado ao estudo desse assunto, propondo, repito, um projeto eficaz para reduzir perdas e estimular também campanhas educativas no sentido de todos nos conscientizarmos do grande pecado do desperdício da água de modo geral e, de modo apenas sofisticadamente mais grave, da água tratada.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Senador Esperidião Amin.

Com a palavra o Senador Oriovisto e, em seguida, o Senador Tasso Jereissati.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR. Para discutir.) – Sra. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, eu quero, de início, dizer do meu respeito pela boa intenção do Senador Lasier ao propor esse projeto, pela boa intenção do Senador Petecão ao apresentar as emendas e pelo bom trabalho do Relator, mas eu quero dizer que, talvez em função da minha formação, por ter estudado Engenharia, por ter estudado Economia, eu às vezes estranho a maneira de pensar de muitos dos meus colegas cuja formação é o mundo das leis, cuja formação é no campo jurídico. Às vezes me dá a impressão de que parece que, por lei, nós poderemos resolver tudo.

Eu temo que, às vezes, a gente faça leis em demasia. Com relação à área em que mais militei, a área da educação, nós encheríamos facilmente todo este auditório com leis sobre a educação, no entanto sequer é possível tomar conhecimento dessas leis, pelo seu volume. Aliás, se leis fizessem o país ser de Primeiro Mundo, acho que o Brasil e a Índia seriam os campeões mundiais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu temo que nessa questão da água ocorra alguma coisa muito semelhante ao que aconteceu no Brasil com relação à telefonia. Enquanto era estatal, nós vivíamos na idade das pedras com relação à telefonia. A privatização do setor trouxe realmente a modernidade, nos elevou realmente a outro patamar. Embora tenhamos problemas enormes de telefonia, de banda larga, etc., estamos em um estágio infinitamente superior ao que estaríamos se ainda a telefonia fosse toda estatal.

Ocorre nesse setor de fornecimento de água... Por exemplo, no meu Estado, a Sanepar, lá no Paraná, é dona exclusiva do monopólio da distribuição de água. Não há concorrência, não pode haver licitação; eles impedem. E há um *lobby* nacional. Agora o próprio Governo Federal – em breve vamos discutir isso aqui – tem projetos no sentido de abrir esse mercado para que haja concorrência. Houvesse concorrência, cada concorrente estaria preocupado em ter o menor preço possível para os consumidores e, obviamente, estaria preocupado em economizar cada gota de água, porque cada gota perdida reflete no custo. Só a situação da não concorrência é que faz com que essas coisas aconteçam, que cheguemos a 40% de perda.

Obviamente esses outros países que têm perdas, como Estados Unidos, de 7% ou coisa que o valha, se formos pesquisar –13% –, vamos ver que não se trata de companhias estatais que estão fornecendo água aos consumidores.

Eu só quero lembrar isso e pedir que a gente lembre sempre que temos, antes de fazer mais uma lei, mais uma lei, mais uma lei, de examinar de forma mais global a raiz de cada um desses problemas, porque o nosso tempo é curto e acho que nós deveríamos nos dedicar às causas se queremos mudar a cara do nosso Brasil. É só uma observação.

Eu quero dizer que, em respeito aos meus colegas e à boa intenção deles, eu votei favoravelmente à lei.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigado, Senador Oriovisto.

Com a palavra o Senador Tasso Jereissati e, finalizando, o Senador Veneziano.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE. Para discutir.) – Senadora Presidente, Sras. e Srs. Senadores, embora concordando com o Senador Oriovisto na sua tese principal, eu não posso deixar de parabenizar o Senador Lasier, o Senador Petecão e o detalhado projeto do Senador Coronel, Senador Angelo Coronel – quando a gente fala Senador Coronel, quem está nos ouvindo pode dar outra interpretação –, porque evidentemente é gravíssima a situação de perda de água no Brasil, especialmente na nossa Região, na Região Nordeste, quando esse desperdício de água não é apenas uma questão de custo; é um crime. É um crime porque água é fator fundamental de sobrevivência da população daquela Região. Embora concorde com o que falou o Senador Oriovisto,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acho que ainda leis que punem e estabelecem metas podem ajudar à fiscalização dessas companhias distribuidoras de água.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada.

Senador Veneziano.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB. Para discutir.) – Sra. Presidente, meus cumprimentos. Bom dia a todos os demais companheiros!

Atentamente eu ouvi as exposições dos nossos companheiros, e mais atentamente desde o primeiro momento em o projeto veio à discussão, em que houve alguns pedidos de vista, entre os quais o meu próprio.

Eu conversava com o Senador Laiser e entendi plenamente as razões pelas quais o Senador sugerira que nós não apensássemos uma ideia que nós apresentamos, ainda enquanto Parlamentar como Deputado Federal – arquivamento natural ao fim da legislatura.

Trata-se de ações para que nós tenhamos um reuso mais efetivo, principalmente nós, como bem salientou o Senador Tasso Jereissati, e o Senador Angelo Coronel, que subsidiou, de forma construtiva, através de nove emendas acolhidas pelo Relator Petecão. Nós, que somos nordestinos, sabemos o quanto isso é doloroso. Não é que a perda não seja para todos dolorosa, mas quem tem já pouca água, como nós do Semiárido nordestino, sente isso de forma, Senador Arolde, de forma muito mais dura e, como costumo dizer, cáustica.

Eu observei – e entendo e concordo em parte com o que ouvi – a exposição do Senador Prof. Oriovisto quando falou sobre a nossa prodigalidade brasileira em apresentar legislações quase que infindas, mas que, muitas vezes, a mesma prodigalidade nós não temos em saber sequer acompanhar se essas propostas legislativas estão em curso.

Vou citar o caso, como disse o meu querido professor... Perdoe-me, pois, se em parte concordei, em parte discordei. A gente precisa trazer esse debate – senão acabar, porque seria pretensioso assim tratar – sobre participação privada – como se tudo aquilo que fosse gerido pelo público estivesse sentenciado a dar errado.

E vou citar o caso, Prof. Oriovisto: na semana passada – inclusive, levarei esse tema a Plenário em pronunciamento –, eu abri um dos veículos nacionais da imprensa que mostrava que, nas concessões feitas nesses últimos cinco anos, de 2013 a 2018, de algumas rodovias do Sul e do Sudeste, menos de um quarto das obrigações estabelecidas e assumidas pelas concessionárias foi cumprido, em que pese, no mesmo período, Sra. Presidente, ter havido aumentos de 51% a 93% nos pedágios.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, sexta-feira, nós tivemos, na Bolsa de São Paulo, o arremate de blocos – oito aeroportos; um, dentre os quais, para a minha cidade Campina Grande, para Aracaju e para a capital paraibana. Pois bem, quem arrematou? Não foi uma empresa privada; foi uma empresa pública espanhola. E por que dá certo lá e não pode dar certo aqui?

Então, essa máxima... Se deu certo na telefonia, nós estamos vendo o desastre colossal com a Vale. Eu penso que esse debate... E aqui não estou com vieses ideológicos. Minha formação foi acadêmica mais proeminente com a visão social, mas eu não tenho absolutamente preconceitos sobre a participação, sobre os investimentos, sobre a necessidade de diminuirmos, ao contrário do que o Presidente da República, nos Estados Unidos da América, disse e se comprometeu de vender tudo que tiver a sua frente... Eu não concordo, mas também não posso discordar de que haja uma necessidade de parcerias comuns.

Então, as agências reguladoras, meu querido autor da propositura... Eu não sei se no projeto está... Até peço desculpas porque não fui à profundidade dele para saber se nós teremos o conhecimento sobre relatórios que sejam periódicos para sabermos, se, no caso daquelas concessões, se no caso daqueles consórcios em que existe a participação público-privada, estão cumprindo com o que deveria ser feito a partir do momento em que arrematam. Não sei. No caso das concessões feitas nas rodovias, isso tem sido um desastre – isso tem sido um desastre! Então, a gente precisa – volto a concordar que somos pródigos nas iniciativas legislativas – saber fazer cumprir.

Quanto à Transnordestina, na semana retrasada, há alguns dias, o Senador Eduardo Braga ou outro companheiro falava que, ano após ano, o Governo Federal, de maneira extremamente caridosa, permite que se postergue o prazo para essa infinda conclusão de uma obra cuja concessionária não nos dá sequer a atenção no que diz respeito a explicações.

Portanto, concordante com a matéria, concordante acima de tudo com a sensibilidade e a preocupação que existem da parte de todos nós e do Senador Lasier, quero dizer que, mais do que isso, é fundamental que nós saibamos acompanhar e fazer cumprir aquilo a que se propõem as parcerias ou os consórcios.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Apenas porque ele foi citado, excepcionalmente concedo a palavra ao Senador Oriovisto.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR. Para explicação pessoal.) – Sra. Presidente, quero só dizer que, em nenhum momento, eu disse ou insinuei que se devam vender todas as empresas estatais. Longe de mim! O que quero é que não exista monopólio neste País. Se a empesa pública puder concorrer com a empresa privada e for mais eficiente que a empresa privada, que a empresa privada vá à falência! Mas o que não se justifica é o monopólio. O

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

monopólio é sempre ruim. Eu defendo a concorrência, e não o fechamento das empresas estatais. Longe de mim defender isso!

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – Desculpa, mas eu não posso ouvir essa fala apaixonada do Senador Oriovisto e a mais contida do Senador Veneziano... E fico até impressionado com o fato de o meu querido companheiro do tempo da Telebras Arolde de Oliveira não ter ainda falado. Mas eu vou falar antes. (*Risos.*)

Uma coisa é uma coisa, outra coisa é outra coisa, diz o filósofo Miguel Livramento. Privatizar nas telecomunicações... Eu, que trabalhei nesse setor durante bastante tempo – trabalhei ali menos que o Arolde, que foi nosso chefe da Embratel –, sempre pus reparo à privatização da Embratel, porque só um projeto nacional permitiu chegar à imensidão do País um sinal de telefone, para que o sinal fosse distribuído, digamos assim. Então, a privatização das estaduais deu bem, liberou o consumidor, o usuário. Agora, privatizar rede de água? É um monopólio natural! Ninguém vai fazer duas tubulações em paralelo, porque para a água não há outro meio de transporte a não ser o tubo, o cano.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR. *Fora do microfone*.) – Já temos vários empresas privadas atuando!

(*Soa a campainha.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Então, privatizar o monopólio natural é o que aconteceu no mundo. Por isso, há sempre discussões sobre o assunto, tanto é que as medidas provisórias que ainda não foram aceitas e que mudam o saneamento no Brasil – a última foi rejeitada na Câmara no ano passado, porque favorecia a privatização... Ela não prevê a concorrência, ela prevê monopólio! Ninguém propôs, no Brasil e no mundo, que eu saiba, disputa na distribuição de água, pelo contrário...

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PSD - RJ. *Fora do microfone*.) – Energia elétrica...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não, eu não vou falar dos outros. No telefone é diferente, você pode ter fibra ótica e especialmente sinal de rádio... E vai ser mais difícil com o 5G, porque nós sabemos que, com o 5G, por ter mais frequência, a distância entre um poste e o outro vai ser menor, o poste vai ser menor; vai ser uma das consequências do 5G, mas não quero entrar no assunto.

Como eu dediquei uma parte da minha vida ao sistema de telecomunicações, menos do que o Arolde...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... tive o privilégio de ser condecorado com uma hepatite no Piauí, numa enchente no Piauí em 1974, eu tenho pelo menos uma medalha para mostrar. Privatizar o serviço de telecomunicações incluindo a Embratel é uma coisa – Senador Oriovisto, com o maior respeito e carinho, profundo respeito –, privatizar distribuição de água é outra, como diz Miguel Livramento.

Obrigado.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – Dê-me, licença. O Senador Espiridião Amin saiu de Santa Catarina com hepatite e bota a culpa no pobre do Piauí. É sempre a questão com o Nordeste! (*Risos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu peço só gentileza e compreensão das Sras. e dos Srs. Senadores. Claro que ritmo desta Comissão quem dita são as senhoras e os senhores, eu tenho só que cumprir o Regimento. Nós temos mais dois projetos em votação – lembrando: eu vou dar a palavra, com todo o prazer, principalmente a quem ainda não se pronunciou, Senador Arolde, V. Exa. tem prioridade. Eu apenas peço a gentileza da brevidade.

Nós estamos, na realidade, tratando de diretrizes de saneamento básico, política nacional de recursos hídricos... Obviamente que leva o tema a questões maiores, como intervenção do Estado no domínio econômico, deve ou não o Estado prestar diretamente o serviço público ou em forma de concessão. Este é um tema desta Comissão, um tema que precisa ser tratado. Eu apenas peço brevidade no assunto. O Regimento, a princípio, não permite que um Senador que já discutiu um projeto volte a discuti-lo novamente.

Eu vou, por um minuto, conceder a palavra ao autor – abri esse precedente aos outros Senadores –, ao Senador Lasier; em seguida, apenas aos oradores que não discutiram a matéria.

Com a palavra Senador Lasier. Em seguida, Senador Arolde e Senadora Rose de Freitas para encerrar a discussão.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – Obrigado Presidente, até porque – serei sucinto – o Senador Veneziano fez um questionamento. Em resposta, eu quero dizer que o nosso projeto cria a possibilidade dos consórcios, o projeto já prevê o que já existe na maioria das concessionárias de águas, a multa. E o grande drama que nós vivemos no Brasil é a ineficiência das agências reguladoras. Se funcionassem, nós não estaríamos discutindo tanto aqui a existência até hoje de tanto desperdício de água.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas eu acho que, com essa legislação que nós estamos aqui votando e que, ao que tudo indica, será aprovada, mesmo que com algumas restrições, nós estamos avançando, nós estamos começando a fechar os vazamentos.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra o Senador Arolde.

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PSD - RJ. Para discutir.) – Em várias oportunidades, nobre Presidente, colegas, eu estive apertando aqui o botão para pedir a palavra, porque esse é um tema realmente relevante e é um tema sobre o qual praticamente vivi minha vida inteira. É longo, e eu percebi, ao mesmo tempo, uma manifestação de preocupação de V. Exa., Presidente, com o tempo para votar os restantes projetos.

O Senador Esperidião Amin usou da palavra e tocou nos pontos que foram, talvez, os mais importantes e relevantes. Esse debate não vai encerrar-se aqui. Esse debate vai, justamente, ser reiniciado e ser tocado, então eu vou me limitar a concordar com a última observação do Senador Lasier sobre as agências reguladoras.

As agências reguladoras foram instituídas para serem instituições de Estado, com independência suficiente para agirem, independentemente dos governos. Infelizmente, tornaram-se órgãos de governos, e aí todos os assuntos, todos os problemas dos governos, dos últimos governos, pelo menos, passaram a ser incorporados no comportamento das agências reguladoras. Então, nós vivemos esse tipo de situação.

Agradeço a oportunidade e interrompo para prosseguirmos a votação dos outros projetos.

Obrigado, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Antes, uma observação, Senador Arolde: V. Exa. ainda tinha pelo menos mais oito minutos para falar. Apenas, cumprindo o Regimento, esclareço que, quando se abre discussão, nós temos dez minutos para cada Parlamentar e é uma única vez, até para que Senadores como V. Exa. possam se pronunciar. Nós gostaríamos de continuar ouvindo.

Apenas uma informação em relação ao marco regulatório das agências reguladoras: eu fui Relatora, foi mais de um ano de trabalho aqui, junto com o Senador Walter Pinheiro, foi para a Câmara, foram feitas algumas alterações, e, salvo engano, vou confirmar, esse projeto, que teve participação de toda a sociedade, de todos os entes, inclusive representantes das próprias agências, salvo engano, deve estar agora ou para distribuição ou na Mesa Diretora. Vou confirmar. É um projeto, realmente, da mais alta relevância, que abarca todas as questões que suscitaram dúvidas durante esses anos de existência das agências reguladoras. Eu vou, como Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, consultar a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mesa Diretora sobre a existência ou a permanência desse projeto nesta Casa e darei a resposta em seguida às senhoras e aos senhores.

Com a palavra, para discutir a matéria, a Senadora Rose de Freitas.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Então, encerramos a discussão dessa matéria e também a votação.

Solicito à Secretaria que apure os votos para que possamos proclamar o resultado. (*Pausa.*)

ITEM 16

REQUERIMENTO Nº 5, DE 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o pacote anticrime apresentado pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública e atendimento dos direitos e garantias fundamentais inscritos na Constituição Federal.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

1. Ministério da Justiça e Segurança Pública.

2. Ordem dos Advogados do Brasil - OAB Nacional.

3. Associação Juízes para a Democracia - AJD.

4. Associação Brasileira de Juristas pela Democracia - ABJD.

5. Instituto Brasileiro de Ciências Criminais - IBCCRIM.

6. Fórum Brasileiro de Segurança Pública - FBSP.

Autoria: Senador Rogério Carvalho

Enquanto nós estamos apurando o resultado – houve um problema no sistema –, eu coloco em votação um requerimento, nos termos constitucionais e regimentais, de autoria do Senador Rogério Carvalho, sobre a realização de uma audiência pública com o objetivo de debater o Pacote Anticrime apresentado pelo Ministério da Justiça, em atendimento aos direitos e garantias fundamentais inscritos na Constituição Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero esclarecer que se trata de objeto diferente do requerimento aprovado do Senador Lasier. O do Senador Lasier é: nos termos do Regimento, todos os anos, o ministro da respectiva pasta é obrigado a vir a esta Comissão fazer esclarecimentos sobre todos os assuntos relevantes questionados pelos doutos Senadores e Senadoras. Neste caso é um requerimento específico para ouvir uma série de convidados a respeito do Pacote Anticrime.

Viriam os seguintes os convidados: representante do Ministério da Justiça e Segurança Pública, Ordem dos Advogados do Brasil, Associação de Juízes para a Democracia, Associação Brasileira de Juristas pela Democracia, Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Em votação o requerimento.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, só me permita...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Para encaminhar.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... ainda sobre o requerimento...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Para encaminhar, Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Na verdade, não seria propriamente para encaminhar, seria um acréscimo.

(*Intervenções fora do microfone.*)

(*Soa a campainha.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – E me sujeito a eventual correção, porque estou literalmente chegando com o bonde andando.

Ao que me parece, em se tratando de um debate sobre o Pacote Anticrime com as autoridades aí elencadas, é necessária também a presença do Ministro da Justiça.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Já consta aqui o Ministério da Justiça, já consta, e lembro que, semana que vem, o Ministro da Justiça Sérgio Moro estará aqui, repito novamente, para tratar de qualquer assunto, inclusive do Pacote Anticrime.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Acredito que esse requerimento seja um complemento. Após ouvirmos o Ministro, teremos condições, inclusive, de fazer um bom debate, nos moldes do requerimento de audiência pública do Senador Rogério.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente. Desculpe-me.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Imagina, estamos aqui para debater...

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – É possível uma informação?

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Para encaminhamento, Senador Lasier.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – É só uma informação.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sim.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – Discutimos muito o desperdício de água. O Senador Amin fez uma investigação para ver a frente da casa dele: neste momento está havendo um grande vazamento de água na casa do Senador em Florianópolis.

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sabotagem...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – O castigo vem a cavalo!

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Por conta das declarações do Senador Amin!

Coloco em votação o requerimento.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam...

Para encaminhar ainda, Senador Alessandro.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - SE. Para encaminhar.) – É muito oportuna a sugestão do Senador Rogério, mas eu gostaria que tivéssemos a oportunidade de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acrescentar nomes. Que se estabelecesse um limite, e os Senadores pudessem indicar a tempo para que...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Após a aprovação do requerimento, é possível fazer aditamento e, claro, os nomes também vão ser apresentados e submetidos. Como de praxe, marcaremos uma data que esteja em comum acordo com o autor e com os convidados que virão.

Coloco em votação, portanto, o requerimento.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Aguardaremos, portanto, o autor para conversarmos a respeito das autoridades a serem convidadas e para marcar uma data que lhe convenha.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Está dizendo aqui que está, inclusive, acolhendo sugestões dos Srs. Senadores.

Com a palavra, pela ordem, a Senadora Rose de Freitas.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES. Pela ordem.) – Sra. Presidente, encontra-se também sobre a mesa um requerimento em que estou solicitando, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado, a realização de audiência pública para debater sobre os direitos das mulheres na reforma da previdência, algo que nós consideramos oportuno e importante. Da audiência, os seguintes órgãos deveriam participar: representante do Poder Judiciário, do Ministério Público, do órgão da Previdência, do Ministério da Economia, representantes dos movimentos que atuam em defesa dos direitos das mulheres.

Eu peço a V. Exa., se puder, que aprecie...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Apuro o resultado da votação neste momento e, em seguida, passamos à aprovação do requerimento. O sistema voltou e vamos apurar o resultado.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Está bem.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Proclamo o resultado: aprovado por unanimidade. Foram 17 votos SIM; nenhum voto NÃO.

Portanto, estão aprovados o projeto e as Emendas de nºs 1 a 9.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O projeto de lei é terminativo. A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

ITEM 17

REQUERIMENTO Nº 6, DE 2019

- Não terminativo -

Requeiro nos termos do Art. 93, II do Regimento Interno do Senado Federal a realização de audiência pública para debater sobre os direitos das mulheres na reforma da previdência.

Convido para a audiência representantes dos seguintes órgãos:

Representante do Poder Judiciário

Representante do Ministério Publico

Representante do Órgão da Previdência

Representante do Ministério da Economia

Representante dos movimentos que atuam na defesa dos direitos das mulheres.

Autoria: Senadora Rose de Freitas

Coloco neste momento em votação o requerimento da Senadora Rose de Freitas, que requer, nos termos regimentais, a realização de audiência pública para o debate sobre os direitos das mulheres na reforma da previdência. Está sugerindo como representantes os seguintes órgãos: representantes do Poder Judiciário; do Ministério Público; do órgão da Previdência; do Ministério da Economia; representantes dos movimentos que atuam na defesa dos direitos das mulheres.

Coloco em votação o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo nenhuma objeção, declaro aprovado, por unanimidade, o requerimento da Senadora Rose de Freitas.

Estaremos aguardando a conversa da assessoria com a Secretaria para a sugestão dos convidados, obviamente acatando sugestões dos demais pares.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Nós temos apenas mais dois itens na pauta que requerem quórum. Nós temos exatamente 14 Sras. e Srs. Senadores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu sou Relatora, prometo ser breve. Não preciso ler o relatório. Um é do Senador Elmano e de muito simples entendimento.

Eu passo a palavra ao nosso Vice-Presidente, para que, na Presidência em exercício, possa conduzir os trabalhos e, com isso, encerrarmos esta reunião.

Convido, portanto, o Senador Jorginho par assumir a Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - SC) – Temos aqui o item 12 da pauta.

ITEM 12

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 483, DE 2017

- Terminativo -

Altera a Lei no 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para estabelecer normas gerais para a utilização de veículos apreendidos e sem identificação, pelas polícias civis, federal, rodoviária federal e militares.

Autoria: Senador Elmano Férrer

Relatoria: Senadora Simone Tebet

Relatório: Pela aprovação do Projeto com duas emendas que apresenta.

Observações:

- *Votação nominal*

Concedo a palavra à Senadora Simone para proferir o relatório.

V. Exa. tem a palavra.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Para leitura de relatório.) – Eu agradeço, Presidente.

Sras. e Srs. Senadores, o projeto é tão simples que eu vou direto à justificativa e às emendas que apresento.

A proposta altera o art. 328-A e, em seu *caput,* estabelece que os veículos automotores apreendidos que não tiverem sua propriedade procedente identificada em razão de adulteração na numeração original – estamos falando daqueles casos não só do perdimento de bens, mas quando está

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em processo judicial, fruto de apreensões pela polícia de narcotráfico ou tráfico de armas – poderão ser requisitados pela polícia civil, federal, rodoviária ou militar para uso em suas atividades exclusivas de segurança pública, mediante requisição de seus respectivos chefes, sendo necessária a autorização do juízo competente e comprovação da adulteração por meio de vistoria e exame pericial.

Eu fiz duas pequenas emendas e vou direto a elas para encerrar aqui o voto.

Fica, portanto, o projeto e o parecer nos seguintes termos:

EMENDA Nº - CCJ
Dê-se à ementa do PLS nº 483, de 2017, a seguinte redação:
Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para estabelecer normas gerais para a utilização de veículos apreendidos e sem identificação, pelos órgãos de segurança pública da União, Estados e Distrito Federal.

EMENDA Nº - CCJ
Dê-se ao art. 328-A proposto pelo art. 1º do PLS nº 483, de 2017, a seguinte redação, ficando suprimidos seus §§ 3º e 4º:
"Art. 328-A. O veículo automotor apreendido que, após vistoria e exame pericial, não tiver identificada sua propriedade, em função de adulteração de sua numeração original, poderá ser utilizado pelos órgãos competentes de segurança pública da União, Estados e Distrito Federal, comprovado o interesse público, em atividades exclusivas de segurança pública, mediante requerimento da autoridade competente ao juiz do caso, ouvido o Ministério Público.
§ 1º .....
§ 2º .....
§ 3° Cessando, por qualquer motivo, os efeitos do pedido de utilização, ou havendo futura identificação do proprietário, o veículo deverá ser imediatamente recolhido.

É o relatório, pela aprovação do projeto, que coloco à disposição desta douta Comissão.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - SC) – Coloco em discussão.

Para discutir, a Senadora Rose de Freitas.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES. Para discutir.) – Primeiramente, gostaria de um esclarecimento da Relatora – além de parabenizar a iniciativa do nobre

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Elmano Férrer, muito competente por sinal – no sentido de saber se haverá um prazo respeitado, após apreensão, para que efetivamente essa autorização possa ser dada.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não, até porque somente se trata de casos de veículos que foram...

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Não identificados e tal.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Isso, não identificados e que foram frutos de crimes, de organização criminosa...

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Pois é, eles foram apreendidos. Após que tempo de apreensão poderá ser aplicada essa disponibilidade dos veículos?

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não há tempo. Desde que o bem tenha sido apreendido, esteja descaracterizado, e não se consiga achar o proprietário, qualquer chefe dos poderes de polícia, dos órgãos de polícia, poderá solicitar à magistratura, ao Poder Judiciário, ouvido o Ministério Público, a utilização desses bens.

O processo, normalmente, sendo o mais célere possível, não acontece, acredito, em menos de 60 dias entre a solicitação...

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – É que me parece que há alguma coisa parecida em relação a um prazo vigente para leilões, que seria respeitado esse prazo de 12 meses em qualquer...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não, são duas coisas distintas...

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Não...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – O leilão é quando já há perdimento de bens.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Não, eu não falo sobre leilão. Eu só queria caracterizar o prazo, até porque eu queria fazer uma observação, se V. Exa. achar pertinente e o Plenário logicamente aceitar. É que fala da utilização para serviço de segurança no relatório de V. Exa... Procedência e tal... V. Exa. admite a utilização desses veículos por quais instituições?

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Pelos órgãos de segurança pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – A pergunta que faço a V. Exa. é: não seria cabível... Nós temos Apaes, nós temos obras sociais que poderiam utilizar esses veículos. E há pátios lotados desses veículos descaracterizados, inclusive.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – O questionamento de V. Exa., Senadora Rose, é o questionamento de qualquer prefeito municipal. Eu fui prefeita e era a primeira coisa que eu ouvia, quando os veículos ficavam ali literalmente, com o respeito da palavra, apodrecendo nos pátios do Detran ou mesmo dos estabelecimentos... E eu falava: quanta necessidade, tanto para a saúde quanto para a educação, e esses veículos ali. Acontece que, pelo direito de propriedade...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... nós temos um empecilho antes de uma sentença ou do trânsito em julgado dessa decisão. Então, o máximo que nós conseguimos avançar nesse momento é, estando sob o domínio da Secretaria de Segurança Pública, portanto dos órgãos de segurança pública, de cujas atribuições inclusive faz parte apurar crimes, esses bens poderiam ser tolerados e não haver um embate em relação ao direito individual, ao direito de propriedade.

Acredito que este é um primeiro passo de muitos que virão. Acho que a proposta de V. Exa. tem que ser debatida e tem que ser discutida. Eu só questionaria colocar neste momento aqui... Nós teríamos que abrir no processo uma série de outros elementos, e esses veículos poderiam continuar nos pátios enquanto nós temos uma segurança pública tendo necessidade deles.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Não é possível... Desculpa, Relatora! Não é possível fazer um adendo da relatoria, se o autor entender essa possibilidade?

Veja bem, eu sei que nós nos reportamos sempre à origem dos nossos problemas, das nossas limitações. Há a questão do direito de propriedade, e nós vamos sempre discutir isso. Mas esse projeto é tão importante que eu acho que ele poderia ter uma maior amplitude.

Acho que V. Exa., como Relatora, tem a primazia de falar sobre esse assunto, porque administrou um organismo municipal e sabe como é difícil, sobretudo, acudir as necessidades sociais com projetos que não têm nenhum apoio governamental.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Deixe-me só fazer um esclarecimento. Só para ficar claro: nada impede hoje que um gestor municipal ou estadual possa solicitar ao Poder Judiciário a utilização de bens. Isso é possível. A tramitação se dá de forma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

diferenciada do que está aqui. Não sei se isso se dá em mais tempo ou em menos tempo. Isso depende muito do Município, da Comarca e do Estado. Essa é uma questão.

O que o Senador... Qual o objeto do processo aqui, do projeto do Senador Elmano Férrer? Ele vai um pouquinho além especificamente em relação às atribuições da segurança pública. Ele está dizendo que, além de o gestor, que é um Prefeito ou um Governador, solicitar isso para a sua utilização – esse é um procedimento mais demorado, que passa, inclusive, normalmente, na Justiça Federal, por uma série de avaliações... Em que pese isso ser possível, Senadora Rose, e já tramitar sob outra ótica em outro processo, o Senador Elmano está indo além, dizendo que os chefes dos órgãos da segurança pública poderiam solicitar isso diretamente, sem precisar passar pelo Governador ou pelo Prefeito, para a utilização da atividade típica da segurança pública. Hoje, não há impedimento de que um Prefeito ou um Governador solicite isso para as secretarias municipais ou estaduais. Confesso que não sei qual seria o rito nem o tempo de processo.

Aprovado esse projeto, que é terminativo, ou mesmo se ele não for aprovado, se houver o entendimento dos demais, poderemos avançar, aqui ou em outro projeto, no que se refere aos chefes de Poderes em relação a esses bens.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - SC) – Muito bem!

Srs. Senadores, há diversos Senadores inscritos para discutir.

V. Exa. vai falar pela ordem ou vai discutir?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não, não! Eu vou pedir vista.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - SC) – Vai pedir vista?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Vou pedir vista e vou esclarecer o porquê, até em homenagem ao...

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - SC) – Muito bem!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O veículo em questão, pelo que entendi, é um veículo que foi clonado ou coisa que o valha, ou seja, ele não tem identificação. Ou se regulariza o veículo para ele ser usado, ou ele vai ser uma contravenção ambulante, independentemente de quem o está dirigindo, até porque quem o estará dirigindo ninguém sabe! Como é que vou responsabilizar a autoridade, no caso, por uma descentralização de uso? É uma facilidade para que mais pessoas possam requisitar veículo para uso funcional. Agora, esse veículo é um ente irregular, independentemente se ele está na mão do rei, do juiz. Aliás, já houve casos de juízes que foram flagrados usando não veículos não identificados, mas sim...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Era o carro do Eike Batista. Todo mundo está lembrado disso.

Então, isso é um facilitário para o crime! E se esse carro que não é identificado participar do homicídio de um Vereador ou de uma Vereadora? Quem será responsável por ele?

Por essa razão, eu peço vista.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - SC) – Senador Fabiano, também é vista?

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Peço vista.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - SC) – Vista coletiva, então, Srs. Senadores, sobre a matéria.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Apenas para dizer que eu li a ementa onde alterei, mas o projeto, na utilização, faz, inclusive, a referência a essa questão da vistoria do veículo. Há uma série de incisos: laudo pericial criminal do órgão concedente...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Mas ele é regularizado então?

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não, ele faz uma análise do pedido... Antes de o juiz deferir ou não, isso passa por um laudo pericial para analisar de que forma esse veículo foi adulterado, ver procedência para a utilização. Normalmente... Acho que o pedido... Já foi dada vista coletiva, acho que vale a pena...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – A minha dúvida é a seguinte: ele é regularizado antes de ser cedido?

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Ele passa por um laudo de perícia criminal para analisar as condições desse veículo e se esse veículo pode ser utilizado a favor da segurança pública.

Feito isso, o juiz defere ou indefere na discricionariedade do Judiciário ainda. Há uma série aqui... Após deferimento do pedido de utilização... Há todo um deferimento, mas, houve pedido de vista coletiva. Acho que, diante de dúvidas mais do que plausíveis, é necessário... Até porque é um projeto relevante, que pode ser melhorado se houver necessidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Mas a minha dúvida, quero só deixar bem clara, é: o veículo estará regularizado de acordo com o Código de Trânsito ou ele continua...

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - SC) – Srs. Senadores, eu quero passar a palavra ao Senador Elmano e pedir a atenção dos Srs. Senadores. Ele é o autor da matéria e pediu a palavra.

V. Exa. tem a palavra.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PI) – Quero só dar uns esclarecimentos.

Primeiro, esse projeto é de 2017, tramitou em várias Comissões e aqui realmente demorou um pouco.

O que ocorre hoje em muitos pátios dos DETRANs no País, da própria Polícia Ferroviária Federal, das Polícias Civis dos Estados e das Polícias Militares? São carros apreendidos sem identificação, já houve perícia, vistorias e esses carros continuam nos pátios até se acabarem. Quer dizer, não dão nenhuma utilização pública a esse carro e nem é possível instaurar... Os inquéritos policiais não chegam a fim nenhum. Quer dizer, faz-se o processo e não se identifica, fica sem identificação.

O que é que nós estamos propondo com esse projeto? Que, ouvido o Ministério Público e o juiz competente, esses veículos sejam utilizados pelas polícias civis e militares dos Estados, pela Polícia Rodoviária Federal e pela Polícia Federal em casos específicos de segurança pública. Há uma carência de veículos muito grande em vários Estados. Lá no Piauí, por exemplo, às vezes se precisa, há a polícia em muitos Municípios, mas não há um veículo. Enquanto isso, esses veículos são, inclusive, *habitat* de muitos agentes etiológicos de várias doenças.

Este seria o motivo maior, quer dizer: utilização pelos órgãos públicos em segurança pública, com a devida... Quer dizer, instaurado o processo, ou seja, vistorias, o inquérito policial sobre aquela viatura; depois, ouve-se o Ministério... Aliás, vai para o juiz competente, manda para o Ministério Público, e há todo um procedimento. E o órgão que receber esse veículo, digamos, uma secretaria de segurança, Polícia Militar, Polícia Rodoviária Federal ou Polícia Civil... Porque são veículos novos, que se deterioram em pátios públicos sem nenhuma utilidade. O objetivo é só esse.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - SC) – Srs. Senadores...

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PI) – Com relação...

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - SC) – Eu só queria pedir compreensão para que a gente pudesse não deixar de deliberar outras matérias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu compreendo, mas o mesmo vale para uma arma apreendida.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – É identificado.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Uma arma apreendida, belíssima, ótima, só que está não identificada, raspada: a Polícia pode usar? Não pode.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não, Senador Amin. Agora eu entendi a sua pergunta, desculpe-me, eu estava... Uma vez deferido, o órgão de controle é obrigado a fazer a devida identificação para controle.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Se ele passa a ser identificado, a minha dúvida é sanada.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sim, é. Eu havia entendido outra coisa.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Agora, se ele continua...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não, está muito claro no projeto.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... uma coisa irregular andando na rua...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não, em hipótese alguma.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... não importa quem use. Acho que a vista vai...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu vou só ler o parágrafo para encerrar, porque acho que foi concedida vista coletiva, não é?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... permitir esclarecer isso.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Veja: "Após o deferimento do pedido de utilização do veículo, o órgão para o qual foi destinado procederá a sua identificação para efeito de controle, ficando a manutenção, abastecimento e fiscalização de uso sob sua responsabilidade."

Eu havia entendido o questionamento de V. Exa. em outro sentido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - SC) – Consulto se os Srs. Senadores mantêm o pedido de vista.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Todos vamos manter, mas esse debate, Sr. Presidente, é muito importante, porque ele é esclarecedor e ele conclui o projeto, porque, se ficar a dúvida... Se, após o inventário, a história desse veículo, ele não tiver uma nova marcação, um novo registro, evidentemente que fico na dúvida do Amin, apesar de ser amplamente favorável ao projeto do Senador.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - SC) – Vista coletiva.

Srs. Senadores, nós temos um último projeto na pauta: o Projeto 217, item 14.

ITEM 14

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 217, DE 2018

- Terminativo -

Altera o art. 610 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, para permitir a realização de inventário extrajudicial quando houver possíveis implicações no interesse de incapazes.

Autoria: Senador Paulo Rocha

Relatoria: Senadora Simone Tebet

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

- *Votação nominal*

Concedo a palavra à Senadora para seu relatório.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Para leitura de relatório.) – De uma forma muito simples também, não querendo prejudicar o debate... Porque às vezes a gente simplifica o relatório e causa mais conflito, mais tempo de discussão do que se tivesse lido o relatório. Mas eu vou, de qualquer forma, simplificar o relatório, sem com isso prejudicar o debate: trata-se de um projeto do Senador Paulo Rocha que altera o procedimento em relação ao testamento.

Havendo testamento ou interessado incapaz, hoje, pela legislação, vai-se a um inventário judicial. Se forem todos capazes, o inventário e a partilha podem ser feitos por escritura pública. O que ele está alterando? Continua válido que, havendo testamento, o inventário é judicial, mas, no caso de haver

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

incapaz, não seria inventário judicial, até para não atrasar e prejudicar o próprio interesse desse incapaz. Se houver concordância de todos os herdeiros, ele sugere: havendo interessado incapaz, o Ministério Público deverá se manifestar no procedimento para fiscalizar a conformidade com a ordem jurídica do inventário e da partilha feitos por escritura pública. Na hipótese do §3º, caso o tabelião se recuse a lavrar a escritura nos termos propostos pelas partes, ou caso o Ministério Público ou terceiro a impugnem, o procedimento deverá ser submetido à apreciação do juiz; ou seja, hoje, testamento ou incapaz, o inventário é judicial, o que pode demorar anos.

O que o Senador Paulo Rocha propõe? No caso de testamento, não havendo acordo, continua o inventário judicial, mas, senão, vai-se pelo rito mais rápido, que é a maioria hoje, quando todos são capazes e concordes, ou seja, neste caso, a escritura é pública, não havendo a necessidade de inventário judicial, desde que o Ministério Público participe. Caso o tabelião se recuse a lavrar ou o Ministério Público ou terceiro impugne, aí volta a ser submetido à apreciação do Judiciário.

É o relatório – pela aprovação, portanto, do projeto –, que coloco à disposição deste Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - SC) – Coloco a matéria em discussão.

Caso ninguém queira discutir...

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PI) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - SC) – Senador Elmano.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PI) – ... eu pediria vista desse projeto por considerar que o Governo tem interesse em agregar mais algumas informações.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - SC) – Concedo vista a V. Exa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - SC) – Devolvo a Presidência à Senadora Simone Tebet.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Colegas Senadores...

(*Intervenções fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não há quórum.

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu solicito à Secretaria que faça contagem para ver se temos quórum para deliberação. (*Pausa.*)

Temos exatamente 14 Sras. e Srs. Senadores.

Se V. Exa. puder já...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Relatório já lido...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – O relatório relativo ao item 5 da pauta já foi lido. O projeto é terminativo, ele dispõe sobre partidos políticos, alterando a Constituição a fim de aplicar aos partidos políticos as normas sobre o programa de integridade. É de autoria do Senador Antonio Anastasia. A relatoria é pela aprovação, do Senador Randolfe. Já foi lido, já foi concedida vista coletiva e agora só falta ser colocado em discussão.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 429, DE 2017

- Terminativo -

Altera a Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, que dispõe sobre partidos políticos, regulamenta os arts. 14, § 3º, inciso V e 17, da Constituição Federal, a fim de aplicar aos partidos políticos as normas sobre programa de integridade.

Autoria: Senador Antonio Anastasia

Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues

Relatório: Pela aprovação do Projeto

Observações:

- Em 20/02/2019, a Presidência concedeu vista coletiva nos termos regimentais;

- Votação nominal.

Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo quem queira discutir...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Apesar de o Senador Tasso Jereissati insistir em que eu me retire, eu vou ficar!

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão e coloco o projeto em votação.

Trata-se de matéria terminativa, portanto votação nominal.

Solicito à Secretaria que abra o painel para a votação. (*Pausa.*)

Os Srs. Senadores já podem votar.

Se quiserem fazer algum esclarecimento enquanto acontece a votação, tanto o Relator quanto o autor fiquem à vontade.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG) – Peço a palavra, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra o autor do projeto, Senador Antonio Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG) – Enquanto se procede à votação, em primeiro lugar eu queria agradecer o Senador Randolfe pelo seu relatório, que é um relatório brilhante, como, aliás, é costumeiro nos relatórios de sua lavra, no projeto que apresentamos e que me parece interessante: refere-se ao programa de integridade dos partidos, o *compliance*, determinando aos partidos políticos que tenham, de fato, seus regramentos internos, de ética, de acompanhamento e de qualificação de seus membros. O Senador Randolfe, no seu relatório, de maneira exaustiva e completa, demonstra a procedência do projeto, motivo pelo qual só posso lhe agradecer.

A matéria foi objeto de leitura, houve concessão de vista e, agora, ocorre a votação, razão pela qual peço o voto e o apoio dos nossos pares.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não quero trocar loas, mas já o faço: todo o mérito pelo projeto deve ser dado ao autor, que é o nosso emérito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Professor de Direito Constitucional e que apresentou uma novidade em nosso Direito Constitucional, que é o *compliance* para os partidos políticos. Nada é mais necessário e devido na existência de uma ordem jurídica em que os partidos políticos recebem recursos públicos. Então, todas as homenagens ao Senador Anastasia.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – As homenagens são merecidas não só pelo autor, mas também pelo Relator, Senador Randolfe.

Continua em votação, faltando apenas um membro para fecharmos o quórum.

Senador Dário, aguardamos o voto de V. Exa.

Já temos o quórum; 14 Sras. e Srs. Senadores votaram.

Peço à Secretaria que apure a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Votam SIM 13 Sras. e Srs. Senadores; nenhum voto NÃO.

Está aprovado, por unanimidade, o projeto, que é terminativo.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

Agradeço às Sras. e aos Srs. Senadores.

Esta foi uma reunião extremamente produtiva, em que todos os projetos pautados foram deliberados, na sua maioria terminativos.

Muito obrigada.

Está encerrada a sessão.

(*Iniciada às 10 horas e 11 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 33 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 7ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE MARÇO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e quatorze minutos do dia vinte e sete de março de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência da Senadora Simone Tebet, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Mecias de Jesus, José Maranhão, Esperidião Amin, Fernando Bezerra Coelho, Marcio Bittar, Marcelo Castro, Dário Berger, Daniella Ribeiro, Antonio Anastasia, Tasso Jereissati, Elmano Férrer, Oriovisto Guimarães, Rose de Freitas, Juíza Selma, José Serra, Roberto Rocha, Rodrigo Cunha, Lasier Martins, Major Olimpio, Flávio Bolsonaro, Veneziano Vital do Rêgo, Cid Gomes, Fabiano Contarato, Alessandro Vieira, Marcos do Val, Randolfe Rodrigues, Acir Gurgacz, Leila Barros, Humberto Costa, Rogério Carvalho, Paulo Rocha, Angelo Coronel, Arolde de Oliveira, Sérgio Petecão, Rodrigo Pacheco, Marcos Rogério, Jorginho Mello, Zequinha Marinho, Maria do Carmo Alves e Wellington Fagundes. Registram a presença os Senadores Confúcio Moura, Izalci Lucas, Soraya Thronicke, Jayme Campos, Jean Paul Prates, Paulo Paim, Eliziane Gama, Chico Rodrigues e Alvaro Dias. Usam da palavra os Senadores Izalci Lucas, Paulo Paim, Eliziane Gama e Jean Paul Prates. Deixam de comparecer os Senadores Jader Barbalho, Ciro Nogueira, Weverton, Fernando Collor e Otto Alencar. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao REQ 1/2019 - CCJ, de autoria do Senador Lasier Martins. Finalidade: Prestar informações e esclarecimentos a respeito do pacote anticrime e da atuação do Ministério da Justiça e Segurança Pública, apresentar e discutir as diretrizes e prioridades da pasta. Participante: Sr. Sérgio Fernando Moro, Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública. Resultado: Realizada a Audiência Pública. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e cinquenta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Simone Tebet
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 7ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o Sr. Ministro de Estado de Justiça e Segurança Pública, Sergio Fernando Moro, para discutir as diretrizes e prioridades de sua pasta e para prestar informações e esclarecimentos a respeito do pacote anticrime, conforme o art. 100-A do Regimento Interno do Senado Federal e o Requerimento nº 1, de 2019, desta Comissão, de autoria e iniciativa do Senador Lasier Martins.

Esta reunião, é importante esclarecer, será interativa, tem caráter interativo, ou seja, com a possibilidade de participação da população. Dessa forma, os cidadãos que queiram encaminhar comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, tudo junto, ou ligando para o número 0800-612211.

Antes de solicitar aos Senadores que façam entrar o nosso convidado, eu gostaria apenas de esclarecer que, por unanimidade dos Senadores presentes, ficou determinado que, na ordem de inscrição – que já foi feita –, o critério de chamada dos Senadores será o seguinte: chamaremos em bloco de quatro Senadores, e cada um terá o seu tempo de cinco minutos, impreteríveis, para fazer os seus comentários e a sua pergunta...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Improrrogáveis.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Improrrogáveis, muito obrigada, Senador Amin, improrrogáveis. Serão, portanto, grupos de quatro Senadores. Começaremos com quatro titulares; em seguida, daremos, na ordem de inscrição, para um suplente e um não membro, mas lembrando que o grupo será de quatro Senadores inscritos. As inscrições aqui se encontram à mesa para aqueles Senadores que ainda não se inscreveram e queiram fazer as suas colocações.

Solicito à Senadora Selma, por gentileza, e ao Senador Esperidião Amin que conduzam o nosso convidado, Ministro Sergio Moro, à mesa. Por gentileza, Senador Amin e Senadora Selma.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Não coercitivamente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – É um pedido gentil que esta Presidência faz a V. Exa. para que convide gentilmente o Ministro Sergio Moro à mesa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Condução não coercitiva! (*Risos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Muito obrigada, Senador, nem a ele, nem a V. Exa., Senador Espiridião Amin.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Senadora Simone...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra a Senadora Eliziane.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Só queria cumprimentá-la, Senadora Simone Tebet, primeiramente pela condição de V. Exa. nesta Casa, o que honra todas as mulheres do Brasil, as mulheres desta Casa, em ter aqui a principal comissão conduzida por uma mulher com a competência e com a sensibilidade de V. Exa. E destacar aqui a sua forma de condução em relação à prerrogativa de quem não é membro também ter a oportunidade de fazer as suas interferências.

Então, os meus cumprimentos e os meus agradecimentos pela sensibilidade de V. Exa.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Senadora.

Por favor.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Presidente, cumprimos a sua determinação com a condução absolutamente cordial e espontânea. (*Risos.*) (*Pausa.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Seja bem-vindo, Ministro.

Sras. e Srs. Senadores, de acordo com os arts. 397 e 398 do Regimento Interno do Senado Federal, a Presidência adotará os seguintes procedimentos. O convidado, Sr. Ministro Sergio Moro, terá 30 minutos para sua exposição, é o tempo máximo, de acordo com o art. 398, inciso X, do Regimento Interno. Em seguida, passaremos à fase de...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Esta Presidência esclarece que está neste momento passando para as Sras. e os Srs. Senadores o rito desta audiência pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Repetindo, o Sr. Ministro de Estado da Justiça, Sergio Moro, terá um tempo de até 30 minutos para a sua exposição. Em seguida, passaremos à fase de interpelação pelas Sras. e Srs. Senadores inscritos. A palavra aos interpelantes será concedida na ordem de inscrição já estabelecida e acordada com os membros que estavam presentes, intercalando-se, portanto, os oradores com quatro titulares, um suplente um não membro, grupo bloco de quatro Senadores. O interpelante disporá de cinco minutos, assegurado igual prazo para a resposta. O interpelante poderá contraditar pelo prazo máximo de dois minutos como réplica, o convidado terá o mesmo tempo para a tréplica de dois minutos.

Antes de passar a palavra ao nosso convidado, se me permitir Ministro, desejar-lhe boas-vindas à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal. Esta é uma determinação regimental e principalmente no início de uma legislatura, mas, mais do que isso, é um dever desta Casa e também do Ministério.

Afinal, se nós olharmos, numa rápida olhada, no organograma de trabalhos do Ministério da Justiça, veremos o quão próximas e correlatas estão as atribuições de V. Exa. e as atribuições desta Comissão. Nós aqui, como atribuição, temos o dever de legislar e V. Exa. de executar. Em determinados momentos, diante da necessidade de atualização da legislação, nós somos chamados a atuar. Então, temos apenas correlação no nome, cidadania e justiça, mas efetivamente nas nossas tarefas.

Este é um tema da mais alta relevância. A sensação que nós temos, quando estamos conversando com a nossa população, é de que segurança pública é prioridade absoluta hoje para dez em cada dez cidadãos brasileiros. Temos uma pauta extensa de segurança pública nesta Comissão. Eu diria que 80% talvez dos nossos trabalhos, das nossas relatorias, das nossas proposições e projetos estão relacionados à segurança pública. É claro que aqui falaremos do pacote anticrime, mas queremos, obviamente, ouvi-lo em relação a todas as atribuições relacionadas à segurança pública.

A violência hoje assola o nosso País. Hoje a maioria dos nossos Municípios são pequenos, mas não são mais pacatos. Não há um único pedaço de chão desta terra e deste solo que não esteja tomado hoje pelo crime, pela violência e pelo medo. Portanto, é atribuição não só de V. Exa., mas de todos nós darmos uma resposta à sociedade.

Sei que a sociedade quer paz, quer que declaremos paz à guerra, mas sabemos muitas vezes que para isso é preciso declarar guerra à guerra em nome da paz. E sabemos também, e é importante – para finalizar, estou dizendo isso tudo, porque estamos aqui, em caráter interativo, através do e-Cidadania, com estudantes, com jovens, com a sociedade civil, enfim –, é importante destacar que nós juntos podemos muito, mas não podemos tudo. É muito comum nós recebermos, nas nossas caixas de mensagens, nas nossas redes sociais, nos nossos *e-mails* propostas muitas vezes que vão de encontro, que contrariam a própria Constituição Federal. Eu vou dar um exemplo apenas aqui, só para que as pessoas entendam, um dos exemplos mais radicais, a pena de morte.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Repito, é importante lembrarmos que podemos muito, mas não podemos tudo. Nós somos Poder Constituinte derivado, e não originário. Nós devemos obediência à Constituição. Podemos modificá-la, é verdade, mas nós não podemos modificá-la quando estamos diante de cláusulas pétreas, como a que estabelece que o Brasil é um Estado federativo; quando diz que somos um Estado democrático de direito; quando estabelece o art. 5º que todos são iguais perante a lei, garantindo a todos o direito à vida, à liberdade, à segurança, à propriedade; mas também estabelecendo que ninguém pode ser preso ou perder os seus bens sem o devido processo legal. Nesse aspecto em particular, e aí, sim – como o devido processo legal é, na sua forma e conteúdo, regulamentado por leis infraconstitucionais, como o Código de Processo Penal e as legislações especiais –, cabe uma série de interpretações. E podemos fazer as alterações devidas, algumas delas até propostas por V. Exa.

Então, esclarecido isso para a nossa juventude, para aqueles que estão hoje nos assistindo, eu quero, sem mais delongas, agradecendo a presença de todos, esperando que também a paz e a harmonia reine nesta audiência pública, passar a palavra, de imediato, ao Ministro da Justiça e Segurança Pública, Sergio Fernando Moro, para a sua exposição. Com a palavra o Ministro.

O SR. SERGIO FERNANDO MORO (Para exposição de Ministro.) – Eu agradeço enormemente, Senadora Simone Tebet. Quero dizer que para mim é não só uma honra estar aqui, mas também é um prazer vir à Comissão e responder, poder apresentar projetos na área de justiça e segurança pública, igualmente falar um pouco sobre o projeto de lei anticrime e poder responder as dúvidas dos vários Senadores e Senadoras aqui presentes.

Tomo a liberdade de cumprimentá-los todos na pessoa do Senador Lasier Martins, que fez o convite para eu vir até este local.

O tempo de 30 minutos – agradeço esse tempo – não é muito suficiente para poder expor todas as questões, mas é claro que eu compreendo que é importante responder as dúvidas dos Senadores e das Senadoras. O que nós separamos aqui foram alguns projetos do Ministério de Justiça e Segurança Pública nessa específica área. Não é um rol exaustivo. Muitos desses planos estão em execução. Vamos colocar que o Governo não tem três meses, e são projetos que muitas vezes demandam uma execução em algum tempo, apesar das ansiedade das pessoas. Por outro lado, depois eu gostaria de abordar alguns pontos do projeto anticrime. Então, vou tentar dividir em 15 e 15 minutos para poder dividir bem esse tempo.

Vou seguir, então, imediatamente ao projeto.

Acho que eu desço por aqui... É possível descer por aqui? (*Pausa.*)

Certo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Uma das questões que foram... Há uma grande ansiedade em cuidar dessa parte de integridade e corrupção. Havia uma avaliação de que as forças-tarefas criadas no âmbito da Polícia Federal para investigação de crimes contra a Administração Pública estavam um tanto quanto esvaziadas ou debilitadas, e o que nós fizemos foi reforçar esse setor.

Volte um pouquinho.

Uma das primeiras ações foi, então, reestruturação e fortalecimento das forças-tarefas e equipes policiais encarregadas de investigar a grande corrupção. Curitiba, de 30 foi para 55; Rio de Janeiro, de 42 para 52; São Paulo, de 36 para 45; Brasília... Em todos eles houve aumento e, na parte de inquéritos especiais junto a Supremo Tribunal Federal, houve uma ampliação mais significativa, tudo com aquela ideia de que os recursos são limitados; os recursos monetários, os recursos de serviços são limitados. Nós temos que focá-los, então, para obter melhores resultados. Há essa demanda da população nessa área de integridade, então nós aumentamos o efetivo nessas áreas estratégicas.

Algumas informações sobre operações policiais. Ainda este ano, da Polícia Federal: até 21/03, 409 operações. É claro que as dimensões aqui são muito diversas. Esses são dados fornecidos pela Polícia Federal, das apreensões de volumes de drogas até o momento: 19 toneladas de cocaína; 22 toneladas de maconha; outras drogas...

Nós estamos realizando uma operação conjunta com o Paraguai de erradicação de plantação de maconha. Nós queremos realizar – segure aí um pouquinho – várias operações. Essa é uma estratégia muito exitosa, porque é muito mais eficaz do que a apreensão de caminhões de carregamentos dessas drogas.

Isso é algo que já vinha dos Governos anteriores, mas, nos últimos dois anos, houve um arrefecimento por questões que não vêm ao caso. No ano passado, por exemplo, só houve uma. Nós queremos realizar várias neste ano. Já começamos a primeira, e mais ou menos 700 toneladas de maconha estão sendo erradicadas em plantação pelo Paraguai, em operações juntamente com a Polícia Federal, certo? Isso é bastante eficaz.

Uma linha também do ministério é aprofundar a cooperação jurídica internacional. Termos agentes de ligação, adidos policiais ou agentes policiais brasileiros trabalhando em países estratégicos é muito importante. Então, nós vamos aumentar o número de policiais brasileiros no Paraguai e também receber um número maior de policiais paraguaios aqui no Brasil, exatamente para facilitar essa troca de inteligência e a realização de operações conjuntas, não só no Paraguai. Recentemente, estivemos nos Estados Unidos e, entre os vários acordos feitos, foram feitos acordos não só de troca de informações com o FBI norte-americano, mas também de troca de agentes de ligação. Então, nós encaminhamos um agente da Polícia Federal, por exemplo, para o National Target Center, em Washington, que é o órgão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

deles encarregado de controle de fronteiras. O objetivo ali é obter informação, mas também experiência.

Ali são dados da Polícia Rodoviária Federal de apreensão de drogas neste ano apenas: 34 toneladas de maconha, 3 toneladas de cocaína... Desculpem, 80 toneladas de maconha – eu me esqueci de dizer lá, programa de erradicação no Nordeste, também na primeira fase. O Nordeste tem, infelizmente, áreas plantadas com maconha.

Podemos ir.

Nós criamos, dentro do ministério... Quando houve a junção do Ministério da Justiça e o da Segurança Pública, ambos ministérios tinham áreas que tratavam da parte executiva, da parte da administração do ministério. Juntando as duas áreas, o que nós pudemos fazer foi utilizar cargos que estavam em um dos ministérios, suprimindo-os –, porque, evidentemente, a junção significou que nós teríamos apenas uma Secretaria-Executiva –, e utilizar esses cargos para reforçar as áreas-fim.

Uma das criações foi a Secretaria de Operações Integradas dentro do Ministério da Justiça e Segurança Pública. Qual é a ideia? Nós temos uma secretaria cuja função específica é cuidar da coordenação de operações policiais entre a polícia dos Estados e a do Distrito Federal com a Polícia Federal e a Rodoviária Federal, ou entre a Federal e a Rodoviária Federal. É integração. Uma das primeiras operações feitas foi a transferência e o isolamento de 22 lideranças do PCC que estavam em São Paulo para presídios federais. Há muitas outras operações em planejamento especialmente contra o crime organizado. Evidentemente, são coisas que não podem ser reveladas adiantadamente, mas operações também em outras áreas que afetam bens jurídicos e direitos sensíveis... Provavelmente vamos ter notícias de operações interessantes nos próximos dias ou próximas semanas.

Um dos objetivos... Há uma reclamação constante da questão da proteção da fronteira. Qual é a nossa avaliação em relação a isso? Mais uma vez, os recursos são limitados. Nós temos que trabalhar esses recursos com inteligência e operações integradas.

Vamos falar um pouco da experiência... Estivemos recentemente nos Estados Unidos e vamos falar um pouquinho. Há o que nós já sabíamos, mas há o que é relevante.

Depois do 11 de setembro, foram feitas investigações para saber o que aconteceu, o que falhou, por que não foi prevenido o incidente antes de ele ocorrer. Foi descoberto que o FBI tinha fragmentos de informação, que a CIA tinha fragmento de informação relevante, que a área de *costumes*, que na época não existia, tinha informações relevantes. Se elas tivessem sido agregadas, eventualmente o incidente poderia ter sido prevenido.

O que eles passaram a fazer desde então? Criar forças-tarefas ou escritórios ou agências que reunissem todos os agentes encarregados da aplicação da lei das diversas agências do mesmo local, para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

facilitar troca de informações e realização de operações conjuntas. Têm eles, por exemplo, na área de fronteira, em El Paso, algo que eles chamam de Fusion Center em que eles colocam representantes das várias agências que cuidam dessa área. Isso acaba, vamos dizer, facilitando a realização de operações e de controle de fronteira, porque as informações são reunidas e, por outro lado, as operações podem ser feitas em conjunto.

Então, um dos carros-chefes que nós queremos fazer ainda neste ano é a criação de uma espécie de Fusion Center – o nome, evidentemente não é este. O primeiro que queremos criar será em Foz do Iguaçu. Qual é a ideia? Vamos reunir lá agentes da Polícia Federal, agentes da Polícia Rodoviária Federal, agentes da Receita Federal. Vamos ter um elemento de ligamento com o Coaf, vamos ter ali também representantes das forças policiais estaduais, vamos colocar também lá agentes dos países circunvizinhos. Claro que não são quaisquer agentes; vai ter de haver um protocolo para definir, selecionar quem são esses agentes. Existem cuidados de compartilhamento de informações e segurança. Não que Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federal e essas agências vão se mesclar, mas vão enviar representantes para esses escritórios, e esses escritórios vão trabalhar conjuntamente.

Por que Foz do Iguaçu? Porque há uma grande preocupação com a tríplice fronteira, e Foz do Iguaçu acaba sendo, vamos dizer, uma porta de passagem para drogas, armas e contrabando que, no fundo, atinge praticamente todo o País, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro. Muitas vezes ali também é possível colher informação sobre atividades de contrabando e tráfico em outras fronteiras.

Esse é o projeto piloto. Sendo o projeto piloto bem-sucedido, a nossa intenção é criar outros escritórios em outras áreas geográficas do País. Sei que os Senadores normalmente têm preocupações com seus Estados específicos que fazem fronteira aberta com diversos países que, às vezes, são até produtores de drogas, mas nós temos de ir passo a passo para construir uma política pública consistente. Mas a ideia é pelo menos criar um desses centros ainda este ano.

Pode subir um pouquinho.

Aqui é uma outra experiência que já vinha do Governo anterior e que queremos aprofundar. São Centros Integrados de Inteligência em Segurança Pública. Há previsão de criação de um por Região. Já foi inaugurado, em 7 de dezembro do ano passado, o do Nordeste, em Fortaleza. Esse centro teve uma grande importância na área de inteligência para debelação da crise de segurança em janeiro deste ano. Nós já estaríamos aí... Isso já foi iniciado no Governo anterior, que escolheu Curitiba para criar, na Região Sul, um Centro Integrado de Inteligência em Segurança Pública.

A previsão é a de que ele passe a funcionar a partir de abril de 2019. E nós temos a intenção, se o orçamento assim nos permitir, de criar um na Região Norte ainda até o final deste ano; não está definido ainda o local específico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que é diferente em relação ao projeto do Centro de Fusão? É que esses centros são apenas de inteligência, não de inteligência e operações. É um perfil um pouquinho diferente. Isso é algo que nós já trazemos dos Governos anteriores, é uma experiência importante.

Podemos seguir.

Há os projetos da Polícia Rodoviária Federal. Existe esse sistema do Alerta Brasil, que, basicamente, consiste na utilização de câmeras, de radares, para monitoramento do tráfego no Brasil, mas não só do tráfego, porque as rodovias acabam sendo utilizadas como artérias para tráfico de drogas, roubos e atividades ilícitas. Então, é importante aumentar esse monitoramento. Há a previsão de expansão desse sistema. Existem 300 pontos de monitoramento por câmeras nesse sistema Alerta Brasil. Pontos de alarme são os locais onde se acompanham esses monitoramentos. A ideia é a de haver mais 125 pontos de alarme e mais 274 pontos de monitoramento por câmeras, com um acréscimo, ainda neste ano, de 175%. É claro que nós preferíamos que fosse mais, mas existe um problema também de orçamento, que, infelizmente, afeta a nós todos. Então, são 574 pontos de monitoramento por câmeras.

Isto aqui, embora não seja uma política direcionada especificamente à proteção de fronteiras, também é utilizado com esse propósito.

Há a integração do SPI. O SPI é outro sistema que foi desenvolvido pela Polícia Rodoviária Federal em conjunto com o Governo do Estado do Ceará. Ele é um pouco mais abrangente que o Alerta Brasil no sentido de utilizar maior inteligência em relação a esses dados. Nós também temos a intenção de aprofundar esse sistema, porque ele é melhor que o Alerta Brasil.

Enfim, ali há só a informação de que, atualmente, são 1.169 pontos de monitoramento por câmeras. Existe aquele número que mencionei que são câmeras da Polícia Rodoviária Federal, mas existem outras câmeras, e, por conta de convênios com Estados e com órgãos estaduais, consegue-se obter um número maior de monitoramento no País.

Podemos seguir.

Aqui é uma questão importante, naquela linha da integração. Hoje, a Polícia Rodoviária Federal não compartilha esses sistemas com a Polícia Federal, ou melhor, a Polícia Federal tem que encaminhar uma requisição por escrito para obter informações, quando, às vezes, a informação instantânea é extremamente importante. Então, foi pedido para a Polícia Rodoviária Federal definir um protocolo específico para que a Polícia Federal tenha acesso a essas informações. E, concomitantemente, nós vamos cogitar protocolos para que a Polícia Rodoviária Federal também tenha acesso a informações da base de dados da Polícia Federal. É claro que isso tem que ser muito bem construído. Como eu disse, tem que se tomar cuidado com essa informação, mas é importante a integração entre as Polícias. Vejam

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que aqui nós estamos falando de Polícias da União Federal que precisam aprofundar a sua integração, mas há também a ideia de haver um protocolo para a Polícia Federal ter acesso a essas informações.

Aqui vamos passar um pouco mais rapidamente. Só o resultado da Operação Carnaval, este ano, só para informar. São dados positivos. Claro que poderiam ser melhores, mas a Operação Carnaval, neste ano, realizada pela Polícia Rodoviária Federal, apresentou redução de números de acidentes, de vítimas fatais, de pessoas feridas, de acidentes graves, o que é algo sempre muito positivo.

Aqui é um comparativo do esforço da Polícia Federal neste ano, em relação ao mesmo período do ano passado. Também há reduções. Há uma ideia de obter números melhores nos próximos anos. Isso é importante: quantas pessoas morrem no trânsito. Houve uma redução de 7%. Ainda nós temos que aprofundar essa melhoria.

Podemos seguir.

Esse é um projeto também central, dentro do Ministério. A ideia em especial, aqui, é... Qual é normalmente a crítica? A União fica muito distante da violência urbana, especialmente em comunidades afetadas por índices elevados de violência. O que nós queremos fazer, baseados aqui numa experiência europeia que eles chamam lá de Contrato de Gestão de Segurança Local, é fazer uma espécie de convênio entre União, Estado e o Município com elevada incidência de violência, para que haja uma ação concertada entre as forças de segurança, para redução drástica da criminalidade em áreas especialmente afetadas.

Concomitantemente ou logo em seguida à realização desse projeto, entrariam ações de cunho urbanístico social de outros Ministérios, também coordenados com os órgãos estaduais e do Município em questão, para que houvesse uma política social e urbanística, mas também orientada especificamente para a redução da criminalidade nesses Municípios afetados por índices elevados.

Nós estamos definindo em cinco Municípios para serem um projeto-piloto. Se for bem-sucedido... O programa está sendo estruturado neste primeiro semestre e a ideia é executá-lo já a partir do segundo semestre. Se ele for bem-sucedido – e nós vamos ter um processo de aprendizado –, nós iremos expandir esse projeto para outros Municípios nos próximos anos e durante toda a gestão, e quem sabe até poderemos fazer uma política mais disseminada, baseada nos aprendizados obtidos nessas áreas.

Ou seja, a criminalidade no Brasil é grave, mas é mais grave em determinadas localidades, determinados Municípios, determinados territórios. Como os recursos são limitados, o que deve ser feito? Gerar um impacto nessas comunidades especialmente afetadas, não só pela questão do bem-estar das pessoas ali residentes mas igualmente para – vamos dizer assim – tentar gerar um círculo virtuoso de mudança. Então, nós focalizamos esforços das forças de segurança das várias unidades e de políticas sociais, para buscar a transformação desses locais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Podemos seguir?

Aqui é um dado importante.

Eu só tenho dez minutos?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. SERGIO FERNANDO MORO – É? Está.

Se nessa integração apenas uma política foi iniciada nas últimas gestões – mas foi finalizada –, hoje nós temos estatísticas oficiais de crimes no Brasil. Nós não tínhamos. Nós nos servíamos de dados fornecidos por institutos não oficiais. Claro que eles faziam um trabalho relevante, mas era um tanto quanto vergonhoso nós não termos estatísticas completas. Hoje nós temos o Sinesp, completo. Foi finalizado nesta gestão.

A partir de 15/03/2019, nós temos ali o *link*...

Ou seja, nós temos uma informação precisa e oficial dos índices de criminalidade no Brasil, a partir de 15 de março de 2019. Segundo dados oficiais fornecidos pelas unidades da Federação, baseados nos boletins de ocorrência.

Podemos seguir?

Aqui são questões orçamentárias, repasses...

Esses dados estão todos... Foram distribuídos por escrito aos Senadores?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. SERGIO FERNANDO MORO – Sim?

Então, eu vou pedir escusas, para nós seguirmos mais rapidamente.

Intervenções da Força Nacional.

A mais significativa foi a intervenção no Estado do Ceará, naquela crise de segurança.

Houve, aí, a prática de atos de natureza até terroristas por organizações criminosas. Tentaram explodir viadutos, algo extremamente grave...

A Força Nacional, juntamente com o Governo do Estado do Ceará, conseguiu debelar a crise. Foi normalizada.

A Força Nacional atualmente está em 37 operações, sendo 23 em fronteiras. São basicamente operações de polícia ostensiva.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também atuou em Brumadinho...

Pode seguir.

Essa é também uma criação: Força-Tarefa de Intervenção Penitenciária. Já havia no Governo anterior. Nós estamos aprofundando.

Trata-se de a gente ter um grupo de elite de agentes penitenciários, para debelar crises pontuais de segurança em estabelecimentos prisionais. Nós temos em Roraima – isso já foi uma intervenção do Governo anterior –, nós enviamos para o Ceará, e nós temos aqui esses dados específicos.

Podemos seguir?

Quanto à Senad, como estão ali nos dados, nós temos hoje, mais ou menos, uma estimativa de quase 50 mil bens à disposição, perdidos no tráfico de drogas, e nós não temos capacidade de vendê-los. Nós temos uma capacidade de vender mil bens por ano. Nós estamos mudando a Senad, exatamente para que possamos acelerar a venda desses bens.

Isso vai para o Funad e é utilizado em atividades de prevenção e repressão ao tráfico de drogas, além de atendimento a usuários.

A meta é de 10 mil bens este ano, e a ideia é podermos ampliar a nossa capacidade, numa espécie de agência de gestão de ativos criminosos.

Podemos seguir?

Nós estamos construindo uma medida provisória, para facilitar essa alienação, e a ideia é a de que nós possamos utilizar o dinheiro, o produto do leilão desses bens, de imediato, em atividades relacionadas ao Funad, porque a taxa de revisão de condenações por tráfico de drogas é muito pequena. Então, não há por que ficar esperando o trânsito em julgado nesses casos.

Se houver uma eventual reversão, isso pode ser devolvido.

Podemos ir?

O Coaf também – bem rapidamente – sofreu uma ampliação, e nós criamos novas coordenações.

O Coaf continua a ser um órgão de inteligência, não é um órgão de investigação.

Não existe nenhum plano de transformá-lo num órgão policial, mas nós ampliarmos a estrutura dele. Ele estava um tanto quanto negligenciado no Ministério da Fazenda anterior por questões provavelmente fiscais e de dificuldade de recursos humanos. Nós o estamos reforçando.

Pode voltar um pouquinho?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A equipe passando de 31 para 64, tudo por conta daquela gordura que nós conseguimos cortar com a unificação dos dois Ministérios. Então, a gente pôde tirar da área administrativa e colocar na área fim.

Pode seguir.

A Penitenciária Federal de Brasília, embora inaugurada, não estava operacional. Nós conseguimos autorização do Ministro Paulo Guedes, com a concordância do Presidente Bolsonaro, de colocá-la em operação, é importante e estratégica para nós.

Nós temos uma constatação de uma dificuldade muito grande de construção e reforma de presídios no Brasil. Nós temos dados que apontam que desde 2016 foram passados quase dois bilhões de reais – ou cerca de R$2 bilhões – da União pelo Funpen a Estados e Distrito Federal para construção e reforma penitenciária. Mas, dado que nós levantamos no final do ano passado, 27% apenas dessa verba havia sido executada. Qual é a dificuldade? Falta de projeto, falta de capacidade dos Estados e do Distrito Federal para construir projetos, falta de capacidade do Ministério da Justiça e Segurança Pública para analisar os projetos.

O que nós precisamos realisticamente é de engenheiros. Nós temos hoje três engenheiros do Depen apenas, nós queremos contornar esse problema com uma autorização legislativa para contratar temporariamente engenheiros para se poder dar vazão a esse problema. Não adianta... Vejam, nós temos até o dinheiro – poderia ser maior, seria ótimo se fosse mais –, mas não está sendo executado, principalmente por incapacidade técnica de resolver esse problema. Não implicaria um gasto maior porque a ideia é utilizar o próprio Funpen para custear essa contratação de engenheiros.

E, além disso, o que nós queremos fazer são espécies de modelos pré-prontos de estabelecimentos penitenciários. Se a dificuldade é fazer projetos, então, vamos ter projetos, vamos dizer, pré-prontos, aí o Estado ou o Distrito Federal que quer construir um projeto vem e escolhe dentro desse cardápio. A ideia é que nós tenhamos ainda no ano 2019 pelo menos dois projetos padrões e, até o final da gestão, termos um rol de projetos bem maior.

Eu vou utilizar o tempo que me resta aqui rapidamente, vou ficar devendo aqui o resto da apresentação – há outros projetos ali importantes, mas eu posso responder nas perguntas – por uma rápida abordagem sobre o projeto de lei anticrime.

Pode mudar o arquivo.

Qual foi a ideia? Apresentar um projeto que tratasse de melhorias pontuais mais relevantes no enfrentamento de corrupção, criminalidade organizada e crimes violentos, porque nós entendemos que os problemas estão relacionados. Boa parte dos homicídios, por exemplo, está relacionada a disputas do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

crime organizado, seja a disputas entre pessoas que querem controlar o mercado ilegal de drogas, seja porque a cobrança de dependentes usuários se faz realmente com sangue.

Por outro lado, a corrupção retira nossa capacidade, de maneira eficiente, de construir políticas públicas contra a criminalidade violenta e o crime organizado, sem falar que o crime organizado também muitas vezes se vale do suborno para escapar da Justiça e das investigações.

É um projeto que não pretende ser abrangente e resolver todos os problemas. É um projeto que tem um foco, não leva ao endurecimento geral da lei penal e processual penal. Nós entendemos que existe um problema penitenciário de superlotação, não é possível o endurecimento generalizado, mas, em relação a esses crimes de corrupção, crime organizado e crimes violentos, é necessário, sim, um endurecimento.

O que nós fizemos foi, então, não tanto incrementar penas, mas trabalhar com o tempo de prisão real do criminoso grave na prisão, deixando mais longo o tempo de cumprimento da pena em regime fechado, para se obter progressão de regime para esses crimes mais graves. Por outro lado, nós trouxemos, na nossa legislação, meios de investigação eficientes para esse tipo de finalidade; por exemplo, estamos regulando lá a escuta ambiental, estamos prevendo a possibilidade de agentes policiais disfarçados interagirem com essas organizações criminosas de uma maneira clara. Existe até uma autorização na lei, mas ela não é tão clara. Então, nós queremos que um agente da Polícia Federal disfarçado possa comprar um carregamento de droga, possa negociar um carregamento de droga com, por exemplo, uma dessas grandes organizações criminosas e que isso sirva para debelar aquela quadrilha, como nós vemos nos filmes, mas é o que, de fato, existe em vários países que realizam essas chamadas operações encobertas; e também isso no campo do tráfico de armas; também isso no campo da lavagem de dinheiro.

Nós também estamos criando bancos de dados que nos parecem relevantes para a investigação criminal. Nós não temos até hoje um banco nacional de impressões digitais. Daí talvez se explique a baixa taxa de resolução de crimes. Já se falava em impressão digital no final do século XIX, foi ali que ficou famosa como uma forma de resolução dos crimes, mas nós não temos até hoje um sistema integrado. Então, uma das propostas do projeto é a criação de um banco nacional multibiométrico, e nós já estamos avançando em estudos para analisar como nós podemos implementar esse plano. Por exemplo, nós conversamos com o TSE sobre a possibilidade de utilizar o banco de dados eleitoral das impressões digitais, que é o mais vasto do País, para poder integrar esses bancos de dados criminais. Ainda está em fase de teste para ver se é possível, porque existem questões tecnológicas e de forma de colheita dessas impressões digitais.

Um banco nacional de perfis balísticos, que é a impressão digital da arma de fogo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E nós estamos ampliando o Banco Nacional de Perfis Genéticos. Foi criado o Banco Nacional de Perfis Genéticos em 2013, salvo engano aqui sobre o ano da lei. Não foi dada implementação muito, vamos dizer, incisiva a essa política. No Governo anterior, imediatamente anterior a isso, foi iniciado.

Mas nós temos hoje, no nosso Banco Nacional de Perfis Genéticos, 30 mil perfis apenas. Reino Unido e Estados Unidos têm seis milhões e 12 milhões, respectivamente.

Por que é importante o perfil genético? Alguém comete um crime. Se o local do crime for preservado adequadamente e for encontrado qualquer vestígio material biológico no local, é possível identificar, de uma maneira até mais eficiente que a impressão digital, quem é o provável autor daquele crime: alguém que deixa cair um fio de cabelo no local de um roubo a banco ou alguém que deixa vestígios corporais em um crime violento, em um crime sexual.

O que a lei atual prevê? Que sejam colhidos os perfis genéticos de criminosos violentos assim condenados. Nós estamos propondo no projeto a ampliação desse rol para crimes dolosos em geral.

Isso também é um fator que inibe a reincidência, porque, se a pessoa teve o perfil genético colhido depois da condenação, ela se coloca em uma posição de risco caso venha a cometer um novo crime, porque qualquer vestígio material deixado no local pode levar à sua identificação.

Concomitantemente, mesmo sem a mudança legislativa, nós iniciamos uma política mais agressiva – no bom sentido, mais incisiva – para a colheita do perfil genético com base na legislação já existente.

Então, nós queremos ter, até o fim do ano, colhidos – isso está aqui naquele que eu tive que encerrar a passagem...

(*Soa a campainha.*)

O SR. SERGIO FERNANDO MORO – A coleta de mais ou menos 60 mil perfis genéticos até o fim deste ano, o que significa uma ampliação extremamente significativa do...

Última folha.

Até o fim de 2019, a coleta de 65.363 perfis genéticos para integrar o banco de dados, com base na legislação atual.

Além disso, nós estamos indo em pontos de estrangulamento da legislação processual penal.

Execução da condenação em segunda instância. Sei que é um tema controvertido, respeito as opiniões em contrário, mas o fato é que, se o processo penal não chega ao fim em tempo razoável, de nada adianta nós elevarmos penas de crimes, tornarmos os sistemas mais rigorosos, se não há perspectiva real de aplicação da lei. Então, nós estamos prevendo, de uma maneira clara, na legislação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ordinária a execução provisória em segunda instância, com base em quatro precedentes do Supremo Tribunal Federal nesse sentido desde 2016.

Nós estamos também prevendo, para crimes julgados pelo júri, que são crimes dolosos contra a vida – homicídio e feminicídio, por exemplo –, a execução da sentença já na primeira instância, com base em precedentes da 1ª Turma do Supremo Tribunal Federal, que, interpretando o princípio da soberania dos vereditos dos tribunais do júri, entendeu que não é necessário aguardar nem o trânsito em julgado nem o julgamento da apelação no caso de julgamentos por júri. Isso tem um impacto muito significativo nessa criminalidade mais grave, que ainda é o crime contra a vida: o homicídio e o feminicídio.

(*Soa a campainha.*)

O SR. SERGIO FERNANDO MORO – É claro que nós entendemos que o problema da criminalidade está relacionado a políticas sociais, a questões econômicas, à necessidade de melhores programas urbanísticos.

Mas isso não significa que retirar criminosos violentos, perigosos, organizados, e enfrentar o problema da corrupção não tenha também um significado. Sim, há eficácia, por exemplo, em retirar de comunidades afetadas pelo crime gangues locais que, muitas vezes, aterrorizam as comunidades, mas, para isso, nós precisamos de um processo penal mais eficiente, não só de mudanças na legislação material.

Então, o foco do projeto – eu vou pedir desculpas; não terei condições de passar todo o texto, porque ele é um pouco longo – é exatamente este: endurecimento em relação à criminalidade mais grave; novos instrumentos para investigação eficaz, seja na área de dados, seja na área de métodos; e, por outro lado, o enfrentamento de pontos de estrangulamento da legislação processual penal.

Nós apresentamos o projeto via Câmara, está lá tramitando, e, quando chegar ao Senado, vamos fazer o possível para dialogar com os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras para convencê-los do acerto do projeto. É claro que estamos abertos a críticas, a sugestões e a aprimoramentos. Esse é realmente o papel do Parlamento. Não temos nenhum problema em relação a dialogar e somos absolutamente – vamos dizer assim – receptivos a críticas.

Muito rapidamente aqui, nós organizamos os projetos – que hoje são três, e passamos aqui a S. Exas. – de uma maneira temática. Esse ponto especificamente tem gerado alguma polêmica, dada a legítima defesa. Vejam, o art. 25 do Código Penal trata da legítima defesa. O que nós fizemos apenas foi descrever situações que caracterizam legítima defesa mesmo já dentro da nossa jurisprudência. Então, o art. 25 trata dos requisitos da legítima defesa. E o que nós colocamos no parágrafo único é inovação:

Parágrafo único. Observados os requisitos do *caput*, considera-se em legítima defesa:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

I - o agente policial ou de segurança pública que, em conflito armado ou em risco iminente de conflito armado, previne injusta e iminente agressão a direito seu ou de outrem; e
II - o agente policial ou de segurança pública que previne agressão ou risco de agressão a vítima mantida refém durante a prática de crimes.

(*Soa a campainha.*)

O SR. SERGIO FERNANDO MORO – São situações corriqueiras de legítima defesa.

Por que colocamos isso? Porque há uma reclamação legítima das forças de segurança no sentido de que, eventualmente, agindo em circunstâncias dessa espécie, elas venham a ser processadas de uma maneira não tão justa. É claro que existem situações de excesso das forças de segurança, muito pontuais, mas essas situações aqui descritas não destoam em um milímetro de o que já é aceitável em temas de legítima defesa.

O art. 23 trata do excesso na legítima defesa ou nas demais excludentes de ilicitude. O que a lei estabelece? Que, se a pessoa age em legítima defesa, ela não é considerada como um criminoso. A pessoa não responde como se fosse um criminoso. Agora, se ela agir em...

(*Soa a campainha.*)

O SR. SERGIO FERNANDO MORO – ... excesso, ela pode responder pelo excesso.

O que nós colocamos no art 23 foi... O parágrafo 1º já existe e está só repetido pela questão de técnica legislativa da renumeração do parágrafo.

O agente, em quaisquer das hipóteses desse artigo – ou seja, ele agiu em legítima defesa –, responde pelo excesso doloso ou culposo. E o que nós fizemos com a previsão do §2º? "O juiz poderá reduzir pena até a metade, ou deixar de aplicá-la, se o excesso decorrer de escusável medo, surpresa ou violenta emoção". Escusável. Não é qualquer situação. E essa situação só surge após caracterizada uma ação em legítima defesa. Ou seja, não é por praticar crime em violenta emoção que ele pode ser exonerado. Não. Houve uma situação de legítima defesa, em seguida foi caracterizado um excesso, mas esse excesso é escusável diante das circunstâncias. As pessoas não são robôs.

Isso sequer foi pensado para a questão das forças policiais, em realidade. O exemplo que ocorreu foi o caso famoso alguns anos atrás de uma artista que foi atacada por um fã que tinha obsessão por ela. Esse fã atirou na irmã da atriz e iria, provavelmente, cometer uma tragédia; o cunhado reagiu e acabou matando o agressor em luta, em legítima defesa. Talvez tenha agido em algum excesso. O juiz na época, para não condená-lo como homicida, optou por não reconhecer o excesso. Acho que fez certo, mas seria melhor que a situação específica tivesse abrigada expressamente na lei. Ele agiu em excesso, mas havia uma circunstância ali em que era difícil controlar esse excesso por medo, surpresa ou violenta emoção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ainda temos o homicídio privilegiado, no nosso Código Penal, que trata da prática desse crime em violenta emoção. Não é um conceito novo.

Bem, aqui vou encerrar.

Muito obrigado pela tolerância e agregação do tempo.

Mais uma vez fico muito feliz por estar aqui. Peço escusas por ter visto esses temas de maneira assim tão rápida e não poder ter sido completo, mas certamente podemos resolver dúvidas e questões na fase que se segue.

Muito obrigado, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu que agradeço ao Ministro.

Obrigada pela exposição, pelas informações e esclarecimentos sobre as diretrizes e prioridades do Ministério da Justiça. Teremos todo o tempo para esclarecimentos.

Peço eu desculpa em nome da Comissão, mas seguindo as normas regimentais, nós precisamos agora passar a palavra aos oradores inscritos da forma como havíamos combinado: em grupos de quatro Senadores, começando pelos titulares e, depois, abrindo uma suplência, um membro não inscrito e voltando novamente para quatro titulares.

Na ordem de inscrição, claro que com prioridade e preferência, o autor do requerimento, Senador Lasier Martins. Em seguida, neste bloco, será dada a palavra pelo prazo de cinco minutos. Peço a gentileza dos colegas para que vejam no painel o tempo de cinco minutos rigorosos. Será dada a palavra, em seguida ao Senador Lasier, ao Senador Fabiano Contarato, ao Esperidião Amin e ao Senador Humberto Costa, nessa ordem.

Com a palavra, pelo tempo de cinco minutos, Senador Lasier Martins, autor do requerimento.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS. Para interpelar Ministro.) – Muito obrigado, Presidente Simone.

Ministro Sergio Moro, cumprimentos e agradecimentos por sua vinda se dispondo a responder sobre esse que é um dos temas mais urgentes e importantes do Brasil, que é combate à criminalidade, onde V. Exa. apresenta um projeto muito importante.

A minha primeira pergunta é sobre as dificuldades. V. Exa., como magistrado, tinha total autonomia para instruir, processar, julgar, condenar. Tudo era rápido, o senhor é campeão de condenações de gente importante no Brasil. Mas V. Exa. já percebeu que, na política, é diferente. O senhor enfrenta entraves, protelações, e, até agora, não se sabe quando começará o debate do pacote

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

anticrime. Então, a pergunta é: o que fazer? Há uma preterição ao projeto anticrime em favor do projeto da previdência. Por outro lado, houve aí um conflito desagradável, por palavras usadas pelo Presidente da Câmara, dizendo, inclusive, que o seu projeto era a cópia do projeto do ex-Ministro da Justiça Alexandre de Moraes. Desde logo, já incluo a pergunta: que diferenças há entre o seu projeto e o projeto do ex-Ministro da Justiça?

Há a cogitação de alguns de retirar do pacote de combate à criminalidade e à violência o item da corrupção, em que justamente V. Exa. mais tem se empenhado e em que há as ações mais marcantes no Brasil. Isso seria admissível? O senhor concordaria em tirar o item da corrupção do pacote de combate à criminalidade no debate na Câmara dos Deputados? Essa é a primeira pergunta. Na verdade, ela está dividida em três quesitos.

A minha segunda pergunta, Ministro Sergio Moro, é sobre o julgamento em segunda instância. Nós estamos às vésperas do dia 10 de abril, e o Supremo anuncia que vai examinar isso e ameaça – há esta possibilidade – acabar com a prisão em segunda instância, o que redundaria na soltura de milhares de presidiários. Como é que o senhor encara isso? O que é possível fazer? Há aqui um projeto de minha autoria nesse sentido – a Presidente Simone distribuiu ontem ao Senador Rodrigo Pacheco a relatoria –, que procura impedir que o Supremo continue legislando, e não o Parlamento. Então, a pergunta é sobre a sua expectativa com relação ao julgamento da prisão em segunda instância no dia 10 de abril.

A minha terceira pergunta é relativa às dez medidas. Já que há críticas a algumas delas, o que o senhor pretende fazer? Vai mantê-las como estavam originalmente? Fez mudanças? Como enquadrar ou como confrontar isso com o desejo de alguns que querem também o exame do abuso de autoridade?

Outra pergunta, feita dentro do prazo, que estou procurando cumprir, já que a Presidente pretende ser muito rigorosa hoje quanto aos cinco minutos destinados a cada um...

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG. *Fora do microfone*.) – E o faz muito bem!

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – Eu o faço muito bem, diz o Senador Anastasia.

Há esta tentativa – e já há uma medida liminar com tendência de julgamento do Supremo – de proibir o fornecimento de dados da Receita Federal ao Ministério Público para embasar investigações. V. Exa. nos trouxe aqui a notícia de que está criando um banco de perfis genéticos, um banco de impressões digitais, mas não falou no banco financeiro...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – ... de onde vêm dados importantíssimos para a instrução de processos penais e que pode decisivamente prejudicar a Lava Jato, onde V. Exa. trabalhou tão bem até agora.

Fiquei dentro do tempo, que procurei cumprir, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço ao Senador Lasier, demonstrando e puxando a fila – espero – do tempo rigoroso de cinco minutos.

Passo, em seguida, a palavra ao Senador Fabiano Contarato.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES. Para interpelar Ministro.) – Obrigado, Presidente Simone. Obrigado, Ministro.

Inicialmente, quero esclarecer que dentro da minha função como delegado de polícia por 26 anos, delegado de Polícia Civil no meu Estado do Espírito Santo, eu pude presenciar, lamentavelmente, que o principal violador desse aspecto é o Poder Executivo, quando no art. 144 diz que a segurança pública é direito de todos, mas é dever do Estado. Infelizmente, nós presenciamos um Estado naquilo que Lombroso já falava: a criminalização da pobreza.

O que me preocupa – aí virá o meu questionamento – é hoje... Quando Cesare Lombroso, na obra *O Homem Delinquente*, falava que o criminoso é nato, hoje, infelizmente, nós temos um comportamento estatal que criminaliza a pobreza. Eu não vejo – com todo respeito aos demais Estados – a polícia dando geral em pessoas de alto poder econômicos nos bairros nobres. Mas essa violação é constante nos bolsões de pobreza, onde a população mais carente está sendo violada nos seus principais direitos.

Então, a minha pergunta, o meu questionamento. Durante esses 26 anos como delegado de polícia – e aí vai um desabafo – eu me senti usado pelo Estado como chicote para dar única e exclusivamente no pobre, afrodescendente e semianalfabeto. E aí eu quero elogiar a conduta do senhor, porque na minha opinião o senhor foi um divisor de águas. Se nós traçarmos um perfil socioeconômico de quem está preso no Brasil, é esse perfil de que eu falei. E a partir da atuação do senhor na Operação Lava Jato, políticos começaram efetivamente a ir para a cadeia.

A minha preocupação, Ministro, é no art. 395, a, quando o senhor sugere estabelecendo acordo de aplicação de pena imediata para qualquer crime, desde que ele preencha alguns requisitos. Por que é minha preocupação? Porque nós sabemos que a assistência judiciária no Brasil não é de forma igualitária. E com todo respeito, sem ofender as instituições, ela não é eficiente para todo mundo, principalmente para os pobres.

Nós temos exemplos disso nas transações penais, nos juizados especiais criminais que se tornaram a justiça de quem chega primeiro. Se o senhor for no juizado e falar que alguém praticou um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

crime de ameaça, já é intimado e já faz uma transação. Ao passo de que com quem é bem assistido isso não vai ocorrer. Então, a minha preocupação no 395 é sobre como ficará esse acordo de aplicação imediata de penas, quando nós temos ali um autor, coautor ou partícipe de um crime ou contravenção penal não sendo bem assistido, porque essa é uma realidade do Brasil!

O segundo questionamento é com relação ao caixa dois. O senhor sempre, nas suas colocações, foi muito enfático. Quando o senhor estava à frente da Lava Jato, classificou a conduta de caixa dois como trapaça, especialmente reprovável, sem justificativa ética. Naquela época, dizia que a corrupção para fins de financiamento de campanha é pior do que a de enriquecimento ilícito. Falava ainda que a destinação de vantagem indevida em acordos de corrupção, a partir dos políticos, a campanhas eleitorais é tão ou mais reprovável do que a sua destinação ou enriquecimento pessoal, considerando o prejuízo causado à integridade do processo político-eleitoral.

Ora, o meu questionamento é: agora, recentemente, eu li, pelos meios de comunicação, que o senhor teria dito que o caixa dois não é tão grave quanto a corrupção ou o crime organizado.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – E, aí, eu pego a exposição de motivos, e, na exposição de motivos do senhor, do dia 18 de fevereiro, coloca-se taxativamente: inexistindo previsão legal definindo como crime tal conduta –referente ao caixa dois –, justifica-se a introdução do aditamento do 350 do Código Eleitoral, que é a Lei 9.504, através da introdução do art. 350-A, com previsão de criminalização do caixa dois.

No que tange ao caixa dois, a minha pergunta é: o senhor efetivamente mudou de opinião? E o que o levou a mudar de opinião, para estabelecer que o caixa dois já não é tão grave quanto a corrupção?

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Senador Fabiano.

Com a palavra o Senador Espiridião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para interpelar Ministro.) – Muito bom dia a todos.

Sr. Ministro, eu tinha que escolher uma prioridade, para não ultrapassar o tempo.

Tenho muito orgulho de ser do Estado de Santa Catarina, que contribui para a segurança pública com alguns exemplos. E eu vou focalizar a questão da tecnologia de informação, comunicação e inteligência artificial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para quem não sabe – certamente os delegados que estão aqui presentes sabem –, o Guardião é um produto catarinense, que rivaliza com Israel, tão decantado como o país da tecnologia sensível, e com os Estados Unidos. Já elucidou muita coisa e já causou muita dor de cabeça também.

Eu vou focalizar essa questão da tecnologia de informação, que, mesmo no seu pacote, não me parece estar satisfatoriamente inserida. E vou abreviar as minhas perguntas, que vou entregar à sua assessoria – ao Lucas.

Primeiro: o Coaf não vai lhe dar informação em tempo real. E a informação, em tempo real, da movimentação financeira é imprescindível.

Eu fui Relator da CPI dos Crimes Cibernéticos, mas isso já foi há quase três anos – junho de 2016. Eu participei de discussões se nós deveríamos acessar o WhatsApp... Estávamos discutindo isso aqui, e o americano já quebrou o WhatsApp, o iMessage, há oito anos.

Foi flagrada uma distribuição – estou vendo ali a sua estatística. Uma distribuição de 2 toneladas de cocaína estava num WhatsApp só. Isso foi flagrado por um delegado de polícia de São Paulo, e nós discutíamos se poderíamos acessar isso ou não. Então, movimentação financeira...

Segundo: a correição. Porque a corrupção também existe no órgão policial. Vai exigir tecnologia.

Terceiro: quais são os projetos de aquisição de tecnologia para procedimentos de constituição de prova judicial – o que vem ao encontro do compartilhamento já discutido aqui, até enunciado há pouco.

E, finalmente, bloqueio de celular.

Isso é a Pré-História, o que nós estamos vivendo. E nós estamos sendo ineficazes.

Eu não vou trazer aqui o caso concreto, mas eu conheço um caso que foi em parte divulgado de que num estabelecimento penal com 1,5 mil internos – vamos chamar assim – foram colhidos 1,3 mil celulares e 3 mil *chips*, num só. Esse acúmulo de tecnologia de informação na mão do crime organizado – eu estou falando aqui de crime organizado – é um deboche.

E, finalmente, eu acho que enquanto tivermos essa superpopulação carcerária, que tem como motivo não julgamento – não julgamento responsável por 30% a 40% –, e o encarceramento de quem sabidamente integra o crime organizado o lado de quem ainda não o é – porque será...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... exige providência no campo da tecnologia de informação e comunicação que eu considero absoluta prioridade para que nós não continuemos nos enganando como estamos sendo...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Era isso.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Senador Esperidião Amin.

Com a palavra, a pedido, numa inversão, Senador Rogério Carvalho, como último deste bloco.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para interpelar Ministro.) – Obrigado, Sra. Presidente.

A Lei dos Crimes Hediondos, de 1990, foi aprovada com o discurso de inibir a violência; o mesmo com a Lei das Drogas, de 2006.No entanto, os crimes violentos só aumentaram no Brasil. Portanto, nós vivemos uma situação de altos índices de violência associada ao crime organizado, mesmo com leis que categorizaram crimes como hediondos e com endurecimento dos crimes contra o tráfico de drogas. Isso aumentou a população carcerária, mas, ao mesmo tempo, não diminuiu a violência.

Nós temos hoje no Brasil jovens sem perspectiva e com baixo protagonismo social e econômico, que são vítimas fáceis para serem recrutadas para o crime. Nós temos um histórico de apartação social com criação de bolsões residenciais em bairros desconectados, sem infraestrutura e nem presença do Estado; baixa empregabilidade, pouca oferta de trabalho qualificado; tudo isso somado, mas – e mesmo com todo endurecimento – nós temos da população... Veja que acontece, quem é que está preso? De 18 a 29 anos, nós temos 55% dos presos, 64% são negros, 61% são presos que não concluíram o ensino fundamental. Então, nós precisamos rever que o combate à violência não está no combate exclusivo do agente delituoso, é preciso de uma política de segurança que cuide de forma mais ampla e integrada.

E aí, nós, mesmo com tudo isso, estamos vendo a apresentação de um pacote anticrime que endurece leis, que aumentará o encarceramento, mas que não diminuirá, como não diminuiu, a violência nem o sentimento de segurança da sociedade com outras leis que já endureceram penas e só aumentaram o encarceramento.

E o que é pior: 35% dos presos estão cumprindo pena provisoriamente; 20% dos presos estão lá sem terem nenhum apenamento; e 17% dos que ficam presos, esses 17% são inocentados. E, para combater a violência, a gente vê... E eu queria perguntar ao Ministro: se a gente sabe que, com o Estatuto do Desarmamento, o homicídio por arma de fogo diminuiu, como justificar, no País que mais mata, como justificar a posse de armas? Como justificar? Como justificar um debate como este, e não haver nenhuma vírgula sobre o combate àquilo que é a máfia do Brasil, que são as milícias armadas nos grandes centros urbanos? Porque a máfia brasileira hoje não está no tráfico de drogas, como as pessoas pensam somente; está no tráfico de drogas, mas está nas milícias...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... que controlam territórios inteiros – concluindo –, que controlam territórios inteiros, que cobram pedágio para as pessoas viverem no Território e no Estado brasileiro.

Então, eu queria perguntar ao Ministro. Que equação essa? O que fazer? O que fazer para a gente, de fato, ter uma política de segurança pública? Porque o que nós estamos vendo aqui não é uma política que vá mudar a realidade nem a segurança dos brasileiros.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço ao Senador Rogério.

Esta Presidência esclarece que vai dar já o tempo total do Ministro de até 20 minutos para poder responder aos quatro. Quando eu digo até, é óbvio que o Ministro tem o tempo, provavelmente vai ser objetivo. Nós temos 35 inscritos, e o Ministro sabe disso. Ele sabe que o tempo regimental é de 20 minutos, mas já existe um acordo aqui de que ele será célere, até porque nós teríamos direito à réplica. Já está conversado com o Ministro; fique tranquilo, nós já conversamos a respeito. Então, nós vamos dar a palavra. Ele vai responder aos quatro membros. Em seguida, eu pergunto se há alguma réplica na ordem de inscrição.

Então, com a palavra o Ministro Sergio Moro para esclarecer...

(*Interrupção do som.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – A réplica vai depender do que ele disser.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. *Fora do microfone*.) – Sim, claro. Por isso mesmo.

O SR. SERGIO FERNANDO MORO – Obrigado.

As perguntas do Senador Lasier Martins. Bem, há uma prioridade, de fato, da nova previdência, existe uma intenção do Governo de tornar as regras mais iguais. Além disso, há um problema fiscal que não é desconhecido. E Governo e Congresso precisam se unir em torno dessa pauta, é uma pauta fundamental para o País.

Mas o que eu tenho argumentado é que essa questão da segurança pública – e nessa linha se insere o projeto – também é extremamente relevante. O desejo do Governo e o meu é de que isso seja aprovado o quanto antes. Claro que isso está sendo conversado com a Câmara, com o Presidente, Rodrigo Maia. Houve ali uma troca de palavras ásperas, mas isso é algo absolutamente contornável. Nós temos que dialogar, e resolver esses problemas, e decidir da melhor forma o que é melhor para o País. Então, não temos nenhuma intenção de prolongar esse desentendimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A diferença entre... O projeto do Ministro Alexandre de Moraes é um bom projeto. Não tem nenhum problema ele ser também votado e deliberado, ainda que seja em conjunto. Há alguns pontos comuns, mas qualquer comparação até dos dois textos vai verificar que, apesar de algumas convergências, que eu nunca, aliás, neguei, o meu projeto é um pouco mais amplo, tem medidas diferentes, por exemplo: a execução em segunda instância, a execução dos vereditos do tribunal do júri, a escuta ambiental, os bancos de dados que estão sendo criados, a figura do *whistleblower*. Então, é um projeto mais abrangente.

No projeto do Ministro Alexandre há algumas medidas também que não estão no meu, mas aí vale aquela velha história, aquele velho ditado: não importa a cor do gato, importa que ele pega o rato. Se a legislação é boa, não importa quem é o autor, vamos aprová-los. Não tenho nenhum problema em relação a isso, certo? Inclusive, eu conversei com o Ministro Alexandre. Nós podemos resolver sem maiores dificuldades. Mas os projetos são diferentes, embora haja pontos de convergência.

A questão da segunda instância. O Supremo decidiu quatro vezes que a execução em segunda instância era consistente com a Constituição. Eu acho importante. Nós não podemos ter uma Justiça que funcione se nós não tivermos uma aplicação da lei em tempo razoável. Se nós vamos pegar o precedente anterior do Supremo, em que ele mudou a jurisprudência, dizendo que tinha que esperar o trânsito em julgado, o que nós temos é: uma pessoa que tentou a prática de homicídio qualificado foi condenada em tribunal do júri, foi condenada em segunda instância; o tribunal – no caso, o Tribunal de Justiça de Porto Alegre – mandou executar a pena; e o Supremo reviu a jurisprudência: "tem que esperar o trânsito em julgado". Isso foi no Habeas Corpus 84.078. Só veio a rever essa jurisprudência – esse julgamento eu acho que foi em 2008 – em 2016. O que aconteceu com aquela pessoa? Houve recurso aos tribunais superiores, não foi julgado a tempo, e houve reconhecimento da prescrição.

Então, embora nós falemos da execução em segunda instância muitas vezes pensando em crimes de colarinho branco, crimes de corrupção, veja, aqui nós estamos falando de uma tentativa de homicídio qualificado. O problema é: não adianta nada nós mexermos na lei, termos melhores métodos de investigação, termos penas mais rigorosas para a criminalidade grave se, na hora da aplicação da justiça, a Justiça não é eficiente. Então, é absolutamente necessário. Eu tenho a expectativa, com todo o respeito ao Supremo Tribunal Federal, de que vai ser mantido o precedente.

E o que fez o Governo? Apresentou um projeto e disse claramente: a posição do Governo é pela manutenção da segunda instância. É importante que o Governo sinalize isso à população. É importante que o Governo assuma essa liderança. E, apresentando-se isso ao Congresso, também o Congresso tem essa oportunidade de liderar essa mudança para um sistema de justiça mais eficiente.

A presunção de inocência não é violada. Nos Estados Unidos e na França, a execução começa a partir da primeira instância, porque se tem lá presente que o que é necessário é prova categórica para a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

condenação; isso não tem a ver, necessariamente, com efeito de recurso. E, veja, são os países que construíram, dos dois lados do Atlântico, o princípio da presunção de inocência.

Na questão da integração, existe esse caso que vai ser julgado no Supremo. Particularmente, o que eu disse anteriormente é que o compartilhamento de informações – com protocolos, com cuidado, também evitando-se vazamentos, também evitando-se que essas informações sejam utilizadas de uma maneira inapropriada – é importante. Por exemplo, naquela ideia de se criar um escritório de fusão de operações em Foz do Iguaçu para tratar do problema de fronteira, a Receita Federal terá de estar presente. Terão de ser construídos protocolos ali dentro para saber exatamente o que pode ser compartilhado de informações da Receita para ações rápidas de fronteira com Polícia Federal ou com as demais agências de polícias ali presentes. Então, temos de esperar isso ser julgado no Supremo Tribunal Federal para saber qual é exatamente a compreensão, mas esse compartilhamento é relevante.

A questão do abuso de autoridade, por último. Nenhuma autoridade está acima da lei. Se houve abuso, se houve erros, também têm que ser punidos. Deve-se apenas analisar os termos da legislação.

Houve um debate em 2016, e eu até vim ao Senado. Foi um debate bastante produtivo ali no Plenário do Senado, em que eu externei a minha preocupação – na época, como juiz – de que o texto do projeto era muito largo e poder-se-ia criminalizar a decisão, por exemplo, judicial contrária a uma das partes que fosse eventualmente caracterizada como abusiva ou a ação do policial, mesmo sendo ela legítima. Nós temos uma lei de abuso de autoridade e pode-se reformá-la, mas vamos analisar os termos.

Do Senador Fabiano Contarato. Eu concordo. Um dos problemas do nosso sistema é que ele é profundamente desigual. O sistema de justiça não é apenas ineficiente; ele é desigual. Nós temos de nos preocupar não só com a criminalidade de rua, violenta, mas também com a criminalidade dita de colarinho branco.

Eu acho que houve avanços nos últimos quatro, cinco anos no Brasil. Em fóruns internacionais, eu tenho dito, com muita clareza, que poucos países fizeram o que o Brasil fez em avanços contra a impunidade da grande corrupção nos últimos cinco anos. Isso é visto, em geral, fora do País, com certa admiração, porque foi custoso, porque gerou instabilidade política, porque gerou também problemas. Não vieram só bônus; vieram também ônus. Mas, como disse, é aquilo que nós defendemos. Nós temos que buscar – vamos dizer – mais integridade na Administração Pública, na política... E aqui não há nenhuma crítica a ninguém, mas esse é o objetivo geral com o qual todos nós concordamos, porque isso vai trazer mais eficiência nas políticas públicas; isso vai dinamizar a nossa economia... Muitas vezes, esses crimes estão relacionados não só à Administração Pública, mas também a empresas buscando trapacear dentro do mercado, fugir da competição justa; e, por outro lado, o aspecto principal: renovar a confiança das pessoas no sistema democrático, que se baseia na ideia de que todos são iguais perante

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a lei. A lei tem que proteger o vulnerável, mas tem também que se aplicar ao poderoso, quando ele desvia a sua conduta.

O projeto vai nesta linha de tentar aumentar – vamos dizer – o padrão de integridade da nossa legislação.

A questão do 395 é uma preocupação válida de V. Exa. A *plea bargaining*, esses acordos penais, podem ter um efeito colateral negativo de alguém confessar injustamente um crime para evitar uma pena maior. Essa é uma crítica muito comum nos Estados Unidos. Mas veja que a perspectiva do erro judiciário também existe no sistema convencional, alguém ser condenado injustamente mesmo sem acordo. Então, o sistema de acordo tem seus problemas, mas também o sistema convencional.

O que nós fizemos foi, no art. 395-A, estabelecer que esse acordo só se dá após o recebimento da denúncia – ou seja, há um crivo do juiz quanto à presença de justa causa – e que o juiz tenha um controle maior do que tem nos Estados Unidos, podendo negar a homologação do acordo se houver desproporcionalidade das penas ou se faltar um substrato probatório. A ideia é o juiz ter um papel maior de verificação da integridade desses acordos para evitar essas situações com as quais V. Exa. está preocupado, muito corretamente.

Sobre a questão do caixa 2, o Governo Federal apresentou – e nenhum outro fez antes – um projeto de lei criminalizando de maneira adequada essa conduta, baseado no modelo da Transparência Internacional. Nenhum Governo fez isso antes. Então, isso mostra qual é a posição do Governo em relação a essa matéria. E nós lá... Como Ministro da Justiça, eu posso dizer com muita sinceridade aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras que vou trabalhar para que o projeto seja aprovado. Entretanto, houve alguma reclamação de essa criminalização ser tratada juntamente com o crime organizado, por exemplo. Atentos a essa sensibilidade, nós concordamos em separar, mas isso não muda a iniciativa – que é o fundamental – de apresentar a proposição e trabalhar para que essa proposição seja aprovada.

Eu nunca minimizei a gravidade do caixa 2. Eu só disse: "Olha, é um crime diferente de corrupção". A corrupção tem a contrapartida; um agente público que vende uma facilidade em troca de uma vantagem indevida. É mais grave, de fato, que alguém receba recursos eleitorais não declarados, o que não significa que essa segunda conduta também não seja grave. É grave, mas há diferentes níveis. No fundo é uma estratégia que visa à aprovação dos dois. E o que é importante... Eu gosto muito daquela frase: "O que você defende?" O que a gente defende é que essa conduta seja adequadamente criminalizada.

Senador Esperidião Amin, existe uma série de projetos que nós não relacionamos aqui pela questão do tempo. Nós focalizamos alguns projetos, mas existe um projeto em andamento de *big data*, inteligência artificial dentro do Ministério da Justiça e Segurança Pública cujo objetivo é exatamente de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

buscar a comunicação e a interoperabilidade entre as diversas bases de dados disponíveis dentro do Ministério. E, além disso, um programa de inteligência para se trabalhar com esses dados.

O que nós observamos quando assumimos? Que vários setores do Ministério estavam trabalhando com esses programas com a intenção de criar sistemas de *big data.*

Pois bem, o que nós devemos fazer? Já que é um único Ministério, vamos ter uma iniciativa conjunta nessa área. O nosso objetivo é, na medida do possível, no futuro, compartilhar esse sistema para ele ser utilizado pelas forças de segurança estudais ou distrital, para esses bancos de dados poderem ser acessados. É claro que aí nós temos novamente de definir protocolos de segurança para essa informação. A própria iniciativa de criar esses Centros de Fusão visa exatamente a essa integração, porque não adianta também haver inteligência e um sistema que processa esses dados sem haver os bancos de dados. Então, estamos muito envolvidos nessa área específica.

Estamos preocupados com as questões das comunicações telemáticas criptografadas. Recentemente, até participamos de um evento conjunto com polícias do mundo inteiro, que foi realizado no Ministério. O evento foi chamado de Going Dark, que trata exatamente das dificuldades enfrentadas pelas diversas forças de segurança não só no Brasil, mas no mundo, inclusive nos Estados Unidos – eles têm recursos tecnológicos maiores que os nossos, mas eles também têm dificuldades para acessar esses mecanismos de comunicação criptografada. Esse evento, a gente o chamava pelo sugestivo nome de Going Dark. Nós estamos trabalhando esses temas.

Tivemos reuniões em Davos com diretores de algumas dessas empresas de tecnologia para discutir esse problema da dificuldade em acompanhar... É claro que nós não podemos devassar a esfera privada do cidadão, que tem que ser protegido da intromissão indevida do Estado. No entanto, quando há uma investigação criminal com causa provável, quando é um crime, vamos dizer assim, dentro de um catálogo sério, como, por exemplo, um sequestro, é importante que os agentes policiais, com as devidas autorizações legais e judiciais, possam ter acesso a essas bases de dados.

Nós temos um projeto também de que não tratei aqui e que nós chamamos, não de maneira jocosa, mas de maneira ilustrativa, de projeto séptico, para tratar do problema da corrupção em sistemas de controle na esfera policial. A grande maioria dos policiais, quase a totalidade, é honesta e cumpre, com muito sacrifício, as suas funções. Acho até que a profissão deveria ser mais valorizada no Brasil. Nós assistimos... É muito comum nos Estados Unidos eles serem tratados até com reverência; enquanto isso, no Brasil, são muitas vezes desqualificados esses profissionais, no sentido de não serem valorizados como deveriam ser pela comunidade. Mas existem aqueles que se desviam, como em toda corporação, como na Justiça, como na política, como no Executivo.

Nós precisamos tratar do problema da corrupção nas polícias. Nós não temos, porém, ainda um diagnóstico no Ministério. Não é que nós não o temos, mas é que não se tem, não se tinha um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

diagnóstico. Mas nós queremos construir um diagnóstico do que existe em matéria de controle interno e de correição nas polícias estaduais e nas polícias federais, para que nós possamos estudar esses modelos e buscar o seu aprimoramento. Há um assessor em um cargo elevado que foi nomeado com esse objetivo específico. Ele não vai fazer mais nada; a importância da função dele é fazer isso. Assim também se dá na questão do *big data*: eu tenho um assessor direto do Ministro, e a função específica dele é tratar dessa área da tecnologia, porque nós sabemos que isso é importante, é relevante.

O bloqueio de celular. Nós criamos um grupo de trabalho, Senador – eu não posso dar respostas definitivas –, para estudar as melhores estratégias para resolver esse problema. O bloqueio do celular pelas operadoras pode ser que seja a melhor alternativa. Nós não podemos afirmar isso com certeza. Normalmente, colocam alguns empecilhos tecnológicos que acabam afetando determinadas áreas; e eventualmente podem ter alternativas menos dispendiosas.

Nós não temos celulares nos presídios federais. Há um controle rigoroso da entrada. Então, talvez haja soluções menos custosas. Enfim, nós criamos um grupo de trabalho dentro do Ministério para em um prazo não muito longo nos apresentarem um diagnóstico do que tem funcionado e do que não tem funcionado, e as melhores alternativas nessa área.

Para a separação de criminoso organizado e os outros, vamos destacar aqui que dentro do projeto de lei existe uma previsão, que eu acho muito importante, que diz o seguinte, que se você é condenado por organização criminosa violenta, armada, e se você se mantém vinculado a essa organização, você não progride de regime de cumprimento de pena.

A ideia aqui é mandar uma mensagem clara de que a escolha em permanecer faccionado após uma condenação criminal tem uma consequência óbvia: você não tem benefícios prisionais. Qual é a ideia? Não é permanecerem essas pessoas mais presas durante a maior parte do tempo, mas, sim, mandar um alerta: olha, você tem de fazer uma escolha. Se você quer benefícios, a gente não quer, por outro lado, soltar prematuramente um soldado do crime organizado.

(*Soa a campainha.*)

O SR. SERGIO FERNANDO MORO – Rapidamente aqui.

A questão do Senador Rogério Carvalho.

Concordo em parte com as suas colocações, Senador. Acho que falta muito o problema da aplicação. Talvez a grande falha das nossas alterações legislativas pretéritas... Há alterações pretéritas muito boas, mas o problema é de aplicação. E aí vem na esteira do que nós falamos sobre o projeto: trazer mecanismos de investigação eficazes e por outro lado cuidar de pontos de estrangulamento da legislação processual. De fato, não adianta nada elevar penas quando o processo não chega ao fim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, precisamos ter um processo penal que funcione. O projeto cuida diretamente disso em crimes julgados pelo júri e no caso da execução em segunda instância.

Por outro lado, não se ignora que muitas vezes situações de degradação social e econômica podem – vamos dizer assim – fornecer ambientes propícios à violência. Nisso entra a nossa proposição do projeto de redução da criminalidade em áreas de grande violência, em que nós queremos ter uma ação concertada, nesses cinco Municípios como projeto-piloto, de ações de forças de segurança juntamente com ações de cunho social e urbanístico. Acho que uma ação integrada pode apresentar excelentes resultados. Também em experiências do exterior e mesmo aqui, locais, isso se observou.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Sr. Ministro.

Antes de passar à réplica, eu gostaria apenas de um esclarecimento. Aí à deliberação do Plenário que como sempre é soberano. Nós temos 30 senhores... Para ser exata, 29. Vamos arredondar para 30 oradores inscritos.

Eu disse que, antes da réplica, eu gostaria apenas de fazer uma intervenção, porque há uma sinalização de alguns colegas aqui para mim, não no microfone, mas foram...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Esse primeiro bloco já levou 40 minutos. Temos mais...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – É... Um deles é o Líder, aqui, do Governo.

Nós temos... Antes de passar à réplica: nós temos aqui 29 oradores inscritos. Arredondando, são 30. Numa média de cinco minutos, sem réplica, só de perguntas, são duas horas. Teríamos, em princípio, o mesmo tempo para o Ministro: mais duras horas. Seriam quatro horas, fora as réplicas.

Então, só justificando: foram apenas quatro Senadores, mas foram feitas quase 15 perguntas. Eu não tenho como não dar no mínimo um minuto para cada resposta do Ministro. Então, nós podemos entrar aqui num acordo: depois das réplicas, os demais Senadores têm o tempo de cinco minutos – é direito constitucional –, mas, às vezes, limitariam as perguntas, para que o Ministro possa ser mais célere. O Ministro seria mais rápido. Nós, Senadores, teríamos o nosso tempo, mas o Ministro seria mais conciso nas suas respostas.

Para isso, eu pediria a gentileza dos colegas: se puderem, aí, nas perguntas que forem repetitivas, não as fazerem, e focar em perguntas mais específicas, do interesse de cada um.

Aqui estou atendendo à demanda e à solicitação de vários Senadores que estão aqui dentro do processo...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – A sugestão, Presidenta, se a senhora me permitir – com a concordância, é claro, do Plenário –, é que se reduza o tempo das perguntas, porque, aí, se restringiria a uma ou duas. Então, em vez de serem cinco minutos, seriam três minutos, e o Ministro teria dez para responder a cada bloco.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – É, a cada bloco o Ministro responderia a dez, é com isso que nós estamos concordando aqui. Eu só não posso restringir o tempo de fala dos Senadores, apenas fazer um apelo para que falem o que quiserem, no tempo de cinco minutos, mas restrinjam as perguntas. Com isso, eu tenho certeza de que nós seremos mais rápidos.

E também as réplicas, apenas naquilo, realmente, de forma muito objetiva, que não foi atendido na fala com o Ministro.

Com a palavra, pela ordem, Senador Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – É mais do que objetivo.

Tanto o Senador Rogério... (*Fora do microfone.*)

... quanto eu falamos sobre a população carcerária sem julgamento. Ele até foi muito mais preciso do que eu. Eu falei entre 30 e 40%. Ele falou: "35%".

Isso exige uma medida de tratamento diferenciado, porque nós não vamos construir um terço ou 40% de vagas num período de quatro anos. Então, qual é a providência cabível para isso?

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Senador Amin, apenas para esclarecimento, só estou aqui levando em consideração uma questão procedimental. De forma alguma estamos entrando no mérito da fala nem das perguntas dos colegas. Apenas a título de esclarecimento.

Vamos, portanto, às réplicas, na ordem...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O tópico...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sim.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Só um tópico que não foi abordado.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Na réplica, agora, já que o Senador Amin já fez uma solicitação, Senador Lasier, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com objetividade.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS. Para interpelar Ministro.) – Já percebemos que o Ministro é bastante objetivo nas suas respostas. Isso facilita.

Ministro Sergio Moro, eu gostaria que V. Exa. completasse respostas com relação à minha primeira pergunta, em dois itens: um se chama corrupção e o outro significa demora.

Com relação à corrupção, há uma cogitação, veiculada pela imprensa, de que alguns Deputados estariam solicitando que V. Exa. retirasse da urgência do debate o item da corrupção, para agir mais rápido com a discussão do projeto do anticrime.

V. Exa. aceitaria retirar exatamente aquela grande causa da sua gestão como magistrado, que foi o combate à corrupção?

E com relação à demora: já que há argumentos de que é impossível simultaneamente a Câmara discutir a previdência e o anticrime.

Uma colega nossa do Senado, Eliziane Gama, segundo a imprensa...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – ... cogitou fazer um acordo com a Câmara, seria regimentalmente possível a Câmara debater lá a previdência e nós aqui no Senado, nesta primeira metade do ano, debateríamos o anticrime. Se isso é possível e se V. Exa. teria interesse nesta solução.

Era isso.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – O Senador Amin também já fez a sua réplica. Não temos mais réplicas...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - RJ) – Só uma questão de ordem, Presidente, rapidamente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Assim que o Ministro... Pode ser, Senador Flávio? Assim que o Ministro responder a esta seção. Nós pediríamos, se puder, em dois ou três minutos responder às duas réplicas, por favor, Ministro.

O SR. SERGIO FERNANDO MORO – Senador Lasier – até peço desculpas aos demais, porque são várias perguntas e às vezes a gente perde algumas anotações –, nenhum Deputado ou Deputada me solicitou a retirada das provisões da corrupção do projeto. Eu – particularmente, se houvesse uma solicitação dessa espécie– jamais concordaria. Acho que os três temas estão relacionados, aí eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

preferiria tirar o projeto. Eu acho que, enfim, é preciso dar uma resposta aos anseios da sociedade em relação a esses três problemas em conjunto.

A questão da demora. Olha, o desejo do Governo – e o meu é particular – é de que seja isso deliberado o quanto antes, votado, aprimorado pela Câmara. Houve opção por um procedimento pelo Presidente Rodrigo Maia, se o Senado construir, juntamente com a Câmera com o aval do Presidente Rodrigo Maia, um procedimento diferenciado, evidentemente eu não teria nada a opor em relação a isso. Mas se tem que tomar toda aquela cautela para evitar ruídos desnecessários nesse procedimento.

A questão do Senador Esperidião Amin. As estatísticas não são muito boas no Brasil em matéria da população prisional. Muitas vezes se tem essa informação do preso provisório, mas não se tem corretamente como saber se é um preso provisório sem condenação transitada em julgado ou se ele já tem alguma condenação. A resposta mais simples seria, vamos dizer assim, soltar quem não foi julgado em um determinado período de tempo. Mas isso já é jurisprudência das cortes de Justiça. Então, isso cabe às cortes de Justiça avaliarem.

(*Soa a campainha.*)

O SR. SERGIO FERNANDO MORO – O que acontece muitas vezes são prisões preventivas por crimes graves e que, embora o julgamento demore, os tribunais não se sentem à vontade para colocar pessoas às vezes acusadas de crimes graves em liberdade. Em geral, o que eu vejo dos juízes – claro que há casos mais ou menos patológicos de excessos, por exemplo, decretou a prisão preventiva de alguém responsável por um pequeno furto –, a grande regra, a regra geral é que essas prisões por crimes pequenos não são tão comuns. Em geral, as prisões preventivas os juízes reservam para aquela criminalidade mais grave. Eu acho que não resolve o problema a simples colocação delas em liberdade. Então, tem-se que acelerar os julgamentos para evitar a prisão em excesso, e, por outro lado, nós temos realmente que enfrentar a necessidade de ampliação das vagas dentro do sistema prisional.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Pergunto se há alguma tréplica. (*Pausa.*)

Muito obrigada.

Passando ao segundo bloco, na ordem, Senador Marcos do Val, Eliziane Gama, Humberto Costa e Mecias de Jesus.

Com a palavra, Senador...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - RJ) – Presidente, só uma questão de ordem rapidamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Ah, desculpe-me!

Com a palavra, para questão de ordem.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - RJ. Para questão de ordem.) – É para uma questão procedimental.

Bom dia!

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Bom dia!

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - RJ) – É óbvio, com a concordância da maioria, o procedimento de botar uma réplica vai ficar extremamente maçante, na verdade, está abrindo outro turno para novas perguntas. Eu acho que, com tantos Senadores inscritos, dificilmente alguma questão não vai ser aprofundada, caso tenha ficado alguma dúvida em relação à pergunta anterior. Se V. Exa. puder submeter ao Plenário... Porque vai ficar muito maçante. Imagine o 29º, quando for falar, já estará na hora do Plenário.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu perguntaria aos membros se concordam com que a réplica servisse apenas em 30 segundos para algum esclarecimento, caso o Ministro não tenha sido completo na sua resposta. Podemos proceder desta forma, como sugestão na questão de ordem do Senador Flávio Bolsonaro? (*Pausa.*)

Não havendo, portanto, objeção, está aprovado este procedimento: a réplica, portanto, será de 30 segundos apenas e no caso em que o Senador não se sentir completo na resposta dada pelo Ministro.

Com a palavra o Senador Marcos do Val, por cinco minutos.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - ES. Para interpelar Ministro.) – Bom, obrigada, Presidente, pela oportunidade.

Também dou os parabéns para o Sergio Moro, Ministro, por abrir mão da carreira de muito tempo, de notoriedade para estar aqui nessa função.

Bom, vou me apresentar rapidamente. Sou Senador pelo Espírito Santo. É a minha primeira experiência no mundo legislativo. Tenho 20 anos de carreira e, nesses 20 anos, dando aula para policiais no Brasil, nos Estado Unidos e na Europa, entre esses policiais, a polícia da Swat, que é a unidade de elite americana; o grupo antiterror da Nasa; e a segurança do Papa no Vaticano. Com essa experiência profissional que os capixabas me colocaram aqui para representar o Estado no Senado.

Bom, eu queria só colocar algumas... quebrar alguns tabus. A gente sempre fala no Brasil que quanto mais escolas são construídas, menos presídios são necessários. Eu queria só colocar isto: isso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não é uma verdade, porque nós temos como exemplo aí os Estados Unidos, em que estou há 20 anos, e nós temos lá escola para todo mundo, não falta escola para ninguém; nós temos trabalho para todo mundo, até quem está ilegal tem emprego nos Estados Unidos; e temos a maior população carcerária do Planeta.

Então, nós temos que quebrar esse tabu no Brasil, porque o Executivo acredita que, se construir presídios, novas celas, terá sido incompetente na geração de empregos e na abertura de escolas. Nós temos, na sociedade brasileira, que acabar com esse tabu, porque uma coisa não é ligada a outra. Em relação a quem decide cometer crime, uma porcentagem muito pequena foi por falta de oportunidade, a grande maioria é por que quis os caminhos mais fáceis. Então, esse é o primeiro tabu.

Segundo. Sobre a posse de armas. Eu queria fazer um desafio aqui para aqueles que discordam da posse de armas, para que pudessem botar na frente da sua casa uma placa escrito: "Aqui, nós somos contra a posse de armas". Porque, na minha casa, há uma placa escrito: "Aqui nós possuímos armas e somos capacitados a utilizá-las". E eu queria colocar, só para vocês poderem entender: o assaltante, o criminoso, quando passar pela minha casa e passar pela casa do vizinho que colocou a placa lá de que é contra a arma, com toda a certeza, eu não precisaria nem responder para vocês, ele irá optar por invadir a casa de quem estiver desarmado, e não a casa de quem estiver armado.

A pergunta clara que nós poderíamos fazer é que, dentro desta sala, se todo mundo estiver aqui armado, e, na sala do lado, tudo mundo estiver desarmado: o criminoso vai escolher qual sala para invadir? Então, a posse de armas é nosso direito de proteção da nossa vida e da vida da nossa família, assim como é exigido que haja um extintor de incêndio nas nossas residências, porque não há como existir um corpo de bombeiro, um bombeiro militar em todas as portas das casas no Brasil. Esse é um ponto.

O outro. Eu queria colocar o seguinte fato, Ministro: nós temos aí essa questão da corrupção, da prisão em segunda instância. Como o senhor falou, nos Estados Unidos, ele já é preso na primeira instância.

O que me preocupa é que muitos Parlamentares – não digo muitos, mas há uma quantidade expressiva de Parlamentares que já foram acusados e estão na segunda instância. Como o senhor pretende, qual é a estratégia do Governo em fazer com que isso seja votado aqui para que a gente possa, então, ter uma Justiça igualitária para todos? Porque, infelizmente, dentro dos que estão aqui para votar a favor disso, nós temos uma quantidade que está já condenada em segunda instância. Então, eu queria saber o que o Executivo, o que o Governo pretende fazer para que a gente possa ajudar – nós os novos, que estamos chegando e que queremos fazer nesta Casa e nesta política uma nova forma, contribuindo para o brasileiro, que tanto está desejando essa questão da preservação da vida.

Basicamente, era isso que eu gostaria de falar para não estender as perguntas...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - ES) – ... e dizer aqui da minha admiração pelo seu trabalho e por tudo que V. Exa. tem feito.

Obrigado, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Senador Marcos, inclusive por colaborar com o tempo.

Senadora Eliziane.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA. Para interpelar Ministro.) – Sra. Presidente, Sr. Ministro da Justiça, Moro, inicialmente, eu queria cumprimentá-lo e dizer da minha satisfação em estar aqui com o senhor e trazer, logo de início, Ministro, a temática que foi colocada pelo Senador Lasier, na tréplica, a que V. Exa. acabou não respondendo, que é referente a um pleito que nós levantamos acerca do debate do pacote anticrime pelo Senado.

Sem querer aqui entrar nos debates de mérito do ponto de vista político, nós sabemos que a questão da segurança pública é hoje uma necessidade nacional. Nós temos dois temas para o Brasil hoje que são a previdência e a segurança pública. E o seu projeto é extremamente importante. Eu tenho algumas reservas em relação a alguns pontos, mas entendo ser necessário que o Senado assuma esse debate. Nós já conversamos com alguns Senadores. Inclusive, hoje mesmo, já fizemos contato para que venhamos a aprofundar esse debate com a Câmara, a partir do seu Presidente, para que nós possamos apresentar o projeto, naturalmente como iniciativa daqui, mas levando em consideração todos os pontos da sua iniciativa, mesmo aqueles de que nós discordamos, e que, a partir deles, possamos abrir esse debate e evoluir para apresentar uma proposta para o País.

Eu queria saber de V. Exa. qual é o entendimento acerca disso e se seria uma alternativa importante para este momento, já que o Brasil tem pressa. O Brasil não pode perder tempo. Nós não podemos simplesmente ficar acompanhando mais dados e números apresentados por todos os órgãos nacionais no que se refere à questão do crime organizado, ao narcotráfico e à corrupção, sem darmos uma resposta à altura para a sociedade brasileira.

Ao mesmo tempo, eu queria aqui trazer dois pontos sobre os quais o PPS tem um entendimento divergente do ponto de vista formal, no que se refere à questão da aplicação da pena – digamos assim – ou do processo legislativo, que são referentes, Ministro, à questão da prisão em segunda instância. Nós, inclusive, na Câmara dos Deputados, através de um projeto de um colega do PPS, já apresentamos uma PEC que vem exatamente com o objetivo de restringir, por exemplo, o alcance do princípio da presunção da inocência, e deixa muito mais claro, porque, se nós tivermos, por exemplo, uma mudança do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

entendimento da Ministra Rosa Weber, nós teremos toda uma mudança no que se refere à decisão da Suprema Corte com relação ao assunto prisão em segunda instância.

No mesmo quesito também – e aí na mesma lógica, digamos assim –, nós temos o que vem no seu projeto de lei complementar que é referente à questão do encaminhamento dos crimes comuns para a Justiça comum, mesmo com alguma relação com crimes eleitorais. Nós apresentamos uma PEC aqui, no Senado, para dar muito mais clareza e evitar o que no meu entendimento é uma grave insegurança jurídica, se não tivermos clareza. E só teremos isso não como uma medida infraconstitucional, no nosso entendimento, mas com uma PEC, uma proposta de emenda à Constituição.

Outro ponto é referente à questão da legítima defesa. É um ponto de que eu, particularmente, divirjo. E me preocupa muito, no que se refere ao projeto, a questão, no meu entendimento, de uma posição muito mais ampla e superficial, que é a questão da violenta emoção. Isso me traz uma preocupação porque nós poderemos trazer de volta, ressuscitar o quesito da legítima defesa da honra, de que aliás muitas mulheres do Brasil acabam sendo vítimas, sobretudo quando temos hoje o debate da posse de arma, já assegurada por decisão presidencial, e evoluindo inclusive para o porte de arma.

Nós temos, por exemplo, dados do Estatuto do Desarmamento, que acabou reduzindo a quantidade de mortes por armas de fogo. Ou seja, se temos mais armas em casa, se temos mais armas em circulação, no meu entendimento, poderemos ter muito mais mortes com armas de fogo e numa situação como essa... Aliás, não é apenas para o agente policial, mas para todos.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Então, imagina... Eu particularmente sou contrária em relação ao policial que tem preparo para isso, imagina quem não tem preparo para questões dessa natureza.

Por fim, Ministro, é referente à questão do seu projeto. Eu não vi, por exemplo, preocupação no que se refere à questão da ressocialização. Já foi colocado aqui por vários colegas que temos uma população carcerária imensa no Brasil, que, a cada dia, aumenta. Inclusive, o Presidente chegou a colocar a possibilidade de construção de novos presídios.

A gente sabe que a ressocialização passa uma situação intersetorial, que envolve inclusive educação. Por exemplo, no meu Estado, o Governador fez várias interferências na área da educação, e tivemos uma redução drástica no que se refere à violência. São Luís, a capital do Maranhão, estava entre as 50 capitais mais violentas do mundo. Não está mais por conta dessa ação intersetorial. E não consegui ver isso, especificamente na prioridade orçamentária.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Já finalizando, Sr. Presidente, sem orçamento a gente não vai conseguir dar prioridade, sobretudo no combate às drogas e no envolvimento da nossa juventude, que hoje é a principal vítima das drogas no Brasil.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada.

Com a palavra o Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para interpelar Ministro.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, Sr. Ministro...

Deixe-me só pedir à moça que está na minha frente que me dê licença, para eu poder... Sem problema!

Sr. Ministro, eu quero primeiro falar sobre o Estatuto do Desarmamento. No Brasil, as estatísticas mostram que mais de 60 mil pessoas são vítimas de homicídio e mais de 70% desses homicídios são praticados com armas de fogo. O Governo que V. Exa. aqui representa baixou um decreto flexibilizando a posse de armas. Isso, no meu ponto de vista, tem uma contradição com o fato de que, após a implementação do Estatuto do Desarmamento, como disse a própria Senadora Eliziane, nós tivemos uma redução do número de mortes violentas no Brasil.

Eu quero, primeiro, perguntar a V. Exa. qual foi o estudo que embasou a decisão do Governo para flexibilizar o Estatuto do Desarmamento? Qual a evidência científica que o Governo apresenta de que essa flexibilização vai reduzir o número de homicídios por arma de fogo e também não aumentar o caso de feminicídios no nosso País?

Minha segunda pergunta diz respeito ao pacote anticrime, que, a meu ver, introduz novos tipos penais, promove o aumento de penas, dificulta a progressão de penas, ou seja, é um projeto que está diretamente vinculado a uma política de ampliação do encarceramento no País, que é hoje algo questionado. O Brasil tem a terceira população carcerária do mundo. Não seria o caso de incluir nesse projeto, pelo menos no que diz respeito à lei sobre drogas, uma clara definição de quantidades que possam caracterizar o traficante e o usuário? Com isso, nós reduziríamos o encarceramento no nosso País de pequenos aviões – eu nem diria aviões ou pequenos traficantes – ou de usuários, que é o que acontece hoje no nosso País.

Outro ponto relativo ao pacote anticrime é a licença para matar que o pacote dá quando fala de legítima defesa para o agente policial em situações em que há um iminente risco de conflito armado, como se ele tivesse a capacidade de adivinhar se vai haver ali um conflito armado ou não, ou, então, se ele for dominado por forte emoção. Isso vai contra, inclusive, o posicionamento do Conselho Nacional dos Chefes de Polícia Civil, do Conselho Superior de Justiça, de várias polícias que aboliram o termo e a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

prática do auto de resistência ou da resistência seguida de morte, o que, muitas vezes, abre espaço para que grupos de extermínio se escondam por trás desses argumentos para matar. Acho que esse pacote permite, dá essa licença para matar, num País onde temos a polícia que mais mata e que mais morre. Então, eu também questiono isso, se isso tem fundamento científico. Isso está embasado em quê?

(*Soa a campainha.*)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O terceiro ponto que eu ressalto é: V. Exa. fala muito que a corrupção é responsável por retirar bilhões de reais de recursos públicos, e isso é verdade. Mas não seria o caso de V. Exa. colocar no pacote também outro problema que retira muito mais recursos públicos do País, que é a sonegação? Tantos são os admiradores do Governo dos Estados Unidos neste Governo que poderiam, num pacote como esse, incluir a temática da sonegação, que retira duas vezes e meia o que a corrupção retira de recursos públicos!

Por último, eu queria perguntar a V. Exa.: o que é que justifica o Ministro da Justiça do Brasil e o Presidente da República fazerem, durante uma visita oficial aos Estados Unidos, uma visita à CIA, um órgão de espionagem...

(*Soa a campainha.*)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... responsável, em parte, pelo golpe de 1964 e, portanto, por outros golpes realizados no mundo?

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Senador.

O último deste bloco é o Senador Mecias de Jesus.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR. Para interpelar Ministro.) – Sra. Presidente Simone, Sr. Vice-Presidente Jorginho, Sr. Ministro Sergio Moro, caros colegas desta Comissão, amigos da imprensa.

Sra. Presidente, tendo em vista já o narrado aqui, de o tempo ser reduzido, eu quero falar de crime também, mas de um crime mais especificamente contra o meu Estado de Roraima, Ministro Sergio Moro. E vou fazer uma pergunta, mas ao mesmo tempo um pedido de ajuda a V. Exa., porque o art. 5º da Constituição Federal que fala do direito de ir e vir do povo brasileiro, de se locomover dentro do seu Estado, não é respeitado em Roraima. Nós temos uma corrente, lá no Município de Rorainópolis, no Jundiá, e quando se adentra a Reserva Indígena Waimiri-Atroari, essa corrente é fechada por um indígena às 18h e só reabre às 6h da manhã do dia seguinte, proibindo-se, ali naquela estrada, o único

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acesso que nós temos, no Estado de Roraima, via terrestre, a qualquer outro local do Brasil. É na BR-174, que liga Roraima ao Amazonas. Isso se dá todos os dias, de segunda a segunda, das 18h às 6h da manhã. Ficamos impossibilitados de entrar e sair.

Eu queria fazer a seguinte interrogação. A Polícia Rodoviária Federal é responsável pelo patrulhamento ostensivo das rodovias federais, cabendo a ela, segundo o Código de Trânsito Brasileiro, assegurar a livre circulação nas rodovias federais, art. 20 inciso VI. No meu Estado de Roraima, como já disse, vivemos situação peculiar da BR-174, que liga Boa Vista a Manaus. Em trecho que passa pela Reserva Indígena Waimiri-Atroari, a rodovia é fechada pelos índios diariamente, nos horários das 18h às 6h da manhã; somente é permitido o trânsito de ônibus e veículos autorizados pelo próprio indígena ali de plantão. Esse bloqueio, ao nosso ver, é absolutamente irregular, inclusive porque o decreto de demarcação da terra indígena excluiu dela a faixa de domínio da BR-174, o Decreto nº 97.837, de 1989.

Gostaria de perguntar a V. Exa. qual a diretriz de atuação da Polícia Rodoviária Federal em situações como essa, nas quais a rodovia federal atravessa reserva indígena, tendo em vista o direito de ir e vir de todos os cidadãos brasileiros e a competência da Polícia Rodoviária Federal de garantir a livre circulação nas rodovias?

Digo isso, Sr. Ministro, porque também não há nenhum ato a ser combatido juridicamente. Não há uma resolução, não há um decreto, não há uma lei que diga que aquela corrente tem que ser atravessada. Ou seja, nós estamos ali ao bel sabor de que às 18h um indígena vai lá e fecha uma corrente; e o povo de Roraima não pode mais sair de Roraima nem o povo do Amazonas pode sair do Amazonas no sentido de Roraima.

Isso também ao meu ver é crime. Sinto-me contemplado com as perguntas dos colegas Senadores, que as fizeram anteriormente, mas gostaria muito que V. Exa. se manifestasse nesse sentido.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Senador Mecias.

Com a palavra o Ministro. Vou, a princípio, dar um tempo de dez minutos; se houver necessidade de complementação, nós daremos o tempo necessário.

O SR. SERGIO FERNANDO MORO – Obrigado, Senadora.

Senador Marcos do Val, eu agradeço as considerações gentis. De fato, V. Exa. tem razão. Não existe uma correlação entre pobreza e crime. Nós temos aí inclusive o crime de colarinho branco, que é uma prova cabal de que não existe correlação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, eventualmente, áreas degradadas podem ser, vamos dizer, utilizadas por criminosos inescrupulosos. Isso facilita o domínio deles sobre essas áreas territoriais degradadas. Então, acho que é importante, muitas vezes, uma atuação conjunta de política social, urbanística, e política de segurança.

É um equívoco – não foi isso que V. Exa. disse, e concordo com V. Exa. – pensar, porém, que só políticas sociais e econômicas resolvem o problema. Não. É importante retirar criminosos de circulação. Que eles paguem pelos seus crimes. Quem são mais afetadas, inclusive, por esses criminosos, muitas vezes, são comunidades vulneráveis, às vezes os mais pobres ou os de mais baixa renda.

Quanto à questão da posse de armas – e aqui também adianto uma resposta a uma pergunta que foi feita pelo Senador Humberto Costa –, o Presidente Jair Bolsonaro foi eleito, e ele havia feito essa promessa de flexibilização do Estatuto do Desarmamento. Foi o resultado das eleições, e ele cumpre uma promessa presidencial.

Houve uma flexibilização por decreto bastante ponderada. Tanto, que isso levou a críticas tanto daqueles que eram favoráveis a uma flexibilização maior como daqueles que eram contrários a qualquer flexibilização.

Tratou-se apenas de posse de arma em residência e de posse de arma não de uso restrito, mas a posse de arma regular.

Então, não há um grande incremento na circulação de armas no País, mas houve um atendimento de anseios de pessoas que, muitas vezes, se sentem mais protegidas tendo a posse de uma arma de fogo em casa.

É uma posição razoável. Eu acho que tem que se respeitar a posição dessas pessoas, essas ansiedades. Ainda que muitos não queiram ter, alguns querem, muitos querem, e foi uma resposta a esse tipo de solicitação.

Quanto à estratégia de diálogo em segunda instância, a política, os Senadores e as Senadoras sabem muito melhor do que eu, é a arte do diálogo e da busca de consensos. O Governo vai dialogar, o Ministério da Justiça vai dialogar. Nós temos recebido frequentemente vários Parlamentares, nós temos conversado amplamente... Estamos absolutamente abertos a discutir essas questões.

O que eu acho é que a questão da segunda instância é um passo fundamental. Então, amanhã, um dos Srs. Senadores ou das Sras. Senadoras apresenta lá um projeto para elevação da pena do crime de pedofilia. Não adianta nada. Se o sistema não funcionar, não adianta nada. Aumenta a pena do crime de terrorismo. Não adianta nada. Se não resolver o ponto de estrangulamento, o que nós vamos ter é o que nós tivemos nos últimos anos: incremento de pena pontual na legislação material, sem que isso implique uma aplicação mais efetiva da lei penal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concordo absolutamente com aquele famoso filósofo italiano, muito citado na área criminal, que é o Beccaria, e o Beccaria diz que o mais eficiente é a certeza da punição. E o nosso sistema peca pela incerteza da punição, porque ele é manipulado por essas situações de pontos de estrangulamento.

Então, eu acho que os Parlamentares vão ser sensíveis a essas ponderações.

A Senadora Eliziane... Eu acho que eu tinha respondido ali. Não sei se eu fui muito claro. Mas, assim, a minha posição é que nós temos que respeitar a Câmara e o seu Presidente.

Se o Senado conseguir um o.k., podemos prosseguir aqui pelo Senado. Eu não tenho nenhuma objeção. A minha posição, em particular, é de que eu gostaria de vê-lo – como qualquer pessoa que apresenta um projeto ou como parte de um governo que apresenta um projeto – ser discutindo, debatido e, se possível, se convencidos os Parlamentares, aprovado o mais rápido possível, com aprimoramentos totais ou parciais. Mas eu acho que essa questão deveria ser levada, então, pelos Senadores ao Presidente da Câmara porque, aprovado aqui, ele tem que voltar para lá também, para não gerar nenhum estremecimento.

A questão do crime eleitoral, o crime comum.

Foi apresentado entre os projetos o PLP 38, de 2019, que resolve o problema: separa crime eleitoral do crime comum, para fins de processo e julgamento. Está na Câmara.

Eu acho que não é necessária uma emenda constitucional, porque o Supremo Tribunal Federal... Eu divergi respeitosamente do entendimento, mas é uma interpretação da lei, e não da Constituição. Então, basta a modificação da lei. E isso não tem nenhuma afronta ao Supremo. É uma possibilidade de o Congresso rever as decisões do Supremo, alterando uma lei que foi interpretada. Isso é algo absolutamente normal.

Eu não acho – aqui também me sirvo, para adiantar a resposta ao Senador Humberto Costa – que essas previsões relativas à legítima defesa representem qualquer espécie de um risco maior de se interpretar isso como uma licença para matar. São previsões muito específicas – eu sei que a Senadora não utilizou essas palavras, mas aproveitando para responder em conjunto. A situação do excesso surgiria apenas após caracterizada uma situação de legítima defesa. Essa figura de legítima defesa da honra é algo que não tem forma nem figura na nossa legislação. Não existe – embora tenha sido aventada no passado.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Eu coloquei apenas como um temor.

O SR. SERGIO FERNANDO MORO – Não, exatamente. Eu estou querendo explicar porque eu acho que não existe esse risco. Não existe uma possibilidade, por exemplo, de uma mulher ser morta pelo seu cônjuge baseado na violenta emoção e seja aplicável este dispositivo, porque não haveria uma situação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de legítima defesa. Ao contrário: o que poderia eventualmente acontecer é a mulher ser atacada pelo marido, e a mulher, reagindo eventualmente, cometer algum excesso e não vir a ser condenada como uma homicida, por conta de ter agido sob a questão da violenta emoção. Então, não é essa a intenção da legislação, pelo contrário.

Eu tenho sempre falado publicamente, muito claramente, que não é licença para matar. E, nas situações em que não houver legítima defesa e houver homicídios ou feminicídios, o que o projeto apresenta é o contrário, é o rigor. Nós queremos que a pena seja aplicada a partir do julgamento do Tribunal do Júri, além de incrementar os meios de investigação.

A questão da ressocialização.

Não está no projeto porque eu acho que não depende de lei. São políticas executivas.

Nesse projeto que nós temos, de redução da criminalidade em áreas violentas, uma das ideias, em especial, é nós trabalharmos esses projetos de ressocialização da população carcerária que exista no local ou, ainda que não haja presídios no local, que nós tenhamos programas de atendimento ao egresso. Acho importante, realmente, para que não exista volta ao sistema.

Do Senador Humberto Costa, aqui rapidamente, eu já adiantei algumas respostas.

Não há licença para matar. A questão do confronto.

Ninguém defende uma política de confronto. Não é essa a ideia da segurança pública, botar policiais e criminosos resolvendo conflitos a tiros. Agora, os conflitos podem ocorrer. Em eles ocorrendo, eles têm que ter um regramento jurídico adequado. Não acho que um policial, por exemplo, deve esperar levar um tiro de fuzil para daí poder começar a pensar em reagir. Então, o que se coloca como uma situação de iminente risco é a possibilidade...

(*Soa a campainha.*)

O SR. SERGIO FERNANDO MORO – ... de ele agir preventivamente, tanto para protegê-lo ou a um terceiro contra uma iminente agressão, mas, de nenhuma forma, ele provocar, ser um agente provocador dessas agressões, fora nessa situação de específico risco.

O projeto foca na criminalidade mais grave. Não é mera política de encarceramento.

A questão da CIA, falando muito rapidamente, foi para discutir... Eles têm informações de inteligência sobre, principalmente, questões relacionadas a terrorismo. Essa é uma preocupação mundial. É uma visita absolutamente normal, não existe nenhum problema em relação a isso.

A questão colocada pelo Senador...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador, não estou tão familiarizado em relação a esse problema. Parece-me que não é algo relacionado diretamente à minha pasta, porque imagino que exista alguma regra que impeça a utilização dessa via nesses horários específicos. Nós temos que identificar então, essa regra, se ela existe, qual é o órgão responsável e, eventualmente, buscar a modificação com negociação também com a população indígena, se essa é uma área de reserva indígena.

Compreendo a angústia de não poder utilizar essa rodovia nesses períodos, mas nós temos que identificar melhor, fazer um diagnóstico melhor do problema, para podemos encaminhar uma solução. Eu peço escusas, mas eu fico devendo uma resposta mais determinada.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Ministro.

Na ordem, pergunto se há réplica, lembrando que são apenas 30 segundos e para esclarecimento de questões que não foram completamente respondidas pelo Ministro.

Na ordem, então, Senador Marcos do Val.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - ES) – Obrigado.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Pode falar a ordem dos Senadores?

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - ES) – Eu vou, eu vou...

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Presidente, apenas um esclarecimento: a A ordem dos Senadores, apenas para nós nos programarmos...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sim. Posso só terminar, por favor?

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Perfeito.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Terminando as réplicas – eu acho que V. Exa. tem razão –, eu vou passar...

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Perfeito.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... à leitura da ordem.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Agradeço.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Assim que acabarem as réplicas. Por favor.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - ES) – Bom, é só para esclarecimento, até dando continuidade à fala do Ministro.

O desarmamento, no Brasil, só acabou tirando a arma do cidadão de bem; o criminoso continuou armado. Em nenhum lugar do mundo... Isso é uma utopia, achar que uma lei de desarmamento vai desarmar os criminosos. Isso esqueça, porque em nenhuma parte do mundo isso aconteceu. E o cidadão honesto armado, o cidadão de bem armado, é uma força aliada da polícia. Então, quando uma mulher ou até minha vizinha começar a ser agredida ou violentada pelo seu marido, eu estarei lá, intervindo a favor dela.

Então, vamos pensar que o cidadão de bem armado é quase uma porcentagem irrisória de pessoas que tinham a possibilidade, e a eles foi concedida a permissão de uso de arma de fogo, e se envolveram em crime. É quase zero essa estatística, e eu os desafio a buscarem aí, pelo Brasil, quem que teve a permissão de posse e porte e tenha se envolvido em crime.

Então, nós somos uma força aliada da polícia, a primeira intervenção para casos, principalmente, de agressão a mulheres.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Só completando: com a arma em casa, ao invés de o homem agredir, ele pode matar, vai ter o acesso mais próximo à arma.

E, Ministro, sobre a questão da ressocialização... Por exemplo, nós tivemos o Susp, em que tivemos uma série de alterações no fundo penitenciário, o não contingenciamento, o não remanejamento. Quando eu falo disso, é exatamente essa alteração específica do ponto de vista legal. Nós temos o fundo de políticas sobre drogas, em que há um endurecimento, um enrijecimento. A gente não consegue ter acesso ao recurso, porque os Estados acabam não tendo partilha também, sobretudo quando da realização dos leilões, por exemplo, de bens apreendidos de traficantes, por exemplo.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Então, é exatamente neste sentido: como ter acesso a esse recurso e como flexibilizar o acesso a esse recurso público, no que se refere à questão da política sobre drogas?

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Senador Humberto, 30 segundos, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O Ministro não comentou o ponto que eu falei da sonegação.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – E Senador Mecias... Réplica? (*Pausa.*)

Obrigada.

Ministro, se puder responder com muita objetividade, nós agradecemos.

O SR. SERGIO FERNANDO MORO – Perfeito.

A questão da arma, veja, o principal ponto ali foi a discussão do critério da necessidade. A lei estabelecia que só seria concedida a posse se houvesse a demonstração da necessidade, mas em nenhum lugar se falava o que que era necessidade. O que isso significava na prática? Que cabia ao agente policial de balcão decidir. Isso também deixava muita discricionariedade ao agente policial e o risco de um tratamento, vamos dizer assim, arbitrário, eventualmente, em relação a pleitos que tivessem similaridade. Então, o que nós eliminamos basicamente do decreto? Eliminamos não: nós colocamos o que se caracterizaria a necessidade a ser considerada na avaliação desse pedido, porque, realmente, é muito complicado. Mas, assim, quem tinha direito a ter posse antes continua tendo, e houve apenas um aclaramento dessa situação.

A questão do Funad... Nós devemos encaminhar uma medida provisória para acelerar a venda de bens, para incrementar os recursos. Nós também estamos prevendo critérios mais objetivos para repasse dessas verbas para os Estados, inclusive para os órgãos de investigação e repressão que se envolveram na apreensão daqueles bens. Pretendemos resolver isso com mais agilidade.

A questão da sonegação é algo que pode ser enfrentado a qualquer momento pelo Governo ou pelo Congresso. Não foi colocado no projeto porque nós estamos tratando de corrupção, crime organizado e crime violento, que já são, vamos dizer assim, problemas muito graves e que são, na nossa compreensão, os problemas principais que têm que ser enfrentados neste momento. Mas não há nenhum óbice de que isso venha a ser tratado separadamente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Ministro.

Passemos ao próximo bloco e, aqui já, de antemão, dizendo que, às vezes, vai haver uma alteração, porque o Senador que não estiver presente vai para o último local da fila, lembrando que, muitas vezes, o Senador não está presente porque está trabalhando em outras Comissões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, na ordem aqui agora – já tivemos dois titulares do bloco passado –, os próximos inscritos: Prof. Oriovisto, Prof. Angelo Coronel; em seguida, Fernando Bezerra, como suplente, e Jean Paul, como não membro.

O próximo bloco, voltando aos titulares, serão quatro titulares: Senadores Jorginho Mello, Veneziano Vital, Arolde e Elmano. Seria o terceiro bloco.

Em seguida, passemos novamente à ordem: o primeiro suplente, aqui, na ordem: Major Olimpio.

E o último inscrito, como não membro, Alvaro Dias.

Voltando para a ordem dos titulares, Alessandro e Selma.

Em seguida, mais quatro dos titulares: Anastasia, Eduardo Braga, Tasso Jereissati e Rodrigo Pacheco.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – V. Exa. seria o próximo bloco, Senadora Rose. Senadora Rose. Aí entraríamos na suplência: Senador Wellington... Voltando, Senadora Rose...

Como não há mais titular, aí segue toda a ordem dos suplentes: Leila, Marcio Bittar, Roberto Rocha, Rodrigo Cunha, Daniella, Flávio, Petecão, Randolfe. Isso, se não houver oradores titulares.

Eu pediria que pudéssemos já avançar, porque senão nós vamos perder ainda um pouquinho mais de tempo.

Lembrando que são quatro titulares, um suplente e um não membro. Quatro titulares, um suplente e um não membro foi o acordo unânime que tivemos, com 12 ou 13 Senadores que estavam aqui em plenário, antes de começarmos a reunião.

Com a palavra, portanto, pela ordem, Prof. Oriovisto, titular.

Por favor.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR. Pela ordem.) – Sra. Presidente, Sr. Ministro Sergio Moro, eu, antes de mais nada, quero dizer da minha enorme satisfação em estar aqui com o senhor hoje, dizer da admiração que, como brasileiro e como paranaense, tenho pelo seu trabalho e por todo o trabalho da Lava Jato.

É claro que, na nossa Constituição, está muito claro que a lei é para todos. Só que, até cinco anos atrás, nós tínhamos uma crença neste País de que aos poderosos, a eles, a lei não se aplicava. A Lava Jato, da qual o senhor faz parte – e não é o único responsável, por óbvio, mas teve um papel de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

destaque –, mostrou claramente a todos os brasileiros, que passaram realmente a acreditar, que a lei foi feita para todos. Isso foi uma conquista da Nação brasileira, que será eternamente grata ao trabalho de todos vocês.

Ministro, eu quero colaborar muito com o tempo e fazer uma única pergunta. A pergunta que eu quero fazer ao senhor diz respeito ao Poder Judiciário. Eu tenho que optar. Eu teria muitas perguntas a fazer, mas eu farei apenas uma.

Nós temos, no nosso Poder Judiciário, cerca de 18 mil juízes – magistrados estaduais, federais... Um número bastante grande. E nós temos para esses magistrados dois meses de férias por ano. Nós temos ainda os recessos, que são sabidos, do Poder Judiciário. E eu terei que relatar, daqui a alguns dias, aqui nesta CCJ, um projeto de lei que visa a estabelecer como 30 dias o tempo regular de férias para todos os funcionários públicos, indistintamente se é do Poder Judiciário ou não. Seria o máximo permitido.

Eu fiz uma conta muito simples e vejo que nós gastamos cerca de 90 bilhões por ano com o nosso Poder Judiciário. O Governo não tem recursos, e nós precisamos aumentar a produtividade desse sistema judiciário, porque uma Justiça que demora muito é uma injustiça. Nós precisamos de uma Justiça mais rápida.

Muita coisa pode ser feita para que a Justiça seja mais rápida e, talvez, uma delas seja suprimir um mês de férias de todos os magistrados.

Cada magistrado julga, por ano, alguma coisa como 1.194 processos; e, por mês, se dividirmos isso aí por 12, vai dar alguma coisa muito próxima de cem processos por mês. Se colocarmos aí 18 mil juízes, estaríamos falando em julgar alguma coisa como 1,8 milhão processos a mais por ano.

Este é um ponto que eu gostaria que o senhor me esclarecesse.

Que outras medidas, além dessa, poderemos tomar para que a nossa Justiça seja mais rápida, seja mais eficiente? Nós, que somos funcionários do povo – eu sou funcionário do povo, o senhor é funcionário do povo, o Presidente da Câmara é funcionário do povo, o Presidente da República é funcionário do povo... É com essa humildade de funcionário que eu pergunto a outro funcionário: como é que, juntos, nós podemos trabalhar, para que a nossa Justiça seja mais efetiva, mais rápida?

É isso, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Prof. Oriovisto, principalmente, por democratizar o seu tempo, que foi o mais breve.

Senador Angelo Coronel, pelo tempo de cinco minutos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA. Para interpelar Ministro.) – Eu queria cumprimentar nossa Presidenta, grande Senadora Simone, cumprimentar todos os colegas Senadores e Senadoras, o Ministro Sergio Moro...

E queria, Ministro, fazer uma pergunta simples, mas que eu acho... Não sei se já foi feita pelos colegas: por qual motivo, ao longo da implantação da Operação Lava Jato, em vários Estados, muitas vezes, quando se vai prender alguém às 6h da manhã, há casos em que a mídia já está na porta bem antes? Existe alguma determinação do juízo de informar à mídia, para dar essa cobertura das prisões? Ou, caso não haja, como é que vaza essa informação tão rápido, que, muitas vezes, a mídia chega antes da Polícia Federal?

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Senador Angelo Coronel, pela objetividade.

Com a palavra, na ordem de inscrição, Senador Fernando Bezerra, como suplente.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Para interpelar Ministro.) – Sra. Presidente, meu prezado Ministro da Justiça, Sergio Moro... Quero, inicialmente, cumprimentá-lo pela belíssima exposição, objetiva, procurando aqui trazer as políticas prioritárias do Ministério da Justiça e Segurança Pública, bem como os esclarecimentos e informações a respeito do "pacote Moro", o pacote de leis de combate ao crime organizado e combate à corrupção.

Eu queria, inicialmente, apenas esclarecer ao Senador Humberto Costa que o Governo do Presidente Bolsonaro tem compromisso, sim, com o combate à sonegação. Inclusive, encaminhou já, no início deste exercício, uma medida provisória específica para combater a sonegação e o desvio de recursos no âmbito da Previdência Social brasileira. E muitas outras matérias também estão sendo programadas no âmbito da Secretaria da Receita Federal, para que se possa, de fato, coibir o crime de sonegação.

Mas eu quero trazer aqui uma pergunta, que é mais uma sugestão do que uma pergunta, porque eu entendo que o aprimoramento da legislação certamente poderá produzir resultados ainda melhores, mas me preocupa, Sr. Ministro, a questão da disponibilidade orçamentária de recursos, para que se possa colocar de pé uma eficiente política de segurança pública, sobretudo com a chegada de V. Exa., pela expectativa e esperança que desperta, na sociedade brasileira, de que a gente possa ter resultados alvissareiros, nos próximos anos, com a chegada de V. Exa. ao Ministério da Justiça. Eu sei que o nosso Governo herdou um orçamento votado o ano passado e que, portanto, V. Exa. não tem muito espaço para fazer incrementos ou ampliações de recursos para investimentos. Além disso, nós temos que conviver com o teto do gasto público. Mas eu queria aqui lembrá-lo que existe uma discussão já iniciada com o Ministério da Economia, e o debate já está sendo travado aqui, sobretudo no Senado Federal, que é a Casa da Federação brasileira, no sentido da destinação de recursos do Fundo Social para Estados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e Municípios. E esses recursos seriam transferidos através de uma lei complementar que será votada no Congresso Nacional, que vai repassar diretamente para o Fundo de Participação dos Estados e Fundo de Participação dos Municípios. Portanto, extrateto dos gastos públicos.

Seria importante que o Ministério da Justiça pudesse iniciar um processo de diálogo com o Ministério da Economia, para que os recursos que fossem transferidos do Fundo Social e repassados a Estados e Municípios brasileiros pudessem estar vinculados à política de segurança pública, para que, então, a gente tivesse condições de dar uma resposta concreta às expectativas dos Estados.

A bandeira da segurança pública foi empunhada pelo Presidente Bolsonaro durante a campanha, e existe uma expectativa de que a gente possa reduzir os indicadores de homicídio e combater o crime organizado, no sentido de a gente poder criar uma sociedade mais fraterna, uma sociedade mais em harmonia, uma sociedade que acredite mais no amanhã e em que as famílias brasileiras possam viver com paz, tranquilidade e felicidade.

Portanto, a minha preocupação era uma preocupação de a gente também aqui receber a informação de como está o orçamento do Ministério da Justiça, se V. Exa. vai ter os instrumentos e os recursos necessários para implementar as políticas públicas que V. Exa. aqui apresentou. Por exemplo: quanto ao orçamento de investimentos, a gente já aqui percebeu que é inferior aos recursos que estão no Fundo Nacional de Segurança Pública. Então, o que que poderíamos fazer? O que que se pode fazer?

(*Soa a campainha.*)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Os PLNs vão começar a ser encaminhados aqui, ao Congresso Nacional. Então, é importante que esta Casa saiba que não vai ser só com o aprimoramento da legislação que nós vamos enfrentar essa questão, que é séria e que é grave. É preciso dinheiro e recursos.

Eu quero deixar aqui essa minha sugestão, para reflexão do Sr. Ministro.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Senador Fernando Bezerra.

O último do bloco é o Senador Jean Paul, por cinco minutos.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Presidenta. Eu queria parabenizar o Ministro. Ministro, parabéns por vir aqui. Eu vejo que é muito salutar. V. Exa. está à vontade conosco, construindo o Governo em um ambiente cordial, vários ministros já vieram falar conosco aqui... Eu acho que é dessa forma que a gente constrói um Governo, independentemente de divergências e etc.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria fazer perguntas em blocos.

Sobre o PL nº 882, uma pergunta relativamente rápida.

Há uma inovação legislativa, ali, que permite que o juiz – e V. Exa. tem experiência nisso – poderia reduzir a pena até a metade ou deixar de aplicá-la se o excesso, no caso de legítima defesa, decorrer de escusável medo, surpresa ou violenta emoção. Eu considero que, talvez, isso seja um incentivo ao excesso de legítima defesa. Eu queria saber sua opinião, tendo em conta a subjetividade da interpretação dessa escusa.

Outra questão, relativa também ao mesmo bloco, seria a questão da maioridade penal. Não sei se já foi perguntado. Desculpem-me por ter até me ausentado por um momento. A Governadora do meu Estado está nos visitando aqui hoje. Então, tive que dar um pouquinho de atenção a ela. Mas voltei a tempo de lhe perguntar a opinião sobre a questão da maioridade penal: encerra aí ou não cláusula pétrea, e é passível de modificação, na sua opinião, pela via de emenda ao Texto Constitucional? E se há estudos no Ministério da Justiça, neste momento, relativos a esse ponto. E, se isso existir, nos deixe aí um canal de interlocução, para que nossos mandatos possam trabalhar em relação a essa questão e outras que estão sendo tratadas aqui.

Outra que eu vou resumir, porque eram várias perguntas aqui, mas dizem respeito à mesma coisa, é em relação ao conhecimento, participação do Ministério na questão desses acordos que foram feitos no âmbito da Lava Jato, ainda com o Departamento de Justiça dos Estados Unidos e a Comissão de Valores Mobiliários de lá. Eu, inclusive, apresentei um projeto que destina esse dinheiro, bem como o de acordo de leniência, para o Fundo Social e, automaticamente, Fundo Social do pré-sal e da partilha do pré-sal, fazendo com que, com isso, ele fosse diretamente dedicado à educação, saúde e outros destinos nobres. Mas quero saber se houve participação de representantes do Ministério da Justiça e Segurança Pública nesses acordos, bem como no acordo de assunção de compromissos firmado pelo Ministério Público Federal e a Petrobras, em relação a esses acordos com autoridades estrangeiras. E se era do seu conhecimento também a questão do fundo patrimonial a ser administrado por fundação de direito privado, notadamente, aí, o que seria administrado, criado pelo representante da força-tarefa Deltan Dallagnol. E também se existem outros acordos análogos, nesse sentido também, que tenham participação de autoridades do Ministério da Justiça e da Segurança Pública.

Por último, uma pergunta de caráter mais local, que é: que tipo de trabalhos conjuntos já estariam sendo feitos em relação à implantação do Susp? Pergunta vinda da Governadora Fátima Bezerra, minha antecessora no mandato do Senado aqui, preocupada, porque isso é uma lei, tem prazo, e lá, particularmente, no meu Estado do Rio Grande do Norte, ainda não chegou nenhuma solicitação de reunião ou indução desse tipo, em relação à participação dos Estados na implantação do Susp. Então, é outra pergunta importante: quando e como isso vai começar a acontecer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado, Ministro, e obrigado, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu que agradeço, Senador.

Com a palavra o Ministro, por dez minutos, para esclarecer.

Eu tenho aqui que reforçar que são muitas as perguntas que estão vindo pelo portal e-Cidadania. Eu vou passar...

Quero pedir desculpas a quem não está nos mandando. Muitas vezes, fez três ou quatro perguntas a mesma pessoa, algumas perguntas já foram respondidas... Há apenas uma que eu reforço, que vem ao encontro da pergunta do Senador Jean Paul, que é da Mara Freitas, de Minas Gerais, exatamente sobre o Susp: "Como o Susp auxilia na implantação de estratégias de combate [ao crime organizado] [...] em tempos de restrição orçamentária?".

As demais perguntas da Mara Freitas serão encaminhadas à assessoria do Ministro.

Ministro, por favor, dez minutos.

O SR. SERGIO FERNANDO MORO (Para exposição de Ministro.) – Certo.

Senador Oriovisto, eu concordo: há necessidade de nós aprofundarmos a igualdade na aplicação da Justiça Penal. Como disse: tanto a proteção para o mais vulnerável, como também que todos sejam responsáveis pelos seus atos – vulneráveis ou poderosos que cometeram crimes. Isso faz parte dentro do sistema.

O sistema judicial – e aqui não se está falando de crime em geral – é um sistema caro para solução de litígios, de controvérsias. É um aparato judicial – juízes, qualificados, servidores, prédios, tribunais, todo um sistema bastante caro. A melhor alternativa, vamos dizer assim, para acelerar e diminuir esses custos é buscar soluções fora, muitas vezes, das cortes de Justiça, através de conciliação e arbitragem. E, dentro dos tribunais, trabalhar com composições.

Nessa linha, o projeto de lei até apresenta algumas propostas, como a possibilidade do acordo dentro do processo penal; um acordo, no primeiro momento, com a possibilidade para crimes menos graves, em que não haja a propositura da ação penal, um acordo entre o acusado e o seu defensor, e, outro tipo de acordo, que é um acordo de negociação de pena, que significa uma condenação criminal, que pode envolver até negociação de pena privativa de liberdade, o tal do *plea bargain*. Veja lá, no Direito anglo-saxão: as estatísticas são de que quase 90% dos casos terminam com *plea bargain*, que é alguém admitindo a culpa e negociando a pena. Isso tem uma capacidade de avançar e diminuir, vamos dizer assim, o congestionamento desses processos extremamente elevada, possibilitando que a Justiça se ocupe daqueles casos em que não é possível qualquer composição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu acho que a melhor alternativa é composição extrajudicial e, dentro da Justiça, composição judicial, focalizando os recursos naqueles casos em que isso não é possível. Nós temos muito a avançar nessa área. O projeto tem algumas dessas propostas.

A questão das férias é um tema polêmico, controverso. O que eu sugeriria ao senhor é que o senhor conversasse bastante com as corporações e com as associações de magistrados, para colocar essa pauta eventualmente em votação.

Eu, particularmente, como juiz, como tinha muito trabalho desde sempre, em geral... Praticamente, para os juízes é sempre assim. Mas, em particular, dada a natureza dos processos, sempre foi muito complicado, sempre foi muito difícil tirar esses períodos de férias. Nós tirávamos, normalmente, períodos menores. É uma questão que pode ser colocada em discussão, mas eu sugiro que o senhor ouça bastante as ponderações e as colocações das associações de magistrados.

A questão colocada pelo Senador Angelo Coronel.

Senador, posso dizer, sim, com absoluta franqueza: eu nunca vazei nada para a imprensa. Havia alguma confusão, às vezes, na Operação Lava Jato, entre vazamento e processo público. A Constituição diz muito claramente: o processo é público, salvo exceções de segredo de Justiça. Por que que isso é importante? Porque isso permite um controle da sociedade sobre as atividades das cortes de Justiça.

Nós tínhamos, ainda, lá dentro da Justiça Federal, um sistema de processo eletrônico, o que permitia o acesso por qualquer pessoa – não só imprensa, mas qualquer pessoa – aos processos. E nossa política foi sempre de adotar absoluta transparência. Certo?

Sou absolutamente contrário a vazamento. Vazamentos são ilegais. Agora, outra coisa é publicidade do processo.

Dessa questão de, eventualmente, a mídia estar presente em local de prisão, se obteve a informação, foi uma ilegalidade, e de nenhuma forma eu participei ou compactuo com esse tipo de procedimento.

Senador Fernando Bezerra, muito bem colocada, Senador, a preocupação do orçamento.

O que eu posso dizer é que, quando fui convidado, e mesmo na continuidade, o Presidente Jair Bolsonaro sempre me disse que a segurança pública era uma das prioridades do seu Governo, e ele foi eleito exatamente com essa bandeira. O Ministro Paulo Guedes também é bastante sensível a essa necessidade de financiamento de ações no âmbito da segurança pública. Então, acho que existe aí uma boa margem para que se possa trabalhar maneiras de evitar que a segurança pública fique sem recursos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na outra linha, é preciso trabalhar políticas públicas, seja aqui dentro do Congresso, seja fora, que resolvam o nosso problema fiscal. Nós temos um problema fiscal sério e que afeta a qualidade das políticas públicas, não só na área de segurança pública, mas em todas as áreas. Congresso e Governo têm que se unir nessa tarefa. Se não se unirem agora, vamos dizer assim, à beira do abismo, unirem-se no fundo do abismo seria pior ainda.

Mas concordo: de fato, existe a questão do Fundo Nacional de Segurança Pública. O valor arrecadado financeiramente é muito superior ao valor orçado. Nós precisamos trabalhar de maneira a elevar o valor orçado dentro do Fundo Nacional, sob pena de não atender às expectativas decorrentes de sua criação.

Do Senador Jean Paul, aqui, rapidamente...

Sobre o excesso, eu creio que já respondi nas perguntas anteriores.

O excesso só surge a partir de uma situação de legítima defesa. As pessoas não reagem como robôs e, eventualmente, podem se exceder na legítima defesa. Nem por isso devem ser tratadas como homicidas, como feminicidas, como criminosos em geral. Então, há que se ter aí uma possibilidade de temperamento em situações muito excepcionais; mas em nenhuma hipótese se pretende, aí, ampliar em demasia essas perspectivas da utilização da legítima defesa.

O exemplo que nós colocamos, que já se mencionou no passado, foi a agressão àquela atriz, cujo cunhado reagiu para poupar... Agiu com algum excesso, mas o juiz o absolveu, porque ele não tinha alternativa: ou ele condenava, porque o excesso não é escusável, normalmente, na nossa legislação atual, ou ele absolvia. Ele optou por absolver. Então, é melhor colocar um regramento apropriado dentro da legislação.

A maioridade é uma questão que é polêmica. Não está sendo discutida agora dentro do Ministério.

Eu já externei a minha posição pessoal. Eu acho que, para crimes graves, poder-se-ia reduzir a idade para 16 anos ou se poderia pensar, como alternativa, em ampliar o período de internação na legislação ordinária atual.

Acho que essa uma questão que tem de ser construída e debatida juntamente com o Congresso, mas é uma questão presente, em que as pessoas em geral reclamam para que haja um posicionamento do Governo e do Congresso.

A questão do Susp.

Não: o Susp está, sim, sendo implantado. Até coloquei o exemplo aqui: em 16/03, agora, de março, nós completamos o sistema de estatísticas. No País inteiro, hoje, nós temos estatísticas oficiais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós estamos trabalhando fortemente para a implantação do Susp. Temos chamado os secretários de Segurança Pública, temos chamado os comandantes das Polícias Militares, temos chamado os diretores das Polícias Civis dos diversos Estados. Eventualmente, às vezes eles vêm, às vezes eles não vêm, mas nós temos conversado, sim, com rigor, e estamos aqui trabalhando, para traçar critérios objetivos para repasses de valores do Funasp para os Estados e o Distrito Federal.

Por último, aqui, a questão do fundo...

Isso foi algo feito entre a Petrobras e os Estados Unidos, os órgãos dos Estados Unidos. É um acordo que foi lá. Não participou nem a Justiça nem o Ministério Público. E, para os Estados Unidos, a Petrobras não foi vítima; ela foi um partícipe daqueles crimes, porque os seus diretores estavam envolvidos. Então, ela corria o risco de ser condenada a valores muito superiores. Então, ela fez um acordo para pagar ao Departamento de Justiça norte-americano...

(*Soa a campainha.*)

O SR. SERGIO FERNANDO MORO – ... e tiveram lá sensibilidade... "Olha, a maior parte do dinheiro vai ao Brasil, 80%, e esse dinheiro tem que ser investido no Brasil em políticas públicas e políticas sociais".

Num segundo momento, houve esse acordo entre o Ministério Público e a Petrobras, o Ministério da Justiça não participou da realização desse acordo, mas o fato é que nós temos que nos preocupar em que esse dinheiro não volte aos Estados Unidos. Nós temos que pensar numa forma de gerir esses recursos da melhor forma, para cumprir o acordo norte-americano, porque a Petrobras também não pode descumpri-lo, sob pena de ficar sujeita a sanções e indenizações maiores nos Estados Unidos. Então, essa é a questão fundamental.

Foi proposto esse modelo do fundo privado, talvez não seja o melhor modelo, mas é importante construir um modelo, para que nós possamos utilizar. E, se o modelo for um fundo público, nós temos que pensar em soluções que não esbarrem na mesma questão do teto.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Ministro.

Essa também foi uma pergunta em relação ao fundo, de um internauta, Sérgio Peixoto, de São Paulo. V.Exa., em princípio, respondeu, mas eu entrego à sua assessoria, se houver necessidade de maiores esclarecimentos.

Pergunto se há réplica...

Na ordem, não?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Apenas... Depois conferir os contatos da Secretaria do Rio Grande do Norte, porque devemos estar com algum ruído na comunicação. Não houve a chamada, mas, evidentemente, estamos todos à disposição, Cel. Araújo, todos os que estão lá, tomando conta da segurança pública. Já há números muito melhores: já em dois meses, três meses, a evolução foi visível, muito grande, da mudança da cúpula da segurança pública do Rio Grande do Norte. Quero lembrar que houve lá fatos lamentáveis, em presídios e tudo, coisas bastante ruins, e que agora estão, esperamos, superadas. E queremos participar do Susp com bastante vigor.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Nós é que agradecemos.

Eu quero apenas informar aos colegas que nós faremos mais um bloco de quatro, agora são todos titulares, e suspenderemos por cinco minutos. O Ministro precisa tomar um suco, fazer uma pausa de cinco minutos. Mas passaremos à lista de inscrição. É o tempo apenas de poder esticar um pouco as pernas a solicitação do nosso Ministro.

Vamos, na ordem, então, todos os inscritos...

Houve um pedido aqui de inversão, o Senador Jorginho cedendo aqui o primeiro lugar ao Senador Rodrigo Pacheco. Em seguida, temos Senadores ausentes, eu não vou citá-los, então vou deixar para nominar os Senadores na ordem das presenças.

Senador Rodrigo Pacheco, por cinco minutos, por favor.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG. Para interpelar Ministro.) – Sra. Presidente, Senadora Simone Tebet, quero agradecer penhoradamente ao Senador Jorginho Mello pela gentileza de me ceder e permutar comigo o seu espaço.

Quero cumprimentar o Exmo. Sr. Ministro da Justiça e Segurança Pública, Dr. Sergio Moro, agradecer também muito a presença de V.Exa. aqui na Comissão de Constituição e Justiça, para expor as políticas públicas de segurança, de combate à criminalidade em todos os níveis, que é papel do Executivo, e, a partir desse diálogo, nós construirmos soluções.

A intenção de V.Exa. é a minha intenção, é a intenção dos Senadores, de ter o aprimoramento da legislação e dos mecanismos de controle, de combate e de inibição da criminalidade no nosso País, sempre de uma maneira madura, respeitosa, respeitando as divergências, obviamente. Eu tenho dito que nem o mais lúcido tem 100% de razão, e eu acredito muito nessa comunhão de esforços para a gente chegar a um denominador comum.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero reconhecer o trabalho de V.Exa. enquanto magistrado, inclusive para permitir que a Justiça penal não seja mais seletiva. Acho que esse é o grande avanço dos últimos anos, em relação às operações policiais, em relação à Justiça penal, com erros, com acertos, mas permitindo que Justiça penal alcance a todos, indiscriminadamente.

Quero fazer um questionamento muito objetivo a V. Exa. em relação ao pacote anticrime, que tocou à Câmara dos Deputados, e fazer antes uma breve reflexão sobre a Constituição da República de 1988, quando o Constituinte originário inseriu a presunção de não culpabilidade ou a presunção de inocência, prevendo no art. 5º que ninguém será considerado culpado se não após o trânsito em julgado de sentença penal condenatória.

Eu quero crer que o legislador, quando assim o fez, pretendeu inibir aquelas situações que são as mais nefastas e graves de uma Justiça penal de um País, que é a condenação de um inocente ou o cumprimento da pena precocemente por alguém que pode ser inocente. E todos haveremos de convir que a Justiça penal serve para punir culpados, e o rigor da lei haverá de sempre ser aplicado, inclusive com cadeia, mas também permitir que inocentes possam ser absolvidos.

E a imputação precoce ou a condenação precoce que faça cumprir pena de pessoas inocentes é algo muito grave. Lembro-me de Roberto Lira, quando dizia para inserir nos exames de concurso público, daqueles atores de persecução criminal, a disciplina de permanecer 24 horas numa cadeia, para entender o que é cadeia, porque a cadeia injustamente aplicada a alguém é algo muito grave.

Então, à luz desse princípio de não culpabilidade, Ministro Sergio Moro, é que indago sobre o projeto de execução provisória da pena, cumprimento da pena a partir da decisão de segunda instância. E, aqui, sem fazer um juízo de valor necessariamente contra ou a favor, mas o que é o pensamento de V. Exa., abstraído o entendimento do Supremo, que já variou em relação a isso? Se o cumprimento, a partir da segunda instância, constitui uma mínima afronta a esse comando constitucional, e como convergir para evitar para que isso aconteça, preservando a presunção de não culpabilidade, a necessidade, que é evidente que V. Exa. já expôs, de antecipar julgamentos de cumprimento de pena de pessoas que sejam culpadas, e se não poderia ser uma solução – e aqui é uma ideia que passo à reflexão de V. Exa. – a supressão da competência do Supremo Tribunal Federal em matéria penal, a título de recurso extraordinário, que poderia abreviar o trânsito em julgado e permitir, então, o cumprimento da Constituição a partir do início do cumprimento da pena após o trânsito em julgado, com a antecipação desse trânsito em julgado. Esse é o primeiro questionamento.

O segundo questionamento é se não há uma incoerência em relação ao início do cumprimento da pena após a decisão do júri, haja vista que é uma decisão de primeira instância, e, por mais soberano que seja o júri, cabe recurso de apelação com efeito suspensivo, inclusive com uma decisão que possa reconhecer a decisão do júri como manifestamente contrária à prova dos autos ou anular também o júri. Então, se a decisão é de tomar o cumprimento da pena a partir da segunda instância, se não há uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

incoerência ao se estabelecer o cumprimento da primeira instância nos crimes dolosos contra a vida, haja vista que há outros crimes tão graves quanto – latrocínio, estupro...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – ... , pedofilia, etc. – que deveriam merecer o mesmo tratamento. Se há ou não incoerência nesse sentido.

E em relação às penas alternativas, a essa possibilidade de acordo, se há uma política do Ministério em relação ao privilégio, ao estímulo da conciliação, da transação penal, da suspensão condicional do processo, da substituição de pena, da disponibilidade da ação penal pelo Ministério Público com os acordos feitos, para poder tirar do sistema carcerário aqueles que não precisam estar lá, cujos crimes podem ser punidos com medidas diferentes do encarceramento, preservando o encarceramento para aqueles crimes graves – corrupção, lesão ao Erário público, homicídio, tráfico de drogas, etc. Esse é o terceiro questionamento.

E o último, muito brevemente, gostaria de saber a posição de V. Exa., enquanto Ministro da Justiça e de Segurança Pública, em relação ao que foi já a famigerada Comissão Parlamentar de Inquérito da Lava Toga. Há fatos determinados ali, elencados pelo nobre Senador Alessandro, com apoio de Senadores do nosso Parlamento. Se esses fatos determinados são ensejadores de providências do Senado, de providências por parte do Ministério da Justiça, de providências pelo Conselho Nacional de Justiça. Se V. Exa., enquanto Ministro, tem uma posição firmada em relação à justificativa desses fatos determinados, para ensejar uma apuração nos diversos níveis da República.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Senador Rodrigo.

O próximo inscrito está em outra comissão. Portanto, passemos a palavra ao Senador Arolde de Oliveira; em seguida, Senador Elmano e, para encerrar o bloco, Senador Alessandro Vieira.

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PSD - RJ. Para interpelar Ministro.) – Obrigado, Presidente.

Sr. Ministro, eu quero registrar que me alinho aos admiradores de V. Exa. enquanto juiz, julgando os crimes de corrupção, de colarinho branco, e, agora, enquanto Ministro, formulando políticas públicas na área da Justiça e da segurança pública em nosso País.

Eu entendo que vivemos um momento de transição causado por várias razões, por vários motivos, a evolução nacional das sociedades, e que o Brasil vive um momento até de vacância legal, causada pela elevada demanda por novas leis, pela modificação nas relações sociais, necessidade de estabelecimento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de direitos e obrigações, e o processo legislativo nem sempre segue no mesmo ritmo. Então, nós vivemos, de certo modo, uma situação de um eixo na sociedade de lei e de ordem e um outro, um tanto anárquico, causado até mesmo pela própria tecnologia, que desestrutura muitos procedimentos dentro da sociedade. A gente pode dar vários exemplos. Não vou fazê-lo para não me alongar.

Mas uma questão que fica em tudo isso é que aumenta a sensação de impunidade na sociedade.

A impunidade parece ser um dos maiores estímulos à prática de crimes em todos os níveis de gravidade. E eu queria justamente... Já ouvi, já estou satisfeito com várias respostas de V. Exa., falando que o aumento de pena talvez não seja a solução. Também concordo, porque, se não mexermos nos processos, no Código de Processo Penal, por exemplo, acelerando os julgamentos, não vai adiantar nada.

Mais uma coisa: para quem já foi julgado e os crimes são graves, eu acho que é muito importante a questão da redução de benefícios de progressão de penas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PSD - RJ) – ... porque não é cabível que se perceba que um criminoso é condenado e, com muito pouco tempo na prisão, ele volta para a sociedade. Não existe um sistema de acolhimento para uma reintegração social, e ele volta a cometer os mesmos crimes.

Então, esse é um comentário que eu gostaria que V. Exa. fizesse.

A outra questão...

É claro que isso também vai repercutir na redução do poder coercitivo da própria lei que está vigente, e isso também implica em aumento da, digamos, percepção de impunidade.

Então, sobre essas questões, eu gostaria que o senhor falasse um pouco mais tecnicamente, para o entendimento.

A outra questão que eu queria colocar, para um comentário rápido de V. Exa., é a questão de uma lei de abuso de autoridade. Estou usando esse nome, eu sei que é impróprio, mas todos nós entendemos o que quer dizer.

Nós sabemos que o ser humano leva as suas características para todas as áreas em que trabalha. Então, não existe nenhum setor, nem do Ministério Público, nem da Justiça, nem aqui do Legislativo, nem em lugar nenhum, que seja 100% correto. Os mesmos males ocorrem...

(*Soa a campainha.*)

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PSD - RJ) – ... em qualquer área. E nós vemos que o Ministério Público tem muita liberdade para atuar. E mais: com o aumento do combate ao crime de colarinho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

branco – de políticos principalmente –, nós temos que investir na eliminação desse foro privilegiado, do foro especial por prerrogativa de função. Acho que essas duas coisas têm que ser atacadas ao mesmo tempo.

Qual é o pensamento de V. Exa.? Temos que ter uma lei de responsabilidade que responsabilize o Ministério Público e, ao mesmo tempo, a eliminação do foro privilegiado, para, finalmente, termos todos iguais perante a lei? Esse é o meu pensamento.

Gostaria – não é uma pergunta – de ouvir um comentário de V. Exa.

Obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Senador Arolde.

Com a palavra o Senador Elmano Férrer.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PI) – Nobre Presidente Simone Tebet, Presidente desta Comissão; meu nobre Jorginho, Vice-Presidente; meu estimado Ministro da Justiça e Segurança Pública; meus companheiros aqui desta Comissão.

Sra. Presidente, eu tinha quatro perguntas, mas me sinto contemplado com as respostas e a exposição do Ministro.

Entretanto, eu queria externar duas coisas: uma, relacionada ao alto índice de violência em nosso País, que está levando a nossa população, em todos os cantos e recantos deste País, em todos os Municípios, a uma perplexidade muito grande. Isso nos leva a dizer da gravidade do problema da segurança pública no nosso País. Não só da segurança, como da política carcerária do nosso País, que está sob o domínio do crime organizado. Essa é uma realidade, no meu entendimento.

Enquanto isso, nós temos, no exercício de 2017, 63 mil homicídios no Brasil; e, as vítimas de estupro, mais de 60 mil, sem falar em torno de 45 mil mortes no trânsito.

De outra parte, a gente observa que, desses crimes cometidos e registrados no Brasil, apenas 6% são esclarecidos – 6% a 8% – enquanto na França, na Grã-Bretanha, em torno de 90%; Estados Unidos, 65%. Então, isso é uma coisa que nos inquieta.

E o outro aspecto é mais um registro da coragem, da determinação do nosso Ministro, Ministro que deixou uma brilhante carreira de magistrado, renunciando a tudo, àquele histórico trabalho que desenvolveu, e veio a ser o Ministro da Justiça e Segurança Pública, que é um desafio – ainda jovem. Jovem.

Então, eu falo isso porque nós estamos diante de graves problemas em nosso País.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lembro-me de, ainda na minha juventude, passando pelo Rio de Janeiro, Carlos Werneck Lacerda.

Carlos Lacerda era Governador do Estado da Guanabara, que era cidade-Estado, quando crescia nos morros do Rio de Janeiro aquela ocupação desordenada e o crime – isso, há 55 anos. E ele chamava a atenção do Brasil e dos cariocas para... O Carlos Lacerda chamava a atenção para o Estado paralelo que nascia nos morros do Rio de Janeiro. E nós vimos isso, cinquenta e tantos anos depois, a necessidade da intervenção no Rio de Janeiro, em função da violência. Isso é um problema a ser analisado depois.

Mas eu queria era saber exatamente o que nós, que estamos aqui nesta Casa, nesta Comissão, podemos fazer, podemos contribuir – não diria a solução – para ajudar o Executivo? Esse herói, que não foi o comandante de uma operação...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PI) – ... mas foi, sim, quem liderou a revolução da toga neste País. Uma nova geração de magistrados, uma nova geração de procuradores da República, uma nova geração de delegados da Polícia Federal e da Inteligência da Receita Federal iniciaram um processo de revolução.

Eu tenho setenta e tantos anos. Na minha cidadezinha do interior onde eu nasci, no Ceará, e no Piauí, para onde eu fui, só vi negros, pobres, na cadeia. Esta revolução da toga, que eu tenho a oportunidade de externar do meu coração, aqui... O senhor foi incompreendido por muitos, mas foi elogiado por uma maioria fantástica deste País.

Então, eu passei a ver, depois dos meus 70 anos, poderosos, do ponto de vista político, poderosos, do ponto de vista econômico-financeiro, presos neste País. Isso é um caso inusitado na nossa história – na nossa história. Daí porque V. Exa. merece o apoio de todos nós, para que possamos dar continuidade a esse processo. Digo tudo isso do meu coração. Externo isso aqui porque é preciso que tenhamos a coragem e a determinação de fazermos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PI) – ... uma grande revolução, que é esta que aqui está.

Então, eu só queria fazer aquela pergunta e, fazer este registro, de dentro do meu coração. E parabenizar o nosso Ministro.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Senador Elmano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Senador Elmano teve um tempo extra porque, como não fez pergunta, economizou o tempo também da resposta.

Agradeço, Senador Elmano, pelas considerações.

Passando ao último orador deste bloco, mas até porque o Senador Elmano não fez perguntas, eu indago se poderia, por uma contagem, aqui, incluir mais dois Senadores para fazerem perguntas, porque assim eu acho que nós conseguimos amarrar, partindo do meio já para quase o final desta audiência pública.

Então, passo a palavra ao Senador Alessandro e, na ordem, Senador Anastasia e Senador Eduardo Braga, e fechamos este bloco.

Na ordem de inscrição... O Senador, na ordem de inscrição, que está inscrito, e mesmo que venha sem ser chamado, não perde o direito à vaga, como é o caso do Senador Antonio Anastasia. Já Senadores que não estavam presentes na hora de chamar perderam a vaga. Não é – repito – o caso do Senador Anastasia, que não foi chamado antes da sua ausência.

Senador Alessandro Vieira, cinco minutos, por favor.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - SE) – Boa tarde, Sr. Ministro, Sra. Presidente Simone.

O Senador Elmano economizou meu tempo dos elogios. Eu registro e subscrevo o que ele mencionou. Mas o Senador Rodrigo Pacheco não me economizou um tempo, porque era um assunto que temos em comum.

Quero registrar que a responsabilidade pela segurança pública é muito mais do Executivo do que do Legislativo e do Judiciário. Não há dúvidas de que a má execução das políticas e, muito mais do que das políticas, das legislações impactam o nosso mau resultado.

Eu quero fazer uma inversão no que eu tinha programado, por conta das várias manifestações atinentes ao desarmamento.

Primeiro, uma questão técnica, estatística.

A edição do Estatuto do Desarmamento não reduziu o número de homicídios no Brasil. Essa é uma inverdade, uma impostura, uma coisa que não se sustenta em números. Ano a ano, o número de homicídios no Brasil aumenta. Ano a ano, o número de homicídios por arma de fogo aumenta também. Então, não há por que se persistir nessa argumentação, que é falsa.

Sob o ponto de vista desse mesmo estatuto, é importante registrar que ele tem, sim, um efeito muito importante. Ele teve um efeito muito importante – falo como delegado de polícia há 18 anos –,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque ele enrijeceu o tratamento do porte e posse ilegal. Isso é essencial. E o novo projeto também faz isso: ele aumenta ainda mais a pena para o porte ilegal. Essa é uma medida importantíssima e deve ser valorizada.

Com relação a essa mesma linha de pensamento, sob o ponto de vista da responsabilidade do Executivo, eu indago o Sr. Ministro com relação ao chamamento dos concursados da Polícia Federal e também à programação de novos concursos para as áreas atinentes à segurança pública, porque não há como se fazer segurança pública sem homens e sem mulheres que possam fazer o enfrentamento, nas ruas, do crime. Não há como fazer. Falo com absoluta tranquilidade.

Informo a V. Exa. que nós temos já um projeto apresentado pela Senadora Eliziane Gama, no sentido da restruturação da Força Nacional, para que se possa ter a realização de concurso público também nessa seara, além do compartilhamento de recursos com os Estados.

Nesse ponto dos Estados, eu apresento a V. Exa., objetivamente, uma sugestão, para que a gente possa ter regramento para a força tarefa no âmbito estadual. Falo com a experiência de quem participou de operações de combate à corrupção: você ter uma força comandada pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública pode acelerar muito os resultados, uma vez que vai dar uma certa imunidade à intervenção política no âmbito dos Estados. Esse é um ponto que ainda não foi tocado por V. Exa.

Das propostas que foram apresentadas, em termos de projetos de lei, quero pontuar algumas pequenas coisas.

Sobre a mudança, alteração no conceito de organização criminosa, eu não entendo a necessidade técnica da nominata de organizações criminosas, a não ser para fazer propaganda das próprias organizações criminosas. É uma questão técnica.

Sobre a questão do banco nacional de perfil genético, há a necessidade de um maior reforço da questão da guarda de dados e eventual compartilhamento desses dados, porque a gente sabe que, da coleta genética, há não apenas há dados que servem para a identificação, mas também dados de outro conteúdo, que podem prejudicar essa pessoa, estarão inseridos no banco. Então, é necessário um grande cuidado com relação a isso.

Quero reforçar com V.Exa. a necessidade de uma complementação na descrição da solução negociada, proposta com a qual eu concordo. Eu acho que é uma inovação que vai mudar muito o nosso cenário de lentidão do Judiciário, mas é necessário constar com clareza o reforço orçamentário para as defensorias públicas, para que você possa garantir um equilíbrio de forças na negociação, uma coisa muito clara.

Quero pedir ao senhor um apontamento com...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - SE) – ... relação à restrição do acesso de advogados aos seus clientes, aquela questão da possibilidade de gravação, necessidade de agendamento... Uma pontuação com relação a isso.

E quero apresentar uma solicitação no sentido de que o Programa Nacional de Enfrentamento à Criminalidade Violenta, que V.Exa. apresenta e que sugere um plano piloto apenas em cinco cidades: que se faça uma ampliação dessa amostra. Cinco cidades me parece muito pouco para que o senhor possa ter um retrato, uma vez que as realidades locais são muito diversas, sugerindo que se faça – e, aí, com base na atuação da Força Nacional lá no meu Estado, Sergipe, capital Aracaju – uma ampliação para uma atuação regional, em metrópoles, por exemplo, porque o senhor vai ter uma amostra mais rica, que vai poder dar substância a atuação.

E, já de pronto, apresento o Estado de Sergipe como um Estado que se disponibiliza para essa experiência. Tenho certeza de que conto com a anuência do Governador do Estado.

E também registro, com muita felicidade, a notícia que recebi do próprio Governador de que o Ministério da Justiça convidou uma colega delegada, a Danielle Garcia, especialista na área de repressão à lavagem, especialista em combate à corrupção, para integrar a equipe do Ministério da Justiça, o que nos deixa altamente enobrecidos por conta desse convite, por conta da capacidade da colega.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada.

Com a palavra o Senador Antonio Anastasia.

E, para encerrar o bloco, Senador Eduardo Braga

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG. Para interpelar Ministro.) – Muito obrigado.

Sra. Presidente, eminente Vice-Presidente, eminente Ministro Sergio Moro, boa tarde.

Sr. Ministro, primeiro meus cumprimentos pela exposição que fez. Lamentavelmente, o tempo de fato lhe foi exíguo, pelo tamanho da pasta e a sua complexidade, como também os nossos cinco minutos são meteóricos diante da magnitude do tema.

Então, vou-me cingir, de maneira bem objetiva, a dois pontos que me parecem mais relevante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiro, voltando aqui ao que muitos falaram, que foi objeto até de indagação daqueles que nos acompanham pela televisão, que é o tema do Susp (Sistema Único de Segurança Pública), do qual tive a honra de ser o Relator aqui no Senado.

V.Exa. comentou bem e já mostrou, na sua exposição inaugural, o início da sua implementação, e eu gostaria tão somente de aditar o comentário, pois, a meu juízo pessoal, a questão do Susp é fundamental, é mesmo hemorrágica.

Não há dúvida de que as propostas que V.Exa. encaminhou da melhoria da legislação, como outras que tramitam aqui, são todas procedentes e necessárias, mas, na minha opinião – e na minha convicção diria até –, se nós não tivermos um esforço que seja hercúleo no robustecimento das instituições, das polícias científica, civil, militar, da prevenção, da repressão, ou seja, quase uma revolução na área orgânica da nossa segurança pública, não adianta termos a melhor legislação do mundo, porque, lamentavelmente, nós teremos dificuldades na sua implementação.

Por isso, o Susp foi concebido, tentando fazer, como o senhor colocou aqui já, uma convergência. É muito estranha – e eu tive experiência no Ministério da Justiça no passado e também como Secretário de Segurança do meu Estado – a absoluta ausência de diálogo entre as instituições policiais dentro dos próprios Estados federados, inclusive em relação a outros Estados, muito pior, e com a própria União Federal; a falta de convergência e comunicabilidade dos cadastros; a ausência completa de ações integradas. E percebo que V. Exa. tem colocado na linha já alguns projetos nesse sentido, o que eu aplaudo.

Então, eu queria tão somente observar que, a meu juízo e até pela minha formação e experiência, parece-me que o calcanhar de Aquiles hoje é a questão da gestão da segurança pública. Inclusive alguns, como o Senador Tasso, que acabou de se ausentar daqui, defendem até a tese da fusão ou de uma integração maior entre as polícias. E nós sabemos da necessidade de se evitar, na ausência de recursos que hoje grassa no Brasil, a duplicidade de esforços.

Aqui não é uma indagação, mas somente um comentário. Se me permite, eu gostaria de – e espero aplaudi-lo por isso também – ver o Susp sendo implementado de maneira célere, com muito reconhecimento dessa inovação que houve. E já vejo diversas ações que vão exatamente nesse sentido.

Outro ponto que queria abordar e sobre o qual farei uma pergunta singela ao seu final refere-se, dentro desse aspecto, à questão do sistema penitenciário, em que certamente também há um gargalo, como V. Exa. bem sabe. Aqui já foi dito por alguns pares que me antecederam que é um verdadeiro formador de criminosos o nosso sistema penitenciário.

Nós temos, no meu Estado, Minas Gerais, Sr. Ministro, que V. Exa. conhece, duas experiências que me parecem muito boas: a primeira, as Apacs, que nós colocamos, inclusive como Relator que fui também da Lei de Execução Penal, aprovada aqui no Senado e que está na Câmara, como uma das

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

formas do cumprimento da pena, em que há uma participação efetiva da sociedade a um custo muito menor do que o sistema tradicional e com indicadores de ressocialização várias vezes maiores do que os comuns.

Então, as Apacs são um modelo vigoroso, positivo, aplaudido e que existem em alguns Estados – em Minas, vamos dizer assim, é o berço maior –, mas é algo que certamente o Ministério poderá acolher porque o custo de construção e de manutenção é várias vezes menor e com resultado maior.

Por fim, faço a indagação, porque o segundo modelo que temos inovador em Minas e que vem funcionando muito bem – e tive ao meu tempo a felicidade de introduzi-lo – é a questão das PPPs (Parceria Público Privada)...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG) – ... na área da execução penitenciária. São unidades que estão funcionando muito bem. V. Exa., com certeza, as conhece. E eu indagaria, então, qual é a posição de V. Exa. e de seu Governo em relação à presença de PPPs no sistema penitenciário, à semelhança de o que ocorre em muitos países no mundo e no exemplo exitoso de meu Estado.

Cumprimento V. Exa. e agradeço a atenção.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu agradeço, Senador Antonio Anastasia.

Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Para interpelar Ministro.) – Primeiro, quero cumprimentar a nossa Presidente, Simone Tebet, cumprimentar o Sr. Ministro e dizer, Sr. Ministro, que as palavras do Senador Anastasia são absolutamente pertinentes e fariam parte, inclusive, da minha colocação. Eu acho que a questão do Susp é um avanço extremamente importante porque a integração do Sistema Único é fundamental para que nós possamos implementar. Portanto, quero aqui reforçar e gostaria de ouvir de V. Exa. as questões que envolvem isso.

Acho que outra questão importante... Eu tenho aqui a execução orçamentária dos fundos, tanto do Funpen quanto do Fusp, dos últimos cinco anos, e V. Exa. pode perceber que a execução orçamentária foi sempre aquém do volume de recursos disponíveis nesses dois fundos. Portanto, acho que é uma questão de prioridade de cota financeira...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu pediria apenas para... Eu ouvi aqui todos os companheiros e estou tentando...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Pediria a V.Exa. que me ajudasse.

Portanto, Ministro, é muito importante a gente ter recursos para fazer o enfrentamento ao crime organizado, porque, senão, o crime tem mais recurso do que nós, e nossas forças de repressão, prevenção etc. não conseguirão. Há recursos no fundo, e eu gostaria de ouvir V.Exa. com relação a isso.

A outra questão também muito bem colocada pelo Senador Anastasia é a questão do sistema prisional. O nosso sistema prisional é extremamente injusto, de um lado, e, do outro lado, ineficiente naquilo que é o papel que o sistema prisional deveria ter, que não é apenas o de prender ou isolar o cidadão da sociedade, mas também de recuperá-lo, para que ele possa voltar à sociedade.

E aí as Apacs são um caminho, as penitenciárias agrícolas são outro, a questão de criarmos mecanismos para que esses presos possam ter uma profissionalização, uma inserção no mercado de trabalho etc... Tudo isso são perspectivas novas, e a esperança nossa e do povo brasileiro é de que nós as possamos ver implantadas. Se nós formos discutir a redução de maioridade penal, daqui a pouco, baixaremos para 16, e o crime organizado vai buscar quem está com 14; aí nós baixamos para os com 13, e ele vai buscar os com 12. Portanto, eu creio que, se, de um lado, nós implementarmos o Sistema Único de Segurança Pública, com articulação de inteligência, planejamento etc., nós avançaremos.

Gostaria também de falar um pouquinho sobre as nossas fronteiras na Amazônia. As nossas fronteiras na Amazônia estão agora com dois aspectos extremamente importantes que o Ministério da Justiça, com certeza, tem que ter no seu radar de preocupação: um é a questão do narcotráfico e do tráfico de armas; o outro é a instabilidade que nós estamos começando a ter, cada vez mais forte, nas nossas fronteiras. Portanto, a fiscalização com novas plataformas tecnológicas, com novos equipamentos etc., para que nós possamos agir de forma inteligente e planejada no combate à entrada desse narcotráfico no Brasil... Depois que ele entra, nós vamos enxugar gelo, porque o Brasil tem a dimensão que tem e a complexidade que tem. Os dados de organismos não oficiais informam que 70% da cocaína consumida no mundo passa, de alguma forma, pela nossa região. E o Amazonas, que é o meu Estado, tem sofrido muito com relação a isso.

Por fim, eu queria fazer duas colocações para o Ministro, para ele poder também responder. A tramitação, aqui nesta Casa, da ação de iniciativa...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – ... popular que tratou das dez medidas de combate à corrupção e também chegou com emenda da Câmara com abuso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de autoridade – e aí não é do Ministério Público ou do Judiciário, mas de todas as autoridades – que nós precisamos discutir. O Senador Rodrigo Pacheco será o Relator, por designação da nossa Presidente, e eu gostaria de ouvi-lo, porque talvez isso seja uma forma de nós podermos implementar medidas que já foram tratadas pela Câmara dos Deputados e que aqui poderiam dar instrumentos para avançarmos.

Por fim, o senhor falou sobre a questão financeira do País, a questão fiscal, mas o Brasil tem recursos, Ministro. Agora mesmo, na cessão onerosa, nós estamos falando de R$100 bilhões. Neste momento, no Fundo Social do Pré-Sal, nós possuímos mais de R$30 bilhões.

Eu acho que é absolutamente correto destinarmos parte desse recurso para o combate ao crime neste País. Que nós possamos ter recursos para poder, efetivamente, fazer o enfrentamento.

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Queria ouvir a posição de V. Exa. sobre isso e, mais uma vez, também empenhando o que disse o Senador Rodrigo Pacheco, ouvir a opinião de V. Exa. com relação à CPI, que, neste momento, está tramitando na CCJ, porque, ontem, por deliberação do Presidente Davi Alcolumbre, a matéria foi indeferida e enviada ao Arquivo, mas, de ofício, ele estabeleceu o recurso para a CCJ e para o Plenário. Portanto, esta Comissão irá se manifestar sobre o tema nos próximos dias.

Muito obrigado e meus cumprimentos a V.Exa. pelo trabalho que vem executando.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Senador.

Com a palavra o Sr. Ministro pelo tempo inicial de dez minutos para responder. Claro que, como nós colocamos mais dois Senadores, V. Exa., obviamente, terá um pouco mais de tempo também para os esclarecimentos.

O SR. SÉRGIO FERNANDO MORO – Então, do Senador Rodrigo Pacheco... Eu vou pedir escusas aqui para responder muito rapidamente.

A presunção de inocência é universalmente ligada à questão da prova. A prova tem que ser acima de qualquer dúvida razoável. Isso, a meu ver, é algo não passível de modificação. O projeto não muda isso e o Presidente do Supremo também não mudou isso, que diz respeito a efeitos de recursos. O que nós colocamos no projeto anticrime, embora nós estejamos colocando na lei ordinária de maneira clara o precedente do Supremo, também, na mesma linha do Supremo, estabelecemos a possibilidade da exceção. Então, se apresentado um recurso com plausabilidade a um tribunal superior – vamos supor um caso que envolva a liberdade de expressão ou um caso que envolva uma liberdade fundamental – possa o tribunal superior conceder o efeito suspensivo. O errado é transformar isso em regra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No processo penal, nós não podemos nos esquecer de que, muitas vezes, confundimos isso com uma disputa entre o Ministério Público e um advogado de defesa. Mas, no fundo, o que nós temos normalmente é alguém acusado de um crime e uma vítima – e, às vezes, a vítima é toda a sociedade. Então, tem que ser equilibrado. Aquelas situações de absoluta impunidade de crimes graves, simplesmente porque o sistema não anda, não funciona ou, às vezes, é manipulado por pessoas poderosas que têm condições de manipular o sistema são realmente inconsistentes com os nossos anseios de igualdade e de justiça.

Não acho que haja aqui incoerência em relação à execução imediata dos vereditos do Tribunal do Júri. No fundo, é um precedente da 1ª Turma – inclusive quem compõe esse precedente da 1ª Turma é o Ministro Toffoli –, enquanto a segunda instância tem uma posição intermediária, colocada no STJ, mas entende que a soberania dos vereditos autoriza a execução dos vereditos do Tribunal do Júri. Então, não vejo essa intolerância.

Das penas alternativas, a própria proposição, dentro do projeto de acordos de não persecução e mesmo acordos de *plea bargain*, favorece esse tipo de solução que minora o problema da população carcerária.

Em relação à Comissão Parlamentar, à CPI, eu, repetindo aqui o Ministro Toffoli, diria que essa é uma questão que tem de ser decidida pelo Congresso. Há que se resguardar a independência do Judiciário, mas resguardar também, igualmente, a independência do Congresso. É uma questão que terá de ser decidida com sabedoria pelos Srs. Parlamentares.

Com relação à questão da impunidade colocada pelo Senador Arolde de Oliveira, eu concordo. Nós temos que trabalhar. Na questão do incremento de pena, eu normalmente sou refratário ao incremento de pena, mas eu concordo que nós temos que endurecer em relação a certa criminalidade, à criminalidade mais grave.

Uma das propostas que nós colocamos no projeto é: condenado por crime hediondo com resultado morte, para progredir, tem que cumprir pelo menos 3/5 da pena, e ainda é sujeito a uma avaliação de mérito. Isso não é inconsistente com o Estado de direito.

Houve agora recentemente o caso de um brasileiro condenado, na Espanha, por homicídio. Ele matou vários integrantes da sua família brasileira e foi condenado pela Espanha à prisão perpétua, enquanto nós vemos, muitas vezes, aqui no Brasil, pessoas condenadas por homicídios qualificados que cumprem nem dez anos de pena de prisão. As pessoas não entendem isso, e eu acho que as pessoas estão com razão. Realmente, tem que haver maior rigor para esse tipo de crime. Então, concordo em absoluto com a sua proposição. Acho que realmente há que se endurecer em relação à criminalidade mais grave, e o projeto vai nessa linha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na questão do abuso de autoridade, como eu disse anteriormente, acho que nenhuma autoridade está imune à lei e não deva ser responsabilizada, mas há que ser muito bem avaliada a forma como isso vai ser tratado para que também não seja um efeito inibidor de determinadas decisões e, às vezes, de determinadas posturas mais ousadas. Então, não raramente, no caso da Operação Lava Jato, eu proferi decisões de prisões que foram mantidas. A grande maioria foi mantida pelos Tribunais Superiores e até pelo Supremo; poucas foram revisadas, mas eventualmente sempre se dizia: "Abuso de prisão preventiva." Não, eu tinha uma situação de corrupção como regra dentro de determinadas estatais brasileiras, dentre elas a Petrobras. Havia um comportamento naturalizado. Havia pessoas que haviam recebido vantagem indevida durante o período em que estavam sendo julgadas pelo Supremo Tribunal Federal na Ação Penal 470.

Então, olha, se nem o fato de a pessoa responder a uma ação penal perante o Supremo Tribunal Federal serviu como elemento inibidor de práticas de corrupção, precisa realmente haver uma resposta firme, pesada, drástica. Prisão preventiva tem que ser exceção, não tenho dúvida, mas havia situações excepcionais. Uma grande empresa brasileira tinha um departamento de pagamento de propina! Ela subornou quatro – dá para falar um pouco mais... – Presidentes do Peru, sucessivamente. Então, havia uma prática disseminada que merecia um remédio amargo. Há de ser uma decisão muito ponderada, muito estruturada em provas e com base nas situações que justificam, mas, às vezes, há de ser tomada essa medida drástica.

Não raras vezes, por ter tomado essas medidas, algumas pessoas queriam defender que eu tinha abusado de autoridade, que eu devia ser punido, que eu devia sofrer punição disciplinar, que eu deveria ser expulso da magistratura. Nós resistimos. Mas isso geralmente gerava um certo incômodo e eventualmente pode servir como elemento inibidor.

Então, o projeto de lei de abuso de autoridade, a lei de abuso de autoridade não é um problema. Nós já temos inclusive uma lei vigente. Mas nós temos que analisar bem os projetos existentes para que o remédio não seja excessivo. Compreendo – vamos dizer – as preocupações dos agentes públicos, dos agentes políticos em relação aos excessos, mas há que ser muito bem construído para evitar que o remédio também tolha a autonomia e a liberdade dos órgãos policiais, do Ministério Público e da Justiça.

Não estou discordando do Senador, temos até convergências. Desculpe-me pela veemência em colocar minha posição. Não estou rebatendo exatamente o que V. Exa. colocou; pelo contrário, acho que existe convergência.

Senador Elmano Férrer, muito gentis as suas palavras, que eu agradeço. Fico, realmente, sensibilizado. Foi um trabalho institucional, e circunstancialmente eu fiz parte desse trabalho institucional. São cabíveis pontuais críticas a esse trabalho, nada está imune a críticas. Mas eu acho que, realmente, houve um avanço de enfrentamento da grande corrupção no Brasil, a tradição de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

impunidade foi quebrada ou, pelo menos, não é o mesmo cenário. O nosso grande desafio hoje é como consolidar esses avanços que serão saudáveis para todos: para os agentes públicos, para os agentes políticos honestos, para as empresas que atuam com correção e para responder àqueles anseios da sociedade. Eles querem – vamos dizer – ter fé, confiança no Governo, no Congresso, no Judiciário; e, para isso, realmente, é necessária uma maior integridade. Agradeço as suas considerações. Realmente, é um desafio consolidar esses avanços e tentar estendê-los para outras áreas que também são aspirações do nosso povo, vitimado por essa violência cotidiana de rua, pelo crime, pelo crime organizado.

Toda ideia em cima do Ministério da Justiça e Segurança Pública é aumentar o governo de leis, que os anglo-saxões chamam de *rule of law*. É um desafio grande, não vai ser feito sozinho, há que ser feito em parceria com a sociedade e com o Congresso. Não é algo simples, mas são questões que têm que ser enfrentadas.

Vou colocar um exemplo: com relação à maior organização criminosa do País, um dos primeiros passos que foram tomados – que foi feito com o Governo de São Paulo em uma integração entre as forças federais e as forças policiais estaduais, inclusive, com o Ministério da Defesa – foi o isolamento das 22 lideranças dessa organização criminosa em presídios federais. Presídios federais não têm histórico de rebelião, fugas, e as comunicações externas são muito mais controladas do que nos presídios estaduais. Então, é possível avançar. Parte do enfrentamento do crime organizado passa pelo isolamento das lideranças criminosas. Não é a única coisa que resolve, mas é um passo importante para sinalizar que o crime não compensa. E nós não vamos ser lenientes com a criminalidade dessa espécie. Eu acho que o que era um problema local, muitas vezes de São Paulo, que cresceu, expandiu-se para o restante do País, para vários Estados, essa organização, em parte, por uma certa acomodação. Claro que foram feitas coisas positivas também anteriormente, mas nós precisamos dar um recado claro para essas organizações que vamos trabalhar com eficiência para desmantelá-las.

(*Soa a campainha.*)

O SR. SERGIO FERNANDO MORO – Meu tempo venceu. Posso ganhar uns minutinhos? Em meu favor, vamos dizer que são várias perguntas quando os Senadores falam. Então, tem que haver várias respostas.

Senador Alessandro, concordo com suas ponderações quanto a não haver uma correlação tão clara entre o Estatuto do Desarmamento e a redução de homicídios; pelo contrário, o índice de homicídios foi crescendo ano a ano. É claro que tem de se ter uma preocupação com o controle de armamento disponível, mas o criminoso normalmente não utiliza esses meios oficiais para obter essas armas. Então, é uma política que tem de ser feita de uma maneira muito ponderada. Não creio que a flexibilização que houve foi algo exagerado, e nem algo excessivamente tímido. É respeitar a posição daquelas pessoas que se sentem mais seguras tendo uma arma. Não estamos falando aqui de fuzis,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

rifles automáticos, armas de repetição, armas que podem causar assassinatos em série, mas pessoas que podem ter essas armas para se proteger em um cenário em que o Estado muitas vezes falha na prestação dos serviços de segurança. Então, há que se respeitar a posição também dessas pessoas.

Concordo absolutamente com a sua ponderação, Senador. Por mais que nós invistamos em tecnologia, em estratégia, em gestão, o que conta é o homem e a mulher da ponta, e nós precisamos de policiais, realmente. Um dos meios pelos quais Nova York reduziu seus índices de criminalidade de uma maneira muito significativa, a despeito de toda uma política estratégica, foi também de colocar mais policiais na rua. Isso, sim, faz a diferença. Estamos atentos à necessidade de recompor os quadros da Polícia Federal e da Polícia Rodoviária Federal, com, às vezes, alguns limitadores orçamentários, mas há essa percepção por parte do Governo do Presidente Jair Bolsonaro da necessidade de investir nessa área.

A questão do Banco Nacional de Perfis Genéticos tem que realmente ser tratada com muito cuidado. O projeto piloto é para cinco Municípios nas cinco regiões, para que cada uma seja atendida. É um projeto piloto, então, nós queremos nos concentrar para fazer algo bem feito e, a partir dessa experiência com os aprendizados que dela virão, expandi-la. Mas isso não significa que todos os demais Municípios ficam desamparados, porque vale a política geral de enfrentamento da criminalidade, de apoio com o Susp, de atuações pontuais da Polícia Federal e da Polícia Rodoviária Federal. Ou seja, não é um desamparo, é apenas uma focalização inicial em cinco Municípios.

(*Soa a campainha.*)

O SR. SERGIO FERNANDO MORO – Perdão. Só para finalizar, não vou poder responder a todas as questões.

Chamamos a Delegada Danielle Garcia. Outra política do Ministério é premiar, reconhecer o trabalho daqueles policiais que se destacam com coragem e competência. Acho que isso também é importante.

Senador Anastasia, como diz o senhor, o tempo foge. O problema aqui do tempo é realmente sério. Nós estamos trabalhando, Senador – posso lhe dizer com muita segurança –, na implementação do Susp. Essa foi uma política importante da gestão anterior. Houve um avanço da gestão do Ministro Raul Jungmann. Não tenho problema em reconhecer o mérito. Tenho um bom relacionamento com o ex-Ministro. E nós queremos aprofundar. Muitas vezes, realmente, é um problema de gestão. Quem conversa com o Gen. Braga Netto sobre a intervenção no Rio de Janeiro chega à conclusão que, dos vários problemas, havia um problema sério de gestão. Isso tem que ser enfrentado. Não adianta nós fazermos investimentos que não sejam eficientes. E, para isso, nós precisamos realmente de gestão.

O Susp pode funcionar como um elemento – vamos dizer assim – uniformizador dessas práticas de gestão. Este é um dos objetivos do Ministério: buscar padronização da atuação das polícias, seja

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eventualmente aqui provocando o Legislativo, quando necessário, seja através de protocolos infralegais. Estabelecer, por exemplo, um protocolo para diligência de reconhecimento – como fazer, como seguir? –, e utilizar o Susp e as verbas disponíveis para tentar induzir a adoção das melhores práticas.

Sobre o sistema penitenciário, concordo. Conheço a experiência das Apacs. Devo visitar uma brevemente, já na condição de Ministro. Eu acho que tem que se pensar, realmente, na porta de saída do preso e em soluções menos caras...

(*Soa a campainha.*)

O SR. SERGIO FERNANDO MORO – ... para condenados por crimes que não demandem um regime prisional extremamente severo.

Sobre a questão das PPPs, eu acho que todas as cartas estão na mesa. Como eu disse já, e vou repetir, numa frase: o que vale é pegar o rato e não a cor do gato. Confesso que nós temos de nos aprofundar na análise, pelo Ministério, dessa experiência e verificar a possibilidade ou não da replicação dela em outras unidades da Federação. Mas nós estamos de olho, pode ter certeza disso.

Senador Eduardo Braga, existe a necessidade de se aumentarem os recursos. Vamos conversar sobre essa questão do Fundo Social com a área econômica. O senhor não é o único Senador que chamou a atenção para esse ponto. Eu acho realmente relevante. É algo a ser analisado, já que esta área realmente demanda bastantes investimentos.

Uma questão em especial é, no entanto, como melhorar a execução desses recursos. De fato, eu tenho aqui dados de 2016: as transferências fundo a fundo, Funpen para os fundos penitenciários estaduais, foram da ordem de R$1,209 bilhão. Eu tenho aqui percentuais que nós colhemos no final do ano passado: em torno de 24% desses recursos apenas foram executados, o que é muito baixo. Precisamos aumentar os recursos? Precisamos aumentar, mas precisamos aumentar nossa capacidade de execução. Quem está errando aqui? E aqui eu vou repartir a responsabilidade: tanto os Estados e o Distrito Federal como o Ministério da Justiça. Nós precisamos de projetos, que muitas vezes nós não temos, ou, quando são apresentados esses projetos, o Ministério não tem capacidade de avaliação. Embora seja fundo a fundo, o TCU exige que seja apresentado um projeto e que seja...

(*Soa a campainha.*)

O SR. SERGIO FERNANDO MORO – ... acompanhada a execução pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Um dos nossos planos – e aqui nós temos uma carência realmente real – é de que nós precisamos de mais engenheiros no Ministério da Justiça. E nós estamos aí tentando investir, estamos encontrando uma solução para obter esses engenheiros, para solucionar o problema, pelo menos no âmbito do Ministério, e também auxiliar os Estados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A preocupação com a Amazônia é real. Vários Governadores e Parlamentares da região nos têm procurado preocupados. É uma vasta fronteira. O que nós temos para este ano previsto, em matéria de inteligência, é a instalação de um centro integrado de comando e controle, à semelhança do que existe em Fortaleza, na Região Norte. O local ainda não foi definido. Mas, se os recursos são escassos, precisamos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. SERGIO FERNANDO MORO – ... focalizá-los de maneira inteligente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Ministro.

Eu peço a compreensão, porque o Ministro precisa de um intervalo de cinco minutos, mas não sem antes esclarecer que nós temos apenas, a princípio, mais sete oradores inscritos. Nós voltaríamos em cinco minutos, fechando um bloco só. Os sete Senadores usam a palavra, e o Ministro encerra.

Eu vou suspender, portanto.

Está encerrada por cinco minutos a presente audiência pública.

(*Suspensa às 13 horas e 52 minutos, a reunião é reaberta às 14 horas e 04 minutos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Declaro reaberta a presente audiência pública.

Na ordem de inscrição, vamos aos oradores inscritos.

Acredito que possamos fazer um único bloco, Senador Marcio. Então, não há preocupação. Cada Senador terá cinco minutos, e o Ministro encerra, respondendo aos interpelantes e fazendo as considerações finais.

Então, na ordem aqui, nós temos, como titulares, Senadora Rose, Senador Jorginho e Senador Marcos Rogério; e, na suplência, em seguida, seriam a Senadora Leila, a Senadora Daniella, o Senador Major Olimpio, o Senador Marcio Bittar; e, encerrando, o Senador Izalci. Na última ordem de inscrição, o Senador Dário Berger.

Vamos à Senadora Rose de Freitas pelo tempo de cinco minutos.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES. Para interpelar Ministro.) – Bom, inicialmente, quero saudar os meus colegas aqui presentes e o Ministro.

É muito importante para nós desta Casa o debate para que nós possamos formar juízo de matérias e de projetos que tramitam nesta Casa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ministro, eu tenho grandes preocupações. Eu fui Constituinte, estou aqui desde 1987. Sou do time dos dinossauros que ficam trabalhando nesta Casa tentando encontrar, junto ao Executivo, uma forma mais integrada de agir e não se propondo a debates inócuos que não chegam a quase nada.

Portanto, primeiro, eu quero falar como mulher. A nossa pauta não pode se esvaziar mais nessa questão de gênero porque continuamos vivendo os mesmos percalços dia a dia na vida pública. Quando estive com V. Exa., ao lado do Governador Casagrande, nós tivemos a oportunidade de falar sobre o botão do pânico, que hoje está comungado com diversas mulheres, aliás, todas as mulheres e vários Senadores. Nós propúnhamos, inclusive, que o botão do pânico fosse adotado como uma política que pudesse auxiliar na prevenção e no combate à violência toda a que a mulher hoje é acometida.

Eu gostaria de perguntar a V. Exa. se há consideração sobre isso porque, na verdade, em Governos anteriores, desde que foi criado o botão do pânico pela Juíza Hermínia no nosso Estado, nós temos feito uma caminhada nacional. Muitos falam, premiam – no Innovare, fui premiada –, mas, para adotar medidas protetivas em relação à questão do gênero, não há política no nosso País que se dedique a isso. Eu gostaria de contar com o compromisso público que V. Exa. tem de combate a tudo, inclusive a essa violência que mata mais de cinco mil mulheres ao ano, 40% delas morrem em relação à questão de violência doméstica, o famoso feminicídio. Então, queria ouvi-lo.

No pacote anticrime de V. Exa... Antes de falar do pacote, eu queria falar do orçamento. Eu presidi o orçamento – lembrei a V. Exa. – numa época em que havia quatro anos que não havia orçamento – um absurdo isso – nesta Casa. Tudo era do duodécimo, e o Governo fazia o que queria. E aí, quando fui escolhida por todos os partidos da Casa para presidir essa comissão, eu tive a oportunidade de trabalhar intensamente, e nós tivemos o orçamento, o que deu uma visibilidade de uma possibilidade de gestão para diversas áreas, inclusive para a área educacional, que não tinha gestão de nada – creches parando, escolas fechando, hospitais, e tudo mais.

Eu fui Relatora do Fundo do Susp, e lá nós dotamos um orçamento de R$1,2 bilhão, e eu também citei isso a V. Exa. Eu queria saber o que foi feito, porque, na verdade – e aí V. Exa. vai me permitir falar com a liberdade de quem quer ajudar... É muito importante que, ponto a ponto, posição a posição, estabeleça-se um diálogo para a construção de saídas com coisas que dependem do Executivo, atitudes que dependem do Legislativo, iniciativas nossas. Esse orçamento foi votado no Governo anterior, mas ele tinha dotação orçamentária. O que aconteceu com esse R$1,2 bilhão? Porque ele tinha projeto, ele tinha aplicabilidade. Portanto, ele iria para restos a pagar. E esse recurso de restos a pagar está na mão de V. Exa. Ou o Ministério ainda não se ateve a isso ou então V. Exa. vai ser sacrificado...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Desculpe, eu vou completar. Não sei se essa campanha tocou por acaso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

V. Exa. tem que constituir uma comissão que estabeleça um diálogo dentro desta Casa e que provenha de dados a sua comissão para que saiba que tem como utilizar o restos a pagar, porque ele não foi jogado no lixo. Eu disse isso ao Senador Eduardo, que aqui estava, pedindo a ele até que fizesse essa colocação. Se V. Exa. precisar de ajuda... Ajuda é uma palavra forte. Acho que V. Exa. não precisa de ajuda, mas, se precisar de apoio, estamos aqui todos à disposição para ajudar a que V. Exa. desempenhe melhor seus compromissos, suas atividades hoje constitucionais.

Esse pacote anticrime eu li com muita atenção. Eu fiquei atenta porque não encontrei nada que falasse sobre a questão das mulheres. Hoje eu ampliaria mais ainda a questão de mulheres por crimes permanentes, constantes a mulheres, idosos, crianças, haja vista que nós tivemos aqui o Senador Magno Malta, que tratou da questão da pedofilia por anos e anos, e foi aí que o mundo conheceu praticamente o grau de crime nessa área da pedofilia.

Mas há uma coisa no pacote anticrime de V. Exa. que me chama a atenção e me deixa um pouco preocupada. É sobre essa questão do informante do bem. V. Exa. tem que levar em consideração que eu sou política, estudei até o quinto período de Direito, mas eu não consegui entender o comprometimento e eu tenho que defender aquilo em que acredito e pedir esclarecimento sobre aquilo em que eu tenho muita dúvida. E eu tenho muita dúvida sobre o que é esse informante do bem. Quer dizer, há um texto que diz assim: "Quando as informações disponibilizadas resultarem em recuperação de produto de crime contra a Administração Pública, poderá ser fixada recompensa em favor do informante em até 5% (cinco por cento) do valor recuperado". Oferecer comissão... Essa forma que é colocada não incentiva a criação de um mercado de crime paralelo? Não é porque está denunciando que é do bem. Pode-se formar aí uma nova quadrilha, que pode usufruir desse espaço, pode interagir, pode ter até um sistema: "Olha, tem um roubo tal. Essa é para você. Fique com essa". Os caçadores de recompensa que vão fomentar práticas criminosas, que nós estamos querendo, ao que tudo indica, exterminar. E não dá para recompensar aquilo que a gente não sabe o que é. Ainda que a intenção seja boa, e eu acredito que é, há pessoas de má-fé, de má índole espalhadas por este Brasil afora.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Então, eu acho que para denunciar o ilícito não deveria haver uma recompensa, porque eu vi coisas na ditadura... Eu ia chamar o senhor de Senador. Estou profetizando, ou não?

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Mais um minuto, Senadora Rose. Já se passaram dois minutos, e vou dar mais um minuto para V. Exa. concluir, por favor.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Eu agradeço a generosidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada. Até porque o tema é extremamente relevante e a pergunta seria a minha também.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Ah! Que bom!

Então, eu teria mais uma colocação sobre essa questão desse informante do bem.

Eu também queria registrar que nos informaram – e eu quero conferir esses números – que, em 2018, a Lava Jato recuperou, devolveu R$848 milhões aos cofres públicos, e não está clara para mim a distribuição desses recursos. Eu acho que deveria haver um projeto específico sobre isso. Acho que foi o Eduardo, ou outra pessoa, que elogiou o fato dizendo: "Olha, se falta dinheiro e está sendo devolvido dinheiro aos cofres públicos, poderia V. Exa., com todo o projeto que tem, priorizar a utilização desses recursos também.". E eu também discutiria a área educacional.

Então, fica aqui... Eu não sei qual é a intenção do Poder Executivo e se V. Exa. tem uma proposta relativa a isso.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Senadora Rose de Freitas.

Com a palavra o nosso Vice-Presidente, Senador Jorginho. Em seguida, Marcos Rogério, e passaremos à suplência: Senadora Leila, Senadora Daniella, Senador Major Olimpio, Senador Marcio Bittar, Senador Izalci, Senador Dário Berger, e, para encerrar, Senador Serra.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - SC. Para interpelar Ministro.) – Muito bem. Quero cumprimentar a nossa Presidente, Simone Tebet, cumprimentar o Ministro Sergio Moro, cumprimentar todas as Senadoras e Senadores. Eu não vou fazer perguntas, Ministro, porque já se passaram diversos assuntos e V. Exa. já respondeu.

Talvez possa reafirmar aqui que a polícia investigativa, muitas vezes, nos fala do não bloqueio dos celulares para não ocasionar rebeliões. Mas não dá para se montar algo para que a polícia tire proveito das conversas dentro do presídio, não só para evitar a rebelião? É uma indagação.

Eu quero cumprimentá-lo. Eu quero cumprimentá-lo e não precisa anotar nada. O senhor é um homem que teve a coragem de deixar a magistratura; a sua caneta era forte, era pesada. O senhor foi o divisor de águas da seletividade penal no Brasil, eu não tenho dúvidas disso. O senhor foi o divisor de águas. O senhor deixou a função de magistrado para vir para um projeto político, o senhor foi um homem corajoso. Eu gostaria de saber como está o seu ânimo, como está a sua coragem, como está a sua animação. O senhor nunca foi muito sorridente, pelo que eu o conheci. Mas como está isso? Isso pesou mais? Isso o entristeceu? Isso está fazendo com que o senhor perca o sono? (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor veio para a planície agora; antes, a sua caneta furava o papel, não é? O senhor sabe disso. E agora o senhor precisa dialogar muito.

Eu até queria lhe pedir: o senhor precisa vir mais ao Congresso, o senhor precisa falar mais com o Senado. Aqui há cabeças brilhantes que podem ajudar o Brasil a destravar, a modernizar, a mexer na legislação, porque o processo... A nossa Presidente é uma brilhante advogada. Nós estamos fazendo um trabalho, vai ser feito um trabalho da reformulação do Código Penal, do Código de Processo Penal e do Código Penal, e podemos ajudar muito, ajudar muito.

O senhor precisa não só se preocupar com as questões burocráticas lá do Ministério, aquela papelada, aquilo para que, às vezes, não há solução. Há gente que tem prazer em travar, há gente que não se sente importante se não despachar um papel para frente. O senhor vai ter que... Eu faço um pedido para que o senhor venha mais ao Senado, o senhor converse mais, de forma mais prazerosa, e não só quando convidado. Venha mais. O Brasil precisa disso. Há pessoas aqui brilhantes que podem ajudar muito, muito, muito, muito na construção de tantas coisas. Até porque todos nós esperamos de V. Exa. muita coisa. O senhor foi escolhido como centroavante. O senhor tem que marcar gol. O Governo Bolsonaro tem dois centroavantes em que eu acho que ele aposta todas as fichas: em V. Exa. e no Paulo Guedes. Portanto, não dá para chutar a bola para trás. O senhor tem que pelo menos... A gente quer ser torcida nessa grande empreitada. Então, eu quero cumprimentá-lo. O senhor...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - SC) – O Brasil o conhece, o Brasil o aplaude. Insisto: o senhor foi o homem divisor de águas, porque só pobre, preto etc. e tal iam para a cadeia. Disso o Brasil não vai esquecer nunca. É por isso que o senhor tem esse grande compromisso e essa responsabilidade.

E eu quero me somar. Eu quero ajudá-lo. O Senado da República pode ajudá-lo. Então, que o senhor seja um grande animador disso tudo, venha para cá, vamos conversar, porque o Brasil precisa de todos nós.

Muito boa sorte!

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada ao nosso queridíssimo e sorridente Vice-Presidente Jorginho Mello.

Com a palavra, por cinco minutos, o Senador...

Não, agora, com todo respeito, é brincadeira, não é? Há um ditado no meu Estado que diz assim: o sujo falando do mal lavado. Numa brincadeira, porque, realmente, Ministro, o nosso Vice é um Senador querido por todos nós. Tenho certeza de que foi...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Foi uma grande intervenção, hein?

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... além de grande, carinhosa a intervenção.

Com a palavra o Senador Marcos Rogério, pelo prazo de cinco minutos.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Para interpelar Ministro.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, Sr. Ministro, Dr. Sergio Moro, a quem saúdo por sua exposição e disposição em dialogar com o Parlamento. A democracia se faz com muito diálogo, com muito esforço para compreender temperamentos, com muito esforço para compreender circunstâncias, construir na divergência e na convergência. V. Exa. vem de uma escola que não segue essa cartilha, mas V. Exa. vem de uma atuação que deu orgulho ao Brasil; mais do que isso, deu esperança ao Brasil.

Eu tenho observando, nesses últimos dias, o quanto a população brasileira espera de V. Exa., e há um sentimento na sociedade que... E o Parlamento precisa fazer reflexão em relação a isso também, com as responsabilidades que tem no filtro das propostas e das iniciativas que aqui chegam, porque a matéria que tem o carimbo do Moro parece ser a matéria perfeita. E não há ideia perfeita, acabada, que não mereça sugestões, ponderações, correções, ainda que venha de pessoas que tenham o melhor dos objetivos, o melhor dos propósitos, como sei que é o caso de V. Exa.

V. Exa. traz a este Parlamento um conjunto de propostas, o endurecimento do cumprimento das penas, com o que concordo, desde logo devo acrescentar. Mas eu penso que o problema do Brasil, Ministro, não é ausência de pena, não é ausência de lei. Nós temos penas demais, e, na extensão da condenação, execução de menos. Alguém que é condenado no Brasil a dez anos de cadeia cumpre dez anos de cadeia? Não, não cumpre. E o cidadão lá na ponta não compreende essa lógica. "Mas foi condenado a dez anos! Por que ficou lá tão pouco tempo e já está solto novamente, muitas vezes, reincidindo nas mesmas condutas, nos mesmos crimes?" Você tem causas de diminuição de pena, você tem situações de remissão, comutação, uma série, uma sequência de benefícios que tornam a política de execução penal inefetiva no Brasil. Aliás, V. Exa., com a legislação que nós temos hoje no Brasil, conseguiu dar ao País uma contribuição, repito, extraordinária no enfrentamento a organizações criminosas da pior espécie.

V. Exa. deu, repito, esperança ao Brasil não com a legislação que vamos aprovar; com a legislação que temos em curso. Então, é possível fazer alguma coisa, é possível fazer mais a partir do marco legal existente no Brasil.

Eu respeito o Ministério Público – e tenho feito defesa do MP na Casa desde quando fui Deputado Federal –, respeito a magistratura, mas, com a mesma legislação, esse enfrentamento não se dá na mesma medida e na mesma direção daquela praticada por V. Exa. a partir da Operação Lava Jato.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é preciso fazer aqui reflexões de que o problema do Brasil não é só normativo, não é só um problema legal.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Há um problema de inexecução da norma inexistente. Mas, claro, conhecendo os entraves que enfrentou, V. Exa. tem condições de apresentar mudanças que aprimorem, que melhorem, que tornem mais efetivo o agir do Estado no enfrentamento ao crime organizado.

Faço essas ponderações brevíssimas, em razão do tempo, para dizer que eu trabalharei pela aprovação das propostas que V. Exa. traz a esta Casa, a este Parlamento, iniciando pela Câmara, claro, com as cautelas que o tema exige, com as ponderações que serão, obviamente, parte desse enfrentamento aqui nesta Casa.

Mas eu queria trazer duas reflexões aqui, Sra. Presidente, se me permite, que são importantes: primeiro, em relação à questão das fronteiras, e já foi dito aqui hoje que não se combate o crime organizado com fronteiras abertas como nós temos no Brasil. Nós fazemos fronteira, Sr. Ministro, com pelo menos dez países da América do Sul. Temos cerca de 17 mil quilômetros de fronteira e vigia praticamente nenhuma. Quando a Operação Ágata vai acontecer nas fronteiras, primeiro se anuncia: "Olha, a partir do dia tal, acontece a Operação Ágata." Anuncia-se ao criminoso, ao autor de contrabando, ao traficante, ao narcotraficante, ao que furta e ao que rouba para trocar por drogas e armas que a Operação Ágata vai chegar. É inefetivo. É preciso haver uma política efetiva de controle das fronteiras, de guarda das fronteiras.

E eu concluo a minha fala com o último ponto, em relação à prisão, à execução da pena em segunda instância.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Concluo aqui, Sra. Presidente, a minha observação.

Penso que esse tema seria até desnecessário com a Constituição que nós temos. Para mim, não haveria necessidade de se mudar a Constituição, como não está sendo proposto. O que nós temos que ter é essa matéria positivada em razão da insegurança jurídica que se instaurou a partir das mudanças de posicionamentos do Supremo Tribunal Federal. O nosso Código de Processo Penal da década de 40 previa a prisão em primeira instância, e não em segunda, e a Constituição de 1988, trazendo a presunção de inocência, em 1991, pela primeira vez, a Suprema Corte enfrentou essa matéria e assegurou a manutenção do modelo de execução provisória. Em 2009 muda-se.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Em 2016, muda-se novamente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Desculpe, Senador Marcos. Por favor, para concluir.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Então, concluo, dizendo a V. Exa. que, como disse aqui o nosso nobre colega, Senador Jorginho, venha mais ao Parlamento, dialogue mais. Eu tenho certeza de que vai ganhar o Brasil, porque V. Exa. já deu mostras do compromisso que tem com a sociedade brasileira.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu que agradeço. Eu peço desculpa pela interrupção dos colegas. Eu sou obrigada a exercer esse papel. Já são 14h30, e não podemos esquecer que às 16h nós entramos na Ordem do Dia, e nós temos aqui mais sete ou oito Sras. e Srs. Senadores. Eu vou ser realmente rigorosa em relação ao tempo.

Com a palavra a Senadora Leila; em seguida, a Senadora Daniella e o Senador Major Olimpio.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. Para interpelar Ministro.) – Boa tarde, Ministro, Presidente Simone, Senadoras e Senadores.

Ministro, primeiro, eu quero pedir desculpas. Eu estava na CAS, em audiência com o Ministro Mandetta, da Saúde; peguei aqui a audiência correndo.

Então, alguns pontos do pacote... Eu não acompanhei a sua explanação e eu tenho uma preocupação, porque o pacote tem avanços, isso é claro, e é muito voltado para punição dos crimes, mas, na minha condição – eu trabalhei muito no Executivo, aqui no Distrito Federal, como Secretária de Esportes –, a gente tem uma preocupação quando se refere à segurança pública que é o aliciamento do crime organizado aos jovens. Dentro do pacote, a gente não vê um trabalho com relação à prevenção, e a gente sabe que os maiores punidos nessa guerra são os jovens.

Eu gostaria de saber do senhor, com relação a essa prevenção, o que o Ministério da Justiça pretende propor com as demais pastas, até porque essa prevenção nós não fazemos só com essa punição, só com penas pesadas; nós temos que fazer um trabalho integrado com outros Ministérios como o da Educação, a Secretaria Especial da Cultura, do Esporte. Então, eu tenho uma preocupação, Ministro, sincera mesmo, com relação à vida dos nossos jovens, a esse aliciamento e à prevenção.

Outra coisa, Ministro, como representante do Distrito Federal, de Brasília, eu não poderia deixar de comentar sobre a decisão, nessa semana passada, e a estratégia da segurança com relação a trazer o líder da maior organização criminosa do País para uma unidade prisional de segurança máxima aqui em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Brasília. Eu sei que o senhor sabe que essa unidade está a poucos minutos daqui da Praça dos Três Poderes e a menos de 2km de região povoada urbana, no caso de São Sebastião, Jardim Mangueiral, Jardim Botânico. Pensando nessa situação, eu gostaria de perguntar ao senhor se o Governo Federal tem pensado em ajudar, em dar apoio ao governo local em questões de investimento na inteligência, até porque a gente tem que barrar, tem que combater a chegada do PCC ao Distrito Federal de uma forma efetiva. E como assegurar o reforço da segurança ao redor da área do complexo, porque, como eu falei, esse complexo de segurança máxima está a 2km de regiões administrativas bastante povoadas da nossa Brasília.

Obrigada, Ministro.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC. *Fora do microfone*.) – Parabéns à Senadora Leila, que cumpriu o horário!

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Senadora Leila, duplamente: pelas perguntas, mais do que pertinentes...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Eu sou disciplinada.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – É, como toda grande desportista.

Eu passo a palavra para a Senadora Daniella pelo tempo de cinco minutos.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB. Para interpelar Ministro.) – Sra. Presidente, nosso Vice-Presidente, Senador Jorginho, Ministro Sergio Moro, é uma alegria estar aqui também na manhã de hoje, mesmo estando desde cedo – não é, Senadora? –, com fome, com água e café, mas estamos aqui fazendo aquilo que o Brasil espera de nós. E, daqui a um pouquinho, estaremos também na Comissão de Assuntos Econômicos. O Ministro já chegou por lá.

Mas não poderia deixar também de trazer algumas observações, inclusive, a partir do que V. Exa. colocou na sua fala e que é uma preocupação para mim, como representante, e, acredito, para muitos dos Senadores e Senadoras... Claro, eu estava até dando uma olhada, fazendo questão de ver a própria finalidade da audiência pública, que trata de prestar informações e esclarecimentos a respeito do pacote anticrime, mas também da atuação do Ministério da Justiça. Concomitantemente, a questão do projeto de lei anticrime, ou seja, o que o Governo propõe para a parte legislativa...

Mas a minha pergunta, objetivamente falando – os cidadãos do País inteiro estão no aguardo, até porque o Governo Bolsonaro teve um apelo muito forte na área de segurança pública... De tudo aquilo que foi falado, eu anotei algumas palavras que V. Exa. disse, sempre utilizando muito: "A ideia é fazermos isso... A intenção é fazermos isso... O desejo é fazermos isso, cogitar protocolos... Nós pensamos e nós queremos fazer uma espécie de convênio...". Então, eu senti – e aí eu quero que V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tenha a oportunidade de esclarecer – pouco apelo de um programa efetivo que já estivesse acontecendo. Muito também do que o senhor citou: "Tal programa, que já existia no Governo passado, nós estamos aprofundando". Isso é muito bom. Inclusive, eu o parabenizo, porque eu acredito que nós temos que ter projetos de Estado, não de Governo. Então, aquilo que deu certo deve-se manter e se aperfeiçoar, mas eu quero dizer que, na necessidade de olharmos para o tempo que já passamos – janeiro, fevereiro, março –, a população que vivencia e todos nós, porque o crime e a insegurança não vêm somente... Claro que a gente sabe que as dificuldades são maiores para quem tem menos, que são os mais pobres, mas elas não escolhem raça, cor nem, muito menos, classe social.

Então, baseada nisso, o meu primeiro questionamento é com relação... E eu quis fazer essa observação, Presidente, me permita, porque a gente sabe que o Parlamento – e eu estou aqui, tendo oportunidade pela primeira vez – cumpre um papel fundamental e tem cumprido. O projeto de lei anticrime é muito importante, mas não é aquilo que chegou agora e nada aconteceu no passado. Este Congresso tem tido um papel fundamental no que diz respeito ao aprimoramento de leis, à condução para que o nosso País possa ter a efetividade e o tratamento necessário para a população. Então, não estamos inventando a roda; estamos tentando aperfeiçoar aquilo que ainda não está tão bem.

Mais esta pergunta: por que não ficou tão claro? Porque eu sei que para a gente resolver tudo na vida precisa-se de recursos. Então, faltou a sensação de que V. Exa. sabe exatamente o que vai se fazer e de onde vai se tirar dinheiro do orçamento. Alguns perguntaram aqui. Inclusive, eu até fiquei satisfeita com alguns questionamentos. O ruim de ficar por último é porque a gente espera o tempo inteiro; no final, você talvez nem tenha nem as perguntas, você não faça, mas é natural.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB) – Então, eu gostaria de, dentro dessa minha pergunta, a finalidade é: afinal de contas, qual o programa que o Governo tem para apresentar para o nosso País efetivamente, hoje? O que se faz? O que está se fazendo? Quanto se está investindo que faça mudar a vida da população desde que o Governo assumiu esse protagonismo?

E, em um segundo momento, deixo também uma sugestão. Permita-me, só concluindo, Presidente. É que eu vejo um preâmbulo muito forte para que a gente possa trabalhar a parte social. É como se houvesse uma necessidade – e há uma necessidade – de que possamos trabalhar também não só a questão das consequências, porque o foco foi muito naquilo que hoje se sofre com a violência, mas o que nós vamos fazer com a prevenção, com a causa? O que o Governo pensa em relação a isso e como tratar isso? Como o senhor está pensando em tratar isso nas questões transversais com outros Ministérios? Pensando ou já fazendo.

Eu acho que a gente não pode deixar...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB) – ... também de ter conhecimento.

E eu sigo as palavras do Senador Jorginho sobre a importância desse diálogo. Quero parabenizá-lo por estar aqui, neste diálogo, de permanecer, porque eu acho que nós temos muito a contribuir realmente. Assim como existem deficiências na política, existem na Justiça, existem na imprensa, existem em todos os lugares. Então, criminalizar a todos por alguns, a gente não pode fazer isso.

Então, dessa forma, eu quero agradecer a oportunidade e aguardar para ouvir as suas respostas.

Obrigada, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Nós é que agradecemos, Senadora Daniella.

Com a palavra o Senador Major Olimpio.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP. Para interpelar Ministro.) – Sra. Presidente, Senadores, a população que nos acompanha, Exmo. Ministro Sergio Moro, em primeiro lugar, o meu agradecimento como brasileiro. V. Exa. se tornou um dos poucos arremedos para o mundo de que, no Brasil, possa haver justiça. Em momentos mais agudos, quando há certeza da impunidade ao colarinho branco, à classe política, à corrupção, o senhor se mostrou um brasileiro autêntico, legítimo. Num segundo momento, V. Exa. deixou uma das carreiras mais brilhantes da área pública – e o senhor é um dos ícones da carreira da magistratura – para se colocar à disposição do Brasil, e vem fazendo com maestria, talvez com grandes desafios, porque, quando vai se tratar com a área política, necessariamente e em algumas circunstâncias aparecem as vaidades, de que V. Exa. é desprovido.

Então, eu vejo... E aí, entrando na questão do pacote que V. Exa. apresentou pelo Governo brasileiro, muitas vezes houve manifestações menos nobres e da área dos nobres simplesmente tentando diminui-lo enquanto V. Exa. está dizendo: "Nosso País precisa, não há mais jeito".

Quero fazer algumas poucas considerações – até por isso e como aliado permanente, conte com este aliado permanente, como brasileiro, como Senador – e pedir a V. Exa. uma atenção. O Senado votou a criação da Polícia Penal, que seguiu para a Câmara dos Deputados e seria votada, e só não foi por causa do processo de intervenção no Rio de Janeiro. Temos aí milhares de agentes penitenciários fazendo escolta, uniformizados, armados efetivamente, precisando de respaldo jurídico para a atividade que já exercem. Eu sei que V. Exa. pode ajudar a implementar através da força do Governo.

Também pondero a V. Exa. que interceda junto ao Governo. Não é uma área de V. Exa. Já está na Câmara a discussão da reforma da previdência, mas se esqueceram dos guardas municipais como atividade de segurança pública, e eles já exercem efetivamente esse papel com um grau de risco. Alguns

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

questionamentos foram feitos por algumas guardas serem desarmadas, mas os agentes socioeducativos também são desarmados e estão contemplados como atividade de risco.

Peço a V. Exa. a consolidação do Susp realmente com padronização, e até com padronização estatística, para que São Paulo pare de mentir nas estatísticas de homicídios, em que se coloca como quem tem menos de dez homicídios para cada grupo de 100 mil habitantes, porque não conta, como óbito, a lesão corporal seguida de morte. Alguém leva um tiro e vai morrer dez dias depois num pronto-socorro e, na estatística de São Paulo, é uma lesão corporal. As intervenções com a própria polícia, mesmo quando morre o policial, não fazem parte das estatísticas.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – Então, simplesmente é necessária a adequação da estatística.

O Fundo de Segurança Pública – peço uma atenção especial de V. Exa. – da ordem de 1,2 bilhão. E 10% a 15% dele foram votados e implementados com destinação de verba para habitação de profissionais da segurança pública. Eu estive com o Presidente da Caixa Econômica Federal, Pedro, intercedendo em relação a isso. V. Exa. pode ajudar a impulsionar isso, pelo grave problema de moradia para os profissionais da segurança pública. Adianto que, pesquisando, nós já temos R$800 milhões no fundo, que pode ter a parcela de 10% a 15% disponibilizada em relação a isso.

Peço para V. Exa. considerar a inclusão no próprio pacote, quando se está falando do julgamento e do recolhimento do preso, aquele condenado pelo Tribunal de Júri, a questão de que a testemunha não vá embora junto com os parentes da vítima e o algoz...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – E também uma alteração, porque nós temos crimes patrimoniais, por exemplo, no latrocínio, quando nós temos a extorsão mediante sequestro com resultado morte, que são qualificadores, para que tenham a mesma destinação de ter o julgamento pelo Tribunal do Júri e também ter a mesma destinação mais célere do recolhimento do preso.

Lembro a V. Exa. a dificuldade orçamentária que é uma dificuldade do País, mas os Estados estão dizendo – carentes – que só têm R$250 milhões neste ano, oriundos do seu Ministério.

Eu não sei se já foi questionado – eu me afastei para ir a outra Comissão – sobre isto, mas V. Exa. ontem iniciou o trabalho de uma comissão chamada Comissão do Tabaco para revisão de taxas e impostos em relação ao tabaco, como um estímulo talvez para diminuição do contrabando de cigarros. Que V. Exa. observasse isso, porque nós precisamos enfrentar o contrabando de cigarros, pois sabemos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que mais de 50% dos cigarros consumidos no Brasil são contrabandeados, mas eu entendo temerário se discutir a diminuição de tributos para...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – ... estimular o tabaco. Temos que fazer, sim, um enfrentamento duro ao contrabandista.

Agradeço a V. Exa.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Major Olimpio.

Peço, mais uma vez, desculpas, peço rigor no tempo dos cinco minutos, não é nem pelo tempo, acho que poderíamos, no tempo, estender um minuto a mais, o problema é a quantidade de perguntas, e o Ministro não vai dar conta de responder a todas elas antes do encerramento obrigatório desta audiência, que vai ter que se dar às 16h pelos termos regimentais.

Com a palavra o Senador Marcio Bittar.

Em seguida, será o Senador Izalci.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC. Para interpelar Ministro.) – Primeiro, cumprimento a Presidente Simone. É um prazer e um privilégio estar numa Comissão presidida por você, secundada pelo meu queridíssimo amigo de Câmara Federal, Jorginho, sorridente e queridíssimo amigo.

Ministro, eu queria endossar as palavras do Jorginho e do Major Olimpio no cumprimento que eles fazem ao senhor. Eu já tive oportunidade de dizer isso pessoalmente. Eu tenho impressão, aos 55 anos de idade, cristão convicto, de que a história reserva a alguns – ninguém sabe o porquê – um determinado papel, que, ao nascer e ao crescer, a gente nem imagina. Alguns fogem dele; outros, quando esse momento chega, se apresentam. E o senhor se apresentou num momento gravíssimo do País, correndo riscos. Eu o parabenizo e lhe agradeço, como brasileiro e, hoje, como Senador da República, por ter aceito esse desafio de largar uma carreira para vir se arriscar no Governo, com todas as nuances das relações humana que isso enfrenta.

Ministro, eu tenho me debruçado sobre esse tema e faço parte de uma corrente de pensamento, diferentemente do que, mais ou menos, pensa a esquerda, que gaste com educação, que se melhore o emprego que você combate a violência, diferente desse pensamento, entendendo que são temas importantes, mas que não é isso fundamentalmente o enfrentamento da completa bagunça na área de segurança que virou o País. E é fácil, países muito mais pobres do que o Brasil têm muito mais segurança do que nós; países que gastam muito menos com educação do que o nosso País têm uma segurança

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muito maior. Por outro lado, cidades ricas como Nova York, na década de 60 e 70, entrou o crime organizado e arrebentou com a segurança daquela cidade. Portanto, eu faço parte de uma corrente de pensamento de pessoas que entendem que fundamentalmente o que combate o crime é punição, é o sujeito ser descoberto, ser pego e pagar pelo crime que cometeu.

Nesse sentido, Ministro, tendo feito a campanha falando sobre isso, eu tenho três observações. Como fica, no regime de segurança máxima proposta pelo senhor, a questão do acesso do profissional do Direito, o advogado? Em plena campanha, eu dizia que nós não podemos continuar assistindo ao crime organizado comandar de dentro dos presídios brasileiros. E é óbvio que uma das maneiras que o crime organizado encontra é contratando pessoas, advogados, que não têm limites, não podem ser documentados e passam aí a sua ordem. Portanto, eu gostaria de ouvi-lo sobre isso.

Duas outras questões, Ministro. Eu respeito o pacote que o senhor mandou para cá, mas ainda acho 30 anos pouco para alguém que mata sua mãe, seu pai, com requintes de crueldade, sem direito a defesa, poder sair do regime prisional, do encarceramento aos vinte e poucos anos, eu ainda acho pouco. Por isso, apresentei um projeto subindo para 50 anos, com a possibilidade de progressão de pena a partir apenas de três quartos do cumprimento do regime fechado.

Para terminar, a sua proposta, que sei que tem a simpatia da nossa Presidente, é abaixar a maioridade penal apenas para crimes hediondos. Só que isso faz com que fiquem de fora... O Brasil, nos dados oficiais – questionado pelo Olimpio – tem 63 mil homicídios, mas também temos sessenta e tantas mil mortes violentas no trânsito.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – Terminando.

Fundamentalmente, o que causa esses acidentes também é droga, também é o ilícito, e, se for a 16 anos apenas crimes hediondos, todos aqueles aos 16, 17 anos de idade que, num acidente de trânsito, completamente culpados e drogados, ceifarem uma família inteira vão continuar não sendo punidos pela morte, às vezes, até de uma família inteira. Por isso, apresentei um projeto abaixando a maioridade penal para 16 anos para todos os crimes.

Eu gostaria de saber a sua opinião sobre esses três temas.

No mais, Ministro, nós estamos aqui para ajudar. Esse é um tema tão importante quanto a reforma econômica do Brasil. E a reforma econômica do País é muito importante principalmente porque precisa haver muito mais recurso para acudir a área da segurança, o que não é bem verdade na saúde e na educação, porque o Brasil gasta muito, talvez gaste mal e haja muita corrupção e desperdício, mas, para segurança, mesmo olhando sob a ótica da segurança do Brasil, a reforma econômica é importante.

Um abraço. Parabéns!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Senador Marcio Bittar.

Vou passar a palavra ao Senador Izalci, mas não sem antes dizer que nós temos, para encerrar, esta audiência pública com o Senador Izalci e mais cinco Sras. e Srs. Senadores.

Agradeço aqui a atenção do Ministro, a paciência, isso mostra não só o prestígio de V. Exa... Eu não me lembro nos quatro anos em que estava nesta Comissão de uma audiência ter se estendido até este horário, tendo começado praticamente rigorosamente no horário e quase que sem interrupção. Isso se deve, volto a repetir, ao prestígio de V. Exa., mas acima de tudo ao trabalho valoroso desta Bancada de Senadores e Senadoras da CCJ, que, em sintonia com a sociedade, sabe da importância e da relevância do tema de segurança pública.

Com a palavra o Senador Izalci, pelo prazo de cinco minutos.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Segundo o Senador Dário, também é o prestígio da juventude de V. Exa.

Na ordem, o Senador Izalci, depois o Senador Dário Berger.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF. Para interpelar Ministro.) – Sr. Ministro, primeiro eu quero também parabenizar V. Exa. pelo trabalho, mas eu vou ficar aqui num tema importante para nós. Eu acho que aqui, Brasília, é a Capital de todos os brasileiros, não é somente de quem mora aqui.

Quando fui Coordenador da Bancada, uns cinco anos atrás, ainda no Governo Dilma, nós fizemos uma reunião com a Ministra da Casa Civil, porque estava sendo prevista a construção de um presídio de segurança máxima em Planaltina, e nós conseguimos convencê-la de não construir, tendo em vista que aqui é a Capital da República, temos aqui mais de 130 embaixadas, o Poder central está aqui, o Supremo, o Congresso, e conseguimos evitar a construção. No Governo passado, acabaram construindo no Complexo da Papuda um presídio de segurança máximo.

No ano passado, procurei o Ministro Raul Jungmann sobre essa questão, porque havia já uma possibilidade de transferirem para cá esses prisioneiros aí, tanto o Beira-Mar, quanto agora esse que foi transferido recentemente. E ele me disse que não era competência do Ministério da Segurança nem do da Justiça, e que seria competência da Justiça de Execução. Estive com o Juiz aqui na Vara de Execução, na Asa Norte, e ele me disse que não receberia esse tipo de prisioneiro aqui, tendo em vista esses argumentos que coloquei, mas fomos surpreendidos agora com a vinda do prisioneiro Marcola. Já temos aqui o Marcola filho, agora vem o Marcola pai.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu tive informações da Polícia Civil de que, só agora nesses últimos meses, mais de 400 integrantes do PCC já foram identificados em Brasília. Nós sabemos que, por mais que seja um presídio de segurança máxima, quando vem um prisioneiro desse tipo para cá, vários apoios e parentes e outras gangues o vêm acompanhando. Por ser a Capital da República, apesar de sabermos que nós temos aqui talvez a melhor segurança do País, mas eu acho que não é razoável a gente manter aqui, a 10km do Palácio do Planalto, a 10km do Congresso Nacional e do Supremo e das embaixadas, esse tipo de prisioneiro aqui em Brasília.

Eu pediria a V. Exa... Eu sei que andaram criticando, sem se aprofundarem no tema, eu sei que não é culpa de V. Exa., mas eu gostaria de fazer um apelo aqui em nome da população não só de Brasília, mas acho que por ser a Capital da República, que se evitasse que esse tipo de prisioneiro – já bastam os daqui –, que esse tipo de prisioneiro viesse para cá e trouxesse tanta intranquilidade para a nossa população e para a nossa segurança e dessas entidades, inclusive, das embaixadas.

Era essa a minha ponderação. Vou economizar o tempo para V. Exa.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Esta Presidência agradece, Senador Izalci.

Com a palavra o Senador Dário Berger.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC. Para interpelar Ministro.) – Eu quero cumprimentar o Ministro e quero cumprimentar V. Exa. pela forma serena e objetiva com que tem dirigido os trabalhos, ao mesmo tempo em que homenageio também o Senador Jorginho Mello, que é de Santa Catarina. E Santa Catarina tem por hábito ser bastante feliz e sorridente, como é o caso do Senador Jorginho Mello...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Recém-eleito. Entendeu, Ministro? Tudo facilita.

Bem, eu queria abordar aqui um tema muito rapidamente para dizer o seguinte: o cenário atual do Brasil é de um país dividido, de opiniões muito divergentes. Crises de toda ordem, econômica, política, crise das redes sociais, que nós precisamos enfrentar. E o resultado de tudo isso: insensatez, insegurança, abuso, arrogância, prepotência, conflitos etc.

Esse é um fenômeno importante que merece uma grande reflexão sem a qual nós não vamos conseguir avançar. Nós não vamos conseguir avançar na marra; nós vamos conseguir avançar numa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

democracia com conversa, com diálogo, com o entendimento, porque o Parlamento tem essa função mesmo, a de parlar, de conversar, de buscar o entendimento.

E eu sou um homem aqui do entendimento. Em todas as missões que cumpri aqui, tentei fazer da melhor forma possível, inclusive, eliminando muitas vezes o próprio Regimento, porque, se nós buscarmos o entendimento, nós não precisamos da regra para seguir efetivamente em frente.

Então, eu queria mencionar – e eu já mencionei isso aqui outra vez em outro governo – que governo arrogante é sinônimo de governo fracassado. Por isso, eu faço coro com o Senador Jorginho Mello aqui, no sentido de que pessoas como V. Exa, extremamente preparado, que construiu uma história de respeito à sociedade brasileira, tem um papel preponderante, fundamental e vital para a elevação desses conceitos que eu acabei de mencionar. E para isso nós só vamos avançar dialogando, conhecendo melhor V. Exa., conhecendo melhor agora os seus propósitos diante dessa nova missão que tem para enfrentar. E aí, com serenidade, com equilíbrio, com equidade, com sensatez, com respeito, com cooperação, certamente nós vamos construir o que precisa ser construído, reconstruir o que precisa ser reconstruído e reformar o que precisa ser reformado.

Bem, o tempo realmente é pequenininho para a gente fazer uma pequena exposição, mas eu queria rapidamente dizer para o senhor o seguinte: o senhor vem com *status* de superministro, e muito merecidamente, diga-se de passagem, pelo seu histórico e pelo seu currículo. Eu fui Relator da medida provisória aqui que instituiu o Ministério da Segurança Pública. À época, era uma unanimidade a criação do Ministério da Segurança Pública.

E aí já começam as minhas perguntas para que V. Exa. possa, de repente, dizer alguma coisa a respeito disso.

O senhor acha sinceramente que um ser humano, com as virtudes e os defeitos que nós todos temos, o senhor vai ter condições efetivas, com sinceridade, de tocar essas enormes responsabilidades que o senhor tem pela frente?

(*Soa a campainha.*)

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – A outra questão é a seguinte: eu queria também a opinião de V. Exa. com relação ao massacre de Suzano. Acho que esse tema é extremamente relevante e tem um envolvimento forte com o Ministério da Justiça.

A outra questão: eu entendo aqui – e sempre tenho defendido – que o avanço da violência se dá em função da falta de oportunidade para os nossos jovens, porque a grande maioria dos assassinatos são de jovens de 16 a 24 anos etc., num país que não oferece oportunidades para os nossos jovens. E, quando ele não tem oportunidade, ele vai procurar uma oportunidade para sobreviver. E encontra, nessas circunstâncias, na droga, na marginalização uma oportunidade e é recrutado. E dali ele só vai ou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para a cadeia ou para o cemitério, porque não há outra alternativa para ele. E queria pedir a V. Exa. o seguinte: eu entendo que um dos maiores problemas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Só terminando, só mais uma pergunta.

Um dos maiores problemas que o Brasil enfrenta hoje está nas desigualdades e nas diferenças sociais. Nós não vamos eliminar a violência deste País se nós não eliminarmos a pobreza, as diferenças. Há pessoas vivendo com R$400 por mês, pessoas vivendo do Bolsa Família, pessoas sem oportunidade etc. Portanto, esse é um outro aspecto sobre o qual eu queria que o senhor pudesse fazer um comentário. E o senhor teria uma participação importante, junto com o Ministro Paulo Guedes, de elaborar um plano de desenvolvimento nacional para eliminação da pobreza e da miséria deste País, sem o qual nós não vamos avançar.

E, por último, finalmente, eu queria que o senhor comentasse os aspectos cinematográficos das operações policiais, que vêm diminuindo, mas que fizeram parte do dia a dia da nossa história.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Senador Dário Berger.

Nós só temos mais três oradores inscritos. Eu vou ter que encerrar, inclusive, as inscrições se mais Senadores vierem, porque falta um pouco menos de uma hora e nós precisamos ouvir o Ministro.

Aos colegas Senadores que ainda não almoçaram, há um suco ali atrás.

Nós vamos, portanto, dizer que temos agora, para fazerem as suas considerações – espero que rigorosamente dentro do prazo –, Senador Wellington, Senador Serra e Senador Paim. São cinco minutos impreteríveis, eu não posso realmente exceder, sob pena de o Ministro não conseguir concluir as inúmeras intervenções feitas pelos colegas.

Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT. Para interpelar Ministro.) – Pois não, Senadora Simone.

Também quero cumprimentar o Senador Jorginho, Vice-Presidente desta Comissão, do meu Partido, o PR; e o Ministro Sergio Moro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou depois deixar, inclusive, isto aqui por escrito, mas eu quero só destacar que, no pacote anticrime pelo qual V. Exa. tem lutado muito aí, V. Exa. destaca a questão do Sisfron, lá na questão da faixa de fronteira, e também o apoio ao programa de integração das fronteiras. Nesse aspecto, como sou de Mato Grosso... Nós temos no Brasil sete mil e tantos quilômetros de divisa seca e, em Mato Grosso, são 720km de divisa seca, mais 300km por água e totalmente desprotegidos.

Eu fui Relator, no ano passado, do orçamento para este ano da área de defesa e justiça. E, claro, discuti um pouco com os técnicos da sua pasta sobre as necessidades maiores. Claro, procuramos atender, mas, especificamente no meu Estado, a gente vê a faixa de fronteira abandonada do ponto de vista do desenvolvimento. E a gente sempre percebe que, numa área abandonada, desocupada, em termos e espaço, de ocupação humana, a tendência é haver uma facilidade maior para o narcotráfico.

Então, eu gostaria de perguntar, especificamente com relação a essa questão da faixa de fronteira – aqui está explicada já alguma coisa –, e que o senhor fosse mais claro para a população que vai estar a nos assistindo: qual é a estratégia, eu diria, integrada de Governo para promover o desenvolvimento da nossa faixa de fronteira? No caso nosso, claro, temos uma preocupação maior com a Bolívia. Só a Polícia Rodoviária apreendeu, no ano passado, 300 toneladas de maconha. Então, ali a facilidade é muito grande, inclusive, usam os caminhoneiros para serem, digamos, cooptados pelo narcotráfico, além da facilidade das nossas estradas.

Então, eu gostaria de uma explicação de V. Exa. em relação ao projeto de desenvolvimento, em o que isso pode contribuir para o combate ao narcotráfico e qual é a estratégia também. Inclusive, nesse aspecto, há também a questão da presença de mais policiais, qual é a estratégia que vocês pensam em relação a toda a possibilidade de integração também com as Polícias Civil, Militar e as Forças Armadas, já que o Sisfron é comandado pelo Exército brasileiro?

E ainda um programa de modernização. Aliás, antes disso, Ministro, eu estou vindo de uma reunião na Confederação Nacional dos Municípios, também como Presidente da Frente Parlamentar de Logística, e já nos traz uma grande preocupação a questão da nova greve dos caminhoneiros. Isso já está muito comentado, já está muito trabalhado. Eu tive oportunidade também de ouvir uma palestra com o Comando-Geral do Exército e, como eu sou de Mato Grosso, da cidade de Rondonópolis, um centro de caminhoneiros, na palestra eles diziam que, na greve passada, a partir de Rondonópolis, nós poderíamos ter, se não fosse a presença do Exército brasileiro, da área da inteligência, junto com a Polícia Rodoviária, poderíamos dali ter uma guerra civil no País. Então, essa é uma preocupação que eu gostaria que V. Exa. também... Porque a volta de uma greve dos caminhoneiros, se ela acontecer, será um prejuízo muito grande para a população. Então, o que o Ministério está pensando também nesse trabalho integrado a ser feito com todos os Ministérios?

Ainda com relação a essa questão da modernização, de que forma o Ministério está pensando em agir estrategicamente na questão da inteligência, junto com a Polícia Militar, com a Polícia Civil no que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

se refere à modernização? Eu tive aqui também a presença da Polícia Civil e da Polícia Militar para que a gente pudesse fazer esse trabalho junto ao Ministério. O que o Ministério tem em termos de integração para permitir a modernização na investigação, na base, em que é importante para que a gente possa combater também a criminalidade.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Senador Wellington.

Com a palavra o Senador Serra.

E, para encerrar, o Senador Paim.

E vamos ouvir o Ministro.

Os demais Senadores que chegarem poderão, no final, pedir a palavra pela ordem, para fazer alguma consideração, mas, nós, infelizmente, já encerramos as inscrições.

Com a palavra o Senador Serra, por cinco minutos.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP. Para interpelar Ministro.) – Sra. Presidente, Ministro Moro, eu queria abordar aqui um assunto a respeito de um relato de que o Ministério da Justiça estaria organizando um grupo para estudo da diminuição do preço do tabaco, dos cigarros com vistas ao combate ao contrabando. Creio que é uma estratégia, Ministro, se me permite, equivocada, porque a redução do preço vai levar a um aumento do consumo, fatalmente; há uma elasticidade muito alta nessa matéria.

Eu queria lembrar que, no mundo, a estimativa é de que morrem 6 milhões de pessoas por ano por causa de doenças relacionadas com o cigarro. No Brasil, são mais de 130 mil pessoas, que representam cerca de 10% dos óbitos, no conjunto do País. Mais ainda: isso implica um gasto de tratamento muito elevado. Nós gastamos, no Brasil, cerca de R$21 bilhões por ano para o tratamento das pessoas que ficam doentes em razão dos cigarros. Isso equivale a cerca de três vezes o que as empresas de tabaco pagam em tributos. Estou aqui criticando, inclusive, o aspecto fiscalista da defesa do tabaco, que é um aspecto, se me permitiria, furado.

Agora, nos últimos 20 anos, entre nós, Ministro, houve um avanço na queda do número de fumantes: caiu 46% no Brasil. E boa parte disso se deve às restrições parciais à propaganda adotada no País, segundo a própria Organização Mundial da Saúde disse no seu relatório. Isso foi feito quando eu era Ministro da Saúde no Governo do Presidente Fernando Henrique. Proibimos a propaganda, o patrocínio em jogos de futebol e o que fosse.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Posteriormente, no Governo de São Paulo, proibimos fumar em recintos fechados. Essa foi uma medida estadual, mas criou um movimento tal que, depois de algum tempo, no Brasil inteiro, os Governadores adotaram a mesma medida.

Agora, é preciso ir adiante nisso, e a redução no preço do cigarro vem na contramão. Eu creio que o contrabando deve ser combatido muito duramente de forma administrativa e policial. Não dá para combater contrabando, no caso, mexendo nos preços relativos, ou seja, tornar o produto brasileiro mais barato que o contrabandeado. Por quê? Porque o que isso, além de duvidosa eficácia, vai, de fato, fazer é aumentar o consumo. Está aí a nossa preocupação, Ministro, e minha exortação encarecida a V. Exa. para que atente para esses aspectos. Esteja certo de que o País não ganha nada com isso.

Eu, pessoalmente, inclusive, sempre acabei cruzando com o pessoal do cigarro. Eu me lembro de que, quando eu era Ministro, me procurou o Presidente da Souza Cruz, que, aliás, como nós dizíamos na época de estudante, não é nem do Sr. Souza, nem do Sr. Cruz, mas da British American Tobacco.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Eu perguntei a ele: "O senhor tem filho?". "Tenho". "Quantos anos?". "Dezesseis, quinze". "E, se ele lhe pergunta se deve fumar, o que o senhor diz?". "Eu digo que não". (*Risos.*)

"Então, o senhor diz que não para os seus filhos e quer que os filhos dos outros enveredem pelo vício, porque a propaganda está basicamente dirigida aos jovens, inclusive, que é quando as pessoas ingressam no mercado de tabaco?". Ele achou graça e não teve resposta. Eu me permiti contar essa experiência para o País. Isso deu base para que a gente aprovasse aquelas medidas que representaram avanço.

Eu creio que V. Exa. marcaria de forma muito positiva sua gestão e a do Governo se avançasse no combate ao fumo e prestasse atenção em estratégias que podem representar, na verdade, o chamado tiro no pé, em matéria desse combate.

É isso, Presidente. É isso, Ministro.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Senador Serra. Se me permitir, faço minhas as palavras de V. Exa. V. Exa. aqui é o timoneiro de todos nós nessa luta de combate ao tabaco. V. Exa. é nosso timoneiro! Se me permitir fazer suas as minhas palavras, eu agradeço.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Todos ouviram que a Senadora Simone faz delas as minhas palavras. Ganhei o dia, ganhei a semana!

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra o Senador Paim, como último orador inscrito.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para interpelar Ministro.) – Senadora Simone, Senador Jorginho, Ministro Sergio Moro, logo que eu assumi a Presidência da Comissão de Direitos Humanos, eu tomei a liberdade de ligar para dois Ministros: a Ministra de Direitos Humanos e o Ministro da Justiça, que é V. Exa. Ambos me atenderam no mesmo momento. Eu tenho uma visão de que não há direitos humanos sem justiça e não há justiça sem direitos humanos. Por isso, eu pedi para a Simone dois minutinhos. Antes, eu quero reforçar o convite: ainda quero ver na Comissão de Direitos Humanos V. Exa. falando nessa ótica que aqui eu levantei.

Eu levanto três preocupações – e não vou usar os cinco minutos. Primeiro, o massacre que vem acontecendo no nosso País da nação indígena. É violência, são crimes! Eu vou receber, nesta sexta-feira, Ministro, eu diria, os principais caciques deste País que vêm falar sobre esse tema. Segundo, o assassinato da nossa juventude, o que já foi aqui levantado, e a CPI que foi realizada aqui, no Senado. Eu não estava como titular na CPI, mas a acompanhei. De cada dez jovens assassinados no Brasil, oito são negros. Eu pergunto a V. Exa. esses dois aspectos: o que V. Exa. pensa, imagina o que poderia o Ministério da Justiça nos ajudar contra essa violência?

Por fim, também direitos humanos, grupo LGBT. O Brasil é um dos países do mundo onde mais o grupo LGBT é assassinado. Eu vou ter, no próximo dia 15 ou no dia 20, uma audiência pública na CDH sobre esse tema. Para nós, é muito importante ouvir V. Exa. nas medidas preventivas. É claro que vem ao longo de centenas de anos essa agressão aos indígenas, aos negros e aos LGBT. E, quando eu falo negros, é claro que eu falo também dos crimes cometidos contra os quilombolas.

Eu prometi para a nossa Presidenta Simone que usaria dois minutos. Eu só tenho cinco segundos.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não, faço questão de cumprir e agradeço a tolerância de V. Exa.

Termino com o convite: gostaria muito de vê-lo na Comissão de Direitos Humanos discutindo direitos humanos e justiça.

Encerrei.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Senador Paim.

A promessa foi de V. Exa. e não uma cobrança desta Presidência, porque V. Exa., como...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Com certeza, fui eu que pedi dois minutos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Qualquer Senador tem todo o direito de usar a palavra.

Eu agradeço imensamente às Sras. e aos Srs. Senadores pela paciência, pela compreensão do tempo. Aqui, antes de passar a palavra ao Ministro, quero dizer que passou por esta Comissão e fizeram questionamentos mais de 30 Sras. e Srs. Senadores. Não sei se em algum momento, em alguma vez, nesses quatros anos em que estive aqui, isso aconteceu.

Ministro, antes de passar a palavra a V. Exa., quero dizer que, além de fazer as considerações pertinentes, já pode fazer as suas considerações finais. E quero dizer de pronto que, da próxima vez que V. Exa. for convidado, nós estabeleceremos um tempo menor, teremos uma pauta mais enxuta para que V. Exa. venha mais vezes, com temas mais pontuais. V. Exa. tem o tempo que achar necessário, porque foram muitos questionamentos para responder aos colegas e fazer as suas considerações finais.

O SR. SERGIO FERNANDO MORO – Mais uma vez, eu agradeço o gentil convite; para mim, como eu disse, é uma honra, é um prazer estar aqui.

Tem-se que compreender a extensão, porque é um tema realmente importante, da justiça e da segurança pública. É um Governo novo, também é um Congresso novo, novos membros, mesmo em relação aos membros que já vêm do período anterior. Existem questões novas, é um novo contexto. Então, é absolutamente compreensível.

Eu ouvi as sugestões de que esteja mais aberto ao diálogo. Certamente vamos abrir. Nós temos recebido todos os Parlamentares que nos procuram. Eventualmente, infelizmente não há condições de receber todos de imediato, mas nós temos sempre recebido e conversado bastante, e vamos conversar mais ainda, e estou à disposição para vir aqui ao Senado para conversar. Eu certamente tenho presente que o Senado tem muito a contribuir nesses debates sobre justiça e segurança pública. E longe de nós querermos ser, no Governo, no Ministério da Justiça, donos da verdade.

Sobre a questão... Vou pedir desculpas aqui, porque provavelmente não vou conseguir dar respostas completas a todas às indagações.

Senadora Rose de Freitas, a questão do botão do pânico: tem-se que colocar presente que o projeto anticrime também tem medidas contra o feminicídio. Pode até não estar ali especificada a questão do assassinato de mulheres, mas, por exemplo, quando se prevê que o veredito do tribunal do júri vai ser de imediato executado, na linha do precedente do Supremo Tribunal Federal, isso é algo que aumenta a efetividade do processo penal não só em relação ao homicídio, mas também em relação ao feminicídio. E para esses casos de grande violência é importante haver uma resposta rápida. Isso manda um recado, isso manda uma mensagem de que o crime não deve compensar, e também é válido para todos aqueles crimes que envolvem o crime doloso contra a vida, também aí o feminicídio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando nós colocamos lá que vamos ampliar o Banco Nacional de Perfis Genéticos – e concomitantemente estamos com uma medida executiva de ampliar a coleta desses perfis genéticos da população carcerária –, um dos crimes que eventualmente deixam vestígios é o crime sexual contra mulheres; aqui nós não estamos falando exatamente de feminicídio, mas também é uma forma de aumentar a resolução desse tipo de atividade criminal. Então, existem medidas ali que eventualmente não são nominadas dessa forma, mas elas têm um impacto, sim, importante também para proteção da mulher, muitas vezes vulnerável à violência doméstica ou mesmo à violência das ruas.

Nós celebramos um convênio recentemente com o Ministério de Direitos Humanos e da Mulher, está entre o Depen e o Ministério, para que nós possamos aprofundar o trabalho conjunto em relação a essas medidas protetivas de tornozeleira eletrônica e sistemas de alerta, entre eles esse denominado de botão do pânico. Nós queremos nos envolver mais nessa área. Há uma estatística um pouco preocupante de queda de utilização desses instrumentos no âmbito de medidas protetivas contra a mulher. Nós queremos entender o que está acontecendo e colocamos o Depen e a sua estrutura com esse sistema de monitoramento à disposição, para que nós possamos incrementar esse sistema.

A questão do informante do bem realmente gera alguma controvérsia. Eu lembro sempre e queria até aproveitar um belíssimo filme que trata da indústria do cigarro, O Informante, um filme com Al Pacino, com Russell Crowe – é uma história real –, que é um diretor da indústria tabagista e denuncia aos jornais que a indústria do tabaco sabia da utilização de componentes químicos para gerar dependência e passa a ser perseguido pela indústria tabagista, porque tinha violado a confidencialidade do contrato. Então, a ideia do informante do bem é exatamente esta: estabelecer medidas de proteção àquelas pessoas que, não envolvidas em atividade criminal, têm a coragem de tomar aquele passo e revelar crimes praticados seja dentro da Administração Pública, seja dentro de grandes corporações. A nossa proposta aqui é limitada, neste primeiro momento, à Administração Pública e às suas estatais, mas a ideia é essa.

A questão da remuneração não é um ponto essencial da proposta, é um pouco mais controversa. Mas, vejam, ao que nós assistimos em geral em relação a esses informantes do bem não é o enriquecimento indevido, mas, sim, uma perseguição implacável. Eventualmente, para tirar pessoas da zona de conforto, a previsão de alguma compensação financeira por todo o sofrimento que vão ter em decorrência de perseguições por tomarem aquela posição de revelar malfeitos, ilícitos dentro das entidades em que atuam, talvez seja algo pertinente. E não é uma criação brasileira, é um modelo, é um padrão internacional. Alguns países também admitem esse tipo de compensação remuneratória. Como eu disse, não é um ponto essencial. Eu o defenderia, mas compreenderia se eventualmente não fosse aprovado esse ponto.

A questão do dinheiro. Já foram devolvidos mais de R$2 bilhões na Operação Lava Jato. Só que, na Operação Lava Jato, nos crimes investigados em Curitiba, há uma vítima específica que é a Petrobras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nesse caso, pela previsão da legislação, o dinheiro tem que retornar à vítima, e nós temos devolvido esse dinheiro à Petrobras. Eu devolvia enquanto estava lá como juiz, essa era a destinação. Também era assim o requerimento do Ministério Público. Em alguns acordos celebrados de leniência havia outras vítimas específicas, por exemplo, a Valtec, a Eletronuclear. Nesses casos, quando há uma vítima específica, o produto do crime recuperado tem que voltar à vítima e não ter outra destinação. É a ideia do carro roubado. Rouba o carro, recupera o carro, por mais que esse carro possa servir para alguma coisa na Administração Pública, tem que devolver para a vítima, não pode ser diferente. Essa questão do acordo da Petrobras nos Estados Unidos é diferente, porque lá a Petrobras não foi considerada vítima pelos norte-americanos, e o dinheiro não pode retornar à Petrobras.

Senador Jorginho Mello, a questão dos bloqueios dos celulares, como eu mencionei, é algo que nós estamos estudando. Nós temos ciência de que, eventualmente, mesmo descobrindo alguém utilizando um telefone celular, vale a pena interceptar, investigar ao invés de tirar o celular. Eu tive um caso assim, em 2006, nas minhas mãos, de um telefone celular que tinha chegado às mãos do Luiz Fernando da Costa, vulgo Fernandinho Beira-Mar. Isso gerou uma investigação ampla, levando-se à apreensão de seiscentos e tantos quilos de cocaína, toneladas de maconha, porque se deixou ele utilizando o celular. Mas essa não pode ser... Esse foi um caso muito pontual. Essa não pode ser a nossa proposta. A proposta tem que ser uma tolerância zero em relação a celulares dentro de estabelecimentos prisionais. É difícil, mas é possível adotar políticas públicas nessa linha. Como eu mencionei em resposta anterior, nós formamos um grupo de trabalho para tentar estudar a melhor solução, e essa será a solução que será perseguida pelo Ministério da Justiça e da Segurança Pública.

Quanto ao ânimo, não! O meu ânimo permanece... Talvez eu faça aqui uma mea-culpa, não sorria tanto, não sei, é difícil essa avaliação, mas meu ânimo permanece o mesmo. Eu saí da magistratura, e isso com algum pesar pela carreira, mas eu saí com um propósito de tentar construir algo aqui, dentro do Governo, dentro do Ministério, contando com a parceria do Parlamento e com as críticas, com o aprimoramento que vem do Parlamento.

Fui indagado há pouco sobre o projeto anticrime na Câmara...

(*Soa a campainha.*)

O SR. SERGIO FERNANDO MORO – ... se eu concordaria em tirar ou não a questão da corrupção, e o que eu disse lá foi: "Olha, ninguém me pediu isso". E, na verdade, conversando com vários dos Parlamentares, o que eu senti é um entusiasmo, e não o contrário, por trabalhar o projeto anticrime. Pode ser que ele esteja lá, nos procedimentos que estão sendo definidos com autonomia pela Câmara... Mas o que eu sinto, em geral, dos Parlamentares da Câmara, e posso dizer o mesmo aqui do Senado, como foi declarado expressamente, é um desejo de parceria, de nós aprimorarmos o enfrentamento desta criminalidade mais grave: corrupção, crime organizado e crimes violentos. Então, isso nos dá ânimo, nos dá fôlego para prosseguir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Marcos Rogério, sobre a questão da fronteira, de fato, todos os Parlamentares, quando vão ao Ministério, me colocam a preocupação com a fronteira, isso não é algo novo. O que nós colocamos como estratégia, considerando que os recursos são limitados, que há uma necessidade de aprimorar esse controle, é que o melhor mecanismo é a integração entre as forças envolvidas. O projeto piloto mais importante que nós temos constitui, como eu disse lá, o escritório, centro de fusão, cuja experiência piloto nós queremos começar em Foz do Iguaçu, ainda este ano, reunindo todas as agências encarregadas naquele mesmo local para compartilhar inteligência em operações observando determinados protocolos.

Paralelamente, existe uma série de operações ou outras ações sendo realizadas: a própria ampliação do sistema Alerta Brasil pela Polícia Rodoviária Federal, a realização de operações seja lá pelo Exército, embora isso seja coisa do Exército, e não do Ministério da Justiça, sejam operações integradas, coordenadas pela Seopi do Ministério da Justiça para combate à criminalidade de fronteira, seja a colocação e manutenção, eu citei aqui o dado, está no papel, de um grande contingente da Força Nacional em área de fronteira. Mas nós realmente precisamos aprofundar essa questão da integração e da cooperação.

Senadora Leila, na questão, eu concordo plenamente que políticas sociais, políticas urbanas são relevantes também para a diminuição da criminalidade. Ambientes degradados, muitas vezes, sugerem abandono e sugerem, vamos dizer assim, facilidades para que criminosos inescrupulosos adquiram domínio territorial sobre essas áreas. Então, as ações têm que ser concertadas.

O que nós temos em relação a isso, além da política geral, é esse plano, esse projeto de redução da criminalidade em Municípios com alta incidência de violência, em que nós queremos, através de contratos – no fundo, seria um convênio de gestão de segurança local –, ter um foco na atuação territorial, coordenando ações das forças de segurança federais, estaduais e do Município envolvido, concertados com ações de outra natureza, que vão ser coordenadas pelos demais Ministérios. É um projeto que nós queremos começar a execução já no segundo semestre.

Aqui é a questão da transferência do líder do PCC. Tomo a liberdade, daí, então, Senador Acir, para inserir a resposta também nessa indagação. Foi uma solução técnica. Nossa compreensão é de que, em São Paulo, eles conseguiam manter, apesar dos méritos do Governo Estadual... As condições de segurança e de controle das penitenciárias federais de segurança máxima são maiores do que as melhores penitenciárias estaduais. O Governo de São Paulo, juntamente com o novo Governo, acordou em realizar essa transferência, porque havia planos de resgate, porque havia ameaças de morte, inclusive, aos agentes públicos envolvidos num pedido dessa espécie.

A avaliação técnica que nós tivemos foi primeiro transferir essas lideranças ao Estado de Rondônia, por vários motivos, que prefiro aqui não mencionar, porque a Penitenciária Federal de Brasília não estava ainda totalmente pronta, totalmente operacional. Nesse meio tempo, nós a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tornamos operacional, e a solução técnica envolvida – havia um certo receio, porque a penitenciária em Rondônia é próxima da fronteira – foi trazer para um lugar distante da fronteira e a ideia foi o Distrito Federal. O Distrito Federal é sede da Polícia Federal, sede da Polícia Rodoviária Federal, das Forças Armadas e tem uma polícia local que, comparativamente, é uma polícia bem remunerada e bem estruturada.

Não existe um risco. Ele está preso num presídio de segurança máxima, com todo o controle que isso envolve, não existe histórico de rebelião, não existe histórico de utilização de celular em presídios federais, as visitas são controladas. Por outro lado, está longe dos locais maiores de poder dessa organização.

Não temos condições, vamos dizer assim, e havia esse... Eu lembro, no passado, o próprio Luiz Fernando da Costa. Houve todo um drama antes de ele ser enviado ao presídio federal de Catanduvas, em 2006. Havia toda uma dramatização de onde ele deveria ficar preso, ninguém queria ficar com ele. Então, ele fazia uma espécie de percurso para Florianópolis, para Brasília – não na penitenciária federal – e para outros locais, até que finalmente foi para um presídio federal.

O que nós temos adotado como estratégia no presídio federal: se nós percebemos que um criminoso ou uma gangue criminosa está criando raízes em um local, nós fazemos daí um rodízio para evitar que essa situação se estabeleça. Nós hoje estamos muito atentos e não há nenhum risco de segurança. Isso é uma situação absolutamente controlada.

Outras cidades menores convivem com presídios federais. Vamos citar a pequena cidade de Catanduvas, no interior do Paraná: existe lá a primeira penitenciária federal desde 2006. E há, vamos dizer assim, um convívio; não há um risco aos habitantes ali do local imediato por conta dessa situação.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Só não há lá embaixadas, essas coisas, mas nós vamos pedir uma audiência especial para tratar desse assunto.

O SR. SERGIO FERNANDO MORO – Não, perfeito. Só assim: nenhuma embaixada manifestou para mim nenhum receio por conta disso. Então, isso não tem vindo, não tem vindo nenhuma reclamação nessa linha. Essa foi uma decisão técnica tomada pelo Ministério da Justiça com base nas avaliações de inteligência e juntamente com Forças Armadas, com GSI, enfim, algo bastante ponderado.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Ministro...

Desculpe, Simone, só... Não?

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Só para esclarecimento: assim que o Ministro terminar, eu dou 30 segundos para quem quiser a réplica, conforme nós combinamos. Eu estou preocupada só com o tempo, pois às 16h, se ele não responder todos os colegas, nós temos que encerrar esta audiência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SERGIO FERNANDO MORO – À Senadora Daniella Ribeiro, Senadora, na verdade foi feito muito. Nós estamos em três meses de Governo, há uma certa... Mas, assim, ali eu apresentei projetos que já estão sendo planejados e em execução.

Veja que nós enfrentamos uma crise de segurança no Estado do Ceará. Nós encaminhamos a Força Nacional; nós disponibilizamos vagas em presídios; trabalhamos juntos com o Governo Estadual; resolvemos aquela crise de segurança. Nós transferimos lideranças da maior organização criminosa do Brasil para presídios federais sem que houvesse qualquer incidente de segurança posterior. Existem várias operações em andamento. A operação da Polícia Rodoviária Federal reduziu o número de vítimas no trânsito ao menor número, nas rodovias federais, em 18 anos. Apresentamos um projeto anticrime, que nós entendemos como consistente, e abrimos ao debate.

Existe uma série de ações que foram tomadas e que estão em andamento. Então, não é que as questões ainda estejam para acontecer num futuro distante. Agora, nós temos três meses de Governo. Nós não podemos também tomar ações que não sejam rigorosamente planejadas, porque isso gera ineficiência e volta-se atrás. Certo?

Bem, Senador Major Olimpio, eu agradeço as suas colocações. Eu diria que os incidentes que envolveram até o próprio Ceará, que mencionei há pouco, geram um sinal amarelo de que essas organizações estão cada vez mais poderosas. Se sentiram à vontade para praticar atos de natureza tipicamente terrorista, estranhos a organizações criminosas. Normalmente organização criminosa quer lucro, e não fazer esse tipo de ato; mas fizeram para intimidar o Poder Público e a sociedade, atemorizar. Então, nós realmente temos que avançar nessa área, seja com medidas executivas, seja com o aperfeiçoamento na nossa legislação.

Sobre a questão da polícia penal, V. Exa. já tinha adiantado esse assunto em uma conversa preliminar.

(*Soa a campainha.*)

O SR. SERGIO FERNANDO MORO – Nós vamos examinar. Eu acho que é uma questão que pode ser estudada. E, sobre essas pretensões de um tratamento diferenciado também para guardas municipais na nova previdência, vou transmitir a informação para o Ministro Paulo Guedes e conversar com ele a respeito disso. Acho que é preciso estudar melhor esse assunto para poder ter uma opinião firmada.

Sobre a questão do cigarro, que foi mencionada, tanto por V. Exa. quanto pelo Ministro José Serra, só vamos colocar uma coisa bastante clara: foi criado um grupo de trabalho, de estudo; não existe nenhuma posição formada. O principal foco não é a questão da arrecadação e do contrabando; o principal problema é um problema de saúde pública. Porque o que está sendo constatado é que existem aí – são estimativas – quase 50% do mercado nacional dominado pelo cigarro paraguaio, de baixa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

qualidade. Não há, sequer, aquelas advertências comuns nos nossos maços ou *boxes* de cigarros. O controle de qualidade é inferior ao do cigarro brasileiro. Então, o que nós estamos entendendo é que existe um problema de saúde pública e que seria preferível, sem elevação do consumo, que esse mercado fosse preenchido pelo cigarro brasileiro, submetido a maiores controles.

O grupo de estudo vai trabalhar com a seguinte premissa: se é possível reduzir o contrabando e a participação desse cigarro contrabandeado no Brasil, trabalhando com as alíquotas, sem o aumento de consumo. Se a resposta for negativa, então, vai ser negativa, porque a saúde pública em primeiro lugar, mas não é a preocupação com o interesse arrecadatório, embora seja relevante; não é a preocupação com o problema do contrabando, embora seja relevante; mas é uma análise para verificar se é possível fazer algo em outra linha.

O contrabando de cigarro, claro, pode ser combatido pela polícia e por medidas administrativas, mas ele é de muito difícil combate. As fronteiras, como nós falamos aqui, são porosas. Muitas vezes, as pessoas envolvidas no contrabando de cigarro não se sentem envolvidas em uma atividade ilegal. É diferente de pessoas envolvidas, por exemplo, no tráfico de armas e no tráfico de drogas.

Então, é um grupo de estudos, mas tem... Posso assegurar ao Senado, com muita tranquilidade, que a preocupação com a saúde foi o que gerou a criação desse grupo. Se a conclusão for a de que isso pode levar à elevação do nível de consumo do tabaco no Brasil, vai ser cortada essa solução, mas nós temos, assim mesmo, presentes essas preocupações. Agora, não é motivo para um alarde. É um grupo de estudo. Nós vamos estudar a questão. Há muitas, vamos dizer assim, sugestões nessa linha, nem que elas sirvam para serem descartadas.

A questão da Caixa Econômica, do financiamento. Sim, acho que tem de ser...Foi previsto para o fundo que parte da verba fosse utilizada em ações direcionadas ao bem-estar dos agentes da segurança pública. Isso vai ser rigorosamente observado. Uma das ideias é essa questão do financiamento habitacional. Isso, sim, pode ser realmente trabalhado.

Senador Dário Berger, agradeço suas considerações. Entendo que é necessário... É uma pergunta muito pertinente a de V. Exa. sobre a reunificação do Ministério da Segurança e da Justiça.

Nós falamos em integração. Algo que foi negativo na separação – eu entendo que a visão dos Parlamentares era criar um ministério focalizado mais diretamente na segurança pública, deixando as várias atribuições do Ministério da Justiça fora desse Ministério da Segurança –, mas há alguns problemas. Por exemplo, hoje é fundamental para o combate à criminalidade – nós estamos falando aqui, inclusive, de fronteiras – a cooperação jurídica internacional, que se dá polícia a polícia, mas se dá também entre autoridades centrais e de governo a governo. Na separação anterior, ficou de fora do Ministério da Segurança a Secretaria Nacional de Justiça, sob a qual se encontra...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SÉRGIO FERNANDO MORO – ... a área de imigração, sob a qual se encontra a cooperação jurídica internacional, inclusive em matéria criminal. Então, isso gera um problema. Claro que os Ministérios se conversam, mas há uma mudança.

Deixou-se de fora também do Ministério da Segurança a Secretaria Nacional Antidrogas, que é o órgão que traça a política de prevenção e combate ao tráfico de drogas. Nós estamos hoje redirecionando a Senad para atuar como uma espécie de... Sem prejuízo de outras atribuições, tornar-se uma agência de gestão, administração e alienação de ativos vinculados ao tráfico de drogas. Vamos deixar isso de fora da Segurança Pública? Mesmo sabendo que esses fundos podem ser direcionados, inclusive, à melhoria dos equipamentos da repressão?

E agora veio o Coaf. O Coaf é um órgão de inteligência. Não vai mudar, vai ser sempre um órgão de inteligência. Ninguém quer transformar isso num órgão policial ou num órgão de investigação. Mas ali há informações importantes sobre lavagem de dinheiro que vão orientar as ações das forças de segurança pública. Nós vamos deixar de fora também da Segurança Pública se nós formos separar os ministérios?

Por outro lado, o que foi feito? Com a junção dos ministérios, nós não precisamos mais de duas Secretarias Executivas, com todos os cargos que envolvem essas Secretarias Executivas. O que nós fizemos? Retiramos o excesso e colocamos nas áreas fins. Nós pudemos fortalecer a Senasp (Secretaria Nacional de Segurança Pública) e, por exemplo, o Coaf. Então, assim, uma nova separação seria bastante, na minha opinião, desastrosa, até porque nós estamos falando e repetindo sempre: integração, integração, integração, e deixar esses órgãos sob guarda-chuvas separados não seria realmente bom.

Talvez ainda haja alguns Senadores aqui. É que eu não respondi a todos, queria pegar...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Sra. Presidente, eu gostaria, inclusive, de pedir a possibilidade de responder àqueles que aqui estão, porque ficaria mais fácil.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sim, a gente vai fazer. Falta apenas a resposta ao Senador Paim e ao Senador Marcio.

O SR. SÉRGIO FERNANDO MORO – Eu vou ficar devendo algumas respostas aqui, converso com os Senadores depois, se quiserem que eu complemente; então eu estou indo nas questões principais. Peço escusas, mas, como eu disse, estamos abertos ao diálogo, eu não quero aqui prejudicar o tempo desta Comissão.

Senador Wellington, sobre a questão da estratégia. A estratégia, como eu disse, na área de segurança é a integração: criar esses escritórios unificados. Nós ainda estamos criando o centro de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

inteligência, de comando e controle, que daí não é operacional – temos a previsão de criar um na Região Norte ainda este ano, até o final do ano, e isso também vai levar à melhoria –; a ampliação dos, vamos dizer, mecanismos de monitoramento da Polícia Rodoviária Federal; a integração maior entre a Polícia Rodoviária Federal e a Polícia Federal, que nós pretendemos expandir depois para outras polícias. Enfim, são todas estratégias da questão de fronteira.

A questão de desenvolvimento é algo que tem que ser trabalhado bastante com as outras pastas. O Ministério da Justiça e Segurança Pública não é o melhor ministério para isso, porque normalmente não está envolvido com esses mecanismos de desenvolvimento econômico e social em áreas específicas. O que nós temos é aquele projeto-piloto de redução da criminalidade e nós podemos orientar, se esse projeto-piloto for bem-sucedido, para uma utilização dele em áreas de fronteira.

Eu acho que a colocação de V. Exa. é bastante pertinente. Um dos problemas das fronteiras são esses vazios, que acabam favorecendo a dominação pelo crime organizado. Mas, pelo menos nesse primeiro momento, isso teria que ser expandido depois para as cidades de fronteira.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT. *Fora do microfone*.) – A greve dos caminhoneiros.

O SR. SERGIO FERNANDO MORO – A greve dos caminhoneiros. O Governo está acompanhando com extrema atenção os desdobramentos, não creio que exista nenhum motivo para alarde, mas eu prefiro não entrar em detalhes a esse respeito.

Sobre o que o Senador José Serra... Eu agradeço aqui as colocações, eu acho que eu já respondi. Nós temos as mesmas preocupações e, se houver um problema, um risco à saúde pública de aumento de consumo, nós não vamos enveredar nessa solução.

Senador Paim, agradeço o convite para a Comissão. Realmente, V. Exa. me ligou, eu me comprometi e vou em um momento oportuno. Eu tive que dar precedência aqui à Comissão de Constituição e Justiça. V. Exa. está aqui participando, eu estou disposto a ir a qualquer Comissão...

(*Soa a campainha.*)

O SR. SERGIO FERNANDO MORO – ... do Congresso para discutir. Talvez seja o caso de espaçarmos um pouco para não ficar também algo assim um tanto quanto... Até para surgirem novas questões.

A questão dos massacres. Veja, a Polícia Federal continua dando proteção às populações indígenas. O fato de ter a Funai saído do Ministério da Justiça, a área de demarcação foi uma decisão, vamos dizer assim, de Governo. Eu não discordei dela porque eu acho que a Funai precisa... Os índios, hoje, a população indígena, a comunidade indígena precisa muito mais de oportunidades de desenvolvimento do que, propriamente, vamos dizer assim, de políticas ali dentro do Ministério de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Justiça e Segurança Pública, que é um órgão mais voltado para a segurança. Agora, isso não significa, em absoluto, que eles estão ao desabrigo da proteção da lei, inclusive da atuação do Ministério da Justiça e inclusive da atuação da Polícia Federal.

Têm chegado a mim diversas notícias de incidentes, e nós sempre temos encaminhado à Polícia Federal ou às forças de segurança para as averiguações necessárias em relação a cada um desses incidentes.

Da questão de assassinato de jovens e LGBTs. De fato, são as populações mais vulneráveis à criminalidade violenta e isso realmente gera uma preocupação, por isso, particularmente, o projeto anticrime faz parte disso. Nós temos que ser intolerantes em relação à criminalidade mais grave. E mais grave do que tudo ainda é o homicídio ou o feminicídio, que atinge a todos, mas atinge de maneira desigual essas populações mais vulneráveis.

Então, o sistema tem que ser mais rigoroso mesmo. Nós precisamos ter processos mais rápidos, penas mais duras em relação a esse tipo de criminalidade mais grave.

(*Soa a campainha.*)

O SR. SERGIO FERNANDO MORO – Embora não estejam citados ali no projeto – acho absolutamente desnecessário –, estão, de certa forma, talvez sejam os principais beneficiários de políticas dessa espécie, certamente a população jovem, certamente esses grupos que às vezes são vítimas de crimes de violência gratuitas.

Nós queremos mandar uma mensagem clara de que o crime não deve compensar e que o crime grave tem que ter uma resposta institucional forte dentro do devido processo legal, dentro dos direitos fundamentais, mas é preciso dar uma resposta.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Ministro.

Rapidamente, por 30 segundos, apenas aqueles Senadores que não se viram contemplados em algum outro ponto apresentado. Parece-me que há apenas dois Senadores...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – Presidente, eu só.... Talvez o Ministro não tenha, mas eu fui pulado...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Realmente. Senador Marcio Bittar.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC. Para interpelar Ministro.) – Sr. Ministro, eu queria saber a sua opinião sobre três pontos específicos: visita de advogado em hora e tempo e sem poder registrar, se isso está contemplado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A opinião do Ministro para o projeto que apresentei, que aumenta a pena máxima para 50 anos, e para outro projeto que apresentei baixando a maioridade penal para 16 para todo mundo.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Vou conceder a palavra ao Ministro. Nós vamos encerrar esta reunião impreterivelmente em 15 minutos, às 16 horas. O Ministro rapidamente vai responder ao Senador Marcio Bittar, que não foi respondido. E, em seguida, os 30 segundos de réplica para dois Senadores que estão solicitando.

O SR. SERGIO FERNANDO MORO – Senadora, peço mil perdões. Eu fiz anotações aqui e, na virada das páginas, me perdi. Por isso até estava remexendo aqui. Mil escusas, mil escusas.

A questão da utilização dos advogados. A grande maioria dos advogados é absolutamente proba, a totalidade deles é honesta. Conheço muitos advogados, afinal me formei em Direito, boa parte dos meus amigos são advogados, sou casado com uma advogada, então tenho um enorme respeito à classe dos advogados.

Agora, há aqueles que se prestam eventualmente a servir como mensageiros de lideranças criminosas. Esse é um problema sério, tem que ser resolvido pela Justiça, pelas investigações. Quando identificadas situações em que um profissional do Direito se envolveu nesse mundo do crime, ele deixa de ser advogado e passa a ser um cúmplice. E tem que ser punido, não deve ter nenhuma imunidade apenas pelo fato de ser advogado.

Em relação às comunicações com os seus clientes, se ele estiver comunicando para planejar práticas de novos crimes, já há precedentes, inclusive do Supremo Tribunal Federal, autorizando o monitoramento. Depende sempre aí de decisões judiciais.

No projeto, o que nós colocamos expressamente é a previsão de que as visitas nos presídios federais serão controladas, em parlatórios e monitoradas.

Em relação aos advogados, nós não os incluímos nessa regra. Nós apenas ali colocamos o esclarecimento de que dependia de decisão judicial eventual interceptação do advogado nessa circunstância.

Então, não é algo que o projeto abrange. Nós fizemos a menção exatamente para deixar claro que nós estamos tratando apenas das demais visitas. Certo?

E a questão dos 16 anos. Acho que esse é um tema que vai ter que ser debatido profundamente num momento oportuno. No momento, o Governo não tem, não encaminhou um projeto, não... Está trabalhando com essas outras prioridades, uma nova previdência. Acho que é uma prioridade para o País inteiro tornar o sistema previdenciário mais igual, mais justo. E, por outro lado, resolver um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

problema sério de insuficiência fiscal, tendo em vista a longevidade maior das pessoas, o que é ótimo, mas gera questões previdenciárias relevantes.

Da minha parte, o projeto prioritário no momento é o projeto anticrime. Mas nós estamos abertos, evidentemente, ao diálogo com o Parlamento a esse respeito.

A minha posição pessoal e que eu adiantei – não digo que é a posição de Governo – é que poderia haver uma redução para crimes violentos. Ou se pensar num aumento, incremento do período de internação para o adolescente responsável por infrações graves.

Mas vamos conversar, vamos discutir, vamos dialogar.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Ministro, eu só quero, com 30 segundos...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Trinta segundos, por favor.

Daniella, Izalci e Serra.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF. Para interpelar Ministro.) – Só dizer que, em nenhum momento... Tenho certeza absoluta de que o presídio aqui de segurança máxima não tem nenhuma dificuldade, não oferece nenhum risco de o preso sair. O problema são as consequências, o efeito colateral. Nós nunca tivemos em Brasília nenhum indício de PCC, de qualquer organização criminosa, e já começamos a ter essa questão.

Então, essa é a preocupação do efeito colateral que eu acho que os técnicos precisam avaliar um pouco melhor, tendo em vista que nós somos aqui diferentes dos outros Municípios, por ser a Capital.

Mas eu ainda vou procurar V. Exa. para uma conversa sobre essa questão técnica.

(*Soa a campainha.*)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Obrigado, Excelência.

O SR. SERGIO FERNANDO MORO – Conversamos, Senador, sobre isso.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada.

Senadora Daniella e, para encerrar, o nosso Senador Serra.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB. Para interpelar Ministro.) – Muito rapidamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só fico, na realidade, deixando a sugestão, porque o Ministro acho que não se referiu a, talvez não tenha se lembrado, com relação a tratar das causas. Assim, as consequências, claro, mas lembrar das causas.

E também com relação a ... É claro que eu sei que são poucos meses, mas a importância para que a gente entenda o programa... Mas eu entendi também uma situação que V. Exa. colocou: a questão da tecnologia, por exemplo, que V. Exa. disse que não expôs aqui porque não daria tempo. Então, eu acredito que teremos outras oportunidades para ouvi-lo com relação aos programas do Governo.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada.

Senador Serra.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP. Para interpelar Ministro.) – Há um dado que é irrefutável relacionado com a elasticidade-preço da demanda de cigarros: diminui o preço, aumenta a demanda. A comissão está formada para estudar os efeitos da redução. Nem precisa reunir a comissão: baixou o preço, aumenta a demanda mais do que proporcionalmente.

Este é o conceito de elasticidade: como é que a demanda varia? Quando o preço aumenta ou diminui.

Portanto, diminuir preço de cigarro seria desastroso pelo efeito que tem sobre a mortalidade, quase 140 mil pessoas por ano, e pela verdadeira devastação que promove no nosso sistema de saúde. Eu não estou contabilizando aí aquilo que se tem que gastar para cuidar das pessoas cuja saúde foi abalada por cigarro, que é, pelo menos, duas ou três vezes mais do que se arrecada em matéria tributária.

Portanto, eu queria chamar a atenção, porque a própria razão de ser do grupo é equivocada...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – ... que é estudar o efeito da redução dos preços.

Apenas isso.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Senador.

Com a palavra, pela ordem, Senador Flávio Bolsonaro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - RJ. Pela ordem.) – Muito rapidamente, Presidente. Sabendo do esforço, após quase seis horas de audiência pública, agradecer mais uma vez ao Ministro Moro pela deferência para com esta Casa ao participar aqui e responder a todas as perguntas

Apenas algumas pontuações rápidas.

Primeiro, parabéns pelo projeto que foi encaminhado para cá, com várias inovações, entre elas, a questão de a legítima defesa ser ampliada com relação ao servidor da segurança pública. Não é pouco isso. Não é uma demanda nem da sociedade, Ministro Moro, é uma demanda do próprio operador, na ponta da linha. A insegurança jurídica com que ele trabalha hoje acaba desencorajando grande parte da tropa a atuar de uma forma correta. No Rio de Janeiro, os policiais têm mais preocupação com o que vai acontecer juridicamente com ele, quando for julgado por um juiz, por exemplo, do que em enfrentar um criminoso armado de fuzil.

Dou a prova de um caso concreto sobre isso. Várias pessoas vão se lembrar aqui do vídeo de um policial forjando, ao colocar uma arma de fogo ao lado de um cadáver de um traficante com quem ele tinha acabado de trocar tiro. Quer dizer, está ali num aparente, num estado obviamente, como está elencado aqui na legislação, sob forte emoção. E a preocupação dele talvez tenha sido menor ao trocar tiro com esse marginal do que possivelmente se depois seria acusado de ter trocado tiro com alguém que estava desarmado. Então, olha o que se passa na cabeça de um policial, olha a importância dessa proposta que o senhor encaminha para cá. Vamos aqui buscar acompanhar muito de perto essa situação dessas inovações.

E rapidamente, para a gente estabelecer uma verdade, Presidente, porque muitos mitos, a gente vai ter a oportunidade de discutir, de quebrar aqui no Senado Federal no tocante ao desarmamento. Eu ouvi aqui diversos Senadores falando, por exemplo, sobre a taxa de homicídios, de que se reduziu com a entrada em vigor do Estatuto do Desarmamento. É mentira. Se você pega uma janela de dez anos, de 2003 a 2013, da entrada em vigor do Estatuto do Desarmamento até dez anos posteriores, a taxa média de homicídios no Brasil...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - RJ) – ... cometidos com arma de fogo cresceu 10%. Caiu apenas em São Paulo e no Rio por questões pontuais. Então, quando se discute a questão da legítima defesa, é muito mais com relação a uma garantia individual, ao direito à vida, que é inegociável, do que uma questão de segurança pública. É óbvio que traz consequências.

Mas para não cansar mais, obrigado mais uma vez pela presença do senhor aqui nesta Casa. E vamos trabalhar para atender à demanda da população, que também é uma melhoria na legislação penal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Senador Flávio Bolsonaro.

Eu quero aqui parabenizar e agradecer a toda a equipe de apoio, não só da secretaria aqui da Comissão, mas os assessores, porque, Ministro, V.Exa. conseguiu também mais um feito: em quatro anos, eu nunca tinha visto esta Comissão dar a testemunha tão silenciosa.

O tema é realmente relevante. V. Exa. está de parabéns, porque foi um Ministro que em nenhum momento pressionou esta Presidência para encerrarmos a reunião; ao contrário.

E eu tenho certeza de que gera excelentes frutos. Primeiro porque o barulho das nossas vozes não é um barulho em vão. Aqui foram vozes que foram levantadas a favor da sociedade, a favor da paz, contra a violência. São vozes dissidentes, muitas vezes totalmente antagônicas, mas serve o Parlamento exatamente para isso.

Tenho certeza de que as ponderações de V. Exa. vão ser levadas à reflexão por cada um dos membros desta Casa. E espero também que as colocações dos Senadores sirvam para que também possa formar, talvez até alterar, algum juízo de valor de V. Exa. em relação a algum item, especialmente do projeto anticrime, do projeto que alguns chamam de "projeto Moro", não é, Senador Dário Berger? Porque para isso é que serve um órgão colegiado, um poder como o Senado Federal.

Que as nossas vozes, o barulho das nossas vozes, sejam não só ditas, mas também ouvidas, não só faladas, mas também ouvidas, para que, no recesso do nosso gabinete, no silêncio do nosso gabinete, nós possamos fazer as devidas reflexões e levar para a votação em Plenário aquilo que construímos como juízo de valor.

Que nós possamos, se aprovarmos esse projeto tão relevante para a sociedade brasileira, não aprovar aquele projeto que A ou B pense, ou o Ministro, ou o Presidente, ou o Senador da República, mas aquele projeto que represente a média da maioria da vontade do povo brasileiro.

Muito obrigada mais uma vez, Ministro. Conte com esta Comissão para dar andamento aos projetos relevantes de interesse da pasta do Ministério da Justiça, da Cidadania e da Segurança Pública.

Está encerrada a presente audiência pública, mais uma vez agradecendo a todos.

(*Iniciada às 10 horas e 14 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 55 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 8ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE ABRIL DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e dezessete minutos do dia três de abril de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência da Senadora Simone Tebet, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Mecias de Jesus, Ciro Nogueira, Esperidião Amin, Fernando Bezerra Coelho, Marcelo Castro, Dário Berger, Daniella Ribeiro, Antonio Anastasia, Tasso Jereissati, Elmano Férrer, Oriovisto Guimarães, Rose de Freitas, Juíza Selma, Roberto Rocha, Lasier Martins, Major Olimpio, Veneziano Vital do Rêgo, Cid Gomes, Fabiano Contarato, Alessandro Vieira, Weverton, Jorge Kajuru, Marcos do Val, Randolfe Rodrigues, Leila Barros, Humberto Costa, Rogério Carvalho, Telmário Mota, Paulo Rocha, Otto Alencar, Arolde de Oliveira, Nelsinho Trad, Carlos Viana, Rodrigo Pacheco, Marcos Rogério, Jorginho Mello, Maria do Carmo Alves e Wellington Fagundes. Registram a presença os Senadores Jayme Campos, Irajá, Izalci Lucas, Paulo Paim e Eliziane Gama. Usa da palavra a Senadora Eliziane Gama. Deixam de comparecer os Senadores Jader Barbalho, José Maranhão, Fernando Collor e Angelo Coronel. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da 6ª Reunião Ordinária e da ata da 7ª Reunião Ordinária, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - Proposta de Emenda à Constituição nº 34, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera os arts. 165 e 166 da Constituição Federal, parar tornar obrigatória a execução da programação orçamentária que especifica." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Esperidião Amin. Relatório: Favorável à Proposta e parcialmente às emendas nºs 1, 2, 4 e 5 e contrário às emendas nºs 3, 6, 7, 8 e 9, nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Aprovado o Parecer favorável à Proposta, acolhendo parcialmente as Emendas nºs 1, 2, 4 e 5, nos termos da Emenda nº 10-CCJ (Substitutivo), e contrário às Emendas nºs 3, 6, 7, 8 e 9. ITEM 2 - Projeto de Lei nº 1256, de 2019 - Terminativo - que: "Revoga o § 3º do art. 10 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que prevê percentual de preenchimento mínimo de vagas para candidaturas de cada sexo." Autoria: Senador Angelo Coronel. Relatoria: Senador Fabiano Contarato. Relatório: Pela rejeição do Projeto e da Emenda nº 1. Resultado: Lido o relatório a adiada a discussão da matéria. ITEM 3 - Turno Suplementar do Substitutivo Oferecido ao Projeto de Lei do Senado nº 307, de 2018 - Terminativo - que: "Acrescenta § 5º ao art. 9º da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, a fim de facultar a representação do réu por seu advogado nas audiências realizadas em localidades muito distantes de onde resida o réu." Autoria: Senadora Maria do Carmo Alves. Relatoria: Senadora Simone Tebet. Relatório: Pela aprovação do Substitutivo e da Emenda nº 2-S. Resultado: Adiado. ITEM 4 - Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 2018 - Não Terminativo - que: "Altera dispositivo da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, para dispor sobre a destinação dos valores apreendidos em decorrência dos crimes nela tipificados." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Otto Alencar. Relatório: Favorável ao Projeto com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 5 - Projeto de Lei do Senado n° 432, de 2016 - Terminativo - que: "Altera o art. 15 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para possibilitar a aplicação supletiva e subsidiária do Código de Processo Civil ao Processo Penal." Autoria: Senador Antonio Anastasia. Relatoria: Senador Tasso Jereissati. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 6 - Projeto de Lei do Senado n° 7, de 2018 - Terminativo - que: "Dispõe sobre os direitos dos pacientes em serviços de saúde; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para isentar do crime de omissão penalmente relevante a falta de instituição de suporte de vida ou a não realização de tratamento ou procedimento médico recusados; e altera a Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, que configura infrações à legislação sanitária federal, estabelece as sanções respectivas, e dá outras providências, para proibir a reutilização de produtos para a saúde descartáveis." Autoria: Senador Pedro Chaves. Relatoria: Senador Lasier Martins. Relatório: Pela aprovação do Projeto com a emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 7 - Projeto de Lei do Senado n° 89, de 2015 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.807, de 13 de julho de 1999, para criar mecanismos de proteção às vítimas e testemunhas vulneráveis." Autoria: Senador Humberto Costa. Relatoria: Senador Alessandro Vieira. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com a Emenda nº 1-CDH e com quatro emendas que apresenta. Resultado: Retirado de pauta para reexame do Relatório. ITEM 8 - Projeto de Lei do Senado n° 483, de 2017 - Terminativo - que: "Altera a Lei no 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para estabelecer normas gerais para a utilização de veículos apreendidos e sem identificação, pelas polícias civis, federal, rodoviária federal e militares." Autoria: Senador Elmano Férrer. Relatoria: Senadora Simone Tebet. Relatório: Pela aprovação do Projeto com duas emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 9 - Projeto de Lei da Câmara n° 94, de 2018 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para autorizar, nas hipóteses que especifica, a aplicação de medida protetiva de urgência, pela autoridade judicial ou policial, à mulher em situação de violência doméstica e familiar ou a seus dependentes e dá outras providências." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senadora Juíza Selma. Relatório: Favorável ao Projeto e às Emendas nºs 1-CDH e 2-CDH, com duas emendas de redação que apresenta. Resultado: Retirado de pauta, em razão da inclusão da matéria na Ordem do Dia da Sessão Deliberativa Ordinária do dia 03/04/19. ITEM 10 - Projeto de Lei do Senado n° 217, de 2018 - Terminativo - que: "Altera o art. 610 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, para permitir a realização de inventário extrajudicial quando houver possíveis implicações no interesse de incapazes." Autoria: Senador Paulo Rocha. Relatoria: Senadora Simone Tebet. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 11 - Projeto de Lei da Câmara n° 120, de 2017 - Não Terminativo - que: "Acrescenta § 10 ao art. 176 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos, para dispensar a apresentação de carta de anuência dos confrontantes na averbação do georreferenciamento de imóveis rurais." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Antonio Anastasia. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM EXTRAPAUTA 12 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania n° 7, de 2019 que: "Requeiro, nos termos do art. 312, II, do Regimento Interno do Senado Federal, destaque, para votação em separado, da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

emenda 9 da PEC 34/2019, que Altera os arts. 165 e 166 da Constituição Federal, parar tornar obrigatória a execução da programação orçamentária que especifica." Autoria: Senador Humberto Costa. Resultado: Requerimento apresentado nos termos do art. 312, parágrafo único. A emenda destacada foi rejeitada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e trinta e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Simone Tebet
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 8ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 1ª Sessão Legislativa da 56ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 6ª Reunião, Ordinária, e da Ata da 7ª Reunião, Ordinária.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal.*

A presente reunião destina-se à deliberação dos itens 1 a 11, começando pelo item 1.

ITEM 1

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 34, DE 2019

- Não terminativo -

Altera os arts. 165 e 166 da Constituição Federal, parar tornar obrigatória a execução da programação orçamentária que especifica.

Autoria: Deputado Hélio Leite

Relatoria: Senador Esperidião Amin

Relatório: Favorável à Proposta e parcialmente às emendas n°s 1, 4 e 5 e contrário às emendas n°s 2, 3, 6, 7 e 8 nos termos do Substitutivo que apresenta.

Observações:

- Em 28/03/2019, foram apresentadas as Emendas nºs 1 a 3, de autoria do Senador Major Olimpio;

- Em 02/04/2019, foram apresentadas as Emendas nºs 4 e 5, de autoria do Senador Arolde de Oliveira;

- Em 02/04/2019, foram apresentadas as Emendas nºs 6 a 8, de autoria do Senador José Serra.

Concedo neste momento a palavra ao Senador Esperidião Amin, para proferir o seu relatório.

Enquanto o Senador Esperidião Amin se prepara para a leitura do seu relatório, passo a palavra, pela ordem, ao Senador Antonio Anastasia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG. Pela ordem.) – Muito obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, eu gostaria de, cumprimentando V. Exa., dar ciência a esta Comissão de que, em 2016, eu fui designado Relator do projeto de reforma do Código Penal. Durante esse período me dediquei muito a esse tema, inclusive realizando as audiências públicas e contando com a colaboração graciosa de professores os mais ilustres que compõem o quadro do Direito Penal Brasileiro, inclusive dando aulas na Alemanha. E todos também, de modo, como eu disse, voluntário, colaboraram conosco na apresentação de uma minuta, digamos assim, da Parte Geral do Código Penal. O tema, como nós sabemos, é o de mais alta complexidade que pode existir.

Em razão desses trabalhos, foi até editado um livro coordenado pelo Prof. Greco, pelo Prof. Alaor Leite, entre outros, que trata dessa parte.

Eu, portanto, concluí essa parte inicial relativa à Parte Geral, que está pronta. Aliás, fiz uma reunião há quinze dias atrás com colegas aqui da CCJ, Senadores que têm interesse no tema pela sua formação: professores de Direito Penal, delegados, oficiais das Forças Armadas, magistrados e advogados com formação nessa área. E explicava para eles o andamento desse trabalho, que é um trabalho muito relevante, de muito fôlego.

Todavia, eleito Vice-Presidente do Senado, fui designado pelo Presidente para redigir também a nova proposta do Regimento Interno. Então me parece mais adequado, pela celeridade que o assunto demanda, conforme fiz e apresentei ontem a V. Exa., devolver esta relatoria já com o trabalho realizado, que é a proposta da Parte Geral pronta e concluída, revisada pela nossa Consultoria-Geral, que também teve um papel fundamental nesse trabalho – quero mais uma vez agradecer ao Dr. Danilo e à sua equipe por esse trabalho. Devolvi, portanto, à Comissão, juntamente com o trabalho já realizado que, volto a dizer, não é completo, mas é de fôlego, e tenho certeza de que colaborará muito com o futuro relator que V. Exa. vai designar.

É o relato que queria fazer.

Agradeço a V. Exa.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Nós é que agradecemos, Senador Antonio Anastasia. Se V. Exa. me permitir, gostaria de parabenizá-lo pelo trabalho dispensado a esta matéria tão importante. Na realidade, se trata de realmente reestruturar, adequar, modernizar e aperfeiçoar o nosso Código Penal, que já tem o quê? Mais de 70 anos, quase 80 anos. Eu sou testemunha do seu trabalho, do quanto de esforço, concentração e capacidade foram dispensados à Parte Geral do Código Penal. Participei de algumas audiências públicas promovidas por V. Exa., tive o prazer de beber da fonte da sabedoria, do conhecimento de V. Exa. e de outros doutrinadores, professores de universidades que aqui estiveram presentes. Tenho certeza de que a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parte Geral, já revisada pela Consultoria, tem condições inclusive de ser já até colocada em votação neste Plenário, se assim decidir o novo relator.

Nós estaremos... Já recebemos a devolução desse trabalho, desse projeto. E ainda ontem, quero comunicar a V. Exa. e aos demais membros desta Comissão, nós já designamos o Senador Rodrigo Pacheco, que é criminalista, profundo conhecedor da matéria, para não só fazer uma análise geral, uma revisão geral na Parte Geral do Código Penal, mas também se aprofundar nessa que é uma parte delicada, a Parte Especial.

Agradeço a comunicação e informo aos demais pares que o novo Relator, Senador Rodrigo Pacheco, já está designado para que possamos avançar o mais rápido possível. E se for da vontade do Relator e do Plenário desta Comissão, poderemos votar inicialmente a Parte Geral do Código Penal e, em seguida, quando o trabalho estiver pronto, a Parte Especial.

Passemos, sem mais delongas, ao item 1, cuja relatoria é do Senador Esperidião Amin.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Nós pedimos aos colegas, especialmente aos nossos assessores e colaboradores – vocês são fundamentais –, mas precisamos de silêncio neste momento.

Com a palavra, para proferir seu relatório, o Senador Esperidião Amin.

Item 1 da pauta.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para proferir relatório.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, em função da responsabilidade que este assunto envolve, pelas controvérsias que foram ensejadas pela aprovação na Câmara, eu vou ler o parecer todo, contrariamente ao que seria recomendado. Por isso, peço a paciência dos que vão ouvir e, especialmente, a atenção dos companheiros e companheiras.

Trata-se do parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 34, de 2019, que "altera os arts. 165 e 166 da Constituição Federal, parar tornar obrigatória a execução da programação orçamentária que especifica".

Submete-se a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, a Proposta de Emenda à Constituição...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. *Fazendo soar a campainha*.) – Eu peço desculpa ao Senador, aproveitando que ainda está começando o seu relatório. Mas eu não posso deixar aqui de manifestar a minha satisfação com a presença da nossa eterna Senadora Marina Silva, que aqui se faz presente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O relatório de V. Exa. vai ser longo, e não sei por quanto tempo teremos a oportunidade de estar ao lado dessa valorosa Senadora, que, mais do que tudo, é um orgulho para as mulheres brasileiras e para as Senadoras do Senado Federal.

Obrigada pela presença, Senadora Marina Silva. Espero que possa ficar conosco o máximo possível.

Com a palavra o Senador Esperidião Amin, pedindo novamente desculpa.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Ora, foi um prazer para todos, é um prazer para todos nós! E fico grato pela parte que me coube da interrupção, porque fui cumprimentar a Senadora.

A referida proposta, que tem como primeiro signatário o nobre Deputado Hélio Leite, visava, na origem, tornar obrigatória a execução da programação orçamentária oriunda de emendas coletivas ao projeto de lei orçamentária no limite de 1% da Receita Corrente Líquida (RCL) prevista no projeto encaminhado pelo Poder Executivo.

A título de ilustração, quero assinalar que eu próprio sou um dos signatários da proposta original, o de nº 54 na lista de 182 apoiadores, e o Presidente da República é o nº 77 dessa lista, para demonstrar quão eclética era a base de sustentação da emenda quando foi apresentada. O nº 78... (*Falha na gravação.*)

... era a Deputada Jandira Feghali, e o nº 79, bem próximo ali, era o ex-Deputado Jean Wyllys. (*Fora do microfone.*)

Essa medida, segundo seus autores, teria o condão de restabelecer o equilíbrio entre os Poderes na definição das políticas públicas, pois o Executivo estaria deixando de priorizar as programações orçamentárias derivadas de emendas, pelo simples fato de serem originadas do Poder Legislativo.

Em sua tramitação, a proposta sofreu significativas alterações na Comissão Especial encarregada da análise do mérito da matéria. Os dispositivos incluídos no art. 165 ampliaram consideravelmente o escopo de aplicação da norma original, ao expandir o dever de execução aos programas e metas prioritárias do Orçamento.

O Substitutivo da Comissão foi votado e aprovado, com alterações, em dois turnos na Câmara dos Deputados, em 26 de março, e a proposta já em 27 de março passado passou a ser registrada com o número 34, já no Senado Federal, tendo sido encaminhada a esta Comissão de Constituição.

E, para honra minha, fui designado por V. Exa., Senadora Simone Tebet. E agradeço muito a demonstração de confiança da sua decisão. Espero poder a ela corresponder.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Análise.

É muito importante que fiquem registrados os tópicos... (*Falha na gravação.*)

Quero agradecer aqui de público... (*Falha na gravação.*)

... na pessoa da Sra. Ana Cláudia, do Flávio, do Trindade e da minha própria assessoria, que me permitiram construir um texto que eu acho que é equilibrado e juridicamente sensato.

Em relação à constitucionalidade formal da PEC, não há qualquer defeito que impeça sua tramitação ou aprovação. Com efeito, foi ela subscrita pela quantidade constitucionalmente exigida de Parlamentares e não está em vigor qualquer das situações caracterizadoras do limite circunstancial ao Poder Constituinte derivado previsto na Constituição.

Quanto à constitucionalidade material, não verificamos...

O Senador Humberto Costa entra sob grande sufrágio da multidão que o aguardava. Foi uma arribação ensurdecedora.

Poder-se-ia considerar que a PEC, ao modificar a natureza jurídica de parte do orçamento, de autorizativo para impositivo, estaria violando a independência do Poder Executivo e, por consequência, a cláusula pétrea da separação dos Poderes. Todavia, assim não entendemos e por duas razões distintas e complementares. Em primeiro lugar, porque, conforme decidido pelo Supremo, o caráter de cláusula pétrea de um dispositivo não significa a intangibilidade literal do seu texto, mas apenas a proteção ao seu núcleo essencial, seu âmago (ADI nº 2.024/DF).

Ora, não se pode dizer que a transformação do orçamento em impositivo, ainda que fosse total, e não o é, violasse o âmago da separação de Poderes. Basta lembrar que o país que adotou a mais rígida vertente da teoria de Montesquieu sobre a divisão das funções, os Estados Unidos da América, adota um orçamento de caráter notadamente e predominantemente impositivo. Ademais, a iniciativa da lei orçamentária continua sendo exclusiva do Chefe do Executivo, que possui, nunca é demais lembrar, poder de veto em relação à versão aprovada pelo Congresso Nacional.

Como se não bastasse, temos também o precedente da EC nº 86, de 17 de março de 2015, que transformou em impositiva a execução financeira e orçamentária das emendas individuais, um movimento em tudo semelhante ao que se está aqui propondo e que nunca sofreu questionamentos sérios quanto à sua constitucionalidade no aspecto que aqui interessa, já que a cautelar deferida na ADI nº 5.595, também do DF, trata de outras temáticas.

Em relação à juridicidade e à regimentalidade, verifica-se que estão atendidas, já que a tramitação da PEC respeitou o disposto no Regimento Interno deste Senado, e a norma jurídica que se quer instituir é dotada de potencial coercitivo, além de veiculada pelo instrumento juridicamente adequado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Materialidade.

Como se observa pela tramitação da proposta, o escopo inicial foi modificado de tal forma a ampliar o propósito original. A inclusão das alterações no art. 165 da Constituição Federal transcendem as emendas parlamentares atingindo todo o orçamento público. Parece-nos trazer à pauta mais uma vez a discussão sobre a impositividade integral do orçamento público. Dizemos "parece" porque nossa leitura não permite uma interpretação direta e clara sobre o que se pretende, como ordena a Legística, ou seja, a boa qualidade das leis. Essa falta de clareza não traz ganhos para a sociedade brasileira. Assim, entendemos que essa parte da proposta deveria ser mais bem debatida no Parlamento para que avançássemos tanto em um novo modelo orçamentário quanto em um texto que fosse fidedigno a essa intenção.

A título de informação – e aqui eu peço um pouco de paciência e atenção especial dos companheiros –, eu resgatei o trecho do texto original da emenda que criou a impositividade das emendas parlamentares individuais. O primeiro signatário, o saudoso Senador Antônio Carlos Magalhães, foi de uma clareza meridiana na proposta. Se eu quisesse começar a discutir orçamento impositivo no todo hoje, Senador Tasso Jereissati, eu recorreria a este texto, escrito há 19 anos. Eu vou ler só o *caput* do texto proposto na emenda, que queria tudo e resultou, em 2015, na impositividade apenas das emendas individuais.

O texto dizia assim: "A programação constante da lei orçamentária anual é de execução obrigatória, salvo se aprovada, pelo Congresso Nacional, solicitação, de iniciativa exclusiva do Presidente da República, para cancelamento ou contingenciamento, total ou parcial, de dotação". E os parágrafos seguintes tornam mais clara essa forma pela qual o Presidente da República pode pedir para modificar, cancelar partes da lei orçamentária anual. Seria muito difícil que hoje se escrevesse um texto tão claro, tão abrangente e tão completo, na juridicidade e na constitucionalidade, quanto o que foi escrito em 2000 a meu ver.

Obviamente que uma modificação como essa acima impactaria outros dispositivos constitucionais. Dessa forma, não haveria dispositivos destinados exclusivamente às emendas impositivas individuais e de bancadas representativas dos Estados e do Distrito Federal senão a definição dos montantes destinados a essas modalidades de emendas.

Ressalte-se que o caminho percorrido pela PEC atual é exatamente o inverso ao da Proposta nº 22, de 2000. Em 2000, a proposta original propunha a execução obrigatória de toda a programação e foi aprovada, ao final, em 2015, para que apenas as emendas individuais recebessem tal grau de imposição (Emenda 86, de 2015).

Hoje, o caminho vai de um conjunto limitado de programações para o Orçamento como um todo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse contexto, poderíamos apresentar uma proposta similar à da PEC 22/2000 ou uma mais complexa que considerasse metas físicas e não financeiras, critérios de endividamento e progressividade de limites, porém, nos ativemos ao espírito do texto encaminhado pela Câmara dos Deputados. Para tanto, sugerimos um parágrafo ao art. 165, com redação mais clara e objetiva, no lugar dos três apresentados, mantendo o inciso III do §9º, com uma redação mais abrangente.

No que tange às propostas para o art. 166, em relação a quais emendas coletivas atribuir o regime de execução obrigatório... Ou seja, nós temos dois tipos básicos de emenda coletiva: as emendas coletivas de Comissões, que, a meu ver, são eminentemente corporativas, Senador Lasier Martins... Aqui, na Comissão de Justiça, quem vem pedir emenda coletiva? Vem o Tribunal Superior do Trabalho, vem o Superior Tribunal de Justiça, e fazem proposta em âmbito nacional ou local. É isso que tem acontecido, aqui ou na Câmara, porque não conseguiram, na pescaria da elaboração do orçamento, ver atendido o seu pleito. Então, faz-se uma espécie de repescagem institucional, enquanto as outras, que são as emendas coletivas de bancadas que representam Estados, a meu ver, têm um caráter federativo, respeitam a representação popular e, no caso do Senado, a representação dos Estados. Eu faço essa diferença para dizer que, a meu ver, só as coletivas de bancadas passam a ser impositivas. Isso está aclarado no texto.

No que tange às propostas para o 166, em relação a quais emendas... Analisamos as alterações promovidas pelo parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara, da relatoria do nobre Deputado Federal Carlos Henrique Gaguim – que eu convidei para vir aqui, porque considero que meu parecer respeita integralmente o seu trabalho, que, Senador Alessandro, teve o condão de ser aprovado no dia 25 de novembro de 2015, casualmente Dia de Santa Catarina –, e somos favoráveis à atribuição da obrigatoriedade da execução tão somente às emendas de iniciativa de bancadas de Parlamentares de Estado ou do Distrito Federal – chamadas aqui de emendas de bancadas estaduais. Essas emendas são o reflexo do pacto federativo e devem ser prestigiadas. Essa análise nos remete à invenção das emendas coletivas. Como é que as emendas coletivas surgiram no Orçamento brasileiro? Foi depois da chamada CPI dos Anões. Foi um remédio criado pelo Poder Legislativo para dar outro viés para a participação dos Parlamentares no Orçamento da União, já que as emendas individuais naquela ocasião...

Saúdo o Presidente do meu partido, que nos está prestigiando com a sua presença, o Senador Ciro Nogueira.

Naquela ocasião, foi o remédio criado pela Casa, com a primeira resolução instituindo a emenda coletiva. Foi na década de 90.

No ajuste do texto em nosso relatório, o §11-A foi renumerado para §12 – por uma questão técnica, de boa técnica legislativa –, conforme determina Lei Complementar 95/1998, de forma que os parágrafos foram renumerados com exceção dos dispositivos revogados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Este Relator também se preocupou com a boa redação legislativa. Isso porque não basta que uma lei seja bem feita do ponto de vista formal ou que guarde sintonia com normas já conhecidas. É preciso, acima de tudo, que a lei nova seja capaz de produzir os efeitos desejados e esperados, ou, como se diz popularmente, que a lei “pegue”.

Não sei se o Senador Anastasia ainda está aqui...

A Assembleia Legislativa de Minas Gerais foi a pioneira no estudo da Legística, que não tem nada a ver com o Instituto Médico Legal, tem a ver com a qualidade da lei, que é o escopo da Lei Complementar 95/98, que nós estamos procurando aperfeiçoar, que devemos seguir e respeitar. É a Lei Complementar 95/98 que extingue o chamado "jabuti" – não o bicho, mas o contrabando que se faz, especialmente em medidas provisórias.

Continuando em nossas considerações acerca da PEC 34/2019, ainda no §12, retiramos o termo “caráter estruturante”. Primeiramente, para que o regime de execução obrigatória seja aplicado a todas as emendas de bancadas estaduais indistintamente, e não somente a um subconjunto dessas. Em segundo lugar, porque se trata de conceito jurídico indeterminado.

Por exemplo: investir no custeio de média e alta complexidade nos procedimentos de saúde de um Estado é estruturante? Mas como, se isso é custeio? Mas é isso que permite a habilitação de serviços de média e alta complexidade. Como esse conceito não existe nas práticas orçamentárias vigentes, eu, pessoalmente, acho prudente retirar uma expressão que pode significar, daqui a pouco, que alguém diga: "Não, só vale para obra física".

Então, eu acho que é um risco desnecessário. Defenderei sempre. Eu posso perder ou ganhar, mas vou defender, porque tenho experiência prática nesse assunto.

Em segundo lugar porque se trata de conceito jurídico indeterminado de sentido inédito e não conspícuo – ou seja, ele não tem um significado claro –, o que causaria dúvidas quanto à validade de emendas apresentadas, bem como poderia cercear a legítima atuação parlamentar de atendimento dos mais diversos anseios e necessidades de uma região.

A decisão sobre o montante destinado às emendas de bancada estadual perpassa pelo contexto econômico e pela necessidade de que o valor seja suficiente para viabilizar as emendas de bancada estadual.

Aqui eu queria prestar uma homenagem a todos os Senadores – vi há pouco entrar o meu amigo Arolde de Oliveira, Senador Major Olimpio, Senador José Serra – que apresentaram emendas da maior lucidez e da maior correção quanto à realidade na gradação do porcentual a ser destinado. Não vou mencionar todas, mas elas estão sendo homenageadas por essa minha observação genérica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Repito: nós estamos vivendo um quadro que recomenda uma certa parcimônia, de sorte que isso me levou a, tentando contemplar todas as sugestões, no ano de 2020...

Aí quero me dirigir ao Líder do Governo, Senador Fernando Bezerra Coelho, que foi fundamental na concertação desse acordo. Isso aqui não é o texto dos meus sonhos. Eu sou parlamentarista de origem, mas vivo no Brasil em 2019. Então, eu procurei conciliar o mínimo do que eu penso, para corresponder à distinção da confiança da Presidente desta Comissão, Senadora Simone Tebet, com a realidade que o Governo vive, com a qual o Congresso convive e uma gradação desse porcentual.

E, por acordo – o Senador Fernando Bezerra Coelho, não me desmentirá, não vai cometer essa deselegância –, consignamos 0,8% para o ano 2020 e, por redação correta, ficou estabelecido em 1%, com uma vigência excepcional em 2020 de 0,8%.

Quero homenagear também o Senador Oriovisto, que não aplicou um recurso previsto no art. do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias que poderia nos levar a um período de 20 dias de reflexão sobre a emenda, e faltaria casa de retiro para nos receber nessa imersão.

Entendemos convenientes e oportunas as alterações procedidas nos §§ 14 e 15 do art. 166 com vistas à supressão no Texto Constitucional do rito relativo ao processo e cronograma de análise, verificação de impedimentos e remanejamentos, que se mostrou excessivamente detalhado e pouco eficaz – ou seja, concordamos com o que a Câmara fez. Trata-se de norma operacional inadequada ao caráter constitucional. Enfim, poderia ser definida e aperfeiçoada anualmente na LDO. A maior parte dos remanejamentos e ajustes é realizada com base nas autorizações contidas no texto da LOA, sem necessitar de projeto de lei de crédito adicional.

Quero aqui fazer uma referência a uma emenda apresentada pelo Senador José Serra que eu gostaria de poder incluir, se não fosse, na verdade, algo parecido com um "jabuti", que seria elevar o caráter da LDO a lei complementar. Acho que isso... "Jabuti" não tem nada a ver com o bicho... (*Risos.*)

... ou seja, é do ramo. Esse "jabuti" legislativo é muito mais diversificado do que o da fauna. (*Falha na gravação.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – As programações oriundas de emendas estaduais por sua própria natureza, abarcam investimentos de grande porte.

Aí eu quero chamar a atenção para esse dispositivo. Ele revela responsabilidade fiscal do Parlamento. Não é uma homenagem ao Governo; é uma homenagem a quem respeita o Parlamento.

Uma bancada estadual apresenta uma proposta para o ano de 2020, Senador Tasso Jereissati, cuja execução será plurianual. Essa bancada não pode deixar de apresentar de novo essa emenda no orçamento seguinte, sob pena de reintroduzir a emenda janela, como era chamada: para uma obra de 1 bilhão, eu faço uma emenda de 100 mil para começar a obra e depois tiro o corpo fora. A emenda janela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

já foi proibida em termos de resolução da Comissão Mista de Orçamento. É a Resolução nº 1, de 2005. Nós estamos constitucionalizando essa regra. Ou seja, o Estado do Rio Grande do Sul, o seu fórum, a sua bancada representativa decidiu incluir uma obra. Vamos supor que seja uma obra física cuja execução será de dois anos; se apresenta para um ano, tem que apresentar até acabar a obra, sob pena de nós estarmos gerando certamente obras inacabadas.

Com relação às emendas dos Senadores Major Olimpio, José Serra e Arolde de Oliveira, já fiz os comentários, mas não pude incorporá-las ao substitutivo.

Voto.

Em face do exposto, acatamos parcialmente algumas emendas. Não pudemos acatar outras. E apresento o substitutivo.

Não sei se eu preciso ler o substitutivo que foi distribuído; acho que ele está suficientemente esclarecido.

Eu me coloco à disposição para as interpelações, Sra. Presidente, desde que elas sejam feitas com moderação.

Muito obrigado.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sra. Presidente, eu tenho uma interrogação.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Senador Esperidião Amin, pelo belíssimo e competente relatório.

Quero dizer a V. Exa. que eu faria apenas uma observação. Não havia necessidade dessa última intervenção. Tenho certeza aqui de que, diante do brilhante, competente e abrangente relatório de V. Exa., que teve inclusive a delicadeza de, ponto a ponto, explicar o porquê de não aceitar ou acatar determinadas emendas, o debate não só será em alto nível, como acredito que a maioria há de concordar com V. Exa., fazendo aqui, nesse sentido...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu fiquei com medo de que a presença da Senadora Marina Silva pudesse gerar algumas paixões no debate que eu receberia de bom grado.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sobre esse particular, eu não posso me pronunciar, mas vou aqui, portanto, pela ordem de inscrição, mais uma vez parabenizando V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Apenas quero esclarecer, Senador Esperidião Amin, nosso querido Relator, que, no dia 3, hoje, foi apresentada a Emenda nº 9, de autoria do Senador Humberto Costa. V. Exa. poderia, para fechar o relatório, concluir em relação a essa emenda que acabou de chegar. V. Exa. tem o tempo que for necessário, obviamente. Mas é que a emenda acabou de chegar aqui, e nós estamos com um calendário especial. Portanto, é natural que as emendas possam ser apresentadas. O Relator tem que se pronunciar nesse sentido. E também nada impede que eu já passe a palavra pelo menos para um orador, que terá o tempo de dez minutos, para que ele possa se pronunciar.

Já está pronto?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Pronto!

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Como sempre eficiente, já vai...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu fui premonitório, Sra. Presidente, porque, primeiro, percebi que a chegada do Senador Humberto Costa foi...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Apoteótica!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... apoteótica e intimidadora, intimidatória: "Olha, eu não estou sozinho!". (*Risos.*)

Segundo, eu expliquei sobre a estruturante exatamente usando a saúde, porque nós temos a obrigação, tanto nas individuais quanto nas coletivas, de investimento em saúde. E convenhamos que retirar isso do mínimo de investimento seria uma manobra castradora que dificultaria ainda mais que tanto a União quanto o Estado cumprissem os limites constitucionais.

Vou dar o exemplo do que escutei ontem sobre o Rio de Janeiro. Não sei se V. Exas. assistiram a isso. O máximo que o Estado do Rio de Janeiro chegou a investir em saúde foi um percentual de 11% e está investindo 7%, quando o preceito constitucional é de 12%. Então, o senhor imagine que, no momento em que eu coloco uma emenda para a saúde para ser investida pelo Estado do Rio de Janeiro, se isso não for computado... Eu não quero salvar o Estado do Rio com isso. Mas vamos multiplicar isso por 5,5 mil Municípios e por 27 Estados e o Distrito Federal!

Então, acho que esse debate, Senador Humberto Costa, mereceria ser... Primeiro, de que falta dinheiro para a saúde não tenho dúvida, mas acho que essa emenda eu não deveria aceitar, porque ela enrijece o conceito do que é dispêndio em saúde, pelo que eu pude entender. Então, não é que eu rejeite a sua proposta. Eu acho que mereceria ser feita uma CPI sobre o quanto nós devemos para a saúde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só para concluir, nós conseguimos fazer o cálculo do quanto o Governo Federal deve no meu Estado, nos últimos 18 anos, em procedimentos de alta complexidade que o Governo Federal não pagou. Chegamos a R$213 milhões e alguns quebrados por ano que o Governo Federal nos deve. Então, o Estado está devendo para o prestador de serviço, e, se as nossas emendas não forem computadas, eu acho que vamos deixar o Estado numa situação mais difícil. Aliás, no meu Estado, são 15% o que é exigido para a saúde, e é claro que o Governo do Estado está com dificuldade de cumprir isso. Se o que nós transferirmos não for computado, vejam que ficará muito difícil.

Por essa razão, eu não pretendo acatar a sua emenda, não por falta de mérito, mas pela oportunidade.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço, mais uma vez, ao brilhante relatório.

Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Para discutir, o primeiro inscrito é o Senador Fernando Bezerra.

Vou já ler ordem de inscrição: Senador Fernando Bezerra, Senador Eduardo Braga, Senador Major Olimpio, Senador Ciro Nogueira, Senador Anastasia, Senador Tasso Jereissati, Senador Arolde, Senador Prof. Oriovisto, Senador Humberto Costa.

Na ordem de inscrição, à medida que forem pedindo, eu vou os inscrevendo.

Com a palavra, Senador Fernando Bezerra, como primeiro orador inscrito.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Para discutir.) – Sra. Presidente, Senadora Simone Tebet, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, eu queira inicialmente registrar o trabalho do Senador Espiridião Amin como Relator dessa matéria, Relator que foi designado por V. Exa., e a abertura que ele deu para se promover um amplo diálogo com o Governo.

O Senador Esperidião Amin na quinta-feira teve reunião com o Ministro da Economia; na sexta-feira nós tivemos uma conversa sobre esse parecer e sobre esse relatório que acaba de ser apresentado; na terça-feira as nossas equipes técnicas estiveram reunidas sob a liderança de Senador Amin. E, com a orientação do Presidente da Casa, Senador Davi Alcolumbre, foi possível avançarmos na construção de um acordo que também envolveu a Câmara dos Deputados com a participação do Presidente daquela Casa, o Deputado Rodrigo Maia.

E percebo que o relatório faz jus a todos os pontos que foram acordados. Eu gostaria de destacar os pontos que foram recepcionados como demanda do Governo, que foi o escalonamento da implementação da impositividade das emendas de bancada, texto que veio da Câmara com a aplicação imediata de um ponto percentual, e o texto acordado com a definição de 0,8% no ano de 2020 e de 1%

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

enquanto perdurar o regime fiscal especial, que é o regime do teto do gasto público. Portanto, aqui o Governo não foi atendido como queria, porque queria um escalonamento ainda maior em quatro anos, mas foi fruto do acordo e do entendimento mantido entre a Câmara e o Senado.

Por outro lado, quero destacar também o acolhimento da sugestão colocada pelo Governo. Esse dispositivo já está previsto na LDO, mas, como nós estamos constitucionalizando a impositividade das emendas de bancada, foi preciso, tendo um cuidado e uma responsabilidade fiscal redobrada, evitar as famosas emendas janelas. E o Senador Esperidião Amin trouxe para o seu relatório, para o seu substitutivo a obrigatoriedade da repetição das emendas de bancada até a conclusão das obras iniciadas ou continuadas. Portanto, essas duas demandas colocadas pelo Governo foram prontamente atendidas.

Eu quero apenas, Senador Amin, pedir atenção para o §17 do art. 166, na realidade, para que V. Exa. pudesse promover uma emenda de redação, apenas para aclarar que: "Os restos a pagar" – e aí vem a minha sugestão – "identificados como emenda individual ou de bancada impositiva" – e aí segue o texto – "poderão ser considerados para fins de cumprimento da execução financeira prevista nos §§ 11 e 12 deste artigo". É apenas para não haver uma interpretação equivocada de que se trata de todos os restos a pagar, mas que estamos aqui nos referindo aos restos a pagar de emendas individuais ou de bancada. Então, essa é a única...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Impositivas.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Impositivas.

Essa é a única sugestão que trago para que a gente possa de fato dar cumprimento a esse acordo, que eu acho que foi muito importante para a unidade do Congresso Nacional, da Câmara e do Senado, e com a participação do Governo no resultado final desse entendimento. Essa é a nossa sugestão.

Gostaria de ouvir o Senador Esperidião Amin sobre se poderia aceitar essa pequena adição na redação do §17 do art. 166.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Espere um minuto. Posso ir colhendo outras sugestões?

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Claro, claro.

Passamos para o próximo orador inscrito, mas não sem antes, Senador Esperidião Amin, apenas fazer uma ressalva: até 2016, nós não tínhamos emendas impositivas, então, nos restos a pagar que ainda nós temos, principalmente deste ano, o Governo não tem como saber se são emendas impositivas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ou não, e podem sofrer os técnicos inclusive sanções pelo dispositivo constitucional. Talvez daí essa emenda, que seria mais uma emenda de redação, do Senador Fernando Bezerra.

Com a palavra o Senador Eduardo Braga para discussão da matéria.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Para discutir.) – Sra. Presidente, cumprimento V. Exa., nossa Senadora Simone Tebet, cumprimento os Senadores e as Senadoras aqui na Comissão de Constituição e Justiça.

Primeiro, quero cumprimentar o Senador Esperidião Amin, que buscou aprimorar o texto que nós recebemos da Câmara dos Deputados sem que percamos a essência e a importância da aprovação dessa PEC aqui no Senado, primeiro porque garantirá uma redução da desigualdade regional durante a sua vigência, porque estabelece um percentual para todos os Estados da Federação, o que significará para os Estados mais pobres do Brasil uma oportunidade talvez única de investimentos na área de infraestrutura, em obras estruturantes que farão uma grande diferença no nosso País. Essas obras estruturantes poderão fazer com que o Brasil retome a mobilidade urbana, porque hoje as cidades estão praticamente paralisadas, e retome os investimentos na área de saneamento, que têm sido uma grande discussão, e ao mesmo tempo na área de saúde, em que muitos recursos hoje são escassos e em que nós temos – como bem disse o Senador Esperidião Amin ainda há pouco – limitações inclusive com o teto no Sistema Único de Saúde, o que tem imposto efetivamente muitas dificuldades.

Entendemos que, muitas vezes, o ideal é inimigo do possível. O ideal seria se nós mantivéssemos já, para o ano de 2020, a imposição de 1% da receita corrente líquida nessa transferência de investimentos para os Estados e Municípios, a fim de que o pacto federativo começasse a ser fortalecido já desde o primeiro ano.

Acabamos de assistir ao contingenciamento que o Governo Federal acabou de praticar sobre as emendas impositivas no ano de 2019, que retirou 20% da capacidade de investimentos que aquela emenda estava propondo em todos os Estados do País, obviamente melhorando, portanto, os investimentos públicos, melhorando a geração de emprego e renda em todos os territórios da nossa Nação.

No entanto, como eu disse ainda há pouco, o ótimo é o inimigo do possível. Nós construímos algo que, a meu juízo, é o possível para distensionar. Como o Senado é a Casa da moderação na República, como o Senado é a Casa que deve buscar o equilíbrio entre as manifestações dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, creio que, nesse sentido, Senador Esperidião Amin, o relatório de V. Exa. traz luz para algo extremamente importante que nós estamos estabelecendo daqui em diante.

Eu creio, Senadora Simone Tebet, que isto sim, é nova política – isto sim, é nova política. Isto sim, é estabelecer um patamar para o pacto federativo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Isto sim...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Desculpe.

A palavra é pela ordem, Senador?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Ah, desculpe.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Isto sim, Sra. Presidente, é uma manifestação clara de uma nova política na relação federativa, na relação do pacto federativo.

Portanto, eu quero dizer da minha manifestação positiva e apenas esclarecer que as emendas hoje impositivas já são carimbadas dentro dos ministérios, dentro do Governo Federal e dentro da estruturação contábil como emendas impositivas. Portanto, está claro para o Governo o que são restos a pagar de emendas impositivas, sejam individuais, sejam de bancadas, mas, de novo, nada impede que aqui nós possamos expressar, como sugeriu ainda há pouco o Senador Fernando Bezerra, Líder do Governo, de forma clara e explícita, para que não reste dúvida a respeito do assunto.

Quero cumprimentar o Senador Esperidião Amin e não posso deixar de cumprimentar o Senador Fernando Bezerra, que também trabalhou muito para que nós pudéssemos construir um acordo, um entendimento entre Senado, Câmara, Governo Federal, para construirmos finalmente um grande passo no sentido da nova política e de um novo pacto federativo no Brasil, diminuindo a pobreza e a desigualdade entre as regiões.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Presidente, eu só queria indagar a V. Exa.: vamos estabelecer um número de Senadores? Porque senão eu vou acabar me perdendo e esquecendo de responder alguma indagação. Vou me submeter ao que a senhora decidir.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Se V. Exa. puder ir anotando todos os questionamentos... São vários os oradores. Nós podemos também fazer o seguinte.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – De três em três?

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Se a cada cinco houver algum questionamento... Porque não necessariamente vai haver questionamento em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

relação ao relatório, alguns aqui vão fazer intervenções solicitando alterações, mas muitos estarão apenas enaltecendo e parabenizando. Então, a cada cinco Senadores, havendo três que questionaram, eu interrompo e V. Exa. faz observação.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Ou seja, a cada três questões.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – A cada três questões. Por enquanto, houve uma do Senador Fernando já, e Senador Eduardo Braga.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – E Humberto Costa também.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Mas Humberto vai voltar a falar.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu quero também voltar a falar.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Senadora Simone, queria só me inscrever, por favor.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Está inscrita.

Encerrada a colocação, passemos ao terceiro orador inscrito, Senador Major Olimpio.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, V. Exa. poderia...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Desculpe.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP. Para discutir.) – Cumprimento a Exma. Sra. Presidente desta Comissão, os Srs. Senadores e, de forma particular, cumprimento meu amigo Senador Esperidião pelo relatório produzido e todos aqueles que procuraram aperfeiçoar a matéria, Fernando Bezerra, Líder do Governo, enfim, todos os pares.

Causou-me extrema preocupação, no momento da votação dessa PEC lá na Câmara, a perspectiva de promover um engessamento maior e impossibilitar o Governo de desenvolver ações programadas e honrar compromissos assumidos com a população brasileira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Após questionar, inclusive aqui na CAE, o Ministro Paulo Guedes e este até me dizer exatamente da preocupação com esse engessamento ou com que se possa comprometer mais e eventualmente ultrapassar o teto de gastos... Mas o próprio Ministro acabou por me comunicar: tem razão, mas é necessário ter uma sinalização com o Congresso, mais especificamente com os Parlamentares. Então, a partir do momento...

Eu fiz emendas cujo valor ficaria em 0,65% da receita corrente líquida, quando o projeto original fala em 1%. Houve o encaminhamento, através de acordos com o Relator, Líder do Governo e demais Lideranças, para que se fizesse, com o Governo, escalonado em 0,8% em 2020 e 1% em 2021. A partir do momento... A minha apreensão é em função da defesa de condições que pudesse ter o Governo para cumprir os seus programas, mas o próprio Governo diz: "Eu suporto". E quem sou eu para contestar questões econômicas que brilhantes homens da área econômica do Governo estão dizendo que são suportáveis? Então, diante disso é que ontem aquiesci, subscrevi: não vamos fazer qualquer tipo de pedido de vista ou tentar atrapalhar um processo de votação que se encaminha para isso.

Eu só gostaria de lembrar ao Senador Esperidião Amin que essa Emenda nº 2, que apresentei...

Agora não está falando o defensor de um projeto de Governo ou amigo do Presidente ou alguém do partido. Está dizendo um Parlamentar agora defendendo os interesses dos Parlamentares.

Ficou mais do que claro, e posso até mostrar a todos os Líderes aqui que votarão, essa questão que eu coloco na minha Emenda nº 2, com o art. 166 passando a dizer: "Os restos a pagar poderão ser considerados para fins de cumprimento da execução financeira prevista nos §§ 11 e 11-A deste artigo, até o limite de cinquenta por cento dos valores empenhados". Por quê? Porque o texto está dizendo, agora o §17, renumerado pelo Relator: "Os restos a pagar poderão ser considerados para fins de cumprimento da execução financeira prevista nos §§ 11 e 12 deste artigo". Ou seja, tanto as emendas impositivas individuais quanto as emendas impositivas de bancadas poderão ir, na integralidade, como 100% de restos a pagar.

A Senadora Presidente lembrou muito bem que, até 2015, só como um dado, a execução real das nossas emendas, quando não eram impositivas, foi de 1,31%. No momento em que passaram a ser impositivas, passaram a ser de 27,30%. Então, se nós aprovarmos esse texto como está... Porque o texto como ficou, a partir de 2015: "Os restos a pagar poderão ser considerados para fins de cumprimento da execução financeira prevista no § 11 deste artigo até o limite de 0,6%". Nós estamos falando de 50%, metade. Do jeito que está ficando o texto – "Os restos a pagar poderão ser considerados para fins de cumprimento da execução financeira prevista" –, então, poderão 100% dessas emendas serem consideradas restos a pagar.

Então, é só isso que quero lembrar a cada um dos nossos Parlamentares: é colocar a garantia na Constituição de que as emendas dos Parlamentares e das suas bancadas, independentemente de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

situação, Governo, oposição... Não é disso que se está se tratando agora. Aí é uma garantia da execução. Do jeito que está o texto, ele está aberto e flexibiliza para que possam ficar até 100% como restos a pagar, o que nós tínhamos antes de 2015.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Senador Major Olimpio.

Senador Ciro Nogueira.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI. Para discutir.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, quis o destino me livrar, Senador Fernando Bezerra, de pela primeira vez não votar com o meu querido eminente Senador Amin. A minha intenção – e vou lhe ser sincero e a toda esta Casa – era votar o texto que vinha da Casa, mas de alguns problemas até fui alertado aqui pelo nosso Líder Eduardo Braga, principalmente no §12, que deixa a dúvida se o orçamento seria impositivo ou não. Nós consultamos a assessoria da Casa se, havendo modificação, esse texto voltaria para a Câmara de qualquer forma. Está certo?

Algumas situações nós temos de esclarecer. Até a Presidência da Câmara está mandando um assessor aqui agora porque existe essa dúvida, parece, no §3º, para discutir isso com o Senador Amin. O Presidente da Câmara acabou de me ligar relatando isso, essa preocupação...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Inciso III.

Eu tenho um pouco de discordância com relação ao que é possível e não é o ideal. Eu discordo dessa questão de nós reduzirmos de 1%. Vou ser franco. Não vejo aquilo que o nosso querido Senador Major Olimpio disse, que nós estamos engessando. Nós não estamos engessando orçamento nenhum; nós estamos é orientando como o orçamento tem que ser gasto. Eu duvido que qualquer tecnocrata do Ministério do Planejamento, ao apresentar um orçamento, tenha mais conhecimento do que se deve fazer no Piauí ou no Maranhão do que a bancada daquele Estado, quais são as obras importantes para os nossos conterrâneos. Eu duvido de que esse tecnocrata tenha mais conhecimento do que a bancada federal de um Estado, reunida, escolhendo. Não acredito que isso venha a acontecer.

Então, eu acho essa matéria importantíssima. Como eu disse, minha ideia era votar contra o relatório inicialmente, para manter o texto que veio da Câmara, mas, por conta dessas modificações que são necessárias, nós temos... Eu espero que essa dúvida que está sendo levantada pelo Presidente da Câmara seja corrigida pelo nosso Senador Amin para que a gente possa votar favoravelmente a essa matéria.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – O Senador Humberto ainda está inscrito. Ele vai voltar a falar. Nós já tivemos...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Mas eu quero fazer uma retificação na explicação que eu dei.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Está certo. Então vamos interromper. Já foram...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – São cinco.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Usaram a palavra: Senador Bezerra, Eduardo Braga, Major Olimpio e Ciro Nogueira.

Então encerro.

Passo a palavra rapidamente para o Relator fazer suas considerações e volto à lista de inscrição.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Primeiro quero dizer que agora li com um pouco mais de cuidado a emenda do Senador Humberto Costa e realmente ela diz respeito apenas ao cômputo para fins de saúde, encargos sociais e despesas de custeio da porção que a União vier a transferir por emendas de saúde. No mais, eu até acertei. Suponhamos que seja transferido um recurso para um Estado na Secretaria de Saúde. Já venho colocar uma questão que o Senador Rocha me trouxe aqui: como é que ela vai ser aplicada? Isso é uma deliberação que a natureza da emenda apresentada pela bancada ou pelo indivíduo, pelo Deputado ou pelo Senador, individual – vale para a individual e vale para a coletiva, de bancada –, ela pode constituir uma transferência fundo a fundo da União para o Estado. Pode. Mas isso é uma deliberação, uma decisão da bancada, e, em ambos os casos, estará sendo cumprido o preceito tanto da Constituição quanto o que a LDO, a lei orçamentária possa estabelecer. Nós não podemos descer a minudências e dizer: olha, metade tem que ser para Município, outro tanto tem que ser para filantrópica. Nós não temos essa prescrição, até porque a proporção de filantrópicos comunitários nos Estados brasileiros é muito diversificada. No meu Estado, 80% dos leitos de hospitais são filantrópicos comunitários e municipais, mas essa proporção não acontece em outros. Então, isso é verdade.

Agora, insisto: não é meu propósito acolher a emenda do Senador Humberto Costa, porque ela estabelece uma especificação de avaliação de despesa que não pertence ao escopo original da emenda. Mas estou pronto a discutir. Sei que o Senador está inscrito e prosseguirá.

O que o Senador Fernando Bezerra colocou, que, em parte, foi contestado pelo Senador Eduardo Braga, nós podemos aceitar, porque *quod abundat non nocet*. (*Risos.*)

Eu falei *quod abundat*, não é outra coisa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, os restos a pagar – que restos a pagar? – identificados como de emenda individual ou de emenda impositiva – prestem bem a atenção que eu especifico o tipo de emenda – poderão ser considerados para fins de cumprimento da execução financeira prevista conforme os §§11 e 12, que falam sobre o quê? Emendas individuais e emendas coletivas. É um *bis in idem*, mas, se é para esclarecer, eu não tenho nenhuma dificuldade em incluir, porque essa é uma emenda de redação, e a Câmara mexe se quiser.

Terceiro, o Senador Eduardo Braga... Sou obrigado a ler com certa consciência da previsão...

Quando foi aprovada a emenda individual, veio à tona esta questão do quanto ela é prescritiva e do quanto ela é solidária com o Orçamento da União. E V. Exa. mencionou que saiu o decreto de contingenciamento, que abrange mais ou menos 20% das despesas discricionárias. O que nós escrevemos? Ainda ontem, eu conversava com o Deputado Helio Lopes, que foi o Relator, e eu fui o sacristão dele. Este texto que vou ler agora tem a minha impressão digital:

> Se for verificado que a reestimativa de receita e de despesa [essa reestimativa compreende cada um dos decretos de contingenciamento que são publicados à medida que o Governo vai avaliando a pressão no calo] poderá resultar no não cumprimento da meta de resultado fiscal [vejam bem, isso foi escrito antes da emenda do limite de gastos, o quanto foi premonitório] estabelecida na lei de diretrizes orçamentárias, o montante previsto no § 11 [leia-se emenda individual] [...] poderá ser reduzido em até a mesma proporão da limitação incidente sobre o conjunto das despesas discricionárias.

Ou seja, já é solidário!

Inclusive, essa preocupação... O Senador Fernando Bezerra sabe que eu não queria – viu, Senador Ciro Nogueira? –, baixar para 0,8, porque o freio já existe. Senador Ciro Nogueira, fui eu que escrevi isso. Não vale interpretação autêntica, mas, se o Governo contingenciar, um desastre, em 50% as despesas discricionárias, vai contingenciar as individuais e as coletivas também. Ou quer o quê? Quer ser a elite do orçamento? Isso é inconstitucional. Se nós quiséssemos que as emendas individuais e coletivas de bancada fossem privilegiadas em relação ao resto do orçamento, isso seria derrubado no Supremo, isso seria derrubado pelo bom senso.

Então, já existe essa solidariedade – viu, Major Olimpio? –, ou seja, nós somos solidários com o que está acontecendo com o País. Eu faço uma emenda individual ou coletiva de 1 milhão. Se o País contingenciou as despesas discricionárias em 30%, o meu milhão continua valendo, e o do restante baixa para 700? Isso é um absurdo.

Então, já exista essa solidariedade. O fato de reduzir para 0,8 tem, Senador Ciro Nogueira, muito mais um efeito político e psicológico do que prático. Mas eu me submeti – Senador Ciro Nogueira, volto a falar com V. Exa. de novo – não ao meu, eu declarei isso no começo; esse texto não é o meu, esse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

texto é o texto do acordo, até porque nós vamos enviar isso para a Câmara não como confronto, vamos enviar um acordo que pode ser homologado pela Câmara, desde que seja, primeiro, homologado por nós.

Passo para os seguintes, que são... O Senador Ciro Nogueira já mencionei.

O inciso III... Eu mesmo pedi que o assessor do Presidente Rodrigo Maia viesse aqui, porque acho que é uma questão técnica que está mal-entendida. Primeiro, o texto que veio da Câmara diz a mesma coisa, sem especificar os §§11 e 12, que passaram a existir.

E vou dizer aqui publicamente: se isso afeta – Senador Ciro Nogueira –, se isso afeta o acordo feito, eu retiro. Agora, eu duvido – eu duvido – que os técnicos não se entendam. Vai estar aqui e eu aceito o que for de boa redação técnica, porque isto – eu quero deixar público... O que nós acordamos? O art. 11 com uma mudança de redação que eu fiz; o art. 11 também foi modificado na sua redação para tornar mais imperativa ainda a emenda de redação.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. *Fora do microfone*.) – Parágrafo.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – O parágrafo, Sr. Relator.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O §11 foi redigido para dar mais clareza à imperatividade da proposta orçamentária sem incluir uma palavra; é apenas uma inversão que tornou mais peremptório o entendimento.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI. *Fora do microfone*.) – Onde está o §11?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Não, é o §10, eu acho, de que ele está falando.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não, é o §11.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. *Fora do microfone*.) – Parágrafo 10, virou 10.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Era §11 que virou §10.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Desculpe, desculpe, o senhor tem razão. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É o texto 11 da Câmara, que foi renumerado para 10; V. Exa. tem razão.

Então, pela leitura, o dever de execução era o sujeito da oração. O que é o dever da execução? Passou a ser sujeito da oração a Administração... O sujeito da oração passou a ser a Administração Pública, e não o dever da execução. Simplesmente isso.

Então, eu considero abrangidos os temas identificados e me coloco à disposição para prosseguir a busca do entendimento.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Relator.

Continua em discussão.

Para discutir, Senador Antonio Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG) – Muito obrigado, Sra. Presidente, Sra. Senadora, Srs. Senadores.

Sra. Presidente, primeiro, é claro, quero cumprimentar o Relator, o eminente Senador...

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP. Pela ordem.) – Pela ordem, Sra. Presidente.

Eminente Relator, a minha questão sobre a Emenda nº 2, dos restos a pagar, por gentileza.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Senador Esperidião Amin, o Senador Major está cobrando explicação a respeito da emenda dele.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – Dos restos a pagar.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Tem razão. Eu estou tentando esclarecer o inciso III. Posso voltar na próxima repescagem?

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – Para mim, tranquilo.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Senador Anastasia, portanto, com a palavra.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG. Para discutir.) – Muito obrigado, Sra. Presidente.

Cumprimentando novamente V. Exa., a Sra. Senadora, os Srs. Senadores, cumprimento o eminente Relator, Senador Amin, pela beleza do texto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sra. Presidente, a discussão desse assunto dá azo para que este Senado da República discuta um tema nobre: o orçamento. O que é o orçamento? Por excelência, a peça do Poder Legislativo. Durante décadas, lamentavelmente, o orçamento no Brasil foi uma peça de ficção; ao tempo da inflação, não valia nada; e o resultado disso foi que, durante décadas, o Brasil patinou. Nós não temos a tradição do planejamento porque nos faltava o instrumento fundamental, que é o orçamento e que, por natureza, exatamente é uma peça do Poder Legislativo. Agora, a discussão que se trava neste momento por essa emenda permite que o tema volte à tona e demonstra, de maneira clara, qual é a relevância e o papel do Legislativo no orçamento. E esse papel é importante.

Eu quero citar aqui, Senador Amin, no seu relatório, o ponto em que V. Exa. menciona como é o orçamento nos Estados Unidos da América; o que significa a lei orçamentária na realidade norte-americana em contraponto à realidade brasileira.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG) – Infelizmente, nós ainda estamos na idade da pedra em matéria orçamentária, *vis-à-vis* os Estados mais desenvolvidos economicamente.

Então, espero que essa medida que está sendo adotada, ainda que parcial, ainda que como um primeiro passo, dando sequência a alguns outros, signifique de fato o reconhecimento não só de que o orçamento é a peça de planejamento em uma economia estabilizada, mas sobretudo da relevância do Poder Legislativo na sua concepção, na sua elaboração, na sua aprovação.

Por isso mesmo, Senador Amin, eu me permito aqui dizer a V. Exa., concordando sob o ponto de vista procedimental, mas dizendo que a pretensão do Senador José Serra ao apresentar a ideia de elevar ao *status* de lei complementar a LDO me parece, pessoalmente, muito adequada e muito bem-vinda; significa de fato dar mais nobreza a uma lei que é tão descumprida no Brasil, que é a LDO, que também em alguns casos, especialmente nas esferas estaduais e municipais, transformou-se em uma mera referência, enquanto deveria ser até mais forte que o orçamento. Então, me parece que o Senador Serra deveria apresentá-la de maneira autônoma, como uma nova PEC, que tenho certeza terá o apoio e o endosso de todos nós.

Aproveito, Sra. Presidente, se me permite, rapidamente... Eu comentava há pouco com o Senador Fernando Bezerra, eminente e diligente Líder do Governo, uma questão singela que mostra como a execução orçamentária acaba desrespeitando um pouco, posso dizer até que sem intenção, o Poder Legislativo.

Nós todos fizemos as nossas emendas individuais, as emendas foram apresentadas, registradas, aprazadas, os planos de trabalho foram feitos, comunicamos aos Prefeitos e aos Estados. E veio o contingenciamento. Significa que nós teremos agora de refazer e comunicar a Prefeitos e autoridades e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

entidades que não vai ser mais aquilo – inutilmente. Sou totalmente a favor do contingenciamento, acho que existe, é uma realidade, agora, custa que se faça o contingenciamento antes que nós façamos as emendas? Nada.

O Líder do Governo, com a sensibilidade, a capacidade e a diligência que tem, colheu aqui essa minha singela sugestão, porque a matéria é administrativa, e eu espero que isso ocorra, facilitando a execução orçamentária, inclusive das emendas individuais. E, é claro, valerá a mesma regra para as emendas coletivas e de bancada, na medida em que também o contingenciamento, como bem lembrou o Relator, recairá sobre todas elas, e muitas vezes, infelizmente, o contingenciamento tem de acontecer.

Então, eu acresço tão somente isso para mostrar que nós temos ainda de esmerar muito a execução orçamentária e reconhecer de modo claro que o orçamento, por natureza e por excelência, é uma peça do Poder Legislativo e tão somente executada pelo Poder Executivo.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Nós é que agradecemos, Senador Anastasia. Se me permite, apenas complementando, esse contingenciamento *a posteriori*, ou seja, posterior, é fruto justamente da falta de planejamento. V. Exa., como sempre, dando-nos uma aula aqui.

Como próximo orador inscrito, Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE. Para discutir.) – Sra. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, eu gostaria, primeiro, de parabenizar o Senador Esperidião Amin pela profundidade e pela meticulosidade do seu relatório, profundamente sereno e equilibrado diante de uma questão, a meu ver, importantíssima.

Eu só queria ressaltar quanto às consequências e objetivos dessa proposta: não foi aqui tão enfatizada pelo próprio Senador Espiridião a questão da mudança do comportamento político e da relação entre Executivo e Legislativo. Vai mudar de maneira radical essa relação. Aquela tão famosa dependência da Câmara e do Senado Federal em relação ao Executivo, a obrigatoriedade de ser amigo do ministro, amigo do rei, para ter acesso a determinadas emendas – um dos pilares do fisiologismo no Brasil –, passa a não ser relação predominante entre Executivo e Legislativo. Então, é uma mudança cultural na política brasileira, muito mais do que econômica até, com esse projeto. Muitas das críticas que o "político" – entre aspas – sofre e que o Parlamento sofre deixarão de ter motivo para existir.

Gostaria até de, repetindo o Senador Eduardo Braga, dizer o seguinte: isso sim, é nova política. Isso é uma proposta de nova política, isso que estamos discutindo hoje aqui, Senadora Simone Tebet, com sua iniciativa de imediatamente colocar a matéria em pauta, que, a meu ver, tem uma importância muito maior e muito mais abrangente do que a econômica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Senador Tasso.

Com a palavra o Senador Arolde. (*Pausa.*)

Então, Senador Prof. Oriovisto. Chamamos depois o Senador Arolde se chegar a tempo.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR. Para discutir.) – Sra. Presidente, cumprimento inicialmente o Senador Esperidião Amin e também o Colégio de Líderes e o Presidente do Senado Davi Alcolumbre por não terem inicialmente se submetido àquela velocidade estonteante com que esse projeto veio da Câmara e à tentativa de aprová-lo sem nenhuma análise. A decisão posterior do Colégio de Líderes, junto com o Presidente Davi Alcolumbre, de enviar à CCJ foi extremamente importante. Aprovar uma matéria dessa natureza sem nenhum exame por parte do Senado da República depois de ela ter ficado por 4 anos na Câmara seria realmente um desrespeito a esta Casa.

Acho ainda que a velocidade é muito grande, mas quero cumprimentar o Senador Esperidião Amin pelo tanto que já melhorou o texto que veio da Câmara, melhorou muito, melhorou em técnica legislativa, melhorou sob todos os aspectos. Se tivesse sido aprovado, Senador Esperidião Amin, com aquela velocidade inicial que se propunha, teria sido um desastre. A sua colaboração, o seu trabalho, melhorou muito o que nós ora estamos discutindo.

Eu quero fazer duas observações.

Primeiro, que não nos iludamos. O Orçamento da União traz como despesas obrigatórias alguma coisa como 1,3 trilhão, sobre as quais nem o Governo nem nós podemos mexer, são obrigatórias, são previstas em lei. Nas discricionárias, nós temos apenas cerca de 10% disso, 137,7 bilhões, o que dá um total de 1,434 trilhão. Se nós realmente queremos mexer nas finanças deste País, este Senado, este Congresso vai ter de discutir as despesas obrigatórias. Se não mexermos nas despesas obrigatórias, o País não muda; muda 10%, não muda mais do que 10%.

Mas eu tenho ainda uma dúvida específica, Senador Esperidião Amin, para a qual eu gostaria de um esclarecimento seu, e aqui eu digo que é realmente uma dúvida, não é uma crítica, é uma dúvida que tenho.

A dúvida se prende ao seguinte, Senador. O art. 165 da Constituição, que está no capítulo de Finanças Públicas da Carta Magna, traz princípios gerais da organização e funcionamento do sistema orçamentário para todos os entes nacionais, como, por exemplo: a exclusividade de iniciativa do Poder Executivo de cada ente das leis orçamentárias; a estrutura mínima do PPA, da LDO e da LOA; a obrigatoriedade da apresentação bimestral do relatório resumido da execução orçamentária; a existência da lei complementar de finanças públicas, que é a LRF. Todos esses comandos compõem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

parágrafos do art. 165 da Constituição e são aplicados a todos os entes da Federação – a todos, sublinho.

O seu relatório inclui o §10, exatamente no art. 165, promovendo a impositividade de todo o orçamento público. Assim, eu lhe pergunto: por ser o art. 165 aplicado hoje a todos os entes da Federação, a inclusão do §10 nesse mesmo artigo implica que os orçamentos públicos de todos os Estados e Municípios também deverão se tornar totalmente impositivos? Esse é um questionamento que lhe faço.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Por ser simples, eu vou responder a este. Aliás, é simples na resposta, mas muito complexo nas suas consequências: sim, por simetria.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – Se me permite, já que a resposta foi tão rápida, eu quero dizer que a confusão vai ser bem maior do que eu imaginava.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – É rápida, mas complexa, como falei.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – O senhor sabe o tamanho do tumulto que isso vai criar, não é?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu sei o tamanho da democracia que isso vai criar.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – Deus te ouça!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Por enquanto só está o Senador Tasso ...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Mas não fez nenhum questionamento.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não, mas eu tenho o direito de resposta, não é?

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Mas vamos seguindo, senão nós não vamos conseguir concluir.

Se me permitir, Senador Relator, vamos fazer o seguinte: na medida em que houver questionamentos, a cada três questionamentos, nós interrompemos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – E vai ser direito de resposta em árabe?

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Como não houve, eu vou seguir aqui.

O Senador Tasso já falou, o Prof. Oriovisto já falou. Agora, com a palavra, o Senador Humberto Costa.

Terminando o Senador Humberto Costa, eu passo para V. Exa. porque, provavelmente, V. Exa. vai inclusive esclarecer novamente a emenda a ele.

Com a palavra agora o Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para discutir.) – Sra. Presidenta, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, eu quero me apresentar aqui como uma voz dissonante em relação a todos os elogios que foram feitos à essa ideia de emendas impositivas.

Lógico que existem, dentro dessa nossa cultura política, algumas vantagens em se definirem emendas individuais ou coletivas impositivas. Concordo que isso pode ajudar a reduzir, de certa forma, a desigualdade entre Estados principalmente, reduz um pouco a capacidade de barganha do Executivo em relação ao Legislativo em aprovação de emendas, mas eu acho que está longe de ser um instrumento que melhore ou favoreça o planejamento.

Eu tive a oportunidade de viver isso como integrante do Executivo no período em que fui Ministro da Saúde.

As emendas impositivas, em vez de ajudarem, acho, terminam desorganizando a implementação do orçamento; engessam e desorganizam a implementação do Orçamento.

Se nós estivéssemos discutindo aqui orçamento impositivo ou imperativo como um todo, em que o Congresso aprovasse, mediante o diálogo com a sociedade e com o Executivo, uma proposta orçamentária que precisaria ser cumprida, que teria que ser necessariamente cumprida... Isso seria uma discussão. É isso que acontece em muitos países, inclusive nos Estados Unidos. Outra coisa diferente é, dentro do Orçamento, nós termos uma parte que é impositiva e outra que não é e, ao mesmo tempo, dando-se a liberdade ao Congresso Nacional de estabelecer o que é que vai ser impositivo ou não.

Eu tive oportunidade de ver aqui um ministro semana passada – não lembro qual – dizendo: "Não, vou preparar uma cartilha para os Parlamentares, dentro daquela cartilha, apresentarem as emendas e, portanto, não haverá problema". A gente sabe que não é isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando eu fui Ministro, a gente queria unidade de saúde, e o Deputado queria ambulância. A gente queria equipamento para hospital, e o Deputado queria outra coisa. Então, não dá para a gente fingir que isso não é um problema para quem está executando o orçamento. Eu acho que o primeiro é esse.

Eu espero, inclusive, que essas emendas de bancada sejam construídas com o governo do Estado, com os governos estaduais. Lá em Pernambuco, por exemplo, as emendas de bancada que nós temos...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – O Senador Rocha disse que é exatamente o contrário.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Diz que é exatamente o contrário... Pois é.

O que acontece? Lá, por exemplo, na nossa bancada, nós temos aprovado as emendas coletivas sempre numa articulação com o Governo do Estado. Ele apresenta uma relação de oito, dez, e nós...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Bom, mas eu acho que deveria ser dessa maneira, porque quem tem a visão do que é efetivamente estruturador e tal, em grande parte, é quem está lá no Executivo.

(*Soa a campainha.*)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Mas eu queria aqui fazer referência às emendas que eu apresentei, para as quais, inclusive, estou pedindo destaque na votação. Por quê? Ora, se eu tenho um orçamento que tem emendas impositivas, tanto individuais quanto de bancada, e eu tenho um teto de gastos para isso aí e eu tenho uma definição de exigência de cumprimento do gasto mínimo, o que acontece? Se eu colocar uma emenda para a saúde, aquela emenda que foi apresentada vai ter que entrar no orçamento, tem que ficar dentro do orçamento da saúde. Significa que eu vou interferir diretamente naquelas que são as prioridades que foram aprovadas pelo próprio Congresso Nacional e que têm que ser implementadas. Então, se o Ministério mandou para cá uma proposta em que ele falava que, em termos de atenção básica, seria x e eu apresento uma emenda y em outra área, o que vai acontecer é que eu vou ter que tirar do meu x. Então eu vou comprimir o orçamento da saúde.

O que é que eu estou propondo? Primeiro, que essas emendas não entrem no cômputo do gasto mínimo, ou seja, que a emenda impositiva esteja além da exigência do gasto mínimo para a saúde. Segundo, que elas estejam fora do teto. Porque o que acontece na prática? Vejam, agora mesmo, em 2019, nós temos 7,7 bi a menos do que o que deveria ser aplicado na saúde por conta desse efeito de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ter um teto. Então, o que a gente quer? Que essas emendas impositivas que digam respeito à saúde, apresentadas para a saúde, nem entrem no cômputo do gasto mínimo nem fiquem restritas ao teto.

Porque, como eu estava dizendo, o que acontece? Na hora h, apesar de todo mundo dizer que saúde é importante, na briga, na disputa pelo orçamento, o que acontece é que essa é uma área onde não há vocalização por parte da sociedade, o Governo vai decidir entre os funcionários que ganham grandes salários, que podem efetivamente parar uma área como a Receita Federal, ou vai discutir recurso para a saúde? Onde é que há mais capacidade de vocalização? Quem é que tem mais força para disputar dentro do próprio Congresso Nacional? Por isso, é perverso para essas áreas como saúde e educação você incluir no teto!

Então, eu compreendo que essas duas emendas que eu apresento, nessa proposta que eu apresento, procuram garantir que nós não tenhamos o comprometimento da organização e do planejamento na execução do Orçamento pelos Ministérios, especialmente na área da saúde, e que também esse recurso a mais entre como recurso a mais efetivamente.

Então, era isso que eu queria colocar.

Quero dizer que, na verdade, o que eu sonho é que um dia a gente possa ter um orçamento, como um todo, impositivo, que a cultura política do Brasil mude e que não continue a existir o que ocorre ainda hoje, que é o chamado toma lá dá cá. Isso não se vai fazer simplesmente com essa questão das emendas impositivas, mas se vai fazer com a mudança efetiva dessa cultura.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada.

Vou passar a palavra ao Relator.

Depois, nós temos só mais cinco oradores inscritos. Vou fazer um bloco só de cinco.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Que V. Exa. conclua!

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Desculpe-me!

É que a minha colocação inicial, na verdade, não mexe na exigência do gasto mínimo do Estado. Acho que V. Exa. compreendeu isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Já entendi.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra o Relator.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Já li melhor, e eu mesmo tinha retificado. Não sei se V. Exa. estava aqui, mas eu fiz questão de me penitenciar. É claro que isso só afeta o limite de gasto do detentor do dinheiro, que é a União, no caso.

Eu apenas gostaria de dizer o seguinte. O Senador Humberto Costa, na sua história como Ministro da Saúde, conhece o assunto numa prática diferente da minha. Eu fui Governador, integro uma bancada que, desde 2011, coloca como prioridade número um e como prioridade número dois a saúde. É exatamente o oposto do que V. Exa. teme. A bancada estadual, a bancada que representa Santa Catarina, desde 2011, coloca como primeira e segunda prioridades das emendas coletivas... O Senador Dário Berger, que está aqui, é testemunha disso pelo menos de 2015 para cá. Todos os anos, independentemente de partido político, ninguém discute saúde de média e alta complexidade, saúde PAB.

Eu respeito a sua visão, mas acho que essa é uma questão de capacidade de representar o interesse do Estado. Eu não posso entrar nessa avaliação.

A preocupação do Senador Rocha era exatamente oposta à sua, era a preocupação de que o Governador fosse mandar nas emendas. Isso depende de cada Estado, de cada situação política, e não cabe a uma proposta de emenda à Constituição desse gabarito apreciar isso.

Eu analisei agora com mais atenção, fiquei muito impressionado com a emenda, aliás com os subsídios que suportam a emenda, e insisto: esse assunto vai merecer, não apenas da Comissão temática, uma avaliação de execução orçamentária do que nós estamos fazendo e do que nós não estamos fazendo na saúde brasileira, que é, de todos os serviços públicos, o mais depauperado, aquele que recebe as críticas e os apelos mais candentes da sociedade.

Mas, eu repito, eu não tenho como incluir neste texto a sua emenda, que reflete preocupações fundadas. Eu não estou dizendo que ela é improcedente; eu estou dizendo que eu não posso enquadrá-la. Não se trata de rejeitar; trata-se de não poder acolher por duas razões. Nós estabelecemos um acordo a partir de um texto que veio da Câmara e, como disse o Senador Oriovisto, texto que se queria aprovar no mesmo dia. Então, nós estamos usando da serenidade, da moderação, inclusive nas nossas intervenções.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ao Senador Major Olimpio, eu quero dizer o seguinte. Como V. Exa. escreveu, eu teria que modificar também, porque os 50% seriam o mínimo exigido, o mínimo, nunca o patamar, mas o mínimo de cumprimento.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP. *Fora do microfone*.) – Como é hoje.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Como é hoje. E isso foi colocado exatamente para restringir o âmbito, o alcance das emendas individuais.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP. *Fora do microfone*.) – Vai ser 100% de nada...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Bom, aí eu quero...

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP. *Fora do microfone*.) – ... como era até 2015. É isso que eu quero evitar...

(*Soa a campainha.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não, a emenda individual entrou em vigor em 2014, produziu efeitos a partir de 2015, recebeu o impacto da emenda constitucional do limite de gastos, que é uma emenda que não chega a ser pétrea, mas é uma emenda muito bem calçada, porque pretende vigorar por 20 anos e foi aceita como tal. Sim, limite de gastos é isso.

Então, em termos práticos, hoje, se nós aceitarmos a sua emenda – eu não vou poder aceitar –, ela vai representar uma diminuição da nossa expectativa de liberação de recursos. E a forma de consertá-la, eu já vou anunciando... Eu fiz aqui uma conferência técnica e concordo com o pedido do Presidente da Câmara para que nós voltemos ao inciso III, que saiu de lá, porque a equipe técnica admite que ele nos dá uma capacidade maior de regrar também a execução do orçamento.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP. *Fora do microfone*.) – Se forem suprimidos esse artigo e a emenda que eu estou fazendo, voltaremos ao *status* original. Diz-se aqui "executadas como restos a pagar", abrangendo os 100%. Aí você não vai ter mais nenhuma garantia nem das emendas individuais tampouco das de bancada. Por isso é que estou falando da supressão desse artigo. E aí você pode deixar para a LDO, ela vai regular a atividade econômica e o estudo concreto ali.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – E a execução?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – Pois é...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Então, eu me considero...

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – Se você está dizendo que 100% você pode passar para restos a pagar, perdeu o espírito de ser impositivo: devo, não nego, pago quando puder.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Nós teremos que... No máximo, nós teremos a garantia do art. 17, que agora está renumerado para 18, de, verificada uma frustração na expectativa da receita, nós compartilharemos o contingenciamento, não mais do que isso.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Pergunto ao Relator se já fez os esclarecimentos devidos para que possamos continuar no debate...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Nós estamos, Deputado, falando sobre...

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP. *Fora do microfone*.) – Eu não entendi o 17.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Falando sobre...

Quando nós definimos, no 17 – agora é 17 mesmo –, os restos... O que eu falei já é 18, renumerado. Se o senhor olhar o 17, os restos a pagar... Eu acolhi a sugestão do Senador Fernando Bezerra, já anunciei e vou repetir: os restos a pagar, identificados como de emenda individual ou de bancada coletiva, poderão ser considerados para fins de cumprimento da execução financeira prevista nos §§11 e 12...

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP. *Fora do microfone*.) – "Poderão"?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – "Poderão".

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP. *Fora do microfone*.) – Ou "deverão"?

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – "Poderão".

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Está escrito "poderão".

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP. *Fora do microfone*.) – Aí é facultado a quem?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Isso beneficia a nós.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP. *Fora do microfone*.) – A nós não!

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. *Fazendo soar a campainha*.) – Eu peço...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Porque vai ser... A execução financeira vai ser considerada beneficiando a quem? Ele vai ser cumprido e poderá ser computado como de execução.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP. *Fora do microfone*.) – Está beneficiando o Governo.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não!

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP. *Fora do microfone*.) – Sim.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Os restos a pagar identificados como...

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – Se você põe em restos a pagar, é considerado executado. Olhe o texto aqui: é mais fácil suprimi-lo!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Poderão ser considerados para fins de cumprimento da execução financeira e poderão não ser considerados. Então, isso beneficia o Governo?

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – Poderão...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu acho que isso não beneficia o Governo.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu gostaria apenas de esclarecer que, pelo Regimento...

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – Para nós Parlamentares é melhor o efetivamente pago...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu peço desculpas...

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – ... ou o presumido?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Senador Major Olimpio...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O melhor, a meu ver...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu entendo que...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Só para concluir a minha intervenção.

Eu entendo que essa emenda acolhida beneficia o conjunto das emendas, no caso, individuais já existentes e coletivas, como estão sendo estabelecidas.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu entendo que o debate se faz necessário. Eu só preciso seguir aqui a ordem, em atendimento aos colegas. Pelo Regimento, não cabe essa discussão paralela, mas V. Exa., Major Olimpio, a qualquer momento, assim que acabar a ordem de inscrição, pode voltar a fazer intervenção. Nós estamos aqui e não temos prazo para encerrar esse assunto, ainda que esta Comissão fique apenas nesse item 1 da pauta hoje, porque é da mais alta relevância. Nós não temos hora para acabar. Apenas aqui, em homenagem aos oradores que ainda estão inscritos... Eu inscrevo novamente o Senador Major Olimpio se quiser usar a palavra, posso inscrevê-lo ao final. Temos apenas mais cinco oradores. E é o tempo também, Senador, de a equipe de apoio ao Relator poder fazer os esclarecimentos devidos em relação à colocação de V. Exa.

Passamos, portanto, aos próximos oradores sem interrupção e, em seguida, o Relator fará as suas conclusões finais: Senador Alessandro – na ordem –, Marcelo Castro, Rogério Carvalho, Weverton, Randolfe e, para finalizar, Senadora Eliziane.

Com a palavra o Senador Alessandro Vieira.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - SE. Para discutir.) – Bom dia, Sra. Presidente.

Quero registrar a importância do trabalho que está sendo feito pela Comissão para o aprimoramento da proposta, mas registrar também o aparente açodamento na aprovação, por conta, justamente, da permanência de dúvidas que são relevantes. Então, há que se avaliar como podemos conduzir esse nosso trâmite para que a gente possa ter tempo para esclarecimentos.

Efetivamente, existe uma proposta original, salvo engano do Senador Oriovisto, para se sustar por 20 dias. Isso foi superado por acordo de Líderes, mas a gente percebe claramente que ainda existem pontos a serem esclarecidos, sendo oportuno talvez conceder mais algum prazo para nosso Relator para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que ele possa aclarar mais esse texto. O texto tem relevância, na minha visão ele aprimora o relacionamento do Executivo e do Legislativo, aprimora a execução do orçamento, mas é necessário ter esclarecimento suficiente para aprovar com a devida consciência uma alteração desse porte.

É essa a minha colaboração, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Senador Alessandro.

Com a palavra o Senador Marcelo Castro.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI. Para discutir.) – Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Senadores, em primeiro lugar, evidentemente, quero parabenizar o Senador Esperidião Amin pelo relatório, que aperfeiçoou muito o que veio da Câmara.

Sem nenhuma dúvida, exalto aqui essa posição que o Senado está tomando no sentido da autonomia e da independência do nosso Poder. Sem nenhuma dúvida, é um passo muito importante nessa direção, porque, Sra. Presidenta, a lei orçamentária é uma lei, talvez, das mais importantes que nós aprovamos aqui. Paradoxalmente, é a única lei que não tem obrigatoriedade de cumprimento. Ela é, na prática, autorizativa. E agora nós a estamos tornando, pelo menos na parte das emendas, impositiva, o que é um grande avanço no sentido da nossa autonomia e da nossa independência.

Quero falar aqui um pouco sobre a questão que o Senador Humberto Costa levantou, do teto do gasto da saúde. O que ocorre, Senador, é que eu não tenho essa mesma preocupação, porque os Municípios, na verdade, já extrapolam o teto. Os Municípios têm obrigatoriedade de gastar 15% das suas receitas correntes líquidas e, em média, eles gastam 23%. Há Município que gasta 35%, 40% das suas receitas correntes líquidas. Então, quanto a isso, na prática, não há necessidade dessa exigência porque já está ocorrendo. E, no caso do Piauí especificamente, eu posso afirmar aqui que aproximadamente 80% das nossas emendas de bancada impositivas são para educação e saúde, principalmente para saúde.

Agora, essa é uma longa história, que culminou, inicialmente, com a impositividade das emendas individuais. Foi ainda na campanha do nosso Henrique Eduardo Alves para Presidente da Câmara, quando nós fizemos a promessa e depois houve o cumprimento dessa impositividade no sentido do fortalecimento do Legislativo.

E o que nós estamos fazendo não é assim uma coisa tão extraordinária, porque, na prática, nós vamos ter a impositividade de aproximadamente R$300 milhões. Nos governos anteriores, as emendas de bancada já eram no valor de R$300 milhões, de R$400 milhões, de R$500 milhões. Era o normal do que as bancadas apresentavam. Qual é a grande diferença de lá para cá? É que o Governo olhava para A e dizia: "Eu vou liberar sua emenda". Olhava para B e dizia: "Não vou liberar sua emenda". Isso agora vai

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acabar, ou seja, o tratamento vai ser isonômico e não vai ser personalizado, vai ser uma regra geral para todos. Então, isso é um grande avanço no sentido da nossa independência e da nossa autonomia. Hoje nós já temos 169 milhões impositivos. Vamos passar para 300 milhões. Não é uma coisa assim tão extraordinária para causar tanto impacto como está causando.

E quero parabenizar o Senador Esperidião Amin especialmente por essa sensibilidade ter retirado a palavra "estruturante". Eu entendo que o legislador, com a melhor boa vontade, no lugar de "estruturante", teve que colocar "importante". Por quê? Porque, na verdade...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – "Relevante".

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – "Relevante". Por quê? O que é mais importante para o País, para a sociedade? É uma coisa física ou uma coisa que venha para melhorar a qualidade da educação ou que venha para melhorar o serviço de saúde? Evidentemente, precisamos dar um tratamento equânime para todos e não só – poderia ser interpretado como estruturante – para uma coisa física.

Agora, Senador Esperidião Amin, eu gostaria que V. Exa. refletisse um pouco aí sobre o §20, que fala da obrigatoriedade de emendas seguidas quando a obra ultrapassa um orçamento financeiro. Mas olhe que isso aí não resolve, dá uma indicação. É que a bancada pode se reunir e botar um real: está cumprindo a lei. Então, se fosse possível uma redação melhor para dizer que essa obra precisa realmente ser concluída...

E outro aspecto, outro que eu gostaria que V. Exa. também analisasse, é esse §17. A dúvida que o nosso Senador Major Olímpio teve eu também tive: é que eu estou achando que esse §17 não está realmente explícito quando diz que: "Os restos a pagar poderão ser considerados..." Considerado o quê? Considerados impositivos? Acho que está faltando alguma coisa. "Os restos a pagar poderão ser considerados para fins de cumprimento da execução financeira prevista nos §§11 e 12 deste artigo." Então, acho que precisaríamos de uma redação mais clara para esse artigo aí.

Muito obrigado e parabéns.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Senador Marcelo.

Com a palavra o Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para discutir.) – Primeiro eu queria parabenizar a iniciativa do Presidente da Câmara, Rodrigo Maia, por ter trazido esse debate de volta e, depois, aqui no Senado, a agilidade com que a gente está apreciando a matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também não posso deixar de considerar que, nessa questão, o Líder do Governo no Senado foi bastante colaborativo para que a gente pudesse tornar as emendas de bancada emendas impositivas. E também enalteço o trabalho do nosso Relator no sentido de aprimorar o modo como essas emendas de bancadas vão se dar. Agora, como disse aqui o Senador Ciro Nogueira, eu acho que é preciso abrir um espaço. Está aqui o Presidente da Comissão Senado do Futuro, mas outras comissões também poderiam começar a discutir de que maneira nós devemos nos organizar para que o Orçamento da União seja uma peça não somente autorizativa, mas uma peça que deva ser seguida com algum tipo de maleabilidade; praticamente que toda ela seja impositiva, real, verdadeira, que represente um planejamento de funcionamento do Estado brasileiro.

Então, eu acho que é preciso que a gente comece a abrir esse debate para provocar as demais Comissões e os demais espaços do Senado, porque, senão, a gente vai ficar nas migalhas. Nós conquistamos a migalha da emenda impositiva individual, agora a outra migalha da emenda impositiva de bancada, mas não avançamos no que diz respeito a consolidar a peça, a Lei Orçamentária, em algo de fato que reflita o planejamento do País. Com relação... E isso, inclusive, tem que abrir espaço para a gente discutir por que é que pagar juros no Brasil é a única coisa que ninguém mexe.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Pétrea! Pétrea!

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Pétrea, pois é. Por que isso? Se existe um teto de gastos, juros não entram; se existe contingenciamento, juros não entram; ou seja, tem que abrir.

Já que estamos falando... Eu queria também fazer aqui um comentário: eu acho que a nova política pode ser boa ou ruim. Não existe "nova política e ela é boa". Existe a boa e a má política, e eu posso citar aqui várias iniciativas recentes que não são boas, por exemplo, que não têm nada a ver com o debate. Por exemplo, esse conflito com os países árabes, isso é a nova política, mas, na prática, não é uma boa política porque pode comprometer a economia do País em mais de 60 bilhões em exportações, certo? Então, é preciso que a gente pratique aqui a boa política, e acho que esse debate não é um debate de nova política, é um debate de boa política.

E para completar, eu acho, Presidente Mecias, que V. Exa. tem aí um espaço para iniciar o debate sobre transformar, sobre como o Senado contribui, sobre que tipo de caminho, sobre envolver, sobre como é que a gente pode transformar esse Orçamento e que mudanças a gente precisa fazer para que esse Orçamento deixe de ser uma peça autorizativa e passe a ser um instrumento que materializa um planejamento de funcionamento do Estado.

Obrigado, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu é que agradeço.

Com a palavra o Senador Weverton, em seguida o Senador Randolfe, e para finalizar a Senadora Eliziane.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA. Para discutir.) – Sra. Presidente, eu quero cumprimentar aqui todos os colegas e também, pelo trabalho, o Senador Esperidião. Quero pedir permissão a ele para concordar com o Senador Ciro de podermos unificar e conversar com os técnicos principalmente da CMO, porque representa as duas Casas, e ninguém melhor do que eles para nos ajudar a dar melhor interpretação para o texto. E o mais importante, e este é o ponto que eu queria foca aqui na minha fala, é a decisão política da Casa de aprovar e de decidir, de uma vez por todas, o tema em relação à emenda de bancada impositiva.

O colega Senador Marcelo Castro, meu vizinho não só de gabinete, mas também de Estado, do nosso Piauí, lembrava – uma correção importante que foi feita – que a emenda impositiva foi do mandato do Henrique Eduardo Alves. E, ontem, com o Senador Major Olimpio, nós achávamos que tinha sido com o Eduardo Cunha, mas, realmente, foi com o Henrique Eduardo Alves. Nós votamos na Legislatura de 2010/2014, eu estava aqui na Casa. Foi o Henrique Eduardo Alves que começou esse debate importante, de altivez – era a palavra dele – dos legisladores do Congresso. E eu tenho certeza de que é importante.

Então, mais do que nunca, essa definição da execução das bancadas vai dar essa altivez, vai dar essa importância necessária para as demandas que nós temos nos Estados. E essa questão de quem conhece lá na ponta, Presidente, é muito importante.

Ontem, eu conversava com a Prefeita de um Município chamado Arame, lá no Maranhão, Prefeita Dra. Jully, médica – assim como o médico Dr. Yglésio, Deputado do nosso Estado –, e ela dizia o quanto é difícil quando as pessoas não conhecem a realidade da sua região. No Município dela, desde o ano passado, houve um estouro, os bandidos estouraram a única casa lotérica que havia na cidade, e a população recebia os seus benefícios nessa casa lotérica. Imaginem só: R$1 milhão entra na cidade de benefícios, e ela deixa de receber, desde o ano passado, porque não há mais casa lotérica. Aí eles foram reivindicar e reclamar que têm que viajar 120km, para o Município de Grajaú, para receber, e esse dinheiro fica todo lá, claro. Mas eles disseram: "Não, há uma cidade do lado, Itaipava do Grajaú, vocês podem utilizar lá", ou seja, a Caixa Econômica acha que resolve por conta de que no mapa há o Município de Itaipava, que tem também uma agência. Só que – pasmem, colegas – não há estrada para dar acesso à Itaipava. Uma viagem para Itaipava, pela estrada que está lá, é três vezes mais demorada do que pegar os 120km para chegar em Grajaú, ou seja, não conhecem a realidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As pessoas estão acostumadas a sentar a bunda aqui no ar-condicionado em Brasília e definir o que tem que acontecer no Brasil. Isso realmente está na hora de acabar. E eu não tenho dúvida de que é o início do pacto federativo tão sonhado que nós temos aqui trabalhado para começar, realmente, para empoderar as regiões, os Estados. E eu não tenho dúvida de que nós iremos fazer isso.

Quero pedir ao nobre Relator que a gente tenha, sim, esse dispositivo para dar essas condições de colocar o recurso necessário para a execução do ano, porque, com esse recurso que você tem disponível, você pode abrir duas, três frentes planejadas, já que serão impositivas, para poder executar a ação.

Nós temos lá a BR-010, tão sonhada pelo povo da Região Tocantina e, principalmente, Imperatriz. Se eu sei que ela vai custar R$60 milhões e precisa de três anos para executar, então, eu posso definir no Orçamento amanhã, com a bancada, e executar R$20 milhões em cada ano, durante três anos, até a gente poder fazer a execução total do serviço e não imobilizar totalmente o Orçamento. Isso é importante. Com o planejamento, sabendo o que vai acontecer, você pode executar de acordo com a demanda anual.

Então, eu – claro – encerro aqui dizendo que nós vamos fazer o possível para construir esse consenso e essa unidade para votarmos logo hoje esta PEC importante, que veio da Câmara dos Deputados – cumprimento aqui toda a Câmara dos Deputados, que teve esse protagonismo importante –, para discutirmos essa política, como bem colocado aqui pelo colega Rogério, que não é a nova, mas é a forma correta de executar política.

E quero dizer ao colega Major Olimpio que nós não podemos decepcionar o seu Presidente. Como nós estamos na oposição, nos cem dias de bandeira branca, nós temos que acompanhar tudo o que o Governo faz. O filho do Presidente votou lá a emenda impositiva, o Presidente também votou a emenda impositiva na Câmara dos Deputados. Então, nada melhor do que homenageá-lo e continuar votando no que ele sempre acreditou.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – O Senador Randolfe Rodrigues com a palavra.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP. *Fora do microfone*.) – Obrigado. Eu queria ter um filho assim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para discutir.) – Sra. Presidente, quero inicialmente cumprimentar o Relator pelo árduo trabalho produzido na busca do consenso.

Primeiro, só reitero algumas considerações, Presidente. Qualquer democracia... Isso aí não foi dito. Veja só, Senador Weverton, nós da oposição é que estamos dizendo isso. Vou usar aqui as palavras

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

do Ministro Paulo Guedes, que aqui, na semana passada, na Comissão de Assuntos Econômicos, destacou, abro aspas, Senador Esperidião Amin: "Em qualquer democracia, o orçamento é uma peça do Poder Legislativo". Estamos dando cabo aqui ao que o próprio Ministro Paulo Guedes... Isso é, na prática, o pacto federativo; isso é, na prática, a modernização da peça orçamentária – e, de fato, é.

O Legislativo passou a aumentar o seu poder e cumprir, em uma democracia, o seu papel fundamental de controle dos excessos do Executivo à medida que o orçamento passou a ser controlado pelo Poder Legislativo. É assim no nascedouro do Parlamento contemporâneo, no Reino Unido; é assim na democracia americana, mesmo no sistema presidencialista; é assim, seja no presidencialismo moderno, seja no parlamentarismo.

O outro aspecto já foi também aqui destacado e eu queria reiterá-lo. Por que dizer que estamos afirmando que é o verdadeiro pacto federativo? A proposta que surgia do Ministério da Economia de repactuação da Federação não cabia, não se justificava, falava em desvinculação das receitas obrigatórias que estão na Constituição. Essa desvinculação, na prática, Estados e Municípios já fazem a maior. Muitos Municípios do País pela necessidade que têm de suas demandas de saúde, via de regra, executam 25%, 30% da receita líquida do Município em saúde. Então, isso, de fato, na prática, já ocorre.

Desvinculação disso, demanda de saúde e educação é demanda prioritária de Estados e de Municípios. O que nós estamos fazendo com essa proposta de emenda à Constituição é, de fato, entregar para os Estados, porque não há instrumento mais democrático do que os eleitos pelo povo, Deputados Federais e Senadores, em conjunto com os Governos estaduais, se forem governo e se forem oposição... Eu posso testemunhar isso no meu Estado. É com emendas de bancada que, no nosso Estado, estamos construindo duas obras fundamentais e que mais geram empregos no Amapá: o Hospital Universitário, a maior obra de saúde pública da história do Amapá dos últimos 50 anos, e o Aeroporto de Macapá, isso com emendas de bancada e com a limitação que as emendas de bancada hoje têm.

O que estamos colocando aqui é que os Estados, todos, vão poder ter a possibilidade de ter mais de 350 milhões de investimento – mais de 350 milhões de investimento! Isso é ampliar... Isso – eu ainda dizia ontem – talvez não represente muita novidade para Estados mais industrializados do centro-sul do País, não represente muita novidade para São Paulo, para Minas; mas, em especial, para o Nordeste, para a Amazônia, isso é uma revolução. É a capacidade concreta de os representantes dos Estados federados, dialogando, inclusive, com o Governo Federal, apontarem no Orçamento da União as prioridades de investimento nos Estados. Porque, se depender dos tecnocratas do Ministério da Economia hoje, isso não ocorrerá, pelo que aqui já foi relatado: há uma distância enorme entre os tecnocratas de qualquer ministério – de qualquer ministério, não serei aqui preconceituoso – e a realidade em que vivem principalmente os Estados mais pobres da Federação, com a necessidade de investimentos nesses Estados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero aqui... E eu me preocupo, porque ultimamente eu estou até apresentando muito acordo com o Major Olimpio...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Eu quero aqui... Eu acho que é o Major Olimpio que muito caminha para a oposição, não é? Eu acho que é isso, porque, veja, ele nos traz um alerta, e eu trago a preocupação ao nobre Relator e a toda Comissão. Minha primeira demanda aqui apresentada, Sra. Presidente, cumprimentando o que foi feito pela Câmara dos Deputados, é que nós encaminhemos ainda hoje – por isso saúdo o Relator – esta proposta de volta para a Câmara. Conforme nós conversamos, acordamos na reunião de Líderes, acordamos entre Governo e oposição, dialogamos com o Relator, em homenagem ao esforço do Relator e dos Líderes que ainda ontem estiveram com o Presidente Rodrigo Maia, me submeto a essa prioridade.

Mas me preocupa realmente a redação nova dada ao §17. De fato, o termo "poderão", no meu entender, na minha humilde interpretação, deixa uma margem para o Executivo nessa redação. Parece-me, ao meu sentir, que o ideal seria o restabelecimento da redação como estava originalmente no §17.

Então, quero aqui, nesse aspecto, concordar com o que foi levantado pelo mais novo, pelo novato integrante da bancada de oposição, Senador Weverton, o Major Olimpio sobre a dúvida existente nesse §17. E espero ser convencido do contrário agora pelo sempre exímio, prestigioso trabalho do Senador Amin em relação a esse dispositivo do §17.

Mas o fundamental – quero me submeter a isto – é o seguinte: encaminharmos. Como a palavra final acabará sendo, em relação a essa proposta de emenda à Constituição, da Câmara dos Deputados, pois a ela voltará e a ela caberão as últimas alterações, e lá será resolvida, e lá será em definitivo resolvida, eu creio que a grande contribuição que podemos dar ao Brasil é fazer as alterações necessárias e devolver para a Câmara.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Senador Randolfe.

Como última oradora inscrita...

Só lembrando que o "poderão" já vem da Constituição e veio da Câmara. A emenda é outra, a emenda do Senador Bezerra. Mas o Relator vai esclarecer.

Como última oradora inscrita, Senadora Eliziane.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Para discutir.) – Sra. Presidente, Srs. Parlamentares, eu queria inicialmente dizer que acho que a gente está

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dando um passo importante acerca do orçamento impositivo. Nós tivemos lá atrás a decisão em relação às emendas individuais e evoluímos agora de uma forma considerável para as emendas de bancada.

Eu vejo que, por exemplo, Presidente, há dois princípios constitucionais acerca da autonomia e da harmonia entre os Poderes que estão previstos na nossa Constituição e que estão assegurados quando nós também asseguramos o orçamento impositivo. Eu lembro que, quando das votações que merecem, por exemplo, um quórum mais qualificado, há um esforço do Governo, grande, e que é usado como, digamos assim, moeda de troca ou toma lá dá cá, exatamente em emendas, direcionamentos orçamentários para os Parlamentares nos diversos Estados brasileiros. Quando nós tínhamos lá atrás, por exemplo, a decisão da autorização da investigação do então Presidente Temer, os dados que foram apresentados pelos principais veículos de comunicação chegavam ao esforço de quase R$12 bilhões para poder se conseguir os votos de que o Governo precisava para impedir a sua investigação; ou seja, esses recursos foram historicamente utilizados para isso, o que é muito ruim.

A mim não me parece, por exemplo – e isso já foi colocado pelo Amin –, acerca dos percentuais de contingenciamento, que eles serão proporcionais nas despesas discricionárias e também as emendas, e aí de forma solidária. Não me parece que essa seja a preocupação maior em relação ao contingenciamento. Mas a preocupação é o que o Governo usava para pagar ou não, o critério para pagar ou não essas emendas. Aí, na verdade, está o problema grave que nós enfrentamos historicamente. E o orçamento impositivo vem exatamente resolver esse problema; ou seja, nós poderemos de fato garantir a autonomia entre os Poderes e garantir, aliás, o que o Presidente da República coloca com muita frequência: a nova política. Isso é a nova política. Então, é garantir que cada Parlamentar possa ter a autonomia de fazer o direcionamento para os seus Estados, o que, aliás, vai ter um ganho significativo sem necessariamente condicionar isso a uma votação aqui ou acolá; ou seja, cada Parlamentar terá as suas garantias individuais de fazer as suas votações conforme suas convicções.

Um ponto importante, Senador Esperidião Amin, que foi colocado foi exatamente o condicionamento de conclusão das obras a partir do direcionamento dessas emendas. Por exemplo, no nosso Estado, nós temos a BR-135, para a qual direcionamos emenda parlamentar. E a obra ficou parada por várias situações, não somente pela peça orçamentária, mas, às vezes, por questões de ordem até judicial. Isso acabou emperrando essa obra de vir a ser concluída. A gente precisa de fato concluir uma obra para poder seguir para uma outra. Isso dá continuidade e automaticamente um resultado importante para cada Estado.

Mas eu quero finalizar, Senador, colocando a preocupação do nosso colega, Major Olimpio, que é a questão do §17. A compreensão que nós temos é que, da forma como foi colocado aqui, isso vai colocar por terra o que é impositivo, Senador. Porque se coloca uma disposição, o Governo acaba tendo uma brecha muito grande para isso e automaticamente vai tudo para restos a pagar, porque não há, na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

verdade, uma obrigatoriedade de se fazer esse pagamento. Ou seja, o que nós estamos votando aqui, que é o orçamento impositivo, poderá não ser assim se houver realmente a efetividade desse parágrafo.

Então, eu vejo que V. Exa. deveria pensar sobre isso e, na retirada desse parágrafo, lá, mais à frente, a gente aumenta de 0,6% para 1%, não é? Claro que de forma escalonada, mas nós...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Não... Sim, mas nós vamos aumentando progressivamente: 0,8%, 0,9%, até chegar a 1%.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. *Fora do microfone*.) – Para 0,8%...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – De 0,8% para 1%. Exatamente, sobe de 0,8% e vai para 1%, mas vamos chegar a 1%. Ou seja, nós teremos uma margem aí de aumento.

A fonte vai vir de algum lugar dentro da receita líquida do Estado, mas, na verdade, nós vamos tirar de algum lugar. Se vamos definir mais à frente com infraconstitucional, aqui, na constitucional, na PEC, eu acho que a gente dá uma delimitação que pode inviabilizar o que nós estamos a comemorar aqui, que é a garantia do orçamento impositivo.

Então, eu vejo que V. Exa. deveria pensar um pouco mais sobre isso. O nosso representante do Cidadania na CCJ, o Alessandro, fez uma colocação pertinente. Eu acho que a pauta é importante. Não pode ser açodada, não precisa, na verdade, ser agora, este mês, até porque nós temos até prazo para poder fazer o cumprimento por conta dos limites orçamentários da LDO, enfim.

Então, eu queria fazer esse encaminhamento a V. Exa., pedir que repensasse isso para que a gente tivesse, ao final, de fato, o que nós estamos querendo, que é o orçamento impositivo.

Muito obrigada, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada.

Com a palavra o Relator, para esclarecimentos.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Vou começar, mais uma vez, pela pergunta do Senador Oriovisto, que foi simples, e é complexa. Pelo princípio da simetria, nós estamos adotando a diretriz básica de orçamento impositivo para o País, para a Federação, e o princípio está expresso no art. 11 – aí, respondendo à Senadora Eliziane –, a recuperação que eu já tinha anunciado no inciso III do §9º do art. 165. Ou seja, nós estamos recuperando o texto na versão que saiu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da Câmara, que versa sobre a execução do orçamento. Ou seja, a execução não ficará à mercê de portarias e resoluções internas.

Segundo, complementando – eu vou saltar o nome do Senador Marcelo Castro, mas volto depois – o que disse o Senador Rogério Carvalho, que, como sempre, fez judiciosas e ponderadas colocações, realmente nós estamos aqui olhando no microscópio o orçamento, porque, hoje, pela manhã ainda, quem participou da reunião no Banco Central sabe que nós temos de juros, que são uma cláusula pétrea na prática, R$400 bilhões, de pagamento anual dos juros. Aí, não estou amortizando nada, continuo devendo a mesma coisa. A intervenção do Senador Cid Gomes foi muito importante lá, na reunião.

Nós temos de renúncia fiscal só da União 330 bilhões, sem avaliação. Eu estou falando isso e olhando para o Senador Mecias, porque, realmente, ele vai sair daqui com três deveres para o futuro: primeiro, nós temos que.. Eu tenho um projeto de lei complementar – terceiro que já apresento – sobre a avaliação de renúncia fiscal, que, no Brasil, chega a 550 bilhões por ano e, no Orçamento da União, 330 bilhões – eu não estou falando mal do incentivo fiscal –, sem avaliação. Se isso ajuda a manter emprego ou recuperar emprego ou criar emprego, se isso ajuda a competitividade do setor ou não, ou se pereniza, se isso ajuda o consumidor, não temos avaliação. Nós somos um país pródigo: taxa de juros, cláusula pétrea – o Senador Oriovisto escutou isso hoje –, renúncia fiscal, isso é uma mesada que eu dou e não quero mais saber; e, finalmente, orçamento impositivo.

Para o Senado do futuro, eu lego duas coisas: o texto do Senador Antonio Carlos Magalhães, que eu li aqui no começo, e o texto que nós elaboramos com a Consultoria do Senado do que seria uma proposta de orçamento impositivo, compreendendo metas, compreendendo endividamento. Está escrito isso. É um legado que nós lhe entregamos para começar essa tarefa de prospectar o que seria um orçamento impositivo. O orçamento impositivo não seria o texto que veio para a Câmara. Isso não é nenhuma crítica pessoal. O orçamento responsável e impositivo tem duas redações magníficas: a redação feita na Emenda 20, de 2000, do Senador Antonio Carlos Magalhães – eu comentei com o Senador Otto Alencar que ele era um homem muito iluminado e bem assessorado, porque o texto que está escrito ali, que eu li e não vou ler de novo, é muito atual –, e o texto atual, considerando limite de gastos, considerando o que evoluiu, para bem e para ruim, na situação financeira e econômica do País de 2000 para cá.

Aí eu homenageio o Senador Rogério Carvalho, dizendo o seguinte: nós estamos aqui traçando uma diretriz básica, que é o §10, renumerado agora – era o 11 –, reintroduzindo o que eu já tinha declarado e vou declarar de novo – queria que a Senadora Eliziane e o Senador Major Olimpio soubessem disto –, regrando a execução orçamentária, inciso III do §9º e o novo texto do §10, o antigo 11 do texto que veio da Câmara. E vou voltar depois porque a senhora também entrou pela via objetiva do art. 17.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Olhem bem a simpatia do Senador Randolfe Rodrigues e de V. Exa. ao §17, que só poderia ser do Major Olimpio. Vocês sabem o que quer dizer o número 17, não é?

Qual era o seu número, Senador, como candidato? Não era 171, não, não é? Qual era o seu número como candidato a Senador?

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP. *Fora do microfone*.) – Era 177.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Mas começava com 17.

Os senhores vejam que as afinidades vão se direcionando.

O que eu queria dizer é o seguinte: o texto do Senador Major Olimpio...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – A aproximação foi construída por V. Exa.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Tanto que queremos tirar o §17.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não! É impossível!

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Queremos suprimir o §17, Senador.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Então, eu vou entrar nesse assunto. Eu acho que a polêmica é esse assunto. Então, vamos ler o que está escrito hoje?

Senador Major Olimpio, preste atenção! O que está escrito hoje antecede o §17 antigo, que agora é §18. Diz assim: os restos a pagar – preste atenção, Senador – poderão, não deverão, ser considerados, para fins de cumprimento da execução financeira prevista no §11 deste artigo, que é o da emenda individual, até o limite de 0,6% da receita corrente líquida realizada no exercício anterior. Isso é uma limitação do que pode ser pago.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP. *Fora do microfone*.) – E metade das emendas individuais.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Metade do que não foi pago.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP. *Fora do microfone*.) – Agora, você vai deixar por 100%...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Agora, o que o senhor propõe? O senhor propõe... Cadê a emenda dele? Está aqui. O senhor propõe que os restos a pagar poderão – olhe bem! – ser considerados, para fins de cumprimento da execução financeira prevista – foi renumerado – nos §§11 e 12 deste artigo, leiam-se emendas individuais e coletivas, até o limite de 50% dos valores empenhados. Esta expressão "até o limite de 50%", a meu ver, prejudica o Parlamentar...

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP. *Fora do microfone*.) – Não!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... prejudica a iniciativa da execução parlamentar. Mas eu não vou discutir isso, além de ler o texto da sua assessoria. Posso ler?

A alteração desse artigo modifica o Texto Constitucional, permitindo a inscrição de até 100% – esta é a preocupação –, permitindo que o Governo jogue como restos a pagar 100% das emendas. Certo? Ele nunca fez isso. Ele nunca fez isso.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP. *Fora do microfone*.) – Mas poderá! Não estamos falando de ser Governo ou oposição, nós estamos falando...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – É destinado a emendas parlamentares e de bancada.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP. *Fora do microfone*.) – Essa é uma modificação constitucional.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Retira o §17, Senador.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não se trata de retirar. Trata-se de colocar um patamar mínimo ou não. Se essa for a média da preocupação do senhores, eu acho que isso vai acabar atrapalhando...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... a execução dos Parlamentares, sejam elas individuais e, agora, coletivas. Mas, se for o caso...

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP. *Fora do microfone*.) – Hoje atrapalha? Hoje isso está constando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Hoje, ao permitir que se joguem para restos a pagar 100%, limita-se o pagamento, ou seja, eu só pago 50% dos novos. Se eu boto 50% dos velhos, dos restos a pagar, eu executo só 50% dos novos. É isso que está escrito.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP. *Fora do microfone*.) – A execução é integral.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Sim, mas não paga.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP. *Fora do microfone*.) – Pelo que está aqui no meu texto, 100% poderão ir para restos a pagar. É isso que dá preservação no Orçamento impositivo...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – É que V. Exa. está considerando...

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP. *Fora do microfone*.) – A determinação por vontade manifesta...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Uma coisa é o empenho; outra coisa, o pagamento. O que está sendo dito aqui é pagamento. O que está sendo dito aqui...

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP. *Fora do microfone*.) – Uma coisa são os restos a pagar, outra coisa é a execução financeira.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – É da execução financeira que nós estamos falando, ou seja, a inscrição, que é o orçamentário, já foi feita quando terminou o exercício. Os restos a pagar são um quesito contábil, orçamentário, não financeiro. O senhor está estabelecendo que ele pode representar 50% da execução financeira do ano seguinte – e poderá. É de execução financeira que nós estamos falando.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP. *Fora do microfone*.) – Do jeito que está o texto, pode não pagar nada.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não, pelo contrário!

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP. *Fora do microfone*.) – Não.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Pelo contrário, essa é uma questão técnica que as equipes técnicas não conseguiram esclarecer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu assinalo o seguinte: é contra o interesse do Parlamentar, que quer ver a sua emenda cumprida, essa instituição.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – É só para a gente tentar compreender. Nós estamos falando de estoque ou...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O estoque são os restos a pagar.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Ah, então, aí há problema.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP. *Fora do microfone*.) – Sim, é lógico!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. *Fora do microfone*.) – É isso.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O estoque são os restos a pagar.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Não, veja: eu fiz uma emenda... Vamos na prática.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não foi paga.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu botei uma emenda neste ano. O.k.? Ela vai para restos a pagar, para ser executada no ano seguinte.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Sim.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Aí tem que ser executada aquela. Em 2018, foi colocada uma emenda impositiva. Essa emenda foi executada. Dos R$100 milhões, foram repassados em 2019...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Foram pagos.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... foram pagos somente R$50 milhões.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Esse é o limite atual.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Foram pagos R$50 milhões. Em 2020, eu botei a emenda de 2019...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não, o senhor não precisou botar. Está em restos a pagar. Ela está em restos a pagar. Ela é prioridade para o próximo ano já.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Sim, mas vai comprometer...

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP. *Fora do microfone*.) – Você está considerando a execução financeira 100%.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Não incorpora no ano seguinte? Essa é a questão que está confundindo todo mundo.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Ela incorpora...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – É preciso, Sra. Presidente...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Ela é lançada como...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Senador Esperidião Amin, permita-me colocar, por favor...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Só um minuto!

São restos a pagar para o ano seguinte. Até 50%, eu pago a anterior como dentro da obrigação do ano seguinte. Isso é execução financeira. O senhor está alegando que pode ficar mais do que isso?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Sim.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Ela ficará para o exercício seguinte. Se, por uma razão técnica, ela não for paga, ela é a prioridade para o ano subsequente.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Senador, permita-me, porque nós precisamos... É muito importante o que nós estamos debatendo.

Veja bem: no texto atual, está dito...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – É o que eu estou lendo.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – É o que V. Exa. está lendo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, diga lá: "Os restos a pagar poderão ser considerados, para fins de cumprimento da execução financeira prevista nos §11 e 12 deste artigo, até o limite de [...]". Portanto, no texto atual, há um limite para os restos a pagar.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Há um limite.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Por isso, é importante a colocação do Major Olimpio de que, efetivamente, se nós não colocarmos o limite...

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP. *Fora do microfone*.) – Se não botar...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – O Governo Federal – não estou dizendo este Governo –, em algum momento, pode fazer isso sem limite. Está certo?

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG. *Fora do microfone*.) – Não fala o percentual.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Não fala o percentual.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG. *Fora do microfone*.) – Mas não fala o percentual.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP. *Fora do microfone*.) – O texto atual fala em 0,6%, fala em décimos.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Sim, 0,6%.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP. *Fora do microfone*.) – Ele está prevendo ali...

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG. *Fora do microfone*.) – Seria 0,6% para a individual e 1% para a coletiva.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Agora, é preciso colocar o percentual de 0,6% para garantias individuais e 1% para garantias coletivas.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não, então, seria 0,5%.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Não...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Se for para estabelecer a equanimidade...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Sim! Aí, sim! Aí, sim! Se quiser estabelecer só a metade...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Aí seria 0,6%...

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP. *Fora do microfone*.) – Só está 0,6% porque...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... e 0,5%.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP. *Fora do microfone*.) – ...hoje é somente 1,2%.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – São os 50%.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP. *Fora do microfone*.) – Se for impositiva de bancada, é 0,5%! Por isso, eu coloquei 50%.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. *Fora do microfone*.) – Além de voltar o percentual de 0,6%.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Além de voltar o percentual de 0,6%, porque hoje é 1,2%. A Ana sabe disto: hoje é de 1,2% o total. Se ele estabelecer 0,6%, está estabelecendo 50%.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Sim.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. *Fora do microfone*.) – Não é executado pelo Banco Central.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Não é exatamente isso? É exatamente isso.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP. *Fora do microfone*.) – As emendas de bancada vão ficar no mesmo dispositivo.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Então, no mesmo dispositivo por 0,5%.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP. *Fora do microfone*.) – São 50%!

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Por 0,5%!

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP. *Fora do microfone*.) – São 50% as duas.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O meu entendimento é o de que isso vai restringir a execução...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Essa é uma garantia.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP. *Fora do microfone*.) – Vai obrigar o Governo, seja ele qual for, seja oposição...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Se os senhores acham que o texto atual é satisfatório...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Com o acréscimo do 0,5% da emenda de bancada.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Então, nós não precisamos escrever 0,6% e 0,5%. Aí eu fico com a emenda do Senador Major Olimpio, que colocou 50%.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP. *Fora do microfone*.) – O Randolfe, a Eliziane e, agora, o Amin estão comigo. (*Risos.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu acho que essa coligação...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... realmente, merece uma homenagem especial. (*Risos.*)

Se o Senador Major Olimpio atrai o voto apaixonado da Senadora Eliziane e do Senador Randolfe Rodrigues, eu vou rever a minha posição, porque, como diria o saudoso Leonel Brizola, "algo há, algo está se movimentando no ar". Eu vou pedir para acolher...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Vamos acolher a emenda do Major Olimpio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não só a do Major Olimpio. Ele não teria força para emplacar essa emenda. (*Risos.*)

Mas, diante das adesões havidas, eu me inclino, eu aceito...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Agora, Senador Esperidião Amin...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... mas com o texto de 50%.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Sim! O.k.!

Agora, eu peço até escusas aos colegas, mas, lamentavelmente, com essa agenda aqui, a gente tem que correr para vários pontos. Eu sei que já houve um debate aqui, mas nós vamos votar logo em seguida, e eu fiquei com uma dúvida: V. Exa. suprimiu o inciso III?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não!

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Não?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Reabilitei o da Câmara.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Reabilitou o da Câmara, o inciso III...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Do §9º.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – ... do §9º. É o inciso III do §9º.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O que veio da Câmara.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Está aqui: "Dispor sobre critérios gerais relativos à execução e ao acompanhamento dos planos e orçamentos". Voltamos para esse texto, e não para o texto que estava no substitutivo?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Sim.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Repito: "Dispor sobre critérios gerais relativos à execução e ao acompanhamento dos planos [...]". O.k.! Então, ficamos com o texto que veio da Câmara?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Como o Senador Fernando Bezerra não estava aqui quando eu enunciei, quero dizer que essa foi a reclamação...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Da Câmara.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... do Presidente da Câmara. Veio o assessor aqui, nós fizemos uma conferência técnica...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Mas eu queria fazer um apelo, porque o acordo com o Presidente da Câmara era pela supressão desse inciso III.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Não.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Era.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Estou falando do acordo que nós fizemos com o Senador Amin e com o Presidente da Câmara. Era uma demanda também do Ministério da Economia a supressão de todos os incisos do art. 165. Fizemos o acordo para a manutenção do §11, que virou §10. Então, eu preferiria que a gente se restringisse ao acordo, para tirar o inciso.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Mas não pode tirar.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Por que não?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Porque veja bem, na proposta de substitutivo do Senador Amin, ele coloca: "III – Dispor sobre critérios para execução equitativa, além dos procedimentos que serão adotados quando houver impedimentos legais e técnicos [...]". Se nós não tivermos o inciso III, isso significa dizer que, quando houver problemas na execução, o Governo Federal simplesmente...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Isso é tratado na lei complementar. Não vamos...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Não, não, não, não!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, não, não!

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Não, não, não!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, não, isso tem que ser tratado aqui. Tem que estar na emenda constitucional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Isso sempre foi tratado na PEC. Se pegar a Constituição... Está aqui a Constituição. Vamos voltar à Constituição, exatamente ao texto.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Então, deixa o texto que está na Constituição, mas não mudar...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – No texto da Constituição... Peço só um minutinho, por favor.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. *Fora do microfone*.) – É só conter o texto, porque esse aditivo está modificando...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – O texto da Constituição...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Senador Fernando Bezerra, o Senador Eduardo Braga tem razão.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não! O texto do art. 165, inciso III, como é que está hoje?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Está aqui.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Como é que está hoje?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Pode ler!

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Hoje está aqui: "Dispor sobre créditos para execução equitativa...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Critérios, critérios!

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Perdão! É o seguinte: "Dispor sobre critérios para execução equitativa, além de procedimentos que serão adotados quando houver impedimentos legais e técnicos, cumprimento dos restos a pagar e limitação das programações de caráter obrigatório para a realização do § [...]." Aí não pode ficar só no §11.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Sim, foi isso que eu fiz.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Não pode ficar só no §11.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu incluí o §12.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Tem que haver os §§11 e 12.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Espere aí! Mas se está quebrando um acordo. Eu só estou querendo chamar a atenção...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Não, querido, mas o §12... Se nós não colocarmos o §12, nós não vamos fazer impositivo sobre emenda de bancada.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não, não, não!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senão deixa de ser impositivo.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Deixa de ser impositivo.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. *Fora do microfone*.) – Não, não, pelo contrário. A impositividade não está aí, está no §10.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Não, querido, mas aqui...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não é esse, não é esse.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Não, não, não! Espere aí! Fernando, calma! Veja bem...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Só estou querendo dizer que...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – O que existe...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Se me permitem...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Sra. Presidente, quero só esclarecer esse item, porque é muito importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – É sobre ele que eu vou tratar.

Eu gostaria só... Eu vou dar a palavra a todos aqui.

V. Exa. chegou um pouquinho depois. O Senador Amin já havia tratado disso.

Eu participei do início dessa conversa do acordo. Há uma dúvida dos consultores da Câmara e do Senado em relação ao inciso III do art. 165. Vamos recapitular...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Do §9º.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Do §9º do art. 165.

Vamos recapitular que esse artigo sempre foi, na ordem das constituições, especialmente da Constituição de 1988, o capítulo que trata de princípios, de conceitos do orçamento. Ele não trata de execução. Começa por aí a dúvida em relação à emenda que veio da Câmara.

Neste meio tempo, houve um conflito – não sei se já foi resolvido – no sentido de interpretação dos consultores da Câmara em relação aos consultores do Senado. Os consultores do Senado – eu peço aqui ajuda se já houve alteração de interpretação – entendem que deixar o inciso III da forma como veio poderia até descaracterizar o caráter impositivo das emendas. Consequentemente, haveria uma discussão em relação a esse dispositivo da forma como está.

De qualquer forma, essa dúvida entre as duas interpretações é que levou, em um primeiro momento, a um acordo – o Senador Fernando Bezerra pode confirmar ou não – com o Presidente Maia de deixar o inciso III, conforme estava na Constituição. Dentro desse acordo formulado com a Câmara, nós não mexeríamos no inciso III.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Estou dizendo apenas até o momento...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Não mexeria no texto que a Câmara mandou.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não, não, é o contrário.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – O acordo...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – O acordo foi estabelecido com o Presidente Maia...

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – O acordo é manter o texto da Câmara.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não, não!

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Não, mas tem que acrescentar o §12. É só isso!

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – É o de restabelecer...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – O.k., aí há acordo.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Mas com o texto original da Constituição.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Sim, da Constituição!

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Da Constituição, não da emenda da Câmara.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – É claro, é claro!

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – O que eu quero dizer ao eminente Relator é que, mantendo o inciso III com o texto que está na Constituição e acrescentando o §12, está resolvido.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Isso!

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sim.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O problema todo é que essa foi a colocação que eu fiz...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – O acordo foi justamente esse.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O que eu incluí no Orçamento... Senador Fernando Bezerra, vai haver uma dispersão se não ficar esclarecido isso. O que nós combinamos com o Presidente da Câmara foi suprimir o inciso III.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não, não, o texto da Câmara.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Só manteríamos o §11, que passou a ser o §10.

A assessoria técnica do Senado deixou claro que, se nós não mexermos em nada, vai ficar o art. 9º com essa redação, que fala só do §11.

Bom, o que eu fiz no texto que eu li? Eu incluí o §12.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Exato.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – E aí houve o protesto do Presidente da Câmara.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Mas é só incluir o §12.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Houve o protesto do Presidente da Câmara porque o nosso acordo era retirar o inciso III.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Então, mudou.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Retirar o inciso III?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. *Fora do microfone*.) – Era retirar...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Era retirar o inciso III, que veio para cá. Portanto, prevalece o da Constituição, que vai prevalecer exigindo, pelo menos, uma emenda de redação, porque isso vale para o §11 e para o §12.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Pronto! O.k.! É isso.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Deu para entender?

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Resolvida essa questão, vamos ao último ponto em que ainda falta esclarecimento pelo Relator.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Vamos ser bem claros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Repete isso...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O acordo firmado é: dos quatro dispositivos que regem o orçamento impositivo que veio da Câmara, nós removeremos – e foi o que eu fiz – o inciso III, o §10 e o §12. Por isso, sobrou o §11, que passou a ser §10 pela inexistência desse.

O que foi constatado depois? Na hora de redigir, você percebe faltas. Vai ficar o texto atual da Constituição, que só se refere ao §11. Nós vamos ter, sem mexer no sentido dele... Está removido! O inciso III da Câmara não existe mais. Certo? Vai ficar escrito o quê? O que o senhor leu agora: diz que ele vale para o §11 do art. 166, que está lá adiante. Só que o §11 do art. 166 agora é acompanhado por um irmão gêmeo, que é o §12. O que você tem que fazer? Tem que incluir o §12.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Feitos esses esclarecimentos, eu acho que agora nós temos unanimidade...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Feitos esses esclarecimentos, eu quero saber o seguinte: é unânime esse entendimento? Alguém tem alguma dúvida?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Sem dúvidas!

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Vamos ao último ponto, portanto, Relator.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Senador Fernando Bezerra, eu pediria que V. Exa. entrasse em contato com o Presidente da Câmara, dizendo que é apenas um complemento sem lógica.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – É como se fosse uma emenda de redação. É uma emenda de redação.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Veja bem: trata-se de incluir no atual inciso III – não no da Câmara – o §12. É só isso.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Repete o texto e acrescenta...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não, só inclui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, está esclarecido isso.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu peço agora apenas ao Relator... Esclarecido esse ponto, ficou apenas um ponto de divergência para a redação final do §17 da Constituição, que virou agora §16 no texto substitutivo de V. Exa.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Que eu acolho, colocando os 50%, ou seja, homenageando o Major Olimpio, fortalecido pelas colocações do Senador Randolfe Rodrigues e com a coligação extraordinária e muito forte da minha querida Senadora Eliziane.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Saudando o neófito na oposição, que é o Major Olimpio! (*Risos.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – E dizendo, como aviso aos navegantes, no meio desse grande acordo, que surgiu mais um líder na oposição.

Quero só homenagear os demais que falaram.

Senador Marcelo Castro, V. Exa. falou muito bem.

Eu queria dizer o seguinte: não há tecnocrata, não há radar em Brasília que permita a aspersão de recursos que as emendas individuais e coletivas podem fazer. A aspersão feita seja pelo Deputado ou pelo Senador, seja pelas bancadas estaduais significa a democratização dos acessos a meios. Quando a gente fala que o orçamento de países democráticos é feito pelo Congresso, nós somos remetidos aos Estados Unidos da América. Lá o Deputado é distrital puro. O sistema de eleição do Deputado Federal, do *representative*, é por dois anos; o mandato é de dois anos. E o Deputado é distrital puro. E é o Congresso que faz o orçamento. O que os senhores acham que é feito lá senão o procedimento de aspersão de recursos para atender a Federação? É isso que nós estamos fazendo, respeitado o grande trabalho que vai ter que fazer o Senador Mecias quando discutir essas teses do orçamento impositivo de maneira abrangente, como eu mencionei.

Então, eu quero dizer ao meu querido amigo Marcelo Castro que as suas duas preocupações estão satisfeitas por essas últimas decisões.

Não comentei a fala do Senador Weverton, mas ela também está contemplada pelas providências tomadas.

Só quero concluir, voltando ao Senador Randolfe, para dizer o seguinte...

O senhor falou do aeroporto. Como as decisões tecnocráticas podem chegar ao absurdo? A duplicação da BR-101, em Santa Catarina, só foi conseguida porque a Bancada de Santa Catarina inventou a emenda coletiva antes de ela ser criada. Os 19 Parlamentares subscreveram 19 cópias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Simone, 19 Parlamentares subscreveram 19 cópias, e, por sorteio, a emenda que entrou no Orçamento da União tinha sido subscrita pelo Deputado Cesar Souza. Foi assim que nós conseguimos entrar no Orçamento da União no ano de 1993, antes da Resolução nº 1. Criamos a emenda coletiva para colocar uma obra que o Governo devia ao Estado. Ela foi executada ainda no Governo do Presidente Fernando Henrique e foi concluída já no Governo do Presidente Lula. A emenda coletiva entrou no Orçamento da União por obra de uma ficção, quando ela não existia na regra orçamentária, com os 19 Parlamentares de todos os partidos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... subscrevendo um texto que foi coletivo nas assinaturas, mas apresentado como individual.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Vamos votar.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. *Fora do microfone*.) – Vamos votar.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Vamos votar.

Agradeço, mais uma vez, ao Relator.

Agradeço a contribuição dos nobres Parlamentares, Senadores e Senadoras.

Não há mais oradores inscritos.

Portanto, dou por encerrada a discussão.

Coloco em votação o relatório, mas quero dizer que há sobre a mesa um requerimento da Bancada do PT – portanto, não vai à deliberação do Plenário; acato de ofício –, Senador Humberto Costa, destacando apenas a Emenda nº 9 do relatório, ou seja, da PEC nº 34, de 2019.

Vamos votar, então, primeiro, o relatório com a Emenda nº 9 destacada, emenda da Bancada do PT.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Sra. Presidente, é o relatório com as modificações...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Nos termos do substitutivo de V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Com as modificações por mim anunciadas.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Anunciadas todas... Nós vamos, inclusive, aguardar até o tempo hábil para mandar para a Presidência com as duas últimas alterações colocadas.

Em votação o relatório.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam o relatório com a emenda destacada, ressalvada a Emenda nº 9, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório.

Em votação agora a Emenda nº 9, que é destacada pela Bancada do PT.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. *Fora do microfone*.) – Contra, contra, contra! O encaminhamento é contrário.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Rejeitada a emenda.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Só registre quem votou a favor, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Votaram a favor da emenda... Eu gostaria que novamente levantassem a mão.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – A senhora está perguntando...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu vou dizer quem aprova a emenda, já que fica mais fácil, porque são em menor número: Senador Humberto, Senador Rogério, Senador Randolfe, Senador Fabiano, Senador Paulo Rocha.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Quem aprova a emenda, não é isso?

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Quem aprova a emenda.

Portanto, está rejeitada a emenda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado, portanto, o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, pela ordem!

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... favorável à proposta e, parcialmente, às Emendas nºs 1, 2, 4 e 5 e contrário às Emendas nºs 3, 6, 7, 8 e 9, nos termos da Emenda nº 10- CCJ, que é o substitutivo do Relator.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, a senhora poderia só pedir...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – A matéria vai ao Plenário.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... poderia apelar ao Plenário para mantermos o quórum, porque temos um relatório importante, de uma matéria muito importante, que é terminativa, que é a que, em seguida, será lida pelo Fabiano.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu gostaria apenas de esclarecer, Senador Randolfe, que houve um acordo com o autor e com o Relator. O autor está hospitalizado. Então, nós vamos proceder à leitura do item 2, que é o projeto relatado pelo Senador Fabiano. Nós não abriremos discussão, nem questão pela ordem hoje, a pedido do autor da proposição, o Senador Angelo Coronel.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Houve um acordo em relação a isso, inclusive com o Relator.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Não é melhor deixar para a semana que vem a leitura e o debate?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. *Fora do microfone*.) – Senão pedem vista. Então, é bom, pelo menos, ler logo.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Ele vai ler o relatório, e nós vamos adiar a discussão, não vai caber nem questão de ordem em relação a essa matéria, pelo acordo entre autor e Relator.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sra. Presidente, esta não é uma questão de ordem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria só mais uma vez destacar a presença da nossa querida Marina Silva, que é um ícone brasileiro na luta pelas garantias dos direitos da mulher, da participação feminina no cenário político brasileiro. A presença dela nesta Comissão representa muito, Presidente, porque é a simbologia de uma possível aprovação, que acho que não vai acontecer...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. *Fazendo soar a campainha*.) – Desculpe-me, Senadora Eliziane.

Eu gostaria de comunicar aos nobres colegas Senadores que esta Comissão ainda está com os trabalhos em andamento. Eu pediria, por favor, que pudessem manter o silêncio devido. Uma oradora está usando a palavra.

Continue, por favor, Senadora Eliziane.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sra. Presidente, só para finalizar, eu quero, inclusive, pedir aqui ao nosso nobre Senador Amin para que fique aqui um pouco para acompanhar o relatório do nosso colega Contarato.

Quero dizer, Presidente, que a presença da Senadora Marina Silva representa muito nesta Comissão. A possível aprovação desse projeto – que não vai acontecer, porque eu acredito piamente na sensibilidade dos colegas Senadores – traria um retrocesso e perdas inimagináveis para essa luta histórica nossa, que é a participação da mulher e a garantia da nossa presença no cenário político brasileiro, que é irrisória comparativamente com a dos demais países do mundo. Nós perdemos para o Afeganistão, dando apenas um exemplo, e somos o segundo País com a menor participação feminina em todas as Américas, nas três Américas.

Então, Ministra e Senadora Marina Silva, transmito o meu respeito, a minha admiração, a minha gratidão e o meu reconhecimento pela sua presença nesta Comissão. Eu tenho a plena convicção, Senadora, de que nós vamos vencer essa batalha, de que vamos continuar com essa política afirmativa, que é necessária provisoriamente. Esperamos que seja provisória, para que as mulheres possam ter mais garantia nos espaços políticos brasileiros.

Muito obrigada.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Senadora Eliziane.

Com isso, permite-me, mais uma vez, enaltecer a presença da nossa Ministra e Senadora Marina Silva. V. Exa. foi muito feliz. A presença da Senadora já é uma demonstração de tudo aquilo que V. Exa. disse: do pioneirismo, da luta, do comprometimento da Senadora Marina Silva, especialmente, com as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mulheres brasileiras diante de um projeto que, infelizmente, representaria um retrocesso na política brasileira.

Com a palavra, pela ordem, o Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE. Pela ordem.) – Senadora Simone, infelizmente, eu tenho que me retirar. Como não vai haver discussão, eu só queria deixar registrado aqui o meu voto acompanhando o relatório do Senador Contarato.

E a presença, mais uma vez, da Senadora Marina confirma e simboliza essa luta da mulher brasileira.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – V. Exa. vai ter a oportunidade também de discutir na semana que vem, Senador Tasso, tenha a certeza disso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, rapidamente...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Senador Randolfe...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... eu só queria destacar, como Líder da REDE, a honra que é para nós, da Rede Sustentabilidade, a presença aqui da nossa porta-voz, para nós referência da luta feminina no Brasil e, além disso, uma das principais ou das maiores lideranças populares do Brasil pós-redemocratização.

Então, eu só queria, como Líder da Rede Sustentabilidade, destacar e agradecer a presença da nossa porta-voz nacional da Rede para acompanhar o relatório do Senador Fabiano.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Devidamente registrado, Senador Randolfe.

Com a palavra agora o Relator do item 2.

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 1256, DE 2019

- Terminativo -

Revoga o § 3º do art. 10 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que prevê percentual de preenchimento mínimo de vagas para candidaturas de cada sexo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Angelo Coronel

Relatoria: Senador Fabiano Contarato

Relatório: Pela rejeição do Projeto e da Emenda nº 1.

Observações:

- Em 14/03/2019, foi apresentada a Emenda nº 1 (Substitutivo), de iniciativa do Senador Angelo Coronel;

- Votação nominal.

Concedo a palavra, neste momento, ao Senador Fabiano Contarato para proferir o seu relatório.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Muito obrigado, Presidente.

Quero enaltecer a condução dos trabalhos que a Senadora Simone Tebet tem desempenhado à frente desta tão relevante Comissão de Constituição e Justiça.

Quero me solidarizar com o Senador Angelo Coronel neste momento delicado de saúde. Desde já, minhas orações vão para o seu pronto e imediato restabelecimento.

Antes de proferir aqui o meu relatório, eu quero também protestar, porque, num tema de tamanha relevância como é este, assim como acontece na Comissão de Meio Ambiente, que eu presido, eu não acho crível nem razoável... Eu presido uma Comissão de Meio Ambiente, e, quando acontece um acidente, como o de Brumadinho, ou quando acontece uma tragédia, como a de Mariana, todos querem fazer – com todo respeito – CPI, audiência temática, discursos, audiências públicas. Eu convidei o Ministro do Meio Ambiente e, dos 34 Senadores, só compareceram 4 Senadores. Olha, eu acho que isso beira a hipocrisia.

Este tema, este voto é de suma importância, porque mais de 50% da população brasileira é composta por mulheres. E eu queria muito que a população que estiver assistindo em casa olhasse o Plenário aqui, dos 34 Senadores, porque para mim seria de extrema relevância se todos efetivamente estivessem aqui, mas, com toda a educação, vou começar a leitura do meu voto.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Se me permitir, Senador Fabiano, o tema é tão relevante – acho que V. Exa. tem razão – que nós poderíamos fazer a leitura hoje e fazer a leitura novamente na semana que vem para que todos pudessem ouvir o seu relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Bem encaminhado.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – O.k. Quero também...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sem prejuízo.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES. Para proferir relatório.) – Eu quero também deixar claro, em nome de todas as mulheres, a minha admiração pela eterna Senadora Marina Silva, que, além de Vereadora, além de seringueira, além de mulher, além de Ministra do Meio Ambiente, dignificou e dignifica, e muito, a honrada classe dos seres humanos e, principalmente, das mulheres. Eu não tenho dúvida, Senadora.

Eu quero pedir perdão em nome dos meus colegas Senadores que aqui não estão prestigiando as mulheres mais uma vez.

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei 1.256, de 2019, do Senador Angelo Coronel, que revoga o §3º do art. 10 da Lei 9.504, de 30 de setembro de 1997, que prevê percentual de preenchimento mínimo de vagas para candidaturas de cada sexo.

Relatório.

Vem ao exame desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania o Projeto de Lei nº 1.256, de 2019, do Senador Angelo Coronel, que revoga o §3º do art. 10 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, a Lei das Eleições, abolindo as cotas de candidaturas por sexo.

Na justificação, o autor afirma que a lei em vigor não alcançou seu objetivo de impulsionar a participação feminina na política, que, por razões diversas, ainda não se compara, em termos numéricos, à participação dos homens. Ressalta, ainda, que "o quadro se mostra ainda menos positivo quando se constata que mulheres têm sido compelidas a participar do processo eleitoral apenas para assegurar o percentual exigido, numa prática que se convencionou denominar candidaturas" – aspas – 'laranjas'".

A matéria foi distribuída para exame exclusivo da CCJ, que sobre ele se manifesta em decisão terminativa.

Não foram apresentadas emendas ao projeto.

Análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nos termos dos incisos I e II art. 101 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CCJ opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das matérias que lhe forem submetidas, bem como emitir parecer quanto ao mérito de assuntos atinentes ao direito eleitoral, caso do PL nº 1.256, de 2019.

A matéria atende aos requisitos regimentais e, ainda, às exigências de natureza constitucional e jurídica, pois a Carta Magna confere competência privativa à União para legislar sobre direito eleitoral, bem como competência ao Congresso Nacional para dispor sobre essa matéria, nos termos dos arts. 22, I, e 48, *caput*.

Quanto ao mérito, entretanto, a iniciativa é absolutamente inoportuna.

De imediato, cumpre esclarecer que, com a presente análise, assumo o desafio de, ao me posicionar diametralmente contrário a qualquer possibilidade de retrocesso em importantes conquistas sociais, sempre pautar-me pelos princípios constitucionais, com o máximo respeito às posições divergentes e sem qualquer pretensão de me apropriar do lugar de fala dos diversos segmentos sociais. Assumo, por assim ser, a posição de aliado dos que tanto lutaram para conquistar os mais básicos direitos, os quais, sob nenhuma hipótese, devem ser suprimidos.

O autor da proposição em tela, ainda que imbuído da boa intenção de resolver os gravíssimos problemas de eventuais fraudes eleitorais, consumadas no desvio de recursos que deveriam dar suporte às candidaturas femininas, tornando as postulantes meros títeres de oportunistas, infelizmente acabou por atentar contra a mais importante conquista das mulheres desde o direito ao voto, estabelecido tão somente em 1932.

A cota de candidaturas está no campo das ações afirmativas. Há quem não goste delas, mas, submetidas a julgamento, notadamente no campo das cotas raciais e do uso do fundo partidário, foram consideradas constitucionais pelo Supremo Tribunal Federal.

Portanto, não deve ser a ousadia dos afrontadores da lei o gatilho a detonar retrocessos sem precedentes nas garantias aprovadas neste Parlamento em defesa das mulheres e de toda a sociedade.

Neste momento, é bom lembrar o voto da Ministra Rosa Weber, na Presidência do Tribunal Superior Eleitoral, emitido no dia 22 de maio de 2018, em resposta à consulta formulada por um grupo integrado por 14 Senadoras e Deputadas Federais acerca da aplicação de recurso do fundo partidário das candidaturas de mulheres, citando o Ministro Henrique Neves da Silva, Rosa Weber disse, aspas:

> As normas de caráter afirmativo são não só constitucionalmente legítimas, como pragmaticamente necessárias, em um País caracterizado por toda sorte de desigualdade, sobretudo nas oportunidades de participação das mulheres na vida político-partidária.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> As agremiações [partidárias] devem garantir todos os meios necessários para real e efetivo ingresso das mulheres na política, conferindo plena e genuína eficácia às normas que reservam número mínimo de vagas para candidaturas (art. 10, § 3º, da Lei nº 9.504/97) [...]. A criação de "estado de aparências" e a burla ao conjunto de dispositivos e regras que objetivam assegurar isonomia plena devem ser punidas, pronta e rigorosamente, pela Justiça Eleitoral.

Fecho aspas à Ministra Rosa Weber.

Evidentemente, há um difícil percurso diante de nós, mas as cotas de candidaturas resultam de um conjunto de lutas feministas que teve seu início muito antes de nós.

Devemos, neste momento, um tributo especial às pioneiras na busca da conquista dos direitos eleitorais. Lembramos a professora baiana Leolinda Daltro, fundadora, em 1910, do Partido Republicano Feminino, juntamente com a poeta carioca Gilka Machado; a cientista paulista Bertha Lutz, líder atuante da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, criada em 1922; a primeira Prefeita eleita da história do Brasil, Alzira Soriano de Souza, do Município de Laje, do Rio Grande do Norte; da gaúcha Rita Lobato, primeira mulher a obter diploma de medicina, eleita Vereadora aos 67 anos, em 1933; e a também médica paulista Carlota Pereira de Queirós, primeira doutora a fazer parte do Exército Brasileiro e a primeira mulher eleita para a Câmara dos Deputados.

Também nos lembremos das mulheres que, desde a promulgação da Lei do Ventre Livre, assinada pela Princesa Isabel, olham para este Parlamento na esperança de que daqui saiam as medidas capazes de promover a construção de laços que atendam os objetivos elencados na Constituição, especialmente direcionados à construção de uma sociedade livre, justa e solidária. Uma sociedade capaz, portanto, de erradicar a pobreza e a marginalização e de reduzir as desigualdades sociais e regionais e, muito especialmente destacamos, capaz de promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Não é vã essa esperança, tanto que a legislação inclusiva vem avançando no Parlamento. No que respeita à cota partidária, cabe descrever sua trajetória.

Em 1995, quando foi instituída e aplicada às eleições às câmaras de vereadores, a cota era de 20% e foi interpretada pelos partidos como facultativa; em 1997, o número subiu para 30%, mas continuava vista como não necessariamente obrigatória; enfim, em 2009, a cota tornou-se efetivamente impositiva com a redação trazida pela Lei 12.034. Assim, o §3º do art. 10 da Lei das Eleições, dispositivo que o projeto ora em análise busca revogar, tomou a configuração hoje em vigor.

Se as cotas até dez anos atrás não eram consideradas obrigatórias, tampouco os partidos julgavam seu dever distribuir os recursos do fundo partidário eleitoral conforme o sexo das candidaturas. Assim, as mulheres, a partir de 2009, até passaram a quase alcançar os 30% de lugares nas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

listas partidárias, mas os recursos destinados a suas candidaturas ficavam bem abaixo daqueles destinados aos concorrentes masculinos.

Na resposta à consulta aludida, o TSE decidiu que os partidos deveriam destinar também pelo menos 30% dos recursos do financiamento eleitoral às candidaturas das mulheres. As eleições de 2018 foram, portanto, as primeiras em que esses critérios foram aplicados. Nesse passo, podemos dizer que as eleições do ano passado foram eleições pioneiras no que tange à participação feminina com poder realmente competitivo.

É certo, por assim ser, que a ocupação de cargos por mulheres na Câmara dos Deputados subiu cinco pontos percentuais em relação às eleições de 2014, passando de 10% naquele ano para os atuais 15%, o que não é pouco, apesar de ainda se configurar como um desafio a ser superado, já que a média mundial é de 24%. Reconheçamos, porém, que houve um avanço tremendo. E não é hora de recuar, mas de consolidar e de assegurar o direito conquistado.

Há ainda quem argumente que políticas afirmativas, como a de cotas quando do registro de candidaturas, atentariam contra a premissa constitucional de igualdade entre homens e mulheres, insculpida no inciso I do art. 5º da Carta Magna, mas como falar em igualdade em um país em que apenas no período recente conseguiu normatizar os mais básicos direitos das mulheres? A título exemplificativo, somente em 1962, o Brasil revogou a incapacidade relativa da mulher casada; a lei do divórcio data de 1977; somente após 1988, com a Constituição Cidadã, o Brasil reconheceu a união estável como entidade familiar; a proteção contra a violência doméstica, por força da Lei Maria da Penha, é de 2006 e a tipificação do crime de feminicídio, de 2015.

Na contramão da história, por outro lado, nos últimos anos, diversas foram as tentativas de retroceder com as pequenas conquistas relacionadas aos direitos das mulheres. A reforma trabalhista (Lei 13.647/2017) é um dos diplomas legais mais marcantes dessa nova era, quando o legislador optou por retirar a proteção à trabalhadora gestante ou lactante das atividades laborais consideradas insalubres. Cabe ao Parlamento brasileiro corrigir os recentes equívocos, não os aprofundar. É preciso sedimentar e ampliar as conquistas das mulheres.

A instituição da cota de candidaturas tem em vista justamente o alcance da igualdade entre homens e mulheres preconizada em nossa Lei Maior e o faz de modo justo: tratando de forma desigual aqueles que se encontram em situação de desigualdade.

Estamos devendo exemplos à sociedade. Não nos cabe retroagir nos direitos. Vale ressaltar que, dos três Poderes da República, o Legislativo é o único que ainda não foi presidido por uma mulher.

Ressalte-se, no momento em que se analisa a presente matéria, que, no recente 8 de março, as latino-americanas fizeram ecoar o grito de – aspas – "nenhuma a menos", referindo-se aos inaceitáveis números da violência ainda praticada contra as mulheres. A esse grito, devemos agregar o de – aspas –

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"nenhum direito a menos", porque sem protagonismo nos espaços de poder também será debalde a luta por mais respeito no campo social.

Precisamos, ademais, pensar no quanto foi importante a Lei de Cotas para inspirar candidaturas como a da vereadora carioca Marielle Franco, a quem prestamos homenagem no transcurso de um ano de seu brutal assassinato juntamente com o motorista Anderson Gomes.

Mulheres que, como Marielle, embora tenham o perfil da maioria da sociedade brasileira, enfrentam inúmeros obstáculos ao considerar a possibilidade de ocupar os cargos onde são tomadas as decisões mais importantes do País; é hora de incentivá-las com vigor, como fomos instados recentemente, e trazê-las para as páginas dos livros da história oficial do País, aproximando cada vez mais do Poder Legislativo as marias felipa, as dandaras, as luísas mahin e as marielles.

Eu sonho com o dia em que não precisaremos mais de políticas afirmativas por já termos alcançado a plena igualdade, por já termos nos tornado uma nação efetivamente justa, fraterna, igualitária, em que nenhum segmento social se sobreponha a outro em direitos e oportunidades. Sonho com o dia em que o Parlamento brasileiro refletirá efetivamente as características da nossa população, que tenhamos mais mulheres, mais negros, mais indígenas representados no Congresso Nacional e nas demais Casas Legislativas. Sonho que o processo decisório do País não fique adstrito às conveniências políticas de uma determinada casta social ou de uma determinada família. Eu sonho com o dia em que o poder econômico deixará de eleger Parlamentares que deveriam defender os interesses do povo, de todo ele. Sonho com a paridade entre homens e mulheres nos assentos do Parlamento – e mais, sonho com o dia em que alcançaremos esse mundo ideal sem a necessidade de cotas, mas infelizmente esse horizonte utópico ainda está distante de se materializar.

Neste contexto, assumo o compromisso: no momento em que essa utopia se fizer realidade, assim que garantirmos condições iguais de disputa eleitoral entre homens e mulheres, assim que garantirmos que os partidos políticos não priorizarão candidaturas masculinas em detrimento das femininas pelo simples recorte machista como critério, serei o primeiro a me posicionar pelo fim da política afirmativa, visto que não se fará mais necessária. Este momento, lamentavelmente, ainda não é agora. Ainda há necessidade de, para cumprirmos a Constituição Federal, a qual juramos quando assumimos os nossos mandatos, desigualar os que se encontram em situação de desigualdade.

Voto.

Em vista do exposto, o voto é pela rejeição, no mérito, do Projeto de Lei 1.256, de 2019. (*Palmas.*)

Passo agora à leitura, tendo em vista que o proponente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Houve uma emenda substitutiva do próprio autor. Se V. Exa. puder já começar, na primeira página mesmo, falando ali da emenda em si, na última linha da primeira página...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Certo.

A emenda substitutiva da CCJ possui três artigos.

O art. 1º da emenda substitutiva em análise pretende a alteração do §3º do art. 10 da Lei 9.504, de 30 de setembro de 1997, Lei das Eleições, de modo a estabelecer que, do número de vagas resultante das regras previstas no artigo ao qual seria inserido (art. 10), no máximo 70% poderiam ser preenchidos com candidaturas de um mesmo sexo, devendo as restantes, se não preenchidas com candidatos de sexo diverso, ficar vazias.

O art. 2º, ao também promover modificações na Lei das Eleições, acrescenta o art. 16-E ao aludido diploma legal, com o objetivo de estabelecer que os partidos políticos, em cada esfera, devem destinar recursos do Fundo Eleitoral de Financiamento de Campanha de forma proporcional ao percentual efetivo de candidaturas de cada sexo.

O art. 3º estabelece cláusula de vigência imediata.

É o relatório. Passo à análise.

Análise.

As proposições podem ser apresentadas perante Comissões por qualquer dos membros que as compõem, nos termos do inciso I do art. 122 do Regimento Interno do Senado Federal. Mesmo não sendo comum o autor de determinado projeto apresentar emenda substitutiva ao texto por ele proposto, não identificamos óbice de natureza regimental para tanto.

Quanto ao mérito, reitero – de igual modo fiz no relatório à proposição –, a emenda é absolutamente inoportuna, visto que promove alterações cujas consequências, ao fim e ao cabo, serão as mesmas objetivadas inicialmente no projeto de lei analisado.

De início, faz, sim, imprescindível destacar que a Lei 9.504, de 30 de setembro de 1997, Lei das Eleições, estabelece, no *caput* do art. 10, a regra geral que limita a quantidade de registros de candidaturas pelos partidos políticos para os pleitos para a Câmara dos Deputados, Câmara Legislativa, Assembleia Legislativa, Câmaras Municipais, possibilitando o lançamento de candidaturas em número correspondente em até 150% do número de lugares a preencher.

As exceções à regra geral estão previstas nos incisos I e II do mesmo artigo, que ampliam a possibilidade de registros de candidaturas para disputa dos cargos de Deputado Federal, Deputado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estadual ou Distrital, elevando a limitação para o patamar de até 200% do número de lugares a preencher. As hipóteses são: (I) nas unidades da Federação em que o número de lugares a preencher para a Câmara dos Deputados não exceder a doze; (II) nos Municípios com até cem mil eleitores.

O §3º do mesmo art. 10 da Lei das Eleições, como já tratado no relatório ao projeto originário, é o dispositivo legal que estabelece a política afirmativa para assegurar a participação tanto de homens quanto de mulheres nos pleitos proporcionaislegísi; determina, conforme redação vigente, o preenchimento mínimo de 30% e máximo de 70% para candidaturas de cada sexo.

Aqui eu quero fazer só um pequeno adendo. Eu fico triste quando vejo as pessoas falando: "São 30% para as mulheres". A lei não fala isso; são 30% para um sexo e 70% para o outro. Nós podemos ter 70% só de mulheres e 30% só de homens, mas o nosso preconceito, o nosso machismo é tão impregnado que até nisso a fala vem ratificar.

A Emenda Substitutiva nº 1 da CCJ, embora com redação diversa da do projeto originário, o qual se resumia a revogar o §3º do art. 10, altera o mesmo dispositivo para possibilitar o preenchimento de até 70% das vagas possíveis com candidaturas do mesmo sexo, facultando o não preenchimento das demais, ou seja, haverá, de igual modo, a possibilidade de registro de uma chapa composta na integralidade por pessoas do mesmo sexo. Sejam todos homens, sejam todas mulheres – hipótese ainda improvável –, uma chapa que não reflita a diversidade entre os sexos não será verdadeiramente democrática.

Neste contexto, reitero, eu sonho com o dia em que o Parlamento brasileiro refletirá efetivamente as características da nossa população: que tenhamos mais mulheres, mais negros, mais indígenas representados no Congresso Nacional e nas demais Casas Legislativas.

Voto.

Em vista do exposto, o voto é pela rejeição, no mérito, da Emenda Substitutiva nº 1 – CCJ ao Projeto de Lei nº 1.256, de 2019.

É como voto.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço ao Relator, Senador Fabiano Contarato. Vou deixar para fazer as considerações, os agradecimentos e os elogios devidos no momento oportuno, porque há um acordo firmado de que nós não franquiaríamos a palavra a nenhum Parlamentar.

Reitero que, na semana que vem, este vai ser o primeiro item da pauta. V. Exa. poderá fazer um resumo do relatório apresentado, inclusive acatando ou não, como V. Exa. mesmo mencionou, rejeitando também o substitutivo do autor. E abriremos a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Randolfe, pelo Regimento, infelizmente, como se abre a discussão, nada impede que seja pedida vista. Depois, fui olhar aqui no Regimento, e é possível, sim, solicitar vista, porque nós não vamos encerrar a discussão hoje, nos termos acordados inclusive com o autor. De qualquer forma, a partir da semana que vem, abriremos a discussão e vamos implorar ou pedir para o Relator que não solicite vista para que nós possamos dar andamento a esse projeto.

Houve um acordo com o autor e com a bancada feminina de que hoje nós não iríamos franquear a palavra aos Senadores; o autor está hospitalizado e quer participar da discussão.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Sra. Presidente...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. *Fora do microfone*.) – Em contrapartida...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não houve o avanço de que não haveria pedido de vista posteriormente, mas eu acredito que chegaremos... Como esta Casa é a Casa da moderação e do equilíbrio, diante do belíssimo relatório do Senador Fabiano e, tenho certeza, das manifestações que serão feitas não só pelas Senadoras, mas também pelos Senadores, eu não tenho dúvida de que nós conseguiremos avançar no caminho correto do progresso e não do retrocesso em relação a esta matéria.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Eu vou ser bem breve, pedindo um pouquinho mais só de paciência. Fui agraciado – e agradeço – com a relatoria desse processo.

Eu fiquei muito triste quando as mulheres, em 1988, conseguiram a licença maternidade e as empresas começaram a não contratar. Já não contratavam pelo simples fato de ser mulher e começaram a ter uma conduta espúria, criminosa de exigir atestado de esterilidade ou negativo de gestacional. E aí, como não há crime sem lei anterior que o defina nem pena sem prévia cominação legal, apenas em 1995 surgiu uma lei falando que exigir atestado ou negativo de gestacional é crime.

Olha, falar em igualdade... Até no concurso público ela entra de forma igualitária, mas só alcançam os maiores cargos, na maioria, os homens.

Então, nesse sentido, além do voto, eu apresentei um projeto de lei, que já está protocolado, falando do número de vagas resultantes das regras previstas nesse artigo: cada partido ou coligação apresentará lista de candidaturas paritárias entre homens e mulheres, permitida, em caso de número ímpar de vagas, a diferença de um. Se depender de mim, a igualdade vai começar aqui: 50% para homens e 50% para mulheres.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Senador.

Nada mais havendo a tratar, mais uma vez agradeço aqui à nossa Ministra. Espero poder vê-la semana que vem. V. Exa. terá e tem um peso muito grande porque representa realmente a figura da mulher pioneira, representa todas as mulheres pioneiras em diversos segmentos e setores da sociedade brasileira.

Declaro, portanto, encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 17 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 36 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 9ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE ABRIL DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e nove minutos do dia dez de abril de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência da Senadora Simone Tebet, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores José Maranhão, Ciro Nogueira, Esperidião Amin, Renan Calheiros, Fernando Bezerra Coelho, Marcio Bittar, Marcelo Castro, Daniella Ribeiro, Tasso Jereissati, Oriovisto Guimarães, Rose de Freitas, Juíza Selma, José Serra, Roberto Rocha, Rodrigo Cunha, Lasier Martins, Major Olimpio, Veneziano Vital do Rêgo, Fabiano Contarato, Alessandro Vieira, Weverton, Jorge Kajuru, Marcos do Val, Randolfe Rodrigues, Leila Barros, Humberto Costa, Renilde Bulhões, Rogério Carvalho, Telmário Mota, Paulo Rocha, Otto Alencar, Arolde de Oliveira, Nelsinho Trad, Rodrigo Pacheco, Marcos Rogério, Jorginho Mello, Maria do Carmo Alves e Wellington Fagundes. Registram a presença os Senadores Zenaide Maia, Izalci Lucas, Eduardo Girão, Paulo Paim, Chico Rodrigues e Eliziane Gama. Usa da palavra o Senador Eduardo Girão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Mecias de Jesus, Jader Barbalho, Antonio Anastasia, Elmano Férrer, Cid Gomes e Angelo Coronel. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da 8ª Reunião Ordinária, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - Projeto de Lei n° 1256, de 2019 - Terminativo - que: "Revoga o § 3º do art. 10 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que prevê percentual de preenchimento mínimo de vagas para candidaturas de cada sexo." Autoria: Senador Angelo Coronel. Relatoria: Senador Fabiano Contarato. Relatório: Pela rejeição do Projeto e da Emenda nº 1. Resultado: Adiado. ITEM 2 - Projeto de Lei da Câmara n° 47, de 2018 - Não Terminativo - que: "Altera dispositivo da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, para dispor sobre a destinação dos valores apreendidos em decorrência dos crimes nela tipificados." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Otto Alencar. Relatório: Favorável ao Projeto com uma emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 3 - Projeto de Lei da Câmara n° 120, de 2017 - Não Terminativo - que: "Acrescenta § 10 ao art. 176 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos, para dispensar a apresentação de carta de anuência dos confrontantes na averbação do georreferenciamento de imóveis rurais." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Antonio Anastasia. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 4 - Projeto de Lei da Câmara n° 165, de 2015 - Não Terminativo - que: "Acrescenta inciso XIII ao art. 833 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 - Código de Processo Civil, para tornar impenhoráveis os recursos públicos recebidos por instituição privada para o desempenho de serviços ou atividades de interesse público, em decorrência da celebração de contrato de gestão, termo de parceria, de colaboração ou de gestão." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Angelo Coronel. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 5 - Turno Suplementar do Substitutivo Oferecido ao Projeto de Lei do Senado n° 307, de 2018 - Terminativo - que: "Acrescenta § 5º ao art. 9º da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, a fim de facultar a representação do réu por seu advogado nas audiências realizadas em localidades muito distantes de onde resida o réu." Autoria: Senadora Maria do Carmo Alves. Relatoria: Senadora Simone Tebet. Relatório: Pela aprovação do Substitutivo e da Emenda nº 2-S. Resultado: Adiado. ITEM 6 - Projeto de Lei do Senado n° 217, de 2018 - Terminativo - que: "Altera o art. 610 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, para permitir a realização de inventário extrajudicial quando houver possíveis implicações no interesse de incapazes." Autoria: Senador Paulo Rocha. Relatoria: Senadora Simone Tebet. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 7 - Projeto de Lei do Senado n° 156, de 2016 - Terminativo - que: "Regula as formas de fiscalização pelo Estado e sociedade sobre as fundações públicas federais." Autoria: Senador José Maranhão. Relatoria: Senadora Simone Tebet. Relatório: Pela aprovação do Projeto com duas emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 8 - Projeto de Lei do Senado n° 483, de 2017 - Terminativo - que: "Altera a Lei no 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para estabelecer normas gerais para a utilização de veículos apreendidos e sem identificação, pelas polícias civis, federal, rodoviária federal e militares." Autoria: Senador Elmano Férrer. Relatoria: Senadora Simone Tebet. Relatório: Pela aprovação do Projeto com duas emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 9 - Projeto de Lei do Senado n° 432, de 2016 - Terminativo - que: "Altera o art. 15 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para possibilitar a aplicação supletiva e subsidiária do Código de Processo Civil ao Processo Penal." Autoria: Senador Antonio Anastasia. Relatoria: Senador Tasso Jereissati. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 10 - Projeto de Lei do Senado n° 7, de 2018 - Terminativo - que: "Dispõe sobre os direitos dos pacientes em serviços de saúde; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para isentar do crime de omissão penalmente relevante a falta de instituição de suporte de vida ou a não realização de tratamento ou procedimento médico recusados; e altera a Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, que configura infrações à legislação sanitária federal, estabelece as sanções respectivas, e dá outras providências, para proibir a reutilização de produtos para a saúde descartáveis." Autoria: Senador Pedro Chaves. Relatoria: Senador Lasier Martins. Relatório: Pela aprovação do Projeto com a emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 11 - Projeto de Lei da Câmara n° 99, de 2017 - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre emolumentos dos serviços notariais e de registros públicos no âmbito do Distrito Federal e dos Territórios e dá outras providências." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senadora Rose de Freitas. Relatório: Favorável ao Projeto, com nove emendas que apresenta e contrário à Emenda nº 1. Resultado: Adiado. ITEM 12 - Projeto de Lei do Senado n° 288, de 2018 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para incluir o uso de monitoração eletrônica como forma de assegurar o respeito ao limite mínimo de distância entre a ofendida e o agressor." Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin. Relatoria: Senadora Maria do Carmo Alves. Relatório: Pela aprovação do Projeto com três emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 13 - Projeto de Lei do Senado n° 137, de 2018 - Terminativo - que: "Altera os arts. 101 e 130 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990; o art. 45 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003; os arts. 18, 19, 22, 23 e 24 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006; e o art. 26 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2015, para que o defensor público, o delegado de polícia e o membro do Ministério Público possam conceder medidas protetivas de urgência a mulheres, crianças, idosos e pessoas com deficiência que sejam vítimas de violência." Autoria: Senador Humberto Costa. Relatoria: Senadora Rose de Freitas. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 14 - Projeto de Lei da Câmara n° 80, de 2018 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, que "Dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)", para estabelecer a obrigatoriedade da participação do advogado na solução consensual de conflitos." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Rodrigo Pacheco. Relatório: Favorável ao Projeto com uma emenda de redação que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 15 - Projeto de Lei do Senado n° 191, de 2017 - Terminativo - que: "Altera a redação do art. 2º da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 – Lei Maria da Penha –, para assegurar à mulher as oportunidades e facilidades para viver sem violência, independentemente de sua identidade de gênero." Autoria: Senador Jorge Viana. Relatoria: Senadora Rose de Freitas. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM EXTRAPAUTA 16 - Recurso (SF) n° 1, de 2019 - Não Terminativo - que: "Recurso da decisão do Presidente sobre a criação da Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI dos Tribunais Superiores." Autoria: Senador Davi Alcolumbre. Relatoria: Senador Rogério Carvalho. Relatório: Pelo conhecimento e desprovimento do Recurso. Resultado: Aprovado o Parecer pelo conhecimento e desprovimento do Recurso. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e vinte e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Simone Tebet
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 9ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 8ª Reunião, Ordinária.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à deliberação dos itens 1 a 15 da pauta já publicada, mas esta Presidência quer esclarecer que está incluindo extrapauta o parecer ao Recurso do Senado Federal nº 1, de 2019, referente à decisão do Sr. Presidente do Senado Federal sobre a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Tribunais Superiores, em virtude de previsão expressa do Regimento Interno, que prevê que esta Comissão tem de, em dois dias úteis, dar parecer a respeito de recurso, para que, com isso, possa ser devolvido à Mesa Diretora para os devidos procedimentos. Destaco, por fim, que o referido prazo já se encontra esgotado. Já estamos com o parecer. O parecer foi entregue ontem e está à disposição dos Srs. Senadores e das Sras. Senadoras.

Portanto, passo à deliberação do item extrapauta.

EXTRAPAUTA

ITEM 16

RECURSO (SF) Nº 1, de 2019

- Não terminativo -

Recurso da decisão do Presidente sobre a criação da Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI – dos Tribunais Superiores.

Autoria: Senador Davi Alcolumbre

Relatoria: Senador Rogério Carvalho

Relatório: pelo conhecimento e desprovimento do Recurso.

Concedo a palavra, neste momento, ao Senador Rogério Carvalho para proferir o seu relatório.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para proferir relatório.) – Obrigado, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom dia a todos os Senadores e Senadoras.

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Recurso nº 1, de 2019, de ofício do Presidente do Senado Federal, Senador Davi Alcolumbre, em face de sua decisão sobre a criação da Comissão Parlamentar de Inquérito CPI do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores.

Relatório.

Vem à deliberação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, nos termos do art. 101, incisos I e VI, combinados com o art. 48, inciso XI, e art. 145, §2º, todos do Regimento Interno do Senado Federal, o Recurso SF nº 1, de 2019, de ofício do Presidente do Senado Federal, Senador Davi Alcolumbre, em face de sua decisão sobre a criação da Comissão Parlamentar de Inquérito CPI do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores.

A decisão em face da qual se interpõe o Recurso nº 1, de 2019, foi tomada por S. Exa. o Sr. Presidente do Senado Federal na 34ª Sessão Deliberativa, Ordinária, do dia 26 de março de 2019, no sentido de impugnar, por inconstitucionalidade e afronta ao Regimento Interno do Senado Federal, o requerimento protocolado no dia 19 de março de 2019, que objetiva a criação de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), com a finalidade de investigar condutas ímprobas, desvios operacionais e violações éticas por parte de membros do Supremo Tribunal Federal e de Tribunais Superiores do País, que doravante passamos a denominar de "Requerimento de criação da CPI do Supremo Tribunal Federal (STF) e dos Tribunais Superiores".

Imediatamente após a decisão, consoante o que atestam as notas taquigráficas acostadas ao processo, o Presidente do Senado Federal comunicou a decisão de recorrer de ofício ao Plenário do Senado Federal, após a audiência desta Comissão.

É o necessário relatório.

Análise.

Cabe a esta CCJ, com base nos dispositivos regimentais mencionados, analisar a admissibilidade e o mérito do recurso.

É do conhecimento de todos a dimensão e potência das CPIs, que, à luz do que estabelece o art. 58, §3º da Constituição Federal, possuem:

> poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos nos regimentos das respectivas Casas, serão criadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, em conjunto ou separadamente, mediante requerimento de um terço de seus membros, para a apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.

Percebemos que o Texto Constitucional estabelece requisitos específicos, formais e materiais, para que as CPIs sejam legitimamente instaladas: requerimento de um terço de seus membros, previsão de fato determinado e prazo certo de funcionamento.

Além desses requisitos específicos, não podemos olvidar de princípios constitucionais que devem balizar a atuação das Casas Legislativas em sua atuação institucional. O primeiro deles é o princípio da separação de Poderes, veiculado pelo art. 2º da Constituição Federal, que prevê a independência e a harmonia entre os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

Outro princípio constitucional de observância obrigatória por parte de todos os Poderes é a autonomia dos entes federados subnacionais, prevista no *caput* do art. 18 da Constituição Federal.

A importância da forma federativa de Estado e da separação de Poderes como elementos estruturantes de todo nosso ordenamento jurídico-constitucional resta evidenciada com o *status* de cláusulas imodificáveis, as popularmente conhecidas "cláusulas pétreas", que lhes foram conferidos, respectivamente, pelos incisos I e III do § 4º do art. 60 da Constituição Federal.

Paralelamente à necessidade de adimplemento dos requisitos específicos de jaez constitucional, é imposta ao Senado Federal a estrita observância das regras estatuídas em seu Regimento, em especial aquelas que dizem respeito à instalação das Comissões Parlamentares de Inquérito.

Estamos nos referindo ao disposto nos incisos do art. 146 do Regimento Interno do Senado Federal que vedam a instituição de Comissão Parlamentar de Inquérito sobre matérias pertinentes: à Câmara dos Deputados – e aqui há o respeito à autonomia da outra Casa Legislativa que, juntamente com o Senado Federal, em face do que estabelece o art. 44, *caput* da Constituição Federal, compõe o Congresso Nacional (inciso I) –; às atribuições do Poder Judiciário (inciso II); e aos Estados (inciso III). Verificamos que esses dispositivos regimentais densificam os princípios constitucionais da separação de Poderes e do respeito ao pacto federativo.

Assim, apresentado requerimento para a criação de CPI no âmbito do Senado Federal, deve-se aferir a observância dos requisitos constitucionais gerais e específicos, assim como os requisitos regimentais. Quem seria o responsável por essa aferição de compatibilidade vertical do requerimento com a Constituição, as leis e o Regimento Interno do Senado Federal?

A resposta é dada pela combinação do § 2º do art. 145 com o art. 48, inciso XI, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, que, respectivamente, atribuem ao Presidente do Senado Federal a competência para receber e avaliar o atendimento dos pressupostos de admissibilidade do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

requerimento de criação de CPI e o poder-dever de impugnar as proposições que lhe pareçam contrárias à Constituição, às leis ou ao Regimento Interno do Senado Federal.

Estando presentes esses requisitos, não cabe ao Presidente avaliar a oportunidade e conveniência da CPI.

Trata-se, como todos sabemos – e não vou enfastiar V. Exas. com a numeração dos precedentes do Supremo Tribunal Federal –, de legítimo direito constitucional das minorias a ser respeitado, desde que, enfatizamos, observados os requisitos constitucionais e regimentais.

Cabem, preliminarmente, algumas considerações sobre a admissibilidade do recurso de ofício interposto pelo Presidente em face de sua decisão em que impugna a constitucionalidade e regimentalidade do requerimento que pleiteia a criação da CPI do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores, pelo fato de essa modalidade de recurso não constar expressamente da parte final do inciso XI do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal.

O recurso de ofício é, a nosso sentir, medida que visa a assegurar o devido processo legislativo – que consiste na aplicação do princípio do devido processo legal ao funcionamento das Casas Legislativas (art. 5º, inciso LIV, da Constituição Federal) –, a respeitar o princípio da eficiência que deve reger a Administração Pública de todos os Poderes de todas as esferas da Federação (art. 37, *caput*, da Constituição Federal), e a observar o princípio da adequada duração do processo previsto no inciso LXXVIII do art. 5º da Constituição Federal.

Ademais, o art. 412, inciso VI, do Regimento Interno Senado Federal prevê a decisão dos casos omissos de acordo com a analogia e os princípios gerais do Direito. Dessa forma, há que considerar que o Regimento Interno do Senado Federal prevê, em diversas passagens, atos de ofício do Presidente do Senado para tornar possível o bom funcionamento do Senado (ver, por exemplo, o que dispõem os arts. 27; 85, §1º; 187;190; 267; e 334).

Destaque-se, nesse sentido, que o Regimento Interno do Senado Federal prevê, em seu art. 101, V, a competência da CCJ para opinar sobre assunto de natureza jurídica ou constitucional que lhe seja submetido, em consulta, pelo Presidente em ato de ofício. O art. 405, por seu turno, que trata da questão de ordem, que visa a extrair a interpretação regimental mais consentânea com o caso analisado, admite, após a decisão do Presidente, recurso de ofício ao Plenário.

De outro giro, a Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, trata da impulsão de ofício do processo administrativo, sem prejuízo da atuação dos interessados, como critério a ser obedecido pela Administração Pública (art. 2º, §2º, XII).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em face do exposto, manifestamo-nos pela admissibilidade e consequente conhecimento do recurso de ofício manejado pelo Presidente do Senado Federal no caso em tela.

Superada a etapa da admissibilidade, passamos a enfrentar o mérito do Recurso nº 1, de 2019.

Em sua decisão sobre o Requerimento da criação de "CPI do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores", o Presidente do Senado Federal impugnou a proposição sob o argumento de haver violações ao texto constitucional e ao texto regimental.

Extraímos os seguintes trechos da decisão de Sua Excelência que parecem representativos da totalidade de sua compreensão sobre o tema:

5. Examinando os requisitos acima, constata-se que o requerimento atende ao número mínimo de assinaturas, indica prazo certo e limite de despesas, bem como o número de membros titulares e suplentes da aludida CPI.

São itens retirados do requerimento de criação da CPI, da manifestação do Presidente.

6. Observamos que os requerentes apontam 13 fatos cuja investigação pretendem seja feita pela CPI proposta. A análise das condutas ali descritas nos permitirá avaliar o cumprimento dos demais requisitos constitucionais e regimentais.

7. É importante, quanto a este ponto, mencionar que, além da vedação regimental prevista no art. 146, inciso II, há pacífica jurisprudência do Supremo Tribunal Federal que invalida qualquer tentativa de investigação, por CPI, de atos jurisdicionais, ou seja, quanto ao acerto ou não de decisões emanadas do Poder Judiciário. Essas decisões se baseiam tanto no princípio da separação dos Poderes quanto nas garantias constitucionais da magistratura – art. 95 da Constituição Federal.

8. Entender de modo diverso implicaria aceitar que um Poder da República pudesse relativizar as prerrogativas e garantias constitucionais outorgadas a membros de outros Poderes. Especificamente em relação ao Poder Judiciário, admitir a investigação de decisões judiciais implicaria outorgar ao Poder Legislativo a possibilidade de cercear a livre aplicação das leis pelos magistrados, ou seja, admitir os chamados crimes de hermenêutica.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu peço escusa ao Relator e gostaria de pedir à plateia, aos assessores, em especial...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Nem a Presidência está sendo ouvida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria de pedir aos assessores, por favor, que fizessem silêncio. Nós estamos aqui com o Relator proferindo o seu relatório. Nossos colegas Senadores estão reclamando do barulho e não estão conseguindo ouvir atentamente.

Muito obrigada.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Vou repetir aqui:

8. Entender de modo diverso implicaria aceitar que um Poder da República pudesse relativizar as prerrogativas e garantias constitucionais outorgadas a membros de outros Poderes. Especificamente em relação ao Poder Judiciário, admitir a investigação de decisões judiciais implicaria outorgar ao Poder Legislativo a possibilidade de cercear a livre aplicação das leis pelos magistrados, ou seja, admitir os chamados crimes de hermenêutica.

9. Partindo dessa imposição constitucional, constatamos que muitos dos fatos descritos nos requerimentos se voltam contra decisões proferidas por membros do Poder Judiciário em processos concretos e identificados, em claro exercício de sua função típica, contra os quais cabem recursos e ações de impugnação previstas na legislação processual vigente.

10. Há, por exemplo, itens que descrevem o inconformismo com a concessão de liminares, com o lapso temporal em que foram proferidas as decisões ou com supostas decisões divergentes advindas de um mesmo magistrado. Em nenhum desses casos, a Constituição autoriza o Poder Legislativo, por meio de CPI, a se intrometer no conteúdo dessas decisões.

11. A existência de fatos, entre os elencados, que não podem ser objeto da CPI, por si só, já impede o recebimento do requerimento em exame, independentemente da avaliação de sua determinação ou não.

12. O recebimento parcial, com aceitação em relação a alguns itens e rejeição em relação a outros, implicaria o fatiamento do requerimento. Nesta hipótese, estaria o Presidente se substituindo à vontade dos subscritores do requerimento que o assinaram em sua integralidade. Não é possível afirmar que as mesmas assinaturas seriam apostas se o requerimento contivesse apenas alguns fatos e não outros fatos.

13. O indeferimento, portanto, respeita a vontade das minorias, devolvendo-lhes a oportunidade de apresentar novos pedidos sem os vícios aqui apontados.

Diante do exposto, considerando que o requerimento não reúne os pressupostos constitucionais e regimentais de admissibilidade, determino o seu arquivamento, com base no art. 48, inciso XI, do Regimento Interno do Senado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Finalmente, recorro de ofício da minha decisão, democraticamente, ao Plenário do Senado Federal, solicitando a manifestação prévia da Comissão de Constituição e Justiça, nos termos do art. 48, inciso XI, do Regimento Interno desta Casa.

Percebe-se, pois, que o principal sustentáculo da decisão do Presidente do Senado foi o fato de que alguns dos pontos elencados no requerimento tratam de fatos que são materialmente vedados à investigação da CPI por pretenderem revolver o exercício de função tipicamente jurisdicional ou por expressar avaliação subjetiva sobre decisões tomadas no exercício da atividade-fim do Poder Judiciário. S. Exa. sequer adentrou, Presidente, a análise quanto à determinação ou não dos fatos em face dessa violação material prévia.

Não há como divergir da decisão do Presidente do Senado Federal.

De fato, a análise detida dos 13 pontos que compõem o pedido de criação da CPI do STF e dos Tribunais Superiores permite constatar a existência de três espécies de supostas violações: i) decisões eivadas pela parcialidade do julgador, eis que não atendidos os dispositivos legais que caracterizam a existência de impedimento e suspeição; ii) atribuição a membros do Poder Judiciário de atos de gestão em empresas privadas; e iiz) inconformismo com decisões judiciais devido ao tempo da tomada de decisão, à motivação, e até ao próprio mérito das decisões, entre outros fatores.

Algumas das situações elencadas são materialmente interditadas à investigação por parte das Casas Legislativas no âmbito de comissões parlamentares de inquérito por tratarem da função precípua, da atuação finalística do Poder Judiciário. Não são apenas as decisões tomadas pelo STF nas décadas de 1990 e 2000 – que forneceram as balizas contemporâneas que parametrizam a atuação das CPIs, trazidas à baila pelas manifestações da Consultoria Legislativa e pela Advocacia do Senado Federal em seu legítimo papel de aconselhamento do Presidente e dos demais membros do Senado Federal – que indicam esse entendimento. A interpretação sistemática dos princípios e regras constitucionais e normas regimentais, com base na melhor doutrina constitucional, impõe essa conclusão.

É juridicamente razoável e lógico o argumento do Presidente do Senado Federal...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – É juridicamente razoável e lógico o argumento do Presidente do Senado Federal quando aduz não ser possível sequer avaliar se as situações descritas tratam de fatos determinados, visto que incidem sobre áreas materialmente vedadas à investigação parlamentar.

Registre-se, ademais, a plausibilidade do argumento presidencial manejado no sentido da impossibilidade do "fatiamento" e o consequente deferimento parcial do requerimento pelo fato de não ser possível presumir que os 29 Senadores e Senadoras que subscreverem o requerimento objeto da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

decisão do Presidente do Senado Federal assinariam um requerimento com apenas alguns dos fatos elencados. É de todo aceitável o argumento de que a supressão de alguns pontos considerados essenciais por alguns dos Senadores e Senadoras levasse ao desestímulo pela investigação sobre os pontos remanescentes.

Nada obsta que futuros requerimentos sejam apresentados, para dar consecução ao legítimo direito das minorias parlamentares de ver instaladas comissões parlamentares de inquérito que promovam investigação no âmbito do Senado Federal.

É induvidosa e urgente a necessidade de o Poder Judiciário e seus membros, em todas as instâncias, serem efetivamente fiscalizados, avaliados e submetidos ao controle da higidez de seus atos não jurisdicionais.

Falamos não apenas da fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial de que trata o inciso IV do art. 70 da Constituição Federal. Reportamo-nos, também, ao controle da atuação administrativa do Poder Judiciário, do cumprimento dos deveres funcionais dos magistrados, da estrita observância das vedações constitucionais assinaladas nos incisos do parágrafo único do art. 95 da Constituição Federal e do cumprimento dos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, plasmados no *caput* do art. 37 da Constituição Federal.

A atuação do Conselho Nacional de Justiça, órgão criado pela Emenda Constitucional nº 45, de 8 de dezembro de 2004, tem-se demonstrado muito aquém do cogitado pelos legisladores constituintes derivados que conceberam a criação de órgão de controle administrativo apto a enfrentar os desmandos e desvios verificados no Poder Judiciário.

De outro giro, é insustentável que o Supremo Tribunal Federal, guardião da Constituição Federal e competente para julgar os mandados de injunção e as ações diretas de inconstitucionalidade por omissão, nas hipóteses em que se constata a omissão legislativa dos Poderes Legislativo e Executivo na regulamentação do Texto Constitucional, resista, passados mais de 30 anos da promulgação da Constituição de 1988, em encaminhar ao Congresso Nacional, como determina o *caput* de seu art. 93, a lei complementar que disporá sobre o Estatuto da Magistratura.

É inconcebível que a organização e o funcionamento do Poder Judiciário e o estatuto de deveres, vedações e direitos dos seus membros sejam regidos pela Lei Orgânica da Magistratura, Lei Complementar nº 35, de 14 de março de 1979, editada no período ditatorial.

Muitas das questões que transversalmente se tentam discutir no âmbito de Comissões Parlamentares de Inquérito sem lastro constitucional e muitas das denúncias cotidianamente veiculadas pelos meios de comunicação seriam adequadamente tratadas num amplo debate parlamentar sobre o novo Estatuto da Magistratura. Mas, para isso, recomendamos que o STF dê o primeiro passo e deflagre o processo legislativo respectivo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concluo esta análise apontando que o quadro de aguda crise econômica e institucional que temos enfrentado nos últimos anos impõe a todos nós muita serenidade e discernimento. Não será o esgarçamento das relações entre os Poderes, ferindo preceitos constitucionais, que conduzirá à pacificação e à superação dos gargalos institucionais identificados.

Em face do exposto, votamos pelo conhecimento e pelo desprovimento do Recurso do Senado Federal nº 1, de 2019.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradecendo ao Senador Rogério Carvalho pelo relatório, passo a palavra, neste momento, ao autor do requerimento da CPI para apesentar um voto em separado, o Senador Alessandro Vieira.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. Para voto em separado.) – Bom dia, Senadora Simone, Sras. e Srs. Senadores!

Eu peço licença a V. Exas. para fazer uma leitura *en passant* para que a gente possa focar os pontos mais relevantes, assinalando, de pronto, que não foram reconhecidos, não foram lidos, não foram tratados pelo Sr. Relator, o Senador Rogério Carvalho, o recurso e a questão de ordem que apresentamos de plano no próprio Plenário, que deveriam ter acompanhado o recurso apresentado de ofício pelo Sr. Presidente do Senado. Mas vamos suprir essa lacuna.

Essencialmente, na sessão plenária do dia 26 de março, o Presidente Davi Alcolumbre invocou o art. 48, XI, do Regimento Interno do Senado Federal e, baseado, lastreado numa manifestação da Advocacia da Casa, decidiu pelo arquivamento do requerimento de criação da CPI, devidamente assinado por 29 Senadores, argumentando que alguns dos fatos relatados – relembro a V. Exas. que eram 13 fatos relatados – não poderiam ser objeto de apuração por CPI. Segue na mesma linha o voto do eminente Relator, o Senador Rogério Carvalho.

O que chama a atenção e é indispensável que seja aqui registrado é que nem a Advocacia da Casa, nem o Presidente da Casa, nem agora o eminente Relator se habilitam a apontar que fatos são ou não são passíveis de apuração por CPI. E chama a atenção isso porque há um impeditivo lógico para você analisar fatos sem declinar que fatos são esses. É muito difícil qualquer ser humano analisar qualquer fato de qualquer natureza, que dirá jurídica, sem dizer que fato é esse. Então, que fique registrada, de pronto, essa situação!

Com base nesse ponto, ou seja, nessa análise *nonsense* de que alguns dos fatos não poderiam ser objeto de análise por CPI se faz o indeferimento e o arquivamento, alegando-se a impossibilidade de recepcionar parcialmente o requerimento.

Eu vou dedicar mais tempo a esse ponto específico, à possibilidade ou não do fatiamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu fiz juntada do voto em separado e fiz juntada do parecer jurídico do Prof. Adilson Dallari, fiz juntada de duas consultas feitas à Consultoria Legislativa do Senado, todas uníssonas no sentido da viabilidade jurídica da CPI. É uma discussão falsa. A realidade é essa e tem de ser muito bem consignada e registrada. Juridicamente não reside dúvida, não resta dúvida quanto à plausibilidade e à viabilidade, mais ainda em uma Casa que já presidiu uma CPI do Judiciário em 1999, presidida justamente pelo saudoso pai de V. Exa.

Então, alguns argumentos caem no absurdo.

Os juristas a que me referi – e dou especial destaque para o Prof. Adilson Dallari – mencionam que a decisão do Sr. Presidente Davi Alcolumbre não guarda nenhum tipo de relação, nenhum tipo de vinculação com dispositivos do Regimento, da Constituição ou do sistema processual pátrio. Não há em lugar nenhum essa previsão de que não se pode receber parcialmente um requerimento.

Isso é bastante óbvio, mais ainda para quem é da área do Direito, porque há vários princípios que instruem, que preparam, que viabilizam a análise de requerimentos. E eu posso citar rapidamente razoabilidade, efetividade, a instrumentalidade das formas e mais ainda economia processual para deixar claro e evidente que, sim, é possível receber parcialmente qualquer requerimento, mais ainda quando você vai estar homenageando a vontade manifestada pelos representantes de mais de 53 milhões de eleitores; 29 Senadores da República, apesar das imensas pressões recebidas por diversos setores da sociedade, mas mais notadamente pelo próprio Supremo Tribunal Federal, mantiveram as suas assinaturas no requerimento de CPI. Rasgar essa vontade sem sequer apontar por uma vez que fatos não poderiam ser objeto de apuração é um absurdo, é um escândalo.

Faço questão também, Presidente Simone, de deixar claro e destacado que o momento da avaliação da conveniência política não é o da CCJ; ele é o da coleta das assinaturas. Naquele momento... E faço questão de registrar, por exemplo, a palavra de pessoas como a Senadora Rose, que, preocupada com eventual problema de conflito institucional, decide não fazer a assinatura. Isso é absolutamente legítimo, faz parte do sistema político. É uma decisão concreta à qual ela responde apenas para a própria consciência e para o seu eleitorado. Aqui não. Aqui nós estamos tratando objetivamente da possibilidade ou não de se recepcionar o requerimento em parte.

Então, nesse sentido – eu faço questão de avançar para não tumultuar mais ainda o entendimento dos colegas –, não há por que residir dúvida. Aquilo que é genericamente aquilatado como manifestação jurisdicional pelo parecer da Advocacia da Casa, pelo Presidente Davi e agora pelo Relator Rogério Carvalho avança ao nível do absurdo de elencar nessa categoria prestação jurisdicional a denúncia de recebimento de propina.

Dois dos itens apontados dos 13 itens relacionados no requerimento apontam objetivamente para menções em objeto de delação premiada de recebimento de propina por Ministro. Se recebimento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de propina virou prestação jurisdicional, a democracia brasileira acabou. Então, essa tática de tumultuar tudo, misturar tudo em um saco só para criar uma falsa impressão de inviabilidade jurídica, ela não deve prosperar.

Mais ainda... Aí eu puxo aqui, muito rapidamente, uma menção feita pelo Ministro Joaquim Falcão, em artigo publicado na *Folha de S. Paulo*, agora, no dia 9, muitíssimo oportuno. Diz o Ministro – eu não vou ler todo o artigo:

> A tática de alguns Ministros [ele se refere a Ministros do Supremo Tribunal Federal], a minoria, é sempre a mesma. Quando não cumprem e politizam os prazos processuais e ferem o Regimento do próprio Supremo; quando sentem medo, com o avançar das investigações por parte da mídia, das redes sociais, do Ministério Público, da Receita Federal [e eu abro aqui o espaço, deste Senado da República]; quando veem vídeos, fotos que expressam ligações perigosas com réus e interessados em seus votos, eles usam sempre a mesma tática: tentam transformar a crítica, a desaprovação social e jurídica do seu comportamento individual em ameaça ao Supremo. Não é. Tentam confundir o joio com o trigo, o Ministro com a instituição. Ministro não é Supremo. Comportamento de Ministro não é comportamento de Supremo.

Isso deve ser evidenciado, Sra. Presidente, porque nós temos um momento histórico no Brasil, onde nós temos possibilidade real de fazer avançar a nossa democracia. E fazê-la avançar seguindo estritamente aquilo que reza a nossa Constituição. Não é preciso inventar, não é preciso inovar, muito menos é necessário convocar o sargento e o cabo num jipe, uma manifestação tola que virou meme, que virou, enfim, registro. Nada disso é necessário, basta que esta Casa cumpra sua missão constitucional, faça aquilo que – de novo citando – o falecido Senador Ramez Tebet disse, ao presidir os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito chamada CPI do Judiciário, em 1999:

> CPI não é um poder inquisidor, mas existe para apurar fatos determinados. Vamos trabalhar com firmeza e investigar a fundo. Se forem apuradas irregularidades, estas serão enviadas ao Ministério Público para as providências. Não se deve ter receio de conflito entre os Poderes. Esta Comissão [este Senado] existe para defender a cidadania. A mais bela construção da democracia é [justamente] a independência entre os Poderes, que devem cumprir as suas funções.

Uma das funções constitucionalmente garantidas para o Senado da República é a de fiscalizar. Em extremo, processar e punir Ministros do próprio Supremo Tribunal Federal, porque senão, não se admite, numa efetiva república democrática, pessoas que se coloquem absolutamente acima, absolutamente fora do alcance de qualquer medida de fiscalização, de qualquer alcance da lei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse sentido, colegas e pessoas que nos acompanham, o voto que é apresentado e já está juntado, é no sentido de que seja acatado o recurso e que seja recepcionado o requerimento de CPI, exigindo-se da única figura que tem poder para isso, que é o Presidente do Senado, que se apontem que fatos supostamente podem ou não podem ser objeto de apuração da CPI. Fora disso, estaremos fazendo apenas um teatro, e um teatro destinado a manter tudo no pior estado em que se encontra. Eu tenho certeza de que não vamos compactuar com isso.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço ao autor pelas manifestações e pelo voto em separado.

Nós não temos mais votos em separado. Portanto, nós passaremos à discussão da matéria.

Pela ordem de inscrição, temos aqui os primeiros sete inscritos: Senador Kajuru, Senador Amin, Senador Marcio Bittar, Senadora Selma, Senador Fabiano, Senador Lasier e Senador Major Olimpio.

Então, com a palavra... E Humberto Costa como o oitavo inscrito.

Com a palavra, nesse momento, o Senador Kajuru, para suas considerações.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO. Para discutir.) – Obrigado, Presidente Simone Tebet. Em função da importância, decidi que minhas 30 redes sociais com mais de 57 milhões de acessos mensais transmitissem este momento importante para o País. E aqui deixo claro que não vou emitir juízo de valor, não vou interpretar o motivo pelo qual cada um aqui se manifestar, respeitarei o voto e a decisão de cada colega, porque para discordar eu jamais desqualificarei qualquer companheiro, companheira, amigo ou amiga deste Senado.

Faço uma lembrança porque os tenho como heróis da resistência, já que ninguém chegou até mim e pediu para que retirasse a assinatura – eu fui o primeiro a assinar quando o Senador Alessandro levou a mim e até tiramos uma foto –, então, ninguém veio pedir para que eu retirasse a assinatura, mas eu falei publicamente – talvez até os colegas queriam que eu não falasse –, mas é meu jeito jornalístico. Então, são heróis da resistência deste País Senadores como a Juíza Selma Arruda, a Senadora Soraya e o Senador Telmário Mota, porque se esses três aceitassem retirar suas assinaturas – eram 29, ficariam 26 –, nós não estaríamos aqui hoje, ou seja, a CPI da Toga cairia ali mesmo com a retirada de três assinaturas, que foi a tentativa desta Casa. Então, parabéns a esses três colegas e a outros que devem ter sido procurados, mas, como não disseram a mim, eu não usei...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – ... o Senado, esta Casa é o Senado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Tentou. Se V. Exa. achar que eu minto – porque para mim, quem mente também rouba –, pergunte aos três de quem eu citei os nomes se é verdade ou mentira minha.

Hoje, ao contrário de outras 14 vezes que subi à tribuna, não vou usar argumento próprio para defender a instalação pelo Senado da CPI da Toga – e eu não falo, Presidente, CPI Lava Toga, porque "lava" já é julgamento, eu prefiro, então, usar CPI da Toga... Investigar os Tribunais Superiores e vou tomar aqui, diferentemente do Senador Alessandro, vou tomar na íntegra emprestadas as palavras de um mestre em Direito e Doutor com louvor, não sem antes deixar já antecipado que conclamo, propago e amo aprovar a instalação desta CPI. E se a única pessoa deste mundo a quem eu nunca desobedeci, merendeira de grupo escolar, Dona Zezé, fosse viva, descesse na Terra e pedisse para que eu votasse contra a instalação da CPI da Toga, eu ia dizer: "Mamãe, por enquanto rompo com a senhora. Daqui a alguns dias voltaremos a falar e pela primeira vez vou desobedecer".

As palavras:

> A tática de alguns ministros, a minoria, é sempre a mesma. Quando não cumprem e politizam os prazos processuais e ferem o regimento do próprio Supremo. Quando sentem medo com o avançar das investigações por parte da mídia, das redes sociais, do Ministério Público e da Receita Federal. Quando veem vídeos e fotos que expressam ligações perigosas com réus ou interessados em seus votos.
> Usam sempre da mesma tática. Tentam transformam a crítica, a desaprovação social e jurídica de seu comportamento individual em ameaça ao Supremo. Não é [assim]. Tentam confundir o joio com o trigo. O ministro com a instituição. Ministro não é Supremo. Comportamento de ministro não é comportamento do Supremo.
> Essa tática é o desdobrar da patologia de que existem 11 supremos. É o avanço do Supremo monocrático. Do Supremo das liminares. Da “ministrocracia”. Ignora o plenário. Hoje, o perigo do ativismo judicial não é o das suas decisões. Mas o do comportamento de alguns ministros.
> O CNJ, com Nelson Jobim e Ellen Gracie, acabou com o nepotismo na magistratura. Agora cria-se outro: o nepotismo processual. O STF usa de recursos financeiros e do trabalho do ministro Alexandre de Moraes e de colegas para abrir inquéritos para apurar denúncias contra parentes dos ministros. Parente de ministro não é parente do Supremo. E se Moraes constatar que algumas denúncias procedem? [Pergunto:] Ele atuaria contra o parente? Ministro contra ministro? [Pergunto.]

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> Sem essa hipótese, não há a imparcialidade do devido processo legal. E se for em segredo de Justiça agrava a insegurança jurídica e a instabilidade econômica. Evitar dependerá do jovem ministro.
> Aliás, qualquer ministro indicado pela Presidência da República deveria se comprometer com a permanente divulgação de seus rendimentos, bens, sociedades e atividades. E de seus parentes até o segundo grau. Isso, sim, defende o Supremo.
> Ao se conceder este autopoder, o ministro Dias Toffoli surpreendeu o Brasil. [Pois...] Se tivesse comunicado antes aos colegas, dificilmente o faria. Sinalizou, com razão, o ministro Marco Aurélio Mello.
> Vejam o constrangimento de muitos dos ministros. Toffoli anunciou seu autopoder em sessão de julgamento. Buscava audiência da TV e das redes sociais. Deveria ter sido em sessão administrativa. Não estava na pauta. Fez logo um [entre aspas] "carinho preventivo" [fecho aspas], dizendo que seu ato não tinha a ver com liberdade de imprensa e comunicação. Tem, sim [Ministro]. São incompatíveis. A democracia precisa do Supremo. Não se fecha o Supremo com um sargento. Infâmias, injúrias e difamações precisam ser apuradas e punidas, mas existe regra para tanto.
> Vejam a situação do ministro Edson Fachin, relator de ação da Rede Sustentabilidade contra este autopoder. O regimento do Supremo concede ao presidente o direito de defendê-lo contra "infrações à lei penal ocorrida na sede ou dependência do tribunal". É um poder de polícia com limite físico: ocorrida na sede ou dependência.
> Na resposta a Fachin, [Dias] Toffoli, com certeza, equivocou-se. Interpretou sede e dependência, que é uma limitação ao autopoder absoluto, com jurisdição, que é uma ilimitação. Ou seja, a sede do Supremo seria o Brasil. O Brasil seria uma dependência do Supremo.
> Defender o Supremo é defendê-lo da tática de transformar a crítica ao comportamento individual do ministro em ameaça ao Supremo. Defender o Supremo é seguir Ulysses Guimarães. Primeiro cumpre-se sua decisão. Depois discorda-se. Se for o caso.

O autor do artigo que acabo de ler é Joaquim Falcão, advogado, escritor e professor titular da Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getúlio Vargas, mestre em Direito pela Universidade Harvard e Doutor em Educação pela Universidade de Genebra. Ele já integrou, Presidente Simone, o Conselho Nacional Justiça.

Concluo. Conclamo, propago e amo votar pela instalação da CPI da Toga, e não uso a palavra "lava". E assim faço em homenagem à Pátria amada em sua maioria absoluta e pelas honras históricas de seu pai, Senador Ramez Tebet.

Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, eu que agradeço, Senador Kajuru.

Pela ordem de inscrição, com a palavra, o Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para discutir.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu vou ser mais conciso, porque olhei aqui no Plenário e sou o único contemporâneo do Presidente da CCJ, meu querido e saudoso amigo Ramez Tebet. Então, eu começo...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE. *Fora do microfone*.) – Eu também sou.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não, contemporâneo aqui. Quando ele era Presidente da CCJ, V. Exa. era Governador.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Então, somos.

(*Intervenções fora do microfone.*) (*Risos.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Com isso, a Rose de Freitas, passa a ser exceção, porque a comunidade do lado oriental do Rio Jordão é maioria.

Então, eu queria iniciar pela frase que o Senador, aliás, os dois Senadores, tanto o Alessandro, quanto o Kajuru Nasser, proferiram. Quero dizer que esta fábula de conflito entre Poderes, de insulto a um Poder, essa fábula tem que ser desmanchada. E ela talvez tenha sido um mal-entendido decorrente de uma frase que ainda não foi explicada: "mexeu com um, mexeu comigo". Não é assim.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. *Fora do microfone*.) – Mexeu com todos.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Mexeu com todos.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Mexeu com todos; comigo por extensão.

E por isso eu vou remontar a um episódio só. Se houvesse esse impedimento – e essa é a minha divergência com o voto do Relator, aliás, muito bem elaborado... Minha divergência é com o item 12 do arrazoado apresentado pelo Presidente da Casa, em que ele diz que o recebimento parcial, citado no seu voto, no item 12 da sua manifestação, e com o entendimento do próprio Relator expresso na terceira página, no terceiro parágrafo, quando ele se refere, resumidamente, à vedação, por exemplo, em face do que estabelece o art. 44, *caput*, da Constituição Federal: "compõe o Congresso Nacional [...]; às atribuições do Poder Judiciário [...]".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, no caso, com essas duas referências, eu quero inclusive apresentar a razão pela qual assinei e a razão do meu voto aqui. Eu disse ao proponente, Senador Alessandro, que não assinaria requerimento que não se compadecesse com o art. 58, III, da Constituição Federal, que exige fato determinado. E acho que... Eu sei qual vai ser a decisão aqui da Comissão de Justiça. Eu serei voto vencido. E não quero insultar nem aceito insulto de ninguém, porque a minha posição é muito serena, não é contra instituição alguma, muito menos contra a nossa. Eu acho que é uma decisão equivocada lastrear um voto contrário à instituição desta CPI porque ela extrapolaria o alcance de uma CPI. Nós podemos ter outra natureza de voto, até o voto da prudência, da decisão política, que também é respeitável, assim como, conforme o próprio autor mencionou, quem se absteve de assinar – e eu não vou mencionar nome nenhum – por qualquer questão da sua consciência, porque cabe a cada qual responder pela sua. Mas a Casa tomar a decisão de que não cabe instituir CPI por esse motivo, essa é uma decisão que fragiliza esta instituição. Ela não contemporiza, ela fragiliza.

E deixo aqui assinalado o seguinte: se o Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal e se a Lei Orgânica, que deve ser atualizada... Aliás, é muito oportuna a advertência feita pelo Relator, que diz que a Lei Orgânica da Magistratura, Lei Complementar 35, deve, merece ser atualizada e que a iniciativa compete ao Supremo. Mas, se é possível que uma lei complementar aprovada pelo Senado e pela Câmara, enfim, pelo Congresso, e sancionada pelo Presidente da República, como é o caso da Lei Complementar 157, que envolve interesses econômicos desses quatro mil prefeitos que estão aqui... Por uma decisão monocrática liminar, sem prazo, o dinheiro do Imposto sobre Serviços (ISS) e o dinheiro dos planos de saúde, dos cartões de crédito e de fundos de investimento está indo para seis Municípios do Brasil. Isso está sendo feito por uma decisão monocrática! E não é prestação jurisdicional; é a negação da prestação jurisdicional. É a negação! Prestação jurisdicional é outra coisa. Na prestação jurisdicional, o Supremo diz: "É inconstitucional. Nós respeitaremos". É como disse Ulysses Guimarães: "Recorreremos enquanto for possível e cumpriremos a decisão". Ninguém aqui pensa em outra coisa. Agora, ao prolatar uma decisão dizendo qual é a inconstitucionalidade, o Supremo vai até nos orientar: "Olha, isto aqui é que está errado". É a não prestação jurisdicional que é o caso.

Digo isso sem falar em questões que eu não mencionei como razões. É o caso do meu Estado. Nós temos uma ação cível originária, Senador Jorginho Mello, datada de 4 de outubro de 1991, que envolve o direito dos nossos dois Estados, Senador Oriovisto. É claro que o senhor tem um partido e que eu tenho outro! O Ministro Edson Fachin tem outro partido. Ele era o Procurador do Estado quando a lide começou – tudo isso é respeitado – e se declarou impedido. Agora, o que não tem propósito é que, 28 anos depois – são 28 anos! –, cada sessão seja postergada, tornando claro aquilo que Ruy Barbosa falou: "Justiça tardia é injustiça."

Então, alguma coisa tem que ser feita. Pode haver outro caminho, e eu concordarei com outro caminho, mas assim não é democracia. A democracia é o sistema de pesos e contrapesos. Nós temos aqui o contrapeso da opinião pública, que, às vezes, é enviesada por justiça ou injustiça, mas que atua.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Agora, nós estamos tratando de assuntos que não têm contrapeso. Se a decisão do Senado for nesse sentido lastreada por esse princípio, nós estaremos fragilizando, na pior das hipóteses ou na hipótese mais modesta, um contrapeso que a Constituição brasileira estabeleceu.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu que agradeço, Senador Esperidião Amin.

Com a palavra, pela ordem de inscrição, o Senador Marcio Bittar.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC. Para discutir.) – Senadora Simone, em determinados momentos da vida a gente percebe que está ficando velho. Eu estava ouvindo aqui vários colegas citarem o nome do Senador Ramez Tebet e talvez desta reunião o único que tenha votado na chapa Dr. Wilson Barbosa Martins e Ramez Tebet, em 1982, tenha sido eu, porque eu acho que a própria Senadora Simone não tinha idade ainda para fazer esse voto e também o Senador Nelsinho não deveria ter idade. E aí eu me pego vendo que se passaram muitos anos.

Com todo respeito que merece o Senador Alessandro, proponente da ação... Prestei bastante atenção na sua argumentação, quando o argumento é que, neste momento, não se deve politizar a decisão, mas aqui perceber se ela é constitucional ou não. Como percebi também a argumentação do Senador Esperidião Amin, que disse, com o que concordo, que é praticamente impossível dissociar uma decisão apenas por esse prisma. E, lógico, prestei bastante atenção no voto do Relator.

Preciso iniciar dizendo que tenho quase 35 anos de militância política. Já fui Deputado Estadual, já fui Deputado Federal pelo PSDB, o segundo mais votado do País. No último mandado de Federal, ocupei a Primeira-Secretaria da Câmara Federal, que administra, de fato, diferentemente do Senado, o orçamento da Câmara, que hoje deve estar em torno de R$7 bilhões – e, graças a Deus, não respondo a nenhum processo, não tenho nenhum inquérito instaurado, o que me honra, sem fazer prejulgamento de quem quer que seja. Mas só para dizer que a minha opinião e o meu voto ou a não assinatura no requerimento têm razões claras, das quais eu não tenho vergonha.

Escutei por muito tempo, assim como disse o Senador Kajuru, que Senadoras e Senadores foram procurados para retirar assinatura – nisso não há nenhuma ilegalidade, não pesa nisso nenhuma objeção; é do jogo da democracia –, assim como vi muitos colegas atestando basicamente que, como a opinião pública é a favor da CPI, então isso obrigaria ou deveria obrigar que os Senadores assinassem a CPI, como ouvi vários dizendo: "Quem não assinar, vai ter de se haver com as bases". É óbvio. E contra isso eu disse várias vezes que nem sempre a maioria está com a razão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na Bíblia há casos clássicos, mas, para quem não é cristão, há outros tantos: Nelson Mandela na África do Sul, quando impediu que a maioria negra fosse à revanche com a minoria branca. Além de lembrar que os maiores ditadores e facínoras da humanidade no século passado tiveram no seu a adoração da sua gente: Hitler, na Alemanha; Mussolini, na Itália; Stalin, na União Soviética; e Mao Tsé-Tung, na China, por exemplo. Portanto quero dizer que, acima de tudo, o que deve pautar o voto do Senador, penso eu, é a sua consciência.

E, aí, nobre Relator, compreendo a linha de argumentação que aponta no sentido da inconstitucionalidade, mas o meu voto contra a CPI não é, com todo respeito, por essa linha de argumentação. Eu entendo que o Brasil que herdamos... E, por favor, colegas do PT, do PCdoB, não quero dizer que foi uma herança apenas dos últimos quatro ou oito anos, mas o fato é que o Brasil que herdamos está numa crise gravíssima de falência da União, dos Estados e dos Municípios.

A segurança pública, no País, está em absoluto frangalho. Ninguém mais tem segurança de nada. E essa herança precisa ser combatida. Eu quero afirmar que o meu compromisso, ao vir para esta Casa, é com esta pauta, que para mim é a pauta que o Brasil precisa enfrentar: a reforma da previdência, a reforma tributária, o pacote... Porque não se resolve a questão da falência da segurança pública apenas com endurecimento de leis, mas é também com endurecimento de leis, que passa por esta Casa. E entendo que a instalação de uma CPI nesse momento inverteria toda a pauta deste País. Ela paralisaria aquilo que eu entendo que seja a prioridade do País.

Também quero ressaltar que concordo com o diagnóstico. E me perguntavam, na campanha: "Você não acha que há excessos no Poder Judiciário?" Lógico que há. Senão por várias razões, eu dizia uma: são compostos por homens e mulheres, da mesma lavra dos Senadores e Deputados Federais. Portanto, qualquer órgão feito por homens e mulheres tem excessos, e eles precisam ser coibidos.

Além dos casos citados, eu quero mencionar a prisão preventiva. O segundo maior bem que o homem tem – o primeiro é a vida – é a liberdade! Cada um de nós aqui conhece vários casos. Eu conheço casos de pessoas que passaram mais de um ano e meio presos e não há processo. Não há uma denúncia formal. Então, é lógico que há excessos e eles precisam ser coibidos.

Converso – cada um de nós aqui conversamos – com vários prefeitos. Ninguém aguenta mais o Ministério Público, que praticamente governa no lugar dos prefeitos. Mas, feito o diagnóstico correto, não creio que este seja nem o instrumento e nem o momento adequado para fazermos essa correção.

Por isto, por entender que em determinados momentos você precisa mais do que tudo agir com a sua consciência, é que eu não assinei o requerimento da CPI, com todo respeito, e vou acompanhar o parecer do Relator.

Queria fazer algumas ressalvas, Senadora, ao Senador Rogério, ao Senador Humberto, ambos do PT, que disputaram o primeiro e o segundo turnos contra o Presidente eleito, e que mesmo assim

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

poderiam colocar mais lenha na fogueira, porque eu entendo, diferentemente do próprio Governo, que a CPI paralisaria a agenda do Governo. E, mesmo assim, esses Senadores que eu menciono merecem todo o meu respeito – já mereciam, mas mais ainda, e eu preciso nominar – porque, mesmo sendo adversários políticos, pronunciaram-se, e não foi escondido, mas abertamente, contra o momento inoportuno para esta CPI.

Como também quero nominar o Senador Tasso Jereissati e o Senador Anastasia, que não se encontra aqui, e, em nome deles, parabenizar aqueles que, sendo adversários políticos, não fazendo parte da base do Governo, ao contrário, sendo adversários, levantaram suas vozes, não tiveram medo da maioria da opinião pública e tiveram coragem de se posicionarem publicamente dizendo que este momento não era ideal para essa CPI.

Senador, eu faço essa homenagem, porque assisti inclusive da minha casa a V. Exa. não só não se escondendo como se apresentando perante a mídia nacional para dizer da sua opinião, que é a mesma minha.

Então, com todo respeito àqueles que assinaram, que propuseram, eu quero ressaltar também a grandeza e o destemor desses Senadores que eu menciono. Em nome de V. Exas., menciono todos os outros que não foram pela maré...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – ... que não foram como surfistas, que não foram como folha seca ao vento, que vai para onde o vento sopra melhor.

Então, Senadora, essas eram minhas observações. No nosso Partido MDB houve uma coincidência, ligaram-me do *Estadão*, enfim, algum repórter querendo entender se o fato de os Senadores todos do MDB não terem assinado seria algum acordo, algum pedido. Eu disse: "Olha, se houve algum acordo ou pedido, ele foi tão escondido e secreto que eu não tomei conhecimento, porque a mim ninguém veio pedir nada".

E, por final, eu quero ressaltar a posição do Presidente da República.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Art. 14, fui citado.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – Elogiosamente, meu "brimo". A única divergência que nós temos é que ele ataca muito Israel, e eu acho que naquele meio mundo que há lá, com todos os defeitos que todos os países têm, é o país mais democrático e mais evoluído daquela região.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – O resto é uma teocracia danada.

Então, para terminar, quero ressaltar, Sra. Presidente, que diferentemente de ao que nós já assistimos na Câmara e em notícias no Senado, quero ressaltar como o Presidente da República e o Governo se ausentaram. Se têm alguma opinião, ausentaram-se dela, tanto que o Major Olímpio...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – ... Senador da República, mais as nossas duas Senadoras queridas do PSL assinaram o pedido de requerimento. Mas acho que eles estavam equivocados.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada. Agradeço ao Senador Marcio, peço desculpas a V. Exa. e aos demais colegas. São muitos os oradores inscritos, nós temos uma pauta extensa além da votação deste requerimento. Eu vou ser – como estou sendo – rigorosa em relação ao tempo, nenhum minuto a mais, por favor. São dez minutos, e acho que é o tempo necessário. Temos o Plenário também, a tribuna do Senado para externar as nossas opiniões e manifestações.

Então, em respeito os colegas que se inscreveram também mais ao final, eu serei rigorosa em relação ao tempo.

Com a palavra para suas considerações, Senadora Juíza Selma.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT. Para discutir.) – Bom dia, Sra. Presidente; bom dia, colegas Senadores! Eu aqui gostaria de ratificar minha manifestação já feita em Plenário em apoio à instauração dessa CPI, não apenas por ser conhecedora do nosso Poder Judiciário, mas por entender que os pedidos são tecnicamente perfeitos, os fatos arrolados pelo Senador autor da proposição são muito diferentes do que se entender que isso esteja, de uma forma ou de outra, interferindo no entendimento jurídico de qualquer magistrado. Só quem julga é que sabe quando você profere uma decisão escondendo interesses pessoais, ou quando você profere uma decisão coerente com todas as outras decisões que você dá no mesmo sentido e, neste caso, então, apenas expressando o seu ponto de vista, a sua interpretação judicial.

Eu gostaria – porque eu sempre sou muito breve nas minhas falas, Sra. Presidente – apenas de fazer a seguinte pontuação. Veja bem, o art. 48 da nossa Constituição Federal diz o seguinte: "Cabe ao Congresso Nacional [Senado e Câmara], com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49 (...)."

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Desculpem.

> Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:
> .....
> X - fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta;

Ora, se nós podemos controlar e fiscalizar os atos do Poder Executivo, por que não podemos fazer a mesma coisa com os atos do Poder Judiciário quando há expressa disposição a esse respeito? Então, o Executivo é o único Poder, fora o Legislativo, que é fiscalizável? Nós temos um Poder intangível? O Poder Judiciário é inatingível? Não se pode admitir uma situação dessas.

Nós temos aqui, Sra. Presidente, outro dispositivo que eu gostaria de citar também que é o art. 52, inciso II – óbvio que ele já foi citado aqui exaustivamente, inclusive pelo autor do pedido de instauração de CPI –, que diz expressamente:

> Art. 52. Compete privativamente ao Senado Federal [apenas a nós Senadores]:
> .....
> II - processar e julgar os Ministros do Supremo Tribunal Federal, os membros do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, o Procurador-Geral da República e o Advogado-Geral da União nos crimes de responsabilidade;

Ou seja, quem pode o mais pode também o menos.

Apenas para finalizar a minha pontuação aqui, no art. 58 da mesma Constituição Federal, §3º, temos que:

> Art. 58.
> .....
> §3º As comissões parlamentares de inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos nos regimentos das respectivas Casas, serão criadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado (...)

Então, nós temos, na CPI, inclusive poderes próprios das autoridades judiciais. Nada mais justo, reto e coerente que se instaure esta comissão parlamentar de inquérito.

E vou dizer mais aqui para vocês. Hoje, Senador Kajuru, Senador Alessandro, Senador Esperidião Amin, lá na minha cidade, em Cuiabá, Mato Grosso, eu estou sob julgamento, em uma AIJ, em que sou acusada de irregularidades eleitorais. Estou sendo julgada hoje, tranquilamente, porque o Estado tem todo o direito de me investigar e de me julgar. Se eu não concordar com o resultado, eu recorro, mas eu não posso ingerir contra o direito que o Estado tem de me investigar e de me julgar. Se eu não posso, não serão os intocáveis que poderão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu deixo apenas esse registro, senhores, no sentido de que nós mantenhamos a dignidade do Senado, que nós não nos acovardemos e que nós efetivamente, sem nenhuma paixão, sem nenhuma caça às bruxas, sem nenhum prejulgamento, mas que nós possamos pelo menos investigar o que está por trás de tantas denúncias que cotidianamente vêm à mídia e vêm ao povo brasileiro. Nós não estamos aqui para jogar para o povo, não, para jogar para a mídia; nós estamos aqui para fazer o que é certo. Nós não podemos nos furtar dessa nossa obrigação.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Juíza Selma. Nós é que agradecemos à Senadora.

Com a palavra o Senador Fabiano Contarato.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES. Para discutir.) – Obrigado, Sra. Presidente.

Eu quero agradecer e confesso que hoje me fez lembrar Platão, quando ele diz que a sabedoria está na repetição. As eleições de outubro de 2018 deram um recado muito claro: a população está cansada dos mesmos com os mesmos resultados. Será um retrocesso se este Senado Federal não admitir sequer a possibilidade de instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito que, diga-se de passagem, tem fato determinado e não tem o objetivo de condenar ninguém, porque, a teor do que determina o art. 58, §3º, da Constituição Federal, apenas vai apurar e, havendo indícios suficientes, vai remeter àquele que constitucionalmente é o guardião, é o *dominus litis*, é o *custos legis* da ação penal, que é o Ministério Público, a teor do que determina o art. 129, I, da Constituição Federal.

Então, eu não posso falar que 210 milhões de brasileiros estão surfando em qualquer água. Eu tenho de dizer que nós, Senadores, Deputados Federais, Deputados Estaduais, Prefeitos, nós fomos eleitos pela maior demonstração de cidadania que é o sufrágio universal através do voto. E todo o poder emana pelo povo e é exercido por nós, seus representantes. Nós não podemos ficar calados e não dar voz a 210 milhões de brasileiros, que clamam, sim, por essa CPI, porque essa CPI não é caça às bruxas.

Senador Alessandro Vieira, eu tenho orgulho de dizer que eu assinei duas vezes e assinarei tantas quantas forem necessárias, como assinei o pedido de *impeachment*, porque ninguém está acima da lei. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário – isso é uma premissa constitucional – são independentes, mas são harmônicos entre si. No entanto, nenhum deles pode-se sobrepor à espinha dorsal de um verdadeiro Estado democrático de direito, que é a Constituição Federal; nenhum deles. Tanto é que, como muito bem falou a Senadora Selma Arruda, se nós temos competência para julgar Ministros, se nós temos competência para apurar atos do Executivo, por que não termos competência para instaurar uma simples comissão parlamentar de inquérito?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a minha fala aqui é: eu não quero decepcionar os milhões de capixabas; eu não quero decepcionar os 210 milhões de brasileiros que clamam e têm sede de um processo democrático. Porém, não existe nenhum processo democrático que se sedimente se o terreno for arenoso. Nós temos que dar sustentação em cima de um comportamento ético e moral para, depois, sim, vir aqui a Constituição Federal; acima de qualquer artigo citado hoje aqui, nós termos um comportamento ético, nós termos um comportamento moral, nós termos uma voz da população, uma voz de desdentados, de desvalidos, de sem vez, sem voz, sem dignidade, sem saúde, sem educação, sem habitação, com um salário mínimo que é uma miséria, uma desigualdade social. E ninguém está acima de ninguém. Nenhum Poder se sobrepõe a outro. Os Poderes são independentes e harmônicos, mas todo poder é investido pelo povo, e nós fomos eleitos pelo povo. Agora, com todo o respeito, os ministros não foram eleitos pelo povo. Por isso que eu morro defendendo que tem de haver mandato para ministros com prazo de validade, como há aqui para Senado, como há para a Câmara.

Agora, eu faço um apelo aos Senadores: deixem as suas convicções, talvez interesses, com todo o respeito, e deem voz a esses 200 milhões de brasileiros que querem não caça às bruxas, querem apenas a possibilidade de se instaurar uma comissão parlamentar de inquérito e apurar. Não havendo nada, quem nada deve nada teme! Por que, para um ladrão de bicicleta, como muito bem se disse, o processo penal fica dormindo eternamente em berço esplêndido? Por que as prisões preventivas, as prisões cautelares são lançadas a todo momento? Por que no Brasil se criminaliza a pobreza? Por que aqui, nesta Casa, nós criminalizamos os funcionários terceirizados? Por que aqui, nesta Casa, onde nós deveríamos dar o exemplo da igualdade, nós temos elevadores exclusivos para Senadores? Por que aqui, nesta Casa, que é a Casa do Povo, os terceirizados passam por detectores de metais? É preciso fazer essa faxina moral aqui, para depois, sim, começar a falar: eu tenho orgulho de dizer que sou Senador da República pelo Estado do Espírito Santo não só para atuar nos interesses da população capixaba, mas da população brasileira, a essa população que não tem voz, porque, se você traçar um perfil socioeconômico, um perfil sociológico da representação, tanto na Câmara Federal quanto no Senado, você vai chegar à triste conclusão de que, infelizmente, nós não temos uma representação da população menos favorecida. Basta você olhar aqui quantos Senadores negros nós temos, quantos mulheres nós temos, quantos das minorias... E nós temos um comportamento que viola direitos de minorias, viola as terras indígenas, viola o direito humano essencial, que é saúde, é educação pública. E nós não podemos ter poder para autorizar uma CPI?

Ah, minha gente, eu não quero sair desta Comissão... Eu quero sair com a cabeça erguida, eu quero olhar para cada cidadão brasileiro e falar: "Podem contar comigo incondicionalmente."

Está escrito no nosso Hino Nacional: "Verás que um filho teu não foge à luta". E nós não podemos fugir a essa luta, nós temos que dar uma resposta. Essa resposta tem que ser pela aprovação, com louvor, do voto do ilustre colega Senador Alessandro Vieira, ao qual eu, mais uma vez, rendo aqui

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

minhas homenagens pelo seu brilhantismo, pela sua hombridade, pelo seu caráter, pela sua coragem de enfrentar esse tema. E já passou da hora – nem falo que está na hora – de enfrentarmos esse tema!

Essa discussão passa pelo Senado Federal. Nós somos 81 Senadores. Já iniciei aqui o meu mandato, confesso, com vergonha, no primeiro dia, quando da eleição do Presidente desta Casa com 82 votos. Por aí você já vê!

Pelo amor de Deus, vamos dar uma resposta! Essa resposta não é por onda, não é por imediatismo, não é pela caça às bruxas. Essa é uma resposta que está na Constituição. O Senado Federal tem competência para instaurar uma Comissão Parlamentar de Inquérito.

Finalizo, citando Thiago de Mello: nós não temos caminho novo; o que temos de novo é o jeito de caminhar. E temos um jeito de caminhar que obedece à Constituição Federal, que diz que nenhum Poder é melhor que outro e que ninguém está acima de ninguém.

Concluindo, voto acompanhando o nobre proponente Alessandro Vieira.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu é que agradeço.

Com a palavra, pela ordem de inscrição, o Senador Lasier Martins.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS. Para discutir.) – Muito obrigado, Presidente Simone.

Srs. Senadores e Senadoras, desde logo, quero dizer que estou entre aqueles que entendem ser inevitável e imprescindível essa CPI da Toga.

Quero trazer de volta uma menção muito oportuna do nosso Relator do voto em separado, o Senador Alessandro, invocando uma magistral lição aplicada na CPI do Judiciário ainda em 1999, que se adapta perfeitamente à situação que estamos vivendo. Disse Ramez Tebet, Presidente daquela Comissão, da CPI do Judiciário, em 1999:

> A CPI não é um poder inquisidor, mas existe para apurar fatos determinados. Vamos trabalhar com firmeza e investigar a fundo. Se forem apuradas irregularidades, estas serão enviadas ao Ministério Público para as providências. Não se deve ter receio de conflito entre Poderes. Esta Comissão existe para defender a cidadania, a mais bela construção da democracia, e a independência entre os Poderes, que devem cumprir as suas funções.

Vivemos a mesma situação, Presidente. Estamos diante de um Poder que, em si, continua respeitado e respeitável, mas que possui integrantes, felizmente poucos, que não merecem o nosso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

respeito. E é por isso que estamos testemunhando as mais estrepitosas manifestações de clamor popular nas ruas e praças do Brasil. O povo brasileiro, que determinou mudanças na política brasileira, quer que se revise o Judiciário, com ênfase, em particular, no Supremo Tribunal Federal, que é o que nós devemos fazer.

A legislação aplicável já foi muito bem invocada aqui pela eminente Senadora Selma. Eu apenas me permito acrescentar o art. 48 do Regimento Interno, inciso XI, que diz que cabe recurso. Portanto esta decisão nossa de agora aqui nesta Comissão não é definitiva. Daqui caberá recurso para o Plenário do Senado, que é onde nós, na verdade, vamos decidir.

Quanto ao mérito, Srs. Senadores, está se criando uma confusão nessa discussão, um impasse com relação ao cerne, ao fulcro deste debate, quando se diz que há uma tentativa de invasão ao poder jurisdicional do Judiciário. Não é nada disso. Nós respeitamos os juízos pessoais dos eminentes julgadores. Com o que não concordamos é que eles cometam infrações. Inclusive há denúncias no requerimento do Senador Alessandro de caso de propinas para juízes ou Ministros. Nós vamos fechar os olhos para esse caso? Nós vamos nos omitir? É impossível que isso aconteça.

Portanto, há que se distinguir, porque há o visível desencontro entre o que é jurisdicional e o que é infração técnica, infração à legislação de alguns julgadores, entre outros tantos casos: quando não se dá por impedido, quando o Ministro não se dá por suspeito e mantém relações perigosas. Nós temos casos de relações perigosas; por isso é preciso investigar, e só se vai confirmar isso investigando. Por isso é indispensável investigar. Por outro lado, há os tantos casos citados e repetidos pelo requerente, Alessandro. Há esse desencontro ao qual eu devo dar toda ênfase.

Por outro lado, invoca-se aqui o argumento de que se poderá paralisar o País, poderá paralisar a reforma da previdência. Ora, o trabalho da previdência é lá na outra Casa. Nós, aqui, temos todo o tempo para desenvolver a CPI do Judiciário. Se há no momento a reforma da previdência, daqui a pouco virá a reforma tributária, daqui a pouco virá a reforma política e, aí, vai se empurrando com a barriga, vai se protelando, e jamais haverá esta investigação. Portanto, é hora de procedermos a essa investigação pelos tantos e tantos fatos arrolados no pedido de CPI.

É função do Senado. Isso já foi lembrado aqui pela legislação. É nossa missão, da qual não podemos fugir. Se nós fugirmos a essa responsabilidade, nós estaremos traindo a confiança dos nossos representados que nos mandaram para cá e que renovaram o Congresso Nacional e particularmente renovaram profundamente o Senado Federal. Eu entendo mais: uma omissão do Senado neste caso tornará o Senado um Senado avestruz.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigado, Senador Lasier.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pela ordem de inscrição, o Senador Major Olimpio.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP. Para discutir.) – Eu inicio a minha manifestação com a ementa da CPI:

> Requer a criação de Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar, no prazo de 120 dias, fatos conhecidos pelo Congresso Nacional e outros divulgados pela imprensa, contendo denúncias concretas a respeito da existência de irregularidades praticadas por integrantes de Tribunais Superiores, de Tribunais Regionais e Tribunais de Justiça.

Apenas, Alessandro, esse não é o seu requerimento. Esse é requerimento que foi encabeçado pelo Antônio Carlos Magalhães, já desmontando essa questão: "Ah, o objeto é indefinido!".

Olha aqui, essa é a ementa da CPI de 99. Quer mais indefinido que o objeto? E no curso da CPI foi que se encontrou o Nicolau dos Santos, o Lalau, com o desvio, numa obra de R$230 milhões no Tribunal Regional do Trabalho, em São Paulo, R$169 milhões, desviados. A CPI fez a propositura e cassou o Senador Luiz Estevão, corrupto, junto com o Tribunal do Trabalho, naquele momento, com o Nicolau dos Santos. Então, para ficar muito bem claro que não se trata aqui de objeto indeterminado. Não, está transbordante de objetos determinados.

Eu ouvi e logicamente respeito, até porque a CPI é um instituto da minoria: 29 Senadores. A grande maioria não foi signatária dela. Mas aprendi que, quando a política entra no tribunal, a justiça pula pela janela. E é ao que nós estamos assistindo realmente. No Supremo, nos tribunais superiores... Agora, quem está se apequenando nesse momento é o Senado. Nós estamos abrindo mão das nossas obrigações constitucionais. E dizer: "Olha, vai ser o caos para o País." "Não haverá mais votação para a reforma da previdência." Cada um usa o argumento que quiser.

Ouviu-se falar: "Olha, o Presidente quer que se retirem assinaturas." O Presidente Jair Bolsonaro nunca falou isso! E quem falou isso em nome dele é mentiroso! Nunca! Jamais ele tomou qualquer iniciativa de se imiscuir em relação à intervenção ou interferência em qualquer dos Poderes.

O que vejo com muita tristeza aqui, não estou surfando... Eu tive 9,039 milhões de votos, desses 53 milhões aí. Devo satisfações. Não se trata da política pela política. Mas, quando se vai fazer uma sabatina para Ministro do Supremo, é aqui; obrigação constitucional aqui desta Casa. Se for fazer um *impeachment*... Desde 1950, não se instaurou nenhum procedimento. Há um PLS aqui do Senador Lasier – o Regimento fala em dois dias para designar o Relator. Já há mais de 40 e não começa – para mudar o rito de processo de *impeachment* nesta Casa também.

Então, cada um vai com as suas razões, os seus argumentos. Mas, depois que eu vi a ementa da CPI de 1999, não dá para ir nessa tese de: "Olha, nós não temos objeto determinado". Não dá. Não dá para dizer que não há pertinência na instauração de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, sem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

prejulgar A, B ou C, ou tribunal. Aliás, quem mais nos incentiva, o tempo todo, são os juízes concursados. Muitos juízes hoje estão querendo sim a Lava Toga, porque aqueles que se desdobram, fazem um dos concursos mais difíceis do País... Está aí a nossa colega Selma, que é Juíza. Sentem exatamente o peso de não serem merecedores do julgamento da população em relação a condutas.

Eu aprendi agora que recebimento de propina é prestação jurisdicional. Claro, propineiro, ladrão! Só que, opa, em terra de saci não vale dar pernada, então, vamos ficar só com uma no chão. Respeito todas as decisões das votações, vou acompanhar, defender o voto em separado do Alessandro. Nós perdemos aqui, nós vamos sustentar. Se for preciso recolher assinatura de novo, se for preciso recorrer, como disse o Amin, nós vamos recorrer. Vamos recorrer onde? No Supremo? Epa! "Nana nenê, que a cuca vem pegar. Papai foi para a roça, mamãe foi passear". É isso.

Então, eu encerro as minhas considerações aqui dizendo que nós vamos perseverar. Não é para fazer uma luta entre os Poderes, não; é para que nós, como Poder que a Constituição estabeleceu, tenhamos a condição e a competência – só nós temos. Nós vamos abrir mão disso porque não é o momento, porque há a votação da previdência, porque há o pacote do Moro, porque, porque, porque... Lembrando o conteúdo da ementa de 1999, que não tinha objeto definido coisa nenhuma, está mais genérico. O Alessandro especificou cada caso e sustenta e até agora não apareceu quem diga para ele quais são os que são pertinentes e os que não são. E aqui, opa, é um julgamento de mérito, mas nós vamos fazer o julgamento para salvar o País, para ter a previdência, para o pacote do Moro, etc.

Então, eu vou acompanhar, viu Alessandro? Se precisar, nós vamos recolher de novo. Tenho certeza de que os 29, ou talvez mais, serão signatários. Vamos perseverar para que o PLS do Lasier também caminhe aqui para mudar o rito para a instauração de *impeachment*, porque é mais do que fundamental, o País quer respostas em relação a isso. Isso de dizer que não houve pressões... Nós tivemos uma reunião no Colégio de Líderes de mais de três horas, e estão lá, Kajuru, lamentos e broncas, tudo p que não estou ouvindo no dia de hoje. Mas de lá, por uma questão ética, não é dado o conhecimento ao público. Mas cada um sabe como se posicionou lá. Fica registrado, não nos *Anais*, mas na memória e na consciência de cada um de nós.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Senador Major Olimpio.

Antes de passar a palavra para o próximo orador inscrito, apenas gostaria de comunicar ao autor da proposição, Senador Alessandro, que por duas vezes a assessoria foi barrada, mas para justificar e dizer que esta Presidência atua de acordo com o Regimento, da forma mais isenta possível. Então, toda vez em que documentos forem encaminhados aos Senadores, podem ser feitos pelo próprio Senador ou pedindo à Mesa que os assessores possam distribuir. Apenas para que nós saibamos que são os assessores que estão distribuindo, e não qualquer cidadão que pode estar distribuindo um tema que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não é o tema do debate. Apenas para esse conhecimento. V. Exa. tem total autonomia para distribuir o que quer que seja ou solicitar à Mesa para que seus assessores possam fazê-lo.

Da mesma forma, a assessoria de V. Exa. tem pedido a juntada dos pareceres nos autos. É preciso informar que, no seu relatório, não há solicitação de anexo nem consta, nas notas taquigráficas, em nenhum momento, que V. Exa. o solicitou. A assessoria disse que iria buscar outras vias. Não há essa necessidade. V. Exa. tem, novamente, legitimidade apenas de pedir através do microfone ou não. Peça apenas a juntada dos pareceres, o que será de pronto deferido por esta Presidência. É apenas para esclarecer e evitar tumulto a toda hora aqui. Esta Presidência, repito, tem um único papel aqui neste momento que é o de, agindo com imparcialidade, dar voz e vez a cada um dos colegas que fazem parte e são membros desta Comissão.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Perfeito.

Eu reitero o pedido que foi feito no início da minha fala de juntada dos pareceres jurídicos do Prof. Adilson Dallari e da própria Casa.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Nos autos. Então, está deferido neste momento.

Com a palavra, pela ordem de inscrição, o Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para discutir.) – Sra. Presidente, Srs. Senadores e Sras. Senadoras, eu acho que, quando nós discutimos um tema como esse, porque não há nada mais político do que uma Comissão Parlamentar de Inquérito, nós temos de discutir a política.

O Senador Amin foi muito feliz na sua colocação. Eu não quero crucificar ninguém e muito menos ser objeto de crucificação, mas nós temos que discutir que o que está em jogo aqui é também o destino da nossa frágil democracia, que, hoje, é vítima de uma ameaça brutal por parte daqueles que venceram a eleição, que, entre outras coisas, são apologistas da tortura, defendem o papel histórico positivo do golpe militar de 1964, e outras coisas mais. Hoje, o Brasil vive um momento de encruzilhada no nosso Estado democrático de direito, e tudo o que nós pudermos fazer para impedir que o objetivo desses que não têm qualquer apreço pela liberdade e pela democracia venham a fazer nós temos a obrigação de realizar.

Primeiro, eu quero me ater ao aspecto jurídico. Acho que o parecer, a opinião do Presidente do Senado e o parecer do Senador Rogério Carvalho, que endossa a decisão do Presidente do Senado, são perfeitamente corretos e não impedem, inclusive, que alguma CPI possa ser feita, desde que se restrinja a fatos que sejam determinados e que não estejam vinculados à questão jurisdicional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na CPI de 1999, a ementa é um enunciado geral. O que é importante é o que está sendo proposto para ser investigado. Em 1999, estava claro que o que deveria ser investigado eram as obras do Tribunal Regional do Trabalho, em São Paulo. A ementa é isso. Eu não posso julgar pela ementa. Ali estava claro. Aí existem várias coisas que não são efetivamente questões concretas.

Mas, dito isso, eu quero entrar na discussão política. Primeiro, por que há um clamor popular, segundo se diz aqui – e eu não estou acusando ninguém – para se investigar os tribunais superiores? Eu não vi ninguém aqui, nem lá na Câmara, nem em lugar nenhum, pedir para investigar, por exemplo, a Fundação Lava Jato: 2,5 bilhões, um acordo criminoso, antinacional, que fere a soberania do País, para colocar na mão do Ministério Público do Paraná um recurso como esse, para fazer não se sabe o quê, ou mesmo o acordo de leniência da Odebrecht e da OAS, que, pelo que a empresa tem dito aí, também envolve dinheiro para o Ministério Público do Paraná? Ninguém está preocupado com isso. Ninguém se preocupou em investigar os fatos do Sr. Tacla Duran, que denunciou claramente que foi procurado por uma pessoa que tem relações perigosas com o ex-Juiz Sergio Moro, para pedir R$5 milhões para o ajuste de uma delação, não há essa preocupação.

E eu quero dizer que eu não estou endossando nenhuma dessas denúncias, mas eu estou querendo dizer que não é à toa que o que se está querendo é ir para cima dos tribunais superiores, porque há uma disputa política. Os tribunais superiores, no momento em que deveriam ter feito cessar essa cruzada, que passa por cima da lei, que passa por cima dos direitos e garantias constitucionais, para que não chegasse onde chegou, não o fez, e agora tardiamente resolveram fazê-lo é vítima do quê? Avalanche de *fake news*, ataques os mais violentos pelas redes sociais, ameaças de morte a Ministros e a seus parentes, e denúncias as mais diversas. Não é por acaso, não é por acaso! E agora estão querendo instrumentalizar o Senado Federal.

E aí eu não estou afirmando que nenhuma das pessoas que propôs ou que assinou...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Evidentemente o senhor está... Eu vou aguardar para fazer a resposta.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – V. Exa. deixe-me falar, por favor.

Então, eu quero dizer que essas forças estão querendo instrumentalizar o Senado Federal para um enfrentamento e uma disputa política que envolve um pedaço do Ministério Público, um pedaço do Poder Judiciário, e o Supremo, e o Superior Tribunal de Justiça, e por aí vai. E nós vamos ser instrumentos para isso?

Há objetivos claros, há alvos definidos nisso aí. Agora, as pessoas, talvez por inexperiência, não saibam que uma CPI não termina num objetivo só, não; uma série de outras questões vão surgir aí. A gente está acostumado, ninguém controla para onde isso vai.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, para os que estão sendo analisados como os bonzinhos, os certos e tal termina sobrando, quando é verdade e quando não é verdade. Esse aqui é um outro grande problema. E com isso não há como não atingir os tribunais superiores como um todo. Claro que isso vai gerar um processo de fragilização que não vai contribuir para os avanços que nós precisamos no Brasil para a independência entre os Poderes e para o fortalecimento da democracia.

Então, a própria história demonstrou que os momentos em que nós tivemos os maiores avanços do Judiciário não foram por intermédio desse tipo de confrontação. Foi, por exemplo, quando se criou aquela comissão da República, que envolvia o Legislativo, o Executivo, o Judiciário, e ali, naquele momento, se criou o CNMP, o CNJ; criou-se o controle externo, que é muito débil, que é muito frágil, nós sabemos disso, mas que pode ser aperfeiçoado. O Senador Rogério disse muito claramente: temos que fazer uma discussão sobre a Lei Orgânica da Magistratura. Lá podemos avançar, inclusive, em questões jurisdicionais que estão colocadas aqui. Então, eu entendo que é extemporânea a realização dessa CPI. A decisão que está sendo tomada aqui não a inviabiliza, mas nós teremos que fazer a discussão de fatos concretos, lembrando que um fato concreto puxa outro, que uma coisa puxa outra, e daqui a pouco nós vamos ter uma instituição quase que inteira envolvida nesse processo.

Além do mais, eu não consigo entender: eu já fui oposição, já fui governo, e é a primeira vez que eu vejo um governo que estimula CPI. É uma coisa realmente para a gente pensar. Eu nunca vi. Sinceramente, eu nunca vi.

E olhe que nós aqui, da oposição, poderíamos estar estimulando isso aí. Ou as pessoas pensam que a gente esquece que o Presidente Lula foi impedido de assumir um cargo num Ministério da Presidenta Dilma por uma decisão do Supremo? Ou que o Juiz Sergio Moro, ilegalmente, criminosamente, divulgou um diálogo gravado ilegalmente por ele, envolvendo o Presidente Lula e a Presidenta Dilma? Nós poderíamos, agora, buscar a forra.

(*Soa a campainha.*)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Mas não é isso que a gente quer; a gente quer a democracia. E a democracia, para se viabilizar, não pode viver de arroubos, que em verdade terminam – sem fazer nenhuma crítica a quem quer que seja... Eu entendo as intenções das pessoas que estão aqui, acredito fielmente que elas estão sendo sinceras. Eu estou me referindo é a forças que estão lá fora estimulando esse tipo de coisa e que eu acho que não vão ajudar, sem dúvida não vão ajudar a democracia.

Por isso, eu votarei favoravelmente ao relatório do Senador Rogério Carvalho e ao posicionamento do Presidente Davi Alcolumbre.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Sra. Presidente, pela ordem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra, pela ordem, Senadora Juíza Selma.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT. Pela ordem.) – O Senador Humberto Costa não se referiu nominalmente, mas conseguiu ofender todos que assinaram e o autor do pedido de CPI. Então, eu gostaria apenas de pedir a V. Exa., Senador Humberto Costa, que não nos meça com a sua régua. Não nos meça. Não há forças ocultas; ninguém está fazendo nada aqui, porque é...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Art. 14.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – ... do Governo...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Senadora Selma...

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Nós estamos aqui fazendo um pedido técnico e não aceitamos ser ofendidos aqui, por favor.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Art. 14.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu vou já deferir...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... a palavra pela ordem ao Senador Alessandro, depois o art. 14. Eu apenas gostaria de esclarecer...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) – Sra. Presidente, apenas para uma ponderação, antes que a coisa desborde para outros níveis. Senadores aqui fizeram menção, suposições em relação a quem não assinou, de que estaria motivado por outros interesses.

Eu não tenho processo, nunca fui acusado de nada e não assinei essa CPI. Eu acho que os Senadores devem ter a consciência de que que cada um fala com a sua consciência e juízo administre. E, ao final, todos sabem o que estão fazendo aqui. Nós não podemos ficar com esse melindre, sob pena de não termos um desdobramento que seja consentâneo com o papel da CCJ.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Para que essa discussão não tome outro rumo – nós estamos diante de um debate democrático, legítimo, extremamente importante –, eu vou conceder a palavra pela ordem, pelo art. 14, daqui para a frente, quando o Senador for nominalmente citado. Então, se nós pudermos... Agora, isso não impede, como eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sempre fiz, depois de todos os oradores terem expressado a sua opinião e falado pela ordem inscrição, novamente pedirem a palavra para alguma consideração.

Então, a partir de agora, se um Senador for nominalmente citado, e nós entendermos que foi citado nos termos do art. 14, nós daremos a palavra. Eu peço a compreensão dos colegas. Ao final, cada um pode fazer suas considerações finais rapidamente, sem nenhum problema, mas nós temos uma lista de inscrição, uma pauta extensa. E esse tema também é extremamente relevante.

Então, com a palavra...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, V. Exa. poderia declinar a lista?

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Claro.

Agora, com a palavra o Senador Oriovisto. Senador Marcos Rogério, Senador Rodrigo Pacheco, Senador Randolfe...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Presidente, eu fui citado nominalmente...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... Senador Eduardo Girão, Senador Fernando Bezerra.

Eu pediria, Senador Humberto, se V. Exa. me permitir, apenas que nós pudéssemos...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente, sem pretender interrompê-la evidentemente. Eu queria me inscrever também para...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sem dúvida.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... se for o caso, discutir um pouco essa matéria.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Então, nós temos, na ordem de inscrição: Senador Oriovisto, Senador Marcos Rogério, Senador Rodrigo Pacheco, Senador Randolfe, Senador Eduardo Girão, Senador Fernando Bezerra, Senador Renan Calheiros e, finalizando, Senadora Leila Barros.

Com a palavra o Senador Oriovisto.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Antes disso, eu vou conceder a palavra, pois houve uma citação nominal, ao Senador Humberto. Concedo-lhe a palavra pelo art. 14.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Pela ordem.) – Eu não quero, Sra. Presidenta, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, fazer nenhum cavalo de batalha aqui nem abrir discussão do ponto de vista pessoal, mas obviamente que eu fui citado de forma desairosa, inclusive, falando-se da régua, de medir régua. A régua que mede a minha vida pública é a minha história, a história de ter sido Deputado Estadual, Deputado Federal, Vereador, Ministro da Saúde, Secretário estadual, Secretário municipal, Senador reeleito, um dos oito reeleitos nesta Legislatura, assumindo posições corajosas como esta que eu estou assumindo até agora. A régua que mede cada um de nós aqui é a mesma: é o voto popular, é o respeito que as pessoas tiveram. Eu, inclusive, como Senador mais votado do meu Estado nessa reeleição, acho que determinadas colocações agridem não a mim, mas agridem o povo de Pernambuco, o povo do meu Estado.

E, por último, eu queria dizer que eu não fiz nenhuma referência nominal, eu disse e repeti que eu acredito nas sinceras intenções, ótimas intenções de cada um que assinou. Apenas, na condição de alguém experiente, como outros são aqui também, vejo-me na condição de poder dar uma opinião sobre o que vai acontecer daqui para a frente.

Obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Senadora Simone, a senhora havia me concedido a palavra...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Para uma questão de ordem, com a palavra o Senador Alessandro.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. Para questão de ordem.) – Apenas para deixar registrado, Senador Humberto, que o debate democrático está em todo lugar desta Casa, ninguém vai se opor a isso. Mas...

É porque a senhora me deu a palavra antes.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sim, para uma questão de ordem, mas...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Isso.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... não para contradizer colegas.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Não, não, após a fala dele, na verdade. A senhora depois mudou o entendimento. É isso?

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Nós fixamos, depois da manifestação do Senador Marcos Rogério, que nós aqui, num bom relacionamento, daríamos a palavra pelo art. 14 a quem foi nominalmente citado, mas V. Exa., Senador, tem todo o direito, após a lista de inscrição, não só porque é autor da proposição, mas porque é Senador que compõe esta Comissão, de novamente falar pelos dez minutos na reinscrição que nós estamos reabrindo.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Pronto. Perfeito. É só registrar...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – V. Exa. não vai ser, em nenhum momento, cassado no seu direito de se manifestar.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – É, de fato, neste momento, fui. A senhora mudou o entendimento que pronunciou aí, mas tudo bem.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – No pronunciamento que havia feito, havia sido muito clara em relação a isso. O único que havia sido citado nominalmente havia sido o Senador Humberto.

Eu gostaria de pedir a gentileza... Nós temos uma ordem de inscrição, esta Presidência tem a obrigação de, muitas vezes, ser firme nos posicionamentos para que nós possamos correr da forma mais democrática, saudável e gentil possível.

Com a palavra o Senador Oriovisto, mas eu estou reabrindo a inscrição para quantos quiserem novamente falar, depois de encerrada a primeira inscrição.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR. Para discutir.) – Sra. Presidente, colegas Senadores, este é um momento extremamente importante para este Senado. Eu ouvi aqui declarações e considerações de ordem até filosófica, mostrando que a opinião coletiva não é critério de verdade, que, muitas vezes, a opinião coletiva decide erradamente. Foram citados exemplos de erros de opinião coletiva, muito bem citados, aliás, pelo Senador Marcio Bittar, quando a opinião coletiva elegeu Hitler, quando a opinião coletiva elegeu Mussolini, enfim... E a opinião coletiva

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Brasil também, inúmeras vezes, errou e errou feio. Eu poderia citar alguns desses erros, mas não quero provocar polêmica nem despertar paixões e correntes políticas.

Eu quero apenas dizer que a opinião coletiva, embora não seja critério de verdade, numa democracia, é soberana, seja para o erro, seja para o acerto. Não existe outra forma de fazer democracia que não sendo o respeito à opinião coletiva. A maioria do povo decide o rumo que quer dar para o País.

Nesse sentido, a maioria do povo deu um novo rumo para o Brasil. Nesse sentido, ela mudou o Poder Executivo, elegeu uma outra corrente de pensamento. Podemos concordar com essa corrente de pensamento, podemos divergir dessa corrente de pensamento vitoriosa, mas assim decidiu a opinião coletiva. Certo ou errado, é ela quem manda.

Eu não sou um sufista, não sou uma folha solta ao vento, tenho opinião, tenho convicções. E eu acho que, quando este Congresso cassou mandatos de Presidentes da República – e, na nossa história, temos vários casos de cassação de Presidente da República –, aqueles Congressistas também não estavam surfando na opinião pública, também não eram folhas soltas ao vento. A sintonia que um político deve ter com a opinião coletiva é essencial numa democracia – é essencial. É claro que temos o direito sempre de colocar a nossa opinião, é claro que temos o direito sempre de tentar mudar a opinião coletiva, mas não a respeitar não é democrático.

Eu quero apenas dizer que considero que os ventos da democracia, os ventos da renovação sopraram muito forte, já que estamos falando em folhas ao vento, sopraram muito forte no Poder Executivo e o renovaram; sopraram muito forte neste Senado e renovaram grande parte deste Senado, assim como renovaram grande parte da Câmara dos Deputados. E a política tem que ser renovada. O povo tem o direito de fazer isso.

Só que a política existe para o Legislativo, existe esse vento direto no Poder Executivo, mas não existe essa democracia direta com relação ao Poder Judiciário. O Poder Judiciário só pode ser renovado através deste Senado, através do Congresso. Nós não teremos renovação da nossa Justiça, nós não teremos uma Justiça mais rápida, mais eficiente, mais transparente, a não ser pela ação do nosso Senado. É nossa obrigação. O Juiz Anselmo deixou muito claro isso na Constituição. Nós temos esse papel, nós temos essa dívida com o povo.

Nós precisamos, sim, reformar este País sob os mais diversos aspectos. É preciso reformar a própria política, a própria legislação eleitoral. Nós temos um excesso absurdo de partidos políticos. É preciso reformar os tributos. Nós temos um emaranhado de tributos em que ninguém se entende. É preciso renovar a previdência, porque ela está levando o País à falência. E é preciso, igualmente, reformar o Judiciário, como é preciso também reformar as práticas do Senado. O requerimento do Senador Lasier é claro nesse sentido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós precisamos mudar. O povo quer um novo Brasil. O povo quer um Brasil com uma outra face, de uma nova maneira. O povo já não aceita mais essa coisa de que autoridade pode, sim, submeter a autoridade da maioria a seus ditames. Não é mais possível continuar assim.

Eu quero dizer que sou totalmente favorável a essa CPI. Apoio, assinei e assinarei de novo o requerimento feito pelo Senador Alessandro. Acho que está extremamente bem fundamentado. Acho que chega a ser engraçado que se exija tanto um fato determinado quando, na verdade, se nega a instalação da CPI por um fato que não está determinado. Qual é o fato determinado que determina que ela venha a ser arquivada? Não há, não citam. Ou seja, a regra vale para os outros, não para mim mesmo. O que conta é a vontade política, não é a lógica.

Então, é claro que temos aqui opiniões diferentes. É claro que todas as opiniões merecem ser respeitadas, mas eu quero dizer com muita clareza: não sou uma folha ao vento. Estou em sintonia, sim, com a maioria da população brasileira. Foi por isso que ela me deu 3 milhões de votos para minha eleição. Falava exatamente nessas propostas: na proposta de renovar a previdência, na proposta de ter uma Justiça mais rápida, na proposta de que a nossa Justiça precisa ser reformada.

Tenho conversado com membros do Poder Judiciário, inclusive do Supremo – me reservo o direito de não citar nomes – e tenho obtido a concordância deles de que realmente essa reforma é necessária. Ouvi de um deles que ele tinha menos poder no Supremo do que tinha um juiz de primeira instância, porque lá ele recebia um processo e, quando ele estava pronto para ser relatado, ele tinha que entregar ao seu revisor, e o seu revisor não tinha data marcada para relatar o processo que coube a ele estudar. E eu disse a ele: "Por que o Supremo não muda isso?". E ele me respondeu: "Porque foi feito para não funcionar". Isso eu ouvi de um magistrado, isso eu ouvi de um juiz do Supremo. Perdoem-me, não vou revelar o nome, porque ele falou isso para mim em confidencialidade. Mas não estou inventando a história. Eu nem sabia como é que funcionava o Supremo por dentro. Foi ele que me explicou.

Então, está mais do que na hora de haver essa CPI, não para decretar uma guerra entre Poderes, para nada disso, mas para que os problemas da Justiça brasileira sejam levantados. E, se a CPI não chegar a conclusão nenhuma, ela terá chegado a um ponto muito importante, que é levantar por que a nossa Justiça é tão cara, tão demorada e funciona tão mal.

Eu voto favoravelmente ao voto em separado do Senador Alessandro e acho que este Senado estará deixando de prestar um relevante serviço à Nação se essa CPI não for instaurada.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu que agradeço ao Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de passar a palavra ao próximo orador inscrito, eu gostaria de pedir a compreensão do Senador Marcos Rogério. No exato momento em que eu estava dizendo que não havia mais voto em separado, ele havia protocolado o voto, e, por uma questão de segundos, eu só fiquei sabendo posteriormente.

Não há prazo para leitura do voto em separado, mas eu gostaria de pedir encarecidamente a V. Exa. que ficasse entre 12 minutos. V. Exa. disse que o voto é muito maior, mas improrrogavelmente entre 12 e 13 minutos, para uma decisão salomônica: nem prejudico V. Exa. dando os exatos dez minutos, mas também não atrasaríamos ainda mais a discussão dos debates. Entre 12 e 13 minutos, eu acho que V. Exa. tem condições de proferir o seu voto. Obrigada pela gentileza e compreensão.

Com a palavra o Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Para voto em separado.) – Sra. Presidente, Senadora Simone, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, o requerimento de instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito tem o objetivo de, conforme a sua justificativa, investigar condutas que extrapolem o exercício regular da atividade judicante dos Ministros dos Tribunais Superiores e do Supremo Tribunal Federal, ou seja, investigar atos praticados por membros do Poder Judiciário.

Preliminarmente, Srs. Senadores, gostaria de deixar registrado que comungo com os signatários do requerimento da CPI e, bem assim, com o sentimento de grande parcela da população brasileira no que toca à insatisfação com o funcionamento do Poder Judiciário. Mas a questão aqui posta, Sra. Presidente, demanda, naturalmente, um exame de índole técnico-constitucional, porque para isso esta Comissão foi instada, ou seja, para analisar a constitucionalidade e a adequação regimental do requerimento submetido ao Presidente do Senado Federal.

Neste sentido, quero invocar a bem lançada Nota Informativa nº 1.039, de 2019, produzida pela Consultoria Legislativa, que analisou os 13 pontos do requerimento e, com farta fundamentação jurisprudencial e doutrinária, concluiu pela impossibilidade da instalação da CPI, especialmente, porque seu objeto, em grande parte, diz respeito ao exame de atos ou atividades de índole jurisdicional. E eu acrescento: exame direto e exame indireto.

Para se concluir desta forma, basta ler cada um dos itens do requerimento, do qual sobressaem, a não se ter dúvida, seguidas referências a: um, processamento de recursos sem a declaração de impedimento, ato típico de jurisdição; dois, prolação de decisões em processos que envolvem partes que manteriam relações comerciais com os julgadores, atos típicos de jurisdição; três, concessão de liminares, atos típicos de jurisdição; quatro, decisões opostas para situações análogas, atos típicos de jurisdição; e, cinco, uso abusivo para pedidos de vista.

Nesse sentido, todos os fatos que dão lastro ao pedido de CPI são ou estão diretamente entranhados com decisões judiciais, atos típicos de jurisdição. Logo, não há como examinar eventual

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

incorreção do ato praticado pelo Poder Judiciário sem o exame da decisão judicial propriamente dita. Esse é o ponto!

Todos os fatos apontados somente poderiam ser objeto da devida investigação partindo-se, como primeiro passo, do exame de uma decisão judicial e o seu correspondente conteúdo.

Ocorre que isso é vedado pelo Regimento Interno deste Senado Federal, o qual no inciso II do art. 146, de modo literal e expresso dispõe: “Não se admitirá comissão parlamentar de inquérito sobre matérias pertinentes às atribuições do Poder Judiciário”. No mesmo sentido se posiciona a jurisprudência pátria, a doutrina mais abalizada e, como já pontuado, está muito bem demonstrado na nota informativa produzida pela Consultoria.

Desse modo, não há como se afastar dessa clara intenção do requerimento apresentado, se o próprio autor do requerimento, ao apresentar sua justificativa, indica que a finalidade é justamente o que estou a dizer: a pretensão da comissão parlamentar de inquérito é investigar o exercício de função típica do Poder Judiciário.

Além disso, gostaria de destacar que eu também quero um Poder Judiciário mais ágil, mais sintonizado com as crescentes demandas da sociedade brasileira, oferecendo uma prestação jurisdicional mais célere e mais efetiva. Quero um Poder Judiciário cujos membros fujam de todo e qualquer cenário que indique qualquer tipo de parcialidade ou favorecimento ilícito.

Justamente por isso, entendo que o Judiciário não está a salvo de ser investigado! A questão é o respeito aos procedimentos regimentais e constitucionais!

O que ocorre, Sra. Presidente, é que esse Judiciário que nos orgulhe (objetivo comum de muitos de nós e de grande parcela da sociedade) não pode ser buscado ao arrepio da legalidade, com toda vênia.

E para que não se tenha dúvida de que a clara finalidade da CPI é investigar atividades jurisdicionais, transcrevo no voto que apresento trecho da própria justificativa ao requerimento que não deixa margem de dúvidas – aspas: "Já há algum tempo vem se firmando no País um crescente descontentamento dos jurisdicionados com a prestação dos serviços judiciários por parte do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores [...]"

Vejam, Srs. Senadores: a justificativa do requerimento não deixa dúvida de que o fato determinante da CPI é justamente o “crescente descontentamento dos jurisdicionados com a prestação dos serviços judiciários”.

Observem, inclusive, a referência ao ativismo judicial. Sim, todos nós já vimos como o Judiciário está reiteradamente a invadir competências próprias do Poder Executivo e do Poder Legislativo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Digo isso, Sra. Presidente e Srs. Senadores, justamente para destacar o quanto é relevante refletir sobre a noção de separação dos Poderes, positivada no art. 2º da Constituição Federal.

Há muito tempo, o Poder Legislativo deixou de realizar parcela do seu papel constitucional quando, frente a uma disputa política no seio do Legislativo, abre-se mão do diálogo e da busca do entendimento para judicializar a questão.

Qual o resultado de tal judicialização? O Legislativo desnatura o seu poder e se enfraquece, em uma esquizofrênica outorga de competência ao Poder Judiciário.

É saudosa, até mesmo nostálgica, a época em que o Judiciário manifestava deferência ao ato legislativo, não atuava como legislador atípico positivo e respeitava atos *interna corporis*. A esse respeito, lição importante do ex-Ministro Eros Grau quanto à função de cada um dos Poderes é lapidar:

> [...] verificamos que na menção aos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário estamos a referir centros ativos de funções – da função legislativa, da função executiva e da função jurisdicional.

Como se nota, o tema ora enfrentado nessa CCJ demonstra o quanto é imperioso que o Judiciário e o Legislativo repensem seu papel institucional.

Vejam a que ponto chegamos: quando se relativizam as funções próprias de um Poder constituído, as funções típicas dos demais Poderes também podem acabar sendo fragilizadas, como vemos agora com o requerimento de criação desta CPI.

É fundamental que o sistema de freios e contrapesos funcione, para que nenhum Poder constituído seja vulnerado e fragilizado a partir de interferências indevidas.

Assim, deve ser sempre perseguido o objetivo maior da República: a independência e a harmonia entre os Poderes, sem abusos de qualquer ordem. É o que a doutrina nos traz como lições. Assim, alicerçado no estrito respeito à separação dos Poderes, é que não tenho, seguindo a minha consciência, como concordar com a instalação da CPI pretendida, que objetiva realizar justamente o que desde muito condenamos: intromissão indevida de um Poder em outro, ao pretender examinar o conteúdo de decisões judiciais.

Sim... Embora haja, entremeado no requerimento, outros fatos a serem, em tese, apurados pela CPI, todos eles (ou, pelo menos, sua mais absoluta maioria), decorrem de decisões judiciais, função típica do Poder Judiciário, o que faz com que a pretensão da investigação esbarre no princípio da separação dos Poderes e na referida norma regimental já citada.

Noutro ponto da justificativa do requerimento de criação da CPI verifica-se que, em vez de tratar de investigação de fatos relacionados a crimes de responsabilidade – estes sim de competência deste

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senado Federal, à luz do art. 52, II da Carta Política de 1988 –, pretende-se sindicar a conduta judicante do magistrado.

O que se tem nessa situação, em parte, Srs. Senadores, é a indicação de pretensão de exame de condutas cuja competência é do Conselho Nacional de Justiça, o CNJ, e não do Poder Legislativo.

Por fim, para que não se tenha dúvida de que o foco delineado pela CPI é justamente o exame de decisões judiciais, colaciono ao parecer que apresentei mais trechos da peça que provoca a criação da CPI.

Assim, devo dizer, Srs. Senadores, o que mais vulnera o requerimento de CPI ora analisado é justamente o fato de estar direcionado ao exame de questões relacionadas a decisões judiciais, sendo outras condutas tratadas como meras circunstâncias, como circunstanciais.

Desse modo, não há, no geral, fatos separados da atividade jurisdicional ou que possam ser investigados sem que se sindique o conteúdo dessa ou daquela decisão, a fim de se perscrutar, por exemplo, (1) a existência ou não de circunstância que configure impedimento (que tem caráter objetivo) ou suspeição (que tem caráter subjetivo); (2) cabimento ou não de liminares; (3) decisões opostas em situações análogas; (4) pedidos de vistas injustificáveis; e assim por diante.

Nenhum desses fatos é possível apurar sem que se debruce sobre circunstâncias fáticas e jurídicas do processo, o que equivaleria em se imiscuir no conteúdo das decisões judiciais. Isso é patente no requerimento formulado e na justificativa que lhe dá lastro.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Por tudo isso, Sra. Presidente, concluo reiterando que:

Primeiro, comungo com os proponentes da CPI quanto à insatisfação com o Poder Judiciário, e ressalto mais uma vez o crescente ativismo judicial, com excessivas incursões em competências do Poder Legislativo, pretendendo substituir a atividade legislativa em alguns casos, e do Poder Executivo, com decisões judiciais que não resguardam o mérito do ato administrativo, o poder discricionário do gestor e a própria realidade administrativa.

Segundo, a despeito de partilhar do sentimento de insatisfação manifestado por grande parte da sociedade brasileira, é forçoso me manifestar pela impossibilidade do processamento da CPI pretendida, diante da violação ao princípio da separação dos Poderes e do art. 146, II, do Regimento Interno do Senado, considerando que o requerimento está majoritariamente lastreado direta ou indiretamente...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... em decisões judiciais, ou seja, no exercício da função típica do Poder Judiciário.

Concluo, Sra. Presidente.

Terceiro, não menos relevante, o dever que temos em não somente zelar pela independência como também pela harmonia entre os Poderes, o que, em primeiro plano, nos leva à responsabilidade de não agir com açodamento, ignorando o ordenamento jurídico vigente, ainda que isso possa representar uma certa satisfação à sociedade brasileira, que, como já pontuei, tem razão em reclamar a necessidade de um Judiciário melhor.

Todavia, como membros deste Senado, entendo que não podemos catalisar este sentimento e inaugurar uma comissão parlamentar de inquérito que, a despeito de atender ao clamor da sociedade, terminará por ignorar regras fundamentais de nosso Estado democrático de direito.

Neste momento, precisamos ter serenidade. O Brasil espera deste Parlamento a tomada de decisões firmes e seguras.

Futuramente, se fatos determinados e específicos forem apresentados, apartados da função típica do Poder Judiciário e com a robustez que a norma constitucional requer...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... seguramente outra não poderá ser a conclusão, senão o seu acolhimento e regular processamento.

E aqui, Sra. Presidente, trago ainda um argumento político. Comparo o País a um paciente que precisa fazer uma cirurgia. Nos exames preliminares identificou-se uma anemia aguda. Pergunta-se: faz a cirurgia ou trata primeiro a anemia?

Com essas ponderações, com toda as vênias aos subscritores do requerimento, voto pelo indeferimento do Recurso nº 1, de 2019, com a consequente manutenção da decisão do Presidente desta Casa quanto ao arquivamento do requerimento de criação da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Tribunais Superiores.

Muito obrigado, Sra. Presidente

(*Soa a campainha.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, pela compreensão, Senador Marcos Rogério. Obrigada por contribuir também com o trabalho da Mesa e compreender a razão de ter estabelecido prazo, tempo para a leitura do seu voto.

Pela ordem de inscrição, nós temos mais seis Senadores inscritos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A ordem de Senadores é, pois me perguntaram agora: Rodrigo Pacheco, Randolfe, Eduardo Girão, Fernando Bezerra, Renan Calheiros e, para encerrar, Leila Barros.

Então, com a palavra, neste instante, Senador Rodrigo Pacheco.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG. Para discutir.) – Obrigado, Sra. Presidente, Senadora Simone Tebet.

Sras. e Srs. Senadores, queria fazer um registro inicial em relação ao instituto da CPI – no caso, Senador Jorginho Mello, que agora preside a sessão: nunca eu acreditei, mesmo antes da política, no instituto da CPI.

Quando entrei na política, na Câmara dos Deputados, no meu primeiro mandato de Deputado na Legislatura passada, não assinei nenhuma CPI – BNDES, Petrobras e outras tantas que lá aportaram –, justamente pela impressão que eu sempre tive como cidadão de que comissão parlamentar de inquérito já demonstrou ao País a sua absoluta ineficiência, com o respeito de opiniões que divirjam da minha. Não há eficiência em CPI.

E me assusta muito quando se fala a respeito da vontade do povo brasileiro de se ter uma comissão parlamentar de inquérito. Perdoem-me. O povo brasileiro quer o combate à corrupção, quer o progresso, quer a punição daqueles que sejam culpados e que tenham feito malfeitos, mas não quer necessariamente uma comissão parlamentar de inquérito que soe, qualquer que seja ela, como espetáculo, como algo absolutamente inútil aos propósitos a que se propõe.

Então, esse é o primeiro registro, para dizer que a única CPI que assinei, agora já como Senador, foi a CPI de Brumadinho.

E também me assusta muito receber algumas mensagens dizendo: "E a CPI da Lava Toga?", e ninguém me pergunta da CPI de Brumadinho, como está a CPI de Brumadinho, que apura a morte de 300 pessoas no meu Estado de Minas Gerais. Fala-se só na CPI da Lava Toga, mas não se fala na CPI de Brumadinho. Isso também me causa alguma perplexidade.

O que nós estamos aqui tratando é um recurso de uma decisão já tomada pelo Presidente da Casa, embasado pelo Consultoria Legislativa, que entendeu impertinente, sob o ponto de vista regimental, a instalação dessa CPI da Lava Toga.

Como Líder do Democratas, devo reforçar o entendimento do Presidente do Senado, que é do meu partido, nesse mesmo sentido, que vai ao encontro do meu íntimo e do meu pessoal: repito, comissão parlamentar de inquérito definitivamente não é algo que se busca necessariamente apurar algo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas eu queria avançar em relação ao mérito dessa CPI propriamente dita e aqui parabenizar o voto em separado do meu correligionário, Senador Marcos Rogério. São 13 pontos, eu fiz questão de destacar os 13 pontos dessa CPI.

O primeiro destaca palestras proferidas e recursos recebidos decorrentes dessas palestras por ministros do Tribunal Superior do Trabalho. Não me consta que isso seja algo impróprio ou descabido. Para ser motivo de CPI, esse ponto um definitivamente não é.

O segundo fala de um instituto, IDP, de propriedade do Sr. Gilmar Mendes, declaradamente sua propriedade. Também não me ocorre que seja algo objeto necessário de ser feito através de uma CPI ou uma apuração.

O terceiro ponto refere-se a uma atuação sem que se tenha declarado suspeito. Instituto de suspeição e de impedimento, cabe ao juiz da causa invocá-lo. Aqui eu quero fazer um parêntese de que, no exercício da minha profissão de advogado ao longo de 20 anos e da militância na Ordem dos Advogados do Brasil, por mais irresignado, revoltado que eu estivesse com uma decisão judicial, reconhecendo-a como indevida, como injurídica, como inconstitucional, eu jamais presumi má-fé de juiz, ainda que ela existisse, mas, repito, eu jamais presumi má-fé de magistrado, por uma necessidade que todos nós temos de confiar no Poder Judiciário do nosso País.

Avanço para o quarto ponto, quando se fala a respeito da participação de Ministros em julgamentos nos quais se encontrariam impedidos. Questão processual, jurisdicional, que não cabe a outro poder se imiscuir.

O quinto ponto é a concessão de liminar em ordem de *habeas corpus*. É a livre manifestação do juiz, evidentemente, sobre a concessão ou não de liminar, confirmada ou não no mérito. Não cabe ao Senado interferir num ato jurisdicional dessa natureza.

Decisão do Ministro Dias Toffoli proferida às 3h30 da manhã. Decisão típica de um magistrado. Ora, ainda que fuja um pouco da normalidade, eu não posso presumir a má-fé definitivamente de um ato como esse.

7. Procedimentos decisórios diametralmente opostos para situações análogas. Perdoem-me, mas nós não temos condições de dizer que são situações análogas. Quem conhece circunstância de processo é juiz, é promotor, é o advogado de defesa.

Quando, no alto da minha campanha para o Senado, disputando com a Sra. Dilma Rousseff do PT – eu que sou do Democratas e tinha razões evidentes para poder criticar todas as mazelas geradas pelo PT no Brasil –, perguntaram-me, ao vivo, em uma rádio em Belo Horizonte, o que eu achava da decisão judicial que havia condenado o Presidente Lula. Eu respondi que não achava nada, porque quem tem condição de aferir a justiça, o cabimento e a pertinência é o juiz que condenou e que eu precisava

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

presumir a boa-fé do Juiz Sérgio Moro ao condená-lo, lá em Curitiba, e a boa-fé do Tribunal Regional Federal que também o havia condenado, confirmando a decisão condenatória.

Nós não podemos levar para o campo político discussões que são puramente jurídicas, sob pena de instalarmos o caos. Esse é o custo de se viver num Estado democrático de direito: respeitar decisões judiciais e reconhecer a nossa pequenez por não termos condições de aferir, por exemplo, que se tratam de decisões diferentes em situações análogas, porque não temos a profundidade do processo e das suas circunstâncias, que só o magistrado tem ao se deparar com a causa.

8. O uso abusivo de pedidos de vista. Pedido de vista é prerrogativa do magistrado. Ele tem o direito de pedir a vista. Talvez caiba ao Parlamento definir prazo de vista no processo. Vamos fazer essa proposta de limitação de prazo de vista em processos judiciais, mas não presumir que haja má-fé num pedido de vista de um magistrado, seja ele Ministro do Supremo, seja ele um juiz de primeira instância.

9. Reversão no Plenário do STF de uma decisão liminar proferida pelo Ministro Marco Aurélio. Sinceramente, o Ministro Marco Aurélio já deve ter concedido mais de 100 liminares num espaço de dois anos eu presumo, e muitas foram revertidas no plenário. Posso presumir a má-fé do Ministro Marco Aurélio? Eu não posso presumir a má-fé do Ministro Marco Aurélio, porque eu respeito os Ministro do Supremo Tribunal Federal, e, se cometem erros, que sejam apurados e punidos pelo controle do Poder Judiciário. Há um CNJ para isso; há o controle do próprio Supremo Tribunal Federal para isso.

Item 10, quando também se fala de liminar concedida pelo Ministro Luiz Fux, é também um ato jurisdicional incabível de ser apreciado em uma CPI no âmbito do Senado da República.

11. Concessão de liminar em uma ação direta de inconstitucionalidade. De novo, um ato jurisdicional.

Item 12...Todos aqui atos jurisdicionais. Exercício da judicatura de um Ministro do Supremo Tribunal Federal de um país.

Eu repito, eu respeito o Supremo Tribunal Federal do meu País, eu respeito os Ministros, ainda que discorde da decisão deles e não presumo a má-fé dessas decisões, porque esse é o papel que nós temos de empreender num Congresso Nacional de um País em relação a um outro Poder, chefiado pelo Supremo Tribunal Federal.

O Item 12. Recebimento pelo ex-Ministro do STJ, Cesar Asfor Rocha, de valores, conforme delação premiada. Olha, nós temos uma Lava Jato, sustentada numa legislação que foi aprovada no Congresso Nacional, que apura todas as circunstâncias de corrupção no País e que pode perfeitamente apurar essa. Queremos trazer para o Senado um tema que deva ser apurado pela Lava Jato numa comissão parlamentar de inquérito?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos entender o que é uma comissão parlamentar de inquérito num assunto desse: coagir o Supremo Tribunal Federal, porque é a lógica que está sendo implementada, quando vamos apurar as circunstâncias das mazelas do Supremo Tribunal Federal. E quem garante que isso não será uma forma de coagir o Supremo Tribunal Federal para, eventualmente, evitar que ele cumpra o seu dever constitucional de punir pessoas que sejam poderosas neste País, inclusive do Senado, inclusive da Câmara?

Ninguém me garante que esse não seja também o viés de desvio de atenção e de coação de um Poder da República por um outro Poder, eventualmente investigado e sofrendo processos no próprio Supremo Tribunal Federal.

O item 13 também invoca a questão de impedimentos em razão da atuação de filhos de Ministros em processos. Eu duvido muito que algum Ministro do Supremo que tenha um filho como advogado tenha julgado esta causa, ele próprio. Se é julgado pela Turma que ele pertence ou não, esta é uma questão processual de impedimento e de suspeição, mas não é necessariamente ou não se pode presumir, Senador Marcos Rogério, que haja aqui um crime comum ou um crime de responsabilidade por Ministro do Supremo Tribunal Federal.

Então, os treze pontos não se sustentam e não justificam uma comissão parlamentar de inquérito, embora muitos erros haja no Supremo Tribunal Federal, muitos erros haja no Poder Judiciário e que precisam ser evidentemente reformulados.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Ninguém mais do que eu viveu...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Mais um minuto.

... no exercício profissional da advocacia, na militância da Ordem dos Advogados do Brasil, identificando esses erros, porque há Ministros do STJ com vinte mil processos, outros com três mil processos, e aí se reclama do Congresso Nacional de não fazer leis que sejam eficientes, se as leis não são cumpridas, se os processos não são julgados, se os processos não chegam ao fim. Mas eu não considero que essas mazelas que precisam ser corrigidas mereçam, neste instante, uma comissão parlamentar de inquérito para instaurar uma crise sem precedentes neste País, que vai contaminar, sim, a governabilidade...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – ... vai contaminar o Governo do Presidente Jair Bolsonaro e atrapalhar tudo que nós estamos propondo fazer, que é consertar este País para gerar emprego para as pessoas, para dar desenvolvimento econômico para este País, para ter foco neste País, que é o foco do desenvolvimento da nossa Nação.

Esta CPI, portanto, não é cabível.

Eu voto de acordo com o Relatório do Senador Rogério Carvalho.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Senador Rodrigo.

Desculpe-me o rigor da campainha, mas é que o tempo urge.

Com a palavra o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para discursar.) – Sra. Presidente, nós temos aqui um debate que está alicerçado em duas questões que me parecem fundamentais em um Estado democrático de direito. Primeiro, a chamada autonomia do Judiciário e o dito controle dos atos judiciais, que não podem ser controlados por uma comissão parlamentar de inquérito, ao qual temos acordo; e, o segundo, o princípio da separação dos Poderes.

Antes de comentar rapidamente sobre esses dois aspectos, permita-me divergir em uma questão sobre o instituto da comissão parlamentar de inquérito, presente no art. 58, §3º da Constituição.

Ora, Sra. Presidente, eu sou um daqueles devotos da Constituição. Se sou devoto da Constituição, eu não poderia deixar de louvar o Constituinte em ter trazido para a nossa Constituição o poder de o Congresso Nacional, em casos determinados, instalar comissões parlamentares de inquérito com poderes de investigação próprios das autoridades judiciais. Foi a Constituição que assim proclamou.

Aliás, só as Constituições democráticas da nossa história deram ao instituto da CPI o grau e o poder que a CPI tem. Isso foi dado na Constituição de 1946. E não tinha na Constituição de 1937, Polaca, porque era uma Constituição autoritária do Estado Novo. Isso não tinha com esses poderes na Constituição de 1967 e na Emenda Constitucional de 1969, porque eram duas Constituições do regime de exceção. Isso voltou na Constituição de 1988, porque a Constituição entendeu que o princípio da separação dos Poderes tinha que assegurar ao Legislativo... Não é à toa, Sra. Presidente, colegas Senadoras e Senadores, a arquitetura desta Praça dos Três Poderes, tendo o Congresso Nacional ao centro. O Congresso Nacional ao centro é a Casa da representação popular. É por isso que a Constituição – a Constituição – deu ao Congresso Nacional poderes típicos e poderes atípicos.

CPI é poder atípico, é poder de investigação. Eu não posso desmerecer o instituto de CPI pelo fato de uma ou outra CPI ter fracassado, ter sido desmoralizada. Não se pode desmoralizar o instituto,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque se desmoraliza a Constituição. Não podemos levar isso em consideração para a desmoralização do que está no Texto Constitucional.

Sra. Presidente, só para que eu possa garantir...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Recupere o meu tempo.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu vou recuperar.

Eu peço, por favor, silêncio. Nós temos um orador. Nós já estamos na fase final. Eu sei que muitos já devem estar com fome, mas um pouquinho de paciência. Então, peço, por favor, silêncio.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Agradeço, Presidente.

Então, Sra. Presidente, o instituto da comissão parlamentar de inquérito é um instituto presente para assegurar a nós o poder de investigação. E, quando eu dizia que esse instituto não pode ser desmoralizado, veja: uma comissão parlamentar de inquérito aqui no Congresso Nacional resultou no *impeachment* de um Presidente da República no passado. Outra comissão parlamentar de inquérito investigou os esquemas do Orçamento que existiam em 1993. Outra, já foi dito aqui anteriormente, resultou em uma reforma do Judiciário, que deu luz ao Conselho Nacional de Justiça. Pouco se sabe, mas foi na CPI do Judiciário, em 1999, que adveio, em seguida, o Conselho Nacional de Justiça como instituição de controle externo do Judiciário.

Outro aspecto, Sra. Presidente... A palavra não é minha. A palavra é de Montesquieu, no chamado *O Espírito das Leis*, para falar de separação dos poderes. Ele dizia o seguinte: é uma experiência eterna que todo homem que tem o poder é levado a abusar dele. Ele vai até que encontre limites. Ele vai até que encontre limites. É o fundador de *O Espírito das Leis*, como nós conhecemos hoje, que estabeleceu a necessidade de ter limites ao abuso de poder.

Eu não quero uma comissão parlamentar de inquérito, de forma alguma, para investigar ou questionar atos judiciais. Se existem aspectos dessa natureza no requerimento, eles podem ser descartados, mas acho que não são atos judiciais, aliás, tenho convicção de que não são atos judiciais – e os colegas da oposição sabem disso – atos de abuso de autoridade, atos de exacerbação de poder, e isso é passível de investigação por conta deste Poder.

Não é, veja, ato jurisdicional escritório de advocacia ter vínculo com o magistrado e o magistrado tomar decisão favorável àquele determinado escritório de advocacia. Isso é corrupção, isso não é ato

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

jurisdicional. E, se não existe uma investigação, este Poder tem a prerrogativa de investigar. Aliás, este Poder, quando instalou a já citada CPI de Brumadinho, está com a tarefa em curso de investigação sobre a atuação de uma empresa privada, que, no nosso entender, é responsável pelos crimes ali cometidos. Não são atos jurisdicionais denúncias que existem – e todos aqui, não douremos a pílula, sabemos que existem – ocorridas sobre vendas de sentença.

E me permitam, não acredito... E, aí, falo com a tranquilidade: eu sou daqueles que acatam alguns alertas de colegas da oposição sobre o clima de instabilidade que tem sido ocasionado principalmente por aquele que está no Palácio do Planalto, pelo inquilino do Palácio do Planalto, que é o primeiro a criar o clima de instabilidade no País; eu sou daqueles a alertar as ameaças que tem o Estado democrático de direito daquele que hoje ocupa o Poder central, na Presidência da República, mas eu também sou daqueles que acreditam que nenhum Estado de direito se constrói tranquilamente enquanto nós não tivermos equilíbrio do funcionamento dos Poderes e nenhum Estado de direito enquanto cada um dos seus Poderes não cumprir com sua atribuição.

O poder de investigação de CPI que nos é dado pela Constituição é poder atípico nosso para ser utilizado quando bem entendermos contra excessos de quem quer que tenha cometido. Não há dúvida de que existem excessos que precisam ser investigados.

Aliás, falo para concluir, Sra. Presidente, a Constituição no art. 2º que proclama um princípio que deve ser defendido por todos nós, o da independência e harmonia dos Poderes. Muitos lamentavelmente compreendem mal quando a Constituição fala em harmonia. O harmônico que o Constituinte quis, que o fundador do espírito das leis estabeleceu lá pelo ano de 1700 na França, Barão de Montesquieu, e que está insculpido na nossa Constituição não significa cumplicidade, o harmônico significa a garantia de cada um dos Poderes exercer com autonomia e independência o seu dever.

Instalar comissão parlamentar de inquérito, cumprindo os pré-requisitos de fatos a serem investigados e tendo a assinatura de um terço das Casas, é um dos papéis autônomos e independentes que este Senado tem.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço ao Senador Randolfe.

Com a palavra o Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE. Para discutir.) – Muito boa tarde a todos os Senadores e Senadoras.

Presidente Simone Tebet, eu queria, em primeiro lugar, agradecer a V. Exa. pela oportunidade de poder falar mesmo sem ser desta Comissão de Constituição e Justiça, umas das Comissões mais importantes do Senado – a mais importante, a gente pode afirmar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu queria fazer uma colocação do fundo do coração e da alma: nós estamos tendo uma oportunidade, neste momento da democracia brasileira, de restabelecer a confiança do povo brasileiro no Poder Judiciário. Triste de uma democracia em que a população não confia no Judiciário! Quando não confia na gente, no Poder Legislativo, é muito fácil: vota; quando não confia no Poder Executivo: vota e tira. Então, essa CPI eu considero uma grande oportunidade, inclusive, para que os bons que estão no Poder Judiciário possam mostrar a sua honestidade, a sua credibilidade. Mas os fatos determinantes dessa CPI – que eu assinei pela primeira vez, assinei pela segunda vez e assinarei 29 vezes se for o caso –, eu acredito que é uma prerrogativa de que não há como a gente se omitir.

Eu vejo que o Senado Federal está lá, é competência dele em casos como esse. Eu discordo de alguns colegas que falaram que CPI – quero deixar bem claro que eu respeito a opinião de todos os colegas aqui, porque foram eleitos pelo povo, merecem todo respeito – não tem eficácia. Nós tivemos casos, como foi colocado aqui pelo Senador Randolfe Rodrigues, a CPI dos anões do orçamento, daquele escândalo, de 1993 para 1994, em que foram cassados sete Deputados. Então, o Poder Judiciário do nosso País...

Vou citar uma frase de Martin Luther King, grande humanista, pacifista, que diz o seguinte: "A injustiça em qualquer lugar é uma ameaça à justiça em todo lugar". Essa CPI é uma demanda da sociedade brasileira, pelos quatro cantos por que eu tenho andado, por pautas que eu abraço, no Brasil, não apenas na minha terra, no meu Ceará, mas essa demanda é do povo brasileiro. Ela está crescendo. O povo merece esse respeito, merece essa voz aqui. E nós não vamos nos calar. Não vamos nos calar, inclusive, pelas intimidações que recebemos aqui nesta Casa.

Eu dez minutos, eu gosto sempre de repetir esse fato – onde há fumaça, há fogo –, em que o Senador Alessandro Vieira apresentou o requerimento lá no Plenário do Senado, há cerca de um mês e pouco, na porta dele, dez minutos depois, havia um assessor legislativo da Presidência do Supremo Tribunal Federal querendo saber que Senadores assinaram a lista, os nomes dos Senadores que assinaram a lista.

Isso é muito grave, isso é muito preocupante. Nós estamos aqui, neste momento, deliberando sobre algo importante para a nossa democracia. Não podemos perder essa oportunidade de deixar a população próxima ao Senado, talvez pela primeira vez depois de décadas. A população está acreditando no Senado Federal, e nós precisamos manter essa união, e não nos apartarmos.

Para encerrar, eu queria fazer um apelo aos colegas aqui que vão votar agora para refletirem sobre esse momento que a gente está vivendo. Eu acredito que essa CPI vai sair, Presidente. Se não sair agora, vai sair porque a população do Brasil acordou, vai querer saber a verdade – a verdade sempre triunfa –, e essa demanda da sociedade só tende a aumentar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós vamos resistir. Esse grupo de Senadores, hoje de 29, nós vamos estar juntos, vamos estar sensibilizando colega a colega, porque não podemos transformar Brasília em uma bastilha. É um momento importantíssimo da nossa Nação. A população mostrou nas urnas e nas urnas o que quer, o que pensa. A crise que a gente está vivendo é uma crise econômica, sim; é uma crise social, sim, com 13 milhões de desempregados. Precisamos resolver? Precisamos. É uma crise política? Sim, mas a mãe de todas as crises, a maior das crises que a gente vive é a crise moral.

Tudo vai desembocar no Judiciário, tudo que formos votar desemboca no Judiciário. Então, nós não podemos ter Ministros sob suspeita, com vasta documentação nesses 13 pontos que foram determinados, e isso precisa ser esclarecido para o bem da Nação, porque é uma importante atitude. O Senado não pode se omitir de fazer essa CPI, de buscar a verdade através desse instrumento, que é um instrumento da minoria.

Muito obrigado pela oportunidade e boa sorte a todos.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu é que agradeço, Senador Eduardo Girão.

Com a palavra o Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Para discutir.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu tenho ouvido atentamente todos que me precederam e quero afirmar que, apesar do esforço daqueles que apoiam o recurso que está sendo submetido à apreciação desta Comissão, eles não trouxeram argumentos que fossem capazes de refutar o parecer do Senador Rogério Carvalho, nem tampouco os argumentos que foram aditados pelo Senador Marcos Rogério e, sobretudo, pelo meu colega de Minas Gerais, Senador Rodrigo Pacheco, que avaliou um a um os fatos ditos determinados para sustentar o pedido dessa Comissão Parlamentar de Inquérito.

Respeito a opinião em contrário, mas estou convencido – convencido como Parlamentar, como representante de Pernambuco, como um Parlamentar que acredita que o Brasil precisa se reencontrar com a sua trajetória de crescimento, de desenvolvimento – de que do a gente menos precisa agora é de um confronto entre Poderes. Essa CPI inexoravelmente irá produzir uma confrontação entre o Poder Judiciário e o Poder Legislativo, e quem vai perder é a população brasileira.

O Presidente Bolsonaro tem uma agenda clara de retomada do desenvolvimento e do crescimento, apresentou propostas de reformas importantes, como a reforma da previdência, pacote de combate à corrupção e ao crime organizado, uma agenda de diminuição do Estado para promover um amplo programa de desestatização, simplificação tributária, procurando reduzir a carga fiscal sobre as empresas brasileiras e cobrar mais dos mais ricos, sobretudo na taxação sobre dividendos. O Presidente tem compromisso com os mais pobres ao anunciar ontem, na Marcha dos Prefeitos, o pagamento do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

décimo terceiro do Bolsa Família. O Presidente tem compromisso com os trabalhadores ao defender, através do Ministério da Saúde, o terceiro turno do atendimento nas unidades básicas de saúde. O País reclama da falta de emprego, há fila de desempregados em todos os Estados brasileiros. Eu sou de um Estado... O maior número de desempregados do Nordeste está em Pernambuco, que foi o que mais produziu desemprego nestes últimos quatro anos.

O que nós estamos precisando é de harmonia, é de respeito entre os Poderes e foco na nossa agenda aqui dos projetos de reforma, para que o Brasil possa reencontrar de novo com o crescimento e com o desenvolvimento.

Eu acredito nisso, Sra. Presidente. E quero dizer que voto de maneira tranquila. Não fará bem ao Brasil a instalação desta CPI. Por isso eu estimo que, de forma expressiva, esta Comissão de Constituição e Justiça vai rejeitar o recurso, que será confirmado no Plenário do Senado Federal, para que nós não nos dispersemos tratando de assuntos que não vão animar e embalar aquilo que interessa à população brasileira.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Senador Fernando Bezerra.

Penúltimo orador inscrito, Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Para discutir.) – Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sras. Senadoras, Srs. Senadores, eu considero que talvez seja importante fazer algumas colocações sobre o assunto transcendental que nós discutimos neste momento aqui na Comissão de Constituição e Justiça.

Comissão Parlamentar de Inquérito significa, em português claro, uma comissão extraordinária, especial, especialíssima, porque, como todos sabem, não cabe ao Legislativo dar o primeiro passo no rumo de fazer qualquer investigação, salvo quando essa investigação, Serra, não está sendo feita pelos canais legais. Aí, sim, se justifica, por uma decisão política – porque todas as decisões desta Casa são políticas, qualquer exigência técnica é para ser adequada a uma decisão política –, fazer uma Comissão Parlamentar de Inquérito. Nós nunca tivemos isso, salvo num momento do Antonio Carlos Magalhães, que era um grande amigo, um homem público da maior qualidade, e havia uma correlação diferente aqui – é bom que todos saibam – no Senado Federal porque havia uma convergência do DEM com o PT para fazer uma investigação com o fato citado único que era o do tribunal do Lalau lá em São Paulo, cujo objetivo – todos sabiam – era prender o Senador Luiz Estevão, condenado, prendê-lo, o que na verdade aconteceu.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como evidentemente não havia ali nenhum canal legal investigando aquele fato... Eu digo isso porque estava aqui, participei dessas Comissões. Depois, como consequência da Comissão, nós criamos uma comissão para fazer o acompanhamento das proposições da Comissão. Eu fui indicado Presidente dessa comissão, que, diferentemente de outras comissões, apagou crises na sequência. Uma delas foi a crise de um ministro do Governo Fernando Henrique Cardoso, que teve que vir depor nessa Comissão, e a coisa foi evidentemente administrada. Havia na época uma radicalização muito grande de setores da oposição, mas houve uma convergência no sentido de que aquilo ali, Senadora Simone, em nenhum momento, poderia significar prioridade do Senado Federal.

Ora, todos falaram aqui: nós temos um terço da população desempregada ou subempregada, na informalidade – um terço. O Brasil nunca viveu uma circunstância nem parecida com essa. Não há investimento público. Até os recursos da assistência social, há três meses não são mandados nem para Estados nem para Municípios. E olha que o Ministro da assistência social, da Cidadania substituiu a si mesmo. Se há um ministério onde não dá para justificar descontinuidade de poder, aquele ministério é o melhor exemplo.

Então, não tem sentido, absolutamente nenhum sentido nós deixarmos de fazer uma agenda para tocar em questões fulcrais do ponto de vista da economia, do ponto de vista da reforma política. O que se fez aqui na reforma política foi um simulacro. O Brasil vive lutando – e alguns falaram isso – para diminuir o número de partidos. E o que o Congresso fez? O Congresso conseguiu recursos públicos, anulou as doações privadas e só fortaleceu as cúpulas desses quase 40 partidos. Isso precisa ser reformado. Isso tem que ser passado a limpo. Se nós não tivermos a transparência absoluta no sistema de financiamento das campanhas eleitorais, o que é que nós vamos ter? Nós vamos ficar aqui brincando. A maneira de a gente meter a cabeça debaixo da areia é inventar aqui uma Comissão Parlamentar de Inquérito, investigar o Judiciário, sem saber o que isso significa do ponto de vista da democracia, do ponto de vista da relação dos Poderes – que têm que ser independentes –, que tem que ser harmoniosa. Não é papel do Congresso Nacional se atirar em meio a um momento de complexo, de grade confusão, em que o próprio Governo... Eu ontem fiz questão de elogiar a defesa que o Presidente Bolsonaro fez na 22ª Marcha de Prefeitos em Brasília para aprovação daquela emenda que faz a transferência de fundo a fundo. Aquilo foi muito importante, mas é preciso, com isenção, dar crédito ao Bolsonaro, que foi lá à Marcha de Prefeitos e defendeu aquela solução. O Congresso acertou, porque deu agilidade à aprovação daquele fato. Foi uma grande decisão daquela Casa, mas a oposição está meio tonta, porque a circunstância nacional nos depara com um Governo que é, ao mesmo tempo, Governo e oposição, e tem sido imbatível na produção de fatos que desgastam o próprio Governo. É, em outras palavras, o Governo fazendo oposição a si mesmo. O Governo traçou uma estratégia, perseguiu a estratégia e obteve os resultados, que são estes aí: uma queda, da penúltima pesquisa para a última, de 15%, e agora uma queda avassaladora nos índices de aprovação do Governo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A oposição não sabe o que fazer. Eu vejo aqui líderes, expoentes máximos da oposição. Nenhum fez uma crítica tão veraz e tão contundente quanto a crítica que o Olavo de Carvalho fez, nem mesmo tão contundente e veraz como as críticas que os Deputados do PSL também fizeram.

Eu acho que, para consertar isso aí, basta apenas mudar a estratégia. Já que o Governo definiu uma estratégia a partir de objetivos preestabelecidos, na hora em que ele inverter a estratégia, é óbvio que ele vai obter outros resultados. Mas eu acho que uma insanidade, um tiro no pé é criar condições para que o Supremo Tribunal Federal – não estou dizendo com isso que quem quer CPI quer impor isso ao Supremo Tribunal Federal... Isso cria mais uma condição para que o Supremo Tribunal Federal seja chantageado. São vários os Ministros do Supremo Tribunal Federal – e não é de agora – que estão chantageados – chantageados. Estão sendo bombardeados para que aquilo, de certa forma, iniba o que ele deve ou não fazer como juiz. O momento que nós vivemos hoje é para dificultar um juiz de pegar um avião. Se ele for juiz e quiser julgar com a Constituição e com as leis, ele vai ter dificuldade de pegar um avião, porque você se depara, nos aviões...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Já estou encerrando, minha Presidente Simone.

Você se depara com provocadores de toda ordem. Essa exacerbação na sociedade, esse ódio que não tem fim, nos coloca em duas situações: quando a pessoa nos identifica e tem simpatia, pede para fazer um *selfie.* (*Risos.*)

Quando nos identifica e não tem simpatia, faz uma cara feia, dá um beliscão na acompanhante, dá três passos e faz um xingamento. O Parlamento já é acostumado com tudo isso.

Eu cheguei aqui em 1983. E agora mais aliviado, porque eu não cumpro tarefas superiores, eu estou aqui para o exercício do meu mandato em nome do povo de Alagoas. Eu compreendo que eu posso...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... com mais isenção, ajudar muito mais o Brasil. Quem sabe se nós fizermos uma agenda com reforma tributária, com a solução do problema dos Estados – os Estados estão quebrados –, se vai haver mesmo ou não condições para tocar a cessão onerosa. Não havendo a cessão onerosa, o que pode ser feito com relação à securitização das dívidas. Os Estados estão quebrando.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Onze Estados já têm salários atrasados – onze Estados. E outros irão para essa mesma circunstância.

Então, as energias da gente, que são muitas – sobretudo reforçadas agora pela energia de jovens competentes Senadores e Senadoras que chegam a esta Casa –, devem ser melhor aproveitadas, racionalmente, no sentido de que nós possamos apontar saídas para o nosso País, de maneira suprapartidária, conversando com todos. Eu acho que o Governo está errado quando não quer conversar.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Conversar não arranca pedaço. Democracia se faz conversando, sim. Não acredito que o Twitter substitua uma conversa. São...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Para concluir, Senador Renan, por favor. Eu peço desculpas.

Por favor, pode concluir o raciocínio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Para concluir, eu quero dizer à Senadora Simone Tebet e aos Senadores que integram esta Comissão que é muito importante que, em defesa da democracia, em defesa da separação dos Poderes, em respeito ao papel de cada um, nós possamos definitivamente arquivar essa Comissão Parlamentar de Inquérito, porque ela não vai colaborar em nada para melhorar esse ambiente que vivemos hoje no Brasil. Pelo contrário: ela vai criar condições para complicar todos, inclusive a própria convivência entre nós aqui, que é uma coisa que tem evoluído bastante, e aqui nesta Comissão eu atribuo muito à liderança de V. Exa.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada. Obrigada pela compreensão do tempo.

A última oradora inscrita, Senadora Leila Barros.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. Para discutir.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu vou ser bem rápida com relação à minha posição.

Sou jovem na Casa, é minha primeira experiência no Legislativo, mas independentemente de estar Senadora, de ser Senadora ou não, eu estou na rua sempre, diariamente. Eu estou no supermercado, vocês podem acreditar, eu abasteço o meu carro, eu levo o meu filho na escola, eu sou uma cidadã comum. E quando eu me prontifiquei a assinar a Lava Toga, é porque eu estou na rua e eu converso com as pessoas. Eu não estou só na minha base, eu não estou só no meu partido político, eu não converso só com o meu grupo político, eu falo com a população. E o Girão falou muito bem, essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

CPI é um apelo, é um clamor da população brasileira. E nós aqui fomos eleitos, sim, pela população brasileira. Então, eu peço encarecidamente...

Aqui nós temos mestres na área jurídica, não vamos discutir Regimento, não estamos discutindo nada. Nós estamos discutindo questões éticas e morais. O que está pesando aqui hoje é a moral e os interesses pessoais, porque aqui já foi citado várias vezes que um Poder é independente do outro. Um Poder é independente do outro. Eu, estando na condição de política ou não, hoje, acima de tudo eu estive do outro lado como cidadã, como uma pessoa que votou, que escolheu os meus representantes, e me decepcionei. E eu não vou dar um tiro no meu pé aqui hoje, não. Não vou dar um tiro no meu pé. Eu vou atender o clamor da população.

Eu não estou surfando em onda, não estou. Respeito a todos; todos aqui têm o respeito e a admiração pela trajetória, que, inclusive, como jovem atleta, acompanhei muito, muitos de vocês aqui. Mas ao mesmo tempo estou aqui representando o Distrito Federal, Brasília, e o País, com muitos outros jovens Senadores. Então, se para a Lava Toga, mais uma vez, nós tivermos esse requerimento, Senador Alessandro, assinarei uma, assinarei duas, assinarei quantas vezes forem necessárias, porque eu estou, sim, atendendo ao povo do meu País.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Senadora Leila.

Não há mais oradores inscritos nem reinscritos; apenas, com o acordo que fiz com o autor por três minutos improrrogáveis, o autor vai fazer um reparo em relação a um mau entendimento em relação ao seu voto em separado.

Com a palavra, por três minutos improrrogáveis...

A votação não é nominal, por enquanto. A votação é simbólica.

Com a palavra o Senador autor, Alessandro Vieira.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Sra. Senadora, agradecendo pela compreensão, faço agora pequenos reparos para restabelecer a verdade. A omissão, quando ela é deliberada, ela é irmã siamesa da mentira, e a mentira contamina e vicia a democracia.

Primeira situação a se esclarecer: o requerimento da CPI de 1999. Falou-se aqui em mais de uma oportunidade que foi apenas para cuidar do TRT de São Paulo. Não corresponde à verdade. Tratava de desvios, venda de sentenças, corrupção passiva, nepotismo. Nós tínhamos, salvo engano, seis itens no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

requerimento. Então, isso está nos *Anais*. Para quem participou da história, deveria ser mais fácil lembrar.

Segundo ponto: quero agradecer ao Senador Rodrigo Pacheco, foi o primeiro Senador a mencionar os fatos que nós arrolamos na nossa peça, no requerimento da CPI. Mas, ao fazê-lo, infelizmente o Senador Rodrigo partiu também para a omissão deliberada. Eu vou citar só um exemplo, Senador, específico da omissão que foi feita e o quanto ela contamina o entendimento: no item 2, quando a gente menciona, o Senador – e as notas taquigráficas também estão aí – diz que nós estamos falando do fato de o Ministro Gilmar ser sócio de um empreendimento educacional, e ele diz, o Senador Rodrigo: "Não vejo problema nenhum nisso". Isso não corresponde ao que está escrito aqui. É preciso que a gente tenha lealdade com o que está escrito, que é um princípio básico para um debate democrático. O que nós tratamos no item 2 é o relacionamento comercial entre o Ministro do Supremo Tribunal Federal Gilmar Mendes e o Banco Bradesco, que foi consubstanciado em empréstimos na casa dos R$36,5 milhões; empréstimos nos quais ele teve tratamento privilegiado que gerou benefícios acima de R$2,5 milhões em negociações e reduções. Isso não é prestação jurisdicional.

Então, como já disse, no primeiro momento – faço questão de registrar novamente – o posicionamento político deve ser absolutamente respeitado, mesmo que você não concorde com ele. A distorção, a inverdade, não; ela não merece respeito. Porque a gente tem que caminhar não necessariamente no sentido do que falam as redes sociais, mas naquilo que exige a democracia. É independência entre os Poderes de verdade, e não o Poder ajoelhado porque tem integrantes...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – ... que acham que isso é necessário para se manter uma boa convivência com determinados Ministros.

Repito e resgato o que falou, lá atrás, Ramez Tebet, e agora, dia 9, o Ministro Falcão: a independência dos Poderes e a apuração dos malfeitos individuais do Supremo é um elogio ao Supremo, é uma proteção para a instituição. Fora disso, é distorção. Fora disso, é você fragilizar a nossa democracia e colocar este Senado mais uma vez numa posição vergonhosa.

Obrigado pela compreensão, Presidente.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Sra. Presidente, tendo sido citado, a senhora me...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Art. 14. V. Exa. tem a palavra.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG. Para explicação pessoal.) – Perfeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Apenas um esclarecimento. Primeiro, meu absoluto respeito àqueles que tiveram a iniciativa da CPI. Eu fiz todo o meu raciocínio em torno de vários pontos, inclusive, dos três elencados no requerimento da CPI. O requerimento a que o Senador Alessandro se refere, o item a que o Senador Alessandro se refere, é o item 2, que faz referência ao Instituto Brasiliense de Direito Público, que possui como sócio fundador o Ministro Gilmar Mendes. Eu tinha dez minutos e não consegui me aprofundar em nenhum dos itens. Poderia fazê-lo, inclusive, para demonstrar a impertinência da CPI se imiscuindo em questões jurisdicionais. De fato, o item 2 não se refere à decisão jurisdicional do Supremo Tribunal Federal. Revela-se aqui uma condição pessoal do Sr. Gilmar Mendes, enquanto Ministro do Supremo Tribunal Federal, sócio do Instituto Brasiliense de Direito Público, que, por sua vez, tem as suas relações com instituições financeiras, absolutamente naturais para toda e qualquer sociedade empresarial.

E aqui devo dizer que não só sob o ponto de vista processual, dadas as regras de impedimento e suspeição, já se revela aqui que não há nenhum tipo de impedimento para o julgamento do magistrado em razão da situação aqui apontada. Se um instituto tem uma relação comercial com "a" ou com "b" e é dele sócio, não há nenhum impedimento para julgamento de ações aqui referidas do Banco Bradesco no Supremo Tribunal Federal.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Então, já não há regra de impedimento, o que dirá presumir má-fé, corrupção ou algo que o valha em relação a um Ministro do Supremo Tribunal Federal por conta de uma situação desse tipo. Não estou aqui como procurador do Sr. Gilmar Mendes. Na verdade, nem o conheço proximamente. E considero que ele comete muitas decisões erradas também, como todo e qualquer ser humano que é juiz, que é magistrado. Mas, definitivamente, esse fato não é um fato determinado para impor ao Senado da República uma Comissão Parlamentar de Inquérito, porque aqui não se tem sequer impedimento processual apontado na relação do Sr. Ministro Gilmar Mendes com esse instituto, por sua vez com as empresas com as quais tem relação comercial.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Feitos os esclarecimentos, está encerrada a discussão.

Não há mais oradores inscritos.

Vamos à votação.

Vamos esclarecer. Nós estamos votando aqui o relatório do Senador Rogério Carvalho. Então, aqueles que quiserem votar favoravelmente ao relatório, vão permanecer como se encontram. Os demais, claro, que se manifestem.

Então, eu vou colocar agora em votação o relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que aprovam o relatório permaneçam como se encontram.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Verificação, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Apoiado por quais Senadores, por favor?

Senador Amin...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Lasier, Alessandro.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Senador Lasier, só para constar em ata, e Senador... Enfim, temos aí a Senadora Selma, três Senadores apoiando a votação nominal.

Esta Presidência solicita, portanto, à equipe de apoio que abra o painel para votação secreta, votação nominal, desculpa. A votação é aberta mas é nominal.

Repetindo, os Srs. e Sras. Senadoras que quiserem votar favoravelmente ao relatório do Senador Rogério Carvalho vão votar "sim". O Senador ou a Senadora que quiser votar contrário vai votar "não".

As Sras. e os Srs. Senadores já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sra. Presidente, vamos aguardar um pouquinho porque o Senador Veneziano avisou que está a caminho para exercer o direito de voto.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – O Senador Kajuru também.

Nós vamos dar aí três minutos, é um tempo suficiente. Três minutos contados e abriremos o painel. (*Pausa.*)

"Sim" acompanha o relatório do Senador Rogério de Carvalho. E "não", contrário ao relatório.

Aguardando apenas o Senador Kajuru para podermos proclamar o resultado e encerrar a votação. (*Pausa.*)

Não, ainda não, Senador. (*Fora do microfone.*)

Não, mas quando é assim cancela-se o voto do suplente e o do titular passa a ser computado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ele é o primeiro suplente, ele tem preferência sobre os demais. (*Fora do microfone.*)

Pergunto às Sras. e aos Srs. Senadores se todos já votaram, se podemos encerrar a votação.

Então está encerrada a votação.

Solicito à equipe da Secretaria que possa abrir o painel para que possamos proclamar o resultado.

Votaram SIM 19 Srs. Senadores; NÃO, 7.

Nenhuma abstenção.

Portanto, está aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão.

A matéria vai ao Plenário.

Declaro, em função da hora e, conforme já acordado com os Líderes, que esta pauta remanescente ficará para a próxima reunião ordinária, a ser marcada para daqui a 15 dias.

Está encerrada a presente reunião

Agradeço a todos.

(Iniciada às 10 horas e 09 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 24 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 10ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE ABRIL DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às onze horas e vinte e três minutos do dia dezesseis de abril de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência da Senadora Simone Tebet, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Eduardo Braga, José Maranhão, Esperidião Amin, Fernando Bezerra Coelho, Marcio Bittar, Marcelo Castro, Daniella Ribeiro, Luis Carlos Heinze, Antonio Anastasia, Tasso Jereissati, Oriovisto Guimarães, Rose de Freitas, Rodrigo Cunha, Lasier Martins, Major Olimpio, Flávio Bolsonaro, Veneziano Vital do Rêgo, Fabiano Contarato, Alessandro Vieira, Jorge Kajuru, Randolfe Rodrigues, Leila Barros, Humberto Costa, Paulo Rocha, Arolde de Oliveira, Sérgio Petecão, Nelsinho Trad, Rodrigo Pacheco, Marcos Rogério, Jorginho Mello, Zequinha Marinho, Maria do Carmo Alves e Wellington Fagundes. Registram a presença e usam da palavra os Senadores Eliziane Gama e Alvaro Dias. Deixam de comparecer os Senadores Mecias de Jesus, Jader Barbalho, Ciro Nogueira, Elmano Férrer, Juíza Selma, Cid Gomes, Weverton, Renilde Bulhões, Rogério Carvalho, Otto Alencar e Angelo Coronel. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da 9ª Reunião Ordinária, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - Projeto de Lei nº 1321, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995 (Lei dos Partidos Políticos), a fim de assegurar autonomia aos partidos políticos para definir o prazo de duração dos mandatos dos membros dos seus órgãos partidários permanentes ou provisórios; e dá outras providências." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Marcos Rogério. Relatório: Favorável ao Projeto com as Emendas 5, 7 e 8, e contrário às demais emendas apresentadas. Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 5-PLEN, 7-CCJ e 8-CCJ, e contrário às demais Emendas. Votam vencidos os Senadores Fabiano Contarato, Randolfe Rodrigues, Oriovisto Guimarães, Alessandro Vieira e Jorge Kajuru. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e vinte e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Simone Tebet
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 10ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura. Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 9ª Reunião, Ordinária.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à deliberação exclusiva de um único item, que se trata do Projeto de Lei nº 1.321, de 2019, em caráter não terminativo nesta Comissão.

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 1321, de 2019

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995 (Lei dos Partidos Políticos), a fim de assegurar autonomia aos partidos políticos para definir o prazo de duração dos mandatos dos membros dos seus órgãos partidários permanentes ou provisórios; e dá outras providências.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Marcos Rogério

Relatório: Favorável ao Projeto e contrário às emendas apresentadas.

Observações:

- Em 10/04/2019, foram recebidas as Emendas nºs 3-Plen a 5-Plen de autoria do Senador Lasier Martins;

- Em 11/04/2019, foi aprovado o Requerimento nº 281, de 2019, de autoria do Senador Ciro Nogueira, que solicita a retirada das Emendas nºs 1-Plen e 2-Plen;

- Em 11/04/2019, foi recebida a Emenda nº 6 de autoria do Senador Lasier Martins (dependendo de relatório);

- Em 16/04/2019, foi recebida a Emenda nº 7 de autoria do Senador Fabiano Contarato (dependendo de relatório).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também hoje foi recebida a Emenda nº 8, de autoria do Senador Alessandro Vieira (dependendo de relatório); e as Emendas nºs 9 e 10, de autoria do Senador Oriovisto Guimarães (também dependendo de relatório).

Concedo a palavra, nesse instante, ao Relator, Senador Marcos Rogério, para proferir seu relatório.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Para proferir relatório.) – Sra. Presidente, Senadora Simone Tebet; Sras. e Srs. Senadores, indago se faço a leitura do relatório ou se posso ir direto ao voto.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – V. Exa. tem, nesse caso, soberania para decidir, mais do que autonomia. (*Risos.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Muito obrigado. Passarei direto à análise.

O projeto é constitucional, tanto sob seus aspectos formais, quanto materiais. A iniciativa respeita o art. 61 da Constituição Federal, bem como as demais normas relativas ao processo legislativo.

Ao mesmo tempo, trata de matéria atinente aos partidos políticos, ampliando-lhes a autonomia e, por consequência, dando aplicação ao art. 17 da Constituição Federal.

No mérito, vemos como acertadas as inovações preconizadas pelo projeto. A duração do mandato de seus dirigentes deve ser objeto de livre disposição dos estatutos partidários. Desarrazoada, portanto, a exigência estabelecida recentemente pelo Tribunal Superior Eleitoral de que a duração máxima dos órgãos partidários temporários seja de tão somente 180 dias. Em compensação, parece-nos razoável estabelecer um prazo de vigência de órgãos temporários, em nome da segurança jurídica e da transparência.

Quanto às medidas relacionadas à prestação de contas, também entendemos equitativo e isonômico que somente órgãos partidários com movimentação financeira sejam instados a prestar informações e documentação suficientes para justificar seus gastos e que aqueles que não tenham tido movimentação financeira possam manter sua inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) ou requerer a reativação de sua inscrição na Receita Federal, independentemente do pagamento de taxas e multas.

Também consideramos desproporcional que os partidos que não conseguiram atender às novas determinações da Justiça Eleitoral relativas à aplicação de recursos em candidaturas femininas em prazo tão exíguo sejam penalizados com rejeição de suas contas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ademais, a utilização, no financiamento das candidaturas femininas até as eleições de 2018, da quota inicialmente prevista em lei para a promoção da participação política feminina acumulada em diversos exercícios financeiros nos parece consentâneo com o que decidiu o próprio Supremo Tribunal Federal. Lembramos que o §5º-A do art. 44 da Lei nº 9.096, de 1995, que autorizava essa acumulação, foi declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5.617, de relatoria do Ministro Edson Fachin. No entanto, ao modular a decisão, validou a possibilidade de aplicação do dispositivo nas eleições de 2018.

Passo à análise das emendas apresentadas.

A Emenda nº 3, como vimos, suprime o §7º do art. 32 da Lei 9.096, na forma do projeto, que veda a inscrição dos dirigentes partidários no Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados do Setor Público Federal (Cadin). Para o autor, o dispositivo pode ensejar estímulo à irresponsabilidade no trato dos recursos públicos destinados aos partidos.

A Emenda nº 4 suprime o §4º do art. 3º da Lei 9.096, na forma do projeto, que veda a extinção automática do órgão e o cancelamento de sua inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ). Argumenta o autor que não faz sentido estabelecer um prazo máximo de vigência dos órgãos provisórios dos partidos políticos de oito anos, no caso, e vedar as punições cabíveis no caso de seu não cumprimento.

A Emenda nº 5 dá nova redação ao §3º do art. 3º da Lei 9.096, na forma do projeto, de maneira a reduzir o prazo máximo de vigência dos órgãos provisórios de oito para dois anos. Considera o autor o prazo de dois anos razoável, visto que o prazo vigente, de 180 dias, seria insuficiente para criação de órgãos permanentes e o prazo proposto de oito anos, excessivo, facilitando a perpetuação de oligarquias partidárias.

Finalmente, a Emenda nº 6, apresentada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, veda o acesso aos recursos do fundo partidário pelos partidos políticos que tiveram débitos fiscais ou previdenciários em aberto ou parcelamentos dessa natureza em atraso por mais de 90 dias. Para o autor, não se justifica a existência de débitos dessa natureza, uma vez que os partidos políticos recebem recursos do fundo partidário que podem ser utilizados com essa finalidade.

Foi apresentada também à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania a Emenda nº 7, de autoria do Senador Fabiano Contarato, que suprime o art. 55-C da Lei 9.096, na forma do art. 2º do Projeto de Lei 1.321, de 2019. Considera o autor que a proposta constitui uma anistia a partidos que não cumpriram a legislação vigente, que manda destinar ao menos 5% dos recursos do fundo partidário a programas de promoção da participação política das mulheres.

No tocante às Emendas de nºs 3 a 6, embora meritórias, com o objetivo claro de aperfeiçoar a legislação eleitoral e partidária, entendemos que não merecem acolhida e propugnamos, portanto, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aprovação do projeto na forma presente, em primeiro lugar, em razão do mandamento constitucional que assegura a autonomia dos partidos políticos. Embora o prazo de dois anos tenha, a nosso ver, razoabilidade maior, não cabe dúvida de que os oito anos propostos no projeto constituem um limite mais elástico, que maximiza o grau de autonomia dos partidos garantido na Constituição; em segundo lugar, cabe analisar ainda que a matéria se refere a prazo máximo, ou seja, está ao alcance de todos os partidos, se assim deliberarem, optar por um prazo menor de um ou dois anos, ou mesmo adotar o prazo estatuído pelo Tribunal Superior Eleitoral; em terceiro lugar, não podemos ignorar que a aprovação da matéria é urgente em razão das consequências eleitorais da provável caducidade de um número significativo de direções municipais provisórias a partir de julho deste ano. É necessário, portanto, dar segurança jurídica a esses entes. Em contraste, o aperfeiçoamento posterior da regra eventualmente aprovada no momento sempre será possível.

Com relação à Emenda nº 7, constatamos que os novos arts. 55-A e 55-C tratam das consequências do descumprimento do art. 44, V, da Lei dos Partidos. Não vemos razão para manter ambas as alíneas. Por isso, sugerimos a supressão do art. 55-C, sem qualquer impacto no mérito do projeto.

E faço isso... Estou aqui acolhendo como Relator... Não estou acolhendo a emenda apresentada, sugerida porque ela propõe a supressão desse inciso num formato que implicaria modificações de mérito, fazendo a matéria ser remetida à Câmara dos Deputados. O que estou identificando na matéria aqui são dois pontos apresentados na mesma matéria tratando do mesmo objeto. Portanto, trata-se de uma mudança de redação para aperfeiçoar o projeto, sem adentrar o mérito da matéria, não havendo necessidade de remessa à Casa que iniciou a tramitação dela. Assim, estou fazendo a supressão da alínea "c" do art. 55. No que diz respeito à Emenda nº 7, eu já me manifestei.

O voto, Sra. Presidente, é nos seguintes termos:

> Ante o exposto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.321, de 2019, com rejeição das emendas a ele apresentadas.

A única exceção que faço de mudança de texto é com relação à alínea "c", Sra. Presidente.

É como voto.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – Para discutir, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Muito obrigada ao nosso Relator, Senador Marcos Rogério.

Passamos à discussão da matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pela ordem, já estão inscritos os Senadores Jorge Kajuru, Alessandro Vieira, Major Olímpio, Espiridião Amin e Lasier Martins.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Pela ordem, Sra. Presidente, peço a palavra.

Fabiano Contarato.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra, pela ordem, Senador Fabiano.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Ah, não! É só a minha inscrição!

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Quer fazer a inscrição?

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Perfeito.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Está inscrito.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO. Para discutir.) – Sra. Presidente Simone Tebet, Sras. e Srs. Senadores, brasileiros e brasileiras, na sociedade brasileira de hoje, a vida política está edificando paradoxos – e paradoxos significam a pluralidade de uma Nação diversificada étnica, racial e culturalmente, que evolui duramente por séculos sem rupturas ou guerras fratricidas de dimensão nacional – e está sendo usada para a manipulação da intolerância e para o aprofundamento da radicalização de preconceitos.

Em detrimento da evolução de uma democracia política, social, econômica, racial, étnica e religiosa ampla e participativa, estamos avançando de costas para o almejado futuro de prosperidade e paz para o nosso povo. As nossas instituições consagradas na Constituição cidadã como filhas do poder originário do povo, que deveriam ser governadas pelo povo em benefício dos interesses e das aspirações do povo, na realidade estão se transformando em instrumentos de restrições de direito, espoliação econômica, opressão social e aprofundamento do fosso das desigualdades. Isso se confirma com a assustadora perda da credibilidade popular, que as enfraquece. A política, suas instituições e seus agentes nunca estiveram tão desacreditados, embora, felizmente, na pesquisa Datafolha do último sábado, esta Casa tenha tido um aumento considerável de aprovação em relação ao que se verificava em anos anteriores.

O pior de todos esses paradoxos é que os partidos políticos, organizações cujos projetos de nação e a coerência das práxis deveriam sedimentar a democracia, são, entre todas as instituições da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

República, as de menor prestígio, credibilidade e respeito perante a opinião pública. As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores certamente já se perguntaram por que os partidos são tão desprestigiados. A resposta resume-se à preponderância dos interesses particulares e corporativos em detrimento do interesse público. Pode haver algum exagero na intensidade da rejeição do popular aos partidos, mas, na essência, esse descrédito dos partidos se fundamenta em um processo de burocratização que atinge a grande maioria dos partidos não só no Brasil. Eles se afastam da sociedade e das bases que deveriam representar, tornam-se um corpo à parte, sem renovação de suas direções, sem possibilidade da permeabilidade social e sem democracia interna.

Assim, concluo, esse Projeto de Lei 1.321/2019 surgiu, segundo alegam seus defensores, como resposta a uma intromissão do TSE na vida *interna corporis* dos partidos, quando aquele órgão da Justiça eleitoral baixou resolução determinando prazo para efetivação das direções definitivas dos partidos e limitando a duração das comissões provisórias.

Nada mais justo, Presidente, do que reivindicar a autonomia dos partidos. A lei maior estabeleceu esse princípio para garantir que as organizações partidárias sejam livres e que jamais estejam sujeitas à tutela ou mesmo à intervenção de impulsos arbitrários. Mas eu pergunto às senhoras e aos senhores: é justo usar esse princípio como escudo para perpetuar o poder de caciques partidários através de um círculo vicioso onde os de cima nomeiam os de baixo? Estes, por sua vez, legitimam e sustentam no poder e no controle da organização os de cima. É justo? É razoável propor mandatos de até oito anos para comissões provisórias de partidos que, na sua maioria, funcionam regularmente há décadas? – pergunto. Vejam bem, oito anos! Como se não bastasse, após decorridos esses oito anos, sem que se transformem as comissões provisórias em instâncias definitivas, elas, ainda assim, não serão extintas automaticamente. Triste!

Como nada é previsto legalmente para depois desses oito anos, criaremos propositalmente um vácuo legislativo para perpetuar de fato e de direito mandato dos dirigentes partidários, caso seja aprovada? O Senado não pode cometer uma barbaridade dessas contra a democracia – penso respeitosamente ao relatório apresentado pelo eminente Senador Marcos Rogério. Sim, eu considero essa hipótese um atentado bárbaro contra a democracia porque, para mim, o princípio maior da democracia representativa é aquele que garante aos representados a condição de poder originário...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – ... concluindo –, o poder de eleger pelo voto seus representantes.

Então, coerente com esse princípio, considero essa tentativa de subtrair dos filiados a agremiação partidária, o direito de eleger seus dirigentes, um caminho irreversível para que, em lugar de direções partidárias, haja ditaduras partidárias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Daí, termino, apelo à consciência de cada Senador e cada Senadora e apelo especialmente ao Relator e à Presidência desta Comissão que encontremos uma solução mediada para esse problema.

Acrescento ainda que criar regras especiais para o controle de contas partidárias é um grande equívoco. Neste projeto também se criam o Refis e os estímulos legais.

Para fechar, digo que não desejo, em hipótese alguma, reforçar qualquer embaraço ao funcionamento dos partidos políticos, mas não podemos, a pretexto de ajudá-los, colaborar para restringir as condições democráticas que devem reger a política social no País.

Esse é meu voto rigorosamente contrário.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Senador Kajuru.

Com a palavra, Senador Alessandro Vieira.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. Para discutir.) – Bom dia, Presidente Simone, Relator Marcos.

Antes de qualquer coisa, vou pedir ao Relator que se manifeste com relação às Emendas de nºs 8, 9 e 10, sobre as quais ele ainda não se posicionou.

De logo, refiro-me à Emenda nº 8, que foi apresentada por nós e que tem o objetivo de esclarecer a redação, para garantir que multas, taxas e encargos que estão sendo anistiados nessa proposta legislativa sejam apenas aqueles referentes a sanções pela não prestação de contas, não permitindo uma extensão.

Aproveito o espaço para registrar o nosso entendimento contrário à forma como está tramitando esse projeto: açodada, desnecessariamente acelerada. O prazo que é referido pelo Relator, mês de junho ou julho, comportaria tranquilamente uma discussão mais qualificada do tema, porque se sinaliza para a sociedade uma coisa extremamente negativa, uma movimentação no Congresso Nacional contrária à renovação política, uma movimentação do Congresso Nacional contrária ao cumprimento da própria legislação feita pelo Congresso Nacional. Fazemos uma legislação, não a cumprimos, depois aprovamos uma nova, para que possamos ter anistia, e essa prorrogação maluca de oito anos de uma comissão provisória.

Então, eu quero deixar consignado aqui o meu repúdio a essa forma de tramitação e solicitar do Sr. Relator o acolhimento da Emenda nº 8.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Senador Alessandro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As emendas citadas pelo Senador Alessandro chegaram posteriormente à leitura do relatório. Ele estava analisando as três emendas...

Pergunto ao Relator se já tem condições de proferir o seu parecer em relação às Emendas 8, 9 e 10.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sim, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Então, antes de continuar com a lista de inscrições, passemos ao Relator, para que ele possa se pronunciar a respeito das emendas citadas.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu estou acolhendo a Emenda nº 8, do nobre Senador Alessandro Vieira, e rejeitando as Emendas nºs 9 e 10. Em razão do que já foi explicitado, são emendas que adentram o mérito.

Na Emenda nº 8, ele acrescenta a expressão "relativos à ausência de prestação de contas". Ele dá clareza ao objetivo da norma. Portanto, é o desejo da norma, é o que propõe a norma, mas ele atribui clareza, objetividade.

Então, eu acato a emenda do Senador Alessandro Vieira, por se tratar de emenda de redação que dá maior clareza ao texto, e rejeito as Emendas 9 e 10.

Com relação apenas – não é uma emenda – à ponderação que faz em relação ao tempo de mandato dos partidos, não há lei que trate disso. A Constituição assegura autonomia aos partidos políticos. Portanto, a norma que passa a regular textualmente o tempo de duração dos órgãos de direção partidária é a lei que estamos a aprovar na data de hoje.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Presidente, sobre esse assunto, não é bem assim. Dos 50 partidos que nós temos, não há nenhum com mandato de oito anos.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Senador Amin, eu peço desculpa. É...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Então, é um argumento a respeito disso.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não, não. Eu peço desculpa. Ele está fazendo o seu relatório no que se refere às emendas que chegaram posteriormente.

Na ordem de inscrição e, depois, poderemos finalizar também com o Relator, para que ele possa fazer as considerações finais, só para evitar um embate. Nós temos uma lista já com oito inscritos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou passar a palavra, neste momento, ao Senador Major Olimpio, pela ordem de inscrição.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP. Para discutir.) – Sra. Presidente, Srs. Senadores, com relação a esse projeto, o Congresso deve ter uma preocupação em ocupar o espaço que constitucionalmente é seu.

Nós estamos vivendo um momento em que os tribunais entendem que podem e devem legislar. O TSE, em vez de cumprir com sua missão constitucional, estabelecendo o regramento ou, através das resoluções, o exercício da democracia, os registros de candidaturas, a apuração das contas, a aprovação ou a rejeição parcial ou integral de contas, o processo, quando há indícios veementes da prática do crime eleitoral, quer inovar, legislar, estabelecer as regras, usurpando literalmente competência que é do Legislativo.

Essa norma, em momento oportuno... Eu não vejo açodamento em se estabelecerem regras claras, oportunas, que podem viabilizar ou, se não tivermos o regramento através da lei... Uma resolução do TSE atualmente pode inviabilizar a participação de milhares e milhares de cidadãos que têm uma filiação partidária num partido legitimado e com existência de acordo com a Constituição e a legislação, e que, em determinado momento, por omissão ou não de algum administrador do partido, possa ter tido o partido uma rejeição de contas ou uma punição. Isso acaba sendo um impedimento para que o cidadão que está filiado participe, coloque o seu nome para apreciação da população nas eleições municipais.

Então, eu vejo como oportuno, sim, e que é necessário. A Câmara já votou e discutiu, e nós estamos discutindo neste momento, mas não é simplesmente em função da data limite, 29 de junho, que devemos nos ater, não. A consolidação na legislação, no relatório elaborado e apresentado pelo Senador Rogério neste momento, dá a certeza de que nós teremos um dispositivo legal, aí, sim, elaborado e constituído por quem tem a competência constitucional, que é o Congresso brasileiro, para que o TSE cumpra – não legisle, cumpra.

Nós estamos vivendo momentos duros, repito, em que o Judiciário se porta mais ao que fez no passado D. Pedro quando criou um Poder moderador. Na dúvida, o Judiciário legisla; na dúvida, vai além de o que a Constituição lhe permite. Isso acontece em todos os momentos. E, muitas vezes, quando queremos fazer a nossa obrigação constitucional também de apurar atos, e não entrar no mérito de decisão jurisdicional ou de prestação jurisdicional, quando vamos falar em propina, dinheiro, safadeza, crime, nós mesmos, aqui no Senado, dizemos que não é oportuno, não é o momento. E, neste momento, vale tudo o que for praticado pelo Judiciário.

Não posso deixar, ao terminar minhas considerações, também de manifestar, como já fiz – até agora não tive, acho, as minhas redes sociais ainda bloqueadas, mas não sei, Kajuru já teve, Alessandro não sei, talvez –, porque dois órgãos de imprensa, O Antagonista e Crusoé, sofreram uma lamentável

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

censura em uma determinação do Supremo Tribunal Federal de recolher as revistas, suspender qualquer difusão. Tenho notícia do cumprimento de um mandado de busca na casa de um general da reserva aqui em Brasília. Vejo o art. 5º da Constituição, inciso IX, bem como o art. 220, §2º, que garante a livre expressão, vedando qualquer tipo de censura, ser literalmente rasgado.

Nós estamos aqui discutindo, sim, e devemos preservar harmonia e independência entre os Poderes, mas não a subserviência em que nós estamos nos colocando, tampouco devemos fazer vistas grossas diante de um atentado desses, que não é contra dois órgãos de imprensa. A imprensa tem que ter a responsabilidade sobre tudo que publica. Logicamente tudo aquilo que é publicado está sujeito à apreciação e, em caso de injustiça, a ser passível das punições cíveis e eventualmente penais, mas censuras dessa natureza colocam em risco, aí sim, a democracia. Então, se nós lutamos por democracia, ninguém mais do que nós luta para ter um Judiciário forte, independente, que possa fazer valer o sentido da aplicação da justiça, mas não pode, de forma nenhuma, o próprio Supremo Tribunal Federal, guardião da Constituição, desconsiderar os princípios constitucionais numa eventual preservação corporativista de instituição ou de qualquer um de seus membros.

Continuo a insistir na instalação da CPI do Judiciário, muito embora já tenha sido deliberado nesta Comissão... Nós agora queremos, literalmente, que o Presidente do Senado cumpra a palavra empenhada quanto a como seria o rito após aqui, a CCJ, e paute, efetivamente, porque nós queremos debater e queremos deixar registrada a nossa manifestação da necessidade... Depois desse ato, então, e do conteúdo do que apresenta O Antagonista e a Crusoé, o conteúdo também passa a ser objeto e mais uma justificativa e mais um item fundamental para que haja uma comissão parlamentar de inquérito.

Naturalmente, em relação ao projeto que sedimenta a estrutura partidária no Brasil, eu vou acompanhar o voto do Relator.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. *Fazendo soar a campainha*.) – Obrigada, Senador Major Olimpio.

Pela ordem de inscrição, com a palavra o Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para discutir.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, vou ser muito objetivo porque vou me dispensar de fazer comentários sobre a qualidade legística do texto.

Vou dividir a minha fala em dois pontos.

Primeiro: vou concordar com o Major Olimpio, o que não é tão frequente assim...

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP. *Fora do microfone*.) – Céus!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Mas, depois que céus o levaram até o Paraguai e nós dois juntos participamos do encontro de católicos que dizem ter responsabilidade política, começou a aparecer essa afinidade.

Por isso, a minha primeira palavra é para dizer o seguinte. De partido político, vocês podem todos falar mal. Alguns aqui já passaram por vários, estão procurando a sua noiva e não vão achá-la – estou olhando para o Kajuru e estou me lembrando disso. Se já passou por seis...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO. *Fora do microfone*.) – Eu, só dois.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... o seu destino vai ser ultrapassar dois dígitos. Eu nunca mudei de partido, eu sou um dinossauro. Eu já divergi muito, e não há outra forma de fazer política, salvo quando permitirem – e eu não sei qual será o resultado – candidaturas independentes.

Então, o partido político tem que ser regido por lei, e a Justiça Eleitoral, que é uma instituição brasileira, mas não universal... Os partidos são universais nas democracias, mas a Justiça Eleitoral não existe em todos os países.

Concordo com Major Olimpio quando ele diz que a Justiça Eleitoral tem que cumprir a lei. E cito o exemplo da Resolução 23.465 do Tribunal Superior Eleitoral, que é mais do que lei, porque é o julgador editando leis: aí é um ato de império. A Resolução 23.465 invadiu – e invade, porque está em vigor – a competência do Congresso. Por isso, essa lei, esse dispositivo legal que nós estamos apreciando, esse projeto exige decisão pronta. E o meu partido recomenda, com a vivência de todos aqueles que o dirigem em nível municipal, estadual, do Distrito Federal e nacional que não dá para deixar como está. É esse o sentimento que existe. Por isso o texto tem que ser aprovado, com as imperfeições que ele tem, porque, mesmo com estas, ele não tem as imperfeições, por exemplo, da resolução que eu mencionei e da atuação legiferante, ilegítima da Justiça Eleitoral. Então, isso é a salvaguarda do texto, vamos fazer um mal menor.

Agora, eu quero fazer um apelo ao Presidente. Foi aí a intromissão minha a respeito da Emenda 8 – eu acho, que ele estava rejeitando. Aliás, a 8 o senhor aceitou, a 9 é que não aceitou. Oito anos para a comissão provisória? Isso é uma exorbitância absurda, ilógica, inconstitucional e não tem respaldo algum. Por quê? Porque dos 90 partidos que existem ou estão pretendendo existir no Brasil... Eu quero lembrar aos senhores que no TSE há mais de 50 pedidos. Nesta Casa, temos 22 partidos em operação, que elegeram ou estão operando, e na Câmara, mais de 30. Portanto, nós temos mais partidos do que uma democracia razoavelmente representativa tem operando. Nós temos uma vida partidária fragmentada, e isso é perigoso para a democracia. A República de Weimar que o diga, e tantas outras. A

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fragmentação é que impõe o tal presidencialismo de coalizão, que é o "toma lá dá cá" estabelecido a partir de lei, a partir da possibilidade dessa existência.

Então, eu quero fazer um apelo ao Líder, ao Relator: Relator, eu não voto nos oito anos, e não voto por uma razão muito simples: nenhum desses partidos prevê mandato de oito anos. Deu para entender? Como é que, para eleger, na média são três anos, alguns têm dois, parece que um ou dois têm quatro anos de mandato, mas na média são três anos... Meu partido terá convenção agora no dia 25. Dois ou três anos é a média. Como é que nós vamos permitir comissão provisória prorrogada por oito anos?! Independentemente dos outros defeitos desse projeto, este, como diria o nosso saudoso Deputado Carlinhos Büchele, eu não vou contar a história, esse não tem explicação. Esse não tem explicação, porque quando o provisório exorbita em relação à existência do efetivo, aí nós perdemos o fuso horário, a bússola, e não há GPS que nos corrija. Então, esse é o apelo que eu lhe faço. Olha, há várias soluções para isso. Por exemplo, negociar com o Governo para que ele vete isso. Segundo, retificar para um ou dois anos aqui e diligenciar na Câmara. Se a Câmara quiser perseverar nos oito anos, nós vamos pedir o veto, porque não tem explicação.

No mais, eu aplaudo o esforço do Senador Marcos Rogério de render-se aos fatos – e aos fatos de natureza política – para aprovarmos, com os defeitos que nós sabemos que tem, a média do projeto.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. *Fora do microfone*.) – Com a palavra, pela ordem de inscrição, o Senador Lasier Martins.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS. Para discutir.) – Presidente Simone, Srs. Parlamentares, os partidos políticos são hoje e há bastante tempo no Brasil daquelas organizações mais desprestigiadas pelos brasileiros. As pesquisas têm mostrado isso. Os partidos aparecem na rabeira daquelas instituições pesquisadas. Por isso entendo que nós temos a obrigação de fazer uma boa lei, e essa que estamos aqui discutindo tem defeitos.

Para não ir longe, há a questão da anistia: quando mexemos com verbas públicas, o contribuinte é abusado nesse particular. Verba que deve ser destinada para promoção de campanha acaba se transformando em financiamento de campanha e, agora, se quer anistiar. Por outro lado, ninguém aqui ignora quantos partidos há anos não têm as suas contas aprovadas.

Então, embora desejasse aqui elogiar o trabalho do nosso colega Marcos Rogério, que é um Parlamentar experiente, brilhante, respeitável, eu não posso concordar quando, em seu relatório, acentua o seguinte – e leio: "No tocante às emendas oferecidas, embora visem a aperfeiçoar a legislação eleitoral e partidária, entendemos que não mereçam acolhida, porque inviabilizariam a rápida aprovação de matéria". Ora, o prezado Relator admite que as emendas propostas querem aperfeiçoar, mas, como não dá tempo, vai assim mesmo, de qualquer jeito, com defeito. Ora, isso é inadmissível, é um absurdo!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, depois, essa situação de premência não é bem assim. Há bem poucos dias a Câmara dos Deputados não votou em 24 horas ou em 48 horas o orçamento impositivo a toque de caixa? Aí, dá. Aqui, nós temos ainda, Sra. Presidente, Srs. Senadores, 73 dias para vencer o prazo. Setenta e três dias é muito tempo para se aprimorar essa lei, que, por indolência, o Congresso deixou de fazer há muito tempo e tem deixado para o Eleitoral resolver, quando é missão nossa. Aliás, esta aqui é uma Câmara revisora, portanto compete-nos revisar o que não está bom. E há tempo, repito, há muito tempo.

Então, eu vou votar contrariamente porque sou contra as anistias. Acho que nós devemos ter uma Lei dos Partidos Políticos com maiores rigores, com mais responsabilidade, porque um partido político é uma representação da sociedade e, como tal, tem obrigação de transparência, de modelo, ainda mais quando se sabe que são os partidos políticos que preparam programas de Governo, e o ponto de partida é um bom partido, transparente, idôneo. Essas facilidades, essas frouxidões que estão no projeto não nos servem.

Não bastasse a questão das anistias, há esse prazo absurdo! Transitoriedade em oito anos? Isso não é transitório, isso é abuso! Por isso, uma emenda que fiz para dois anos. Que não sejam dois anos, que sejam quatro, mas oito anos é muita coisa.

Então, eu entendo que esse projeto de lei dos partidos é ruim e não condiz com os tempos em que nós propomos mudanças, uma nova política, a regeneração da política. Esse projeto não é bem aquilo de que nós precisamos.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu agradeço.

Com a palavra, pela ordem de inscrição, o Senador Fabiano Contarato.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES. Para discutir.) – Muito obrigado, Presidente Simone.

Eu tenho que me render à obra de Thomas Hobbes, *Leviatã*, quando ele fala que o homem é mal por natureza e lobo do próprio homem. Em que pese eu ter pouco tempo de Senado – aliás, de vida pública –, eu nunca vi um projeto tão ruim. Ele fere princípios que passam pela transparência, pela integridade, pela legalidade, pela constitucionalidade, pela moralidade.

Apenas para ilustração, vedar-se a inscrição no Cadin do dirigente partidário que teve as suas contas aprovadas? Como fica a lei de acesso à informação? Como fica a publicidade? Haver prazo de validade das comissões provisórias por oito anos? Concordo em gênero, número e grau com a emenda do Senador Lasier, com quem eu faço coro, de dois anos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Olhem, a última pesquisa feita pelo Latinobarómetro foi clara ao estabelecer que, dos 18 países estudados da América Latina, o Brasil ficou em último no que tange ao quesito de que apenas 8% da população brasileira confiam nas suas agremiações políticas. Passou da hora de nós fortalecermos e resgatarmos a credibilidade dos partidos políticos no Brasil, e não é transferindo um mandato *ad infinitum ad perpetuam* para essas comissões permanentes... Nós tínhamos de estabelecer isso em dois anos! O processo é democracia. Nós estamos num Brasil democrático em que nós fomos eleitos pelo povo para representar os interesses da população, para resgatar essa credibilidade! Eu não tenho como achar razoável isso.

E aí eu louvo o Relator quando ele teve a sensibilidade de, em parte, acolher a emenda na qual o art. 55-C falava que: "Art. 55-C A não observância do disposto no inciso V do art. 44 até o exercício [...] não ensejará a desaprovação das contas."

Nós estamos vivendo em um Brasil em que se fala que homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, mas em que as mulheres estão sendo violadas diuturnamente. Deveria haver um incentivo, um fomento à participação delas em todos os partidos políticos, mas isso não é feito. Aí falam: "Então, podem pegar o fundo e estabelecer como um pré-requisito para incentivá-las nas campanhas eleitorais". Isso também não foi feito. Agora, vem esse projeto e fala: "Vamos anistiar!". Ora, isso está indo na contramão de tudo que é mais razoável. Não há como!

Então, acho que, sim, Sra. Presidente, dada a complexidade do tema – faço um apelo aos colegas –, apesar de saber que a votação aqui é simbólica, isso mereceria, sim, uma votação nominal.

Não tenho dúvida em falar que o meu voto para esse projeto é pela rejeição. É pela rejeição, porque nós não podemos, aqui, de afogadilho, numa colcha de retalhos, permitir um projeto dessa natureza, que viola direitos e garantias, que desiguala o tratamento com as mulheres. Mais uma vez, nós estaremos aqui apenas numa conduta pró-forma, chancelando esse absurdo que é esse projeto. É como penso.

Obrigado.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu queria só pedir um esclarecimento ao Senador Contarato.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – Não há obrigação de ser votação simbólica. Nós podemos pedir votação nominal. Se o senhor a pedir, eu subscrevo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Eu já estou anunciando a minha intenção de solicitar a votação nominal.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – E eu a subscrevo.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – No momento oportuno, qualquer Senador pode pedir verificação de quórum e verificação de votação.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Há verificação de quórum, Presidente?

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sim, se houver solicitação e apoiamento.

Com a palavra, pela ordem de inscrição, o Senador Oriovisto Guimarães.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR. Para discutir.) – Sra. Presidente, ontem, como todos os brasileiros, eu estava assistindo à televisão e presenciei o incêndio que aconteceu na igreja Notre-Dame, em Paris. Quero aproveitar este momento para expressar minha solidariedade ao povo francês e à humanidade, que perde um prédio feito há muito, muito tempo, há 850 anos.

Esse episódio me fez lembrar de Luís XIV, que falou uma frase célebre, por volta de 1700, quando ele disse: "Je suis la loi, je suis l'État. L'État c'est moi". "Eu sou a lei, eu sou o Estado. O Estado sou eu." Assim pensam os imperadores absolutistas.

Nós tivemos os nossos ditadores. Getúlio, por exemplo, dizia: "Lei! Ora, a lei!". Isso se deu por volta de 1940. Ernesto Geisel, quando contrariado, achava que estavam falando contra o Brasil, pois ele se confundia com o Estado brasileiro; contrariá-lo significaria contrariar os interesses da Nação.

A nossa Câmara dos Deputados vai nessa linha. A nossa Câmara dos Deputados quer apresentar a este Senado alguma coisa pronta, rápida, e quer que o Senado não desempenhe o seu papel.

Nós propusemos duas emendas, as de nºs 9 e 10, que não mereceram do Senador Rogério sequer um comentário sobre o conteúdo. As emendas que propus visam a quê? Primeiro, a de nº 9 visa a aumentar a autonomia partidária e a conferir uma maior democracia interna, ao prever uma maior participação dos filiados. Por que que eu fiz essa emenda? Porque, Sra. Presidente, nós temos não só esse número absurdo de partidos como, na verdade, os nossos partidos têm donos, proprietários. E isso precisa acabar. Há um empreendedorismo neste País de montar uma maquininha de ganhar dinheiro chamada partido para se ter acesso a fundo eleitoral, para se ter acesso a dinheiro público, para se ter acesso a horário gratuito de televisão e não para pensar no País. E tudo que nós pudermos fazer para dificultar a existência desse empreendedorismo é obrigação do Senado fazer. Não se pode

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

simplesmente, porque a Câmera demorou para fazer alguma coisa, pedir que nós Senadores renunciemos aos nossos mandatos, renunciemos a nossa consciência em prol da rapidez – rapidez, aliás, que não existe, como muito bem disse o Senador Lasier, temos tempo, 73 dias. Ora, a Câmara, quando quer, aprova em cinco, em dois, em um, rompe interstício e faz duas votações em meia hora, como já fez no caso do orçamento impositivo.

O que não pode é chegar aqui, pedir regime de urgência e de novo esse projeto... Se não fosse o nosso protesto lá no Plenário, meu de muitos outros Senadores, teria sido votado no mesmo dia, sem sequer passar por esta Comissão de Constituição e Justiça.

Além desse aspecto da minha emenda de conferir maior democracia, onde eu coloco aditivos – já que o Relator não comentou, eu me permito comentar –, no art. 1º, §5º, eu coloco que: É assegurado aos filiados igualdade de condições para concorrer a cargos de direção nos órgãos de nível nacional, estadual, distrital e municipal. O §6º: O estatuto do partido deverá definir as regras das eleições internas para os cargos de direção nos órgãos de nível nacional, estadual, distrital e municipal, observando os princípios democráticos do voto direto, secreto, universal e periódico e da alternância. E o §7º: Fica vedado a partidos dirigidos por comissão provisória registrar candidatos para pleitos eleitorais na respectiva circunscrição, bem como participar de coligações proporcionais ou majoritárias, devendo seu tempo de rádio e televisão ser distribuído igualitariamente entre os demais.

Não estou fixando um prazo de oito anos, nem de quatro, nem de seis meses para que as comissões provisórias se tornem definitivas, mas apenas colocando um limite. Se quer indicar candidato, se quer participar, deixe de ser provisório e passe a ser definitivo. Desde que não queira fazer isso, tudo bem, só que não concorre, não participa.

Então, Sra. Presidente, eu quero renovar aqui o protesto que fiz em Plenário. Não é possível que as coisas passem por este Senado pedindo que os Senadores abram mão da sua capacidade de análise, da sua capacidade de revisão, da sua capacidade de aperfeiçoar o que vem da Câmara. Não podemos mais pensar como pensam os ditadores: "Se a lei não é boa, ora, mude-se a lei!". Estamos agindo mais ou menos como aquele pai que, no intuito de educar um filho, diz a ele assim: "Olha, se você quebrar a vidraça, vai pagar uma multa com a sua mesada e vai pagar a vidraça". Aí, o filho quebra a vidraça e diz: "Papai, vou mudar a lei, daqui para frente, quem quebrar vidraça não paga a vidraça e ganha um prêmio". Porque é isso que estão fazendo aqui, é esse o exemplo que estão dando à nossa juventude.

Isso é um absurdo, é fora de ética, é a continuidade de os partidos serem propriedade de pessoas e não serem realmente agremiações que pensem o País, que apresentem uma proposta, que tenham ideais, em que as pessoas participem porque querem o bem do País. É por isso – e só por isso, Senador Espiridião Amin – que o número de partidos é tão grande, porque eles são pequenas empresas e não são partidos de verdade. Poucos são os partidos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Era isso, Sra. Presidente, e eu quero dizer que, é claro, eu voto contra essa proposição. E nós precisamos, necessariamente, ter mais tempo. Existe o tempo, e não há por que fazer uma legislação tão ruim como essa que está sendo proposta.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Senador Oriovisto.

Com a palavra, pela ordem de inscrição, o Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR. Para discutir.) – Sra. Presidente, muito obrigado.

Embora não integrando a Comissão de Constituição e Justiça, estou aqui exatamente para convalidar as palavras dos Senadores do Podemos, que se manifestaram contrariamente a essa proposta. E, de início, eu entendo que seria importante para esta instituição fazer o seu *mea culpa*.

Condenamos a invasão de competência, quando legislam em nosso nome, mas devemos reconhecer que, quase sempre, somos os responsáveis por isso, já que oferecemos espaço para a invasão de competência. Se o Legislativo não legisla, o Judiciário acaba legislando, consagrando determinadas jurisprudências nesse espaço deixado pela ausência de atuação do Poder Legislativo.

Isso ocorre, muitas vezes, porque não valorizamos nossas próprias iniciativas. Quase sempre aguardamos o Executivo, com as suas propostas e os seus interesses. Propostas de autoria de Parlamentares ficam no final da fila. Exemplo: agora discute-se um pacote anticrime, antiviolência e anticorrupção. Temos, no Senado, cerca de 80 projetos de iniciativa de Senadores que dizem respeito a essa matéria. No entanto, nós estamos ignorando as propostas com origem nesta Casa para debatermos, com primazia, as propostas com origem no Poder Executivo.

Cito apenas mais um exemplo: o Senado Federal já há anos aprovou o fim do foro privilegiado. Essa matéria encontra-se na Câmara dos Deputados, aguardando deliberação de Plenário. O Supremo Tribunal Federal, na ausência de deliberação da Câmara dos Deputados, consagrou jurisprudência, retirando – parcialmente, mas retirando – o foro privilegiado dos detentores de mandato eletivo. No entanto, não alteraram o comportamento em relação ao foro privilegiado de magistrados, ou de integrantes do Ministério Público, ou do próprio Poder Executivo.

A Câmara dos Deputados, em que pese esse fato, não delibera sobre matéria de sua responsabilidade, matéria que já passou pela Comissão de Justiça, passou pela Comissão Especial, e aguarda deliberação de Plenário. Por que a Câmara dos Deputados não vota esta matéria? Não tem pressa em relação ao foro privilegiado, mas tem pressa em relação a uma matéria dessa natureza e a elabora apressadamente, atropelando prioridades?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa inversão de prioridades faz mal à imagem do Poder Legislativo. Nós não realizamos uma reforma política de verdade, e, como disse o Senador Oriovisto, instituímos uma fábrica de siglas no País em razão das tentações oferecidas pelo fundo partidário, fundo eleitoral.

Partidos políticos são siglas. Na verdade, são siglas para registro de candidaturas e para a sustentação de algumas figuras que militam na política não para atender o interesse coletivo e o bem comum, mas para buscar os seus próprios interesses. E os partidos, na esteira dessa inversão de prioridades, se desvalorizam, se deterioram diante da opinião pública do País.

Esse projeto não contribui. Esse projeto é muito ruim, é péssimo. Esse projeto, como disse o Senador Fabiano Contarato, vem na contramão do que deseja a sociedade brasileira e daquilo a que aspiramos nós, que queremos partidos políticos valorizados, respeitados diante da sociedade.

Apenas me restrinjo a dois itens. Poderia abordar tantos outros, mas esse item que diz respeito às comissões provisórias vem em nome da dominação partidária e não do exercício democrático. Nós perdemos o direito de falar em democracia quando não a exercitamos partidariamente. Queremos democracia quando nos interessa; quando não nos interessa, buscamos a dominação. Oito anos para uma comissão provisória? É a busca da perenidade, da longevidade no comando partidário para o aproveitamento das benesses, das vantagens oferecidas pela legislação que instituiu fundos generosamente constituídos por recursos públicos. Portanto, não há razão, não há justificativa para uma comissão provisória ter vida longa, de oito anos. Por que não dois anos, como propõe o Senador Lasier em sua emenda?

A questão da anistia. A palavra anistia vem sempre sob suspeição. A anistia quase sempre pune a correção e premia a incorreção, porque estabelece uma competição desigual: você desrespeita a legislação, comete ilícitos, pratica crimes e depois é absolvido pela generosidade da anistia concedida legalmente. E aquele que cumpriu o dever rigorosamente e que, muitas vezes, teve prejuízo do ponto de vista prático, pragmático, mas respeitou a legislação, cumpriu seu dever, é punido, é rigorosamente punido quando se concedem anistias dessa natureza.

Aqui está no art. 55: "Ficam anistiadas [os partidos] as devoluções, as cobranças ou as transferências ao Tesouro Nacional que tenham como causa as doações ou contribuições feitas em anos anteriores por servidores públicos [...] de livre nomeação (...)."

Qual é o problema? Não se pode conceder anistia a crimes como esse, que visa evitar a nomeação de comissionado com o objetivo de doar o salário para bancar candidatos. Esse tipo de doação é proibido no inciso V do art. 31 da Lei 9.096, de 1995. Nós estamos acompanhando alguns lances em que Parlamentares estão envolvidos em transferências de recursos oriundos de salários pagos a assessores, a comissionados. Em Assembleias Legislativas, em Câmaras de Vereadores, em todo o País há essa prática, e nós a estamos estimulando, porque estamos anistiando a prática desse crime.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, esse projeto não contribui para a recuperação da imagem dos partidos políticos no País. Setenta partidos, se não me falha a memória, estão à espera de aprovação no Tribunal Superior Eleitoral exatamente porque buscam facilidades. Siglas que buscam facilidades. São siglas para registros de candidaturas, eventualmente, mas se constituem para sobrevivência financeira de algumas famílias que se apoderam dessas siglas e delas não abrem mão mais e querem se perenizar como verdadeiros coronéis partidários, lamentavelmente, degradando a imagem...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – ... da atividade política no nosso País.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

O voto, portanto, do Podemos é contra essa proposta.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Senador Alvaro Dias.

Antes de passar a palavra ao próximo orador inscrito, eu pediria, por favor, um pouquinho de silêncio para que possamos ouvir os nossos colegas.

Com a palavra, pela ordem de inscrição, Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Para discutir.) – Sra. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, quero primeiro dizer que ouvi atentamente cada um dos Senadores e preciso declarar que concordo com os argumentos e as teses trazidas a este plenário pelos Senadores que se manifestaram ainda há pouco.

Sra. Presidente, as manifestações aqui apresentadas tratam de uma reforma política de que o País precisa, e nós precisamos começar a tratar do tema da reforma política, o que não ilide e não afasta a questão do ativismo judiciário, que tem acontecido inclusive pelo Tribunal Superior Eleitoral, legislando, no lugar do Congresso Nacional, sobre matéria eleitoral. E assim tem sido praticamente todos os anos. O Senador Esperidião Amin, ainda há pouco, colocou corretamente que a resolução do TSE acaba tendo mais força porque é a resolução de quem nos julga em última instância.

Não há o que reparar, Sra. Presidente, com relação às questões aqui colocadas de desvios de funções em diversos partidos, de que se estabeleceram cartórios em diversos partidos, mas nós estamos tratando aqui de um projeto que altera a Lei dos Partidos para garantir autonomia aos partidos e definir prazo de duração dos mandatos dos membros de seus órgãos partidários permanentes ou provisórios e traz outras disposições.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A resolução em pauta, aqui levantada muito bem também pelo Esperidião Amin, é de dezembro de 2015, Sra. Presidente. É de dezembro de 2015! A 23.465/2015, de 17 de dezembro de 2005... Aliás, de 2015, é de 2015. Eu tenho, inclusive, aqui no celular, o seu texto. Ela trata de questões que são anteriores a uma série de mudanças.

Nós mudamos, por exemplo, o financiamento de campanha, e aqui a resolução está tornando os diretórios municipais que não prestaram contas... Ora, eles não prestaram contas e não receberam dinheiro público, não receberam fundo partidário! Portanto, todo o discurso que eu ouvi é correto, mas, no caso em espécie, os diretórios que estão sendo anistiados não receberam fundo eleitoral, não receberam fundos partidários, não receberam, portanto, recurso público e, por isso, estão sendo dissolvidos.

Ora, o que nós estamos, portanto, analisando aqui, Senador Kajuru, é uma anistia, na grande maioria dos casos – pode haver alguma exceção à regra – em que o diretório municipal não recebeu recurso público. Estão impedindo, por uma resolução do ativismo judiciário, que é anterior à lei de financiamento de campanhas, que os partidos possam exercer a sua função precípua: entregar alternativas democráticas para a população poder escolher livremente os seus representantes nas eleições municipais. Nós não estamos aqui estabelecendo questões para os diretórios regionais ou para os diretórios nacionais que receberam, esses sim, recursos públicos e que estão sujeitos, portanto, à prestação de conta.

Outra questão que ouvi aqui em relação à qual concordo com todos os Senadores: a questão do prazo de até oito anos. Porque o prazo aqui não é de oito anos, é de até oito anos, e delega aos partidos – é importante que os Srs. Senadores e Sras. Senadoras acompanhem este raciocínio – para que, nos seus regimentos, nas suas resoluções internas, com autonomia partidária, definam os prazos.

O MDB, tenho certeza, não acatará esse prazo de oito anos, até porque é um partido orgânico que tem mais de 1.050 prefeitos neste momento se preparando para disputar a eleição. Portanto, nós não estamos falando de um prazo de oito anos, nós estamos falando de um prazo de até oito anos e entregando autonomia ao partido e às suas instâncias partidárias para decidirem os seus prazos.

Ora, se nós queremos uma reforma política, e eu acredito que a reforma política é necessária, concordo com o que foi dito aqui pelos Senadores Alvaro Dias, Oriovisto, e por outros Senadores que me antecederam argumentando que o Brasil tem partidos de toda natureza e de toda ordem... Mas, senhores, esta eleição que nós vamos enfrentar agora, em 2020, é a primeira em que não haverá coligação proporcional, é a primeira em que, no Município, na base, nós só poderemos ter financiamento público de campanha. Portanto, depois dessa eleição, nós teremos uma redução muito grande do número de partidos e, em 2022, teremos uma segunda rodada, em que nós vamos consolidar ainda mais...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse foi o espírito da reforma política que nós votamos em 2017 e que foi aprovada por este Senado. O Senador Alvaro Dias participou dessa discussão, assim como outros Senadores aqui, e muitos tantos Senadores atuais participaram dessa discussão na Câmara.

Sra. Presidente, o que nós estamos fazendo aqui é, em primeiro lugar, restabelecendo a autonomia partidária para que ela possa decidir pelos seus órgãos partidários e suas instâncias; segundo, criando mecanismo de anistia para diretórios municipais que não receberam nenhum tipo de financiamento, de dinheiro público; nós estamos habilitando os partidos políticos para que possam democraticamente apresentar candidatos numa eleição em que não haverá coligação proporcional nos Municípios e que preparará a base e o fundamento da eleição de 2022 – aí sim, eleições para Presidente da República, Senado da República, Câmara Federal, Governadores, Deputados Estaduais –, e nós estaríamos concluindo a transição da reforma que aprovamos em 2017 – reforma de 2017 que é posterior à resolução de 2015, que hoje nós estamos votando.

Então, concordando com todos os argumentos aqui apresentados, nós do MDB estamos convencidos de que esta não é a melhor lei, nem a melhor proposta, mas é a lei que democraticamente dará novamente aos partidos autonomia política para decidir e deliberar sobre as candidaturas de 2020. E, para finalizar o argumento, o prazo do TSE para o cumprimento de tudo isso é até o dia 29/6/2019. Nós estamos praticamente no final de abril, temos o período da Semana Santa e temos na Câmara uma discussão importantíssima que é a reforma da previdência.

Portanto, Sra. Presidente, nós do MDB vamos encaminhar o voto "sim", apoiando o relatório. E, segundo o nosso Regimento, o que está em discussão e votação neste momento é o relatório do eminente Relator, Senador Marcos Rogério, um relatório que sinceramente... Quero cumprimentá-lo, porque V. Exa. buscou compreender, nos limites daquilo que nos permite, a questão das emendas de redação, dando melhor organicidade e técnica legislativa ao projeto que veio da Câmara.

Quanto às outras colocações, Sra. Presidente, assino embaixo e digo que a reforma política é necessária.

Votamos com o relatório apresentado pelo Senador Marcos Rogério.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Senador Eduardo.

Com a palavra o Senador Humberto Costa.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Pela ordem.) – Sra. Presidente, pela ordem, eu queria só saber a ordem de inscrição.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – A senhora é a terceira. Depois do Senador Humberto, Senador Zequinha Marinho e Senadora Eliziane Gama.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Em seguida, Senador Anastasia, Senador Randolfe Rodrigues e, finalizando, Senador Wellington Fagundes. Portanto, nós temos seis... Com a Senadora Rose, sete oradores inscritos.

Com a palavra o Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para discutir.) – Sra. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, eu quero, inicialmente, colocar que poucos efeitos dessa lei atingem o nosso partido, o PT. No caso, a aplicação dos recursos para atividades de promoção da participação das mulheres, nós cumprimos à risca; a questão da destinação de recursos do fundo partidário para as candidaturas de mulheres, nós também cumprimos à risca, como cumprimos, sem o aparecimento de qualquer laranja, limão ou qualquer coisa disso aí, os recursos do fundo eleitoral, aplicados corretamente para as candidaturas de mulheres.

Por outro lado, entendemos que os demais partidos, até pela novidade dessas resoluções, inclusive a resolução que destinava os recursos às campanhas femininas foi tomada praticamente à beira da resolução das eleições, criaram dificuldades as mais diversas. E é justo que se possa, em aprendendo com o processo, permitir que esses partidos não venham a ser punidos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... por conta de problemas de ordem política, mas muitos também de ordem burocrática.

Há outra coisa a que o Senador Eduardo Braga se referiu muito corretamente: existem absurdos nas cobranças que o TSE faz, como essa de que os Municípios que não receberam recursos, não movimentaram recursos terem de fazer prestação de conta e, se não fizerem... Fala-se tanto em eliminar burocracia, e a Justiça eleitoral só faz aumentar.

Eu nunca exerci função de tesoureiro, mas acompanho um pouco as dificuldades, por exemplo, de prestação de contas. Em algum momento, o Congresso Nacional vai ter de sentar para dizer o que é aceitável ou não do ponto de vista de prestação de contas. Há ano que uma determinada coisa é aceita; no ano seguinte, já não é aceita. Tal recurso em um ano pode ser aplicado de uma maneira; em outro, não pode. Isso deixa o tesoureiro de um partido um verdadeiro louco e herói ao mesmo tempo, porque, a cada ano, as resoluções vão surgindo e criando embaraços para quem faz a prestação de contas do partido.

Então, eu quero dizer que nós vamos votar favoravelmente, até mais em solidariedade do que propriamente no interesse do PT. Até porque, nesse aspecto da questão das comissões provisórias – nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

defendemos lá na Câmara, apresentamos emendas, fomos derrotados –, nós achamos que não se deveria ter um mandato tão extenso para as comissões provisórias.

As comissões provisórias, enquanto elas não são transformadas em diretórios, podem ser mudadas a qualquer momento a bel prazer da direção nacional. Isso é um problema. A gente vê, às vezes, em uma eleição municipal, uma aliança que se espera fazer há um ano, dois anos, em que se vai trabalhando e que, ao final, uma posição da direção nacional a elimina às vésperas da eleição. Troca-se a comissão provisória, diversas pessoas são prejudicadas, e aquela política do caciquismo, do coronelismo se mantém. Nossa proposta tinha sido para que esses mandatos tivessem apenas dois anos de duração, o que já seria, no meu ponto de vista, o suficiente.

Mas, como foi dito aqui, acho que vamos ter de ter o aprimoramento de toda essa legislação eleitoral. Nada impede que um pouco mais à frente – que vamos ser obrigados a rediscutir todos esses temas – nós possamos fazer essas adaptações e fazer esses avanços.

Não vamos nos esquecer de que a reforma que foi feita em 2017 foi um grande avanço político. Foi um grande avanço político porque previu a cláusula de barreira, ainda que de forma progressiva; foi um avanço político porque proibiu as coligações proporcionais a partir do ano que vem; foi um enorme, gigantesco avanço político porque permitiu, na prática, o financiamento público das campanhas eleitorais e, à exceção de alguns partidos que usaram caixa dois como usam em qualquer situação, com financiamento público ou não, poucas foram as denúncias de má aplicação desses recursos para as campanhas.

E há mais: as campanhas foram mais simples, mas o recurso foi absolutamente suficiente. Ninguém perdeu eleição porque não tinha dinheiro. É lógico que alguns foram favorecidos porque a legislação tem que ser aperfeiçoada; por exemplo, o candidato não tem limite para gastar do seu patrimônio. Isso favorece que aqueles que são aquinhoados pelo destino ou por razões das mais diversas concorram em condições desiguais em relação aos outros, mas é um aperfeiçoamento que nós podemos fazer um pouco mais à frente.

Então, apesar de todas as restrições que nós fazemos a esses aspectos que eu citei, nós vamos votar favoravelmente a esse projeto para evitar mais delongas e para que a gente possa tomar conta de outras coisas.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. *Fora do microfone*.) – Com a palavra o Senador Zequinha Marinho.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Eu cedo a palavra à Senadora Eliziane, por favor. Depois...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Eu queria cumprimentar o Senador Zequinha...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Numa inversão solicitada pela Senadora Eliziane, V. Exa. está com a palavra por dez minutos.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Para discutir.) – Eu queria cumprimentar, primeiramente, o Senador Zequinha pela disposição de nos ceder esse tempo, porque estou com outro compromisso e já ia sair, mas a minha intervenção é muito rápida, na verdade.

Eu queria cumprimentar o Senador Eduardo, que trouxe avaliações muito pertinentes, quando falou do fundo eleitoral, do Fundo Partidário, melhor dizendo, e da inviabilidade em algumas situações de alguns partidos, de Municípios brasileiros que não têm condições mínimas de fazer o pagamento de um contador, o custeio de um advogado para proceder a essa prestação de contas sem ao menos ter recebido o Fundo Partidário.

E eu queria trazer mais uma segunda preocupação. Eu conversei com o Senador Marcos para tentar incluir... Queria, mais uma vez, fazer um apelo para que pudéssemos ter a admissão dessa emenda nossa partidária do PPS que é referente a um ponto no qual precisamos ser muito razoáveis. Imaginem só: um cidadão está filiado a um partido e não tem conhecimento da existência ou não da situação de prestação de contas desse partido. Existe um prazo de seis meses em que ele tem a obrigatoriedade de permanecer no partido, sob pena de não se candidatar. Ele não pode fazer uma mudança partidária nesse prazo de seis meses. Aí, de repente, ele se depara com uma situação em que ele não tem a menor participação, porque, às vezes, vem de um dirigente anterior, sem nenhum conhecimento, e há essa situação de não aprovação de contas desse partido. Este filiado que não tem nenhuma responsabilidade não pode se candidatar. Ele até se candidata, mas não tem a validação dos seus votos. Nós temos um caso específico do partido em um Município, por exemplo, em que ele teve votos suficientes para se eleger e não se elegeu porque foi penalizado por uma situação totalmente exterior a ele.

Então, no texto que veio da Câmara esse texto suprimido porque colocava, por exemplo, que este filiado não ficaria impedido de participar do pleito eleitoral no caso de desaprovação de contas. Ele também anistiava a multa, o bloqueio do Fundo Partidário...

O que nós do PPS estamos fazendo na emenda? Que continue a multa, continue o bloqueio do Fundo partidário, mas que este filiado tenha o direito de se candidatar; ou seja, ele não poderia mudar de partido, mas minimamente participaria do pleito eleitoral, porque não haveria sobre ele nenhuma responsabilidade por um ilícito ou uma ação que tenha levado à desaprovação de contas desse partido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que é uma decisão razoável, Relator. Acredito até que haverá – já conversei aqui com vários colegas Senadores – a sensibilidade específica. Não estamos pedindo, por exemplo, nenhuma punição, não! No caso específico, se recebeu o fundo, estamos fazendo a defesa: tem de se pagar multa, o fundo partidário continua tendo seu bloqueio, mas esse filiado continua tendo seu direito de participar do processo de candidatura eleitoral.

Então, é essa a nossa emenda. Fizemos o encaminhamento. Se não aqui, vamos tentar ver em nível de Plenário, mas acho que isso seria minimamente razoável para que a gente pudesse ter um relatório mais concluso.

Muito obrigada, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu é que lhe agradeço.

Com a palavra o Senador Zequinha Marinho.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA. Para discutir.) – Obrigado, Presidente.

Eu gostaria de fazer algumas ponderações com relação ao projeto. A primeira é relativa aos §§2º e 3º do art. 32. Diz-se o seguinte: "§2º É assegurada aos partidos políticos autonomia para definir prazo de duração dos mandatos dos membros de seus órgãos partidários permanentes ou provisórios". O §3º diz o seguinte: "§3º O prazo de vigência dos órgãos provisórios dos partidos políticos poderá ser de até oito anos". O prazo poderá ser de até oito anos. Não vejo por que criarmos aqui uma polêmica com relação a essa questão dos oito anos. Primeiro, o parágrafo anterior diz que há autonomia, e o seguinte diz que o prazo é de até. Então, se eu tenho autonomia, vou estabelecer dois, três, cinco anos; não posso passar de oito anos. Então, não vejo como relevante essa questão dos oito anos.

Eu queria só dizer que temos a necessidade... Não estou dizendo que o projeto é perfeito, porque, naturalmente, ele tem suas falhas, mas estou dizendo da necessidade que temos não só de trabalhar esse projeto, mas também de dar sequência a um serviço que possa aperfeiçoar o procedimento do Tribunal Superior Eleitoral com relação à sua legislação, não só com relação à questão do fundo partidário – é importante aqui mencionar outros detalhes.

Eu quero citar dois momentos.

1- Em 2016, o TSE mandou abrir conta no Diretório Estadual quando a eleição era municipal, e há partidos que não receberam nem um centavo, por exemplo, para repassar aos Municípios. E o Estado, o Diretório Estadual que não abriu conta – as três contas, como de praxe – hoje está tendo suas contas reprovadas. Não há necessidade... Se a eleição é municipal, por que um Diretório Estadual tem que fazer toda a movimentação, a abertura de contas? Não há nexo entre uma coisa e outra, não há necessidade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

disso. É uma questão burocrática que é feita por alguém que desconhece a prática da vida e da gestão partidária.

2- Em 2018, recomendaram no sentido inverso: a eleição era estadual, e mandaram abrir as três contas em todos os Municípios. Calculem isso num Estado do tamanho de Minas Gerais, com 853 Municípios! A pessoa que está elaborando isso para os Ministros assinarem não conhece absolutamente, na prática, como se procede. Não há nexo, não há por quê, não há motivo.

Então, não é possível corrigir isso neste momento com o projeto atual, mas tenho certeza de que a gente pode trabalhar isso de futuro para evitar aberrações – como eu considero neste caso – e dar uma normativa eficaz e sustentável para que não... Toda hora estão alterando, toda hora o TSE emite uma norma, toda hora aparece um mais inteligente e mais burocrático e enfia mais alguma coisinha. Nós precisamos de tranquilidade para trabalhar, de legislação clara e objetiva que nos permita fazer um trabalho com tranquilidade.

Muito obrigado. Eram as minhas considerações para este momento.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Nós é que agradecemos.

Com a palavra o Senador Antônio Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG. Para discutir.) – Muito obrigado, Sra. Presidente, Senadora Simone Tebet, Sr. Vice-Presidente, Senador Jorginho Mello, Sras. Senadoras e Srs. Senadores.

O tema é muito relevante, mas me permito, antes de iniciar aqui minha intervenção – o Senador Oriovisto iniciou a sua trazendo aqui, com sua erudição, ditames da política e da tradição francesa –, eu me permito, relembrando, trazer da tradição ou pelo menos da antiga política de Minas Gerais uma frase atribuída ao Presidente Venceslau Brás, Presidente do Estado e da República: "Aos amigos tudo, aos inimigos basta a lei". É uma frase famosa, que se coincide um pouco, triste lamentavelmente – lamentavelmente. Era a República Velha, já superamos esse fato.

Eu digo isso, Sra. Presidente, porque de fato primeiro eu quero cumprimentar o Relator, o eminente Senador Marcos Rogério, que recebeu uma incumbência complexa – aliás, como algumas também que eu tenho recebido aqui ao longo dos últimos anos. E o Senador Marcos Rogério demonstrou o seu conhecimento, a sua elegância, a sua proficiência ao apresentar o relatório dentro do quadro que lhe apresentava naquele momento que era factível e viável. Então, quero cumprimentá-lo em primeiro lugar.

Quero dizer, Sra. Presidente, que esse tema dos partidos políticos, como aqui já fui antecedido pelo Senador Esperidião Amin, pelo Senador Alvaro e por todos os demais pares, é um tema

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

delicadíssimo. De fato, é necessário uma revisão profunda. Eu tive a oportunidade de apresentar aqui um projeto de lei que foi relatado com muito brilho pelo Senador Randolfe, a quem eu agradeço mais uma vez, sobre o programa de integridade dos partidos. Aprovado aqui nesta Comissão, agora está no Plenário, onde teremos uma nova discussão. Não há pressa, o tema é fundamental. O que nós estamos discutindo ali é exatamente aquilo de que há necessidade no Brasil, um aperfeiçoamento da estrutura dos partidos, que estão desgastados, nós não podemos fechar os olhos a essa realidade.

Agora, vem esse assunto, que começou errado. Todos aqui que me antecederam de fato têm razão. O Tribunal Superior Eleitoral, com todo respeito, com toda vênia, não poderia, por ato administrativo, determinar matéria de cunho legislativo, invadindo a competência privativa do Congresso Nacional. Na realidade, lá atrás, ou a matéria deveria ter sido legislada ou, usando ato normativo adequado, o Congresso poderia ter sustado por decreto esse ato exorbitante. E ainda entraríamos – aqui conversava com a eminente Presidente – sobre qual é o limite da autonomia constitucional dos partidos. Porque se a própria Justiça fixa um prazo para as comissões provisórias, esse limite não é assim indiscutível, ele está fixado. Então, é um tema que tem que ser novamente, como se diz, revisitado. Mas eu acho, portanto, que o prazo estabelecido pelo Tribunal abriu a brecha que levou a esse projeto.

Por outro lado, parecem-me as argumentações aqui colocadas em relação ao pagamento de fato – tem razão a Senadora Eliziane – é um despropósito punir diretórios por recursos que não recebeu – então isso é uma coisa sem pé nem cabeça. Parece-me, de fato, viável.

Quer dizer, não é uma anistia no sentido da origem da palavra, por um ato ilícito cometido. Não, porque não houve ali qualquer tipo de infração. Mas, por outro lado, Sra. Presidente, o Senador Lasier apresentou uma emenda que fixa em dois anos o prazo de comissões provisórias.

Eu acho muito difícil da minha parte, com todo o respeito aos colegas, não votar a favor dessa emenda, porque o prazo de oito anos me parece, de fato, abusivo, como disse o Senador Espiridião há poucos instantes. Oito anos para uma comissão provisória é eternizar o precário. Era melhor ter reduzido, tão somente anulado aquela resolução, que era o que se podia fazer, ou sustado.

Então, aquiescendo, na totalidade, ao relatório do eminente Relator, faço também, com muito pesar, somente a restrição referente a esses oito anos, porque eu sei que não é de iniciativa de V. Exa., porque, se pudesse fazê-lo – como aliás o disse, em seu relatório – também não tem simpatia por esse prazo, que, de fato, é um prazo fora da realidade.

Fora essa questão, portanto, nós aprovaríamos, mas os dois anos, por exemplo, me parecem mais moderados, equilibrados e racionais.

E a Câmara terá toda a condição de votar com rapidez, até porque nós vimos ontem que, quando há interesse, eles votam com a rapidez necessária, e para um tema desse não há quórum qualificado, é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muito simples, eu acho que haveria nenhuma dificuldade na votação, e nós não ficaríamos mais uma vez jungidos e submetidos a um calendário colocado pela Câmara em uma matéria que é de 2015, não é de ontem.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu que agradeço, Senador Antonio Anastasia.

Antes de passar a palavra para o próximo orador inscrito, como o Senador Anastasia acabou me citando, eu gostaria apenas de esclarecer o que ele colocou e que eu acho que é muito o que faz com que haja, de uma certa forma, embora pensamentos díspares de dois grupos de Senadores aqui, na realidade os dois grupos tendo razão.

Na realidade, nós estamos diante de uma "escolha de Sofia". A Constituição é muito clara.

Na realidade, o art. 17, §1º, da Constituição, só tratava da autonomia funcional dos partidos políticos. Foi uma emenda constitucional de 2006, mas tem mais de dez anos, com certeza, que incluiu, entre as autonomias – texto constitucional, portanto, uma norma constitucional – dos partidos políticos, o tempo de duração dos órgãos permanentes e provisórios. Então, essa autonomia é dada pela Constituição.

Onde está o nosso problema? O problema é que o TSE, por um ato normativo, e não por uma lei, estabeleceu um prazo de até 180 dias, e nós estamos querendo também, num questionamento constitucional... Se não é constitucional o ato normativo, também não o é a lei, porque ela, na hierarquia das leis, é inferior à emenda constitucional. Então, na realidade, votando de uma forma ou de outra, o Senador, a meu ver, tem toda a razão quando estabelece que nós poderíamos estar sustando o ato normativo do TSE, tendo em vista a própria Constituição.

Votando de uma forma ou de outra, ainda que estabeleçamos oitos anos, seis anos, dois anos ou cem anos, há uma discussão constitucional em relação à possibilidade de o Congresso Nacional – por lei infraconstitucional, e não por emenda – fazer essa alteração.

Só para deixar claro o que o Senador Anastasia mencionou, numa conversa que nós tivemos aqui, em paralelo, em relação ao fato de ser citada.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Sra. Presidente, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra, pela ordem, Senador Eduardo Braga.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Pela ordem.) – É apenas para esclarecer, na linha do esclarecimento que V. Exa. colocou.

Efetivamente, quando discutimos ainda há pouco, Senador Anastasia, nós estávamos nos referindo à Resolução de 2015, que é a 23.465, de dezembro de 2015, mas, com relação à questão do prazo de 180 dias, é da comissão provisória. Trata-se de uma outra resolução, a 23.571, de 2018, que estabeleceu os 180 dias.

E o que a eminente Senadora Presidente Simone Tebet traz é exatamente o fundamento da argumentação que ainda há pouco apresentei. Ora, a autonomia é partidária pela Constituição. E hoje estabelecer oito anos, por incrível que possa parecer, Senador Anastasia, é um avanço. Por quê? Porque sem essa norma dos oito anos, o prazo, em alguns partidos, é de 20 anos. É verdade!

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. *Fora do microfone*.) – Vou terminar, vou terminar.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – Pela ordem. Pela ordem.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Apenas para colocar essa questão que é constitucional.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Nesse aspecto, Senador Eduardo Braga, eu não posso concordar com V. Exa.

De qualquer forma, peço apenas que seja a última palavra pela ordem. Depois nós vamos seguir a ordem de inscrição. O Senador Relator tem algumas considerações a fazer em relação ao resto das emendas para que nós possamos começar a votação.

Com a palavra, por enquanto, pela ordem, o Senador Oriovisto.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR. Pela ordem.) – Só para completar, Sra. Presidente, na minha emenda, eu não falo em prazo, nem em oito anos, nem brigo com a Constituição, nem proponho PEC, nem coisa nenhuma. Apenas proponho que proíbam as comissões provisórias de indicar candidatos aos pleitos eleitorais. Isso resolveria. Isso resolveria.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Bom, vamos continuar a palavra pela ordem e vamos ouvir o Relator a respeito.

Com a palavra, pela ordem, o Senador Wellington Fagundes.

Com a palavra, na ordem de inscrição, a Senadora Rose de Freitas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES. Para discutir.) – Sra. Presidente, Srs. Senadores, eu estava ouvindo o debate desta Comissão – quero saudar também o Vice-Presidente e o Relator – e digo o seguinte: há muito tempo eu estou nesta Casa. Na Constituinte nós paramos para discutir coisas muito importantes sobre a vida das organizações partidárias. O que me fez correr para participar deste debate ainda no auge dele foi exatamente ouvir algumas coisas que o Congresso Nacional faz; independentemente de qualquer Casa, é esse o comportamento com que nós temos convivido.

Primeiro, quero dizer, sobre o Poder Judiciário, da ingerência do Poder Judiciário quando nós não legislamos, não regulamentamos, não tomamos a iniciativa de cuidar dos interesses que falam da nossa vida política como um todo, que é a organização partidária. Toda vez nós sempre vamos ao último minuto, à última hora tomar as decisões que são importantes.

Esperidião Amin, o Senador, está aqui. Deve ter presenciado muitos embates que nós tivemos. E a vida partidária para todos nós, quer dizer, para a maioria de nós, ela interessa; a mim pelo menos. A mim, com certeza.

Saí do MDB porque – naquela época nós tínhamos, Senador, Mário Covas, nosso Líder, do MDB, no processo constituinte – nós não tínhamos orientação partidária sobre a Carta Magna, que tratava de tudo do País inteiro em todas as suas nuances, em todos os seus paradigmas, em todas as suas metas e propósitos. E eu me lembro de que o Covas ficava atordoado no Plenário. Quando nós íamos votar a reforma agrária, por exemplo, Presidente Simone, era um terror. O nosso partido, que era o meu até então, pulava de uma ponta para a outra, e nós, que éramos da sistematização, vimos nascer o centrão e o mesmo partido votar em uma extrema posição de conservadorismo e, no outro extremo, organizando o pensamento da esquerda.

O que eu quero dizer com isso, remontando a essa história? Naquela época, fazia falta o partido para tomar posições sobre os temas relevantes que este País precisava ver debatidos na organização partidária. Eu, então, junto com quatro companheiros, formamos o MUP (Movimento de Unidade Progressista). Quatro companheiros. E eu me lembro do Presidente Ulysses pegando na nossa mão e dizendo: "Não sabemos como essa história vai acabar. Precisamos ter paciência". E, de paciência em paciência, com tudo que Ulysses sempre nos deixou de ensinamento, nós estamos aqui hoje, agora, discutindo a comissão provisória para um prazo de oito anos, divorciando-nos da ideia, do conceito de que partido importa na organização da sociedade. E, se importa na organização da sociedade, importa na representatividade do Congresso, das Câmaras Municipais, nas representações da Administração Pública. Nem pensar! Nem pensar – e eu tenho muita admiração pelo Senador Marcos Rogério, ele sabe disso –, nem pensar em votar uma coisa dessa natureza.

Ativismo judiciário ou omissão do Parlamento? Ou preguiça do Parlamento? Ou passar de olhos vendados pelas coisas que nós temos que regulamentar? E que, na undécima hora, às vésperas de uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eleição, construímos um casuísmo lá e votamos. Falar em reforma política? Perdoem-me, senhores – não há senhoras aqui... Há senhoras. Senhoras companheiras, perdoem-me. O meu filho não era nem adolescente, e eu ouvia isso. Eu vim para esta Casa com essas bandeiras todas. Não houve um candidato a Presidente da República que não estivesse levantando isso: quando abraçamos Fernando Henrique na sua reeleição, essa era a bandeira principal; quando veio o Lula, reforma política dia e noite, almoçava e jantava reforma política; veio a Dilma, a mesma coisa; e agora, na hora...

Olha, os temas que estão aqui e estão sendo tratados dessa maneira beligerante... Desculpem-me, nós precisamos de uma reforma política, toda... *Data venia*, V. Exa., Eduardo Braga, que eu admiro muito, meu companheiro querido, nós estamos pecando todo dia, todas as horas. Nós estamos vivendo um momento político em que, se alguém souber como acaba tudo isso, por favor, me conte; eu tenho o direito de saber. Nós não sabemos. Este Parlamento tem que se conceber na sua importância, na sua dignidade, parar de apontar o dedo para o outro lado da rua e dizer que é lá que está a culpa. A culpa está aqui. A culpa está aqui! Eu preciso de um partido em que eu esteja dentro dele fortalecida.

Foi com muito sentimento que eu saí do MDB, acreditem. Eu saí do MDB pelas razões dos oito anos que aqui estão, pela tutela, pela permanência exaustiva dos mesmos falando as mesmas coisas. Perdoem-me, eu vim aqui para dizer que eu não sei como consertar tudo, mas, se alguma coisa ainda se puder corrigir, eu quero corrigir o nosso comportamento em relação à tratativa dos assuntos que concernem a coisa fundamental. Partido, eu sei, há uma fila lá no TSE; partidos de qualquer coisa. O Partido da Mulher Brasileira tinha tudo, menos mulher. Falava-se de tudo, menos de mulher, dos direitos das mulheres, da luta das mulheres! Então, todo dia há uma sigla que amanhã vai custar muito ao cofre público e vai custar muito à vida política nacional. Em cima de alguém vão se pendurar dezenas de partidos que não dizem nada, não representam nada, não discutem nada, não propõem nada.

Eu pensei que a gente pudesse começar a pensar que o partido pode dar uma sustentação ao grande debate nacional que temos de travar daqui para frente, a toda hora, já que não travamos antes. Então, me desculpe, Sr. Relator, com o carinho que lhe tenho, pela seriedade de sua posição política, que é sempre nobre... Eu o acompanho há muito tempo, somos companheiros, tive oportunidade de presidir sessões do Parlamento com a sua militância, a sua altivez aguerrida. Nem de longe pensava em 8 anos de comissão provisória. É fazer nada do nada que nós já estamos vivendo.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. *Fazendo soar a campainha*.) – Obrigada, Senadora Rose.

Último orador inscrito: com a palavra o Senador Randolfe Rodrigues.

Vamos declarar encerradas as inscrições. Nós só temos o Senador Randolfe como último inscrito e, para as considerações finais, por 2 minutos, o Relator.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra o Senador Randolfe Rodrigues.

Está encerrada a inscrição para debater o tema.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para discutir.) – Sra. Presidente, no último período, talvez uma das grandes conquistas do nosso ordenamento partidário, do nosso ordenamento político-partidário no Brasil, tenha sido o advento... (*Pausa.*)

Presidente...

(*Interrupção do som.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O.k., Presidente.

Presidente, eu ia dizendo que, no último período, talvez o grande avanço do ordenamento político-partidário brasileiro tenha sido o advento da cláusula de barreira. E, olhem, está falando aqui um Parlamentar que é Líder de um partido que não alcançou a cláusula de barreira, mas que aqui votou favoravelmente a ela, porque considero que uma das distorções que realmente temos no sistema partidário brasileiro é o excesso de partidos políticos. E não sou daqueles que aceitam desculpa do tipo "não, mas tem de haver uma exceção para partido – abre aspas – "ideológico" – fecha aspas". Não tem que haver exceção. Partido político tem que ter, por excelência, lastro ideológico e tem que ter base social. Partido que não superou a cláusula de barreira agora que procure se organizar para a próxima oportunidade.

Mas, vejam, junto com essa mudança, que foi importante para modernizarmos o sistema partidário brasileiro, veio também o advento da ampliação do financiamento público. E, vejam, o financiamento público resulta em um fundo partidário de R$888 milhões – no último exercício, 2018 –, um fundo eleitoral de R$1,7 bilhão. Esses recursos, Sra. Presidente... Eu sou o primeiro a sustentar o princípio constitucional da autonomia dos partidos políticos, que está presente no *caput* do art. 17 da Constituição, mas o advento da realidade do financiamento eleitoral e do financiamento partidário trouxe a necessidade de que as regras de existência dos partidos políticos – aí concordando plenamente com a Senadora Rose – sejam acompanhadas pela sociedade, que essas regras sejam amplamente transparentes.

Uma das distorções que há no sistema, Presidente, nesse sistema partidário... Se o sistema partidário, por um lado, foi melhorado com o advento da cláusula de barreira, por outro lado o financiamento público impõe a necessidade de não perpetuar uma das piores distorções desse sistema, uma das piores, que existe desde o período monárquico, que é o caciquismo. O caciquismo é uma das piores distorções que existem do nosso sistema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E veja: podemos criticar, e com razão, o TSE tentar legislar, mas a tentativa de legislar do TSE, estabelecendo 180 dias, é um princípio de razoabilidade. "Ah, é claro, nós estabelecemos aqui em até oito anos". Sra. Presidente, se está se estabelecendo mais é porque não se quer estabelecer menos, se está se estabelecendo um prazo de funcionamento de comissões provisórias em até oito é porque o legislador não está com vontade de colocar abaixo e estabelecer um prazo menor. Por que não diz "em até dois anos"?

Essa destinação à autonomia é, na verdade, burlar a verdadeira intenção. Fica até oito anos, e veja o dispositivo seguinte a esse, o §4° do art. 3°, que diz: "[...]vedados a extinção automática do órgão e o cancelamento de sua inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica" quando for exaurido o prazo de vigência do órgão partidário, ou seja, em até oito anos, e qual é a penalidade depois, se não for cumprido o prazo? Nenhuma. Não há nenhum tipo de penalidade. Então, o oito pode se transformar em nove, em dez, porque não haverá penalidade, e a comissão provisória fica indefinidamente. Isso é a perpetuação do caciquismo partidário no Brasil, um retrocesso que não existe em nenhuma democracia. Se avançamos com a cláusula de barreira, estamos retrocedendo com esse dispositivo, Sra. Presidente. É deixar os órgãos partidários à mercê do bel-prazer e da vontade dos caciques políticos.

Outro dispositivo, Sra. Presidente, veja, que me parece impassível de correção a não ser que ele seja suprimido é o dispositivo que diz: "As decisões da Justiça Eleitoral nos processos de prestação de contas não ensejam, ainda que desaprovadas as contas, a inscrição dos dirigentes partidários no [...] (Cadin)". Em nome de que, então, os tribunais eleitorais vão desaprovar as contas? Para que vão desaprovar as contas se não vai haver punição se as contas forem desaprovadas?

Mais adiante: "As responsabilidades civil e criminal são subjetivas [...]". E diz o seguinte: o órgão partidário à época do fato não fica impedido do recebimento de recursos do fundo partidário. Veja: o partido, o dirigente partidário não faz a devida prestação de contas, e, no exercício seguinte, o fundo partidário vai novamente remunerar aquele partido que incorreu no delito. Qual a punição que está estabelecida? Isso que é anistia total para o crime, esse dispositivo, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, nós temos uma ótima matéria aqui para ser votada, que já foi lembrada aqui por S. Exa. o Senador Anastasia, que é o projeto de lei da autoria do Senador Anastasia que me coube a enorme honra de relatar nesta CCJ, de integridade dos partidos políticos. Nós poderíamos aqui ter já encaminhado esse projeto para a Câmara. Houve o recurso, é de direito, está no Plenário, mas esse é um tema que deveria ser prioridade para ser enfrentado aqui. Esse daqui, Sra. Presidente, veja, anistiar partido político para receber recurso de fundo partidário, anistiar dirigente para o Cadin, perpetuar o caciquismo político, mantendo comissão provisória... Comissão provisória de oito anos não é comissão provisória; é a submissão do provisório à vontade do cacique político.

É por isso que a Rede encaminha o voto "não".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Senador Randolfe.

Está encerrada a discussão.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Pela ordem, Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Pela ordem.) – Ouvi todos os Senadores e ouvindo as Lideranças que estão no Plenário, eu acho que nós temos o encaminhamento ao Relator de uma proposta de entendimento para que nós pudéssemos votar por entendimento, ou seja, há uma ideia de se fazer um destaque, mas, se V. Exa. acatar a emenda do Lasier de até dois anos, acho que nós teríamos aqui como votar por unanimidade essa questão, o que representaria unanimidade também no Plenário. A matéria vai à Câmara, que teria, portanto, a última palavra com relação à questão. Mas aqui acho que só não muda de opinião quem não tem opinião.

Fui convencido pelos argumentos dos Srs. Senadores de que essa é uma trava que poderá, mais uma vez, auxiliar no avanço com relação à gestão partidária no País.

Portanto, propomos ao Sr. Relator um entendimento e, se V. Exa. acatar, nós poderíamos votar por unanimidade o parecer de V. Exa.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sra. Presidente, posso?

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra, para se pronunciar a respeito da questão de ordem do Senador Eduardo Braga, o Relator, Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, embora tenha compreensão de que autonomia partidária é uma garantia constitucional – a Presidente Senadora Simone fez questão de apresentar o texto da Constituição Federal que estabelece claramente essa autonomia em relação ao partidos... Cada partido tem o seu estatuto, tem a sua norma de regência interna e, portanto, deveria disciplinar isso, e essa disciplina no âmbito interno dos partidos deveria ser respeitada pelo Tribunal Superior Eleitoral, porque não cabe disciplinar essa matéria tendo ela previsão estatutária. Não é o que ocorre, e o tribunal vem legislando ao arrepio da própria Constituição Federal. Então, sublinho aqui que a autonomia partidária não está sendo inserida por força da legislação que estamos aqui a apreciar; já é uma garantia constitucional.

Disciplinar tempo mínimo ou máximo cabe ao Parlamento, como caberia ao órgão partidário também fazê-lo por meio da reforma estatutária no âmbito interno.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas eu sigo uma lógica desde a Câmara de respeito ao princípio da colegialidade. E, nos muitos apelos que foram feitos aqui, a compreensão que se tem em relação à possibilidade de avanço nessa matéria é na construção sugerida pelo nobre Senador Eduardo Braga, com a qual concordo bem como concordo com o Senador que apresentou a emenda. Desde o início, venho sustentando que a mim me pareceria muito mais coerente, muito mais consentâneo com a necessidade que temos de organização partidária um tempo razoável, embora, repito, a Constituição é que garante a autonomia.

Portanto, acolho a sugestão apresentada e fica acolhida a Emenda nº 5, quanto à questão do prazo de vigência do órgão provisório. O prazo de vigência dos órgãos provisórios dos partidos políticos será de até dois anos. É o que estou acolhendo.

O Senador Oriovisto, V. Exa. fez uma ponderação – permita-me dialogar com V. Exa. – que acho que fica superada com essa mudança que estamos fazendo, em razão de as provisórias não terem a possibilidade de indicar candidaturas. Peço vênia a V. Exa. para dizer que estabelecer isso em lei seria o mesmo que retirar a funcionalidade do partido. É ato próprio do partido a participação nas eleições, a indicação de quadros para participarem das eleições. Portanto, não fazer a indicação de candidaturas seria retirar a funcionalidade dos partidos políticos na sua forma permanente ou na provisória.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Com relação ao Cadin, que foi mencionado aqui...

Eu pediria a compreensão do Plenário, porque estou trazendo alguns esclarecimentos a par dos debates que foram feitos, em respeito aos Senadores que discutiram a matéria.

A Lei do Cadin, a 10.522, foi criada para empresas e prevê a possibilidade de inscrição também de sócios administradores desde que – vejam – tenham concorrido para o ilícito que deu origem ao débito. Portanto, no caso dos partidos, não se pode presumir que o débito do partido tenha tido origem em conduta ilícita do dirigente partidário do momento. Isso não pode ser presumível, não pode ser automático. É preciso aferir participação e, havendo participação direta, não há aqui que se tratar da ressalva. A responsabilização automática pela simples revisão das contas é o que se busca evitar com o projeto.

Doações de servidores. É preciso esclarecer porque senão fica parecendo que nós estamos votando aqui uma jabuticaba, e não é. A Lei dos Partidos Políticos, que foi alterada em 2017, permite a doação de recursos por parte de servidores, desde que filiados a partidos políticos. O TSE mandou devolver esses valores e vinha punindo os partidos políticos. A anistia, portanto, é de contribuições legais e não de contribuições ilegais. A lei já autoriza aos servidores que são filiados doar. Não estamos, repito, não estamos fazendo anistia aberta e especialmente de algo ilícito – apenas para sublinhar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É a mesma situação que ocorreu no caso das mulheres mais recentemente. O Supremo Tribunal Federal decidiu, agora, em 2018, que quem vinha praticando de modo diverso não pode ser punido porque a regra era outra. Então, o projeto resolve essas questões.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Em relação à responsabilidade civil e criminal.

Aqui concluo, Sra. Presidente, porque é um ponto importante

O novo dirigente é punido por atos anteriores. A prática hoje é assim. Quem deu causa, por exemplo, a uma dívida... No caso, o novo dirigente que não deu causa a uma dívida, sendo julgado e condenado o partido, é o CPF do novo dirigente que é inscrito na restrição de débitos no Cadin. Então, o projeto prevê justamente a proteção de quem não deu causa, não participou, não concorreu para o dano ou para o ato ilícito.

E aqui invoco, apenas por analogia, o fundamento do princípio da individualização da pena; ou seja, não é possível atribuir pena a quem não cometeu crime, a quem não deu causa ao dano ou não concorreu para o dano. O projeto faz essas correções.

É nessa esteira que sustento o voto que apresento.

Partindo para o final, o voto, portanto, é pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do projeto e das Emendas nºs 5, 7 e 8 – as Emendas nºs 7 e 8 são de redação, e a Emenda nº 5 é de mérito – e pela rejeição das demais emendas.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sra. Presidente, rapidamente...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Pela ordem.) – Eu quero só cumprimentar o Relator, que reafirma por que foi necessário nós não votarmos de afogadilho na última quarta-feira, no Plenário do Senado, porque esse projeto voltará para a Câmara melhor.

Ainda pesam, em particular para a nossa bancada da Rede, algumas divergências. Em homenagem ao Relator, em homenagem a esta Comissão e ao esforço que foi feito para melhorar o projeto, nós votaremos contra, mas não vamos pedir verificação. Esse é o encaminhamento da Rede.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – Peço a palavra pela ordem, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Retira o requerimento de verificação de votação, portanto?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito!

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – Pela ordem, Sra. Presidente!

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Oriovisto.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR. Pela ordem.) – Sr. Relator, o senhor me citou, dizendo que, quando quero proibir na minha emenda a comissão provisória de indicar candidato, eu estaria restringindo a ação dos partidos. Pelo contrário, eu estou restringindo a ação do caciquismo e estou fortalecendo os partidos, porque uma comissão definitiva tem um número muito maior de membros, e isso levaria à participação partidária, não a diminuiria. Então, perdoe-me, mas o seu argumento não posso aceitar.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Encerrada a discussão.

Vou colocar, neste momento, em votação o relatório do Senador Marcos Rogério, que acatou as seguintes emendas: as de nºs 5, 7 e 8.

As Sras. e Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado, com os votos contrários...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Isso já se votou.

Os votos contrários são os do Senador Fabiano Contarato, do Senador Kajuru, do Senador Alessandro, do Senador Oriovisto, do Senador Randolfe.

Está, portanto, aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto e às Emendas nºs 5, 7 e 8, da CCJ, e contrário às demais emendas.

A matéria vai ao Plenário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Está encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 11 horas e 23 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 26 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 3ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE FEVEREIRO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às onze horas e trinta minutos do dia vinte e seis de fevereiro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, **sob a Presidência do Senador Dário Berger,** reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Marcio Bittar, Luiz do Carmo, Eduardo Gomes, Eduardo Braga, Daniella Ribeiro, Izalci Lucas, Styvenson Valentim, Lasier Martins, Eduardo Girão, Rodrigo Cunha, Soraya Thronicke, Leila Barros, Marcos do Val, Alessandro Vieira, Fabiano Contarato, Paulo Paim, Zenaide Maia, Jean Paul Prates, Humberto Costa, Paulo Rocha, Angelo Coronel, Carlos Viana, Nelsinho Trad, Jorginho Mello, Wellington Fagundes, Zequinha Marinho, Marcos Rogério, Luis Carlos Heinze, Eliziane Gama e Randolfe Rodrigues. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Mailza Gomes, Roberto Rocha, Cid Gomes, Flávio Arns, Fernando Collor, Sérgio Petecão e Maria do Carmo Alves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 4/2019 - CE, de autoria do Senador Dário Berger. **Finalidade:** Receber o Ministro de Estado da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, para que apresente as diretrizes e os programas prioritários de sua pasta. **Participante:** Ricardo Vélez Rodríguez, Ministro de Estado da Educação. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Dário Berger

Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/02/26

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A presente reunião tem por objetivo atender ao Requerimento nº 4, de autoria desta Comissão, para realização de audiência pública destinada a receber S. Exa., o Ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, para que apresente aqui, à Comissão, as diretrizes e os programas prioritários do seu Ministério.

Dando início à primeira parte dos trabalhos, eu convido o Senador Confúcio Moura para que nos ajude a conduzir o nosso convidado, o Ministro Ricardo Vélez Rodríguez, até a sua cadeira à mesa. (*Pausa.*)

Bem, dando continuidade aos nossos trabalhos, convido também, para sentar à mesa, o Secretário Executivo do Ministério da Educação, Professor Luiz Antonio Tozi.

Igualmente eu faço com o Secretário de Modalidades Especializadas de Educação, Professor Bernardo Goytacazes de Araújo.

Igualmente, convido a compor a Mesa o Secretário da Educação Profissional e Tecnológica, Professor Alessandro Ferreira de Souza.

Igualmente, convido para compor a Mesa a Secretária de Educação Básica, Professora Tânia Leme de Almeida.

Professora Tânia, seja bem-vinda (*Fora do microfone.*).

Igualmente, o Chefe de Gabinete do Ministro, Tiago Tondinelli.

E, por fim, o Assessor Especial, Ricardo Wagner Roquetti. (*Pausa.*)

Houve um pequeno equívoco de minha parte aqui.

Aqui no *script* há os suplentes e os titulares. Então, eu convoquei os suplentes antes de convocar os titulares.

Portanto, retifico, convocando o Secretário de Alfabetização, Professor Carlos Francisco de Paula Nadalim, e também o Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), Professor Carlos Alberto Decotelli da Silva.

E, assim, eu dou por completa a Mesa.

Aproveito essa oportunidade para registrar a presença das Sras. e dos Srs. Senadores, especialmente do ex-Senador Paulo Bauer, um dos destacados Líderes desta Casa e que hoje representa a Casa Civil, sendo o Secretário da Casa Civil do Governo Federal.

Paulo Bauer, que já foi Secretário de Estado da Educação, por coincidência, é de Santa Catarina, cuja presença nos enche de orgulho e traz um relevo todo especial ao nosso encontro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito bem. Composta a Mesa, Sr. Ministro, eu quero aqui também dar algumas informações, como por exemplo:

Informo que esta audiência pública tem a cobertura da TV Senado, da Agência Senado, do *Jornal do Senado*, da Rádio Senado, e contará com o serviço de interatividade com o cidadão brasileiro, através do Alô Senado, pelo telefone 0800612211, do e-Cidadania, e também por meio do portal www.senado.leg.br/ecidadania, que transmitirá ao vivo a presente reunião e possibilitará também o recebimento de perguntas e comentários aos expositores, via internet.

A exposição do Ministro terá, como de praxe, um tempo de aproximadamente 30 minutos. É evidente que mais ou menos, dependendo da necessidade. Em seguida, nós passaremos à interpelação pelas Sras. e Srs. Senadores inscritos, de maneira que já começo a abrir a inscrição e peço que a Secretaria comece a anotar as respectivas inscrições.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Pela ordem, Senadora Eliziane.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA. Pela ordem.) – Eu encaminhei a inscrição já inicialmente. Só para fazer o registro de que eu encaminhei a minha inscrição inicialmente, para poder direcionar as perguntas ao nosso Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Está o.k. A senhora está inscrita então.

Solicito aos colaboradores que procedam, então, à inscrição dos Senadores que desejam interpelar. Eu imagino que são todos. Coloquem também, por favor, o Senador Confúcio Moura, que me pediu que o inscrevesse em quarto lugar.

Bem, dando continuidade, Sr. Ministro, eu quero aqui fazer um pequeno pronunciamento, natural e preliminarmente, de boas-vindas a V. Exa., aqui na Comissão de Educação. E quero também aproveitar para dar um bom-dia a todos os brasileiros e todas as brasileiras que nos acompanham agora pela TV Senado, pela Rádio Senado e pelas redes sociais, via internet.

É com enorme prazer que aceitei este desafio de presidir esta Comissão, que é uma das mais importantes da Casa, para os próximos dois anos. Agradeço a confiança dos meus colegas de Partido pela indicação a esta Presidência. Pretendo dispensar todas as minhas energias na busca da construção de consensos. Que consigamos, juntos, aprovar projetos e matérias que contribuam efetivamente para a melhoria da qualidade do ensino, da cultura e do esporte em nosso País.

Numa rápida análise feitas nas matérias que estão em tramitação ou que devem ainda chegar neste semestre a esta Comissão, pude constatar que a nossa jornada será bastante interessante, de muito trabalho, por assim dizer.

Temos, por exemplo, o debate sobre o fim do Fundeb; a discussão sobre a gestão do financiamento do Sistema S com ensino profissionalizante; o projeto da Escola sem Partido, que tanto suscita polêmicas e discussões acaloradas; a proposta do ensino em casa pela família; a militarização escolar e a gratuidade do ensino superior.

Portanto, nós não vamos ter muita folga não. A tarefa vai ser bastante árdua, complicada e de muito trabalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tenho certeza do enorme comprometimento público de todos os Srs. Senadores e das Sras. Senadoras que integram este importante Colegiado do Senado Federal e não tenho dúvidas de que conseguiremos oferecer à sociedade brasileira uma série de propostas positivas e inovadoras para setores tão importantes da vida de cada um dos brasileiros.

Quero registrar que, seja através dos instrumentos do ciclo de debates, seminários, audiências públicas, requerimento, solicitação de informações, avaliações de políticas públicas, a Comissão de Educação cumprirá um destacado papel nos próximos dois anos. É isso que a opinião pública espera de cada um de nós.

Então, como dizia o nosso saudoso Ricardo Boechat, vamos tocar o barco e, de preferência, que seja para frente, com os olhos voltados para o futuro da Nação brasileira.

Muito bem. Eu quero também dizer, considerando o grande número de participantes desta audiência pública, que não é permitido manifestação. Então, eu já conto com a colaboração de todos os convidados, de todos os interessados que fazem parte deste ambiente de audiência pública, para que permaneçam sem fazer manifestação, seja de aplauso, seja qualquer tipo de manifestação. Ela é proibida.

Portanto, quando a gente combina a regra, é bom que ela seja efetivamente cumprida, razão pela qual eu conto com a colaboração e o respeito de todos os senhores e de todas as senhoras que participam desta audiência pública.

E agora, sim, vamos ouvir o nosso Ministro.

Eu já abri as inscrições aos Srs. Senadores e às Sras Senadoras. Portanto...

O SR. DANILO CABRAL (PSB - PE) – Senador Dário, permita uma questão de ordem.

Danilo Cabral, Presidente da Comissão de Educação da Câmara do Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Pois não.

O SR. DANILO CABRAL (PSB - PE. Para questão de ordem.) – Quero saber se V. Exa. vai que permitir que também representantes da Câmara possam fazer uso da palavra aqui. Acho que seria muito importante também nós aqui, representando a Comissão de Educação da Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Olha, se há a concordância dos Srs. Senadores, de minha parte não vejo nenhum óbice a esse respeito.

Então, se há concordância, portanto, V. Exa. será inscrito...

O SR. DANILO CABRAL (PSB - PE) – Agradeço a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – ... e será uma honra poder ouvi-lo.

O SR. DANILO CABRAL (PSB - PE) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Prezado Ministro, V. Exa. tem a palavra.

Ministro Ricardo Vélez Rodríguez, Ministro de Estado da Educação.

O SR. RICARDO VÉLEZ RODRÍGUEZ – Muito obrigado, Exmo. Sr. Senador Dário Berger, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal, autor do requerimento, do MDB de Santa Catarina.

Cumprimento o Prof. Luiz Antonio Tozi, Secretário Executivo do Ministério da Educação; Profa. Tânia Leme de Almeida, Secretária de Educação Básica do Ministério; Carlos Francisco de Paula

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nadalim, Secretário de Alfabetização do Ministério da Educação; Bernardo Goytacazes, Secretário de Modalidades Especializadas de Educação do Ministério da Educação; Carlos Alberto Decotelli da Silva, Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação; Mauro Rabelo, Secretário de Educação Superior do Ministério da Educação; Alexandro Ferreira de Souza, Secretário de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação; Marco Antonio Barroso Faria, Secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação; Eduardo Mello, Secretário Executivo Adjunto do Ministério da Educação; Deputado Filipe Barros, do meu Paraná; Deputada Luíza Canziani, também do Paraná; Parlamentares; demais dirigentes do Ministério da Educação e vinculadas, entidades representativas, senhoras e senhores.

É com muita honra que estou hoje entre os membros desta Comissão para dialogar com V. Exas., Senadores da República, representantes do povo brasileiro.

A renovação pela qual passou o Congresso Nacional, em suas duas Casas, é reflexo de um desejo de mudança, uma mudança não só econômica, mas também de rumos culturais. Nas urnas, de modo democrático, esta Nação escolheu encerrar um ciclo que não representava os seus valores, elegendo o Presidente Jair Messias Bolsonaro como o porta-voz do resgate do espírito cívico, do respeito à família e do orgulho de ser brasileiro.

De fato, exceto em períodos de Olimpíadas e Copa do Mundo, há quanto tempo não se viam brasileiros saindo às ruas cantando o Hino Nacional e trajando o uniforme da nossa Seleção, orgulhosos de seu País, otimistas e esperançosos?

É nesse contexto que fui nomeado para um cargo de tremenda responsabilidade. Ser Ministro da Educação, neste momento, significa assumir o compromisso de tornar efetivas as mudanças esperadas por milhões de brasileiros.

Nesse sentido, eu gostaria de apresentar aos senhores, brevemente, os sete pontos-chaves que este Governo considera centrais para a educação brasileira.

Primeiro ponto: Política Nacional de Alfabetização.

Em primeiro lugar, seguindo o discurso do Presidente, precisamos inverter o triângulo da educação. Hoje, o ensino superior tem precedência orçamentária sobre a educação básica. Isso precisa mudar. Não é rápido. Não é fácil. Mas precisamos dar os primeiros passos. Por isso, escolhemos a elaboração de uma política nacional de alfabetização como nossa meta prioritária nestes cem primeiros dias de Governo.

Por que alfabetização? Porque ela é a cesta básica da educação. Explico: é preciso aprender primeiro a ler, para depois ler para aprender. A má qualidade da alfabetização compromete todo o sistema de ensino, em suas diferentes etapas e níveis.

O Brasil, sistematicamente, tem apresentado índices muito ruins de alfabetização. Precisamos rever isso.

O mais grave é que a falta de acesso à escola não é o principal motivo de as crianças não serem alfabetizadas. Elas vão à escola, mas, mesmo assim, não são alfabetizadas. Os motivos são vários. É um problema complexo, que exige enfrentamento em diferentes frentes; tanto é, que criei uma secretaria específica para a questão da alfabetização.

Os debates acerca desse assunto não são novos. Vejam os senhores que, no ano de 2003, a Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados, seus vizinhos, divulgou relatório

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Alfabetização Infantil: Os Novos Caminhos", elaborado por um grupo de trabalho composto de eminentes cientistas e pesquisadores.

Em 2007, foi publicada uma segunda edição desse relatório. Esse relatório apresentou conclusões importantes. A principal delas era a de que, no Brasil, as políticas e práticas de alfabetização, bem como a formação dos professores alfabetizadores, não acompanhavam o progresso científico e metodológico que, nas últimas décadas do século XX, ocorreu no campo do ensino e aprendizagem da leitura e da escrita.

Poucos anos depois, em 2011, a Academia Brasileira de Ciências publicou um documento chamado "Aprendizagem Infantil: Uma Abordagem da Neurociência, Economia e Psicologia Cognitiva". Na Parte III, que se intitula "Métodos de Alfabetização", faz-se referência a alguns países que modificaram suas políticas públicas para a alfabetização com bases nas evidências científicas mais recentes, como Finlândia, França, Inglaterra, Estados Unidos, Austrália e Israel. Em todos eles, verificou-se um progresso significativo na aprendizagem da leitura e da escrita.

Não queremos inventar a roda. Vamos ter humildade e fazer o que o mundo está fazendo com sucesso.

O Brasil é signatário da Organização dos Estados Americanos, que publicou recentemente, em 2018, o "Guia Interamericano de Estratégias de Redução da Desigualdade Educativa", que elenca, com base em várias evidências científicas, recomendações que estão sendo incorporadas na Política Nacional de Alfabetização. Por exemplo, é um fato científico bem estabelecido que aprender a ler bem requer cinco coisas destacadas pelo National Reading Panel:

1º) Compreender o princípio alfabético;

2º) Aprender as correspondências entre grafemas e fonemas;

3º) Segmentar sequências ortográficas de palavras escritas em grafemas;

4º) Segmentar sequências fonológicas de palavras faladas em fonemas;

5º) Usar regras de correspondência grafema/fonema para decodificar a informação.

Assim, a Política Nacional de Alfabetização terá em alta consideração as evidências e os critérios da ciência cognitiva da leitura, conforme a vontade expressa do Senhor Presidente da República, na sua mensagem ao Congresso Nacional.

Segundo Ponto: Base Nacional Comum Curricular.

Voltemos nossa atenção agora para a educação básica como um todo.

A Base Nacional Comum Curricular é um documento de mais de 500 páginas, extenso, fruto de muita discussão e anos de trabalho. Mas, palavras impressas no papel não bastam para que o ensino tenha real qualidade, e, como diz Fernando Pessoa, "livros são papéis pintados com tinta". Na realidade da sala de aula, a Base precisa ser compreendida e complementada pelas contribuições das redes estaduais e municipais.

Desde já, aproveito para convidar todos os gestores e professores a tornarem esse documento vivo, o que significa criticá-lo, adaptá-lo e entendê-lo no contexto das localidades.

O MEC não pode ser um leviatã centralizador. Não é essa a proposta da Base. Para este ano de 2019, está prevista a formação de professores e a revisão dos projetos pedagógicos das escolas, conforme os novos currículos da educação infantil e do ensino fundamental. Para o ensino médio,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

está prevista a elaboração dos novos currículos alinhados à própria Base Nacional Comum Curricular e aos referenciais para os itinerários formativos.

Terceiro ponto: educação básica.

Continuando com o tema da educação básica, é importante lembrar que, em breve, o formato do Fundo de Manutenção da Educação Básica, o Fundeb, será rediscutido. Os principais atores da educação brasileira, como o FNDE, a Undime e o Consed precisam ser ouvidos. É um tema central para fortalecermos os Municípios e, assim, fazermos valer a orientação do Presidente: "Mais Brasil, menos Brasília".

Sabemos que há inúmeras desigualdades regionais no Brasil. O Fundeb cumpre um papel fundamental no financiamento da educação dos locais mais vulneráveis. A distribuição de recursos deve ser justa e inteligente, para beneficiar aqueles que mais precisam.

Quarto ponto: novo ensino médio.

Quanto ao ensino médio, é necessário torná-lo atrativo aos jovens, aproximando-o das realidades práticas do trabalho, mas um trabalho que supere lógicas fordistas. Hoje, é para o empreendedorismo, para a criatividade, que temos de formar os jovens. O fortalecimento do quinto eixo formativo do novo ensino médio é estratégico para isso.

Uma educação profissional e tecnológica robusta é o que marca as economias mais avançadas atualmente. Precisamos de um ensino médio moderno, em diálogo com novas tecnologias. A rede federal, com seus mais de 600 *campi* pelo Brasil, pode ser indutora de um ensino médio vocacionado para a produção de tecnologia, atendendo às reais demandas do setor produtivo e da sociedade.

Quinto ponto: escolas cívico-militares.

Avançando para outro ponto importante no âmbito da educação básica, destaco a criação, na Secretaria de Educação Básica, da Subsecretaria de Fomento às Escolas Cívico-Militares.

Durante a campanha, o Presidente Bolsonaro destacou o desejo de ver difundido o modelo de escola de alto nível, com base nos padrões de ensino e gestão empregados nos colégios militares.

Experiências já em andamento em diversos Estados brasileiros têm mostrado que a presença de militares no espaço escolar é algo bem visto e bem-vindo pelas famílias. Os indicadores de aprendizagem melhoram, e ocorre redução da criminalidade.

A adesão ao programa de escolas cívico militares no MEC será voluntária. Ou seja, o Governo Federal respeitará a autonomia dos entes federados.

Sexto ponto: educação especial.

Já para fortalecer a educação especial, criamos uma nova secretaria, a Semesp.

(*Soa a campainha.*)

(*Intervenções fora do microfone.*)

(*Soa a campainha.*)

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Por favor, por favor!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Por favor! Eu estabeleci o critério no início da nossa discussão.

Eu estabeleci o critério no início da nossa discussão.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Eu estabeleci os critérios no início da nossa reunião, mencionando que não seriam permitidas manifestações. Portanto, ou nós vamos conter nossos ânimos ou vou pedir para esvaziarem o Plenário e vamos ouvir o Ministro apenas com os Parlamentares presentes. Imagino que nós tenhamos educação suficiente para poder ouvir, a bom termo, a maior autoridade em educação do País, que é o Ministro Ricardo Vélez Rodríguez.

Amainados os ânimos, retorno a palavra a S. Exa.

O SR. RICARDO VÉLEZ RODRÍGUEZ – Obrigado, excelência.

Sexto: Educação especial.

Já para fortalecer a educação especial, criamos uma nova Secretaria, a Semesp – Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação, que possui duas diretorias voltadas para a educação especial: a Diretoria de Acessibilidade, Mobilidade, Inclusão e Apoio a pessoas com Deficiência e a Diretoria de Políticas de Educação Bilíngue de Surdos. Daremos continuidade e apoio à Política Nacional de Educação Especial e priorizaremos a formação de tradutores e intérpretes de Libras. Nosso mote é: nenhum brasileiro para trás.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Acho que não preciso mencionar que a imprensa e os ocupantes do final do Plenário estão atrapalhando a nossa reunião. Então, vou dar mais uns dois minutos para que...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Bem, eu avisei no início, estabeleci as regras. Cumpram-se as regras: não será permitida manifestação nesta reunião. Se as pessoas não observarem esse quesito, infelizmente serei forçado a pedir para que os senhores e as senhoras aí de trás se retirem do nosso ambiente para que nós possamos prosseguir com a nossa reunião.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Por favor, aqui tem organização, tem comando, tem respeito e responsabilidades. Vamos ouvir o Ministro...

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Vamos ouvir o Ministro com respeito. Vamos respeitar o Ministro da Educação do Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB) – Sr. Presidente, pela ordem. Só uma sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Pois não. Pela ordem a Senadora Daniella Ribeiro.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB. Pela ordem.) – Sr. Presidente, ao mesmo tempo em que me acosto às suas palavras relativas ao respeito, gostaria de dar uma sugestão sobre a importância de dar voz a todos que podem estar aqui fazendo perguntas, inclusive os próprios manifestantes. Queria pedir que, quando todos fizessem perguntas...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Não, o Regimento não permite. Esta é uma audiência pública, e quem tem a palavra, única e exclusivamente, são os senhores Senadores. Nós abrimos um pequeno precedente para o Presidente da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, com a aquiescência dos senhores Senadores, mas não é permitida a participação de qualquer outra pessoa ou outra autoridade que não seja Senador.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB) – Mas, permita-me: se houver a concordância de todos os Senadores, poderíamos ter essa oportunidade tão importante com o Ministro?

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Não, não vou concordar. V. Exa. me perdoe, mas eu não posso aceitar.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB) – Não, tudo bem. É porque...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Não, o Regimento não permite, e nós não temos condições de fazer isso. Nós iriamos, certamente, ficar até amanhã de manhã aqui discutindo essa questão.

Então, a palavra será franqueada exclusivamente às senhoras e aos senhores Senadores...

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB) – Então, eu quero me colocar...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – ...com exceção do Presidente da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, o que já foi deliberado pelo Plenário.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB) – Eu só gostaria de me colocar à disposição dos manifestantes, estudantes, cidadãos e cidadãs brasileiros que queiram, por meu intermédio, fazer alguma pergunta. Eu me coloco à disposição aqui.

O SR. FILIPE BARROS (Bloco/PSL - PR) – Sr. Presidente Senador Dário.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Pois não, Deputado Filipe Barros.

O SR. FILIPE BARROS (Bloco/PSL - PR) – É só para deixar claro se nós...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Pelo Regimento, também não seria disponibilizada a palavra para V. Exa., entendeu?

Esta aqui é uma audiência pública do Senado Federal. Queridos Deputados Federais, V. Exas., certamente, terão oportunidade de fazer a mesma audiência pública com o Ministro da Educação no âmbito da Câmara dos Deputados. Este é um plenário do Senado, este é um assunto do Senado e,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

infelizmente, muito a contragosto, eu não posso desconsiderar o Regimento, que não permite que a gente amplie essa discussão a esse termo, como inicialmente nós estaríamos propondo.

Portanto...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Senador, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Senadora Eliziane, V. Exa. está com a palavra.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA. Pela ordem.) – Eu queria só deixar aqui registrado, Presidente, que esta é uma audiência pública, que, regimentalmente, tem os limites, parâmetros que, naturalmente, precisam ser seguidos, mas também queria registrar que não está havendo uma manifestação com barulho, que impeça, na verdade, o transcorrer desta audiência pública. Nós temos ali... Pelo menos, o que estou ouvindo são os *flashes* das câmeras fotográficas. Eu não sei se, se esses flashes, talvez, estivessem virados para cá, haveria algum tipo de incômodo. Então, eu acho que está absolutamente tranquila a audiência pública. Não há por que a gente pedir a retirada de quem quer que seja dos manifestantes, porque eles estão na mais tranquila e absoluta paz. É o que eu percebo. Eu participo de audiências públicas há doze anos como Parlamentar e, honestamente, estou aqui diante de uma manifestação silenciosa, tranquila, que, no meu entendimento, não impede em nada o transcorrer desta audiência pública, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Senadora, não vamos inflar, porque a gente sabe como essas questões começam, mas não sabe como terminam.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Não, Presidente, eu não estou inflando.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Eu conheço isso, eu tenho experiência também.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Eu também tenho, todos nós temos.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Eu tenho experiência de audiência pública aqui no Senado. E nós não vamos permitir, como eu já mencionei – não quero repetir –, qualquer tipo de abuso, qualquer tipo de manifestação que não seja dentro dos preceitos legais de respeito ao Senado, respeito ao Ministro e respeito também aos Srs. Parlamentares, Senadores e Senadoras, que são o objetivo maior desta nossa audiência pública.

Aliás, eu quero já adiantar aos senhores Senadores e Senadoras que nós temos dois anos de oportunidades para ouvirmos e fazermos outras audiências públicas, tantas quantas desejarmos, para convidar o Ministro, convidar o secretário executivo ou o secretário da respectiva pasta. Eu mesmo já estou pensando em fazer um requerimento para discutir a questão das creches inacabadas, que é um problema sério. Então, nós temos muitos assuntos a tratar, mas hoje nós temos que nos ater ao princípio elementar de ouvir o Ministro, as suas diretrizes essenciais, o seu posicionamento, para que, a partir daí, nós possamos dar seguimento ao nosso trabalho enquanto Comissão de Educação.

Portanto, mais uma vez eu peço a compreensão de todas as senhoras e de todos os senhores. Eu já participei de outras audiências públicas semelhantes a esta: é difícil de conduzir – eu peço a compreensão, inclusive, dos colegas Parlamentares –, ainda mais quando começa um foco de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

resistência aqui e de comprometimento ali etc. e tal. Se não estancar isso, nós vamos ter dificuldade para continuar a nossa audiência pública.

Por isso é que eu fui extremamente radical na abertura dos nossos trabalhos, coisa que não é do meu feitio. Quem me conhece há mais tempo, está aqui no Senado, sabe que eu sou um homem do entendimento, da conciliação, mas, evidentemente, nós precisamos preservar o respeito, a dignidade e o bom andamento dos trabalhos. As nossas ideias podem...

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – ... ser diferentes, podem divergir, mas nós temos que levar a cabo a nossa audiência pública. E nós assim vamos fazê-lo, porque é assim que eu pretendo encaminhar a direção destes trabalhos.

Eu ouço o Senador Lasier e, em seguida, a Senadora Zenaide.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – Sucintamente, Presidente.

Presidente, eu peço a V. Exa. que restabeleça o andamento que vinha sendo seguido, com boa ordem. O Ministro que hoje está aqui e que nos desperta uma grande curiosidade em função de suas ideias, seus planos, vinha apresentando os sete pontos-chaves, assim denominados por ele, com relação à educação.

Nós gostaríamos de ouvi-lo até o final e, depois, a abertura para perguntas. Aqui nós temos Senadores e Senadoras de todas as origens político-partidárias, que poderão, portanto, interpretar os desejos daqueles que queriam falar, mas, pela ordem regimental, não podem falar.

Então, a ordem é muito fácil. A V. Exa., então, eu peço: voltemos ao andamento do Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Muito bem.

Agradeço a V. Exa. e ouço a Senadora Zenaide. Aí, por fim...

Vamos ouvir rapidamente, Senadora Zenaide Maia?

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Sr. Presidente, eu queria dizer aqui que a representação dos estudantes e dos professores, como o próprio Ministro falou, é importante. E quando se fala em audiência pública, geralmente, tem que ouvir os dois lados.

Então, nós temos jovens aqui, professores... O próprio Ministro falou que vai ouvir a sociedade. Acho que, quando se diz "audiência pública", não é só para os Parlamentares. Eu entendo assim. Eu sei que há regras, tudo. Então, vamos ouvir e vamos deixar, porque eles, como falou Eliziane, minha colega, não estão incomodando. É como se houvesse uma audiência pública de interesse de nós, Senadores, e a gente não pudesse entrar.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Agradeço a V. Exa.

Ministro, mil desculpas pela interrupção. Retorno a palavra a V. Exa.

O SR. RICARDO VÉLEZ RODRÍGUEZ – Muito obrigado, Presidente

Estava no sexto ponto: educação especial.

Já para fortalecer a educação especial, criamos uma nova secretaria, a Semesp (Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação), que possui duas diretorias voltadas para a educação especial: a Diretoria de Acessibilidade, Mobilidade, Inclusão e Apoio a Pessoas com Deficiência e a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Diretoria de Políticas de Educação Bilíngue de Surdos. Daremos continuidade e apoio à Política Nacional de Educação Especial; priorizaremos a formação de tradutores e interpretes de Libras. Nosso mote é "Nenhum brasileiro para trás".

Sétimo ponto: formação de professores.

Concluindo, é indispensável falar de um tema pelo qual tanto apreço tenho: a formação de professores. Como professor, sei dos desafios e dos aspectos inglórios da nossa profissão. Nem sempre o professor recebe o reconhecimento merecido. Tornou-se frequente no Brasil saber de casos de professores agredidos verbalmente e até fisicamente por alunos. Isso é muito triste. Tornaram-se urgentes medidas que assegurem a disciplina dentro das escolas e a promoção de uma cultura de respeito e valorização da dignidade do professor.

Valorização do professor vai além do salário. O que os professores querem hoje? Trabalhar em um ambiente salubre e ver seus alunos aprenderem. Também querem ter oportunidades de aprimoramento profissional. Vamos investir na formação inicial e continuada de professores, cabendo à Capes um papel central nesse processo.

É assim, valorizando alunos, professores e demais atores da educação brasileira, que construiremos bases sólidas e duradouras para o desenvolvimento humano e econômico do País.

Muito obrigado pela atenção de V. Exas. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Muito bem!

Eu agradeço.

Eu solicito que as palmas nós as deixemos para o final, porque, na verdade, eu solicitei aqui... Não é comum manifestação em audiência pública. Isso não é comum, não é a regra, é a exceção. Então, eu vou pedir para que, tanto os Parlamentares quanto aqueles que têm interesse nesta audiência pública, ouçam, mas que não se manifestem, seja com palmas, aplausos, seja com vaias ou coisa semelhante.

Bem, nós vamos dar sequência a nossa audiência pública agora e vamos partir para interpelação do nosso prezado Ministro da Educação.

Os critérios adotados serão os seguintes, a não ser que o Plenário resolva fazer de forma diferente. Eu até faço uma sugestão, porque nós temos inúmeros Senadores inscritos – me dê a lista de inscrição por favor. Nós já temos 14 Senadores inscritos. Se nós fizermos um bate-bola, vaivém de réplica e tréplica, certamente nós vamos sair daqui de noite. Então, nós poderíamos fazer as perguntas de três em três Senadores. O Ministro anota as perguntas e responde depois e, na medida do possível e do necessário, se for necessária réplica, tréplica, evidentemente, nós não vamos deixar de oferecer a palavra aos senhores Parlamentares e ao próprio Ministro para esclarecer algum fato que precise ser esclarecido.

Então, a regra seria a seguinte. Cada Parlamentar tem direito a cinco minutos com dois minutos de réplica; a mesma coisa para o Ministro; e também um minuto para a tréplica, se for necessário.

Então, a minha sugestão é que nós possamos interpelar o Ministro de três em três Senadores. Os primeiros inscritos são a Senadora Eliziane, o Senador Confúcio Moura e a Senadora Zenaide.

Como a Senadora Eliziane não se encontra aqui – ela deu uma saída e me disse que retorna em seguida –, eu pergunto a V. Exas. se me permitiriam, como Presidente, iniciar as perguntas...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Ou eu pergunto no início ou pergunto no final. Se me permitirem fazer as perguntas no início, eu já esquento o debate, e a gente já parte... Em seguida ouviremos, então, a Senadora Eliziane e o Senador Confúcio Moura...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Pois não. Quem pede a palavra?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu, aqui atrás.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Senador Humberto Costa, com muito prazer ouço V. Exa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu peço só que V. Exa. leia a relação dos inscritos, só para sabermos em que posição estamos .

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Perfeito.

Temos até agora 14 inscritos:

1º) Senadora Eliziane Gama;

2º) Confúcio Moura;

3º) Senadora Zenaide Maia;

4º) Senador Márcio Bittar;

5º) Senadora Daniella Ribeiro;

6º) Senador Nelsinho Trad;

7º) Senador Izalci Lucas;

8º) Senador Luiz do Carmo;

9º) Senador Telmário Mota;

10º) Senador Lasier Martins;

11º) Senadora Leila Barros;

12º) Senador Jean Paul Prates;

13º) Senadora Soraya Thronicke;

14º) Senador Alessandro Vieira.

V. Exa. não está inscrito ainda, mas eu, com muito prazer, inscrevo V. Exa. como o décimo quinto.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Décimo sexto: Senador Carlos Viana por favor, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Senador Carlos Viana.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Décimo sétimo: Capitão Styvenson.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Décimo sétimo: Senador Styvenson.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Décimo oitavo...

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Zequinha Marinho.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Zequinha Marinho.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Presidente, uma sugestão: fazermos as perguntas em blocos de quatro Senadores cada, e o Ministro responde. A cada bloco de quatro, o Ministros faz um comentário. Se não for assim, vamos ter aqui uma longa reunião.

Então, é só uma sugestão para que os trabalhos possam ser mais célebres e a gente possa ter oportunidade de ouvir todos os Senadores. Além disso, ainda temos sabatina na Comissão de Assuntos Econômicos, e os Senadores tem que se dividir. Então, eu sugeriria a V.Exa., se houver concordância do Plenário, fazermos as perguntas em blocos de quatro Senadores. Acho que isso facilitaria...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Muito bem, se todos concordam com a sugestão formulada pelo Senador Fernando Bezerra, que, inclusive, é Líder do Governo nesta Casa e um dos mais destacados e expressivos Senadores do Senado Federal...

Então eu começo e, em seguida, passo a palavra a V. Exas. O.k.?

Eu vou procurar reduzir, inclusive, o número de perguntas, mas eu quero aqui, respeitosamente, esquentar um pouco o debate, se V. Exa. me permite, porque é notório que algumas entrevistas que V. Exa. concedeu suscitaram uma série de comentários controversos. De modo que seria importante nós aproveitarmos esta oportunidade para esclarecermos determinadas questões sobre as quais ainda pairam dúvidas, não só nossas, aqui da Comissão, mas, certamente, dos brasileiros e brasileiras.

Pois bem, rapidamente.

Em alguns pronunciamentos que V. Exa. tem feito pelo Brasil, o senhor tem se utilizado muito da expressão "mais Brasil, menos Brasília". Essa afirmação, se não bem explicada, pode ter muitos significados diferentes, vamos dizer assim. Por isso, eu gostaria que o senhor nos ajudasse a entender o que ela representa para a educação e o que ela constitui, ou seja, se ela constitui uma das matérias da sua competência aqui na nossa Comissão.

Parece–me que esse lema já está em vigor há muito tempo no campo educacional, uma vez que as maiores responsabilidades da educação básica são assumidas pelos Estados e pelos Municípios. Por isso, pergunto:

a) É possível interpretar esse lema como uma intenção política de maior descentralização das políticas educacionais?

b) Reduzir o peso de Brasília significaria passar para os Estados e Municípios tais responsabilidades ou seria passar para os Estados e Municípios mais recursos? Acho que esse é um tema importante que merece uma reflexão de todos nós.

Sobre o financiamento da educação no Brasil, eu pergunto a V. Exa.:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a) O Governo Federal está disposto a levar o lema "mais Brasil, menos Brasília" também ao campo do financiamento da educação, assegurando mais recursos para que Estados e Municípios possam garantir o direito à educação com qualidade?

b) O Governo Federal concorda com o aumento da participação da União no Fundeb, passando dos atuais 10% para algo em torno de 30% aproximadamente?

c) Ainda sobre o financiamento da educação, o senhor seria favorável à criação de um fundo único nacional em substituição aos atuais fundos estaduais vigentes no Fundeb?

Terceiro item.

O Plano Nacional de Educação, aprovado pelo Congresso Nacional após amplos debates, enfrenta dificuldades na sua implementação, dificuldades essas que podem ser constatadas nos documentos publicados pelos órgãos responsáveis por sua avaliação, entre eles o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Diante disso, eu pergunto:

a) Qual a importância do Plano Nacional de Educação no contexto das políticas públicas do Ministério da Educação?

b) Entre as metas do Plano Nacional de Educação, quais são aquelas que o MEC considera prioritárias e em quais pretende investir maiores esforços políticos, financeiros e também técnicos?

Item quatro.

As pastas do esporte e da cultura foram absorvidas por outro Ministério, pelo Ministério da Cidadania, na atual estrutura ministerial. No entanto, esses temas são temas muito caros à área da educação, uma vez que as atividades físicas e as artes, além de serem componentes fundamentais na formação do indivíduo, cumprem papel importante e também muito motivador para crianças e jovens frequentarem a escola. Diante disso, eu pergunto:

a) Como o MEC pretende atuar para promover o desporto educacional?

b) Podemos esperar proposta no sentido de melhorar a infraestrutura das escolas para a prática da educação física, como, por exemplo, construção de quadras esportivas, de ginásios de esporte e outros equipamentos esportivos?

Item cinco.

A Estratégia 6.4 do Plano Nacional de Educação prevê a articulação da escola com os diferentes espaços educativos, culturais e esportivos e com equipamentos públicos, como centros comunitários, bibliotecas, praças, parques, museus, teatros, cinemas e até planetários. Diante disso, eu pergunto:

a) O MEC tem ou terá alguma iniciativa para iniciar essa articulação?

Item seis.

Esses são apenas alguns dos depoimentos, Sr. Ministro – agora esquenta um pouquinho, mas já são do seu conhecimento –, dos leitores da revista *Veja* publicados no dia 3 de fevereiro agora, deste ano.

O Sr. José Carlos Medina de Carvalho, de Santos, São Paulo, diz que é lamentável a declaração do senhor, que é Ministro do atual Governo, sobre os brasileiros que viajam e que o senhor deveria, nessas circunstâncias, pedir desculpas à Nação brasileira.

Quer dizer, é um item que é conhecido, é recorrente, todos nós conhecemos, mas é um item que merece uma reflexão, para que possamos ter efetivamente uma posição de V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tenho aqui mais alguns itens, mas há um item aqui que me chama muito a atenção. Vou pular dois itens e vou partir para o último item.

Nas páginas amarelas, V. Exa., Ministro da Educação Ricardo Vélez Rodríguez, disse que a universidade não é para todos – "Faxina Ideológica", 6 de fevereiro.

Aí, o Sr. José Américo de Moura, do Rio de Janeiro, diz o seguinte: "Lembrei-me de que, há mais de 50 anos, um tio me disse a mesma coisa. Aquilo foi uma morte na minha vida. Pobre não poderia fazer uma faculdade. E eu acreditei." – dizia ele. "Quando meu filho terminou o ensino fundamental, eu o orientei a fazer um curso técnico, e ele foi aprovado para estudar mecânica. Meu filho teve a ousadia de me contestar e dizer que ele não queria ser técnico. Ele queria ser médico. E sua mãe também tinha o sonho de que ele fosse médico." Aí o Sr. José Américo de Moura diz que entrou em parafuso. "Mas eles me convenceram de que isso era possível, e minha convicção caiu por água abaixo. Hoje meu filho é um grande médico, e minha filha é uma excelente enfermeira. Ela, que já me deu uma neta que está com 15 anos, volta neste semestre à universidade para cursar medicina. Portanto, o Ministro, que pensa como meu tio pensava há 50 anos, está muito enganado." Ele alega que os dois filhos dele acabaram se transformando, um em enfermeiro e outro em médico, e agora a filha vai cursar medicina.

Bem, essas são as minhas indagações, eu fico por aqui. E me perdoem requentar um pouco as matérias, mas eu sou porta-voz de muitas dessas questões que a plateia certamente gostaria de perguntar a V. Exa.

Concedo a palavra ao primeiro inscrito, a Senadora Zenaide.

Seria o Lasier ou a Zenaide?

Dê-me a lista, por favor.

A Eliziane não está. Ela troca com a Senadora Zenaide. Em seguida, o Senador Confúcio e, após, o Senador Márcio Bittar.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para interpelar Ministro.) – Sr.Ministro, nosso Presidente, eu queria falar sobre o Mais Médicos e o menos médicos.

O senhor sabe que, em abril de 2018, o Ministério da Educação proibiu a abertura de novos cursos de medicina e até mesmo novas vagas para cursos já existentes, tanto em instituições privadas, como em públicas. Um dos eixos do Programa Mais Médicos era justamente superar a nossa necessidade de médicos para desmamar o contrato de médicos de outros países. O MEC atribuiu essa moratória de cinco anos dizendo que era para assegurar que todos os cursos de medicina tivessem a qualidade necessária.

Tenho um questionamento. Mesmo os cursos de medicina mais bem avaliados foram proibidos também de aumentar o número de vagas. A pergunta é a seguinte: Sr. Ministro, o senhor pretende manter o menos médicos, mesmo que seja em detrimento do sonho de milhares de estudantes brasileiros de fazerem medicina? O argumento usado para se fazer essa moratória de cinco anos foi a intenção de melhorar os cursos de algumas faculdades. Mas mesmo as que tinham notas altíssimas pelo MEC foram proibidas de ampliar as suas vagas. A minha pergunta é essa, Sr. Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Senador Confúcio Moura, V. Exa. tem a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Para interpelar Ministro.) – Cumprimento o Sr. Ministro, o Sr. Presidente desta Comissão, os Srs. Senadores, os demais diretores, os secretários do Ministério da Educação, os Deputados Federais presentes, os jornalistas e os visitantes.

Sr. Ministro, este é o meu primeiro mandato de Senador. Já passei pela Câmara dos Deputados. Já fui prefeito. Já corri bastantes trechos. Tenho visto muita coisa sobre a educação e fico, ao mesmo tempo, muito triste. Fico muito triste quando, a cada ano, saem os mapas do mundo em relação à qualidade da educação brasileira. A educação brasileira, na América e em outras partes, está acima do centésimo lugar em classificação.

Estamos falando em reforma da previdência, reformas disso e daquilo outro e deixando de lado a grande reforma, a mais necessária, que é a reforma da educação, no seu sentido mais pleno possível. Então, nós queríamos saber do senhor qual é o seu plano, com o seu secretariado, de fato, concreto, passo a passo, nestes quatro anos de governo, para que a gente possa avançar dois, três ou quatro degraus na qualidade da educação brasileira efetivamente. Entra ministro e sai ministro, e a gente fica num marca-passo permanente. Parece que cada um que entra quer redescobrir o Brasil de 1500. Então, a gente precisa agora claramente... Vamos sair desse buraco educacional ou não? Essa é a minha pergunta concretamente.

Segundo: a educação integral. A educação integral no Brasil já teve, em 2015, 65 mil escolas do seu jeito, improvisando ou não, no Brasil, sendo que, em 2016, caiu para 47 mil. Houve um decréscimo da qualidade da educação integral. Recentemente, no ano passado ou retrasado, o MEC firmou um acordo com o Estado de Pernambuco para criar uma base de pouco mais de cem escolas, novo tempo, com outras nomenclaturas, coordenadas pelo Instituto de Corresponsabilidade Educacional de Pernambuco, que, por sinal, é um bom modelo.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Para interpelar Ministro.) – Queremos saber se, neste ano, o senhor vai aumentar o número de escolas integrais de ensino médio ou ensino fundamental para, pelo menos, 500 escolas novas.

Estou aqui nesta minha função para falar semanalmente em educação. Já até me intitulei "o Senador de uma nota só": é só educação. Então, meu tema é este, é com que vou trabalhar aqui no Senado. E eu quero saber o seguinte: o Brasil vai melhorar de cima para baixo, do Ministério da Educação para baixo, ou das cidades para cima? Nós vamos atacar de onde? Onde é a nossa guerra? Nossa guerra é de baixo para cima, como a revolução cubana, que começou lá de baixo para chegar ao poder, ou é o inverso?

Então, nós queremos saber que rumo tomar, porque algumas cidades já tomaram destinos. Não é preciso citar nomes, mas são muitas e pequenas cidades brasileiras. Como o senhor falou, não temos que inventar a roda, mas temos de aproveitar as experiências bem-sucedidas e multiplicá-las.

Era só isso, Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Agradeço ao Senador Confúcio e ofereço a palavra ao Senador Marcio Bittar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB) – Sr. Presidente, depois eu queria falar pela ordem como Líder. Tenho a precedência já que...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Pela ordem, Presidente!

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB) – Como o Regimento prevê, e V. Exa. está...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – O "pela ordem" só cabe em Plenário e não em comissão.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB) – Não, como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Não, não, aqui...

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB) – Bom, eu acabei de vir da Comissão de Assuntos Econômicos e...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Sei.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB) – ...estava funcionando esse aspecto regimental.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Há controvérsias.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB) – Bom...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Há controvérsias quanto a este tema, mas eu concedo, claro, ouço V. Exa. depois de ouvir o Senador Marcio Bittar. Pode ser? (*Pausa.*)

Muito obrigado.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Sr. Presidente! Pela ordem, Presidente!

Senador Marcio Bittar, por favor!

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – Depois daquele nosso entrevero hoje, eu concedo qualquer coisa. Pode falar. (*Risos.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Eu fiz uma combinação com o Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Em seguida, vou passar a palavra para V. Exa.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Tudo bem, Presidente. Obrigada.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC. Para interpelar Ministro.) – Sr. Presidente, primeiro quero cumprimentá-lo como Presidente. É um privilégio, como correligionário e como amigo, tê-lo nessa Presidência.

Cumprimento todos e todas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nelsinho Trad, que estava aqui ao meu lado, foi um dos melhores prefeitos de capital que este País já teve e tive o privilégio de ser colega do pai dele. Queria fazer este registro mesmo na ausência dele.

Ministro, seja bem-vindo a esta Casa! Quero dizer-lhe que a expectativa de grande parte do povo brasileiro – e minha também – é a de que, de fato, a sua passagem por esse Ministério tão importante consiga tirar a educação brasileira dos problemas nos quais a enfiaram nos últimos 30 ou 40 anos.

A constatação que o nosso ex-Governador e ex-Deputado Federal Confúcio faz, eu queria apenas realçar. É impossível olhar para os dados da educação e não constatar que estamos indo muito mal, de mal a pior.

O Brasil, já há mais de duas décadas, tem formas de aferição da nossa educação. Mais alguns dados: nos últimos anos, nós aumentamos os recursos para a educação, chegamos a mais de 6% do PIB nacional, o que é mais do que qualquer país europeu está gastando; aumentamos a quantidade de diplomas e cursos superiores pelo País afora; aumentamos o número de professores; aumentamos a infraestrutura da educação. Mesmo assim, isso não se traduziu nos melhores indicadores da nossa educação; ocorreu, antes, o contrário. Alguns deles: a Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA) mostra que apenas 11% das nossas crianças estão plenamente alfabetizadas no terceiro ano, ou seja, 89% das nossas crianças não estão plenamente alfabetizadas no terceiro ano – não é no primeiro! A Fundação Inteligência, do Ibope, fez uma pesquisa e constatou que, entre os que entram na universidade brasileira, 38% são analfabetos funcionais, têm dificuldade de interpretar um texto. Esse mesmo instituto fez uma pesquisa no Brasil, com os adultos, e constatou que, infelizmente, cerca de 70% do povo brasileiro está na faixa do que a gente chama de analfabeto funcional.

Quais então, Ministro, serão as suas medidas, as do Ministério, para melhorar a proficiência dos nossos alunos? Essa é a primeira pergunta.

Só tenho três. Nelsinho me disse que tinha mais uma meia dúzia, mas, quando o Presidente fez umas dez, ele diminuiu.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – Estou de brincadeira, é só para descontrair!

Segunda pergunta, Ministro. Um dos grandes feitos – evidentemente a meu juízo – do Governo Temer foi a necessária reforma do ensino médio. A nova estrutura dessa fase de ensino privilegia as aptidões individuais e promove uma preparação melhor do aluno para o mercado de trabalho. Como o Governo atual pretende adequar o Enem a esse ensino médio diversificado?

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – E mais: como o Governo...

O Líder Eduardo Braga está interrompendo. Por respeito a liderança dele – nele votei para ser Líder –, não vou chamar sua atenção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O segundo item dessa mesma pergunta: como o Governo pretende aplicar a Base Nacional Comum Curricular a esse ensino médio e diversificado?

A terceira e última pergunta, Sr. Ministro, é sobre a ideologia no ensino brasileiro. Quais serão as providências desse Ministério em relação aos aspectos ideológicos presentes na Base Nacional Comum Curricular que ainda há? Nesse mesmo sentido, qual a opinião de V. Exa. em relação ao projeto Escola sem Partido? E quais são os novos critérios, se existentes, para a escolha dos livros didáticos que serão distribuídos para as escolas?

Por último, Sr. Ministro, eu quero me colocar, como um dos 81 Senadores, à disposição para ajudar a fazer com que nós possamos sair desse quadro vergonhoso. A gente lembra, Ministro, que países do mundo que, há 30 anos, tinham indicadores horríveis, como parte dos Tigres Asiáticos, em menos de 30 anos fizeram uma revolução, e nós, a meu juízo, andamos para trás! Então, eu quero lhe desejar muita sorte e me colocar à disposição para ajudar esse Ministério e o Brasil,

Por fim, eu quero dizer que não há, a meu juízo, uma reforma mais importante que a outra. A educação brasileira é fundamental; as reformas econômicas são fundamentais, pois, sem elas, o Brasil não vai conseguir sair da crise econômica em que nos colocaram; e, sem a reforma econômica, o Brasil também não vai resolver o problema da segurança pública. Portanto, é um conjunto de ideias e valores que foram vencedores na eleição passada, que eu não só apoiei, como votei... E eu ajudei a fazer do atual Presidente... O meu Estado, pequeninho, o Estado do Acre, deu a maior votação proporcional para ele – no Estado e na capital.

Muito obrigado, Sr. Ministro.

Parabéns, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Eu é que agradeço a V. Exa., Senador Marcio Bittar.

Ofereço a palavra à Senadora Eliziane para encerrar os nossos quatro Senadores.

Depois, vou conceder a palavra a V. Exa. para a questão...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA. Para interpelar Ministro.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Ministro Ricardo Vélez, eu quero inicialmente cumprimentá-lo e dizer da minha alegria pela oportunidade que temos hoje de debater sobre educação.

Eu digo isso, Ministro, porque eu sou fruto da educação pública brasileira. Eu estudei em escola de taipa, Ministro, na minha infância. Eu estudei, desde o ensino fundamental até a universidade, em escola pública. Eu entrei na Universidade Federal do Maranhão, onde me formei em jornalismo. Eu sou de uma família muito simples do meu Estado e, pela graça de Deus, eu consegui chegar aqui, ao Senado. Eu falo isso inicialmente para lhe dizer que a educação, no meu entendimento, é o instrumento hoje para a gente mudar o Brasil, para a gente mudar o mundo, para a gente combater a violência. Esse resultado não é um resultado que... Às vezes, alguém diz: "As ações têm que ser mais duras, porque a educação demora". O resultado da educação é imediato. Nós temos um resultado instantâneo quando decidimos fazer um investimento à altura na educação.

Nesse sentido, eu queria, primeiramente, colocar para o senhor que o acesso à educação superior é muito difícil hoje em todos os aspectos da vida. E me preocupou, lá atrás – eu não sei se foi uma má interpretação de uma de suas falas –, quando falava que esse era um ensino para a elite

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

brasileira. Ao mesmo tempo, para mim não ficou muito clara qual é a sua posição em relação a cotas, porque o acesso à universidade... E aí eu não diria só em relação a universidades, mas à presença da mulher nos espaços de poder: todos eles passam, no meu entendimento, pelo menos por um período, pelo estabelecimento de cotas, para que nós tenhamos uma isonomia de participação. Então, eu vejo que esse é um assunto que nós precisamos considerar, não deixar voltar atrás e ter uma perda depois de tanta luta para que negros e pobres possam entrar, de fato, na universidade.

Eu queria, nesse sentido, fazer um questionamento para o senhor. Há hoje, por exemplo, uma defesa muito grande em relação ao ensino técnico. Eu acho que é importante o ensino técnico, mas eu vejo que ele tem que ser atrelado, por exemplo, à formação de segundo grau para que nós não venhamos precarizar a universidade, a formação superior. É preciso que nós tenhamos um investimento na educação superior. Se a gente for, por exemplo, fazer um levantamento, verá que uma grande quantidade de professores do ensino fundamental ainda não consegue ter a formação específica para fazer a educação à altura das nossas crianças. Daí, por exemplo, a grande defasagem idade/série, que já foi, inclusive, colocada aqui, e, às vezes, a indisponibilidade de qualificação para que esses jovens, de fato, possam entrar na universidade.

O nosso tempo, de fato, é muito pouco e eu queria... Especificamente dentro desse quesito da qualificação do ensino, o Governo faz a defesa da militarização, e a coloca a partir da perspectiva da qualificação, da estruturação, o que se parece muito com o que há hoje nos institutos federais brasileiros. Então, para mim, seria muito mais palatável e muito mais adequado trabalharmos, por exemplo, a federalização do ensino, porque o Governo Federal tem muito mais força, na verdade, para que nós possamos ter essa educação.

Por fim – o meu tempo, de fato, é muito pouco –, Ministro, eu queria colocar que nós estamos vivenciando neste presente momento... Eu, quando vi a carta, achei que se tratava de *fake news,* porque a gente vê tantas *fake news*... Digo isso porque sou defensora de crianças e adolescentes. Existe um princípio constitucional no ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) que é claro: não submeter a criança a constrangimento ilegal. Então, no momento em que nós temos defasagem idade/série no Brasil, falta de acesso ao ensino superior, creches inacabadas – esse é um debate que nós precisamos fazer aqui dentro desta Casa –, e uma alta taxa de analfabetismo funcional, ter uma carta enviada pelo Ministério da Educação no sentido de filmar crianças cantando o Hino Nacional brasileiro... Então, isso me parece uma inversão de prioridades, parece-me que o Governo não está preocupado...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – ... exatamente com essas deficiências e em tentar encontrar uma alternativa para compensá-las, parece-me mais preocupado com comportamentos, com questões muito superficiais, com questões que, na verdade, não vão ao cerne daquilo que é fundamental na educação brasileira, que é a qualificação do ensino, que é apresentação, por exemplo, de um documento com as diretrizes e bases da educação brasileira.

A gente precisa entender o que efetivamente o Governo tem para melhorar a educação brasileira, porque a gente só vai melhorar este País, Ministro, a partir desse olhar fundamental e dessa prioridade fundamental que é a prioridade para a educação de crianças e adolescentes no Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu cheguei ao ensino superior pela graça divina, pela benção divina, pela sorte, mas dezenas de adolescentes e crianças da minha idade infelizmente não conseguiram chegar, inclusive conterrâneos e moradores do meu Estado também não conseguiram chegar à universidade por essa falta de educação.

O Governador do Maranhão...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Quero finalizar com esta intervenção.

O Governador do Maranhão, Flávio Dino, que construiu 800 escolas, substituindo as escolas de taipa no Estado do Maranhão, ofereceu uma parceria ao Governo Federal de reestruturação das creches inacabadas no Estado, a partir de uma parceria entre o Governo do Estado e o Governo Federal. Eu queria saber se o senhor tem conhecimento dessa parceria e, ao mesmo tempo, se não teve, ao ter, se o senhor tem a disposição de firmar essa parceria com o nosso Estado, que poderá, inclusive, ser replicada com tantos outros Estados brasileiros pelo alto número de creches inacabadas. Eu fico até me perguntando o porquê: o recurso é inferior àquilo que deveria ser investido ou é a corrupção mesmo? O que acontece por trás de tudo isso, com esse grande número de creches inacabadas?

Muito obrigada, Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Bem, como tínhamos combinado, vamos ouvir o Ministro Ricardo Vélez Rodríguez.

O SR. RICARDO VÉLEZ RODRÍGUEZ – Bem, eu vou ter que fazer o milagre da física quântica: multiplicar o tempo sem que o tempo transcorra. Então, eu vou tentar responder à maior parte dos questionamentos que V. Exas. me colocaram, muito pertinentes todos. Acho que os senhores estão muito plugados na realidade brasileira e na preocupação com a educação.

Sobre os questionamentos do nosso Presidente da Comissão, o Senador Berger, como entenderia de onde vem esse negócio de "mais Brasil, menos Brasília"? Quem inventou isso? Foi Anísio Teixeira. Anísio Teixeira, o criador da Escola Nova. Para Anísio Teixeira, a educação deveria ocorrer no Município, ali onde o cidadão mora. Esse deveria ser o centro de importância gravitacional ao redor do qual giraria todo o processo educacional.

Acontece que Anísio formulou isso no contexto do New Deal estatizante de Roosevelt, em que Getúlio tomou carona para a formulação do Estado Novo, e terminou sendo esquecido esse apelo ao municipalismo na educação, da valorização do Município. Inclusive, Anísio Teixeira considerava que a legislação não poderia vir de cima para baixo, mas de baixo para cima, como funciona nas escolas municipais que dão certo, para isso se consolidar em lei e ir mudando a legislação de baixo para cima, e não de cima para baixo. Com Getúlio no poder, no ensejo do Estado Novo, a coisa virou de ponta-cabeça. O Estado Novo mandou ver em matéria de solução tecnocrática dos problemas verticalmente, matando o municipalismo.

Hoje, certamente, o clamor da sociedade brasileira é no sentido de melhorar a educação nos Municípios, que é onde as nossas crianças vivem. O senhor está levantando com muito bom senso a questão das creches. Tive a grata visita do Governador Dino lá no MEC. Ele me falou das creches, e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

falei: o MEC quer ajudá-lo a reerguer as creches. Como? Mediante ações municipais, mediante ações de transferência de recursos e de projetos municipais.

Juntando aqui uma preocupação que encontro em várias arguições que me fizeram, por que o dinheiro não chega ao Município? Porque esbarra na má informação. Os secretários municipais são pessoas que fazem o serviço de preencher esse monte de formulários que precisam apresentar ao MEC para receber recursos e, por vezes, muitas vezes, esses documentos ficam pelo caminho, porque não foi preenchida corretamente a planilha Excel no computador.

Então, nós estamos vendo, temos uma estatística... Aliás, o meu secretário – estou me referindo a estatísticas – depois poderá dizer melhor qual é a estatística. Há uma estatística que mostra que muitas obras municipais ficam paradas ao longo do País. Então, nós, através do FNDE, elaboramos uma política de atendimento rápido aos Municípios para que eles possam destravar aquelas ajudas que ficaram travadas por falta de informação. Então, há uma comissão técnica do FNDE que se deslocará aos Municípios para ajudá-los a melhor apresentarem os seus requerimentos e a melhor prestarem contas, porque assim se destrava a gestão.

Então, certamente o nosso grande problema é esse centralismo em que terminou girando a educação, deixando um pouco os Municípios esquecidos. Por isso o diálogo que nós queremos ter com as associações de Municípios e as associações de secretários municipais e secretários estaduais. É fundamental isso. Sem isso, não há como atender aos problemas da educação brasileira.

Notadamente, quanto à questão das creches – o Governador Dino levantou isso, a questão das creches –, creches inacabadas há pelo Brasil afora. Aqui, em Brasília, estava eu fazendo uma pesquisa: creches inacabadas ou não funcionando, na ordem de 70%. É um número absurdo. Por que pararam? Por que não funcionam? Muitas vezes é por falta de uma agilização nos processos de transferência de dados para eles receberem ou continuarem recebendo o auxílio do MEC. Então, o MEC tem, certamente, como uma das prioridades auxiliar os Municípios. É a prioridade nº 1 no ensino infantil e básico. Isso é fundamental na educação infantil e básica – isso é fundamental.

E uma segunda prioridade que vai responder a muitos dos questionamentos que me fizeram: qual é a finalidade do segundo grau, da reforma do segundo grau? Vamos dar continuidade a essa reforma que começou no período do Governo Temer, mas que precisa ser aperfeiçoada no ensino médio. Nós estamos vendo que no ensino fundamental há um abandono nos últimos anos que se agrava quando se chega ao ensino médio. Então, precisamos atacar essa debandada. Como? Oferecendo ao jovem, ao adolescente a possibilidade já de uma formação profissionalizante no segundo grau que deságue no mercado de trabalho. Isso não é coisa absolutamente desconhecida pelo País afora. Existem iniciativas muito interessantes.

Eu estive em Pernambuco há cinco semanas. Fiquei impressionado com o que a Secretaria de Educação está fazendo em termos de renovação do ensino médio em tempo integral no final do segundo grau. Impressionante! Eu fiquei muito impressionado. São jovens que já saem com uma habilidade profissional. Inclusive, o Estado, com fundos próprios, está mandando mil desses jovens, por ano, para fora, para que façam um treinamento, conheçam uma outra realidade e voltem ao seu Estado. E os senhores poderão observar que os índices educacionais de Pernambuco subiram na base dessa iniciativa. Então, é possível realizar iniciativas importantes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós vamos dar muita prioridade à formação de professores para o ensino secundário profissionalizante. Temos uma rede de institutos federais fantástica no Brasil, mas precisamos colocá-la em diálogo com as necessidades nacionais. As nossas universidades precisam se comprometer nessa melhora do ensino fundamental e básico. A própria universidade pode dar uma ajuda muito grande. Acontece que esse diálogo inexiste em muitas regiões. Não há essa colaboração. A colaboração, sobretudo com os institutos federais, é fundamental e é por aí o caminho da renovação, certamente.

Bem, o senhor colocou uma coisa que é muito interessante para mim, porque conheci experiências em outros contextos de integração da escola com parques e bibliotecas.

Eu sou cidadão brasileiro por opção. Em 1997, pedi a cidadania brasileira. Há 40 anos, exatamente em 18 de janeiro, bati na porta do Brasil, mais ou menos como fazem os refugiados venezuelanos. Estive em Pacaraima dia 18 de janeiro, e falava com um grupo de imigrantes. Perguntei a um casal, ao marido: "Qual é a sua profissão?". Era um senhor de uns 50 anos. "Professor." Eu falei: olha, o senhor está batendo na porta certa, porque há 40 anos fiz a mesma coisa, no aeroporto do Galeão, pedindo residência no Brasil, fugindo da guerra civil colombiana, e hoje sou Ministro da Educação. Então, o Brasil é uma boa opção. O senhor fez muito bem.

Como se dá essa integração? Essa integração parque e biblioteca é muito importante, porque nasceu na Colômbia, no contexto da brutal guerra civil que a Colômbia viveu ao longo dos últimos 40 anos, que já, graças a Deus, está sendo superada. Qual foi o elemento que possibilitou a pacificação do país? O Município. A pacificação veio via municipal. E via renovação da escola municipal, com parque e biblioteca. É um espaço de diversão, de lazer, de integração da família e da comunidade, onde o Poder Público, em parcerias público-privadas, realizou uma obra maravilhosa: biblioteca de Primeiro Mundo em país de Terceiro Mundo; biblioteca de primeiríssimo mundo.

Se os senhores observarem os parques e bibliotecas de Medellín, Bogotá, Cartagena, Cali, 20 cidades colombianas, vão observar que se realizou uma coisa notável. Nos bairros mais problemáticos, mais pobres, mais golpeados pela guerra do narcotráfico, ali floresceram parques e bibliotecas ao redor da escola municipal. A escola municipal é rodeada de parque e biblioteca, posto de saúde, agência bancária, integrando a economia da cidade, através de vias expressas, de bondinhos, em Medellín, que é muito quebrada, ou de ônibus circulares em Bogotá. Houve a superação da violência. Medellín, em 1996, era a cidade mais violenta do mundo: 300 mortos por 100 mil habitantes. Era uma coisa pior que Bagdá. Terrível! Em dois anos, a violência caiu para 90 mortos por 100 mil habitantes. Hoje, estacionou em 11, 10 ou 11 mortos por 100 mil habitantes. Então, houve uma real pacificação. Qual foi o núcleo dessa pacificação? Foram parque e biblioteca municipal nas áreas carentes. E até hoje se preserva isso. Até hoje encontramos isso.

"Como se financiou isso?" – vão me perguntar. Parcerias público-privadas. Noventa por cento das obras foram feitas com parcerias público-privadas. Os núcleos violentos foram derrotados militarmente 120 dias após a tomada do território por parte da prefeitura, que é o órgão que organiza o espaço público. A prefeitura entrega à comunidade um conjunto de obras que constam de todas essas coisas que enumerei: parque, biblioteca, escola municipal, posto de saúde, posto de polícia, agência bancária. Esse conjunto de obras sociais deu garantia e continuidade ao processo de pacificação. Sem isso, a pacificação não teria ocorrido. Teria ocorrido como no Rio de Janeiro: houve

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um início de pacificação, com as unidades de polícia pacificadora, e, depois, os cartéis das drogas voltaram, os milicianos voltaram.

Então, para dar continuidade, foi necessário um engajamento em benefício da sociedade com obras sociais e do qual participou ativamente a sociedade colombiana. Este é um ponto que eu gostaria de destacar: não há modificação da violência, da pobreza sem engajamento da sociedade civil de alto a baixo. Na Colômbia, a classe média e a classe empresarial compreenderam que ou ajudavam na pacificação ou tinham de ir embora.

Então, a nossa solução no Brasil é possível, porque o Brasil é um país muito mais rico que a Colômbia. A Colômbia é um país mais pobre, e lá conseguiram essa questão dos parques e biblioteca e da revivificação do espaço municipal a partir daí.

Outra questão que foi mencionada foi a militarização de escolas. Bem, a opção cívico-militar, da educação cívico-militar em algumas localidades, em alguns Municípios, por exemplo, no Estado de Goiás, temos 48 escolas cívico-militares, como se deu de cinco anos para cá? A partir da iniciativa de uma escola municipal. A escola municipal decide pedir ajuda para a polícia, que destaca seis agentes para que façam a parte administrativa da escola, ficando a parte educacional em mãos dos professores e do diretor ou da diretora da escola.

Qual foi o resultado nesses cinco anos transitados? Muito interessante. A primeira coisa que ocorreu onde se instalou a escola cívico-militar não apenas em Goiás, mas vamos encontrar isso em outros Estados da Federação, por exemplo, na Amazônia vamos encontrar esse modelo, foi o traficante dar no pé. A polícia chegou, traficante foge. Só com a saída do traficante já melhora o índice de violência, desaparece, praticamente, cai a níveis assustadores o índice de violência. Então, a primeira consequência é muito positiva. Há uma tranquilização da sociedade civil.

No seio dessa tranquilização, a disciplina organizada pela polícia no sentido de dar um regramento disciplinado para o funcionamento das aulas melhorou o espaço escolar. As crianças se sentem mais à vontade para estudar e a família se aproxima da escola. É o que se está observando em Goiás: a família se aproxima da escola. E nesse contexto surge o mutirão muito interessante entre famílias e escola para melhorar a escola. É corriqueiro hoje nessas escolas – 48 escolas onde se montou o modelo cívico-militar – as famílias ajudarem na melhora física das escolas. As crianças se organizam em mutirão, elas próprias, para limpar a escola.

Uma terceira qualidade desse modelo é que renasce o espírito cívico. Não é o militarismo, não é a violência, não. É o amor pelo Brasil. Moramos num país fantástico, com muitas riquezas e muitas possibilidades. O renascimento desse espírito cívico se dá num ambiente pacificado, onde a violência não dita a regra e onde o interesse pelo estudo começa a crescer. A única modificação curricular ocorrida nos lugares onde houve essas escolas cívico-militares é a adoção da velha disciplina Educação Moral e Cívica, que é denominada hoje Educação para a Cidadania, que deve ocorrer nas quatro primeiras séries do primeiro grau: o que é necessário saber para ser brasileiro. Ser brasileiro é torcer por um time de futebol? Precisamos ter alguns valores fundamentais que nos agreguem. E como são importantes os valores da nossa tradição...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RICARDO VÉLEZ RODRÍGUEZ – ... a começar pelo valor familiar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bem, eu acho que tocou aqui para mim, não sei.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RICARDO VÉLEZ RODRÍGUEZ – Terminei.

Bem, aos Srs. Senadores que ficarem descontentes vou deixar o meu *e-mail*, podem me mandar *e-mail* e, com prazer, responderei aos questionários tintim por tintim.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – O Senador Marcio Bittar pretende uma réplica.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – Se Sr. Presidente me permite, algumas...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Dois minutos, no máximo, por favor.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC. Para interpelar Ministro.) – Não vai dar isso, não.

Ministro, só queria registrar que, na Colômbia, além do que o Ministro mencionou, creio que tenha sido absolutamente fundamental para combater as facções criminosas, notadamente as Farc, a pareceria que o país fez com os Estados Unidos. Então, penso que não seja só a biblioteca; houve ali uma força repressora imensa para poder dar cabo em um país que já tinha boa parte do seu território dominado pelas Farc.

Só mais uma coisa muito rápida, Sr. Presidente: essa ideia, muitas vezes, de que mais recursos melhoram a educação não é tão verdadeira. A Argentina é mais pobre do que nós e é um país que tem uma educação à frente da nossa. E o Chile, que é um país que gasta menos com educação do que o Brasil, tem uma educação muito melhor. Então, são dados apenas. Não são para outra coisa senão para identificar que há problemas graves no conteúdo, na formação, na metodologia da nossa educação.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. RICARDO VÉLEZ RODRÍGUEZ – Está certo. Posso responder já?

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC. *Fora do microfone.*) – O senhor pode ouvir o Senador Izalci?

O SR. RICARDO VÉLEZ RODRÍGUEZ (*Fora do microfone.*) – Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC. *Fora do microfone.*) – Senador Izalci.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Só para eu entender, o Senador Izalci está na tréplica, Sr. Presidente? Na réplica ainda? Ah, não, desculpe. É porque ele não falou na rodada de quatro Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Desculpe. Então, V. Exa. pode responder. Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Eu queria a réplica. V. Exa. vai responder, Ministro?

O SR. RICARDO VÉLEZ RODRÍGUEZ – Respondo, sim.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA. Para interpelar Ministro.) – Eu queria só colocar a minha preocupação, Ministro, duas situações só nesses dois minutos que eu tenho aqui. Primeiramente, para mim não combina, Ministro, polícia e arma dentro de um ambiente escolar. O ambiente escolar para mim é local de educação, de socialização. Inclusive, nesses ambientes de ressocialização, onde nós temos, por exemplo, adolescentes que cometem ato infracional, a gente faz essa defesa de uma forma inconteste, porque é através da educação que a gente faz transformação de vidas. Então, para mim essa combinação não soa bem. E eu digo isso aqui não como discurso, Ministro. Eu trabalho há muitos anos com criança e adolescente, trabalho com educação, trabalho nessa área de ressocialização, e eu sinto isso na prática, o que isso evidencia na vida dessas famílias, sobretudo dessas comunidades onde o índice de violência é maior.

Para a gente poder retirar essas crianças, a gente precisa de uma coisa fundamental que está no Plano Nacional de Educação, de que V. Exa. ainda não falou, que é a questão da escola de tempo integral. Nós temos uma meta para chegar lá. E essa meta a gente não...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Não é possível que a gente vá criar outra meta aqui. Então, a gente não consegue chegar lá porque não tem escola de tempo integral no Brasil. No Maranhão, nós não tínhamos uma sequer. O Governador Flávio Dino fez 40 no prazo de quatro anos. Então, se a gente não tem escola de tempo integral, a gente não vai conseguir trabalhar o combate à violência, a redução da violência.

Por último, Ministro, eu não ouvi do senhor, e eu espero do senhor até um *mea culpa*, uma explicação melhor do porquê daquela carta aos professores, colocando claramente uma situação de constrangimento ilegal a essas crianças e adolescentes. Então, eu insisto que o senhor faça um comentário sobre essa carta que foi apresentada pelo senhor aos professores.

O SR. RICARDO VÉLEZ RODRÍGUEZ – Bem, cantar o Hino Nacional não é constrangimento, não. É amor à Pátria.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Filmar as crianças é ilegal. Inclusive, o ECA estabelece isto: criança e adolescente têm de ter autorização dos pais...

O SR. RICARDO VÉLEZ RODRÍGUEZ – A senhora me permite responder?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – ... para que essa gravação pode acontecer.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS. *Fora do microfone.*) – E o *slogan* de campanha?

O SR. RICARDO VÉLEZ RODRÍGUEZ – O *slogan* de campanha foi um erro. Já tirei, reconheci. Foi um engano, tirei imediatamente.

Quanto à filmagem, só será divulgada com autorização da família. Certamente, a lei...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Não constava isso na carta, não é, Ministro? Não constava essa autorização.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RICARDO VÉLEZ RODRÍGUEZ – Constava como algo implícito dentro da lei. Isso não se faria à margem da lei.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Ou seja, estava na sua cabeça; na carta, não, não é, Ministro?

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Muito bem. Então...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor vai consultar quantos pais?

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Vamos...

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Eu só queria... Ele não me respondeu sobre o "mais médicos, menos médicos".

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Bem, eu vou pedir ao Ministro que, se puder ser sucinto e se ater especificamente às perguntas, porque senão os Senadores acabam não sendo contemplados com as perguntas especificamente. Eu sei que o tema é global e muitas vezes há que se utilizar da generalidade para conceituar determinados caminhos. Entretanto, a preocupação dos Senadores aqui, de muitos deles, é com questões específicas como ensino profissionalizante, escola de tempo integral, Escola sem Partido, aqueles temas que são recorrentes e que de certa forma mereceriam por parte de V. Exa. um posicionamento mais seguro, mais firme e mais concreto para que a gente possa desmistificar, inclusive, alguns conceitos que possamos ter a respeito do nosso Ministro da Educação.

Bem, a Senadora Daniella Ribeiro é a próxima; Nelsinho Trad, em seguida; Izalci, o terceiro, trocaram; e, em quarto, o Senador Randolfe Rodrigues, que fala como Líder.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Agradeço a V. Exa.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB. Para interpelar Ministro.) – Sr. Presidente, Sr. Ministro, representantes do Ministério da Educação, cumprimento os colegas Senadores e Senadoras, a imprensa aqui presente, representantes de outras instituições.

Sr. Presidente, eu fiz muita questão de estar aqui nesta manhã, apesar de também termos concomitantemente agendas em várias frentes, primeiro, porque sou pedagoga, por estar na sala de aula em escola pública. Conheço de perto a realidade do nosso País em termos de educação, porque estive dos dois lados, ensinei também em universidade. Tenho dois filhos que já concluíram universidade, e concluíram em universidade pública.

Diante de tudo, antes de mais nada, eu gostaria de dizer que eu acredito que aqui estamos todos do mesmo lado. Acho que é importante a gente frisar que aqui é o lugar... E é por isso que, Sr. Presidente, eu fiz questão de fazer aquele pedido para que pudesse haver, se fosse possível, a fala, porque é o momento em que todos nós estamos preocupados com os destinos do nosso País e com a educação, em especial, porque sabemos que ela, sim, é a motriz, é o grande segredo – que não é segredo – para que possamos crescer como cidadãos e ver aqueles que não tiveram oportunidades, como nós tivemos, tê-las também. Muito me preocupa, e aqui quero dizer... Sou paraibana, venho de uma cidade chamada Campina Grande. Em Campina Grande, nós cantamos o hino municipal, mas cantamos porque o amamos. Ninguém nos impôs isso, ninguém nos disse que era para cantá-lo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando temos oportunidade de cantar esse hino, nós o cantamos com muita alegria – "Venturosa Campina querida..."

Eu me preocupo muito com os temas que estão sendo trazidos, que não vêm ao encontro da realidade que está posta, da necessidade e da urgência que estão postas. Eu, sinceramente, não gostaria de ver um filho meu sendo obrigado a cantar o Hino Nacional, sendo filmado, passando por esse constrangimento, sem que ele sinta isso. De que adianta?

Um pedido. O senhor reconheceu ainda agora, pediu desculpas e disse que retirou, ou que já foi retirado o *slogan*, mas fica aqui também o pedido para que... Não há nada de mais em alguém tomar uma atitude, reconhecer que ela não é correta e retirá-la.

A minha preocupação maior é que a gente não confunda a questão da ideologia com a da educação. Nós temos de separar isso. E aqui eu não falo em defesa de ideologia alguma, falo apenas no foco, no grande foco que é a educação.

Eu me pergunto se V. Exa. traz aqui, neste momento, a opinião – depois do que V. Exa. falou, eu gostaria de ouvir – de que o Estado não tem mais condições, ele reconhece que não tem condições de trazer e ofertar a segurança pública pela qual todos os cidadãos e cidadãs pagam, através de impostos, por meio das nossas polícias civil e militar. No instante em que precisamos – assim dito por V. Exa. – fazer com que os alunos se sintam seguros pela presença de militares dentro da escola, se constata que o trabalho, por exemplo, da Patrulha Escolar não funciona, assim como leis que aprovamos – e cada um deve ter as suas em seus Estados.

Por exemplo, no nosso, um cidadão estranho, que não seja funcionário ou servidor daquela escola, não pode entrar na escola...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB) – ... sem estar acompanhado por um servidor da escola.

Temos tantas formas de cuidar da segurança e evitar que... Diferentemente do que V. Exa. coloca, que nossos jovens e nossas crianças vão se sentir mais à vontade, não é assim que vejo e, talvez, isso já nos traga uma segunda preocupação, que é a temeridade. Antes você se sentia à vontade e em paz para ir para a escola e, agora, pode se sentir vigiado, porque você ser filmado, até que me provem o contrário, é uma vigilância velada – para ser redundante aqui.

Das questões que coloquei, há três aqui que acho fundamentais e gostaria de deixá-las aqui para V. Exa.

A primeira é que os dados mostram que os institutos federais têm um resultado melhor do que o das escolas militares, e com um custo menor. Então, qual é o sentido do investimento nas escolas militares? Gostaria que isso fosse respondido.

Segunda: em todos os lugares de maior destaque, onde os resultados são exemplo para o mundo inteiro, não existe foco em fomento ao ensino cívico-militar. Diante dos tantos problemas pelos quais as escolas brasileiras passam, uma proposta como essa não seria algo simplista e fora de contexto? É a pergunta que faço.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, já que tantos outros que me antecederam ou que virão depois certamente deram ou darão enfoque a outras questões, quem dera eu pudesse, Presidente, sentar aí e fazer vinte perguntas! O senhor atendeu bastante, contemplou várias perguntas que eu gostaria de ter feito.

Quero falar da Lei 12.764, que trata do estímulo à formação e capacitação de profissionais especializados no atendimento à pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Diante de toda a apresentação que foi feita, e aqui devo dizer que não sei se foi pelo tempo, muita coisa ficou – essa é a minha sensação pelo menos – na superficialidade. Inclusive, a questão do ensino superior não foi tratada, não está aqui, não consta deste material que nós recebemos. Então, eu gostaria de saber – nós temos hoje um número cada vez maior de cidadãos que têm o Transtorno do Espectro Autista, jovens e crianças –, eu gostaria de saber quais as ações que o Ministério da Educação sistematizou para fazer cumprir essa lei, principalmente no que diz respeito às políticas públicas e às pesquisas visando a diagnósticos e intervenções específicas – aí, muito provavelmente, em parceria com o Ministério da Saúde. É uma pergunta que não quer calar. Dia 2 de abril nós vivenciaremos o Dia Mundial da Conscientização do Autismo e nós precisamos dar respostas a isso.

No mais, eu queria pedir mais sustança, eu queria pedir que o nosso País realmente levasse muito a sério a questão da educação. Não se trata só de investimentos, não adianta chegar só com recursos se não formos para lá e virmos, como eu vi, crianças fazendo de conta que aprendem e professores fazendo de conta que ensinam; passam de ano e ninguém sabe nada, e o nosso País com o custo altíssimo da deficiência que carrega diante da desigualdade que é fato.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Cumprimento a Senadora Daniella Ribeiro.

Concedo a palavra ao Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF. Para interpelar Ministro.) – Sr. Presidente, em primeiro lugar eu quero parabenizar V. Exa. pela condução dos trabalhos.

Esta é a primeira audiência pública e, evidentemente, não caberia aqui tratar de diversos temas e se aprofundar neles. Acho que aqui é uma apresentação e posteriormente, durante esses dois anos que V. Exa. citou, nós vamos debater todos os temas, e com profundidade, seja o Fundeb, seja a questão dos autistas, qualquer tema. Vou fazer vários requerimentos depois para essas audiências separadas, mas eu gostaria somente de primeiro compartilhar com os colegas alguns problemas que nós estamos enfrentando – o Ministro, evidentemente, terá também de nos ajudar nisso –, mas que dizem respeito muito mais à questão orçamentária.

Nós temos dois problemas em Brasília, que eu vou colocar aqui. O Secretário-Geral já os conhece, estive no MEC na semana passada.

Nós temos um problema gravíssimo, que é a questão da Universidade de Brasília. Há trinta anos se vem pagando – é aquela questão dos planos econômicos – e, de repente, da noite para o dia, cortaram. Quer dizer, cortaram no ano passado, mas foi comunicado agora à universidade. Houve a determinação judicial de se cortar 26% dos salários, e isso, evidentemente... Se isso for aplicado, não vai retornar depois para a universidade, até porque já está no orçamento. Então, é uma questão prática. Nós precisamos nos dedicar um pouco a resolver essa questão da Universidade de Brasília.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A outra questão, também estive lá falando com o Secretário, é a questão da Capes. Infelizmente, há seis anos estão sem reajuste as bolsas de mestrado e doutorado. Mestrado está pagando R$1,5 mil, e doutorado, R$2,2 mil – com dedicação exclusiva! É um negócio impossível de se admitir, até porque a grande produção científica parte deles. E o mais grave: a informação que tenho é que o orçamento para pagar isso já está com um déficit de quase R$400 milhões e a correção disso levaria mais R$900 milhões.

Então, é o que sempre falo aqui, assim como o Senador Confúcio: não se faz educação com discurso, tem que ser com recurso e com muitos outros elementos. É evidente que vamos ter de criar aqui uma subcomissão para tratar do Plano Nacional de Educação, da qual eu participei durante praticamente seis anos. Debatemos esse Plano Nacional da Educação, mas, infelizmente, a coisa não andou, e nós temos de acompanhar isso.

O que nós precisamos ter de uma forma muito clara é que nós temos o mundo virtual e o mundo real. O que nós, Parlamentares e população, precisamos entender é que, lá na ponta, existe o mundo real. Eu tenho certeza de que a grande maioria, se não for a totalidade, reconhece que a nossa educação chegou ao fundo do poço. Temos de mudar, não dá para continuar brincando com a educação.

Quero dizer também que, se estou na política hoje, é pela educação. Se houver outras atividades, deixo-as de lado para cuidar da educação.

Com certeza, a partir da nossa próxima reunião, vamos começar a debater os temas individualmente. Quero tratar aqui da alfabetização, da questão das creches, do fato de que há realmente um monte de escolas cujas obras estão abandonadas, da formação dos professores. Daqui a pouco não haverá mais nenhum pesquisador, nenhum aluno querendo fazer mestrado ou doutorado. É o que está acontecendo com os professores: ninguém mais quer ser professor neste País, exatamente pelo abandono da nossa educação.

Então, eu o parabenizo pela condução, desejo a toda a equipe da educação muito sucesso.

Nós temos aqui a Comissão de Educação como uma parceira. Todos aqui, como disse a nossa Senadora, estamos do mesmo lado. A questão da educação não é partidária, é suprapartidária. O meu partido é a educação.

Parabenizo V. Exa.

Vou pedir ao Ministro que olhe com muito carinho essa questão da UnB. Eu sei que não é fácil resolvê-la, mas temos de buscar uma alternativa, porque nós não podemos ter um corte de repente, mesmo sendo decorrente de uma decisão judicial. De decisão judicial se recorre, vamos trabalhar nisso, apesar de que a União é que ganhou a ação.

(*Soa a campainha.*)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Então, levanto esses dois assuntos para que a gente possa, nesta semana ou na semana que vem, buscar uma solução para isso.

Obrigado, Presidente.

Agradeço também ao Senador Nelsinho, que me concedeu... É que há um pessoal me aguardando na Liderança. Agradeço, Nelsinho. Obrigado!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Eu é que agradeço a V. Exa. e aproveito para cumprimentá-lo.

Passo, ato contínuo, a palavra ao Senador Nelsinho Trad.

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS. Para interpelar Ministro.) – Senador Dário Berger, primeiramente, parabéns pela condução desta audiência pública, com certeza a primeira das inúmeras que esta Comissão haverá de fazer.

Gostaria de cumprimentar o Ministro Ricardo Rodríguez e, em sua pessoa, saudar toda a sua equipe, que, de maneira disciplinada e unida, está aqui presente dando-lhe condições para poder esclarecer todas as nossas dúvidas. Isto é muito importante: a gente observar a união de uma equipe em torno de uma causa.

Eu sou médico. Fui Prefeito da capital do Mato Grosso do Sul, Campo Grande, em 2005 e em 2012, dois mandatos. Tivemos lá uma experiência muito exitosa: quando ninguém falava em escola por tempo integral, a nossa equipe foi a Apucarana e a Palmas verificar como funcionava, e fizemos, desde a planta e a escolha do terreno, as duas escolas de tempo integral que funcionam no Município de Campo Grande. E realmente eu entendo que o caminho da educação, uma educação diferenciada, uma educação com capacitação dos professores é o caminho para que a gente possa chegar ao aperfeiçoamento da evolução da nossa sociedade.

Vou ser bem sucinto, até porque sou cirurgião, sou objetivo. Com a proposição de método para a redução do analfabetismo a partir de evidências científicas, conforme V. Exa. mencionou, como se encontra o desenvolvimento desse novo programa a ser lançado de enfrentamento ao analfabetismo?

Segunda pergunta. Preocupa-me um pouco essa questão da educação domiciliar. Essa história de ensinar sem professor não passa na minha cabeça. Eu entendo que a capacitação técnica de quem está à frente de uma sala de aula, que é o professor, é a vertente principal do sucesso de um aprendizado e de um ensino com qualidade. Eu senti isso na cidade que administrei. Fizemos duas mil capacitações para os professores. Tirava da sala de aula, botava um outro lá para substitui-lo, e o Município subsidiava cursos de pós-graduação na área afim de cada professor. Resultado disso: perdi por centésimos para Florianópolis, onde o Prefeito era o Dário Berger, no resultado das melhores capitais do Brasil, avaliadas na prova do Ideb – falo isso com muito orgulho, Prefeito, porque admiro o seu trabalho, não só como Prefeito de Florianópolis, mas agora também como Senador da República.

Terceira pergunta: a questão do Fundeb. A gente sabe que a sua vigência será encerrada em 2020. Quais são as medidas que a sua equipe está tomando para aperfeiçoamento na questão da revisão do Fundeb? Eu gostaria de passar a minha experiência, como gestor municipal, defensor que sou do municipalismo brasileiro: é imprescindível para se gerir a educação o Fundeb. Imprescindível! Entendo que nós devemos avançar nessa questão, porque muitas demandas acabam sobrecarregando as costas dos Prefeitos, e eles não conseguem fazer jus àquilo que se coloca para ser feito.

Última pergunta: haverá mudanças importantes e significativas no Enem?

Apenas e tão somente essas quatro questões me contemplam.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Eu lhe agradeço e cumprimento V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concedo a palavra agora ao Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar Ministro.) – Sr. Presidente, Sr. Ministro, eu vou insistir na pergunta – porque para mim ela não foi esclarecida – da Senadora Eliziane sobre o comunicado ontem do Ministério da Educação, que causou estupefação a todos nós.

Aqui não quero entrar no debate sobre o Hino Nacional. O sentimento de patriotismo, o sentimento de nacionalidade não é um sentimento que deve ser obrigado às crianças; ele deve ser educado. As crianças, aliás, a juventude deve se sentir livre para expressar seu sentimento de nacionalidade. A maior estupefação – coloquemos as coisas no devido lugar – é recomendar que seja utilizada a consígnia do Governo Federal, a consígnia utilizada na campanha por parte do Governo Federal. Essa é a maior estupefação. A maior estupefação é levantar a possibilidade de filmar crianças, ofendendo a legislação pátria, notadamente o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Objetivamente falando, Ministro, onde o senhor estava com a cabeça ou a sua equipe quando saiu esse comunicado?

Continuo na mesma pergunta. V. Exa. aqui já se retificou, já se arrependeu, já disse que foi um erro, mas saiu um comunicado oficial, no dia de ontem, por parte do Ministério da Educação. A pergunta é se houve já um outro comunicado às escolas do País pedindo para desconsiderarem – podiam até dizer: "foi uma besteira tudo aquilo que nós falamos ontem" – pedindo para desconsiderarem o que foi veiculado ontem. Eu ficarei feliz se houver esse tipo de comunicado. Caso contrário, Sr. Ministro, é um flagrante crime de responsabilidade, de improbidade; fere um mandamento da Constituição Federal, o art. 37 – para seu conhecimento –, que diz que um dos princípios da Administração Pública é a impessoalidade. Utilizar nas escolas a consígnia do candidato vencedor na última eleição presidencial não me parece que está de acordo com esse princípio constitucional e muito menos me parece que seja patriótico.

O comunicado de ontem, Sr. Ministro, foi tão absurdo, mas tão absurdo que até o Movimento Escola sem Partido, que tem tido combate nestas Casas do Congresso Nacional – a Deputada Tabata Amaral é uma das testemunhas disso –, emitiu uma nota condenando o comunicado. Veja a que nível de absurdo chegou o comunicado exarado ontem por V. Exa., assinando como Ministro da Educação.

No mais, Sr. Ministro, eu fico feliz de o senhor ter citado Anísio Teixeira. Só algumas informações sobre ele: Anisio Teixeira foi o fundador da Universidade do Distrito Federal. Não, não estou falando da Universidade de Brasília. Ele foi o fundador da Universidade do Distrito Federal em 1935, quando o Distrito Federal era a cidade do Rio de Janeiro. O "Menos Brasília, mais Brasil" não foi de Anísio Teixeira, porque o ápice da sua atuação na educação brasileira não foi na fundação de Brasília. Aliás, é importante a citação de Anísio Teixeira porque ele foi perseguido por duas ditaduras: a de Vargas e, depois, pelo golpe civil-militar de 1964. Aliás, ainda hoje são obscuras as razões que levam ao provável assassinato de Anísio Teixeira...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... em 1971, atribuído por alguns, inclusive, ao regime de exceção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Dr. Anísio Teixeira foi o precursor de alguns princípios fundamentais para a educação contemporânea. O primeiro deles: educação pública, gratuita, laica e de qualidade; educação universal para todos. V. Exa., em entrevista à *Veja*, disse que a universidade é para uma elite no Brasil. Está em linha de confronto com Anísio Teixeira, e não de diálogo com ele.

Ele também foi o precursor de uma outra ideia fundamental, a ideia de educação em tempo integral. O Senador Nelsinho Trad já falou aqui de como é inadequada essa ideia de educação a distância, prescindindo de professor. A educação em tempo integral, de Anísio Teixeira, é contraposta, é no sentido contrário a essa ideia que, porventura, é levantada atualmente pelo Ministério da Educação.

O Dr. Anísio Teixeira levantou o princípio da educação laica. Isso é ofendido pelo comunicado de ontem.

Eu espero mesmo que o Ministério da Educação siga os princípios de Anísio Teixeira, que inspirou outro grande educador brasileiro, que talvez hoje não seja de conhecimento do ministério, que foi Darcy Ribeiro. Aliás, Anísio Teixeira, Darcy Ribeiro e Paulo Freire estão nos baluartes dos grandes educadores não somente do Brasil, mas do mundo. Eu acho lamentável quando nomes como esses, em especial o de Paulo Freire, são secundados, são trazidos a segundo plano; nomes que estão no panteão de heróis da educação mundial.

O nome de Paulo Freire, eu acho que Ministro deve ter conhecimento...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... está nos monumentos da Unesco como um dos maiores educadores do Planeta.

Então, eu fico feliz que pelo menos a lembrança de Anísio Teixeira tenha sido colocada. Só que, a bem da verdade, que sejam colocadas, a rigor, todas as informações sobre a atuação de Anísio Teixeira, que é contrária à atuação até agora do Ministério da Educação.

Por fim, Sr. Ministro, permita-me. Em relação à Colômbia, parece-me que o que foi fundamental para universalizar a educação na Colômbia não foi um ato somente; segundo informações de estudantes de Harvard, foi a universalização, ou melhor, a federalização da educação. Aliás, este seria um bom começo de fato: nós poderíamos apagar tudo, de começo agora, no Ministério da Educação e optar por esse novo caminho – já concluo, Sr. Presidente. Há uma proposta aqui do Senador Cristovam Buarque de federalização da educação. Para seguirmos o caminho de fato da Colômbia, poderia o Ministério da Educação partir dessa proposta do Senador Cristovam.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Agradeço ao Senador Randolfe Rodrigues.

Agora, completamos mais quatro Senadores que usaram a palavra.

A Senadora Zenaide pede a palavra?

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Eu queria a réplica, porque eu só fiz uma pergunta. Com a economia do tempo, eu perguntei ao Ministro se ele ia manter essa moratória do MEC, de abril de 2018, de que, durante cinco anos, não vão haverá aumento de vagas nas universidades nem a criação de nenhum novo curso de Medicina. A pergunta foi essa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Foi dito que era para o aprimoramento dos cursos de Medicina, só que, mesmo as universidades que tiveram notas altíssimas estão proibidas de aumentar as vagas. A pergunta foi só essa.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Está bom. Obrigado.

Com a palavra S. Exa. o Sr. Ministro.

O SR. RICARDO VÉLEZ RODRÍGUEZ – Muito obrigado.

A Senadora Zenaide tinha formulado sua pergunta bem no início; vou responder. Essa questão da formação de médicos está sendo estudada pelo MEC. Nós vemos que há, realmente, uma premência de muitos médicos que se formaram fora e que querem validar os seus diplomas aqui no Brasil. Isso está sendo estudado, nós vamos dar alguma resposta num período prudente. Não podemos correr, precisamos analisar a coisa em profundidade, porque há também a posição do colegiado dos médicos. Então, precisamos ver. Eu, pessoalmente, acho que, se houvesse a possibilidade de dar uma resolução rápida a isso, seria muito importante. Vou me empenhar na questão dos médicos graduados em universidades no exterior, sobretudo em países vizinhos da América Latina, para dar uma resposta rápida a isso. Nós estamos estudando a questão.

O Senador Randolfe muito bem lembra a questão de Anísio. Agora, a solução para o Brasil não poderia ser a da Colômbia, são países muito diferentes; a Colômbia é do tamanho de Minas Gerais, tem mil Municípios, e o Brasil é um continente. E o grande problema nosso é que, quando se federalizam as coisas, perde-se contato e referência com a realidade regional. É o que ocorre com as nossas universidades federais. As nossas universidades federais adquiriram um nível excelente, adquiriram um nível de sofisticação muito grande, mas, em regiões nas quais elas normalmente estão situadas, o Município se ressente. É o que senti na própria carne, na minha universidade de origem, a Federal de Juiz de Fora; trabalhei 30 anos lá. O Prefeito de Juiz de Fora certa feita me disse: "No dia em que a sua universidade fechar, vou soltar rojão no Parque Halfeld." Eu falei: "O que é isso, Prefeito? O senhor é da era das cavernas? Não pode!" Ele me dizia que o orçamento dessa universidade é o dobro do orçamento de Juiz de Fora, que é uma cidade de 500 mil habitantes. "E não encontro nenhum serviço que preste a universidade às necessidades do meu Município."

Há um princípio que defendo fundamentalmente. Eu escutei de longe os jovens gritando no início: "Universidade é pública, não pode ser privatizada." Bem, eu acho que a universidade pública é pública, é patrimônio da Nação, não devia ser privatizada, mas, por ser pública, precisa ser gerida com responsabilidade.

Então, muitas ações precisariam ser feitas para adquirirmos essa relação da universidade pública com o seu entorno, primeiramente a relação da universidade com o setor produtivo. No Brasil, em vários lugares, isso ocorre sim, mas ocorre mais como exceção do que como regra. Segundo, a universidade pública é para todos – é para todos! Quando eu falei numa entrevista, no saguão do aeroporto, que a universidade não era para todos, eu não estava dizendo que a universidade é uma coisa restrita, na qual não se pode deixar entrar a maioria dos cidadãos. Não! Eu estava apontando para um fato real: em países desenvolvidos, como a Alemanha, apenas 60% das pessoas terminam na universidade. A criança, já com 10 anos de idade, é selecionada para ver se ela tem capacidade de frequentar os estudos de alta *performance*, que são os estudos universitários.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O importante é que todo mundo tenha acesso em pé de igualdade. E aí está a nossa dívida social. Temos as cotas. Defendo as cotas enquanto não for resolvida a questão de um ensino básico de qualidade para todos, que possibilite, no final do fundamental e do segundo grau, aos jovens que quiserem entrar na universidade cursarem uma universidade pública em pé de igualdade. A nossa dívida não está apenas numa questão de raça, está numa questão de qualidade do nosso ensino básico e fundamental, que no setor público ainda não é da qualidade que deveria ser. Então, precisamos melhorar o ensino básico e o fundamental para que os nossos jovens possam, se quiserem, se tiverem capacidade, concorrer em pé de igualdade com os outros na universidade.

Há um ponto que eu gostaria de... O Senador Nelsinho não está por aí? Está aí sim, desculpe-me. Falo sobre a capacitação municipal de professores; isso é fundamental. Nós, no Ministério, temos como uma das prioridades a política de formação de professores para as escolas municipais, para o Município, para melhorar o nível de desempenho no ensino, sobretudo no fundamental e no segundo grau, oferecendo ao professor possibilidades reais de treinamento na difícil tarefa que é ensinar fazendo e produzindo. O ideal seria que os nossos jovens do segundo grau pudessem, já no final, se inserir no mercado de trabalho e até criar uma *startup* junto com seus colegas, como ocorre, por exemplo, em Israel. Em Israel, o jovem do segundo grau já cria uma *startup*. Essa seria uma coisa muito interessante no nosso meio. O adolescente pula fora do ensino público porque não encontra interesse nisso, não vê que isso representa alguma coisa de novo nas suas expectativas.

Quanto à questão do orçamento das universidades públicas, vejo isso com muita preocupação, certamente. Vejo que as universidades públicas estão com uma interrogação muito grande, quanto ao orçamento, no horizonte. O País está em recessão, estamos com dificuldades econômicas. É muito difícil manter a dotação orçamentária das universidades públicas da forma como se deu nos períodos da bonança econômica. Nós não estamos em tempos de bonança econômica. Então, deveremos encontrar uma forma de melhor gerir o nosso patrimônio público que não é privatizável, que deve continuar patrimônio público. De que forma? Há várias modalidades. A primeira é otimizar o rendimento das universidades públicas na sua região. A relação professor/aluno nas públicas ainda é folgada no Brasil, é de 1 para 11 ou de 1 para 7, enquanto, no setor privado, é de 1 para 20. Em países como, por exemplo, Estados Unidos, França e Alemanha, chega a ser de 1 para 50, de 1 para 60. Então, nós poderíamos otimizar a excelente qualidade acadêmica das nossas universidades públicas colocando mais alunos em sala de aula, aumentando as vagas no setor público. A maior parte das vagas do ensino universitário, os senhores sabem, está por conta do setor privado. É uma anomalia. Deveríamos dar à universidade pública mais espaço nisso, mas, certamente, isso só ocorrerá remanejando-se a gestão da nossa universidade pública, colocando mais alunos em sala de aula, o que não é nenhuma tragédia para um doutor.

Vi, na Universidade de Massachusetts, por exemplo, cursos de pós-graduação com 60, 70 alunos, regidos por um professor, sem nenhum problema. Então, não vejo por que, em nosso Brasil, não possamos aumentar um pouco mais o número de estudantes por sala de aula.

Tentei responder às perguntas que os honoráveis Senadores me formularam. De novo, eu lhes digo: passem-me *e-mails,* que responderei, por *e-mail*, às questões prementes que eu tenha deixado de responder.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS) – Faço a réplica.

Eu gostaria de agradecer a V. Exa. pelas respostas, apenas ressaltando que essa questão da formação continuada direcionada, como V. Exa. mencionou, às escolas do Município, no meu entendimento, deverá também ser alçada aos demais níveis, às escolas do Estado. Penso que a formação continuada – até a de nós mesmos – é tudo para se tentar atingir um grau de excelência no que se faz.

Eu gostaria, aqui também, de reencaminhar a posição do Consed. A Secretária de Estado da Educação de Mato Grosso do Sul é Presidente do Consed. Ela também vai de encontro a todas as manifestações contrárias no que tange à mea-culpa que V. Exa. já fez do erro em relação à questão abordada anteriormente.

Para encerrar, eu gostaria de incluir algumas pessoas no rol dessas eminentes figuras da educação. Tive o prazer de conhecer Darcy Ribeiro, ocasião em que, estudante de Medicina, no Rio de Janeiro, eu era representante dos acadêmicos bolsistas. Ele era Vice-Governador do Rio de Janeiro. Numa ocasião, o Governador Brizola não pôde nos atender, e fizemos a audiência com Darcy Ribeiro. A audiência durou quase duas horas. Nós tratamos de tudo, menos da pauta que estava marcada para ser tratada, tamanha a riqueza da sua cultura. Também lembro Anísio Teixeira e Paulo Freire. Eu gostaria aqui de incluir nesse rol de homenagens, até em deferência à admiração que tenho por essa pessoa, o ex-Senador Cristovam Buarque. É uma pessoa que admiro. Vou procurar seguir os seus passos nesta Casa quanto à atuação que ele teve na educação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, rapidamente, quero só para perguntar ao Ministro sobre o *e-mail* absurdo de ontem: há um novo comunicado oficial para desconsiderá-lo, tão oficial quanto foi o de ontem?

(*Soa a campainha.*)

O SR. RICARDO VÉLEZ RODRÍGUEZ – Já foi respondido.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Vamos aos próximos quatro Senadores inscritos.

Com a palavra o Senador Luiz do Carmo. (*Pausa.*)

S. Exa. não se encontra presente.

O Senador Telmário Mota, o Senador Lasier e a Senadora Leila Barros são os próximos inscritos.

Então, Senador Telmário, V. Exa. tem a palavra.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR. Para interpelar Ministro.) – Presidente, primeiro, quero parabenizar V. Exa. por assumir esta Comissão. Por V. Exa. nos temos um carinho muito especial. Tenho a certeza de que V. Exa., nesta Casa, vai desempenhar um grande trabalho para a educação brasileira, já começando por esta audiência pública, tão importante para o início de um Governo. Quero parabenizar V. Exa. por essa iniciativa.

Ministro, quero saudá-lo, cumprimentá-lo, pela presença.

Tive de me ausentar. Eu gostaria muito de ter acompanhado desde o início a exposição de V. Exa. e alguns questionamentos. Então, não me sinto mais à vontade de questionar alguma coisa, porque V. Exa. já pode ter até respondido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, no finalzinho, quando cheguei aqui, eu ouvi V. Exa. falar que tem que melhorar a qualidade do ensino básico. Eu comungo dessa situação, porque hoje nós não podemos mais deixar que o aluno, em sala de aula, faça do braço um caderno, para ali fazer suas cópias, suas decorebas, para passar de disciplina. Eu acho que o aluno tem que ir para dentro da sala de aula para ele, quando de lá sair, ter senso crítico. O que ele aprende dentro da sala de aula ele deve levar para o resto da vida. Hoje, quatro ou cinco horas depois, ele não sabe nem o que ele fez. Pode até passar numa prova, passar de série, mas, em dias ou horas, ele já esqueceu isso.

Então, realmente, é necessário mudar essa qualidade, porque, mudando essa qualidade no básico, você vai modificar todo o ensino brasileiro. Mas, para isso, é preciso haver bons professores e mudar a metodologia.

A minha fala hoje, Presidente e Ministro, será um pouco paroquial, voltada para o meu Estado de Roraima. Eu sou de Roraima.

Deixe eu lhe falar: em Roraima, há institutos federais que, há 25 anos, estão instalados no Estado e que cobrem ali alguns *campi*, em alguns Municípios, e, hoje, por falta de dois ônibus, 366 alunos talvez deixem de estudar. Olhe só: são pessoas pobres, carentes, necessitadas que percorrem de 90km a 100km. Se os pais os encaminharem... Os *campi* têm até alojamento. Mas sabe como é que eles ficam no alojamento? Meninos e meninas ficam ali todos juntos, garotos adolescentes. A V. Exa. vou passar o ofício da reitora. Ela me fez um ofício, que vou passar à mão de V. Exa. Eu o reitero, encaminhando-o.

Por outro lado, Ministro, no Estado de Roraima, 46% da área do Estado são indígenas, e 18% do eleitorado são indígenas. Nós temos uma Deputada Federal indígena. Ela é índia wapixana, a Dra. Joênia. Eu fico honrado, realmente, com o fato de ela ter sido eleita na minha coligação. Esse era um desafio.

Em Roraima, as maiores escolas são indígenas, o maior número, a maior quantidade de escolas do Estado é de indígenas. Nós temos três Municípios que são interligados que são de dominância indígena, são indígenas. Um deles fica na reserva São Marcos, que é Pacaraima, e os outros dois ficam na Raposa Serra do Sol, que é Normandia, Município onde eu nasci, e Uiramutã. Nós temos uma comunidade chamada Placa, que fica no início dos três Municípios, digamos assim, fazendo fronteira.

Qual a nossa sugestão? O Brasil tem 68 universidades federais, e há uma concentração, Ministro, como eu estava vendo aqui. A título de exemplo, em Minas Gerais, há 11; no Rio Grande do Sul, 7; na Bahia, 6. Em Roraima, nós temos uma universidade.

(*Soa a campainha.*)

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – Sr. Presidente, só me dê um pouquinho mais de tempo, porque isso é importante.

Em Roraima, nós temos essa universidade.

Os povos indígenas, e o Presidente está questionando isso, já não querem mais viver dentro de um conceito indigenista da exclusão, de isolamento. Eles querem inclusão social, eles querem inclusão política e, sobretudo, a inclusão econômica. E nada melhor para fazer isso do que uma universidade.

Vocês sabem que, quando você dá liberdade e educação, você dá dignidade e desenvolvimento. Quando tu tiras a liberdade e a educação, tu dás estagnação. Então, eles não querem mais ficar na estagnação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Qual a nossa proposição?

Hoje, o PT se vangloria, e com razão, de ter construído 18 universidades federais, mas se a gente construir uma universidade indígena... Olhe só: a maioria dessas universidades nos Estados é de universidades rurais. A de Roraima será uma universidade rural; entretanto, é chamada de universidade indígena. Seria a primeira no Brasil e, quiçá, a primeira no mundo! Então, isso dá uma conotação importante, principalmente para a nova gestão do Presidente, uma vez que há por aí uma controvérsia, afirmando-se que ele não gosta dos povos indígenas, isso e aquilo. Eu acho, pois, que esse seria um grande aceno.

Para completar, concluindo, eu tenho também todo o projeto da universidade e o ofício. Assim, no finalzinho, antes de o senhor sair para o almoço – e eu já havia falado com o meu Presidente –, devo lembrar que o Reitor que fez isso, que foi o cara que implantou a Universidade Federal de Roraima, a Universidade Estadual de Roraima e os Institutos Federais de Educação, o Prof. Hamilton, está aí junto com as lideranças indígenas. Eu queria que, depois, eles entregassem para V. Exa. essa documentação e fizessem um registro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC. *Fora do microfone*.) – Com a palavra o Senador Lasier Martins.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS. Para interpelar Ministro.) – Muito obrigado, Presidente Dário Berger, que cumprimento por ter tomado a iniciativa de, ainda bem cedo na Legislatura, trazer aqui o Ministro Ricardo Vélez Rodríguez, da Educação.

A minha primeira palavra é de uma surpresa agradável com a manifestação do Ministro, já que eu estava muito preocupado com o início da gestão do Ministro Vélez, quando ele andou pronunciando algumas frases desconcertantes, como aquela de que os brasileiros roubam artigos quando se hospedam em hotéis e de que as universidades eram para as elites. Por fim, houve essa história do Hino Nacional, o que é perfeitamente aceitável e louvável, mas já a filmagem é indevida, e o uso do *slogan* do Governo é completamente descabido. Mas, hoje, depois que o Ministro se explicou e se retratou, vamos dizer assim, S. Exa. impressionou a mim, porque mostra que é um homem culto e preparado. Ele apresentou aqui – nós vamos acompanhar o seu trabalho – o que denominou de os sete pontos-chaves da educação. Anotei todos os pontos e as palavras do Ministro, para, durante o andamento do ano, como integrante titular desta Comissão de Educação, poder acompanhar e, se necessário, um dia ou outro, até cobrar do Ministro.

O primeiro ponto-chave apresentado pelo Ministro – e foi muito relevante ter dito isso, porque o Brasil inteiro cobra isso – é a Política Nacional de Alfabetização. É o ponto primeiro, de transcendental importância para este País de tantos analfabetos e de analfabetos funcionais. É o pilar fundamental para a prosperidade do Brasil. O Ministro disse que há de se enfrentar e mudar o triângulo da educação, dando prioridade à alfabetização. Mas, no particular, eu tenho uma pergunta, Ministro Ricardo Vélez Rodríguez.

A alfabetização se dá no nível dos Municípios. É lá que se começa a educação por conta da verba do Município, e os Municípios nossos estão quebrados na grande maioria, eles não têm recursos. Há escolas frágeis e professores mal pagos, o piso salarial dos professores não foi atendido – pelo menos no meu Estado, o Rio Grande do Sul, não o foi até hoje.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, de que forma nós vamos cumprir essa prioridade absoluta que é a alfabetização das crianças? De que modo o Governo vai cumprir isso se até hoje o financiamento dessa alfabetização é por conta dos Municípios? A maioria é de Municípios pobres, sem recursos, endividados. A própria União está extremamente endividada.

Então, a colocação é muito bem-vinda teoricamente. Agora, na prática, eu gostaria que o Ministro dissesse depois como é que ele vai fazer.

Eu aceitei, inclusive, o item 4 do Ministro, que fala nas escolas militares. Digo isso porque o meu Rio Grande do Sul, Ministro, tem duas escolas militares exemplares. Anualmente, no meu Estado, faz-se a avaliação das escolas de todo o Estado.

(*Soa a campainha.*)

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – E sempre, nos últimos anos, figura, no primeiro, no segundo e no terceiro lugar, o Colégio Militar, onde se formaram vários Presidentes da República. E o Colégio Tiradentes de Porto Alegre, agora, é expandido para vários Municípios do interior.

Desse modo, isso é salutar.

Disse V. Exa. aqui que a escola militar ajuda a afugentar a criminalidade. O senhor vem de um País que foi expressão mundial no narcotráfico. O senhor já disse que fugiu de lá há 40 anos. Entretanto, o nosso Brasil, guardadas as proporções, está num caminho perigoso e parecido. O tráfico de drogas no Brasil é por demais alarmante. A droga tem estado muito próxima das escolas. V. Exa. vai ter como atacar esse perigo que ronda as escolas brasileiras?

(*Soa a campainha.*)

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – E aí faço, rapidamente, dentro do curto prazo... Eu abro mão da réplica para poder completar minhas perguntas.

Os reitores do consórcio das universidades comunitárias do Rio Grande do Sul estão acompanhando esta audiência pela internet e me pedem que eu faça uma pergunta ao Ministro – acho isso perfeitamente procedente, porque as universidades comunitárias são maioria no Rio Grande do Sul e maioria no Brasil – com relação à regulação da expansão da educação superior, considerando a educação a distância, uma vez que há uma proliferação desmedida dessas escolas, dessas universidades de educação a distância, que, sabidamente, não têm a mesma qualidade que tem a universidade regular.

Essa é a minha segunda pergunta.

Depois, com relação à questão da filantropia nas universidades, as mantenedoras das instituições comunitárias vivem em uma situação de insegurança jurídica. Quais medidas o senhor apresenta para a solução do problema?

E, com relação ao financiamento estudantil para financiar estudantes de baixa renda, em que medida vamos ter a recuperação desse financiamento?

E ainda, se der tempo, eu gostaria que falasse sobre os cursos regulares de graduação, sobre a graduação com regulação mais flexível.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, Sr. Ministro, agradeço. Cumprimento-o por trazer aqui os sete pontos, que, teoricamente, são excelentes. Agora, nós precisamos que o senhor os cumpra.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Muito bem! Agradeço ao Senador Lasier Martins, que aguarda as respostas do Ministro.

Ofereço a palavra à Senadora Leila Barros.

V. Exa. tem a palavra.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. Para interpelar Ministro.) – Boa tarde!

Boa tarde, Presidente! Quero parabenizar V. Exa. pela condução da audiência.

Quero desejar boa tarde também ao Ministro Ricardo Vélez e a toda a sua equipe.

Eu também vou ser rápida.

Em dois questionamentos, achei que foi feita uma abordagem um pouco superficial, mas acho que o senhor tem a oportunidade agora de falar mais, que é sobre a Base Nacional Comum Curricular no ensino médio, que foi inserida no contexto recente da reforma do ensino médio, que foi aprovada em 2018 e vai mudar nos próximos anos a forma de conteúdo que será trabalhado na sala de aula.

Faço duas perguntas para o senhor: que desafios representa a reforma para o Ministério, para as secretarias estaduais e municipais e para as escolas, principalmente? E o que está sendo feito efetivamente, na prática, para garantir essa transição bem-sucedida desse novo modelo na carga horária do ensino médio?

Outra coisa me preocupa muito e foi muito pouco abordada aqui. Mais do que uma matéria de caráter aplicado, a educação física – e eu, na condição de atleta, acho que tenho que tocar nesse assunto, que foi muito pouco abordado aqui, mas é interessante a gente abordar – constitui uma intervenção interdisciplinar importante para a manutenção da saúde e do bem-estar do aluno e para a criação de hábitos saudáveis que o acompanharão a vida inteira. Na verdade, são hábitos sustentáveis, sobretudo numa época em que a tecnologia cria facilidades que trazem embutidos os problemas com a obesidade. A gente sabe que a escola é um ambiente em que a gente tem que promover essa questão da atividade física, a questão da educação física. Entretanto, a educação física perdeu muito a sua importância. Na década de 70, ela estava no seu ápice.

A par dessas contradições que estou colocando aqui para o senhor, eu queria fazer outra pergunta.

A colocação das aulas de educação física na grade gera frequentemente – e aqui acho que temos educadores que sabem disso – muita ineficiência, com as crianças voltando para a sala de aula. Há a aula de educação física e, logo depois, uma aula de matemática. Ela volta toda suada e agitada e não tem como voltar à sua concentração para a disciplina. O que pode ser feito? Pergunto isso porque já fui Secretária de Estado de Esporte e, o tempo todo, questionava isso na educação local. O que a gente pode fazer para garantir uma colocação adequada da educação física na grade? Eu sou de uma geração em que a educação física era dada no contraturno. Nós tínhamos todas as aulas na parte da manhã, e, no contraturno, o aluno podia fazer aulas de artes, de várias técnicas manuais e de esporte. Então, pergunto ao senhor: como nós podemos resolver isso?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que nós estamos virando um país de obesos e de crianças descoordenadas. Nós somos de uma geração que, quando criança, brincava na rua. Não éramos coagidos pela violência que hoje assombra as grandes cidades. Então, a escola é um lugar para a gente promover a atividade física e a educação.

Outro problema é a falta de espaço para a disciplina. Um levantamento – até o próprio Presidente falou sobre esse levantamento, feito há seis anos – constatou que apenas 30% das escolas oferecem na sala uma aula específica de educação física, um ambiente para promover a educação física. Esse foi um estudo feito há seis anos. Como o senhor pretende enfrentar essa situação junto com a sua equipe?

Para finalizar, falo da educação especial.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Obrigada, Presidente. Falarei rapidinho. Vou finalizar.

O senhor falou de duas frentes da educação especial que o senhor vai abordar, que é a educação bilíngue e a educação de inclusão. Pergunto ao senhor: qual política o Ministério vai oferecer de educação física para as crianças com deficiência? Acho que é importante a gente saber a posição do senhor e da sua equipe.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Muito bem! Agradeço à Senadora Leila Barros.

Passo a palavra agora ao Senador Luiz do Carmo, também do Estado de Goiás.

O SR. LUIZ DO CARMO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO. Para interpelar Ministro.) – Boa tarde a todos!

Eu cheguei atrasado aqui, Presidente. Eu estava na sabatina do Presidente do Banco Central, que é importante também.

Eu tinha várias perguntas a fazer aqui, mas vou resumir em duas. Talvez, até possam ser repetidas.

No contexto de luta pelas escolas, meu Estado está fazendo um trabalho interessante de gestão compartilhada entre a Secretaria de Educação e a PM do Estado. Lá já temos mais de 50 colégios militares. Há fila de Prefeitos pedindo isso. Há filas! Mas a polêmica é muito grande. O diretor de ensino é civil, o resto é militar. Eu queria saber o que o senhor pensa disso.

Aqui estou vendo a Tânia, que tem uma história muito grande, acho até mais do que a do secretário, sobre o ensino básico. Vocês sabem que hoje o aluno entra no ensino básico e sai sem saber ler, escrever, dividir e interpretar texto. Não adianta chegar um aluno à faculdade se o ensino básico não é o principal. Então, a necessidade disso é muito grande. O senhor tem de pegar dinheiro em outro lugar e colocar para ajudar as prefeituras, como disse o meu colega ali.

Então, as minhas duas perguntas, em resumo, são essas.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Muito bem! A coisa está seguindo mais objetivamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou aproveitar um pouco esta oportunidade para homenagear aqui os nossos internautas. Eu acho isso, Senador Lasier, extremamente importante.

Eles tentam contribuir aqui, Ministro.

Fernando Leal, de São Paulo, pergunta a V. Exa.: "Na sua opinião, como deve ser a educação que vai preparar as crianças que estão chegando à escola agora para os desafios do século XXI?"

Andrea Cristina, do Ceará, pergunta: "Qual tipo de investimento poderá contribuir para o aperfeiçoamento da infraestrutura considerada adequada nas escolas?" Certamente, ela fala do que é preciso fazer para deixar as escolas atraentes, para que, efetivamente, possa ser mudada essa triste realidade em que nós estamos vivendo.

Rafael Silva, do Distrito Federal, indaga: "Com relação aos estrangeiros em situação de refúgio, qual ou quais os programas de acessibilidade da língua portuguesa a essas pessoas?"

Jean Carlo, do Ceará, indaga: "De que maneira as metas do PNE serão atingidas?"

Andrea Cristina, do Ceará também, pergunta se há uma perspectiva sobre a valorização e formação dos professores e professoras alfabetizadoras.

Tatiana Rosa, de São Paulo, pergunta quais serão suas estratégias para tornar o magistério uma carreira interessante para os jovens de melhor desempenho nos vestibulares. Certamente, é a questão do interesse dos nossos jovens pelo magistério.

Andrea Cristina, do Ceará, que é campeã aqui na rede social, pergunta ainda: "Qual a opinião do Ministro sobre a reforma previdenciária para os professores?"

Vou deixar as perguntas com o senhor aqui, Ministro. Há o endereço do pessoal.

Agradeço muito aos internautas.

Concedo a palavra ao senhor para responder, então, aos nossos quatro Senadores que acabaram de formular as suas perguntas.

O SR. RICARDO VÉLEZ RODRÍGUEZ – Muito obrigado aos Srs. Senadores pelas perguntas formuladas. Vou selecionar, tentando responder a maior parte delas.

Respondo à Senadora Leila Barros. Quando vim fazer o mestrado no Brasil – antes de pedir residência no Brasil, eu tinha vindo fazer o mestrado, em 1973 e em 1974, na PUC do Rio –, eu era atleta de grande rendimento. Fui até selecionado para uma olimpíada na área de ciclismo. Eu praticava ciclismo todos os dias. Vim fazer o meu mestrado e tinha sido patrocinado pela minha universidade na Colômbia. Eu corria com o patrocínio da universidade. Aí vim à PUC, queria fazer o mestrado. Pensei bem: "A PUC deve ter no Rio uma proposta nacional de esporte, talvez uma reitoria comunitária." Fui lá, e me disseram: "Não, aqui não há campo de esporte, não. Não há." Tive uma grande desilusão. Depois, vi que não era importante o estímulo à prática do esporte, tão marcante quanto no meu país de origem. E é uma falha. Eu acho que isso seria necessário. Já conversei com o Ministro Terra a respeito disso, para ver como a gente pode fazer ações transversais de incentivo à prática do esporte, inclusive de alto rendimento, na universidade, porque isso traz um benefício incalculável para os estudantes e para a comunidade universitária. Nós precisamos trazer essa prática esportiva para o interior das nossas universidades. São poucas as universidades que contam com um parque esportivo de qualidade. Então, essa seria uma coisa importantíssima. Já estamos estudando um projeto com o Ministro Terra para fazermos uma ação interministerial nesse sentido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gostei muito das palavras do Senador Luiz do Carmo em relação aos colégios cívico-militares de Goiás, que são um exemplo realmente. São um exemplo. Quem tiver preocupações com a militarização – "ah, a criança não ri!" – convido para que visite alguma cidade que tenha escola cívico-militar em Goiás. É fantástico! O resultado é palpável. Os bons resultados são palpáveis. Não há esse tal militarismo, não. Há educação cívica e educação na prática das normas, da lei. O professor é respeitado, o professor entra em sala de aula, todos ficam em pé. Eu só vi isso aqui nas escolas militares e na Escola de Comando do Estado-Maior do Exército, da qual sou professor emérito – e me orgulho muito de sê-lo –, mas nas escolas particulares é difícil encontrar essa prática de disciplina.

Eu acho que tem muito a lucrar, sim, o Brasil com a adoção desse modelo de escolas cívico-militares, que não saem caras, porque o investimento é mínimo. São escolas municipais que optam por ter uma administração dada por policiais ou, em outros Estados, pelas Forças Armadas. Não sai caro isso para o Município. O Município encontra aí uma maneira de dar uma melhor destinação às suas instalações e de ter um melhor rendimento acadêmico.

Quanto à educação especial... Eu estou falando muito e gostaria que um dos meus secretários falasse, porque tem experiências muito boas a respeito do que foi perguntado sobre educação especial. Eu queria convidar o meu Secretário Bernardo Goytacazes, que é Secretário de Modalidades Especiais da Educação, para que falasse um pouco a respeito disso.

O SR. BERNARDO GOYTACAZES DE ARAÚJO – Boa tarde a todos!

É um imenso prazer estar nesta Casa, podendo contribuir!

Eu gostaria de trazer algumas coisas aqui.

Senadora Leila, tive o prazer de vê-la jogar. E, como atleta de vôlei na minha cidade, foi um prazer ver essa geração olímpica de vocês!

Conosco está feita a Política Nacional de Educação Especial. Essa política já está posta no CNE (Conselho Nacional de Educação). E nós já estamos tendo experiências profundamente exitosas. Aqui vou citar a do IBC, no Rio de Janeiro, o Instituto Benjamin Constant, que trata dos cegos. Nós temos lá piscinas, com aulas de natação exclusivas para cegos. Aliás, o Instituto Benjamin Constant é uma escola dedicada aos cegos. Então, nós temos várias experiências exitosas no Benjamin Constant, como o futebol com guizo, que os jogadores têm treinado por lá. O Instituto Benjamin Constant está se virando uma referência para o esporte paraolímpico. Então, nós estamos também pegando todos esses debates e essas questões que já estão sendo levantadas pelo IBC na prática, com todas as dificuldades e com todas as potencialidades, para nós já virmos isso na implementação da PNEE, assim que for aprovada.

Pedimos também que a PNEE passasse por mais três consultas públicas dentro do Conselho Nacional de Educação. O Conselho assim acatou. Antes de vir para cá, eu estava no Conselho. Pedimos isso à Presidência do Conselho, a que isso vai se submeter também, para ampliar o debate no Brasil sobre essas questões.

Nós temos tido essa preocupação também na parte da educação física. Corroboro o que disse a senhora, com toda a preocupação de trazer para dentro das escolas essa atenção com a educação física. Os nossos queridos e amados portadores de necessidades especiais, na educação especial, também estão contemplados. Dentro da PNEE, já há essa contemplação, inclusive legal. Na Lei Brasileira de Inclusão, também já se fala sobre isso. Quando o Ministro fala da interlocução com o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ministro Osmar Terra, também já está sendo pensado isso. Nós, da Secretaria da Pessoa com Deficiência e dos Direitos Humanos, estamos conversando já sobre essa implementação, também já sobre esse aspecto. É a nossa preocupação sobre o fato.

Eu queria trazer um segundo elemento que foi tratado aqui pelo eminente Senador de Roraima, sobre a questão do ônibus escolar. Nós estamos com o projeto do PAR de mobilidades aberto. Estivemos em Roraima. A nossa primeira viagem oficial foi feita a Roraima. Fizemos uma gigantesca interlocução. O Ministro foi para lá conosco, numa comitiva formada pelo Ministério da Defesa. Fomos profundamente bem recebidos, Senador, dentro daquele Estado. Conversamos com a Secretaria Estadual de Educação, com a Secretaria Municipal e com a Universidade Federal de Roraima, que nos trouxe a perspectiva, apesar de todas as dificuldades, de uma ampliação de vagas.

Hoje, aqui, com os esforços empreendidos pelo Sr. Ministro em Roraima, nós temos mais de 6,5 mil venezuelanos já matriculados na rede, que, ao serem interiorizados pelo Brasil, vão já sair com seu documento de transferência. Isso nunca tinha acontecido de forma tão prática, como aquela que nós propomos.

Aqui, eu queria externar minha gratidão ao Estado de Roraima, pela forma ímpar com a qual aceitou as proposituras do Ministério da Educação, e à Secretaria Estadual de Educação, por toda a agilidade e presteza com que agiu. E colocamos o Ministério à disposição. A Secretária já veio aqui, e nós já estivemos lá.

Temos contatos constantes por telefone sobre as dificuldades. Colocamos o Ministério à disposição. Estamos ajudando em tudo que é possível o Estado de Roraima e matemos o nosso compromisso.

Aquele povo que lá está... Uiramutã é uma cidade pela qual tenho muito apreço, porque, no Bolsa Família, em que nós fazemos a captação, é uma das que têm um dos resultados menores por dificuldade de telecomunicação. Mas ninguém imagina o tamanho do esforço que aquela comunidade faz para nos responder aos dados do Bolsa Família. Então, tenho muito carinho por Uiramutã pelo tamanho do esforço que aquela cidade faz para dar os dados ao Governo.

Então, fico aqui e externo a minha oferta e também, mais uma vez, a ajuda pública que nós já estamos dando a todos os Municípios e Estados.

Na semana passada, encontrei com o nobre Senador do Rio Grande do Norte em Natal, quando estivemos juntos lá, ofertando também essa ajuda. E liberamos, de uma vez só, R$4,5 milhões ao Rio Grande do Norte, sendo R$4 milhões destinados ao ProJovem e R$500 mil destinados para a área de educação especial, para o AEE, que nós estamos contemplando, em que estamos trabalhando.

Eu queria também destacar que, para essa próxima rubrica orçamentária, vamos lidar com Dinheiro Direto na Escola, com a acessibilidade. São quase R$50 milhões que vão ser aplicados diretamente nas escolas para lidar com acessibilidade. É respeito e comprometimento com a causa da educação especial!

Obrigado.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – Presidente, quero falar só um pouquinho, já que fui citado aqui. Isso é importante. Não quero falar pelo art. 14 do Regimento. Não é bate-bola, mas quero agradecer ao Secretário Bernardo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero dizer o seguinte: a situação da comunicação no nosso Estado é ruim. Ministro, eu tenho R$30 milhões de emenda impositiva para colocar internet em todas as escolas estaduais e municipais do meu Estado. Vamos sentar? Eu boto dinheiro no Ministério, e V. Exa. já tem esse projeto.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC. *Fora do microfone*.) – O Senador Lasier tem a palavra.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu só queria saber se o Ministro vai responder a pelo menos uma das minhas quatro perguntas. Senão, não vale a pena perguntar, não é?

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC. *Fora do microfone*.) – Ministro, localize as perguntas.

O SR. RICARDO VÉLEZ RODRÍGUEZ – Já as localizei. O Senador está bravo comigo.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – Não, não estou bravo; estou frustrado. Estou aqui ouvindo V. Exa. há duas horas. Fiz a pergunta. E o senhor me abandona?

O SR. RICARDO VÉLEZ RODRÍGUEZ – Olhe aí! Se gaúcho está bravo, tem de sair de perto!

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – Gaúcho é diferente!

O SR. RICARDO VÉLEZ RODRÍGUEZ – Primeiro, o Rio Grande do Sul é meu Estado do coração, porque lá fiz minha pesquisa de pós-graduação, estudei o castilhismo, a briga entre Chimangos e Maragatos. Aquilo era uma coisa grande.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – Quero lhe dizer que sou Maragato.

O SR. RICARDO VÉLEZ RODRÍGUEZ – O senhor é Maragato? Muito bem! Eu estudei os Chimangos e a crítica que os Maragatos faziam aos Chimangos, a crítica de Assis Brasil e de Gaspar da Silveira Martins aos Chimangos.

É um Estado fantástico! Há uma característica no Rio Grande do Sul: o espírito público está à flor da pele. Pode-se ver isso na Semana de Tradições Gaúchas e na grande dinâmica dos Municípios gaúchos.

Então, certamente, há muito o que fazer pelo nosso FNDE, pela nossa Capes e pelos institutos federais.

Como aqui está o meu Presidente do FNDE, vou lhe passar a palavra, para que, rapidamente, responda à sua indagação.

O SR. CARLOS ALBERTO DECOTELLI DA SILVA – Senador Lasier, é uma alegria estar aqui vendo o senhor na sua atuação!

Tenho uma forte ligação com o Rio Grande do Sul. Por lá trabalhei mais de dez anos, fazendo trabalhos profissionais junto ao Banrisul, como professor. Tenho um vínculo de gratidão com a Universidade de Caxias do Sul e com a PUC-RS, onde tem sido desenvolvido um trabalho intenso na qualificação financeira na pós-graduação.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – Estão nos escutando lá. O Reitor Prodanov mandou dizer agora que nos está acompanhando e que está esperando a resposta também do Ministro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS ALBERTO DECOTELLI DA SILVA – Há uma responsabilidade estratégica comandada pelo Ministro, que foi a de me convocar para cuidar do FNDE. O FNDE tem um desafio estratégico. Qual foi a determinação do Ministro Vélez Rodríguez? Transformar o FNDE de um agente repassador de recursos para a educação para um estrategista de gestão para a educação. Qual é essa diferença quanto à abordagem? É que todos os programas que vierem a ser desenvolvidos pelo FNDE na gestão do Ministro Vélez passarão por um crivo de parcerias estratégicas.

Nós estamos fazendo parcerias estratégicas com a Ence (Escola Nacional de Ciências Estatísticas), para nos ajudarem a repensar todos os modos de metrificação, de avaliação estatística. Eles são referência no Brasil para a qualidade da estatística do Brasil. Estamos também fazendo uma referência de parceria com o Impa (Instituto de Matemática Pura e Aplicada), para fazer a validação dos algorítimos, dos modelos, para que tenhamos criticidade em relação ao que fazermos de cálculos envolvendo tanto a Ence quanto o Impa na aplicação dos modelos do FNDE. Por quê? Nossa preocupação nesse conjunto é a de dar uma melhor prestação de serviços à sociedade, uma melhor aplicação das informações que sociedade deseja conhecer durante todo o tempo sobre o que estamos fazendo. A expectativa é a de que tenhamos sempre de forma disponível três perguntas acessíveis à sociedade brasileira: o que é o FNDE, para que serve e como funciona na sua entrega à sociedade brasileira para a educação? Esse é um lado.

Outro aspecto é que hoje muitas demandas quanto à educação ou à obtenção de recursos nós já constatamos. Nós já ouvimos falar muito em percentuais em relação ao PIB do que se aplica em educação, nos casos de sucesso no exterior. Mas, em todos os casos de sucesso no exterior, raramente se ouve dizer que houve a correção por módulo de gestão. A educação brasileira não é um desafio de falta de recursos, mas é de falta de gestão tanto no aspecto daqueles que são os estrategistas, que desenham as políticas nacionais, como também no aspecto do usuário final. Hoje, quanto ao usuário final do FNDE, existem recursos chamados de recursos empossados na conta de prefeituras, recursos que o FNDE repassa através do PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola). Há programas de repasse diversos do FNDE que os Prefeitos não sabem utilizar.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS ALBERTO DECOTELLI DA SILVA – E não pedem recursos para o FNDE. Nesse aspecto, nós estamos fazendo um esforço didático-pedagógico de trazer os Senadores, os Prefeitos, os Deputados Federais para virem até o FNDE e conhecerem os nossos programas, porque muitas dúvidas são fáceis de serem esclarecidas.

Estamos também colocando o aspecto de ir até o Município. Existe um programa chamado FNDE em Ação Mais Brasil. Aí sim, nós estamos realizando seminários, reuniões técnicas, reuniões estratégicas lá com os nossos técnicos no final da abordagem, na reunião de Municípios.

O terceiro aspecto é que, nessa intenção de melhor esclarecer quais as políticas, o que é, para que serve e como funciona o FNDE, nós estamos agora iniciando um projeto pioneiro chamado de Mutirão de Prefeitos no FNDE, em que receberemos um grupo de Prefeitos permanentemente para conversarem e ouvirem esclarecimentos.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS ALBERTO DECOTELLI DA SILVA – Então, Senador, nós temos essa estratégia. Nos primeiros cem dias de governo, nós já temos uma capacidade de reação para implementar as determinações do Ministro Ricardo Vélez.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – Bem, com relação às universidades comunitárias, eu vou pedir ao Ministro que nos marque uma audiência – para não atrasar os demais companheiros que estão esperando aqui para perguntar –, que nos conceda, mais adiante, uma audiência lá no ministério para nós tratarmos disso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Perfeito, Senador Lasier. Quase V. Exa. monopoliza a nossa reunião.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS. *Fora do microfone.*) – Não quero isso.

O SR. RICARDO VÉLEZ RODRÍGUEZ (*Fora do microfone.*) – Posso responder?

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Se for rapidinho, Ministro, porque nós já estamos no adiantado da hora.

O SR. RICARDO VÉLEZ RODRÍGUEZ – Há duas semanas, nós recebemos a visita das comunitárias. Por sinal, muito bem organizadas, uma exposição magnífica. E já estamos trabalhando sobre a pauta que elas nos deixaram. E esta semana vamos conversar de novo.

Então, está em andamento. Parabéns pelas belas universidades comunitárias gaúchas.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Satisfeito, Senador Lasier?

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS. *Fora do microfone.*) – Agora sim.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Graças a Deus.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Pois não, Senadora Leila.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. Pela ordem.) – Vou ser bem rápida.

Ministro, meu foco, obviamente, é o desporto nas universidades, o alto rendimento, mas hoje, neste primeiro momento, é a educação física na educação básica. Nós precisamos realmente rever a educação física. Nós estamos promovendo saúde, o que impacta também o sistema de saúde. Nós estamos tirando os jovens das zonas de perigo, de assédio de tráfico e tudo. E é na escola.

Eu, como atleta, e o senhor também, como o senhor falou, nós começamos a praticar esporte na escola. Ser um atleta é uma consequência natural. O importante é que a criança esteja salva, protegida dentro da escola, adquirindo a cultura da prática esportiva. Essa é a minha maior preocupação. E vou dizer para o senhor que eu vou fiscalizar, vou ficar em cima.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós teremos outros momentos, nós e a sua equipe. Então, peço ao senhor que tenha muito carinho com relação ao atendimento à educação básica, à educação física e às pessoas com deficiência.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – Trinta segundos, Ministro.

Só para dizer à Senadora Leila que passou por aqui, no ano passado, aprovado aqui no Senado, o PLS 25/17, projeto meu, que institui normas gerais para o desporto nas escolas públicas.

O projeto está agora na Câmara. Estamos tratando disso.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Só uma coisa.

Com relação à Base Nacional Comum Curricular, o senhor não passou o que está sendo feito para garantir a transição, uma transição bem-sucedida dessa base curricular.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Eu só vou pedir para responder depois. Seria a primeira resposta...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Pode mandar por *e-mail*. Eu aceito.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Senão, nós não vamos avançar.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Desculpe-me.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – E nós temos alguns Senadores e Senadoras ainda para usar a palavra.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – É verdade. Perdão, colegas.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Como nós tínhamos aprovado, vamos ouvir agora mais quatro representantes Parlamentares: o primeiro deles é o Deputado Federal Danilo Cabral, que é o Presidente da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados; em seguida, nós vamos ouvir o Senador Jean Paul Prates; na sequência, a Senadora Soraya Thronicke; e, depois, o Senador Alessandro Vieira. Aí completamos mais quatro.

Em seguida, há o Senador Humberto Costa, o Senador Carlos Viana, o Senador Styvenson e o Senador Zequinha Marinho. Aí nós vamos quase completar a nossa lista de inscrição.

O SR. DANILO CABRAL (PSB - PE. Para interpelar Ministro.) – Cumprimento o Presidente, Senador Berger. Cumprimento o Ministro e, cumprimentando o Ministro, eu cumprimento toda a equipe e os demais Senadores aqui.

Ministro, vou procurar ser objetivo, até pelo adiantado da hora e pelas diversas abordagens que já foram feitas aqui.

Primeiro, eu quero destacar a importância desta primeira reunião com a presença de V. Exa. aqui. Nós esperamos também ter essa mesma oportunidade lá na Comissão de Educação da Câmara dos Deputados para que possamos, de fato, aprofundar esse debate.

Eu espero sinceramente e estou identificando... Eu sou, como dizia Ariano Suassuna, um realista esperançoso. Eu não sou um otimista, porque muitas vezes o otimista é um lírico; não sou um pessimista, porque muitas vezes o pessimista é amargo; eu prefiro ser um realista esperançoso. Nessa realidade esperançosa, eu espero que, a partir de agora, nós possamos fazer, de fato, um debate mais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aprofundado sobre diversos temas que dizem respeito às respostas que precisam ser dadas à questão da educação brasileira.

Eu vejo nesse símbolo, em que V. Exa. recuou em relação a essa nota que foi publicada hoje, quando mandou suprimir, de fato, essa orientação em relação a o *slogan* da campanha ser adotado nas escolas públicas, eu quero crer que esse seja um símbolo de desmonte de palanques, porque acho que nós estamos precisando entrar nesta fase: reconhecer o resultado eleitoral, mas objetivamente daqui para frente dar as respostas de que a sociedade brasileira precisa. Algumas das falas que a gente teve aqui, inclusive de V. Exa., como já dito por muitos aqui, de fato, levou a uma posição muito mais de divisão da sociedade em função de um debate de valores do que de questões estratégicas, como algumas delas que foram apresentadas aqui. Então, eu quero crer que, daqui em diante, a gente vá iniciar um debate discutindo os temas estratégicos do País.

Confesso que senti falta neste debate da questão do Plano Nacional da Educação. Essa é uma questão central sobre a qual nós precisamos, de fato, até dizer o que vamos fazer, porque foi um debate feito com a sociedade brasileira, aprovado por unanimidade nesta Casa, debatido com aqueles que estão na academia, nos movimentos sociais. E há um conjunto de 20 metas que estão postas, que é uma lei. Nós não podemos desconsiderá-la. Ela existe, e a gente precisa saber o que vai fazer com ela. No nosso entendimento – como Presidente da Comissão de Educação na Câmara, apostamos nisto –, temos de reposicioná-la como documento estratégico, porque, no horizonte de dez anos que está posto, nós teríamos, caso cumprido o que está lá, o Brasil numa posição melhor. Esse é um debate: precisamos saber qual a posição do MEC em relação ao Plano Nacional de Educação.

Em relação a uma questão central – já vou objetivar, até pelo adiantado da hora –, das 20 metas que estão lá postas, objetivamente – e aí quero frontalmente discordar do Presidente da FNDE, permita-me, com todo respeito –, nós temos, acho, um gargalo, que está na questão do financiamento da educação. Esse é um debate central. Permitam-me discordar e dizer a alguns que falaram aqui: nós não temos recursos suficientes para a educação. E, quando eu falo isso, não quero negar a importância que deve ser um ato, dever de ofício de qualquer gestor público, de dar o devido gasto, o devido destino aos recursos públicos; de apropriar-se e fazer o que está na Constituição no art. 37, usando da eficácia e da efetividade dos recursos públicos. Agora, dizer que a gente tem recurso suficiente não é verdade. Quando se faz a comparação com outros países, tira-se dos debates aquilo que ainda há de déficit no nosso sistema educacional. Falar em analfabetismo, como falamos aqui, da Argentina, é falar de um País que cem anos atrás cumpriu uma tarefa que nós não cumprimos e que está aí na ordem do dia. Nós vamos negar o nosso passado, para dizer que de agora em diante 5% resolvem o nosso problema?

(*Soa a campainha.*)

O SR. DANILO CABRAL (PSB - PE) – Não resolvem, não resolvem! Nós temos de garantir recursos.

E aí, para objetivar a minha indagação, Ministro, em cima da questão do orçamento, há quatro pontos que eu considero estratégicos nesse debate do financiamento. O primeiro é o debate do pacto federativo. Permita-me dizer – V. Exa. falou do Leviatã, daquilo que é concentrado aqui –, no nosso entendimento, o FNDE, a não ser que mude de postura a partir de agora, é o símbolo mais preciso do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acúmulo do que se tem de atividade do Estado brasileiro aqui na União e no ambiente da educação. A verdade é que Estados e Municípios, quando vão conversar com o FNDE, vão de joelhos, porque os recursos que estão lá são concentrados. As transferências voluntárias aumentaram no FNDE, orçamentariamente aumentaram, e as transferências obrigatórias estão congeladas. O transporte escolar há 11 anos não é reajustado! O valor do transporte escolar aqui... Merenda? No ano passado foi feito um reajuste de merenda, depois de anos! Então me permita dizer: temos de mudar a posição do FNDE, e isso está dentro do debate do pacto federativo.

(*Soa a campainha.*)

O SR. DANILO CABRAL (PSB - PE) – Há mais dois pontos que eu considero importantes no debate...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Mais um minuto.

O SR. DANILO CABRAL (PSB - PE) – Só para terminar, porque quero a posição do Ministro, Senador. Vou concluir agora.

Uma é a questão do Fundeb. Qual a posição objetiva do Ministro em relação à maior participação da União no Fundeb? A União só entra com 10%. O Senador falou isso. Permita-me, mas eu não ouvi – não sei se ele falou em um momento em que não estava atento – não ouvi a resposta.

Há uma disputa interna no Governo, da equipe econômica com as áreas sociais, e é preciso saber como é isso. O Paulo Guedes – e vou para a terceira indagação minha, Ministro... Essa me preocupa também. Eu queria saber a sua posição nessa disputa autofágica que foi gerada fruto da implantação da PEC do Teto dos Gastos. Este debate está ocorrendo por conta da PEC do Teto dos Gastos. O Paulo Guedes, o superministro da Economia disse, de forma objetiva, que aventava quebrar as vinculações constitucionais, inclusive no ambiente da educação. Estão previstos 25% dos recursos dos Estados e 18% da União para investir na educação. Qual a posição do Ministro Ricardo Vélez com relação à quebra da vinculação constitucional? Porque, quando se fala em quebrar – vamos falar a verdade, ser honestos com a gente –, ninguém está falando em quebrar para botar mais dinheiro; está-se falando em quebrar para tirar dinheiro.

Então, eu quero, de forma objetiva, a resposta do Sr. Ministro sobre esses três pontos: Fundeb, a vinculação do orçamento e a questão do teto dos gastos; se V. Exa. é favorável à preservação. Eu, inclusive, sou autor de uma PEC que tira a educação da PEC do Tetos dos Gastos. São esses três pontos.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Muito bem.

Vamos dar sequência. Esse foi o nosso Deputado Danilo Cabral, que é Presidente da Comissão de Educação da Câmara e disparou uma metralhadora aqui.

Agora, vamos ouvir o Senador Jean Paul Prates. (*Pausa.*)

Não se encontra?

A Senadora Soraia também não se encontra.

Senador Alessandro Vieira, V. Exa. tem a palavra.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - SE. Para interpelar Ministro.) – Boa tarde, Sr. Presidente, Sr. Ministro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou tentar ser o mais breve possível em respeito aos presentes.

Eu acredito que nós todos concordamos com que a utilização das ferramentas da educação para qualquer implantação de modelo ideológico é negativa. Esse foi um dos grandes motes dessa eleição, o senhor há de convir comigo. Nós tivemos ministros falando em "despetização", por exemplo, só para uma nuança dessa questão ideológica e do quão importante ela foi nesse eixo de mudança. E nós, por outro lado, não precisamos de uma "pesselização", "bolsonarização" ou coisa parecida.

Por que menciono essa questão ideológica? O senhor é o segundo Ministro que vem a esta Casa – e agradeço a atenção e a presteza com que o senhor compareceu – e que mostra na sua condução neste início de projeto um viés ideológico muito forte.

Aponto duas questões. A primeira medida, a única medida referente à educação que conta nos projetos prioritários dos cem primeiros dias, salvo engano, é a questão da regulamentação, via MP, do *homeschooling,* que atende algo em torno de 7,5 mil famílias e vem de uma iniciativa do Ministro dos Direitos Humanos.

Outro ponto mencionado fortemente por V. Exa. é a questão das escolas militares. Se eu não estiver enganado, acrescentando as escolas que são hoje assumidas por militares nos Estados, devem ser em torno de 200 escolas no Brasil. O Brasil trabalha com 45 milhões de alunos na escola pública; dessas escolas, 60 não têm rede de esgoto; 10% delas não têm água, energia e esgoto; biblioteca só há na metade delas. Então, as prioridades que nós estamos traçando vêm carregadas de um forte viés ideológico. Então, o que eu peço ao senhor, o que faço como pergunta, concentrando tudo que íamos questionar, é: qual é plano efetivo de gestão?

O senhor mencionou a necessidade de qualificação dos professores, inicial e continuada. Ao mesmo tempo, o senhor defende a entrega da gestão a militares, que, até onde eu conheço, não passaram pela qualificação inicial, que dirá da continuada, em educação. Então, essa busca por uma bala de prata mágica que resolva o nosso problema, que é crônico, talvez dificulte chegar a soluções concretas. O Brasil hoje já tem diagnósticos muito bem feitos na área da educação e tem problemas severos na área da correção dos rumos: a cada ano os resultados péssimos se acumulam e nós não encontramos nenhuma solução. Então, Sr. Ministro, concretamente, o que será feito em termos de qualificação de ensino e de resolução desses tantos gargalos que nós temos para além de coisas midiáticas?

Obrigado, senhores.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Passo a palavra ao Senador Humberto Costa. (*Pausa.*)

Senador Carlos Viana. (*Pausa.*)

Senador Styvenson, V. Exa. tem a palavra.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN. Para interpelar Ministro.) – Boa tarde, Senador Presidente Dário.

Sr. Ministro, muito boa tarde!

Vou tentar ser o mais breve, o mais eficiente, o mais rápido possível para não cansar, viu, Alessandro? A gente está aqui sem almoçar, desde manhã, correndo em Comissões.

O que vou falar é uma coisa prática, uma coisa que eu vivo na educação. Eu vivenciei uma situação complexa, estranha que envolve o Fundeb. Que situação foi essa? O repasse. O repasse que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

está previsto no art. 8º da Lei 11.494. Como é dado isso? Quanto mais alunos maior o repasse para a escola? Certo. Até aí não há problema. O raro é a gente achar que nesse cruzamento de relação há também uma situação de bolsa, Bolsa Família, que está no art. 3º da Lei 10.836, de 2004. As mães, responsáveis ou famílias que têm crianças, que têm jovens e adolescentes colocam-nos nas escolas para manterem os benefícios. Está o.k., está certa essa relação entre bolsa e a relação entre quanto mais alunos na escola maior o repasse do Fundeb?

Na prática, na verdade a evasão escolar é muito grande. Eu presenciei isso em uma escola de que tomo conta no Rio Grande do Norte. Existia um número altíssimo de pessoas matriculadas, de alunos matriculados, mas, na verdade, de forma real, havia pouquíssimos alunos presentes na sala de aula. As professoras, as diretoras os repassavam como presentes por qual motivo? Ameaças, medo, para não perder o fundo? Aí seria um questionamento para eles.

Aonde eu quero chegar, Sr. Ministro? À fiscalização, à eficiência da fiscalização para saber se o aluno está ou não na sala de aula, porque não adianta a gente discutir aqui sobre educação integral, sobre esporte – ouviu, Leila? –, se a criança não tem disciplina, não tem ordem, não tem nada – ouviu, Alex? Ou falar também da estrutura das escolas, de tornar a escola um ambiente melhor para que ele possa ficar mais tempo dentro da escola, se o aluno nem lá está.

Eu falo de escola de periferia, de escola de comunidade, como a que eu ocupei com um projeto militar. Eu vejo que as pessoas reclamam, que as pessoas acham ruim, mas está lá. E eu posso ligar agora, em tempo real, porque é uma fiscalização que eu tenho, Sr. Ministro, para saber se os alunos estão na sala de aula. Eu vou ligar aqui para o senhor ver que não estou mentindo. Eu vou ligar para a professora. Enquanto eu consigo a ligação... Esta é a primeira pergunta: saber qual espécie de fiscalização a gente pode ter.

Uma segunda é sobre o Fies. É uma pergunta sobre as pessoas que querem entrar numa faculdade particular e que precisam desse financiamento. Chega a 20 bilhões hoje a dívida. Eu percebo que as pessoas quando fazem esse contrato não têm um conhecimento prévio do que vão contratar. E quando acabam a faculdade não há emprego para elas. E a dívida é pouca, é de R$100, R$80. A dívida não é tão grande, mas mesmo assim elas não conseguem pagar, porque são pessoas de classe, de renda... (*Pausa.*)

"Alô. Professora, eu estou falando com o Ministro da Educação ao vivo".

Essa é uma escola lá do Rio Grande do Norte, uma escola lá em Natal, ocupada pela Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Norte e que não é militar.

"Professora, mostre os alunos para o Ministro vê-los. Mostre os alunos".

Eu li uma matéria do senhor, Ministro, em que falava em perfilar, em cantar o Hino Nacional e, se houver bandeira... A bandeira está no braço esquerdo, a bandeira do Brasil. A bandeira do Rio Grande do Norte está no braço direito. E eles sabem o Hino.

(*Soa a campainha.*)

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – E não cantam só uma vez na semana, não. Cantam todos os dias. (*Pausa.*)

"Eu sei que a senhora não está me ouvindo. Coloque na sala de aula, Professora. Eu quero a sala de aula, e não a sala de informática".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa aqui tem sala de informática, Alessandro, tem laboratório. Isso aqui foi conseguido com meios próprios.

Sabe quanto foi o custo dessa escola, Sr. Ministro? Foi baixíssimo, zero real para o Governo, nenhum real para o Governo. Essa escola deveria ser propagada para todo o País. É uma escola mista, um pouco mais evoluída que a de Brasília.

O Lasier não está mais aqui, mas ele falou de droga, de violência. E a gente lá protege as crianças, coloca exame toxicológico para a criança fazer, para evitar que entre nas drogas. Se é absurdo ou não, não quero perder para traficante. Então, é isso que a gente está fazendo no Rio Grande do Norte.

A internet está ruim. Se depois o senhor quiser marcar uma audiência comigo e quiser conhecer a escola, via internet... Eu tentei uma audiência com o senhor, mas o senhor desmarcou.

(*Soa a campainha.*)

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Assim que houver uma oportunidade e a gente puder conversar, eu mostrarei para o senhor, em tempo real, o que é uma fiscalização real de alunos em uma sala de aula, de você todos os dias estar verificando as faltas. Existe esse tipo de relação, nesse cruzamento entre essas bolsas e o Fundeb, entre o que as pessoas querem manter: o diretor quer manter esse aluno a todo custo dentro da escola, ou por ameaça, ou por esse financiamento.

Leila, você estava falando do esporte. Não há como ter bons atletas, não há como ter boa formação atlética, esportiva nas escolas se não houver um mínimo de disciplina...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. *Fora do microfone.*) – Concordo.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – .... porque atleta é disciplinado.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. *Fora do microfone.*) – Esporte e disciplina caminham juntos.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Esporte e disciplina. Mas até para se colocar hoje um aluno na escola tem que perguntar se ele quer fazer, tem que pedir: "Você quer jogar bola? Você quer fazer uma atividade esportiva?". E isso não é só para o crescimento físico, não é só para o crescimento intelectual, como você mesma disse, ou de coordenação motora.

(*Soa a campainha.*)

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Então, Sr. Ministro, é só a questão do Fies, porque muitos jovens querem saber sobre isso. Muitos querem saber se vai haver ou não, se vai aumentar, se vai diminuir. Muitos querem saber a respeito desse assunto.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Bem, cumprimento o Senador Styvenson. Foi até uma forma inovadora de comunicação de audiência pública. Eu ainda não tinha visto isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – É porque a internet está ruim. Se ela estivesse boa, com uma comunicação rápida e ágil, a gente ia passar sala por sala, conhecendo cada aluno e sabendo o que eles sentem em uma escola hoje compartilhada, uma escola que divide a educação e a parte de segurança, a parte disciplinar. Muita gente pensa que eles não gostam. Gostam, adoram disciplina.

"Professora, eu estou precisando só encontrar uma sala de aula, porque eles estão achando inovador o tipo de audiência pública utilizando a internet".

Eu acho que a internet deles está muito ruim.

Era um pedido que eu faria também ao Ministro: melhorar a internet nas escolas.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Agradeço a V. Exa.

O próximo Senador inscrito é o Senador Zequinha Marinho. (*Pausa.*)

Não se encontra também.

Senador Eduardo Girão. (*Pausa.*)

Também não se encontra.

Senador Fabiano Contarato – este se encontra –, V. Exa. tem a palavra.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Nada é tão ruim que não possa piorar. Confesso que ontem, quando li o documento de V. Exa., Ministro, eu me assustei: "Vamos saudar o Brasil dos novos tempos e celebrar a educação responsável e de qualidade". Isso me fez lembrar o livro *Alice no País das Maravilhas*. Alice chega para o gato e diz: "Me ensina a sair daqui?". Aí o gato responde: "Olha, tudo depende de para onde você quer ir". Ela fala: "Ah, não importa". Então, não importa o caminho que se deva tomar. Eu estou chegando à triste conclusão de que o MEC, nesses dois primeiros meses, não sabe o caminho que deve tomar, porque a realidade do Brasil é totalmente diferente. Nós temos uma garantia constitucional, que está no art. 6º, como direito social, de que a educação pública é direito de todos e é dever do Estado, e esse dever está sendo violado pelo próprio Poder Público, pelo próprio Poder Executivo. Olha, me assusta quando eu vejo que se deve filmar ou até mesmo falar *slogans*... E graças a Deus V. Exa. voltou atrás, porque o meu Estado – e quero parabenizar o Espírito Santo – já disse: "Não vamos cumprir isso". E eu espero que todos os Estados da Federação não façam isso.

Agora eu quero aproveitar a dica do senhor para estimular os diretores de escola e professores a filmar o caos que está a escola pública no Brasil, a filmar as estruturas que nós não temos nas escolas públicas do Brasil, a filmar a falta de acessibilidade para as crianças com deficiência física, o que nós não temos no Brasil. Eu queria convidar os professores a filmar os contracheques deles, que têm que fazer dupla, tripla carga horária de trabalho para tentar oferecer um ensino de qualidade. Eu quero convocar os professores a filmar o caos, porque não basta você olhar a educação do corpo físico, que já está um caos, mas é necessário saber topograficamente onde ela está inserida, qual é a realidade daquela população: o esgoto a céu aberto, a falta de iluminação pública, os problemas ali.

É engraçado que o próprio ministério fala que é contra ideologia, mas ele implanta ideologia quando determina. Ele vem impregnado, como muito bem disse o Senador Alessandro, com essas ideologias. Militarizar escola, minha gente! Com todo o respeito, nós temos institutos federais no País que estão dando *show*, mas poucos têm acesso a esse!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu falo isso com orgulho, porque eu venho de escola pública. Eu tenho orgulho de falar que sou filho de um motorista de ônibus, que puxou ônibus 40 anos, e de uma mulher que é batalhadora, semianalfabeta, mas que criou seis filhos! Agora, nós vamos aqui... E a preocupação do Ministério da Educação e Cultura é filmar se o aluno está cantando o Hino e declamar o *slogan* da.... Não, não, não tem como ser razoável.

E eu também não estou satisfeito, com todo o respeito à opinião em contrário, mas esta audiência pública não me traz resultado prático nenhum. As indagações... Foi feita aqui uma grande terapia de grupo, em que os Senadores falam, interrogam, questionam, mas não têm um *feedback* concreto.

Olha, quais são as políticas públicas no curto, longo e médio prazo que vão ser implementadas pelo Ministério da Educação e Cultura?

Como nós vamos fazer para sanar esse problema das creches? Porque as mães não têm local para deixar seus filhos em creches de tempo integral.

Como nós vamos fazer essa fraude bilateral e, por que não chamar, essa torpeza bilateral...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – ... que o Poder Público faz com a população, com o Enem? Porque vem aí a escola pública, todo mundo falando que está perfeita a escola pública, mas só quem entra no Enem... Como muito bem falou V. Exa. na *Veja*, que a faculdade é só para a elite, como está hoje é para a elite mesmo! O pobre, coitado do pobre que sonha em entrar na universidade pela porta da frente num curso de Medicina! Sabe quando ele vai entrar se não for pelo sistema de cotas? Nunca! Porque os cursinhos particulares, as escolas particulares se digladiam, e a concorrência é totalmente desleal.

Eu não poderia deixar de fazer esse desabafo e só queria falar para o Ministro uma coisa muita séria: os nossos melhores alunos, dos melhores colégios, de 15 anos de idade, são piores do que os piores alunos da Tailândia e da Coreia do Sul. Nós não temos nada que comemorar.

Eu queria muito ouvir do Ministro da Educação quais são as políticas públicas de curto, médio e longo prazo para reverter isso, para, quem sabe um dia, eu possa daqui falar que nós vivemos num Brasil igualitário, inclusivo, em que realmente a educação pública seja de qualidade, e não esse comportamento como uma população de alices que não sabe para onde vai e qual é o objetivo a ser alcançado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Bem, eu agradeço e cumprimento V. Exa., Senador Fabiano Contarato.

O Ministro está retornando e vai responder. Enquanto isso, eu consulto o Plenário da reunião se o Senador Rodrigo Cunha encontra-se presente. (*Pausa.*)

Não. O Senador Wellington Fagundes...

Rodrigo Cunha, é V. Exa. então. Vou conceder a palavra a V. Exa. Depois, ouviremos o Ministro e partiremos para o encerramento da nossa reunião.

Estão inscritos ainda aqui o Senador Wellington Fagundes e o Senador Major Olimpio, que também não se encontra presente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, com prazer concedo a palavra ao Senador Rodrigo Cunha, do PSDB das Alagoas.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL. Para interpelar Ministro.) – Senador Dário Berger, parabenizo V. Exa. pela condução e lhe desejo muito sucesso. É uma Comissão extremamente importante para este Senado e para este País.

Quero aqui ser extremamente objetivo. Sou um dos últimos a falar aqui. Vários assuntos foram abordados. Então, eu vou me ater a um tema específico, direcionado ao nosso Ministro da Educação.

Todos nós sabemos que o ensino superior é extremamente importante para o desenvolvimento do nosso País, para girar a economia sem dúvida nenhuma. E uma ferramenta extremamente importante também é o ensino a distância, que possibilita principalmente que jovens e adultos cada vez mais tenham acesso à educação superior e possam ter um crescimento também pessoal. Contudo, muitos dos sonhos desses jovens, que às vezes pegam até empréstimos para conseguir pagar essas mensalidades, estão virando pesadelo. Eu digo isso com conhecimento de causa.

Quero falar de um problema específico não de um Estado, mas que está acontecendo com muitos jovens neste País, começando pelo meu Estado de Alagoas, onde mais de 20 mil pessoas cursaram o ensino superior a distância, têm o diploma na mão, e isso não serve de nada. Não conseguem um reconhecimento justamente porque quem realizou o curso não tinha autorização para realizar esse curso a distância, mas, sim, presencialmente.

No Estado vizinho, em Pernambuco, a Assembleia Legislativa, através de uma CPI, constatou que 80 mil pessoas fizeram esses cursos, têm o certificado, o diploma na mão, e isso não serve para nada. Não há nenhum registro disso. Então, falando de Estados vizinhos, são 100 mil pessoas, mas isso acontece no País inteiro. Então, o problema está generalizado e faz com que toda essa expectativa de futuro seja jogada na lama.

Então, temos um problema social que também envolve a educação. Então, não se tem ainda uma saída para isso. Não sei se a Justiça é o caminho, apesar de já haver ações nesse sentido, mas que nós possamos juntos pensar em uma solução, repito, de um problema caótico, generalizado, principalmente daquelas pessoas que já não tinham acesso à educação. E alguém chegou a sua cidade vendendo facilidades e não tinha autorização para isso.

Então, eu vou ser objetivo e fazer alguns questionamentos, lembrando que, acompanhando o plano do Governo atual, ele é um defensor do ensino a distância. E aqui já vai minha primeira pergunta, baseada também no posicionamento do então candidato a Presidente Bolsonaro, que defendeu que educação a distância deveria acontecer também no ensino fundamental. Então, hoje esse também é um entendimento do Ministério da Educação? Que o ensino a distância chegue também não só ao nível médio, não só ao nível superior, mas também ao ensino fundamental? Essa é minha primeira pergunta, tendo em vista que já houve uma declaração nesse sentido do então candidato e hoje Presidente e que faz parte do seu plano de Governo a defesa do ensino a distância. Não sou contra o ensino a distância – quero deixar bem claro –, mas lógico que com muitas regras.

Outra pergunta, justamente decorrente dessa minha explanação, é: qual é o posicionamento do atual Ministério da Educação sobre o ensino a distância? E como podemos minimizar o sofrimento daqueles que já se dedicaram para realizar esses cursos e têm um diploma que ainda não foi reconhecido? Isso é o que passou. E daqui para frente? Existe algum planejamento de fiscalização para coibir, punir e proibir esses cursos de ensino a distância?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui o Senador Lasier falou muito bem sobre o Rio Grande do Sul.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – A maioria desses cursos virtuais, a distância, tem base no Rio Grande do Sul, mas o ensino chega a Piranhas, a Alagoas, a Arapiraca. Então, há um problema, e eu gostaria de saber qual a visão do Ministério da Educação.

Concluído.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Ministro, vamos encerrando agora. O senhor capriche nas respostas. Ficaram algumas perguntas sem resposta.

O SR. RICARDO VÉLEZ RODRÍGUEZ – Haveria questionamentos relativos às questões financeiras do Ministério e dos órgãos.

Tenho muitos dados a passar. Eu vou dividir a resposta com o Secretário Executivo do Ministério, Prof. Tozi, que está com os dados na mão.

Então, vou passar a palavra a ele e, depois, eu complemento.

O SR. LUIZ ANTONIO TOZI – Boa tarde!

Com relações a questões financeiras, o Deputado pergunta sobre o Fundeb, sobre essas questões da complementação, a vinculação. Neste momento, estamos trabalhando as questões de analisar a eficiência dos gastos e procurar otimizar a aplicação dos recursos atuais, antes de pedir mais recursos. No atual momento, a diretriz que nós temos é identificar a fonte, verificar quais são os gastos e, se de fato esses gastos estão acontecendo, como eles estão e como podemos melhorar a eficiência da aplicação desses recursos. Então, é nesse sentido que estamos nos posicionando, ou seja, valorizar o Erário público através de uma melhor eficiência.

A princípio, imaginamos manter essa complementação de 10% dentro do limite orçamentário, mas isso não cabe a nós; isso cabe ao povo, ou seja, aqui nesta Casa é que nós vamos ter essa definição. O MEC trabalha com a lei orçamentária que lhe colocam, e a gente vai fazer o máximo possível do ponto de vista de organizar os recursos e maximizar sua eficiência. É nesse sentido que nós estamos caminhando. Hoje, a lei está colocada dessa forma, e é assim que temos de trabalhar. Por isso, trabalhamos com essa diretriz.

Esse é o ponto inicial.

Com relação às transferências obrigatórias que estão congeladas, essas questões também estão sendo endereçadas – até os Senadores também trouxeram –, nós estamos tentando verificar a possibilidade de encaixe no orçamento para que possamos acenar com alguma possibilidade de melhoria e avanço. Continuamos também todos limitados pelo teto.

De alguma forma é importante trabalharmos a conscientização junto ao Ministério da Economia para alguns aspectos, especialmente no que tange aos recursos das universidades, principalmente os recursos que elas captam através de projetos e que acabam não podendo contar, acabam não fazendo parte. Então, há alguns limites adicionais com que estamos trabalhando junto ao Ministério da Economia, tentando conscientizá-lo de tal forma que possamos deixar esses recursos, de fato, dentro do orçamento das universidades. Então, nesse sentido estamos trabalhando. O universo do MEC é bastante amplo, mas acredito que está caminhando efetivamente. Estamos tendo bastantes conversas com o pessoal da Economia nesse sentido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DANILO CABRAL (PSB - PE) – Um minuto, aproveitando a réplica...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Só se for um minuto.

O SR. DANILO CABRAL (PSB - PE) – Menos de um, é só uma questão.

Primeiro, quero nos colocar à disposição. Quem acompanhou a nossa condução à frente da Comissão de Educação sabe que nós somos aliados do MEC na disputa, como falei aqui, autofágica de orçamento na gestão anterior. Coloco-me à disposição desta também.

Agora, sobre o fim da vinculação, que é definida pelo Ministro Paulo Guedes, há alguma posição?

O SR. LUIZ ANTONIO TOZI – Isso está sendo trabalhado em nível de Governo. Cabe a outros ministérios e não só ao MEC. Então, vamos acompanhar o que o Governo está fazendo. Estamos trabalhando junto com a equipe de Governo. Não há nenhuma dissonância com relação a isso.

O SR. RICARDO VÉLEZ RODRÍGUEZ – Bem, eu acho que restava responder ao Senador Rodrigo Cunho sobre o EaD e a grande expectativa que suscita.

Houve um crescimento exponencial muito forte entre 2017 e 2018. De sete mil centros que ofereciam esse tipo de serviço, a coisa passou para quase vinte mil. É uma coisa realmente complicada de fiscalizar e de racionalizar. Particularmente, e no MEC temos um consenso sobre isso, o EaD é importantíssimo, é uma tecnologia que temos de adotar.

O Brasil, infelizmente, chegou tarde a essa tecnologia, por força da famosa Lei de Informática, do ano de 1986, se não me engano, que terminou congelando a entrada de novas tecnologias. A própria IBM tinha oferecido criar no Brasil um polo de desenvolvimento de *softwares* e terminou indo embora porque foi fechada a possibilidade de a IBM entrar. E foi consenso nacional. O mais grave de tudo é que foi consenso nacional. Não apenas os setores burocráticos do Governo, mas também da elite intelectual e das universidades. O saudoso Senador Roberto Campos deixou isso registrado. Moral da história: chegamos tarde ao universo digital. Enquanto hoje há universidades digitais plenas funcionando – por exemplo, na Espanha, há a Universidade Aberta da Catalunha; na Colômbia existem universidades digitais –, no Brasil, chegamos tarde, o que não significa que nós vamos fechar mais uma vez. Temos de correr atrás do prejuízo, trazer essa tecnologia para dentro da nossa vida acadêmica e dar segurança jurídica e acadêmica aos nossos estudantes.

Então, esse é um grande problema, concretamente, e a nossa secretaria está trabalhando neste sentido: estamos tomando conhecimento do problema, fazendo um diagnóstico do tamanho do prejuízo, e vamos elaborar novas normas de funcionamento para garantir às pessoas o acesso a essa forma de conhecimento, que é fundamental. É um meio acadêmico válido, um meio acadêmico necessário, mas que precisa de uma adaptação tecnológica que ainda falta desenvolver em plenitude no nosso meio.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Muito bem.

Vamos nos encaminhando para o encerramento da nossa audiência pública.

Eu quero agradecer as presenças honrosas do ex-Senador Paulo Bauer, hoje Secretário da Casa Civil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero agradecer as presenças da Deputada Natália Bonavides, da Deputada Professora Rosa Neide, do Deputado Danilo Cabral, da Deputada Maria do Rosário, do Deputado Filipe Barros, da Deputada Bia Kicis e também da Deputada Tabata Amaral.

Quero agradecer a presença de todos os Senadores que, inclusive, aproveitaram a oportunidade a oportunidade para interpelar o nosso Ministro da Educação.

Quero agradecer, inclusive, aos manifestantes, que, de forma bastante serena e equilibrada, atenderam ao nosso apelo, uma vez que já conhecem como funciona a regra aqui nas Comissões. De qualquer maneira, fica o meu agradecimento pela forma respeitosa como a gente dirigiu os trabalhos.

Para finalizar, agradeço, de maneira muito especial, ao Ministro Ricardo Vélez, que nos honrou com a sua presença. Muito obrigado pela audiência pública.

Também agradeço a presença de todo seu secretariado, especialmente do Secretário Executivo Luiz Antonio Tozi, do Secretário de Modalidades Especializadas da Educação, Bernardo Goytacazes de Araújo, e também do Secretário de Alfabetização, Carlos Francisco de Paula Nadalim.

Por último, agradeço ao Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), o Prof. Carlos Alberto Decotelli da Silva.

Agradeço também aos demais participantes desta audiência pública, sobretudo aos assessores do Ministro.

Partindo para o encerramento, convoco a próxima reunião para o dia 12 de março, às 11h30. Será uma reunião extraordinária desta Comissão, em forma de audiência pública, destinada a receber o Ministro de Estado da Cidadania, Osmar Terra, para que aqui apresente as diretrizes dos programas prioritários da sua pasta, em atendimento ao Requerimento nº 6, de 2019, desta Comissão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado a todos!

(*Iniciada às 11 horas e 30 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 07 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 4ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE MARÇO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às onze horas e trinta e dois minutos do dia doze de março de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, **sob a Presidência do Senador Flávio Arns**, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Marcio Bittar, Luiz do Carmo, Mailza Gomes, Eduardo Gomes, Izalci Lucas, Styvenson Valentim, Lasier Martins, Eduardo Girão, Plínio Valério, Rodrigo Cunha, Leila Barros, Cid Gomes, Marcos do Val, Alessandro Vieira, Veneziano Vital do Rêgo, Paulo Paim, Zenaide Maia, Jean Paul Prates, Humberto Costa, Paulo Rocha, Carlos Viana, Irajá, Jorginho Mello, Maria do Carmo Alves, Wellington Fagundes, Telmário Mota, Marcelo Castro e Rodrigo Pacheco. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Dário Berger, Roberto Rocha, Fernando Collor, Angelo Coronel e Sérgio Petecão. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei do Senado n° 146, de 2018 - Terminativo -** que: "Institui a Semana Global do Empreendedorismo no calendário nacional." **Autoria:** Senador José Agripino. **Relatoria:** Senadora Maria do Carmo Alves. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado com a emenda nº1-CE. **ITEM 2 - Projeto de Lei do Senado n° 100, de 2018 - Terminativo -** que: "Institui o Mês de Conscientização sobre a Doença de Parkinson." **Autoria:** Senador Paulo Paim. **Relatoria:** Senador Eduardo Girão (*Ad hoc*), substituiu Senador Romário. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado com a emenda nº1-CE. **ITEM 3 - Projeto de Lei do Senado n° 89, de 2017 - Terminativo -** que: "Cria o Prêmio Cidade Acessível, destinado aos municípios mais bem colocados na classificação de avaliação do cumprimento das disposições da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)." **Autoria:** Senador Ciro Nogueira. **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e das emendas nº1-CDH a nº5-CDH. **Resultado:** Aprovado com as emendas nº1-CDH/CE a nº5-CDH/CE. **ITEM 4 - Projeto de Lei do Senado n° 136, de 2018 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a literatura de cordel e manifestações culturais baseadas no improviso no currículo da educação básica." **Autoria:** Senadora Regina Sousa. **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Vista coletiva concedida. **ITEM 5 - Projeto de Lei do Senado n° 193, de 2018 - Terminativo -** que: "Confere ao Município de Lagoa Vermelha, no Estado do Rio Grande do Sul, o título de Capital Nacional do Churrasco." **Autoria:** Senadora Ana Amélia. **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 6 -**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Projeto de Lei da Câmara n° 81, de 2018 - Não Terminativo - que: "Reconhece o funk como forma de manifestação cultural e dá outras providências." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Humberto Costa. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Vista coletiva concedida. **ITEM 7 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte n° 7, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o sistema de avaliação da educação brasileira. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: Sr. Marcus Vinicius Rodrigues, Presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP); Sra. Tania Leme de Almeida, Secretária de Educação Básica do Ministério da Educação; Sr. Mauro Rabelo, Secretário de Educação Superior do Ministério da Educação." **Autoria:** Senador Marcio Bittar Senador Flavio Arns. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 8 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte n° 8, de 2019** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 2/2019 - CE, com o objetivo de instruir o PLC 142/2018, que Institui a Política de Inovação Educação Conectada;e altera a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, sejam incluídas a Comissão de Assuntos Econômicos e a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática." **Autoria:** Senadora Daniella Ribeiro e Senador Flávio Arns. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 9 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte n° 9, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir a renovação e a revisão do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), cuja vigência expira em 2020. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: Representante do Ministério da Educação (MEC); Representante do Conselho Nacional de Secretários da Educação (CONSED); Representante da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME); Representante do Movimento Todos pela Educação; Representante da Campanha Nacional pelo Direito à Educação." **Autoria:** Senador Marcos do Val. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 10 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte n° 10, de 2019** que: "Requeiro, nos termos regimentais, no âmbito desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) e, em aditamento ao Requerimento de Audiência Pública nº 002/2019, já aprovado em sessão deliberativa desta Comissão, cujo objetivo será debater a Política de Inovação da Educação Conectada, a indicação dos nomes dos expositores abaixo relacionados: Senhor Luiz Antônio Tozi, Secretário Executivo do Ministério da Educação (MEC); Senhor Tel Amiel, Professor da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (UnB) e Coordenador da Cátedra UNESCO de Educação a Distância da referida Universidade; Senhor Vítor Elísio Góes de Oliveira Menezes, Secretário de Telecomunicações do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC); Senhora Lucia Dellagnelo – Diretora Executiva do CIEB – Centro de Inovação para a Educação Brasileira." **Autoria:** Senador Confúcio Moura e Senador Flávio Arns. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 11 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte n° 11, de 2019** que: "Requer, nos termos 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

realização de Seminário, no dia 12 de abril do corrente ano, em Cuiabá, no Estado de Mato Grosso – no âmbito da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado - em parceria com a Assembleia Legislativa e Câmara Municipal daquele Estado, a fim de homenagear os 300 anos de Cuiabá." **Autoria:** Senador Wellington Fagundes. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinquenta e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Flávio Arns

Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/03/12

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Havendo número regimental, declaro aberta a 4ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 2ª e 3ª Reuniões.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

As atas serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Comunico que foram recebidos pela Comissão os seguintes expedientes:

Ofício nº 279, de 2018, da Câmara Municipal de Santa Lúcia, São Paulo, encaminhando a Moção de Repúdio nº 27, de 2018, que trata do ensino a distância dos cursos de graduação da área da saúde;

Ofício nº 527, de 2018, da Câmara Municipal de Cascavel, encaminhando a Moção nº 11, de 2018, que solicita elaboração de proposição legislativa que autorize militares a exercer a docência; e

Documento-Base da 3ª Conferência Nacional de Educação.

Todos esses documentos se encontram à disposição dos Senadores e Senadoras na página da Comissão, no sítio do Senado Federal. Fica consignado também o prazo de 15 dias para eventuais manifestações dos Senadores e Senadoras a fim de que a matéria seja analisada pelo Colegiado.

Informo também que esta reunião destina-se à deliberação dos itens nºs 1 a 10.

Nós temos o quórum regimental, porém com presença ainda abaixo para as proposições de caráter terminativo. Então, se as Sras. e Srs. Senadores concordarem, vamos inverter a pauta e deliberar sobre os itens não terminativos. (*Pausa.*)

Eu passo a palavra, em primeiro lugar, ao Senador Marcos do Val, propositor do item nº 9, requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Passo a palavra, então, para o próprio Senador para leitura e exposição do requerimento. Com a palavra V. Exa.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - ES) – Bom dia a todos.

Obrigado, Senador Flávio, pela oportunidade. Peço desculpas aos demais, mas, por conta de compromisso com o Presidente da República, eu pedi esta antecipação e agradeço pela oportunidade.

Então, vou ler aqui o nosso pedido.

Sr. Presidente, estamos requerendo a realização de audiência pública com o objetivo de discutir a renovação e a revisão do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), cuja vigência expira em 2020.

Proponho para essa audiência a presença dos seguintes convidados:

1– Representante do Ministério da Educação.

2– Representante do Conselho Nacional de Secretários de Educação.

3– Representante da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação.

4– Representante do Movimento Todos pela Educação.

5– Representante da Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Presidente, como sabemos, o Fundeb foi criado pela Emenda Constitucional nº 56, de 2006, para substituir o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, que vigorou de 1996 a 2006. Trata-se do principal mecanismo de financiamento da educação básica no País, que concentra cerca de 80% dos recursos destinados a esse nível de ensino. Em 2018, o Fundeb ultrapassou R$140 bilhões, sendo 10% do total aportados pela União e 90% oriundos de Estados e Municípios.

O Fundo, como espinha dorsal do financiamento da educação brasileira, terá sua vigência encerrada no final de 2020 e poderá ser revisto e aprimorado. Afinal, em mais de uma década de funcionamento, suas virtudes e seus defeitos foram evidenciados. É por isso que proponho dar início à discussão dessa pauta tão relevante para a educação brasileira nesta Comissão de Educação, Cultura e Esporte. O tema é complexo e demanda discussões aprofundadas, bem como a oitiva dos entes federados, de especialistas e da sociedade civil.

Assim, apresentamos o presente requerimento a fim de realizar uma primeira audiência pública para que este Colegiado possa aprofundar e debater sobre as possibilidades de aperfeiçoamento do Fundeb, identificando seus problemas, suas vantagens, o que deve ser mantido e o que deve ser mudado no modelo.

É isso, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Agradeço ao Senador Marcos do Val.

Está em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Se todos concordarem, em votação. (*Pausa.*)

Está aprovado.

Parabenizo V. Exa. porque o assunto é da mais alta importância, e o debate é essencial, como enfatizado.

Nós temos três requerimentos de audiências públicas.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Os autores não estão presentes, e, como não estão presentes, eu subscrevo também os requerimentos para podermos votá-los.

Em primeiro lugar, é o item 7 da pauta, em que o Senador Marcio Bittar diz o seguinte:

ITEM 7
REQUERIMENTO Nº 7, DE 2019
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o sistema de avaliação da educação brasileira. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: Sr. Marcus Vinicius Rodrigues, Presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP); Sra. Tania Leme de Almeida, Secretária de Educação Básica do Ministério da Educação; Sr. Mauro Rabelo, Secretário de Educação Superior do Ministério da Educação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Marcio Bittar e outros

Está em discussão o requerimento.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Passamos ao item 8 da pauta, que é também um requerimento para audiência, da Senadora Daniella Ribeiro, em que ela coloca o seguinte:

ITEM 8

REQUERIMENTO Nº 8, DE 2019

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 2/2019 - CE, com o objetivo de instruir o PLC 142/2018, que institui a Política de Inovação Educação Conectada; e altera a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, sejam incluídas a Comissão de Assuntos Econômicos e a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

Autoria: Senadora Daniella Ribeiro e outros

Está em discussão o requerimento.

Os Senadores e as Senadoras que estiverem de acordo permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Item nº 10 da pauta, que é o último item de requerimento para audiências, de autoria do Senador Confúcio Moura, que passo a ler:

ITEM 10

REQUERIMENTO Nº 10, DE 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos regimentais, no âmbito desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) e, em aditamento ao Requerimento de Audiência Pública nº 002/2019, já aprovado em sessão deliberativa desta Comissão, cujo objetivo será debater a Política de Inovação da Educação Conectada, a indicação dos nomes dos expositores abaixo relacionados: Senhor Luiz Antônio Tozi, Secretário Executivo do Ministério da Educação (MEC); Senhor Tel Amiel, Professor da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (UnB) e Coordenador da Cátedra UNESCO de Educação a Distância da referida Universidade; Senhor Vítor Elísio Góes de Oliveira Menezes, Secretário de Telecomunicações do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC); Senhora Lucia Dellagnelo – Diretora Executiva do CIEB – Centro de Inovação para a Educação Brasileira.

Autoria: Senador Confúcio Moura e outros

Em discussão.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Pois não, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Primeiro, cumprimento o Senador Confúcio Moura pela brilhante iniciativa. É um tema que aponta para o presente e para o futuro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu só queria, com a concordância, Senador Flávio Arns, de V. Exa. e do autor, que fosse incluído, se possível, o representante da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa, Dr. Nelson Simões, que é um estudioso deste tema.

Concordo plenamente e solicito, se for possível, a inclusão desse nome, que eu passaria à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Pergunto ao Plenário se todos concordam.

Então, V. Exa. passa para a Secretaria a inclusão do nome, pois o requerimento será aditado e discutido.

Mais alguém que queira se manifestar? Não?

Então, não havendo mais quem queira discutir, coloco em votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Passamos a item não terminativo ainda, com a presença do Senador Humberto Costa.

ITEM 6

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 81, DE 2018

- Não terminativo -

Reconhece o funk como forma de manifestação cultural e dá outras providências.

Autoria: Deputado Chico Alencar

Relatoria: Senador Humberto Costa

Relatório: Favorável ao Projeto.

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal, porque é não terminativa.

Concedo, então, a palavra ao Senador Humberto Costa, para leitura do seu relatório.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para leitura de relatório.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, vem à Comissão de Educação, Cultura e Esporte o Projeto de Lei da Câmara nº 81, de 2018, do Deputado Chico Alencar, que reconhece o *funk* como forma de manifestação cultural e dá outras providências.

A proposição compõe-se de seis artigos. O art. 1º define o *funk* como forma de manifestação popular, digna de proteção e cuidado por parte do Poder Público.

O art. 2º reconhece os artistas desse gênero musical como agentes da cultura popular, cujos direitos serão respeitados e assegurados.

O art. 3º fixa como competência do Poder Público assegurar ao movimento *funk* a livre realização de suas atividades e de manifestações próprias, como festas, bailes e reuniões.

O art. 4º acentua que os assuntos do movimento funk farão parte das pautas regulares de trabalho e de fomento dos órgãos públicos atuantes na cultura, e, em seu parágrafo único, busca proteger o *funk* de qualquer tipo de discriminação, preconceito ou desrespeito.

O art. 5º, por sua vez, estabelece a competência ao Poder Público de assegurar condições para a democratização tanto da produção quanto da veiculação musical do *funk,* com vistas a minimizar o monopólio e a cartelização do gênero.

O art. 6º, por fim, determina a entrada em vigor da futura lei na data de sua publicação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na justificação, o autor remonta aos primórdios do gênero musical e movimento cultural *funk*, desde sua origem nos Estados Unidos até os dias de hoje, e ressalta a sua relevância para o País em suas mais diversas vertentes e formas de manifestação.

Aprovada pelas Comissões de Cultura e de Constituição, Justiça e Cidadania da Câmara dos Deputados, a proposição foi encaminhada ao Senado Federal ao exame da CE, devendo, se aprovada, ser submetida ao crivo do Plenário.

Não foram apresentadas emendas.

Análise

Compete à CE opinar sobre proposições que versem sobre temas relacionados à cultura, conforme o art. 102, incisos I e VI do Regimento Interno.

Quanto ao mérito, não há como deixar de concordar com a pertinência da iniciativa em análise, que busca reconhecer o *funk* como uma relevante forma de expressão cultural popular caracterizado por uma fusão de ritmos norte-americanos, pela influência da cultura jamaicana dos anos 60 e por elementos como o rap, o toca-discos e o *master of ceremony* ou MC, imortalizado na figura de James Brown, um de seus principais representantes.

O *funk* chega ao Brasil nos anos 70 na figura dos bailes da pesada, então organizados na zona sul do Rio de Janeiro. Os bailes, que passaram a ser realizados também nos subúrbios, tinham seguidores fiéis e chegavam a reunir, em uma só noite, cerca de 5 mil dançarinos.

No Brasil, ao longo das décadas, o *funk* evoluiu em sua sonoridade, letras e coreografia e hoje possui uma identidade muito clara conhecida como *funk* carioca. O fenômeno *funk* representa uma atividade cultural e de lazer para jovens de todo o País. Está massivamente presente nas rádios, na televisão, na internet. O maior canal brasileiro do YouTube, o terceiro maior do mundo, por exemplo, possui conteúdo sobre a cultura *funk* e já reúne mais de 46 milhões de seguidores. Grandes ídolos lotam shows ao redor do Brasil e arrebatam fãs nas redes sociais. Há fusões do ritmo com outros estímulos brasileiros, como a MPB, o sertanejo, e acrescento aqui o próprio brega. Os bailes da pesada se tornaram os bailes *funk* e acontecem somente nos fins de semana da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, com mais de um milhão de jovens reunidos.

Contudo e infelizmente, o *funk* ainda sofre com alguns preconceitos. É comum que parte da mídia brasileira aborde o tema de maneira preconceituosa, associando-o ao tráfico de drogas, à promiscuidade, à violência e à criminalidade. Trata-se de tentativas de desvalorização por parte de segmentos da sociedade que discriminam manifestações culturais de classes menos abonadas, sobretudo as ligadas à cultura negra, da mesma forma como ocorreu, no início do século passado, com o samba, a capoeira e o maxixe. Nesse sentido, parece-nos adequado e necessário o reconhecimento do *funk* como forma de manifestação popular cultural. A iniciativa pretende, assim, garantir, principalmente às populações mais jovens, o direito de usufruir desse bem cultural tão relevante, proteger artistas, produtores e incentivadores do gênero e, por fim, reforçar a atenção do Poder Público para a necessidade de dispender os devidos cuidados para a proteção dessa manifestação cultural.

Feitos os comentários acerca do mérito, passemos à análise dos aspectos formais.

A Constituição Federal de 1988, em seu art. 215, §1º, estabelece que "o Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

participantes do processo civilizatório nacional". O art. 216, por sua vez, traz a definição do patrimônio cultural brasileiro, reconhece a existência de bens culturais de natureza material e imaterial e lista os bens culturais que o compõem.

Segundo a Carta Magna, são constituintes do patrimônio cultural brasileiro os mencionados bens, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. O texto segue detalhando os bens culturais, nos quais se incluem: as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; e os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Diante das definições de nossa Lei Maior, não restam dúvidas de que a manifestação cultural e gênero musical conhecido como *funk*, tema do projeto em análise, faz parte do patrimônio cultural brasileiro, na condição de bem cultural imaterial. No mesmo art. 216 da Constituição Federal, em seu parágrafo primeiro, define-se que o Poder Público irá promover e proteger o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

Em respeito à legislação sobre patrimônio cultural e sua proteção, a lei inaugural é o Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Nela são descritos requisitos de natureza técnica, científica e legal a serem considerados quando do registro de um bem em um dos quatro Livros do Tombo. Somente após esse registro, o bem em questão viria a fazer parte do patrimônio histórico e artístico nacional.

Para o patrimônio imaterial, especificamente, o reconhecimento é feito por intermédio das regras constantes do Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000, que institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro.

O referido decreto, em seu art. 2º, lista as partes legítimas para provocar a instauração do processo de registro.

> Art. 2º São partes legítimas para provocar a instauração do processo de registro:
> I - o Ministro de Estado da Cultura;
> II - instituições vinculadas ao Ministério da Cultura;
> III - Secretarias de Estado, de Município e do Distrito Federal;
> IV - sociedades ou associações civis.

Ele traz ainda os órgãos participantes do processo de registro e o papel de cada um.

Acerca das competências do Ministério da Cultura relacionadas ao tema, o art. 14 da Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998, dispõe:

> Art. 14. Os assuntos que constituem área de competência de cada Ministério são os seguintes:
> .....
> .....;
> IV - Ministério da Cultura:
> a) política nacional de cultura;
> b) proteção do patrimônio histórico e cultural;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

c) aprovar a delimitação das terras dos remanescentes das comunidades dos quilombos, bem como determinar as suas demarcações, que serão homologadas mediante decreto.

Resta claro que há, tanto em nossa Constituição quanto na legislação legal e infralegal, a preocupação e a devida previsão de mecanismos para a proteção do patrimônio cultural brasileiro. De acordo com a legislação citada, é competência precípua dos órgãos de natureza cultural do Poder Executivo exercer os atos necessários a esse fim, mais especificamente para o registro formal dos bens.

Contudo, a proposição em análise busca o reconhecimento do *funk* como manifestação da cultura popular. Uma eventual inscrição em livros de registro seria um ato dissociado. Pretende-se, por meio do projeto em análise, dar celeridade ao processo bem como trazer o peso do simbolismo que representa o reconhecimento por parte das Casas do Congresso Nacional. Dessa forma, consideramos que não há de se falar em invasão de competência.

Por fim, cabe salientar que não há demais óbices relativos à constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e adequação regimental da proposição.

Tendo em vista o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 81, de 2018.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Agradeço, Senador Humberto Costa.

Em discussão a matéria.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - SE) – Sr. Presidente, eu peço vista do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Vista concedida, então.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vista coletiva, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Vista coletiva concedida ao Plenário da Comissão.

Vamos agora ao item 1 da pauta, Senadora Maria do Carmo. São projetos de natureza terminativa. Portanto, teremos que ter 14 Senadores e Senadoras presentes. Como o quórum permite isso, vamos ao item 1.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 146, DE 2018

- Terminativo -

Institui a Semana Global do Empreendedorismo no calendário nacional.

Autoria: Senador José Agripino

Relatoria: Senadora Maria do Carmo Alves

Relatório: Pela aprovação com uma emenda que apresenta.

Caso seja o encaminhamento, será realizada uma votação nominal.

Concedo a palavra à Senadora Maria do Carmo Alves, para leitura do seu relatório.

A SRA. MARIA DO CARMO ALVES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - SE. Para leitura de relatório.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, vamos começar pela análise do projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nos termos do art. 102, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Educação opinar sobre proposições que versem sobre datas comemorativas e homenagens cívicas, caso do projeto de lei em análise.

A análise de sua tramitação permite verificar que o projeto atende aos ditames da Lei 12.345, de 9 de dezembro de 2010, que estabelece os critérios necessários ao oferecimento de proposições legislativas que tratem da criação de efemérides.

O princípio fundamental é o de que a iniciativa reflita – abro aspas – "alta significação para os diferentes segmentos profissionais, políticos, religiosos, culturais e étnicos que compõem a sociedade brasileira" – fecho aspas. Para a comprovação da – abro aspas – "alta significação" – fecho aspas – da efeméride proposta, determina-se a realização "de consultas e audiências públicas", "devidamente documentadas, com organizações e associações legalmente reconhecidas e vinculadas aos segmentos interessados" – fecho aspas. E mais: que o projeto de lei seja apresentado à Casa iniciadora "acompanhado de comprovação da realização de consultas e/ou audiências públicas a amplos setores da população".

Em adição, o Parecer 219, de 2012, aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça, em atendimento à consulta formulada pela Comissão de Educação quanto à aplicabilidade da Lei 12.345, de 2010, assim se manifestou... E continua:

> Dessa forma, os projetos de lei que olvidem o disposto no art. 1º da Lei [...], ainda pendentes de deliberação da Comissão de Educação [...], comissão permanente que tem a competência regimental para tratar da matéria [...], poderão ser rejeitados por injuridicidade.

Note-se, por oportuno, que, na justificação da proposição que ora examinamos, o autor registra:

> (...) tivemos a oportunidade de promover, no dia 1º de dezembro de 2014, por minha iniciativa, o [...] Encontro de Empreendedores no Senado Federal. Na ocasião, foram reunidos especialistas para debater estímulos e estratégias pelo crescimento do empreendedorismo no Brasil. Representantes da Endeavor, da Confederação Nacional de Jovens Empresários, da Confederação Brasileira de Empresas Juniores, do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas e de universidades públicas e privadas ressaltaram a importância de oferecimento de projeto de lei que destine a terceira semana do mês de novembro para o desenvolvimento de diversas atividades, com diferentes públicos e temáticas, sempre tendo como foco o empreendedorismo.

Um importante dado, divulgado pelo Sebrae, precisa ser destacado: de acordo com a pesquisa denominada GEM, o Brasil ocupa a primeira posição no que se refere à abertura de novos empreendimentos. Esse levantamento examina o número de novos negócios em relação à População Economicamente Ativa. Segundo o Sebrae, nos últimos dez anos, o empreendedorismo passou de 23% para 34%.

Dessa forma, percebe-se que há, na sociedade brasileira, uma enorme vontade de empreender, de inovar. Faltam, apenas, as condições para que essas iniciativas possam enfrentar as dificuldades da burocracia estatal e do mercado. Para lidar com o problema, portanto, é fundamental o investimento em capacitação e educação. Como parte desse esforço, é necessário empreender campanhas de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

divulgação de grande repercussão. Em nossa avaliação, o projeto que ora examinamos segue exatamente nessa direção. Por isso, a iniciativa é meritória.

A legislação federal incumbe ao CNE a prerrogativa de versar sobre currículo, instituindo as referidas diretrizes a serem seguidas em todo o País, o que tem sido feito por meio da edição de pareceres e resoluções. Não obstante o que se pretenda no projeto ora em exame seja a introdução de uma semana comemorativa, entendemos que se caracterizaria, também, como introdução de conteúdo curricular por meio de lei, em desacordo com a lei geral que rege o setor educacional no País.

Do voto, Presidente.

Consoante as razões expostas, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 146, de 2018, com a seguinte emenda:

Suprima-se do PLS nº 146, de 2018, o art. 3º, renumerando-se o art. 4º para art. 3º.

É o parecer, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Agradeço a Senadora Maria do Carmo Alves. Está em discussão a matéria.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - SC) – Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Pois não, Jorginho Mello, Senador.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - SC. Para discutir.) – Cumprimento V. Exa. e todos os Senadores e Senadoras, a Senadora Maria do Carmo, o ex-Senador José Agripino. Eu sou favorável à matéria, mas quero fazer uma manifestação aqui, como Presidente da Frente da Micro e Pequena Empresa no Brasil.

A gente vive muito de comemorações, de sessões de apoiamento ao empreendedorismo, de incentivos para se criar novas micro e pequenas empresas, e a dificuldade que o micro e pequeno empresário vivem no Brasil é por falta de apoio de todas as esferas. Essa agiotagem financeira... Nós precisamos nos debruçar muito sobre as dificuldades financeiras para ser empreendedor no Brasil. É coisa para herói. O Governo dá com uma mão e tira com duas.

As dificuldades são grandes. Hoje o micro e pequeno empresário representam 57% dos empregos formais do Brasil, 28% do PIB! Não é pouco. O Governo vive enganando, dizendo que tem recursos disponíveis nos bancos oficiais, e etc., mas é tudo conversa mole. Eu cheguei a fazer um filme de um micro e pequeno empresário indo a um banco, Senador Cid, pedir um financiamento. Foi contratado, nós contratamos, a Frente patrocinou, todos nós nos cotizamos para que fosse demonstrada a humilhação de um pequeno empresário que vai a uma instituição financeira explicar o seu negócio e tentar pedir um financiamento decente, de longo prazo, com juros que não sejam de agiotas, porque infelizmente a agiotagem é oficializada no Brasil. Infelizmente! A todas as pautas para apoiar, para incentivar, para proteger o empreendedorismo, eu sou favorável. Agora nós precisamos ir um pouco além desse apoio só, como eu poderia dizer, de ficar só no abraço, no incentivo, no aplauso, mas que efetivamente não resolvem a vida.

Por exemplo, por que não se pode utilizar o Fundo de Garantia próprio, quando se perde o emprego, para ser empreendedor, para abrir um negócio? Estou com uma matéria nesse sentido

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tramitando. Já protocolei e já aproveito para pedir o apoio, quando chegar o momento, de todos os senhores e de todas as senhoras.

Dos 7 milhões de microempreendedores, dos 7 milhões do MEI, que vieram para a legalidade – só no ano passado mais de 600 mil... Quando houve aquele Refis do grande, nós tentamos no plenário da Câmara fazer uma emenda, que foi aprovada, para que fossem estendidas ao micro e pequeno empresário as mesmas condições do grande. Aprovamos e o Governo vetou. Fomos derrotados! A Receita Federal descadastrou 670 mil micros e pequenos empresários porque em janeiro de 2018 estavam em débito com a Receita. Quer dizer, para o grande houve empresas que renegociaram 40 bilhões...

Enfim, é uma lástima o Brasil não olhar... Agora há pouco nós falávamos na CAE – o Senador Esperidião – sobre incentivos fiscais: 500 bilhões.

O Governo insiste que não é um regime tributário, que é um benefício. Que benefício é esse? Tem que rever, sim, os incentivos fiscais que são dados a grandes empresas no Brasil, tem que saber que – porque é por setor isso – benefício se está trazendo de emprego. Cinquenta e sete por cento dos empregos formais do Brasil são bancados pelo micro e pequeno empresário sem apoio nenhum. Tem que ver. Eu sou parceiro para avaliar todos os incentivos fiscais que o Governo distribui de forma muito justa, serena, sensata, sem querer prejudicar regiões. Falou-se lá da Amazônia, de incentivos. Nada disso, nada disso! Tem que ser avaliado um por um para saber quem merece manter os incentivos fiscais e quem tem que perder os incentivos fiscais.

Eu saúdo a aprovação dessa matéria, de toda matéria que venha em favor de quem produz, de quem trabalha nesse Brasil com dificuldade, porque o micro e o pequeno empresário são os últimos a demitir. A grande empresa é número: apertou o negócio, manda demitir. Se melhorar o contrato...O micro, não, ele reduz salário, ele sofre, ele luta, ele vende um carrinho, se ele tem dois, para se manter vivo. E isso tem que ter valor no Brasil, e não tem, não tem!

Estamos para aprovar agora a empresa simples de crédito, e eu quero pedir o apoio de todos os senhores. O Senador Bezerra pediu para que a gente não votasse nesta semana para falar com o Governo. Já foi falado com o Governo. Nós precisamos sair das mãos de meia dúzia de bancos que são agiotas oficializados para permitir que brasileiros e brasileiras possam emprestar o seu dinheiro, abrir uma empresa simples de crédito. Já foi discutido isso, já se aprovou na Câmara. O Sebrae, o Afif Domingos foi um grande incentivador disso para que a gente permita que quem quiser emprestar dinheiro nesse Brasil não seja taxado como agiota, porque agiota já está oficializado. Emprestar para reduzir o valor dos juros que os grandes bancos cobram para o micro e pequeno empresário.

Então, eu quero cumprimentar o autor da proposta e a relatora e dizer que voto favoravelmente. Vou brigar muito, vou pedir muito, vou lutar muito pelos pequenos que lutam e trabalham neste País e precisam ser mais vistos e valorizados.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Agradeço ao Senador Jorginho Mello.

Não havendo mais quem queira discutir a matéria, está encerrada a discussão.

Vamos então votar no painel.

Já podem votar. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É a primeira votação nominal. Então, demora um pouquinho mais, mas depois da décima a gente vai estar mais acostumado. (*Risos.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Acho que o painel aqui na Comissão, porque, no Plenário, não.

O leitor digital está embaixo da bancada, é como no Plenário.

Aqui você vota no computador.

Senador Styvenson Valentim está votando.

Vamos aguardar o Senador Paulo Paim. (*Pausa.*)

Está encerrada a votação.

Resultado: Votaram SIM,16; NÃO, zero.

Abstenção: zero.

Quórum: 17, porque eu não votei.

Está aprovado o projeto e a Emenda nº 1 da Comissão de Educação.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

Passamos ao Item 2, aproveitando o quórum.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 100, DE 2018

- Terminativo -

Institui o Mês de Conscientização sobre a Doença de Parkinson.

Autoria: Senador Paulo Paim

Relatoria: Senador Eduardo Girão

Relatório: Pela aprovação com uma emenda que apresenta.

A Relatoria é do Senador Romário, que não está presente. Porém, ele solicitou ao Senador Girão que fosse designado relator *ad hoc*.

Também será realizada uma única votação nominal e para a emenda.

Concedo então a palavra ao Senador Eduardo Girão para a leitura do relatório.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE. Para leitura de relatório.) – Muito bom dia, Presidente Flávio Arns, Senadores e Senadoras aqui presentes.

Peço licença para fazer um breve resumo desse PLS nº 100, que vem à Comissão de Educação, de autoria do meu colega Senador Paulo Paim, o qual dispõe seja instituído o Mês de Conscientização sobre a Doença de Parkinson a ser celebrado anualmente no mês de abril.

A doença de Parkinson é uma doença degenerativa e lentamente progressiva de áreas específicas do sistema nervoso central, cérebro e medula espinhal.

Como bem enfatiza o nosso autor da matéria, Senador Paulo Paim, trata-se de uma doença típica da terceira idade que interfere diretamente na dinâmica familiar, uma vez que os doentes necessitam de diversos cuidados e de medicamentos indispensáveis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além disso, o tratamento é de alto custo e requer intervenção especializada, o que torna fundamental a atuação conjunta do Estado e das diversas instâncias da sociedade para o enfrentamento do problema.

Dessa forma, é sem dúvida oportuna, justa e meritória a iniciativa ora proposta de instituir o mês de conscientização sobre a doença de Parkinson.

Todavia, consideramos pertinente que a campanha de conscientização sobre a doença de Parkinson no Brasil também deva adotar como símbolo a tulipa vermelha, desenvolvida pelo floricultor holandês Van der Wereld, que foi lançada em 11 de abril de 2005 como símbolo mundial da doença de Parkinson na IX Conferência do Dia Mundial da Doença de Parkinson, em Luxemburgo.

No que tange à constitucionalidade, a iniciativa obedece aos requisitos constitucionais formais para a espécie normativa, além de também não afrontar dispositivo de natureza material da Carta Magna.

Quanto à juridicidade, a matéria está em consonância com o ordenamento jurídico nacional. Em atendimento a essa determinação, o autor da matéria informa que, no dia 12 de março de 2008, foi realizada audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) para debater a importância de instituir o mês de conscientização sobre a doença de Parkinson.

O projeto de lei em questão atende aos aspectos de natureza constitucional, técnica e jurídica.

O voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 100, de 2018, com a seguinte emenda:

> Acrescente-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 100, de 2018, o seguinte parágrafo único:
> Parágrafo único. A campanha de conscientização sobre a doença de Parkinson terá como símbolo a tulipa vermelha, desenvolvida pelo floricultor holandês Van der Wereld.

Era o que eu tinha a dizer. E conto com o valioso apoio dos meus pares para a aprovação.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Em discussão a matéria.

Pois não.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM. Pela ordem.) – Senador Plínio Valério. Quero registrar o meu voto "sim" na matéria anterior.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Pois não, será consignado em ata.

Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sr. Presidente, eu quero ganhar tempo e aproveitar o quórum.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero só agradecer muito ao Senador Girão e ao Senador Romário, e pela emenda apresentada, que dá um brilho maior a esse mês tão importante em que nós vamos fazer eventos, palestras, debates sobre a doença de Parkinson.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Agradeço ao Senador.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Presidente, Senador Carlos Viana.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Pois não.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG. Para discutir.) – Meu boa tarde a todos os Senadores e Senadoras, ao Presidente.

Quero dizer da minha satisfação, Girão, de você trazer essa matéria, e também ao Senador Paulo Paim, sobre um problema que afeta uma quantidade muito grande de famílias em nosso País. Há na matéria inclusive citação de uma pesquisa que foi feita no interior do meu Estado, com idosos de 64 anos de idade ou mais, em que quase 4% deles apresentavam os sintomas da doença de Parkinson.

E aqui quero, em nome das famílias que têm esse desafio de ter uma pessoa, um ente querido em casa com essa enfermidade que leva à demência, dizer da dificuldade de acesso aos tratamentos pelo SUS. Além disso, a medicação é muito cara, especialmente para os aposentados. E estamos falando de uma população com mais de 60 anos, que vive dos rendimentos de uma aposentadoria, de toda uma vida, ter um acesso muito difícil à medicação e, de fato, ao tratamento necessário, o que inclui, além de todas as drogas farmacêuticas, a questão também das fisioterapias, que é um dos pontos mais importantes no tratamento e controle da doença.

Então, quero dizer da minha satisfação em poder votar "sim".

Senador Paulo Paim, parabéns; e parabéns aos Senadores Romário e Girão por trazerem um tema tão importante e que precisa ser discutido, Senador, em um país onde nós estamos com uma população cada vez mais envelhecida.

Nós somos um país onde a média de nascimentos, hoje, está abaixo de dois filhos por casal, está em 1,6. Nós temos uma população que, muito em breve, terá quase que 40% acima de 60 anos, e essas doenças vão chamar a atenção. Assim, será muito importante que já sejam trabalhadas no calendário da saúde no Brasil como prevenção. Daí a minha satisfação por essa matéria estar sendo colocada.

Meus parabéns aos autores.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Muito bem, Senador Carlos Viana.

Passo a palavra ao Senador Luiz do Carmo.

O SR. LUIZ DO CARMO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO. Para discutir.) – Sr. Presidente, o meu voto também é "sim".

O Alzheimer, o Parkinson... Hoje, quando saí de casa, às seis horas da manhã, eu me despedi da minha esposa, linda, com 53 anos agora, que tem uma doença que se chama demência frontotemporal. É uma coisa muito difícil. É muito ruim quando as pessoas, as famílias têm um ente querido com uma doença degenerativa. Então, eu acho que o Estado – e o seu projeto é muito bom – tem de acompanhar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ontem, conversando com uma psicóloga, ela me disse assim: "Luiz, quantas pessoas não têm como saber qual o tipo de doença, de demência que tem, porque não têm dinheiro para saber isso. Você ainda tem".

Então, esse projeto é muito importante, mas não podemos nos esquecer também das outras demências.

O meu voto é "sim", e quero dizer que a pessoa que tem uma doença dessa na família sofre muito e precisa da ajuda do Estado.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Agradeço, Senador Luiz do Carmo.

Senador Confúcio Moura.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Para discutir.) – Sr. Presidente, é muito oportuno o projeto de lei apresentado pelo ilustre Senador Paim para chamar a atenção de todas as pessoas acima de 50 anos.

Na medicina, o mais importante não é curar, o mais importante é promover a saúde e prevenir a doença, alertando as pessoas sobre as práticas. Então, que essa semana dedicada ao Parkinson possa ser altamente educativa para todas as pessoas, de modo a que reconheçam os primeiros sintomas e sinais da enfermidade.

A doença é progressiva, mas pode ser adiada, controlada, e dá para se conviver com ela por um bom tempo. Então, justamente esse é o papel desse projeto de lei, ou seja, chamar a atenção, orientar, educar e promover a saúde enquanto é tempo.

Era só isso.

O meu voto também será favorável.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Agradeço, Senador.

Não havendo mais quem queira discutir a matéria, está encerrada a discussão.

Passamos à votação nominal do projeto e da emenda, nos termos do relatório do Senador Romário e do Senador Eduardo Girão, Relator *ad hoc*. Vamos iniciar a votação.

Está aberta a votação.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – A segunda votação já está sendo mais rápida do que a primeira.

Quero parabenizar também o Senador Paulo Paim pelo projeto, assim como as intervenções dos Senadores, muito importantes.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Pois não.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Senador Lasier.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS. Pela ordem.) – Presidente, enquanto se processa a votação, eu quero pedir a V. Exa. a indicação de um relator. Nós estamos em plena época de declaração de renda. Eu estou com o PLS nº 303 do ano passado, em que estou propondo o fim do limite de dedução com despesas de educação do imposto de renda. É algo que virá a beneficiar muito as famílias naquilo que é a maior prioridade brasileira, que é a educação. Então, como já está há algum tempo à espera de um relator, quero pedir a V. Exa. que, logo que possível, faça essa indicação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Passarei o assunto também para o Presidente. Já pedi para a Secretaria verificar, ao Senador Dário Berger, mas tomaremos as providências.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Todos os Senadores já votaram? Já? Ainda não? (*Pausa.*)

Deu certo? Todos já votaram? Vamos encerrar a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Foram 17 votos SIM; nenhum voto NÃO.

Nenhuma abstenção.

Quórum: 18.

Aprovado então o projeto e a Emenda nº 1, da Comissão.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

Os itens 3, 4 e 5 têm como Relator o Senador Paulo Paim. São terminativos.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 89, DE 2017

- Terminativo -

Cria o Prêmio Cidade Acessível, destinado aos municípios mais bem colocados na classificação de avaliação do cumprimento das disposições da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

Autoria: Senador Ciro Nogueira

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Pela aprovação do Projeto e das emendas nº 1-CDH a nº 5-CDH.

Com a palavra V. Exa.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para leitura de relatório.) – Presidente, eu quero aproveitar o quórum. Vou tentar sintetizar ao máximo, cumprimentando o Senador Ciro Nogueira, que é o autor da proposta, e cumprimentando V. Exa., que foi um dos Relatores do Estatuto da Pessoa com Deficiência, complementando V. Exa., que foi um dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatores do Estatuto da Pessoa com deficiência – V. Exa., o Senador Romário e a Senadora Mara Gabrilli.

Eu tive a alegria de, lá atrás, conversando com V. Exa., ter sido o autor.

O Senador Ciro Nogueira amplia, eu diria, aquilo que é um prêmio a cidades que realmente se tornam acessíveis, ou seja, o Prêmio Cidade Acessível.

Então, vou ler só os pontos principais, Sr. Presidente:

O art. 1º cria a referida premiação, que deverá ser concedida aos municípios com população superior a 50 mil habitantes – mas foi mudado com uma emenda da CDH, já estou adiantando, e passou para 20 mil habitantes – mais bem colocados em classificação de avaliação do cumprimento das disposições da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Estabelece, ainda, que a premiação deverá ser paga aos dez municípios mais bem colocados nas categorias que relaciona, sendo vedado a um município receber duas ou mais premiações no mesmo período.

Os arts. 2º e 3º estabelecem, respectivamente, regras para o recebimento de novas premiações, bem como para a aplicação dos recursos recebidos.

No art. 4º – o Senador Ciro propõe –, por sua vez, são definidas as ações pertinentes ao Poder Executivo que irá conceder o Prêmio.

Por fim, no art. 5º consta a cláusula de vigência, a qual propõe que a futura lei entre em vigor na data de sua publicação.

Em sua justificação – vou ler só uma parte, Sr. Presidente –, o autor da matéria argumenta que, com esse prêmio, "pretende-se reconhecer políticas públicas que coloquem o respeito às pessoas com deficiência no centro da ação governamental, superando o mau hábito de marginalizar sistematicamente esses cidadãos, como se fossem exceções descartáveis em uma sociedade".

Eu fiz aqui um resumo, Sr. Presidente.

O objetivo é que se crie esse prêmio, que vai ser, na verdade, construído com o Poder Executivo.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Está em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir a matéria, está em votação o projeto e as emendas, nos termos do relatório apresentado.

A votação é nominal também, eletrônica.

Já podem votar os Srs. Senadores.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Quero enaltecer também o projeto. Ele é muito importante. Um dos desafios principais para a pessoa com deficiência é a acessibilidade, ter acesso, sem ajuda de ninguém para andar na rua, ir de ônibus, ir ao trabalho, ir à escola, em casa.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sr. Presidente, eu quero aqui reforçar também as suas palavras no sentido de que é muito lamentável que nós, no século XXI, a essa altura, ainda tenhamos em nosso País cidades onde as pessoas com qualquer tipo de deficiência não possam andar livremente, especificamente na questão do transporte público.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos hoje – enquanto a votação está sendo colocada aqui – as famílias, especialmente aquelas mais simples, que moram nas periferias das nossas grandes cidades, nas nossas regiões metropolitanas, sofrendo um processo discriminatório impressionante quando o assunto é a possibilidade de transitar, de se locomover. Quantas e quantas famílias nós temos no Brasil hoje, em que mães, ou alguém, acabam abrindo mão da própria carreira, da própria profissão, do próprio ganho, para cuidar de uma pessoa com deficiência, seja um filho, uma filha, e que, quando precisam sair, se locomover, não encontram... Não há sensibilidade por parte dos gestores públicos, apesar de todo o arcabouço legal que nós temos no País. Então, este é um assunto do qual nós precisamos constantemente nos lembrar, e incentivar: o direito da pessoa com deficiência a ser tratada de forma igual a todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Muito bem. Apoiado também.

Eu só quero perguntar: todos os Senadores e Senadoras já votaram?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Pois não. Senadora Zenaide Maia, mãe também.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Sr. Presidente, eu quero parabenizar aqui o Senador Cid Gomes e o Relator Paulo Paim pela sensibilidade. Essa é uma maneira de a gente dar visibilidade às pessoas com deficiência. Eu costumo dizer que esta Casa está acordando. Como o colega falou aí, em pleno século XXI ainda há alguém que não tem acesso às instituições por não ter acessibilidade.

E dizer o seguinte: em um país que não tem condições de oferecer acessibilidade às suas pessoas com deficiência – mais de 24% de pessoas deste País têm algum tipo de deficiência – na verdade, quem está deficiente é o país.

Então, parabéns aos colegas aqui que, com muita sensibilidade, chamaram a atenção para essa situação.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Muito importante, Senadora Zenaide Maia, reforçando o que o Senador Carlos Viana já havia colocado também.

Parabéns.

Está encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – SIM, 15 votos; NÃO, nenhum.

Abstenção: nenhuma.

Quórum: 16.

Aprovado o projeto e as Emendas nºs 1 a 5 da CDH, Comissão de Direitos Humanos.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

Eu peço que o quórum se mantenha, porque nós temos mais dois projetos de lei terminativos...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Entendo eu, nenhum deles polêmicos, e eu sou o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – O Paulo Paim também fará uma síntese.

Projeto de Lei do Senado nº 136, item nº 4.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidente, eu posso fazer um apelo a V. Exa. para ajudar?

Eu entendo que o item 5 é tranquilo; o item 4 para mim é tranquilo. Se eu votasse primeiro o 5, eu evitaria polêmica no 4. Em seguida, votaremos o 4, porque alguém me disse que pode ser polêmico.

Pode ser?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Pode.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só inverto. Dos dois, eu sou o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Se o Plenário concordar, fazemos uma inversão de pauta então.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E olha que o autor do que eu pedi para ser depois é do meu partido. Só para ver que não há nenhuma questão mais...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Item nº 5, por solicitação do Relator e com a concordância do Plenário.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 193, DE 2018

- Terminativo -

Confere ao Município de Lagoa Vermelha, no Estado do Rio Grande do Sul, o título de Capital Nacional do Churrasco.

Autoria: Senadora Ana Amélia

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Pela aprovação.

De fato, esse é um tema bom.

Concedo, então, a palavra ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para leitura de relatório.) – Sr. Presidente, todos nós que convivemos aqui com a gaúcha e Senadora Ana Amélia... Hoje ela foi escolhida pelo Governador do Estado para ser Secretária do Estado do Rio Grande do Sul, tanto na questão internacional, como dos interesses do Rio Grande aqui em Brasília.

Ela, antes de sair, pediu que eu relatasse para ela esse projeto. E eu o relato com enorme satisfação. Eu acho que é uma homenagem a Lagoa Vermelha, que é a terra natal da Senadora Ana Amélia, do PP, que, sem sombra de dúvida, fez um belo mandato aqui. Cada um pode discordar da questão num momento pontual aqui e ali, mas ela fez um belo mandado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, além de ser gaúcha – e naturalmente eu também, apaixonado pelo churrasco –, acho que mais do que justo que a cidade de Lagoa Vermelha, no Estado do Rio Grande do Sul, receba o título de Capital Nacional do Churrasco.

Eu estou abreviando bastante para aproveitar o quórum.

É isso.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Muito bem. É um assunto delicioso, não é?

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. *Fora do microfone*.) – Ainda mais nesse horário.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Presidente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E a Senadora Ana Amélia está assistindo, viu?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Está em discussão a matéria.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Pois não, Senador Carlos Viana.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG. Para discutir.) – Já que a Senadora Ana Amélia está nos assistindo, mando um grande abraço. É uma grande Senadora, tive o prazer de ser recebido por ela aqui logo depois de eleito, e ela me fez a apresentação. Estive com ela em várias cidades de Minas Gerais fazendo campanha.

Mas aqui quero usar uma expressão também tipicamente gaúcha. O Senador Paulo Paim diz assim: "Barbaridade, tchê!" Eu lamento, mas nessa votarei contra, porque eu não sei em que lugar do Rio Grande do Sul se come uma costela mais gostosa; a todos os lugares que se vai o churrasco é uma delícia. Então, seria injusto.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – É uma homenagem ao Rio Grande.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Pois é. O Rio Grande é um Estado maravilhoso, mas nós dizermos que uma cidade é a capital nacional, aí no dia em que eu chegar a Bagé, por exemplo, alguém vai virar para mim e falar assim: "Poxa vida, o senhor votou lá que é Lagoa Vermelha...".

Então, toda a homenagem à Senadora Ana Amélia, mas coloco aqui o meu posicionamento contrário à matéria nesse caso.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Está bem.

A votação é nominal.

Então, está aberta.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mas que seja uma homenagem ao povo gaúcho e para todo o Rio Grande, antes que vá para outro Estado.

Vamos lá.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Só um minutinho ainda porque todo sistema tem as suas peculiaridades.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – O Senador Lasier não vai se manifestar, Senador Lasier? O senhor também é churrasqueiro.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – Para mim é muito embaraçoso falar nisso porque eu acho o seguinte: o Rio Grande do Sul é especialista em churrasco. É muito embaraçoso escolher uma das cidades. O pessoal da fronteira é especialista: Uruguaiana, Livramento, Bagé, Dom Pedrito. Por isso, eu acho que qualquer cidade que nós escolhêssemos nós estaríamos bem servidos.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Muito bem.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É uma homenagem ao Rio Grande, Sr. Presidente; essa foi a intenção da Senadora Ana Amélia e que eu acompanhei.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Pois não.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT. Pela ordem.) – Eu acho que todos têm direito de aperfeiçoar aquilo que é bom. Então, nós vamos colocar o nome de Mato Grosso como o melhor churrasco do Brasil e aí está resolvido... (*Risos.*)

... porque nós aprendemos com os sulistas que foram para lá não só para produzir uma boa carne, mas também para produzir um bom alimento através de todos os grãos que são produzidos hoje, e o Mato Grosso é um grande campeão.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidente, é melhor o senhor votar, pois cada Estado quer pegar o título; a Senadora o está dando ao Rio Grande.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Está aberto o painel para a votação.

No Paraná, nós temos um churrasco muito bom também: porco no rolete, carneiro no buraco, costela.

O SR. LUIZ DO CARMO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Senador Luiz do Carmo.

O SR. LUIZ DO CARMO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO) – É realmente embaraçoso votar na cidade como a capital do churrasco. Eu não conheci a Senadora Ana Amélia, mas todo mundo fala bem dela. Então, em homenagem a ela, eu vou votar "sim".

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Pergunto se todos os Senadores e Senadoras já votaram. (*Pausa.*)

Ainda não?

Todos os Senadores e Senadoras já votaram? (*Pausa.*)

Muito bem. Então, está encerrada a votação.

Proclamo o resultado: 12 votos SIM; 3, NÃO.

Nenhuma abstenção.

O projeto está aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A matéria será também encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

Voltamos ao item 4 da pauta, último item terminativo. Nós temos só um requerimento extrapauta para votar em seguida, que não exige quórum.

Item 4, último terminativo.

ITEM 4
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 136, DE 2018
- Terminativo -

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a literatura de cordel e manifestações culturais baseadas no improviso no currículo da educação básica.

Autoria: Senadora Regina Sousa

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Pela aprovação.

Votação nominal.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para a leitura do relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para leitura de relatório.) – Sr. Presidente, a Senadora Regina Sousa hoje é Vice-Governadora do Piauí. Ela é da área da cultura, foi professora, enfim, mestre e também, a exemplo da Senadora Ana Amélia, deixou para mim a relatoria deste projeto. Faço aqui uma leitura bem rápida.

Vem à análise da Comissão de Educação, Cultura e Esporte o Projeto de Lei do Senado nº 136, de 2018, de autoria da Senadora Regina Sousa. A iniciativa pretende alterar a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), para incluir a literatura de cordel e manifestações culturais baseadas no improviso no currículo da educação básica.

Ao justificar a iniciativa, a autora destacou o importante papel que podem exercer o cordel e as manifestações culturais baseadas no improviso para que os alunos tenham contato com o mundo da poesia a partir do cotidiano, em razão da carga de significado que essas expressões literárias têm no Brasil.

Defendeu ainda que essa pode ser a porta de entrada para o mundo da literatura por grande parcela da população, bem como motivo para criação do hábito da leitura.

A proposição foi distribuída para análise exclusiva e terminativa desta Comissão, não tendo, até esta data, recebido emendas.

Análise.

Aborda matéria de natureza educacional e está, portanto, sujeito ao exame de mérito desta Comissão, nos termos do art. 102 do Regimento Interno.

Compete, ainda, a este Colegiado emitir parecer sobre a constitucionalidade e a juridicidade da proposição em referência, uma vez que, nesta Casa legislativa, ela foi distribuída unicamente a esta Comissão.

No tocante à constitucionalidade, o projeto de lei cuida de assunto da competência legislativa da União e está de acordo com os preceitos constitucionais relativos às atribuições do Congresso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nacional (art. 48) e à legitimidade da iniciativa legislativa do Parlamentar (art. 61). Também estão atendidos os requisitos de juridicidade da proposição em exame.

Eu estou lendo todo ele, Sr. Presidente. Como disseram que pode ser polêmico, eu estou fazendo o meu dever de casa de fazer a leitura, para não ficar nenhuma dúvida.

Relativamente ao mérito, expressão literária escrita normalmente em forma de rima, a literatura de cordel teve origem em relatos orais impressos em folhetos no século XVI, época do Renascimento. Ganhou esse nome em razão da forma como os folhetos eram usualmente expostos, pendurados em cordas, para a venda. No Brasil foi introduzido pela colonização portuguesa e tornou-se especialmente popular no Nordeste do país. Retratam diversas temáticas, entre as quais são frequentes fatos do cotidiano, episódios históricos, lendas e temas religiosos.

Também baseadas no improviso podemos citar várias outras manifestações culturais populares no Brasil, como a pajada, o calango, a sambada, o coco de embolada e, mais recentemente, o *rap*, especialmente entre os jovens periféricos, que também aproximam o lirismo do dia a dia das pessoas.

Assim, consideramos de extrema relevância educacional a proposição em questão.

Presidente, eu acho que todo mundo aqui, pela leitura que eu fiz, entendeu, e o voto é pela aprovação, conforme a proposta apresentada pela inesquecível Senadora que hoje é Vice-Governadora do Piauí, Senadora Regina Sousa.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Agradeço, Senador Paulo Paim.

Abro para discussão.

Senador Izalci Lucas. Em seguida, Senador Confúcio Moura.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu vou pedir vista, tendo em vista que essa matéria, a meu ver, é um conteúdo transversal. Eu acho que colocar no currículo contraria... Inclusive, nós acabamos de fazer uma reforma agora exatamente pelo excesso de disciplinas. E a gente precisa... Isso eu acho que é competência também do Conselho Nacional.

Então, eu vou pedir vista para dar uma analisada melhor nesse projeto. Apesar do mérito – acho que é meritório –, acho que há aí alguns problemas. Então, peço vista a V. Exa.

O SR. LUIZ DO CARMO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO) – Vista também.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Pois não.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Vista também.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Vista também ao Senador Confúcio Moura. Então, está concedida vista coletiva.

Como último item da pauta...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Quero agradecer a todos, Sr. Presidente. Eu sabia que a vista iria ser pedida. Eu fiz a leitura por obrigação de ofício.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – V. Exa. está coberto de razão, como de hábito. Parabéns também pelo relatório.

Se todos os Senadores e Senadoras concordarem, há uma solicitação do Senador Wellington Fagundes para inclusão de um requerimento extrapauta. Eu penso que é um requerimento interessante, bom, que não vai gerar polêmica. Se todos concordarem, incluímos como extrapauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Wellington Fagundes com a palavra.

EXTRAPAUTA
ITEM 11
REQUERIMENTO Nº 11, DE 2019
- Não terminativo -

Requer, nos termos 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Seminário, no dia 12 de abril do corrente ano, em Cuiabá, no Estado de Mato Grosso – no âmbito da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado - em parceria com a Assembleia Legislativa e Câmara Municipal daquele Estado, a fim de homenagear os 300 anos de Cuiabá.

Autoria: Senador Wellington Fagundes

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Sr. Presidente, na verdade, é um requerimento em que, de acordo com os termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, eu requeiro a realização de um seminário no dia 12 de abril do corrente ano, na nossa capital Cuiabá, no Estado de Mato Grosso, no âmbito da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado, em parceria com a Assembleia Legislativa e também com a Câmara Municipal de Cuiabá, a fim de homenagear os 300 anos da nossa capital.

Como justificativa, Sr. Presidente, eu quero dizer que Cuiabá, assim como sua Câmara de Vereadores, está localizada no centro geodésico da América do Sul, e chega aos seus 300 anos com a marca da hospitalidade, da alegria manifestada no sorriso largo dos seus moradores, no ritmo do rasqueado, do siriri e também do cururu. É um polo de alegria, cultura, histórias, belezas naturais, serviços e tecnologias.

O centro histórico de Cuiabá guarda casarões que revelam a arquitetura colonial portuguesa e a opulência vivida durante o ciclo do ouro, que marcou os primeiros anos da Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá. A cidade foi fundada em 1719 por bandeirantes paulistas após a descoberta de grande quantidade de ouro.

É bom registrar, Sr. Presidente, que Cuiabá, a nossa capital, está totalmente em cima de uma mina de ouro. Qualquer escavação que se faz lá, inclusive, é um problema. Quando foram fazer uma canalização de um córrego da Avenida da Prainha, os trabalhadores começaram a trabalhar e a achar ouro. Aí já não se queria mais fazer a obra fundamental de saneamento.

Lá, a Igreja de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito também é tombada como patrimônio histórico e arquitetônico do Brasil e ilustra o período de formação da nossa capital.

Hoje Cuiabá assume o perfil de cidade moderna, com pouco mais de 600 mil habitantes, e tem Várzea Grande como cidade vizinha. O Rio Cuiabá é o afluente do Rio Paraguai.

Essa cidade, então, tem toda a sua tradição, a sua posição geográfica, por isso nós queremos aqui pedir o apoiamento de todos os companheiros, já que Cuiabá também é uma capital que abrigou brasileiros de todos os recantos. É uma cidade que se desenvolveu muito, principalmente com os sulistas, na última fase da nossa economia, transformando o Estado de Mato Grosso como o maior produtor de grãos do País, o maior rebanho. Mas é claro que é uma cidade com todos os problemas sociais. É claro que, na comemoração, nós queremos exatamente mostrar a potencialidade, mas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

queremos também discutir todo o processo de desenvolvimento econômico e social que há também no nosso Estado.

Agora há pouco, nós estávamos na Comissão de Assuntos Econômicos discutindo questões tributárias. Eu sou Relator, inclusive, da Lei Kandir, principalmente do Fundo de Compensação das Exportações. Então, Estados como Mato Grosso, que são Estados que se desenvolveram mais recentemente, contribuindo com a questão da exportação... Nós precisamos discutir também o pacto federativo, que será fundamental para o desenvolvimento do Brasil como um todo.

Mas é uma oportunidade, porque nós queremos, com a Comissão de Educação, junto com a Assembleia Legislativa, mostrar também o potencial econômico, social, principalmente porque Mato Grosso foi o primeiro Estado a criar uma faculdade, através da Universidade Federal e da Unemat, dos povos indígenas. Então, há outras tantas iniciativas que o Estado teve também, graças principalmente ao movimento religioso, que é fundamental sempre no crescimento e na formação do nosso Estado, de qualquer Estado.

Então, eu gostaria de pedir aqui o apoiamento e convidar alguns da Comissão para que lá estivessem conosco para visitar também o nosso Pantanal. Você sai de Cuiabá e já está praticamente no Pantanal. Nós temos lá uma reserva, o Sesc Pantanal, com cento e poucos mil hectares, onde várias universidades mundiais estão presentes também para discutir a pesquisa e o ensino. Seria um momento também oportuno para que a Comissão lá estivesse.

Ao pedir a aprovação, fica aqui também um convite à Comissão para que lá estejam alguns conosco.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Muito bem!

Em discussão o requerimento do Senador Wellington Fagundes. (*Pausa.*)

Quero só me associar também à alegria e felicidade do Mato Grosso, de Cuiabá, particularmente, por estar comemorando, como V. Exa. coloca, os 300 anos. É uma reflexão sobre os avanços, os desafios, as potencialidades, e nada mais adequado, penso, do que refletir em termos de educação, cultura e esporte, além de outros aspectos, mas da educação como embasamento de todas as grandes transformações que queremos no Brasil, educação de qualidade, participativa, com valorização dos profissionais, que é o grande desafio.

A Senadora Leila também propôs, e já está em funcionamento, a Subcomissão Permanente sobre Esporte. Saibam que houve uma repercussão muito grande e positiva sobre isso.

Em votação o requerimento do Senador Wellington Fagundes.

As Sras. e os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Muito bem. Não há mais nada a tratar, agradeço a presença de todos, enaltecendo o bom trabalho realizado no dia de hoje, com a aprovação de inúmeras matérias.

Obrigado.

Declaro encerrada a reunião.

(*Iniciada às 11 horas e 32 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 56 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 5ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE MARÇO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às onze horas e trinta e quatro minutos do dia dezenove de março de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Dário Berger, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Marcio Bittar, Luiz do Carmo, Mailza Gomes, Eduardo Gomes, Daniella Ribeiro, Styvenson Valentim, Lasier Martins, Eduardo Girão, Rodrigo Cunha, Leila Barros, Flávio Arns, Marcos do Val, Paulo Paim, Zenaide Maia, Jean Paul Prates, Angelo Coronel, Carlos Viana, Jorginho Mello, Maria do Carmo Alves, Wellington Fagundes, Zequinha Marinho, Eliziane Gama, Juíza Selma e Telmário Mota. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Izalci Lucas, Roberto Rocha, Cid Gomes, Alessandro Vieira, Fernando Collor e Sérgio Petecão. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 6/2019 - CE, de autoria do Senador Dário Berger. **Finalidade:** Receber o Ministro de Estado da Cidadania, Osmar Terra, para que apresente as diretrizes e os programas prioritários de sua pasta. **Participante:** Sr. Osmar Terra, Ministro de Estado da Cidadania. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e trinta e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Dário Berger

Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/03/19

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Havendo número regimental, declaro aberta a 5ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A presente reunião atende ao Requerimento de nº 6, de 2019, de autoria da Mesa Diretora dos trabalhos para realização de audiência pública destinada a receber o eminente Ministro de Estado da Cidadania, Osmar Terra, para que apresente as suas diretrizes e os programas prioritários do seu Ministério.

Quero convidar para fazer parte da Mesa, que já está à mesa, o Ministro Osmar Terra, que inova até nisto: já poupamos tempo e já estamos sentados à mesa.

Quero agradecer muito, Ministro, a sua presença, que, para nós da Comissão, é motivo de orgulho muito grande, uma vez que nós temos conhecimento do trabalho que V. Exa. já realizou pelo Brasil e que ainda tem a realizar. Portanto, repito, é uma honra para todos nós aqui poder recebê-lo para discutirmos aqui este novo momento que nós estamos vivendo, esta nova fase, esta nova responsabilidade que o senhor acaba assumindo, que se ampliou substancialmente e que evidentemente não poderia estar nos ombros de uma pessoa melhor do que V. Exa., pelo conhecimento que tem, pela experiência que tem e pela capacidade que tem.

Eu registro também, com muito prazer, as autoridades que acompanham S. Exa. o Ministro da Cidadania, Osmar Terra, a começar pelo Deputado Lelo Coimbra, Secretário Especial de Desenvolvimento Social – seja bem-vindo; registro também com satisfação a presença do Gen. Marco Aurélio Costa Vieira, Secretário Especial de Esporte; igualmente eu faço, registrando a presença do Sr. José Henrique Medeiros Pires, Secretário Especial de Cultura, que, inclusive, estão sentados aqui à nossa frente por solicitação de S. Exa. o Ministro Osmar Terra.

A presente reunião, como já falei, atende a um requerimento da Comissão, e é praxe nós ouvirmos, sempre no início das legislaturas, os respectivos ministros das pastas, o que não é diferente com o Ministro Osmar Terra, que fez um esforço muito grande, em função da sua agenda e de seus compromissos, de aqui estar hoje para que nós possamos, então, estabelecer esse nosso diálogo e conhecer um pouco mais das políticas públicas do Ministério da Cidadania, que envolve também o esporte e a cultura.

Informo que esta audiência pública tem cobertura da TV Senado, da Agência Senado, do Jornal Senado, da Rádio Senado e que contará com o serviço de interatividade com o cidadão, através do Alô

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senado, por meio do telefone 0800-612211, e do e-Cidadania, por meio do portal www.senado.leg.br/ecidadania, que transmitirá ao vivo a presente reunião e possibilitará o recebimento de perguntas e comentários aos expositores via internet.

A palavra será concedida aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras por ordem de inscrição. Então, eu já vou de antemão abrindo a inscrição, para que os Senadores que quiserem abordar depois o nosso Ministro e também os secretários executivos possam assim fazer.

Após o bloco de... Ministro, sempre foi praxe aqui nós fazermos as perguntas de três em três Senadores, ou até quatro em quatro, para facilitar o andamento do trabalho e agilizar o trabalho propriamente dito, de maneira que assim procederemos, uma vez que está acontecendo uma audiência pública aqui na CAE, referente à reforma da previdência, que é o tema do momento agora, para o qual todos estão de olhos abertos, de forma muito atenta e com os pés no chão, mas, sobretudo, com um olhar voltado para o futuro, porque me parece que a reforma da previdência é a reforma das reformas. E, de uma maneira ou de outra, melhor ou pior, ela tem que ser aprovada para o bem e para o futuro do Brasil.

Bem, eu acho que nós poderemos dar início à nossa audiência pública, concedendo de imediato a palavra à S. Exa. o Ministro Osmar Terra.

Mas antes, Ministro, permita-me aqui fazer uma pequena introdução da nossa reunião.

Eu quero saudar aqui, então, mais uma vez, o Ministro da Cidadania, Dr. Osmar Terra, médico, por quem tenho mais do que respeito, tenho admiração pelo trabalho que já realizou e que certamente irá realizar à frente da pasta da cidadania.

Quero saudar as nossas queridas Senadoras, os nossos prezados colegas Senadores, os demais secretários e autoridades que fazem parte desta reunião; também a todos os interessados que aqui formam este ambiente de trabalho tão importante para o futuro do Brasil.

Bom dia a todos também, aos brasileiros e brasileiras que nos acompanham através desta audiência pública pelas redes sociais, pela TV Senado, pela Rádio Senado e pela internet.

A decisão do Governo Federal de criar, Ministro, o Ministério da Cidadania, englobando, numa mesma pasta, as responsabilidades do esporte, da cultura, do desenvolvimento social e de alguns setores, inclusive do Ministério do Trabalho, revela o enorme desafio que o Ministro Osmar Terra tem à frente dessa missão quase que diariamente. E, logo nos primeiros dias, teve que enfrentar uma série de críticas, principalmente no rebaixamento do Ministério da Cultura à categoria de Secretaria Nacional.

Temos hoje... Eu mesmo abro um parêntese para mencionar que eu fui Relator da medida provisória que, à época, numa tentativa também de transformar o Ministério da Cultura em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Secretaria... Eu fui o Relator. O Presidente Temer não suportou as pressões, e eu fui o Relator da recriação do Ministério da Cultura. Então, as coisas são recorrentes. Elas vão acontecendo, e nós vamos aqui formando esse conceito.

O importante, na minha opinião, não é rebaixar ou deixar de ser rebaixado. O importante é que nós possamos implementar uma política real e verdadeira de atenção aos meios culturais, que são extremamente importantes para este País. E eu tenho certeza de que, sob o comando de V. Exa., isso vai acontecer.

Temos hoje e agora, Ministro, também nesta Comissão de Educação, Cultura e Esporte, a oportunidade para que o senhor defenda e apresente a este Colegiado e, por conseguinte, à opinião pública seu plano de voo, seu plano de trabalho, seu plano de meta para as áreas tão importantes e vitais para a melhoria da qualidade de vida da família brasileira.

Recebemos, com aplausos, o anúncio do Governo Federal de que irá conceder o décimo terceiro para todos os beneficiários do Bolsa Família, mas ressalto, Ministro, que é preciso também que o Governo combata efetivamente as fraudes e adote mecanismos capazes de construir uma porta de saída para as políticas públicas de inclusão social. Acho isto muito importante também: entra, recompõe-se e sai, passa a ser um agente efetivamente produtivo novamente. Apenas uma sugestão introdutória aqui.

Outra questão importante, Ministro, é o financiamento público das atividades culturais, um tema que, nos últimos meses, provocou enorme polêmica e discussões acaloradas nas redes sociais – claro, bastante contaminadas ainda por componentes edeológicos e partidários, ainda fruto da disputa eleitoral.

Eu considero essencial a total transparência em todas as atividades que envolvem recursos públicos. Por essa razão, aguardamos, com expectativa, o balanço final da operação pente-fino que o Senhor Presidente da República determinou na aplicação da Lei Rouanet. Esse é um dado extremamente importante, que me causa muita curiosidade e, certamente, causa curiosidade aos nossos queridos e prezados Senadores. A sociedade paga impostos e tem o direito de saber onde e como são aplicados os seus recursos.

Sr. Ministro, saiba que esta Comissão do Senado Federal estará sempre vigilante e atuante para cobrar, se for o caso, informações e explicações, mas também se compromete na aprovação de propostas legislativas que tragam melhorias efetivas em programas e ações da cidadania do povo brasileiro.

Feita essa introdução, agradeço a presença dos Srs. Senadores, registro com muita satisfação também aqui a presença do Senador Flávio Arns, que é o Vice-Presidente desta Comissão, e em nome dele quero homenagear os demais Senadores que nos honram com sua presença.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ato contínuo, de antemão, passamos a palavra a V. Exa., Senador, ou melhor, Ministro Osmar Terra.

O SR. OSMAR TERRA (*Fora do microfone*.) – Seria um orgulho!

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Senador vai ficar para a próxima legislatura. (*Risos*.)

O SR. OSMAR TERRA – Em primeiro lugar, eu queria agradecer o convite tão gentilmente feito por esta Comissão, na pessoa do Presidente, nosso Senador aqui, meu vizinho de Santa Catarina, Dário Berger, uma pessoa que tem uma experiência política que poucos políticos brasileiros têm na base do Município, na base municipal, tem uma carreira brilhante na área política e certamente pode nos ajudar muito não só como Senador, mas presidindo esta grande Comissão aqui, que trata da educação, cultura e esporte do Senado Federal.

Queria cumprimentar o Senador Flávio Arns também, Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, e dizer que eu tenho uma grande admiração pelo trabalho dele e tive oportunidade, em vários momentos, de conviver com a família Arns, com a Zilda Arns, a Dra. Zilda Arns, nossa heroína da área social, da infância, que morreu na tragédia do Haiti, mas morreu trabalhando pelas crianças pequenas do Brasil. E temos uma parceria grande, criamos uma parceria no programa Criança Feliz com a Pastoral da Criança, com um trabalho que vem sendo feito agora pelo Nelson, lá no Paraná, que está nos ajudando muito em nível nacional.

Queria cumprimentar também os Senadores que aqui estão: o Styvenson Valentim, do Podemos; o Luiz do Carmo, do MDB; o Confúcio Moura, meu amigo de longa data; o Senador Angelo Coronel, do PSD; enfim, e o Bezerra, que é o nosso Líder, querido amigo e Líder do Governo.

E quero saudar minha tropa de choque aqui, que começa com o General Marco Aurélio; o Lelo Coimbra, que é o meu Secretário Especial do Desenvolvimento e Ministro substituto; o Henrique Pires, que é uma pessoa muito dedicada, de longa data, na área da cultura; o Lasier, nosso querido Lasier Martins, meu conterrâneo e grande amigo, parceiro nas causas sociais. Eu não sei se a Tatiana está por aí, a nossa Secretária-Executiva, enfim.

Eu queria, de antemão, Presidente, falar um pouco da questão social. Eu acho que há um conteúdo social em todo esse arranjo que foi feito para nós termos o Ministério da Cidadania. Eu também quero dizer, de antemão, que o melhor programa social é a geração de emprego e o desenvolvimento econômico do País. Nós apostamos muito nas reformas que têm ser feitas, nos avanços que nós podemos conseguir sob o comando do meu querido colega Paulo Guedes, que é uma inteligência muito acima da média, brilhante, conhece a realidade como poucos, está dedicado à

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

questão de botar em ordem a economia do País. Eu aposto muito no seu talento e na carta branca praticamente que Jair Bolsonaro, nosso querido Presidente, deu ao Ministro Paulo Guedes. Então, muito do que nós vamos falar aqui vai ser potencializado, o nosso trabalho vai ser potencializado se nós tivermos um avanço na questão da economia brasileira. Não adianta fazermos um discurso muito bonito de preocupação com o social se a economia fica em recessão e nós diminuímos a riqueza, diminuímos o emprego e ficamos numa situação crítica.

Eu queria para começo... Há um vídeo. Eu não sei... É só apertar aqui?

Há um vídeo que eu queria passar só para falar como foi a união dos ministérios.

Como funciona?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. OSMAR TERRA – Agora vamos ver o vídeo.

(*Interrupção do som.*)

O SR. OSMAR TERRA – ... como se pensou o Ministério da Cidadania, unindo a área de desenvolvimento social com esporte e com cultura.

É bom que se diga que existem mais duas partes de outros ministérios que vieram para cá também: a Economia Solidária, que veio do Ministério do Trabalho; e a política de drogas, sendo que ficou uma parte dela no Ministério da Justiça – era tudo lá –, e a parte de acolhimento, tratamento, pesquisa, prevenção da questão das drogas acabou vindo para o nosso ministério também. Então, ficou um ministério realmente que tem uma estrutura grande.

Não deu para passar o vídeo?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. OSMAR TERRA – Então, ficou um ministério grande. Não preciso dizer isso para vocês. Ficou grande com mais responsabilidades ainda de ajudar na questão social sem perder, integrando, na base, cultura, esporte e área de desenvolvimento social, que têm uma grande afinidade na base.

Eu tive oportunidade de ver isso em eventos e no trabalho que nós fizemos na força-tarefa do Rio de Janeiro, da intervenção federal, onde eu fui responsável pela área social, e em todas as atividades esportivas em que podíamos trabalhar juntamente com a área social havia um impacto enorme, há um impacto enorme – e cultura também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Depois eu vou explicar mais detalhadamente como a gente integra e como a gente respeita. Eu quero dizer também que estamos respeitando as propostas, o trabalho da área cultural e o trabalho da área dos esportes, juntamente com o trabalho da área de desenvolvimento social. Há coisas que funcionam separadas, mas boa parte é feita de forma integrada, na proposta que estamos fazendo, e com isso a gente pretende potencializar as três áreas.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. OSMAR TERRA – Eu queria cumprimentar a Senadora Leila também, que é da área do esporte e tem uma trajetória muito bonita nessa área; o Senador Eduardo Girão, que está chegando aí, nosso parceiro na luta contra as drogas.

Então, a estrutura do ministério é basicamente aquela ali, para vocês terem uma ideia. Há uma parte em cima, que é o gabinete do Ministro, com uma Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. Nós estamos procurando, com uma quantidade muito boa... Nós precisamos ter mais pesquisas, mas tudo o que há de pesquisa, de dados do Governo, nós estamos concentrando ali para avaliar os programas.

A Secretaria de Articulação de Parcerias também é importante. Nós estamos fazendo muita parceria agora com o Sistema S, com a área privada, com organizações não governamentais, enfim, é uma secretaria que tem um papel muito importante.

Há a Secretaria-Executiva, Fundos, a secretaria que cuida de fundos.

A Secretaria Especial de Desenvolvimento Social está ali e tem toda a área social, como era no Ministério do Desenvolvimento Social.

Ela tem Bolsa Família, tem o BPC, tem o SUAS (Sistema Único de Assistência Social); tem a parte de desenvolvimento humano, com a primeira infância, a questão da juventude e a questão dos idosos. E também ficou nessa Secretaria a parte de cuidados, com a Secretaria Nacional de Cuidados e Prevenção às Drogas. Esse é o conjunto de estruturas. E a nossa antiga Sesan, que era a Secretaria de Segurança Alimentar, que já foi um Ministério, o Ministério de Combate à Fome, e agora é a Secretaria Nacional de Inclusão Social e Produtiva Rural.

Enfim, a Secretaria Especial do Esporte também tem todas as áreas: a área do esporte vinculado à inclusão social, o esporte vinculado a alto rendimento, isso está preservado; o controle de dopagem. Enfim, há a parte da Secretaria Nacional de Futebol também, que guarda relação com o esporte mais difundido no nosso País.

A Secretaria Especial da Cultura mantém também toda a parte... A Secretaria do Audiovisual, a Secretaria da Diversidade Cultural; a Secretaria de Economia Criativa, que é muito importante; a Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura; a Secretaria de Difusão e Infraestrutura Cultural; e a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Secretaria de Direitos Autorais e Propriedade Intelectual. Isso continua e nós vamos, ao longo do tempo, integrando algumas áreas.

Nós temos um grande número de comissões, conselhos das diversas áreas. Também fundações: Fundação Palmares; Fundação Nacional de Artes (Funarte), de que o pianista Miguel Proença foi convidado para ser o Presidente; a Casa de Rui Barbosa; a Fundação Biblioteca Nacional. E temos as autarquias. Está aqui hoje o nosso Presidente do Ibram (Instituto Brasileiro de Museus), que é o Paulo Amaral. Está aqui também nos acompanhando.

Há o Iphan, que é importante e enorme. O trabalho do Iphan é enorme, até para autorização de obras, a questão ambiental, do patrimônio histórico, arqueológico, que está com a Kátia, continua com a Kátia Bogéa. Então, são estruturas que vão nos ajudar.

Para fazer um resumo rápido das atividades, nós mantivemos o Bolsa Família, fizemos um pente-fino na gestão anterior, continuamos com esse pente-fino. Do Bolsa Família zerou a fila de espera. Nós tínhamos um problema com o Bolsa Família. Nós tínhamos 2 milhões, em média, de famílias... Desde a criação do Bolsa Família havia de 1 a 2 milhões de famílias esperando há mais de um ano para entrar no programa. Pessoas que realmente precisavam estar no programa, cumpriam todos os requisitos para estar no programa e não estavam, porque a sua vaga estava ocupada por pessoas que não precisavam estar no programa. Então, nós fizemos um pente-fino e o resultado é que há mais de um ano e meio não há mais fila no Bolsa Família. Saíram as pessoas que não precisavam e entraram as que precisavam.

Esse é um processo dinâmico. Não sei se vocês conhecem bem o funcionamento, mas todo dia entra alguém no Bolsa Família e sai alguém do Bolsa Família. É um processo que acontece em todos os Municípios, no trabalho da assistência social, do SUAS. Uma das tarefas é fazer o cadastro do Bolsa Família encaminhar para receber o Bolsa Família.

Então, ele é um programa que foi criado para combater a desigualdade e a pobreza. Eu acho que é um programa importantíssimo para manter as pessoas pelo menos um pouquinho acima da linha da extrema pobreza, mas não reduz pobreza. Não reduziu pobreza.

O Bolsa Família, para a gente ter uma ideia, em 2005, portanto, dois anos depois que foi criado, porque foi criado em 2003, tinha 5 milhões de famílias no cadastro. Dez anos depois, em 2015, ele tinha 15 milhões de famílias. Aumentou três vezes o número de famílias. Portanto, não houve redução da pobreza. Houve, sim, a proteção à extrema pobreza.

Qual a diferença entre pobreza e extrema pobreza? A extrema pobreza é quando a pessoa ganha menos que o necessário para repor as calorias de que ela precisa para viver no dia a dia. Portanto, é quando as pessoas estão passando fome e não conseguem mais colocar comida na mesa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o Bolsa Família veio para cobrir essa lacuna, para garantir que pelo menos as famílias brasileiras tenham o que colocar na mesa todo mês, para poder se alimentar, repor as calorias.

Então, são 15 milhões de famílias que estão nesse extremo da pobreza. Não é um número pequeno. Nós estamos falando aqui de 25% da população brasileira. Nós estamos falando de quase 50 milhões de brasileiros que dependem do Bolsa Família para não passar fome.

A experiência que a gente viu é que mesmo com as condicionalidades, melhorando algumas coisas, algumas famílias melhorando e tal, no conjunto o Bolsa Família não é suficiente para diminuir a pobreza. Ele não é suficiente para fazer com que as pessoas melhorem de vida, ele apenas as mantém sendo alimentadas, em condições mínimas de sobrevivência.

O pente-fino tirou 7,6 milhões de famílias do programa e colocou 6,7 milhões de famílias no programa. Então, ele abriu para as famílias que vão entrando, se realmente atendem aos requisitos do programa, para que sejam atendidas rapidamente.

O Bolsa Família tem cinco eixos: complemento da renda; acesso a direitos... Quem está no Bolsa Família tem outras vantagens – e vamos dizer assim – em pagar a conta da luz no custo da energia, tem vantagens em relação ao Minha Casa, Minha Vida. Também tem uma mensalidade menor para pagar. Enfim, tem algumas outras vantagens em outras áreas.

Articulação com outras ações. Nós temos ações que integram... Desenvolvimento humano e geração de emprego e renda. E nós estamos nos concentrando agora, nesses dois itens, mantendo o Bolsa Família, na questão do desenvolvimento humano e na geração de emprego e renda. Por que isso? Porque para resolver o problema da desigualdade, não adianta só transferir renda. Mantém-se a desigualdade. A tendência da desigualdade é se manter.

O que avança em relação a isso? É basicamente um assunto vinculado à educação, vocês sabem disso, porque, quanto mais capacitada uma pessoa é, melhor é a renda dela, melhor é a chance de ela ter uma renda maior. E o que nós estamos trabalhando junto com o Bolsa Família é um programa que veremos depois, que é o Criança Feliz. É um programa que desde a barriga da mãe prepara o novo ser humano que está vindo para ter uma condição melhor de aprendizagem.

Não sei se sabem, mas não é na escola que a gente aprende. A gente aprende a aprender nos primeiros mil dias de vida. Os estímulos que uma criança recebe, da barriga da mãe até os dois anos e pouco de idade, são estímulos decisivos para organizar as competências humanas.

Eu vou dar um exemplo para vocês. O cérebro é programado geneticamente para se organizar em etapas, desde que ele começa a formar os neurônios, na gestação, até a organização, a colocação desses neurônios no lugar certo, para funcionar; a rede que os neurônios estabelecem entre si, tudo isso tem uma programação genética. Mas essa programação genética é sensível ao estímulo do meio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Exemplo: a visão se organiza nos primeiros seis meses de vida e depois não se organiza mais. Se uma criança nascer com catarata congênita e não corrigir a catarata, nos primeiros seis meses de vida, pode fazer a cirurgia de catarata no sétimo mês de vida que ela vai ficar cega para sempre, ela não vai organizar a visão. O cérebro precisa da imagem, das cores, das formas para ir organizando a rede – nessa região aqui detrás do cérebro, a região occipital – da visão. A visão é um processo que ocorre muito cedo. Se não houver esse estímulo, se a criança não conseguir ver imagens, não conseguir ver formas, não conseguir ver movimento, ela não organiza a visão. O cérebro já se redireciona, as conexões vão para outra área, as conexões que há entre os neurônios.

Então, é crucial que se tenha um cuidado com essa função. Mas não é só essa. A audição se organiza nos primeiros dois anos de vida. Nós tivemos agora um seminário sobre primeira infância em que veio uma especialista dos Estados Unidos, que faz cirurgia de implante coclear. A audição se organiza muito cedo. Se a criança tiver surdez, tiver um defeito na cóclea e colocar um implante coclear bem cedo, ela ainda aprende a falar, aprende a ouvir e leva uma vida normal. Se deixar passar um ano e meio, dois anos, nesse processo, e se colocar um implante coclear depois, o resultado é quase zero, porque é naquele momento que o cérebro está programado para organizar toda a parte auditiva, dos sons, variedade de sons; tudo isso significam redes. O cérebro programa tudo por redes. Cada imagem forma uma rede no cérebro, entre os neurônios, rapidamente. Isso é o processo da memória também. E isso fica para o resto da vida. Esse período é crítico.

A parte de dar e receber afeto, de controlar impulso, de não ter um comportamento agressivo se organiza nos primeiros 18 meses de vida. É pelo estímulo da relação do cuidador com a criança que todo esse processo se organiza: a parte racional, a parte emocional.

A parte racional se organiza depois da emocional. Uma criança que é bem cuidada, bem estimulada, com carinho, atendida nas suas necessidades, é uma criança que tende mais cedo a se voltar para explorar o mundo e aprender. A criança que é maltratada, negligenciada, abusada, nesse início da vida, se volta para o cuidador procurando a segurança emocional que não tem. E ela demora mais tempo para se voltar para o mundo e para aprender.

Então, o processo de aprendizagem não começa na escola, ele começa bem no início da vida, dependendo da formação da parte emocional, da parte racional, que ocorre no cérebro, pelos estímulos do meio. Por isso é muito importante...

Duas crianças, uma filha de uma família muito pobre, do Bolsa Família, e outra filha de uma família de classe média, nascem com o mesmo potencial. Podem ter uma habilidade a mais do que a outra e tal, mas o potencial de desenvolvimento cognitivo delas é igual. O que vai acontecer dali para frente é que fará a diferença.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Uma criança filha de uma família rica ou de uma família de classe média terá um entorno mais rico de estímulos verbais, por exemplo. A mãe terá um vocabulário maior. Em geral, uma mãe que tem curso superior, ou tem pelo menos ensino médio completo... A criança do Bolsa Família terá uma mãe às vezes analfabeta; tem uma pobreza de vocabulário. Tem limitado o seu vocabulário. Então, ela ouvirá sons com menos quantidade, palavras em menos quantidade do que aquela criança da família de classe média.

A mãe vai ler contos para a criança de classe média. A outra mãe às vezes tem dificuldade. Não tem nem livro em casa! Só 8% das crianças do Bolsa Família têm livro ou revista em casa. Então, o estímulo que essa criança vai ter é menor do que aquela criança. E, como o cérebro já está organizando tudo por etapas, quando ela chegar aos quatro anos de idade, essa criança, que é filha de classe média, terá um vocabulário dezenas de vezes maior do que o daquela criança filha da família pobre. Isso na escola é um abismo, quando entra na escola, porque uma se comunica, a professora entende o que ela quer, ela entende o que a professora fala, e a outra terá mais dificuldades. Isso vai fazer com que essa tenha um desempenho escolar melhor; essa tenha um desempenho escolar menor. Essa aqui terá uma escolaridade maior; essa aqui terá uma escolaridade menor, sairá mais cedo da escola. Essa terá um salário menor, essa terá um salário maior. E, ao ter um salário menor, ela reproduz o ciclo de pobreza da família.

Existe uma reprodução cíclica da pobreza também por uma questão de desenvolvimento das competências humanas. Por isso é muito importante – tudo bem, Senador? – se estimular, fazer com que essa criança, bem no início, tenha oportunidades não diria iguais à da família de classe média, mas que ela tenha oportunidades muito maiores do que teria se não tivesse política pública.

O Programa Criança Feliz foi criado para isso. Essas crianças do Bolsa Família, da barriga da mãe até os três anos de idade, têm um acompanhamento semanal em casa, com visitadores capacitados para orientar a família a como estimular essa criança da melhor forma. Elas recebem livros, elas recebem... A mãe, se é analfabeta, vai para a alfabetização. A mãe é orientada a falar com a criança, a estimular a criança na parte verbal. É todo um trabalho que se faz no entorno emocional da criança, ajudando a criança a se sentir protegida, que faz toda a diferença lá na frente. Fará toda a diferença lá na frente.

Falando em desigualdade, eu quero dizer também outra coisa: ao chegar na adolescência, também existe um *gap* gigantesco entre os jovens que vêm das famílias mais pobres e os jovens que vêm das famílias de classe média, até por questões tecnológicas. Os filhos da classe média e os filhos das famílias mais ricas, todos têm acesso a banda larga, já na adolescência, e os meninos das famílias mais pobres não têm. A quantidade de informação por minuto que um menino tem hoje, um menino de 13 anos, 14 anos, 15 anos tem, filho da classe média, é gigantesca. Muito maior do que o outro vai ter.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, as oportunidades vão se diferenciando aí. As competências humanas vão se diferenciando. Isso está na raiz da desigualdade. Não é só uma questão econômica, dar dinheiro, é desenvolver as competências humanas para ter uma educação melhor, para ter um desempenho melhor na vida, senão nós não sairemos do lugar e ficaremos só repetindo políticas sem impacto.

Na geração de emprego e renda, nós estamos trabalhando com as famílias do Bolsa Família, principalmente com o público nem-nem, com os jovens nem-nem, que nem trabalham nem estudam, que são 4,6 milhões de jovens, do público do Bolsa Família, que nem trabalham, nem estudam, entre 18 e 29 anos. Então, esses jovens devem ter algum tipo de apoio maior para que possam... Porque já têm todas as dificuldades naturais de todo o ciclo até chegar aos 14 anos. E, se chegarem aos 18 anos e não tiverem algum tipo de apoio, terão mais dificuldade de conseguir emprego.

Nós estamos falando hoje de um exército de 12 milhões de jovens brasileiros, entre 18 e 29 anos, 12 milhões, que nem trabalham, nem estudam. Isso é um exército de reserva para tudo, até para o crime organizado. Nessa violência que nós vimos agora, em Suzano, eram dois jovens nem-nem, que estavam fora da escola e não estavam trabalhando, não tinham nenhuma atividade.

Então, é muito importante nós pensarmos nessas políticas, até para ajudar as famílias a sair da pobreza. Uma criança que tem um bom desempenho escolar e vem de uma família pobre, terá um salário mais alto e condições de puxar a família para sair da pobreza. Um jovem do Bolsa Família, de 18 a 19 anos, tendo um emprego, tendo uma renda maior, vai ajudar a família a sair da pobreza. Então, o combate à pobreza não é só no valor que se repassa do Bolsa Família, nós temos outras áreas em que estamos acrescentando e reforçando programas para ajudar.

Vamos passar adiante aqui.

O Bolsa Família, nesse período – aí eu pego um pouco o período em que estive lá no Ministério, antes, no Governo anterior –, teve 19% de aumento no poder de compra de alimentos e benefícios básicos. Por quê? Porque, nos dois últimos anos do Governo Dilma, pela questão da depressão econômica, por vários motivos, o Bolsa Família ficou congelado, ele não teve reajuste, e a inflação foi de 10% ao ano. Então, ele teve uma grande perda de poder aquisitivo.

Nós conseguimos... Em 2016, no primeiro ano nosso, dá 12,5% para diminuir esse congelamento, essa perda. E agora, em 2018, foram dados 5,67%, e a inflação caiu para 2% ou 3%. Então, o poder de compra do Bolsa Família aumentou.

Mas o Bolsa Família trabalha com pessoas que têm renda mensal de R$89 para baixo e também com pessoas que têm renda entre R$89 e R$178 mensais, que têm crianças e adolescentes na família também. Então, na verdade, é um programa de complementação de renda. Vocês vão ver que cada família tem um valor diferente do Bolsa Família. Se a renda é muito baixa, o valor é maior; se a renda é um pouquinho maior, o valor é menor. Mas, a média: R$187 por família. Muita gente fala do Bolsa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Família parecendo que o pessoal ganha uma fortuna sem trabalhar. Não, Bolsa Família é um programa bem pontual de reposição.

E aí, pegando um pouco o que o Senador Dário Berger falou, o ideal é que todas as pessoas saiam que elas tenham oportunidade de sobreviver e que saiam do programa. Eu acredito que com a maioria pode acontecer isso se nós investirmos em geração de emprego e renda, investirmos em programas que diminuam a desigualdade no desenvolvimento humano. Mas nós vamos ter uma parcela de pelo menos um terço do Bolsa Família que vai ter muito mais dificuldade, até por problemas de saúde mental, problemas de deficiência física e mental, problemas vinculados ao local em que as pessoas vivem, à ausência de arranjos produtivos, lugares extremamente pobres, lugares que não têm nem água.

Então, há outras questões que nós temos que atacar, mas eu acredito que pelo menos a maioria do Bolsa Família, a médio prazo, pode sair do programa. Se houver um desenvolvimento econômico como nós esperamos, e nós estamos apostando tudo nisso, mais rápido, nós sairmos dessa depressão longa em que ficamos e começarmos a ter um PIB positivo maior, cada vez maior, nós vamos diminuir a necessidade do Bolsa Família, lá na origem vai diminuir a quantidade de pessoas que vão procurar o Bolsa Família. Se nós conseguimos tirar mais gente e mais gente progredir, eu acho que as coisas vão melhorando.

Como o Presidente Dário Berger falou, nós conseguimos agora, na previsão orçamentária para este ano, colocar mais R$2,6 bilhões, que é o suficiente para pagar o décimo terceiro do Bolsa Família. Então, o Bolsa Família, na prática, no final do ano, vai ter um reajuste de 8,2% ou 8,3% com esse valor a mais que vai se dar do décimo terceiro, vai-se aumentar o poder aquisitivo dessas famílias.

Então, hoje nós temos 13,9 milhões de famílias beneficiárias; 47 milhões de pessoas beneficiárias nessas famílias; 22,5% da população brasileira recebem o Bolsa Família, gastam-se R$2,6 bilhões por mês e o valor médio é de R$187.

Sobre o Criança Feliz eu já adiantei a conversa com vocês aqui. O Criança Feliz realmente eu acho que é um programa transformador para promover o desenvolvimento integral das crianças na primeira infância e funciona por meio de visitas domiciliares. Por que não se trabalha só em creches ou se procura aumentar o número de creches? Creche é fundamental, esse programa não tem nada a ver, não tira recursos das creches. Os recursos das creches estão lá, no Ministério da Educação, estão preservados. Aliás, o problema das creches hoje não é nem construir creches, é manter as creches. Os prefeitos têm enorme dificuldade para manter as creches, é uma outra questão que nós vamos discutir.

Mas esse programa é com visita domiciliar. Por quê? A visita domiciliar revela muita coisa importante para o setor público. Uma mãe deprimida nos primeiros meses de vida de uma criança é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

devastadora para aquela criança, para a organização do cérebro daquela criança. Ela não vai dar o estímulo emocional, não vai desenvolver apego com a criança, vai haver um problema enorme. A criança vai precisar de outra pessoa que faça isso para ela, para organizar a cabeça dela.

Então, a visita domiciliar detecta a mulher deprimida. Em 10% das gestantes, depois que ganham... Há uma depressão que é logo após o parto que toda mulher tem praticamente, por uma semana ou duas, que chamam de *blues*. Com a perda da placenta – a placenta tem muitos hormônios que dão a sensação de euforia, o período em que a mulher é mais poderosa é no último trimestre de gravidez, quando ela está com a barriga bem grande, ela está cheia de hormônios que dão a sensação de bem-estar para ela, de euforia –, de repente, ela perde aquilo e entra no *blues*, uma pequena depressão. Logo depois... Algumas não saem do *blues*, cada vez ficam piores com a depressão, 10%. Isso só se vê indo a casa, não se vê esperando lá no posto de saúde ou em algum outro lugar, quando a mãe traz a criança, porque ela nem vai levar a criança lá. Então, a visita domiciliar revela muita coisa, revela a violência doméstica e um monte de coisas em que a gente pode ajudar para proteger aquela criança. Isso envolve ações de saúde, educação, assistência...

Eu quero dizer uma coisa também, esse Ministério herdou três estruturas de Ministérios, mas ele é um Ministério que tem que trabalhar com muitos outros Ministérios também. Quando se está falando do ser humano, do desenvolvimento integral do ser humano, a gente está falando de educação, de saúde. Nós temos uma câmara intersetorial no Ministério, um comitê intersetorial que trabalha algumas políticas junto com a saúde, com a educação, principalmente as políticas de primeira infância.

O público de crianças até seis anos nas famílias que têm BPC: crianças com deficiência mental, deficiência física, têm um acompanhamento maior. As crianças do Bolsa Família até três anos, é o período crítico, depois dos três anos, tudo que tinha que se organizar de importante já está estruturado no cérebro. E crianças que não têm convívio familiar por serem vítimas de violência. E as gestantes também são acompanhadas.

Aqui há um dado importante, o Criança Feliz hoje é o maior programa de acompanhamento domiciliar de bebês e de crianças pequenas do mundo. Não há nenhum programa... Tenho sido convidado para fazer várias apresentações. À China, já fui quatro vezes; na última vez eu fui a convite da Fundação Alibaba, que é a Amazon chinesa. Eles todos estão falando em programas de primeira infância lá na China. Inclusive, a Fundação Alibaba quer patrocinar um grande programa de primeira infância.

O problema é que eles são todos pilotos, eles ficam trabalhando com *cases* e não têm escala. Nós conseguimos dar escala. Em um ano e pouco nós temos um programa que já chega em 24 Estados com adesão ativa. Aliás, Santa Catarina é o que tem menos adesão. Aproveito o Senador aqui para fazer um apelo. Há uma causa, Santa Catarina é o que tem menos Bolsa Família também, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

proporção do Bolsa Família é menor. Mas nós já ampliamos para o Cadastro Único. Cadastro Único é aquele cadastro de todas as famílias que têm menos de meio salário mínimo *per capita* de renda mensal. O Cadastro Único é o dobro do Bolsa Família, o Bolsa Família é da meta de baixo, dos mais pobres. Mas, há uma faixa ali, dos que são pobres, mas não são tão pobres, que nós ampliamos agora para entrarem no programa também. Senão, Santa Cataria iria ficar de fora, uma parte importante de Santa Catarina, não todos Municípios.

Nós temos 3.780 Municípios elegíveis, há um critério; 2.622 Municípios com adesão ativa e 2.502 Municípios já com as visitas iniciadas. Então, o programa está em todo o País. Nós estamos chegando a 542 mil pessoas visitadas toda semana. É um programa gigantesco. Se vocês forem imaginar, nós completamos agora, em um ano e meio praticamente, 12 milhões de visitas domiciliares, isso nessa escala. Nunca o Estado brasileiro chegou na casa das pessoas nessa escala. Nós estamos usando o trabalho com as crianças pequenas para fazer isso. É o maior programa em escala do mundo. A meta é chegar a 1 milhão no final deste ano e a 3 milhões, que são as crianças do Bolsa Família, no final dos quatro anos, toda semana sendo visitados.

Esse foi o evento que nós fizemos do Criança Feliz, o seminário internacional agora... Não há som, cortaram o som lá.

Essa é a especialista americana que veio falar no programa sobre implante coclear. Há com reduzir pela metade ou mais da metade a população de surdos no Brasil se trabalharmos bem com isso.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. OSMAR TERRA – Esse seminário marcou, agora, no início do ano, todo o aperfeiçoamento do programa. Ele vai continuar, inclusive, com o apoio da Primeira-Dama, Michelle Bolsonaro, que fez questão. Ela não só foi, ela gravou esse vídeo, como ela ficou todo o tempo do seminário, dois dias inteiros lá acompanhando.

Então, na área social, um rápido sobrevoo, a questão... Vou pegar as coisas importantes que há em cada área, senão a gente... É tão vasto o repertório que a gente tem para falar de programas que não ia dar tempo.

A Lei de Incentivo à Cultura, de que o Senador Dário Berger nos programou para falar aqui, na verdade, é maior do que a Lei Rouanet. Ela tem um incentivo que é do Governo, que é recurso orçamentário, tem esse recurso... O que é a Lei Rouanet, que agora estamos chamando genericamente de Lei de Incentivo à Cultura? Ela é uma lei em que uma entidade pode doar até 4% do seu Imposto de Renda para a área cultural. São os grandes bancos, as grandes estatais, são os grandes patrocinadores. Mas, numa cidade, uma empresa que queira fazer uma doação pode doar até 4% do seu Imposto de Renda. Então, é dinheiro público – na verdade, é dinheiro público – que viria para os cofres públicos se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não fosse doado, que tem que ser bem aplicado, apoiado para o desenvolvimento da cultura. É inegável que ela tem uma importância enorme para a cultura brasileira, é inegável. Então, não se está pensando, em nenhum momento, em acabar com a Lei Rouanet, com a Lei de Incentivo à Cultura.

Foi criada em 1991, permite que empresas doem. A renúncia fiscal representa 0,64% da renúncia total da União e todo projeto cultural, de qualquer artista, produtora, agente cultural brasileiro pode se beneficiar da lei.

Entre 1992 e 2019, 54 mil projetos captaram R$18,4 bilhões. Estamos falando aí de vinte e sete anos.

No último ano, 3.215 projetos captaram recursos no valor de R$1,2 bilhão. É mais ou menos em torno de R$1,2 bilhão ou R$1,4 bilhão o recurso da Lei de Incentivo à Cultura.

Quais são as questões que estão pautadas aí? Que a tendência, até pela estrutura dos Estados, pela tradição cultural e pela localização das grandes empresas, há uma tendência em concentrar a Lei de Incentivo à Cultura entre Rio e São Paulo. Oitenta por cento desses valores vão para Rio e São Paulo, para artistas que têm atividade entre Rio e São Paulo. Vai muito pouco para o Nordeste, vai muito pouco para o Sul, vai muito pouco para as outras regiões.

O nosso objetivo é democratizar, Senador. Então, nós queremos que mais gente se beneficie, o artista que está surgindo, os novos talentos. Nós estamos pensando num programa, numa atividade nossa, independentemente da Lei de Incentivo à Cultura, mas que a Lei de Incentivo à Cultura possa ajudar. A nossa ideia é municipalizar toda a atividade cultural, esportiva em microrregiões.

Às vezes, um Município com dois ou três mil habitantes – como há muitos no Brasil, acho que a maioria, inclusive, tem menos de 10 mil habitantes – pode se organizar em microrregiões, mesorregiões, que já estão previstas pelo IBGE, e, nessas mesorregiões, organizar eventos, estimular festivais de música, dança, teatro, audiovisual com prêmios, e divulgar esse trabalho para o resto do Brasil. Às vezes, um artista simplesmente tem um talento enorme, mas ele precisa de uma oportunidade, precisa ser lembrado, precisa aparecer em algum lugar para poder se projetar no cenário nacional.

Há uma tendência, é óbvio, que o banco que quer ter seu nome bem divulgado tenha uma tendência a patrocinar um artista mais conhecido. E os artistas mais conhecidos, em geral, não precisariam desse recurso para poder fazer as suas apresentações, já têm um público cativo.

Então, nós estamos discutindo como descentralizar mais isso, descentralizar proporcionalmente à população, inclusive. O Nordeste hoje tem 25% da população brasileira e fica com 1 vírgula alguma coisa da Lei Rouanet. Nós queremos que o Nordeste tenha pelo menos 25%... São 17%... O Nordeste

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fica com 4% e tem 25% da população. Na ausência de um critério melhor, a gente está botando por população, a gente quer trabalhar... Como a gente vai fazer isso? Vamos sensibilizar...

Ontem, demos posse ao comitê que avalia a Lei de Incentivo e fizemos esse apelo de que fossem sensíveis a uma maior divulgação e a uma maior democratização da lei, dos benefícios da Lei de Incentivo. Tivemos um cuidado – aí vem uma vantagem de a gente ter um Ministro da Economia que tem o comando de todas as áreas da economia... Todos os presidentes de estatais, em todos os níveis, foram nomeados pelo Ministro Paulo Guedes. Então, conversando com o Ministro Paulo Guedes, pedi a ele o seguinte: "Eu preciso que os investimentos na cultura feitos pelas estatais obedeçam a uma diretriz governamental". Não tem sentido – e isso quem me disse foi o Presidente da Petrobras – a Petrobras financiar a Fórmula 1, um carro por 3 milhões de euros por mês, não tem sentido isso só para ter o nome da Petrobras ali.

Então, eu conversei com praticamente todos os presidentes de estatais, Banco do Brasil, Caixa Econômica, BNDES, Petrobras, Eletrobras, não falei ainda com os Correios, mas falei com essas maiores empresas e eles estão disponíveis, já estão cortando, inclusive... Não sei se há algum torcedor do Flamengo aqui... Nós cortamos o patrocínio do Flamengo. (*Risos.*)

A Caixa cortou o patrocínio do Flamengo. Não tinha sentido o único time patrocinado pela Caixa ser o Flamengo. Mas esse recurso vai para outras atividades, vai nos ajudar no Bolsa Atleta. Nós precisamos recompor o valor do Bolsa Atleta e até aumentar. Essa é uma tarefa que temos, juntamente com o Marco Aurélio, para fazermos, Leila, valorizando tanto o esporte de base quanto o de alto rendimento. Depois eu vou explicar um pouquinho, vamos debater depois.

Então, a Lei Rouanet, que agora estamos chamando de Lei de Incentivo à Cultura, porque queremos, inclusive, que o Governo coloque mais recursos... O Governo tem a Lei de Incentivo à Cultura, mas não coloca recursos há acho que uns vinte anos nessa lei, sempre é contingenciado, contingenciado...

O Bolsa Atleta. Estamos tratando da recomposição do Bolsa Atleta. É o maior programa de patrocínio individual do mundo, tanto para esporte olímpico quanto para paralímpico. Nós criamos uma secretaria para o esporte, não é paralímpico, é paradesporto, porque, necessariamente, o pessoal não precisa ir para a Olimpíada. Para o paradesporto foi uma sugestão do Secretário Marco Aurélio que nós acatamos, então, há uma secretaria só para paradesporto na área da Secretaria do Esporte.

Ali há atleta de base, que recebe R$370 de Bolsa Atleta; estudantil, R$370; nacional, R$925, que disputa em nível nacional; internacional, R$1.850; olímpicos e paralímpicos, que vão para as Olimpíadas, R$3.100; e os que tiverem pódio internacional podem receber até R$15 mil de Bolsa Atleta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós estamos dando uma ajustada interna nisso aí, estamos conseguindo recursos, estamos discutindo no Orçamento e discutindo com a Caixa, por exemplo – hoje vou conversar com o Presidente da Caixa – para colocar... Se a Petrobras botasse o que ela gastou naquele carro de Fórmula 1 por ano na Bolsa, resolveria todo nosso problema.

O investimento é de mais de R$53 milhões no ano; ao todo, são 3.058 atletas beneficiados; 2.097 são atletas olímpicos; 961 são paralímpicos; aí há mais ou menos a distribuição como é feita.

Esses R$35 milhões de investimentos que vieram nós estamos aumentando, nossa meta é de chegar a R$ 100 milhões, neste ano ainda, para aumentar a oportunidade.

Da articulação com as estatais eu já falei.

Sistema S de parcerias. Só para dizer, voltar um pouquinho ao tema que eu tinha citado *en passant*. Nós vamos criar... Vou para cá, depois eu volto na questão do Sistema S. Nós estamos fazendo uma parceria grande com o Sistema S também, mas eu quero mostrar uma outra coisa para vocês.

Município + Cidadão. A gente quer que os Municípios tenham políticas semelhantes de estímulo ao esporte e à cultura. Na área social, eles já fazem.

Então, nós vamos estimular nessas mesorregiões olimpíada – não sei se pode usar o nome, parece que o nome olimpíada é proibido de usar, o Marco Aurélio me orientou, tem-se que pagar *royalties* se usar o nome de olimpíada, é o fim do mundo, mas parece que há lei que protege isso –, campeonatos de futebol. Está-se falando de seis modalidades: futebol, atletismo, vôlei, handebol, xadrez – estamos incluindo xadrez – e judô, em que o Brasil tem um bom desempenho. Aquela mesorregião vai ter os campeões, eles vão receber Bolsa Atleta e vão ser estimulados a disputar o estadual.

Aí, os campeões estaduais vão ter uma Bolsa Atleta melhor, vão ter um estímulo... É uma maneira de a gente buscar, Leila, os talentos lá na base, lá no Município. Há muito talento aí que está desconhecido por falta de oportunidade.

E nós vamos fazer isso também com o festival de música, dança, nessas mesmas regiões.

Então, nós vamos regionalizar e municipalizar tanto a base... Desenvolver ao máximo, democratizar ao máximo, na base, tanto a cultura quanto o esporte. Além de haver os programas de alto rendimento, todos os outros programas que estão sendo preservados, no caso do esporte e da cultura também.

Vamos voltar aqui ao Sistema S?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Ministro Paulo Guedes tem uma opinião sobre o Sistema S: que o Sistema S é muito caro para as empresas. Ele acha que, reduzindo o gasto das empresas com o Sistema S, melhora a competitividade das empresas. Então, ele se propôs a cortar pela metade os valores do Sistema S. Aí, eu procurei o Ministro e disse: "Olha, Ministro: em vez de cortar pela metade, corta menos, mas dá a outra parte para..." Porque o Sistema S tem muita capilaridade na área do esporte, da cultura, e, principalmente, na mão de obra para esses jovens nem-nem que a gente quer capacitar.

Aí, nós estamos numa negociação final, agora, com o apoio do Ministro Paulo Guedes. Nós estamos montando uma proposta em que pretendemos chegar a mais de 3 milhões de jovens dos nem-nem para serem capacitados nos próximos dois, três anos, dentro do Sistema S – pelo Senai, Senac, Sesc, Sesi –, sem custo para o Governo; usando os recursos que o Sistema S tem.

Então, está havendo uma negociação, que eu acredito que se completa nas próximas duas, três semanas, que vai nos permitir, de uma outra para outra, ter um grande contingente de jovens sendo capacitados.

O que é que nós vamos fazer para esse jovem, o nem-nem? Nós vamos dar um valor para a família, mensal, por jovem que estiver fazendo capacitação.

E nós conseguimos uma negociação com o Banco Central, um recurso, que é aquele percentual dos bancos, que o banco é obrigado a colocar para microcrédito, mas que não é utilizado – a maioria dos bancos não faz microcrédito. Nós conseguimos que esse recurso seja utilizado como microcrédito para os jovens do Bolsa Família, para essa turma dos nem-nem também.

Eu estou falando de um valor... Eu me surpreendi com o valor: isso é R$4,7 bilhões por ano, que nós vamos direcionar para o Bolsa Família. E, aí, nós vamos contar com o Sebrae, com a expertise do Sebrae, e com o apoio dos bancos. O Banco do Nordeste já faz isso numa escala grande; a Caixa Econômica... O Pedro, agora, que é o novo presidente da Caixa, está se dispondo a colocar a Caixa no microcrédito...

Então, nós vamos juntar capacitação profissional e microcrédito para fazer com que essas famílias saiam da condição de pobreza.

Mas vamos fazer mais.

Para garantir que eles saiam... Porque o grande problema do Bolsa Família é o medo que as pessoas têm de perder o Bolsa Família.

A empregada doméstica não quer assinar a carteira com medo de perder o Bolsa Família; o tratorista não quer assinar a carteira, lá na propriedade rural, com medo de perder o Bolsa Família... Então, o Bolsa Família, com todos os benefícios que ele traz, é um fator de aumento da informalidade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no emprego. Muito da informalidade é por causa do Bolsa Família, por medo de perder o Bolsa Família.

Então, o que é que nós estamos fazendo? Já existe uma cláusula no Bolsa Família que permite fazer isso e nós vamos colocar em prática. Nós vamos dar dois anos de Bolsa Família para aquela pessoa que conseguir um emprego com carteira assinada. Ela assume um emprego com carteira assinada para ficar segura de que vai poder viver daquele emprego, não vai perder o emprego logo ali adiante e ter que voltar para o Bolsa Família, ou ficar com medo de não ter mais o Bolsa Família, que é um medo irreal, porque o Bolsa Família agora... Inclusive, se ela voltar, no mês seguinte já estará recebendo, porque não há mais fila. Mas, de qualquer maneira, ela vai ganhar por dois anos o Bolsa Família que estava ganhando antes. Até estar segura no emprego, ela sai... Depois, se perder o emprego, ela volta. Se a renda dela for...

Então, o Sistema S pode nos prestar um grande serviço. Ele já presta um grande serviço em muitas áreas, mas há essa questão do ônus, do custo para as empresas, e até de gastos mais em meio do que no fim, na finalidade, que é a opinião que o Ministério da Economia tem.

Aí temos a mão de obra, empreendedorismo, qualificação profissional, que nós vamos trabalhar com o Sistema S.

Nós temos R$4,7 bilhões em microcrédito, 19 instituições financeiras ofertando...

O Banco do Nordeste é responsável por 95% do microcrédito brasileiro. Então, é importante dizer isso também: o Banco do Nordeste presta um grande serviço. E no Nordeste, em especial, que é a Região que mais precisa.

Progredir, que é o programa que significa essa adesão do Bolsa Família ao Programa de Geração de Emprego e Renda. Quanto a isso, nós estamos estudando uma forma de juntar tudo, fazer uma coisa só, um Bolsa Família ampliado.

Nós temos lá na ponta um investimento – eu estou terminando, não vou espichar muito a conversa –, mas é importante pegar alguns pontos que vocês vão nos reivindicar, inclusive porque o Prefeito vai falar com vocês e vocês vão ter que dar uma resposta.

Nós temos um equipamento chamado CEU, da área cultural, que é um equipamento que se constrói com a prefeitura. É uma quadra coberta – aberta dos lados, coberta. Pode às vezes haver um campinho de futebol ou não, um lugar para fazer peça de teatro e tal, uma bibliotecazinha, um parque infantil, e aquilo ali é o CEU.

Há vários níveis de CEU, mas é isso aí.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E temos o CIE, da área do esporte, que é um ginásio grande... Aliás, é um ginásio muito bonito. Eu estive inaugurando um agora, lá em Cruzeiro do Sul, o Marco Aurélio está inaugurando vários agora, nós temos uma programação de inauguração... É um ginásio grande, que tem até um segundo andar para treinamento, por exemplo, de judô, de... E embaixo há um piso emborrachado, um ginásio com arquibancadas e tal, para a prática de esportes de quadra. E tem uma pista de atletismo, tem futebol sete...

Como nós estamos trabalhando juntos, a nossa tendência é juntar essas coisas, é fazer com que haja uma junção do que é o CIE e o CEU num centro que nós vamos chamar de Estação Cidadania, que vai ter, além do que tem o CEU, um ginásio – esse, do CIE –, nós estamos acrescentando um centro de convivência para idosos, há um Cras...

Vai haver uma área de internet – nós estamos negociando – banda larga para os jovens. Esses centros vão estar na periferia, nos bairros mais pobres.

Então, vai haver uma área de banda larga que nós estamos programando com o Ministério de Ciência e Tecnologia, por satélite, para chegar por satélite, ou botar um cabo lá de fibra ótica. A gente está vendo como é que faz isso. É um lugar onde a comunidade se reúna. Os jovens vão lá para usar banda larga, que eles não têm em casa...

E hoje a gente sabe que o trabalho no contraturno da escola, o desenvolvimento de atividades esportivas e atividades artísticas são grandes redutores de violência. Até na Europa é assim. A Europa, que é tão diferenciada em muitas coisas.

Eu estive na Islândia. Vi o programa Juventude na Islândia. É o programa que mais reduziu, inclusive, violência e consumo de drogas na Europa. E é um programa basicamente contraturno de escola, em que todas as crianças da Islândia têm que estar em atividade o dia inteiro. E são acompanhadas e monitoradas. E as famílias têm um cronograma, inclusive, de convivência familiar com as crianças. Elas têm que deixar de lado o iPhone, o celular, o equipamento, para conviver com as crianças, estimular, enfim... Elas programam isso na escola.

É claro que lá eles têm outras que aqui a gente não consegue fazer da noite para o dia. Eles têm, por exemplo, um toque de recolher. Nenhum menino com menos de 18 anos pode andar na rua depois das 10h da noite desacompanhado de um adulto.

E eles têm outras medidas: eles não expõem bebida alcoólica em supermercado, em lugar nenhum... É uma autorização do Estado a venda de bebida alcoólica, e isso existe em alguns lugares: na Suécia, em vários lugares.

Para vocês terem uma ideia, era o lugar onde a juventude mais consumia drogas e álcool na Europa. Isso, 20 anos atrás. A última pesquisa deles deu que, até 18 anos, 5% dos jovens consumiram

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

álcool. Droga, praticamente nada. Eles têm leis duras em relação às drogas, leis duras... Não há nada legalizado, a não ser o álcool e o cigarro, mas eles têm um programa que reduziu dramaticamente o consumo de drogas.

E estimulou tanto o esporte, que a Islândia foi parar na Copa do Mundo. É um país de 500 mil habitantes, foi disputar, empatou com a Argentina e o goleiro ainda defendeu um pênalti do Messi. (*Risos.*)

Eles têm uma turma boa lá.

Então, eu quero dizer que esses equipamentos aí são muito importantes. Nós estamos trabalhando com o Ministro Moro, da Justiça, para colocar esses equipamentos nos bairros mais violentos das cidades mais violentas do Brasil. E ter um programa integrado, inclusive, com a área de repressão, para garantir que essa juventude tenha acesso maior à prática esportiva.

A experiência do Rio de Janeiro foi muito isso. Há um programa com o Ministério da Defesa em que a gente tira as crianças da passagem e tal para as crianças das favelas do Rio virem para os quartéis, onde existem grandes espaços esportivos, e ficarem lá, no contraturno da escola.

Então, eu falei do Município + Cidadão...

A última coisa que eu queria falar para vocês é que nós ficamos com essa parte de cuidado e prevenção das drogas.

Nós, hoje – estão todos convidados, Senador Dário Berger também –, às 15 horas, lá no auditório do Ministério, no Bloco A, vamos assinar um convênio com 212 comunidades terapêuticas, que vão ter supervisão, vão ter acompanhamento, em que se trabalha a abstinência assistida dos dependentes químicos de drogas.

Estamos aumentando de 7 mil vagas, que o Governo banca, para 11 mil vagas. Nós estamos fazendo uma ampliação do programa. Então, vocês estão convidados, porque isso tem um impacto enorme.

O problema das famílias mais pobres, principalmente, é não ter aonde levar... O filho do rico tem a clínica que ele paga; a criança pobre não tem para onde ir. E as comunidades terapêuticas se desenvolveram baseadas empiricamente em resultados positivos. Elas se desenvolveram por falta do Estado. O Estado não tem política nenhuma nessa área. Aliás, nós passamos décadas, no Brasil, sem políticas sobre drogas. E com uma lei, aí, muito complicada, frouxa, e que faz com que...

Eu sou a favor de aumentar o rigor da lei. Sou contra qualquer tipo de legalização de droga.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É mentira que a maconha é medicinal. É mentira. Eu sou médico e tenho a comprovação de todos os trabalhos publicados até hoje nas principais revistas do mundo.

Achar que uma molécula, das 480 que um cigarro de maconha tem, pode ter um efeito – não está comprovado ainda, cientificamente – em casos raros de epilepsia, que beneficiaria aí uma centena, duas centenas de pessoas, e usar isso para legalizar e dizer que a maconha é remédio é um absurdo, porque todos os outros componentes da maconha têm um efeito destruidor: causam dependência, causam retardo mental a longo prazo, causam esquizofrenia, desencadeiam esquizofrenia... Há três vezes mais esquizofrênicos no meio dos usuários de maconha do que na população que não usa maconha.

Então, essa história de dizer que cigarro de maconha é remédio é a mesma história da Clonidina – não sei se vocês conhecem. Clonidina é o remédio para pressão alta, está aqui o Confúcio, que é meu colega. A Clonidina é o remédio mais usado, hoje, para pressão alta. Ela vem do veneno da jararaca. Tira-se aquela molécula do veneno da jararaca, que é um vasodilatador, e se usa como um medicamento. Ninguém receita picada de jararaca para baixar pressão alta, porque todo o resto que existe no veneno da jararaca mata. A mesma coisa o cigarro de maconha: o dano que ele causa para a pessoa, a longo prazo, é devastador.

Cinquenta por cento dos jovens... Porque os jovens são iludidos. Hoje há uma campanha na imprensa, principalmente nas redes... Há centenas de *sites* defendendo a liberação da maconha, pagos, bem pagos... Há organizações internacionais, como a Open Society, que bancam a maioria dos *sites* e das organizações brasileiras que defendem a liberação das drogas – com interesses comerciais, na minha opinião –, porque imaginem: se cigarro e álcool já dão uma renda enorme, imaginem se legalizarem as outras drogas.

Mas e a saúde pública? Onde é que fica? E os danos para as pessoas? E os lugares que liberaram maconha, como é que estão agora?

Eu tenho pesquisas. Eu tenho dados atualizados sobre isso. O Uruguai está uma tragédia.

A desculpa para legalizar a maconha no Uruguai foi que iria reduzir a violência, iria diminuir o tráfico... Aumentou o tráfico. O tráfico está concorrendo, em vantagem, com a maconha que o governo oferece nas farmácias. Os donos de farmácias não querem vender maconha, porque farmácia é para tratar as pessoas, não é para aumentar as doenças.

E a violência das outras drogas aumentou. Aumentou o número de dependentes químicos e aumentou a violência geral. E o consumo de outras drogas também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Uruguai, nos dois últimos anos, bateu o recorde de homicídios. É exatamente o contrário do que o Presidente Mujica falava, quando ele trabalhou para liberar a droga. E eu sei que o Presidente Tabaré Vázquez está seriamente propenso a acabar com a liberação da maconha.

Então, prevenção às drogas, hoje, é um problema gravíssimo. Quanto a toda a violência que existe no Brasil, boa parte vem da questão das drogas. E não é só do tráfico. "Não, parece que só legalizando termina o tráfico, termina a violência". Isso não existe. O tráfico vai continuar.

Só para vocês terem uma ideia, metade do cigarro que a gente consome no Brasil é ilegal, é contrabandeado.

"Ah, mas o que vai se arrecadar com o dinheiro da droga legal vai ser muito melhor para tratar as pessoas".

O Ministério da Saúde publicou um trabalho agora, recentemente: o tabaco, que é legal, os 50% que são legais, vendidos no Brasil, produzem tanta doença que o gasto, só do Ministério da Saúde, é de oito vezes o ganho que se arrecada com o imposto do cigarro.

Então, são todos aspectos, nós estamos tratando de um problema gravíssimo, e o número de pessoas com transtorno mental é que leva ao aumento da violência – o aumento do número de pessoas com transtorno mental.

Então, cuidados e prevenção às drogas é um trabalho que nós temos. Nós estamos fazendo pesquisa.

Portugal, que tem um regime de descriminalizar o uso, no último ano, em um ano, dobrou o consumo de cocaína. Dobrou o consumo de cocaína em Portugal. Em Portugal, é oferecida na rua. Você anda na rua, é descriminalizado o uso. É um paradoxo, não é? O tráfico é proibido, mas o uso é legal. Como é que o cara vai comprar? Vai aumentar o ganho do tráfico, é óbvio, se vai aumentar o número de consumidores.

Descriminalizar o uso significa ir à escola e oferecer para os amigos: "Olha aqui, ó". Há um pouquinho aqui, um pouquinho lá... Vocês acham que isso vai aumentar ou vai diminuir o consumo? Claro que vai aumentar. E vai aumentar muito. E com efeitos para sempre.

É incurável a dependência química. Essa história de dizer que há ex-drogado não é verdade. A dependência química é incurável. Há dependente químico em recuperação, como há alcoólatra em recuperação. Isso os AAs já descobriram cem anos atrás. A recaída é frequente. O cérebro fica alterado para sempre. Mas eu queria só fazer esse alerta, quando a gente trabalha na prevenção às drogas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Supremo está para decidir agora, no dia 5 de junho, se legaliza ou não o consumo de drogas no Brasil. E, inclusive – aproveitando o discurso –, dois Ministros votaram já sugerindo que a maconha seja liberada.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. OSMAR TERRA – É. Três Ministros votaram.

Eu acho isso um perigo para a sociedade brasileira e acho que não é tarefa e não é responsabilidade do Supremo discutir isso.

Isso é uma questão tão grave, atinge dezenas de milhões de famílias brasileiras. É tão grave que isso é uma tarefa do Congresso Nacional. Não é uma tarefa do Supremo decidir isso. O Supremo não precisa ficar legislando por nós.

Nós estamos com o Projeto de Lei 37, Senador Dário Berger, que está na mão do Senado agora para aprovar. Ele aumenta o rigor contra as drogas e, inclusive, invalida essa votação do Supremo. Se for votado aqui no Senado agora, antes do dia 5 de junho, termina a necessidade de o Supremo decidir. E, agora, o Presidente Davi Alcolumbre está para conversar com os Líderes. Eu vou à reunião dos Líderes hoje, para a gente discutir isso.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. OSMAR TERRA – Tem que botar em votação logo. E pode ir direto para o Plenário.

Então, eu queria fazer essas colocações e dizer que nós temos um problema gigantesco. Nós estamos falando de milhões e milhões de dependentes químicos, que são a bucha de canhão do tráfico, que aumenta o consumo, que aumenta a oferta de drogas.

Então é isso, pessoal. Eu agradeço muito.

Falei demais – não é, Senador? –, mas estou à disposição, para responder às questões que vocês levantarem e voltar aqui assim que vocês acharem necessário.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Nós agradecemos a mais demorada palestra de todas as audiências públicas das quais eu já participei.

Mas ela tem uma razão em si mesma. O tema é extremamente importante, relevante, para nós, e por isso nós agradecemos.

Nós, agora, vamos abrir inscrições aqui para inquirir o nosso Ministro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria, com muito prazer...

Ah, as inscrições já estão praticamente abertas aqui, mas eu quero registrar, com muito prazer, a presença da Senadora Mailza Gomes; do Senador Styvenson, que esteve aqui desde o início e continua; do Senador Confúcio, que também está presente em todas as nossas reuniões; do Senador Lasier, que passou por aqui; da Senadora Leila, que continua aqui; do Senador Zequinha Marinho, que se encontra presente e nos honra com a sua presença; do Senador Eduardo Girão; do Senador Rodrigo Cunha; do Senador Paulo Bauer, que passou por aqui; do Senador Pedro Chaves, que é uma figura eminente, proeminente, aqui do Senado Federal e que nos honra com a sua presença. Quero cumprimentar a Carmen Zanotto também, que é uma querida companheira de Santa Catarina, uma amiga do Ministro e uma das pessoas que mais entende de saúde pública em Santa Catarina e, certamente, no Brasil. E cumprimento também o meu querido amigo catarinense Edinho Bez de Oliveira, que nos honra com a sua presença.

Eu quero ainda cumprimentar aqui, Ministro, com a sua licença, o Hugo Parisi, que é um atleta de saltos ornamentais que nos honra com a sua presença. E também me disseram aqui que o Flávio Canto se encontra presente, campeão de judô que foi e também apresentador de televisão, se não me engano, da Rede Globo, GloboNews...

Muito agradecido pela presença de vocês. Muito bem-vindos.

Agora nós vamos, então, aos Senadores propriamente ditos.

Na qualidade de Presidente, eu tenho a prerrogativa de fazer as primeiras perguntas.

Vou pedir licença a V. Exas. para iniciar as perguntas. Em seguida, passo então à lista de inscrição.

Vou tentar ser bem rápido e bem objetivo. Vou pedir para o Ministro também, que tem compromisso em seguida – e nós todos também temos –, que possa ser bem breve e bem objetivo.

E a primeira pergunta é bastante simples. É assim: "Como V. Exa. se posiciona diante das incertezas e também do enfraquecimento que muitas pessoas ligadas à cultura e ao esporte questionam? Há um questionamento com o rebaixamento dos seus respectivos ministérios para secretarias executivas dentro do programa do senhor. Essa é uma explicação que todos gostariam de ouvir.

E de que modo o Ministério da Cidadania irá atuar de forma a, como V. Exa. afirmou, ampliar os trabalhos a serem realizados separadamente por cada área e assegurar que a unificação não tire forças que cada ministério efetivamente tinha? O novo ministério dará prosseguimento às ações e ênfase em políticas que estavam sendo desenvolvidas nos antigos Ministérios da Cultura e do Esporte?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na opinião de V. Exa., quais são as principais distorções advindas dos mecanismos de financiamentos constantes na Lei nº 8.313, 1991, conhecida como Lei Rouanet? Quais seriam as possíveis soluções para esses problemas?

O senhor já relatou, Ministro, essa questão, mas gostaria de fazer uma sugestão para que pudesse haver uma equidade proporcional entre os Estados brasileiros. Acho que isso seria muito mais justo. Evidentemente que São Paulo e Rio de Janeiro têm mais facilidade porque as maiores empresas, os maiores conglomerados empresariais estão lá, são eles que recolhem o maior volume de Imposto de Renda e, naturalmente, têm mais facilidade para isso. E fica muito fácil, diga-se de passagem, para o empresário – eu já vi muitos empresários fazendo propaganda pessoal em cima da Lei Rouanet –, uma vez que ele não participa absolutamente com nada, o que significa dizer que x% que se deveria recolher para o Estado não é recolhido e é repassado para a Lei Rouanet. Não há nenhuma participação do empresário. Eu acho que a Lei Rouanet precisaria ter pelo menos uma participação, uma contrapartida empresarial, não sei se de 1% ou de 2% ou de 10%, mas alguma porcentagem para que efetivamente pudesse haver uma parceria; senão, o dinheiro é da União, então, recolhe-se tudo para a União, coloca-se num fundo, a União faz a política de distribuição e de destinação dessa verba da Lei Rouanet, e acaba-se com essa esculhambação – desculpem a palavra – que se estabeleceu nos últimos tempos com a Lei Rouanet, que realmente trouxe muita tristeza para todos nós e prejuízo inclusive político, fazendo com que a população brasileira ache que nós temos alguma coisa a ver com a destinação desses recursos.

Em seu primeiro pronunciamento como Secretário Especial de Cultura, o Sr. João Henrique Pires declarou que o objetivo da Lei Rouanet será fomentar o desenvolvimento econômico e gerar mais emprego. Portanto, eu gostaria de que V. Exa. pudesse, de certa forma, discorrer sobre isso. Como se dará esse processo de seleção dos projetos a serem beneficiados com os recursos das leis de incentivo à cultura? Haverá, entre os critérios de seleção dos projetos culturais algum tipo de avaliação de conteúdo, de viés ideológico, religioso ou de costume?

Isso está muito acirrado nas redes sociais e talvez seja, Dr. Confúcio, meu querido médico e Senador, um dos fatores a que nós tenhamos que dar uma atenção especial. Esse conflito ainda não saiu da campanha eleitoral. Isso é muito ruim para o Brasil. Nós temos que resolver uma coisa de cada vez, não podemos resolver tudo ao mesmo tempo e não podemos passar o Brasil a limpo em dois meses, três meses, quatro meses; vamos levar anos! Portanto, é preciso serenarem-se os ânimos, ter equilíbrio para fazer o que é preciso fazer e avançarmos agora na questão econômica, nas reformas etc., para, depois, depurar outras questões inclusive de outras instituições, o que só vai gerar um conflito institucional entre o Poder Executivo, o Poder Judiciário e o Poder Legislativo. É o que eu penso, pelo menos, *a priori*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Haverá priorização dos projetos culturais considerados economicamente atraentes? Acredito que sim. O ex-Presidente Temer anunciou, em seu último dia de Governo, a lista de contemplados com o benefício do Bolsa Escola. Naquela oportunidade, houve uma redução maciça do número de contemplados, que caiu de 5.381, em 2018, para 3.058, em 2019. Como o Ministro estima as consequências negativas dessa redução do esporte profissional e de rendimento e quais são as medidas a serem tomadas para a mitigação desse impacto?

Vou terminar lincando o item 7 e perguntando: quais são os principais desafios enfrentados pelo Governo quanto às políticas públicas de fomento ao esporte e quais fazem parte da agenda de prioridade do Ministério?

A Lei de Incentivo ao Esporte, assim como a Lei Rouanet, é alvo de duras críticas tanto em função dos supostos casos de fraude quanto por não alcançar beneficiários que, de fato, necessitam dos recursos. Alegam os críticos que os mecanismos implementados pela lei acabam contribuindo para uma maior concentração dos patrocínios, como já discutimos aqui que são do Rio e de São Paulo. Gostaria de saber o posicionamento de V. Exa. sobre o assunto e quais são as medidas planejadas pelo Ministério para tratar desses temas.

Tramita no Senado Federal o texto do projeto da Lei Geral do Esporte, que consolida a legislação referente ao esporte e propõe uma série de iniciativas que abarcam a formação, a excelência e a vivência esportiva. Em que medida o Ministério da Cidadania defende o texto do projeto da Lei Geral do Esporte e trabalha pela sua aprovação? Na opinião do Ministro, quais seriam os principais impactos esperados nas políticas públicas e no cenário nacional geral esportivo com a aprovação da Lei Geral do Esporte?

A Constituição Federal determina a destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional no art. 217. A LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) determina que os conteúdos curriculares da educação básica devem promover o desporto educacional e apoiar as práticas desportivas não formais.

Por fim, o Plano Nacional da Educação para o decênio 2014-2024 estabelece, como estratégia para a universalização do ensino fundamental de nove anos, a promoção de atividades de desenvolvimento e estímulo a habilidades esportivas nas escolas integradas e interligadas a um plano de disseminação do desporto educacional e de desenvolvimento esportivo nacional. Apesar desses preceitos, parte significativa das escolas públicas de educação básica não possui sequer uma quadra de esportes, e poucos estabelecimentos de ensino dispõem de instalações esportivas mais amplas que ofereçam aos alunos a possibilidade de desenvolver uma prática desportiva. Em vista disso, pergunto: pode-se considerar que as manifestações esportivas e de desporto educacional têm tido prioridade no recebimento dos recursos por parte do Ministério de V. Exa.?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quais os planos do seu Ministério, decerto em articulação com o Ministério da Educação, para estimular o desporto educacional nas escolas públicas e também de educação básica, concebendo-o como componente curricular para formação da cidadania, uma vez que o desporto é um dos pré-requisitos essenciais e básicos para a formação do cidadão?

Fiz já um número de perguntas bastante significativo, e agora vamos ouvir os Senadores inscritos. A minha sugestão é de ouvirmos mais quatro; depois, nós temos mais quatro inscritos. Com isso, nós eliminamos a exposição por parte dos nossos Senadores.

O primeiro inscrito é o Senador Luiz do Carmo. V. Exa. tem a palavra.

Em seguida, o Senador Styvenson Valentim; em terceiro, Eliziane Gama; em quarto, o Senador Confúcio; em quinto, a Senadora Leila; em sexto, o Senador Eduardo Girão; e, em sétimo, o Senador Zequinha Marinho.

V. Exa. tem a palavra.

O SR. LUIZ DO CARMO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO. Para interpelar Ministro.) – Boa tarde, Senadores. Boa tarde, Ministro.

Tenho só três perguntas para o senhor aqui.

Eu queria ler um trecho que diz o seguinte: no início de fevereiro deste ano, o Tribunal de Contas da União publicou uma determinação que os projetos culturais que apresentam forte potencial lucrativo e capacidade de atraírem investimento privado não podem mais captar recursos através da Lei Rouanet.

A capacidade do senhor é muito grande. Eu nunca havia ouvido o senhor falar – e é do meu Partido. Parabéns! Gostei muito da explanação do senhor e só não concordei com um detalhe: aquele que tem o Bolsa Família e que quer dividir o trator. Eu acho que isso... Eu não sei, mas todos que têm o Bolsa Família e que são trabalhadores, porque estão dirigindo um trator, não têm essa Bolsa, não é? Eu estou atrás desse trabalhador nesse projeto do senhor...

Primeiro: o que o Ministério da Cidadania está planejando para que a Lei Rouanet atinja, de fato, os projetos culturais do Brasil com poucas condições econômicas?

Segundo: Ministro, no mês passado, V. Exa. visitou o meu Estado, Goiás, na apresentação de dados levantados pelo Instituto Mauro Borges, que mostrava a realidade da pobreza de vários Municípios goianos. Na oportunidade, disse estar colocando o meu Estado como piloto de diversos programas sociais do Governo Federal em diversas áreas para auxiliar esses Municípios. Isso realmente vai acontecer? Quando?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Terceiro: uma das coisas que sempre revoltou muita gente no Brasil é o foco de os investimentos do Governo Federal nas áreas de cultura, esportes e artes serem destinados ao eixo Rio-São Paulo. Agora, com Bolsonaro Presidente, o Governo pretende democratizar esses recursos para regiões com mais necessidades?

O senhor falou sobre um programa que eu não havia anotado aqui, mas que acho muito importante: o programa de ajuda às pessoas com doenças mentais. Acho que esse programa deve ser implementado o mais rapidamente possível. O Brasil necessita disso. Há pessoas com doenças mentais que não têm como pagar o médico para saber que tipo de doença têm. Isso está se agravando muito, e acho que, como o senhor falou, é uma necessidade muito grande do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Senador Styvenson, V. Exa. tem a palavra.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN. Para interpelar Ministro.) – Eu acho que a dependência química pode levar à deficiência mental. Acho que foi isso que o Ministro falou.

Sr. Ministro, a minha pergunta é simples e prática, mais fiscalizatória.

O senhor falou desde o início do Bolsa Família, dizendo que passou um pente fino e saiu de um número de sete milhões, se não me engano, para seis. Nesse pente fino, não sei o que aconteceu para terem retirado essas pessoas, mas, como policial militar que combate às drogas – também fazendo o *link* com a droga –, quando eu ia a algumas residências por denúncia de tráfico de drogas, eu presenciava, dentro dessas bocas de fumo, vários cartões do Bolsa Família, com senhas, códigos, com tudo. Eu via que os dependentes químicos que tinham o Bolsa Família estavam fazendo o depósito com o cartão para que o traficante fizesse o saque daquele valor. Como o senhor disse, são cerca de R$178, na média.

Uma mesma pergunta eu fiz para o Ministro da Educação, dizendo que existe uma relação de fraude com o Bolsa Família – pelo menos, eu percebi. O Bolsa é destinado a pessoas que tenham crianças de 0 a 17 anos, como foi visto, e que preencham alguns critérios, como ir à escola. Eles fazem a matrícula, e, dentro dessa matrícula, a escola recebe também do Fundeb. Só que o número de evasão, pelo menos no meu Estado, na minha cidade, é muito alto. Eu presenciei isso particularmente, vendo que existia esse tipo de relação.

Então, sobre a fiscalização desses recursos, o senhor disse que o garoto nem-nem vai ganhar um auxílio para frequentar uma escola técnica – se não me engano, foi isso. Eu ouvi atentamente todo o seu discurso. Não seria mais uma forma de não haver essa garantia de que essa pessoa, essa criança, esse adolescente estivesse na sala de aula de fato?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sobre a minha primeira pergunta, não haveria como se fazer um *link* entre a segurança pública e o Ministério, para que pessoas nessas condições que eu flagrei e que utilizavam recursos do Bolsa Família para consumir drogas estivessem nesse pente fino e fossem cortadas também? Ou já foram cortadas?

Uma última pergunta seria sobre o que o senhor falou do acompanhamento das crianças, um projeto muito bacana, o Criança Feliz, que acho que vai atingir quase um milhão de crianças futuramente.

Eu presenciei um caso agora, no final de semana, na reunião de pais e mestres da escola de que tomamos conta voluntariamente em Natal, em que uma mãe narrou, para todos ouvirem, que usou droga grávida, *crack*. Ela queria saber se a dependência química tinha se estendido para a criança, uma vez que eu ia fazer exame toxicológico nos alunos. Então, ela ficou preocupada em saber se a havia passado, através do consumo dela, para a criança. Eu tenho esse vídeo, se quiserem vê-la falando, na linguagem dela, que consumiu droga por toda a gravidez e queria saber se isso havia prejudicado a criança que hoje tem sete anos.

Por último, sobre o esporte. O que o senhor vê em relação às ONGs? Porque é difícil a gente colocar hoje uma criança numa escola pública, que é o foco, para fazer esporte. Ou falta tudo ou a criança não quer. Eu vejo que o papel do esporte hoje está sendo promovido por pessoas que querem fazer através de ONGs, que querem fazer sozinhas.

(*Soa a campainha.*)

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Então, eu queria saber da sua visão de como ajudar essas pessoas no Brasil todo. Se se cadastra, se vê realmente a utilidade dela dentro desse campo do esporte.

Mais nenhuma pergunta.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Agradeço ao Senador Styvenson.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Sr. Presidente, se quiserem ver o vídeo, depois... Eu acho que está aí o vídeo da mãe.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Senadora Eliziane Gama.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA. Para interpelar Ministro.) – Senador, Presidente da Comissão, Ministro Osmar Terra, primeiramente, eu queria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cumprimentá-lo pelas várias ações que o senhor desenvolve sobre tudo. Ao senhor, que se notabilizou no nosso País com uma grande ação em relação às drogas e fez um trabalho extraordinário em relação à juventude brasileira, eu queria, inicialmente, parabenizar.

A minha pergunta, Ministro, é extremamente específica. Vou fazer apenas uma pergunta, de forma bem pontual, que é sobre a Lei Rouanet.

Eu tenho alguns dados que foram apresentados pela Fundação Getúlio Vargas e que eu gostaria de destacar aqui porque, pessoalmente, eu vejo a Lei Rouanet como um divisor de águas e algo muito importante para a cultura brasileira. Ela teve uma participação gigante, eu diria, em todos os aspectos na nossa Nação brasileira em relação aos nossos artistas, como um todo.

Foi muito colocado que a Lei Rouanet é algo muito ruim, muito perverso, algo que não era igualitário. E acabou ficando para o inconsciente popular de que ela é algo que precisa ser anulado e extinto.

A Fundação Getúlio Vargas, por exemplo, coloca que, de todo o valor que o Governo fez o direcionamento para incentivos em 2017, do valor de R$160 bilhões, a Lei Rouanet entrou com apenas R$1,5 bilhão, ou seja, menos de 1% do total.

Ainda segundo a Fundação Getúlio Vargas, para cada real aplicado nos mais de 53 mil projetos incentivados desde a entrada da lei em vigor em 1993, retorna R$1,59, ou seja, o investimento é compensador do ponto de vista social, cultural e também para o Tesouro Nacional.

Outro dado: em 90% dos projetos da Lei Rouanet, os valores eram inferiores a R$100 mil, e 66,3% tinham valor inferior a R$25 mil. Ou seja, pelos dados apresentados pela Fundação Getúlio Vargas, os valores não eram tão exorbitantes, e a quantidade de projetos que foram beneficiados foi significativa.

A minha pergunta é bem específica: qual será a posição do Governo em relação à Lei Rouanet?

Eu soube que há, inclusive, hoje, um debate de acompanhamento para se trabalhar talvez no aperfeiçoamento dessa lei. A ideia é extingui-la ou a ideia é aperfeiçoá-la? E, dentro desse quesito, Ministro, eu queria fazer uma colocação específica em relação ao que o Presidente colocou, quando falou da questão de avaliação de conteúdo, se haveria um viés ideológico...

Nós temos hoje no Brasil uma comunidade evangélica gigante – os dados apontados pelo IBGE mostram algo em torno de 30% da população brasileira. Temos artistas extraordinários, e vou lhe dar aqui alguns exemplos: a Aline Barros; o Fernandinho; o Lázaro, que foi meu colega inclusive na Câmara dos Deputados. Esses três artistas – Fernandinho, Aline e Lázaro – fazem eventos, *shows* que reúnem uma média de 70 a 100 mil pessoas, ou seja eles têm um trabalho artístico extraordinário que é feito no Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Boa parte desses artistas – e aí eu digo, por exemplo, da música, da literatura, da pintura – não foi atendida pela Lei Rouanet. Eu pergunto: o senhor já recebeu demanda nesse sentido? O senhor dará uma atenção de forma isonômica – eu não estou nem dizendo para apoiá-los –, olhando, de fato, para todos? Eu falo também em relação a padres, que têm trabalhos artísticos e culturais incríveis e extraordinários. Nós temos leis que já nos asseguram isso, inclusive nos Estados brasileiros. Todo Estado brasileiro hoje, Ministro, tem, por exemplo, uma atividade que é feita no período de pós-carnaval, na quarta-feira de Cinzas. No Maranhão, há uma atividade que reúne de 80 a 100 mil pessoas; são jovens que, depois do Carnaval, fazem esse momento posterior, que é uma culminância dos retiros. Foi criada a Semana Maranhense de Retiros Culturais.

Na verdade, há uma prática cultural gigante no Brasil, mas o acesso ao Poder Público, o acesso a esse recurso público praticamente é inexistente. Então, eu queria saber se o senhor tem algum olhar específico para isso e qual é a sua atenção em relação a esses movimentos especificamente.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Eu consulto a S. Exas.: vamos continuar perguntando? Porque temos mais quatro. Ouvimos o Ministro?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Ouvimos o Ministro, então.

Vamos ouvir V. Exa., Ministro.

O SR. OSMAR TERRA – Eu tentei anotar aqui as questões.

Eu acredito, Presidente Senador Dário Berger, que já aconteceram muitas fusões de ministérios no Brasil. O próprio Ministério do Desenvolvimento Social, por que eu estava responsável no Governo do Presidente Temer, era um ministério resultante da fusão de uma parte do Ministério da Previdência Social, do Ministério do Combate à Fome, do Ministério da Assistência Social. Era um monte de ministérios juntos que formavam o Ministério do Desenvolvimento Social.

O importante é ver o resultado. Eu acho que, se o resultado... Vamos fazer aqui... Aqui não há valor de juízo, crítico, político nenhum, mas o orçamento do Bolsa Atleta previsto para este ano foi cortado pela metade, no período em que o Ministério era o da Cultura. Era o Ministério da Cultura que existia. Nós estamos propondo, dentro dessa integração dos ministérios, retomar esse valor. Nós vamos fortalecer o Bolsa Atleta e não enfraquecê-lo.

Então, acho que, se ao término deste ano ou do ano que vem nós tivermos avançado e integrado na base as políticas culturais, esportivas e sociais, esse vai ser um avanço igual. O Presidente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tinha se comprometido em reduzir o número de Ministérios. Sempre que se vai reduzir o número de Ministérios, há sempre um pleito, uma reivindicação para que isso não aconteça, mas eu acho que o meu empenho todo vai ser para que isso seja positivo, e não negativo, tanto é que nós montamos... A gente poderia ter feito um Ministério diferente no organograma, mas eu fiz questão de mostrar o organograma para vocês, para dizer que todas as funções estão preservadas do que era esporte, do que era cultura. A gente tem até que cuidar um pouco para, entre outras coisas, não prejudicar a integração. Mas é um cuidado que nós temos tido sempre. Estamos sempre vigilantes em relação a isso, mas todas as funções e os recursos financeiros – nós estamos brigando, como sempre, dentro da área econômica, para garantir os recursos – são usados para ajudar e fortalecer, não para enfraquecer. Eu acho que o fato de a gente conseguir botar esporte no contraturno de escola, na maioria das escolas brasileiras, na maioria dos Municípios brasileiros, vai reduzir a violência, vai reduzir o consumo de drogas; quanto à atividade artística, é a mesma coisa. Então, existem coisas aí que vão ter...

Em relação à Lei Rouanet, eu acho que vou aproveitar para responder até uma das perguntas, as perguntas que foram feitas nessa área. O que nós estamos pensando em relação à Lei de Incentivo à Cultura? Nós estamos pensando em mantê-la, e não em acabar com ela. Ela é importante, é importantíssima, mas, como eu disse, ela está concentrada. Alguns artistas têm um valor muito grande, e outros artistas têm um valor menor, mas se concentra; alguns são sempre os que se repetem com valores maiores, e sempre 80% dos recursos ficam no eixo Rio-São Paulo.

Então, o que nós estamos querendo, Senadora Eliziane? Queremos desconcentrar esse recurso e trabalhar com a ideia de ser proporcional à população. Por exemplo, o Nordeste, que hoje fica com 4% dos recursos de incentivo à cultura, ficaria com 25%; é claro que tem que apresentar projetos, mas ficaria com 25%. Eu não posso mandar nas empresas, eu não posso obrigar as empresas a patrocinar uma coisa ou outra, mas eu posso sugerir, eu posso induzir, fazer uma discussão. Nas estatais, nós estamos fazendo isso. Eu garanto que, da parte das estatais, nós vamos ter uma compreensão melhor sobre isso aí.

Estamos conversando. Ontem, eu falei com o Eduardo, do Itaú Cultural. Eu estou conversando, porque, se vocês forem pensar bem, as entidades que podem patrocinar não são muitas, em grande escala; o valor maior vem de um número pequeno de instituições, principalmente instituições financeiras e estatais. Eu acho que, se discutirmos com eles e se o próprio comitê que foi criado ontem trabalhar com essa ideia de reduzir, de não direcionar, mas de desconcentrar, de democratizar, de buscar novos talentos... Nós precisamos de recursos maiores, por exemplo, para os museus. Está aqui o Paulo Amaral, o nosso Presidente do Ibram.

Levante o braço para o pessoal vê-lo, Paulo! O Paulo é o Presidente do Ibram, do Instituto Brasileiro de Museus.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não tem cabimento aquilo que aconteceu no Museu da Quinta da Boa Vista. Pegar fogo um museu tão importante por falta de cuidados básicos? É claro que a gestão não era nossa, não era do Ministério, mas o Ministério tem a ver com isso. Tudo o que diz respeito à cultura, a museus, tem a ver com o Ministério. Então, se a gente conseguir recursos já para... Nós estamos fazendo um pente-fino nos museus, para evitar essa tragédia nos outros museus, para levantar recursos para revitalizar e reorganizar os museus e para prevenir... Nisso a Lei de Incentivo pode nos ajudar muito.

Quanto a uma questão, Senadora Leila, que há aqui no DF, eu acho um absurdo estar fechado há tanto tempo o Teatro Nacional. Eu conversei com o agora Secretário de Cultura do Governador Ibaneis, e ele me falou que eles acham que o investimento para reabrir o Teatro Nacional é de R$100 milhões. É claro que a gente não vai ter esse dinheiro, esse orçamento, mas a gente pode botar um *mix*. É responsabilidade do DF, mas a gente pode ajudar o DF com um pouco de orçamento e com um pouco de Lei de Incentivo. Eu acho que nós temos a missão de fazer funcionar esse Teatro Nacional, que é um símbolo de Brasília, é um símbolo do Brasil.

Então, em que nós estamos pensando? Reduzir... Hoje, o produtor chega lá e tem uma cota de R$60 milhões para um evento, para um artista, por exemplo. Ora, R$60 milhões é muito dinheiro, é muito dinheiro! Não se precisa disso aí, até porque os artistas que farão *shows* espetaculares têm público independentemente da Lei Rouanet, não precisam da Lei Rouanet. Eu não imagino que os grandes artistas brasileiros hoje precisem da Lei Rouanet, podem até precisar de alguma coisa eventual. Mas a gente está pensando, então, em reduzir: de R$60 milhões a gente vai reduzir para bem menos. Eu acho que um cantor popular, um novo talento, com R$500 mil, com R$1 milhão, já faz um carnaval, já se projeta, já fica conhecido, já edita o CD. Então, nós estamos estudando, não chegamos bem ao valor, mas estamos estudando uma redução importante. Vai ser uma redução de mais de dez vezes esse valor. Então, a gente tem que depois ver como é que a gente vai fazer.

Nós estamos trabalhando a questão de contrapartida. Nós estamos botando na proposta – nós vamos divulgar isso dentro de uma semana, eu acho, Presidente –, dentro da proposta, uma contrapartida; como foi proposto pelo Presidente aqui, é uma contrapartida social. Quem recebeu o benefício daquele valor vai ter que dar curso, vai ter que dar aula para o público do Bolsa Família, do Cadastro Único, enfim.

Nós estamos estudando também a gratuidade. Hoje 10% dos ingressos... A Lei Rouanet patrocina um evento... Eu estou com o cacoete da Lei Rouanet. A Lei de Incentivo patrocina um evento, esse evento vai custar R$6 milhões, e a Lei de Incentivo dá R$5,5 milhões. Então, ela cobre quase todo o custo do evento. Aí, para o público que é o dono do dinheiro, que é o público mais pobre, que é a população que precisaria ter acesso à cultura e que não o tem, só 10% dos ingressos são gratuitos. Depois, há o ingresso subsidiado, e 50% são o ingresso normal. Eu acho que tem que aumentar essa gratuidade. Se nós vamos financiar quase 90% ou, às vezes, até a totalidade do evento,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no mínimo 20% dos ingressos, de 20% a 40% dos ingressos têm que ser gratuitos. E tem que haver uma articulação com as prefeituras, para irem buscar o pessoal, para oferecerem para as pessoas do Cadastro Único ou do Bolsa Família um veículo, que deve ficar à disposição para levá-las. É a oportunidade que eles têm de ter acesso ao teatro, a um musical. Essa é a oportunidade que eles vão ter!

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC. *Fora do microfone*.) – Cinquenta por cento?

O SR. OSMAR TERRA – A gente chegou a 40%, porque os donos das casas, por exemplo, o dono do teatro cobra 40% dos ingressos. Então, a companhia de teatro – eu estou falando em teatro aqui – não consegue cobrir a despesa dela, se bem que ela vai ter a Lei de Incentivo para cobrir. Mas nós estamos numa discussão. Por isso, a gente não anunciou ainda, porque a gente está conversando com os setores e está definindo, mas vai haver uma redução substancial do financiamento por espetáculo. É claro que vai haver obras, como, por exemplo, a manutenção de museus, do Iphan, do patrimônio histórico. Para isso, não vai haver teto, ou vai haver um teto maior. Mas o espetáculo musical vai ter um teto.

O mesmo banco – vamos pegar o Itaú – que esteja patrocinando um evento de R$60 milhões vai poder, com esse dinheiro que tem disponível para um evento de R$60 milhões, patrocinar dezenas de eventos no Nordeste, em vários lugares. Então, nós vamos fazer como uma bolsa de eventos, uma bolsa no sentido de uma lista de eventos, de sugestões, para se trabalhar com as empresas. Não vamos impor nada, porque nós não podemos impor.

A parte de retorno que tem a Lei de Incentivo à Cultura é dependente de um setor que a gente chama de economia criativa, que nós temos que estimular. Eu acho que a economia criativa – que é a economia vinculada ao cinema, às artes todas e até a outras atividades que há, *videogame*, toda essa área aí – é uma economia pouco desenvolvida; nós temos que desenvolvê-la mais no Brasil. Eu vou dar um exemplo; estou sempre exemplificando, porque fica melhor. Estou conversando com o Theatro São Pedro, em Porto Alegre, que tem um multipalco. Estão criando vários palcos, vários lugares para atender o público lá, inclusive escolas até para artista de circo, tudo dentro de um espaço grande lá, um espaço muito bonito, mas eles estão sem dinheiro para terminar. Aí eu disse: "Quem sabe nós conseguimos o dinheiro para terminar através do incentivo? Mas vocês são obrigados, desde já, a dar a contrapartida: todos esses espaços que vocês possuem aqui terão que virar escolas para cenógrafos, para artistas de circo, para atores de teatro, para músicos. Vocês vão ter que transformá-los numa grande universidade para o pessoal do Bolsa Família, o pessoal mais pobre". Então, há essa contrapartida, mas isso serve para a gente e para a economia criativa, que eu acho que tem que se desenvolver.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Uma questão de que eu quero falar aqui é que tem que haver público, senão nós vamos patrocinar as coisas que não... Vou dar um exemplo para vocês: a Ancine me passou um relatório de que nós financiamos, com recursos do Condecine e da Ancine, 150 filmes por ano no Brasil. No Brasil, o Governo financia 150 filmes por ano. A média é de R$4 milhões por filme, são R$4 milhões por filme. A média de público é de 15 mil pessoas. Isso é um fracasso de bilheteria gigantesco para um filme, e é um dinheiro que é gasto com uma coisa que a população não aproveita; a população não tem acesso ou não gosta daquele tipo de espetáculo. Também há isso.

Eu acho que, em relação à qualidade do filme, tem que haver uma questão também com o mercado, tem que haver um filme que agrade o público, tem que haver público.

Agora, estavam me cobrando lá, porque, além do Flamengo, Senador Confúcio, a Caixa cortou o patrocínio do Cine Belas Artes de São Paulo. São seis salas de cinema que passam filmes de arte, filmes qualificados. Ela pagava R$2 milhões por ano de aluguel das salas, para manter as salas. Ora, numa cidade como São Paulo, que tem 12 milhões de habitantes, que tem público, em que, certamente, milhares e milhares de pessoas gostam de cinema *cult*, de cinema de arte, um cinema que precisa de um patrocínio desses para se manter aberto não precisa ficar aberto. Eu acho que tem que haver um espaço... Ele tem que agradar, trazer a população para lá, tem que ter uma interação com a sociedade. Não pode o sujeito pegar a Lei Rouanet e fazer o que quer, o filme que quer da cabeça dele, que não tem apelo popular, que não tem impacto na sociedade. Se o sujeito tiver sorte de pegar um dinheiro da Lei de Incentivo, sem haver um projeto interessante, ele vai ganhar aquele dinheiro quase limpo, vai gastar pouco, vai ganhar um dinheiro... Então, eu acho que nós temos que ter... Então, nós estamos trabalhando. Isso não é sobre a Lei de Incentivo à Cultura, isso é outra coisa sobre o cinema, mas eu fiz questão de dar esse exemplo para dizer que nós temos que repensar um pouco a maneira de a gente trabalhar, sem censura, sem nada. Eu acho que temos que repensar um pouco.

Então, quanto à recuperação da Bolsa Atleta, nós estamos trabalhando. Esse vai ser um dos anúncios dos primeiros cem dias o Governo do Presidente Bolsonaro. A gente vai ampliar, inclusive, a que existia. Nós estamos a um ano e meio da Olimpíada. Então, se a gente puder ainda estimular mais pessoas a ficarem competitivas, melhor!

Em relação a essa Lei Geral do Esporte, queremos defendê-la aqui. O Gen. Marco Aurélio é que está trabalhando mais com isso. Mas é do nosso interesse que ela seja aprovada, na forma em que ela está. Nós estamos planejando na base utilizar estruturas hoje que não são utilizadas para contraturno de escolas, para estimular esporte, para estimular atividades...

(*Soa a campainha.*)

O SR. OSMAR TERRA – ... como, por exemplo, toda a estrutura do Sesc, toda a estrutura do Sesi. São mais de 600 espaços, 600 lugares no Brasil que têm campo de futebol, que têm campo de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quadras. O que a gente quer é que se coloque isso à disposição. A AABB tem 300 sedes; a Fundação AABB as colocou à disposição. Por isso, a gente precisa ter um programa integrado para localizar esses jovens e colocá-los lá.

Sobre a questão do tratorista, Senador Luiz do Carmo, dou um exemplo de uma realidade que conheço, muito específica do Rio Grande do Sul. Veio uma reclamação de Prefeitos, inclusive, e de agricultores de que eles não conseguiam contratar um tratorista, porque o tratorista não queria assinar a carteira com medo de perder o Bolsa Família, e eles não queriam contratá-lo sem assinar a carteira com medo de serem acusados de trabalho escravo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. OSMAR TERRA – ... que é um problema para quem é agricultor, para quem é produtor rural. Então, criou-se um impasse. Se a gente resolver isso, mantendo o Bolsa Família, para o sujeito assinar a carteira e ser o tratorista, eu acho que é uma vantagem enorme.

Eu estava brincando com o Senador Caiado ontem: "O problema de Goiás é que Goiás fica perto. Então, nós temos a obrigação de atender Goiás com bastante assiduidade". Por isso, eu fui lá. Foi o primeiro Estado que eu visitei formalmente como Ministro. Nós nos comprometemos com aquele arco de Municípios mais pobres de fazermos programas piloto de geração de emprego e renda.

Quanto à saúde mental, vou dar um dado aqui, porque é uma área à qual me dediquei. Eu tenho mestrado na área de neurociência. Então, eu a conheço razoavelmente. De 25% a 30% da população têm algum tipo de transtorno mental leve. Eu acho que tenho alguma coisa, já tentei me diagnosticar. Por exemplo, a hiperatividade é um negócio muito comum na política, inclusive. Há pessoas hiperativas, não é? E é um tipo de transtorno mental leve. Mas os transtornos mentais todos são na população... Há aquela história, aquela frase do Caetano que acho que é boa: "De perto, ninguém é normal". Todo mundo tem um probleminha.

Então, eu acho que realmente nós estamos vivendo uma... E esse problema de transtorno mental está sendo agravado pela droga; nós temos uma epidemia crescente. Para vocês terem uma ideia, até 2006, a maior causa de auxílio-doença no INSS era o álcool, porque é uma droga legal, de fácil acesso. A partir de 2006, o *crack* passou o álcool; hoje o *crack* é três vezes o álcool, e é – imaginem se a legalizassem! – uma droga ilegal.

Então, isso aumenta muito. A dependência química é um transtorno mental. No Projeto de Lei 37, há a internação involuntária, e eu queria chamar a atenção para isso. Quanto à internação involuntária... Há dois tipos de internação hoje: a compulsória e a voluntária. Há a pessoa que quer se internar, para desintoxicar. Ou, quando a pessoa está causando transtorno social e familiar ou ameaça, o juiz determina a internação – essa é a internação compulsória. Mas nós criamos outro tipo no projeto, que é a internação involuntária, quando a pessoa está em sofrimento agudo e não consegue

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sair de uma cracolândia, por exemplo. Nesse caso, a família ou o agente social que cuida daquela pessoa pede a internação, e o médico avalia e determina a internação para desintoxicar. A desintoxicação ocorre, em média, em 21 dias; depois disso, a pessoa faz o que quiser. Mas ela vai para a internação involuntária, vai ficar ali para desintoxicar. Se ela está com um transtorno sério, se ela está com uma confusão mental enorme, você não pode tentar convencer essa pessoa, você não vai conseguir convencê-la a se tratar. Tem que haver um mecanismo que a leve para o tratamento. Depois, se ela não quiser continuar, ela resolve, mas, pelo menos, ela se desintoxica, e se conversa com ela sem a intoxicação da droga. Então, isso, por exemplo, já poderia ter ajudado muito a diminuir o número de cracolândias.

Há o caso da família nem-nem. É a família que recebe o recurso, Senador Styvenson; não é o menino que o recebe.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Por isso é que eu falei isso. Eu sei disso, Ministro. Eu falei sobre o responsável por aquele adolescente ou por aquela criança que se beneficia desse recurso, desse fundo, tanto como a escola também se beneficia de um fundo que vem do Ministério da Educação, mas a criança, de fato, não está na escola, o menor não está na escola.

O SR. OSMAR TERRA – Aí é a fiscalização. Nós criamos, só para...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Mas é o que eu perguntei: qual é o poder de fiscalização?

O SR. OSMAR TERRA – Nós temos um mecanismo que avalia todo mês a frequência escolar, porque aí a gente já suspende a família, inclusive, do programa, se a família não estiver cuidando disso. E nós temos hoje dez indicadores que a gente cruza. Foi aí que a gente começou o pente-fino dois anos atrás, porque não eram cruzados. Há indicadores da carteira de trabalho, indicadores até que mostram se a pessoa contribui ou não contribui para o Imposto de Renda. A gente não quer saber qual é a renda, mas quer saber se ela contribui ou não contribui, se é funcionária pública ou não.

Houve 17 mil doadores para a campanha eleitoral que eram do Bolsa Família. Quem está passando fome, quem está ganhando aquele dinheiro para matar a fome não pode ficar doando para eleição, para campanha eleitoral. Então, a gente está cruzando os dados com o Tribunal Superior Eleitoral periodicamente, e há um comitê permanente até com a Polícia Federal para fiscalizar isso aí.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – A outra pergunta foi relativa a uma experiência própria minha; as duas o foram. Há a questão da falta. Quem coloca a falta lá é o professor, que, muitas vezes, é coagido a colocar a presença do aluno, porque, senão, vai ser agredido por quem vai perder algum benefício, ou até mesmo ele se beneficia daquilo. A primeira causa de que eu disse foi que eu flagrei, eu presenciei vários cartões, muito cartões do Bolsa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Família na posse de um traficante. Então, os usuários de droga estavam pagando a droga com aquele cartão.

O SR. OSMAR TERRA – O Senador conhece esse assunto das drogas como poucos e sabe que isso é uma questão que pode ser utilizada. O desespero das famílias, o desespero das pessoas leva a isso. Por exemplo, está aumentando muito o consumo de drogas por idosos, que deixam o seu cartãozinho da previdência com o traficante. É difícil a gente controlar isso. A gente vai controlar isso com políticas mais rigorosas em relação às drogas.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN. *Fora do microfone*.) – E se a informação policial chegasse até o Ministério?

O SR. OSMAR TERRA – Isso seria interessante, essa seria uma contribuição interessante.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN. *Fora do microfone*.) – Eu peguei e levei para a delegacia, e deveria ter sido feito um registro. Deveria ter sido feito um registro.

O SR. OSMAR TERRA – Essa informação nós não temos.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN. *Fora do microfone*.) – Agora, o que falta é estatística. Eu estou falando da estatística real, do que eu passei, do que eu vivi. Deve o Brasil todo passar por isso.

O SR. OSMAR TERRA – Sim. Aliás, estatística na área de segurança pública é uma coisa que falta muito, não é só nisso, não. Nós estamos precisando... O Ministro Moro está muito preocupado com isso e está cuidando disso.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN. *Fora do microfone*.) – Minha última pergunta envolve o Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Então, vamos dar sequência, porque estamos no adiantado da hora.

O SR. OSMAR TERRA – Agora, criança nasce dependente química. Quando a mãe consume droga durante a gravidez, ela nasce dependente, e é um problemão esse aí.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Vou oferecer a palavra agora ao Senador Confúcio Moura.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Para interpelar Ministro.) – Sr. Ministro Osmar Terra; Sr. Presidente, Senador Dário Berger; Srs. Secretários do Ministério; Senadoras e Senadores, a minha preocupação é a educação. A minha preocupação é a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

educação, Sr. Ministro. No ano que vem, entra em ação prática, de acordo com a lei, a Base Nacional Comum Curricular. Serão três disciplinas básicas nas escolas: Matemática, Língua Portuguesa e Inglês. As outras disciplinas serão opcionais. Logicamente, a área de cultura e de esporte vai estar muito solicitada para fazer parte dessas opções.

Eu gostaria de saber se, nessa relação do Ministério da Cidadania com o Ministério da Educação, já se está discutindo esse assunto, porque é premente a necessidade de organização dessas bases, porque os Municípios, as escolas vão necessitar de disposição tanto da música, como do teatro, quanto também da dança e das práticas esportivas no currículo opcional. Essa é a primeira pergunta.

O senhor falou na exposição da desigualdade brasileira, que é realmente horrorosa; chama a atenção para essa desigualdade brutal no Brasil. E o senhor mesmo falou que a solução é a educação. Sem educação nós não vamos combater a desigualdade. Eu vejo que o Ministério da Cidadania estará muito próximo do Ministério da Educação e do Ministério da Integração Regional para fazer o enfrentamento da desigualdade através da educação. Eu gostaria também de propor a V. Exa. essa cooperação, essa transversalidade entre os Ministérios, pensando no combate efetivo à desigualdade pela educação.

Eram só essas duas perguntas.

Muito obrigado.

O SR. OSMAR TERRA – Nós temos um comitê intersetorial, Senador, que trabalha educação, saúde, desenvolvimento social, cultura, esporte e justiça agora. Nós estamos trabalhando de forma integrada. Trabalha direitos humanos e justiça. Então, há uma integração de ações, a gente planeja junto. Eu acredito que a gente pode até juntar vários Ministérios em uma estrutura só, mas tudo tem limite. Educação tem de continuar Ministério, porque o trabalho dela é gigantesco, assim como a saúde também. Mas se a gente conseguir trabalhar... A gente está tentando agora trabalhar a questão do índio e apoiar a Ministra Damares com comitês intersetoriais. Por exemplo, da questão fundiária não é ela quem cuida, não é o Ministério dela que cuida, mas sim o da Justiça e o da Agricultura. Da questão de saúde do índio quem cuida é o Ministério da Saúde. Estou dando esse exemplo para dizer que, no nosso Ministério, vamos trabalhar integrados.

Eu concordo que... Eu estou conversando com o Ministro Vélez. Agora, nessa semana próxima, nós vamos fazer uma reunião para integrar algumas coisas importantes, ações que dependem dele e do nosso Ministério.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Senadora Leila.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. Para interpelar Ministro.) – Boa tarde, Presidente e Ministro!

É um prazer tê-lo conosco na nossa Comissão.

Parabenizo o nosso Presidente, Dário, pelo convite.

Saúdo também a sua equipe. Está aqui o Gen. Marco Aurélio, com quem tive a oportunidade de fazer alguns trabalhos. Ele estava trabalhando no COB, e eu, na Secretaria de Esporte do Distrito Federal.

Eu quero dar os parabéns pela sua explanação, mas eu tenho algumas dúvidas.

Primeiro, quero saudar também os nossos atletas olímpicos, o Hugo Parisi e o Flávio Canto, com quem disputamos as Olimpíadas juntos. É um prazer tê-los aqui representando uma organização sem fins lucrativos, a Atletas pelo Brasil, que faz um belíssimo trabalho para o nosso esporte brasileiro.

Ministro, aqui está também o Secretário, que é o General. Eu já estive com ele e quero agradecer, porque ele foi muito gentil também me recebendo lá.

No final de 2018, o Ministério publicou, no *Diário Oficial da União,* a Portaria 381, que listava os atletas que seriam contemplados – isso o senhor já explicou aqui, mas eu queria reiterar –, promovendo um enorme corte quanto aos atletas que eram beneficiados até então.

Em 2018, só para as pessoas que estão aqui terem uma ideia, havia 5.866 atletas e R$79 milhões, aproximadamente, em bolsas. Em 2019, reduziu-se o número para 3.058 atletas e para algo em torno de R$53 milhões. Essa redução foi de 48% de atletas beneficiados com o projeto e de 33% dos valores repassados.

Qual é a minha preocupação? Eu fiquei até feliz porque eu vi na apresentação que vocês têm uma preocupação com relação ao esporte de base. Sabe por quê? O senhor fez a apresentação e falou da municipalização das políticas: "Vamos promover mais atividades, mais competições". Eu vou no mesmo discurso do Senador Confúcio. Tenho uma preocupação, hoje, ao estar nesta Casa representando atletas, porque todos nós começamos no desporto escolar, sem exceção. Fora o terceiro setor, que trabalha com ONGs – o Flávio sabe muito bem do que estou falando, assim como o Hugo e eu também –, nós começamos a atividade esportiva, a prática esportiva na escola.

Então, nós temos de rever a questão da alteração da LDB, que coloca a prática esportiva como facultativa nas escolas. Isso não pode acontecer. Nós sabemos do impacto social disso. Nós estamos falando não só da prática esportiva, do esporte, mas também, como o senhor falou, das ações transversais desse comitê que o senhor tem dentro do seu gabinete na questão da saúde. Nós estamos perdendo a cultura da prática esportiva.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ser um atleta, como eu falo sempre na nossa Comissão... São vários os fatores que nos formam até chegarmos a ser um atleta olímpico. A força do esporte e da cultura na formação, junto com a educação, não se tem mais nem que discutir. Desde a época em que eu ainda era atleta, nós estamos discutindo isso, a importância da Educação Física e da cultura, junto com a educação, na formação dos nossos jovens.

Então, faço um apelo ao senhor. É um apelo mesmo! Eu já o fiz a outros Ministros do Esporte. Faço um apelo ao Gen. Marco Aurélio, para que tenhamos zelo e cuidado com as nossas crianças e com os nossos jovens.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Não adianta falarmos em alto rendimento se não passarmos pela base e se não fortalecermos os equipamentos esportivos dentro da escola, se não fortalecermos a prática esportiva dentro da escola.

Acima de tudo, nessa questão da bolsa, Ministro, eu peço ao senhor muito carinho. Esses jovens ganhavam R$370. Nós estamos falando – e eu fui atleta – de R$370! Quem não precisa disso não vai entender, mas, com R$370, o atleta paga as passagens para ir treinar. Esse valor de R$370 é o que ele paga ao dentista, quando ele tem um foco dentário e quando uma lesão nunca melhora. Esse valor de R$370 é o que ele paga ao nutricionista ou é o que ele gasta com o próprio lanche para ele ir treinar.

Então, eu não preciso dizer isso para o senhor, porque eu já entendi que o senhor é um homem sensível à causa e que já entende a força, junto como General, que eu também conheço. Mas que a gente olhe com muito carinho a base do nosso esporte!

Com relação à Lei de Incentivo, há outra preocupação que eu tenho. Eu gostaria de saber os critérios da escolha. O senhor fala que a cultura está muito centralizada no Rio e em São Paulo, mas no esporte não é diferente. O esporte hoje se concentra ali. Nós precisamos rever o que ocorre no Norte e no Nordeste, onde temos clubes e instituições que precisam que essa lei, que esse incentivo fiscal chegue, de fato, às áreas de periferia do nosso País, aonde ele não está chegando. Então, realmente nós precisamos reavaliar esses critérios e não engessarmos, não os deixarmos tão duros, porque só os grandes clubes, as grandes instituições conseguem.

Eu acho que o General sabe do que estou falando, quem é do esporte sabe do que estou falando.

Nós precisamos cuidar das nossas crianças, dos nossos jovens e dos clubes também.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Aqueles menores que não têm a possibilidade de captar e de ter esse incentivo fiscal que vem da Lei de Incentivo.

Fica o meu apelo, como ex-atleta e agora como Senadora, para que atentemos com relação ao esporte de base. O esporte entende que o ministério teve de ser extinguido por questões econômicas, entendemos tudo isso, mas a nossa preocupação é com as políticas. E tínhamos políticas dentro do ministério que eram importantes: Programa Esporte e Lazer da Cidade; Praça da Juventude, que não foi citado; a Luta pela Cidadania – em outro momento, se eu puder, quero falar, porque acho que é importante.

Outra coisa: ano que vem, Jogos Olímpicos e Paralímpicos no Japão, em Tóquio. Eu tenho uma preocupação com as bolsas. Sobre os repasses que estão sendo feitos para o Comitê Olímpico e Paralímpico – quero deixar bem claro aqui –, como está sendo feito esse planejamento, esse diálogo entre o ministério e comitê para que os atletas tenham condições?

Passou a Rio 2016, e tivemos muitos casos de corrupção e de má gestão. E quem é penalizado? Sempre o atleta. A grande estrela, aquele que é o formador de opinião, enfim, que é uma referência para os nossos jovens, para as nossas crianças sempre é penalizado pela má gestão. Então, nós não podemos viver no País da impunidade para nenhum setor, e para o esporte também.

Eu estou aqui também para isto, para ser a voz que há anos neste País os atletas não tiveram.

Obrigada, Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Muito bem.

Agora vamos ouvir o Senador Eduardo Girão. (*Pausa.*)

S. Exa. não se encontra.

Senador Zequinha Marinho. (*Pausa.*)

Também não se encontra.

Senador Jean Paul Prates... Também não se encontra.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para interpelar Ministro.) – Obrigado. Eu me encontro. Sou novato, difícil de reconhecer de vez em quando. Obrigado, Presidente Dário.

Ministro, bem-vindo!

Senador Flávio...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

São duas perguntas muito simples, até pelo adiantado da hora. São perguntas até meio técnicas.

Uma é sobre o Plano Nacional de Cultura, se está sendo discutido, se está sendo elaborado. É um plano que foi elaborado a partir de discussões que ocorreram, apenas para registro, de 2005 até 2010. Em 2010, foi colocado em prática e encerra-se em 2020. Como obviamente vocês sabem, em dezembro de 2020 termina. São 36 estratégias, 274 ações, 53 metas, feitas a três jurisdições – estadual, municipal e federal. Então, quero saber mais ou menos qual é o plano do Governo para elaborar o Plano Nacional de Cultura para a década seguinte.

O outro, que é muito querido da minha parte, porque foi derivado de um projeto de autoria da Senadora Fátima Bezerra, minha antecessora e atual do Governadora do Rio Grande do Norte, querida de todos aqui nesta Casa, que institui a Política Nacional de Leitura e Escrita como estratégia permanente para promover o livro, a leitura, a escrita, a literatura e as bibliotecas de acesso público no Brasil. Isso era uma prerrogativa do MEC com o Minc. Com a extinção, o Minc passou ao Ministério da Cidadania, e dentro da Secretaria da Cultura provavelmente estará esse assunto. São diretrizes e objetivos da Política Nacional de Leitura e Escrita. Ali se estabelece que será elaborado em seis meses, nos seis primeiros meses do mandato do Chefe do Poder Executivo, com vigência para o decênio seguinte. Portanto, é outro plano decenal. Indago nesse caso qual a secretaria ou diretoria de pasta que, de fato, seria designada para elaborar esse plano e se o Ministério já pretende apresentar a primeira versão para a sociedade debater.

É isso.

Obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Vamos ouvir, por último, o Senador Flávio Arns, que é Vice-Presidente desta Comissão.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR. Para interpelar Ministro.) – Quero cumprimentar novamente o Ministro e parabenizá-lo pelo trabalho.

Quero fazer três perguntas bem rápidas. A primeira delas eu considero fundamental, porque a Leila, o Confúcio Moura e outros disseram dessa necessidade de articulação da educação com o esporte – a última intervenção da Leila –, mas com a cultura e com desenvolvimento social. Aqueles desdobramentos do Bolsa Família, como o senhor colocou, referem-se a questões essencialmente de educação, de preparação para o mundo do trabalho, de estudar, de ter uma bolsa, começar a trabalhar, fazer um estágio. Eu penso que nós temos aí um desafio – eu queria colocar assim – de nós nos articularmos nesse sentido, o Congresso Nacional e o ministério trabalharem juntos para que pensemos nessa articulação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Segundo, o senhor várias vezes colocou que a gente não pode ter censura na questão da lei cultural ou que a gente não pode impor também. Eu acho que a gente tem todo o direito de dar as regras bem definidas, porque o dinheiro é público e, sendo público, vai ser usado de acordo com os objetivos de um determinado momento da história que a sociedade deseja. Isso não é censura, porque poderiam buscar outros recursos. Então, eu penso que essa divisão, esse quase direcionamento não é para produzir isso ou produzir aquilo, mas como o dinheiro vai ser utilizado. Eu particularmente não enfatizaria as expressões de que a gente não pode impor.

A outra coisa que eu colocaria é que eu sei que houve um esforço imenso para passar de 7 mil para 11 mil bolsas no atendimento em comunidades terapêuticas. A comunidade terapêutica é fundamental, é importante no processo de reabilitação, de recuperação. Devem ser valorizadas, devemos ter diretrizes. Existem um grande debate nacional se isso deve acontecer ou não. Eu sou totalmente favorável, mas nós temos que achar, Ministro, eu diria, algumas soluções. Muitos comunitários fazem um belo trabalho e com poucos recursos conseguiriam fazer um trabalho maior ainda.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Onze mil pessoas, por exemplo, em uma cidade do Paraná, em uma cidade maior, não atende nem as pessoas... Porque a droga está tão disseminada. A gente vê isso no pessoal que está preso: nas prisões, jovens de até 30 anos, metade do pessoal que está preso é por causa de algum envolvimento com droga. Sei que não é fácil, mas temos de refletir em como o programa poderia se estender muito mais para esse desafio.

É isso. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Por último, o Senador Eduardo Girão.

Com isso, nós encerramos as nossas as nossas inscrições.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE. Para interpelar Ministro.) – Muito obrigado, Presidente.

Senador Dário Berger, Senador Flávio Arns, parabenizo V. Exas. pela oportunidade que a gente está tendo aqui de aprender um pouco mais com o Ministro Osmar Terra sobre o Ministério da Cidadania, que é um ministério importantíssimo. Eu fiquei assim impressionado com a responsabilidade desse ministério. A gente percebe, pela explanação e pelo histórico do Ministro, que é uma pessoa extremamente capacitada e habilitada para fazer o melhor trabalho possível.

Eu fiz algumas anotações. Eu fiquei feliz aqui em ouvi-lo, porque uma grande preocupação, Ministro, no Nordeste, na minha terra, no Ceará, é com relação à Lei Rouanet, e o senhor deixou claro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

aqui, colocou um ponto final, dizendo que é importantíssima para o País, para o fomento da cultura brasileira. E o Nordeste tem recebido uma parcela muito pequena, 4%. Não é isso? Nós temos 25% da população do Brasil e temos apenas 4% dessa renúncia fiscal investidos no Nordeste. Então, fico feliz que o senhor esteja com a sua equipe focada em estabelecer novos critérios para que se possa equilibrar, se fazer justiça com relação a esse empreendedorismo cultural, que é muito importante.

Ontem mesmo eu fui ao lançamento de um filme aqui em Brasília. É um filme do Ceará, o Cine Holliúdy. A dificuldade é enorme para se conseguir produzir.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – É o legendado. É exatamente o legendado, do Halder Gomes.

Então, ressalto a obstinação de produtores como ele, de fomentadores da cultura como ele, que têm que sair e ir para o Rio de Janeiro, para São Paulo para tentar fazer... E o talento brotando. E não é só no Ceará, não; também em outros Estados.

Eu queria falar também com relação ao Bolsa Família. A gente não tem dúvida de que é importante, fundamental inclusive. Ele tem que ter no futuro, dentro de um planejamento a muito longo prazo, uma porta de saída. Isso é algo que a gente tem de deixar claro. Agora, com relação ao uso político do Bolsa Família, há uma ideia que eu ouvi inclusive de um Senador daqui da Casa e que fez um grande trabalho em duas legislaturas, o Magno Malta. É uma sugestão que eu gostaria de levar para apreciação de V. Exa.: é a questão de, se for possível, que a avaliação, que toda a análise seja tirada das prefeituras e colocada, por exemplo, para a Caixa Econômica Federal, para que, através das tecnologias existentes e da capilaridade que tem a Caixa Econômica Federal ou o Banco do Brasil, se possa cadastrar, se possa fazer esse levantamento. Eu acho que, sendo federal, você tira um pouco esse uso político que é feito em muitas prefeituras do interior. Lá no Nordeste é impressionante o que acontece.

Para encerrar, o senhor foi muito feliz – e eu o admiro não de hoje, mas de muito tempo – por essa luta contra as drogas. O senhor é um obstinado. V. Exa. enfrenta *lobbies* poderosíssimos, não agora, mas desde antes de ser Ministro, como Deputado, e inclusive deu de presente para esta Casa, trouxe para esta Casa o PLC 37, de 2013. A gente tem a grande chance aqui no Senado de resolver grande parte dos problemas que hoje existem no enfrentamento da luta contra as drogas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – ... e também na questão de apoio às famílias, apoio às instituições que estão fazendo isso, que estão preenchendo aquele espaço do que o Governo deveria fazer há muito tempo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só para concluir, Sr. Presidente, a Associação Brasileira de Psiquiatria, que reúne mais ou menos 7 mil médicos no Brasil, apontou que 62% dos usuários de maconha começaram a consumir a droga antes dos 18 anos, Senador Flávio Arns. Nessa faixa etária, quando é usada a droga, ela tem um índice poderosíssimo de vício, o mesmo da cocaína.

O Relatório Mundial sobre Drogas 2018, da ONU, afirmou que mais de 13 milhões, quase 14, 13,8 milhões de jovens entre 15 e 16 anos usam a *Cannabis*.

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Está cientificamente comprovado que a maconha aumenta o risco, como falou o Ministro, de esquizofrenia, potencializa a esquizofrenia, transtornos psicóticos, diminuição do QI, evasão escolar – que tem tudo a ver com esta Comissão –, dentre outros tantos males.

A pergunta que eu queria fazer aqui, para fechar, é uma só. Eu fiquei muito feliz com essa relação interministerial que está acontecendo, com esse diálogo que o Ministério da Cidadania está tendo com outros ministérios. E eu queria saber sobre o MEC, especificamente sobre o Ministério da Educação. A sua visão política sobre drogas o senhor já demonstrou, mas eu gostaria de saber se existe alguma ação conjunta do Ministério da Cidadania prevista – se está sendo discutido isso com o Ministério da Cidadania – com o Ministério da Educação no sentido de enfrentar a proliferação das drogas nas escolas brasileiras.

Eu tive oportunidade de visitar, neste final de semana, lá no Rio Grande do Norte, a escola que o Senador Styvenson adotou. Eu fiquei encantado com o modelo, Senador Flávio Arns; é compartilhado com a Polícia Militar. Lá droga não entra. Eu vi a própria comunidade abraçando, agradecendo e dizendo que quer exame toxicológico, que seja feito o exame lá. A própria comunidade pedindo, os pais pedindo que seja feito. Então, eu queria saber do senhor, que tem um conhecimento grande nesta área contra as drogas, como pode haver uma sinergia boa entre o Ministério da Cidadania e o Ministério da Educação.

Muito obrigado. Desculpas pelo tempo.

O SR. OSMAR TERRA – Eu acho que a Senadora Leila falou muito do que nós estamos pensando. Eu acho que a gente tem uma sinergia aí, uma boa sinergia, e vamos trabalhar para isso.

Eu concordo que a lógica do esporte é muito parecida com a lógica da cultura, as leis de incentivo, tudo isso tem que ser focalizado onde mais precisa e na base. Eu queria até cumprimentar aqui também o Hugo Parisi, nosso campeão de salto ornamental, e o Flávio Canto também, do judô, pelo trabalho deles. Acho que nós precisamos conversar mais para poder potencializar isso. Eu estive em contato, quando a gente foi assistir ao sorteio da Libertadores lá no Rio com o Gen. Marco Aurélio,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

também com o Cafu, do futebol, que trabalha muito com crianças. Aí, nós vamos aproveitar essa experiência toda e vamos procurar fazer isso acontecer.

Nós temos uma lógica, um método que nos facilita isso. Nós estabelecemos – vocês podem ver até pelo IBGE, quem tiver curiosidade – as mesorregiões. Naquelas mesorregiões haverá as olimpíadas. A mesorregião é um grupo de microrregiões, três, quatro microrregiões que se organizam, em geral com cem Municípios mais ou menos, oitenta a cem Municípios. A gente vai fazer as olimpíadas lá, e dali a gente vai tirar os talentos, vai começar a puxar para nível estadual e nacional, e todos com bolsa. A gente quer dar Bolsa Atleta para essa turma toda, incentivá-los. A gente só não está incentivando o salto ornamental porque não há piscina suficiente em todas as escolas, não há disponibilidade, mas quando houver, a gente quer...

Agora, a gente está fazendo em esportes que são mais fáceis de haver: o judô, que é muito importante; o xadrez, que eu acho que vai ser um esporte olímpico em breve; a questão do atletismo, todo o atletismo a gente quer fazer; e os esportes coletivos, como vôlei, futebol, os mais exercitados. O handebol, eu descobri pelo General aqui que o handebol é mais do que o... Eu achava que o basquete era mais praticado, mas o handebol é mais do que o basquete. Como a gente não tinha como fazer com tudo, a gente escolheu pelo menos esses. Se houver mais, tudo bem, mas com esses, nessas mesorregiões, todo ano vai haver olimpíadas, embora seja proibido falar de olimpíadas.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. OSMAR TERRA – Vai haver olimpíada. Vai haver olimpíada no Estado e vai haver olimpíada nacional, com as escolas, a partir das escolas, que é a base para revelar os talentos.

O Plano Nacional de Cultura, Senadora, eu acho que nós temos que segui-lo, é um plano aprovado, e nós estamos iniciando uma discussão agora para ver como fazer, seguindo sua lógica aí. Acho que é bem importante isso. Vamos seguir o Plano Nacional de Cultura e vamos procurar discutir aí, mas a nossa ideia é que a cultura tem que ser democratizada. A pessoa mais humilde da favela tem que ter acesso a espetáculos de teatro, tem que ter acesso para o filho poder estudar artes, tem que ter... É isso que acho que a gente tem que trabalhar de alguma forma nesse contraturno de escola, inclusive nas regiões mais violentas, com as escolas abertas no fim de semana para prática esportiva e cultural. Eu tive uma experiência, eu coordenei o Comitê de Prevenção da Violência no Rio Grande do Sul, quando fui Secretário de Saúde, e nós tivemos um impacto muito grande, positivo, com as escolas abertas e com as regiões mapeadas para contraturno de escola.

Quanto ao Senador Flávio Arns, as questões...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Desculpa, Ministro... Sobre o livro, a Política Nacional do Livro também. Desculpa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OSMAR TERRA – Ah, sim. Isso é uma questão que nós temos que ver. Eu não tenho essa informação para lhe dar agora. Temos que ver, porque nós estamos incentivando livro até para bebê, não é? Eu acho que não custa nada a gente incentivar o resto. Só para dar uma ideia, com a parceria que a gente fez com a Fundação Itaú Social, nós estamos com acesso a 10 milhões de livros de contos infantis para as crianças do Criança Feliz, para as famílias, para as mães lerem contos. A mãe ler conto para a criança... A mãe, o objeto de afeto maior da criança, de apego maior dela, ler para ela, dar atenção para ela e falar palavras marca a memória; ela forma muito mais rapidamente vocabulário do que... É talvez o maior fator de impacto na aprendizagem escolar depois, futura. Essas são pesquisas longitudinais feitas pelo Dr. Rolim de Moura, da Universidade de Pelotas, acompanhando cortes longitudinais, comparando crianças que estão na escola. O fator de melhoria do desempenho escolar daquela criança, onde começou? Começa na leitura de contos infantis pela pessoa que é objeto de apego daquela criança.

Senador Flávio Arns, eu queria falar que nós estamos trabalhando educação e esporte, nós estamos juntando as coisas. O Ministro Ricardo Vélez é muito aberto a esse diálogo, nós vamos fazê-lo.

Quanto ao número de comunidades terapêuticas, Senador, eu quero dizer que até 2007... Eu fui o primeiro Secretário de Saúde do Brasil a contratar comunidade terapêutica, porque eu acho que ela tem um impacto muito maior do que o próprio Caps Álcool e Drogas, quando trabalha só com redução de danos. Essa história de redução de danos causa um dano enorme, porque só trabalhar... A redução de danos tem que ser feita, mas só trabalhar a redução de danos sem manter as pessoas em abstinência, sem convencê-las a ficar em abstinência não melhora nada a situação, só agrava a situação da droga e do número de pessoas dependentes de droga. Então, nós estamos fazendo inclusive pesquisa agora comparando comunidades terapêuticas com o Caps Álcool e Drogas, para ver quantas pessoas estão voltando para uma vida produtiva e tal a partir do tratamento num tipo e outro. O Caps Álcool e Drogas pode servir para acompanhamento posterior, agora, para a fase de sair do consumo diário da droga, é muito importante a abstinência.

Parece que eu estou dizendo uma coisa óbvia mas não é. Filosoficamente havia toda uma teoria que predominou por 20 anos – aí não é só Governo do Lula nem da Dilma, é Governo do Fernando Henrique também. Prevaleceu a filosofia da redução de danos e, subliminarmente, de que a pessoa tem direito de usar droga, que a droga tem que ser liberada. Isso é que predominava no Ministério da Saúde, no Ministério da Justiça, em todas as áreas. Então, agora a gente está mudando isso. Vai haver uma nova política sobre drogas que prega a abstinência como uma coisa importante e defende as comunidades terapêuticas, que nunca foram defendidas, sempre foram execradas pelo Governo. Então, nós estamos mudando o viés.

Agora eu quero a dizer que a gente começou a contratar em 2007, e não tinha nada do Governo Federal. O Governo Federal começou depois de um movimento que a gente fez, e a Presidente Dilma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

promulgou a "Crack, é possível vencer", que foi fruto de uma comissão em que a gente trabalhou e cujos resultados ela aplicou, ela colocou. A bem da verdade, vê-se que a Presidente Dilma defendeu essa proposta, inclusive defendeu as comunidades terapêuticas, só que o segundo escalão todo estava ideologicamente comprometido com o contrário do que ela dizia, então não funcionou nada, ou funcionou muito pouco.

Eu acho que são importantes, então, as comunidades terapêuticas. Nós vamos incentivar, estamos em 11 mil, vamos chegar rapidamente a 20 mil e vamos aumentando, porque há necessidade, a epidemia é crescente no País.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Ministro, sobre a questão de ser facultativa a prática esportiva nas escolas, vamos contar com seu apoio?

O SR. OSMAR TERRA – Ser facultativa não, ser obrigatória.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – É, está facultativa hoje; ser obrigatória.

O SR. OSMAR TERRA – Sim, eu sou a favor de ser obrigatória.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Exatamente. E com relação aos atletas olímpicos e paralímpicos, a preparação – se o senhor quiser falar, Secretário, fique à vontade... Sobre os nossos atletas olímpicos e paralímpicos, o planejamento junto ao COB?

O SR. OSMAR TERRA (*Fora do microfone.*) – Com a palavra o Gen. Marco Aurélio.

O SR. MARCO AURÉLIO VIEIRA – Muito obrigado. Boa tarde a todos!

Sem dúvida, a prioridade, apesar do corte que aconteceu junto ao Bolsa Atleta, considerando que nós temos este ano os Pan-Americanos, temos os Jogos Mundiais Militares em outubro e temos, no ano que vem, as Olimpíadas, a prioridade ficou com os atletas olímpicos e Pódio. Então, todos os atletas olímpicos – quando digo olímpicos digo olímpicos e paralímpicos – e os atletas de Pódio estão sendo atendidos apesar do corte. A nossa luta agora, e o Ministro está empenhado nisso, é que nós tenhamos o atendimento estendido a todos aqueles das demais classes: o atleta de base, o atleta educacional, o atleta internacional, o atleta nacional. Então, a nossa necessidade hoje é que nós tenhamos futuro. O presente está garantido. A primeira coisa.

A segunda: eu queria complementar, Ministro, com relação à Lei de Incentivo ao Esporte. Nós fizemos um estudo detalhado desde o começo do ano, por orientação do Ministro, a respeito dos critérios, e principalmente se descobre que existem... Eu tenho um respeito muito grande pelo que foi feito até hoje em termos de esporte. Eu sou do tempo em que eu andava em Copacabana com pires na mão pedindo apoio para competir, e graças às empresas que nos davam aleatoriamente, a gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conseguia competir. Hoje nós temos um suporte legal, políticas públicas, temos que aperfeiçoá-las. São muito boas, mas existem falhas sim, e uma das falhas é exatamente a necessidade de uma criteriosa seleção, capacitação para receber, por exemplo, a Lei de Incentivo ao Esporte.

Nós temos da ordem, Ministro, de umas 300 cidades só, dentre os 5.570 Municípios, que se habilitam à Lei de Incentivo ao Esporte. Por quê? Porque as prefeituras não estão habilitadas. Então, o indivíduo não compra o bilhete e não pode ganhar na loteria. Ele não se candidata à Lei de Incentivo ao Esporte; o Município não sabe fazer isso. Uma das iniciativas que temos conversado aqui com a Secretária Tatiana e com o Ministro é exatamente nós passarmos a capacitar os Municípios a saber trabalhar com Siconv, saber trabalhar com a lei de incentivo, para poder tirar proveito do que é totalmente voltado para isso.

E o segundo aspecto é que, como, dessas 300 cidades, praticamente 250 estão no eixo Sul-Sudeste, o que a gente vai encontrar? Que está realmente concentrado, e o pior que eu vejo: está concentrado no esporte de alto rendimento. Graças às ONGs – por isso que eu faço a resposta aqui ao Senador, que falou das ONGs –, graças às ONGs é que o Esporte para Todos, o esporte participativo, o esporte inclusivo acontece, porque, se é só a Lei de Incentivo ao Esporte, nós praticamente... Temos que obedecer à lei, e aqueles que se apresentam são quase todos voltados para o esporte de alto rendimento, 80% a 90% dos projetos são voltados para o alto rendimento, então é difícil escapar disso. A gente tem que rever os critérios e passar a distribuir, conforme orientação do Ministro, para as demais cidades do Brasil, para as demais regiões.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Muito bem.

O SR. OSMAR TERRA – Só para terminar, eu queria apresentar a nossa Secretária Executiva, Tatiana Alvarenga. Colocamos uma mulher para mandar em todo mundo lá no ministério. Ela que toca a máquina lá.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Então, já aproveito para cumprimentar a Dra. Tatiana Alvarenga, que é Secretária Executiva do nosso Ministério da Cidadania; agradeço também ao Gen. Marco Aurélio Costa, Secretário Especial do Esporte; da mesma forma a Lelo Coimbra, que é Secretário Especial de Desenvolvimento Social; e também ao Prof. José Henrique Medeiros Pires, que é o Secretário Especial de Cultura. E agradeço especialmente ao nosso Ministro e também aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras, que proporcionaram para nós uma excelente audiência pública. Acho que elaboramos, discutimos aqui inúmeros temas, esclarecemos muitas dúvidas e chegamos à conclusão de que o Ministério da Cidadania está muito bem representando com o Ministro Osmar Terra e com seus secretários executivos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, Ministro, em meu nome e em nome desta Comissão, os nossos sinceros agradecimentos e nossos votos de que V. Exa. tenha todo o sucesso possível. Conte, evidentemente, com nosso apoio.

Diante disso, nada mais havendo a tratar, encerro a presente reunião.

Muito obrigado a todos.

(*Iniciada às 11 horas e 34 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 31 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 6ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE MARÇO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às doze horas e cinco minutos do dia vinte e seis de março de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Dário Berger, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Marcio Bittar, Luiz do Carmo, Eduardo Gomes, Izalci Lucas, Styvenson Valentim, Eduardo Girão, Plínio Valério, Leila Barros, Flávio Arns, Marcos do Val, Paulo Paim, Zenaide Maia, Jean Paul Prates, Paulo Rocha, Angelo Coronel, Nelsinho Trad, Jorginho Mello, Wellington Fagundes, Zequinha Marinho, Jorge Kajuru, Eliziane Gama, Jayme Campos, Juíza Selma e Telmário Mota. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Mailza Gomes, Lasier Martins, Roberto Rocha, Cid Gomes, Alessandro Vieira, Fernando Collor, Carlos Viana, Sérgio Petecão e Maria do Carmo Alves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da 4ª e 5ª reuniões, que são aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei do Senado nº 136, de 2018 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a literatura de cordel e manifestações culturais baseadas no improviso no currículo da educação básica." **Autoria:** Senadora Regina Sousa. **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Retirado de pauta, a pedido do relator. **ITEM 2 - Projeto de Lei da Câmara nº 95, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Acrescenta inciso ao art. 13 da Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003, que "institui a Política Nacional do Livro"." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Styvenson Valentim. **Relatório:** Favorável com duas Emendas de redação que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório que passa a constituir parecer da comissão favorável ao Projeto com as emendas nº1-CE e nº2-CE. **ITEM 3 - Projeto de Lei da Câmara nº 106, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Denomina Rodovia Zilda Arns Neumann o trecho da BR-369 entre a cidade de Bandeirantes, no Estado do Paraná, e a divisa desse Estado com o Estado de São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado o relatório que passa a constituir parecer da comissão favorável ao Projeto. **ITEM 4 - Projeto de Lei nº 407, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Inscreve o nome de Nelson de Souza Carneiro no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Zenaide Maia. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Projeto de Lei do Senado nº 172, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, para permitir o pagamento de despesas com educação de crianças de até três anos em creches privadas com recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação." **Autoria:** Senador Wilder Morais. **Relatoria:** Senador Plínio Valério. **Relatório:** Contrário ao Projeto. **Resultado:**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Adiado. **ITEM 6 - Projeto de Lei do Senado n° 360, de 2017 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a incumbência do Poder Público na promoção de feiras de ciência e tecnologia na rede pública de ensino médio." **Autoria:** Senadora Maria do Carmo Alves. **Relatoria:** Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Pela aprovação com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - Projeto de Lei do Senado n° 249, de 2018 - Terminativo -** que: "Institui o Dia Nacional do Museu." **Autoria:** Senadora Maria do Carmo Alves. **Relatoria:** Senador Zequinha Marinho. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte n° 13, de 2019** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos, com o objetivo de discutir o aumento das mensalidades dos cursos de Medicina posteriormente a reformulação do FIES, onde se estabeleceu um teto de 7 mil de mensalidade para financiamento. Igualmente busca-se discutir o porquê do alto custo das inscrições dos processos seletivos para os cursos de Medicina nas universidades particulares, quando comparado a outros processos seletivos dos demais graduações." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte n° 14, de 2019** que: "Requer a realização de uma audiência pública, nesta Comissão, para debater "Segurança nas escolas", em virtude do atentado ocorrido na Escola Estadual Professor Raul Brasil, em Suzano - São Paulo." **Autoria:** Senador Confúcio Moura. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 10 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte n° 15, de 2019** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a respeito dos eventuais impactos decorrentes da implementação da telemedicina sobre os currículos dos cursos de Medicina e sobre a formação médica no País." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo. **Resultado:** Adiado. **ITEM EXTRAPAUTA 11 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte n° 18, de 2019** que: "Requer, em aditamento ao Requerimento nº 9 - CE, convite a um representante da Confederação Nacional dos Municípios na audiência pública com a finalidade de debater o Fundo Nacional de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Novo Fundeb" **Autoria:** Senador Dário Berger. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e quinze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Dário Berger

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/03/26

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Havendo número regimental, declaro aberta a 6ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 4ª e da 5ª Reunião.

Os Senadores e as Senadoras que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Informo que a nossa reunião de hoje destina-se à deliberação dos itens de nºs 1 a 10.

Tenho aqui dois ou três comunicados a fazer, mas acho que posso iniciar por um requerimento que não vai suscitar nenhuma dúvida e nenhuma objeção.

Trata-se de uma audiência pública, Senador Confúcio, que nós aprovamos aqui para discutir a questão do Fundeb. E eu recebi aqui na Comissão uma solicitação da Confederação Nacional de Municípios, que gostaria de participar da audiência pública. Como a audiência pública tem quatro membros identificados, eu acho perfeitamente possível nós ampliamos para mais um membro para darmos voz e vez à Confederação Nacional de Municípios.

Então, eu requeiro, em aditamento ao requerimento já apresentado aqui com relação ao Fundeb, de autoria do Senador Marcos do Val, para que nós possamos incluir também na audiência pública um representante da Confederação Nacional de Municípios.

Os Senadores que concordam com essa solicitação, por favor, permaneçam...

Flávio Arns, V. Exa. tem a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Não, eu concordo. Eu só gostaria de lembrar os outros quatro, as outras quatro instituições que vão participar. Eu concordo, estou de acordo.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Bem, de qualquer forma, em seguida, eu passo ao senhor. Vou pedir aqui à nossa assessoria que providencie os outros quatro e declinarei os nomes para V. Exa.

Então, considero aprovada a participação da Confederação Nacional de Municípios na audiência pública do Fundeb.

Bem, eu tenho um comunicado a fazer também aqui a respeito das políticas públicas que são desenvolvidas pelas Comissões permanentes. Notadamente, em toda sessão legislativa se discute um tema de relevância, em que é designado um relator, ele apresenta o relatório, e muitos deles têm um impacto bastante interessante para fornecimento de subsídios para o Governo e para nós mesmos aqui.

A minha ideia, salvo melhor opção, é de que nós pudéssemos fazer pelo menos três avaliações: uma da educação propriamente dita, outra do esporte e outra da cultura. Mas eu acho que seria interessante nós deixarmos comparecer mais um número relativo de Senadores para que possamos estabelecer a regra e os critérios de como nós vamos fazer isso.

Portanto, eu pediria a V. Exas. para irmos ao item 2 da pauta, que é, inclusive, de relatoria do Senador Styvenson Valentim, para que nós possamos iniciar os nossos trabalhos, e no decorrer faríamos aquela avaliação das políticas públicas que porventura evidentemente precisam ser avaliadas.

Também tenho outro comunicado, de fazer a designação dos membros da Comissão de Esporte, Educação Física e Formação de Categorias de Base, proposta pela Senadora Leila Barros, que está pronta e só falta nós fazermos a devida aprovação.

Então, eu vou para o nº 2 da pauta, já que o nº 1 é um projeto polêmico e teve voto em separado, e em função do quórum. Vamos deixá-lo sobrestado, para depois tentarmos discutir a esse respeito.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 95, de 2017

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acrescenta inciso ao art. 13 da Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003, que "institui a Política Nacional do Livro".

Autoria: Deputado Aguinaldo Ribeiro

Relatoria: Senador Styvenson Valentim

Relatório: Favorável com duas Emendas de redação que apresenta.

Observação: a matéria vai ao Plenário do Senado Federal.

Concedo a palavra, então, ao Senador Styvenson Valentim, para a leitura e a defesa do seu relatório.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN. Para leitura de relatório.) – Bom dia! Bom dia a todos. Bom dia, Sr. Presidente, Senadores, todos que estão assistindo à TV Senado e pelas redes sociais também.

Vou sintetizar um pouquinho o relatório.

A proposição – esta proposição, desse projeto de lei da Câmara – visa incluir, como incumbência do Poder Executivo, no âmbito da Política Nacional do Livro, a instituição de um concurso regional, em todo o Território nacional, com vistas à descoberta de novos autores e ao incentivo a eles.

Passo agora, Sr. Presidente, logo para a análise, se não houver nenhum problema para os Senadores, porque é um tema tranquilo esse. Não é tão polêmico quanto o primeiro.

A iniciativa sob exame corrobora a preocupação, inserida na Política Nacional do Livro, de garantir a todo brasileiro o acesso ao livro e à leitura, por meio de projetos, programas e atividades desenvolvidos com essa finalidade. A nosso sentir, a realização, pelo Poder Público, de concursos literários constitui, sem dúvida, um incentivo crucial à produção intelectual dos escritores e autores brasileiros e à revelação de novos talentos.

Eu estou aqui...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Eu pulei para adiantar. Está bom?

A realização de concursos literários, de âmbito nacional e regional, configura, sem dúvida, medida eficaz para melhorar as oportunidades de autores na publicação e disseminação de seus

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

textos, seja em meio impresso, seja em meio digital, pois muitos profissionais, apesar do estofo e da solidez no seu ofício, ainda são pouco conhecidos do público leitor.

Desse modo, ao estimular a valorização desses novos talentos, a inovação sob exame tem a premência de incrementar a produção literária brasileira e cristalizar iniciativas locais bem-sucedidas no mesmo sentido.

Na mesma linha, a vertente regional desses certames literários também se mostra oportuna. Em primeiro lugar, pela valorização da cultura e das iniciativas locais, que se conforma à perspectiva, inscrita no art. 215 da Constituição Federal, de que "O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais".

Em segundo lugar, pelo potencial para despertar o gosto por literatura mais afeita à realidade dos leitores.

Por fim, no que tange à adequação do projeto à técnica legislativa preceituada pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, constata-se que a ementa e o art. 1º da proposição não refletem as recomendações de que se prestem a indicar, com precisão, o objeto da lei. Para a elisão dessa impropriedade, apresentamos duas emendas de redação, sem incidência sobre o mérito da matéria, de modo a evitar o recambiamento da proposição à Casa de origem.

Feitas essas alterações, que, a nosso juízo, aprimoram a iniciativa, e uma vez não encontrando óbices quanto à sua juridicidade e constitucionalidade, julgamos a matéria merecedora de acolhida desta Casa Legislativa.

Voto.

Em face do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 95, de 2017 (Projeto de Lei nº 3.073, de 2011, na Casa de origem), com as emendas a seguir:

EMENDA Nº - CE (DE REDAÇÃO)
Dê-se à ementa do PLC nº 95, de 2017, a seguinte redação:
"Altera a Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003, que *institui a Política Nacional do Livro*, para incluir, no rol de ações de difusão do livro incumbidas ao Poder Executivo, a instituição de concursos regionais visando à descoberta e premiação de novos autores."
EMENDA Nº - CE (DE REDAÇÃO)
Dê-se ao art. 1º do PLC nº 95, de 2017, a seguinte redação:
"Art. 1º Esta Lei inclui, no âmbito da Política Nacional do Livro de que trata a Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003, ação de difusão do livro por parte do Poder Executivo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

concernente à instituição de concursos literários regionais voltados à descoberta de novos autores."

Encerrado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Em discussão.

Senador Confúcio Moura.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Para discutir.) – Sr. Presidente, é extremamente louvável o projeto de lei. O senhor poderá constatar o excelente resultado dessa difusão dessas olimpíadas ou de outras divulgações, como a Olimpíada de Matemática, promovida pela Impa, que é o Instituto de Matemática Pura e Aplicada, no Rio de Janeiro para todo o Brasil.

Demonstrou-se, através dessa Olimpíada, a revelação de uma jovem talentosa moça que, inclusive, foi eleita Deputada Federal, a Tabata. Através dessa sondagem, foi descoberto esse talento em um bairro popular de São Paulo. Ela ganhou bolsa em Harvard, voltou, fez Ciência Política, candidatou-se a Deputada, e está aí, com vinte e poucos anos. Acho que tem entre 23 e 25 anos, é uma das mais novas Parlamentares hoje aqui no Congresso Nacional.

Quanto à política do livro no Brasil, ainda mais com a internet, diminuiu muito o interesse da juventude pela leitura do livro de papel, de passar folha, dedo a dedo, o que é um gosto sagrado e maravilhoso que a gente tem de folhear página a página.

Com isso, a meninada hoje busca na internet muita coisa, e as bibliotecas estão realmente pouco solicitadas, em grande parte. De qualquer forma, nós temos de – água mole em pedra dura – fazer a nossa parte. E esse projeto vem dar uma força muito grande para o Poder Executivo criar, nos Estados, esses concursos regionais de promoção, essas feiras, tipo a feira de Paraty, o Prêmio Jabuti, que há no Brasil, que premiam revelações fantásticas.

Este ano, o prêmio de poesia coube a um menino de Fortaleza, do Estado do Ceará, do interior, chamado Mailson, que ganhou o Prêmio Jabuti de Poesia, pela primeira vez. Ele mesmo pagou do bolso dele a publicação do livro. É professor. E o poema dele é um livro fantástico de poemas muito aprovado inclusive no festival do Prêmio Jabuti. Ele foi o primeiro classificado do Brasil. E assim outros grandes romancistas foram descobertos através dessas premiações. Foram revelações como Lucrecia Zappi, que também publicou um poema chamado *Acre*. Não tem muita relação com o Estado do Acre, mas relaciona algumas viagens que teve por lá. Ela foi premiada como a romancista do ano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, muito bem relatado aqui o projeto de lei, louvável. E eu fiz essa introdução mais para apoiar mesmo, exaltar essa iniciativa do autor do projeto, com as duas emendas do ilustre Senador Styvenson Valentim.

Eram só essas as minhas palavras, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Agradeço a V. Exa.

Não havendo mais quem queira discutir, submeto a matéria à votação.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que aprovam e que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O relatório passa a constituir o parecer da Comissão e também vai a Plenário.

Item 3 da pauta.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 106, de 2018

- Não terminativo -

Denomina Rodovia Zilda Arns Neumann o trecho da BR-369 entre a cidade de Bandeirantes, no Estado do Paraná, e a divisa desse Estado com o Estado de São Paulo.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observação: A matéria vai ao Plenário do Senado Federal.

Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns para leitura do relatório ao Projeto de Lei da Câmara nº 106, de 2018.

V. Exa. tem a palavra.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR. Para leitura de relatório.) – É que o computador aqui está travado, mas eu, por gentileza do...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – V. Exa. está ao lado de um médico que...

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Pois é.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Aí, qualquer socorro é providencial para que a gente continue a nossa reunião analisando os nossos projetos.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Graças a Deus! E não é só um grande médico, mas um cidadão e um político extraordinário, sempre com intervenções maravilhosas...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Brilhantes.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – ... brilhantes, tanto aqui como no Plenário. Então, de fato, é bom.

Essa rodovia está sendo denominada Zilda Arns Neumann – é minha tia; então, mais uma razão para relatar o projeto –, a BR-369 entre a cidade de Bandeirantes, no Estado do Paraná, e a divisa desse Estado com o Estado de São Paulo, o norte velho do Paraná.

A proposição é do Deputado Diego Garcia, que, na verdade, é daquela região. Então, Zilda Arns... Até, na semana passada, eu falei bastante sobre a Pastoral da Criança, e o Senador Confúcio, inclusive, fez uma intervenção muito bonita citando a diminuição da mortalidade infantil, e V. Exa. também, que é de Santa Catarina.

Zilda Arns Neumann nasceu na cidade de Forquilhinha. Formou-se em medicina, tendo se especializado em pediatria e saúde pública.

Em 1983, por sugestão de seu irmão, Dom Paulo Evaristo Arns – meu tio também, meu pai era irmão deles –, criou um projeto para disseminar o uso do soro caseiro, uma coisa extremamente simples, barata e que diminuiu dramaticamente a mortalidade infantil. A partir desse projeto, foi fundada a Pastoral da Criança.

Ao longo de sua vida, dedicou-se a auxiliar as comunidades mais necessitadas do Brasil e de outros países. Inclusive, a Pastoral da Criança agora está em cerca de 20 países do mundo, a metodologia da Pastoral da Criança. Ela, como todos sabem, morreu no terremoto que ocorreu no Haiti em 2010. A Pastoral foi indicada, inclusive, ao Prêmio Nobel da Paz.

Por todo o exposto – a opinião é suspeita porque sou sobrinho –, não resta dúvida acerca do mérito do projeto. Acho que há um consenso em torno disso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por ser a Comissão de Educação a única Comissão a pronunciar-se sobre a matéria, cabe a ela a análise dos requisitos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade.

No que respeita à constitucionalidade, a proposição obedece aos requisitos constitucionais.

A presente iniciativa é amparada pelo art. 2º da Lei nº 6.682, de 1979, que dispõe sobre a denominação de vias, obras de arte e estações terminais no Plano Nacional de Viação – é uma denominação para a rodovia, que continua com o seu número.

Além disso, a matéria também está em consonância com as exigências impostas pela Lei nº 6.454, de 1977, que regulamenta a denominação de logradouros, obras, serviços e monumentos públicos.

Da mesma forma, quanto à técnica legislativa, não há óbice ao texto do projeto, que está de acordo com as normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara dos Deputados nº 106, de 2018.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Muito bem. Agradeço a V. Exa.

Vou abrir a discussão do projeto, não sem antes mencionar que, quando passei os olhos em cima dos projetos, logo me veio à cabeça o Senador Flávio Arns para relatar essa matéria. Essa matéria é extremamente importante. Veja bem, o projeto é singelo, sublime, mas presta um reconhecimento e uma homenagem a uma das pessoas mais proeminentes da luta pela vida e, sobretudo, pelas crianças no Brasil e no mundo inteiro, de maneira que fica aqui também meu aplauso pela aprovação do projeto, pela homenagem e, sobretudo, pelo reconhecimento.

Está em discussão, então, o projeto.

Eu vou passar a palavra para o Senador Girão, que pediu antecipadamente, Senador Confúcio. Em seguida...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Primeiro, o Senador Confúcio, por favor. Depois eu falo, porque eu acabo aprendendo sempre quando o senhor fala.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Então, Senador Confúcio, V. Exa. tem a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Para discutir.) – Agora com esse elogio, eu perdi até a palavra, digo, o sentido do discurso, não é?

Essa referência à Dra. Zilda Arns é uma homenagem merecida de uma rodovia, no Estado de Santa Catarina e em outros Estados vizinhos, onde placas deverão ser colocadas para que quem passar observar o nome dessa fantástica médica, benfeitora, que contribuiu sobremaneira, de uma maneira visível, ainda mais para os profissionais da área de saúde, que para mim foi o trabalho dela, com a Pastoral da Igreja Católica, com o soro caseiro extremamente simples, com a multimistura. Ela reduziu, através do tempo, a mortalidade infantil, que, no Nordeste, no Centro-Oeste, no Norte brasileiro, chegava a mais de 120 crianças, a cada mil que nasciam, que morriam de desidratação e fome. E, através dessa conduta simplória e do voluntariado, ela conseguiu reduzir. Hoje, pode-se olhar as cidades brasileiras, a mortalidade infantil oscila entre 8% e, no máximo, 20%, uma coisa simplesmente fantástica. Não há nada na medicina mais maravilhoso do que esse ato.

Então, é muito pouco para a Zilda Arns. A gente precisava muito mais. A gente precisava o nome dela em quase todos os cantos deste País para que ela seja lembrada e transformada em uma pessoa inesquecível pela sua grandiosa obra.

Então, Senador Flávio Arns, neste projeto, eu estou falando mais para apoiar e para registrar essa homenagem à figura da Dra. Zilda Arns pelo seu fantástico merecimento.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Agora, sim, ofereço a palavra ao Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE. Para discutir.) – Senador Dário Berger, Senador Jorginho Mello, Senador Styvenson, Senador Flávio Arns, Senador Confúcio, eu fico muito feliz em estar presente nesse momento simbólico, porque eu tenho um quadro pintado por um artista lá do Ceará chamado Ernane Pereira, de Zilda Arns, na minha casa – para você ter uma ideia da admiração que eu tenho por Zilda Arns, uma das maiores pacifistas do País, uma grande humanista. Pouca gente sabe, mas ela, com a sua coragem – ela é muito conhecida por diminuir muito a mortalidade infantil, pelo trabalho na Pastoral da Criança –, foi uma ferrenha defensora da vida, Senador Dário, desde a concepção. Naqueles debates que havia no País – e anteriormente tinha aquela coisa do politicamente correto; esse assunto era um assunto que era colocado embaixo do tapete, e quem era a favor da vida desde a concepção, ou seja, contra o aborto, naquela época, dez anos atrás, era colocado na parede, na berlinda; jogavam, literalmente, muitas críticas –, Zilda se mantinha firme com o que pensava, com o que acreditava. Ela era uma defensora internacional da vida desde a concepção.

E outra coisa, Senador Confúcio: ela foi contra – olha como é uma visionária, uma missionária visionária –, naquela época do debate no Supremo Tribunal Federal, 15 anos atrás, as células-tronco

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

embrionárias, fazer pesquisa com célula-tronco embrionária. E hoje, 15 anos depois, a ciência mostrou que ela estava certa: foi perdido naquela época, nós perdemos naquela época; eu estava com ela na trincheira para defender. Quanto às células-tronco adultas, havia pesquisas do mundo inteiro mostrando que sim, que elas poderiam realmente fazer diferença na vida das pessoas, com tratamentos e tudo, mas, quanto às células embrionárias, não; eram uma violação à vida. E ela estava certa: até hoje as curas não vieram das embrionárias; vieram das células-tronco adultas.

Então, eu fico extremamente grato. Eu quero manifestar minha gratidão não apenas ao Senador Flávio Arns, seu sobrinho – eu acho que está na genética a bondade, o bem que essa família trouxe a nós –, não apenas ao relatório do Senador Flávio Arns, como também ao Deputado Diego Garcia, que é outro Parlamentar defensor da vida desde a concepção, olha a coincidência! – e não existe coincidência. Então, para encerrar, eu queria dizer que sou, sobretudo, grato a Deus por estar aqui participando desse momento.

Há pouco tempo foi falado pelo Senador Confúcio sobre o Mailson Furtado – ele esteve aqui na semana passada, na CE –, que ganhou o Prêmio Jabuti, do interior do Ceará. Está aqui o livro dele, o livro com que ele me presenteou aqui. Nada é por acaso, não é? Ele me presenteou aqui. Esteve aqui semana passada e quem sabe vai estar em outros momentos conosco aqui.

E essa matéria anterior, da questão do Dia Nacional do Livro, que também acabamos...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – ... a promoção para descobrir novos talentos, que acabamos aprovando aqui há pouco tempo, também tem esse registro da nossa cultura.

Grande abraço. Parabéns, Senador Flávio Arns!

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Senador Jorginho Mello.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - SC. Para discutir.) – Presidente Dário Berger, Senador, Srs. Senadores, falar de Zilda é muito fácil. É muito fácil. Santa Catarina ama essa mulher, que foi, entre nós, uma pastora em defesa do desnutrido, do pobre, fazendo com que muitas ações de Governo se pudessem notar, como o soro caseiro. Uma mulher que morreu no Haiti, como nós sabemos, tentando introduzir lá a Pastoral. Ela tem o querido sobrinho Flávio, nosso Senador, que nos honra, honra o Paraná; irmã de D. Evaristo, que o mundo conhece. Nós tentamos, como Deputado Federal, fazer uma homenagem a ela, dando um trecho da BR-101, que leva o nome do ex-Governador Mário Covas. Infelizmente não conseguimos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu dizia aqui para o Senador Dário que a gente precisa retomar esse assunto, para ver se há possibilidade de, dentro do Estado – uma BR cobre diversos Estados –, dentro de cada Estado, fazer-se uma homenagem para pessoas diferentes. Santa Catarina já tentou fazer, mas não foi possível lá na Câmara – eu me lembro disso – a gente conseguir homenagear essa grande mulher, dando ao trecho de Santa Catarina da 101 o seu nome. Não foi possível, Governador Confúcio, mas acho que a gente tem de votar.

Vou pedir à assessoria inclusive que nos ajude para ver da possibilidade de superar essa dificuldade, sem desprestígio a tantos outros homens públicos e mulheres que têm seus nomes em BRs, mas que a gente pudesse fazer uma homenagem como São Paulo e Paraná estão fazendo aí. Então, quero cumprimentar o Senador, que é uma figura de quem todos aprendemos a gostar e a quem admiramos pela sua fala mansa e inteligente, que nos ajuda sempre a encontrar caminhos de que o Brasil precisa tanto.

Portanto, quero dizer que é uma justa homenagem a essa grande brasileira que nos deixou, sempre fazendo o bem.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Só para complementar: em primeiro lugar, gostaria de agradecer as manifestações todas em relação, permitam-me dizer, à tia Zilda e ao tio D. Paulo, como nós os chamávamos; os dois e toda a família nascida, os filhos e os irmãos nascidos em Forquilhinha, Santa Catarina. Então, meu pai, já falecido, também nasceu lá.

Quero só lembrar que a Pastoral da Criança iniciou-se, como foi dito no relatório, em 1983; portanto, 35, 36 anos atrás.

Hoje, ainda acompanha perto de um milhão de crianças no Brasil. Um milhão! Então, a gente imagina quantas crianças foram acompanhadas no decorrer de 35 anos. Já são adultos, estão trabalhando... E, ao mesmo tempo, tem 165 mil voluntários. Cento e sessenta e cinco mil voluntários, capacitados, qualificados para fazer aquelas ações que a Pastoral desenvolve.

E ela, quando faleceu, já coordenava também a Pastoral da Pessoa Idosa. Então, mais de 200 mil idosos vêm sendo acompanhados, nas casas, nas residências, pela vizinhança, na mesma metodologia da Pastoral da Criança.

E eu quero também dizer que o local da Pastoral, a sede da Pastoral, lá em Curitiba, agora sedia o Museu da Vida. Perto de cem mil pessoas por ano passam pelo Museu da Vida. Cem mil pessoas por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ano! Então, é uma iniciativa bonita, importante. Lá se conta a história da Pastoral para a criança. O Museu é interativo, então as crianças ficam lá o dia inteiro, e tem criança que vai lá no sábado e diz para o pai e para a mãe: "Eu quero voltar. Eu gostei tanto que quero voltar aqui". Então, perto de cem mil pessoas – mesmo agora, sem muita propaganda, inclusive – passam por lá.

Que bom, né? A gente tem que ter essas referências boas. E não só ela; há tanta gente boa no Brasil que faz um belo trabalho a favor de um País melhor, principalmente para as crianças. E, mesmo sendo pastoral, quem não professa uma religião, a favor da criança todo mundo é, para que tenha vida, tenha felicidade, tenha saúde, educação. Isso é o que une as pessoas. Isso é que é o bonito.

Obrigado.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Senador, sem dúvida.

Pela ordem, Senador Zequinha Marinho.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA. Para discutir.) – Pois não.

Eu só queria me juntar aos demais Senadores nossos colegas nesta homenagem à Dra. Zilda.

Eu sou lá da Região Norte, do Estado do Pará, mas, ainda assim, acompanhei de perto as atividades dela na luta principalmente por crianças, ajudando a vida. Ressalto que não é todo mundo que se desprende tanto para se entregar, digamos assim, a um ministério de servir aos seus semelhantes.

Então, por tudo que ela fez e pela qualidade do ser humano que foi, nós nos juntamos aos demais nesta homenagem mais do que justa dando a esse trecho da rodovia o seu nome.

Muito obrigado.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Rapidamente, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Muito bem.

Senador Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Só complementando, desculpe-me o entusiasmo quando falo da Zilda, mas me veio uma ideia aqui agora, e eu quero compartilhá-la com V. Exas, já que nós estamos na Comissão de Educação, Cultura e Esporte. É pouco a gente homenagear humanistas, pacifistas como a Zilda Arns, colocando seu nome

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

numa rodovia – eu acho que é pouco –, e educação é o que vai formando nossas crianças. Olha só o que a gente poderia levar para as nossas crianças, que ela tanto amou: em vez do número nas salas de aula... Já vou ver com a assessoria se é possível fazer isso num projeto de lei... Não há essas salas de aula, Senador Confúcio, com números, 1, 2, 3, ou letras, A, B, C, sala A, B, C? Podia ser o nome de uma pacifista, de uma humanista do Brasil. Olha só! E há muitos, como o próprio Senador Flávio Arns falou. Temos muitos humanistas e pacifistas aqui. Que a gente pudesse resgatar a história, a biografia, Senador Jorginho, e colocar o nome, na sala de aula, da pacifista e, ao lado, ali na entrada, uma pequena história da vida dela, porque, com isso, você vai levar inspiração, você vai levar referências para as crianças estudarem um pouco; uma semana por ano, estudarem a vida dos pacifistas. Por exemplo: uma sala, Zilda Arns; outra sala, coloca-se lá, por exemplo, Madre Tereza de Calcutá; Irmã Dulce, da Bahia; D. Hélder Câmara, de Pernambuco, que na verdade é cearense – não sei se V. Exa. sabe que é cearense D. Hélder Câmara, mas passou a vida em Olinda. Então há muitos. Em todos os Estados há referências. Já pensou? A gente pode sonhar em ter, nas escolas públicas do Brasil, as salas, ao invés de A, B, C, terem o nome de um pacifista. Depois, as crianças vão trocando e estudando a história da sala vizinha. Isso vai despertando a curiosidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Então, uma ideia puxa a outra, não é verdade? E assim a gente vai avançando.

Quero me associar aqui também aos queridos colegas Senadores para dizer que também, com muito orgulho, quando eu fui Prefeito de Florianópolis, demos a um centro de educação infantil o nome da Dra. Zilda Arns. Naquela oportunidade, também solicitei que se fizesse um pequeno relato da sua biografia. Talvez... Não estou me lembrando, já faz algum tempo isso, mas foi um momento muito marcante em que havia muita gente. Normalmente, não havia tanta gente nas inaugurações, e naquele dia estava repleto. E percebemos, no andar da inauguração, que o nome teria feito com que a comunidade local se sensibilizasse e fosse, também, prestar uma homenagem à Dra. Zilda, que, realmente, é uma referência brasileira e mundial, não só catarinense. Então, ficam as nossas justas e merecidas homenagens.

Também quero associar-me aqui à proposta feita, tanto pelo Senador Eduardo Girão – não vejo nenhum impeditivo de, ao invés... Tanto é que, aqui nos corredores das Comissões, nós temos os nomes dos Senadores: Ala Senador fulano e tal, ciclano etc. Então, a princípio não vejo nenhum problema, acho a ideia brilhante, muito interessante. Acho que estamos muito carentes de novos ídolos, de pessoas que fizeram uma diferença muito grande no passado. Estamos muito tecnocratas, muito imediatistas, queremos resultados muito práticos e muito objetivos, quando na verdade as coisas não são assim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Elas precisam evoluir e nós precisamos expressar o nosso reconhecimento àquelas pessoas que fizeram parte da história para que incentivem as nossas crianças e os nossos jovens que representam a esperança viva de um futuro melhor a se inspirarem, vamos dizer assim, nessas personagens, nessas personalidades que muito contribuíram para o desenvolvimento do Brasil e do mundo inteiro.

Com relação ao Senador Jorginho, ele levanta uma questão que eu acho interessante. Por exemplo, a BR-101, que corta o Brasil de norte a sul, em Santa Catarina é intitulada como Senador Mário Covas. Nada contra o Senador Mário Covas, Governador, brilhante político, um dos mais destacados desta Nação. Entretanto, ele tem pouca referência, tem pouca relação com Santa Catarina. E eu, numa oportunidade, quando morreu o Luiz Henrique da Silveira, que talvez tenha sido, nos últimos tempos, a pessoa mais importante, politicamente falando, em Santa Catarina, eu sugeri que o trecho de Santa Catarina fosse denominado também Luiz Henrique da Silveira.

O relatório não passou, porque o relator achou que seria uma desconsideração com o Governador Mário Covas substituir o trecho de Santa Catarina pelo Senador Luiz Henrique, o que, diga-se de passagem, é uma profunda incoerência. Vamos homenagear quem merece ser homenageado nos seus respectivos locais.

Eu acho que essa questão é uma questão que nós podemos levantar aqui. Podemos corrigir algumas questões que precisam ser corrigidas e que são possíveis de corrigir e vejo como muito louvável essa iniciativa dessas sugestões.

Portanto, não preciso nem colocar em votação, mas, como o Regimento determina, considero aprovado, por unanimidade, o relatório apresentado pelo Senador Flávio Arns, que denomina Rodovia Zilda Arns o trecho da BR-369 entre a cidade de Bandeirantes, no Estado do Paraná, e a divisa desse Estado com o Estado de São Paulo.

Portanto, considera-se aprovado.

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão e a matéria segue, então, ao Plenário do Senado Federal.

Item 7.

ITEM 7

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 249, de 2018

- Terminativo -

Institui o Dia Nacional do Museu.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senadora Maria do Carmo Alves

Relatoria: Senador Zequinha Marinho

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Os outros projetos que estão aqui para relatar, os relatores não se encontram presentes, então, automaticamente, eu os deixo sobrestados para a próxima reunião.

O relator do Projeto de Lei do Item nº 7, do Projeto de Lei do Senado de nº 249, de 2018, é o Senador Zequinha Marinho. Entretanto, é de conhecimento que nós não temos quórum para deliberar. O projeto é terminativo.

Então, faço a consulta a V. Exa. se prefere fazer a leitura e a defesa do relatório, da sua relatoria, do projeto ou o sobrestamos também para a próxima reunião. V. Exa. que decide. Para mim, sem problema nenhum, V. Exa. pode fazer a leitura e nós deliberamos, então, numa próxima reunião quando tivermos o quórum necessário para deliberar.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Presidente, é interessante que aqueles que vão votar ouçam a leitura do relatório e do voto, naturalmente.

Então, da minha parte, eu acho interessante que isso seja feito tudo no mesmo momento. A leitura do relatório e do voto para apreciação, debate, aprovação ou não. É mais sensato.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Excelente. Foi o que eu imaginava que V. Exa. iria propor.

Item nº 9.

ITEM 9

REQUERIMENTO Nº 14, de 2019

- Não terminativo -

Requer a realização de uma audiência pública, nesta Comissão, para debater "Segurança nas escolas", em virtude do atentado ocorrido na Escola Estadual Professor Raul Brasil, em Suzano - São Paulo.

Autoria: Senador Confúcio Moura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo a palavra ao eminente Senador Confúcio Moura para a defesa e a leitura do seu requerimento.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, esse é um requerimento que veio logo depois daquele acontecimento trágico em Suzano sobre a segurança nas escolas.

Hoje, em muitos Estados brasileiros, não temos mais a figura do vigilante, do ser humano, da empresa ou da Polícia Militar nas escolas. E uma grande parte das escolas só tem uma pessoa na portaria. Outras só têm câmeras de vigilância, mas sem conexão com as empresas que prestam serviço a distância ou nas proximidades de vigilância eletrônica. As pessoas deslocam-se rapidamente, chegam numa escola com dez minutos. Então, é um tema muito interessante.

E, depois desse acontecimento, que se repete nos Estados Unidos e em outros locais do mundo, aqui passou a haver um pânico nas escolas brasileiras, inclusive aqui em Brasília. Recentemente, um menino de treze anos soltou aí nas redes sociais uma ameaça realmente de violência, de tiroteio, de matança de crianças aqui no Distrito Federal, o que fez com que a Polícia Federal e outros órgãos de segurança detectassem o computador e chegassem à família. Agora, recentemente, semana passada.

E se verificou que era uma brincadeira de mau gosto, inclusive usando o celular da irmã. E certo é que o diretor dispensou todos os alunos, com medo daquela ameaça na escola aqui de Brasília. E assim estão surgindo porque os meninos estão muito espertos nessa questão de redes sociais. E uma conversa dessa que vaza nas redes causa uma panaceia muito grande, um pânico dos pais, que não deixam o menino ir para a escola.

Então, esse é um tema que mereceria um debate entre os especialistas aqui da área do Ministério da Educação e de outros ministérios relacionados, para que a gente pudesse criar esse ambiente porque, realmente, hoje dar aula está muito difícil. Os professores estão muito ameaçados. Hoje dizer que eu sou professor por vocação está diminuindo porque os meninos ameaçam o professor.

Houve casos também de homicídios de professores, violência contra professores, contra o patrimônio do professor, danos a veículo do professor, a moto do professor. Essa falta de respeito muito grande. É por isso que surge aí a onda das escolas militarizadas, das escolas mistas, com o objetivo de pacificar as escolas.

É um tema interessante que vai surgindo e Deus queira que não se repita mais no Brasil, como acontece em outros Estados. Mas já houve aqui no Brasil vários desses com assassinatos, com tragédias horrorosas anos atrás também.

Isso é muito ruim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu trouxe esse tema aqui mais para o debate dos companheiros Senadores, para refletir e verificar a conveniência ou não da discussão desse assunto aqui na Comissão de Educação.

Era só isso, Sr. Presidente.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Pois não, Senador Styvenson.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Sobre esse mesmo tema, Senador Confúcio, sobre as seguranças, eu pedi uma audiência pública na CDH. A gente vai trazer o mundo real, os professores que sofrem violência. Eu estou até procurando trazer a professora de Suzano que fez aquele depoimento real sobre a violência nas escolas.

E eu queria também sugerir e pedir a esta Comissão, se for de acordo com os demais Senadores, tratando-se de violência também, mas não dessa física, e sim da violência contra os sonhos, contra a expectativa, contra a vontade da pessoa de querer um curso superior. Estou falando dos EADs. Eu já tinha falado com o senhor anteriormente e estou falando agora de forma pública. É um curso que cresce muito rápido em detrimento dos presenciais. Enquanto essa modalidade cresce a um ritmo vertiginoso de 19% ao ano, os presenciais estão caindo em 3%, 4%. Há cerca de um milhão de brasileiros no EAD.

E, além de a gente discutir sobre a comparação com o curso presencial, a qualidade do curso presencial e a do curso EAD, a flexibilidade dos preços. Há muitas faculdades que cobram o mesmo preço do presencial no EAD. Pagam uma estrutura de eletricidade, de água, de tudo e no EAD é cobrado o mesmo custo.

Eu tive a chance de hoje, pela manhã, participar da Comissão de Transparência. Lá estão sendo discutidas as fraldes, as lesões causadas ao consumidor, às pessoas que querem ter esse curso superior. O que não deixa de ser uma violência, Senador Confúcio, com as pessoas que pagam por esse curso e não têm os diplomas. Eu tenho dados de que só em uma universidade no Sul foram descredenciados 65 mil diplomas, isso em só uma universidade, 65 mil diplomas! Então, as pessoas que pagam, as pessoas que assistem àquelas aulas, que têm essa vontade de ter esse diploma não têm mais.

Vou solicitar, vou fazer um requerimento para haver uma audiência pública trazendo também a polícia – porque é um caso de polícia –, trazendo a Polícia Federal, o Ministério Público, o MEC também, todos esses entes para que a gente possa proteger a nossa educação, avaliar para que possa ser discutido tudo isso, porque as pessoas que estão assistindo aqui a esta Comissão de Educação é pertinente a elas, Sr. Presidente, esse assunto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As pessoas pagam por esse sonho de ter um curso superior, passam por esse processo todo, e a gente precisa tomar algumas providências. Seria por aqui, nesta Comissão, que isso poderia começar, está bem?

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Aguardo o requerimento de V.Exa.

Senador Zequinha Marinho.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Antes de me referir ao tema pelo qual pedi a palavra, eu quero aqui registrar, com alegria, a presença do Dr. Paulo César Brasil do Amaral, Presidente do Instituto Brasileiro de Museus, que veio participar da sessão de hoje.

Pode ficar de pé um pouquinho, Paulo? (*Pausa.*)

Está aí o Dr. Paulo.

Muito obrigado pela sua presença. Tenho certeza de que, na próxima semana, teremos quórum suficiente para ler o relatório e o voto e aprovar o Dia Nacional do Museu, conforme o Projeto 249.

Muito obrigado.

Presidente, eu queria só me juntar ao Senador Confúcio Moura sobre essa questão de segurança nas escolas. Eu entendo oportuna essa solicitação em função de tudo o que a gente tem visto Brasil afora. Não é diferente em qualquer Estado ou qualquer cidade do interior ou nas capitais dos Estados; tem sido motivo de muita preocupação. Eu tenho visto gente que ama o magistério abandonando o magistério, não quer mais dar aula porque tem medo. Eu sou pedagogo também e a gente acompanha de perto essas coisas. Eu acho que o Governo talvez, pela educação, não esteja dando conta de formar um cidadão melhor. Mas aí não é só a escola: entra família, entra igreja, entra todo mundo, porque todo mundo é responsável pela construção de um ser humano mais trabalhado, mais elaborado, que tenha uma convivência saudável com os seus semelhantes.

A questão de segurança na escola. A gente, quando entra num avião, tem que passar pelo raio X. Se houver alguma coisa de metal que ameace, tem que deixar naquele local, fica tesoura, fica tudo. Talvez, no futuro, como medida de segurança, tenhamos que botar em cada escola um raio X, mas isso é coisa para o debate nessa audiência pública solicitada pelo nosso colega, que eu considero oportuna. E me junto a ele para que a gente possa conversar sobre isso e tentar colaborar com o Brasil, mesmo que isso represente um pouco mais de investimento. Mas é um investimento que preserva a vida e que evita tragédias e ocorrências da natureza da que ocorreu lá em São Paulo, em Suzano, na Escola Prof. Raul Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Sr. Presidente, só em relação... Se eu puder fazer este aparte ao Senador Zequinha.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Pois não.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Sobre o custo que o senhor falou, sobre esse acréscimo. É preciso lembrar, acho que todos aqui já conhecem, acho que o Brasil já está conhecendo. Nós fizemos um... Eu, os policiais militares do Rio Grande do Norte, os professores, os pais, os alunos, sem custo nenhum para o Governo, a gente fez uma escola compartilhada sem custo nenhum, que reduziu, transformou a escola em violência zero, viu, Senador Confúcio? Sem *bullying,* sem xingamento, todo mundo na fila, na ordem. Não há consumo de drogas. Não há violência contra o professor.

Eu estava conversando com o Senador Arns que professor não tem acréscimo do risco de vida, mas um policial tem. O professor não tem. Ele não ganha por insalubridade, por periculosidade. Então, lembrando ao senhor que esse custo pode ser discutido porque foi feito um modelo no Rio Grande do Norte e esse modelo é custo zero para o Estado, zero real, não custa nada e deu certo.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Senador Dário.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Vamos trazer à discussão.

Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Rapidamente. Eu tive a oportunidade de conhecer a escola que foi acolhida, abraçada pelo Senador Capitão Styvenson e alguns outros colegas da Polícia Militar lá do Rio Grande do Norte. Senador Zequinha, eu fiquei encantado com o que eu vi: uma comunidade que abraçou realmente essa gestão compartilhada porque lá há os professores, há a diretora e há também os policiais.

Então, houve um sábado anterior ao que eu fui visitar em que havia 300 pais, às 8 horas da manhã, dentro da escola, debatendo assim com uma felicidade – eu tive a oportunidade de, nesse caso, ver os vídeos. Mas, presencialmente, *in loco*, Senador Confúcio e Senador Flávio Arns, eu tive a oportunidade de conversar com as crianças: a autoestima lá em cima, felizes com a ordem, com a disciplina, com o amor que recebem lá. E eu saí estimulado para levar essa ideia inclusive para o meu Estado.

Participamos depois de um debate na Universidade Federal do Rio Grande do Norte – foi muito interessante – com o corpo docente, com doutores. Foi falado sobre... Não é uma escola militarizada,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não é uma escola militarizada, é uma escola compartilhada. E você precisa ver os pais – e dois estavam naquele momento inclusive como voluntários, pessoas querendo se voluntariar para ajudarem a escola –, mas a alegria dos pais de terem as crianças lá, ou seja, é uma demanda da sociedade esse tipo de inovação, esse tipo de método. Eu acho que chegou o momento de se repensar sobre isso.

Eu fiquei muito feliz com o convite do Cap. Styvenson e saí de lá revigorado e estimulado para levar essa cultura para outros Estados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Muito bem.

Eu vou colocar em votação o requerimento do Senador Confúcio Moura, que pretende debater a segurança nas escolas, inclusive ele já traz um elenco de personalidades que participarão da audiência pública. O primeiro é o Prof. Caio Callegari, representante do Todos Pela Educação; um representante do Conselho Federal de Psicologia; um representante do MEC e também a Sra. Maria Rebeca Otero Gomes, Coordenadora do Setor de Educação da Unesco no Brasil.

Então, já estamos aqui.

Considero aprovado o requerimento e o passo para a assessoria para que identifique a melhor data para que nós possamos fazer a nossa audiência pública. A audiência pública, como nós já tínhamos meio que combinado, será dirigida pelo autor do requerimento da audiência, o que facilita a vida de todos nós, para nos organizarmos nesse sentido.

Bem, eu quero ainda aqui informar ao Senador Flávio Arns que os representantes que têm por objetivo a discussão do Fundeb... Estou vendo aqui que já há cinco participantes, Senador Flávio Arns, mas vamos pedir licença para incluir o sexto: um representante do Ministério da Educação, um representante do Conselho Nacional de Secretários da Educação, um representante da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, um representante do movimento Todos Pela Educação, um representante da Campanha Nacional pelo Direito à Educação e um representante da Confederação Nacional dos Municípios.

Serão seis participantes, só para informar a V. Exa.

Outra questão que eu queria levar ao conhecimento dos Srs. Senadores é com relação às políticas públicas que devem ser desenvolvidas no âmbito desta Comissão. Senador Confúcio, eu não sei se existe concordância para que nós pudéssemos abordar pelo menos um item na Comissão de Educação relacionado à educação, outro item à cultura, outro item ao esporte. O objetivo disso aqui é comunicar aos Srs. Parlamentares que fazem parte desta Comissão para darem sugestão com relação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ao tema. Eu abriria essa inscrição até o dia 4 de abril – notadamente esse procedimento se adota no mês de março.

Eu já quero fazer uma sugestão. Eu acho que agora, com essas discussões todas da reformulação de um novo Brasil, que me preocupa muito e, a cada dia que passa, mais preocupado eu fico, um dos itens que está sob pretensa discussão é a desvinculação das receitas. Eu tenho muita dúvida sobre esse procedimento, sobre essa atitude, porque isso foi uma luta muito grande, durante muito tempo, de gente muito ilustre que batalhou para que houvesse um percentual mínimo para atender a saúde, por exemplo, Senador Confúcio, V. Exa. que é médico. E a luta é pela ampliação, não pela negação dessa configuração. A educação, então, com 25%, é histórico e, à medida que a gente desvincula isso, é uma situação extremamente preocupante, que requer um grande debate.

Um dos grandes problemas que está em discussão também é o Fundeb. Eu não sei se não seria interessante nós na educação estabelecermos uma discussão sobre o Fundeb.

E, na cultura, eu queria fazer outra sugestão. A Lei Rouanet, o Ministro esteve aqui, já se comprometeu a fazer as alterações. Fiquei satisfeito com o Ministro, que me parece muito capacitado, muito competente, tem conhecimento profundo das áreas em que atua. Ele se comprometeu inclusive a estabelecer uma certa distribuição, meio que *per capita*, dos recursos da Lei Rouanet, em que os projetos não serão só aprovados em São Paulo e Rio de Janeiro, onde estão concentrados quase 90% da Lei Rouanet, o que é muito ruim. Por exemplo, um poeta, um professor do Ceará que precisa de menos de R$5 mil para editar um livro não tem, e aí nós concedemos R$5, R$6, R$10 milhões para artistas já consagrados que, na verdade, não é que não precisem, mas, como o dinheiro é curto, temos de estabelecer prioridades, e a prioridade para novos talentos, na minha opinião é fundamental e tem um custo muito baixo.

De maneira que, no esporte, eu não teria nenhuma sugestão a fazer, mas eu queria fazer essa sugestão para que ficasse consignada no âmbito desta Comissão a questão do Fundeb e da Lei Rouanet. Eu gostaria de ter um requerimento, porque, na verdade, o procedimento que se adota aqui é que os Parlamentares desta Comissão fazem um requerimento sugerindo o item da política nacional e nós, se houver consenso, optamos por uma; se não houver consenso, colocamos em votação e a vencedora, evidentemente, terá continuidade. E o relator será o autor dessa proposição.

Eu quero deixar aqui consignado que estarão abertos os requerimentos para sugestão de itens de discussão nas nossas políticas públicas que serão desenvolvidas no âmbito da Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Repito que o prazo se encerrará no dia 4 de abril, por volta das 17h. Seria interessante que nós fizéssemos um comunicado a todos os membros desta Comissão, para que os interessados pudessem fazer também os seus requerimentos.

Passo a palavra ao Senador Flávio Arns.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Em primeiro lugar, só uma observação da minha parte. Concordo com V. Exa. quando falou das dúvidas que teria em relação à desvinculação dos recursos para educação, para saúde. Eu não tenho dúvida alguma; sou totalmente contra essa desvinculação. Acho um absurdo, um dos maiores absurdos, na minha opinião, que foram falados, externados ultimamente, porque, se nós já temos dificuldade com 25% ou 30% na educação, imaginem sendo um recurso livre. Nós temos que estabelecer nossas prioridades. Então, na minha opinião, não tem cabimento uma coisa dessas.

Uma vez eu estava nos Estados Unidos visitando o Estado do Texas e perguntei quanto do orçamento o Estado do Texas tinha para a educação básica. Em torno de 40%. Quer dizer, um país desenvolvido, com tecnologia, com tudo, e tem 40% para a educação. E nós estamos discutindo se vamos colocar 25% ou não. É uma luta histórica.

Mas concordo também com as prioridades, eu até diria talvez uma e no máximo três. Por que isso? Por exemplo, Fundeb é essencial, é o tema norteador, mas, dentro do Fundeb, que é manutenção, desenvolvimento e valorização, a gente tem que pensar na concretização disso. Por exemplo, educação em tempo integral. É um desafio dentro do Fundeb. Ou profissionalização dos nossos alunos egressos do ensino médio. É uma discussão. Na área da cultura, a Lei Rouanet é importante, mas não é assim, eu diria, uma forma de financiamento, mas eu gostaria de ver como um dos grandes objetivos qual é a nossa política pública mesmo para museus, por exemplo, que estamos discutindo, para cinema, para artes, para patrimônio histórico, uma coisa bem definida para que a gente possa pensar nisso.

E no esporte também a gente pensa que exista tanta coisa importante. Quer dizer, foi perguntado muito para o Ministro Osmar Terra sobre essa articulação com a educação; como é que isso está, mas em termos uma política de esporte escolar, esporte comunitário, esporte olímpico, de rendimento, paraolímpico. E o financiamento disso também, porque nós temos a Lei de Incentivo ao Esporte. Então, ver como é que está acontecendo, se está dando certo, se não está, onde é que está, como existe na Lei Rouanet também.

Então, eu pensaria assim, mas considero fundamental o que V. Exa. colocou aqui. Eu acho que nós temos que ter isso, porque, senão, ficamos discutindo muitas coisas. Vamos continuar discutindo e aprovando, fazendo nosso trabalho, porém com o foco em algumas coisas para que, no decorrer do ano, a gente se aprofunde nisso. Concordo inteiramente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Muito bem.

Então, nós aguardaremos os requerimentos, com as sugestões, para discutirmos as políticas públicas para esta Legislatura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo mais matéria a deliberar, agradeço aos Srs. Senadores e declaro por encerrada a nossa reunião.

(*Iniciada às 12 horas e 05 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 15 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 4ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE MARÇO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às doze horas e quatro minutos do dia doze de março de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Rodrigo Cunha, reúne-se a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor com a presença dos Senadores Marcio Bittar, Eduardo Girão, Selma Arruda, Izalci Lucas, Major Olimpio, Jorge Kajuru, Cid Gomes, Randolfe Rodrigues, Telmário Mota, Paulo Rocha, Otto Alencar, Carlos Viana, Rodrigo Pacheco, Wellington Fagundes, Marcos do Val, Confúcio Moura e Paulo Paim. Deixam de comparecer os Senadores Fernando Bezerra Coelho, José Maranhão, Ciro Nogueira, Mara Gabrilli, Weverton, Humberto Costa e Angelo Coronel. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 9, de 2019** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II e art.102-A, III "a" do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, com o objetivo de discutir a situação dos alunos que concluíram curso superior em instituições de ensino a distância irregulares e, portanto, não fazem jus a obter registros em seus diplomas de conclusão de curso. Propõe a presença dos seguintes convidados: 1. Representante da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (Seres) do Ministério da Educação; 2. Representante da Associação Brasileira de Educação a Distância (Abed); 3. Representante do Movimento Diploma Legal; 4. Representante da Secretaria de Defesa do Consumidor; 5. Representante do Ministério Público Federal; 6. Representante da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior." **Autoria:** Senador Rodrigo Cunha. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 2 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 8, de 2019** que: "Requer, nos termos do disposto no art. 90, V, Regimento Interno do Senado Federal e de acordo com o art. 58, § 2º, inciso V, da Constituição Federal, seja o Ministro de Estado de Turismo, Marcelo Alvaro Antônio, convidado a comparecer à Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, a fim de prestar informações sobre as denúncias de uso de candidaturas laranjas para desvio de recursos eleitorais." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e treze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Rodrigo Cunha

Presidente da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/03/12

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Bom dia a todas e a todos!

Havendo número regimental, declaro aberta a 4ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Submeto aos Srs. e Sras. Senadores a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Aprovada.

Concedo a palavra ao Senador Randolfe Rodrigues.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Pela ordem.) – Excelência, ao concluir a Ordem do Dia... Nós temos dois requerimentos já protocolados anteriormente. Eu peço que seja feita a sua apreciação extrapauta. Um era de convocação de S. Exa. o Ministro de Estado do Turismo Marcelo Álvaro Antônio; o outro era de convite. Eu quero declinar o de convocação em função do requerimento de convite, que acho, inclusive, mais adequado em relação a S. Exa. o Ministro do Turismo, em um primeiro momento, para o esclarecimento dos fatos alegados em relação...

dos fatos alegados em relação ao Ministro. Que ele seja gentilmente convidado a estar nesta Comissão. E, obviamente, creio que não deverá ter, por parte dele, nenhuma recusa para efetivação de tal. Então, só declinar do de convocação em função do de convite e pedir, ato contínuo, que V. Exa. submeta esta pauta à apreciação desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Senador Randolfe, eu também aproveito o momento para informar que a esta Comissão, até como uma maneira de organizar os trabalhos, previamente foi comunicado que nas três primeiras reuniões, por se iniciar um ano legislativo, não havia ainda o procedimento a ser seguido. E todos os senhores acredito que receberam um *e-mail* informando uma regulamentação das formas de recebimento de ofícios e de requerimentos.

Então, esse regulamento será o padrão. O requerimento de V. Exa. inclusive se encaixa nesse perfil. Foi encaminhado no dia 28 de fevereiro, inclusive já no formato de convite. Por isso estou com ele em mãos. Não há nenhum óbice – acredito eu – para colocá-lo em votação. Por isso, nós aqui iremos ler o requerimento de V. Exa. Assim que passar a leitura dos avisos, iremos inserir na pauta o Requerimento nº 8, de 2019.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Agradeço a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Leitura de avisos e ofícios, e demais documentos recebidos na Comissão.

Comunico o recebimento dos seguintes documentos: Ofício nº 151, de 2018; Ofício nº 21, de 2018, FMG; Ofício nº 575, de 2018; Aviso nº 74 - Seses - TCU - Plenário; Aviso nº 139 - Tribunal de Contas da União; Aviso nº 58, também do Tribunal de Contas da União.

Os documentos lidos estão disponíveis na página da Comissão, na seção Documentos Diversos, Documentos Lidos, com *link* para acesso ao seu conteúdo por um prazo de 15 dias, de forma que os Srs. Senadores possam se manifestar, caso assim desejem. Não havendo manifestação após esse prazo, os referidos documentos serão arquivados, nos termos da Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 12, de 2019.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passamos à pauta.

Antes, eu faço o registro de que, quando cheguei nesta Comissão, nós encontramos vários projetos para os quais seriam designados os Relatores, encaminhamos e estão em aberto, em *e-mails* para a assessoria e para os Senadores, as informações dos projetos constam na Comissão, para que os senhores demonstrem também, de forma ativa, um interesse, e posteriormente a esse prazo, será feita também, de uma maneira distributiva, de uma forma aleatória, a distribuição dos projetos cuja relatoria não for solicitada pelos Senadores. Então, esse é o procedimento mais adequado. Quem se identificar com alguma causa específica também, respeitando a proporcionalidade daquilo que for dado dentro da Comissão, terá aqui muito trabalho a fazer.

Passamos para o item 1. Requerimento da CTFC nº 9, de 2019, de minha autoria.

ITEM 1

REQUERIMENTO Nº 9, de 2019

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II e art.102-A, III "a" do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, com o objetivo de discutir a situação dos alunos que concluíram curso superior em instituições de ensino a distância irregulares e, portanto, não fazem jus a obter registros em seus diplomas de conclusão de curso. Propõe a presença dos seguintes convidados: 1. Representante da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (Seres) do Ministério da Educação; 2. Representante da Associação Brasileira de Educação a Distância (Abed); 3. Representante do Movimento Diploma Legal; 4. Representante da Secretaria de Defesa do Consumidor; 5. Representante do Ministério Público Federal; 6. Representante da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior.

Autoria: Senador Rodrigo Cunha.

ITEM 1

REQUERIMENTO Nº 9, de 2019

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II e art.102-A, III "a" do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, com o objetivo de discutir a situação dos alunos que concluíram curso superior em instituições de ensino a distância irregulares e, portanto, não fazem jus a obter registros em seus diplomas de conclusão de curso. Propõe a presença dos seguintes convidados: 1. Representante da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (Seres) do Ministério da Educação; 2. Representante da Associação Brasileira de Educação a Distância (Abed); 3. Representante do Movimento Diploma Legal; 4. Representante da Secretaria de Defesa do Consumidor; 5. Representante do Ministério Público Federal; 6. Representante da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior.

Autoria: Senador Rodrigo Cunha.

Essa solicitação se dá não apenas no âmbito regional, apesar de, no meu Estado, o Estado de Alagoas, que é um dos menores Estados do País... Apenas no meu Estado, 20 mil pessoas cursaram por dois anos no mínimo um curso a distância e hoje têm um diploma que não vale nada, que não é reconhecido pelo MEC. Isso se deu justamente pela forma indevida de funcionamento dessas instituições. Em Estado vizinho, Pernambuco, apenas num levantamento feito por uma CPI instalada na Assembleia Legislativa, foram identificados 80 mil alunos na mesma situação.

Muitos desses alunos pegaram empréstimos para conseguir pagar o curso superior na expectativa de ter uma melhora de vida e de ganhar conhecimento. No entanto, hoje estão com um problema: não há como o MEC reconhecer seus diplomas, tendo em vista que não houve autorização para o funcionamento dessas instituições. Então, de um lado, nós temos um problema que ainda existe em todo o País – precisamos saber qual é a postura do Ministério da Educação para inibir essa prática – e, de outro lado, temos que ter um olhar humanitário e buscar uma saída para essas pessoas que perderam não apenas dois anos, mas no mínimo quatro anos. Dois anos perderam cursando um curso que hoje não é válido e, ao cursar esses cursos que não são válidos, elas perderam a oportunidade de, nesses dois anos, cursar um curso que mudasse suas vidas.

Então, nós vamos – tenham certeza –, com a aprovação e com a concordância dos senhores, aprofundar um pouco mais esse tema.

Sendo assim, passa-se à discussão. (*Pausa.*)

Em votação.

Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O segundo requerimento é o Requerimento nº 8, de 2019, do Senador Randolfe Rodrigues.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 2

REQUERIMENTO Nº 8, de 2019

- Não terminativo -

Requer, nos termos do disposto no art. 90, V, Regimento Interno do Senado Federal e de acordo com o art. 58, § 2º, inciso V, da Constituição Federal, seja o Ministro de Estado de Turismo, Marcelo Alvaro Antônio, convidado a comparecer à Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, a fim de prestar informações sobre as denúncias de uso de candidaturas laranjas para desvio de recursos eleitorais.

Em discussão. (*Pausa.*)

Em votação.

Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Tratamos dos assuntos pertinentes à pauta. Assim, declaro encerrada a presente reunião.

Agradeço a presença de todos convidando-os para a próxima reunião no horário regimental.

(*Iniciada às 12 horas e 04 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 13 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 5ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE MARÇO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às onze horas e cinquenta e cinco minutos do dia dezenove de março de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Rodrigo Cunha, reúne-se a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Juíza Selma, Major Olimpio, Jorge Kajuru, Eliziane Gama, Randolfe Rodrigues, Telmário Mota, Angelo Coronel, Carlos Viana, Wellington Fagundes, Dário Berger, Confúcio Moura, Paulo Paim e Marcos do Val. Deixam de comparecer os Senadores Fernando Bezerra Coelho, José Maranhão, Marcio Bittar, Ciro Nogueira, Mara Gabrilli, Eduardo Girão, Weverton, Cid Gomes, Humberto Costa, Otto Alencar e Rodrigo Pacheco. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 10, de 2019** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, incisos II e V, da Constituição Federal, e dos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, aditamento ao Requerimento nº 09, de 2019, que trata da realização de audiência pública para "discutir a situação dos alunos que concluíram curso superior em instituições de ensino a distância irregulares e, portanto, não fazem jus a obter registros em seus diplomas de conclusão de curso", visando a inclusão, como convidados, da Sra. Elizabeth Guedes – Representante da Associação Nacional das Universidades Particulares – ANUP, e do Sr. Ricardo Holz – Representante da Associação Brasileira dos Estudantes de Educação a Distância – ABE-EAD." **Autoria:** Senadores Izalci Lucas e Rodrigo Cunha. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 11, de 2019** que: "Requer, nos termos regimentais, que seja convidado o Senhor Secretário Especial de Comunicação Social, Floriano Barbosa de Amorim Neto, a fim de prestar informações sobre as prioridades e diretrizes da pasta sob sua responsabilidade." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 3 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 12, de 2019** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 5/2019 - CTFC, seja incluído o convidado Geraldo Vasconcelos de Castro Junior, da organização S.O.S Pinheiro." **Autoria:** Senador Rodrigo Cunha. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 4 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 13, de 2019** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RQS 9/2019, que trata da realização de audiência pública para "discutir a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

situação dos alunos que concluíram curso superior em instituições de ensino a distância irregulares e, portanto, não fazem jus a obter registros em seus diplomas de conclusão de curso", visando a inclusão, como convidados Sr. Carlos Eduardo Lima Rocha de Oliveira, Conselho Regional de Educação Física de Alagoas." **Autoria:** Senador Rodrigo Cunha. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 5 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor nº 14, de 2019** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja incluído como convidado o Sr.Maurício Mendes, como representante da organização NUDEC, na Audiência Pública objeto do REQ 5/2019 – CTFC, que visa a debater a situação enfrentada pelo bairro do Pinheiro e adjacências, no município de Maceió, Alagoas, que, ainda por causa desconhecida, está sofrendo abalos e danos que têm motivado a desocupação da área pelos moradores." **Autoria:** Senador Rodrigo Cunha. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Rodrigo Cunha

Presidente da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/03/19

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Boa tarde, Srs. Senadores, Sra. Senadora Eliziane – seja bem-vinda – e todos aqui presentes!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Havendo número regimental, declaro aberta a 5ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Submeto aos Srs. Senadores a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Passamos ao item 1, Requerimento nº 10, direcionado a esta Comissão.

ITEM 1

REQUERIMENTO Nº 10, de 2019

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, §2º, incisos II e V, da Constituição Federal, e dos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, aditamento ao Requerimento nº 09, de 2019, que trata da realização de audiência pública para "discutir a situação dos alunos que concluíram curso superior em instituições de ensino a distância irregulares e, portanto, não fazem jus a obter registros em seus diplomas de conclusão de curso", visando à inclusão, como convidados, da Sra. Elizabeth Guedes – Representante da Associação Nacional das Universidades Particulares – ANUP, e do Sr. Ricardo Holz – Representante da Associação Brasileira dos Estudantes de Educação a Distância – ABE-EAD.

Autoria: Senador Izalci Lucas

O requerimento, de autoria do Senador Izalci Lucas, é subscrito também por mim. Sou também autor do requerimento de realização dessa audiência pública.

Em discussão. (*Pausa.*)

Em votação.

Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 2

REQUERIMENTO Nº 11, de 2019

- Não terminativo -

Requer, nos termos regimentais, que seja convidado o Sr. Secretário Especial de Comunicação Social, Floriano Barbosa de Amorim Neto, a fim de prestar informações sobre as prioridades e diretrizes da pasta sob sua responsabilidade.

Autoria: Senadora Eliziane Gama

Em discussão.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Sr. Presidente, nós apresentamos esse requerimento desse convite. Na verdade, a questão da comunicação social tem tomado proporções muito significativas, sobretudo com as redes sociais e, naturalmente – já é uma prática comum dos Governos –, com a aplicação do recurso público na questão da comunicação social. E a gente precisa entender melhor qual a política do Governo em relação a essa política de comunicação social.

Eu digo isso porque eu também sou jornalista e, por exemplo, não há, no meu entendimento, em algumas situações, um olhar mais regionalizado. Qual é a visão do Governo em relação a todas as Regiões do Brasil e como esse recurso, essa repartição de verbas será feita não apenas em relação aos Estados, mas também em relação aos veículos de comunicação? Qual o critério que o Governo estabelecerá para a aplicação desse orçamento que é significativo, muito embora tenha havido uma redução desse valor, algo em torno de aproximadamente R$200 milhões para publicidade governamental?

Ao mesmo tempo, qual o olhar do Governo para as rádios comunitárias? A gente sabe que hoje no Brasil temos aproximadamente 4 mil rádios comunitárias. Inclusive, há um debate dentro do Congresso Nacional em relação à estruturação desses veículos. Qual é o olhar do Governo em relação a emissoras?

Também há um ponto que, infelizmente, hoje no Brasil tem sido colocado de uma forma muito rotineira, inclusive pelas próprias redes sociais do Presidente da República e por outros integrantes do seu Governo: as *fake news*. Qual o compromisso que o Governo tem e qual o olhar que o Governo tem em relação a essa questão específica das *fake news*? Por exemplo, alguns dados, alguns levantamentos feitos por portais nacionais apresentaram que, das publicações feitas pelo Presidente Bolsonaro, pelo menos 60% são *fake news* ou relacionadas a questões inverídicas, a *fake news*. Então, como é feito esse controle? Como é feito, de fato, esse acompanhamento?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, entender também, dentro da perspectiva das *fake news,* se há a preocupação, por exemplo...

Ainda em relação às *fake news*, tivemos um fato muito recente, que foi a publicidade, digamos, ou a manipulação ou reprodução de *fake news*, envolvendo inclusive uma jornalista do *Estadão*.

Então, são alguns pontos que eu vejo como importantes e fundamentais, e esta Comissão, que tem um papel fundamental de fiscalização e controle, poderá tratar deles com a vinda do Secretário nesta Casa.

A gente fez um convite, porque o nosso entendimento é esta conversa. Naturalmente, se ele não comparecer, vamos evoluir para uma convocação, que é um princípio regimental a que tem direito esta Comissão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Muito bem, Senadora.

Em votação.

Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Requerimento nº 12, de minha autoria.

ITEM 3

REQUERIMENTO Nº 12, de 2019

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 5/2019 - CTFC, seja incluído o convidado Geraldo Vasconcelos de Castro Junior, da organização S.O.S Pinheiro.

Autoria: Senador Rodrigo Cunha

Em discussão. (*Pausa.*)

Em votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Requerimento nº 13, também de minha autoria.

ITEM 4

REQUERIMENTO Nº 13, de 2019

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RQS 9/2019, que trata da realização de audiência pública para "discutir a situação dos alunos que concluíram curso superior em instituições de ensino a distância irregulares e, portanto, não fazem jus a obter registros em seus diplomas de conclusão de curso", visando a inclusão, como convidados, Sr. Carlos Eduardo Lima Rocha de Oliveira, do Conselho Regional de Educação Física de Alagoas.

Autoria: Senador Rodrigo Cunha

Em discussão. (*Pausa.*)

Em votação.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Requerimento nº 14, de 2019.

ITEM 5

REQUERIMENTO Nº 14, de 2019

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja incluído como convidado o Sr.Maurício Mendes, como representante da organização NUDEC, na Audiência Pública objeto do REQ 5/2019 – CTFC, que visa a debater a situação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

enfrentada pelo bairro do Pinheiro e adjacências, no município de Maceió, Alagoas, que, ainda por causa desconhecida, está sofrendo abalos e danos que têm motivado a desocupação da área pelos moradores.

Autoria: Senador Rodrigo Cunha

Em discussão. (*Pausa.*)

Em votação.

Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aproveito também para informar aos Srs. e Sras. Senadoras que, amanhã, dia 20 de março, quarta-feira, a partir das 14h, neste Plenário, teremos uma reunião de trabalho com a apresentação da Associação Brasileira de Procons sobre os projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional que tratam sobre a atualização do Código de Defesa do Consumidor em matérias de superendividamento e o projeto de lei que trata do fortalecimento dos Procons.

Essa solicitação foi feita pela própria Associação de Procons, que, inclusive, está reunida com os seus membros de todos os Estados do País hoje, amanhã e depois, aqui em Brasília. E, no momento em que eles escolheram dois temas prioritários e para ter uma aproximação com esta Comissão, que também é a Comissão de defesa do consumidor, que se possam estreitar um pouco os laços e se discutirem os temas que podem interferir na vida de cada brasileiro.

Então, essa solicitação foi feita semana passada. Não se trata de uma audiência pública, mas de uma ampla reunião. Todos os Srs. Senadores serão muito bem-vindos. E aqueles que tiverem, inclusive, outros temas que possam somar nesta temática relacionada à defesa do consumidor também podem apresentar previamente, ou por *e-mail*, ou diretamente a esta Comissão.

E também, depois de amanhã, nessa quinta-feira – e aqui eu agradeço a todos os Senadores que aprovaram, por unanimidade –, realizaremos audiência pública objeto do Requerimento nº 5, de 2019, que trata sobre a situação do bairro do Pinheiro e adjacências, no Município de Maceió, Alagoas. Esse é um assunto que aqui, repito, não é restrito a um bairro de uma cidade, não é isso; nós estamos falando aqui de uma possível catástrofe, algo que já está sendo alardeado em âmbito nacional, no mínimo, há dois meses, inclusive a Presidência já se manifestou em várias situações, e hoje é dito pelo próprio Secretário Nacional de Defesa Civil como sendo a prioridade número um deste País. Então, é algo que está afetando a vida diretamente – diretamente! – de mais de 20 mil pessoas, de mais de 2,7 mil estabelecimentos.

Cerca de 800 pessoas já saíram de suas residências, e há muitas outras que já estão para sair. Inclusive, ontem, o Ministério Público estadual também já atuou nessa linha para que todos que foram

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

demarcados em uma situação dita como área vermelha sejam retirados de suas residências. Então, é algo que mexe com a vida dos brasileiros, especialmente daqueles que moram em Alagoas.

Os senhores aqui, pela experiência que também têm em lidar com problemas relacionados ao solo, problemas relacionados à vida das pessoas que têm um planejamento que de um dia para outro muda e que não veem, muitas vezes, no Poder Público em quem confiar... Acredito que é o momento em que a gente pode chamar para o Senado Federal uma unidade de informação, de comunicação e, principalmente, buscar um resultado objetivo e que possa tranquilizar as pessoas, os moradores e também toda a população de um Estado.

Agradeço aos senhores pela aprovação. Será realizada nessa próxima quinta-feira. Portanto, sintam-se todos convidados para isso.

Aproveito também para informar, principalmente ao Senador Randolfe Rodrigues, que foi o autor de um requerimento convidando o ex-Ministro Gustavo Bebianno para comparecer a esta Comissão – ele foi convidado –, o que estava programado para acontecer na manhã de hoje, que houve a negativa por *e-mail*. E eu aqui quero ler esse *e-mail,* encaminhado para o apoio desta Comissão no dia 18 de março.

> Confirmo o recebimento do convite veiculado no *e-mail* abaixo, bem como de seus anexos.
> Contudo, informo a impossibilidade de comparecer à audiência pública dessa conceituada comissão, agendada para o dia de amanhã, devido a outros compromissos previamente assumidos.
> De toda sorte, agradeço pelo convite e renovo meus votos de estima e consideração.
> Cordialmente,
> Gustavo Bebianno.

Então, essa é a resposta à solicitação de V. Exa., Senador Randolfe Rodrigues, que foi aprovada pelo Plenário desta Comissão, de que não houve o comparecimento.

Concedo a palavra ao Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Rápido comentário, Presidente. É característico do Sr. Bebianno, não poderia ser diferente. Ele confirma o que poderia... Ele confirma a trajetória medíocre que teve na vida pública, de sair pela porta dos fundos, e não explicar aqui as verdadeiras razões pelas quais foi demitido do Governo do Presidente Bolsonaro. Enfim, cada um tem o seu lado da história e tem a sua escolha pessoal de como quer passar para as gerações futuras. Essa é a escolha do Sr. Bebianno, e nós a respeitamos, já que a esta Comissão não cabe a possibilidade de convocação, mas meramente de convite.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Muito bem, Srs. Senadores...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Só agradeço a V. Exa. e aos membros desta Comissão pela aprovação do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Muito bem, é a nossa função.

Sendo assim, Srs. Senadores, Sra. Senadora, nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 6ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE MARÇO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às quinze horas e dezesseis minutos do dia vinte de março de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Rodrigo Cunha, reúne-se a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor com a presença dos Senadores Fernando Bezerra Coelho, Eduardo Braga, Dário Berger, Juíza Selma, Izalci Lucas, Weverton, Fabiano Contarato, Telmário Mota, Paulo Rocha, Rogério Carvalho, Angelo Coronel, Carlos Viana, Rodrigo Pacheco, Wellington Fagundes, Jorginho Mello, Arolde de Oliveira, Eduardo Gomes, Paulo Paim, Chico Rodrigues, Marcos do Val e Sérgio Petecão. Deixam de comparecer os Senadores José Maranhão, Marcio Bittar, Ciro Nogueira, Mara Gabrilli, Eduardo Girão, Jorge Kajuru, Cid Gomes, Humberto Costa e Otto Alencar. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Reunião de Trabalho**. **Finalidade:** Apresentação da Associação Brasileira de Procons sobre os projetos de lei que atualizam o Código de Defesa do Consumidor em matéria de superendividamento e do projeto de lei que trata do fortalecimento dos Procons. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e trinta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Rodrigo Cunha

Presidente da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/03/20

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 7ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 21 DE MARÇO DE 2019, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às dez horas e três minutos do dia vinte e um de março de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Rodrigo Cunha, reúne-se a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor com a presença dos Senadores Marcio Bittar, Juíza Selma, Major Olimpio, Telmário Mota, Paulo Rocha, Carlos Viana, Wellington Fagundes, Paulo Paim e Marcos do Val. Deixam de comparecer os Senadores Fernando Bezerra Coelho, José Maranhão, Ciro Nogueira, Mara Gabrilli, Eduardo Girão, Jorge Kajuru, Weverton, Cid Gomes, Humberto Costa, Angelo Coronel, Otto Alencar e Rodrigo Pacheco. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 5/2019 - CTFC, de autoria do Senador Rodrigo Cunha, REQ 12/2019 - CTFC, de autoria do Senador Rodrigo Cunha, e REQ 14/2019 - CTFC, de autoria do Senador Rodrigo Cunha. **Finalidade:** Debater a situação enfrentada pelo bairro do Pinheiro e adjacências, no município de Maceió, Alagoas, que ainda por causa desconhecida, está sofrendo abalos e danos que têm motivado a desocupação da área pelos moradores. **Participantes:** Frederico Bedran, Diretor de Geologia e Produção Mineral - DGPM (representante de: Ministério de Minas e Energia); Antonio Carlos Bacelar Nunes, Diretor de Hidrologia e Gestão Territorial da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM; Thales Queiroz Sampaio, Assessor (representante de: Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM); Victor Hugo Bicca, Diretor-Geral da Agência Nacional de Mineração - ANM; Jorge Briseno Torres, Assessor da Vice-Presidência operacional da Companhia de Abastecimento D'Água e Saneamento de Alagoas - CASAL; Alexandre de Castro, Diretor de Negócio - Brasken; Dinário Lemos, Secretário de Defesa Civil de Maceió (representante de: Prefeitura de Maceió); Tenente Coronel Moisés Melo, Coordenador Estadual da Defesa Civil de Alagoas (representante de: Governo de Alagoas); Armin Braun, Diretor do Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres - CENAD (representante de: Ministério do Desenvolvimento Regional); Gustavo Esteves, Procurador Ambiental de Maceió (representante de: Prefeitura de Maceió); Sandra Nunes Leite, Professora da Universidade Federal de Alagoas; José Antônio Malta Marques, Promotor de Justiça (representante de: Ministério Público do Estado de Alagoas); Carlos Eduardo de Paula Monteiro, Defensor Público do Estado de Alagoas; Roberta Bonfim, Procuradora da República - Alagoas (representante de: Ministério Público Federal); Rosemeire Lobo, Procurado do Ministério Público do Trabalho de Alagoas - MPT-AL; Ricardo Soares Moraes, Advogado e Membro da Comissão Especial designada para o acompanhamento da situação do Bairro do Pinheiro (representante de: OAB de Alagoas); Maurício Mendes, Representante do Núcleo Comunitário de Defesa Civil de Maceió - NUDEC; Alexandre Sampaio, Presidente da Associação dos Empreendedores do Bairro Pinheiro; Sr Joelinton

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Barbosa Góis, Representante (representante de: Núcleo Comunitário de Defesa Civil - NUDEC); Geraldo Vasconcelos de Castro Júnior, Representante do Movimento S.O.S. Pinheiro; Fernando Rebouças, Defensor Público do Estado de Alagoas. Vereador Francisco Sales, Presidente da Comissão Especial de Inquérito (CEI). **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às vinte horas e dezenove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Rodrigo Cunha

Presidente da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/03/21

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Bom dia a todas e a todos. Quero dizer que esta manhã será, tenho certeza absoluta, extremamente produtiva, numa semana em que vamos buscar um alinhamento de intenções. Cada um tem um posicionamento, e nós hoje, nesta manhã, aqui no plenário desta Comissão, iremos fazer, tenho certeza absoluta, aquilo que aqueles que depositam confiança nos órgãos e nas pessoas esperam.

Sendo assim, declaro aberta a 7ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A presente reunião tem por finalidade a realização de audiência pública para debater a situação enfrentada pelo Bairro do Pinheiro e adjacências, no Município de Maceió, Alagoas, que, ainda por causa desconhecida, está sofrendo abalos e danos que têm motivado a desocupação da área pelos moradores. Em atendimento aos Requerimentos nºs 5, 12 e 14, de 2019, da CTFC, todos de minha autoria, foi aprovada por unanimidade esta audiência pública.

É importante deixar claro que esta audiência tem um caráter também interativo, ou seja, as pessoas podem participar, através de comentários e perguntas, através do Portal e-Cidadania, no endereço senado.leg.br/ecidadania ou também ligando através da ferramenta Alô Senado, pelo número 0800-612211. Essa participação é uma participação regimental, faz parte da forma de condução desta audiência pública, que tem um caráter – e aqui eu já explico aos demais presentes – um pouco diferenciado do que acontece nas Câmaras municipais e nas Assembleias Legislativas em termos de intervenção. Há todo um rito a ser seguido e um Regimento a ser obedecido.

Desta forma, nós iremos realizar uma audiência em quatro blocos. O primeiro bloco diz respeito à discussão acerca da definição técnica das causas que levaram à caracterização da problemática no Bairro do Pinheiro, onde nós teremos, na Mesa, representante da CPRM, representante da Agência Nacional de Mineração do Ministério de Minas e Energia, representante da CASAL, representante da Braskem e representante do CREA. Este será o primeiro bloco.

O segundo bloco será com a temática acerca das consequências diante da propensa confirmação de possibilidade de desastre na região. Os componentes da Mesa são a Secretaria de Defesa Civil de Maceió, representante da Prefeitura de Maceió, representante da Defesa Civil de Alagoas, representante do Ministério do Desenvolvimento Regional, representante da Ufal e da Caixa Econômica Seguradora.

Num terceiro momento, num terceiro bloco, nós contaremos aqui com uma Mesa praticamente com os órgãos de controle, aqui representados pelo Ministério Público do Estado de Alagoas, também pelo Ministério Público Federal, com a sua Procuradoria Regional de Alagoas; representante da Procuradoria Geral da República; do Ministério Público do Trabalho; da Defensoria Pública de Alagoas; também da OAB Alagoas; e do Tribunal de Justiça.

E na quarta Mesa teremos também os componentes da sociedade civil: representantes do Nudec, representante do SOS Pinheiro, representante da Associação dos Empreendedores do Bairro Pinheiro e representante da Comissão Especial de Inquérito sobre o Pinheiro estabelecida na Câmara Municipal de Maceió.

Então, em princípio, esses quatro blocos têm essa função de ser extremamente eficientes – e aqui é esse o objetivo de todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dando sequência, eu aqui sei que o Estado está acompanhando esse momento, as rádios estão ligadas na Rádio Senado, as pessoas estão ligadas na TV Senado, nas redes do Senado, no YouTube do Senado, ou seja, a participação está garantida. E objetivamente, esta audiência pública tem como objetivo organizar toda a situação do Pinheiro e adjacências. A dimensão da problemática e de todas as influências que produz no dia a dia da população local e de toda a cidade demonstram a importância nacional da demanda, que conta com a interferência e dependência direta dos mais diversos órgãos públicos, razão pela qual se justifica o acionamento da solidariedade nacional típica de uma federação. A situação, totalmente atípica, requer, de maneira ainda mais premente, o diálogo institucional para que sejam construídas soluções.

No mais, gostaria de contar com o compromisso de todos os presentes com a produtividade, e foi essa produtividade que eu pretendi ao propor a realização desta audiência pública. Compreendemos a delicadeza do assunto, mas vamos aproveitar este momento em que todos estão à mesa para buscar construir pontes que nos levem à melhor solução possível para essa problemática e para que se fortaleça a transparência com a população.

Então, senhores, eu aqui quero dar o testemunho de todos que estão agindo – e não é há um mês, mas é no mínimo há um ano – sobre esse assunto. Eu sei que é um trabalho árduo, eu sei que há diversas relações institucionais, inúmeras reuniões, e os senhores sempre estiveram presentes – aqui eu falo daqueles que atuam diretamente no dia a dia, quando foram solicitados. Acompanhei várias reuniões e, naquelas em que eu não estive presente, sempre esteve alguém da minha equipe, acompanhando e passando os relatórios. Aqui não se trata de um assunto baseado em notícias da imprensa, de forma alguma. Trata-se aqui também de falar sobre os sentimentos daquelas pessoas que aqui estão, e tudo depende da forma como nós enxergamos um problema.

Deputada Tereza Nelma, eu vejo hoje que Alagoas de fato pode dar um grande exemplo a este País. Num momento como este, nós temos a oportunidade de dizer para o País que, daquilo a que nós somos acostumados – apenas agir quando há um problema –, Alagoas está fazendo diferente. Nós aqui, de maneira preventiva, estamos todos com as antenas ligadas, todos os radares ligados e buscando soluções. Então, isso é muito difícil de acontecer neste País.

Seja bem-vindo, Senador! Bom dia!

Normalmente, as tragédias acontecem, e aí se busca resolver o que já não pode ser resolvido, busca-se apenas uma solução para os problemas. Neste caso específico, repito, Alagoas pode dizer que, neste País, que não tem o hábito, a cultura de trabalhar com prevenção... Estão aqui os senhores da Defesa Civil, que tiveram dificuldade para fazer um plano de evacuação, para colocar em prática um plano de evacuação com a população. Quem aqui é acostumado a trabalhar dessa forma? Não há sirenes espalhadas pela cidade. Por quê? Porque este País não é acostumado a terremotos, a desastres. Mas, numa situação como essa, há vários indícios... E, principalmente, as pessoas estão vivenciando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

grande dificuldade no dia a dia e já estão saindo de suas casas de maneira quase compulsória ou pelo clima de terrorismo que é colocado a cada dia. Ninguém sabe o que está acontecendo.

Os senhores, que fizeram esse trabalho árduo, repito, que percorreram várias instituições levando opiniões, que foram em busca do que há de mais avançado em termos de tecnologia neste Planeta, com certeza, demonstram aqui um senso republicano aguçado, demonstram que, apesar de as famílias dos senhores não estarem lá – acredito que grande parte dos senhores tem familiares nessa região –, estão preocupados com aquilo que pode ser um problema na vida de muitas outras famílias.

Então, sendo assim, eu gostaria de convidar para compor este primeiro bloco o representante da CPRM, Antônio Carlos Bacelar. Convido-o a compor a Mesa. Ele é Diretor de Hidrologia e Gestão Territorial da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais. (*Pausa.*)

Convido também o Sr. Thales de Queiroz Sampaio; o representante da Agência Nacional de Mineração, Victor Hugo Froner, Diretor-Geral da Agência Nacional de Mineração; o representante do Ministério de Minas e Energia, Frederico Bedran, Diretor de Geologia e Produção Mineral; o representante da Casal, Sr. Jorge Briseno Torres, Assessor da Vice-Presidência Operacional da Casal; o representante da Braskem, Sr. Alexandre de Castro, Diretor de Negócio; e o representante do Crea que aqui está presente – não me foi passado o seu nome.

Quero também registrar – já falei da importância da participação popular – a importância dos Parlamentares que aqui estão presentes: a Deputada Tereza Nelma, sempre participante das causas que interferem na vida das pessoas; o Deputado Marx Beltrão, Coordenador da Bancada Federal, que também vem acompanhando de perto esse assunto;

a Deputada Jó Pereira, sempre atuante – é uma grande felicidade para esta Comissão receber V. Exa., que também, na essência, busca realizar audiências públicas para ouvir as pessoas, não para tirar foto para colocar no Facebook, mas sim para obter encaminhamentos e resultados.

Saúdo ainda a nossa querida Pauline, que aqui também representa a Associação dos Municípios Alagoanos e que é Prefeita de Campo Alegre.

Aos poucos, vou nominando aqui as autoridades presentes, para que a gente possa dar sequência.

Thales, bom dia! Cumprimentei todos, mas não o tinha cumprimentado também.

Para dar início a esta Mesa, que trata sobre gerenciamento dos danos, que trata sobre levantamentos técnicos, convido o representante do CPRM, para que possa dar uma explicação. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como o objetivo aqui é obter informação e como há um alinhamento entre o Ministério de Minas e Energia e a CPRM, a inversão da ordem não é problema, até porque podem ser extraídas informações logo na sequência.

Sendo assim, passarei a palavra ao representante do Ministério de Minas e Energia, Frederico Bedran, Diretor de Geologia e Produção Mineral.

Será dado o prazo de dez minutos para a fala de V. Exa.

O SR. FREDERICO BEDRAN – Senador, bom dia!

Agradeço o convite, em nome do Ministério de Minas e Energia, ao tempo em que digo que não é um momento muito feliz para estarmos todos aqui, mas, por outro lado, acho que essa soma de intenções positivas, como o Senador disse, pode trazer bons frutos para este nosso trabalho.

Quero saudar todos os representantes da sociedade civil que aqui estão, os representantes do Poder Judiciário e dos demais órgãos e todos os Parlamentares aqui envolvidos, assim como os nossos parceiros da CPRM e da ANM, os demais que compõem esta Mesa e os demais senhores.

Senador, essas estruturas que nós estamos observando, subsidências, fraturas e fissuras, não são novas. Há indícios de ocorrência há mais de uma década dessas feições. Mas o Ministério já vem trabalhando há muito tempo nisso. A CPRM está envolvida nisso há um bom tempo, desde o ano passado, e a ANM está sempre preocupada, atuando na tentativa de definição das causas.

Neste Governo, logo no início de janeiro, o Sr. Ministro Bento Albuquerque emitiu uma portaria determinando que a ANM e a CPRM – a ANM é uma autarquia, uma agência reguladora vinculada ao Ministério de Minas e Enegia, e a CPRM é uma empresa pública vinculada também ao Ministério de Minas e Energia – promovessem ações no sentido de tentar identificar as causas, com o levantamento de indícios do que realmente está ocorrendo.

A CPRM tem uma atuação, como vocês vão poder ver na apresentação do Dr. Thales e do Dr. Bacelar, nos estudos relacionados a fenômenos ligados à terra, referentes a terremotos, a deslizamentos e a enchentes.

Nós temos uma enorme *expertise* na área de mapeamento de risco e uma atuação muito forte com a Defesa Civil no cenário nacional.

A ANM tem a atribuição intrínseca de fiscalização das atividades minerais e de devidas sanções. Cabe à Secretaria de Geologia e Mineração, da qual faço parte, exatamente o acompanhamento e a coordenação de todos esses esforços.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além das equipes que estão em Maceió, equipes da agência e equipes da CPRM, trabalhando arduamente, os representantes dos órgãos, os diretores e o próprio Secretário de Geologia e Mineração já estiveram presentes no bairro Pinheiro recentemente e se reuniram com o poder local e com outros representantes.

A ANM, em nome de suas competências, vem formalizando diversas exigências para a empresa que explora sal-gema na região. Entre esses estudos que vêm sendo solicitados desde 2012, há a determinação para que eles avaliem o eventual impacto dessas atividades de lavra na estabilidade no terreno e eventuais impactos nas estruturas sobrejacentes, residências, comércio e outras.

A CPRM, ainda dentro de suas competências, vem atuando também, elaborando mapas geotécnicos e geológicos, realizando uma série de levantamentos geofísicos, aéreos e terrestres, de radar e batimétricos, todos esses, Senador, com o intuito de a gente tentar chegar às causas.

Então, nós não estamos medindo esforços para tentar desvendar isso. Ainda não temos uma causa definida, como o Senador bem colocou, que pode ser uma causa natural, como falhas geológicas e outras questões, mas que também podem ser causas antrópicas. Independentemente da causa e da somatória dessas variáveis naturais ou antrópicas, os efeitos visíveis já estão aí, que são as rachaduras nas casas das pessoas, as fissuras e as subsidências. Então, nós temos de atuar já nessas ações de proteção e da Defesa Civil.

Então, as ações de nossa responsabilidade neste momento se concentram realmente na Defesa Civil, tanto a estadual quanto a municipal. Mas o Governo Federal não está fora disso. Estamos atuando sob a coordenação do Cenad – logo depois, o Dr. Braun falará um pouco do trabalho do Cenad – e estamos trabalhando de forma coordenada com todos os órgãos envolvidos na questão, para darmos todo o apoio aos órgãos estaduais e municipais, ou seja, os esforços disponíveis no Governo Federal, em nome de suas competências, estão sendo levados a termo, tanto para a continuidade das investigações e tentativa de verificação das causas, como também para a proteção e a Defesa Civil.

Paro por aqui. Agradeço mais uma vez.

Acho que os nossos órgãos, a ANM e a CPRM, poderão dar maiores detalhes técnicos, que poderão elucidar ainda mais, atendendo ao anseio de cada um.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Agradeço a fala do Sr. Frederico. É importante esse compromisso do Governo Federal. Também farei alguns questionamentos justamente sobre essa interação com o Governo Federal no final do bloco.

Passo a palavra para o representante da CPRM, para que possa também fazer sua explanação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTÔNIO CARLOS BACELAR NUNES – Ilustre Senador Presidente da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, quero, em seu nome, saudar todos os componentes desta audiência pública, convocada e aprovada pelo Senado Federal através de um requerimento de V. Exa; quero saudar todos os políticos e políticas; quero saudar o Ministério Público Federal, o Ministério Público Estadual, as entidades representativas de classe.

Quero saudar os componentes da Mesa: o Dr. Frederico Bedran, neste ato representando o nosso Ministério de Minas e Energia; o Diretor-Presidente da Agência Nacional de Mineração, o Dr. Bicca; o outro representante que compõe a Mesa, que está ao lado do Bicca, o Dr. Jorge; o Dr. Alexandre, um dos diretores da Braskem; o meu colega geólogo da CPRM, do Serviço Geológico do Brasil, Dr. Thales Queiroz.

Senador, hoje é um dia muito importante não só para Maceió, especificamente para o bairro Pinheiro e para Alagoas, como também para o Senado Federal, para o Brasil, porque esta é uma oportunidade de nós também apresentarmos a nossa empresa, a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais, que, por força federal, hoje, é constituída como Serviço Geológico do Brasil. É uma empresa que, agora, em agosto de 2019, completará o seu cinquentenário. É uma empresa que tem a missão fundamental de pesquisar e disseminar o conhecimento geológico, hidrológico e hidrogeológico para o Brasil, para os brasileiros e para as instituições dos Governos municipais e estaduais e do Governo Federal.

O Serviço Geológico do Brasil é uma empresa vinculada ao Ministério de Minas e Energia que atua em todo o Território nacional, fazendo os mapeamentos geológicos básicos, fazendo os levantamentos geofísicos, fazendo todas as investigações que ocorrem no Território brasileiro.

Eu sou Diretor de Hidrologia e Gestão Territorial. Esse assunto está afeito à nossa Diretoria. E, nesse ato, estou representando também o Sr. Presidente, o Dr. Esteves Colnago, que se encontra em viagem no exterior.

Quero dizer às senhoras e aos senhores que é uma honra mostrar para o Brasil a amplitude dos serviços que já foram executados e que estão sendo executados no Brasil, mais especificamente no Estado de Alagoas, em Maceió, no bairro Pinheiro.

No ano passado, nós fomos visitados inicialmente pelos representantes da Prefeitura de Maceió. Naquela oportunidade, recebemos os representantes na nossa sede, para conversar exatamente a respeito dos fenômenos que estavam acontecendo no bairro Pinheiro.

Nós informamos aos visitantes, à época, que a CPRM já estava presente no Estado de Alagoas promovendo alguns levantamentos, mas que, a partir daquela data, nós identificamos a presença dos nossos pesquisadores naquela região.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui, quero ressaltar para os senhores que, a partir do final de junho, mais precisamente em julho, nós intensificamos as pesquisas geotécnicas que estão sendo realizadas no bairro Pinheiro. Somente para exemplificar, hoje há algo em torno de 53 técnicos do Serviço Geológico do Brasil permanentemente atuando na pesquisa para a identificação da causa ou das causas que, porventura, estão afetando aquela comunidade, com fissuramentos, com rachaduras, com possíveis afundamentos que estão ocorrendo no bairro Pinheiro. Nós temos um cronograma que estamos cumprindo à risca.

Tão logo assumiu os destinos da Nação, o Governo Federal nos falou da preocupação número um com a situação do bairro Pinheiro. Nós, a partir dali, estamos fazendo os levantamentos. Quero dizer às senhoras e aos senhores que o Governo Federal está presente diuturnamente através dos pesquisadores da CPRM, do Serviço Geológico do Brasil. Para os senhores e as senhoras terem uma ideia, eu interrompi outros tantos projetos importantes em nível nacional, que são estipulados pelo nosso PPA, para dar atendimento a esse desastre natural de Pinheiro, em Maceió. Lá há gente da Superintendência de Recife, do Rio de Janeiro, de Brasília, de todos os quadrantes deste País em que haja um técnico ou uma técnica com *expertise* no assunto.

Na nossa empresa, bem antes desse fenômeno, em convênio com o Governo do Japão, nós mandamos técnicos e técnicas nossos para fazer treinamento no Japão, porque nós entendemos que o Japão...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANTÔNIO CARLOS BACELAR NUNES – Senador, o senhor me permite falar por mais algum tempo? (*Pausa.*)

O Japão é um dos países que mais entendem de desastres naturais, como terremotos, *tsunamis* e variações provocadas pela natureza. Então, nós estamos presentes com o conhecimento, com a *expertise* desse pessoal lá em Pinheiro.

Nós estabelecemos um cronograma de serviço e de pesquisa para o bairro Pinheiro de acordo com a nossa disponibilidade técnica. Nós estamos utilizando em Pinheiro as mais modernas tecnologias de geofísica. Vários métodos já foram aplicados, e outros tantos, se houver necessidade, serão replicados, para se chegar a um entendimento para a identificação da causa; isso pode ser provocado por um fenômeno natural ou por um fenômeno antrópico. Nós estamos avançando. Nós utilizamos vários métodos geofísicos, que estão sinalizando mais ou menos a situação de instabilidade do bairro Pinheiro.

Nós encerramos, agora há pouco, Srs. Senadores e Srs. Deputados, senhoras e senhores, autoridades, o método geofísico audiomagnetotelúrico, que é um método moderno que tem capacidade de penetração além da camada de sal, de onde está sendo extraído o minério de sal-gema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós vamos precisar de alguns dias, em torno de 10 a 15 dias, para fazer o processamento desses dados, para confrontar com os outros dados de eletrorresistividade, da interferometria, para comparar com a sísmica. Já fizemos a batimetria da Lagoa de Mundaú. Estamos avançando nas pesquisas para identificar a causa ou as causas.

Eu sei que o tempo é exíguo, Senador, e que o assunto é palpitante, importante. A gente tem de conversar e discutir hoje, nesta audiência pública, as possibilidades que a Geologia e a Engenharia Civil possam trazer para tranquilizar os habitantes do bairro Pinheiro, os habitantes de Maceió, no Estado de Alagoas, e do Brasil.

Eu estava ali sentado e ouvi atentamente a sua colocação, Sr. Presidente Rodrigo Cunha. Esta Casa se antecipa a um fenômeno que está às portas de acontecer ou não. Quero dizer aos senhores que o risco de desastre está instalado no bairro Pinheiro. Nós, do Serviço Geológico do Brasil, não podemos jamais omitir uma informação que seja verdadeira, que seja precisa. A nossa função não é penalizar ninguém. Acho que a função principal desta audiência pública é a preservação das vidas.

Então, é nesse sentido, Sr. Senador Presidente, senhoras e senhores, que nós encaminhamos. Estou aqui apenas fazendo esta parte introdutória institucional da nossa empresa, para mostrar para os senhores e para o Brasil a grandiosidade do Serviço Geológico do Brasil. A CPRM é uma empresa de Estado, não é uma empresa de governo; é uma empresa de pesquisa geocientífica e, para tanto, necessita do apoio do Congresso Nacional, necessita do apoio do Governo Federal, dos Governos estaduais e municipais, enfim precisa do apoio de todos. E nós caminhamos no sentido da pesquisa, e a pesquisa transcende a problemática política. A parte política quem resolve são os políticos. Nós estamos aqui para dar uma informação técnica, segura e precisa.

Quero aqui agradecer esta oportunidade de mostrar aos senhores e ao Brasil o que a CPRM faz em nível de Brasil. Aqui, para exemplificar, só faltam apenas 5% para o recobrimento da área de todo o Território nacional com a geofísica. E nós somos, na nossa Diretoria, responsáveis também pelos mananciais de superfície. Em convênio com a Agência Nacional de Águas, cuidamos também da água subterrânea, cuidamos do geoprocessamento brasileiro, cuidamos dos levantamentos da área de risco. Foi imposto no nosso PPA para fazermos os levantamentos de 821 Municípios, e nós, hoje, já mapeamos 1.560 Municípios brasileiros, identificando as áreas de risco: alto risco, médio risco e baixo risco. E fazemos também a parte de geoambiental.

Senador, nós queremos encerrar aqui a nossa fala institucional e nos colocar à disposição do Senado Federal, da Câmara Federal...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTONIO CARLOS BACELAR NUNES – ... das Assembleias Legislativas e dos governos estaduais e municipais para qualquer esclarecimento que se fizer necessário e que estiver ao alcance do nosso conhecimento.

O Serviço Geológico do Brasil sente-se honrado de estar aqui participando desta audiência pública tão importante para o Estado de Alagoas, mais precisamente para os habitantes do bairro Pinheiro, em Maceió.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Vou deixar para tecer comentários ao final do bloco.

Dando sequência à apresentação da CPRM, aqui bem representada pelo Diretor, temos aqui o Thales, que já é uma figura conhecida no Estado de Alagoas. Temos uma demonstração, Sr. Diretor, de que a CPRM está presente em Alagoas: se o Thales andar por qualquer rua de Maceió, ele é reconhecido, justamente por ser sempre solícito e estar sempre em campo. Então, aqui também, Thales, é muito importante a sua visão, a sua experiência e as informações que você tem para que a gente possa aqui uniformizar os entendimentos.

O SR. THALES QUEIROZ SAMPAIO – Pois não, Senador.

Bom dia a todos!

Cumprimento todos na pessoa do Senador e já passo diretamente ao assunto. Se o Senador me permitir, eu vou falar de pé, de frente para a tela e vou andar um pouquinho aqui pela frente. Pode ser?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Eu só quero saber se há um microfone sem fio disponível. (*Pausa.*)

O SR. THALES QUEIROZ SAMPAIO – Acho que sim.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Então, por favor, Thales.

O SR. THALES QUEIROZ SAMPAIO – Bem, minha gente, o Dr. Bacelar já falou bastante do Serviço Geológico do Brasil.

Cumprimento meus colegas do Ministério de Minas e Energia, Bicca, Frederico, enfim, cumprimento todos, Deputados, Senadores, Procuradores da República, Promotores, o pessoal do bairro Pinheiro, que sei que está ansioso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente vai tentar mostrar só aquilo... Para onde tenho que apontar para passar? Para trás? (*Pausa.*)

O.k.

A apresentação teria os seguintes tópicos: equipe; breve histórico – acho que o histórico foi muito bem contextualizado pelo Dr. Bacelar –; a contextualização do problema; as linhas de investigação, o monitoramento e seus métodos; um cronograma de trabalho; os estudos realizados e os resultados preliminares; e as considerações e providências, que a gente identifica no final.

Então, eu vou passando muito rapidamente pelo histórico e pela linha de tempo e paro aqui, também muito rapidamente, só para mostrar que a Bacia de Alagoas, que é uma bacia sedimentar – ou seja, é uma bacia que foi formada a partir de outras rochas durante a deriva continental e, especificamente, durante a separação entre América do Sul e África –, é uma bacia toda estruturada, ela é uma bacia que, naturalmente, tem fraturas e falhas geológicas.

Na cidade de Maceió, nós temos fraturas e falhas geológicas em toda a cidade, em vários locais, assim como na cidade de Salvador, na cidade de Recife, enfim, a costa brasileira é rica em estruturas geológicas, porque é da natureza da própria formação dessas rochas.

Esse é o mapa geológico atualizado do Estado de Alagoas. Esse mapa foi lançado pela CPRM em 2017.

Aqui a gente tem um *zoom* desse mapa e, aqui, um pouquinho mais de *zoom*, onde vocês podem ver – aí fico infeliz, porque vocês não vão ver tão bem – uma grande falha que sai daqui, da nossa plataforma continental, a plataforma continental jurídica brasileira, entra, corta a Lagoa do Mundaú, corta... O bairro Pinheiro está aqui e, aqui, a gente tem um campo de petróleo. Essa falha é a Falha de Tabuleiro, e o campo de petróleo é o Campo de Tabuleiro dos Martins.

Vocês podem ver que nós temos vários falhamentos – aqui é o mapa geológico atualizado –, ou seja, é rico em falhamentos, e aqui só estão os grandes falhamentos, tanto dentro da plataforma continental quanto no continente. Se a gente for para área cristalina, então, aí as falhas são muitas. E essas falhas antigas que a gente tem por baixo dessa bacia também são passíveis de serem reativadas.

Aqui é uma imagem do bairro com a mineração de sal. O que a gente está vendo em verde é o que hoje está sendo minerado, e o que a gente está vendo em vermelho é o que já foi minerado. Sobre a mineração de sal, eu acho que vai ser feita uma apresentação pela Braskem, acho que não vou falar sobre isso. Então, são 35 ao todo, sendo que 4 em funcionamento e 31 desativados.

Aqui a gente tem 4 linhas de investigação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Temos as características geotécnicas dos solos da região e a forma de ocupação do bairro, onde a gente vai examinar a parte mais superficial, a parte de sustentação, a parte de ocupação do bairro – se está construído corretamente, se tem saneamento básico, se tem drenagem etc. etc.

Segunda hipótese: presença de vazios (cavidades, cavernas) no solo e subsolo da região, decorrentes de causas naturais ou de ações antrópicas. A gente sabe que há 35 cavidades construídas de forma controlada pela Braskem e a gente está procurando outros tipos de cavidade que podem acontecer em rochas calcárias, e a gente tem bastantes rochas calcárias na coluna estratigráfica do bairro Pinheiro e da Bacia de Alagoas como um todo.

Por último, a extração da água subterrânea, porque, associada à extração de sal, nós temos a explotação de água subterrânea. Portanto, o mesmo tempo da mineração, 40 e poucos anos, tem também a explotação de água subterrânea, que é assim que a gente consegue tirar o sal – não vou falar do processo porque, certamente, a Braskem vai falar.

O nosso cronograma original apontava para o final de maio uma resposta mostrando as possíveis causas dos efeitos que a gente está enxergando no bairro Pinheiro. A gente já trouxe esse cronograma para o final de abril por orientação do Dr. Bacelar, por orientação do Ministério de Minas e Energia, por orientação da Agência Nacional de Mineração, mas, especialmente, por orientação do nosso Diretor, que está aflito, e todos nós que estamos trabalhando no bairro Pinheiro estamos aflitos, porque o trabalho é muito diferente. Ao contrário dos trabalhos de geologia que eu fiz ao longo de quase toda a minha vida, nos quais eu não tinha contato com o público e eu não sentia o sofrimento, ou a tristeza, ou a desilusão das pessoas, no bairro Pinheiro é completamente diferente: a gente sente a tristeza, o anseio, as pessoas adoecem etc. Então, o Serviço Geológico do Brasil vai fazer tudo para fechar as suas conclusões, e essas conclusões serão fechadas junto com universidades. Por recomendação do Secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral, Dr. Alexandre, nós vamos incorporar a academia para a análise integrada dos dados para ter não o aval da academia, mas para ter um pensamento compartilhado com o pensamento acadêmico nas questões do bairro Pinheiro.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. THALES QUEIROZ SAMPAIO – E o serviço geológico americano – bem lembrado, meu Diretor. O serviço geológico americano já tem vários dados, eles estão examinando vários dados. Já tivemos duas videoconferências com eles e teremos uma próxima na qual vamos acertar a vinda deles para fecharmos os nossos estudos.

Aqui é o mapeamento de evidências, que todo mundo conhece: zona alta, média e baixa. Eu vou passar isso muito rapidamente. Queria só chamar atenção para esse mapa aqui. Por favor, prestem atenção a esse mapa, que é o que a gente chamou Mapa de Feições, onde a gente indicava que havia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um fraturamento, onde havia um rompimento. A gente não entendia por que havia esse rompimento nesse lugar do bairro, mas a gente vai entender agora, um pouquinho para frente.

Aqui é o que a gente fez na lagoa – Bacelar já comentou.

Aqui, o método de eletrorresistividade. No método de eletrorresistividade, a gente vê claramente que, numa área onde não há fraturas, o padrão é esse e, lá no bairro Pinheiro, o padrão é esse que vocês estão vendo. O que vocês estão vendo em azul e verticalizado está interpretado aqui como zonas muito condutivas, como zonas de falhas e fraturas.

Aí a gente está fazendo uma série de encaminhamentos complementares para poder ter um modelo 3D. Isso vai ficar pronto até 20 de abril.

Isso aqui é a gente checando a coluna estratigráfica com os dados da eletrorresistividade: bate perfeitamente.

Novamente, o nosso Mapa de Feições, mas, aí, com um estudo mais superficial, um estudo geotécnico do bairro. O Prof. Galindo já fez muitos consertos no bairro, e esses consertos não surtem efeito. Ele vai ficar cansado de consertar e a coisa não acontecer. Então, o que a gente entende é que o problema não é mais um problema superficial e, sim, que existe alguma coisa mais importante no bairro.

Aqui é a rede sismológica. O Serviço Geológico do Brasil participa do conjunto de instituições que monitora a rede sismológica do Brasil, inclusive participamos aportando recursos, e vamos aportar recursos agora à rede sismológica. Quando houve o sismo no Pinheiro, havia um único sismógrafo, instalado a 80 quilômetros de distância. Hoje a gente tem 6 sismógrafos instalados.

Aqui é o método de gravimetria. A gente vê duas anomalias gravimétricas que a gente ainda não compreende bem, mas a gente imagina que a camada de sal não seja uma camada plana, que exista algum movimento na camada de sal, mas a gente vai ter isso quando acabar de processar esses dados.

Aqui o audiomagnetotelúrico de que o Dr. Bacelar falou. São 100 pontos coletados no bairro, a gente está processando tudo isso.

Aqui um afloramento que fica a 20 quilômetros do bairro Pinheiro. Essa é a Formação Barreiras – parece um calcário, mas não é –, a Formação Barreiras cortada de uma forma inadequada. Você está vendo claramente as fraturas que existem na Formação Barreiras e, portanto, existem fraturas e falhas na Formação Barreiras. E essa fratura se abrindo: é porque esse corte não deveria ter sido feito desse jeito e, evidentemente, está havendo um pouco de voçorocamento. Isso está a 20 quilômetros do bairro Pinheiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui a gente fez todo um estudo da ocupação urbana do bairro para entender o que tinha acontecido lá. A Sísmica AWD, que a Braskem está fazendo, vai nos ajudar muito na interpretação junto com os nossos dados.

E agora a gente entra nos resultados da análise interferométrica de imagens de radar do período de abril de 2016 a dezembro de 2018. Explico melhor – isso é muito importante.

Existe uma empresa italiana, Telespazio, que tem imagens da cidade de Maceió. Por questões operacionais do satélite deles, eles checam o satélite deles e coletam imagens de Maceió desde 2010, Dra. Raquel, e, a partir de... Nós compramos imagens a partir de abril de 2016, e essas imagens mostraram esse desenho. O que significa isso? Onde vocês estão vendo verde é que não há movimento e, onde vocês estão vendo vermelho, há movimento.

Aqui está o bairro Pinheiro, e o final da mancha vermelha delimita a zona que a gente está vendo rompida, que a gente está vendo quebrada. E os pontos em vermelho, o que são? São pontos que estão baixando, são pontos que estão em subsidência.

Aí eu vou mostrar várias imagens.

Isso aqui é a forma de coletar pelo satélite.

Aqui uma imagem mais de perto, onde eu mostro a velocidade de subsidência. Vocês podem ver aqui...

Deixem-me ver se a ponteira funciona. Se funcionasse, seria ótimo.

Não funciona, infelizmente.

Aqui vocês estão vendo esses dois pontinhos. A velocidade deles de subsidência, ou seja, de rebaixamento, é 188,4mm por ano, com mais ou menos 3,5mm para mais ou para menos, que é a margem de erro. Isso significa que, em dois anos, nós podemos ter uma subsidência próxima de 40cm nessa área. Aliás, nós podemos não, nós tivemos uma subsidência próxima de 40cm nessa área, e essa área está dentro da área da Braskem, esses dois pontinhos que estou mostrando.

Aqui, mais alguns pontos, também dentro da área da Braskem, com velocidade de subsidência de 188mm por ano. Se você multiplicar isso por 2,5, que foi o empo que a gente pegou, vai dar também em torno de 40cm nesse período de tempo.

Aí, outro ponto com velocidade.

Eu vou passar para essa imagem que eu ampliei. Vocês viram que a interferometria que a gente encomendou é muito maior do que o bairro Pinheiro. Isso é para mostrar que tudo isso aqui está quieto, você não vê nada disso aqui se mexendo. Nessa zona que vocês estão vendo em laranja, há

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pontinhos vermelhos. Essa zona, que começa a ficar rosa, depois laranja e, depois, amarela é a zona que a gente está vendo se romper.

Por que isso aqui é a zona que se está rompendo? Essas são as zonas que a CPRM mapeou, porque é lá que as casas estão quebradas. E por que as casas estão quebradas aí? Porque todo esse bloco aqui está quieto, ele não está se abaixando, e todo esse bloco aqui, que compõe praticamente todo o bairro Pinheiro, está se abaixando. Aí foi que a gente compreendeu por que estava quebrando na zona vermelha, laranja e amarela? Porque há um bloco mais para perto da lagoa que está em subsidência, ou seja, está se abaixando, e esse bloco que está em verde, esse bloco enorme, não está se abaixando, e há uma zona de transição onde a gente quebra.

Vou passar.

Temos um filmezinho aqui.

Estou mostrando para vocês: estão aqui os vermelhinhos. Eu coloquei só as zonas vermelhas; inclusive, aqui, com toda a parte de baixo, a parte do Mutange. E, aqui, as zonas que a gente mapeou. Essas zonas estão em laranja, amarelo e, aí, elas chegam por aqui, e elas já estão verdinhas – foram as zonas que a gente mapeou.

Aqui, mais algumas velocidades. Nas zonas verdes vocês estão vendo uma velocidade... Numa zona verde não, numa zona verde meio amarelinha: 13mm por ano; numa zona verde, 3mm por ano, ou seja, dentro da margem de erro – pode ser zero, inclusive, a subsidência aí.

Aqui, novamente as áreas da gente dentro das zonas, para vocês verem.

Aqui eu mostro mais algumas velocidades exatamente ali na parte baixa do bairro Pinheiro: velocidade de 168mm por ano.

E, novamente...

Ué, não saiu. Era para ter saído... Ah, é o filme!

Será que você pode ativar esse filmezinho para mim por favor? (*Pausa.*)

(*Procede-se a exibição de vídeo.*)

O SR. THALES QUEIROZ SAMPAIO – Nós vamos passar dois anos e meio agora. O satélite mede o mesmo ponto 60 vezes por ano.

Então, o tempo está passando. Hoje nós estamos em agosto de 2016. A área está em subsidência.

Por que estava tudo verde? Porque foi quando eles começaram a medir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a área está avançando, a área está avançando, e a área se movimenta; ela vai um pouco à frente e, depois, ela volta um pouco. Por quê? Porque ela parou de se movimentar. Então, o movimento é relativo.

Você tem gráficos. Para cada ponto desse você tem um gráfico em que você pode ver o movimento. Vou falar disso depois que o filmezinho terminar.

(*Soa a campainha.*)

O SR. THALES QUEIROZ SAMPAIO – Você pode arrastar e terminar o filme. Pode tirar o filme e voltar para o PowerPoint por favor.

Essa mancha vermelha de subsidência...

O que a gente fez? Ontem nós estivemos no Rio reunidos com o pessoal da Telespazio e examinamos profundamente esse material. E o que a gente entendeu? Está mexendo, sim, desde abril de 2016, que foi o que a gente comprou de imagem. Mas é muito interessante, porque o padrão do gráfico tem alguma coisa importante em janeiro de 2018. E mais: a partir de junho de 2017, a subsidência passou a aumentar. A partir de junho de 2017, a gente percebe, em vários pontos, que a subsidência passou a aumentar.

Passe para mim, por favor, porque acho que não está...

Bom, aqui eu volto. Qual é a interpretação que pode ser dada aqui? Pessoal, eu estou terminando. Senador, me perdoe, mas as informações são importantes. Se você tem essa meia lua, que é o formato que a gente vê, movimentos de rastejo, movimentos rotacionais, que são movimentos lentos, a gente diz o seguinte: um rastejo nunca é perigoso, porque ele avisa que vai romper, mas ele rompe. Às vezes, demora para romper, mas ele rompe.

Eu já vi muito rastejo. Estive em uma área no Rio Grande do Sul – Jorge, me ajude –, área da cidade daquele cara que era secretário de defesa civil, estive com a equipe de campo lá e vi um rastejo lindíssimo que estava quebrando, quebrando, quebrando, ninguém se incomodava, e, de repente, desceu 10m. Simplesmente desceu. As árvores ficaram todas de pé, mas ele desceu 10m.

O que acontece no movimento de rastejo? Você pode simplesmente ter um bloco que desce do jeito que está aqui ou, imagine que você não veja isso aqui, esse bloco desceu e essa área ficou toda intacta. Como ele avisa? Ele avisa assim: trincando, abrindo fendas, fraturas. É assim que ele nos avisa.

Então, o que a geologia nos diz no bairro Pinheiro? Que o terreno formou um sistema ao longo de 40 anos, onde se tinha extração de água subterrânea, mineração de sal, ocupação urbana inadequada, falta de saneamento básico, falta de drenagem adequada, tudo isso e o sistema estava em equilíbrio. Mas o sistema começou a se desequilibrar, a gente imagina, dez anos atrás, pelas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

notícias que a gente tem do bairro do Pinheiro, mas a gente vê na interferometria que, a partir de 2017, esse movimento está aumentando. Aí é só uma ligação da imagem que a gente está vendo com um possível processo geológico que é possível acontecer no bairro, mas é lento.

Aqui as hipóteses, o que a gente já sabe de cada hipótese. Não vou me demorar, a apresentação fica com os senhores, mas queria mostrar aqui, só para reforçar o que o Dr. Bacelar falou, no número 2, a presença de cavidades, cavernas no subsolo, cavidades erosivas. A gente já vê isso se formando no cruzamento de falhas normais em níveis conglomeráticos da Formação Barreiras, ou seja, são cavernas muito superficiais. Inúmeras anomalias condutivas: falhas, vazios ou solo saturado. Isso tudo a gente vai entender quando cruzar todos os métodos. Por último, as estruturas e feições tectônicas.

Nós confirmamos as presenças das falhas no subsolo até uma profundidade de, no mínimo, 60m, porque a nossa equipe é muito rigorosa. Eu vi perfeitamente até 150m nos dados deles, mas eles disseram que não, só até 60m. Então, só até 60m. Estamos aguardando confirmação da continuidade em profundidade maiores, aguardando os boletins da rede sísmica. E diferentes velocidades de deformação da interferometria, que a gente viu ontem no Rio de Janeiro.

As considerações e providências são aquilo que a gente falou. Existe um cenário onde você tem um movimento brusco, e pode ter. Quando é movimento brusco? Quando o rastejo deixa de ser rastejo e cai.

Aí, nesse caso, a gente precisa de um monitoramento exemplar do ponto de vista sísmico, do ponto de vista de interferometria, sensores de movimento no próprio bairro e, mais do que isso, em todo o mundo, Senador. Em todo mundo desenvolvido há áreas de risco, quer seja por vulcão, quer seja por alerta de tsunami, quer seja por avalanche nos alpes. Ou seja, as pessoas estão acostumadas a receber uma notícia, sair daquela área e, depois que passa o evento, voltar. Então, as pessoas acham muito estranho no Brasil quando a gente diz: em caso de previsão de chuva forte... E agora vou definir chuva forte, porque a equipe ontem me deu essa definição, por causa dessas condições que a gente está vendo no bairro do Pinheiro. A gente imagina que, se há previsão de chuva de mais de 30mm em um único dia, que as pessoas, por favor, saiam e depois retornem ao bairro. Eu tinha falado em um número maior do que esse, mas nós estamos com uma equipe no campo permanentemente, examinando os dados agora à luz da interferometria.

No caso de movimento lento e contínuo, a orientação continua sendo o que a gente falou ontem, seguido de medidas de monitoramento para auxiliar. A mesma coisa de movimento lento até a estabilização, que é possível. À medida que a gente tem os dados da geofísica, a gente vai saber se isso tem condições de estabilizar ou não. E a gente acredita... Eu conversava agora cedo, de manhã – eu, Dr. Bacelar e Dr. Jorge Pimentel, que nos acompanha... Dr. Jorge, levante a mão por favor. E ele dizia: "Depois que a gente tiver todos os dados, é possível que a gente tenha uma solução de engenharia para estabilização". Aí seria drenagem adequada, drenos profundos. Enfim, a engenharia é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

riquíssima em soluções para coisas desse tipo. Então, não é uma coisa para a gente dizer: "Ah, não tem jeito, tem que mudar". Nós não sabemos disso. Vamos aguardar um pouquinho. No final de abril, a gente pode saber.

As medidas que são consideradas urgentes incluem, evidentemente, ajustar o plano de contingência em relação aos novos dados. Você não pode mais correr para cima daqueles pontinhos vermelhos. Ninguém pode correr mais para o Mutange, lá para baixo, ou seja, havia vários pontos que a gente tinha escolhido como seguros que, por causa da interferometria, a gente mostra que não são mais seguros.

Construção da rede de drenagem provisória antes da chuva. Penso que isso tem sido providenciado junto à prefeitura. Parece que a Braskem fez um projeto. Vocês podem falar melhor sobre isso do que eu. Isso seria uma drenagem feia, mas que não deixasse a chuva infiltrar no bairro, porque, como o bairro está muito quebrado, a água entra com muita velocidade e vai levantar o nível muito rápido. Como a parte de cima está muito desestruturada, você pode ter solapamento porque pode fluidizar – o fenômeno se chama fluidização.

Contratação de interferometria para os períodos de 2011 a 2016 e 2019 a 2020. Nós estamos providenciando isso. Tive ontem reunião com diretores da Telespazio, o Dr. Bacelar me autorizou a negociar com eles.

Contratação de especialista em interferometria...

(*Soa a campainha.*)

O SR. THALES QUEIROZ SAMPAIO – Isso é coisa do serviço geológico do Brasil. Estamos providenciando.

Sondagem rotativa com recuperação de testemunho, para a gente realmente ver todas as rochas até a profundidade adequada.

Instalação de sensores automáticos de movimento da cota.

Repassar recurso para a Rede Sismográfica Brasileira. Estamos providenciando isso.

Instalação permanente da rede sísmica local no bairro Pinheiro e arredores.

Aí fica o muito obrigado ao Serviço Geológico do Brasil.

E me perdoem pelo tempo. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Bem, Thales, agradeço a apresentação. Inclusive, se V. Exa. ainda quiser acrescentar algum ponto, não por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

causa do tempo deixe de fazer. Todos aqui estão prestando atenção. E esse é um dos pontos mais aguardados no dia de hoje. Tanto é que, pela ordem aqui, a CPRM está sendo a primeira. Então, se quiser acrescentar algum ponto, fique extremamente à vontade.

O SR. THALES QUEIROZ SAMPAIO – Meu Senador, eu acho que as reflexões do público serão muito importantes. A única coisa que eu gostaria de acrescentar, depois de respirar um pouco, é o longo e sincero agradecimento às pessoas que estão aqui que são do bairro do Pinheiro, às pessoas que estão aqui que são de Alagoas, de Maceió, que acolheram o Serviço Geológico do Brasil, porque esse não foi um trabalho feito sozinho, mas com as pessoas que lá estão, com a Defesa Civil municipal. Vejo aqui aquele a quem chamo carinhosamente de meu Coronel, Dinário, vejo o Secretário Estadual de Defesa Civil, enfim, e um grupo de pessoas do bairro do Pinheiro que tem nos ajudado muito, permitindo que a gente entre em suas casas, nos seus quartos, nos seus banheiros e que a gente compartilhe com eles tudo que a gente tem feito. Aí a gente também tem toda a emoção que eles têm.

A equipe está completamente envolvida emocionalmente no trabalho, porque é um trabalho bem diferente. É um bairro de classe média, um bairro bonito, um bairro limpo, de pessoas educadas e isso tudo... Então, queria agradecer muitíssimo essa oportunidade de a gente ter feito essa explanação, agradecer a todas essas pessoas e, em especial, esta oportunidade que o Senador nos deu.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Muito bem.

Eu comuniquei aqui, inclusive, está prescrito para os senhores, nós temos uma metodologia de trabalho própria. Vamos abrir uma exceção, tendo em vista que foi previamente solicitada. Nós temos vários Parlamentares que têm várias atividades durante o dia. O Deputado Marx Beltrão solicitou fazer alguns apontamentos. Até informo ao Deputado que os apontamentos serão feitos agora, Deputado, mas as respostas ficarão para o final e serão repassadas para V. Exa. com certeza para que a gente possa dar continuidade a esta eficiente apresentação dos senhores.

Então, com a palavra, o Deputado.

O SR. MARX BELTRÃO (Bloco/PSD - AL) – Quero, primeiro, agradecer, Presidente, por quebrar o protocolo e me ceder a palavra. Quero parabenizá-lo por convocar esta audiência pública, colocando à Mesa todos os agentes envolvidos para que a população do bairro do Pinheiro tenha, finalmente, um apontamento de direcionamento para solução e para resolver o problema dos moradores.

E quero, primeiro, cumprimentar os moradores do bairro do Pinheiro, que vieram de Maceió até esta reunião de hoje. Cumprimento todos eles. Quero cumprimentar os meus colegas Deputados: o Deputado Isnaldo Bulhões, que está aqui presente; a Deputada Tereza Nelma; o Deputado Sergio Toledo, que também compareceu; a Deputada estadual Jo Pereira, que veio também representando a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Assembleia Legislativa. Cumprimentar a Prefeita Pauline, que também está aqui representando a Associação dos Municípios Alagoanos. Também chamo a atenção, Prefeita Pauline, para o fato de que era para estar aqui o Prefeito de Maceió também, já que a cidade de Maceió é a cidade envolvida. Quero cumprimentar os Vereadores de Maceió que aqui se fazem presentes: o Vereador Chico Filho, o Vereador Francisco Sales e o Vereador Cléber Costa, que tiveram a responsabilidade para com a população de Maceió de se dirigir da cidade de Maceió até aqui para que estivessem presentes nesta audiência pública. Cumprimentar todos os representantes do Governo Federal, especialmente os que trabalham na CPRM, em nome do Thales Queiroz, que fez aqui uma apresentação muito contundente e bem explicativa para todos nós e também cumprimentar os representantes do Ministério Público que estão aqui presentes.

Eu começo, Presidente, dirigindo-me ao Sr. Frederico Bedran, que é o Diretor do DGPM. Ele falou que o Ministério de Minas e Energia está atuando em favor do bairro do Pinheiro, mas esqueceu de dizer qual é a atuação que o Ministério de Minas e Energia está fazendo em favor do bairro do Pinheiro, porque não vi até agora, na prática, o que a população quer, a solução. Não vi apresentada ainda nenhuma solução que favoreça os moradores do Pinheiro.

O Sr. Antônio Carlos, que aqui é o Diretor do CPRM, passou praticamente a metade do tempo cumprimentando e falando do trabalho no Brasil. Não fosse o Thales, que salvou a apresentação da CPRM pelo que mostrou, talvez a gente não tivesse aqui nenhuma informação para poder defender e levar adiante. Inclusive, o Sr. Antônio falou que o papel dos políticos é fazer política e o papel da CPRM é fazer a parte técnica. Pois bem. Nós políticos de Alagoas, pelo menos os que estão aqui representando-a, estamos, desde o início, defendendo que haja uma solução. Espero que a CPRM faça a sua obrigação, que é finalizar os estudos para que a população tenha, de forma clara e objetiva, o apontamento dos culpados e as soluções definitivas para minimizar os problemas das pessoas que moram no bairro do Pinheiro.

Entre as medidas que foram aqui apresentadas pelo Thales, vi várias medidas urgentes, mas ainda não vi nenhuma que, de fato, resolva o problema dos moradores. Desde o início desse problema, nós – eu, a Deputada Tereza, o Reginaldo, o Rodrigo Cunha, todos aqueles que se preocuparam em buscar uma solução – pedimos ao Governo Federal que liberasse o FGTS dos moradores do Pinheiro, pedimos ao Governo Federal que liberasse financiamentos para construção de habitação e comércio para aqueles que querem construir em outros lugares, pedimos a liberação do PIS/Pasep e até agora o Governo Federal não deu nenhuma resposta clara e objetiva com relação a esse tipo de ajuda para minimizar o problema dos moradores do bairro do Pinheiro.

Os estudos estão muito bem elaborados, quero parabenizar o Thales, mas precisam ser finalizados, porque dão uma sensação, Sr. Antônio Carlos, para nós políticos de que é muito cômodo para a CPRM passar, desde junho do ano passado, ou seja, dez meses já se completam, e não há ainda,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de forma clara e objetiva, a finalização dos estudos com o apontamento das causas para que a gente possa cobrar a solução do Governo Federal. Para a gente dá uma sensação de que, para quem está indo trabalhar em Maceió, recebendo diárias, recebendo bons salários, nas belíssimas praias da capital, comendo um bom peixe, comendo um bom camarão, talvez seja mais conveniente passar mais tempo trabalhando nisso do que finalizar os estudos.

Portanto, nós queremos a finalização dos estudos por parte da CPRM para que se aponte a culpa. Até porque, não sei se de forma irresponsável ou não, o seu Chefe, o Presidente da República, deu uma declaração, em uma entrevista para a imprensa, apontando que a causa do que aconteceu no bairro do Pinheiro era a mineração. Ele falou isso publicamente, o seu Chefe, o Presidente da República. Portanto, nós queremos saber se é ou se não é. Porque se o Presidente da República fala isso de forma clara e objetiva em uma entrevista, dá a sensação de que estão escondendo informações, de que o Presidente da República tem informações que nós não temos, e a gente não pode admitir isso. Nós temos de saber o que está acontecendo de fato, já que o Ministério Público Federal, numa audiência que fizemos em Maceió, apontou-nos, pelo Dr. Diógenes, que em hipótese alguma era a causa a mineração. Então, a gente vê, de um lado, o Presidente da República dizendo que é a mineração; de outro lado, o Ministério Público dizendo que não tem nada a ver com mineração, que é causa natural. E a gente fica nesse contraponto, sem saber o que de fato está havendo.

Por isso, aqui quero parabenizar o Thales, que está fazendo um trabalho muito bonito, mas precisamos que termine, precisamos que os estudos terminem para que a gente possa apontar os culpados. Porque a população, Sr. Antônio, esse povo que mora em Maceió que está lá no bairro do Pinheiro e nos bairros vizinhos está amedrontado. Ouvi relatos de muitos deles, relatos sinceros cobrando solução. Esse povo precisa saber o que vai acontecer com suas casas, se vai ter de morar em outro bairro, se vai ter condições o Governo de ajudar a comprar uma casa em outro lugar, se o bairro vai ter de ser totalmente evacuado ou não.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARX BELTRÃO (Bloco/PSD - AL) – Então, a gente precisa de um apontamento de solução, porque a população de lá não quer saber se a culpa é da Braskem, se a culpa é do Município de Maceió, se a culpa é do Governo do Estado, ou se a culpa é do Governo Federal. Os moradores querem uma solução.

E o nosso papel de político, que o senhor questionou no começo, é cobrar dos entes federados a solução. Por isso estou aqui cobrando de V. Exa. e do Governo Federal a solução para os moradores do Pinheiro.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Bem, como falei, aqui é uma exceção. Nós vamos seguir o nosso rito.

Aproveito aqui para registrar a presença do Deputado Isnaldo Bulhões, como também já passou por aqui o Deputado Sergio Toledo e encaminhou um ofício justificando sua ausência o Deputado JHC, tendo em vista uma questão familiar: sua avó faleceu e ele não pôde estar aqui hoje. Então faço esses registros.

Vamos abrir espaço...

O SR. JOSÉ ANTÔNIO MALTA MARQUES – Senador, por gentileza, Ministério Público de Alagoas, José Antônio Malta. Como o Ministério foi citado...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Foi citado. Vários foram citados aqui. Vai ser dada a palavra. O Deputado já está saindo, então ele não vai escutar, mas V. Exa. terá a oportunidade também de se explicar, com certeza, porque o Ministério Público está sendo um apoio importantíssimo, tanto o estadual como também o federal, na busca de elucidações do que está acontecendo, das providências que têm que ser tomadas de forma urgente.

Sendo assim, ainda seguindo a nossa sequência de exposições, convido o Sr. Victor Hugo Bicca para fazer sua explanação, representando a Agência Nacional de Mineração (ANM).

O SR. VICTOR HUGO BICCA – Bom dia, Sr. Presidente, Senador Rodrigo Cunha. Bom dia aos demais Parlamentares. Quero cumprimentar meus colegas de Mesa, meus senhores, minhas senhoras, o Ministério Público Federal, com quem nós tivemos oportunidade de nos reunir na cidade de Maceió alguns dias atrás.

Queria também destacar, Presidente Rodrigo Cunha, a presença do nosso Superintendente de Produção, Dr. José Antonio Alves dos Santos, e do nosso Assessor Técnico da Diretoria de Desenvolvimento Institucional, Dr. Roger Romão. Os dois são engenheiros de minas, com larga experiência em mineração, e atuam com o apoio técnico especializado da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, na pessoa do Dr. André Zingano, que é Doutor em Mecânica de Rochas.

Eu também queria registrar a presença do nosso ouvidor, Dr. Paulo Santana.

Antes de começar, Presidente, permita-me cumprimentar o Dr. Thales pela brilhante apresentação que fez. Eu sou geólogo por formação, tenho especialização em docência, mas, com toda a sinceridade, invejo a didática e a capacidade de apresentar um problema tão complexo, com o grau de detalhamento, com a riqueza de informações e com a didática com que o Dr. Thales apresentou. Ele caracterizou o problema na plenitude, tanto do ponto de vista científico quanto do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ponto de vista de diagnóstico e de prognóstico. Ele praticamente esgotou o que nós tínhamos que dizer.

Eu queria destacar que, dentro da fala dele, nós somos um componente importante, porque ficou claro que estamos tratando um fenômeno que se caracteriza como neotectonismo, ou seja, um tectonismo recente. E ele foi muito preciso em destacar que esse sistema, que estava até então em equilíbrio, aparentemente rompeu seu equilíbrio, e rompeu essencialmente em função das ações antrópicas. Dentre essas ações antrópicas, evidentemente há a questão da mineração, que existe lá no bairro, em subsuperfície, desde a década de 70.

Então, nós, como órgão regulador do setor mineral brasileiro... E aqui um breve parêntese: nós, até 5 de dezembro de 2018, éramos o Departamento Nacional de Produção Mineral e fomos transformados na Agência Nacional de Mineração. Estamos em pouco mais de cem dias de agência. É evidente que temos toda a *expertise* anterior, que acumulamos ao longo de mais de 84 anos de existência do DNPM.

Eu fiz uma apresentação muito simples.

Introdução. Concessão de lavra... Eu vou focar essencialmente na questão da mineração, do direito minerário existente, dos trabalhos que estão em execução pela empresa – porque ela é uma administrada nossa –, e as considerações finais sobre cenários e possíveis medidas, o que o Dr. Thales já teve a oportunidade de destacar, ampliar e dar a consistência com muito mais contundência do que esta nossa apresentação.

Nós temos um processo minerário que data de 1965, cujo titular é a Braskem S.A. A substância é sal-gema. Município: Maceió. A concessão de lavra foi outorgada em 15 de junho de 1970, e foi retificado esse decreto em agosto de 1971. As atividades de lavra tiveram o início propriamente dito no ano de 1976.

Essa imagem já foi mostrada pelo Dr. Thales. É o quadro de onde nós temos os poços: em vermelho, os poços já desativados; e, em verde, quatro poços que estão em operação.

Não vamos detalhar também o método de operação, mas, de forma simplificada, é um poço profundo, porque a mineralização está entre 900m e 1.200m de profundidade, e a lavra se dá por dissolução do sal em subsuperfície. É evidente que a dissolução gera uma caverna que, após a desativação da atividade de mineração, é pressurizada. E a técnica aponta que a dissolução paralisa em função dessa pressurização, que evidentemente é feita com uma mistura de salmoura, com questões de pH e tudo mais, para poder manter o equilíbrio ou suspender a dissolução em subsuperfície. Essa, em linhas gerais e grosseiras, é a técnica utilizada. Certamente a Braskem vai detalhar isso um pouco mais na sua fala.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, concessão de lavra em 1971; início da operação em 1976.

Em 2012, o DNPM exigiu apresentação de laudo de estabilidade das cavidades e atualização do plano de aproveitamento econômico. Foi apresentado um laudo de mecânica das rochas, pela empresa Flodim, que concluiu pela estabilidade das rochas sobrejacentes às cavidades e inexistência de subsidência, após 30 anos de lavra.

Um breve histórico.

Em 05 de março de 2018, após os eventos chuvosos de 14 de fevereiro de 2018 e o sismo que ocorreu no dia 03 de março de 2018, nós convocamos a Braskem para uma reunião, aqui em Brasília, onde questionamos a empresa a respeito do processo produtivo e pedimos a eles, exigimos deles a apresentação de dados monitoramento das cavidades ativas e inativas, assim como dados de monitoramento de verificação de subsidências e possíveis reflexos na superfície da poligonal.

Então, foi uma série de exigências. E realmente começamos a intensificar o grau de exigência com a perspectiva de esclarecer, ou de ajudar a esclarecer, porque a mineração é uma das componentes desse complexo quadro formado, associado a questões da composição do solo em subsuperfície, a questões dos falhamentos, da falta de saneamento básico, do não disciplinamento da drenagem pluvial; uma série de outros fatores que concorrem para esse fenômeno.

É importante destacar – acabei não destacando, mas o Dr. Frederico Bedran já havia destacado – que o Ministro Bento, assim que assumiu a pasta do Ministério de Minas e Energia, já no dia 11 de janeiro de 2019, baixou uma portaria determinando que a Agência Nacional de Mineração e a CPRM concorressem para que, efetivamente, se buscassem os elementos necessários para o esclarecimento dos fenômenos que estão ocorrendo no Bairro Pinheiro. Nós, então, de imediato, instituímos um grupo de trabalho técnico para acompanhar, aprimorar e subsidiar, naquilo que nos compete, o Serviço Geológico do Brasil, a CPRM.

O que a empresa já nos informou a partir desse movimento que foi intensificado nos últimos meses? Dados do processo produtivo de sal e água; os sonares antigos... O sonar é o mecanismo, o recurso técnico que é usado para saber se aquela dissolução a que fiz referência antes efetivamente paralisou ou continuou, porque, se continua, ela modifica a forma com que a cavidade ficou em subsuperfície. Então, é um processo um tanto quanto demorado e complexo, porque tem que se retirar toda a tubulação, reintroduzir o sonar, e esse sonar faz o mapeamento da caverna. Aí se compara o desenho atual com o desenho pretérito para saber se a dissolução efetivamente parou, conforme foi projetado, ou se continuou por alguma razão desconhecida. Prossigo: perfis geológicos e construtivos dos poços; laudo técnico das estruturas de subsuperfície.

Então, as exigências começaram a se intensificar. Em setembro de 2018, exigimos a apresentação de novo laudo técnico de mecânica de rochas, acompanhado de Anotação de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Responsabilidade Técnica; exigimos realizar de estudos da geometria do interior das cavernas, e aí entra o sonar que mencionei; apresentar a programação de trabalhos a serem realizados pela concessionária objetivando identificar as causas da instabilidade. Embora nós não tenhamos a segurança de afirmar que elas são causadas pela mineração, nós apelamos, exigimos da empresa que ela também somasse esforços no sentido de buscar identificar as possíveis causas – ela como uma das possíveis causas, é evidente.

As ações continuam no campo das exigências. Exigimos, para subsidiar o trabalho da CPRM, que eles também fizessem uma sísmica. Essa sísmica a empresa contratou, está em desenvolvimento. E esses dados todos vão ser repassados para o Serviço Geológico para robustecer ainda mais o brilhante trabalho que eles estão executando.

Eles estão fazendo um programa de monitoramento mensal da pressão dos poços; estão realizando...

(*Soa a campainha.*)

O SR. VICTOR HUGO BICCA – Exigimos que fosse realizado também – e aí já é fruto do trabalho em parceria com o Serviço Geológico do Brasil – um furo estratigráfico, como nós em Geologia chamamos; um furo que objetiva saber exatamente que tipo de rocha há em subsuperfície: a ocorrência, a espessura, a quantidade dessas rochas em subsuperfície. E deve estar sendo iniciado nos próximos dias esse furo.

Isso é importante, porque, como destacou a apresentação do Dr. Thales, é ambiente geológico costeiro, há uma série de fraturamentos, há uma composição bastante heterogênea da litologia, há a interposição também de eventos de transgressões e regressões na parte mais superior da coluna. E a gente não tem um conhecimento detalhado do que ocorre em subsuperfície.

Eu até fiz uma provocação ao Dr. Thales. Ele mostrou aquela foto, muito didática, que ele chamou de "formação barreiras", que mostrou um processo erosivo em um corte que foi mostrado, um corte provavelmente em uma estrada que estava sendo construída, e ali se verifica com muita clareza. Há até um cidadão que entrou na cavidade que está formada no corte. Aquilo ali ocorreu essencialmente por causa da água da chuva. E eu provoquei o Dr. Thales dizendo que isso está ocorrendo também em subsuperfície onde houver essa formação. Por isso a recomendação dele, no final, de que nós temos que tratar da questão da água superficial, porque a água superficial está toda infiltrando e certamente está acelerando esse processo erosivo, que deve também estar ocorrendo em subsuperfície.

Trabalhos já realizados: estudos de engenharia geotécnica para ações imediatas no Bairro Pinheiros; a contratação de especialistas e elaboração de pré-projetos de drenagem hídrica de águas pluviais e isolamento de fraturas no terreno – isso para apresentação à prefeitura e ao Governo do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estado. E, segundo a informação que nós temos da empresa, eles estão aguardando adesão das autoridades públicas locais para a implementação desse projeto. Então, é importante.

Eu estive lá em Maceió, e há uma residência lá – o Cel. Dinário, com a permissão do Dr. Thales, pode precisar – que nós chamamos a casa do Santander. É uma casa que fica em uma parte baixa lá da cidade e tem uma fratura, que aparece até nas fotos que o Dr. Thales apresentou, com um processo erosivo muito intenso instalado, que passa quase que por baixo da casa. Aquilo ali é quase como se fosse o fundo de uma bacia. E o pessoal estava comentando, Dr. Thales, que toda vez que chove de forma intensa a água não se acumula, porque ela corre toda para dentro da fratura e desaparece em questão de minutos. Então, aquela foto apresentada da formação barreiros dá para imaginar em subsuperfície que esteja ocorrendo exatamente aquilo também.

Análise de estabilidade e de integridade estrutural geomecânica das cavidades de extração de sal-gema. O sonar está sendo executado. E aqui cabe um detalhe importante: a empresa está encontrando um pouco de dificuldade até para descer o sonar nos furos realizados. E aí eu destaco: na apresentação da interferometria, que o Dr. Thales apresentou, observamos que, naquele filme ali que ele mostrou, de junho de 2016 a dezembro de 2018, rapidamente nós passamos do estágio verde para o amarelo e para o vermelho. Eu digo rapidamente porque isso foi em três anos. Nós estamos acostumados a contar a nossa história em bilhões de anos, não é, Dr. Thales? E aqui nós estamos vendo fenômenos que estão ocorrendo no contar de horas. Então, preocupa-nos esse aspecto. E por isso a dificuldade da empresa de introduzir os equipamentos nos poços. Muitos equipamentos estão encontrando dificuldades porque as barreiras dos poços estão deslocadas, os poços estão empenados. Então, esse é um dado importante, que deve somar-se nesse processo de avaliação. Mas isso está sendo feito, sete sonares já foram concluídos, e a empresa deve estar reportando essas informações à agência.

Estudos de interferometria. A CPRM já adquiriu os estudos, já está analisando, está estudando, mas a empresa também, por exigência nossa, está buscando essa ferramenta para as suas avaliações.

Integração de todos esses dados que estão sendo exigidos – a geofísica, o furo estratigráfico, todos esses conhecimentos – para montar um modelo 3D para a gente tentar agregar essa terceira dimensão com o intuito de saber o comportamento em subsuperfície.

Além disso, como eu já destaquei: o furo estratigráfico, que se estima na ordem de 1.300m de profundidade; apresentar o perfil litológico; e apresentar relatórios mensais de medição do avanço de todos os trabalhos em desenvolvimento.

Os encaminhamentos são todos na linha do que o Dr. Thales já apresentou – eu vou poupá-los da repetição –, mas quero destacar aquilo que ele já destacou: eu acho que merece um tratamento imediato a questão da água superficial, da água da chuva, especialmente com essa informação que ele

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

destacou, de 30mm/dia, que acendeu uma luz de preocupação. Nós em geotecnia – não é, Dr. Thales? – normalmente trabalhamos com chuva de 200mm. Quando chove 200mm em um dia em uma determinada região, nós temos certeza de que alguma coisa vai cair em algum lugar. E o dado, a recomendação técnica aponta 30mm. Não é uma chuva tão intensa assim, Senador Presidente Rodrigo Cunha.

Eu agradeço a oportunidade. Nós estamos mobilizados...

(*Soa a campainha.*)

O SR. VICTOR HUGO BICCA – ... concorrendo com o esforço do Serviço Geológico e das demais autoridades competentes para, efetivamente, elucidar as causas desse fenômeno que nós estamos denominando de neotectonismo acelerado por ações antrópicas.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – O.k. Agradeço a fala inicial do representante da ANM.

Faço um importante registro também da presença de Vereadores do Município de Maceió: Chico Filho, Francisco Sales e Dr. Cléber estão presentes aqui acompanhando e participando ativamente desta audiência pública.

E não só eles. Aqui eu reforço o que disse no início: esta audiência está sendo transmitida ao vivo pela TV Senado, e há interação com o público, inclusive regimentalmente, em procedimento através do e-Cidadania, que é uma forma de interação estipulada também por esta Comissão. E aqui já temos várias participações, como as de Ricardo, Mickael, Ynnayara, Ericka, Walquíria, Maria José, Maria Estefânia, Flávia Soares, Falone, Andreia, Lhily... A todos vocês que aqui já encaminharam suas perguntas informo que nós as estamos recebendo. E quem está nos assistindo também pode comentar. Façam suas perguntas, porque elas estão chegando instantaneamente às minhas mãos.

Dando sequência ao nosso bloco número um, que trata dos levantamentos técnicos, convido o Sr. Jorge Briseno Torres, que aqui representa a Casal (Companhia de Abastecimento D'Água e Saneamento do Estado de Alagoas), para que também possa se manifestar, já que também é sempre mencionado o trabalho da Casal, ou às vezes por algo que se relacione com o funcionamento da Casal que não existia antes e que passou a existir no bairro, sobre qual é a problemática que a Casal encontra e se ela também está contribuindo para esse fenômeno.

Com a palavra V. Sa.

O SR. JORGE BRISENO TORRES – Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Rodrigo Cunha, Presidente da Comissão, o Dr. Clécio, Presidente da Casal, incumbiu-me de estar aqui presente, porque, por motivo de força maior, ele gostaria muito de vir aqui lhe dar um abraço, mas me incumbiu de parabenizá-lo pela sua iniciativa. E, ao saudá-lo, estou saudando todos os colegas na Mesa.

Aos amigos do Pinheiro – o Rafael, o meu querido amigo Geraldo, a Adelaide, o Manuel –, ao saudá-los estou saudando todos os presentes, a população de Maceió que está aqui. A dor de vocês é a nossa dor, porque muitos funcionários da Casal, Geraldo, habitam o Bairro do Pinheiro e estão sofrendo também.

Gostaria também de saudar todos os Parlamentares aqui presentes, as mulheres principalmente, em nome da minha querida amiga Tereza Nelma, Deputada, e da Jo Pereira. Quero saudar vocês em nome de todos.

O que a Casal... Vou passar rapidamente o que a Casal está procurando fazer para atenuar a situação dos moradores do Bairro do Pinheiro.

Essa é a área, o mapa de feições, o mapa de risco que foi elaborado pela defesa civil, a área atingida pelas fissuras, e nós nos detemos aí nesse local.

A infraestrutura da Casal nessa área é a seguinte: nós temos 25km de redes de distribuição e anéis no bairro. Os diâmetros variam de 300mm a 50mm, só que os de 50mm são 90% na rede. Isso mostra que os diâmetros de redes que há ali são pequenos. E ainda bem, porque, se houver um vazamento em uma rede de 50mm, o dano e possível infiltração – porque o terreno ali não permite tanto assim, quando ela está instalada, porque são redes com 60mm de profundidade no máximo... Então, ajuda bastante – 50mm é mais ou menos o diâmetro desse copo aí, desses copos que vocês têm aí.

Nós nunca nessa região exploramos poços profundos – nunca nessa região –, não operamos também fossas e sumidouros e também não operamos galerias pluviais.

A rede de esgotamento sanitário – eu estava até falando aqui com o Victor –, infelizmente, que estava sendo implantada na região, na sub-bacia – tive até a oportunidade de dizer isso para a Dra. Rosemeire, do Ministério Público do Trabalho, em uma reunião –, teve que ter o serviço suspenso, porque como é que nós vamos implantar rede coletora de esgotos em uma região que está sujeita a movimentos de terra. Ir-se-ia perder toda a infraestrutura que seria montada aí. Então, nessa sub-bacia as obras foram interrompidas e estamos trabalhando nas outras sub-bacias da região da parte alta de Maceió.

Nós também intensificamos a pesquisa de vazamentos não visíveis, Senador Cunha, porque nós somos obrigados a, uma vez por ano, fazer pesquisas de vazamentos não visíveis. Os visíveis são fáceis

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de identificar, a própria população ajuda, ou então são detectados nos sensores da empresa quando há uma queda de pressão, e imediatamente a equipe se desloca. Quando são não visíveis, precisa-se fazer esse tipo de serviços aqui que nós estamos fazendo. São feitos com esse equipamento, o geofone. É como se fosse, meu amigo Cléber, um grande estetoscópio que, através de ondas sonoras, identifica se há alguma anormalidade na rede. Ele coloca aquele equipamento ali no asfalto, olhe, que você está vendo próximo ao pé do nosso funcionário, e qualquer vazamento, por menor que seja, não visível, que não aflore, é identificado no equipamento, marca-se o local e depois a equipe vai lá.

Não foram encontrados vazamentos significativos, foram encontrados gotejamentos. Um gotejamento criar uma fratura dessas é impossível. Gotejamentos nós vamos ter em torneiras nas nossas casas, sabe Sampaio, em banheiro, em uma pia de cozinha, mas rapidamente são retirados. E, na última vistoria que fizemos, não foi identificado nenhum. É mais ou menos isso, Cléber, é um... Deu para o pessoal pegar bem, não é? O Cléber já matou de pronto com o estetoscópio dele. Mas é isso aí: o vazamento não surge, não aflora, mas o som dele é transmitido e o operador, com experiência, vai e detecta.

Aí mais uma imagem.

Também há a haste de escuta, que nós colocamos nos hidrômetros das residências para quaisquer vazamentos. E até clandestinidade, ligações irregulares são identificadas. Qualquer fuga de água da rede normal é identificada também com a haste de escuta.

Esses serviços estão sendo intensificados no bairro do Pinheiro, principalmente na região delimitada como área de risco, viu Geraldo. Estamos tendo um apoio muito grande da Defesa Civil porque esse serviço tem que ser feito à noite, o tráfego de veículos atrapalha. Então, nós fazemos isso à noite ou de madrugada, e tem-se que receber o apoio da Defesa Civil e, inclusive, da Polícia Militar, em alguns casos.

Mais um. Aí o serviço do pessoal...

Nós também tomamos uma providência: assim que as fraturas aumentaram significativamente, nós reduzimos o patamar de pressão de toda a rede do bairro de 25m de coluna de água para 5m de coluna de água. O que é isso para os iniciados? Se você faz um furo em uma tubulação submetendo a uma pressão de 25m de água de coluna de água, sobe um jato de água de 25m. Nós reduzimos o patamar com válvulas reguladoras de pressão para 5m. As normas dizem que a pressão mínima tem que ser 10m de coluna de água — estamos até desobedecendo as normas nesse caso.

Por segurança, baixamos para 5 metros de coluna de água para que, num possível vazamento, a perda de água seja significativamente reduzida, como também os danos à população. Estamos até fugindo das normas aí, porque a norma diz que é entre 10m e 50m de coluna de água. Nós poderíamos ir a até 50, mas reduzimos e mantivemos em 5.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É mais ou menos isso a correlação entre pressão e vazamento. É como um derrame, Cléber: maior pressão, você tem um possível derrame. Se você controla a pressão... A mesma coisa na rede hidráulica. Então, vejam aí a correlação perfeita entre pressão média na área aqui no gráfico do X, no numerador, e no gráfico do Y, no denominador, você vê o fator de vazamento. Ele aumenta significativamente.

Nessa área também providências operacionais que nós estamos tomando. Vamos fazer a supressão da rede de alimentação. Os senhores estão verificando aquela linha verde ali, um traçado verde, todos estão observando, não é? Esse traçado verde passa exatamente na área de risco, na área mais sujeita a movimentos de terra, e está danificando a nossa tubulação nesse ponto aí. Então, Dra. Rosemeire, nós estamos eliminando essa rede, vamos investir aí 300 mil e vamos alimentar o bairro do Pinheiro por essas linhas rosas – viu, Tereza Nelma, você que gosta tanto de rosa, é em sua homenagem. Aí nós estamos aqui colocando a alimentação nessas duas linhas rosas na parte inferior da fotografia. Vamos alimentar o bairro, pôr redes fora da área de risco. Essas obras vão se iniciar, no máximo, daqui a quinze dias. O material já foi adquirido e vamos começar a implementar essa nova rede.

A redução do patamar, do que eu já falei.

A implantação das duas novas linhas, que são as partes rosas, fugindo da área de risco. Ali é o Cepa. O Cepa está exatamente entre as duas linhas rosas.

Vamos segmentar a redistribuição mais ainda. Estamos já colocando registros estratégicos – são registros pequenos, de 50mm –, porque, se houver algum vazamento, se você isolar a área com maior rapidez, você economiza a água que seria desperdiçada em um possível vazamento. Porque o solo aí está prejudicando a nossa rede, ele está se movimentando muito, a rede tem uma certa rigidez e vai se rompendo, as ligações domiciliares vão se desconectando da rede.

E providências comerciais.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JORGE BRISENO TORRES – Estou finalizando, só mais um minuto, Senador.

A gente, para atenuar a situação dos colegas do Pinheiro, dos amigos, o que a Casal elaborou – isso foi inclusive numa reunião muito bem conduzida pela Dra. Rosemeire, está de parabéns pela sua condução –, o que a Casal está fazendo:

Corte das ligações de imóveis que foram evacuados: a Casal, por segurança, está fazendo o corte dos imóveis que foram evacuados para que a ligação não fique ali exposta a algum dano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Suspensão das auditorias comerciais. Não há sentido em uma comunidade que está sensibilizada ao extremo, você estar fazendo auditoria comercial. Suspendemos completamente.

Suspensão do corte. A Casal não está cortando a água da população dessa região. É uma iniciativa que a Casal tomou; suspendemos o corte, atendendo a um pedido do ministério. Nós nos antecipamos e reforçamos, suspendemos.

Foram priorizados os desligamentos solicitados pelos usuários. O usuário que estiver saindo de sua casa por recomendação da Defesa Civil, procure a Casal. A unidade do Farol fica bem perto do bairro do Pinheiro, a cinco minutos de deslocamento. Temos uma equipe de plantão 24 horas com técnicos especializados em manutenção de redes que, com cinco minutos, deslocam-se até o bairro. Então, qualquer vazamento que haja – o Geraldo fica ali de vez em quando –, a equipe, com os equipamentos pesados, em no máximo 30 a 40 minutos já está no local.

Edificações com ocupação reduzida. Por exemplo, em um prédio que tenha seis apartamentos e só haja um morador... A Casal cobra por economias, quem mora em condomínios sabe que cobra por economia. Então, quanto maior o número de economias, a conta vai aumentando. Mas não há sentido, se o prédio está desocupado e só há um morador, a gente só vai cobrar uma economia, como se fosse uma residência. Também é outra forma de atenuar o drama por que a população está passando.

E abrimos um canal permanente de comunicação com os colegas do SOS Pinheiro.

É isso pessoal, coloco-me à disposição de vocês. A Casal, Geraldo, está aberta a vocês, sempre esteve, procure-nos! O meu telefone, que você tem, fica 24 horas no ar, ligue na hora em que você quiser.

Muito obrigado, Senador, um abraço. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – A presença da Casal é importantíssima nesta audiência pública. Inclusive, o Presidente teve a sensibilidade de mandar V. Sa. representando-o, ele foi um dos últimos a serem chamados aqui, foi um lapso também da nossa comunicação, mas se fez presente. Isso foi muito importante, demonstra o interesse em tratar do assunto.

Sendo assim, também quero ouvir, acho que é uma das expectativas do que está sendo posto pela imprensa, pela mídia... Todos os que fazem parte deste acompanhamento sabem que há algumas hipóteses que estão sendo desenhadas como possíveis causadoras desses danos. Não há um prejulgamento, não há uma afirmação, há hipóteses. E uma delas é o motivo que justifica o convite para comparecer aqui, que, de imediato, foi atendido pela Braskem, que explora a mineração em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Alagoas. Ela tem aqui a oportunidade de demonstrar como é feito esse trabalho, especialmente no bairro do Pinheiro.

Então, passo a palavra ao Sr. Alexandre de Castro, Diretor de Negócios da Braskem.

O SR. ALEXANDRE DE CASTRO – Bom dia a todos. Sr. Presidente, mais uma vez, obrigado pelo convite, que aceitamos, como o senhor comentou, prontamente. Saudar também todas as autoridades aqui presentes, os colegas daqui da mesa, onde a gente está tendo esse importante debate de discussão, todas e todos os presentes.

Eu vou ficar aqui, porque acabei ficando no cantinho, e aí se eu falar aqui eu fico olhando para a apresentação e não consigo olhar para vocês. Então, o passador está aí? Porque eu não queria dar as costas para nenhum dos dois públicos.

A gente vai dividir a apresentação em três partes: a gente vai falar um pouquinho das nossas operações – alguns dos eslaides que vocês verão aqui já foram até apresentados, em função de todo o compartilhamento de informações e de dados que a gente tem tido com todos os órgãos públicos, principalmente com a CPRM (Agência Nacional de Mineração), mas a gente vai entrar um pouquinho mais em detalhe nesses processos –, dos nossos controles existentes e das ações que a gente vem fazendo para apoiar as autoridades a encontrar as causas do que está acontecendo no bairro do Pinheiro.

Apenas para contextualizar, primeiramente a gente fala de sal, a gente fala da nossa atividade lá, mas o sal é o primeiro elo de uma cadeia de produção integrada em Alagoas, em que os produtos principais do nosso processo são soda cáustica e PVC. A soda cáustica muito no processo de produção de alumínio, de papel e celulose, sabão e detergente, produtos químicos de maneira geral. E o PVC, que a gente chama o plástico da construção internamente, porque ele está muito focado em segmentos de tubos e conexões, forros, telhas, perfis, mas também em calçados, laminados e cabos. Então, apenas para contextualizá-los, o sal é o primeiro elo dessa importante cadeia.

Aqui é o nosso polígono de concessão. A área de lavra, o tamanho dele é de 1.900ha. Até hoje, nesses mais de 40 anos de operação, a gente atuou em 83ha, o que representa algo em torno de 4,4% da nossa concessão.

Aqui um pouco do esquema gráfico para vocês entenderem como funcionam os poços. Eles estão a mil metros de profundidade, como já foi comentado; existem diversas camadas desde a superfície até a camada de sal. E aí é importante essa camada aqui, que a gente chama de conglomerado, uma camada de rocha, uma rocha bastante firme, comparada a um granito, que ajuda bastante na sustentação de todos os poços e na operação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí vocês podem ver que a gente tem poços verticais e poços direcionais. Verticais são, obviamente, aqueles poços que, da superfície até a caverna, até a mina, a gente tem um tubo que segue em linha reta. E os poços direcionais, que num determinado momento a gente faz... Essa é uma tecnologia que a gente conseguiu adquirir somente depois dos anos 90; no início todos os poços eram apenas verticais.

A tecnologia de extração de sal. A gente chama de dissolução, lavra de sal-gema por dissolução subterrânea. É um processo relativamente simples, aqui a gente está vendo os tubos, são tubos concêntricos. O tubo do meio injeta água até a camada de sal, dissolve o sal e forma a salmoura. Pelos tubos de fora, a salmoura sai até a superfície, a gente a trata e ela vai para o nosso processo produtivo.

O início das operações foi em 1975, como já comentado também; profundidade de 1.200m, e a vida útil média dos nossos poços é de 10 a 15 anos.

Esse aqui acho que já foi apresentado em praticamente todas as apresentações. Basicamente, nós temos 31 poços desativados, 4 poços ativos. Os pinzinhos em vermelho são os poços que estão desativados e os poços em verde são os poços que estão ativos. É importante ressaltar que a gente não tem hoje poços em operação no bairro do Pinheiro.

Muito bem, isso, de maneira geral, é como nossa operação funciona. Vou entrar um pouco nos nossos controles. Para a gente exercer a atividade de extração do sal na Braskem, a gente segue uma série de normas técnicas internacionais de um processo, como vocês viram, que é extremamente simples, mas que é bastante consagrado internacionalmente.

A gente também envia relatórios anuais de monitoramento das lavras dos poços de sal e entrega ao órgão ambiental de Alagoas, o IMA.

A gente sempre trabalhou com diversas empresas internacionais para ajudar a gente nesse processo de monitoramento e controle de todos os poços – empresas francesas, empresas americanas. A gente acelerou esse processo de contratação de empresas internacionais do final do ano passado para cá, para ajudar em todo esse processo de acelerar na identificação das causas – empresas como Sabine; empresas como Flodim, Panamerican; as empresas que a gente está contratando para fazer o trabalho de interferometria; a Telespázio, que é a mesma empresa com que a CPRM está trabalhando; a Groundprobe, que é uma empresa canadense, também apoiando em todo esse processo.

Muito bem, uma das principais formas de a gente monitorar é o monitoramento por sonar e subsidência dos poços. Ao longo da vida útil de todos os poços, a gente fez 125 sonares em todos eles. Foram empresas contratadas, como eu já comentei, especificamente para realizar esses estudos. Os dados são utilizados como *inputs* para estudos de geomecânica – vou falar em seguida. E, até o momento, a gente conseguiu realizar o sonar em sete poços – fazer novamente, desde que passou,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que foi pedido pela Agência Nacional de Mineração e também pela CPRM; a gente vai fazer o sonar em todos os poços que a Braskem tem, não só os que estão em operação, mas também em todos os que foram desativados há mais tempo.

Os monitoramentos topográficos não apresentam evidências de subsidência nas proximidades da lavra, segundo levantamento realizado até 2017. A gente está contratando um novo estudo para entender o que vem acontecendo de 2017 até agora, e também já contratamos para frente.

Esse é um caminhão de perfilagem, uma foto só para vocês entenderem. Ali há um sonar, que é basicamente uma sonda. Você abre o poço, tira a tubulação e coloca lá embaixo para que ela chegue até o final do poço e possa fazer, através de um estímulo, um sonar mesmo, para entender como está a cavidade do poço. E aí esses *inputs* a gente utiliza para fazer estudos de geomecânica, para entender se a forma como estão os poços, ao longo do tempo, poderiam causar algum tipo de dano à estrutura da superfície.

Nós tomamos o cuidado, depois do abalo sísmico – que já foi comentado também – em março do ano passado, de realizar um estudo de integridade da superfície em um raio de 50m das nossas minas, tanto as ativas quanto as desativas. Não foi identificada qualquer patologia nas estruturas próximas. Emitimos um laudo e protocolamos na ANM. Tanto o CPRM quanto a ANM têm todas essas informações.

E aqui há duas fotos sobre o poço 31: a 30m da lavra do poço e a 20m da lavra do poço. A gente não vê, ou não conseguiu perceber...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALEXANDRE DE CASTRO – Sr. Presidente, mais um minuto?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ALEXANDRE DE CASTRO – O.k.

E, por fim, a área de risco: o mapa aqui também a gente já viu aqui nesse bloco, nessa sessão, mostrando que a gente não tem poços sob as áreas de risco que foram mapeadas.

Muito bem, para a última parte, as ações que a gente está fazendo e acelerando para contribuir com informações e com as autoridades, para a gente chegar às causas do que está acontecendo no bairro do Pinheiro.

A sísmica de reflexão: já foram executados quase 32km. A pedido dos órgãos, adicionamos uma linha de 620m, outra linha de 1km. A gente terminou esse trabalho no dia 15, sexta-feira passada. Então, gente precisa agora de 30 dias para processamento dos dados e mais 15 dias para interpretação dos especialistas e nossos consultores para chegar a um relatório final.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os sonares. Foram sete sonares executados, como eu comentei; dois sonares na região do Pinheiro. Nós temos hoje três sondas simultâneas em operação. Já contratamos mais duas, que chegam agora até o final de março. Então a gente vai ter cinco sondas em operação. E todo o esforço aqui é para que a gente possa acelerar o processo de finalização dos sonares, que é uma etapa muito importante para a gente compor todo o relatório final.

A empresa americana, como eu já comentei, Sabine Storage and Operation tem ajudado a gente nesse processo. A gente entrou em contato com o Solution Mining Institute, nos Estados Unidos. Eles indicaram diversas empresas internacionais com conhecimento nessa área. A gente contratou a Sabine. Eles já foram para Maceió e estão ajudando a gente nesse processo dos sonares pelo conhecimento que eles têm.

Interferometria é uma palavra que todos aqui, se não tinham ouvido, aprenderam hoje. Contratamos duas empresas, a Telespázio, que é a mesma empresa que a CPRM comentou. E aí a gente ampliou um pouco o escopo: dados de 2011 a 2019, sem especificar a direção do deslocamento. O prazo para a gente ter o relatório é de 30 dias úteis. E a empresa Groundprobe, no Canadá, com dados de 2017 a 2019, que mostram a decomposição do deslocamento, tanto na vertical quanto na horizontal. Então, falando em interferometria, a gente está tentando buscar aquilo que existe de mais moderno para ajudar a gente a compor o relatório final. E, como eu já comentei, contratamos dados futuros também para acompanhamento das operações.

E fico feliz, Thales, como você comentou, de terem contratado um estudo mais amplo também, de 2011 até agora, porque acho que vai ajudar muito a gente, na troca de informações, comparar os dados.

Nós estamos atuando muito no bairro. Então, são estudos... A gente entra às vezes com os sonares. Então, a gente identificou a necessidade de se comunicar muito mais com os moradores do Pinheiro.

Entre diversas ações que lançamos, eu queria destacar que a gente distribuiu 17 mil panfletos junto à comunidade. E, aí, toda vez que a gente vai fazer uma atividade de sonar numa determinada rua, a gente tem passado os panfletos, tem passado também com carro de som para informar os moradores e a sociedade do que a gente está fazendo. E lançamos também uma página no nosso *site*, que está aqui: www.braskem.com/esclarecimento-alagoas, em que a gente tem colocado todas as nossas atividades para que a comunidade possa saber o que a Braskem está fazendo o tempo todo, de maneira clara e transparente.

Muito bem, para a gente terminar toda essa etapa de finalização e de conclusão do que vem causando os problemas no Pinheiro, a gente precisa do monitoramento de subsidência por topografia, da conclusão dos sonares, da interpretação dos dados da interferometria, da interpretação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da sísmica, da medição dos poços com giroscópio, da análise de geomecânica e da modelagem 3D. Ou seja, ainda são necessárias uma série de ações para que a gente possa chegar a um laudo final.

Esses trabalhos tomam tempo e, mais uma vez, reafirmo todo o esforço da Braskem em acelerar esse processo, contribuir e passar todas essas informações para os órgãos e entidades aqui presentes.

Por último, a gente, apesar de ter um tempo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALEXANDRE DE CASTRO – ... para terminar toda a parte técnica, acha, em consonância com o que já foi dito aqui, na maioria das apresentações, que não precisa esperar o final de isso acontecer. A gente pode, sim, ir fazendo algumas atividades para ajudar, principalmente porque no meio de abril, maio, começa o período chuvoso. Então, nossa preocupação é com a comunidade. A gente contratou empresas para ajudar. Especialistas passaram uma série de recomendações que a gente possa, emergencialmente, fazer no bairro, até que os estudos sejam concluídos.

Eu destaco aqui algo que talvez já tenha sido falado em todas as apresentações, que é um sistema de drenagem superficial provisório, entre uma série de outras ações.

Destaco também que a Braskem é uma empresa privada; a gente não pode entrar na rua e mexer. Então, o que a gente está precisando é de todos os órgãos públicos apoiando, e a gente apoiando nesse processo, para que essas atividades emergenciais sejam instaladas.

Era isso que eu tinha para apresentar para vocês. Mais uma vez, Sr. Presidente, comento que a Braskem tem participado de todos os fóruns a que foi chamada para discutir esse assunto, discutir o assunto do bairro do Pinheiro. Afirmo que a gente está contribuindo de maneira irrestrita com todas as informações e dados para a identificação das causas do problema e digo, mais uma vez, que a gente quer ser parte da solução.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Bem, aqui nós estamos exatamente ao meio-dia. Informo aos senhores que esta audiência pública também passou a ser transmitida pela TV Assembleia – a Deputada Jo Pereira está aqui presente – e também pela TV Cidadã, do Tribunal de Contas do Estado. Ou seja, a amplitude do nosso alcance aqui está sendo grande, enorme.

Reforçando a metodologia, até pelo avançar da hora – já estamos aqui ao meio-dia –, estamos apenas no primeiro bloco de quatro. Tenho aqui várias perguntas, e o objetivo da audiência pública é justamente este: extrair informações. Se os senhores também quiserem fazer perguntas, façam por escrito. Não vai ser possível agora abrir o espaço para perguntas, tendo em vista o tempo. Então,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

façam por escrito, encaminhem para mim e, de acordo com o momento, a gente vai analisar aqui e passar. Eu sei que cada um tem uma situação específica que vem junto com o desabafo. Nós estamos aqui diante de, no mínimo, cem pessoas, 150 pessoas, e é necessário ter uma metodologia.

Aqui, dando início, ouvi atentamente todas as falas e quero fazer alguns questionamentos, primeiramente ao Diretor Frederico Bedran, do Ministério de Minas e Energia.

Sr. Frederico, tomei conhecimento de que, no dia 13 de março, aconteceu uma reunião interministerial na Presidência da República. Então, quero saber se V. Exa. aqui pode dizer qual o teor dessa reunião em âmbito ministerial, dentro da Presidência da República. Qual é a importância dada a esse tema específico, se há algum comitê criado, em âmbito federal, para monitorar toda essa situação, se há diálogo entre eles e se há também conhecimento dos órgãos estaduais e municipais dessas reuniões. Então, se há algo apenas no âmbito federal ou se já há essa integração de um comitê criado para analisar esse caso específico de que estamos tratando durante toda a manhã.

Então, se V. Exa. puder dar essas respostas, tendo vista que está representando aqui o Ministério de Minas e Energia, e ele estava presente nessa reunião, eu gostaria de saber primeiramente.

O SR. FREDERICO BEDRAN – Bom, Senador, eu não participei especificamente dessa reunião, mas já da reunião subsequente, que foi ontem, eu participei. A coordenação fica por conta do Cenad. O Dr. Armin Braun estará aqui, logo depois, e poderá esclarecer melhor ainda isso. Mas todos os órgãos federais envolvidos na questão estão juntos numa espécie de uma sala de crise montada para acompanhar todos os fatos e toda a investigação técnica que está sendo feita inicialmente via CPRM. Então, eu acho que a atuação dos órgãos é uma atuação coordenada. Isso é prioridade dentro do Governo e estamos tratando o assunto com toda a atenção.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Só continuando, então, sabe dizer se há ata específica, se há algo sigiloso, se há participação também dos órgãos estaduais e municipais, se há esse diálogo do que acontece nessas reuniões, tendo em vista que um dos objetivos desta audiência pública é unificar não só a comunicação, mas também os atos e buscar, quem sabe, aqui um direcionamento único de um comitê, de fato, com a participação de todos os entes envolvidos.

O SR. FREDERICO BEDRAN – Com certeza. Eu até frisei, na minha fala inicial. Essa responsabilidade imediata hoje é Defesa Civil, municipal e estadual. Então, Defesa Civil, Cenad, CPRM, todos os órgãos federais estão aptos prontamente para apoiar esses órgãos municipais e estaduais em todas as ações imediatas, ou seja, há, sim, uma relação muito íntima entre os órgãos, uma troca de informações, como pôde ser visto pela apresentação do Dr. Thales.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Bem, eu vou....

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FREDERICO BEDRAN – Nesse quesito, Senador, eu até gostaria que o Dr. Armin Braun também reforçasse essa atuação conjunta dos órgãos.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Então, eu vou direcionar a ele a pergunta no momento certo, porque esse é um dos grandes objetivos desta audiência pública.

O trabalho e o apoio já ficou claro e nítido que já existem há muito tempo, mas a questão é uma linha única de trabalho, e isso será fruto de cada mesa aqui. É um questionamento para que a gente possa avançar nisso porque todos nós temos nossas atribuições. A Dra. Roberta, no Ministério Público Federal, com certeza, tem mil e uma atribuições. Então, se a gente coloca um comitê de crise e cada órgão destina alguém específico para tratar sobre o assunto, a chance de haver um resultado mais célere é muito maior. Então, esse será um dos assuntos a serem extraídos de cada mesa.

Aqui, dando sequência...

O SR. FREDERICO BEDRAN – O senhor me permite? O Ministério Público Federal já nos notificou solicitando informações, todos os órgãos aqui presentes, pelo menos a ANM, a CPRM e o Ministério. Nós vamos não somente responder ao Ministério Público, mas vamos encaminhar todos os documentos, todos os relatórios realizados até o momento para o Ministério Público.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Eu entendi. A situação não é essa. Responder tem que responder. A gente está falando aqui é da questão de criar uma prioridade, um comitê único, um comitê gestor, uma sala de crise...

O SR. FREDERICO BEDRAN – Isso. De fato, isso já existe.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – ... específica com as pessoas nomeadas para isso e que possam cobrar dessas pessoas uma celeridade e um resultado único, mas iremos perguntar, no próximo

Dando sequência aqui, na segunda apresentação o Sr. Antônio Carlos tratou muito bem, quando falou aqui que a prioridade absoluta tem que ser sempre a preservação das vidas. Então, essa palavra, para mim, é a que move o sentimento de cada um que deve estar aqui. Então, a preservação de vidas deve ser importante. Falou aqui da importância de ter o apoio do Congresso, sem dúvida nenhuma, e fez uma prestação para o País, como bem foi dito, do que é a CPRM.

E eu queria saber, no âmbito da CPRM, se há hoje – tendo em vista que eu escutei, que foi dito por V. Exa. – uma dificuldade de orçamento; se isso é uma realidade; se há uma dificuldade de orçamento; se foram remanejados alguns recursos para o Pinheiro; se teria sido possível melhorar o atendimento feito à população e os estudos feitos se houvesse mais recursos; se há, hoje, algum

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

impedimento, algum entrave, algo na parte burocrática, financeira principalmente, por parte da CPRM, que deixou de fazer ou que não está tendo um resultado no tempo hábil, devido à falta de algum investimento.

No início, não havia nem os equipamentos; hoje nós já estamos falando aqui dos equipamentos da Itália, do Japão, dos Estados Unidos, com especialistas. Então, hoje há algo que possa ser feito para melhorar o trabalho feito pela CPRM? Eu gostaria de saber de V. Exa.

O SR. FREDERICO BEDRAN – Senador, como eu falei inicialmente, a CPRM dispunha de recursos para atendimento de outros projetos que nós já vínhamos executando, em nível nacional, dentro da nossa programação preestabelecida. E nós utilizamos esses recursos para o atendimento do fenômeno que ocorre no bairro Pinheiro. E, depois, nós já tivemos um aporte de recursos do Governo Federal para dar continuidade à pesquisa geológica que está sendo feita no bairro Pinheiro. Então, até o presente momento, não faltou recurso financeiro para a execução das atividades de pesquisa no bairro Pinheiro.

É preciso que se avance na pesquisa, e aqui eu quero aproveitar a oportunidade para também, se o senhor me permitir, tecer algum comentário a respeito da indagação do Deputado Líder da Bancada federal do Estado de Alagoas e dizer para ele que a CPRM Serviço Geológico do Brasil é uma empresa de conhecimento, é uma empresa de ciência, e nós estamos praticando ciência geológica no Estado de Alagoas, mas precisamente no bairro Pinheiro. O assessor Thales mostrou aquele organograma que nós já estamos imprensando para, num curto espaço de tempo, no menor espaço de tempo, a gente dar a resposta.

A ciência requer tempo, determinação, persistência e tudo o mais. Então, como os senhores e as senhoras podem observar, são várias metodologias empregadas no bairro Pinheiro; são vários métodos geofísicos empregados no bairro Pinheiro. E isso requer tempo. Nós precisamos aí de dez a 15 dias para processar o audiomagnetotelúrico, que se encerrou agora. E nós estamos aprofundando na pesquisa. E, como uma empresa de conhecimento, não poderíamos chegar, de uma hora para a outra, e trazer uma informação para os órgãos públicos, para a sociedade, no bairro Pinheiro, que não corresponda com a realidade.

Então, eu quero dizer ao nobre Deputado que, como ele, nós também estamos preocupados com o clamor das pessoas que habitam o bairro Pinheiro. Então, nós estamos agilizando permanentemente. Nós estamos com uma equipe de geólogos, de engenheiros, de hidrólogos, lá em Maceió. Trabalhamos, estamos trabalhando sábado e domingo, o Carnaval inteiro nós estávamos lá, trabalhando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu quero também dizer ao Sr. Deputado que nós não estamos indo à praia, apesar de a cidade de Pinheiro, em Maceió, ser belíssima. E, para isto, para o deslocamento dos nossos técnicos, é necessário que se forneça a passagem aérea, é necessário que se forneça a diária, acomodação e hotel.

Quero dizer que as duas vezes em que fui a Maceió, para o contato com as autoridades constituídas do Estado, com a Prefeitura municipal, com o Sr. Governador do Estado, com a Assembleia Legislativa do Estado, com a Procuradoria Federal, um *workshop* promovido pelo Ministério Público, nós estivemos em Pinheiro. Aliás, em Pinheiro e Maceió.

E gostaria de dizer também, respondendo ao Deputado, que, em relação à nossa CPRM, Serviço Geológico do Brasil, vinculada ao Ministério de Minas e Energia, os diretores e os técnicos são o menor salário das estatais ligadas ao Ministério de Minas e Energia. E, qualquer que fosse o diretor, até dezembro do ano passado, quando se deslocava, tinha uma diária de R$110, que passou agora para R$155. Então, todas as vezes em que nós vamos a Pinheiro, que nós vamos a um restaurante, nós gastamos mais do que isso e nós tiramos do nosso bolso. Mas é a nossa função.

E quero dizer também ao nobre Deputado que eu não sou empregado do Presidente da República; eu sou funcionário de carreira da CPRM. Sou geólogo por formação profissional há mais de 40 anos na CPRM.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FREDERICO BEDRAN – E eu estou nessa diretoria não por indicação do atual Presidente; eu estou por indicação ainda do Governo anterior. Agora, eu, como geólogo e como técnico, espero estar dando a nossa contribuição para assegurar ao povo de Pinheiro a preservação da vida.

Então, nós precisamos ter tranquilidade para processar esses dados e trazer a informação correta e precisa. E, ao final do nosso relatório, do relatório que virá do nosso corpo técnico, nós vamos submetê-lo às universidades, nós vamos submetê-lo a quem de direito for, para chancelar o nosso trabalho técnico.

Estamos em contato com o Serviço Geológico americano, o USGS, com dois pesquisadores com *expertise* no assunto, para saber se as nossas atividades, se o nosso cronograma de trabalho está correto. E nós tivemos a informação de que o caminho certo, correto, é esse. E nós precisamos, Sr. Presidente, ter essa tranquilidade...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Isso foi dito na apresentação. Acho que ficou bem claro.

O SR. FREDERICO BEDRAN – ... para a gente concluir esse trabalho. Nós não estamos aqui, em hipótese alguma, procurando culpados ou culpadas; nós queremos identificar a causa. E essa causa, sendo identificada, nós vamos torná-la pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Então vamos a ela.

Dando sequência aqui, eu quero já me direcionar também à CPRM e, se possível, ao Thales, lendo um trecho de um ofício encaminhado em junho, o Ofício nº 17/DHT/2018.

Vou ler o que ele diz. Nós estamos falando do mês de junho de 2018; então, são quase dez meses.

Fala que existe a possibilidade de que o processo de que nós estamos falando aqui possa apresentar dimensões e consequências muito maiores do que os indícios atualmente permitem estimar, podendo evoluir, inclusive, para um colapso de terreno – ou seja, a queda brusca com alta energia. A gente está falando aqui de junho.

De lá para cá – inclusive foi dito na apresentação aqui –, a situação vem se agravando. Ou seja, há ainda uma movimentação do terreno, e cada vez mais acentuada. Até anotei aqui, quando foi dito, que essa subsidência, que é justamente o rebaixamento do solo, passou a se acrescentar em várias partes após esse período. Ou seja, aquilo que já era alarmante, no início de junho, hoje está sendo constatado.

Então, nós estamos, de fato, diante de uma situação que pode gerar um colapso de terreno, causando uma queda brusca. Por isso, acredito eu que o nosso dever de alerta deve estar ativo.

Então, quando foi dita essa afirmação... E eu aqui acredito que, hoje, o principal problema de quem está me assistindo e que mora no bairro Pinheiro é entender a delimitação dessa área.

Até onde eu tenho conhecimento, a delimitação foi feita pela Defesa Civil do Município, que colocou "área vermelha, amarela, laranja", e essa delimitação foi feita no olho, observando as evidências prediais, ou, no máximo, acredito, com equipamentos que não chegaram nem a 10m. Não sei nem se chegaram a usar esse equipamento, mas foi feita de acordo com as chamadas que foram realizadas, e foram delimitando. Nós estamos falando aqui de uma tecnologia de satélite, de uma tecnologia americana, italiana, japonesa, eu não sei. Mas, hoje, com certeza, o que tira o sono de cada pessoa que diz que mora no bairro Pinheiro e que coloca no seu CEP o endereço do bairro Pinheiro é saber: "Olha, a minha casa está na área vermelha? Está na área amarela? Está na área branca? Eu moro na área branca, mas ela está rachada. Tem gente na área vermelha que não está rachada". Ou seja, delimitar esse espaço, hoje, é uma prioridade, mesmo que não se tenha ainda esse laudo definitivo de quem foi o culpado. Então, vamos voltar ao que foi dito aqui: a prioridade absoluta é salvar vidas.

E a minha pergunta, minha primeira pergunta, é esta: a área que foi delimitada, que está exposta hoje para a população de Alagoas como sendo vermelha, laranja e amarela, permanece a mesma? Se não, vamos fazer um alerta a essas pessoas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Ministério Público, na terça-feira, fez uma recomendação para que as pessoas que moram na área vermelha saiam, como já foi feita pela CPRM, como já foi feita pelo Dinário, pelo Município, pedindo que as pessoas saiam. É uma situação de emergência, e já foi decretado isso em dezembro.

Então, saber o que, de fato, acontece hoje, qual é a área em que as pessoas têm que sair de casa é o primeiro passo. Aí, depois, para onde vai, como vai... Nós vamos continuar nas outras Mesas aqui. Quem é o culpado vai sair. Em algum momento, vai chegar quem é o culpado. Mas, hoje, tem que se delimitar essa área e saber se existe, hoje, algum local que possa dizer: "Essa é uma área inabitável. Aqui não se orienta ninguém a ficar nessa situação, porque estará colocando em risco a sua vida".

Então, essa pergunta é muito importante, tendo em vista que nós temos um monitoramento permanente que afirma que há um agravamento a cada dia que passa, como foi dito aqui pela NM, a cada hora. Situações que demoram milhões de anos para acontecer estão acontecendo a cada hora. E é visível. As pessoas estão saindo de casa.

Se eu for falar aqui do sentimento de cada um... Vamos ter os representantes dos moradores, que vão falar sobre isso, mas o sentimento é um sentimento de perda irreparável. Há a questão afetiva, há a questão psicológica, há a questão financeira, há a questão social, há os empresários... Ou seja, é muito grande.

Então, hoje, a pergunta é a seguinte: o que está exposto como sendo área vermelha, que é aquela mais grave, de onde as pessoas devem sair, sobre as quais há uma determinação do Ministério Público que foi fruto, com certeza, da avaliação desses ofícios a que a gente teve acesso, das informações que foram passadas nas palestras, da convivência com as pessoas, dos relatos... É apenas essa a área? Ou quem mora nas outras áreas também tem a orientação de não permanecerem lá?

Eu não consigo mensurar, não sou especialista na área, não sei se é muito, se é pouco... Até o Dinário, acho, vai poder dizer aqui qual o mês em que normalmente chove 30mm. Mas vão esperar chover para sair?

Eu cresci, e o bom senso também determina assim, ouvindo: "Choveu, vai para casa que você está protegido". Mas vão dizer: "Choveu, sai de casa, senão você vai correr risco de vida".

Então, eu acho que essa delimitação, hoje, é o principal objetivo de quem mora ali. É saber.

E isso tem vários desdobramentos. Primeiro, quem sai da sua casa tem o benefício social. Não é privilégio; é benefício. Pode ter direito àquilo que nós vamos votar aqui, ao FGTS, ao crédito diferenciado para os empresários. Então, há toda uma consequência disso, e há responsabilidade no que foi exposto aqui e o sentimento.

O senhor já está lá há muitos meses, e há o sentimento de irmandade com aquele povo, que precisa de um amparo. Que a gente possa ir por partes, e que cada um faça a sua parte, que é o quê?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Está acontecendo isso, vamos salvar as vidas. Ponto. Como, quando, aí já vai partir para outro, já vai partir para outro. Quem é o culpado? Vamos chegar lá.

Então, Thales, se você puder dimensionar isso...

Inclusive, quando você mencionou na sua apresentação o rebaixamento, essa subsidência de 188mm, que, inclusive, em alguns locais chega a ser cerca de 40cm, essa velocidade que há, desse rebaixamento, você mencionou aqui como sendo um alerta. Mas eu não sei qual é o normal. Se 188mm é grave, qual é o normal hoje? Eu sei que há, naturalmente, um rebaixamento do solo...

O SR. THALES QUEIROZ SAMPAIO (*Fora do microfone*.) – Três milímetros.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Três milímetros.

Então, nós estamos falando aqui de quantas vezes a mais? Não sou matemático também não, mas de 50 vezes a mais, 60 vezes a mais daquilo que é o natural. Ou seja, algo sobrenatural, algo que não é natural está acontecendo. Então, a nossa responsabilidade.

Não consegui imaginar mais alguém que pudesse colaborar com este tema que não esteja hoje aqui. Não consegui imaginar. E agradeço à minha equipe toda, ao pessoal da Comissão, que, juntos, de forma responsável, pensaram quem, neste País ou neste Planeta, pode contribuir para elucidar uma situação e, principalmente, tentar tranquilizar, tentar encontrar o que pode ser feito.

Então, sei que é uma enorme responsabilidade, dentro da sua alçada. Se puder responder a esses questionamentos, já será um bom caminho para os nossos próximos passos.

O SR. THALES QUEIROZ SAMPAIO – Senador, obrigado pela oportunidade.

Isso é grave mesmo. Então, a gente tem que falar com bastante clareza.

E o Deputado, o Sr. Senador e várias pessoas têm se referido sempre ao Thales, mas eu quero dizer que o Thales aqui, em primeiro lugar, está liderando a equipe por determinação e por confiança do meu diretor, que, por acaso, além de meu diretor, é meu amigo há muitos anos. Somos pesquisadores da CPRM juntos, trabalhamos muitos anos juntos, e nos conhecemos muito bem. E eu tinha milhares de coisas para fazer, e eu não sabia que Pinheiro era tão importante, e, antes de eu saber que Pinheiro era tão importante, ele sabia. E ele falou: "Para o que você está fazendo e vai para lá". Certo?

Então, eu acho que isso mostra a sinergia, a capacidade e a sensibilidade de um diretor perceber que existe um problema sério e que é preciso uma pessoa com bastante experiência para tratar do problema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Segundo, a gente tem uma equipe muito boa trabalhando junto. Então, quando eu estou falando, eu não estou falando só o que o Thales pensa; eu estou falando o que o Thales pensa e o que a equipe do Serviço Geológico do Brasil pensa. E, aí, a gente tem geofísicos, a gente tem geólogos com especialização em Geologia Estrutural, geofísicos que tem um viés para eletrorresistividade, para audiomagnetotelúrico, para sísmica, enfim... Dentro da ciência da Geofísica você subdivide, dentro da Geologia você subdivide, e o grande desafio... Nós somos acostumados, nós somos treinados, nas nossas escolas, a trabalhar separados: nós fazemos provas separados, nós fazemos cursos, nós nos formamos sozinhos, fazemos mestrado sozinhos, fazemos doutorado sozinhos, fazemos concursos sozinhos, mas, aí, depois que você entra na empresa, você tem que trabalhar junto. É o grande desafio. E eu diria que o grande talento da Diretoria de Hidrologia e Gestão Territorial, liderada pelo Doutor Bacelar, é essa capacidade que a gente tem de fazer com que as pessoas trabalhem juntas. É por isso que a gente vai conseguir adiantar esse cronograma.

Mas, no dia de hoje, o que que eu posso asseverar? O que que o Serviço Geológico do Brasil pode asseverar?

Como está escrito em junho, o que a gente percebe é que havia uma zona de fraturamento, havia uma zona que, hoje, a gente sabe que é uma zona cisalhante. Ou seja, havia uma zona de fraturamento, e aí, com o tempo, a gente percebeu que não era só fraturamento, porque a fratura se abre, mas não tem rejeito; nem rejeito nessa direção, nem a...

A gente começou a ver rejeitos. Então, a gente sabia que tinha fraturas e falhamentos.

A gente sabe que a bacia de Maceió é cheia de fraturas e falhas. Certo? E está lá: Maceió está cheia de fraturas e falhas. Não é só no Pinheiro. Maceió toda, Salvador, Recife tem... Enfim, em todas as cidades litorâneas brasileiras, mas notadamente Salvador, Recife, Maceió e Sergipe têm fraturas em zonas urbanas, que estão quietas. Inclusive a famosa falha de Salvador, Cidade Alta e Cidade Baixa, e o Elevador Lacerda construído no plano da falha. Ou seja: encostado no plano da falha.

O que que a gente pode asseverar hoje? A gente tem um movimento lento, que, pela interferometria, nos mostra que, a partir de maio de 2016, o movimento já existia, mas o movimento era mais lento; e, a partir de junho de 2017 – a gente examinou vários pontos ontem –, a gente tem uma aceleração desse movimento. Não é uma grande aceleração. Tanto que, na média, a gente está com áreas importantes de rebaixamento, e, quando tudo baixa, a área não quebra.

Onde é que a gente está vendo as coisas quebradas? Onde a gente está vendo o cisalhamento? Onde a gente está vendo o fraturamento? Num bloco que não está baixando, junto com um bloco que está baixando. Ou seja: se você tem dois blocos, e esse aqui diz "eu não tenho nenhum motivo para baixar e não vou baixar", e o outro diz "acontece que eu tenho um motivo para baixar, ou por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cavidades ou por algum outro motivo, e eu vou baixar". Então, só há um jeito: ou você estica, ou você quebra, ou você dobra. Certo?

Como o terreno lá é um terreno friável – principalmente as camadas superiores –, e a gente ainda tem algumas camadas de calcário importantes nessa coluna geológica, a gente tem, sim, um conglomerado. Esse conglomerado é um conglomerado sintetectônico... O que que significa sintectônico?

Quando esse conglomerado foi depositado, a bacia estava em movimento. Por quê? Porque, para você depositar um conglomerado... Um conglomerado é um aglomerado de rochas, composto de seixos de granito, de quartzo, de gnaisse; ou seja, havia uma área-fonte a oeste de Maceió, que ficou muito mais alta do que o mar, e, portanto, esse conglomerado desceu. Para a gente entender, eram leques aluviais. Vamos pensar em grandes rios descendo, carregando essas rochas por muito tempo, para poder ter um conglomerado de 300m de espessura.

Então, isso significa um tempo geológico bastante grande, e, por natureza, havia movimento crustal na deposição desse conglomerado. E, portanto, o serviço geológico advoga que é possível que. nesse conglomerado, existam zonas de fraqueza que foram formadas durante a deposição do conglomerado, assim como a gente advoga que existe zona de fraqueza em toda a coluna geológica do bairro do Pinheiro, e essas zonas de fraqueza não estão relatadas nos relatórios da Braskem, não estão relatadas nas pesquisas, e nós precisamos encontrar essas zonas de fraqueza, que a gente já sabe que existem na superfície, porque nós estamos vendo...

A gente não precisa mais ficar com pruridos de "ah, eu não vou chamar de falha, eu não vou chamar de fratura". Hoje a gente já tem certeza de que aquilo ali que a gente está vendo na superfície são falhas e fraturas. A equipe toda já concorda que há, no mínimo, 80m de profundidade. E eu, que sou dissonante nessa opinião, já enxergo isso até 150m de profundidade, mas vamos que a equipe tem razão, porque eles estão sendo muito cuidadosos... Mas, agora, com os métodos que estamos investigando, até 1.500m, nós vamos ver essas superfícies.

Há uma possibilidade de esses falhamentos... Esses falhamentos são rotacionais; eles não são planos. Eles começam verticalizados e giram. Há possibilidade de a gente ter esse falhamento girando em cima do conglomerado e de que todo esse bloco esteja se deslocando em direção à lagoa. Só que esse movimento é um movimento de rastejo. Imagine quando a gente diz que uma pessoa está rastejando. É que ela está bem devagarzinho. Ou seja: a cobra está rastejando. A cobra é diferente, porque às vezes ela rasteja rápido; mas, normalmente, quando a gente fala em rastejo, são movimentos lentos.

Nós já enxergamos o rastejo. O rastejo, inclusive, já tem rejeito, e a gente já pode enxergar o rejeito de 10cm, de 15cm, 5cm, na superfície. Só que veio a interferometria e nos disse o seguinte: o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que vocês estão vendo é o encontro do bloco que está baixando com o bloco que não está baixando. É isso que vocês estão mapeando. É aí que está quebrando.

Então, o que a gente está vendo quebrado é um encontro de dois blocos, um que não baixa e um que baixa. E, quanto ao que baixa, há uma porção de áreas dentro dele que não está quebrada. Mas por que que não está quebrado se está baixando? Porque ele está baixando como um todo. E, em cima das casas que a gente vê quebradas, e a gente fez vários exercícios ontem... A gente pegava um ponto do lado da casa. Aí, esse ponto tinha uma velocidade de rebaixamento de tanto; pegava do outro lado da casa, o ponto estava baixando muito menos ou não estava abaixando. E aí quebra. Se um lado está abaixando e outro não está abaixando, quebra.

É exatamente isso que a gente está vendo. A zona mapeada pela CPRM como amarela, vermelha e laranja é o encontro dos dois blocos, o bloco que está baixando com o bloco que não está baixando, que é toda aquela área verde que eu mostrei num dos eslaides.

Aí agora a pergunta do senhor, a pergunta mais importante: "E aí? E a população do Pinheiro?" Porque a gente estava preocupado com a zona amarela, laranja e vermelha especialmente. E a população na zona que está rebaixando mais ainda, e que a gente não vê grandes rachaduras?

Nós não sabemos, Senador, hoje, se esse rastejo vai evoluir para um movimento mais brusco ao longo de dez anos, ao longo de 20 anos, ao longo de 50 anos, ou no próximo ano, ou na próxima chuva. Infelizmente, a Geologia ainda não é capaz de dizer isso. Por exemplo, a famosa falha de Santo André, na Califórnia. Há lá uma previsão, do serviço geológico americano, de que nós teremos um grande terremoto, na Califórnia, nos próximos 50 anos. Eles têm muitos sensores instalados ao longo dessa falha, mas eles não conseguem... Esse terremoto pode acontecer no próximo ano, pode acontecer amanhã e pode acontecer daqui a 50 anos. O que eles sabem é que a energia potencial que está sendo acumulada vai romper em algum momento, nos próximos 50 anos, que, para o tempo geológico, é um tempo muito pequeno, porque a Geologia trabalha com milhares de anos, milhões de anos e até bilhões de anos.

Por exemplo: o sal se formou há 100 milhões de anos. Aquele sal tem 100 milhões de anos. Eu estou arredondando para a gente não se esquecer. Havia as lagoas litorâneas, o mar enchia essas lagoas de água salgada, ficava ali quieta um bocado de tempo, evaporava toda a água da lagoa, depositava, sei lá, 2, 3m de sal, ele ia de novo, durante... E ele depositou 300m de sal. Depois disso, o mar invadiu esse sal, e formou-se uma plataforma continental de água limpa, rasa, com sal no fundo, propícia para deposição de calcário, que é uma rocha marinha. Em cima desse calcário, depositou-se o famoso conglomerado, que a gente imagina que pode funcionar como uma lage.

Nós precisamos dos dados geofísicos para entender onde é que essas estruturas geológicas estão passando, o que elas estão cortando, se elas chegam às cavernas de sal ou não, se elas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

rotacionam em cima do conglomerado – que seria talvez o melhor dos mundos para estabilização do bairro do Pinheiro –, e, a partir de todos esses dados, a gente apontar, com engenheiros civis, engenheiros geotécnicos, geólogos geotécnicos, geológicos estruturalistas, uma solução para a estabilização do bairro do Pinheiro, se for possível, e a gente reza muito para que seja possível.

Agora, hoje, o que é que a gente pode dizer? Se chove no Bairro do Pinheiro... E eu sempre dizia: "Não, vamos considerar uma chuva aí a partir de 60, 70mm...". Hoje, a equipe que está trabalhando no Bairro do Pinheiro passou a noite inteira trabalhando e pegando dados, porque as nossas procuradoras de Maceió nos pediram para responder a uma série de perguntas.

Então, eu falei: "Hoje a gente dorme pouco, acorda cedo, eu estou indo ao Senado com o Dr. Bacelar e o Dr. Jorge Pimentel e mais a nossa equipe de assessoria parlamentar e assessoria de comunicação". Aqui também está um assessor especial do Ministro, o Comandante Jeferson, que nos assiste, que nos chamou para conversar, na segunda-feira, longamente – foram duas horas e meia de conversa. Portanto, a assessoria especial do Ministro de Minas e Energia está perfeitamente informada de tudo isso que nós estamos conversando aqui. E o próprio Ministro está informado disso.

E o que é que a gente pode dizer? Ao final de abril, nós teremos muitos dados e muitas recomendações a fazer, e talvez algumas soluções. Queira Deus que nós tenhamos como apontar soluções.

Durante este mês de abril, meu Senador, é uma angústia para todos nós, do Serviço Geológico do Brasil, para todos da Defesa Civil estadual, municipal, para todos do Bairro do Pinheiro. Nós vamos ter que ter um esquema de "gente, vai chover, nós vamos sair". Aí o amigo me pergunta: "Mas vamos sair de onde está vermelho, que vocês não mapearam, do que eu mostrei aqui, que está em subsidência?" Eu fiz essa pergunta para a equipe técnica, hoje pela manhã. Pedi para a líder da equipe técnica que está lá. Ela se chama Sandra Fernandes, tem mestrado, doutorado, pós-doutorado, é uma pessoa da absoluta confiança de todos nós, em especial do diretor, e ela disse: "Na minha opinião, chuva a partir de 30mm, as pessoas deveriam deixar o Bairro do Pinheiro."

E isso cria um problema muito grave, porque para isso aí precisa haver uma estrutura muito grande, que não pode ser só a Defesa Civil municipal e estadual. Isso tem que ter o envolvimento de Governo Federal, de governo municipal e de governo estadual... Ou seja: neste momento, eu acho que esses três Poderes têm que dar as mãos. O Poder Legislativo tem que estar atento, o Ministério Público atento...

E o que eu posso falar, em nome do Serviço Geológico do Brasil, com permissão do meu diretor, é que nós estamos completamente comprometidos em esclarecer as causas desse problema no menor tempo possível. Este camarada aqui, já algumas vezes, tarde da noite, a gente discutindo, ele olha para mim e diz: "Vá para casa, porque você já está falando bobagem. Você já saiu... Vá dormir um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pouco e acorde cedo". E eu tenho feito isso, porque ele está numa brabeza, porque a diretoria é bastante grande. Eu queria só que os senhores compreendessem. Às vezes a gente pensa: por que é que o diretor não está direto lá em Maceió? Esse camarada tem mais de 500 pessoas sob liderança dele.

Ontem ele estava em Santa Catarina, observando e tratando de um assunto importantíssimo, que é a recuperação de áreas degradadas pela mineração de carvão. As empresas faliram, a União foi responsabilizada, e isso chegou para o Serviço Geológico do Brasil se responsabilizar, por uma coisa que nós nunca tínhamos feito. Então, ele teve que montar a equipe, estruturar essa equipe, fazer parceria com o Exército, e a gente está recuperando essas áreas lá.

Então, é só para compreender que é uma equipe, mas ninguém, nenhum dos pesquisadores do Pinheiro foi retirado nem para Brumadinho, nem para essa área de Santa Catarina, nem para nenhuma outra área por determinação do Dr. Bacelar. "Não retira ninguém". E eu sou o porta-voz dessa equipe e lidero essa equipe, e com muita honra, porque é uma equipe de excelência.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Muito bem.

Confesso que a fala de V. Sa., com a apresentação, me fez enxergar um cenário aqui: essa situação do rastejo. Então, o problema fica mais visível quando você tem algo estabilizado. Naquele que não é estabilizado, há uma subsidência, ou seja, um rebaixamento do solo, e você consegue mensurar. As casas se racham, mas elas estão sendo rebaixadas.

Quem está aqui embaixo também está sendo rebaixado, mas o ponto de referência dele não é aquele que está parado; é a área que está ao lado. Então, entendi o desenho da curva, do rastejo, como vocês falam aqui, e a área, pelo que eu entendo, será muito maior do que a que hoje é apresentada.

Então, peço aos senhores que aqui, em público, se comprometam com o Estado de Alagoas, com os alagoanos, para que, até o último dia do mês de abril, seja delimitada essa área e que esse laudo a ser apresentado seja conclusivo.

Pelo que entendi, os estudos já foram feitos. O que está sendo feita é uma análise desses dados. Acredito que já foram extraídas as informações, porque, doa a quem doer, é melhor ter a informação verdadeira ou a possível situação de gravidade do que a gente achar que o tempo milenar, o "pode ser que um dia aconteça", e se assumam as responsabilidades, e aqui não é o caso dos senhores. Pelo que eu vi, a parte técnica está sendo feita. Mas que a gente possa tranquilizar essas pessoas também.

E as atitudes, aí... O problema vai ser um problema nacional, o Município vai fazer a sua parte, o Estado, as pessoas... Vai ser uma comoção, sem dúvida nenhuma, porque nós estamos falando aqui só

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do bairro Pinheiro... E, ontem, eu tive a informação da Fecomércio de que o bairro Pinheiro corresponde a 20% dos empregos do Município de Maceió. E já não é o bairro Pinheiro, porque, quando a gente fala do rastejo, já vem o Mutange e o Bebedouro. Já aumenta essa área, para chegar até a lagoa. Então, é uma situação bem interessante.

Então, publicamente, eu pergunto: podemos aqui... E eu ressalto que um Parlamentar, um Senador, um Deputado Federal ou Estadual, um Vereador... Muita gente pensa que a principal que eles têm é fazer leis. Eu sempre digo que é a segunda. A principal é fiscalizar os serviços públicos, os recursos públicos. Então, nós vamos ter aqui também uma linha de trabalho no sentido de cobrar isso.

Então, esta Comissão... Nós estamos sentados aqui, na Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle do Senado Federal, a qual eu presido. Então, estou atento ao começo, meio e fim.

Estamos falando de prazos razoáveis, tendo em vista que não é hoje. Isso aí já é uma expectativa daquilo que já foi, inclusive, colocado como prazo inicial, há uma época atrás. Então, é esse o compromisso.

Então, só duas perguntas referentes a isso. Primeiro, se a gente pode, até para tranquilizar as pessoas, dizer: "Olha, antes da quadra chuvosa", que eu acredito que começa já no final do mês de abril ou no começo de abril – então, já há até esse agravante –, mas, nesse período, as pessoas já vão ter uma expectativa de que área está sendo atendida e qual o alcance. Porque, pelo que eu percebi, não é apenas a área vermelha; não é apenas Pinheiro; é toda uma região. E, aí, o problema é grande, e vamos procurar uma saída grande também.

Então, essa é uma pergunta.

E outra pergunta, que foge um pouco ao meu relato aqui, mas que vai ser fruto dos meus questionamentos aos demais aqui, é se a CPRM, hoje, consegue dimensionar essas cavernas que são faladas, embaixo do solo.

O senhor pode dizer qual é o raio, qual é o comprimento horizontal e vertical dessas cavernas que hoje se encontram no bairro do Pinheiro? Até mesmo porque hoje existem várias informações que circulam, algumas até temerosas, outras que a gente sabe que é criação de computador, mas também existe muita verdade em cima disso.

Então, se há hoje, por parte da CPRM, o conhecimento do alcance dessas cavernas, qual é a dimensão que elas têm, para que a gente possa prosseguir aqui com a audiência.

O SR. ANTONIO CARLOS BACELAR NUNES – Senador, nós podemos nos comprometer aqui em agilizar, para que, até o final de abril, nós estejamos com o nosso relatório pronto e com as sugestões identificadas lá, para torná-las de conhecimento público.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos fazer todo o possível para que, ao final do mês de abril, nós estejamos com o nosso relatório concluído.

Mas eu quero aqui também fazer uma advertência: isso não impede que os organismos municipais, estaduais, federais e Defesa Civil comecem a trabalhar para uma emergência futura do bairro Pinheiro. O Dr. Thales foi claro de que o bairro Pinheiro está em constante movimentação. E a nossa preocupação maior é com a quadra da chuva, que está se aproximando.

Então, é preciso que os organismos municipais, estaduais, federais, organizações não governamentais e Procuradoria já estejam trabalhando, no sentido de evitar uma consequência danosa à vida do ser humano.

Porque essa parte aí não é responsabilidade do serviço geológico. A nossa responsabilidade, Srs. Senadores, Sras. e Srs. Deputados, Ministério Público, senhoras e senhores, é a conclusão do nosso relatório. E nós haveremos, com fé em Deus, confiantes na equipe de que dispomos, de chegar ao final de abril com o que nós entendemos a respeito dos problemas do bairro Pinheiro.

A segunda pergunta eu quero aqui, Senador, passar ao Dr. Thales, pois é uma pergunta mais técnica e ele tem mais informação do que eu, apesar também de ser geólogo.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Antes de responder, Thales, há perguntas que chegaram pelo e-Cidadania aqui. Eu resumi todas essas perguntas que foram feitas pela Walquíria e pelo Mickael Douglas – até o Mickael Douglas está acompanhando aqui, de Alagoas –, pela Maria José e pela Maria Estefania.

Então, eu resumi a pergunta deles nesses discursos.

O SR. THALES QUEIROZ SAMPAIO – Bom...

Sr. Presidente desta Comissão importante... E a coisa mais importante que há aqui, rapaz, é a transparência. Então, eu tenho procurado ser transparente sempre, por mais que isso, em alguns momentos, me angustie.

O que que a gente está vendo? Porque a grande questão, Presidente, é que nós estamos processando dados, e o processamento é demorado. A gente está usando... Por exemplo, eu estou com um computador hoje, aqui, que está ali na mesa. Se a gente for processar o que a gente está processando numa máquina desse tipo aí...

A gente levava 24 horas para processar uma imagem de uma cena, certo? Essa mesma imagem, que era uma imagem de satélite interferométrico, hoje a gente consegue processar em duas horas com as máquinas que a gente tem. Então, olha o que a gente encurtou no tempo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o que que a gente está vendo? Enquanto a gente está fazendo, a gente coleta alguns dados, mas são dados brutos – mas você vê os dados. E é claro que o geólogo tem o raciocínio geológico e tem o tirocínio, não é? E, na parte de eletrorresistividade, em que a interpretação é mais rápida, a gente conseguiu ver, no cruzamento de zonas condutivas, que a gente está interpretando como falhas, alguma coisa que a gente interpreta como pequenos vazios – não são grandes vazios –, mas esses pequenos vazios contribuem muito para o que está acontecendo na superfície.

Existem grandes vazios? A gente está vendo algumas anomalias na gravimetria. Esse método gravimétrico, o próprio nome está dizendo: gravimetria trabalha com a gravidade. É um aparelho supersofisticado, supersensível. Então, você tem que trabalhar com todo o cuidado, com o GPS geodésico de alta precisão, sempre ao lado dele. O GPS tem que estar sempre na frente. E o nosso geofísico... Esse aparelho não é para trabalhar dentro de cidade. Então, ele teve que aprender a limpar do aparelho os ruídos de ônibus, de caminhão, de carro... Ou seja, os ruídos humanos do bairro, para que ele ficasse só com aquilo que é especificamente da Geologia. E ele conseguiu. O trabalho está ficando muito bom. E ele consegue ver algumas anomalias que podem ser identificadas com vazios em profundidades maiores. Eu perguntei: "Roberto, que profundidade?" Ele disse: "Não consigo ver. Eu tenho que processar mais".

Então, a eletrorresistividade aponta para que é possível que existam vazios a profundidades menores – aí eu estou falando de profundidades de 50m.

É possível que exista algum tipo de vazio na primeira camada de calcário, mas a gente vai ver isso... A primeira camada de calcário está abaixo do Aquífero Barreiras/Marituba. São duas camadas geológicas que, hidraulicamente, estão ligadas. Hidraulicamente significa que a água passa de uma para outra sem barreira.

Abaixo dessas camadas, abaixo desse aquífero arenoso, há calcário. E, como nós explotamos, como a própria natureza da mineração explota água desse aquífero, retira água desse aquífero, e, portanto, quando você está retirando água do aquífero, a água subterrânea passa a se movimentar em muito maior velocidade do que quando ela não está sendo explotada. E, como a explotação é 24 horas por dia sem parar e, às vezes, 300, 360 dias por ano – ou seja, só para fazer manutenção –, se a água estiver circulando no calcário, também pode haver cavidades no calcário, mas a gente só vai saber disso quando a gente conseguir pegar todos os métodos geofísicos, interpretá-los e integrá-los. É aquilo que eu falava: nós somos acostumados a trabalhar separados. Então, o cara da eletrorresistividade vai dizer: "Olha, eu estou vendo isso". O cara do audiomagnetotelúrico: "Eu estou vendo isso". O cara da gravimetria: "Tá, meu amigo, e o que é que nós estamos vendo todos juntos?" A gente vai ter que integrar esses dados e ter um modelo tridimensional em que possamos mostrar, tridimensionalmente, o que a gente está vendo para um Senador da República, um Governador, um Prefeito, um gestor. Ou seja, nós vamos mostrar em três dimensões. Olha, aqui você está vendo norte,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sul, aqui você está vendo leste, oeste... Ou seja, você vai poder rodar o seu bloco, olhar o bairro do Pinheiro de cima, ver a topografia...

A gente fez um voo curvante. Não foi um simples *drone*; foi um Vant. Fizemos fotos de altíssima qualidade do bairro. Essas fotos estão sendo ortorretificadas. Significa que nós vamos ter a topografia em detalhe do bairro do Pinheiro. Vai ser muito útil para o que a gente vai precisar fazer no bairro do Pinheiro. E, aí, a gente vai ter o detalhe de todas as camadas geológicas e as estruturas geológicas. **O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – A Mesa está sendo um pouco mais demorada, justamente pelos dados técnicos. Muitas novidades estão sendo apresentadas para uma grande parcela do público que está assistindo e que está aqui presente. Os questionamentos surgirão posteriormente.

Mas, só em termos de dados, estou tendo aqui a confirmação da CPRM. Vamos colocar uma data: até o dia 30 de abril nós teremos esse laudo concluído. Só para haver um termo técnico.

Sendo assim, vou inverter um pouco a ordem, mas o questionamento é necessário. Então eu agradeço, realmente, porque é algo que cria uma expectativa. Então, é muito positivo.

Eu gostaria de fazer uma pergunta ao representante da Braskem, Sr. Alexandre de Castro.

Alexandre, na prestação feita pela Braskem, foi demonstrado aqui o polígono de concessão que a Braskem tem naquela área, que, coincidentemente ou não, se fosse falar do polígono da área afetada sobre este assunto que foi demonstrado, aqui, pela defesa civil, pela CPRM, pela ANM, coincide muito com a área que foi de concessão da Braskem. E eu gostaria de perguntar a V. Sa. sobre essa exploração mineral que há embaixo. Sei que a entrada dela é uma entrada pequena, mas que embaixo aumenta esse raio, aumenta esse alcance. Se a Braskem hoje... Se esses poços que existem não apenas de Pinheiro, mas em toda essa região em que há concessão da Braskem... Se ela consegue dizer qual é a dimensão dele. Isso, hoje, é possível afirmar? Vocês têm esses laudos? Vocês têm esses atestos? Essa é uma pergunta. É a primeira pergunta.

E aqui eu solicito sempre que seja muito sucinto, até pelo horário, e que a gente possa ser produtivo.

Outra pergunta, e aqui confrontando com o que foi dito pela ANM: as informações aqui dão conta, pelo que foi falado, de que esses poços já não são mais verticais. A apresentação demonstrou um tipo de exploração que começa vertical e depois ela vai lateral, direcional, e um outro que é vertical. Então, aqui foi demonstrado pela ANM que essas verticais hoje estão empenados. Então, a Braskem tem essa informação também? É a Braskem que passa essa informação para a ANM? Como é feita a fiscalização pela ANM referente à Braskem? São relatórios mensais, anuais? E quem faz esse relatório?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALEXANDRE DE CASTRO – O.k., Senador. Obrigado pelas perguntas.

Mais uma vez, a gente tem... Porque, do ponto de vista de operação, se eles são direcionais ou verticais não faz tanta diferença. As tecnologias que permitiram que a gente fizesse poços direcionais foi justamente para que a gente pudesse explorar outras ou extrair sal de outras áreas. Então, o direcional permite, por exemplo, que você faça um furo, como V. Exa. comentou, e eu faça o poço lá na frente, debaixo da lagoa, por exemplo. Por isso a gente consegue fazer através dessas duas tecnologias. Então, se ele é direcional ou não é direcional não tem tanta influência assim no processo.

O tamanho dos poços.

Como eu comentei, são poços que têm vida útil, dependendo da quantidade de poços que eu tenho em operação, que podem variar em torno de 10 e 15 anos. E, em geral, os poços lá embaixo têm uma dimensão de diâmetro que pode girar em torno de 200 a 300m. Esse é mais ou menos o diâmetro que pode ter o poço todo, porque ele tem um formato circular, oval; então, entre um ponto e outro, ele pode ter entre 200 e 300m.

E a última pergunta, comentando...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ALEXANDRE DE CASTRO – Desculpe-me. Eu estou até aqui com a equipe, da mesma maneira que vocês, e eu estou com o Diretor Industrial da Braskem, que atua lá na mineração. Se o senhor permitir que ele possa corrigir uma informação, eu agradeço.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ALEXANDRE DE CASTRO – Sr. Álvaro César.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL. *Fora do microfone.*) – Pode vir para cá.

O SR. ÁLVARO DE ALMEIDA – Respondendo à pergunta: quando foi mostrada a estrutura do sal, a gente vê que, mais ou menos, isso varia em torno de 300m, de cima a baixo. Então, quando você faz um poço, seja vertical ou seja direcional, sob o ponto de vista da integridade não há nenhuma diferença. A única diferença do direcional é que eu posso colocar a árvore de natal aqui... Eu estou aqui, por exemplo, no CSA, e, em vez de tirar embaixo do solo CSA – você conhece o CSA –, eu posso posicionar a árvore de natal ali e direcionar a retirada do sal, que vai lá embaixo mil metros – embaixo da lagoa. A única diferença é essa.

Então, normalmente, quando a gente olha aqui, esse patamar de sal vai de 900 a 1.200m. Então, ele tem 300m. Se você fura um poço, primeiro, você não retira de cima a baixo. Aí nós não estamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

falando do diâmetro; estamos falando da quantidade que você tirou, sob o ponto de vista da altura, e o diâmetro, que foi a sua pergunta, normalmente é em torno de 70m.

Mas tudo isso é definido, porque, quando a gente olha... Aqui a gente tem 300m, mas não necessariamente ali a gente vai ter. Há locais que têm 200m. Então, o que define isso é um estudo geológico, antes de você furar. Por isso que ele comentou sobre uma vida de 10 a 15 anos, porque, quando você começa a tirar, é muito pequeno. Você vai fazendo sonar, e os sonares vão mostrando assim, ó: você já tirou, você estava com um diâmetro de 10; dois anos depois está 20; três anos depois está 30; quatro anos depois está 45 – estou dando números fictícios. E o estudo geológico diz assim: como está o formato dessa cavidade, é o momento de você parar. É por isso que a gente faz...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL. *Fora do microfone*.) – São 50m?

O SR. ÁLVARO DE ALMEIDA – Não. Em média. Então, há uns que são 60, há outros que são 70... É o máximo a que a gente chega...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL. *Fora do microfone*.) – A altura?

O SR. ÁLVARO DE ALMEIDA – A altura, normalmente... Altura. Diâmetro é isso que estou falando... Quanto à altura, como eu tenho um patamar de 300m, normalmente a altura fica em torno de 200m, quando se retira. É a altura. Foi o que ele tinha comentado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL. *Fora do microfone*.) – Vou usar a apresentação aqui, não sou especialista...

O SR. ÁLVARO DE ALMEIDA – Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Vou fazer uma pergunta, com uma extração lógica do que foi falado aqui pela ANM, pela apresentação do Thales e pelo que estou vendo aqui.

Quando a gente fala nessa área descendo, que ela está tendo uma movimentação... Eu quero saber da Braskem: hoje, essa cavidade... Nosso amigo aqui... Álvaro, essa cavidade, hoje, se encontra aqui? Porque, pelo que percebi, já houve uma movimentação do solo, não se consegue mais medir, pelo menos verticalmente – como foi dito aqui, está empenada. Então, quero saber se essa informação dita por aquele órgão que fiscaliza a Braskem procede, porque isso aqui pode ser uma grande comprovação da celeridade do que está acontecendo e da gravidade daquilo que a gente está enfrentando. Repito: não quer dizer que, se isso aqui está torto, foi isso aqui que causou, mas é uma forma de mensurar o avanço dessa movimentação da terra. Acho que me fiz entender aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ÁLVARO DE ALMEIDA – Entendi.

Deixe-me fazer três comentários que são importantes.

Primeiro, a cavidade está lá, continua lá, não se movimentou: não saiu daqui e foi para lá ou foi para cá...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL. *Fora do microfone*.) – Mas com relação ao...

O SR. ÁLVARO DE ALMEIDA – Deixe-me fazer só um comentário.

Segunda informação importante: quando a gente fala em cavidade, em nenhum momento... Não é no sentido de isso aqui ficar vazio...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL. *Fora do microfone*.) – Não, eu não falei isso.

O SR. ÁLVARO DE ALMEIDA – Não, eu sei. Só estou fazendo um esclarecimento. Eu vou responder a sua pergunta.

Em nenhum momento, isso aqui fica vazio.

Quanto ao terceiro ponto, é importante a gente lembrar... Já fiz comentários em vários outros fóruns. Essas minas desativadas... Isso é uma tecnologia que há no mundo inteiro. Nos Estados Unidos, por exemplo, essas minas, depois de desativadas, são utilizadas para se armazenar petróleo ou gás. Como? Ela está desativada, cheia de salmoura; injeta-se petróleo lá em cima, o petróleo não se mistura com a salmoura, expulsa a salmoura, e ficam armazenando petróleo ou gás. Nos Estados Unidos, isso é muito comum; na Holanda, nos Países Baixos, isso é muito comum. Porque fica parecendo que mina desativada é um problema. É uma tecnologia reconhecida.

Agora, a sua pergunta.

O empeno que foi comentado... Não é que isso aqui está empenado. O que a gente está observando é que, quando a gente está descendo o sonar, para chegar até aqui e fazer o ultrassom da caverna, para saber o tamanho dela, a gente está encontrando algumas situações, mais na região superior, de empeno da tubulação. Aí, corrobora exatamente com o comentário do Dr. Thales: a gente está tendo um movimento de terra, e, se está havendo um movimento de terra, você pode... Se ele está principalmente nesse movimento horizontal, você pode efetivamente provocar algum tipo de modificação na tubulação – não é na caverna, é na tubulação. Eu acho que é importante que isso fique claro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – É, no intuito – que eu acredito que seja este o intuito da Braskem – de colaborar.

O SR. ÁLVARO DE ALMEIDA – Sem dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Então, a gente está falando aqui, tanto é que eu não entrei nem na questão do armazenamento do petróleo, do gás. Eu sei que é uma realidade no mundo inteiro.

O SR. ÁLVARO DE ALMEIDA – Estou dando um exemplo.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Não é a questão da cavidade em si. A gente está... Inclusive porque a Braskem pode ter acesso a uma informação hoje, e adiantaria muito o trabalho que o pessoal está esperando aqui.

O SR. ÁLVARO DE ALMEIDA – Só retificando, as informações que nós temos nós passamos para a Agência Nacional de Mineração...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Isso.

O SR. ÁLVARO DE ALMEIDA – ... e para o Serviço Geológico. Nós estamos trabalhando em conjunto, nós não estamos trabalhando um ao lado... Por exemplo, a análise de sísmica que nós terminamos na sexta-feira, o Serviço Geológico e a Agência Nacional acompanharam o tempo inteiro. O próprio Alexandre mostrou... Nós definimos lá todas aquelas linhas que definiram lá os 32km. O Serviço Geológico... "Coloque mais essa outra linha, estenda essa linha por mais um pouco". Então, trabalhamos juntos.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Então, como nós estamos falando aqui de algo técnico, de algo que envolve uma gravidade que nos traz aqui, com certeza, nesse laudo há mais ou menos quantos centímetros aquilo que estava reto, abaixo do solo, desde quando, a superfície, até o solo, mesmo que seja na área superficial, ali até a área de arenites, por exemplo, mas quantos centímetros... Eu acredito que vocês têm esses laudos, essa informação, porque, se vocês mensuram sempre, até para passar para os órgãos de fiscalização, e não se consegue descer até a sua cavidade, até a parte final, em algum momento, em alguma metragem, vai-se demonstrar onde está esse entrave, e aí, em comparação com o solo, pode-se conseguir.

O SR. ÁLVARO DE ALMEIDA – O importante é a que profundidade.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Exatamente. Que profundidade?

O SR. ÁLVARO DE ALMEIDA – Exatamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Não, a profundidade e a inclinação. Então, acredito que esses dados...

O SR. ÁLVARO DE ALMEIDA – São esses estudos que a gente está fazendo. Ao se fazer o sonar, essas informações que estamos coletando, estamos passando. Não há nenhum objetivo de...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Eu sei.

O SR. ÁLVARO DE ALMEIDA – ... omitir informação.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Os senhores estão passando, e aqui eu estou exatamente perguntando: qual é? É isso que eu quero saber. Eu não estou perguntando se está passando; eu estou perguntando qual é.

O SR. ÁLVARO DE ALMEIDA – Qual é o quê?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Qual é essa inclinação e a profundidade dessa operação?

O SR. ÁLVARO DE ALMEIDA – A gente não está medindo a inclinação. O que a gente observa é que, quando a gente passa o sonar, a gente pode encontrar uma tubulação amassada. Isso significa que ela sofreu um dano. É desse empeno que a gente está falando.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Mas vocês conseguem detectar qual é o local em que há o empeno?

O SR. ÁLVARO DE ALMEIDA – Em torno de 200m, 250m, a gente encontrou situações como essa – 200m, 300m.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Mas é de maneira afirmativa? De 250m a... Isso consta no laudo? É para questão de raciocínio.

O SR. ÁLVARO DE ALMEIDA – Houve mina em que nós encontramos a 290m, houve uma mina em que nós encontramos a 280m, houve minas em que nós não encontramos.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Então, esses dados eu vou solicitar também por escrito...

O SR. ÁLVARO DE ALMEIDA – Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – ... para que seja demonstrado quais são, quais foram.

O SR. ÁLVARO DE ALMEIDA – Eles estão sendo passados para a Agência Nacional, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Certo. Vai ser participado para a Comissão, agora.

O SR. ÁLVARO DE ALMEIDA – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Este é o objetivo aqui: extrair informações. Então, essa é uma pergunta que eu estou fazendo para obter informações.

O SR. ÁLVARO DE ALMEIDA – Sem dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Para que a gente possa aqui ter um direcionamento.

O SR. ÁLVARO DE ALMEIDA – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – E aqui eu já pergunto à ANM...

Agradeço a apresentação do Victor, Diretor-Geral da ANM, e eu gostaria de saber qual foi o último laudo encaminhado pela Braskem sobre os poços que constam não apenas no Pinheiro, mas também em toda essa região que estamos aqui delimitando. Qual foi o último laudo enviado?

Segundo. Percebemos agora, e eu até ressalto mais uma vez, o momento que nós estamos vivendo, de trabalhar com algo preventivo. O que nós vivemos agora em Brumadinho foi uma situação que colocou todos aqueles que fazem parte dos órgãos de fiscalização em xeque, inclusive alguns até na cadeia. E uma das situações até para os engenheiros também, porque a agência que deveria fiscalizar recebia os laudos para analisar, e esses laudos que eram analisados eram feitos exatamente pela empresa. Esta é a situação hoje da ANM: ela analisa os laudos que são feitos exatamente pela empresa ou há um profissional específico? Como é feita a fiscalização dessa agência?

O SR. VICTOR HUGO BICCA – Senador Rodrigo Cunha, a lei da Política Nacional de Segurança de Barragens define, com muita clareza, no seu art. 3º, de quem é a responsabilidade pelo empreendimento. Então, a barragem é responsabilidade do detentor do direito minerário, é ele que tem a responsabilidade. E quem fiscaliza a atividade de engenharia é o Crea/Confea.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Até peço licença para deixar claro que esse exemplo não quer dizer que a ANM seria responsável, mas para dizer que quem analisou analisou com base nesses laudos.

O SR. VICTOR HUGO BICCA – Perfeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No que tange a detalhes, especifidades técnicas, eu trouxe aqui me acompanhando o nosso Superintendente de Produção Mineral, e ele pode detalhar com mais precisão a resposta para V. Exa., se assim V. Exa. me permitir.

Vou permitir para o Dr. José Antonio responder. Pode ser?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Sim.

O SR. VICTOR HUGO BICCA – Por gentileza, Dr. José Antonio.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Nessa primeira bancada, por favor, pode-se liberar o áudio?

O SR. JOSÉ ANTONIO ALVES DOS SANTOS – Boa tarde a todos.

Em relação aos estudos das cavidades, nos apresentaram o laudo na última semana ou primeira semana deste mês, que foi encaminhado ao nosso consultor em geomecânica, que está fazendo o estudo, a interpretação.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL. *Fora do microfone*.) – O laudo de... O estudo das cavidades?

O SR. JOSÉ ANTONIO ALVES DOS SANTOS – O estudo das sete cavidades cuja ecografia já foi feita foi apresentado e nós o submetemos ao nosso consultor de geomecânica para estudar e fazer a interpretação.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Mas agora é possível dizer, na cavidade, qual é o espaço que há?

O SR. JOSÉ ANTONIO ALVES DOS SANTOS – A princípio, numa visualização superficial, você vê que a geometria da cavidade está sendo preservada. É isso aí. A princípio, mas é preciso estudo mais apurado e, para isso, a gente contratou uma consultoria especializada.

O SR. VICTOR HUGO BICCA – Sr. Presidente, eu não sei se ficou bem claro para todos, mas é importante que isto fique bem claro: dos 36 poços que foram perfurados para exploração de sal, há 30 ou 31 desativados. A exigência da agência foi que todos os poços, ativos e inativos, fossem checados. É por isso que a empresa está fazendo essa campanha do Sonar. Aí que aflorou com mais intensidade essa questão da dificuldade de acessar algumas cavernas de superfície, porque o equipamento que desceu encontrou resistência.

Então, a leitura imediata é que o poço está empenado. Esse empenamento foi reportado para nós e ocorreu na profundidade, Dr. Thales, entre 250 e 350m. Aí é evidente que os técnicos,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

especialmente do Serviço Geológico do Brasil, vão usar isso, porque a grande dúvida é se os falhamentos lístricos estão acompanhando o conglomerado ou cortam o conglomerado.

Então, essa informação da empresa é muito importante para a gente poder ajudar a esclarecer essa questão, Senador.

O SR. JOSÉ ANTONIO ALVES DOS SANTOS – Só complementando: nós recebemos primeiro, inicialmente, o resultado de cinco poços que nós passamos para a CPRM. Agora recebemos mais dois e vamos também repassar para os estudos da CPRM. Aparentemente em um dos poços, já que o senhor tocou em se está 100% preservado, em uma das cavidades, parece que deu uma configuração diferente do último Sonar que eles tinham realizado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Muito bem.

As Parlamentares que estão inscritas aqui – faço como sugestão também –, se quiserem falar agora, serão muito bem-vindas; se quiserem falar ao final de cada bloco, se quiserem falar ao final deste mesmo, ressaltando aqui primeiro a objetividade, que não é o caso das senhoras, que eu tenho certeza de que não vão divagar, não vão aqui fazer um histórico; o histórico todos nós conhecemos. São realmente perguntas objetivas para os nossos convidados, e que possamos dar sequência aos outros blocos para terminar ainda no dia de hoje esta audiência pública.

Sendo assim, passo a palavra à Deputada Federal Tereza Nelma, para que possa também fazer suas perguntas aos membros da Mesa.

A SRA. TEREZA NELMA (Bloco/PSDB - AL) – Boa tarde. Para alguns, ainda é bom dia, porque não almoçamos, mas boa tarde.

Quero cumprimentar os moradores do bairro do Pinheiro, as autoridades, os órgãos que estão aqui presentes, as autoridades que compõem esta Mesa, e saudar, em nome de todos, o Senador Rodrigo Cunha, que tem se preocupado muito com essa situação do Pinheiro, como eu também tenho acompanhado isso.

Eu digo que, como Vereadora que fui até três meses atrás, eu sempre tive uma aproximação muito grande com o Mutange, sempre acompanhei o Mutange. Por mais de seis anos, eu ajudei muito o Mutange com saco de cimento, porque as escadarias estavam rachando, as casas, a igrejinha que nós temos lá, Nossa Senhora de Fátima... Sempre há casas e mais casas rachando. A ribanceira está caindo; a cada chuva, a cada vento ela cai, e a gente correndo atrás. Dinário esteve sempre presente, mas sem poder de decisão. Dinário sempre esteve presente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há um tempo, nós estamos com o Pinheiro numa situação dificílima. E eu fico, com as apresentações, senhores, muito preocupada, porque nós não temos ainda a solução, e, como também o Sr. Antônio Carlos falou, a ciência demora um pouco.

No dia 16 de janeiro, eu estive lá na reunião na prefeitura, e uma das surpresas minhas foi a não presença da Universidade Federal de Alagoas. Eu fui buscar a universidade, estive com a reitora, preocupada, porque ela é muito importante para não haver informações desencontradas e principalmente com os setores que já estudam esse fato. Houve momentos em que eu estive, como Vereadora, com o Sr. Prefeito da cidade falando da situação do Mutange, junto com a Universidade Federal, eu e o Dinário – não é isso, Dinário? –, e sempre havia o pedido da drenagem, das soluções, a universidade dando solução pelo menos imediata para aquela questão das ribanceiras das encostas, mas nunca havia recursos, nunca conseguimos. E hoje nós estamos numa situação de calamidade mesmo; não é só de emergência. Eu fiquei mais preocupada ainda, Sr. Thales, quando o senhor fala em 30mm de chuvas, e o decreto nosso é de emergência. Será que não já está no momento de baixar o decreto de calamidade para que os moradores do Pinheiro tenham um alento do que está acontecendo? Porque é angustiante.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. TEREZA NELMA (Bloco/PSDB - AL) – Eu tenho amigas que já saíram de lá.

Talvez não seja o momento, mas eu quero aproveitar também e dizer para os senhores da angústia da demora da questão dos aluguéis. A demora é grande.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Tereza, nós vamos...

A SRA. TEREZA NELMA (Bloco/PSDB - AL) – Não é momento. Eu sei.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – É outra Mesa, justamente. Haverá um responsável para isso.

A SRA. TEREZA NELMA (Bloco/PSDB - AL) – Tudo bem. Então, neste momento, a minha pergunta é: será que não já está no momento de se baixar o decreto de calamidade para se dar um alento? Para o Sr. Thales e outras autoridades do assunto dizerem: "Tem que evacuar!" O Ministério Público, o Dr. Alfredo Mendonça, agora, nessa semana, disse que força-tarefa para evacuar não é fácil, os senhores mesmos já disseram. É angustiante. É catastrófico mesmo. Então, a minha pergunta para esse grupo, que são os estudiosos, as autoridades do nosso País para responder, é essa.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Bem, eu também não sei se essa seria a posição do Dinário para responder sobre isso. O Dinário tem uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

experiência mais nessa questão de emergência e calamidade, porque aqui a gravidade é detectada por eles, mas quem diz é o Município. Nós temos inclusive representante do Município aqui para falar.

Alguém na mesa quer dar um posicionamento sobre isso? Eu acredito que tecnicamente, Dinário...

A SRA. TEREZA NELMA (Bloco/PSDB - AL) – Respeitando o pacto federativo e as coisas todas que são do Município, mas nós precisamos (*Fora do microfone.*) agir mais rápido. Como os senhores conhecem a realidade da Defesa Civil municipal, nós ajudarmos mesmo, tomarmos decisões juntos...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Então, vamos lá, Thales.

A SRA. TEREZA NELMA (Bloco/PSDB - AL) – ... para depois a gente não chorar a consequência.

O SR. THALES QUEIROZ SAMPAIO – Pedindo licença ao Dr. Armin Braun, pedindo licença ao Cel. Dinário e ao Cel. Moisés, o sentimento da equipe do Serviço Geológico do Brasil é que aquilo ali já é uma calamidade, é uma calamidade emocional, é uma calamidade... (*Palmas.*) Eu não sou técnico da Defesa Civil e essa não é uma decisão de Serviço Geológico do Brasil, mas, com permissão do meu diretor, eu respondi porque a gente tem telepatia aqui. Basta um olhar que eu sei o que eu posso falar e o que eu não posso.

A equipe do Serviço Geológico do Brasil acha aquilo uma calamidade e tem que haver um plano. Como é que se retiram as pessoas, gente? Como é que as pessoas saem? Para onde vão? Recebem o quê? Até a gente entender o que está se passando, vem o mês de abril inteiro e a angústia... E mais: eu acho que tem que haver equipe de médicos, psiquiatras, psicólogos e assistentes sociais no bairro cuidando das pessoas. As pessoas estão adoecendo. Há gente doente no bairro do Pinheiro. Agora, isso aí não é mais da alçada do Serviço Geológico do Brasil. Em nome da equipe do Serviço Geológico do Brasil, a gente tem sofrido com isso. É só uma opinião.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Muito bem, Thales. Foi importante a sua pontuação. Nós vamos tratar disso também na parte de gerenciamento de danos. É por isso que estão todos aqui loucos para falar. Mas há uma autoridade técnica aqui no assunto que, com certeza, tem muito a contribuir. A Dra. Roberta levantou a mão.

Então, solicito que seja liberado o áudio da terceira fila, por favor, para a Procuradora Federal, Dra. Roberta.

A SRA. ROBERTA LIMA BARBOSA BOMFIM – Boa tarde a todos!

Estou me adiantando um pouco, é bem verdade, Senador. Eu queria levantar uma questão de ordem. Na verdade, a gente falaria um pouco mais adiante, a partir da divisão que o senhor

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dimensionou, mas, diante da discussão que tem sido trazida, eu gostaria de dizer que o Ministério Público Federal expediu três recomendações ontem – a gente veio trabalhando segunda, terça e ontem – direcionadas à Defesa Civil nacional. Elas têm objeto diferentes.

A primeira entende e recomenda que seja instalada urgentemente a sala de coordenação das defesas, havendo a integração entre Defesa Civil nacional, estadual e municipal. Outro ponto dessa recomendação é que essa integração aja também para a realização de cadastros. Eu pontuo aqui que nós tentamos – trabalhávamos com o bairro do Pinheiro – que todo o bairro do Pinheiro fosse cadastrado, porque não sabíamos o que viria dos relatórios finais da CPRM. Nós tentamos que isso fosse feito pelo IBGE, diante da *expertise* mesmo em fazer o censo, mas recebemos a notícia de que era impossível ser feito. Então, diante dessa notícia do IBGE, recomendamos que a Defesa Civil nacional integre para colaborar nesse sentido.

A segunda recomendação foi para que a Defesa Civil nacional coordene também, junto com as outras Defesas, uma rede de assistência à saúde dos moradores, enfim, para agora, diante de todos esses fatos, realmente ganhar ainda mais relevo.

E a terceira recomendação foi em relação ao aluguel social. Trabalhávamos com o Mapa de Feições em áreas amarela, vermelha e laranja. Tínhamos notícia de que havia um lote já encaminhado pelo Município e pendente de deliberação pela União. Então, nós recomendamos que os cadastros que já foram enviados pelo Município à União sejam apreciados e sejam deferidos para que esse aluguel social chegue aos moradores. Como não tínhamos noção se a área – é uma coisa que vem nos preocupando há muito tempo – iria se modificar, aumentar ou não, nós recomendamos que toda a área indicada pela CPRM – ou seja, atualmente, nós temos uma, mas pode ser que ela seja outra – seja beneficiada pelo aluguel social.

Então, eu aproveito a oportunidade para reforçar, com a Defesa Civil nacional, a importância de apreciar essas recomendações. Eu acho que é um caminho que nós temos que trilhar nessa organização e nessa integração, para que a gente possa construir o caminho num tempo bem breve.

Foi uma questão de ordem, já que a gente já está discutindo o que fazer.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Sim. Isso.

A SRA. ROBERTA LIMA BARBOSA BOMFIM – Então, eu pedi essa oportunidade e agradeço imensamente ao senhor por me tê-la concedido.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Dra. Roberta, foi uma intervenção muito importante, sem dúvida nenhuma.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tentei deixar claro aqui no início que esse é o grande objetivo. Com todos que eu converso, muitos falam: "Olha, Rodrigo, vamos somar forças, vamos centralizar". E hoje, quando olho aqui, eu vejo a preocupação de cada um que expõe em preservar vidas... A gente sabe que mandar um ofício para sair de Brasília para Maceió demora. Então, é para estar todo mundo em um grupo do WhatsApp, para estar todo mundo falando a mesma língua, para estar em uma sala de integração, como você falou – eu chamei aqui de comitê gestor ou comitê de crise –, porque um nome desse identifica. Inclusive, acho que deve ser capitaneado pela esfera da União. Eu acho que deveria, pelo menos a princípio, haver isso. Eu tenho certeza de que não haveria resistência nenhuma do Município, do Estado, porque as pessoas querem resolver. E isso seria uma forma de desburocratizar, sem dúvida nenhuma, todas essas formalidades, de haver pessoas instaladas lá, com certeza.

O Dinário, inclusive, já alugou ou reservou um espaço para colocar lá a Defesa Civil. Na nossa última conversa, ele disse isso. Psicólogos são necessários; a quantidade é pouca, é muita, não há, há.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Isso! Ir para a rua. Mas é para sair... Que bom seria se a gente saísse daqui já com isto, com o compromisso de cada um internalizar com os seus chefes a possibilidade de formalizar um grupo – gostei da palavra –, uma sala de integração para que se possa ter uma comunicação única.

Eu dei uma entrevista na sexta-feira passada e parecia que o mundo havia caído. Eu só falei o que eu tenho ouvido em todo canto. Aí já gera uma expectativa. Uma outra pessoa vai falar, gera uma outra situação; vem outro e diz: "Não é bem assim". E aí? Saio ou não saio? Que situação é essa? É importante haver isso.

O maior exemplo disso é Brumadinho. Todo dia, às 16h, ia lá o bombeiro falar o que tinha acontecido, era o porta-voz. Por que não fazer isso lá? Isso tranquiliza as pessoas, os moradores participam também, colocam um representante. Acabam essas histórias das *fake news*, porque só um órgão tomar conta de uma dimensão dessa... Eu acho que nós vamos ter sérios problemas, e já estamos tendo. Daqui a um mês... Se daqui a 15 dias chover 40mm? E aí? Todo mundo viu hoje que, se chover 30mm, saiam de casa! E se chover 40mm? Quem é que vai tranquilizar essas pessoas? O Dinário não tem nem como se esconder, porque ele tem cabelo branco, tem a fisionomia conhecida, quando ele anda na rua, as pessoas perguntam. E isto a gente deve ter em mente: se eu tiver uma família lá, eu mando ela sair ou não mando? Eu peço para ela sair ou não peço? Se eu tenho parentes lá – e eu tenho –, eu digo: saiam!

Então, essa foi a minha informação perante as pessoas que eu amo. E eu acho que esse deve ser o pensamento nosso aqui sobre as pessoas que estão nessa situação. Por acaso, eles estão na área vermelha, mas os que estão nas outras áreas... Se isso que eu falei aqui... Foi mensurada essa área

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

através de identificações visuais ou pouco superficiais da situação predial, e hoje nós temos satélite para isso, então, a responsabilidade nossa em correr com esses prazos é importantíssima. Não podemos postergar – e eu sei que não é o caso –, e daqui a um tempo dizer: "Não foi importante". Mas, no que a gente já puder adiantar, vamos adiantar para salvar vidas. Eu acho que é muito importante, e a gente deve sair com esse direcionamento, sem dúvida nenhuma, desta audiência pública.

A SRA. TEREZA NELMA (Bloco/PSDB - AL) – Sr. Senador, eu gostaria de passar uma angústia minha aqui, porque isto foi recomendado desde o ano passado: a sala de situação.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Foi, a gente tem atas aqui, está tudo por escrito.

A SRA. TEREZA NELMA (Bloco/PSDB - AL) – Tudo isso, a gente sabe que foi isso...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Que bom!

A SRA. TEREZA NELMA (Bloco/PSDB - AL) – O acompanhamento das famílias, um grupo para dar apoio lá no bairro. Por tudo isso, a gente lutou, lutou. Que bom!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Deputada Tereza, foi recomendação já do Ministério Público Federal.

Deputada Jó, por gentileza.

A SRA. JÓ PEREIRA – Boa tarde a todas e a todos. Eu gostaria de, em primeiro lugar, parabenizar V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Antes, deixe-me só fazer a apresentação. Eu fui extremamente informal. Disse: "Deputada Jó".

Deputada Jó Pereira, Deputada estadual, eu acompanhei também seus posicionamentos na audiência pública na Assembleia Legislativa, que é um instrumento de trabalho importantíssimo também. Tem a preocupação porque sabe o tamanho da sua responsabilidade. Você representa o Estado de Alagoas; não é um grupo político. Você representa o Estado de Alagoas, foi a Deputada mais votada do Estado e, com certeza, sempre acrescenta, quando pode, nas intervenções. Então, será um prazer ouvir V. Exa.

A SRA. JÓ PEREIRA – Agradeço. Sempre democrático e não poderia ser diferente, devido a esta audiência pública, participando desta audiência pública, V. Exa., agora na condição de Senador da República. Juntos, inauguramos uma série de audiências públicas na Assembleia Legislativa do nosso Estado e hoje fico feliz em dizer a V. Exa. que são uma constante as audiências públicas naquela Casa. A sociedade voltou a participar da Casa legislativa do seu Estado, apropriando-se das discussões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é muito importante, fizemos isso juntos na mesma legislatura. Para mim, é uma honra hoje estar aqui.

Agradeço a divulgação desta reunião através dos canais disponibilizados pelo Estado, da própria TV Assembleia, da TV Cidadã do Tribunal de Contas do Estado. Agradeço o empenho de todos para que isso aconteça.

Serei muito breve. V. Exa. já disse que, desde o dia 22 de fevereiro, cobramos a mesma coisa. As suas palavras foram ditas por mim. Fiquei não feliz, mas satisfeita, quando ouvi do Dr. Thales hoje, aqui, representando a CPRM, que a sensação é de calamidade. Já dizíamos isso. Inclusive, oficiamos o Prefeito de Maceió, para que ele provoque o estado de calamidade, porque, pelo pacto federativo, ele precisa provocar a União. É necessário que a Força Nacional coordene o processo. O Município não tem condição estrutural de atender as pessoas do bairro do Pinheiro como elas precisam e como elas merecem.

E aqui, ultrapassando a questão da calamidade pública, eu fiquei muito preocupada. Já estive com o Dr. Thales lá na Assembleia Legislativa do Estado de Alagoas e, na oportunidade, Senador Rodrigo Cunha, conversávamos, como foi posto, que o limite pluviométrico diminuiu; ou seja, passou – salvo engano era 80mm – para 30mm. Naquela oportunidade, a CPRM já colocava uma preocupação: o radar meteorológico da Universidade Federal de Alagoas, que acompanha o índice pluviométrico do Estado de Alagoas, tem uma zona obscura em razão do bloqueio do sinal de celular no presídio que fica vizinho à Universidade Federal de Alagoas.

Então, se a chuva que vier a atingir a capital do Estado de Alagoas vier dessa zona obscura, não há como antecipar a situação de emergência para que as pessoas saiam daquele bairro. Isso foi resolvido com o Estado de Alagoas. E aqui, aproveitando o ensejo, a gente pontua: deveria estar aqui... E, também aproveitando, a participação das Casas legislativas nesse problema, Senador, tem sido intensa – desde a Câmara de Vereadores, a Assembleia Legislativa do Estado de Alagoas, agora o Senado Federal. E aí o Executivo, tanto municipal quanto estadual, não participa diretamente da tomada de decisão.

Então, é necessário o empenho, inclusive pessoal, dos chefes dos Poderes, para que as suas equipes possam dar o máximo de si, no sentido de solucionar esses problemas, porque são detalhes como este do radar que acompanha o índice pluviométrico que podem fazer a diferença, salvando ou não vidas naquela localidade.

E aí eu gostaria de perguntas ao Dr. Victor, que foi dado o nome de neotectonismo acelerado por ação antrópica, não é isso? Ou seja, por ações do homem. Então, há uma ação humana acelerando o processo de tectonismo. Que ações são essas? Não ficou claro. A gente precisa identificar, porque para mim a informação foi muito importante. Não é uma causa da natureza por si só. Existe uma ação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

humana interferindo, acelerando o processo natural, e isso é muito importante para as pessoas do bairro do Pinheiro.

Então, a nossa missão, como políticos, Senador Rodrigo Cunha, está sendo cumprida hoje, através também da oportunidade que V. Exa. nos dá nesta audiência pública.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Eu agradeço.

Então, sendo bem objetivo na resposta também, uma pergunta foi direcionada ao Dr. Victor.

O SR. VICTOR HUGO BICCA – Obrigado, Presidente, Senador Rodrigo.

Deputada Jó, na verdade, a nomenclatura, o enquadramento do fenômeno é um adiantamento por tentativa, tendo em vista os dados que estamos colhendo e as conversas que nós temos tido com os colegas da CPRM. É tectonismo porque decorre de movimentos de massa que são suscitados...

(*Soa a campainha.*)

O SR. VICTOR HUGO BICCA – ... por falhamentos que existem na região. Ação antrópica por quê? Porque falta saneamento básico, falta drenagem superficial, há uma ocupação desordenada do espaço urbano, tem mineração – mineração é feita pelo homem. Quer dizer, então, tudo está relacionado conosco, porque ocupamos de forma desordenada, porque não dotamos de saneamento básico, porque não drenamos a água superficial, mineramos. Quer dizer, isso tudo a CPRM está estudando para saber se uma causa prepondera em relação às demais ou se é o conjunto dessas possíveis causas que suscitou a aceleração. E a questão da aceleração é porque nós, geólogos, trabalhamos, como bem destacou o Dr. Thales, na escala de milhões de anos, milhares de anos.

E nós temos estado acompanhando. Há poços que foram perfurados há pouco tempo. No Poço 36, Dr. Alexandre, que está em execução, em um determinado momento, houve dificuldade com o equipamento de perfuração para andar, porque estava começando a empenar, começando a segurar a broca. Quer dizer, há um movimento em curso, e ele, aparentemente... As imagens da interferometria, Dr. Thales, são contundentes! Ela começou no verde – eu destaco isso – lá em junho de 2016; em dezembro de 2018, estava vermelha uma porção do bairro. Isso é uma sinalização inequívoca de que o processo é um processo que está com a velocidade considerável para um fenômeno geológico.

É isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. JÓ PEREIRA – Então, no mínimo, há uma responsabilidade solidária de quem seria responsável pelo saneamento básico, pelas águas pluviais, pela mineração. No mínimo, há uma responsabilidade solidária entre essas pessoas, sejam físicas, sejam jurídicas.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Exatamente. O momento de extrair informações é exatamente agora.

Aqui já...

A Dra. Roberta faltou finalizar alguma coisa...

A SRA. ROBERTA LIMA BARBOSA BOMFIM – Posso?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Sim, sim.

A SRA. ROBERTA LIMA BARBOSA BOMFIM – Obrigada novamente, Senador.

Na questão do sistema de monitoramento, como a senhora relatou, o radar que está instalado na universidade realmente tinha uma mancha. A universidade se reuniu com a Secretaria de Ressocialização, e eles conseguiram solucionar essa mancha. Ela não aparece mais. Considerando que, diante do nosso longo contato com o Dr. Thales nessa caminhada, a chuva sempre tem se apresentado como um gatilho para isso, a gente vem trabalhando com a universidade numa proposta de melhora desse monitoramento de chuva.

Então, a universidade formatou uma proposta, nós apresentamos ao Município na segunda-feira. Hoje, duas das nossas colegas – porque nós estamos em quatro no Ministério Público Federal trabalhando esse assunto – apresentarão essa proposta ao Governador do Estado, daqui a pouco, às 15h. Também temos trabalhado na questão da Sala de Alerta da Semarh, porque temos a informação de que hoje somente há um meteorologista nessa Sala de Alerta. Então, será pauta também dessa nossa reunião com S. Exa. o Governador do Estado de Alagoas.

Eu queria só pontuar isso...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Muito bem, é importante.

A SRA. ROBERTA LIMA BARBOSA BOMFIM – ... para que eu não me esquecesse e já respondesse à senhora.

Obrigada, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Inclusive, só um destaque aqui: não sei se perceberam, mas antes vamos ter também numa outra Mesa aqui a Universidade Federal de Alagoa.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO MALTA MARQUES – Sr. Presidente, como eu sei que V. Exa. não distingue o feminino do masculino, eu pediria que V. Exa. também me facultasse a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Sim, agora é o momento, agora é o momento.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO MALTA MARQUES – O Ministério Público de Alagoas, o Ministério Público estadual, tem um inquérito civil público que venho acompanhando desde o início – na minha fala, eu falarei sobre isso. E nós ouvimos o diretor do radar da Ufal – está no inquérito – quando ele narrou essa preocupação, que, com muito brilhantismo, a Dra. Roberta detalhou, de que havia uma mancha em torno de 30% a 45% por conta de equipamento lá do sistema. Eu não queria citar, por questão de segurança, mas o colega já citou que era sobre o bloqueador do celular no sistema prisional que estaria mal regulado e estaria acarretando isso. Nós imediatamente convocamos o Secretário de Ressocialização, ele compareceu ao Centro de Apoio Operacional às Promotorias do Ministério Público e, após o nosso... Também tomamos a termo o depoimento dele, e ele se comprometeu de, em 24 horas, resolver o problema. E, com muito menos de 24 horas, ele já nos oficiou de que havia tido com os técnicos lá e já havia sido resolvido o problema. Aí peguei o embalo do Ministério Público Federal, da Dra. Roberta, e fomos visitar o radar. Lá, efetivamente, constatamos que o radar está pronto. Agora, pronto, mas, para ele dar essas informações com seis, oito horas de antecedência, ele precisa fazer um convênio com o Governo do Estado para montar esse gabinete lá – e apenas me parece que alguns funcionários cedidos pelo Estado resolveriam isso –, para que, com aquele pessoal, ele possa acionar a Defesa Civil estadual e municipal para dizer que, daqui a oito horas, nós vamos ter chuva e a densidade dessa chuva. O Ministério Público estadual também está partilhando aqui junto e parceiro do Ministério Público Federal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – É importante a intervenção do José Antônio Marques, porque já mata aqui o problema. É importante saber que já foi resolvido. V. Exa., inclusive, foi pessoalmente verificar. Esse problema foi resolvido, mas não foi desligando o bloqueador da penitenciária, foi justamente ajustando o sistema lá. Então, vamos aqui tranquilizar a população, porque eu acredito que continua bloqueado. Isso é importantíssimo.

Agora, para finalizar de fato esta Mesa, eu deixei essa pergunta por último, porque eu quis ouvir tudo o que estava acontecendo. Disse, no início da minha fala, que nós brasileiros não temos a cultura de fazer trabalhos preventivos, trabalhos de evacuação, nos acostumar com sirenes. Isso não é uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cultura nossa. Realizamos em Alagoas, em Maceió, esse assunto recentemente. Problemas existiram, porque devem existir justamente nos treinamentos, são feitos para isso. Simulação.

A minha pergunta, Thales, é a seguinte: pelo que percebi, o risco de esse rastejo acontecer é descer toda aquela terra. O plano de evacuação foi feito, acredito, para um lado. Então, diante dessa situação posta hoje, qual é a necessidade, qual é a urgência de se fazer um novo simulado em um outro local, tendo em vista que as pessoas estavam correndo para esse lado e é para correr para aquele lado, resumindo assim, falando em palavras a minha visão do que eu consegui detectar do que foi exposto aqui.

Então, se puder, já para desfazer esta Mesa e partir para o segundo bloco, deixar claro esse ponto, já seria de grande valia para que a gente possa já cobrar da próxima Mesa essa postura.

O SR. THALES QUEIROZ SAMPAIO – O plano de evacuação tem locais seguros, mas há locais que não estão seguros, que estão em zonas de subsidência, porque a gente não conhecia quando o plano foi feito.

Então, agora, deve-se realmente detalhar isso com o Cel. Moisés e o Dr. Dinário, para que eles possam escolher locais realmente seguros. E a minha sugestão é que o próximo simulado seja feito de... Bom, isso aí são vocês que sabem, eu não vou dar sugestão nisso. Já dei muito e já falei muito sobre o que não é da conta do Serviço Geológico.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Então, tudo bem, é importante. Não é segura a forma como está sendo feito hoje, e os profissionais agora vão falar dentro dessa situação...

O SR. THALES QUEIROZ SAMPAIO – O que a gente tem hoje não é seguro, porque mudou, ou seja, você tem toda uma área em subsidência que a gente não sabia que estava em subsidência. Toda a área em que está localizada a Braskem, por exemplo, está em subsidência. E os dados que a Braskem tinha eram que não havia subsidência na área dele.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Entendi.

O SR. THALES QUEIROZ SAMPAIO – Ou seja, a subsidência era de 4mm, 5mm por ano, e a interferometria está mostrando que você chega a ter 18cm no ano.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Entendi.

E agora, finalizando esta Mesa, eu quero saber dos senhores que aqui estão se alguém tem alguma objeção a internalizar e a se esforçar para que, rapidamente, seja criado um comitê único ou uma sala de integração, como já foi solicitado pela Procuradora, como foi também demonstrado aqui pela intervenção das Deputadas e pela minha intervenção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, alguém se opõe a uma criação e a fazer parte deste grupo? Alguém aqui? Vou perguntar isso a cada Mesa, nesta Mesa, porque todos os senhores serão oficializados também para internalizar para que a gente possa dar celeridade àquilo que já foi solicitado também oficialmente pelo Ministério Público Federal e por outros órgãos em outras reuniões. Em outras atas a que eu já tive acesso, isso sempre foi prometido. Então, que a gente possa unificar. Com o compromisso dos senhores, a gente já sai daqui com um bom passo sendo dado.

Alguém é contra?

Quem concorda permaneça como está.

O SR. FREDERICO BEDRAN – Só destacando, Senador, eu acho que não, de forma alguma há posicionamento contra, mas, no âmbito do Executivo federal, já há um grupo formado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Eu estou falando aqui não é... O grupo federal já está formado, o municipal também, e o estadual deve ter. Então, eu estou falando em integrar todos dentro de um grupo do WhatsApp. Eu simbolizei aqui, mas não é isso; são todos dentro de uma linha de trabalho unificada, falando a mesma língua, desburocratizando.

Sendo assim, agradeço aos expositores e passamos para o segundo bloco.

Obrigado. Tenham um bom dia. (*Pausa.*)

Para dar sequência ao segundo bloco, convido o representante da Prefeitura de Maceió, Procurador Ambiental Gustavo Esteves, para se fazer presente na Mesa; o Sr. Secretário de Defesa Civil de Maceió, Dinário Lemos; representando o Governo de Alagoas, o Coordenador Estadual de Defesa Civil, Tenente-Coronel Moisés Melo. (*Pausa.*)

(*Soa a campainha.*)

Então, vamos lá. Repetindo.

Já estão aqui o Secretário Moisés, Dinário, Gustavo Esteves e também o diretor do Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres do Ministério de Desenvolvimento Regional, Armin Braun. Convido também a representante da Universidade Federal de Alagoas, a Profa. Sandra Leite.

Bem, senhores, vamos dar início a este segundo bloco, um momento em que tratamos de gerenciamento de danos. Já passamos por uma parte dos levantamentos técnicos, acho que extraímos aqui algumas informações importantes.

E eu agora gostaria de ouvir o Secretário de Defesa Civil de Maceió, Dinário Lemos. Dinário, antes da sua fala, eu quero aqui ser testemunha também do seu empenho pessoal e profissional. É

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

importante deixar claro isso. A população reconhece o seu trabalho. Que a gente possa aqui somar forças para que o Município de Maceió cumpra com excelência o seu papel e que o resultado chegue o quanto antes. Que a gente possa fazer o que é sua função hoje, que é trabalhar na parte preventiva com certeza.

Dinário, V. Sa. tem dez minutos para expor o que, de fato, vivencia e está sendo feito pela Defesa Civil municipal de Maceió.

O SR. DINÁRIO LEMOS – Boa tarde a todos. Saúdo o Exmo. Sr. Senador da República Rodrigo Cunha, em nome de quem saúdo toda a Mesa, e a Exma. Sra. Deputada Federal Tereza Nelma, em nome de quem saúdo todas as mulheres aqui do grupo de trabalho.

Fiquei ali pensando, meditando, e o que eu vou dizer ao povo do Pinheiro daqui até o dia 31 de abril? Meus senhores e minhas senhoras, eu espero que a gente saia daqui com uma forma de se reunir o mais breve possível para que a gente... Porque, senão... A população lá deve estar apavorada, porque o que a gente viu... Nós temos aí o mês de abril... Para se ter ideia, Senador, em Maceió chove aproximadamente 2.000mm durante e, no ano de 2017, choveu durante uma semana 500mm no bairro do Antares, localizado, evidentemente. Na quadra chuvosa, choveu 50% do esperado. O período chuvoso vai de abril a julho, e, se dividir 50% de 2.000mm, são 1.000mm. Em quatro meses, são aproximadamente 250mm dentro do mês.

Os avisos meteorológicos que são enviados para as defesas civis chegam assim: pancadas de chuvas durante o dia e chuvas moderadas; dia ensolarado com pancadas de chuvas. Aí eu me pergunto: "Sim, mas a que hora é a chuva? O que é essa chuva moderada?"

Ou pancadas de chuvas de fracas a moderadas, e, durante o dia, pancadas de chuvas em localidades – não diz a localidade, não diz a hora em que chega e nem a quantidade.

Senador, eu fico me perguntando, quando chegar a Maceió, o que eu vou dizer. Se atrasa um recurso para a população, recurso federal, esse recurso vai para o Banco do Brasil, que é distribuído para a conta dos moradores; se atrasa isso, é uma semana de desespero dentro do bairro. As pessoas... Nós temos moradores que estão, como foi dito aqui, psicologicamente muito afetados, pessoas que... Você faz uma viagem, você se prepara, já gasta um recurso; imagina se você sair de casa.

Então, sinceramente, eu espero que a gente tenha aqui uma agenda de toda essa sala, para que a gente possa dizer ao povo do Pinheiro. Pinheiro tem 20 mil pessoas morando, mais 15 mil... A gente está falando das cidades do Vale do Paraíba, Atalaia, Capela, Cajueiro e talvez até Viçosa: é o bairro do Pinheiro. O que é que nós vamos dizer ao bairro do Pinheiro até o dia 31 de abril? Já foi dito aqui: mudou-se a rota, mudou-se o cenário, o bairro está em movimento, existe o risco, precisa evacuar... Como é esse agendamento? Ou não deixe sobre as minhas costas isso ser julgado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Dinário, a gente está aqui para isso, pode ter certeza. (*Palmas.*)

Pode ter certeza, meu amigo, esse é o objetivo: "Nós queremos marcar uma reunião", a reunião está marcada, estamos aqui. Não pode sair daqui sem isso. Não pode. É um mês. Então, se não há condição de antecipar o laudo, porque realmente os Estados Unidos, o Japão, a Indonésia, seja lá quem for, está analisando, mas nós temos responsabilidades. Aquilo que foi falado aqui: a velocidade da movimentação da terra é alta e grande. É muito fora do comum. As pessoas estão saindo de casa porque a sua casa está rachando. A rua afundou, o posto já afundou, a loja está com um buraco atrás, a situação é essa. A gente não está tratando aqui de papel, a gente está tratando aqui de vidas.

Nós estamos conduzindo da melhor forma possível, sem dúvida nenhuma, para que o seu trabalho, o trabalho da Dra. Roberta, da Defensoria Pública, dos Parlamentares que estão investigando, da OAB, de todos esses não seja algo protocolar, algo mecânico, não; é humano. Porque eu ando na rua também. Fui crucificado por algumas pessoas porque o comércio delas caiu depois de uma entrevista que eu dei. Eu dei a entrevista depois que eu falei o que eu vi aqui. E vou falar de novo: é uma situação de algo que vai acontecer. E está acontecendo. Só não se sabe quando nem como. Minha família, meus amigos... Quando eu terminei a entrevista, ligaram para mim: "Rodrigo, é verdade?" "É, a situação é grave. Você é uma pessoa que eu amo. Não fique aí esperando acontecer." Se chover 30mm... Eu quero saber quando chove 30mm. Choveu 500mm em um mês. Sabe-se lá o que vai acontecer na próxima semana.

Então, a situação é grave, sem dúvida nenhuma. Agora, é preciso delimitar essa área. A minha pergunta principal foi essa. Essa área que é estipulada hoje em vermelho e que foi feita, inclusive, com o empenho da Defesa Civil de Maceió, com os instrumentos e com as condições que eles têm, visitando, delimitando as condições dos edifícios... Foi feito um trabalho que até hoje é referência, mas nós temos os satélites que demonstram que isso foi ampliado; inclusive, não é mais seguro fazer o plano de evacuação como foi feito, porque aquilo ali já demonstrou, sei lá, 30 dias depois, que já não era mais seguro. Mas, há 30 dias, era. Hoje, já foi dito aqui – o Thales acabou de dizer – que há áreas que não são seguras. Trata-se daquilo que já foi feito há 30 dias. E a gente está falando aqui: "O que vai acontecer daqui a 30 dias?"

Eu disse aqui, antes de o Dinário chegar, que a fisionomia dele é muito conhecida. Ele não consegue se esconder no meio da multidão. As pessoas vão chegar a ele e vão dizer: "Minha filha, que está ao seu lado..." Alex Bruno, pela interação do e-Cidadania, participando ao vivo deste debate, pergunta, no caso, ao Thales, mas eu fiz essa pergunta de certa forma: "Caso você e sua família morassem no Pinheiro, você aguardaria o resultado do estudo, o início da quadra chuvosa para sair do bairro?" Então, Dinário, não precisou nem você chegar a Maceió, como disse. Já estão fazendo agora. Foi feita às 12h57. É isso que as pessoas querem saber. Agora, a função dele eu acredito que seja esta –

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

deles aqui, nossa, de quem está aqui na Mesa –: dizer o que está acontecendo. Agora, como? É isso aí que a gente tem que pensar. Vai para onde? O Ministério do Desenvolvimento Regional também está aqui. Vamos conversar sobre os atrasos, sem dúvida nenhuma, de o que há de pagamento aqui. Será que o valor é pouco? É muito? Há como incrementar isso? É o decreto de calamidade? É modificar a legislação que fala sobre o FGTS? Então, vamos sair daqui com isso, Dinário. A gente tem aqui uma responsabilidade enorme. Todos nós temos. Então, não se sinta sozinho nessa. E cada um que for se manifestar aqui sinta-se parte do que ele passa diariamente, sinta-se parte do que o Alex Bruno perguntou aqui, que tem uma família lá. Então, é uma situação que trata de vidas. Foi isso que foi falado.

Dinário, se você quiser deixar para falar depois... Vamos ouvir aqui um pouco o que está acontecendo, cada atuação que é feita por outros órgãos. E a gente vai sair daqui... Porque até tira um pouco essa tensão, tenho certeza absoluta. Com a solicitação do Ministério Público Federal mais recente... E o nosso objetivo também é este, é buscar uma federalização, sim, dessa situação, um aumento da capacidade de atuação de cada órgão e uma prioridade daquele que estiver envolvido. Como eu disse, todos nós temos atividades. Então, quem está na assistência social do Estado, do Município, tem mil e uma atribuições. Mas, se entrar num compromisso de fazer uma sala de integração, uma pessoa vai ser designada para aquilo e vai ser responsável. Então, a celeridade é muito maior.

Sendo assim, eu já peço licença ao Dinário para daqui a pouco conversar com você. Mas gostaria de conversar antes com o representante do Governo do Estado, que também é Coordenador Estadual da Defesa Civil de Alagoas, o Tenente-Coronel Moisés, que acompanha de perto, que atua nesse sentido, para que a gente possa entender quais são os passos que são feitos. Sei que participou ativamente do plano de evacuação. Então, é algo que vai ser discutido também.

V. Exa. tem dez minutos para fazer uma apresentação.

O SR. MOISÉS MELO – Muito obrigado, Senador Rodrigo Cunha.

Na pessoa de V. Exa., gostaria de saudar todos os presentes, as mulheres presentes, saudar a nossa querida amiga, a Deputada Jó Pereira e dizer que o Governo do Estado tem se empenhado maciçamente nesse projeto, nesse grande desenvolvimento que são essas ações voltadas para o bairro do Pinheiro. A Defesa Civil não é apenas um órgão, mas é um verdadeiro sistema, e faz-se necessária a integração, Senador, com todos os órgãos que envolvem a Defesa Civil federal, estadual e municipal. E, nesse contexto, a gente dá a nossa contribuição.

Seguimos ao amparo da Lei 12.608, que é a lei que reza sobre as defesas civis nos três entes federativos e, com base nessa informação da Lei 12.608 e da Instrução Normativa 02 é que a gente vai apoiando a Defesa Civil municipal em tudo o que for preciso. Inclusive, várias ações que foram

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tomadas foram orientadas por nós da Defesa Civil do Estado, passando para o Dinário a *expertise* do que era um plano de evacuação, passando a *expertise* do desenvolvimento e da cooperação que o Estado tem que dar e deverá dar esse suporte à Defesa Civil municipal para enfrentar com maior presteza, com maior rapidez um desastre que está anunciado no bairro do Pinheiro.

Nós estamos falando isso há muito tempo. Há muito tempo falamos da situação do bairro do Pinheiro, não é de hoje. Desde o tremor, antes mesmo do tremor a gente já conversava sobre isso, e depois do tremor isso evoluiu. Temos conversado semanalmente. Com Dinário, a gente se reúne constantemente para traçar tudo o que vai ocorrer e passando as orientações, tudo dentro da competência de cada ente federativo. Então, o plano de evacuação que foi feito ali foi um dos melhores planos de evacuação já realizado no Estado de Alagoas e um dos melhores do Brasil.

A população não entende porque, como V. Exa. falou, não existe essa cultura no Brasil de prevenção. A Defesa Civil no Brasil é algo muito novo, Senador, é de 2010 para cá. Então, quando se fala em Defesa Civil é de 2010 para cá, quando aconteceram os grandes desastres. Alagoas passou pelo maior desastre de sua história em 2010 com cidades totalmente destruídas devido a um desastre natural que aconteceu ali, uma tromba d´água que caiu em Pernambuco. Então, surgiu, a partir daí, um desenvolvimento maior em nível de Defesa Civil como também foi o problema no Rio de Janeiro e assim sucessivamente.

A população... Eu gostaria de falar um pouquinho do plano de evacuação porque o plano de evacuação é de competência do Município. Nós o avocamos, solicitamos que nós coordenássemos o plano de evacuação pela *expertise* que nós temos, por envolver todos os órgãos militares estaduais e federais. Solicitamos: "Dinário, deixe então que a gente coordene esse plano de evacuação." Tiramos um mais um fardo de cima do Dinário. Poderíamos ter ficado na zona de conforto e dizer: "É do Município. Que o Município faça esse plano de evacuação". Em momento algum, estamos nos furtado. Estamos trabalhando em parceria para buscar o melhor caminho, a melhor rota para salvaguardar a população do Pinheiro.

A gente tem falado isso constantemente. Temos provocado os ministérios públicos, temos provocado o Ministério Público Federal, temos provocado as universidades, temos provocado toda situação possível para que a informação meteorológica consiga chegar a gente em tempo hábil. Então, a gente sabe que o sistema que é hoje direcionado através do sistema de alerta chega com atraso. Isso não é de hoje, não. Isso vem sendo discutido no Conselho Nacional de Defesa Civil há muitos anos, e a gente precisa melhorar, precisa melhorar, mas hoje estamos na iminência de um desastre e queremos dar informação atrasada, Senador. Sabe por quê? Porque a informação chega com quatro horas de atraso para a gente. Então, o sistema tem que melhorar. Conversamos com as universidades federais, conversamos isso com o Ministério Público Federal, conversamos com o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ministério Público estadual, as medidas já estão sendo tomadas porque a gente precisa ter isso com seis horas de antecipação justamente para o alerta poder ser emitido.

Pois bem, o Estado não tem se furtado, estamos dando a nossa contribuição e orientando o Município em tudo de que ele precisa e apoiando todas as medidas, como falei, avocando inclusive o plano de evacuação, que é competência do Município. O Estado está preparado, Senador, para o desastre.

Caso aconteça um desastre, a resposta envolve todos os entes do Estado para poder atender à população. Mas, antes que isso aconteça, estamos dando nossa contribuição, orientando justamente o Município, buscando mais parceria, vindo aqui, a Brasília, conversando com o Braun, conversando com o Secretário Nacional, dialogando sobre esse problema com todos os órgãos envolvidos, que estão aqui presentes. Já nos reunimos diversas vezes para tratar desse assunto, e uma das preocupações do Estado é justamente com a questão meteorológica, porque tudo já indica, como o próprio Dr. Thales falou, que o gatilho será a chuva, e a chuva vai chegar agora. Daqui a mais 60 dias já vai estar chovendo em nosso Estado, e, consequentemente, poderemos ter problema. Mas estaremos aguardando aí o resultado do Dr. Thales, todos esses estudos que serão apresentados, para que mais medidas no Estado possam ser tomadas.

Também já foi dito aqui pela Casal que o Governo do Estado já assinou a ordem de serviço para fazer justamente o saneamento básico lá do bairro do Pinheiro, mas não só do Pinheiro como de todo o bairro do Farol, que, infelizmente, foi interrompido, Deputada Tereza, porque não se pode colocar mais toneladas de concreto em local que está se mexendo. A gente já vem falando há muito tempo que o bairro vem se mexendo. Precisamos evoluir.

As recomendações que foram feitas pelos órgãos também foram feitas pela Defesa Civil. A Defesa Civil estadual fez várias recomendações para o Município, inclusive já há algum tempo. Está lá, por escrito, solicitação de mais auxílio moradia: "Faça o monitoramento disso". "Auxilia nisso". Então, todas as orientações possíveis nós estamos dando e avocando aquilo em que o Município tenha dificuldade para a gente ajudar. E estamos prontos para ajudar a qualquer momento, mesmo sem ser necessário nós sermos solicitados. Então, estamos juntos com essa grande parceria para poder salvaguardar.

Senador Rodrigo Cunha, salvar pela prevenção é o maior objetivo da Defesa Civil de Alagoas. Pode ter certeza disto. Estamos trabalhando fortemente. Não nos pronunciamos antes, Deputada Tereza, porque não sabíamos de nada. Como poderíamos nos pronunciar, se os estudos estavam iniciando, Dr. Cleber? Não podíamos. A partir do momento em que tomamos conhecimento dos primeiros passos dados pela CPRM, aí começamos a nos manifestar, e há muito tempo a gente dizia: "O bairro do Pinheiro é um desastre anunciado". Nós tínhamos que... Quando aquele documento sigiloso, não sei se V. Exa. teve conhecimento... Correu um documento sigiloso. Quando chegou em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

minhas mãos, eu disse: "Dinário, não existe sigilo para um pré-desastre! Nós temos que divulgar isso. Nós temos que cobrar responsabilidades. Nós temos que buscar apoio e parceria com todos os órgãos federativos e com todos que estão aqui presentes". E assim fizemos. Divulgamos aquele laudo que estava guardado debaixo de sete chaves e conseguimos, então, chegar a esse ponto de hoje.

Convidamos também, Senador, a Abin para participar, para que o serviço de inteligência do Brasil participasse efetivamente conosco, para que chegasse aqui à Presidência da República. Convidei a Abin, porque a Defesa Civil, Deputada Tereza, há cadeira na Abin lá no Estado. Nós convidamos o pessoal da Abin e entregamos todas as informações que nós tínhamos, que eram poucas, para que essas informações pudessem chegar aqui ao Palácio do Governo Federal, para que ele pudesse então se manifestar ou ter uma noção do risco que a população do bairro do Pinheiro vem sofrendo.

Em relação ao plano de evacuação, Senador, ele foi feito inicialmente para o bairro do Pinheiro. Nós que já avançamos e colocamos aquela área de risco também que é a encosta do Mutange. Identificamos dois pontos ali. Naquele momento, esses pontos seriam seguros. Hoje, mais não, depois da apresentação de hoje, mas os outros quatro pontos ainda permanecem pontos seguros, e a população foi treinada para sair do centro para as extremidades, e isso com a rota...

Por que não uma rota de fuga preestabelecida hoje? "Vá por essa rua", "siga esse caminho", porque o cenário está mudando diariamente. Amanhã, a gente não sabe. A melhor rota de fuga é aquele local em que você se encontra e de onde poderá se deslocar para o ponto de encontro. Então, essa é a melhor rota. O melhor ponto é o ponto onde você se encontra, mais próximo. Então, esse é o verdadeiro caminho. Iremos estudar junto com o Dinário aí outros pontos mais seguros a partir do momento em que esse mapa foi apresentado, para que a população do Mutange, daquela área do cerceado, daquela área dali, possa, então, se deslocar com mais facilidade, com maior rapidez, para os pontos seguros que estão justamente nos extremos do bairro, naquela parte baixa.

Muito obrigado pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Bem, é importante ver esse seu relato, Tenente-Coronel Moisés, porque... Por favor, não vamos aqui politizar. Não vamos deixar, de forma alguma, que se crie aqui algum intuito político. É um intuito humanitário. Então, estamos aqui. Está o Município, o Estado, a União. Está aqui a Defesa Civil. São aqueles que vão proteger e que têm uma oportunidade única de trabalhar na prevenção de algo, como dito por V. Exa. aqui, de um desastre anunciado. Não é dito de maneira aleatória. Aqui foi demonstrado o avanço, a velocidade da modificação do solo. Foi demonstrado aqui que está 60 vezes maior do que é normal.

A pergunta que fiz sobre a Braskem, sobre o Poço da Braskem, é justamente porque ali vai dar para entender o tamanho, a gravidade. Como é que antes era vertical e agora você não consegue

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

descer? Qual foi a inclinação que ele teve. Isso aí é um bom termômetro. Pelo menos assim foi que consegui visualizar.

Essas medições que são feitas, a princípio, de maneira superficial, no sentido de alcance, hoje, pelo satélite, são muito maiores. Eles demonstraram aqui. Mas por que não podem colocar por escrito? Porque, de fato, tem de haver uma responsabilidade.

Foi o perguntei aqui, também, ao Thales. Não sei se ele ainda está aqui. As informações já foram coletadas, agora se tem que fazer uma leitura dessas informações. Quem faz essa leitura? Os maiores especialistas do Planeta. Enquanto isso, a gente é visível. Eles não vão ser responsáveis, aqui, para dizer: "Está acontecendo isso; saiam, foi fulano de tal". Não é isso. Basta dizer: "Está acontecendo, está se modificando, a velocidade é grande". Em junho já era preocupante. Já se colocou aqui o risco de desastre. Qual foi a palavra que usou? Um risco de colapso de terreno, com queda brusca em alta energia. Isso foi em junho passado. Foi dito aqui que, de lá para cá, piorou. Na semana passada, a última informação... Imaginem o que é você passar uma informação para o Ministério Público e dizer: "Olha, com 80 milímetros, é uma situação de risco". Hoje já são 30! Então, é um risco premente.

Nós podemos, como alagoanos, como defesa nacional, mostrar que, quando há informação, se consegue uma mobilização. Tenho certeza até que, se for demonstrado, vai ser uma campanha de arrecadação de recursos e o Município não vai ter condições de arcar com tudo sozinho. Então, quem sabe a gente não vai conseguir mobilizar todo o País em torno de uma comunidade, de uma comunidade extremamente importante. Então, quem vai fazer isso? Somos nós! Não há outros atores, não existem outros atores; somos nós. Então, a responsabilidade de V. Exa. é muito importante.

Nesse intuito de organização, com certeza, há o comitê instalado lá no Estado, como há no Município... Na União há. Estava conversando um pouco aqui com o Armin Braun, que é Diretor do Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres. Já tem... Falei aqui, mencionei, uma reunião que aconteceu, semana passada, na Presidência. Foi uma reunião interministerial na qual o assunto era Pinheiro. O Presidente já se manifesto sobre o assunto, ou seja, a informação já chegou lá. Não exatamente do que seja, de quem é o culpado, mas de que está acontecendo algo grave.

Digo isso porque estive... Não me lembro do nome dele, se era Artur, se era Alexandre. Estive com o Alexandre, Secretário Nacional de Defesa Civil, e junto com o Ministro Gustavo Canuto. E ele disse: "Ministro, esse é o assunto que eu apresentei como sendo prioridade absoluta da Defesa Civil nacional. As barragens – a mídia está cobrando – são muito importantes, mas essa aqui é uma tragédia que pode ser evitada". Ninguém sofreu na pele ainda, não aconteceu um desastre ainda, mas é algo – como dito por V. Exa. – que tem tudo para que aconteça, só não sabemos quando e nem como. Então, demonstrou ali o interesse nacional. Saí dali aliviado no começo, mas não consegui nem dormir. Aliviado, mas extremamente preocupado pela forma como foi tratado. Vocês que trabalham com isso,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eu imagino também o que passam com a pressão. A pressão está aqui do nosso lado, existe pressão maior do que essa? Não há.

Então, eu gostaria de saber, Sr. Armin, se V. Exa. poderia aqui explicar um pouco como é que está sendo tratada, no âmbito federal, essa temática, que não é regional. Fiz questão de tornar isso muito claro aqui, com os Senadores no Plenário e aqui na Comissão, dizendo que não estou fazendo um trabalho de Vereador, que está preocupado com o bairro da sua cidade. Não, estou fazendo o trabalho de um Vereador, de um Deputado, de um Senador, de qualquer um que tenha a responsabilidade de tratar e prevenir problemas futuros e preservar vidas. Então, qualquer pessoa de bom senso, no meu lugar, faria tudo o que está ao seu alcance para evitar algo maior. Cada um que está aqui – tenho certeza absoluta –, o Dinário está fazendo tudo ao alcance dele para que não aconteça. O nosso Cel. Moisés, também, da mesma forma, tenho certeza absoluta. Então, é isso que deve ser a tônica dessa temática.

Gostaria de ouvir, Sr. Armin, como isso está sendo tratado no âmbito federal.

O SR. ARMIN BRAUN – Boa tarde a todos e a todas.

Senador, queria, primeiro, parabenizar o senhor pela iniciativa. Transparência é muito importante quando nós temos o risco de desastre, como está acontecendo, não é só o caso de Pinheiro, mas em outras situações. A gente tem um outro risco, que é quase como um desastre, que é o risco da informação que flui de um lado e flui para o outro, e é ou não é. Quando a gente coloca todo mundo em uma sala para discutir situações como essa e coloca as coisas na mesa, o que está sendo feito, qual o tamanho de verdade do risco que está lá, o que precisa ser feito, o que pode ser feito, também nos traz uma oportunidade de trazer alguns esclarecimentos aqui de situações que já estão em andamento e nos foram solicitadas. Isso nos permite um trabalho em coordenação, mais amplo, com as diversas instâncias da Federação e os demais segmentos da sociedade civil, do Governo e assim por diante.

O primeiro ponto que a gente tem que observar é que nós somos os três níveis da Federação de Defesa Civil de coletes laranja. O Coronel não está de colete, mas sei que o colete dele está por dentro, porque a gente, quando coloca esse colete, pode até tirar para tomar banho, ir para casa, dormir, mas o colete não sai da gente. Não é isso, Dinário? A gente coloca o colete laranja e não tira mais. A gente faz questão de utilizar isso, porque é a nossa marca de trabalho em Defesa Civil, do que é, nos entendemos como sistema.

Esse Sistema de Defesa Civil, por mais que nós falemos: eu sou da Secretaria Nacional, ele é da Coordenação Estadual, o outro da Secretaria Municipal... Nós não somos de um órgão, somos parte de um sistema, e um sistema que é responsável por um conjunto de ações. A Defesa Civil é um conjunto de ações que visa desenvolver as ações de Defesa Civil com o intuito de preservar vidas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse sistema, que nós chamamos de Sistema Nacional de Defesa Civil, poderíamos pegar três estratos: o estrato municipal, que o Dinário coordena, só que ele não executa sozinho, ele executa com as diversas agências que existem no Município, que fazem parte desse sistema, que de maneira subsidiária o apoiam e precisam apoiá-lo em situações como essa, ou em qualquer situação, seja de prevenção, seja de resposta a desastres, seja de planejamento, seja o que for; o Moisés a mesma coisa; e nós, no nível nacional, a mesma coisa. Então, nós temos uma coordenação entre as agências federais e as agências que fazem parte do que nós chamamos de Sistema Federal de Defesa Civil. E essa espinha dorsal, entre a Federação federal, estadual e municipal somos nós, a turma que usa colete laranja e que está em constante conversa, em articulação o tempo todo.

Foi muito falado de Brumadinho, de outros desastres. E o senhor falou bem, como o Secretário falou com o senhor, é um desastre importante que está acontecendo, é a nossa principal preocupação, mas não é a única. Nós estivemos... E eu cito algumas situações para mostrar como é que nós já fizemos e como é que nós vamos fazer e estamos fazendo no bairro de Maceió.

Nós estamos com uma cheia no Rio Madeira lá, na Região Amazônica, com possibilidade de interromper uma rodovia que é a única rodovia que liga o restante do Brasil ao Acre, com possibilidade de haver o isolamento de um Estado brasileiro, como já aconteceu em 2014, quarta maior cheia histórica. O que é que nós fazemos? Fazemos um plano das agências federais, um planejamento das agências federais, complementar à atuação do Estado e do Município.

Da mesma forma, em Brumadinho, aqui o Dinário, o Dinário sabe mais de Brumadinho do que muita gente. Nós estávamos lá, em Maceió, nós três aqui, nós estávamos sentados, almoçando, passando de uma reunião para outra, e chegou aos nossos celulares aqui a informação de Brumadinho. Um avião da FAB, estávamos eu e o Secretário, foi nos buscar lá, em Maceió. O Dinário nos acompanhou ao aeroporto até que o avião chegasse, acompanhou um pouco do princípio do gerenciamento da crise de Brumadinho – não é, Dinário? E, de lá, nós fomos para Brumadinho.

E como é que aconteceu a gestão da crise em Brumadinho? O nível municipal do sistema disse: "Eu não sou mais capaz de coordenar o desastre". O nível estadual assumiu e o Estado montou uma sala de situação que coordenou aquele desastre. E nós, o Governo Federal, o que fizemos? Montamos uma sala, onde mobilizávamos todas as agências federais em apoio à coordenação que estava no nível estadual. Nós, como Defesa Civil, trabalhamos em coordenação, nós não temos interferência de um órgão sobre outro.

Então, o que nos cabe aqui é colocar as agências federais à disposição do Estado e à disposição do Município em caráter complementar. Aquilo que não pode ser feito pelo Município é feito pelo Estado, e, quando há aquilo que o Município e o Estado não podem fazer, o Governo Federal atua, às vezes, em algumas questões um pouco mais profundamente e, em outras questões, um pouco mais superficialmente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além disso, é um desastre se sobrepondo ao outro. Brumadinho ainda não acabou. Eu estou aqui gerenciando, enquanto a reunião não chega, estamos ainda articulando com a Defesa Civil do Estado, com o Corpo de Bombeiros e com a Força Aérea Brasileira e com o Corpo de Bombeiros Militar do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina a substituição de cães de busca e salvamento. Precisamos, até amanhã, retornar os cães que já estão operando para Santa Catarina e Rio Grande do Sul e levar novos cães e equipes de Bombeiros para Brumadinho.

Então, é um desastre se sobrepondo ao outro. É o desastre do Rio Madeira se sobrepondo ao do bairro Pinheiro, aí, vem Brumadinho, e agora vem Goiás. Saindo daqui, temos que providenciar uma ponte do Exército Brasileiro, um acordo de cooperação que a gente tem com o Ministério da Defesa, porque existem vários Municípios em Goiás que estão isolados, porque uma rodovia foi rompida e é necessária a instalação emergencial de uma ponte móvel de campanha.

Então, esse é o nosso trabalho, mas nós não reclamamos. Quando a gente se propõe a colocar o colete laranja, é para isso que a gente está aí. Eu ontem fui dormir 2h50 da manhã, trabalhando. Acordei hoje às 7h, para despachar algumas coisas e poder vir para cá. Estou cancelando uma reunião à tarde para a gente poder participar e dar todos os esclarecimentos necessários aqui. E, não só esclarecimentos, é uma oportunidade de melhorar as ações de coordenação entre agências e entre os níveis da Federação.

E eu queria falar um pouco do que a Secretaria Nacional está fazendo em caráter individual e, depois, eu passo a falar daquilo que a gente está fazendo em âmbito de coordenação. Desde que o Dinário nos procurou, nos primeiros momentos, a gente tem estado tudo junto. Tudo que tem nos solicitado, naquelas primeiras que foram feitas, a gente tem atuado em conjunto, a gente tem... Nenhum telefone meu, nenhum telefonema do Dinário ou do Arthur ou de quem quer que seja do Município tem deixado de ser retornado. Nenhuma mensagem, nenhum correio eletrônico tem deixado de ser respondido, entendendo o tamanho do gorila que ele carrega nas costas, entendendo a dificuldade que o Dinário tem. E nós falávamos desde o começo: o problema é muito grande, divida esse problema dentro do seu Município com as outras agências, não carregue esse gorila sozinho. Você tem que trazer as pessoas para junto de você.

E lá atrás o Dinário tinha um problema que era a dificuldade, às vezes, do entendimento do Executivo municipal em decretar situação de emergência. Nós demos segurança para ele numa reunião. Pedimos ao Dr. Thales, que estava indo para Maceió: "Dr. Thales, explique ao prefeito que ele pode decretar, sim, situação de emergência". Porque, às vezes, não quer porque vai gerar algum outro prejuízo, por algum motivo, às vezes, os Municípios não querem decretar situação de emergência.

Demos a segurança necessária, foi decretada situação de emergência. De imediato nós conhecemos, permitindo uma ação mais integrada e uma ação mais efetiva do Governo Federal. A sugestão da senhora de decretar situação de emergência é uma situação... Desculpe, o estado de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

calamidade pública. Ela é uma sugestão bem-vinda. Depende, lógico, também de um olhar municipal, porque nós respeitamos o pacto federativo.

Precisa se avaliar um pouco melhor se há algum efeito prático nisso, mas eu acho que, talvez, tenha um efeito psicológico importante e tudo. Mas é importante que o Município tome essa decisão. Nós estamos, e o Estado também, juntos para apoiar. Faremos, se for necessário, o reconhecimento da situação de emergência, mas nós respeitamos nesse aspecto o caminho da Federação.

Além disso, como eu falei, nós enviamos técnicos. Geólogos do Centro Nacional de Gerenciamento de Desastres foram para lá, trabalharam junto com o Dinário, trabalharam junto com a equipe do Dr. Thales Sampaio. Esses geólogos ajudaram na construção do planejamento de contingência. Nós estivemos pessoalmente lá, vimos o plano de contingência do Estado, demos sugestões para aprimoramento. Levamos um pouco da nossa experiência na construção do plano de contingência.

No monitoramento específico do CPRM, também sempre estivermos dispostos a apoiar. E, desde os primeiros momentos, ainda no final do ano passado, o CPRM indicou que havia a necessidade de um recurso financeiro. Nós fizemos todos os trâmites internos, conseguimos ajustar para que fosse feita a descentralização de um recurso da Defesa Civil para o CPRM, para aumentar o monitoramento. Chegou-se ao final do ano, o CPRM conseguiu se desenrolar com seus próprios recursos. Não foi necessário o apoio do recurso da Defesa Civil.

Também nos colocamos à disposição...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ARMIN BRAUN – ... para fazer um aporte de recursos internacionais, fazer alguma gestão com alguma embaixada de algum país junto à Agência Brasileira de Cooperação para trazer algum especialista. Mas também o CPRM já tem o seu próprio *link* com o serviço geológico dos países.

E, além disso, numa reunião que nós tivemos um dia antes do desastre de Brumadinho, nós estávamos lá em Maceió numa reunião dentro do quartel do Exército brasileiro, que fica por coincidência muito próximo lá do bairro Pinheiro, até usado aqui pelo Cel. Moisés e pelo Dinário como uma possível área de se coordenar uma emergência, caso aconteça lá. Consta no seu planejamento, não é, Cel. Moisés? E, nessa reunião que nós fizemos lá, o CPRM simplesmente falou: "Olha, nós temos um equipamento em Belém, não sabemos como trazê-lo para cá". Nós colocamos à disposição do CPRM e dissemos para eles: "Se vocês querem trazer um equipamento para cá, vocês nos digam, porque nós temos um acordo de cooperação com o Ministério de Defesa que permite o acionamento, em caráter emergencial, dos meios do Ministério da Defesa e o transportamos para cá". Assim que fomos oficiados pelo CPRM, fizemos a requisição ao Ministério da Defesa e transportamos um importante equipamento que permitiu ao CPRM fazer o seu trabalho na região.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto à questão de recursos financeiros, também aquilo que nos foi solicitado foi atendido. Em um primeiro momento, foram liberados, se não me engano, R$500 mil – corrijam-me se eu... –, depois, dois e quatrocentos, alguma coisa assim, totalizando 2,9 milhões, para o atendimento, se eu não me engano, de 500 famílias e aluguel social. E aí nos foi feita uma solicitação agora de 11 milhões, e olhe como são as coisas. Como o senhor falou mais cedo, precisamos estar atentos e preocupados com o bairro Pinheiro, e nós estamos preocupados.

Primeiro, como é que acontece essa liberação do recurso? Para ser liberado, precisa de algumas informações, que não são informações grandes; são informações básicas do que vai ser feito. Nós já tínhamos liberado a primeira parcela, os primeiros 500 mil, vamos dizer assim, aceitando que as informações não estariam completas. Depois, liberamos a segunda parcela e, no rito normal, exatamente pela intervenção e pela atuação dos órgãos de controle sobre o que é uma transferência de recursos, nós precisamos ter um pouco de segurança para liberação dos recursos. Então, nós pedimos no primeiro momento, quando nos foram solicitados esses 11 milhões, para liberar as 1,9 mil famílias, nós pedimos: "Olha, eu preciso saber como é que você já executou o recurso que está aí". E eu recebi o *e-mail* do... Isso foi o técnico que solicitou, porque o técnico precisa ter segurança para liberar, senão os órgãos de controle vão em cima do técnico e o responsabilizam por ter liberado.

Só que eu entendo também que o Dinário não tem condições de prestar essas informações agora, e eu só fiquei sabendo disso na terça-feira à noite, no *e-mail* que eu recebi do Arthur Rodas, que trabalho com Dinário, às 23h19 eu recebi um correio eletrônico. E, na terça-feira, havia um despacho meu, dizendo que não era necessário, para dar segurança ao meu técnico e também para que o Dinário não precisasse parar as suas operações, para coletar informações, para transferir o recurso, eu autorizei, avocando para minha responsabilidade, como Diretor do Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres, de liberação desses recursos.

Mandamos para empenho de imediato, conforme nós já tínhamos combinado antes, não nesse recurso, mas que nós não iríamos liberar o financeiro todo, porque isso até prejudica um pouco a gestão municipal. Então, eu solicitei no meu despacho o empenho dos R$11 milhões e a liberação imediata de R$2,3 milhões. Está seguindo os trâmites administrativos. A preocupação dele era com o período chuvoso. Acredito que... Empenho de 11 milhões e a liberação financeira imediata de 2,3 milhões, mas o recurso já fica empenhado e as parcelas subsequentes ficam condicionadas à solicitação do Município. Então, isso já está... E, se tivesse me ligado mais cedo, eu tinha assinado na segunda-feira mesmo.

Então, isso é fruto da preocupação que nós temos com o bairro Pinheiro. E isso é porque nós sabemos que a situação é séria. E nós vimos o esforço das pessoas e nós vestimos o colete laranja, e quem veste o colete laranja, não que os outros não sejam, são nossos irmãos e entendemos o sofrimento que não só as pessoas passam, mas também os agentes da Defesa Civil passam.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Falando agora um pouco de coordenação, o Senador já adiantou um pouco, e também já entrando no que falou a doutora Dra. Roberta, de algumas solicitações, nós criamos.... Nós fomos à Casa Civil, solicitamos à Casa Civil, informamos à Casa Civil o problema do bairro Pinheiro, foi feita uma apresentação um pouco mais longa do que essa que o Dr. Thales fez aqui para nós, na Casa Civil. Pedimos à Casa Civil: "Convoque, por favor, uma reunião com as agências federais. Nós precisamos que as agências federais...". Não que elas não estivessem atuando, elas já estavam atuando, só que nós entendemos que havia necessidade de um pouco mais de coordenação, para que não houvesse sobreposição de atividades e não houvesse vazios de atuação, e para que estivéssemos prontos no caso de uma evolução súbita daquela emergência. Então, nós provocamos a Casa Civil, que convocou uma reunião, empoderou a Defesa Civil e disse: "A partir de agora, a Defesa Civil está coordenando as agências federais que atuam neste tema". Fizemos uma reunião na semana passada, fizemos uma reunião ontem, na sala de crise do Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres, criamos um grupo de WhatsApp, que já mostrei para o Senador, criamos uma sala virtual, num ambiente virtual, e estamos trabalhando em coordenação entre as agências federais.

Então, esse é um ponto que acredito vai ao encontro do que foi solicitado, já estamos no caminho que o Ministério Público nos solicitou.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ARMIN BRAUN – Sim.

Defesa Civil; Ministério de Minas e Energia, com o Serviço Zoológico do Brasil e Agência Nacional de Mineração; Ministério da Defesa; Ministério da Saúde; Ministério da Cidadania; Ministério da Justiça; Defesa Civil; Ministério do Desenvolvimento Regional; Ministério de Minas e Energia com suas duas agências, CPRM e Agência Nacional de Mineração; Defesa, Saúde e Cidadania; Ministério da Justiça, com a Senasp.

Existe uma preocupação nossa, até a solicitação do Estado foi que os bombeiros precisam estar mais bem preparados para uma atuação emergencial. Então, o treinamento do que é busca e resgate em estrutura colapsada. Então, nós mobilizamos a Força Nacional de Segurança Pública, que tem um grupamento de bombeiros que pode tanto fazer o treinamento quanto fazer parte de um plano de mobilização emergencial, além de mobilizar bombeiros que estão próximos à região, como de Pernambuco, por exemplo, que está a pouca distância para que, no caso de uma emergência, possam se deslocar rapidamente e fazer parte do planejamento das ações do Estado. Isso foi uma solicitação que o Estado nos fez, além do Cemaden, que é o Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais. Essas são agências que fazem parte desse primeiro esboço, mas, sempre que se enxerga uma ação importante de alguma outra agência, está aberta a participação. Nós vamos convidá-la e vamos fazer com que ela participe.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E também, já respondendo ao segundo item da Dra. Roberta, que falou há pouco, uma das nossas preocupações é dar melhor assistência, por isso está o Ministério da Saúde, para fornecer apoio psicossocial às pessoas, e também o Ministério da Cidadania, que, trabalhando integrado, pode fazer um trabalho em reforço ao que é a atuação do Estado e do Município. O Ministério da Saúde nos informou que já está fazendo isso, mas temos que planejar isso no nível federal, como eu falei, para que não haja sobreposição de uma agência para outra.

No outro ponto, eu já citei, só respondendo também à Dra. Roberta, o aluguel social. A questão do aluguel social, tudo que nos foi solicitado foi encaminhado. É uma questão de empenho nos próximos dias, a parte burocrática, mas, tecnicamente, já está aprovado por nós, alinhado e autorizado esse recurso. Então, tudo que nos foi solicitado para essa emergência nós encaminhamos. Mais do que isso, empreendemos esforços, mesmo que tenhamos, às vezes, que colocar um desastre um pouco mais à frente do outro, mas estamos trabalhando.

Entendemos a aflição do Dinário, entendemos e enxergamos isso desde o primeiro momento, repetindo o que falei com ele: não carregue esse urso sozinho, divida-o. O seu Município tem agências que podem ajudá-lo. No seu Estado, o Cel. Moisés está apoiando. Os nossos telefones estão à disposição, sempre conversando, no que for necessário a gente está pronto apoiando.

Eu queria, mais uma vez, agradecer a participação de todos e chamar todos para trabalharmos em conjunto. Precisamos direcionar todas as ações no foco que é preservar a vida daquelas pessoas.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Bem, Armin, essa sua última frase, dizendo que quer trabalhar em conjunto, é o que nós vamos buscar como uma das prioridades a serem extraídas nesse dia de hoje.

Eu cheguei a conversar com o Dinário em um momento, porque, conversando com quem é experiente e já passou por várias outras situações, perguntei se federalizar, se trazer um terceiro para participar ativamente de um trabalho, ajudaria ou atrapalharia, porque, em várias situações, você tem no Município alguém que está trabalhando há um ano, se dedicando ao máximo, se expondo de todas as formas, aí há no Estado alguém que faz o seu trabalho, a sua parte, e, quando chega na reta final, vem alguém de fora e diz: "Olha, vai ser feito desta forma". Às vezes, quem está no Município diz: "Então, chegou o bonzão, tome conta sozinho". O Estado diz: "O meu trabalho vai ser em vão, não vai resolver, então, tome a frente".

Eu conversei com o Dinário, que disse: "De forma alguma, o pessoal está comigo desde o início e vai somar. A gente quer conjunto". Com certeza, esse deve ser o pensamento também do Estado. Eu conversei com ele, mas, pelo posicionamento aqui e até por já estar interagindo bastante com vocês, é essa a tônica do que deve ser extraído.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é um passo importantíssimo a ser dado, porque já existem os comitês federal, estadual e municipal. Precisa, para tirar esse urso das costas do Dinário – eu digo isso, porque simbolizou bem hoje aqui –, para tirar a pressão que existe não só dele, mas nossa também, é buscar isto: o Poder Federal chamar para si, junto com os outros que concordam, o protagonismo dessa situação. No meu ponto de vista, será muito bem-vindo.

Então, quando já há um encaminhamento com o Ministério de Minas e Energia, com o Ministério da Saúde, da Cidadania, com o Ministério da Justiça, com a Defesa Civil, com o Ministério do Desenvolvimento Regional, precisa passar essa segurança para quem está lá na ponta. E que não sejam feitos retrabalhos, que não sejam feitos trabalhos isolados e que se possa avançar, porque o tempo é curto, não é marcar outra audiência pública para decidir. Não é.

Então, aqui a gente já soma não só quem são os técnicos mas quem gerencia os danos, quais órgãos de controle podem contribuir para que não fiquem atrapalhando, porque, se for fazer 30 audiências públicas, vão querer que o Dinário esteja nas 30, aí ele deixará de trabalhar para estar lá, como já aconteceu no Município uma audiência pública, como já aconteceu no Estado uma audiência pública, como está comigo acontecendo agora, como foi no Ministério Público estadual, no Ministério Público Federal, isoladamente. Então, eu também me incluo nisso. É essa uma resolutividade importantíssima a ser extraída daqui, fora vários outros aspectos. Inclusive vou questionar e fazer algumas perguntas para ter essas respostas mais à frente, mas é muito importante a fala de V. Exa.

Dando sequência, eu quero ouvir também, até sobre um ponto especifico se assim for possível, o representante da Prefeitura de Maceió, o Procurador Gustavo Esteves. Se já puder, inclusive, iniciar por esse questionamento feito aqui pela Deputada Tereza Nelma, que também foi feito pela Deputada Jó Pereira na audiência pública em Alagoas e que também é motivo de questionamento, sobre a necessidade e qual seria a importância se o Município solicitar uma situação de calamidade pública.

O SR. GUSTAVO ESTEVES – Pois não.

Boa tarde a todos primeiramente.

No final de dezembro, eu e Bruno Kiefer, que é outro Procurador que está cuidando da situação também – trabalhamos na Procuradoria Urbanística Ambiental –, por estarmos numa questão afeta a essa questão do Pinheiro, que é um desastre que pode ser natural ou não, ou pode envolver as duas situações, nós dois fomos designados para cuidar da situação, ou seja, auxiliar a Defesa Civil no que for necessário nas demandas que vão surgindo. Inclusive, a gente trabalha com outras demandas que nem são caras à gente. Por exemplo: concessão de benefícios fiscais e tudo mais; a gente já fez o entrelaçamento com outras procuradorias, até com a Dra. Rosemeire, para a gente conseguir esses benefícios.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No final de dezembro, nós fomos procurados com a documentação do CPRM, com vários pareceres do CPRM, vários pareceres da Defesa Civil, para nós analisarmos a situação e, dessa feita, opinarmos ou não por uma decretação de um estado de emergência. E, em função da documentação que a gente tinha, a gente visualizou na hipótese – na ocasião o cenário era outro – que a gente estava diante de um caso de estado de emergência.

Esse decreto foi feito, foi feito em dezembro, e logo após... E esse decreto foi muito importante, porque, em função desse decreto, a gente conseguiu uma série de coisas com a Defesa Civil nacional, inclusive a encampação do problema de Maceió com a publicação de uma portaria do Ministério de Minas e Energia encampando o problema e designando todos os esforços da CPRM e da Agência Nacional de Mineração para enfrentar a situação em conjunto com Maceió. Porque antes, até a CPRM – o Thales não está aqui para falar isso –, eles até utilizavam recursos que eles não tinham para auxiliar Maceió, porque eles estavam muito preocupados com a situação. Mas, a partir do momento em que foi publicada essa portaria, em função do decreto que nós fizemos, eles conseguiram ter um apoio maior e conseguiram liberação de verbas para fazer licitação, dispensa de licitação, para conseguir equipamentos para fazer esses exames que estão sendo feitos agora. Não quer dizer que esses foram os únicos exames: os exames estão sendo feitos desde fevereiro do ano passado. Ou seja, diante dessa situação, a gente fez um parecer opinando pela decretação do estado de emergência.

O decreto foi feito, o decreto está embasado no art. 8º, inciso V ou VI, da Lei Nacional de Defesa Civil, que fala tanto do estado de emergência quanto do estado de calamidade. Na verdade, a diferença dos dois é muito tênue, porque o decreto que regulamenta a lei nacional, que é o Decreto nº 7.257, de 2010, no art. 2º, traz no inciso III a situação de emergência, e no inciso IV, o estado de calamidade. As únicas palavras que diferenciam um do outro são "substancial" e "parcial". Eu vou ler para vocês:

> III – situação de emergência: situação anormal, provocada por desastres, causando danos e prejuízos que impliquem o comprometimento parcial da capacidade de resposta do poder público do ente atingido;
> IV – estado de calamidade pública [só vai mudar a palavra "parcial" para "substancial"]: situação anormal, provocada por desastres, causando danos e prejuízos que impliquem o comprometimento substancial da capacidade de resposta do poder público do ente atingido [...].

Na verdade, desde o início o Município viu que ele não tinha condições de agir sozinho. Tanto é que ele buscou – e a Lei de Defesa Civil Nacional encampou e encampa isso – tanto o Estado quanto a União Federal para auxiliar. A título de auxílio e de coordenação entre os entes, eu não vejo muita diferença, mas parece que, para algumas situações – a Dra. Rosemeire de repente pode falar –, talvez

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

seja necessário conversar com o Prefeito para também decretar estado de calamidade. Mas em função de "parcial" e "substancial", eu não vejo muita diferença. Eu não sei se o senhor concorda comigo.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL. *Fora do microfone*.) – Posso abrir?

O SR. GUSTAVO ESTEVES – Pode, claro.

A SRA. ROSEMEIRE LOBO – Boa tarde a todos.

Estávamos eu e o Dr. Gustavo aqui... (*Fora do microfone*.)

Na verdade, desde a nossa primeira reunião em que criamos grupos de trabalho para efeito de desoneração tributária municipal e estadual, a Prefeitura andou muito com isso aí. Tanto é que a minuta do projeto de lei já está pronta. Mas, para efeito de tributação estadual, essa desoneração precisaria... É o Confaz, porque é difícil arranjar pauta no Confaz... Era preciso que o Estado ou o Município decretasse calamidade pública, para aí a gente conseguir não só remissão, anistia, mas conseguir também isenção de ICMS, carência e retirada também, dos comerciantes do bairro, da inscrição de dívida ativa.

O SR. GUSTAVO ESTEVES – Aí não precisa passar no Confaz...

A SRA. ROSEMEIRE LOBO – Aí não precisa passar no Confaz. Então, eu venho batendo nessa tecla constantemente. Já é calamidade pública, já há uma tragédia socioeconômica. Então, "substancial" para "parcial", no Direito, a gente entende de acordo com os fatos. Então, os fatos já mostram calamidade.

E eu agradeço a Deputada por já ter tocado nesse assunto. E a gente já ficou trabalhando aqui, o Gustavo já colocou. Parabéns!

O SR. GUSTAVO ESTEVES – Mas é porque é uma questão que... Isso tudo que vai acontecendo no Pinheiro é muito dinâmico, não é? Então, em dezembro a situação era uma, hoje a situação é outra. A gente não tem um parecer técnico ainda definitivo.

E o que a Procuradoria do Município sempre falou para eles, e a gente esbarra justamente na escassez de recursos, é isto: em função do princípio da precaução do direito ambiental, ainda que não exista um laudo técnico definitivo sobre a situação, é importante que a gente tome todas as precauções no sentido de que essas pessoas no futuro não sejam atingidas. Tanto é isso que a gente fez uma manifestação neste sentido: "Olhe, evacue a maior parte das pessoas possível, na maior brevidade possível". Só que a gente sabe que os recursos são escassos, e para isso a gente precisa muito do auxílio do Governo Federal, porque sem o auxílio-moradia essas pessoas não vão sair, não têm condições de sair.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a gente precisa de uma agilidade neste sentido, na interface do Município. Porque a gente está tendo uma conversa muito boa, mas, às vezes, vai precisar de uma agilidade maior, justamente em função da quadra chuvosa que está chegando, que já está bem... Aliás, parece que está até um pouco adiantada, porque em Maceió está chovendo bem mais este início do ano do que nos anos anteriores, fora aquele ano fatídico das enchentes. Mas é basicamente isso.

Eu não vejo problema em deflagrar essa questão de decretar estado de calamidade, mas isso é uma questão política – a gente tem que conversar, mas eu não vejo problema nenhum. Eu acho que a gente pode articular nesse sentido. Se é necessário isso para conseguir determinadas benesses, eu acho importante.

A SRA. JÓ PEREIRA – Eu acho que, inclusive, Senador Rodrigo Cunha, uma das consequências da decretação da calamidade pública seria a coordenação de todo o processo de atendimento através da Defesa Civil nacional, inclusive com o uso da Força Nacional. É muito importante.

O SR. GUSTAVO ESTEVES – É importante.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Vamos seguir aqui. Vai haver oportunidade. E é importante tratar desse assunto.

Inclusive, Dr. Gustavo, eu gostaria, se possível, de que V. Exa. já saísse daqui com esse compromisso. Se houver como aqui publicamente dizer: "Olha, vou internalizar para que saia essa situação"...

O SR. GUSTAVO ESTEVES – Sim, claro.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – ... diante de, como você falou, nós estarmos em março, final de março, e a situação é diferente do que era em dezembro. Então, já há vários motivos para que isso aconteça.

O SR. GUSTAVO ESTEVES – Indícios já... E justamente em função do princípio da precaução também.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Facilita todo o trâmite.

Então, podemos contar com V. Exa.?

O SR. GUSTAVO ESTEVES – Certamente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Isso é muito importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além disso... Não, vou deixar para as considerações finais aqui. É importante V. Exa. deixar claro se há mais algum ponto a abordar agora ou se eu posso passar para o próximo palestrante.

O SR. GUSTAVO ESTEVES – Deixe-me dar uma olhada aqui... Eu tinha feito algumas pontuações, mas basicamente é isso.

Assim, eu acho que é importante isto que V. Exa. estava comentando: é uma coordenação mesmo, porque muitos fazem a parte e não há uma coordenação. Então, era importante criar alguns instrumentos de coordenação nesse sentido. Porque as autoridades...

Por exemplo, eu conheço a Dra. Rosemeire, a Dra. Roberta, e a gente fica falando via WhatsApp. Qualquer dúvida eu posso ligar para a Dra. Roberta, para a Dra. Rosemeire, que não há problema nenhum. Aí a gente vai se auxiliando nesse sentido. Mas, às vezes, de repente, Estado... Fica um pouco complicada essa interface.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – É importante. É importante também a sua concordância.

Também, como representante da Universidade Federal de Alagoas, está aqui presente a Profa. Sandra Leite.

Professora, eu quero dizer que é um prazer enorme receber V. Exa. aqui também. É muito importante trazer a universidade, que é um esteio muitas vezes do caos que surge não só em Maceió, mas por todo Estado. Sempre buscamos referência na universidade federal. A universidade federal tem um papel importantíssimo na sociedade e com certeza não pode ficar à margem dessa situação; pelo contrário, deve fazer parte, como está fazendo, cada vez mais na vida do alagoano.

Então, gostaria de ouvir suas palavras no que diz respeito ao assunto do Pinheiro. Já falamos aqui de algo importantíssimo, da parte meteorológica. Se V. Exa. puder exemplificar um pouco mais como pode contribuir ou o que está sendo feito, será de grande valia.

A SRA. SANDRA NUNES LEITE – Meus cumprimentos a todos.

Meu agradecimento por suas palavras, Senador. E eu gostaria de registrar aqui o meu aplauso à iniciativa.

Há uma certa composição desse arranjo institucional necessário no Estado de Alagoas. Eu acho que o que está faltando também é isto: esse arranjo institucional não só para comunicação e informação de desastres extremos, mas especialmente na ocorrência ou prevenção desses desastres.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Trago o abraço da Profa. Valéria. E também venho revelar o seu esforço para que nossas ações de ensino e pesquisa se voltem especialmente para a resolução dos problemas sociais. Essa é uma grande bandeira da Profa. Valéria, que se volta, sim, para a sociedade. E é para isso que existimos.

Eu acho que comecei pelo final. (*Risos.*)

Não há nada, não... Mas pode deixar, depois eu faço referência a isso.

Pode voltar.

Esse eslaide eu iria deixar para o final, e acabei deixando no início. O Dr. Thales fez referência, na última apresentação dele, a dois poetas. Aí eu identifiquei não um poeta, mas um pesquisador em música, Jonh Cage, que diz assim: "Nenhum som teme o silêncio que o extingue. E nenhum silêncio existe que não esteja grávido de sons". Então, não adianta nós silenciarmos diante de qualquer coisa. O silêncio não vai permanecer; ele vai dar lugar a outras falas e a outros sentidos.

Como é que nasceu essa história da Ufal com o Pinheiro? Claro que foi, sim, por uma provocação da Deputada Tereza Nelma, que sentiu a ausência da universidade. E, no final de janeiro, nós fomos convidados pelo Ministério Público e aceitamos esse convite. A Profa. Valéria aceitou esse convite imediatamente e já determinou a criação de um grupo de trabalho, que se chama GT Pinheiro. Esse GT Pinheiro é um grupo composto por diversas áreas – algumas áreas ainda afastadas, mas que estão sendo aproximadas; as mais emergenciais foram trabalhadas. E esse GT assume o compromisso que a universidade tem em desenvolver ações específicas para esse caso. E isso nas diversas áreas.

Eu iria falar sobre estes dois casos especialmente, porque eu peguei dois exemplos da universidade relativos à sua base científica e tecnológica: o radar meteorológico, que eu já vou pular, porque já foi muito bem apresentado, se bem que a gente traz aqui uma proposta aliada àquela do professor, porque ele já amplia aquela proposta e já engloba todos os outros aspectos. E há também uma pesquisa, um estudo muito bem feito pela Profa. Regla sobre o cadastro territorial e mapeamento de áreas de risco.

Então, ela já fez um trabalho no Mutange. E a Profa. Regla tem uma situação dupla: ela é moradora da área vermelha do Pinheiro e é geóloga, pesquisadora. Ela está muito voltada para resolução dos problemas. Ela realizou estudos no Mutange, que já estão no cadastro territorial georreferenciado. E, nesse trabalho, ela fez uma unificação de dados sociais, então, com todas as informações. Ela entrou em todas as casas com a equipe dela e fez todo um levantamento que a Deputada Tereza Nelma acompanhou de perto.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. SANDRA NUNES LEITE – Disso ela falou muito tempo. Houve um apoio especial da Defesa Civil. E isso faz com que os trabalhos desses órgãos se tornem mais ágeis, porque eles detêm os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dados para qualquer acidente que possa ocorrer, sabem exatamente por onde caminhar. Então, ela estudou o risco de escorregamento das encostas ali do Mutange.

Nós temos a proposta idealizada pelo Prof. Ricardo Tenório, que é da criação do Centro de Estudos e Prevenção de Desastres (Ceped), em Alagoas, que é o projeto de que falou a Dra. Roberta, que trata da formulação e implantação desse projeto, mas ele aí aponta as diretrizes iniciais. Qual é o propósito? Redução da vulnerabilidade social frente aos desastres causados por fenômenos naturais ou pela ação humana.

Pode passar.

Então, a missão dele vai combinar esforços, e aí ele pensa nesse arranjo institucional; promover atividades educacionais relacionadas à pesquisa, extensão e intercâmbio científico; aprofundar a compreensão acerca dos problemas; suscitar o desenvolvimento da percepção de risco e a cultura de prevenção de desastre – porque não adianta só a Defesa Civil deter essa cultura, é preciso que isso seja difundido, principalmente entre os nossos alunos; e aí eu falo da área da comunicação entre nossos colegas jornalistas e relações públicas que estão nessas instituições e nos órgãos de mídia –; buscar redução das vulnerabilidades sociais; apoiar o desenvolvimento de políticas regionais por meio dos estudos; atenuar os impactos negativos; maximizar benefícios da variabilidade de tema e clima sobre a sociedade e as economias da Região Nordeste do Brasil, o radar se volta não só para Alagoas, mas também para o Nordeste.

O objetivo é atuar... Sim, a nossa capacidade é esta: formação e produção de conhecimento. Mas por meio de que nós podemos ajudar? Por meio dessa formação e da produção do conhecimento para resolução dos problemas. Então, dessa forma, a universidade, através do centro proposto, vai cooperar com o desenvolvimento técnico-científico e cultural da sinistrologia, da ciência social com características multidisciplinares, porque aí a gente agrega várias áreas.

Pode passar.

As áreas de atuação são estas: Engenharia Civil; previsão meteorológica; monitoramento do estado do tempo e do clima; custo dos desastres; Medicina para acidentes em desastres; mapeamento de riscos; estudos de vulnerabilidade; desastres com produtos perigosos; educação contra acidentes e educação ambiental; Psicologia Social.

Há uma informação da Psicologia Social. Aqui foi dito que não há profissionais na área no Pinheiro trabalhando. A universidade, em parceria com o Conselho Regional de Psicologia, que está aqui com uma representante, formou, capacitou 50 profissionais e já está em atendimento, já estão atendendo. O que tanto a universidade quanto o Conselho Regional de Psicologia solicitam é o envolvimento dos órgãos públicos. Eles precisam... Não dá para trabalhar sozinho. É preciso trabalhar em sintonia e interação. Então, é preciso que os órgãos públicos encaminhem...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

A SRA. SANDRA NUNES LEITE – ... esses moradores para o atendimento. Mas isso já foi... A universidade teve pouco tempo, porque, no final de janeiro, a gente se reuniu e, no começo de fevereiro, a gente já foi atrás das ações. E já foram capacitados 50 profissionais para atendimento específico do Pinheiro.

Os possíveis projetos: primeiro, formação de banco de dados gerais; treinamento em interpretação de informações meteorológicas – o Prof. Ricardo já se dispôs, em se constituindo essa equipe pelo Governo do Estado, a treinar essas pessoas em interpretação das informações meteorológicas, porque é preciso conhecimento para ler os dados do radar –; monitoramento do tempo por meio de radar meteorológico e imagens de satélites; e cursos de especialização visando ao treinamento em monitoramento do tempo por meio de radar.

A gente oferece os cursos de pós-graduação e poderia oferecer cursos de informação em defesa civil nos vários níveis, se for o caso e se for de interesse; cursos de atualização em defesa civil para as comissões que se voltam para a defesa civil; administração e planejamento para redução de desastres; custos em desastres; formação de voluntariado em defesa civil; educação para o trânsito para professores e multiplicadores, porque a gente tem acidentes graves; capacitação para médico e psicólogo perito examinador responsável pelo exame de aptidão física e mental para condutores de veículos automotores, isso tendo como base, como referência a questão do desastre...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. SANDRA NUNES LEITE – ... formação de agente de fiscalização de transporte com produtos perigosos em rodovias; acompanhamento socioeconômico e psicológico do condutor de cargas perigosas; fiscalização antidrogas; identificação, neutralização, emprego de explosivos em operações especiais, aí já se pensou numa coisa mais ampla levando em consideração não só o desastre no caso do Pinheiro, mas todas as possibilidades de desastre que podem ter grandes proporções.

Pode passar. Eu vou deixando para você...

E aí com quem a universidade gostaria de contar, estabelecendo parcerias: com a Defesa Civil nacional, com o Dnit, com a Polícia Rodoviária Federal, com o DER Alagoas, com a Defesa Civil estadual e municipal, com os órgãos e instituições públicas que atuam ou necessitam de informação na área.

O que a gente... Aí são os representantes do GT-Pinheiro; os com propostas apresentadas são esses. Mas, nas visitas que fizemos ao bairro, percebemos que há uma necessidade, sim, de uma análise parcial dos riscos. E, só a partir dessa análise parcial dos riscos, é que podemos propor mais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

intensamente algo para se fazer. Essa análise parcial dos riscos tem três etapas: primeiro, a avaliação do risco, perceber como está a questão da água, do solo e do subsolo, que a Profa. Regla está fazendo, baseada nos estudos do Dr. Thales; a gestão do risco. Então, a segunda etapa é a gestão do risco, em que nós vamos analisar os trabalhos da Defesa Civil de prevenção, quais são os cadastros, quais os treinamentos, quais são as ações da Defesa Civil até agora. Isso não é uma análise para pontuar a crítica, mas é uma análise para saber como a universidade pode colaborar.

Eu posso continuar? É só um pouquinho, só um pouquinho...

E a terceira etapa é a comunicação do risco, em que a gente lida com a capacitação de profissionais da comunicação. E a gente tem alguns exemplos graves de erros na comunicação. Primeiro, os moradores do bairro Pinheiro não sabiam onde estavam as informações. Então, para todos eles, havia um silêncio total – um silêncio total dessas instituições. Duas instituições as têm, nas suas páginas, mas eles não sabiam e não consultavam. Então...

O SR. GUSTAVO ESTEVES (*Fora do microfone.*) – E há o WhatsApp também.

A SRA. SANDRA NUNES LEITE – É. Aí o grupo de WhatsApp foi quem provocou...

O SR. GUSTAVO ESTEVES (*Fora do microfone.*) – Provocou isso...

A SRA. SANDRA NUNES LEITE – Isso. E, aí, na questão das redes sociais digitais, aparecem os boatos. Um dos boatos que eu ouvi diz respeito... Porque a gente foi conversar com os moradores e a gente catalogou todas as conversas. Então, a gente registrou todas as conversas. Uma das conversas era relativa aos sacos pretos. Circulava por lá que Estado e Município já tinham comprado uma porção, muitos sacos pretos para os mortos, para os corpos. Então, numa ação conjunta das defesas e dos órgãos de prevenção e salvamento havia... Havia nas ruas de uma determinada localidade algo que se parecia com os sacos pretos, e a população disse: "Está vendo! É verdade...". E, aí, a gente foi conversar: "Não, mas isso é próprio, tem um sentido para os órgãos de defesa civil que não tem para a população". E, aí, isso se multiplica. É outro exemplo.

Uma outra coisa também que deixou, pelo que eu percebi, desconfiança na população foi haver três cadastros. O morador vai ter que fazer três cadastros – foi o que me disseram: um cadastro para quem tem casa rachada; outro cadastro para quem...

O SR. GUSTAVO ESTEVES (*Fora do microfone.*) – Não há isso, não!

A SRA. SANDRA NUNES LEITE – Hein?!

O SR. GUSTAVO ESTEVES (*Fora do microfone.*) – Não há isso, não!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SANDRA NUNES LEITE – Pois é, mas saiu assim, né?!

Outro cadastro para quem está na área de risco; e outro... Foram três cadastros que eles falaram. E isso gerou muita desconfiança nas instituições. Então, o que há entre os moradores é total desconfiança. Portanto, não adianta a Prefeitura colocar na sua página qualquer informação porque o morador não vai confiar nessa informação.

E, além disso, com relação a... Aqui se falou – para encerrar – muito em desastre anunciado, preservação de vidas, consequências danosas. Há muita gente já sofrendo. Há um sofrimento... Vamos evitar o sofrimento de muita gente! As pessoas já estão sofrendo, o desastre já acontece, e ele é silencioso. É um desastre muito sério. E aí vou pedir emprestada ali autorização da colega da Psicologia para entrar no mundo da Psicologia, que não é o meu. É um olhar de leigo, mas é um olhar preocupante, preocupado.

O adoecimento emocional produz, para utilizar os termos da geologia, fendas, fissuras e fraturas intensas, mas são na alma. E essas fraturas, fissuras e fendas afloram no adoecimento do corpo e na morte desse corpo. Eu conheço pessoas que já estão no hospital, e não há nada pior do que o adoecimento emocional, porque níveis de depressão ocorrem silenciosamente.

O bairro do Pinheiro já atravessa esse desastre extremo. Precisamos considerar assim e não como uma coisa futura. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Muito bem, professora! São importantes suas palavras. Quando eu visualizo a Ufal, eu posso acrescentar uma das ações que não está ali e que talvez seja o caminho. Eu percebi que, inclusive no decreto de emergência do Prefeito, foi mencionada esta palavra: a possibilidade de sair também da esfera dos órgãos públicos, e a gente chamar o voluntariado para abraçar esta causa para ajudar os órgãos, para tranquilizar as pessoas. E, quando eu vejo, na Universidade Federal, o laboratório que se tem de professores, pessoas que podem utilizar os próprios estudantes como um instrumento para tranquilizar essa região toda, eu acho que é um caminho a ser seguido. Tenho certeza de que será fruto dessas discussões coletivas que teremos mais à frente.

A SRA. SANDRA NUNES LEITE – Senador...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Sim.

A SRA. SANDRA NUNES LEITE – É isso o que estamos fazendo. Na Psicologia, como são 50 voluntários, eles não recebem por isso; na Comunicação, os alunos estão no bairro...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Perfeito!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SANDRA NUNES LEITE – É claro que a gente vai ter que planejar alguma ação, mas eles já estão colhendo essas informações. E, aí, eu já lancei uma proposta para a coordenação do curso de a gente adotar as metodologias ativas: é o aluno ir buscar o problema e tratar do problema. E, aí, eu já estou propondo que esse problema seja o Pinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Perfeito!

Com certeza não vamos comprar sacos pretos. Pode ter certeza de que o que todo mundo busca aqui é não chegar nem perto disso.

Então, vamos aqui, finalizando este bloco, para alguns esclarecimentos.

Eu gostaria, aqui, primeiro, de perguntar ao Secretário de Defesa Civil, Dinário, se ele pode informar agora, se ele tem as informações em mão de quantas pessoas são atingidas na área vermelha, na área amarela, na área laranja, de quantas já saíram de casa e também de quantas estão recebendo o benefício por terem saído de casa, o auxílio-moradia.

O SR. DINÁRIO LEMOS – Perfeito!

A área que se estuda, entre a vermelha, a laranja e a amarela, dá uma totalidade de 1.960 moradores. Correto? O recurso veio, no primeiro momento em que a gente pediu, para evacuar, naquelas primeiras reuniões, todo mundo da área vermelha. Muito bem, a área vermelha, a gente contou na velocidade de 493. E aí as pessoas que foram evacuadas da área, quando a pasta atualizar os dados, que eu pedi ontem... Na área vermelha, até o momento, nós temos o primeiro lote de 80 moradores, entre eles quatro casas e 72 apartamentos – primeiro lote, área vermelha.

A área vermelha, segundo lote. Nós temos duas casas e 83 apartamentos. Houve uma chuva forte no dia 28 de janeiro – choveu muito, 100mm em três horas –, e a CPRM determinou que fossem evacuados aqueles apartamentos ali, que estavam localizados na área vermelha. Foram evacuadas, naquele momento, cinco casas na área laranja, desse lote, do segundo lote, o que dá um total de 115. Na área vermelha, duas casas e 83 apartamentos; na laranja, cinco casas e 16 apartamentos; na área amarela, uma casa; e na área azul, que está fora da área que está sendo estudada, que se chama área azul, oito casas.

No terceiro lote, são 120 cadastros: 22 casas na área vermelha, 29 apartamentos, quatro casas na área laranja, 37 apartamentos; na área amarela, duas casas e 20 apartamentos; e na área azul, cinco casas e 20 apartamentos.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – No estudo tem o total de pessoas? Tem a quantidade de pessoas?

O SR. DINÁRIO LEMOS – Pessoas, não, mas famílias. No lote...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. TEREZA NELMA (Bloco/PSDB - AL) – No geral.

O SR. DINÁRIO LEMOS – No total, nós temos... Sobe para mim aí, por favor. Na área vermelha toda, a gente tirou 378, se não me falha a memória. Por que não estava...? Porque tem a parte comercial, que tem um negócio, mas mora em cima. Eles não têm o perfil, porque é CNPJ, não é CPF, e a nossa determinação é que tenha sido só por CPF.

Então, esse recurso foi para aquele primeiro momento, para a área vermelha, mas os engenheiros e os geólogos... A gente entrou em contato com a Defesa Civil Nacional, e o Coronel disse: "Não tem problema, se você achar que está em risco, pode..." Mas nós temos aí muitas dúvidas, porque as pessoas perguntam: "Mas o dinheiro não veio só para a vermelha? Porque você tirou da laranja?". Por conta dessa evolução que está havendo nas rachaduras. E na hora que os engenheiros e os geólogos encontram famílias que estão sob risco eminente de desabamento, eles fazem a evacuação.

Outro ponto que é muito questionado é com relação... Qual foi a outra pergunta que o senhor falou?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Dessas pessoas, quantas recebem benefícios?

O SR. DINÁRIO LEMOS – Hoje está num total de 493.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Quatrocentos e noventa e três?

O SR. DINÁRIO LEMOS – É, mas a gente tem...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Tem alguém atrasado? Tem alguém...

O SR. DINÁRIO LEMOS – Não. Até agora, até o momento, dos lotes – está faltando o lote 4, que está sendo pago agora esta semana, que deu essa confusão toda do dia 19 – dá um total de 126. E a gente não poderia deixar de fazer uma visita e ver a situação que está. Como o recurso... Ficou o quinto lote, o que dá um total de 47, que era para fechar o total. Mas já tem o lote 6, que está dando um total de 30 casas e 19 apartamentos, que está precisando já o recurso vir para esses cadastros que estão lá pendentes.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Já foi formalizado? Já estão aguardando...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DINÁRIO LEMOS – Aí a gente pediu até para o Cel. Moisés, que está aí. Ele combinou comigo para que a gente, antes que os estudos saiam, peça esse dinheiro para a laranja e a amarela. Então, à proporção do que for surgindo diante dos fatos, a gente iria fazendo a evolução.

Aqui está a Carla, da Secretaria de Ação Social. Já estávamos preparados para segunda-feira, diante do que for exposto aqui no momento, a gente pudesse já deixar os cadastradores. Inclusive a gente solicitou um ônibus.

A SRA. TEREZA NELMA (Bloco/PSDB - AL. *Fora do microfone*.) – Esses R$11 milhões são para todo mundo? Para toda essa população?

O SR. DINÁRIO LEMOS – Esses R$11 milhões são para a área laranja, amarela, e para... Tem R$3 milhões aí para contratar uma empresa para fazer o laudo pericial dos prédios, que é uma recomendação até do Ministério Público Estadual, e a gente solicitou do Governo Federal. Eu não sei se está incluído esse valor, mas pelo...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Dinário, diante dessa situação, eu pego dois exemplos. Primeiro, esse ofício da CPRM, de junho, que já colocava a situação como sendo alarmante. E nós chegamos até o dia de hoje, em que diz que, de lá para cá, tudo piorou, ou seja, está sendo muito mais grave. Volto à situação do que foi passado aqui, de que há dez dias era uma situação, e hoje já é outra, ou seja, o mapa... Eu até parabenizo o trabalho inicial. O mapa feito ali é um mapa visual das edificações, e hoje, pelo que foi demonstrado aqui, pelo vídeo exposto, inclusive, pegando as fotografias de 2016 para o mês passado, mostrando a área vermelha, que não é essa área vermelha da qual a gente está falando, mas a área vermelha de evolução de um risco eminente, as pessoas com certeza sabem que estão correndo um risco. Estão em uma área sob investigação, em uma área em que só falta alguém fazer a leitura correta e assinar. Então, já não é mais uma realidade inicial. A área vermelha, a área amarela, a área branca, as pessoas moram no Pinheiro. A gente está aqui dizendo e foi dito aqui. Eu disse também que, se tem alguém que eu amo lá, não fique lá. Então, essas pessoas, para saírem também, precisam ter um auxílio, precisam ter um auxílio de mudança. Já recebi a informação aqui de que para quem mora na área amarela ou laranja já foi solicitado o recurso. Não vai esperar que essa amarela e laranja fiquem vermelhas.

Já foi solicitado, já foi aprovado e já está empenhado. É isso? Mesmo com as pessoas morando lá ainda? Essa é a pergunta, porque há pessoas que estão ainda na área amarela e que estão morando lá. Essas pessoas já começam a receber de plano o auxílio ou têm que sair?

Se nós aqui, até uma forma alternativa, estimularmos essas pessoas a saírem de suas residências, há garantia de que elas receberão o auxílio-moradia para a mudança.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. TEREZA NELMA (PSDB - AL. *Fora do microfone*.) – Há pessoas que saíram há um ano e não receberam o retroativo. O Maurício mesmo saiu há um ano.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Não recebeu o retroativo, né? Mas foi logo após a decretação de emergência que isso poderia ser possível?

A SRA. TEREZA NELMA (Bloco/PSDB - AL) – Por isso fiz a pergunta até por escrito para o Armim ... (*Fora do microfone.*)

... Eles foram obrigados a sair. A Cláudia está aqui, o Joerton, a casa dele está totalmente destruída, que é aquela vizinha, aquela primeira casa que a gente foi com o Francisco Sales, Vereador, ano passado. Isso é muito angustiante.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Com situações retroativas, qual o procedimento normal? Tem que internalizar? Isso a defesa civil assume? A assistência social? Por isso é necessário a gente estar no mesmo barco.

Então, só para finalizar, e você já responde nessa sequência: por parte do Ministério, qual é o trâmite burocrático? A partir de que há uma solicitação, por exemplo, dessas novas áreas, amarela e laranja? Qual o trâmite burocrático? Já está liberado de plano? Tem que ter alguma ingerência com algum gestor? Qual o procedimento normal?

O SR. ARMIN BRAUN – Primeiro, respondendo a essa pergunta que o senhor acabou de fazer agora, só para não perder, e depois passando à pergunta da Deputada.

Nós pedimos algumas informações das pessoas que sairão – esse é o rito normal, né – as pessoas que vão sair, alguma informação, CPF de quem está saindo. Em alguns casos, a gente solicita laudo de interdição, para configurar que realmente foi interditada a casa. Só que neste caso é como eu falei, já foram três liberações dos valores: 500, depois 2.400 e agora os 11. Então, nós abrimos de certa forma mão dessas informações.

Então, configura a situação que está, porque a própria legislação, a Lei 12.608, prevê o seguinte: o que nós vimos aqui foi uma grande incerteza. Não sabemos bem ainda o que vai acontecer, o que pode acontecer. E a incerteza quanto ao risco não pode ser um fator para eu não atuar porque não sei o tamanho do risco.

Então, levando em consideração isso que nós temos conversado com o serviço geológico do Brasil, o trabalho que está sendo feito, a área que está sendo... Tudo que a gente viu hoje aqui. A gente tomou a decisão de não cobrar essas informações e transferir aquilo que nos for solicitado, entendendo que tudo aquilo está mapeado, está dentro da área. E também dando flexibilidade ao Dinário, nós já falamos com ele, que, se a pessoa hoje está na área, nós liberamos para a área

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vermelha, o pessoal que está na área amarela, de uma hora para outra aquilo se tornou mais prioritário do que a área vermelha, não tem problema, utiliza. Já conversamos com ele, nós é que vamos depois fazer a prestação de contas, tomamos essas garantias, inclusive escrevendo isso em alguns locais, dando a segurança através de, se for o caso, correio eletrônico, para que ele tenha segurança depois. É incorporar isso ao processo, porque no futuro nós teremos, podemos ter, órgão de controle nos questionando, e temos todas as informações.

A preservação da vida é artigo fundamental da Constituição Federal, então a gente não pode... E os papéis, como diz o nosso Secretário – os papéis e os processos – não podem ser mais importantes que as pessoas.

Então, o que nós temos hoje é um recurso liberado – me corrige, Dinário – para evacuação, para retirada de 2.500 famílias, 2.400, não é isso?

O SR. DINÁRIO LEMOS (*Fora do microfone*.) – É.

O SR. ARMIN BRAUN – É isso que a gente tem lá hoje, então está o recurso lá. Não está o financeiro – vamos dizer, está para ser empenhado, todos os trâmites feitos; então os R$11 milhões serão empenhados nos próximos dias, eu não sei quando vai acontecer isso, mas é bastante rápido –, e nós vamos liberando o financeiro, acordado isso com o Dinário: "Olha, financeiro nós vamos liberando aos poucos" – de R$2,3 milhões, à medida que ele for executando, para que ele possa até fazer uma boa administração disso.

Quanto à questão do retroativo, há algumas questões importantes, que são: a ação da Defesa Civil, especificamente para este ponto que nós estamos fazendo, é uma atuação na emergência; os recursos vêm de uma ação orçamentária que é para a emergência. Então, em tese, para tudo aquilo que aconteceu após a decretação da situação de emergência. Para nós é uma coisa até bastante peculiar e nova o fato de ter pessoas que saíram – nós entendemos isso: as pessoas saíram antes por conta da emergência. A gente precisaria construir junto com os órgãos competentes talvez uma saída jurídica, para que a gente pudesse fazer isso com segurança, das pessoas que já saíram, porque em tese elas já estão fora da área de risco, mas elas utilizaram recurso delas; é uma questão em que a gente precisaria aprofundar essa discussão e levar para uma discussão no âmbito jurídico, para ter a segurança necessária para se fazer esse tipo de ação.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Muito bem. Passo a palavra ao Ten. Cel. Moisés.

O SR. MOISÉS MELO – Senador, eu gostaria de fazer duas observações na fala do meu amigo Braun: na 12.608, se diz também que na iminência do desastre há possibilidade de liberação de recurso – nós estamos na iminência de desastre. Outra correção que eu gostaria, outra observação: porque, pelo que foi apresentado hoje, temos que esquecer área amarela e área laranja. Hoje tudo foi

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

apresentado aqui como área vermelha, e dobrou a área vermelha. Tudo isso foi ampliado. Ficou bem claro aqui na apresentação do Dr. Thales. Então, não existe hoje para o Serviço Geológico do Brasil área amarela ou área laranja.

A orientação que nós passamos para o Município foi que solicitasse recursos para a área amarela, laranja e vermelha, mas hoje, como está tudo vermelho ali, a gente entende que a solicitação deverá ser ampliada, já que nós trabalhamos com o princípio da precaução, e nesse princípio nós temos que solicitar recurso para que toda a população que se encontra naquela área na realidade deverá ser retirada. Estamos falando isso para ontem. Nós comentávamos isso naquela situação, e essa recomendação que a Defensoria Estadual fez, que nós fizemos, foi para aquela área mapeada inicialmente; mas hoje, depois dessa apresentação do Dr. Thales, fica bem claro que poderemos ter ali um desastre como nunca visto na história desse País. Então, é importante que seja solicitado um recurso para toda a população da área vermelha, inclusive aquela encosta do Mutange. Naquela encosta do Mutange ali, eu acredito que deve haver umas dez mil pessoas. Então, toda aquela população deverá ser retirada.

Então, o mapeamento inicial era daquelas áreas vermelhas; hoje se fala muito em área vermelha, mas isso, a partir de hoje, eu gostaria que nem fosse tocado mais hoje nesse assunto – área vermelha ou amarela...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Área de risco.

O SR. MOISÉS MELO – ... porque foi apresentado bem claro: área de risco, toda vermelha; porque pode ter o arrastamento, e naquele arrastamento ali, além de levar o bairro do Pinheiro, vai levar também o Mutange e o CSA, vai levar tudo.

Então, a Defesa Civil trabalha com as piores das hipóteses. Mas qual é a pior hipótese? O desastre macro. Em cima dessa possibilidade, temos que solicitar os recursos necessários, a atuação do Governo Federal, mais agilidade na liberação desses recursos.

A participação de V. Exa. é demais, é muito importante nesse contexto em nível nacional, em nível do Ministério do Desenvolvimento Regional, para que esses recursos sejam liberados. Não estamos falando mais de R$11 milhões; tem que liberar ali R$50 milhões, R$60 milhões, R$200 milhões, quanto for necessário, porque a chuva vai chegar, é questão de tempo. Choveu, e naquela chuva, como o Dinário falou aqui, nós trabalhamos e convocamos todo aquele comitê no Estado, trabalhamos com o comitê para o desastre, no caso a Defensoria Estadual. Nós convocamos todos aqueles que estavam – e muitos estão aqui presentes – e convocamos com uma chuva de 108mm no bairro do Pinheiro em cinco horas apenas, Dr. Cléber.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, se o gatilho é a chuva, nós temos de retirar essa população, Senador, de toda essa área que foi mapeada aqui e apresentada pelo Dr. Thales.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Muito bem, Tenente-Coronel.

Por fim, aqui eu quero fazer uma solicitação ao Sr. Armin Braun, para que internalize – que V. Exa. seja o porta-voz neste momento, já para antecipar fatos –, em toda essa comissão interministerial que já existe, formada no âmbito federal, o interesse tanto dos órgãos municipais, estaduais e daqueles também que trabalham na parte do controle, que possam fazer parte de uma sala de situação, de um gerenciamento de crise, num comitê específico gestor, seja lá o que for o nome a ser dado, e que a federalização de fato dessa situação não fique apenas nos aspectos burocráticos aqui em Brasília, mas que vá reforçar as equipes que estão lá em Alagoas, falando a mesma língua – o colete é da mesma cor –, e eu acho que é dessa forma que a população vai sentir de perto a segurança que falta. É dessa forma que vai conseguir sensibilizar mais rapidamente quem toma as decisões, que vai verificar que vermelho, azul ou amarelo é uma situação que não é mais realidade hoje, como bem foi dito pelo Coordenador da Defesa Civil do Estado; o que existe é uma delimitação da área de risco. Umas das diretrizes finais desta audiência pública será a urgente atualização da demarcação da área de risco. Então, todos que estão ali vão ter que ter sempre o mesmo tratamento.

Então, são em posturas como essa em que eu acredito.

V. Exa. na fala já deixou claro que vai fazer isso, que nós vamos conseguir algum resultado mais célere diante de uma situação tão calamitosa, já posso dizer assim.

A SRA. TEREZA NELMA (Bloco/PSDB - AL) – Senador, como é gerenciamento de danos, tenho uma questão: também a segurança das casas que foram abandonadas – não sei dizer, desocupadas, o termo certo – é um problema. Já houve casa que foi saqueada três vezes, duas vezes. Então, nós precisamos garantir essa segurança para essas famílias.

E também, Sr. Senador, a comunidade também está precisando de uma aproximação maior com o Banco do Brasil – porque com a Caixa já foi feito –, mas precisa de uma aproximação maior com o Banco do Brasil, para resolver algumas questões da comunidade.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Perfeito.

A SRA. TEREZA NELMA (Bloco/PSDB - AL) – Então, é necessário esse gerenciamento de danos.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Perfeito, Deputada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, só para finalizar, tem uma inscrição, e eu vou pedir para que seja feita a pergunta. Daqui a pouco todos vão ter oportunidade de falar, mas agora nós aí deixamos no segundo bloco – são quatro. Então, se puderem fazer as perguntas... Há duas pessoas aqui. Então vou abrir para duas perguntas, e que a gente possa ser bem célere.

Queria fazer pergunta?

O SR. JOELINTON BARBOSA GÓIS (*Fora do microfone*.) – Não, era o que ela perguntou.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – O Geraldo quer fazer uma pergunta?

O SR. GERALDO VASCONCELOS DE CASTRO JÚNIOR – Eu ia fazer uma pergunta, mas quero pedir ao senhor para dizer a mecânica da nossa audiência: depois que terminar esse bloco... (*Fora do microfone*.)

... as autoridades vão-se embora, ou elas vão interagir com os moradores?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Elas podem ficar aqui, não como oradores. Como eu falei aqui no início, o formato é para serem extraídas informações. Não é como é feito lá no Estado de Alagoas, nas Câmaras Municipais e estaduais; as autoridades, inclusive, aqui têm, regimentalmente, o direito de nem quererem responder, porque, pelo Regimento, só o Senador pode perguntar; nós já estamos aqui fazendo, em acordo, numa maneira colaborativa, registrando informações, e aqueles que quiserem fazer perguntas naquele momento.

Sei que você tem muito a falar, mas se quiser fazer alguma pergunta, o momento é agora.

O SR. GERALDO VASCONCELOS DE CASTRO JÚNIOR – Eu gostaria de fazer uma pergunta, porque, observe: o laudo sairá daqui a uns 15 dias, digamos, não é isso? Final de abril... É mais: final de abril. O aluguel social tem casos...

O ciclo, na verdade, é o seguinte: quando eu chamo a Defesa Civil para minha casa, ela leva 25 dias para ir até minha casa – de 20 a 25, se for. Tem casos que nós temos 58 protocolos. Depois, pede-se para evacuar o imóvel, uma pressão horrível nas pessoas, e isso gerou muito desse conteúdo emocional. Eu costumo que o Pinheiro é um campo de concentração: o sentimento do morador do Pinheiro, Senador Rodrigo Cunha, Deputada Jó Pereira, Deputada Tereza Nelma e demais autoridades aqui presentes, é um sentimento de tortura: um pressiona de um lado, e o outro fala do outro. E eles vivem... Nós estamos vivendo nesse bolsão de emoções fortíssimas. Não é à toa que o Dinário está desse jeito. Eu também estou, mas a gente tem que ser psicólogo, a gente tem que ser amigo, a gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tem que ir com o Dr. Abel Galindo na casa das pessoas para diminuir um pouco essa tensão. Então, para tirar as pessoas, Senador Rodrigo Cunha, do bairro do Pinheiro depois dessa...

(*Soa a campainha.*)

O SR. GERALDO VASCONCELOS DE CASTRO JÚNIOR – ... apresentação que o Dr. Thales fez, é uma operação de guerra.

Nossas duas Defesas Civis, por mais que tenham boa vontade, não terão condições. Eu nem conheço a estrutura da nossa Defesa nacional, mas acho que isso é coisa para as Forças Armadas. Olhe que eu já venho dizendo: essa questão da comunicação – eu disse ao Dinário lá em novembro que havia problemas de comunicação, e foram seriíssimos. Pedi ontem, terça-feira, encarecidamente, à Dra. Roberta que fizesse aquelas recomendações – parte daquelas recomendações estavam naquela reunião nossa –, e hoje eu tive o prazer de, de madrugada, porque eu não dormi de ontem para hoje, tentando escrever alguma coisa, mas trouxe escrito para os senhores os nossos pleitos, que são muitos... Então, de madrugada eu recebi a notícia que a Dra. Roberta, a equipe dela, com a Dra. Niedja... E vamos fazer justiça: o Ministério Público Federal, o Ministério Público Estadual têm nos ajudado e muito, não é pouco não. Assim como os...

(*Interrupção do som.*)

O SR. GERALDO VASCONCELOS DE CASTRO JÚNIOR – ... Parlamentares, todos eles, em nível municipal e estadual e nível federal. O senhor mesmo... (*Fora do microfone.*)

(*Interrupção do som.*)

O SR. GERALDO VASCONCELOS DE CASTRO JÚNIOR – ... Para o senhor, porque nós não temos prefeito e não temos governador. E o senhor esteve lá na nossa reunião, quando nós a fizemos ali na praça, junto com o Dr. Gaspar. O senhor se comprometeu com a causa, foi à Caixa Econômica e resolveu muita coisa dos seguros. Naquele dia muita gente ficou criticando a sua fala, mas a sua fala foi certa, foi positiva. E quando não se tem um prefeito e quando não se tem um governador, há um Senador com a credibilidade que o senhor tem. Muito obrigado pelo que o senhor fez. (*Palmas.*)

Se o senhor não tivesse feito aquilo e não tivesse a iniciativa desta audiência, muita gente poderia morrer pelo que eu vi o Dr. Thales colocando.

(*Soa a campainha.*)

O SR. GERALDO VASCONCELOS DE CASTRO JÚNIOR – Nós temos que ser ágeis, ágeis. E esse aluguel social não pode demorar. Ele tem que ir para as mãos do cidadão para que ele possa sair da casa. Há pessoas que já estão com a fiança e mais dois alugueis, pessoas humildes... Há uma cidadã, no Jardim Alagoas, Dona Francisca, que tem um garoto especial e tem um marido doente e que pagou dois aluguéis da casa dela, R$700,00, R$1.400,00 de uma renda familiar parca. Nós não podemos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

permitir isso! Temos que nos unir, gente, para evitar isso. O que depender do SOS, podem contar com ele. Quanto à questão da comunicação da Prefeitura, vou dizer uma coisa aos senhores, se nós desligarmos os nove grupos de WhatsApp nosso, do SOS, ninguém se comunica com a Prefeitura. Se quiserem fazer um teste, eu faço. Vai ser um desastre em matéria de comunicação.

Então, nós trouxemos nossos pleitos e eu quero deixá-los para o final porque são longos, se o senhor me permitir.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Claro, claro.

O SR. GERALDO VASCONCELOS DE CASTRO JÚNIOR – Muita coisa já foi discutida aqui.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Vai estar, viu? É justamente por isso, Geraldo, que eu peço realmente a sua compreensão. A sua fala é essencial aqui. Vai ser dada oportunidade a todos. Mas você entende, acho que está percebendo aqui a dinâmica do que está sendo feito.

O SR. GERALDO VASCONCELOS DE CASTRO JÚNIOR – Perfeito, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – A Dra. Roberta também está aqui desde cedo, e o Dr. José Antonio Marques da mesma forma, os defensores públicos. Todos aqui querem se manifestar e dizer o que está sendo feito e extrair também informações. Isto aqui não é apenas uma audiência pública e vai acabar por aqui. Não é. Daqui, inclusive, pode sair uma comissão de Senadores para ir lá acompanhar essa comissão que vai sair também no âmbito federal, uma comissão mista, pode ser. Por que não? Então, é isso. Como eu falei, cada um tem que fazer o máximo que está ao seu alcance. Eu vou fazer o máximo que estiver ao meu alcance dentro das minhas prerrogativas. Não é para arrumar o culpado agora. Primeiro, é para salvar vidas. Depois vamos, sim, atrás se houver alguém que possa ser responsabilizado e que deu causa; aí há o Judiciário, há outros agentes que vão entrar em campo. Mas essa parte agora passa muito pela área política.

Eu queria passar a palavra ao Vereador Chico Filho, que está inscrito, para que ele possa fazer um questionamento.

O SR. CHICO FILHO – Farei dois questionamentos bem rápidos.

Na apresentação do Dr. Thales, ele mostrou uma meia-lua que seria o terreno que estaria em movimento. Essa área de evacuação hoje está restrita àquela área em que o terreno está em movimento, a área vermelha e a área verde, só aquele pedaço da meia-lua, que é a área vermelha, laranja e amarela. Essa área de evacuação é de todo o terreno? Como é que se dará essa evacuação?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

São aproximadamente 30 mil pessoas, levando em consideração Pinheiro, Mutange e Parque Bebedouro. Então, a gente tem que avaliar isso.

Essa ajuda humanitária está restrita apenas a esse pessoal que está na extremidade ou vai ser extensiva às 30 mil pessoas?

Por fim, foi falada aqui a questão da estabilização do terreno. Há um estudo técnico para viabilizar a estabilização desse terreno? Pode haver um estudo técnico nesse sentido, com Prefeitura e Governo do Estado como Poder Público? Qual é o plano B? Isso porque, segundo a Defesa Civil, essa ajuda humanitária é emergencial, tem prazo de validade. Se você retirar cinco mil pessoas, dez mil pessoas, vinte mil pessoas, passado um ano de ajuda humanitária, esse pessoal vai para aonde? Maceió não comporta um êxodo, dentro da sua capital, de trinta mil pessoas. Não comporta, não está preparada para isso. Então, a Defesa Civil está fazendo o papel dela, que é tirar da margem, mas sem um estudo do Poder Público, do Estado, com E maiúsculo, para que a gente dê um direcionamento, estaremos enxugando gelo.

Senador, parabenizo V. Exa., e estes são os meus dois questionamentos: primeiro, se a área de evacuação é apenas a margem da meia-lua vermelha, se é de todo o terreno, e se há um estudo ou pode haver um estudo de estabilização do terreno para que essas pessoas possam conviver ali onde hoje moram, trazendo menos problemas para a cidade de Maceió.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Muito bem.

Passo a palavra ao Dinário inicialmente, para fazer apontamentos sobre o que foi levantado aqui.

O SR. DINÁRIO LEMOS – Bom, como eu falei logo no começo, Maceió, a área do Pinheiro está em torno de... A gente está falando aproximadamente de 30 mil moradores entre todas as áreas que vão do Cepa até a Ladeira do Calmon, como frisou o nobre Vereador. Quando saírem daqui todo mundo vai querer receber. Nós temos a área vermelha toda evacuada, 493. Já apareceram aqui 60 pessoas da área vermelha que estavam fora, porque esse recurso a gente também usou laranja – já estou enviando isso. Montamos uma força-tarefa para a área laranja, para os apartamentos Divaldo Suruagy, todo o Divaldo Suruagy, todo o Jardim Acácia, que são blocos.

Ela veio aqui a Brasília, montamos isso e já deixamos pronto. Assim que a Defesa Civil der a sinalização... Na segunda-feira, haverá um ônibus com os cadastradores que vão fazer isso imediatamente. Como vai ficar só um engenheiro para olhar... Agora não precisa fazer. Só é preciso comprovar a documentação, porque a gente teve casos de pessoas que têm dois, três apartamentos lá. Tivemos pessoas com o mesmo CPF. Então, houve uma série de cuidados, mas a gente não tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

essa velocidade de fazer a fiscalização. Mandamos para a Secretaria de Finanças, mandamos para o Ministério, e ele fez o cadastro.

A outra questão é que a gente tem um problema lá. Está aqui o representante do comércio. Eu tenho cinco postos de gasolina, eu tenho o comércio. Como é que vão viver? Eu tenho dois hospitais, eu tenho as escolas que já foram evacuadas. O que há lá hoje está sucateado. As pessoas me perguntam, e eu não tenho resposta.

A área da escarpa... Eu estou falando de escarpa aqui e esse é um termo geológico. Perdoe-me, Dr. Jorge Pimentel, que é o especialista em área de risco. Mas escarpa é considerada como área de risco há muito tempo, porque é área de encosta. Ali a gente não sabe, porque se você for tirar ali, tem de tirar antes do IMA, da Gruta do Padre e vai até quase a Ladeira do Calmon. Ali eu imagino que tenha ... Ali é uma invasão. Esse pessoal não tem perfil, porque não tem documento de casa. Como é que eu vou tratar uma pessoa que vai dizer assim: "Eu moro no Mutange". "Qual o documento que você tem?" "Nada".

A SRA. TEREZA NELMA (Bloco/PSDB - AL. *Fora do microfone*.) – Constroem barracos todos os dias.

O SR. DINÁRIO LEMOS – Todos os dias há barracos. Então, a gente precisa ter essas discussões, porque vai tratar da encosta, pois é preciso evacuar aquela encosta de todo o jeito. Eu não sei como é que a gente vai tratar disso, porque na hora em que for evacuar também tem que haver uma fiscalização para derrubar ou tirar. E há a questão do comércio, porque o comércio, como foi dito aqui, tem a sua importância... A Dra. Rosemeire está trabalhando muito nesse sentido, com os comerciantes. Há um polígono ali que tem que ser evacuado, e a gente não sabe ainda como tratar essa questão.

O SR. CHICO FILHO (*Fora do microfone*.) – A gente só tem hoje a área limitada.

O SR. DINÁRIO LEMOS – A área limitada.

Eu vou, a partir de segunda-feira, já entrar com ação para o que for de Jardim Acácia, Divaldo Suruagy, cujo pessoal já fez cadastro e que os apartamentos estão rachados e estão todos os dias pedindo, pedindo, pedindo, pedindo, pedindo, porque está aumentando, aumentando, aumentando... E aí vamos fazer a evacuação total, o que vai dar um total de novecentos e tantos apartamentos.

A SRA. TEREZA NELMA (Bloco/PSDB - AL. *Fora do microfone*.) – Dinário, aquele grupo do Mutange, frente ao CSA, que a gente tentou de toda forma trabalhar junto com a universidade? E foi feito um levantamento das quase 500 famílias. O cadastro já está pronto pela universidade. Lembra que a gente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DINÁRIO LEMOS – Precisa haver uma fiscalização disso, porque aquelas pessoas podem receber e ficar ali. Então, temos de ter esse cuidado, tratativas, para que a gente saia daqui com isso bem definido.

Acho que é isso. O pessoal vai ter oportunidade de falar dos comerciantes depois, para não dizerem que eu não deixei de lembrar deles, porque os comerciantes ali têm um comércio fortíssimo. São cinco postos de gasolina, há vários empreendimentos ali que estão fechando, escolas particulares que estão fechando, e eu sei que há tratativas.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Inclusive, eu até mencionei aqui no início que 20% dos empregos da cidade de Maceió estão nessa região. Então, é muita coisa.

Aqui teremos a fala do Ministério Público do Trabalho também, do representante da Associação dos Comerciantes.

Mas o Dr. Armin também, com relação ao que foi levantado aqui, quer fazer alguns esclarecimentos.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Concedida

O SR. JOSÉ ANTÔNIO MALTA MARQUES – Infelizmente, a assessoria marcou um horário terrível. E a nossa preocupação é chegar ao aeroporto em tempo. Então, eu queria só, rapidamente, dizer que o Ministério Público de Alagoas está em parceria com o Ministério Público Federal e estadual. Nós estamos...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Deixe-me só interrompê-lo.

Dr. José Antonio, por gentileza, sente-se aqui ao nosso lado também. A presença de V. Exa. é importante e é importante também formalizar esse ato, tendo em vista a forte atuação do Ministério Público estadual.

V. Exa. foi um dos primeiros a chegar aqui, esperou atentamente e tem muito a contribuir. Eu entendo...

O SR. DINÁRIO LEMOS (*Fora do microfone.*) – Eu faço questão ele se sente aqui do seu lado. Por favor. Eu me sento aí. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Então, Armin, acho que até dá para responder. Cinco minutos a mais dá para ser.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pode ficar à vontade para responder e, em sequência, o nosso Promotor responde.

O SR. ARMIN BRAUN – Algumas questões foram pontuadas aqui.

O Cel. Moisés aqui falou assim: "Não, não podemos mais ver área vermelha, nem laranja". Concordo, tanto que para a liberação do recurso eu fui daltônico. Para mim não tinha cor naquele negócio lá, só tinha uma... Não quero saber se é laranja, se é vermelha. Então, é isso mesmo. A gente precisa tratar isso com bastante atenção.

Quando à questão da área, que o senhor falou mais cedo, a área quem define no decreto de emergência é sempre o Município. Então, as ações são empreendidas para as pessoas que vivem naquela área. Então, o Município tem a liberdade de acrescentar alguma área a mais, mas eu acredito que um decreto municipal já contemplava...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ARMIN BRAUN – Pois é, existe uma coisa que é a área das casas com danos severos que estavam em risco, e existe outra coisa que é o conceito de área afetada. Então, área afetada, Dinário, não sei como está, mas acredito que todo bairro. Assim, todo bairro está como área afetada e não significa que as ações...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ARMIN BRAUN – Então, essa é a área afetada; as ações emergenciais são empreendidas para as pessoas nesta área que tiverem necessidade de uma ação emergencial.

Outra coisa que foi citada é sobre a questão da segurança. Isso é um ponto muito importante: a sequência de um alerta e retirada de uma pessoa da área de risco tem o próprio fato da retirada da pessoa que é, por si só, bastante complexo; as pessoas são apegadas aquilo, todos nós somos apegados a nossa casa, ao nosso lar, muitas vezes a pessoa demorou uma vida para construir uma casa pensando em deixar uma boa casa para os filhos e chega alguém de colete laranja e fala assim: "A sua casa está caindo, e você vai ter que sair dela". "Não, esta casa não cai porque fui eu quem construiu, eu fiz a fundação desta casa. Ela não vai cair". Mas não é que ela tenha certeza de que não vai cair, ela está tão apegada àquilo que ela fez, que construiu para os filhos que no momento ela não consegue admitir e se sente culpada por ter colocado numa área de risco que nem sabia que era. Então, a questão é psicológica, psicossocial e a pessoa não quer sair. E a gente não pode culpar as pessoas quando elas não querem sair daquela área, tem que compreender e fazer o que é necessário para a gente conseguir tirar aquelas pessoas; e a casa daquela pessoa vai ficar. E, se passados seis meses, vai alguém e ocupa a cada dela lá se não houver fiscalização?

E, aí, você tem mais uma família para tirar que está lá. "Ah, mas ela ocupou uma área de risco, ela sabia que estava em risco". Nós vamos deixar de atender à família porque ela foi ocupar aquela casa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que pode ser uma invasão, que pode ser alguma coisa assim? Ou vai alguém que sabe que as pessoas lá estão recebendo o aluguel social, pegam um terreno baldio, constroem rapidamente uma casinha e passam a receber aluguel. São muitas questões que precisam ser gerenciadas.

Há também a questão da segurança e, com certeza, o Estado aqui tem a Polícia Militar, os órgãos de segurança pública e, se houver necessidade também, vamos solicitar esse apoio ao Governo Federal. E, aí, vem uma coisa que já conversamos com o Dinário; se houver alguma dificuldade do entendimento da municipalidade com isso, a gente vai lá, a gente fala, Senador, para os senhores aqui, a gente conversa na Prefeitura porque esse problema é muito grande. Então, se há uma questão que está ocupando o coordenador municipal da Defesa Civil que é a administração do recurso financeiro para o social a Secretaria de Finanças assume esse problema e deixa de gerenciar desastre.

Se tem muito problema em falar com a imprensa, a comunicação social precisa você coordenar um pouco mais; a comunicação social da Prefeitura assume tudo isso e filtra um pouco mais, faz *release* e por aí vai. Em todas as áreas que têm problema com habitação, a secretaria que cuida de habitação no Município assume esse problema, essa responsabilidade e vai trabalhar em coordenação com a Defesa Civil, e deixa a Defesa Civil muito mais no papel de coordenação. O Coordenador da Defesa Civil, na hora do desastre ou quando está acontecendo, tem que estar gerenciando a crise e não, no campo, batendo de porta em porta tirando as pessoas. Tem muita gente para fazer isso; agora, não tem muita gente para gerenciar a crise. Então, é um aspecto importante em que a gente está disposto a ajudar, a sensibilizar, já com ações no passado.

Eu estou falando sem conhecimento de causa de como isso está acontecendo de fato na Prefeitura, mas é uma realidade que a gente vive. Eu já trabalhei no Município, já trabalhei no Estado e hoje trabalho no nível federal. Isso é uma realidade do Município, onde muitas vezes vários serviços não são colocados à disposição como poderiam. Então, esse é um fato importante. A partir daí, na sugestão que o senhor fez, eu me comprometo a levar o assunto ao escalão superior, como vamos tratar essa questão do que é uma maior participação do Governo Federal, mas também conversando bastante próximo ao Município e ao Estado, porque temos uma Federação e temos coisas que precisam ser respeitadas.

Eles conhecem o terreno, e vamos tentando entender a melhor maneira de como a gente pode contribuir e, lógico, contando com o senhor sempre para nos apoiar como o grande interlocutor aqui no Parlamento quando necessário; não só neste momento agora, mas quando for o momento de valorizar o trabalho da Defesa Civil no Brasil, através de uma legislação mais moderna, algo que pudesse dar mais capacidade para a Defesa Civil atuar no Brasil.

A gente aproveita e conta com o apoio do senhor para isso também. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOELINTON BARBOSA GÓIS – ... Tiraram todas as tomadas, tiraram todos os fios. Inclusive fui ao Ministério Público antes do Carnaval, que seria um período crítico, abri um protocolo, ficaram de me ligar depois do Carnaval e até hoje não foi. Então, posso lhe assegurar que fiquei tão frustrado quando eu saí de casa, assim como fiquei frustrado quando estive na casa e não tinha mais nada dentro de casa.

Eu perguntei quem era o responsável pela casa – isso foi antes de Carnaval – e até hoje ninguém me respondeu.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Então, só por uma situação emergencial também, já vou passar palavra de vez para o nosso Promotor do Ministério Público Estadual José Antonio Malta Marques, que tem uma atuação muito forte nesse tema específico e não é de hoje. Então, faz muito tempo, desde o início que ele acompanha. Por isso, fiz questão de ter a palavra dele, a voz dele neste momento. E, assim, já desfaço os outros que aqui estavam e que podem também ocupar o outro espaço, porque já vamos passar para o próximo bloco.

Em sequência, já convido para irem sentando e substituindo para a gente ganhar tempo a Dra. Roberta Bonfim, Procuradora da República; a Dra. Raquel também; a Dalma Caixeta; o Procurador Regional da República, Augusto Santos; a Procuradora do Ministério Público do Trabalho Rosemeire Lôbo; os Defensores Públicos do Estado de Alagoas Carlos Eduardo de Paula Monteiro e Fernando Rebouças; e o representante da OAB-AL Ricardo Soares.

Todos, por favor, venham ocupar os espaços. Muito obrigado pela presença de todos. A gente se comunica em busca desse grande objetivo. Podem ter certeza.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Com a palavra o Sr. Promotor.

O SR. JOSÉ ANTONIO ALVES DOS SANTOS – Minha saudação especial a V. Exa. que preside esta reunião, esta audiência melhor dizendo. Digo a V. Exa. que o senhor está de parabéns não só por presidir, mas por trazer a população representada do bairro do Pinheiro e as autoridades do Estado de Alagoas ligadas especificamente ao tratamento desse tema.

Sempre costumo dizer que as Casas legislativas são verdadeiramente as Casas de receber os reclamos, de receber a população e de se transformarem no guardião maior da sociedade para o atendimento de todas as demandas.

Companheiros, autoridades aqui presentes, moradores do bairro, minhas senhoras, meus senhores, eu queria, antes de iniciar, rapidamente responder ao senhor. O senhor disse que procurou o Ministério Público, protocolou e que até hoje não foi resolvido. O senhor procurou o Ministério Público, mas não na porta correta, porque o Ministério Público em que nós trabalhamos, no Centro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Operacional das Promotorias, é de frente ao Tribunal de Contas, é praticamente no Pinheiro. O senhor deve ter ido lá para baixo. Aí tem um protocolo...

O SR. JOELINTON BARBOSA GÓIS – Não, foi em frente ao Tribunal de Contas.

Esqueci a sigla.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO MALTA MARQUES – Em frente ao Tribunal de Contas?

Eu sou diretor de lá e até hoje não...

Eu queria que o senhor me informasse quem recebeu essa...

O SR. JOELINTON BARBOSA GÓIS – Está protocolado, está registrado.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO MALTA MARQUES – Pronto.

Eu agradeço se o senhor passar para mim depois. E amanhã já pode me procurar em Maceió para ver o que a gente pode fazer.

O SR. JOELINTON BARBOSA GÓIS – Eu agradeço.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO MALTA MARQUES – O.k, mas já tratamos sobre esse assunto com a polícia mesmo, eles pediram uma melhor informação à Defesa Civil para reforçar ainda mais o patrulhamento lá no bairro.

Eu vou iniciar os meus esclarecimentos.

O Ministério Público... No dia, salvo engano, 15 de fevereiro ou março, aconteceu uma chuva forte lá; três dias depois ou quatro dias depois, vieram os abalos sísmicos – ou um mês depois, alguma coisa assim. O Ministério Público, naquela época, em função da repercussão das notícias na imprensa abriu um procedimento chamado notícia de fato. Desde aquela época, o Ministério Público já começou a trabalhar paralelamente para acompanhar esse problema através da 66ª Promotoria da capital, com o Dr. Sodré.

E ele, já naquela época, expedia algumas recomendações como, por exemplo, pedir que não fosse mais, que a Prefeitura não concedesse alvará de construção. A Prefeitura questionou porque ele incluiu o bairro do Mutante, que hoje é a realidade.

Depois, ele emitiu uma segunda, pedindo que se fizessem cumprir... Foram várias! A última de que estou bem lembrado é que se fizesse cumprir uma perícia apresentada na época, em outubro, perícia da Diretoria de Hidrologia, em que ele apresenta um relatório sintético de estabilidade de terreno do bairro do Pinheiro. Nessa perícia, como medida imediata, aconselha a interdição das moradias. Eu não vou nem ler as outras medidas até por uma questão de tempo. E, nesse mesmo dia,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

foi ouvido – está aqui no processo – o Dr. Thales Queiroz Sampaio, que, perguntado dentre outras coisas, relatou que a melhor solução, isso em outubro do ano passado, no entendimento do Serviço de Geologia, seria a desocupação de todas as zonas críticas, transformando essas regiões em áreas de observação, não permitindo mais habitação em tais locais.

Nessa época, em outubro, três dias após, o Dr. Sodré já fez uma recomendação ao Município para que fossem atendidas essas recomendações, ou seja, para que houvesse a desocupação dessas áreas críticas.

Passado esse tempo todo, na semana passada, o Ministério Público...

Sim, aí, depois, o Dr. Sodré foi removido da Promotoria, por solicitação dele, e o Dr. Alfredo nomeou uma força-tarefa composta por cinco promotores para acompanhar e atuar nesse caso do Pinheiro. Buscou, além da minha pessoa, como Diretor, o Dr. Adriano, que é Coordenador do Núcleo de Perícias; o Dr. Max Cavalcanti, que é do Consumidor; o Dr. Jorge Dória, que é do Meio Ambiente; e o Dr. Jomar, que é dos Direitos Humanos, para que a gente acompanhasse e desse vida a toda e qualquer demanda que chegasse ao conhecimento do Ministério Público.

E aí, depois de enfronhados sobre essa notícia de fato, nós evoluímos com ele e o transformamos num inquérito civil público, que é hoje a realidade. E aí, ao visitar o bairro esta semana, nós constatamos que todas essas solicitações recomendações não tinham surtido efeitos: os moradores continuavam lá, e as ruas continuavam com trânsito, com tráfego... Enfim, continuava a vida praticamente normal.

Então, nós emitimos... Aí, inclusive, após emitir, antes de publicar, coincidentemente, o Dr. Alfredo telefonou para duas autoridades, um coronel de uma dessas das águas, e para o Thales e disse: "Olha, nós fechamos e vamos entregar ao Prefeito". E ambos parabenizaram o Ministério Público e disseram que realmente essa preocupação tinha que haver.

E qual a recomendação? Eu vou ler o básico, porque, para mim, não é fato novo, porque isso já existia em andamento.

No item 1, "promover a conclusão..." Por que conclusão? Porque já havia um trabalho da Prefeitura tentando desocupar, mas nós consideramos de forma tímida. Havia necessidade de acelerar isso. Então, a conclusão imediata da desocupação de todos os imóveis localizados na área vermelha situados no bairro do Pinheiro devidamente identificado no Mapa de Feições e Mapa de Risco, elaborados, respectivamente, pela CPRM e pela Defesa Civil, observado o §3º do art. 3º da Lei nº 12.340, de 2010, que é aquela lei que assegura que não é só chegar e desocupar, pois tem que se assegurar meios: aluguel social, transporte... Enfim, dar toda a condição para que os moradores possam desocupar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também adotar medidas com o escopo de impedir a reocupação dos imóveis na área, que também é prevista nessa lei. Providenciar a interrupção de tráfego de veículos pesados, ônibus, caminhões, máquinas, etc. nas vias públicas inseridas na área vermelha do bairro do Pinheiro, excetuando-se os veículos devidamente autorizados pelas autoridades competentes.

Quais são as notícias mais fortes? A gente chegar e encontrar... Afundou um buraco, um poste? Afundou. Então, sempre é na beira das calçadas, naquela parte, no meio da rua. Então, há necessidade de evitar que um veículo desse caia ou venha a virar e que haja vítimas.

Adotar as providências necessárias em caso de resistência na desocupação dos imóveis, inclusive com medidas judiciais.

Adotar providências junto às concessionárias de gás, água e energia elétrica no sentido de proceder à interrupção do fornecimento dos referidos serviços para os imóveis localizados na área vermelha.

Eu sei o quanto é difícil e sei a luta do Dinário esse tempo todo, assim como de assistentes sociais e psicólogos, tentando convencer o pessoal a sair. Só para vocês terem uma ideia, eu praticamente testemunhei uma casa em cuja frente se abriu um buraco enorme... "É fossa negra", "não é"... A Defesa Civil foi lá visitar para ver, e aí, no outro dia, um poste afundou, e a dona disse "Não, aqui é tranquilo. Essas rachaduras são besteira. Eu moro aqui há 40 anos e tem 20 que eu vejo as rachaduras, e a gente fecha". Só que a Defesa Civil insistiu e, ao entrar no imóvel, viu que estava muito comprometida a residência, que ela tinha que ser desocupada. Para ela sair, foi preciso descobrir quem era o filho dela para ele ser acionado e vir convencer os pais, porque era um casalzinho de velhos que morava lá.

E a grande preocupação do Ministério Público... O Ministério Público não pode, tanto o Federal como o estadual, de maneira alguma, ser taxado de omisso. Eu costumo dizer que nós não temos o direito de ter medo; nós temos que agir. E agir preventivamente, quando se fala na proteção da vida, é uma das maiores características do Ministério Público. Então, por essa razão é que nós resolvemos que teríamos que emitir essa recomendação de forma urgente, para que fossem tomadas essas providências, porque o que seria de nossa consciência se – Deus nos livre! – viesse a cair um prédio com uma, duas, três, quatro, cinco famílias dentro desse prédio e houvesse óbitos? Como nós ficaríamos se acontecesse um fato desse? Então, para que não se diga, amanhã, que os Ministérios Públicos foram omissos, nós, então, resolvemos emitir... Até porque desde outubro do ano passado que se emitem recomendações, e até hoje não estão desocupados.

Evidentemente, eu sei que o Município e o Estado têm dificuldades, principalmente financeiras, mas está chegando uma hora em que não adianta, tem que buscar o Governo Federal. Não adianta fazer como eu disse numa reunião no Hotel Jatiúca: só falta se trazer Galvão Bueno, porque, em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Alagoas, quando está acontecendo a tragédia, os gestores chamam o Coordenador da Defesa Civil e dizem: "Vai lá, Dinário, que a bola é tua!". Todo mundo tira o corpo. Tem que haver um comprometimento maior obrigatório, em que os gestores digam a todo o secretariado que o Coordenador de Defesa Civil tem que ser ouvido e atendido imediatamente em qualquer solicitação. É esse o nosso entendimento, e ainda não se chegou a isso.

E esse corte de energia e de água é fundamental no final do convencimento, quando não se consegue com o diálogo e para se evitar até uma ação judicial. Talvez, com isso aí, possamos resolver o problema. Porque se falou aqui "Não, porque desocuparam o prédio e ficou só um apartamento, aí a Casal diminui o pagamento..." Não deveria nem ter ligado, porque se foi desocupado na sua totalidade e só tem um apartamento, esse apartamento está comprometido. Há vidas em risco. E é preciso coragem para se dizer isso, para se levantar e para segurar dessa forma. E nós, que fazemos o Ministério Público, tanto o Federal quanto o estadual, nós estamos imbuídos da preservação da vida e dos direitos de todos os moradores do bairro do Pinheiro. Nossa casa lá, o Centro de Apoio Operacional, fica na Fernando Lima, de frente ao Tribunal de Contas, que pode, inclusive, estar, desde já, assegurado. Há um espaço reservado, nós temos um miniauditório onde podemos nos reunir e discutir qualquer ação.

Esse inquérito continua ouvindo diversos segmentos da sociedade, buscando que eles tenham uma posição, que eles assumam um compromisso, a Caixa Econômica, a Algás, a CASAL, a Ufal, o problema do radar, o Secretário de Inclusão Social, enfim, diversos deles.

Continuando aqui, ainda colocamos "adotar providências para, em caso de precipitação pluviométrica tida de alta intensidade, se proceda à imediata desocupação dos moradores das áreas laranja e amarela do bairro do Pinheiro. Estabelecemos um prazo de cinco dias, a contar desta data, para que a Prefeitura se manifeste".

Eu tenho quase que absoluta certeza de que o Prefeito vai abraçar essa recomendação. Agora, é necessário que ele venha, que ele busque aqui no Governo Federal. Não adianta essa ajuda exclusivamente da Defesa Civil nacional. Entendo que tem que haver um engajamento e uma determinação do Presidente da República, para que ele possa se reunir, talvez, com Senadores, Deputados, Prefeito, Governador, para mostrar que não é só o aluguel social, mas para mostrar que aquela população corre risco de vida e que, se acontecer qualquer coisa, eles podem ser responsabilizados.

Por essa razão, eu gostaria de dizer e deixar no encerramento... Eu teria muita coisa a falar, mas, por causa da história do voo, eu vou ter, infelizmente, que partir, mas deixando com todos os senhores uma frase – e tenho certeza de que todos os que estão aqui vão me acompanhar nessa frase – parafraseando, evidentemente, um escritor alagoano, o Prof. Jayme de Altavila, que diz assim: quando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eu morrer, que perguntarem por mim, digam que eu morri, mas morri como nasci: amando Maceió, amando Alagoas e, acima de tudo, amando o bairro do Pinheiro.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Dr. José Antônio Malta Marques, só para liberá-lo, eu acho que tem algo que... Pela credibilidade da fala de V. Exa. e da construção de vida que tem perante o Estado de Alagoas, onde sempre esteve em defesa dos que mais precisam, eu lhe faço uma pergunta, pergunta que pode aliviar minha vida, a vida de Dinário e de muitos outros: que orientação V. Exa. dá para aquela família... Se o senhor tivesse um familiar morando hoje no bairro do Pinheiro, seja na área amarela, laranja ou vermelha, o que o senhor diria a eles?

O SR. JOSÉ ANTÔNIO MALTA MARQUES – Tenho e tenho mais: eu tenho uma filha e dois netos morando lá, na área amarela. E eu já chamei a primeira vez o meu genro. Chamei agora e disse: "Ou sai ou racha. Eu vou... Essa é a primeira casa que eu vou mandar cortar a energia e tudo mais". (*Risos.*)

Aí eles me garantiram que realmente vão se mudar.

Isso que eu estou dizendo é apenas repetindo o que o Dr. Thales, que é a maior autoridade no assunto, disse lá em outubro. Então, a nossa fala, a sua fala, a fala de todos que estão aqui é baseada tecnicamente. Se assim não fosse, não teríamos emitido essa recomendação.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Agradeço. Boa viagem!

Até peço desculpas e convido o Promotor Adriano Jorge Correia de Barros Lima. Peço desculpas porque, no momento da fala... Ele já começou a falar aqui, como Promotor, mas V. Exa., também, por favor, venha aqui fazer parte da Mesa.

Quer acrescentar algo?

O SR. ADRIANO JORGE CORREIA DE BARROS LIMA – Apenas uma coisa.

Só dizer que o Ministério Público continua atento, vigilante, nessas situações e buscando meios para promover a nossa missão Constitucional, que é justamente essa: garantir os direitos individuais e difusos que estão em jogo nessa situação toda, esperando que os laudos sejam concluídos para, a partir daí, se for o caso de aparecer um responsável, tomar as medidas necessárias, as medidas previstas. (*Fora do microfone.*)

Caso contrário, se for um fenômeno natural qualquer, compelir o Poder Público a fazer alguma coisa em prol dessa população atingida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Apenas isso.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Agradeço e peço desculpas, mais uma vez.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO MALTA MARQUES (*Fora do microfone*.) – Presidente, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Concedida.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO MALTA MARQUES (*Fora do microfone*.) – Se V. Exa. não me desse esse aparte eu não dormiria hoje.

O Dr. Adriano Jorge é nosso coordenador de perícias. É brilhante, esforçado, dedicado, inteligente. Tudo o que vocês possam escutar de positivo está aí no Dr. Adriano que, por coincidência, é meu compadre – sou padrinho do filho dele. Dr. Adriano, realmente, foi uma falha minha não ter....

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Não, mas está aqui. E parabéns por toda a sua postura!

O SR. ADRIANO JORGE CORREIA DE BARROS LIMA – Agradeço a V. Exa. também. Muito obrigado! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Vou passar a palavra ao Defensor Público Carlos Eduardo Monteiro, que também tem atuação firme na defesa dos alagoanos.

O SR. CARLOS EDUARDO DE PAULA MONTEIRO – Boa tarde, senhor Senador! É uma honra participar desta audiência pública. Esta parceria nós temos desde a época em que o senhor era Deputado. Nós sempre estávamos à disposição, sempre que éramos convocados comparecíamos. Coloco a Defensoria sempre à disposição. Sempre que precisarem de informações, a gente está à disposição. Então, os cumprimentos da Defensoria Pública. Gostaria de cumprimentar todos os que ainda permanecem aqui na plateia.

Pedi a preferência para falar por dois motivos. O primeiro dos motivos é porque o meu voo também se aproxima. O segundo é porque a Defensoria, eu acho, é a primeira porta que é batida pelos moradores do bairro do Pinheiro, quando estão angustiados. Acho que uma das primeiras portas. Quando encontram dificuldades em alguns órgãos públicos, para fazer um cadastro na Defesa Civil, vão à Defensoria Pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós tivemos conhecimento dessa situação do Pinheiro por acaso. Depois dos acontecimentos das chuvas, em fevereiro, março, depois do tremor de terras, logo em seguida chegou uma moradora do Pinheiro que já tinha um processo de usucapião com a gente. Ela veio relatar que a casa dela rachou. É até uma situação interessante porque a casa dela fica numa área verde, perto da igreja. Tem até essa questão sobre se cabe ou não usucapião. A gente estava discutindo e ela veio nos reclamar da rachadura e disse que tinham rachado outras casas. Ela foi para o atendimento individual. Nós temos um Núcleo de Causas Atípicas, que é comandado pelo Fernando Rebouças, que está aqui me acompanhando. Desde aquela época, ele se preocupou e me disse: "Olha, aconteceu isso".

Inclusive, ele sentiu o tremor quando ocorreu o abalo sísmico, ligou o alerta e pediu algumas informações à Prefeitura do que tinha acontecido. Mas começaram a aparecer outras pessoas, na Defensoria Pública, relatando o mesmo fato e procurando, também, regulamentar a situação em relação à posse e à propriedade. O atendimento era individual, mas como começou a se avolumar... Nós, lá, temos uma comunicação e a praxe de que, a partir do momento em que uma demanda individual começa a crescer, em quaisquer dos núcleos, seja do consumidor, seja o Núcleo de Atípicas, o fluxo é informar ao Núcleo de Tutela Coletiva. Então, creio que em maio, junho, houve a comunicação ao Núcleo de Tutela Coletiva e, a partir dali, nós começamos a atuar para tentar ver as demandas coletivas que atingiriam o bairro. Começamos a acompanhar e a pedir informações.

Num primeiro momento, nós acolhemos essas pessoas, esses moradores do bairro que nos procuraram, demos orientação jurídica a elas e requisitamos informações para fundamentar um processo que abrimos administrativamente, para fundamentar eventuais demandas futuras. E assim foi feito e começamos a acompanhar o desenrolar.

Nós somos, muitas vezes, críticos do Poder Público, mas nós temos de tirar o chapéu para, nessa situação específica, dizer: eu, particularmente, não vi omissão dos poderes públicos. Houve a presença deles, com algumas falhas, mas eles, desde um primeiro momento, como o Ministério Público fez, tomaram atitudes. Eu tenho um processo todo – que o Dinário nos passou, a gente requisitou ao Dinário e ele nos passou – do acompanhamento que foi feito, desde o momento da chuva, desde o momento dos primeiros relatos dos tremores. Então, pode ter havido falhas, mas não omissões. Houve uma atuação. Todos estavam engajados. Podem até, em um primeiro momento, estarem meio perdidos, sem saber como atuar, mas houve uma atuação. E nós começamos a atuar.

Dada a gravidade da situação... Quanto mais conhecimento nós tínhamos, mais grave parecia que era – e é. Nós provocamos o nosso Defensor Público Geral e ele, simplesmente, recomendou que todos os defensores públicos que atuam no Núcleo de Tutela Coletiva – somos cinco – se dedicassem à situação do bairro do Pinheiro, cada um em uma área específica: uns na questão da responsabilização, de quem seria a responsabilidade. Esse ainda está pendente, pois nós dependemos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do laudo para termos responsáveis ou não. Atuamos, também, na questão das crianças, das escolas que estão lá. Essa ficou comigo, essa situação. Eu acompanhei, tive de acompanhar as pré-matrículas.

Fiz uma visita, a Defesa Civil nos acompanhou nessa visita. Nós a requisitamos e, prontamente, a Defesa Civil nos acompanhou. Convocamos o Conselho Tutelar, que até fez uma crítica e disse: "Nós nunca fomos consultados". E creio que o Conselho Tutelar... Quem trabalha com o Conselho Tutelar sabe da importância dele e da proximidade dele com a população. Então, é até uma questão de prioridade. Se forem priorizar, que priorizem... Questionaram a mim: se fosse para priorizar a evacuação, tinham de priorizar as casas que tinham crianças, isso por uma ordem constitucional, por uma ordem legal, porque o direito das crianças vem em primeiro lugar, quando comparado ao de outras pessoas. Ele questionou isso.

Na época da visita, nós, junto com a Prefeitura, recomendamos o remanejamento dessas crianças, não pelo fato de estarem em áreas de risco – antes eram área vermelha, amarela e laranja –, mas pela falta de uma rota de fuga, no caso de um desastre. Então, nós temos lá uma creche, que é de crianças de dois a cinco anos, uma creche com mais ou menos cem alunos, e duas escolas municipais que vão até os treze anos, salvo engano... Até os dezesseis anos.

Então, nossa preocupação ali foi a de remanejar. Fizemos um plano, junto com a Prefeitura, fechamos e todas as três escolas foram evacuadas. Dá até pena de retirar as crianças, havia uma escola lá que tinha acabado de ser reformada. Não ficava atrás de nenhuma escola particular, muito boa a escola! Deu pena, mas tivemos de planejar lá o remanejamento dessas crianças.

Os conselheiros me perguntavam: "Doutor, mas tem muita criança ao redor. Vão tirar as da escola, mas não vão tirar as crianças das casas?". E isso também trazia uma preocupação. Por que só aquela área vermelha? É como o leigo: por que só aquela faixa vermelha e uma casinha vermelha lá numa ponta? Para o leigo fica difícil. O geólogo tem essa explicação. Mas para a gente, poxa, por que tem uma casa no meio de duas que estão condenadas e ela não foi condenada?

A explicação de hoje foi muito importante nesse sentido. É como o representante da Defesa Civil do Estado disse: "Não existe mais esse negócio de área vermelha, área amarela, área branca, área azul. Tudo é área vermelha". Temos de planejar, dar as mãos, criar um planejamento para atuar e ver quantas pessoas, realmente, correm risco com um eventual desastre.

Então, nós tivemos reuniões com a Defesa Civil. O Dinário participou. Tivemos a participação de representantes da comunidade do bairro do Pinheiro, que, também, na época, pediram que não se alardeasse muito aquilo por conta da especulação imobiliária que estava havendo. Então, nós mantivemos não um sigilo, mas não fizemos alarde, tratamos de uma forma mais discreta, mas sem deixar de atuar.

Através do nosso Núcleo do Consumidor, trabalhando junto com o Núcleo de Tutela Coletiva...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS EDUARDO DE PAULA MONTEIRO – ... fizemos recomendação à Caixa Econômica e ao Banco do Brasil.

Aqui, respondendo a um questionamento da Deputada Tereza Nelma, a respeito da relação com o Banco do Brasil. Nós estamos controlando isso. Até agora foram sete as pessoas que acionaram o seguro, mas está faltando o número global de quantas casas são financiadas pelo Banco do Brasil, até porque a maioria das casas é financiada pela Caixa. Ele falou que não passam de 30, dentro de um mundo ali de mais de 1,9 mil casas que já estão condenadas. Agora vai crescer muito mais. O que está nos parecendo é que não estamos tendo resistência, nós não estamos precisando entrar com ações. O banco se propôs a resolver administrativamente, o que é muito importante.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CARLOS EDUARDO DE PAULA MONTEIRO – Foi financiamento habitacional.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CARLOS EDUARDO DE PAULA MONTEIRO – Certo. Foram financiamentos habitacionais.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CARLOS EDUARDO DE PAULA MONTEIRO – Certo. A questão foi do... É através da lei do sistema de financiamento habitacional.

Então, já tivemos essa reunião. Estamos aguardando a resposta da Caixa Econômica, que possui um número bem maior de financiamentos, mas não estamos encontrando resistência do Banco do Brasil para acionar o seguro, até porque eles mesmos têm interesse, quem vai arcar com o risco é a seguradora do banco.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JOELINTON BARBOSA GÓIS – ... e boa vontade nem se fala.

Então, a questão é se realmente só existem essas pessoas que eles passaram para o senhor ou se existe uma falta de comunicação ou até mesmo falta de interesse deles, porque, até onde eu sei, o gerente não vai atrás do cliente, se o cliente não for atrás pedir uma indenização ele vai ficar...

O SR. CARLOS EDUARDO DE PAULA MONTEIRO – Certo.

Inclusive nessa conversa com o gerente do Banco do Brasil veio até o Superintendente Regional, que falou que...

(*Interrupção do som.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS EDUARDO DE PAULA MONTEIRO – ... eu poderia divulgar isso, que é colocar na agência do Livramento, uma pessoa só para atender as pessoas do Pinheiro, mas ele falou que não havia essa demanda toda lá, mas, mesmo assim, a gente solicitou e ele ia colocar uma pessoa, até uma que tinha mais *know-how*, para atender só a situação do Pinheiro. Então, já fica aquela agência da Rua do Livramento destinada para atender, especificamente, o público do Pinheiro.

O SR. GERALDO VASCONCELOS DE CASTRO JÚNIOR (*Fora do microfone*.) – Isso é bom porque ela também é a agência que libera os cartões, lá no sexto andar.

O SR. CARLOS EDUARDO DE PAULA MONTEIRO – Certo.

O que a gente pode informar são os nomes. Eles disseram que as pessoas que vão ficar serão: um responsável jurídico; o superintendente, que se colocou à disposição também para atender e tirar dúvidas; e um gerente que vai ser o primeiro contato com o Banco do Brasil.

Eles colocaram à disposição, não fizeram resistência, até porque, na recomendação, a gente fala que se houver resistência vai entrar com ação e, provavelmente, a chance de eles perderem é muito grande diante do que já se tem hoje de documentação, de informação.

Então, um trabalho individual, que continua sendo feito, é a questão da regularização da posse e propriedade.

Nós criamos um fluxo, com a Defesa Civil do Município, para que, chegando lá, tendo dificuldade, já encaminhar para o nosso Núcleo de Tutela Coletiva, em que temos duas funcionárias só para atender esse público. Analisamos, expedimos ofício à Defesa Civil e, ao mesmo tempo, entramos com ações.

Agora, a questão toda é que não dá para esperar o trâmite de uma ação de usucapião para você ter o título de propriedade. Temos muitas situações ali que já dão direito a usucapião, temos muitos casos também de heranças nos quais ainda está pendente o titular do bem, que faleceu há mais de 30 anos.

Então, nós temos várias situações pontuais que estamos resolvendo e demandando individualmente. Essa é a atuação da Defensoria Pública.

Quanto ao aluguel social, a gente pediu informação também à Defesa Civil dos casos que estão sendo indeferidos e os motivos do indeferimento, porque existem órgãos que ficam limitados ao que a lei determina... Ao que a lei determina não, ao que vem, à ordem que vem de cima, mas, se formos analisar juridicamente, você não pode negar um benefício a quem tem apenas um CNPJ. Isso não é motivo para indeferimento de um benefício, basta constatar que ele é morador. Esse é o entendimento da Defensoria Pública. Nos casos que chegarem e houver necessidade de demandar, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente vai demandar com esse fundamento, que é sem burocracia. Se se constata que a pessoa mora lá, você não pode colocar empecilho para esse benefício.

Essa é a atuação da Defensoria Pública em todo esse tempo. Continuamos vigilantes, requisitando informações, nos colocando à disposição. Dentro de todas essas especulações que há no bairro, chegaram a dizer que não procurassem a Defensoria Pública, porque a Defensoria Pública seria um órgão de defesa do Estado e do Município e, então, não atuaria.

Então, queria deixar claro que a Defensoria Pública presta assistência jurídica às pessoas hipossuficientes, demandando, inclusive, contra Municípios e Estados. A gente tem total autonomia em relação ao Estado, assim como o Ministério Público. A nossa natureza jurídica é idêntica à do Ministério Público, com atribuições e competências diferentes.

O SR. GERALDO VASCONCELOS DE CASTRO JÚNIOR (*Fora do microfone.*) – Inclusive em uma de nossas reuniões na praça...

(*Soa a campainha.*)

O SR. GERALDO VASCONCELOS DE CASTRO JÚNIOR – ... teve um defensor que tomou a iniciativa e foi até à praça. (*Fora do microfone.*) Nós demos o microfone a ele, Antônio...

O SR. CARLOS EDUARDO DE PAULA MONTEIRO – Othoniel. Também faz parte do nosso núcleo, o Núcleo de Tutela Coletiva.

Então, estamos com essa força-tarefa – não tem esse nome –, mas estamos acompanhando e nos colocando à disposição de toda a população do Pinheiro.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Parabéns, Dr. Carlos Eduardo. É muito importante a fala de V. Exa.

Eu sei que a Defensoria é, sim, uma porta de entrada para quem busca soluções de problemas em vários aspectos e não estava acompanhando de perto a atuação, mas sabia que estava sendo feito alguma coisa, sabia que a Defensoria estava ativamente agindo no problema social.

V. Exa. diz que tem que sair – até pediu a inversão aqui porque tem compromissos –, mas, antes, vou fazer apenas uma pergunta.

Se V. Exa. tivesse um parente no bairro do Pinheiro, seja na área vermelha, amarela ou laranja, o que V. Exa. diria para eles?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS EDUARDO DE PAULA MONTEIRO – Senador, minha tia mora lá. Ela mora no Divaldo Suruagy e está na área amarela, que foi uma casa herdada da minha avó. Na herança, ela ficou com esse apartamentinho lá no Divaldo Suruagy, mas ela já saiu há um bocado de tempo.

Então, é essa a orientação que dou e, diante do que foi apresentado aqui, acho que a área que tem que ser evacuada é bem maior, não se restringe só àquelas pintadas lá não. É bem maior!

A minha orientação é de evacuação mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Eu digo isso porque nós temos que ter responsabilidade sim.

Eu meço muito as minhas palavras, mas – como eu mencionei – o que V. Exa. fez eu fiz. Aprofundei-me em tudo que é informação, relatórios, entrevistas, pessoas, pessoalmente. V. Exa. fez, o Ministério Público fez, o Dr. Roberto ainda vai falar, mas fez. As pessoas, quando têm acesso a essas informações e a uma apresentação como nós tivemos aqui, não têm como ter uma outra explicação.

Então, eu digo isso, mais uma vez, para que a gente divida responsabilidades. A responsabilidade de quem defende o cidadão alagoano está aqui, bem representada aqui por todos que estão.

É esse, pelo menos, um dos compromissos que eu tenho com as pessoas que acreditam em outras pessoas e essas pessoas acreditam em nós.

Por isso, fiz questão de fazer essa pergunta, porque eu sei que você não se baseou em uma notícia em um *site* que leu ou de uma mensagem do WhatsApp. Não, é um estudioso, sempre foi assim, em todos os aspectos, nunca foi levado pela onda, mas, sim, por convicção, e é assim que nós devemos agir.

Muito obrigado pela presença de V. Exa., tenha uma boa viagem e, com certeza, temos o início de um grande trabalho a ser feito pela frente, somar forças, sem dúvida nenhuma. (*Palmas.*)

E aqui eu deixo claro também que nós estamos aqui diminuindo o quórum presencial, mas as informações que eu tenho são que continua ainda a TV Assembleia, continua ainda o *site* Antena H1, outros *sites* transmitindo, a TV Senado transmitindo, cada um com as suas redes aqui transmitindo. Os senhores estão aqui para falar para o Estado de Alagoas e aqui também será feita uma ata, será feito um desdobramento e será encaminhado para cada responsável.

Então, quem está aqui ainda para falar no último bloco pode ter certeza de que vocês não vão falar para quem está aqui, mas vocês vão falar para as pessoas que estão nos ouvindo e, principalmente, para que a gente possa extrair informações de todos que estão aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O objetivo é esse.

O SR. GERALDO VASCONCELOS DE CASTRO JÚNIOR – Gostaria de registrar a importância do Tribunal de Justiça na figura do Desembargador Tutmés Airan, que tem, de fato, contribuído muito com a causa do Pinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Registro.

O SR. GERALDO VASCONCELOS DE CASTRO JÚNIOR – Inclusive o Posse Legal foi uma grande iniciativa dele depois que teve uma reunião conosco.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Louvável iniciativa; inclusive, infelizmente não pôde estar presente, mas foi convidado sim, sei a importância que tem nesse processo.

Dando sequência, gostaria de ouvir, nesta terceira Mesa sobre órgãos de controle, o Ministério Público Federal, representado aqui pela Procuradora da República, Roberta Bonfim.

A SRA. ROBERTA BONFIM – Boa tarde a todos, boa tarde, Senador, muito obrigada pelo convite.

O Ministério Público vem acompanhando a situação. Vou fazer um breve histórico, mas, na verdade, muitos dos senhores já sabem, até porque frequentam o Ministério Público, a gente tem trocado ideias e tem conversado, mas para o registro vou fazê-lo.

Nós temos, hoje, dois procedimentos em trâmite: um na seara ambiental, que aguarda os relatórios finais da CPRM e um procedimento no âmbito da cidadania.

Esse procedimento, que se refere à tutela da cidadania, é mais novo, decorre de um declínio de atribuição do Ministério Público estadual que ocorreu no dia – se eu não me engano – 19 de dezembro. Então, chegou a nós em meados de janeiro e, desde então, nós estamos numa agenda intensa para tentar acompanhar a situação.

Nós temos dois meses de acompanhamento do problema. Temos tido essa proximidade com a comunidade, com o Sr. Joelinton, o Sr. Geraldo, o Sr. Maurício, o Dr. Emanuel ali atrás, o Sr. Rafael, que estava por aqui também, não o estou enxergando mais, então, a gente tem conversado, tem tentado proporcionar um ambiente de diálogo e até tem subsidiado as nossas atuações.

Nós já fomos ao bairro do Pinheiro e a ida foi importantíssima para que a gente pudesse formar nosso convencimento. Foi nessa ocasião que conhecemos o Sr. Joelinton e o Sr. Maurício.

Nós temos, através da Quarta Câmara, três peritos que estão analisando e acompanhando a situação, três peritos de especialidades diferentes. Então, eles já foram a Maceió, participaram do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

workshop. Foram, visitaram o bairro, e a gente aguarda subsídios técnicos para eventuais novas atuações.

Acompanhamos também o simulado de evacuação lá, do dia 16 de fevereiro, e nós temos tido uma agenda bem agitada de reuniões. Entendemos, numa reunião em fevereiro, que seria necessária a realização de um levantamento populacional das áreas laranja e amarela, porque na vermelha já se seguia o cadastro para recebimento do aluguel social. O prazo finda nessa semana, mas nós já tivemos o retorno da Secretaria de Assistência Social de que eles estão conseguindo cumprir e vão nos apresentar na semana que vem.

Esse levantamento visava identificar a existência de pessoas em estado de vulnerabilidade. Se naquela época a gente trabalhava com a possibilidade de evacuação, era necessário que a gente soubesse em quais imóveis existiam crianças, idosos, deficientes, acamados, enfim, todas as pessoas que precisassem de um olhar diferenciado do Poder Público, porque eles deveriam ser alcançados em primeiro lugar e não conseguiriam chegar com pernas próprias nos pontos de apoio.

Um outro pleito nosso, um outro encaminhamento nosso foi o cadastro de todo o bairro do Pinheiro. Nós, diante ainda das incertezas que tínhamos, entendemos que precisávamos desse cadastro, porque a gente trabalha com cadastros como em programas do Minha Casa, Minha Vida e a gente vê que, não raro, há dificuldades nesse cadastro. Há um certo, às vezes, uso político do cadastro, há, às vezes, também, o próprio cidadão que busca uma oportunidade de receber uma unidade. Enfim, a gente entendeu que esse cadastro era necessário para que a gente tivesse registrado naquele momento quem eram os moradores do Pinheiro.

Já ciente de que o Município não conseguiria fazer, a gente encaminhou para que o IBGE fizesse, eu já expliquei mais ou menos naquela minha intervenção. E, então, surge a expedição da recomendação para que, a partir da integração entre as Defesas Civis, coordenadas pela Defesa Civil nacional, esse cadastro seja feito. Na reunião de terça-feira, me deram notícia desse cadastro do Mutange. Não sei de que data é. Na verdade, a gente só estava trabalhando com o Pinheiro, mas eu acho que, a depender do que ficar, a gente pode encampar também esse cadastro.

A gente viu, desde esse princípio de atuação, uma dificuldade de comunicação. Então, a gente envolveu a nossa assessoria de comunicação para tentar até nos orientar na comunicação e também para nos comunicarmos com os órgãos também envolvidos, visando uniformizar e evitar o pânico das pessoas.

Na semana passada, como houve aquelas chuvas, e a gente, consciente de que são coisas diversas... Uma coisa são as causas, e aí, em elas sendo apontadas, veremos as atribuições e quem deverá buscar essa responsabilização. Em sendo na esfera de atribuição do Ministério Público Federal, certamente nós o faremos, mas entendemos que havia necessidade de, independentemente de o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

laudo se preocupar com a causa, que a gente soubesse se aquela área permanecia a mesma, porque temos como prioridade a proteção e a preservação da vida das pessoas.

E, então, fizemos alguns contatos e entendemos que era necessário que a CPRM, em que pese o cronograma para apresentação desse relatório, informasse se havia alguma modificação no mapa de feições. Pedimos também, em razão dessas chuvas que aconteceram, que fosse informado o que eles consideravam o volume de chuva como gatilho. Despachamos isso eu acho que da quinta para a sexta-feira, e, enfim, até Thales deu notícia de que num campo hoje mediram e esse volume hoje é de 30.

Conversamos com o pessoal na terça-feira e, aí, entendemos por bem expedir essas três recomendações que eu já mencionei aos senhores, todas dirigidas à Defesa Civil nacional. Uma primeira para que fosse garantido o aluguel social para toda a área indicada pela CPRM, uma segunda para que fosse coordenada também uma rede de assistência à saúde dos moradores, e a terceira para que fosse instalada a sala de coordenação com a integração perfeita entre as Defesas Civis.

Esse é um breve resumo do que nós temos feito. Tenho ainda algumas dúvidas diante das apresentações que nos foram feitas hoje, se toda a área afetada tem necessidade de evacuação. Eu acho que a gente precisa conversar sobre isso. Eu acho que temos todos que ter bastante responsabilidade, manter a responsabilidade no trabalho que estamos fazendo. Estamos tratando de vidas, estamos tratando de saúde física, de saúde mental das pessoas.

Então, é muito importante que haja essa sinalização de se o mapa hoje é realmente além daquele mapa de feições, para que também a gente não gere um pânico demasiado nas pessoas. Eu acho que o alerta está dado. Realmente, a situação mudou. Hoje nós temos uma área afetada maior, a apresentação foi clara, só que são coisas distintas: a área afetada e a área de risco. Quer dizer, é disso que eu preciso e entendo que é necessário que a CPRM esclareça, se toda aquela área que ele mostrou precisa ser efetivamente evacuada ou não.

Então, eu espero que esses estudos finalizem. Precisa da geofísica, do estudo de geofísica final, para que eles nos deem essa resposta.

A gente tem tido uma relação com a CPRM harmoniosa. Eles têm buscado atender as nossas demandas, as nossas requisições. Até conversei com o Dr. Thales ali e ele disse: "Não, calma, que a gente conversa depois".

Então, minha cabeça está cheia ainda de perguntas que ainda não tive oportunidade de tê-las respondidas.

A gente tem essa percepção de envolvimento gigante da Defesa Civil na pessoa do Dinário, que não está nesse momento – ah, está de costas, eu não tinha visto. Realmente, não há, como já foi

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

frisado e repisado aqui, não há na cultura do nosso País, e muito menos do nosso Município, vivenciar isso. É uma situação nova com que todos estamos aprendendo a lidar e a trabalhar. Eu acho que vai ser, tenho dito no Ministério Público Federal que é um divisor de águas. A gente vem aprendendo a trabalhar assim. Hoje nós estamos envolvidas em quatro pessoas. Até Dinário perguntou se só havia Procuradora mulher lá, porque por coincidência somos quatro meninas. (*Risos.*)

Então, a gente tem aprendido a trabalhar nesse formato de buscar consenso entre as quatro, para que seja realmente uma forma redonda de comunicação do MPF.

Enfim, o Ministério Público está à disposição e tem um compromisso gigantesco com os senhores que estão aqui presentes. Eu diria que estou aqui hoje por conta do compromisso que assumi com os senhores. Na terça-feira, nós fomos surpreendidos por uma notícia muito ruim, nós perdemos um colega na terça-feira, à noite, e, aí, me custou muito estar aqui hoje, e, aí, eu vim pelo compromisso que a instituição assumiu com os senhores. Não foi fácil. Eu tive que me recompor, organizar minhas ideias, recebi o reforço das minhas colegas, que ficaram lá, que estão em reunião agora com S. Exa. o Governador do Estado.

Então, não tenho dúvidas de que o que estiver ao alcance do Ministério Público Federal será feito. Nós temos compromisso com os senhores. Agradeço, Senador. Nós conversamos brevemente na sexta-feira, não tínhamos ainda a ideia da rotina e de como seria a audiência pública. Também fomos um pouco surpreendidos e, aí, resolvemos muito às pressas como viríamos aqui, para prestigiar tanto a iniciativa de V. Exa. como para prestigiar a comunidade, a sociedade a que servimos. O Ministério Público serve à sociedade. (*Palmas.*) Então, enfim, esse é o nosso compromisso e, aí, eu busco, já peguei telefone do Secretário de Defesa Civil nacional, que estava aqui presente, para tentar conversar e ver como é que... Parece-me que não teremos óbices a que as nossas recomendações sejam acolhidas, mas nós precisamos saber como elas serão realmente operacionalizadas, e operacionalizadas da forma mais breve possível. Então, esse é mais um passo que a gente dá. Acho que seguirão os encaminhamentos da audiência pública, seguirão reuniões para que a gente veja isso concretizado. Enfim, tenho conversado muito. Acho que também, Senador, depende muito da emoção das pessoas. Há pessoas que estão em áreas outras que não essas identificadas, mas que não têm condições, emocionalmente, de ficarem lá. Então, essas pessoas, eu acho que a saúde mental delas deve ser preservada. Então, se não têm condição, se está muito pesado, e deve estar, é possível que saiam? Está pesado para a gente... Quando a gente não mora lá, mas chove, a gente fica imaginando como é que aquelas pessoas estão. Então, é isso. Eu acho que eu vou até me adiantar e já responder, porque eu sei que o senhor vai me perguntar, não tenho familiares morando... E acho que está bem claro já, há algum tempo, que a área vermelha realmente deve sair, já há a ordem de evacuação. Na laranja e a amarela, as chuvas são gatilhos, então, as pessoas devem sair. E, aí, eu realmente tenho uma dúvida e preciso de informações da CPRM para saber se todo o bairro ou não precisa ser evacuado. Eu espero que não, porque a gente sabe... E aí, essa tem sido também uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

riqueza desse trabalho que nos tem permitido rever conceitos e rever situações. Eu sou alagoana, sou maceioense e eu não tinha ideia da relação de pertencimento que as famílias do Pinheiro...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ROBERTA LIMA BARBOSA BOMFIM – ... possuem com aquele local.

É um bairro, realmente, tradicional e diferente de outros bairros. A gente mora em alguns lugares, mas não tem aquela...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. ROBERTA LIMA BARBOSA BOMFIM – Exato.

Então, o bairro do Pinheiro é um bairro diferenciado realmente. Eu hoje consigo enxergar isso. Não via.

Meu tempo já acabou e, enfim, o recado que eu podia dar e que eu tinha que dar era esse.

Nós permanecemos à disposição de todos.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Dra. Roberta Bonfim, a participação do Ministério Público Federal é essencial, é importantíssima para que se consiga aquilo que foi proposto também no início dessa audiência pública e que por V. Exa. já foi formalizado: um aspecto importante de criar uma sala de integração.

Eu acho que aqui, em todas as falas, a gente sentiu isso e de todos sentimos o compromisso. Mas essa sala de integração tem que ser Município, Estado, União, sem dúvida nenhuma. E V. Exa., quando entra em uma causa, entra para ter o começo, o meio e o fim. Não está sozinha. Sexta-feira, 8h da noite, encontrei com a Dra. Roberta e as outras três Procuradoras. Estavam no Ministério Público, no prédio, trabalhando sobre o Pinheiro. Sexta-feira à noite normalmente não se está trabalhando num órgão público, mas ela...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – É verdade.

Então, numa sexta-feira à noite em um órgão público trabalhando? Tem que ter o quê? Tem que ter isso, o senso republicano apurado, consciência plena da sua responsabilidade e de quantas pessoas podem mudar de vida de acordo com a atuação de um grupo de mulheres, de procuradoras, de pessoas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, pode ter certeza de que o Estado de Alagoas acompanha de perto e sente credibilidade em cada ação que é feita pelo Ministério Público Federal, inclusive pela ponderação que é feita aqui, é importante também. Porque cada um tem uma visão de mundo, experiências diferentes e enxergam problemas de várias formas. Eu enxerguei nisso aqui uma oportunidade de o Estado de Alagoas trabalhar de maneira preventiva e dar um exemplo a este País de algo que foi detectado e os órgãos trabalharam preventivamente. Ninguém precisou usar o saco preto, como foi mencionado aqui. E que bom será se a gente conseguir resolver essa situação por questões de engenharias técnicas, como foi colocado aqui. E, depois de um tempo, as pessoas voltam para suas residências. Se isso for o desfecho dessa novela, tenho certeza de que todo mundo vai ficar feliz. Mas enquanto não é, algumas medidas têm que ser tomadas, e elas estão sendo tomadas, eu tenho certeza absoluta.

E aqui eu também faço um registro do sentimento de V. Exa. também. É um sentimento meu de perda pelo Dr. Marcelo, que também foi meu professor. Uma pessoa muito querida no Estado de Alagoas. Quem o conheceu sabe que é uma pessoa do bem, fazia somente o bem. E infelizmente o destino tem dessas coisas. Mas aqui também me solidarizo com todos vocês e parabenizo pelo seu compromisso porque não é fácil estar aqui pela proximidade que se tem de alguém com quem se convive durante muito tempo. Então, parabéns por isso também.

E, dando sequência, passo aqui a palavra para ouvir a Procuradora do Ministério Público do Trabalho do Estado de Alagoas, Dra. Rosemeire Lobo, que também está atuando em uma linha específica, mas tem uma visão geral da problemática que diz respeito ao Pinheiro. Então, doutora, a palavra é de V. Exa.

A SRA. ROSEMEIRE LOBO – Boa tarde a todos. Quero parabenizar pela iniciativa o Senador Rodrigo Cunha e agradecer pelo honroso convite de estar aqui. Foi tudo também muito corrido, essa movimentação toda. Eu fiz uns pequenos eslaides ali porque eu gosto muito do audiovisual na apresentação, mas não é nada que vá cansar, prometo. Não é o meu estilo.

Deixe-me vir para cá.

Bom, às vezes as pessoas se perguntam assim: o que tem a ver o Ministério Público do Trabalho com tudo isso, não é? Mesmo sendo Ministério Público.

Quando tudo aconteceu, no ano passado, realmente eu mesma, como cidadã, moradora alagoana, maceioense, senti muito que estivesse ocorrendo, não me aprofundei na questão, mas o tempo passou. E este ano, depois daquelas chuvas e de algumas movimentações, eu comecei a me inquietar como pessoa, como ser humano, depois como cidadã e comecei a pensar o que tinha a ver a minha instituição com essa história toda.

Então, ela tinha a ver não com o fenômeno geológico em si. Isso tudo está sendo apurado em razão de outros órgãos competentes com relação ao meio ambiente. Mas a gente tem uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

particularidade, que é o meio ambiente do trabalho e, inclusive, é objeto de uma das nossas coordenadorias. Então, a gente viu que, apesar da espera por um laudo, de acordo com o cronograma apresentado pelo Dr. Thales, a gente já tinha, já existia uma tragédia socioeconômica nesses bairros aí.

Por mais que a gente fale só Pinheiro, Pinheiro, Pinheiro, Pinheiro, não se pode esquecer que o decreto de emergência fala: Pinheiro, Bebedouro e Mutange. Então, eu começo justamente por abranger os três com a foto, aí prestigiando o rosa da Deputada Tereza Nelma, com o casarão da minha infância, que era o Colégio Bom Conselho, que também nesse momento está com processo de trinca. E uma foto também do IMA, que faz falta aqui neste momento, como em todas as outras reuniões, da casa onde nasceram os ascendentes dos meus filhos, que é aí o IMA, a casa do Deputado José Fernandes de Lobo Ferreira.

Então, vocês vejam, sem saudosismo nenhum, não quero provocar isso aqui, não é o objetivo. Mas a gente está lidando com saudades, com memórias. Aí, em homenagem à Braskem, uma foto antiga dos primórdios da empresa aqui no Estado de Alagoas, quando chegou a mineração, a industrialização na área lagunar. Não posso dizer quantos anos eu tinha, mas presenciei o casarão da minha professora, Dona Geralda, ser o primeiro a ser derrubado ali do lado para, acho, o primeiro poço de extração da Braskem.

E era uma curiosidade muito grande, e tão grande para mim que, depois, quando eu fui para o Marista, o meu trabalho de feira de ciências foi a exploração do sal-gema. E eu fui visitar a fábrica e eu sabia como montar no isopor todas as camadas de terra, pintar, perfuração, explicar na feira de ciências.

Então, essa indústria chegou na nossa comunidade, dali do Bebedouro em diante, pegando aquela parte do Pontal da Barra. E o bairro Pinheiro, que era em cima do bairro onde eu morava, foi se urbanizando. Então, hoje é o que a gente tem aí, numa foto mais sucinta, da urbanização. Aí Dra. Roberta fala: é um bairro diferenciado? Sim, é um bairro diferenciado porque praticamente só existia a Avenida Belo Horizonte, e o resto foi se construindo, até se chegar na situação que se está hoje, com toda aquela testada do Mutange, que não existia, da linha do trem para cima completamente urbanizada, de forma totalmente irregular. Alguns ajustes de escadarias, melhorias de escolas próximas, Bom Parto, Cambona, foram sendo feitas, mas a situação é muito de risco ali naquela localidade.

Todo mundo já sabe, mas não custava nada colocar fotos marcantes da situação após movimentação do terreno em 2018, esse bendito mapeamento, que é tão questionado.

Uma hora o que é laranja, o que é vermelha. Então, como eu fui de lá, eu tenho gente que liga para mim o tempo todo. Então, é Rose, é Meirinha, é não sei o quê: "Como é? Isso vai cair, isso não vai?". E eu sempre me questionei disso, mesmo como leiga, a partir do momento em que comecei a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

atuar como Ministério Público do Trabalho. Quem define? E principalmente depois do *workshop*, em que Dra. Roberta também estava presente, em que um dos questionamentos, inclusive de gente da área imobiliária, do representante da associação dos empreendedores, o que define definitivamente o que é amarelo, laranja, vermelho para efeitos de "vou sair agora", "vou sair amanhã", "tenho direito ao aluguel social", "não tenho".

Eu estava na mesa junto com o Dr. Alfredo e a Dra. Roberta, do lado Dr. Gustavo, do pessoal do Município, SOS Pinheiro também estava. E eu aqui, estava ouvindo e ouvindo aqui todas as demandas que se passavam naquele momento. Então, eu defini em dois polos, o polo da preocupação da causa, das questões geofísicas, as quais não conhecia, nem tinha domínio, nem tenho – se bem que hoje já sei que fissura é diferente de trinca, que é diferente de rachadura –, mas também a questão social relevante, que parecia que estava passando longe.

O Ministério Público do Trabalho é um Ministério Público essencialmente social, e isso aí é sociedade. A sociedade do Pinheiro, dentro da sociedade de Maceió, dentro da sociedade brasileira como um todo. Aí circulam pessoas, vivem, negociam e trabalham pessoas. Opa, então, se trabalha, tem Ministério Público do Trabalho no meio. Porque aí vem para onde a gente chegou agora, a crise da saúde mental do trabalhador naquela situação.

Só que meu perfil de trabalho, considerando essa desertificação habitacional e comercial, comecei a me questionar. Isso aí é matéria nossa. O que eu vou fazer se eu não tenho culpados? Então, seria muito temerário da minha parte como Procuradora instaurar ou instigar um colega ou fazer uma notícia de ofício para que fosse aberto um processo de investigação com o inquirido. CASAL, Braskem, omissão da prefeitura, seja lá quem fosse.

Existem recursos previstos pela nossa lei complementar, é nossa, em que a gente tanto atua na área judicial como a gente também pode fazer trabalho preventivo. E esse trabalho preventivo inclui audiências públicas, como já foram feitas, inclui notificações recomendatórias, que a Defensoria Pública também pode fazer. E inclui também aberturas, pelo menos no Ministério Público do Trabalho, de um procedimento chamado expediente promocional. O que é isso? É um processo em que eu não tenho investigados, eu não tenho culpados, eu não tenho prazo. É como os meus expedientes com relação ao trabalho infantil, que é um trabalho delicado, de formiguinha, como a gente diz.

Então, eu vou juntando elementos. Eu vou participando, eu vou chamando, eu vou colhendo informações para que, se for o caso e houver culpados, se não for só a natureza... Se for só a natureza, eu não vou colocar Deus no processo, não pode ser meu inquirido. Mas, se houver culpados solidários ou únicos, esse PROMO vai se transformar, então, sim num processo de investigação se houver necessidade. Pode ser que eu já tenha todos os elementos, e aí eu vou entrar com a ação civil pública direto. Mas essa ação civil pública, sim, fundada num processo de coleta de provas, de participações e de atitudes porque esse PROMO não é só para colher.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu, particularmente, tenho um entendimento, como membro do Ministério Público, por tantos lugares aí em que eu já trabalhei e como empresária também que já fui, que não existe capital sem trabalho nem trabalho sem capital...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ROSEMEIRE LOBO – Só um minutinho. Deixe-me já ir passando.

Então, é preciso neste momento uma atitude que concilie essas duas coisas, porque veja bem: se o representante dos empreendedores me diz que já tantos estabelecimentos estão fechados, a postura do Ministério Público do Trabalho poderia ser o quê? Notificar os empresários e dizer: "Tudo bem, você demitiu, foi por força maior, você vai alegar... Você não vai pagar a multa rescisória do FGTS e não vai pagar o aviso-prévio indenizado, mas cuide de pagar todo o resto que você deve".

Eu não sei se isso seria a melhor conduta neste momento, justamente em um momento desse. Os senhores sabem como está a situação da Justiça do Trabalho e, a reboque, o próprio Ministério Público do Trabalho.

Então, se somos o Ministério Público do Trabalho social, esse é o momento de um trabalho preventivo. E a prevenção seria o quê? Não deixar os empreendimentos fecharem.

Então, a partir daí, eu fiz a primeira reunião, onde estava a Defesa Civil, onde estava a representante da Braskem, Milton Pradines, que me trouxe o primeiro vídeo, os primeiros elementos, e a partir disso eu montei então uma outra reunião, que foi o segundo momento.

Poderia ter feito uma audiência pública? Poderia, mas eu tive o receio, diante da urgência da situação, que ficasse somente no debate. Então, era preciso urgência, e essa urgência seria o quê? Fui ouvir o SOS Pinheiro, a associação dos empreendedores e vi que a gente podia tentar desonerações tributárias. Para o empregado a gente poderia tentar liberação de FGTS, para as crianças não irem para essa situação, que trabalhamos tanto até um certo... Eu voltei a ser coordenadora de combate ao trabalho infantil, mas isso aqui é uma ameaça constante. Quando as escolas fecharam serão os dois lugares para onde elas irão, porque essa economia informal está lá no Pnad, é por aí que se vai trabalhar, e daí para a prostituição infantil.

Então, essa reunião foi muito produtiva porque nesse momento construímos grupos de trabalho que eu apresento para os senhores aqui em quase um dos últimos eslaides.

Fizemos reuniões com entidades para levantamento da situação, isso no dia 5 de fevereiro. Depois, no dia 20 de fevereiro, criação de grupos de trabalho para redução provisória da oneração tributária e linhas de crédito facilitadas para empreendedores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, estavam presentes Fecomércio; associação dos empresários; SOS Pinheiro; Caixa Econômica Federal; a parte tributária do Município; Dr. Gustavo, da Procuradoria; e estava também a parte tributária do Estado de Alagoas. E aí eu entro nessa questão levantada pela Deputada Tereza Nelma, pela Deputada Jo Pereira também sobre a questão da calamidade pública.

Da parte do Município, a coisa caminhou bem e foi mais, porque pensávamos na desoneração do IPTU, porque não é lógico que você esteja perdendo seu imóvel e continue pagando sobre a propriedade do que você já não tem mais, porque a gente tem que entender o fato gerador daquele tributo.

Conseguimos também... Falta limitar o valor da certidão da liberação da dívida ativa, porque estando na dívida não se consegue linha de crédito, e linhas de crédito são uma proposta também, de facilitar linhas de crédito para quem quer colocar o seu novo negócio e reabilitar o seu negócio.

E da parte tributária estadual, convoquei, pedi ao Dr. Santoro para enviar um colega, porque eu fui 22 anos do Fisco estadual. Francisco Suruagy veio à reunião, mas colocou o seguinte empecilho: "Nós não temos condições desonerar nada, porque é preciso que se decrete estado de calamidade pública, senão teremos que ir ao Confaz."

Eu conheço Confaz, já fui integrante do Confaz, sei como é colocar em pauta de Confaz. Então, tudo para mim é para ontem. Meu gabinete está empenhado e, graças a Deus, minha banca estava enxuta, tudo despachado, e o gabinete todo empenhado em quê? Se a gente envia um ofício, a gente telefona. O meu WhatsApp também está à disposição, é o meu telefone particular, porque não dá para trabalhar só a Rosemeire Procuradora. Aliás, os sacrifícios são muitos, porque eu estou falando aqui como Procuradora, mas o meu custeio foi feito pela cidadã Rosemeire Lopes, porque o orçamento não existe. Mas eu vim por causa desse compromisso. Não dá para ficar: "Ah, não tem verba, o orçamento foi cortado." Não tem problema: "Eu vou, eu vou de qualquer jeito!" É preciso por quê? Porque eu acredito nisso aí, que a gente precisa unificar a linguagem e a gente precisa também unificar a coordenação disso, sem melindres, sem vaidades, sem arrogâncias, porque a situação exige que nos igualemos.

Na verdade, nós já somos todos iguais. Aquilo em que a gente se difere aqui é em razão da autoridade do cargo...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ROSEMEIRE LOBO – ...das prerrogativas e da responsabilidade.

Então, também fiz notificação recomendatória à Caixa Econômica.

A Defensoria Pública da União também está trabalhando, faço aqui as vezes... Houve um pedido com alguns considerandos. A Caixa tem se comportado de uma forma também muito boa. Vi a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

exposição do Dr. Kleber Paz com relação à seguradora já assumir aqueles imóveis que já não podiam estar pagando financiamento, mas os empregados também... O que puder ser liberado para eles... Porque é uma de debilitação geral, física e mental.

Imagine para o trabalhador que é trabalhador do bairro e mora no bairro? Ele perde a casa e perde o emprego. Imagina o empresário que também tem o seu empreendimento no bairro? Ele perde o ponto, ele perde a pessoa jurídica, ele perde seu estoque, ele perde sua cartela de clientes, ele perde tudo. Então, fomos atrás de tudo que pudesse desonerar, um pouquinho que fosse, porque o pouco que for já vai ajudar. Se a gente ficar esperando coisa grandiosa... Essa coisa da tragédia física vem primeiro do que essa coisa grandiosa.

Então, a gente fez também audiência de sensibilização com empresas fornecedoras de gás, de água e de energia elétrica.

Então, aqui parabenizo, para não esquecer, a postura do Município com relação à tributação, que incluiu na minuta de projeto de lei também uma desoneração do ISS, que é, na verdade, onde a prefeitura fatura mais. Então, se ela recua disso, é muito importante.

E com relação à audiência de sensibilização com as empresas. O Dr. Briseno não está aqui mais, mas faço um elogio também à conduta da Casal, que não está fazendo mais cortes, que tem um atendimento especial. A conduta da Algás... Essa eu parabenizo também, porque foi além dos pedidos do próprio Ministério do Público do Trabalho. Além de não fazer os cortes, ela disponibilizou toda a sua verba social exclusivamente para a comunidade do Pinheiro; ela também está disponibilizando novos projetos sem custos para aqueles empresários que forem para outro bairro; ela também está disponibilizando linhas de crédito para financiar a nova implantação do gás de quem assim solicitar.

Então, são coisas pequenas, mas coisas que já aliviam o desespero daquela foto anterior que eu mostrei ali, porque aquele desespero é do empreendedor e é do empregado também. Não se sabe para onde ir, não se sabe o que fazer.

Já há o desespero da questão: "Evacua ou não evacua? Corre para onde? Como é que vai ser o plano? Como é que vai ser?" E há também o desespero social. A Caixa Econômica Federal não atendeu o pedido da DPU. A DPU entrou com uma ação civil na Justiça Federal, que está com o Dr. Frederico. No momento ele não deu a liminar, mas eu encaminhei para ele...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. ROSEMEIRE LOBO – Está com vista para você? Ótimo, porque aí eu lhe mando todas as recomendações que eu fiz à Caixa, inclusive com todos os precedentes de liberação de FGTS em casos que tais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não precisa calamidade pública, agora, se estão exigindo tanto essa calamidade pública, então que se decrete! Qual é o problema? Eu estava ali com Dr. Gustavo enquanto estava aqui o outro bloco, e nós olhávamos a lei, o decreto... Então, o direito traz termos, às vezes, muito abertos, o legislador próprio se confunde. Nós, operadores, é que temos que buscar a *mens legis*.

E qual é a *mens legis* nesse caso? Há um problema sério, substancial... Não está lá a palavra, seja no decreto, na lei, no que for? Há. Então, está na hora de reconhecer essa calamidade para que outros órgãos que estão se retraindo no sentido de se amarrar com calamidade pública possam colaborar também.

E essas empresas aí... Eu chamo atenção para a Eletrobras. A Eletrobras mandou um documento dizendo que, em razão do princípio da isonomia, não podia atender nada diferenciado para o bairro do Pinheiro.

O Direito é uma ciência, não é uma brincadeira. Às vezes fazem brincadeiras do Direito, mas ele é uma ciência, e o princípio da isonomia é tratar desigualmente os desiguais na medida em que eles se desigualam. Então, Pinheiro, Bebedouro e Mutange estão numa situação diferenciada. Então, você assume uma empresa, que agora é privatizada; você nos dá um apagão; você diz na televisão que vai aumentar nossa taxa...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ROSEMEIRE LOBO – ... e não quer colaborar com a função social da propriedade?

De outra banda, já que o Dr. Milton voltou, fiz um pelo na reunião sobre a questão da Braskem. Falei para sua advogada nessa reunião, advogada da empresa, que, independentemente de culpabilidade, existe a questão da postura social da empresa com a comunidade. Estamos há anos nessa cidade. O que é que se poderia fazer – eu não sei se ela levou essa pergunta – independentemente de culpabilidade? Isso porque eu particularmente não encaro uma empresa... Quando ela emite uma CAT, quando ela presta socorro ao empregado e depois o empregado vai discutir e eu vou dar um parecer *custos legis* naquele processo, eu vou olhar toda a postura daquela empresa, o que foi que ela fez.

Então, assim, independentemente de culpabilidade, qual é a participação social que essa empresa poderia ter neste momento tão grave?

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ROSEMEIRE LOBO – Então, aqui encerro minha apresentação, pedindo aos senhores...

É um vídeo, podem passar?

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ROSEMEIRE LOBO – Pode passar o vídeo?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. ROSEMEIRE LOBO – Não, pode cortar. Só um pedacinho. Coloca a música.

Então, eu coloco para vocês...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. ROSEMEIRE LOBO – Não, então deixa lá. Sabe por quê? Poderia emocionar muito.

É o vídeo dos bombeiros se despedindo de Brumadinho. Então eu coloco ali que a chuva de flores seja para festejar vidas salvas, que a gente não se comova pelas desgraças, que a gente não fique se lamentando pelo que pode ocorrer.

A participação social do Ministério Público do Trabalho, neste momento, é comigo, mas eu estou convocando meus colegas também que estão implementando o núcleo de mediação – já falei para os empresários – para aqueles empresários que já fecharam as suas portas, para que possam fazer mediação no Ministério Público do Trabalho e ver como é que vão pagar essas verbas. Rafael está implementando o núcleo e, apesar de eu não ser, já me disponibilizei para uma força-tarefa daqueles que precisarem da nossa instituição.

Muito obrigada pela atenção. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Dra. Rosimeire, o vídeo, se V.Exa. estiver com um *pen drive*, pode passar, porque não estão conseguindo...

A SRA. ROSEMEIRE LOBO (*Fora do microfone.*) – Não, não, mandei por *e-mail*.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Mas eu acho que simbolizou bem.

A SRA. ROSEMEIRE LOBO (*Fora do microfone.*) – Ah, muito!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – E V.Exa. demonstrou aqui uma ligação afetiva com o bairro também, tendo em vista que sua origem também está ali próxima. E, pelo que disse também, algumas pessoas ligam e perguntam... Até anotei aqui: "Rose, Meirinha..."

A SRA. ROSEMEIRE LOBO – É porque o meu nome é Rosemeire. Então uns me conhecem por Rose, outros Meire, e para um monte é Meirinha. A Rosa mesmo ali, se falar de mim para você, para o Vereador, é Meirinha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Meirinha. Essas pessoas ligam e dizem "Meirinha, eu não estou na área vermelha, eu estou na área amarela. O que é que você me indica? Eu aguardo alguém apresentar um dia um laudo, ou já tomo alguma medida preventiva, busco uma casa para morar e dou entrada no pedido de vistoria da Defesa Civil, busco meus direitos, vou atrás e reorganizo minha família?"

Quando ligam, já que você é do bairro, é uma referência, e está se notabilizando também por uma visão diferente da de todos nós aqui, é uma visão da empresa, é muito importante. Inclusive, tive ontem contato com o Dr. Wilton Malta, presidente da Fecomércio, que não pôde estar aqui por questões à parte, solicitando também um reforço nisso tudo que foi apresentado, na questão de liberação do FGTS, na questão de liberação de créditos especiais. Inclusive, isso foi um dos compromissos assumidos pelo Ministro Gustavo Canuto em reunião no Ministério do Desenvolvimento Regional com toda a bancada federal. E esses desdobramentos também serão cobrados.

Eu gostaria de ouvir de V. Exa: quando as pessoas ligam e perguntam qual postura tomar, qual é a sua resposta?

A SRA. ROSEMEIRE LOBO – A minha resposta é a seguinte. Eu venho praticando muito na minha vida pessoal o desapego. É muito difícil, mas ele deixa a gente mais leve quando a gente tem que decidir por deixar algumas coisas para trás. Então a aplicação desse princípio pessoal vai também para a minha vida patrimonial. Por mais que eu ame esse casarão e tantos casarões daquele bairro, se eu estivesse lá agora, eu sairia. E deixaria, sem nenhum temor, assim... Levaria todas as minhas lembranças, porque é só o que a gente leva mesmo. E tentaria me reorganizar, porque tem jeito para tudo.

No primeiro momento, é correr para a Defesa Civil – cadê o Dinário? –, é abrir o processo, não é? Mas a gente se reinventa. Eu sei que é difícil para uns e para outros, mas vai ser possível, cada um, na medida do seu conhecimento, na medida da sua coragem, na medida da sua disposição, vai se reinventar em outros locais.

Cabe ao Poder Público segurar um pouco e proteger essa demanda que vai existir. Quando as pessoas tiverem que sair, vai haver um inchamento populacional em outros cantos. É como água: você empurra daqui, ela vai correr para outro canto, não é? Vai haver um inchamento de trabalho informal nas praias, seja de criança, seja de adulto. Todos esses fenômenos vão acontecer. Vão acontecer os fenômenos físicos e geológicos e vão acontecer fenômenos sociais. As instituições têm que estar de olhos abertos, têm que estar amparando.

Agora, o que eu mais falo, Senador, é sobre a questão da celeridade. Veja: um grupo de trabalho desse, do dia 20 de fevereiro para cá, a gente já conseguiu toda essa coisa. E não foi intimidando, não,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para fazer Termo de Ajustamento de Conduta, senão vai pagar a multa tal. Não. Na verdade, eu começo pedindo. Eu acho que pedir é o primeiro passo; depois, aí vamos lá para enquadrar se a coisa...

Por exemplo, a Eletrobras – eu fiz questão de reafirmar –, a postura dela não é uma postura condizente com o princípio da função social da propriedade. E fica uma incógnita: por que ela está tirando uma rede de distribuição e redistribuição do bairro do Pinheiro? Ela não está aqui para responder, mas eu vou fazer essa pergunta. Entende?

Então, assim, a situação existe, é um fato, há uma tragédia social e econômica, os órgãos públicos têm que estar atentos para isso, mas a gente pode acelerar como? Agindo também.

Eu gostei da postura da colega da Ufal, que colocou aí que já treinou as psicólogas para dar um apoio. Então, começa-se com esses pequenos procedimentos. "Da minha parte, o que me cabe?" "Vou fazer." "E da sua?" "Faça." Agora, se ficarem esses trâmites...

Por exemplo, a minuta do projeto de lei já está pronta. A audiência pública na Câmara de Vereadores vai ser quinta-feira. O ideal é que já se tenha essa minuta pronta para mostrar para a sociedade e para os empresários e acalmá-los: "Está tramitando, já saiu do Messias, da Finanças, está tramitando, vai para a Procuradoria. O que eu faço?" Eu ligo para o Dr. Diogo. Eu digo: "Dr. Diogo, meu filho, por favor, dê uma pressinha aí!" E as coisas se mexem.

Mas, fechando a pergunta: eu sairia também.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – O.k.

Eu aproveito este momento também para registrar a importância de todos aqueles que estão participando ativamente através da ferramenta e-democracia, lincada com esta Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização, Controle e Defesa do Consumidor. Estamos sendo porta-vozes dessas pessoas também. Algumas falas aqui já responderam a essas perguntas, mas é importante registrar que, neste momento, Manu Melo, Maria Emília Sandes da Silva, Natália Rodrigues, Didier, Patrícia Brito, Junele Vieira, Mário Henrique, Mauro Araújo – esse pelo telefone –, João Medeiros, Miriam Moraes, Isabela Maria, Mário Henrique Bastos de Lima, Karen Vivian, todos esses, aqui já se manifestaram de alguma forma. E um tema reiterado aqui é justamente falando que não está fácil, que mandar sair é fácil, a questão é criar condições para essas famílias – de fato, é. Então, a gente tem que ter um foco nisso também. A nossa responsabilidade também é por esse caminho.

Esta Mesa aqui tem uma atribuição, a Mesa anterior tem outra atribuição, a primeira também. Com certeza, quem pode dizer que tem que sair passou por aqui, quem pode dizer como sair passou por aqui, quem vai dizer o que vai acontecer lá na frente também está por aqui. Então, todos os agentes estão aqui focados com o mesmo objetivo, que é justamente elucidar essa situação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, sendo assim, para finalizar esta Mesa, antes de abrir aqui um pouco mais, eu passo a palavra para o Dr. Ricardo Moraes, Presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB.

Boa tarde, Ricardo.

O SR. RICARDO SOARES MORAES – Boa tarde a todos.

Quero saudar o Presidente desta audiência, o Senador Rodrigo Cunha, parabenizando-o por sua atitude corajosa, pelo que falou, mas necessária.

Peço vênia a todos os demais, às autoridades aqui, principalmente aos moradores do Pinheiro aqui presentes, para saudar todos na pessoa do morador do Pinheiro Joelinton Barbosa Góis, uma figura emblemática nessa luta, pelas circunstâncias que aconteceram lá. Eu saúdo todos os presentes aqui na pessoa do Joelinton.

E eu vejo que todos estão aqui advogando a causa do bairro do Pinheiro. No sentido *lato sensu*, todos estamos sendo advogados, estamos intercedendo, mediando, defendendo, e a OAB não poderia ficar fora disso. Eu sinto a OAB muito pequena, com uma participação muito pequena, pela sua atribuição, pela sua competência talvez no que tem feito, mas a gente tem se colocado à disposição, participado em todas as instâncias, reuniões, audiências públicas, intercedendo, cobrando também, fiscalizando e temos tentado, na medida do possível, fazer essa instituição, que é tão importante na sociedade civil brasileira historicamente falando, também atuante nessa causa e nesse fato trágico.

Talvez ninguém pensasse na dimensão que se está traçando para esse quadro. Eu acho que, quando iniciou o problema lá, em meados de fevereiro do ano passado, ninguém acreditava que o problema chegasse nesse nível, mas a gente vai se surpreendendo e se assustando cada vez mais com as conclusões e se vendo impotente muitas vezes. Eu acho que a gente se vê impotente, o Poder Público e as instituições se veem impotentes diante dessa situação.

Algumas manifestações, como, por exemplo, a do Dr. Thales... Até hoje ele disse que a natureza avisa quando alguma coisa vai acontecer. Em uma das entrevistas que ele deu, ele disse assim: "(...) os condicionantes geológicos, a natureza, a crosta da terra está nos avisando que alguma coisa especial está acontecendo no bairro [do Pinheiro]". Ele falou isso já há alguns meses, e a gente vai comprovando isso cada vez mais. E essa coisa especial demonstra ser um desastre, infelizmente, mas eu espero que isso possa ser evitado ainda e, no que for possível, os esforços para evitar que isso aconteça, como foi falado aqui muito pelos representantes do Ministério Público, agora, por último, pela Dra. Rosemeire... Que a gente possa trabalhar e acabar. Eu acho que, nas horas de crise e nos problemas, a gente se une, a gente acaba com as diferenças, diferenças político-partidárias, diferenças ideológicas, nessa hora qualquer diferença que possa haver...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente vê a integração. Parabenizo todas as instituições que estão atuando. O Ministério Público tem atuado de forma muito pujante, as mulheres do Ministério Público Federal e do Trabalho, os homens do Ministério Público Estadual – só tem homens no Estadual – e a Comissão.

Como OAB, eu queria aqui já interceder para trazer algumas coisas. Eu acho que, independentemente de quem tenha recomendado, eu parabenizo, como muito bem ressaltou a Dra. Rosemeire, a participação da Braskem, que, ainda sem determinar a culpabilidade, tem tentado participar desse projeto e tem auxiliado.

Eu vi algumas medidas que foram propostas por especialistas e foram trazidas aqui exatamente. Eu tirei foto desse quadro e eu já advogo essa situação porque a gente também tem que começar a fazer alguma coisa, mais do que tem sido feito.

O quadro diz assim: um sistema de drenagem superficial ou provisório. Se o problema é a chuva, vamos trabalhar para que isso seja evitado com um sistema de drenagem e de escoamento dessa água para que isso possa ser evitado. Recomposição dos vazios nas ruas, reforço do terreno com injeção de pasta de cimento em edificações impactadas, instalação de marcas...

Eu peço até permissão para usar a recomendação e advogando essa causa.

É necessária também a contratação de serviço de inspeção dos imóveis prediais que já estão deteriorados, a instalação de sensores pluviométricos, a instalação de geomanta para as encostas, a instalação de videomonitoramento para as áreas impactadas, a instalação de um *call center*, equipamentos para a central, instalação de alarme sonoro, sinalização de rotas de fuga, entre outras, e, principalmente, a integração de todos esses órgãos. O que foi proposto aqui pelo Senador Rodrigo: a questão da integração de um grupo em que você possa, de certa forma, centralizar todas essas informações. Apesar de a Defesa Pública estar trabalhando, é preciso que haja uma integração entre todos os órgãos.

E eu acredito que a forma de contribuir... E a OAB se propõe a se colocar à disposição também, a participar, a dar voz a isso. Esta é a contribuição material que eu faço agora – já encerrando a minha fala –, não em nome da OAB, mas em meu nome pessoal neste momento. Eu quero terminar deixando uma mensagem para o povo, para a sociedade, para os moradores do bairro do Pinheiro, para todos nós.

A gente vive em um Estado laico. O Estado laico não permite a imposição de uma religião. A interpretação correta é que o Estado laico permite a liberdade de manifestação de qualquer crença, de qualquer fé. E eu, em meu nome pessoal, deixo uma mensagem para os moradores, aqueles que estão numa situação de impotência, de incapacidade. Uso as palavras do salmista – Salmo 121 – quando ele diz assim:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> Elevo os meus olhos para os montes. De onde me virá o socorro? O meu socorro vem do Senhor que fez os céus e a terra. Ele, o seu protetor, está sempre alerta e não deixará que você caia. O protetor do povo de Israel nunca dorme, nem cochila. O Senhor guardará você. Ele está sempre atento ao seu lado para protegê-lo. O sol não lhe fará mal de dia, nem a lua, de noite. O Senhor guardará você de todo perigo; ele protegerá a sua vida. Ele o guardará quando você for e quando voltar, agora e sempre.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Dr. Ricardo, parabéns por também trazer a fé neste momento. Eu acho que é importante. Com certeza, as pessoas que lá estão nos assistindo se apegam – não é aos políticos, não é aos órgãos públicos – à fé em primeiro lugar e têm esperança em dias melhores.

Foi muito bem dito por V. Exa. que a nossa responsabilidade tem limites. Inclusive, você retirou o seu cargo – digamos assim – e se colocou como pessoa. E é com este espírito, de a gente humanizar cada posicionamento nosso, que nós devemos agir daqui para frente, e assim sempre.

Parabéns pela fala de V. Exa.!

Mas, só por curiosidade, queria saber de V. Exa.: se tivesse parentes com residências localizadas no bairro do Pinheiro, levando em consideração aquelas demarcações que foram feitas há quase um ano e que não foram atualizadas ainda, e depois de assistir a uma apresentação como a que tivemos hoje, qual seria a orientação que daria para essas pessoas?

O SR. RICARDO SOARES MORAES – Eu peço permissão para usar as palavras da Dra. Roberta, sendo bem cauteloso, para dizer que eu recomendaria a saída se a pessoa estivesse nas áreas já demarcadas, nas construções que já estão, de certa forma, com as eficiências declaradas. Mas, pelo que a CPRM aqui demonstrou na questão das chuvas, no momento de chuva, o que foi explicitado aqui de forma técnica é que o bairro todo deveria ser desocupado. Mas, por mim, eu penso... Neste momento talvez não tenha capacidade técnica para dizer que todos desocupem o bairro. Eu vou ser bem franco: não teria, e não faria, de todo o bairro, a não ser das regiões já identificadas ou em caso de chuva, porque essa foi a recomendação técnica.

E eu espero que o que venha a se descobrir depois, o que venha a se diagnosticar, não seja tão grave quanto o que parece, essa é a minha esperança ainda.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Isso! Porque essa é a recomendação, inclusive, do Ministério Público Estadual, formalizada. É justamente:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que, na área vermelha, já deve ter essa desocupação e, em situações de chuva, nas áreas amarela e laranja.

Mas eu tiro por mim: se eu morasse também nessa região... Quando eu durmo, eu só acordo com alarme. Então, ou se tem um sistema de alarme instalado nas ruas, ou o telefone tem que tocar, porque, se chover à noite e eu estiver dormindo, como é que vai ser essa situação?

Então, também é necessário, diante desse fato... Inclusive, são chuvas aqui que, para mim, serão corriqueiras: de 30mm, diante daquilo que historicamente é estabelecido no mês de abril, é algo natural. Então, tem que se ter, já diante de toda essa situação...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – ... se todos falaram dessa forma, já esse plano de sonorização, digamos assim, para que as pessoas fiquem alertas nessa situação.

Então...

O SR. JOELINTON BARBOSA GÓIS (*Fora do microfone.*) – Sr. Presidente. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Sim, pois não.

O SR. JOELINTON BARBOSA GÓIS – Comento o que V. Exa. falou, falo da minha experiência: não tinha alarme, mas eu ouvi um barulho muito grande. A impressão que eu tive foi a de um carro bater e um portão, mas não era; era a casa que estava rachando ao meio. Então, assim como, no meu caso, graças a Deus, não foi nada mais grave, eu poderia também ter continuado a dormir e a casa ter caído em cima de mim.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Isso.

Muito bem. Então, só para finalizar aqui este bloco, quero dizer à Dra. Roberta que as recomendações feitas pelo Ministério Público Federal também serão abraçadas por esta Comissão. Aqui serão colocadas também como prioridade absoluta, para somar forças nesse sentido.

Sendo assim, agradeço a presença dos oradores aqui presentes e convido para compor o próximo bloco os representantes da sociedade civil.

Inicialmente, convido o representante do Núcleo Comunitário de Defesa Civil de Maceió (Nudec), Maurício Mendes; o representante da Associação dos Empreendedores do Pinheiro, Alexandre Sampaio; representante do S.O.S. Pinheiro, Geraldo Vasconcelos de Castro Júnior; e o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente da Comissão Especial de Inquérito da Câmara Municipal de Maceió, o Vereador Francisco Sales. Por favor, peço para se fazerem presentes aqui nesta Mesa. (*Pausa.*)

Primeiramente, quero agradecer a paciência dos senhores, agradecer também todos aqueles que fizeram contato para estarem aqui presentes. Vi que houve uma grande mobilização, inclusive nas redes sociais, até para fazer vaquinha em alguns casos; em outros, para terem acesso a esta Comissão, à secretaria desta Comissão, solicitando inclusive a presença aqui, e o nosso objetivo é dar uma maior representatividade. Então, todos que aqui estão conhecem a vida do Pinheiro, todos que aqui estão são vítimas, de certa forma, dessa situação que está posta e estão com oportunidade de representar essas pessoas que também os identificam como sendo referências na comunidade; e de multiplicar também... E aqui a responsabilidade: eu peço também aos senhores para que multipliquem de fato o que for passado aqui, não apenas o que for passado pela mídia, o que já circula pelos grupos de WhatsApp, mas, sim, a realidade do que foi exposto e de quem está aqui se propondo a somar forças.

Sendo assim, gostaria de dar início, pela ordem, a este quarto bloco, em que a sociedade civil está aqui representada. Todos que são moradores do Pinheiro têm trabalho nesse sentido.

Convido o Sr. Maurício Mendes, que é representante do Núcleo Comunitário de Defesa Civil de Maceió, para expor os seus posicionamentos.

O SR. MAURÍCIO MENDES – Boa noite a todos! Boa noite à Mesa!

Inicialmente, gostaria de agradecer ao Senador Rodrigo pelo convite. Gostaria de agradecer também à Deputada Tereza Nelma por todo o apoio e a assistência que nos tem dado. Dentre os demais, quero agradecer à Dra. Roberta, do Ministério Público estadual, ao Dr. Carlos, que acabou de sair, da Defensoria, e a todos os demais.

Senador Rodrigo, quando nos foi enviado o convite... Foi passado que eu sou morador, que eu não represento o Nudec, mas eu posso falar sobre o que desejarem e responder também dentro das minhas possibilidades. Eu vim para tratar como morador, mas nós temos um representante do Nudec aqui. Se o senhor quiser falar com o representante do Nudec, eu posso apresentá-lo à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Quem representa o Nudec?

O SR. MAURÍCIO MENDES – Hoje é o Joelinton.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Joelinton, por favor, também aqui presente. Essa foi a informação que eu recebi aqui. Mas venha para cá. Você é bem-vindo. Quem mais falou aqui foi ele até agora, não é? Mas tem muito a dizer ainda.

O SR. MAURÍCIO MENDES – Poderia dar continuidade como morador?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL. *Fora do microfone*.) – Sim.

O SR. MAURÍCIO MENDES – Perfeito.

Diante do exposto, de antemão quero até já me desculpar. Apesar de não ter sido com a sua pessoa, eu fui uma das pessoas que criticou a sua fala na sexta-feira. Eu me desloquei da minha residência, às 10 horas da noite, e fui perguntar ao Dinário qual a realidade do fato, o que ele sabia que a gente não sabia, o que o Senador sabia que a gente não sabia. E eu fui uma das pessoas que o criticaram. Diante do exposto hoje e pelo que foi apresentado e que foi visto, eu retiro a crítica que lhe fiz, mesmo não tendo sido dirigida a sua pessoa diretamente.

Pessoal, estamos há um ano, exatamente um ano e 18 dias, longe dos nossos lares. O Joelinton saiu um pouco antes. Em seguida, saiu a gente, dois blocos de apartamentos denominados Blocos 7-A e 7-B, onde essa bendita rachadura passou cruzando vias, cruzando casas e cruzando o edifício que a gente morava, edifício simples, popular, três pavimentos, mas era o nosso castelo. Evacuamos esse prédio, 24 famílias, 24 mudanças num único dia, exatamente um ano atrás. Até hoje esperamos...

De dezembro para cá, quando foi decretado o estado de emergência, quando foi divulgada a questão do aluguel social... Já tínhamos pleiteado isso na primeira audiência pública, em 12 de março de 2018, onde se fez presente a Câmara dos Vereadores, a Tereza Nelma, que era Vereadora, e nosso amigo Francisco Sales, que é morador do bairro estava presente também, dentre outros tantos Vereadores. Lá já pleiteávamos isso. Não sabíamos, na verdade, o que demandava o problema, até porque, da maneira como foi passado, achávamos que seria tão somente aquilo ali, mas a gente não quis denominar isso simplesmente na audiência da Câmara. Quem está presente e participou da reunião pode confirmar isto: nós não denominamos moradores do Divaldo Suruagy, nós denominamos moradores do Pinheiro.

Eu digo que ganhei um irmão nessa causa depois de tanto estrago, que foi a pessoa do Joelinton. Se não fosse isso, não o teria conhecido, mas com as rachaduras que verdadeiramente apareceram no dia 15 de fevereiro, nós percorrendo a rua depois que uma grande intensidade de água se formou, aproximadamente um metro de água, principalmente na frente da casa do Geraldo, que dá de frente à Divaldo Suruagy, e por cinco minutos, no máximo, essa água se dissipou toda, a água evaporou... Quando essa água evaporou... Na casa do amigo Geraldo, vizinho, eles colocam uma coisa para conter a água para não entrar no imóvel porque, por diversas vezes, o vizinho ali da amiga da D. Salete, que é encostada à casa de Geraldo, os filhos dela, os sobrinhos tinham que levantar essa bueira para que a água descesse.

Então, assim, após essa água dissipar toda, essa água descer, a gente percorreu a rua saindo de dentro do Suruagy 7-A, percorreu o local vizinho à casa do Joelinton, que é a rua da igreja, e vimos um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

imenso buraco na rua da casa em que o Geraldo morava, um imenso buraco, e começamos a observar que ali passava como se fosse um raio cortando aquele espaço. E saímos percorrendo o sítio ao lado da igreja, os muros rachados, o que causou aquele impacto na hora.

Tudo bem. Os apartamentos racharam, então pode ser uma coisa estrutural. Vamos pensar em consertar, vamos pensar em ajeitar. O pessoal da Defesa Civil esteve lá, nos deu um excelente apoio dentro das possibilidades deles. Naquele momento não se sabia o que era, mas 20 dias depois veio o tremor. Esse tremor... Nada mais... Sim, só complementando. Após a visita da Defesa Civil, chamaram a Seinfra, foram lá, taparam os buracos, fizeram os consertos das vias. Quinze ou vinte dias depois houve o tremor, também após dois dias de chuvas torrenciais que aconteceram em Maceió.

Os mesmos buracos, as mesmas rachaduras, nos mesmos locais, voltaram a se abrir, só que dessa vez com intensidade maior. Isso foi exatamente no dia 3 de Março de 2018. Foi um caos naquele perímetro em que a gente habitava. Nesse exato dia saíram essas 24 mudanças e, posteriormente a isso, houve a primeira audiência pública, já no dia 12 de março. Conseguimos levar alguns vereadores para dentro do conjunto para tentar mobilizar a população que ali morava em circunvizinhança e, naquele momento, há um ano, nós éramos taxados de doidos, que a gente queria desvalorizar o imóvel dos outros, que a gente não estava contribuindo em nada com o bairro, que o problema era nosso porque só tinha rachado o 7-A, o 7-B, a casa do Joelinton e o muro do Daniel, que fica logo após. Nem ao sítio a gente teve acesso naquela oportunidade.

Só que os dias foram se passando e começamos a observar várias pessoas, pedreiros, alguma coisa de engenheiro, uma coisa ou outra, se movimentando no bairro. Só que o pessoal fechava as portas e não mostrava para os vizinhos que ali havia um problema, que no Bloco 8 também existia um problema. Isso foi omitido. Foi sendo omitido, foi sendo omitido, e as coisas começaram a se agravar, a tomar outra proporção, até chegarmos aos dias de hoje. E não adianta aqui, hoje, procurar colocar chifre no cavalo, procurar um unicórnio. Não vai adiantar, porque o problema já está aí, o problema já existe.

Eu ouvi as promotoras falando que precisaria haver uma causa, que precisaria haver um laudo, alguma coisa. Eu acho que, na verdade, a gente já tem, porque isso é a soma de tudo o que foi feito com o bairro do Pinheiro até hoje: trinta anos sem um governo nos dar um saneamento básico digno; trinta anos sem a Prefeitura Municipal de Maceió nos dar um esgotamento de águas pluviais digno – dentro do Divaldo Suruagy eu tenho duas bocas de lobo para escorrer toda essa água que passa.

Então, já existe um causador. O governo também é causador. Quem foi que deu uma concessão para a Braskem explorar dentro de um bairro urbano? Já existe culpado. Agora é saber qual o dano e qual a proporção de culpa que cada um desses tem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ah, eu ouvi o caso do Jorge da Casal. Ele fez uma fala na Assembleia Legislativa dizendo: "Ali era um bolsão. Ali não poderia ser construído". Mas, quando eu fui comprar um apartamento lá, ninguém disse isso. Quem foi que deu a liberação quando eu fui morar no Conjunto Divaldo Suruagy, perto de 1990? Os prédios altos que havia eram o Divaldo Suruagy e o Jardim Acácia, que era ao lado da casa de Geraldo. O andar alto que tinha era três pavimentos: térreo, primeiro e segundo andar. O único prédio alto que havia na circunvizinhança era o Empresarial Miguel Palmeira, que ficava na Fernandes Lima, de esquina, que hoje é um banco. Aquele era o prédio alto que existia.

O bairro cresceu, não havia saneamento, são fossas, vários poços, e aí vem aquela história da tábua de pirulito, que é tudo picadinho. Mas quem foi que concedeu alvará para a construção de edifícios verticais de 10 pavimentos, de 12 pavimentos, de 15 pavimentos em todo o entorno do Pinheiro? Se a gente já não tinha o saneamento para essas famílias que ali estavam... E, com esses prédios que foram construídos, 10 pavimentos com... Vou dizer o caso do Tibério Rocha: 10 pavimentos, 12 pavimentos, quatro apartamentos por andar... São duas torres. A gente tinha praticamente cem famílias num único local ali. Aí vem o caso do José Tavares. E para onde vai toda essa água de esgotamento, de banho, de fezes, de urina? Para onde vai essa água toda?

Foi falado pelo presidente da Dacal que havia um projeto de saneamento ali, só que não interligava, só chegava até o Cepa. Foi feito um edifício e, depois de muito tempo, começaram a surgir os problemas. Para poder ter a liberação, que é o caso do Spazio Vitá, a construtora teve que fazer a parte de saneamento por conta própria – depois do prédio já praticamente entregue – e levar esse saneamento até o Cepa. Então, se essas autoridades sabiam que tudo isso existia, então já são corresponsáveis, sim, por terem dado esse alvará para novas construções. São corresponsáveis.

Hoje, acho que a audiência...Volto a parabenizar o Senador Rodrigo pela iniciativa, pela condução da reunião. Acredito que realmente é preciso que se ponha em prática e se leve à frente o que está se propondo, de fazer realmente uma comissão...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAURÍCIO MENDES – ...que aja – todo mundo – em prol de um único objetivo, que é a solução para o bairro do Pinheiro. Tenho esperança ainda de voltar para lá, é um bairro bom.

Então, temos de dar as mãos. A gente tinha um embate, até a última reunião que tivemos com uma pessoa do Ministério Público Federal, em que a Dra. Roberta disse as seguintes palavras: "Sou conciliadora. Quero que, de hoje em diante, vocês coloquem uma pedra em cima, porque, se governo municipal e governo estadual não se entendem, a população também não se entende. E não estavam se entendendo muito mais." Depois da fala dela a gente tentou, se não se entender, pelo menos não se agredir, respeitar o trabalho do outro. Se é em prol da mesma causa, se é em prol do bairro do Pinheiro, a gente tem de, realmente, dar as mãos para um único objetivo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Procurar agora se foi certo, se foi errado, se foi o correto ou se não foi, é procurar chifre em cabeça de cavalo. Se querem solução, vocês têm o poder, vocês foram eleitos. Nós, como comunidade, somos sempre, com todo o respeito a todos, os excluídos, os últimos a serem ouvidos, os últimos a serem olhados.

Fica aqui este meu desabafo. Espero que todos mantenham o mesmo respeito para que todos, também, sejam respeitados.

Obrigado também ao Chico, ao Chico Filho, que nos deu um apoio muito grande, dentre todos os demais. Falo com o coração. Tentei hoje me segurar e vou conter a emoção... Agora, assim, quando me lembro de que, há um ano, saímos, tiramos de lá o meu pai, deficiente visual, mudando toda uma história de vida, planejada, esperando tudo o que aconteceu até hoje e, às vezes, até ser mal interpretado, dói, dói de verdade.

Obrigado mais uma vez. Estou à disposição de todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Maurício, primeiramente quero pedir desculpas aqui pela indicação, como se fosse o representante do Nudec. O que importa é o que você sente na pele. Então, você...

O SR. MAURÍCIO MENDES (*Fora do microfone.*) – Eu faço parte do Nudec.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Você não é o representante, mas faz parte. Então isso é um detalhe.

O SR. MAURÍCIO MENDES – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – A gente, que está na política, pode ter certeza, sabe que às vezes as pessoas recebem mensagens e não sabem todo o contexto. Mas, diante da minha responsabilidade, acho que você sentiu o que me fez fazer esse alerta.

Meu amigo, a gente tem de abraçar este momento agora para que, primeiro, daqui a 30 dias, no máximo – foi dito dia 30 de abril –, possamos pegar esse relatório final, porque todos criam uma expectativa. Mas, antes disso, como falei, a gente vai andar na rua; antes disso vai chover e, então, antes disso, a gente tem, sim, que se preocupar com as pessoas. E se pedirem uma prorrogação? Então, não é assim. Eu acho que esse alerta foi importante, sim, para que a gente possa ter um desencadear um pouco mais célere.

Sendo assim, também... Ainda temos muito a ouvir. Eu gostaria de passar a palavra para o Sr. Alexandre Sampaio, representante dos empreendedores do Pinheiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero inclusive dizer, Alexandre, que assisti – acho que foi ontem, mas assisti hoje de manhã – a uma entrevista no noticiário lá de Alagoas falando de uma pesquisa da Fecomércio. Então, se o senhor pudesse até reforçar a importância econômica para o Município de Maceió, já que a gente está falando aqui mais da parte humana, da parte sensível do ser humano... Precisamos falar também da parte econômica, do quanto isso afeta o PIB, do quanto isso afeta os empregos. Então, se pudesse também puxar um pouco para esse lado, acho que seria bem interessante.

Com a palavra V. Exa.

O SR. ALEXANDRE SAMPAIO – Por gentileza, a minha apresentação.

Senador Rodrigo Cunha, em seu nome eu cumprimento todos os presentes.

Eu gostaria de dizer que, desde o tremor de 2018, tivemos três fatos realmente relevantes para a sociedade de Alagoas e para a questão do bairro do Pinheiro.

O primeiro deles foi a criação do SOS Pinheiro, na liderança do Sr. Geraldo e da equipe que está aqui representada. Foi o SOS que trouxe à tona algo em que se estava colocando panos quentes e, nisso, ele tem um papel, junto com a sua equipe, histórico.

O segundo grande fato, eu diria, foi um evento do Ministério Público, no qual a gente ouviu muita gente, mas pouca coisa foi feita efetivamente de concreto, e aí surgiu a Dra. Rosemeire, com o Ministério Público do Trabalho, que deu encaminhamentos concretos para as coisas que precisavam ser decididas.

E o terceiro fato foi a sua declaração no Ricardo Mota, na sexta-feira da semana passada. Na segunda-feira eu falei sobre ela. Você cumpriu um papel fundamental, porque, mesmo com as implicações – eu já falei sobre isso na entrevista –, se você não fizesse essa provocação, nós não estaríamos aqui hoje e não teria sido dada a importância à situação que ela veio a ter. Então, o senhor também cumpriu um papel histórico nesse momento.

Eu gostaria de agradecer sobretudo o apoio, neste momento que a gente está vivendo, da Fecomércio, do Sebrae e do Ministério Público do Trabalho.

Aqui eu gostaria de buscar uma aproximação com o Ministério Público estadual e com a Defensoria Pública, com os quais a gente ainda não conversou, mas o Sebrae tem sido fundamental no apoio aos empresários, assim com a Fecomércio.

A gente foi muito bem recebido lá, imediatamente se fez uma pesquisa, a gente participou da elaboração dessa pesquisa e ela está na página do SOS, está na página do nosso Facebook, está na Fecomércio e está no Sebrae.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa pesquisa visa entender melhor qual é a situação atual, porque a Fecomércio fez uma primeira pesquisa em que constatou – eu acho que esse dado já é público, mas eu vou reforçar a seu pedido – que nós temos 2.700 empresas com CNPJs ativos no bairro. Em mais de 95% dessas, os gestores e os empreendedores dependem exclusivamente do seu funcionamento para sustentar suas famílias. Elas movimentam entre R$1 bilhão e R$1,3 bilhão por ano e geram entre 30 e 39 mil empregos.

Surpreendentemente – eu estou aqui desde o início –, pouca coisa se falou sobre as empresas e sobre o impacto que essa crise teve, mas nós estamos aqui – e eu agradeço o convite que o senhor nos fez – para que a gente possa esclarecer isso.

Ser empreendedor no Brasil já é um desafio gigante. Ser empreendedor no Estado de Alagoas é mais difícil ainda, pois é um dos Estados mais pobres da Federação, onde circula pouco dinheiro. Ser empreendedor depois da crise que a gente viveu nos últimos três ou quatro anos foi quase uma tarefa hercúlea, foi quase um milagre sobreviver. E, depois dessa crise, os empreendedores no Pinheiro enfrentam agora esse problema.

Esse problema gera... A tragédia econômica a que a Dra. Rosemeire se referiu já foi provocada pela letargia da resposta das autoridades. Eu sou obrigado a salientar que, se havia um ofício da CPRM, que você mesmo citou, há seis meses, hoje a gente está na beira do abismo. Dizer que o Estado cumpriu todos os seus papéis é quase uma brincadeira com a sociedade de Alagoas, com o bairro do Pinheiro.

Então, eu gostaria que passasse...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ALEXANDRE SAMPAIO – Aqui mesmo, não é?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ALEXANDRE SAMPAIO – Não, eu posso voltar aqui.

Então, eu quero que você saiba, Senador Rodrigo, que a gente reconhece o seu esforço. Ele tem sido, e será, fundamental para a gente salvar vidas, empregos e negócios.

E eu quero dizer aqui que empregos e negócios são tão vida quanto a vida física das pessoas. Eu fico achando esquisito quando a gente diz assim... E aí, Geraldo, sem desmerecer a importância dos moradores, porque também nós somos moradores. Mas a gente separa como se fossem coisas distintas. A vida corre no bairro numa coisa fluida entre empresas e moradores, entre Poder Público, entre transportes, entre serviços. Então não dá para separar empresas de moradias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas vocês podem ver que, até agora, a gente só falou de aluguel social, só falou de evacuação de residências. Mas, enquanto vocês falavam aqui, o nosso grupo sofria e explodia de mensagens – lá no grupo dos empreendedores –, porque a pergunta que se quer fazer, na verdade...

E eu só vou trazer aqui quatro ou cinco perguntas. Como jornalista de formação que eu sou: é o *lead* do jornalismo, é o que, quando, como e por que.

Então, o que está acontecendo? Eu não vou cair no geólogo, porque... B0om, ele é especializado e eu não sou. Mas a natureza está cobrando seu preço à natureza humana. E, filosoficamente, isso tem a ver com todo o momento que o País está vivendo.

Eu sou empreendedor, eu acho que as licenças ambientais têm que ser concedidas, mas a fiscalização é decisiva para que a gente mantenha o equilíbrio entre a presença humana e a natureza.

A segunda coisa é que eu acredito que as fissuras no caráter empresarial levam à produção insustentável e ao uso indevido do poder. Não tenho dúvida, Senador Rodrigo Cunha, de que nós demoramos muito para chegar a este ponto em que nós estamos aqui por conta dessas fissuras do caráter, por conta do braço invisível do poder econômico, que saiu manipulando individualmente muitos agentes para que impedissem que a gente tratasse a coisa com a transparência com que está sendo tratada neste momento.

E a nossa sociedade precisa fazer uma escolha: as coisas ou as pessoas. E eu afirmo que, até este momento, a escolha foi pelas coisas, porque, se tivesse sido pelas pessoas, nós já teríamos evacuado esse bairro, mas de uma maneira responsável.

Quem são os responsáveis pelo que a gente está vivendo? Eu gostaria aqui de fazer propostas concretas. Até agora todos os agentes públicos que participaram desse processo estão batendo cabeça em Alagoas. Então, federalizar e unificar o comando das operações no bairro do Pinheiro é algo fundamental para a sobrevivência física das pessoas e econômica das empresas. Não podemos tratar mais esse problema com a irresponsabilidade com que o tratou a Defesa Civil estadual, municipal e federal; com que o tratou o Governador, ausente deste debate – ele deveria estar aqui neste momento – ; da maneira como o Prefeito também agiu até agora, que se omitiu até o momento. Eles estão dando o recado para os seus subordinados, o recado da omissão.

Quando o chefe da empresa comete um erro, ele está sendo espelho dos seus colaboradores. Então, sem a participação da comunidade, do movimento SOS Pinheiro, da Associação dos Empreendedores no Bairro do Pinheiro, para que a unificação e a federalização desse comando aconteçam, a gente vai ver aqui um caos. Tudo o que aqui que se discutiu vai ser balela se não houver uma federalização e um comando real, está certo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu sou obrigado a dizer aqui que eu me assusto quando as autoridades dizem: "O bairro terá que ser evacuado imediatamente; a área vermelha terá que ser evacuada imediatamente; as áreas laranja e amarela, no quadrante de chuva." Gente, são 2,7 mil empresas, 21 mil pessoas. A última vez que a nossa imobiliária fez um levantamento sobre estoque de imóveis, havia cinco mil imóveis em estoque na cidade de Maceió. A gente tem 21 mil pessoas que precisam ser evacuadas. E aí, Senador?

As pessoas estão brincando com a vida. A gente viu aqui muitos discursos, mas até agora não há integração nenhuma, Senador, eu afirmo, entre nenhum órgão.

Quer ver um exemplo mais prático? Até um dia atrás, a gente estava discutindo área vermelha, laranja e amarela, e o Dr. Thales já tinha a imagem de satélite que mostra que é só, como o Vereador Chico falou, uma meia lua que envolve tudo. Falar de área laranja, amarela e vermelha é uma irresponsabilidade neste momento.

Então, a gente também sugere, Senador, a criação do Observatório do Pinheiro, a exemplo do Observatório de Brumadinho, juntar CNJ e Ministério Público Federal para fiscalizar todo o processo e ajudar na responsabilização dos culpados.

Nós acreditamos que, do jeito que as coisas estão sendo conduzidas no Estado de Alagoas... E há evidências claras – só não vê quem não quer – de que o braço econômico está manipulando, silenciando as ações na velocidade com que elas deveriam ter sido tomadas.

Aí é uma escolha dos senhores aqui. Vamos unificar e federalizar esse movimento, mas ouvindo os empreendedores e os moradores, porque tomar decisão em gabinete...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALEXANDRE SAMPAIO – ... e depois a gente não saber quais as implicações reais do que a gente está falando não faz sentido.

O senhor me permite mais um tempo?

A Força Nacional deve assumir a segurança no bairro. Nossa polícia estadual e municipal não tem a menor condição nem estrutura para... Imaginem uma evacuação de todos os imóveis, 2,7 mil empresas com as portas fechadas, com seus estoques lá, com equipamentos caros, famílias deixando suas casas e duas viaturas fazendo ronda no bairro: isso é uma piada! É preciso que a Força Nacional esteja preparada para, num momento de evacuação... Os empresários e moradores saem e a Força Nacional entra. Se isso não acontecer, vai haver saque, invasão, violência e, quando a gente voltar, a tragédia já estará estabelecida. Aí haverá dois problemas, como alguém já disse aqui: o problema de quem saiu e, depois, desocupar quem ocupou irregularmente.

Quando? Essa é a pergunta que todos estão fazendo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu peço licença e até desculpas pela ausência do Ministério Público estadual aqui, mas qualquer pessoa nesta sala, diante desse problema, que disser que tem de evacuar sem dizer como e sem dar condições para isso acontecer está sendo tão criminosa quanto aqueles que estão, neste momento, silenciados e omissos. Eu falo aqui do Governador e do Prefeito da cidade de Maceió.

Então, liberação quando? Tem que sair amanhã? O governo federal, o governo estadual e o governo municipal têm que liberar imediatamente crédito para as empresas com CNPJ ativos no bairro, para que elas possam, fazendo o inventário dos seus investimentos lá, desmobilizar aquele valor e mobilizá-lo em outro lugar. A maioria dos empresários do bairro investiram tudo o que tinham nos seus negócios e esperavam receber, com o *boom* imobiliário que houve, o retorno dos seus investimentos agora. Então, estão sem capital para fazer mudança.

Eu precisei pegar dinheiro emprestado – a minha empresa fica na área laranja e na área amarela. A minha empresa precisou sair, porque era uma clínica de psicologia e os pacientes da minha esposa não queriam mais frequentar a clínica. Eu tenho uma imobiliária no bairro, mas a gente não conseguia mais movimentá-la porque os imóveis do bairro não se vendem mais.

Nós estivemos com a Fecomércio, e há dois caminhos diferentes. A gente precisa de ação agora.

Sair imediatamente do bairro só é possível se houver uma legislação específica para casos de estado de emergência ou calamidade pública em que os critérios normais para liberação de crédito sejam esquecidos e a gente possa simplesmente fazer um levantamento rápido e dar crédito com carência para que as empresas saiam do bairro e possam continuar os seus negócios. Se isso não acontecer, todo mundo aqui estava brincando com a vida das nossas empresas, dos nossos moradores, dos nossos clientes, dos nossos empregados e dos nossos gestores. Então, se isso não acontecer, esta audiência pública, Senador, não terá cumprido o seu papel, seja um decreto...

Eu estive em contato com a CNC, com a Fecomérico, com o Sebrae...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALEXANDRE SAMPAIO – ... aí, eles pedem que a gente pense nessas duas possibilidades: ou se aprova, em caráter de emergência, e, em 15 dias, uma legislação de emergência federal, ou se faz um decreto para que haja crédito.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ALEXANDRE SAMPAIO – Não, é lei federal, porque há muitos impostos e muitas coisas envolvidas nesse processo.

E a saída das empresas... Está aqui: o Ministério Público estadual chegou aqui e disse: "Vamos cortar luz, cortar água, cortar tudo e as pessoas vão pegar...". Aqui está o Flavio, que tem a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fisioteravida, com 80 funcionários. Da noite para o dia, ele vai fechar sua clínica e fazer o que com os 80 funcionários? É muito fácil mandar sair sem dizer como.

Então, é muito séria essa questão. Um amigo meu, quando eu dei entrevista no Ricardo Mota, ligou e disse assim: "É, vocês ainda têm dinheiro para sair, pior são os moradores". Com todo respeito, eu também sou morador, o Geraldo é morador, todos nós temos parentes lá, mas uma empresa, numa situação de emergência, numa calamidade ou num colapso, tem concentrados os gestores, os funcionários, os clientes. Então, é muito mais sério a gente não cuidar do que está acontecendo onde há concentração de público, que é justamente nos mercados, nos hospitais, nas clínicas, do que simplesmente chegar e dizer: "Tem que sair" e agora eu estou com a consciência tranquila. Ninguém vai ficar com a consciência tranquila com isso. Então, a gente tem que acabar com essa hipocrisia, porque é uma hipocrisia dizer: "Pode sair" sem dizer como.

Quanto? Senhores, aqui eu listei mais ou menos a quantidade de prejuízos que os empresários sofrem a cada declaração que a gente vê. Imaginem hoje 12 horas de transmissão ao vivo e o bairro Pinheiro parado assistindo a essa transmissão.

Prejuízos com a estrutura física desde 2018. Muitas empresas tiveram suas áreas rachadas e investiram de volta. Uma conselheira da nossa associação tem um salão de festas e gastou mais de R$100 mil para refazer a piscina, a cisterna, sem saber o que estava acontecendo. Agora ela não consegue pagar o financiamento imobiliário da casa e não vai conseguir fazer mais nenhum negócio.

Então, desde dezembro, quando o SOS acertadamente trouxe a público o problema do bairro, a gente sofre prejuízos diários. Teve mercado que faliu, teve clínica que precisou se mudar. A Eliana Cavalcanti, uma bailarina famosa, conhecida nacionalmente, com 48 anos no bairro, teve de ir de favor para uma escola. Ela tem casa própria e precisou se mudar.

Além disso, quando a gente faz a mudança – eu estou vivendo isso e muitas empresas estão vivendo isso –, há o lucro cessante. A gente tem que sair de um lugar e não dá para funcionar em paralelo. Quer dizer, fecha aqui – a minha empresa funcionou pela última vez na sexta-feira véspera de Carnaval –, nós alugamos com um mês de antecedência, porque já tínhamos decidido sair, um outro lugar. Ainda não ficou pronto. Então, já vai fazer um mês que três empresas não faturam, porque a gente está migrando para outro lugar. Então, qualquer legislação sobre isso tem que levar em consideração quem está no bairro e quem precisou sair do bairro, porque é uma irresponsabilidade dizer que quem já saiu já resolveu a vida. Quem saiu já assumiu os prejuízos; quem não saiu ainda não pôde assumir os prejuízos.

Depois, prejuízos com indenizações trabalhistas, multas e juros de empréstimos. Muita gente, Dra. Rosemeire – eu estive conversando com os nossos associados –, já demitiu. Muita gente já pagou indenização, nem foi para o Ministério Público do Trabalho nem foi para a Justiça. Quem estava com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

algum capital se preparou, diminuiu o tamanho e se preparou para a crise. Mas é prejuízo. E prejuízo que não foi causado pelos empresários, pelos empreendedores do bairro. Tem construtora com R$10 milhões parados.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALEXANDRE SAMPAIO – Eu posso falar mais um pouquinho?

Então eu vou seguir.

A inadimplência com os fiscos impede acesso ao crédito normal. Nós estivemos na Desenvolve, estivemos, junto com a Sebrae, o Ministério Público do Trabalho e a Fecomércio, em outros bancos. E todo mundo diz que o Banco Central bota uma lupa desse tamanho para emprestar dinheiro e num lugar em risco nenhum banco vai querer emprestar. Eu vi isso na Desenvolve. Acertadamente eles dizem assim: "Se eu não tenho a legislação específica, eu posso ser penalizado e até perder a concessão do Banco Central porque a minha operação teve prejuízo, eu fui irresponsável na concessão do crédito".

A gente está numa situação anormal de emergência e tem que haver uma legislação que cuide desse aspecto, de tudo que é tributário, do ponto de vista estadual, municipal e federal, e de tudo que é relativo a acesso a crédito, porque, se não houver acesso a crédito, as empresas não vão conseguir sair, e a gente vai ter um desemprego em massa não só dos trabalhadores, mas dos empresários, porque 95% dos empresários têm suas empresas no bairro como única fonte de sustento. Isso é dado da Fecomércio.

Então, a necessidade de isenção tributária, o que a prefeitura já começou, acertadamente. Apesar das minhas críticas ao Prefeito, eu quero elogiar aqui a Secretaria de Finanças, o Secretário Felipe Mamede, o Messias e toda a equipe técnica da prefeitura, que foram sensíveis às nossas reivindicações juntamente com a SOS Pinheiro e mudaram o decreto, transformaram num projeto de lei e o tornaram muito mais amplo.

E a renegociação de prazos e juros de empréstimos já realizados com bancos. Nossos amigos aqui têm empréstimos que vão vencer agora, no pior momento. Eles simplesmente vão ficar triplamente inadimplentes: com o Fisco, com o banco e com a sociedade.

Para concluir a pergunta é onde: para onde vão 20 mil moradores, mais do que todo o estoque de imóveis disponíveis em Maceió? Para onde vão 2,7 mil empresas com CNPJ ativos no bairro? Como mais de 2 mil famílias dos gestores se sustentarão se vão perder sua única fonte de sustento? O que acontecerá com 30 mil empregos gerados? E como acontecerá essa evacuação?

Senhores, a gente está diante de vida real acontecendo. Tem gente chorando no nosso grupo de WhatsApp.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Alexandre, é essa forma madura, essa forma correta de se posicionar que a gente espera de quem quer defender um segmento, de quem quer defender uma sociedade.

Eu aqui parabenizo todos os moradores, porque não vi ninguém fechando rua, quebrando prédios, não vi baderna. Pelo contrário, eu vejo é emoção. Todas as vezes que vi manifestações, eu vi emoção, eu vi o que você disse aqui: vida real. Então, é isso que cobra responsabilidade de quem quer que seja. Se o problema é natural, cabe a nós, cada um na sua atividade, fazer o que está ao seu alcance para proteger vidas, que é o principal. Aí você já acrescenta outro conceito para a vida, a vida econômica, já veio aqui e demonstrou por a mais b mais c porque tem que haver essa preocupação com a vida econômica.

O "como" foi perguntado aqui por várias pessoas. Eu tenho que sair de casa, mas como, mas como? São duas situações. Primeiro aquele alerta inicial aqui. É difícil, você acha que é fácil extrair essas informações que nós extraímos hoje aqui, com as pessoas dizendo que uma catástrofe está para acontecer? A Coordenadora de Defesa Civil do Estado disse a mesma coisa; o Dinário não conseguiu terminar a fala; outro afirmou que realmente algo está acontecendo: "Só não assino o papel porque quem vai fazer a leitura é outra pessoa em outro país".

Então, a situação é essa. Eu não posso chegar aqui e dizer vamos esperar essa decisão dos Estados Unidos. E se daqui a um mês chegar um pedido de reavaliação: quero um prazo a mais? A chuva, eu acho que o imperioso de tudo isso aqui é a informação de que há dez dias foi dito que, se chovesse, tinha que sair da área. Se chovesse 80 milímetros, hoje já se fala em 30 milímetros. Como foi dito aqui, foi colocado pelos maiores especialistas do País. Então, é uma situação alarmante de fato. Até que se descubra o que há, se é possível algum sistema de engenharia substituir alguma situação, que possa dar uma tranquilidade, uma segurança, tudo bem. Mas foi dito que há um mês foi feito um plano de evacuação, hoje tem que ser feito outro, porque aquela área que antes era segura hoje já não é. Estou falando de um mês.

Então tem que ter o olhar do "como". Esse "como" foi uma pergunta, e a Deputada Tereza Nelma também estava presente, feita ao Ministro Gustavo Canuto. Aqui alguns desdobramentos. Perguntaram a ele: como viabilizar a questão do FGTS para os moradores de bairro? É um aspecto, porque não é um decreto de calamidade que vai dizer isso, e sim uma mudança na legislação do FGTS aqui na Presidência. Então, foi um compromisso assumido por ele também, na mesma situação como aconteceu com Mariana: para aquela catástrofe, para a qual não havia uma previsão legal, foi feito um reajuste, e as pessoas receberam.

Então, nós cobramos aqui há quase um mês. Já chegou a hora de se chegar lá e dizer sobre aquele compromisso com o Gabinete Civil... Inclusive, o primeiro contato foi com o Ministro Onyx, para que justamente fosse feito esse ponto, e ele designou o Ministério do Desenvolvimento Regional

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para isso. O Ministro anotou e assumiu esse compromisso, como também desenvolveu uma linha de crédito especial para os empresários. Isso foi tratado no dia 26 de fevereiro deste ano.

Então será cobrada essa situação para que se possa – é o mínimo do mínimo – dar uma expectativa de futuro, de ressurgimento. A gente pensa que as coisas não podem piorar, mas receber notícias como essa é terrível. Por isso é que cobrar responsabilidade, saber que estamos, como você falou, falando de vida real... Então, aquele que for usar politicamente isso aqui, apague isso aí. O povo não é tolo, todo mundo sabe quem é quem nesse Estado. Então o que é possível para somar forças... Eu digo que aceitem ajuda, somem, cobrem, vamos organizar.

E o que você falou aqui, a federalização, foi o que a Dra. Roberta botou por escrito ontem. É isso. Abrir foi a primeira fala e também foi essa. Eu já cheguei aqui... Porque eu sinto isto: com cada pessoa com quem eu falo, a vontade é de ajudar, mas às vezes não há uma coordenação e a força necessária para isso. E aqui foi dito pelo Armin Braun que algo está internalizado nacionalmente, já há um conselho para isso. Então vamos fazer esta sala de situação com os outros órgãos, e que se envolvam e que se instalem lá também, que chamem a Defesa Civil nacional, que ela chame as de outros Estados como é feito com forças-tarefas da Defesa nacional, e se consiga um resultado de imediato.

Então é esse o objetivo de isso tudo aqui.

O SR. ALEXANDRE SAMPAIO – E que não se esqueçam de chamar os representantes da sociedade civil, porque como a vida real acontece, Senador, muitas vezes a gente pensa que está tomando a melhor decisão e não entende as implicações individualizadas, e a negociação com a comunidade é fundamental nesse momento.

Eu só queria completar o meu raciocínio...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Tudo bem.

O SR. ALEXANDRE SAMPAIO – Os órgãos fiscalizatórios estaduais e federais já poderiam ter essa resposta há pelo menos seis meses se todas as fiscalizações estivessem em dia. Eu gostaria de fazer perguntas. Não sei se a Braskem vai poder respondê-las agora, mas eu gostaria que ficassem registradas aqui.

Existem 35 minas entre o final dos bairros Pinheiro, Mutange e Bebedouro, é por onde passa a falha geológica, certo? Então, se as fiscalizações dos órgãos federais, a Agência Nacional de Mineração, o Ibama, que eu não sei se faz parte dele, e o IMA, que está solenemente ausente de todas as audiências, eventos e cobranças – todas!... Se o IMA estivesse aqui e estivessem em mãos os relatórios de fiscalização... Aí eu vou usar porque eu pesquisei isto: eu falei com o primeiro Secretário Estadual de Meio Ambiente, ainda era outro nome, e ele disse assim: "Existem três coisas que ninguém está falando mais: mesmo as minas desativadas têm que ter relatório de segurança hídrica. Então tem que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

haver lá um constante monitoramento, e não é só quando solicitado pela Agência Nacional de Mineração". Eu fiquei impressionado. "Ah, nós solicitamos e estamos esperando que eles tragam." Cadê o papel fiscalizador da Agência Nacional de Mineração? Cadê o papel fiscalizador do IMA? Não existe.

Então a gente está aqui correndo atrás de buscar resolução de problemas para os quais os órgãos de fiscalização já deveriam ter respostas, e não têm.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Alexandre, só para... Eu não sei se você estava aqui nessa hora, nesse momento, mas eu fiz essa pergunta à ANM aqui.

O SR. ALEXANDRE SAMPAIO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Inclusive perguntando como é feita essa fiscalização, se é...

O SR. ALEXANDRE SAMPAIO – Qual foi a resposta que o senhor recebeu?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – ... mensal, se é anual. Qual foi a última vez que recebeu...

O SR. ALEXANDRE SAMPAIO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Então aqui foi dito que recebeu, no mês passado, um relatório...

A SRA. TEREZA NELMA (Bloco/PSDB - AL) – De sete.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – De sete minas.

O SR. ALEXANDRE SAMPAIO – Por que não temos das outras 28 minas?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Exatamente.

Então, são esses questionamentos que são desdobramentos de tudo isso aqui. Inclusive, até voltando a outro ponto, o que dá representatividade também é a população. Então, com certeza, nesse núcleo tem que estar o representante da sociedade civil. Se você observar, inclusive, a formação deste momento, nós tivemos aqui a parte dos levantamentos técnicos, gerenciamento de dados, órgãos de controle e a sociedade civil, que não pode estar fora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALEXANDRE SAMPAIO – Deixe-me fazer uma outra pergunta, Senador.

O SR. GERALDO VASCONCELOS DE CASTRO JÚNIOR – Essa questão da ANM, eu ontem, na reunião com a Dra. Roberta, em função do vídeo, da entrevista do Prof. Osvaldo, geólogo que relatou a situação caótica da ANM, que nem dinheiro para combustível tem... Como é que ela vai ter condições de fiscalizar a Braskem? Se a Braskem fizer um trambique nas análises dos poços, ela tem condições de dizer que a Braskem não fez trambique? Não tem, não tem.

O SR. ALEXANDRE SAMPAIO – Geraldo, uma coisa importante sobre isso que você está falando...

O SR. GERALDO VASCONCELOS DE CASTRO JÚNIOR – Quanto ao IMA, é a mesma coisa – na Assembleia Legislativa foi dito. Quer dizer, os órgãos fiscalizadores não têm condições de estruturar e fiscalizar a Braskem.

O SR. ALEXANDRE SAMPAIO – Eu vi um relatório famoso da... Eu vi esse negócio três vezes, Senador Rodrigo Cunha, e eu não sei por que as pessoas não fazem perguntas. Não sou só eu que enxergo isso; não é possível, entendeu? Aí dizem assim: "Nós fizemos um relatório de situação dos imóveis no entorno". Aí mostram duas fotos. Sabe qual é a distância desse relatório de situação? São 50m – é uma piada! A gente vê um bairro inteiro se mexendo, existem 35 minas, e existe só o diâmetro de cada uma delas juntas. Ali se formam quantos estádios de futebol? Quantos estão envolvidos nesse negócio? Aí fazem um relatório com 50m de raio em torno do ponto de perfuração. Quem é que...? A gente é menino aqui para achar que isso faz sentido? Não faz.

Então, o que eu gostaria de dizer é o seguinte: que a gente vive... Alguém falou de fissura: é fissura ética, é metástase moral, e se os órgãos estivessem atuando, se a sociedade estivesse cumprido seu papel, nós não estaríamos aqui neste momento, não estaríamos.

Então, o quanto nossas vidas valem é a resposta que eu gostaria que a gente tivesse aqui. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Muito bem, Alexandre. (*Palmas.*)

Dando sequência, depois aqui do depoimento, não apenas de emoção, mas de um depoimento técnico também falando sobre uma avaliação econômica muito importante... E aqui eu também reforço que o Presidente Wilton Malta, da Fecomércio, esteve em contato comigo, e também já há um avanço nessa linha de cobrança da liberação de um crédito especial. Então, vamos contar também com a Fecomércio, com o Sebrae, com todas as entidades, somando esforços.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu passo a palavra ao representante do grupo Movimento SOS Pinheiro, Sr. Geraldo Vasconcelos de Castro Júnior.

O SR. GERALDO VASCONCELOS DE CASTRO JÚNIOR – Senador, eu quero agradecer a Deus por este momento, agradecer a Deus por ter colocado o senhor no momento exato naquele dia lá no Pinheiro quando o senhor foi para aquela reunião nossa, e a partir dali o senhor foi tomando consciência do problema do Pinheiro.

Quero agradecer a oportunidade que o Deputado Marx Beltrão nos concedeu naquele dia da reunião na Fecomércio, em que parte da bancada federal estava, e nós tivemos o primeiro contato com os senhores e sensibilizamos vocês para o problema.

Quero agradecer também ao Deputado Estadual Cabo Bebeto, que em seu primeiro ato convocou uma sessão especial na Assembleia, em que também tivemos contato com os Deputados Estaduais.

Quero agradecer também ao Vereador Chico Salles, que está aqui conosco, porque desde o começo tem sido combativo nessa situação. Quero agradecer ao Chico Filho, Vereador, e agradecer também ao Dr. Cleber Costa, que conseguiu as audiências municipais na Câmara.

Quero agradecer às diversas entidades que nos receberam. V. Exa. acabou de falar da forma ordeira como nós nos conduzimos – e nos conduzimos dessa forma por que, graças a Deus, tivemos uma formação democrática e temos o espírito republicano. Fomos muito bem recebidos na Ufal, quando lá atrás ninguém ainda pensava em chamar a Ufal – foi um erro crasso da Prefeitura. Nós já fazíamos contato com a geociências, convidando para um grande seminário. Mas avançou tanto a questão técnica que não foi necessário esse seminário ainda.

Quero agradecer o Tutmés Airan, Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça, que nos recebeu, e nessa primeira visita houve a posse legal, porque é um problema grande que nós vamos encontrar aqui na questão dessa desocupação a velocidade com que isso vai se dar, não é? E naquela oportunidade ele ficou de intermediar – eu nunca vi isto, gente: o Presidente do Tribunal de Justiça intermediar – uma reunião de um Prefeito com seu povo!

Em novembro, dia 24 – não me esqueço nunca porque foi a data da minha confraternização de Colégio Marista –, como foi a primeira reunião nossa com os moradores, no dia 24 eu saí da reunião, que foi de manhã, e fui para a confraternização. O Eduardo Canuto é meu amigo de colégio, Vereador da bancada do Prefeito: "Eduardo" – mostrei o celular a ele –, "e isso aqui?" Ele disse: "A Prefeitura não tapou os buracos, não?". Isso em novembro, dia 24. As chuvas foram no dia 15, o abalo sísmico no dia 3. Vejam o represamento, Senadores e Deputados, autoridades e pessoal presente, de informação! Na primeira reunião que houve lá na praça, na segunda reunião que houve lá na Praça Menino Jesus de Praga, o Vereador Lobão desceu e me pediu desculpas porque não sabia da gravidade do caso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pinheiro. Poderia até saber porque vocês fizeram audiência, mas isso não tomou as proporções que deveria ter tomado. Em novembro, comuniquei ao Eduardo e cobrei dele: "Eduardo, o Prefeito não veio aqui ainda por quê?". "Não, já está viajando, está em São Paulo, o Dr. Guilherme está adoentado." Então, está muito bem, família em primeiro lugar, está certo. Dez dias depois eu ligo e ele me responde: "Não, o Prefeito está com receio de ser hostilizado". "Hostilizado de quê, Eduardo? Aqui dentro do Pinheiro? Pelo amor de Deus! Hostilizado de quê?" Enquanto isso, a publicidade dos fatos não foi dada, e em junho ele recebe o primeiro relatório. Ali já se demonstrava a gravidade. Tinha que convocar a bancada federal, a estadual, seus Vereadores e dizer: "Olhem, a situação aqui é esta: o Município não tem condições de abarcar". Perdemos nessa brincadeira cinco meses.

Esses cinco meses estão nos custando muito caro, muito caro! Olhem aí o resultado: como vamos fazer? Como é que vamos tirar essas pessoas daí? Eu estou preocupado aqui – o Dinário estava preocupado também –, porque, quando eu chegar a Maceió, as pessoas, 2,5 mil, 2,6 mil pessoas que estão nos nossos grupos do WhatsApp, vão perguntar, elas estão nos assistindo. Foi feita torcida hoje lá no Pinheiro para assistir a essa audiência. Então como é que a gente vai dizer a essas pessoas, àquela senhora que tem 74 anos de idade, àquela que tem 80 anos de idade...? Como é que vai ser, meu Deus?

E as chuvas estão chegando, e quem estiver nas áreas amarela e laranja, se houver muita chuva, que eram 30mm, 70mm, agora são 30mm... Chove 700... Então, de noite, vai sair pela rua... E a Eletrobras tem um comando de desligar energia. Vai sair pela rua, debaixo de um toró, com as ruas alagadas, porque tudo ali alaga... Olhem, é uma operação gigantesca. Tenho certeza absoluta de que nosso Estado, nossas forças, nossas defesas civis, a estadual e a municipal, não têm condições de assumir essa responsabilidade.

Eu não quero voltar para Maceió com a alma pesada de não ter dito isto. Não existem condições: ou o Prefeito abre mão dessa situação de emergência e decreta uma calamidade pública, e a União assuma isso negociando com o Governador, seja lá qual for a forma... Isso é coisa para a União, eu acho que não é nem para a Defesa Civil nacional; isso é coisa para as forças federais – Marinha, Exército, Aeronáutica –, talvez até ajudadas pela Defesa Civil nacional.

Então, eu vou colocar os nossos pleitos, Sr. Senador, porque será mais rápido.

Esses pleitos já estavam prontos há alguns dias, pode ser que haja alguma coisa diferente, porque já evoluímos muito de ontem para hoje. Evoluímos muito. Muita coisa eu imaginava ser impossível. Eu até falava em intervenção nas defesas civis, mas ouvia que não podia por causa da Lei nº 12.608. A gente tem que negociar isso. Não vamos ficar presos em cima de uma legislação e punindo o povo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, com relação à gestão da Defesa Civil nacional, uma reestruturação também da Defesa Civil municipal e da estadual, a Defesa Civil nacional assumiria definitivamente todo processo de gestão da situação, articulando as defesas civis e os demais órgãos envolvidos nas esferas municipal, estadual e federal.

Levantamento e reestruturação imediata do quadro dos recursos humanos necessários para compor a estrutura orgânica da Defesa Civil municipal e estadual, priorizando o perfil técnico, para que seja compatível com as exigências das demandas do contexto atual de iminente catástrofe.

Levantamento e implantação dos recursos materiais necessários para o perfeito atendimento e funcionamento dos serviços à população, inclusive os de saúde.

Instalação do Gabinete de Gestão de Crise nas imediações do bairro, articulando todos os órgãos envolvidos, sejam municipais, estaduais ou federais. Isso eu escutei no início de dezembro, na reunião com o Prefeito lá no Tribunal de Justiça, para que não houvesse problema de empenho, aluguel, arranjar casa. Nós cedemos uma casa para o Prefeito e pedimos para que ele fosse despachar lá um dia. Ele nunca foi. Estou sabendo que já arranjaram essa casa. Bote tempo para fazer isso. Daqui que a prefeitura faça as coisas, a CPRM entregue o laudo, e os cadastro só vão ficar prontos lá em 2022, aí fica difícil trabalhar: pressão de um lado e ineficiência do outro.

Colaboração técnica das forças que compõem o Ministério da Defesa, por exemplo um navio hospital no porto de Maceió. Se virar um ônibus ali na Fernandes Lima com 44 pessoas, o Hospital Geral fica um caos. Equipes de engenharia das Forças Armadas (ITA, IME e Marinha do Brasil), que têm muito a nos oferecer.

Colaboração técnica da Petrobras para os estudos diagnósticos – mas acho que já não precisa mais disso.

É estranho, muito estranho, porque, quando fizemos aquela reunião na Fecomércio, que ficamos para solicitar uma audiência ao nosso Presidente, perguntei à CPRM: estão precisando de alguma coisa para que a gente faça o pleito, alguns recursos materiais ou humanos? Responderam: "Não, não precisamos de nada". Então, por que pedem à Braskem para ir fazer serviço de sísmica? Se há recursos, por que pedem à Braskem recursos para ir fazer estudo de sísmica? Resultado: isso pega mal lá no Pinheiro. Quando sair o relatório, se porventura sair e não for a Braskem, vão dizer que o relatório está batizado. Para que pedir esse recurso à Braskem, se há recurso, se o nosso Presidente não negou nada para o Pinheiro? Pelo que eu sei, ele não negou nada. "Tudo de que o Pinheiro precisar", o que eu estou sabendo é isso. Então, não tinha nada que estar pedindo dinheiro à principal suspeita do problema.

Outra coisa que nós vamos pedir no nosso pleito é o seguinte: dada a causa, se a causa for a mineradora, a Braskem vai ter que parar imediatamente as suas atividades e recursos dela têm que ser

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

bloqueados para garantir e salvaguardar as indenizações. Há 40 anos, a ANM fiscaliza a Braskem e, de uma hora para outra, o bairro todo racha e a ANM não viu isso.

(*Soa a campainha.*)

O SR. GERALDO VASCONCELOS DE CASTRO JÚNIOR – Mas vamos lá.

A questão da comunicação: eu venho batendo nisso há muito tempo, porque conta exatamente do pânico, Senador.

Apoio profissional de uma equipe especializada em comunicação de riscos. Na Ufal, segundo a Profa. Sandra, parece que há uma pessoa; mas há também na Unicamp, há também na USP. Isso eu venho pedindo desde o começo. Alertei ao Dinário que teríamos muito problema com comunicação e isso foi horrível.

Desenvolvimento de um plano de comunicação integrada, de forma que haja a unificação e centralização das informações dos órgãos envolvidos, destinando um canal direto com o Movimento SOS Pinheiro e as associações do bairro, além do Nudec, evidentemente.

Instalação imediata dos núcleos de apoio às comunidades do bairro – quiosques, tendas, trailers etc. –, de forma a facilitar a comunicação e integração dos agentes das Defesas Civis nacional, municipal e estadual, Corpo de Bombeiros Militar, bem como os demais órgãos públicos envolvidos no sistema, junto aos moradores.

(*Soa a campainha.*)

O SR. GERALDO VASCONCELOS DE CASTRO JÚNIOR – Implantação de uma plataforma de *call center* com serviço 24 horas e pronto atendimento à população. Dificilmente a gente consegue ligar para a Defesa Civil e ser atendido. São raras as exceções.

Intensificar a preparação da população para o caso de evacuação do bairro, definindo um cronograma de reuniões de instruções voltadas exclusivamente para essa finalidade e respeitando limites do número de participantes segundo critérios que visem ao perfeito entendimento dos conteúdos repassados. Não é fazer uma reunião na Igreja Batista, convocando a população de 21 mil habitantes para falar sobre plano de contingência numa noite só, e dizer que esclareceu a população do plano de contingência. Aí é brincadeira. Eu não vou nem falar nesse plano de contingência para não melindrar mais a situação; mas sobre o plano de contingência, todo mundo sabe o que deu aquilo ali.

A questão da ajuda humanitária.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Adesão voluntária à ajuda humanitária para evacuação do bairro, independente da área de risco em que esteja o imóvel – vermelha, laranja, amarela ou fora das áreas de risco. Isso aqui, graças a Deus, o Ministério Público Federal já colocou nas recomendações.

Assegurar o aluguel social também, Sr. Senador, para toda área de risco indicada pela CPRM e aos moradores da área fora de risco que voluntariamente optarem em evacuar o bairro por questões de saúde psíquica. Ora, há gente, Vereador Chico Filho, que está na área branca, área sem risco, e está adoentada, mas não pode sair porque não tem condições por conta do aluguel social. E, quando se fala em prevenção, normalmente fala-se do acidente físico, fala-se da precaução, para a qual eu não preciso da comprovação científica. Na prevenção eu preciso da comprovação científica. No caso da precaução, será que não estamos morrendo a cada dia? Se colocarmos um estudo de psicólogos e psiquiatras ali dentro bairro do Pinheiro, acho que vão apontar isso como mais grave do que o próprio colapso, o possível colapso.

Ressarcimento integral aos moradores do Pinheiro que tiveram que evacuar suas casas sem que recebessem a ajuda humanitária. Lá em fevereiro, em março, quando Maurício, quando Joelinton, quando Lili deixaram suas casas, só foram receber depois da situação de emergência.

(*Soa a campainha.*)

O SR. GERALDO VASCONCELOS DE CASTRO JÚNIOR – Condicionar a evacuação de qualquer morador do bairro ao recebimento da primeira parcela da ajuda humanitária. Querem evacuar? Sim. Como? Pagando a primeira parcela do aluguel social. Ele paga uma fiança, e já tem gente pagando dois alugueis. São três alugueis.

Reduzir drasticamente o prazo para o recebimento da primeira parcela da ajuda humanitária. Isso tinha que ser no momento da retirada.

Assegurar a pontualidade dos créditos da ajuda humanitária, definindo uma data fixa para todas as parcelas a serem pagas. Não está havendo a sistematização das datas. Eu recebo a primeira parcela no dia x e vou receber a segunda no dia y. O.k.?

Garantir a ajuda humanitária até que haja as efetivas indenizações aos moradores, e não somente até a definição do responsável. Porque, de repente, o responsável é a Braskem; para-se de pagar o aluguel social e toma que o filho é seu. Vá cobrar da Braskem! Então, a gente precisa assegurar isso daí.

Outro fato importante é a plena transparência dos critérios operacionais adotados para a concessão da ajuda humanitária, evitando quaisquer possibilidades de pessoalidade e seletividade, com a publicação de planilha por lote, evidenciando todos esses itens aí. Não é só botar o nome e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

publicar. Quem é aquela pessoa? Está em que área? Como é que o SOS, como é que a população vai auditar para saber se aquele indivíduo realmente mora no Pinheiro?

Liberação do FGTS para os moradores que evacuarem o bairro.

Ajuda humanitária para auxílio às mudanças e adequações dos moradores às suas novas moradias. Inquilinos também. Nós nos esquecemos dos inquilinos. Há inquilino que mora ali e não pediu para a casa dele rachar. Ele não é o causador e ele vai gastar R$600, R$800 numa mudança. E muitas vezes não tem esse recurso ou esse recurso faz falta.

Disponibilizar frota de caminhões para os moradores efetuarem suas mudanças.

Ressarcimento aos moradores do Pinheiro que tiveram que evacuar suas casas sem que recebessem a ajuda humanitária. Muita gente das faixas amarela, laranja e branca saíram. O próprio Dinário falou. Mas essa possibilidade não foi dita à população. Muitas pessoas da área amarela e da laranja, com a pressão, com a pressão emocional que foi feita, saíram. E eles não tiveram o direito... Durante um ano, disseram que o critério do aluguel social era só para o vermelho. Não! Há a possibilidade do amarelo e do laranja. Já havia. Era só solicitar uma nova vistoria. Eu solicito uma nova vistoria, mostro que minha casa está em condições idênticas à de uma vermelha... Porque esse critério é uma loucura, gente. Eu estou ali trabalhando quase 24 horas do dia, e eu ainda não entendi esse critério. Você pega a casa rosa e pega uma outra casa: ambas estão no vermelho, mas não tem nada a ver uma coisa com a outra. Nada. Aí você pega uma laranja, que está mais estragada do que essa vermelha aqui, do último nível que eu falei. Então, fica... Esse mapa ficou pronto e depois foram fazer a visita. A minha casa foi pintada de amarelo, e nunca foram lá!

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Geraldo, esse alerta também foi feito, porque o seu voo tem hora marcada. E o pessoal aqui já lembrou. Então, faça aquele arremate. Você está indo muito bem.

Inclusive, esse material será fruto de trabalho nosso aqui também, pode ter certeza.

O SR. GERALDO VASCONCELOS DE CASTRO JÚNIOR – Operacionalização dos cadastros.

As vistorias técnicas. Aí eu falo mais das questões operacionais propriamente ditas, prazos de atendimento.

Eu fiz o cálculo: um cadastrador da Defesa Civil, senhores, faz dois cadastros por dia. Ele gasta 3 horas e 26 minutos, na mão. Aí, isso vai para a prefeitura, a prefeitura prepara uma planilha, manda para o banco. Resultado: terceiro lote, mais de 50% de inconsistência de dados, e as pessoas não receberam. Aquelas mesmas pessoas que estão sofrendo todo aquele dano emocional vão ao Banco

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Brasil; quando chegam na boca do caixa, dizem que não tem recurso para elas. Por quê? Porque houve uma inconsistência de dados.

Definição e publicação diária de um cronograma para as vistorias. Nós queremos acompanhar isso. Quem é que vai fazer a vistoria? Quando vai fazer essa vistoria? Na casa de quem? No outro dia: fez a vistoria de fulano ou beltrano? Para a gente poder acompanhar, senão os índices operacionais a gente não acompanha. Acontece isto: 2,3 cadastros por dia.

Cadastro das vulnerabilidades sociais: definição do prazo de entrega e publicação diária de um cronograma para a realização dos cadastros das vulnerabilidades sociais – embora isso já esteja sendo concluído. Foi solicitado em junho de 2018. Estão concluindo agora.

Publicação dos resultados estatísticos do cadastro das vulnerabilidades sociais.

Sobre o censo demográfico: definição do cronograma. Porque aí é o IBGE. O IBGE tem uma *expertise*...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – A Dra. Roberta chegou a se posicionar sobre isto: já houve uma negativa do IBGE, uma questão técnica. A Dra. Roberta falou aqui. E buscou-se uma outra alternativa também.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Exatamente, pedindo a Defesa Nacional para que fizesse esse papel. Mas ela já identificou que o IBGE... Não sei se é porque normalmente ele faz concursos provisórios por um período... É uma questão técnica.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Questão de metodologia.

O SR. GERALDO VASCONCELOS DE CASTRO JÚNIOR – Há a parte da questão da redução de tributos. Aqui é importante salientar: a prefeitura passou esse tempo todo para começar a trabalhar. E, agora, na hora de fazer o IPTU, querem fazer isenção do IPTU somente no polígono de risco. Vai causar outro bolsão de problema lá dentro do bairro. Aí vai ter gente batendo panela na rua. E a gente não vai poder segurar. Não é justo que isso aconteça.

A SRA. SANDRA NUNES LEITE (*Fora do microfone.*) – Inclusive, os carnês já chegaram, e com aumento, os da área laranja. Já chegaram e com aumento absurdo os carnês do IPTU.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GERALDO VASCONCELOS DE CASTRO JÚNIOR – Sinceramente, é uma irresponsabilidade.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Sobre isso aí o representante da prefeitura que está aqui... Porque as informações que eu tenho desse aspecto são de que é algo que já foi, pelo menos, internalizado e que seria, de fato, suspenso.

Geralmente a emissão dos boletos é feita com bastante antecedência.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Só a área vermelha? Então, há importância justamente nessa nova delimitação, não é?

Eu aqui vou interromper rapidinho para agradecer a presença do Maurício, porque ele tem um compromisso agora, pelo horário. O Maurício tem um voo. É o compromisso o voo. Agradeço a sua presença, que foi muito importante. Não sei se você é o único.

Tereza, você estava aqui na manutenção, ele é o único que tem que sair agora?

Já são sete...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Não, tudo bem. Vai ser dada a palavra a ele. Só quero que haja um ajuste. Geraldo, finalize...

O SR. GERALDO VASCONCELOS DE CASTRO JÚNIOR – Há a questão do plano de contingência de que nós não participamos, a sociedade não participou. Ora, quando participo de um plano, eu me sinto corresponsável por ele. Então, a situação de um plano de contingência trabalhado com a sociedade é uma coisa e não trabalhado com a sociedade é outra.

E há a questão do seguro residencial também que já foi ventilado aqui no assunto, mas realmente mais com a questão do Banco do Brasil; a Caixa Econômica tem sido uma parceira e tanto.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Pelo material deu para perceber. De fato, você se aprofundou sobre o assunto, conversou com todas as possibilidades possíveis de atuação em defesa das pessoas. Então, é esse também o nosso objetivo. Por isso, o muito que foi demonstrado aqui, o que foi dito aqui durante todos os dias, sintetizado ali, será uma grande fonte de direcionamento, sem dúvida nenhuma.

Geraldo, muito obrigado...

O SR. GERALDO VASCONCELOS DE CASTRO JÚNIOR – Eu que agradeço.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – ... não apenas por hoje, mas pelo que você fez ao chamar a atenção também de maneira ordeira, necessária, emocionante em vários momentos, mas humana. Então, a sua representatividade hoje no bairro é nítida. Você se torna realmente alguém que busca não um benefício pessoal... Também não é nem buscar o culpado. Não é esse o objetivo agora. O objetivo agora é salvar vidas. Todos nós estamos com esse mesmo objetivo.

Como eu falei aqui, é fácil dizer: "Vamos sair. Vamos sair". Mas, às vezes, é necessário. E o como tem que ser exigido logo em sequência. Então, essa preocupação também é interessante.

Sendo assim, Joelinton, você participou aqui em vários momentos. Agradeço também a sua busca direta comigo. Veio atrás de informações – a tecnologia aproxima. Fique à vontade para mandar um recado, uma pergunta, um direcionamento neste momento.

O SR. GERALDO VASCONCELOS DE CASTRO JÚNIOR – Eu gostaria só de agradecer, em nome dos moradores do Pinheiro, Senador, ao senhor.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Não é necessário.

O SR. GERALDO VASCONCELOS DE CASTRO JÚNIOR – São 21 mil habitantes.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Cada um fazendo a sua parte.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. JOELINTON BARBOSA GÓIS – Boa noite a todos. Vou ser bem breve, já que está todo mundo com seus horários.

Infelizmente nós continuamos a passar por essa situação. Fato esse... Todo mundo já sabe que, no dia 15 de fevereiro, nós começamos a passar... Toda essa experiência para a gente vem agregando no nosso crescimento e vem agregando também no nosso conhecimento.

Falar, às vezes, que A ou B não fez a sua parte é muito fácil. Apontar uma determinada estrutura, apontar uma determinada pessoa é muito fácil. O que eu costumo dizer é que é muito mais difícil fazer se você não estiver preparado, se você não tiver estrutura completa, se você não estiver preparado para o que está acontecendo hoje no nosso bairro.

No dia 15, aparecerem as rachaduras, a gente simplesmente foi para a rua, olhou para um lado e para o outro, não sabia o que fazer, não sabia com quem falar. A Defesa Civil, por sua vez, nunca tinha

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

passado por uma situação dessas. Então, assim como a gente teve que aprender a saber o que fazer, eles também tiveram que aprender. E, a meu ver, estão fazendo.

No dia 3, quando houve o tremor, houve uma propagação muito grande das pessoas que acabaram sendo envolvidas em todo o processo. E isso, sim, fez com que muita gente começasse a ver que o problema já não era mais de uma ou duas casas ou de um prédio, que não era de três casas ou de quatro ruas, mas o problema era geral e era um problema que tinha evoluído para o bairro. Isso aconteceu e vem acontecendo gradativamente.

No dia 12 de março, quando nós participamos da primeira audiência pública, eu fui bem transparente com todos os que estavam presentes, porque infelizmente nem todos os Vereadores... Assim como hoje, muita gente foi embora e também não aguardou para ver a população, pelos seus mais diversos motivos. Eu fui bem claro quando eu falei que, enquanto as autoridades, as empresas envolvidas ou as pessoas que estavam envolvidas na situação estivessem preocupadas em simplesmente se defender, eu alertei que a população estava preocupada porque não tinha o que fazer, eu alertei que o caos social iria existir não só porque a gente estava perdendo os imóveis, estava perdendo as economias e estava perdendo a perspectiva de uma herança que você iria deixar para seus filhos... Nós simplesmente não sabíamos o que fazer, nem a quem recorrer, porque ninguém queria se envolver com esse problema que era de quatro ruas. Nós pedimos para todos se envolverem. A própria população...

Eu presenciei, nos dias 16, 17 e 18 de junho, quando a CPRM foi fazer a vistoria para ver se havia casa rachada: as pessoas batiam a porta na cara deles, diziam que não havia rachadura, não, que não iam desvalorizar o imóvel, não.

Então, nós aprendemos a conviver, a esperar um ano pela ajuda humanitária. Nós aprendemos a ouvir, a colaborar e a entender as pessoas nas suas limitações. Nós passamos por um motivo de política, nós sabemos que houve uma eleição. Nós passamos pelas mais diversas situações e de criação do estado de emergência. Então, hoje, um ano depois, a gente continua sem saber ainda o que fazer.

Mas uma coisa muito me preocupa: um ano depois – com a fala do Dr. Thales, a quem eu respeito bastante –, dizer que, com 30mm de chuva, é para as pessoas saírem de casa significa que, em um ano, um problema que era de quatro ruas passou a ser problema de uma população. Hoje é no bairro do Pinheiro que nós estamos sentindo, mas aquele quadro verde lá vem avançando. E qual a garantia que nós vamos ter? Qual a garantia que nós temos de que somente será o bairro do Pinheiro se a gente não sabe a causa e se o processo de evolução é constante e devastador pela sua velocidade?

Mais uma vez, eu ressalto que, enquanto os Poderes Públicos não decidirem unir forças, enquanto os governantes não decidirem unir forças e trabalhar todo mundo em uma situação só, em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um propósito só, nós vamos continuar participando de estudos e de reuniões, e a população vai continuar sofrendo, porque cada um está preocupado em defender a sua bandeira.

Será que, um ano depois, depois de tanto problema, não dá para a gente se unir e realmente trabalhar em conjunto, seja Vereador, seja Deputado, seja Senador, seja Presidente? Nós não estamos falando mais do meu problema. Nós estamos falando do problema de todo mundo. Nós estamos falando do problema de uma cidade e de um Estado, porque, se metade da cidade, que é a capital do Estado, precisar ser evacuada, como fica a situação do Estado? O Estado não vai ter nenhum tipo de problema social e econômico?

Eu tive reunião com o Prefeito e não tive problema para ser atendido. Eu tive reunião com o Governador e também não tive problema para ser atendido. Mas a população não é representada por uma pessoa só. A população é representada por ela mesma e por quem tem interesse. A população também precisa aprender a se interessar pelo seu próprio problema...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOELINTON BARBOSA GÓIS – ... e não esperar uma mensagem do WhatsApp, seja minha, seja de A, seja de B. As pessoas também precisam conhecer os problemas para saber onde ir atrás e cobrar de forma correta. A forma correta é com respeito. Saber o que está fazendo é que vai dignificar tantos os políticos, tanto os governantes como nós mesmos.

Então, hoje e em todos os momentos mais difíceis que nós tivemos, a Defesa Civil municipal esteve ao nosso lado, a Defesa Civil esteve no bairro. A Defesa Civil estadual entrou recentemente, mas está lá para ajudar. Mas a gente tem que fazer a nossa parte, a gente tem que cobrar deles o que eles realmente têm que fazer. Senão, a gente está arrumando trabalho para eles fazerem sem necessidade, porque, enquanto a gente está ligando para fazer uma vistoria que não precisa, há outra pessoa que está desesperada precisando de uma vistoria, e o cara está ocupado. Então, primeiro, eu preciso fazer a minha parte para depois cobrar que os outros façam as suas.

O Thales e a equipe dele merecem, sim, respeito, porque ele foi... Eu nunca vi uma pessoa do porte da empresa dele, do nível de cargo e de conhecimento dele ir a um bairro para atender à população, um a um, para dar uma satisfação. Então, um cara desses não pode deixar de ser respeitado, sem falar no conhecimento e no profissionalismo dele.

Eu não vou atrapalhar mais para ninguém perder os voos, mas eu peço, por favor...

Eu fiz um pequeno levantamento. Por exemplo, a gente sabe que o Pinheiro hoje tem em torno de 20 mil a 21 mil de população. Isso aí no Censo de 2008. A cidade em si pega metade do bairro. Então, eu fiz uma comparação entre população de homens e mulheres, mas, como foi bem dito aqui, nós temos as empresas e consequentemente nós temos as famílias e continuamos a ter homem e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mulher. O Farol e o Pinheiro são bairros interligados. Hoje é o Pinheiro. Se for o Farol também, nós dobramos a população praticamente.

A minha casa, até o dia 14, era assim. No dia 15 – é uma foto antiga –, ela ficou rachada. Hoje quem chegar perto... Muita gente não tem coragem nem de entrar nela, porque não vai saber se sai, principalmente se estiver chovendo.

Como é que eu posso questionar se as pessoas que estiveram presentes na nossa história não se preocuparam?

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOELINTON BARBOSA GÓIS – Se vocês olharem, os três estão aqui conversando. O Dinário está ali atrás, mas não está conversando, não está no WhatsApp. Eu tenho certeza de que ali estão passando mil e uma coisas na cabeça dele, como vai resolver um problema desses.

O primeiro é o bloco 8. A rosa é a casa tão falada, tão famosa. Embaixo também está a casa rosa. Esse muro é o meu. Esse rachão foi no primeiro dia. Hoje está maior.

A primeira foto era da sala de brinquedos de minha filha. Hoje só há buraco. E as tomadas fizeram o favor de levar, nem as tomadas há mais. Esse banco que está aí era... Onde ela está sentada, no banco, hoje é essa parede que está ali. Então, para você que é pai ver uma vida estruturada passar por uma situação dessas e nego ainda vir querer fazer disso aqui uma promoção... Desculpem-me, mas eu não aceito, porque aqui a gente está brincando não com o fato de você se promover; a gente está brincando é com as nossas vidas. E eu trabalhei muito para chegar aonde eu cheguei e hoje não ter nada, porque simplesmente foi embora...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Joelinton, só interrompendo aqui, conta um pouco da sua história. Você saiu quando de lá?

O SR. JOELINTON BARBOSA GÓIS – Dia 15 de fevereiro de 2018. Foi a primeira casa a rachar. Fui eu que liguei primeiro.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Foi a primeira casa, 15 de fevereiro de 2018. Hoje você recebe o auxílio?

O SR. JOELINTON BARBOSA GÓIS – Recebi quando todo mundo começou a receber. Recebi a segunda parcela.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – E você saiu baseado no laudo dado por alguém? Alguém disse para você sair ou foi você que...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOELINTON BARBOSA GÓIS – Foi dada a opção: "Se você quiser ficar, você pode ficar, mas é notório que sua casa está totalmente afetada e corre risco de desabar."

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Isso aí foi colocado por escrito?

O SR. JOELINTON BARBOSA GÓIS – "Uma outra opção que existe é colocar estaca." Está bom, mas como é que eu vou colocar estaca se é o solo que está com problema? A gente ainda não sabe o que aconteceu. E eu entendo, realmente era muito novo.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Naquele momento.

O SR. JOELINTON BARBOSA GÓIS – Tanto é que o bloco dele colocou estaca, e, no dia 3, eles tiveram que tirar a estaca porque estavam só pagando diária.

Num belo dia de sábado, aqui nesta rua, havia sete caminhões. É de partir o coração você passar por um bairro em que todo mundo gostava de viver, numa cidade relativamente grande, mas com clima de interior, e só em uma rua você ver sete mudanças saindo, sete famílias, sete destinos sendo modificados. Então, você só consegue perceber se você estiver vivendo o momento. Eu, apesar de já estar tão calejado com isso aqui, não vou mentir, não vou omitir para vocês, não. Quando vi isso aqui, eu chorei, porque é dramático você ver as pessoas numa situação dessas.

Isso foi no dia 28 de janeiro. Estava chovendo. Mas como eu posso reclamar da equipe do Dinário se, mesmo na chuva, os caras estavam lá para dar apoio para a gente? Eu estou falando aqui do Dinário, estou falando do Moisés e estou falando da CPRM, porque eu digo uma coisa para vocês.

Se não fosse o trabalho que Dinário fez e se não fosse a competência do Thales junto com o pessoal da CPRM, sim, vocês podem ter certeza de que, hoje, nós estaríamos com um problema muito maior, porque quem fez alguma coisa até hoje foram eles, e cada um está desenvolvendo um trabalho diferente.

E, aqui, fala-se do apoio. Isso só se resolve, pessoal, com trabalho em equipe. Isso só se resolve se nós deixarmos a vaidade de lado. Eu briguei feio com o Geraldo, mas ele faz ações boas. Eu o respeito, eu nunca o desrespeitei. E por que a gente, por que o Poder Público não se une e deixa a vaidade de lado? (*Palmas.*)

Não me interessa se é Braskem. Não cabe a mim julgar, porque eu não sou preparado para isso. Mas, hoje, em todas as reuniões eles estão presentes. E por que, como foi dito aqui, o IMA não está presente? Por que outras pessoas, como foi dito aqui, não estão presentes? É porque ninguém entendeu...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOELINTON BARBOSA GÓIS – ... que essas são vidas que estão aí largadas. Ninguém entendeu que estas aqui são famílias, que esses são sonhos que foram destruídos. Digo "ninguém" entre aspas; quem está aqui eu retiro.

Então, isto aqui para mim, hoje, é um desafio: fazer com que nós todos nos unamos em prol de recuperar o bairro ou até mesmo de arrumar um destino para essas pessoas. Até então, eram duas mil pessoas; agora, podem ser 20 mil, 21 mil pessoas. Entrando no Mutange, vai passar para 30 mil, 35 mil, 40 mil pessoas. E, aí, eu pergunto para vocês: qual cidade do País ou, talvez, do mundo está preparada para, do dia para a noite, virar a chave e arrumar 40 mil casas? Eu acho que ninguém está preparado para isso, nenhum Governo. Ou, se estiver preparado, vai pegar gente que tinha uma vida, que tinha uma história aqui – não estou desprezando ninguém – e vai mandar para Pilar. Não é assim! Não é assim! A gente tem história, a gente tem respeito. Nós somos pessoas, não somos gados que se botam num caminhãozinho e se levam para onde querem. Se quer fazer, faça, mas, primeiro, me mostre que você fez a sua parte! Se fizer a sua parte, eu até posso ficar calado, mas, sem fazer nada, simplesmente dizendo "ah, foi o que aceitei", não, assim não, assim também não serve, não!

Pessoal, muito obrigado, mas essa história é nossa. Essa é a história que nós vivemos, e cada um tem a sua; isso é particular. Eu não posso dizer que a história do meu vizinho, que a história da vizinha é igual à minha. A história do Maurício não é igual à minha, porque eu sei o que eu passei para fazer e eu sei o que estou passando. De uma coisa eu tenho certeza: hoje, para mim, é mais fácil entender, é mais fácil conseguir sobreviver com isso do que para as pessoas que estão saindo de casa hoje. Eu tenho amigos que estão saindo de casa, mas eu sei a história desse processo, eu estive em todos os momentos e nós órgãos a que fomos convidados, mas – desculpem-me – eu não tenho tempo, nem ele tem tempo, para bater...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOELINTON BARBOSA GÓIS – ... de porta em porta, pedindo: "Deixa eu participar?". Eu acho que tem que ser um conjunto. Assim como eu tenho que pedir, as pessoas também têm que colaborar.

Obrigado, Rodrigo. Você nos deu oportunidade de participar, e isso é importante. Eu ainda queria sugerir: ao invés de todo mundo sair para deixar a população por último, por que não todo mundo ouvir a população no início para depois, sim, cada um começar a falar? Muita gente que estava aqui – respeito mais uma vez as ausências; cada um tem seus motivos – não vai baixar o vídeo para ouvir o que nós estamos conversando aqui. O que ele falou foi em vão; o que Maurício falou foi em vão; o que Geraldo falou foi em vão; o que eu falei foi em vão, porque ninguém estava aqui para ouvir.

Então, obrigado mais uma vez. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Muito bem, Joelinton! É importantíssima a sua fala. A sua presença aqui faz total sentido para esta audiência. Garanto-lhe o seguinte: o objetivo aqui é colher informações. Então, a gente vai colher informações de vocês. Esse sentimento, todos esses fatos, essas fontes estavam lá, eles já sentem... É lógico que vão receber todo o material aqui, mas o objetivo, como eu falei, foi traçar aqui uma linha de trabalho para que a gente possa fazer com que essa situação ganhe cada vez mais a importância que tem que ser dada. O que está acontecendo? O que fazer? Se vai sair, vai para onde e como? Depois, qual a origem disso? Então, esse é o tripé, isso foi necessário. E, mesmo assim, olhem o avançar da hora. Estamos aqui, acredito, há quase dez horas reunidos.

O SR. GERALDO VASCONCELOS DE CASTRO JÚNIOR (*Fora do microfone*.) – Sr. Presidente, eu vou precisar sair, senão vou perder o voo.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Tudo bem!

O SR. GERALDO VASCONCELOS DE CASTRO JÚNIOR (*Fora do microfone*.) – Muito obrigado pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Tudo bem! Então, quero agradecer aos senhores.

O objetivo final, podem ter certeza, será... Há um fechamento. A palavra dita por V. Exa. aqui também, pelo formalismo, é o que dá significado ao bom senso. Você disse: "Olha, eu conversei com todos, estive sempre presente e acompanhei a evolução disso". Então, as pessoas estão sendo surpreendidas agora, e, de fato, às vezes, isso se dá por uma mensagem do WhatsApp, que diz: "Olha, agora chegou a sua vez!". E o outro diz: "E a minha vez quando é? Estou azul, amarelo, branco, laranja? O que vai acontecer com minha família?". Nem é só ele. Você mostrou a foto aqui. Acho que é sua filha, não é? Então, não há nada mais sensível do que isso.

Então, é importantíssima demais a sua fala!

Obrigado pela presença.

O SR. JOELINTON BARBOSA GÓIS – Deixe-me só... Ao invés de lhe fazer uma pergunta, eu vou lhe dar uma resposta. Hoje, eu não volto para o bairro porque tudo indica que a casa realmente não sirva para eu voltar. Não só a casa como o terreno estão comprometidos. Então, nem para construir, hoje, provavelmente o terreno sirva. Mas a gente é obrigado a aceitar isso.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Muito bem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOELINTON BARBOSA GÓIS – Faço só uma ressalva – eu já falei, mas volto a falar: foi frustrante perder a casa, mas foi mais frustrante ainda ninguém me dizer quem é o responsável.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Mas a história não acabou ainda, não. Temos muitos capítulos ainda.

Passo a palavra agora ao Presidente da Comissão Especial de Inquérito, Vereador Francisco Sales, que também já fez uma atividade, uma audiência pública. Na verdade, acho que foi uma reunião. Já teve alguns desdobramentos a instalação dessa Comissão importante.

Eu sei que o Vereador é a primeira porta política em que a população bate. V. Exa. também mora na região e é cobrado diariamente, se vai à padaria, se vai à farmácia. Espero que ainda esteja frequentando a mesma padaria e a mesma farmácia, porque não sei se ainda estão abertas. Mas V. Exa. tem legitimidade total para falar aqui pelos Vereadores também.

Então, eu gostaria de ouvir de V. Exa. como está sendo o dia a dia da comunidade e as atitudes feitas também por essa Comissão Especial.

O SR. FRANCISCO SALES – De início, eu gostaria de parabenizar V. Exa. por essa iniciativa.

Acredito que a nossa cidade, o bairro de Pinheiro, assim como os bairros de Bebedouro e Mutange, realmente, ganham muito com esse dia de hoje.

Estamos, há quase dez horas, neste trabalho. Eu gostaria de parabenizar todas as autoridades aqui presentes pelo comprometimento de estarem há quase dez horas em uma audiência pública.

Assim também, eu gostaria de parabenizar a sociedade civil, pelo quanto que chegaram aqui organizados o Geraldo, o Joelinton, o Maurício. Eles chegaram aqui organizados, planejando-se, para poderem expor tudo aquilo por que eles estão passando.

Então, eu gostaria muito de parabenizar esses moradores, Senador Rodrigo Cunha, que, há quase um ano, ou melhor, há mais de um ano, Deputada Tereza Nelma – a gente os acompanhou desde o início –, estão nesse sofrimento.

De início, como o Joelinton falou, Vereador Chico Filho, os próprios moradores não queriam abrir suas casas. Até hoje, Deputada Jó, ainda há moradores que querem esconder as rachaduras das suas casas e as fissuras. É triste!

Há 15 dias, fiz um trabalho com os guerreiros da Defesa Civil municipal, Dinário. Eu gostaria de parabenizar toda a Defesa Civil municipal, em seu nome, e aqueles grandes homens da CPRM, como eu gostaria também de parabenizar esses geólogos que estão na nossa cidade, que estão na nossa região, trabalhando sob o sol quente, Senador Rodrigo. Trabalham sob o sol quente! Quando a gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

passa, eles estão lá trabalhando, com aquele foco, com aquele comprometimento, para trazer essas respostas, Vereador Chico Filho. Eu não posso deixar realmente de parabenizar esses guerreiros que trabalham, que fazem a CPRM e que vêm em busca dessas respostas.

Escutei atentamente a minha conterrânea falar do nosso querido Colégio Nossa Senhora do Bom Conselho, no qual a gente tem toda uma história, no nosso bairro de Bebedouro. E trago uma triste notícia: ontem, Deputada Tereza Nelma, foi 100% interditado o Colégio de Nossa Senhora do Bom Conselho, no bairro de Bebedouro. É muito triste para a gente, que tem história naquele bairro, que tem história naquele colégio, chegar ao ponto de ver aquele colégio ser interditado e de ver, hoje, aqueles alunos – é um colégio com 142 anos de história – não saberem para onde ir.

Prefeita Pauline, ao lado, há o Hospital Miguel Couto, antigo, que está com 50% também da sua estrutura física completamente danificados.

Os problemas, infelizmente, já não estão somente no bairro de Pinheiro, mas estão também, infelizmente, nos bairros de Bebedouro e Mutange, Senador Rodrigo Cunha. Há ruas em Bebedouro com dezenas de casas apresentando essas rachaduras. É triste! Meu telefone toca dez, vinte, trinta vezes por dia, com as pessoas perguntando a real situação e o que está acontecendo. As pessoas estão ficando doentes, as pessoas estão adoecendo!

Nós tivemos uma reunião, Vereador Chico, na qual o senhor estava presente, junto com o pessoal do Nudec, com o pessoal da Defesa Civil e com o Corpo de Bombeiros, e as pessoas não conseguiam conversar, Procuradora, porque as pessoas choravam. As pessoas não conseguiam conversar com a gente. Eu, que venho acompanhando isso há mais de um ano, quando clamava por respostas, já não consigo mais conversar com as pessoas, porque as pessoas estão doentes, as pessoas estão chorando, as pessoas estão deixando de se comunicar. Isso é muito triste. É realmente muito triste!

As pessoas, com esta audiência de hoje, Senador Rodrigo Cunha, estão em Maceió, no bairro de Pinheiro, com a esperança de que esta audiência pública, no dia de hoje, traga realmente as soluções, traga as respostas, traga os causadores disso tudo. As pessoas clamam por essas respostas.

Nós criamos a CEI, de que o Vereador Chico Filho também faz parte, e vamos investigar isso com a maior responsabilidade possível, com o maior entendimento possível.

Vivemos um momento em que a classe política, infelizmente, a cada dia que passa, vem perdendo mais credibilidade diante das pessoas, diante da sociedade. Isso aí a gente escuta nas filas dos bancos, nas casas lotéricas, nos restaurantes. A cada dia que passa, as pessoas acreditam menos na força política. Mas não podemos perder essa luta. Não podemos deixar realmente que esse pessimismo atrapalhe o nosso trabalho. Em várias reuniões de que participei, Coronel, escutei até de moradores: "Ah, político não resolve nada!". Isso dói, machuca. "Eu não quero conversa com político!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não acredito em política. Político já vem aqui para aparecer!" Mas as pessoas também têm que entender que os políticos também são seres humanos; nós somos pais, mães, somos pessoas e temos corações. Eu confesso aos senhores e senhoras que, assim como muitos moradores, também estou cansado. Eu também estou cansado, porque eu sou ser humano. Eu estou cansado! Eu, realmente, não sou de parar naquele primeiro paradigma ou obstáculo que eu enfrento, Senador, mas, de forma preventiva, eu venho, há quase um ano, pedindo que sejam paralisadas as atividades, de forma preventiva, da Braskem em toda a região.

Basta a gente fazer uma pesquisa na comunidade de Bebedouro e de Mutange, que V. Exa. conhece tão bem, como na de Pinheiro, basta fazer uma pesquisa para escutar as pessoas dizerem do péssimo vizinho que a Braskem é: "É barulhento, incomoda." Os moradores, Senador, gostariam de ver a Braskem bem longe das suas residências. A 100m ou 200m da estação, o solo treme, as paredes tremem. Eu peço, há mais de um ano, que essa atividade seja paralisada de forma preventiva. Está aí Bebedouro em uma situação já delicada. De Pinheiro a gente nem pode mais falar! E, em Mutange, mais de 70% das pessoas já moram em área de risco. Enquanto isso, a Braskem continua fazendo sua operação.

Eu gostaria muito, Senador, que a Braskem não tivesse nada a ver com isso, até por sua participação econômica. Nós sabemos que ela é importante para o nosso Estado e para a nossa cidade, sabemos a quantidade de empregos que ela gera. Mas eu costumo dizer o seguinte: se fosse um campo de futebol e se o gramado precisasse ser tratado, jamais poderia haver ali atividades esportivas, seriam interrompidas as atividades esportivas. Se, no nosso Rei Pelé, no nosso Trapichão, o nosso gramado está precisando se recuperar, são interrompidos os jogos, e se vai jogar em outro Estado.

Como é que o solo está danificado, seja a Braskem a causadora disso tudo ou não, e as explorações continuam? São perguntas que eu não consigo até hoje responder. Como é que isso continua? Como é que podem continuar essas operações? As pessoas, os vizinhos estão deixando suas casas, suas famílias, e lutaram por anos e anos para conquistarem as suas residências! Enquanto isso, a empresa continua fazendo sua operação, como se não estivesse acontecendo nada.

São quatro poços, Senador Rodrigo Cunha, 24 horas no ar. Parece que, agora, depois disso tudo, eles estão trabalhando a todo vapor. É um barulho desenfreado. Ser vizinho daquela empresa barulhenta chega a ser terrível! É até desumano ser vizinho de uma empresa daquela! Isso está ficando delicado e, ao mesmo tempo, cada vez mais complicado. Que possamos, nesta audiência pública, provocar todas as autoridades, para que possam agir de forma preventiva! Temos de agir de forma preventiva!

Senhores, sei que a assessoria e até os amigos que estão em Maceió não vão gostar do que vou dizer agora: se, depois disso tudo, depois dessas respostas e depois das soluções, Vereador Chico

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Filho, a ANM, que para mim hoje é uma agência inoperante, e a CPRM, que é uma empresa competente em que eu acredito, disserem que a Braskem pode continuar operando naquela região dos barros de Pinheiro, Bebedouro e Mutange, se, depois de todas essas investigações, isso acontecer, Senador Rodrigo Cunha, eu renuncio ao meu mandato. Eu vou renunciar ao meu mandato, porque vou saber que estou totalmente errado e que não tenho condições de representar aqueles maceioenses. Pode ter certeza absoluta disso. Se, depois de todos esses estudos, a CPRM tiver a coragem, junto com ANM, de dizer que a Braskem vai continuar operando naquela região, explorando, eu, que não tenho apego nenhum, que venho da iniciativa privada e não tenho apego a cargo público, renuncio ao meu mandato de Vereador de Maceió.

Eu gostaria também, aproveitando a presença dos procuradores aqui, Senador Rodrigo Cunha, de fazer uma pergunta.

Eu gostaria que os representantes e diretores da Braskem estivessem neste momento aqui.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FRANCISCO SALES – Já irei concluir, Presidente.

Eu gostaria que eles estivessem aqui.

Por que foi colocado à venda, ou então foi vendido, o clube dos funcionários da Braskem? Ou foi vendido ou foi colocado à venda agora. Isso é uma denúncia. É uma denúncia deste humilde Vereador. A Braskem é uma empresa que se preocupa muito, senhores e senhoras, mesmo não sendo uma empresa do varejo, com a imagem dela. É uma das empresas, Deputada, que mais investe na mídia de todo o nosso Estado. Ela também se preocupa com o seu funcionário, com o seu colaborador. Por que, neste momento, em que tanto o colaborador precisa descansar, repousar, ela colocou à venda ou vendeu o seu clube? Isso é uma denúncia, e tenho muita responsabilidade no que eu estou dizendo. Que sejam investigadas essas causas!

Este é o momento, Dr. Cleber, em que seus colaboradores precisam descansar. Se não me engano, por R$4 milhões está sendo vendido ou foi vendido o clube da Braskem. Isso é algo que a CEI vai investigar, que o Ministério Público também vai investigar. Por que isso é feito neste momento, em que a sociedade cobra tanto essas respostas?

Então, digo, Presidente Rodrigo Cunha, que não estou aqui para fazer política, mas estou aqui para fazer meu papel como cidadão. Quero dizer que não irei, realmente, ficar parado em hipótese alguma, até porque se está mexendo com toda a minha história. Está-se mexendo com meus bairros, está-se mexendo onde meus amigos e minha família residem. Está-se mexendo com o colégio onde eu tenho toda a minha história. Está-se mexendo com todas as minhas raízes. E aí não vai haver

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

realmente ninguém nesta terra, a não ser Nosso Senhor Jesus Cristo, que peça para eu parar. Eu agradeço aos senhores e às senhoras por este dia tão importante para a nossa cidade.

Muito obrigado! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Vereador Francisco Sales, é importante deixar claro que V. Exa. tem a convivência com as pessoas no seu dia a dia. Sua origem está nessa região. A cobrança é diária, é horária. As pessoas esperam também uma postura de V. Exa., que agora também está à frente de uma Comissão Especial de Investigação.

Eu quero aqui me colocar também à disposição. Caso V. Exa. tenha alguma dificuldade de acesso a alguma informação, onde quer que seja, reporte isso a mim também. Eu também quero somar forças com o trabalho realizado pela Câmara Municipal de Maceió. Eu quero ser um parceiro nessa sua atividade, como, da mesma forma, aguardo também que qualquer resultado que surja dessa Comissão Especial seja também encaminhado para o conhecimento de todos nós Senadores desta Comissão. É um trabalho importantíssimo. Inclusive, V. Exa. está lá. Estamos aqui em outra esfera, com outro tipo de responsabilidade, mas isso não quer dizer que seja maior do que a sua, de forma alguma.

Por isso, vou me empenhar atentamente. Sei o trabalho sério que você sempre teve, a forma determinada de suas ações. Que isso possa se reverter em resultados concretos!

V. Exa. chega ao ponto de colocar toda a confiança que as pessoas depositaram em V. Exa. em xeque. Eu digo: não vamos por essa linha, porque V. Exa. colabora de várias formas com o Município. V. Exa. disse aqui no início: "Eu não desisto no primeiro entrave." Mas não vamos desistir no segundo, não! Vamos somar forças. Quero dizer que V. Exa. não vai estar sozinho. O meu objetivo aqui é justamente tentar fortalecer, para que outras pessoas desenvolvam seus trabalhos. Aqui é o local para isso. Então, desejo-lhe força, sucesso! V. Exa. não está sozinho nessa Comissão. Há outros Vereadores que dela fazem parte, para que possam conseguir também resultados positivos.

Está aqui também inscrito o Vereador Chico Filho, Vereador por Maceió, que está presente aqui desde o início e que acompanha, com certeza, de perto, essa situação.

Eu queria saber também de V. Exa: depois do que foi demonstrado hoje aqui – V. Exa. teve conhecimento disso –, qual orientação que daria para os moradores de Pinheiro? V. Exa. também é muito querido ali.

O SR. CHICO FILHO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Então, tem um poder de influência grande, sabe que a pressão é diária. As pessoas cobram postura. E também é importante a fala de V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CHICO FILHO – Sr. Senador, parabenizo a participação de todos. Agradeço o convite.

Primeiro, como Relator da Comissão Especial, eu gostaria de solicitar a V. Exa. toda a documentação que foi apresentada no dia de hoje. Que possam ser enviados para a nossa Comissão esses documentos também, para que a gente possa fazer os nossos estudos!

Uma coisa que me deixa preocupado, Senador – este já é o comentário geral na cidade –, é relativa à questão que foi apresentada pelo Dr. Thales. Foi apresentado o novo mapa de feições. Há uma dúvida: o mapa é o mesmo? A área a ser desocupada seria só aquela área vermelha, amarela e laranja que foi colocada? Ou é para ser desocupado todo o bairro Mutange e parte do Bebedouro? Isso não ficou claro. Isso não ficou claro para mim e não ficou claro para a Defesa Civil, para você ver como uma falha de comunicação existe entre a esfera federal, os estudos e a esfera municipal e estadual e continua existindo até hoje. A bomba está na mão do Dinário, que não sabe o que vai fazer. Então, é importante que V. Exa., na condição de Senador, interfira nessa temática, tente encontrar com o pessoal da CPRM. Eu sei que não é sua atribuição, não é a minha, não é a de Jó, não é a de Tereza. Esse deveria ser um compromisso do Estado – Município, Estado e União –, mas, infelizmente, como não há um compromisso por parte desses entes, cabe a nós Parlamentares, que estamos interessados em ajudar a população, assim fazê-lo. Peço a V. Exa. que tente interagir junto à CPRM sobre esse novo mapa de feições, para verificar se é o que eu entendi, se é o que todo mundo em Maceió está entendendo, ou se permanece restrito à área vermelha, amarela e laranja, e como se dará o pagamento da ajuda humanitária das demais pessoas que não estão nessas áreas. É uma preocupação.

Assim, eu demonstro minha preocupação, porque, se mais de 35 mil pessoas foram deslocadas das suas regiões, de onde moram, de onde trabalham e de onde têm os seus comércios, isso gerará uma crise sem precedentes que quebrará o Município de Maceió. Maceió não está pronta para isso. Maceió é uma cidade pequena, uma capital pobre, que não está pronta para enfrentar essa situação. E aí a gente precisa que o Sr. Prefeito e todos que fazem o Município – e eu me enquadro nisso, como Vereador – possam estar atentos a essa situação.

O que o Vereador Sales colocou e que foi levantado por alguns aqui é uma realidade. Há uma suspeita de que a Braskem pode ser uma das causadoras desses eventos. E aí eu deixo outra pergunta: sendo a Braskem a causadora desses eventos, é possível a paralisação imediata das atividades dessa empresa? Nós temos a extração do sal-gema, mas nós também temos a extração de água para ser jogada nesses poços, que supera a extração de água de todos os poços da cidade de Maceió – digo só dos poços da Braskem. Então, como fica o equilíbrio do nosso solo com a paralisação imediata da Braskem? Essa é a minha preocupação.

Paralisando-se o funcionamento da Braskem, Senador Rodrigo Cunha, 70 empresas da cadeia produtiva do plástico param suas atividades, 20% da economia do Estado se perdem, e nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

quebramos o Estado de Alagoas. O Estado de Alagoas, que é um Estado pobre, não tem condições de abrir mão de 20% de sua economia, que sobrevive da cadeia produtiva do plástico.

Aí eu faço uma pergunta, lembrando que é preciso que o Governador e todos que fazem o governo estadual fiquem atentos a esse tipo de situação. Quebrando o Estado de Alagoas, quebra-se o pacto federativo. Isso vai chegar à União, é lógico, porque alguém vai ter que arcar com isso. Quem é que vai arcar? A União. E aí eu chamo a atenção do Sr. Presidente da República, porque esse é um problema que diz respeito também à União.

Ninguém está fazendo essa conta. Nós estamos restritos ao comércio do Pinheiro. E não é só isso. O que o Sr. Alexandre colocou aqui, e o fez com muita propriedade, é apenas a ponta do *iceberg*.

Alexandre, o que vem depois de tudo isso aí que V. Exa. colocou com tanta propriedade, as pessoas ainda não enxergaram. E as pessoas precisam enxergar.

Agora, nem tudo são problemas. Nós temos um Prefeito, um Governador e um Presidente que nós elegemos. E as autoridades que aqui estiveram e, principalmente, o Ministério Público não têm de ficar provocando para que o Poder Público, no âmbito municipal, estadual e federal, possa agir. Nós colocamos eles lá para agirem sem as nossas provocações, para que eles, através de planejamentos, façam o que nós precisamos que eles façam.

Se foi dito aqui pelo Dr. Thales...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CHICO FILHO – Eu peço só um minuto, por gentileza, Senador Rodrigo Cunha.

Se foi dito aqui pelo Dr. Thales que há a possibilidade de fazer um trabalho de estabilização do terreno, de garantir que as pessoas que lá estejam possam viver em tranquilidade, que os Governos sentem e procurem fazer isso com urgência!

Em Maceió, os bairros de Pinheiro, de Mutange e de Bebedouro não vivem uma situação pior do que, por exemplo, a do Chile ou a do Japão, que estão ao lado de uma placa tectônica, onde, eventualmente, há um terremoto, acaba-se tudo, e, no outro dia, está tudo pronto de novo. As construções conseguem ter hoje amortecedores para absorver o impacto.

Então, que se apresente a possibilidade de a gente trabalhar esse solo, para a gente conter esses problemas, para que a gente continuar vivendo na cidade mais linda do País, que é a minha cidade de Maceió. É preciso que a gente pare e faça um planejamento, que a gente não fique sempre correndo atrás do prejuízo.

O que a Dra. Rosemeire, representante do Ministério Público do Trabalho, colocou aqui é a pura verdade. Sabem o que vai acontecer? O desastre, de que todo mundo fala. E, depois, vai chegar o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

helicóptero, para o Presidente fazer aquele voo, para, depois, os bombeiros jogarem as pétalas, e palmas.

Por que o Presidente, o Governador e o Prefeito não sentam agora – e já deviam ter sentado –, estabelecem um plano "b" para as situações posteriores ao prazo findado da ajuda humanitária e começam agora a fazer as obras de que o bairro precisa...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CHICO FILHO – ... como drenagem de água pluvial, saneamento, trabalho do solo? Tudo isso já foi falado há mais de um ano! Tudo isso já foi falado há mais de um ano, Senador.

V. Exa. está de parabéns por ter trazido à baila esta discussão. Porém, o que me preocupa é, primeiro, o que os Governos estão fazendo; segundo, como isso chega para minha cidade.

Esta é a pergunta que todos fazem para mim, no WhatsApp: a minha casa vai ser atingida? Eu não sei. Eu não sei qual é a área! Foi apresentado aqui um mapa muito rápido, de uma meia-lua, e eu não sei onde isso atinge. Chega a Belo Horizonte? A informação que eu tinha era a de que não chegava a Belo Horizonte.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL. *Fora do microfone.*) – Mas chega.

O SR. CHICO FILHO – Não sei. A informação que eu tinha era a de que não chegava ao CEPA. Tive a informação hoje, aqui em Brasília, de que o CEPA inteiro estaria com o risco de ser interditado. Para quem está aqui e não sabe o que é o CEPA e para aqueles que nos estão assistindo e não conhecem a cidade de Maceió, digo que o CEPA é o maior centro educacional do Estado de Alagoas; há o maior número de escolas e o maior número de alunos no mesmo centro educacional. E nós não temos onde colocar essas escolas.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CHICO FILHO – Eu estou colocando os questionamentos, e V. Exa., se quiser, depois responde.

O SR. ALEXANDRE SAMPAIO (*Fora do microfone.*) – Vereador, é muito importante o que o senhor colocou. Todo mundo em Maceió quer saber disso.

O SR. CHICO FILHO – Quero só concluir.

Eu não estou levantando falso sobre se o CEPA foi atingido ou não. Não sou eu que estou levantando isso. As pessoas estão me perguntando, e eu não estou sabendo responder.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As pessoas estão me perguntando se a Ladeira do Calmon – o Vereador Francisco Sales mora próximo dela, bem como o Vereador Mauro Guedes Júnior – foi atingida ou não, e eu não sei dizer.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CHICO FILHO – A gente precisa delimitar essa área. Falar simplesmente – já vi alguns depoimentos de pessoas que estavam aqui orientando nesse sentido – que todos devem evacuar a área não é o caminho. Primeiro, eles não têm para onde ir. Segundo, há gente... Graças a Deus, tenho meu pai, que está fora da área. Mas dez pessoas de uma mesma família que estavam na reunião do Nudec, Vereador Francisco Sales, moram em Bebedouro, na área vermelha, e não têm para onde ir, não têm recursos, não receberam ajuda humanitária. Elas vão para onde?

Então, deixo esses questionamentos, nobre Senador Rodrigo Cunha, e parabenizo V. Exa.

Espero ter contribuído. Tenho o compromisso de sempre buscar ajudar a minha população, ajudar o meu povo. Trabalho lá, tenho amigos lá.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CHICO FILHO – Tenho amigos que conviveram comigo desde a infância que empreenderam lá e, hoje, Senador, perderam toda a vida deles lá. Hoje, mais de R$10 milhões estão enterrados no bairro de Pinheiro, sem respostas.

Parabenizo V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Eu lhe agradeço, Vereador.

Esses relatos também corroboram tudo o que foi dito aqui pelos moradores, pelo Alexandre. É uma situação que nos remete realmente ao momento que estamos vivendo.

Aqui, a apresentação foi feita não para mim; inclusive, V. Exa. me assistiu aqui.

Quanto às conclusões, cada um vai tirar a sua. A conclusão a que eu cheguei aqui é que nós temos uma situação diferente daquela que tínhamos dez dias atrás, diferente da que tínhamos um mês atrás. E o maior exemplo disso é justamente o plano de evacuação. O plano de evacuação foi feito em cima de áreas seguras e hoje já tem que ser redirecionado, porque não é mais a mesma realidade.

O que foi colocado aqui é o seguinte – inclusive, foi um dos pleitos, foi uma solicitação minha aqui: que seja atualizada a demarcação dessa área. Falei aqui por quatro vezes, dizendo que o que está baseado hoje e dá origem a essas cores foi justamente um trabalho dedicado, pessoal, de visualizações dos edifícios, no olho. Nós estamos falando aqui de tecnologia de satélite, que vai a 1,5 mil metros de profundidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, quanto a esses dados, perguntei: eles existem já? Já existem. O que se está fazendo agora é uma leitura desses dados. Enquanto isso, qual foi a orientação? Quem vive na área vermelha já não pode estar lá. A última postura foi, inclusive, a do Ministério Público na terça-feira, emitindo uma recomendação para que a energia, a água e o gás sejam paralisados. Isso foi feito com base em quê? Nos laudos que já chegaram, no laudo que já foi dito aqui pelo Promotor desde outubro. Em junho, houve um alerta; em outubro, houve outra informação, dizendo que não era mais para ser ocupada essa área, o que se comprova através de fotografias e de gravidades que existem.

Foi dito aqui também pelo representante da CPRM sobre a velocidade que se tem de subsidência, que é justamente o afundamento do solo: é uma velocidade 30 vezes superior àquela que é considerada normal. Perguntei isso aqui, e isso foi dito e relido.

Então, foi colocado que quem está na área amarela e laranja, se chover, deve sair de casa. Isso aí já havia sido colocado uma época atrás, mas com outra magnitude: eram 80mm, e, agora, são 30mm. Assim, isso está num passo gradativo.

Aí a minha pergunta é: quem mora lá vai esperar que chegue um aluguel social? Se não houver outro jeito, espera-se. Mas eu disse: se eu conheço alguém que mora nessa área, eu digo "não espere". Então, isso foi o que eu extraí.

Mas como é que isso pode ser corroborado, pode ser exigido, pode ser exequível? É como a Dra. Roberta fez aqui, formalizando. Vamos buscar a federalização? Que seja! Se é o Comitê de Integração, como o chamam aqui, que seja! O Secretário Nacional da Defesa Civil se propõe a fazer esse comitê federal, que já existe hoje. Foi um pedido meu aqui também para que ele leve para a Presidência para inserir não apenas a Federação; os Estados e os Municípios estão querendo também. E não vi aqui barreiras, pelo contrário.

Então, esses encaminhamentos foram colocados aqui. E não se pode dizer quem é culpado, porque o principal objetivo agora não é arrumar culpados, é arrumar soluções. O objetivo agora é fazer com que as pessoas não coloquem em risco a sua vida.

Então, isso é o que foi extraído pelo menos por mim e é o que vai ser internalizado com a equipe, com as pessoas que querem colaborar, para que a gente possa tirar o maior proveito de um dia como este de hoje, que terá vários desdobramentos. Então, essa é a missão que foi dada desde o início. Não é o único desdobramento que haverá, mas é o que teremos hoje.

Eu gostaria de ouvir também o Vereador Cleber, que pediu a palavra.

O SR. CLEBER COSTA DE OLIVEIRA – Senador Rodrigo Cunha, eu só gostaria de dizer da minha satisfação de ter vindo aqui. Vim aqui impelido pela curiosidade de saber o que o senhor tinha escondido nas mangas para dar aquela declaração na sexta-feira. Conhecendo o senhor como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conheço, eu sabia que existia algo a mais. E vim aqui para tomar conhecimento dessas coisas que foram relatadas aqui.

Vou só pontuar uma. Foram várias, mas vou pontuar uma. Nós observamos que o relatório sobre o sal-gema, até o ano de 2017, falava que não tinha observado absolutamente nada; é um relatório totalmente normal. E o Thales, a partir do ano de 2018, passou a fazer a avaliação de subsidência e observou o quanto vem ocorrendo esse fenômeno no bairro de Pinheiro. Então, houve uma discrepância de informação. Acho que a gente precisa avaliar isso.

Quero salientar a importância da sua participação nesse processo, porque a sua interlocução com o Governo Federal vai ser de extrema importância. Nós, em Maceió, estamos com a Assembleia Legislativa e com a Câmara de Vereadores, mas teríamos certa dificuldade, talvez, com a interlocução no âmbito do Governo Federal. Então, a sua vinda é extremamente importante para facilitar essa interlocução.

Eu gostaria de informar também que nós vamos ter uma audiência pública, que havia sido marcada para a data de hoje, mas, evidentemente, nós a adiamos para a próxima quinta-feira. V. Exa. está convidado para participar.

Eu queria solicitar, se possível, que nos enviasse também todo esse material, para que pudéssemos subsidiar a nossa audiência pública da próxima quinta-feira na Câmara de Vereadores de Maceió.

Agradeço todas as informações que nós tivemos nesta data de hoje, o que foi extremamente importante para todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Agradeço-lhe, Vereador Cleber. V. Exa. também é uma pessoa muito comedida e coerente, é uma voz a ser ouvida sempre. Pode ter a certeza de que, com um trabalho como o da CEI e com a audiência pública que vai realizada, no que eu puder, vou colaborar; não medirei esforços. O material, assim que possível – inclusive, isto pode ser feito hoje, se for dado o *e-mail* –, será encaminhado. Acho que a transparência, o acesso à informação, a publicidade devem ser considerados ao máximo. Obrigado pela presença de V. Exa. aqui, o que legitima muito a nossa atuação.

Eu gostaria de passar a palavra, para as considerações finais, à Deputada Tereza Nelma, que, desde cedo, está aqui também acompanhando a fala de todos os expositores.

A SRA. TEREZA NELMA (Bloco/PSDB - AL) – É o compromisso, Sr. Senador, que nós temos com a vida. Eu levanto muito a bandeira da vida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa situação do bairro Pinheiro me preocupa muito, porque iniciei pelo Mutange, por aquela região, pelo Flexal de Baixo, por ali onde a gente vê as coisas acontecerem.

Eu quero dizer para o povo, para a população de Pinheiro, de Mutange e de Bebedouro que vou continuar na luta, junto.

Eu já pedi na Câmara a constituição de uma comissão, que a nossa Bancada do Partido aprovou. Nós estávamos esperando a instalação das comissões. Como eu estou na Comissão da Seguridade Social, Família e Saúde, nós estamos tentando fazer isso por essa Comissão.

Convido V. Exa. para que nós fizéssemos uma comissão mista de Senadores e Deputadas e Deputados Federais. Por quê? Porque o nosso trabalho é diferenciado desse comitê instalado para o trabalho. Nós estamos juntos para fiscalizar, cobrar, estar presentes, fazer reuniões. E nós queremos muito ter a resposta do que aconteceu e como aconteceu. Nós sabemos dos estragos já.

Então, eu quero agradecer a todos.

Eu o parabenizo, Rodrigo, por esta audiência, que foi longa. Nós já realizamos várias audiências longas, mas não como esta. Esta eu acho que está ganhando de todas, mas foi necessária. É gratificante estar aqui.

Quero muito que o povo de Benedito Bentes, ou melhor – desculpem-me! –, do Pinheiro... Eu tenho uma prima que mora lá, tenho uma amiga muito próxima que mora lá. E hoje vou dizer calmamente: organizem-se para sair. Elas moram lá, juntas, não estão na área amarela nem na laranja, mas é bom sair também, até que isso aconteça.

Torço para que a CPRM, no dia 21 de abril – essa foi a data que ela nos deu –, realmente, tenha concluído o seu parecer, o seu diagnóstico, para que a gente tenha a oportunidade, Rodrigo, na Câmara Federal, no Senado, na Assembleia Legislativa e na Câmara de Vereadores, de saber disso antes que haja tantas notícias, para que gente possa chegar ao bairro e conversar com as pessoas.

Agradeço muito esta oportunidade.

Estamos juntos. Vou estar sempre junto, lutando pelo povo de Alagoas e, principalmente, pelos bairros Pinheiro, Bebedouro e Mutange.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Deputada Tereza Nelma, é do conhecimento de todos que V. Exa. também é uma grande lutadora, acompanha todos os desdobramentos desses fatos há muito tempo e é muito demandada pela população. Então, qualquer frente de trabalho que for iniciada, com certeza, contará também com o meu apoio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria de ouvir também a Deputada Estadual Jó Pereira, que acompanhou a reunião em todos os momentos, que fez suas intervenções sempre produtivas, nas suas considerações finais.

A SRA. JÓ PEREIRA – Sr. Senador Rodrigo Cunha, é uma audiência pública de dez horas. É isso? Nós estamos aqui desde as 9h; agora já são por volta de 20h. E nós saímos daqui com uma responsabilidade maior do que aquela com que aqui nós chegamos, principalmente depois de tantos relatos, depois de ouvir o relato de tantas vidas que foram e estão sendo destruídas.

Não há como nós não falarmos, infelizmente, da ausência do Poder Público. Essa é uma constatação triste. Digo isto com o coração magoado: nós somos órfãos de Estado. Somos órfãos de Estado!

Estamos nós aqui, eu, uma Deputada Estadual; a Deputada Tereza Nelma; o senhor, que é um Senador da República. Nós estamos aqui com o Ministério Público Estadual e Federal e com a Defesa Civil estadual, que ainda está aqui, mas não conseguimos direcionamentos no sentido de que amanhã nós teremos uma solução.

Essas pessoas já sofrem, Deputada Tereza Nelma, há mais de um ano. Para nós, a responsabilidade pode estar maior hoje, porque começamos a vivenciar com mais detalhes as causas que foram colocadas aqui e as consequências também. Mas nós precisamos agir.

Não tenho como não falar, Deputada Tereza Nelma e Senador Rodrigo Cunha, de tudo, tudo que foi colocado aqui: o aluguel social, o saneamento básico, a drenagem das águas pluviais, o apoio financeiro às empresas, a isenção. Tudo depende de recurso público. E quem detém o poder de decidir – e aí eu vou para suas perguntas – onde, quando e quanto será investido para resgatar vidas? Quem tem o poder de decidir isso?

Senador Rodrigo Cunha, com a esperança que tenho em V.Exa., que não é pouca, é muita, porque confio no seu trabalho, eu espero que a sua voz seja muito mais ouvida que a voz desses Vereadores, que a voz desta Deputada e de outros que estavam na audiência pública, porque muitos dos compromissos que aqui foram selados hoje já foram selados com a Câmara de Vereadores, já foram selados na Assembleia Legislativa do Estado e agora estão sendo selados no Senado da República.

Eu espero que, a partir de agora, eles sejam cumpridos, porque muitos compromissos, como foi o caso do aluguel social, da avaliação dos imóveis, da galeria de águas pluviais... Há aqui uma pergunta que eu não consegui fazer. Havia, no relatório da CPRM, a necessidade de pré-projetos, que ficaram sob a responsabilidade do Poder Público local. Esses pré-projetos nem o Município de Maceió tem condições de fazer, nem o Estado de Alagoas tem condições de fazer. Digo isso porque o senhor, como eu, foi Deputado Estadual em Alagoas e sabe que o Estado de Alagoas contrata, terceiriza projetos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, temos que sair daqui com a certeza de que, só unidos, nós vamos conseguir avançar. Isoladamente, nenhuma das Casas Legislativas vai conseguir avançar. O Ministério Público Federal pode conseguir avançar, sim, mas não na velocidade em que essas pessoas precisam. No meu entendimento, quando o Poder Público age pela provocação do Ministério Público, ele já falhou, porque é mais burocrático.

Então, que saiamos daqui, Senador Rodrigo Cunha, com essa mesa, com esse comitê de interlocução e de articulação já sabendo uma data definida, porque quero participar, com reuniões periódicas, com o chamamento do Poder Executivo municipal, estadual e federal. Se acontecerem as reuniões no Estado de Alagoas, a ausência direta do Presidente da República nós vamos entender, mas a presença dos Executivos municipal e estadual em algumas dessas reuniões tem que se dar na pessoa do Sr. Prefeito e do Sr. Governador do Estado. Eu também digo a V. Exa. que o comando e o destino dos recursos financeiros não estão com nenhum Secretário de Estado, estão com o Governador do Estado; não estão com nenhum Secretário municipal.

Tenho certeza da boa vontade e da disponibilidade do Dinário, e, aqui, hoje, sinto o peso que o Dinário sente todos os dias.

Eu sei, Dinário, que você não faz mais porque não consegue e sei o quão importante foi esta audiência pública de hoje para você mostrar e publicizar até onde você e o Moisés já foram.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. JÓ PEREIRA – Já alcançaram o limite! E o que tem de ser feito está além do seu alcance.

Então, Senador Rodrigo Cunha, vamos fazer essa interlocução. Se isso tiver que ser feito num ambiente imparcial, para não politizar, vamos fazer as audiências de interlocução da Comissão no Ministério Púbico Federal ou Estadual, ou onde quer que seja mais imparcial. Mas que elas existam! E que a gente já saia daqui com direcionamentos previamente definidos! Essa é a minha esperança. E, ainda, a gente deve buscar junto ao Governo Federal recursos públicos para obras extremamente importantes, como é o caso do saneamento e da drenagem das águas pluviais, para minimizar os efeitos que essas pessoas estão sofrendo no seu dia a dia.

Então, divido isso com V. Exa.

Ainda bem que pessoas como V. Exa., a Deputada Tereza Nelma e os Vereadores aqui estão presentes, para, como políticos, dividirmos conjuntamente essa responsabilidade!

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Parabéns! Parabéns!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deputada Jó Pereira, eu sabia que V. Exa. também, tendo acesso a essas informações, não ficaria de mãos atadas. Não é uma questão se é no Município A, B ou C; a questão é que são pessoas, onde quer que elas estejam. Então, é isso que deve sempre se sobrepor a qualquer outra situação.

Então, parabéns pelo seu envolvimento e por estar aqui hoje! É extremamente importante a presença de V. Exa.

Está aqui, inclusive para finalizar já a última fala da noite, o Dinário.

Então, por favor, Dinário!

O SR. DINÁRIO LEMOS (*Fora do microfone.*) – Vou mudar de lugar, para não fica de costas para ninguém.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Certo, certo! Com sua fala aqui, a gente finaliza bem esses trabalhos. Depois, vou só dar um arremate final. Mas foi um nome muito citado, já em alguns momentos.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Posteriormente, o Moisés falará também.

Por favor, liberem o microfone com fio aqui na mesa. Pessoal do áudio, libere aqui o microfone com fio. (*Pausa.*)

O SR. DINÁRIO LEMOS – Vou esclarecer um fato que é muito importante e que foi citado muito aqui. Primeiro, vamos falar sobre o cadastro.

Nós estávamos ali fazendo uma estratégia entre a Dra. Roberta, o Coronel Moisés e a Carla, que é da Secretaria de Assistência. Como já foi dito aqui, ele afirmou que a área laranja e amarela está garantida. A gente estava com tudo pronto para, na segunda-feira, já começar pela área laranja. Só estávamos precisando desse... Mas ele já disse isso aqui. Eu não tenho o empenho, mas não tenho dúvida, porque a minha preocupação era eu fazer e depois ser dito: "Você fez, mas não vai receber." Então, isso aí é uma coisa que, na segunda-feira, já começa.

Com relação à drenagem que foi falada aí e à água de superfície, lembro que eu tive uma reunião com a empresa que foi contratada pela Braskem. Eu juntei, na Secretaria, o Gustavo, que todo mundo aqui conhece, que é o responsável hoje pelos projetos. Há um projeto da macrodrenagem da Miguel Palmeira e do Divaldo Suruagy em que essa água vai para o Vale do Reginaldo. Então, no projeto de macrodrenagem, juntamos a Casal. O projeto já esteve pronto; inclusive, é preciso até que a CPRM diga se pode mexer ou se não pode mexer. Há a questão da drenagem. Então, esse grupo está

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conversando já. Juntamos todos, e eles estão conversando sobre o que se pode fazer agora para que possam avançar nesse sentido aí.

A terceira coisa era com relação... Sim, eu pedi lá, se não me engano, em dezembro ou em janeiro, um comitê institucional. Por quê? O que a gente vê depois? Não é só tirar as pessoas!

O Divaldo Suruagy e o Jardim Acácia são apartamentos de 60m², apartamentos antigos, já não há mais, não voltam mais. São apartamentos muito danificados. O Jardim Acácia são quinhentos e poucos apartamentos, e o Divaldo Suruagy são trezentos e pouco. Isso dá novecentos e poucos apartamentos. Eu acho que cabe o Governo fazer um empreendimento desse; 2 mil, 3 mil apartamentos de 60m² com estrutura. Mas quem vai cuidar disso? Quem vai cuidar disso? Quem vai estar aqui articulando? Agora, há recurso para isso? Já há um terreno, ou não há? Quem está cuidando disso? Porque eu não posso cuidar disso. Não é que eu não possa. É porque... Esta semana eu pedi para o meu pessoal se encontrar comigo às 8h da noite para eu poder vir para cá, porque eu não consegui trabalhar nem segunda nem terça devido a reuniões.

Então, o pós disso: você imagina, Deputada, se uma pessoa do Divaldo Suruagy, que ganhou aquele apartamento, que já está aposentada, recebe uma indenização de um apartamento. Vale quanto? O que vai fazer com R$100 mil? Não compra nem um barraco.

Então, esse grupo... Em paralelo às ações de tirar as pessoas, de recolocar, do serviço de meteorologia – nós estamos recebendo da CPRM uma sala; a gente vai ter a própria sala de monitoramento dentro da Defesa Civil. Nós estamos nos mudando. Já assinaram contrato. Mandaram foto para mim da casa, que já está em pintura, já está em reforma. Então, tem que ter um grupo, que eu pedi à Defesa Civil que montasse.

A SRA. TEREZA NELMA (PSDB - AL. *Fora do microfone*.) – Não vai ser no Exército? Vai ser numa casa?

O SR. DINÁRIO LEMOS – Vai ser numa casa.

O SR. ALEXANDRE SAMPAIO – No Pinheiro?

O SR. DINÁRIO LEMOS – No Pinheiro, atrás da Morada das Aves. Não há aquela caixa d'água? É embaixo daquela caixa d'água.

Enfim, há políticas públicas no País que não tratam da classe média. O que são as políticas públicas deste País? É dar grota. Dá ao cara lá 200 contos, e o cara lá que se inscreva. Aí o cara lá não sai. O tratamento da encosta é uma coisa séria, porque as pessoas não têm documento. Ali há gente que tem não sei quantos barracos. Eu só vejo uma forma ali – eu estava dizendo ao coronel: é uma indenização daqueles barracos, ou paga o aluguel daquele povo para esperar uma habitação nova,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque aquilo ali tem que tirar e tem que derrubar, porque, senão, ele vai receber o dinheiro e vai ficar. O cara está dentro do comércio, tem o trem na frente, o campo do CSA na porta, um sururu lá, tem o centro, tem o farol. É muito difícil aquele povo do Mutange. É difícil, porque são construções irregulares. Você chega assim... O cara casa uma filha, ele cava e faz a puxadinha. Aí começa a sacudir água no vizinho. Então, é uma coisa irregular. Você não tem como fazer uma obra de engenharia ali. Então, aquele público da encosta, de que às vezes eu falo, da Gruta do Padre até o Bebedouro, é um público diferenciado, que tem que ser tratado. Quem vai tratar desse grupo? Tem que ser um comitê. Quando eu receber, é para ação.

Agora, eu vim aqui a Brasília, Deputada Jo. Você sabe o que é vir para cá? Até para pedir passagem é difícil. As pessoas dizem: "Oxente, não tem orçamento, não! Vai pedir a uma secretaria. Vai pedir ao gabinete". Todas as vezes que eu venho... Às vezes eu venho sem diária, entendeu? É isso que eu digo.

E tem que haver um grupo de trabalho para as ações complementares. Lá eu tenho que estar focado. Hoje eu recebi a notícia – eu estava acompanhando – de que, em Maribondo, deu uma chuvada agora de tarde que quase arranca o teto do posto. E Maceió intacta. "Gente, olhe esse negócio aí!". Manda outra mensagem a Defesa Civil do Estado: "Fulano está se acabando de chuva". Eu digo: "Gente, o que está havendo aí que em Maceió não está chovendo? Joana, olhe esse negócio". "Não; tem uma previsãozinha de moderada a fraca". Como é que você vive uma vida desse jeito? Três horas da manhã, eu com duas Caraçuípe na cabeça, já tontinho. Como é que se resolve?

Semana passada, havia um alerta. A Joana começou às 10h: "Tem alerta de chuva. Tem chuva chegando". "Quanto é isso?" – é um valor, mas eles não dizem qual é a quantidade de chuva; dizem que é de moderada a forte. Agora, com 30mm, é a mais fraca que houver. Ora, eu fiquei... Quando foi às 11h, eu disse: "Confirmou?". "Não. Ela desviou". E, se às 10h eu tivesse dito "é para dizer ao povo que saia", como seria? Vão dizer: o Dinário está fazendo besteira, deu o alerta errado. Então, são sequências, Senadores.

Eu estava dizendo aqui que tem que haver um grupo disso. E eu pedi oficialmente à Defesa Civil nacional que montasse esse grupo. Ministério das Cidades, Ministério da Indústria, Ministério da... qualquer um, mas que haja uma pessoa que acompanhe isso, inclusive lá em Alagoas, as reuniões lá, e que a gente possa participar, a bancada, a Defesa Civil do Município, a do Estado, a universidade, os Parlamentares.

A SRA. TEREZA NELMA (Bloco/PSDB - AL. *Fora do microfone*.) – A bancada deve participar.

O SR. DINÁRIO LEMOS – Acompanhar de perto para saber como é que isso está andando, e se avançou ou não avançou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que está acontecendo no Pinheiro? A CPRM, como foi dito aqui, está estudando, e todo mundo esperando um mapa para sair; para eu chegar lá e dizer assim: "é o mapa, vocês têm que sair". Gente, o que é isso? Pelo amor de Deus! Há um fenômeno numa cidade, a cidade está sofrendo, as pessoas estão... Viram aqui o comércio? E o que acontece? Falta de integração, não é? Falta de integração. E eu pedi isso em dezembro à Defesa Civil. Houve dificuldades? Houve, porque eles não estão acostumados a fazer isso.

Então, eu peço encarecidamente a V. Exa. que trabalhe nesse grupo com os ministérios, com gente que tenha condições de tomar decisões, porque, se mandar um técnico que diz "eu vou ver com o ministério", aí não dá. Tem que ser gente que tome decisões. Como são as decisões? Vai ser determinado isso, isso, isso e isso.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL. *Fora do microfone*.) – Publicado no *Diário Oficial*.

O SR. DINÁRIO LEMOS – Perfeito.

Era só para esclarecer isso mesmo. Todo mundo está cansado aqui. Era só para esclarecer isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Agradeço mais uma vez, Dinário, por sua explanação.

Passo a palavra para o Tenente-Coronel Moisés, até para que, se possível, como foi mencionado aqui que o Cepa poderia estar envolvido – não vi isso em momento nenhum; e a área vermelha, pelo que eu sei, não chega a esse alcance –, V. Sa., pela postura que tem, possa esclarecer esse ponto.

O SR. MOISÉS MELO – Perfeitamente.

Gostaria de externar que em momento algum o Cepa foi cogitado como "todo o Cepa está comprometido". Em momento algum isso aconteceu. Nenhum geólogo afirmou isso, não há nada, nenhum relato escrito nessa situação.

Nós temos dois colégios, lá no final do Cepa – o Cepa tem uma extensão enorme –, dois colégios que oferecem fissuras e estão sendo monitorados constantemente pelos engenheiros da própria Secretaria de Educação, como também acompanhados pela Defensoria do Estado. Então, em momento algum o Cepa oferece esse risco à população. Nós temos ali mais de 10 mil alunos, e não podemos gerar esse pânico desnecessariamente. O Cepa não oferece esse risco, e afirmo isso com todas as letras baseado nas informações...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MOISÉS MELO – ... da própria CPRM.

Nessas considerações finais, Senador, gostaria de agradecer o convite, agradecer as palavras da Deputada Jó Pereira, da Deputada Tereza Nelma e dizer que o Estado de Alagoas está comprometido, ajudando o Município, informando. Nós estamos trabalhando com vidas. Salvar pela prevenção é o maior objetivo de quem faz defesa civil, é o maior objetivo do Governo do Estado, e nós estamos envolvidos nesse projeto. A maior riqueza que nós temos a ser preservada é a nossa vida, por isso trabalhamos todas as hipóteses, não podemos descartar uma hipótese sequer, para que possamos preservar a vida de todo aquele que reside no Bairro do Pinheiro.

Como foi dito aqui pelo Dr. Thales, o Bairro do Pinheiro oferece um risco significativo, e aquelas áreas ali, na prática, com a chegada das chuvas, passam a ser áreas bem mais vulneráveis. Foi dito aqui que, a partir de 30mm, será solicitado que a população saia de suas residências. Então, passou, na prática, a ser uma área vermelha agora nesse período invernoso que está se aproximando – daqui a 60 dias começa a nossa quadra chuvosa.

Então, eu gostaria de agradecer o convite e dizer que nós estamos à disposição. Estamos colocando a Defesa Civil mais uma vez à disposição do Município para que possamos ajudar. No cadastramento, Senador, nós estamos colocando a Defesa Civil. É uma orientação do próprio Governador Renan Filho colocar a Defesa Civil para servir junto com o Município e cadastrar toda a população, no que seja necessário, o mais breve possível.

Nós nos colocamos à disposição do Dinário e de todos que fazem a defesa do Município.

Este é o posicionamento nosso: o Cepa não oferece risco. Há os pontos seguros que já foram trabalhados entre Defesa Civil, Estado e Município, que são os pontos justamente do Cepa, a Casa Vieira, o estacionamento da Hyundai e o ponto de ônibus lá do Terminal do Sanatório; e há aqueles dois pontos que inicialmente também apresentamos, que são os pontos justamente do IMA e da Praça Lucena Maranhão, que iremos estudar novamente, com o Dinário e com o pessoal da CPRM, e vamos definir mais dois pontos, já que essa área do Mutange poderá também ser envolvida nesse desastre, nesse possível desastre – desculpe.

Então, gostaria de agradecer mais uma vez e de colocar-me à disposição para ajudar e servir à Defesa Civil do Município com toda a força que nós temos.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Agradeço ao Tenente-Coronel Moisés pelos esclarecimentos.

Senhores, diante de todas as informações colhidas nessa longa, porém extremamente produtiva, audiência pública de hoje, podemos concluir uma série de encaminhamentos que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

considero compromissos que devemos, juntos, colocar em efetivação. Aqui eu elenquei três, e todos os senhores terão conhecimento dos desdobramentos de cada um deles.

O primeiro... Aqui foi dito e redito que já houve promessas em outros compromissos, em outros momentos, mas ele foi reforçado hoje, inclusive em voz e vídeo. Eu já fiz questão de perguntar a quem sentou na primeira e na segunda Mesas se concordavam com esse fato, e todos disseram que sim. Pedi pessoalmente para que internalizassem em seus órgãos.

São estes os compromissos: primeiro, a criação de um comitê de integração unificado. Diante da constatação de que a falta de diálogo institucional é um dos gargalos, é totalmente necessária a definição de uma equipe que se dedique especificamente ao Pinheiro. Precisamos viabilizar e definir a melhor metodologia para o funcionamento desse comitê. Então, isso aqui vai ser algo indispensável. Inclusive, repito, foi formalizado, mais uma vez, por um outro órgão: dessa vez, o Ministério Público Federal, que eu tenho certeza de que, no âmbito federal, é uma voz importante.

Estivemos aqui também com a Procuradoria-Geral da República, que esteve presente, mas se sentiu representada também pela Dra. Roberta. Conversamos aqui, e ela ficou de ser também responsável por essa interlocução para dizer o que aconteceu por aqui.

E vamos ficar no pé, com certeza. Na verdade, vamos exigir – não é nem pedir. Vamos exigir!

A SRA. JÓ PEREIRA (*Fora do microfone*.) – Para fazer parte desse grupo, eu me coloco à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Se possível, todo mundo aqui, sem problema nenhum.

Vamos tentar ser produtivos e absorver o que já existe, porque foi dito aqui – até perguntei para nominar – que existe um comitê integrado no Governo Federal. O Armin Braun mostrou o grupo do "zap" de que eu tinha falado aqui. Ele disse: "Olha, esses aqui fazem parte...". E mencionou aqui: o Ministério da Saúde, o Ministério do Desenvolvimento Regional, o Ministério de Minas e Energia, a Defesa Civil nacional, a direção da central nacional de crises. Então, isso foi bem importante.

O segundo ponto – vamos dizer aqui – é um pacote de medidas de apoio diante da escancarada necessidade de que o Poder Público garanta um amparo à sociedade com medidas, tais como: garantir levantamento do FGTS; linha de crédito especial; garantia de segurança; e a busca de implementar um decreto de calamidade que possibilite uma solução mais célere ao problema. Então, acho que isso resume muito bem algo que, inclusive, já foi tratado com o Ministro Gustavo Canuto, Ministro do Desenvolvimento Regional. O Ministério de Desenvolvimento Regional, hoje, corresponde ao que era antes o Ministério das Cidades e da Integração. Então, é um superministério! E já obtive a atenção dele numa reunião de mais de duas horas de duração, que vai ter um desdobramento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por último, e não menos importante, precisamos imediatamente solicitar o apoio do Governo Federal. Nossa Presidência precisa, com certeza, abraçar Alagoas, Maceió e o Pinheiro, tendo em vista a tamanha fragilidade em todas essas situações.

Então, eu acho que, dessa forma, nós estaremos fazendo o nosso papel, que não termina aqui; pelo contrário, começou aqui. Eu falo deste momento, que já é fruto de trabalhos – o que foi apresentado aqui foi fruto de trabalhos de várias outras reuniões. E que a gente possa fazer aquilo que eu disse no início: conversar para que seja extremamente produtivo, porque, se todos aqui continuarem fazendo audiências públicas, reuniões, o trabalho árduo desses senhores aqui, dos representantes de cada órgão se torna muito mais complicado, sempre tendo que dar satisfações, explicações, o que acaba até desvirtuando um pouco, porque as pessoas querem, de fato, sempre um representante à mesa. Se a gente está unificado, a gente não faz um retrabalho. Não se busca um super-herói, um xerife, alguém para chegar ali e encontrar solução. Não é isso! Inclusive eu acho que esse fato deve ser abraçado pela Presidência da República, pelo Governo Federal, e, no âmbito federal, pelo Ministério Público Federal – somando-se ao estadual, com certeza, mas essa representatividade eu acho que é indispensável. E tenho certeza de que não teremos obstáculos, pelo que eu pude sentir e pelo que foi demostrado e falado por todos que aqui estavam.

Sendo assim, senhores e senhoras, quero agradecer muito a todos os expositores, a todos que participaram ativamente desta audiência pública, que teve o grande objetivo de buscar soluções para as pessoas que sofrem no seu dia a dia no nosso querido Estado de Alagoas.

Então, a todos muito obrigado pela presença. E vamos aos fatos! (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 8ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE MARÇO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às dez horas e vinte e seis minutos do dia vinte e seis de março de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Rodrigo Cunha, reúne-se a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor com a presença dos Senadores Marcio Bittar, Dário Berger, Eduardo Girão, Juíza Selma, Izalci Lucas, Major Olimpio, Jorge Kajuru, Eliziane Gama, Telmário Mota, Paulo Rocha, Rogério Carvalho, Angelo Coronel, Rodrigo Pacheco, Wellington Fagundes, Nelsinho Trad, Eduardo Gomes, Paulo Paim, Marcos do Val e Jayme Campos. Deixam de comparecer os Senadores Fernando Bezerra Coelho, José Maranhão, Ciro Nogueira, Mara Gabrilli, Weverton, Cid Gomes, Humberto Costa e Otto Alencar. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em duas partes: **1ª Parte - Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 9/2019 - CTFC, de autoria do Senador Rodrigo Cunha, REQ 13/2019 - CTFC, de autoria do Senador Rodrigo Cunha, e REQ 18/2019 - CTFC, de autoria do Senador Rodrigo Cunha. **Finalidade:** Discutir a situação dos alunos que concluíram curso superior em instituições de ensino a distância irregulares e, portanto, não fazem jus a obter registros em seus diplomas de conclusão de curso. **Participantes:** João Victor Catunda, Líder do Movimento Diploma Legal; Gustavo Fagundes, Assessor de Regulação da Associação Nacional das Universidades Particulares - ANUP; Ricardo Holz, Presidente da Associação Brasileira dos Estudantes de Educação a Distância - ABE/EAD; Carlos Eduardo Lima Rocha de Oliveira, Presidente do Conselho Regional de Educação Física de Alagoas; Jorge Steinhilber, Presidente do CONFEF/CREFS; Deputado Estadual de Alagoas Marcelo Beltrão; Leililene Antunes Soares, Diretora de Supervisão da Educação Superior da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação - SERES/MEC; Leonardo Albuquerque Marques, Coordenador-Geral da Consultoria Técnica e Sanções Administrativas do Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJ. Domingos Sávio Dresch da Silveira, Procurador Federal dos Direitos do Cidadão Substituto (representante de: Ministério Público Federal). **Resultado:** Realizada. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor nº 18, de 2019** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 9/2019, seja incluído o seguinte convidado: Deputado Estadual de Alagoas Marcelo Beltrão." **Autoria:** Senador Rodrigo Cunha. **Resultado:** Não lido. **ITEM 2 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor nº 15, de 2019** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre governança pública. Como convidado para referida audiência, sugiro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o Ministro do TCU João Augusto Ribeiro Nardes, o qual poderá trazer valiosos subsídios para os trabalhos desta Comissão. Sugiro, ainda, que o convite seja estendido a todos os Senadores, diante da relevância do tema." **Autoria:** Senadora Juíza Selma. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 16, de 2019** que: "Requer, nos termos do art. 102-B do Regimento Interno do Senado Federal, que esta Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC), formule consulta ao Tribunal de Contas da União, na pessoa do Exmo. Ministro Raimundo Carreiro, relator do processo nº TC 008.036/2017-9, sobre possíveis soluções para a continuidade da obra de construção da Unidade Acadêmica do Cabo de Santo Agostinho, em especial sobre a possibilidade de utilização dos recursos orçamentários no montante de R$ 80.351.936,48, que se encontram empenhados na condição de Restos a Pagar não Processados, para a realização de nova licitação com vistas à conclusão da obra." **Autoria:** Senador Fernando Bezerra Coelho. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 17, de 2019** que: "Requer, nos termos do art. 90, inciso XIII e art. 142 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência externa, com a presença de membros da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, no bairro do Pinheiro e adjacências, no município de Maceió, Alagoas, com o objetivo de, em data oportuna, verificar in loco a área, acompanhar as atividades em curso e checar o andamento das ações a cargo do poder público, tendo em vista que, por causas ainda desconhecidas, estão ocorrendo, no local, abalos, fissuras e afundamentos em imóveis e vias públicas, situação que tem motivado a desocupação da área pelos moradores e empreendedores." **Autoria:** Senador Rodrigo Cunha. **Resultado:** Adiado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e trinta e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Rodrigo Cunha

Presidente da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/03/26

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Bom dia a todos!

Bom dia, Srs. Senadores!

Bom dia a todos os representantes com alguma atividade relacionada ao tema proposto por esta audiência pública!

Bom dia a todos que estão nos assistindo e nos acompanhando também através do portal, da TV Senado e também interagindo através do canal e-Cidadania!

Declaro aberta a 8ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A presente reunião tem por finalidade a realização de audiência pública que tem como objetivo discutir a situação dos alunos que concluíram curso superior em instituições de ensino a distância e, portanto, são considerados esses cursos irregulares tendo em vista que seus diplomas não são efetivados, bem como buscar com os órgãos envolvidos delinear encaminhamentos que possam contribuir positivamente para inibir essa prática que causa prejuízos ao consumidor. Esse problema aflige brasileiros de todo o País que buscaram ascensão social, econômica ou profissional pela educação a distância, muitas vezes devido a ser essa modalidade compatível com as limitações de oferta de ensino presencial ou com a pouca renda disponível para um investimento em ensino ou com a extenuante jornada de trabalho e obrigações familiares. A situação ainda traz risco para a sociedade, que passa a ter, no mercado de trabalho, profissionais com diploma sem certificação pelos órgãos e associações de classes.

Em 2018, quando Parlamentar na Assembleia de Alagoas, propus uma audiência pública para que o Legislativo alagoano chamasse para si a responsabilidade e tentasse interferir no problema social que envolve as pessoas que já cursaram e não sabem como regularizar sua situação, bem como para buscar meios para prevenir a continuidade do funcionamento ou surgimento de outras instituições irregulares na prática. No mesmo sentido, proponho que trabalhemos com a forma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

propositiva. Assim, quero contar com o compromisso de todos aqui presentes, para que esta audiência pública seja produtiva e traga resultados efetivos na manhã de hoje.

Sendo assim, vamos estabelecer a seguinte metodologia: devido à quantidade de pessoas a fazerem exposições, vamos dividir em dois blocos esta audiência pública. No primeiro bloco, vamos fazer uma audiência pública voltada para a caracterização do cenário. E aqui eu já convido alguns dos senhores presentes.

Inicialmente: o representante do Movimento Diploma Legal, Sr. João Victor Catunda; representante da Associação Brasileira dos Estudantes de Educação a Distância, Sr. Ricardo Holz; o Sr. Gustavo Fagundes, Assessor de Regulação da Associação Nacional das Universidades Particulares (Anup); o Sr. Carlos Eduardo Lima Rocha de Oliveira, Presidente do Conselho Regional de Educação Física de Alagoas.

Aqui eu quero registrar a importante presença do Senador Eduardo Girão, um grande defensor das boas causas. Ele faz parte da bancada das boas causas. Tenho certeza absoluta de que aquilo que á para o bem deste País conta com o apoio do Senador, que já está sendo uma grande referência dessas novas caras, desta nova Legislatura iniciada. Então, Senador Girão, parabenizo V. Exa. pela forma propositiva com que tem atuado desde o início do seu mandato. E aqui se faz presente também para defender as pessoas que precisam de um amparo.

Inicialmente, eu quero aqui mais ouvir do que falar, mas é importante mencionar que nós estamos numa Comissão que é a Comissão de Fiscalização e Comissão de Defesa do Consumidor. Vamos tratar de um assunto extremamente vinculado a uma relação de consumo. E deixo claro meu depoimento pessoal: para tirar qualquer dúvida, eu sou a favor do ensino a distância. Não sou contra o ensino a distância. O ensino a distância é uma ferramenta extremamente importante para levar conhecimento, inclusive para qualificar as pessoas e dar oportunidade para que pessoas que não tinham antes como estudar hoje possam estudar.

Particularmente, eu também já fiz um curso a distância; me especializei em direito do consumidor; e tive oportunidade de estudar com aqueles que fizeram o Código, ao vivo, eles estavam em São Paulo, estavam no Rio de Janeiro, estavam aqui em Brasília, e eu estava em Maceió, estudando ao vivo, de maneira virtual, mas interagindo, fazendo perguntas. Então olhem só que oportunidade! E isso existe em todas as outras áreas. Mas estamos diante de um grande problema, um problema que no meu Estado atingiu mais de 20 mil pessoas, isso não é estimativa, é a realidade. No Estado vizinho de Pernambuco, mais de 80 mil pessoas, não é estimativa, é realidade, cada uma nominada. Foi fruto também de uma CPI na Assembleia Legislativa de Pernambuco, uma CPI que teve um desfecho também interessante. É problema em Rondônia, na Bahia, no Rio Grande do Norte, no Ceará, ou seja, é um problema nacional. Por isso, nós vamos aqui dar início a um trabalho mais profundo sobre essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

linha de atuação, tendo aqui representantes de vários órgãos que podem agir ativamente para proteger essas pessoas.

Então, o mais importante – e aqui eu me remeto ao Código de Defesa do Consumidor, que para mim é tão importante –, na verdade, mais importante do que defender o consumidor é proteger o consumidor. Nós vamos tentar trabalhar na proteção, mas o problema já existiu e é preciso que a gente defenda uma solução, que espero que comece a ser desenhada na manhã de hoje.

Sendo assim, irei dar a palavra ao Sr. João Catunda, líder do Movimento Diploma Legal. O senhor tem dez minutos para fazer sua apresentação.

O SR. JOÃO VICTOR CATUNDA – Bom dia a todos!

Queria agradecer, em nome do Presidente, Senador Rodrigo Cunha, o convite e saudar a todos vocês que estão aqui presentes nesta manhã de hoje. Queria agradecer também a presença do Deputado Estadual Marcelo Beltrão, pelo meu Estado de Alagoas, que tem desenvolvido um belo trabalho lá junto com o Movimento Diploma Legal e tem nos ajudado bastante a desenvolver e encontrar uma solução para as vítimas do famoso golpe do diploma, que hoje vamos... Espero que um pouco menos que a audiência do Pinheiro, não é, Senador? Mas vamos debater bastante sobre ele.

O movimento foi criado inicialmente para encontrar uma solução para cidade de Palmeira dos Índios, que fica no nosso Estado. Quando soubemos do que estava acontecendo, professores sendo ameaçados pelos donos das instituições, alunos apresentando seus diplomas, que não estavam sendo aproveitados e reconhecidos, nós buscamos uma resposta do Ministério da Educação. Eu, como representante do movimento, tentei uma agenda no Ministério. Logo conseguimos a agenda. E, num segundo momento, conseguimos que o pessoal da Seres (Secretaria de Regulação e Supervisão do Ensino Superior) se fizesse presente lá em Alagoas. Foi quando, de Palmeira dos Índios, no interior de Alagoas, o grande problema se estendeu para praticamente nosso Estado todo, Rodrigo. E foram saindo matérias, mais alunos aparecendo, mais cidades aparecendo, até que se chegou ao número dos 20 mil alunos, nessa troca de informações do Ministério da Educação com o Movimento Diploma Legal.

Qual a nossa grande preocupação hoje? Que se instale uma CPI e os alunos acabem sendo prejudicados, assim como foram prejudicados no Estado de Pernambuco. No Estado de Pernambuco, como o Senador acabou de citar, alguns alunos já tiveram seus diplomas cancelados por conta dessa CPI. Mas o nosso objetivo, além de tudo, é encontrar uma solução que seja viável para o aluno, para que ele possa ter o seu conhecimento aproveitado, o conhecimento que foi absorvido aproveitado. A gente não pode deixar que os quatro anos que esses alunos estudaram sejam jogados no lixo. Que a gente deixe passar o dano moral, o dano material... O dinheiro, a gente trabalha e volta – com muito sufoco, mas volta –, mas o tempo não volta, não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tive a oportunidade de conversar, outro dia, com o Deputado Marcelo. A gente estava conversando sobre a omissão do Ministério da Educação relacionada a isso. É um problema que a gente descobriu que vem desde 2003. A gente achou que era 2006; aí foi aumentando o período em que eles vêm aplicando esse golpe. Como é possível? Desde 2003 e o Ministério da Educação não faz nada? Vocês vão deixar mais de... Só em Alagoas, são 20 mil alunos. Se a gente for somar os outros Estados, vai passar dos 200 mil. E o Ministério da Educação, Senador, vai deixar que esse número aumente até quanto? Até onde?

Eu fiquei muito feliz pelo convite, porque o senhor sabe do nosso trabalho que está sendo desenvolvido no nosso Estado.

O meu grande questionamento hoje é ao Ministério da Educação: qual vai ser o método? Qual vai ser a saída? Qual vai ser a solução que a gente vai passar para os alunos que foram vítimas do golpe do diploma? O que vai acontecer? Os alunos vão perder? Eles vão ter a oportunidade de ter o seu conhecimento avaliado?

Nós propusemos, na assembleia, na sexta-feira passada, lá em Alagoas, que os alunos passassem por uma prova de proficiência para que pudessem ser avaliados, para que o seu conhecimento fosse avaliado. E, se ele tiver capacidade de continuar de um determinado período até a conclusão do curso por uma faculdade regularizada, perfeito, que ele tenha o direito de terminar o seu curso no qual ele foi vítima de outra instituição irregular.

Eu sei também que é muito difícil para a Seres fiscalizar esses escritórios, como eles chamam, que se instalam nessas cidades menores. Mas a gente precisa de uma forma – a gente precisa divulgar, mostrar aos alunos o que é uma faculdade irregular, quais são as faculdades regulares e irregulares – de levar informação para os alunos.

Um fato que aconteceu em Alagoas conosco foi que nós procuramos o Ministério Público estadual e o Procurador-Geral nos recebeu, no ano de 2018, no ano passado, e disse: "O que nasceu morto continua morto". Eu disse: "Procurador, como é que pode, os alunos vão ser vítimas desse golpe e vai ficar por isso mesmo?". "Não sei quanto aos alunos, mas os culpados a gente tem que achar". O foco principal não pode ser os culpados. Tem que ser uma solução para os alunos. Nós não podemos deixar que o senso de justiça para encontrar um culpado e falar que o colocou na cadeia seja maior do que procurar uma solução e tentar acolher esse aluno.

Imaginem o impacto social que isso pode causar no nosso País. Estão aqui os conselhos regionais que podem nos responder isso. Imaginem a gente deixar que os alunos percam... Vários alunos estudaram educação física – como está aqui o Carlos Eduardo, nosso amigo de Alagoas também – e tiveram os seus diplomas registrados pela Universidade Estadual de Alagoas. Que fique

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

registrado que é um absurdo uma faculdade estadual não verificar a procedência da faculdade que ofertou o curso e os alunos, no final, serem prejudicados por conta disso.

A gente reconhece que, se o aluno continuar sendo diplomado de forma irregular, isso vai também, Carlos, afetar a classe, isso vai afetar diretamente os profissionais de educação física, e a gente não pode permitir isso também, mas nós temos que encontrar uma forma de finalmente ajudar esses alunos.

Eu estava conversando, agora há pouco, com o Ricardo – eu tive o prazer de conhecê-lo ainda agora pela manhã – que a gente também não pode julgar todos os cursos a distância, a gente não pode chegar e dizer que todo EaD é podre, é ruim. Não, a gente não pode fazer isso. Nós precisamos mostrar aos alunos e encontrar uma forma de estancar esse grande problema, mas precisamos mostrar que existem os EaDs que são credenciados e podem ofertar seus cursos nos seus devidos locais, mas também há as faculdades que se aproveitam desse método para aplicar um golpe.

Hoje existe uma grande organização criminosa. Depois que o movimento foi instalado, foi criado, até ameaça a gente recebeu através de donos de faculdade dizendo que, se a gente entrasse na cidade, não saía.

A gente não pode permitir que seja dessa forma. Nós viemos até aqui, Rodrigo, e, mais uma vez, eu lhe agradeço pela oportunidade, para encontrar essa saída. Eu confio e acredito muito no seu trabalho, desde a época da assembleia, quando você me convidou para a audiência sobre o golpe dos diplomas. O Deputado Marcelo, que também está dando continuidade a esse seu trabalho, fez uma audiência, na sexta-feira passada, também muito importante para os nossos alunos.

Hoje a minha grande pergunta ao Ministério são estas: quais serão as procedências? Qual vai ser a solução que a gente vai encontrar para esses alunos? Nós vamos realmente deixar que – só em Alagoas são mais de 20 mil alunos –, no País, esse número se estenda até quanto? Nós precisamos de uma solução.

Obrigado, Presidente.

Obrigado a todos vocês que estão nos escutando.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Eu agradeço ao João Catunda pela presença. É importante sua presença aqui. Você simboliza bem não só os jovens, mas aquelas pessoas que transformaram os seus sonhos em pesadelos.

Eu assisti novamente à matéria do Fantástico sobre esse assunto, eu acho que foi em janeiro. E ontem eu assisti novamente. Quando a gente humaniza, quando a gente identifica alguém que anda 70km, Senador Eduardo Girão, que mora num povoado de uma cidade pequena, que tira R$300 todo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mês, que faz, durante quatro anos, porque o sonho dela era ser professora, era ensinar as pessoas e depois não conseguiu...

Outras situações... E aqui é importante. Olha só como isto é grave: prefeituras do interior realizam seu concurso público, alguém se inscreve nesse concurso público, apresenta o diploma, é aprovado, está trabalhando lá há um ano e agora tem a confirmação de que aquele diploma não é válido. Olha só o problema na vida dessa pessoa.

Nessa matéria específica, a professora que passou nesse concurso estava pedindo, pelo amor de Deus, para voltar para o cargo de faxineira que ela tinha. Ela está com medo de perder o cargo de faxineira, já que o deixou para ser professora e talvez não seja mais professora. Então, até para buscar dar uma segurança jurídica, até para buscar dar uma segurança emocional a essas pessoas, é que nós vamos nos debruçar sobre esses assuntos, tenho certeza absoluta.

Sendo assim, eu gostaria de convidar primeiramente à Mesa – porque estava sendo colocado para a segunda Mesa, mas tem tudo a ver com este momento, tendo em vista que esta Mesa inicial vai tratar da caracterização do cenário –, eu vou convidar o Sr. Jorge Steinhilber, por favor, para se fazer presente aqui à Mesa, que é Presidente do Confef, Conselho Federal de Educação Física, e do Cref, que se faz presente aqui.

O SR. JORGE STEINHILBER (*Fora do microfone.*) – Conselho Federal de Educação Física.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Conselho Federal de Educação Física; ele se faz presente aqui.

Em seguida, passo a palavra ao Sr. Gustavo Fagundes, representante da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino.

Antes de iniciar, eu quero aqui registrar os relatos que já chegaram, os relatos da Debora da Silva Cavalcante, do Eledson Ramos, do Adriano Silva, da Patricia, da Joselita e do Hernande. Todos esses estão acompanhando pelo País esta audiência pública e participando ativamente no Portal do Senado Federal, através da ferramenta e-Cidadania. Além disso, é importante dizer que as pessoas podem participar por telefone. Nós temos aqui o Alô Senado, através do número 0800-612211. Então, é uma forma de aproximar as pessoas da política, é uma forma de aproximar as pessoas por meio da participação de uma audiência pública, e isso torna muito mais legítimo o nosso trabalho.

A todos que estão participando o meu muito obrigado. Suas perguntas serão lidas mais à frente.

Passo a palavra ao Sr. Gustavo.

O SR. GUSTAVO FAGUNDES – Exmo. Senador Rodrigo Cunha, em nome de quem a Associação Nacional das Universidades Particulares (Anup), que represento, cumprimenta todos os integrantes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desta seleta Comissão e agradece a oportunidade de se manifestar sobre um tema que preocupa a todos que, de fato, acreditam na educação como ferramenta de transformação social.

A Associação Nacional das Universidades Particulares (Anup) tem todo o empenho em trabalhar de uma forma absolutamente dentro do contexto regulatório, dentro dos padrões de qualidade que o MEC estabelece, e entende que esse problema atinge evidentemente os alunos que foram vítimas desse golpe nefasto, mas atinge também as instituições de educação superior que trabalham com honestidade e com lisura, porque atender o contexto regulatório, atender o padrão de qualidade não é fácil e não é barato. Então, não na mesma medida que a dos alunos, mas as instituições de ensino superior particulares que atuam com seriedade também são vítimas desse golpe, porque acabam sendo jogadas numa vala comum que tem hoje claramente uma intenção de demonizar a educação a distância.

A Anup entende que a educação a distância é uma importante ferramenta de inclusão educacional. A educação a distância, se feita com qualidade, com seriedade, é talvez a forma mais efetiva de levar educação aos distantes rincões do País, nos quais a educação presencial não é acessível por uma falta de estrutura e de capilaridade. Então, para esses alunos, a EaD é, de fato, uma ferramenta que assegura inclusão educacional.

O problema é um pouco mais grave porque não se limita à atuação irregular de instituições na seara da educação a distância. Parte desse problema são os famosos institutos que sequer são instituições de ensino credenciadas, sobre as quais, portanto, o MEC não tem poder de fiscalização e supervisão. Seria mais ou menos como pretender que a OAB tivesse algum tipo de ingerência sobre um profissional que não é inscrito lá e que se apresenta como advogado. A questão é muito mais de poder de polícia do Estado, do Ministério Público, da Justiça Federal do que propriamente do MEC, nesse caso dos institutos.

É lógico que existem faculdades que participam de forma ativa do processo recebendo esses alunos e simulando uma regularização desses estudos, existem universidades que registram de forma indevida esses diplomas, mas, lá na raiz, os institutos o MEC hoje não tem como atingir, porque, infelizmente, são instituições que sequer são credenciadas.

Esse problema aflige a todos nós. A Anup se coloca à disposição do Poder Público, desta Comissão para, naquilo que for possível, trabalharmos em conjunto dentro da regularidade para buscar uma solução que permita que esses alunos não percam integralmente o seu esforço. É lógico que algum tipo de adaptação, de adequação ao que foi feito há de ser realizada, porque esses institutos trabalham de forma a simular um curso de graduação como um curso livre. Então, muitas vezes, não há aferição de frequência, não há aferição de formação e se faz um processo totalmente simulado de aproveitamento de estudos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Anup tem todo interesse em que isso cesse de imediato, que esses alunos sejam, de fato, atendidos, na medida do possível, até porque – e é complicado a gente falar isto – o MEC disponibiliza, talvez não da forma ideal – mas existem –, métodos, maneiras, caminhos para se perceber a regularidade da oferta. É lógico que existem muitos alunos que não têm condição de acessar essa informação. Alguns têm condição e certamente o fizeram de forma a buscar vantagem. Nós temos filhos... Nenhuma criança, nenhum adolescente hoje adquire, por exemplo, um celular sem conhecer melhor do que nós, que ainda somos uma geração mais analógica, todas as características desse produto.

Talvez um dos passos importantes seja buscar junto ao MEC uma forma de aprimorar o acesso à informação acerca da regularidade da oferta educacional, porque o sistema e-MEC permite isso. Eu tenho acesso ao sistema e-MEC... É lógico que ele não é um sistema amigável a todos, passou por problemas sérios de instabilidade nos últimos tempos, mas ele permite consultar com razoável fidedignidade se aquela instituição é credenciada, se aquele curso tem oferta regular. Então, talvez precisemos também aprimorar os mecanismos de informação que o MEC disponibiliza para a sociedade. Eu me lembro de ter visto várias campanhas, principalmente na gestão anterior do MEC, buscando esclarecer a sociedade: "Olha, antes de acessar uma instituição, antes de fazer uma matrícula, verifique no *site* do MEC se esse curso é regular, se essa instituição está, de fato, credenciada".

Precisamos aprimorar essas ferramentas? Com certeza, mas também precisamos verificar que a EaD não é a grande vilã do processo. Como todo segmento da nossa sociedade, nós temos *players* que atuam com toda lisura e temos *players* que atuam de forma indevida. Cabe ao Poder Público, cabe ao próprio aluno buscar separar também o joio do trigo, porque tenho certeza, senhores, de que essa situação é também prejudicial às instituições que investem pesadamente na qualificação de seu corpo docente, na disponibilização de ferramentas tecnológicas para a educação a distância, no atendimento aos critérios regulatórios do MEC. Não é à toa, por exemplo, que a Anup tem um setor só para orientar os seus associados na questão regulatória, porque não é simples. Cumprir o emaranhado regulatório não é simples, são "n" portarias, "n" decretos, "n" instruções normativas, pareceres, resoluções.

Então, dá trabalho, é custoso trabalhar nesse meio, e as instituições que cumprem a regra acabam também sendo prejudicadas por quem não as cumpre.

O segmento tem todo o interesse em que haja regularidade na atuação de todos, que haja efetividade no cumprimento das políticas públicas. O MEC possui hoje ferramentas de supervisão, de monitoramento que talvez não permitam cobrir 100% do País, porque também seria querer demais, o País é gigantesco. A flexibilização da abertura de polos de EaD foi um grande complicador no processo de regulação e supervisão. Há instituições com 1.500 polos, e todos regulares *a priori*. Agora, controlar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o que acontece na ponta é muito complicado. Então, o MEC precisa também aprimorar suas políticas de supervisão, de monitoramento.

E há um outro detalhe que talvez fuja um pouco ao escopo desta audiência, mas que eu também acho importante registrar, porque, no fundo, também tem a ver com a defesa do consumidor. É que talvez, até por conta dessa demonização da EaD, existem alunos que possuem diplomas regulares de cursos reconhecidos, ou seja, tudo certinho, mas que, por serem ofertados em EaD, encontram uma resistência por parte de órgãos profissionais.

Existe uma falácia de que é possível oferecer um curso de saúde 100% em EaD, de forma regular. Isso não é possível. O Decreto 9.057, de 2017, e a Portaria Normativa 11, do mesmo ano, exigem expressamente que, mesmo na educação à distância, sejam ofertados, de forma obrigatoriamente presencial, as atividades práticas previstas nas diretrizes curriculares e os estágios. Em um curso de saúde, a média de carga horária de um estágio é de no mínimo 20% do total. Então, hoje, senhores, de forma regular, não existe oferta de EaD na saúde 100%.

Então, o aluno de EaD que tem o diploma registrado, seu curso é reconhecido pelo MEC, a presunção legal é de que ele cumpriu a parte presencial obrigatória. Pode haver "a" ou "b" fazendo de forma diversa? É natural que possa. Agora, se a instituição é credenciada e atua de forma regular, o MEC tem ferramentas para chegar a essa instituição e não reconhecer o curso, instaurar uma supervisão, aplicar uma cautelar, como foi aplicada às instituições de ensino que participavam do esquema dos institutos. A Secretaria de Regulação do MEC instaurou medidas cautelares contra as faculdades que recebiam esses alunos egressos dos institutos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. GUSTAVO FAGUNDES – ... e contra as universidades que registravam diplomas. Resta aguardar a conclusão do processo administrativo, até porque o contraditório e a ampla defesa têm que ser assegurados a todos. Por mais nefasta que *a priori* se mostre a conduta, é preciso assegurar o direito à resposta. E, mais do que isso, é preciso assegurar uma forma de não deixar esses alunos à míngua.

Eu agradeço a oportunidade de falar e me coloco à disposição, reiterando: o compromisso da Anup é permanentemente com a qualidade e com a regularidade da oferta da educação superior.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Bem, agradeço a fala do Sr. Gustavo. E aqui uma frase importante que V. Exa. usou é de justamente não demonizar o ensino a distância. Então, aqui eu fiz questão de deixar claro o meu depoimento pessoal,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mas também há de se buscar soluções para esse problema gravíssimo nesse segmento, que está levando as pessoas a ficarem no prejuízo.

Para dar continuidade, passo a palavra ao Sr. Ricardo Holz, Presidente da Associação Brasileira dos Estudantes de Educação a Distância. Então, V. Exa. tem dez minutos para fazer sua apresentação.

O SR. RICARDO HOLZ – Bom dia a todos. Quero agradecer o convite ao Senador Rodrigo Cunha, a quem parabenizo pelas palavras iniciais, inclusive com relação à educação a distância. Parabenizo e quero agradecer a presença de cada um de vocês, inclusive àqueles que nos assistem pela TV Senado ou pela internet.

A Associação Brasileira dos Estudantes de Educação a Distância nasceu em 2007, quando ainda havia um começo desse crescente de educação a distância no Brasil, principalmente no que diz respeito às instituições particulares. À época havia pouquíssima informação. Eu era aluno de um curso inicial de educação a distância, havia pouca informação sobre o que era, de fato, educação com o uso das novas tecnologias. E houve a necessidade de se criar uma instituição que pudesse ajudar a desmistificar o que era o uso das novas tecnologias no Brasil, na educação superior em especial.

De lá para cá, nós estivemos nos 27 Estados brasileiros e os visitamos, conhecendo polos de educação a distância, conhecendo instituições públicas e privadas, reunindo-nos com o Ministério da Educação, com a Justiça, em vários casos, com conselhos federais diversos. E, como foi dito aqui, existe uma caça às bruxas em relação a essa metodologia, por diversos conselhos, por diversos, inclusive, órgãos públicos, que têm uma certa aversão ao uso das novas tecnologias na educação, por algum motivo: por reserva de mercado, por desconhecimento, enfim, os fatores são diversos, mas isso acontece. E o fato é que o Ministério da Educação, o órgão responsável, autoriza um conjunto de cursos, de instituições, a ofertar essa metodologia no Brasil, que vem incluindo milhões de brasileiros que não teriam e passam a ter acesso ao ensino superior, como é o meu caso, por exemplo. Eu sou o primeiro da árvore genealógica materna e paterna a ter acesso ao ensino superior. E tive acesso em função do uso dessas novas metodologias na educação, em função da educação a distância.

Então, eu acho muito importante que esta audiência, Senador, deixe claro, como já vem sendo feito desde o princípio, desde a sua fala, que a educação a distância não é a vilã; a educação a distância tem ajudado a dar acesso, a incluir milhões de brasileiros. Consequentemente, tem ajudado no desenvolvimento do Brasil.

E assim o é em outros países do mundo. Eu acabei de voltar... A Associação Brasileira dos Estudantes de Educação a Distância faz parte de um fórum da Unesco. Aconteceu uma reunião recentemente, em Paris. Nós voltamos, conhecemos diversos modelos de educação a distância ofertados em vários países do mundo. Então, não é uma invenção nossa, não é uma invenção de instituição A, B, de governo A, B, com o objetivo de baratear a educação, não; é uma forma de incluir

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

brasileiros no ensino superior, e nós precisamos muito disso. O Brasil precisa muito incluir cada vez mais brasileiros no ensino superior.

Dito isso, é importante nós pensarmos no tamanho, na dimensão do problema de que nós estamos falando aqui. Começando com o João Victor ali, ele me relatou os números de cerca de 20 mil só no Estado do Alagoas, e posso garantir aos senhores que esse problema está enraizado em diversos Estados brasileiros! E não só na EaD; nós temos casos de instituições que não têm credenciamento para oferta de ensino superior ofertando pseudoensino superior em diversos lugares do Brasil.

A gente sabe das limitações do Ministério da Educação na fiscalização. A gente sabe... Inclusive a Associação teve diversas reuniões em diversos governos, pelo menos nos últimos três, com o Ministro da Educação, com o Secretário de Regulação, oferecendo ajuda, porque nós temos uma rede mais conectada, nós dialogamos melhor com os alunos, e os alunos podem ser aqueles que denunciam os problemas com mais agilidade, com mais facilidade.Mas poucas vezes o Ministério da Educação, de fato, usou essa oferta que a gente faz.

Então, aqui, mais uma vez – acredito que é o caso do João Victor –, a Associação Brasileira se coloca à disposição do Ministério da Educação para auxiliar nesse processo de recebimento de denúncias.

O e-MEC, Gustavo, é bastante complicado. Primeiro, o aluno nem sabe da sua existência. Então, aí nós poderíamos auxiliar no processo de fazer essa informação chegar ao aluno, usando a rede do ensino médio nos Estados, inclusive, para que o aluno, quando estiver no ensino médio, comece a ter a informação de que é possível, através de um portal ou, é possível, talvez, através da rede dos professores daquela escola pública de ensino médio ou escola particular, ele saber se determinada instituição é credenciada ou não para a oferta de ensino superior. E mais: se aquela instituição tem autorização para a oferta de educação a distância e se aquele polo é credenciado. O problema não é só a oferta, a autorização ou a descoberta de que o IES é credenciado e autorizado ou não; depois disso você tem de saber se o curso o é, se o polo o é. Então, o passo é bem complicado, bem complicado!

Então, talvez, nós precisemos dar mais transparência a esse portal ou criar, inclusive, um portal com um nome mais simples, para que haja uma ampla divulgação na rede educacional brasileira, para que o aluno passe a ter esta ciência: "Antes de eu prestar o processo seletivo na instituição A, B ou C, vou querer saber se ela é credenciada ou não, se o diploma é legal, por exemplo." Acho bem interessante unirmos forças entre estudantes, conselhos federais, Ministério da Educação e Parlamento brasileiro, enfim entre os diversos órgãos, para que consigamos fazer essa informação chegar, para assim coibirmos que novos estudantes caiam nesse golpe. Nós estamos tratando aqui de um golpe. É um golpe, é um crime que foi cometido contra o aluno, e o aluno deve ser preservado. O aluno é vítima de um golpe. Por omissão ou por diversos fatores, o Estado vem falhando nessa fiscalização.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acho importante tocar aqui em outro ponto, apesar de ele não ser necessariamente tema desta audiência, Senador: a forma como hoje o Ministério da Educação permite a abertura de polos e, de certa maneira, auxilia nessa nebulosidade de informações. Hoje, uma instituição credenciada que pode ter polo consegue com muita facilidade a abertura de polos de educação a distância, e o MEC não fiscaliza na ponta a infraestrutura desse polo. Então, em especial nos últimos meses, talvez, em função de uma portaria relativamente recente, as instituições começaram uma corrida pela abertura de novos polos de educação a distância.

Nós da associação, por exemplo, já fomos acionados por estudantes que chegaram a instituições de ensino, no endereço credenciado de um polo, e lá havia uma instituição financeira. E a esse aluno foi oferecido empréstimo, em vez de curso de ensino superior. A instituição era credenciada, o polo era recém-credenciado, mas, para garantir o espaço, aquela instituição colocou um endereço de uma instituição financeira que faz parte do mesmo grupo. Enfim, existem várias aberrações.

Acho que nós temos de reunir forças aqui para focar o problema. O aluno não pode ser prejudicado. Então, esse aluno, talvez... Na conversa que tive com o João Victor, achei interessante a sugestão de um exame de proficiência. Esse aluno, estando apto, deve ser aceito por outra instituição de fato credenciada, com oferta de educação a distância aberta. Então, esse pode ser um caminho.

Nós colocamos aqui à disposição a Associação Brasileira e a rede que nós temos de estudantes – temos facilidade de diálogo e de contato, através da internet e das redes sociais, com os alunos –, para se criar uma porta com o Ministério da Educação e com as outras entidades aqui presentes, com o objetivo de buscar uma solução para que o aluno não seja prejudicado – isso é o mais importante –, para que a metodologia não saia prejudicada nesse processo mais do que já o é.

É uma caça às bruxas o que a educação a distância vem vivendo no Brasil nos últimos tempos. Por desinformação, por tentativa de reserva de mercado, por diversos motivos, nós temos um problema grave de bandeiras levantadas contra uma metodologia que veio para ficar. Já há mais de 1,5 milhão de alunos inscritos no Brasil, o que está causando inclusão social no País, sim.

É óbvio que há instituições – foi citado aqui o caso de cursos na área da saúde – que ofertam coisas diferentes daquilo que o Ministério da Educação permite. Não existe autorização para cursos 100% EaD na área da saúde, por exemplo. Se a instituição está fazendo isso, ela está de novo cometendo uma irregularidade, deve ser cassada, deve ser punida por essa irregularidade. Mas, se o Ministério da Educação autorizou o curso, se o curso é credenciado...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RICARDO HOLZ – ... de fato, a metodologia vem contribuir e somar com o desenvolvimento do País.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, mais uma vez, coloco a Associação Brasileira dos Estudantes de Educação a Distância à disposição do Ministério da Educação e à disposição desta Casa, Senador, e dos outros órgãos aqui presentes, para buscarmos uma solução de modo a não prejudicar os alunos, de modo a não prejudicar a metodologia e, sim, também de modo a punir aqueles que cometeram esse crime. Também é muito fácil, de repente, chegar agora e liberar polos ou credenciais a instituições, e a gente selar esse ato criminoso no final da história.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Agradeço ao Sr. Ricardo pela sua explanação, relembrando a metodologia desta audiência, que será dividida em dois blocos. Este bloco inicial é formado por estes que aqui estão presentes. Ao final de cada bloco, eu irei fazer algumas perguntas, e também aos demais Senadores que aqui estão presentes isso fica facultado.

Registro a importante presença do Senador Major Olimpio, sempre presente e atuante nos assuntos desta Casa, que passam pelo Senado Federal, sejam assuntos de saúde, de educação ou de segurança, sejam assuntos administrativos. Seja qual for o assunto, contamos sempre com a presença do Senador Major Olimpio.

Deixo claro que é importantíssima a presença e a participação da população. Nós temos o canal e-Cidadania. As perguntas estão chegando aqui. Ao final deste bloco, será feita também uma rodada de perguntas das pessoas que estão virtualmente participando. Olhem só o ensino a distância presente agora! As pessoas, a distância, também estão participando ativamente de um momento como este.

Sendo assim, dando sequência, convido o Sr. Carlos Eduardo Lima Rocha, Presidente do Conselho Regional de Educação Física de Alagoas.

Quero dar o depoimento, antes da fala do Eduardo, de que, há pelo menos três anos, ele vem enfrentando sérios problemas. Ele tem sido um dos que levantam a bandeira no Estado de Alagoas, mas não somente lá, porque já nacionalizou essa situação. Ele está aqui presente e demonstra que sua luta não está sendo em vão.

Então, Sr. Carlos Eduardo, V. Exa. tem dez minutos para expor a situação que faz com que todo o Conselho se mobilize sobre o assunto.

O SR. CARLOS EDUARDO LIMA ROCHA DE OLIVEIRA – Perfeito!

Bom dia!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero agradecer a iniciativa do Senador Rodrigo Cunha de propor esta audiência pública sobre essa notícia.

O Deputado Marcelo Beltrão fez uma audiência pública, na semana passada, na Assembleia Legislativa de Alagoas, que teve repercussão, que já está tendo repercussão. Ontem, fomos surpreendidos nas redes sociais com a informação de que o Ministério Público Estadual de Alagoas ajuizou uma ação para o bloqueio de R$5 milhões de contas de algumas faculdades que estão operando em Alagoas.

O que acontece? Hoje, o Cref 19/AL tem o mesmo problema de todas as regionais, em nível nacional: diplomas inidôneos. A gente tem que deixar entendido o seguinte: esses diplomas não são falsos; eles são inidôneos, não têm validade legal. Quando o egresso da instituição chega ao conselho para pedir registro, ele apresenta toda a documentação, e vamos pesquisar no *site* do e-MEC, o *site* do Ministério da Educação, para ver se essa instituição é autorizada e reconhecida a funcionar naquela localidade. Como o Sr. Ricardo bem colocou, a autorização da instituição é local, ou seja, é na cidade, e não regional. Então, a gente tem que ter esse entendimento.

Começaram a chegar diplomas de vários Estados do País, como, por exemplo, Rio Grande do Sul, Brasília, Bahia, em uma quantidade muito grande, muito elevada. Começamos a fazer alguns questionamentos a essas instituições de ensino superior, e não foram respondidos, levando à suspeita. Começamos a fazer as provocações, os alunos informando que tinham estudado em Alagoas, em suas cidades – como exemplo, Penedo, São Brás, São Sebastião –, e, quando íamos à pesquisa no *site* do Ministério da Educação, no e-MEC, constatávamos que essas instituições só tinham autorização para funcionar presencialmente nas suas sedes: Brasília, como exemplo, Rio Grande do Sul e Bahia.

O que acontece? Encaminhamos ao Ministério Público Federal, que é um parceiro muito importante, que está nos dando respostas do que está acontecendo.

Cito como exemplo o Despacho nº 31, de 2019, da Procuradora da República Roberta Lima Barbosa Bomfim, da Comarca de Maceió, em que ela provocou o Ministério da Educação, provocou a instituição e relatou o seguinte – eu não vou citar o nome da instituição, mas no trecho ela diz o seguinte: "concordou que não possui autorização para EaD, mas que, no caso, se trata da autonomia das IES em realizar aproveitamento de créditos de egressos de outras instituições". Então, ele já está dando o norte do que teoricamente ele está fazendo.

E o Ministério da Educação respondeu à Procuradora da República o seguinte:

> Esclarece que a IES [a faculdade], ao ofertar cursos de licenciatura em Educação Física na modalidade de ensino presencial ou a distância no Estado de Alagoas, comete irregularidade administrativa, sem prejuízo dos efeitos legais, cível e penal, haja vista

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

possuir autorização tão somente para ofertar cursos na modalidade de ensino presencial, nos limites de sua sede, qual seja, o Município [tal, daqui do Distrito Federal].
Informou, por fim, que a demanda seria encaminhada para a Diretoria de Supervisão da Seres, a Disup, para conhecimento e providências julgadas cabíveis.

Então, o procurador informou que encaminhou outros ofícios.

Para vocês terem uma ideia, nós tivemos acesso a um documento da Secretaria de Segurança Pública de Alagoas, um boletim de ocorrência, em que três pessoas se identificam como representantes dessa instituição nas cidades de Alagoas, ou seja, existe um documento oficial em que a instituição informa ao Ministério Público Federal que ela não tem autorização para funcionar fora, e aqui há um outro documento oficial, da Secretaria de Segurança Pública, com as pessoas informando que são representantes dessas faculdades na localidade. Isso é para a gente ver que eles não estão conseguindo segurar bem o que estão falando.

Para continuar, nós temos a situação do Ministério Público Federal novamente, porque esses diplomas precisam ser registrados. Uma das duas instituições que está registrando, como já foi dito aqui, é a Uneal (Universidade Estadual de Alagoas).

Temos aqui uma ação, um inquérito civil, uma ação civil pública, movida pela Procuradoria da República no Município de Santo Ângelo, Rio Grande do Sul – não são palavras minhas, tá, pessoal? Vou relatar aqui na íntegra o que diz o Procurador da República, Dr. Filipe Andrios Brasil Siviero. Ele diz o seguinte: "Os diplomas irregulares mais recentes estão sendo registrados pela Universidade Estadual de Alagoas, uma instituição pública que assume papel relevante nas fraudes" – palavras do procurador, ou seja, ele provavelmente tem subsídios para estar falando isso aqui.

Em outro trecho, ele diz o seguinte: "A Universidade Estadual de Alagoas, da mesma forma que a UNIG, está ciente dos atos ilegais praticados, devendo ser igualmente responsabilizada, uma vez que não é possível conceber que uma universidade registre diplomas de outras [...] [instituições] sem verificar a regularidade do curso, os históricos acadêmicos e os locais permitidos para a oferta". Se é legal ou não, cabe ao procurador fazer as investigações.

E nós temos informações das outras regionais de que temos diplomas reconhecidos pela Uneal no Estado do Mato Grosso – de faculdades teoricamente inidôneas –, no Maranhão, no Piauí, na Bahia. Então, é uma coisa nacional. E a Universidade Estadual de Alagoas está com o nome, de maneira correta ou como vítima ou... Não sei. Cabe às investigações dizer isso aí.

Só que acontecem desdobramentos, pessoal, em relação a isso: alguns egressos dessas instituições estão tentando fazer uma segunda graduação. Eles são licenciados em Educação Física por essas instituições até então inidôneas e querem fazer um curso de bacharelado. Então, eles procuram em seu Estado uma instituição, uma faculdade que seja autorizada e reconhecida pelo MEC para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

funcionar naquela localidade e apresentam o seu diploma primeiro, aquele que tem suspeita de inidoneidade, para aproveitamento de créditos, ou seja, em uma possível tentativa de legalizar esse documento.

Um desses entrou com uma solicitação no Conselho Regional de Educação Física da 16ª Região (Rio Grande do Norte) solicitando isso, e lhe foi negado. Esse egresso entrou na Justiça Federal: em primeira instância, perdeu; recorreu, com agravo de instrumento; e o Desembargador Federal da 5ª Região, 4ª Turma, Dr. José Lázaro Alfredo Guimarães, fez algumas colocações interessantes.

Ele disse o seguinte: "Dessa forma, além de a impetrante não ter realizado curso de Educação Física de forma presencial na instituição, ou seja, na cidade de Santo Augusto, no Rio Grande do Sul" – a mesma alvo dessa ação do Ministério Público Federal lá do Município de Santo Ângelo –, "não poderia aproveitar os créditos, que sequer eram válidos, haja vista que os atos nulos de pleno direito são incapazes de gerar qualquer efeito jurídico aos interessados e impassíveis, pois, de convalidação".

Em outro trecho, ele diz o seguinte: "pois o curso da [...]" – e relata o nome da instituição – "era e continua ilegal, repito, na modalidade a distância, constituindo atos nulos de pleno direito, incapazes de gerar qualquer efeito jurídico aos interessados, impassíveis, pois de convalidação".

E, no trecho final, ele diz assim: "Assim, ainda que realmente não seja atribuição dos conselhos profissionais fiscalizar e controlar os cursos superiores em todo o Território Nacional, é certo que tal órgão não só pode como deve recusar a inscrição nos seus quadros de portadores de diplomas que não atendam aos requisitos legais".

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS EDUARDO LIMA ROCHA DE OLIVEIRA – Então, nós temos situações que estão tendo desdobramentos, e a Justiça já entende que é um ato nulo. Ele não pode aproveitar algo que não existe legalmente no mundo jurídico.

Então, é isso, Presidente. Eu me coloco à disposição.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Agradeço ao Sr. Carlos Eduardo pela sua explanação, explanação essa que, com certeza, será também corroborada pelo Presidente do Conselho Federal de Educação Física, a quem já passo a palavra para finalizarmos esta Mesa e iniciarmos uma rodada de perguntas.

Vamos ouvir o Sr. Jorge Steinhilber.

O SR. JORGE STEINHILBER – Obrigado, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parabenizo V. Exa. pelo protagonismo e imediata providência para tratar do problema dessas causas irregulares e dos diplomas irregulares.

Cumprimento os Senadores Eduardo Girão e o Major Olimpio pela presença, assim como o Deputado Estadual Marcelo Beltrão.

Cumprimento e parabenizo o nosso Presidente Carlos Eduardo pela postura ética e pelo compromisso com que desenvolveu todo esse trabalho de proteção à sociedade, buscando essa intervenção de qualidade.

Infelizmente, na proteção da intervenção de qualidade no nosso País, quando se procura defender a sociedade, estamos sempre propensos às ameaças. É o que está acontecendo neste momento com o nosso Presidente de Alagoas, na medida em que o conselho procurou proteger a sociedade e deparou com essa situação.

Cumprimento o Presidente do CREF17, Carlos; o Presidente do CREF13, Rogério; a Presidente do CREF12, Sueli; a Presidente do CREF4, Pedro, com os demais componentes da diretoria, assim como todos aqueles que nos acompanham pela internet neste momento tão importante, porque o Sistema Confef/CREF vem demonstrando uma preocupação muito grande tanto com essa questão dos alunos que apresentaram problemas de diplomas irregulares como das instituições de ensino que ofertam esses cursos e que, de uma certa forma, pelo que está posto, estão enganando os alunos.

Nós vamos ter uma discussão muito grande sobre até que ponto os alunos estão sendo enganados, até que ponto estão se deixando enganar, até que ponto as universidades também estão enganando e se deixando enganar. Realmente é a tônica desta Mesa aqui, e nós pretendemos colaborar.

Como ficamos sabendo que esses cursos são irregulares? Houve uma informação há três anos, quando começou essa questão. O MEC o tempo todo nos respondia que nós tínhamos de olhar o Portal do e-MEC. Se no Portal do e-MEC estiver o curso, o curso está regular; se não estiver, o polo não está regular e, portanto, o aluno não pode ter o diploma registrado. Simples, prático e objetivo, no entanto, gerou todos esses outros problemas consolidados aqui.

De uma certa forma, os conselhos regionais têm tido preocupação de verificar todos esses cursos. Nós encaminhamos diversas vezes denúncias ao Ministério da Educação, e, infelizmente, os cursos continuam com as mesmas ofertas e desenvolvendo o trabalho.

Acabei de identificar também a Vice-Presidente Nicole, do CREF7, presente. Eu não a tinha visto ainda, por isso não cumprimentei; cumprimento-a também.

A nossa preocupação sempre foi esta: defender a sociedade para que ela tenha os profissionais de Educação Física habilitados. Na medida em que esses diplomas não são habilitados, nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

encaminhamos para o MEC denúncia, informando o que está acontecendo, encaminhamos denúncia para o Ministério Público Federal, encaminhamos denúncia à Procuradoria-Geral da República no sentido de que se pudesse criar isso que nós estamos identificando aqui. Antes estava muito restrito praticamente aos conselhos regionais, que ficavam pela qualidade do cargo sendo ameaçados e nenhuma providência se tomava.

A primeira providência foi feita, parece-me, ano passado pelo próprio Senador Rodrigo, à época ainda no Estado. Precisava exatamente acontecer a situação de se buscar a forma de se coibir essa situação.

Como nós vamos conseguir essa situação? Os alunos estão sabedores dessas irregularidades ou não? Teriam acesso a essas irregularidades? Sim, desde que eles procurassem o Portal do e-MEC para saberem se aquele curso é irregular. Por outro lado, nós não temos aqui nenhum elemento, nenhuma forma de dizer que o aluno se deixou enganar ou quis ser enganado ou que foi proposital. Creio que a discussão é exatamente neste sentido: até que ponto os alunos foram enganados. E, se foram enganados, então cabe realmente uma atitude forte em relação a essas instituições de ensino.

Aqui foi dito e acredito que efetivamente o ensino a distância possa ser um bom fator de desenvolvimento do ensino para o Brasil, no entanto precisa se identificar quais as instituições de ensino e de que forma podem oferecer esse ensino. A nossa preocupação hoje, Senador, é no sentido...

O ensino a distância não é nada novo, é algo que existe há muitos anos. Mas, há pouco tempo, eu diria que talvez nos últimos oito anos é que se permitiu o ensino a distância na área da saúde. Aí, sim, começou a haver uma preocupação muito grande porque a área da saúde tem alguma consequência muito maior do que apenas aquela de cursos que eram ofertados e em que é possível se adquirir conhecimentos e se aplicar esses conhecimentos. Então, realmente nós temos a posição da necessidade de uma discussão maior porque efetivamente estão sendo ofertados cursos de ensino a distância, e o fórum dos conselhos na área da saúde tem se manifestado – inclusive o Conselho Nacional de Saúde também já se manifestou – contra o ensino integralmente a distância.

Esse não é o caso da nossa discussão aqui. A nossa discussão aqui é em relação a essas entidades que estão ofertando cursos.

Vou me estender um pouco mais na fala que foi feita aqui, Senador, no sentido de que algumas instituições que são autorizadas para cursos presenciais estão ofertando polos irregularmente e entregando a esses alunos diplomas como se fossem presenciais. Então hoje os conselhos têm uma preocupação maior ainda não só na verificação do diploma em si, mas de saber se aquele diplomado efetivamente esteve presencialmente na universidade onde ele recebeu o diploma. Exemplo: uma pessoa do Sul do País recebe um diploma de uma universidade autorizada em Alagoas, mas o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

indivíduo sempre morou em Porto Alegre. Como ele cursou quatro anos de presencial em Alagoas se ele mora em Porto Alegre?

Então, nós estamos tendo hoje, todos os conselhos regionais, uma preocupação muito maior inclusive com isso. Quer dizer, está havendo uma comercialização, desculpem-me usar esse termo, muito forte, muito grande nessas questões do ensino, não só do ensino a distância, mas do ensino presencial, causando esse tipo de situação. A mais nova que nós identificamos agora e que o Presidente Carlos citou – e está se intensificando – são os alunos que fazem sete períodos de ensino à distância, depois vão para uma regular no último período, levam toda a compensação do período em que eles estiveram fora, para receber apenas com um ano de uma instituição presencial, como se tivessem frequentado aquela instituição como um todo. E as instituições estão concordando com isso.

Então, está havendo, o senhor me desculpe, a necessidade de uma reavaliação mais ampla e mais intensa em relação a todas essas questões do ensino, não só nessa questão do ensino a distância, porque o ensino presencial também está sendo utilizado nessa questão do ensino a distância, para que a gente possa, de alguma forma, identificar quem está enganando quem.

A nossa preocupação, Senador, é que quem está sendo enganada é a sociedade, porque ela acaba não tendo um profissional com conhecimento, acaba desvirtuando o ensino e acaba criando todo um processo que hoje nós estamos aqui identificando. Quem está perdendo com isso? As próprias instituições que defendem o ensino a distância, porque isso também denigre a imagem do ensino a distância, como nós estamos encontrando aqui. Ou seja, é uma situação que não favorece ninguém, prejudica totalmente a sociedade, e eu parabenizo V. Exa. por buscar uma alternativa na integração de todas essas entidades...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JORGE STEINHILBER – ...para que a gente possa encontrar uma solução adequada.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Agradeço ao Sr. Jorge pela explanação, que aqui demonstrou casos concretos.

Agora partiremos para a finalização deste bloco com algumas perguntas. Aqui eu ressalto, mais uma vez, a importância da participação popular através da ferramenta e-Cidadania lincada ao *site* do Senado Federal. E vou começar justamente por uma pergunta, a pergunta feita pela Patrícia de Souza, diretamente do Estado do Amazonas. Ela faz uma pergunta para o João Catunga, faz uma contextualização mencionando que "a educação a distância surge para muitos brasileiros como uma oportunidade de ter um diploma de ensino superior. Mas o número de diplomas falsos que têm sido emitidos em todo o Brasil é alarmante e comprova o quanto os estudantes estão vulneráveis. O que o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estudante pode fazer para se certificar de que não irá cursar um programa que não lhe renderá um diploma válido?".

Essa pergunta foi extraída agora do *site* e várias outras estão chegando, a grande maioria para o MEC, que fará parte da próxima mesa. Então, passo a palavra ao Sr. João Catunda, pelo prazo de dois minutos, para fazer alguns apontamentos.

O SR. JOÃO VICTOR CATUNDA – Eu ia deixar para o MEC também a resposta, mas eu vou ajudar.

A maioria desses cursos, quando são ofertados de forma irregular, são ofertados geralmente em dois domingos ao mês. E não são de forma EaD, *on-line*, nada desse tipo, como geralmente os cursos em EAD são. Volto a bater na tecla, como o Gustavo falou, de pesquisar no e-MEC, mas, claro, nós não podemos exigir que os alunos tenham sempre o acesso ao e-MEC.

Eu tive o exemplo lá de Piranhas, no Sertão de Alagoas. Existe um distrito lá chamado Piau, que não tem nem sinal de celular, quanto mais de internet. Então, a gente não tem como exigir que essas pessoas vão pesquisar a fundo pelo *site* do e-MEC. Mas hoje, infelizmente, a única forma de a gente saber se é regular, ou não, é pelo *site* do Ministério. Então, a gente precisa hoje mais é de políticas de divulgação para que a gente mostre como descobrir se a faculdade é regular ou irregular.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Muito bem.

Eu aqui quero registrar também a importante presença do Senador Styvenson. Todos os assuntos que são relacionados à educação, com certeza, têm sempre a discussão do Senador Styvenson, que realiza um excelente trabalho. Alguns colegas, como Eduardo Girão, já foram conhecer no Rio Grande do Norte, eu também quero conhecer, Senador Styvenson, para que a gente possa multiplicar essa semente abraçada por V.Exa.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Só lembrando que eu não faço parte desta Comissão, mas eu vim porque o assunto é interessante, mexe com os sonhos dos brasileiros jovens e também dos brasileiros de uma forma geral, que é um curso superior. E estar ouvindo que existem estelionatários se utilizando da boa vontade das pessoas de querer estudar... Vi o senhor falando agora e sei o quanto é difícil, não só lá no Sertão lá de Alagoas, mas, quanto mais distante, mais difícil ainda essa investigação.

Então, Rodrigo, sei que você é um defensor dos direitos dos consumidores, e eu o parabenizo por esta audiência pública, tanto que eu estava na Comissão e saí para dar uma passada aqui para ver

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a discussão, para ouvir, porque é um tema do qual eu também gosto. Estou indo já já para a CE, lá deve ser discutido isso aqui também. Vamos até ver, quem for da CE, porque esse tema tem que ser levado mais adiante.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Com certeza. Eu aqui agradeço a participação. E quero fazer uma pergunta ao Sr. Ricardo, que é Presidente da Associação Brasileira dos Estudantes de Educação a Distância. Primeiro, Sr. Ricardo, há algum registro, as pessoas buscam a associação para fazer denúncias? É possível contabilizar essa quantidade de pessoas sobre esse tema específico, sobre questões ligadas ao ensino a distância, ou até a cursos presenciais que não têm diplomas válidos? Então, se possível, deixar claro isso, puxando um pouco também para a linha do consumidor.

Outro relato que eu escuto muito frequentemente, com uma incidência muito forte, é que as pessoas fazem um curso achando que estão fazendo um curso superior, fazendo uma graduação, e, na verdade, estão fazendo um curso de extensão. Mas toda a publicidade, toda a propaganda é feita para que as pessoas acreditem que estão fazendo um curso de qualificação superior. Então, se isso também é um problema, se chega, se há relatos e se há também indicadores que a gente possa mensurar.

O SR. RICARDO HOLZ – É uma ótima pergunta. A associação tem mais de 680 mil estudantes que se inscreveram no nosso portal, nas nossas redes sociais – podemos chamar associados, vamos assim dizer –; é um número muito grande. E o relato de estudantes que não sabem se o diploma deles vai valer é algo em torno de 20% desse número, os que nos consultam. O cara já está matriculado, já está cursando em determinada instituição e ele manda para a gente um relato – é um número muito grande – para saber se o diploma dele vai valer, se a instituição dele tem ou não credenciamento.

O que nós fazemos atualmente é encaminhar para o e-MEC, que é o caminho correto, é o que se tem de fazer: orientar esse aluno, pedir que ele passe essa corrente à frente, que o e-MEC está aí para que seja consultado.

A gente já recebeu inclusive retornos da complexidade de acesso ao e-MEC, como falei na minha fala inicial. É muito difícil para o aluno o entendimento, a navegabilidade no *site* do e-MEC para um aluno que acabou de sair de um ensino médio de uma rede pública e que muitas vezes não tem acesso à internet. Então, nós temos que criar uma força-tarefa para facilitar essa informação para os alunos na ponta.

Com relação a cursos de extensão sendo ofertados – ou pelo menos na publicidade – como cursos superiores, sim, também temos. Não tenho um número específico, Senador, para passar, mas é fácil fazer esse levantamento para encaminhar ao seu gabinete ou a esta Comissão do que nós recebemos espontaneamente dos alunos, vale a pena falar isso. Ou seja, a associação ainda não está desenvolvendo nenhum trabalho, mas coloco-me à disposição do Ministério da Educação para que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

juntos possamos fazer. É óbvio, a gente tem uma rede grande, o aluno tem facilidade em falar com a associação que o representa, e, como o nosso objetivo é auxiliar esse aluno, ajudar a desmistificar o uso das novas tecnologias... O aluno que é de EaD vem aqui, pergunta, vem tirar as dúvidas, sente-se mais acolhido aqui, necessariamente, do que no MEC. Então a gente tem que criar alguma rede, alguma parceria para que a gente consiga facilitar o acesso e as informações a esse aluno. Acho que isso é um desafio nosso.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Muito bem, Ricardo.

A minha preocupação particular sobre esse assunto surgiu acho que há uns dois anos também. Já tinha conversado com o Carlos Eduardo, mas houve um fato, Senador Styvenson, bem interessante. Até conversando com V. Exa. disse que o nosso mandato, nosso primeiro mandato, como Deputado Estadual, caracterizou-se por visitar pessoalmente o centro das pequenas cidades do meu Estado. E, numa quinta-feira, na cidade de Maragogi, que agora é cidade, coloquei uma tenda para conversar com as pessoas, e chegaram dois jovens dizendo: "Rodrigo, estou assustado, estou preocupado, porque eu cursei durante quatro anos o ensino a distância para o curso de Educação Física, recebi o diploma, esse diploma foi chancelado pela universidade estadual, mas quando eu fui para o conselho para pegar minha carteirinha, disseram que o diploma não vale, disseram que esse curso que eu fiz não tinha autorização para funcionar no meu Estado. Eu mal tinha percebido, mas, inclusive, o diploma que estava nas minhas mãos falava que eu cursava no Rio Grande do Sul, e eu nunca saí nem de Alagoas".

Essa foi a situação que me chamou a atenção. E começou a puxar a corda, puxar a corda, puxar a corda... Conversando com Carlos Eduardo, ele disse que a maioria das pessoas tomam conhecimento justamente quando buscam tirar sua carteirinha para fazer parte do conselho. Então, Carlos Eduardo, se V. Exa. puder aqui, na prática, dizer como isso é feito, tendo em vista que as pessoas chegam lá com um diploma, inclusive chancelado por uma universidade – e esta também será uma das perguntas que eu irei fazer ao MEC –, como é dizer isso para as pessoas, qual a incidência disso e se isso hoje ainda é uma realidade.

O SR. CARLOS EDUARDO LIMA ROCHA DE OLIVEIRA – É uma realidade, tanto é que eu citei agora há pouco um boletim de ocorrência, que foi nessa prática de tentar esclarecer essa situação.

Eu fui convidado pelo profissional em Educação Física, Prof. Firmino, Presidente da Associação dos Profissionais de Educação Física de Penedo, a comparecer na cidade de Penedo para uma conversa com esses egressos de instituições, cerca de 40 ou 50 alunos, porque eles estavam nervosos com a possibilidade de o conselho não reconhecer esses diplomas. Aliás, reconhecer não, porque não cabe ao conselho reconhecer; aceitar como um diploma válido de nível superior. E eu fui à cidade,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

abrimos o *site* do e-MEC, em uma sala de aula, e mostramos que na cidade de Penedo, à época, não havia nenhum curso de Educação Física autorizado a ofertar Educação Física na cidade.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN. *Fora do microfone*.) – Mas não é pela internet?

O SR. CARLOS EDUARDO LIMA ROCHA DE OLIVEIRA – Pelo site do e-MEC, mas ele tem que autorizar a funcionar na cidade. E quando você abre lá o site do e-MEC e você coloca lá a cidade, como eu dei o exemplo, Penedo, curso de Educação Física, é presencial ou é a distância...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Só interrompendo, é importante essa pergunta do Senador porque são polos físicos, e ali nesses polos são passadas as transmissões, não é exatamente isso?

O SR. CARLOS EDUARDO LIMA ROCHA DE OLIVEIRA – Exato.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Não é na sua casa, em que alguém entra na internet para fazer.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN. *Fora do microfone*.) – Da mesma forma que eu acesso o EAD, eu contato com esse polo, eu conheço o curso, o MEC não deveria fiscalizar não?

O SR. CARLOS EDUARDO LIMA ROCHA DE OLIVEIRA – Bom, aí fica a resposta para o pessoal do MEC.

Então, o que acontece? Essa minha visita gerou esse boletim de ocorrência, em que três pessoas alegavam ser representantes de uma instituição daqui de Brasília, e o próprio MEC já disse que ela não tem autorização para funcionar em Alagoas. Eu mostrei lá aos alunos, no *site* do e-MEC, que essa instituição não tinha autorização para funcionar lá. Aí você começa a escutar os relatos de pessoas que passaram quatro anos estudando, investindo em sonhos, projetos pessoais e financeiros e, quando chegam ao final, passaram em um concurso público e perderam tudo, porque é nulo juridicamente, não tem valor legal.

Eu escutei hoje cedo um relato da Presidente do Conselho Regional de Educação Física de Pernambuco, Senador, em que 70 alunos de Petrolina passaram por uma situação semelhante, cursaram o curso nessa situação, e quando eles foram escutar aluno por aluno, segundo o relato da Presidente Sueli, os membros dessa comissão que estavam apurando essa situação saíam da sala aos prantos por não aguentar tamanhos relatos. É uma situação difícil. A gente tem relato de pessoas que tiram comida da própria mesa, ou diminuem a quantidade de comida, para pagar uma faculdade.

Então, estão mexendo com uma coisa muito séria, que é a dignidade do ser humano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Eu agradeço ao Carlos Eduardo.

O Jorge quer dar uma palavra, mas antes, Jorge, o Senador Olimpio também quer fazer um questionamento.

Com a palavra V. Exa.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – Muito bom dia a todos! Meu Exmo. Presidente Rodrigo Cunha, parabéns pela iniciativa! Senadores aqui presentes, representantes da área de educação do Governo, os nossos painelistas, por acaso eu estava em um evento do Cref4, estão ali presidentes e diretoria, no sábado, e justamente, como professor de Educação Física, discutindo e, logicamente, tomando puxões de orelha, dizendo: "Você é um Senador, professor de Educação Física, então leve uma mensagem, e, mais do que uma mensagem, um grito pelo reconhecimento de atividade fundamental, atividade de saúde"'.

Eu até brincava há pouco que tempos atrás eu comprei um vídeo do Michael Jordan jogando basquete, e eu achei que iria jogar feito ele.

É a minha preocupação, Presidente. Logicamente a EaD é uma realidade, mas, para conteúdos e para a área de saúde, tem que se ter cuidados especiais, não se permitindo... Além da questão de fraudes, estelionatos a que as pessoas estão sujeitas. Eu perguntava para os dirigentes, ao Presidente do Cref4/SP, ali atrás, e lá nós estamos com quantos? Quatrocentos cursos com EaD...

O SR. JORGE STEINHILBER (*Fora do microfone.*) – É, entre EaD e presenciais...

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – Quatrocentos no Estado de São Paulo.

E logicamente a preocupação, quando o Jorge está se manifestando ali, é uma preocupação com a saúde do povo brasileiro. Então, nós temos que ter o máximo respeito, cuidado e atenção com condutas criminosas que levam o cidadão a pagar por estelionatos, principalmente na área da Educação Física. Por outro lado, os órgãos de Governos devem se ater de forma mais efetiva a fatos lamentáveis sobre isso. Mas entendo por demais oportuno, e já valeu a semana, que começou com essa pauta que V. Exa. colocou.

E eu quero me colocar também como um instrumento desta Comissão, das profissões, daqueles que querem buscar seriedade de propósito sem tirar logicamente o sonho da formação que todo brasileiro espera ter. Somos difusores disso, mas não podemos compactuar com o cidadão ser lesado, achando que está fazendo a formação adequada e, depois, não ter, primeiramente – o que é mais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

perigoso –, a condição de exercer a profissão; e, num segundo momento, descobrir, com muita tristeza, com muito desespero, que foi lesado no seu dinheirinho suado para se graduar.

Nós até comentávamos aqui, eu e o Styvenson, nos bastidores: o que a gente faz? O que o cidadão que é lesado nisso faz? Daí nós falamos: "Tem que ir lá e dar uma pisa nos caras que fizeram isso", porque não é possível tirar o dinheiro, acabar com o sonho das pessoas e, depois, não poder ter a qualificação. E a luta, todo o trabalho dos órgãos públicos, dos profissionais, dos estudiosos em relação à determinada graduação que exija uma carga horária de trabalho, com conteúdo presencial, para quem está tratando com saúde das pessoas? Nós não podemos brincar com isso, não.

Daí o meu cumprimento a V. Exa. Estou à disposição para qualquer atividade que V. Exa. ou a Comissão deliberar para acompanharmos efetivamente a fim de termos resultado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Antes de passar a palavra ao Senador Styvenson, pelo que entendi, Senador Major Olímpio, V. Exa. também é professor de Educação Física? É isso?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Pronto! Então, ganhamos um excelente reforço aqui. Com a voz atuante que tem nesta Casa, com certeza teremos bons desdobramentos. É um prazer tê-lo aqui nesta Comissão e nesta causa.

E, agora, eu gostaria também de passar a palavra ao Senador Styvenson, que quer, com certeza, contribuir para este momento.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Sr. Presidente, senhores participantes, eu recebi uns dados aqui. Só em uma universidade, acho que é Unig, Universidade de Nova Iguaçu, quase 65 mil alunos perderam os diplomas, lesados.

Eu digo uma coisa: eu, quando fiz faculdade, eu fiz faculdade particular, eu fazia o Enade. Claro que um curso fraudulento desse, de estelionatários, não vai participar do Enade, mas, pelo que eu percebi, o rapaz que fez o curso lá de Piranhas, lá no interior de Alagoas tirou um diploma no Rio Grande do Sul pela internet.

Só para poder ajudar as pessoas que estão assistindo que estão nessa situação, Rodrigo, V. Exa., Presidente e meu amigo, não teria como pegar esses 65 mil, pelo menos esses 65 mil, essas pessoas que foram lesadas...

Isso eu pergunto ao MEC também, porque eu vou para outra Comissão e eu creio que vá levar, eu creio não, eu tenho certeza de que eu vou solicitar esse mesmo tema lá, na CE, porque é um tema

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

importante. Não é um número pequeno de pessoas, é um número muito grande e é um crime que está acontecendo.

Então, não teria como fazer uma prova para saber a capacidade desses alunos, desses 65 mil, avaliar se eles realmente poderiam fazer uma prova e terem uma validação de um diploma de uma outra faculdade credenciada, sei lá, para eles não ficarem no prejuízo, Rodrigo? Porque, imagine só, como o Major Olimpio disse aqui, passar quatro anos, sei lá quanto tempo, dois, o tempo que for se sacrificando, pagando e ainda não ter o curso? Será que não teria uma forma de corrigir, uma vez que não foi fiscalizado esse curso vendido pela internet?

Então, o mínimo que o MEC poderia fazer seria chamar essas pessoas para fazerem uma prova, como eu fiz, do Enade, para saber o conteúdo, o conhecimento deles, saber e "Pronto, eu vou transferir o seu diploma para uma outra que existe, que é séria, que é de verdade".

O que nós não observamos – ouviu, Major? –, porque o curso é vendido pela internet. Está lá, todo mundo acessa. Será que ninguém teve a curiosidade de ir lá, fiscalizar? Hoje, com tantos meios eletrônicos e de pesquisa? Deveria ter um mecanismo de filtragem desses cursos. A tecnologia pode tudo hoje. O que não pode, Sr. Presidente, é esse número que eu disse, em apenas uma universidade, 65 mil ficarem no prejuízo, e nós ficarmos aqui, tentando discutir um problema sem soluções.

As pessoas que estão assistindo em casa querem soluções. Elas querem o produto que elas pagaram. Se foi fraude ou não, que ela foi lesada foi. Agora, e a gente vai fazer o que por eles?

Então, é a sugestão que eu dou, porque eu vou para a CE agora. Agradeço aqui a V. Exa., agradeço aos Senadores que me permitiram falar, mesmo não sendo dessa Comissão, e garanto ao senhor, Sr. Rodrigo, que a gente vai levar esse assunto mais à frente. É um assunto que o senhor trouxe para cá, e eu vim pessoalmente ver, porque me interessa educação, e ainda mais porque envolve crime.

A gente poderia até ver uma penalidade mais séria para esse tipo de pessoas que fazem isso, que mexem com o sonho das pessoas, com as profissões.

Então, seria uma hipótese, uma sugestão que eu deixo aqui. Vou ter que me ausentar, vou para a CE e lá vou fazer esse requerimento, para que todos vocês estejam lá, presentes, para a gente discutir mais e aprofundar mais.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Agradeço ao Senador Styvenson.

A pergunta de V. Exa. será feita ao MEC.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa primeira Mesa é uma Mesa de exposição do fato em si e, agora, iremos partir para outra Mesa.

Antes, para finalizar, o Sr. Jorge me pediu a palavra. Com certeza, tem muito a contribuir.

O SR. JORGE STEINHILBER – É muito rápido. Eu só vou aproveitar a fala do Senador Styvenson para dizer que temos uma preocupação muito grande. É lógico que a busca da solução dos alunos é interessante e faz-se necessária, mas é preciso, primeiro, corrigir essa questão das instituições de ensino. Senão, a gente resolve 65 mil agora, as instituições continuam e daqui a cinco anos nós estamos aqui em outra audiência pública para resolver mais 65.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JORGE STEINHILBER – Não, não. Sim, sim. Perfeito. Perfeito.

A minha fala, Senador Rodrigo, é no seguinte sentido. É dizer que os conselhos, Conselhos de Educação Física e os demais conselhos, são autarquias públicas, então eles não podem extrapolar da lei. Uma das razões pelas quais o Presidente Carlos e os demais Presidentes tiveram que tomar essa postura em relação aos alunos é que a lei estabelece que nós só podemos registrar os alunos egressos de cursos autorizados pelo MEC. Então, se o curso não é autorizado pelo MEC, se nós aceitarmos esses alunos, quem estará prevaricando, quem estará sofrendo punição por parte do Ministério Público será o próprio Presidente. Essa é a razão pela qual hoje os presidentes, o sistema como um todo se preocupa em fazer uma análise para que não haja um sofrimento por parte deles.

E a nossa contribuição, Senador, é no seguinte sentido: que os alunos, pelo menos aqueles que estão nos ouvindo e se puderem divulgar, perguntem aos conselhos profissionais se aquelas instituições que eles estão frequentando são regulares ou não. Eu garanto ao senhor que nós temos condições de responder a esses alunos essa questão.

Muito obrigado.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Presidente Rodrigo. Senador, eu vou agora ter que sair para a reunião da Comissão de Educação, da qual eu sou titular. E eu queria primeiramente agradecer a V. Exa. pela oportunidade, por trazer esse assunto tão importante, que mexe, como foi colocado pelos dois Senadores aqui anteriores, Senador Major Olimpio e Senador Capitão Styvenson, mexe com o sonho de pessoas. Então, está muito claro que existem grupos atuando aí, promovendo um estelionato, que está deixando as pessoas numa situação muito delicada.

Inclusive, lá no Ceará, eu sou do Ceará, nós temos em Brejo Santo, em Milhã, em Mombaça inclusive boletim de ocorrência feito por grupo de estudantes, de pessoas que foram lesadas com relação a isso em bacharelado em Serviço Social.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu queria dizer que eu sou favorável, eu queria deixar registrado que eu sou favorável ao ensino a distância. Acredito que a gente não tem como ir contra a maré. É a tecnologia, é uma maneira de você preencher os espaços hoje em dia nessa questão da distância.

E também dizer que eu vou levar para a CE agora, junto com o Cap. Styvenson, esse debate para lá também, que é importante porque é algo que é caso de polícia, mas ao mesmo tempo a gente tem que... Eu queria ouvir o MEC, depois vou pegar aqui as notas taquigráficas e o vídeo para saber porque eu ouvi uma declaração do ministro da Educação dizendo que vai tratar com mais rigidez. Então, eu quero saber quais são os critérios, como é que vai ser desenvolvido isso. É muito importante a gente saber por que, como foi bem colocado aqui pelo Gustavo, eu acredito que o justo está pagando pelo pecador. Existem muitos cursos sérios, muitas universidades sérias, e um grupo pequeno, que precisa ser identificado, precisa realmente de uma punição mais rígida com relação a isso porque são sonhos de pessoas.

Então, parabéns a todos os painelistas aqui.

Eu peço permissão para sair porque eu vou ter que ir para outra comissão. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Agradeço ao Senador Eduardo Girão pela participação.

Aqui eu recebi a informação de que, inclusive, a faculdade que mais emite certificados lá em Alagoas é do Ceará. Então, as pessoas recebem esse certificado como se tivessem cursado no Ceará e nunca foram para lá.

Então, há uma integração muito grande nesse sentido.

A pergunta também será...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Qual é o nome da instituição? Porque isso é bom para a gente levar para as autoridades.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Faculdade de Kuiros, é conhecida como FAK. É Maranguape, se não me engano.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Maranguape fica na região metropolitana de Fortaleza.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – E essa situação que V. Exa. aqui trata, o que a gente percebe... Imagine o mercado de consumo. Olha como a concorrência é desleal: aquela faculdade que é regularizada, que faz parte do MEC, é fiscalizada; a outra que não é, não é fiscalizada. E a que não é fiscalizada tem condições de oferecer um preço

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

menor no mínimo. Então, é justamente isso, é extremamente desleal essa concorrência. Você vai concorrer justamente com quem não é fiscalizado, justamente por ser ilegal. Então, alguém tem que fazer esse papel, que não seja o MEC ou que seja o MEC. É isso que nós vamos buscar para tentar harmonizar esse mercado.

Então, esse é um dos grandes objetivos da manhã de hoje.

Sendo assim, senhores, agradeço a presença de todos os expositores, convido para que permaneçam ainda aqui no Plenário e convido já para compor a outra Mesa o Sr. Marcelo Beltrão, Deputado Estadual por Alagoas; a Sra. Leililene Antunes Soares, Diretora de Supervisão da Educação Superior da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação; Leonardo Albuquerque Marques, Coordenador-Geral da Consultoria Técnica e Sanções Administrativas do Ministério da Justiça e Segurança Pública; Sr. Domingos Sávio Dresch da Silveira, Procurador Federal dos Direitos do Cidadão, representando o Ministério Público Federal, por favor façam parte aqui da Mesa. (*Pausa.*)

Bem, senhores, dando continuidade, quero agradecer a presença de todos e dizer que neste momento vamos ouvir o Deputado Marcelo Beltrão, ele que recentemente também colheu informações, sente na pele o que as pessoas passam – as denúncias estão chegando – e também está buscando no seu papel fiscalizador contribuir para a solução dos problemas.

Então, Deputado Marcelo, V. Exa. tem o prazo de 10 minutos, a princípio, para fazer sua exposição.

O SR. MARCELO BELTRÃO – Eu queria pedir que se passasse um vídeo, se possível, Presidente, e que isso não fizesse parte do meu tempo. É só para ilustrar aquilo por que a gente passou na audiência pública em Alagoas.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*) (*Palmas.*)

O SR. MARCELO BELTRÃO – Bom dia, pessoal!

O Presidente Rodrigo me autorizou a iniciar a minha fala. Eu queria parabenizá-lo pela atitude.

Quero cumprimentar o Senador Major Olimpio e os Senadores que aqui estão presentes.

Nós realizamos essa sessão especial na última sexta-feira. Nós a iniciamos às 10h e fomos até quase as 16h.

Nós colhemos dezenas de depoimentos como esse, Senador Rodrigo. Nesse, Senador Rodrigo, a Cássia fala que o Brasil não leva a educação a sério. Estamos constatando. Em um depoimento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

anterior, a Procuradora Federal Dra. Niedja disse que julgou ações dessa extirpe em 2003. E ainda assim continuam sendo praticadas e ainda estão sendo praticadas até hoje.

Então, acredito que esta Casa, o Congresso, e a Assembleia Legislativa do Estado de Alagoas não podem permitir a discussão sem que se dê uma solução, também, para os alunos que foram lesados. Precisa-se olhar o conteúdo que foi praticado.

Quero parabenizar João Catunda pelo movimento Diploma Legal, que atendeu até como psicólogo, muitas vezes, nas redes sociais, porque é isso o que acontece em cada Município do nosso País. Pensei que era só no Estado de Alagoas.

Mas eu acho que a discussão passa... E quando fala do Ministério Público Estadual... E aqui foi confirmado pelo Senador Styvenson que o MEC cancelou 65 mil diplomas da Unig, e 47 mil, Senador Rodrigo, eram de Pedagogia. A gente falou muito em Educação Física, aqui hoje, mas 73% dos atingidos diretamente eram do curso de Pedagogia, porque não tem conselhos regionais. Acho que esse golpe começou a ser divulgado quando começaram a se estenderem as profissões que têm conselhos, que têm a necessidade de registro. Mas a Pedagogia atinge diretamente a educação pública. E volto a falar da Cássia: "O Brasil não leva a sério a educação."

Em qualquer pesquisa científica, pesquisa eleitoral, a educação está apenas como a 5ª prioridade. Está depois de segurança, de emprego, de renda. O engraçado é que a educação resolveria todos os outros.

Já fui Vereador, já fui Prefeito, já fui Presidente da Undime, já fui Presidente da Associação dos Prefeitos lá em Alagoas, e hoje estou Deputado. Mas um cargo que muito me honrou foi ser Secretário de Educação. Eu vejo a educação pública como uma saída para os problemas do nosso País, para o desenvolvimento do nosso País. Sonho com a educação pública em igualdade com a educação privada. Um pai rico, Presidente, quando o filho chega à idade de estudar, procura a melhor escola, não importa quanto custe, porque sabe que ali é a garantia do futuro do seu filho. Aquele que não tem o dinheiro para contratar o recurso, para contratar uma escola de qualidade não tem opção, e a educação pública é a saída.

Tive a oportunidade de ter sido Secretário no Município de Coruripe, Prefeito no Município de Jequiá da Praia, no litoral sul, e Secretário, mais uma vez, em Marechal Deodoro, municipal. Em Coruripe fui Secretário por 10 anos e Prefeito, por 8 anos, em Jequiá da Praia. Nos dois Município o Ideb é maior do que o Ideb das escolas particulares. Significa dizer que matricular um filho, nesses dois Municípios, na escola pública é melhor do que colocar na escola privada. Então, é a única saída que nós temos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E esse golpe está atingindo diretamente pessoas como a Cássia. É preciso achar uma solução. Acho que não adianta nenhuma discussão sem que o Ministério da Educação promova uma saída para esses alunos.

Estou com o Senador Styvenson, estou com o João Catunda. Precisa ser feito o conhecimento e a proficiência dos alunos. Ora, se não tem proficiência nenhuma, não aproveita nada; se tem proficiência máxima, aproveita. Mas que haja uma possibilidade de atender a esses alunos que foram lesados.

Acima de tudo, a nossa intenção quando propusemos a sessão especial lá na Assembleia – e de imediato todos aqueles que usaram a palavra indicaram a abertura de um CPI no Estado de Alagoas tal qual foi feito no Estado de Pernambuco – é que se estanque... É inadmissível, Presidente, que ainda hoje haja oferta de cursos de nível superior sem credenciamento.

Fui do movimento municipalista durante meus oito anos de mandato. Fui diretor da CNM, fui diretor da Undime nacional, e o Governo Federal ao longo do tempo vem terceirizando as suas ações, vem passando as responsabilidades da saúde, por exemplo, para os Municípios. Está aí o PSF, onde coloca total responsabilidade aos Municípios, e o repasse que se tem do Governo Federal fica engessado, não tem reajuste, prejudicando cada vez mais o Município. E não é diferente na educação, como o programa do transporte escolar e outros programas que são criados. No final de tudo, com boas intenções, cada Governo que chega quer criar o seu programa e mantém os outros engessados. Existiam nos Estados as diretorias regionais de educação, que também foram extintas, e ninguém assumiu esse papel.

Hoje, coincidentemente, há uma audiência marcada com a Leililene lá na Seres. Vou entregar um ofício pelo qual proponho um estudo por parte do Ministério da Educação no sentido de conveniar com os conselhos de educação, com a Undime. Quer mais capilaridade do que os Secretários de Educação? Há um em cada Município. Mas é preciso investir tempo e recurso para pensar nas formas de evitar esse tipo de fraude, que vai diretamente na educação do nosso povo, nos sonhos.

Na matéria do Fantástico, Senador Rodrigo, aquela moça de Piranhas disse: "Eles roubaram o meu dinheiro, mas não levaram os meus sonhos". E a gente tem de pensar nesses alunos que sonharam.

Ah, há alunos que sabiam que estavam comprando a mercadoria errada! Mas a grande maioria não; a grande maioria estava comprando sonhos. E é atrás da defesa dessas pessoas, desses cidadãos que nós devemos ir, que esta Comissão tem que dar resposta, que o Congresso tem que dar resposta, que o Ministério da Educação tem que dar resposta, porque só assim a gente vai ter educação de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

qualidade. Só assim, fazendo com que o poder do Estado seja sentido por cada cidadão brasileiro que a gente vai conseguir um resultado positivo.

Em primeiro lugar, é estancar. Mas, concomitantemente, por sugestão também do Senador Styvenson, reparar o dano moral e material e aproveitar o tempo que foi perdido. Existem legalmente formas de fazer isso.

Lá atrás, eu fui Secretário de Educação em 2000 – no ano de 2000, 1999 – e foi criado à época, para atender uma exigência do Fundef, um programa especial chamado PGP, pela própria Uneal, e pode alguma coisa nesse sentido também ser idealizada...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCELO BELTRÃO – A curto prazo; há risco de que a gente possa ter mais de 70%, principalmente pedagogia. É preciso poder quantificar em quais cursos, e a gente ter aí, ao final do resultado dessa Comissão, um resultado satisfatório para essa turma.

Então, eu agradeço esse espaço e espero que a gente encontre a solução para esse grande problema.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Eu agradeço ao Deputado Marcelo Beltrão.

A frase utilizada pela estudante eu acho que simboliza muito...

O SR. MARCELO BELTRÃO – É professora.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Pela estudante e pela professora também. Simboliza muito o sentimento que nós devemos ter: quando ela fala que roubaram o dinheiro, mas não roubaram o sonho. E aqui roubaram também o tempo, não é? Porque, se alguém quer fazer o curso de Pedagogia, vai cursar durante quatro anos. E, ao final desses quatro anos, se não tem o diploma válido, no mínimo perdeu quatro anos em que poderia estar cursando uma outra faculdade que fosse válida. Ou seja, no final serão oito anos para se conseguir ser professor. Então, é nesse aspecto, é nesse sentido.

E este momento é para isso, para buscar soluções. Aquela primeira Mesa foi uma Mesa composta para entender a problemática; iniciando essa outra Mesa por V. Exa., que já faz provocações aqui, o que já mostra ser extremamente atuante – já tem hoje uma reunião agendada com esse foco –, com certeza teremos desdobramentos das audiências públicas realizadas.

Então, sendo assim, já para dar sequência, gostaria de ouvir primeiramente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aqui deixo bem claro, Dra. Leililene, que nós iremos fazer as perguntas após a exposição dos demais. Então V. Exa. aqui pode fazer a explanação, a senhora que é Diretora de Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação – é um cargo importantíssimo. Se V. Exa. também puder falar da sua experiência, se já está lá há muito tempo, em que situação está esse tipo de análise, seria um bom direcionamento para esse momento.

Com a palavra V. Exa.

Lembrando aqui que, quando a campainha toca, não é porque encerrou a fala, não. Eu me esqueci de falar, Marcelo. É justamente porque falta ainda mais um minuto.

A SRA. LEILILENE ANTUNES SOARES – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – E caso haja necessidade também, pode solicitar aqui à Mesa.

A SRA. LEILILENE ANTUNES SOARES – Bom dia. Eu gostaria de cumprimentar os Senadores aqui presentes, ressaltando a relevância do papel desempenhado por V. Exas. nesta Casa Legislativa, Casa esta que é um dos pilares da estabilidade institucional do Brasil; cumprimentar o Deputado Sr. Marcelo Beltrão, o representante do Ministério Público aqui presente, que é um órgão essencial à Justiça, que zela pela observância, pelo cumprimento da lei e pelo Estado democrático de direito.

Também cumprimento o representante do Ministério da Justiça, órgão estratégico e de fundamental importância no Poder Executivo Federal. Estendo os meus cumprimentos às entidades representativas, demais senhoras e senhores aqui presentes.

Eu agradeço muito a oportunidade de estar aqui. Eu sou professora, atuo há 15 anos no ensino superior – tenho uma pequena experiência nessa área – e atuei por um bom tempo como professora do curso de Educação Física, por coincidência, um curso pelo qual tenho muito carinho, amor e zelo.

Em nome do MEC, eu gostaria de me colocar à disposição para comparecer a esta Casa sempre que V. Exas. julgarem importante para que nós possamos dialogar a respeito da educação superior no País.

Eu gostaria de salientar que a atual gestão tem o comprometimento com a legalidade, a transparência, a ética, o resultado, a técnica, tendo sempre como norte a qualidade da educação superior ofertada. E eu gostaria de esclarecer que eu assumi a diretoria há pouco mais de um mês, então falo com base nas informações contidas nos documentos do MEC.

A partir de 2017, a atividade de supervisão passa por aprimoramento normativo resultante de um trabalho intenso da área técnica. A revisão desses normativos confere maior capacidade de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

imposição da Diretoria de Supervisão da Educação Superior, vinculada à Seres. E, dada a proposta desta audiência, eu gostaria de esclarecer a diferença entre diplomas falsos e diplomas irregulares.

Os diplomas falsos são emitidos e forjados mediante cópia fraudulenta ou furto de matrizes de documentos e são preenchidos com dados do diplomado que compra o título. Esses diplomas normalmente possuem a assinatura de dirigentes que não têm autorização, não têm ato autorizativo. Eles falsificam todo o documento. Esses documentos são enviados para os órgãos de persecução criminal: a Polícia Federal e, por vezes, o Ministério Público Federal.

Já os diplomas irregulares – é disso que, efetivamente, a Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (Seres) trata – são emitidos pela própria instituição superior que detém atos regulatórios. E, diferentemente do diploma falso, é a própria instituição que assume a função de conferir ao titulado a situação de aluno regular, ao chancelar com seus atos autorizativos uma formação que não ocorreu em conformidade com os termos da legislação educacional. Os diplomas irregulares têm a aparência de legalidade e são expedidos em escala muito maior do que os falsos. Isso é um problema.

Eu, como professora, venho da ponta, e isso me preocupa muito.

Ouvindo a fala dos senhores eu entendo, compreendo e me compadeço. E estamos aqui justamente para lutar em prol de uma educação de qualidade e combater essa prática de irregularidade.

Eu gostaria de destacar que o Ministério da Educação (MEC) não registra e não expede diplomas; ele não analisa a reconsideração do seu cancelamento.

Os senhores citaram órgãos, diplomas que foram chancelados por instituições estaduais. O Ministério da Educação não supervisiona as universidades estaduais. Quem as supervisiona são os Conselhos Estaduais de Educação. Então, nós não temos ingerência sobre essas instituições.

Nesse cenário, eu gostaria de ressaltar o trabalho da Assembleia Legislativa de Pernambuco, da Alep, que, por meio de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, reuniu um conjunto de evidências de atuação irregular de instituições de ensino superior de todo o País atuando naquele Estado, como os senhores já colocaram.

Verificou-se que havia, sim, uma promessa de obtenção de diplomas de graduação, e os estudantes frequentavam cursos denominados cursos de extensão universitária ou cursos livres em instituições não credenciadas pelo Ministério da Educação. Esses reconhecimentos e conteúdos seriam aproveitados, aí sim, por instituições credenciadas para posterior emissão de diplomas. Essa prática não é, de maneira alguma, permitida pela legislação. Ficou constatado ainda que, em grande parte dos casos, os alunos sequer tinham conhecimento sobre qual faculdade procederia à diplomação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ainda segundo o relatório daquela Comissão Parlamentar de Inquérito, havia notícia de comercialização dos diplomas.

E, a partir do primoroso trabalho desempenhado pela Assembleia Legislativa de Pernambuco, a Diretoria de Supervisão, no exercício das suas funções, instaurou 24 procedimentos sancionadores, com imposição de medidas cautelares em 39 instituições, realizando visita de supervisão em 32 instituições em diferentes Regiões do País. Dessas, 25 foram descredenciadas e, senhores e senhoras aqui presentes, nenhuma dessas 25 instituições detinha autorização para ofertar curso na modalidade a distância.

Uma importante medida de supervisão foi a assinatura de um protocolo de compromisso, com a participação do Ministério Público Federal, que culminou no cancelamento de 65.173 diplomas, dos quais só de Pedagogia foram 47.970. Aí, como nós temos aqui uma representatividade do curso de Educação Física, foram 2.337 diplomas cancelados da licenciatura em Educação Física. Isso é extremamente preocupante. O que nos chamou a atenção é que 90% dos diplomas cancelados conduziam à profissão docente.

A instituição que registrou o diploma cancela; não é o Ministério que cancela. O Ministério supervisiona as instituições de ensino superior. O dano social se sobrepõe ao interesse da pessoa irregularmente diplomada. O argumento do prejuízo do tempo investido não se sobrepõe ao prejuízo na formação integral...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. LEILILENE ANTUNES SOARES – ... do indivíduo nas fases sociais de seu desenvolvimento educacional, somado isso ao dano ao Erário, uma vez que os portadores de diplomas irregulares pleiteiam ingresso e progressão funcional nas redes públicas de ensino.

Algumas ações estão sendo realizadas buscando zelar pela qualidade e regularidade da educação superior, como a aproximação – um protocolo de intenções firmado agora em fevereiro de 2019 entre o Ministério da Educação e o Ministério da Justiça e Segurança Pública, a Controladoria-Geral da União, a Advocacia-Geral da União –, o convite de aproximação com a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime). E nesta semana nós temos agendada a reunião com o Conselho Nacional de Secretários de Educação.

Eu falava para o Deputado Marcelo da importância da aproximação com as entidades dessas representações, assim como com os conselhos, da importância de nos unirmos em prol de uma educação de qualidade.

A Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação zela pela oferta do ensino superior acontecendo em conformidade com a legislação educacional vigente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço a oportunidade de estar presente nesta audiência pública tratando de um tema tão relevante para todos nós, que é a educação no Brasil.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Agradeço à Dra. Leililene pela apresentação. Inclusive, ela já criou uma identificação com o público aqui – não é? – ao dizer que é professora de Educação Física; acho que aqui, pelo menos, todo o conselho está presente.

Também é importante a gente não...

A SRA. LEILILENE ANTUNES SOARES (*Fora do microfone.*) – Do curso. Eu sou pedagoga.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Mas pedagoga também, porque o que não falta são situações referentes ao curso também.

E é importante – o Deputado Marcelo também trouxe isso – que a gente não leve esse assunto para o curso de Educação Física. Não é isso. Inclusive, o que tem maior representatividade é o de Pedagogia, seguido, acredito, pelo curso de Administração. Inclusive, nós temos aqui o Presidente do conselho de Administração de São Paulo, Mauro Kreuz, que está aqui também e irá fazer uma fala também. Então, são vários outros cursos que estão relacionados. Há curso de saúde também. Até se houver um outro curso representado aqui, peço que informe à assessoria para que a gente possa registrar e também seja dada a palavra mais à frente.

Então, as perguntas, doutora, ficarão para daqui a pouco, porque antes nós vamos ouvir o Leonardo Albuquerque Marques, que é Coordenador-Geral da Consultoria Técnica e Sanções Administrativas do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Dr. Leonardo, antes eu gostaria até de entender um pouco, em termos de organização ou do organograma, se essa coordenadoria fica subordinada ou é superior – se há algum *link* – à Secretaria Nacional do Consumidor, para eu entender um pouco qual é o formato dessa coordenação.

O SR. LEONARDO ALBUQUERQUE MARQUES – Primeiramente, boa tarde a todos.

Quero cumprimentar o Exmo. Senador Rodrigo Cunha, desejando-lhe um mandato exitoso, que agora se inicia representando o querido Estado de Alagoas.

Gostaria de cumprimentar também os demais presentes a esta Mesa; os demais presentes a esta sessão; e também as entidades representativas, sejam os órgãos de classe sejam os representantes das entidades que estão tratando dos interesses daqueles que se sentiram prejudicados com todo esse cenário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Inicialmente permita-me fazer uma breve apresentação da Coordenação de Sanções Administrativas. Ela integra a estrutura da Secretaria Nacional do Consumidor. A Secretaria Nacional do Consumidor, que hoje é conduzida pelo Dr. Luciano Timm, possui dois departamentos, um departamento administrativo que cuida de questões relacionadas a convênios, que não são relacionadas à matéria que é tratada agora ou que está em discussão, e o Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor (DPDC). No âmbito do DPDC, que possui coordenação-gerais, uma dessas coordenações-gerais é a Coordenação-Geral de Consultoria Técnica e Sanções Administrativas, a qual é conduzida por mim na qualidade de Coordenador-Geral. E uma das atribuições que nós temos no âmbito da nossa coordenação é a condução de processos sancionatórios no âmbito das infrações contra o consumidor, no caso as infrações administrativas – as infrações criminais obviamente são conduzidas pela Polícia Judiciária. No caso nós instauramos procedimentos, abrimos ao contraditório e à ampla defesa, e na fase decisória avaliamos se é o caso ou não de arquivamento, de aplicação de sanção. Isso vai depender do caso, das provas que estão robustecendo os autos, e por aí vai.

Isso colocado, eu gostaria inicialmente de colocar a nossa coordenação à disposição para eventuais representações que alguém queira encaminhar no âmbito do contexto fático que nós estamos trabalhando agora. Nesse ponto, eu gostaria também de fazer aqui uma colocação com relação à plataforma Consumidor.gov, que é uma plataforma que tenta buscar solução consensual entre consumidores e fornecedores, na qual também poderiam ser incluídas as instituições de ensino superior. Nesse ponto seria até interessante que os alunos já verifiquem de antemão se a instituição na qual ele está se matriculando já está registrada no Consumidor.gov, porque, em princípio, a ideia de um cadastro que é voluntário por parte de uma universidade, de uma faculdade, qual seja, já mostra a predisposição de que ela está lá com boas intenções e que eventuais conflitos, em princípio, podem ser resolvidos pelas vias amigáveis. Então, a ausência de um cadastro de uma inscrição prévia diante da instituição de ensino superior no Consumidor.gov pode ser interpretada com um mau sinal, quer dizer é um sinal de não cooperação por parte do fornecedor.

Isso colocado, no âmbito da coordenação, é interessante que nós tenhamos que primar pelo bem-estar dos consumidores como um todo, e eu, nesse ponto, não posso falar também pelo órgão regulador, que é o Ministério da Educação. Obviamente que nós temos que acompanhá-lo e pautar o nosso comportamento sem nos adiantar em relação à *expertise* técnica que o Ministério da Educação tem com relação à regulação do ensino superior, que é um tema que é bastante complexo, mas com relação ao bem-estar dos consumidores, eu noto que há uma preocupação que precisa ser devidamente harmonizada, que é, de um lado, a proteção aos consumidores dos serviços que foram ofertados por essas instituições, no caso os consumidores de boa-fé, vamos colocar assim, que ofertaram esses serviços que resultaram na expedição de diplomas irregulares. Por outro lado, nós também temos que avaliar o bem-estar dos consumidores que, futuramente, a princípio, deverão ou deveriam consumir os serviços que serão ofertados pelos profissionais que seriam colocados no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mercado de trabalho por essas instituições. E um ponto que deve ser destacado é que alguns desses consumidores são crianças, quer dizer, eles não sabem pensar por si e são considerados incapazes pela legislação civil.

Então, é um cenário que precisa ser devidamente distensionado. São dois polos. Precisamos achar um ponto de equilíbrio para que consigamos arrumar a situação do passado e, daqui para frente, adotar políticas que tornem mais eficiente, mais efetiva a atuação do Estado. Eu não estou falando apenas pela União – acho que os demais entes federativos precisam entrar nessa discussão. Estou falando de Estados, Municípios, do Distrito Federal e das autarquias, nos mais diversos níveis da Federação, que precisam também entrar nesse jogo para cooperar e evitar que situações desse matiz se prorroguem durante décadas, como aparentemente soa ser o caso.

Longe de mim – e acho que não é o intuito de ninguém aqui – querer demonizar a educação a distância. Obviamente sabemos que a educação a distância tem limitações, notadamente aquelas relacionadas à área de saúde, como bem pontuado pelos brilhantes expositores que me precederam – não precisamos fazer maiores digressões a respeito –, mas sabemos que, a partir de 2022 ou 2023, salvo engano, a oferta de vagas em EaD tenderá a superar a educação presencial, e a ideia de democratização da educação, do acesso à informação, do acesso à formação especializada tem um vetor civilizatório muito forte. Eu acredito que nós não podemos descurar desse princípio. Inclusive a própria Secretaria Nacional do Consumidor oferece cursos de formação a distância não só para os órgãos do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, como também para os consumidores em geral, para se orientarem sobre os mais diversos temas de sua vida, desde a educação financeira até a segurança com relação a produtos que possam oferecer algum tipo de risco à saúde ou à integridade física do consumidor.

Outro ponto também que nos preocupa muito e que foi pontuado agora – perdão, não lembro por quem foi – é também a questão da concorrência desleal. A situação que nós temos de operação – vamos colocar assim – no "mercado negro" – entre aspas – por parte das instituições que não são fiscalizadas pelo MEC prejudica justamente aqueles que estão querendo ofertar um serviço de boa qualidade, um serviço que efetivamente gere benefícios sociais no longo prazo, com a inserção, no mercado de trabalho, de profissionais capazes para lidar com os problemas que chegarão às suas mãos durante o exercício de sua vida profissional. Nós temos que evitar isso. Essa é uma preocupação, até porque... Embora não participe desse órgão, não vamos esquecer que o Ministério da Justiça tem, sob a sua pasta, um órgão que é encarregado da defesa da concorrência, que é o Cade. Embora o Cade tenha uma pauta um pouco mais específica que não seja relacionada à própria Senacon, a questão da defesa da lealdade concorrencial, de que as pessoas simplesmente de que as pessoas simplesmente andem pelas mesmas regras e, dentro dessas regras que são postas, procurem oferecer os melhores serviços possíveis ao consumidor, isso é uma preocupação nossa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, finalmente, eu gostaria de encerrar reafirmando tudo que foi colocado dos dois lados, que precisamos distensionar isso e que nós estamos à disposição para a construção de uma solução conciliatória para resolver esse problema que está posto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Agradeço ao Dr. Leonardo pela exposição e, portanto, a presença do Ministério da Justiça, principalmente no que se relaciona à defesa do consumidor. Então, com certeza, será um grande parceiro dos desdobramentos que sairão desta audiência pública, para que possa dar uma proteção a mais àqueles que precisam desse amparo.

Dando sequência, passo a palavra ao Dr. Domingos Sávio Dresch, Procurador Federal dos Direitos do Cidadão.

O SR. DOMINGOS SÁVIO DRESCH DA SILVEIRA – Agora já muito boa tarde a todas e a todos, em especial ao Senador Rodrigo Cunha.

Quero dizer da alegria de estar aqui em nome do Ministério Público Federal para enfrentar e pensar junto em como podemos avançar nesse tema que não é um tema de José, de Maria, de João, de alguém que quis, pontualmente, enfim, fazer um curso mais rápido, mais fácil e coisa e tal, não é um problema só de quem estuda, mas é também um problema das corporações que recebem esses profissionais, e diz, portanto, com a vida, quando se trata da saúde, diz com a educação. Portanto, é um tema absolutamente amplo.

Saúdo a todos.

Eu queria começar lembrando um "pajador" uruguaio muito repetido na minha terra, o Rio Grande do Sul, que é Antonio Hernandez, que diz que as leis são como as cobras: só picam os descalços. O perigo desse debate, que é um debate que envolve a realização de um direito fundamental, que é o direito à educação, é que a gente jogue a luz naqueles que estão descalços, que a gente resolva a situação – e que solução – colocando nas costas daquele que, na relação de consumo, é o mais fraco.

Há 65 mil diplomas irregulares em Alagoas, em Pernambuco. Vamos resolver de uma forma simples: vamos cancelá-los. E o problema está resolvido. O grande problema deste País são as soluções mágicas, as soluções simplistas, aquelas que só formalmente resolvem os problemas. E me parece que esse olhar, que essa abordagem é um risco que a gente enfrenta quando debate esse tema.

Eu tenho 30 anos de Ministério Público e 34 agora, na semana que vem, de professor universitário. Portanto, esse tema me diz, pelos dois lados, pela *doble* chapa da minha vida, de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

professor e de procurador, me diz, por essas duas perspectivas. Como procurador... E é bom que a gente frise isto, até para que não caia sobre as costas do ensino a distância, o problema da fraude. Eu, como procurador há 30 anos, tenho apresentado denúncias criminais, instaurado inquéritos civis públicos, ações civis públicas com relação a diplomas falsos ou irregulares de universidades presenciais, numa época em que nem havia internet. Quando a gente é velho, a gente é anterior à internet ou posterior à internet: é a.i. ou d.i. – antes da internet ou depois da internet.

Mas esse é um problema que existe desde sempre: é a fraude, é o estelionato, e por aí.

Portanto, não é um problema da educação a distância, mas ele cresce com a sociedade em rede, com a vida em rede, com o mercado que se informaliza, com a velocidade extraordinária com que a informação circula e com que esses cursos foram se alastrando e surgindo no País inteiro. A educação a distância, é bom que se diga, é uma forma de democratizar radicalmente o conhecimento, mas é preciso que, nesse início da educação a distância, a gente esteja atento para que ela não se torne sinônimo de facilidade e de fraude.

Agora, a tragédia desse País é, talvez, que educação e saúde se transformaram em mercadorias, e, quando a gente fala em educação, a gente está falando de um mercado altamente regulado. O MEC credencia as instituições, o MEC autoriza o início do curso e o MEC reconhece o curso depois das visitas, das inspeções e da sua atuação fiscalizadora. Não é possível que, quando encontram 65 mil diplomas, a gente diga: "Nós não temos nada a ver com isso! O problema é do consumidor que não tomou as cautelas necessárias".

E eu queria lembrar, desde logo, uma passagem. É um recurso especial no STJ 1.034.289, em que o Ministro Sidnei Beneti diz com todas as letras, e ele tem toda a razão:

> Não há como sensatamente atribuir ao estudante o ônus de devassar a vida da Instituição de Ensino a que se destina para verificar-lhe a regularidade, que se presume, indo o defeito que apresente à conta e risco da entidade de ensino, e não à pretensa responsabilidade do aluno.

Portanto, é preciso tirar das costas do aluno, que é um consumidor desse serviço, que é anunciado em TV, internet, rádio. E eu há pouco olhava no Google para ver algumas publicidades de cursos a distância, e nenhuma delas – mais de 50, eu olhei rapidamente –, nenhuma delas cumpriu um dever que é colocar – em letras minúsculas, mas colocar – o número do processo da autorização dentro do MEC.

Portanto, não é possível que o Poder Público olhe para isso e diga: "Nós não tínhamos condições de ver. Nós não temos estrutura de fiscalizar". Se não temos estrutura de fiscalizar, é preciso construir uma rede que realize essa situação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, acho que nós temos dois momentos aqui: um primeiro momento é afirmar que as soluções que o Judiciário vem construindo para... Como é o nome da professora?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. DOMINGOS SÁVIO DRESCH DA SILVEIRA – Para o problema como o da Cássia, é insuficiente, porque o Judiciário vem dizendo, de forma uníssona, que se resolve com indenização por dano moral e por dano material. Vai receber o dinheiro de volta, vai receber uma indenização pelo dano moral, pelo desgosto, pelo dissabor de ter feito o curso e não receber o diploma. Ora, dizer isso é um acinte! É um acinte porque é insuficiente. Não é possível que a gente olhe para essa solução construída, que está dentro da lógica do nosso Código Civil e do nosso Código de Defesa do Consumidor, e ache que isso é suficiente. Não é possível. Não é possível, tanto que o STJ vem, em algumas outras situações, reconhecendo o direito daquele que faz concurso público e depois se percebe que o título foi emitido por um curso ainda não reconhecido. O STJ tem determinado a readmissão dessas pessoas quando exoneradas. Há mais de um precedente do STJ nesse sentido.

Portanto, é preciso que a gente separe as situações. Aquele do curso absolutamente clandestino, aquele curso que não foi credenciado pelo MEC e que, portanto, é realmente um curso pirata. Dentro disso, nós também podemos encontrar situações que envolvem universidades estrangeiras, até de qualidade, que oferecem cursos no Brasil. Portanto, é preciso distinguir essa situação do invisível aos olhos do MEC, do clandestino, da situação daquele que age de forma irregular.

Eu confesso que não me emociono. Eu não fico horrorizado quando eu sei que a irregularidade é que não há credenciamento na forma à distância. Eu estou muito mais preocupado em saber se houve frequência, se houve conteúdo, se houve apuração, se a avaliação foi presencial. Para mim, isso me preocupa muito mais do que saber se está ou não regularizada.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – Portanto, é preciso distinguir o clandestino do irregular e é preciso distinguir, Senador, para que a gente possa dar ao MEC uma solução que ele não tem ainda, mas que vocês no Parlamento podem dar.

É preciso que a gente trabalhe diante dessa realidade que temos de imediato que é essa epidemia de diplomas que não têm as condições de serem registrados e que a gente faça uma espécie de Revalida, mas para isso é preciso a lei. É preciso que esses milhares de professoras pelo País inteiro possam ter a oportunidade de demonstrar que aprenderam e que têm condições, mas isso o MEC não pode fazer sozinho, ele depende de uma autorização legislativa e eu acho que isso é urgente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É preciso também que o Sinepe oriente os alunos de final de ensino médio para terem essa preocupação com relação ao curso que estão fazendo.

Mas há um outro aspecto também – e eu acho que esta Comissão poderia ter um papel importante – que é um convênio que está em discussão do MEC com o Conselho Nacional do Ministério Público. Nesse sentido, a visita da Comissão à colega Procuradora-Geral da República, que preside o Conselho Nacional do Ministério Público, seria uma medida interessante para que esse tema dos cursos a distância, dos cursos irregulares seja colocado de uma forma central também na atuação do Ministério Público. É preciso que o Ministério Público no País inteiro se sensibilize com a necessidade de agir preventivamente nessa situação.

Então, é preciso que, por um lado, a gente estanque essa situação geradora de irregularidade, e eu acho que essa atuação com o CNMP, a constituição dessa rede de que se falava antes, com secretários municipais, com secretários estaduais de educação, é algo que pode ter um papel muito importante para que a situação que vivemos hoje não se repita no futuro. Mas é preciso que a gente olhe para a situação dos milhares de estudantes que, de boa-fé, atendendo à publicidade amplamente divulgada... E, aí, nem o MEC, nem o Ministério Público, nem ninguém enxergou, nem o Procon enxergou, ninguém atuou de forma diligente, e essas pessoas frequentaram e cursaram. É preciso que a gente regularize, que a gente equilibre, por um lado, o direito à educação. E a nossa Constituição diz: "educação de qualidade".

A qualidade do ensino, que é a garantia de que aquele profissional no futuro não vá matar pessoas, não vá deseducar, ao invés de educar, é preciso que a gente equilibre essas duas situações. E eu acho que uma solução seria através do Revalida.

Então, diante desse fato consumado...

(*Soa a campainha.*)

O SR. DOMINGOS SÁVIO DRESCH DA SILVEIRA – ... e, aí concluindo, é preciso que se pense em formas, primeiro, de evitar que no futuro a situação se repita e que a gente corrija as falhas, que são nossas, para que a gente não dê como solução, como resposta a esses milhares de estudantes pelo País inteiro: "diga a eles que nós temos uma coisa para lhes dizer, que a lei, a lei é como as cobras, só pica os descalços". Isso não basta, isso é insuficiente. Não há dinheiro no mundo que indenize o sonho, o esforço, o deslocamento cotidiano de quem frequentou cursos que se mostraram irregulares. É preciso distinguir que cursos são esses, se clandestinos ou meramente irregulares, e é preciso permitir aos alunos que provem que aprenderam, para que a gente, fazendo as pazes com o passado, possa avançar rumo a um futuro mais justo e em que o direito à educação seja um direito humano efetivamente realizado.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Dr. Domingos, eu agradeço muito a sua presença aqui. A fala do Ministério Público Federal é importantíssima e a forma como foi exposta por V. Exa. também.

A partir do momento em que se coloca a luz sobre aquele que é mais vulnerável, que numa situação dessa não tem a quem recorrer, que já está passando por um problema, do que menos precisamos aqui é ficarmos restritos a burocracia, a identificar a falhazinha que houve nessa fiscalização, sem priorizar aqueles que precisam deste amparo.

Então, 65 mil, dito por V. Exa. aqui, de pessoas afetadas foram apenas, pelo que entendi aqui, num relato do Rio Grande do Norte. Lá em Alagoas, foram 20; em Pernambuco, 80; Amazonas, mais uma grande quantidade; Bahia também. Estamos falando aqui de um problema social, sem dúvida nenhuma. Estamos falando aqui de sonhos que estão se tornando, sim, pesadelos.

E aqui, até falando sobre o que V. Exa. trouxe, sobre uma questão de uma reunião que está acontecendo, não sei se é um grupo específico, formado entre o Ministério da Educação e o Conselho do Ministério Público Federal, é importantíssimo levar esse tema, então eu já me interessei. Vou pedir até que a assessoria já fique atenta a essa situação para que a gente possa, numa atuação central, fazer aquilo que, de forma espaçada, já está sendo feito por alguns órgãos separados.

Falamos aqui de uma atuação da Dra. Roberta no Ministério Público Federal de Alagoas. Vou falar agora sobre a atuação do Ministério Público Federal do Rio Grande do Sul. E aqui já virando o direcionamento para o Ministério da Educação, fazendo aqui alguns questionamentos.

Então, Dra. Leililene, nós temos aqui uma ação civil pública que teve origem na Procuradoria do Ministério Público do Rio Grande do Sul, em que ele faz a seguinte análise. Existe uma resolução do MEC, a Resolução CNE/CES nº 12, de 2007. Não sei se é do conhecimento de V. Exa. E ela é justamente contrária e descumpre a Lei 9.394, de 1996, que dispõe exatamente sobre registro de diplomas, dizendo quais são os critérios.

Então, essa resolução determinou que: "Os diplomas dos cursos de graduação e sequenciais de formação específica expedidos por instituições não-universitárias serão registrados por universidades credenciadas, independentemente de autorização prévia" do Conselho Nacional de Educação, o que afronta diretamente a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Então, existe essa resolução, que, do meu ponto de vista, pode ser, sim, um agravante para essa situação.

Sendo assim, diante de denúncias acerca do registro irregular de diplomas por parte de algumas universidades, não seria o momento de o Conselho Nacional de Educação assumir as rédeas e a responsabilidade nessa cadeia, de modo a inibir novas irregularidades? Então, algo que já foi repassado pelo conselho. Será que não seria a hora, já que, de 2007 para cá, surgiram problemas em todo o País? Então, peço para que V. Exa. internalize essa situação, faça uma análise criteriosa sobre

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esses problemas que podem ser evitados. Vamos falar do que já aconteceu. Então, esta é a primeira pergunta, mencionando aqui a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, confrontando com essa resolução do MEC.

Uma segunda pergunta. No ano passado, o Ministério da Educação prometeu criar um programa nacional de supervisão e monitoramento de cursos superiores e instituições credenciadas, com a realização de avaliações especiais focadas na oferta de EaD e em cursos ofertados irregularmente. Gostaria de saber se o programa está em andamento e qual o resultado dessas ações.

Essas perguntas, inclusive, fazem parte também de um resumo de pessoas como o Adriano, a Débora, a Patrícia, que estão interagindo através do e-Cidadania. Então, as pessoas estão acompanhando e participando também deste momento.

Uma terceira pergunta. Quando o MEC mudou a regra e permitiu que polos de ensino a distância ofereçam cursos, a oferta aumentou mais de 100%, mas os polos têm que cumprir requisitos que garantam a qualidade dos cursos. Então, será que, mesmo autorizando, não há a necessidade do controle também e da fiscalização do MEC nos polos? Não apenas nas universidades, mas também nos polos, tendo em vista que eu acredito que os problemas que nós estamos tratando aqui, todos eles, são oriundos dos polos, por exemplo, um polo que é aberto em uma outra cidade que não tinha autorização ou então que não tem permissão para isso. Foram três perguntas. Vamos para mais uma.

O MEC exige que todas as instituições que oferecem cursos superiores de qualquer tipo estejam no cadastro nacional de cursos e instituições de ensino superior. Qual é a principal brecha para que essa enxurrada de diplomas falsos esteja acontecendo? Quanto a essa exigência do MEC, V. Exa. identifica alguma brecha. Eu já peço para fazer uma unificação entre a Secretaria Nacional do Consumidor, entre a sugestão do Dr. Domingos, do Ministério Público Federal. Primeiro, quem compra um prédio, a publicidade do prédio necessariamente tem que constar a autorização, o alvará que permitiu que ele construísse aquele prédio. Quem compra um brinquedo, ele tem que ter lá o selo do Inmetro. Quem contrata um plano de saúde necessariamente tem que ter o registro da Anvisa. Quem oferta algum seguro tem que ter autorização da Susep. Então, quem vai oferecer um curso tem que ter autorização do MEC, curso superior também tem que ter autorização do MEC. E essa publicidade ampla, ostensiva: não há fiscalização sobre essa publicidade. Aí eu acho que cabe também à Secretaria Nacional do Consumidor, mas também ao MEC fazer isso, porque até essa própria divulgação cria cultura no consumidor para que ele se acostume a saber que toda publicidade tem que ter autorização do MEC. Então, se ele identifica alguma que não tem identificação do MEC, no mínimo a orelha já fica em pé, como a gente diz. Começa a passar mais atenção.

Essa é uma solicitação que também vai ser formal por conta desta audiência pública, para que seja feita uma campanha que pode também facilitar o acesso do cidadão ao *site* do MEC sobre esse ponto específico, já que nós estamos orientando os alunos, ou seja, colocando uma responsabilidade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para eles, de maneira prudente, fazer essa busca. Mas confesso a V. Exa. que eu tive dificuldade, num primeiro momento, de encontrar no *site* do MEC onde é que está essa possibilidade. Então de repente uma campanha, que também cabe à Senacon, orientando as pessoas, orientando o cidadão para que ele faça essa busca, tendo um *banner* específico ou um local de fácil acesso, principalmente por ser um problema atual, seria de grande valia para este momento.

Última pergunta de minha parte. Inclusive eu estive há 15 dias participando de uma audiência pública com a presença do Ministro da Educação, Ricardo Vélez, e a minha pergunta foi exatamente sobre ensino a distância. Inclusive o Presidente Bolsonaro chegou a dizer que poderia ser implementado no ensino fundamental. Ou seja, demonstra que tem um interesse... E aqui eu não quero nem entrar no mérito dessa questão, mas, sim, demonstra que tem interesse em avançar no ensino a distância. Demonstrei também essa dúvida, mas também perguntei sobre atuação frente ao ensino a distância. E o Ministro da Educação, Ricardo Vélez, anunciou a intenção de fazer um arrocho na fiscalização para coibir irregularidades, gerando inclusive a assinatura de um protocolo de intenções entre o MEC, o Ministério da Justiça, a CGU e a AGU. A questão do ensino a distância estava colocada nessa decisão do Ministério.

Eu gostaria de saber de V. Exa. quais ações estão previstas pelo Ministério para coibir especificamente as irregularidades na concessão desses tipos de diploma de que nós estamos tratando aqui, na manhã de hoje.

Então, essas perguntas, acredito, já dão um bom direcionamento para que a gente possa dar sequência.

Dra. Leililene, eu gostaria que V. Exa. pontuasse esses cinco tópicos aqui, em primeira mão, para que a gente possa, de maneira colaborativa, encontrar soluções, tendo em vista que o foco, a luz, o pé descalço da cobra – gostei do exemplo – não pode ficar naqueles que não podem colocar o sapato. Nós temos aqui pessoas... Vamos chamar aqui, mais uma vez, o Código de Defesa do Consumidor. Os que são mais que vulneráveis, os que são hipossuficientes, que agiram de boa-fé, que cursaram a grade curricular, que têm frequência e que tiveram o conteúdo precisam que alguém lhes dê uma luz. Se V. Exa. diz que não é o MEC, sair com essa resposta, para a gente, não é positivo.

Acredito que é um problema, como eu disse, social. Não estamos falando aqui de uma turma ou de um curso específico; estamos falando aqui de um problema nacional, de um problema que está acontecendo ainda.

Então, para essas pessoas que passaram por isso, o que é que V. Exa., no cargo que está possuindo, querendo agir de boa-fé – tenho certeza absoluta disso –, com a sua experiência, com a ajuda dos profissionais e da consultoria, com o foco de atender essas pessoas, pode fazer através do Ministério da Educação?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós Parlamentares... Está aqui o Deputado Estadual Marcelo Beltrão, está aqui um Senador da República, por aqui passaram vários outros Senadores – todos se posicionaram –, passaram aqui também Deputados Federais, ou seja, o poder político também quer ajudar.

Será uma regulamentação? De que forma? Vai ser um Revalida? Já tenho informações de que as faculdades não querem nem receber esses alunos, porque pode ser que baixe a nota da faculdade, e aí não há como atestar essa situação, porque há a prova que mede a qualidade do ensino. Então, não é apenas uma situação pontual, é um problema social.

Então, passo a palavra a V. Exa., para ouvirmos suas explicações.

A SRA. LEILILENE ANTUNES SOARES – Eu entendo, sou extremamente solidária a todas essas questões. Como professora, eu me preocupo também com os estudantes. Sempre atuei buscando a qualidade na educação.

O vídeo da estudante que o Deputado traz... Para essas pessoas que se sentiram de alguma forma, como o Sr. Presidente Senador Rodrigo Cunha coloca... As pessoas que cursaram, que têm frequência e que estavam regularmente matriculadas nos cursos devem procurar a instituição, a faculdade, imediatamente, porque elas são a ponte com...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. LEILILENE ANTUNES SOARES – Devem procurar a instituição. Por quê? Se ela teve o seu diploma – vou explicar –, se ela frequentou, se ela tem a lista, se ela comprova que frequentou, que estudou e que cumpriu as exigências, ela não poderia ter tido o seu diploma cancelado. Então, pode ser que houve uma falha.

Esses diplomas cancelados, até onde eu tenho conhecimento, dentro do trabalho da Disup, foram diplomas irregulares, registrados por pessoas que não atenderam as exigências dos cursos.

Então, quando o senhor coloca...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Então, só para justamente a gente estar falando a mesma língua, o que eu entendo aqui é o seguinte: há situações em que as pessoas cursaram toda essa parte. O problema não está com quem... Não é questão de elas não terem cursado. A questão é que quem ofereceu esse curso não poderia ter oferecido. Não é a pessoa que frequentou ou não.

Como eu falei, ela preencheu todos os requisitos, mas ela foi enganada por alguém que ofereceu curso sem a permissão. Não tinha autorização para colocar um polo de funcionamento no Município de Penedo, e lá as pessoas cursaram. Então, quando terminou, ela recebeu um papel, foi lá fazer o seu registro. Algumas não conseguiram de imediato, outras viram que o nome que estava ali

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

era de uma faculdade do Rio Grande do Sul ou de Fortaleza. E ela disse: "Eu nunca fui para lá. E está dizendo que eu estudei lá. Eu nunca fui para lá, eu nunca saí de Penedo, eu nunca saí do meu Estado". E o diploma que ela recebeu era dizendo que ela se formou em um outro Estado, em uma outra faculdade.

E aí é uma pergunta... Desculpe-me até interromper. Porque a Universidade Estadual de Alagoas chancelou, ela tem competência para isso. E aí até faço esta sugestão, vou formalizar isto: para que as universidades estaduais e federais fiquem restritas à sua circunscrição estadual, porque a faculdade de Alagoas agiu de acordo com o que a legislação permite, chancelando um curso do Rio Grande do Sul. Mas a pessoa nunca foi para o Rio Grande do Sul. E aí, quando chega ao conselho, o conselho entra no *site* do MEC e verifica que em Penedo não há aquela faculdade. Então, você disse que estudou lá, você está com o diploma de uma universidade do Rio Grande do Sul, e você me diz que nunca foi para essa faculdade e que na sua cidade não tem.

Então é um problema sério. É isso que acontece.

A SRA. LEILILENE ANTUNES SOARES – Sim. Mas a instituição infringiu, porque ela não tinha autorização para oferecer o curso. Isso caracteriza a educação na modalidade a distância.

E, só frisando, eu sou extremamente defensora da educação a distância, acredito na educação a distância. Uma das minhas graduações foi através de um curso na modalidade a distância. Meus estudos... Inclusive, meu mestrado foi com essa temática. Eu sou defensora, acredito na importância da modalidade da educação a distância.

A instituição tem a autonomia – aí nós estamos falando da autonomia universitária – para chancelar. É um assunto extremamente delicado. Quando eu falo que se uma pessoa frequentou o curso presencialmente... Porque, até então, essa instituição tem autorização, os atos autorizativos são para cursos presenciais. A instituição... Os diplomas que foram cancelados... Entende-se que eram para ter sido cursados presencialmente. Então, quando os senhores colocam que a pessoa foi lesada, enganada, a instituição registrou de maneira irregular.

O ministério hoje, o que nós temos é: nós não podemos compactuar com registro irregular. A fala do ilustre colega do Ministério Público, nós precisamos unir esforços justamente para que possamos criar um caminho, uma solução. Eu compartilho disso, eu me preocupo também com pessoas que foram lesadas. Uma lei, e nós precisamos do apoio desta Casa para que possamos juntos pensar numa lei, porque hoje, na legislação, o ministério, na supervisão, nós não temos como falar... Eu, sinceramente, se eu pudesse falar "nós podemos fazer a validação desses estudos", mas nós não podemos. Então, eu faço um apelo aos senhores para que nos ajudem também.

Eu assumi a supervisão no início de fevereiro. É um assunto que me preocupa muito. Quando eu faço menção ao curso de Educação Física, por ter ministrado, mas temos também pessoas de Letras,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da Pedagogia, da História, das Ciências Sociais. Então, como educadora, eu me preocupo com o todo, Sr. Deputado. Que bom que hoje nós teremos uma audiência, porque nós precisamos de ajuda. Hoje no ministério nós não temos, a verdade é essa.

Como a nossa gestão é pela transparência, pela ética, pela legalidade, nós precisamos de ajuda para que possamos tornar legal. Talvez seja pelo Revalida. A união com a Undime, chamar esses representantes para conversarmos, porque é fato, é notório que nós temos uma equipe técnica extremamente comprometida. Foram analisados, a equipe técnica fez um trabalho, e esse descredenciamento, a instituição... Esses 65 mil diplomas, houve um acordo de cooperação. A instituição cancelou, aceitou, verificou que incorreu em irregularidade.

Eu não estou aqui para julgar, salvo quem sabia que seria facilitado, porque houve casos, existe um GT, um grupo sério de professores especialistas fazendo um trabalho muito sério, e nos chegam relatos que me assustam de pessoas que achavam que, assistindo aula aos domingos após a missa, teriam seus diplomas. Os colegas colocaram. Eu não estou aqui pensando nessas pessoas que talvez tenham agido de má-fé para ter o diploma facilitado. O que me preocupa realmente é quem se dedicou, estudou. Aí, a instituição não tinha o ato regulatório para oferecer modalidade a distância, mas essas pessoas estudaram, cumpriram as exigências. Nós precisamos do apoio desta Casa, Srs. Deputados, para que possamos achar... Porque uma prova, um exame seria a saída? Essas pessoas provarem...

Porque as instituições registraram de maneira irregular, isso é fato, mas será que essas pessoas estão preparadas para fazer essas provas? Aí eu faço outro questionamento: existem inúmeras pessoas que adquiriram seus diplomas de maneira irregular que não estão preparadas para se formar, para estar em sala de aula. Aí nós pensamos nesses professores, nos alunos que aqui se manifestam, na fala do João. Eu entendo, eu me compadeço, mas essas pessoas não estão minimamente qualificadas para exercer suas funções, e nós vamos colocar em risco, e isso terá uma consequência de décadas. Se cada professor que não teve qualificação entra numa sala de aula para ministrar aula, principalmente na educação básica...

O curso de Pedagogia – eu, como pedagoga, sei da importância – é um dos que têm mais diploma irregular emitido, mais de 40 mil comprovados de maneira irregular. Nós teremos nossos filhos, nossos sobrinhos sendo educados por pessoas que não têm a mínima condição. Então, nós precisamos unir esforços, porque hoje não há uma saída legal dentro do ministério. O que nós poderíamos fazer nós fizemos, dentro da fiscalização, e aí eu estou falando que nós precisamos de uma lei, de diretrizes, de parceria para criarmos e juntos encontrarmos uma solução para esse problema. Porque, a supervisão, o ministério atua nas instituições.

Muitas instituições abrem polos e não comunicam. É uma quadrilha, desculpem, mas é uma quadrilha agindo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

A SRA. LEILILENE ANTUNES SOARES – Essas instituições não comunicam, são pessoas que estão agindo no País, emitindo diplomas, registrando diplomas de maneira irregular.

Então, nós temos que unir esforços. Os encaminhamentos que o Sr. Senador Rodrigo fez serão levados ao ministério, passarei ao Sr. Secretário Marco Antonio. Com relação à avaliação especial, as ações estão seguindo. Já houve capacitação dos professores que se inscreveram. Haverá visitas de supervisão para avaliação de atos vencidos com relação à educação a distância, para que possamos acompanhar de perto, porque é um cenário também que nos preocupa. Até 2017, foram criados 9,9 mil polos de EaD. Só depois de 2017 até os dias atuais, nós temos cerca de 13,8 mil polos. Então, é educação a distância. A questão da supervisão também tem nos preocupado. E nós estamos empenhando esforços para que possamos fazer a supervisão, prezando sempre pela qualidade.

Mais uma vez eu ressalto a importância da união, das parcerias, para que possamos atuar em conjunto para resolver, para solucionarmos o problema, e os encaminhamentos para solucionar... Nós estamos aqui, Senador, para ajudar, estamos para auxiliar.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Eu agradeço, Dra. Leililene, ressaltando que audiência pública serve, nesse caso, para a gente colher informações. Então, o problema não necessariamente tem que ser resolvido agora...

A SRA. LEILILENE ANTUNES SOARES – Sim, mesmo porque pela proporção do problema não conseguiríamos.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Mas para interagir com todos os atores aqui. Algumas sugestões foram feitas e disso aqui será feita uma linha de trabalho, uma frente de trabalho, acredito que somando, inclusive, com outros Senadores nesse sentido, internalizando junto também aos ministérios alguns procedimentos.

E fruto daqui acredito que nós podemos ter os resultados que buscamos, e não será apenas hoje. Então, quando cada um aqui é convidado é justamente para que a gente possa extrair informações para que venha se tornar de conhecimento geral da sociedade brasileira e que todos aqui possam entender o funcionamento de cada instituição e o que está sendo feito.

Então, foram muito proveitosas essas explanações. Confesso que não há como, digamos, apertar muito porque V. Exa. chegou agora, há um mês está à frente deste importante cargo no Ministério da Educação. Está demonstrando que está de boa-fé, está aqui participando e recebendo... Já sei que vai receber o Deputado ainda hoje, recebendo também solicitações e dando resposta ao que é questionado...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LEILILENE ANTUNES SOARES – E por favor voltarei a esta ilustre Casa quantas vezes forem necessárias para realmente ajudar.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Então, o procedimento é esse mesmo, de colher informações. Inclusive, temos a prerrogativa de convidar qualquer autoridade do País, de convocar algumas para que a gente gerar um desfecho de um momento como esse.

Temos aqui o Deputado Marcelo Beltrão, que quer fazer um questionamento diretamente a V. Exa. – acho que quer já antecipar um pouco a reunião de mais tarde. (*Risos.*)

Fique à vontade, Marcelo, porque o País também está acompanhando.

O SR. MARCELO BELTRÃO – Primeiro, quero parabenizar a fala do Dr. Domingos. Acho que a gente tem que caminhar nesse sentido, porque a cobra está solta, Leililane. Tem que calçar os pés, tem que calçar os pés da turma que tem habilidade para poder exercer a profissão, inclusive pessoas que já demonstraram isso em concursos, que passaram em concursos e estão com o diploma irregular. Então, é separar, ter as devidas proporções, mas cuidar dos pés descalços. Eu acho que a senhora fez uma fala também muito interessante dentro do que está na possibilidade do Ministério Educação.

Tenho certeza de que o Congresso vai atuar no sentido de criar mecanismos, Senador Rodrigo, para poder talvez, não sei se "revalidar" seria o termo, mas aproveitar o conhecimento que foi assimilado, porque a gente tem vários aspectos que aconteceram nesse golpe. Uns tiveram frequência, outros só foram oferecidos domingo a domingo. Acredito que o conhecimento, o atesto do conhecimento, um provão...

Mas o primeiro ponto, Senador Rodrigo, me permita, é acabar com o que está acontecendo, porque eu acho que o Ministério da Educação hoje tem instrumentos e mecanismos de parar. Eu acho que a gente tem que tomar essa iniciativa de cessar, estancar, fechar a torneira. Então, eu acho que poderia sair daqui... Vai ser um dos assuntos da nossa audiência, mas que a gente caminhe.

Para aquelas pessoas que não conseguirem atestar o conhecimento, que se parta para uma reparação de dano moral e material, mas eu acredito que a questão do conhecimento que foi adquirido, se a gente puder colocar um ponto de equilíbrio e aproveitar dali para cima... "Ele assimilou 50% do que é necessário para exercer a profissão". Também não estou de acordo em habilitar profissionais que não tenham os requisitos mínimos para exercer a profissão. Então, isso também está fora de discussão, mas que a gente tenha uma forma de calçar os pés dessas pessoas, porque a cobra está solta e nós, Poder Público, precisamos dar essa resposta e mostrar que a força do Estado vai atuar, sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Muito bem, Deputado Marcelo. Não sei se vai querer pontuar alguma situação, mas nós estamos acompanhando.

O Ministério Público, falando aqui sobre Alagoas, ontem mesmo bloqueou 5 milhões de algumas faculdades. Se nós avançarmos nessa linha de comunicação para que as pessoas identifiquem quando não há um credenciamento, que tem como consultar no *site* do MEC... E aqui peço uma celeridade nessa análise de se colocar um destaque especial, tendo em vista o que está acontecendo em todo o País, para que se facilite esse acesso.

Vamos trabalhar também na unificação das ações frente ao Ministério Público Federal. E foi uma excelente sugestão feita pelo Dr. Domingos, porque já há esse diálogo entre o Ministério da Educação e o Conselho Nacional do Ministério Público. Então, que a gente possa levar mais esse tema para que possa fortalecer os Estados nessa linha de atuação e buscar que aqueles que trabalham de maneira irregular... V. Exa., pelo que disse aqui, credita às secretarias estaduais que façam essa fiscalização. Então, eu acho que o MEC também... Se, de fato, a atribuição é da secretaria estadual, se o MEC encampar essa luta... E eu aqui...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Para as universidades estaduais que devem fiscalizar. Mas aqui nós estamos diante de um problema em que as universidades estaduais chancelam, inclusive, de quem estuda em outro Estado. Então, não têm, com certeza, capilaridade para fazer esse tipo de fiscalização.

Se o MEC encaminhar uma norma específica sobre o assunto e destinar para que as universidades estaduais, antes de autorizar o funcionamento, autorizar o credenciamento, a chancela desse curso, verifiquem se é da localidade, da circunscrição, acho que seria um enorme avanço, porque é isso que está acontecendo.

No nosso Estado, foi colocado na audiência pública, há mais de 20 mil pessoas que foram chanceladas – isso aí do País inteiro –, e não há irregularidade, porque há essa resolução, como foi dito aqui por mim a V. Exa., que permite esse tipo de atuação.

Então, antes de V. Exa. também fazer as considerações finais, temos aqui ainda outra situação, algumas pessoas inscritas.

Eu gostaria de ouvir aqui o representante do Conselho Federal de Administração, o Sr. Mauro Kreuz, que há um bom tempo já pediu a fala.

O SR. MAURO KREUZ – Muito obrigado, Senador Rodrigo Cunha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cumprimento V. Exa. pela iniciativa e agradeço imensamente, em nome do nosso conselho profissional, que congrega os 26 Estados mais o Distrito Federal, pelo convite.

Somos uma comunidade de meio milhão de profissionais que orbitam em nosso sistema, e nós também temos sido lesados por essas iniciativas e temos tido várias experiências similares exatamente em Pernambuco e em Alagoas também.

Eu fui, por 23 anos, avaliador do Ministério da Educação e do Inep. Fui reitor, pró-reitor, presidi a Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Administração e poderia refletir um pouco mais sobre o que já foi muito bem aqui refletido sobre a questão da educação, mas eu vou trazer a temática para outra questão.

Vejam, a Constituição deixa claro: a educação é um bem público. Portanto, nós estamos falando de bem público; não é bem privado. E diz a Constituição que o guardião desse bem público é o Ministério da Educação – isso tem que ficar claro. Agora, os serviços educacionais que levam esse bem público à sociedade nas mais distintas modalidades e formas, como presencial e à distância, podem ser privados, porque a própria LDB permite que o Estado delegue isso à iniciativa privada – não sou eu que estou dizendo; isso está escrito. Portanto, nós estamos perante um grave problema de estelionato de um bem público, certamente o bem público mais precioso de uma nação. Isso tem que ser encarado já e duramente – e duramente!

Eu fiquei aqui pensando – e aí está o meu colega do Conselho Federal de Educação Física; estaremos juntos na quinta numa reunião do Conselhão –: que bom que existem os conselhos federais e que bom que existem os conselhos regionais, porque, se não fossem eles, quem sabe, nós não estaríamos aqui. Foi por nosso intermédio que essa questão ganhou conotação pública, notória e social, Senador, enquanto alguns ventos danosos, em pleno 2019, têm soprado contra as profissões regulamentadas. Se não fossem elas, não estaríamos aqui.

Mas eu vou um pouco mais longe. Nós temos vítimas, nós temos as vítimas já identificadas, nós temos os bandidos devidamente identificados, e nós temos o fato em si. Temos que cercear a continuidade dos atos e temos que proteger as vítimas urgentemente. E não vamos esperar! Eu conheço bem o Ministério da Educação. Desculpe, Diretora, mas, se eu for esperar o Ministério da Educação resolver esse problema, ele estará insolúvel já a partir de hoje.

Eu tenho um caso há quatro anos no Espírito Santo, em que...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAURO KREUZ – ... vários egressos que foram registrados provisoriamente pelo certificado de conclusão... Essas instituições foram vendidas ou fechadas pelo MEC, e até hoje eu estou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esperando uma resposta da Seres sobre o que fazer para ter o registro definitivo. Passaram-se quatro anos, e eu não tenho nenhuma resposta.

Qual foi a solução? Orientamos todos eles, como vítimas de boa-fé, que entrassem na Justiça Federal para fazer o registro definitivo. Nós simplesmente não reagimos a nada, e eles foram registrados por um ato da Justiça Federal.

Acho que nós estamos, Excelência, perante esse fato. Nós temos de dar um abrigo jurídico para ontem, porque essas pessoas estão sendo lesadas dupla e triplamente. Se nós esperarmos – não quero aqui ter crença em uma falácia – que o Ministério da Educação resolva isso... Desculpa, mas estamos nos enganando, certo?

Então, há o dano social de um bem público, cuja responsabilidade, pela Constituição, cabe ao Ministério da Educação, que criou um monstro chamado Sinaes, que existe há quase 14 anos e do qual o próprio Ministério da Educação e o próprio Inep não conseguem dar conta – eu vivi isso por 22 anos. Em 15 anos de Sinaes, o ensino brasileiro depauperou-se muito, perdeu muito a qualidade. E é um sistema, Senador, que custa caríssimo para a sociedade e para o País, sem ter dado as garantias sociais e as profissionais devidas para os brasileiros e para as brasileiras.

Quero encerrar dizendo que o Conselho Federal de Administração está à sua inteira disposição, pela sua *expertise*, pela sua boa intenção, pela sua experiência, para ajudá-lo nesta árdua missão de resolver, estancar esse problema nacional de um dano social irreparável.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Muito bem, Mauro.

Agradeço a palavra de V. Exa., que aqui trouxe à luz o que eu falei no início: a função principal do conselho, de fato, é fiscalizar. Talvez o grande parceiro para estancar, como foi dito aqui pelo Deputado Marcelo, esse problema sejam os conselhos. O conselho sabe por onde está escorrendo a água. Então, se a gente consegue identificar, fica muito mais fácil. E foi assim que eu tomei conhecimento... Mencionei aqui a história do atendimento pontual a algumas pessoas, o que reforçou aquilo que o Carlos Eduardo já trazia há muito tempo, usando todas as suas forças, tentando repercutir no Estado, de maneira inicial, o que chegou a este momento de hoje. Então, o conselho tem uma grande importância sobre isso.

Mas o Deputado já lembra aqui que nem todas as profissões têm conselho. Inclusive a de Pedagogia, que é quem tem mais pessoas afetadas por essa situação, acredito que não tenha conselho. Então, por isso, dificulta a análise. Aqueles que têm, que bom! E a função primordial é esta: fiscalizar. O caminho é esse.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Dra. Leililene vai fazer suas considerações finais também, mas antes quero ouvir novamente o Sr. Catunda, que quer fazer um questionamento à representante do Ministério da Educação.

O SR. JOÃO VICTOR CATUNDA – Eu só queria fazer duas observações com relação à fala da Diretora.

A primeira é relacionada a procurar as faculdades que diplomaram os alunos. A maioria das faculdades que diplomaram os alunos e aplicaram golpe fecharam. Elas não têm nenhum representante legal que possa dar suporte aos alunos. Então, por isso, chegam em grandes quantidades as denúncias ao Ministério. Então, quem eles procuram? Os Ministérios Públicos.

A outra fala, o outro ponto é relativo à proficiência, às provas de avaliação do conhecimento.

Você falou em ter cuidado para que a gente não coloque maus profissionais futuramente no mercado de trabalho. Concordo plenamente com a senhora, mas o teste de proficiência é que vai dividir as pessoas: quem tem conhecimento para ser diplomado ou para continuar o curso e ser diplomado de forma regular e as pessoas que se aproveitaram da facilidade e que não têm condição nenhuma de entrar no mercado de trabalho de acordo com esse diploma.

É isso.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Eu agradeço.

Vou passar a palavra, para fazer suas considerações finais, à Dra. Leililene.

Há um horário regimental para encerrarmos esta audiência pública, e outros compromissos nos aguardam também. Mas quero dizer que amanhã...

Depois, faço minhas considerações finais. Primeiro, vêm as de V. Exa.

A SRA. LEILILENE ANTUNES SOARES – Eu gostaria de agradecer a fala do Sr. Mauro.

Quero dizer que anotei aqui o *e-mail*, o contato do senhor. Eu gostaria de convidá-lo a ir à Seres. Farei contato com o senhor, para que possamos conversar.

Estou à disposição dos demais conselhos de todas as profissões. Nós estamos abertos para recebê-los.

Eu coloco a questão das faculdades porque, especificamente, nós tratamos de uma instituição que registrou o diploma. Essa instituição o registrou e ainda está em funcionamento. Então, as faculdades que ofertaram de maneira irregular foram descredenciadas e, realmente, estão fechadas, mas há uma instituição que registrou, uma universidade que registrou. Então, esses alunos podem procurar esses documentos, podem levar os seus documentos para mostrar que cumpriram as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

exigências legais. Se eles tiverem esses documentos, nós também estaremos à disposição para ajudá-los a resolver isso.

De maneira alguma, como diz o nobre Senador... Nós estamos assumindo agora, mas temos total compromisso, vontade e preocupação em atuarmos para não privilegiar os que estão atuando de maneira fraudulenta, irresponsável, dando ou vendendo diplomas ou até mesmo facilitando diplomas para pessoas que não têm qualificação. Nós temos que zelar pelas pessoas que estudam, que se comprometem, que cumprem as exigências, como nós aqui fizemos: frequentamos as instituições, estudamos, fizemos estágios. Cada um aqui teve que abrir mão de algumas coisas. É com isso que nós temos que nos preocupar, sem nos furtarmos a analisar o caso das pessoas que foram realmente enganadas.

Então, agradeço. Estou à disposição. Inclusive, estendo o convite para uma agenda com o João. Voltarei aqui quantas vezes forem necessárias. Agradeço muito. Eu me sinto muito honrada de passar esta manhã na presença dos senhores. Saio daqui com um aprendizado e agradeço mais uma vez. Muito obrigada a todos os presentes.

Uma boa tarde.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Bem, eu agradeço a presença de todos os senhores, lembrando que um momento como este é para colher informações. Haverá desdobramentos, com certeza, daquilo que foi tratado na manhã de hoje.

O problema aqui não é regional, o problema aqui é nacional, um problema que atinge uma quantidade enorme de pessoas, não apenas dos cursos superiores, mas cursos de graduação, pós-graduação, extensão, mestrados, até doutorado, não é isso, Marcelo? Então são informações ricas dos entes que aqui estão dispostos a solucionar um problema já identificado. Ninguém aqui negou o problema. Então, esse já é um primeiro passo. O segundo passo é resolver o problema de quem já passa por isso. E o terceiro talvez seja não por essa ordem, mas importantíssimo, que é justamente inibir essa prática, que ela continue acontecendo. Então, deste Parlamentar tenham esse compromisso e desta Comissão também.

Sendo assim, boa tarde a todos e uma excelente semana.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 9ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 02 DE ABRIL DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às onze horas e cinquenta e nove minutos do dia dois de abril de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Rodrigo Cunha, reúne-se a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor com a presença dos Senadores Marcio Bittar, Juíza Selma, Izalci Lucas, Major Olimpio, Jorge Kajuru, Fabiano Contarato, Eliziane Gama, Paulo Rocha, Rogério Carvalho, Carlos Viana, Rodrigo Pacheco, Wellington Fagundes, Styvenson Valentim, Eduardo Gomes e Paulo Paim. Deixam de comparecer os Senadores Fernando Bezerra Coelho, José Maranhão, Ciro Nogueira, Mara Gabrilli, Eduardo Girão, Weverton, Cid Gomes, Humberto Costa, Telmário Mota, Angelo Coronel e Otto Alencar. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas da 5ª, 6ª, 7ª e 8ª reuniões, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor nº 17, de 2019** que: "Requer, nos termos do art. 90, inciso XIII e art. 142 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência externa, com a presença de membros da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, no bairro do Pinheiro e adjacências, no município de Maceió, Alagoas, com o objetivo de, em data oportuna, verificar in loco a área, acompanhar as atividades em curso e checar o andamento das ações a cargo do poder público, tendo em vista que, por causas ainda desconhecidas, estão ocorrendo, no local, abalos, fissuras e afundamentos em imóveis e vias públicas, situação que tem motivado a desocupação da área pelos moradores e empreendedores." **Autoria:** Senador Rodrigo Cunha. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor nº 19, de 2019** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir acerca das obras não iniciadas, paralisadas e atrasadas de creches e pré-escolas no país, em ciclo de encontros denominado Diálogos de Transparência - Monitoramento de obras de creches e pré-escolas públicas." **Autoria:** Senador Rodrigo Cunha. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 3 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor nº 15, de 2019** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre governança pública. Como convidado para referida audiência, sugiro o Ministro do TCU João Augusto Ribeiro Nardes, o qual poderá trazer valiosos subsídios para os trabalhos desta Comissão. Sugiro, ainda, que o convite seja estendido a todos os Senadores, diante da relevância do tema." **Autoria:** Senadora Juíza Selma.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Resultado: Aprovado. **ITEM 4 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 16, de 2019** que: "Requer, nos termos do art. 102-B do Regimento Interno do Senado Federal, que esta Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC), formule consulta ao Tribunal de Contas da União, na pessoa do Exmo. Ministro Raimundo Carreiro, relator do processo nº TC 008.036/2017-9, sobre possíveis soluções para a continuidade da obra de construção da Unidade Acadêmica do Cabo de Santo Agostinho, em especial sobre a possibilidade de utilização dos recursos orçamentários no montante de R$ 80.351.936,48, que se encontram empenhados na condição de Restos a Pagar não Processados, para a realização de nova licitação com vistas à conclusão da obra." **Autoria:** Senador Fernando Bezerra Coelho e outros e Senador Fernando Bezerra Coelho e outros e . **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e treze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Rodrigo Cunha

Presidente da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/04/02

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Bom dia a todos. Bom dia, Senadora Selma, Senadores que acompanham esta reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Declaro aberta a 9ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Submeto aos Srs. Senadores e Sras. Senadoras dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores, que são a 5ª, 6ª, 7ª e 8ª Reuniões. Lembrando que essas atas serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Em votação. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Recebemos aqui alguns avisos, e irei fazer a leitura desses avisos, dos ofícios e dos demais documentos também recebidos por esta Comissão. Comunico o recebimento da Mensagem do Senado Federal nº 9/2019; Mensagens do Senado Federal nº 104 e 107, de 2018; OFS nº 74, de 2019; Aviso nº 74, TCU-Plenário; Ofício nº 81, de 2019, da Anatel.

Todos esses documentos lidos estarão disponíveis na página da Comissão, na seção Documentos Diversos – Documentos Lidos, com *link* para acesso ao seu conteúdo por um prazo de 15 dias, de forma que os Srs. Senadores possam se manifestar caso assim desejem.

Não havendo manifestação após esse prazo, o referido documento será arquivado, nos termos da Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 12, de 2019.

Passaremos agora aos requerimentos direcionados para a CTFC. Vamos ao Requerimento nº 15, de 2019:

ITEM 3

REQUERIMENTO Nº 15, DE 2019

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre governança pública. Como convidado para referida audiência, sugiro o Ministro do TCU João Augusto Ribeiro Nardes, o qual poderá trazer valiosos subsídios para os trabalhos desta Comissão. Sugiro, ainda, que o convite seja estendido a todos os Senadores, diante da relevância do tema.

Autoria: Senadora Juíza Selma.

Esse requerimento é da autoria da Senadora Juíza Selma, que está aqui presente. Senadora, se quiser se manifestar, se quiser fazer algum apontamento...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT. Para encaminhar.) – Bom dia, Sr. Presidente.

Eu gostaria, em complemento a este Ofício, de fazer um breve relato.

Eu estive há poucos dias, com a bancada de Mato Grosso, junto ao Sr. Ministro e obtive dele essa disponibilidade de prestar esses esclarecimentos, seja via palestra, seja via audiência pública, e logo pensei na utilidade que isso pode trazer para os assuntos que são tratados aqui na nossa Comissão, que, afinal de contas, precisa e deve se preocupar com essas questões de governança, até porque nós temos, como o senhor sabe, Senador, também a função de fiscalização que o legislador tem.

Então acredito que ele realmente tem condições de nos trazer muitos conhecimentos, muitos benefícios, e até complemento aqui o requerimento no sentido de que nós convidemos, nós façamos essa audiência pública abrindo também para Deputados Federais que certamente também vão ser beneficiados.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Senadora Selma, com certeza aqui é o local para discussão, inclusive para buscar também informações. E aqui, puxando do Tribunal de Contas da União, acredito que temos muito a somar. Quando se fala em governança hoje, é algo também que na iniciativa privada está sendo visto com outros olhos.

Aqui nós estamos já falando em uma linguagem quase que natural a palavra *compliance*, que é justamente – citei – o controle sobre os riscos que podem ter qualquer tipo de relação. Então, um controle de integridade. Fazendo isso, não é apenas um setor específico privado, também o setor público deve ter esse objetivo, tendo em vista as relações que nós temos sempre, desde o lobby que é feito constantemente nos poderes e se tem até a possibilidade de regulamentar – eternamente é discutido esse assunto aqui no Congresso Nacional – até outras situações em que há interesses dos dois ou três lados e precisa de fato ter um sistema de governança que seja íntegro, que seja transparente.

Então vem num bom momento. Com certeza a presença aqui do Ministro vai trazer a experiência, eu acompanho um pouco também a atuação do Tribunal de Contas da União e sei que há algumas linhas de trabalho e grupos de trabalho focados para essa linha da governança. Vamos alinhar a data para que ele possa estar aqui presente.

Sendo assim, inclusive V. Exa. sugere que sejam convidados Deputados Federais para que a gente possa também ampliar e o Congresso ter uma informação unificada.

Dessa forma, coloco em discussão o Requerimento nº 19. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Passo agora a ler o Requerimento nº 19, de 2019, requerimento que inclusive é de minha autoria.

ITEM 2

REQUERIMENTO Nº 19, DE 2019

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir acerca das obras não iniciadas, paralisadas e atrasadas de creches e pré-escolas no país, em ciclo de encontros denominado Diálogos de Transparência - Monitoramento de obras de creches e pré-escolas públicas.

Autoria: Senador Rodrigo Cunha.

Esse é um assunto que, desde o início, desde a nossa primeira reunião, foi tratado, quando se fala da importância de se verificar como estão sendo utilizados os recursos públicos. Cheguei aqui a mencionar que, para mim, tão danoso para este País quanto é a corrupção é a má utilização dos recursos públicos.

Vários Parlamentares, várias pessoas acompanham há um bom tempo, e já é manchete há anos e anos, as obras inacabadas. Vários Senadores passaram por aqui e tentaram contribuir em outros momentos, e nós, Senadora Selma, temos uma responsabilidade enorme de tentar criar um ambiente favorável para que se coloque o Brasil no ano de 2019, num ano em que as pessoas não vão se acostumar com as promessas de campanha, não vão se acostumar com serviços malfeitos. E aqui dou um exemplo quando a gente fala sobre creches: em vários Municípios se cria o hábito de inaugurar ordem de serviço, de inaugurar pedra fundamental, e aqui estamos falando de creches que estão há quatro anos, há dois, há um ano, fora do prazo de entrega. Elas estão paradas, estão atrasadas, não foram iniciadas, e os recursos chegaram para muitos Municípios que assinaram convênio com a União. E cabe a nós exercer aquele que considero o nosso principal papel: ser um fiscalizador dos recursos e dos serviços públicos.

Então, dessa forma, iremos aqui iniciar um ciclo de debates. Não apenas um dia, mas, a cada semana durante três períodos, nós iremos aqui chamar os órgãos de controle para se sentem ao nosso lado e possam dar as informações. O Tribunal de Contas da União tem um trabalho interessante sobre

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

isso. A Controladoria-Geral da União também já acompanha. O CNJ – V. Exa. pode dar uma contribuição enorme para isso – também tem uma responsabilidade grande sobre isso, sobre o monitoramento. Inclusive foi encaminhado, na última sexta, por vários Estados... Foi dado um prazo final, que foi sexta-feira, pelos tribunais de conta dos Estados para que fizessem um levantamento das obras federais inacabadas em cada Estado e encaminhassem ao STF. Apenas no meu Estado, foram levantadas obras no montante de R$600 milhões; apenas na capital, R$200 milhões. E as obras são de saneamento, de rodovias, das creches. Ou seja, são obras diversificadas.

Nós iremos agora tratar especificamente este assunto que afeta as crianças, sem dúvida nenhuma. É nesse período de zero a cinco anos que é o momento mais importante para a criança ter aquisição cognitiva, formar o seu senso, de crescimento mesmo. Quando não se tem esse momento, muito dificilmente, lá na frente, consegue recuperar esse tempo perdido. Estamos falando das mães que, ao terem que ficar em suas residências, perdem a oportunidade de estudar, perdem a oportunidade de trabalhar. E acabam repetindo o que aconteceu com elas, repetindo a situação de miserabilidade, de pobreza, porque não terão oportunidades diferentes das que suas mães tiveram.

Então, com um olhar para a mulher, com um olhar para a sociedade, para a economia, acho que esta Comissão pode, sim, dar uma contribuição muito grande a este País.

Apenas num levantamento prévio, baseado inclusive nos relatórios da ONG Transparência Brasil, foi feito um mapeamento, inclusive com geolocalização, de cerca de 1.700 obras de creches que estão paralisadas, atrasadas ou que não foram entregues.

No meu Estado, Alagoas, um dos menores Estado da Federação, são 46 creches.

Então, nós temos aqui um dever social enorme com este País. Acredito que desta forma iremos contribuir também para um desfecho.

Dessa forma, apresentei esse requerimento e o coloco em discussão. (*Pausa.*)

Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Passo a ler o Requerimento nº 16, de 2019, encaminhado pelo Senador Fernando Bezerra Coelho, que não está aqui presente – pediu-me para subscrevê-lo e eu o subscrevi.

ITEM 4

REQUERIMENTO Nº 16, DE 2019

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 102-B do Regimento Interno do Senado Federal, que esta Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC), formule consulta ao Tribunal de Contas da União, na pessoa do Exmo. Ministro Raimundo Carreiro, relator do processo nº TC 008.036/2017-9, sobre possíveis soluções para a continuidade da obra de construção da Unidade Acadêmica do Cabo de Santo Agostinho, em especial sobre a possibilidade de utilização dos recursos orçamentários no montante de R$ 80.351.936,48, que se encontram empenhados na condição de Restos a Pagar não Processados, para a realização de nova licitação com vistas à conclusão da obra.

Autoria: Senador Fernando Bezerra Coelho.

É o Requerimento nº 16, apresentado pelo Senador Fernando Bezerra, que subscrevi por S. Exa. não estar aqui presente.

Em discussão. (*Pausa.*)

Em votação.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Requerimento nº 17, de 2019, de minha autoria, é o próximo.

ITEM 1

REQUERIMENTO Nº 17, DE 2019

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 90, inciso XIII e art. 142 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência externa, com a presença de membros da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, no bairro do Pinheiro e adjacências, no município de Maceió, Alagoas, com o objetivo de, em data oportuna, verificar in loco a área, acompanhar as atividades em curso e checar o andamento das ações a cargo do poder público, tendo em vista que, por causas ainda desconhecidas, estão ocorrendo, no local, abalos, fissuras e afundamentos em imóveis e vias públicas, situação que tem motivado a desocupação da área pelos moradores e empreendedores.

Autoria: Senador Rodrigo Cunha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Refere-se a uma audiência pública que foi realizada por esta Comissão – audiência com quase dez horas de duração –, sobre um bairro específico, o Bairro do Pinheiro, e adjacências, no Município de Maceió, Alagoas, com o objetivo de designarmos uma data e verificarmos, *in loco*, a área que está sendo afetada pelo afundamento do solo para que, dessa forma, possa esta Comissão, através da presença dos Senadores, formar uma missão para acompanhar, de perto, aqueles compromissos que foram assumidos, por esta Comissão, e que já estão tendo desdobramentos na vida real das pessoas, tais como: decreto de calamidade, que já foi lavrado; recursos empenhados pelo Ministério de Desenvolvimento Regional que possam fazer com que as pessoas saiam de suas residências e tenham um auxílio social durante esse período, um aluguel social; desdobramento como um plano de evacuação a ser realizado de maneira segura e, principalmente, a entrega de um laudo, que já foi prometida publicamente para o dia 30 de abril, não mais podendo ser estendida. Acredito que, com a missão dos Senadores, teremos ainda mais uma contribuição a dar a esse caso.

Sendo assim, coloco em discussão. (*Pausa.*)

Em votação.

Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Agradecendo a presença do Senado Major Olimpio, que faz questão de comparecer e de deixar as suas contribuições, venho informar aos senhores que todos aqueles assuntos que foram determinados para a pauta de hoje já foram lidos, que os requerimentos foram lidos e aprovadas, que foram aprovadas também as atas anteriores.

Desta forma, encerro a presente reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 10ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE ABRIL DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às onze horas e cinquenta e um minutos do dia nove de abril de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Rodrigo Cunha, reúne-se a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor com a presença dos Senadores Fernando Bezerra Coelho, Marcio Bittar, Juíza Selma, Izalci Lucas, Jorge Kajuru, Fabiano Contarato, Eliziane Gama, Randolfe Rodrigues, Telmário Mota, Paulo Rocha, Wellington Fagundes, Paulo Paim, Chico Rodrigues, Marcos do Val, Acir Gurgacz e Eduardo Gomes. Deixam de comparecer os Senadores Dário Berger, Ciro Nogueira, Mara Gabrilli, Eduardo Girão, Weverton, Cid Gomes, Humberto Costa, Angelo Coronel, Otto Alencar e Rodrigo Pacheco. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 20, de 2019** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PLS 215/2017, que obriga que os produtos cosméticos e alimentícios comercializados que possuem substâncias comprovadamente cancerígenas informem o risco de desenvolvimento da doença em suas embalagens. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. Representante da Associação Brasileira da Indústria de Higiene Pessoal e Cosméticos (ABIHPEC); 2. Representante da Associação Brasileira da Indústria de Alimentos (ABIA); 3. Representante da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA)." **Autoria:** Senador Rodrigo Pacheco e outros e Senador Rodrigo Pacheco e outros e . **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 21, de 2019** que: "Requer, nos termos dos arts. 50, caput, e 58, § 2º, III, da Constituição Federal e do art. 397, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Senhor Ministro-Chefe da Secretaria de Governo da Presidência da República, Carlos Alberto dos Santos Cruz, para que compareça à Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, a fim de prestar informações a respeito de um vídeo que faz apologia ao golpe militar de 1964, divulgado a partir de 31 de março nas redes sociais." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado, com aditamento para transformar a convocação em convite ao Ministro-Chefe. **ITEM 3 - Projeto de Lei do Senado n° 98, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei 5.991/73 torna obrigatório o fracionamento de medicamentos na forma que estabelece." **Autoria:** Senadora Rose de Freitas. **Relatoria:** Senadora Juíza Selma. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Retirado de pauta pela relatora. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Rodrigo Cunha

Presidente da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Bom dia, Srs. Senadores, Sra. Senadora!

Declaro aberta a 10ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Transparência Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Submeto aos Srs. Senadores a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal.

Farei agora a leitura dos ofícios e demais documentos recebidos por esta Comissão.

Comunico o recebimento dos seguintes documentos.

Mensagem do Senado Federal nº 103, de 2018.

O documento lido estará disponível na página da comissão na seção Documentos Diversos, Documentos Lidos, com *link* para acesso ao conteúdo por um prazo de 15 dias, de forma que os Srs. Senadores possam se manifestar caso assim desejem. Não havendo manifestação, após esse prazo, o referido documento será arquivado nos termos da Instrução Normativa da Secretaria Geral da Mesa nº 12, de 2019.

Lidos os avisos, passaremos ao item 1 da pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 1

REQUERIMENTO Nº 20, de 2019

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PLS 215/2017, que obriga que os produtos cosméticos e alimentícios comercializados que possuem substâncias comprovadamente cancerígenas informem o risco de desenvolvimento da doença em suas embalagens. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

1. Representante da Associação Brasileira da Indústria de Higiene Pessoal e Cosméticos (ABIHPEC);

2. Representante da Associação Brasileira da Indústria de Alimentos (ABIA);

3. Representante da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).

Autoria: Senador Rodrigo Pacheco e outros

Este requerimento também está subscrito por mim.

Em discussão. (*Pausa.*)

Em votação.

Aqueles que aprovam requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Vamos inverter aqui um pouco e passar ao item 3 da pauta.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 98, de 2017

- Não terminativo -

Altera a Lei 5.991/73 torna obrigatório o fracionamento de medicamentos na forma que estabelece.

Autoria: Senadora Rose de Freitas

Relatoria: Senadora Juíza Selma

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

Posteriormente, a matéria será apreciada pela CAS.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Esse projeto de lei é de autoria da Senadora Rose de Freitas e tem como relatoria a Senadora Selma.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Sr. Presidente, acabei de receber aqui uma comitiva que está me contrapondo algumas coisas. É a Abrafarma que está me contrapondo algumas coisas acerca desse projeto.

Então, respeitosamente, gostaria de requerer a retirada de pauta. Vou reexaminar e, em seguida, entrego a V. Exa. um novo relatório ou mantenho o mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Senadora, devido à solicitação de V. Exa., aqui acatamos.

Retornando ao item 2, passaremos ao Requerimento nº 21.

ITEM 2

REQUERIMENTO Nº 21, de 2019

- Não terminativo -

Requer, nos termos dos arts. 50, caput, e 58, § 2º, III, da Constituição Federal e do art. 397, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Senhor Ministro-Chefe da Secretaria de Governo da Presidência da República, Carlos Alberto dos Santos Cruz, para que compareça à Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, a fim de prestar informações a respeito de um vídeo que faz apologia ao golpe militar de 1964, divulgado a partir de 31 de março nas redes sociais.

Autoria: Senadora Eliziane Gama

Em discussão.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, nós apresentamos um requerimento de convocação do Ministro. É um instrumento, não é que nós, na verdade, precisamos utilizar para garantir a presença do Ministro, mas houve uma conversa, digamos assim, com representantes, assessores do Ministro Santos Cruz, e ele se colocou à disposição e solicitou que houvesse na verdade esse agendamento e que fosse transformada a convocação em convite.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para nós, não há nenhum óbice nessa transformação. Que, na verdade, seja feito, de fato, esse convite, e que ele possa estar conosco para prestar esses esclarecimentos.

Agora, queria pedir a V. Exa., para que a gente tivesse uma compatibilidade de horário, que a gente pudesse definir a data para o dia 25 de abril, até mesmo porque a gente não pode demorar tanto. A gente precisa ter informações o mais rápido sobre isso.

Junto a esse mesmo requerimento, apresentamos requerimento de informação. Inclusive hoje pediremos ao Presidente Davi Alcolumbre que agilize por parte da Mesa Diretora a designação do Relator, para que essas informações possam chegar no tempo estabelecido de 30 dias.

Consta aqui no requerimento a questão de quem autorizou a produção do vídeo; a indicação do nome da produtora; e também o nome da empresa e autoridades que pagaram a produção do referido vídeo; esclarecer quem autorizou o uso dos meios oficiais para postagem do vídeo, já que o vídeo foi oficialmente distribuído por canais oficiais do Palácio.

Mas isso é mais em relação à Mesa Diretora da Casa. Em relação ao senhor, queria apenas que houvesse uma flexibilidade em relação ao dia 25 de abril, para que a gente pudesse receber o Ministro aqui na Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Senadora Eliziane, acho que podemos aqui encontrar um ponto em comum.

Nós temos uma data aqui já determinada na sessão anterior de uma audiência pública marcada exatamente para o dia 25. Então, dia 25 já há pela manhã uma audiência pública, é uma quinta-feira, para tratar sobre as creches inacabadas, que foi motivo de uma solicitação aprovada pela unanimidade dos membros.

Temos a possibilidade de fazer no dia 25, na parte da tarde. O Líder do Governo, Fernando Bezerra, havia sugerido a data do dia 30 para que fosse feita essa reunião. Então é uma quinta-feira, e V.Exa. sabe que é um dia em que as Comissões, na parte da tarde, têm uma dificuldade...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Mas não é 30 de abril; é 30 de maio. O Presidente já falou. Vai estar no meio do Governo.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Não, dia 30 de maio foi a data que o Senador Fernando falou aqui, sugeriu a data do dia 30. Posteriormente a assessoria do Ministro, que está aqui presente, sugeriu o dia 25, e fui informado de que já há, previamente aprovada, uma audiência pública no mesmo dia pela manhã. Na parte da tarde, não há nenhum impedimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Vamos fazer no dia 16 então, Senador. Pode ser? Seria pela manhã, porque à tarde a gente praticamente não vai contar com a presença de Senadores aqui numa quinta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Concordo. Eu acho que é dessa forma que nós conseguiremos cada vez mais efetividade.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Porque V.Exa. já está, de uma forma prudente, transferindo, transformando o requerimento de...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Todas as flexibilidades estamos dando. Esperamos que o Ministro também dê um retorno compatível.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Transformando uma convocação em um convite, de uma maneira extremamente conversada, articulada. E aqui há um compromisso da assessoria do próprio ministro para que seja determinada a data do dia 16. Então, pela assessoria, também há a data disponível.

Gostaria de ouvir também o Senador Fabiano.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Inicialmente, Presidente, quero parabenizá-lo pela condução como vem presidindo esta brilhante Comissão.

Eu quero parabenizar a Senadora Eliziane pela sensibilidade desse convite ao Ministro da Casa Civil, Chefe da Secretaria de Governo da Presidência da República.

O fato não foi um fato simplório. O fato é de tamanha gravidade que merece a população brasileira uma resposta, e uma resposta fundamentada, plausível, porque estão rasgando a História e os livros de História, querendo negar a ditadura, que só as famílias que sofreram, mortas, torturadas, desaparecidas, sem nada é que sabem.

Então eu quero parabenizar a Senadora Eliziane por isso, mesmo porque o vídeo tem muita relevância.

Aliás, no início do próprio Governo, houve o decreto assinado no dia 24 de janeiro pelo Vice-Presidente Mourão, determinando que 1.288 funcionários de segundo escalão pudessem decretar sigilo de informações, ou seja, o que são documentos secretos e ultrassecretos. E, depois, graças a Deus, por uma intervenção da Câmara Federal, ele tornou sem efeito isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse vídeo, para mim, só vem ratificar esse comportamento, com todo respeito, irresponsável, precipitado e que abala a democracia do Estado brasileiro.

Então eu quero parabenizar a Senadora Eliziane.

E eu espero que efetivamente esse ministro, aqui comparecendo, ele explique de forma histórica o que efetivamente todos nós já sabemos da ditadura, o que fez a ditadura no País.

É esse comportamento que, infelizmente, o Chefe do Executivo vem demonstrando em várias áreas.

Ainda ontem, fui surpreendido pelo Ibama autorizando licitar blocos que podem afetar o meio ambiente. Graças a Deus, eu e o Senador Randolfe entramos já com uma medida cautelar. Nós verificamos que, em um ano, foram emitidas 450 autorizações para utilização de agrotóxicos. No Brasil, a água potável com herbicida está 300 vezes mais do que o que nem é permitido na União Europeia nem nos Estados Unidos. Nós estamos vendo o comportamento do Executivo autorizando exploração de minerais em terras indígenas. Olha, é um retrocesso então!

Esse vídeo, para mim, só ratifica aquilo que este Governo, o Presidente da República, com a sua equipe, vem demonstrando, ou seja, rasgar a Constituição, rasgar os direitos e garantias individuais previstos no art. 5° e todos os tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário.

Ficam aqui consignados os meus parabéns à Senadora Eliziane Gama.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Senador Fabiano Contarato, agradeço a participação de V. Exa. na certeza absoluta de que esta Comissão é, sim, um local para se ficar sempre vigilante, inibir excessos e, principalmente, pedir esclarecimentos. Então, uma pauta que será constante é a vigilância do Poder Executivo, porque esta também é a função de cada Senador que está nesta Casa.

Então, sendo assim, ficou determinado o dia 16 de maio, às 10h, para o convite ao Ministro-Chefe da Secretaria de Governo da Presidência da República, Carlos Alberto dos Santos Cruz.

Sendo assim, senhores, coloco em votação.

Aqueles que o aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Assim, atendidos todos os itens da pauta previamente informada, declaro encerrada esta reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Iniciada às 11 horas e 50 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 04 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 11ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE ABRIL DE 2019, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às dez horas e vinte e quatro minutos do dia onze de abril de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Rodrigo Cunha, reúne-se a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor com a presença dos Senadores Mara Gabrilli, Izalci Lucas, Jorge Kajuru, Telmário Mota, Carlos Viana, Rodrigo Pacheco, Paulo Paim, Acir Gurgacz, Chico Rodrigues, Marcos do Val, Soraya Thronicke e Flávio Bolsonaro. Deixam de comparecer os Senadores Fernando Bezerra Coelho, Dário Berger, Marcio Bittar, Ciro Nogueira, Eduardo Girão, Juíza Selma, Weverton, Cid Gomes, Humberto Costa, Angelo Coronel, Otto Alencar e Wellington Fagundes. Havendo número regimental, a reunião é aberta.. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 19/2019 - CTFC, de autoria do Senador Rodrigo Cunha. **Finalidade:** Primeira Audiência Pública destinada a "discutir acerca das obras não iniciadas, paralisadas e atrasadas de creches e pré-escolas no país, em ciclo de encontros denominado Diálogos de Transparência - Monitoramento de obras de creches e pré-escolas públicas". **Participantes:** José Paulo Julieti Barbiere, Diretor de Auditoria de Políticas Sociais e Segurança Pública da Controladoria Geral da União - CGU; Bruno Martinello Lima, Secretário de Fiscalização de Infraestrutura Urbana do Tribunal de Contas da União - TCU; Filipe Andrios Brasil Siviero, Procurador da República do Ministério Público Federal - MPF; Fábio Túlio Nogueira, Presidente da Associação de Membros dos Tribunais de Contas do Brasil - ATRICON. Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira, Procuradora-Geral do Ministério Público de Contas do Distrito Federal. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Rodrigo Cunha

Presidente da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/04/11

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 12ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE ABRIL DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às onze horas e cinquenta minutos do dia dezesseis de abril de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Rodrigo Cunha, reúne-se a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor com a presença dos Senadores Major Olimpio, Jorge Kajuru, Paulo Rocha, Carlos Viana, Nelsinho Trad, Marcelo Castro, Soraya Thronicke e Flávio Bolsonaro. Deixam de comparecer os Senadores Fernando Bezerra Coelho, Dário Berger, Marcio Bittar, Ciro Nogueira, Mara Gabrilli, Eduardo Girão, Juíza Selma, Weverton, Cid Gomes, Humberto Costa, Telmário Mota, Angelo Coronel, Otto Alencar, Rodrigo Pacheco e Wellington Fagundes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 22, de 2019** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RQS 20/2019, sejam incluídos os seguintes convidados: 1. Dr. Igor Brito – Advogado do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC); 2. Representante da Sociedade Brasileira de Oncologia Clínica (SBOC); 3. Representante do Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva (INCA)." **Autoria:** Senador Rodrigo Cunha. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 23, de 2019** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RQS 19/2019, sejam incluídos os seguintes convidados: 1. Representante da Presidência de Governo da Caixa Econômica Federal (VIGOV); 2. Representante da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC)." **Autoria:** Senador Rodrigo Cunha. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Projeto de Lei do Senado n° 202, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, que institui normas básicas sobre alimentos, para autorizar laboratórios públicos e privados habilitados a realizar análise de alimentos." **Autoria:** Senador Antonio Carlos Valadares. **Relatoria:** Senador Marcio Bittar. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Rodrigo Cunha

Presidente da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Bom dia a todos os presentes.

Declaro aberta a 12ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Transparência, Fiscalização, Controle, Governança e Defesa do Consumidor, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 56ª Legislatura.

Já chegamos às 11h50; a reunião foi marcada para 11h30. Já havendo extrapolado o prazo de 20 minutos e não atingindo o quórum mínimo necessário para iniciar esta reunião, declaro encerrada e solicito à Mesa que, em seguida, já confirme, para a próxima terça-feira, no horário já estabelecido, a nossa próxima reunião.

Obrigado a todos que aqui estão e vamos continuar o trabalho. Boa tarde.

(*Iniciada às 11 horas e 50 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 51 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 5ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE MARÇO DE 2019, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dez horas e quarenta minutos do dia quatorze de março de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob as Presidências dos Senadores Nelsinho Trad e Marcos do Val, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores Mecias de Jesus, Jarbas Vasconcelos, Esperidião Amin, Antonio Anastasia, Romário, Major Olimpio, Oriovisto Guimarães, Flávio Bolsonaro, Acir Gurgacz, Flávio Arns, Jaques Wagner, Telmário Mota, Angelo Coronel, Carlos Viana, Selma Arruda, Marcelo Castro, Fabiano Contarato e Paulo Paim. Deixam de comparecer os Senadores Marcio Bittar, Daniella Ribeiro, Mara Gabrilli, Kátia Abreu, Randolfe Rodrigues, Fernando Collor, Chico Rodrigues e Zequinha Marinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e a aprovação da presente reunião, bem como as da 3ª e 4ª Reuniões, realizadas nos dias 21 e 27 de fevereiro de 2019, respectivamente, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Indicação de Autoridade**. **ITEM 1 - Mensagem (SF) nº 3, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor OLYNTHO VIEIRA, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Islâmica do Paquistão e cumulativamente, junto à República Islâmica do Afeganistão e à República do Tajiquistão." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Antonio Anastasia. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. Fica aprovado o **Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional nº 9, de 2019**, de autoria do Senador Antonio Anastasia, apresentado extra pauta, o qual solicita urgência para apreciação da matéria pelo plenário do Senado Federal. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional nº 7, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir e esclarecer os empréstimos feitos pelo Brasil à Venezuela entre os anos de 2003 e 2016, diretamente pela União ou por meio de entidades do sistema financeiro, como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Comunico ainda que, por meio do requerimento de nº 6/2019 - CTFC, audiência pública de mesmo teor foi aprovada na Comissão de Transparência, Governança, Fiscalicação e Controle e Defesa do Consumidor, no dia 26/02/19. Assim, solicito realização conjunta de ambas as Comissões para debater o tema. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: Ministro José Múcio Monteiro, Presidente do TCU e Sr. Joaquim Levy, Presidente do BNDES." **Autoria:** Senadora Soraya Thronicke. **Resultado:** Reunida a Comissão nesta data, o Requerimento é lido e aprovado, sendo subscrito pelo Senhor Senador Nelsinho Trad.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 2 - Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional n° 8, de 2019 que: "Requeiro, nos termos do art. 73 do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de Subcomissão Temporária, composta de 5 (cinco) membros titulares e igual número de suplentes, para, no prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, acompanhar a situação na Venezuela." **Autoria:** Senador Marcio Bittar. **Resultado:** Reunida a Comissão nesta data, o Requerimento é lido e aprovado, sendo subscrito pelo Senhor Senador Nelsinho Trad. Na forma do Inciso IV do Artigo 89 do Regimento Interno do Senado Federal, o Senhor Senador Nelsinho Trad, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, fixa o número de membros desta Subcomissão Temporária em 6 (seis) titulares e igual número de suplentes. **ITEM EXTRAPAUTA 3 - Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional n° 9, de 2019** que: "Nos termos do art. 336, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro urgência na tramitação da Mensagem nº 3, de 2019, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor OLYNTHO VIEIRA, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Islâmica do Paquistão e cumulativamente, junto à República Islâmica do Afeganistão e à República do Tajiquistão, para que se proceda à deliberação da matéria pelo Plenário desta Casa." **Autoria:** Senador Antonio Anastasia. **Resultado:** Aprovado. **SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE A VENEZUELA – Instalação e Eleição de Presidente e Vice-Presidente.** Passa-se à instalação da Subcomissão Temporária para acompanhar a situação na Venezuela. São designados membros titulares: Senadores Marcio Bittar, Flávio Bolsonaro, Marcos do Val, Telmário Mota, Carlos Viana e Chico Rodrigues. Suplentes: Senadores Mecias de Jesus, Soraya Thronicke, Jaques Wagner, Nelsinho Trad, Randolfe Rodrigues e Marcos Rogério. A presidência informa às Senhoras e aos Senhores Senadores a chapa recebida com a seguinte composição: Presidente, Senador Telmário Mota; Vice-Presidente, Senador Marcio Bittar. Eleitos, por aclamação, o Presidente e o Vice-Presidente da Subcomissão Temporária, respectivamente, Senador Telmário Mota e Senador Marcio Bittar. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e zero minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Nelsinho Trad

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/03/14

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Bom dia às senhoras e aos senhores!

Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a 5ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 1º Sessão Legislativa da 56ª Legislatura do Senado da República.

Mensagem nº 3, de 2019.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 3, de 2019

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor OLYNTHO VIEIRA, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Islâmica do Paquistão e cumulativamente, junto à República Islâmica do Afeganistão e à República do Tajiquistão.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Antonio Anastasia

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1 - Em 21/02/2019, foi lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

2 - A arguição do indicado a Chefe de Missão Diplomática será realizada nesta Reunião.

Convido para que tome assento à Mesa o Sr. Embaixador Olyntho Vieira, ao qual damos as nossas boas-vindas. (*Pausa.*)

Concedo a palavra ao Sr. Embaixador Olyntho Vieira, indicado ao cargo de Embaixador do Brasil na República Islâmica do Paquistão e, cumulativamente, junto à República Islâmica do Afeganistão e à República do Tajiquistão.

Informo ao Sr. Embaixador que o tempo destinado à exposição é de 20 minutos.

O SR. OLYNTHO VIEIRA (Para exposição de convidado.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Exmo. Sr. Vice-Presidente, Srs. Senadores, senhores convidados, agradeço a presença.

Se V. Exa. me permite, gostaria de registrar a presença da minha esposa, que está aqui nos acompanhando.

Em primeiro lugar, eu gostaria de dividir a nossa apresentação basicamente em três eixos. Uma primeira linha seria traçar um retrato do Paquistão, que é um país um pouco desconhecido, talvez, para boa parte de nós. Em um segundo momento, examinaríamos a organização social e política do país e, finalmente, alguns aspectos econômicos, em particular o relacionamento econômico com o Brasil, o comércio entre os dois países.

Bom, em primeiro lugar, o Paquistão é um país de renda média inferior; é um país que tem uma renda *per capita* de US$5,8 mil (PPP), em torno de US$1,9 mil em valores correntes. Tem uma população com idade média de 22 anos – é um país, portanto, muito jovem – e é o sexto país mais populoso do mundo, com cerca de 200 milhões de habitantes.

Para termos uma ideia, o PIB do Paquistão é de US$312 bilhões, o que faz do país o 42º PIB do mundo, e podemos compará-lo com o Brasil, já que temos a mesma população praticamente. O nosso PIB é US$1,9 trilhão, com US$8.916 *per capita* ou US$15.850 pelo critério de paridade de poder de compra, o que faz do Brasil o 9º país do mundo. Então, isso é interessante porque são países muito, muito próximos em termos de população, que é praticamente a mesma, e há uma disparidade imensa em termos de PIB.

Então, podemos dizer que o desenvolvimento do Paquistão tem sido irregular, ao longo dos anos. É um país jovem como país; como eu disse, é um país que tem pouco mais de 70 anos, e que não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

teve, nesse período, uma transformação importante do setor agrícola, do setor tradicional para o industrial. A agricultura ainda é muito importante. Hoje a agricultura responde por 21% do PIB; o setor de manufaturas, por 19%; e o setor de serviços, por 57%, em grosso modo.

Agora, é um país que tem uma diáspora muito importante. Há muitos paquistaneses vivendo no antigo – vamos chamar assim – império britânico. A Inglaterra é o principal destino da diáspora paquistanesa, mas também se destacam Estados Unidos e Canadá, e outros antigos domínios britânicos. Digo isso porque as remessas da diáspora paquistanesa correspondem a 6,4% do PIB. Então, é muito dinheiro que é enviado pela sua população no exterior.

Com muitas diferenças, muitas desigualdades e tudo o mais, é um país que está no bom caminho para atingir as metas do desenvolvimento do milênio. Em particular, há a questão da diarreia para crianças, detenção e cura de tuberculose e acesso a áreas protegidas, promovendo melhor uso de recursos hídricos. Então, é um país que está bem encaminhado, pois tem um desenvolvimento mais ou menos rápido e grande.

É uma república islâmica desde 1956, e desde 1973 tem no Islã a religião oficial do Estado. Hoje, mais de 96% da população é muçulmana, o que faz com que ele seja o segundo maior país muçulmano do mundo – o primeiro é a Indonésia. Eles estão muito próximos e se prevê que, não muito distante, o Paquistão ultrapassará a Indonésia e será a primeira população islâmica do mundo.

É importante ver também que o Paquistão é o segundo país de destino de refugiados; abriga 1,5 milhão de refugiados oficialmente registrados e reconhecidos, além de 1,2 milhão de refugiados não reconhecidos. Portanto são 2,7 milhões de pessoas que estão no Paquistão, basicamente todas deslocadas do conflito afegão.

Pode-se dizer que o Paquistão hoje é um país que não tem mais a construção artificial que teve no seu início, em 1947. Hoje ele tem unidade geográfica, coisa que não tinha na época da separação da Índia, porque havia o Paquistão e a 1,6 mil km de distância a leste havia o Bangladesh, que era o Paquistão de Leste, vamos chamar assim. Então, isso criava dificuldades, porque era um país com duas partes separadas por praticamente 2 mil km de distância. Isso não existe mais desde 1971 quando nasceu Bangladesh. Então, hoje ele tem unidade geográfica, e, em muitos aspectos – o país tem milhares de anos –, é muito importante destacar o Vale do Indo, que é uma região que é muito antiga, para início de... Nós tivemos ali uma das primeiras civilizações de que se tem notícia que era a civilização do Vale do Indo, que, juntamente com a Mesopotâmia e o Cairo, formavam as três grandes civilizações antigas. É muito importante porque o Vale do Indo assegura a irrigação do país. Então, toda a parte agrícola ou mais desenvolvida do país cresceu a partir de projetos de irrigação no Vale do Indo, que foram promovidas ainda no tempo da colonização britânica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na verdade, o grande problema que se considera, num futuro próximo, não é o de quantos serão os paquistaneses ou quem serão os paquistaneses, mas se haverá água para todo mundo. Este é o grande e talvez maior desafio do país: a questão hídrica. Estima-se que, em meados deste século, em 2050, a população esteja em torno de 335 milhões de habitantes, e não haverá água para todos. Esse é talvez um dos maiores problemas do país.

Um dos pontos notáveis é que todo o processo de independência, vamos dizer, do processo de independência da Índia, na época, foi precedido de muita luta de, de muita dificuldade, e isso foi um sinal da coesão e da força dos povos que habitam o Paquistão. Então, esse é um ponto muito interessante a ser dito, a ser lembrado porque faz com que exista uma sociedade muito forte. Ainda que o Estado não seja um Estado tão forte quanto nós estamos habituados a ver, a partir da nossa visão ocidental, ele tem uma sociedade forte, que é basicamente construída a partir de relações entre clãs ou relações tribais mesmo.

Isso faz com que as relações familiares e as relações entre clãs sejam um fator de estabilidade no país. Esse é um ponto muito interessante que tem reflexos igualmente na condução política do país, porque os líderes políticos são líderes das suas regiões, dos seus clãs ou do conjunto de clãs. E é o que dá grande força aos políticos. Inclusive, por isso é que boa parte dos partidos políticos paquistaneses, sobretudo os dois maiores, são partidos dinásticos, como se pode dizer. É o caso típico do partido dos Bhutto, da Primeira-Ministra Benarzir Bhutto e do seu pai, Zulfikar Ali Bhutto, que foi o fundador do partido. Então, há uma transmissão das lideranças pela via hereditária. Isso é interessante.

O que quebra um pouco esse paradigma é o atual partido no poder. O partido do Primeiro-Ministro Imran Khan é um partido que se declara não dinástico e é o primeiro partido mais próximo dos moldes dos partidos modernos que nós conhecemos. Inclusive, ele se declara o maior partido do país, com cerca de 16 milhões de membros e com uma penetração importante no exterior que atinge, obviamente, a diáspora paquistanesa.

Há um conflito histórico, porque é, como eu disse, uma sociedade muito tradicional, muito forte e conservadora. Há uma dificuldade entre o processo de ocidentalização ou de adesão mais estrita ao Islã. Houve tentativas nos dois sentidos. Dois presidentes militares, os Generais Ayub Khan e Pervez Musharraf, tentaram modernizar o país na linha da Turquia, seguindo os moldes de Ataturk, na Turquia, secular, modernizador. O General Zia-ul-Haq tentou levar o país no caminho do Islã, com uma visão mais radical. Finalmente, Zulfikar Ali Bhutto, que era civil, fundador do partido do povo, procurou seguir uma linha mais socialista, mais terceiro mundista, que estava muito em voga naquela época. Na realidade, nenhum desses modelos funcionou muito bem, justamente porque há uma sociedade muito forte. Então, é esse confronto permanente entre a modernidade social e o conservadorismo islâmico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Existe uma dificuldade com relação ao processo de ocidentalização, porque há uma resistência grande por parte da população a essa ideia de ocidentalização, porque há uma identificação com os norte-americanos, que não gozam de grande prestígio certamente em função dos problemas no Afeganistão. Então, há uma dificuldade intrínseca, vamos dizer, nesse processo de ocidentalização do país.

O que nós podemos dizer mais? Então, é um Estado que, ao mesmo tempo, é organizado pelo sistema federativo, é democrático e islâmico. Nós temos o Presidente como chefe de Estado e o Primeiro-Ministro como chefe de Governo. O Primeiro-Ministro é o Líder do partido vencedor das eleições e o Presidente é eleito pelo voto indireto pelo Senado, a Assembleia Nacional e províncias. E o Presidente tem que ser necessariamente originário da comunidade muçulmana.

Bom, nós mencionamos que já há um novo partido no poder.

No que diz respeito à política externa, o Paquistão, pela sua própria posição geográfica, fica numa posição estratégica para os interesses de todo mundo, na verdade. Nós temos a Índia, temos o Irã, temos a China, temos, não muito distante, a antiga União Soviética. Então, ele é um cruzamento de setores muito interessados, muitas vezes é quase uma área que pode ser muito sensível a problemas.

O que o Governo do Paquistão tem procurado fazer é reforçar as relações com países extrarregionais, buscando parcerias extrarregionais, basicamente buscando consolidar a sua posição internacional por meio da cooperação. Então, essa é uma palavra-chave talvez que nós devemos ter em mente, quer dizer, a necessidade de cooperação. O Governo atual do Primeiro-Ministro Khan, que tem se mostrado conciliador, tem procurado desenvolver, portanto, essas relações, procurado se aproximar de nações europeias, africanas e latino-americanas.

Nessa questão da política internacional do Paquistão, um dos pontos ou o ponto possivelmente mais delicado ou mais complexo é justamente a questão da Caxemira que tem estado até na imprensa nos últimos dias. A questão da Caxemira levou a três das quatro guerras que o Paquistão travou na sua curta existência, ao ponto de chegar a uma corrida armamentista nuclear e ter chegado à beira de um desastre nuclear em 1999. Então, existe uma percepção junto ao Governo atual de que a melhoria das relações com a Índia é fundamental não só para o desenvolvimento econômico e social, mas, no limite, até para a própria sobrevivência no país.

As relações com Afeganistão são delicadas na medida em que a fronteira entre os dois países é porosa, o que faz com que haja essa questão de grupos extremistas se movendo através da fronteira. É importante que a estabilidade no Afeganistão exista para que também o país possa estar mais tranquilo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tem se aproximado do Irã e também da Arábia Saudita. A Arábia Saudita mantém um fluxo de ajuda importante ao Paquistão e também de remessas de trabalhadores paquistaneses que lá vivem.

Eu mencionei a questão da Caxemira e voltaria um pouco a ela porque ela é estratégica para o Paquistão. Uma das razões pelas quais ela é estratégica é justamente porque vem da Caxemira boa parte da água de que o Paquistão precisa. Então, o Indo vem da Caxemira e irriga os seus tributários, correndo, a partir da Caxemira, que forma uma fonte importante de água potável para o País.

Além disso, a rota da seda – a nova rota da seda – passa pela Caxemira também, o que, do ponto de vista econômico, é muito importante. Além disso, faz com que a China seja um aliado muito importante, inclusive, hoje em termos de diplomáticos e militares. Na medida em que os Estados Unidos se afastaram, iniciaram um processo de afastamento do Paquistão, a China acabou ocupando esse espaço, obviamente, até com maior intensidade, pois são países vizinhos.

(*Soa a campainha.*)

O SR. OLYNTHO VIEIRA – Já acabou?

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS. *Fora do microfone.*) – Vamos lá.

O SR. OLYNTHO VIEIRA – Perdoem-me, planejei mal.

Posso dizer que as relações entre o Brasil e o Paquistão são cordiais. O Brasil foi o primeiro país latino-americano a reconhecer o Paquistão. O Paquistão estabeleceu sua embaixada aqui no ano seguinte, em 1952; o Brasil, em 1951. Há uma relação comercial modesta, no meu entendimento. Quer dizer, nós falamos em pouco mais de US$600 milhões por ano, sendo que o saldo entre exportações e importações é favorável ao Brasil na ordem US$550 milhões, de modo que há um espaço grande para melhorarmos essa relação. O Brasil ainda exporta basicamente soja e produtos primários e importa algodão e alguns produtos industrializados do Paquistão.

Há muito espaço para melhorarmos, há espaço para cooperação. Eu acho que, dado desse problema da água problema e a questão da agricultura, nós temos tecnologia, temos conhecimento, que eventualmente poderíamos colocar à disposição do Paquistão para uma promoção do desenvolvimento.

Acho que, em linhas gerais, Sr. Presidente, poderia ser isso. Espero ter satisfeito e ter a honra de ser aprovado por esta Comissão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Dando prosseguimento à arguição, agradecemos as colocações feitas pelo Embaixador Olyntho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Abro a palavra para que algum Senador...

Senador Anastasia, V. Exa. tem a palavra.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG) – Muito obrigado.

Sr. Presidente, eminente Senador Nelsinho Trad; Senador Marcos do Val, Sr. Vice-Presidente; eminente Embaixador Olyntho Vieira; Srs. Senadores e Sras. Senadoras; senhoras e senhores, na qualidade de Relator, Sr. Presidente, da arguição do Embaixador Olyntho, eu gostaria, em primeiro lugar, de cumprimentar S. Exa. pela sua exposição meticulosa e detalhada, tendo em vista que se trata, como ele próprio se referiu no início da sua abordagem, de um país distante do Brasil e, por isso mesmo, até pouco conhecido na nossa realidade, mas de suma importância não só, como disse S. Exa., pela sua população, mas, sobretudo, pela história que encerra.

É bom lembrar que, no século XIX, o Império Russo e a Grã-Bretanha disputavam a região no chamado Grande Jogo, e, desde então, nós temos um acompanhamento muito ativo dessas questões. V. Exa. bem pondera que os Estados Unidos deixam sua influência famosa em relação ao Paquistão, já que a Índia tinha uma ligação maior com a então União Soviética. Agora, a China se aproxima, já que há um antagonismo histórico tão bem conhecido entre a China e a Índia. Então, ali é uma posição de observação estratégica fundamental para o futuro da humanidade. Falamos de potências nucleares, de nações que, lamentavelmente, entraram em guerra recentemente.

O subcontinente indiano, o antigo Raj britânico, representa uma população que ultrapassa a da China hoje em número de pessoas. É uma potência econômica reconhecida. E, de fato, como também bem lembrou V. Exa., tem uma população, a bem da verdade, pobre na sua maioria, mas ela é pigmentada por valores extraordinários especialmente na área da informática. Paquistaneses altamente qualificados, quer nos Estados Unidos e no Canadá, quer no Reino Unido, destacam-se pelo conhecimento matemático e na área da informática e, portanto, apresentam, naquele país, como também na Índia, uma evolução econômica bastante especial.

Como V. Exa. também se manifestou, é um país muito populoso, que, por isso mesmo, acaba sendo um alvo prioritário para os nossos mercados econômicos. Evidentemente, por ser uma nação muçulmana, eles têm algumas restrições alimentares, o que estimula a nossa exportação, especialmente na área de frangos. E, evidentemente, nós temos aí um mercado consumidor ávido, o que pode ser um trabalho de V. Exa., em comunhão com os demais Ministérios, por se tratar de um mercado ativo e interessante para o Brasil num futuro próximo.

Por outro lado, na questão política, a proximidade com o Paquistão é muito importante, porque vai se tornar o país muçulmano mais populoso, como V. Exa. também coloca. E é um país que não está, pelo menos neste momento, sob inspiração de nenhum partido islâmico radical. Por isso mesmo, não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

há lá uma irmandade muçulmana no modelo egípcio, e mesmo não está o governo num modelo turco de aproximação muito forte com as questões da religião islâmica. Por isso, é importante essa proximidade, favorecendo os valores da democracia, já que é um país muito populoso, com instituições democráticas, a despeito de alguns incidentes, como lembrou V. Exa., como o assassinato da ex-Primeira-Ministra Benazir Bhutto, ainda nos tempos do Marechal Zia-ul-Haq, que governou com mão de ferro por tantos anos aquele país.

Por isso, há essa percepção do Brasil da relevância do Paquistão em termos econômicos e políticos, porque sabemos que a encruzilhada da humanidade e grandes debates econômicos passam hoje pelo Oriente, quer pela China, quer pelo subcontinente indiano, englobando a Índia, o Paquistão e o Afeganistão.

V. Exa. também será Embaixador cumulativamente, como afirmei no relatório e como assim indicou Sua Excelência o Presidente da República, no Afeganistão e no Tajiquistão. O Tajiquistão é um país menor, recente, oriundo da antiga União Soviética, talvez sem maiores problemas conhecidos. O Afeganistão é um barril de pólvora. Está lá o famoso Talibã, um governo que mistura a influência americana, Talibã, religião, democracia e uma guerra terrível recentemente. É um país que sofre demais. Àqueles que não leram *O Caçador de Pipas* é sempre bom lembrar: é um livro muito belo que mostra como Cabul era uma cidade agradável e se transformou numa sucursal do inferno nos últimos anos.

Desse modo, V. Exa. certamente terá ali um papel relevantíssimo, não só como emissário da paz, que é a posição do Brasil – na nossa Constituição está o princípio da paz entre os povos –, mas, sobretudo, em função dessa possibilidade econômica que se coloca na região do antigo Hindi, que reúne todo o vale do Industão, incluindo o Paquistão.

Quero reiterar a V. Exa., portanto, meus votos de sucesso, V. Exa. que deixa agora Montreal, onde estava na Organização da Aviação Civil, e segue para Islamabad.

Aliás, Sr. Presidente, o Paquistão imitou o Brasil: a capital antiga, Karachi, foi substituída por Islamabad, que foi construída, à semelhança de Brasília, no interior para ser a nova capital da república.

Gostaria só de fazer uma única indagação. No seu sentir, por meio dos estudos que realizou em relação ao seu novo posto no Paquistão, há no horizonte alguma possibilidade de iniciar-se lá, de fato, à semelhança do que acontece agora na Argélia e do que aconteceu no Egito e na própria Turquia, um partido islâmico mais radical, num país tão populoso e, portanto, com antagonismo maior com a Índia? Há os episódios da Caxemira, a que V. Exa. se referiu, e, na semana passada, já tivemos queda de aviões, bombardeio na fronteira. Isso poderia agravar ainda mais o quadro que leva a uma instabilidade política, e a instabilidade política naquela região leva a uma instabilidade econômica no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mundo inteiro, e nós também, evidentemente, sofreríamos nesse caso. Portanto, atenção redobrada é sempre adequada.

É a indagação que permanece, portanto, para V. Exa., cumprimentando-o pela exposição e desejando-lhe muito êxito na missão que certamente irá realizar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Com a palavra o Embaixador Olyntho para responder os questionamentos do nobre e dileto Senador Antonio Anastasia.

O SR. OLYNTHO VIEIRA – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Senador Anastasia, eu gostaria, em primeiro lugar, de agradecer pelo seu relatório, que foi muito preciso, muito claro. Agradeço suas palavras, são impecáveis suas observações, são muito pertinentes, muito importantes.

Eu mencionaria, talvez, alguns pontos.

V. Exa. mencionou essa questão da informática. É muito engraçado – e aqui me permito voltar um pouco a tempos atrás – o desconhecimento do país. Imagina-se que seja um país que não tenha acesso à informação e tudo mais, mas é o contrário: é um país que tem boas universidades, teve quatro ganhadores do Prêmio Nobel em toda a sua história. Então, não é desprezível. Realmente, na área de desenvolvimento das matemáticas, é muito importante.

Eu recordaria que o setor de serviços está crescendo e ocupa 58% já do PIB, de modo que essa questão de informática e serviços correlatos, como *call centers*... Eu me permito lembrar aqui que já fui acordado no meio da noite no Canadá por chamada de *call center* vinda desse lado do mundo. Então, é um setor de serviços interessante.

A questão do mercado: eu acho que sim. Nosso intercâmbio é modesto e ainda muito limitado a produtos sem grande valor agregado. Acho que podemos crescer.

Não mencionei aqui, mas existe uma área importante do setor de mineração que talvez pudéssemos explorar em conjunto também. O Paquistão hoje detém uma as maiores ou principais reservas de carvão do mundo, que, transformados em energia, equivaleriam a 50 bilhões de barris de petróleo; maior do que Arábia Saudita, Venezuela, todos juntos. Então, há um potencial muito grande e muito pouco explorado ou quase nada explorado.

V. Exa. mencionou a questão do partido islâmico, de uma possibilidade de termos um partido islâmico. Por tudo que andei estudando e vendo, parece-me que isso é muito difícil. Por um lado, porque os serviços de inteligência das Forças Armadas são muito poderosos, muito fortes e mantêm

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um controle muito grande de todo esse tipo de movimentação. Em segundo lugar, nós ocidentais tendemos a ver o Islã como um bloco monolítico, e ele não é. O Paquistão tem, como todos os outros, mas são milhares de denominações diferentes dentro do grande arcabouço do Islã, de modo que é muito difícil que haja uma convergência de interesses em torno de uma ideia desse tipo. Então, parece-me, pela minha avaliação, que isso seria muito difícil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Com a palavra...

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG) – Sr. Presidente, pela ordem, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Pela ordem...

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG. Pela ordem.) – Faço uma sugestão, se houver a aquiescência dos nossos pares e a compreensão e a permissão de V. Exa., de autorizar a abertura do painel de votação, tendo em vista que alguns Senadores têm outras reuniões e missões. Como o quórum, apesar de estar ótimo hoje, costuma ser difícil, sugiro a V. Exa. permitir a abertura desde logo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Sugestão acatada pela Mesa.

Submeto-a à apreciação dos nobres Senadores.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a sugestão do Senador Anastasia.

Abro o processo de votação, por votação eletrônica.

Aqueles que concordam com a indicação do Embaixador...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – A votação, à direita, não é? À direita... Votem "sim" – é uma urna eletrônica. Os que não concordam votam "não".

Então, está aberto o processo de votação.

Com a palavra o Senador Flávio Bolsonaro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - RJ) – Sr. Presidente, Nelsinho Trad; Sr. Vice-Presidente, Marcos do Val; Exmo. Sr. Embaixador Olyntho Vieira, eu não tenho indagações a fazer. Quero apenas aqui parabenizá-lo pelo profundo conhecimento da região complexa onde o senhor vai representar o nosso País, com uma cultura completamente diferente; um país como o Paquistão, majoritariamente islâmico, com costumes e hábitos bastante singulares, diferentes de nós do ocidente; uma região com um posicionamento geopolítico estratégico.

Então, é apenas para desejar sorte. Que Deus o ilumine nessa jornada. Que o senhor possa ter sucesso na ampliação das relações comerciais entre os países, identificando as necessidades de ambos os lados, quando for possível chegar-se a um consenso, e também usando essa habilidade, como o senhor já demonstrou ter para a elaboração de relatórios que permitam ao nosso País, Brasil, ter posicionamentos estratégicos e se antecipar a possíveis problemas e evoluir onde for possível nessa relação diplomática também. Então, sucesso a V. Exa.

Vou ali para a cabine dar o meu voto favorável ao nome de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradeço a colocação do Senador Flávio Bolsonaro.

Passo a Presidência ao Senador Marcos do Val para proceder à minha votação.

Com a palavra o Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para interpelar convidado.) – Sr. Presidente... Srs. Presidentes, no caso, Sr. Embaixador, Senadores, em primeiro lugar quero cumprimentar o Senador Anastasia pelo relatório, que esgota o assunto que é da nossa competência.

Faço minhas as palavras do Senador Flávio Bolsonaro no tocante à competência do Embaixador Olyntho Vieira e chamo atenção para o papel estratégico da região, reforçando aquilo que V. Exa. já frisou. Se nós formos considerar Paquistão e Afeganistão, sem excluir o Tajaquistão, constituíram o umbigo da rota da seda e também o umbigo também do trânsito da peste negra rumo à Europa, que não dizimou; cobrou a meia da população da Europa da época. Não foi o dízimo; foi 50%; 75% no sul e 25% no norte da Europa. Então, é uma rota que tanto serve à troca de informações...

Foi a primeira grande rede mundial. No livro do Niall Ferguson *A praça e a torre*, a praça são as redes sociais de hoje, e a torre é a hierarquia que alguns acham que vai resistir. A rota da seda representa esse primeiro grande fluxo de globalização. Então, V. Exa. está escalado para um dos umbigos do mundo, porque a Gaia é muito forte, tem muita vida e tem mais de um umbigo. Esse é um umbigo do mundo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E essa preocupação externada na indagação do Senador Anastasia ocorre a todos nós. Muitas vezes as interferências do Ocidente, desastradas, eliminam um regime laico e favorecem difusamente, anarquicamente radicalizações religiosas. Não vou fazer o retrospecto, porque V. Exa. sabe bem do que estou falando. Então, acho que a sua presença com a sua experiência vai nos ajudar a termos um olhar pragmático, porque nós não somos candidatos a ser *player* desse predomínio, dessa hegemonia, mas temos de vislumbrar, seja no campo energético, seja no campo da tecnologia da informação. Afinal, Paquistão é parte da grande Índia, junto com Bangladesh. Então, essa grande Índia hoje teria uma população de 1,7 bilhão de habitantes; essa é a grande Índia, que era a joia da coroa britânica até o final da Segunda Guerra Mundial.

Então, eu desejo sinceramente que a sua missão seja coroada de êxito, que essa visão pragmática de como nos inserir nesse contexto nevrálgico do mundo... É nevrálgico. Se incluirmos o Nepal aí, isso é uma... E, em compensação, um pouco mais a leste, se incluirmos o Butão, lá no Himalaia, iremos descobrir o país que inventou ou fez com que nós ocidentais reconhecêssemos que um país pode ter produto felicidade nacional bruta. Foi lá que eles criaram esse índice: felicidade nacional bruta, recentemente adotado pela Fundação Getúlio Vargas, no Brasil. Nós importamos lá daquela região que tantos ensinamentos já deu a quem é mais atento na humanidade.

Então, desejo-lhe muito êxito. Mande notícias para a nossa Comissão. Mande notícias da sua missão, das frestas, das portas e das janelas que certamente serão abertas pela sua visão profissionalmente percuciente nesse campo.

Não tenho nenhuma indagação, a não ser que o senhor queira detalhar um pouco mais como é que nós podemos impedir, pelo menos na torcida, o radicalismo. E indago se V. Exa. já leu o livro *Confronto de fundamentalismos*, do Tariq Ali, que é o meu autor preferido lá do Paquistão?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradecemos as colocações do Senador Esperidião Amin.

Com a palavra o Senador Telmário Mota.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR. Para interpelar convidado.) – Sr. Presidente, primeiro quero saudá-lo, bem como o Senador Marcos, Vice-Presidente; e o Embaixador Olyntho Vieira, que aqui muito bem fez sua exposição. Sem nenhuma dúvida V. Exa. tem um grande desafio pela frente, mas é um homem que está preparado para essa missão. Percebemos que V. Exa. vai ser Embaixador praticamente em três países que têm suas peculiaridades e são antagônicos em alguns pontos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero parabenizar o Senador Antonio Anastasia, que sempre com maestria, enobrecendo esta Casa, fez um belíssimo relatório e mais do que isso um histórico, colaborando com V. Exa. na exposição da importância dessa Embaixada naqueles países. E naturalmente eu quero aproveitar e desejar muito sucesso nesse novo trabalho e sem nenhuma dúvida estreitar essa relação do Brasil com o Afeganistão, dada a sua população, a sua carência por ser um país mulçumano. Inclusive, nós temos um setor produtivo primário e será mais um grande campo de mercado, considerando que a nossa relação comercial ainda é muito pequena. E V. Exa. está preparado para essa nova empreitada e conta com o meu voto.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Com a palavra o Senador Angelo Coronel.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA. Para interpelar convidado.) – Sr. Presidente; Sr. Vice-presidente, Senador Marcos do Val; Sr. Embaixador; eu ouvi aqui atentamente dois professores de grande conhecimento do mundo. Ao estar numa Comissão com o Senador Anastasia e com o Senador Esperidião Amin, só aprendemos.

Mas eu não poderia deixar de questionar o nosso futuro Embaixador do Paquistão, porque eu sei que o Brasil tem laços benéficos com o Paquistão. Então, eu gostaria de saber, Embaixador, o que nós temos para levar ou para trazer daqui para lá e de lá para cá? Quais são os avanços que V. Exa. estima dessa união Brasil e Paquistão.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradeço as colocações do Senador Angelo Coronel e passo a palavra ao Embaixador para responder as colocações feitas pelos oradores que nos antecederam.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Se V. Exa. permitir – Flávio Arns –, eu já faria a minha indagação, e até para facilitar, se for possível...

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Perfeitamente.

Com a palavra o Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR. Para interpelar convidado.) – Eu quero me somar também à manifestação anterior, enaltecer as falas do Senador Antonio Anastasia, e o relatório também maravilhoso, muito bom, do Senador Esperidião Amin.

Só gostaria de perguntar ao nosso futuro Embaixador também lá, porque já Embaixador é hoje... O que me parece é que nós, como população, conhecemos muito pouco do Islã, do Islamismo, e isso dá margem a muitas incompreensões, discussões... Nós não temos o costume, a cultura, o hábito de nos aprofundarmos na religião, nos costumes, nos trajes, nas comidas... Em função disso, muitas incompreensões, conflitos e guerras acontecem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu penso que um dos nossos desafios é a aproximação do Oriente e do Ocidente, vamos dizer assim, em termos da cultura, da língua, das iniciativas. Eu sempre me preocupei muito com isso, porque, no Estado do Paraná, eu recebia as delegações estrangeiras e sempre falava isso para as pessoas vindas de países em que o Islamismo também era a corrente principal.

O que o senhor sugere que a gente possa... Como o senhor pensa sobre esse assunto? O que podemos fazer? Porque nós temos aqui a Comissão de Educação, Cultura e Esportes. Relações Exteriores, obviamente que é esta Comissão. Mas para que nós pudéssemos, como povo, como país, nos debruçar sobre isso, abrirmos mais essa possibilidade. Eu próprio teria muito interesse em conhecer mais. É claro que a gente pode ler, olhar na internet, nisso naquilo, mas, como iniciativas oficiais, importantes, à disposição do povo... O senhor que está indo agora para lá também... A gente ama aquilo que a gente conhece, mas a gente não conhece – entre aspas – "nada" da cultura. A gente conhece pouco da cultura, da língua. Então, eu gostaria de saber a impressão do senhor sobre caminhos que possam ser percorridos nesse sentido.

Quero parabenizá-lo também e dizer que todos nós, sem dúvida, estamos à disposição para colaborar na empreitada importante que o senhor desenvolverá naqueles países.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Com a palavra o Embaixador Olyntho Vieira.

O SR. OLYNTHO VIEIRA – Muito obrigado, Presidente. Eu agradeço as intervenções do Senador Bolsonaro, do Senador Amin, do Senador Telmário Mota, do Senador Angelo Coronel, do Senador Arns.

Objetivamente, o Senador Angelo Coronel pergunta o que nós podemos incrementar, quer dizer, se eu entendi bem a questão, como tornar mais intenso esse relacionamento. Eu entendo que há um grande grau de complementaridade entre nossas economias, apesar da distância. Nós temos uma distância razoável, mas eu acho que é possível haver uma complementação em áreas em que eventualmente os custos de transporte possam ser diluídos, seja com bens de maior valor agregado ou, talvez, com granéis.

Há um interesse da parte paquistanesa, até onde nós sabemos, em se aproximar do Brasil, muito em função daquilo que foi dito também, na medida em que eles precisam diversificar as suas relações com parceiros extrarregionais, porque isso também lhes assegura um pouco mais de tranquilidade, mais segurança. Por outro lado, me parece que há espaço para a criação de parcerias.

Volto a falar da questão da complementaridade. Por exemplo, na pauta de exportações e de importações, consta o algodão. Então, nós vendemos algodão e compramos algodão. É engraçado, mas deve fazer algum sentido econômico, porque senão não aconteceria. Por outro lado, a indústria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de confecção paquistanesa é importante. Então, é possível que nós exportemos algodão e importemos vestuário, pode ser.

A indústria do algodão, como nós sabemos, no Brasil, é muito interessante, porque se vê que ela caminhou pelo País. Eu me lembro de que eu era criança ainda e se falava que Sorocaba era a Manchester brasileira, porque a indústria têxtil estava lá já acabando e foi se movimentando. Hoje está muito concentrada no Nordeste do País.

Então, o algodão eu acho que é um elemento interessante do ponto de vista econômico, da análise dos ciclos econômicos e tudo o mais. Parece-me que, por exemplo, poderíamos desenvolver mais parcerias nesse setor. A nossa mão de obra está ficando cara. A deles, ainda não. Então, pode ser. Enfim, eu acho que pode haver complementaridade. E em setores de tecnologia, como já foi mencionado aqui. Talvez também uma própria cooperação, intercâmbio de estudantes de um país para o outro. Eu acho que seria interessante. Enfim, há um espaço muito grande.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. OLYNTHO VIEIRA – Frango não falta. Exatamente. Carnes em geral.

E Senador Arns, o senhor me colocou numa situação muito difícil. (*Risos.*)

É um tema extremamente complexo, mas eu acho que, sim, eu entendo o que o senhor disse, acho que há um desconhecimento muito grande, como o senhor bem mencionou. Nós temos que nos abrir mais e ser menos de todos os lados. Acho que há muito a questão do preconceito no sentido das ideias. O desconhecido faz com que as pessoas tenham já ideias bem definidas a respeito do desconhecido. Agora, existe todo um esforço, nós sabemos que já há um diálogo interreligioso e tudo mais, quer dizer, os líderes, os grandes líderes religiosos me parece que... Me parece, não; têm feito. Se nós olharmos a História, nós vamos ver... O Papa Roncalli nos anos 30. Então, há um diálogo importante.

Eu acho que seria isso. Nós temos que estar abertos para compreender o outro, sem preconceito, e esperamos que isso aconteça dos dois lados.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. OLYNTHO VIEIRA – Sim, por problema de educação talvez mais nas escolas e tudo mais.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradecemos as colocações do Embaixador Olyntho.

Apuração em reunião aberta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Consulto as Sras. Senadoras e os Srs. Senadores se continuaremos em reunião aberta para fazer a apuração da votação do Embaixador.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Determino à Secretaria que proceda à apuração.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Apuração, votação, Embaixador Olytho Vieira: 10 votos SIM, nenhum NÃO. Confirmado.

Resultado: o Sr. Embaixador Olyntho Vieira indicado ao cargo de Embaixador do Brasil na República Islâmica do Paquistão e cumulativamente junto à República Islâmica do Afeganistão e a República do Tajiquistão por 10 votos SIM e nenhum NÃO.

Agradecemos...

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Pois não.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Pela ordem...

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG. Pela ordem.) – Eu pediria urgência para envio ao Plenário por gentileza, requerimento de urgência para envio ao Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Sim, perfeitamente, deferido.

Agradecendo a presença do indicado, manifesto os nossos cumprimentos, desejando-lhe êxito na honrosa missão e colocando esta Comissão à disposição para o engrandecimento das relações diplomáticas e econômicas entre os nossos países.

Coloco em votação o requerimento de urgência proposto pelo Senador Anastasia.

EXTRAPAUTA

ITEM 3

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO Nº 9, de 2019

- Não terminativo -

Nos termos do art. 336, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro urgência na tramitação da Mensagem nº 3, de 2019, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor OLYNTHO VIEIRA, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Islâmica do Paquistão e cumulativamente, junto à República Islâmica do Afeganistão e à República do Tajiquistão, para que se proceda à deliberação da matéria pelo Plenário desta Casa.

Autoria: Senador Antonio Anastasia

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Antes de passar à segunda parte da pauta, gostaria de suspender a reunião temporariamente para os cumprimentos e a despedida ao Embaixador. (*Pausa.*)

(*Suspensa às 11 horas e 35 minutos, a reunião é reaberta às 11 horas e 38 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Reabro a reunião.

Passando agora à segunda parte da pauta deliberativa.

2ª PARTE

ITEM 1

REQUERIMENTO Nº 7, de 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir e esclarecer os empréstimos feitos pelo Brasil à Venezuela entre os anos de 2003 e 2016, diretamente pela União ou por meio de entidades do sistema financeiro, como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Comunico ainda que, por meio do requerimento de nº 6/2019 - CTFC, audiência pública de mesmo teor foi aprovada na Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Consumidor no dia 26/02/19. Assim, solicito realização conjunta de ambas as Comissões para debater o tema.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. Presidente do TCU, Ministro José Múcio Monteiro; 2. Presidente do BNDES, Sr. Joaquim Levy.

Autoria: Senadora Soraya Thronicke e outros

Subscrevo o requerimento, Senador Nelsinho Trad.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação a matéria.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Passamos ao Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional nº 8, de 2019.

ITEM 2

REQUERIMENTO Nº 8, de 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 73 do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de Subcomissão Temporária, composta de 5 (cinco) membros titulares e igual número de suplentes, para, no prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, acompanhar a situação na Venezuela.

Autoria: Senador Marcio Bittar e outros

Consta também que este Senador, Nelson Trad Filho, está subscrevendo-o.

Antes de iniciar a discussão da matéria, informo que, na forma do inciso IV do art. 89 do Regimento Interno, o número de membros dessa Subcomissão Temporária será de seis titulares, com igual número de suplentes.

Em discussão a matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Tem a palavra o Senador Telmário, para discutir a matéria.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR. Para discutir.) – V. Exa. sabe que essa crise na Venezuela tem afetado substancialmente o Brasil e também o próprio Estado de Roraima, que é o meu Estado, o Estado que eu represento aqui.

Roraima tem uma relação centenária, bem como o Brasil, com a Venezuela. Em 2018, o Brasil exportou para a Venezuela US$576 milhões e de lá importou US$170 milhões, o que deu um saldo, um superávit da ordem de US$400 milhões. Está em 51ª posição de exportação do País, porque houve uma queda substancial.

Por outro lado, nós sabemos que a Venezuela, na América do Sul, sempre foi um país que teve uma posição privilegiada, junto com o Chile, com uma qualidade de vida melhor do que a de outros países em todos os aspectos. Mas, com essa crise socioeconômica e política que vem vivendo, aquele país caiu naturalmente em todas essas condições e hoje é um país que está vivendo uma crise jamais vivida. Isso, além de afetar substancialmente o nosso País, está afetando o Estado de Roraima.

V. Exas. sabem que hoje Roraima é isolado da energia do Brasil. Nós somos o único Estado que não está interligado. A nossa energia vem da Venezuela, e o contrato é até 2020. Como a Venezuela viveu recentemente um grande apagão, do qual saiu ontem, essa energia foi suspensa por sete ou oito dias, e nós estamos vivendo da energia das termelétricas, com um valor insuportável para o Estado de Roraima e para o País, porque ela é subsidiada. Então, precisamos restabelecer essa ordem, essa questão energética.

Além disso, o calcário que hoje vai para o Estado de Roraima – é o setor primário que funciona – vem da Venezuela, o ferro vem da Venezuela. Em Roraima, em contrapartida, estamos tendo um prejuízo diário da ordem de US$5 milhões, que é a nossa exportação no comércio varejista, na coisa miúda, como eles chamam.

Por outro lado, além dessa relação comercial, nós temos uma relação cultural. Vários estudantes brasileiros, não só do Estado de Roraima, como do Amazonas e de outros Estados, estão hoje impedidos de ir e vir. E, também em Pacaraima, que é um Município na fronteira, há algo em torno de 2,1 mil alunos, e 500 alunos vêm da Venezuela, são filhos de brasileiros e venezuelanos que não estão frequentando a aula. O Município de Pacaraima não tem posto de gasolina. A gasolina que abastece o lugar vem da Venezuela. Então, é uma relação da maior importância nessa fronteira entre o Estado de Roraima e a Venezuela, entre o norte do País, o Estado de Roraima, e o sul da Venezuela, o Estado de Bolívar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse sentido, nós tivemos alguns encontros. Encontrei-me com o Governador de Bolívar, Justo Nogueira, na semana passada e com o comandante, Gen. Alberto Bermúdez, e ambos me confessaram que o Presidente Nicolás Maduro recomendou que não se deixasse faltar energia. Entretanto, com a queda, houve essa suspensão, que, acredito, vá ser restabelecida em dois ou três dias.

Quanto à abertura da fronteira: há um interesse muito grande da própria Venezuela em restabelecer isso, não só por parte do Governador de Bolívar, da fronteira, como do comandante. Também estive no consulado e falei com o Fred, que é o Ministro de Relações Comerciais, e também com a Irene, que é Conselheira, pessoas que estão comandando hoje a embaixada brasileira. E conversei hoje com o Cônsul da Venezuela, que está em Roraima. Ele está pronto também para restabelecer esse diálogo.

Então, assim que a Venezuela terminar... Eles estão substituindo o Prefeito de Santa Helena, que saiu nessa disputa interna que existe, e o Ministério Público o está substituindo. Segundo informações que tive hoje, assim que terminar essa etapa, eles já estão prontos para restabelecer, inclusive, a abertura da fronteira e essa questão energética.

Portanto, nós temos muito interesse em acompanhar esse trabalho, em intermediar esse diálogo, para que realmente possamos voltar a ter essa boa relação com o país venezuelano.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sr. Presidente.

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS) – Com a palavra o Senador Carlos Viana.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG. Para discutir.) – Muito obrigado.

Meu bom-dia e meu agradecimento. Saúdo a Mesa.

Esses dois últimos requerimentos têm uma importância muito grande dentro da tradição brasileira de uma diplomacia de não interferência, uma diplomacia de amizade, de trocas e, especialmente, de respeito à soberania. Se estudarmos um pouco a nossa história, veremos que a última grande disputa internacional que tivemos foi com relação à Guiana, com o Visconde do Rio Branco. O Brasil desejava a Guiana como parte do território português, mas a perdemos para os ingleses, e acabou que o nosso território se delimitou ao que está hoje, na água, como está. Nunca fomos um país de ameaçar vizinhos, e é muito importante essa tradição, que fez com que o Brasil conquistasse uma liderança na América do Sul que, no entanto, foi perdida nos últimos anos por visões diferentes de questões políticas, mas o respeito se mantém em relação ao nosso povo.

Primeiro, com relação à Senadora Soraya Thronicke, entendo ser da mais alta importância que seja esclarecido à população brasileira, de fato, quanto foi e de que maneira foram usados os recursos que nós brasileiros disponibilizamos para investimentos no país vizinho, a Venezuela, até para que nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

possamos desmentir ou confirmar tantas informações que circulam hoje no País, desencontradas, sobre como esse dinheiro foi utilizado lá fora. É bom que se prestem contas ao contribuinte brasileiro de quanto nós gastamos e se, de fato, isso foi correto ou não foi. O BNDES tem que nos prestar contas sobre isso, tem que abrir isso ao povo brasileiro, e nós temos que saber. Então, penso que o requerimento é muito interessante para esclarecer a quem sustenta as contas deste País, que é o nosso contribuinte.

E, na questão sobre a Comissão, quero lembrar bem a importância, Senador Telmário, de que nós não estamos, em momento algum, dentro dessa Comissão – conversei ontem com o Presidente, meu companheiro de partido, Nelsinho Trad... Nós temos relações diplomáticas e de amizade com o povo venezuelano. As questões internas do Governo Maduro, essas questões internas serão resolvidas pelos venezuelanos. Eles é que têm que...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – ... pelas instituições deles. Mas nós, como povo irmão, pela relação que temos centenária, o Brasil tem que dar uma colaboração e, inclusive, estar pronto. Se nós formos chamados, por exemplo, quem sabe, a um diálogo de paz, a um diálogo na Venezuela para que os dois lados possam encontrar uma saída institucional, uma saída pacífica; se o Governo atual e o Governo de Juan Guaidó solicitarem a nós brasileiros, o Senado tem que estar pronto a oferecer essa ajuda de imediato para que a população venezuelana possa voltar a ter paz, para que as nossas relações comerciais possam se estabelecer, e, naturalmente, o Estado de Roraima, pelo qual tenho uma grande curiosidade, Senador Telmário... É o único Estado brasileiro que tem cavalo selvagem, o senhor sabia disso? É o único Estado brasileiro que tem cavalo selvagem, porque metade é a Amazônia, para baixo, e metade para cima as planícies lá do...

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR. *Fora do microfone.*) – É o Parque do Lavrado, como chamam. É uma savana.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Tenho muita curiosidade de conhecer.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR. *Fora do microfone.*) – Está convidado.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Muito obrigado.

Entendo que essa Comissão é muito importante para que a nossa resposta possa ser imediata, em amizade ao povo venezuelano e em hipótese alguma como sinônimo de interferência em um Estado soberano como é o Estado da Venezuela.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Continua em discussão. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG. Para discutir.) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Senadores.

É tão somente para corroborar e cumprimentar a iniciativa de V. Exa., Senador Marcio Bittar, de realizar essa Subcomissão.

Na realidade, como o Senador Telmário expôs muito bem e da mesma forma o Senador Carlos Viana, é um problema que hoje preocupa a nós todos, não só pela relação umbilical que o Estado de Roraima – que já tive a honra de visitar tantas vezes, Senador Telmário, e pelo qual tenho muito apreço – tem com a Venezuela, mas também pela questão geopolítica da América Latina. Brasil e Venezuela são nações importantíssimas, têm um relacionamento mais que histórico, e é evidente que essa crise política que acontece lá, com o seu desdobramento humanitário, preocupa muito, até porque recebemos também refugiados. Então, a Subcomissão do Senado terá, como bem colocou o Senador Viana, um papel moderador, de ponderação, de tentar obter de fato um processo adequado, preservando a autodeterminação, mas ao mesmo tempo ponderando.

Eu acho que essa posição do Senado é adequada e a Subcomissão terá um trabalho muito exitoso nessa linha, e por isso receberá o nosso aplauso e o nosso endosso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Continua em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Permita-me, Sr. Presidente, um complemento.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Senador Carlos Viana.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Nessa questão, Senador Anastasia, inclusive, o Senador Telmário Mota tem sido uma voz muito firme aqui. O Brasil sempre foi um país que recebeu bem o fluxo imigratório. Nós recebemos, são bem-vindos. O País tem por obrigação, inclusive, legal abraçar o fluxo imigratório, claro que dentro de uma política de controle, de segurança nacional. Nós não podemos simplesmente receber, nós temos que saber quem são, mas nós temos que abraçar.

E hoje nós precisamos que a Comissão também – quero deixar aqui a sugestão, Senador Telmário – possa se debruçar na questão das ajudas a Roraima para enfrentar esse desafio.

São muitos os que vêm buscar refúgio, e o Estado hoje não tem condições de pagar, de manter sozinho uma estrutura, o que gerou, inclusive, conflitos muitos ruins entre a população e os que vieram em busca de ajuda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Comissão pode colaborar muito para que a gente mantenha essa tradição de país amigável ao imigrante, ao refugiado, o Brasil como pátria de todos.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Instalação da Subcomissão.

Vamos proceder à imediata instalação dessa Subcomissão Temporária para acompanhar a situação na Venezuela.

Antes, porém, gostaria de informar a presença da Embaixadora designada pelo Presidente interino Juan Guaidó, Maria Teresa Belandria, que se encontra presente acompanhando os nossos trabalhos.

Antes de proceder à instalação, está em votação a matéria.

As Sras. e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Procedendo à imediata instalação desta Subcomissão Temporária, na forma do inciso IV do art. 89 do Regimento Interno do Senado Federal, atendemos à designação dos Srs. e das Sras. Senadores para comporem a Subcomissão. A designação foi feita pelos blocos que compõem a nossa Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Titulares: Senadores Marcio Bittar, Flávio Bolsonaro, Marcos do Val, Telmário Mota, Carlos Viana e Chico Rodrigues.

Suplentes: Senadores Mecias de Jesus, Soraya Thronicke, Jaques Wagner, Nelsinho Trad, Randolfe Rodrigues e Marcos Rogério.

Eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Subcomissão.

Informo aos Srs. Senadores que a chapa recebida até o momento figura com a seguinte composição: Presidente, Senador Telmário Mota; Vice-Presidente, Senador Marcio Bittar.

Não havendo mais indicações, consulto as Sras. e os Srs. Senadores se podemos proceder à eleição por aclamação. (*Pausa.*)

Não havendo objeção, declaro eleitos, por aclamação, o Presidente e o Vice-Presidente da Subcomissão Temporária, respectivamente, Senador Telmário Mota e Senador Marcio Bittar. (*Palmas.*)

Passo a palavra ao Senador Telmário Mota para fazer as suas considerações.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – Presidente, primeiro quero agradecer à Comissão e aos Senadores a compreensão e dizer que a nossa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

missão é conjunta, unitária e que, apesar de terem sido selecionados, a princípio, seis titulares e seis suplentes, toda Comissão tem voz, tem opinião, tem sugestão. É nesse caminho que nós vamos buscar com os irmãos venezuelanos – inclusive, eu tenho sobrinhos venezuelanos e que moram na Venezuela – a paz.

Vou conversar com a Embaixadora daqui a pouco para a gente tentar buscar esse entendimento.

Naturalmente, a gente vai respeitar profundamente a decisão do povo venezuelano e as instituições venezuelanas, mas esta Comissão, como bem disseram os outros Senadores – e V. Exa. encaminha nesse sentido – tem o caráter exatamente de buscar a união, a paz, a integração e, sobretudo, a unidade entre os dois países e a harmonia naquela fronteira, que é do que o povo precisa.

Sabemos que nós temos a grande acolhida dos venezuelanos no Estado de Roraima. E eu sempre digo, Senador Antonio Anastasia, que um país não cabe dentro de um Estado, muito menos dentro de um Município. Precisamos tomar providências!

Muito obrigado pela confiança.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradecemos ao Presidente da Subcomissão, Telmário.

Antes da deliberação das atas das reuniões realizadas, apenas alguns informes oriundos da nossa Assessoria da Comissão.

Alguns destaques internacionais.

1. Visita do Presidente do Paraguai, Mario Abdo Benítez, ao Brasil.

Foi realizado nesta semana, no Ministério de Relações Exteriores, evento em que o Presidente paraguaio foi recepcionado pelo Presidente Jair Bolsonaro, do Brasil. Ambos reafirmaram a intenção de trabalhar em projetos bilaterais estratégicos, como a Itaipu Binacional, o combate ao crime organizado e a crise humanitária que afeta a Venezuela.

De nossa parte, entregamos ao Presidente Abdo um documento que ressalta a importância de dar prosseguimento ao acordo que beneficia os dois países numa integração logística nas regiões de fronteira, mais precisamente, para os senhores e as senhoras tomarem conhecimento, a construção da ponte internacional que ligará a cidade brasileira de Porto Murtinho, em Mato Grosso do Sul, a Carmelo Peralta, no Paraguai. Essa ponte é uma das bases para a viabilização da chamada rota bioceânica, um traçado viário que dará acesso célere ao Pacífico e facilitará a logística para o escoamento de produção de ambos os países e dos demais parceiros regionais. Encurta em até 7,5 mil

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quilômetros marítimos a distância. Por outro lado, a bioceânica evidencia a importância estratégica continental do Paraguai como parceiro no âmbito do comércio internacional, e como plataforma logística nas relações com outros continentes.

2. ONU.

Relatório da ONU traz uma extensa análise científica sobre o futuro do Planeta até 2050. Com observações do mundo atual e projeções para o futuro, o Panorama Ambiental Global tem mais de 700 páginas e mostra o *status* dos sistemas de energia, alimentação e água. O texto será discutido em Nairóbi, no Quênia, amanhã, durante a 4ª Assembleia Ambiental das Nações Unidas, maior fórum mundial para as questões de meio ambiente.

Cura da aids via transplante.

Um avanço médico pode ser determinante para a cura da aids. Pesquisadores da Universidade de Londres anunciaram, na semana passada, o caso da segunda pessoa no mundo curada da doença a partir de transplante de medula óssea. É evidente que os pacientes tratados apresentam um quadro clínico muito peculiar, mas, de qualquer forma, isso nos dá esperança de que estamos muito perto da cura dessa doença que atinge cerca de 37 milhões de pessoas no mundo e cerca de 900 mil no Brasil.

Viagem do Presidente Bolsonaro aos Estados Unidos.

No próximo domingo, terei a satisfação, convidado que fui pela Presidência da República, de acompanhar o Presidente Jair Bolsonaro e sua comitiva em viagem aos Estados Unidos da América, representando esta Casa e esta Comissão, onde serão tratados acordos bilaterais, especialmente a cooperação na área da defesa, as políticas comerciais, o combate ao crime transnacional e a crise na Venezuela.

Deliberação das atas das reuniões realizadas.

Proponho ainda a dispensa da leitura e a aprovação da ata desta reunião, bem como as da 3ª e 4ª Reuniões, realizadas nos dias 21 e 27 de fevereiro de 2019, respectivamente.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Gostaria de agradecer à Assessoria, quem aqui esteve presente, o nosso Vice-Presidente, Marcos do Val, e demais Senadores.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 40 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 01 minuto.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 6ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 21 DE MARÇO DE 2019, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dez horas e doze minutos do dia vinte e um de março de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Nelsinho Trad, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores Mecias de Jesus, Jarbas Vasconcelos, Marcio Bittar, Esperidião Amin, Antonio Anastasia, Romário, Major Olimpio, Soraya Thronicke, Randolfe Rodrigues, Marcos do Val, Acir Gurgacz, Flávio Arns, Veneziano Vital do Rêgo, Jaques Wagner, Telmário Mota, Angelo Coronel, Carlos Viana, Paulo Paim, Paulo Rocha e Juíza Selma. Deixam de comparecer os Senadores Daniella Ribeiro, Mara Gabrilli, Kátia Abreu, Fernando Collor, Chico Rodrigues e Zequinha Marinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 238, de 2011 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha Relativo à Segurança de Informações Sigilosas, assinado em Madri, em 17 de setembro de 2007." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Antonio Anastasia. **Relatório:** Pela prejudicialidade. **Resultado:** Aprovado o relatório que passa a constituir parecer da Comissão pela prejudicialidade da matéria. **ITEM EXTRAPAUTA 2 - Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional nº 10, de 2019** que: "Senhor Presidente, requeremos, nos termos do art. 50, § 1º, da Constituição Federal, combinado com o art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado o Senhor MARCOS CESAR PONTES, Ministro de Estado do Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, para debater o novo Acordo de Salvaguardas Tecnológicas (AST), que permite o uso comercial da base de Alcântara, no Maranhão, pelos Estados Unidos." **Autoria:** Senador Marcos do Val e outros. **Resultado:** O Requerimento é lido e aprovado convidando o Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Marcos Pontes, para debater o novo Acordo de Salvaguardas Tecnológicas (AST), que permite o uso comercial da base de Alcântara, no Maranhão, pelos Estados Unidos da América. **ITEM EXTRAPAUTA 3 - Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional nº 11, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do artigo 55, inciso III, da Constituição Federal, combinado com os artigos 13 e 40, § 1º, II, "b" do Regimento Interno do Senado Federal, indicação da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional para representar o Senado Federal em missão oficial no exterior, em viagem aos Estados Unidos da América, no período de 25/04/2019 a 04/05/2019, com ônus para esta Casa." **Autoria:** Senador Marcos do Val. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 4 - Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional nº 12, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater questões relacionadas às mudanças climáticas e ao aquecimento global." **Autoria:** Senador Marcio Bittar. **Resultado:** O requerimento é lido e aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ainda, foi aprovada sugestão do Senhor Senador Esperidião Amin para que a Comissão de Meio Ambiente seja convidada a realizar esta Audiência Pública de forma conjunta com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. **ITEM EXTRAPAUTA 5 - Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional n° 13, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater os impactos de reformas da previdência social na economia global." **Autoria:** Senador Marcio Bittar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 6 - Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional n° 14, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir e esclarecer as consequências diplomáticas, econômicas e geopolíticas da condição - imposta ao Brasil pelo Governo Trump - de renúncia ao tratamento especial e diferenciado previsto para países em desenvolvimento na Organização Mundial do Comércio (OMC), como contrapartida ao apoio dos EUA à pretensão brasileira de ingresso na Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE)." **Autoria:** Senador Jaques Wagner. **Resultado:** O Requerimento é lido e aprovado com a inclusão dos seguintes convidados: Ministro de Estado da Economia, Paulo Guedes; Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Ernesto Araújo; Ministra de Estado da Agricultura, Tereza Cristina; e Representantes da Classe Empresarial brasileira. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Nelsinho Trad

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/03/21

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Bom dia a todas as senhoras e aos senhores, bom dia aos Srs. Senadores. Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a 6ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura do Senado da República.

Expediente.

Item 1.

ITEM 1

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 238, de 2011

- Não terminativo -

Aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha Relativo à Segurança de Informações Sigilosas, assinado em Madri, em 17 de setembro de 2007.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional

Relatoria: Senador Antonio Anastasia

Relatório: pela prejudicialidade.

Concedo, neste instante, a palavra ao Senador Antonio Anastasia, para proferir o seu relatório.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG. Para leitura de relatório.) – Muito obrigado.

Sr. Presidente, Senador Nelsinho Trad; Sr. Vice-Presidente, Senador Marcos do Val; Sras. e Srs. Senadores; senhoras e senhores, bom dia!

Sr. Presidente, como V. Exa. acaba de apregoar, trata-se de um relatório que conclui pela prejudicialidade. Desse modo, eu me abstenho da leitura relativa ao relatório e parto tão somente para a análise, com o objetivo de economia processual.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Verificamos que esta Casa já deliberou sobre o tema no exame do PDS nº 28, de 2017, que aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha relativo à Troca e Proteção Mútua de Informações Classificadas, assinado em Brasília, em 15 de abril de 2015. Aquela matéria foi remetida à análise do Congresso Nacional por meio da Mensagem Presidencial nº 488, de 19 de novembro de 2015. Na Câmara dos Deputados, tramitou como Projeto de Decreto Legislativo (PDC) nº 524, de 2016, e foi aprovado em 16 de fevereiro de 2017.

Nesta Casa, após apreciação pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, o PDS foi aprovado no Plenário em 24 de maio de 2017, tendo sido promulgado por meio do Decreto Legislativo nº 82, em 25 de maio de 2017. No plano interno, o acordo internacional entrou em vigor com a edição do Decreto nº 9.273, de 31 de janeiro de 2018, do Presidente da República.

Portanto, este PDS encontra-se prejudicado, nos termos do art. 334, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal.

Voto.

Pelo exposto, Sr. Presidente, opinamos pela declaração de prejudicialidade do PDS nº 238, de 2011, nos termos do art. 334, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal.

Portanto, Sr. Presidente, como a matéria já foi objeto de outro acordo que foi aprovado na Câmara e no Senado, este PDS perde seu objeto e está prejudicado.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Em votação o relatório.

Antes da votação, algum Senador quer discutir o relatório ora apresentado pelo Senador Antonio Anastasia? (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-lo, eu o coloco em votação.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam e que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, pela prejudicialidade do Projeto de Decreto Legislativo nº 238, de 2011.

Determino que a matéria vá à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

Nós temos dois requerimentos extrapauta. (*Pausa.*)

Encontra-se sobre a mesa o Requerimento 10, de 2019, de autoria do Senador Marcos do Val.

Consulto os Srs. Senadores se podemos incluí-lo para apreciação como item extrapauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Com a palavra o Senador Angelo Coronel

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) – Bom dia a todos!

Sr. Presidente, eu gostaria que, com a anuência, evidentemente, do Senador Marcos do Val, ao invés de convocação, seja transformado em convite ao Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – O Senador Marcos do Val já anuiu e será feito conforme o encaminhamento anteriormente já definido.

> Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.
> Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, inciso III, da Constituição Federal, combinado com o art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convocado – agora a palavra certa é convidado – o Sr. Marcos Cesar Pontes, Ministro de Estado do Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, para debater o novo acordo de salvaguardas tecnológicas que permite o uso comercial da Base de Alcântara, no Maranhão, pelos Estados Unidos.
> Autoria: Senador Marcos do Val e Senadora Eliziane, em conjunto.

EXTRAPAUTA

ITEM 2

REQUERIMENTO Nº 10, de 2019

- Não terminativo -

Senhor Presidente, requeremos, nos termos do art. 50, § 1º, da Constituição Federal, combinado com o art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado o Senhor MARCOS CESAR PONTES, Ministro de Estado do Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, para debater o novo Acordo de Salvaguardas Tecnológicas (AST), que permite o uso comercial da base de Alcântara, no Maranhão, pelos Estados Unidos.

Autoria: Senador Marcos do Val e outros.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado o requerimento extrapauta.

Encontra-se também sobre a mesa o Requerimento nº 11, de 2019, também de autoria do Senador Marcos do Val. Posteriormente, haverá outro do Senador Marcio Bittar.

Consulto os Srs. Senadores se podemos incluir para apreciação como item extrapauta.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

EXTRAPAUTA

ITEM 3

REQUERIMENTO Nº 11, de 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do artigo 55, inciso III, da Constituição Federal, combinado com os artigos 13 e 40, § 1º, II, "b" do Regimento Interno do Senado Federal, indicação da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional para representar o Senado Federal em missão oficial no exterior, em viagem aos Estados Unidos da América, no período de 25/04/2019 a 04/05/2019, com ônus para esta Casa.

Autoria: Senador Marcos do Val.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

As Sras. e Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado. (*Pausa.*)

O Senador Marcio Bittar tem dois requerimentos.

Seja bem-vindo!

O Senador Marcio Bittar apresenta o seguinte requerimento extrapauta:

EXTRAPAUTA

ITEM 4

REQUERIMENTO Nº 12, de 2019

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater questões relacionadas às mudanças climáticas e ao aquecimento global.

Autoria: Senador Marcio Bittar

Para tal audiência, o Senador propõe os seguintes convidados: o Sr. Luiz Carlos Molion, Professor das Universidades de Évora, de Portugal, e Western Michigan, dos Estados Unidos, pesquisador do Inpe; Sr. Ricardo Augusto Felicio, Professor do Departamento de Geografia da USP; e o Ministro Leonardo de Athayde, Diretor do Departamento de Meio Ambiente do Ministério das Relações Exteriores.

Justificativa:

> As discussões a respeito das mudanças climáticas e do aquecimento global tomaram proporções globais. Recentemente, o Acordo de Paris foi firmado por diversas nações para combater o [...] problema. Acontece que, diferentemente do que se tenta propagar, não existem conclusões definitivas do envolvimento do ser humano, como agente ativo e responsável, pelo aumento da temperatura no planeta e pelas mudanças observadas na biosfera.
> Em realidade, diversos pesquisadores, com pesquisas sérias e respeitadas, apontam para a manipulação e falsificação de dados e resultados de pesquisas com claro objetivo de fortalecer e legitimar uma agenda ideológica completamente desconectada da realidade.
> As medidas ora propostas para combater a dita interferência do homem no clima têm consequências sociais e econômicas graves e não podem ser tomadas e realizadas com base em falsas premissas. É preciso debater [...] em profundidade e conhecer os argumentos e os dados coletados por pesquisadores respeitados e idôneos.
> Outrossim, é importante que o Ministério das Relações Exteriores explicite qual o atual estado das discussões nos órgãos internacionais competentes e qual o posicionamento do Governo brasileiro a respeito desse tema.
> Por essa razão, solicitamos a realização de reunião de audiência pública.
> Sala da Comissão, 19 de março de 2019.
> Senador Marcio Bittar (AC).

Em discussão.

Senador Marcio Bittar com a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC. Para discutir.) – Presidente e demais colegas, eu, na verdade, estou querendo aproveitar a Presidência do Senador Nelsinho Trad, que já demonstra, neste começo de Legislatura, o interesse em potencializar esta Comissão e, entendendo que esse é um tema que envolve, como diz o requerimento, o País na sua relação com o mundo e que há controvérsias muito graves sobre isso... É uma coisa impressionante você ouvir uma corrente de pensamento majoritária – pelo menos do ponto de vista da mídia global – dizendo, dia após dia, que é o homem o elemento que faz com que o clima mude e, de repente, você encontrar cientistas de boa cepa, de nome, de credibilidade, dizendo o contrário.

E como esse é um tema mundial – basta ver a quantidade de leis que o Brasil foi aprovando por interferência e pressão muito mais externa do que interna, em nome da questão ambiental –, então, nada mais oportuno, a meu ver, que esta Comissão, potencializando a sua existência, traga esse debate, que não é nacional, é internacional, como diz o requerimento.

Isso, evidentemente, Presidente, que fica aberto. É lógico que eu proponho o convite a pessoas que, como diz o requerimento, pensam diferente, o que não impede que, após essa audiência, outros colegas façam, a exemplo disso, uma outra audiência com outras correntes de pensamento.

Então, acho oportuno que a Comissão debata esse assunto, ajude a esclarecê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Com a palavra o Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu quero, em primeiro lugar, louvar a iniciativa do Senador Marcio Bittar e, dirigindo-me também aos estrangeiros da reunião, que estão aqui à minha direita, dizer o seguinte: acho muito importante que se façam duas tentativas complementares. Primeiro, que se ofereça a possibilidade de que pelo menos a primeira audiência – a primeira, que é a que nós estamos aprovando – seja em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente – que, aliás, não está totalmente constituída – pela conexão rasa, direta, que existe entre o objeto de ambas, da nossa e da própria Comissão de Meio Ambiente. E, segundo, acho muito importante que essa primeira seja realmente uma sessão enxuta em termos de presença. Eu mesmo vou propor nomes, mas para as seguintes, que poderão ser conjuntas ou não, a primeira é que vai definir.

Então, essas são as minhas duas colocações. Que a primeira seja, se possível, conjunta, que se ofereça à Comissão de Meio Ambiente a possibilidade de fazer a reunião conjunta, e que nomes sejam oferecidos por nós, inclusive, por mim, apenas a partir de uma eventual e provável segunda reunião.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Continua em discussão. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo mais quem queira discuti-la...

Aprovada que foi pelo autor uma reunião conjunta com a Comissão do Meio Ambiente, coloco em votação o requerimento extrapauta de uma reunião conjunta da Comissão de Relações Exteriores e Defesa... (*Pausa.*)

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – ... com a Comissão de Meio Ambiente.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – ... só uma observação. Se eu entendi bem a fala do meu "brimo", do nosso "brimo"...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – ... núcleo da Comissão, que nós aprovemos o requerimento, façamos a audiência e seria um convite...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Não é uma contingência.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – Não é uma contingência, é um convite.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Perfeito. Exatamente esse encaminhamento que eu tinha entendido. V. Exa. o elucidou.

Coloco em votação.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Segundo requerimento do Senador Marcio Bittar, extrapauta.

EXTRAPAUTA

ITEM 5

REQUERIMENTO Nº 13, de 2019

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater os impactos de reformas da previdência social na economia global.

Autoria: Senador Marcio Bittar.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:
1. Sr. [...] Ministro de Estado da Economia, [Paulo Guedes]
2. Sr. Fábio Giambiagi, economista e professor
3. Representante da Embaixada da República Portuguesa em Brasília
4. Representante da Embaixada da República Helênica em Brasília
5. Representante da Embaixada da República do Chile em Brasília.

Justificação.

Não restam dúvidas de que a reforma da previdência é o principal tema a ser discutido pelo parlamento brasileiro. Os déficits crescentes e a incapacidade do sistema de sustentar-se fazem com que esse tema não possa ser adiado.

A reforma da previdência é medida vital para o reequilíbrio das contas públicas e para a retomada do crescimento econômico. A situação atual tem implicações em diversos âmbitos, dentre eles, o âmbito internacional, por influenciar em diversas áreas, como o câmbio, investimentos estrangeiros e comércio internacional. Além disso, diversos países passaram, recentemente, por reformas nos sistemas públicos de previdência com objetivo de reequilibrá-los e de devolver aos governos a capacidade de administrar os orçamentos nacionais de maneira efetiva.

Não é preciosismo lembrar que muitos países tiveram que realizar reformas profundas e duras nos sistemas previdenciários, é necessário que se conheçam, com maior detalhamento, essas experiências e como funcionam os novos sistemas de previdência implementados nesses países para que as melhores práticas internacionais possam ser adotadas pelo Brasil.

Sala de Comissões, 19 de março de 2019.

Senador Marcio Bittar (AC).

Coloco em discussão o requerimento extrapauta.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC. Para discutir.) – Presidente, é um convite.

Eu acho que o requerimento é autoexplicativo. Esse é um assunto que não envolve apenas o Brasil. Qual é a relação que o Governo brasileiro entende que essas reformas econômicas, a começar pela reforma da previdência, têm no impacto na economia global? O que o Brasil pode ganhar com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

isso? Nada melhor que chamar os agentes do Governo para darmos protagonismo a essa relação, porque, de fato, é um tema que, também como o anterior, não é só nosso, é do mundo inteiro.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Continua em discussão.

Senador Telmário.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu queria aproveitar o requerimento do Senador Bittar e ver se, quando falarmos com os agentes econômicos do Governo...

Eu estava vendo aqui, Presidente, que, hoje, os especialistas em comércio internacional andam preocupados com os resultados econômicos resultantes da entrada em vigor do recente acordo bilateral assinado entre Brasil e México, que estabelece o livre comércio de veículos leves e autopeças entre os dois países. Não há mais cota, isto é, a venda e compra desses dois itens é livre, e quem vai definir o montante a ser comprado e vendido para cada país é o mercado. Venderá mais para o outro quem tiver mais condições competitivas.

Como nós estamos hoje com as nossas indústrias enfraquecidas, eu acho que esse acordo deveria ser mais bem explicado pelos agentes. Então, eu queria, Senador Bittar, se possível, incluir esse assunto para que os convidados tragam uma reposta à solicitação desse requerimento.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – Perfeito. Eu até, ao contrário de rejeitar, faço é agradecer, parabenizar o nosso colega, porque ele enriquece o nosso requerimento. Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Com a devida anuência do Senador titular da proposição ora colocada pelo Senador Telmário, continua em discussão.

Senador Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para discutir.) – Só quero louvar a iniciativa do Senador Telmário, porque todos nós acompanhamos as histriônicas – histriônico não é xingamento – colocações do Presidente Trump. Eu estou sendo até moderado nisso. Aliás, no dia do equinócio a gente deve ser moderado, e hoje é o dia do equinócio. Então, tem que haver um equilíbrio entre a luz e a sombra. Mas todo mundo se lembra de que o Presidente Trump até... Os jornalistas torceram muito para que ele rodasse com a moto, mas ele teve a prudência de não desafiar as pragas e só bateu na moto, na Harley Davidson, e disse: "*Made in America*". E proibiu montadoras dos Estados Unidos de instalarem fábrica no México. Ou vocês não se lembram disso? Proibiu a General Motors e a Ford. Portanto, os mexicanos vivem, pela proximidade, aquele drama: *muy lejos de Dios y muy cerca de los gringos,* muito perto dos Estados Unidos e muito longe de Deus.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, isso aí merece realmente uma reflexão e um conhecimento. Será que as dificuldades de relação comercial, especialmente no campo automotor, entre o México e os Estados Unidos induziram o México a procurar o Brasil para recepcionar aquilo que o Presidente Trump está dificultando em matéria de comércio? Pode ser. Faz sentido. Há o começo da história. Todo mundo se lembra disto: proibição da instalação de uma montadora no México – todo mundo conhece. E ele não teve coragem de andar de moto – iria ter muita praga, não é? –, mas ele bateu na moto e disse: "*Made in America*", defendendo a produção lá.

Igual encrenca houve com o Canadá. O México abre conosco, porteira aberta? Sempre tem que haver alguma preocupação para não desestabilizar a nossa indústria automobilística, que está vivendo um momento de recuperação, mas, ao mesmo tempo, de fechamento de uma fábrica histórica. O meu pai foi revendedor Ford e me levou para a frente daquela fachada da Ford quando guri, com o maior orgulho. Então, nós também não estamos... Nem todo o Brasil é uma Bahia, onde só prosperam as indústrias automobilísticas.

Então, eu não só aprovo como aplaudo a iniciativa do Senador Telmário.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Continua em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais nenhum Senador ou nenhuma Senadora que queira discutir, coloco em votação.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento extrapauta do nobre Senador Marcio Bittar.

Sobre a mesa, Srs. Senadores, os dois últimos requerimentos extrapauta, de autoria do Senador Jaques Wagner.

ITEM 6

REQUERIMENTO Nº 14, de 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de discutir e esclarecer as consequências diplomáticas, econômicas e geopolíticas da condição - imposta ao Brasil pelo Governo Trump - de renúncia ao tratamento especial e diferenciado previsto para países em desenvolvimento na Organização Mundial do Comércio (OMC), como contrapartida ao apoio dos EUA à pretensão brasileira de ingresso na Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Jaques Wagner

Justificação.

Em viagem aos Estados Unidos, Bolsonaro e o ministro da economia, Paulo Guedes, pediram apoio ao Presidente Trump para que o Brasil possa ingressar na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Trump condicionou o apoio dos EUA à pretensão brasileira à renúncia do Brasil em continuar a receber tratamento especial e diferenciado previsto para países em desenvolvimento na Organização Mundial do Comércio (OMC).

Pelas regras do GATT/OMC, os países considerados em desenvolvimento podem desfrutar de um tratamento especial e diferenciado que assegure a eles certas flexibilidades no cumprimento das regras internacionais de comércio. Esse tratamento especial inclui seis tipos de regras: 1) medidas destinadas a aumentar as oportunidades de comércio para países em desenvolvimento; 2) medidas de salvaguardas para proteger os países em desenvolvimento; 3) flexibilidade para o cumprimento dos compromissos e para políticas; 4) períodos de transição mais longos para adaptação aos acordos; 5) direito ao provimento de assistência técnica para lidar com disputas comerciais; 6) medidas específicas para os países muito pobres. (LDCs).

De um modo geral, o tratamento especial e diferenciado permite ao Brasil: praticar tarifas de importação mais altas, ter tempo de transição mais longo para se adaptar a quaisquer novas regras da OMC, ter a possibilidade de, em negociações comerciais, não assegurar a reciprocidade plena às ofertas de países desenvolvidos, ter a possibilidade de acesso mais facilitado ao mercado dos países desenvolvidos e, sobretudo, preservar espaços para a implementação de políticas destinadas à promoção do desenvolvimento, como políticas de industrialização, de desenvolvimento regional, de ciência e tecnologia.

É sabido que o Brasil usava e ainda usa de tais medidas para proteger sua economia, ter acesso mais amplo a mercados e para desenvolver e manter políticas específicas destinadas à promoção do seu desenvolvimento. A própria OMC reconhece a existência de 183 cláusulas distintas distribuídas entre os vários acordos da organização, que protegem os interesses de países em desenvolvimento.

Mesmo assim, os países desenvolvidos e, em especial, os Estados Unidos, vêm tentando estabelecer novas regras que limitem o tratamento especial e diferenciado previsto nos acordos da OMC. Dessa forma, os EUA apresentaram proposta na OMC, pela qual membros em desenvolvimento da organização não poderiam ter tratamento especial se forem membros da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) ou candidatos a entrar na entidade; se forem membros do G20; se forem classificados como países de "alta renda" pelo Banco Mundial; ou se forem responsáveis por mais de 0,5% do comércio mundial de mercadorias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aplicando-se tais critérios da proposta americana, ficariam automaticamente excluídos do tratamento especial e diferenciado Argentina, Brasil, China, Índia, Indonésia, México, Turquia, Arábia Saudita, África do Sul, Coreia do Sul, Chile, Brunei, Egito, Hong Kong, Israel, Kuwait, Malásia, Nigéria, Filipinas, Qatar, Cingapura, Taiwan, Tailândia, Emirados Árabes Unidos e Vietnã.

É preciso considerar que, mesmo com esse tratamento especial e diferenciado, foram os países em desenvolvimento que mais abriram seus mercados, após a Rodada Uruguai da OMC. Com efeito, entre 1990 e 2009, tais países aumentaram suas importações em 10,5% ao ano, ao passo que os países desenvolvidos aumentaram suas importações, no mesmo período, em apenas 5,8% ao ano.

Ao aceitar renunciar a esse tratamento especial e diferenciado na OMC, como contrapartida a um apoio duvidoso dos EUA para entrar na OCDE, o Brasil rompeu com seu compromisso histórico de defesa das posições dos países em desenvolvimento. Quanto aos prejuízos econômicos e comerciais, é muito difícil quantificá-los *a priori*, mas pode-se argumentar, sem medo de errar, que eles deverão ser extensos, propagando-se, no médio e longo prazos, a todos os setores econômicos: agricultura, indústria e serviços.

A renúncia pelo Brasil a esse tratamento recebido na OMC levará a pressões insustentáveis para que o nosso País reduza sua proteção tarifária em toda a TEC (Tarifa Externa Comum). Isso criará um problema político adicional: terá de haver negociações com os nossos parceiros do Mercosul para que se proceda a essas reduções, pois o Brasil participa de uma união aduaneira com esses países. Mas, independentemente dessa negociação, a redução das tarifas efetivamente praticadas ou consolidadas (tarifas máximas permitidas) deverá acarretar prejuízos de monta, especialmente para os nossos setores industriais que não possuem ainda muita competitividade. Observe-se que o Brasil pratica tarifas médias ponderadas de cerca de 11% em suas importações, e tem tarifas consolidadas na OMC de cerca de 35%. Já a maior parte dos países desenvolvidos pratica tarifas médias ponderadas de apenas 3%. O tamanho potencial do tombo é, pois, enorme.

Além disso, o Brasil deverá perder todas as preferências tarifárias de que hoje desfruta nos mercados dos países desenvolvidos. Ou seja, perderemos mercado externo para nossas importações e, ao mesmo tempo, abriremos nosso mercado interno para as exportações de outros países.

Outro grande problema que tal decisão acarretará tange à perda das flexibilidades quanto à implementação de políticas de industrialização, de desenvolvimento regional, de ciência e tecnologia, etc., particularmente aquelas referentes ao acordo de subsídios e medidas compensatórias. De agora em diante ficaremos mais expostos a ações de outros países contra nossos programas industriais na OMC e receberemos tratamento mais rigoroso daquela organização.

Sala da Comissão, 20 de março de 2019, Senador Jaques Wagner.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em discussão o requerimento extrapauta.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Para discutir.) – Sr. Presidente, quero só esclarecer o seguinte. Nessa visita do Presidente com alguns Ministros nossos, várias falas foram feitas. Não vou aqui querer comentar alguns absurdos que considero que aconteceram, mas, de qualquer forma, esse tema é vital. Ontem, inclusive, em plenário, o Senador José Serra, do PSDB, e outros Senadores já se manifestaram sobre esse tema.

A Coreia do Sul mantém-se, e está numa situação muito superior à nossa, na OMC, e nós estamos trocando o certo pelo duvidoso ao abrir mão dessa condição de tratamento especial na OMC.

Não basta os Estados Unidos nos apoiarem. Nós estamos nos enganando: as regras da OCDE para a entrada de qualquer novo membro são absolutamente rigorosas, é um clube restritíssimo – fala-se de fundo de pensão, de abertura dos fundos de pensão para capital internacional. Então não acontecerá amanhã, se vier a acontecer. Então, me perdoem a comparação meio simplória, mas o Brasil é um transatlântico, e não se dá cavalo de pau em transatlântico.

Portanto, eu creio que esse anúncio é absolutamente precipitado e, como esta Casa tem a obrigação de acompanhar esses temas, eu gostaria de que o Ministro viesse aqui, eventualmente até o Ministro da Economia, e, talvez, como sugeriu aqui meu companheiro, o próprio setor empresarial, porque já se manifestou, por vários artigos já no dia de ontem, preocupadíssimo com esse, repito, susto, com essa coisa duvidosa que a gente vai fazer. Então, é o mínimo convidar o Ministro das Relações Exteriores. Além disso, eu acho que a gente tem que aprofundar esse tema em outras Comissões, não só aqui na Comissão de Relações Exteriores.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Com a palavra o Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para discutir.) – Endosso, faço minhas as palavras sensatas e apropriadas do Senador Jaques Wagner.

Poderia alinhar aqui questões que a OCDE tem levantado contra produtos de interesse do Brasil, e que não vai deixar de levantar pelo apadrinhamento dos Estados Unidos, até porque os Estados Unidos são o litigante com a organização da comunidade europeia, é um litigante no aço, é um litigante nos produtos agrícolas. E nós, brasileiros – só para concluir...

O Estado do Pará, o Estado de Santa Catarina e o Estado do Ceará são os Estados mais expressivos em matéria de produção de pescado. Nós temos enfrentado vetos na comunidade europeia que não vão ser derrogados pela boa vontade enunciada do Presidente Trump, e vamos ter dificuldades no Oriente Médio, não bastasse a questão da Embaixada do Brasil em Jerusalém, que é outro assunto. Mas, não bastasse isso, a Ministra da Agricultura recebeu, nos Estados Unidos, a informação de que não vai haver mais nenhum frigorífico brasileiro credenciado para exportar para a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

China. Por quê? Porque o Presidente estava nos Estados Unidos, ou seja, um prejuízo a viagem já trouxe: a China não vai...

E eu quero dizer, para concluir, que eu estive na China abrindo o mercado chinês para a exportação de suínos, assim como estive na Rússia e em outros países no começo do século, em 2001. Então, nós estamos perdendo, certamente, na suposição de que possamos ganhar.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Com a palavra o Senador Marcio Bittar.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC. Para discutir.) – Presidente, quero cumprimentar o nosso ex-Ministro, ex-Governador e hoje Senador Jaques Wagner. Acho o tema absolutamente pertinente.

Em princípio, eu acho extremamente positivo que o Governo brasileiro – neste momento com o Presidente Bolsonaro, mas seja qualquer um que venha pela frente – busque pautar a relação externa brasileira, quase que com exclusividade, pelo interesse nacional. Então, buscar mercados e ampliar perspectivas, em princípio, é algo que vejo como positivo. No entanto, a própria Ministra Tereza Cristina, portanto Ministra do Governo, fez considerações acerca de algumas preocupações da pasta que ela dirige, com muita competência a meu juízo, no dia de ontem, ontem à noite.

Na questão, por exemplo, do agronegócio, Europa e Estados Unidos são nossos inimigos. Várias ONGs que atuam no Brasil e que ajudaram a criar embaraços para a nossa produção agrícola, claramente para o Centro-Oeste brasileiro e para o Norte do País, são bancadas com recursos do agronegócio norte-americano. Então, não há, ou não deve haver, alinhamento automático. O Brasil, com certeza, terá interesses em parcerias com determinados países, mas não em todos os itens. Como disse aqui o Amin, e eu reforço, há atividades econômicas nas quais somos litigantes, concorrentes.

Então, antes de fazer um juízo de valor mais aprofundado... O tema é absolutamente pertinente e está na pauta, a Comissão de Relações Exteriores de fato não pode passar em branco e deixar de chamar essa discussão sobre a possível saída do Brasil da OMC neste momento.

A sugestão que dei ao nosso Senador é se não seria o caso de chamar alguém que representasse a economia brasileira, porque, com certeza, seria uma voz adicional à voz do Governo a dizer quais preocupações a economia brasileira tem quanto a uma possível saída, talvez precipitada, da OMC.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Com a palavra a Senadora Soraya e, posteriormente, o Senador Telmário.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS. Para discutir.) – Bom dia, Sr. Presidente, é um prazer estar aqui com o senhor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom dia, colegas, bom dia a todos.

Eu estive na China e estive na Cofco, que é a importadora do agro deles, uma empresa, uma estatal muito grande. Aqui também estive com o Embaixador da China. Será que não seria o caso de chamarmos o Embaixador, bastante acessível, para conversarmos sobre isso? Porque perder, colocar em risco um mercado... A China tem sido nossa parceira comercial há quarenta e cinco anos; há nove anos é a maior. Ano passado, os negócios gerados foram de US$70 bilhões, e a balança superavitária para nós. Eles compraram em torno de 70 bilhões a 75 bilhões, e nós 35.

Mato Grosso do Sul, Senador, foi US$235 milhões... Não, foram US$2,5 bilhões, ou 2,7 bilhões que a China comprou do Mato Grosso do Sul, e o Mato Grosso do Sul comprou 350 milhões. Então, tirar esse parceiro... Eu acho que não custa, sei lá, se os senhores acharem interessante – eu estou bastante alinhada com eles lá na Embaixada –, solicitar, para que a gente consiga reverter alguma coisa assim, porque, para o Mato Grosso do Sul, é difícil.

E outra: nós já temos as licenças aprovadas, todo mundo... Fazer tudo isso de novo com outro país? A gente perde muito tempo com esse tipo de burocracia.

Eu acho que seria interessante se o senhor colocasse... A gente faz o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Com a palavra o Senador Telmário.

Ainda em discussão o requerimento do Senador Jaques Wagner.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR. Para discutir.) – Sr. Presidente, muito atento o requerimento do Senador Jaques Wagner, até porque o Senador Jaques Wagner é uma pessoa sensata, um homem coerente, de uma larga experiência, tanto no Executivo quanto no Legislativo, foi Governador, Ministro, Senador, e Governador de um Estado que tem um desenvolvimento expoente, que é a nossa querida Bahia. Então, o seu requerimento é realmente extremamente pertinente.

Eu sempre digo que os Estados Unidos são aquele tipo de parceiro que nem pode estar muito perto que você não possa sair nem muito longe que você não possa encostar. Tem que se ter muito cuidado porque o olhar dos Estados Unidos para a América do Sul é o olhar periférico, e eles são extremamente pragmáticos nas suas decisões e relações comerciais.

É importante o Presidente abrir fronteiras, reatar relações, mas com o cuidado de não perdermos parceiros já construídos, e construídos a duras penas. Então, realmente nós não podemos perder uma parceria dessa magnitude. Na América do Sul mesmo, a própria Venezuela foi uma grande importadora nossa. Hoje, a nossa balança comercial caiu substancialmente para pouco mais de US$400 milhões. Então, temos de ter esse cuidado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse convite, para que sejam dadas essas explicações, naturalmente, vai poder trazer esclarecimento, clareza sobre o que está acontecendo nessas relações, Sr. Presidente.

Então, quero parabenizar o Senador Jaques Wagner.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Com a palavra o Senador Carlos Viana.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG. Para discutir.) – Meu bom-dia aos Srs. Senadores e Sras. Senadoras, a todos os presentes aqui!

Presidente da Mesa, obrigado pela possibilidade...

Quero trazer aqui alguns pontos sobre essa questão. Entendo que o requerimento do Senador Jaques Wagner é importante. A Comissão não se pode ausentar desse debate em relação à decisão muito importante que o Brasil vai tomar em relação ao futuro. Mas quero pontuar aqui algumas questões, para que a gente possa, no decorrer das discussões, entender claramente quais são os passos que precisamos dar ou que vamos tomar de acordo com o que foi anunciado pelo Governo.

Abrirmos mão, na Organização Mundial do Comércio, do chamado Tratamento Especial Diferenciado não significa, em hipótese alguma, que nós estejamos abrindo mão de qualquer outro benefício, especialmente no setor agrícola, por exemplo. Boa parte de todo o subsídio que é dado nesse tratamento o Brasil não usa. O Brasil não tem essa política de subsídios para a agricultura, como preconizado. Os resultados comerciais em relação à OMC pelo TED, pelo Tratamento Especial Diferenciado, são mínimos para o País nesses últimos anos.

Já a entrada do Brasil na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico pode nos trazer... Inclusive, é a entrada num clube onde todas as práticas de exportação, de trocas e de acordos comerciais estão num patamar hoje muito elevado de desenvolvimento. Só que, para isso, nós precisamos deixar o estágio de um país adolescente e protecionista para um país que, de fato, tenha políticas industriais sérias e estruturadas de financiamento e de renovação tecnológica. Pelo menos, esse é o meu entendimento sobre esse assunto. Por quê? Assim como no passado...

Vou dar um exemplo claro aos Srs. Senadores: Portugal, por exemplo, quando pediu acesso à chamada naquela época Comunidade Europeia, teve de passar por uma série de mudanças internas no país, para que houvesse uma adaptação em auditorias, em controle de contas públicas, em número de servidores por população; todo um planejamento era exigido para que Portugal entrasse naquela comunidade. Houve uma discussão muito grande sobre soberania, e Portugal entrou para a União Europeia, como é hoje chamada, o que lhe fez muito bem. Portugal se adaptou às regras; hoje, o país tem os benefícios todos, inclusive dos financiamentos da União Europeia e tudo mais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós brasileiros, hoje, precisamos discutir esse crescimento, Senador Telmário, para sairmos de um país que tem uma política protecionista muito forte para entrarmos na disputa, cabeça a cabeça, ombro a ombro, com as grandes nações. Para isso, nós temos que dar os primeiros passos.

Então, a minha visão sobre essa questão do tratamento de que nós estamos abrindo mão... E não é a nossa saída da OMC, mas é um tratamento diferenciado que não nos vale. Se nós observarmos bem, se pegarmos as estatísticas, veremos que o Brasil não tem se beneficiado disso. Mas a entrada na OCDE é importante. E, nesse ponto, a não resistência dos Estados Unidos já é um ponto favorável, o que não tira, na minha visão, a questão de parceiro estratégico da China. Isso é uma disputa de mercado, é uma disputa geopolítica em que nós brasileiros é que temos de dizer claramente para aonde nós queremos ir e com quem nós queremos ir. Mas, para isso, as decisões têm de ser tomadas com muita segurança, com muita tranquilidade, mas com muita coragem, para que a gente consiga avançar no processo de industrialização, de disputa do Brasil no mercado internacional de exportação.

Por isso, sou favorável. Creio que esta discussão será muito bem-vinda para que a gente possa entender e esclarecer à população quais os passos que o Brasil tomará na política externa nos próximos anos.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Continua em discussão o requerimento do Senador Jaques Wagner.

Com a palavra o Senador Mecias de Jesus.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR. Para discutir.) – Presidente Nelsinho, quero apenas manifestar a minha opinião favorável ao requerimento do Senador Jaques Wagner. E concordando, claro, com o Senador Carlos Viana: o Brasil tem de decidir para aonde ir e para aonde quer ir. Mas essa é uma questão, creio, que todos nós precisamos conhecer melhor e mais de perto, e a vinda do Ministro das Relações Exteriores aqui certamente virá clarear algumas dúvidas que possamos ter com relação à ida do Brasil para a OCDE.

O Governo brasileiro foi aos Estados Unidos bonzinho, fazendo várias concessões, como a liberação do visto para os americanos, sem a reciprocidade que é exigida. Seria bom se nós pudéssemos ouvir aqui também, claro, o Ministro das Relações Exteriores com relação a isso. Os americanos vão dar reciprocidade aos brasileiros? Nós teremos o mesmo tratamento ou seremos tratados de modo diferente e vamos continuar fazendo essas concessões?

Portanto, a minha opinião é favorável ao requerimento do Senador Jaques Wagner, como creio que é a opinião de todos os Senadores aqui presentes.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Continua em discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra o Senador Antonio Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG. Para discutir.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Senadores, é interessantíssimo. O Senador Jaques Wagner apresenta o requerimento, e o debate que se trava aqui... Quer dizer, debate não, as apresentações antecipam algo que será certamente quase que histórico. Esta audiência que ocorrerá vai colocar em lume uma discussão que é tão candente na nossa política, na nossa economia – o liberalismo *versus* o protecionismo -, as diversas opiniões. Claro que não oito ou oitenta, mas diversas alternativas que temos e que foram objeto, inclusive, do debate aceso na campanha eleitoral do ano passado.

Então, quero parabenizar o Senador Jaques Wagner pelo requerimento, que certamente terá o nosso pleno endosso, e dizer que certamente esta Comissão terá um dia e data gloriosa na ocasião deste debate, porque vamos, de fato, discutir um tema que é de política internacional de altíssimo relevo para o futuro do Brasil.

Parabéns, Senador Jaques Wagner!

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Na condição de Presidente, peço licença aos Srs. Senadores e à Sra. Senadora para endossar as palavras ora proferidas pelo Senador Antonio Anastasia. É realmente o meu pensamento. Estava pensando em até me retirar da Presidência para manifestá-lo, mas S. Exa. falou exatamente o que eu estava pensando.

E quero agradecer aos nobres Senadores pelos requerimentos extrapauta – alguns já aprovados, como do Senador Bittar; o do Senador Jaques Wagner está em apreciação –, que engrandecem muito o trabalho desta Comissão.

Reitero que o requerimento ora em discussão coloca convite a ser feito a determinadas autoridades mencionadas – Ministro da Economia, das Relações Exteriores, Ministra Tereza Cristina, a própria classe empresarial brasileira representativa – bem como, conforme sugestão da Senadora Soraya, ao Embaixador da China.

E devolvo a pergunta aos Srs. Senadores: a Mesa vai fazer o convite a todas essas autoridades no sentido da promoção dessa audiência pública? É esse o entendimento, Senador Jaques Wagner?

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Para discutir.) – Bom, eu acho que nós não deveríamos fazer o concurso de autoridades de outros países com autoridades nossas. Não que não se possa convidá-los, mas, na minha opinião, acho que há uma coisa, até pegando as palavras do Senador Viana, no sentido de que nós escolhemos o caminho que queremos – pelo que ouvi.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu comungo de tudo que a Senadora Soraya colocou, porque a Bahia é grande parceira comercial e de investimentos dos chineses. Então, para mim, qualquer sobressalto nessa relação é altamente prejudicial. Agora, acho que não ser concomitante...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Como a discussão é dinâmica e os fatos na política também o são...

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Para discutir.) – Só para reforçar: eu acho que a Senadora Soraya coloca bem... Eu não quero fazer juízo premeditado, mas o jantar que houve nos Estados Unidos, que não era um jantar – vou chamar assim – de trabalho, onde estava Sua Excelência o Presidente da República com contrapartes que não eram representantes do governo americano, eu diria que foi uma reunião quase que ideológica, no sentido de que foram afirmar uma posição. Ali foram ditas coisas sobre a China que, na minha opinião, só nos atrapalham. Eu sou da diplomacia pragmática, e não do punho de renda. Eu acho que nós temos que arregaçar manga para vender e para melhorar o Brasil.

Então, ficar fazendo ideologia com um outro país que é parceiro comercial, na minha opinião, não é de bom tom, mas isso quem decide é o Presidente da República. Naquele jantar não houve nada de bilateral, foi um jantar de acordos ideológicos, de afirmações ideológicas que acabam atrapalhando essa relação nossa com o parceiro chinês.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – O jantar a que V. Exa. se refere foi palco do outro requerimento, que V. Exa...

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Não, ali é requerimento de informação.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – De informação.

Apenas para acrescentar valor ao juízo de V. Exa.: está já confirmada a vinda a esta Comissão do Ministro Ernesto Araújo no dia 4 de abril, oportunidade em que ele terá a chance de apresentar a política que deverá ser empreendida no Itamaraty nos anos do Governo Bolsonaro, e nós vamos abrir o debate, como é dever desta Casa – e eu tenho certeza de que os Senadores assim o farão –, para poder debater assuntos não só relacionados a essa questão, mas também assuntos como esse levantado por V. Exa.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Eu acho ótimo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Então, eu entendo que o convite a ser feito ao Ministro Ernesto Araújo que seja objeto de quaisquer requerimentos que possam estar aqui será prejudicado, porque ele já confirmou a presença dele no dia 4 de abril. Da mesma forma em relação ao Ministro da Defesa, General Fernando, no dia 11 de abril. Ambos já estão confirmados na nossa Comissão: um no dia 4, outro no dia 11.

Com a palavra a Senadora Soraya.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS. Para discutir.) – Senador, comungo do mesmo entendimento, realmente é grave tirar esse país, não reconhecer que nós vendemos, sim, e muito. Mas quero dizer para o senhor que o Presidente Jair Bolsonaro já se expressou no sentido de que não faremos comércio com viés ideológico. Então, há muito ruído nisso e pessoas ao redor, não exatamente o Presidente, falam o que não é. Porque, da boca do nosso Presidente, não saiu nenhuma ofensa à China.

Então, o Governo já se colocou: não haverá comércio pautado por viés ideológico. Vamos tirar essa culpa das costas dele. Só para acrescentar isto: não é nesse sentido. Muita gente fala e se diz que é o Presidente Jair Bolsonaro.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Com a palavra o Senador Veneziano.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB. Para discutir.) – Sr. Presidente, meus comprimentos. Bom-dia a V. Exa. e bom dia a todas e a todos os nossos companheiros. Cheguei um pouco tardiamente, mas o que ouvi foi suficiente para concordar – ouvi a exposição de S. Exa o Senador Carlos Viana e, em especial, a do Senador Jaques Wagner.

Eu tenho algumas impressões, Sr. Presidente, acerca dessa passagem de Sua Excelência o Presidente da República pelos Estados Unidos da América – repito –, dissonantes aqui de quaisquer comentários que pudessem ter impressões acerca de posicionamentos políticos. Muito francamente: o que eu pude ler, na sua maioria, de articulistas, de economistas, de professores de Direito Internacional, de conhecedores, Governador Antonio Anastasia, das políticas do Itamaraty e das relações exteriores é que esse saldo não foi – ao contrário do que disseram alguns que integraram a comitiva presidencial, a partir de Sua Excelência o próprio Presidente e de outros que aqui estiveram – positivo, não houve um saldo positivo. A impressão majoritária é a de que o Brasil se apresentou quedando-se, envergando-se, fazendo concessões de maneira consumativa e trazendo dos Estados Unidos da América tão somente sinalizações.

Nós estamos aqui discutindo a possibilidade de um ingresso na OCDE com a saída – isso é tudo conjetura – da OMC (Organização Mundial do Comércio). E ontem, de uma maneira muito lúcida – não sei se V. Exas. tiveram oportunidade de ouvi-la e vê-la –, a Ministra Tereza Cristina, muito ponderadamente, até porque exerce uma posição hierarquicamente submetida ao direcionamento do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente da República, colocou dúvidas e levantou possíveis prejuízos que podem se abater, em especial sobre o agronegócio – foi ela própria que disse.

Existem países em melhores condições, hoje em bem melhores condições economicamente, do que o nosso País e que ainda fazem questão, Governador Jaques Wagner, de se manterem vinculados, integrando a Organização Mundial do Comércio e não pretendendo integrar a OCDE. Imaginemos nós numa situação de crise, submetidos a problemas extremamente delicados, e já fazendo essa opção!

Penso que esta Comissão ajudaria muito, muito mesmo, principalmente e especialmente porque eu enxergo – me perdoem – muitas improvisações. O Presidente da República vai aos Estados Unidos da América e tem que se desdizer de uma desnecessária ofensa, porque todas e quaisquer ofensas são desnecessárias.

No momento em que alude aos mexicanos como imigrantes, questionando-os sem saber exatamente o histórico e as razões pelas quais existe aquele processo doloroso para com os mexicanos, ele ataca um país. Assim o fez quando, completamente dissonante daquilo que deve ser a prática do Itamaraty ou de quaisquer Ministérios de Relações Exteriores, que deve ser expansionista... As primeiras declarações foram de que nós vamos transferir a sede da nossa Embaixada de Telavive para Jerusalém. Isso gerou impactos imediatos e reações que qualquer cidadão, medianamente, já saberia que existiriam. Ontem, nessa entrevista da ministra, concedida ainda em solo norte-americano, ela dizia dos países muçulmanos, dos países muçulmanos...

Então, eu penso que nós temos o papel de colaborar para que o Governo não seja de improvisos, colaborar para que nós, ajudando-os a fazer esses esclarecimentos, não nos remetamos a uma visão que é restritiva.

Na minha ótica, o Presidente Jair Bolsonaro vê o mundo como sendo apenas os Estados Unidos da América. Quem sabe se não verá, até o final do Governo, a mudança no lema: "Brasil acima de tudo, Deus acima de todos" para "Estados Unidos acima de tudo, Trump acima de todos". Digo isso diante da postura, quebrando-se, envergando-se, como se estivesse felicíssimo num parque de diversões – e ele próprio mencionava a Disney. Você levou um país como o nosso, uma nação de 206 milhões de brasileiros, que... Mesmo passando por vicissitudes, Prof. Amin, a gente não pode transmitir, transparecer uma imagem subalterna, de subservientes, de submissão.

Então, eu quero aqui, corroborando todas as impressões e opiniões – a partir das do autor, mas também das dos demais catedráticos e conhecedores do assunto –, dizer que é muito feliz a sugestão para o convite, que deve ser um convite para que estejam presentes, se não na mesma oportunidade... Que nós ouçamos também a palavra de uma pessoa que é muito conhecedora da matéria, diga-se de passagem... Foi muito feliz o convite à Ministra Tereza Cristina, porque representa um dos segmentos que pode receber e ter consequências mais danosas nessas opções.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Perdoem-me se me estendi. É uma rápida tentativa de colaborar com o debate.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradeço as colocações do Senador Veneziano.

Passo a palavra ao Senador Marcos do Val e posteriormente ao Senador Carlos Viana.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - ES) – Bom, obrigado, Presidente.

Vou passar para os senhores que ontem nós tivemos um jantar no Comando do Exército, onde o Ministro da Defesa apresentou o projeto militar, da previdência dos militares, para alguns Líderes, Senadores que estavam presentes, e foi feita uma solicitação de que nessa data quando o Ministro estará aqui, o Ministro da Defesa, dia 11 de abril, fossem também convidadas outras Comissões para estarem aqui, a fim de que ele pudesse apresentar a proposta da previdência dos militares, que diretamente vai influenciar na previdência das polícias militares pelo Brasil. Nós estávamos lá ontem e foi feita essa solicitação.

Vou deixar o Presidente aqui ver se coloca em votação...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – A pedido do Senador Telmário, gostaria de ter um breve resumo.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - ES) – Seria bom.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Como V. Exa. está usando a palavra para isso, eu vou me dispensar. Só acrescento uma breve informação, até porque, havendo a reunião, como está previsto, haverá aquela exposição.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - ES) – Sim.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – V. Exa. poderia descrever em meu nome também.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - ES) – Ah, obrigado.

Bom, a proposta da previdência dos militares eles garantem que terá um superávit. Haverá uma mudança de 14% da contribuição da previdência tanto para os ativos quanto para os inativos, as pensionistas, os soldados que hoje são isentos, os aspirantes... Todos que eram isentos passam então a contribuir com 14% para a previdência, aumentando para 35 anos também, e aumentando o número de militares temporários. Então, eles farão esse reajuste também contribuindo.

Já mostraram a particularidade das Forças Armadas. Eles não têm hora extra, eles não têm...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR. Para questão de ordem.) – Presidente, só para uma questão de ordem.

Eu tive uma informação, agora, de que o Presidente Temer foi preso. Precisaria confirmar essa informação só a título de... O cara foi Presidente da República. Eu queria colocar... Eu pedi muito isso da tribuna e tomara que tenha acontecido.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - ES) – Então, dando continuidade aqui, eu queria até aproveitar e abrir outro parêntese. Quanto a ter outras Comissões, o senhor faz a deliberação; depois eu quero voltar aqui com outro assunto.

Então, vou finalizar aqui o outro assunto. Nós temos aqui presente um capixaba, um senhor chamado Liniro. Por favor, se puder ficar de pé. O filho dele, de forma equívoca, está preso nos Estados Unidos. Ele é capixaba. O filho dele teve um surto e subiu num telhado de uma casa, a polícia pediu para que ele saísse; nesse surto, ele não obedeceu e está preso nos Estados Unidos. Ele não tem condições de ajudar o filho. Inclusive, nós estamos há alguns dias ajudando-o aqui no nosso gabinete, por ele ser capixaba e eu também. A nossa equipe também contribuiu com doações para que ele pudesse dormir e se alimentar nesses dias. E eu gostaria de pedir ao Itamaraty que possa tomar a frente e cuidar de forma muito carinhosa, porque é um pai que está sofrendo, sem notícias do filho e sem saber como resolver a questão do filho que está preso nos Estados Unidos por algo banal.

Fica aqui a minha...

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – Em cima dessa fala, Sr. Presidente, a Comissão encaminha ao Ministro das Relações exteriores uma solicitação para pegar essas informações.

Aproveitando, Sr. Presidente... V. Exa. disse que há vários requerimentos chamando as autoridades, inclusive a Subcomissão vai chamar. Então, eu nem diria que esses requerimentos estão prejudicados, mas contemplados. Vamos contemplá-los para...

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Assiste razão a V. Exa.

Agradeço as palavras do Senador Marcos do Val.

Senador Carlos Viana, V. Exa...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sim, só para complementar.

Nessa questão, Senador Marcos do Val, o projeto não economiza nada; o projeto inicial ao povo brasileiro é de que a reforma seria para todos os brasileiros, começando pelos políticos, todos aqueles que têm aposentadorias especiais. Se economiza 100 de um lado, gasta 86 de outro; faz-se uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

reforma das carreiras. Entendo que essa proposta deverá ser discutida com mais tranquilidade, mas a meu ver ela não atende àquilo que é a expectativa dos brasileiros com relação à previdência. Como é que nós vamos pedir a todos os trabalhadores, milhões deles, que não são responsáveis pelo déficit... Vamos deixar muito claro: quem tem carteira assinada no Brasil não tem déficit na previdência. O déficit na previdência está nas carreiras que têm aposentadorias especiais. E nós não podemos pedir que os brasileiros se aposentem com 65 anos e manter progressões que são, na verdade, privilégios em várias situações.

É só um posicionamento com relação a isso, porque eu acho que nós vamos ter que usar de muita tranquilidade, de muita seriedade para dar uma resposta ao povo brasileiro em relação a esse assunto das aposentadorias.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - ES) – Com certeza. A sua colocação é pertinente. Inclusive, foi por isso que o próprio Ministro da Defesa...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – De 2015 para cá, só as aposentadorias especiais é que aumentaram.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - ES) – E foi por isso, por essas questões, por esses questionamentos que o Ministro da Defesa se colocou à disposição não só para responder sobre isso para a CRE, mas para todas as outras Comissões e deixar que o Senado fique...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – À vontade.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - ES) – ... tire todas as dúvidas e debata com ele sobre todas as possibilidades.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Obrigado, Senador.

Completando aqui, sobre essa questão, por exemplo, da China. O Brasil hoje... É o primeiro parceiro brasileiro, no nosso comércio exterior, a China. E o Brasil vem aumentando cada vez mais a relação de parcerias. Eles estão investindo bilhões em nosso País, são muito bem-vindos, mas há uma questão que eu estava conversando aqui com a Senadora Soraya: hoje a China administra um crescimento de 6%, 7% ao ano; se em determinado momento a economia chinesa entrar em um processo, por exemplo, de recessão ou crescimento zero, isso vai impactar-nos de uma forma muito mais forte. O que nós precisamos hoje, no bom ditado popular, é não colocar os nossos ovos em uma cesta só. A abertura do Brasil para outros países, para outras formas de comércio, para novos tratamentos, novos acordos é fundamental para que possamos futuramente, inclusive, estar precavidos em relação a um parceiro que, como todo mundo na face da Terra, como todo país, enfrenta altos e baixos na questão econômica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Desculpa o parêntese – só um pouquinho. Michel Temer acaba de ser preso.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – Sr. Presidente, eu só queria fazer um comentário brevíssimo. Essa discussão só mostra como é pertinente...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Pela Lava Jato.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – ... trazer para esta Comissão a aprovação do requerimento de Jaques Wagner.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – Agora, eu não vou poder deixar passar em branco: todas – todas! – as aposentadorias hoje do sistema são deficitárias. Não há nenhuma que gere lucro. Tanto é que todos os governos que passaram – Lula, que deu uma contribuição imensa; todos – compreendem que da forma como está não dá. A paridade e a integralidade já foram desfeitas lá atrás; agora, é mexer na idade. É só esse comentário. Não dá para um homem ou uma mulher saudável se aposentar antes dos 50 anos de idade. Não há previdência que aguente isso. Mas esse é um outro debate.

Vamos aprovar o requerimento do Jaques Wagner. Eu estou esperando aqui porque eu quero aprovar, colocar a minha caneta aprovando aí. Vamos lá?

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Continua em discussão o requerimento do Senador Jaques Wagner. (*Pausa.*)

O Senador Antonio Anastasia é o último inscrito.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG. Para discutir.) – Obrigado, é um minuto só, Sr. Presidente, porque eu não posso deixar de fazer um comentário. Eu observei com muita atenção a fala do Senador Veneziano, brilhante como sempre. E, quando ele falava, eu me lembrava, Senador Jaques Wagner, Senador Angelo Coronel, de um grande baiano, o famoso Juraci Magalhães, que dizia: "O que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil". Será verdade?

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Continua em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir o requerimento do nobre Senador Jaques Wagner, em votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Senadores e Senadoras que concordam com o requerimento, atendendo o convite para que aqui possa estar, na audiência pública, o Ministro da Economia, o Ministro das Relações Exteriores, a Ministra Tereza e a classe empresarial brasileira representativa, coloco em votação.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento do Senador Jaques Wagner.

Srs. e Sras. Senadoras, eu estive na viagem do Presidente Jair Bolsonaro aos Estados Unidos e gostaria, neste momento, de passar a V. Exas., à imprensa e a todos que aqui estão presentes um breve relatório da nossa participação em relação a esses dias em que lá estivemos, respeitando também todos aqueles que, porventura, possam discordar daquilo que aqui está escrito.

Srs. Senadores, participarmos da comitiva que acompanhou o Presidente Jair Bolsonaro a Washington e creio ser o meu dever fazer um breve relato dessa visita, que, no meu ponto de vista, estabeleceu um novo e elevado patamar de diálogo e cooperação com os Estados Unidos da América. As palavras do Presidente Bolsonaro resumem bem esse momento: selamos, após essa viagem, uma aliança promissora entre as duas maiores democracias do Ocidente.

Em conversas com empresários, investidores e membros do Governo americano, reforçamos a pujança do agronegócio brasileiro. E vale aqui – o que já foi destacado pelos senhores e pela Sra. Senadora Soraya – um destaque para a atuação da Ministra da Agricultura, Tereza Cristina, que nos honra por ser uma Ministra oriunda do nosso Estado. A Ministra trabalhou nesses dias para ampliar o mercado americano para os nossos produtos *in natura* e para que as autoridades realizem visitas técnicas a fim de reabrir o comércio para a nossa carne bovina.

O Presidente Jair Bolsonaro esteve reunido com Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA), Luis Almagro, e, entre outras políticas de interesse regional, foi destaque a crise na Venezuela e a necessidade urgente de que aquele país promova eleições livres, justas e transparentes para que os venezuelanos retomem a esperança na prosperidade com base nos pilares da democracia.

A cooperação empresarial e a intensificação das parcerias econômicas foram objeto de um profundo debate na Câmara de Comércio americana. Nos últimos anos, senhores e Sra. Senadora, o Brasil perdeu o protagonismo nas relações comerciais dos Estados Unidos com o exterior. A título ilustrativo: a participação brasileira nos investimentos externos dos Estados Unidos caiu de 1,4% em 2008 para 1,1% em 2017, de forma que há um amplo espaço para expandir a integração das cadeias produtivas de ambos os países. Foram examinados instrumentos, inciativas e um roteiro de negociações para um acordo comercial.

Ressalto aqui também a preocupação do Governo brasileiro, que eu presenciei, no que tange a se manter as relações comerciais com outros países em potencial, principalmente no que se refere à

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

China. Então, Sras. e Srs. Senadores, existe essa preocupação, e as autoridades que lá foram demonstraram estar atentas para que não haja nenhum problema nessa questão comercial.

Em um momento em que pude me manifestar – e eu quero agradecer aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras, que me proporcionaram, como representante desta Casa, a oportunidade de estar presente numa reunião histórica, no meu entendimento, não só para o nosso País, mas, principalmente, para nós –, eu tive oportunidade de expressar, na presença do Presidente americano, o bom ânimo que existe neste nosso Congresso no sentido de enfrentar e debater as reformas de que o Brasil precisa. Isso foi muito bem colocado, até porque lá eles estão tendo também discussões acaloradas com o Congresso americano, e nós demonstramos na nossa fala a nova realidade do nosso Congresso e este novo momento que o Brasil está atravessando.

Então, quero dizer a vocês que tive a oportunidade de passar essa mensagem, não só ao Presidente americano, mas a todos os integrantes do seu *staff*.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Excelência, só lembrando aqui que, durante o encontro lá, em que o Senador Nelsinho Trad colocou o apoio dos Senadores a uma reforma da previdência, o Presidente Trump, à mesa, colocou para o Bolsonaro assim: "O senhor podia trocar comigo: eu mando os meus Senadores para lá e o senhor manda os seus Senadores para cá!" (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Por enquanto vai ficar do jeito que está, é melhor para todo mundo!

Então, eu queria dizer a vocês que, na minha avaliação, é um primeiro passo que se dá, por parte do Governo Bolsonaro, numa tentativa diplomática de estreitar, de promover, de aumentar os seus relacionamentos internacionais. Eu vejo isso com muito louvor e quero dizer que senti, da parte de todos aqueles que lá foram, o interesse em engrandecer cada vez mais, principalmente na área econômica, o nosso País.

Era esse o meu relatório.

Não havendo mais nenhuma pauta a ser discutida, o Senador Angelo Coronel quer usar da palavra.

Com a palavra o Senador Angelo Coronel.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) – Sr. Presidente, queria questionar esta Comissão sobre a liberação dos vistos aos americanos, canadenses, japoneses e australianos.

Uma das características mais persistentes do brasileiro parece ser a síndrome do vira-lata. Depois de o Deputado Eduardo Bolsonaro dizer que sente vergonha dos brasileiros que vivem ilegalmente nos Estados Unidos, depois de uma vexaminosa visita à agência de espionagem norte-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

americana, onde se encontrou, inclusive, com diretora acusada de tortura, o Presidente decidiu liberar o visto para a entrada de norte-americanos no País com o argumento de que turistas americanos não vêm ao Brasil buscar emprego. Como já destaquei, o visto brasileiro aos americanos já é concedido em processo simples, eletrônico, de até três dias. E ainda foi reduzida a taxa de US$160 para US$40 antes até desse decreto do Presidente Bolsonaro.

É preciso acabar com o mito de que acabar com o visto é excelente, porque atrai turista. Primeiro, porque não é por causa desse procedimento que o americano deixa de vir ao Brasil. Ele deixa de vir ao Brasil principalmente pela criminalidade e falta de infraestrutura. Depois, porque a indústria do turismo não é toda lucros e festa. Existem custos pesados entre os quais se incluem o processo de gentrificação pelo qual comunidade de baixa renda começa a ser expulsa pelo aumento do custo de vida causado pelo fluxo intenso de imigrantes e turistas.

Temos também o flagelo do turismo sexual e o tráfico de drogas.

Devemos lembrar, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que os Estados Unidos são um país com mais de 320 milhões de habitantes. É um absoluto equívoco imaginar que todos são ricos. Pelo contrário. Trata-se de um país da OCDE com um dos mais altos níveis de pobreza e desigualdade e que mais se beneficiará da retirada da exigência de visto, Sr. Presidente. Quem irá se beneficiar com isso?

Sr. Presidente, os Estados Unidos têm mais de 20 milhões de pessoas com histórico criminal. Além disso, possui cerca de 40 milhões de pessoas abaixo da linha de pobreza. Não é esse paraíso, como se fala.

Então, Sr. Presidente, é de lamentar que o Brasil tenha baixado a cabeça assim para o império americano, acabando com sua firme política de reciprocidade e com sua postura altaneira nas relações internacionais por um suposto ganho financeiro absolutamente incerto e precário. Vejam os senhores e as senhoras que a administração Trump adota as regras mais restritivas para conceder visto a nós brasileiros.

Defendo, Sr. Presidente, Nelsinho Trad, que os brasileiros deveriam ter os mesmos benefícios. Acho que a reciprocidade é o que impera, é o que tem que ser baluarte entre as relações internacionais.

Então, fica aqui o meu, vamos falar assim, repúdio a essa liberação dos vistos.

Vamos lutar para que esse decreto caia e a reciprocidade seja imperada no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Quanto à fala do Senador Angelo Coronel, V. Exa. quer se manifestar?

Senador Marcos do Val, que já tinha me dito que gostaria de se manifestar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - ES) – Bom, Senador, de algumas questões que o senhor colocou sou totalmente a favor, como a questão do turismo sexual. Agora, quanto à abertura do visto para outros países ao Brasil, eu tenho vivenciado, ao longo dos 20 anos, uma dificuldade muito grande de trazer amigos meus americanos para o Brasil para conhecer o País, para se relacionar com os brasileiros e ter outras relações não só de amizade, mas comerciais e troca de informações na área da segurança pública. São 20 anos com muita dificuldade, porque essa reciprocidade é feita de forma muito ríspida no consulado brasileiro, onde já estive presente algumas vezes. Um casal de idosos americanos estava querendo vir passar férias no Brasil e o cônsul brasileiro os tratou com muita arrogância e prepotência. Eu tive que intervir e pedir desculpas em nome dos brasileiros. Eu acho que nós temos que dar o passo de recebê-los bem, receber esses estrangeiros aqui em nosso País.

O brasileiro é um povo aberto, é um povo amigo, um povo que sempre recebeu todo mundo com braços abertos. Acho que vale a experiência, entendendo quais seriam as consequências que passariam a haver após isso. Eu sou a favor dessa iniciativa mesmo com essa regra da reciprocidade, acho que temos que abrir os braços, temos que ter a iniciativa, porque nós estamos dando um passo diferente, estamos dispostos a fazer diferente de como o mundo já faz.

Então, por essa minha experiência ao longo desses 20 anos, tenho percebido isso, que essa forma da reciprocidade passa uma imagem muito ruim nossa, dos brasileiros, para os outros países, e temos que acabar de vez com esse turismo da prostituição.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) – Senador Marcos do Val, só para complementar seu raciocínio, talvez tenha sido coisa do passado, porque hoje, com três dias, eletronicamente se consegue um visto para um americano entrar no Brasil. Então, esse período de ir para consulado, para a pessoa ir fisicamente é um período que já não existe mais, hoje é eletronicamente.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - ES) – Olha, depende muito do consulado ou da Embaixada brasileira, existem regiões que não têm a Embaixada, são cônsules, e não são todas. Agora, precisam estar lá pessoalmente, e, como eu disse para vocês, eles têm uma visão nossa muito positiva, querem vir para cá para gastar seus recursos.

É um país rico; não vejo da forma como o senhor colocou, é um país realmente muito rico, agora, realmente, que tem a maior população carcerária do planeta. Isso não significa que tenha um número de bandidos maior do que o mundo, é porque a lei lá é rígida e lá qualquer coisa que você faça contra a legislação faz com que você realmente vá para a cadeia, desde não pagar uma multa de trânsito a cometer homicídios, crimes hediondos.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) – Sem dúvida é um país riquíssimo, maior potência mundial, mas são 40 milhões de americanos abaixo da linha de pobreza.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Bem, encerrando...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone.*) – São os que mais usam mão de obra...

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - ES) – Mas esses que não têm recursos não vão vir para o Brasil, não têm condições de vir para o Brasil, vai vir quem tem condições de gastar no turismo. É um país rico para poder trabalhar – eu falo o Brasil – com essa questão do turismo, e a gente não explora. Eu espero que com isso a gente possa, então, montar uma estrutura de turismo para receber esses...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Senador Marcos do Val, só complementando aqui, nessa questão, Senador Angelo Coronel, do combate ao turismo sexual no Brasil, é preciso mudar a nossa própria política pública, que durante muitos anos vendeu o Brasil como um paraíso sexual. Se os senhores recordarem na memória, o Brasil sempre foi divulgado no exterior, na festa do Carnaval, com mulheres em trajes mínimos. Era uma propaganda oficial da Embratur no exterior as mulheres brasileiras em trajes mínimos. Então, hoje nós estamos num resultado de turismo sexual, inclusive em campanhas de combate à exploração de crianças e adolescentes. A política oficial brasileira tem de mudar.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Exatamente, nós provocamos isso, errando nessa política.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Então, hoje nós temos que colocar claramente que tipo de turista nós queremos e a nossa visão sobre nós mesmos em relação ao exterior. É uma contribuição à fala de V. Exas.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - ES) – Só para complementar, é importante aqui frisar que há 20 anos eu trabalho... Trabalhava, agora como Senador não posso mais. Morei por muitos anos nos Estados Unidos, trabalhando com a segurança pública americana, em especial a SWAT americana, lidando com essa questão da prostituição nos Estados Unidos, sabendo como o americano pensa, como ele vive, como ele valoriza a família, como ele valoriza os filhos e valoriza o momento de passeio em família.

Agora, concordo plenamente com o senhor, Senador, quando a gente fala que a culpa está no Brasil ao se valorizar esse tipo de turismo. Em algumas regiões do Brasil, incentiva-se isso, até mãe incentiva as filhas menores a se prostituírem para poderem ganhar em dólar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós aqui temos de começar a fazer uma campanha para começarmos a receber os bons turistas, e não esses turistas que, independentemente de visto ou não, sempre vieram para cá com esse foco.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Exatamente! Temos de reforçar as políticas de combate à exploração sexual de crianças e adolescentes.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - ES) – Perfeito! É isso aí!

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Não havendo mais nenhum Senador inscrito para falar, eu gostaria de agradecer a contribuição de todos os Senadores que participaram com seus requerimentos. Esta Comissão, com certeza, ficará pequena diante de tamanha envergadura das audiências que haverão de acontecer aqui em breve. Agradeço a todos.

Sou uma pessoa que gosta de dar boas notícias, até pelo lado positivo, que faz parte da minha personalidade. Apesar de respeitar quem é a favor ou quem é contra a prisão desse ou daquele, nunca acho legal falar que esse ou aquele foi preso. Venho de uma família de juristas e passei minha vida toda vendo meu pai defender a liberdade do ser humano. Mas quero aqui anunciar que hoje é aniversário do nosso Presidente Bolsonaro. Acho que essa é uma boa notícia. Um brinde à vida de uma pessoa que passou por tudo que ele passou! Então, deixo aqui, para encerrar esta sessão, os parabéns não só da minha pessoa como de toda a nossa Comissão pela saúde e pela vida do nosso Presidente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu faço coro com os parabéns, lembrando que hoje é o dia do equinócio, o dia do equilíbrio.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – É o dia do equilíbrio, perfeitamente.

Agora, nós vamos passar...

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – Sr. Presidente, pela ordem, lembro que teremos reunião da Subcomissão. Peço para os Senadores não saírem daqui.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Nós vamos passar a Presidência ao Senador Telmário, que é Presidente da Subcomissão que trata dos assuntos da Venezuela.

Nada mais havendo a tratar em relação à Comissão de Relações Exteriores, declaro encerrada a presente reunião, passando a Presidência ao Senador Telmário, que é o Presidente da Subcomissão que trata dos assuntos da Venezuela.

(*Iniciada às 10 horas e 11 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 43 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA REUNIÃO CONJUNTA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA PELA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL (7ª REUNIÃO) E PELA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA (5ª REUNIÃO), EM 28 DE MARÇO DE 2019, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dez horas e onze minutos do dia vinte e oito de março de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Nelsinho Trad, reúnem-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com a presença dos Senadores Mecias de Jesus, Jarbas Vasconcelos, Marcio Bittar, Esperidião Amin, Fernando Bezerra Coelho, Vanderlan Cardoso, Antonio Anastasia, Major Olimpio, Roberto Rocha, Flávio Bolsonaro, Kátia Abreu, Randolfe Rodrigues, Marcos do Val, Acir Gurgacz, Flávio Arns, Veneziano Vital do Rêgo, Angelo Coronel, Arolde de Oliveira, Carlos Viana, Chico Rodrigues, Jean Paul Prates, Eliziane Gama, Juíza Selma, Weverton, Confúcio Moura, Paulo Rocha, Wellington Fagundes, Luiz do Carmo, Irajá e Izalci Lucas. Deixam de comparecer os Senadores Daniella Ribeiro, Mara Gabrilli, Romário, Fernando Collor, Jaques Wagner e Zequinha Marinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Comparecimento de Ministro de Estado**, atendendo aos requerimentos REQ 10/2019 - CRE, de autoria do Senador Marcos do Val e outros e REQ 7/2019 - CCT, de autoria do Senador Chico Rodrigues e outros. **Finalidade:** Comparecimento do Senhor Marcos Cesar Pontes, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, para debater o novo Acordo de Salvaguardas Tecnológicas (AST), que permite o uso comercial da base de Alcântara, no Maranhão, pelos Estados Unidos. **Participante:** Sr. Marcos Pontes, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Nelsinho Trad

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/03/28

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a 7ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, conjunta com a 5ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática da 1ª Sessão Legislativa da 56ª Legislatura do Senado da República.

A presente reunião consta de uma audiência pública que tem por finalidade debater o novo Acordo de Salvaguardas Tecnológicas, AST, que permite o uso comercial da Base de Alcântara, no Maranhão, pelos Estados Unidos. Em atendimento ao Requerimento nº 10, de 2019, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, de autoria dos seguintes Senadores: Marcos do Val, Angelo Coronel e Eliziane Gama, bem como do Requerimento 7, de 2019, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, de autoria do Senadores Chico Rodrigues e Eduardo Gomes.

Para esta reunião, contaremos com a participação do Exmo. Sr. Marcos Pontes, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, o qual tenho a honra de convidar para adentrar o recinto e sentar-se no local designado. Solicito ao... Já veio. É rápido, veio de foguete. Solicito também a presença do Sr. Carlos Augusto Teixeira de Moura, que é o Presidente da Agência Espacial Brasileira, para que possa sentar no seu local designado pela assessoria técnica.

Esta audiência pública é realizada em caráter interativo, com a transmissão pelos canais de comunicação do Senado Federal. A população pode participar enviando observações e perguntas aos palestrantes por meio da internet, no Portal e-Cidadania, no endereço www12.senado.leg.br/ecidadania. A participação dos internautas é sempre de extrema valia para a transparência e o dinamismo dos nossos trabalhos.

Gostaria de relatar a nominata das autoridades que se fizeram registrar na Comissão. Sr. Julio Semeghini, Secretário-Executivo do Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações; Sr. Brigadeiro José Vagner Vital, Presidente da Comissão de Coordenação e Implantação de Sistemas Espaciais; Sr. Brigadeiro Veríssimo, gabinete da Chefia de Operações Conjuntas do Ministério da Defesa; Sr. Davi de Araújo Telles, Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Maranhão; Sr. Marcos de Souza Campos, Chefe da Assessoria Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares do Ministério das Relações Exteriores.

Antes de passar a palavra ao eminente Ministro, concedo a palavra ao Senador Vanderlan Cardoso, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, para fazer a sua saudação.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Sr. Ministro Marcos Pontes, é uma honra tê-lo aqui nesta audiência, nesta reunião. O senhor atendeu prontamente e para nós é motivo de satisfação.

Presidente Nelsinho, Srs. Senadores, demais convidados aqui presentes, todos os que vieram aqui, à imprensa, meu muito bom dia.

Eu tive a oportunidade de fazer uma viagem, no começo deste mês, ao maior congresso de telecomunicações, ali na Espanha, eu, o Senador Amin, outros Senadores, o Arolde, Deputados, uma comitiva, e tivemos a oportunidade de ter o Ministro Marcos Pontes conosco durante alguns dias e pude ver o quanto ele é entusiasta e o quanto ele entende da questão da Ciência e Tecnologia e quanto foi um defensor e trabalhou para que esse momento acontecesse, a assinatura desse acordo.

Então quero dar as boas vindas a todos vocês.

Eu queria aqui, para darmos início ao debate, conceder a palavra ao Ministro Marcos Pontes.

V. Exa. dispõe de 30 minutos para fazer a sua exposição.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Bom, apenas para explicar como vai ser a dinâmica dos trabalhos. Hoje, depois desta reunião, nós vamos ter a nossa reunião ordinária, e eu solicito aos Srs. Senadores que, se puderem continuar presentes, vai ser de grande valia para a celeridade dos nossos trabalhos.

Com muito prazer, gostaria, líder do Governo Fernando Bezerra, de ressaltar a grande valia que tem sido, da parte dos Ministros do Governo, a atenção que têm dado à nossa Casa.

Ontem, em um determinado momento, nós tínhamos três Ministros aqui participando dos nossos debates. Então é com muito prazer que concedo aqui a palavra ao Sr. Ministro Marcos Pontes.

V. Exa. dispõe de 30 minutos com alguma tolerância e, posteriormente à sua exposição, concederemos as palavras aos Senadores e Senadoras inscritos, e aqueles que não fizeram que o façam, para que a gente possa organizar a lista.

Já temos quatro Senadores inscritos. Cada um vai ter cinco minutos para interpelação, para as perguntas, e assegurado igual prazo a V. Exa. para as respostas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Poderá ser dada também a réplica para o debate ser dinâmico e proveitoso e a tréplica para V. Exa. terminar, caso tenha a réplica.

Com a palavra o Sr. Ministro Marcos Pontes.

O SR. MARCOS PONTES – O.k. Bom dia a todos. Antes de mais nada, gostaria de expressar o prazer que eu tenho de estar aqui, de participar, e agradecer por esta oportunidade de trazer notícias boas para o Brasil, trazer notícias boas principalmente para a população do Maranhão.

Antes de mais nada, gostaria de cumprimentar então o Senador Nelsinho Trad, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional; Senador Vanderlan Cardoso, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática do Senado, Senador Marcos do Val, Vice-Presidente da Comissão de Relações Exteriores, Senador Fernando Bezerra, Líder do Governo; o meu amigo, Senador Chico Rodrigues, também presente; Senador Amin; Júlio Semeghini...

Bom, gostaria de cumprimentar todos e novamente ressaltar a importância desse acordo assinado. Aqui é importante reconhecer o trabalho do Comando da Aeronáutica dentro da negociação desse acordo, assim como do Ministério das Relações Exteriores.

Esse acordo é uma melhoria do acordo, uma ótima – vamos dizer assim – melhoria do acordo apresentado lá no começo dos anos 2000. Naquela ocasião, nós tivemos muitos *imputs* a respeito do acordo, da melhoria desse acordo, e eles foram implementados praticamente na totalidade, ou seja na maioria, nesse novo acordo que hoje eu vou apresentar.

Eu vi muita coisa, muita coisa na Impensa e etc. aqui, e muita desinformação com relação ao que significa realmente esse acordo.

E hoje vocês vão ver que é muito diferente do que foi dito e ele significa na verdade a abertura de uma possibilidade muito grande de nós, no Brasil, utilizarmos o Centro de Alcântara como um centro comercial que vai trazer riquezas para o País, mais qualidade de vida, mais desenvolvimento social e mais desenvolvimento econômico para aquela região.

Então vamos começar...

Ah, eu esqueci, a Senadora Kátia Abreu, desculpa, agora que chegou aqui...

Então, eu queria começar mostrando o seguinte: este aqui vai ser um vídeo curto que vai dar um sumário a respeito do acordo. Eu acho interessante assistir de início, para se ter uma ideia do que nós vamos falar por aqui.

Vamos dar uma olhadinha neste vídeo.

Acho que tem som aí conectado no vídeo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, vamos ver.

Dá para soltar o vídeo? Porque ele não está querendo rodar por aqui.

(*Procede-se à apresentação de vídeo.*)

O SR. MARCOS PONTES – O.k.? Parabéns, ela é nossa Izabella Camargo, está ali a Izabella; pelo vídeo também.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. *Fora do microfone.*) – Muito convincente.

O SR. MARCOS PONTES – Pois é.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCOS PONTES – Está cumprida.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. *Fora do microfone.*) – Muito convincente.

O SR. MARCOS PONTES – Bom, então vamos lá: eu vou explicar aqui, começando... Acho que todo mundo deve ter recebido esse *booklet* aqui. Ele contém essas informações que eu vou falar durante a apresentação e é bom que fique como registro, para que, se surgir alguma dúvida, já está aqui também. Mas eu vou explicar aqui cada detalhe.

Primeiro, é importante entender o que significa operação comercial de um centro. Então, eu vou dar tipo um exemplo simples aqui, para se ter uma ideia. Suponha que eu tenha aqui um portfólio de lançadores – foguetes lançadores –, com várias características diferentes, e esses foguetes lançadores podem ser de empresas de diversos países: Japão, Alemanha, Estados Unidos; diversos países podem ter esses lançadores. É feito esse acordo com essas empresas lançadoras, de forma que... E suponha que um país como Portugal tenha um satélite a ser lançado e ele traz para nós esse satélite – a intenção é lançar do Centro de Lançamento de Alcântara –, e diz: "Meu satélite tem essas características e eu preciso colocá-lo em uma certa órbita, em um certo ângulo de órbita, numa certa altitude". Com isso, os técnicos vão conversar e olhar, nesse portfólio de lançadores possíveis, quais são aqueles que se encaixam, e aí existe uma negociação, logicamente, de preço, com relação a esses lançadores, e eles escolhem um lançador. Vamos supor que eles tenham escolhido um lançador japonês; então, vai ser um lançador japonês levando um satélite português. Isso vai ter um preço. A empresa portuguesa que está lançando esse satélite vai pagar por esse lançamento; uma parte desse recurso, obviamente, é passada para a empresa japonesa que tem o lançador, outra parte fica aqui no Brasil, para que nós usemos aqui no País; então, isso é pago para o centro de lançamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, deu para entender como é a ideia, numa maneira muito simplista. Lógico que tem os acordos todos sobre isso, mas é uma maneira muito simples de como utilizar o centro comercialmente.

Ali, então, tem alguns...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Fora do microfone*.) – Sr. Ministro.

O SR. MARCOS PONTES – Pois não?

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Fora do microfone*.) – Mais ou menos o preço?

O SR. MARCOS PONTES – A gente não tem ainda isso, porque depende dos contratos com as empresas a serem feitos. Depende do tamanho, do tipo de órbita, do tipo do lançador. Esses valores, a gente pode falar em torno... pelo menos na casa de centenas de milhões de dólares, e isso aí, você vê que, se colocar... Depois eu vou mostrar os números gerais, que eles são valores bem grandes. Colocando aqui: de US$40 a US$200 milhões. Então, ele amplia muito, por causa do... Ele é de um *range* muito grande... Porque pode ser desde uma órbita pequenininha, que vai ficar muito mais baixo, até uma coisa muito mais complexa, um foguete muito maior, que vai ficar muito mais caro. Então, isso depende desses lançamentos.

Ali eu coloquei, só para ter uma ideia; não aparece lá, mas tem um satélite ali do lado, alguns foguetes, só para dar essa noção do que é feito. Isso já é feito, por exemplo, no Kennedy Space Center, lá no Cabo Canaveral, ali na Flórida. Então, essa é a parte da operação comercial, como funciona. O que é esse Acordo de Salvaguardas Tecnológicas? Como o nome diz, acordo de salvaguardas, de proteção tecnológica. Então vamos começar falando o que ele não é: ele não é acordo de cessão de terra, ele não é acordo de aluguel; ele simplesmente trata da proteção de dados tecnológicos. Por que isso acontece?

Os Estados Unidos, por toda a pujança de ciência e tecnologia que eles têm e o protagonismo no setor espacial, 80% dos satélites lançados, e mesmo foguetes construídos em outros países, usam um ou outro componente americano. Esse é o ponto crucial aqui: usam um ou outro componente americano. Significa o seguinte: se eu quero ter esse portfólio de foguetes lançando satélites de vários países, é importante que os Estados Unidos, que possuem essa tecnologia, colocada nos satélites e nos foguetes, nos permitam fazer esse lançamento, nos permitam fazer esse contrato. Porque esse tipo de atividade tem uma importância muito grande, o sigilo das informações, para que aquele componente que está colocado não seja copiado indevidamente por alguém. Então, o que esse acordo diz, em palavras muito simples, é o seguinte: não é o Brasil que autoriza nada. São os Estados Unidos que permitem que o Brasil lance foguetes e satélites de quaisquer nacionalidades, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

possuam componentes americanos embarcados. Em troca dessa autorização dos Estados Unidos, nós garantimos que nós vamos proteger essa tecnologia americana, para que ela não seja copiada durante o processo de montagem do satélite de lançamento. É só isso o que o acordo é. Deu para notar como é uma coisa muito mais simples do que se imagina?

Esse acordo, é importante ressaltar, ele já é utilizado por países como China, Ucrânia, Rússia, Índia; os Estados Unidos têm esse acordo com todos esses países, e é normal, isso é de praxe dentro dessa atividade.

O que são veículos lançadores, ou foguetes lançadores, como as pessoas falam? São, como o nome diz, foguetes que têm um compartimento em que a gente possa colocar um satélite ou possa colocar uma carga útil, como a gente costuma chamar, e lançar no espaço, numa órbita adequada, em termos de ângulo e em termos de altitude.

O que é um satélite? Tecnicamente, um satélite pode ser qualquer coisa que orbita um objeto maior, ou que vai junto com um objeto maior. Na Rússia eles chamam de *sputnik* – inclusive eles chamam o marido de *sputnik* ou a mulher de *sputnik*, porque vivem perto um do outro. Então, qualquer coisa que vai um objeto com outro perto é um satélite. No caso, a gente tem satélites naturais e satélites artificiais. A lua, por exemplo, é um satélite natural da Terra. E nós temos...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Fora do microfone*.) – O 2 ali é o corpo e a asa?

O SR. MARCOS PONTES – Ah, aquilo ali do satélite? O satélite, no centro, é a parte operacional e o outro são painéis solares, que produzem energia para movimentação, para operação do satélite. Então, os satélites têm uma série de utilidades. O Brasil, continental como é, exige a necessidade de satélites, e muitos outros países precisam de lançamentos de satélites. Por isso que esse centro passa a ser extremamente importante, e esse acordo viabiliza comercialmente o centro.

Espaçonaves. Na verdade, qualquer tipo de equipamento que vá ao espaço, que opere no espaço. Pode ser um foguete, pode ser um satélite, qualquer coisa pode ser chamada de espaçonave; algo que navega pelo espaço.

Mísseis. Aí é uma diferença grande. Quando a gente fala de um míssil, a gente está falando de um emprego bélico de alguma coisa. Então, um foguete com uma ogiva nuclear no meio é um míssil. Então, é uma coisa completamente diferente do que o que a gente está falando aqui. O detalhe é o seguinte: esse acordo não contempla nenhum tipo, nem qualquer tipo de parte bélica. Então, a gente não está ali para lançar míssil de ninguém; é proibido, diga-se de passagem, esse tipo de operação lá. Mesmo porque o Brasil é signatário desse regime de controle de mísseis – o MTCR, junto com aqueles outros países. São 35 países, o Brasil é signatário, o que nos impede legalmente e internacionalmente de fazer qualquer tipo de uso da base para o lançamento de mísseis de outros países, ou mesmo de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ajudar na montagem de mísseis, ou qualquer coisa desse tipo. Então, isso descarta qualquer – ouvir a palavra "míssil" não tem absolutamente nada a ver com o que nós estamos falando aqui.

Quais são os benefícios desse acordo? Bom, quando foi assinado esse acordo pela primeira vez, passou e foi rejeitado no Congresso há 20 anos atrás, como eu falei, depois tudo isso foi estudado para melhorar, para atender muitos dos pedidos que foram feitos, das críticas que foram feitas, durante esses 20 anos que se passaram, considerando o mercado internacional – e é um mercado muito bom, de que o Brasil não pode deixar de fazer parte –, durante esse tempo todo, o Brasil veio perdendo dinheiro; infelizmente, é isso. Você ter uma fábrica que não está produzindo nada, você está perdendo dinheiro para manter aquela fábrica e, além disso, você está deixando de ganhar dinheiro no mercado.

Falando da parte de ganhar dinheiro, nesses 20 anos nós perdemos aproximadamente US$4 bilhões ali, mais ou menos R$15 bilhões, isso considerando que o Brasil tenha só 5% do mercado de lançamento mundial. Então, dá para ver quanto nós perdemos de recursos nesse tempo todo.

Como é esse mercado? Aí que vêm os números importantes. Esse mercado, atualmente, tem aproximadamente US$350 bilhões – o mercado de lançamento movimenta aproximadamente US$350 bilhões no mercado global.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCOS PONTES – Bilhões de dólares. E de dólares! Imagina, é um valor grande. Se nós pegarmos só 1% desse valor, US$3,5 bilhões por ano, no nosso centro – a gente está sendo muito modesto; 1% só de todo o mercado –, a gente consegue colocar, ou produzir, no nosso centro, uma parcela aí de US$3,5 bilhões. Dá para ver que isso dá para mudar a vida de muita gente, de toda aquela comunidade do entorno também.

E esse mercado cresce, e ele vai crescer cada vez mais. Em 2040, a expectativa é que chegue a US$1 trilhão por ano, e isso significa US$10 bilhões por ano, ou seja, com 1% só.

Com a aprovação do Acordo de Salvaguardas Tecnológicas, o que a gente consegue? Primeiro, inserir o Brasil nesse mercado.

Como eu falei, como a maioria das espaçonaves no mundo usam peças americanas, sem autorização deles – o que nós obtivemos através desse acordo –, nós não conseguiríamos estar nesse mercado, mas agora a gente precisa dessa aprovação aqui dentro.

A meta conservadora de ocupar 1%, o que acabei de falar, produziria US$3.5 bilhões atualmente e US$10 bilhões a partir de 2040. Isso vai colocar o Brasil como um grande participante do mercado mundial de lançamentos. O que significa isso? Isso é a parte importante. Eu tenho falado muito para quem tem acompanhado as nossas atividades no Ministério que ciência e tecnologia são a ponta de desenvolvimento de qualquer país. Se a gente observar os países desenvolvidos, vai ver que, quando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eles entram em crise, eles aplicam mais, investem mais em ciência e tecnologia, porque sabem que esse é o caminho para tirar o país da crise: daqui para frente vai haver empregos diferentes, indústrias diferentes e a tecnologia vai dominar tudo isso. A tecnologia vai dominar tudo isso. A tecnologia está na saúde, na segurança, na agricultura, em todo lugar. Então, a gente precisa ter uma ciência e tecnologia mais fortes.

É importante que nós participemos não só dentro dos laboratórios, não; ciência e tecnologia precisam estar na vida das pessoas. Como a gente pode melhorar a qualidade de vida das pessoas com ciência e tecnologia? Como a gente consegue colocar mais riquezas para o País através de ciência e tecnologia? Tudo isso faz parte do que estamos falando aqui, do que esse acordo pode trazer.

Então, a gente vê ali, de imediato, que aprovar esse acordo significa gerar mais empregos para a região. Isso é uma coisa sobre a qual a gente já tem conversado há algum tempo, a respeito da necessidade de incluir o centro de lançamento dentro da vida das pessoas ali, pessoas da região têm que ser preparadas para poder trabalhar dentro do centro, empresas da região têm que ser incentivadas ou criadas para trabalhar em conjunto com o centro. Isso gera mais empregos, gera novas empresas, amplia o empreendedorismo local, fixa as pessoas no local, amplia negócios de base local. Imaginem toda aquela movimentação em torno da base. Você melhora restaurantes, a barbearia, a padaria, aqueles negócios de base, tudo é melhorado com isso. Melhoria da educação local, porque a gente precisa preparar as pessoas para que elas participem de tudo isso; formação de mão de obra especializada, isso a gente pode fazer e vai fazer com relação a Senai, escolas técnicas, etc.; melhoria da infraestrutura básica, etc., ou seja, isso é a abertura, um ponto de inflexão no desenvolvimento econômico e social naquela região.

E por que estou falando isso? Porque eu vejo isso nos países.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS PONTES – Então, o que acontece? Por exemplo, isso aqui é um mapa do Kennedy Space Center. O Kennedy Space Center fica numa região que tem Titusville, que é uma cidade em frente, do lado de lá do rio, e Cocoa Beach. Lembram quando houve aquela bolha econômica nos Estados Unidos, em 2008, em que tudo foi afundando e pararam o programa do ônibus espacial? O Kennedy Space Center tinha a responsabilidade de receber o ônibus espacial, fazer a manutenção e lançar o ônibus espacial. Com isso, tínhamos oito mil funcionários dentro do Kennedy Space Center, metade da Nasa e a outra metade de empresas locais. Isso movimentava o comércio e toda aquela região. De repente, param os ônibus espaciais. Aquela região afundou que dava pena, dava dó de ver aquilo. Eu olhava em Titusville, o *shopping* fechou, a maior parte do comércio fechou, as pessoas se mudaram de lá, a cidade afundou. Em Cocoa Beach a mesma coisa, só não afundou tanto porque havia o turismo da praia ali.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De repente, o que a Nasa fez? Ela tornou o centro espacial... Não foi só a Nasa, o Governo americano tornou o centro espacial um centro de lançamento comercial, exatamente o que a gente quer fazer. Com essa mudança de paradigma com relação ao centro, entraram uma série de empresas privadas para trabalhar ali, como a Boeing, a Blue Origin, a Lockheed, a SpaceX. Com isso, vá lá no Kennedy Space Center hoje em dia. Aliás, eu aconselho, até seria interessante ir lá para dar uma olhada no que acontece. A cidade de Titusville e de Cocoa Beach estão pujantes, já não tem mais espaço, empresas, empregos. Você vê a mudança que houve. Eu coloquei aquela foto da vila de Cocoa Beach, é esse tipo de desenvolvimento que a gente precisa ter. As pessoas precisam ter orgulho do centro que está ali. Tentem tirar aquele centro de lá e você vai ver o que o pessoal de lá vai falar, o pessoal de Cocoa Beach e de Titusville, daquela região toda.

Isso está lá nos Estados Unidos. Ah, mas isso é Estados Unidos. Não, está aqui perto também. Em Kourou, na Guiana Francesa, quem for lá vai ver a pujança do centro, vai ver como ele alterou todo aquele entorno em termos de desenvolvimento social e econômico.

Por que Alcântara? Aquela pergunta: por que em Alcântara? Esse aqui é o mapa do nosso litoral norte. Aquela linha amarela é o Equador. Alcântara está próxima ao Equador, cerca de dois graus ao sul. Tecnicamente, todo esse litoral norte serviria de forma maravilhosa para fazer lançamentos de foguetes. Qualquer parte desse litoral norte próximo ao Equador. Inclusive se fosse no Amapá seria 100%. Por que a gente escolhe próximo do Equador? Imaginem – agora tem que usar um pouquinho de imaginação – que aqui está o Planeta Terra, tem o Equador aqui. Vai diminuindo o diâmetro até chegar ao polo. A Terra está girando. À medida que ela vai girando, a velocidade escalar... É lógico que a velocidade angular é igual para todo mundo, mas a velocidade escalar no Equador é muito maior do que a velocidade lá. Então, essa velocidade escalar é usada para ajudar a empurrar o lançamento do foguete, por isso a gente sempre lança o foguete para o leste e não para o oeste, contrário à velocidade da Terra, porque a gente já usa essa velocidade da Terra. Se você lança do Equador, você tem muito mais empurrão da velocidade da Terra do que se você lança de um diâmetro menor; você tem muito mais impulso para lançar, muito mais velocidade inicial, vamos chamar assim. Com isso, lançar perto do Equador significa gastar menos combustível para jogar o foguete numa órbita. A posição dali também ajuda porque você pode lançar desde órbitas polares, ou seja, lançando naquele sentido, ou 90 graus, praticamente órbitas equatoriais. Então, esse litoral também dá essa facilidade em ângulo de órbita. Eu digo o seguinte: se você lançar num ângulo errado, para fazer correção de ângulo de órbita gasta muito combustível, fica muito ruim para fazer. Então, o ideal é já lançar no ângulo desejado.

Todo esse litoral norte oferece essa possibilidade muito grande. Numa das reuniões que tivemos lá no ministério, um Deputado da Bahia que esteve lá com a gente falou assim: "Por que não lança da Bahia?" Então, tem muita gente interessada em fazer, logicamente porque sabe todos os benefícios que um centro desses pode trazer para a comunidade local.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas por que Alcântara? Bom, Alcântara, o pessoal chama de Janela Brasileira para o Espaço. Roi escolhida lá, atrás, para que fosse feito por ali, pelas condições que se apresentavam naquele momento; e até hoje a gente já tem lá as instalações básicas construídas no centro, estão prontas para fazer alguns lançamentos.

Deixa eu falar sobre esse "alguns lançamentos" pelo seguinte: dependendo do tipo de lançador, se a gente faz um contrato com uma empresa que tem lançador lá, do Japão, aquele foguete tem as suas partes específicas para o lançamento. Então, vai ter que ser construída na área do centro a plataforma específica para aquele tipo de foguete.

Então, essa empresa que venha se compromete a construir aquela base deles ali, para fazer o lançamento, e a gente faz toda a operação do lançamento, o acompanhamento e tudo o mais, o *tracking*...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Fora do microfone*.) – A fábrica fica dentro do circuito?

O SR. MARCOS PONTES – Não é uma fábrica, é só a instalação mesmo. É diferente, é uma... Cada foguete vai precisar de certas estruturas para o lançamento que são um pouco diferentes das outras. Por exemplo, lá, no Kennedy Space Center, a SpaceX está modificando completamente o 39A, que era a plataforma usada pelo ônibus espacial, que tinha certas características. Agora, para o Falcon, que é o foguete da SpaceX, teve que ser modificada a estrutura.

Então, há algumas fotos aí do centro e, aí, eu gostaria de colocar aqui algumas perguntas e respostas que a gente veio colecionando, já para ajudar nisso.

Então, de novo, o que é esse Acordo de Salvaguardas? Eu vou só repetir aqui, para quem chegou também um pouco depois, esse Acordo de Salvaguardas, em palavras simples, é o seguinte: os Estados Unidos – não é o Brasil que permite – permitem ao Brasil lançar foguetes e satélites de quaisquer nacionalidades; por exemplo, um foguete chinês, um foguete japonês, com um satélite de qualquer nacionalidade, um satélite alemão, por exemplo, ou português, que contenha componentes americanos, e é aí onde está a parte essencial disso.

Então, aquele satélite tem um componente americano, os Estados Unidos permitem que nós lancemos aquele satélite português, desde que nós nos comprometamos a proteger essa tecnologia, para não deixar que ninguém copie ilegalmente essa tecnologia. Ponto. O acordo é só isso. Nós não cedemos nenhuma parte do território nacional, nós não autorizamos os Estados Unidos a lançarem qualquer coisa aqui que eles queiram, nada disso. É só com relação a isso. Eles autorizam que o Brasil lance satélites que tenham peças americanas e o Brasil se compromete em proteger as tecnologias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por que com os Estados Unidos? Bom, simplesmente porque 80% dos satélites e foguetes do Planeta têm partes americanas. Então, esse acordo é essencial. Caso contrário, não se viabiliza a comercialização dos lançamentos lá do centro.

Qual a importância do acordo? A importância é justamente isso que eu falei. Os Estados Unidos são o país que detêm a grande parte da tecnologia empregada em satélites e foguetes do mundo. Então, para que nós possamos fazer esses contratos com esses outros países, nós precisamos da autorização dos Estados Unidos para que eles sejam lançados com esses componentes americanos.

O acordo permite o lançamento de mísseis? Não. Esse é um negócio que ouvi antes de vir para cá, na imprensa, mas o acordo não permite o lançamento de mísseis. Não tem nada a ver com a parte militar. É proibido o lançamento de mísseis de lá, exceto se a Força Aérea Brasileira quiser lançar um míssil brasileiro. Mas não tem o caso de um outro país, se o Japão quiser lançar um míssil aqui, proibido, não existe o caso. O Acordo não contempla isso.

O acordo ameaça a soberania nacional? De forma alguma. Eu já andei falando isso por aqui, mas dá para ver que esse acordo é simplesmente um acordo em que os Estados Unidos autorizam o lançamento de satélites e foguetes com partes americanas. Não tem nada a ver, não é... O que o acordo não significa? Por exemplo, não é a construção de uma base norte-americana, não é o emprego... Eles não vão, ninguém vai controlar o centro, só nós que controlamos o centro. Ele não é de uso militar dos Estados Unidos, nada disso. Tudo conosco.

Quem vai controlar o centro de lançamento? Nós. Vai continuar como está. O Brasil controla o centro de lançamento como um todo, tanto as operações do centro quanto o acesso a qualquer parte do centro. Deixa eu explicar essa parte do acesso a qualquer parte do centro, porque isso aí pode gerar certas dúvidas.

Existe, para que a gente cumpra a nossa parte, já que os Estados Unidos estão autorizando o Brasil a lançar... Como eu falei naquele exemplo do início, imagine um foguete japonês com um satélite português. Então, nós nos comprometemos a proteger a tecnologia americana. Para isso, como a gente faz? Ah, detalhe, há esse acordo agora com os Estados Unidos, mas talvez a gente tenha que fazer outros acordos semelhantes com outros países que tenham peças também em foguetes, como Japão, Israel etc.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS PONTES – A forma é igual. Você tem uma área restrita em que aquele satélite é trazido para essa área restrita. Então, lá está o representante do satélite português, que está lá para proteger a tecnologia dele, está o representante daquela parte americana que está instalada no satélite, para proteger a tecnologia dele, e está o Brasil lá, para fiscalizar tudo isso. Os Estados Unidos ou Portugal falam assim "Eu quero registrar Fulano e Fulano e Fulano para entrarem nessa área". Tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que passar por nós para saber se nós autorizamos ou não aquela pessoa a pertencer, a entrar naquela área restrita.

Então, o controle é completamente nosso. E, outra coisa, nada disso impede o Brasil de continuar, e é essa a ideia, no desenvolvimento do nosso programa espacial.

Alugar Alcântara? Não. Eu acabei de explicar, não tem nada a ver com aluguel de Alcântara.

O que o Brasil ganha com o acordo? Bom, o Brasil potencializa o seu programa espacial e agora consegue, através desse acordo, lançar, fazer acordos e contratos com empresas do mundo todo que usam partes americanas também.

Por que o centro? Disso eu já falei lá, atrás, porque a gente escolheu o centro ali, que já está montado.

Há previsão de transferência de tecnologia entre os países? Não. O acordo é justamente para isso, para impedir que essa tecnologia americana seja roubada por algum lugar etc.

Então, o acordo não prevê nenhum tipo de transferência de tecnologia. Por outro lado, outros acordos dentro desse contexto de utilização comercial podem incluir elementos em que nós tenhamos um acordo de transferência de tecnologia com outros parceiros.

Qual o impacto para a comunidade local? Já falei ali na geração de empregos, desenvolvimento econômico e social.

Aqui há uma série de dúvidas das redes sociais. Se der tempo aqui de ver, nesses três minutos. Pode ser?

Então, está. Mas há algumas perguntas aqui que a gente respondeu também.

Mas tem aí, para quem recebeu o *booklet*, tem tudo no *booklet*, está o.k.? Para não dar dúvida.

A gente está à disposição aqui.

Obrigado, gente.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradecemos a fala do eminente Ministro Marcos Pontes.

Passo, agora, a palavra aos Senadores previamente inscritos, obedecida a ordem de chegada.

Já observei que, em outras Comissões, o Presidente sempre antecede as suas perguntas.

Mas eu quero socializar a minha Presidência com V. Exa. e vou respeitar a ordem de inscrição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós vamos fazer um bloco, Sr. Ministro. São três Senadores por bloco que vão fazer as perguntas. Gostaria que V. Exa. anotasse essas perguntas e respondesse após o terceiro Senador se pronunciar.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Um limite de quanto tempo?

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Um limite de cinco minutos.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – De três minutos.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – De três minutos. Está bom.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Presidente, queria só saber sobre os autores do requerimento, se terão ordem de preferência.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Sim, o primeiro Senador inscrito é Espiridião Amim, depois Eliziane Gama e Roberto Rocha.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – São os três primeiros.

Então, com a palavra o Senador Espiridião Amim.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Serei muito conciso. Tenho respeito ao tempo que todos nós devemos estreitar.

Quero apenas reiterar as palavras do Senado Vanderlan. Foi um privilégio para nós, para a Deputada Angela Amin – que é o Sputnik que está aqui me vigiando -, para o Senador Arolde de Oliveira e para o Senador Vanderlan acompanharmos o nosso Ministro num dos encontros que, de maneira mais cabal, nos atualizou em matéria de inteligência artificial e perspectivas desafiadoras em matéria de tecnologia de informação e comunicação. Vou restringir as minhas palavras a um agradecimento prévio pela aceitação do convite do Deputado Daniel Freitas, que subscrevo, para estarmos juntos amanhã em Santa Catarina.

Minha única pergunta é a seguinte...Li as restrições positivas, ou seja, o que pode ser operado no centro aeroespacial, os componentes, quem tem componentes disso, quais são os países. O senhor até mencionou que podem ter partes de Israel. Pergunto o seguinte: tem algum país vetado? Se o Brasil

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tem relações comerciais e diplomáticas com um país, nós não podemos importar restrições – restrições no sentido negativo da palavra - alheias, *not in our backyard*. No deles sim, no nosso não. Aliás, como diz a rendeira da ilha: "É melhor no deles do que no nosso." Então, restrições alheias nós não gostaríamos de importar, nem na linha horizontal de relações nem na linha hereditária, de pais, avós, bisavós. Então, essa é a minha pergunta muito sincera, objetiva, e V. Exa. entendeu bem o sentido dela.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Com a palavra a Senadora Eliziane Gama.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente, colegas, Ministro Marcos Pontes, gostaria inicialmente de cumprimentá-lo e de dizer-lhe de minha satisfação de participar, neste momento, de um debate muito importante para o Maranhão e para o Brasil.

Inicialmente, Ministro, queria deixar aqui registrado o interesse de todos nós, maranhenses, de ver o Maranhão despontando em nível nacional e internacional e, sobretudo, na defesa do nosso País, na tecnologia, no crescimento e no desenvolvimento. Então, de antemão, queria deixar registrados os nossos interesses em relação ao crescimento do Maranhão.

Mas queria trazer aqui, Presidente, algumas preocupações sobre as quais gostaria que o senhor tivesse mais clareza e detalhamento.

Inicialmente é referente à questão do acordo em si. Quando se fala, por exemplo, acerca da utilização de recursos da atividade de lançamento, ou melhor, dos recursos advindos a partir do acordo, faz–se uma restrição sobre a utilização desse recurso. Ele será utilizado no Programa Espacial Brasileiro, mas faz-se uma ressalva sobre o programa de lançadores. Queria que o senhor me explicasse melhor o porquê dessa restrição.

Ao mesmo tempo, ainda no acordo, fala-se da realização de inspeções ou verificações sem a prévia autorização do Governo brasileiro e nem de representantes brasileiros. Então, que o senhor me explique quais são essas inspeções e verificações e por que o Brasil teria de fazer essa autorização. Coloco no sentido dos princípios das garantias da soberania nacional.

Um outro ponto, que o senhor inclusive colocou agora há pouco, mas que para mim ainda não ficou muito claro, é sobre a transferência de tecnologia. Nós temos, por exemplo, a questão da juventude brasileira, do capital intelectual que nós temos, de fato, muito grande, e a necessidade de transferência de tecnologia americana para o Brasil. Queria saber se isso não consta. Aliás, esse foi um dos pontos que levou, por exemplo, à não concretude do acordo, na época do Governo Fernando Henrique, pois este Congresso acabou não autorizando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Um outro ponto específico é o porquê do não envolvimento e qual a dificuldade do não envolvimento do Governo do Maranhão nas discussões acerca desse novo projeto. Conversei com o Governador Flávio Dino e ele não tem nenhuma resistência. Ao contrário, acha importante. Agora, resguardando, naturalmente, o que isso vai representar para o Estado do Maranhão, considerando, também, a importância que o Estado tem nesse debate: nós estamos numa Federação. O Estado do Maranhão tem a sua primazia e precisa, também, ser considerado.

Ainda nesse mesmo quesito. Para mim, a maior preocupação – e falo isso de uma forma muito especial – é sobre as comunidades do entorno. Nós tivemos, há 30 anos, o remanejamento de 250 famílias, inclusive comunidades tradicionais, comunidades quilombolas. Naquele momento, houve acordo de indenização e vários outros que foram feitos no sentido de trazer uma compensação financeira para aquela comunidade. Isso não ocorreu. Houve o remanejamento e os prejuízos acontecem até hoje. Queria saber do senhor qual a preocupação. O senhor colocou, na sua exposição, que a comunidade local ganha, mas ganha o quê? O que será feito? Haverá uma expansão, do ponto de vista físico? Se houver remanejamento, o que vai acontecer? Por exemplo, quando a gente tem as implementações dos grandes empreendimentos, a exemplos de hidrelétricas, de mineradoras, você traz uma compensação financeira para a comunidade. Alcântara, Ministro, é uma cidade histórica, uma cidade que precisa de apoio econômico, inclusive. É muito contraditório você ter, dentro de Alcântara, uma base espacial que levanta os interesses internacionais se as comunidades do Município não têm, na verdade, nenhum tipo de ação, do ponto de vista econômico, que traga o seu crescimento, o seu desenvolvimento.

Gostaria já de finalizar sobre essas diferenças básicas. Falei da questão da soberania nacional em relação às inspeções, falei da questão da transferência de tecnologia e falei das comunidades locais. Aliás, foram três pontos que não foram considerados lá atrás, no acordo, no Governo Fernando Henrique. De forma muito mais sintética e muito mais clara para a gente, o que seria a diferença básica entre esses dois acordos? Que o senhor pudesse nos colocar de uma forma muito clara.

Para finalizar, Ministro, mais uma vez, se esses critérios forem considerados, tenho – e digo da minha parte – todo o interesse e o empenho de que esse acordo seja aprovado nesta Casa, para que o Brasil e o Maranhão possam crescer. Agora, não podemos admitir que o nosso povo, que as comunidades tradicionais não sejam consideradas num acordo com essa magnitude, com essa importância para o Brasil e para o mundo.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Com a palavra o Senador Roberto Rocha, que esteve presente no ato de assinatura desse acordo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MA) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, quero cumprimentar o Ministro Marcos Pontes e falar da alegria de vê-lo aqui uma semana após estarmos juntos em Washington – eu, o Senador Nelsinho Trad e tantos outros companheiros –, para esse importante ato que foi a assinatura do Acordo de Salvaguarda Brasil-Estados Unidos.

Não quero ser repetitivo, apenas ressaltar o que já foi dito aqui e o que ouvimos lá muito claramente. O acordo prevê que satélites sejam lançados de Alcântara e limita o uso para fins pacíficos. Esse delírio de dizer que se pretende usar Alcântara para invadir a Venezuela, por exemplo, é algo absolutamente ridículo, de tal modo que é preciso que isso seja, desde já, esclarecido.

A soberania brasileira, muito diferente daquilo que foi feito há quase 20 anos, está completamente resguardada, completamente resguardada. Em verdade, não é o Brasil que vai autorizar os Estados Unidos a lançarem foguetes e satélites, é até o contrário, os Estados Unidos vão autorizar o Brasil a lançar foguetes e satélites, aqui no território brasileiro, no Maranhão, em Alcântara. Oitenta por cento dos satélites e foguetes no mundo, atualmente, utilizam partes, artefatos americanos. É óbvio que aquele acordo com a Ucrânia ia dar no que deu: um prejuízo bilionário e uma perda de tempo bilionária. Se 80% das partes são americanas e você não envolve os Estados Unidos, é para não funcionar mesmo.

Por quê Alcântara? Porque Deus deu ao Maranhão uma janela para os ares, para o espaço, e é em frente ao melhor porto das Américas, uma janela para os mares. Deu um de frente para o outro, dois extraordinários ativos: o lugar mais fundo das Américas e o lugar mais alto do Planeta. É por isso que Alcântara, dois graus abaixo da linha do Equador, é o lugar melhor para o lançamento de foguetes e satélites do mundo, economizando 30% de combustível. Esses países ricos querem economizar combustível apenas? Não, é porque um foguete, um satélite é como um avião de caça, tudo o que sobra é para colocar combustível. Quanto menos combustível gasta, mais sobra espaço para máquinas e equipamentos. É óbvio que ninguém vai pegar um satélite de cem metros e vai trazê-lo prontinho dos Estados Unidos para Alcântara. Claro que vão fabricar uma parte lá nos Estados Unidos ou em qualquer outro lugar, porque poderá ser feito um acordo com outros países que dominam essa tecnologia americana também. Claro! E uma parte do foguete, do satélite, será fabricado no Maranhão. Só isso justifica o desenvolvimento econômico e, consequentemente, social que virá com essa implantação.

Por que se chama de salvaguarda, acordo de salvaguarda? É exatamente para salvaguardar a tecnologia americana. Os Estados Unidos são a maior potência do mundo por que? Porque lá, nos primórdios, quem tinha mais força eram os bárbaros. Depois passou a ser quem tinha mais dinheiro, poder econômico; e atualmente é quem tem mais conhecimento, informação, tecnologia. E os Estados Unidos continuam sendo os que têm mais poder bélico, têm mais poder econômico e dominam a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tecnologia e o conhecimento. Dizer que os Estados Unidos têm que ficar fora por causa de uma ideologia idiota, antiamericanista, é negar o desenvolvimento do país.

Então, eu quero aqui saudar o Presidente Jair Bolsonaro, que resgata uma tradição, que ficou deixada de lado, de parceria saudável com os americanos. Esses que gostam de falar mal dos Estados Unidos adoram passar as férias lá, inclusive na Flórida, perto do Cabo Canaveral. Seria bom que fossem lá visitar para ver como está o Cabo Canaveral, um ponto turístico fantástico, que é o que vai virar Alcântara. Nós estamos falando da Nasa chegar lá no Maranhão, trazê-la para o Brasil.

E quero dizer que esse acordo tem um viés estritamente comercial. Nós temos que definitivamente enterrar a exploração política da pobreza e implantar a exploração econômica da riqueza. É inaceitável... E aqui eu quero saudar a presença dos outros dois Senadores do Maranhão, mostrando que o Maranhão está unido nesse quesito. E tudo que for de interesse do Maranhão e do Brasil, claro, estaremos juntos, porque representamos as mesmas pessoas, os mesmos interesses. E são os mesmos que também representam o Presidente da República, o Governador do Estado, os Deputados.

De tal modo que eu quero, caminhando para o final, Sr. Ministro, falar apenas para deixar assim mais uma das inúmeras vantagens que advirão com essa possibilidade de termos em São Luís essa base com os Estados Unidos e tantos outros países. São Luís é uma ilha.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MA) – Sr. Presidente, só para concluir. É uma ilha que é o dobro do tamanho de Cingapura – e eu quero aqui saudar a presença do Embaixador de Cingapura –, é maior que Hong Kong, é 16 vezes maior que a Ilha de Manhattan. São Luís tem o melhor porto, já disse, das Américas e está bem no meio da Alca. Alcântara faz parte da região metropolitana de São Luís. E nós temos a perspectiva, ainda neste ano – isso está no radar do Presidente da República, no radar de V. Exa. e de tantos outros –, de implantar em São Luís uma área de livre comércio voltada exclusivamente para exportação, a exemplo do que fizeram Cingapura, Hong Kong e tantos outros países. E Alcântara vai ser alcançada com os benefícios econômicos daquele projeto que tramita aqui e que se chama Zona de Exportação do Maranhão.

E aí, novamente, por que uma zona de exportação em São Luís? Porque há um porto. Por que não é, por exemplo, em Fernando de Noronha, que está até mais perto da Europa? Porque não há porto. É simples. Está lá o porto, está no meio da Alca, próximo dos mercados americano, europeu, asiático, pelo Canal do Panamá, etc.

E eu quero dizer que nós, assim tão convictos da importância disso, já estamos fazendo contato... Sei que V. Exa. também está empenhado nisso, o Governo brasileiro está empenhado em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trazer para o Maranhão ensino profissionalizante. Não adianta a gente desenvolver a economia se não incluir as pessoas.

Como é que você tem o melhor ativo do mundo, Alcântara. O Porto de Itaqui tem o povo mais vulnerável do País vivendo em cima. É como se se vivesse em cima do garimpo morrendo de fome. Não adianta você desenvolver a economia sem incluir as pessoas, porque não haverá desenvolvimento social. O maranhense vai ter emprego de vigia, de zelador, etc. Para isso é preciso capacitação. O maranhense é capaz, mas ele não é capacitado. E aí a gente tem a perspectiva de trazer, por exemplo, o conhecimento tecnológico da MIT e de outras entidades de ensino americanas. Para onde? Para Alcântara, para São Luís, gente!

Por fim, eu quero dizer a V. Exa. que dez, doze anos atrás foi de fato feito um TAC, um Termo de Ajuste de Conduta, que não foi cumprido. Isso criou um embaraço muito grande para as comunidades tradicionais do Maranhão, especialmente dos quilombolas de Alcântara. E eu falo aqui com muita tranquilidade. Sou um Parlamentar que há anos coloco recursos de emendas individuais para atender às comunidades quilombolas de Alcântara. Alcântara está na beira do mar, a água é salobra, no poço artesiano a água é salobra, como normalmente é nas comunidades à beira do mar. E nós estamos colocando lá neste ano 500 cisternas pela Codevasf, tratores, implementos agrícolas para as comunidades. E por que nós estamos fazendo isso agora, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores? E por que não foi cumprido o acordo passado? Porque se você faz um acordo hoje, por exemplo, para fazer um TAC com os quilombolas de Alcântara e o acordo foi para fazer um poço artesiano, a pergunta é: quem é que vai executar? É óbvio, o Poder Executivo. Não é o nosso Poder Legislativo. Mas, vem cá, e, no Executivo, quem vai executar? É o Ministério de V. Exa. de Ciência e Tecnologia? Não, porque não executa. É o Ministério da Aeronáutica? Não, porque também não executa. É óbvio que para executar vai ter que fazer convênio com o Estado ou com o Município. Daí a dificuldade, daí a dificuldade do passado. Não estou falando do presente. Agora o Governo Federal tem o seu próprio órgão executivo para executar aquelas necessidades dos quilombolas de Alcântara, uma empresa pública chamada Codevasf, que agora atua em todo o território maranhense, inclusive em Alcântara. E aí o Governo Federal não precisa fazer convênio com ninguém para lá dar uma canoa ou um foguete para quem quer que seja, porque a Codevasf faz de alfinete a foguete. É uma empresa pública desburocratizada na sua execução. E esse é um projeto que foi votado e aprovado aqui no Senado, na Câmara e hoje é lei, e, com muita honra, deste Parlamentar que lhes fala.

De tal modo que eu quero, por fim, agradecendo a tolerância do Presidente e de todos, dizer que apresentei ao Presidente da República, ao Governo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MA) – ... uma proposta para criação de *royalties*, um fundo social no valor de pelo menos 1% para a exploração econômica de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Alcântara. É mais do que justo. O Governo Federal recentemente, através do Ipea, lançou o IVS (Índice de Vulnerabilidade Social). Qual o Estado do Brasil que tem maiores comunidades vulneráveis? Lamentavelmente, o Maranhão. E aí a gente propõe a criação de um fundo, *royalties*, porque é dinheiro privado que vai para lá. Ora, se se faz isso com relação ao petróleo, à mineração, é óbvio que temos que fazer na indústria aeroespacial. E aí nós teremos... Nós estamos falando de quê? Se há a perspectiva de US$10 bilhões a serem investidos em Alcântara nos primeiros anos, com 1% estaremos falando de R$400 milhões para investir em comunidades tradicionais. Aí sim, é melhorar a vida das pessoas. Aí sim, é cuidar da vida das pessoas. Aí sim, é cuidar das pessoas. Não é controlar as pessoas.

Eu quero, então, cumprimentar V. Exa., ao final, perguntando o que acha da criação desse fundo para as comunidades tradicionais do Maranhão, não apenas quilombolas de Alcântara, mas de todo o Maranhão, quebradeiras de coco, indígenas, assentados, e etc.

Presidente, muito obrigado.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA) – Presidente, só uma...

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Senador Weverton.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA. Para interpelar Ministro.) – Só uma questão de tolerância aqui de parte dos colegas. Estou embarcando agora, mas eu não deixaria e não poderia deixar de estar presente nesta importante audiência – cumprimento o Sr. Ministro, o Sr. Presidente e todos os colegas Senadores – por se tratar, além de uma questão de interesse nacional, é no nosso Estado. Então, obviamente os três Senadores estão aqui mostrando o seu compromisso e reconhecendo a importância que o tema traz.

Sr. Ministro, estamos aqui, além dos três Senadores, o representante do Governo do Estado, o Secretário de Ciência e Tecnologia do Estado do Maranhão, que está representando nesta reunião o Governador Flávio Dino, o Sr. Davi Telles, que está aqui participando. Nós gostaríamos de lhe dizer que primeiro não somos, em momento algum, em hipótese nenhuma, contra qualquer tipo de projeto que traga desenvolvimento e que ajude a nossa Nação. É óbvio que tenho que ressalvar todos os pontos que foram colocados quanto à questão, por exemplo, das comunidades que estão instaladas no Município. E também já há traumas, porque nós não podemos esquecer que quando havia aquela expectativa, décadas atrás, a respeito de Alcântara, era todo mundo de olho para lá. Depois que ocorreu, infelizmente, aquela tragédia, aquele monte de lata e os danos causados, aí o mundo esqueceu e o Brasil também. E nós ficamos lá sofrendo com as comunidades e sofrendo as consequências daquele desastre.

Claro que nós não somos pessimistas. Achamos que já amadurecemos muito e que podemos melhorar. Então, o que nós precisamos fazer? E é importante a sua vinda porque demonstra isso. É dialogar. É importante conversar, esclarecer todos os pontos, melhorar o que tiver que melhorar. Eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tenho certeza de que conversando se resolve... E aí, juntando os pontos que foram colocados aqui pelos nossos colegas e pelo Governo brasileiro, nós iremos, acima de tudo, defender as pessoas e defender o nosso País.

(*Soa a campainha.*)

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA) – Era só essa consideração que eu queria fazer a V. Exa. e dizer que, quando o senhor puder, nós queremos marcar para que o Governo do Estado seja recebido junto com os Senadores, os Deputados e quem tiver interesse da comunidade acadêmica e também o Prefeito Anderson, do Município, todos, claro, interessados em saber qual é a repercussão concreta que vai acontecer dentro da cidade, dentro do nosso Estado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Com a palavra o Ministro.

O SR. MARCOS PONTES – Antes de mais nada, eu gostaria de agradecer as perguntas. Eu concordo 100%, que a gente precisa conversar, a gente precisa trazer, olhar lá... E há muitas alternativas. Eu falei que vim trazer notícias boas aqui justamente por isso. Um ponto importante para a gente começar a responder às perguntas é focar na questão de escopo. Nós estamos aqui falando do Acordo de Salvaguardas Tecnológicas. E o acordo, basicamente, embora ele seja um ponto de partida, na verdade é alguma coisa que vai possibilitar os outros passos. É como se fosse a implantação de um projeto que segue certos passos. O escopo do Acordo de Salvaguardas é basicamente tratar de que os Estados Unidos autorizam o Brasil a fazer o lançamento de satélites ou foguetes de qualquer nacionalidade que contenham peças americanas e o Brasil preserva essa tecnologia. Ponto. A partir desse acordo nós viabilizamos o centro, as possibilidades do centro.

E as outras partes? Como a gente vai auxiliar ou trabalhar com as comunidades locais? Como que nós vamos implementar, por exemplo, a educação? O que me interessa... O pessoal que me conhece fala que eu sou meio obcecado por educação, então, desculpem-me se eu ficar falando bastante de educação, mas a educação básica, a educação profissionalizante, a parte do empreendedorismo, tudo isso vem na consequência desse primeiro passo, que é esse acordo. Então, eu tenho algumas respostas aqui e as outras a gente vai ter que construir em conjunto.

Eu acho importante e quem me conhece sabe que eu gosto de conversar bastante. Aliás, eu preciso ir lá no local para ver e conversar com as pessoas. Eu gosto de conversar porque você tem muito mais ideias. Uma das coisas interessantes sobre a Estação Espacial Internacional é que as pessoas falam assim: "Ali você tem países de diversas culturas, de diversas línguas trabalhando em conjunto". E isso é uma das coisas que eu acho mais bonitas de lá, você consegue ter... Ao invés de usar diferenças e opiniões diferentes para criar separação, a gente cria união com aquilo lá, porque

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muitas vezes a resposta de um problema não está aqui, está do lado de lá. Ele talvez tenha uma melhor resposta para aquilo, a gente precisa ouvir. Sou *coaching* também, somos treinados para fazer isso, ouvir bastante e tomar decisões em conjunto.

Então, quero começar a responder aqui a partir das perguntas do Senador Amin. O que pode ser operado de lá? Apenas equipamento civil de outros países. Não existe o caso de lançarmos de outros países um míssil ou qualquer coisa bélica. Isso pode ser e principalmente será de empresas de outros países. Então, é comercial, centro comercial mesmo, estou falando de empresas, etc.

Existe algum país que vai ser vetado? Um ponto importante a ser considerado a respeito disso é com relação ao MCTR. Como eu mostrei na apresentação, 35 países são signatários daquilo. Então, a princípio esses países podem participar sem qualquer problema. Se o país não for signatário do MCTR, ou seja, se ele não concordou em controlar mísseis, controlar a construção de ogivas, de armas, é outra história, isso não pode ser discutido de imediato. Os países que são limitados são os países que não são signatários, que têm uma visão mais bélica da utilização disso. A gente não vai aceitar esse tipo de coisa lá.

Outra coisa importante, acho que todo mundo aqui tem o mesmo interesse, tem um interesse em comum, quer melhorar as coisas para o Brasil, ter um programa espacial forte, melhorar a qualidade de vida das pessoas e isso que a gente está apresentando é uma ferramenta para isso, de novo, a gente precisa construir o restante desta história com essa ferramenta em conjunto.

Com relação às perguntas da Senadora Eliziane. Aliás, obrigado por ter me convidado, por ter essa oportunidade, de podermos vir aqui e podermos falar sobre isso. É importante a gente ter essa possibilidade. Então, realmente, obrigado por isso.

Com relação... Quando eu escrevo, a minha letra é horrível, eu tenho que usar óculos para entender a minha letra.

A questão de lançadores. O nosso programa de lançador continua, naturalmente. Nós temos lá... Inclusive estou com o Presidente da Agência Espacial aqui junto comigo, o nosso programa lançadores continua normalmente.

A utilização de recursos para lançadores tem a ver, essas restrições têm a ver justamente com partes do MCTR, mas isso não compromete o prosseguimento do nosso programa espacial, de maneira nenhuma.

Então, embora exista esse item lá, em termos de recursos para isso, a gente consegue fazer... Se eu consigo tirar dinheiro que eu tenho que aplicar para um satélite, por exemplo, ou para alguma coisa, se eu posso usar esse recurso para fazer aquilo, eu uso aquele recurso para desenvolver os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mísseis, quer dizer, é só uma passagem para lá e para cá. Então, na prática, não significa absolutamente nada.

Com relação às inspeções e verificações dentro do centro. Tudo o que acontece dentro do centro, o que vai acontecer dentro do centro, seja de qualquer país que venha participar como empresa e assim por diante, vai ter a nossa observação. Quando digo nossa, digo do País através do comando da Aeronáutica, através da Agência Espacial. Eles vão estar dentro de uma sala restrita, fazendo suas verificações, etc., mas nós temos acesso a tudo isso. Inclusive um ponto que era falho no outro acordo e que nesse daqui foi corrigido, e é importantíssimo, foi o acesso contínuo das nossas equipes de serviço, que têm que ter acesso a qualquer área restrita. A gente não pode ficar pedindo autorização para entrar com a nossa parte de polícia, parte de bombeiros, toda parte que precisa trabalhar dentro das áreas restritas. Então, essa transição é livre, não tem nenhum impedimento.

Com relação à transferência de tecnologia. O acordo propriamente dito é justamente o oposto, é para não haver transferência de tecnologia, daquelas tecnologias ali. Contudo, um acordo com as empresas que estão... Mesmo porque não é do Governo dos Estados Unidos, muitas vezes é uma empresa americana que é detentora de um tipo de tecnologia, então, logicamente, isso passa a ser um acordo comercial de transferência de tecnologia para ver como a gente pode trabalhar isso. Mas eu acho que a maior transferência de tecnologia, isso, de novo, indo para o lado da educação, está aqui dentro.

Eu lembro que isso, dentro da Nasa, é uma coisa com que o pessoal tem um cuidado muito grande. A gente lá, por exemplo, tem acesso a uma série de coisas, a melhor transferência, tudo o que a gente consegue trazer de conhecimento é dentro da nossa cabeça e como que eu posso colocar aquilo para formar novos profissionais e assim por diante. Então, isso vai acontecer naturalmente, a partir do momento em que se começam as operações comerciais, as empresas participando. Elas vão ter operações locais e, certamente, tendo um sucesso lá, a gente precisa ter realmente cursos profissionalizantes, empresas brasileiras participando, esse contato vai ser natural, vamos ter engenheiros brasileiros trabalhando com empresas de outros países e assim por diante. Então, isso acontece de forma natural.

Com relação à questão de indenização – como foi bem falado pelo Senador Rocha –, a questão de indenização e o que aconteceu lá no passado.

Existem, dentro do GSI (Gabinete de Segurança Institucional), alguns grupos de trabalho que tratam exatamente desse assunto. Só que, como eu falei no começo, esse assunto foge completamente do escopo do acordo em si. O acordo é mais simples do que a gente pensa. É importante a gente separar as coisas, o acordo trata só da questão de que os Estados Unidos autorizam o Brasil a lançar com componentes americanos e o Brasil assegura que vai guardar essa tecnologia. Ponto, acaba por aí.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essas outras questões nós temos que conversar de uma forma estruturada, de uma forma prática, ouvindo todas as comunidades e como a gente pode ajudar nisso, como pode resolver os problemas que ficaram pendentes e não só resolver esses problemas, mas conseguir coisas melhores, como o Senador falou. É importante isso.

É importante ver o seguinte também, nós não temos... Evidentemente que o nosso interesse é sempre melhorar a qualidade de vida das pessoas lá, melhorar o desenvolvimento, trazer mais tecnologia para o País ou através dos recursos que a gente pode conseguir ali, mas vamos supor que – lógico que isso não está no escopo direto – é mais importante preservar a cultura e tudo como está ali. Se o centro está incomodando naquele lugar, a gente vai ter que pensar em um outro lugar para colocá-lo. Então, o que a gente não quer é atrapalhar, o que a gente não quer é produzir incômodo, produzir qualquer tipo de efeito negativo para as pessoas do local. Muito pelo contrário, se ficar constatado que não dá para aquilo, no final das contas, no lápis, ficar lá, a gente tem uma costa enorme, vamos ter que achar um outro lugar. Não está dentro do escopo, mas, quem trabalha com empresa entende isso aí. A gente tem que fazer o que é melhor para o País nesse caso, sempre.

Com relação às colocações do Senador Roberto Rocha, concordo logicamente com 100%. Obrigado pelas considerações. É realmente importante a gente ajudar, usar ciência e tecnologia no final ali para ajudar na qualidade de vida das pessoas.

Uma coisa que eu havia esquecido de falar e que o senhor completou muito bem, a questão de que já existem empreendimentos acontecendo no entorno que vão se potencializar com a presença do centro, como a zona de exportação, eu ouvi falar do porto digital também, o turismo – temos que lembrar que aquela área é magnífica também –, tudo isso pode ser ampliado através da presença do centro ali. Então, isso é importante sempre ressaltar.

A questão do fundo é uma dessas ações, uma vez tendo assinado o acordo – eu estou sendo repetitivo por querer mesmo –, no qual os Estados Unidos permitem que o Brasil lance foguetes e satélites de qualquer nacionalidade que tenham peças americanas e, em troca, o País protege essa tecnologia americana e é só isso, uma vez que a gente tenha passado esse ponto, a gente pensa no desenvolvimento das outras coisas que vão vir na sequência.

Eu concordo 100%, de que a gente precisa achar algumas maneiras práticas e efetivas para ajudar quem está ali, dando perspectivas de emprego, perspectivas de novos empreendimentos, alternativas para que... O Brasil tem essas questões, eu viajo muito e você olha aqueles lugares. Lembro que sou Embaixador da ONU para o Desenvolvimento Industrial e a gente vai em lugares que você olha e pensa: como a gente pode ajudar? Em ciência e tecnologia a gente pode ajudar muito em qualidade de vida, em tirar as pessoas da situação miserável muitas vezes, levantar esse nível lá em cima. A gente precisa – foge um pouco do assunto – de três coisas básicas, isso sempre me incomoda: água, energia e comunicações; para começar a desenvolver, uma maneira de transitar essas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mercadorias, começar a desenvolver comércio local e assim por diante. Com a ajuda de todo mundo, trabalhando junto, por isso é importante essa união com Estados, Municípios, comunidades, Ministério da Defesa, Ministério da Ciência e Tecnologia, outros Ministérios. A gente precisa se juntar para fazer isso acontecer e tirar essas pessoas dessa situação. Realmente é importante.

Finalmente, com relação ao Senador Weverton, sobre a visita, como eu falei no início realmente eu concordo que é importante a gente ir lá discutir em conjunto. A partir desse passo aqui, a partir da aprovação desse Acordo de Salvaguardas, a gente vai estar com uma agenda muito bacana para discutir coisas positivas no Estado, para ir lá descobrir como é que pode ser feito, o que precisa e como pode ser feito para ajudar o desenvolvimento da região. E eu vou ter muito orgulho de poder participar desse momento histórico para o País. Eu tenho certeza de que todos aqui, os Senadores, os Deputados, depois também vão ter muito orgulho de falar assim: "Eu participei da mudança realmente do Estado do Maranhão".

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Com a palavra o Senador Chico Rodrigues. Depois o Senador Marcos do Val e depois o Senador Flávio Bolsonaro.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente, só para ter a compreensão...

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Senadora Eliziane.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – ... acerca da réplica.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – V. Exa. pretende?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Eu pretendo.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Com a palavra V. Exa.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Para interpelar Ministro.) – Ministro, não ficaram claras para mim duas questões acerca das... Quando o senhor colocou que do acordo não constam essas ações em relação às comunidades do Maranhão: não constam, mas e aí? Como é que vai ficar? Essa é a minha pergunta.

Por exemplo, Ministro, nós temos no Maranhão o ITA, que foi inclusive uma ação conjunta da Bancada do Maranhão; nós temos hoje 11 vagas; nós temos capital intelectual que está sendo formado para isso; nós não tivemos o envolvimento até o presente momento do debate com as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

universidades locais; nós não tivemos até o presente momento o chamamento do Governo para essa conversa. Está bom, não está no acordo porque o acordo foi feito lá. Mas e aí? Como é que vai ficar? O que é que nós vamos fazer? Essa é a minha pergunta.

Outra, Ministro: acerca da questão desses valores. Está bom, nós não vamos ter acesso, por conta de patente, de relação comercial e tal, à tecnologia americana, não é? Enfim, o senhor tem pelo menos uma previsão, digamos assim, do ponto de vista orçamentário, do que isso vai representar de fato para o nosso País no que se refere à questão de ganhos para o nosso País e também, naturalmente, tendo repercussão para o Maranhão?

E acerca do... Nós tivemos agora, aqui, uma medida provisória que trouxe a extinção da empresa naquele acordo lá atrás com a Ucrânia. O senhor tem dados, o senhor tem números, valores, eu não diria nem de investimentos, mas de prejuízo que o Brasil teve em relação a esse acordo lá atrás em relação à Ucrânia?

E, para finalizar, eu não estou tratando aqui de questões e nem levo em consideração questões do ponto de vista ideológico nem de um lado nem de outro, porque há ideologia dos dois lados. Às vezes as pessoas acham que só há ideologia de um lado, mas há dos dois lados. O meu objetivo aqui é claro: é a situação do Maranhão, do Brasil e sobretudo do povo do meu Estado, da minha cidade do meu Estado do Maranhão que é a nossa região, como já foi colocado, a Região Metropolitana que é a cidade de Alcântara.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MA. Para interpelar Ministro.) – Sr. Presidente, permita-me: eu também gostaria de só, sem monopolizar o debate...

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Com a palavra o Senador Roberto.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MA) – ... porque o assunto não é do Maranhão, é do mundo, da humanidade. Mas é preciso até para enriquecer o que já disse aqui a colega e amiga Eliziane...

Assim, só para a gente ter noção. São Luís é uma ilha, então é fim de linha. O sonho daquele povo de muitos e muitos anos é de se ligar com o continente, mas qual é a perspectiva de ligar com recursos do Estado a capital mais pobre do País à região mais pobre do Estado, que é a baixada onde está Alcântara? Zero. A ligação feita por uma ponte que há anos se fala, do Porto de Itaqui ao Porto de Cujupe em Alcântara é impossível porque, se não é pelo comprimento, 20km, é pela profundidade. São Luís tem o Porto de Itaqui, que é o melhor do Brasil, por quê? Por causa da profundidade. Mas há um traçado que nós estamos desenvolvendo com o Dnit que liga, saindo de Bequimão, Peri-Mirim, Palmeirândia, São Bento, Bacurituba, Cajapió. Faz-se uma pequena ponte até a Ilha do Caranguejo, uma estrada na ilha, e uma ponte segunda, da Ilha do Caranguejo a Estiva. Pronto, ligou a ilha ao continente. Mas o que é que vai permitir isso? Exatamente a Base de Alcântara. Por quê? Porque

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Alcântara vai precisar de um porto. Como é que se vai trazer um foguete, um satélite em cima de um navio de 100m? Claro que vai se precisar de um porto em Alcântara. Sucede que existe um em frente o melhor porto das Américas! O desafio é ligar, fazer uma ponte. Ou seja, isso vem em decorrência daquilo; esse benefício e essa realização desse sonho vêm em decorrência disso.

E eu posso citar também o exemplo da internet. Como é que vai haver internet da Tim, da Oi, da Vivo, da Claro? Vai haver internet bala, 4G! Internet, se não é de cabo submarino, é de outra tecnologia de satélite. Isso atende o Brasil e atende o Maranhão.

De tal modo que eu trago apenas mais essas informações, para deixar. Assim... Eu sou Presidente da medida provisória que extingue a empresa Alcântara Cyclone Space, e, para informar, ontem nós nos reunimos, e o Relator leu o relatório, aprovamos o relatório, e na semana que vem concluímos esse assunto. Cada dia, sua agonia: para a semana, a gente enterra esse defunto que está aí e que nunca funcionou; em seguida a gente trata da questão do acordo com os Estados Unidos, para poder tratar das outras questões.

Eu estou, como disse, estou me antecipando, como a Senadora Eliziane, o Senador Weverton e todos nós maranhenses, a proteger o máximo que podemos aqueles mais indefesos, que são os maranhenses. A gente está aqui porque... Não é piegas o discurso: para nós não existe nenhum sentido ficarmos aqui enaltecendo a pobreza do Estado; ao contrário, a gente quer é agradecer. Bolsonaro: houve 2 Municípios em 217 em que ele ganhou, e na hora em que ele retoma a relação perdida ao longo do tempo com os Estados Unidos, ele coloca o Maranhão como protagonista na relação tradicional com os Estados Unidos, colocando Alcântara no centro do debate do Planeta.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Sr. Ministro, para a tréplica, de forma bastante objetiva.

O SR. MARCOS PONTES – O.k.

Obrigado, Senador Rocha; obrigado, Senadora Eliziane.

Eu concordo 100% com que a senhora tem falado, mesmo porque eu acho que o objetivo principal com tudo isso, com todo esse trabalho, é que a gente tenha o desenvolvimento da região e o desenvolvimento do Programa do Espacial – desculpem-me, mas não estou me esquecendo desta parte, não: o desenvolvimento do programa espacial também. E aqueles recursos vão utilizar... Aliás, já começo falando aqui, para a gente começar a discutir – e um dia desses eu tenho que ter a oportunidade de discutir orçamentos também, com relação a orçamentos do Programa Espacial, orçamento da ciência e tecnologia, se a gente tiver uma oportunidade depois numa outra ocasião de falar sobre isso. Mas isso vai contribuir para que possamos cumprir essa função institucional e ajudar as pessoas lá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A pergunta de como a gente continua a partir desse acordo: como eu falei, e foi ressaltado, o acordo é simples e objetivo, tem só uma aplicação aqui, mas ele é o ponto de partida para uma série de outras ações. O que eu não quero, tipo assim, é o que eu vou fazer depois? O que eu não quero é tomar essa decisão sozinho. A gente não pode tomar esse tipo de decisão sozinho, a gente precisa estar lá e discutir junto, ir lá ao Estado, juntos a gente tem que achar... Agora a gente tem uma... A partir do momento em que a gente tenha essa Acordo de Salvaguardas assinado, a gente tem a viabilização do centro. É o ponto de início. A partir daí, a gente pega essa ferramenta, trabalha juntos lá para discutir: quais são as ações prioritárias dentro do Estado; como a gente pode integrar esse centro dentro das ações que já estão sendo feitas; como a gente pode, a partir de agora – como a gente não pode mudar o passado –, mudar o futuro daquele lugar. Utilizar isso para mudar o futuro. E isso significa muito, acho que para todo mundo que está aqui trabalhando para o País. Acho que significa muito a gente conseguir ajudar as pessoas de lá.

Com relação aos recursos, eu tenho aqui até uma tabelinha com relação a recursos que já têm sidos discutidos no grupo dez, lá no GSI, mas, boa parte, vamos dizer assim, de forma geral, o que esse centro pode fornecer em potencial de mercado dá em torno de US$3,5 bilhões por ano, que é um valor considerável se for pensar em termos de investimentos – e isso num prazo até 2040, num crescente, porque esse mercado cresce muito, significa 1% do mercado, só. Se a gente trabalhar bem e tornar o centro muito eficiente, a gente consegue mais do que isso ainda. Até 2040, isso deve crescer para US$10 bilhões por ano. Imaginem isso, considerando só 1%. Olhem o potencial que isso pode ter! E esse trabalho do centro junto com essa zona de exportação, com outras coisas que podem ser feitas, pode potencializar ainda mais isso aí. Então, é um trabalho que a gente vai ter que fazer em conjunto – de como pegar a parte maior desse mercado.

Com relação à ACS, é a questão que eu falo do passado: a gente não consegue mudar o passado. O que a gente consegue fazer agora, como o Senador falou, é resolver os problemas que ficaram pendentes com relação a esse projeto que não funcionou, e a partir de agora o que sobrou lá – a gente tem algumas instalações ainda – é proteger aquelas instalações para que elas não sejam deterioradas, como a gente vê com muita coisa acontecer. É proteger essas instalações – há um investimento previsto para isso – e utilizar essas instalações para o futuro; como a gente pode utilizar essas instalações para outros empreendimentos ali dentro, como lançamentos de outros tipos de foguetes.

E as pessoas? De novo, eu vou repetir várias vezes aqui que a nossa função tem que ser ajudar na qualidade de vida, e a ciência e a tecnologia têm uma possibilidade muito grande com isso. Não é à toa que a gente tem instalado aí pontos de satélites, por exemplo, para ajudar em escolas em lugares distantes. Esta questão, em que eu vivo batendo na tecla, com relação à água: eu conheço como é difícil ficar no meio – eu tenho muitos conhecidos lá – do Semiárido, é complicado. Então, a gente tem que ajudar com a ciência e a tecnologia a melhorar isso. O que eu posso garantir é o seguinte: as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

decisões têm que trabalhar em conjunto. A partir do momento em que a gente tenha esse acordo assinado e aprovado, o que não tem nenhum tipo de risco para o País porque a operação mesma vai acontecer depois... Minha preocupação é assinar, mas se eu decido depois: "Olhe, isso aqui não vai funcionar...", pode ser cancelado, não há problema nenhum. Agora, ele vai abrir as portas para esse futuro que a gente quer.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradecemos ao Ministro e a participação dos Srs. e das Sras. Senadoras.

Com a palavra o Senador Chico Rodrigues.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR. Para interpelar Ministro.) – Meu caro Ministro Marcos Cesar Pontes, Presidente da nossa Comissão Nelsinho Trad, Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia meu companheiro Vanderlan Cardoso, Senadores, Deputados, eu, por uma questão de compreensão da importância e do papel estratégico que representa o Inpe e o Instituto Tecnológico de Aeronáutica, gostaria muito, Presidente, que nessa discussão o nosso Ministro Marcos Pontes pudesse, dentro desse Acordo de Salvaguardas, obviamente mostrar, com certo detalhamento, qual seria a participação efetiva do Inpe, onde na verdade foram gestados os primeiros satélites fabricados no nosso País, e, claro, com um corpo técnico altamente especializado.

Com o ITA, que é a nossa grande universidade por excelência, em que V. Exa. inclusive fez seu curso de Engenharia, eu tenho uma preocupação muito grande no sentido de que nesse arco onde possa abrigar os interesses desse programa, que é fundamental. A gente percebe que todos os Senadores, de todos os matizes ideológicos, têm essa compreensão, e a sua apresentação cuidadosa, didática mostrou exatamente até àqueles que não entendem absolutamente nada desse tema complexo, para que tivessem realmente o convencimento da importância para o nosso País. Então era essa a única pergunta que eu gostaria de fazer em relação à participação ativa do Inpe e do ITA.

E, por uma questão de justiça também, meu caro Presidente...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – ... eu gostaria aqui de dizer que o Senado, ontem, aprovou o título de Patrono da Tecnologia da Informação Aeronáutica a Tércio Pacitti. Isso nos orgulha muito. Esse título é absolutamente justo porque ele, na verdade, foi uma figura tutelar da tecnologia da informação aeronáutica.

E eu gostaria apenas, rapidamente, de deixar a marca para vocês que são da área de ciência e tecnologia e dessa área aeronáutica. O Tércio Pacitti nasceu em Atibaia, graduou-se em Engenharia Aeronáutica pelo Instituto Tecnológico da Aeronáutica em 1952, portanto no ano em que nós nascemos, cursando o mestrado e o doutorado na Universidade da Califórnia. Participou da criação do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

primeiro centro de computação da Aeronáutica em meados de 1960, no Rio de Janeiro. Também foi o primeiro Reitor militar do ITA, entre 1982 e 1984, quando criou o curso de Engenharia da Computação. Também chefiou a Diretoria de Engenharia da Aeronáutica, trabalhou na Universidade do Estado Rio de Janeiro e criou o departamento e o curso de Informática Aplicada.

Portanto, é um nome emblemático do setor aeronáutico brasileiro, e não poderia deixar de fazer aqui esse registro patrocinado pelo ex-Senador Pedro Chaves, do PRB, do Mato Grosso do Sul – ele fez, na verdade, essa proposição que ontem foi aprovada.

Então, eu gostaria que V. Exa. incluísse nos *Anais* desta audiência esse título de Patrono da Tecnologia da Informação Aeronáutica.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Com a palavra o Senador Marcos do Val, Vice-Presidente da Comissão de Relações Exteriores.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - ES. Para interpelar Ministro.) – Bom dia.

Quero agradecer a presença do Ministro Marcos Pontes. Sempre fui um grande admirador da sua trajetória, de sua carreira, admirando também o seu enfrentamento de grandes obstáculos, das grandes resistências não só lá fora do nosso Planeta, mas também do dia a dia da carreira após a sua decisão de vir para outro setor.

E também quero agradecer-lhe pela coragem de abrir mão de uma carreira para poder se doar para os brasileiros, para estar aqui como Ministro. A gente sabe que é uma doação mesmo, é um propósito de vida. E isso engrandeceu ainda mais a minha admiração pelo senhor.

Eu sei que é uma dificuldade de você ter uma relação, principalmente, com o Governo americano, principalmente na área estratégica; você precisa de muitos anos para ter essa conquista. Eu, por alguns anos, também ministrei aula para o SRT (Special Response Team), da Nasa, lá no Alabama, e todas as vezes que eu tinha que estar lá na base do Alabama, eu não podia estar dentro da estrutura sozinho, tinha que estar sempre alguém me acompanhando, exatamente pela proteção das informações. E havia até o fato de, se eu precisasse ir ao banheiro, a pessoa ia junto comigo dentro do banheiro – só para vocês terem uma ideia. E ouvia muito falar do brasileiro, que estava fazendo um trabalho junto à Nasa, que era o Sr. Ministro. Isso nos orgulha muito como brasileiro.

Eu acho que o brasileiro precisa ter os seus ícones e valorizar os seus ícones e dar todo o incentivo, e não achar que as pessoas vão estar sempre querendo tirar vantagens em qualquer situação. Nós, infelizmente, no Brasil temos essa cultura de achar que temos e devemos tirar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vantagens em tudo e, quando a pessoa assume cargos como esse, nós achamos que também está ali para querer tirar alguma vantagem e não para se doar para uma próxima geração.

Bom, a minha pergunta, Ministro, é a seguinte: eu tenho duas datas aqui...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - ES) – No dia 22 de agosto de 2003, o Veículo Lançador de Satélite, o VLS-1, explodiu na Base de Alcântara, três dias antes do seu lançamento, vitimando 21 técnicos civis do Centro de Tecnologia da Aeronáutica. E, em 29 de março de 2006, V. Exa. viajou ao espaço sideral a bordo da nave russa, rumo à Estação Espacial Internacional, tornando-se o primeiro brasileiro a fazê-lo. O que ambas significam? Quais lições foram aprendidas? O que podemos esperar do nosso programa espacial nos próximos anos, com a entrada em vigor desse acordo?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Com a palavra o Senador Vanderlan.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO. Para interpelar Ministro.) – Meus cumprimentos aos Senadores, ao nosso Ministro, ao Presidente.

Primeiro quero parabenizá-lo pela forma que o senhor fez a apresentação – a gente já teve oportunidade de conhecê-lo mais de perto –, uma forma simples, com linguajar que todos nós entendemos e com tantas dúvidas que foram tiradas na sua explicação. Embora a gente já tivesse conversado na nossa viagem sobre a questão de Alcântara, ainda havia algumas dúvidas, porque essas dúvidas são colocadas por algumas pessoas que às vezes não têm interesse em que o País cresça, que se desenvolva. Então, o senhor colocou aí de uma forma bem explicativa.

Mas me chamou muito a atenção a questão de o acordo não ser somente usado pelos americanos, de ser usado por aquelas outras empresas que queiram pagar ali um aluguel e queiram usar, como disse aqui o Senador Roberto, do Maranhão, essa bênção que Deus nos deu, de ter ali Alcântara, ter o Maranhão nessa condição, Senador Arolde. E me chamou atenção também os valores que o Brasil pode ter de receitas, inclusive também o montante que foi perdido nesses últimos anos: US$3 bilhões após a assinatura do contrato, e começa em operação já com US$3,5 bilhões, podendo chegar aí a US$8 bilhões, US$10 bilhões até 2040.

Eu prestei muita atenção aqui na fala da Senadora Eliziane sobre a preocupação dela – e do próprio Senador Roberto – com relação ao Município, à comunidade, com relação ao Estado. E eu fui Prefeito – o senhor sabe disso –, nosso Presidente aqui também da Comissão, companheiro, foi Prefeito. E nós temos visto aí nos últimos anos – nós somos municipalistas; eu fui Presidente da Associação de Prefeitos – que muitos fundos, muitos recursos são criados, e tanto Municípios como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estados ficam de fora da riqueza que Deus tem dado ao País. Eu cito, por exemplo, aqui, no caso das telecomunicações, o Fust, que foi criado, Senador Arolde – e o senhor conhece muito bem esse tema – , e os recursos, através das taxas, eram para ser investidos no Norte, Nordeste, Centro-Oeste, nos Estados menos desenvolvidos. Eram quase R$20 bilhões, que não foram usados para esses fins. E o Governo lançou, pegou esses recursos para superávit primário.

A preocupação que nós temos é a seguinte – eu tenho essa preocupação –: a gente está vendo o Brasil aí ficando muito atrás na questão da ciência e tecnologia, e o Governo central não investe. Nós estamos vendo agora uma luz no final do túnel. E o reflexo disso vai para os Estados. A gente vê muitos Estados aí, Senadores e Ministro, alguns Estados que até extinguem a Secretaria de Ciência e Tecnologia porque não tem importância. Aí nós vemos a Embrapa sem recurso para terminar as obras, investimentos em pesquisa, inovação e tanta coisa que poderia ter sido usada com alguns fundos.

E aqui eu queria dar uma sugestão, já como municipalista que sou e vendo a preocupação aqui dos maranhenses: que parte desses recursos seja destinada ao Estado e ao Município, onde está Alcântara. E os outros Municípios também do Maranhão, que eu conheço muito bem, precisam de ter esses recursos: que eles sejam repartidos, ou parte desses recursos. Senão nós vamos ter aí de novo um Fust, um recurso que não vai ser usado para ciência e tecnologia. E nós temos que garantir isso em lei e com penalidade ao governante que estiver no Governo central para que, ao passar a mão nesse dinheiro, ele seja penalizado. E nós temos que investir dinheiro em ciência e tecnologia. É investimento, em grande parte, aí para o Estado, Chico. E que também seja obrigatório investir em ciência e tecnologia e que o Município não fique só com as migalhas. Nós cansamos, como Prefeitos, de vir a Brasília, achar que nós iríamos mudar do Município para Brasília. Por isso eu me candidatei. Tantas batalhas nós tivemos para que o Município fosse respeitado, gente... Muitas batalhas, Chico. Então, a mudança é aqui, a mudança vai ter que acontecer aqui.

Os Municípios não aguentam mais. Os recursos estão centrados no Governo Federal. Os Estados estão em penúria. O que é de direito dos Estados de dos Município não é repassado, Senador. Nós estamos vendo aí a Lei Kandir, que não é respeitada, mas os recursos que são financiados do Governo Federal para os Estados, Senador, é juro de agiota que é repassado aos Estados, enquanto o Governo Federal não paga as contas para os Estados e também para os Municípios, viu, Ministro? E não conta juro não conta nada.

(*Soa a campainha.*)

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Então, já encerrando aqui, eu queria deixar até uma proposta aqui: que seja garantido por lei. E o Estado e os Municípios têm que ter autonomia. Eles não têm que ficar ali só com os restaurantes, só com os bares, não. Têm que ter autonomia financeira para poder investir nas políticas públicas, naquilo que o cidadão espera do Prefeito, dos Vereadores, porque é no Município que está o problema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu quero parabenizá-lo mais uma vez por conceder ali a Alcântara direito de outras empresas, não só os americanos, de alugar, gerando recurso para o País; parabenizá-lo pela sua condução, porque hoje, daqui a pouco, nós vamos ter aí o leilão da concessão da Norte-Sul, a que poucas pessoas estão dando atenção. Não foi discutido, não foi conversado com os Parlamentares da região por onde passa a Ferrovia Norte-Sul. E a maneira que está sendo feita, Ministro... Por isso me chamou a atenção empresas de outros países usarem, porque lá na Ferrovia Norte-Sul, Ministro, não vai haver direito de passagem para outras empresas que queiram transportar e, com isso, gerando concorrência para abaixar o custo dos transportes.

Então, daqui a três horas vai acontecer isso.

Parabéns, Ministro, pela condução da forma que o senhor está fazendo. Por isso que está sendo um sucesso, e pelas falas que a gente está vendo aqui.

Que Deus nos abençoe e que consigamos realmente tirar o País do atraso em que está aí há muitos anos, através da ciência, tecnologia, inovação, telecomunicações, com a união de todos.

Que Deus abençoe a todos.

Obrigado aí pelo carinho de estar aqui conosco.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Para dar mais dinamismo e oportunizar a participação dos Senadores que vieram, eu vou passar a palavra ao Senador Arolde e, posteriormente, ao Senador Irajá. Aí nós encerramos o ciclo das perguntas os Senadores.

E gostaria, após disso, de repassar a V. Exa. a participação popular feita pelo e-Cidadania. Algumas questões já foram respondidas, mas vamos dar valor à participação popular aqui na Comissão de Relações Exteriores.

Com a palavra o Senador Arolde.

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PSD - RJ. Para interpelar Ministro.) – Obrigado, Presidente Nelsinho Trad.

Queria cumprimentar o Ministro Marcos Pontes e manifestar o meu entusiasmo por sua ação no Ministério da Ciência e Tecnologia. Está, de certo modo, fazendo algo quase que impossível, que é dar à ciência e tecnologia o charme do apelo, do holofote que não tem. Falo isso após 36 anos como integrante da Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara dos Deputados, em que sempre era difícil conseguir até quórum para as nossas reuniões, devido à falta do apelo do holofote. Infelizmente, o apelo do holofote está nos debates das ideologias de gênero, das uniões estáveis entre pessoas do mesmo sexo e outras coisas parecidas. Isso dá holofote. E as pessoas não se apercebem de que a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ciência e tecnologia está em todas as áreas, é transversal, de que nós precisamos recuperar o tempo que perdemos, o tempo que deixamos de ganhar.

Na área da tecnologia, o ciclo tecnológico se reduz de uma forma espantosa e, ao se reduzir, privilegia sempre, cada vez mais, os países que são pioneiros no desenvolvimento da tecnologia, ou seja, na aplicação da ciência à tecnologia. E nós estamos fora desse jogo. Neste momento, toma-se consciência de que estamos fora e se buscam priorizar modos de recuperarmos esse tempo e esse atraso. E eu fico muito feliz com isso e me entusiasmo.

Eu sou de outra geração da de V. Exa., mas de uma geração que teve o mesmo entusiasmo e que viveu momentos também muito importantes dentro do nosso País na mesma área tecnológica. Então, a presença de V. Exa. no Ministério e a forma como está conduzindo pessoalmente me estimulam a recuperar um pouco do conhecimento que tive no Instituto Militar de Engenharia e em outras oportunidades aqui e mesmo no exterior.

Fico muito feliz e cumprimento V. Exa. e, através de V. Exa., o Presidente Jair Bolsonaro pela iniciativa desse alinhamento com os Estados Unidos. Nós temos que nos unir aos nossos iguais, e nosso alinhamento é natural, no ocidente, com os Estados Unidos. Esse acordo é o início de muitos outros que virão não apenas com os Estados Unidos, esse vai ser um polo em que vamos ter uma densidade de tecnologia de ponta sendo utilizada em território brasileiro, com vantagens para o Brasil, para as comunidades que lá estão, e, evidentemente, vai-se irradiar para outros acordos com outros países das mesmas dimensões e com os mesmos interesses que nós.

O acordo anterior era um vexame. A Ucrânia não tem sequer desenvolvimento espacial. Como iria usar e trazer alguma coisa para cá? E faz parte... Eu digo isto sob minha responsabilidade, esse é o conteúdo ideológico que comandou esse passado recente no nosso País e que fez com que nós tivéssemos esses acordos com os nossos desiguais. Parece que, por um complexo de inferioridade nosso, queríamos parecer maiores e começamos a financiar quase que a fundo perdido pequenas repúblicas, ditaduras africanas, Cuba, Venezuela, outros aliados que não somaram nada a nós. Nós temos que buscar o jogo estratégico internacional sinergético em que dois mais dois comecem a dar, no mínimo, cinco; não um jogo em que sempre dois mais dois vão dar dois, vão dar três.

Então, eu cumprimento V. Exa. Esse acordo é um acordo que vai trazer para o Maranhão e para a Região Nordeste... Eu digo isso porque vai estimular tudo. Só as pessoas que são ideologicamente obturadas é que não conseguem enxergar essa vantagem.

Então, eu queria apenas... Eu não vou fazer esses comentários. Aqui V. Exa. já explicou qual é a vantagem de termos essa base ao lado do plano do Equador, como é que ocorre, qual a importância do combustível no satélite, da redução do consumo, porque o combustível é a vida do satélite em órbita. As *nuances* da mecânica celeste desarticulam o satélite na sua órbita e, periodicamente, através

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do monitoramento da Terra, tem que estar recolocando em órbita. E cada toquezinho que dá lá dá uma cuspidela de energia e vai reduzindo a energia do satélite. Então, isso é um orçamento de uso do *payload*. Como é que chama em português?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PSD - RJ) – Da carga útil. É um orçamento muito complexo, e estar ali próximo ao Equador tem uma grande vantagem. Então, eu queria também reafirmar isso.

E, outra coisa, temos do outro lado um concorrente que também é europeu, porque a Guiana é francesa, na base de Kourou. Então, veja a vantagem de fazer esse acordo agora, mais um motivo de nós estarmos aqui radiantes e felizes.

Agora a opção... Eu ouvi aqui o Senador Roberto Rocha, que é um entusiasta, conhece bem o assunto e está sempre preocupado com o tema de lá. Então, a sua palavra foi muito apropriada. Eu fiquei feliz de ouvi-lo. Ele não está mais aqui.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PSD - RJ) – Está lá atrás.

Eu fiquei muito feliz de ouvi-lo porque aprendo com ele também. Eu sou entusiasmado com isso.

Agora, fora disso, qual é a solução? Deixar como está? Não existe outra. É o que eu conversei, inclusive – ela não está mais aqui –, com a minha amiga querida Eliziane Gama. Eu falei para ela: "Querida Eliziane, deixamos como está? É isso que pode ser?".

Eu estive, há dois anos, lá no Maranhão, na base, numa viagem com a Aeronáutica, e tive a oportunidade de ver que ainda há alguns problemas de quilombolas, etc. Então, esse é um assunto que tem que ser tratado com muito carinho, com muito cuidado. Está praticamente pacificado, mas é um assunto que tem que ser tratado com muita cautela e com muito cuidado, porque é um assunto importante e é social.

Então, essa é a questão...

(*Soa a campainha.*)

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PSD - RJ) – ... que se coloca.

Há mais um tema aqui.

O que eu queria fazer era esse comentário e cumprimentá-lo mais uma vez.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, se V. Exa. puder dar uma reforçada nesse assunto da pacificação das comunidades que estão na área, eu gostaria de ouvir.

Muito obrigado e parabéns, Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Com a palavra a Senadora Kátia Abreu, que, de uma forma especial, cedeu o lugar do Senador Irajá para que V. Exa. pudesse se pronunciar.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. Para interpelar Ministro.) – Muito obrigada, Presidente.

Eu quero cumprimentar o Ministro e dizer que é um prazer recebê-lo aqui. O senhor é Ministro de uma área por que eu tenho verdadeira paixão, que é o campo, a educação e a tecnologia. Eu acho que é esse trinômio que fez a agropecuária explodir. A produção agropecuária, terra, sol, chuva, água de rios e de irrigação e a tecnologia da Embrapa fizeram do Brasil um gigante. Então, de fato, eu me ressinto de que as outras áreas no Brasil não tenham tido a mesma sorte que nós tivemos com as universidades e a Embrapa para chegar ao ponto a que nós chegamos.

Eu parabenizo o Governo do Presidente Bolsonaro. Eu sou oposição ao Governo, mas me comprometi com o meu Estado e com a Nação de que todas as boas ações seriam aplaudidas por mim e de que todas com que eu não concordasse eu teria liberdade para criticar.

Nós tivemos um prejuízo enorme por não ter Alcântara aberta antes.

Tudo é um tempo de maturação. Eu me lembro de que a minha avó dizia que, quando surgiu a vacina de paralisia infantil, ela escondia as crianças debaixo da cama com medo de a vacina matar os meninos. Então, é uma questão de maturidade. E eu acho que a sociedade está bem madura para a questão da tecnologia. E essa questão de terror e medo, como disse nosso Senador Arolde, com relação aos Estados Unidos é de pessoas obturadas.

Também quero aqui completar o que ele disse. Aqueles que têm terror à China, como tem demonstrado algumas pessoas do Governo, também não podem ser obturados e temer um dos países mais importantes que nós temos no mercado internacional. Então, nem para o mar, nem para a terra, nem medo dos Estados Unidos, como dizem que tinham os Governos anteriores, muito menos medo da China. Aliás, eu tenho uma relação excelente com esse país e com todos os asiáticos em geral. A idolatria também é uma forma de ser obturado.

Então, eu gostaria, Ministro, de fazer perguntas de quem realmente não entende da área com profundidade, nem medianamente. Japão e Israel nós sabemos que são possíveis parceiros. Já há conversa em andamento? Já há conexão com esses dois países para que a gente possa fechar também esse mesmo tipo de acordo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Segunda pergunta: esse 1% de produção econômica e financeira de Alcântara já começaria em 2020 ou ainda se precisa de um tempo para iniciar com esse 1%?

(*Soa a campainha.*)

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Esse acordo que os Estados Unidos fazem com outras bases no mundo, como Alcântara, também é zero de tecnologia transferida ou foi uma coisa especial para o Brasil?

A outra pergunta seria: essa base de Alcântara produziria um *cluster* industrial de peças afins desses produtos, o que beneficiaria muito o Município de Alcântara, o próprio Maranhão e o País gerando empregos? Isso é possível ou vai ficar restrito apenas à base de um foguete específico – produz ali as peças e vai embora –, para aquele motivo específico, ou nós teremos esse *cluster* instalado na região?

Eu gostaria, inclusive, de dizer que essa abertura de Alcântara... Eu parabenizo essa atitude do Governo e, ao mesmo tempo lamento, como disse do Senador Vanderlan, do Estado de Goiás, agora há pouco, porque nós estamos vendo o oposto nas ferrovias do Brasil. É uma judiação que, no nosso leilão de hoje, às 15h, um patrimônio de R$17 bilhões vai ser vendido por R$1,2 bilhão sem concorrência, direcionado a uma única empresa e sem direito de passagem. Isso dará um prejuízo enorme à Nação. Infelizmente nós estamos produzindo duas JBSs da ferrovia no País. As empresas estão no seu direito. Elas querem quanto mais lucro melhor, mas cabe a nós Poder Público institucional frear a iniciativa privada e colocar as barreiras.

Então, eu quero dizer que saí da tribuna agora – por isso fui até lá. Estou muito decepcionada, estou profundamente triste porque essa ferrovia faz parte da minha luta há mais de dez anos e eu estava muito tranquila de que uma aberração dessa natureza não pudesse acontecer. Como não só a Ferrovia Norte-Sul... Eu quero lembrar a todos os Parlamentares que todos os contratos estão sendo refeitos por 30 anos, em todo o País, sem direito de passagem. Então, as duas empresas serão as únicas que terão o direito de passar em todas as ferrovias do Brasil, que não são grande coisa, são 28 mil quilômetros, sendo que dois terços são das duas e estão paralisados, elas operam apenas um terço. Por um lado, Alcântara nos dá essa alegria de participar, inovar, interagir com o mundo, e, na ferrovia, nós expulsamos os chineses, os russos, os japoneses, porque tiramos o direito de passagem. As duas empresas são donas das duas pontas. Ninguém iria comprar o mico do meio se não fosse uma das duas.

Então, eu quero aqui protestar e colocar em dúvida esse edital. Alguma coisa terrível e com mau cheiro há por trás de tudo isso. Eu quero denunciar ao Presidente da República, que talvez nem saiba disso. Por favor, ainda temos tempo. O leilão é às 15h, mas ainda temos tempo de assinatura de contrato, de revisão pelo TCU, pela Justiça brasileira, porque nós vamos até as últimas consequências

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

legais para impedir essa abominação, esse prejuízo enorme ao País e, principalmente, à produção agropecuária. Dessas duas empresas, uma delas só se interessa por minério, hoje 90% do que é transitado nas ferrovias do Brasil é minério de ferro; e a outra se interessa por etanol, açúcar, papel e celulose apenas. Então, a produção rural brasileira está à deriva e nas mãos de duas empresas que estão colocando hoje 90% do preço do frete de caminhão no preço do vagão, porque não têm concorrência. E esse leilão das 15h vai matar a concorrência e a competitividade dos produtos do nosso País.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Com a palavra o Senador Irajá para, posteriormente, o Ministro fazer as suas considerações.

O SR. IRAJÁ (PSD - TO. Para interpelar Ministro.) – Presidente e amigo Nelsinho Trad, Vice-Presidente Marcos do Val, Vanderlan Cardoso, Ministro Marcos Pontes, a quem tive a alegria de poder conhecer no dia de hoje, tivemos a oportunidade, antes da audiência, de conversar longamente e pude, na conversa, constatar o seu entusiasmo, o seu desejo, a sua vontade de ajudar o País ao assumir uma função tão importante, que é esse Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, trazendo a sua experiência da iniciativa privada.

Você sempre foi um profissional muito admirado, muito respeitado em todo o País e pessoalmente também, embora eu não o conhecesse. Fiquei realmente animado com o seu pragmatismo, com a sua determinação, com a forma como você apresentou o ministério, os eixos que vão nortear e vão dar direção ao trabalho e, principalmente, o seu senso de urgência em alguns temas que são realmente muito importantes, como a questão espacial, a nuclear, a parte da inteligência artificial.

Eu me prontifico, Ministro, a apoiá-lo e ajudá-lo no que for necessário, aqui no Senado Federal, nas Comissões de que participo.

Eu sempre tive, Ministro, uma atuação muito voltada também aos Municípios, a exemplo do Senador Vanderlan Cardoso, que já foi Prefeito em Goiás. Eu, durante a minha experiência na Câmara Federal, por oito anos, sempre me pautei também pela defesa do fortalecimento dos Municípios, onde as pessoas moram, onde as pessoas estudam, onde as pessoas educam, onde as pessoas precisam de saúde de qualidade, onde as pessoas precisam de uma vida digna.

Eu tenho acompanhado, nos últimos anos, especialmente, um projeto que está sob a prerrogativa da sua pasta, que é o satélite que foi, pelo Governo Federal anterior, colocado...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IRAJÁ (PSD - TO) – ... em órbita para que a internet pudesse ser democratizada em todo o País, especialmente nos lugares mais distantes, onde a internet por fibra óptica não chega, onde não há nenhum tipo de acesso à internet, nas comunidades mais distantes, nas comunidades rurais, nos povoados das zonas urbanas que não estão concentrados nos grandes centros, que estão também afastados, as propriedades rurais e outras comunidades que ainda não tenham acesso a ela.

É um programa fantástico. Eu fiquei muito animado com esse projeto quando ele foi anunciado e, ao mesmo tempo, frustrado por não ver a operacionalização do programa, ou seja, não vendo o benefício chegar até a ponta, que é onde interessa. Nessa oportunidade em que conversamos, você pôde ponderar sobre algumas dificuldades que o programa enfrentou, mas a sua esperança é que agora finamente ele possa ser implementado, ele que tem uma capacidade de contemplar mais de 50 mil pontos de conexão de internet, uma internet razoavelmente rápida, de 10 megas, que atenderá, sim, a contento a essas comunidades tão distantes, a exemplo do Tocantins, de cidades do Semiárido, do Bico do Papagaio, do Jalapão – muitas cidades do Jalapão não têm acesso decente a internet –, do Cantão. Por isso, eu queria que, nesta oportunidade, o senhor pudesse apresentar à Comissão e aos Senadores como anda esse programa, como está a situação de verdade, o que nós precisamos fazer para habilitar esses Municípios de pequeno porte, essas regiões distantes, para que esse programa possa rapidamente se popularizar, para ser realmente utilizada uma ferramenta tão extraordinária como esse satélite que já está em operação, que pode levar internet a tantas pessoas que ainda não têm acesso a ela.

Muito obrigado, Ministro.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Senadora Kátia.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. Pela ordem.) – Só para mais uma inclusão. Todos os recursos arrecadados em Alcântara terão uma destinação especial ou vão para o Tesouro cumprir orçamento? Ou vão ser todos dedicados à ciência e tecnologia?

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Senador.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – Presidente, eu gostaria de pedir a V. Exa., se fosse possível, que o Ministro Marcos Pontes pudesse responder à minha pergunta, para que eu possa me deslocar para outra reunião, que está pedindo para que eu vá para votação. É uma pergunta pequena, mas que é importante sabermos, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Senador Amin.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – A minha indagação foi uma só. Então, se o senhor puder incluir na próxima leva de respostas.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Com a palavra o Ministro Marcos Pontes.

O SR. MARCOS PONTES – A resposta que dei anteriormente sobre se há algum país vetado, não. Na verdade, o que existe é o MTCR, o veto está basicamente nisso aí. Se o País está fora disso...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Israel está fora disso, o senhor mencionou.

O SR. MARCOS PONTES – Existe uma discussão paralela que pode ser feita, o acordo permite, mas tem que ser feita extraparalela nisso aí. Mas, a princípio, o MTCR é que segura, não há ninguém vetado.

Pergunta do Senador Chico Rodrigues com relação ao ITA, Inpe e essa participação. Eu sou suspeito para falar do ITA e do IME também, porque sendo aluno, eu estudei e me formei no ITA, eu sei da qualidade de formação do ITA, assim como outras universidades de peso que nós temos no País.

Um projeto como esse... Uma vez aprovado o acordo de salvaguardas e nós partamos para as outras possibilidades que nós temos, discussão de como implementar as ações locais, como conectar com a zona de exportação, como conectar isso com o porto digital e muitas outras possibilidades de turismo que nós temos ali no lugar para movimentar e melhorar o desenvolvimento econômico-social, dentro desse escopo também está a possibilidade... Isso eu coloco aqui, de novo... Aquela pessoa fala tanto em educação assim, mas eu gostaria de ver unidades do ITA com aquela qualidade – se fosse possível fazê-lo – espalhadas em lugares estratégicos do País, para levar essa possibilidade para lá.

O Inpe já participa naturalmente, pela montagem de satélites, pelo acompanhamento de todas as operações também por lá, mas o ITA eu gostaria de ver... Isso eu estou colocando. Sei que é completamente fora do escopo, mas é para a gente pensar depois sobre essas possibilidades de levarmos essas unidades do ITA ou do IME, essas participações, para lugares estratégicos para o País. Então, seria um sonho realmente ter isso. Mas a gente pode chegar lá sim.

Respondendo às perguntas do Senador Marcos do Val, com relação a lições aprendidas, houve aquele acidente, em 2003, em que eu perdi... Lembrando que àquela época eu ainda era do IAE também. Então, a maior parte ali eram amigos meus. E por mais de 30 anos eu trabalhei com segurança operacional, investigação e prevenção de acidentes. Uma coisa que acontece é que toda vez que há um acidente, você sente um pouco de frustração. É como se o trabalho não tivesse tido resultado, porque muitas vezes... Muitas vezes não. O resultado da prevenção de acidentes é invisível, porque o acidente não aconteceu. Então, foi uma coisa que me deixou extremamente triste, naquela época, quando aconteceu o acidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Do meu ponto de vista... Lembrem-se de que eu sou piloto de caça, piloto de testes, astronauta etc. Ou seja, é um trabalho em que você coloca sua vida no seu trabalho; literalmente, você coloca sua vida pela causa ou pelo trabalho que você está executando. A última coisa que eu gostaria, se eu perdesse minha vida fazendo alguma coisa pelo País, é de que aquilo fosse esquecido. Então, lembrando desse ocorrido lá em 2003... (*Palmas.*)

Obrigado.

Lembrando desse ocorrido lá de 2003, é importante a gente colocar que tudo isso que a gente tem feito agora, de certa forma, tem uma ligação com aquilo. Essa ligação é a seguinte: aquelas pessoas perderam a vida ali. São famílias etc. E a gente tem que fazer o possível para que tudo aconteça de uma maneira eficiente, para que esse centro tenha sucesso, para que a vida daquelas pessoas tenha resultado.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Para que aquilo tenha valido a pena.

O SR. MARCOS PONTES – Exato. Exatamente.

Sobre o voo lá no espaço, o voo da Soyus, eu acho que ele traz exatamente essa ligação. É a importância das pessoas, é a importância... Quando você vê o Planeta de fora, você sente qual é a importância de cada pessoa. A gente é muito insignificante em cima deste Planeta aqui. Mas cada pessoa tem uma importância enorme. É estranho, parece paradoxal. Isto é o que você nota, quando você olha lá de cima e percebe o quão pequenos nós somos, mas o que podemos deixar como legado. Esse acordo deixa como legado isso aí. Nós estamos aqui discutindo esse acordo, que é a chave para a iniciarmos a viabilização desse centro.

Isso vai honrar a vida daqueles 21 que perderam a vida lá no centro, isso vai melhorar o futuro de muitas crianças, de muitas pessoas daquele local, para que eles tenham uma vida muito diferente, como foi falado, pois parte vive em condições de miséria, inclusive, e tudo isso pode ser modificado, e começa com esse acordo.

É simples: se a gente começar a ter as chaves na mão, essa ferramenta para gente desenvolver o local, esse é o primeiro passo. E é importante que a gente dê esse passo junto aqui e que, depois, a gente também discuta como melhorar essa situação das pessoas lá. Isso tudo é feito em conjunto, em conversa, para a gente fazer o melhor possível. Uma pessoa só não tem a menor ideia; um grupo inteiro, sim, tem muitas ideias.

Com relação às perguntas do Senador Vanderlan, e essa é uma preocupação constante que eu tenho com relação a... Eu acordo e durmo pensando a questão dos orçamentos, em como está o orçamento da ciência e tecnologia. A ciência e tecnologia no Brasil foi sendo colocada de lado, foi

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sendo desprestigiada, foi sendo colocada como se fosse algo acessório, e não é; ciência e tecnologia é a ponta-de-lança, é algo essencial para o desenvolvimento do País.

Eu vou repetir isso quantas vezes foram necessárias, eu vou pedir para aqueles que compreendem e percebam essa importância que também me ajudem nessa pregação pelo País afora. E este local – o Congresso, o Senado, a Câmara – é onde se decidem os destinos desses orçamentos etc. Não se esqueçam da ciência e tecnologia, porque a ciência e tecnologia é que dá o melhor retorno de investimento; a ciência e tecnologia é que dá o maior retorno de investimento e mais rápido; a ciência e tecnologia vai construir o futuro.

A gente não pode ficar dependendo de todos os países que têm tecnologia. A gente tem que construir a nossa tecnologia. E para isso a gente precisa de recurso. "Ah, é muito recurso?" Não é. Dê uma olhadinha nos orçamentos e compare-os. Você vai ver em um orçamento acima de R$100 bilhões, se a gente conseguir uma transferência de teto de 1% daquilo, fará uma diferença enorme do nosso estágio de ciência e tecnologia no Brasil.

Então, a gente está falando de coisas extremamente possíveis dentro do escopo daqui. A gente tem o nosso fundo lá de ciência e tecnologia, o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, com reserva de contingenciamento de 80%. Não dá para pensar num negócio deste: 80%!

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Fora do microfone*.) – São R$3 bilhões.

O SR. MARCOS PONTES – Isto: R$3,7 bilhões estão lá em reserva de contingenciamento. Se a gente tivesse um desse daí descontingenciado, já faria uma diferença enorme.

A gente tem o CNPq – desculpem mudar um pouquinho do foco, mas é importante usar este momento –, que é extremamente importante para fomentar a pesquisa no País – e sem a pesquisa básica a gente não consegue ter inovações que vão reverter em novos produtos, novas riquezas, é assim que todos os países fazem –, a gente tem lá o FNDCT contingenciado, a gente tem o CNPq faltando ali aproximadamente R$300 milhões, R$400 milhões para a gente completar as bolsas deste ano, e a gente está perdendo...

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PSD - RJ. *Fora do microfone*.) – O Fust.

O SR. MARCOS PONTES – O Fust preso. Eu nem me lembro dele porque ele fica lá enterrado e a gente não consegue... Sobre o CNPq, a gente precisa manter os nossos pesquisadores aqui, precisa prestigiá-los. Não adianta a gente querer falar: "Olha, o País tem que ter mais tecnologia", se a gente não prestigiar os pesquisadores lá, e a gente precisa disso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu espero contar com todos aqui no Senado e lá na Câmara para dar uma visão especial para a ciência e tecnologia. Assim como a educação e a saúde, nós precisamos ter uma visão especial e sair fora desse contingenciamento, ter um teto melhor para que a gente possa, aí, sim, trabalhar com os outros ministérios e dar o retorno de investimento. Nós podemos ajudar todos os ministérios. Eu preparei o ministério de forma a ser uma ferramenta para o País. Agora, a gente precisa de ajuda para colocar combustível nisso. Só lembrando uma coisa: a Nasa tem uma conta simples, que ela vive anunciando. Ela fala assim: para cada US$1 investido em um programa espacial, você tem US$5 de retorno social. É bom a gente ter esses números em mente. A gente pode fazer isso aqui também.

A questão de se trabalhar com os Municípios. Eu vou responder isso também na outra questão. Eu vou só esperar um pouquinho. O trabalho da gente vai realmente começar após a aprovação desse acordo. Uma vez que a gente tenha esse acordo, que é a chave, aprovado, aí vai começar o nosso trabalho em modificar aquela região e trazer realmente todos os benefícios a funcionar.

Com relação às questões do Senador Arolde, inicialmente, eu queria agradecer por me ajudar a mostrar a importância da ciência e da tecnologia e me dar essa possibilidade. Realmente, a gente precisa trazer a ciência e a tecnologia ao patamar, ao protagonismo que significa. Então, eu pediria a quem puder dar uma olhadinha lá nos orçamentos que olhe, para ver a situação em que está, e como a gente poderia estar. E como a gente poderia estar de uma maneira muito pequena para os outros, em termos de orçamento dos outros, mas isso pode dar um ganho muito grande para todos os outros ministérios.

Com relação às comunidades, que foi a pergunta que ficou no final. Esse é um dos trabalhos grandes que a gente tem de fazer, logo após essa aprovação. Eu espero que a aprovação desse acordo passe rapidamente, para a gente já cair no trabalho lá, realmente, junto com as comunidades locais, lá no Estado, para fazer isso converter realmente em resultados. Eu gosto de resultado prático. Eu não gosto de ficar muito enrolando, falando simplesmente. É bom a gente ir lá e começar a resolver o negócio, fazer as coisas funcionarem. Quanto antes isso acontecer, melhor.

A gente tem já alguns estudos feitos, lá no GSI, com o grupo de trabalho 10, mas a gente precisa somar isso a outras possibilidades também.

Deixe-me ver onde está o resto aqui.

Da Senadora Kátia Abreu. A senhora falou de uma coisa que é extremamente importante: como a agricultura do Brasil tomou toda essa importância e como ela se desenvolveu baseada em tecnologia. É um exemplo excelente. Assim como a agricultura, outros setores podem também se beneficiar pela tecnologia que nós podemos desenvolver no País, e com a configuração que nós colocamos no Ministério. Espero que eu tenha uma chance de alguma vez vir aqui, em breve, para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

poder falar sobre essa estrutura nova do ministério, quais os nossos planos e como está a ideia. Há muitas coisas interessantes que eu preciso compartilhar aqui.

Ciência e tecnologia é sempre uma pauta positiva. Se você pensar, é sempre algo que traz coisas positivas. Isso passa por cima de todas as questões de partido etc., porque a ideia é sempre ajudar as pessoas lá. A ciência e tecnologia consegue fazer isso, ajudar o desenvolvimento de todas essas coisas. A gente está aqui sempre para defender aquela pessoa que está lá no finalzinho. Por que eu acho isso importante? Por que isso fica sempre na minha cabeça, trabalhar com as pessoas? Eu falei aqui, no começo dessa parte, sobre o acidente, mas quem me conhece sabe que meu pai era servente de serviços gerais. Era como um faxineiro, aquela pessoa que limpa o chão, faz café, corta a grama.

Eu lembro que, no começo, lá em Bauru, eu falava que eu queria ser piloto, o pessoal falava: "Isso é impossível para você, isso é para filho de rico. Você nunca vai conseguir fazer isso", e assim por diante. E a minha mãe, a D. Zuleika, virou-se para mim e falou assim: "Se você estudar, trabalhar, persistir e sempre fizer mais do que esperam de você, você consegue chegar aonde você quiser". E passou para mim essa ideia que eu vivo repetindo para as pessoas e para jovens, especialmente no Brasil, para que eles acreditem que é possível a gente conseguir a coisa, mas precisa de educação, precisa de trabalho em cima disso aí.

Então, essa possibilidade de ajudar com ciência e tecnologia, para mim, é muito cara no sentido muito especial, não só no sentido institucional, porque é essa a função... Não, não. A gente faz isso, porque, para mim, eu vejo que essa é a solução, é assim que a gente consegue ajudar aquela criança que está lá na ponta. E não só crianças, as pessoas, mas as crianças estão sempre na ideia aqui.

Com relação à questão de acordos, na minha opinião, a gente tem que fazer acordos e fazer comércio com todos os países, sempre pensando do lado do Brasil, não desmerecendo os outros países, logicamente. Toda boa negociação tem que ser boa para os dois lados, mas tem que ser sempre boa para o Brasil. Então, a gente sempre tem que trabalhar junto para defender esses nossos interesses aqui.

Sobre o Japão e Israel, eu já conversei – aliás, nessa semana – com o Embaixador japonês, já coloquei algumas possibilidades como essa. Ele está estudando das necessidades de um acordo de salvaguarda para proteger qualquer tipo de componente japonês instalado em veículos de qualquer país ou em espaçonave de qualquer país. Então, já está estudando e vamos ver essa necessidade. Se for, a gente vai fazer um acordo com eles também, assim como com outros países. Isto a gente vai começar a aprender agora no mercado, como está esse percentual de cada país, porque a gente tem que ampliar o nosso portfólio de possibilidades. Isso vai ajudar bastante.

Eu vou a Israel. Na semana que vem, eu vou estar com o Presidente em Israel. Eu já tinha ido lá no começo de fevereiro e nós já vimos algumas possibilidades de cooperação no setor de ciência e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tecnologia. Então, agora a gente vai ratificar algumas delas, inclusive um acordo que já existia entre os dois Ministérios de Ciência e Tecnologia. Eu também vou colocar na pauta isso.

Aquela possibilidade de 1% até 2020 vai depender da nossa velocidade, é por isso que me dá esse senso de velocidade a gente aprovar esse acordo e a gente começar a fazer as coisas práticas que vêm depois dele, ajustar lá na região também e, em paralelo, trabalhar com esses acordos, com empresas internacionais. Aí é partir para o combate, vamos dizer assim.

Deixe-me ver isso aqui. Eu acho que eu mesmo não entendi a minha letra aqui.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCOS PONTES – Ah, sim, dos *clusters*. Esses acordos de transferência de tecnologia ou de preservação de tecnologia não preveem logicamente a transferência de tecnologia, mas, como eu falei, a partir do momento em que a gente começa a trabalhar com essas empresas, com funcionários profissionais nossos ali, com as próprias parcerias dessas empresas com empresas brasileiras, vai haver naturalmente essa transferência.

Sobre a cadeia de produção local, é extremamente importante. Numa base dessas, assim como a Embraer lá em São José dos Campos, se for olhar todas as empresas que trabalham na cadeia produtiva para a Embraer, isso movimenta um mercado enorme, com empregos, com tudo isso. E a mesma coisa a gente tem que fazer acontecer lá: movimentar a cadeia toda de produção.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCOS PONTES – Transforma, e não só o Maranhão. Aquilo acaba se espalhando para outros lugares também.

Esse é um ponto importante. A gente precisa, em conjunto, achar uma maneira de que os recursos sejam... O pessoal no GSI também já tem trabalhado essas possibilidades e as alternativas de esses recursos serem utilizados ali.

Eu compartilho o mesmo medo. Eu acabei de falar...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS PONTES – ... sobre toda a parte do orçamento de ciência e tecnologia. Eu compartilho exatamente o mesmo medo. Temos de encontrar uma maneira de fazer com que esse dinheiro seja utilizado ali para não ficar como o Fust lá dentro, sem que possamos fazer nada com ele.

É isso.

Sobre a frustração com relação às ferrovias. Quando eu tinha 14 anos, eu consegui o meu primeiro emprego na Rede Ferroviária Federal, que havia na época. Eu era eletricista aprendiz da Rede

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ferroviária Federal. Então, às vezes, eu olho lá em Bauru – eu sou de Bauru – e vejo aquela região onde ficavam as oficinas e havia gente para chuchu. Hoje está cheio de mato. Eu fico muito chateado com tudo.

Eu não conheço, para falar a verdade, não sei nada sobre esse assunto aqui, mas eu fiquei muito chateado em saber... Qualquer coisa relacionada à ferrovia toca muito para mim, porque lembra a história lá atrás.

Quanto à última coisa que foi perguntada pelo Senador Irajá, com relação à comunicação, nós temos o Satélite Geostacionário de Defesa e Comunicações operacional, podendo instalar – e nós já estamos instalando – pontos para escolas principalmente no Brasil, o que é uma coisa muito bacana. E pode ser muito estendido para se utilizar inclusive no setor agrícola, para as fazendas, sítios etc., para que haja internet lá dentro, que eu acho que é uma aplicação importante também.

Obrigado.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Presidente, só uma dúvida.

Ministro, então, em tese, os recursos, hoje, iriam para o Tesouro geral, os recursos arrecadados em Alcântara. Não há nenhuma especificidade, quando foi criado, para um direcionamento.

O SR. MARCOS PONTES – Não. Agora, vão ser colocadas essas outras possibilidades. Existe a possibilidade de uma OS, chamada Alada.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Eu pergunto isso, Presidente, porque nós podemos seguir com esse trabalho e tentar aprovar...

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Sim. Vai vir para cá.

O SR. MARCOS PONTES – Exato.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Exatamente. Aprovar aqui. Quero parabenizá-lo por esta audiência púbica. E seria talvez o nosso tesouro perdido, para que pudéssemos financiar a tecnologia no País, a inovação.

O SR. MARCOS PONTES – Exatamente.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – E gostaria de sugerir ainda que incluísse na sua visão, no seu raio de visão, o BNDES. Já conversei com o Joaquim Levy sobre isso. Eu acho que, além do seu Ministério e das universidades, o BNDES pode ter um papel fundamental em implementar nas empresas e no País a tecnologia. Inclusive, há recurso para isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS PONTES – Sem dúvida.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Então, acho que essa união pode ser importante.

E pode nos sugerir leis, projetos de leis para organizar esses recursos de Alcântara.

O SR. MARCOS PONTES – Eu agradeço muito. Isso vai ser extremamente...

Inclusive, se houver oportunidade... Eu sei que estou pedindo uma série de vindas aqui diferentes, porque não dá tempo de falar de todos os assuntos, são muitos, mas, se houver uma oportunidade também no futuro de a gente falar sobre o nosso Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações, eu gostaria de vir e falar sobre como está esse projeto e assim por diante.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Bom, encerramos a participação dos Srs. Senadores.

Que pena que o nosso Líder do Governo não esteja aqui, porque aprendemos muito com os detalhes. O que observamos aqui, Ministro, é que o Governo Bolsonaro tem uma pessoa que veio do espaço e que pode ajudar muito...

O SR. MARCOS PONTES – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – ... na sua articulação, principalmente no que tange a essas pautas polêmicas que nós temos pela frente, como a reforma da previdência, a reforma fiscal e as demais, porque, pela primeira vez nesta Casa, eu vi quatro integrantes da oposição, Senador Amin, elogiarem a postura, a atitude, o jeito do Ministro Marcos Pontes.

Então, foi aqui, apesar de nós não termos almoçado ainda, uma doce sobremesa a sua presença aqui na nossa Comissão...

O SR. MARCOS PONTES (*Fora do microfone*.) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Eu tenho aqui as perguntas do e-Cidadania, mas praticamente elas já foram respondidas.

Do Matheus Brito, do Distrito Federal: "Qual é o plano para o desenvolvimento aeroespacial brasileiro a partir dessa parceria com os Estados Unidos? Haverá compartilhamento de tecnologias?"

Diogo Vilela, de São Paulo: "Quais são as garantias existentes para que os norte-americanos não entrem com equipamentos nem utilizem a região para uso militar? A região poderá ser utilizada no mesmo período tanto pelos brasileiros quanto pelos norte-americanos..."

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Do Valdemagno Silva, lá de Pernambuco: "Gostaria de saber se haverá transferência de tecnologia e se o Brasil pode continuar a usá-la. Gostaria de saber se o Brasil poderá fazer o mesmo acordo com outros países [...]?"

O SR. MARCOS PONTES – Eu já respondi...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – V. Exa. já respondeu a todos esses questionamentos.

De tal sorte que encerro aqui a reunião, apenas ressaltando um ponto que me marcou muito, que entendo que ser muito importante nesse processo: primeiro, a ida de V. Exa. – distância para V. Exa. não é problema – para o Maranhão... (*Risos.*)

... justamente para poder verificar *in loco*, porque a visão de quem está no local é diferente, e a promoção de qualificação profissional para absorver a mão de obra de quem é do local, da região.

Isso é muito importante, isso se faz antes de se organizar qualquer obra física, qualquer estrutura. Então, acho que é um ponto que deve ser atacado logo e equacionado junto com o Ministério da Educação, junto com outros organismos que possam assim fazer.

Muito obrigado pela sua participação.

Encerro a reunião, já convocando a seguir a nossa reunião ordinária para tratar de alguns assuntos que estão sobre a mesa.

Muito obrigado e bola para a frente.

O SR. MARCOS PONTES – Obrigado.

(*Iniciada às 10 horas e 12 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 38 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 8ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE MARÇO DE 2019, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às doze horas e quarenta e três minutos do dia vinte e oito de março de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Nelsinho Trad, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores Mecias de Jesus, Jarbas Vasconcelos, Marcio Bittar, Esperidião Amin, Fernando Bezerra Coelho, Vanderlan Cardoso, Antonio Anastasia, Romário, Major Olimpio, Roberto Rocha, Flávio Bolsonaro, Kátia Abreu, Randolfe Rodrigues, Marcos do Val, Acir Gurgacz, Flávio Arns, Veneziano Vital do Rêgo, Angelo Coronel, Arolde de Oliveira, Carlos Viana, Chico Rodrigues, Eliziane Gama, Weverton, Confúcio Moura, Paulo Rocha, Wellington Fagundes, Luiz do Carmo, Irajá e Izalci Lucas. Deixam de comparecer os Senadores Daniella Ribeiro, Mara Gabrilli, Fernando Collor, Jaques Wagner e Zequinha Marinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da 6ª reunião ocorrida em 21 de março de 2019, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei do Senado n° 213, de 2015 - Terminativo -** que: "Dá nova redação ao §2º do art. 2º da Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964 - Lei do Serviço Militar - garantindo às mulheres o direito de opção ao serviço militar." **Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin. **Relatoria:** Senador Marcos do Val. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, com 2 (duas) emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - Projeto de Resolução do Senado n° 17, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Institui o Grupo Parlamentar Brasil-França." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Relatoria:** Senador Marcio Bittar. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional n° 16, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do § 2º do art. 103 do Regimento Interno do Senado Federal, aditar o convite para comparecimento nesta Comissão, realizado mediante o Requerimento nº 2 - CRE, de 2019, ao Exmo. Sr. Ministro de Estado de Relações Exteriores, Ernesto Araújo, a fim de que também preste na oportunidade informações sobre a mudança de posicionamento do Brasil no Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas acerca de denúncias feitas contra o Estado de Israel." **Autoria:** Senador Esperidião Amin. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Nelsinho Trad

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/03/28

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a 8ª Reunião, após a 7ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Relações Exteriores.

Não havendo quórum para deliberar os itens 1 e 2 da pauta, passamos ao item 3.

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 16, de 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do § 2º do art. 103 do Regimento Interno do Senado Federal, aditar o convite para comparecimento nesta Comissão, realizado mediante o Requerimento nº 2 - CRE, de 2019, ao Exmo. Sr. Ministro de Estado de Relações Exteriores, Ernesto Araújo, a fim de que também preste na oportunidade informações sobre a mudança de posicionamento do Brasil no Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas acerca de denúncias feitas contra o Estado de Israel.

Autoria: Senador Esperidião Amin.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concedo a palavra ao autor do requerimento, Senador Esperidião Amin, para fazer a leitura e a justificativa da matéria.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, eu apresentei dois requerimentos. Um depende apenas de manifestação de V. Exa., que é colher informações junto ao Ministério da Economia para subsidiar o meu parecer sobre o Projeto de Lei nº 235, cuja relatoria me foi atribuída nesta Comissão, e eu me sinto precisado, estou necessitando desses subsídios para bem relatar o projeto. Acho que isso depende só de V. Exa., então só quero lembrá-lo.

E apresentei o requerimento que está sob o Protocolo nº 0016 desta Comissão, que é apenas uma questão de lealdade de minha parte para com V. Exa. e com o Ministro das Relações Exteriores, aduzindo aos assuntos que lhe serão apresentados uma genérica solicitação de esclarecimentos sobre alguns casos concretos de mudança na posição que o Brasil tem defendido no exterior. Como os fatos concretos estão aqui informados, eu gostaria apenas que fosse do conhecimento da Comissão e do Ministro... Eu poderia fazer a pergunta... Hoje mesmo nós assistimos aqui se tratar de ferrovias, o que é próprio, tratar de assuntos da nossa Comissão, mas que não estavam especificados no requerimento de convocação do Ministro. É por esta razão que eu apresentei este requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Senador Amin, determino à Mesa que atenda ao pleito, à solicitação primeira feita pelo Senador Amin.

Coloco em discussão a matéria lida pelo Senador Esperidião Amin. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Prazo para indicação de políticas públicas.

Comunico aos Srs. Senadores que está aberto o prazo para que sejam indicadas políticas públicas para serem avaliadas no âmbito da Comissão no biênio 2019-2021, conforme o art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, que diz o seguinte: "[...] as Comissões permanentes selecionarão, na área sua competência, políticas públicas desenvolvidas no âmbito do Poder Executivo, para serem avaliadas".

Assim, informo que o prazo vai até o dia 16 de abril do corrente e que as indicações deverão ser apresentadas à Comissão na forma de requerimento pelas Sras. e pelos Srs. Senadores membros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deliberação da ata da reunião anterior.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Eu proponho a dispensa.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – O Senador Amin, auxiliando os trabalhos da mesa, propõe a dispensa.

E a aprovação da ata da 6ª Reunião da Comissão, realizada no dia 21 de março de 2019.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, agradecendo a participação de todos.

(*Iniciada às 12 horas e 42 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 48 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 9ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE ABRIL DE 2019, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e zero minutos do dia quatro de abril de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Nelsinho Trad e Marcio Bittar, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores Mecias de Jesus, Esperidião Amin, Fernando Bezerra Coelho, Romário, Major Olimpio, Flávio Bolsonaro, Randolfe Rodrigues, Marcos do Val, Flávio Arns, Jaques Wagner, Humberto Costa, Arolde de Oliveira, Chico Rodrigues, Marcos Rogério, Rodrigo Pacheco, Paulo Paim, Eliziane Gama e Paulo Rocha. Deixam de comparecer os Senadores Jarbas Vasconcelos, Daniella Ribeiro, Antonio Anastasia, Mara Gabrilli, Kátia Abreu, Fernando Collor, Angelo Coronel e Zequinha Marinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Comparecimento de Ministro de Estado**, atendendo aos requerimentos REQ 2/2019 - CRE, de autoria do Senador Nelsinho Trad e outros, REQ 14/2019 - CRE, de autoria do Senador Jaques Wagner, e REQ 16/2019 - CRE, de autoria do Senador Esperidião Amin. **Finalidade:** Comparecimento do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Ernesto Araújo, para discutir os rumos da política externa brasileira em momento de transição no âmbito da Pasta das Relações Exteriores. **Participante:** Sr. Embaixador Ernesto Araújo, Ministro de Estado das Relações Exteriores. **Resultado:** Audiência Pública interativa realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Nelsinho Trad

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/04/04

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Bom dia a todos.

Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a 9ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 1ª Sessão Legislativa da 56ª Legislatura do Senado da República.

Comunico que esta Comissão, em cumprimento ao disposto na alínea "f", inciso III, art. 7º da Resolução 2, de 2013, do Congresso Nacional, designará um membro para a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (CCAI) e que a escolha do membro desse colegiado seja feita por eleição secreta. Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que tiverem interesse em participar da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (CCAI) devem se manifestar junto à Secretaria desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Pauta.

A presente audiência pública tem por finalidade discutir os rumos da política externa brasileira, em momento de transição, no âmbito da pasta das relações exteriores; esclarecer as consequências diplomáticas, econômicas e geopolíticas da condição de renúncia ao tratamento especial e diferenciado previsto para países em desenvolvimento na OMC (Organização Mundial do Comércio) como contrapartida ao apoio dos Estados Unidos à pretensão brasileira de ingresso na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE); e prestar informações sobre a mudança de posicionamento do Brasil no Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas acerca de denúncias feitas contra o Estado de Israel, em atendimento aos Requerimentos 2, 14 e 16, de 2019, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, de autoria dos Senadores Nelson Trad, que vos fala, Jaques Wagner e Esperidião Amin, respectivamente.

Para esta reunião, contaremos com a honrosa participação – e já queremos, em nome do Senado, agradecer-lhe a presença – do Exmo. Sr. Embaixador Ernesto Araújo, Ministro de Estado das Relações Exteriores, o qual temos a grata satisfação de cumprimentar e convidar para poder iniciar os trabalhos.

Esta audiência pública é realizada em caráter interativo, com a transmissão pelos canais de comunicação do Senado Federal. A população que ora nos assiste poderá participar enviando observações e perguntas aos palestrantes, por meio da internet, no portal e-Cidadania, no endereço

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

www12.senado.leg.br/ecidadania. A participação dos internautas é sempre de extrema valia para os nossos trabalhos.

Gostaria de registrar a presença das seguintes autoridades que se apresentaram ao nosso corpo técnico: Embaixador do Uruguai no Brasil, Gustavo Vanerio; Segunda-Secretária de Política Externa, Caitlin Mary Smith (Embaixada do Reino Unido); da Embaixada dos Emirados Árabes Unidos, Abdelrahman Almaazmi; Embaixador Otávio Brandelli, Secretário-Geral das Relações Exteriores; Ministro Luís Guilherme Cintra, Chefe de Gabinete do Secretário; Assessor Especial para Assuntos Internacionais da Presidência da República, Sr. Filipe Garcia Martins Pereira; Chefe de Gabinete do Ministro, Pedro Wollny; Conselheiro Flávio Sapha, Subchefe de Gabinete; Secretário Fabiano Burkhardt, introdutor diplomático; da Assessoria de Relações Federativas e com o Congresso Nacional, Ministro Marcos Campos (chefe), Conselheiro Igor Resende (subchefe), e Secretária Luisa Tatsch (assessora); da Assessoria Especial de Gestão Estratégica, Conselheiro Alberto Fonseca (chefe), e Secretário Denis Ishikawa dos Santos (subchefe); da Secretaria de Comunicação e Cultura, Embaixadora Márcia Donner Abreu, Secretária de Comunicação e Cultura, e Ministro João Alfredo dos Anjos Junior, Diretor do Departamento de Comunicação Social; acompanham o Sr. Secretário-Geral o Ministro Luís Guilherme Cintra e o Conselheiro André Bevilacqua; da Presidência da República, Sr. Filipe Martins, Assessor Especial para Assuntos Internacionais.

Para dar início ao debate, tenho a honra de conceder a palavra ao Ministro Ernesto Araújo.

Sr. Ministro, V. Exa. dispõe de 30 minutos para fazer sua exposição.

Terminada a exposição do Ministro, concederemos a palavra às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores previamente inscritos, que terão cada um cinco minutos para interpelação, assegurado igual prazo para resposta do interpelado, após o quê poderá ser contraditado pelo prazo máximo de dois minutos, concedendo-se ao Ministro o mesmo tempo para tréplica, se for o caso.

Com a palavra o Ministro Ernesto Araújo.

O SR. ERNESTO ARAÚJO (Para exposição de Ministro.) – Muito obrigado.

Sr. Presidente Senador Nelsinho Trad, Srs. Senadores, Srs. Embaixadores, membros do Corpo Diplomático, caros colegas, senhoras e senhores, é uma grande honra, um privilégio para mim estar aqui, nesta Comissão de Relações Exteriores, para falar da nossa política externa nestes primeiros três meses em que já temos tido a oportunidade de começar a implementar os rumos de política externa determinados pelo Presidente Jair Bolsonaro.

Desde que fui indicado para este cargo, que o Presidente me deu a honra de me indicar para este cargo, eu assumi o compromisso, a missão de romper aquilo que percebia como um grande isolamento do Itamaraty frente à sociedade brasileira e frente às discussões sobre os rumos do Brasil. E

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma das grandes maneiras, das principais maneiras de levar adiante essa ruptura desse isolamento é, evidentemente, o contato com o Congresso Nacional. Por isso, além do privilégio de estar aqui, eu queria dizer que é importantíssima para o nosso trabalho esta oportunidade que nós temos aqui.

Nessa mesma perspectiva, eu tenho também reiterado que é importante que os diplomatas não façam apenas coisas que são importantes para outros diplomatas, mas que façam coisas que são importantes para o Brasil, para a população brasileira. Esse é um princípio que nos norteia. E eu acho que já uma consequência disso é a intensificação visível do debate sobre política externa na nossa sociedade, tanto nos meios tradicionais quanto na nova mídia e aqui, no Congresso, certamente.

Existe hoje, na minha percepção, um debate extremamente intenso, e isso eu acho que reflete o fato de que nós estamos tentando fazer coisas que são importantes para a sociedade e que, portanto, suscitam tanto apoios quanto críticas. É claro que a gente prefere os apoios, mas estamos plenamente conscientes de que as críticas que vimos recebendo são parte desse processo. Apenas se nós tentássemos não fazer nada é que nós não receberíamos críticas, e não foi essa a opção, evidentemente, que nós fizemos. Estamos sempre prontos e interessados no debate.

Se os senhores me permitem, eu gostaria de fazer uma pequena introdução, com certo caráter filosófico, se é que eu posso ter essa pretensão, citando o filósofo brasileiro Mário Ferreira dos Santos, que disse que o caráter intrínseco de uma coisa não está na sua superfície exterior, mas na sua razão. Eu acho que isso se aplica a um país e se aplica, talvez, à política externa de um país.

Vou falar um pouco mais dessa questão da razão. Nessa nossa era da técnica e da tecnocracia, eu acho que nós aprendemos a transportar todas as coisas e todos os raciocínios para o lado puramente quantitativo. E, assim, por exemplo, há uma tendência de reduzir as relações com determinado país, simplesmente a corrente de comércio. E, dentro da própria corrente de comércio, muitas vezes não sinalizam os aspectos qualitativos que ali penetram, mas apenas os aspectos quantitativos.

Fala-se muito da necessidade de não haver ideologia na política externa. Eu concordo plenamente, mas a ausência de ideologia não pode significar, a meu ver, a ausência de razão. Entretanto, acho que é isso que tem acontecido, infelizmente: ausência de um pensamento mais profundo que procure prescrutar as dimensões que dão origem às nossas políticas e as questões de fundo que estão ali atrás. Ao rejeitar, ao deixar de lado a razão, nós acabamos ficando escravos de ideologias congeladas, ficamos hipnotizados por certas palavras e por certas categorias que se tornaram indiscutíveis.

Nada deveria ser indiscutível numa atmosfera de liberdade de pensamento, como aquela que nós temos no Brasil. Acho que precisamos investigar qual é essa forma intrínseca do Brasil, segundo aquela expressão do filósofo; qual é a nossa razão. E precisamos investigar também qual é a razão por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trás desses movimentos ideológicos que nós pretendemos superar, para que possamos efetivamente superá-los. Acho que não podemos fazer da política externa um terreno cercado de grades, onde a razão e o pensamento não penetram.

É muito difícil definir uma nação, porque é sempre muito difícil definir qualquer ser, seja vivente, vivo e complexo, como uma nação. A definição sempre é algo que congela e que limita esse caráter orgânico de um ser que vive e que atua. Por isso, acho que é preferível usar esse termo da razão como algo que se produz o tempo todo e que nós precisamos analisar, estudar e escutar o tempo todo, e não procurar limitar o nosso raciocínio a definições muitas vezes insuficientes. Então, devemos ter, digamos, por um lado essa ambição de escutar o que é o Brasil, ao fazer a nossa política externa, e por outro lado a humildade de saber que de certa forma nunca chegaremos lá e nunca conseguiremos abarcar toda realidade dessa entidade, desse ser extraordinário que é a Nação brasileira.

O que isso tem a ver com a política externa? Os senhores poderiam me perguntar. Eu acho que tem tudo, porque nós podemos argumentar que tudo tem a ver com tudo. E um dos problemas talvez do mundo contemporâneo é a fragmentação e a compartimentação do pensamento, que leva justamente a esse predomínio da técnica e a essa ausência, muitas vezes, da dimensão mais profunda do pensamento.

Pensar em termos de razão e não simplesmente de técnica exige que nós formulemos hipóteses, muitas vezes, porque é muito fácil simplesmente dizer que "a" é igual a "a" e "b" é igual a "b", o pensamento tautológico em que você não erra, mas também não sai do lugar. Esse conceito de razão exige que nós formulemos a hipótese de que, por exemplo, "a" mais "b" é igual a "c", porque a razão é algo que desidentifica uma coisa de si mesma e lança, digamos, numa aventura fora da dimensão puramente tautológica. Mesmo que nós erremos e nos demos conta de que "a" mais "b" não é igual a "c", mas é igual a "d", nós só chegamos lá porque formulamos inicialmente uma hipótese.

Nessa mesma perspectiva, uma nação nunca será igual às outras. E nunca será suficiente dizermos simplesmente que ela é igual às outras, mas é preciso que ela se relacione com as outras a partir da sua identidade. E essa identidade envolve, de certa forma, um separar-se e um diferenciar-se.

O Brasil não é a China. O Brasil não é o Uruguai. O Brasil não é os Estados Unidos. Isso parece óbvio, mas, muitas vezes, na nossa atuação recente, nós viemos nos comportando como se o Brasil fosse um país genérico, como se não fizesse diferença essa nossa identidade, como se nós tivéssemos de atuar simplesmente a partir de paradigmas externos. De certa forma, abandonamos a relação com nossa própria identidade. Talvez não só na política externa, mas nela certamente.

Então, ser uma nação é ser diferente das outras nações. E uma nação que se afirma, de certa forma, está se identificando e dizendo coisas diferentes, fazendo coisas diferentes. Eu acho que isso também é algo que nós vínhamos negando. O Brasil, de certa forma, vinha se negando a si mesmo. E,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nessa negação, se abusava muito do conceito do universalismo, que é um conceito como qualquer outro, que tem de ser analisado, mas nós vínhamos fazendo disso um dogma e dizendo que a política externa brasileira tinha de ser universalista. E isso acabava significando simplesmente que nós não deveríamos ter uma coloração própria, não deveríamos ter uma identidade. Não deveríamos perseguir nada que não fosse autorizado por certos paradigmas internacionais.

Essa indiferenciação, essa certa vergonha de ser o que se é, essa tendência de se negar chegou, por exemplo, ao ponto de nós retirarmos o Brasão da República do nosso passaporte. Acho que isso é extremamente simbólico dessa falsa concepção de universalismo, que é um pouco se negar a si mesmo. Daqui a pouco, o Brasil iria negar o seu próprio nome e passar a se chamar simplesmente País X por uma certa tendência de não querer se assumir como um país que, como qualquer outro país, é diferente dos outros, tem ideias diferentes, um povo que tem uma personalidade diferente.

Essa indiferença a si mesmo, essa tendência de autonegação, de certa forma, levou também a uma indiferença moral, que é algo que eu tenho criticado na nossa política recente. E, aqui, passando também pelo lado quantitativo de comércio, da economia, há uma incapacidade de gerar resultados concretos, porque o que nós tivemos, ao longo das últimas décadas, na nossa política externa foi, de um modo geral, um discurso de perseguir o pragmatismo e de perseguir resultados concretos sem uma coloração própria, mas esses resultados tampouco vieram.

Para fazer um breve apanhado pelo menos do que eu enxerguei nesses últimos 30 anos em que eu tive o privilégio de trabalhar no Itamaraty, eu diria que, grosso modo, nos anos 1990 nós tivemos na nossa política externa o eixo central de tentar recuperar a credibilidade internacional do Brasil, que tinha sido profundamente afetada principalmente pela crise econômica dos anos 80. Falava-se muito que o Brasil deveria se reconectar aos núcleos dinâmicos da economia internacional. E esse discurso não se traduziu na prática.

O que nós vivemos foi, por um lado, uma tentativa de se aproximar dos Estados Unidos e, por outro o lado, uma tentativa de se aproximar da União Europeia, vistos na época como esses núcleos dinâmicos da economia internacional, mas, na prática, o objetivo era que uma atrapalhasse a outra. O Brasil não queria ter um acordo, uma conexão comercial e econômica com os Estados Unidos e também não queria ter com a União Europeia. E se inventou a negociação Mercosul-União Europeia para justamente atrasar a negociação com os Estados Unidos, que na época começava na proposta da Alca, por exemplo, nesse caso.

Então, houve o problema de um enfoque comercialista também, porque a política externa era concebida muito exclusivamente por uma dimensão comercial, mas sem gerar resultados nessa dimensão comercial, e também sem reconhecer que, nessa conexão com esses diferentes parceiros, dever-se-ia ir mais a fundo e se pensar, por exemplo, na questão civilizacional, que é algo que nós estamos tentando recuperar em termos do pertencimento do Brasil ao Ocidente. Isso era uma coisa de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que não se falava nessa época. Então, o alegado pragmatismo não gerou os resultados que se esperavam.

Nos anos 2000, a prioridade, principalmente a partir de 2003, com o Governo Lula, foi a criação de um espaço sul-americano, com uma perspectiva muito excludente, com uma perspectiva extremamente ideológica, e, aí, sim, acho que nós podemos dizer, em que o processo de integração sul-americano foi, de certa forma, direcionado para isolar os governos da região que não eram controlados por partidos de esquerda e para procurar propelir o conjunto da região a se fechar ao exterior e a se tornar um bloco sujeito a uma determinada ideologia. E, ao mesmo tempo, houve a continuação desse estranho comercialismo que não gera comércio, porque se falava muito nas prioridades da política comercial... Eu pessoalmente tentei participar na época, participei de várias negociações comerciais, e sempre havia um grande do bloqueio a que se fechassem acordos relevantes. Havia uma preocupação de que o Brasil não renunciasse a nenhum elemento possível de política industrial ou de política tecnológica, mas essa política industrial e tecnológica não vinha tampouco.

Houve uma aposta em um mundo pós-ocidental, sobretudo por meio do Brics, o que, em si mesmo, não teria problema, mas uma aposta excludente do mundo ocidental, mas sem um projeto, sem saber o que se queria ganhar desse mundo pós-ocidental. Simplesmente, acho que se achou que os Estados Unidos e a Europa, sobretudo os Estados Unidos, estavam fadados a uma decadência e que era preciso se aproximar de potências emergentes, mas sem que isso tenha envolvido um projeto, um projeto de capacitação tecnológica, um projeto de capacitação industrial, por exemplo. Então, ao contrário, foi uma época de uma gigantesca desindustrialização do Brasil; foi uma época de um estranho desenvolvimentismo que não desenvolveu, um desenvolvimentismo que fechou fábricas e que não construiu infraestrutura, apesar das centenas de bilhões de dólares que entraram com a época do *boom* das *commodities*.

A partir do Governo Dilma Rousseff e, depois, no Governo Temer, acho que houve uma opção ou uma não opção e um progressivo isolamento da política externa em relação a qualquer outro projeto nacional. E o Brasil se tornou um país que simplesmente deixava que as coisas lhe acontecessem, um país que assistia aos grandes ventos de transformação no mundo procurando simplesmente não incomodar ninguém. Acho que isso foi uma época bastante pouco produtiva da nossa política externa em torno dessa renúncia um pouco à nossa identidade, como falávamos antes: o Brasil se tornando um país genérico no mundo. Essa tentativa simplesmente de que, achando que não incomodando ninguém, não dizendo nada que pudesse atrapalhar nada, poderíamos ser simplesmente deixados de lado dentro do nosso espaço; uma época inteiramente sem ambição e sem visão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje, por meio desse diagnóstico, nós estamos procurando que o Brasil volte a ser aquilo que acredito que os brasileiros querem, que é um grande país, um país que tem a sua própria voz no mundo e que pode influenciar nos rumos do sistema internacional e muito especialmente na nossa região. Isso, às vezes, é visto como uma política externa que incomoda. A intenção, evidentemente, não é incomodar, mas o incomodar muitas vezes é um resultado. Então, o Brasil hoje incomoda e atrapalha, por exemplo, o processo de destruição da Venezuela pelo regime Maduro e atrapalha aqueles países que ainda apoiam e sustentam esse regime.

O Brasil, acho, incomoda aqueles que planejam um mundo sem nações, um mundo pós-nacional. O Brasil atrapalha aqueles que não querem que haja ideias dentro da política externa, aqueles que não querem pensar, aqueles que querem eliminar a razão, naquele sentido de razão que eu mencionava anteriormente. O Brasil atrapalha também aqueles que não se preocupam com a soberania, aqueles que, como eu dizia, pensam no mundo globalizado não como um mundo construído a partir de nações, mas como uma espécie de geleia geral, onde não há fronteiras, onde não há identidades nacionais.

Essa questão da razão individualizante, esse fundamento da identidade nacional, está presente entre os princípios da política externa da nossa própria Constituição, principalmente no princípio da independência nacional. A independência nacional evidentemente foi conquistada em 1822 e não parece estar diretamente ameaçada. Então, às vezes a gente se pergunta por que esse princípio continua figurando na Constituição, mas acho que o Constituinte de 1988 foi muito sábio nesse sentido, porque a independência não se trata apenas da independência jurídica, mas precisa ser uma atitude, tem que ser uma independência, por exemplo, em frente aos dogmas politicamente corretos que em muitos setores tendem a presidir o relacionamento internacional; tem que ser uma independência frente a essa ideologia de apagamento das fronteiras e de encerramento das nações; tem que ser também uma independência no sentido de capacitar a nossa economia com mais tecnologia, mais investimento, investimento privado gerando abertura econômica, mais competitividade, mais eficiência, inovação, por exemplo, através de boas práticas oriundas da OCDE, por exemplo, nós estamos tentando, almejando conseguir através de uma renovada relação com países centrais na dimensão econômica e tecnológica, como são os Estados Unidos e Israel; independência também através da maior diversificação de mercados e de produtos dentro desses mercados; independência com maior controle sobre os nossos recursos naturais, por exemplo.

Nesse mesmo conceito de identificar a nós mesmos e, a partir disso, nos relacionar com o exterior e não ter uma política externa de fora para dentro, nós pretendemos e estamos fazendo isso, acredito, estruturar a nossa relação com qualquer país em benefício da nossa, como dizia, independência, da nossa autonomia, do nosso desenvolvimento, seja com China ou Estados Unidos, seja com Israel ou com os países árabes. Nós não podemos ser independentes em frente a um parceiro e, ao mesmo tempo, manter uma atitude completamente acrítica em frente a outro parceiro. Nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

precisamos tentar sujeitar todas as relações à mesma lógica e buscar em cada relacionamento bilateral as parceiras profícuas naquele relacionamento.

Para falar novamente de um exemplo que evidentemente está muito presente, porque nós regressamos ontem da viagem presidencial a Israel, com Israel, por exemplo, um grande eixo da relação nessa perspectiva é a dimensão da inovação. É preciso ver isso. Nós vimos lá muito claramente que Israel é um país que se transformou em pouco mais de 20 anos. Era um país que vivia numa situação de hiperinflação, de inflação crônica, de estagnação e atraso, exceto na área de segurança e defesa por uma questão de sobrevivência do Estado de Israel, mas o restante da economia vivia uma situação de sufocamento da economia por uma hiper-regulamentação até os anos 90.

E, por uma série de decisões corajosas e com grande visão de diferentes líderes, mas sobretudo do atual Primeiro-Ministro, que teve seu primeiro mandato em 1996, Benjamin Netanyahu, Israel decidiu abrir a economia, investir em tecnologia, desregulamentar, se tornar um país de inovação. Hoje, Israel é conhecido como "a nação s*tartup*". Talvez, em muitos setores o maior, ou certamente o segundo maior polo tecnológico do mundo. E, este ano, a renda *per capita* de Israel acaba de ultrapassar a renda do Japão, por exemplo. Então, só para dar um exemplo do que pode significar um país que se reconecta com as suas diretrizes básicas e que reforma essas diretrizes quando isso é necessário.

Bem, é preciso, portanto, avaliar riscos e oportunidades em todos os relacionamentos que nós temos, e não somente em alguns. E é preciso acompanhar a realidade mundial e a realidade de outros países naquilo que ela realmente é, e não na visão que nós temos. É preciso relacionar-se com os países para saber quais são as suas verdadeiras preocupações, os seus verdadeiros anseios.

E isso tem muito a ver também com aquela necessidade de superação de uma visão tecnocrática da sociedade, portanto, de uma visão tecnocrática...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ERNESTO ARAÚJO – ... da política externa.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS. *Fora do microfone.*) – V.Exa. tem mais cinco minutos.

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Cinco minutos, perfeito.

E essa superação significa, sobretudo, uma recuperação da política, não é? Eu acho que durante talvez 20, 30 anos, houve uma progressiva deturpação da política e uma imagem ruim da política, em que parecia que já não se podiam discutir determinados temas, não se podiam discutir determinados fundamentos da sociedade. E acho que hoje é um fenômeno talvez mundial que os cidadãos de todos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

os países querem recuperar a capacidade de discutir os fundamentos da sua sociedade. Isso é o que significa a política.

Então já falei, ao longo desta exposição, de várias linhas da nossa política externa, que nós estamos tentando implementar, mas só para reiterar algumas delas. Bom, não necessariamente em nenhuma ordem de prioridade, mas ser parte das grandes transformações do País, ou seja, que o Itamaraty especificamente não seja simplesmente uma espécie de consultoria de política externa à qual o Governo recorre para se relacionar com o mundo, mas que seja uma entidade que contribui para o repensar e o reconstruir da Nação. Segundo, reconectar com grandes parceiros, parceiros essenciais para o nosso desenvolvimento, para a nossa projeção no mundo, como Estados Unidos e Israel, sem exclusão de outros parceiros. Desenvolver o comércio com todos os países de maneira a beneficiar as nossas prioridades e de acordo com uma construção, uma constatação dos nossos interesses, o que exige uma visão bilateral daquilo que há a ganhar, daquilo que há a aproveitar em cada relacionamento. Defender a liberdade e a democracia, isso é fundamental; viver num ambiente democrático, não só na região, mas no mundo. Isso certamente é o caso da Venezuela, do qual eu falei brevemente, e temos certeza de que isso não se esgota na Venezuela, mas é o caso talvez mais premente, e talvez uma das principais mudanças que nós introduzimos, que é uma defesa ativa, e não simplesmente no discurso da democracia. E estar presente nos grandes debates mundiais, tanto nas correntes de ideias, quanto nas organizações internacionais, como a OMC, como a OCDE. No caso da OMC, o Brasil poderá distinguir-se como um dos países-chave na reforma daquela organização, de acordo com os nossos interesses.

Em termos de determinadas linhas, falei dos Estados Unidos, falei de Israel, ambos de maneira totalmente não excludente. No caso de Israel, queremos, ao mesmo tempo, ampliar o relacionando com os países árabes. Temos convicção de que isso é totalmente possível e factível. Estamos muito empenhados nisso.

E, quanto à América do Sul, fazer dela um bloco pela democracia. Para isso, acho que nós, na Reunião de Santiago, lançamos as bases e decidimos pela criação de uma nova entidade, o Prosul, em substituição à Unasul, centrada na democracia e na integração, e não na desintegração como era o caso da Unasul.

Só para concluir, isso tudo nós procuramos fazer. Temos essa ambição, que talvez seja bastante elevada, mas sem a qual eu acho que a nossa tarefa não faz sentido, qual seja, a ambição de fazer de tudo isso parte desse processo de escutar o que é o Brasil, de tentar entender e trabalhar a partir de uma nação e de sua identidade.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Para dar dinâmica ao debate, nós vamos dar a palavra a blocos de três Senadores. Aí, posteriormente, V. Exa. anota as perguntas e responde. Aquele que quiser ter a réplica é só se manifestar.

Existe aqui a praxe de os autores do requerimento terem precedência nas perguntas. Então, Senador Esperidião Amin, Jaques Wagner e Marcio Bittar, nessa ordem.

Com a palavra o Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para interpelar Ministro.) – O senhor veja que equilíbrio extraordinário que o que chamam de coincidência fez. Todos são levantinos: três de um lado do Rio Jordão, que é o nosso lado oriental; e um do lado ocidental do Rio Jordão. Então, está bem começada a nossa reunião.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Obrigado.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Mas isso não é posição; estou falando só sobre a etnia. E presididos...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – E presididos por ele.

Então, eu gostaria, em primeiro lugar, de saudar o nosso Ministro – vou procurar me ater rigorosamente ao tempo – e dizer da satisfação de tê-lo aqui, bem como dizer que nós aprendemos, especialmente, não pelo meu lado italiano, mas pelo meu lado libanês, que o senhor está na nossa casa e, por isso, eu sou a visita; e é como tal que o senhor será respeitado, como lhe é devido pelo cargo que exerce e como cidadão.

Primeiro, quero fazer uma reflexão sobre a filosofia que o senhor nos trouxe. Eu queria lhe sugerir prestigiar um escritor de Santa Catarina, Clodovis Boff, irmão do Leonardo Boff. Mas não se preocupe: enquanto Leonardo Boff é prolífero, produzindo cinco ou seis livros até por ano, no auge de sua atividade literária, o Clodovis Boff é um esmerilhador de ideias.

No que o senhor falou razão, eu li sentido. E ele lançou agora o segundo tomo de *O Livro do Sentido*, que fala exatamente sobre o sentido da vida, da sociedade, das pessoas. Eu lhe sugiro acoplar as suas observações filosóficas à contribuição do Frei Clodovis Boff, que é também catarinense, assim como o seu irmão, nascido na cidade de Concórdia.

Eu queria também fazer uma rápida incursão sobre a personalidade do Brasil e o que nós aprendemos com os outros. Eu estava aqui quando o Itamaraty foi afetado pelas incursões do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente Clinton para vender, ele vender, ele procurou o Presidente Fernando Henrique para vender todo o aparato eletrônico e até de obras civis do Sivan. Portanto, ninguém tem nos ensinado mais pragmatismo do que a Presidência dos Estados Unidos, perpassando todos os seus chefes. O que faz o Presidente Trump? O que ele foi fazer na Arábia Saudita, senão vender? Acertou lá um acordo *made in America*, de 300 bilhões. Para que vai ser usado aquilo? Os americanos usam aquela visão do macaquinho: "Não enxergo, não escuto e não falo".

Finalmente, tenho certeza de que a inteligência do Itamaraty sabe quem foram os financiadores do Estado Islâmico na Síria. Nós tivemos uma lição como Parlamentares, e eu fui um deles. E, por isso sabe das coligações mais estranhas, como Israel, Arábia Saudita e Estados Unidos, que se materializaram ali naquela dolorosa guerra civil.

Gostei muito da expressão "incomodar". Por exemplo, eu acho que nós incomodamos quando desenvolvemos tecnologia e acho que o Governo brasileiro tem que se atentar para o que nós estamos fazendo.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Tecnologia sensível, por exemplo, que é a especialidade de Israel, é a especialidade de Santa Catarina. O *guardian* é concebido e fabricado lá, Ministro, e não mereceu ainda a atenção do Governo Federal, salvo pela visita que o Ministro Marcos Pontes fez a Santa Catarina, na semana passada, para conhecer o Sapiens Parque. Seis por cento do nosso produto, da nossa renda, deriva da tecnologia de informação e comunicação *made in Brazil*, como faz o Trump.

A minha pergunta é baseada na seguinte frase sua: "As relações têm que ter a mesma lógica". E a lógica que determinou a minha pergunta é: os direitos humanos apurados, que foram infringidos, segundo a apuração do Conselho de Direitos Humanos da ONU, lá entre Israel e a Palestina, são diferentes dos direitos humanos que nos sensibilizam na Venezuela?

Essa é a pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Com a palavra...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Posso me consubstanciar? Estou me referindo a uma decisão do Brasil contraditória em relação à autorização para investigar. Eu poderia detalhar na réplica, mas V. Exa. sabe do que eu falo, porque eu detalhei isso no meu requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Com a palavra o nobre Senador Jaques Wagner, da Bahia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Para interpelar Ministro.) – Bom dia, Presidente.

Cumprimento o Sr. Ministro e os colegas Senadores e Senadoras.

Ministro, o senhor começou dizendo que os diplomatas não devem trabalhar para si, e, sim, para os interesses do povo, da sociedade. Até onde eu entendo, os maiores interesses do povo brasileiro são sair da pobreza, emprego, desenvolvimento, prosperidade e não nos enfiarmos em qualquer embate, apesar da sua negativa ideológica de uma forma, na minha opinião, subalterna.

V. Exa., quando chegou ao Ministério de Relações Exteriores, já recebeu problemas sérios do ponto de vista da nossa relação. Com os Estados Unidos, o mercado americano segue fechado às exportações de carne bovina brasileira, com várias tarifas altas para as nossas exportações de açúcar e frutas brasileiras não entram no mercado americano por conta de injustas restrições fitossanitárias. Com a União Europeia, o fechamento parcial do mercado europeu, que persiste até hoje, à totalidade dos pescados e duas dezenas de...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – ... exportadores agrícolas seguem desabilitados. O mercado da União Europeia continua restrito aos produtos brasileiros desde as conhecidas Operações Carne Fraca e Trapaça, da Polícia Federal. As rodadas de negociação do acordo comercial com o Mercosul e a União Europeia seguem em andamento. Com a Rússia, só meia dúzia de estabelecimentos foram autorizados a exportar carne suína em fins de 2018, mas dezenas de outros esperam sua vez. Com a África, as exportações brasileiras de frango sofrem, atualmente, crescentes restrições em mercados importantes, como a África do Sul e Angola.

Portanto, V. Exa. já chegou com vários problemas deixados pelos seus antecessores, mas a informação que eu tenho é de que nenhum deles, até o momento, evoluiu ao longo desses cem dias. Ao contrário. E V. Exa. parece que admira ou gosta do fato de que as relações exteriores passaram a ser debatidas por todos, talvez pelo inusitado de algumas declarações e algumas atitudes do Sr. Presidente e mesmo de V. Exa.

O que me pareceu é que V. Exa. entende que, para termos identidade... Confesso que não consegui captar tudo o que V. Exa. falou, no ponto de vista da filosofia, mas parece que V. Exa. acha que, ao criarmos problemas, isso afirma a nossa identidade nacional. Eu confesso que, como conciliador que sou, porque sou judeu e sofri muito com os conflitos, porque parte da minha família foi assassinada em campos de concentração, prefiro, desde a queda do muro que marcou o fim da Guerra Fria, trabalhar no sentido da conciliação. E não acho que isso é demérito. A conciliação se dá quando existem ideias diferentes em debate e não a falta de ideias, como foi afirmado. Agora, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

característica é se você vai apostar na guerra ou se você vai apostar na paz. Pelo que eu ouvi, a nossa política aposta no conflito, no incomodar.

(*Soa a campainha.*)

Já está no meu tempo? Presidente, aí é muito pouco, né?

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – E não adianta pedir desconto, não, porque ali há um primo. (*Risos.*)

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Eu apenas vou citar, que, em apenas cem dias, nós já conseguimos comprar briga com os países árabes e muçulmanos. Está aí a repulsa à nossa posição contrariando a técnica. Já que temos uma Embaixada em Tel Aviv, não vejo por quê. E vou repetir que sou judeu.

Só que o Estado de Israel não pertence ao Primeiro-Ministro Netanyahu, que vai enfrentar uma eleição, assim como os Estados Unidos não pertencem ao atual Presidente. E eu tive o prazer de estar com o Presidente Lula na sua primeira viagem aos Estados Unidos, quando ele foi visitar o Presidente Bush, e tiveram uma identidade muito grande de pele. Eu ouvi de vários diplomatas americanos que nunca fluiu tão bem a relação Brasil-Estados Unidos como naquela época.

Então, nós já compramos briga com os árabes com esse posicionamento. Estamos comprando uma série de brigas. Eu não posso e não é do meu estilo ofender nem achincalhar, mas não posso negar ao senhor: eu prefiro os diplomatas que são algodão entre cristais, e não a diplomacia de elefantes em cristaleira, que abre ao ponto de nós ouvirmos um general pedir paz e o nosso Chanceler apostar no conflito.

Eu não vou lhe mostrar, que V. Exa. conhece evidentemente, o fluxo comercial. E pelo que vi V. Exa. tem uma crítica ao que chamou de comercialismo, mas os nossos produtores, seja de manufaturados, e a nossa maior exportação de manufatura é exatamente para o Mercosul, onde a gente tem um saldo comercial, o que emprego aqui dentro. Então, eu não entendo exatamente o que quer dizer a busca dessa identidade nacional, se é só o brasão no passaporte, que, na minha opinião, sinceramente é muito pouco, ou a prosperidade do nosso povo.

Então, o motivo da minha inquirição, do meu pedido de convite é que nós estamos entregando o certo pelo duvidoso. Nós entramos numa briga que não é nossa. Essa briga é do Presidente americano com a China na OMC para o fim dos TEDs. Essa é a briga verdadeira que existe, a briga comercial. Eu até elogio o Presidente americano, porque ele está ligando para gerar emprego dentro de casa. Americanos primeiro, são palavras dele. Nós precisamos também gritar brasileiros primeiro para trazer benefícios para cá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu não vou formular uma pergunta, Sr. Presidente. Eu vou apenas fazer um pedido como brasileiro, como governador que fui preocupado com a geração de emprego: que o Ministro possa trabalhar efetivamente pelos interesses do povo, e não trabalhar como Chanceler na difusão das suas próprias ideias, porque eu sinceramente não vejo nenhuma consequência positiva desta pregação que nós estamos fazendo. Creio que nós estamos chamando para cá conflitos que não são nossos, conflitos que efetivamente não são nossos. E creio que nós estamos sinceramente trabalhando muito mais para nos isolar e para ter um alinhamento único e automático com o único país que também, daqui a dois anos, terá eleição. E não me consta que nossas relações com os Estados Unidos da América – comercial e diplomática – tenham sido ruins nos tempos do Presidente Bush ou do Presidente Obama, quando eram Presidentes aqui o Presidente Lula e a Presidenta Dilma.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Com a palavra o Senador Marcio Bittar.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC. Para interpelar Ministro.) – Primeiro, Sr. Presidente Nelsinho, quero cumprimentar o Senador Jaques Wagner e, mais uma vez, reconhecer nele um político muito firme, muito forte nas suas convicções e que consegue diferenciar o que é uma entrevista numa rádio, em que você, por razão óbvia, tem o direito de expor com mais clareza o seu ponto de vista e o que é uma audiência pública em que você deve dizer exatamente o que pensa, mas preservando a civilidade, a qual ontem, na Câmara Federal, foi perdida, e passou a ser um exemplo ruim daquilo que nem a Câmara, muito menos o Senado devem seguir.

Quero cumprimentar o Sr. Ministro e dizer que, Ministro, eu entendo que nós temos o seguinte dilema, bom dilema para o Ministro e para o Governo Bolsonaro, que contou com o meu voto, com o meu apoio... Faço parte, com muito orgulho, do Estado que deu a ele a maior votação proporcional do País e da capital que também deu a ele a maior votação proporcional de capitais do País. Tenho, portanto, compromisso com a agenda vitoriosa da eleição passada.

Nas relações exteriores, eu penso que o desafio é equilibrar os valores que nós professamos. E, obviamente, Sr. Presidente Nelsinho, os valores que professamos nos aproximam muito mais dos Estados Unidos e de Israel do que de Cuba, Venezuela ou Oriente Médio. Temos alguma dúvida de que, naquela região, o único país democrático é Israel e que o Oriente Médio é cheio de intolerância? Vai dizer... No Oriente Médio, suba numa cadeira e bata no Alcorão, você não desce dela. Vá bater no Alcorão nos países do Oriente Médio. Ali há uma intolerância religiosa total. Então, do ponto de vista dos valores cristãos, daqueles que defendem a democracia como valor universal, o Estado de direito democrático, é óbvio que o nosso alinhamento é muito mais com países como os Estados Unidos e a Europa do que com a China, que, embora tenha aberto o mercado para o sistema capitalista, continua numa ditadura comunista de um partido único há 60, 70 anos.

Pois bem. Agora, como coordenar isso – para mim este é o desafio – com o interesse econômico brasileiro? E aí eu repito um exemplo que já disse em outra audiência: se por um lado, os valores que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

defendemos, que professamos nos aproximam muito mais dos Estados Unidos, essa não pode ser uma relação automática ou total. Porque, por exemplo, no agronegócio, o agronegócio brasileiro tem como seus inimigos a Europa e os Estados Unidos, que, inclusive, se utilizam de ONGs financiadas pelo agronegócio para criar – e criaram – uma série de empecilhos no Brasil para a nossa produção.

Então, Sr. Ministro, eu penso que o desafio de V. Exa. e do próprio Governo é: como equilibrar? Como ter uma posição cada vez mais clara a favor do direito? Alguém tem dúvida de que a mulher, no mundo, é muito mais respeitada na Europa, na América do Norte, nos países democráticos que têm apego à democracia ou no Oriente Médio, onde, na maior parte dos países, ela ainda é tratada como objeto, só pode viajar se tiver a autorização do marido ou do pai? Como, então, manter a posição, defender os valores e, ao mesmo tempo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – ... não ter prejuízo na questão econômica?

Três perguntas rápidas. Com a ida aos Estados Unidos e a abertura de diálogo para o aumento da relação comercial entre o Brasil e Estados Unidos, surgiu uma indagação, se essa relação não viria em prejuízo de uma relação econômica com a China que hoje é um mercado que nenhum lugar do mundo desconsidera. Inclusive, concordando com o Senador Jaques Wagner, eu lembro que o Obama, quando foi receber o Dalai-Lama, para não ferir a China, ele não o recebeu no Salão Oval, porque, recebendo no Salão Oval, é como se ele estivesse sinalizando o reconhecimento do Estado. Então, fez para não contrariar a China. Como isto procede: a aproximação e a busca de uma relação comercial maior com os Estados Unidos prejudicam a nossa relação com a China?

Segunda, a entrada na OCDE, que para mim parece posição muito boa, importante, não vem sem uma contrapartida, que é a exigência de o Brasil abrir mão do tratamento especial diferenciado na OMC, isso procede? Como é que nós podemos entrar na OCDE e, entre outras coisas, gozar de juros, acessos a mercados e a juros internacionais mais baratos sem prejudicar? Isso prejudica ou não com a imposição de abrirmos mão do tratamento diferenciado?

Para terminar, Sr. Ministro, embora eu seja paulista de nascimento, mas acriano por opção, com muito orgulho, represento aquela terra, nós fazemos divisa com dois países. Um deles, que é o Peru, está há anos numa atividade econômica que o coloca entre os países da América Latina que crescem sustentavelmente há anos, eles desejam fazer com o Brasil – isso para a minha região, para a nossa região, seria o salvo-conduto para largar a pobreza e passar a produzir, enriquecer – a construção de um acordo bilateral entre o Peru e o Brasil, passando pelo Acre, o que não beneficiaria apenas o Acre, beneficiaria toda a Região Norte e parte da Região Centro-Oeste, que teria também como escoar produto e realizar comércio com parte da Ásia, com parte dos Estados Unidos através dessa saída. Eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gostaria de indagar ao Ministro o que nós podemos fazer, o Brasil – já que nos contatos com o Peru eles dizem com clareza que querem –, no nosso Governo, para que esse acordo possa sair das boas intenções e virar realidade?

No mais, cumprimento o Presidente Nelson Trad e cumprimento o Ministro. Quero dizer, por fim, Ministro, que a gente precisa aprender a ser tolerante de verdade. Nós tivemos, ao longo de anos passados, Governos que representavam claramente uma corrente de pensamento, por exemplo, que fez com que o Brasil mantivesse ou estreitasse relações com países que outros, como eu, achavam que não seria prioridade, mas respeitamos. Portanto, é natural que a gente também aprenda a conviver com um Embaixador e com um Presidente da República proferindo uma outra tese e que tenham também o direito de expressar. É evidente que toda abordagem ou declaração, de quem quer que seja, está aberta à contestação.

Parabéns, Ministro, pela firmeza nas posições. E eu gostaria de saber a opinião sobre esses três pontos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Quero apenas informar aos Senadores que os próximos bloco, após a resposta do Ministro, caso não haja réplica, é a Senadora Eliziane, Senador Flávio Bolsonaro e Senador Humberto Costa.

Com a palavra o nosso Ministro Ernesto Araújo.

O SR. ERNESTO ARAÚJO (Para exposição de Ministro.) – Muito obrigado, Presidente.

Sobre as perguntas do Senador Esperidião Amin, em primeiro lugar, gostaria só de recordar: eu tive a honra de conhecer o Senador em 1992, em Quito, no Equador.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Era o meu tio.

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Era seu tio? Então, está bom. Parecia muito.

E eu me lembro de uma recepção na Embaixada em Quito, o senhor estava lá, e o senhor explicava o conceito da Juventude Beneditina, que...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Exatamente. Então, eu estou abrindo a boca depois dos 50, porque eu acho que estamos aí... (*Risos.*)

Tudo o que eu tenho procurado fazer tem a ver com a experiência, com o que posso ter acumulado de experiência, modestamente, e conhecimento ao longo do tempo, tentando colocar isso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de uma maneira que faça sentido, para usar o termo que o senhor utilizou, eu acho que é um termo muito profícuo em filosofia, porque sentido significa direção, significa significado e significa sentimento. Eu acho que esse contexto filosófico fica muito enriquecido pelo o que o senhor colocou. Muito obrigado.

Toda a questão do pragmatismo, digamos, que o senhor mencionava nos Estados Unidos, na atuação de qualquer país, certamente, é fundamental, mas a minha tese, pelo menos, é de que o pragmatismo só faz sentido se ele tiver um sentido, se ele se basear em uma direção, em um plano, em um sentimento de identidade. Eu acho que isso é que... Por exemplo, os Estados Unidos têm feito na sua relação que o senhor mencionava com o mundo árabe, especificamente com a Arábia Saudita, em que, a meu ver, não foi simplesmente – nós não estamos aqui para falar da política americana, mas, sim, da nossa – para ganhar mercado, mas foi também para que a Arábia Saudita deixasse de financiar terrorismo e que a Arábia Saudita entrasse numa onda de liberalização que pode ser produtiva, e tem sido produtiva, para a paz em todo o Oriente Médio. Então, eu acho que nós precisamos, talvez, enriquecer um pouco esse conceito do pragmatismo.

Concordo com V. Exa. quando diz que o Brasil incomoda muita gente, por exemplo, quando se capacita na área tecnológica. E isso certamente faz parte do nosso projeto de adensamento com dois países-chave na área tecnológica, que são: Estados Unidos e Israel.

Se nós quisermos esse desenvolvimento tecnológico que ficou subaproveitado, parado muito tempo, precisamos desses parceiros, parceiros que têm tecnologia e que estão dispostos a compartilhar essa tecnologia dentro do quadro de um relacionamento mais amplo, porque também nós temos identificado – e isto se aplica a todas as áreas – que, sobretudo com grandes parceiros, não adianta simplesmente focar em temas específicos, porque aí dificilmente esses temas dão resultado. A nossa aposta, digamos assim, e acho que ela já está começando a dar frutos, é tentar construir um relacionamento integral e colher os frutos a partir desse relacionamento. Eu tenho usado também a metáfora de que nós precisamos, em cada relacionamento, regar as raízes e cuidar do tronco, para que possamos ter os frutos a partir dos ramos. Eu acho que, no passado, nós tentamos pegar o fruto diretamente, sem ter a raiz daquele relacionamento, sem ter um tronco de amizade e de envolvimento central.

No caso específico de Santa Catarina, se não me engano, uma das empresas *startups*, no contexto da nossa viagem agora a Israel, que já anunciaram investimentos no Brasil... Há investimentos em Santa Catarina. Depois, eu posso passar ao senhor exatamente o nome das companhias. É um Estado que, evidentemente, é um...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Talvez a primeira "unicórnio".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Talvez a primeira "unicórnio" do Brasil. Exatamente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – A primeira que vai passar de US$1 bilhão.

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Exato.

Santa Catarina, entre outros Estados, terá muito a ganhar com esse relacionamento com Israel.

Em relação à nossa votação nas Nações Unidas no tema dos direitos humanos, nós seguimos aqui totalmente a ideia de obedecer à mesma lógica em diferentes vertentes. O que nós consideramos é que Israel vinha sendo injustamente singularizado no tratamento do tema de direitos humanos no contexto das Nações Unidas, sofrendo um tipo de tratamento que praticamente transformava Israel num pária da comunidade internacional, não só na Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas, mas em vários fóruns. Por exemplo, na Organização Mundial de Saúde, onde se deveria estar tratando de temas de saúde, sempre havia resoluções específicas contra Israel, ou em outros fóruns. Então, trata-se justamente de seguir a mesma lógica e não tratar Israel como um pária na comunidade internacional. É um país onde pode haver problemas, como há problemas em outros fóruns, mas o conceito básico é este de não discriminar contra um determinado país e não deixar que as situações de direitos humanos lá ou em outros lugares, que, claro, são preocupantes, sejam manipuladas com finalidades políticas como aconteceu no passado.

Agora, é claro que, no caso da Venezuela, que o senhor mencionava, são situações que nos afetam diretamente, que estão na nossa fronteira. E, não só pelo dever de solidariedade que nós temos em relação à Venezuela, mas por tudo que isso pode impactar em termos de migração, por tudo que o descalabro que a Venezuela vive impacta em termos de acolhimento de grupos criminosos, de grupos terroristas naquele país, aqui nós temos o dever certamente de atuar em favor do interesse nacional e não só da solidariedade, mas a lógica que preside tudo procuramos sempre que seja a mesma e que faça sentido.

Em relação às perguntas...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu só pergunto se há réplica ou...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Em relação às colocações do Senador Jaques Wagner, eu concordo inteiramente com relação a identificar que os principais interesses do povo brasileiro são o emprego, o desenvolvimento, a prosperidade. O que nós diagnosticamos é que essas finalidades não vinham sendo atendidas pelas linhas de política externa que nós vínhamos mantendo. Eu acho que nós tínhamos um discurso talvez de que o Itamaraty e a política externa eram instrumento de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desenvolvimento, mas acredito que isso, por pelo menos duas décadas, como procurei apontar no breve apanhado que fiz, não vinha sendo o caso. Uma política que pretendia ser uma política externa em favor do desenvolvimento não gerou acordos comerciais importantes, não gerou uma integração comercial importante com os núcleos dinâmicos da economia internacional, não colocou o Brasil nas cadeias globais de valor e não soube aproveitar as oportunidades de atração de tecnologia, por exemplo, como mencionava. O Brasil perdeu capacidade tecnológica, certamente em termos relativos, talvez em termos absolutos também. Isso por uma atuação que não ia até o fundo na questão do desenvolvimento e que também não tinha o que cada vez mais é claro no relacionamento com grandes parceiros que é o que eu falava: tem que ser uma árvore, não simplesmente pegar os frutos diretamente dos galhos. Então, nós queríamos talvez que a tecnologia viesse de graça, que os frutos caíssem na nossa mão de graça, sem ter que construir relacionamentos. Nenhum país compartilha tecnologia se não houver uma relação de confiança, se não houver uma relação de benefícios mútuos. Então, o que nós estamos procurando é corrigir isso em favor do desenvolvimento integral do Brasil e do povo brasileiro.

Estamos procurando trabalhar, por exemplo, na abertura de mercados agrícolas, vencendo restrições fitossanitárias. Com os Estados Unidos, nessa nossa visita, já conseguimos que se desse o primeiro passo para reabrir o mercado de carne bovina americano para o Brasil, por exemplo. É uma abertura que terá impacto não só nos Estados Unidos, mas em vários países asiáticos que seguem o modelo americano. Em relação ao mercado europeu, estamos acelerando – na reta final, se tudo der certo – para fechar finalmente o acordo Mercosul-União Europeia, que nos abrirá um novo horizonte nesse mercado tão fechado.

Eu acho que a intensidade do debate, que eu mencionei e que o senhor mencionava também, talvez por causa de algumas coisas que eu digo, eu continuo sustentando que acho isso bom. Como eu disse, é claro que a gente prefere as apreciações positivas do que as críticas, mas eu acho que isso tem realmente tudo a ver com o espaço democrático e com o espaço de raciocínio a partir das essências e não simplesmente a partir das superfícies, um pouco como eu dizia antes. Eu acho isso muito positivo.

Eu acho que nossa política não aposta, de nenhuma maneira, no conflito. Ninguém está buscando o conflito pelo conflito, mas nós não temos medo de ser acusados disso, não temos medo de incomodar, como também falava antes, quando o interesse nacional está em jogo e quando princípios e valores absolutamente fundamentais estão em jogo.

Eu acho que isso é muito claramente o caso da Venezuela, em que, sob as nossas vistas, inicialmente, o Brasil apoiou um Governo crescentemente autoritário e antidemocrático na Venezuela e, depois, mesmo quando deixou de apoiá-lo explicitamente, passou algum tempo sem fazer nada efetivo para contestar essa situação e procurar resolvê-la. Então, se a nossa atuação diplomática em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

apoiar a criação de um governo legítimo alternativo na Venezuela, um Governo interino, como passo para uma transição democrática, pode ser vista como uma busca de conflito, eu acredito que não, mas, se assim o é, é uma atitude que se impunha em função tanto dos nossos interesses quanto dos nossos valores. Então, não...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Posso continuar?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Obrigado.

Não vejo absolutamente nenhum isolamento do Brasil, muito pelo contrário. Na América do Sul, por exemplo, o Brasil voltou a ser não digo liderança, porque não é o que nós buscamos, mas um ponto de referência fundamental para a criação de um novo espaço sul-americano. Eu vejo isso diariamente na interlocução que tenho com os chanceleres dos outros países sul-americanos. O Brasil, ao contrário, rompe um isolamento no qual nos colocou uma política de não seguir os nossos melhores interesses.

Sobre as perguntas do Senador Marcio Bittar, eu acho que não há, de forma nenhuma, uma exclusão entre buscar, por exemplo, um relacionamento integral produtivo com os Estados Unidos e um relacionamento com a China. Eu acho que essa visão... Certamente, não é a nossa. Tenho certeza de que também não é a visão da China, pelo que nós já conversamos com eles. Eu acho que a China não vê nenhum problema em que o Brasil se integre num relacionamento produtivo de benefício mútuo com os Estados Unidos. Em muitos casos, são... Nosso comércio com um e com outro tem padrão diferente, mas isso não significa, de forma nenhuma, que seja feita uma opção entre ambos.

Em relação à OCDE também, acho que ganhamos muito mais que perdemos. Aliás, não perdemos praticamente nada, porque renunciamos apenas ao tratamento especial diferenciado em novos acordos, em que possivelmente esse tratamento não faria muito sentido, dependendo daquilo que se articule na OMC. Na medida em que há uma troca, isso foi em troca de nosso acesso, que dependia dessa chave aberta pelos americanos, a presença na OCDE, que, como o senhor mesmo dizia, trará uma redução do custo Brasil, certamente trará racionalidade às nossas políticas, ajudará nas nossas reformas e atrairá investimentos.

Por último, eu quero dizer que estou muito empenhado no relacionamento com os países fronteiriços, no Acre, especificamente, e, de modo geral, em todos os relacionamentos com os países fronteiriços. Eu já identifiquei que é necessário trabalhar muito mais nessa dimensão. Por exemplo, em relação ao relacionamento com o Peru, na semana passada, o nosso Secretário-Geral já esteve no Peru...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. ERNESTO ARAÚJO – ... para uma reunião, para reconstruir esse relacionamento.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Eu pediria ao Senador Esperidião Amin, que vai fazer a réplica, que seja bastante objetivo para a gente poder...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O tempo...

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Eu também quero...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu quero respeitar o tempo.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – ... permitir aos que não estão participando que possam participar.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Serei o mais conciso possível.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Eu também quero...

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Pois não.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Primeiro, eu quero agradecer a gentileza da referência ao nosso desrespeito comum à juventude beneditina. Nem o senhor nem eu tínhamos 60 anos e estávamos ali... Eu tive a singularidade de ser eleito Governador aos 34 anos. Então, eu tive que abreviar a minha juventude. Vamos às colocações que eu gostaria de fazer. Primeiro, eu queria complementar com a questão da renda. Eu acho auspicioso que Israel tenha alcançado essa renda, mas o que me impressiona mesmo é que o Vietnã, conforme anúncio feito ontem, ultrapassou as exportações brasileiras. Prestem bem atenção: o Vietnã! Lembra do agente laranja, destruído, que não conseguia nem exportar peixe, porque não tinha licença ambiental para fazê-lo? E não é exportando matéria-prima.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Isso é uma singularidade que deveríamos emular.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A segunda colocação que eu gostaria de fazer, para abreviar, é pedir que, nessa questão da tecnologia, o Itamaraty consulte os interesses da nossa indústria, que certamente não serão o de importar produto dos outros, de alto valor agregado. E as cautelas que o Presidente Trump – e eu até compreendo – tem em relação a 5G, por exemplo... Ele não quer deixar. Se ele puder dar um tiro no pneu do carro da Huawei ele dá. É isso que ele está fazendo. Prende a filha, faz qualquer coisa para não perder a corrida. Isso pode nos beneficiar pragmaticamente, porque nós não vamos ganhar a corrida, mas podemos participar da grande efusão de produtos e tecnologias derivadas da computação quântica que o 5G – que é para agora, para este fim de ano – vai fazer no mundo.

Eu não vou me alongar.

Finalmente, eu queria lhe dizer que, a respeito da questão objetiva que eu levantei, o senhor me perdoe, mas é altamente contraditório que eu consiga liderar na América Latina, como eu lidero – participo da posição de condenar o regime autoritário e desumano que lá existe, na Venezuela – e me isolem em relação à mesma América Latina no dia do lançamento da associação – vamos chamar – Prosul. Ver o Chile votar de um jeito, os outros países latino-americanos votando a favor da resolução que foi gerada por decisão desses países, foi gerada por uma investigação autorizada por nós e outros, mas por todos os países da América Latina; e na hora que recebe o resultado da investigação que eu mandei abrir, sem qualquer fundamentação voto contra. Isso é um sinal contraditório – não tem nada de pessoal nisso – do País, que é um grave ponto de interrogação sobre o nosso sentido.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Senador Jaques Wagner, também pediria que...

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Vou ser rápido.

Ministro, eu quero lhe dizer que, como democrata, acho que o debate de ideias é sempre bem-vindo, e eu acho que a beleza da democracia é a nossa pluralidade.

Agora, fatos são fatos. V. Exa. afirmou que a política exterior dos seus antecessores não trouxe desenvolvimento. Só queria lembrar faticamente que nossas exportações saltaram de US$60 bilhões para US$255 bilhões em 2011. Então, eu estou aqui me perguntando se meu QI é baixo, para não entender o que V. Exa. está falando. Por que o que é isso? Isso significa emprego, desenvolvimento, tecnologia no agronegócio, tecnologia nas nossas indústrias para exportarem inclusive o manufaturado para a Argentina. Viramos credores do FMI. Eu acho que isso, do ponto de vista de soberania, é algo que eu considero importante. Então, essa é uma coisa, que é uma questão fática.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Em relação à questão da OMC, Ministro, o Chile usa o TED e está na OCDE; a Turquia usa o TED e está na OCDE; a Coreia do Sul usa o TED e está na OCDE. Nós fomos escolhidos? Nós temos que abrir mão de uma condição não vou dizer nem que é privilegiada, mas uma condição benéfica, que nos dá três anos a mais para nos adaptar, como o senhor disse, a futuros acordos comerciais do que é dado aos países desenvolvidos, para pleitearmos entrar, porque o Presidente do Estados Unidos também consta que é dono da OCDE. É óbvio que ele pode contribuir, mas lá há países que também vão exigir outras condições, nosso posicionamento em relação a meio ambiente, etc. Então, eu só estou insistindo com questões fáticas nessa época, porque eu não entendo por que nós fomos escolhidos para dizer "só entra na OCDE se abrir mão disso". Essa briga não é nossa. Essa é a briga dos Estados Unidos com a China.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – Presidente, rapidamente, quero parabenizar o Ministro, o Presidente, e reforçar que, de fato, o debate de ideias é fundamental. Eu, por exemplo, entendo que o Brasil cresceu apesar da política externa equivocada dos últimos anos. O agronegócio brasileiro cresceu apesar da imensa criação de burocracia e de empecilhos legais para que ele crescesse. Apesar de tudo isso, ele cresceu. Lembro também as *commodities*, que estouraram no mundo inteiro e que beneficiaram enormemente o Brasil.

Além disso, as bases para o crescimento que o Brasil viveu no passado recente foram plantadas em outros governos.

Para terminar, por dever de lealdade com a minha própria consciência, quero dizer que, em síntese, concordo com a afirmação daqueles que dizem que o nazismo e o fascismo, no governo, quando dominaram o Estado, fizeram nos Estados a mesma coisa que o comunismo real. A mesma coisa.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – Assassinaram seu próprio povo com as maiores chacinas que a humanidade já viu, praticaram a política – ambos – do partido único e, em essência, tinham a visão de que o Estado tinha que comandar a economia, como comandaram e, mais do que isso, que o Estado tinha que mandar na vida das pessoas. Portanto, em essência, o que os nazistas fizeram ao tomar o poder na Alemanha, o que os fascistas fizeram na Itália, em síntese, foi a mesma coisa que Stalin fez dominando o Estado soviético, foi a mesma coisa que fizeram na China. É por isso que é bom que nós não tenhamos um pensamento único. O meu se coaduna com aqueles que entendem que ambos causaram o maior mal da humanidade do século passado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Sr. Ministro, para suas considerações de tréplica, e já passo a palavra para a Senadora Eliziane.

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Obrigado, Presidente.

Em relação à réplica do Senador Espiridião Amin, acho que o senhor apontou temas fundamentais, sobretudo em termos do desenvolvimento tecnológico. Certamente o que nós queremos é trazer a tecnologia para que se produza no Brasil, de maneira muito mais intensa, e explorar essa via como os grandes países que são polos de tecnologia. Em relação a nosso posicionamento na questão dos direitos humanos nas Nações Unidas, nosso entendimento é de que a investigação que deu origem ao projeto de resolução teve falhas, e isso não afeta... Portanto, as nossas dúvidas sobre esse ponto específico e nosso voto contrário à culpabilização de Israel nesse ponto específico não significam em nada qualquer problema que nós tenhamos com o Conselho de Direitos Humanos, mesmo em relação, claro, ao povo palestino e ao direito de autodeterminação do povo palestino, a favor do qual nós votamos, de maneira também coerente, inclusive com nosso princípio constitucional do direito à autodeterminação. Portanto, talvez tenhamos visões diferentes, mas sob o mesmo princípio, que é o princípio de seguir a mesma lógica em todos os ambientes.

Em relação à réplica do Senador Jaques Wagner, eu acho que inclusive tem a ver com a réplica do Senador Espiridião Amin, que mostrava que o Vietnã ultrapassou o nível de exportações brasileiras a partir de uma economia muito menor. Então, se realmente nossas exportações saltaram – não tenho os dados exatos aqui –, a nossa participação no comércio internacional ficou bastante estagnada, e a nossa participação – como eu mencionava – nas cadeias globais de valor inclusive diminuiu ao longo das últimas duas décadas, e esse é um atraso que nós precisamos recuperar.

Sobre a questão do TED e a renúncia ao TED em função da OCDE, minha perspectiva é continuar achando que estratégias que outros países possam ter adotado e suas circunstâncias terão feito sentido para eles, mas no nosso caso, estamos convictos de que os ganhos de ter acesso à OCDE, que no quadro atual realmente dependiam basicamente do apoio norte-americano – a realidade dos fatos era essa –, o acesso à OCDE trará muito mais ganhos ao Brasil, mesmo durante o processo de adesão e antes da adesão plena, do que...

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Ministro, eu não tenho nada contra a entrada. Só não entendo porque na negociação eu entrego primeiro para receber depois. Se V. Exa. tivesse feito a negociação no dia em que chancelaram a entrada – "eu abro mão", ou seja, eu estou trocando algo melhor por algo pior –, o.k.; agora, nós estamos nos comprometendo antes de algo que nem V. Exa. tem segurança. Tudo bem que o apoio dos Estados Unidos ou de Israel é positivo para a entrada, mas aquele clube é um clube mais amplo. Eu só acho que, como negociador – me perdoe – que fui minha vida inteira, eu só entregaria na concomitância.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Só para fazer a "quadrúplica" – não sei –, na verdade o que nós colocamos é que o Brasil começará a abrir mão do tratamento, e de em acordo que ainda não estão firmados e que não sabemos quando e se serão firmados. Mas é uma avaliação negocial que, no nosso entendimento, foi benéfica.

Em relação à questão do Senador Bittar, é só para dizer, muito rapidamente, do meu total repúdio a qualquer tipo de totalitarismo e qualquer cor que ele assuma.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Com a palavra a Senadora Eliziane.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Para interpelar Ministro.) – Sr. Presidente, senhores colegas Senadores e Senadoras, Sr. Ministro, inicialmente eu queria lhe fazer uma pergunta sobre o acordo internacional que foi firmado recentemente entre o Brasil e Estados Unidos acerca da utilização da base de lançamento de Alcântara.

Eu lhe faço duas perguntas específicas: o Governo tem interesse, vai chamar e quando vai chamar o Governo do Maranhão para participar desse debate acerca desse acordo, que, aliás, ainda será votado aqui no Congresso Nacional? E o Governo Federal tem interesse em envolver o Governo do Maranhão, considerando o princípio da primazia dos Estados nesse debate, para que possa dar a sua contribuição em relação a esse acordo? Ao mesmo tempo também, qual a atenção e o que o Governo está pensando referentemente às comunidades quilombolas do entorno? Nós temos lá centenas de famílias que poderão ser afetadas a partir da expansão e da efetividade desse acordo que estamos aí a analisar, com a sua aprovação ou não aqui no Congresso Nacional.

A segunda pergunta, Ministro, é referente à situação migratória dos cubanos do Mais Médicos. Eu queria saber como é que o Governo tem visto. Há alguns deles que resolveram não voltar ao seu País de origem, acabaram ficando no Brasil. Como é que o Governo Federal tem visto a situação desses cubanos no Brasil?

A outra pergunta, Ministro, é referente à questão mais especificamente do que a gente tem acompanhado nos últimos dias e nos últimos tempos, digamos assim. O seu viés e o seu posicionamento ideológico têm trazido certos conflitos dentro da embaixada e aí, trazendo o nosso entendimento, uma certa quebra de unidade interna, portanto, unidade democrática, ao mesmo tempo também, no meu entendimento, trazendo alguns riscos para o Brasil. Por exemplo, nós tivemos aí mais recentemente a situação em que o Ministro Paulo Roberto de Almeida foi, durante o período do Carnaval, defenestrado dentro do Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais. Hoje, por exemplo, o jornal *O Globo* mostra a implantação de Blindex para separar diretorias, um não tendo que visitar o outro, em relação à Presidência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Somando a isso, Ministro, nós temos várias polêmicas que foram apresentadas pelo senhor e outros integrantes do Governo tentando mudar, por exemplo, conceitos históricos, colocando que o nazifascismo seria um movimento de esquerda e não de extrema-direita, reconhecido internacionalmente inclusive por Israel, que foi vítima da questão do Holocausto. Ao mesmo tempo referentemente a isso, nós chegamos a ter, em função dessas polêmicas e posicionamentos, até notas de grupos fundamentalistas, a exemplo do Hamas, ou seja, são posições que colocam o Brasil numa rota de polêmica internacional, contrariando o histórico que o nosso Brasil tem de cultura de paz, de ação não intervencionista – aliás, o nosso Brasil é abençoado por Deus, nós não sofremos, por exemplo, tragédias naturais, como erupções e outras coisas mais, nem sofremos com atentados de grupos terroristas, a exemplo do Estado Islâmico. Eu pergunto ao senhor: o senhor não teme que essas situações acabem trazendo e colocando o Brasil nessa rota de conflitos e até chamando, por exemplo, em relação a atentados terroristas com grupos radicais, a exemplo do Hamas e outros mais?

E, para finalizar, Ministro, referentemente à questão de posicionamentos seus, por exemplo: a gente vê alguma mudança...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – O senhor, em algum momento, chegou, inclusive, a escrever – já finalizando, Presidente – acerca da Presidente Dilma.

Aí eu pergunto de forma bem específica em relação a essa mudança, e aí nós temos algumas colocações que são feitas com relação à ditadura militar. Agora, por exemplo, nós tivemos a Ordem do Dia no Brasil, o que foi algo terrível para a nossa sociedade brasileira e para o princípio democrático que nós conseguimos angariar e a ele chegar, depois de uma luta histórica.

Eu pergunto para o senhor: o senhor acredita que a ditadura foi, de fato, um movimento democrático? Ao mesmo tempo também, o senhor considera mentiras as prisões, as mortes, toda uma situação de censura que aconteceu nesse mesmo período?

E, nesses meus últimos segundos, para finalizar, Ministro, quando o senhor coloca sobre a sua restrição em situação de países sem fronteira, eu queria saber se o senhor se refere, por exemplo, ao Mercosul, à União Europeia – fez referência inclusive à questão dos passaportes, que não teriam a questão da República Federativa do Brasil. Qual a sua opinião acerca deste bloco econômico, o Mercosul?

Eram essas as minhas perguntas, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Senador Flávio Bolsonaro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - RJ. Para interpelar Ministro.) – Sr. Presidente, Exmo. Sr. Ministro, bom dia a todos.

Obrigado pela deferência com esta Casa, mais uma vez aqui presente, trazendo os esclarecimentos.

Todos nós sabemos que qualquer mudança traz muita resistência, em especial daqueles que se beneficiavam, de uma forma muito cômoda, de uma política externa equivocada em detrimento dos interesses do povo brasileiro. Está nos jornais de hoje como o BNDES foi usado para financiar regimes autoritários – Venezuela, Cuba, até Moçambique entrou nesse pacote agora –, R$2,3 bilhões em dívida, que, se esses países não honrarem, quem paga a conta é o povo brasileiro.

Eu desejo muita sorte, Sr. Ministro, ao senhor nesse desafio de redirecionamento da política externa brasileira. Como muito bem colocou o Senador Marcio Bittar, eu acho que é incalculável o prejuízo para o nosso País de tanto tempo, pelo menos 16 anos, de se evitar fazer parcerias que beneficiariam muito o nosso povo, por questões ideológicas.

Quanto o Brasil não perdeu de investimento em infraestrutura ao fazer pouco caso de se aproximar de países como os Estados Unidos, como o próprio Israel. Nós pudemos presenciar *in loco* como há um incentivo à geração de *startups*, à produção de conhecimento, a gerar na cabeça dos jovens um sonho de poder viver daquilo que eles pesquisarem, enquanto nós olhamos para o nosso ensino básico, para as nossas universidades e vemos o lixo que grande parte delas entregam após um grande investimento com dinheiro nosso, do contribuinte.

Eu queria perguntar a V. Exa., para que pudesse comentar e esclarecer aqui para os Senadores, e parabenizar pela priorização da razão em detrimento da ideologia, priorizar os interesses do povo brasileiro em vez de buscar, sim, fortalecer com um plano maquiavélico de destruição da nossa soberania nacional, buscando uma unidade aqui na América do Sul que, com certeza, acabaria com a identidade do povo brasileiro, tão miscigenado, da qual nós tanto nos orgulhamos.

Então, eu queria perguntar a V. Exa. o seguinte: quais são as consequências positivas que esse redirecionamento da política externa pode trazer para o nosso País no tocante a investimentos em infraestrutura, em parcerias no campo, no agronegócio, que avançou muito em função do nosso mérito, do nosso investimento interno em tecnologia, que hoje nos orgulha? Somos um grande país exportador de *commodities*, mas poderíamos ser muito mais caso as parcerias externas que nós pudéssemos ter firmado viabilizassem o melhor investimento em infraestrutura, no escoamento dessa produção, no menor desperdício de tudo que é produzido. Quais são as consequências positivas disso?

Outra coisa que nós presenciamos também agora em Israel: olha a fuga de cérebros que o nosso País sofre. Em qualquer empresa bem-sucedida que você vá no mundo – Israel, Estados Unidos, Coreia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Sul, Japão, Taiwan, só para citar alguns que eu já tive a oportunidade de conhecer –, em todas, sem exceção, há brasileiros. Uma prova...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - RJ) – ... do recurso humano fantástico que nós temos aqui no Brasil e que, por questões de dificuldade de desenvolverem as suas pesquisas, por questões financeiras, por pouco caso de anos de governos que não deram prioridade para investimento em pesquisa, inovação, tecnologia, ciência, vai lá para fora. No IAI: vários engenheiros do IME, ITA, Unicamp, Mackenzie. Aí, quando o Presidente Bolsonaro quer ir, por exemplo, ao Mackenzie, em São Paulo, para prestigiar a pesquisa que é feita aqui, a nossa, a genuína brasileira, Senador Amin, por questões ideológicas, ele é impedido de entrar. É o Presidente que quer ampliar as bolsas, para que pesquisadores vivam das suas pesquisas, para que o dinheiro do contribuinte seja usado naquilo que interessa para o desenvolvimento do nosso País, para agregar valor aos nossos recursos minerais, à nossa biodiversidade, para que a exploração sustentável do nosso meio ambiente finalmente possa trazer benefícios para a população e não manter em redomas, como animais em zoológicos, comunidades tradicionais que querem se desenvolver.

Então, ficam essas colocações aqui, Exmo. Sr. Ministro, querendo que o senhor também pudesse fazer um rápido arrazoado de tudo de benefício que nós conseguimos trazer, por exemplo, só nessa viagem a Israel, como o Brasil pode se beneficiar, como eu presenciei lá: só de cara, uma *startup* com brasileiros, Presidente Nelsinho, desenvolveu – infelizmente lá e não aqui, porque não teve apoio – uma plataforma que permite cruzar dados públicos para gerar um nível de confiança em relação a qualquer micro e pequena empresa que queira crédito junto aos bancos, permitindo que uma análise mais completa possa oferecer dinheiro a juros muito mais baixos. Estão vindo para cá, agora sim, de Israel para cá, já com o oferecimento de crédito da ordem de US$100 milhões até 2021. Uma única iniciativa já atacando, ajudando muito os empreendedores, cuja maior dificuldade é ter acesso a um crédito barato.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Senador Flávio Bolsonaro voltou pilhado. A viagem fez bem a V. Exa.

Próximo: Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para interpelar Ministro.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, Sr. Ministro, o Brasil sempre se destacou por uma política externa considerada uma política de Estado e não uma política de Governo, sempre pautada por princípios que estão consagrados na nossa Constituição, nos nossos documentos que tratam da defesa nacional – e que são aprovados aqui no Congresso Nacional – de não intervenção, de respeito à autodeterminação dos povos, de luta pela nossa soberania, e obviamente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

também marcado por um enorme pragmatismo, tanto do ponto de vista de ser um país que sempre procurou construir uma contribuição para a resolução pacífica de conflitos, sempre procurando uma posição que contribua para a construção da paz mundial, quanto naturalmente também do ponto de vista da nossa política comercial. É óbvio que isto é fundamental, como disse aqui o Senador Jaques Wagner: geração de empregos, transferência de tecnologia, cooperação técnica, enfim tudo isso que caracteriza uma política externa com essas características e sem qualquer tipo de ideologização.

É falso dizer que o Brasil, como falou o Presidente da República, durante muitos anos, ignorou Israel; ao contrário, o primeiro Presidente da República a visitar Israel foi o Presidente Lula, na mesma viagem em que visitou a Palestina também. O Presidente Shimon Peres visitou o Brasil. As relações com Israel, no nosso Governo, sempre foram relações positivas. E acho que houve uma mudança radical nessa política de Estado com a assunção de V.Exa. à condição de Ministro das Relações Exteriores: o Brasil passou a ter um alinhamento automático não com os Estados Unidos, mas com uma facção do Partido Republicano, que hoje governa os Estados Unidos. Hoje, por exemplo, se o Brasil depender de posicionamento do Congresso americano sobre qualquer coisa, por exemplo na Câmara dos Deputados não terá suporte; um Congresso bancado que tem maioria do Partido Republicano. E eu me pergunto também: daqui a dois anos, daqui a um ano, quando houver eleição nos Estados Unidos, se o Partido Democrata vencer, como fica essa nossa política externa, que é tão somente um "seguidismo" ao "trumpismo", que é essa concepção profundamente excludente que tem os Estados Unidos hoje?

Enquanto isso, a China é o nosso maior parceiro comercial. Para que V.Exa. tenha uma ideia, por exemplo, no ano de 2017, nós tivemos o Brasil exportando para a China 47 bilhões, com um saldo da balança comercial de 20 bilhões, enquanto que, com os Estados Unidos, as nossas exportações foram de U$26,8 bilhões, com saldo de 2 bilhões. Em 2018, nós saímos de 47 bilhões para 67 bilhões de exportações para a China, quase 50%, e, para os Estados Unidos, crescemos no máximo 10%, saindo de 26 bilhões para 28 bilhões.

No entanto, tanto V.Exa. como o Presidente da República, onde podem, fazem críticas políticas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... à China, se alinham com posições econômicas dos Estados Unidos, enquanto a China é o nosso maior parceiro comercial, é o nosso maior absorvente de exportações agrícolas, enfim. Eu pergunto a V. Exa.: essa aliança acrítica do Brasil com Trump, nessa disputa geoeconômica com a China, não vai prejudicar os interesses objetivos do País, especialmente do agronegócio? V. Exa., ou o ministério, já realizou algum tipo de estudo prospectivo para avaliar esses potenciais prejuízos, já que pelo menos um acordo foi feito entre China e Estados Unidos para a compra de produtos agrícolas americanos, que eram, anteriormente, ou que são hoje vendidos pelo Brasil?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Nosso Ministro, V. Exa. tem a palavra para responder às perguntas dos três Senadores.

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Obrigado, Presidente.

Sobre as perguntas da Senadora Eliziane, o Acordo de Salvaguardas Tecnológicas Brasil-Estados Unidos vai permitir que finalmente se faça uso comercial da Base de Alcântara para lançamento de satélites e de outros artefatos – sobretudo de satélites –, e, certamente, em benefício da renda que isso gerará tanto para o Brasil quanto para o Estado do Maranhão.

Nas discussões sobre o acordo, que certamente haverá nesta Casa assim como na Câmara, quando for submetido ao Congresso Nacional para aprovação, certamente haverá toda a oportunidade para que se discuta essa relação de custo/benefício, que eu tenho certeza que será muito maior em termos de benefício, ou quase exclusivamente em termos de benefício – aí incluídas, certamente, as comunidades quilombolas; toda a atenção será dada para que não haja dano a essas comunidades, evidentemente.

Sobre a situação migratória dos médicos cubanos que estavam no Programa Mais Médicos, eu tenho que verificar casos específicos. Se a senhora quiser, podemos verificar casos específicos, para saber; eu teria que saber exatamente de que pessoas se trata e em que situação elas se encontram.

Quanto à questão do Embaixador Paulo Roberto de Almeida, que a senhora mencionou, a minha decisão de exonerá-lo do Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais foi não por causa de debates de ideias, como eu já disse, mas por causa de expressões completamente descabidas e ofensivas que ele usou a meu respeito e a respeito do Presidente da República, mostrando-se desqualificado para esse cargo. Mas absolutamente não tem nada a ver com a recusa do debate; muito pelo contrário, como eu já disse aqui. Quanto à questão de debates que têm havido tanto com a sociedade quanto dentro do Ministério, acho que também é importante notar que há uma situação onde as pessoas estão saindo de um certo torpor onde se encontravam. Então, a polêmica eu acho que sempre é boa quando ela representa... Quando se diz que há polêmica é porque alguma petrificação mental está sendo quebrada e as pessoas estão sendo forçadas a discutir a realidade e não simplesmente palavras que se tornam indiscutíveis. Por exemplo, na questão de movimentos totalitários, eu acho importante que haja uma discussão sobre a essência desse movimento no passado e de alguns no presente, independentemente de nomenclatura. O fundamental é saber o que significaram determinados movimentos, determinados regimes totalitários, independentemente de como sejam classificados.

O Brasil nunca procura conflito e continua não procurando, mas o que a senhora mencionava é que há uma expressão tradicional de que o Brasil é abençoado por Deus e, graças a Deus, eu acho que é, e por tantos fatores. Mas isso não significa que nós devamos enfiar a cabeça na areia e, por exemplo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ignorar os enormes riscos que a permanência de um Governo ditatorial, ligado ao terrorismo, ligado ao narcotráfico, na Venezuela, representa para nós. Então, para que nós continuemos sendo abençoados por Deus, nós temos que fazer a nossa parte e não simplesmente esperar que as coisas se resolvam por si mesmas e contribuir para que, sem nenhuma interferência externa, sem intervencionismo, melhor dizendo, a Venezuela recupere o caminho da democracia.

A essa questão do que aconteceu no Brasil também se aplica aquilo que eu falava antes. Acho que o importante é discutir as realidades e não a nomenclatura, chamar isso ou aquilo de regime... O adjetivo que se usa para definir determinados regimes eu acho que não importa. O que importa é que haja sempre uma abertura para que se discuta. A própria história acho que não é fechada. São justamente regimes totalitários que gostam de trancafiar a história e transformar a história em algo que já não se pode discutir, não se podem mudar as narrativas. A história é algo que, mesmo estando no passado, está de certa forma em permanente movimento, porque o conhecimento humano, toda essa questão do sentimento humano e do sentido que se dá às coisas vai sempre evoluindo, sempre encontrando novas perspectivas no passado e na história. Portanto, eu acho que o que é antidemocrático é trancafiar determinados fatos históricos debaixo de certas gavetas, de certos rótulos e não voltar a discuti-los.

Quanto ao Mercosul, quando eu digo que há certa corrente de pensamento mundial que quer um mundo sem fronteiras, isso é sobretudo um conjunto de ideias, de práticas que desestimam o sentimento nacional, que consideram que qualquer sentimento nacional, patriotismo, é negativo, é xenofobia ou é o que quer que seja. Eu não compartilho disso e acho que o mundo será mais feliz, mais democrático, mais próspero a partir de nações confiantes, soberanas, e não a partir de algum tipo de esquema pós-nacional ou supranacional. Mas de nenhuma maneira acho que se devam desmerecer os processos de integração, integração sobretudo econômica, como no caso do Mercosul, formado por países, ao longo desses 20 anos, com problemas e com diferentes fases, mas que serviu e que foi em grande parte uma obra da diplomacia brasileira para superar justamente a rivalidade histórica com a Argentina. Esse é um processo que tem um valor imenso, sobretudo no terreno econômico, comercial, claro, mas também no terreno político, sem que isso signifique uma renúncia ao sentimento de nacionalidade.

Acho que o problema que ocorre, por exemplo, na Europa é justamente um processo de integração que começou a pretender destruir o sentimento nacional e a reação a essa tendência que nega algo natural no ser humano, que é querer viver numa nação, essa reação que se está observando hoje em vários países europeus.

Sobre as colocações e perguntas do Senador Flávio Bolsonaro, concordo inteiramente que qualquer mudança traz resistência e que temos que enfrentar essa resistência para que possamos,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

como eu dizia, trazer para dentro da política externa, para dentro do Itamaraty, o impulso de renovação nacional que representou a vitória do Presidente Jair Bolsonaro nas eleições.

Não é uma opção que nós tenhamos, é uma responsabilidade que nós temos, de trazer esse impulso para dentro da política externa, e uma vez mais não deixar que o Itamaraty seja assim um disco voador que por acaso pousou na Esplanada dos Ministérios, mas que seja parte do Governo e que seja parte da incumbência que o povo nos deu.

A questão especificamente das consequências positivas da nossa política, eu acho que elas já estão se fazendo ver. Antes de mais nada, uma coisa um pouco imponderável mas é uma atitude de respeito e de interesse de outros países pelo Brasil. Isso eu tenho notado em todos os fóruns de que eu tenho participado, em comparação com experiências que eu tinha anteriormente, na América Latina, por exemplo, onde o Brasil nos últimos anos tinha perdido muito prestígio, onde o Brasil era tratado às vezes como um país sem a dimensão que tem. Isso nós estamos recuperando, as pessoas querem saber a voz do Brasil nas discussões sobre Oriente Médio, por exemplo, sobre paz no Oriente Médio, e eu participei já em Varsóvia. O interesse por saber o que o Brasil tem a dizer e o que o Brasil tem a contribuir é algo que mudou imensamente.

E no plano concreto já temos conseguido, através de uma concepção de relacionamentos bilaterais mais profundos, acordos, no caso com os Estados Unidos, o acordo de salvaguardas tecnológicas por exemplo, que trará uma participação que será fundamental do Brasil no mercado de centenas de bilhões de dólares, que é o mercado de...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ERNESTO ARAÚJO – É um mercado de mais ou menos US$250 bilhões no mundo todo. A base de Alcântara é a melhor do mundo para lançamento de satélites. Então que nós capturemos 2% desse mercado já no começo significará US$5 bilhões na economia brasileira, coisa que não era possível antes e que não era possível sem a construção de um novo relacionamento com os Estados Unidos, só para dar um exemplo.

De fato, quer dizer, houve um crescimento do agronegócio pelos próprios méritos do agronegócio, por exemplo, nos períodos anteriores, mas se negligenciou, por exemplo, a infraestrutura. Isso é algo que está óbvio. Governos que se consideravam pragmáticos e que tinham uma política externa que se considerava pragmática não investiram em infraestrutura para escoamento justamente dessa produção do agronegócio. E agora boa parte do nosso trabalho na região é criar as condições para que finalmente algo que era vocação da Unasul e que a Unasul nunca fez, a integração física, que isso se torne realidade tanto no contexto sul-americano integral quanto bilateralmente com outros países.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Voltamos a falar dos corredores bioceânicos, tanto a partir ali do Norte, passando pelo Peru, quanto mais ao Sul, passando pelo Paraguai, Argentina e Chile.

Falamos disso na visita bilateral ao Chile, por exemplo, que é um parceiro fundamental nisso. Tudo isso está sendo recuperado. Serão resultados concretos de uma nova política externa. Tenho certeza de que é uma política que não fica só no discurso.

Gosto de falar de ideias, gosto de falar de filosofia, mas procuro imprimir, também, esse ritmo. E todo o Ministério está procurando imprimir um ritmo de pautas concretas, de resultados concretos com todos os países. Isso já está surgindo em diferentes frentes.

Acho que, também, temos de criar um novo ambiente para diminuir esse problema da perda de cérebros, que é um problema fundamental e que tem a ver com a má regulamentação. Para os Estados Unidos, que é um grande parceiro para o tema de pesquisa e desenvolvimento, temos que, por exemplo, grandes companhias americanas que estariam fazendo mais pesquisas e desenvolvimento dos seus produtos no Brasil e gerando tecnologia aqui possam fazê-lo, ao invés de se desviarem para outros países que oferecem condições melhores, como a Índia, que compete muito conosco nessa área. Ou seja, temos que, por meio da desregulamentação ou da melhor regulamentação, atrair esse tipo de investimento no Brasil, porque esse investimento não vem de graça e não vem por acordos, se não houver um interesse concreto.

Com os Estados Unidos, de novo, e com Israel, que são países fundamentais nisso, precisamos trabalhar para simplificar, melhorar, nossa regulamentação, para que as empresas desses países invistam mais em tecnologia no Brasil. Isso é algo que nós já estamos fazendo.

Esse é, talvez, um dos pontos fundamentais em que o Brasil pode se beneficiar do relacionamento com Israel, que nós, nessa visita encerrada ontem, estamos colocando em um novo patamar. Além disso, o relacionamento em áreas em que Israel tem excelência, como na pesca, por exemplo – Israel, com o território que tem, fornece 20% do mercado de pescado da Europa –, estamos lá começando iniciativas para trazer essa tecnologia e essa parceria com Israel.

Na parte de tecnologia de segurança, que é algo fundamental para o dia a dia do povo brasileiro, do enfrentamento do crime organizado, assinamos, também, um acordo sobre segurança que trará esse tipo de tecnologia. Em irrigação, sobretudo para as áreas do semiárido, Israel, como tudo mundo sabe, tem uma liderança internacional na produção em áreas áridas. Isso é algo que não tínhamos e, certamente, agora será possível.

Em relação às colocações e perguntas do Senador Humberto Costa, acho que, certamente, hoje existe muito essa tentativa de fazer uma distinção entre o que são políticas de Governo e políticas de Estado. Acho que nós temos os princípios da Constituição, que temos de respeitar, evidentemente, e respeitamos, porque acreditamos neles, mas existem muitas políticas que são chamadas de Estado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

mas que são, simplesmente, o congelamento de políticas de governos anteriores e, em muitos casos, de políticas equivocadas. Então, não há nenhum compromisso constitucional de manter políticas equivocadas simplesmente pelo fato de que são chamadas de políticas de Estado.

O Itamaraty já deu uma contribuição imensa...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Posso ter mais um minuto?

Contribuição ao Brasil em diferentes momentos, evidentemente na independência, depois nas guerras do Prata, na fixação de fronteiras, no posicionamento na Segunda Guerra Mundial, na questão do Mercosul. Em todos esses casos ou em muitos desses casos sempre houve algum tipo de quebra de tradição. Por exemplo, quando o Brasil se posicionou firmemente a favor dos aliados na Segunda Guerra Mundial, de certa forma, alguém poderia, na época, alegar que nós estávamos saindo da nossa tradição de não envolvimento e de não posicionamento. Mas houve uma opção, uma opção moral, uma opção que hoje todo mundo concorda que se impunha, de lutar a favor, junto com os aliados, e de nos tornarmos um dos aliados na Segunda Guerra Mundial. Portanto, a simples classificação de coisas como tradição, parece-me que não é suficiente para determinar o posicionamento.

Não há nada de ideológico, muito menos de alinhamento automático nosso, seja com os Estados Unidos, seja com o Governo Trump. O que há é a retomada e o reconhecimento de que, se nós queremos desenvolvimento, temos que ter uma parceria com os Estados Unidos, não excludente, mas uma parceria intensa e profunda com os Estados Unidos em muitas áreas.

Já estamos colhendo os frutos disso. Por exemplo, com o acordo de salvaguardas tecnológicas que, depois de 20 anos, permitirá que nós usemos um patrimônio que o Brasil tem a nosso favor, que é a Base de Alcântara, só para dar um exemplo.

Acho que as parcerias econômicas do Brasil, historicamente, com os Estados Unidos sempre foram benéficas ao nosso desenvolvimento e, portanto, à nossa capacitação tecnológica e econômica e à nossa independência.

No passado, o que aconteceu foi, a partir de um certo momento, uma opção ideológica por se afastar dos Estados Unidos – isto nós podemos até argumentar que é antigo, que isso é algo dos anos 50, 60 –, mas esse afastamento produziu uma opção, primeiro, pelo terceiro-mundismo e, depois, por países que não tinham a mesma capacidade de ser nossos parceiros no desenvolvimento tecnológico.

Portanto, o que nós estamos é justamente recuperando o tempo perdido, 20, 30, talvez 50 anos de tempo perdido com os Estados Unidos, e não fazendo uma opção preferencial nem nada desse tipo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que o que houve – se o Senador me permite –, durante o período do Governo Lula, foi um alinhamento automático com o "chavismo", sobretudo na América do Sul, mas, também, em temos de concepção do mundo. De forma nenhuma há um alinhamento nosso com o "trumpismo", o que nós estamos é aproveitando uma circunstância em que o Governo do Trump tem uma abertura para negociar e criar parcerias com o Brasil para aproveitar essa oportunidade.

Nós não temos criticado a China, nós temos procurado é fazer com que o relacionamento com a China obedeça de novo – como falava com o Senador Esperidião Amin – a mesma lógica de outros relacionamentos. Acho que não há por que com grandes parceiros, com alguns deles, termos uma atitude crítica e com outros termos uma atitude acrítica. Então, temos uma atitude crítica em relação aos Estados Unidos, sabemos e estamos tentando nos posicionar da melhor maneira e aproveitar e, de novo, como dizia, recuperar o tempo perdido com os Estados Unidos, e, às vezes, parece que não se pode fazer nenhum esforço semelhante em relação à China porque, em um relacionamento com a China nós temos que simplesmente seguir aquilo que a parte chinesa quer. Aí é que eu vejo, às vezes, uma tendência... Não acho que é o que a maioria pensa, mas vejo, em algumas correntes, esse tipo de – aí sim – expectativa de um alinhamento automático com a China. Acho que nós não temos que ter um alinhamento automático com nenhum país.

É isso.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Com a palavra os componentes...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Presidente, a tréplica... Réplica.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Réplica. Bem sucinta para dar tempo de os outros colegas participarem.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Ministro, acerca do acordo do Maranhão.

Hoje, por exemplo, movimentos quilombolas do Estado estão fazendo uma denúncia em Genebra, junto à Organização Internacional do Trabalho, acerca das graves violações que têm como referente a expansão, a possibilidade de expansão do Centro de Lançamento de Alcântara. Portanto, não será tão simples a aprovação deste acordo aqui no Congresso Nacional.

Pergunto para o senhor de uma forma muito clara e muito direta. O Governo não pode fazer o que ele quer, existe um Congresso Nacional. Por exemplo, acordos internacionais têm que ser aprovados aqui, nomes de embaixadores têm que ser aprovados aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em situações como essas, aí eu pergunto para o senhor acerca das suas convicções, em cima de falas suas e de posicionamentos seus: quando não houver, por exemplo, a aquiescência do Congresso em situações como essas, qual será a sua postura? O senhor continua como Ministro de Relações Exteriores...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – ... ou o senhor tomará um outro rumo?

E, para finalizar, acerca das questões mais polêmicas, Ministro. Nós estamos agora a acompanhar a possibilidade de mudança na grade curricular em nosso Brasil para serem colocadas pelo Ministério da Educação informações erradas acerca da ditadura militar em relação às nossas crianças. Um fato gravíssimo e que a gente, na verdade, não pode admitir. De forma muito clara, o senhor concorda ou o senhor discorda em relação ao Museu do Holocausto, que diz claramente, por exemplo, que o nazifascismo foi um movimento de extrema direita?

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Com a palavra, para a sua réplica, também peço que de forma sucinta, o Senador Flávio Bolsonaro. E, posteriormente, o Senador Humberto Costa.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - RJ) – Presidente, muito rapidamente, só um complemento sobre essa questão ideológica, com que tentam o tempo inteiro rotular o Governo de estar fazendo preferência por isso. O próprio Ministro já falou que o critério não é esse. O critério é muito objetivo e racional. Já há convites, por exemplo, de países árabes para que recebam uma visita também do atual Governo brasileiro e de que forma isso se daria? E também com relação à China, se já há essa expectativa. Porque a gente percebe que há um interesse muito grande de todos os países em ter uma aproximação com o Brasil nesse momento porque enxergam, acima de tudo, Ministro, a credibilidade, a confiança para investirem aqui no País, um clima de que os contratos serão respeitados, de segurança jurídica, que não havia infelizmente num passado próximo.

Então, só para saber se há esses convites, essa expectativa e de que forma isso se daria.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Senador Humberto Costa também, por favor, de forma sucinta a sua réplica.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sr. Presidente, eu entendo que os argumentos apresentados pelo Ministro estão, todos eles, eivados de preconceitos políticos, ideológicos e de uma certa tendência de agredir a realidade muito grande. Eu falo isso respeitosamente porque nós precisamos transmitir para o nosso País o que é a realidade histórica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ele, quando fala dos aspectos da política externa do Brasil, por exemplo, coloca no mesmo bolo o que foi a política externa do Governo Fernando Henrique Cardoso, que teve também um grau de alinhamento, mas sem o "seguidismo" que existe hoje em relação aos Estados Unidos e teve também muitas posições de independência em relação a diversos aspectos. Então, parece que o Brasil começou no ano passado, quando o Presidente Bolsonaro ganhou a eleição.

(*Soa a campainha.*)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Segundo, eu acho que esse Governo vai destruir o setor que foi, inclusive, o primeiro que manifestou apoio à candidatura do atual Presidente, que é o agronegócio. Essas posições políticas que estão sendo tomadas sem levar em consideração os aspectos econômicos que estão permeados e que representam aí interesses importantes, empregos, desenvolvimento e tecnologia, vão fazer com que o Brasil realmente tenha um prejuízo imenso com essa nova política externa que está existindo.

E, por outro lado, fazer a colocação de que o Brasil, ao longo desse período do Governo Lula, foi um seguidor do chavismo é como se V. Exa. estivesse dizendo que o rabo balança o cachorro. Na verdade, o Brasil, em todas as crises que aconteceram na Venezuela, teve o posicionamento exatamente de ser um apaziguador, de tentar ser um instrumento de encontro, digamos assim, de saídas pacíficas. Graças a Deus que nós temos o Exército nacional, as forças militares, que impediram que a posição do Ministério das Relações Exteriores sobre a atual crise na Venezuela não fosse transformada numa guerra.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Ministro, para poder oferecer a tréplica nas três réplicas.

O SR. EMBAIXADOR ERNESTO ARAÚJO – Muito obrigado, Presidente.

Em relação à réplica da Senadora Eliziane, precisamos conhecer. Eu não tenho conhecimento, no momento, de quais são os argumentos das comunidades quilombolas que estão sendo apresentados em Genebra, como a senhora mencionou. Devemos ter toda a consideração, evidentemente, com esses argumentos.

Sei que não será simples a aprovação desse acordo. É um acordo que já gerou... Não esse, esse texto, mas um acordo anterior de salvaguardas tecnológicas com os Estados Unidos teve uma tramitação complicada no Congresso Nacional, acabou não sendo aprovado, mas temos certeza de que os benefícios que ele traz ao País, sem nenhum prejuízo de monta, sem nenhum prejuízo de todo, permitirão a aprovação, à medida que o Congresso Nacional o aprecie pelos seus méritos próprios.

Sobre a eventual não aprovação de acordo: claro que o Congresso Nacional tem a faculdade de não aprovar qualquer acordo ou nomes de embaixadores, como a senhora mencionava. Continuarei

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

implementando, procurando ajudar o Presidente da República a implementar a sua política externa enquanto me for dado esse privilégio.

Quanto à questão, de novo, da interpretação de diferentes fatos históricos, eu continuo reiterando que o importante não é a nomenclatura que se utilize, mas a realidade. Que a realidade seja conhecida e que se continue tendo noção do horror que são os regimes totalitários e que continuemos combatendo os regimes totalitários que estão à nossa porta.

Sobre as perguntas do Senador Flávio Bolsonaro em relação à China: eu não mencionei isso anteriormente, mas existe já um convite do Governo da China para que o Presidente da República visite aquele país. É um convite muito honroso e estamos procurando datas já no segundo semestre do corrente ano para que essa visita ocorra. Antes disso, teremos reunião da Comissão Mista Sino-Brasileira, que organiza o conjunto do relacionamento, de acordo com acordos anteriores, de maneira que temos já os canais adequados para desenvolver esse relacionamento.

Em relação a países árabes: temos a intenção de preparar visitas presidenciais para países-chave daquela região proximamente, se possível ainda no primeiro semestre. Temos tido, de maneira muito especial, um contato extremamente profícuo com os Emirados Árabes Unidos. Neste Governo, já criamos um grupo de trabalho sobre investimentos, para procurar melhor canalizar os investimentos dos fundos de investimento dos Emirados Árabes, que são uma potência mundial em investimentos em infraestrutura e outras áreas, para melhor canalizar esses investimentos para o Brasil. O chanceler dos Emirados Árabes já discutiu uma ideia que ele mesmo apresentou – e vamos procurar desenvolver –, de melhor utilizar o *hub* de distribuição excepcional que os Emirados Árabes possuem, para melhor acesso, por exemplo, ao mercado da Índia de produtos alimentícios, um mercado que é muito difícil de acessar diretamente, mas que, através dessa conexão com os Emirados Árabes, poderá ser muito mais bem aproveitada, inclusive, em benefício, claro, do agronegócio brasileiro.

Sobre a réplica do Senador Humberto Costa...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EMBAIXADOR ERNESTO ARAÚJO – Posso ter mais um minutinho? Obrigado.

Essa ideia de que a nossa política externa causa prejuízo ao agronegócio tem sido propalada e até agora não se materializou de forma nenhuma e tenho certeza de que não se materializará. Ao contrário, já dei exemplo de algo que estamos perseguindo justamente com um país árabe, por iniciativa desse país, no caso os Emirados Árabes, uma iniciativa que beneficiará nosso agronegócio, só para dar um exemplo. Já também obtivemos acesso ao mercado de gado vivo da Malásia, que é um país de maioria muçulmana, que se poderia imaginar um país que tivesse problema com as nossas políticas, mas não parece tê-las.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com relação à China, não identifico nenhum problema até o momento. A China cuida dos seus interesses, nós cuidamos dos nossos e temos que achar as melhores maneiras de concatenar esses interesses. As simples menções que temos feito de que o Brasil, no relacionamento com a China, assim como com qualquer outro país, tem que perseguir os seus interesses e não se adaptar de maneira acrítica a interesses, no caso da China... Tenho certeza de que essa posição não ofende ninguém e é uma posição totalmente produtiva, que permitirá inclusive que geremos melhores resultados no comércio com a China. Durante 20 anos, pelo menos, o Brasil tem procurado diversificar o seu acesso ao mercado chinês, mas não tem conseguido. Temos incrementado o acesso em alguns poucos produtos, mas não temos conseguido acesso a produtos de maior valor agregado. Isso, sim, é o que temos que perseguir, e esse é um dos resultados que governos anteriores não atingiram e que nós, talvez, consigamos atingir.

Sobre a relação entre o Governo do Brasil e da Venezuela, mais especificamente entre o Governo do Presidente Lula e o chavismo: eu acho que, independentemente de qual é o rabo e qual é o cachorro, a réplica de V. Exa. mostra que havia uma relação íntima entre os dois, o que, de toda forma, é prejudicial, como se nota hoje, aos interesses brasileiros, porque ajudou a criar um país que é um poço de criminalidade, de terrorismo e de colapso social.

O senhor dizia que algumas manifestações que eu tenho feito agridem a realidade histórica. Eu acho que, em termos de história muito recente, a ideia de que, em algum momento, eu ou Ministério das Relações Exteriores quis algum tipo de conflito armado com a Venezuela e que as Forças Armadas brasileiras não quiseram, isso não tem nenhuma relação com a realidade histórica.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agora o último bloco: Senador Randolfe, Senador Chico Rodrigues e Senador Flávio Arns.

Eu passo a Presidência ao Senador Marcio Bittar porque eu vou atender a uma agenda que está aqui ao lado, onde realmente é a Comissão de Relações Exteriores.

Com a Presidência o Senador Marcio Bittar.

O SR. PRESIDENTE (Marcio Bittar. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – Senador Randolfe com a palavra.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcio Bittar. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – Inicialmente, por cinco minutos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar Ministro.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Ministro, a sua pasta, o Itamaraty, é um dos ministérios mais antigos desta Esplanada aqui. Eu sou de um Estado que deve muito à atuação de um célebre diplomata, José Maria Paranhos – eu acho que foi o fundador, inclusive, da política externa brasileira tal qual nós a conhecemos. O que se fala aqui sobre princípios, sobre tradição das relações internacionais do Brasil, o que já foi dito aqui, não é que seja tradição não imutável, mas é o que está estabelecido na Constituição da República. É a Constituição da República, no seu art. 4º, que estabelece quais são os princípios de nossa relação internacional.

Então, parto desse princípio, parto da tradição de diplomatas que chefiaram a pasta que o senhor hoje dirige, como José Maria Paranhos. Essa pasta teve como princípio de atuação em sua relação com os outros povos a multilateralidade e a defesa incondicional da autodeterminação dos povos e da democracia. Eu falo isso porque a sua pasta, Sr. Ministro, ou o senhor, é o cartão de visitas do Brasil para o exterior – a pasta dirigida pelo senhor e, em última análise, o senhor e o Presidente da República, que, além de ser Chefe de Governo na nossa organização constitucional, é também o Chefe de Estado, acumula as duas funções.

Pois bem, eu falo isso porque muito do que o senhor diz e muito do que o Presidente da República diz constituem a imagem que o Brasil passará ter lá fora, e isso tem relação direta com as nossas relações comerciais, isso tem repercussão direta para cá, conosco. Portanto, eu quero retomar alguns temas que já foram tratados aqui e que são objeto de declarações suas.

É declaração sua, e já foi reafirmada aqui, que a Venezuela é uma ditadura. Eu concordo com o senhor: o é, é uma ditadura. Mas também é fato histórico que foi uma ditadura o governo de Alfredo Stroessner, no Paraguai, e o de Augusto Pinochet, no Chile, e o Presidente da República, recentemente em visita aos dois países, ressaltou o papel desses dois ditadores, Alfredo Stroessner e Augusto Pinochet. Por outro lado, o senhor, recentemente, em depoimento na Câmara dos Deputados – foi o senhor –, declarou o seguinte: "1964 não foi golpe, foi um movimento necessário para que o Brasil não se tornasse uma ditadura." Essa é mesmo a convicção do senhor? É a pergunta primeira que faço.

Quanto à convicção do senhor em relação à Venezuela, nós temos acordo. Aliás, temos acordo em mais uma coisa, em mais um aspecto: as nossas relações internacionais não podem ser motivadas por viés ideológico, nem à direita nem à esquerda. Com a mesma veemência que condenamos a ditadura venezuelana, parece-me necessário condenar o que foi a ditadura chilena, o que foi a ditadura paraguaia, e o que foi a ditadura aqui no Brasil. É esta a convicção sua: de também condenar, assim como condena a ditadura venezuelana, essas outras ditaduras que aqui tivemos?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, o senhor fez uma... Permita-me, Ministro, eu sou historiador, é uma das minhas formações, e eu concordo com um aspecto que o senhor falou de que a história... Aliás, existe até uma poesia muito bonita que diz que "a história é um carro alegre que atropela indiferente todo aquele que a negue". Eu realmente acho que a história tem que ter perspectivas, tem que ter a sua perspectiva de análise, mas não se muda fato histórico.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não se muda que o que deflagrou a Primeira Guerra Mundial foi o assassinato do Arquiduque Francisco Ferdinando; não se muda a Revolução Francesa, a data em que ocorreram a Revolução Francesa, os acontecimentos revolucionários e a divisão entre jacobinos e girondinos. Os fatos históricos não são perspectivas: são da história, estão na história.

Quanto à sua declaração insistente de que o nazismo é um movimento de esquerda, eu faço diretamente a pergunta: é essa a sua perspectiva? O senhor acredita mesmo nisto: que o nazismo foi um movimento de esquerda? Se é essa a sua perspectiva, em que o senhor fundamenta isso? Pelo amor de Deus, me diga em quê? Onde está o lastro teórico histórico? Qual o historiador que o senhor cita para dizer isso? Pergunto porque o próprio Hitler, na sua obra *Mein Kampf* (*Minha Luta*) falava...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... que um dos objetivos do nazismo, um dos objetivos do Terceiro Reich, seria invadir a União Soviética para pôr fim definitivo ao comunismo. Então, para essa declaração, que já é pública sua, eu preciso de um lastro histórico em algum lugar, pelo amor de Deus! Me diga onde existe algo que sustente isso! Onde está?

E eu falo isso... Veja, não há nenhum comunista aqui, viu? A oposição ao seu Governo não tem nenhum comunista, não há ninguém assim se reivindicando. Essa generalização feita, esse reducionismo, não faz bem... Aliás, esse tipo de afirmação, vindo do nosso Ministro das Relações Exteriores, do nosso Chanceler, do nosso cartão de visita, deseduca. É este o problema central, Ministro: é que deseduca. Existe uma geração que está na escola que, ao ver esse tipo de declaração sua ou do Presidente da República, passa a ser deseducada, isso passa a representar concretamente retrocesso aos avanços civilizatórios e...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... democráticos que tivemos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, já para concluir, Sr. Presidente, é necessário fazer uma pergunta objetiva, Ministro: de onde vem a política do Itamaraty? Eu sei que V. Exa. é admirador de um astrólogo que vive lá na Virgínia, nos Estados Unidos. Eu sei que o senhor... Não sei se é de lá que vem a orientação.

No encontro com o Presidente Trump, quem estava no Salão Oval não era V. Exa., era o Deputado Eduardo Bolsonaro. O Vice-Presidente da República, inclusive elogiado por muitos embaixadores, já recebeu 23 embaixadores, mas o senhor só recebeu 7. É uma pergunta objetiva: de onde é que vem a política do Itamaraty? Quem é que comanda de fato? É o Deputado Eduardo Bolsonaro? É o astrólogo lá da Virgínia? Quem é que comanda a nossa política internacional? Quem é que comanda essa cadeira em que o senhor está sentado, onde sentou anteriormente José Maria Paranhos, o Barão do Rio Branco? E quais os princípios, por fim, que V. Exa. acha, na atuação do Ministério das Relações Exteriores, que se coadunam com a política externa brasileira, o que não quer dizer nenhuma tradição, quer dizer o que está no art. 4º da nossa Carta Maior, que é a Constituição?

O SR. PRESIDENTE (Marcio Bittar. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – Após o Senador Randolfe, passo a palavra ao Senador Chico Rodrigues.

Com a palavra V. Exa.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR. Para interpelar Ministro.) – Sr. Ministro Ernesto Araújo, meu caro colega Senador Marcio Bittar, eu quero aqui elogiar as manifestações, feitas de uma forma extremamente cuidadosa, coerente, do Ministro, mesmo frente a perguntas extremamente duras.

Felizmente, nós sabemos da sua capacidade intelectual, do seu preparo na vida como diplomata exemplar, e V. Exa. tem se havido de forma extremamente feliz nas suas respostas, muitas vezes tentando aclarear os fatos e mostrar para todos nós Senadores e para aqueles que já nos antecederam como o Governo do Presidente Jair Bolsonaro está se havendo.

E nós sabemos que, pela sua resiliência, ele tem procurado, mesmo em cenários extremamente difíceis, projetar o nome do Brasil em apenas três meses e quatro dias, que completa hoje o seu Governo. Nós sabemos – e há uma consciência coletiva disto – que é impossível você fazer uma correlação entre um Governo que apenas há três meses assumiu e aqueles que já governaram por 14, 16 anos, com seus erros extremos e também com os seus acertos, que nós aplaudimos.

Obviamente que esta discussão nesta Comissão é importantíssima, porque ela aclara os fatos, esclarece a todos aqueles que a V. Exa. fazem indagações. E eu gostaria apenas de fazer duas perguntas pontuais, de forma regional, em relação ao nosso Estado.

Primeiro, Ministro, aproveitando a sua presença, eu gostaria de saber qual é o andamento do acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Cooperativa da Guiana, assinado em 2017,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que cria a Comissão Mista Brasil-Guiana para o Desenvolvimento de Projetos de Infraestrutura e trata da pavimentação estratégica entre Linden, na nossa fronteira, e Lethem, para que possamos ligar definitivamente o Brasil até o Atlântico.

A segunda pergunta é com relação ao acordo bilateral Brasil-Guiana, que foi firmado em 2012 e que ainda se encontra tramitando aqui na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em relação à cooperação mútua em matéria de defesa, permitindo a compatibilização daquele acordo no acesso às informações.

E apenas uma terceira pergunta, que não estava programada, mas a posição do Itamaraty é extremamente clara: a posição do Presidente Jair Bolsonaro é tão clara como uma janela sem vidros, mostra a dificuldade da convivência com a Venezuela neste momento de crise profunda. Nós vivemos ali numa fronteira larga de mil quilômetros, entre o nosso Estado de Roraima e a República Bolivariana da Venezuela. Neste momento a gente já percebe que, pelo cansaço da população, pela necessidade urgente de que as ações praticadas pela comunidade mundial sejam realmente recepcionadas pelo Governo do Presidente Maduro, já se começa meio que a flexibilizar a entrada desse apoio humanitário. Então, como V. Exa. vê isso neste momento, qual é a avaliação do Itamaraty neste momento daquela questão interna?

E, diga-se de passagem, o Presidente autointitulado Juan Guaidó não é também uma solução definitiva para a Venezuela no nosso entendimento, porque nós que ali vivemos, na fronteira, percebemos isto, temos realmente a consciência de que não é uma liderança consentida, apenas, por ser um Deputado, Presidente do Parlamento, se autoproclamou Presidente da Venezuela.

Então, como V. Exa. vê, em todo esse questionamento, essas soluções que podem levar realmente a uma situação mais confortável para aquela população, que é composta de 30 milhões de amigos? Os venezuelanos são nossos parceiros estratégicos também.

Muito obrigado, Sr. Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Marcio Bittar. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – Encerrando esse quinto e último bloco, passo a palavra ao Senador Flávio Arns, que dispõe inicialmente de cinco minutos.

Com a palavra o Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR. Para interpelar Ministro.) – Eu quero cumprimentar V. Exa., Senador Marcio Bittar, e também o Ministro Ernesto Araújo.

Quero colocar o seguinte. Quando o Presidente Bolsonaro foi eleito, eu acho que duas palavras representaram a mudança: foi o sentido de esperança e de mudança, tanto aqui no Congresso quanto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

na sociedade. E as pessoas no Brasil querem que as coisas deem certo. Eu também quero. E eu acho que o sentimento aqui no Senado Federal é o sentimento de contribuir, de colaborar para que o Brasil dê certo. Nós queremos. O Brasil tem que dar certo, porque os desafios são muito grandes na educação, na saúde, no trabalho, no desemprego, na assistência, nas contas públicas, em todos os setores. Então, a gente quer que dê certo.

Mas é muita confusão ao mesmo tempo. E eu vejo essa confusão não só sob os meus olhos, Ministro. Eu vou ao supermercado, ao açougue, estou nas ruas, e as pessoas me param e dizem: "Olhe, que bom! Que bom que está lá. O que você acha? Vai dar certo ou não?" Mas o próprio povo diz: "Não é muita confusão?" Eu digo: "É muita confusão."

Falei com o Major Olimpio outro dia, com quem me relaciono, e com Fernando Bezerra, que é o Líder do Governo aqui no Senado, e disse: "Olhem, falem com a turma lá para não haver uma confusão por dia. Vamos ter uma confusão por semana e, depois, uma confusão a cada 15 dias, a cada mês." Disse isso porque todo dia é alguma coisa que não diz respeito ao ato de governar.

Eu cito, por exemplo: "Não, vamos comemorar o dia 31 de março." Nem os generais estavam pensando nisso, eu acredito, não faz parte da discussão que o Brasil precisa enfrentar. Ao mesmo tempo: "Vamos diminuir os impostos sobre os cigarros." E vai lá, a gente está discutindo diminuir impostos com a opinião contrária do mundo inteiro.

E o senhor também coloca sua opinião sobre nazismo, fascismo, esquerda, direita e tantos outros assuntos, e eu diria: "Olha, isso é uma opinião pessoal e que não contribui." A gente tem que, na verdade, fazer um esforço para que haja união no Brasil, diálogo no Brasil.

Eu sou da área da educação e jamais me atreveria a dar uma opinião sobre educação sem consultar outras pessoas, porque minha opinião pode não estar correta. Ou vamos refletir em conjunto para assim ver... Então, nesse sentido, eu acho que, no Ministério das Relações Exteriores, que tem um quadro altamente competente e qualificado – assim me permita dizer –, a primeira missão é realmente dialogar, pacificar, ouvir as pessoas para que isso seja feito.

Agora, ao mesmo tempo, a gente entende que, num início de governo, haja muitas críticas aos governos anteriores. Isso acontece nos Estados e nos Municípios. Não concordo com esse procedimento, porque o povo quer saber...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – ... o que você vai fazer, o que nós vamos fazer daqui para frente, porque, senão, a gente poderia criticar também.

Até o meu xará, amigo Flávio Bolsonaro, agora há pouco colocou que as mentes estão fugindo, as mentes brilhantes estão fugindo por causa da falta de ênfase em ciência e tecnologia, mas ontem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ainda aprovamos um requerimento, na Comissão de Educação, porque houve um corte violentíssimo na área da ciência e tecnologia agora, um corte muito forte. Mas nem por causa disso vou criticar o Governo Bolsonaro, porque nós vamos tentar solucionar esse problema. O Brasil não pode ficar sem ciência e tecnologia, algo importante para a sua independência, para a geração até de recursos, porque, se você desenvolve um *software* adequado...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – ... isso vale mais, às vezes, do que uma plantação de soja no País inteiro.

De onde vêm essas mentes brilhantes? Vêm das nossas universidades também. Há problemas? Claro que há, mas, se houver, vamos corrigir isso. Em que sentido? Nós temos médicos brilhantes no Brasil, engenheiros, arquitetos, professores, pedagogos, agricultores, agrônomos, tudo, que foram formados nas nossas universidades. Eu sou professor de universidade também. No Paraná, nós temos cinco federais, sete estaduais muito bem ranqueadas no Brasil. Então, eu penso assim, Sr. Ministro, que nós estamos entrando em muita bola dividida, como o povo costuma falar por aí.

A pergunta que eu faria, também nesse sentido, não é propriamente uma pergunta, é um posicionamento para a gente baixar a bola em tudo, não ter opinião sobre...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – ... coisas que são desnecessárias neste momento da história do Brasil.

A gente tem que discutir emprego, renda, educação, trabalho, salário, desenvolvimento, ciência, tecnologia. Eu morei, por três anos, nos Estados Unidos também e conheço bem a realidade de lá. Fiz o meu PhD na Northwestern, em Evanston, perto de Chicago, onde o Paulo Guedes também estudou, e a gente sabe que as coisas mudam lá. Por exemplo, o Trump: eu não gosto do Trump, mas eu acho que a gente tem que, lógico, discutir e fazer... Daqui um ano, sabe-se lá se o Trump vai ser eleito ou não, talvez não seja, e aí vem outra tendência, e a gente vai ter que dialogar com o novo Presidente. Com Israel é a mesma coisa: tem que dialogar, mas tem que dialogar com todos os árabes, os palestinos, porque essa é... Nós temos que contribuir. O Brasil tem uma vocação para ser protagonista no mundo. Agora, para ser protagonista, tem que dialogar, tem que...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – ... conversar, tem que escutar – eu já estou terminando –, tem que tomar um posicionamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu diria, Sr. Ministro, sobre a possibilidade de a gente ter um rumo no ministério – e o senhor é Ministro também – para que o Brasil assuma essa sua missão no mundo e que o Governo possa... Até eu faço um apelo aqui ao Flávio Bolsonaro também, que está aqui ao meu lado, para a gente conversar mais e dizer: "Olha, vamos baixar a bola, vamos conversar, vamos nos unir. Criticar os governos anteriores no começo é bom, mas o povo vai começar a falar: "Quero soluções para os desafios que o Brasil quer enfrentar."

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcio Bittar. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – Sr. Ministro, quinze minutos para dar resposta aos três Senadores.

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Muito obrigado, Presidente.

Sobre as considerações do Senador Randolfe Rodrigues: procuramos nos pautar certamente pelo que está no art. 4º da Constituição – isso temos totalmente em comum, essa é a nossa baliza. Independentemente daquilo que possa ser chamado ou não de tradições da diplomacia, a Constituição nos proporciona esse balizamento.

A expressão que o senhor usou, de que o Ministro das Relações Exteriores é o cartão de visitas do Brasil, eu acho interessante, porque ela dá expressão ao que é realmente uma percepção que eu considero equivocada, que é a de que um ministro de relações exteriores ou a política externa que ele represente tenha que ser algo bidimensional, chapado e puramente nominal. Eu acho que eu não sou um cartão de visita, eu acho que eu sou um ser humano e procuro fazer as coisas a partir do que eu penso, de tudo o que eu sinto. E eu acho que isso aqui tem que ser um... Não eu, mas um ministro, não só de relações exteriores, mas qualquer ministro... Acho que nenhum deles deve ser uma realidade bidimensional descolorida.

Toda a questão de história recente do Brasil ou de outros países... Eu repito: eu acho que o importante é que, como dizíamos, não se considere que a história é algo fechado. É interessante o que o senhor mencionou, como historiador, a respeito da Primeira Guerra Mundial. Sem ser historiador, as origens da Primeira Guerra Mundial é um tema que sempre procurei estudar muito, porque é muito interessante, inclusive do ponto de vista da diplomacia. Embora todos considerem que o estopim da Primeira Guerra Mundial tenha sido o assassinato do arquiduque, existem correntes de historiadores, como o senhor sabe, que veem isso de maneira completamente diferente, porque o que foi feito durante o mês de julho de 1914, a partir do assassinato do arquiduque, é o que determina a Primeira Guerra. Existem teorias que até hoje não se conciliam: de que a culpa é da Alemanha, talvez a mais corrente; há uma corrente muito interessante, apenas de um historiador, que diz que a culpa é da Rússia, porque a Rússia é que queria a guerra, porque a Rússia é que começou a mobilização; ou a de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que a culpa é da França; ou de que a culpa é da Inglaterra, quando decidiu não ficar neutra, mas se colocar ao lado da França; e assim por diante.

Então, eu acho que o fato histórico material, talvez, em alguns casos, seja indiscutível, quando há suficiente evidência, mas a História não é simplesmente o fato material. A História, como disciplina humana, é algo bastante mais complexo. Portanto, eu acho que nada na História deve ser fechado com chave e tudo deve ser discutido, ou pode ser discutido.

Acho que justamente... Mencionou-se que uma geração pode ser deseducada por rediscutirmos fatos históricos e reexaminá-los, mas acho que, ao contrário, é preciso evitar uma lavagem cerebral em que uma determinada perspectiva é dada como assentada e imutável. Eu acho que todas as gerações devem ter direito a discutir a História de uma maneira mais aberta.

Sobre a questão que o senhor mencionou, do nazismo, de que o nazismo seria de direita porque entrou em guerra com a União Soviética, um regime de esquerda. Mas, justamente, voltando à Primeira Guerra: nós tivemos regimes que, em termos de coloração política, eram muito semelhantes, como, por exemplo, a Alemanha de então e a Rússia de então, e que, no entanto, entraram em guerra, uma guerra completamente destrutiva, com milhões e milhões de mortes. Ou seja, o fato de haver uma guerra entre duas potências não significa que elas tenham necessariamente ideologias diferentes. Enfim, eu acho que é toda uma discussão histórica interessantíssima que poderíamos prolongar, mas não quero prolongar demais.

Bom, de onde vem a política do Itamaraty e quem a faz, quem comanda a política externa? Essa é a pergunta mais fácil que me fizeram hoje. Sou eu. Sou eu que comando.

A Constituição, como dizia... Isto eu mencionei, não é? Disse que a nossa política se coaduna com a Constituição. Aqui, de novo: nós temos ali princípios, e toda discussão de princípios também não é matemática. A própria Matemática não é tão matemática; existem, muitas vezes, construções teóricas na Matemática Avançada que nos permitem uma discussão sempre mais profunda. Então, digamos assim, não é uma aritmética; os princípios estão lá, mas a maneira de segui-los e a interpretação sobre como seguir esses princípios, como dentro dos negócios humanos e sobretudo numa democracia, são coisas que sempre podem estar sujeitas a debate. Portanto, estou sempre aberto ao debate sobre se estamos realmente seguindo, como pretendemos seguir, os princípios de política externa da Constituição.

Sobre o que mencionava o Senador Chico Rodrigues – muito obrigado, agradeço a menção. Eu acho também que o Brasil já se projetou muito em apenas três meses, graças ao trabalho que eu e o Itamaraty procuramos desempenhar: de colocar em prática as diretrizes traçadas pelo Presidente da República, que foram objeto da sua campanha. Eu acho que – só fazendo um parêntese – é fundamental isto: nós estamos procurando seguir aquilo que o Presidente prometeu na sua

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

campanha. Eu acho que temos que, numa democracia, justamente fugir do paradigma de que um Presidente é eleito e depois esquece as promessas de campanha e isso é considerado normal. Eu acho que o normal é procurar seguir. E há também o paradigma, ou a ideia, de que política externa é algo que não importa, é algo que não motiva os eleitores, então o candidato fala umas coisas sobre política externa e depois ele continua fazendo aquilo que sempre se fez. Eu acho que isso é um desrespeito ao eleitor, porque o eleitor tem o direito de se interessar por política externa, assim como ele tem o direito de se interessar por política educacional, por política de saúde, por política econômica. E imaginar que ele votou por causa da política econômica, mas não por causa da política externa, e que então o Governo pode fazer qualquer coisa com a política externa me parece que não é justo para com o eleitor, nem para com a política externa.

Sobre o tema dos acordos com a Guiana – obrigado por mencioná-lo. Mencionei anteriormente a nossa preocupação com essa, digamos, diplomacia de fronteira. Vi muito claramente a necessidade disso no seu Estado, quando estive em Boa Vista e Pacaraima, e, inclusive, falando também com o Governador Denarium, assumi o compromisso de a gente procurar resgatar e acelerar a construção da pavimentação da estrada ligando à Guiana, que acho que dará uma nova dimensão econômica a Roraima. E procurei também ver o que o Itamaraty pode fazer para acelerar, para ajudar V. Exas. aqui no Congresso a acelerarem a aprovação do Acordo de Cooperação em Defesa. Mas isso deixa claramente presente a importância de que, sobretudo para Estados que dependem muito do comércio com os países fronteiriços, o Itamaraty dê uma atenção muito especial para os temas específicos desses Estados, que às vezes parecem menores dentro da política global, mas que são absolutamente fundamentais para o desenvolvimento das regiões fronteiriças.

E sobre a situação da Venezuela: nós achamos que ela está evoluindo, mais lentamente do que gostaríamos, mas continuamos achando que há uma marcha irreversível rumo a um processo democrático. O Brasil continua dando todo o apoio ao Governo interino do Presidente Juan Guaidó. Continuamos achando que o Governo Maduro perde espaço a cada dia, já não, aparentemente, pode contar com as suas próprias forças armadas para reprimir a sua população, tem que recorrer a milícias e coisas desse tipo, já não consegue manter em funcionamento minimamente a economia, e a continuação da pressão internacional pela democracia é fundamental. Em breve, vai-se votar uma resolução na Organização dos Estados Americanos reconhecendo o Governo Guaidó – o Brasil votará certamente a favor –, o que será mais um passo para criar esse substrato político indispensável à transição democrática na Venezuela.

Sobre as considerações e colocações do Senador Flávio Arns, a quem também agradeço muito: concordo inteiramente que estamos sob o signo da esperança e da mudança desde a eleição do Presidente Bolsonaro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acho que muito daquilo que o senhor mencionou como sendo confusões que se têm criado são confusões criadas por uma certa atitude dos meios de comunicação, que querem ver a confusão, muitas vezes, onde ela não existe. Alguns casos também podem ser o resultado das mudanças profundas que nós temos que fazer. Qualquer casa, no dia da mudança, fica confusa. É impossível um arranjo completamente asséptico de uma mudança, ainda mais de uma mudança profunda. Acho que é normal que haja caixas que estão viradas aqui, caixas que estão abertas ali. Acho que o povo brasileiro sabe muito claramente, diferentemente dos meios de comunicação tradicionais, que existe uma direção e sabe que a casa para a qual nós estamos nos mudando é uma casa muito melhor do que aquela que nós estamos deixando, onde habitávamos antes. Vale a pena passar por esse período de mudança, por esse momento de caixas aqui e ali, para chegar a essa nova casa, como o povo brasileiro merece.

Bem, só para voltar mais uma vez aos comentários que eu fiz sobre certos conceitos políticos, sobre a questão de totalitarismo e nazismo. Só para mencionar também que as minhas observações que estão sendo citadas são parte de uma entrevista de uma hora e meia que eu dei ao canal Brasil Paralelo, em que eu procurei elaborar um pouco da minha visão de mundo, da minha visão de como vai o mundo, em que falei de temas de que eu falo muito, como globalismo, que são essenciais para que um país como o Brasil se posicione no mundo. Não digo que sejam verdades, evidentemente, ali. Procuro investigar, dentro dos limites da minha capacidade e sob ângulos que não são às vezes muito usuais, mas que são necessários, a realidade internacional.

Então, eu acho que seria interessante algumas pessoas que talvez estejam discutindo esse tema a partir do que eu falei... Eu as convidaria a verem, se possível, a minha entrevista integral, para que vejam o contexto onde estava isso.

Bem, sobre baixar a bola. Desculpem-me por abusar um pouco das metáforas, mas eu acho que baixar a bola seria para um time que estivesse ganhando, e acho que o nosso time estava perdendo. O Brasil vinha de um período de enorme desencanto com tudo, de depressão tanto psicológica quanto econômica, de falta de esperança, de falta de perspectiva, de falta de amor próprio, e isso tudo está sendo recuperado, mas precisa ser recuperado jogando para frente. É claro, é preciso baixar a bola no sentido de ter calma e fazer o passe certo, mas não no sentido de simplesmente passar a bola para o lado – não sei qual o senhor advoga –, que é o que vinha sendo feito, a meu ver, por exemplo, na política externa. Acho que o povo quer ver o time jogando para frente para tentar recuperar o resultado, para se recuperar em um jogo em que nós estávamos claramente perdendo.

Bem, o senhor chamou atenção, mais uma vez, para esse problema que acho fundamental e que surgiu aqui – agradeço a questão –, o da fuga de cérebros. Mais uma vez quero insistir que as nossas políticas de atração de tecnologia e de procurar criar um ambiente de investimento tecnológico melhor no Brasil serão fundamentais para evitar essa fuga de cérebros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, novamente, para voltar àquela metáfora de não entrarmos em bola dividida: eu acho que, infelizmente, precisamos entrar em certas bolas divididas, porque é isso que nos motiva e que motiva a população que elegeu este Governo com este projeto que nós temos.

(*Soa a campainha.*)

O SR. EMBAIXADOR ERNESTO ARAÚJO – Por fim, agradeço e concordo inteiramente com o senhor: o Brasil tem a vocação de ser protagonista no mundo. Esse é o sentido – para voltar a esse tema –, é uma das razões fundamentais que têm que nos mover, quer dizer, crescimento, desenvolvimento, emprego para o nosso povo e, ao mesmo tempo, sermos protagonistas no mundo.

Eu tenho certeza de que a busca exclusiva pela dimensão do desenvolvimento não deu certo e agora temos a oportunidade de fazer funcionar essa dimensão da política externa como um dos instrumentos de desenvolvimento dentro de uma lógica de também procurar ser um país grande e de ser um país que tem protagonismo no mundo. Esse é o rumo básico que nós estamos procurando implementar. Trata-se de trabalhar ao mesmo tempo com essas coisas que, no fundo, são inseparáveis, sozinhas não dão certo: buscar o crescimento e buscar a nossa grandeza e o nosso lugar no mundo.

Obrigado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Réplica, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcio Bittar. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – Pois não.

Com direito à réplica, pela ordem: Senador Randolfe, Senador Chico Rodrigues e Senador Flávio Arns. Peço a maior brevidade possível, mas, antes, devolvo a Presidência ao titular, o Senador Nelsinho Trad.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Obrigado, Senador Marcio Bittar.

Já foi alertado, mas novamente alerto para que a gente possa atender ainda à pauta que falta, pauta que algumas autoridades vieram acompanhar: eu pediria a compreensão dos nobres pares para que possam ser breves nas suas réplicas.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar Ministro.) – Eu serei, Presidente.

Ministro, o senhor acha mesmo que o time está ganhando, que o time que está jogando agora está ganhando? O senhor acha mesmo que essas bolas divididas são necessárias? Veja, uma das bases

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de apoio do Presidente Bolsonaro, a Frente Parlamentar da Agricultura... A declaração do Presidente da Frente Parlamentar da Agricultura, Deputado Alceu Moreira, está nos jornais de hoje: diz que não aceitará "atos irracionais e irresponsáveis". É de uma base social que apoiou o Presidente Bolsonaro. Ao que ele está se referindo? O que é bola dividida? Bola dividida é ofender os países árabes. Eu não falo da relação como Israel. Por obrigação do nosso Ministério das Relações Exteriores, a mesma relação que temos com Israel temos que ter com os países árabes, porque a nossa cultura sempre foi da multilateralidade. Aliás, outro que antecedeu o senhor nessa cadeira, chamado Osvaldo Aranha, no ano de 1948, quando defendeu a criação do Estado de Israel, defendeu...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... a convivência pacífica entre dois Estados, Israel e o Estado Árabe. A tradição política... Aliás, aí não é tradição, aí é o princípio do art. 4º da nossa política externa sempre defendeu isso. Ir lá e ir no caminho contrário significa... Permita-me, há um fato aí colocado, há uma declaração dos países árabes em relação à nossa pauta de exportações. E só me permita lembrar a nossa pauta de exportações: é importante a ligação com Israel, mas nós temos, com a Liga Árabe, só em exportações, US$11,5 bilhões; com Israel temos US$321 milhões. De importações com a Liga Árabe, temos US$7,6 bilhões; com Israel, temos US$1 bilhão.

É esta a bola dividida, a ofensa a um parceiro comercial histórico do Brasil? É essa a bola dividida? É esse o time que está ganhando? Permita-me, Ministro: trazer prejuízos para o agronegócio brasileiro não me parece ser jogar com o time no ataque; está mais parecido com gol contra, está mais parecido com fazer autogolo.

Outra coisa, Ministro... Vamos lá, perspectivas históricas devem ser debatidas. Quando eu falei do episódio do assassinato do arquiduque... É lógico que esse é o fato histórico. Há vários sobre a Primeira Guerra Mundial. Não vou ficar divagando aqui em relação a isso. Eu quero ir no concreto.

Estou aqui com uma carta de vários partidos políticos da Alemanha repudiando qualquer alusão ao nazismo. A expressão "deseducar novas gerações" não está sendo dita por mim; está sendo dita aqui por partidos alemães. Eu acho que nós não vamos ousar conhecer sobre o nazismo mais do que os alemães, me parece que seria muita ousadia da nossa parte. Aliás, eu imagino que o senhor não vá querer ousar saber mais do nazismo do que os judeus, porque o Museu do Holocausto que o senhor visitou em Israel reconhece lá o nazismo como um movimento de extrema direita.

Mas não seriam necessários muitos recortes históricos. Isto aqui é o primeiro comício de Hitler, em 1933, após ascender. Está em alemão – o senhor pode corrigir o alemão depois –, mas esta é a tradução da frase: "Faça a Alemanha livre do Marxismo." – declaração de Hitler.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos mais adiante. A revista *Time*, de 1933, elegeu Hitler o homem do ano pelo seu trabalho contra a expansão do comunismo. Parece-me que insistir nessa tese em sentido contrário é tentar criar aqui no Brasil o ministério da verdade, daquela obra de ficção de George Orwell, uma obra dos anos 40 que falava de 1984, de um mundo hipotético em que existia um tal ministério da verdade que redizia a verdade histórica anterior. Não existem novas perspectivas para isso. E é isso que eu digo que é deseducar. Aliás, não sou eu que digo; quem está dizendo isso é um conjunto de partidos políticos da Alemanha.

Então me permita, Ministro, eu apelo, rogo a V. Exa. que – e falo isso para concluir, Presidente Nelsinho –, nessa cadeira de Ministro, não pode fazer o que pensa, não pode, porque não fizeram o pensavam Afonso Arinos, que lhe antecedeu; Santiago Dantas, só para citar um liberal e alguém do campo da esquerda que lhe antecedeu; Osvaldo Aranha, em 1948, quando propôs a criação de dois Estados lá na Palestina; Nilo Peçanha, que, pela sua atuação no Itamaraty, depois se tornou Presidente da República; não fez simplesmente o que pensava José Maria da Silva Paranhos. A sua pasta é fundamental para as nossas relações internacionais, em decorrência da sua atuação nas relações internacionais. Fico feliz com a sua afirmação de que o senhor é o Ministro das Relações Exteriores e não o astrólogo da Virgínia ou qualquer outro aventureiro, fico feliz e peço uma humilde reflexão sobre esses que antecederam o senhor nessa pasta.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Com a palavra o Senador Flávio Arns, desde que o Senador Chico Rodrigues declina de sua réplica.

V. Exa., por favor, seja bastante objetivo.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR. Para interpelar Ministro.) – Certo. Eu vou procurar ficar nos dois minutos também.

Eu diria que nós estamos lidando com o Governo e, dentro do Governo, há um grupo, um conjunto de pessoas que está no País, na agricultura, na educação, no Ministério, na Casa Civil, enfim, sob a coordenação do Presidente. Então, em um grupo, certamente, as opiniões pessoais devem ser completamente evitadas – completamente evitadas!

O senhor – e falei antes do nazismo e do fascismo – pode ter as suas opiniões pessoais, que a gente pode discutir em outro momento, mas, como Ministro das Relações Exteriores, a sua opinião passa a ser a opinião do Governo do Brasil sobre um determinado assunto. Isso é que não pode acontecer.

Eu falei antes: eu não ousaria dar a minha opinião sobre educação – e sou da área da educação, tenho PhD na área e tudo – sem discutir com quem faz a educação, para, inclusive, fortalecer isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, que vamos ter conflitos aqui no Congresso vamos ter, porque é a reforma da previdência, a reforma tributária, como foi ontem por ocasião da votação da PEC da emenda impositiva, mas são conflitos naturais de propostas de governo. O que eu disse antes sobre a bola dividida é que não são essas; são as opiniões não só do senhor, mas de outras pessoas.

Então, nesse sentido é que, de fato – e com todo o respeito também –, que a gente possa se concentrar... Porque o povo brasileiro está esperando muito do Congresso, do Governo, e o povo brasileiro, em conversas no supermercado, nas ruas – e a gente conversa o tempo inteiro –, está dizendo: "Eu acho que tem muita confusão." E não é confusão da boa, seja das reformas, seja da geração de emprego, renda, ciência e tecnologia, universidade, mas são opiniões, e as opiniões acabam dominando o cenário político e tudo.

Então, eu diria que, particularmente no Ministério das Relações Exteriores, com a tradição toda – e o senhor sabe, o senhor que é Ministro e tem toda uma carreira nessa área também –, nós temos de dialogar, de conversar. Para ser protagonista, a gente tem que escutar um lado, tem que escutar o outro e chegar a conclusões boas. Vamos com Israel? Vamos – nada contra Israel! –, mas vamos com os árabes também. Vamos com os Estados Unidos? Não há dúvida sobre isso, não tenho dúvida alguma, mas vamos ser submissos aos Estados unidos, quebrando a reciprocidade? Em hipótese alguma. Nós somos protagonistas ou, pelo menos, nós, os brasileiros, queremos ser; o Brasil quer ser.

Então, é nesse sentido que eu falei. Não é uma pergunta e espero que não seja uma crítica também, porque, afinal, o Governo, como Chico Rodrigues colocou, está começando; porém, a gente tem que pegar o rumo certo para que tudo ocorra da melhor maneira possível.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Algum comentário como tréplica, Ministro?

O SR. EMBAIXADOR ERNESTO ARAÚJO – Muito rapidamente, Presidente. Obrigado.

Apenas em relação, primeiramente, ao que dizia o Senador Randolfe. Eu não disse que achava que o time está ganhando. Eu acho que o time estava perdendo e que nós precisamos buscar o resultado. Acho que ainda não viramos o jogo, mas temos que colocar todo o suor nisso, mesmo que isso implique entrar realmente em algumas bolas divididas, porque acho que é isso que a torcida quer – se me permitem abusar de novo da metáfora.

E tenho certeza de que jamais ofendi países árabes ou qualquer país. Não sei onde poderia estar essa ofensa. Jamais fiz isso. Ao contrário, nesse curto período, já tive oportunidade de falar com vários ministros de países árabes. Por exemplo, com o Ministro do Exterior da Arábia Saudita, o Ministro Adel al-Jubeir, com quem conversei em Varsóvia e combinamos de trocar visitas para aumentar o nosso relacionamento. Trata-se de um país com o qual, aliás, nós vamos ter, nesse segundo trimestre, uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

reunião da comissão mista bilateral econômico-comercial. Conversei longamente – tive o grande privilégio conversar – com o Ministro de Relações Exteriores dos Emirados Árabes Unidos. Nenhum deles me deu jamais a entender que qualquer das nossas ações pudesse estar ofendendo países árabes. Conversei com vários outros e, enfim, não acho que estejamos trazendo qualquer prejuízo ao agronegócio ou a qualquer outro setor, justamente porque essas pretensas ofensas, que dariam esse prejuízo, não existem.

Bem, novamente sobre a questão da Alemanha: há fontes, como, por exemplo, Friedrich Hayek, da época, sobre essa interpretação de esquerda e direita em relação ao Nacional-Socialismo, mas, enfim, acho que já falamos bastante sobre isso; é um debate histórico, como eu dizia, que eu acho que precisa ser tido. Acho que a atitude de fechamento de debate não é saudável e, enfim, deveria ser evitada.

Por fim, sobre a questão de fazer o que eu penso. Tenho certeza absoluta de que eu não estou aqui para fazer o que eu penso, estou aqui para fazer aquilo que é determinado de acordo com a Constituição pelo Presidente da República, que é quem define os rumos da política externa. Mas fico feliz por, a cada dia, ver que o que eu pessoalmente penso coincide com esses rumos. E, nessa medida, eu me sinto muito engajado nesse projeto. E também acho que esse não fazer o que se pensa, com o qual eu concordo, não deve significar que não se pense nada e que se deva fazer, como também já disse, a preço de não ter ideologia. Isso não significa não ter ideias. Mas acho que isso também é algo que requer uma reflexão permanente, evidentemente.

Enfim, coincido também com o Senador Flávio Arns: o povo brasileiro espera muito de nós, tanto do Executivo quanto do Congresso neste momento. É absolutamente fundamental termos noção dessa responsabilidade em todas as frentes. E tudo aquilo que eu tenho feito – novamente – para tentar implementar as linhas de política externa do Presidente Bolsonaro, tudo o que eu tenho feito, pretende ir na linha de responder a essa enorme responsabilidade que o povo brasileiro nos confiou.

Claro, são sempre contatos que não são pesquisas de opinião, mas volta e meia sou abordado por pessoas na rua, quando tenho essa oportunidade em encontros, tanto aqui quanto em diferentes países, por brasileiros que elogiam a nossa atuação. Não quero dizer isso como autoelogio, longe de mim...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EMBAIXADOR ERNESTO ARAÚJO – ... mas eu acho que há uma percepção de boa parte do público que segue relações exteriores de que nós estamos no caminho certo.

Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Srs. Senadores, Ministro, é apenas para agradecer a sua participação.

Nós vamos dar sequência à Ordem do Dia.

Vou passar a V. Exa. as perguntas do e-Cidadania para V. Exa., por favor, respondê-las e enviá-las ao nosso contato que aqui se encontra para que a gente possa responder as perguntas feitas por Waldilier Canuto, do Rio de Janeiro; Matheus Duarte, do Rio Grande do Sul; Adriano Silva, do Rio de Janeiro; Pablo Luiz, de Minas Gerais; Guilherme Caeiro, do Rio de Janeiro.

Solicito ao Senador Chico Rodrigues que conduza o nosso Ministro até a saída da nossa Casa para que possamos dar sequência aos nossos trabalhos.

Encerrada a audiência pública.

(*Iniciada às 10 horas, a reunião é encerrada às 13 horas e 08 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 10ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE ABRIL DE 2019, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às treze horas e oito minutos do dia quatro de abril de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Nelsinho Trad, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores Mecias de Jesus, Marcio Bittar, Esperidião Amin, Fernando Bezerra Coelho, Romário, Major Olimpio, Flávio Bolsonaro, Randolfe Rodrigues, Marcos do Val, Flávio Arns, Jaques Wagner, Humberto Costa, Arolde de Oliveira, Chico Rodrigues, Marcos Rogério, Eliziane Gama, Paulo Rocha, Rodrigo Pacheco e Paulo Paim. Deixam de comparecer os Senadores Jarbas Vasconcelos, Daniella Ribeiro, Antonio Anastasia, Mara Gabrilli, Kátia Abreu, Fernando Collor, Angelo Coronel e Zequinha Marinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da 8 ª reunião, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei do Senado n° 213, de 2015 - Terminativo -** que: "Dá nova redação ao §2º do art. 2º da Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964 - Lei do Serviço Militar - garantindo às mulheres o direito de opção ao serviço militar." **Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin. **Relatoria:** Senador Marcos do Val. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, com 2 (duas) emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - Projeto de Decreto Legislativo n° 49, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Belarus de Cooperação Educacional, assinado em São Paulo, em 13 de agosto de 2015." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Marcio Bittar. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Projeto de Resolução do Senado n° 17, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Institui o Grupo Parlamentar Brasil-França." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Relatoria:** Senador Marcio Bittar. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Projeto de Resolução do Senado n° 4, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Institui o Grupo Parlamentar Brasil-Reino Unido." **Autoria:** Senador Rodrigo Pacheco. **Relatoria:** Senador Jaques Wagner. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 5 - Projeto de Resolução do Senado n° 6, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Institui o Grupo Parlamentar Brasil-Estados Unidos da América." **Autoria:** Senador Roberto Rocha. **Relatoria:** Senador Romário. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional n° 17, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 12/2019 - CRE, sejam incluídos os seguintes oradores: 1. Carlos Nobre, pesquisador da USP: engenheiro formado pelo ITA, climatólogo brasileiro de maior renome internacional, sendo um dos poucos membros estrangeiros da Academia Estadunidense de Ciência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Seu trabalho tem foco na dimensão biofísica das mudanças climáticas e seu impacto no processo de savanização da Amazônia. 2. Gylvan Meira Filho, pesquisador da USP: engenheiro formado pelo ITA, pioneiro nos estudos das ciências climáticas no país sendo um dos principais assessores do governo sobre o tema desde os anos 1970. Foi o principal articulador da posição brasileira na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, vice-presidente do Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC)." **Autoria:** Senadora Soraya Thronicke e outros. **Resultado:** Aprovado o requerimento, subscrito pelo Senador Nelsinho Trad. **ITEM 7 - Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional n° 18, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre os objetivos comuns que o Brasil, Argentina, Paraguai e Chile têm a respeito da rota bioceânica, bem como os desafios que ainda persistem para a conclusão das obras. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. Secretaria de negociações bilaterais e regionais das Américas do Ministério das Relações Exteriores; 2. Embaixador da República do Chile no Brasil; 3. Embaixador da República do Paraguai no Brasil; 4. Embaixador da República da Argentina no Brasil; 5. Secretário de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar (Semagro); 6. Representante da empresa Itaipu Binacional; 7. Especialista em Infraestrutura e Integração do Departamento de Infraestrutura do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID; 8. Diretor Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT; 9. Presidente da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos – APEX; 10. Presidente do Sindicato das Empresas de Transporte Rodoviário de Cargas e Logística de Mato Grosso do Sul (Setlog/MS), Sr. Cláudio Cavol." **Autoria:** Senador Nelsinho Trad. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e vinte e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Nelsinho Trad

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/04/04

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Declaro aberta a 10ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Relações Exteriores da 1ª Sessão Legislativa do Senado da República.

O primeiro projeto, terminativo, é da relatoria do Senador Marcos do Val, que não se encontra, fica para a próxima reunião.

ITEM 2

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 49, de 2019

- Não terminativo -

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Belarus de Cooperação Educacional, assinado em São Paulo, em 13 de agosto de 2015.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional

Relatoria: Senador Marcio Bittar

Relatório: Pela aprovação.

O Senador Marcio Bittar não se encontra. Então, fica para a próxima.

O Senador Marcio Bittar também é Relator do item 3.

Item 4, de relatoria do Senador Jaques Wagner.

ITEM 4

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 4, de 2019

- Não terminativo -

Institui o Grupo Parlamentar Brasil-Reino Unido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Rodrigo Pacheco

Relatoria: Senador Jaques Wagner

Relatório: Pela aprovação.

Concedo a palavra ao Senador Jaques Wagner para proferir o seu relatório.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Para proferir relatório.) – Obrigado.

Sr. Presidente, colegas Senadores, vem ao exame da Mesa o Projeto de Resolução do Senado nº 4, de 2019, de autoria do Senador Rodrigo Pacheco, que institui o Grupo Parlamentar Brasil-Reino Unido.

A proposição foi apresentada em 19 de fevereiro de 2019 e foi designada para tramitar na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e na Mesa Diretora.

Nesta Comissão, foi distribuída ao Relator que subscreve o presente parecer em 25 de fevereiro.

Análise.

A constituição de grupos parlamentares no âmbito do Congresso Nacional, seja na Câmara ou no Senado, ou mesmo bicamerais, dá-se na lacuna regimental. Essas iniciativas baseiam-se, essencialmente, na liberdade de organização política no seio do Parlamento e na vontade da atuação parlamentar lateralmente às tarefas típicas da atividade legislativa e fiscalizatória.

Vale dizer, para ilustrar, que a única menção a grupo parlamentar nos regimentos da Câmara, do Senado e do Congresso encontra-se no texto do Senado Federal, no seu art. 42. Leio: "O Senador afastado do exercício do mandato não poderá ser incumbido de representação da Casa, de comissão, ou de grupo parlamentar".

Verifique-se que, mesmo nessa única referência, não se trata de uma definição para esse colegiado, mas numa enumeração junto a outros tipos de organização do Parlamento abaixo do Plenário. Evidentemente encontraremos largas abordagens para comissão ou representação, menos para grupo parlamentar.

Demonstra-se, assim, não a falta de importância dos grupos parlamentares, mas o princípio da liberdade de organização no que concerne a grupos e frentes parlamentares. Seu substrato são as diversas possibilidades de atuação parlamentar no sentido da cooperação, da dedicação a um tema ou enfrentamento de um problema específico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É baseado nesse princípio que o Senador Rodrigo Pacheco propõe em boa hora a criação do Grupo Parlamentar Brasil-Reino Unido, com a "finalidade de incentivar e desenvolver as relações bilaterais entre seus Poderes Legislativos".

A liberdade de associação é reforçada no art. 2º, que determina que o grupo "será integrado por membros do Congresso Nacional que a ele livremente aderirem", e ainda no art. 4º, onde se define que o Grupo Parlamentar "reger-se-á pelo seu regulamento interno ou, na falta deste, pela decisão da maioria absoluta de seus membros fundadores, respeitadas as disposições legais e regimentais em vigor".

Do ponto de vista do mérito, a proposição está perfeitamente adequada aos objetivos da atuação congressual, expressa principalmente nas palavras do Senador Rodrigo Pacheco de que o Grupo Parlamentar Brasil-Reino Unido criará a necessária aproximação com aquela vetusta democracia parlamentar, berço da Revolução Industrial e uma das maiores economias do planeta.

E que esse diálogo – aspas – "de nosso Congresso Nacional com aquele que é um dos parlamentos mais democráticos do mundo se mostra salutar" e que "a almejada democratização do debate sobre temas afetos às relações exteriores deve passar, quase que obrigatoriamente, pela ação dos Poderes Legislativos dos países, uma vez que o parlamento é o ambiente adequado para qualquer debate de interesse da sociedade".

No entanto, convém registrar que, por meio da Resolução da Câmara dos Deputados (CD) nº 3, de 1995, decorrente da aprovação do Projeto de Resolução-CD nº 65, de 1995, do Deputado Beto Mansur, foi criado, no âmbito daquela Casa, um grupo parlamentar Brasil-Reino Unido.

Não houve revogação expressa da mencionada resolução. Ocorre, por outro lado, que não consta da página eletrônica da Câmara dos Deputados atividades desenvolvidas por esse grupo.

Nesse contexto, haveria, pelo menos em tese, a duplicidade de organismos dentro do Congresso Nacional.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Resolução nº 4, de 2019, com a criação do Grupo Parlamentar Brasil-Reino Unido.

São esses o relatório e o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-lo, encerro a discussão.

Votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão Diretora para prosseguimento da tramitação.

Também sobre a mesa mais dois requerimentos, um da Senadora Soraya Thronicke, subscrito pelo Senador Nelsinho Trad, que vos fala.

ITEM 6

REQUERIMENTO Nº 17, de 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 12/2019 - CRE, sejam incluídos os seguintes oradores: 1. Carlos Nobre, pesquisador da USP: engenheiro formado pelo ITA, climatólogo brasileiro de maior renome internacional, sendo um dos poucos membros estrangeiros da Academia Estadunidense de Ciência. Seu trabalho tem foco na dimensão biofísica das mudanças climáticas e seu impacto no processo de savanização da Amazônia. 2. Gylvan Meira Filho, pesquisador da USP: engenheiro formado pelo ITA, pioneiro nos estudos das ciências climáticas no país sendo um dos principais assessores do governo sobre o tema desde os anos 1970. Foi o principal articulador da posição brasileira na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, vice-presidente do Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC).

Autoria: Senadora Soraya Thronicke.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-la, em votação.

Os Srs. Senadores e Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Às providências.

O último é um requerimento de autoria do Senador Nelsinho Trad, que vos fala.

ITEM 7

REQUERIMENTO Nº 18, de 2019

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre os objetivos comuns que o Brasil, Argentina, Paraguai e Chile têm a respeito da rota bioceânica, bem como os desafios que ainda persistem para a conclusão das obras. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. Secretaria de negociações bilaterais e regionais das Américas do Ministério das Relações Exteriores; 2. Embaixador da República do Chile no Brasil; 3. Embaixador da República do Paraguai no Brasil; 4. Embaixador da República da Argentina no Brasil; 5. Secretário de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar (Semagro); 6. Representante da empresa Itaipu Binacional; 7. Especialista em Infraestrutura e Integração do Departamento de Infraestrutura do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID; 8. Diretor Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT; 9. Presidente da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos – APEX; 10. Presidente do Sindicato das Empresas de Transporte Rodoviário de Cargas e Logística de Mato Grosso do Sul (Setlog/MS), Sr. Cláudio Cavol.

Autoria: Senador Nelsinho Trad.

Vou ler a justificativa, que, por si só, explica o requerimento.

Os Presidentes de Brasil, Argentina, Chile e Paraguai, em reunião realizada à margem do Conselho do Mercado Comum, em dezembro de 2015, firmaram a Declaração de Assunção, por meio da qual foi criado Grupo de Trabalho, coordenado pelas chancelarias dos quatro países e integrado pelos Ministérios de Transportes e outras instituições vinculadas, com o propósito de realizar estudos técnicos e definir ações que viabilizem a implantação do Corredor Rodoviário Bioceânico Campo Grande-Porto Murtinho (Brasil)-Carmelo Peralta-Mariscal Estigarribia-Pozo Hondo, Misión La Paz-Tartagal-Jujuy-Salta (Argentina)-Passo de Sico-Passo de Jama-Antofagasta/Mejillones/Iquique (Chile).

Dentre as ações sugeridas pelos Presidentes, estavam a elaboração de plano piloto para a aceleração dos procedimentos aduaneiros, a informatização integrada dos sistemas de controle e a harmonização de formulários.

O projeto da rota bioceânica vai estimular o comércio dos países da América do Sul e reduzir os custos dos setores agroexportadores. Sairá do Brasil pelo Estado do Mato Grosso do Sul, que tenho a honra de representar, um dos maiores produtores rurais do nosso País com foco na exportação.

Atualmente, praticamente toda a produção do Centro-Oeste é escoada para os portos de Santos e Paranaguá. Buscando o mercado de consumo oriental, as cargas acabam seguindo por três possíveis caminhos de navegação, Canal do Panamá, Patagônia ou sul da África. Com a conclusão das obras do corredor bioceânico, teremos a economia de 8 mil quilômetros de navegação no transporte das cargas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

– repito: 8 mil quilômetros de economia de navegação no transporte das cargas –, e chegar à China, por exemplo, até seis dias mais cedo.

Na fronteira do Brasil com o Paraguai, na cidade de Porto Murtinho, uma futura ponte é considerada a principal obra do corredor. Hoje a travessia é feita por pequenas balsas que não têm a menor capacidade para o transporte de caminhões. Já existe um acordo entre o Brasil e Paraguai na divisão desses custos.

A conclusão da rota bioceânica reduzirá o tempo de trânsito e o custo do serviço de transporte, armazenagem e inventário; além disso, estimulará o uso de um novo modal para o escoamento da produção, estimulará a formação de novas parcerias, bem como promoverá o desenvolvimento de projetos de integração produtiva e a agregação de valor nos países de origem e de destino, assim como também se beneficiarão os países de trânsito.

Visando inserir esta Casa, o Senado Federal, no debate deste importante projeto, integrando a sociedade como um todo, que poderá enviar suas preocupações, dúvidas e sugestões através do portal e-Cidadania, proponho a referida audiência pública.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-la, encerro a discussão.

Em votação o requerimento.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Às providências.

Proponho, ainda, a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 8ª Reunião da Comissão, realizada em 28 de março de 2019.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 13 horas e 08 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 21 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 11ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE ABRIL DE 2019, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e um minuto do dia onze de abril de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Nelsinho Trad, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores Mara Gabrilli, Romário, Oriovisto Guimarães, Flávio Bolsonaro, Soraya Thronicke, Marcos do Val, Acir Gurgacz, Renilde Bulhões, Jaques Wagner, Telmário Mota, Arolde de Oliveira, Carlos Viana, Chico Rodrigues, Izalci Lucas e Paulo Paim. Deixam de comparecer os Senadores Mecias de Jesus, Jarbas Vasconcelos, Marcio Bittar, Esperidião Amin, Daniella Ribeiro, Antonio Anastasia, Major Olimpio, Kátia Abreu, Randolfe Rodrigues, Angelo Coronel e Zequinha Marinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas da 9ª e 10ª reuniões ocorridas em 04 de abril de 2019, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Comparecimento de Ministro de Estado**, atendendo ao requerimento REQ 1/2019 - CRE, de autoria do Senador Nelsinho Trad. **Finalidade:** Audiência Pública com a presença do Senhor Ministro da Defesa, General Fernando Azevedo e Silva, para discutir projetos e situação de sua Pasta e perspectivas para o futuro. **Participante:** Sr. General de Exército Fernando Azevedo e Silva, Ministro de Estado da Defesa. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Nelsinho Trad

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/04/11

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Solicito que as autoridades e os Senadores tomem seus assentos para nós darmos início aos nossos trabalhos.

Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a 11ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 1ª Sessão Legislativa da 56ª Legislatura do Senado da República.

Alguns comunicados importantes.

Comunico às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores que, conforme publicado no dia 8 de abril de 2019 na página da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, na internet, está aberto o prazo para que sejam indicadas políticas públicas para serem avaliadas, no âmbito da Comissão, no biênio 2019-2021, conforme o art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal. O prazo se encerra no dia 16 de abril do corrente ano e as indicações deverão ser apresentadas à Comissão na forma de requerimento.

Outro comunicado.

Indicação de membro para a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (CCAI). Informamos que esta Comissão, em cumprimento do disposto na alínea "f", inciso III, art. 7°, da Resolução nº 2, de 2013-CN, designará 01 (um) membro para a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (CCAI), e que a escolha do membro desse Colegiado será feita por eleição secreta. As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que tiverem interesse em participar da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (CCAI) devem se manifestar junto à Secretaria desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, por *e-mail* ou ofício, até as 18h do dia 15 de abril do corrente ano.

Pauta da presente reunião. A presente audiência pública tem por finalidade discutir os projetos e a situação da pasta do Ministério da Defesa, com a presença ilustre do Sr. Ministro da Defesa, Gen. de Exército Fernando Azevedo e Silva, em atendimento ao Requerimento 1, de 2019, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, de nossa autoria.

Tenho, em nome dos Srs. Senadores e Senadoras, a honra de cumprimentar e convidar para já iniciar a sua palestra o Exmo. Sr. Ministro da Defesa Gen. Fernando Azevedo e Silva.

V. Exa. dispõe de 30 minutos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO AZEVEDO E SILVA (Para exposição de Ministro.) – Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, nosso Senador Nelsinho Trad, obrigado pelo convite honroso; Vice-Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Senador Marcos do Val, na pessoa de quem eu cumprimento todos os Senadores membros desta Comissão – muitos eu conheço, a maioria –; Srs. Parlamentares; eu me faço acompanhar também pelo Comandante da nossa Marinha, o Alte. Ilques, aqui presente; pelo Comandante da Aeronáutica, Brigadeiro do Ar Bermudez; pelo Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas interino, o Brigadeiro do Ar Baptista Junior; pelo Secretário-Geral do Ministério da Defesa, nosso Alte. Garnier; pelo Comandante Logístico do Exército, representando o Comandante Leal Pujol, o Gen. Barcelos, está aqui; os companheiros do Ministério da Defesa, da Marinha do Exército e da Força Aérea, senhoras e senhores...

Sr. Presidente, Srs. Senadores, é uma satisfação eu retornar aqui a esta Casa. Eu tive a satisfação e a honra de ser assessor parlamentar aqui, fui chefe da Assessoria Parlamentar do Exército. Aliás, o Exército me deu grandes oportunidades além dos 46 anos de serviço, ele me deu experiência junto ao Executivo, ao Legislativo e ao Judiciário. Então, eu me sinto hoje aqui, como eu me senti na Câmara dos Deputados ontem, muito à vontade. Eu faço questão de sempre aceitar de imediato os convites e convocações, porque são a oportunidade que eu tenho de mostrar ao Congresso Nacional o nosso trabalho, o nosso esforço, porque aqui, no Congresso Nacional, tanto na Câmara de Deputados como no Senado Federal, é que são debatidas, que são resolvidas, que são encaminhadas as principais questões inerentes às Forças Armadas.

Então, esta é uma oportunidade que eu tenho para passar a esta Comissão, Presidente, Vice-Presidente e Srs. Senadores, mas é importante que antes do debate eu passe algumas mensagens em relação às Forças Armadas, mais precisamente a nossa Marinha, o nosso Exército e a nossa Força Aérea. Eu me julgo, eu me considero um representante político das Forças Armadas, um representante do Governo. Quem toma a frente das Forças é o Ministro da Defesa, nosso Senador sabe bem disso.

Passamos a uma pequena exposição. O Senador me deu meia hora – não é, Presidente? – para discorrer, vou procurar seguir esse tempo, mas é muito importante que eu coloque algumas coisas em relação a nossos assuntos de defesa.

O cenário atual e as Forças Armadas, esse é o tema a que me proponho nessa meia hora. Seguirei esse sumário lógico. Passando, numa introdução, a nossa história, eu vou resumir num eslaide só, um eslaide somente, para dizer que as Forças Armadas estiveram e estão sempre presentes na formação da nacionalidade brasileira. Em todos os grandes marcos da história do Brasil, na maioria deles, as Forças Armadas estiveram presentes.

Iniciando em 1567, com a expulsão dos franceses, Mem de Sá, em que nós utilizamos embarcações locais, ajuda dos índios, ali é a origem da nossa Marinha. Em Guararapes, na Batalha dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Guararapes, em 1648, em que formamos um exército com a síntese da nacionalidade brasileira, onde brancos, negros e índios se juntaram, formaram um incipiente exército, e expulsamos os invasores estrangeiros. E, durante a Segunda Guerra Mundial, criamos a nossa Força Aérea Brasileira. Em vários episódios da vida nacional, como a Independência, a República, um período muito difícil da Regência, em que nós mantivemos a nossa coesão, contamos com as nossas Forças Armadas. Um eslaide só para resumir toda essa história.

Por que as Forças Armadas hoje? Qual é o motivo das Forças Armadas de hoje? É esse o motivo, é o tamanho do Brasil, é o tamanho do Território, a nossa fronteira, o mar territorial, o nosso espaço aéreo.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. FERNANDO AZEVEDO E SILVA – É rápido, simples e objetivo: por que as Forças Armadas? Por causa disso, por causa do tamanho que o Brasil tem e pela sua faixa de fronteira, pelo seu Território, pelo seu mar e pelo seu espaço aéreo, pela dimensão, pelas riquezas, pelas reservas, pelo número de habitantes, é um país continental.

Então, as Forças Armadas têm que ter as duas principais estratégias nossas: a da presença e da dissuasão. Resumindo o papel nosso, as nossas estratégias são essas aqui. As Forças Armadas têm que manter a paz. A partir de um conflito, a partir de uma guerra nós perdemos a principal essência nossa, que é manter a paz.

Então, aqui já está o Barão do Rio Branco e uma frase dele: "Nenhum Estado pode ser pacífico sem ser forte". Isso aí é uma responsabilidade de todos nós, seja do Executivo, seja do Judiciário e, particularmente daqui, do Legislativo.

E as Forças Armadas brasileiras. Nosso artigo, nossa bíblia, nossa missão institucional está no art. 142 em relação à defesa, "[...] com base na hierarquia e na disciplina [...], destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem". Essa aí é a nossa missão.

Algumas realizações, alguns compromissos nossos, como, por exemplo, segurança das fronteiras, que tanto é falada. As Forças Armadas fazem a sua parte. Nós temos durante o ano várias operações Ágata na faixa de fronteira de 150km de largura. Aqui são os números por ano. Empregamos o efetivo de 25 mil militares; envolve a presença na fronteira de 6 milhões de brasileiros; há uma cobertura de 27% dessa faixa de fronteira nossa... Então, são números absolutos importantes, em que o Exército se faz presente nessa faixa de fronteira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A segurança do nosso litoral, a zona econômica exclusiva. Aqui, nas 200 milhas nossas, a Marinha com seu esforço e com seus meios, que são escassos, são pequenos, ajudada pela Força Aérea, numa plataforma muito rica nossa.

E o espaço aéreo, espaço aéreo 24 horas por dia, de segunda a segunda, o controle completo de todo o espaço aéreo brasileiro, seja pela região da Amazônia, de Recife, de Brasília e de Curitiba, integrando tudo aí no complexo de proteção do nosso espaço aéreo. São 22 milhões de quilômetros quadrados vigiados todos os dias.

Somos empregados também, não somos voluntários para essas missões, nós cumprimos missão, somos convocados e tentamos ajudar o máximo possível nas operações de garantia da lei e da ordem.

Fomos empregados, há vários exemplos, no Alemão, na Maré, no Espírito Santo, em Natal, no Rio de Janeiro e vários outros.

Também emprego em grandes eventos – eu, inclusive, participei de vários tantos de operação da garantia da lei da ordem como em grandes eventos –, fui também responsável pela Rio 2016, como Coordenador-Geral de Defesa de Área. Então, desde o Pan-Americano de 2007, as Forças Armadas participam muito em relação à segurança, em relação à defesa e em relação à participação esportiva também.

Operações conjuntas e interagências. Aqui a greve dos caminhoneiros, à esquerda e acima a Operação São Cristóvão; em Roraima, na Operação Tucuxi; operações Eleições – isso aí tem feito uma integração com outras agências, com os outros órgãos governamentais muito grande –; intervenção no Rio e vários outros exemplos.

Ação humanitária. Nós estamos presentes há um ano e dois meses na fronteira com a Venezuela, com a Operação Acolhida, uma operação de muito sucesso. Eu estive recentemente, há 15 dias, numa conferência da Organização das Nações Unidas, e o Brasil é muito elogiado por isso. São participações não só dos militares, mas de organizações não governamentais, a ONU está participando. Estes são os números nossos: passam cerca de 500 venezuelanos/dia em direção às nossas fronteiras, cerca de 10% deles são acolhidos por nós. Então, é uma operação de muito sucesso e merece as visitas dos Parlamentares nossos. Estivemos prontos para sermos empregados em Brumadinho. Felizmente, não foi necessário empregar todos os nossos meios. Auxiliamos com helicópteros e com engenharia. Ali foi uma operação em que a gente tem que aplaudir muito os bombeiros militares e a polícia militar numa catástrofe sem precedentes igual a essa. Mas estávamos prontos em 24 horas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Entramos numa das piores secas do Nordeste, numa emergência, 18 anos atrás, e estamos até hoje na chamada Operação Carro-Pipa, empregando 1,1 mil militares por dia, distribuindo água para o Sertão árido nosso do Nordeste.

Temos, ainda, o apoio à política externa nossa, que faz parte desta Comissão. O Brasil foi muito elogiado na conferência das Nações Unidas sobre força de paz. Em 70 anos, a ONU empregou 71 missões de paz, nós estivemos presentes em 41 delas. Atualmente, das 14 missões, nós estamos presentes em 9, sendo uma com a Europa, Unifil, no Líbano. Em missões individuais de observadores e outras, atualmente nós temos 285 militares empregados em operações de paz. E a ONU reconhece muito isso aí. Os discursos em plenário na ONU foram pela ordem de importância e de participação, e eu tive o privilégio de ser o quinto orador, pela importância que a ONU dá ao Brasil.

Apoio à política externa. Patrulhamento no Atlântico, próximo ao Golfo de Guiné-Bissau, Brasil-São Tomé e Príncipe, segurança de embaixada, cooperação Brasil-Namíbia, enfim, esse entorno estratégico nosso.

Apoio ao desenvolvimento nacional. Do Centro Espacial de Alcântara nós reiniciamos o processo com o Acordo de Salvaguardas Tecnológicas que assinamos, isso é uma janela brasileira para o espaço. Nós temos ao Centro de Alcântara com a melhor localização do mundo, uma infraestrutura aeroportuária muito boa e meios operacionais modernizados e prontos. O acordo com os Estados Unidos simplesmente é o primeiro passo; o segundo será a aprovação aqui, um acordo que protege marcas e patentes, somente isso, porque componentes norte-americanos estão presentes em 80% dos satélites do mundo inteiro. Assim como nós fizemos, outros países fizeram também, o que eu vou mostrar a seguir.

Então, é uma proteção de tecnologias e patentes imprescindível para a entrada no mercado global para viabilizar o seu uso comercial. Permitirá a utilização de equipamentos espaciais com componentes norte-americanos, só isso. Não ter o Acordo de Salvaguardas Tecnológicas limitará severamente o Centro Espacial de Alcântara.

Nós já tivemos um particular com a Ucrânia e entramos com o dos Estados Unidos, assim como vários outros países que fizeram o mesmo acordo. Como exemplo: a própria Ucrânia, a Nova Zelândia, a Índia, a China e a Rússia fizeram o mesmo acordo.

Estão aí os reflexos. Com a aprovação, o Brasil poderá arrecadar – aí uma previsão para 2040, num mercado muito promissor – até US$10 bilhões a partir de 2040; alavanca o Programa Espacial Brasileiro muito; beneficia toda a região adjacente ao Centro Espacial de Alcântara; e incrementa muito o turismo local. Então, para o Brasil e para o Estado do Maranhão, principalmente, isso socialmente e economicamente é muito bom.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Temos outros apoios ao desenvolvimento nacional: o Calha Norte é um projeto nosso de sucesso, que pega toda a faixa da Amazônia, e estendemos isso para o Mato Grosso do Sul e para o Mato Grosso. Só como exemplo, em 2018, ano passado, nós assinamos 473 convênios, que vão de escolas e hospitais a transportes. Enfim, é um projeto que vem de muito tempo em relação à defesa e ao Brasil.

Apoio ao desenvolvimento nacional. Na parte de engenharia, nós estamos muito empenhados. Vamos pegar o pior trecho da BR-163. Já estamos operando o escoamento da safra. A BR-116... Eu tenho certeza de que os Srs. Senadores, os Srs. Parlamentares conhecem muito bem os trabalhos de engenharia nossos, particularmente os do Exército.

Os projetos sociais da Defesa são muito importantes e muito desconhecidos, às vezes. Nós temos o Programa Força no Esporte, 16 anos, em que o jovem, a criança, o adolescente passa meio período na escola, recebe refeição nas unidades militares, e passa outro meio período fazendo prática esportiva, tendo noções de internet, de civismo. Nós estamos, no projeto, atualmente, assistindo 28,8 mil crianças em 117 Municípios.

Temos o Projeto João do Pulo, que é a mesma coisa do Profesp, mas com pessoas com deficiências, em caráter experimental no Rio de Janeiro e aqui em Brasília.

O Projeto Rondon vem desde 1968, há 58 anos. Já passaram por esse projeto 22 mil rondonistas, o que significa jovens universitários que passaram já por cerca de 1,2 mil Municípios. Neste ano, em janeiro, o Projeto Rondon esteve no Estado do Piauí.

No Soldado Cidadão, o recruta nosso aprende uma profissão técnica. Então, com aquele Sistema S, em 15 anos de projeto, já passaram 240 mil jovens.

Desculpe, Presidente, eu estou andando um pouquinho rapidamente, mas é só para dar a noção do que nós estamos fazendo atualmente e sempre fizemos.

O Programa Atletas de Alto Rendimento nosso é um sucesso porque os Jogos Mundiais Militares acontecem um ano antes dos Jogos Olímpicos, e nós preparamos grande parte dos atletas olímpicos para os Jogos Olímpicos. Neste ano, os 7º Jogos Mundiais Militares serão realizados em outubro na China, e nós estamos com uma delegação muito boa.

Em 2016, para se ter uma ideia, nós tínhamos na delegação brasileira 145 atletas militares, o que significava 30% da delegação brasileira. Das 19 medalhas conquistadas pela delegação brasileira, 13 foram conquistadas por militares do programa de alto rendimento nosso. Estamos rumo a Tóquio em 2020. Alguns empregos recentes de janeiro até agora: a prevenção de acidente com embarcação; apoio à Defesa Civil; chuvas no Rio Grande do Sul; apoiamos Moçambique com duas aeronaves

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hércules levando bombeiros, medicamentos, busca e salvamento; o reconhecimento de fronteira, e isso é 24 horas por dia com os nossos pelotões de fronteira; evacuações aeromédicas... São exemplos.

Estamos finalizando... Se Deus quiser, em janeiro, estará pronta a nossa base na Antártica; no transporte de presos, ajudamos o Ministério da Justiça e de Segurança Pública; garantia da lei e da ordem nos presídios – tudo de janeiro até agora –; atendimento médico na Amazônia; transplante de órgãos (fizemos oito neste ano), ajudando a levar os órgãos; operações na fronteira... São alguns exemplos de em que as Forças Armadas são empregadas. Chegando ao Ministério da Defesa atual, foi bem rápido...

Então, essa é a nossa missão. Eu não vou ler aqui, mas mostro para os senhores o que está presente na nossa Política Nacional de Defesa, na Estratégia Nacional de Defesa, no Livro Branco Nacional de Defesa, que é a nossa bíblia. Essa é a nossa missão, e aqui estão eles.

O que eu queria marcar para as Sras. Senadoras e para os Srs. Senadores é que a Política Nacional de Defesa, a Estratégia e o Livro Branco – e aqui embaixo há a definição resumida de para que servem – são o nosso norte, eles são a nossa bússola, e eles são entregues e aprovados no Congresso, por esta Casa. Então, é um decreto legislativo – esses documentos entram vigor por quatro anos – assinado pelos senhores e pelas senhoras aqui. A gente tenta cumprir isso, tendo os meios e o orçamento adequados em relação a esses principais documentos nossos. Nada é invenção nossa. Esses documentos vieram muito bem, passam pelo Legislativo, e são os nossos guias em relação à Marinha, ao Exército, à Força Aérea e à Defesa. Está aqui.

A capacidade nossa. Qual é a capacidade de defesa brasileira atualmente? Eu tenho, como principais diretrizes minhas e foco, dois aspectos: a reestruturação das Forças e a reestruturação da carreira militar, de que se precisa, são necessários. Esses dois, é lógico, são muito abrangentes, mas eu tenho que ter um foco especial, como Ministro da Defesa, como representante político das Forças, nestes dois aspectos: na reestruturação das Forças e na reestruturação da carreira militar.

Na reestruturação das Forças. Nós estamos reduzindo o efetivo em torno de 10% das Forças; estamos enxugando custos; estamos reduzindo a atividade meio para dar prioridade à atividade fim; estamos substituindo militares de carreira para militares temporários, aqueles que têm um custo bem mais baixo, não têm uma cauda da proteção social chamada de previdência, ficam no máximo oito anos e prestam um serviço relevante às Forças Armadas.

Atualmente, com essa substituição nossa como, por exemplo, na Academia Militar, em que entravam por ano 500 cadetes, atualmente entram 400. Nós estamos... Hoje em dia – à direita, abaixo –, as Forças Armadas possuem 55% de militares temporários. É um número expressivo, é um esforço grande que nós fazemos, sem deixar cair a qualidade, mas nós precisamos focar também na carreira militar nos outros 44% que sobram.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estamos diminuindo o custeio nosso. O custeio é aquilo que move as Forças, é a parte de luz, telefone, munição, combustível... Em dez anos, por exemplo, de 2011 até a Lei Orçamentária de 2019, passamos de R$8 bilhões para R$4 bilhões. É a metade, é um esforço grande das Forças Armadas.

Nós temos os projetos estratégicos. Há outros, mas esses são os principais previstos na Estratégia Nacional de Defesa. Nós temos o Guarani, a parte mecanizada e blindada do Exército; o submarino convencional – lançamos o primeiro agora em dezembro –, no total de quatro submarinos, o que é muito pouco em relação ao tamanho do mar territorial nosso. O projeto de submarino de propulsão nuclear. Não há hipótese de armamento nuclear. É propulsão. Ele permite um poder dissuasório muito forte e pode ficar indefinidamente submerso. É essa a dissuasão dele. O primeiro KC-390 nós vamos ter neste ano, porque nós já vínhamos sentindo falta para substituir as aeronaves Hércules, que estão há mais de 40 anos prestando excelente serviço à Força Aérea e ao Brasil; o primeiro deles é para este ano; já deveria estar há mais tempo pela necessidade. As Corvetas Tamandaré... A corveta é a menor embarcação de guerra que a Marinha tem. Nós acabamos agora uma licitação, uma concorrência pública para o lançamento de quatro corvetas só – quatro – para o mar territorial nosso. É muito pouco! É muito pouco!

No Sistema de Monitoramento de Fronteira (Sisfron), estamos com dificuldades também, mas estamos indo. A dificuldade dos projetos nossos é o oxigênio deles, é o orçamento. Depois eu vou entrar em orçamento. O orçamento é que move os projetos nossos, e eles não são muitos. Os principais são esses.

Temos a aeronave de caça da Força Aérea, o Gripen. O primeiro só chegará ao Brasil, só será montado no Brasil, só será fabricado no Brasil, só iremos receber em 2021; ele vai substituir principalmente os F5, para o qual não se fabrica nem um parafuso mais, nem armamento, nada. Então, já há uma demora, um atraso grande. O sistema de artilharia nosso, o Astros 2020, que é um poder dissuasório muito forte...

Na parte orçamentária, nós temos, em verde aqui, a parte do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), que tomou o nome de Avançar, mas, para a gente, são os projetos estratégicos. Por exemplo, na LOA que foi votada do Ploa do ano passado para este ano são R$4,5 bilhões para as três Forças. É muito pouco! Não é suficiente. E não é também pelo volume, é pela falta de previsibilidade do orçamentário. O custeio nosso, 5,8. E aqui a parte da Emgepron. Então, a gente nota que há uma curva, às vezes, um pouco ascendente, um pouco descendente, mas realmente, sinceramente, não é suficiente para os projetos nossos.

E o que a gente faz com isso aqui? Ou a gente muda o escopo do projeto, muda a base dele, ou alonga o prazo. Eu vou dar o exemplo do Guarani. Nós fizemos vir a Iveco, uma firma italiana que montou uma fábrica no Brasil, emprega brasileiros, mão de obra nossa, gera empregos, gera divisas. Assinamos um contrato com eles de 120 Guaranis/ano. Não foi possível, tivemos de repactuar o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

contrato, passamos para 60 Guaranis/ano e alongamos o escopo dele. Então, o último Guarani, pela previsão atual, será entregue, por exemplo, em 2041, quando os primeiros, que foram entregues em 2015 e 2016, já estarão na sucata, na sucata. Não há fórmula mágica: ou a gente alonga o prazo do projeto ou muda o escopo dele.

Uma revista especializada em defesa, no ano de 2017, publicou a relação dos gastos de defesa/porcentagem do Produto Interno Bruto, e nós fomos o sétimo país da América do Sul em gastos com defesa. E coincidem esses 1,4%, 1,5% e 1,3% com a média histórica dos últimos anos.

Passo agora à reestruturação da carreira. É lógico que quem procura a carreira militar a procura por dois principais motivos: ter uma carreira de Estado, uma carreira segura; e por vocação. Mas nós temos que tentar reter os talentos nossos, incentivá-los e proteger a família militar, porque os militares têm a sua idiossincrasia e há as peculiaridades da profissão militar. Então, o Ministro da Defesa tem que estar preocupado com estes dois aspectos: a reestruturação das Forças e da carreira militar.

Por que reestruturar a carreira militar? Para modernizar a gestão, lógico; melhorar o aproveitamento...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FERNANDO AZEVEDO E SILVA – ... das capacidades nossas; aumento da longevidade; aperfeiçoar a legislação; atrair e reter os talentos nossos. E os militares? Nós fazemos um juramento que é precípuo da carreira militar, que diz o seguinte. Todo militar presta perante a bandeira nacional o mesmo juramento e termina com: "[...], cuja honra, integridade e instituições defenderei com o sacrifício da própria vida." Está aqui. Então, nós não temos um compromisso de trabalho empregador/empregado. Não temos. Nós não temos um regime de trabalho, nós temos um compromisso com a Nação brasileira, nós militares integrantes da Marinha, Exército e Força Aérea.

A Fundação Getúlio Vargas levantou, nos dois trabalhos que fez, bem isso. As peculiaridades da carreira militar são estas aqui. Nós temos disciplina rígida, não recebemos hora extra, temos condições de trabalho, não temos adicional noturno. Nem os militares querem isso, porque, senão, vão perder a essência da profissão militar. Não queremos isso. Não queremos nada disso. Mas, por causa disso, nós temos uma disponibilidade permanente e uma dedicação exclusiva. Então, o objetivo da reestruturação da carreira militar é atrair, reter talentos, aperfeiçoar gestão – eu já falei. Para isso, nós somos regidos por leis ordinárias. E temos a proposta que entrou no Congresso agora, junto com a proteção social, de mudança de quatro leis e uma medida provisória, que são essas aqui.

Nós não temos um sistema previdenciário previsto na Constituição. Ao longo dos anos, fatos recentes: a Constituição de 1988; a criação bem-vinda do Ministério da Defesa em 1999; e a Medida Provisória 2.215, que realmente nos afetou e nos afeta muito até hoje, tirou os direitos adquiridos principais que os militares tinham.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós tínhamos, até 31 de dezembro de 2000, todos esses direitos adquiridos aqui, principalmente o adicional de tempo de serviço, o auxílio-moradia. No dia 1º de janeiro de 2001, com a medida provisória, nós perdemos tudo isso, tudo isso, e nos afeta até hoje. Um coronel que passou para a reserva em 2001 ficou com essas vantagens, e um coronel que passa hoje para a reserva perde cerca de 30%, em comparação com o coronel daquela época.

Não é comparando governos, não é o meu caso, as Forças Armadas são instituições de Estado, mas nós tivemos perdas da inflação – o que está em vermelho; a recomposição salarial no período; e a gente está com um déficit muito grande também em relação a isso. E a Medida Provisória 2.215 ainda corrói até hoje. Então, o Ministro da Defesa, junto com os Congressistas, tem que se preocupar com a carreira militar. Eu peço isso aos senhores.

Como exemplo aqui, os militares. Na coluna da esquerda, está a remuneração bruta atual do soldado ao general de Exército. Só que, para se chegar a General de Exército, demora mais de 42 anos de serviço; e, de uma turma de 400, só 4 chegam ali em cima.

Mas vamos ver a pirâmide debaixo, os soldados, os alunos, que estão em vermelho ali. Esses representam 45% do efetivo e recebem menos de dois salários mínimos. Botando os cabos junto: 58% do efetivo dos militares recebem até quatro salários mínimos. Um general lá em cima representa 0,1% e recebe os postos mais altos.

Então, aqui é uma comparação entre carreiras do Executivo e os nossos oficiais que têm nível superior. Um aspirante a oficial, que está em vermelho na linha debaixo, começa recebendo bruto aquilo ali. Subindo a linha vermelha, nenhum chega perto, nenhuma carreira chega bem perto disso. Comparando o final da carreira, na linha azul debaixo, última linha: um coronel, depois de 30, 35 anos de serviço, recebe aquilo ali. Subindo a linha azul: nenhuma outra carreira do Estado no seu maior posto recebe parecido. Então, há uma defasagem muito grande em relação aos militares.

Nós, desde 2016, criamos grupos de trabalho para ver a carreira, a remuneração, a parte de comunicação social e entramos com essa proposta que é autossustentável – eu vou mostrar aqui – em relação ao que nós podemos oferecer e alguma coisa que nós podemos reestruturar na carreira militar.

A Fundação Getúlio Vargas levantou no mundo inteiro quais são os países que têm uma diferenciação, um tratamento diferente em relação aos militares. São esses que estão em azul: o mundo inteiro, exceto os que estão em vermelho, como Luxemburgo, Romênia, Bulgária, Síria, Líbano. É um trabalho que a Fundação Getúlio Vargas fez.

Então, qual é a principal proposta, Presidente, indo para o encerramento? A nossa é aumentar o tempo de serviço de 30 para 35 anos; aumentar o limite de idades em cada posto ou graduação; aumentar as nossas contribuições, a nossa alíquota da pensão, que passou de 11% para 14% e é universal agora, todos descontam, inclusive a pensionista; reduzimos a possibilidade de dependentes;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aumento de receitas com a redução de efetivo; substituição de militares de carreira por temporários; e a universalização das contribuições; ao mesmo tempo, a nossa proposta cria um adicional de habilitação, os cursos que os militares fazem – isso já existe, só aumenta a porcentagem um pouco –; um adicional de disponibilidade militar – é aquela disponibilidade permanente –; e o aumento da ajuda de custo. Essa é a nossa proposta em resumo.

Isso cria uma despesa que é essa em vermelho. Foi costurado com Ministério da Economia, o tempo todo, para não gerar déficit. E, com a arrecadação dos novos descontos e o enxugamento que nós fizemos, a receita será essa. Então, por isso que passou bem no Ministério da Economia. Nos primeiros anos, houve um superávit de 2 bilhões; nos dez anos, um superávit de mais de 10 bilhões; e vai aumentando esse superávit, que, em 20 anos, chegará a 23 bilhões. Com isso aí, a reforma da proteção social dos membros das Forças Armadas é autossustentável, a proposta que está aqui.

Fechando, Sr. Presidente, os principais projetos da Defesa são os projetos estratégicos. Temos que ter em mente a nossa dissuasão e presença. Temos que buscar a reestruturação da carreira militar, já deveríamos ter buscado isso há tempo. A oportunidade é agora, para atrair e reter os talentos nossos.

As Forças Armadas constituem verdadeiro patrimônio da Nação brasileira. Os índices de credibilidade estão aí – esse aí é o de 2017 –, como a instituição de maior confiabilidade da Nação brasileira. Recente pesquisa, de 15 dias, da XP também manteve as Forças Armadas em primeiro lugar.

A Defesa e as Forças são o principal seguro do País podendo não ser utilizada por vários anos, mas não podemos ficar um minuto sem estarmos preparados. Então, o Congresso Nacional – é uma satisfação estar aqui – é a essência da democracia nossa.

Presidente, muito obrigado pela oportunidade de poder falar alguma coisa em nome da nossa Marinha, Exército e Força Aérea.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradecemos a fala do Exmo. Ministro da Defesa, Gen. Fernando.

Passo agora, conforme a rotina desta reunião, aos Srs. Senadores para, num tempo de cinco minutos, respeitando a ordem de inscrição, fazerem as perguntas e as intervenções necessárias a esta audiência pública.

Quanto à dinâmica do trabalho aqui, Gen. Fernando: a gente convoca de três em três. V. Exa. vai anotando as perguntas e, após a fala do terceiro Senador, V. Exa. responde.

Com a palavra, na ordem: primeiro o Senador Telmário; depois, Senador Marcos do Val; e, depois, Senador Arolde de Oliveira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Telmário Mota.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR. Para interpelar Ministro.) – Obrigado, Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, autoridades presentes.

General e Ministro Fernando Azevedo e Silva: que nome brasileiro, que nome brasileiro!

Cristo escolheu 12 apóstolos para segui-lo e implantar o Cristianismo no mundo, e errou. Olha, Cristo errou! Achou um para o trair. Eu vejo muitas críticas ao Presidente Bolsonaro pelas escolhas dos seus Ministros. É verdade, não tem acertado em todas, mas, se eu fosse Presidente da República, também o meu Ministro da Defesa seria das Forças Armadas brasileiras.

E V. Exa. tem, sem nenhuma dúvida, um currículo espetacular, não só pela formação que teve no próprio Exército, mas enriquecido pela oportunidade, como V. Exa. bem disse, que o Exército lhe deu de conhecer o Executivo e conhecer o Legislativo. E isso já tem efeito, porque recentemente eu tive a oportunidade de acionar o Ministério de V. Exa. e recebi a resposta na hora oportuna, e quero parabenizá-lo por isso. Portanto, sem nenhuma dúvida, V. Exa. é o homem certo, na hora certa, no lugar certo, e quero parabenizá-lo pela escolha.

Mas, Ministro, sem nenhuma dúvida, a exposição de V. Exa. até poderia ter me contemplado nas minhas perguntas, mas eu quero externá-las. Bem disse... Eu anotei a frase. Acho, se não me engano, que foi a seguinte: "Nenhum Estado pode ser pacífico sem ser forte" – Barão do Rio Branco. Olha só essa frase! No final, V. Exa. terminou afirmando que as Forças Armadas são um patrimônio do Brasil com o maior índice de aprovação, pela sua disciplina, pela sua lealdade, pelo seu compromisso com a Constituição brasileira e, sobretudo, com o próprio Brasil. E quero parabenizar todos os membros, porque não é tão pequeno assim.

A importância do Congresso, sem nenhuma dúvida, nem se discute. Agora, muitos de seus membros desgastaram a imagem do Congresso. É a mesma coisa no Judiciário, que também tinha um bom patamar de aceitação, e que hoje está extremamente desgastado. Com medo disso, com medo disso... E o Exército tem uma característica de cumprir, pela disciplina, toda missão que é determinada. Possível ou impossível, devido à disciplina e à hierarquia, parte para cumprir.

As missões do Exército brasileiro, como V. Exa. colocou aqui, estão em todos os segmentos: na segurança, nas missões humanitárias, de esporte – foi muito bem exposto. Mas, por exemplo, a designação do Exército para o Rio de Janeiro, graças a Deus, teve resultado positivo, mas foi um grande desafio, de afogadilho, de última hora, sem infraestrutura, colocando a credibilidade do Exército em risco. Eu assim entendi, por isso é que fui contra.

Mas quero ir agora às perguntas, levando em conta todo esse cuidado que nós temos que ter com o patrimônio do povo brasileiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O contingente das Forças Armadas hoje é suficiente para suas missões institucionais? É a primeira pergunta.

E V. Exa., lá embaixo, falou que nós estamos trabalhando no limite mínimo das condições. Olha só: todo limite é perigoso, máximo ou mínimo, ainda mais o mínimo. Quando você está no máximo, menos mal, mas o mínimo não é fácil.

(*Soa a campainha.*)

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – Sr. Presidente, me dê mais um minutinho só, para a gente concretizar.

Então, a segunda pergunta: as Forças Armadas têm equipamentos modernos suficientes para estar à altura das grandes nações? Os recursos orçamentários são suficientes para o custeio e investimento nas Forças Armadas?

V. Exa. falou no militar temporário e disse que ele não quebra a qualidade. Eu espero isso, eu espero isso.

Então, eu quero fazer as perguntas, essas três perguntas que fundamento, mas eu quero fazer a quarta, que é sobre um assunto que me diz muito respeito, porque nós criamos aqui uma subcomissão nesta Comissão para tratar da questão da Venezuela. E recebemos ontem um convite para irmos até aquele país para tratar especificamente daquela questão da abertura da fronteira e da questão energética para o meu Estado. Aliás. V. Exa., quando colocou os números ali, chegou a se assustar: alimentação de 16 mil pessoas por dia não é fácil, não é fácil!

Eu luto pela transição democrática e pela restauração da ordem constitucional na Venezuela, mas que seja pelo seu povo e pelas suas instituições. Então, estou de acordo com o hábito e o costume brasileiro de não interferir nas políticas internas de outra nação. Eu pergunto: as Forças Armadas, independentemente da relação política que hoje a gente vê... Recebem um Presidente que se autointitula, outro Presidente que está lá, etc. Isso não nos diz respeito, para mim não diz respeito, porque quem tem que resolver lá é o povo de lá e as instituições. As Forças Armadas estão tranquilas e seguras com relação àquela fronteira e têm tido diálogo suficiente para evitar uma zona de atrito naquela região?

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Com a palavra o Senador Marcos do Val.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - ES. Para interpelar Ministro.) – Bom-dia a todos.

Agradeço a presença do Ministro, das autoridades, dos comandantes aqui presentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, eu sou R2, de 1990, e, ao longo desses anos, sempre acompanhei de dentro as dificuldades de toda a estrutura das Forças Armadas. Recentemente, após empossado aqui como Senador e fazendo parte da CRE, tenho caminhado com as autoridades, com os comandantes, coronéis das Forças Armadas brasileiras e tenho percebido que nada ainda evoluiu nessa questão de prioridade no olho da sociedade dando prioridade para as Forças Armadas brasileiras. Parece que ainda tudo permaneceu no mesmo período, mesmo havendo uma aceitação da sociedade de mais de 80%: na hora de haver ali o investimento e toda a estrutura para as Forças Armadas, então, executarem as suas missões, não são dados esses investimentos.

Soube, até pela dificuldade que está havendo na construção da aeronave KC-390, que até agora tem uma parceria com a Boeing – corrija-me se eu estiver errado... Porque ainda o investimento não chegou suficientemente para a construção de uma para começar a ser utilizada pelas Forças Armadas, pela Força Aérea, para, então, começar a ser vendida no mundo inteiro. Então, nós temos uma tecnologia que o mundo está querendo adquirir, mas o Brasil ainda não transferiu recurso para a construção dessa aeronave, para que ela possa ser vendida para o mundo inteiro; quer dizer, é uma aeronave militar cuja compra está sendo cogitada até por países do Primeiro Mundo, como os Estados Unidos – até onde eu soube.

Então, dentro dessa dificuldade, há uma força armada que sempre foi voltada para a paz, nunca foi voltada para estar em conflito, mas sempre em missões de paz, sendo respeitada pelo mundo inteiro pelo seu contingente. E todo mundo sabe que, numa força armada, se você não tiver uma estrutura condizente com o país, este país passa a ser fragilizado. Se você tem aí todo o seu material bélico sucateado ou material bélico já defasado – como o senhor falou, sem peças, com materiais que nem são fabricados mais –, a gente passa ser um país fragilizado e, às vezes, as pessoas não têm essa noção.

Mas a minha pergunta, Ministro, é em cima disso: o que o senhor e a sua equipe têm pensado nas Forças Armadas para sair dessa estagnação que nós temos ao longo desses quase 30 anos em questões de investimento e de reestruturação para que, então, possa a sociedade não só ter essa credibilidade pelo trabalho executado, mas que ela possa, então, através disso, ajudar em investimentos ou pressionar para que o Governo realmente invista em condições de trabalho e melhoria para vocês? Então, a minha pergunta é essa.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Senador Arolde.

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PSD - RJ. Para interpelar Ministro.) – Obrigado, Presidente Nelson Trad.

Eu queria cumprimentar o nosso Ministro da Defesa, Fernando Azevedo, e agradecer a sua presença aqui para prestar esses esclarecimentos sobre a situação em que se encontram as Forças

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Armadas, seus projetos, os principais anseios das Forças Armadas, que vêm sofrendo, desde muitos anos, consequências, injustas consequências, que lhes são atribuídas desde os governos militares. Infelizmente, a história foi contada de modo invertido e a carga ficou sobre as Forças Armadas.

Na realidade, eu vivi antes como oficial do Exército; eu vivi durante, intensamente; eu vivi depois dos regimes militares; e estou vivendo muito depois. Então, eu conheço toda a história, e sei que não é a história que foi contada, infelizmente. A história que foi falsamente construída transformou-se numa carga de vinditas contra os militares durante esse tempo que vieram repercutir evidentemente nos orçamentos e, repercutindo nos orçamentos, na situação em que se encontram hoje as Forças Armadas.

Aliás, nós vivemos hoje, por acaso, um dia muito importante, um dia em que houve prestação de contas dos primeiros cem dias de governo. Tive o privilégio de participar disso lá no Palácio do Planalto e perceber novamente, sentir novamente aquilo que é uma realidade: nós vivemos sob dois governos.

O Governo real está realizando as suas propostas, está andando, está trabalhando com uma equipe de governo meritocrática, escolhida funcionalmente por mérito e está andando dentro das limitações orçamentárias e da crise em que encontrou o País. Aliás, não é nem uma crise, mas a devastação ética, moral e econômica em que foi deixado o nosso País. Então, todas essas coisas têm que ser colocadas neste momento de partida.

E temos um governo fictício, um governo virtual, que é uma percepção criada por uma mídia de porão, uma mídia que quer desconstruir o Brasil, uma mídia apátrida, uma mídia que não tem compromisso com a verdade e que tenta desconstruir 24 horas por dia o que é feito no nosso País.

Eu fico muito feliz com as colocações de V. Exa. e quero cumprimentar V. Exa. por integrar esse Governo, com o perfil que V. Exa. tem, com o currículo de vida e com a experiência que V. Exa. tem e que todos os oficiais generais das Forças Armadas têm, pois ao longo das suas vidas estão sempre se preparando.

A única pergunta que vou fazer: quero ampliar a pergunta do Senador Telmário Mota sobre a questão das fronteiras, para que V. Exa. pudesse... Existe a fronteira específica da crise da Venezuela, mas nós temos outros milhares de quilômetros de fronteiras que também são afetos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PSD - RJ) – ... às Forças Armadas, através de suas unidades de fronteira, e que são importantes para coibir contrabando, até mesmo imigração irregular. Eu queria que V. Exa. também tratasse um pouco disso, sobre como é feito esse controle, qual é a tecnologia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

usada para a comunicação, quais são os equipamentos e como é que está essa questão das nossas unidades na fronteira.

E, por último, cumprimento V. Exa. e, através de V. Exa., o Governo, pelo realinhamento do País com seus iguais. Quando nós nos realinhamos com iguais, nós podemos ter os benefícios dos iguais. O Brasil vinha se aliando com países muito sem significado, pagando as contas desses países. Agora não, agora conversou com os Estados Unidos, depois Chile, e virão outros, Israel etc. São países iguais, que podem somar. E, podendo somar, nós gostaríamos de dizer que esse acordo de salvaguardas foi muito importante.

Mas eu deixo também uma pergunta aqui quanto à questão de Alcântara. Conheço bem esse assunto, mas não vou me alongar. Só quero perguntar a V. Exa. o seguinte. Se esse se acordo de salvaguardas não fosse assinado agora com os Estados Unidos, com essa possibilidade de ser cedido para todas as nações, todos os países do mundo, para utilizarem, devido às condições técnicas específicas da localização de Alcântara, quais seriam as consequências para Alcântara?

Obrigado, Ministro.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradecemos as intervenções dos nobres Senadores.

Sr. Ministro, aproveitando – lá no meu Estado a gente fala "emendando a galopeira", por causa daquela música –, tenho duas perguntas no mesmo sentido das que foram feitas pelo Senador Arolde e pelo Senador Telmário, sendo uma da participação popular, através do e-Cidadania. As duas tratam da problemática do Brasil com as suas fronteiras, principalmente relativamente ao projeto Sisfron, trata-se de saber como anda esse projeto.

As perguntas são oriundas de Claudio Roberto, de São Paulo, e de Waldilier Ayres, do Rio de Janeiro.

Aproveito a oportunidade para estimular todo cidadão e toda cidadã que queiram fazer perguntas a fazê-lo através do *site* www.senado.leg.br/ecidadania. Será muito bem-vinda a participação popular.

Com a palavra o Gen. Fernando.

O SR. FERNANDO AZEVEDO E SILVA – Vou focar inicialmente no Senador Telmário Mota.

Agradeço as palavras, Senador. Fico feliz porque meu nome é de brasileiro e pelos elogios. Realmente o senhor tem razão: nas Forças Armadas, missão dada é missão dada. Esse é o nosso norte.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação às perguntas que V. Exa. fez, se o efetivo é suficiente: ele é suficiente. E a gente tem uma condição de convocação por mobilização muito boa. Por isso, a gente não se aposenta; a gente fica na condição de mobilizável passando para a reserva. Então, é um contingente razoável para que a gente possa atender às demandas que forem necessárias. Então, quanto ao efetivo, eu creio que sim.

Quanto ao equipamento, o nosso está dentro do possível. Pode melhorar muito, mas isso vai de encontro à parte orçamentária, que é a próxima pergunta de V. Exa. Nós tivemos altos e baixos. Por exemplo, a parte de viaturas do Exército está em bom nível, mas, na parte dos projetos estratégicos, a gente se ressente muito da parte orçamentária. A gente tem 1,4% do PIB com gasto de defesa, e isso aí inclui pagamento de pessoal, não só os projetos. Eu acho que algo em torno de 2% do PIB seria o suficiente; não seria o ótimo, mas suficiente.

Então, a gente dá prioridades, e as nossas prioridades dentro dos recursos existentes é aquilo que as pesquisas apontam. A gente dá prioridade para a formação dos nossos recursos humanos, porque formação de recursos humanos a gente não encontra em prateleira nenhuma. O equipamento, o material, a gente encontra com as indústrias de defesa, com a mobilização, na prateleira no exterior. Agora, à formação do nosso pessoal a gente dá a máxima prioridade possível. Por isso que, como Ministro da Defesa... Eu tenho certeza de que os outros Ministros se preocuparam da mesma forma com a carreira militar e com o amparo à família militar. É isso que dá como resultado essa nossa credibilidade. É isso aí.

Passo à questão da Venezuela, Senador. Nós estamos de acordo, e o nosso Presidente Bolsonaro também.

Nós somos pela não interferência, pela não intervenção. Nós acreditamos em uma solução interna da Venezuela, em uma solução pacífica. Isso tem que acontecer. A posição em relação ao Governo já foi dada oficialmente. O Governo brasileiro apoia o governo interino da Venezuela, mas é nesse sentido.

Temos mantido o diálogo naquilo que chamamos de diplomacia militar. Temos o adido da Venezuela aqui, normal. Temos oficial da Venezuela fazendo cursos no Brasil e temos o nosso adido lá, os nossos adidos da Marinha, Exército e da Força Aérea. Quando é necessário, nós acionamos o canal da diplomacia militar.

É isso aí. Eu não sei ser respondi a V. Exa.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – Sr. Presidente, como eu tenho direito à réplica e já vou viajar com seis ministros... Eu gostaria até de ficar para ouvir as perguntas de todos, porque eu sei que me enriqueceria muito mais, mas eu vou pedir licença. O Senador Chico vai ficar um pouquinho, porque ele vai fazer a pergunta dele agora. Eu me sinto contemplado, mas eu quero dizer para o General e para o Ministro Fernando que estou à

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

disposição nesta Casa para a gente rever a questão do orçamento das Forças Armadas não só para o custeio, mas para os investimentos e, sobretudo, para melhorar a qualidade cada vez mais dos nossos militares.

Estou à disposição.

O SR. FERNANDO AZEVEDO E SILVA – Muito obrigado, Senador.

Senador Marcos do Val, Vice-Presidente desta Comissão, conhecedor dos nossos assuntos, presente sempre, em relação ao KC-390, nós temos uma encomenda da Força Aérea Brasileira. Estou com o Comandante da Força Aérea, o Brigadeiro Bermudez. Nós temos uma encomenda de 28 KCs à Força Aérea. O primeiro será entregue neste ano pela Embraer Defesa – é outra pergunta sua.

Então, Senador, com está essa situação em relação ao KC-390 e ainda à Embraer? A Embraer se associou à Boeing recentemente, mas foi preservada e foi costurada desde 2016. Em 2016 foi feita a primeira oferta da Boeing em relação à Embraer. A Embraer foi privatizada em 1994, então é uma empresa privada, mas com uma origem e um início muito forte da parte militar e manteve no bojo dela a Embraer Defesa, que, para a gente, é muito importante. A proposta de 2016 não estava boa, mas, felizmente, na privatização há o chamado *golden share*, que são as regras de ouro, que o Governo brasileiro poderia usar para vetar o acordo. E iria vetar, porque ele afrontava um pouco as partes estratégicas nossas. De 2016 até 2018, passando para a decisão do Presidente Bolsonaro no início de 2019, foi feito um acordo em que não seria necessário usar o *golden share*. A Boeing ficou com a parte das aeronaves comerciais de maior vulto, com 80%, e a Embraer, com 20%. As aeronaves executivas, todas com a Embraer e preservou 100% brasileira, 100% Embraer aquilo do que nós tínhamos medo, que era a Embraer Defesa. Na Embraer Defesa criou-se uma nova *joint venture*, que é exatamente a do KC-390, com 51% nacionais e 49% da Boeing. Com isso, preservamos a parte principal brasileira e uma ajuda, no mundo inteiro, de a Boeing negociar, porque não resolvem só as 28 encomendas da nossa Força Aérea. Para sustentar, precisamos de encomendas do exterior. Então, com relação a essa pergunta do KC-390, é isso aí.

Com relação à estagnação, que o senhor colocou, ela é relativa. Com o que a gente tem, com muito esforço, a gente vai tocando os projetos nossos. Então, não está estagnado. Nós tivemos, ao longo dos anos, altos e baixos, tivemos momentos um pouco bons. O que falta um pouco para a gente é a previsibilidade do orçamento.

Eu vejo alguns países com orçamento de defesa sendo alocados de cinco em cinco anos; o nosso aqui nesta Casa é uma briga: há o projeto da Lei Orçamentária, depois a LOA, a cada ano. Começa em agosto, não é? Não estamos estagnados, mas com muito esforço.

Não sei se respondi a V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Arolde, prazer em revê-lo aqui. Em relação às perguntas do senhor sobre as fronteiras, eu aproveito, Presidente, para responder inclusive aos internautas nossos Claudio Roberto e o Waldilier, que fizeram a mesma pergunta em relação à fronteira.

Sobre fronteira, nobre Senador Arolde, eu poderia passar algumas horas aqui. Mas nós temos cerca de 17 mil quilômetros de fronteira. Nela, quase 50% são fronteiras secas, complemente permeáveis, e cerca de 50%, molhadas, rios, lagos. E os próprios rios, particularmente na Região Norte, não ajudam muito, porque muitas vezes não fazem limite com outro país; eles são penetrantes ao território nosso, são verdadeiras estradas. Mas eu posso dizer que as Forças Armadas pelo menos fazem a sua parte; com dificuldade, mas fazem: nós estamos presentes na fronteira.

A Lei Complementar 97 nos deu poder de polícia, o que melhorou a nossa atuação e a forma de coibir os ilícitos. Só na Região Norte, na Região Amazônica, em dez anos, nós passamos o efetivo das Forças Armadas de 10 mil homens para 25 mil, sem aumentar efetivo, tirando unidades do Sul e do Sudeste para colocar na região e na faixa de fronteira nossa. Nós temos as Operações Ágata a toda hora, inopinadas agora, empregando 25 mil militares; nós temos os pelotões de fronteira; nós temos a vigilância do espaço aéreo; temos usado a interceptação da Força Aérea nossa. Então, sentimos falta de outros órgãos junto com a gente lá, de outros órgãos que também têm a responsabilidade nisso e que também são um pouco deficientes.

O que falta para agregar as fronteiras, de acordo com as perguntas? Um pouco mais de tecnologia. Não adianta a gente colocar que não vamos conseguir um soldado de mão dada em toda a faixa de fronteira. Se os Estados Unidos não conseguiram na fronteira com o México, não seremos nós. E essa tecnologia é o projeto do Sisfron, respondendo à pergunta.

No Comando Militar do Oeste fizemos um plano piloto com êxito, com muito esforço. Já era para ter expandido para o Norte e para o Sul. Estamos na segunda fase, indo para o Comando Militar da Amazônia, indo para o Comando Militar do Sul. Estamos expandindo isso. Nisso aí, sim, a tecnologia iria dar um salto de qualidade em relação à vigilância na faixa de fronteira.

Não sei, Senador, se respondi à pergunta de V. Exa. aqui.

Em resumo, Presidente, eu tenho certeza de que, pelo menos, as Forças Armadas fazem a sua parte em relação a isso.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Com a palavra...

O SR. FERNANDO AZEVEDO E SILVA – Não! Está faltando. Desculpe-me.

O Senador Arolde de Oliveira me perguntou sobre a base aérea de Alcântara e a assinatura das salvaguardas tecnológicas. Essas salvaguardas tecnológicas vieram para o Congresso a primeira vez...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiro, são várias fases que vou caracterizar.

Aproveito a oportunidade, Presidente. Para mim, é ótimo esclarecer aqui.

Ela veio para o debate no Congresso, a primeira versão, em 2000. O senhor se lembra disso? E foi um debate muito bom aqui. Não estava ajustado realmente o acordo, não estava. Ele não contemplava algumas coisas em relação ao Brasil. Paramos, retomamos a negociação com o americano.

Por que o americano? Não é um acordo exclusivo do americano, não é mesmo! Não é. É um acordo porque o americano detém 80% dos componentes dos satélites no mundo inteiro, tanto que os principais países do mundo – e dei o exemplo aqui da China e da Rússia – fizeram o mesmo acordo com o americano. Então, eles querem que protejam as marcas e as patentes deles. Isso é justo. É a mesma coisa de um boxe de Fórmula 1: quando há o Grande Prêmio do Brasil, no motor, são os técnicos da Mercedes e da Ferrari que mexem. Agora, todas as leis, todas as normas são brasileiras ali. Então, chegamos a um acordo muito bom para que passe no Congresso.

Então, a primeira fase é a assinatura do acordo. Foi feita.

A segunda fase são os debates no Congresso, a aprovação ou não.

Depois, passamos para outra fase, que são os aspectos locais: *royalties*, problemas de terra.

A outra fase é a operação. Aí vêm os acordos comerciais, tecnologia, enfim...

Mas o primeiro passo foi dado, que foi esse acordo, que acho que está muito bom, com as correções que o Congresso pediu. Se a gente parar nesse acordo, ele fica insustentável. Então, a Base de Alcântara, provavelmente, passará a ser uma base aérea, uma base militar.

Acho que o Senador quer usar a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – A réplica é na hora em que ele concluir.

O SR. FERNANDO AZEVEDO E SILVA – Eu acabei.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Para réplica, Arolde.

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PSD - RJ) – É coisa muito simples. É porque, primeiro, têm de ser tomadas agora providências, porque normalmente acordos, alguns dormitam na Casa durante muitos anos. Esse acordo eu acho que o Governo, nobre Ministro, deve fazer com que chegue logo aqui, à Comissão de Relações Exteriores – acho que tem de passar pela Câmara primeiro para depois vir para cá – para que possa ser votado rapidamente, porque é urgente que se faça isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Segundo, eu perguntei: caso não fosse assinado esse acordo agora e ficasse como está, quais seriam as consequências previsíveis. Eu estive há dois anos com a Força Aérea em Alcântara. Havia problemas, etc., e eu gostaria de saber quais as consequências. Essa foi a outra parte da pergunta.

Obrigado e desculpe-me.

O SR. FERNANDO AZEVEDO E SILVA – Sendo bem franco, a base aérea não se sustenta. Então, passaria a ser ou uma base secundária ou uma base da Força Aérea, uma unidade militar.

Em relação a isso, eu acho que respondi, inclusive, às perguntas dos dois.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Marcos do Val.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - ES) – Ministro, quanto eu estava me referindo à questão da estagnação, era à questão da estagnação de investimentos. A gente percebe que, no Brasil, os Governos nunca se preocuparam ou nunca focaram como ponto principal, diferentemente do que eu vejo deste que está começando agora.

E também reforço o que o outro Senador colocou. Eu já tenho falado para alguns dos senhores nos locais a que tenho ido e os encontrado que eu também me coloco à disposição para ajudar no que for preciso para que as Forças Armadas possam ter os recursos necessários para investimento em tecnologia. Da capacitação do homem, como o senhor falou, sabemos da notoriedade no mundo inteiro, mas a gente precisa agora investir na outra parte.

Então, espero que eu possa ajudar a sair desta estagnação de financiamento, de investimento do Governo Federal para as Forças Armadas. Conte comigo no que for preciso nesse quesito.

O SR. FERNANDO AZEVEDO E SILVA – Senador, agradeço a ajuda, sempre bem-vinda.

Em relação à parte de projetos orçamentários, à estagnação que o senhor disse, a gente, somando o orçamento da verba discricionária e não discricionária, tem em torno de R$9 bilhões. Incluindo todos os projetos, custeios e tudo, é pouco para as Forças Armadas. É muito pouco.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Dando sequência a um novo grupo de questionamentos, Senador Jaques Wagner, Senador Chico Rodrigues e Senador Flávio Bolsonaro.

Com a palavra o Senador Jaques Wagner.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Para interpelar Ministro.) – Presidente, bom dia! Nosso querido Vice-Presidente!

Cumprimento com muita alegria o Exmo. Ministro da Defesa Gen. Fernando Azevedo. Para mim é um orgulho recebê-lo aqui, um prazer. Evidentemente, já tendo tido o orgulho de sentar nesta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cadeira – por opção pessoal, meu pedido à Presidenta Dilma Rousseff –, eu já conheço boa parte daquilo que acontece. Realmente no meu currículo ter sido Ministro da Defesa é motivo de orgulho. O senhor conhece a minha história. Fui do Colégio Militar do Rio de Janeiro, portanto, tenho profundo apreço pelas Forças.

Reconheço, como foi dito na sua exposição, que talvez junto ao Itamaraty são as duas grandes escolas de formação de quadros de Estado no nosso País. São profissionais dedicados, preparados e entregues à defesa do País.

Eu tive o prazer de incorporar muito conhecimento visitando fronteiras longínquas onde você encontra, eventualmente, um tenente do Exército Brasileiro com sua esposa jovem, de 23 ou 24 anos, em rincões afastados em que, de quando em quando, recebem seus mantimentos. Então, eu entendo – e talvez poucos entendam – a particularidade de ser membro das Forças Armadas brasileiras. São muitas as famílias de militares brasileiros em que irmãos têm naturalidades diferentes porque o profissional está servindo ora na Bahia, ora no Rio Grande do Norte. Evidentemente que, quando serve na Bahia, todos têm orgulho de ter um filho baiano... (*Risos.*)

Mas as famílias são multinaturais porque é da profissão, e as pessoas não entendem muito o quanto isso custa, transferir um filho, mudar de colégio, adaptar-se em outro ambiente. Então, entendo que há particularidades que são exclusivas daqueles que pertencem às Forças Armadas – e de alguns do Itamaraty também, mas em geral fora do País.

Portanto, eu quero começar desejando todo sucesso a V. Exa. e dizendo que, como membro da oposição – porque perdemos a eleição, o que acho absolutamente natural –, eu pretendo fazer uma oposição construtiva, e não pauta bomba, ou interdição do Governo. Então, aqui estou – e coloco meu gabinete – à disposição para contribuir naquilo que for possível. Conheço seu trabalho demais, particularmente no período das Olimpíadas, quando eu era Ministro da Defesa e V. Exa. comandava todo o sistema de proteção e de defesa no processo das Olimpíadas.

É difícil, às vezes, explicar para as pessoas que não conhecem a vida militar o que é a vida militar, e muitos me perguntam: "Mas se o País não tem guerra desde o Paraguai, para quê as Forças Armadas?". Eu digo, como V. Exa. colocou muito bem: é igual a seguro de carro, nós temos para não usar, mas ao tê-las nós temos a garantia de que outros não terão a coragem de invadir o nosso Território. Eu acredito que o objetivo das Forças e do Ministério da Defesa, particularmente, é o de profissionalizar cada vez mais, qualificar cada vez mais e principalmente, como foi dito pelo Vice-Presidente desta Comissão, ter aporte tecnológico. Nós não controlaremos nossa fronteira seca pela via do homem a homem. Ou nós vamos usar de tecnologia moderna – e é disso que se trata o Sisfron e outros – ou nós não vamos atingir nosso objetivo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Minha primeira pergunta é exatamente esta: dentro da nossa estratégia nacional de defesa, todos os projetos prioritários...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Já se foram cinco minutos, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS. *Fora do microfone.*) – Quatro.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Nosso tempo corre demais aqui. Esse relógio...

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS. *Fora do microfone.*) – Quando a prosa é boa, ninguém vê o tempo passar.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Mas eu sei que V. Exa., como a audiência é com o Ministro da Defesa, vai ter um pouco de...

A primeira é esta, nós temos projeto estratégico nas três Forças – não vou citar, porque V. Exa. já citou – e a minha preocupação: a PEC 95, que estabeleceu limites, se a projetarmos, o 1,48, que já está muito abaixo da média mundial, vai chegar, provavelmente a 0,85 em 2032. Evidente que, como homem das Forças e como equipe de Governo, V. Exa. tem que estar se somando à decisão, mas imagino que V. Exa. terá que brigar muito para que esse orçamento possa ser ampliado, especificamente porque, do corte que foi feito no orçamento agora, um dos maiores foi o do Ministério da Defesa.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Foi linear? Bom, mas de qualquer forma, o linear nem sempre é o mais inteligente, porque o linear trata desiguais como iguais, e nós não somos... Evidentemente há ministério em que, não havendo um projeto estratégico como esse, talvez se possa cortar.

Eu acompanhei de perto o esforço das três Forças nossas no sentido de diminuir contingente e aumentar tecnologia ou aumentar, como o senhor disse, contratações temporárias. Agora, só dá para diminuir contingente se isso for utilizado exatamente para o aporte de tecnologia. Então, temos projetos nas três Forças, e eu quero me colocar à disposição também para ajudar na manutenção. Essa é a primeira pergunta que eu coloco.

A segunda pergunta, e eu nem ia tocar no tema, mas como V. Exa. tocou, e o colega Arolde também... Repare: o acordo de Alcântara... Digo que não ia tocar porque ele virá à Casa e, portanto, nós teremos oportunidade de debater. Evidentemente que ninguém vai oferecer tecnologia sem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

salvaguarda, mas eu chamo a atenção, e peço que V. Exa., se possível, se debruce nisto: é porque existem salvaguardas que nada têm de tecnológico. Alguém se imiscuir na vida nacional para dizer onde eu vou aplicar o dinheiro obtido com eventual aluguel não me parece salvaguarda tecnológica, mas me parece uma afronta à soberania nacional, que causou o desconforto no Congresso em 2000 e que é mantido no texto, pelo menos no pré-texto que eu recebi. E eu não vejo razão para os Estados Unidos dizerem o que nós vamos fazer, até porque é inócuo: dinheiro não tem carimbo, então, o que eu vou receber ninguém vai saber exatamente onde eu vou utilizar. Mas é a petulância – me permita – que afronta, repito, a soberania nossa, de dizer: "Não, o dinheiro auferido com o aluguel não pode ser usado no desenvolvimento do nosso programa de lançamento de satélites". O dinheiro é nosso, vamos usar onde quisermos.

A segunda salvaguarda que entendo que não tem nada a ver com tecnologia é de ordem estritamente militar, mas eu acho, de novo, que é se inserir na soberania nacional. Eu chamo a atenção, Ministro, porque eu, quando estive com meu homólogo, quando Ministro da Defesa, e com os Embaixadores dos Estados Unidos aqui, fiz um esforço muito grande, e eu dizia a eles que era mais uma questão de linguística do que de conteúdo mesmo, porque, do ponto de vista de salvaguarda tecnológica, nós não temos briga, ninguém vai entregar tecnologia de graça, agora, dizer quem pode ou não pode estar na Base de Alcântara não é problema dos Estados Unidos. Dizer que só pode estar aqui, fazer acordo com o Brasil quem esteja inscrito no MTCR, eu não sei se isso é altaneiro, para usar uma expressão tipicamente militar. Eu chamo a atenção para a gente não engasgar em mosquito, porque as questões fundamentais, na minha opinião, estão preservadas, e é justo que assim o seja, será assim com a Ucrânia e com qualquer outro. Ninguém abre a caixa de chumbo da tecnologia. Agora, vir me dizer o que eu vou fazer com o dinheiro e quem pode assinar acordo não me parece que é salvaguarda tecnológica, é tipicamente... Mas como eu não recebi o texto definitivo, eu chamaria a atenção sobre esses dois aspectos que V. Exa. colocou sobre Alcântara.

V. Exa. colocou aqui das Zopacas. Nós, pela nossa tradição muito mais de dissuasão do que de despertar para a guerra, temos no Atlântico Sul todo um processo de pacificação, fazemos salvamento com os aviões da Força Aérea que estão lotados, inclusive, na base aérea de Salvador, no meio do Atlântico, ou, praticamente, na costa africana, vamos e voltamos pela autonomia que temos, e não me parece de bom alvitre querer concordar com a pretensão da Otan de querer estender o domínio da Otan para o Atlântico Sul – que é a pretensão da Otan. Nós vamos chamar para nós brigas que não são nossas. Nós não temos terrorismo aqui pela nossa natureza e pela característica da nossa diplomacia. A Otan está eivada de problemas, que vão de terrorismo a outros.

Eu não vejo por que, depois de nós termos construído, com muito esforço, com os irmãos africanos... E aí eu peço até vênia ao Senador Arolde, porque com os não iguais, como V. Exa. colocou, nós desenvolvemos um processo de amizade, solidariedade e de comércio exterior que contribuiu muito para nossa balança comercial. Eu sou daqueles que acham que o Muro de Berlim caiu em 1989,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e o debate ideológico tem interditado o verdadeiro debate do interesse nacional. Hoje, a diplomacia é comercial. Os interesses são comerciais.

O Presidente dos Estados Unidos – e eu não faço juízo de valor, porque é uma escolha do povo americano – está fazendo seu trabalho. "USA *first*", ou seja, ele quer que os empregos sejam mantidos, que a indústria... Então, está estabelecendo, vamos dizer, controles na entrada de produtos. Na minha opinião, eu prefiro que a gente fique com a Zopacas, onde nós temos um protagonismo, do que trazer a Otan para o Atlântico Sul.

Por fim, Ministro, evidentemente que todos nós, e imagino que principalmente as Forças Armadas, se ressentem do último episódio acontecido no Rio de Janeiro, que eu considero um acidente ou incidente, mas que tem a ver também com aquele desconforto que as Forças têm com as GLOs, principalmente GLO que de provisória se torna permanente. Eu fui Ministro da Defesa e acompanhei isso de perto. Nossos homens são treinados não para segurança local, nossos homens são treinados para a guerra, e na guerra realmente você não pergunta, porque ou você morre ou você mata. A formação é outra, é isso que eu estou querendo dizer. Então, não é próprio. E, para mim, que estive nessa pasta – repito: com muito orgulho –, fico vendo que a GLO do Rio... E estou à vontade para falar porque ela começou em Governo do qual eu era parceiro, Governo do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que, aliás, foi o período de maior investimento, do ponto de vista de tecnologia, que nós tivemos nas Forças. Mas eu pergunto a V. Exa. se esse tema tem sido discutido no âmbito do Governo, de uma restrição bem mais ampla e bem mais dura às GLOs, principalmente àquelas que vão perdurando ao longo do tempo.

Eu agradeço a paciência do Presidente e agradeço também ao Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Senador Chico Rodrigues.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR. Para interpelar convidado.) – Meu caro Presidente Nelsinho Trad, Marcos do Val, Senador, Sr. Ministro Fernando Azevedo, eu acompanhei atentamente a apresentação de V. Exa., e, com precisão cirúrgica, V. Exa. fez uma radiografia do trabalho do Ministério da Defesa com as suas Forças, o Exército, a Marinha e a Aeronáutica, facilitando, inclusive, a visão mais ampla de cada um dos membros desta Comissão.

Obviamente que aí surgem perguntas as mais variadas possíveis, até porque, no arco em que se abrigam as atribuições de V. Exa., muitas vezes perguntas que parecem não ser pertinentes ao ministério obviamente têm interface com o que elas representam, e é claro que isso nos provoca a fazer esses questionamentos a V. Exa.

Inicialmente, como primeira pergunta, eu gostaria de ver com V. Exa. quais são os projetos, os acordos, na área de segurança e defesa, que foram firmados por nosso Presidente Jair Bolsonaro agora, quando da sua ida a Israel. Nós sabemos que Israel detém uma tecnologia avançadíssima. E,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nesses acordos firmados, queremos saber exatamente qual foi o alcance para as ações dos nossos ministérios, das nossas Forças.

A segunda pergunta é com relação a uma área que é um orgulho para nós brasileiros, principalmente para os amazônidas. Trata-se das ações desenvolvidas pelos batalhões de engenharia de construção. Gostaria de saber exatamente em que estágio estão os trabalhos naqueles trechos mais críticos, como os que senhor apresentou aqui, do asfaltamento da BR-163, porque ali, na verdade, está o grande gargalo para a exportação da nossa soja do Centro-Oeste. Na hora da dificuldade, obviamente, o Exército é que pegou essa parte da obra.

Também: como é que estão os trabalhos em relação à BR-319? Nós sabemos que, praticamente, o Amazonas e o Estado de Roraima estão isolados do resto do País, e a BR-319, por questões ambientais já históricas... Há uma dificuldade enorme até na manutenção daquela rodovia, e nós sabemos que os estudos técnicos que já foram elaborados dão totais condições para que aquela rodovia seja asfaltada. Isso é fundamental para integrar a Amazônia. Integrar a Amazônia porque hoje é uma reivindicação do Estado do Amazonas, porque os meios de transporte que temos hoje são o fluvial e o aéreo, caríssimo. Então, gostaria de saber, realmente, como pensa o ministério em relação a essa rápida retomada do asfaltamento da BR-319.

Também em relação a outro tema, a Lei do Abate, que foi estabelecida já há alguns anos: em que estágio estão as operações? Quais são as operações que têm sido mais efetivas? Foi identificada uma diminuição relativamente ao tráfego aéreo? Pergunto porque, praticamente, na década passada, o meio de transporte da maioria das drogas que circulavam na Amazônia era exatamente o transporte aéreo. Então, gostaria de saber como se encontra hoje a Lei do Abate em relação a esse controle efetivo.

Nós temos lá no nosso Estado, como é do conhecimento de V. Exa., uma questão enorme, que é exatamente numa rodovia internacional, Manaus-Boa Vista-Caracas-Georgetown, um trecho de apenas 145 quilômetros na reserva dos waimiri-atroaris, onde ainda temos o dissabor de ter aquela corrente fechada das 6 da tarde às 6 da manhã, ou seja, não passa ninguém, como se fosse um território estrangeiro.

Então, o Presidente Jair Bolsonaro, entendendo a importância estratégica e política do nosso Estado, que é o Estado mais setentrional do País, primeiro, em reunião do Conselho de Defesa, decidiu a construção do Linhão de Tucuruí, que vai ligar definitivamente o Estado ao sistema energético nacional. E lógico que, por ali, paralelamente a essa rodovia BR-174, passará também o Linhão de Tucuruí. Então, qual o sentimento do Ministro em relação à necessidade urgente de ser retirada aquela corrente, para acabar com o *apartheid* entre as comunidades indígenas que estão integradas na comunhão nacional e os milhares de brasileiros que ali vivem? Eu acho que ali se tornou um gueto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

praticamente, por conta desse impedimento do tráfego durante 24 horas, contrariando, inclusive, a Constituição, que determina o livre direito de ir e vir.

Eu também gostaria de saber quais as ações que estão sendo desenvolvidas em relação à Amazônia Azul. Nós sabemos que a Amazônia Azul, praticamente, é maior do que a Amazônia brasileira. Então, quais são as ações que estão sendo desenvolvidas no sentido de nós, cada vez mais, protegermos as nossas riquezas, sejam elas fruto da pesca, dos minerais estratégicos que estão ao longo da costa brasileira, do petróleo, além de outras riquezas das quais precisamos cuidar, que precisamos preservar?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Com a palavra o Senador Flávio Bolsonaro, que é o último a fazer perguntas.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - RJ. Para interpelar Ministro.) – Bom dia a todos!

Parabéns, Presidente Nelsinho Trad, pela iniciativa desta audiência pública, que é esclarecedora.

Agradeço a presença do Sr. Ministro General Fernando e de todos os que o acompanham aqui, autoridades militares e civis.

Parabenizo também os Senadores pela audiência, Presidente, porque a gente claramente percebe uma vontade proativa. Como bem colocou o Senador Jaques Wagner, não se trata de trabalhar olhando o retrovisor, todo mundo quer ser prático, quer saber como é que ajuda. As Forças Armadas gozam dessa simpatia e dessa credibilidade junto à população exatamente porque sempre se colocaram sob a Constituição. É uma instituição que representa o Estado e não um governo.

Eu queria, Presidente, em primeiro lugar, fazer uma sugestão à assessoria parlamentar das três Forças aqui, tanto no Senado quanto na Câmara dos Deputados, porque a parte da apresentação que trata do projeto que nós vamos avaliar aqui, no tocante à reestruturação das carreiras militares... Ele é esclarecedor, ele é fundamental. Quem trabalha com a hipótese de haver um privilégio com relação aos militares nessa discussão que estamos tendo... Ou é falta de conhecimento, e isso a gente resolve esclarecendo... Dei a sugestão de a gente, de repente, pegar essa parte da apresentação e fazer um trabalho de formiguinha, de gabinete em gabinete, para mostrar a realidade.

Há uma preocupação minha, por exemplo, no tocante às forças auxiliares nessas propostas. A expectativa de vida de um policial militar no Rio de Janeiro, por exemplo, é de 58 anos! Eu acho que não existe nada igual no Brasil. Então, é tratar os desiguais de forma desigual de maneira a produzir justiça. Então, é bem esclarecedor o início das carreiras típicas de Estado com ensino superior das Forças Armadas em comparação com as outras. Está comprovado que os militares já vêm, há décadas,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sofrendo com defasagem, com um tratamento diferenciado sempre para pior para os militares. Portanto, este é um momento, sim, importante para se fazer justiça. E isso está muito longe de ser um privilégio.

Eu sou filho de militar, eu fui concebido em Milwaukee e nasci na Aman, em Resende, no Rio de Janeiro. Estudei em vários colégios por causa das transferências a que Jair Bolsonaro teve que se submeter, o que está no pacote; quem entra para as Forças Armadas já sabe que vai ser assim. Portanto, é óbvio que é uma carreira diferenciada, que precisa ter as suas prerrogativas respeitadas.

Para ser bastante objetivo, eu queria fazer três perguntas para V. Exa., Sr. Ministro.

Essa parte social é pouco conhecida por parte de milhões de brasileiros, a parte social que as Forças Armadas fazem, que é fundamental. Em vários lugares na Amazônia, por exemplo, os índios só conhecem os militares. Quando há crise, em diversos segmentos, seja na segurança pública, seja na defesa civil, os militares estão sempre a postos, são convocados, vão lá e cumprem a missão e, como sempre, a contento. Essa parte social acaba também gerando um resultado que ajuda o Brasil a combater uma das maiores dificuldades que nós temos hoje, que é a geração de emprego.

Então, a primeira pergunta que eu queria fazer a V. Exa. é a seguinte. Sou do Rio de Janeiro, mas vou fazer três perguntas referentes a três Estados diferentes.

Com relação ao Rio de janeiro, ciente de toda essa dificuldade orçamentária com relação a projetos importantes, como o do submarino de propulsão nuclear, qual é a expectativa nos próximos anos de se dar continuidade ao projeto? Isso gera empregos no Rio de Janeiro? Ele é fundamental para a região ali, onde há o trabalho desenvolvido.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - RJ) – A segunda é relativa às corvetas e é mais uma vez relativa à geração de empregos, Presidente. A gente sabe que a construção de uma corveta gera – corrija-me se eu estiver errado, Ministro – algo em torno de mil empregos diretos e indiretos – uma corveta! Na ociosidade em que estão os estaleiros por todo o Brasil... No Rio de Janeiro, isso não é diferente: o estaleiro de Niterói está pronto para ser utilizado, mas está parado, aguardando a oportunidade de, de repente, abraçar um projeto como esse. Então, a pergunta com relação às corvetas é: onde elas serão construídas? Parece-me que a própria empresa, ou o consórcio vencedor, já no seu projeto, determina onde essas quatro corvetas seriam construídas. Eu gostaria de saber se há uma definição com relação a isso.

A terceira – acho que esta é uma preocupação de todos os Senadores, independentemente de sua origem, do Estado que representam no Senado – diz respeito ao Nordeste. Eu conversava aqui com o Senador Jaques Wagner. Há um pleito do Senador Otto Alencar. Nós estivemos juntos com o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente Jair Bolsonaro, e ele explicava a grande importância de se preservarem as nascentes que irrigam o Rio São Francisco. Talvez neste ano ainda, se não me engano, a expectativa é a de que se inaugure essa grande obra de transposição do Rio São Francisco, que vai trazer de volta a expectativa com relação à água no Nordeste, mas isso de nada adiantará, segundo o Senador Otto Alencar, que é profundo conhecedor desse assunto, se não cuidarmos das nascentes que irrigam essa via, esse rio importante para o nosso País. Ele deu uma sugestão – é a pergunta que faço a V. Exa. – sobre a possibilidade de serem utilizadas algumas unidades das Forças Armadas mais especificamente voltadas à área de engenharia, para fazer um trabalho nessa região da Bahia. Aqui o Senador Jaques Wagner também reforça a importância disso.

Sabendo das dificuldades orçamentárias, eu já me antecipo a uma possível réplica: talvez, possa haver uma organização dos Senadores aqui, por emendas de bancada. Não é algo muito vultoso, que dependa de orçamentos bilionários, como é o caso do projeto do submarino de propulsão nuclear. Eu gostaria de saber se há a possibilidade de um ou alguns batalhões serem utilizados para tomar conta dessa questão, se é que isso é necessário. Estou indo pelo conhecimento, acredito nisso, de dois Senadores que são da Bahia e conhecem profundamente o assunto.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Já entrando no final da nossa audiência pública, aproveito para deixar mais uma pergunta – V. Exa. depois responde todas – feita através do e-Cidadania.

É alguém da torcida do Almirante Ilques aqui: Luan Cola, do Espírito Santo. Ele pergunta o seguinte: "A atual esquadra da Marinha se encontra envelhecida. Qual é a atual situação da esquadra? Quantos navios? Qual seria a quantidade ideal? O que poderíamos fazer para avançar e melhorar?" (*Pausa.*)

O SR. FERNANDO AZEVEDO E SILVA – Ministro Senador Jaques Wagner, realmente o senhor tem conhecimento pleno das coisas nossas, porque foi Ministro da Defesa. Essa posição de uma parte construtiva, que V. Exa mencionou – o Senador Flávio disse a mesma coisa –, para a defesa é fundamental, e conto com isso.

O senhor tocou num ponto que eu esqueci de falar, que é o teto dos gastos. Qual é o ponto que, no futuro próximo... O teto de gastos, eu acho, poderá – ou deve – ser revisto, porque realmente ele limita. E vou dizer para o senhor – o senhor vai lembrar – onde ele vai limitar.

Antes do teto de gastos, nós assinamos os principais contratos nossos. Então, nós tínhamos ali tudo, Prosub, as corvetas, o Guarani. São contratos até internacionais, e muitos são nacionais, em que não havia o teto de gastos. Então, a gente tinha uma previsão de cumprir o contrato. É lógico que, com as entregas, os valores orçamentários aumentam. Agora a diferença do orçamento com que a gente tem de cumprir de contrato ainda é pequena, dá para manejar, mas, se a gente colocar, ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

longo dos anos, o IPC e o que foi assinado do contrato, uma diferença que está pequena agora vai ficando maior. Então, realmente, é uma preocupação. Eu tenho certeza de que o Governo atual vai visualizar uma medida. Agora não há muito impacto, dá para remanejar um pouco, mas, no futuro, vai impactar sim. Então, realmente, a PEC 95 atinge muito isso aí.

Sobre o contingenciamento, eu dei uma notícia errada para o senhor. O contingenciamento está linear dentro do Ministério da Defesa. Eu peguei e dei linearmente... O senhor conhece Marinha, Exército e Força Aérea e sabe que a gente tem que conciliar. A Força Aérea já botou um brigadeiro do meu lado aqui! (*Risos.*)

Mas ele não foi linear no Governo. Agora, realmente, eu encaro o contingenciamento não como um corte, como aconteceu nos outros anos também. Eu tenho a certeza de que esse contingenciamento agora será liberado, e temos, relativamente, planejamento para isso a partir de julho, de agosto. Então, eu tenho esperança com relação a isso.

A assinatura do Acordo de Salvaguardas Tecnológicas é muito importante, Presidente, para mim, porque ele está...

O Senador Arolde saiu ali?

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. *Fora do microfone.*) – Não, ele está aqui.

O SR. FERNANDO AZEVEDO E SILVA – Está aqui!

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. *Fora do microfone.*) – Ele veio para me convencer.

O SR. FERNANDO AZEVEDO E SILVA – Ele veio convencer o senhor? Então, é bom! Então, o senhor permaneça aí por favor!

Ele, para a gente, é fundamental. O senhor tocou nisso. O que será se ele não passar por esta Casa? Se não passar por esta Casa, é decisão, está tomada a decisão. Mas eu acho que ele é muito positivo. Esse Acordo de Salvaguardas não é bem assim. O que o Senador Jaques Wagner disse em relação à aplicação de recursos... Ele não estabelece isso. Ele estabelece só uma limitação para se cumprir o art. 1º, que é a questão de cargas a mais de 300km e com mais de 500kg para fins militares; aí não posso... O restante, todos os recursos, pode.

Mas esse assunto é tão importante, que eu peço permissão ao Presidente – ele já me concedeu – para que o responsável desde 2000 até agora – está aqui o Brigadeiro Baptista – explique com detalhes esses dois pontos aí. Isso serve para todos nós aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por favor, com sua permissão, Presidente...

O SR. CARLOS DE ALMEIDA BAPTISTA JUNIOR – Sr. Presidente, Sr. Ministro, Srs. Senadores, inicialmente, ressalto meu prazer de poder esclarecer esse assunto.

Desde já, eu me coloco à disposição, como já fiz na Câmara dos Deputados, para nós aprofundarmos as discussões acerca de um acordo que, se não for aprovado – e aí volto à pergunta final do Senador Arolde –, Alcântara será, daqui a 20 anos, exatamente o que é hoje ou pior.

A negociação que foi recomeçada em 2016, quando o Ministério da Defesa retirou daqui, de dentro do Congresso, aquele acordo assinado em 2000 e que começou a tramitar em 2001, é outro acordo, é outro texto, em cima bases diferentes. Nós retiramos e iniciamos – os motivos de ser com os americanos, o Ministro já os explicou – em cima de algumas bases. A primeira base de todas foi a manutenção da soberania nacional. Então, toda a discussão foi pautada na soberania nacional – e, sim, eu entendo o que o senhor está falando, vou abordar o que o senhor tangenciou como salvaguardas políticas –, o ponto de partida foi a soberania nacional.

O segundo ponto foram as orientações do Congresso Nacional durante esses 15 anos. Conversei pessoalmente com alguns Parlamentares durante o período da negociação que nós fizemos. Fomos para a mesa de negociações principalmente com os nove pontos mais importantes. Conversei com diversos dos senhores.

Este é o terceiro ponto: nós temos que respeitar – e isso está refletido no novo Acordo de Salvaguardas – os acordos, os tratados e outras bases legais de que o Brasil seja signatário ou aderente. Uma dessas bases é o MTCR, que o senhor citou. O MTCR não é um acordo, não é um tratado; ele é um regime que objetiva evitar a proliferação de mísseis, de tecnologias de mísseis. Dentro desse regime, ao qual o Brasil aderiu na década de 90 – ele vem da década de 80, de 83, e o Brasil aderiu ao regime de tecnologia de mísseis na década de 90 –, nós passamos a ter que seguir as linhas mestras do MTCR.

Vou entrar agora nas suas questões, lembrando que foi uma negociação, ou seja, uma negociação que nós não concluímos com 100% do que nós queríamos – tenho certeza disso – nem com 100% do que os Estados Unidos queriam. Acho que esta Casa entende melhor do que todos nós a palavra "negociação".

No final, falo sobre aplicação de recursos. Então, nas salvaguardas políticas que existiam, nós tentamos sanar todos esses vícios. O que restou, que o senhor encarou como salvaguardas políticas... Uma é a aplicação de recursos. Se o senhor olhar o texto de 2000/2001 e o texto atual, verá que a única restrição que foi mantida para a aplicação desses recursos é relativa a isto que o Ministro falou: a Categoria I do MTCR, que são mísseis de longo alcance. Por isso, nós não podemos usar os recursos advindos para o desenvolvimento de foguetes classificados nessa distância, capazes de levar cargas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

bélicas a mais de 300km. Para todo o resto do nosso programa espacial, os recursos que serão advindos de Alcântara, da exploração de Alcântara, podem ser aplicados.

Lembro que, neste ano, o setor espacial no mundo está gerando riquezas de US$350 bilhões por ano. É nesse mercado que nós estamos falando em entrar.

O segundo aspecto que o senhor sugeriu como sendo salvaguarda política é a participação dos parceiros não aderentes ao MTCR. Essa era, no texto anterior, uma determinação inflexível. Esse foi o último artigo. Nós levamos os últimos oito meses discutindo essa cláusula, até porque nós temos parceiros com quem nós temos interesses, talvez, no futuro, em parcerias. Dou dois exemplos aqui, China e Israel, que são dois países não aderentes ao regime de controle de mísseis, e nós gostaríamos de manter a possibilidade de acordos comerciais com esses países.

Então, o acordo de hoje, apesar de ele orientar... Nas restrições, como o senhor pode ver no final do texto, ele abre para o País, o Brasil, no caso, oferecer-se para fazer consultas, para qualquer membro, mesmo os não aderentes ao MTCR, fazer parte.

Se o Ministro e o Presidente me permitem, trato de um assunto recorrente. O terceiro ponto, no mesmo art. 3º, que o senhor citou, diz respeito aos países relacionados pelo Brasil e pelos Estados Unidos – antigamente, não o eram – como patrocinadores do terrorismo. Hoje em dia, a lista é muito reduzida. Logicamente, o Brasil não quer que essa tecnologia que nós também teremos caia na mão de países que patrocinam o terrorismo.

Então, esses foram os três itens. Acho que isso esclarece.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Permita-me aqui, mesmo antes da réplica, só dar uma sugestão, Ministro, a exemplo do que o Senador Flávio Bolsonaro falou sobre o outro tema, que é o da carreira. É bom a gente ser rápido, para não permitir que se crie preconceito. Por isso, eu levantei o tema. Eu acho que é importante visitar as lideranças, porque as lideranças formam opinião. Então, eu acho que seria importante que isso fosse feito, porque, depois que se cria o estigma, para sair é pior.

O SR. FERNANDO AZEVEDO E SILVA – O Presidente tem que entregar a reunião ao meio-dia.

Vou tentar ser bem objetivo, Presidente, aqui no restante.

Ainda quanto ao que falou o Senador Jaques Wagner em relação ao pacto Otan ou Nato, não é essa a ideia. A ideia realmente é preservar as coisas do Atlântico Sul com o Atlântico Sul; a ideia do nosso Presidente é essa. A costura que foi feita nos Estados Unidos agora é sobre integrar como membro não Nato. Por exemplo, há vários países não Nato. Esse é um gesto político só, não há exigência nenhuma de ambas as partes. Simplesmente é um acesso preferencial, por exemplo, que a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente precisa ao FMS, que é o mercado americano. E a Argentina já é membro não Nato desde 1998. Então, é um gesto político isso aí, em relação a isso.

Sobre o Rio de Janeiro e a GLO o senhor falou aqui. Essa ocorrência no Rio de Janeiro foi lamentável, com vítima fatal. Mas realmente nós nunca fomos voluntários – e o senhor sabe disto – em operações de Garantia da Lei e da Ordem. É missão! A nossa missão precípua não é essa. O nosso armamento não é adequado para isso, a legislação não é adequada para isso. Esta foi uma das primeiras diretrizes que o Presidente Bolsonaro me deu, falando assim: "Olha, para que eu aceite a GLO vai ser muito difícil. Pode ser, mas vai ser muito difícil. Eu quero uma regulamentação boa em relação a isso, eu quero um preparo em relação a isso". O que aconteceu no Rio de Janeiro se deu em área de jurisdição militar, onde nós temos um amparo para fazer patrulha, para fazer, enfim... Mas, em relação à GLO, é isto aqui.

Senador Jaques Wagner, está o.k. a parte do senhor?

O Senador Chico Rodrigues falou do acordo com Israel. O principal acordo com Israel na parte de defesa... Temos vários termos de compromisso normal, mas o Livro Branco de Defesa, na Estratégia Nacional de Defesa, define três áreas estratégicas, sendo responsável uma de cada Força: a parte aeroespacial, com a Força Aérea; a parte de submarinos, é lógico, com a Marinha, os programas dela; e a parte de cibernética, junto ao Exército, que encabeça essa área. E o acordo com Israel foi feito exatamente para evoluir nessa área, na área de cibernética. Então, foi esse o principal ponto.

O senhor conhece bem o trabalho da nossa engenharia, bem como o Deputado Flávio Bolsonaro. A engenharia está sempre no terreno, ajudando sempre. Estamos na BR-163 a partir de maio, naquele pior trecho dela. A construção e o asfaltamento dos 90km estão afetos ao Exército; é o pior trecho. E agora a Operação Safra está fazendo o escoamento da safra, o controle de trânsito, alimentando as carretas que por acaso não passem, fazendo assistência de saúde. Então, é uma operação em que o Exército está muito presente.

Em relação à BR-319, que o senhor citou, nós estamos ajudando. Em um trecho dela de que eu não me lembro, nós estamos com uma pendência ambiental. Mas o nosso Batalhão de Engenharia está presente lá. Depois eu lhe passo mais detalhes em relação a isso aí.

Realmente, acho que nós estamos caminhando. Estive em Boa Vista e em Pacaraima quatro vezes, recentemente. Minha primeira visita como Ministro da Defesa foi lá, no seu Estado. Conheço bem os problemas. Por iniciativa nossa, o Presidente Bolsonaro convocou o Conselho de Defesa, definiu ali os integrantes do conselho por voto, e foi unânime o voto. O senhor estava presente. Foi unânime o voto ali. Foram todos favoráveis ao Linhão de Tucuruí. Nós estamos agora lá – o senhor sabe melhor do que eu –, sem nenhuma energia; a gente tinha 60% da energia da Venezuela. Isso significa um milhão por dia para abastecer as termelétricas nossas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O próximo passo – já foi dada a missão para se estudar isso na CGU e particularmente no Ministério do Meio Ambiente – diz respeito ao problema da corrente; eu não tenho dúvida de que ele será resolvido.

Em relação à Amazônia Azul, a preocupação é da Marinha.

Antes, quero falar da Lei do Abate. Eu tenho os dados aqui. A Lei do Abate segue o Decreto 5.144. Têm sido efetivas as interceptações. A lei passou da autorização do Presidente da República direto para o Comandante da Força Aérea. Não é isso, Bermudez? Então, tem sido um instrumento útil em relação a isso, com flexibilidade, porque o próprio comandante da Força Aérea pode ter o poder de decisão, e não era assim.

A Amazônia Azul é uma preocupação não só da Marinha, mas do Brasil como um todo, do Executivo, do Legislativo. A Marinha faz o que pode. As nossas riquezas também estão ali.

Então, digo isso em breves palavras.

O Presidente me deu uma pressão, e eu, como bom integrante das Forças Armadas e como militar, vou tentar cumprir o horário.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS. *Fora do microfone*.) – Aprendi com vocês.

O SR. FERNANDO AZEVEDO E SILVA – Mas, depois, Senador, a gente aprofunda um pouquinho mais as minhas respostas aqui.

Deputado Flávio, que conhece também isso muito, a parte social eu mostrei na minha apresentação. O Exército está presente com o Profesp, com o Soldado Cidadão, com o Projeto Rondon. No Rio de Janeiro, o contingente é maior em relação até ao Profesp, porque há muita comunidade carente que a gente conhece bem ali.

E há atendimentos no Brasil inteiro, atendimento médico. Em São Gabriel da Cachoeira, por exemplo, os índios são atendidos, e vários outros na fronteira, pelas Forças Armadas. Um navio da Marinha percorre os rios, há os pelotões de fronteira. Então, o componente social da Mão Amiga é muito forte. Foi bom o senhor ter levantado isso aqui. Não é só o Braço Forte, nós temos muita Mão Amiga. Há muita Mão Amiga.

Quanto ao processo das corvetas, saiu o resultado agora. A condição para participar – peço que o Almirante Ilques me corrija se eu estiver errado –, a condição necessária para o concorrente foi que qualquer firma do mundo inteiro tivesse um estaleiro no Brasil. De uma série de 12 ou 13 firmas internacionais e nacionais, chegaram, no funil, quatro. Na semana passada, durante a Laad, grande feira nossa, foi escolhido o consórcio, que é a Thyssen, alemã, com a Embraer, nossa. E o estaleiro que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eles possuem – esta notícia não é muito boa para o Rio de Janeiro – está em Itajaí, no Sul. Então, a culpa é do...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - RJ. *Fora do microfone.*) – As quatro vão ficar lá?

O SR. FERNANDO AZEVEDO E SILVA – Não, é só uma. Quanto às corvetas, é uma só.

Em relação às unidades das Forças Armadas, às unidades de engenharia do Exército, nós já participamos no Nordeste bastante, na transposição do São Francisco, na Operação Pipa. Elas estão disponíveis. E há uma notícia – não sei se o Senador sabe – de que talvez uma fábrica de viaturas militares se instale na Bahia.

Eu peço permissão ao Presidente para que o Ministro Ilques responda por escrito ou, se o senhor quiser, agora à pergunta do Luan. O senhor prefere que a gente responda agora?

O Almirante Ilques fala sobre as condições da nossa esquadra, respondendo ao internauta Luan Cola, que se diz amigo do Almirante Ilques. É isso mesmo?

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Não. Eu é que suponho isso, porque a pergunta foi feita para levantar a bola da Marinha.

O SR. ILQUES BARBOSA JUNIOR – Sr. Presidente...

O SR. FERNANDO AZEVEDO E SILVA – Não. É o Almirante Garnier. Não foi o Ilques, não! É o Garnier. A culpa é sempre do Garnier.

O SR. ILQUES BARBOSA JUNIOR – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr. Ministro, é um privilégio responder à pergunta do Sr. Luan, do Espírito Santo, que, se não o é, passou a ser nosso amigo.

É fato que, na nossa esquadra, é de 40 anos a idade média das fragatas, dos nossos navios de escolta. Então, nesse núcleo, nós estamos realmente com muitas dificuldades. Por isso, estamos com o Programa de Corvetas Classe Tamandaré. Na verdade, são navios que estão sendo fortalecidos em função das negociações em curso e que podem até ser reclassificados como fragatas; nós estamos estudando isso no Almirantado.

A construção naval já foi mencionada pelo nosso Ministro de Estado da Defesa.

Mas, em outras áreas, nós não estamos tão atrasados. Menciono aqui o navio de desembarque multipropósito, o Bahia. Também menciono o porta-helicópteros multipropósito, o Atlântico. São navios do estado da arte.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em alguns núcleos, nós estamos bastante atrasados. Na parte de submarinos, nós estamos atrasados, sim, em termos de construção, no andamento. Mas está previsto para este Governo o lançamento de mais três submarinos da Classe Scorpène brasileira. Estamos dando continuidade também ao programa nuclear da propulsão. O desafio é, como bem disse o nosso Ministro, orçamentário.

Agradeço a pergunta.

No núcleo da Esquadra e da Força de Superfície, há muitas dificuldades em termos de idade. As corvetas só vão começar a ser construídas, se tudo correr bem, em 2021, em 2020, com previsão de entrega da primeira em 2024.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Apenas quero agradecer o prestígio e a honra de receber as seguintes autoridades: Almirante de Esquadra Ilques Barbosa Junior; Tenente-Brigadeiro do Ar Antônio Carlos Moretti Bermudez, Comandante da Aeronáutica; Tenente-Brigadeiro do Ar Carlos de Almeida Baptista Junior; Secretário-Geral do Ministério da Defesa, Almirante de Esquadra Almir Garnier Santos, que é o culpado sempre; o representante do Comandante do Exército nosso amigo Pujol, General Carlos Alberto Neiva Barcellos; Almirante de Esquadra Cláudio Portugal de Viveiros; Sr. Franselmo Araújo Costa; Sr. Marcos Degaut; Eduardo Castanheira, General de Divisão, Assessor Especial Militar; Major-Brigadeiro do Ar Ricardo Reis Tavares; General de Divisão Edson Ripoli, Chefe de Gabinete do Ministro da Defesa; Major-Brigadeiro Pedro Luís Farcic; Contra-Almirante Carlos Chagas Vianna Braga; Brigadeiro do Ar Flávio Luiz de Oliveira Pinto; General-de-Brigada Carlos Maurício Barroso Sarmento; Coronel Alexandre Ribeiro de Mendonça; Comandante de Mar e Guerra Mozart Junqueira Ribeiro.

Eu queria agradecer a presença de todos os Senadores, da Senadora Renilde Bulhões, que aqui está substituindo o Senador Fernando Collor.

Agradeço a presença do nosso Ministro Fernando Azevedo e Silva, Ministro de Estado da Defesa; de todos os Senadores presentes; do nosso Vice-Presidente.

Entrego a palavra ao nosso Ministro para suas considerações finais, antes de encerrar a reunião.

O SR. FERNANDO AZEVEDO E SILVA – Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Srs. Senadores, eu queria agradecer o convite. Sempre que eu for convidado, virei a esta Casa.

Pode parecer lamúria, pode parecer que falei de orçamento, mas não! Eu tenho muita esperança no assunto defesa por alguns motivos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tenho muita esperança. A primeira é a origem do Governo atual. O nosso Presidente tem origem militar, conhece os nossos assuntos, dá relevância aos nossos assuntos e passou 27 anos aqui – fui assessor parlamentar – falando das condições precárias das Forças Armadas. Então, tenho muito esperança de que o setor defesa será muito bem visto pelo atual Governo.

Presidente, Vice-Presidente, Srs. Senadores, obrigado pela presença. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Antes de encerrar os trabalhos, convoco as Sras. Senadoras e os Srs. Senadores, membros desta Comissão, para nossa próxima reunião deliberativa, agendada para o dia 17 de abril de 2019, quarta-feira, às 10h, no Plenário 7.

Proponho, ainda, a dispensa da leitura e aprovação das atas da 9ª e 10ª Reuniões da Comissão, realizadas no dia 4 de abril.

As Sras. e Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Agradeço, mais uma vez, a participação de todos, das autoridades aqui presentes, e, atendendo à solicitação das assessorias, convido a todos os convidados que aqui vieram por parte do Ministro que venham aqui à frente para uma foto oficial.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 01 minuto, a reunião é encerrada às 12 horas e 09 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 12ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE ABRIL DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às nove horas e quatro minutos do dia dezessete de abril de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob as Presidências dos Senadores Nelsinho Trad e Antonio Anastasia, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores Marcio Bittar, Fernando Bezerra Coelho, Vanderlan Cardoso, Romário, Major Olimpio, Soraya Thronicke, Marcos do Val, Flávio Arns, Veneziano Vital do Rêgo, Telmário Mota, Arolde de Oliveira, Izalci Lucas, Paulo Rocha, Jorge Kajuru e Marcelo Castro. Deixam de comparecer os Senadores Mecias de Jesus, Esperidião Amin, Daniella Ribeiro, Mara Gabrilli, Kátia Abreu, Randolfe Rodrigues, Renilde Bulhões, Jaques Wagner, Angelo Coronel, Chico Rodrigues e Zequinha Marinho. Justifica ausência o Senador Jarbas Vasconcelos. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei do Senado n° 213, de 2015 - Terminativo -** que: "Dá nova redação ao §2º do art. 2º da Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964 - Lei do Serviço Militar - garantindo às mulheres o direito de opção ao serviço militar." **Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin. **Relatoria:** Senador Marcos do Val. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, com 2 (duas) emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - Projeto de Decreto Legislativo n° 49, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Belarus de Cooperação Educacional, assinado em São Paulo, em 13 de agosto de 2015." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Marcio Bittar. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 3 - Projeto de Decreto Legislativo n° 51, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Comunidade das Bahamas, assinado em Nassau, em 7 de dezembro de 2016." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Marcos do Val. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 4 - Projeto de Decreto Legislativo n° 74, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Protocolo de Revisão da Convenção Internacional para a Simplificação e a Harmonização dos Regimes Aduaneiros (Convenção de Quioto Revisada), celebrada em 18 de maio de 1973 e emendada em 26 de junho de 1999, composto do texto revisado da Convenção (Apêndice I), do Anexo Geral à Convenção (Apêndice II) e dos Anexos Específicos e Capítulos que constam do Apêndice III: A (Chegada de Mercadorias ao Território Aduaneiro) - Capítulo 1 (Formalidades Aduaneiras Anteriores à Entrega da Declaração de Mercadorias), B – Capítulo 1 (Importação Definitiva), C – Capítulo 1 (Exportação Definitiva), D – Capítulo 1 (Depósitos Aduaneiros) e J – Capítulo 1 (Viajantes)." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Marcio Bittar. **Relatório:** Pela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 5 - Projeto de Resolução do Senado n° 6, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Institui o Grupo Parlamentar Brasil-Estados Unidos da América." **Autoria:** Senador Roberto Rocha. **Relatoria:** Senador Romário. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 6 - Projeto de Resolução do Senado n° 17, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Institui o Grupo Parlamentar Brasil-França." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Relatoria:** Senador Marcio Bittar. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 7 - Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional n° 20, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 74, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a constituição de uma Comissão Temporária Externa composta de 3 (três) membros titulares para, no prazo de 90 (noventa) dias, participar de missão oficial no Peru, visitando o Congresso Nacional daquele país, participando de reunião com sociedades empresárias e de encontro com autoridades governamentais peruanas." **Autoria:** Senador Marcio Bittar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 8 - Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional n° 21, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a atual crise na gestão da Agência Brasileira de Exportações e Investimentos (Apex), que, em menos de três meses, já teve dois Presidentes, bem como seus efeitos para cumprimento de sua relevante missão institucional na promoção das exportações brasileiras e investimentos. Proponho para a audiência a presença do seguinte convidado: 1. Mário Vilalva, Embaixador de carreira do Ministério das Relações Exteriores." **Autoria:** Senador Jaques Wagner. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 9 - Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional n° 23, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do artigo 90, V, do Regimento Interno do Senado Federal, o convite ao Embaixador Mario Vilalva para prestar depoimento sobre a situação da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex)." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Retirado de pauta. **2ª Parte - Eleição de Membro da CCAI**. **Finalidade:** Eleição de membro da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência – CCAI, em cumprimento ao disposto na alínea F, inciso III, Art. 7°, da Resolução nº 2, de 2013-CN, que determina que a escolha de 01(um) membro desse Colegiado será feita por eleição secreta dentre os membros da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. No Prazo informado pela Secretaria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, os seguintes Senadores manifestaram interesse em concorrer à vaga: Marcos do Val, Mecias de Jesus, Oriovisto Guimarães, Chico Rodrigues e Jaques Wagner. **Resultado:** Realizada a votação secreta, foi eleito o Senador Marcos do Val para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência – CCAI. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e vinte e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Nelsinho Trad

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/04/17

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a 12ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura do Senado da República.

Há alguns comunicados, como é de praxe a gente fazer.

1. O mundo assistiu perplexo ao incêndio da Catedral de Notre-Dame, em Paris. Essa igreja de 850 anos, uma das mais antigas do estilo gótico, é um ícone da arquitetura e do cristianismo. O prejuízo é incalculável. Em comunicado, o Presidente Emmanuel Macron se comprometeu a reerguê-la em cinco anos, e é o que todos desejamos: que a Notre-Dame possa ressurgir ainda mais majestosa.

2. O Brasil formalizou a sua saída da União das Nações Sul-Americanas (Unasul) para integrar o Fórum para o Progresso da América do Sul (Prosul), formalizado no dia 22 de março em Santiago por representantes de oito países sul-americanos: Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Paraguai, Guiana e Peru.

3. Pela crise na Venezuela que ainda perdura, o Grupo de Lima, do qual o Brasil faz parte, segue rejeitando uma intervenção militar na região, mas, nesta semana, solicitou à ONU que empreenda ações para a retomada do desenvolvimento e do equilíbrio social naquele país.

Convites.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Comunico às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores que a Comissão recebeu os seguintes convites:

- a Defensoria Pública da União convida para a cerimônia de assinatura de memorando de entendimento com a Agência das Nações Unidas para Refugiados, que ocorrerá no dia 23 de abril de 2019, terça-feira, às 10h da manhã;

- a assessoria parlamentar da Aeronáutica convida para uma visita institucional ao Centro de Lançamento de Alcântara com o objetivo de apresentar os trabalhos desenvolvidos naquele centro em prol do Programa Espacial Brasileiro e detalhes acerca do Acordo de Salvaguardas Tecnológicas assinado entre Brasil e Estados Unidos.

Informo que cópia dos respectivos convites foram enviadas por *e-mail* para todos os Senadores membros da Comissão de Relações Exteriores e suas assessorias.

Dia do Exército Brasileiro.

Agora, eu gostaria de fazer uma saudação muito especial ao Dia do Exército Brasileiro, que é comemorado no dia 19 de abril, em memória à Batalha dos Guararapes, que ocorreu em 19 de abril de 1648, no Estado de Pernambuco.

Antes de iniciarmos a primeira parte deliberativa da nossa reunião, em razão do quórum, eu queria submeter ao Plenário a possibilidade de iniciarmos a votação secreta prevista para a segunda parte da nossa reunião para a escolha de um membro da Comissão de Relações Exteriores para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência.

A gente deixaria aberta a votação. Quando os Senadores chegarem, eles votarão.

Os Senadores que concordam com esse encaminhamento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Telmário.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – Sr. Presidente...

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS) – Antes, vou fazer um encaminhamento, só por um minutinho, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Destina-se à indicação, mediante votação secreta, de Senador ou Senadora para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência, conforme determina o art. 7º, inciso III, alínea "f", da Resolução nº 2, de 2013.

No prazo informado pela Secretaria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, os seguintes Senadores manifestaram interesse em concorrer à vaga: Senador Marcos do Val, Senador Mecias de Jesus, Senador Chico Rodrigues e Senador Jaques Wagner.

Sendo assim, está aberto o processo de votação para escolha do Senador a ser indicado pela Comissão.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS) – Informo que a votação permanecerá aberta durante a deliberação das matérias previstas na pauta da reunião de hoje.

Peço aos Senadores que já puderem votar que se dirijam até a cabine e votem. A gente vai ver se vai dar quórum. É preciso dez integrantes. Caso não haja quórum, nós vamos suspender essa votação e fazer um novo processo na próxima na sessão.

Pela ordem, tem a palavra o Senador Telmário.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, como no início da escolha da nova Diretoria da Mesa desta Casa fui transparente, eu vou dar o meu voto no Senador Marcos do Val, o que faço de forma transparente. (*Pausa.*)

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – Estou com medo de pegar dois papéis.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, foi criada nesta Casa a Subcomissão da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional para analisar a crise na Venezuela e o impacto dessa crise no Brasil e, especificamente, no nosso Estado, que faz fronteira com o sul da Venezuela, estando no Norte do Brasil.

Nós fizemos um requerimento, Sr. Presidente. Fizemos a pauta de trabalho e, nessa pauta de trabalho, fizemos um requerimento para a realização de um ciclo de várias audiências públicas, convidando, por exemplo, o Governo do Estado; o Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima; a representante no Brasil do Presidente interino Juan Guaidó, Sra. María Teresa; o Embaixador de Negócios da Venezuela, o Sr. Freddy; o ex-Prefeito do Município da Gran Sabana, cuja capital é Santa Elena de Uairén. Sr. Presidente, o ex-Prefeito não veio; por motivos outros, ele não compareceu. Compareceram aqui o Ministro da Defesa, o Gen. Fernando – aproveitamos uma audiência pública com ele –, e também o nosso Chanceler.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Presidente, diante das oitivas que tivemos, nós fizemos uma solicitação para conversar com as autoridades venezuelanas. A nossa solicitação foi aceita, e foi montada uma comissão para ir até a Venezuela para conversar com as autoridades venezuelanas. Na comissão, num primeiro momento, quem estava disponível era o Senador Chico Rodrigues, que, inclusive, é do meu Estado, e o Senador Jaques Wagner, da Bahia, que foi Ministro, que é uma pessoa realmente muito coerente; os dois aceitaram. Nós pedimos ao Presidente do Senado, Senador Davi, que solicitasse uma aeronave, para que nós nos deslocássemos até a Venezuela. Lamentavelmente, essa aeronave foi negada pelo Poder Executivo, o que me causa espécie, porque acho que esse seria um gesto de respeito do Executivo com o Legislativo. Eu vi aqui, por exemplo, quando houve uma crise anterior na Venezuela, o Senador Aécio Neves e vários outros que faziam oposição à Presidente Dilma fazerem uma visita de vistoria na Venezuela; eles solicitaram um avião para a Presidente Dilma, e ela o cedeu naturalmente. Eu estranhei o formato do Executivo por não ceder esse avião, até porque eu não sou oposição ao Governo, o Senador Chico é o Vice-Líder, o Senador Jaques Wagner é uma pessoa centrada, uma pessoa que não faz uma oposição doente, um homem que já teve a responsabilidade de ser Ministro da Defesa do nosso País. Então, isso foi negado.

Como já estava marcada para segunda-feira passada essa audiência com o Chanceler, o Ministro das Relações Exteriores da Venezuela, o Sr. Jorge, às 11h, e com o Presidente, às 17h, eu não quis perder essa oportunidade. Nós tentamos ir para lá em avião comercial. Por questões pessoais, tanto o Senador Chico quanto o Senador Jaques Wagner ficaram impossibilitados de ir, porque tinham se organizado até para irem para lá em um avião oficial. Eu me propus a ir. A Venezuela ficou sabendo desse impasse e nos ofereceu um transporte do meu Estado para a Venezuela, e eu fui. Quero dizer a V. Exa. que o avião era muito bom. Viajamos, por uma hora e meia, de Roraima até Caracas. Fomos e voltamos na aeronave venezuelana.

O encontro aconteceu. Fui recebido na Casa Amarela pelo Ministro das Relações Exteriores, o Sr. Jorge, pelo Ministro da América Latina, pelo Ministro da América do Norte e pelo Embaixador brasileiro. Ali a gente teve um diálogo amplo com relação à questão da relação Brasil-Venezuela. Sabe por quê, Sr. Presidente? Há mais de cem anos, essa relação é pacífica, é harmônica e é importante, fundamental para as duas Nações. Só para o senhores terem uma ideia, Srs. Senadores, em 2012, o Brasil exportou para a Venezuela US$5 bilhões e importou US$1 bilhão. Nós tivemos aí um lucro, um superávit de US$4 bilhões. Isso, devido à crise venezuelana, caiu, mas, já em 2018, houve um aumento de 22%: exportamos US$576 milhões e importamos US$176 milhões, ou seja, tivemos um lucro de US$400 milhões, um superávit. Então, essa relação Brasil-Venezuela é salutar, até porque a Venezuela importa a grande maioria dos seus bens de consumo, ou seja, é bom para a produção brasileira, para a agricultura, para a pecuária, para o agronegócio principalmente.

O meu Estado de Roraima, Sr. Presidente, lamentavelmente, é um Estado que não está interligado com a energia brasileira, e há mais outro detalhe: o Estado de Roraima, no período

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

noturno, também não está ligado com o Brasil. Numa área indígena de mais de 100km, é fechada a BR-174, e a gente não tem acesso ao Brasil, Senador Marcos. Roraima é albergada, fica albergada: das 18h às 6h da manhã, fica fechada a fronteira, nós não podemos vir para o Brasil, ficamos lá, isolados. E se fechar a fronteira da Venezuela? Olhe só: a Venezuela fornece para o Estado de Roraima 80% da energia, fornece o calcário, que é a nossa fonte de produção maior, fornece o ferro e fornece a gasolina que abastece todo o Município vizinho de Pacaraima. Com o fechamento da fronteira, aí nós nos isolamos, nem para a Venezuela, nem para o Brasil. Imagine: 80% dos recursos que entram para o Estado de Roraima são do FPM. Só 20% são recursos ordinários, e esses recursos ordinários estão comprometidos com as fronteiras fechadas, porque nossa fonte de renda é o setor primário.

Então, Sr. Presidente, isso está afetando muito o Estado de Roraima. Hoje Roraima vive à beira do colapso. Para o senhor ter uma ideia, as aulas nem começaram na área rural, o transporte escolar está todo paralisado. V. Exa., Senador Nelsinho, é médico. Nós estamos com mais de 500 cirurgias só de ortopedia paradas. As cirurgias eletivas estão todas paralisadas. As empresas terceirizadas estão há mais de quatro meses sem receber. Roraima teve um aumento de violência da ordem de 50%. E o Brasil, Senador Marcos, está de costas para o meu Estado. E foi o Estado em que o Presidente Jair Bolsonaro obteve a segunda maior votação. Eu até acho que ele está com boa vontade, mas o povo não vive da boa vontade! O povo vive de ações concretas. Roraima grita por ações concretas. Agora mesmo, ele deslocou um avião para lá com dois ministros e outros representantes, mas ficou no blá-blá-blá, e blá-blá-blá não enche barriga, blá-blá-blá não gera mais empregos, não evita insegurança! Então, o Brasil precisa olhar para Roraima como ente federativo que, neste momento, grita por socorro.

Com essa preocupação toda, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, nós abrimos o diálogo com o Presidente Nicolás Maduro, nós falamos com ele, que, muito solícito, ficou sem entender a posição do Presidente Jair Bolsonaro de acatar essas sanções, esses boicotes que estão sendo feitos pelos Estados Unidos, e de tratar os seus parceiros da América do Sul no interesse geopolítico. Então, ele realmente tem uma consideração grande pelo Brasil e estendeu a mão. E eu falei para ele da questão energética, que nós precisávamos restabelecer.

Eu queria aqui, Sr. Presidente, prestar conta disso, que é importante, para as pessoas terem noção. Olhem só, apenas para terem uma ideia com relação à questão de gasto que o Brasil está tendo com essa acolhida, nos últimos 12 meses, o Brasil gastou R$265,26 milhões com a acolhida dos venezuelanos. Isso foi quase o dobro do que o Brasil gastou no Haiti de 2004 a 2017. Em um ano, o Brasil gastou o dobro com os venezuelanos. Por quê? Porque nós os estamos acolhendo dentro de casa. Eles deveriam ser acolhidos na própria Venezuela, como foi feito no Haiti.

Vamos além, só para terem uma ideia da relação de gastos com energia. Vocês vão realmente se assustar agora. Olhe só, Presidente: o consumo de energia no Estado de Roraima é de 270MW. A

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

energia de Guri, que vinha da Venezuela, estava na ordem de 130MW. Eram complementados aqueles 60MW ou 70MW nas termelétricas. Nós estamos gastando na base de um milhão de litros de diesel por dia, usando toda a capacidade. O gasto médio mensal é de R$111 milhões, considerando o diesel a R$3,70. Seria um gasto de R$1,3 bilhão/ano por falta dessa energia da Venezuela, que está suspensa. Sabem quanto a gente gasta com a energia da Venezuela? São R$264 milhões/ano. Vejam só, R$264 milhões/ano é o que a gente gasta com a Venezuela. Com a energia suspensa, nós estamos gastando R$1,3 bilhão. É um bilhão a mais, dinheiro que está fazendo falta em tudo, principalmente no meu Estado.

Então, é da maior importância a abertura dessa fronteira para realmente restabelecer a paz no meu Estado e diminuir o gasto brasileiro, que realmente está fora do controle, totalmente fora do controle.

Sr. Presidente, isso foi debatido com o Presidente da Venezuela e com o Ministro, e ele ficou muito sensível. Ele me disse: "Senador Telmário, a energia de Roraima não foi suspensa por nenhuma sanção ou boicote nosso, muito pelo contrário. Acontece que a Venezuela sofreu três grandes blecautes". Senador Anastasia, um deles foi de seis dias. Morreram pessoas nos hospitais, porque não havia energia. O Presidente confessou isso. Ele me disse que esses blecautes são fruto de sabotagem. Houve um apagão, tanto é que está funcionando a energia de forma manual. E, como está funcionando manualmente, ela tem as suas complexidades. É muito ruim mandar energia para nós assim, porque podem mandar mais ou menos, e isso derruba a rede constantemente. Então, eles estão buscando se restabelecer dessa crise, e, assim que normalizar, a energia voltará para o Estado de Roraima de forma automática. Foi uma conquista para nós, e tivemos de sensibilizar.

Com relação à questão da fronteira – o Senador Antonio Anastasia não estava aqui; estou mostrando o prejuízo que nós estamos tendo com essa relação lá –, ele me disse na hora: "Senador, o Brasil é meu parceiro, é meu amigo, é amigo da Venezuela. Eu só não quero é que desrespeite a nossa soberania, que interfira na nossa política interna". E também não é o nosso propósito. Todo mundo sabe aqui que eu não sou Maduro, não sou A, não sou B. Eu sou Brasil. Eu estou ali lutando pelo Brasil, que está tendo um prejuízo enorme na balança comercial. E o meu Estado está na beira do colapso por conta disso.

Ele me disse o seguinte: "Eu vou abrir a fronteira". Inclusive, fez o gesto: ele a abriu ontem; até sexta-feira, está aberta. E, a partir de segunda-feira, vai se montar uma mesa de trabalho entre o próprio Governo do Estado e a Venezuela, para eles equilibrarem. E me disse mais: "Compro tudo que o Brasil tiver, que Roraima tiver em alimentação. Compro tudo e pago antecipadamente". Paga antecipadamente, porque ele quer abrir para a Cruz Vermelha.

Senador Marcos, Senador Anastasia e Presidente, ele fez uma carta. Está aqui a carta. Esta carta é enviada para o Senador Davi, Presidente do Congresso e do Senado. E também se vai passar uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cópia para o Presidente da Comissão de Relações Exteriores, que é o Senador Nelsinho. Essa carta eu não li. Eu tive o cuidado de não lê-la. Fui um pombo-correio. Eu a trouxe aqui, mas não a li. O Embaixador me disse, e ele me disse: "Vou fazer uma carta, convidando o Parlamento brasileiro a vir ao meu país. Pode montar a Comissão que quiser! Quem quiser vir aqui pode vir, andar. Terá toda a liberdade no meu país, para conhecer a realidade da Venezuela".

Senador Nelsinho, uma hora ficamos só eu e o Embaixador na Casa Amarela. Quero dizer que nós tivemos uma receptividade muito boa, de Chefes de Estado. Eles tiveram muito carinho com a gente. O Embaixador foi dar uma entrevista, e eu disse: vou já descer para a pracinha. É uma praça que fica na frente, onde nasceu realmente Caracas. Eu andava na pracinha e via as pessoas ali com sorriso, alegres. Quando eu disse que era brasileiro, eu fiquei impressionado com o carinho que o povo de lá tem pelo Lula. O pessoal já estava fazendo um movimento, gritando o nome do Presidente Lula.

Em seguida, chegaram os Ministros, quando me viram lá, e eu vi o tratamento com esses Ministros diferenciado, Senador Marcos, diferente daquele que é dado aqui. A gente não é tão bobo. Então, eu olhava, e a manifestação era espontânea de todo mundo: idosos, mulheres, crianças, jovens. Queriam fazer *self*, foto, abraçando. As senhoras beijavam o Ministro, um Ministro novo, com pouco mais de 30 anos, carinhoso. Então, com todos os Ministros eu vi esse carinho muito grande, muito grande.

Agora, se vocês me perguntarem se o sistema existente hoje na Venezuela está matando os venezuelanos, eu não posso dizer "sim" nem "não", porque não tenho dado estatístico, mas uma coisa eu posso dizer: as sanções e os boicotes americanos estão matando a Venezuela.

Então, eu aqui chamo a atenção e quero aproveitar este momento, nesta tribuna, para dizer o seguinte. Muitos me criticaram: "Senador, você pegou na mão do Maduro!". Ora, eu peguei na mão do Presidente que está instalado lá, institucionalmente. Agora, porque a Venezuela é uma província, ou a Venezuela é um arquipélago... Eu vejo as grandes nações... Eu vi o Trump pegar na mão do...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – De quem?

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG. *Fora do microfone.*) – Do Presidente da Coreia do Norte.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – Do Presidente da Coreia do Norte, dos Presidentes da Rússia e da China! Então, isso são encontros institucionais e diplomáticos. Não há aqui nenhum viés...

É por isso que eu queria fazer um apelo ao Presidente Jair Bolsonaro. Eu queria que o Presidente Jair Bolsonaro entendesse que ele é empregado, como nós somos, do povo brasileiro. Do povo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

brasileiro, nós temos hoje 13 milhões de pessoas desempregadas; nós temos 100 milhões de pessoas vivendo sem saneamento básico, metade da população; nós temos aí quase 10 milhões de pessoas vivendo analfabetas, outros milhões de pessoas sem luz, sem casa para morar; morrem 56 mil pessoas assassinadas por ano. Então, são todos fatos que nós temos que observar.

E eu estava olhando com mais carinho... Eu estou aqui, Senador, aproveitando, inclusive, até uma crítica generalizada que a gente recebe, porque agora as redes sociais fazem a gente até prestar conta disso, não é? Isso é importante, porque ele é o eleitor, é ele que paga o meu salário e o seu. Então, o que acontece? Uma pessoa disse aqui para mim: "Senador, você pegou na mão do Presidente Maduro? Ele manda matar as pessoas lá. As pessoas são mortas lá...". Aí, eu estava pensando e queria aqui falar para as pessoas que têm me criticado nesse sentido e que estejam nos ouvindo. Olhem só: o Presidente Jair Bolsonaro recebeu uma facada e ficou vivo; foi um atentado. Foi um atentado, foi um atentado! Agora, no Rio, esse cantor Evaldo Rosa, músico, recebeu, ele e a família, no carro dele, 80 tiros – 80 tiros! – e morreu. Ele morreu; foi um incidente. Olha só, um recebe uma facada e escapa, é um atentado; um recebe 80 tiros e morre, é um incidente. Sabe? O pau que dá em Chico não dá em Francisco; são dois pesos e duas medidas. Eu não consigo, às vezes, entender isso, Senador. Eu, às vezes, fico meio preocupado.

"Ah, Senador, mas ele não obedeceu a uma ordem de parada". Ah! Está certo. Então, ele foi morto, a família recebeu 80 tiros, porque ele não obedeceu à ordem de parada. Aí não querem que a Venezuela reaja quando a ordem institucional é quebrada. Isso é que eu não entendo. No Brasil, se você não obedece a uma ordem de parada, é morto; imagine quem quebra a ordem institucional. Quebre, para ver, quebre!

Na ditadura, só porque eu fui dizer que o matador de um jornalista estava no palácio, invadiram a minha casa, às 2h da manhã, meu amigo. Apanharam... E a minha mãe, coitada, que era semianalfabeta, porque me chamavam de comunista e minha mãe dizia: "Não, esse não come criança, não!", porque eles meteram tanto... Senador Antonio Anastasia, minha mãe era uma pessoa analfabeta, empregada doméstica. Meteram tanto na cabeça dos pobres, das pessoas humildes que quem era comunista comia criança... Então, na hora da agonia, o cara disse que eu era comunista, e ela disse: "O meu filho não come criança!". Coitada, ela, na sua inocência... Isso às 2h da manhã, coitada. Tinha trabalhado na casa da patroa dela o dia todo, trouxe comidinha para a gente. E eu, com 18 anos, estava estudando na taca, na taca, para ir para lá; na taca, para falar o que eu não tinha feito. Você entendeu?

Então, gente, eles não conhecem o sistema. O sistema funciona assim. Eu na Presidência, V. Exa. na Presidência, Marcos na Presidência, o Senador Anastasia foi Governador. Para manter a ordem, o poder tem que prevalecer, a força do Estado tem que prevalecer, porque não há vácuo; poder não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pode dar vácuo. Se o Estado não ocupar o seu espaço, as organizações criminosas o ocupam. V. Exa. é especialista nisso, Senador Marcos; V. Exa. é especialista.

Para concluir. Presidente, então, eu fico feliz por V. Exa. me dar essa oportunidade de estar aqui, em nome dessa Subcomissão, prestando contas dessa nossa ida; dizer que foi extremamente positiva e que o Presidente da Venezuela, institucionalmente, quer manter o diálogo, ou com o Governo, o Executivo, o Legislativo, mas quer. E eu quero dizer que a briga da Venezuela, que o povo da Venezuela e as instituições da Venezuela encontrem o seu caminho para buscar a sua felicidade.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Senador Telmário, parabéns a V. Exa. por ter tido o desprendimento e o sentimento do dever de ir até o local, vir até aqui testemunhar aquilo que sentiu, que viu. Aguardo a cópia da carta endereçada à minha pessoa e à pessoa do Presidente Jair Bolsonaro, e posteriormente, numa outra reunião, nós daremos encaminhamento em relação a esse assunto.

O item 1...

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Pela ordem, Senador Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG. Pela ordem.) – V. Exa. me permite fazer um comentário sobre o pronunciamento? Há tempo? Eu não quero atrapalhar o... Muito obrigado.

Senador Telmário, eu ouvi V. Exa. quase todo o tempo e quero, apesar de saber da polêmica da visita, cumprimentá-lo pela iniciativa, em primeiro lugar porque V. Exa. é Senador do Estado de Roraima, e todos nós sabemos que o Estado de Roraima tem uma relação umbilical com a Venezuela. Na verdade, há uma dependência econômica recíproca muito grande, não só de energia mas dos outros víveres e da situação comercial e empresarial, e mesmo a questão da troca das pessoas que têm parentes na fronteira, e por aí vai.

V. Exa., naturalmente tomando a iniciativa e representando o seu Estado, tomou esse gesto, um gesto que me parece correto na chamada diplomacia parlamentar. V. Exa., então, comparece a Caracas, tem audiência com o Presidente da República da Venezuela. Não quero fazer aqui juízo de valor. Há posição minha pessoal, de meu Partido, nós temos críticas muito fortes ao método de governo do Presidente Maduro, mas acho que não é este aqui o ambiente; o ambiente é a sua visita, até porque o senhor também demonstrou, e relata aqui, aquilo que é o único caminho para a solução do conflito na Venezuela, que é o diálogo. Nenhum de nós, apesar da crítica que fazemos e da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

oposição, dentro dos limites, à situação na Venezuela, advoga uma solução de força. Jamais. Não queremos que corra ali a menor quantidade de sangue, jamais, em relação à mudança eventual do governo, que tem de ser feita pela via do diálogo e da negociação.

Eu acredito, pessoalmente, que toda abertura de negociação que possa haver é sempre positiva. E é claro que será uma decisão interna. A autodeterminação dos povos é um princípio que está na nossa Constituição. O Brasil tem toda condição de colaborar, de participar, de estimular, de induzir e pressionar por uma solução política adequada para o final da crise, que hoje é uma crise humanitária na Venezuela, mas não podemos jamais advogar qualquer solução de força. Por isso é fundamental a diplomacia, o diálogo, a intervenção, a conversa. E essa intervenção diplomática que V. Exa. representou pelo Parlamento me parece de fato positiva. V. Exa. traz essas missivas dirigidas ao nosso Presidente da Comissão de Relações Exteriores, Senador Nelsinho Trad; ao Presidente de nossa Casa, Senador Davi; e a Sua Excelência o Presidente da República, e certamente essas cartas devem ter algum conteúdo que acena, suponho eu, com algum tipo de tratativa que permita ajudar a Venezuela a sair desse momento gravíssimo, porque nenhum de nós deseja ver um país irmão nessa situação.

Repito e concluo, Sr. Presidente, que a nossa posição, minha pessoal e de meu Partido, é de oposição à situação na Venezuela e ao governo de lá, porque acreditamos que está instalada uma ditadura de fato, com consequências graves na Venezuela, mas que o caminho é o caminho do diálogo e da construção, como aliás acompanhamos em vários países o que aconteceu em um processo que seja transitório. E a ida de V. Exa. foi corajosa, do ponto de vista político inclusive, porque as críticas, eu acompanhei, foram muitas. Corajosa – mas correta, já que V. Exa. representa Roraima e tem de defender mesmo o povo de seu Estado –, ela é uma luz nessa escuridão em razão daquele governo que lamentavelmente não tem atendido a esses apelos. Quem sabe o Senador Telmário tenha sido uma das chaves para permitir um diálogo mais adequado e – não fazendo um trocadilho – mais maduro para resolver a situação naquele país irmão.

Parabéns ao Senador Telmário!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – Sr. Presidente, eu só queria dizer ao Senador Antonio Anastasia que me confortam as palavras dele O Senador Anastasia é um dos valores que temos nesta Casa. Esta Casa fica muito grande e enobrecida com a sua presença, e maior quando V. Exa. coloca a sua inteligência a serviço desta Casa e do povo brasileiro.

Então, eu agradeço a fala de V. Exa. e me regozijo com o povo mineiro, que o tem aqui dentro representando esse povo trabalhador, pacífico. V. Exa. é o típico mineiro, com muita inteligência, muita sabedoria, é uma pessoa muito coerente e, sobretudo, muito positiva.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG. *Fora do microfone*.) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – O item 1 é projeto de lei terminativo. Ele não vai entrar em pauta porque exige quórum qualificado. Fica para a próxima reunião.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 213, de 2015

- Terminativo -

Dá nova redação ao §2º do art. 2º da Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964 - Lei do Serviço Militar - garantindo às mulheres o direito de opção ao serviço militar.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin.

Relatoria: Senador Marcos do Val.

Relatório: Pela aprovação do projeto, com 2 (duas) emendas que apresenta.

Observações:

Constou da pauta em 28/3/2019 e 04/04/2019.

O Relator é o Senador Marcos do Val, que está com o relatório pronto, mas nós vamos deixar para a próxima reunião, com quórum qualificado.

O item 2, diante da ausência do Relator Marcio Bittar...

ITEM 2

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 49, de 2019

- Não terminativo -

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Belarus de Cooperação Educacional, assinado em São Paulo, em 13 de agosto de 2015.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Marcio Bittar.

Relatório: Pela aprovação.

Observações:

Constou da pauta em 04/04/2019.

Também fica para a próxima reunião.

ITEM 3

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 51, de 2019

- Não terminativo -

Aprova o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Comunidade das Bahamas, assinado em Nassau, em 7 de dezembro de 2016.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional.

Relatoria: Senador Marcos do Val.

Relatório: Pela aprovação.

Autoria: Câmara dos Deputados.

Concedo a palavra ao Senador Marcos do Val para proferir o seu relatório.

Solicito ao Senador Anastasia que assuma a Presidência para que eu possa exercer o meu direito de voto.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - ES. Para proferir relatório.) – Bom-dia!

Com fundamento no disposto no art. 49, inciso I, da Constituição, o Poder Executivo, por meio da Mensagem nº 290, de 2017, submete ao Congresso Nacional o texto do Acordo de Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Comunidade das Bahamas, assinado em Nassau, em 7 de dezembro de 2016. Acompanha o referido texto a exposição de motivos assinada pelo então Ministro de Estado das Relações Exteriores, Aloysio Nunes Ferreira Filho, e pelo então Ministro dos Transportes, Portos e Aviação Civil, Maurício Quintella Malta Lessa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Análise.

Cuida-se aqui de relevante instrumento internacional, contendo novo marco legal para a operação dos serviços aéreos entre os Territórios do Brasil e das Bahamas.

O presente acordo segue, em linhas gerais, os princípios da política denominada de "céus abertos", adotada pelo Governo brasileiro em negociações bilaterais mais recentes no campo do transporte aéreo. Também nesse formato foi o acordo firmado pelo Brasil com os Estados Unidos da América.

Assim, em comparação aos acordos anteriormente firmados, o presente ato internacional simplifica e ao mesmo tempo moderniza os serviços prestados, tornando-os mais expeditos. Com efeito, o instrumento ora em apreciação por esta Comissão libera a fixação de rotas e não limita quantidade e nem frequência de voos.

Já no que diz respeito à segurança aérea, o conjunto de acordos e convenções internacionais firmados com o objetivo de proteger a aviação civil é mencionado, comprometendo-se as partes a atuar segundo as disposições, em particular, da Convenção sobre Infrações e Certos Outros Atos Praticados a Bordo de Aeronaves, de 1963, da Convenção para a Repressão ao Apoderamento Ilícito de Aeronaves, de 1970, e da Convenção para a Repressão de Atos Ilícitos contra a Segurança da Aviação Civil, de 1971, e seu Protocolo Suplementar para Repressão de Atos Ilícitos de Violência em Aeroportos utilizados pela Aviação Civil Internacional, de 1988, entre outros instrumentos.

Ademais, o presente acordo, que tem o objetivo de incrementar os laços de amizade e entendimento entre Brasil e a Bahamas, haverá de também contribuir para o adensamento das relações entre os dois países nas esferas do comércio, do turismo e da cooperação.

Com base no exposto, e por ser constitucional e regimental, voto pela aprovação do projeto de Decreto Legislativo nº 51, de 2019.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG) – Muito obrigado, Senador Marcos do Val.

Em discussão o relatório.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG) – Com a palavra o Senador Telmário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – Para discutir o relatório, mas, antes, eu queria responder ao Ilmo. Senador Bittar, que entrou aqui dizendo: "Você pegou na mão do ditador". Eu disse assim para ele: "Olha, o ditador é o que dita ordens, Senador. O nosso pai, às vezes, é ditador, não é tirano". Todo mundo aplaudiu quando o Presidente da República pegou na mão do Trump, e ele está em muitas guerras, matando muita gente. O Presidente Trump pegou na mão do ditador, do tirano da Coreia do Norte. E o nosso Presidente... E V. Exa., quando for à China, à Rússia, vai ter o privilégio de pegar na mão também de alguns tiranos. Essas são ações diplomáticas de que nós necessitamos para restabelecer a ordem e a união na nossa Amazônia, em que está o Acre, de que V. Exa. é um grande Parlamentar. É uma honra V. Exa. ser de lá.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – Sr. Presidente, é porque eu não aguentei e fiz a brincadeira. Prefiro perder o amigo a perder a piada.

É que eu tenho uma impressão horrível sobre a Venezuela, sobre o Maduro, sobre o antecessor do Maduro e sobre o que eles fizeram na Venezuela. Eu disse aqui, por várias vezes, que não sou a favor de uma intervenção brasileira, mas eu entendo que, do ponto de vista dos valores morais e cristãos, o Brasil deve, sim, ter uma posição muito mais firme ao lado dos países que professam amor à democracia, amor aos ritos, aos acordos, e ter a democracia como valor universal.

Eu dizia inclusive aqui, na presença do Ministro de Relações Exteriores do Brasil, que talvez o maior desafio do Brasil seja andar nessa corda bamba. É lógico que os interesses econômicos não têm ideologia. Veja a China: quem é que se nega... Aliás, eu dizia também nesta mesma Comissão que, quando o Barack Obama foi receber o Dalai Lama, ele não o recebeu no Salão Oval. E não fez isso por causa da China, porque, para a China, aquilo significaria o Barack Obama entender o Tibete como um Estado, e ele cedeu a 1,3 bilhão de pessoas. Mas, ao mesmo tempo em que o Brasil precisa comercializar com o mundo inteiro, ele precisa, sim, na política externa, reforçar os seus compromissos.

Quando, por exemplo, se fala de Israel – e é uma teima que eu tenho com o nosso querido Esperidião Amin, que tem uma birra com Israel; já comentei isso brincando com ele –, eu digo que, naquela região, o único País democrático em que as mulheres são mais respeitadas é Israel, sim. Não é no Oriente Médio, onde mulher é tratada como objeto de segunda categoria, precisando da autorização do pai ou do marido para poder viajar, entre outras coisas. Um dia desses, na Arábia Saudita, se comemorava a primeira mulher que tirou carteira.

Então, é uma brincadeira, mas, de qualquer forma, acho que o Brasil precisa, sim, ter sempre do ponto de vista da política externa uma afirmação maior ao lado da democracia e dos valores cristãos que formaram a civilização ocidental e, ao mesmo tempo, equilibrar isso com seus interesses econômicos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fora isso, Sr. Presidente, eu quero dizer que vim aqui para votar nesse homem aí. Ele me pediu voto ontem, e eu disse que viria aqui votar nele. Já está feito o voto.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG) – Muito obrigado, Senador Marcio Bittar.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

Devolvo a Presidência ao Senador Nelsinho Trad e agradeço a oportunidade. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – O item 5 é da relatoria do Senador Romário, que também não está presente. Fica para a próxima reunião.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – Presidente, o item 2 – eu não consegui chegar a tempo – é de minha relatoria. Se o Presidente concordar, eu gostaria de fazê-lo agora.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Sim. Deixe-me só terminar o que está programado pela assessoria da Mesa.

ITEM 6

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 17, de 2019

- Não terminativo -

Institui o Grupo Parlamentar Brasil-França.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues

Relatoria: Senador Marcio Bittar

Relatório: Pela aprovação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

Constou da pauta em 28/3/2019 e 04/04/2019.

Concedo a palavra ao Senador Marcio Bittar para relatoria da instituição do Grupo Parlamentar Brasil-França.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC. Para proferir relatório.) – É submetido ao exame desta Comissão projeto de resolução do Senado de autoria do Senador Randolfe Rodrigues cuja finalidade é a instituição do Grupo Parlamentar Brasil-França.

O Grupo Brasil-França, a ser instituído como serviço de cooperação interparlamentar, com finalidade de incentivar e desenvolver as relações bilaterais entre os Poderes Legislativos, será integrado por membros do Congresso Nacional que a ele livremente aderirem.

O grupo parlamentar terá regulamento interno ou, na falta deste, será regido por decisão da maioria absoluta de seus membros fundadores, respeitadas as disposições legais e regimentais em vigor.

Na justificativa, o autor assinala, a respeito da França, que se trata "de um país de importância histórica para a formação do pensamento moderno" – e andaram também arrancando cabeça de gente por lá – "e está entre as maiores economias do planeta".

Eu só fiz o comentário aqui com o meu ilustre colega porque um país tão avançado como a França cortou cabeça como ninguém na Revolução Francesa. Isso é só para ver como as coisas não são tão lineares.

A matéria foi lida no dia 12 de março do corrente ano, tendo sido despachada para exame desta Comissão e da Comissão Diretora.

Análise.

Esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, nos termos do art. 103, I e VIII, do Regimento Interno do Senado Federal, detém competência para emitir parecer sobre proposições referentes a relações internacionais e outros assuntos correlatos. Dentro dessa competência, cabe destacar que esses grupos são relevantes instrumentos de viabilização da diplomacia parlamentar.

Nessa linha, convém registrar que o Poder Legislativo é o ambiente natural para o transcurso do debate democrático. Com efeito, trazer para o Parlamento temas afetos às relações internacionais, os quais, com frequência, estão adstritos ao âmbito dos Poderes Executivos dos Estados nacionais, certamente facilita a construção de uma diplomacia mais comprometida com os valores democráticos, aos quais eu me referi ainda há pouco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não bastasse isso, esses grupos são ainda ferramentas capazes de auxiliar o Congresso Nacional na concretização de seu poder fiscalizador sobre os atos do Poder Executivo, a exemplo de negociações de tratados.

Sobre as relações bilaterais dos países, estamos de acordo com o conteúdo da justificação do PRS. A República Francesa é notabilizada por ser modelo de sociedade democrática, fundada sobre os pilares da liberdade e igualdade. Serviu e ainda serve de inspiração para nossas instituições. Ademais, como bem assinalado pelo autor da proposição, a França é um de nossos maiores parceiros comerciais.

Sendo assim, estamos certos de que a instituição deste grupo parlamentar contribuirá sobremaneira para a aproximação entre ambas as nações.

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Resolução do Senado nº 17, de 2019.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Em discussão o relatório.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG) – Peço a palavra para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Com a palavra o Senador Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG. Para discutir.) – Muito obrigado, Presidente.

De maneira muito rápida, quero somente cumprimentar o Senador Randolfe, pela iniciativa de criar um grupo com a França, e, igualmente, o Senador Marcio Bittar por seu brilhante relatório, que faz uma evocação ao passado francês.

Eu queria lembrar, Senador Marcio, que nós mineiros temos uma ligação muito próxima com a França porque os mesmos ideais da Revolução se deram na Inconfidência Mineira, eventos que ocorreram exatamente no mesmo ano, em 1789. Ao mesmo tempo em que se iniciou a Revolução com a queda da Bastilha, houve o grito de Tiradentes pela independência de Vila Rica, à época. Então, a proximidade com a França é muito grande na sua concepção, nos seus ideais, nos seus princípios.

No caso do Senador Randolfe, ressalto até a proximidade física, porque o Amapá é vizinho da França, já que a Guiana Francesa é um departamento ultramarino da República Francesa.

Parabéns, Senador Marcio!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Continua em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discuti-lo, coloco-o em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão Diretora para prosseguimento da tramitação.

Item 7: Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional nº 20, de autoria do Senador Marcio Bittar.

ITEM 7

REQUERIMENTO Nº 20, de 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 74, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a constituição de uma Comissão Temporária Externa composta de 3 (três) membros titulares para, no prazo de 90 (noventa) dias, participar de missão oficial no Peru, visitando o Congresso Nacional daquele país, participando de reunião com sociedades empresárias e de encontro com autoridades governamentais peruanas.

Autoria: Senador Marcio Bittar

Vou fazer a leitura e justificativa do requerimento:

> Requeiro, nos termos do art. 74, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a constituição de uma Comissão Temporária Externa composta de 3 (três) membros titulares para, no prazo de 90 (noventa) dias, participar de missão oficial no Peru, visitando o Congresso Nacional daquele país, participando de reunião com sociedades empresárias e de encontro com autoridades governamentais peruanas.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, eu peço o apoio desta Comissão para essa matéria.

Trata-se de um assunto de sobrevivência do Estado do Acre, mas eu chamo a atenção para o objetivo, Senador Anastasia, que, no final das contas, é a realização de um acordo bilateral entre o Brasil e o Peru.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Acre, em particular, que faz divisa com o Peru e com a Bolívia mais embaixo, terá como solução econômica essa saída. Para o Acre, imaginar vender qualquer tipo de produto para o sul do País é inviável. Quando nós atravessamos Rondônia, o primeiro Estado, já não conseguimos mais concorrer em escala, em frete. Então, essa possível ligação com o Peru no acordo bilateral entre os dois países é um assunto que não interessa apenas ao Acre, mas a toda aquela parte da Região Norte do Brasil e a boa parte, Sr. Presidente, do Estado que o senhor tão bem representa e que eu amo, que é Mato Grosso do Sul, também a Mato Grosso, ao Centro-Oeste brasileiro. Não por acaso a China, quando diz que tem interesse – e tem – na construção daquela via férrea, é exatamente por esse traçado, o traçado imaginário, que até hoje não saiu do papel, mas passando exatamente ao largo da BR-364 e entrando no Peru através da região de Cruzeiro do Sul, que é onde a Cordilheira dos Andes é baixa.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - ES) – Pela ordem, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Pela ordem, com a palavra o Senador Marcos do Val.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - ES. Pela ordem.) – Peço desculpas, Presidente, e vou pedir licença para representar o Senado num evento que vai haver hoje, que é o Dia do Exército Brasileiro, que começa agora, às 10h. Então, peço licença a V. Exas., Senadores, para que eu possa estar lá, representando o Senado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Licença concedida. Faça a nossa representação valer a pena com a presença de V. Exa.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – Sr. Presidente, para terminar, o meu papel, no caso representando o Acre, é usar tudo que a gente pode, como Senador da República, para que esse acordo se acelere. Então, já foram feitas reuniões do nosso Ministério das Relações Exteriores com o Ministério de Relações Exteriores do Peru, o Presidente da Comissão, Senador Nelsinho, já esteve comigo recepcionando o novo Embaixador peruano, e a iniciativa é para que a gente faça a nossa parte de acelerar o processo. Já existe a ideia da audiência entre os dois países, o primeiro encontro entre os dois Presidentes neste ano, em novembro, no Acre. Para que ele aconteça, é necessário que a gente amadureça a pauta, a agenda daquilo que pode ser anunciado pelos dois Presidentes no segundo semestre deste ano. Então, a aprovação desse requerimento visa acelerar essa tratativa, que é uma solução prática, eficiente, racional para toda aquela região.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discuti-la, em votação o Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional nº 20, de autoria do Senador Marcio Bittar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

À Mesa para providências.

Serão retirados da pauta os requerimentos do Senador Randolfe e do Senador Jaques Wagner, pela ausência de ambos.

Senador Marcio Bittar, a Mesa indaga se V. Exa. está apto a proferir o relatório do item 4.

ITEM 4

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 74, de 2019

- Não terminativo -

Aprova o texto do Protocolo de Revisão da Convenção Internacional para a Simplificação e a Harmonização dos Regimes Aduaneiros (Convenção de Quioto Revisada), celebrada em 18 de maio de 1973 e emendada em 26 de junho de 1999, composto do texto revisado da Convenção (Apêndice I), do Anexo Geral à Convenção (Apêndice II) e dos Anexos Específicos e Capítulos que constam do Apêndice III: A (Chegada de Mercadorias ao Território Aduaneiro) - Capítulo 1 (Formalidades Aduaneiras Anteriores à Entrega da Declaração de Mercadorias), B – Capítulo 1 (Importação Definitiva), C – Capítulo 1 (Exportação Definitiva), D – Capítulo 1 (Depósitos Aduaneiros) e J – Capítulo 1 (Viajantes).

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional

Relatoria: Senador Marcio Bittar

Relatório: Pela aprovação

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – Estou, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Com a palavra o Senador Marcio Bittar para a leitura do relatório do Projeto de Decreto Legislativo nº 74, de 2019.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC. Para proferir relatório.) – O Poder Executivo submete ao Congresso Nacional, por meio da Mensagem nº 200, de 5 de maio de 2016, acompanhada de exposição de motivos conjunta do Ministro das Relações Exteriores e do Ministro da Fazenda, o texto do acordo epigrafado na ementa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A mensagem, recebida na Câmara dos Deputados, foi inicialmente aprovada pela sua Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional. O acordo foi, então, analisado e aprovado pelas comissões de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Após a aprovação no Plenário, a Câmara dos Deputados enviou o projeto para apreciação desta Casa revisora.

O texto do Protocolo de Revisão da Convenção Internacional para a Simplificação e a Harmonização dos Regimes Aduaneiros (Convenção de Quioto Revisada), celebrada em 18 de maio de 1973, e emendada em 26 de junho de 1999, é composto do texto revisado da Convenção, do Anexo Geral à Convenção, e dos Anexos Específicos e Capítulos que constam do Apêndice III: A – Capítulo 1 (Chegada da Mercadoria ao Território Aduaneiro), B – Capítulo 1 (Importação Definitiva), C (Exportação Definitiva), D – Capítulo 1 (Depósitos Aduaneiros) e J – Capítulo 1 (Viajantes) estão assim organizados:

a) Protocolo

Composto por nove artigos, o protocolo modifica a Convenção Internacional para a Simplificação e a Harmonização dos Regimes Aduaneiros, celebrada na cidade de Quioto, em 1973. O artigo 1º do protocolo altera o preâmbulo e os artigos da citada convenção nos termos constantes do Apêndice I do protocolo.

Os anexos da Convenção de Quioto serão substituídos pelo Anexo Geral, que consta do Apêndice II, e pelos Anexos Específicos que integram o Apêndice III. Importante destacar que foram encaminhados ao Congresso Nacional pelo Executivo apenas os Anexos Específicos "A", "B", "C", "D" e "J".

O protocolo e seus apêndices regulam as obrigações entre seus signatários, substituindo as disposições da Convenção de Quioto (artigo 6º).

O compromisso internacional está aberto à assinatura dos países da referida convenção, a partir de 26 de junho de 1999, funcionando como depositário o Secretário-Geral do Conselho, estatuído pela Convenção para a Criação de um Conselho de Cooperação Aduaneira, concluída em Bruxelas, em 15 de dezembro de 1950.

b) Apêndice I

O Apêndice I é composto de vinte artigos, agrupados em cinco capítulos. O Capítulo I contempla a definição e o alcance de termos e expressões utilizados no texto convencional, tais como: "prática recomendada", "norma transitória", "Anexo Geral", "Anexo Específico", "diretivas", entre outras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No Capítulo II do Apêndice I estão dispostas as regras atinentes ao âmbito de aplicação e à estrutura da convenção. As partes contratantes se comprometem a promover a simplificação e a harmonização dos respectivos regimes aduaneiros, em conformidade com as normas, normas transitórias e práticas recomendadas constantes dos anexos à convenção. Quanto a sua estrutura, a convenção compreende um corpo, um anexo geral e anexos específicos.

A Gestão da Convenção é objeto do Capítulo III. Compete ao Comitê de Gestão acompanhar a aplicação da convenção e estudar as medidas necessárias para garantir a uniformidade de sua interpretação. Integrado pelas partes contratantes, esse comitê reunir-se-á pelo menos uma vez por ano.

O Capítulo IV é denominado Partes Contratantes. Nos termos do artigo 8º, qualquer membro do conselho ou qualquer membro da Organização das Nações Unidas ou de suas agências especializadas poderá tornar-se parte da Convenção de Quioto. O Anexo Geral é obrigatório para todas as partes contratantes. Por seu turno, os Anexos Específicos ou respectivos capítulos podem ou não ser aceitos por qualquer das partes no momento da assinatura, da ratificação ou da adesão à convenção. Qualquer parte poderá denunciar a convenção, em qualquer momento após sua entrada em vigor. A denúncia deverá ser notificada por escrito e produzirá efeitos seis meses após o recebimento da notificação pelo depositário.

Intitulado Disposições Gerais, o Capítulo V dispõe sobre a entrada em vigor da convenção, o depositário, o registro e os textos autênticos. A convenção será registrada perante o Secretariado das Nações Unidas, a requerimento do Secretário-Geral do Conselho, sendo que este último funcionará como depositário da convenção e de seus instrumentos de ratificação ou adesão.

c) Apêndice II.

Denominado Anexo Geral, o Apêndice II acha-se dividido em dez capítulos, a saber: Princípios Gerais; Definições; Liberação e Outras Formalidades Aduaneiras; Direitos e Demais Imposições; Garantias; Controle Aduaneiro; Aplicação das Tecnologias da Informação; Relações entre Administrações Aduaneiras e Terceiros; Informações e Decisões Comunicadas pelas Administrações Aduaneiras; e Recursos em Matéria Aduaneira.

Os três princípios gerais que norteiam a convenção são: a) a aplicação das "definições, normas e normas transitórias" do anexo aos regimes aduaneiros e práticas aduaneiras por este abrangidos; b) a definição, pela legislação nacional, das condições e formalidades aduaneiras a cumprir; c) o estabelecimento e manutenção, pelas administrações aduaneiras, de relações de consulta com o comércio, com o objetivo de reforçar a cooperação e de promover métodos de trabalho mais eficazes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tendo em conta as necessidades do comércio, as administrações aduaneiras determinarão a competência, os dias, os períodos de funcionamento e a localização das aduanas onde as mercadorias poderão ser apresentadas ou liberadas.

A legislação nacional deverá estabelecer as condições em que são exigíveis os direitos e demais imposições; seu prazo de liquidação; os elementos que servirão de base à liquidação; os montantes; formas de pagamento; pessoa ou pessoas responsáveis; a data e o local de exigibilidade.

As administrações aduaneiras devem aplicar as tecnologias da informação nas operações aduaneiras, sempre que isso se mostre eficaz e rentável para o comércio.

Será facultado às pessoas interessadas, diretamente ou por meio de representante, tratar com as administrações aduaneiras. Por solicitação dos interessados, as administrações devem prestar, com rapidez e exatidão, as informações relativas a questões específicas relacionadas a questões tributárias.

A legislação nacional deverá prever o direito de recurso em matéria aduaneira. Esse direito é de titularidade de qualquer pessoa diretamente afetada por uma decisão ou omissão das administrações. No caso de indeferimento do pleito, o contribuinte terá direito a um recurso endereçado a uma autoridade independente da administração aduaneira. O recurso interposto deverá ser escrito e fundamentado. Em último caso, o contribuinte poderá recorrer a uma autoridade judiciária.

d) Anexos Específicos "A", "B", "C", "D" e "J".

O Anexo Específico "A" trata da chegada de mercadorias ao território aduaneiro. Os locais de introdução das mercadorias serão designados pela legislação nacional, devendo as administrações aduaneiras informar os itinerários para a movimentação de mercadorias diretamente à aduana ou outro local por elas indicado, tendo em conta as necessidades do comércio.

Os encargos cobrados pelas administrações aduaneiras relativos a serviços prestados fora do horário do expediente devem limitar-se ao custo aproximado desses serviços.

A importação definitiva, nos termos do Capítulo I do Anexo Específico "B", será regida pelas disposições do Anexo Geral aplicáveis à espécie. Além disso, de acordo com a "prática recomendada", estatuída no item 2, a legislação local deverá prever formas alternativas de declaração das mercadorias importadas, diversas da forma usual.

O Anexo Específico "C" cuida da exportação definitiva. Tal modalidade será regida pelas disposições do Anexo Geral.

O Anexo Específico "D" comporta normas relativas aos depósitos aduaneiros. Segundo o regramento, a legislação nacional deverá prever a existência de depósitos aduaneiros públicos e privados, regulando sua instalação, gestão e controle.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Norma 10 do anexo determina que, por razões consideradas válidas pelas administrações aduaneiras, qualquer pessoa que tenha o direito de dispor das mercadorias armazenadas em depósito será autorizada a examiná-las, a extrair amostras mediante o pagamento do respectivo tributo.

Por seu turno, o Anexo Específico "J" trata das facilidades aduaneiras aplicáveis aos viajantes. De acordo com a "prática recomendada 6", o controle aduaneiro dos viajantes e de suas bagagens será efetuado por meio de duplo canal.

A declaração das mercadorias poderá ser realizada verbalmente, sendo lícito às administrações aduaneiras exigir uma declaração escrita ou por via eletrônica, quando os bens importados tiverem natureza comercial ou excederem os limites de isenção autorizados pela legislação nacional.

No regresso ao seu país, os viajantes residentes deverão ser autorizados a reimportar, com franquia de direitos e demais imposições, seus bens pessoais e seus meios de transporte de uso privado. No caso dos viajantes não residentes, as administrações aduaneiras também não deverão exigir qualquer documento aduaneiro ou de garantia para a admissão temporária dos bens pessoais, exceto quando o valor ou a quantidade desses bens ultrapassar os limites estabelecidos pelas leis locais, ou caso representem um risco para o Erário.

Análise.

Compete à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional opinar sobre proposições referentes aos atos e relações internacionais.

Não há vícios no que diz respeito a sua juridicidade.

Inexistem, por igual, vícios de constitucionalidade sobre a proposição, uma vez que observa o disposto no art. 49, I, e no art. 84, VIII, da Constituição Federal.

O protocolo ora analisado tem por escopo eliminar as disparidades entre os regimes e as práticas aduaneiras; responder as necessidades do comércio internacional em matéria de facilitação, simplificação e harmonização dos regimes aduaneiros; assegurar a elaboração de normas adequadas em matéria de controle aduaneiro; e permitir que as administrações aduaneiras se adaptem às alterações ocorridas no comércio, nos métodos e nas técnicas administrativas.

Na exposição de motivos ministerial, que acompanha a Mensagem nº 200, de 2016, registra-se que a convenção representa a adoção das melhores práticas internacionais em matéria aduaneira, incentivadas pela Organização Mundial de Aduanas, e adotadas por países que representam mais de 80% do comércio internacional. Ainda assim, entre as 14 maiores economias do globo, e particularmente entre o grupo dos Bric (Brasil, Rússia, China e Índia), apenas o Brasil ainda não é signatário da Convenção de Quioto Revisada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Argumenta-se, na exposição de motivos, que a Convenção de Quioto Revisada representa marco importante para a simplificação dos controles, constituindo o ponto de partida e o pano de fundo para as atuais negociações sobre facilitação do comércio na Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC).

A incorporação dessa convenção ao ordenamento jurídico brasileiro propiciará maior inserção do País no cenário exterior, fazendo com que os principais atores no comércio internacional tenham conhecimento da adequação brasileira aos padrões e às melhores práticas mundiais em matéria aduaneira.

Destaca-se ainda, na mesma exposição de motivos, que a adesão complementa o processo de adequação da legislação brasileira, compilada e disciplinada no Regulamento Aduaneiro, e do Mercado Comum do Sul (Mercosul), consubstanciada no Código Aduaneiro do bloco regional, às modernas tendências internacionais aduaneiras, calcadas na gestão de risco, na informatização, na cooperação entre aduanas e entre estas e o comércio e na simplificação e harmonização de procedimentos.

Esse instrumento internacional representa, seguramente, avanço relevante para a simplificação e a harmonização dos regimes aduaneiros. Entre os principais pontos positivos, podemos destacar os relativos a informações aduaneiras, à instituição do Comitê de Gestão, à cooperação, às administrações aduaneiras e às regras para aduanas em fronteiras comuns. Adicionalmente, destacam-se como significativas as normas sobre declarantes, análise documental, tradução de documentos, prazo para a verificação das mercadorias, autorização de entrega, abandono ou destruição de mercadorias, garantias contratuais, controle aduaneiro, movimentação de mercadorias e depósitos aduaneiros.

A adesão do Brasil à Convenção de Quioto Revisada transmite à comunidade do comércio internacional o reconhecimento do País à adoção de boas práticas aduaneiras e à harmonização de regras que facilitem o intercâmbio entre as nações.

Além disso, já se sabe que a convenção é cada vez mais utilizada pela Organização Mundial do Comércio (OMC) como a linguagem dos procedimentos aduaneiros. E, como consequência, espera-se maior crescimento e dinamismo do comércio global brasileiro a partir da adesão a esse conjunto de atos internacionais enfeixados do projeto de decreto legislativo em apreço.

Ante o exposto, pela sua conveniência aos interesses do País, por ter amparo jurídico e ser de boa técnica legislativa, o voto é pela aprovação do projeto de decreto legislativo.

Sr. Presidente, acho que fica claro na leitura que se trata de uma adequação do Brasil, ainda que atrasada. Como aqui nós lemos, na questão dos Brics, o Brasil é o único país que ainda não aderiu a essa prática, que se trata de uma adequação e de uma modernização na sinalização do Brasil para o comércio internacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É o exposto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Em discussão o relatório do nobre Senador Marcio Bittar. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-lo, em votação.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório ao Projeto de Decreto Legislativo nº 74, de 2019.

À Mesa para providência.

Aproveitando que há mais um item da pauta com a relatoria do Senador Marcio Bittar, solicito que ele também profira o relatório ao Projeto de Decreto Legislativo nº 49.

ITEM 2

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 49, de 2019

- Não terminativo -

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Belarus de Cooperação Educacional, assinado em São Paulo, em 13 de agosto de 2015.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional

Relatoria: Senador Marcio Bittar

Relatório: Pela aprovação

Observações:

Constou da pauta em 04/04/2019.

Com a palavra o Senador Marcio Bittar.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – Sr. Presidente, eu peço a permissão de V. Exa. para ir diretamente à análise.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Perfeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC. Para proferir relatório.) – Compete à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional opinar sobre proposições referentes aos atos e relações internacionais, conforme o art. 103, I, do Regimento Interno do Senado Federal.

Não há vícios no que diz respeito à juridicidade da matéria ora em exame por este Colegiado.

Inexistem, por igual, vícios de constitucionalidade sobre a proposição, uma vez que observa o disposto no art. 49, I, e no art. 84, VIII, da Constituição Federal.

Em conformidade com a exposição de motivos ministerial que o instrui, o acordo sob análise, esse – abro aspas – "é o primeiro instrumento assinado entre os dois países no campo da cooperação educacional, e estabelece como compromisso principal fomentar as relações entre os países, com vistas a contribuir para o desenvolvimento do ensino em todos os seus níveis e modalidades" – fecho aspas.

Afirma também o documento ministerial que – abro aspas – "a cooperação poderá incluir, de forma não exaustiva, o intercâmbio de docentes e estudantes e de materiais didáticos e outros materiais de estudos, além da participação em programas, projetos e eventos desenvolvidos pelos Ministérios de Educação de ambas as partes, incluindo programas de bolsas de estudos oferecidos de acordo com as legislações internas" – fecho aspas.

Cabe registrar, no âmbito deste relatório, que o Ministério da Educação participou da elaboração do acordo e aprovou sua versão final, conforme esclarece a citada exposição de motivos.

Sob o prisma das relações internacionais, julgamos que o compromisso internacional ora em exame regula de modo satisfatório a cooperação educacional bilateral, constituindo-se em instrumento de intercâmbio e de aproximação entre as partes, razão pela qual se coaduna com o princípio da cooperação entre os povos, insculpido no inciso IX do art. 4º da Constituição Federal.

Assim, pela relevância das ações a serem desenvolvidas no campo da educação e por entender que a aprovação deste acordo de cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Belarus trará benefícios aos povos dos dois países, além de fortalecer os laços de amizade que unem essas nações, vemos de modo favorável essa iniciativa de cooperação.

Voto.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 49, de 2019.

Era o que tinha, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Em discussão. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo quem queira discuti-lo, em votação o relatório do nobre Senador Marcio Bittar, a quem parabenizo pelos relatórios apensados nesta reunião, extensivamente a sua assessoria.

O Projeto de Decreto Legislativo 49, de 2019, continua em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-lo, em votação.

Os Senadores que concordam com o parecer do Senador Marcio Bittar permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

Nós temos aqui... Eu quero agradecer a presença do Senador Romário, que se deslocou da Presidência da Comissão de Assuntos Sociais justamente para poder ler o relatório do Projeto de Resolução do Senado nº 6, de 2019.

ITEM 5

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 6, de 2019

- Não terminativo -

Institui o Grupo Parlamentar Brasil-Estados Unidos da América.

Autoria: Senador Roberto Rocha

Relatoria: Senador Romário

Relatório: Pela aprovação

Observações:

Constou da pauta em 04/04/2019.

Concedo a palavra ao Relator, Senador Romário.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ. Para proferir relatório.) – Bom dia, Presidente, Senador Nelsinho Trad. Bom dia a todos os Senadores presentes e a todos os presentes nesta Comissão.

O Projeto de Resolução do Senado nº 6, de 2019, de autoria do Senador Roberto Rocha, institui o Grupo Parlamentar Brasil-Estados Unidos da América.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os grupos e frentes políticas internacionais ganharam disciplina a partir da Resolução nº 14, de 2015, que, apesar de dispor especificamente sobre a criação do Grupo Parlamentar Brasil-Marrocos, adicionou um dispositivo sobre a instituição de grupos e frentes parlamentares internacionais em geral, de caráter permanente e destinam-se a exercer a diplomacia parlamentar sem objetivos político-partidários.

Eles se constituem por Parlamentares que o aderirem e funcionarão segundo estatutos próprios, sempre submetidos às regras contidas no Regimento Interno do Senado Federal.

Tais frentes parlamentares internacionais, Sr. Presidente, não disporão de verbas orçamentárias do Senado Federal, salvo quando eventuais despesas imprescindíveis ao seu funcionamento forem expressamente autorizadas pela Comissão Diretora ou pelo Presidente da Casa.

Com base nesses princípios e respeitando esses dispositivos, o Senador Roberto Rocha propõe a criação do Grupo Parlamentar Brasil-Estados Unidos da América, com a "finalidade de incentivar e desenvolver as relações bilaterais entre seus Poderes Legislativos" (art. 1º).

A liberdade de associação é reforçada no art. 2º, que determina que o grupo "será integrado por membros do Congresso Nacional que a ele livremente aderirem", e ainda no art. 4º, que define que o Grupo Parlamentar "reger-se-á pelo seu regulamento interno ou, na falta deste, pela decisão da maioria absoluta de seus membros fundadores, respeitadas as disposições legais e regimentais em vigor".

Do ponto de vista do mérito, a proposição está perfeitamente adequada aos objetivos da atuação congressual, expressa principalmente nas palavras do Senador Roberto Rocha, quando diz que – abro aspas – "a evidente importância dos Estados Unidos da América no cenário mundial, por si só, justifica a criação desse mecanismo de diálogo entre nossos parlamentos"– fecho aspas.

Brasil e Estados Unidos da América contam com mais de 30 mecanismos de diálogo, abrangendo temas como comércio, investimentos, energia, meio ambiente, educação, ciência, tecnologia e inovação, defesa, segurança e cooperação trilateral, sendo, portanto, também desse ponto de vista, extremamente oportuna a criação deste grupo parlamentar.

O autor registra, ainda, que os EUA são nosso segundo parceiro comercial, sendo o perfil de nossas exportações composto por produtos de alto valor agregado, manufaturados e semimanufaturados, além de que os Estados Unidos é o país com maior volume de investimento direto no Brasil.

Voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Diante do exposto e em face da constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do requerimento em exame, opinamos pela aprovação do Projeto de Resolução nº 6, de 2019, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradecemos ao Senador Romário pela leitura do relatório do projeto que institui o Grupo Parlamentar Brasil-Estados Unidos da América (Projeto de Resolução nº 6, de 2019).

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-lo, em votação.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório.

A matéria vai à Comissão Diretora para prosseguimento da tramitação.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Nós é que lhe agradecemos, Senador Romário.

Solicito à Mesa que veja quantos Senadores já exerceram o direito ao voto. (*Pausa.*)

Vou dar um prazo de cinco minutos para vermos se atingimos o quórum necessário. Caso contrário, determinarei o cancelamento da votação para a escolha do membro da Comissão de Relações Exteriores para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência. Informo que nova votação será realizada na próxima reunião deliberativa.

Suspendo a reunião por cinco minutos.

(*Suspensa às 10 horas e 20 minutos, a reunião é reaberta às 10 horas e 24 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Está retomada a reunião.

Diante da informação da Mesa de que já existe número legal de votantes, convido o Senador Antonio Anastasia para atuar como escrutinador da indicação do membro da CCAI.

Consulto o Plenário se podemos proceder à apuração da votação de forma aberta. (*Pausa.*)

Não havendo objeção, vamos abrir a urna e fazer a contagem dos votos.

(*Procede-se à apuração.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Após a apuração dos votos, declaro eleito o Senador Marcos do Val para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência.

Deliberação da ata da reunião anterior. Proponho ainda a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 11ª Reunião da Comissão, realizada em 11 de abril de 2019.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, convocando-os para a próxima reunião ordinária, na próxima quinta-feira.

Agradeço a presença de todos. Muito obrigado.

(*Iniciada às 9 horas e 04 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 26 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 5ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE MARÇO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às dez horas e vinte e oito minutos do dia vinte e seis de março de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob as Presidências dos Senadores Marcos Rogério, Wellington Fagundes e Jayme Campos, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Jarbas Vasconcelos, Eduardo Gomes, Fernando Bezerra Coelho, Esperidião Amin, Marcelo Castro, Luiz do Carmo, Plínio Valério, Styvenson Valentim, Elmano Férrer, Flávio Bolsonaro, Izalci Lucas, Selma Arruda, Jorge Kajuru, Fabiano Contarato, Eliziane Gama, Veneziano Vital do Rêgo, Alessandro Vieira, Jean Paul Prates, Jaques Wagner, Paulo Rocha, Telmário Mota, Lucas Barreto, Angelo Coronel, Nelsinho Trad, Marcos do Val, Otto Alencar, Rodrigo Pacheco, Paulo Paim, Chico Rodrigues e Dário Berger. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Vanderlan Cardoso, Acir Gurgacz, Carlos Viana e Irajá. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 11, de 2019** que: "Requer a realização de audiência pública, tendo como convidados o Ministro de Estado da Educação, Ricardo Vélez Rodriguez, e o Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, Carlos Alberto Decotelli da Silva, para apresentar esclarecimentos acerca das obras inacabadas das creches e pré-escolas no país e em capitais brasileiras." **Autoria:** Senador Weverton. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 13, de 2019** que: "Requer, em aditamento ao Requerimento nº 08/2019-CI, e considerando o que preceitua o artigo 398, V, do RISF, a substituição do convidado TARCÍSIO GOMES DE FREITAS, Ministro de Estado da Infraestrutura, pelo Senhor MARCELO SAMPAIO, Secretário Executivo do Ministério da Infraestrutura, mantendo-se os demais convidados." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 3 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 15, de 2019** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, que seja convidado o Senhor Presidente da Petrobras, com vistas a discutir a privatização das refinarias e das fábricas de fertilizantes contidas no Plano de desinvestimento da Petrobrás." **Autoria:** Senador Jean Paul Prates. **Resultado:** Aprovado. **2ª Parte - Audiência Pública Interativa**. **Finalidade:** Expor assuntos de relevância do Ministério de Minas e Energia (art. 50, § 1º da Constituição, e art. 397, § 1º do Regimento Interno do Senado Federal). **Participante:** Bento Albuquerque, Ministro de Estado de Minas e Energia. **Resultado:** Audiência pública interativa realizada. Fazem uso da palavra os Senadores Jorge Kajuru, Telmário Mota, Jean Paul Prates, Jaques Wagner, Chico Rodrigues, Elmano Férrer, Luiz do Carmo, Fabiano Contarato, Izalci Lucas, Alessandro Vieira e Esperidião Amin. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

horas e trinta e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Marcos Rogério

Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/03/26

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Bom dia a todos.

Declaro aberta a 5ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior.

As Sras. e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Nós dividiremos a nossa reunião de hoje em duas partes e, na primeira, nós teremos a deliberação de alguns itens da pauta (requerimentos).

1ª PARTE
ITEM 1
REQUERIMENTO Nº 11, de 2019
- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública, tendo como convidados o Ministro de Estado da Educação, Ricardo Vélez Rodriguez, e o Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(FNDE), Carlos Alberto Decotelli da Silva, para apresentarem esclarecimentos acerca das obras inacabadas das creches e pré-escolas no País e em capitais brasileiras.

Autoria: Senador Weverton.

Proponho fazermos a leitura de todos os requerimentos e a respectiva votação em bloco.

Pode ser? (*Pausa.*)

Não havendo objeção, faremos dessa forma.

ITEM 2

REQUERIMENTO Nº 13, de 2019

- Não terminativo -

Requer, em aditamento ao Requerimento nº 08/2019-CI, e considerando o que preceitua o artigo 398, V, do RISF, a substituição do convidado TARCÍSIO GOMES DE FREITAS, Ministro de Estado da Infraestrutura, pelo Sr. MARCELO SAMPAIO, Secretário Executivo do Ministério da Infraestrutura, mantendo-se os demais convidados.

Autoria: Senador Alessandro Vieira.

O Inciso V do art. 398 do Regimento Interno estabelece que a reunião em que comparecer Ministro de Estado será destinada exclusivamente ao cumprimento dessa finalidade. Por essa razão, a mudança.

ITEM 3

REQUERIMENTO Nº 15, de 2019

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, §2º, V, da Constituição Federal, que seja convidado o Sr. Presidente da Petrobras, com vistas a discutir a privatização das refinarias e das fábricas de fertilizantes contidas no Plano de Desinvestimento da Petrobras.

Autoria: Senador Jean Paul Prates.

Esses são os requerimentos que constam da Ordem do Dia de hoje.

Submeto-os à votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados.

Passamos, neste momento, para a fase da audiência pública.

A presente audiência pública tem como convidado o Ministro de Estado de Minas e Energia. Sr. Bento Albuquerque, e está fundamentada no §1º do art. 50 da Constituição Federal, que estabelece que os Ministros de Estado poderão comparecer ao Senado Federal, à Câmara dos Deputados ou qualquer de suas Comissões, por sua iniciativa e mediante entendimentos com a Mesa respectiva para expor assunto de relevância de seu Ministério.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Comissão terá, pois, a oportunidade de ouvir e questionar o Ministro de Minas e Energia acerca dos desafios, das prioridades, dos projetos estratégicos, do cronograma de obras e da agenda legislativa e regulatória da pasta.

Para dar início à audiência, convido, para que tome assento à mesa, S. Exa, o Ministro de Estado de Minas e Energia, Bento Albuquerque. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Pela ordem, Senador Kajuru.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO. Pela ordem.) – Obrigado a V. Exa., Presidente Marcos Rogério.

Permita-me uma humilde sugestão aqui aos nossos colegas e a V. Exas., Senadores e Senadoras. Eu acompanhei a reunião da semana passada da CAE (Comissão de Assuntos Econômicos) e lá, de repente, mudou-se uma regra. Eram quatro autoridades falando. Hoje aqui temos uma autoridade, que, aliás, merece todo o meu respeito por ser preparado, um cearense que foi viver no Rio de Janeiro – Não é isso? –, o Almirante Bento Albuquerque. Sete Senadores faziam perguntas. Aí o convidado tinha que ficar anotando as perguntas. Correto?

Então, cada Senador fazia quatro perguntas. Quatro vezes sete, vinte e oito. Ou seja, é humanamente impossível. O próprio convidado fica numa situação difícil, porque às vezes ele acaba não respondendo a uma pergunta de um Senador ou de uma Senadora.

Então, a minha humilde sugestão é: não dá para diminuir a rodada de Senadores em perguntas para até não prejudicar no caso hoje, aqui, o Ministro?

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Senador Kajuru, a ponderação de V. Exa. é interessante e a praxe desta Comissão tem sido de a gente fazer por blocos.

Excepcionalmente, quando nós temos um número menor de Senadores na fase das perguntas, então, permite-se que todos apresentem as suas ponderações e, na sequência, o convidado faz as respostas ou as alegações finais.

Isso em razão de que, na maioria das vezes, em boa parte das vezes, os Senadores acabam por fazer ponderações, comentários em relação à pauta e, não raras vezes, não apresentam sequer questionamentos. Mas havendo aqui, no momento dos questionamentos, o número de Senadores que permitam fazer por bloco, a gente faz. Não há nenhuma dificuldade em relação a isso.

Vamos tocar de maneira que a gente possa otimizar o trabalho e permitir que os Senadores participem, debatam, questionem, e que o convidado também tenha a oportunidade de fazer essas respostas aos Senadores presentes à Comissão.

Agradeço à ponderação de V. Exa., que contribui com o andamento dos trabalhos.

Eu agradeço a presença aqui dos Srs. Senadores, que hoje comparecem em grande número a esta Comissão, em respeito à Comissão e à presença também do Ministro de Estado Almirante Beto Albuquerque, Ministro de Minas e Energia, a quem agradeço desde logo a presença junto a esta Comissão do Senado da República, que é a Comissão responsável por discutir as matérias atinentes à infraestrutura do País e também propor nesse segmento, nesse setor, que é fundamental para o desenvolvimento do Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu informo ao Ministro que o tempo para a exposição será de vinte minutos, com a tolerância desta Presidência e, ao final da exposição, será concedida a palavra aos Srs. e Sras. Senadoras, conforme se encontra sobre a mesa.

Desde logo, passo a palavra a S. Exa., o Ministro Bento Albuquerque.

O SR. BENTO ALBUQUERQUE – Muito obrigado, Presidente, Senador Marcos.

É uma honra, uma satisfação muito grande comparecer aqui. É a minha primeira visita oficial ao Congresso e me faz muito feliz estar aqui no Senado Federal.

Agradeço o convite e, em nome do Senhor, cumprimento todos os demais Senadores e as senhoras e senhores aqui presentes para essa breve apresentação, mas já de antemão peço um pouquinho mais de 20 minutos. Eu serei breve porque entendo que o mais interessante, como o próprio Senador Kajuru colocou, é a fase dos debates; e acho que é nessa interação que poderei, talvez, esclarecer melhor todos os pontos.

Vamos iniciar a apresentação.

A ideia, a agenda que preparei é falar um pouco, antes de entrar nas ações prioritárias do Ministério de Minas e Energia. É importante... Foi muito importante para mim, ao assumir o ministério, conhecer um pouquinho mais do setor energético brasileiro. Então, farei uma apresentação para os senhores mostrando qual é a relevância do setor energético para o Brasil, algumas características da nossa matriz energética que é bastante peculiar no mundo, os desafios que temos, o arranjo institucional e, por fim, o mais interessante que são as ações prioritárias do ministério.

A energia é fundamental para o desenvolvimento e o crescimento econômico de qualquer país e nós trabalhamos essa questão de forma bastante planificada. Para tanto, temos uma empresa de planejamento energético chamada EPE, que faz as projeções do setor de energia do País. Atualmente a EPE e a Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético do ministério consideram, de acordo com os estudos, um crescimento médio de 2,7% entre 2018 e 2022 e, de 2023 a 2027, 3%, o que efetivamente vai levar a um aumento na demanda por energia.

Só para os senhores terem ideia da magnitude de investimentos que vai haver, considerando aqueles números que eu apresentei para os senhores de um crescimento de 2,7% até 2022 e até 2027 de 3%, significa investimentos da ordem de R$ 1,5 trilhão em petróleo, gás e biocombustíveis; até 2027, R$ 400 milhões em energia elétrica e R$ 80 bilhões até 2022 na mineração.

O ministério, ano passado, foi responsável por aproximadamente um terço das receitas do Governo Federal, com a arrecadação de impostos da ordem de R$74 bilhões.

As características da matriz energética. Nós podemos nos orgulhar de que nós temos uma das matrizes mais limpas do mundo. Os senhores podem ver que no Brasil 44% são de fontes renováveis e 56% não renováveis. O mundo é isso aqui, 14% de renováveis e 86% de não renováveis.

Eu participei há pouco tempo, nos Estados Unidos, de uma, talvez, a maior convenção de energia do mundo, chamada de CERAWeek, lá, em Houston, e um dos pontos principais que estavam sendo abordados lá era a transição energética e eu, participando de um painel, pude dizer lá, para eles, que a transição energética aqui no nosso País já começou há muitas décadas, principalmente na década de 70, quando nós construímos Itaipu. E Itaipu até hoje é a maior hidrelétrica binacional do mundo, também um exemplo em todos os outros sentidos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a nossa transição energética aqui, na realidade, começou há 40, 50 anos, e é por isso que hoje em dia nós estamos nessa condição, que eu diria que é uma condição privilegiada, porque, vejam os senhores, as emissões de gás carbônico *per capita*, por habitante, nos Estados Unidos, 15.5, no Brasil, 2.2, e isso significa que nós podemos, devemos e vamos crescer, porque temos como suportar esse desenvolvimento sustentável dentro de matrizes limpas. Está aqui: o País, por habitante, apenas tem uma emissão de 2.2, enquanto outros países, que os senhores estão vendo aí, têm esse grau de emissão.

Bom, e quais são os desafios para isso tudo? Nós temos, como eu disse, que promover a inspeção da matriz, garantir a segurança energética – segurança energética é o que nós estamos fazendo hoje, por exemplo, em Roraima, a um custo muito elevado; vou abordar isso um pouquinho mais adiante –, atender os objetivos do desenvolvimento sustentável e, fundamental para que a gente tenha crescimento e desenvolvimento, justeza tarifária.

Hoje, infelizmente, a nossa energia é uma energia cara, é uma energia que, comparada com outros países, e eu não estou comparando a países desenvolvidos, mas a países até aqui, dentro da América do Sul, é uma energia cara. A nossa energia é, por exemplo, três vezes maior do que a energia gerada nos Estados Unidos.

Bom, e como é que nós pretendemos fazer tudo isso, essa justeza tarifária, que é decorrente de diversos fatores? Nós estamos procurando aperfeiçoar a governança do ministério e dos órgãos vinculados ao ministério, a estabilidade regulatória e jurídica é fundamental para aqueles investimentos que nós vimos, da ordem de R$1,7 trilhão, se nós considerarmos petróleo, gás e a parte elétrica e também a mineração.

E isso tudo constitui o quê? Previsibilidade para os investimentos. É fundamental. Ninguém vai investir se não tiver as condições, se não tiver as garantias para aportar aqui os seus recursos e ter, como qualquer investimento, o retorno esperado.

E qual é o arranjo institucional que nós temos no ministério? Nós estamos organizados – e eu vou mostrar a seguir como nós estamos estruturados no ministério – para isso, para planejar e executar as políticas dos setores, para fomentar a sustentabilidade e o desenvolvimento econômico, social e ambiental, incentivar o desenvolvimento de novas tecnologias.

E isso tem ocorrido efetivamente. Vou dar aqui dois exemplos. Da energia eólica e da energia solar no País caiu muito o preço. Se não me falha a memória, da eólica caiu megawatt/hora de U$121 para U$19 em dez anos, menos de dez anos. E isso aí é tudo fruto disso, desenvolvimento e utilização de novas tecnologias. Evidentemente que está associado também a uma maior demanda, a uma maior escala de consumo. O preço tende a cair. E a busca do equilíbrio estrutural e conjuntural do sistema.

Bom, é dessa forma que nós estamos estruturados. Tem ali o ministro, o seu gabinete, a secretaria executiva. E aqui estão presentes a minha secretária executiva e os meus secretários, que é o secretário de energia elétrica, o secretário de planejamento e desenvolvimento energético, petróleo, gás natural e biocombustíveis, e finalmente geologia, mineração e transformação mineral.

E as entidades vinculadas ao ministério são três agências reguladoras: a Aneel, de energia elétrica; a ANP, de petróleo, gás e biocombustíveis; a Agência Nacional de Mineração. E os outros são

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

empresas de economia mista ou empresas dependentes, vinculadas ao ministério. De economia mista, Eletrobras e Petrobras, que são as maiores empresas do País...

(*Soa a campainha.*)

O SR. BENTO ALBUQUERQUE – ... e as empresas do Serviço Geológico brasileiro, o CPRM; a do pré-sal, que é a PPSA; a INB, que é Indústrias Nucleares do Brasil; e a Nuclep, que é uma empresa de equipamentos pesados.

E quais foram as ações práticas que nós adotamos no ministério desde que assumimos? Primeiro, eu me dirigi a todos os funcionários do ministério e fiz isso na minha primeira semana no ministério. Depois, iniciamos uma série de reuniões durante sessenta dias, em que nos reunimos com os investidores, nos reunimos com todas as associações vinculadas ao ministério, associações do setor elétrico, associações do setor de mineração, associações do setor de petróleo. E essa reunião foi baseada no princípio de que nós apresentávamos as nossas ações, como nós víamos cada setor, aquilo que gostaríamos de fazer e escutamos também todas as colocações que foram feitas.

E, dessa forma, vamos realizar agora no mês de junho uma nova rodada de reuniões, em que nós vamos fazer uma avaliação e uma reavaliação de todos os trabalhos, tanto por parte do ministério como por parte das associações. Também nos reunimos...

Já tive duas coletivas de imprensa formais lá no ministério, em que eu também, na primeira reunião, apresentei as ações do ministério e agora nós já começamos a fazer uma avaliação, uma crítica sobre tudo aquilo que nós estamos conduzindo. Também estamos trabalhando com órgãos do Estado brasileiro, como o Tribunal de Contas da União, que é fundamental para o acompanhamento das atividades do Executivo, particularmente as do Ministério de Minas e Energia.

Bom, também tivemos oportunidade e foi muito interessante. Estão sendo bastante produtivas, porque estamos alcançando resultados, as relações que estamos tendo com os Parlamentares, principalmente a partir do início de fevereiro, quando se iniciou a nova legislatura, e também com os Governadores de Estado. Já tivemos mais de 60 encontros e também tivemos reuniões de trabalho com todas as entidades, aquelas que eu mencionei para os senhores: as agências reguladoras e as empresas. Tivemos reunião de trabalho com todas essas organizações e vamos também voltar a realizar isso sempre de forma bimestral, para que a gente possa ter uma avaliação melhor do andamento dos assuntos.

Em termos internacionais, nós tivemos missões e já acordos, principalmente em face das visitas presidenciais ao País ou do Presidente ao exterior.

Iniciando pela penúltima, que foi aos Estados Unidos, lá foi lançado um fórum de energia Brasil-Estados Unidos e estabelecemos já o mecanismo de cooperação e também, até o dia 20 de abril, virá uma delegação do Departamento de Energia dos Estados Unidos e também da área de mineração, para iniciarmos e cumprirmos uma agenda que está sendo elaborada pelos dois ministérios. Entendemos que é um bom momento para nós realizarmos essa cooperação. Temos muito para trocar e muito também para obter de resultado.

Em relação ao Peru, também numa participação internacional do ministério, nós fizemos uma declaração de cooperação na área de energia e mineração. Estamos para programar uma visita técnica do Peru ao País, que deve ocorrer também no mês de abril ou início do mês de maio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje está indo uma delegação do Ministério de Minas e Energia para a Argentina, para cumprir uma agenda de intercâmbio de energia e mineração e com o regresso previsto para sexta-feira.

Em relação ao Paraguai, nós já iniciamos os trabalhos em nível do País, do Brasil, e iniciaremos também, a partir do segundo semestre, tratativas com a parte paraguaia.

E a Bolívia, como os senhores sabem, agora, em 2019, vence o contrato do Gasbol, o gasoduto Bolívia-Brasil, que foi construído pela Petrobras. Já iniciamos as negociações. A Petrobras iniciou as negociações com o acompanhamento do ministério porque a questão do gás – nós vamos ver mais adiante – é vital para o futuro da matriz energética do País.

Agora, vamos falar das ações prioritárias do ministério, vamos falar de todas essas ações, vamos falar delas por cada setor. Iniciaremos pelo setor de petróleo, gás e biocombustíveis e depois vamos para o setor elétrico e também para o setor de mineração.

No que diz respeito ao setor de petróleo, gás e biocombustíveis, antes de iniciar a apresentação das ações prioritárias, eu gostaria de apresentar algumas características dentro da ação prioritária do ministério, que é o leilão do excedente da cessão onerosa, como é conhecido. O que significa esse leilão em termos de reservas para o País? É estimado que nós venhamos a dobrar as nossas reservas existentes, que hoje são da ordem de 12 bilhões de barris: a perspectiva é que alcancem 20 a 24 bilhões de barris.

Serão arrecadados, nos próximos 35 anos, cerca de R$1 trilhão. O pico da produção nessa área deverá ser de 2 milhões de barris por dia, e deverão ser construídas aproximadamente 17 plataformas para apoiar essa operação.

Para os senhores terem ideia, o setor de petróleo e gás hoje responde por 13% do PIB brasileiro, e a expectativa é de que esse número cresça bastante nos próximos 20 anos. Entre 2017 e 2040, o Brasil responderá por 23% do aumento de produção mundial de petróleo – daqui a 20 anos nós seremos um dos cinco maiores produtores de petróleo do mundo – e também dobraremos, até 2030, a nossa produção de gás natural, que irá de 112 para 220 milhões de metros cúbicos/dia.

Eu estive, como eu falei, recentemente na CERAWeek, eu estava participando de um painel, e nesse painel estava o Presidente da British Petroleum, e ele, espontaneamente, durante o painel, disse que o novo Oriente Médio do mundo era o pré-sal brasileiro. Isso ele falou com todas as palavras, e isso foi muito abordado lá, inclusive durante a visita do Presidente aos Estados Unidos.

E do que a gente precisa para viabilizar essa cessão onerosa e qual é a motivação que nós temos para isso? Como eu disse, são valores fabulosos em termos de riqueza. É considerada a província com maior nível de produtividade e volume do mundo e ela também proporcionará uma coisa muito interessante que é a integração do gás do pré-sal na matriz energética brasileira, principalmente na região que demanda maior volume de energia segura...

(*Soa a campainha.*)

O SR. BENTO ALBUQUERQUE – ... que é a região do Sudeste.

E por que nós vamos realizar a última reunião do Conselho Nacional de Política Energética, que marcou o leilão para o dia 28 de outubro de 2019, por que que nós vamos realizar isso em 2019? Primeiro, porque existe disponibilidade de capital mundial para esse tipo de investimento. Nós fomos procurados pelas maiores empresas mundiais de petróleo...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. BENTO ALBUQUERQUE – ... e essas empresas estão interessadíssimas e têm recursos para isso. Caso não ocorra este ano, estudos dão conta de que nós vamos ter uma perda, que se chama custo de oportunidade, de U$7 bilhões por ano. Por que isso? Porque quem é investidor, se ele não tem aquela oportunidade, ele vai procurar outras oportunidades, não vai ficar com o dinheiro dele parado.

E eu gostaria só de mencionar que aqui na América do Sul está surgindo uma nova província com excelentes perspectivas de exploração, que é localizada na área marítima da Guiana. Não sei se já ouviram falar disso, mas é uma área promissora e para lá certamente irão investimentos. Daí nós não podermos perder essa oportunidade.

E quais são os resultados esperados. Alguns eu até já falei, que é impulsionar a política de petróleo e gás no País, a integração do gás do pré-sal à matriz energética, aumentar a competitividade e, também, muito importante para o País voltar a crescer, é ter uma maior arrecadação e perspectivas de investimento.

Bom, agora vamos falar do gás. Muito tem se falado sobre o gás, a importância do gás para o País, por que o gás é tão caro no País. Eu gostaria de apresentar inicialmente algumas características que apontam por que temos determinadas carências, eu diria.

A Petrobras é responsável por 75% da produção, 100% da importação, 40% do consumo. A Petrobras é a maior consumidora de gás do País – porque o gás é utilizado no refino e em diversos outros produtos – e controla ou tem influência significativa na operação de 100% da infraestrutura. Tudo é Petrobras. E ela é sócia de 20 das 27 distribuidoras de gás do País.

E aí, qual é o resultado disso? Não é porque é a Petrobras isso, mas o resultado, ou seja, qual é o raio-X da nossa situação em relação a gás? Nós temos uma rede de transporte num País como o nosso, depois eu vou mostrar alguma comparação para os senhores, de 9 mil quilômetros de gasodutos, vamos assim dizer.

Aproximadamente somente 4% das residências têm gás canalizado, com concentração principalmente no Sudeste. A participação do gás na oferta de energia interna é de apenas 12%. E o que nós precisamos repensar? É a regulação porque, como está hoje, a produção, o transporte e a comercialização são monopólio da União. E o serviço de gás canalizado é monopólio dos Estados.

Agora, vamos ver qual é a comparação. Olha só, o Brasil tem 9.400km de gasodutos. Argentina tem 29 mil quilômetros, os Estados Unidos têm 490 mil quilômetros. A participação do gás na matriz.

No Brasil, como eu já havia mencionado, 12%; na Argentina, 52%; e, nos Estados Unidos, 33%. O último ali é a extensão territorial.

Então, nós temos que melhorar a nossa infraestrutura no que diz respeito a gás. Não basta descobrir gás no pré-sal, senão nós vamos utilizar esse gás para exportar e não para utilizar no nosso Território, porque nós não temos infraestrutura.

O mercado de gás, como nós vimos, é concentrado na oferta e na demanda. Não há competitividade, nem há interesse do investidor em aportar investimento, porque é monopólio isso.

Pretendemos aumentar, dentro dessa regulamentação que vai passar aqui por esta Casa certamente, a oferta em até 70% do gás até 2027. E o investimento, caso haja essa regulamentação, nós imaginamos que, até o ano de 2030, seja da ordem de R$50 bilhões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, e o que nós estamos fazendo? É a promoção do novo mercado de gás, como eu até mencionei na última coletiva de imprensa de que eu tive a oportunidade de participar, que tem o objetivo de promover a concorrência no mercado, coisas que eu já falei, do aperfeiçoamento do marco legal e regulatório, criando ambiente favorável, evidentemente, ao investimento.

(*Soa a campainha.*)

O SR. BENTO ALBUQUERQUE – O que a gente espera também eu já falei: competitividade, redução do preço, abertura do mercado, atrair investimentos e particularmente aumentar a integração do setor de gás natural, de energia com o setor elétrico, será vital para que a gente possa manter também a nossa matriz mais limpa e a um custo mais baixo.

Voltando aqui a Roraima, desculpa, Senador Chico Rodrigues, utilizar o exemplo de Roraima, mas é a situação que estamos vivendo. Todos os consumidores brasileiros terão que pagar, no fim do ano ou ao longo do ano, o custo de R$1,9 bilhão. Por quê? Porque nós estamos gerando 210MW utilizando apenas térmicas a óleo diesel. São 80 caminhões de óleo diesel trafegando diariamente em direção a Roraima para poder manter a segurança energética a um custo que eu já mencionei aqui para os senhores.

Bom, agora vamos falar do setor de energia elétrica, também sempre apresentando as características gerais do setor. Hoje em dia, a nossa capacidade instalada é de 163GW. É bom dizer também que, no início deste ano, tendo em vista particularmente o verão, nós batemos recordes de consumo – se eu não me engano, foram três ou quatro recordes de consumo –, e isso mostra também que o nosso sistema está mantendo a segurança energética, o que é muito importante para o País, porque ele suportou bem, apesar dos pesares da falta de chuva e também de outros problemas que nós tivemos aí no início deste ano.

Número de unidades consumidoras, 83 milhões; 145 mil quilômetros de linhas de transmissão. Como eu já tinha mencionado lá no início, R$400 bilhões.

Outra coisa também que é para nós nos orgulharmos é que 80% da energia elétrica do Brasil é de fontes renováveis.

Na matriz energética, é quase 50%. E, na energia elétrica, 80% de fontes renováveis.

Bom, o que nós precisamos? Eu considero que o setor elétrico é um setor muito bem estruturado, mas nós precisamos sempre aprimorar o ambiente, para que ele tenha sustentabilidade e, principalmente, segurança jurídica e regulatória.

Quando eu falar das ações prioritárias, eu vou falar das questões do risco hidrológico, que é uma das coisas que não dá segurança jurídica. E o que a gente espera é isto: garantir suprimento, crescimento econômico, competitividade, novas tecnologias, liberdade de consumidores e, principalmente, justeza tarifária.

Bom, risco hidrológico, como eu disse, eu ia falar. Qual é a importância disso? É justamente acabar com a judicialização no mercado de curto prazo. Hoje nós temos um passivo de R$7 bilhões. E o que isso gera? Os credores não recebem o dinheiro. Os novos investidores ficam receosos de entrar no mercado porque, no final das contas, eles vão ter de efetivamente pagar as contas, como os consumidores também pagam.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, isso é uma coisa que já foi trabalhada, passou por esta Casa aqui, hoje em dia encontra-se lá na Câmara dos Deputados...

(*Soa a campainha.*)

O SR. BENTO ALBUQUERQUE – ... e nós temos a perspectiva de que o Projeto de Lei 10.985, de 2018, venha a ser aprovado pela Câmara dos Deputados na maior brevidade possível, dentro do trâmite legislativo.

Isso resolve o problema de 2013 até hoje. Nós temos de resolver o problema para o futuro. Já estamos trabalhando isso, inclusive com lideranças aqui do Congresso Nacional, para que possamos fazer a revisão das garantias físicas e dar uma solução estrutural principalmente para as usinas que compõem o nosso sistema e que, como nós vimos ali, são responsáveis por grande parte da geração.

Bom, Roraima, agora, eu já antecipei alguns comentários. Mas a situação se agravou principalmente no início de março, quando a Venezuela deixou de cumprir o contrato de fornecimento que ela tinha com a Eletronorte. É uma empresa subsidiária da Eletronorte, mas ela tem esse contrato. E ele não está sendo honrado.

Nós esperamos que o Estado, através do famoso Linhão, para cuja implantação há edital desde 2010, 2009, alguma coisa assim... Passados quase 20 anos, nós estamos nessa falta de perspectiva.

Mas nós estamos trabalhando. Isso era uma prioridade do ministério mesmo antes dessa questão da Venezuela. E nós acreditamos que nós vamos iniciar as obras no início do segundo semestre do corrente ano, que ficarão finalizadas até o final de 2021.

Mas, em paralelo, nós vamos realizar um leilão agora em maio, com fontes renováveis de energia, para não ficarmos dependentes das térmicas, de que falei, para que também elas possam entrar em operação já no início de 2021.

Eletrobras é outro assunto que também está na ordem do dia, mas é importante que a gente tenha uma noção do que essa empresa representa para o País. Os senhores imaginem uma empresa que é responsável por 30% da geração e 50% da transmissão e que simplesmente quebrou! Ela quebrou em 2012, ela acumulou prejuízos, como está ali escrito, da ordem de R$22 bilhões.

(*Soa a campainha.*)

O SR. BENTO ALBUQUERQUE – Para os senhores terem ideia, para ela manter essa participação no setor elétrico do País, ela teria que fazer investimentos da ordem de 11 a 12 bilhões. Agora, após o saneamento que houve nos últimos dois anos por parte da empresa, ela só tem condições de investir quatro bilhões. Isso é muito ruim para uma empresa desse porte.

Bom, o que que nós esperamos? Nós esperamos reposicionar a Eletrobras como investidor no setor elétrico nacional e também sem utilizar recursos da União, até porque a União não tem recursos, como todos nós sabemos, para investir.

Itaipu, que eu também já disse que é uma das atividades internacionais do ministério. Nós vamos renegociar o contrato que termina, o Anexo C, que é parte do acordo de Itaipu, que vence agora em fevereiro de 2023. E qual a importância dele? Por que que... Está vencendo em 2023, qual é o esforço agora em 2019? Eu diria que a gente já está até atrasado, porque o Paraguai já vem trabalhando nisso há alguns anos, e nós... Evidentemente de forma isolada, o Itamaraty, o próprio

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gabinete de segurança institucional, alguma coisa no Ministério de Minas e Energia, mas não estava sendo feito de forma coordenada e integrada e principalmente dialogando com o nosso parceiro que é o Paraguai. Então está estabelecido, há um mês, um grupo de trabalho constituído por representantes de vários ministérios, que será fundamental para que a gente defina como será a comercialização da energia de Itaipu.

Hoje, por exemplo, Itaipu... Se não me falha a memória, o Paraguai só pega 15% dessa energia, o restante todo é para o Brasil, 85%. E se não for assim no futuro? Nós temos que saber o custo dessa energia e quanto nós vamos poder dispor dela no futuro, porque isso vai ser importantíssimo para que a gente faça os leilões das novas gerações de matrizes, de fontes, para os anos vindouros. Então estamos trabalhando nisso, estamos bastante otimistas e talvez num período de um a dois anos a gente esteja com isso concluso e a gente possa ter uma boa previsibilidade.

No que diz respeito a Angra 3, é uma obra que já tem bastantes anos e ela é importante pelos 1,4 gigawatt de potência que ela vai poder fornecer ao País. Ela é fundamental também porque propicia, vai propiciar maior segurança energética ao nosso sistema, principalmente na Região Sudeste, onde ela está localizada, não demandando também linhas de transmissão que tenham que vir a ser construídas para colocar essa energia no sistema.

E ela também vai reduzir o acionamento de térmicas, principalmente na Região Sudeste, e também vai compensar aquele chamado risco hidrológico.

Bom, agora, por fim, o último setor que eu vou abordar é o setor de mineração, que tem características que eu mesmo, antes de assumir o ministério, desconhecia.

O Brasil, em 2017, – e não mudou nada agora em 2018 – é o terceiro maior valor de produção mineral do mundo, ficando atrás apenas da Austrália e do Canadá. E nós temos uma das maiores diversidades de *commodities* minerais com reserva conhecida: 50 no mundo. O Chile, que os senhores estão vendo, pelo tamanho do país e pela posição em que ele se encontra ali em termos de produção mineral, tem três *commodities* basicamente. O Brasil tem 50!

Isso mostra que nós temos muito a crescer no futuro. Gera 2,7 milhões de empregos diretos e indiretos e é responsável por 4% do PIB.

E, no que diz respeito às exportações, é responsável por 20% das exportações brasileiras.

(*Soa a campainha.*)

O SR. BENTO ALBUQUERQUE – E, no ano passado, foram cerca de US$49 bilhões.

Bom, o Banco Mundial prevê um aumento da demanda, principalmente para essa transição das economias de baixo carbono, porque o mineral é fundamental, por exemplo, para a energia solar, a eólica e por aí vai. Tudo é mineral! Tudo é mineral.

Diferentemente da agricultura, só não é *pop,* e eu espero que ainda, porque a gente vai tornar o mineral *pop* também, a mineração *pop*.

Bom, ações... Uma das prioridades do ministério – e quando eu assumi, coloquei isso no meu discurso de posse – era a estruturação da Agência Nacional de Mineração e de outros órgãos vinculados, particularmente o Serviço Geológico do Brasil, de que não realizamos levantamentos já há algum tempo. Muito pouco do nosso território é prospectado, houve um avanço tecnológico muito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

grande, e nós paramos no tempo. E estamos perdendo, como estamos vendo. Com uma diversidade enorme de *commodities*, 50, a gente não consegue evoluir nesse sentido.

Então, nós já tínhamos essa prioridade. Aí, ocorreu Brumadinho, como todos nós sabemos, e isso evidentemente acelerou o nosso processo. Então, estamos em fase – e com uma contribuição já grande do Congresso para o aprimoramento das leis e normas que tratam de segurança, por exemplo, de barragens –, estamos aprimorando nossos mecanismos de fiscalização; a nossa Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral tem reuniões diárias no País para tratar desses assuntos, do aprimoramento e da fiscalização, e estamos efetivamente melhorando isso. Estamos formando novas pessoas. Iniciou-se ontem, segunda-feira, um curso para cerca de 40 pessoas na Enap, para que, daqui a algum tempo, eles se juntem à fiscalização da Agência Nacional de Mineração, propiciando um maior controle e, evidentemente, provendo maior segurança para a população.

No que diz respeito à atratividade do setor, como em todos os outros setores, nós temos que ter um ambiente de segurança jurídica e credibilidade institucional. É bom que se diga que, no País, aqui, a única coisa que é feita de mineração de forma estatal são as indústrias nucleares do Brasil, porque o urânio é monopólio da União. Todo o restante é do setor privado. E propiciar novas descobertas, como eu já falei aqui, para que a gente possa abrir novos empreendimentos.

Sr. Presidente, muito prazer em tê-lo aqui ao meu lado. Senador, eu apresentei aqui... Espero não ter passado muito do tempo, mas falei de forma bastante sucinta sobre o ministério, que é um ministério não só grande, mas também bastante complexo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Agradeço ao Ministro Bento Albuquerque pela bela explanação aqui, na Comissão de Infraestrutura, sobre o setor elétrico brasileiro.

Na verdade, Sr. Ministro, é um dos setores mais importantes do Brasil, tendo em vista que, mesmo com toda essa potencialidade hidráulica, o Brasil ainda tem alguns problemas, sobretudo a questão do gás, até mesmo a questão das linhas de transmissão e até mesmo a distribuição e produção. Como ele bem disse aqui e deixou claro, Kajuru, é uma das energias mais caras do mundo, do Planeta, tendo em vista que, lamentavelmente – não sei qual a regra do jogo que se implanta no setor elétrico brasileiro –, não é só a questão da energia, mas é até mesmo o petróleo, não é, Ministro?

Nós estamos com uma capacidade produtiva... Eu estou com quase 70 anos de idade e já ouvia, num passado bem recente, se dizer "olha, o Brasil, daqui a pouco, terá a capacidade de produção e o petróleo vai baixar". E, por incrível que pareça, é um dos petróleos mais caros do mundo. Nós exportamos para o Paraguai por quase 50% a menos do que o recurso vindo do mercado interno. Então, eu acho que são políticas públicas que temos que rever.

E quero aqui cumprimentá-lo. Sei perfeitamente da sua capacidade administrativa e espero que o nosso Ministro de Minas e Energia esteja entregue em boas mãos, sobretudo com uma bela equipe que tem se constituído, para nós construirmos um setor elétrico decente e, acima de tudo, nós baratearmos a energia elétrica neste País, que, lamentavelmente, está afugentando até mesmo o capital brasileiro, que está indo para o país vizinho do Paraguai. Mas este é um assunto de que vamos tratar no momento oportuno.

Pela ordem de inscrição aqui nós temos vários Senadores. Nós temos que estabelecer aqui...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Meu caro amigo Kajuru, V. Exa. é o primeiro inscrito. Vamos estabelecer aqui cinco minutos. Acho que seria o suficiente para fazer uma bela indagação e, naturalmente, a resposta.

Pois não.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO (*Fora do microfone.*) – Qual é a ordem?

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Temos vários. Mas aqui não está...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO (*Fora do microfone.*) – Qual é a ordem?

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Pela ordem de inscrição, com a palavra o Senador Kajuru.

V. Exa. tem cinco minutos para fazer as suas indagações.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Obrigado, Presidente Senador Jayme Campos.

V. Exa. brincou comigo na audiência do Ministro Tarcísio, da Infraestrutura, quando indagou se estava aturdido ao ouvir o Senador Kajuru elogiá-lo. O senhor disse "para merecer elogio do Kajuru, é algo difícil demais". Não é, não, basta ter competência. Aqui está um cearense carioca, cuja história eu conheço, preparadíssimo, e o governo merece elogios por tê-lo escolhido para esse setor tão importante, que é o Ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque. Basta ver a preparação do seu início de apresentação da situação do seu ministério.

E eu me permito, Ministro, pedir a V. Exa. que me deixe fazer um rápido prefácio antes do principal questionamento respeitoso.

Uma barragem com material radioativo do tamanho de cem maracanãs pertencente a Indústrias Nucleares do Brasil (INB), do Ministério de Minas e Energia, está com sua estabilidade comprometida. Segundo a Agência Nacional de Mineração (ANM) e estudos de parte da Universidade Federal de Ouro Preto, há risco de rompimento. Vale ressaltar que ninguém é capaz de prever as consequências do rompimento de uma barragem radioativa contendo 12,5 toneladas de lixo radioativo – e aqui acrescento tório, urânio e ródio. A exploração da mina foi desativada em 1995, é de seu conhecimento. Além da barragem radioativa, a INB possui outra barragem de água, com 3,9 milhões de metros cúbicos, também com o risco de rompimento em Caldas Novas. Em 2011, a empresa apresentou um plano de descomissionamento. O processo todo tem custo estimado de R$2 bilhões aproximadamente. O Ministério Público Federal propôs, em 2015, uma ação civil pública em Poços de Caldas, e tem até o dia 30, agora, de março para a apresentação de seu plano de emergência, Ministro.

Mas eu pergunto: quantos anos a mais o Poder Público levará para resolver esse problema? A população e a natureza de dois Municípios do sul de Minas Gerais estão sujeitas a serem vítimas de mais um crime brutal – brutal! O que eles podem, Ministro, esperar de fato?

Permita-me a ponderação final. Em 2011, um *tsunami* provocou um grave acidente na central nuclear de Fukushima, causado pelo derretimento de três setores nucleares que liberou uma enorme quantidade de césio-137 na atmosfera, na água e no solo. Em 2016, 80% de todo o trabalho de recuperação...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – ... das cidades atingidas – e aqui fecho – estava concluído. E fecho como? V. Exa. entende ou não que esse retrato que apresentei aqui humildemente é um retrato de que o Estado brasileiro está falido? – ponto de interrogação.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Cumprimento o Senador Kajuru.

Mas me parece que foi o Presidente que estava presidindo a reunião, o Presidente Marcos, que sugeriu de fazermos em bloco, não é? – pelo menos de quatro Senadores, que será suficiente.

Concedo a palavra, pela ordem de inscrição, ao ilustre Senador Telmário Mota. V. Exa. está com a palavra, por cinco minutos.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR. Para interpelar Ministro.) – Obrigado, Sr. Presidente, Senador Jayme.

Srs. Senadores, Sras. Senadoras, nosso convidado Alte. Bento Albuquerque, eu vou centralizar a nossa pergunta com relação a Roraima, porque eu sou Senador por Roraima.

Você sabe que, ao Linhão de Tucuruí, assim chamado, Roraima é o único Estado que não está interligado. Eu estou falando para V. Exa., mas falando também para quem está nos ouvindo. E em 2011 foi a licitação para estes 715km de linha, saindo de Manaus até o Estado de Roraima, sendo que passam 120km dentro da área dos waimiri atroari, uma área indígena. E os indígenas sempre alegam que não são contra, são a favor, mas que dependem de uma consulta que é prevista na OIT 69, que é um acordo que o Brasil realmente assinou, etc., etc. Bem à luz da verdade, não é bem assim, porque, no dia 16 de dezembro de 2015, quando a Dilma ainda era Presidenta, nós conseguimos autorização, tanto da Funai quanto do Ibama, para passar essa energia. O que aconteceu ali? Com a queda da Dilma, houve uma ação judicial e também o desinteresse pelo Governo do Michel Temer.

O sistema energético a vida inteira foi controlado pelo MDB, e lá as termoelétricas dão muito lucro. Acabou de V. Exa. colocar aqui que são 150 milhões pelos 200MW que vinham da Venezuela, e 900 milhões por 70MW ou 80MW que as termoelétricas complementavam isso aí.

Então, Roraima hoje está praticamente na estaca zero. Não há como crescer em Roraima se não houver uma energia sólida, consistente. Agora, como o Presidente Jair Bolsonaro aprovou isso no Conselho de Segurança como uma necessidade – não é bem necessidade, é como de área de segurança ou coisa dessa ordem –, o que os indígenas estão dizendo? Estiveram agora com a Procuradora, através da 6ª Câmara, com a Dodge, e ela disse que a consulta tem que existir, e que eles estão esperando essa consulta. Essa consulta, nós temos que ser bem claros: é consulta ou é pagamento? Nós temos que tratar a coisa de uma forma mais transparente: eles querem ganhar quanto? Porque, quando passou a BR-174, até hoje eles têm energia lá, até hoje eles têm um ganho da Eletronorte. E esse valor foi suspenso e eles querem a retomada desse valor. Porque lá passa a linha de transmissão da internet, e eles têm internet e eles têm energia. Os waimiri atroari têm energia.

À luz da verdade, ali havia um indigenista que estava a serviço da Eletronorte, um tal de Carvalho, que já foi embora, e esse camarada tinha uma filha que dava o licenciamento da Funai, então ele vendia dificuldades para colher facilidades. Roraima não aguenta mais isto, esse jogo de empurra-empurra. Ali há um interesse econômico, há ONGs bem expostas ali, e essa filha do Carvalho,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que eu tentei aqui levantar o nome dela até para fornecer, lamentavelmente não tem que trabalhar na Funai, que é realmente que dá o licenciamento.

Então, para a gente ser mais sucinto, o que os índios alegam hoje? Que na década de 70, quando foi feita a BR-174, eles tinham 3 mil pessoas, e que houve um massacre e que isso caiu para a casa de 374 pessoas, e que hoje eles têm duas mil, cento e poucas; isso é a presença do branco – vou falar dessa forma. Não é verdade, eu nasci numa comunidade indígena, minha mãe era indígena, e não existe esse negócio de presença do branco, não. Eu fiquei naquela... Porque lá ainda colocam uma corrente, e Roraima é o único Estado albergado: às 6h baixa uma corrente...

(*Soa a campainha.*)

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – ... e só abre às 6h.

(*Soa a campainha.*)

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – Eu preciso completar, Sr. Presidente, porque o meu Estado está numa crise! E esse assunto é importante.

Eu mesmo já fiquei ali, chegando cinco minutos depois que aquela corrente baixou, e passei a noite inteirinha. E via o Sr. Carvalho, estrangeiros entrando e saindo. E eu, brasileiro, fiquei de fora, não passei. Então, tem que acabar essa brincadeira desse empurra-empurra. E V. Exa., como bem disse o Senador Kajuru, é um homem preparado, um homem que tem compromisso com este País, que veio da Marinha, que tem serviços prestados da mais alta relevância, que tem o nosso respeito e o nosso carinho. Eu acho que está na hora de parar com essa brincadeira, esse empurra-empurra e resolver, realmente, de uma vez, essa situação do Estado de Roraima.

V. Exa. disse que no segundo semestre e está previsto... O Governador acabou de dizer que agora vai ser realidade – e o Governador de lá é uma fantasia – e que V. Exa. está indo lá para dar a ordem do serviço.

Eu queria só pedir para V. Exa... O povo de Roraima não aguenta mais brincadeira, o povo de Roraima já não aguenta mais ser enganado. Já no próprio Governo atual, vários ministros vão lá, mas isso se torna um turismo, não há resultado prático. Foi o Ministro da Saúde lá, e Roraima hoje está com 500 cirurgias ortopédicas para serem efetuadas. Eu queria só, Presidente, estender esse aspecto, porque é importante dar uma luz para o Ministro que está indo para o meu Estado no dia 29. Nós temos hoje a questão econômica do Estado de Roraima num abalo absoluto. Nós estamos com três órgãos, secretarias importantes, paralisados, em greve. Nós estamos com mais de oito meses com os terceirizados sem pagamento. Nós estamos com o transporte escolar totalmente parado, as aulas não começaram. Nós estamos com uma fronteira isolada, com mais de 152 carretas, com 30 toneladas, paralisadas, sem poder andar. Então, Roraima não aguenta mais discurso fácil, discurso demagogo, não aguenta mais turismo do Governo Federal no nosso Estado, Ministro. Então, eu queria que V. Exa. fosse para lá com essa consciência, para não ser usado politicamente e estar, mais uma vez, levando sonhos e esperanças e tirando a fé daquele povo. Ali moram brasileiros! Ali moram brasileiros!

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – Valéria? Pronto. O Senador Chico é bem atualizado. Essa é a filha do Carvalho. Essa menina se tornou o obstáculo da energia do Estado de Roraima.

Ministro, eu queria, se possível, V. Exa. precisar para a gente...

Outra coisa. V. Exa. falou aí, por exemplo, que Roraima tem um consumo de 200MW a 270MW, que a Venezuela está nessa crise e que o acordo com a Venezuela termina em 2020. Ninguém sabe se retoma ou não retoma. Nós fizemos, na Subcomissão – sou Presidente, está aí o Chico, estavam outros Senadores aqui –, já um diálogo. Hoje, a fronteira já abriu de forma bem leve, estão passando os alunos – mais de mil alunos não estavam vindo estudar.

O que eu queria ver com V. Exa.? Antes dessas energias renováveis, que são para 2021, nós temos três termoelétricas no Macapá, no Amapá, que estão paralisadas – elas foram de Camaçari. Elas são suficientes para, junto com as termos que temos em Roraima, dar o suporte da energia de que nós...

(*Soa a campainha.*)

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – ... precisamos, porque nós estamos vivendo no apagão. Já há um racionamento de energia. Eu, pelo menos, moro a 30km da cidade, já concluindo, meu Presidente, e passei 26 horas agora sem energia.

Resumindo, qual a pergunta que faço a V. Exa.? Não dava para levar essas termoelétricas de Macapá para lá até saírem essas energias renováveis? Até mesmo começar o Linhão levará dois, três, quatro anos. Então, para não ficarmos no apagão três anos, esperando essas energias renováveis até 2021 – é uma loucura! – ou até a energia da Venezuela voltar...

Segundo, quando é a previsão, de fato, para começar essas obras? Ir lá e só prometer... Olhe, de promessa, o povo de Roraima já não está mais indo nem à igreja!

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Esse é o nosso Senador Telmário, sincero, franco e fala a verdade.

Nós queremos convidar, antes de mais nada, para assumir a Presidência o ilustre Vice-Presidente desta Comissão, Senador Wellington Fagundes. Estou *pro tempore* aqui.

Antes de mais nada, concedo a palavra ao Senador Jean Paul Prates.

Com a palavra V. Exa.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para interpelar Ministro.) – Obrigado, Presidente Jayme. Cumprimento o Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Se me permite, convido o Senador Wellington Fagundes. Por favor, senta aqui no seu trono. Foi Presidente desta Comissão, agora como Vice-Presidente. Tenho outro compromisso.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Presidente Jayme, Ministro, eu gostaria de voltar um pouquinho à área do petróleo e gás, uma área tão importante e feliz em inicialmente comprovar que o que era visto há 15 anos e dito, não só no Brasil, como no exterior, até repercutindo vozes nacionais como blefe eleitoral, hoje é uma grande realidade, que é o pré-sal brasileiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, de fato hoje está consolidada essa figura. Parece que é preciso a gente ir ao exterior ouvir do Presidente da BP que nós temos aqui um novo Oriente Médio para de fato acreditar nisso. Entra Governo, sai Governo, nós temos que cuidar bem desta nossa reserva e principalmente, Ministro, ter consciência do nosso real poder de barganha, porque, ao que me consta, o Oriente Médio tem um poder de barganha bastante grande no mercado de direitos exploratórios de petróleo no mundo. Ou seja, se houvesse uma abertura completamente irrestrita no Oriente Médio, certamente todas as companhias de petróleo estariam hoje disputando bloco apenas lá.

No entanto, existe uma métrica normal desse mercado de exploração e produção que permite que essa disputa a que o senhor se referiu, às vezes o dinheiro está parado e competição com eventualmente uma área promissora da Guiana... Temos também as áreas promissoras da Venezuela em que muita gente está de olho, apenas esperando a eventual queda do Governo, alguma sublevação por lá mais bem-sucedida para entrar lá. Isso afeta o mercado. Esse, pessoal, é o mercado de direitos exploratórios do mundo. Existe um mercado disso aí. E nós, Brasil, como o próprio Ministro salientou – eu estou muito feliz em constatar isso –, estamos cada vez mais altos nessa escala de um poder de barganha do Estado brasileiro em relação a esse mercado. Isso significa que nós não podemos nos deixar inebriar pela ausência de objetivos internos para nós. Ou seja, como é que nós fazemos o nosso recurso natural abundante e muito interessante para toda a humanidade trabalhar em favor da nossa economia.

Então umas das perguntas que eu quero colocar aqui é quais são os objetivos do Ministério, do Governo em geral – o Ministério é apenas o implementador de uma política de governo maior em relação a isso – quanto à revitalização da indústria nacional, por exemplo, quanto à capacitação de mão de obra e não só mão de obra peão, toda a escala de aprendizado e de necessidade de mão de obra nesse setor, do desenvolvimento, tecnologia e inovação, porque é isso que faz a gente se diferenciar entre o que a Noruega fez com o petróleo e o que a Nigéria faz com seu petróleo. O Governo quer ser Nigéria ou Noruega, sem absolutamente nenhum detrimento em relação a país nenhum, mas apenas em relação às suas políticas. No caso da Noruega, o petróleo está acabando lá, já estão no final do ciclo no Mar do Norte. Nós acompanhamos o ápice disso nas décadas de 80 e 90. E a Noruega já conseguiu se posicionar como líder de *offshore* no mundo, vendedor de tecnologia, construiu um fundo soberano para as suas gerações futuras poderem viver do petróleo que eles vendem hoje. Aprimorou sua qualidade de vida, porque era basicamente uma vila de pescadores, apesar de ser um país europeu, mas tinha uma qualidade de vida muito mais baixa do que tem hoje, em função da questão do petróleo, e oportunizou ao cidadão norueguês e a outros da Europa em função disso nova situação econômica. Então, essa é a primeira pergunta.

Em relação à questão dos ativos de Petrobras, nós temos duas questões hoje postas aqui: a venda de refinarias. A venda de refinarias da Petrobras precisa ser explicada do ponto de vista de Governo, porque do ponto de vista da própria empresa, um executivo teria certamente dificuldade de explicar por que venderia um ativo que faz com que ele chegue ao mercado final.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Então, se é uma questão de competição, isso tem que ser dito do Governo para a Petrobras e da Petrobras para o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cidadão: "Olha, o Governo, porque acha que existe o monopólio, existe uma hegemonia que prejudica o mercado ou o cidadão brasileiro, está me mandando vender refinarias". A outra visão é: eu, como presidente da Petrobras, acho que tem que vender a refinaria porque é bom para a Petrobras, porque eu vou faturar, porque eu vou sair desse nicho para entrar no pré-sal, para ficar só na exploração e produção. E, nesse caso, haveria contestação forte da nossa parte, não só como acionista eventual, mas também como cidadão brasileiro. Uma coisa é a orientação do Governo. E aí é preciso admitir, que essa é uma coisa que as pessoas também têm uma certa dificuldade, que há, sim, ingerência, na gestão da Petrobras como política de Governo. Porque quando o Governo manda vender ou manda sair de um segmento, de alguma forma há uma ingerência que se negava a ver ou que pretendia não ver. Não adianta simular. Nesse caso, ou a Petrobras quer vender porque é negócio para ela vender esses ativos, ou há uma orientação do Governo, porque acha que aquele agente está hegemônico demais e precisa sair dali.

A mesma coisa acontece... E aí seria um ato de gestão independente, contestado no mercado em geral. Aí é o acionista que vai dizer, subindo ou descendo a ação. No caso do gás, a gente falou aqui da estrutura do gás também, é mais grave ainda, porque no caso de refinaria não é um monopólio natural. Mas o gás, Ministro, obviamente V. Exa. sabe, é um monopólio natural altamente regulado, inclusive nos Estados Unidos. Então, não deveria haver temores sobre prática cartelista, prática exagerada antimercado. Por quê? Porque o próprio Governo, sendo o dono daquela facilidade, teria, pelo menos teria que ter tido condições de coibir aquilo diretamente, uma vez que o monopólio natural é totalmente regulado e essas portarias todas que regulam os gasodutos no Brasil estão em vigor, plenamente em vigor.

Então, ou o Governo foi e tem sido fraco para regular isso e precisa vender para alguém para depois regular o privado, porque não consegue regular o que é dele mesmo, ou a gente também está fazendo algum negócio com os ativos que tem ser explicado do ponto de vista o mercado. Veja que aqui não se está falando de nada ideológico, de nada xiita do ponto de vista de esquerda ou de direita. Está-se falando meramente de uma análise comercial da venda desses ativos. Para mim, vender refinarias é uma estultice nesse caso, vender controle das refinarias. Vender participação, fazer parcerias, vá lá. Mas vender o controle de refinarias que, aliás, estão subutilizadas agora, também por ordem do Governo, e é uma coisa a se esclarecer. Hoje, está-se refinando menos, está abaixo da capacidade hábil das refinarias. Por quê? Porque é política de Governo importar combustíveis? Manter uma política de combustíveis dolarizada em tempo real? Isso é bom para a nossa CNI, para a nossa indústria, para o nosso agronegócio? Então, vamos sair da hipnose, da repetição constante dos mantras liberais externos e pensar no nosso mercado, na nossa indústria. Veja que nós não estamos falando aqui nada de sindicalismo, nada de radical. Trata-se simplesmente de saber se a política de preços adotada hoje pelo Governo, que favorece a importação de combustível, deixando refinarias com 60% da sua capacidade, é boa para o Brasil ou não é. Se também vender ativos de gasodutos estratégicos, que atravessam o País e que já estão prontos... Eu quero ver o cara construir um gasoduto novo. Pegar o antigo que está lá, que a Petrobras fez, começar a cobrar pedágio para ganhar dinheiro e ter o seu mercado regulado é fácil – relativamente fácil. Quero ver criar um mercado de gente construindo gasoduto e oleoduto novo, aqui no Brasil, com tarifa, e aquilo ser negócio por si só.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para terminar, quem investe em monopólio natural não é o investidor de bolsa que investe numa ação chamada unicórnio, de um cara que sai da garagem e bomba na internet com um produto. Quem investe em gasoduto, em terminal marítimo, em ferrovia, em monopólios naturais, em linhas de transmissão, o senhor sabe, é o investidor conservador, que quer garantia de 11,5% do seu retorno, certinho, é o fundo de pensão das velhinhas, das professorinhas de Ottawa ou daqui no dia em que a gente tiver mercado para isso. Enfim, são pessoas que querem o certo, não trocam o certo pelo duvidoso e aceitam que esse retorno seja menor, ou seja, limitado, mas que seja certo. Então, é um negócio completamente diferente dos outros negócios, e é preciso que isso seja conscientemente celebrado aqui ao pensar em vender esses ativos.

Era isso ao colocar suas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Com a palavra o Senador Jaques Wagner.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Para interpelar Ministro.) – Sr. Presidente, Sr. Ministro, Alte. Bento, para mim é uma alegria tê-lo como Ministro de Minas e Energia, lembrando sempre do tempo que orgulhosamente fui Ministro da Defesa e o encontrei, em Washington, como nosso Diretor-Geral da Junta Interamericana de Defesa.

Para mim é até uma tranquilidade como brasileiro, conhecendo a história de V. Exa., saber o quanto lutará com racionalidade para que efetivamente a Pátria amada Brasil possa trazer para cá tecnologia e desenvolvimento. Nós não queremos ser apenas exportadores de *commodities*. Nós queremos dominar aquilo que é mais nobre na cadeia produtiva, que são exatamente as novas tecnologias que estão aí. Alguns nos chamaram de loucos ao bancarmos o acesso da Marinha brasileira ao nosso submarino à propulsão nuclear. Dominar essa tecnologia toda é fundamental para nós.

Então, como essa pasta tem muito a ver com desenvolvimento tecnológico, eu quero dizer da minha alegria de vê-lo aqui. Já estivemos juntos no seu gabinete; depois fui atendido por quem o senhor determinou. Então, eu queria só lhe dar essa saudação, independentemente de ser oposição. Eu acho que oposição tem racionalidade para se somar àquilo que for positivo e àquilo que for negativo para diminuir os efeitos eventualmente danosos. É nisso que eu acredito. Eu não vou ficar aqui propondo pauta bomba, eu não vou aqui ficar propondo interdição do Governo que chegou, independentemente da minha discordância na forma de ter chegado lá. Então, conte sempre comigo, porque, às vezes, até é bom ter alguém na oposição e não só na situação – às vezes, isso facilita as coisas.

Eu queria colocar basicamente, primeiro, uma sugestão, Ministro. Nós estamos todos ainda sob impacto de duas tragédias, a de Mariana e a de Brumadinho. Não há nada que pague as vidas humanas que lá foram perdidas. Eu sou membro da CPI de Brumadinho e, em trabalhos internos, fiz a sugestão que gostaria de fazer a V. Exa. Nós nunca teremos capacidade, o Poder Público, de fiscalizar o volume de barragens que nós temos. O senhor vai contratar mais 40, mais 50, mais 60. A gente cria regras demais e, depois não tem a capacidade de ver essas regras cumpridas.

Eu acho que a coisa mais eficiente para ter o controle de segurança de barragem é exigir das mineradoras seguro porque, se seguro for feito, a briga será entre gigantes: a mineradora e a seguradora. Se isso for uma imposição através da agência ou através de norma legal nossa aqui e eu já

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fiz essa propositura, nós vamos ter as empresas contratando, vai alavancar o mercado de seguro. Imagine uma grande seguradora mundial para assegurar uma barragem. Vai estar com seus fiscais, que não são melhores do que os servidores públicos, mas que serão em volume maior e que vão trabalhar em função do negócio e, aí, acho que a briga é de gigante. V. Exa. sabe como é para fazer um seguro, até de um carro é difícil. O que se dirá se uma barragem.

Então, acho que seria o método mais eficiente o seguro privado das barragens. Aí eu quero ver a Vale brigando com as várias seguradoras mundiais, porque para segurar uma barragem dessas não é seguradora qualquer, são seguradoras de grande porte.

Essa é a primeira sugestão que faço a V. Exa. porque senão vamos ficar...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – ... lutando para ter gente para fiscalizar e não vamos ter gente para fiscalizar o suficiente.

Segundo, eu confesso que achei, senti a falta pelo menos, de uma menção sua mais profunda na questão de energia eólica e energia fotovoltaica. Digo isso porque a nossa matriz é das melhores do mundo, mas nós não temos que nos contentar com isso, temos que melhorar. Energia eólica hoje já tem um preço de mercado que é absolutamente compatível com a cesta de produtos para distribuição de energia.

Eu me esforcei, fui chamado até de embaixador dos ventos pela Associação Brasileira da Energia Eólica porque fiz um esforço muito grande, que Deus além de ter colocado o primeiro poço de petróleo na avenida Suburbana em Salvador e a nossa refinaria ser a segunda maior e, apesar de eu querer comungar aqui com o colega que acabou de me anteceder: Ministro, se a decisão for vender, todo mundo que quer vender um produto valoriza o produto. Mato na Refinaria Landulpho Alves, a refinaria funcionando a 50% da sua capacidade, Ministro, isso é para dizer que ela tem a produtividade baixa porque o custo fixo se mantém e ela não produz. Enquanto nós estamos importando e dolarizando o mercado será que vamos ter uma nova greve de caminhoneiro? Eu espero que não.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Não, eu espero que não, mas para isso nós temos que chamar, conversar.

O que eu quero dizer é que nós não somos o Japão para ficar dolarizando o nosso combustível, nós escolher o modelo rodoviário, então, sofremos. Na minha opinião é um crime de lesa-pátria. Eu conheço a refinaria, a refinaria é a segunda maior em capacidade e está com 50% ou talvez um pouco mais. Isso era só para adicionar.

Eu fiz um esforço, trouxe a cadeia produtiva de energia eólica, temos o maior parque fotovoltaico, em Bom Jesus da Lapa, da América do Sul e consegui trazer não só os investidores nas fazendas de energia, mas a cadeia produtiva vai quebrar, Ministro. Repare, V. Exa. diz que para o investidor vir ele precisa ter estabilidade e segurança jurídica. Nós convidamos os outros a aqui virem imaginando que se teriam leilões subsequentes de energia eólica.

Então, eu nem pergunto, eu peço a V. Exa. que seja um lutador por essa causa porque nós temos uma indústria instalada, o Nordeste, que é uma Região fragilizada, depende muito – o Rio Grande do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Norte, a Bahia, Piauí –, agora, com energia eólica e fotovoltaica, porque nós temos sol de dia e vento de noite e o vento baiano é um dos melhores ventos. É como diz a nossa gente baiana: é maneiro o vento baiano. Ele não é de rajada, é fixo, unidirecional e dá uma produtividade em que os de fora não acreditam. Só que, se não fizerem, vai fechar a fábrica de montagem de hélice, a fábrica de montagem do que eu chamo de cabeça do ventilador gigante, a fábrica dos postes imensos que a gente tem. Tudo isso está lá na Bahia e em outros Estados, como Ceará e Rio Grande do Norte. Descontinuou-se isso, vai quebrar. Então, eu lhe pediria que esse esforço fosse feito junto ao Governo Federal para que a gente pudesse manter os leilões.

Por fim, Ministro, acho que o ótimo é inimigo do bom e amigo do péssimo. Eu ouvi o depoimento do querido colega Senador Telmário e acho que nós temos de encontrar o caminho no meio para não destruir a tradição e viabilizar o desenvolvimento. Eu sempre disse, como Governador, que o meio ambiente tem dois grandes adversários: o fundamentalista da motosserra, que acha que tudo vale a pena se a grana não é pequena; e o fundamentalista da contemplação, que acha que nada pode ser bulido. Eu acho que há um caminho do meio de como fazer as coisas garantindo o desenvolvimento, o acolhimento social e a manutenção do meio ambiente e da tradição indígena.

Então, eu acho com que ponderação, invocando o Marechal Rondon, espero que o senhor tenha inspiração para nós adentrarmos áreas que são importantes sem querermos depredar aquilo que é uma tradição importante da nossa gente.

Era o que eu tinha a colocar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Nós temos aqui ainda inscritos mais seis Senadores. Então, antes de passar a palavra, vamos fazer um bloco...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Pois é. Vamos fazer um bloco agora, dividindo... Vamos fazer um bloco com o próximo inscrito, que é o Senador Chico Rodrigues, e mais um segundo bloco, porque alguns Senadores às vezes saem e voltam.

Vou aqui também ler, Ministro, algumas perguntas que já foram feitas pela assessoria.

V. Exa. já afirmou que pretende incluir a usina nuclear Angra 3 como projeto prioritário do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) e que pretende buscar uma parceria privada para retomar e concluir as obras de Angra 3. Pergunto: que avanços já foram alcançados nesses propósitos? Como seria o modelo adotado para participação de parceiro público privado?

Segundo: com relação ao petróleo e gás excedente da cessão onerosa do pré-sal, o Conselho Nacional de Política Energética, em 28 de fevereiro, estabeleceu a data de 28 de outubro deste ano para realização do leilão e definiu: a) o modelo de contratação pelo regime de partilha de produção; b) as áreas a serem leiloadas; c) o pagamento pelo vencedor do leilão de uma compensação à Petrobras pelos investimentos realizados na área; d) diretrizes para o cálculo dessa compensação; e, e) necessidade de celebração de acordo entre a Petrobras e o vencedor do leilão para disciplinar a unificação da operação, mas não houve manifestação quanto ao formato da revisão do acordo com a Petrobras. A pergunta: quais são suas expectativas em relação aos termos do acordo? Estados e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Municípios querem receber parte do valor arrecadado com o leilão? Isso aqui é uma afirmativa: os Estados e Municípios querem receber parte do valor arrecadado com o leilão. O que está sendo negociado nesse sentido?

Vou passar também aqui, e alguma pergunta que não for possível responder aqui poderia ser remetida à Comissão posteriormente.

Com a palavra o Senador Chico Rodrigues.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Pois não.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO. Pela ordem.) – Presidente, desculpe, mas V. Exa. estava ausente no momento em que o Presidente Marcos do Val concordou com a nossa sugestão – o Senador Telmário estava aqui – de que se obedecesse a um bloco de quatro Senadores, aí o Ministro responderia, e posteriormente voltava outro bloco de quatro Senadores, porque, do contrário, vai acontecer o mesmo episódio da CAE: sete Senadores faziam três, quatro perguntas, no total, vinte e oito. O Ministro ter que ficar anotando tudo, e depois ter que responder tudo de uma vez... Então, acho que seria uma rodada mais objetiva, não?

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – É porque nós temos inscritos aqui e presentes mais cinco. Então, faríamos dois blocos, a não ser que cheguem novos Senadores para fazer a inscrição.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Não vai chegar, fique tranquilo.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Então vamos concluir um bloco de cinco e fazer mais outro de cinco.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Mas o senhor foi o quinto.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Não, eu só fiz aqui o registro das perguntas da assessoria, eu não falei ainda. Eu só fiz aqui o registro da assessoria.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR. Para interpelar Ministro.) – Sr. Presidente, eu gostaria de, concluindo o bloco de quatro Senadores ou de cinco Senadores, primeiro, parabenizar o Ministro Bento Albuquerque pela brilhante apresentação, pela forma didática, a forma extremamente clara com que apresentou aqui o planejamento e as ações estratégicas do Ministério de Minas e Energia.

Nós percebemos, inclusive na própria imprensa, a expectativa criada exatamente em função dessas decisões pontuais em cima dos temas tão relevantes para o País que são tratados no ministério. Nós verificamos que os números magníficos de crescimento que ainda nós temos nesse setor no País, na área de petróleo e gás, na área mineral, enfim, na área de geração de energia por fontes alternativas, demonstram a grandeza do nosso País e a responsabilidade que está sobre os ombros do nosso Governo, do atual Governo em fazer com que esses projetos sejam operacionais e venham, obviamente, oferecer o melhor para a população brasileira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós vimos, inclusive, um dos comentários do Ministro em relação a 50 *commodities* que nós temos disponíveis – e eu acredito que nenhum país tem, na verdade, essas reservas estratégicas – e que são fundamentais para alavancar o desenvolvimento do nosso País.

Estamos mergulhados hoje em um projeto, o projeto da reforma da previdência, que tem, obviamente, um questionamento, uma dificuldade, encontros e desencontros nas decisões internas do Parlamento, mas, quando nós olhamos pelo retrovisor tudo aquilo que está alinhado pelo nosso País, nós verificamos que as crises atuais são muito menores do que aquilo que encerra a economia do Brasil.

O Ministro Bento está de parabéns! Em todos os fóruns internacionais de que tem participado obviamente os olhos dos países desenvolvidos estão realmente voltados para o nosso País. Eu sou testemunha disso, e cada vez mais isso se aprimora, Presidente Wellington. Então são, na verdade, questões recorrentes macro, são questões recorrentes da vida nacional e que agora estão sendo trabalhadas com absoluta responsabilidade e respeito.

É claro que se olharmos para trás não vamos, em momento algum, desqualificar as ações praticadas pelos governos anteriores – cada um teve as suas virtudes –, mas o compromisso hoje é inquestionável, do nosso Governo, no sentido de fazer com que essas ações sejam, na verdade, implementadas de uma forma republicana. E é isso o que está sendo conduzido pelo Ministério de V. Exa.

Eu, especificamente, apenas em relação à questão energética, ao sistema nacional do nosso Estado, tenho acompanhado, conversado com o Ministro, com a Bancada como um todo. Uma das perguntas que são recorrentes, na nossa Região – e a elas aqui já se referiu também o nobre Senador Telmário Mota –, é com relação aos prazos. Porque com a intervenção, muitas vezes, da própria PGR, da consulta, há uma inquietação enorme da população do nosso Estado sobre se haverá um bloqueio, novamente, da PGR, no sentido de fazer uma consulta e dificultar, retardar, o início da obra do Linhão de Tucuruí, para ligar Roraima ao sistema nacional.

Então, essa é nossa preocupação. V.Exa. explicou, mas nunca seria demais a repetição para mostrar e dar segurança à população do nosso Estado e aos seus representantes que aqui estão, na Câmara e no Senado.

Gostaria também, Ministro, apenas *en passant,* que V. Exa. comentasse algumas declarações – que foram feitas por V. Exa. de uma forma muito cuidadosa, muito responsável, muito transparente –, em relação à exploração das áreas minerais em terras indígenas, por que isso polemizou, "viralizou". E nós não podemos admitir, nós como brasileiros não podemos admitir, que o caso especificamente do nosso Estado, onde 95... É uma província mineral riquíssima em outro, nióbio, urânio, tantalita, cassiterita, etc., etc., minerais estratégicos dentro desse pacote que V. Exa. mostrou aí, dessas *commodities. Q*ual seria a forma de racionalizar, com estudos, na verdade extremamente bem elaborados, para que nós possamos – obviamente o País – ter acesso a essas riquezas? Tenho dados recentes que, na verdade, assustaram-me. Não podem ser divulgados ainda, mas nós estamos estarrecidos com a quantidade de minerais estratégicos que temos recentemente identificado nas nossas áreas e que têm praticamente engessada a sua exploração.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa é uma pergunta que eu faço em nome de centenas e milhares de brasileiros que estão, na verdade, esperando uma decisão para que, de forma racional, nós possamos explorar essas áreas minerais, que são tão importantes para se integrarem à economia do nosso País.

Então, são apenas esses comentários e uma única pergunta que farei a V. Exa. ao tempo em que volto a elogiar, como foi feito aqui pelos que me antecederam, inclusive por um Senador, o ex-Governador da Bahia, que tem uma visibilidade enorme e que mostrou aqui que a oposição não quer fazer oposição por oposição. Ao contrário, tem de elogiar, tem de acompanhar, tem de apoiar aqueles projetos que forem de interesse nacional. Essa é a função da Casa legislativa, não é a oposição pela oposição.

Quero, realmente, elogiá-lo, elogiar o Senador e ficar à disposição do Ministério, aqui no Senado, para que possamos, na verdade, ajudar cada vez mais o trabalho que V. Exa. brilhantemente desenvolve no Ministério de Minas e Energia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Agora vamos passar para o Ministro para que ele responda o primeiro bloco e, posteriormente, o segundo bloco, que vai ser tranquilo com cinco Parlamentares inscritos.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Perguntas? Cinco participantes. As perguntas estão aí anotadas. Deve haver umas vinte, segundo o Kajuru, que é o homem que faz todas as previsões.

Com a palavra o Ministro.

O SR. BENTO ALBUQUERQUE – Obrigado, Presidente.

Inicialmente, muito rapidamente, eu gostaria de agradecer não só as perguntas, mas, principalmente, os comentários, muitos deles pertinentes, que realmente necessitam de uma reflexão por parte do Ministério para que a gente busque a melhor solução.

Mas eu vou começar aqui pela primeira pergunta ou pelas perguntas do nosso Senador Kajuru. O Estado, eu acredito, não está falido e eu acredito também que o Estado tem as ferramentas legais e institucionais para cumprir o seu papel. O que nós temos é que verificar se esse papel está sendo cumprido de forma isolada e não integrada com outro, o que é o caso, por exemplo, das barragens nas indústrias nucleares brasileiras lá em Poços de Caldas.

Na realidade, nós temos duas barragens: uma barragem de rejeito e uma barragem de água. E não depende só da empresa Indústrias Nucleares do Brasil, depende de outros órgãos de fiscalização que transcendem inclusive o Ministério. Por exemplo, já que o monopólio de mineração de urânio é estatal, só a INB faz, como isso é urânio, está associado à área nuclear, quem é o órgão de fiscalização – quem é não –, um dos órgãos de fiscalização é a Comissão Nacional de Energia Nuclear.

Então, a Comissão Nacional de Energia Nuclear tem um papel importante também nisso. Isso era, e continua sendo, uma das prioridades do Ministério. Já no início de janeiro, a INB – até por orientação nossa, porque nós queríamos uma atualização do que estava ocorrendo lá – esteve em Poços de Caldas, esteve lá conversando com os atores locais, e foi verificado que realmente o nível de risco da barragem de rejeito teria problemas que teriam que ser resolvidos, problemas esses que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

foram identificados. Quem teve um papel muito importante e que é fundamental, até porque é um órgão local, foi a Universidade Federal de Ouro Preto.

Então, eu não vou aqui repetir problemas que ela verificou em drenos, que já foram reparados, e alguns outros problemas no sistema de esgotamento. Isso tudo já foi contratado pela INB e está em andamento, não há risco iminente de rompimento desta barragem.

No que diz respeito à barragem de água, não há risco de rompimento, não há risco elevado. O risco é bastante baixo, mas temos, sim, que encontrar um caminho para o descomissionamento dessa barragem, que já está previsto há muito anos, mas que até hoje não foi viabilizado.

Então, como eu disse para o senhor, o Estado pode ter dificuldades, mas ele não pode abrir mão do papel dele, que é a segurança que ele tem que prover, através das suas instituições, para a sociedade. Não vai ficar para a próxima legislatura. Isso será resolvido agora, nos próximos anos, mantendo tudo de forma transparente e com a comunidade acompanhando.

Eu acredito que o plano de emergência dessa barragem está sendo revisto. Já está em andamento esse trabalho, e, em alguns meses, nós teremos esse plano, que vai dar maior segurança ainda àqueles que estão na vizinhança dessa barragem. Eu acredito que nós temos todos os instrumentos para que acidentes semelhantes ao de Brumadinho não voltem a se repetir no nosso País.

Não sei se foi completo ou não...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Ministro, eu me sinto satisfeito com a sua resposta. Pode haver alguma divergência entre nós no que tange à questão de o País estar ou não falido, mas entendi, fico satisfeito e, Presidente Wellington, peço desculpas, porque eu acho muito feio... Desculpe-me, Senador Amin, que eu vou ficar esperando a pergunta dele, porque existe uma frase, Ministro, que diz o seguinte: a inveja é o único pecado que não se confessa. E eu tenho uma inveja do bem do Senador Amin, pelo preparo dele.

Então, aqui nós tivemos perguntas preparadíssimas, Senador Jean Paul, Senador Jaques Wagner. Então, eu só queria pedir licença a V. Exa., porque eu acho feio um Senador sair no meio de uma audiência pública. É desagradável. E eu vou para o meu Gabinete 16, vou assistir na íntegra todas as perguntas, que foram bem preparadas, elaboradas, e vou assistir porque é de conhecimento da maioria aqui que eu fui internado, no final de semana, com hipoglicemia, e agora tenho que obedecer, a cada três horas, a alimentação, por causa do diabetes. Chegou o meu horário aqui: meio-dia. Desculpe-me, mas eu vou acompanhar de lá.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Senador Kajuru, há um ditado que diz o seguinte: o Estado – qual seja, União, Estados e Municípios – inveja, mas não quebra. Quem sofre é o povo quando a situação está ruim, mas eu também acredito que o Estado brasileiro não pode estar quebrado realmente, porque nós temos muita riqueza, inclusive na área que aqui estamos discutindo, que é exatamente nos potenciais minerais, enfim, a riqueza toda do Brasil.

Então, com o Ministro a palavra.

O Senador Bezerra já presente aqui, o Líder do Governo, que está confirmando que o Estado não está quebrado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. BENTO ALBUQUERQUE – Bom, agora, respondendo ao Senador Telmário Mota...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Votando agora ao nosso Presidente, e eu, na condição de Vice-Presidente, passo aqui a Presidência, para que ele possa assumir novamente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Obrigado ao Senador Wellington Fagundes, nosso Vice-Presidente. Agradeço e peço desculpas ao nosso Ministro.

A agenda que eu fui atender nesse intervalo diz respeito também ao nosso Ministro, que era a agenda da Aneel, na data de hoje, tratando da tarifa de Rondônia, da tarifa de energia no Estado de Rondônia. Eu fui fazer uma sustentação oral. Foi a primeira vez que o Presidente da CI ocupou a tribuna da Aneel para fazer uma sustentação oral, segundo menção do Presidente da Aneel. Muito me honra poder fazer isso, mas peço aqui vênia ao Ministro por essa ausência absolutamente conectada com os interesses do meu Estado.

Dando sequência, a palavra está com o Ministro para as respostas aos questionamentos dos Senadores.

O SR. BENTO ALBUQUERQUE – Muito obrigado, Presidente. Eu até confesso ao senhor que eu estou curioso com o resultado dessa reunião lá na Aneel e fico feliz com a sua participação. Eu estou curioso, mas também estou otimista de que nós vamos ter um resultado positivo lá para Rondônia, que o esforço foi muito grande para que a gente alcançasse isso.

Agora, voltando aqui ao Senador Telmário, que fez diversos comentários – comentários esses muito interessantes. Nós vamos realizar, Senador, como o senhor sabe, um leilão agora, em maio, de energias renováveis lá para Roraima, que nós pretendemos que esteja concluído nos próximos dois anos, muito antes, quase um ano antes de o Linhão de Roraima ficar pronto, que está previsto para dezembro de 2021.

Então, isso são energias limpas e, principalmente, são energias com custo mais barato do que as térmicas a óleo. No que diz respeito às térmicas a óleo, que o senhor muito bem sugeriu, que hoje são da Eletronorte, encontram-se lá, em Macapá, desativadas, essa sugestão já tinha surgido lá, no Ministério. Nós demandamos isso da Eletrobras. Evidentemente, nós não estamos esperando; no mesmo dia em que recebeu a sugestão, nós já acionamos os nossos órgãos vinculados, e esse trabalho já está sendo feito junto à Eletronorte para nós levantarmos exatamente as condições dessas termoelétricas e todo o processo que seria removê-las de Macapá até Roraima e a implementação disso para a gente pesar o custo-benefício.

Agora, uma coisa eu posso dizer para o senhor: nós trabalhamos diuturnamente. Há um grupo permanente 24 horas por dia, sete dias por semana, que acompanha a situação lá, em Roraima, no caso do Ministério, e há outros ministérios que também acompanham isso, para que em Roraima seja minimizada qualquer coisa no que diz respeito à segurança energética.

Nós vamos continuar nos esforçando, e todas as soluções são muito bem-vindas e estão sendo consideradas. Então, o senhor tenha tranquilidade em relação a isso.

O senhor disse, e realmente estava prevista uma viagem nossa agora, nesta semana, para Roraima, mas, por questões da viagem do Presidente da República a Israel, eu estarei na comitiva do Presidente para Israel. Então, eu não poderei ir. Eu gostaria de ir a Roraima. O senhor tenha certeza de que nossa viagem visa única e exclusivamente ao interesse público, e nós vamos lá com uma agenda

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

definida – não é uma agenda que vai ser definida lá. Nós estamos preparando essa agenda, inclusive com os Parlamentares. Eu acho que eu vou ter uma audiência com o senhor, vou deixar o senhor mais a par disso, e nós vamos lá cumprir essa agenda para que seja realmente uma viagem que venha, primeiro, dar uma resposta à sociedade do Estado de Roraima e, segundo, para que a gente possa, mais do que isso, apresentar os resultados que Roraima espera já, há muito tempo.

Então, no que diz respeito ao Ministério, outros ministérios também vão fazer parte disso. Está indo a Ministra Damares, eu já conversei com ela. Conversei com o Ministro Ricardo Salles também, do Meio Ambiente. Conversei com o Ministro, Secretário de Governo, o Ministro Santos Cruz. E com o Presidente da Funai também. Todos eles estão, a princípio, nessa delegação, que também será composta por todos os Parlamentares do Estado de Roraima que tiverem disponibilidade para ir conosco.

Então, essa viagem está programada, agora, para o início de abril. O senhor vai ser informado a respeito disso.

Bom, agora, eu vou passar para a próxima pergunta.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – Deixe-me dar a réplica aqui, Ministro.

O SR. BENTO ALBUQUERQUE – Pois não.

Por favor, Senador Telmário.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR. Para interpelar Ministro.) – Primeiro, eu quero agradecer a explicação de V. Exa., ela contempla, e eu queria insistir na sugestão de que V. Exa., ao ir nessa viagem, já que houve esse imprevisto, vamos aproveitar o imprevisto para levar, realmente, aquilo que o Estado de Roraima espera.

Então, eu acredito que, nesse momento, como V. Exa. falou que há um grupo trabalhando intensivamente em buscar essa resposta, eu queria dar um conselho, que a gente fosse fazer essa viagem levando coisas concretas – concretas – para Roraima, que a gente levasse "olha, isso aqui é concreto, vai haver um leilão, há a questão da negociação com os waimiri atroari".

(*Soa a campainha.*)

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – Então, se a gente for para essa viagem, e o Senador Chico deve concordar com isso, chegar lá levando o caso, "olha, está autorizado, as obras vão iniciar", isso dá um acalento, sabe? Isso dá uma paz, isso dá um sossego àquilo que hoje incomoda substancialmente o nosso povo, porque a gente ir vender promessa lhe confesso que não adianta mais.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa.

A palavra está assegurada ao Ministro.

O SR. BENTO ALBUQUERQUE – Muito obrigado, Senador.

O senhor não tenha dúvida de que nós vamos lá para apresentar resultados.

Bom, no que diz respeito à pergunta do Senador Jean Paul Prates, muito obrigado, nós já estivemos juntos, como o senhor mencionou, e o senhor é um dos, que eu considero, um dos *experts* no setor e que eu respeito muito por todos os trabalhos que o senhor já prestou ao País e,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

particularmente, nessa área de petróleo e gás. Então, o senhor pode ter certeza de que os seus comentários sempre serão muito bem considerados.

Nós entendemos que o País, de certa forma, já possui uma infraestrutura no setor. Há uma mão de obra qualificada. Infelizmente, a geração de mão de obra deixou de ser, vamos dizer assim, continuada. Por quê? Porque houve efetivamente um desmonte daquilo que se estava prospectando, daquele investimento todo que foi feito. Até, se não me falha a memória, a Universidade Federal do Rio de Janeiro, que montou a faculdade de petróleo, não tinha mais aluno e nós temos uma série de alunos formados que nunca tiveram oportunidade de poder trabalhar no setor, a experiência também é vital.

Mas os sinais que nós temos recebido não só das associações...

(*Soa a campainha.*)

O SR. BENTO ALBUQUERQUE – ... bem como dos investidores, são no sentido de uma demanda por mais mão de obra, antes mesmo de os leilões serem concretizados e a produção ser iniciada. Então, essa mão de obra já está sendo, de certo modo, empregada, mas de forma – eu concordo – incipiente. Mas as perspectivas são boas: eu visitei algumas empresas que já estão preparando áreas de treinamento para que, mesmo antes de eles serem aplicados, já tenham mão de obra qualificada. O senhor sabe melhor do que eu que não é apenas pegar um profissional que tenha um diploma e esperar que ele vá poder atender às expectativas do empregador. Então, em área de pesquisa e desenvolvimento, está sendo também feito um esforço.

No que diz respeito à venda de refinarias, é uma coisa... Hoje a Petrobras tem 98% do refino, como nós sabemos. E esse desinvestimento que tanto tem sido comentado...

Nós temos que conhecer e saber que a Petrobras é uma empresa de economia mista e que ela tem lá a sua carteira de negócios, ela tem lá o seu planejamento, que é aprovado pelo conselho de administração da empresa. A empresa está com uma nova administração agora, recentemente foi trocada toda a diretoria, a Petrobras tem uma nova diretoria, que estão aí há dois meses. Essa nova formação se confunde com o próprio Governo, a diretoria foi montada ao longo desse tempo.

O que nós fizemos, desde o dia 2 de janeiro, foi nos aproximar da Petrobras, como nos aproximamos da Eletrobras, da Agência Nacional de Petróleo e de outros órgãos que têm papel importante, como o Cade, nos destinos de algumas políticas que têm de ser empreendidas. Então, guardadas as esferas de competência da empresa, do Ministério, da agência reguladora e dos outros órgãos, como Tribunal de Contas da União e o Cade, nós estamos vendo como as políticas públicas podem ser implementadas visando principalmente ao interesse público.

Eu escutei que houve um requerimento que, se não me engano, foi aprovado hoje, o Presidente da Petrobras virá aqui à Comissão. Nós estaremos atentos a essa participação da Petrobras, como estamos atentos já há bastante tempo a todos os movimentos que são feitos no setor, para que possamos efetivamente contribuir para um melhor resultado. E assim vai ser também com o gás, assim vai ser com o gás. E nós... Tudo aqui é feito, o senhor sabe disso, através de consultas públicas, audiências públicas. Muitas delas serão realizadas aqui, nesta Comissão, e nós vamos aperfeiçoar, com certeza, qualquer modelo que venha a ser instituído.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Presidente, uma replicazinha rápida...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Senador Jean Paul.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... para complementar aqui.

Eu fiquei extremamente satisfeito com a sua resposta, Ministro, pelo seguinte. Isto que nós estamos fazendo aqui, de chamá-lo e de chamar o presidente da Petrobras, não é um processo de pressão; pode até parecer em função de partidos etc., mas não é. É um processo de conscientização coletiva sobre o que o Governo quer fazer nessa área. Também fiquei satisfeito por ouvir V. Exa. dizer que a diretoria da Petrobras se confunde com o próprio Governo em alguns aspectos. É, de fato, isso mesmo, é o que temos dito há muitos anos: é necessário que a Petrobras e a Eletrobras, e outros órgãos com atuação direta em setores estratégicos, sejam mantidos com algum controle estatal e algum controle do Estado brasileiro, não é o do Governo do PT, não é do Governo do PSL, não é do Governo do PSDB, mas do Estado brasileiro. Isso é fundamental justamente para dominar, ou pelo menos manter sob certo controle, monopólios naturais, atividades de um setor que foi construído por mãos estatais – até certo momento, depois foi decidido unanimemente que seria aberto.

Então, essa visão é completamente diferente de algumas visões que ouvimos recentemente, segundo as quais não poderia haver qualquer tipo de ingerência sobre a S.A. Petrobras economia mista. Isso não é verdade. Está comprovado aqui que tanto um governo de esquerda quanto um governo de direita – caso se queira rotular governos assim – pensam da mesma forma, e principalmente o setor militar tem consciência... Em geral, as Forças Armadas têm consciência da importância, por exemplo, de nós termos controle sobre as nossas represas de água. Não estamos falando da Eletrobras como geradora de energia não, estamos falando "meramente" como – isso é super importante, meramente é entre aspas – controladora daquele volume de água de Tucuruí, da Chesf, de todo o conjunto de Paulo Afonso. Quer dizer, qual é a visão também que o Governo terá mais à frente sobre vender controle via interna, que é o pior que há, mantendo uma *golden share* de fachada, controle total de todas as nossas barragens de grande porte, a pretexto de se vender uma geradora de energia meramente? Não é uma geradora qualquer. Dentro da pele, da epiderme, da constituição da Eletrobras, está o Estado brasileiro; ela é até mais estatal do que a Petrobras nesse aspecto.

Então, quando a gente ouve que o Governo atual pensa, nesse aspecto, conforme alguns dos conceitos que a gente tem levado, ou seja, que o Estado brasileiro tem de estar presente nesses setores, eu fico tremendamente satisfeito.

Em relação à capacitação, apenas uma adução ao conceito com o qual vocês estão trabalhando duramente. De fato, é hoje, Ministro, difícil convencer um jovem a entrar no setor de petróleo. Esse é um problema... Você esteve agora na CERAWeek e na OTC também, em que, reiteradamente, eu estive por vários anos da minha vida... Se não me engano, na OTC de 2004, em Houston, houve painéis sobre como convencer os jovens a entrar na indústria do petróleo, porque ela é vista como uma indústria velha, poluente. Todo jovem quer trabalhar no meio ambiente, na indústria de energia renovável, nas *startups,* nos chamados unicórnios do mercado, enfim, nessas novas denominações de carreira, ou até

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ser empreendedores. Provavelmente a lista de petróleo e gás ainda tinha alguma validade para nós aqui, porque era uma indústria relativamente nova para nós, aberta agora, mas, para o mundo, isso já é um problema.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Então, não é só um problema brasileiro que tem de ser trabalhado como política de Estado, e esse era o meu ponto, que era como o Estado vai desenvolver isso, com o Estado participando em pesquisa, desenvolvimento e capacitação.

Por fim, apenas se puder dar, no final da sua peroração conosco, um *status* sobre a questão da cessão onerosa, que eu até me esqueci de perguntar, em relação aos Estados. Afinal, os Estados vão ter parte do bônus, ou parte do Fundo Social, ou ambos? Como está esse processo? O Ministro Paulo Guedes declarou ao *Valor* que já há um acordo em relação a isso, mas não especificou os detalhes. Se V. Exa. puder nos dar um pouquinho mais de detalhes, nossos Governadores agradecerão.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa., Senador Jean Paul.

A palavra está assegurada ao Ministro.

O SR. BENTO ALBUQUERQUE – Felizmente, Senador, isso não diz respeito a mim, ao meu ministério. Não me pertence. (*Risos.*)

Mas eu quero dizer ao senhor que essa questão da cessão onerosa tem sido trabalhada a várias mãos. Eu falo algumas vezes por dia com o Ministro Paulo Guedes, como também falo com outros. Falo com o Tribunal de Contas da União, falo com a Agência Nacional do Petróleo, ou seja, falo com todos os atores. Às vezes, falo com a Petrobras, mas tudo isso no sentido de que nós possamos alcançar o resultado. E o melhor resultado não é aquele imposto.

Eu gostaria só de fazer um esclarecimento, porque talvez não tenha ficado bem entendido, mas eu acho até que já conversei isso com o senhor: quando fui convidado pelo Presidente Bolsonaro para o Ministério de Minas e Energia, ele me deu, além da grande responsabilidade de estar à frente de um Ministério como o de Minas e Energia, autonomia e liberdade total para eu escolher os meus auxiliares e também para indicar os dirigentes dos órgãos vinculados. A maioria dos meus secretários – não sei se ainda estão aqui –, eu não conhecia. E ninguém me indicou. Eu fui *pari passu* escolhendo um a um. Comecei com a minha secretária-executiva e assim foi indo. E eu posso dizer que estou muito feliz ou que fui muito feliz com as escolhas que realizei.

No que diz respeito às empresas vinculadas, o próprio Presidente me colocou que o Dr. Roberto Castello Branco já havia sido indicado antes de ele chegar ao meu nome para o ministério, mas ele me colocou muito à vontade também para a manutenção ou não... E eu utilizei as mesmas premissas do Presidente. Conversei com o Dr. Roberto Castello Branco várias vezes antes da posse. No dia seguinte à minha posse, eu fui à Petrobras na posse dele, na Petrobras, e eu decidi, ou melhor falando, eu entendi que ele tinha sido uma excelente escolha por parte do Presidente. Mas as conversas que eu tive com o Presidente Castello Branco mostraram, primeiro, que eles estavam afinados com aquilo que nós pensávamos dentro do Governo, não só no Ministério de Minas e Energia. E eu dei a ele também

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

total liberdade para que ele escolhesse a sua diretoria e os seus auxiliares, cumprindo as mesmas premissas do Presidente, as premissas que eu utilizei também para escolher a minha equipe. E é dessa forma que está sendo feito. Eu acho que é dessa forma também que nós estamos evoluindo, alcançando os resultados e eu me encontro muito otimista em relação ao futuro.

Então, é só esse esclarecimento.

Agora, ao Ministro Jaques Wagner, ao Governador Jaques Wagner, ao Senador Jaques Wagner, primeiro, quero agradecer ao senhor os seus comentários. Fico muito honrado, muito feliz. E espero estar dando boas notícias para o senhor em relação àquilo que o senhor colocou, particularmente sobre a energia eólica e a fotovoltaica. Eu concordo, todos nós concordamos que a falta de previsibilidade para o investidor é muito ruim. E isso é uma das coisas que nós estamos construindo e sedimentando no ministério.

No que diz respeito ao setor elétrico, vamos chamar de curto prazo, os leilões estão previstos para daqui até 2023. Então, todo ano agora vai haver o Leilão A-4, agora em junho, ou seja, energias, e a eólica está dentro disso, que serão implementadas e estarão gerando nos próximos quatro anos. E, em setembro, o A-6.

Anualmente nós vamos lançar – a deste ano já tem até data: 10 de dezembro –, o Plano Decenal de Energia. E anualmente vamos rever, como está sendo revisto no momento, o Plano Nacional de Energia, cujo lançamento vai ser prever até 2050. Isso tudo será pensado. E nós, já com sugestões recebidas... Até agora, na Firjan, falaram-me assim: Talvez a gente tenha que ter um plano. Este Plano Decenal de Energia não contempla determinados investimentos de maior porte, como a hidrelétrica e a própria nuclear, se nós formos considerar. Por que não ele ser um plano um pouco maior para que se possa justamente dar previsibilidade ao investidor, que não é o investidor só do empreendimento propriamente dito. É o cara que faz a pá, é o cara que faz a placa e por aí vai.

Por conta dessa sugestão, já estamos trabalhando nisso. E há também outras coisas em que temos de trabalhar, como o senhor sabe, a Cfem e outras coisas em que estamos trabalhando. Vamos chegar lá.

Muito obrigado, Senador.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Eu só queria fazer mais um comentário, Ministro. Eu sei que o Presidente da Petrobras virá aqui, mas sobre estabilidade e previsibilidade. Repare: os baianos já estão traumatizados. Eu fiz um esforço enorme quando era Governador para que pelo menos um dos estaleiros que foram estimulados a serem instalados no Brasil fosse instalado na Bahia. Trouxemos a Kawasaki japonesa, treinamos a nossa juventude no Japão. Eu tive a oportunidade, como Governador, de visitá-los. De repente, há uma descontinuidade por uma mudança de Governo. Isso tudo não é ruim para o Governo A ou B; é ruim para o País. O senhor imagine a cabeça dos japoneses que investiram aqui, foram convidados com pré-contrato, não me lembro mais se de três ou de quatro plataformas... Eu sei que os técnicos da Petrobras entendiam que esse custo ia ser 5% a 7% maior do que se ele comprasse na Coreia. A diferença é que a gente estava trazendo para cá uma tecnologia e uma indústria novas.

Hoje nós temos lá um estaleiro zero quilômetro, com a melhor das tecnologias, absolutamente parado, com a frustração de dois mil empregos.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Continua zero quilômetro.

Então, esse alto e baixo... Eu acho que o Estado brasileiro tem alternância de Governo, mas não pode ter alternância de planejamento porque, senão...

Era só mais esse item, que já é outro trauma para nós lá.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa. A palavra está assegurada ao Ministro.

O SR. BENTO ALBUQUERQUE – Senador, eu vou utilizar até um comentário que o senhor fez no final da sua pergunta, dizendo da racionalidade com que nós temos de tratar determinados assuntos. E vou aproveitar aqui a presença também do Senador Chico Rodrigues, que também fez comentários a esse respeito, só para dizer sobre a mineração e também para saber como nós estamos trabalhando a questão do leão lá de Roraima. Eu vou ler rapidamente as palavras que fiz em um discurso no Canadá, agora, na maior convenção de mineração do mundo:

> [...] pretendemos avaliar a possibilidade de ampliar o acesso aos recursos minerais existentes em áreas restritivas à mineração, como as terras indígenas e faixas de fronteira. Esse processo será conduzido em consulta próxima com todos os atores relevantes, tais como as populações indígenas, a sociedade organizada, as agências ambientais e, principalmente, o Congresso [...].
>
> As restrições aplicadas a essas áreas não têm favorecido o seu desenvolvimento. Ao contrário, elas se tornaram focos de conflitos e de atividades ilegais [como o garimpo ilegal, que existe muito, inclusive com a aquiescência das próprias comunidades indígenas] que em nada contribuem para o seu desenvolvimento sustentável e para a própria soberania e segurança nacional.

Então, é dessa forma que nós vamos trabalhar – nós não vamos, não, nós já estamos trabalhando. E é dessa forma também que nós estamos cumprindo o planejamento que foi realizado em janeiro, muito antes de março, para que esse linhão pudesse iniciar as obras dele no segundo semestre de 2019.

E nós estamos trabalhando, não estamos esperando. Nós trabalhamos dia a dia, temos reuniões com a frequência necessária para que não vendamos promessa. Não, queremos apresentar resultado e resultado só se alcança dessa forma.

Essa é a questão, e é dessa forma que nós vamos contribuir com os trabalhos que já existem, inclusive, mas nunca chegaram ao Congresso de forma objetiva, como a regulamentação do art. 231, §3º, da Constituição Federal.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – Eu gostaria, nobre Presidente Marcos Rogério, de agradecer...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Senador Chico Rodrigues.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – ... ao Ministro Bento Albuquerque, porque, como foi interpretada maldosamente de forma errônea, a manifestação do Ministro lá no Canadá, ele, com todas as letras, agora deixa claro aqui na Casa do povo, na Casa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Legislativa, no Senado da República exatamente a sua manifestação. Então, eu gostaria de dizer que definitivamente está esclarecida uma manifestação absolutamente coerente e republicana do Ministro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa.

Feito o registro, ainda há perguntas a serem respondidas, Ministro?

O SR. BENTO ALBUQUERQUE – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – A palavra está assegurada a V. Exa. para, na sequência, ouvirmos os últimos cinco inscritos.

O SR. BENTO ALBUQUERQUE – Eu pediria só as informações sobre Angra 3, que devem estar aí em algum local. Vocês levaram, mas não me trouxeram de volta.

Não sei mais quem foi o Senador – eu me perdi – que fez a pergunta sobre Angra 3, sobre como era esse processo, qual o modelo... Ah, não! Foi pergunta que veio de fora que estava e que estava aqui em algum lugar, Senador. (*Pausa.*)

Bom, não estou achando aqui a pergunta, mas a questão é de Angra 3 – está aqui: "V. Exa. já afirmou que pretende incluir a usina nuclear Angra 3 como projeto prioritário do Programa de Parcerias de Investimentos e que pretende buscar um parceiro privado para retomar e concluir as obras"... É disto que eu preciso: das informações mais detalhadas, que há na outra folha, que não é essa aqui.

Angra 3. Primeiro, não somos nós que queremos incluir Angra 3 no Programa de Parcerias de Investimentos; muito pelo contrário, isso já estava previsto. O que nós estamos fazendo é que esse processo efetivamente caminhe. Então, já está tudo pronto para que, na próxima reunião do Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos, Angra 3 seja incluída no programa efetivamente. Por quê? Porque esse programa vai acompanhar todas as tratativas. O modelo que vai ser implantado é o modelo em que está previsto o investimento privado para que as obras de Angra 3 venham a ser concluídas. E a nossa intenção, dentro desse processo, que é um processo também que tem um calendário – eu o tenho aqui, mas não está sendo encontrado –, é finalizar isso até junho ou julho, e, a partir de setembro, que as obras sejam reiniciadas com investimento privado. Essa é a resposta, no que diz respeito a Angra 3.

Agora, acho que a gente pode dar prosseguimento aos Senadores que ainda não...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a S. Exª o Ministro Bento Albuquerque pelas respostas aos Senadores, e nós ainda temos aqui pelo menos outros cinco Senadores inscritos, a quem asseguro a palavra neste momento.

Senador Elmano Férrer, V. Exa. tem a palavra para suas ponderações e questionamentos.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PI. Para interpelar convidado.) – Meu Presidente Marcos Rogério, meus cumprimentos, e, através de V. Exa., cumprimento os demais Senadores aqui presentes. Eu queria, meu Ministro Bento Albuquerque, fazer minhas as palavras elogiosas feitas a V. Exa., por onde V. Exa. tem passado no exercício da coisa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pública, e sobretudo agora, pelo modo como está se havendo à frente do Ministério de Minas e Energia.

Mas eu me permitiria, meu Presidente Rogério, sair do âmbito nacional para o local, o provinciano, o Estado do Piauí. Meu Ministro, recentemente a Chesf tomou a decisão de extinguir uma unidade operacional da Chesf no Piauí, especificamente na cidade de Teresina, e transferir suas atividades, como sempre aconteceu neste País, para o litoral, ou seja, para Fortaleza.

Aliás, das cinco unidades operacionais existentes no Nordeste, três estão no litoral, em Salvador, Recife e Fortaleza, duas apenas estão no interior, no Semiárido, nas regiões realmente... Daí a grande decisão de Juscelino de interiorizar este País, trazer a Capital para cá. Mas está havendo ainda a ocupação do Território nacional sempre no litoral.

Então, nós teresinenses, piauienses, consideramos uma medida em que não procede a justificação técnica alegada – deve haver, digamos, dirigentes que auxiliam V. Exa. no Ministério de Minas e Energia. Por quê? Primeiro, há 50 anos foi feita uma hidrelétrica no Estado do Piauí, a barragem de Boa Esperança, que gera hoje, desde o princípio, 237MW, não no Ceará, lá no Piauí, a exemplo do que foram as barragens sucessivas hidrelétricas do Rio São Francisco.

De outra parte, hoje é a área com as condições naturais mais propícias, onde já estão produzindo energia eólica, 1.700MW de energia. Se me permite o nosso Senador Jaques Wagner, o maior parque fotovoltaico em funcionamento da América Latina está no Piauí, com 292MW gerados.

Então, eu queria fazer um apelo ao nobre Ministro, considerando todo esse aspecto, sobretudo da geração de energias alternativas, quer seja eólica, quer seja solar, e considerando que o Piauí tem uma hidrelétrica com mais de 50 anos, que revisse a decisão da Chesf de tirar esse centro operacional regional de Teresina e levar para Fortaleza. Sei que V. Exa. tem a devida e necessária sensibilidade para isso, e nós estamos fazendo isso em nome do Estado do Piauí. Isso tem consequências danosas para a economia do Estado do Piauí. E vou mais além para justificar este nosso apelo: o Piauí tem uma cidade bem localizada em termos de Território nacional que é a cidade de São João do Piauí...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PI) – ... em que toda a energia gerada em Tucuruí, no Norte – estou citando uma no Norte, e uma outra aqui no Centro-Oeste, que é Serra da Mesa –, todas os linhões vão para a cidade de Teresina e lá fazem o devido abaixamento de 500KW para 230KW, e distribuem. Ou seja, há esse centro operacional que, por sinal, já está saturado, haja vista os projetos tanto de energia, os parques solares, não só energia fotovoltaica, energia solar, mas eólica. Já está havendo um limite em decorrência da saturação dessa estação abaixadora lá de São João do Piauí. Ou seja, hoje, há algumas medidas com vistas a aumentar a capacidade dessa estação abaixadora lá de São João do Piauí.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PI) – Por isso eu queria fazer um apelo a V. Exa. no sentido de discutir essa questão com a Chesf e rever a decisão de mudar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

todas as atribuições dessa unidade operacional que funciona em Teresina para Fortaleza. Que ela continue na cidade de Teresina, no Estado do Piauí.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Esta Presidência agradece ao Senador Elmano Férrer.

Na sequência, Senador Luiz do Carmo.

O SR. LUIZ DO CARMO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO. Para interpelar Ministro.) – Ministro, é um prazer falar com o senhor. Eu estive falando com o senhor, que me recebeu muito bem e foi o único Ministro que me deu resposta a algumas perguntas que eu fiz – ligou para mim e me deu a resposta. Então, meus parabéns para o senhor!

Eu quero ir para Goiás. Em Goiás, existia uma companhia chamada Celg, do Estado – o Estado tinha 52%, e a União tinha o resto –, que era ruim e tinha um serviço muito péssimo – o senhor sabe da história. Venderam isso aí em 2016, e a venda já foi um desastre. Eu sei que é duro fazer aqui... O senhor está tentando melhorar e não tem nada a ver com o passado. Resumindo a história: o negócio foi tão ruim para o Estado, que, no final do contrato, com o incentivo do ICMS, a empresa vai sair de graça para o comprador, que ainda vai ter um lucrinho na compra. Ele ficou de investir 3 bilhões até 2020 e investiu até agora, segundo ele, 1,5 bilhão. Esse 1,5 bilhão – o empresário vai fazer um loteamento – ele põe ali como investimento dele. A empresa é muito fechada, e não há como se chegar lá. Então, o que era ruim ficou pior, ficou muito pior.

Hoje, em Goiás, o nosso amigo Ronaldo Caiado, Senador, está lutando, mas é difícil levar investimento para Goiás, porque não há energia. Quando eu vejo lá alguém que tira 1.000 litros de leite, 500 mil litros jogando leite fora, porque não há energia, ou tendo de alugar um motor ou comprar um motor a diesel, o negócio fica deficitário, não compensa... Então, essa é a situação da energia hoje no meu Estado.

Outra coisa: há a tarifa vermelha, a amarela da Eletrobras para cobrir rombo, um rombo que não foi o povo quem fez. Isso é muito injusto para a população! O nosso governante ou o senhor tem de assumir alguma coisa e explicar direitinho para a população por que há tanta tarifa. Isso não é só falta de energia e de chuva, não; é falta de administração. Uma coisa tão fácil é vender, não há nem prejuízo. Há uns gatos que fazem, mas é fácil resolver isso também, quando se quer.

Eu quero fazer aqui três perguntas para o senhor baseado nisso.

Quais ações o Ministério de Minas e Energia e a Aneel já adotaram para garantir fornecimento de energia elétrica com qualidade para os consumidores goianos? E quais decisões serão tomadas para resolver esse problema?

Outra coisa: o Ministério de Minas e Energia elaborou algum plano de ação de trabalho para garantir a melhoria da qualidade dos serviços prestados pela Aneel? Se sim, é possível disponibilizá-lo para toda a população ou órgão de controle para acompanhar o que está sendo feito, de forma transparente?

Os indicadores de qualidade da Enel, empresa que comprou lá e que tem lucro – só na compra, já teve lucro –, estão dentro do limites explorados pelo aditivo e pelos contratos de concessão firmados pela empresa após a sua privatização?

Eu queria fazer só essas três perguntas e dizer para a população de Goiás que os três Senadores de Goiás estão lutando para tentar resolver isso lá. A situação da energia de Goiás...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUIZ DO CARMO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO) – ... está muito difícil, Ministro. Hoje está quase impossível – e é um Estado produtor ativo – levar empresas para Goiás. Pode-se dar o incentivo que tiver, mas, se faltar energia, não há como o Estado se desenvolver.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa., Senador Luiz do Carmo.

Passo a palavra ao Senador Fabiano Contarato.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES. Para interpelar Ministro.) – Boa tarde. Agradeço a oportunidade de fazer este questionamento.

Inicialmente, quero esclarecer que, quando eu assumi no Senado Federal, eu me comprometi a cumprir a Constituição Federal. E um dos princípios determinados pela Constituição Federal é assegurar o direito à vida. Também está no art. 231, §4º, que as terras indígenas são inalienáveis, indisponíveis, e os direitos sobre elas, imprescritíveis.

Eu me preocupo muito, Sr. Ministro, quando eu ouço do senhor, na entrevista que deu no Canadá, que o garimpo e a extração são feitos inclusive com aquiescência da população indígena, povos originários que merecem todo o respeito e a preservação de suas terras. Mas eu também me recordo de que o senhor disse que eles vão ser ouvidos, mas não quer dizer que a decisão deles será respeitada. O que me preocupa é quando eu verifico que essa função, quando o senhor fala com a aquiescência da população indígena, o senhor está transferindo, com todo respeito, a função que é do Estado, porque quem tem que fiscalizar se está havendo garimpo, extração irregular é o Poder Público. E o Poder Público está sendo omisso nisso e nós sabemos que essa omissão é penalmente relevante não só no aspecto criminal, mas também no aspecto administrativo e civil.

Eu fico me perguntando e me questionando se o Poder Executivo não tem controle sobre como está a fiscalização das barragens de rejeitos de minérios... Nós tivemos, em 2015, 19 pessoas que morreram em Mariana, quase 400 entre mortos e desaparecidos em Brumadinho. E o Poder Público onde estava? Ele estava omisso. E agora nós temos a possibilidade de autorizar extração de minério em terra indígena. E como fica... Por exemplo, nós temos exemplos clássicos em Poços de Caldas de minas com exploração de rejeitos radioativos provenientes de urânio. Mas quais são as medidas que o Poder Público está efetivamente implementando para fiscalizar essas barragens no Brasil todo? Porque, por enquanto, em Mariana e em Brumadinho, foram rejeitos de mineração. Eu me preocupo quando forem rejeitos radioativos, porque o dano vai ser muito maior.

Então, eu acho que o Poder Executivo tem que, primeiro, fazer o dever de casa: garantir a toda a população o direito e a preservação do principal bem jurídico, que é o respeito à sua integridade física e à saúde.

Como fica o direito de propriedade, que também é uma garantia constitucional? Como fica a função social da propriedade? Como fica o direito cultural dos povos originários, da população indígena?

Então, a minha fala aqui é tão somente de reflexão para que nós tenhamos uma decisão que não seja precipitada, mas que este Senado, com todo respeito aos colegas e pares... Eu me assusto quando vejo aqui que nós estamos tentando retroceder com direitos das mulheres, tentando acabar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com quotas de participação de mulheres no processo legislativo; eu me assusto quando nós falamos que somos contra discriminação de qualquer natureza, mas tenha um filho negro para saber como é a discriminação, porque, às vezes, a discriminação velada é pior do que a discriminação explícita.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – É difícil viver em um país onde há desigualdade salarial entre um professor da rede pública e um professor do Ifes; em que não há isonomia entre os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Se Deus quiser, vou propor uma PEC para que haja essa isonomia, porque não há como um motorista meu ganhar mais de R$5 mil, R$6 mil, R$7 mil enquanto um professor ganha mil e poucos reais no Brasil afora. Eu acho que passou da hora de o Poder Executivo fazer o seu dever de casa em vários setores, como saúde, educação, habitação, lazer, vestuário, que são garantias constitucionais, que, desde o dia 5 de outubro de 1988, estão deitadas eternamente em berço esplêndido.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Esta Presidência agradece a V. Exa., Senador Fabiano Contarato, e assegura a palavra ao Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF. Para interpelar Ministro.) – Presidente, eu tive que sair por diversas vezes... Aqui a gente assovia e chupa cana ao mesmo tempo. Então, não sei se o Ministro já respondeu a alguma coisa que vou perguntar.

Primeiro, quero parabenizar V. Exa. pelo trabalho, pela capacidade. Eu sei do conhecimento que V. Exa. tem, e o Brasil precisa de pessoas competentes como o senhor para conduzir o processo de mudança do País. Como foi dito aqui, nós temos uma pobreza muito grande e uma riqueza imensa no solo, como é o caso de Roraima e do Amazonas, de modo geral.

Não sei se já foi dito aqui, mas essa renegociação do Anexo Constituição... Provavelmente há os Anexos A e B também, que não sei se interferem em alguma coisa, mas aqui na apresentação há a renegociação do Anexo C do Tratado de Itaipu. Houve algumas concessões algum tempo atrás, eu me lembro da discussão na Câmara, e não sei como está isso. Eu sei que há muita gente no Paraguai, grande parte das nossas empresas estão indo para o Paraguai, em função da guerra fiscal, e não sei como ficou a questão da energia. Como estamos com o desafio da reforma da previdência e com a expectativa de aprovar um crescimento de 3%, 4%, evidentemente que ficamos assustados porque qualquer crescimento econômico depende exclusivamente de energia. Não adianta falar que vai crescer 3% ou 4% se não estiver preparado para fornecer energia. E eu não sei como está o Tratado de Itaipu, se resolveram, se contornaram o que foi feito lá atrás, que acho que não foi bom para o Brasil.

Sobre esse acordo de gás com a Bolívia... Como estou sempre em conversa com os nossos Senadores, a gente se preocupa com o Brasil como um todo, no caso do Amapá, mas principalmente no de Roraima, que tem nióbio, que tem petróleo que não é explorado exatamente pela questão da terra indígena. Acho que apenas 20%, 30% do território não é de terra indígena. Mas a gente sabe que o pessoal do petróleo da Venezuela... Por exemplo, grande parte poderia ter sido explorado aqui no Brasil e não é explorado.

Como está essa questão do acordo do gás também, porque a informação que a gente tem, pelos estudos que foram feitos, é de que nós temos gás suficiente para o fornecimento interno, mas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

temos os impedimentos ambientais etc. Como está essa questão? Como está a questão do acordo com a Bolívia? Para contornar isso, há perspectiva de exploração do gás que nós temos em Roraima e em outros Estados?

Com relação também... Eu vi aqui que o senhor colocou na apresentação que, em 35 anos, a gente deve arrecadar 1 trilhão. Eu queria ver se há esses dados para os próximos dez anos, em vez dos 35, ou seja, quanto seria arrecadado nos próximos dez.

E preocupa-me... Eu vejo muitos comentários na Casa de um projeto que está sendo discutido no sentido de taxar as energias alternativas. Nós estamos com uma luta imensa para investir em energias alternativas, eólica e solar. Há muita gente querendo investir no Brasil, porque aqui é propício para isso. Mas já se fala aqui numa taxação antes dos investimentos. Então, isso assusta qualquer investidor. Há muita gente preparada para investir, e já vem conversa de aumentar a tributação, de taxar não sei o quê. Isso pode atrapalhar muito essa questão.

Eu não vi, aqui na apresentação, ou, se vi, passou despercebida essa questão do antigo Proálcool. Não sei se há ainda esse programa do álcool. Nós temos aí uma capacidade...

(*Soa a campainha.*)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – ... imensa de produção, e eu não sei...

O SR. BENTO ALBUQUERQUE (*Fora do microfone.*) – O RenovaBio.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – O RenovaBio. Como está essa prioridade do Governo em relação a isso?

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa.

Passo a palavra ao Senador Alessandro Vieira.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - SE. Para interpelar Ministro.) – Boa tarde, Sr. Presidente, Sr. Ministro.

Eu vou ser bem objetivo, apresentando questões num ponto específico da atuação de V. Exa. A Petrobras, já em uma decisão do Governo anterior, iniciou uma política de desinvestimento na área de fertilizantes nitrogenados. Esse assunto já foi levado em mais de uma oportunidade a V. Exa. Essa decisão da empresa, em que pese se reconhecer a autonomia que ela tem para fazê-lo, porque a Petrobras tem que prestar contas aos seus investidores, e essa área supostamente geraria prejuízos à empresa... Essa conclusão demanda dois pontos de análise: primeiro, que o principal acionista é o povo brasileiro e que também merece prestação de contas, e não apenas o investidor da Bolsa; segundo, que essa atuação da Petrobras impacta diretamente na política estratégica brasileira. O que acontece, para compartilhar com os colegas Senadores e Senadoras? Com a decisão da Petrobras de sair do mercado de fertilizantes nitrogenados, ela está num processo de hibernação das FAFENs Bahia e Sergipe e não deu continuidade à fábrica do Mato Grosso do Sul. Com essas três fábricas em andamento, o Brasil teria 50% da produção de fertilizantes nitrogenados feita em solo pátrio, garantindo fluxo, garantindo preço daquela que é a nossa principal commodity, que é a produção agropecuária. Com a decisão da Petrobras, a gente passa todo esse controle ao estrangeiro, a gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vincula o nosso preço, a gente vincula a nossa agricultura, a gente vincula a nossa pecuária a interesses de outros países. Só esse ponto já seria suficiente para chamar a atenção do Governo, mas, infelizmente, não se tem tomado nenhuma providência concreta.

Tivemos uma reunião na sexta-feira, acompanhando o Governador do Estado de Sergipe, na sede da Petrobras, com o Presidente Castello Branco, onde se traçou um panorama e ficou absolutamente claro que pequenas medidas por parte do Governo Federal, do Governo estadual e da própria Petrobras tornam essa atividade, que hoje é falsamente deficitária, numa atividade superavitária.

A Petrobras tem interesse em fazer essa transição para fazer o arrendamento dessas fábricas. Digamos que vai fazer o dever de casa e entregar o potencial de lucro para empresas do exterior, mais potencialmente para os russos que parece terem interesse maior nessa área. Um dos grupos pré-qualificados vem da Rússia.

O que eu apresento, Sr. Ministro, como demanda do Estado de Sergipe, do Estado da Bahia, do Estado do Mato Grosso do Sul, mas principalmente do Brasil é que o Governo Federal assuma a responsabilidade de fazer essa transição, sob pena de você destruir uma cadeia produtiva imensa e essencial para o nosso desenvolvimento. Repito: não são valores astronômicos. A gente fala na casa de alguns poucos milhões de reais de suposto prejuízo, prejuízo este que é causado pelo preço do gás que é imposto pela Petrobras. Então, a Petrobras faz uma manobra contábil. Ela usa o preço do gás elevado, eleva o seu resultado na matriz e destrói o resultado da subsidiária que ela quer arrendar.

Essa é a realidade que nós temos. Então, é demandar, Sr. Ministro, muito objetivamente um posicionamento rápido, urgente, porque essas fábricas estão em processo de desmobilização, e é evidente que, após a desmobilização, o seu valor vai ser mais baixo para venda ou arrendamento e o prejuízo será, em alguns pontos, irrecuperável ou de difícil recuperação. É cobrada do Governo Federal uma postura em defesa do interesse nacional, em defesa daquilo que o Brasil efetivamente precisa.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa. e passo a palavra ao último Senador inscrito, Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para interpelar Ministro.) – Sr. Ministro, Srs. Senadores, eu não pude participar da parte inicial desta reunião porque estava na Comissão de Infraestrutura aqui se realizando este evento, e, na Comissão de Assuntos Econômicos, nós tínhamos deliberações das quais eu tive que participar.

Vou tentar recuperar a parte positiva e me cingir a três indagações muito sucintas. A primeira delas eu vou apresentar em nome do Senador Eduardo Braga, que não pôde participar da reunião, vou ler, mas vou entregar à sua assessoria porque ela está escrita.

Criou-se uma grande expectativa com a possibilidade da licitação dos chamados excedentes da cessão onerosa, mas o Projeto de Lei da Câmara nº 78 não foi votado. A imprensa tem noticiado que o Governo não tem mais interesse no PLC em questão, uma vez que, além de ser danosa para a União a proposta, o TCU apontou irregularidades, inclusive inconstitucionalidades.

De forma que eu ainda decomponho a pergunta que eu faço e incorporo como minha.

Procede a informação de o Poder Executivo desistir do PLC 78/2018?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Segundo: em que situações se encontram as negociações e quais os critérios para a realização da divisão do contrato da cessão onerosa? E qual é a expectativa do Governo em relação à arrecadação de bônus de assinatura? Como ela será distribuída entre os entes federados?

No que toca à minha participação, eu quero enaltecer o que nós conquistamos em matéria de tecnologia, especialmente de exploração profunda de petróleo. O meu Estado tem uma pendência com o Estado vizinho do Paraná que data de 29 anos e que deve ter mais um passo no Supremo Tribunal Federal no dia 4 de abril, a respeito da delimitação de o que é território de interesse econômico de Santa Catarina e do Paraná, uma questão eminentemente federativa que o Supremo não resolveu desde que foi intentada a Ação Cível Originária nº 444, do meu Estado, datada de 4 de outubro de 1993. Perdão, é 4 de outubro de 1989. Então, são 11 mais 19, quase 30 anos.

Eu resumo a minha última intervenção com uma pergunta muito singela: como o Ministério de Estado de Minas e Energia vislumbra o futuro do carvão com a adoção de tecnologia que assegura um dano ambiental bastante mitigado? V. Exa. já conhece e eu também conheço um pouco sobre isso e gostaria de saber como o Ministério de Minas e Energia se posiciona em face desse ativo que ainda é o modal mais usado no mundo e que, no nosso País, enfrenta dificuldades peculiares que eu não vou aqui descrever.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa., Senador Esperidião Amin, e a todos os Senadores e Senadoras que participaram da reunião no dia de hoje, acompanhando a exposição de S. Exa. o Ministro de Estado de Minas e Energia, fazendo ponderações e também apresentando seus questionamentos.

Antes de passar a palavra ao Ministro para responder aos Senadores, faço o registro também das perguntas que vieram pelo e-Cidadania e que retransmito agora ao Ministro.

Lá do Amazonas, Patricia de Souza faz duas perguntas: "Devido à falta de profissionais, não seria mais fácil capacitar e investir para fiscalização?". A outra pergunta dela é se a Transpetro será privatizada.

Danilo Camargo, do Paraná: "Quanto ao Estado de Roraima, qual é a previsão de interligá-lo ao Sistema Interligado Nacional?".

Urubatan Silva, do Distrito Federal, questiona: "Há proteção no futuro edital de privatização da Eletrobras sobre possível risco contratual de lance superestimado logo após a assinatura?".

São perguntas que vieram do e-Cidadania, um espaço aberto à participação da sociedade.

Eu acrescentaria, Sr. Ministro... Eu tinha várias perguntas para fazer, mas, na condição de Presidente, você acaba esgotando a lista dos Senadores inscritos e sendo contemplado com as perguntas feitas por esses Senadores. Eu apenas deixaria um questionamento a V. Exa., perguntando em que estágio se encontram os planos para a construção das hidrelétricas dos Rios Tapajós, no Pará, e Tabajara, na cidade de Machadinho, no Estado de Rondônia. É apenas esse questionamento de minha parte a V. Exa., assegurando-lhe a palavra para as respostas.

O SR. BENTO ALBUQUERQUE – Muito obrigado, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou tentar aqui ser objetivo, até pelo avançado da hora. Eu tenho reunião do Conselho de Governo às 2 horas, mas eu acho que dá, com tranquilidade, para responder aqui a todos os questionamentos e comentários também.

O Senador Elmano Férrer, do Piauí. A Chesf tem a autonomia administrativa dela para tomar as decisões. Então, o Ministério – eu, particularmente, o Ministro – tomou conhecimento da transferência dessa unidade operacional ou do centro operacional no dia de hoje no seu comentário. O meu pessoal está aqui, porque justamente nós trabalhamos em equipe para buscar pelo menos dar uma resposta e, no caso, eles trabalharam aqui rapidamente e ligaram para a Chesf.

A decisão foi aprovada pelo colegiado da empresa, mas a decisão – é a boa notícia – poderá ser reavaliada. Então, nós fizemos o contato. Eu vou me inteirar mais do assunto. Como eu disse aqui, um dos meus princípios no Ministério é não interferência, não sair da minha esfera de competência, mas isso não impede de forma alguma que nós tenhamos esse diálogo, que deve existir, sim, até para que a gente possa fazer melhor o dever de casa. O dever de casa não depende só de um, depende de um conjunto, e é dessa forma que nós estamos trabalhando, e é essa a boa notícia que eu posso dar para o senhor, que veio do próprio Presidente da empresa. Então, isso aqui será considerado.

A próxima pergunta é do Senador Luiz do Carmo. Nós já tivemos oportunidade de estarmos juntos. O senhor sabe. Primeiro, eu gostaria de dizer da importância de como foi a vinda da Bancada de Goiás ao Ministério para tratar de um assunto tão importante e vital para o futuro do Estado. É o Estado que nós estamos localizados nele praticamente. A gente sabe do potencial que o Estado tem e realmente, como eu botei aqui na minha apresentação, se não houver energia e se não houver energia principalmente com justeza tarifária, não vai a lugar nenhum e a tendência é piorar.

Bom, mas também, dentro desse mesmo diálogo que nós temos com o Parlamento e diálogo que nós temos com diversos setores vinculados ao Ministério, no mesmo dia – o senhor sabe disso – nós estávamos com a Aneel. No dia seguinte, só não foi no mesmo dia, porque a direção da empresa Aneel não conseguiu chegar à Brasília, mas, no dia seguinte, eles estavam conosco. E não foi só conversa, o senhor sabe disso. Nós solicitamos à empresa que apresentasse um plano de trabalho para cumprir aquilo que estava no contrato, e eles também perceberam a importância dessa resposta à população de Goiás.

Então, estamos trabalhando. A Aneel também está muito envolvida nesse propósito, porque até ela tem o papel importante de fiscalização e regulação e estamos avançando aos poucos. Nós já demos conhecimento do plano emergencial de melhoria de qualidade e agora nós vamos fazer o acompanhamento pelos órgãos que têm a responsabilidade de assim fazê-lo e também deixar, não só a Bancada de Goiás com conhecimento *on-line* do que está acontecendo, mas, também, e principalmente, trabalhando junto com a empresa, para que ela cumpra os seus compromissos. Então, Senador, muito obrigado.

Estimulo a Bancada de Goiás, o senhor. Eu, realmente, fiquei extremamente sensibilizado. Aquele dia não dormi enquanto não falei com todos os Parlamentares de Goiás, sejam eles Senadores ou Deputados. Eu quis falar com eles para dar um retorno. Agora, nós continuamos juntos buscando esse resultado, num menor espaço de tempo. Não tenho dúvida de que o resultado vai chegar, mas ele tem de chegar com brevidade. É nesse sentido que a gente está trabalhando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A terceira pergunta, do Senador Fabiano Contarato. Muito obrigado, seus comentários realmente sensibilizam todos. Não sei se o senhor teve oportunidade aqui, antes. Comentei até sobre um discurso. Não vou repetir, mas até li aqui sobre o que eu falei antes. Foi lá no Canadá o discurso que fiz, o senhor até fez alguns comentários em relação a ele, mas procurei aqui, li aqui a íntegra dele, principalmente o parágrafo que falava isso. O senhor não tenha dúvida – nem o senhor nem ninguém, ninguém pode ter dúvidas sobre isso – de que nós vamos respeitar todos os preceitos legais. Se está escrito na Constituição será respeitado.

E, se está escrito na Constituição também que esse §3º, do art. 231, tem de ser regulamentado, nós, como um Ministério técnico, temos que dar a nossa contribuição e vamos dar a contribuição para que, nesta Casa, aqui no Congresso, essa regulamentação seja a melhor, respeitando todos os preceitos de que o País é signatário. Que daqui possa sair o melhor resultado em benefício das comunidades, dos povos originários, da sociedade como um todo. É dessa forma que nós vamos trabalhar. O dever de casa ele tem que ser feito e nós temos feito isso com afinco e, principalmente, com muito diálogo e com muita parceria. Era essa a mensagem que eu queria deixar com o senhor.

Senador Izalci, o senhor fez perguntas sobre toda a minha apresentação, há tudo aqui, tem do anexo C ao RenovaBio. E todas essas perguntas do senhor são efetivamente, como apresentado aqui, ações prioritárias do Ministério e nós estamos trabalhando nelas *pari passu*. Olha a importância...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – A negociação já foi feita ou vai ser feita?

O SR. BENTO ALBUQUERQUE – Qual?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Com Itaipu.

O SR. BENTO ALBUQUERQUE – Não, ela está em curso.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Em curso.

O SR. BENTO ALBUQUERQUE – Na realidade, a negociação com o outro lado ainda nem começou. Como falei aqui, eles começaram até antes; nós começamos agora. Evidentemente que não estamos saindo do zero, porque trabalhos já foram realizados. O que nós estamos fazendo agora é coordenar e, de forma bastante planejada, fazer isso.

Só para o senhor ter noção. O senhor disse: "E o que é que vai acontecer?". São dados. Itaipu representa para o Paraguai, se eu não me engano, quase 80% do PIB do Paraguai, o que é bem diferente do nosso lado. Mas a energia de Itaipu é fundamental para o nosso crescimento e para o nosso delineamento das matrizes energéticas em que nós vamos ter que investir para que nós tenhamos segurança energética no nosso País.

Então, isso está sendo trabalhado. Como eu disse anteriormente – eu acho que o senhor naquele momento estava ausente –, nós pretendemos ter isso concluído nos próximos dois anos. É um trabalho bastante complexo, denso e tem que também ter não só uma parte técnica, mas uma parte da diplomacia, porque se trata de um empreendimento entre dois países e são dois países que, como eu disse aqui, para um corresponde a 80% do PIB, para o outro tem uma parcela importante da energia. Então, isso tudo tem que ser considerado e nada melhor do que as relações internacionais para contribuir para que se alcance o resultado que atenda a todos os interesses.

A mesma coisa a questão do Gasbol, do gasoduto que vem da Bolívia. Isso aí não diz respeito diretamente ao Ministério, mas nós acompanhamos, porque o gasoduto pertence à Petrobras. Mas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nós temos que ver, sim, os outros interesses que existem. Apesar de a Petrobras ser o maior consumidor de gás, 40%, e os outros 60% e tudo aquilo que nós achamos que devemos investir e abrir nesse novo mercado do gás e evidentemente o Gasbol, o gás da Bolívia, vai ter um papel importante nisso aí? Também estamos tratando de outros assuntos com ele, além do Gasbol, que é a questão da hidroeletricidade. Também existem recursos hidroelétricos dos dois países que poderão beneficiar principalmente aquela região lá do Mato Grosso, uma região que é importante também para o crescimento do nosso País.

A arrecadação – eu vou ficar devendo para o senhor –, a arrecadação para os próximos dez anos. Eu tenho medo de falar aqui um valor. Não quero fazer uma média aritmética, em que eu posso estar cometendo um erro grande, mas essa informação nós vamos falar para o senhor.

E, no que diz respeito a investimento, o que a gente tem trabalhado é primeiro, tem que haver segurança para investir. E o País tem outro dado bastante positivo. Nós temos a tradição de não quebrar contrato. Nós temos, no setor de petróleo e gás, por exemplo, concessão, cessão onerosa, regime de partilha. E só existe aqui. É impressionante como são áreas extensas, existem áreas que têm dois tipos e a gente consegue manter os contratos. E isso é muito positivo para o País. O que a gente pretende fazer é melhorar nossa governança e a regulamentação para que o investidor se sinta mais seguro e que ele ofereça até mais nos bônus dele para que ele invista no País. Então, todo o mundo ganha com isso aí.

E a questão do biocombustível nós não podemos perder. O nosso País tem outra característica. Nós temos junto com os Estados Unidos e Alemanha... Se a gente comparar, Brasil, Estados Unidos, são os dois países do mundo que têm a maior diversidade de fonte de energia. Então, nós temos que explorar isso. Não pode ser nem muita coisa uma, nem muita coisa outra; nós temos diversas.

E o biocombustível tem um papel muito importante na nossa matriz. Nós temos alguns programas: o RenovaBio, o biodiesel, que já é um programa de sucesso, hoje a mistura já é de 10%, com tendências a crescer, mas isso feito tudo não por vontade. A vontade existe, de aproveitamento, evidentemente, mas tudo de forma muito bem planejada e evidentemente não planejada só por nós, mas planejada por todos, daí que existem as consultas, as audiências, etc., em que nós vamos aperfeiçoando o modelo.

O Senador Alessandro Vieira colocou a questão do desinvestimento da Petrobras, a questão da Fafen. Eu até havia comentado aqui, o Senador Jaques Wagner já tinha ido à audiência no Ministério, junto com outro Senador, para falar desse assunto. Eu, particularmente, entendo que essa questão – como o senhor muito bem colocou – é estratégica para o País, mas evidentemente que nós temos que fazer isso respeitando todos os contratos, mas cabe a nós também identificarmos aquilo que nós temos que propiciar, as condições para investimento.

E, como eu disse anteriormente, nós temos um diálogo muito permanente com a Petrobras. Na hora em que os Senadores foram lá à audiência comigo já era noite, numa segunda-feira, um chegou de Aracaju, o outro chegou de Salvador e, na mesma noite, liguei para o Presidente da Petrobras, falei da preocupação dos senhores e desde aquele momento estamos trabalhando juntos para que a gente encontre soluções, primeiro, para a questão lá de Salvador e de Aracaju, aí passa também, transcende a própria Petrobras, mas a energia para tornar esse empreendimento mais atrativo. E, lá em Aracaju, nós temos o maior investimento de gás já feito, 5 bilhões, é o maior investimento de Aracaju, mas por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

questões de monopólios, A, B e C regulações, estamos trabalhando nisso, para que, no caso particular de Aracaju, ele possa utilizar o gás e tornar o investimento mais atrativo ainda.

Mas isso transcende, como o senhor disse, é vital para o agronegócio. Então, nós estamos trabalhando também junto com o Ministério da Agricultura para que a gente possa viabilizar outros empreendimentos. O Brasil tem todas as condições, dentro das avaliações preliminares, de se tornar autossuficiente, e nós vamos deixar de fazer importação para os fertilizantes nitrogenados.

Então, era isso que eu queria colocar para o senhor. Eu não sei se eu fiquei com alguma dívida em relação ao senhor.

Então, é isso.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – É muito perigoso dever para ele. (*Risos.*)

O SR. BENTO ALBUQUERQUE – Senador Esperidião Amin, eu acho que é a última pergunta, talvez. Não, há outras aqui da...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. *Fora do microfone*.) – Há cidadania, Amin, só.

O SR. BENTO ALBUQUERQUE – Ah, está bem. Então, há o senhor e, depois, a cidadania.

No que diz respeito à pergunta do Senador Eduardo Braga, nós vamos dar uma resposta bem completa, mas eu até comentei aqui antes – não sei se o senhor já estava aqui – que ainda bem que eu não sou responsável por essa parte de distribuição entre os entes federados. Mas, como eu disse aqui, nós trabalhamos a várias mãos na questão da cessão onerosa e o Ministro Paulo Guedes está muito sensível a isso – e não é de agora –, no que diz respeito a como será feita essa distribuição entre os entes federados.

Futuro do carvão. Carvão, como eu falei aqui, o País tem essa diversidade de fontes, e o carvão não pode ser desconsiderado. Nós, por acaso também, muito provocados pelo senhor e por outros Parlamentares, já estamos trabalhando nisso. Tem que haver um investimento na parte tecnológica. E, como o senhor bem disse, hoje em dia, a tecnologia já permite que o carvão não seja uma fonte tão danosa ao meio ambiente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Ao contrário, com emissões reduzidíssimas.

O SR. BENTO ALBUQUERQUE – Isso, reduzidíssimas.

Então, é isso que nós estamos trabalhando. A empresa de planejamento energético...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Tanto é que a China e a Índia têm várias plantas em construção com essa tecnologia que está evoluindo consideravelmente, ao mesmo tempo em que defendem – a China especialmente – energias renováveis.

O SR. BENTO ALBUQUERQUE – Claro. E os próprios Estados Unidos.

Eu estive agora também, recentemente...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. BENTO ALBUQUERQUE – Isso, isso. A China é a maior parte. Agora, evidentemente, cada país tem o seu trato a essa questão, tendo em vista a diversidade de fontes que possui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, agora mesmo, nos Estados Unidos, nesse fórum de energia, um dos pontos é o carvão, porque os próprios Estados Unidos têm essa fonte também, mas também têm um desenvolvimento tecnológico grande, que torna essa energia bastante limpa. Então, nós estamos trabalhando nisso e temos que atender particularmente os dois Estados mais importantes nesse aspecto, o Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. BENTO ALBUQUERQUE – É, mas os dois mais importantes são Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Então, estamos trabalhando sobre o futuro disso. E isso estará bastante sinalizado na previsibilidade que nós pretendemos e estamos dando aos investidores para que eles possam...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Tem uma ideia de um prazo para ter isso mais claro?

O SR. BENTO ALBUQUERQUE – É agora, Senador. Agora que eu digo, em alguns meses. Mas eu não quero me arriscar a dizer para o senhor, assumir um compromisso com o senhor, mas vou lhe dar essa resposta do prazo, até para que o senhor, como interessado, possa acompanhar isso e nos cobrar.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu só queria concluir...

O SR. BENTO ALBUQUERQUE – Pois não.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... informando a V. Exa. o seguinte: o Ministro de Ciência, Tecnologia e Inovações, Marcos Pontes, estará em Criciúma, na próxima segunda-feira, visitando o laboratório e as escolas relacionadas a essa tecnologia. Só para lhe dar essa informação. Se alguém puder acompanhar pelo menos a informação da visita será muito interessante. Por iniciativa do Deputado Federal Daniel Freitas, essa visita vai acontecer lá na próxima segunda-feira.

O SR. BENTO ALBUQUERQUE – Perfeito.

Eu vou ver se alguém do Ministério vai nessa comitiva do Ministro Marcos Pontes, porque eu acho que é importante. E é assim que a gente tem procurado trabalhar no Governo, sabe? De forma integrada, o que facilita muito.

(*Soa a campainha.*)

O SR. BENTO ALBUQUERQUE – Agora, estou eu de novo aqui perdido com as perguntas...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Restam agora as perguntas do portal e-Cidadania.

O SR. BENTO ALBUQUERQUE – Do e-Cidadania, não é?

"Quanto ao Estado de Roraima, qual é a previsão de interligá-lo ao Sistema Interligado Nacional?".

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. BENTO ALBUQUERQUE – Bom, então, voltando à pergunta aqui, do Danilo Camargo Grasso: "Quanto ao Estado de Roraima, qual é a previsão de interligá-lo ao Sistema Interligado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nacional?". A previsão é dezembro de 2021, quando a obra do Linhão Manaus-Boa Vista estará concluída.

Outra pergunta: "A Transpetro será privatizada?". Não está nos planos. Eu não tenho conhecimento, nem por parte da Petrobras, nem por de qualquer outro tipo de fonte, e não há nenhum estudo no Ministério em relação a isso.

Patrícia de Souza Silva, também do Amazonas: "Devido à falta de profissionais, não seria mais fácil capacitar e investir para fiscalização?". É exatamente isso que nós estamos fazendo. Trinta e dois servidores estão no momento fazendo curso na Enap. Eu já tinha mencionado isso aqui, mas é apenas um complemento. Mas nós temos que investir não só em pessoal, mas também em tecnologia, porque a tecnologia nos dá também segurança e não depende tanto do fator humano para executar a tarefa.

E, agora, o Urubatan Silva Tupinambá Filho: "Há proteção no futuro edital de privatização da Eletrobras sobre possível risco contratual de lance superestimado logo após a assinatura?". O modelo da Eletrobras não está ainda concluído, de capitalização. Nós devemos concluir isso até o final de junho, e eu não tenho conhecimento de nenhum assunto relacionado a esse aqui perguntado sobre o risco contratual de lance superestimado, mas a sociedade tomará conhecimento disso tão logo os trabalhos sejam encerrados.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – A última, Sr. Ministro, é a pergunta que fiz em relação à construção das hidrelétricas do Rio Tapajós, no Pará, e a Usina Tabajara, no Município de Machadinho, no Estado de Rondônia.

O SR. BENTO ALBUQUERQUE – Está, mas, primeiro, eu quero dar uma notícia para o Presidente da Comissão. Bom, a redução tarifária na tarifa lá, em Rondônia, será de 7,46%.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. *Fora do microfone*.) – Boa notícia!

O SR. BENTO ALBUQUERQUE – Acabou de chegar aqui. Eu pensei que o senhor iria trazer a notícia, mas eu acabei...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Muito obrigado. Eu fui lá para reforçar o apelo.

O SR. BENTO ALBUQUERQUE – Pois é.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Muito obrigado a V. Exa.

O SR. BENTO ALBUQUERQUE – Então, o senhor, foi muito importante a sua passagem por lá.

Mas, no que diz respeito às usinas hidrelétricas do Rio Tapajós e à unidade hidrelétrica de Tabajara, as usinas estão em fase de planejamento e ainda não possuem licenciamento ambiental prévio. E há questões sensíveis e impactos em áreas indígenas que talvez estejam limitando isso. Mas isso é um assunto que está na nossa ordem do dia e eu vou procurar, agora, me aprofundar para dar uma resposta ao senhor e para que a gente possa acompanhar e tratar desses assuntos.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Está bem. Ministro, eu fico extremamente agradecido e na expectativa de receber essas informações, considerando o cenário nacional e a demanda de energia, especialmente energia limpa que nós temos e por se tratar de um empreendimento que será construído, mais um, no Estado de Rondônia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria, neste momento, de agradecer a todos, a Sras. Senadoras e os Senadores que participaram conosco da reunião no dia de hoje.

Gostaria de agradecer o Ministro Bento Albuquerque pela sua presença e disponibilidade de tempo para estar na Comissão de Infraestrutura, trazendo as informações importantes do Ministério de Minas e Energia para os Senadores membros desta Comissão e se disponibilizando também a responder aqui aos questionamentos dos Senadores. Gostaria de agradecer, além do Ministro, aos seus auxiliares, secretários, diretores, técnicos do Ministério de Minas e Energia que comparecem a esta Comissão.

Mais uma vez, Ministro, gostaria de deixar a Comissão de porta abertas para esse diálogo permanente, para essas tratativas republicanas permanentes, porque nós temos pela frente alguns desafios. V. Exa. assume o Ministério num momento extremamente decisivo. Pela frente penso que teremos que revisitar a discussão do nosso marco regulatório do setor elétrico; teremos que discutir com maior profundidade o mercado livre, matéria cuja relatoria está sob a minha responsabilidade; fontes alternativas para geração de energia, especialmente com essa matriz que foi mencionada aqui pelo Senador Esperidião Amin, dentro dessa concepção de energia limpa, de menor custo e de menor impacto no ponto de vista ambiental.

Mais uma vez, gostaria de agradecer a V. Exa. e deixar o espaço aberto para as considerações finais. Eu sei que V. Exa. tem, na sequência, um importante compromisso.

O SR. BENTO ALBUQUERQUE – Presidente Senador Marcos Rogério, gostaria de dizer para o senhor, mais uma vez, que foi uma honra, um prazer comparecer. Eu acho que as portas abertas são muito importantes para o Ministério. O Ministério procurará estar presente aqui, junto à Comissão, porque é uma Comissão que é parceira e fundamental para as políticas públicas que são conduzidas pelo Ministério.

Gostaria também de agradecer a forma como eu fui recebido, pelos comentários, que me deixaram, orgulhoso, e pela confiança demonstrada no nosso trabalho – e o trabalho não é meu, o nosso trabalho é de equipe, de todos os órgãos vinculados. Eu gostaria de dizer para os senhores que eu estou muito otimista que o Ministério corresponderá às expectativas não só da Comissão de Infraestrutura, mas principalmente da sociedade brasileira. Então, eu agradeço os comentários. Vamos respondê-los com um pouquinho mais de detalhes tão logo tenhamos tempo de fazer uma análise mais aprofundada.

Mas muito obrigado pela oportunidade que foi concedida ao Ministério de Minas e Energia.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Esta Presidência reitera mais uma vez os agradecimentos.

E aqui, aproveitando a deixa de alguns Senadores concernente às questões regionais, faço o registro também, em meu nome e em nome dos demais Senadores do Estado de Rondônia, Senador Acir e Senador Confúcio Moura, dos oitos Deputados Federais do Estado Rondônia: o nosso agradecimento pela abertura para o diálogo, para a construção de um entendimento que oportunizasse o Estado de Rondônia a ter um diferimento na conta de energia, que tem sido, nesses últimos meses, fator de intranquilidade no Estado de Rondônia. E eu sei do empenho de V. Exa. nessa matéria, a despeito das cautelas de praxe em relação às questões contratuais, de segurança jurídica,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de previsibilidade, confiança do mercado, mas houve um esforço no sentido de atender, ainda que minimamente, os interesses dos consumidores de Rondônia.

Fica aqui o registro de agradecimento pessoal e também da Bancada a V. Exa., extensivos à Aneel, onde tive a oportunidade, hoje, de debater este assunto.

Agradecendo mais uma vez a presença de todos, nada mais havendo a tratar, está encerrada a reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 28 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 36 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 6ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 02 DE ABRIL DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às onze horas e sete minutos do dia dois de abril de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Marcos Rogério, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Eduardo Gomes, Fernando Bezerra Coelho, Esperidião Amin, Marcelo Castro, Plínio Valério, Styvenson Valentim, Izalci Lucas, Oriovisto Guimarães, Juíza Selma, Jorge Kajuru, Fabiano Contarato, Eliziane Gama, Kátia Abreu, Alessandro Vieira, Jean Paul Prates, Jaques Wagner, Paulo Rocha, Carlos Viana, Irajá, Nelsinho Trad, Wellington Fagundes, Jayme Campos, Zequinha Marinho, Rodrigo Pacheco, Jorginho Mello, Luis Carlos Heinze, Paulo Paim e Rodrigo Cunha. Justifica a ausência o Senador Jarbas Vasconcelos. Deixam de comparecer os Senadores Vanderlan Cardoso, Elmano Férrer, Flávio Bolsonaro, Acir Gurgacz e Lucas Barreto. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Lidos os comunicados da presidência, passa-se à apreciação da pauta, que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 14, de 2019** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, incisos II e V, da Constituição Federal, e dos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, aditamento ao Requerimento nº 09, de 2019, que trata da realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PLS nº 261/2018, que "Dispõe sobra a exploração indireta, pela União, do transporte ferroviário em infraestruturas de propriedade privada; autoriza a autorregulação ferroviária; disciplina o trânsito e o transporte ferroviário; altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, as Leis nos 9.503, de 23 de setembro de 1997, 10.233, de 5 de junho de 2001, 12.379, de 6 de janeiro de 2011; e dá outras providências,", visando a inclusão, como convidados, de um representante do Ministério da Economia e um representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transporte e Logística – CNTTL." **Autoria:** Senador Jean Paul Prates. **Resultado:** Aprovado. **2ª Parte - Audiência Pública Interativa**. **Finalidade:** Prestar contas sobre o exercício de suas atribuições e o desempenho da ANTT, bem como apresentar avaliação das políticas públicas no âmbito de suas competências, em atendimento ao artigo 96-A do Regimento Interno do Senado Federal. **Participante:** Mario Rodrigues Junior, Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT. **Resultado:** Audiência pública interativa realizada. Fazem uso da palavra a Senadora Kátia Abreu e os Senadores Eduardo Gomes, Esperidião Amin, Nelsinho Trad, Carlos Viana, Jean Paul Prates, Wellington Fagundes, Zequinha Marinho e Jaques Wagner. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e trinta e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Marcos Rogério

Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/04/02

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Bom dia a todos.

Declaro aberta a 6ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa de leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Sras. e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovadas.

Alguns comunicados à Comissão, especialmente à nossa assessoria técnica, quanto a procedimentos acerca de relatórios de atividades de agências reguladoras e empresas estatais que esta Comissão recebe. Eu estou adotando algumas providências e queria comunicar à Comissão, especialmente às assessorias técnicas que acompanham o trabalho da Comissão.

Por força das leis de criação das agências reguladoras, bem como da Lei 13.303, de 30 de junho de 2016, conhecida como Lei das Estatais, a Comissão de Serviços de Infraestrutura recebe regularmente os relatórios anuais de atividades das agências reguladoras e das empresas estatais da área de infraestrutura.

Esses relatórios de atividades que chegam à Comissão na forma de avisos ou ofícios recebiam o seguinte tratamento: o Presidente dava conhecimento ao Plenário da Comissão do teor das matérias, por meio de comunicados, no início das reuniões; a Secretaria da Comissão enviava aos gabinetes dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadores membros uma cópia eletrônica de cada um desses expedientes; caso não houvesse a manifestação de algum Senador, a matéria era encaminhada ao Plenário do Senado Federal para arquivamento, sendo considerada conhecida pela Comissão de Infraestrutura.

Para enfatizar o papel fiscalizatório da Comissão de Serviços de Infraestrutura, esta Presidência adotará um procedimento diverso, que faço saber à Comissão neste momento: os expedientes serão encaminhados à Consultoria Legislativa do Senado Federal para análise e emissão de notas técnicas que embasarão a posterior decisão da Presidência; para os relatórios que não apresentarem incompletudes ou que não levantarem questionamentos de ordem técnica ou legal, será seguido o protocolo anterior, dando-se conhecimento da matéria à Comissão e, não havendo manifestação dos Senadores membros, encaminhando-se os expedientes ao Plenário do Senado para arquivamento; os relatórios de atividades que não suprirem as informações requeridas por lei ou que levantarem questionamentos de ordem técnica ou legal serão distribuídos para a relatoria de um dos Senadores membros, que indicará as ações que deverão ser adotadas pela Comissão, como, por exemplo, apresentação de proposições legislativas, realização de diligências ou audiências públicas, acionamento do Tribunal de Contas ou Ministério Público e assim por diante.

A Presidência espera contar com a máxima diligência dos Senadores e Senadoras membros para que as responsabilidades fiscalizatórias a cargo da Comissão de Serviços de Infraestrutura sejam cumpridas com presteza e rigor.

Estou fazendo isso porque, obviamente, a informação que chega a esta ou a outra Comissão não chega apenas como um espaço de despacho e carimbo. Se é submetida, por força de lei, a apresentação desse relatório à Comissão, ela tem um papel de fiscalização, de controle.

Então, por essa razão, estou adotando a providência de, antes de fazer qualquer despacho na modelagem anterior, que a Consultoria faça uma análise preliminar, e, havendo algum tipo de observação a ser feito, designa-se Relator para análise mais profunda, mais cuidadosa da matéria.

Em alguns expedientes que nós recebemos nos últimos dias, essa providência já foi adotada – alguns, inclusive, com incorreções bastante graves, que precisam, demandam atenção desta Comissão e de seus Senadores membros. Em pelo menos dois ou três casos eu designei Relator. Eu avoquei uma das relatorias. Nós vamos, então, atuar nesse sentido, porque o papel do Legislativo e da Comissão é justamente este: não só de receber e ter o conhecimento, mas, havendo dúvida razoável, atuar na forma da lei, na forma do Regimento e da Constituição Federal.

O art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal estabelece que, no desempenho de suas atribuições de acompanhar, fiscalizar e controlar as políticas governamentais pertinentes às suas áreas de competência, as Comissões permanentes devem selecionar, a cada ano, políticas públicas a serem avaliadas.

Nas suas primeiras reuniões anuais, cada Comissão permanente deve eleger a política pública que será avaliada e, ao final da sessão legislativa, um relatório conclusivo deve ser apresentado e apreciado pela Comissão.

Assim, solicito que as Sras. e os Srs. Senadores apresentem, em tempo hábil, por meio de requerimentos, sugestões de temas a serem avaliados, em 2019, a fim de que, nas próximas reuniões, sejam submetidos à deliberação da Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estes comunicados cuja leitura estou fazendo serão todos encaminhados aos gabinetes dos eminentes Senadores e Senadoras.

Aviso do Tribunal de Contas da União.

A Presidência comunica o recebimento do Aviso nº 86 do TCU, Plenário do Tribunal de Contas da União, que encaminha para conhecimento da Comissão cópia de acórdão proferido pela Corte acerca de acompanhamento dos empreendimentos de geração e transmissão da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu.

Nos termos da Instrução Normativa da SGM nº12/2019, o expediente aguardará eventuais manifestações das Sras. e dos Srs. Senadores pelo prazo de 15 dias, após o qual será arquivado.

Cópias do documento encontram-se à disposição das Sras. e dos Srs. Senadores na Secretaria da Comissão.

Na primeira parte da nossa reunião, nós temos um requerimento a ser deliberado, nos seguintes termos.

1ª PARTE
ITEM 1
REQUERIMENTO Nº 14, de 2019
- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, incisos II e V, da Constituição Federal, e dos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, aditamento ao Requerimento nº 09, de 2019, que trata da realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PLS nº 261/2018, que "Dispõe sobre a exploração indireta, pela União, do transporte ferroviário em infraestruturas de propriedade privada; autoriza a autorregulação ferroviária; disciplina o trânsito e o transporte ferroviário; altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, as Leis nºs 9.503, de 23 de setembro de 1997, 10.233, de 5 de junho de 2001, 12.379, de 6 de janeiro de 2011; e dá outras providências,", visando a inclusão, como convidados, de um representante do Ministério da Economia e um representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transporte e Logística – CNTTL.

Autoria: Senador Jean Paul Prates.

É o requerimento que apresenta o Relator da matéria, Senador Jean Paul Prates.

Eu consulto o Plenário se quer fazer alguma observação. (*Pausa.*)

Não havendo qualquer observação ou acréscimo a fazer, submeto à votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado.

Passamos agora para a fase da audiência pública.

Gostaria de lembrar a todos que a população poderá participar também do debate, enviando perguntas e comentários ao nosso convidado. Os cidadãos que queiram participar podem fazê-lo por meio do portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou ligando para o telefone 0800-612211.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A presente audiência pública tem como convidado o Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres, Mario Rodrigues Junior, em atendimento ao art. 96-A do Regimento Interno do Senado Federal, que estabelece:

> Art. 96-A. Os dirigentes máximos das agências reguladoras comparecerão ao Senado Federal, em periodicidade anual, para prestar contas sobre o exercício de suas atribuições e o desempenho da agência, bem como para apresentar avaliação das políticas públicas no âmbito de suas competências.

Convido para que tome assento à mesa, já a postos, o Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres, Mario Rodrigues Junior, e dou boas-vindas ao demais diretores, que passarei a nominar na sequência, todos aqui presentes nesta reunião.

Informo à Comissão e ao Diretor que disporá do tempo inicial de 20 minutos, com a tolerância desta Presidência, para a apresentação do relatório. E, na sequência, os Srs. e as Sras. Senadoras terão a oportunidade também de fazerem ponderações ou questionamentos ao nosso convidado.

A palavra está assegurada a V. Exa.

O SR. MARIO RODRIGUES JUNIOR – Em primeiro lugar, quero agradecer, Senador, o convite. Aqui nós até agradecemos pela oportunidade que vamos ter de mostrar um pouco o papel da agência e o tamanho da sua dimensão. Então, em nome do Sr. Senador Marcos, cumprimento todos os Senadores e autoridades aqui presentes.

Quero registrar também a presença de todos os diretores da agência, aqui presentes, nossos superintendentes. Estaremos aqui à disposição. Se, no caso, houver um debate, estamos aqui hoje com o time todo completo.

Eu vou fazer uma explanação do papel da ANTT. Até é uma apresentação longa, mas eu vou pegar os principais pontos que acho de suma importância de a gente mostrar.

A agência foi criada na Lei 10.233, de 5 de junho de 2001. É uma autarquia em regime especial, regulador federal técnico e econômico. Tem como atribuições incrementar a competitividade, assegurar o serviço adequado ao público, implementar as políticas públicas do hoje Ministério da Infraestrutura.

Nós temos no nosso atual quadro: 1.705 funcionários, entre analistas, especialistas e técnicos em regulação. Total de vagas desocupadas: dos 1.705, nós temos 962 vagas desocupadas, sendo que, no total de vagas em aberto, temos 743 vagas que a agência precisa repor. Lógico que a gente sabe da crise que existe nos últimos tempos, mas isso seria motivo de um concurso público. E, mais para a frente, eu vou mostrar a necessidade que efetivamente hoje a agência tem de estar se reestruturando.

Aqui são articulações de relacionamento. Nós participamos da Rede de Articulação das Agências Reguladoras (Radar). A cada um mês e meio, dois meses, nós abrimos um café com o mercado para discutir regulação, necessidade, enfim, escutar os problemas, efetivamente, do mercado. E temos várias parcerias internacionais com outras agências reguladoras.

Nossa governança regulatória. Este é um quadro de fortalecimento regulatório. A gente tem em conjunto com o mundo inteiro as regulações – OECD. E seguimos aí, tentamos uma padronização.

Nós temos, dentro da agência, a participação social que a gente faz através de audiências públicas; o fórum de regulação, que é feito entre nossos gerentes e superintendentes; temos um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estoque regulatório, hoje, aproximadamente de seis mil, sendo que efetivamente 160 são de suma importância.

Meta: Redução do fardo regulatório – e também para frente eu vou mostrar o quanto isso gera economia – e a análise de impacto regulatório.

Para vocês terem uma ideia, o País hoje... Anualmente, o Brasil edita entre 80 a 100 mil atos normativos, enquanto nos Estados Unidos isso varia entre 2,5 e quatro mil normas.

Lógico, qual é a intenção? Você minimizar o fardo regulatório, o estoque regulatório. Hoje, a agência tem mais de seis mil, como eu disse, e a nossa ideia é estar minimizando, diminuindo esses fardos regulatórios, com a aperfeiçoamento das suas resoluções, com novas tecnologias, enfim...

Só uma ideia: a nossa meta era economizar, até 2018, cem milhões, reduzindo esses marcos regulatórios. Nós já temos até o momento 400 milhões de economia, e a nossa meta, até o final do ano, seria a gente economizar R$1 bilhão com essas ações no marco regulatório.

Vamos entrar agora na questão das concessões por modais. As nossas rodovias concedidas. Hoje, nós temos 20 concessões, fiscalizadas e reguladas pela agência; nós tivermos... temos dentro dessa malha, dessas 20 concessões 9,7 mil quilômetros, praticamente 10 mil quilômetros. Nós temos... Em 2017, foram investidos 7 bilhões, isso de investimentos, fora a questão de manutenção e operação... Opa, desculpem. Duplicação, manutenção, operação e melhorias. O setor gera 13 mil empregos diretos e 18 nas suas terceirizadas.

Aqui é uma relação das 20 concessões, abrangendo aí o Brasil todo. Eu não vou entrar no mérito de cada uma, mas depois, se precisar de alguma informação específica de alguma delas, estaremos aqui apresentando.

São 20 concessões. Algumas fotos ilustrativas: praça de pedágio, obras feitas, trevo, equipe de atendimento ao usuário, ambulância, toda a gama de serviços que a gente coloca à disposição do usuário.

Um comparativo de grau de investimento. Em 2017, o Governo, por meio do Orçamento Geral da União, gastou basicamente na concessão. No Dnit, ele investiu R$8 bilhões.

(*Intervenção fora do microfone.*) (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Tivemos uma pane no painel. Enquanto o técnico retorna, vamos fazer pela...

O SR. MARIO RODRIGUES JUNIOR – Pela...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Isso.

O SR. MARIO RODRIGUES JUNIOR – Bom, aquele quadro estava mostrando que o grau de investimento, através de recurso do Governo, foi de R$8 bilhões, em 2017, por uma malha aí de mais de 60 mil, 70 mil quilômetros que tem o Dnit, enquanto nós, nos 9,7 mil quilômetros, investimos R$7 bilhões; praticamente nós empatamos, mas o grau de proporção aí dos quilômetros de rodovia... Está-se vendo o grau ou o quanto é importante o investimento da iniciativa privada.

Foram R$8 bilhões, em 2017, por uma malha aí de mais de 60 mil, 70 mil quilômetros que tem o Dnit, enquanto que, nós, nos 9,7 mil quilômetros, investimos R$7 bilhões; praticamente nós empatamos, mas o grau de proporção aí dos quilômetros de rodovia... Está-se vendo o grau ou o quanto é importante o investimento da iniciativa privada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em novembro do ano passado, nós fizemos o leilão da Rodovia de Integração do Sul, que pega a região toda do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, que teve o seu leilão com investimento previsto de R$8 bilhões em investimentos e R$5,6 bilhões em questão de manutenção e operação da rodovia. O leilão foi realizado no dia 1º de novembro de 2018, o vencedor foi a CCR, ela apresentou um deságio na tarifa, porque o leilão ali previa que o vencedor seria quem apresentasse a menor tarifa... O vencedor foi o grupo CCR, uma das maiores concessionárias do País, dando uma redução de 40,53% na tarifa. A assinatura do contrato foi em 11 de janeiro de 2019 e se iniciou a operação em fevereiro de 2019. Foi um grande sucesso essa nova concessão, que foi a mais recente de rodovias que foi feita.

Existimos agora... Temos hoje oito projetos em análise, sendo que dois deles vão ser ainda lançados para leilão público neste ano, que vão ser: a BR-153, Tocantins-Goiás; e a BR-101, Santa Catarina, de São João do Sul a Paulo Lopes, também em Santa Catarina. Essas duas concessões já estão em fase final, já estão na aprovação do plano de outorga.

A 364... A 365... Opa, desculpe-me: a 153, nós estamos em estudo; a que está pronta e está em análise do Tribunal de Contas é a 364,365, Goiás-Minas Gerais.

E a BR-101, terminamos todas as audiências públicas; agora nós vamos entrar no plano de outorga e encaminhar também para o TCU. A previsão é a de que a gente consiga fazer o leilão, o pregão ainda neste exercício.

Na apresentação que eu vou deixar, nós vamos ter: a BR-364; a BR-153, como eu tinha colocado aqui; a BR-040, Rio de Janeiro-Juiz de Fora; a BR-116. Essas que eu estou colocando agora são concessões que se expiram em 2021, que são a Dutra, Rio-Petrópolis e Rio-Teresópolis. Essas já estão também em análise, e a nossa ideia é concluir todos os estudos até o final do ano. Se lançar esse edital em todas as suas fases, até o final do ano que vem e quando se expirar o prazo delas em 2021, a licitação e a concessão já estarão assinadas.

Então, são oito projetos. Depois eu vou deixar a apresentação. Se também quiserem mais alguns detalhes... Sendo que um já está no Tribunal de Contas, outro está prestes a chegar lá, e o resto está tudo em preparação e em estudos.

Nessa preparação de estudos eu digo que é feita toda uma análise em conjunto com a equipe do Ministério dos Transportes e as suas secretárias, com a EPL, que faz todo o levantamento de investimento, e com a ANTT, que modela e executa o leilão. Então, é um conjunto de ações nos órgãos. Lógico... E a PPI, que hoje coordena todo o programa de concessão do Governo.

Estão aqui os oito projetos, são todos eles elencados, que eu falei, sendo que três já estão concedidos, mas a concessão se expira em 2021. A Dutra, como a principal rodovia do País, está nesse pacote.

Por que esses projetos não saem do papel? Não é que não saiam do papel, há dificuldade. Primeiro, no TCU há divergências na política pública de concessões, tanto na elaboração quanto na gestão dos contratos. Grandes entraves: licenciamento ambiental, desapropriação, remoção de interferências, ocupação na faixa de domínio e liberação de financiamentos são os principais problemas, assim, que, vamos dizer, atrasam todo o processo.

Das 13 concessões para 20, com mais de oito em carteira, sem adequação de estrutura existente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos voltar naquela tabela do número de funcionários. Hoje a ANTT... Eu fui diretor da ANTT entre 2008 e 2012, nós tínhamos na época dez concessões, hoje nós estamos com 20, e o quadro, além de se manter o mesmo, às vezes perdemos funcionários. Então a necessidade de a agência se remodelar e se reestruturar é fundamental, para que a gente possa efetivamente melhorar cada vez mais o nosso papel de fiscalização e de regulamentação.

Repactuação dos contratos. Hoje isso está muito na mídia. O que aconteceu? Nós temos as concessões da Fase 1, Fase 2 e Fase 3. Fase 3 são todas aquelas que foram licitadas em 2014, em que o País tinha um cenário brilhante, com crescimento, projeções, liberação de financiamentos do BNDES com taxas de juros atrativas. Só que, de 2014 para diante, cinco dessas concessões que iniciaram hoje estão totalmente desequilibradas. Nós tivemos queda na arrecadação, queda na produção, queda no nível de demanda de tráfego de VDM, investimentos previstos que teriam que ser feitos até o quinto ano não foram executados. Então, hoje, essas concessões da Fase 3 estão num desequilíbrio violento que, dependendo da ação que terá de ser adotada, ou elas vão virar a caducidade; ou elas vão entrar numa lei já aprovada que permite a relicitação do trecho, sendo que o concessionário existente mantém a manutenção da rodovia até que o novo pregão se concretize; ou a revisão quinquenal, que seria a solução adequada para esse processo. Ou seja, o que é a revisão quinquenal? Pega-se tudo que está desequilibrado do contrato e reequilibra, trazendo para um novo patamar, como se fosse iniciar uma concessão agora. Só que isso é muito complicado, e o Governo está até nos dando orientação para não focarmos muito nessa forma, apesar de ser a forma que seria a correção definitiva dos problemas. Mas não sabemos o posicionamento do TCU, o quanto da aprovação que isso vai ter. O Governo vai focar hoje muito mais no que eu digo, de relicitação.

Esse quadro mostra um pouco. Caducidade: vamos imaginar que não haja a relicitação, e não haja revisão quinquenal; nós vamos cair na caducidade. Num pedido de caducidade desses, é montado um processo dentro da agência por não cumprimento do contrato. É um processo longo, você tem que montar uma comissão, fazer uma série de segmentos, e fatores que nós temos que relevar. Um processo desses, se iniciar uma caducidade, leva no mínimo de um ano e meio a dois anos, para a gente concluir a caducidade.

Mas veja bem, vamos lá. Previsão normativa, na caducidade, é a Lei 8.987.

Pagamento via OGU, o que o Governo teria que bancar se tivesse os investimentos nessas rodovias. Gastaria 5,8 bilhões em investimento nas rodovias. Esses investimentos são os previstos em contrato.

A duplicação seria por gatilho. Ou seja, quando você tem uma demanda muito grande num determinado trecho da estrada, você vai fazer uma terceira faixa ou vai duplicar. Ou seja, então, a duplicação entraria na forma de gatilho: quando necessário, vai lá e faz a interferência.

Descontinuidade. Veja bem, se der uma caducidade, entre você iniciar novamente o processo, preparar, passar por todas as fases – TCU e aprovação – até concluir o leilão, são quatro anos em que ficaríamos desassistidos dessa concessão... Desassistidos, nem tanto. O Dnit teria que assumir a manutenção e o Governo, se tiver capacidade, manter os investimentos.

Expectativa da tarifa será de aumentar, porque a deterioração, com certeza, dessas rodovias vai piorar e o Governo terá que gastar 430 milhões/ano para fazer a manutenção. Governo, quando eu digo, se tiramos a concessionária.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Enquanto que na relicitação nós traríamos também o Governo pagando uma fatura de 5,8 bilhões para manter os investimentos. Também por gatilhos de demanda. A continuidade em nível mínimo seria de três anos. Ou seja, até também haver a licitação a vantagem aqui é que a atual concessionária terá que manter a rodovia sem investimentos, mas fazendo uma manutenção adequada.

Expectativa de tarifa também alta e quanto ao impacto orçamentário aqui no Governo – como a concessionária manteria a manutenção –, não haveria o gasto de 430 milhões, se houvesse a caducidade.

A revisão quinquenal. O contrato e Resolução da ANTT 675 permitem legalmente isso. Indenização não teremos, não teremos de fazer novos investimentos porque nós vamos reprogramar os investimentos. Duplicação integral da concessionária, do quilômetro que deve ser feito. Ou seja, no decorrer do prazo do contrato, a rodovia inteira vai ter que ser duplicada no prazo do contrato.

Continuidade na prestação do serviço, teremos continuidade. A expectativa de tarifa é baixa, enquanto nos outros dois casos ela é alta. E também não teríamos o impacto orçamentário no dinheiro da União de 430 milhões.

Ferrovias. Senador, o debate a gente abre na sequência.

A ANTT licita e concede ferrovias ao setor privado.

Cabe a sua gestão e fiscalização da execução dos contratos.

Investimentos: segurança e capacidade.

Cargas e passageiros.

Nós temos hoje, no transporte de carga, 13 concessionárias, numa malha de 29 mil quilômetros concedidos. Sendo que desses 29 mil, somente dez mil estão em operação. O resto são trechos que não demandam carga, o concessionário não os utiliza, e isso, nas renegociações, que também serão um capítulo para frente, eu vou entrar um pouco em detalhe.

Transporte regular de passageiros. Nós temos a ferrovia da Vale de 1.757km.

Trens turísticos. Temos o histórico-cultural: preservação da história ferroviária nacional (Trem do Vinho, no Rio Grande do Sul).

Trens comemorativos: celebração de um evento específico (Trem do Forró).

Total: 2.390 km

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARIO RODRIGUES JUNIOR – Então, vou acelerar aqui.

Novas concessões ferroviárias. Nós temos a da Norte-Sul, que foi realizada na semana passada, na quinta-feira da semana passada. Por detalhe, um sucesso. Tivemos a Norte-Sul com dois participantes. Com deságio, o concessionário teria de pagar de outorga 1,350 milhão, que era previsto no edital, e quem venceu ganhou com uma outorga de 2,7 bilhões, mais de 100% de ágil, também com um nível de investimento muito grande que eu vou entrar em detalhe na próxima. Então, a Norte-Sul foi a primeira feita. Aliás, acho que, desde 2007, foi a primeira concessão ferroviária que foi feita e teve esse sucesso.

Nós temos, para este ano ainda, a possibilidade da Ferrogrão e a Ferrovia de Integração Oeste-Leste da Bahia, a Fiol.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou colocar aqui.

Este é o de que eu falei que foi semana passada. O Capex do investimento 2,7 bilhões e o valor da outorga de 2,7 bilhões. Esse realmente foi uma vitória.

A Fiol tem uma previsão de 3 bilhões em investimentos. Próximos passos: já foram feitas audiências públicas, estamos terminando o plano de outorga, que vai para o ministério. O ministério aprova o plano de outorga e o encaminha para o TCU. Com o TCU aprovando, estamos aptos a fazer a publicação do edital. A gente acredita que, tanto a Fiol como a Ferrogrão, que têm um investimento de 12,6 bilhões, a gente tenha a possibilidade ainda de lançar este edital neste ano. Estamos em fase final de encaminhamento aos órgãos: Ministério da Infraestrutura e Tribunal de Contas.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. MARIO RODRIGUES JUNIOR – Agora vamos falar – vou acelerar – um pouco das renovações das concessões existentes.

Temos, em cinco das concessões que estão qualificadas pela PPI, uma estimativa de incorporar de 20 bilhões a 25 bilhões de investimentos nessas concessionárias. Então temos a Rumo Malha Paulista, Estrada de Ferro Carajás, Estrada de Ferro Vitória a Minas, MRS Logística e Ferrovia Centro-Atlântica.

Essas todas, como está a Rumo, já estão no Tribunal de Contas, em fase final. Acreditamos que, até o meio do ano, a gente assine essa renovação. Essa renovação incrementa novas políticas de fiscalização, de regulação e novos investimentos.

Para se ter um caso aqui: vamos ter 5 bilhões na Malha Paulista que devem ser aplicados nos cinco primeiros anos. Também essa já está em fase final no TCU. Esta está praticamente pronta para ser assinada.

Nós temos as próximas... Eu não vou entrar em detalhe, apesar de que esse é um assunto polêmico.

Na Estrada de Ferro Carajás, são previstos 11,3 bilhões, mas aqui entra uma novidade, que são esses 2,6 bilhões para se fazer como investimento cruzado. Ou seja, do dinheiro dessa outorga, 2,6 bilhões vão ser para construção da Ferrovia Fico, que não faz parte do trecho que está sendo reconduzido. É o famoso investimento cruzado. A isso já coube muita discussão.

Na MRS Logística, a inclusão também de investimento cruzado seria fazer o Ferroanel na região metropolitana de São Paulo.

Eu vou passar às outras.

Temos duas concessões na Transnordestina.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARIO RODRIGUES JUNIOR – Uma delas já está em fase de caducidade; já foi aberto o processo. Sobre a outra, o relatório está concluso também para a abertura da caducidade. Qual o porquê disso? Os investimentos não foram feitos, houve defasagem, e as obrigações não foram cumpridas. Então, determinou-se a caducidade dos dois.

Quanto aos passageiros rodoviários, aos ônibus:

- transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- linhas regulares de ônibus de longa distância, o que é feito através de autorização;
- linhas regulares de ônibus semiurbano – é uma autorização especial;
- fretamento: autorização (viagens periódicas com itinerários definidos);
- garantia da qualidade para os usuários e competição entre linhas.

Estes são os números, para ilustrar: 70 milhões de passageiros transportados no Brasil; cinco mil empresas operadoras cadastradas; 3,5 mil linhas e serviços regulares; 70 mil motoristas cadastrados; 29 mil veículos cadastrados; quatro milhões de viagens; 300 mil empregos diretos gerados.

Há novas regulações.

Estamos com o processo de abertura de mercados novos. A mobilidade urbana interestadual está em plano de outorga também no Ministério para uma nova licitação. E há o transporte por fretamento.

Passamos ao transporte rodoviário de cargas. Hoje, mais de 60% do transporte rodoviário de cargas são feitos na matriz de transporte.

Para fazer uma ilustração, nós temos 1,876 milhão de veículos. Entre autônomos, empresas e cooperativas, há 1,870 milhão de veículos. A idade média da frota hoje é de 12 anos.

Há projetos em andamento.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARIO RODRIGUES JUNIOR – Há algumas revisões na melhoria da tecnologia: cadastro no Registro Nacional de Transporte via *web*; transporte internacional de cargas, com modificações de frota via *web*; revisão de várias resoluções. Inclusive, aqui entra a tabela de preço mínimo, tão discutida no País hoje. Para essa tabela de preço, hoje, na ANTT, existe uma lei, existe uma regulamentação, mas nós estamos aprimorando essa tabela. Então, foi contratada a Esalq, da USP, que já fez vários levantamentos e estudos. Já temos cinco audiências públicas marcadas, para que, efetivamente, a ANTT solte uma resolução com uma regra muito mais adaptada do que a que hoje está em prática.

Por último, nós temos, em inovação, um projeto que nós vamos implantar aqui, que é a balança em movimento. O caminhão vai passar por um sensor, que vai verificar se há excesso de carga. Como não existe uma regulamentação para multar com o caminhão em velocidade, nós vamos acabar com a entrada dos caminhões na praça de pesagem da seguinte forma: se o caminhão passou pelo sensor e está com carga em excesso, ele entra, mais na frente, para o bolsão; afora isso, ele vai embora. Então, essa é uma tecnologia fantástica. Já fizemos dois *workshops* com participação internacional. É uma tecnologia muito avançada que vai melhorar muito as condições de trafegabilidade dos veículos.

O agente remoto é o que eu falei agora. Expliquei mais ou menos isso. Já fizemos os testes com sucesso e agora estamos implantando isso, que, inclusive, tem que ser regulamentado pelo Denatran e também está em fase de conclusão.

Por último, o Canal Verde Brasil, que foi uma outra inovação que a ANTT fez.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARIO RODRIGUES JUNIOR – Nós temos pórticos instalados no Brasil todo, com 55 pontos. O que ele faz? É um pórtico que, quando pega o caminhão, já vê lá se o caminhão recolheu os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

impostos – isso é uma informação para as secretarias de fazenda estaduais –, se o caminhão está com o registro da ANTT correto, se o conhecimento do problema... se está de acordo com a carga; tudo isso ele consegue com a leitura do caminhão. Então, é uma modernização. Para se ter uma ideia, em um ano e meio, nós já fizemos 75,645 milhões de verificações. Então, isso realmente foi um avanço muito grande.

Outra coisa que com o Canal Verde se ganha muito, principalmente no Porto de Santos, é que, com essa leitura, nós não temos mais as filas enormes que ficam nas rodovias...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARIO RODRIGUES JUNIOR – ... porque no sistema eles já têm condição de entrar diretamente no porto.

Basicamente, eu acho que fiz um comentário geral. E estou aqui – eu e meus companheiros – aberto para qualquer questionamento.

Muito obrigado. Agradeço mais uma vez a oportunidade que a gente está tendo de mostrar um pouco, para vocês verem, o grande papel que a agência tem neste País.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Esta Presidência agradece a presença do Sr. Mario Rodrigues Junior.

Nós vamos passar agora à fase dos questionamentos e ponderações dos Senadores, não sem antes fazer aqui um registro da presença dos nossos demais diretores da ANTT: Elisabeth Braga, Diretora que acompanha o Diretor-Geral; Weber Ciloni, que também é Diretor; e Marcelo Vinaud Prado, também Diretor.

Também acompanham o Diretor-Geral: César Augusto Dias, Chefe de Gabinete do Diretor-Geral; João Paulo de Souza, Superintendente de Serviços de Transporte de Passageiros; Marcelo Alcides dos Santos, Superintendente de Exploração de Infraestrutura Rodoviária; Rosimeire Lima de Freitas, Superintendência de Serviços de Transporte Rodoviário e Multimodal de Cargas; Murshed Menezes, Superintendência Executiva; Nauber Nunes do Nascimento, Superintendência de Fiscalização; Yoshihiro Lima Nemoto, Superintendência de Governança Regulatória; Fernando Augusto Formiga, Superintendência de Infraestrutura e Serviços de Transporte Ferroviário; Maria Alice Nascimento, Assessoria de Relações Institucionais; Ana Beatriz Gonçalves Lira, Assessora da Diretoria-Geral; também Durval Valente, Assessor Direto da Diretoria-Geral; e Frederico Antonio Lacerda Marinho. São eles que acompanham o Diretor-Geral nesta audiência.

Passamos agora à lista de oradores inscritos.

Há quatro Senadores já inscritos para questionamentos. O primeiro é o Senador Eduardo Gomes, do MDB, de Tocantins.

V. Exa. tem a palavra.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO. Para interpelar convidado.) – Sr. Presidente Senador Marcos Rogério, em primeiro lugar, quero parabenizar V. Exa. pela iniciativa. Tenho certeza de que esta Comissão, sob sua presidência, tem promovido debates específicos, importantes, pontuais para o desenvolvimento do País, e não é diferente hoje com a ANTT.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero cumprimentar o Dr. Mario Rodrigues Junior, nosso Diretor-Geral, e todos os colaboradores, diretores da ANTT, essa agência tão importante.

Diferentemente do que se pode imaginar, do nosso questionamento e das informações necessárias às questões atribuídas e que trazem o Tocantins para o centro das discussões de logística de transporte no País...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO) – É. O Tocantins está no meio da confusão. É o Estado da integração nacional. É muito importante o funcionamento da ANTT, com todas as suas prerrogativas.

Ao invés de falar só do meu Estado, que teve na semana passada o leilão da Ferrovia Norte-Sul, também com reposicionamento sobre a duplicação da BR-153, a concessão, eu gostaria de aproveitar este momento para fazer algumas considerações mais amplas com relação ao marco regulatório no Brasil.

Eu me lembro, Senador Marcos Rogério, de que no nosso período, ainda na Câmara dos Deputados, iniciei um voto de relatoria sobre o papel das agências e a lei das agências, a famosa lei das agências. Vão desde a discussão sobre a própria implementação de todas as agências: Aneel, ANTT, Anvisa, que é aquele primeiro questionamento de que as agências vivem num permanente exercício de pedirem para ser autônomas, primeiro, pelas dificuldades financeiras.

Há uma dificuldade de alguns Governos em manter o que está na lei de distribuição específica de recurso. Então, os recursos das agências via de regra servem para contingenciamentos, para equilíbrio de déficit fiscal e uma série de outros artifícios, desde a inexplicável realidade de ver o seu quadro de pessoal reduzido. Então, eu fico assim curioso, Presidente, porque não só esta Comissão, que é específica do tema, mas dezenas de Comissões no Congresso Nacional, no Senado e na Câmara, debatem a necessidade de rodovias, ferrovias, fiscalização, qualidade dos serviços, e ao mesmo tempo, historicamente...

Espero que isso não aconteça agora, com o Presidente Jair Bolsonaro. Eu tenho certeza de que o Presidente da República talvez tenha... Até pela sua restrição de debate ideológico sobre o papel das agências, que ele possa, com o nosso apoio aqui, modificar a lei, Presidente, para que as agências realmente, de verdade, tenham autonomia.

Aí vai a minha pergunta ao nosso Diretor-Geral, porque curiosamente vivemos uma etapa em que é preciso fazer a retomada dos projetos de concessão. Há, no Governo, o Ministro Paulo Guedes, que esteve aqui na semana passada falando da necessidade da aprovação da reforma da previdência, para melhorar o quadro econômico, para que isso se reverta em processos de parceria público-privada e outros instrumentos. Nenhum desses instrumentos funcionará se a agência não estiver em condições de atender.

Então, por exemplo, quando eu vejo a duplicação da rodovia 153 e o trecho até Aliança, já fico preocupado porque no planejamento eu gostaria de ver a continuidade, porque nós estamos vivendo... O Tocantins está bem atendido, na sua metade, tanto pela Ferrovia Norte-Sul, de um lado, quanto pela rodovia. Então, eu queria saber se já existe planejamento nesse sentido. E no fundo, Presidente, a gente está participando desse debate aqui para falar o que é preciso... Eu tenho certeza

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de que esta Comissão, com o Presidente dinâmico que tem, com todos os Senadores aqui, precisa trabalhar paralelamente na questão do fortalecimento do papel das agências, porque senão é uma ilusão. A gente vai ter, daqui a seis meses, um ano, a mesma exposição aqui por falta de pessoal.

O que faz o Governo dar certo é um marco regulatório consistente, autônomo. Eu tenho certeza de que a crise abalou bastante os projetos de infraestrutura no País, mas esse abalo poderia ter sido menor se as agências estivessem com os recursos descontingenciados, com pessoal adequado. Até essa própria dinâmica da relicitação ou de o concessionário ficar no trecho até chegar a nova concessionária seria outra.

Minha última pergunta é se é possível que a agência mantenha permanentemente aqui as informações para que todos os Senadores, sob a liderança do Presidente, possam provocar essa mudança na prática. E também uma outra pergunta: analisando o quadro de vigência dos mandatos, parece-me que a ANTT tem ainda, vai ter nos próximos dias ou nos próximos momentos, a indicação de mais um diretor?

Então, seria essa pergunta e a pergunta sobre os projetos complementares, em que fase estão. Eu fiquei muito animado com o que vi, mas quero ver um pouquinho adiante.

Muito obrigado, Presidente, pela sua presidência.

Meu abraço a todos da ANTT e o nosso esforço para que o Congresso antecipe as dificuldades que a ANTT vai ter, porque é assim: se tudo der certo, nós vamos ter problema. Então, que a gente resolva o problema agora.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Esta Presidência agradece a V. Exa. Eu gostaria de ponderar com o nosso convidado, temos alguns Senadores inscritos, que a gente faça a sequência dos Senadores, V. Sa. anota os questionamentos e, ao final, responde, para a gente otimizar o tempo.

Na sequência, pela ordem de inscrição, o Senador Esperidião Amin.

V. Exa. é o terceiro inscrito. Senador Esperidião Amin, V. Exa. tem a palavra.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Uma injustiça com o Senador Nelsinho Trad.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu fiquei até animado de conceder a palavra a ele, mas...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Às vezes é uma fatalidade, como nós dizemos lá em casa, Maktub.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – A mim pareceu apropriado...

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS) – É uma honra ceder meu eventual lugar a V. Exa. V. Exa. sabe disso.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para interpelar convidado.) – Eu não vou ser muito prolixo, mas tenho vários assuntos a tratar.

Eu sou um cliente persistente em relação aos trabalhos da ANTT e, às vezes, até recalcitrante. Nada pessoal. Mas a única ação popular que eu intentei na minha vida foi num tópico que envolve a ANTT, o Ministério dos Transportes e a concessionária.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não vou repetir aqui que, por considerar que o regime de concessões é hoje a única forma de nós investirmos em infraestrutura, nós temos que aperfeiçoá-lo. E isso envolve fortalecer as agências reguladoras, no caso, a ANTT e também as sanções que ela deve aplicar às concessionárias inadimplentes, como é o caso da BR-101, em Santa Catarina, onde nós temos inadimplências absurdas, e eu vou mencionar uma só. Todo mundo conhece Balneário Camboriú, é o sonho de muitos pelo menos frequentar. O fato de nós termos um novo centro de convenções no Município de Balneário Camboriú e não termos a ponte nas marginais já construídas significa que nós estamos remetendo para a rodovia, que já está congestionada, o tráfego local. O contorno viário da Grande Florianópolis é o nosso calcanhar de Aquiles, o que me faz visitar mensalmente a ANTT.

Então, eu queria fazer aqui colocações pontuais, porque não venho trazer...

Primeiro, sobre o fortalecimento das agências reguladoras e também sobre efetiva fiscalização e classificação dos trabalhos das concessionárias. Nós não temos hoje um mapa mostrando quem é bom concessionário ou mau concessionário. Já temos? Não temos. Portanto, não podendo fazer um *ranking* das concessionárias, nós jamais saberemos distinguir a boa da ruim.

Segundo: nós temos que evoluir muito, dessa questão das praças de pedágio hoje, para métodos que são muito mais modernos no mundo inteiro. Há uma coisa que ainda não consigo entender nas nossas praças de pedágio: por que, no Brasil, quem tem o Sem Parar dá o gancho à direita e quem não tem o Sem Parar vai direto? Deu para entender? Nos países que eu conheço, quem tem o Sem Parar...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... vai pelo caminho mais curto. Aqui, ele dá um gancho à direita. Em Portugal não é assim – inverta-se a piada –, em Portugal quem tem o Sem Parar vai direto, mas aqui não: aqui dá o gancho à direita – se fosse na Inglaterra, daria o gancho à esquerda.

Então, eu acho que isso pode ser consertado, além...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... da evolução do radar.

Mas eu não vou trazer aqui as minhas questões particulares. Acho que é preciso que a agência reguladora premie quem anda no trilho certo e puna quem anda no trilho errado, que é o caso que nós vivemos em Santa Catarina. Eu trago a público a minha cobrança de que nenhuma multa foi paga até hoje pela concessionária que está sete anos atrasada na principal obra – atrasada! Ou seja, o atraso é de sete anos. Então, num contrato de concessão... Acho que lá é de 25, não é? Ou é de 30 anos?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Num contrato de 25, 7 mais 4... Já comeu metade do contrato! E já está...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... na segunda empresa concessionária!

Para concluir, quero trazer um fato concreto.

Ontem eu ouvi uma entrevista do Ministro Tarcísio sobre a movimentação dos caminhoneiros, que pode nos levar a uma nova crise. E o Ministro comentava sobre a questão do combustível, sobre a questão dos intermediários do frete.

Olha, eu criei as centrais de frete em 1979 para evitar... Implantei cinco em Santa Catarina, que é um Estado de pouca geografia, naquela época em que não havia celular, os meios de comunicação... Para quê? Para reduzir os intermediários. Eu acho que hoje nós temos muitas outras alternativas, e isso faz parte do caldo que pode nos levar a uma nova greve de caminhoneiros.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – E, para concluir, eu tenho uma pergunta e um pedido para reiterar em público: desde 2013, nós temos a chamada lei que regula a relação com os caminhoneiros, estabelecendo áreas de repouso, que tem a ver com acidente, tem a ver, enfim, com a condição do ser humano – enquanto, Presidente Marcos Rogério, for lícito dirigir; porque, dentro de seis anos, na Europa, começaremos a ter leis – prestem atenção! – proibindo que veículos sejam conduzidos por seres humanos. Nós estamos caminhando para isso. Eu assisti em Barcelona ao Ministro de Ciência e Tecnologia dirigir, em Barcelona, um caminhão na Suécia – dirigir, assim. O caminhão lá não tinha motorista. Mas isso é uma previsão, posso errar por alguns anos.

Eu quero saber o seguinte: quantas áreas de repouso nós já temos instaladas no Brasil? E reiterar a V. Exa. em público que ontem eu liguei para o Ministro: "Olha, implanta a primeira perto da Trombeta; já que aquele projeto malfeito foi exorcizado, o senhor tem a área disponível". Se é que já tem alguma área de repouso. Já tem alguma? (*Pausa.*)

Não há nenhuma área de repouso, seis anos depois da lei. Vou repetir: nenhuma área de repouso implantada no Brasil. Nenhuma.

Então, nós temos a área cercada, pronta, e eu quero aqui publicamente fazer o pedido ao Dr. Mario Rodrigues, cuja lhaneza no trato e cuja relação pessoal eu prezo muito. Mas eu tenho um apreço infinito; agora, os meus eleitores estão com a paciência estourada comigo e com os nossos problemas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa., Senador Amin. Apenas pegando carona na ponderação de V. Exa. e do Senador Eduardo Gomes, dentro dessa linha de fortalecimento das agências – na sequência, asseguro a palavra a V. Exa., Senador Nelsinho. Apenas para uma reflexão, e acho que a Comissão vai ter que... como é a Comissão que trata dessas questões, há um decreto do Governo que altera, inclusive, vencimentos dos diretores das agências. Não quero entrar no mérito aqui se ganham mais, ou menos, mas, dentro dessa lógica de fortalecimento das agências e dessa independência, de não se curvar, simplesmente, à vontade do Chefe do Executivo ou de quem quer que seja, parece-me estar numa direção perigosa essa iniciativa. Eu já tomei a iniciativa de solicitar informação formalmente, porque parece que teria sido feito por decreto. É só para frisar aqui que é um tema pelo qual certamente nós vamos ter que passar também.

Na sequência, asseguro a palavra ao Senador Nelsinho Trad.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS. Para interpelar convidado.) – Bom dia, Senador Marcos Rogério. Queria também cumprimentar todos os pares que abrilhantam esta manhã de trabalho. Cumprimento também o Dr. Mario Rodrigues Junior, Diretor-Geral da ANTT, e presumo que o Diretor já deva imaginar o nosso questionamento, sendo oriundo do Mato Grosso do Sul.

A BR-163 corta o Estado de ponta a ponta. Ela tem, através de um contrato de concessão feito com uma empresa, a CCR MSVia, algumas obrigações que estão para ser cumpridas e que não foram. Os meus questionamentos são justamente em função dessa vacância de ações que tem prejudicado muito o nosso Estado e os Municípios lindeiros a essas intervenções. É uma rodovia extremamente perigosa, com tráfego intenso. O nosso Estado tem como ponto forte o agronegócio, e é essencial que possamos garantir que o contrato seja cumprido, que as obras possam ser retomadas e que essa situação possa ser, de uma vez por todas, resolvida. Esse é um problema que aflige também o Governo do Estado. O Governador Reinaldo já esteve reunido com o senhor, junto aos seus colaboradores, e a pergunta que eu quero deixar aqui é a seguinte: como a ANTT pode atuar para garantir a plena execução do contrato e do cronograma de obras dessa concessão? Especificamente, o que a Agência Nacional tem feito para assegurar que essas obras de duplicação dessa essencial rodovia que corta o nosso Estado sejam concluídas? Se não forem, quais as penalidades que a empresa que assinou o contrato deverá ter em função do não cumprimento do mesmo?

Uma coisa é constatada: não se falha ao cobrar os pedágios dos usuários. Isso é uma coisa que, tendo obra ou não tendo, está lá a caixa do pedágio funcionando a todo vapor. E a gente quando sai de uma campanha... Campanha eleitoral é importante para todos nós porque nos leva a conhecer os problemas de perto, pelos quatro cantos que visitamos, nas regiões por onde atuamos, e é impressionante o número de reclamações que temos em relação a essa questão. Não houve um lugar que eu tenha ido no Mato Grosso do Sul em que as pessoas não reclamem em função da demora, do alto preço do pedágio; ou seja, parece que se assinou um contrato, e viraram as costas para Mato Grosso do Sul.

Enquanto eu estiver por aqui, pelo menos voz de alguém reclamando meu Estado vai ter. Então, eu peço providências do Diretor-Geral da ANTT, Mario Rodrigues Junior, no sentido de se restabelecer aquilo que foi assinado. Não estou pedindo nada que não venha a ser aquilo que previamente deve ter sido analisado, deve ter sido estudado, deve ter sido assinado pelas partes.

Era essa a colocação.

(*Soa a campainha.*)

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS) – E quero parabenizar V. Exa. por ter vindo aqui e lhe dar as boas-vindas. Eu penso que muitos já tiveram a oportunidade de fazer isso, e quero dizer que isso é muito importante para a gente. Realmente, cresce no meu conceito aquele que vem aqui e nos agracia com a presença e nos enriquece com uma reunião desse quilate.

Obrigado, Presidente e aos demais pares.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa., Senador Nelsinho Trad.

Na sequência, pela ordem de inscrição, Senador Carlos Viana.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Bom dia, Presidente Marcos Rogério. Bom dia a todos os Senadores e Senadoras presentes.

Gostaria que V. Exa. me permitisse sugerir que o Diretor da ANTT respondesse aos nossos pares. São perguntas muito amplas que exigem um aprofundamento. Eu tenho certeza de que eles vão, em algum momento, pedir uma réplica. E, logo em seguida, nós damos sequência, porque eu tenho pelo menos três perguntas, uma vez que o meu Estado de Minas Gerais é o que se discute mais e é o mais prejudicado nas decisões da ANTT.

Então, eu gostaria, primeiramente, se fosse possível, que ...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Acolho a sugestão de V. Exa.

São oito inscritos.

Vamos fazer dois blocos de três... Um de três e outro de quatro.

O Diretor tem a palavra para responder aos Senadores.

O SR. MARIO RODRIGUES JUNIOR – Bom, mais uma vez estou à disposição aqui para este debate, que acho muito importante até também para que a gente consiga mostrar o que a ANTT vem fazendo.

Vamos começar pela questão da agência, da sua independência. Acho que realmente é fundamental que, não só para a ANTT como para todas as agências, cada vez se reforce mais a questão da independência da agência. No nosso caso, sempre com o Ministério dos Transportes, hoje com o Ministério de Infraestrutura, a gente trabalha muito em consonância, em harmonia com o ministério. Não que a ANTT não tenha autonomia, mas a gente discute muito e a gente também não tem uma determinação: "Olha, tem que ser dessa forma". Cabe muito à agência a decisão.

Lógico que nós dependemos totalmente do Governo. Hoje nós não temos orçamento. Nós dependemos do Orçamento da União. A gente não tem como fazer reposição de funcionário, depende de concurso público. Enfim, se tudo isso melhorar e se tivermos soluções, sem dúvida nenhuma, o papel da agência vai melhorar significativamente.

Eu tenho que fazer publicamente o agradecimento ao comprometimento da equipe técnica da ANTT. Ela é simplesmente fantástica. A gente tem altos profissionais, só que, no começo da apresentação, você vê que nós temos quase 800 vagas que têm de ser preenchidas. No decorrer... Cada vez mais a ANTT é exigida, nós estamos com novas concessões de ferrovia recentemente. Tivemos uma no Rio Grande do Sul assinada em fevereiro, temos duas para este ano e mais seis para o ano que vem. E a agência está lá hoje com o seu quadro deficitário. Lógico, estamos dando conta do recado? Estamos. Porém, poderíamos estar atuando muito melhor do que estamos.

Temos a necessidade do concurso público, temos a necessidade de realmente ter mais autonomia, apesar de que, em relação ao nosso Ministério, não há imposição. A Diretoria da agência tem uma liberdade na sua condução. Lógico, seguimos as orientações da política pública do Governo, o que nos é orientado. Um dos exemplos é que nós estamos modelando as renovações com investimento cruzado. Isso é uma política de Governo, e nós não entramos no mérito, mas tudo que cabe à agência realmente temos.

É fundamental que a Lei das Agências seja aprovada. A família agradece melhorar os salários dos diretores aqui. A gente tem que ter toda essa participação. Temos na Casa aqui a Lei das Agências

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e temos também o marco regulatório na parte de transporte de cargas. Isso é fundamental para a gente avançar nisso.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARIO RODRIGUES JUNIOR – Sobre Tocantins, eu digo o seguinte: Tocantins está bem assistido, agora com essa nova concessão. Acho que foi um ganho muito grande, nós vamos melhorar a logística do transporte ferroviário do País e a questão rodoviária também, pois nós temos ali atuações, duplicações.

Sobre os outros projetos o que a gente tem a dizer é o seguinte: são dois para este ano, 364 e 365, e a 101, Santa Catarina. As outras seis que envolvem também questões dos Estados têm previsão para que, até o ano que vem, estejam prontos.

Não sei se faltou alguma...

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO) – Isso inclui a complementação da 153, essa segunda etapa?

O SR. MARIO RODRIGUES JUNIOR – Sim.

Bom, posso ir para o Senador Esperidião?

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sim.

O SR. MARIO RODRIGUES JUNIOR – O Senador Espiridião, inclusive, na semana passada... Ele disse que mensalmente o Senador está lá nos cobrando, e cobrando com razão.

Na última reunião que nós tivemos, Senador, fomos verificar. Camboriú já começou a obra de um lado, já iniciou a obra. A informação é de que, apesar de iniciar atrasada... Porque eu, em janeiro, disse ao Prefeito que essa obra seria iniciada e foi iniciada. Tivemos questões de interferências que o Município teve de fazer, de deslocar um hotel, interferência de saneamento, mas a obra já começou de um lado.

Há previsão para outra, Marcelo?

(*Intervenção fora do microfone.*)

Estamos discutindo e aprovando o orçamento.

É o seguinte: a própria agência fez uma norma. Quando uma obra não é do PER e ela é incluída, a gente só dá início se o projeto está aprovado, se o orçamento está fechado. Então, Camboriú já começou de um lado. Previsão? Um ano e meio, Marcelo?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARIO RODRIGUES JUNIOR – A previsão da ponte?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARIO RODRIGUES JUNIOR – Não, do outro lado. A previsão é de 12 meses ou de 18 meses.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARIO RODRIGUES JUNIOR – A iniciada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, voltando à questão do bolsão para descanso dos caminhoneiros. Realmente, nós não temos implantado. O senhor também já lançou e já até identificou áreas possíveis para que a gente faça isso.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARIO RODRIGUES JUNIOR – Nós estamos estudando porque não é só ter o bolsão, nós temos de ter uma operação no bolsão. Vai ter de instalar uma assistência, um lugar para o caminhoneiro descansar, comer. Enfim, é uma coisa a ser explorada. Nós vamos começar – já iniciamos – um estudo sobre isso para possível exigência... Até hoje não temos implantado nenhum.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Mas essa decisão da ANTT foi tomada em 2014. Está no meu anexo.

O SR. MARIO RODRIGUES JUNIOR – Perfeito, Senador. Até hoje, infelizmente, não temos, mas estamos reforçando isso e vamos começar a exigir essa implantação.

O contorno de Florianópolis é uma obra muito significativa para a região, toda a Grande Florianópolis. É uma obra que realmente, como o Senador disse, está oito anos atrasada. É verdade. Sendo que uma parte dela... O grande problema dessa obra foi a questão da desapropriação. Só avançou a desapropriação depois que nós construímos, montamos uma base regional em Santa Catarina e tivemos o apoio de uma juíza que fez um trabalho fantástico porque, realmente, um dos grandes entraves foi esse, fora a questão de projeto, de licenciamento ambiental... Não estou aqui justificando. O importante é que a obra, agora, atingiu um patamar... E também já estamos atrasados no compromisso que tivemos em janeiro, de se iniciar em janeiro essa obra. Nós tivemos, com a alteração do traçado, que teve de fugir de uma região...O Município de Palhoça, junto com o Ministério das Cidades, fez praticamente uma cidade de moradia, do Minha Casa, Minha Vida. Tivemos de deslocar isso. Para que isso fosse aprovado, nós fomos obrigados a fazer três túneis por exigência ambiental, e já temos a licença ambiental que saiu recentemente.

Então, a expectativa é de que, em 30 dias, a gente consiga começar a trombeta, porque...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARIO RODRIGUES JUNIOR – ... já é uma obra que está no PER e de que, de três a quatro meses, a gente – depende hoje da agência – consiga aprovar um projeto desse porte.

É uma obra que vai custar mais de R$1,6 bilhão e é uma obra de túnel. Túnel é uma obra cuja execução deve ser feita com muito cuidado, porque no túnel pode haver um imprevisto. Você começa a escavar e daqui a pouco aquilo desaba. Lógico que com todos os estudos de engenharia, mas sempre temos que ter um contingenciamento de possíveis problemas que podem acontecer. Então, é um projeto em que a gente tem de ser muito criterioso. Como a ANTT está também com falta de estrutura, a gente contratou a Universidade de Santa Catarina para nos apoiar na análise desse projeto. A nossa previsão é de que, em quatro meses, a gente esteja com esse projeto totalmente alterado.

Porém, como existe essa norma, nós íamos na tarifa agora jogar um valor estimado para se iniciar violentamente essa obra e, em seis meses, nós iríamos concluir o orçamento total. O Tribunal de Contas não aceita isso, baseado na norma que a ANTT tem de ter o orçamento aprovado e ter o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

projeto aprovado. Por isso, nós estamos segmentando essa obra em duas obras. Nós vamos, em dois meses praticamente, no máximo em três, aprovar esse primeiro trecho, mas já assumimos o compromisso com o Senador Esperidião, com a população, com o Governo e com a frente parlamentar de que nós, em 30 a 40 dias, vamos iniciar a trombeta. Inclusive, nós posicionamos o Senador sobre isso, certo, Marcelo?

A Lei do Caminhoneiro. Sobre a questão do caminhoneiro, eu já falei. Sobre Camboriú, já falei. Os pátios... Infelizmente, as bolsas são uma coisa de que realmente temos que tratar de uma outra forma.

Colocaram-me aqui que...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARIO RODRIGUES JUNIOR – ... dentro do Ministério de Infraestrutura, a ANTT já criou um padrão para que esses pontos sejam implantados nas vias concedidas, sendo que o primeiro está sendo implantado na BR-116, Paraná-Santa Catarina. Ainda não está implantado. O Senador também tem razão, porque é um pedido desde 2014. Para a bolsa de descanso para caminhoneiro, não é só ter a área; nós vamos ter que criar ali uma estrutura para que isso seja contemplado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Senador Nelsinho.

O SR. MARIO RODRIGUES JUNIOR – Senador Nelsinho, o seu Estado é um pouco mais...

Eu não sei se o senhor chegou a pegar o final da minha apresentação, mas nós temos as concessões da Fase I, que são as antigas, que inclusive já estamos estudando – Dutra, Rio-Petrópolis, Rio-Teresópolis; nós temos a Fase II, que são essas concessões que inclusive estão em Santa Catarina; e a Fase III, que são as que foram licitadas em 2014.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARIO RODRIGUES JUNIOR – De 2014 para cá, infelizmente, o País teve uma recessão, teve uma queda, e houve o desequilíbrio dos contratos, além de toda a Operação Lava Jato, em que grande parte das empresas que fazem parte das concessionárias estavam envolvidas. Isso criou dificuldades de financiamentos, mas o problema de financiamento não é nosso, é da concessionária. Porém, a gente não pode fechar o olho para a realidade do que aconteceu.

Então, nós hoje temos três cenários. Todas as concessões da Fase III, exceto da MGO, estão com problemas. Nenhuma delas atende aos investimentos – atende ao grau de exigências e de necessidades – que deveriam ter sido feitos.

E quais são as soluções? Ou abrimos um processo de caducidade; e eu acho que esta é a pior solução que há, mas é possivelmente uma delas, ou a gente vai usar a lei de relicitação, que já existe, porém, o decreto de regulamentação está sendo feito pela Casa Civil. Então, nós estamos regulamentando para permitir que a concessionária atual mantenha a rodovia – vai receber só por manter a rodovia – até que a nova concessão se inicie. Só que, para chegar a essa devolução amigável, vai haver "n" fatores, e pode ser que haja problemas. Nós não fizemos nenhuma até hoje. Então, isso é uma novidade. Uma delas é: no que vai ser indenizada a concessionária? Isso pode ser que dê um entrave jurídico. Nós não sabemos ainda. Estamos preparando também tudo que é necessário para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fazer a relicitação. Seria a forma de a gente eliminar a concessionária sem dar a caducidade, porque, se der a caducidade, Senador...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARIO RODRIGUES JUNIOR – ... o Governo hoje não tem condições de aportar investimento. O Governo vai ter que gastar com manutenção e, para se licitar novamente, dando uma caducidade, primeiro, a caducidade vai levar dois anos para acontecer; segundo, para a gente relicitar, mais quatro. Então, nós estamos falando em seis anos em que essa rodovia vai estar desassistida, vamos dizer assim, ou melhor, sendo devolvida ao Dnit, que já é um órgão que hoje necessita de muito recurso até para operar e fazer os investimentos nas rodovias dele. Então, caducidade, na minha opinião... Mas, se não houver alternativa, vai ser essa.

A relicitação é uma saída. E a revisão quinquenal seria a solução ideal, imediata, que é: "Vamos reequilibrar os contratos. Vamos reprogramar as obras. Vamos ver o que você perdeu. Vamos ver quais são as suas obrigações." Porém, essa prática também nunca foi adotada e há indícios de que o próprio...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARIO RODRIGUES JUNIOR – ... Tribunal de Contas não aceite isso, o que nos dá uma insegurança em fazer um procedimento dessa forma. Então, para não correr risco, hoje, o Governo vai concentrar muito mais na relicitação.

A questão da tarifa que continua recebendo. Primeiro, tarifa. Como é feita a tarifa? Anualmente, a concessão faz aniversário. Então, naquela data, a gente coloca tudo o que está lá na balança: investimento, operação, e ela tem que estar equilibrada. Não aconteceu o investimento; desequilibrou. O que a gente faz? Aplica-se o Fator D, que é descontar da tarifa as obrigações que eles tinham que ter feito. Isso é feito todo ano.

Por que, às vezes, o pedágio aumenta? Porque entra investimento novo, entra inflação, entra um pedido de um novo trevo, entra um pedido de melhorar a autorização. Então, tudo isso a gente pega. O que ele não fez desconta; e tudo o que está entrando... Às vezes, o resultado disso é positivo; às vezes, sobe muito mais que a inflação.

Só para se ter uma ideia, essa obra de Camboriú, de contorno em Florianópolis vai se aumentar a tarifa – é R$1,6 bilhão – de 60% a 70%. Subir 60% a 70% é uma baita de uma implantação que está sendo incorporada dentro da rodovia. Existem muitos pedidos de obras novas, atendendo Prefeitos, atendendo necessidades, acrescentando obras de segurança. Então, esse balanço é feito, mas, com certeza, sobre as obrigações que ele não fez, é calculado o Fator D – desconta-se tudo que ele não investiu.

Outra coisa: quais são as outras penalidades?

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARIO RODRIGUES JUNIOR – Multa, multa constante, não só da manutenção como dos investimentos. Acabou agora, está acabando agora... Nessas concessões da terceira fase, em todas as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

concessões até o quinto ano em que nós estamos entrando tem que estar 100% duplicada a malha toda. Não está, no caso, 30%.

Para as obras necessárias, a concessionária não consegue financiamento, a concessionária...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARIO RODRIGUES JUNIOR – ... tem o pedágio defasado. Ela não consegue arcar. O que nós vamos fazer? Hoje o instrumento que a gente tem é aplicar o Fator D e aplicar as multas e resolver efetivamente o que nós vamos fazer, se vamos dar caducidade, se vamos relicitar ou se vamos fazer a revisão quinquenal. Repito, a revisão quinquenal é o ideal. Porém, não temos a segurança de que uma ação dessa nos permite fazer.

Imaginem... Hoje, nós gestores públicos, por qualquer coisa que assinamos, somos responsabilizados. Então, se a gente não tiver uma sinalização de que isso é a ferramenta... A ferramenta é a ideal, porém não temos a segurança de estar assinando um documento desse. Por isso o ministério, através de uma política, está na linha de concentrar na relicitação. Ou seja, a concessionária vai manter a rodovia, vai ter uma queda de pedágio violenta porque ela não vai fazer os investimentos e, aí, sim, nós vamos preparar uma nova licitação. Uma nova licitação, três a quatro anos.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Na sequência, os Senadores inscritos. Nós temos ainda seis Senadores inscritos. Vamos fazer mais dois blocos de três, caso não cheguem outros Senadores.

Com a palavra o Senador Carlos Viana.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG. Para interpelar convidado.) – Muito obrigado, Presidente. Creio que, assim, o nosso Diretor-Geral da agência teve mais tempo de responder e os colegas levaram um pouco mais de conhecimento.

Aqui, Sr. Diretor, eu represento o Estado que tem a maior malha rodoviária e ferroviária do Brasil. Como disse bem o Senador Esperidião Amin, a política de concessões se tornou a única possível hoje quando falamos em investimento, dada a falência, infelizmente, do Estado brasileiro na questão dos recursos para investimento.

Só que a indefinição de uma política corretiva, uma política que de fato defina com clareza metas, fiscalizações tem penalizado por demais não só os mineiros, mas todos que passam por Minas Gerais, que é o Estado central. Quem vem do Sul para o Norte, quem vem do Centro-Oeste para o Sudeste tem que passar por Minas Gerais e enfrenta um problema sério de 20 anos de atraso. Minas Gerais está com 20 anos de atraso em rodovias.

Para que os senhores tenham uma ideia – é sobre essa 040 que o senhor citou a minha primeira colocação –, Senador Marcos Rogério, em um trecho que foi concessionado na época de Fernando Henrique Cardoso, paga-se um absurdo, mais de R$11 por um trecho de pedágio. Em um outro trecho que foi feito no Governo da ex-Presidente Dilma Rousseff se paga pouco mais de R$5 por um asfalto que foi o contribuinte quem fez. Não houve um quilômetro de melhora, praticamente, dentro do Estado de Minas Gerais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ao contrário de a política prever que a duplicação deveria ter sido feita nos trechos mais perigosos, onde se morre mais gente, não. A duplicação foi feita nos trechos retos, entre o Triângulo e Goiás, onde o risco de acidente é mínimo. É errado? Não, mas nós deveríamos ter priorizado o quê? A segurança de quem transita por uma estrada.

Então, hoje quem mora na região de Congonhas, quem mora em Itabirito paga R$5,30 por uma rodovia que continua a mesma – desculpe – porcaria. E agora o Ministério Público, recentemente, decidiu que eles são obrigados a fazer pelo menos o controle da sinalização. Essa rodovia está abandonada, o concessionário quer entregar, não tem uma resposta e fez-se esse remendo de se manter o pedágio, sendo que eles não estão cuidando como deveriam.

Então, o primeiro ponto que eu coloco para o senhor: quando ela será devolvida? Quando será relicitada? O que está sendo feito para que pelo menos esse dinheiro pago pelos motoristas possa, de fato, trazer algum tipo de melhoria? É a primeira colocação que faço sobre a 040.

O segundo ponto é a questão das ferrovias. A Norte-Sul foi um sucesso, mas ninguém paga R$2,8 bilhões simplesmente, sem ver futuro. Na minha opinião, o que está acontecendo com a Norte-Sul é exatamente o mesmo erro que nós cometemos há 30 anos quando concessionamos as ferrovias de minérios: a Centro-Atlântica e a nossa Vitória a Minas.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Nós concentramos em poucas empresas, no caso uma só, porque a Vale é que controla a maior parte, impedimos a concorrência e hoje nós temos vinte e tantos mil quilômetros no Brasil de linhas férreas subutilizadas; em Minas Gerais, é a mesma coisa: nós temos as duas principais, temos um trem de passageiros que faz uma viagem ao dia, e o restante, durante o dia, não utilizado.

O senhor colocou bem que o acordo de concessão antecipado para as empresas de logística hoje inclui um investimento cruzado em São Paulo. Então, nós, em Minas Gerais, que temos a maior malha e somos os mais interessados, inclusive, em expandir outros setores para a ferrovia, estamos vendo o Governo propor que praticamente R$6 bilhões saiam de um Estado e vão para São Paulo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – ... que não tem esse impacto todo. Nós não vamos aceitar isso. Minas Gerais tem estado calada por muito tempo e agora vai se posicionar com muita firmeza. Nós queremos participar do contrato de antecipação como pares importantes nessa história. Se há de se ter investimentos, esses investimentos têm que ser prioritariamente em Minas Gerais, que é o mais impactado pela questão das ferrovias, e não se mostrou uma decisão correta ao longo desses últimos anos. Essa concentração na Vale impediu, inclusive, o desenvolvimento de outras empresas do setor.

Então, aqui coloco para o senhor a segunda pergunta. Há pouco tempo, nós tínhamos a notícia de que a ANTT iria dar o aval e o contrato seria antecipado. Em que pé está? Hoje é possível que nós participemos de uma nova negociação ou já está definido que esse investimento cruzado será feito? Se estiver, o senhor tenha certeza de que nós vamos recorrer a todas as instâncias para não efetivá-lo.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – O meu posicionamento aqui, Srs. Senadores, é que nós tenhamos um novo marco regulatório do sistema ferroviário brasileiro que permita outros tipos de mercadorias e de empresas terem acesso àquilo que o contribuinte construiu, porque essas ferrovias foram feitas com o dinheiro dos impostos. Ao longo do século passado, nossos pais e avós trabalharam muito para essas ferrovias serem construídas, que hoje estão nas mãos de particulares.

Então, o programa de concessões, Sr. Marcos Rogério e Sr. Wellington, é um programa de concessões que é a nossa única saída, mas está muito – vamos dizer assim – dependente de uma decisão, que nós tenhamos uma política nacional de concessões que atenda aos interesses do País e não apenas a esses grupos que hoje estão conseguindo nos leilões praticamente se tornar únicos em áreas tão importantes, como a do transporte de grãos e a questão do minério.

Então, coloco para o senhor esses dois posicionamentos aqui e gostaria de uma resposta.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço.

Vamos fazer a sequência de três Senadores?

Pela ordem inscrição, Senadora Kátia Abreu. V. Exa. tem a palavra.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. Para interpelar convidado.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Quero cumprimentar o Presidente Mário Rodrigues Junior da ANTT.

Rapidamente, eu gostaria que o senhor pudesse falar sobre a 242, que vem de Ilhéus, atravessa a Bahia, o Tocantins e para na Ilha do Bananal, porque não conseguiu licença indígena e ambiental para um trecho de 80km, para chegar até o Mato Grosso, para que o Mato Grosso possa vir para a Ferrovia Norte-Sul e escoar. Hoje o povo de Mato Grosso, Senador Jayme Campos, tem que ir para Santos, gastando US$30 por tonelada, todo ano, para andar 2.000km para chegar até Santos, por conta de 70km na Ilha do Bananal em que não se pode fazer uma estrada para acessar a Ferrovia Norte-Sul.

Eu gostaria também de uma orientação sobre a 010, que é a estrada que corta o Tocantins de norte a sul, em que há o problema indígena.

E vou ao assunto que está me preocupando nos últimos dias... Não me preocupando, mas me arrasando de tristeza – eu gostaria de pedir para colocar o mapa lá, por favor – que é sobre o edital da Ferrovia Norte-Sul. Eu não gostaria aqui de acompanhar os meus colegas que comemoraram o leilão. Há mais de 15 anos eu pelejo por essa ferrovia. Ela é um sonho de todos nós, é a espinha dorsal do País.

Trabalhamos duro para que essa ferrovia pudesse ser um modelo de modernidade de concessão. Quando o Ministro Tarcísio tomou posse como Ministro dos Transportes, ele que foi Ministro da Dilma, foi Presidente do Dnit e eu Ministra da Agricultura, junto com o Bernardo Figueiredo, nós três fomos os grandes lutadores pela resolução da ANTT de 2011 que tratava do usuário investidor. Então, eu, diante disso, com Tarcísio sentado na cadeira, fiquei completamente tranquila porque ele não iria mudar de opinião tão rapidamente. E, para minha surpresa, ele mudou de opinião rapidamente. Infelizmente, o edital ocorreu sem o direito de passagem.

Estou insistindo em colocar ali um mapinha muito singelo – se puderem ampliá-lo – apenas para afirmar e mostrar o que está falando o Senador Carlos Viana. É simples. Ali está cortado ao meio o paralelo 16. Todas pintadas de vermelho são da VLI. Todas pintadas de azul são da Rumo. Todas que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

têm um contorno verde de ambas as empresas são um terço do que eles hoje movimentam; os outros dois terços, no sul do País, Minas Gerais e Bahia, eles não operam, apesar de terem a concessão, e não reformam esses trechos. Então, nós estamos com dois JBSs nas ferrovias do País – dois JBSs.

O que podia superar essa concentração? Se houver uma boa regulação, o limite vem. Mas o que regula o limite da boca de jacaré que todo empresário tem? Quem tem que fechar a boca do jacaré é o Poder Público. Então, o que acontece? Aquela bola do meio com aquelas setas é o que foi concessionado. Imaginem comigo: uma empresa é dona de todo acesso ao porto do sul; a outra empresa é dona do acesso aos portos do norte; aí vêm os russos, os chineses, os japoneses e vão entrar...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – ... na licitação do meio, para levar nada a lugar nenhum.

Meus amigos, o direito de passagem foi tirado de forma proposital e de má-fé, porque isso abaixou o valor da outorga. Estão comemorando cinicamente que o valor inicial era 1,2 bilhão e que a Rumo pagou dois bilhões e tanto: "Ai, mas que sucesso maravilhoso!'. Sucesso nenhum, porque valia 6,5 bilhões! A Valec disse que vale 6,5 bilhões, não sou eu, não – e a Valec é do Governo. Ela foi, há mais de dez anos, avaliada em 3,5 bilhões, Jaques Wagner, e foi reavaliada, no ano passado, pela Valec em 6,5 bilhões. Nós poderíamos, na pior das hipóteses, em vez de 2,7 bilhões, com a concorrência dos russos, que ficaram aqui quase dois anos atrás desse trecho, e ninguém deu confiança para eles, porque as cartas estavam marcadas e o cartel organizado...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Então, nós perdemos duplamente. Nós perdemos o direito de passagem, e isso nos deu prejuízo no cofre e no déficit público, porque tirou a concorrência. Isso poderia vir para cobrir déficit público pela outorga. Qual é o segundo prejuízo que nós estamos tendo? Eu quero avisar, principalmente, ao meu Tocantins, a Mato Grosso, a Goiás, a Mato Grosso do Sul: nós estamos encurralados! Nós estamos encurralados! Tudo isso que vocês estão vendo aí, pintado de vermelho ou verde ou azul e verde, só transporta minério (90%), e o restante é açúcar, álcool e celulose da Rumo, que é da Cosan. Grãos não são prioridade. Nós temos uma safra de 230 milhões de toneladas, e só passam mal e porcamente 15 milhões de toneladas nessas ferrovias! Nós produzimos 230 milhões de toneladas! Isso significa que o interesse não existe. Então, naquele trecho, só podia ganhar, sem o direito de passagem, ou a Rumo ou a VLI. Outro doido não ia entrar.

Agora, o direito de passagem que o Tarcísio está teimando, assim como vários outros... No aditivo, gente, está escrito aqui, foi assinado unilateralmente. O que é unilateralmente? É de uma única assinatura. Só o ministério assinou o aditivo. As duas não quiseram assinar o aditivo, porque há aqui cinco anos de direito de passagem. Cinco anos de direito de passagem que não valem nada, porque colocaram uma carga ínfima nesses cinco anos. Onde está escrito que são cinco anos? E o Tarcísio vem querer me enganar e dizer que não, que isso é só o começo. Começo de conversa, meu amigo, é contrato. E, neste País, há Justiça. No contrato, diz-se claramente que serão garantidos à

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

subconcessionária, nos cinco primeiros anos, os volumes indicados na tabela. Nos cinco primeiros anos! E a tabela está aqui, com menos de 1% para o direito de passagem. Isso não funciona assim em lugar nenhum do mundo! Isso foi um leilão hipócrita, cínico!

Eu tenho certeza... Não sou amiga, não conheço, mas eu acho que Bolsonaro e Paulo Guedes não sabem desse edital, que foi coordenado totalmente pelo Ministério do Transporte, pela ANTT e por essas duas empresas juntas. Eu não acredito que um homem liberal, que acredita no mercado, na livre iniciativa e na concorrência, tenha permitido que isso aí tenha acontecido! Esse é o modelo... Está aqui Carlos Viana pedindo para mudar? Acabou, foi um retrocesso!

Qual é a segunda parte, Presidente Marcos Rogério? Simples. Eles estão antecipando a renovação dos contratos por dez anos, por mais 30. Então, eles vão ter dez e mais 40, com cinco anos de direito de passagem. Então, Carlos Viana, nós só vamos discutir isso daqui a 40, está bom? Daqui a 40! E o pior de tudo isso é que, quando se assinou a concessão, houve o edital, só ficaram estabelecidas reformas e ampliação nessas linhas verdinhas aí. As ferrovias que não estão paralelas, pintadas de verde, vão apodrecer. Aí daqui a 40 anos, quando terminar a concessão, vão devolver a bucha, o canhão, a sucata para o Governo Federal.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Agora era a hora do vamos ver! Só no Rio Grande do Sul, nós temos cargas suficientes para mais de 30 milhões de toneladas, e o que viabiliza uma ferrovia são 20.

Então, eu não quero resposta do senhor. O que está feito, está feito. Agora, existe um termo de compromisso com o Ministério Público e o Ministério do Transporte. Isso não tem força de lei. Eu não acredito, porque no edital já saiu o contrato junto, e, se fosse eu dona dessas empresas, eu iria às últimas consequências nos tribunais para não incluir o direito de passagem, porque no edital não tem e no contrato não tem. Vocês cometeram um crime de lesa-pátria, e não adianta querer me enganar. Mais ou menos, eu entendo desse assunto, porque o estudo há mais de 15.

Muito obrigada!

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço V. Exa., Senadora Kátia Abreu.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Presidente, fazendo uma complementação aqui...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Senador Carlos Viana.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – O que a Senadora Kátia está colocando está acontecendo entre Minas e a Bahia, na Ferrovia Centro-Atlântica.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Exatamente! Põe lá, para ver.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Não utilizam o trecho, não permitem a utilização do trecho, está sucateado e, quando nós formos fazer qualquer outra medida, os investimentos serão muito maiores do que a permissão hoje. Esse modelo de antecipação de ferrovias é um erro que o Brasil cometeu há 30 anos e que vai repetir agora, com essa questão da Norte-Sul.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos que rediscutir um marco ferroviário no Brasil que permita que o dinheiro do contribuinte que construiu essas rodovias possa ser utilizado para incentivar a concorrência. O que nós estamos fazendo é concentrando na mão de grandes grupos, de quem teve *lobby* político muito forte nos últimos anos aqui em Brasília, para manterem os benefícios, e está errado. Nós temos que discutir o interesse do povo brasileiro, do País.

Nós estamos aí à beira de uma nova greve dos caminhoneiros, com toda a razão, porque não foram cumpridos os acordos, mas o País não tem outra saída. Por que não tem outra saída? Porque nós estamos na mão de poucos investidores. E hoje, Sr. Mario, os grupos que estão fazendo a compra são um; o controle acionário é um. Daqui a pouco esse controle acionário muda e aí o mercado vai se tornando cada vez mais fechado e nós sem a possibilidade...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – ... de melhorarmos a infraestrutura e a mobilidade do País na questão ferroviária.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço V. Exa.

Na sequência, Senador Jean Paul.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para interpelar convidado.) – Presidente Marcos Rogério, Senador Wellington, nosso convidado da ANTT, Diretor Mario, eu queria começar justamente corroborando aqui o que a Senadora Kátia colocou e os demais estão contestando, mas tentando talvez não explicar para a agência reguladora, porque seria ensinar ao vigário como rezar uma missa, mas às pessoas que estão nos assistindo o que nós estamos falando aqui.

Nós estamos falando aqui de uma coisa chamada monopólio natural. Monopólio natural é aquela atividade que é exercida mais eficientemente para a sociedade por um operador apenas, em um determinado trecho, do que por vários. Em geral, saúda-se o mercado, a competição. É melhor ter mais opções para comprar, é melhor ter mais restaurantes, é melhor ter mais hotéis. Quanto mais houver em uma cidade, melhor para o consumidor final.

No caso dos monopólios naturais, que se caracterizam fisicamente por serem sistemas em rede, como linhas de transmissão, ferrovias de grande porte, o metrô numa cidade, redes de fibra ótica – esse conceito é usado em vários segmentos –, é mais eficiente para a sociedade contar com apenas um operador em uma determinada escala e, a partir dela, fazer concurso aberto para expansões. O que eu quero dizer é o seguinte: no monopólio natural, esse é o único processo em que todas as nações do mundo, inclusive as mais liberais, inclusive Estados Unidos e outros, que são muito citados como exemplo, regulam absolutamente essas atividades econômicas, mas regulam a ponto de limitar o retorno do investidor, ou seja, esses são investimentos em que fundos de pensão de velhinhas lá de Ontário, professorinhas da Austrália, fundos de pensão extremamente conservadores colocam seu dinheiro, porque sabem que, ao investir num duto de óleo, numa ferrovia tronco, num processo de uma linha de transmissão, como eu mencionei, eles têm um retorno assegurado. Exemplo: 11,5% estão assegurados, então são 11,5% na lata, não há nem mais, nem menos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí você pergunta: "Quando você eficientiza aquele sistema e obtém lucro?". Quando há lucro no monopólio natural, lucro em relação ao investimento que foi prometido... Então, eram 11,5%, deu 12%, esse 0,5%, Senador Jaques Wagner, é revertido para a tarifa, para os consumidores, para os usuários daquele sistema. Então, é assim que funciona monopólio natural.

Ora, para isso funcionar, é necessário o conceito de regulação máxima, e a regulação, Senadora Kátia, quem faz é a agência. Pode fazer o edital que quiser, a concessão que quiser, quem tem força para coibir os abusos de um monopólio natural, que obviamente são pensáveis facilmente, porque, se a sociedade lhe dá o condão de construir uma única linha de metrô no lugar, se você deixar, o cara cobra dez vezes o preço, não tem concorrente... Então, o monopólio natural é altamente regulado por isso. Numa linha tronco dessa que corta o Brasil e é fundamental para todos, é óbvio que, se você deixar, o cara cobra também o que quiser.

Então, na tese, na teoria, o monopólio natural obriga que o Estado regule altamente não apenas a tarifa, como o próprio retorno do investimento, como eu falei. E esse papel, Senadora Kátia, ainda tem salvação aqui, porque ele é da agência reguladora, como é da Agência Nacional do Petróleo regular o monopólio natural dos gasodutos, como é da Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) o monopólio natural das linhas de transmissão. Ninguém constrói quatro linhas de transmissão de um lado para o outro, do mesmo ponto para o outro ponto, só para haver concorrência. Você faz uma linha de transmissão só e regula tarifa.

Então, esse caso será, sim, da alçada da agência.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Então, eu gostaria até de saber como a agência lidará com esse processo.

E, na segunda parte da minha pergunta, colocar... Aliás, vou citar o direito de passagem, que é justamente a razão pela qual a sociedade dá o condão a esse investidor ou a esse empreendedor de que aquele projeto seja único. Ele só é único com a condição de que haja o *open access*, o livre acesso. Se não houver livre acesso, não faz o menor sentido. Se for para passar para um cara monopolizar uma linha tronco que corta o Brasil e a sociedade ser obrigada a fazer outra em paralelo a essa, não faz o menor sentido. Então, isso vale também para, como eu disse, duto, linha de transmissão, tudo isso.

E a segunda é uma pergunta específica em relação ao meu Estado. Eu sou o Relator justamente do PLS 261, de autoria do Senador José Serra. Agradeço sempre ao Presidente Marcos Rogério – temos essa parceria – e ao Senador Wellington Fagundes para tratarmos juntos desse trabalho. Temos trabalhado muito amistosamente e produtivamente já – para a gente dar um informe – com o Ministério, com o Ministro Tarcísio e com a equipe dele, formamos um grupo de trabalho. Vamos progredir nessa lei, que vai permitir que haja autorizações no Sistema Ferroviário Nacional em principio para áreas de propriedade privada ou para ferrovias privadas, e vamos discutir até que momento isso vai.

Basicamente lá no nosso Estado – pergunta específica, Diretor – nós temos um caso como outros que foram citados aqui; nós temos lá um pedaço da Transnordestina esquecido por Deus e pelo investidor que tem a concessão. E a gente quer saber se a ANTT... Já oficiei a ANTT, deve estar lá

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

na sua mesa um ofício encaminhado já há um par de semanas, perguntando se já foi instaurado um processo administrativo para apurar.

É um quadrado dentro do outro quadrado: a Transnordestina é um quadradão grande e o Rio Grande do Norte fica lá no meio do quadrado sem ser afetado E lá nós temos trechos dessa Transnordestina que foram acoplados à concessão maior futura e que simplesmente foram esquecidos lá pelo grupo que está com a concessão. E nós queremos resolver: ou se faz alguma coisa, ou sai dela para a gente, inclusive, poder incluir, nesse projeto novo, eventualmente até uma autorização ou três autorizações em separado. São essas as perguntas.

Obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V.Exa., Senador Jean Paul.

Na sequência, asseguro a palavra ao Diretor-Geral da Agência, Dr. Mario Rodrigues, para fazer as respostas aos Senadores. Eu pedira ao nosso convidado gentilmente que a gente conseguisse fazer de forma mais otimizada, porque ainda há outros três Senadores e perguntas dos internautas também.

Agradeço a V.Exa.

O SR. MARIO RODRIGUES JUNIOR – Bom...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Presidente, pela ordem, um minuto só.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Senador Jayme.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT. Pela ordem.) – Eu gostaria de indagar a V.Exa. se está encerado já o bloco de...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Falta um bloco.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Só um bloco?

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Só um bloco.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – O Senador Wellington já fez a indagação que queria fazer, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Está no próximo bloco.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Então, já está no próximo. Então, não há mais jeito para falar nada.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Há mais três.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Abro mão, então.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V.Exa...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Iria fazer uma pergunta, mas há mais três ainda aí e, pelo adiantar da hora aqui, eu acho que é a mesma pergunta que eu faria ao Presidente V.Exa. também a iria fazer. É em relação à questão da rota oeste do Mato Grosso, que é um crime que cometeram contra a população mato-grossense, sobretudo contra a sociedade de uma maneira geral. Mas, no momento oportuno, vamos fazer esse questionamento ao Sr. Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Perfeito. Obrigado, Senador Jayme Campos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Sr. Presidente, como V.Exa. sabe, nós vamos receber agora o Gen. Santos Cruz...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Pois não. Perfeitamente.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – ... no Bloco Vanguarda, e ele já está chegando. E vamos lá à Presidência também. E eu gostaria de pedir aqui a possibilidade de rapidamente também, eu não quero me estender, porque aí nós concluiríamos logo...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Deixe-me fazer um apelo à Comissão, se os nossos convidados... Há mais três inscritos, na verdade, mas o Senador Zequinha não está. Então, nós temos mais dois.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Concluiríamos logo.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Perguntaria ao Senador Jaques e ao Senador Wellington: podemos concluir com as perguntas?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O.k. Então, vamos fazer o seguinte: o senhor responde, ao final, a todos eles.

Senador Wellington Fagundes, V.Exa. tem a palavra.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Aí já implica que o Senador Jayme abra mão?

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Eu abro mão a V.Exa. para ser nosso interlocutor. Está bom? E acho que o mesmo assunto que vou tratar V.Exa. vai tratar também. Se houver algum adendo, eu faço.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – A mesma preocupação já foi colocada aqui.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Talvez eu bata mais duro. Não é, Wellington?

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT. Para interpelar convidado.) – Eu acho que V.Exa. vai bater mais duro.

A gente tem lutado tanto nessa área como Presidente da Frente Parlamentar de Logística, Transporte e Armazenagem. A nossa angústia é muito grande e de muito tempo. Sobre essa questão principalmente aqui do direito de passagem eu acho que isso tem que ser mais bem esclarecida. O Senador Jean colocou aqui de uma forma... Eu acho que o Presidente tem que deixar muito claro como é que será essa regulamentação do direito de passagem, porque é uma angústia para todos nós.

A questão que ainda interessa para Mato Grosso e também interessa muito para Tocantins e Goiás é a Ferrovia de Integração do Centro-Oeste. Eu gostaria de uma posição bem clara da ANTT sobre qual é a visão da agência em relação a esse trecho. Como o Blairo sempre dizia aqui: a ferrovia de busca de produção tem que ir onde está a roça. Então, a Ferrovia Norte-Sul precisa atravessar o Araguaia, chegar a Mato Grosso, onde há a grande produção da região, que é Água Boa, depois chegar até o nortão de Mato Grosso. Como a ANTT realmente pode esclarecer melhor as condições e conduções que estão sendo feitas em relação à FICO, o que é uma preocupação de todos nós?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além disso, também a questão da Ferronorte. Aqui foi colocada, inclusive, a ampliação dessas concessões atuais. Para nós de Mato Grosso, temos uma ferrovia moderna. Em Rondonópolis, nós temos o maior terminal ferroviário da América Latina, com toda a ferrovia no Estado de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul chegando a São Paulo, com velocidade de até 80km/h. Chegando a São Paulo, 12km/h, 10km/h, porque é uma malha muito antiga que passa por dentro de cidades. Então, a nossa angústia é que se resolva o problema de São Paulo para a gente poder duplicar a nossa capacidade de transporte de carga. E ainda avançar a ferrovia de Rondonópolis a Cuiabá, e aí eu registro que o Senador Jayme Campos tem liderado esse trabalho e de lá para o nortão, mas realmente chegar a Cuiabá é uma meta que a gente tem que buscar e fazer com que aconteça.

Senadora Kátia, a alegação da concessionária em São Paulo é que ela só poderá fazê-lo se resolver o problema de São Paulo, e a solução – eles dizem que têm recursos – é a ampliação da concessão em São Paulo, senão não fazem os investimentos.

Então, eu gostaria de um esclarecimento sobre essa realidade, porque não podemos travar uma região que pode aumentar muito a produção, pode buscar produtos em São Paulo, levar produtos, se esse for o único caminho.

Em relação à questão das concessões rodoviárias, realmente o Governo Federal mandou duas medidas provisórias para o Congresso Nacional, o Governo anterior, o Governo Michel Temer. E, na Câmara dos Deputados, uma não se aprovou, em outra se fez a modificação, então, hoje estamos nesse limbo jurídico, nessas condições todas. Ter essas concessões paradas e o povo pagando pedágio causa uma revolta muito grande. No caso do Mato Grosso do Sul, é uma concessionária que não teve envolvimento com a Operação Lava Jato. No Mato Grosso, da divisa de Mato Grosso do Sul até Sinop, está lá o pedágio sendo cobrado, e as obras não são feitas.

(*Soa a campainha.*)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – E aí, especificamente, já estive inclusive com o Diretor Weber várias vezes, inclusive com comitiva de Mato Grosso. A duplicação, Sr. Presidente, foi feita da divisa de Mato Grosso do Sul, passando no terminal da ferrovia, até chegar a Rondonópolis. Em Rondonópolis, nós temos o encontro da 364 e 163, uma grande confluência e um lugar, claro, de acidentes, todos os problemas que a ANTT conhece muito bem. E até hoje, Dr. Weber, a empresa não se manifesta. Ela fez um compromisso conosco. Agora, por incrível que pareça, 15 dias atrás, foi lá a empresa colocar uma sinalização, parecendo dar satisfação de uma obra que está lá inacabada, mas vai fazer aquilo com a sinalização num local totalmente emburacado, o que provavelmente vai aumentar os acidentes. Então, não tem sentido fazer uma obra dessa, parecendo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – ... querer dar satisfação para a população. Eu queria aqui pedir à Diretoria da ANTT: tem que ir lá alguém da ANTT. Uma concessão dessa, que é tão grande, não tem uma fiscalização, não tem gente para fazê-lo.

Já que o Senador Jayme abriu mão, eu ainda quero aqui dizer que o trecho de Cuiabá até Rosário também está completamente sem manutenção, com acidentes. E há também todo o contorno

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de Várzea Grande e Cuiabá, que é a Rodovia dos Imigrantes... Se o Senador Jayme fosse falar, eu tenho certeza de que ele iria se exaltar. Então, eu estou tentando aqui... O que nós queremos é a solução, não é, Senador? A esposa dele é Prefeita de Várzea Grande, a primeira cidade do interior de Mato Grosso em termos de população. E os acidentes estão ocorrendo todo dia. E a população pagando o IPTU!

São coisas pequenas, que, a nosso ver, estão faltando realmente: fiscalização da ANTT e exigência de cumprimento. É claro que a revisão quinquenal, Dr. Mario, eu acredito que seria a melhor situação. E nós estamos prontos aqui para apoiar, pois esta Comissão não pode ter o objetivo só de criticar, porque vocês também precisam do apoio. Inclusive, essa relação com o Tribunal de Contas, com os órgãos de controle todos... Eu penso que aqui, com o nosso Presidente, todos nós queremos fazer com que o País possa fluir, porque não é possível continuar tanta gente morrendo por gargalos tão pequenos, em que uma empresa fica lá e não dá satisfação.

Então, nós entendemos que o Congresso... Naquele momento, a Câmara não fez o seu papel em votar a medida provisória. E temos que buscar, então, o apoiamento para que vocês encontrem, talvez através da revisão quinquenal, a melhor situação para nossas rodovias, o que é fundamental.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Dois Senadores para concluir a lista de inscritos.

Senador Zequinha Marinho, V. Exa. tem a palavra.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA. Para interpelar convidado.) – Obrigado, Presidente.

Eu gostaria de aqui cumprimentar a presença do representante do ANTT.

Eu sou do Pará, Presidente, e tenho todo um interesse na questão da Ferrovia Norte-Sul. É sobre ela que eu gostaria de falar com o senhor, num primeiro momento. O próprio nome já diz: a Ferrovia Norte-Sul foi criada para ser a espinha dorsal do transporte no Brasil.

Eu era Deputado Federal, alguns anos atrás, e a Bancada, naquele momento, se esforçou, pressionou e colocamos o trecho Açailândia-Barcarena no Plano Nacional de Logística. Milagrosamente, esse projeto saiu do plano. As más línguas no Pará e por aqui também dizem que é porque ela contraria interesses da Vale, que tem um porto em Itaqui, sendo que a ferrovia vai até Açailândia e de lá vira, indo para o Nordeste. Logo, não seria uma Ferrovia Norte-Sul, mas Nordeste-Sul, porque ela está a quase 600km do porto da Região Norte, para ser, de fato, uma ferrovia que liga o Brasil de Norte a Sul. Nada contra a Ferrovia Carajás, que vai para lá.

Então, eu queria pedir ao senhor que dissesse qual é a estratégia do Governo, qual é a estratégia da agência, como é que se planeja uma logística e chega a determinado ponto, aquele planejamento vai para uma outra direção. Para mim, fica malvista essa situação, porque, se é Norte-Sul, se o Brasil pensa dessa forma, a gente não pode deixar os interesses maiores da população de uma região nas mãos de uma empresa, para lhe satisfazer. Basta o que já acontece com relação à Vale lá no Estado do Pará.

Outro aspecto – e aí é um comentário, e quero dizer ao senhor também da nossa preocupação – é que a renovação da Ferrovia Carajás lá para a Vale por mais 30 anos, que a turma toda disse que valeria R$10 bilhões, e foi concedida por mais 30 anos por quatro, quatro e qualquer coisa, ou será... Esse recurso, por justiça, deveria ficar – pelo menos parte – dentro do Estado do Pará, ou, para ser justo mesmo, dentro do Estado do Pará, que fornece matéria-prima, que a Carajás transporta dia e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

noite para exportar para fora do Brasil. A informação que se tem é que esse recurso deve ser investido no Centro-Oeste, em uma ferrovia que vai ligar o Mato Grosso à Norte-Sul, aqui no Estado de Goiás.

Então, é uma coisa que fica ruim. Parece que o Governo Federal e muita gente aqui não vê o Estado com bons olhos. E a gente contribui tanto para o Brasil, não é? Mandamos tanto minério, que é útil na balança comercial, e pelo que a Lei Kandir não nos compensa. A gente é visto dessa forma.

Isso machuca muito o sentimento do povo do Pará, com toda a contribuição que dá a este País e a forma como se vê daqui, do Governo Federal. De lá, a gente manda o que pode: energia para o Brasil todo, minério, que tem uma vantagem extraordinária na balança comercial.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – E, de repente, nós estamos lá em um Plano Nacional de Logística. Amanhã, hoje à noite, acontece um milagre e a gente sai milagrosamente desse plano, que é fundamental para que o Brasil possa visualizar e o Governo tocar.

Eu queria ouvi-lo com relação a isso, sem deixar de pontuar alguma coisa na questão rodoviária. A BR-158, que morre em Redenção, entra pelo norte do Mato Grosso e vai para Redenção... Temos tentado e colocado dinheiro, a bancada anterior. Nós estamos lá com pontes pequenas, investimentos pequenos, que não saem do lugar. A 158, até Redenção, e depois a 155, de Redenção a Marabá, hoje transportam grande parte da produção do Mato Grosso, sem falar na produção paraense daquela região, de soja, milho, boi, e assim sucessivamente.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – A 163, neste momento, está sendo pensada para uma concessão de dez ou doze anos, em função da questão da Ferrogrão. Como o senhor vê isso também? Há dificuldades?

A Transamazônica, a 230, no sentido leste-oeste, no Estado do Pará, para a gente é uma espinha dorsal. Lamentavelmente, encontra-se em situação de muita dificuldade, com alguns trechos licitados e outros sem cobertura de licitação nenhuma. Comente para a gente, para que a gente possa ir se situando, para colaborar, trabalhar e ajudar. É esse o nosso maior objetivo aqui.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço ao Senador Zequinha Marinho.

Concluindo a lista de inscritos, Senador Jaques Wagner, V. Exa. tem a palavra.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Para interpelar convidado.) – Obrigado, Presidente.

Quero cumprimentar o Presidente da agência.

Vou tentar ser curto pelo adiantado da hora. Primeiro, queria me somar à indignação que já foi listada aqui pela Senadora Kátia, pelo Senador Viana, por vários Senadores, sobre a questão do direito de passagem. Eu brinco que, no Brasil, os empresários sempre falam de economia de mercado, mas adoram monopólio. Querem economia de mercado, quando é para os outros; quando é para si, se puderem ter o monopólio, é o ideal. São liberais, *pero no mucho*, ou preferem no quintal alheio. Então, a primeira coisa era isto, me somar a essa indignação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Segundo, sobre a FCA. Eu ainda era Governador do Estado, lá se vão... Eu saí há cinco anos, mas foi lá no comecinho. Houve a concessão da 324 e 116. O mercado todo disse que o espanhol que ganhou mergulhou que não iria aguentar. Quem deveria controlar isso não era eu, porque não era eu que estava fazendo a licitação.

Está totalmente atrasada e, me perdoem – já falei isso com empresário, já falei com o Governador Rui Costa também –, é um lixo, é uma vergonha, porque está longe de ser a expectativa que se tem. E olhem que eu fui defensor. O povo em geral não gosta de pagar e eu disse: "Não, é melhor pagar do que pagar com a vida". Mas é um lixo. O terreno eu reconheço que é um terreno difícil, que é o massapê, mas são um lixo as bordas, acostamento. Se o senhor ainda não teve possibilidade de ir, vá. Eu lhe prometo que depois posso lhe oferecer algo melhor para ver nas praias baianas. Mas é um lixo, realmente é um lixo. O terreno é irregular, o atendimento é péssimo, as pessoas pagam, porque têm que pagar. Se o pedágio está barato, eu não sei, porque eu não controlo.

Então, esta é outra coisa: não sei qual é o grau de fiscalização de vocês. Soube que já houve várias fiscalizações. Mas não é possível, porque é o trecho mais nobre das rodovias nossas, que é o trecho Feira de Santana-Salvador, com um fluxo muito grande, que já era para ter mais algumas pistas alargadas, mas é muito ruim. Na verdade, é lixo do lado, é algo terrível para quem imagina concessão como algo nobre. Então, esse é um pedido que eu faço.

Sobre a FCA, que já foi dito pelo colega de Minas Gerais, eu também ainda era Governador num Governo em que eu era parceiro. E cansei de discutir realmente com o Bernardo Figueiredo: não cumpriu a sua parte da concessão, recolhe de volta e abre nova licitação para ser feita. Nada disso foi feito, não se alargou bitola em nenhum trecho. Nós ainda temos vivendo da Ponte D. Pedro II lá, aquela que atravessa o Rio Paraguaçu, que foi construída à época.

E agora eu vejo, pelo menos o que está dito, é que a reversão, porque eu acho que ela já acumula 800 milhões de multas aplicadas pela agência... Agora, eu pasmo, porque, pelo que estou sabendo, a aplicação dessas multas não reverte para os três que originaram a multa, vai reverter para São Paulo.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Pois é, vai tudo para o caixa único?

O SR. MARIO RODRIGUES JUNIOR (*Fora do microfone.*) – Multa de radar, todos os tipos de multa...

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – É um absurdo. Isso provavelmente já vem do meu Governo também. Ou é agora isso?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – É um absurdo, porque, se a multa é fruto do não cumprimento, a multa deveria reverter não à Fonte 00, mas para ser aplicada... Porque senão não adianta....

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – ... cobrar multa. Então, para o Governo, de uma certa forma, é ótimo, porque ele não cumpre, vão ganhando, arrecadando, arrecadando e jogando à Fonte 00. É o contrassenso total isso aí.

Sobre a questão da Oeste-Leste, nosso Fiol, foi uma guerra grande da classe política toda, porque nós estávamos fora da Transnordestina. E pouca gente sabe, claro que não a Fiol, mas Dom Pedro já projetava, saindo daquele ponto, uma ferrovia para migrar para dentro do Estado. Essa ferrovia pode vir a ser trechos da Bioceânica de que se fala. Nós temos um primeiro trecho e estamos fazendo um esforço muito grande de juntar chineses com os donos da mina para entrar na concessão.

Eu queria saber se aquele calendário está mantido, porque nós mesmos da classe política podemos ir ao TCU, podemos ir a outros pontos, senão o cidadão...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – ... vai desistir do investimento. Ele tem uma mina, quer fazer com um porto, só que não sai do papel. Então, queria só saber como é que está o calendário em relação à questão da Fiol.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço às Sras. e aos Srs. Senadores pela participação efetiva na Comissão hoje. Foi muito produtivo.

Asseguro a palavra ao Diretor-Geral para suas respostas.

Ao final, há alguns questionamentos dos internautas, que passarei também ao Diretor-Geral.

O SR. MARIO RODRIGUES JUNIOR – Bom, vamos começar aqui por Minas. Sobre a BR-040, a única concessionária que já protocolou dentro da agência o seu pedido de devolução, de todas da fase 3, é a única que protocolou. Como eu disse há pouco, a lei existe e está sendo regulamentada pela Casa Civil. Nós não fizemos nenhuma devolução amigável, como está propondo, mas a linha para esta concessão vai ser a única saída. Essa não cabe nem a revisão quinquenal, porque o desequilíbrio da concessão é monstruoso.

O que a agência vem fazendo hoje já é iniciar novos estudos para uma nova concessão em conjunto com a IPL e aplicando tudo o que é penalidade dentro da concessionária de fazer a manutenção. O que vai se ter nesse caso já definido, a solução é a única que está definida, que é a relicitação. Então, grau de investimento não vai haver. A gente está penalizando. Já venceu o quinto ano da concessão, que havia de estar duplicado o trecho todo. E o que a agência vem fazendo hoje é efetivamente multar e fazer as cobranças. O que depende hoje é essa regulamentação, que está em construção, para que a gente possa reprogramar uma licitação para ela.

Enquanto isso, nós vamos ter manutenções executadas pela concessionária até que a nova concessionária assuma. Nesse caso não cabe a revisão quinquenal, cabe, sim, a caducidade, mas é um processo que vai ser muito mais moroso. E a concessionária está disposta a ter essa rescisão amigável.

Como eu disse: por que eu falo nunca fizemos? Nós ainda vamos ver como vai ser esse processo, porque, para chegar à rescisão amigável, vai ter que ser colocada muita coisa na mesa. Uma delas é: o que vão cobrar de indenização? O que o governo vai penalizar? Enfim, é uma negociação que pode virar entrave jurídico e pode ainda brecar uma nova licitação.

Então, no caso da 040, a Concebra, que pega grande parte do Estado de Minas a duplicação, nós temos aí... Ela estava muito confiante hoje que a revisão quinquenal sairia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por mais um motivo eu digo: hoje nós não temos segurança de aprovar uma lei quinquenal. Então, o Governo está voltando muito mais para a linha do critério da relicitação. Também está sendo penalizada, está sendo multada. E, de agora em diante, a cada fase que se constrói, nós não podemos dizer: "Ah, ele está desequilibrado, nós não vamos multar." Não tem isso. A agência está fazendo o seu papel. Mas a solução de imediato, Senador, vai ser – de imediato que eu digo é a longo prazo – a nova construção de uma nova licitação.

Primeiro, nós temos que ver a nova regulamentação em quanto tempo sai. E eu acho que está no finalmente. Aí nós vamos partir para a negociação. Chama-se devolução amigável. Vamos chegar a um consenso. Se não chegar em consenso, aí, Senador, vai ser caducidade.

A Concebra tinha a expectativa de uma revisão quinquenal para reequilibrar o contrato, coisa que a 040, a Invepar já descartou. Para essa já está efetivamente protocolada a sua devolução.

A questão da ferrovia de investimento cruzado, pessoal, é lógico que a gente não olha muito o lado político da região. O que está se tentando fazer com isso? É uma forma criativa que o gestor público está buscando de conseguir recursos para investir na infraestrutura. O Governo hoje não tem capacidade e não tem infelizmente o poder de investir. O que é o investimento cruzado? A gente não olha do lado técnico. Nós não olhamos a ferrovia "Ah, a ferrovia de Minas Gerais, a ferrovia de São Paulo." Não. A gente olha o sistema como um todo.

Veja bem que, no caso da renovação da Vale, nós estamos falando de um investimento, nessa renovação, de quase 10 bilhões, sendo que vão ser destacado 2,6 bilhões para a construção da Fico, que é uma ferrovia importantíssima para o País. Não é que "Ah, vamos tirar de Minas; vamos tirar daquilo". A gente está olhando o sistema ferroviário como um todo. Isso também não é a agência quem define. Isso é uma política de governo, em que é dada uma política de governo e nós estamos construindo as soluções. Acho que é uma maneira que o Governo está buscando de ter investimento sem ter de arcar com o investimento para o qual hoje ele não tem capacidade.

Veja bem: vai-se implantar uma outra ferrovia? Vai. Qual é obrigação do concessionário? Vai ser construir a ferrovia. Depois, o que ela vai virar? Uma nova concessão, nova outorga. Então, com essa nova outorga, vamos buscar outras alternativas, vamos pensar em Açailândia/Barcarena. Não é que está...Ela estava no programa de logística; ela não se mostrou com viabilidade. Mas, veja bem, não está descartado a gente buscar novas soluções para ela. O problema do Brasil é a gente ter corredores onde a gente consiga melhorar a condição do escoamento das nossas produções.

Então, o investimento cruzado...Eu sei, porque eu já recebi vários: "Ah, isso tem que ficar no meu Estado". Nós, agência, e nós, Governo, como política, estamos olhando a ferrovia como um todo. Não estamos olhando-a por região. Foi uma forma, na minha opinião, muito inteligente para que a gente consiga buscar investimento.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Mas às vezes não justa, não é, Presidente?

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Não justa e não atinge o objetivo, porque, na verdade, os senhores concentram nas mãos de poucas empresas...

O SR. MARIO RODRIGUES JUNIOR – Mas veja bem: não é que está esquecido...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – ....e não dá escoamento de produção nenhum.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARIO RODRIGUES JUNIOR – Nós temos mais 7 bilhões de investimento, neste momento e, depois, com novos recursos, nós vamos...Veja bem...

Pessoal, a gente tem que pensar na ferrovia com viabilidade. Não que não haja necessidade. Necessidade nós temos no País inteiro, mas a política definida pelo Governo foi de ter esse investimento cruzado. Ela já está definida? Não. Ela está sendo estudada, ela está agora no plano de renovação da outorga que será enviado; a agência está terminando esses estudos. E vai para o Ministério dos Transportes; do Ministério dos Transportes, vai para o Tribunal de Contas; depois que o Tribunal de Contas avaliar, passar por voto dos seus Ministros, aí, sim, torna-se definitiva a assinatura dessa renovação.

Hoje a única que está pronta para ser assinada é a malha de São Paulo. Esta já passou por todos os estágios. O Tribunal de Contas fez oito diligências, avaliou o projeto de cabo a rabo. São 5 bilhões de investimento, e o tribunal está finalizando. Não sei qual será a decisão do tribunal, se irá pedir mais alguma coisa, mas, pelo nível de diligência, a gente acha que dentro de trinta a sessenta dias poderemos assinar essa primeira. O restante está em análise, em estudo. Não está fechada a questão. Mas a diretriz que estamos construindo é nessa linha.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Dr. Mário... Permita-me, Presidente, dar uma palavrinha rápida.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Pois não, Senador Zequinha.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA. Para interpelar convidado.) – Quando o Governo Federal, anos atrás, pensou logística no Brasil, foi inevitável a construção da Belém-Brasília. Quer dizer, hoje, em tempos modernos, a concepção é outra. Não é Belém-Brasília... Vai até certo ponto e vai para o Nordeste. Há controvérsia com relação a essa questão da não viabilidade para aquela região.

Claro que eu sei que o Porto de Barcarena não é um porto de um grande calado, mas é um porto que dá condição de fazer a coisa acontecer. Então, não concordo com V. Exa. que...

O SR. MARIO RODRIGUES JUNIOR – Não. Desculpe. Eu usei o termo... Não é que não havia viabilidade...

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Não é? Não posso concordar, não posso concordar que...

O SR. MARIO RODRIGUES JUNIOR – Perfeito. O senhor até me desculpe. Eu...

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – ... não haja viabilidade na Ferrovia Açailândia-Barcarena.

O SR. MARIO RODRIGUES JUNIOR – Inclusive o Governo estudou uma alternativa...

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Isso é um retrocesso...

O SR. MARIO RODRIGUES JUNIOR – ... de uma ferrovia ligando... Parece que havia um projeto até do próprio Governo do Estado do Pará.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – É. Nós temos alternativa numa ferrovia estadual lá.

O SR. MARIO RODRIGUES JUNIOR – Estadual. Perfeito.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Ela diminuiria...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARIO RODRIGUES JUNIOR – Isso também estava tentando se construir.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Exatamente.

Toda aquela distância poderia se resumir, se conseguirmos investidor para fazer essa estadual, para ligar uma na outra, em 58km ...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – ... que é Açailândia a Rondon do Pará. Aí sim, você ligaria. Mas é preciso se refazer essa concepção de que não há viabilidade nesse trecho, pelo amor de Deus.

O SR. MARIO RODRIGUES JUNIOR – Senador, eu peço desculpa pela palavra viabilidade...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu vou pedir a compreensão dos nossos colegas Senadores e do nosso Diretor-Geral também – já são 13h18 – para otimizar as respostas, para a gente tentar concluir a nossa audiência pública, senão ela não...

O SR. MARIO RODRIGUES JUNIOR – O que faltar eu mando por escrito.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sr. Presidente, é porque ele está colocando...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Pois não.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – ... e aqui a Senadora Kátia colocou muito bem que nós estamos replicando um modelo que não deu certo. Nós estamos buscando novos investimentos para uma nova malha num modelo que concentrou nas mãos de poucos, que não deu certo, que precisa ser revisto. Nós podemos buscar novos investimentos, tomara que permitam, com outra concepção.

Se a Norte-Sul, por exemplo, poderia ter sido concessionada a 10 bilhões, e não os 2,8, como está aí, nós deixamos de trazer para o nosso País quase 8 bilhões que seriam muito bem-vindos.

Então, a nossa discussão aqui é o seguinte: o modelo que nós aplicamos há 30 anos – que a gente quer replicar agora, num novo contrato de 40 anos –, que não deu certo, não é possível que a gente possa pensar de uma outra maneira, num novo marco para isso?

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Senadora Kátia, para uma breve intervenção.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Presidente, eu peço um pouquinho de paciência, só para a gente não precisar chamá-lo aqui novamente, porque talvez a gente tire um pouco das dúvidas hoje. Nós já estamos acostumados a comer 2h da tarde mesmo.

Zequinha e Senador Carlos, essa é Carajás. O fato de fazer a ferrovia de Açailândia para Vila do Conde, ou Barcarena, é do interesse nacional. É porque a VLI não quer tirar a carga dela, ela quer que a carga vá toda por Itaqui. Itaqui é um porto maravilhoso, é o de maior calado da América Latina, mas Itaqui é interessante para aqueles produtores, aqueles exportadores que querem ir para Europa e Roterdã, porque, de fato, são cinco dias a menos do que se for por Santos ou por Paranaguá. Agora, aqueles exportadores que querem ir para a China querem ir por Barcarena ou Vila do Conde, porque pelo Canal do Panamá é muito mais perto para chegar à China. Qual é o único probleminha – pequeno – que há no Porto de Vila do Conde, em Barcarena? Há um banco de areia que precisa ser derrocado. Se derrocar, passa Super Panamax, não precisa nem fazer o *top off* no Canal do Panamá –

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

transbordo de navio menor para maior. Se derrocar essa areia do seu porto no Pará, acabou o problema, chegarão navios de todos os tamanhos, dos mais gigantescos, porque já está próprio para atravessar para...

O Brasil não pode focar nas empresas. É claro que as empresas têm que ter lucro, é claro que nós precisamos das empresas...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Elas são importantes, mas o *top*, o número um é o gigantismo deste País e da sua produção. Isso é que tem que estar em primeiro lugar.

A carga dá, sim. Vamos disputar é preço. A concorrência é esta: vamos disputar preço, quem é que paga melhor. O preço, o custo de 1 mil toneladas em 1km de ferrovia é de R$6, o custo operacional. Eles estão cobrando de 60% a 90% do custo do frete rodoviário. É R$26 o custo operacional, não é o preço de mercado. Então, é uma diferença monstruosa que está castigando a competitividade do País.

Então Carajás aqui cercou seus portos lá – seus não, pois são nossos, porque nós precisamos sair por lá. E a Vale obrigou o Governo a tirar Açailândia a Barcarena do projeto.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Senadora, a senhora colocou um ponto interessante aqui. Nós temos o Vale do Aço...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – ... em Minas Gerais, onde as indústrias siderúrgicas não podem utilizar a linha férrea por conta, infelizmente, da reserva de mercado para uma empresa só. O que elas fazem? Colocam umas bobinas em cima de caminhões, jogam na BR-381 – inclusive, ela não foi objeto aqui –, que mata, que é chamada de rodovia da morte por causa da quantidade de caminhões escoando a produção, pois a linha férrea só serve para minério durante a noite.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O tema é realmente interessante...

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – É interessante, mas só para lembrar o nosso Presidente, Mario...

O SR. MARIO RODRIGUES JUNIOR – Eu tenho até que pedir desculpas...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Senador Zequinha, eu vou pedir que...

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – A melhor localização de porto no Brasil chama-se Barcarena, Vila do Conde. E só para complementar aquele negócio da inviabilidade: você não faz costa, está de frente; lá na frente, você pende para a direita ou para a esquerda, vai para a Europa ou para os Estados. Como é que não dá viabilidade um negócio deste?

O SR. MARIO RODRIGUES JUNIOR – Eu que coloquei errado, desculpe-me.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O tema, realmente, é intenso, o debate é franco. Eu acho que nós não vamos encerrar este debate nesta audiência de hoje, vamos convidar o Diretor-Geral para voltar aqui. E, mais do que o Diretor-Geral

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

também, eu acho que o Ministro Tarcísio... Na última ocasião em que aqui esteve, nós fizemos um trato com ele de que viria para falar justamente sobre o modelo de concessões e essa questão das nossas ferrovias.

O Senador Jean Paul está fazendo uma relatoria importante nesse segmento, nós poderíamos aproveitar o tema de V. Exa., trazê-lo aqui e fazer esse debate franco, aberto, com a presença do Ministro Tarcísio também. Vamos ajustar a agenda e fazer a convocação.

V. Sa. tem a palavra para as conclusões.

O SR. MARIO RODRIGUES JUNIOR – Vamos lá. Desculpe, a questão da viabilidade, o termo que falei foi infeliz. Veja bem, ele não está descartado em hipótese alguma; ele vai entrar numa outra situação. Eu entendo a posição, lógico, como a Senadora diz, problemas de dragagem, enfim. Só que, dentro do modelo desenhado, saiu do plano de logística. Não foi a agência que tirou, repito, isso vem como diretriz.

Eu tenho que discordar um pouco, Senador, de que a gente está repetindo o modelo. Esses contratos que estão sendo renovados agora, nesses contratos, praticamente, o concessionário faz o que quer, porque é uma licitação de mil novecentos e nada perdurando até hoje. Dentro dessa renovação, a regulamentação e a regulação que a agência, o poder que ela vai ter, questões de penalidade, a questão de investimento, ele muda... Não é que estou renovando, estou mudando totalmente a condição do contrato no qual o Governo, a agência vai ter poderes sobre a concessionária. Como disse o próprio Senador: hoje a agência, não só nas renovações como na nova concessão, o poder de regulação é da agência. A agência tem o poder, isso está muito claro no edital.

A questão da Senadora, o direito de passagem está previsto na cláusula do contrato por cinco anos, podendo ser prorrogado.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARIO RODRIGUES JUNIOR – Senadora, o contrato, estou sem ele aqui...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Eu te dou ele aqui.

O SR. MARIO RODRIGUES JUNIOR – O contrato prevê a garantia do direito de passagem com os requisitos técnicos pré-definidos, tarifa teto e capacidade mínima. Isso está garantido cinco anos, cinco anos, sendo que há já o compromisso assinado com o Ministério Público de renovações. Não dá para a gente estudar demanda de daqui a 20 anos...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Presidente, Presidente, desculpa, eu acabei de ligar para dois procuradores da República, daqueles que têm o maior orgulho dos TACs, dos TCs que assinam. Nenhum TC e nenhum TAC pode se sobrepor a contrato. No contrato, está escrito cinco anos. Não tem que faça, Ministério Público e ninguém que enfie num contrato o que não foi escrito.

O SR. MARIO RODRIGUES JUNIOR – Mas a regulamentação da agência garante isso.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Não, não, não garante, não senhor.

O SR. MARIO RODRIGUES JUNIOR – Garante, garante, Senadora. A regulação da agência garante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Não garante, não. Se garantisse, ninguém entrava na concessão. Por que eles não quiseram assinar o aditivo com o senhor? Por que eles não assinaram e vocês assinaram unilateralmente?

O SR. MARIO RODRIGUES JUNIOR – E o que aconteceu? A agência fez unilateral e eles são obrigados a cumprir.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Mas são obrigados como, se não está pactuado, os dois não assinaram? Como assim?

O SR. MARIO RODRIGUES JUNIOR – Já está em vigor.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Gente, nem os cinco anos são garantidos, porque foi assinado unilateralmente. A não ser que eles assinem agora, mas não assinaram, e isso tirou a competitividade de outros estrangeiros investirem.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Nós temos que trazer o Ministro Tarcísio aqui o quanto antes.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Desculpe, rapidamente, só para completar...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Senador Jean Paul.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Uma colocação aqui ingênua da minha parte, porque eu fico espantado com o regime de ferrovia de vocês – e estou colocando de vocês porque sou da área de petróleo, em que tudo isso aí funciona perfeitamente –, eu fico impressionado com a precariedade regulatória do sistema de ferrovia do Brasil, Presidente. É absolutamente inconcebível que a gente tenha monopólio natural com cinco anos de preferência. O direito de preferência, o direito de acesso é inerente ao monopólio natural. Tem monopólio natural, tem direito de preferência; o que será regulado é a quantidade. Agora, validade para direito de preferência, eu nunca vi isso. Direito de preferência, não, direito de passagem. E direito de preferência também, uma coisa é complemento da outra.

O SR. MARIO RODRIGUES JUNIOR – Esses cinco anos garantem a autorização para os operadores independentes.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Outra coisa que nunca...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... vi é regular isso por um contrato bilateral. A Agência tem poder de colocar uma... Como é que chama lá, portaria, na ANTT?

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Resolução.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Resolução e acabou.

O SR. MARIO RODRIGUES JUNIOR – Mas está feito.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Isso aqui que o pessoal tem que assinar para valer... É resolução e acabou. Livre acesso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARIO RODRIGUES JUNIOR – A agência tomou a atitude unilateral e há a resolução.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Desculpe se eu estiver sendo ingênuo, mas realmente é um absurdo.

O SR. MARIO RODRIGUES JUNIOR – Mas o poder da agência, da regulação... Como o senhor mesmo disse, a agência tem esse poder.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Eu acho que vocês deveriam olhar com muito cuidado linha de transmissão e dutos, oleodutos, gasodutos e polidutos.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Fora do microfone*.) – O edital já veio junto com o contrato. Então, quando abriu o edital vencedor, já saiu com o contrato novo. É escrito.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Sa. tem dois minutos para concluir a manifestação.

Ao final, farei brevemente as perguntas dos internautas.

O SR. MARIO RODRIGUES JUNIOR – A rodovia VIABAHIA também estava na linha da revisão quinquenal, mas, como não temos ainda a garantia jurídica, o que estamos fazendo é aplicando as penalidades, cobrando. Ela teve uma liberação parcial do BNDES com o aumento, se eu não me engano, da tarifa do ano passado, começou a retomar algumas obras, mas também está totalmente defasada dos seus investimentos.

Eu acho que a concessionária que mais levou multa foi a VIABAHIA, e leva até hoje, dentro da ANTT. Nisso não está lá a obra; mas caso não se chegue, vai para a caducidade ou para a devolução amigável, dentro dos critérios. Para a revisão quinquenal infelizmente nós não temos a segurança jurídica, mas é uma coisa ainda para a gente debater. Repito: seria a solução ideal, mas a sustentação jurídica não é garantida.

Então, nós vamos hoje na linha da relicitação. No caso de algumas, vai ser caducidade.

Sobre a FCA. É a que, dentro da...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARIO RODRIGUES JUNIOR – ... análise dos estudos...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARIO RODRIGUES JUNIOR – Ela já está em novos estudos para nova licitação.

Quando à FCA da rodovia é a que está mais atrasada, nós estamos terminando. Já tivemos... Vamos marcar audiência pública para o início do meio do ano, mas é que está mais atrasada dentro das outras, que já estão praticamente com todos os estudos prontos e o plano de outorga a serem encaminhados para o Ministério, para, do Ministério, ir ao TCU. Mas na FCA ainda nós estamos um pouco crus, Senador. Mas já estão também em total desenvolvimento pela Agência e pela EPL esses estudos.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Fora do microfone*.) – Há uma diferença, Presidente Marcos Rogério, V.Exa., que é especialista, eu não entendo, não sou engenheira, e sinceramente... Mas, por que para a Belém-Brasília, a 153, que foi licitada não faz quatro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

anos, teve que se fazer o estudo de novo? Esses estudos são uma fortuna incalculável. O que muda em três anos?

O SR. MARIO RODRIGUES JUNIOR – Ah, muda! Muda, Senadora.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – É mesmo?!

O SR. MARIO RODRIGUES JUNIOR – A deterioração de rodovia, isso...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – É duplicação.

O SR. MARIO RODRIGUES JUNIOR – Eu sei. Mas nós temos de ver todas as condições.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Meu Deus, o Tocantins é plano igual uma mesa.

O SR. MARIO RODRIGUES JUNIOR – Mas isso está bem adiantado. É que o processo de caducidade demorou mais de dois anos.

Outra coisa...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Senador Jaques, as suas perguntas.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. *Fora do microfone*.) – E a Fiol?

O SR. MARIO RODRIGUES JUNIOR – Para a Fiol já foi feita audiência pública...

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Em outubro do ano passado.

O SR. MARIO RODRIGUES JUNIOR – Isso. Estamos finalizando. Vamos encaminhar no próximo mês, para o Ministério dos Transportes, o plano total para ser pedida a autorização para o TCU. Para Ferrogão e Fiol o leilão ainda sai este ano.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Jean Paul.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Meio minuto: Transnordestina, quadrado de dentro.

O SR. MARIO RODRIGUES JUNIOR – Transnordestina são duas ferrovias, a FTL e a TLSA. Uma já está com processo de caducidade aberto.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeito.

O SR. MARIO RODRIGUES JUNIOR – E para a outra nós estamos autorizando, neste mês, a abertura do processo de caducidade.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, diretor.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Fora do microfone*.) – A CSN?

O SR. MARIO RODRIGUES JUNIOR – É.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Meio minuto.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Fora do microfone*.) – Já caducou?

O SR. MARIO RODRIGUES JUNIOR – Não. Abriu o processo de caducidade para um deles. E o outro vai ser aberto no próximo mês.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sr. Mario, 381 está pronta ou não está para concessão?

O SR. MARIO RODRIGUES JUNIOR – A 381 está em estudo.

Se faltou alguma pergunta, eu posso responder por escrito, viu, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Deixe-me fazer aqui, até para ser leal com os nossos internautas que mandaram perguntas... Há duas que foram selecionadas.

Do Urubatan Silva, do Distrito Federal. Ele quer saber sobre segurança jurídica do investidor privado: "Qual a segurança jurídica que o investidor privado terá para construir a sua ferrovia? A Transnordestina é um caso de concessão reversível? Como se encontra a questão da Ferrovia Transnordestina, o impasse em torno das obras paradas e devolução da concessão? Está resolvido?"

São as perguntas do Urubatan.

O SR. MARIO RODRIGUES JUNIOR – Bom, da Transnordestina, o inadimplemento dela foi constante, tanto que eu acabei de dizer que já foi aberto, numa delas, o processo de caducidade; na outra, nós estamos autorizando. Aí, sim, com a caducidade, vamos ver o que nós vamos construir para o término dessa ferrovia.

Ela não é reversível. Os investimentos, infelizmente, não...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARIO RODRIGUES JUNIOR – ... foram concluídos e partimos para o processo de caducidade.

Então, isso será uma análise de um novo investimento para o qual nós ainda não temos a equação finalizada.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O.k.

A Andressa Batista, do Amazonas: "Por que a Rodovia Norte-Sul não é prioridade para o transporte de cargas e passageiros? O modal no Amazonas é o aquaviário; haverá mudanças?

O SR. MARIO RODRIGUES JUNIOR – Veja bem: a Agência só cuida das rodovias concedidas. Essa gestão é do Departamento Nacional de Infraestrutura (Dnit).

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu faço aqui algumas, em cima do que... Muitos Senadores já perpassaram por esses temas, mas eu perguntaria a V. Sa. objetivamente: o Presidente Jair Bolsonaro afirmou ontem que determinou a suspensão da instalação de 8 mil radares de velocidade nas rodovias federais. Qual a posição da ANTT sobre esse assunto?

O SR. MARIO RODRIGUES JUNIOR – É uma ótima pergunta. Hoje, muitos desses 8 mil radares são todos do Dnit, que tem uma malha muito grande. Hoje, nos nossos 9.700km, a ANTT tem 633 radares em operação, totalmente estudados, com plano, com projeto, aprovados pela polícia. Hoje, se eu quiser pôr um radar na rodovia, eu não posso pôr, eu tenho de submeter a um projeto e a uma aprovação da autoridade de trânsito.

Então, veja bem, no caso das concessionárias, não temos esse problema. Para esses 8 mil radares – o que é uma previsão de instalação pelo Dnit – o Presidente pediu a suspensão até que se esclareça ou que se faça uma reanálise. No caso da ANTT, existem mais pedidos de radares, porém, em função até do posicionamento do Presidente da República, nós vamos fazer uma reavaliação. Radar bem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

instalado é condição de salvar vidas, é questão de você monitorar a rodovia. E existem, infelizmente, às vezes, por causa da geometria, certas condições em que o radar é necessário.

Então, os 8 mil radares não cabem à Agência. Hoje, cabem, sim, novos radares. Em função disso a gente vai fazer uma reavaliação, uma reanálise.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O.k.

O Programa de Parceria de Investimento (PPI) tem feito estudos para definir as diversas concessões na área de infraestrutura, inclusive nas rodovias. Como cabe à ANTT propor os planos de outorga, a agência tem trabalhado junto com o PPI? Que papel a ANTT está exercendo em relação a essas novas concessões? E essa pergunta é pertinente justamente por esse ambiente de discussão que nós temos aqui.

O SR. MARIO RODRIGUES JUNIOR – Hoje, quando se qualifica uma rodovia ou uma ferrovia para a concessão, é feito um trabalho conjunto: PPI; Ministério da Infraestrutura, através das suas secretarias; EPL, que faz todo o estudo de investimento, e ANTT, com regulação e montagem do edital, e, depois, fiscalização e o acompanhamento. Então, é uma tarefa em conjunto de todos esses órgãos.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – A ANTT tem participação efetiva nisso?

O SR. MARIO RODRIGUES JUNIOR – Efetiva total, porque ela que faz a concessão.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O.k. Como estão as conversas com os caminhoneiros, para evitar que tenhamos uma nova greve do setor? O piso para o frete rodoviário de cargas está sendo respeitado? A lei que criou o piso efetivamente resolveu o problema?

O SR. MARIO RODRIGUES JUNIOR – Veja bem, eu coloquei aqui, no início da minha apresentação, que os caminhoneiros... Até a pedido do nosso Ministro, nós vamos intensificar a nossa fiscalização. Nós já fizemos, desde que a lei está valendo, mais de mil autos de infração. Existe, sim, uma tabela de preços e um critério de penalidades os quais a agência está adaptando; ela está criando novas condições. Inclusive, contratamos a USP para fazer um estudo muito abrangente e já marcamos cinco audiências públicas, no Brasil inteiro, para discutir o complemento dessa lei – vamos dizer assim –, as novas metodologias que estaremos aplicando nessa lei.

Inclusive, já foi discutido amplamente com a sociedade, com os caminhoneiros, e teremos cinco audiências públicas em maio.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O.k. Bom, eu quero agradecer aos Senadores e às Senadoras que participaram efetivamente dessa audiência de hoje, dessa reunião importante; agradecer a todos os diretores, todos os técnicos, todos os servidores da ANTT. E, de modo especial, agradecer ao Diretor-Geral Mario Rodrigues Junior, que comparece aqui por tanto tempo e se propõe a responder as perguntas dos Senadores e apresentar as ações da ANTT junto à Comissão de Infraestrutura.

Então, mais uma vez deixo aqui o nosso registro de agradecimento sincero. Nós teremos outras oportunidades para retomar essa agenda, essa pauta. O tema, como visto aqui, não se esgotou. Quem sabe, para uma questão de melhor aproveitamento, traremos o Ministro. Fazemos uma audiência com ele e, na sequência, se for necessário, a gente pactua novamente a vinda da agência à Comissão de Infraestrutura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mais uma vez, nossos agradecimentos.

O SR. MARIO RODRIGUES JUNIOR – Muito obrigado.

Nós, mais uma vez também, colocamo-nos à disposição a qualquer momento; a qualquer hora estaremos sempre presentes aqui.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço aos demais diretores também, que aqui compareceram e ficaram até agora, nesse sacrifício praticamente de um jejum matinal.

Por fim, convoco a próxima reunião, a ser realizada no dia 9 de abril, terça-feira, às 11h da manhã, neste plenário.

Não havendo mais nada a tratar, está encerrada a reunião.

(*Iniciada às 11 horas e 07 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 39 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 7ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE ABRIL DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às onze horas e trinta e três minutos do dia nove de abril de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Marcos Rogério, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Eduardo Gomes, Fernando Bezerra Coelho, Esperidião Amin, Marcelo Castro, Plínio Valério, Styvenson Valentim, Elmano Férrer, Izalci Lucas, Oriovisto Guimarães, Lasier Martins, Juíza Selma, Jorge Kajuru, Acir Gurgacz, Eliziane Gama, Kátia Abreu, Jaques Wagner, Paulo Rocha, Telmário Mota, Lucas Barreto, Nelsinho Trad, Wellington Fagundes, Marcos do Val, Rodrigo Cunha, Paulo Paim, Chico Rodrigues e Rose de Freitas. Justifica a ausência o Senador Jarbas Vasconcelos. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Vanderlan Cardoso, Flávio Bolsonaro, Fabiano Contarato, Jean Paul Prates, Carlos Viana e Irajá. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei do Senado nº 284, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a adoção de práticas de construção de edificações sustentáveis, para a geração de energia elétrica." **Autoria:** Senadora Rose de Freitas. **Relatoria:** Senador Jaques Wagner. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 2 - Projeto de Lei do Senado nº 310, de 2018 - Terminativo -** que: "Modifica o art. 73 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para determinar que percentual do preço pago pela utilização de poste, duto, conduto ou servidão seja destinado ao Município em que eles estejam localizados." **Autoria:** Senador Eduardo Lopes. **Relatoria:** Senador Zequinha Marinho. **Relatório:** Pela rejeição. **Resultado:** Retirado de pauta, em razão da ausência do relator. **ITEM 3 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 16, de 2019** que: "Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Ministro de Estado da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, informações sobre as obras de recuperação do viaduto da BR-101, localizado em Goianinha (RN)." **Autoria:** Senador Styvenson Valentim e Eduardo Gomes. **Resultado:** Subscrito pelo Senador Eduardo Gomes e aprovado. **ITEM 4 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 17, de 2019** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir a venda pela Petrobras para a iniciativa privada da malha dutoviária conhecida como NTS no Sul/Sudeste e TAG no Norte/Nordeste." **Autoria:** Senador Eduardo Braga e Jaques Wagner. **Resultado:** Subscrito pelo Senador Jaques Wagner e aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 5 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 18, de 2019** que: "Requer convidar o Ministro de Estado da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, para que compareça à Comissão para prestar informações sobre a execução do Contrato de Concessão dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trechos BR-116/376/PR e BR-101/SC - Curitiba a Palhoça, controlado pela Arteris S/A - Auto Pista Litoral Sul." **Autoria:** Senador Esperidião Amin. **Resultado:** Aprovado. Fazem uso da palavra as Senadoras Rose de Freitas e Kátia Abreu e os Senadores Jaques Wagner, Lucas Barreto, Eduardo Gomes, Esperidião Amin e Styvenson Valentim. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e dezoito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Marcos Rogério

Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/04/09

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Bom dia a todos.

Declaro aberta a 7ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa de leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A Presidência comunica o recebimento do Ofício nº 27, de 2019, do gabinete do Secretário da Fazenda do Estado da Bahia, que, em atendimento ao art. 28 da Lei nº 11.079, de 2004, encaminha à Comissão cópia do relatório resumido de execução orçamentária relativo ao cálculo do limite da receita corrente líquida para despesas com parcerias público-privadas do Estado da Bahia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O objetivo do envio do relatório resumido é comprovar que, após a licitação e contratação da PPP relativa à implantação e operação do VLT do subúrbio, o Estado da Bahia permanecerá cumprindo o limite de 5% da receita corrente líquida, definido pela supracitada Lei nº 11.079, de 2004, sendo que o comprometimento máximo é estimado em 2,3% no ano de 2030.

É encaminhada ainda cópia do Contrato nº 1, de 2019, contrato de concessão patrocinada pela implantação e operação do VLT do subúrbio.

Nos termos da Instrução Normativa da SGM nº 12, de 2019, o expediente aguardará eventuais manifestações das Sras. e dos Srs. Senadores pelo prazo de 15 dias, após o qual será arquivado.

Cópias do documento encontram-se à disposição das Sras. e dos Srs. Senadores na Secretaria da Comissão.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Sr. Presidente, só para comentar...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Senador Jaques Wagner.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – ... sendo o Governo do Estado um Governo parceiro, é só para comentar que realmente... Até para desmistificar, porque alguns acham que responsabilidade fiscal tem conotação ideológica, e eu digo que responsabilidade fiscal é obrigação de qualquer gestor.

Então, fiz oito anos de mandato, sou do Partido dos Trabalhadores, o atual Governador está no seu segundo mandato, e, graças a Deus, sempre do ponto de vista do endividamento e do espaço fiscal do Estado da Bahia, sempre estivemos em uma condição confortável. Então, fico feliz que o Secretário da Fazenda o tenha enviado para mostrar que nós ainda temos espaço para outras PPPs.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa. Feito o registro oportunamente.

Nós temos alguns requerimentos a serem deliberados. (*Pausa.*)

Vou seguir a pauta na ordem.

Na sequência, nós temos alguns requerimentos. Alguns precisam ser subscritos em razão da ausência do Senador autor, mas, quando chegar o momento, a gente faz a subscrição – eu ou algum Senador.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO) – À disposição, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exas.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 284, DE 2018

- Não terminativo -

Dispõe sobre a adoção de práticas de construção de edificações sustentáveis, para a geração de energia elétrica.

Autoria: Senadora Rose de Freitas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Jaques Wagner
Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo
Observações:
1. Após análise da CI, matéria vai à CDR, em decisão terminativa
2. Votação simbólica
Asseguro a palavra ao Relator para que possa proceder à leitura com o seu voto.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Para proferir relatório.) – Sr. Presidente, colegas, para economia, eu passo logo para a análise do meu relatório.

No caso em concreto, a proposição trata da geração de energia elétrica em edificações. É de notório conhecimento que a energia elétrica é um importante elo da infraestrutura de qualquer país. Trata-se de insumo que nossas empresas e residências dependem de forma substancial para realizar uma gama de atividades, como aquelas ligadas à produção ou mesmo ao lazer. Resta clara, assim, a importância desta Comissão na apreciação e no aperfeiçoamento deste PLS.

A demanda de energia elétrica no Brasil aumentará nos próximos anos, principalmente diante de um crescimento mais vigoroso do PIB. Segundo estimativas da EPE, expostas no Plano Decenal de Expansão de Energia 2027, para cada 1 ponto percentual de elevação no PIB, a demanda de energia elétrica expandirá, em média, 1,27 ponto percentual. A EPE prevê, portanto, que, se o PIB crescer anualmente, em média, 2,9% nesse período, a demanda por eletricidade aumentará em 43%.

Uma questão relevante quando discutimos a expansão da oferta de energia é o custo. Espera-se que o custo seja crescente, uma vez que, naturalmente, as opções mais baratas são as primeiras a serem exploradas. Esse fato nos mostra o prestígio que deve ser dado, por exemplo, às ações que reduzam o consumo de energia elétrica, como é o caso deste PLS, e que proporcionem a geração desse insumo ao menor custo possível. Com isso, evitamos a construção de novas usinas e de linhas de transmissão, permitindo que o País aloque os recursos que seriam utilizados nesses projetos em outras atividades econômicas.

É justamente nesse contexto, de aproveitar as oportunidades para mitigar a construção desnecessária de empreendimentos, que se encaixa o PLS em análise. É uma medida salutar a previsão que a política urbana brasileira contemple (i) a adoção de práticas de construção sustentável voltadas à geração de energia elétrica, (ii) a divulgação dessas práticas e (iii) o uso de incentivos fiscais para a implantação de sistemas próprios de energia elétrica. O mesmo pode ser afirmado quanto à previsão de que a União adote práticas de construção sustentável em edificações de sua propriedade ou por ela alugadas. Entretanto, entendemos que são pertinentes ajustes na forma e no mérito da proposição para que ela alcance os seus meritórios objetivos da melhor forma possível.

O texto original cria o que se chama de legislação esparsa porque, em vez de alterar a Lei nº 10.257, de julho de 2001, que estabelece as diretrizes da política urbana brasileira, propõe uma nova lei, em oposição ao inciso IV do art. 7º da Lei Complementar nº 95, de fevereiro de 1998. Dessa forma, entendemos que a inclusão de qualquer nova diretriz para política urbana deve ser feita por meio de alteração na Lei nº 10.257.

No que tange ao mérito, o PLS prevê que a diretriz de construção sustentável seja voltada à geração de energia elétrica. Todavia, a eficiência energética e a redução do consumo de eletricidade são ações mais importantes e mais amplas; com elas, mitigamos a construção desnecessária de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

empreendimentos e os impactos ambientais decorrentes. Portanto, é mais adequado acrescentar, como diretriz da política urbana, o estímulo a construções que privilegiem a conservação e o uso racional de energia. Pode ser melhor para a nossa sociedade um imóvel concebido para consumir menos eletricidade do que um voltado para a geração de energia elétrica, inclusive porque, atualmente, há um subsídio perverso dos consumidores que não têm geração própria para aqueles que a possuem. Obviamente, a instalação da geração própria pode resultar, a depender do imóvel e de sua localização, em uso racional da energia.

De certa forma, pode-se alegar que o art. 2º da Lei nº 10.257, principalmente em seus incisos XII e XVII, já contemplaria, na política urbana brasileira, a diretriz acima mencionada.

Apesar dos dispositivos citados, julgamos pertinente deixar ainda mais clara e evidente a diretriz de que a política urbana brasileira terá como diretriz o estímulo a construções que privilegiem a conservação e o uso racional de energia elétrica. Propomos que isso seja feito por meio da alteração do inciso XVII do art. 2º da Lei nº 10.257.

Com o mesmo objetivo, entendemos adequado incluir a divulgação das práticas de construção sustentável no art. 2º da mesma lei, na forma de um novo inciso. Almejamos que, com isso, a população tenha mais informação das formas a partir das quais pode contribuir nesse importante processo de conservação e uso racional de energia.

No que tange à previsão de incluir, como diretriz de política urbana, a utilização de incentivos fiscais para a implantação de sistemas próprios de geração de energia elétrica, com a ressalva de que o foco deve estar em ações que promovam a conservação e o uso racional da energia elétrica, consideramos que a proposta já está contemplada no inciso IX do art. 2º da mesma lei, que estabelece a adequação dos gastos públicos aos objetivos do desenvolvimento urbano, o qual deve observar a política urbana. Na verdade, o referido dispositivo é até mais amplo porque prevê, ainda, a adequação dos instrumentos de política econômica, tributária e financeira. Leio o art. 2º:

> Art. 2º A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais:
> .....
> X – adequação dos instrumentos de política econômica, tributária e financeira e dos gastos públicos aos objetivos do desenvolvimento urbano, de modo a privilegiar os investimentos geradores de bem-estar geral e a fruição dos bens pelos diferentes segmentos sociais;
> .....

Quanto à exigência de que as edificações de propriedade da União ou por ela alugadas implantem sistemas próprios de geração de energia elétrica, enfatizamos que, na nossa avaliação, o foco deve estar na conservação e no uso racional da energia elétrica. Isso pode significar, a depender da edificação, geração própria ou uma medida construtiva que privilegie a iluminação natural. Entendemos que, ainda assim, a previsão não deveria prosperar.

Para além do eventual questionamento em relação à constitucionalidade de uma inciativa do Poder Legislativo que impõe obrigações a outro Poder, devemos ponderar que seria prudente, no mínimo, uma estimativa do impacto dos custos envolvidos, inclusive para atender a legislação fiscal e orçamentária. Ademais, à medida que a nossa política urbana incorpore a diretriz de incentivar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

construções que privilegiem a conservação e o uso racional de energia elétrica, inevitavelmente as edificações de propriedade da União e por ela alugadas serão remodeladas com essa finalidade.

Por fim, destacamos que não identificamos qualquer injuridicidade ou inconstitucionalidade da matéria, nos termos dos ajustes que estamos propondo. Ressaltamos que o art. 182 da nossa Constituição Federal determina – aspas: "a política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes". Ou seja, cabe à União fixar as diretrizes gerais da política urbana. É o que a Lei nº 10.257 faz e o que está fazendo o Congresso Nacional por meio dessa proposição, nos termos do art. 48 da Constituição Federal. Destaco, ainda, que a iniciativa para tratar da matéria não é privativa do Poder Executivo.

Voto.

Diante do exposto, voto pela constitucionalidade e juridicidade, e pela aprovação do PLS nº 284, de 2018, na forma da seguinte emenda substitutiva.

EMENDA Nº – CI (SUBSTITUTIVO)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 284, DE 2018

Altera a Lei n° 10.257, [...] de 2001, para incluir como diretriz da política urbana o estímulo à utilização, nos parcelamentos do solo e nas edificações urbanas, de sistemas operacionais, padrões construtivos e aportes tecnológicos que objetivem a conservação e o uso racional de energia, e a divulgação dessas práticas.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 2° da Lei n° 10.257 [...] passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 2° .....

.....

XVII – estímulo à utilização, nos parcelamentos do solo e nas edificações urbanas, de sistemas operacionais, padrões construtivos e aportes tecnológicos que objetivem a redução de impactos ambientais, a economia de recursos naturais e a conservação e o uso racional de energia;

.....

XX – divulgação dos sistemas operacionais, padrões construtivos e aportes tecnológicos de que trata o inciso XVII."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

É esse o relatório.

Só para explicitar, eu sinto que há um esforço da Senadora Rose de Freitas com essa questão de uso racional de energia – ela está chegando aqui à sala – e também de utilização de outros métodos de geração, inclusive a geração própria, que já existe com geração distribuída, como se chama, em que você gera particularmente por fotovoltaica para atender um determinado lócus que tem dificuldade de atingimento pela rede de distribuição.

A única coisa que eu fiz como reparo foi não impor à União que ela seja obrigada a construir, e, sim, que ela racionalize. Eventualmente, na racionalização, você poderá ter o uso de sistemas de iluminação natural, a troca de lâmpadas, novas tecnologias ou construção de sistemas próprios para abastecimento da energia elétrica desse ou daquele prédio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É o relatório e o voto.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa., Senador Jaques Wagner, pelo substancioso voto que apresenta a esta Comissão de Infraestrutura do Senado Federal.

A matéria está em discussão.

Indago a autora, nobre Senadora Rose de Freitas, se gostaria de fazer uso da palavra.

Não há Senadores inscritos ainda. Se V. Exa. quiser fazer uso da palavra, asseguro-lhe.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES. Para discutir.) – Antes de mais nada, eu queria agradecer – obrigada, Presidente – e queria elogiar o relatório do Senador Jaques Wagner.

Quero dizer que as coisas mudam, mas o Brasil tem um pouco de uma sistemática de permanecer onde está. Nós temos problemas de tudo quanto é natureza. Eu acho que não é incomum algum Senador vir dizer que instituições de qualquer natureza, sociais, de caráter educacional, no âmbito da saúde, fecham porque não conseguem sequer pagar conta de luz. Quando nós temos a capacidade, criamos a capacidade de estimular, o que é uma bandeira antiga... O Governo que mais falou sobre isso foi o Governo do Lula, verdadeiramente, e a gente pensava que poderia ter sido implantado um sistema fotovoltaico, voltado inclusive a atender todos os setores sociais importantes deste País, inclusive na própria sociedade produtiva, em escala bem menor do que o que poderiam estar desejando outros.

Portanto, eu fico satisfeita com o relatório, muito satisfeita até. Ele me ouviu, ouviu pessoas. E, com a sensibilidade de quem já governou o Estado... Eu acho que a gente tem que pensar nesse sistema próprio de implantação dessa energia fotovoltaica, fazer com que isso tenha uma utilidade, tenha voltado inclusive para o caráter social, que virou essa ideia de nós fazermos essa proposta.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço...

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Permita-me, Sr. Presidente, só para citar um exemplo, já que a Senadora Rose citou. Durante meu oito anos como Governador do Estado, eu estimulei muito tanto a energia eólica, porque Deus colocou na Bahia uma mina de vento que corresponde ao povo baiano – eu digo que o vento na Bahia é maneiro: ele não é de rajadas e é unidirecional, o que faz a produtividade subir muito; muitas vezes é de rajadas, então o equipamento tem que ser preparado para isso – como também a fotovoltaica, porque a gente tem muito sol. A maior parte da fotovoltaica hoje da América Latina está em Bom Jesus da Lapa, lá na Bahia.

Eu cito como exemplo específico do que citou a Senadora Rose, que nós temos um estádio de futebol, o estádio de Pituaçu, Roberto Santos, em que, aproveitando a distribuição da distribuidora de usar não lembro se 1% ou 2% da sua receita para desenvolvimento tecnológico, eu, em contato com a Coelba, que é a distribuidora da Bahia, fizemos eles fazerem placa fotovoltaica em todo o teto desse estádio. O que acontece? O estádio nem sempre funciona à noite. Gera energia durante o dia. É como se fosse um reloginho. Então, a conta da secretaria que é responsável pelo estádio é praticamente zero, porque, quando está consumindo, ele gasta aquela energia; quando ele não está consumindo, isso é jogado na rede e é contabilizado como crédito para a Secretaria de Trabalho e Esporte. E realmente acabou ficando de graça a manutenção, pelo menos na parte da energia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Se V. Exa. me permite uma observação, Senadora Rose, talvez esse seja o tema, Governador Jaques Wagner, que esta Comissão e o Senado Federal, o Parlamento vai ter que voltar a discutir. Parece-me que é justamente esse o ponto hoje em que há um pouco de preocupação no setor, porque, se você tem a produção e o consumo próprio dessa energia produzida nessa matriz, você não tem problema e não gera problema. Quando você faz a utilização da rede, porque hoje ela é reversa, você tem... Durante o dia você produz, e à noite às vezes você pega de volta a energia que você lançou na rede. Essa utilização da rede, parece-me que hoje não há cobertura normativa a disciplinar o uso e o fracionamento do custo dessa utilização. Talvez esse seja um tema que nós vamos ter oportunidade de inserir...

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Não, é fato, tanto que hoje quem não tem sistema próprio acaba tendo que arcar com parte do custo, porque tudo é uma bolsa de preço. Então, quem não tem geração própria hoje reclama do que vou chamar de subsídio, dado a quem tem. É óbvio que nós vamos ter que buscar um ponto de equilíbrio. O subsídio foi dado para que isso fosse alavancado. Na medida em que você vai chegando a um ponto de equilíbrio, em que o custo da energia fotovoltaica diminui, eu acho que vai voltar obrigatoriamente à baila a discussão de como a gente equilibra melhor a cesta de preços, como V. Exa. falou.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa.

A matéria está em discussão.

Senador Lucas Barreto.

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP. Para discutir.) – Quero cumprimentar o Senador Jaques Wagner pelo projeto.

Eu falo que o meu Brasil, em alguns momentos, Senador, é o Amapá. Então, como nós estamos lá no meio do mundo, onde a luminosidade é muito maior que em qualquer Estado e também o vento é unidirecional por causa da foz do Rio Amazonas, nós vamos ter várias possibilidades.

Mas eu trarei a esta Comissão, Presidente, uma discussão, porque no meu Estado levaram um linhão de energia, que vai até Macapá buscar energia de três hidroelétricas que construíram em um rio legitimamente amapaense. Levaram o linhão para buscar a nossa energia, que é produzida lá, e nós, os amapaenses, pagamos o transporte para trazer para cá. Nós pagamos esse transporte da energia. É um absurdo! Inundaram 70km de rio, e ainda há um problema: uma usina, a usina de Paredão, foi construída com *royalties* do manganês, ou seja, dinheiro do povo amapaense. Foi aí que começou a Eletronorte. E agora nós tivemos dificuldade, porque há o processo de privatização das distribuidoras, ou seja, além de termos essa dificuldade, o governo passado ainda fez um empréstimo no BNDES para pagar um passivo que a nossa distribuidora tinha.

Então, essa discussão tem que se aprofundar, porque como pode um Estado produtor... E nós não estamos falando em uma outra usina, porque foram feitas quatro usinas no Amapá. Uma é biestadual, que é a do Rio Jari, entre o Pará e o Amapá. Nessa nós não podemos legislar, o Estado não pode, mas, no caso do Araguari, que é o rio da pororoca... Essas usinas inclusive mataram a pororoca, praticamente mataram o rio, porque o rio perdeu a força, a água do mar entrou e eliminou aquela fauna que havia ali no estuário de água doce.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é uma discussão que nós vamos ter, porque nos impuseram fazer três hidroelétricas lá no Amapá e nos impuseram sucessivos aumentos da conta de energia elétrica. Quem ganha salário mínimo às vezes tem que pagar R$400 de energia. Como? Imaginem que ainda tiraram os ribeirinhos da margem do rio e deixaram lá, não houve responsabilidade social nem ambiental lá no Estado. Então, é uma discussão que a gente vai trazer a esta Casa para que os Estados produtores possam ter algum benefício para o seu povo.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Senador Eduardo Gomes.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO. Para discutir.) – É para parabenizar a Senadora Rose de Freitas e o Senador Jaques Wagner pela oportunidade desse projeto.

E também para fazer um registro muito especial e feliz aqui, Presidente, por, nesta Comissão, tramitar o projeto mais importante do setor, o 232, sob sua relatoria. Eu até entendo que, nesses últimos anos, seja a primeira oportunidade realmente séria de debate sobre o setor elétrico brasileiro, que vem sofrendo duma certa politização nos últimos dez anos, com alguns equívocos. Então, eu vejo que V. Exa. tem essa oportunidade. Eu queria até sugerir oportunamente não só um instrumento da Comissão Geral, como há na Câmara – não sei como funciona ainda no Senado, estamos vindo de lá, mas também uma audiência pública consistente, porque eu tenho certeza de que esta Comissão, sob sua Presidência, vai corrigir muitos desvios e dar oportunidade ao setor de debate claro e transparente.

Portanto, meu apoio ao projeto. Parabéns à Senadora Rose de Freitas e ao Senador Jaques Wagner.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa. e já manifestei pessoalmente a V. Exa. a nossa disposição de construir, a muitas mãos, essa relatoria e a conclusão desse projeto, que é tão importante para o setor e para a sociedade brasileira.

Agradeço a V. Exa. pelas contribuições, mais uma vez.

Não havendo...

Senador Esperidião Amin, V. Exa. tem a palavra.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu gostaria de informar aos ilustres companheiros que integram a Comissão de Infraestrutura que eu estou dando entrada num requerimento de convite – não é de convocação – ao Ministro dos Transportes.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ministro da Infraestrutura, V. Exa...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Ministro da Infraestrutura, exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O.k.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – E queria fazer uma breve digressão, porque nós tivemos aqui, na semana passada, a apresentação do relatório da ANTT.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os baianos sempre me disseram que tinham grandes mágoas com a ANTT na Bahia e com as rodovias concessionadas, concedidas.

No Brasil inteiro, nós estamos vendo esboroar-se a credibilidade no único recurso de que o Governo dispõe para execução de obras de infraestrutura, que são as concessões e as permissões, as parcerias público-privadas.

No meu Estado, a situação chegou a um ponto de insustentabilidade e de absoluta perda de credibilidade na ação dos políticos e especialmente nas instituições que deveriam zelar pelo cumprimento das obrigações contratuais.

Para resumir, na Região Metropolitana da Grande Florianópolis, o Contorno Viário, que deveria estar inaugurado em fevereiro de 2012, hoje tem o trecho mais importante, mais oneroso e de mais longa duração na execução, os 8km mais ao sul dos 51 do projeto Contorno, nem sequer iniciados, ou seja, não existe cronograma para a obra, não há cronograma. E a imobilidade metropolitana é um caos diário, de todos os dias, e afetando o Mercosul, porque é o principal corredor de ligação com os países do Mercosul.

A minha intenção era dar o primeiro passo hoje para propor uma CPI, que não vai resolver o problema, mas, pelo menos, vai apontar os responsáveis por esse desmazelo que não acontece só em Santa Catarina. Mas tive um encontro, que me sensibilizou muito, com o Ministro dos Transportes. Eu o considero um homem habilitado, sério e, numa demonstração de confiança, eu estou transformando o meu desejo de uma CPI, para cuja constituição eu precisaria de apoio, agregando até outros fatos determinados além desses...

Então, eu gostaria de apresentar aqui um requerimento de convite, respeitoso e cooperativo, ao Ministro dos Transportes. Como ponto focal, concessões e particularmente a concessão da BR-101, em Santa Catarina, podendo naturalmente permitir um debate mais amplo, abrangendo outras situações do Brasil, afinal nós fazemos parte da Casa que representa os Estados.

Eu queria, portanto, apresentar os anexos ao meu requerimento – V. Exa. não vai ler –, que perfazem 113 páginas. E eu rogo a V. Exa. que permita que nós aprovemos sob a forma de convite, eu repito, a vinda do Ministro Tarcísio Freitas a esta Comissão na data mais próxima possível.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa., Senador Amin.

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O pedido de V. Exa. será recolhido e processado.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Coisa de gente antiga, o Ministro da Infraestrutura.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa. O pedido de V. Exa. será incluído oportunamente na pauta da Comissão, mas eu adianto a V. Exa. que, a par dos debates que nós fizemos na última reunião, eu senti a necessidade de fazer esse convite também novamente ao Ministro para que viesse esclarecer pontos dessa modelagem na concessão das...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Daquilo a que nós assistimos aqui na terça-feira passada.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Exato. E já me antecipei, inclusive...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Absolutamente insuficiente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... ao Ministro dizendo da necessidade de vir aqui.

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Então, o pedido de V. Exa. está dentro de uma linha que nós já estamos trabalhando e concordo plenamente com V. Exa.

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Senador Lucas Barreto.

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP) – Presidente, nessa vinda do Ministro seria importante que cada membro desta Comissão tivesse uma pauta para que ele pudesse trazer respostas, porque, na vez em que ele esteve aqui, nem atenção ele queria dar, só porque nós somos lá do Norte; o senhor se lembra disso.

E lá há, como eu falei... Como é que pode: ele assinou um documento em que, em três anos, a BR estaria asfaltada; passaram-se três anos, nada, não colocaram um palmo de asfalto. Agora, há uma emenda de bancada, de uma obra delegada, que está há quatro anos e, por oito vezes já, o Dnit diz que há problemas que tem que resolver. Aí a empresa vai e faz tudo que o Dnit pede e já aparecem com outra coisa. Já há uma decisão judicial que mandou que a empresa fizesse...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP) – ... lá o pátio das máquinas. Está tudo pronto lá e não autorizam. Eu mesmo visitei o Dnit com toda a humildade, fui lá falar para ele que, na briga, todos perdem. Mas não há possibilidade. Não dão resposta, não ligam, não avisam, dizem que vão ver, que vão tentar resolver, mas não conseguem.

Então, se for para fazer a CPI, que se faça também do Dnit, principalmente do Amapá.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa.

Está encerrada a discussão.

Em votação o relatório.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão...

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Registrado o voto a favor também do Senador Esperidião Amin e de todos os demais Senadores.

A matéria vai à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo para o seguimento de sua tramitação.

Item 2.

ITEM 2
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 310, DE 2018
- Terminativo -

Modifica o art. 73 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para determinar que percentual do preço pago pela utilização de poste, duto, conduto ou servidão seja destinado ao Município em que eles estejam localizados.

Autoria: Senador Eduardo Lopes

Relatoria: Senador Zequinha Marinho.

Em razão da ausência do Relator, retiro de pauta, de ofício. Ele volta à pauta na próxima reunião.

Item 3.

ITEM 3
REQUERIMENTO Nº 16, DE 2019
- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Ministro de Estado da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, informações sobre as obras de recuperação do viaduto da BR-101, localizado em Goianinha (RN).

Autoria: Senador Styvenson Valentim

Requisita-se:

1. o nome da empresa responsável inicialmente pela obra;
2. os termos do contrato;
3. os motivos dos fracassos da licitação para realização das obras de recuperação;
4. informações sobre o andamento do processo de contratação para a recuperação;
5. os laudos de vistoria do viaduto.

O requerimento é de autoria do Senador Styvenson Valentim, que está presente.

Indago se quer fazer o encaminhamento ou se podemos ir à votação.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Sem esclarecimento eu não voto.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Sem esclarecimento o senhor não vota? Então, é um viaduto que...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exa. tem a palavra.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN. Para encaminhar.) – ... foi entregue recentemente, nessas obras do PAC. Por nada, o viaduto paralisou, a é obra malfeita. Está havendo um transtorno, já que liga o Rio Grande do Norte à Paraíba e é um fluxo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

turístico para a Praia de Pipa. Está incomodando muito as pessoas, porque está havendo desvios. As simples informações que a gente precisa saber é por que essa obra, por que esse viaduto, por que essas pontes estão caindo hoje, por que os asfaltos estão se corroendo tão rápido, por que as obras públicas estão perecíveis tão rápido assim?

Então, eu queria só saber essas informações para poder localizar e também responsabilizar quem fez aquela porcaria de viaduto lá no meu Estado, em Goianinha.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa. e o homenageio pela iniciativa.

Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Ela foi contratada com base no Regime Diferenciado de Contratações.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – RDC.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – É o meu palpite. Ou seja, foi contratada sem haver projeto.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Que era para garantir maior qualidade. Quem executa é o mesmo que faz o projeto.

Agradeço a V. Exa.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – As informações que V. Exa. coletar serão compartilhadas com a Comissão e com as Sras. e os Srs. Senadores.

Em votação o requerimento.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Item 4.

ITEM 4

REQUERIMENTO Nº 17, DE 2019

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir a venda pela Petrobras para a iniciativa privada da malha dutoviária conhecida como NTS no Sul/Sudeste e TAG no Norte/Nordeste.

Autoria: Senador Eduardo Braga e outros

O autor propõe para a audiência a presença dos seguintes convidados:

1. Secretário de Petróleo, Gás natural e Biocombustíveis do Ministério de Minas e Energia – Marcio Felix Carvalho Bezerra;

2. Diretor-Geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) – Décio Fabricio Oddone;

3. Presidente da Petrobras – Roberto Castello Branco;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

4. Presidente da Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Gás Canalizado (Abegás) – Augusto Salomon;

5. Presidente do Centro Brasileiro de Infraestrutura (Cbie) – Adriano Pires.

Antes de dar encaminhamento à matéria, o autor do requerimento não está presente, indago se algum Senador quer...

O Senador Jaques Wagner subscreveu esse requerimento?

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Eu subscrevi, até porque eu estou interessado na mesma matéria. (*Fora do microfone.*)

A venda foi anunciada, a despeito de haver uma liminar que deveria ter suspendido – se o ordenamento jurídico fosse correto –, do Ministro Lewandowski. Mesmo assim, a Petrobras negociou toda a malha de distribuição de gás Norte/Nordeste por um valor da ordem de US$8,5 bilhões, mas sem licitação: entende a Petrobras que não dependeria de licitação a venda de um ativo dessa natureza. Então, eu imagino que o Senador Eduardo Braga tenha a mesma curiosidade que eu de entender como é que essa transação foi feita.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa. pela subscrição. Havia feito compromisso, na semana passada, com o Senador Eduardo Braga de pautar, e ele já havia comunicado que estaria ausente na reunião de hoje.

Agradeço V. Exa. por subscrever o documento e o submeto a votação.

Em votação o requerimento.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Não há...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Se importa se o meu, extrapauta...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Senador Amin, eu peço vênia a V. Exa.: nós estabelecemos aqui um acordo de procedimento, lá no início dos trabalhos, de submeter sempre o requerimento na sessão seguinte. Essa matéria eu pactuo com V. Exa.... Já está em tratativa a vinda do Ministro?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Acho que, regimentalmente, se eu colher algumas assinaturas...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Se o Plenário... O Plenário é soberano, eu sou só o Presidente. Eu só tenho feito...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu faço um apelo, porque eu acho...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Há concordância de todos os Senadores em relação a essa matéria do Senador Amin? (*Pausa.*)

Não havendo divergência em relação aos Senadores presentes... É porque, muitas das vezes...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone.*) – É um apelo que eu faço.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... são requerimentos apresentados em que há divergência. Então, a prática que nós sugerimos à Comissão é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que essas matérias fossem incluídas sempre na sessão seguinte. Mas o Senador Amin me faz esse apelo, e essa necessidade já na sessão anterior eu havia identificado; inclusive, fiz menção ao próprio Ministro e à sua assessoria da necessidade de vir à CI para tratar desse assunto. Naquele momento, tanto a Senadora Kátia quanto o Senador Esperidião Amin e outros Senadores aqui – salvo engano, o Senador Jaques Wagner – debateram esse assunto, e agora me apresenta o requerimento o Senador Amin, que, com a concordância do Plenário, submeto a votação.

EXTRAPAUTA
ITEM 5
REQUERIMENTO Nº 18, DE 2019
- Não terminativo -

Requer convidar o Ministro de Estado da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, para que compareça à Comissão para prestar informações sobre a execução do Contrato de Concessão dos trechos BR-116/376/PR e BR-101/SC - Curitiba a Palhoça, controlado pela Arteris S/A - Auto Pista Litoral Sul.

Autoria: Senador Esperidião Amin

Os Senadores e as Senadoras que o aprovam...

Senadora Kátia.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Eu gostaria de pedir aos colegas Senadores que nós pudéssemos incluir nessa importante pauta a questão ferroviária nacional, pois foi feito agora o leilão da Ferrovia Norte-Sul e já está sendo iniciada a renovação de toda a malha ferroviária nacional. Acho que é um assunto da maior importância para todos nós, de norte a sul deste País. Eu gostaria muito que se pudesse...

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO) – Sr. Presidente, eu gostaria que V. Exa. incluísse também ...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Sr. Presidente, acho que V. Exa. poderia deixar um espaço, sei lá, 24 horas, para a inclusão de outros temas que já foram, inclusive, focalizados...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Isso!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... tanto na reunião de terça-feira passada, já pela Senadora Kátia Abreu, quanto na de hoje, pelo Senador Styvenson.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Senador Esperidião Amin, nas tratativas que nós vamos fazer com o ministro, eu vou abordar o sentimento da Comissão que seria que se discutisse esse tema.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO) – E a BR-156, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Então, não vou deixar em aberto a inclusão de nomes, em razão de precedentes e para preservar a Comissão de outras situações. Não é o caso dessa matéria, mas preservar a Comissão, sempre que nós aprovarmos requerimentos aqui, de todos os Senadores, serão convidados ou convocados aqueles que estiverem listados no momento da aprovação. É apenas...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O convidado é um só. Os temas é que podem...

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - ES) – Os temas, os temas também. Mas o convite será feito nos termos do apelo que V. Exa. fez inicialmente e da ponderação da Senadora Kátia Abreu.

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP) – Sim, Sr. Presidente, senão todos os dias vai haver um requerimento só para um assunto. Então, é melhor ele vir.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O ministro vem e vai abordar os assuntos. A Comissão vem discutindo isso nos últimos dias.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Quem são os convidados, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É o Ministro de Estado, o Dr. Tarcísio.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Só ele?

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Pela ordem. Desculpe interromper.

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP) – Seria importante trazer o diretor do DNIT também.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Até para a gente ter um aproveitamento maior, nós poderíamos trazer o ministro, porque o assunto que nós vamos dialogar com ele é um assunto extenso. E, num segundo momento, eu faria, a convite da Comissão, em nome dos Senadores e Senadoras, para o Diretor-Geral do DNIT também.

Há acordo?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Acho que o correto é isso. O convite é para o ministro.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Convite para o ministro.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Os assuntos são outros, que podem demandar outras convocações ou convites.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Perfeitamente.

Agradeço a V. Exas.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Sr. Presidente, eu pedi pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Senadora Rose de Freitas.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Eu não sei se eu me encolho demais na cadeira, eu vou ficar ao lado do Styvenson.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exa. tem a palavra.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES. Pela ordem.) – Eu quero parabenizar a Kátia e sobretudo a iniciativa do Senador Amin.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente, esta Casa precisa ajustar muitas coisas em relação a um procedimento que está indo muito bem nas Comissões. Eu não sei se os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras, a Senadora Kátia, sobretudo, percebem que hoje o trabalho do Congresso está mais voltado para as Comissões. É um tempo congressual extremamente importante. Sendo assim, eu acho que se tem que premiar o esforço de quem trabalha, de quem comparece às Comissões. O nosso velhinho trabalhador aqui já andou em umas três Comissões para estar presente às matérias importantes.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Elmano.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – A iniciativa dele resume uma expectativa de todos nós. Eu abordei, quando da vinda do Sr. Paulo Guedes, o fato que aconteceu em relação ao leilão dos aeroportos, a concessão. V. Exa. sabe que o meu Estado teve um aeroporto inaugurado há um ano e pouco.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Verdade.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Ele custou R$566 milhões, e no leilão, que foi feito conjuntamente com Macaé, os dois ficaram concedidos por 30 anos por R$437 milhões. Eu não encontro nenhuma sustentação para essa lógica, porque a crise cria, verbalizando ou não, essas situações. Nós estamos em crise e precisamos vender isso aqui, conceder aquilo ali, mas não se classifica essa iniciativa dentro dos parâmetros do respeito ao dinheiro público.

Gastamos há um ano e tanto, e nosso aeroporto não tem um galho de árvore quebrado do lado de fora. Do lado de dentro, é considerado o melhor aeroporto do Brasil. No mínimo, para se conceder em 30 anos, é preciso fazer jus ao investimento feito.

Então, eu queria, usando o tempo e a iniciativa do Senador, incluir esta questão dos leilões e das concessões, que vai desde as ferrovias até os aeroportos.

Eu parabenizo V. Exa. pelo respeito ao trabalho dos seus companheiros.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa., Senadora Rose de Freitas, a todos os Srs. Senadores e Senadoras, e submeto à votação o Requerimento nº 18, de 2019, de autoria do Senador Esperidião Amin.

Os Srs. Senadores e Senadoras que o aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado.

O convite será encaminhado ao Ministro, com base no requerimento que foi aprovado na Comissão, acrescido dos temas...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Obviamente, atendendo aqui ao apelo dos Senadores que...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Será feito o convite nos termos do que nós tratamos aqui na Comissão, Senadora Rose, V. Exa. tem razão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES. *Fora do microfone.*) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradecendo a presença dos Srs. Senadores e das Sras. Senadoras, que comparecem sempre majoritariamente a esta Comissão, informo que não há nenhuma matéria nova a ser tratada.

Antes de encerrarmos, agradeço a presença de todos, em especial dos Srs. Senadores e das Sras. Senadoras, e convoco nossa próxima reunião, a ser realizada no dia 16, com a audiência pública com a Aneel. Na próxima semana, terça-feira, dia 16, nós teremos audiência pública com o Diretor-Presidente da Aneel e com a presença dos demais diretores.

Aqui, todos os Srs. Senadores e Sras. Senadoras já estejam informados. Será neste plenário, a partir das 11h da manhã.

Está encerrada a reunião.

(*Iniciada às 11 horas e 33 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 18 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 6ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE MARÇO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às nove horas e dezenove minutos do dia vinte e sete de março de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob as Presidências dos Senadores Izalci Lucas e Angelo Coronel, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Eduardo Gomes, Plínio Valério, Soraya Thronicke, Elmano Férrer, Rodrigo Cunha, Juíza Selma, Veneziano Vital do Rêgo, Eliziane Gama, Leila Barros, Flávio Arns, Jaques Wagner, Zenaide Maia, Jean Paul Prates, Lucas Barreto, Chico Rodrigues, Jorginho Mello, Marcos do Val, Acir Gurgacz, Wellington Fagundes, Jayme Campos e Sérgio Petecão. Deixam de comparecer os Senadores Marcelo Castro, Dário Berger, Randolfe Rodrigues, Omar Aziz e Zequinha Marinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 4/2019 - CDR e REQ 7/2019 - CDR, de autoria do Senador Izalci Lucas. **Finalidade:** Audiência Pública sobre as diretrizes, programas prioritários e ações da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE e da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF, com a participação do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS e do Banco do Nordeste do Brasil - BNB, para os próximos dois anos. **Participantes:** Mário de Paula Guimarães Gordilho, Superintendente da SUDENE; Maria Clara Netto Oliveira, Gerente de Gestão Estratégica da CODEVASF; Romildo Carneiro Rolim, Presidente do Banco do Nordeste do Brasil; Angelo José de Negreiros Guerra, Diretor-Geral do DNOCS; Adécio Rodrigues da Silva, Presidente da Associação dos Servidores do DNOCS; Georgina Calmon de Oliveira, Coordenadora Regional da Associação dos Servidores do DNOCS; Antonio Eduardo Gonçalves Segundo, Engenheiro Agrônomo do DNOCS; Athadeu Ferreira da Silva, Assessor da Presidência da CODEVASF; e, Aluísio Bastos Pereira, Presidente da Associação dos Servidores do DNOCS – ASSECAS. Usaram da Palavra os Senadores: Angelo Coronel, Jaques Wagner, Jean Paul Prates e Roberto Rocha; e os Deputados Federais Julio César e Bosco Costa. **Resultado:** Audiência realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Izalci Lucas

Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/03/27

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Havendo número regimental, declaro aberta a 6ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Antes de iniciar o nosso expediente, informo que solicitarei, nos termos da Instrução Normativa nº 9, de 2017, a degravação da presente reunião, para que o que aqui for falado pelos convidados e debatido pelos nobres pares fique registrado nos *Anais* desta Casa. Volto a informar a V. Exa. que o prazo regimental para apresentação das propostas sobre a política pública a ser avaliada pelo CDR neste ano é de até o último dia do mês de março do corrente, conforme §1º do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal.

Realizaremos, na semana que vem, uma reunião deliberativa para debater e votar matérias, dentre as quais constarão em pauta a proposta de avaliação da Política de Centros de Desenvolvimento Regional, Requerimento nº 15 de 2019-CDR, de minha autoria, juntamente com as demais propostas que forem apresentadas até o prazo.

Comunico o recebimento da publicação *Brasil, potência mundial do turismo*, organizado por Vinícius Lummetz. O livro reúne escritos de especialistas, empresários, representantes de entidades de classe que tratam do panorama turístico do Brasil e quais as estratégias para explorar as oportunidades de melhor colocá-los cada vez mais, demonstrando assim a viabilidade de o País galgar uma posição privilegiada dentro do turismo mundial, com robustez econômica, dentro do País, e valorizar as nossas riquezas culturais. A publicação foi encaminhada aos gabinetes dos Senadores membros da Comissão.

Expediente.

Conforme pauta previamente distribuída, esta reunião é destinada a ouvirmos, em audiência pública, a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), o Departamento Nacional de Obras contra a Seca (Dnocs) e o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), para debater as ações da Sudene e da Codevasf com a participação do Dnocs e do Banco do Nordeste pelos próximos dois anos, atendendo aos Requerimentos nº 4 e nº 7 de 2019-CDR, de minha autoria.

Esclareço que adotaremos os seguintes procedimentos: cada expositor terá 20 minutos para fazer a sua exposição. Em seguida, abriremos a fase de interpelação pelos Senadores e Senadoras inscritos, dentro dos assuntos tratados, dispondo cada um de cinco minutos, assegurado igual prazo para resposta, após o que poderá ser contraditado pelo prazo máximo de dois minutos, concedendo-se o mesmo prazo para tréplica. A palavra dos Senadores e Senadoras será concedida na ordem de inscrição, intercalando-se oradores de cada partido.

Antes de conceder a palavra aos convidados, informo que as participações dos cidadãos em nossa audiência serão recebidas nos seguintes canais: Portal e-Cidadania, que pode ser acessado a partir do *site* da Comissão, e pelo AlôSenado: 0800-612211.

Já iniciamos convidando para compor a mesa o Sr. Mário de Paula Guimarães Gordilho, Superintendente da Sudene. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Convido também a Sra. Maria Clara Netto Oliveira, Gerente de Gestão Estratégica da Codevasf. (*Palmas.*)

Convido também o Sr. Romildo Carneiro Rolim, Presidente do Banco do Nordeste do Brasil. (*Palmas.*) E também o Sr. Angelo José de Negreiros Guerra, Diretor-Geral do Dnocs. (*Palmas.*)

Convido ainda... Acho que depois a gente pode ter aqui a participação também do Sr. Adécio Rodrigues da Silva, que é Presidente da Associação dos Servidores do Dnocs. Já está ali. Muito bem. E também a Sra. Georgina Calmon de Oliveira, que é Coordenadora Regional da Associação dos Servidores do Dnocs.

Sejam bem-vindos aqui!

Registro a presença do nosso querido Senador Angelo Coronel.

Imediatamente já passo a palavra para o primeiro expositor, o Sr. Mário de Paula Guimarães Gordilho, para fazer a sua exposição.

O SR. MÁRIO DE PAULA GUIMARÃES GORDILHO – Bom dia a todos!

Cumprimento o Senador Izalci; meu caro conterrâneo, Senador Angelo Coronel; e os demais presentes, dizendo, Senador, que traremos, na apresentação da Sudene, uma visão prospectiva em cima de dados que estamos levantando para a formatação do Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste. Esse plano é previsto constitucionalmente, mas é a primeira vez que ele se desenvolve com uma estruturação para ir ao Congresso juntamente com o PPA. Então, é uma visão prospectiva, inclusive com a nova definição do Ministério do Desenvolvimento Regional, que absorveu as áreas do Ministério das Cidades e ficou com uma dimensão, efetivamente, bastante grande.

A área de atuação da Sudene abrange 1990 Municípios, com 1,789 milhão de quilômetros quadrados, uma população de 60 milhões de habitantes, aproximadamente 28% da população brasileira, e um PIB de R$953 bilhões, correspondendo a 14%. Temos uma população de 28% e a metade do PIB nacional. Ao lado está o mapa da área de atuação da Sudene. Nove Estados, mais uma parte norte do Espírito Santo e Minas Gerais. O perfil em vermelho é a área efetivamente do Semiárido, de grande atuação de todos que pretendem melhorar a qualidade de vida dos brasileiros.

A missão fundamental da Sudene é a redução das desigualdades regionais, coordenando a Política Regional de Desenvolvimento do Nordeste. Vou preencher o quadro inteiro, porque fica mais fácil a leitura por parte dos membros aqui presentes. A missão efetiva é a redução das desigualdades regionais, coordenando a Política Regional de Desenvolvimento do Nordeste. Isso faz parte da definição fundamental da Sudene, com articulação da Coordenação de políticas federais nas agendas de desenvolvimento do Governo Federal, dos Estados, dos Municípios, do Legislativo Federal e dos instrumentos orçamentários e de financiamento nas escalas nacional e regional.

É fundamental também para a Sudene atender a elaboração do Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste. Nós estamos desde o início do ano com um grande volume de consultores trabalhando, levantando todos os dados possíveis para atender a elaboração do plano. Como eu disse inicialmente, esse plano é uma obrigação constitucional, e efetivamente foi feito um arremedo de plano em 2011, mas nunca se chegou realmente a um plano de desenvolvimento do Nordeste.

No processo de elaboração do PRDNE, os desdobramentos subsequentes inauguram na Sudene a oportunidade de aprimorar a sua missão e expandir a sua capacidade de resposta à agenda de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desenvolvimento regional. Três eixos estruturantes, que nós vamos visualizar na figura seguinte, têm a meta fundamental da nossa ação: o eixo 1 é a elaboração do PRDNE, identificando os principais desafios e entraves ao desenvolvimento, e estruturando as ações objetivas para superá-las; o segundo eixo é a articulação política entre os entes governamentais, tanto o Executivo como o Legislativo; e o terceiro é a preparação da Sudene com a inteligência para tomada de decisão de base de conhecimento que monitorem e avaliem o PRDNE nas suas ações territoriais.

É uma oportunidade para planejar o conjunto de ações nos três eixos, principalmente agora no ano de 2019. Constituímos o grupo de trabalho da Sudene e esse grupo de trabalho já está em pleno funcionamento, com o objetivo, efetivamente, de fazer com que todas essas avaliações e levantamentos sejam realizados. Mais adiante, vocês vão ver. Eu tive a oportunidade de já ver algumas – e já vou deixar com o senhor, Senador – das primeiras avaliações feitas por um dos nossos consultores, o Dr. Sérgio Buarque, sobre a educação no Nordeste, e sobre a segurança também no Nordeste. Os números são muito ruins.

No final agora do mês de março, nós já devemos estar preparando a minuta do PRDNE. No decorrer do mês de abril, faremos uma visita a todos os governadores do Nordeste, junto aos senhores secretários de planejamento, para definirmos conjuntamente as ações em cada Estado, ações essas que buscarão também acoplar os planos de desenvolvimento estaduais que todos os Estados têm às ações da Sudene, buscando, na realidade, uma mais-valia para todas as aplicações de recursos que teremos que fazer ao longo desse período.

O apoio das articulações, que, na realidade, é o eixo 2, é esse trabalho junto aos Estados. No final de maio, deveremos ter a reunião do Conselho Deliberativo da Sudene, que deverá aprovar o modelo para ser enviado ao Governo Federal, que encaminhará às Casas Legislativas, juntamente com o PPA.

A parte de inteligência, na realidade, inaugura uma nova visão da Sudene para o acompanhamento futuro das suas ações.

O plano tem seis eixos fundamentais: o eixo de ciência, tecnologia e inovação; o eixo do desenvolvimento econômico; o eixo de educação; o eixo de meio ambiente e recursos hídricos; o eixo do desenvolvimento social, acesso aos serviços públicos essenciais; e o eixo da governança institucional e financiamentos possíveis para o Nordeste.

A estruturação do plano terá como uma base fundamental 41 cidades intermediárias com influência regional. Essas cidades foram escolhidas com base nas informações do IBGE e se fundamentam em critérios de centralidade na rede de cidades. Noventa e três por cento dos Municípios do Nordeste têm menos de 50 mil habitantes. As apresentações dos convênios que temos feito com os Municípios denotam uma dificuldade enorme dos Municípios em preparar as informações para que os convênios consigam se realizar. Há uma falta de estrutura muito grande. Então, buscaremos, com essas cidades intermediárias, centralizar as ações de uma forma de distribuição inclusive de tecnologia, de informação e de pessoal para ajudar os Municípios pequenos a se estruturarem.

O PRDNE apresentará uma agenda propositiva de desenvolvimento para o Nordeste explorando os novos modelos que articulem recursos orçamentários e investimentos entre as esferas pública e privada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tenho notado que todos os convênios que chegam à Sudene, à exceção de um convênio, que era uma adução de água de uma barragem para uma pequena cidade, se referem a ações de pavimentação e mercados. Não há dúvida de que politicamente é interessante você ter uma ação de melhoria da qualidade das cidades, mas nós não podemos ficar só centrados nesse tipo de emendas. Aqui eu faço, Senadores e Senadoras presentes, um apelo a que as ações venham conjuntas. O grande problema que nós temos no Nordeste é água. Sem água, nada se consegue para o ser humano. E essa complementaridade das escalas federativas, articulando PPA e os planos nas escalas do Governo Federal – bom dia, Senador, nosso Senador Jaques Wagner, também da Bahia, aqui presente –, é muito importante nessa união de esforços.

Buscaremos otimizar os orçamentos disponíveis nos bancos e agências de fomento nacional – mais adiante, os senhores ouvirão o Presidente do Banco do Nordeste falar sobre o FNE, mas, além do FNE, temos o FDNE, que são instrumentos financeiros –, mas a grande maioria dos Municípios não têm capacidade de acessar esses instrumentos. Eles dependem fundamentalmente de ações orçamentárias.

Na integração da economia regional aos padrões sociotécnicos propostos pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – energia solar, energia eólica, reúso de água, reflorestamento, biodiversidade, etc. –, no segmento de energia solar, o Nordeste hoje já produz uma Itaipu de energia, e temos o Rio Grande do Norte, o Ceará e a Bahia como os três maiores fornecedores de energia eólica. Mas energia solar também é fundamental. Temos o canal do São Francisco e temos a elevação de água no canal do São Francisco, que requer um volume de energia muito grande, e aí está o grande preço da água efetivamente.

Então, há a possibilidade: o BNDES está fazendo estudo no sentido de que haja uma PPP em função da utilização do canal e do seu entorno – então, 500m para cada uma das margens –, para que nós possamos ter painéis de energia solar não só sobre o canal, mas nas suas lateralidades, já literalmente desapropriadas e que poderão efetivamente reduzir e muito o custo da água para as populações que vão receber a transposição do São Francisco. É impressionante, quando se olha no mapa do Nordeste, a irrigação que a transposição do São Francisco trará às regiões do Piauí, da Paraíba, de Pernambuco e do Ceará. Essa transmissão de água utilizando rios não perenes que serão perenizados, complementando os açudes, é uma rede efetiva muito importante para o Nordeste.

Outras ações que deverão ser feitas: o reúso da água, o reflorestamento do São Francisco. O Rio São Francisco tem já um plano diretor definido, um trabalho bastante eficiente realizado, em que todas as opções e as necessidades para o rio estão espelhadas. É uma coisa que precisa ter bastante atenção de todos no sentido de que nós possamos realmente dar uma utilização ao São Francisco que ele merece como um grande fator de desenvolvimento do Nordeste. A área das margens do São Francisco também para energia eólica é bastante importante.

No Brasil, o Rio Grande do Sul também tem uma capacidade grande para energia eólica, mas a grande massa da energia eólica está no Nordeste. E é uma oportunidade ímpar, porque, com a energia, nós poderemos buscar água, poderemos furar poços naqueles lugares inacessíveis.

O Comando do Exército fez uma ação muito grande no atendimento às populações através dos carros-pipa e diagnosticou alguns pontos, como dificuldade de acessibilidade e distâncias bastante grandes entre a água saudável e onde se estava precisando da água. Então, fez um programa,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

perfurou 500 poços. Desses 500, 250 deram água de boa qualidade. São ações como essa que nós temos que encetar e buscar para o Nordeste no sentido de melhorar a qualidade de vida.

Paralelamente a isso, os dados dos sistemas de educação são realmente surpreendentes. O melhor Estado é o Estado do Ceará, mas a qualidade do ensino no Nordeste está muito a desejar, do ensino básico ao ensino médio. Houve uma sensível melhoria na parte dos cursos médios de preparação de mão de obra qualificada, que realmente tiveram uma boa melhoria. Esse relatório preliminar ainda que eu vou deixar com o senhor dá essa visão das dificuldades do Nordeste na área de educação e segurança.

Na matriz de ciência e tecnologia como catalisadora da competitividade das agendas de desenvolvimento dos Estados, no que diz respeito ao seu desempenho, tanto econômico quanto social, como no aproveitamento das potencialidades e uso dos recursos naturais, essas cidades intermediárias certamente coordenarão as ações dos governos nos Estados.

É importante também que se veja a futura manutenção de todas essas ações que serão feitas. O DNPM tem um volume de poços perfurados, muitos dos quais abandonados, porque a operacionalização de um poço tem certas dificuldades: não só a bomba, como a energia, a placa solar para a nova tecnologia também precisarão ter uma dose de manutenção e, por isso, nós temos que usar todos os meios que temos de Sebrae e outros instrumentos de melhoria da qualidade do trabalhador no Norte e no Nordeste.

Senador, eu trouxe aqui realmente uma visão mais prospectiva da Sudene, no sentido de que nós, com o PRDNE, com esse trabalho e com a participação de todos os Estados, do Congresso, possamos dar uma visão às aplicações e aos recursos que serão aplicados no Nordeste, para que efetivamente nos tirem dessa diferença. Apesar dos esforços da Sudene e de todos os organismos nacionais e internacionais que trabalham no Nordeste, nós não conseguimos suplantar essa barreira de melhorar a nossa participação no PIB. Fica aí em torno de 14%, 14,3%. É um crescimento, ao longo dos 60 anos que tem a Sudene, muito pequeno. Eu diria: talvez, se não ocorresse, não existisse a Sudene, com o antigo 3418, com os incentivos fiscais, com o FNE, com o FDNE, a situação seria muito pior efetivamente, mas, daí para frente, eu acho que nós temos que alavancar uma nova visão para as aplicações dos recursos no Nordeste, para que efetivamente deem um foco na melhoria. Precisamos suplantar essa situação que vivemos hoje.

Agradeço a todos.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Agradeço a V. Sa. e já passo imediatamente a palavra à Sra. Maria Clara Netto Oliveira, para fazer a sua exposição. Ela que é a Gerente de Gestão Estratégica da Codevasf.

A SRA. MARIA CLARA NETTO OLIVEIRA – Bom dia novamente, Senador Izalci; bom dia, Sra. Senadora, Srs. demais Senadores presentes aqui, bom dia aos companheiros aqui da Mesa, e bom dia aos demais presentes.

Em nome da direção do Diretor-Presidente da Codevasf, eu agradeço o convite para participar desta audiência pública. Eu quero iniciar a apresentação com um vídeo institucional a respeito da atuação da Codevasf, que fala mais do que qualquer coisa que eu possa dizer aqui.

Em seguida, eu apresento o que a Codevasf está planejando para 2019 e 2020.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

A SRA. MARIA CLARA NETTO OLIVEIRA – Bom, repetindo, a Codevasf tem como missão desenvolver bacias hidrográficas de forma integrada e sustentável, contribuindo para a redução das desigualdades regionais.

As últimas leis que alteraram a lei de criação da Codevasf nos colocaram atuando em 27% do território nacional. São 12 Estados e o Distrito Federal, 17 bacias hidrográficas principais, 1.641 Municípios.

Dentro desse foco – com esse foco de redução das desigualdades e indução de desenvolvimento regional –, a Codevasf refletiu, no seu mapa estratégico, quatro grandes temas: o da agricultura irrigada, o da economia sustentável, o da segurança hídrica e o do planejamento regional e inovação.

Considerando esses temas, o nosso plano anual de negócio de 2019 prevê R$785,6 milhões de orçamento e um financeiro de R$1,34 bilhão. Esse financeiro inclui os restos a pagar inscritos – por isso essa grande discrepância. E, para o exercício de 2020, nós estamos finalizando o nosso plano anual de negócio para encaminhar o Conselho de Administração, pleiteando, propondo R$1,376 bilhão de orçamento e R$1,3 bilhão... Estamos prevendo uma redução nos RAPs em relação ao orçamento.

Observa-se esse aumento, esse incremento de 2019 e 2020 por conta de que a nossa primeira proposta de PAN apresenta um cenário mais ousado de tentar captar recursos que não sejam simplesmente quase que a repetição do orçamento vigente. E observo também ali que o eixo, no tema economia sustentável, existe uma grande discrepância entre o orçamento e o financeiro, inclusive no próprio exercício de 2019, e também em relação a 2020. Por quê? Este PAN de 2019 ainda não reflete as emendas parlamentares, porque as indicações só chegam mais à frente. Então, nós não temos como antecipar e já incluir no PAN. Já no RAP constam aí as emendas parlamentares aprovadas e empenhadas até o exercício de 2018. E, da mesma forma, para 2020 já apresenta aí o que a empresa espera que seja aportado de recurso nesse eixo.

No tema agricultura irrigada, nós temos o objetivo estratégico de expandir a agricultura irrigada. Aí, V. Exas. poderão notar que temos orçamento somente para o Pontal e para a realização de estudos. Isso em decorrência da exclusão dos demais projetos que aí estão, o Baixio de Irecê, o Salitre. Esses outros aqui ainda não foram iniciados. Mas principalmente esses dois e o Marrecas, lá no Piauí, foram excluídos da carteira do PAC. O único que ficou, que permaneceu foi o Pontal, em Pernambuco. Mas esperamos que essa situação se reverta no próximo plano plurianual e que voltem a ser prioridade de Governo a continuidade e conclusão dos demais projetos de irrigação da Codevasf.

Em termos de estudo...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. MARIA CLARA NETTO OLIVEIRA – Em termos de estudo, estão em andamento o projeto básico do Iuiú, que este ano, infelizmente, nós só vamos ter que pagar uma dívida aí, que foi excluído da carteira do PAC também. O estudo de viabilidade técnico-econômica de perímetro de Chapada de Arapuá, Parnamirim, Urimamã, em Pernambuco, o do – deixe-me olhar aqui, que aí não está, acho que os óculos estão atrasados – Mocambo-Cuscuzeiro, na Bahia, tanto o estudo quanto já

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

se pretende para o ano que vem a elaboração do EIA/RIMA e do projeto básico e pré-viabilidade na região de Balsas, no Maranhão, fazer um estudo de pré-viabilidade para identificar áreas potenciais para implantação de projeto de irrigação. Esse nós pretendemos iniciar este ano e já temos orçamento.

No tema aprimorar a eficiência da irrigação e implementar a gestão autossustentável nos projetos públicos de irrigação, nós temos, aparentemente, um grande vulto de dinheiro na gestão, administração e operação dos Projetos Públicos de Irrigação (PPI), R$91 milhões. Acontece que, desses 91 milhões, 81 milhões são basicamente quase que só para a energia elétrica dos 11 projetos de irrigação do Complexo Itaparica. Tem operação e manutenção, mais de 81 milhões; o custo estimado para energia este ano está em torno de R$60 milhões. E o objetivo de aprimorar mesmo a eficiência da irrigação praticamente não está sendo contemplado.

Outra coisa que foi excluída da carteira do PAC é a reabilitação e modernização da infraestrutura de uso comum dos Projetos Públicos de Irrigação. Então, não temos dotação para este ano. Esperamos que retorne para o ano que vem. Daí há uma demanda de 32 milhões para o próximo exercício.

O tema economia sustentável contempla três objetivos estratégicos: apoiar projetos de desenvolvimento local integrado e sustentável; estruturar e dinamizar atividades produtivas; contribuir para a formação e atualização do capital humano. Conforme eu já falei naquela planilha que sintetiza as nossas ações, existe pouca coisa em relação ao orçamento de 2019, que é o da LOA, que realmente é quase que insignificante. Já no financeiro, o valor grande decorre das emendas parlamentares.

Para o ano que vem também, nós pretendemos, almejamos que haja um incremento dessas dotações mesmo no PLOA ou por emenda parlamentar, quem sabe agora com o apoio da Comissão de Desenvolvimento Regional. São ações de grande alcance essas daí.

Na questão do planejamento regional, nós estamos para elaborar o Plano Diretor da Codevasf este ano, isso porque a nossa área de atuação foi muito ampliada ano passado com inclusão de várias bacias, todas essas que estão em negrito: 13 bacias hidrográficas foram incluídas ano passado na área de atuação da Codevasf. Essas são as principais. Além dessa 13, há mais 11 pequenas bacias no Estado de Alagoas, mais nove no Estado do Maranhão e três no Estado de Sergipe, além de outras menores que sequer relacionamos aí.

Como o elenco de nova área de atuação é muito grande, estamos priorizando, para iniciar o diagnóstico, primeira ação para o plano de desenvolvimento regional, as Bacias de Tocantins e Gurupi, porque são biomas, até então, praticamente desconhecidos da Codevasf. Apesar de já atuarmos no Maranhão, mesmo assim, estamos avançando muito para a Região Amazônica, com um novo bioma lá, e precisamos conhecer essa bacia nova.

E, no objetivo de promover a inovação nas ações de desenvolvimento regional, nós estamos pleiteando junto ao Ministério de Desenvolvimento Regional R$2 milhões neste ano e mais R$2 milhões no próximo ano, para elaborar os estudos para implantação do parque de geração de energia alternativa para o Pisf. O próprio Superintendente da Sudene já citou que há um potencial muito grande de geração de energia lá. Com isso, pode-se alcançar a independência financeira do Pisf. Provavelmente, vai ser necessária a criação de uma empresa de propósito específico para poder

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

implantar isso daí, para desvincular das amarras do Orçamento do Governo Federal, que fica sujeito a contingenciamento, com todas as dificuldades que há.

No tema segurança hídrica, no objetivo estratégico de promover a gestão e a recuperação de infraestrutura hídrica, nós temos estudos ambientais e fundiários para licenciamento das barragens. O problema fundiário é uma questão muito grande não só na Codevasf, mas em todo o Governo. A gente se depara com um debate muito grande de quem é o proprietário da barragem, se é a Codevasf, se não é. Temos também que elaborar o plano de revisão periódica de segurança das barragens e recuperar e modernizar barragens. Em termos de recuperação de barragens, a dotação está bem baixa, considerando que está na crista da onda agora o tema da questão da segurança das barragens, mas esse daí está refletindo o que nós temos na carteira do PAC, principalmente. Realmente, é pouca coisa o que está na carteira. Estamos tentando ver se conseguimos incluir outras barragens na carteira para poder elaborar o plano de recuperação delas.

No tema de contribuir para revitalização das bacias hidrográficas, isso daí também é tudo que já vem da carteira do PAC. Estão em execução, em 52 localidades, obras de esgotamento sanitário; seis ligações intradomiciliares; construção de sistema de abastecimento de água em 12 Municípios; e 41 ações de recuperação hidroambiental das bacias hidrográficas. Também o Superintendente da Sudene falou da importância da revitalização. Para se ter ideia do que são essas 41 ações, são proteção de nascentes, plantio de revegetação, implantação de bacias de captação de água de chuva em enxurrada, readequação de estradas. Até mesmo com educação ambiental a gente se preocupa muito, porque não adianta só nós irmos lá...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARIA CLARA NETTO OLIVEIRA – ... e recuperarmos alguma nascente para depois nos depararmos com a população que não mantém. Os terraços, as voçorocas, contenção e estabilização de margens.

Pode voltar, por favor? Está quase acabando.

Aí está: segurança hídrica, ampliar a oferta de água para usos múltiplos. O Canal de Xingó, na Bahia e em Sergipe. Estamos para concluir este ano, no Piauí, Queimada Nova, Vila Nova, Dirceu Arco Verde, Massapê, Lagoa do Barro. Essas são adutoras. Para o ano que vem, há mais duas adutoras para concluir no Piauí. Tem aí, na Bahia, para a construção da adutora do Rio São Francisco em Bom Jesus da Lapa a Riacho de Santana e Igaporã.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARIA CLARA NETTO OLIVEIRA – Barragens de Atalaia, também do Piauí, a Jequitaí, em Minas Gerais. Este ano temos até uma emenda de bancada.

Peço só uma paciência, que eu estou terminando.

O Canal do Sertão Alagoano, Campo Alegre de Lourdes, na Bahia, que está bem adiantado; Balsas, no Maranhão; Riacho... Essa já está até repetida ali, parece.

E o suprimento de água, fornecimento e instalação de reservatórios de água. Isso aí nós não temos no orçamento, esses R$153 milhões. Nós estamos tentando ver se o Ministério do Desenvolvimento Regional nos concede essa dotação por destaque.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por último, o Pisf. Ainda falta garantir esses R$191 milhões da última linha. Isso é destaque do MI para a Codevasf. Agora, as primeiras ações nós já temos no nosso orçamento. São R$96 milhões, R$95 milhões, com mais R$191 milhões, sendo que a maior despesa do Pisf é com energia elétrica. Outra coisa também que nós temos... Existe, na Secretaria de Desenvolvimento Regional lá do ministério, um plano de desenvolvimento regional para a área do Pisf, e o nosso desafio, pelo qual estamos lutando, é que nós sejamos o protagonista desse plano, da implantação do plano de desenvolvimento regional, principalmente porque nós temos a autorização legal para atuarmos no Vale do São Francisco, e atuamos lá desde o início dos anos de 1900, por uma das antecessoras da empresa.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Agradeço e já passo imediatamente a palavra ao Romildo Carneiro Rolim, que é o representante do Banco do Nordeste do Brasil, para fazer a sua apresentação.

O SR. ROMILDO CARNEIRO ROLIM – Bom dia a todos!

Gostaria de cumprimentar o Senador Izalci Lucas, a quem eu agradeço pelo convite encaminhado ao Banco do Nordeste para participar desta audiência.

Eu gostaria também de cumprimentar a Mesa: Dr. Mário Gordilho, Superintendente da Sudene; Dra. Maria Clara, Gerente de Gestão Estratégica da Codevasf; Dr. Angelo Guerra, Diretor-Geral do Dnocs.

Gostaria de cumprimentar e dar bom dia aos Senadores e Deputados aqui presentes, aos senhores assessores, aos demais senhores aqui presentes, também à imprensa. Quero dizer que temos colegas aqui presentes, diretores, assessores, superintendentes do Banco do Nordeste.

Nós dividimos aqui a nossa apresentação em informações sobre o Banco do Nordeste, informações sobre o que já fizemos até 2018 e planos para 2019 e 2020.

Algumas informações aqui sobre o Banco do Nordeste.

É instituição financeira múltipla, já vamos fazer 67 anos neste ano de 2019. É o maior banco de desenvolvimento regional da América Latina. Nós fazemos desenvolvimento da Região Nordeste através de dois grandes pilares, que é o crédito produtivo de longo prazo, em que nós financiamos o agronegócio, indústria, comércio, serviços, infraestrutura e o estudante, utilizando recurso do FNE.

Financiamos todos os portes – desde o pequeno produtor rural até a grande empresa –, mas também temos outro pilar de fazer desenvolvimento, através do nosso programa de Microfinanças, que é o CrediAmigo, por meio do qual financiamos o pequeno empreendedor urbano, através do microcrédito, que nós chamamos lá de CrediAmigo, e também fazemos, através do microcrédito rural, o AgroAmigo, no qual nós utilizamos a mesma metodologia que fazemos com o microcrédito urbano – operacionalizamos o nosso programa de agricultura familiar através do AgroAmigo. Então, fazemos o crédito produtivo de longo prazo e o nosso programa de microcrédito.

Somos o primeiro banco público a criar o Hub de Inovação e também contamos com o Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste, onde nós produzimos conhecimento, fazemos pesquisas tanto para contribuir, dar suporte técnico aos nossos estudos, às nossas funções, à nossa missão dentro banco, como para a produção e exportação de conhecimento, dentro da região e fora da região. Vamos falar sobre tudo isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A nossa área de atuação é a mesma da Sudene, que engloba 1.990 Municípios, 9 Estados do Nordeste e os Municípios no norte do Estado de Minas Gerais e do norte do Estado do Espírito Santo, quase 1,8 milhão de quilômetros quadrados e são quase 57 milhões de habitantes, num destaque aí para os Municípios do Semiárido, que são 1.262 Municípios. Temos atualmente uma carteira de quatro milhões de clientes ativos e contamos com 292 agências.

Com essas 292 agências, que são 8% das agências de nossa área de atuação, o Banco do Nordeste é importante, é líder em financiamentos em sua área. Então, nos financiamentos totais, nos de curto e longo prazos, ele é responsável por quase 69% dos financiamentos totais que são originados no Banco do Nordeste; dos financiamento de longo prazo, quase 62%; e, de toda a carteira de financiamento rural, atualmente está com 54%, que, então, são originados no Banco do Nordeste. São dados do Banco Central.

Então, está presente nas grandes transformações da região.

Através dos nossos programas de microcrédito – o AgroAmigo e o CrediAmigo –, também somos líderes na questão da aplicação da agricultura familiar. Um dos nossos pontos fortes também é trabalhar com o empreendedor informal, da micro e pequena empresa, do agronegócio. Temos produtos para inovação, trabalhamos com turismo, indústria e infraestrutura. Então, a gente trabalha em todos os setores, em todos os segmentos.

Temos aí umas áreas dinâmicas. No Nordeste, estamos sempre presentes, na fruticultura dos polos dinâmicos de Juazeiro e Petrolina, e também nas fronteiras agrícolas dos Estados do Piauí, do Maranhão e da Bahia. E ultimamente temos sido bastantes fortes, desde 2017, iniciamos em 2018, fomos fortes e vamos mostrar aí os volumes aplicados na questão financiando projetos de infraestrutura, sobretudo projetos de geração de matriz energética, sobretudo energia eólica e solar, como também trabalhando na expansão dos aeroportos. No ano passado, fizemos expansão e modernização de dois aeroportos, em Fortaleza e em Salvador, e atualmente estamos olhando já para os leilões que já aconteceram de mais aeroportos na nossa área de atuação, e também projetos de ampliação e modernização dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, que já fizemos num volume bastante expressivo no ano de 2018 com recursos do FNE.

Portanto, trabalhamos com crédito diferenciado e orientado. Utilizamos nossa principal fonte, que é o FNE. Fazemos microcrédito. E microcrédito não fazemos com recursos do FNE, o microcrédito urbano é com recursos de mercado. Um dos nossos focos principais é a micro, pequeno e média empresa. Os nossos três focos principais, que estão no nosso direcionamento estratégico, é fazer o FNE cada vez melhor, avançar na liderança do microcrédito...

Nós temos 63% da carteira de microcrédito do País, então nós somos líderes no País. Nós temos a maior carteira de microcrédito da América do Sul, do microcrédito produtivo e orientado, que é originado no Banco Nordeste. Somos líderes também em agricultura, em aplicação de agricultura familiar e Pronaf. Somos fortes no agronegócio. De toda a aplicação que fazemos do FNE, 42% é feito no agronegócio. E em todos os demais setores de atividades a gente faz aplicação.

Fazemos também gestão e produção de conhecimento através do nosso escritório, que é o Etene. Também temos os fundos de pesquisa e desenvolvimento, separamos uma pequena parte dos lucros anuais para esses dois fundos, que é Fundesf, Fundo científico e tecnológico e Fundo de Desenvolvimento Regional para apoiar projetos de pesquisa. E também temos o *hub* de inovação, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

é um espaço que temos dentro do banco para produzir conhecimento e fazer um espaço de pensamento para poder elaborar projetos. E também temos lá oito *startups* que pensam nos projetos para aperfeiçoar os nossos produtos e gerar conhecimento também para empresas do nosso entorno e para os nossos clientes. Então, melhorar o processo de atendimento tanto dos nossos produtos como dos produtos de nossos clientes.

E temos ações de fortalecimento das vocações locais. Contamos, dentro do banco, com um programa de desenvolvimento territorial. Então, onde o mercado, digamos assim, o mercado financeiro não vai, a gente vai, só que a gente prepara primeiro o mercado, prepara as cadeias produtivas, prepara o comércio. Os apicultores por exemplo: a gente prepara toda aquela cadeia produtiva, prepara a questão da comercialização, a questão da rotulação e da embalagem dos produtos. Então se faz toda aquela preparação daquele produto, daquelas pessoas, das cooperativas, dos produtores, que estão organizados, estão preparados a produzir, mas de forma individual. Então, a gente faz toda uma preparação daquela cadeia produtiva para poder preparar; faz todas as ações antecedentes ao crédito para poder dar o crédito, e, assim, ter o sucesso na questão do financiamento.

E trabalha sempre em articulação com a política de desenvolvimento regional e dos programas governamentais. E também trabalhamos com parcerias; as parcerias com o Dnocs e com a Codevasf. Então, sozinhos nós não fazemos nossa ação. Sempre estamos com as parcerias com as federações de indústrias estaduais, as federações de agricultura, e estamos trabalhando sempre com as parcerias dentro da nossa área de atuação.

Então, partindo aqui para o nosso histórico de volumes totais contratados, trouxemos aí um histórico. No ano passado, a gente fez um histórico... Uma contratação bastante volumosa. Foram 43 bilhões. Desses 43 bilhões, a gente verá que foram 32,6 bilhões de FNE e a gente financiou aí todos os setores. A gente vai mostrar. E pouco mais de 11 bilhões foram de projetos de microcrédito.

A gente tinha aí um pedaço do ano de 2017 e 2016, que eram recursos em titularia de FNE, que a gente não tinha aplicado, mas em 2018 a gente se desafiou. Tinha demanda dentro de casa e também houve a questão da redução das taxas de juros e do FNE. Então, a gente foi se organizar. E também criamos um robusto sistema de controles e riscos, que faz a avaliação e o acompanhamento de todas as agências e centrais de análise técnica dos projetos, se eles estão fazendo corretamente. Então, o índice mede conformidade e *compliance*. E a gente fez.

Vamos nos desafiar a prospectar os projetos e olhar se estamos fazendo de forma correta. Então, fizemos toda aplicação e fizemos aplicação dos recursos, com todo *compliance* que a gente quer fazer. Então, isso aí foi bastante animador, porque fizemos com todo *compliance* que deveria ser feito.

Então, agora vamos entrar aqui no FNE. O FNE, no ano passado, fez 30 anos. É da Constituição. Fizemos aí uma correção desses valores aplicados, pelo IGP, pelo IGP-DI. Então, desses 30 anos aplicaram-se 271 bilhões, foram mais de seis milhões de operações, e como eu disse, 42% desses recursos foram aplicados no agronegócio, no setor de agricultura e pecuária, e um pouco mais de 15% disso foram aplicados na agricultura familiar. Nesses 30 anos.

Por setor, a gente está vendo 42% no agronegócio e a distribuição em todos os demais setores. E por porte, a gente está vendo aí 45% pelo porte do FNE, porque no FNE, até 90 milhões de faturamento/ano ele é médio e acima de 90 milhões ele é grande. Então, 45% é grande e a gente vê que o restante, em 55% ele é mini, micro e pequeno-médio e médio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente trouxe até uma comparação. Se formos fazer uma comparação pelos portes que o BNDES usa, a gente verá que o BNDES, até 300 milhões/ano, classifica todas elas como empreendimento médio, e para a gente, acima de 90 já é grande. Então, se formos fazer uma comparação, sabemos que se fizeram aplicações realmente só até médio. Então, a gente pode dizer que dentro de uma aplicação do BNDES está... E a gente estando dentro do mesmo País, a gente pode dizer que nós aplicamos dentro do Nordeste para empresas de porte médio.

Aí são os volumes aplicados de FNE. Já é um subconjunto dos 43 que a gente aplicou, do histórico que a gente já trouxe e mostrou. No ano passado, nós aplicamos os 32,6 bilhões e a meta seria 30; e foi uma evolução expressiva. Nós separamos aí... No ano passado, fizemos 16 bilhões de infraestrutura e o restante nos setores tradicionais: agronegócio, indústria, comércio e serviços.

A gente separa aí, nesse gráfico, os setores: agropecuária, turismo, agricultura, comércio e serviços, e indústria. Houve aí as metas e ultrapassamos as metas, porque tivemos mais recursos no final do ano, tendo em vista a eficiência tem termos da gestão da adimplência e a questão da pontualidade nos pagamentos, nos reembolsos dos clientes, porque nós implementamos essa questão de um projeto de gestão da adimplência em cada carteira e em toda a rede de agências do banco. Então, tivemos mais recursos para aplicar, no ano passado, do FNE, em função não do ingresso do Tesouro, mas sim do reembolso dos clientes.

Essas aplicações... Nós temos aí uma política de aplicação em torno da política regional de desenvolvimento e da questão das aplicações prioritárias. Então, tivemos aí... A gente viu que 74% a 75% foram aplicados em baixa renda, dinâmica ou estagnada, que são tipologias prioritárias, à luz da programação orçamentária do FNE, que é construída em cada ano para o ano seguinte, pela Sudene, Ministério da Integração Regional, a que foi construída no momento de 2017 para 2018, hoje Ministério do Desenvolvimento Regional... Integração Nacional, hoje Ministério do Desenvolvimento Regional, que é Sudene, Banco do Nordeste e o Ministério.

Nós fizemos toda aplicação dentro dos critérios, inclusive ultrapassamos.

É o monitoramento também do FNE e infraestrutura. No ano passado, fizemos bastantes aplicações. Tivemos essa permissão pela programação orçamentária. E como eu disse, fizemos aplicações em aeroportos, energia eólica, energia solar, projetos de petróleo e gás, saneamento e também transmissão e distribuição de energia.

Na carteira do FNE, saldo devedor, mais a desembolsar, a gente está trazendo aí por Estado e por setor. Essa é a carteira hoje, em torno de 76 bilhões, que é a carteira no final do ano, em dezembro.

O Banco do Nordeste administra a carteira do FNE, mas também tem mais uma carteira de quase 60 bilhões, que é a carteira própria do FNE, que também tem sua carteira própria, porque faz financiamentos com recursos próprios, faz complementações de recursos para acréscimo e funcionamento, para o capital de giro. Então, ele administra na verdade 76 mais 58.

As contratações do FNE trazem uma comparação, comparando com os PIBs dos Estados, a gente vê que tem uma semelhança em termos de montantes e quantitativos, com relação ao PIB dos Estados, e os Estados que demandam mais são Bahia, Pernambuco, Ceará e Maranhão, à luz das próprias demandas nesses Estados. E a gente vem inaugurando também uma medição de impacto. Em toda política pública a gente precisa fazer o impacto para prestar contas. E a gente utiliza essa questão da matriz, insumo ou produto. Porque todo financiamento que a gente faz. Todo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

empreendimento, a gente percebe que para ele produzir, ele precisa de insumo; precisa de insumos, precisa de salários. Então, ele gera também tributos. E a gente faz com que se a gente vai gerar empreendimento, ele vai utilizar insumos, utilizar salário, gerar tributos. Então, a gente faz com que todos esses financiamentos... Que desses 32 bilhões que foram investidos no ano passado, o que vão gerar em termos de salários, de massa salarial, de empregos gerados, tributos, tanto para dentro da área de atuação do Banco do Nordeste como fora também, porque insumos são importados para a área de atuação do banco e a gente já traz também alguns impactos, para mostramos que essa aplicação traz impactos, traz retornos para a sociedade. E aqui o anterior foi dentro da área de atuação do banco e para a área de atuação do banco para o País.

Alguns impactos que a gente já vem medindo: a geração de emprego e renda. A gente vê o impacto do FNE no crescimento da massa salarial, nos empreendimentos financiados; a gente vê nos últimos cinco anos. Às vezes o empreendimento tem cinco anos para maturar, ou então estabilizar o seu programa de produção e receitas. E comparando com um empreendimento que não teve o apoio do FNE, a gente vê que o aumento de massa salarial, por exemplo, foi 45 pontos percentuais maior do que um empreendimento que não teve o apoio do FNE. E o aumento do emprego de um empreendimento que teve o apoio da FNE, com 37,57 pontos percentuais maior do que de um empreendimento que não teve um apoio do FNE. Esses impactos são produzidos pelo Etene.

E também aqui a gente traz que entre os setores indústria, comércio e serviços, o maior impacto do FNE no crescimento da massa salarial, a gente vê que foi a indústria, com 66,76 pontos percentuais, no caso do emprego, para a indústria também. Então, a gente traz aí, no caso, indústria, comércio e serviços, os impactos que a gente mede.

E também a gente é muito forte na questão da micro e pequena empresa e se posiciona estrategicamente para ser o banco da micro e pequena empresa na região, na nossa área de atuação, com quase três bilhões aplicados no ano passado. A gente vem sempre crescendo.

O Programa de Desenvolvimento Territorial, como eu disse, é uma das nossas ações para fazer ações antecedentes ao crédito e preparar algumas cadeias produtivas, para a gente poder fazer o crédito de forma sustentável. E a gente também tem aqui... A gente sai um pouco do FNE e tem o microcrédito como estratégia de combate à pobreza. O CrediAmigo, que é o nosso microcrédito urbano e o AgroAmigo, que é o microcrédito rural, onde se operacionaliza o nosso Pronaf B.

E aí algumas informações. Nós somos o terceiro maior banco de microfinanças do mundo, o quinto maior operador de microsseguros do mundo e temos 63% do microcrédito do País operado pelo Banco do Nordeste. E no ano passado, nós aplicamos 11,5 bilhões, fizemos 4,8 milhões de operações – no ano passado – e atendemos 5,7 milhões de operações nos últimos 20 anos.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROMILDO CARNEIRO ROLIM – Aqui algumas informações sobre a carteira dos dois programas.

Aqui um perfil do CrediAmigo e o que aplicamos no ano passado, que foram 8,9 bilhões, quase nove. Um perfil do AgroAmigo, que é onde a gente operacionaliza o Pronaf B, e aplicamos também 2,5 bilhões. Somando os dois, foram 11,5. O restante dos demais grupos de Pronaf foram 3,4... Um pouco mais de três bilhões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As estratégias para 2019 são fazer 100% de FNE; continuar fazendo, em articulação com as políticas de desenvolvimento do Governo Federal, e de acordo com o que é aprovado pela programação orçamentária do FNE. Iniciamos com 23,7 bilhões, mas já temos aí uma visão de que teremos 30 bilhões pelas ações de reembolso que estão sendo bem efetivas pelas nossas cobranças e acompanhamento e monitoramento em cada carteira.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROMILDO CARNEIRO ROLIM – E avançar na liderança do microcrédito, com nosso orçamento para 2019 e 2020, em cada programa do microcrédito.

Ser o banco da micro, pequena e média empresa é um dos nossos posicionamentos estratégicos. Há também essa questão de interação e desenvolvimento regional, sempre trabalhando, principalmente com o Ministério do Desenvolvimento Regional, o Ministério da Agricultura e a Sudene, trabalhando conjuntamente para a gente fazer um bom trabalho, um trabalho integrado com o Governo Federal.

Obrigado, pessoal!

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Antes de passar a palavra já para o Sr. Angelo José de Negreiros Guerra, Diretor-Geral do Dnocs, eu quero aqui fazer alguns registros.

Primeiro, anunciar a presença dos nossos Senadores: Angelo Coronel, Jaques Wagner, Veneziano, Zenaide Maia, Eduardo Gomes. Também aqui a presença dos nossos Deputados: Silvio Costa Filho, Júlio Cesar, Robério Monteiro, nosso Pastor Gildenemyr e o Deputado Bosco Costa, além do nosso Presidente do CGEE, o Marcio, também do CGEE, a Regina. Estão presentes vários: o Diretor de Infraestrutura Hídrica, Roberto Otto Penna; o Diretor de Desenvolvimento e Produção, Felipe Holanda Belchior; Gustavo Henrique de Medeiros Paiva, Diretor Administrativo; Nilo Alberto, Coordenador de Planejamento e Gestão Estratégica, todos eles do Dnocs, Procurador-Geral Francisco Arlem de Queiroz Souza; Nádia Maria, assessora da Diretoria-Geral; Robeísia Herbênia de Holanda, também assessora da Direção-Geral; Marley Cisne, Divisão de Gestão de Pessoas, todos os coordenadores de Alagoas, Bahia, Ceará, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí e Rio Grande do Norte; coordenador do Dnocs, de Sergipe; Presidente da Asdec, Adécio Rodrigues, Associação dos Servidores; Aluisio Bastos Pereira; Geraldo Pereira da Costa... Bem, o Dnocs está em peso aqui, acredito que haja reunião no Distrito Federal.

Passo imediatamente a palavra, então, ao Sr. Angelo José de Negreiros Guerra, Diretor-Geral do Dnocs.

O SR. ANGELO JOSÉ DE NEGREIROS GUERRA – Sr. Senador, em primeiro lugar, agradecer pelo convite e estender à pessoa do senhor, cumprimentar todos os componentes da Mesa e os Parlamentares aqui presentes.

O senhor me poupou, eu ia citar por nome os colegas do Dnocs. Quero dizer o seguinte: não há reunião nenhuma extra além desta que está ocorrendo aqui, pela importância dada pela instituição a uma reunião como esta e a uma audiência como esta.

Eu queria registrar também aqui a Asdec, representada pelo Adécio, a Georgina e Assecas, Aluisio e Geraldo. Esses colegas simplesmente, quando informados da audiência, todos eles se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

prontificaram e estamos aqui presentes. Eu peço para o senhor liberar os outros coordenadores, só há um aqui de Minas Gerais, o Alexander; os demais – oito – coordenadores estão barrados lá na entrada porque disseram que o Plenário estava cheio. Eu não sei se é possível que eles venham para o final da audiência.

O Dnocs...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Só esclarecendo, existe uma resolução da gestão anterior proibindo que as pessoas ficassem em pé. Mas já liberei para que as pessoas pudessem ter acesso ao Plenário.

O SR. ANGELO JOSÉ DE NEGREIROS GUERRA – Muito obrigado, Sr. Senador.

O Dnocs é vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Regional e atua também na região do Semiárido.

Histórico de secas. Observa-se, desde o século XV, o problema da seca no Semiárido. As secas começaram a ser estudadas no Governo Imperial e esse estudo se desenvolveu até os anos atuais. Eu queria frisar aqui...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ANGELO JOSÉ DE NEGREIROS GUERRA – ... que, com 42 secas, veio a se tornar, no caso, o pior século em termo de registro de secas esse século XX, aí deixamos bem evidenciado; e esse século XXI, dependendo da extensão dessa seca, seria talvez o século mais seco da história.

O Dnocs foi criado exatamente no século XX e foi possível, através das ações implementadas de convivência com as secas, enfrentar a mais extensa seca já registrada, que são sete anos de estiagem. E a gente tem uma previsão aí, de 2019, não muito boa em relação à quadra invernosa.

Então, com a implantação do Dnocs, foi possível: ausência de registro de perda de vidas humanas, reduzida ocorrência de êxodo rural, continuidade do desenvolvimento econômico da região e presença de atividades industriais na área rural. Isso com a criação do Dnocs. Ainda hoje, ele atua basicamente nessa área para propiciar exatamente o desenvolvimento de uma região que é a região mais povoada semiárida, mais povoada em desenvolvimento do mundo.

O Dnocs foi criado em 1909. Ele hoje tem 109 anos, completará neste ano 110 anos de existência, e atua na região do Semiárido brasileiro. O Dnocs, através de estudo de área de desertificação, observa que essa área é maior do que a área política do Semiárido brasileiro. Hoje a gente tem já parte do norte do Espírito Santo e tem também já uma área desertificando ali, no Maranhão, onde não se ouvia falar de secas.

O Dnocs atua de forma capilar em nove regiões, são nove coordenadorias. E em cada coordenadoria há a unidade de campo. Das principais ações do Dnocs, a reservação é a principal delas, a açudagem... A gente sempre diz, onde a gente tem oportunidade de expor as ações do Dnocs, que a reservação é uma das maiores ações do Dnocs. O que seria do Semiárido brasileiro se não existissem as barragens do Dnocs?

A gente tem a agricultura irrigada também como outra ação também muito importante. Ela gera desenvolvimento, não só no Município onde ela é implantada, como também em todo o entorno. Nós temos a distribuição de água através da adutora, perfuração de poços, pequenos sistemas e cisternas, a piscicultura é outra ação do Dnocs também muito importante, pelo peixamento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dos reservatórios, ela gera tanto alimento para a população do entorno como renda. Ela tem também outra importância, a preservação das espécies nativas. O zoneamento, como eu falei, as áreas de desertificação que o Dnocs também estuda.

O acervo patrimonial de Dnocs. A gente inicia pelas barragens. Como, eu citei, o que seria do Semiárido se não fossem as barragens do Dnocs? De sua propriedade, são 327 e a gente acumula nesses reservatórios 27,2 bilhões. Só para a gente ter uma ideia dessa seca, a gente hoje está em torno de 4 bilhões reservados, com a perspectiva de que o aporte não será muito considerável neste inverno de 2019.

Eu queria dizer também que o Dnocs tem recursos hoje assegurados de 23 barragens inseridas no Pisf para fazer recuperação e modernização, 267 milhões nas prioridades 1 e 2 e tem na prioridade 3, recém-autorizada, agora, no final do ano passado, 189 milhões. E através de dois programas – Planerb e Prosb – nós temos em torno de R$100 milhões disponíveis para recuperar as barragens.

As barragens do Dnocs – eu tenho dito – são barragens seguras. Mesmo assim, a gente não pode prescindir de fazer sua recuperação para voltar ao se que tinha antes. O Dnocs tinha administrador nas suas barragens e tinha zeladores, dependendo do tamanho. E hoje o Dnocs não os tem mais. Mesmo assim, em relação à Política Nacional de Segurança de Barragens, a gente não tem os recursos ainda suficientes para fazer aquilo que é necessário, Sr. Senador. Nós precisamos que isso seja liberado o mais urgente possível, apesar de já haver muita coisa assegurada dentro do Ministério do Desenvolvimento Regional.

Perímetros irrigados. Nós somos temos o número de 37 perímetros, uma área irrigada total de 124.167ha. Eu queria dizer para vocês que, no momento, nós temos em desenvolvimento somente o perímetro irrigado Tabuleiros Litorâneos, de Parnaíba. Esse perímetro foi o único que ficou com recurso assegurado, não em sua totalidade. E a gente tem uma perspectiva de que os 9.540ha fiquem concluídos até o final de 2020. Já existe uma sinalização do Ministério do Desenvolvimento Regional de priorizar a conclusão desse perímetro. Desse perímetro eu posso até citar para vocês uma particularidade: a maior área irrigada implantada de acerola orgânica é lá no perímetro e toda exportada para os Governos americano, europeu e chinês. E há uma particularidade aqui que é bom a gente frisar: essa acerola, devido ao clima, devido à quantidade de insolação anual, ela tem uma quantidade significativa de vitamina C. Portanto, essa atratividade com os governos exteriores.

A piscicultura. Como eu já falei para vocês o Dnocs tem três estações de piscicultura e um centro de pesquisa que é referência internacional. Ele não só serve para desenvolver pesquisa, como também a área acadêmica se utiliza desse centro de pesquisa. Isso é lá em Pentecoste, no Ceará.

Quando a gente fala em distribuição, o Dnocs tem hoje talvez a maior adutora em operação, a Adutora do Pajeú, em Pernambuco. Os recursos estão assegurados para conclusão da primeira fase da segunda etapa. Da segunda fase da segunda etapa são R$190 milhões. Está sendo procurado dentro do Ministério do Desenvolvimento Regional o aporte desses R$190 milhões para a conclusão da adutora. E ela não só beneficia o Estado de Pernambuco, como também parte do Estado da Paraíba.

Perfuração de poços. A gente tem uma quantidade que eu queria aqui acentuar. De poço perfurado, nós temos um exemplo de um poço em Jandaíra, se eu não me engano, em Mossoró, que há 87 anos atende a população, desde a época em que ele foi perfurado. Se um poço for operado de forma devida... Olhem, nós temos um exemplo no Dnocs em que um poço está há 87 anos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

abastecendo. Em contraponto ao carro-pipa – não estou querendo dizer que a gente vai extinguir o carro-pipa com isso –, o recurso aplicado em carro-pipa é um recurso que não tem o retorno que um poço tem. O Dnocs tem essa ação e ele continuará desenvolvendo. Quanto à cisterna, nós temos um problema com a cisterna, que seria a potabilidade dessa água. Mas é outra ação também que é de grande importância para essa população difusa como a perfuração do poço. O que hoje a gente tem – houve até uma reunião lá, no Ministério do Desenvolvimento Regional –, já existe uma tecnologia, uma empresa, nós fomos já participados disso, a gente quer exatamente saber como é que a gente pode fazer aquisição dessa cisterna na qual esse problema da potabilidade essa empresa resolveu.

A gente tem aí como ações 2019 e 2020 implantação de barragens. Nós temos barragens que, no caso, estão em andamento e a gente precisa da conclusão. Eu quero evidenciar Barragem de Oiticica. Essa é uma barragem estratégica para o Estado do Rio Grande do Norte, ela está em andamento, já tem 67% concluídos e dos recursos necessários a gente tem da ordem de pouco mais de R$200 milhões, com uma meta de conclusão em 2019. Nós temos a Barragem de Fronteiras iniciada, mas essa vai demandar três anos de construção, é no Estado do Ceará. Ingazeira está praticamente concluída; a Barragem Barbosa iniciada; e a gente queria retomar isso. Lá em Minas Gerais, Barragem de Congonhas, muito importante abastecer... Montes Claros e também Berizal e Vacarias, que não foi colocada aí, e Poço de Varas, no Rio Grande do Norte, que também é estratégica não só para o Rio Grande do Norte como também para o Ceará.

A gente tem também em barragens as inspeções. A gente precisa para atender à lei de segurança de barragens de recursos para depois da recuperação fazer a colocação dos zeladores que a gente perdeu durante esse período de esvaziamento do órgão, a gente quer exatamente fazer a retomada desses trabalhos e deixar essas barragens seguras.

Eu não vou citar todas as barragens, mas, além das que estão colocadas aí, existem várias barragens ainda projetadas no Dnocs que podem ser implementadas.

O SR. JÚLIO CESAR (Bloco/PSD - PI) – Diretor, ali na barragem, acumulação está: mil (m^3). Eu acho pequeno. Não está faltando...

O SR. ANGELO JOSÉ DE NEGREIROS GUERRA – Não, ali é o seguinte, quando o senhor pega 780, são 780 milhões – milhões. Quando o senhor pega mil ali, eu estou multiplicando por mil. Por exemplo, Rangel, Piauí, 780 milhões de m^3.

O SR. JÚLIO CESAR (Bloco/PSD - PI) – Estou entendendo.

O SR. ANGELO JOSÉ DE NEGREIROS GUERRA – Entendido, Sr. Deputado?

O SR. JÚLIO CESAR (Bloco/PSD - PI) – Obrigado.

O SR. ANGELO JOSÉ DE NEGREIROS GUERRA – O que a gente tem? Concluir as segundas etapas dos perímetros irrigados.

A gente tem aí o georreferenciamento de todas essas barragens; a gente tem que ampliar a atividade de apoio e desenvolvimento da aquicultura; construir mais duas estações de piscicultura, uma em Minas Gerais e outra em Sergipe; a perfuração de poços e celebrar convênio com prefeitura, isso foi sempre uma prática do Dnocs. O Dnocs, através de repasse de recursos, executou, em convênio com prefeituras, muitos barramentos.

Ações futuras do Dnocs. Continuar com a açudagem, que a gente vê que é importante; sistemas de adduções; perfuração de poços; ações relacionadas à segurança das barragens, isso é um tema em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

evidência; projetos de transposição de bacias. Eu queria deixar registrado aqui que o Dnocs tem competência e tem conhecimento para ser gestor da transposição do São Francisco. E ainda dizer que quem fez o estudo inicial dessa transposição que está aí foi o Dnocs. O Dnocs também tem a transposição do Tocantins; o Dnocs também tem a transposição do Parnaíba para o Baixo Acaraú, que seria um perímetro irrigado para sustentabilidade hídrica desse perímetro. Então, o Dnocs também tem conhecimento centenário em transposição de bacias. As áreas susceptíveis à desertificação continuar estudando. A recuperação e modernização dos perímetros, a gente tem que fazer isso, recuperar e modernizar, que são projetos que foram concebidos com a tecnologia antiga, que não se aplica mais. A gente tem aí uma ação que a gente acha de grande importância, que seria exatamente esse convênio com o Ministério do Meio Ambiente. O Ministério tem um programa chamado Unidade de Recuperação de Área Degradada (Urad). A gente acha que isso é o que falta de ação para o Dnocs. A gente quer esse acordo de cooperação para a gente passar a desenvolver. Disso que o Dnocs tem convicção e sabe que é o que tem que ser feito. Nós temos não só que reservar a água como também proteger as áreas de produção de água.

Existe aí um pensamento que é assim: quando se fala em meio ambiente, só se fala em Amazônia. Olhem, se não houver mais condição de haver vida no Nordeste, para onde é que essa população vai migrar? Para a Amazônia. Então, vamos resolver o problema do Nordeste.

Eu teria aqui que falar em termos de desafios do Dnocs. O Dnocs já teve 15,4 mil funcionários servidores. Hoje ele está com apenas 1.157; aptos a se aposentarem, a gente tem aí 76%. Se esse órgão não for reestruturado de imediato, ele vai fechar por inanição e é um prejuízo muito grande diante de tudo isso que foi apresentado aqui.

Eu queria simplesmente finalizar e dizer aqui que o Dnocs, ao longo desses anos, ele passou a ser um órgão de que a intenção era sua extinção. A gente está aqui provando, demonstrando que ele é um órgão necessário para o desenvolvimento do Semiárido nordestino.

Sr. Senador, eu queria passar para o senhor as sugestões para o fortalecimento das instituições de desenvolvimento do Nordeste. Eu quero dizer para o senhor que foram seis técnicos que desenvolveram esse documento, isso é uma versão preliminar para o senhor, a gente está concluindo isso. Existe uma contribuição da Academia Cearense de Literatura e Jornalismo do Estado do Ceará e eu queria que o senhor permitir que o Dr. Eduardo Segundo, um colega que foi um dos autores, fizesse uma explanação. Nós só temos três minutos, viu, Dr. Eduardo?

O SR. ANTONIO EDUARDO GONÇALVES SEGUNDO – Sr. Presidente, senhores dirigentes de órgãos de desenvolvimento regional, Srs. Senadores, Srs. Deputados, meus irmãos maçons, meus irmãos companheiros de Rotary... Sr. Presidente, a Academia Cearense de Letras, preocupada com as instituições de desenvolvimento regional e vendo a decadência que essas instituições ora estão passando, resolveu convocar técnicos dessas instituições a fim de elaborar este documento – que, conforme foi dito, está em versão preliminar – para que as autoridades tomassem conhecimento dele.

Nesse sentido, esses técnicos elaboraram esse documento priorizando o não acúmulo de atividades dos órgãos e também a integração entre eles, de forma, Sr. Presidente, que esse documento visa rever, resgatar a importância desses órgãos de desenvolvimento regional, visto que eles têm contribuído de forma significativa para o desenvolvimento de nossa região.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não fosse o Dnocs, nós não teríamos a capacidade de sustentar essa população que hoje vive no Nordeste brasileiro.

Portanto, fica o apelo às autoridades para dar maior visibilidade, maior importância e maiores recursos, a fim de que essas instituições possam, a contento, atender a população do Nordeste brasileiro, que é uma região de muitas especificidades, que nós temos a responsabilidade de bem tratar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Agradeço ao Sr. Antonio Eduardo Gonçalves Segundo e vou conceder também dois minutinhos ao Sr. Adécio Rodrigues da Silva, que é o Presidente da Associação dos Servidores do Dnocs; e, depois, mais dois minutinhos para a Sra. Georgina Calmon de Oliveira, Coordenadora Regional da Associação dos Servidores do Dnocs.

O SR. ADÉCIO RODRIGUES DA SILVA – Bom dia.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Bom dia.

O SR. ADÉCIO RODRIGUES DA SILVA – Eu gostaria de cumprimentar a Mesa, em nome do Senador Izalci Lucas, e todas as pessoas que aqui se encontram.

Eu sou Adécio Rodrigues da Silva, Presidente da Asdec (Associação de Servidores do Dnocs do Estado do Ceará). Sou engenheiro agrônomo e trabalho no Dnocs há 33 anos.

O Dnocs (Departamento Nacional de Obras contra as Secas) é uma autarquia federal vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Regional, com sede e edificação central em Fortaleza; dispõe de uma legislação básica, que tem por finalidade executar políticas do Governo Federal no que se refere ao beneficiamento de áreas e obras de proteção em convivência com as secas e inundações; irrigações, beneficiando populações em comunidades de irrigantes; e outros assuntos que lhe sejam acometidos pelo Governo Federal. No campo do saneamento básico: assistência à população atingida por calamidades públicas, em cooperação com os Municípios, assumindo grande atuação no Semiárido do Nordeste e norte de Minas Gerais.

Para executar essas políticas, necessitamos de água, considerando-se também que as populações continuam crescendo, de modo que a necessidade de água para uso doméstico, agrícola, industrial e geração de energias será igualmente ampliada, ao passo que haverá uma acentuada demanda com um peso cada vez maior na origem urbana.

Menciona-se ainda que, com o aumento das atividades humanas, mais e mais resíduos de produtos e dejetos estão contaminando as fontes de água, a exemplo dos esgotos, defensivos agrícolas e afluentes industriais, afetando sensivelmente a qualidade da água, especialmente a de uso doméstico.

Diante disso, planejadores e autoridades estão cada vez mais conscientes da importância crítica do gerenciamento eficiente do uso da água, na qualidade de recurso vulnerável, finito e indispensável ao desenvolvimento sustentável dos países. O problema é ainda mais grave na região árida e semiárida do Planeta. Assim, torna-se mais evidente a necessidade da implantação de um sistema de gestão integrada das principais bacias do Nordeste, no Semiárido.

O Departamento Nacional de Obras contra as Secas tem desempenhado um papel importante na construção e no gerenciamento de recursos hídricos. Hoje, o Dnocs é o único órgão especializado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no País com capacidade e tradição para atuar na gestão de águas públicas da região; aliás, suas experiências e trabalho de 109 anos em muito extrapolam o perfil de órgão gerenciador. Basta dizer que ele atua em várias áreas de conhecimento que vão desde a tecnologia de agricultura irrigada, açudagem, engenharia hidráulica, barragens, lavouras xerófilas, pesca, piscicultura, engenharia rural e até construção de obras de infraestrutura. Portanto, como profundo conhecedor da problemática hídrica nordestina, é o órgão mais capacitado a assumir o modelo de gerenciamento de águas, dirigindo-as às peculiaridades do Nordeste.

O Nordeste do Brasil se caracteriza por ser uma região predominantemente semiárida com embasamento cristalino, elevadas taxas de luminosidade e de evaporação, cobertura vegetal com predominância da Caatinga, necessitando de armazenamento de água para sua gestão eficiente se viabilizar. Portanto, o Dnocs é básico e de atuação fundamental no desenvolvimento do Nordeste.

Para continuar prestando e ampliando os serviços no Semiárido nordestino, o Dnocs necessita, Sr. Presidente, de um orçamento anual compatível com suas funções e da realização de concurso público com planos de cargos e salários para recompor seu quadro técnico e continuar a prestar seus relevantes serviços no gerenciamento de recursos hídricos para o desenvolvimento da Região Nordeste.

Só para concluir a fala do Dr. Angelo, existe também no perímetro irrigado de Paraipaba uma exportação de água de coco *in natura* na taxa de 150.000 litros/dia para a Europa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – A Sra. Georgina tem alguma...

A SRA. GEORGINA CALMON DE OLIVEIRA (*Fora do microfone*.) – O nosso Presidente vai falar.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Está bem.

Dois minutinhos para a gente passar aos Senadores, porque ainda há dois minutinhos também para o representante do Presidente da Codevasf, Athadeu.

Aluísio Barros.

O SR. ALUÍSIO BASTOS PEREIRA – Sr. Presidente da Comissão de Turismo, a Associação dos Servidores do Dnocs agradece, sensibilizada, a oportunidade de trazer aos Parlamentares, especialmente aos Senadores, a importância que o Dnocs tem no contexto de 53 milhões de nordestinos.

Eu sou servidor do Dnocs há 58 anos, em que ingressei em 1961, no Banabuiú, e posso dizer com conhecimento de causa que, em todo o desenvolvimento do Nordeste, o Dnocs se fez presente, assistindo as populações realmente indigentes. Graças a Deus, através do Diretor-Geral do Dnocs, Dr. Angelo Guerra, o Dnocs se fez presente nesta oportunidade.

Queiramos Deus que o Dnocs até hoje tenha sido um Dnocs e, a partir de hoje, através dos Senadores, passe a ser efetivamente o Dnocs que nós queremos, um Dnocs desenvolvimentista, e não como ele está agora, sucateado; que ele possa se reerguer para o bem de todo o povo nordestino e dos servidores do Dnocs.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Athadeu Ferreira, da Codevasf, dois minutinhos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ATHADEU FERREIRA DA SILVA – Bom dia.

Parabéns pelo evento!

Eu queria registrar, Sr. Senador Izalci Lucas, nesta oportunidade, que foram feitas diversas falas sobre a importância da segurança hídrica, que foi o item que nós colocamos e não entramos em detalhes por questão de tempo e extensão da planilha.

Mas nós não podemos nos esquecer da revitalização do Rio São Francisco, que é um programa que foi gestado a partir da Agenda 21 e da Eco-92. O caderno da Agenda 21 recomendou isso, e, a partir 2003, 2004, ele está em andamento, no que diz respeito principalmente à recuperação e à conservação hidroambiental, quanto à qualidade e à quantidade.

A quantidade da água, sim, é um desafio – foi a parte mostrada no quesito de preservação, manejo de água e solo basicamente das bacias da Bahia, em que há três grandes bacias produtoras de água corrente, dentre elas as do Rio Grande e do Rio Carinhanha; em Minas Gerais, as outras oito, começando pela do Rio das Velhas, Paracatu, Urucuia, Velhas, Jequitaí, e a do próprio Paraopeba, que está com esse cenário em curso não muito legal.

A Codevasf vinha atuando nesse processo desde 2003, nessa área. É uma ação que tem de ser reforçada exatamente para termos água na transposição do São Francisco, porque, se não gestarmos essa água, não haverá água na transposição. Nós teremos problemas de abastecimento para as áreas de irrigação citadas. A Codevasf tem esses polos de irrigação no norte de Minas – são grandes polos –, na Bahia, do lado do São Francisco, e também na região de Petrolina e Juazeiro.

Gostaríamos de que o senhor registrasse isso também e desse uma força no propósito, discutindo, inclusive... Temos de ficar atentos com relação à questão da gestão hídrica, da gestão da água. A eficiência é importantíssima, mas nós temos que discutir com a gestão da água os multiusos que há da bacia e esse foco que foi colocado da produção de energia solar, que representa hoje mais de 20% da produção nacional. No Nordeste, é indiscutível que há as melhores plantas nos quesitos solar e eólico. Estamos também com um estudo nesse sentido, já visando ao que foi falado do Pisf. Como operadores, nós estamos atentos a esse processo de desenvolvimento que tem que agregar a população nessa faixa marginal, polarizando o Pisf.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Eu vou passar imediatamente a palavra aos Senadores e, depois, em seguida, ouviremos também os nossos Deputados.

O primeiro Senador inscrito é o Senador Angelo Coronel.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA. Para interpelar convidado.) – Bom dia a todos.

Quero cumprimentar o nosso Presidente Izalci Lucas, que tão bem dirige esta Comissão, e saudar os nossos convidados.

Eu aproveitei, enquanto ouvia a fala de um e outro, e elaborei aqui algumas perguntas e alguns comentários que vou fazer em bloco, e espero a resposta de acordo com o que a Presidência achar mais conveniente.

Eu vou iniciar aqui com o primeiro palestrante do dia, o meu amigo conterrâneo Mário Gordilho, que tão bem representa a Bahia na Superintendência da Sudene, essa autarquia que é fomentadora da nossa economia. Quero perguntar ao Dr. Mário se existe alguma linha de recursos a longo prazo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para financiar miniusinas de energia solar de até 1MW pico, que custa em torno de R$8 milhões, diretamente para as prefeituras, para que elas possam atender aos seus prédios públicos. Eu não sei se na Sudene existe essa linha e gostaria que V. Sa. pudesse nos fornecer esses dados. As prefeituras dispõem de terrenos? Não há terrenos? Há uma gama de prédios, hospitais, escolas... Com certeza, isso geraria uma economia para os Municípios brasileiros.

Para a Codevasf, a Dra. Maria Clara, nossa gerente de gestão da Codevasf, que desempenha um papel social e econômico de grande importância, principalmente para a Bahia – ou para o Nordeste como um todo. Eu vi aqui atentamente vários filmes a respeito das ações da Codevasf, mas, Dra. Maria, há algo que me preocupa: será que, se o Rio São Francisco não for revitalizado, esses projetos terão condições de ser tocados? Porque isso depende de água, e nós temos um rio hoje praticamente minguando; não no momento, por causa das chuvas... Mas, ao longo principalmente das cidades que o rio corta, a gente vê bancos de areia, vê que os peixes são inexistentes, o nosso famoso surubim... Isso me preocupa porque todos esses projetos da Codevasf podem acabar se o rio não for revitalizado. Então, fica essa pergunta para a senhora.

Ao meu querido xará Angelo Negreiros, do Dnocs, eu confesso que eu não sabia que o Dnocs tinha tanta atuação no Nordeste brasileiro. Estava comentando ali com o Mário Gordilho que realmente o Dnocs tem um papel muito importante, apesar de que eu acho até que ele é concorrente do Codevasf. Não sei talvez da necessidade dos dois, mas eu sinto que um complementa o outro, pelo menos pelas apresentações. Mas o que me preocupa, Dr. Angelo, é o seguinte: quais são as ações preventivas desenvolvidas pelo Dnocs para evitar os rompimentos de açudes e barragens, porque isso é um grande perigo, principalmente de algumas que estão com seu limite máximo de acúmulo de água. Há barragens, por exemplo, no Piauí, que já estão acima do seu limite. Eu não sei se houve alguma ação preventiva, porque, depois que uma barragem é rompida, como aconteceu no passado há tão pouco tempo em Brumadinho, isso acende o sinal vermelho. Mas será que o Dnocs também, preventivamente, agiu para evitar esses rompimentos?

Ao nosso querido agora Presidente do Banco do Nordeste Romildo Rolim, o homem do dinheiro. Essa é uma importante instituição de fomento do desenvolvimento do Nordeste. Se tivermos água tratada e rede de esgoto, Rolim, teremos um povo sadio. Existe alguma linha e recursos a longo prazo para financiar Municípios em projetos de água e esgoto? Hoje, acabou de sair no *Estadão* que o Governo Federal está prevendo cortar R$30 bilhões no orçamento dos ministérios. Isso equivale a 21% em todas as áreas, saiu hoje no *Estadão*, exceto nas áreas de saúde e educação. Se isso acontecer, Angelo, Gordilho, Maria, Rolim, como ficarão esses programas tocados por essas instituições de V. Sas.?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Senador Jaques Wagner.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Para interpelar convidado.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, quero cumprimentar todos os expositores, para a economia de tempo, a expositora,

Eu vou ler um trecho aqui, Presidente, de um documento que depois eu digo de onde brotou. Foi perguntado – e eu explicarei sobre o grupo – qual era o maior problema brasileiro, e foi dito: a extrema desigualdade social de gênero, raça e regional, e, evidentemente, como alternativa ou como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

objetivo a ser alcançado, fazer a sociedade mais igualitária e sem disparidade de gênero e raça, com a renda e a riqueza bem distribuídas. Esse não é um documento do meu Partido. (*Risos.*)

Poderia parecer, do Partido dos Trabalhadores.

Essa conclusão é de quando eu dirigia para o ex-Presidente Lula o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – que era composto de 90 membros, com todo o caleidoscópio na sociedade brasileira, movimento sindical, movimento dos sem-terra, até o Presidente da Febraban –, e o Presidente me encomendou que eu construísse uma Agenda Nacional de Desenvolvimento. Nós ficamos um ano e meio fazendo vários trabalhos, conferências, viajando por vários Estados brasileiros. E a primeira conclusão, esse é o primeiro ponto do drama brasileiro, foi exatamente essa, por consenso de 90 membros, com essa variedade toda.

Por que eu estou dizendo isso? É porque as pessoas criticavam e criticam a nossa guerra fiscal, que é uma doença, na minha opinião, péssima, mas para os Governadores do Nordeste e do Norte sobra o que para eles para atraírem investimento e empresa, se lá não está o maior mercado consumidor, a não ser fazer a guerra fiscal que virou – bom, nós a diminuímos naquele acordo – realmente uma insanidade no Brasil? O Piauí exporta para São Paulo, quando paga ICMS de tudo o que se compra lá, o ICMS de 7%, subindo de São Paulo para lá. Ou seja, a gente tem a Lei Kandir, que não quer exportar imposto, mas internamente, ao contrário do que alguns dizem, o Nordeste é exportador de riqueza para São Paulo, porque, em tudo o que você compra lá – carro, televisão, geladeira –, o ICMS está remetido para quem? Pelo menos 7%; agora caiu, depois do acordo. Então, se não houver uma política nacional de desenvolvimento regional, nós vamos ficar eternamente chorando as regiões mais deprimidas sem...

Então, eu vejo aqui todos os expositores – da Sudene, do Dnocs, da Codevasf, do Banco do Nordeste; infelizmente eu não pude assistir às outras duas exposições –, que são ferramentas exatamente para você quebrar esse desequilíbrio. E aí o que me preocupa? O Banco do Nordeste, no ano passado, realizou algo em torno de 11 bilhões. Foi isso ou não?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Trinta e dois.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – E estamos caindo para 23, neste ano, a projeção, o previsto de 2019.

Então, a Sudene, que foi a criação de um supereconomista nosso, Celso Furtado, foi pensada para isso. Nós temos que acabar, Presidente, aqui com o seguinte: quando aparece uma mazela, seja da ordem de corrupção, mau uso do dinheiro público, ou ineficiência, aí se jogam a bacia, a criança e a água suja embora; em vez de consertar, aquilo vira desculpa para encerrar uma ferramenta que eu acho fundamental.

Então, eu quero só dizer que nós da Bancada do Nordeste vamos continuar lutando e muito para, cada vez mais, revigorar a distância, porque eu ouço – e faço essa pergunta ao Presidente do banco – o Ministro da Economia afirmar que só ficará com Banco do Brasil, com a Caixa Econômica, e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que todos os outros serão privatizados e vendidos: eu queria saber se há realmente, em nível da Diretoria do banco, essa demanda colocada pelo Governo Federal.

Na questão da Codevasf, eu queria ver se a gente... Ainda bem que hoje há uma reunião da Comissão de Meio Ambiente em que vai estar o Ministro do Meio Ambiente, porque nós estamos cansados da briga sobre se é do Ministério antigo da Integração ou da Codevasf, se é do Ministério do Meio Ambiente, o desassoreamento, a dragagem do Rio São Francisco. Hoje o rio está cada vez mais largo, cada vez mais raso. Eu, quando era estudante no Rio de Janeiro, aos 19 anos, peguei a carranca em Pirapora e fui até Juazeiro, porque o Rio São Francisco foi a primeira estrada da Bahia, por ali trafegavam todos os produtos.

Hoje nós não temos...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – ... a cabotagem, que poderia baratear muito o custo de transporte de produto e temos risco. Agora, felizmente, essa chuva intensa melhorou a situação, mas, se nós não recuperarmos... Eu sei que já está sendo feito esse trabalho, mas há um trabalho de dragagem em relação ao qual, até hoje, fica uma guerra. Há uma draga: "Não, essa é do Ministério do Meio Ambiente". "Essa é do Ministério da Integração". Como vocês estão chegando agora, eu espero que consigam dirimir isso e efetivamente fazer a dragagem de que precisamos.

Em relação ao Dnocs, eu só queria fazer uma sugestão, evidentemente que não depende do Diretor-Geral: é que hoje a gente não deveria mais usar... E até me culpo, porque eu passei pelo Governo do Presidente Lula e da Presidente Dilma, e deveriam ter mudado para Departamento Nacional de Obras de Convivência com a Seca, porque a gente não combate a seca, que é um efeito climático; o que se faz é construir estruturas para que o homem possa conviver naquele ambiente. Então, o termo certo seria de convivência.

E eu acho que nós temos que dinamizar. Eu me orgulho muito, eu fiz o Programa Água para Todos, na Bahia, e foi o maior investimento em água e saneamento da história do Estado. E a alegria de ver pessoas aos 60 anos, pela primeira vez, podendo abrir uma torneira com água, tomar um banho e fazer espuma... Porque quem mora, quem nasce com água não sabe o que é água salobra; você toma banho, bota xampu e o sabão não faz espuma, porque a água corta o sabão, a água salobra.

E a minha preocupação também é, por exemplo, nós temos na Bahia o perímetro irrigado Salitre, e para este ano há zero de orçamento. Eu acho que nós temos que alavancar grandes negócios e pequenos negócios. Eu sou um empolgado com o plantio de fruta, de uva, de manga e a produção de vinho. Hoje o espumante baiano é considerado um dos bons espumantes que há, mas nós temos que fazer isso para o grande e temos que olhar: a Bahia tem 350 mil famílias que vivem da agricultura familiar. Portanto, eu acho que tem sempre haver esse equilíbrio entre você alavancar grandes negócios, que nem sempre empregam tanto. Se bem que no ramo da fruta se emprega muito, porque ainda a colheita é manual, mas que a gente incentive também e destine parte desse perímetro exatamente para agricultores familiares, para que possam se organizar em cooperativas. Então, era esse o comentário que eu queria fazer sobre esta reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E parabenizo V. Exa., que tem trazido das diversas regiões exatamente os segmentos que trabalham focados no desenvolvimento regional.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Agradeço a V. Exa.

E passo já a palavra ao Senador Jean Paul Prates.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para interpelar convidado.) – Obrigado, Presidente, Senador Izalci. Parabéns pela condução desta audiência. Parabéns a todos vocês.

Eu queria falar bem rapidamente, nem é uma pergunta, é mais para botar pilha em vocês em relação a algumas coisas que foram ditas aqui. Eu os parabenizo pelos portfólios que vocês apresentaram, pelas realizações. Saliento que isso, na verdade, é uma defesa das entidades que vocês estão fazendo, que vocês estão conduzindo hoje. E saliento também a importância da presença do Estado brasileiro, que, como eu sempre saliento, não é do Governo do PT, ou do PSL, ou do PSDB, ou de qualquer partido; é do Estado brasileiro nas entidades importantes que abrem caminhos para o Brasil.

Então, evidentemente saliento o grande papel e o temor que nós temos em relação ao BNB, como o maior banco regional da América Latina, extremamente eficiente. Eu sou pessoalmente testemunha disso. Quando fui Secretário de Energia do Rio Grande do Norte, ninguém acreditava, na época, antes de 2007, mais precisamente nos idos de 2003 a 2005, quando nós começamos a falar de energia eólica. E o pessoal, na verdade, a maior parte das pessoas ria, porque achava que era coisa de professor pardal.

E a gente começou esse trabalho justamente na época, com o BNB, com a Superintendência do Rio Grande do Norte, com o Vilar, com outros companheiros lá de Fortaleza também que acreditaram nisso, justamente porque no Ceará já havia experiências pioneiras, embora ainda não competitivas para leilões federais, e fomos à frente. E o BNB teve um grande papel no desenvolvimento de energia eólica e agora da energia solar, inclusive da geração distribuída no Nordeste.

Então, há duas grandes vertentes além dessa de abrir novos caminhos em que ninguém quer entrar primeiro, que só o banco estatal é capaz de fazer. O outro é o microcrédito para nordestino. Quem é que vai dar microcrédito para nordestino se nós fizermos fusão do BNDES com o BNB? Então, bastam pequenos argumentos, simples, retos, frases curtas para mostrar que o BNB é ultranecessário, é um acerto e seria um grande erro exterminá-lo.

As demais entidades aqui – Codevasf... Eu não vou falar longamente. Evidentemente a importância disso agora que a obra está pronta é muito maior do que antes. Então, não faz muito sentido falar nisso, em deixar em inanição e deixar o Estado sair dela.

No Dnocs nem se fala. Há pessoas – e aqui houve depoimentos de Senadores que sequer conhecem o que o Dnocs faria, ou a extensão dos trabalhos, dos sacrifícios e das sendas que o Dnocs abre no Rio Grande do Norte e nos outros Estados do Nordeste e as coisas que ele sustenta, que ele segura com a capacidade que tem, com o corpo de técnicos que tem.

Saúdo o Angelo, que já esteve conosco lá no gabinete, discutindo várias coisas.

E digo a vocês, e aí eu queria deixar esses dois recados: o primeiro recado é para vocês mesmos que estão nesses cargos, que não temam, não temam defender essas entidades. Isso não quer dizer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

brigar com o chefe, nem brigar com o Ministro. É natural, em governos, que haja tensões entre Ministérios. Eu disse isso ontem ao Ministro de Minas e Energia, Almirante Bento; disse isso outro dia ao Ministro Tarcísio também; a outro Ministro uma vez que reclamou também, disse que estava havendo muito corte.

O papel do Ministro da Economia evidentemente é dificultar a vida de vocês, é dizer: "O Estado não tem dinheiro, não posso fazer isso, não posso fazer aquilo". E o papel de vocês e dos seus respectivos Ministros é disputar internamente de forma correta, de forma fraterna, dentro de um mesmo governo, esses argumentos: "Não, isso aqui é essencial; isso aqui nem é tanto; isso aqui eu posso adiar". Essas negociações são normais. Então, não tenham vergonha, não tenham medo de defender essas instituições.

Além disso, quando houver coisas mais radicais – e a gente está diante delas agora, há ataques radicais aos conceitos de presença estatal na economia, de presença estatal na abertura de caminhos, de presença estatal no controle de setores estratégicos fundamentais –, nesse caso, contem com aliados que, inclusive, estão no Governo, por exemplo, Forças Armadas. Há, com certeza, aliados da presença estatal no Governo do Estado brasileiro de setores estratégicos dentro das Forças Armadas. Pode ser que eles estejam meio intimidados ultimamente em função da maior eloquência e da maior presença na mídia da parte econômica ultraneoliberal, que também, de uma certa forma, é extrema, mas eles estão lá e estão vigilantes sobre esse tipo de desmonte ou de deixar entidades importantes, como a de vocês, na inanição.

Outro grande aliado é o povo nordestino. O povo nordestino está com vocês e está com essas instituições. Por mais que haja problemas aqui e acolá de escândalo, de dificuldades, de seca, de agruras naturais e humanas, erros, crimes etc., é, como o Senador Jaques Wagner colocou, não é para jogar a bacia com água suja, com a criança, tudo fora, não é o momento de se fazer isso. O Brasil não pode ser desmontado em função de um processo, de uma investigação ou de uma tendência em relação a alguma... Então, o provo nordestino está conosco.

O empresariado, o empresariado do Nordeste precisa de água, precisa abrir caminhos, precisa de uma Valec – que até não está aqui, porque não vem ao caso neste fórum exatamente –, que abre caminhos com ferrovias onde ninguém quer construir nada; precisa de uma Sudene; precisa de um Dnocs, sim. Então, o empresariado também está com vocês. Os Governadores, nossos Governadores e Governadoras, estão com vocês também. E, por fim, complementando e ratificando o que os dois Senadores baianos disseram, nós aqui da Bancada Nordeste estamos com vocês, sim, independentemente da cor, independentemente do partido, porque, acima de tudo, somos Nordeste, somos deste povo que precisa de atenção especial, desta região que é especifica, que tem biomas específicos, que tem necessidades específicas e que tem um atraso histórico obviamente reconhecido por todos.

Por fim, outro recado, que é para o Governo. Ora, um Governo Federal que não consegue se entender entre si, entre eles mesmos, não conseguem se entender... E aí o meu recado; não é de vocês, é o meu recado: Governo, primeiro, vá se entender entre si, faça seus planos, traga os planos claramente, discuta com a sociedade e depois vá exterminar as entidades que têm 40, 50, 60 anos de serviços prestados! Fazer isso na malucagem do tipo: "Dessa aqui eu não gosto; isso aqui é uma estatal inútil; isso aqui não faz nada; isso aqui é cabide de emprego", isso é preconceito absoluto com o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nordeste, é preconceito com a presença do Estado na economia, o que é altamente deletério para nós todos.

Então, o meu recado é cresça, cresça; consulte a sociedade; conheça o que já existe; receba as apresentações de vocês mesmos, internamente ao Governo; entenda-se; cresça; amadureça; estabeleça regras; explique à sociedade o que vai ser feito, qual é a alternativa que está proposta diante da exterminação de uma ou outra entidade dessa; e depois apareça nas redes sociais! Esse é o meu recado.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Eu vou pedir a compreensão dos Senadores, só porque temos aqui o nosso querido Deputado Júlio Cesar, também do Piauí, que foi colega nosso na Câmara; está aqui também o Deputado Bosco; o Silvio Costa. Mas só estão inscritos o Júlio Cesar e o Bosco Costa.

Só para que a gente possa responder a todos, já de uma vez, do bloco.

Sr. Deputado Júlio Cesar, agradeço a sua presença e passo a palavra a V. Exa.

O SR. JÚLIO CESAR (Bloco/PSD - PI. Para interpelar convidado.) – Sr. Presidente, Deputado Izalci, senhores dirigentes, para aqui ser breve, do Dnocs, do Banco do Nordeste, da Codevasf, da Sudene, Srs. Senadores, Deputados, demais membros desses órgãos citados, minhas senhoras, meus senhores, sou coordenador da Bancada do Nordeste há mais de cinco anos e o que eu faço é brigar todo dia por conta desse desequilíbrio regional que privilegia os ricos em detrimento dos pobres.

Vejam bem, eu tenho um estudo de 1945, quando o Brasil tinha 45 milhões de habitantes e o Nordeste tinha 17% do PIB brasileiro. Depois foi caindo, foi caindo, foi caindo, foi caindo e hoje é menos de 14%. E eu pedi uma audiência ao Presidente Bolsonaro e ao Ministro da Economia, Paulo Guedes, para discutir os problemas regionais. E os problemas regionais que eu vou levando para esta audiência são os problemas dentro do pacto federativo da distribuição do bolo tributário brasileiro, que ele prometeu em campanha, prometeu na posse, depois da posse, compartilhando o melhor e fortalecendo aqueles mais fragilizados, que são os Municípios e os Estados brasileiros.

Então, nós vamos levando 1% para aprovar e também o compartilhamento da CSLL, que foi tirada em 1988 da base do Imposto de Renda Pessoa Jurídica e que, no ano passado, arrecadou R$78 bilhões. Antes disso, o Imposto de Renda e o IPI representavam 51% do bolo tributário brasileiro, agora são apenas um terço, porque o Governo sangrou naquela época para diminuir o compartilhamento.

Mas vamos aqui ao que mais nos interessa.

Dnocs. Do Dnocs aqui já se falou. Ele tem mais de cem anos, trezentas e tantas barragens, e eu estou aqui, Dr. Angelo, com o orçamento – por isso é que nós aprovamos ontem o orçamento impositivo. No orçamento daqui do GND 4, que é de investimento, o Dnocs tem em torno de 300, 400 milhões e só libera 40, 45... Está aqui, vou passar para o senhor, e, o orçamento impositivo que nós aprovamos ontem e está vindo para o Senado, vai ser muito importante para o Dnocs, para a Sudene e para todos os órgãos de desenvolvimento regional.

Em relação à Sudene, eu tenho aqui, superintendente, um estudo. Em 1989, o Finor e o Finam, das duas regiões, da Adene e da Sudam e da ADA representavam 210% – eu vou dar o relatório para o senhor também –; 210% mais do que a Zona Franca de Manaus. A Zona Franca de Manaus é para uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cidade que hoje tem 2 milhões de habitantes e tem incentivos de 26 bilhões a 28 bilhões todo ano para financiar em torno de 600 empresas, todas localizadas em uma cidade que contribuiu para dobrar, em curto espaço de tempo, o PIB de lá da Região Amazônica, o PIB de Manaus e o PIB do Estado do Amazonas. Então, hoje nós temos menos de 10% do que tínhamos em 1988; eu vou dar o estudo para o senhor.

Tenho aqui a aplicação dos bancos oficiais: o Banco do Brasil, a Caixa, o BNDES. O BNDES houve ano em que aplicou menos de 5% no Nordeste. E, quando aplica mais de 10%, é porque financia Governo – ou prefeituras ou Governo do Estado –, com autorização da Presidência da República. Quer dizer, a Caixa, os financiamentos desses bancos no Nordeste são irrelevantes.

Temos aqui a história do Banco do Nordeste. O Presidente do Banco do Nordeste fez uma bela exposição. Veja bem, como é que ele cresce de R$26 bilhões para R$42 bilhões em um ano? Evidentemente que isso não é liberação, é aprovação de projetos – não é isso, Presidente? –, que vão ser liberados aos poucos, mas é muito importante. E, a cada dia mais, os bancos oficiais, os bancos privados diminuem a aplicação no Nordeste em função do grande papel que o Banco do Nordeste tem. O Presidente falou que, em 30 anos, aplicou R$271 bilhões, uma média de R$9 bilhões, quando ele recebe R$7 bilhões do FNE. Evidentemente que ele tem a taxa de administração, e, nas estatísticas dele, com certeza, está também o crédito do retorno dos financiamentos do passado.

Então, eu fico aqui preocupado com essa política do Governo...

Há também a Codevasf, que tem um papel importante, para a qual nós priorizamos as nossas emendas, Presidente, por ser da região, por ter presença em todos os Estados e por diminuir a burocracia. Mas temos tido no passado, nesses dois últimos anos, muita dificuldade, muita morosidade na liberação das emendas que nós colocamos na Codevasf.

Em relação à Chesf, querem...

Primeiro, o Banco do Nordeste. Nós vamos abrir uma guerra dentro da Bancada do Nordeste contra a fusão do Banco do Nordeste com o BNDES. O BNDES é o Banco de Desenvolvimento Econômico não é social; é do Sul e do Sudeste. Se você pegar a aplicação que eles fazem no Sul e no Sudeste, e tirar as outras três Regiões – Norte, Nordeste e Centro-Oeste –, o que eles aplicam é bem menos da metade daquilo que nós representamos do PIB e muito menos da metade do que nós representamos da população brasileira. E só se diminui desigualdade social e regional se se tratar os desiguais desigualmente, privilegiando os mais pobres. Isso eu já disse para o Presidente. E, na reunião da Bancada do Nordeste, da qual nós somos coordenadores, nós queremos que todos os Deputados, que são 151, e todos os Senadores, evidentemente – vamos colocar aqui os de Minas Gerais, em que tem um papel muito grande a Codevasf, o Dnocs e o Banco do Nordeste –, estejam presentes para a gente mostrar esses dados para o Presidente.

Então, nós vamos fazer. E agora também querem vender a Chesf, o patrimônio. O que está faltando é prioridade para esses órgãos. O Dnocs já teve 14 mil empregados, e ele disse agora que tem 1.173, talvez, se a memória não me falha. E, desses mil, o mais novo tem mais de 30 anos de serviço. Todos com idade para se aposentar. Quer dizer, se se aposentar todo mundo, inviabiliza.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JÚLIO CESAR (Bloco/PSD - PI) – Já estão me mandando parar, eu vou parar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dizendo tudo isso, Sr. Presidente, eu fico, às vezes, frustrado, Dr. Angelo, pela prioridade que tem um dos maiores projetos de irrigação na minha terra, os Platôs de Guadalupe, para os quais não há previsão. Foi rescindido o contrato com a construtora. É um projeto de 14 mil e tantos hectares: foi feita uma etapa de três mil de pouco; da segunda etapa, já fizeram mais de 70%; e precisa ser concluído. Espero que o senhor dê jeito de colocar no orçamento – ou a gente coloca –, mas, acima de tudo, fazer a licitação para a conclusão desse projeto.

Além do mais, estamos trabalhando para liberar os R$160 milhões para o senhor recuperar aquelas barragens que estão em grau de risco, das 327 que administra.

Eu teria outros assuntos, Presidente, mas eu vou parar aqui, porque assunto do Nordeste é muito grande. A discriminação é maior, e as injustiças são maiores ainda. Como nós somos nordestinos, eu vou continuar lutando, até contra o Governo se continuar essa discriminação contra a nossa Região.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Obrigado, Deputado.

Deputado Bosco Costa, que foi o primeiro a chegar aqui a esta audiência, agradeço a sua presença.

O SR. BOSCO COSTA (PR - SE) – Sr. Presidente, senhoras e senhores, primeiro, eu gostaria de agradecer o convite para esta audiência, talvez uma das mais importantes nesses dois meses de nosso mandato. Eu, como sergipano, nordestino, conheço o Nordeste, conheço o Brasil e sei perfeitamente que aqui estão os órgãos, as ferramentas para o desenvolvimento do nosso Nordeste. Sei da importância do Dnocs.

Em 2016, eu era suplente de Deputado aqui e consegui R$1 milhão da minha emenda individual para o Dnocs do meu Estado, hoje representado pelo Wesley aqui, que, tenho certeza, foi muito bem aplicado.

Fui um dos que sugeriu, naquela época, junto ao Senador Valadares, uma emenda coletiva para a Codevasf por entender a importância a Codevasf no nosso Estado – e hoje muito mais, porque antes a Codevasf atuava em 27 Municípios e hoje atua em 77 Municípios de Sergipe. Sei o quanto, nesses últimos anos, a Codevasf avançou.

A Sudene não merece comentário, porque a gente sabe muito bem da importância da Sudene desde sua criação.

Por último, quero falar do Banco do Nordeste. Eu quero falar do Banco do Nordeste, porque ele é o agente de desenvolvimento econômico do Nordeste e, eu posso garantir, do meu Estado. O Banco do Nordeste atua em todas as áreas, no micro e pequeno empresário, no grande empresário, na agricultura familiar, no agronegócio.

Há um ditado no Nordeste, Sr. Presidente: o São Bento é antes da cobra. Quando eu fui informado, há 15 dias ou há três semanas, da possível fusão do Banco do Nordeste com o BNDES, eu já apresentei um requerimento na Câmara dos Deputados, e esse requerimento foi aprovado, Governador Wagner. Sei da importância, sem querer jogar confete, da Bahia, dos seus Senadores, do Governo que V. Exa. fez na Bahia. Sou sergipano, mas tenho pequeninos negócios na Bahia, em Pedro Alexandre e em Santa Maria da Vitória e sei o quanto V. Exa. e o atual Governo trabalharam pela Bahia. Eu sei perfeitamente. E nós não podemos permitir... O requerimento de nossa autoria foi aprovado, e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vou procurar o Presidente Rodrigo Maia para agendar uma sessão especial para debater a questão do Banco do Nordeste.

A fusão do Banco do Nordeste, Presidente, é matar o Nordeste. É, além de 13 ou 14 milhões de desempregados, botar mais 7 mil empregados do Banco do Nordeste na relação de desempregados. Não podemos permitir. Somos 151 Deputados. O Deputado Júlio saiu, mas eu gostaria de que ele estivesse aqui, porque preciso do apoio dele para a gente marcar esta sessão solene na Câmara no dia em que seja possível a maioria dos Deputados e dos Senadores estarem presentes para discutirmos exclusivamente o tema. Quando tivermos essa sessão marcada, vou mandar *e-mail* para todos os Deputados e Deputadas do Nordeste e Senadores. Não podemos permitir que isso aconteça!

Quando o FNE foi criado há 30 anos, como V. Sa. falou, justamente o Banco da Amazônia administra os recursos do Norte; o Banco do Brasil, do Centro-Oeste; e o Banco do Nordeste, do Nordeste.

Então, eu só quero dizer que, para tudo isso, precisamos unir forças. O Rio São Francisco é uma prioridade para a Bahia, para Pernambuco, para Sergipe, para Alagoas, para o Rio Grande do Norte com a transposição. Não podemos...

Participei quinta e sexta-feira passadas... Havia o rapaz, de cujo nome não me lembro, da Codevasf nessa reunião, nesse seminário promovido pela CNA. Vamos fazer uma audiência já em maio – ele é testemunha disso –, em Pirapora, para discutir a questão da revitalização do Rio São Francisco. Sem revitalização, não há transposição.

No mais, Presidente, mais uma vez, não quero me alongar. Eu quero dizer que o nosso mandato está à disposição de Sergipe, do Brasil para aquilo em que a gente possa ser útil. E só vamos resolver essa questão da revitalização quando somarmos Deputados e Senadores da Bahia, de Pernambuco e de Sergipe, deixarmos as questões político-partidárias e entendermos que temos de viabilizar recursos para recuperar o nosso rio. Hoje quem mais sofre com isso, Governador, é Sergipe e Alagoas.

O Cabeço, um povoado na foz do Rio São Francisco, o mar já engoliu. A 50km do Rio São Francisco já encontramos peixe de água salgada. Então, só a revitalização pode recuperar o trabalho desses órgãos – Codevasf, Sudene e Dnocs – e contribuir com o desenvolvimento, com a fruticultura, com os perímetros irrigados e, acima de tudo, com a água para o consumo humano no Nordeste.

Muito obrigado, Presidente. Parabéns pela lucidez de fazer esta audiência. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Obrigado, Deputado.

Eu, como autor do requerimento, também tenho algumas questões a serem colocadas aqui.

O programa CDR (Centro de Desenvolvimento Regional) constitui uma aliança entre as instituições de ensino superior, ciência e tecnologia e setores da sociedade para a promoção de desenvolvimento sustentável em cada contexto regional. Desenvolvido em escala piloto pelo Ministério da Educação em 2017, chega agora à maturidade na região de Campina Grande, em que a convergência entre agências de fomento estaduais e federais assegura o financiamento de uma carteira de projetos de reconhecido impacto social e econômico, capaz de gerar emprego e renda por meio de aportes de conhecimento técnico-científico.

Os projetos incluem energia solar, fotovoltaica, biogás, processo de irrigação, reúso de água, filtração e purificação de água, agricultura familiar e recuperação de pastagens. O lançamento solene

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ocorrerá dia 25 de abril próximo. A coordenação nacional do programa trabalha junto às coordenações das experiências pilotos da campanha gaúcha do sudoeste paulista, do Distrito Federal, com a área metropolitana de Brasília, para completar esse ciclo de articulação e planejamento e iniciar o ciclo de desenvolvimento de projetos. Ao mesmo tempo, inicia agora a experiência piloto no Triângulo.

Então, aqui eu faço algumas questões. Com o Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste, como esse plano dialogará com os Poderes Executivo e Legislativo e as cidades nordestinas? Como as entidades presentes, em especial a Sudene, se prepararam para a qualificação desse debate?

Como a dimensão de ciência, tecnologia e inovação se tornou peça central da estratégia de desenvolvimento regional do Nordeste? E como fomentar os diálogos entre ciência, tecnologia e inovação e os desafios centrais do desenvolvimento regional?

Em uma avaliação, as políticas de segurança hídrica e saneamento são chaves para o equilíbrio econômico e social da região. Em que medida essas políticas devem ser parte de uma política pública coordenada com o esforço do Governo Federal e os Estados?

E tenho ainda outra questão: em função das reuniões que fizemos com a Sudeco e também com a Sudam, nós verificamos aqui que o Condel aprovou a aplicação agora de 24,3 bilhões para 2019 através do financiamento dos fundos profissionais de desenvolvimento do Nordeste, o FNE e o FDNE. Foi aprovado para os dois fundos, respectivamente, um orçamento de 23,7 bilhões e de 650 milhões para 2019. Observamos que a política de investimento desses recursos segue o Plano Nacional de Desenvolvimento Regional; no entanto, o Plano Nacional de Desenvolvimento Regional é amplo e se divide em vários setores. Existem diretrizes instituídas pela superintendência para aplicação desses recursos, a exemplo do que faz a Sudam? A Sudam prioriza investimento em Municípios com IDH baixo e IDH muito baixo. Existe algum critério instituído pela Sudene? Observe-se que a Sudene realiza um estudo vocacional e de potencialidades para direcionar a aplicação do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste.

Pergunto: com a falta de regularização fundiária... Essa falta – nós aprovamos a lei, mas praticamente ainda não foi regularizada – de regularização impacta esses estudos. É possível realizar investimentos em áreas que ainda não possuem matrículas individualizadas? Nós tentamos colocar na medida provisória essas matrículas individualizadas e não conseguimos.

De acordo com o orçamento de 2019 aprovado pelo Condel, observa-se que um terço dos investimentos ficarão com obras de infraestrutura, ou seja, 8 bilhões, o que significa praticamente o orçamento da Sudeco para 2019. Pergunto: como são definidas as obras prioritárias e de que forma a Sudene é ressarcida nesses casos de financiamento?

Então, eu passo a palavra, na mesma ordem de apresentação, para o nosso Superintendente da Sudene, Mário de Paula Gordilho.

Só antes de V. Sa. começar, também recebemos aqui, através do telefone 0800-612211 – já comento – da Erika de Almeida, que é aqui do Distrito Federal: "Como as ações/projetos para atender os seis eixos prioritários serão realizados com o contingenciamento orçamentário atual? Existe algum banco de projetos para atender cada um dos seis eixos prioritários apontados no Plano Regional do Nordeste?".

Rute Rodrigues, de Alagoas: "Em quanto tempo veremos o resultado desses programas?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

João César, do Ceará: "O Governo Federal está sucateando a Sudene e a Codevasf. Política nefasta de Estado mínimo prejudicial ao povo".

São comentários que vieram pelo e-Cidadania e pelo telefone.

Passo, então, a palavra ao Dr. Mário de Paula, para resposta às perguntas dos Senadores e Deputados e também para suas considerações finais.

O SR. MÁRIO DE PAULA GUIMARÃES GORDILHO – Senador, o Senador Angelo Coronel iniciou as indagações no sentido de miniusinas ou minicentrais de produção de energia. O FNE e o FDNE não podem financiar Estados e Municípios, mas podemos financiar energia. Acho que essa é uma demanda, Senador, para que as emendas parlamentares possam se voltar para a confecção de produção de energia nesses Municípios que não têm a menor capacidade nem de pagar a luz de rua, para que a gente possa colocar centrais de geração de energia solar. Esse é talvez uma... Essa sua colocação em relação aos próprios municipais – escolas, postos de saúde –, eles poderiam, numa formatação de uma PPP... E por isso é importante que a gente tenha as unidades maiores dentro da região coordenando as cidades intermediárias, coordenando as ações, para que se possa fazer uma operação mais ampla, unindo não só a geração de energia, principalmente a energia solar, com uma PPP que possa resolver o problema de saneamento e o problema de energia no Município.

Se os Municípios detêm áreas em que se possam instalar essas usinas solares... Porque as eólicas exigem determinados locais, elas não são instaladas em qualquer lugar, em função da frequência do vento, mas as solares, não. A demanda, a capacidade do Nordeste de produzir energia solar é monumental. Só que isso precisa ser feito. Talvez uma solução de uma PPP que agregue diversos Municípios, que possa fazer a parte do saneamento básico, a parte de geração de energia para os próprios municipais como uma contrapartida à utilização da área para jogar energia no sistema fosse um caminho.

São essas ações que nós estamos, no PRDNE – o Senador Wagner se referiu ao plano de desenvolvimento, à agenda nacional de desenvolvimento –, buscando dar uma uniformidade para que a Sudene possa coordenar. As ações de Governo, ou elas se dão de forma junta – Dnocs, Codevasf – sem impactos internos, e, sim, com uma formatação de união de todos... E por isso é que esse PRDNE vai ser discutido com os Governadores e depois será trazido ao Congresso, para que nós tenhamos realmente a política de desenvolvimento regional que é prevista constitucionalmente. Senão, vamos continuar... O Deputado Júlio Cesar, inclusive, deu dados que mostram que o PIB do Nordeste era maior em 1948, 1949 do que é hoje. E o PIB do Nordeste caiu apesar dos incentivos fiscais. Nós não tiraremos essa diferença que existe e não faremos a recuperação efetiva do Nordeste se não tivermos recursos a fundo perdido.

Aqui foram também citados os investimentos na Zona Franca de Manaus. Eu tenho um dado, só para comparar: em 2018, a Zona Franca de Manaus recebeu R$24 bilhões de incentivos fiscais. A Sudam e a Sudene, R$6 bilhões. E queriam acabar, quase acabam os incentivos fiscais, não fosse o Presidente recém-empossado aprovar a lei que foi aprovada pelo Senado e pela Câmara. Então, essas...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MÁRIO DE PAULA GUIMARÃES GORDILHO – Até hoje sofremos embates dentro do Ministério da Economia em relação a esse assunto. Quer dizer, há uma necessidade de que essa política regional de desenvolvimento se faça de forma global. Nós não podemos continuar atirando para um lado e para o outro, nós temos que buscar quais são as prioridades. Vamos trabalhar nas prioridades.

O São Francisco tem um plano diretor, que foi concluído recentemente, de uma dimensão enorme, com as necessidades enormes que precisam ser feitas, da dragagem à recuperação de matas ciliares. A Codevasf fez várias recuperações de áreas de matas ciliares e recuperação de pequenas nascentes.

O Senador Jean Paul falou exatamente sobre esse apoio ao Nordeste, às ações do Nordeste. É fundamental, Senadores, que ocorra uma visão...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MÁRIO DE PAULA GUIMARÃES GORDILHO – ... e o orçamento impositivo certamente poderá trazer informações e definições mais amplas dos recursos a serem aplicados no Nordeste.

O Senador Izalci se referiu ao diálogo do PRDNE com os entes de Governo. Senador, nós estamos trabalhando em cima disso. Eu entreguei ao senhor uma minuta de um primeiro estudo sobre a área de educação, dentre os seis eixos que estão sendo desenvolvidos. Nós estamos em fase de análises, levantamentos, para podermos ter uma diretriz para discutir o assunto com os governos.

Na parte de ciência e tecnologia, obviamente são fundamentais as novas diretrizes que poderão vir, por exemplo, fibra ótica e outros elementos, que darão uma modificação em todo o contexto do Nordeste.

As políticas hídricas: também sem água nada acontece. Então, se não tivermos formas de fazer transposições ou buscar água, tem que ser água de subsolo, não tem jeito. Então, temos que fazer até pequenas ações... O Senador Wagner se referiu também ao Água para Todos, que ele fez na Bahia. Há no Nordeste um volume enorme, mas nem todas no Nordeste, Senador... Nós temos na Sudene um problema sério de vários programas e vários convênios que não foram concluídos, e também há alguns exageros, tipo a licença ambiental para fazer uma cisterna e um poço. Não é possível... Então, o Prefeito executa a obra, faz toda a obra, mas, se não tirar a licença ambiental e não trouxer a propriedade daquela terra – que ele desapropria, certamente, mas às vezes não tem recurso para pagar –, a cisterna está lá funcionando, e ele fica inadimplente com o sistema.

Então, são certas nuanças que causam problemas operacionais muito grandes. Os próprios convênios são de uma exigência formidável em relação à capacidade dos Municípios de atender àquelas demandas. Tudo isso, essa simplificação das ações do Governo, das ações de levar o recurso até a fonte... O que existe de restos a pagar não está no gibi! É uma quantidade enorme de convênios que não puderam ser implementados porque não se cumprem determinadas normas estabelecidas. Há uma portaria, se não me engano é a 242, que não sei como os Municípios conseguem cumprir.

O Senador Izalci também se referiu aos recursos do FNE e do FDNE para este ano e fez uma referência ao valor aplicado ano passado e aplicado neste ano. O Presidente Romildo fez uma referência a que no ano passado, 2018, efetivamente o FNE tinha recursos não aplicados, então o ano 2018 carregou um volume enorme de recursos para serem aplicados que de 2017 passaram para 2018,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e, logicamente, acabada essa reserva, temos que cair no exato valor correspondente ao que será repassado de recursos do FNE via orçamento do Governo Federal.

Não sei se respondi a todos, mas a sineta já tocou...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Só uma questão: a Sudam tinha um critério de prestigiar os IDHs baixos e muito baixos. A Sudene tem algum critério? Como é o processo de escolha?

O SR. MÁRIO DE PAULA GUIMARÃES GORDILHO – Sim, nós fomos instados até pelo Tribunal de Contas, e a Sudene já deveria ter feito isso, e eu fiz agora, no início do ano: nós constituímos um comitê operacional para o FNE, que acompanhará as aplicações do Banco do Nordeste no sentido de que as diretrizes definidas pelo Condel sejam efetivamente cumpridas. O Banco do Nordeste cumpre, mas, às vezes, a gente determina uma coisa e, na ponta, a realidade é outra. Às vezes, não há condição de se aplicar aquilo que foi definido pelo Condel porque não há mercado na outra ponta. Esse ajuste tem que ser feito *pari passu*, e nós estamos nos reunindo trimestralmente com a diretoria do Banco do Nordeste e acompanhando o andamento das aplicações.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Obrigado.

Passo então à Maria Clara...

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) – Presidente! Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Pois não.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) – Só para enriquecer o debate aqui com o nosso baiano, Dr. Mário Gordilho. Eu fico muitas vezes a me perguntar e não consigo entender. Por exemplo, o Desenbahia, que é um banco de fomento, um banco público, tem linhas de crédito para financiar prefeituras nos projetos de infraestrutura – o nosso Presidente Rolim deve também explicar se o Banco do Nordeste tem essa linha. Então, eu não vejo motivo para a Sudene não abrir essa linha, porque energia solar hoje está na moda, os Municípios do interior da Bahia e do Brasil como um todo estão usando energia solar, colocando placas em cima de suas casas. Um Município com mil casas precisa de dois hectares, ou seja, 20 mil metros quadrados de área, para instalar um parque de 1MW de energia. Isso atende mil casas, o que equivale a cinco mil pessoas, com um custo em torno de R$8 milhões. É uma garantia real, porque, se a Sudene ou um banco qualquer financiar, pode ser descontado do fundo de participação. Então, não há nem o problema de dizer que a prefeitura pode ficar inadimplente.

Eu acho que tanto o Banco do Nordeste como a própria Sudene deveriam repensar esse modelo de financiar as prefeituras na instalação de pequenos parques de energia solar pelo Brasil afora, principalmente no Nordeste, claro.

O SR. MÁRIO DE PAULA GUIMARÃES GORDILHO – A instituição do FDNE e do FNE impede legalmente o financiamento a Estados e Municípios.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Passo, então, a palavra à Maria Clara.

A SRA. MARIA CLARA NETTO OLIVEIRA – Começo pela pergunta do Senador Angelo Coronel.

Realmente, a revitalização é fundamental, como vários já falaram, inclusive para a transposição. Nós temos ações de revitalização, nós até listamos algumas ali, mas – já meio que respondendo também ao Senador Jaques Wagner – nós não estamos atuando na dragagem do rio. Isso aí, eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

entendo, está mais a cargo não é nem do Ministério do Meio Ambiente, mas do Ministério dos Transportes, do Dnit, que está com uma ação do PAC para a revitalização. Isso entrou no escopo da hidrovia do São Francisco. Há um trecho lá que estava a cargo, pelo menos até o ano passado, do Dnit.

Com relação ao Salitre...

Ah, outra coisa! Nós temos um projeto de revitalização que foi batizado como Novo Chico. Não temos conseguido alocar recursos para a execução desse Novo Chico, mas tem havido um esforço grande... Temos que parabenizar o diretor, que tem conseguido muitas emendas; estão ainda muito aquém do que precisamos, mas neste ano temos R$30 milhões em emendas. Eu não sei se esse projeto que foi aprovado ontem, essa PEC lá na Câmara, vai conseguir alcançar para colocar como impositivas as emendas deste ano, porque são R$30 milhões, mas discricionárias. Há essa problema da liberação, porque dificilmente se liberam emendas discricionárias.

Agora, Senador Jaques Wagner, em relação ao Salitre, realmente, estamos sem orçamento neste ano. Praticamente não tivemos orçamento no ano passado, quando praticamente o que se gastou no Salitre foi pagamento de energia elétrica. E neste ano nós já estamos com uma dívida de energia elétrica de quase R$4 milhões no Salitre. Acho que são quatro meses que nós estamos devendo. Vamos ter de entrar com crédito, mas com essa finalidade.

O Governo anterior tirou do PAC o projeto Salitre, mas esperamos conseguir, nesse novo plano plurianual, o retorno dele como prioridade de Governo para nós podermos iniciar a segunda etapa, que são mais de 5 mil hectares – na nossa apresentação, nós colocamos uma demanda orçamentária para o ano que vem de R$40 milhões.

O senhor falou também a respeito do modelo de ocupação. Nesse caso, quem está mais por dentro do modelo de ocupação, inclusive de problemas de invasão que nós tivemos lá é o assessor Athadeu. Eu pediria para ele complementar a resposta.

O senhor fez alguma pergunta específica a respeito da política de segurança hídrica e de saneamento?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Sim.

A SRA. MARIA CLARA NETTO OLIVEIRA – É a relação dela com o plano ou... Porque essa política de segurança hídrica... O gestor da política é o nosso Ministério do Desenvolvimento Regional, e eu acredito que, agora, a de saneamento também foi para a esfera do ministério. A Codevasf é executora quando delegada.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – É, exatamente, a política está com o Ministério do Desenvolvimento Regional.

A SRA. MARIA CLARA NETTO OLIVEIRA – A Codevasf não atua, não participa da condução em si da política, mas... Inclusive, ela é mais demandada como executora da Política Nacional de Desenvolvimento Regional. Já nessas outras duas políticas, a gente atua mais por conta, no caso do saneamento, da revitalização – a construção de esgotos e tal dentro do programa de revitalização –, a não ser em emendas ou em alguma outra prioridade. Normalmente, é mais por emenda, muito pouco por orçamento já alocado no projeto de lei.

Aí eu peço para o Athadeu complementar a resposta a respeito do modelo de ocupação do Salitre.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) – Dra. Maria, só para complementar e enriquecer o nosso debate. Eu também fico aqui a me perguntar... Aliás, hoje estou passando a manhã toda a me perguntar. Vai chegar o momento em que aquelas mangas bonitas e doces, aqueles cocos verdes, os espumantes citados aqui pelo nosso ex-Governador Jaques Wagner, todos ficarão só no papel, porque, se não tivermos água, não vamos poder ter esse projeto. Até os tratores que a Codevasf distribuiu milhares pelo Nordeste vão ficar todos também na garagem, porque não haverá o que arar e gradear se não há água. Então, eu acredito que a Codevasf deveria fazer uma força-tarefa para só liberar algo novo depois que concentrasse os recursos para revitalizar o rio, porque, se não tivermos água, não vai adiantar nada; teremos uma Codevasf, dentro de pouco tempo, tendo que fechar as portas, porque vai perder a sua função.

A SRA. MARIA CLARA NETTO OLIVEIRA – Certo.

Nós até apresentamos a relação... Nós estamos atuando na parte de revitalização, mas ainda está muito aquém da necessidade, isso nós reconhecemos. É que a Codevasf fica na dependência do próprio Ministério da Economia agora, quanto à alocação de recurso, ou na dependência de emendas, especialmente no caso... Normalmente, não existe interesse do Parlamentar na alocação de emenda individual com essa finalidade de revitalização.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) – Mas agora, com a liberação, ontem, da emenda de bancada, nós vamos aprovar aqui no Senado, nós vamos colocar recursos para salvar o rio.

A SRA. MARIA CLARA NETTO OLIVEIRA – O.k. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Complemento da resposta ao Senador Jaques Wagner.

O SR. ATHADEU FERREIRA DA SILVA – Dois minutinhos.

Com respeito à revitalização, que foi mencionada aqui. A Codevasf tem um projeto chamado Novo Chico. Trata-se de um projeto que tem início, meio e fim; ele é completo. É um projeto que tem um horizonte de uns 20 anos e depois pode ser remodelado. Ele abarca tudo o que foi falado aqui no quesito recuperação e conservação hidroambiental, focando na qualidade da água e também na quantidade. O principal hoje na discussão é quantidade. Nós temos que fazer manejo de solo e água, compactuar com todo o pessoal que está na área de influência do rio principal e dos afluentes. E nós temos um trabalho que foi feito... Inclusive, nós temos uma parceria grande com a USACE, em que foi até mostrada alguma coisa nesse sentido. Nós sabemos quanto de sedimento está caindo dentro do rio, de onde vem a fonte, está tudo mapeado. Precisamos é de orçamento, de fato, que foi o que a Maria Clara colocou aqui. Isso está montado.

A questão da dragagem, de que o senhor falou. O senhor sabe que nós trabalhamos no passado sobre isso, à época do multimodal. Esse trabalho do multimodal é um trabalho importante, ele foca isso, e nós fizemos, sim, a dragagem junto com o Dnit. A questão é que, como a nossa gerente Maria Clara comentou, não depende da pauta da Codevasf. Agora, se for designada a Codevasf, ela executa, para a gente não há dificuldade. O problema é haver delegação.

Há outra questão que foi levantada aqui. O senhor falou da questão dos projetos de irrigação. A Codevasf só faz projeto de irrigação hoje... Para tocar um projeto para frente, tem de haver outorga de água. Quem faz outorga na bacia é a ANA. Há um comitê de bacias que rege isso... Nós trabalhamos hoje com foco na Lei 4.933, que é a Lei de Recursos Hídricos. Por isso é que foi falado que, em todas as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ações em que nós atuamos, nós precisamos ter um plano de bacias para conhecer o equilíbrio ambiental da região. Então, com respeito a esse item que o senhor comentou... A gente entende perfeitamente. É um projeto que estava na gaveta e, quando foi puxado... Mas, daqui para frente, o senhor tem de reestudar isso, mas tendo em mente – repito – que, sem água, você não faz a revitalização.

Com respeito à ocupação, sobre o que o senhor comentou, de pequenos e grandes agricultores, os grandes agricultores são a mola de desenvolvimento dos projetos. Se o senhor colocar só pequenos, vão falir, porque a atividade econômica feita no Semiárido... Se você não levar esse tipo de projeto que a Codevasf faz e o Dnocs faz, ninguém investe lá. O senhor não vai levar água, não há como levar água a essa região, ninguém vai investir. É como um loteamento, um local onde você vai fazer um loteamento ou fazer um parque industrial: você tem que colocar rua, colocar energia elétrica etc., senão ninguém entra lá dentro.

É o caso do sistema de irrigação, irrigação pública, esse projeto de irrigação: ele é totalmente diferenciado. Há a irrigação suplementar, que é feita pela iniciativa privada nas regiões onde chove, tem solo... A pessoa que tem a propriedade mete uma bomba lá no rio e puxa diretamente, não há necessidade de se fazer toda essa infraestrutura, é totalmente diferente. Então, o pequeno produtor, para entrar ali, tem que ter um tratamento diferenciado. O que dá retorno, de fato, é coisa que agrega mais valor, exige mais tecnologia. Então, há uma série de fatores para esse cidadão ficar ali dentro.

Outra questão que foi mencionada aqui, acho que através do pessoal... "Como vocês estão ganhando dinheiro se têm que ficar pagando luz?" Você tem pequenos e grandes proprietários, você tem, dentro da Bacia do São Francisco, os projetos chamados sociais – você tem o do Baixo São Francisco, na região de Itaparica. São projetos onde houve remanejamento de pessoal para fazer assentar, para fazer barragem... Por exemplo, ali perto de Barreiras, Bom Jesus da Lapa, o pessoal foi remanejado da bacia hidráulica de Sobradinho e foi assentado aqui perto da Lapa. Esse pessoal tem que ter um tratamento diferenciado, tem que se separar uma coisa da outra. Então, esse é o contexto desse uso. Repetindo: os lotes na área do Semiárido do pequeno agricultor têm que ter um tratamento diferenciado, talvez até com subsídios. Para o grande empresário, é diferente: ele chega lá, tem tecnologia própria, tem mercado, tem *business* para vender. Se o senhor for ao oeste da Bahia, verificará como funciona. O pessoal está diretamente ligado aos grandes mercados internacionais. Lá em Petrolina e em Juazeiro, já fica o pessoal da defesa sanitária olhando como o produto sai da lavoura, há todo um tratamento pós-colheita para depois ser dado o selo de exportação. O pequeno agricultor, para chegar nisso, tem que ter um certo aparato. Nós não podemos esquecer que uma coisa é diferente da outra.

Eu fico muito satisfeito de ver o interesse que o senhor está mostrando quanto ao que foi falado aqui dentro. Nós temos que somar, de fato. O pessoal da Sudene comentou isso, o Denocs é um parceiro grande que nós temos, e nossos trabalhos são complementares. Algumas coisas, dependendo da região, são parecidas, mas eu quero fortalecer o seguinte: a Região Nordeste tem uma grande população, e nós só vamos ter equilíbrio no País se esse pessoal for fixado na região.

O senhor – permita-me, viu? – faça uma conta do custo que há quando o pessoal se desloca para os grandes centros: montam favelas, invadem áreas, aí você precisa de polícia, tem que aumentar cadeia, o pessoal não tem chance de trabalhar, cestas básicas e uma série de outros fatores, além da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

perda de dignidade. Você tem que largar esse pessoal lá. A gente pode fazer uma conta, que é a seguinte. Todo mundo sabe de onde vem a população que está aqui em Brasília, na periferia, todo mundo sabe, os serviços sociais sabem. Por que, então, não fazer uma discussão com São Paulo, Rio, etc., etc., onde essa população está, no sentido de verificar quanto custa esse pessoal ficar nessas cidades e investir lá? Quer dizer, o Município, a capital renuncia ao que está no orçamento para investir lá, porque lá esse pessoal vai ter um retorno muito melhor, o custo é mais barato, e ele vai viver com dignidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Obrigado, Athadeu.

Senador Jaques.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Vou fazer mais uma pergunta.

Primeiro, eu lhe agradeço. Já o conheço como um dos pilares lá da nossa Codevasf.

Dentro do programa Novo Chico, que você falou que era para 20 anos, há a previsão também da dragagem?

O SR. ATHADEU FERREIRA DA SILVA (*Fora do microfone*.) – Tudo.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Tudo? Porque, na verdade, a dragagem tem de ser de Pirapora até Juazeiro...

O SR. ATHADEU FERREIRA DA SILVA (*Fora do microfone*.) – É, tem que fazer a batimetria dos trechos que estão dragados, porque não é contínuo o processo...

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Claro.

O SR. ATHADEU FERREIRA DA SILVA – Às vezes, em alguns casos, é preciso só fazer o caixão, só o corredor multimodal, corredor do navio, da chata, não precisa fazer toda a seção. A batimetria orienta nisso.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Como vocês fizeram esse trecho? Com uma draga?

O SR. ATHADEU FERREIRA DA SILVA – O problema de draga, o senhor sabe que é complexo, não é? Normalmente não há draga no São Francisco, é preciso trazer draga de São Paulo e, para deslocar a draga de um lugar para o outro, é caríssimo, tem que arrumar Tip Top, aquela história toda – acho que todo mundo sabe o que é isso. Então, não é muito fácil não. A gente tinha que ter, de fato, a draga na região. Ela tem que ficar em *stand-by;* na verdade, é isso.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – É por isso que eu lhe falei: apesar de vivenciar essa briga... Eu errei, não era Ministério do Meio Ambiente, era dos Transportes e Ministério da Integração, onde está a Codevasf. Ficavam... "A draga é de quem? No de Transportes ou no da Integração?" Para mim, não interessa a briga, interessa a gente fazer. Em muitas vezes, você tem chuva na cabeceira, mas nem sempre ela chega, exatamente pela perda...

O SR. ATHADEU FERREIRA DA SILVA – Há diversos fatores, mas hoje, com a regulação... Vocês devem acompanhar essa situação da ANA: ela faz uma reserva hídrica em Três Marias e, na medida do que é necessário, joga água em Sobradinho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Abaixo da barragem de Três Marias, há os rios sobre os quais comentei e que abastecem Sobradinho. Discute-se sobre o problema de evaporação. Então, há uma série de fatores, mas isso está ajustado, tanto é que, para este ano, Três Marias está com 70% de volume útil, e Sobradinho está 40% e mais alguma coisa. Espera-se que, com toda a demanda necessária para atender Itaparica, etc., etc., vai se chegar ao final do ano, na descendência do uso do reservatório, com 20%, 25% ou 18%, o que é satisfatório. Mas é preciso haver chuva no ano seguinte. E, para a água de fato correr, para o rio ficar perene, temos que fazer a revitalização.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Quero até aproveitar essa colocação, já que, agradecendo à Maria Clara, vou passar a palavra agora para o Romildo, para dizer que o que a gente tem percebido nos outros bancos, como no Banco do Brasil – também percebi um pouco isso na Sudam –, é que os pequenos produtores, principalmente os produtores rurais, têm certa dificuldade de tocar seus projetos porque não têm garantia. O Banco do Brasil, por exemplo, é o gestor do FCO, e o risco é dele. Então, ele usa muito mais o critério de não haver inadimplência do que propriamente o de atender os interesses sociais dos fundos. Os fundos constitucionais têm muito a ver com o interesse social.

Como é essa questão do Banco do Nordeste com relação às garantias, à escolha dos projetos? Realmente, há uma prioridade com relação ao interesse social dos projetos?

O SR. ROMILDO CARNEIRO ROLIM – Vou iniciar aqui abordando a pergunta do Senador Angelo Coronel.

Realmente, como foi dito aqui, nós não podemos, com o recurso do FNE, fazer o financiamento para Estados e Municípios, por conta de impedimento da lei. Agora, nas companhias estaduais de água e esgoto, nós já podemos fazer isso, porque elas têm receitas próprias. Aí a gente já fez isso. No ano passado, nós aplicamos em projetos de ampliação e de modernização de serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário quase R$2 bilhões. Acho que o Estado de vocês foi um exemplo disso. Então, a gente já faz isso, porque eles têm receitas próprias, são independentes e descolados da receita estadual e da estrutura do Estado. Isso não é feito diretamente com o Estado ou com o Município em si, porque eles têm receita própria. Então, já se pode fazer isso. A gente já avançou nessa questão.

Com relação ao orçamento do ano de 2018 para o FNE, no ano passado, tínhamos um orçamento de R$30 bilhões e fizemos R$32,6 bilhões. E, para a programação orçamentária do ano de 2019, foram aprovados R$23,7 bilhões. E a gente já percebeu que, por conta da programação de retorno e dos reembolsos, já temos algo em torno de R$2 bilhões. Então, já podemos ver aí que podemos chegar a algo em torno de R$25 bilhões, R$26 bilhões. Já conversamos com o Ministro Gustavo Canuto, para poder até fazer uma reunião do Condel proximamente, talvez em abril. Ele está programando isso juntamente com a Sudene, para ver em que setores eles vão alocar esses R$2 bilhões. Ele vai conversar com a Sudene sobre esses R$2 bilhões. Vai chamar os Governadores para fazer um novo Condel talvez em abril. Talvez, com uma melhor eficiência de reembolso, com uma melhor gestão da adimplência, a gente chegue até a fazer mais, para, no ano de 2019, chegar a algo em torno de R$28 bilhões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto a essa questão da privatização do Banco do Nordeste, a gente acompanha o que está sendo dito sim, mas, no âmbito interno do Banco do Nordeste, junto à Diretoria Executiva, não há essa agenda. Isso até nos motiva a fazermos ainda uma pauta melhor em termos de eficiência do banco. Fizemos isso no banco no ano passado.

O que a gente discute em toda a diretoria do banco e com a rede de agências? É que a gente faça um banco ainda mais eficiente. No ano passado, fizemos a aplicação do FNE e de todo o orçamento dos programas de microcrédito, reduzimos a inadimplência, fizemos toda a carteira e todo o orçamento, melhoramos a qualidade da carteira e reduzimos despesas administrativas. Para este ano, vamos continuar a fazer isso, buscando melhor eficiência, para mostrarmos ao Governo que nós já estamos cumprindo a missão de desenvolvimento na nossa área de atuação com eficiência. Por exemplo, há uma carteira em que nós aplicamos microcrédito urbano com uma inadimplência de 1,3%. Então, realmente, isso aí é um gol, isso é auditável. Temos que mostrar isto para o Governo, que nós devemos e queremos continuar a cumprir a missão de desenvolvimento, a missão desenvolvimentista regional, com esses níveis de eficiência. Vamos mostrar para o Governo que podemos fazer ainda mais e melhor. Esse é o nosso intuito, fazendo e mostrando isso.

Realmente, nós temos, sim, uma política... Na questão de garantias para o mini e pequeno produtor rural, nós já aplicamos... Na questão do pronafiano, a gente já faz isso dentro da metodologia do microcrédito. A gente leva a metodologia do microcrédito produtivo e orientado para o urbano. A gente faz o Crediamigo, que é urbano; a gente faz o AgroAmigo, a gente o faz através da orientação. E, para créditos de até R$50 mil, não há necessidade de garantia real. Então, a gente faz só com garantias fidejussórias. Não precisa disso. A gente já tem essa política e não faz isso.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Presidente, o banco continua exigindo carta de crédito para financiamentos maiores?

O SR. ROMILDO CARNEIRO ROLIM – A fiança bancária é exigida só quando a gente tem uma visão... O senhor fala de fiança bancária?

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – É.

O SR. ROMILDO CARNEIRO ROLIM – É só quando existe uma visão de risco no estudo de avaliação de risco e quando, para o cliente, não existem outras garantias para serem ofertadas ou mesmo quando o próprio cliente, entre as garantias que são listadas nas nossas regras, opta por oferecer.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Eu entendo que um banco de desenvolvimento tem de ter elementos facilitadores, ao mesmo tempo em que entendo que dinheiro público é para ser pago e devolvido, porque é ele que roda. Então, essa moda de que por que é do Banco do Nordeste não vou pagar, é óbvio, não pode acontecer. Mas, por outro lado, se a gente fizer o custo do crédito ao preço de mercado, deixa-se de ter o papel de banco de desenvolvimento.

Falo isso, porque fui Governador, e, ao final, por um aperto da própria Fazenda, começou a se exigir a fiança bancária, que onera, em geral, 2% ou 3%, talvez, ou mais.

E, quanto à questão de inadimplência, depois era bom fazer uma comparação, Presidente, porque há um preconceito sempre. O pessoal acha que inadimplente é sempre o pequeno, o pobre.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em todas as linhas de micro, são essas inadimplências de que ele falou. Quando um graúdo deixa de pagar, aí sim o buraco é imenso, e não sei qual é a taxa de inadimplência.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Normalmente, os mais pobres cumprem mais os seus compromissos, e os grandes costumam adiar o pagamento da dívida.

Agradeço.

Já passo, imediatamente, então, para as considerações finais, a palavra ao Sr. Angelo José de Negreiros Guerra.

O SR. ANGELO JOSÉ DE NEGREIROS GUERRA – Sr. Presidente, eu vou ser bem breve, pelo adiantado da hora.

Eu queria começar pelo questionamento do Senador Angelo Coronel.

O Dnocs, revitalizado, tem condição de desenvolver essas ações com mais eficiência em áreas nas quais a gente pensa que deve haver atuação nacional, como está dito na própria denominação do órgão.

Quanto à segurança de barragens, por conta do acidente em Brumadinho, isso gerou, após o acidente, um problema seriíssimo dentro do Dnocs.

Eu queria deixar bem claro que a tecnologia para a construção de barragem de rejeito e a tecnologia para a construção de barragem de reservação de água são totalmente diferentes. Apesar de o Dnocs não ter a manutenção devida em suas barragens, são barragens seguras. Vou citar aqui um exemplo: foi feita a recuperação agora de uma barragem no Rio Grande do Norte chamada Itans, que tem 84 anos de construção, e só foi feita simplesmente a limpeza dos taludes e a recuperação dos equipamentos hidromecânicos dessa barragem. Cito isso como exemplo, mas isso não quer dizer que o Dnocs não tenha de pedir o recurso para a manutenção. Tem que ser feita a manutenção, sim. O custo de recuperação é altíssimo. Citei aqui os custos que a gente tem de recuperação de barragens do Dnocs, que chegam à casa de R$400 milhões.

Quanto ao que o Senador Jaques Wagner colocou, eu queria aqui, Senador, fazer uma contribuição sobre a dragagem do rio. No meu entendimento, é preciso revitalizar e deixar que o assoreamento seja feito naturalmente. E o que se gasta com a dragagem, como foi dito pelo colega da Codevasf, o senhor poderia aplicar nessa revitalização. Eu creio que essa é a saída. Essa é uma contribuição. O Dnocs não atua no São Francisco.

Quanto à "convivência com a seca", eu concordo com o senhor. Quero dizer que isso foi tratado dentro do Dnocs e que o ancião de 110 anos não gostou muito, não! "Olha, deixe aí minha denominação do jeito que está, porque são 110 anos com esse nome!" Mas o senhor pode ter certeza de que isso foi discutido.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – É que, por sorte, o nome continuaria o mesmo, porque a "convivência com a seca" seria pertinente ao Dnocs mesmo. Só mudaria a interpretação da sigla, porque o "c", de combate ou de convivência, seria mantido. Mas entendo. É que eu acho que é um conceito mais próprio.

O SR. ANGELO JOSÉ DE NEGREIROS GUERRA – Concordo com o senhor.

E, quanto ao Perímetro Salitre, eu queria dizer que não é do Dnocs. Então, a gente não poderia tentar ver o que está ocorrendo lá para tentar resolver o problema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria agradecer ao Senador Jean Paul, que não está aqui presente, pelo reconhecimento da atuação do órgão Dnocs. Quero dizer para ele que, quanto à Barragem de Oiticica, que está em execução pelo Dnocs, a disponibilidade dos recursos está sendo discutida para que haja a conclusão dessa barragem ainda neste ano. Eu ia dizer exatamente isto para ele: isso está sendo discutido no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Regional, e a gente tem a perspectiva de que isso seja possível.

Quanto ao Deputado Júlio Cesar, eu também quero fazer um agradecimento pelo reconhecimento e também pela forma como ele colocou, dizendo que existem recursos disponíveis. Quero dizer para ele que os Tabuleiros Litorâneos de Guadalupe necessitam hoje de R$289 milhões para a conclusão plena do perímetro, e é um perímetro também que, para a região do Piauí... Qual é a região mesmo, pessoal? Eu esqueci. É a de Guadalupe.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ANGELO JOSÉ DE NEGREIROS GUERRA – Não, não! Não é a sede, é a região que é beneficiada com o perímetro.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ANGELO JOSÉ DE NEGREIROS GUERRA – É Gurgueia, é o Vale do Gurgueia. Então, ele é muito importante para o Vale do Gurgueia.

Ele tem uma diferença em relação aos outros perímetros. É o seguinte: nos outros perímetros, nós temos água o ano todo, mas lá nós temos água por conta de ser feita a captação na Barragem de Boa Esperança, no Rio Parnaíba.

O Deputado Bosco também fez um reconhecimento à atuação do Dnocs lá, na pessoa do Dr. Wesley. Eu só queria agradecer.

O senhor perguntou como é que se atua em relação às prioridades. O Dnocs tem uma infraestrutura hídrica, tem sustentabilidade hídrica nessa região do Semiárido e tem projetos exatamente para atender a região mais árida dessa área. E o que a gente tem para exemplificar? A Barragem Fronteiras está em execução no Município de Crateús, no Estado do Ceará, que é a região mais árida do Estado. Ela vai atender, de imediato, mais de 300 mil pessoas quando for concluída. São 11 sedes municipais.

Eu queria agradecer ao senhor pelo convite e dizer que nós vamos estar sempre disponíveis para debater.

Outra coisa que o Senador Jean Paul falou aqui é de que a gente não deve ter medo de colocar que o Dnocs é uma instituição muito importante para o desenvolvimento do Semiárido nordestino.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Eu queria até aproveitar a presença aqui do Senador Angelo Coronel e do Senador Jaques Wagner, que são do Nordeste, para dizer que estive em Israel, e, por incrível que pareça, foi um brasileiro que fez a apresentação da usina de dessalinização.

V. Exa., que foi Governador, estudou essa questão, se seria viável essa questão?

O grande problema do Nordeste, pelo que vejo aqui, é a água.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Não, na verdade, nós temos pequenas unidades de dessalinização, quando se cava um poço e quando o poço dá água salobre. E nós ainda temos muita água subterrânea. Por exemplo, no Aquífero de Tucano, eu fiz um trecho do aproveitamento. São poços profundos de mais de 500m, mas, efetivamente, se não há o recurso de água de subsolo nem de água que possa ser coletada da chuva, o que seria uma eventualidade, o custo – não sei se o pessoal conhece – é efetivamente muito maior.

Por acaso, sou judeu e já visitei várias vezes Israel. Evidentemente, lá eles não têm recurso nenhum, porque mais da metade do território é o Deserto do Negev. Então, eles têm uma *expertise* fantástica. Acho que isso pode ser mitigado. Assim como há fontes de energia mitigadas, você pode mitigar. Agora, nós ainda temos recursos de subsolo que podem ser aproveitados, creio eu, a um preço mais barato do que o da dessalinização.

O SR. ANGELO JOSÉ DE NEGREIROS GUERRA (*Fora do microfone*.) – Senador, permita-me...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Pois não.

O SR. ANGELO JOSÉ DE NEGREIROS GUERRA – Eu me esqueci de falar aqui, quando foi dito sobre a miniusina, Senador Angelo Coronel, que o Dnocs tem uma parceria com a Universidade Federal do Estado do Ceará para um projeto em que ele quer utilizar o espelho d'água do reservatório do Castanhão como um projeto piloto. Através da implantação de placas fotovoltaicas, nós resolveríamos dois problemas: primeiro, gerando energia; a energia desse projeto piloto poderia, sim, ser aplicada em parte na transposição do Rio São Francisco, porque esse é um problema muito sério desse projeto; e a outra questão seria evitar a evaporação.

Quero dizer também, quanto à dessalinização, que a gente tem um diferencial muito grande em relação a esses países onde existe a dessalinização. Eu também concordo com o senhor: nós temos perdas nos sistemas de 46% e deveríamos começar, primeiro, antes da dessalinização, que é muito cara, a tentar diminuir essas perdas.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Realmente, é isso.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) – Presidente Izalci, só para poder entender melhor.

Eu não entendi bem, Dr. Angelo: na lâmina d'água do Castanhão, colocar placa fotovoltaica?

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Deixe-me só ajudar.

Lá nós estamos com um belo projeto que está sendo feito na Barragem de Santa Helena por alguém que vai entrar em um leilão de energia fotovoltaica. O que acontece? É evidente que você tem que calcular e fazer a separação para que não se perca a oxigenação daquele conjunto, daquela barragem, como no caso de Santa Helena, mas é fantástico, porque você diminui a área de evaporação, garante a área de oxigenação, e ali você está gerando energia que se joga no sistema.

O SR. MÁRIO DE PAULA GUIMARÃES GORDILHO – E aumenta a produtividade – ouviu, Senador? – da placa.

O SR. ANGELO JOSÉ DE NEGREIROS GUERRA (*Fora do microfone*.) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Pois não.

O SR. ANGELO JOSÉ DE NEGREIROS GUERRA – Sobre o que o senhor falou aí, já existe um projeto piloto – inclusive até a Chesf também já começou –, que é o seguinte: o senhor, quando faz

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

isso em área que não seja um espelho d'água, o senhor tem que fazer o resfriamento dessas placas; no caso de o senhor colocar no espelho d'água, o senhor não teria mais esse problema. E ainda colocou muito bem o Senador Jaques Wagner o seguinte: você faz isso de forma que não cause nenhum problema ambiental, porque o senhor sabe que no espelho d'água existe muita vida. Então, isso aí é um projeto... Já existe um piloto feito, iniciado pela Chesf; há esse outro que o Senador citou; e esse nosso é um acordo de cooperação com a Universidade Federal do Estado do Ceará que a gente quer implementar. E, se o espelho do maior reservatório do Dnocs, que é o Castanhão, funcionar, a gente vai extrapolar isso para os demais. Com essa forma de gerar energia, pode ser que a gente consiga que esse projeto tenha condição de ser financiado e ir para frente.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MA) – Senador...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Bem, eu proponho aqui, antes que eu esqueça, a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 5ª Reunião da Comissão.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal* juntamente com as notas taquigráficas.

Chegou agora aqui, antes do encerramento, o nosso querido Líder do PSDB e nosso colega, amigo, Líder do Maranhão, Senador Roberto Rocha.

V. Exa. tem a palavra.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MA) – Sr. Presidente, é só para cumprimentar.

Eu chequei agora porque estava ali na CCJ desde cedo acompanhando a audiência pública com o Ministro Sergio Moro sobre o pacote anticrime, mas eu não poderia deixar de passar aqui para cumprimentar todos que aqui já se pronunciaram, cumprimentar esta Comissão e dizer que sou um entusiasta da Sudene, do Dnocs e, muito especialmente, do BNB, que atua no meu Estado, o Maranhão, e que neste ano que passou produziu um saldo jamais visto na história do Estado. É um Estado que tem muitas riquezas naturais, mas que necessita muito de investimentos, sobretudo privados, uma vez que o investimento público, a gente sabe, cada vez está mais curto. E o BNB deu um salto nos investimentos no Estado do Maranhão, de R$1,8 bilhão para quase R$5 bilhões, de tal modo que eu não posso perder a oportunidade aqui de cumprimentar a direção inteira do Banco do Nordeste na pessoa do Dr. Romildo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Esta Presidência agradece a disposição dos convidados em comparecer a esta Comissão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 19 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 27 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 7ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE ABRIL DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às dez horas e um minuto do dia três de abril de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob as Presidências dos Senadores Izalci Lucas e Zenaide Maia, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Marcelo Castro, Dário Berger, Eduardo Gomes, Daniella Ribeiro, Plínio Valério, Elmano Férrer, Styvenson Valentim, Juíza Selma, Veneziano Vital do Rêgo, Eliziane Gama, Leila Barros, Flávio Arns, Jaques Wagner, Humberto Costa, Otto Alencar, Zequinha Marinho, Jorginho Mello, Paulo Paim, Jayme Campos, Telmário Mota, Paulo Rocha, Wellington Fagundes e Marcos do Val. Deixam de comparecer os Senadores Randolfe Rodrigues, Lucas Barreto, Omar Aziz e Chico Rodrigues. Justifica ausência a senadora Soraya Thronicke. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo n° 11, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir a situação de obras paralisadas do Programa Minha Casa, Minha Vida." **Autoria:** Senador Angelo Coronel. **Resultado:** Retirado pelo autor. **ITEM 2 - Requerimento da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo n° 12, de 2019** que: "Nos termos do arts. 73, 74 e 76 do Regimento Interno, requeremos a criação de subcomissão temporária, no âmbito desta CDR, para acompanhamento das obras da Usina de Belo Monte." **Autoria:** Senador Zequinha Marinho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 3 - Requerimento da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo n° 13, de 2019** que: "Requer realização de audiência pública para tratar da limitação de acesso às praias por parte de barracas e empreendimentos privados." **Autoria:** Senador Styvenson Valentim e Senador Lasier Martins. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 4 - Requerimento da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo n° 14, de 2019** que: "Requer a realização de Audiência Pública para apresentação de balanço das políticas públicas sociais redistributivas dos últimos 10 anos pelas instituições criadas pelo governo para esse fim." **Autoria:** Senador Zequinha Marinho. **Resultado:** Prejudicado. **ITEM 5 - Requerimento da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo n° 15, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do Artigo 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, que a Política de Centros de Desenvolvimento Regional, desenvolvida pelo Ministério da Educação em escala piloto, seja objeto de avaliação por esta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo no presente ano." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Subscrito pelo Senador Elmano Férrer. **ITEM 6 - Requerimento da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo n° 18, de 2019** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senado Federal, a realização de audiência pública para debater do PLS 465, de 2018, que altera os limites do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **Observação:** O Plenário da Comissão aprova a inclusão dos seguintes convidados: representante da Secretaria do Meio Ambiente do Maranhão, representante do Ministério do Meio Ambiente, representante do ICMBio, e representante do Ministério do Turismo. **ITEM 7 - Requerimento da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo nº 19, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PLS 465/2018, que altera os limites do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses." **Autoria:** Senadora Zenaide Maia. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 8 - Projeto de Lei da Câmara nº 176, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974, que "dispõe sobre a criação da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco – CODEVASF – e dá outras providências"." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Pela rejeição. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 9 - Projeto de Lei do Senado nº 789, de 2015 (Complementar) - Não Terminativo -** que: "Autoriza o Poder Executivo a criar a Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento Econômico do Polo Caruaru/PE e Campina Grande/PB e instituir o Programa Especial de Desenvolvimento desse Polo." **Autoria:** Senador Douglas Cintra. **Relatoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo. **Relatório:** Pela aprovação com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 10 - Projeto de Lei do Senado nº 365, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Institui normas gerais para a revitalização da bacia hidrográfica do rio Taquari." **Autoria:** Senador Pedro Chaves. **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 11 - Projeto de Lei do Senado nº 465, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Altera os limites do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses." **Autoria:** Senador Roberto Rocha. **Relatoria:** Senador Elmano Férrer. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta. **Observação:** Sobrestado pela aprovação dos REQ 18/2019 e 19/2019-CDR. **ITEM 12 - Ofício "S" nº 29, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Encaminha Parecer Técnico Conjunto nº 3, de 2018, com contribuições da Agência Nacional de Águas ao Relatório de Avaliações de Políticas Públicas sobre Segurança hídrica e gestão das águas nas regiões Norte e Nordeste, resultado do trabalho da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo." **Autoria:** Agência Nacional de Águas. **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Pelo conhecimento e arquivamento e pela aprovação do Requerimento nº 16 de 2019 - CDR que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório que passa a constituir Parecer da CDR pelo conhecimento e arquivamento, juntamente com a aprovação do Requerimento nº16 de 2019 - CDR. **ITEM 13 - Requerimento da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo nº 16, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre o estado atual do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (PISF)." **Autoria:** Senador Otto Alencar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 14 - Projeto de Lei do Senado nº**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

204, de 2018 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974, para incluir o Vale do Rio Vaza-Barris na área de atuação da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF), e dá outras providências." **Autoria:** Senador Antonio Carlos Valadares. **Relatoria:** Senador Jaques Wagner. **Relatório:** Pela prejudicialidade (votação simbólica). **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir Parecer da CDR. É declarado prejudicado o Projeto. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e dezesseis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Izalci Lucas

Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/04/03

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Havendo número regimental, declaro aberta a 7ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 6ª Reunião da Comissão da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com as notas taquigráficas.

Recebemos da Câmara Municipal de Caldas, Minas Gerais, o Ofício 53 – CMC, de 2019, que encaminha moção de apoio ao fortalecimento da legislação de licenciamento e fiscalização ambientais, de autoria da Vereadora Rita de Cássia Westin e do Vereador Mauro Fernando de Oliveira, iniciativa decorrente da preocupação com a segurança das instalações remanescentes da antiga exploração da mina de urânio do Município mineiro, entre essas uma barragem de rejeitos radioativos. A moção encontra-se publicada na página da CDR.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Recebemos também ofício dos Exmos. Srs. Mauro Carlesse, Governador do Estado de Tocantins; Artur Lemos Júnior, Secretário de Meio Ambiente e Infraestrutura do Rio Grande do Sul; e Romildo Macedo Mafra, Superintendente de Recursos Hídricos do Estado do Piauí, em agradecimento ao envio das publicações da CDR referentes ao relatório de avaliação da Política Nacional de Segurança de Barragens.

Encerra-se hoje o prazo do Aviso 201, de 2019, do TCU, para a manifestação de V. Exas. O aviso será encaminhado para o Arquivo do Senado Federal.

Recebemos o Memorando nº 049, de 2019, comunicando a ausência da Senadora Soraya Thronicke na presente reunião. Sua justificativa será registrada em ata.

Comunico a agenda de reuniões da Comissão para a próxima semana.

No dia 10 de abril, quarta-feira, às 9h, acontecerá audiência pública com a presença do Exmo. Sr. Marcelo Álvaro Antônio, Ministro de Estado do Turismo, para apresentar as ações do Ministério para os próximos dois anos. Então, está confirmada a audiência para o dia 10, às 9h.

Expediente.

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião é destinada à discussão e à votação de matérias.

O item 1 trata de requerimento da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. Foi solicitada a retirada de pauta. A autoria é do Senador Angelo Coronel.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 1
REQUERIMENTO Nº 11, DE 2019
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir a situação de obras paralisadas do Programa Minha Casa, Minha Vida.

Autoria: Senador Angelo Coronel)

Item 2: Requerimento da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo nº 12, de 2019.

ITEM 2
REQUERIMENTO Nº 12, DE 2019
- Não terminativo -

Nos termos do arts. 73, 74 e 76 do Regimento Interno, requeremos a criação de subcomissão temporária, no âmbito desta CDR, para acompanhamento das obras da Usina de Belo Monte.

Autoria: Senador Zequinha Marinho

Como é de autoria do Senador Zequinha Marinho, vou aguardar a presença do Senador para a deliberação.

Há outro requerimento da Comissão de autoria do Senador Lasier Martins. Também vamos aguardar a presença do Senador para a aprovação.

Nós colocaremos em votação, em princípio, apenas os itens que contam com a presença dos Senadores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Da mesma forma, o item 4 trata de requerimento de autoria do Senador Zequinha Marinho.

Convido aqui a Senadora Zenaide, nossa Vice-Presidente, a assumir a Presidência, para que eu possa convencê-los da aprovação da matéria constante do item 5, que é de minha autoria, para que eu possa fazer a defesa da aprovação do requerimento. (*Pausa.*)

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Bom dia!

É o item 5: Requerimento da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo nº 15, de 2019, do Senador Izalci.

ITEM 5
REQUERIMENTO Nº 15, DE 2019
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do Artigo 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, que a Política de Centros de Desenvolvimento Regional, desenvolvida pelo Ministério da Educação em escala piloto, seja objeto de avaliação por esta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo no presente ano.

Autoria: Senador Izalci Lucas

Concedo a palavra ao autor do requerimento.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF. Para encaminhar.) – Quero pedir o apoio dos nossos colegas Senadores e Senadoras.

Esse requerimento trata exatamente de um tema que, por diversas vezes, já discutimos aqui na Comissão, que é a implantação dos Centros de Desenvolvimento Regional. Esse é um projeto que foi criado no Ministério da Educação, em parceria com o Ministério da Ciência e Tecnologia, com o apoio do CNPq, da Capes, do Sebrae e de todo o setor empresarial, da CNI, da CNC, e com o apoio dos institutos de educação, no sentido de estudar um pouco mais as vocações de cada região, aproveitando todo o conhecimento científico que nós temos nas universidades e nos institutos de pesquisa.

Inicialmente, nós adotamos, na época, quatro regiões que foram pilotos, como Campina Grande e Brasília. Agora está sendo implantado também na região do Triângulo Mineiro; em Itapeva, São Paulo; e também no Rio Grande do Sul. Inclusive, estivemos no GSI, na Presidência da República, mostrando o projeto, os resultados já obtidos em Campina Grande, no sentido de transformar isso numa política pública nacional, porque nós sabemos do grande desafio na geração de emprego e renda, para, inclusive, diminuir as desigualdades regionais.

Como a nossa Comissão é exatamente a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, ela se encaixa muito bem nisso.

Então, naquela proposta de definir um projeto, eu pedi, inclusive, ao Senador Veneziano, que também representa Campina Grande muito bem e que conheceu o projeto lá, para que, neste ano, a exemplo do que foi feito no ano passado na questão do estudo que fizemos das barragens, pudéssemos dedicar o estudo a esse projeto dos Centros de Desenvolvimento Regional. E esse item trata dessa matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu gostaria de pedir o apoio de todos os Senadores e Senadoras para que possamos aprovar o requerimento e, imediatamente, começar o trabalho na definição dessa política de desenvolvimento regional e turismo.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Em votação.

Alguém quer comentar o requerimento?

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PI. Para discutir.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu queria fazer apenas um comentário, dentro de uma realidade vivida no passado.

Campina Grande foi realmente um centro de excelência, sempre o foi historicamente, começando pela Faculdade Politécnica de Engenharia; mais adiante, na área da mecânica; e, recentemente, como um polo de Tecnologia de Informação, ou seja, Campina Grande é, realmente, uma referência. E foi muito bem escolhido esse centro, porque já é uma realidade que vem há várias décadas.

Então, eu quero parabenizá-lo pela iniciativa muito boa, o que, no meu entendimento, é uma das missões desta Comissão.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Algum colega Senador quer fazer algum comentário? (*Pausa.*)

Em votação o requerimento.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Eu queria parabenizá-lo por essa ideia.

Não existe desenvolvimento sem educação. Chamar a educação para ver a situação regional deste País é uma coisa... Nós temos universidades públicas com notas e avaliações excelentes, temos Institutos Federais de Tecnologia. Então, essa é uma ideia brilhante! Eles estão lá na base e estão vendo se a gente junta o conhecimento com a vida real, com a prática.

Parabéns, Izalci!

Está aprovado o requerimento.

Agora, será cumprida a decisão da Comissão.

Vou devolver a Presidência para o senhor. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Agradeço o apoio dos Senadores e Senadoras.

Voltamos à pauta: item 6, que trata de requerimento da Comissão.

ITEM 6

REQUERIMENTO Nº 18, DE 2019

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para debater do PLS 465, de 2018, que altera os limites do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses.

Autoria: Senadora Eliziane Gama

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

- Se aprovado, fica sobrestado o PLS nº 465, de 2018.

Vou conceder a palavra à Senadora Eliziane Gama, para fazer o encaminhamento do requerimento, mas, antes, eu gostaria apenas de sugerir, se V. Exa. concordasse... Existe outro requerimento na mesma...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Isso! É de autoria da minha querida Senadora Zenaide.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Também é de autoria da Senadora Zenaide.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Ambos, que está no item 7. Que a gente pudesse discutir em conjunto aqui os requerimentos do item 6 e do item 7.

ITEM 7

REQUERIMENTO Nº 19, DE 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PLS 465/2018, que altera os limites do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses.

Autoria: Senadora Zenaide Maia

Observações:

- Se aprovado, fica sobrestado o PLS nº 465, de 2018.

É evidente que são praticamente os mesmos convidados, mas eu gostaria até de solicitar a V. Exas., há um pedido para que a gente também coloque no requerimento a presença do representante do ICMBio...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Isso e do Secretário Estadual de Meio Ambiente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – ... e do Ministério do Turismo. Então, se V. Exas. concordarem...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sim, e eu queria incluir, Presidente, além disso, o Secretário de Meio Ambiente do Estado do Maranhão.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – O.k.

Então, com a palavra V. Exa., Senadora Eliziane Gama, e depois a nossa Senadora Zenaide Maia.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, nós apresentamos o requerimento, porque, quando você recebe de antemão as colocações que foram apresentadas justificando este projeto, parece algo muito bom: vai ampliar a área de conservação, vai fazer investimento no turismo. Mas, na verdade, para mim se torna muito estranho fazer um projeto dessa magnitude, com impacto ambiental que nós também não sabemos ainda mensurar, sem sequer ouvir as quase 3 mil pessoas que moram no entorno. Nós temos lá um quantitativo da área que será desafetada por um número de 2.654 pessoas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por exemplo, hoje há várias professoras e outros movimentos que trabalham a questão ambiental extremamente preocupados. A Universidade Estadual do Maranhão e outras organizações do Estado estão preocupadas com o impacto que isso vai representar para uma comunidade que está lá instalada há um tempo e, ao mesmo tempo, o que isso vai representar para a vida dessas pessoas.

Então, nesse sentido nós entendemos que é necessário fazer uma audiência pública. A gente não pode fazer nenhum tipo de investimento sem ouvir as pessoas que estão no entorno, o que isso vai representar do ponto de vista de impacto e o que isso vai representar do ponto de vista de compensação. Então, a gente fez esse encaminhamento.

Eu queria cumprimentar a minha amiga Zenaide pela preocupação que ela tem relação em relação à área ambiental e, portanto, também regional.

A vinda das representações do ICMBio e da questão ambiental do Estado do Maranhão tornará o debate muito mais rico, tornará o debate muito mais aprofundado. E aí, sim, a partir daí, nós teremos, na verdade, o juízo de valor já bem mais formado para procedermos às nossas votações.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Com a palavra, a Senadora Zenaide.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para encaminhar.) – Só cumprimentando a colega, apesar de ser Rio Grande do Norte, mas me chamou atenção. E digo parabéns.

Mais ou menos isso... Inclusive, há dados da universidade de que não só são essas 2.654 pessoas que moram; a universidade mostra que há quase 5 mil e chama atenção para que essas pessoas já estavam lá quando o parque foi criado. Então, a gente achou que deveria ouvir ambas as partes. Acho interessante que se ouça também o Ministério do Turismo, o do Meio Ambiente e o ICMBio – por que não? –, vamos ouvir as partes, mas é como ela diz: é importante, quando se diz que se vão reduzir áreas de preservação ou retirar moradores nativos de uma região, haver um debate bem mais amplo. E eu concordo com o senhor: vamos acrescentar todas as instituições, vamos ouvir ambos os lados.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Eu só quero informar, uma falha: a sugestão da inclusão do ICMBio e do Ministério do Turismo foi exatamente do Senador Roberto Rocha, também do Maranhão, que pediu que eu colocasse a V. Exas. para que V. Exas. pudessem permitir também a inclusão.

Senador.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PI. Para discutir.) – Presidente, como Relator, inclusive, com o relatório já lido no ano passado, eu reputo da mais alta relevância o requerimento e a proposição da nossa colega Eliziane. Creio que realmente é muito pertinente. E nós fazemos com isso uma abertura de caráter democrático sobre o impacto não só da questão relacionada ao meio ambiente, como sobretudo àquelas comunidades que já moram naquele parque. Creio que com isso nós vamos aperfeiçoar o projeto.

Eu quero parabenizá-la.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Esse tema é um tema recorrente no Brasil todo. Com o próprio Senador Dário Berger, numa recente medida provisória, nós chegamos a debater esse tempo com relação ao DF, com relação à Santa Catarina e outros parques, que normalmente foram constituídos após, bem depois de as pessoas estarem lá já

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

residindo há anos e anos. Então, foi retirado, exatamente porque é questão de medida provisória, há uma inconstitucionalidade no sentido de que só pode ser através de projeto de lei. Mas eu tenho certeza de que essa audiência vai contribuir muito com relação às demais regiões, aos demais parques e regiões de meio ambiente para a gente regularizar isso de uma forma geral.

Senador Dário.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC. Para discutir.) – Senador, só para contribuir com a discussão, quanto a essa questão dos parques ambientais nacionais, representa um problema seriíssimo para as comunidades locais, porque invariavelmente o Governo Federal vai lá, estabelece uma poligonal; dentro dessa poligonal, institui que tudo o que está ali dentro seria um parque nacional ambiental.

Até aí, muito bem, muito bom, excelente, nós não somos contra os parques ambientais. Acontece que, dentro desses parques nos quais foram delimitados, existem centenas de milhares de pessoas em áreas já consolidadas que simplesmente ficam definitivamente impedidas de qualquer procedimento com relação às suas propriedades. É o caso do Parque Nacional de São Joaquim, por exemplo, do qual, há muito tempo, nós estamos tentando também alterar a delimitação, não pelo desejo de diminuir o tamanho do parque, mas, sim, para fazer justiça com aquelas pessoas que ali vivem, que viveram dezenas de centenas de anos, cujas propriedades não têm mais como serem utilizadas. De maneira que disso se precisaria, Presidente – e eu parabenizo V. Exa. pela iniciativa – fazer uma revisão.

Aqui em Brasília mesmo, nós temos dois problemas sérios, que é a Floresta Nacional e o Parque Nacional de Brasília, o qual tem uma área consolidada com mais de mil pessoas, e efetivamente ninguém pode investir ali, ninguém pode, é área consolidada, há pessoas dentro do parque. E, como se decretou que isso é um parque ambiental, quer dizer, o Governo do Distrito Federal não pode investir, o Governo Federal não investe, ninguém investe, e as pessoas ficam abandonadas, como é o caso de outros parques, por exemplo, que, se o Governo, inclusive, delimitasse, estabelecesse os parques, as pessoas que estão lá legitimamente proprietárias de suas terras poderiam efetivamente ser indenizadas e partir para uma nova vida, uma nova atividade agrícola e comercial. E, não, simplesmente o Governo ignora essas necessidades das pessoas que ali moram há muito tempo.

Portanto, eu quero louvar V. Exa. pela iniciativa, quero dar o meu total apoio. É uma discussão que me chama atenção. E acho que nós devemos nos debruçar sobre ela para tentar, pelo menos, minimizar os problemas advindos da delimitação dos parques em nível do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Bem, indago se existe mais alguém, algum Senador que queira fazer algum pronunciamento. (*Pausa.*)

Então, eu vou botar em votação.

Em votação os dois requerimentos, o item 6 e o item 7, que são semelhantes.

As Sras. e Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados.

Serão incluídas aí...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente, só uma...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – ...as instituições que colocamos...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – ICMBio, Ministério do Turismo, do Meio Ambiente, para que a gente possa...

Inclusive, eu vou retirar de pauta, de ofício, o item 11, que é o Projeto de Lei 465, de 2018, ficando este sobrestado até que seja realizada, então, a presente audiência pública.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 11

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 465, DE 2018

- Não terminativo -

Altera os limites do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses.

Autoria: Senador Roberto Rocha

Relatoria: Senador Elmano Férrer

Relatório: Pela aprovação com uma emenda que apresenta

Observações:

- Foram apresentados o REQ 18/2019-CDR e o REQ 19/2019-CDR, de autoria das Senadoras Eliziane Gama e Zenaide Maia, respectivamente, para instruir a matéria;

- A matéria segue para apreciação da CMA - Comissão de Meio Ambiente, em decisão terminativa).

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Só um adendo, Presidente, que é importante, quando a gente fala da questão do desenvolvimento da proteção ambiental, a gente lembrar, por exemplo, das reservas extrativistas que vêm exatamente com essa proposta, você tem um aproveitamento, por exemplo, dos produtores, dos pescadores, ou seja, garante a atividade econômica e garante também a proteção ambiental. Não é o que está ocorrendo aqui. Então, a exploração pela exploração a gente não pode admitir. Você tem que saber o impacto ambiental que isso vai representar para a vida das pessoas no presente e no futuro.

Então, é esse, na verdade, o nosso olhar. A gente não tem um olhar aqui voltado para inibir, por exemplo, o crescimento econômico. Ao contrário, nós precisamos é fazer com que as duas coisas caminhem de mãos dadas, porque vai sair todo mundo ganhando.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Lógico.

Bem, eu indago aos Srs. Senadores: vamos retornar aos itens 2 e 4, com a presença do Senador Zequinha, que tem um compromisso?

O item 2 da pauta.

ITEM 2

REQUERIMENTO Nº 12, DE 2019

- Não terminativo -

Nos termos do arts. 73, 74 e 76 do Regimento Interno, requeremos a criação de subcomissão temporária, no âmbito desta CDR, para acompanhamento das obras da Usina de Belo Monte.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Zequinha Marinho

Eu só gostaria de dizer, antes de V. Exa. fazer a defesa, Senador, que nós temos que depois definir os membros. Eu proponho que a gente crie, são três membros titulares e três suplentes, seria o Presidente, o Vice-Presidente e o Relator, e depois, aprovado o requerimento, com aqueles que tiverem interesse em participar, vamos definir os nomes.

Com a palavra o Senador Zequinha Marinho.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA. Para encaminhar.) – Obrigado, Presidente.

Só faço uma rápida defesa e dar aqui um testemunho, digamos, assim ocular, o complexo Belo Monte construiu com os Municípios e as comunidades uma lauda de 23 condicionantes distintas para que o complexo fosse estabelecido, construído e assim sucessivamente. Eu não sei o que aconteceu no início da constituição dos grupos que incluem prefeitos, câmaras e a comunidade. Se o senhor tiver um dia a oportunidade de visitar Altamira e tocar nesse assunto, é um assunto extremamente nervoso, complexo e muito problemático.

Então, não há como a gente ficar de fora desse debate, porque a diferença entre a força da Norte Energia, que o consórcio que construiu, e as comunidades que foram atingidas e, às vezes, mal pagas por suas propriedades e por suas obras de infraestrutura que existiam é um negócio maluco. Então, não há como a gente ficar de fora, e eu quero aqui contar com a aquiescência dos colegas para a aprovação da criação dessa subcomissão, porque não só na área social e econômica, mas também na questão da infraestrutura, a gente tem ouvido falar de situações delicadas também, além dos problemas relacionados à questão ambiental, que são muito sérios no caso das populações que viviam da pesca, que sobreviviam do rio naquela região.

Então, a necessidade de aprovação passa exatamente por essas justificativas.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Indago se algum Senador... (*Pausa.*)

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PI) – Eu queria só fazer um comentário...

(*Interrupção do som.*)

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PI. Para discutir.) – ... o Paulo Rocha, do Pará, nós outros e Davi Alcolumbre, que presidia esta Comissão, estivemos naquela gigantesca obra.

Realmente, é preocupante como foi concebida e, embora tenhamos o Tribunal de Contas da União, a Controladoria-Geral da União e outras instituições fiscalizadoras... É grande obra, é inegável, fundamental, embora devesse existir um projeto que fosse um barramento hidrelétrico, quer dizer... Ela foi concebida a fio d´água, para que o impacto ambiental não fosse tão significativo, mas a produção no outro sistema de hidrelétrica, a produção de energia, seria duas vezes maior do que é hoje.

Mas a realidade é que, quando nós estivemos lá, constatamos uma série de demandas da população, não só da indígena como das ribeirinhas. Muitos compromissos assumidos não foram cumpridos, e eu creio que é importante, digamos, que essa comissão, que seria temporária, a exemplo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de uma constituída no passado que dizia respeito à transposição do São Francisco para o Ceará, etc., etc. Realmente, creio ser uma das obrigações desta Comissão. Entretanto, seria importante também nós levarmos em consideração a existência de órgãos que fazem parte da estrutura do Estado brasileiro, caso da Controladoria-Geral da União e do próprio Tribunal de Contas.

E naquele momento eu indagava a quem estava ao meu redor: como é feita a fiscalização e o acompanhamento das plataformas a 200 quilômetros da costa do Brasil? Como o Governo, o Estado, acompanha todas aquelas obras, investimentos fantásticos, que deram no que deram?

Então, procede... Eu acho que nós temos que avançar muito mais. O Estado tem o dever de fazer um acompanhamento desde a concepção. São projetos da iniciativa privada sem nenhum acompanhamento do Estado brasileiro através dos seus órgãos de controle. Então, eu não diria omissão nossa, parlamentar, mas da própria estrutura do Estado. Então, é realmente...

Eu aplaudo o requerimento do nosso estimado Senador Zequinha e vou além. Quer dizer, há essa preocupação nossa com as grandes obras que estão sendo feitas neste País, ou que foram feitas e estão aí inacabadas por incompetência ou omissão do Estado brasileiro. Então, eu vejo que nós temos, não só como órgãos legislativos, mas como fiscalizadores... O Tribunal de Contas é um órgão auxiliar desta Casa. Como tem sido a atuação desses órgãos? A Controladoria-Geral da União...

Então, nós temos que nos debruçar sobre essas questões. Eu creio que, talvez tardiamente, nós poderemos... Agora, eu acharia importante que trabalhássemos de forma articulada com os órgãos também competentes para tal, que são esses órgãos de controle e fiscalização. Nós vivemos um período muito preocupante do Estado brasileiro.

Então, eram essas as considerações que eu teria a fazer. Fiz a quatro Senadores, inclusive dois do Estado de V. Exa., no caso, Paulo Rocha e Flexa Ribeiro.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Senador Zequinha.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA. Para discutir.) – Eu acolho aqui a sugestão e gostaria que V. Exa. permitisse que se adicionassem as informações do Senador Elmano. Aproveito também para convidá-lo para integrar conosco essa subcomissão, para que a gente faça um trabalho com uma visão bem mais ampla, que ele coloca para a gente aqui.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Em votação o requerimento... Vou colocar em votação.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Então, eu solicito aos Senadores que desejem participar dessa subcomissão... Nós teremos três titulares e três suplentes.

V. Exa. quer participar?

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Então, fica V. Exa...

Se houver mais alguém... Se não, depois, Senador Zequinha, a gente conversa com os demais para ver os interesses.

É evidente que, na subcomissão, V. Exas. terão oportunidade de convidar pessoas, ouvir todo mundo, AGU, TCU e outros órgãos importantes.

Então, em data oportuna, a gente convoca reunião para a instalação dessa subcomissão.

O item 3 – na ordem – é do Senador Lasier Martins, mas tem autoria também do Senador Styvenson.

ITEM 3

REQUERIMENTO Nº 13, DE 2019

- Não terminativo -

Requer realização de audiência pública para tratar da limitação de acesso às praias por parte de barracas e empreendimentos privados.

Autoria: Senador Styvenson Valentim e outros.

Concedo a palavra, então, ao Senador Styvenson para fazer o encaminhamento do requerimento.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN. Para encaminhar.) – Então, é importante. É importante para os Srs. Senadores pelo menos da área litorânea... Não sei se o Elmano está sabendo desse requerimento. Trata-se de a gente quer discutir justamente, Senador Dário Berger, essas ocupações, que acontecem de forma regular ou irregular, que muitas vezes atrapalham a movimentação, o direito de ir e vir das pessoas.

Então, o requerimento do Senador Lasier Martins é no sentido de a gente trazer pessoas – Patrimônio da União, Desenvolvimento Regional, Ministério do Meio Ambiente e do Turismo – para fazer essa discussão. Não sou contra a ocupação dos grandes empreendimentos, sou contra a limitação do acesso das pessoas a um local público, que seriam as praias. Digo isso porque no meu Estado... É preciso haver uma regulamentação, tem de haver isso. E eu espero que seja aprovado esse requerimento para que possa ser discutido nesta Comissão o que seria o adequado e o que seria o equilíbrio entre os empreendimentos e o poder público, para que não se restrinja o direito das pessoas de terem acesso a esse patrimônio natural que são as praias.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Em votação o requerimento.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Será cumprida a decisão da Comissão.

O item 4 também é de autoria do Senador Zequinha Marinho.

ITEM 4

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO Nº 14, DE 2019
- Não terminativo -

Requer a realização de Audiência Pública para apresentação de balanço das políticas públicas sociais redistributivas dos últimos 10 anos pelas instituições criadas pelo governo para esse fim.

Autoria: Senador Zequinha Marinho.

Eu pediria ao Senador Zequinha... Eu sugeriria a V. Exa... Como praticamente todos já compareceram a esta Comissão, se nós pudéssemos transformar esse requerimento... V. Exa. poderia transformá-lo em requerimento de informação, porque, como foi colocado aqui por todos eles, eles não estão ainda elaborando e aprovando o Plano de Desenvolvimento Regional, que é o caso aqui. O caso do Banco da Amazônia já esteve aqui, o do Nordeste também, só não esteve aqui o Presidente do Banco Central. Não sei...

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA. Para encaminhar.) – Perfeito. Eu aceito a sugestão, até porque V. Exa. tem um trabalho que nós queremos aproveitar ao final para poder, digamos assim, lançar luz sobre o futuro a partir daquilo que já foi feito, sobre o que deve ser feito daqui para frente.

Queria só fazer um comentário sobre isso. O Governo federal, bem lá atrás, criou algumas ferramentas e instituições para combater o problema da desigualdade regional. Um país do tamanho do nosso naturalmente tem de lidar e fazer o enfrentamento dessas dificuldades.

O Nordeste, com suas diferenças, suas dificuldades, o Norte, a Amazônia, um pouco mais ampla, vem aqui o Centro-Oeste e assim por diante. Há regiões ricas e desenvolvidas, regiões em desenvolvimento e regiões adormecidas, que não conseguem sair do lugar, não conseguem melhorar a qualidade de vida do seu povo.

E parece que, ao longo do tempo, essas organizações do Governo federal foram, assim, perdendo um pouco o sentido, a sua razão de ser, o seu foco, e isso é preocupante. A gente precisa estar renovando esses compromissos e fortalecendo essas instituições para que elas possam trabalhar de forma efetiva em cima de metas e de resultados que se possam, por exemplo, mensurar durante certo período de governo.

A Sudam foi criada, a Sudene, a Sudeco, o Banco do Nordeste, o Banco da Amazônia – temos o maior orgulho de pertencer ao seu quadro de servidores –, os fundos constitucionais do Nordeste, do Centro-Oeste, do Norte. O que essas organizações fizeram? O que a gente pode medir? Qual é o balanço que se pode fazer? Daqui para frente, o que temos de fazer? Acho que a Casa tem obrigação de acompanhar isso de perto, de partir para cima disso, buscar resultados a partir das metas estabelecidas – certo, Presidente?

Então, nessa direção, eu aceito a sugestão de V. Exa. para que a gente possa conversar, amarrar aqui os compromissos e estabelecer um futuro que, com certeza, será melhor com a retomada das finalidades que deram razão de existência a essas organizações.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Eu parabenizo V. Exa. pela iniciativa.

Então, a gente coloca como prejudicado esse item.

Solicito a V. Exa. que prepare o requerimento de informações para que a gente possa aprová-lo aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – O item 5 já foi aprovado, item 6, item 7.

Vamos entrar aqui no item 8.

ITEM 8
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 176, DE 2017
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974, que "dispõe sobre a criação da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco – CODEVASF – e dá outras providências".

Autoria: Deputado Sarney Filho
Relatoria: Senador Otto Alencar
Relatório: Pela rejeição
Observações:
- A matéria segue para apreciação do Plenário do Senado Federal.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente, eu vou pedir a V. Exa. que retire esse projeto de pauta. Da mesma forma, o item 10 peço que V. Exa. retire de pauta.

Esse item 10, inclusive, é sobre a questão da revitalização da Bacia Hidrográfica do Taquari, no Mato Grosso do Sul. Eu vou pedir um tempo para estudar mais essa matéria para trazê-la em uma próxima sessão.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Então, retirados de pauta, a pedido do Relator, o item 8 e o item 10.

(São os seguintes os itens retirados de pauta:

ITEM 8
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 176, DE 2017
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974, que "dispõe sobre a criação da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco – CODEVASF – e dá outras providências".

Autoria: Deputado Sarney Filho
Relatoria: Senador Otto Alencar
Relatório: Pela rejeição
Observações:
- A matéria segue para apreciação do Plenário do Senado Federal.

ITEM 10
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 365, DE 2018
- Não terminativo -

Institui normas gerais para a revitalização da bacia hidrográfica do rio Taquari.

Autoria: Senador Pedro Chaves

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Otto Alencar
Relatório: Pela aprovação com uma emenda que apresenta
Observações:
- A matéria segue para apreciação da CMA - Comissão de Meio Ambiente (em decisão terminativa).

Item 9: foi solicitada também pelo Relator a retirada de pauta para nova análise com contribuições do Governo também, que tem interesse em contribuir com a melhoria do projeto.

A pedido do Relator, também o item 9 é retirado de pauta.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 9
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 789, DE 2015 (COMPLEMENTAR)
- Não terminativo -

Autoriza o Poder Executivo a criar a Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento Econômico do Polo Caruaru/PE e Campina Grande/PB e instituir o Programa Especial de Desenvolvimento desse Polo.

Autoria: Senador Douglas Cintra
Relatoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo
Relatório: Pela aprovação com duas emendas que apresenta
Observações:
- A matéria foi aprovada na CAE - Comissão de Assuntos Econômicos;
- A matéria segue para apreciação do Plenário do Senado Federal.)

O item 11 também é retirado de ofício.

A matéria será instruída e volta à pauta.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 11
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 465, DE 2018
- Não terminativo -

Altera os limites do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses.
Autoria: Senador Roberto Rocha
Relatoria: Senador Elmano Férrer
Relatório: Pela aprovação com uma emenda que apresenta
Observações:
- Foram apresentados o REQ 18/2019-CDR e o REQ 19/2019-CDR, de autoria das Senadoras Eliziane Gama e Zenaide Maia, respectivamente, para instruir a matéria;
- A matéria segue para apreciação da CMA - Comissão de Meio Ambiente (em decisão terminativa).)

Item 12.

ITEM 12

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

OFICIO "S" Nº 29, DE 2018
- Não terminativo -

Encaminha Parecer Técnico Conjunto n° 3, de 2018, com contribuições da Agência Nacional de Águas ao Relatório de Avaliações de Políticas Públicas sobre Segurança hídrica e gestão das águas nas regiões Norte e Nordeste, resultado do trabalho da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

Autoria: Agência Nacional de Águas

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: Pelo conhecimento e arquivamento e pela aprovação do Requerimento nº 16 de 2019 - CDR que apresenta

Com a palavra o nosso Relator.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Para proferir relatório.) – Sr. Presidente, eu queria começar por um dado que chama a atenção, que deve chamar a atenção do Brasil.

Dados agora revelados por satélites mostram que a Amazônia, no que tange às suas águas, está perdendo por ano 350km^2 de água. A Amazônia é um mundo de água, com os rios todos: o Rio Amazonas, o Rio Negro, o Tocantins, todos eles, mas, no ano passado, segundo revelaram esses dados dos satélites...

Para se ter uma ideia do que é a irresponsabilidade do Brasil com as águas: perdeu-se em um ano a quantidade de 350km^2 de água na Amazônia, uma lâmina de água que, comparando-se, seria quase a metade da Barragem de Sobradinho.

Portanto, esse item 12, sobre o Oficio "S", nº 29, de 2018, da Agência Nacional de Águas, encaminha parecer com contribuições ao relatório de avaliação de políticas públicas para o Norte e o Nordeste. Esta Comissão é a Comissão que tem as atribuições para avaliar essa situação, o que faço neste momento. É manifestação da ANA sobre as recomendações contidas no mencionado relatório de avaliação de políticas públicas da CDR.

Avaliar programas de Governo faz parte das competências exclusivas do Congresso Nacional definidas no art. 49, inciso X, da Constituição Federal. No Senado Federal, em cumprimento ao disposto no art. 96-B de seu Regimento Interno, as Comissões temáticas avaliam políticas públicas desenvolvidas no âmbito do Poder Executivo, como fez esta Comissão em 2017, com fundamento no Requerimento da CDR (RDR) nº 15, de 2017, para avaliação das políticas públicas sobre segurança e gestão hídrica no Norte e Nordeste, tendo como foco o Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional.

Conforme apontado no Relatório da CDR, nas regiões Norte e Nordeste há ainda muito a avançar em termos de segurança hídrica. No Nordeste encontra-se a região semiárida mais populosa do Planeta, habitada por aproximadamente 24 milhões de pessoas que convivem com eventos recorrentes de estiagem prolongada. Na região Norte, observam-se também graves problemas de abastecimento, pois cerca de 55% dos domicílios não têm acesso à água potável – imaginem, próximos da água e bebendo água bruta –, ainda que a região abrigue 68% das águas doces do País. Ou seja, na Região Norte, com quase 70% da água doce do País e com 55% da população bebendo água bruta, água que não é tratada para o consumo humano. Esse é um dos retratos piores do Brasil nessa questão do abastecimento humano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Pisf foi o foco dessa avaliação na CDR. Principal rio permanente do Nordeste, o São Francisco é responsável por quase 70% da oferta de água naquela Região, com 75% de suas águas originando-se em Minas Gerais.

O Rio São Francisco, Sr. Presidente, nasce no Município de São Roque de Minas, na Serra da Canastra. É o alto São Francisco. Ele desce da Serra da Canastra na direção da Bahia. É o único rio do Brasil que corre da direção Sul para a direção Norte. É uma coisa que só Deus faria; nenhum engenheiro faria um elemento geográfico dessa natureza. Portanto, ele nasce na Serra da Canastra e desce recebendo os seus afluentes. Minas Gerais é responsável por 75% da formação do Rio São Francisco. Logo que ele sai, ele recebe, na margem esquerda, o Rio Abaeté e o Rio Paracatu e, na margem direita, o Rio Paraopeba, que agora foi atingido pela tragédia da Barragem do Córrego do Feijão, que estourou. Na margem esquerda, o outro principal afluente é o Rio das Velhas, que nasce em Ouro Preto.

Esses rios: o Paraopeba, por exemplo, o Paracatu, o Rio Abaeté, o Rio Pará, todos eles formam a Barragem de Três Marias, que foi construída muitos anos atrás, hoje ela está com 72% de volume útil. E aí ele desce, recebendo os outros afluentes, na margem direita, o Rio Jequitaí, Rio Verde Grande; à margem esquerda, o Rio Urucuia e todos os rios que formam o Rio São Francisco.

Portanto, 75% das águas do Rio São Francisco são formadas em Minas Gerais, porque Minas Gerais é considerada a caixa d'água do Brasil, é o Estado que manda água para o Rio de Janeiro, manda água para o Espírito Santo, com o Rio Doce, onde houve tragédia de Mariana, e manda água para a Bahia. Só que nessa questão, o Rio São Francisco em Minas está altamente comprometido. O principal afluente do Rio São Francisco é o Rio das Velhas, ele passa próximo de Belo Horizonte. Para você ter uma ideia, Senador Jaques Wagner – também é um defensor do Rio São Francisco e, como Governador da Bahia, trabalhou muito construindo reservatórios para abastecimento humano, animal e também para irrigação –, esse Rio das Velhas recebe hoje, passando próximo de Belo Horizonte, 35% de esgoto *in natura*, só para se ter uma ideia da irresponsabilidade – porque o Rio São Francisco é de responsabilidade do Governo Federal – dos governos que se sucederam com o Rio São Francisco: 35% do esgoto de BH in natura.

Agora, o Paraopeba – Paraopeba sem o "s", porque Parauapebas é no Pará e Paraopeba, em Minas Gerais –, com essa barragem no Córrego do Feijão, ele está completamente morto e ficará morto por mais ou menos 30 anos. Sabe por quê, Sr. Presidente? Porque lá dentro foram jogados óxido de ferro, argila, mercúrio, metais pesados e esse rio está completamente morto. Um rio, para dar vida aos peixes ou às plantas, tem que ter no mínimo – no mínimo – de 8% a 14%de oxigênio dissolvido por litro. Está em 0%, é lama pura. Ou seja, não haverá vida por muitos anos no Rio Paraopeba.

O Rio São Francisco vem, desce e chega na Bahia, no Município de Carinhanha. O Senador Jaques Wagner conhece muito bem, inaugurou uma ponte e quando ele foi o Governador construiu BA-161, que sai de Carinhanha e vai até Ibotirama, nós conhecemos bem o nosso rio lá.

Quando ele chega na Bahia, ele já chega com 75% das suas águas formadas. E na Bahia ele só recebe hoje – recebia mais de 12 afluentes – três rios que estão vivos. À margem direita, morreu o Rio Paramirim, que nasce na Serra da Mangabeira, na Bahia, morreu o Rio Verde, o Rio Paulista, o Rio Santo Onofre e o Rio Jacaré na margem direita. Não há nenhum rio vivo mais na margem direita do Rio São

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Francisco, todos morreram por desmatamento das matas ciliares, por assoreamento. E hoje só três rios, que são da margem esquerda, abastecem o Rio São Francisco, que é o Rio Carinhanha, na divisa de Minas; depois vem o Rio Corrente, que nasce no Município de Correntina, na Bahia; e depois vem o Rio Grande, que nasce na divisa da Bahia com o Tocantins, formado pelo Rio de Ondas, o Rio Formoso e o Rio Preto, que dão o Rio Grande, que desemboca na cidade de Barra do São Francisco, na Bahia, onde mora um dos maiores defensores do Rio São Francisco, que é o Bispo Dom Luís Cappio, que fez greve de fome para não fazerem a transposição.

Quando ele...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Vou chegar lá.

O interlocutor, o diplomata que foi conversar com Dom Luiz Cappio foi o então Ministro da época, hoje Senador, ex-Governador Jaques Wagner. Ele fez greve de fome e se explorou muito que ela era contra a revitalização. Na verdade, ele não era tão contra a transposição; ele era contra a transposição, porque ele queria a transposição com a revitalização da bacia do Rio São Francisco, que é uma bacia enorme. Lá de São Roque de Minas para chegar ao Atlântico... Do lado de Sergipe, está Propriá; do outro lado, está Penedo, em Alagoas. De onde ele nasce até chegar ao Atlântico, ele percorre 2.782km, é um rio muito comprido, muito grande, e vem dando água doce a esse povo todo.

Então, o Bispo Dom Luiz Cappio defendeu isso porque ele queria a revitalização, mas, nesses anos todos, nenhum Presidente da República cuidou da revitalização da bacia do Rio São Francisco – nenhum deles! De JK, mineiro, até agora, o Michel Temer, ninguém cuidou da revitalização. Revitalização zero em todos os sentidos!

Na minha opinião, a revitalização tem que começar imediatamente, como se fosse um caso de urgência; é um paciente que está na UTI, que tem de ser colocado na sala para operar, em quem tem se que colocar oxigênio para resolver a vida dele.

O Rio São Francisco está com problemas gravíssimos hoje. O primeiro problema: assoreamento. O assoreamento acontece quando se desmatam as margens de uma nascente ou de uma beira de rio, tirando as matas ciliares. Se você corta as matas ciliares, o que acontece? Quando a trovoada vem, as margens estão desprotegidas, a trovoada bate e pega o sedimento de areia, de barro, de argila e o joga dentro do rio. Hoje, a bacia do Rio São Francisco recebe, por ano, 28 milhões de toneladas de sedimento! É muito sedimento! Se você sobrevoar o Rio São Francisco, você verá bancos de areia de 1km, de 2km, e até de 4km, em toda a calha do Rio São Francisco e na de seus afluentes. Foi criminoso o que se fez com o Rio São Francisco!

Você chega a Pirapora, que é uma cidade símbolo, em Minas Gerais, do rio São Francisco... Pirapora está na margem direita; na margem esquerda, está a cidade de Buritizeiro. O JK fez uma ponte para atravessar o rio. Ninguém usa mais a ponte; passa-se andando por dentro do rio, com água batendo na barriga ou na canela, e atravessa-se aquela área toda do rio, que o desmatamento vai liquidar!

Repetindo: não há um país no mundo mais irresponsável com as águas do que o Brasil – e todos os seus Presidentes da República que assumiram não tiveram a coragem de começar a revitalização do Rio São Francisco para sustentar os nordestinos! A transposição do Rio São Francisco é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fundamental! O Presidente Lula, quando fez isso, teve a visão de dizer: "Eu passei sede. Muitos dos meus amigos passam sede." Onde passam sede? No agreste de Pernambuco, no agreste de Alagoas, no sertão de Alagoas, no Ceará, no agreste do Rio Grande do Norte, na Paraíba. A Paraíba, então, é o Estado do Brasil que tem o menor percentual de água de subsolo – aquíferos – para sustentar o seu povo.

O ser humano precisa, Senador Jaques Wagner, mais ou menos, por ano, em torno de 600 metros cúbicos de água, que seriam 600 mil litros de água para cozinhar, tomar banho e beber. Seria mais ou menos isso ou até um pouco mais, mas a Paraíba só tem o potencial de metade disso: 300 metros cúbicos *per capita*/ano.

Então, a Paraíba precisava da transposição do Rio São Francisco, sem nenhuma dúvida, agora, precisava fazer-se a transposição com a revitalização. Já se gastaram R$14 bilhões na transposição, e neste ano – neste ano – estão no orçamento do Ministério do Desenvolvimento Econômico apenas R$10 milhões para a revitalização do Rio São Francisco. É uma coisa que não tem parâmetro. Eu tenho a impressão de que os caras que vão morar no Palácio do Planalto acham que o rio está novo, que o rio não tem problema. O rio está morto, está morrendo! O rio está precisando de urgência para atender, tanto que eu defendi e defendo a vida inteira um decreto de estado de emergência na Bacia do Rio São Francisco para se agir, imediatamente, em estado de emergência, primeiro, fazendo o desassoreamento e, depois, o trabalho mais longo, que é o de replantio das matas ciliares da beira do rio, que foram desmatadas de forma criminosa. Cortar uma árvore centenária na beira do rio é o mesmo que matar uma pessoa, porque futuramente a água vai faltar, e essa pessoa não vai ter água para beber.

Portanto, eu creio que esse relatório, que é mais ou menos isso que eu estou dizendo aqui para V. Exas., tem que ser encaminhamento para a Agência Nacional de Águas, para que se tome uma providência, e para o atual Presidente da República para que ele possa tomar as devidas providências.

O Rio São Francisco, com essa transposição... O primeiro canal da transposição do Rio São Francisco chegou ao açude de Boqueirão, em Campina Grande, porque o povo campinense naquela região estava passando sede. Então, o suprimento de água é muito importante, mas a revitalização é mais importante ainda, porque a projeção que tem sido feita pelos técnicos, inclusive técnicos estrangeiros que vieram dos Estados Unidos... Eles têm uma experiência muito grande, Sr. Presidente, porque eles já têm lá o Rio Tennessee, que é até controlado pelo Exército norte-americano. E eu tive em 2003 a oportunidade de ir ao Colorado; fiquei lá durante um mês estudando a transposição do Rio Colorado. Só para o senhor ter uma ideia de o que é um país com responsabilidade com as águas e um país com irresponsabilidade com as águas: para fazer a transposição do Rio Colorado, o Governo americano, o Governo Federal dos Estados Unidos teve que fazer primeiro toda a revitalização do Rio Colorado; teve que colocar água em todas as cidades, saneamento em todas as cidades ribeirinhas. Nas proximidades do Rio Colorado, visitei uma tribo indígena onde se colocou escola, hospital, saneamento básico, água tratada e esgotamento sanitário. Aqui se começou pelo fim. Houve essa transposição, porque era uma urgência – o Presidente Lula fez o correto, porque era uma urgência, senão, iam morrer de sede no Nordeste –, mas tinham que começar logo a revitalização.

A revitalização é algo superimportante, até porque o Rio São Francisco, na situação em que se encontra hoje, pode, em 30 anos – em 30 anos, Senador Jaques Wagner! Isso é grave! –, pelo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

assoreamento, pela obstrução dos canais dos rios tributários, pela obstrução da calha principal do Rio São Francisco, não botar uma gota d'água na Barragem de Sobradinho. E, se não botar uma gota d'água na Barragem de Sobradinho, não vai haver água para suprimento e para ter a lógica com que se fez a transposição; ou seja, sem água em Sobradinho, não haverá água para a Barragem de Itaparica, de onde saem os canais para a revitalização do Rio São Francisco.

E ele tem uma coisa, Sr. Presidente – é talvez o único rio do Brasil, talvez do mundo, que tem essa peculiaridade: o Rio São Francisco, quando desce da Serra e chega ao Cerrado, passa por Bahia, Minas e vem para cá, é o rio que tem a menor inclinação por quilômetro quadrado, ou seja, é quase... Você olha, e parece que ele está parado. Ele tem 6,7cm de inclinação por quilômetro quadrado. Portanto, é uma coisa muito grave o que está acontecendo agora. E você ter essa perspectiva de não ter recursos para a revitalização do Rio São Francisco é doloroso para quem o conheceu como eu o conheci: fui apresentado a ele com 15 anos de idade. Na época, meu pai fazia transporte de gado na marcha. Eu puxei gado de marcha por 23 dias, em lombo de burro, para sair da beira do Rio São Francisco e chegar à Chapada Diamantina. Então, eu conheço quilômetro por quilômetro daquele rio. Eu o vi sadio. Vi o rio completamente sadio, no ano de 1964, por aí. Logo depois que houve o golpe militar, eu andei por lá e vi o rio sadio, com as margens preservadas. E aí veio a hidrovia do São Francisco.

A hidrovia do São Francisco, com os vapores todos, saía de Pirapora e ia para Juazeiro. Existe até música de Luiz Gonzaga falando da hidrovia do São Francisco. Pois bem, sabem quem cortou as margens do rio? Os donos dos vapores, que eram movidos através da lenha que se jogava lá para movimentar esses barcos, esses navios, que transportavam as pessoas. Então, fazia-se o menor esforço, que era cortar e botar no vapor a madeira para fazer a movimentação dos barcos. E isso foi o começo da derrubada das matas ciliares das margens do Rio São Francisco.

Nós temos uma população muito grande, que necessita dessas águas. Na Bahia, por exemplo, o Governador Jaques Wagner fez duas adutoras: uma para o Município de Guanambi, que é a adutora que foi feita na época do Governo dele, a Adutora do Algodão, trazendo água do Rio São Francisco; e a Adutora do Feijão, lá para Irecê. Esse rio abastece todas as populações próximas dele, a 150km, a 200km. Imagine se esse rio no futuro, daqui a 30 anos, transformar-se em um caminho de areia.

Ontem eu estava conversando com o Senador de Minas Gerais Carlos Viana, e ele me falou sobre o Rio Jequitaí, que fica à margem direita do Rio São Francisco; sobre o projeto da barragem que a Codevasf fez para o Rio Jequitaí. Eu disse: "Vão buscar água onde?", porque esse rio era perene e, em 2016, secou. Um rio perene, caudaloso, com uma média de 40 metros cúbicos por segundo de vazão, em 2016, na seca, secou. Começou a correr agora. Vai fazer a barragem? Vai, mas a água vai vir de onde? De onde virá essa água? Sabem por que isso? Porque desmatam.

O desmatamento é um crime contra as nascentes e contra os rios. Se você tem uma nascente rodeada de árvores – árvores que eu digo são árvores de composição mesmo, árvores centenárias que circundam essa nascente –, essa nascente não é alimentada só pela água da chuva, não. A água da chuva, para penetrar no talvegue, que é o braço subterrâneo da nascente, tem que ter árvore, sabe por quê? Porque são as árvores que dão porosidade ao solo para a chuva bater, penetrar e alimentar o braço subterrâneo da nascente. Se você corta a árvore, o solo fica impermeável; a água bate, corre, leva areia para dentro do rio e faz o assoreamento. Então, desmatamento devia ser crime!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando eu vejo um cara cortar uma árvore na beira de uma nascente, se eu estiver junto, saio na mão com ele! Eu vou brigar com ele para ele não cortar a árvore, pode ter certeza absoluta, porque eu considero isso um crime contra as futuras gerações. Eu sei que não vou passar sede – com 71 anos, vai ser muito difícil. Eu posso correr para a Chapada, e lá a gente preserva a natureza. O Senador Jaques Wagner tem uma chácara perto do Rio Paraguaçu, onde ele descansa, refresca o juízo... Vai lá fazer também reflexão. É perto de onde eu fico também, não é? Nós somos chapadeiros. Chapadeiro é quem mora na Chapada Diamantina, que é um dos lugares mais bonitos do mundo.

Então, eu não vou passar sede, não, porque eu vou lá para Lençóis, do Rio Paraguaçu, do Rio Mosquito. O Rio Mosquito... Aliás, os rios da Chapada, Sr. Presidente, têm nomes relacionados com o diamante. Esse rio é chamado Mosquito porque, no leito dele, só se pegava diamante pequeno, e o diamante pequeno o garimpeiro chama de mosquito. Aí, cada rio desses tem o nome relacionado com a saga do diamante nos séculos XVIII e XIX, na minha região.

E ele fez lá uma chácara, eu passo às vezes por lá e pergunto: cadê o Wagner? E eles dizem: "Está fazendo reflexão" para ver o que ele vai fazer de bem aqui no Senado, como ele já fez de bem pela Bahia.

Portanto, essa questão das águas, Sr. Presidente, é uma coisa superimportante. Eu acho que segurança hídrica é segurança nacional para a preservação da vida e das futuras gerações que estão chegando.

Então, nós trabalhamos aqui e fizemos esse relatório. Eu estou falando aqui sem ler porque eu conheço essa matéria de muitos anos. Eu sou apaixonado pelo Rio São Francisco, pela preservação ambiental, pela preservação das nascentes, e nós temos que, de alguma forma, atentar para isso de acordo com as necessidades da população e do nosso povo para o abastecimento humano, para o abastecimento animal, para o abastecimento industrial, para a irrigação e para a geração de energia elétrica. A Chesf tem oito usinas hidrelétricas, que vão lá de Três Marias até Xingó, produzindo energia. Se esse rio morre, morre também a capacidade das hidrelétricas de produzir energia e trazer luz para as cidades.

Então, eu defendo isso, luto muito por isso e fico até um tanto quanto, e Wagner sabe disto, desestimulado em saber que, nesses quatro anos, eu fiz tudo para ajudar a revitalização do Rio São Francisco. Coloquei, quando fui Presidente da Comissão de Meio Ambiente, nos dois anos, R$900 milhões para a revitalização. Foi aplicado menos de 10% disso em Minas Gerais, em alguns rios, sobretudo em Urucuia, nesse Paraopeba, que agora está morto e não há mais condições de revitalizá-lo tão cedo.

Portanto, eu acho que deveria ser uma bandeira, uma bandeira dos Senadores do Nordeste, uma bandeira dos Senadores do Norte e daqui, do Centro-Oeste também, porque V. Exa. é daqui, do Distrito Federal, e aqui pertinho está o Araguaia. O Araguaia já teve grandes dificuldades e perda de vazão nesses últimos anos. Faltou água em Brasília, três ou quatro anos atrás, teve que se fazer racionamento. O Tocantins, que é um rio importante e que forma lá a Bacia Amazônica...

(*Soa a campainha.*)

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – ... perdeu, já em dez anos, 20% da sua vazão média, e, como eu falei no início do meu pronunciamento aqui – eu vou repetir, agora no fim, o início: no ano

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

passado, a Bacia Amazônica perdeu uma lâmina d'água de 350 quilômetros quadrados – 350 quilômetros quadrados! Praticamente é bem maior do que aqui, principalmente, a Capital Federal, na parte convencional, onde está a classe média, estão os palácios, estão aqui os ministérios e a estrutura toda de fundações e de autarquias. Portanto, é muita lâmina d'água que se perdeu em um ano para a Bacia Amazônica.

Então, o que está acontecendo já com o grave problema do Rio São Francisco, o que aconteceu com a Mata Atlântica, que foi desmatada, com o desmatamento da Amazônia... E o desmatamento significa perda d'água; desmatou, perde água. Se o desmatamento da Floresta Amazônica continuar, vamos ter na Floresta Amazônica o que temos hoje na Mata Atlântica: só há 10% de Mata Atlântica.

Então, eu acho que esse requerimento que nós estamos mandando agora para a ANA é para que se tomem providências para se preservar o Rio São Francisco, mas não só o Rio São Francisco; para chamar a atenção do morador do Palácio do Planalto, que é o atual Presidente da República, Jair Bolsonaro, para que ele tome as providências e comece a fazer um programa com recursos carimbados, que podem vir dos fundos que financiam isso.

O Funclima tem dinheiro para isso, todos esses fundos de recolhimento de multas ambientais têm dinheiro para a revitalização do São Francisco. Não fazem, porque não têm política para fazer, não têm vontade de fazer. É isso que me deixa indignado e às vezes a minha veemência vem disto: porque estão vendo o problema, estão sabendo que, se não fizer a revitalização, o rio vai morrer; e, se morrer, vão morrer de sede muitos nordestinos, ou terão que migrar para o Sul ou para o Centro-Oeste ou até para o Norte. E nós vamos ter uma situação irreversível do Rio São Francisco.

Portanto, este é o apelo que faço a V. Exa.: que possa colocar em votação esse requerimento e encaminhá-lo, para chamar a atenção das pessoas que são responsáveis pelo Rio São Francisco e também pelas bacias que compõe a Bacia Amazônica, para resolver essa situação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Parabenizo V. Exa. não só pelo relatório, mas pela aula que V. Exa. deu aqui hoje.

Do requerimento V. Exa. conclui pelo arquivamento e pela aprovação da audiência pública, convidando aqui o Ministro de Desenvolvimento Regional, o Sr. Gustavo Canuto; Christianne Dias Ferreira, que é Diretora-Presidente da ANA; e também o Presidente da Codevasf, que é a Companhia do Vale do São Francisco e do Parnaíba.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório, que conclui pelo conhecimento, arquivamento e pela aprovação do Requerimento nº 16, de 2019, CDR, que apresenta.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório.

Indago aos Srs. e Sras. Senadores se podemos repetir a votação para o requerimento do item 13 da pauta, que é exatamente este requerimento de votação.

ITEM 13

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO Nº 16, DE 2019
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre o estado atual do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (PISF).

Autoria: Senador Otto Alencar (*Pausa.*)

Então, aprovado.

Será cumprida a decisão da Comissão.

Item 14.

ITEM 14
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 204, DE 2018
- Terminativo -

Altera a Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974, para incluir o Vale do Rio Vaza-Barris na área de atuação da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF), e dá outras providências.

Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares

Relatoria: Senador Jaques Wagner

Relatório: Pela prejudicialidade

Observações:

- Art. 334, I, Regimento Interno do Senado Federal.

Concedo a palavra ao Senador Jaques Wagner.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Para proferir relatório.) – Bom dia, Presidente. Bom dia, colega Otto Alencar. Bom dia a todos.

Por incrível que pareça, esse projeto também fala de água. E, por acaso, é de outro nordestino, o ex-Senador Antonio Carlos Valadares.

Eu não quis discutir a matéria anterior, porque o Senador Otto Alencar é um professor desse tema. Eu sei disso, porque, quando eu era Governador – quando eu entendi e ele também que o melhor caminho era o que estávamos trilhando, nós nos juntamos, os idosos da Bahia, para fazer o bem da nossa terra –, talvez um dos pontos pelo que ele mais se batia não era só o São Francisco, mas o Paraguaçu, com muita propriedade, com muito conhecimento e com muita profundidade. Eu espero realmente que a gente não repita aquele velho ditado que diz que a gente só fecha a porta depois de roubado e fica acreditando: "Não, comigo não vai acontecer, é impossível acontecer". E aí, quando acontece, a gente sofre.

O que o Senador colocou... Eu tive que fazer, em caráter de emergência, duas adutoras que, somadas, têm mais de 250km de extensão, que eu tive de repartir em vários lotes, para que ela pudesse ficar pronta ou, senão, cidades do porte de Irecê e do porte de Guanambi ficariam sem abastecimento de água. De onde fomos tirar? Do Rio São Francisco, que é o grande fornecedor. À época, muitos baianos, com a preocupação da sobrevivência do rio, se colocaram contrários, inclusive o ex-Governador do Estado contra quem disputei eleição em 2006. Eu, entendendo que o Rio São Francisco não é só dos baianos e que é um rio nacional e dos nordestinos, mesmo me arriscando a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estar contra uma opinião do senso comum, que, infelizmente, cresceu, pois, hoje, o senso comum domina a política... E o que entra no "zap" todo mundo acha que aquela é a verdade absoluta, todo mundo fica com medo e se esconde debaixo da cama: "Não posso falar disso, porque, se eu falar disso, eu não ando na rua". Na época, havia uma tentativa de estigmatizar o projeto. Óbvio que o projeto era, como foi dito muito corretamente pelo Senador, de transposição com revitalização. Até agora, estamos só na transposição. E eu sustentei a posição, nós somos nordestinos, e ganhei a eleição. Então, eu diria que o povo da Bahia entendeu. É evidente que o povo agora fica frustrado, porque há a transposição sul, que vem abastecer o Semiárido baiano, e a revitalização não sai. O que o Senador Otto... É difícil falar e sentir, quando a gente não está perto. Eu gosto muito da frase do ex-Presidente Lula que diz que a cabeça pensa onde o pé pisa. Como as pessoas não pisam lá, não sabem, às vezes. Parece que a gente está exagerando, mas não é exagero. É uma tristeza, realmente, ver o assoreamento do rio.

Aqui, este projeto de que fui incumbido de relatar é também do Senador Valadares. Eu vou me permitir, Sr. Presidente, ir logo para a análise, porque ele é pela prejudicialidade, para encurtar o tempo, pois fiquei aqui embevecido aprendendo mais um pouco com o Senador Otto Alencar. O projeto tem toda a pertinência, porém, através de uma medida provisória de 2018... A medida provisória foi transformada em lei e foi feita a inclusão do Vaza-Barris. Então, na verdade, é mais do que louvável o projeto de lei do Senador Antonio Carlos Magalhães, mas ele foi prejudicado. Então, vou à análise.

Conforme dispõe...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. *Fora do microfone.*) – É Antonio Carlos Valadares.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Valadares. Eu falei o quê?

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. *Fora do microfone.*) – Falou Magalhães.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Ah, então, é o vício...

(*Intervenção fora do microfone.*) (*Risos.*)

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Ele fica brigando assim, Presidente, mas eu...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – É porque, quando eu faço reunião na Bahia, eu monto a mesa e o pessoal manda um "zap" para mim brincando, dizendo: "O senhor já reparou que há mais ex-carlista na mesa que petista?". (*Risos.*)

Ele foi dos primeiros que abriu essa porta. Eu brincava com o pessoal que, como ele era um grande ou o melhor jogador do lado de lá, eu dizia que vou puxar para o lado de cá. E puxei para o lado de cá. Em 2002, se não fosse ele... Ficou muito apertado para Paulo Souto ganhar. Ele ficou ali... Ele domina muito, porque não é uma pessoa só daqui, da tribuna; ele pisa, com o pé, o chão, conversa com vaqueiro, teve um pai que era boiadeiro. Por isso, ele tem essa paixão verdadeira e se emociona,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

às vezes, chegando... Quando ele estava aqui, na CPI de Brumadinho, que está acontecendo, ele se emociona, porque realmente... Então, eu não tenho nenhum problema com isso.

Eu fiz minha campanha inteira e nunca falei o nome do ex-Senador. Nunca falei. Eu me treinei para não falar. Eu falava: "Com o jeito de o PFL governar eu não concordo". Eu acho que política que nós temos que fazer da cintura para cima e não da cintura para... Eu, sinceramente, sofro, quando eu vejo, na Câmara ou mesmo no Senado, o nível do debate ir lá para baixo. Não é isto que o povo espera de nós: xingamentos. Isto aqui é a riqueza da democracia: o debate e o embate de ideias. Agora, quem não tem argumento vai para o xingamento. Eu nunca trisquei no nome de ninguém, nem de Antonio Carlos.

Quando eu o convidei para participar do grupo e ele aceitou de bom grado, porque é um homem inteligente e viu que aqui era o caminho do futuro... No grupo de lá, o pessoal não dava essa oportunidade, não; lá ele nunca foi majoritário; aqui, ele foi majoritário por merecimento, porque tem bagagem.

Eu fico perplexo, porque eu acho que a gente tem que combater ideias e não ficar nos xingamentos. Eu não tenho nada a ver com a família dos outros. Eu também tenho e quero que a minha seja respeitada. Sempre fiz campanha assim. E não trisquei. Ao contrário, eu era muito amigo do filho do Senador, o Deputado Luís Eduardo Magalhães. Quando o Senador Antonio Carlos Magalhães faleceu, eu era Governador, e muita gente achou: "Não, como ele é do PT, ele não vai deixar fazer a pompa e a circunstância de um ex-Governador, Senador". Eu fiz melhor do que eles fariam. Eu fui receber o aeroporto o caixão. Fiz a ponto de o ex-Presidente Sarney me dizer: "Não é todo mundo que tem..." Então, eu faço política assim, cheguei aqui assim. Então, não vou mudar.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Não, eu não sei. Vai ver que olhei para você e vi a imagem dele e... (*Risos.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – O senhor viu que, além da parceria política, há uma parceria de amizade.

Presidente, continuo.

Conforme dispõe o art. 104, V, do Regimento Interno, cabe a esta Comissão opinar sobre matérias pertinentes a agências e organismos de desenvolvimento regional.

Além da análise do mérito, por se tratar de decisão terminativa, compete a esta Comissão avaliar os aspectos financeiros e orçamentários, de constitucionalidade, de juridicidade e de regimentalidade da matéria.

A proposição é inquestionável, bastando lembrar o fato de que a Bacia do Rio Vaza-Barris já havia sido incluída na área de atuação da Codevasf por meio da Lei 13.481, de 2017, e que a sua exclusão se deu por uma pequena falha no próprio processo legislativo. A urgência da correção foi reconhecida pelo Congresso, que, por meio de alterações introduzidas na MP nº 824, de 26 de março de 2018, que deu origem à Lei 13.702, de 6 de agosto de 2018, tratou de incluir novamente o Vaza-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Barris na área da Codevasf, além de promover os demais ajustes que se pretendia fazer com a presente proposição.

Assim, com a aprovação dessa lei, perdeu-se o objeto, o que nos leva a concluir pela sua prejudicialidade. Desnecessário, portanto, prosseguir com qualquer avaliação sobre os aspectos financeiros e orçamentários e de outras naturezas desta matéria.

Meu voto, diante do exposto, é pelo reconhecimento da prejudicialidade do PLS nº 204, de 2018, e pelo seu encaminhamento para as providências previstas no art. 334 do RI deste Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, coloco em votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CDR pela prejudicialidade do projeto.

Declaro prejudicado o PLS 204, de 2018.

A matéria vai ao Plenário para as providências previstas no art. 334 do Regimento Interno do Senado Federal.

Nada mais havendo a tratar, eu declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 01 minuto, a reunião é encerrada às 11 horas e 16 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 8ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE ABRIL DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às nove horas e quatorze minutos do dia dez de abril de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob as Presidências dos Senadores Izalci Lucas e Elmano Férrer, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Marcelo Castro, Eduardo Gomes, Fernando Bezerra Coelho, Daniella Ribeiro, Plínio Valério, Soraya Thronicke, Mara Gabrilli, Styvenson Valentim, Juíza Selma, Veneziano Vital do Rêgo, Eliziane Gama, Jaques Wagner, Zenaide Maia, Lucas Barreto, Chico Rodrigues, Paulo Paim, Marcos do Val, Paulo Rocha, Wellington Fagundes, Arolde de Oliveira, Roberto Rocha e Telmário Mota. Deixam de comparecer os Senadores Dário Berger, Randolfe Rodrigues, Omar Aziz e Zequinha Marinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 2/2019 - CDR, de autoria do Senador Izalci Lucas. **Finalidade:** Audiência Pública sobre as diretrizes, programas prioritários e ações do Ministério do Turismo, para os próximos dois anos. **Participante:** Ministro Marcelo Álvaro Antônio, Ministro de Estado do Turismo - MTur. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Usaram da palavra os Senadores: Eduardo Gomes, Eliziane Gama, Fernando Bezerra, Zenaide Maia, Lucas Barreto, Elmano Férrer, Jaques Wagner, Styvensom Valentim, Chico Rodrigues, Roberto Rocha e Mara Grabilli; e o Deputado Federal Herculano Passos. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quinze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Izalci Lucas

Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/04/10

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Havendo número regimental, declaro aberta a 8ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Antes de iniciarmos o nosso expediente, informo que solicitarei, nos termos da Instrução Normativa nº 9, de 2017, a degravação da presente reunião, para que o que aqui for falado pelo Ministro e debatido pelos nobres pares fique registrado nos *Anais* desta Casa.

Comunico que aprovamos, na última semana, a criação de Subcomissão Temporária para o acompanhamento das obras da Usina de Belo Monte. Esta Presidência aguarda a manifestação dos membros da CDR que desejam integrar a referida submissão, até sexta-feira, dia 12/04, para que procedamos com sua indicação e fixemos sua composição e para que a instalação seja agendada. A submissão será composta por três titulares e três suplentes.

Recebemos o agradecimento do Fórum Potiguar dos Comitês de Bacias Hidrográficas pelo envio das publicações da CDR referente ao relatório de avaliação da Política Nacional de Segurança de Barragens.

O Deputado Newton Cardoso Jr., Presidente da Comissão de Turismo da Câmara dos Deputados, encaminhou à CDR moção de apoio à manutenção do Decreto 9.731, de 2019, que concede a turistas da Austrália, do Canadá, dos Estados Unidos e do Japão dispensa de visto para entrar no Brasil.

Após a presente audiência pública, realizaremos uma nova reunião para deliberarmos acerca da realização de audiência pública em conjunto com a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e com a Comissão de Meio Ambiente, com o objetivo de debater soluções e o impacto ambiental causado a Bonito, Mato Grosso do Sul, onde suas águas cristalinas têm sido tomadas por lama.

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião é destinada a ouvirmos, em audiência pública, o Exmo. Sr. Ministro de Estado do Turismo, Marcelo Álvaro Antônio, que está conosco, nos termos do art. 397, §1º, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 50, §1º, da Constituição Federal, para debater diretrizes, programas prioritários e ações do Ministério do Turismo para os próximos dois anos.

Em conformidade com o art. 398, incisos X e XI, do Regimento Interno do Senado Federal, serão adotados os seguintes procedimentos: o Ministro terá meia hora para fazer a sua exposição, e, em seguida, abriremos a fase de interpelação pelos Senadores e Senadoras inscritos, dentro dos assuntos tratados, dispondo cada um de cinco minutos, assegurado igual prazo para a resposta, após o que poderá ser contraditado pelo prazo máximo de dois minutos, concedendo-se o mesmo tempo para a tréplica. A palavra dos Senadores e Senadoras será concedida na ordem de inscrição, intercalando-se oradores de cada partido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de conceder a palavra ao Ministro, informo que as participações dos cidadãos em nossa audiência serão recebidas nos seguintes canais: portal e-Cidadania, que pode ser acessado no *site* da Comissão, e Alô Senado, pelo número 0800-612211.

Concedo a palavra, imediatamente, ao Sr. Ministro Marcelo Álvaro Antônio, ao mesmo tempo agradecendo a sua presença, para fazer a sua exposição.

O SR. MARCELO ÁLVARO ANTÔNIO (Para exposição de Ministro.) – Muito obrigado, Senador Izalci.

Cumprimento os amigos Senadores Paulo Bauer; Fernando Bezerra, nosso Líder; Eduardo Gomes. É um prazer tê-los conosco!

Bom dia, senhoras e senhores!

Eu venho aqui hoje, nesta manhã, para falar de um tema que nos traz muito otimismo no atual cenário, no momento em que o nosso País vive.

Nós sabemos que se fecha no Brasil um ciclo, Senador Izalci, conturbado da nossa política nacional – isto é muito claro –, em que vivemos um processo difícil tanto no Parlamento, no Congresso Nacional, quanto no Governo Federal. Foram momentos de *impeachment*, momentos de investigações de Presidente, de cassação de Presidente da Câmara. Então, foi um momento realmente muito conturbado, que, obviamente, trouxe para o Brasil, para o ambiente de negócios, para o ambiente político e de segurança jurídica, um comprometimento muito grande.

Inicia-se agora um novo ciclo, um ciclo de uma política em que vemos que uma economia liberal é implantada verdadeiramente no País. Podemos perceber que o Presidente Jair Bolsonaro, através do seu Ministro da Economia, Paulo Guedes, tem tido essa agenda como prioridade obviamente no Brasil neste momento, o que traz uma expectativa e uma esperança muito grande na melhoria do ambiente de negócios no Brasil. E o turismo é, sem dúvida nenhuma... Se a gente pudesse separar o turismo da economia do Brasil, o turismo tem duas vezes e meia mais potencial de crescimento do que a própria economia.

Senador, é um prazer tê-lo conosco aqui, aliás, Deputado.

Enfim, o momento é muito bom. O Brasil vive este momento.

Quando eu sentei na cadeira do Ministério do Turismo, pela indicação do Presidente Bolsonaro, eu me fiz uma pergunta, Senador Paulo Bauer.

Por que no Brasil – com todas as características que temos; um país de dimensões continentais que está no primeiro lugar em recursos naturais do mundo, oitavo lugar em recursos culturais, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tem tudo, como diz o nosso Presidente Bolsonaro, nós temos tudo que eles não têm, e eles são tudo o que nós não somos –, por que o turismo no Brasil até hoje não decolou, não aconteceu? Essa é a verdade. Fomos, então, fazer um aprofundamento, um estudo profundo, e começamos a identificar o que a gente vai passar aqui, vários motivos por que o Brasil realmente não conseguiu fazer com que o turismo decolasse.

O momento é muito bom, como eu disse. Um dos primeiros atos, aliás, um dos primeiros pedidos do Presidente Bolsonaro, na reunião do Conselho de Ministros, aliás, uma determinação do Presidente, é que cada Ministro pudesse identificar, dentro da sua respectiva pasta, qualquer portaria, qualquer instrução normativa que traz qualquer tipo de burocracia ou impedimento ao desenvolvimento do Brasil, para que a gente possa promover agora, nos cem dias de Governo, o grande "revogaço", ou seja, é um novo momento, é um momento em que a economia liberal realmente é implantada de forma definitiva no Brasil. Por isso, eu estou trazendo aqui essa palavra de otimismo.

E vamos agora aqui passar para a apresentação. (*Pausa.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCELO ÁLVARO ANTÔNIO – Oi?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCELO ÁLVARO ANTÔNIO – Ah! Está certo. Vamos lá. Está desligado? (*Pausa.*)

Agora, sim.

Bom, aqui é importante a gente trazer um panorama do que é o turismo, ou do que o turismo representa para o mundo. Então, nós temos aí um índice muito expressivo, de 10,4% do PIB mundial, direto, indireto e induzido. Isso é estudo da WTTC. Esse é o impacto do turismo no mundo, 10,4% do PIB. O turismo gera um em cada cinco empregos gerados na última década no mundo. Nos últimos dez anos, 20% dos empregos gerados no mundo são através do turismo. O turismo foi responsável, nessa última década, por quase 120 milhões de empregos diretos no mundo. E 1,4 bilhão de turistas viajam pelo mundo todos os anos. O interessante é que para o Brasil nós conseguimos apenas uma minúscula fatia de 0,5% dos viajantes para o Brasil.

Então, aqui, sobre o crescimento do turismo no mundo. É o setor... Na verdade, ali está em primeiro, porque está entre aqueles quatro segmentos ali: turismo, com 3,9% de crescimento no mundo em 2018; construção, com 3,4%; agricultura, 1,8%; serviços financeiros, 1,7%. Só perde o turismo para os manufaturados, mas é um índice muito relevante para retratar bem o que o turismo representa hoje no mundo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A *performance* do turismo regional em 2018. Aí uma visão ampla do mundo, do Planeta. A África, com US$194 bilhões, um crescimento de 5,6% em 2018; o Sudeste Asiático faturando US$373 bilhões, com um crescimento de 6,2%; o Sul da Ásia, com US$296 bilhões, um crescimento de 7,2%; o Nordeste Asiático, com US$2,1 trilhão, 6,6% de crescimento; e a América Latina, um crescimento menor, com US$336 bilhões e 2,4% de crescimento do turismo na América Latina.

Aqui a gente passa para o turismo no Brasil. O turismo no Brasil, hoje, representa 8,1% do PIB nacional direto, indireto e induzido, 6,7 milhões de empregos que o turismo hoje representa no Brasil. E hoje somos a 11ª economia do turismo no mundo. Podemos avançar muito mais. Houve um crescimento, no último ano, de 2,9%; um crescimento mais do que o dobro da própria economia do Brasil.

Hoje nós temos uma balança comercial do turismo extremamente desfavorável. Nós contamos com 6,6 milhões de turistas internacionais que vêm ao Brasil todos os anos. É um percentual, como eu disse aqui na tela anterior, muito ínfimo, pequeno, de 0,5% dos turistas ou dos viajantes mundiais, apenas 0,5% vêm conhecer as belezas e as maravilhas do Brasil. Nós temos 18,2 bilhões que são os gastos dos brasileiros no exterior; então, os brasileiros, todos os anos, deixam no exterior R$18,2 bilhões, e o gasto dos estrangeiros no Brasil, 5,9 bilhões. Então, nós deixamos 18,2 bilhões todos os anos fora e recebemos em contrapartida, dos viajantes estrangeiros, apenas R$5,9 bilhões. Então, são 12 bilhões, esse déficit na balança comercial do turismo.

Obviamente, já temos um plano estratégico, com metas estabelecidas, para que a gente consiga realmente equilibrar essa balança comercial, porque ela está extremamente desfavorável. Posso citar aqui, vai estar obviamente nas lâminas posteriores, mas um projeto fundamental que vai impactar diretamente na redução do custo Brasil. Obviamente, com a redução do custo Brasil, nós conseguimos inserir mais viajantes domésticos aqui no Brasil. Hoje nós temos 60 milhões de brasileiros que fazem o turismo doméstico, internamente, e a gente quer alcançar a meta, ou incluir pelo menos mais 40 milhões de brasileiros viajando por todo o País, alcançando aí os números de 100 milhões de brasileiros ano.

Para isso, eu estava dizendo que o projeto das aéreas, a abertura do capital estrangeiro às aéreas é um ponto fundamental. É inadmissível um país com 200 ou mais de 200 milhões de habitantes, 8,5 milhões de quilômetros quadrados, nós termos apenas quatro empresas operando o espaço aéreo brasileiro. Na verdade, três agora, não é, Senador Izalci? Porque a gente sabe que uma delas está em recuperação judicial. E países como a Argentina, o Chile, que têm um quarto da nossa população, uma extensão territorial muito mais reduzida, já contam com mais do que o dobro de empresas operando o espaço aéreo. Portanto, essa ação em si vai promover obviamente uma redução. O que promove a redução do custo das passagens aéreas ou o que vai promover, certamente, vai ser a competitividade da concorrência, a competitividade entre as empresas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com isso, Senador, nós vamos conseguir resolver parte de um problema que é logístico no Brasil. Nós temos 1,7 milhão de quilômetros de estradas rodoviárias, das quais menos de 12% contam com pavimentação. Então, aí, nós já temos um problema logístico e, parte desse problema, com a abertura do capital estrangeiro às aéreas, será resolvido com o aumento do número de operações no Brasil. Certamente, nós vamos conseguir aumentar o número de rotas, destinos. Em parceria com a Anac, a gente vai conseguir fazer uma estruturação melhor dos aeroportos para que a gente consiga melhorar essa logística, sobretudo para o turismo no Brasil. Então, quanto a essa balança comercial, certamente já existe uma série de ações e planejamentos para que a gente consiga, realmente, equilibrar ou torná-la positiva num espaço de pelo menos três a quatro anos.

O Brasil hoje é o 16º em gasto no exterior, ou seja, o viajante brasileiro deixa... Nós estamos em 16º lugar dos turistas que mais gastam pelo mundo.

Aqui, são estudos do Fórum Econômico Mundial, que estudou aí, pelo menos, 103 países. A análise foi feita em 2017. O Brasil tem números assustadores, infelizmente negativos. A prioridade do turismo na agenda estratégica do País, isso medido em 2017, num *ranking* de 136 países, nós estamos em 106º lugar na ordem de prioridade da agenda estratégica do País.

Prioridade do turismo, na agenda do Governo, 126º lugar. Isso em 2017. Praticamente, está entre os últimos na prioridade do turismo no Governo.

Ambiente de negócios, 129º lugar em ambiente de negócios, num *ranking* de 136 países. Dá para perceber por aí como é inóspito o ambiente de negócios no Brasil.

A segurança, 106º lugar em segurança pública.

Abertura internacional, 96º lugar.

Infraestrutura portuária, 112º lugar.

Onde nós queremos chegar? Quais são as nossas metas? O que é que nós queremos para o turismo no Brasil? Primeiro, nós queremos passar de um patamar de 6,6 milhões de turistas/ano internacionais aqui, no Brasil, para 12 milhões. Nós precisamos, pelo menos, dobrar ou quase dobrar esses números que são realmente muito baixos aqui, no Brasil. Para vocês terem uma ideia, Senador Eduardo, só Cancún conta com quase 7 milhões de turistas/ano. Então, Cancún sozinha, uma faixa de praia de 24km, tem mais turistas/ano do que o próprio Brasil como um todo.

Atualmente, nós temos R$5,9 bilhões receptivos, que a gente recebe dos turistas estrangeiros no Brasil.

Nós queremos passar para, pelo menos, R$19 bilhões/ano. A meta é ousada, mas, com todas essas ações sendo feitas pelo Governo Federal, pelo Ministério do Turismo e, sobretudo, pelas Casas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Legislativas, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal, nós acreditamos que nós vamos conseguir chegar a esses patamares de US$19 bilhões/ano, recebendo dos turistas estrangeiros. Como eu disse aqui antes, a inserção de mais 40 milhões de brasileiros no mercado de viagens, atualmente, são 60 milhões, vai contribuir também para que esses US$19 bilhões sejam alcançados. A criação de 2 milhões de empregos através do turismo, essa é a nossa meta até 2022.

A gente disse aqui o que queremos fazer. Agora, como o faremos. A isenção de vistos... E aproveito a oportunidade, Senador Fernando Bezerra, para mostrar a importância dessa ação, da isenção de vistos, desse decreto que envolveu a Presidência da República, o Ministério do Turismo, também o Ministério da Justiça. É de fundamental importância a manutenção da isenção de vistos para esses quatro países. Para os senhores terem uma ideia, só com a implantação do visto eletrônico no ano de 2018 para esses mesmos quatro países, não foi isenção, só a implantação do visto eletrônico, aumentou em 35% o pedido de vistos para esses países ao Brasil. Então, muito relevante. Certamente, com a isenção de vistos, esse percentual cresce e muito. Então, é uma ação fundamental, preponderante para que a gente consiga, sobretudo, gerar emprego e renda no Brasil.

Os quatro países figuram na lista dos 20 países que mais gastam com viagens no mundo. Portanto, Austrália, Canadá, Estados Unidos e Japão figuram aí entre esses 20 países que mais gastam no mundo. A média de gastos, para os senhores terem ideia, de um viajante no Brasil é de US$859, isso contando o tempo de estada, uma média de tempo de estada e gasto do viajante comum. Os viajantes desses quatro países gastam em média US$1,566, nessa média tempo-gasto dos viajantes estrangeiros no Brasil. Portanto, é quase o dobro o que esses quatro países, os viajantes desses quatro países gastam em relação aos outros países.

E, aí, a nossa pergunta: o que nós queremos: geração de emprego, de renda no nosso País ou uma política de reciprocidade por si só? É uma pergunta interessante.

Os PLs, aliás, o PL 2.724/2015, já aprovado na Câmara dos Deputados, hoje aqui, no Senado Federal, trata de dois temas importantíssimos, fundamentais para o avanço do turismo, a geração de emprego, de renda, a redução do custo Brasil, que é a abertura do capital internacional às companhias aéreas e a modernização da Lei Geral do Turismo. Esse projeto já está aqui, no Senado Federal e aproveito a oportunidade para pedir o empenho dos Senadores, Senador Izalci, Presidente, para que a gente possa, realmente, com a máxima celeridade possível, colocar esses projetos em pauta.

Já conversamos, tivemos uma reunião muito boa com o Presidente Davi Alcolumbre. Todo o *trade*, ou grande parte do *trade* do Brasil, as maiores associações estiveram aqui, conosco, na semana passada, e a gente teve a oportunidade de apresentar para o Presidente Davi Alcolumbre a importância desses dois projetos para a economia brasileira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na agenda dos cem dias, estabelecida pelo Governo Federal, o Ministério do Turismo alcançou 100%. Nós estamos com 100% das metas concluídas para entregar nos cem dias. Uma delas é melhorar a gestão dos patrimônios mundiais do Brasil. Isso foi um decreto interministerial com o Ministério do Turismo, de Desenvolvimento Regional e o Ministério do Meio Ambiente.

Na verdade, nós temos hoje os patrimônios tombados pela Unesco, os patrimônios mundiais, que têm um potencial turístico muito grande e que estão ou subaproveitados ou suscetíveis a invasões, a degradação. E, por isso, esse decreto vai nos dar a oportunidade de trazer para o âmbito do Ministério do Turismo a gestão desses patrimônios que podem ser transformados em pontos turísticos, com alta visitação de turistas nacionais e também internacionais.

A concessão de imóveis da União com potencial turístico para a iniciativa privada. O Brasil hoje conta com mais de 5 mil imóveis por todo o Brasil. Sabemos que muitos deles estão em fase muito ruim, degradados e com potencial turístico. Então, essa concessão da SPU para o Ministério do Turismo, na verdade, é para fazer essa gestão, exatamente visando a recuperação desses locais, podendo, assim, fazer as concessões para a iniciativa privada. É o que o mundo tem feito, é o que tem dado certo no mundo inteiro, para que a gente possa transformar locais que estão hoje abandonados em locais de visitação turística, gerando emprego e renda para a nossa população.

A agenda estratégica. Existe um ponto fundamental, eu vinha falando com o Senador Fernando Bezerra, da importância de se transformar a Embratur em uma agência de promoção internacional do Brasil, como destino no interior. Existe o PL 7.425, de 2017. A Embratur hoje é uma autarquia especial ligada ao Ministério do Turismo, o que engessa e muito a sua própria atuação na promoção do Brasil no exterior e também na promoção dos grandes eventos.

A Embratur hoje não pode ter nenhum tipo de parceria com a iniciativa privada por força de lei. A transformação da Embratur em agência certamente vai aumentar em muito o potencial da divulgação do Brasil no exterior e também nas parcerias para os grandes eventos, tanto no Brasil, quanto no exterior.

A concessão de serviços de parques naturais é um trabalho feito, já, pelo Ministro Ricardo Salles, do Meio Ambiente, com o apoio do Ministério do Turismo, contando com o ICMBio, para que a gente possa realmente conceder os parques naturais. Para vocês terem uma ideia, hoje o Brasil tem cerca de 10 milhões de visitantes/ano aos nossos parques naturais. Os Estados Unidos hoje contam com 300 milhões de visitantes/ano convivendo nos parques naturais dos Estados Unidos.

Os Estados Unidos hoje faturam US$19 bilhões só com a visitação em parques naturais no país, enquanto nós faturamos R$1,8 bilhão com a visitação em nossos parques. Portanto, a concessão do serviço em parques naturais é fundamental para que a gente consiga, realmente, nesse quesito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

especificamente... Já que somos o primeiro, o número um do mundo em recursos naturais, nós temos um potencial gigantesco para aproveitar o potencial turístico dos parques no Brasil.

O teto da alíquota do ICMS de 12% no querosene da aviação – é uma resolução aqui do Senado, a Resolução 55, 2015 – é fundamental também. Peço o apoio aos nobres Senadores e Senadoras para essa resolução. Essa resolução, somada à abertura internacional do capital estrangeiro, realmente vai conseguir ter um impacto positivo na redução de custo das passagens aéreas no Brasil.

O Tocantins, terra do nosso nobre Senador Eduardo, já reduziu o ICMS para os 12%. O Rio de Janeiro já está estudando também; parece que o Governador está reduzindo para 7%. O Governador Doria, em São Paulo, reduziu de 25% para 12%. Então, é uma tendência para que a gente possa, realmente, reduzir o custo Brasil e, sobretudo, as passagens aéreas brasileiras, que, diga-se de passagem, são muito, muito caras!

Quero cumprimentar a Senadora Eliziane, a Senadora Zenaide – é um prazer –, o Senador Lucas Barreto, que chegou agora. É um prazer tê-lo conosco aqui, Senador.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO. *Fora do microfone*.) – Dono do turismo aqui, Senador Jaques Wagner.

O SR. MARCELO ÁLVARO ANTÔNIO – Senador Jaques Wagner, é um prazer tê-lo conosco aqui na Comissão. A Bahia tem um potencial enorme.

Bom, trouxemos aqui, de uma forma, obviamente, simplificada, o que o mundo hoje apresenta em relação ao turismo, qual é a situação atual do Brasil, o que nós queremos fazer e como precisamos fazer para que o turismo possa alcançar as metas estabelecidas, que são, sobretudo, aumentar o número de empregos no Brasil, a geração de renda e aumentar o número de turistas internacionais viajando aqui pelo Brasil.

Obrigado, Senador Izalci.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Agradeço ao Ministro pela exposição e já vou entrar, imediatamente, na lista de inscrição. A primeira Senadora inscrita é a nossa Senadora Eliziane. Senadora, antes de V. Exa. se pronunciar, só quero lembrar que nós aqui na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo já fizemos a reunião aqui com o Ministro de Desenvolvimento Regional, com todos os membros da Sudam, Sudene, Sudeco e órgãos também da Codevasf e, agora, com o Ministro do Turismo. E definimos, aprovamos aqui o requerimento, colocando o projeto de desenvolvimento regional como um projeto estruturante aqui da Comissão.

Então, nós estamos encerrando aqui hoje o ciclo. Estamos ouvindo todos os atores que são importantes para esse trabalho. Agradeço muito, então, essa colaboração. É evidente que vamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

enriquecer com as perguntas, mas encerramos esse ciclo hoje e vamos começar já a desenvolver o trabalho para oferecer ao Governo e à sociedade instrumentos que possam facilitar e agilizar o nosso processo rico do turismo no Brasil.

Senadora Eliziane Gama,V. Exa. tem a palavra.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Para interpelar Ministro.) – Presidente, meus cumprimentos ao senhor, aos colegas Parlamentares e ao Ministro Marcelo.

Ministro, eu quero iniciar falando sobre a questão dos vistos. Nós tivemos agora, recentemente, uma decisão de isenção por parte do Presidente de isenção de vistos a alguns países: Estados Unidos, Canadá, Japão e Austrália. Enfim, foram quatro países ao todo. Ao mesmo tempo, somado a isso, naturalmente, o objetivo é o incremento do turismo, a chegada de mais turistas ao Brasil. Há, inclusive, uma mobilização da classe turística de todo o Brasil no sentido de que essa isenção possa, de fato, ser completamente concretizada. A minha pergunta para o senhor referente a isso é: como é que, a partir disso, naturalmente, poderá haver esse incremento?

Ao mesmo tempo, nós temos o entendimento de que o turista não pode, simplesmente, vir ao Brasil por vir. Nós temos que ter a movimentação comercial, financeira a partir da vinda desse turista, mas, ao mesmo tempo, também temos uma imagem nacional que nós precisamos vender para fora. E essa imagem passa pela questão da segurança pública, que hoje é uma grande preocupação no Brasil. Nós tivemos agora, recentemente, uma ação no Rio de Janeiro por parte do Exército, um erro grosseiro, terrível, que, naturalmente, precisa de toda uma investigação, de todo um acompanhamento.

A minha pergunta é exatamente nesse sentido: como está a preocupação do Ministério em relação à segurança pública nacional e se esse debate de forma transversal está acontecendo para que possamos minimizar essa situação terrível e, naturalmente, fazer com que esse turista venha, vá e possa voltar para que possamos ter uma garantia do que estamos pretendendo, que é a movimentação comercial?

Nesse mesmo sentido, falando, por exemplo, dos viajantes frequentes, nós tivemos, em 2015, anunciada a entrada do Brasil no Global Entry, mais ou menos ainda no Governo do Obama. E, naquele momento, não houve uma concretude, digamos assim, de que essa participação dos brasileiros pudesse realmente ser efetivada. Eu queria saber do senhor se há, na verdade, uma retomada dessa parceria e como está, de fato, esse encaminhamento.

Nesse mesmo sentido, Ministro, a minha segunda pergunta é referente aos parques nacionais. Ainda no Governo Temer, havia uma perspectiva de haver, pelo menos, um quantitativo no plano de privatização de nove parques nacionais, entre eles, o Parque do Maranhão, que são os Lençóis

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Maranhenses, na verdade, uma verdadeira riqueza brasileira que nós temos, inclusive com exposição internacional. Pelos dados que nos foram passados aqui, nós temos, por exemplo, uma visitação nesses parques no Brasil da ordem de 10 milhões de turistas e um faturamento da ordem de R$2 bilhões. Pelos cálculos do Governo, o plano de privatização renderia algo em torno de R$140 milhões em outorgas e R$153 milhões em investimentos privados.

A minha pergunta bem específica seria: como está esse plano de privatização, ao mesmo tempo também, como está a preocupação em relação às salvaguardas? Porque nós sabemos que não é privatizar por privatizar.

Nós temos todo um critério de fiscalização, o controle ambiental, inclusive com acompanhamento do ICMBio. Então, quais os critérios que nós teremos para que as garantias ambientais, de fato, possam ser asseguradas?

Na verdade, eu vou aqui partir para a minha última pergunta, que é uma grande preocupação. Daqui a pouquinho, na CCJ, Ministro, nós teremos um projeto de lei que estará sendo acompanhado e discutido, inclusive com relatório já apresentado na semana passada...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – ... que é referente à eliminação de cotas para mulheres. E essa eliminação se deu a partir de todo um debate nacional de utilização de candidaturas de mulheres-laranjas por parte de alguns Partidos, inclusive o PSL. Isso foi terrível, porque para mim não há nenhuma desculpa para que isso aconteça, mas, ao mesmo tempo, isso aflorou um debate nacional. Para mim, é uma desculpa para tentar excluir a participação das mulheres no cenário político. Aliás, nós evoluímos quando conseguimos, na Justiça Eleitoral, a garantia do fundo eleitoral para as candidaturas.

Há uma denúncia em relação ao seu nome com a utilização de candidaturas de mulheres-laranjas pelo PSL, a exemplo do que aconteceu com Bebianno, que, aliás, acabou sendo demitido. O senhor coloca, em alguns momentos – é exposto pela imprensa –, que são casos diferentes. Eu perguntaria: em que se diferencia o seu caso em relação ao caso do Bebianno e quais as providências que estão sendo tomadas nesse sentido?

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Eu vou seguir aqui. Nós estabelecemos aqui blocos de quatro em quatro, porque há várias inscrições que estão sendo feitas, mas eu gostaria, Ministro, de pedir a V. Exa. que limitássemos ao tema do convite de audiência pública para que possamos aproveitar o máximo possível o nosso trabalho aqui do planejamento do projeto estruturante que nós estabelecemos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O próximo inscrito é o Senador Fernando Bezerra; em seguida, a minha Vice-Presidente, Zenaide Maia; e, depois, Lucas Barreto. É o primeiro bloco.

Então, agora, o nosso Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Para interpelar Ministro.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu queria, inicialmente, cumprimentar o Ministro Marcelo Álvaro pela bela apresentação, destacando a importância do turismo como instrumento de promoção do desenvolvimento e geração de emprego no nosso País e, de forma muito objetiva, colocando as metas do Ministério do Turismo e também a estratégia para alcançar essas metas. E a gente fica feliz, porque muitas dessas metas poderão ser alcançadas em parceria com o Congresso Nacional, a partir da deliberação de projetos de lei que já se encontram em tramitação aqui nesta Casa. E o Ministro destaca, portanto, a importância de agilizarmos esse debate e essa deliberação.

Aqui eu lembro que, na legislatura passada, o Senador Jorge Viana foi um dos grandes entusiastas da redução do ICMS sobre o querosene de aviação. Isso chegou a ir a Plenário e, depois, por pressões de alguns Estados, a matéria foi retirada de Plenário. E o que nós estamos assistindo é que Estados importantes, como São Paulo, começam a reduzir o ICMS sobre querosene de aviação e uma série de novas frequências de voo está sendo realizada a partir do interior de São Paulo, atendendo, inclusive, cidades do Nordeste. Eu queria destacar a frequência de voos de São Paulo para Vitória da Conquista, que acabou de conquistar o novo aeroporto e que vai dinamizar, portanto, essa ligação Nordeste-Sudeste. Portanto, quero cumprimentá-lo, Ministro, pela apresentação que fez aqui na nossa Comissão.

Eu queria chamar a atenção para um programa que foi muito exitoso no passado, um programa que, de certa forma, descortinou todo o potencial turístico da Região Nordeste, um programa chamado de Prodetur. Os Estados do Nordeste foram muito beneficiados em infraestrutura rodoviária, infraestrutura hoteleira, em preservação de patrimônio. Bahia, Pernambuco, Ceará foram Estados que se destacaram, mas poderia também citar Paraíba, Rio Grande do Norte, Piauí, Maranhão. E, hoje, nós temos o Prodetur+Turismo, programa que completou um ano agora. Para aqueles que não conhecem, o Prodetur+Turismo é a união do Prodetur com o selo +Turismo.

Então, eu gostaria que o Ministro pudesse apontar quem foi que já acessou esses novos financiamentos. O Governo está pensando em ter uma nova rodada de financiamentos externos junto ao BID ou o Banco Mundial para que os Estados possam acessar esses recursos no sentido de que a gente possa dar sequência a uma série de novos destinos?

Eu queria lembrar aqui um dos destinos que é muito importante para Pernambuco e para a Bahia. É o polo Petrolina-Juazeiro. Temos um aeroporto de primeira categoria e somos hoje um polo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vinícola importante no Brasil. As pessoas não sabem, mas a região de Petrolina e Juazeiro é a segunda produtora de vinhos neste País, sobretudo os vinhos jovens, os espumantes que são ali fabricados na Vinícola Miolo do lado da Bahia e da Vinícola del Sur, que é de um grupo português do lado de Pernambuco.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Então, a ideia é que esse Prodetur+Turismo pudesse investir, de forma mais ampla, mais vigorosa, sobretudo nesses novos destinos. No momento em que os aeroportos estão sendo concedidos, o Aeroporto de Petrolina vai entrar na nova rodada de concessão. Preveem-se investimentos de mais de 200 milhões no Aeroporto de Petrolina.

Então, seria importante que se casasse o fortalecimento da infraestrutura aeroportuária com os investimentos de infraestrutura, como, por exemplo, o acesso rodoviário às vinícolas para que a gente pudesse ter os passeios que facilitassem o turista a fazer a visitação. Agora que estamos recuperando a água na Barragem de Sobradinho, os passeios de barco, definir um modelo de barco que possa permitir o passeio turístico no Rio São Francisco. Então, eu deixo aqui como ideia a priorização do Prodetur+Turismo, sobretudo alocando mais recursos para poder disponibilizar para os Estados e para os Municípios o reforço da sua infraestrutura turística.

Quero dizer que nós devemos nos pautar pelo tema da reunião. As questões que estão afetas no que diz respeito ao processo da disputa eleitoral, quem está cuidando disso é a Justiça Eleitoral e os órgãos competentes. Nós não temos que aqui indagar o Ministro sobre fatos cuja investigação já ocorre. Portanto, o Ministro veio aqui para falar de coisa que interessa à população brasileira, que interessa ao desenvolvimento do turismo, ao desenvolvimento regional. Respeito aqueles que queiram indagar sobre isso, mas o Ministro nunca se recusou a dar nenhuma palavra, nenhuma explicação; sempre se colocou à disposição das autoridades para esclarecer qualquer dúvida a esse respeito. Vamos aguardar o final das investigações. Esses fatos deverão ser esclarecidos com o término dessa investigação.

Mais uma vez, parabenizo o Ministro pela sua presença e pela apresentação que acabou de realizar.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – A próxima é a Senadora Zenaide Maia.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para interpelar Ministro.) – Bom dia, Presidente; Ministro Marcelo Álvaro; colega Deputada Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É o seguinte: o que está chamando a atenção no País... Nada contra abrir ao capital estrangeiro, mas esta Casa principalmente tem que ter um olhar diferenciado.

Como a minha colega Eliziane falou, ninguém consegue estimular o turismo sem ter segurança pública. Então, tem que ter esse olhar. Até agora não foi apresentado um plano de segurança pública. O único que a gente tem é armar a população civil, e não é por aí. Quem é responsável pela segurança pública é o Estado brasileiro; não são os civis responsáveis por isso. Ela falou dos Lençóis Maranhenses e, como eles, há outros. A facilidade que se está havendo de se vender o patrimônio brasileiro sem uma avaliação...

Eu queria só chamar a atenção desta Casa para o seguinte: a nossa Embraer, que, mesmo não sendo o assunto direto, tem tudo a ver com o que a gente está discutindo, a abertura do espaço aéreo brasileiro. A Embraer, nesse acordo com a Boeing, essa venda foi por US$4,2 bilhões. E, olhando o Copacabana Palace, a rede do Copacabana Palace foi vendida US$3,25 bilhões. Se a gente for fazer uma comparação com uma empresa brasileira de aeronáutica, com 50 anos, com tecnologia que a gente tinha... Eu acho que o interesse maior foi na tecnologia: a gente estava com cargueiros mais velozes e que consumiam menos combustível.

Então, só chamando a atenção desta Casa, eu queria ver o seguinte: qual o plano...? Porque você não vai alavancar o turismo sem segurança pública. Outra coisa, nessa abertura para o capital estrangeiro, vamos ver se a gente não está só levando desvantagem. Por exemplo, quanto à abertura do espaço aéreo, nada contra. Agora, 100%, gente? A União Europeia é 25%. Nos próprios Estados Unidos, há uma luta para ser mais do que 25%. Então, só chamando a atenção para quando a gente vê os valores. E ela chamou a atenção sobre os Lençóis Maranhenses.

Então, pergunto: qual o plano principalmente para gerar emprego e renda, Ministro? Porque o nosso turismo, se o povo não estivesse numa situação de tanta dificuldade, com mais de 20 milhões de desempregados... Qual o plano para alavancar a economia, gerando emprego e renda? E qual o projeto do Governo para a segurança pública deste País?

Inclusive, eu queria dizer que eu estou com a PEC 44, na Comissão de Constituição e Justiça. A gente criou o Susp. Parabenizo por essa criação, mas tem que se saber de onde vêm os recursos. Eu queria pedir o apoio dos pares, porque, se tivermos um sistema único de segurança pública, mas não houver o financiamento certo, nós não podemos... O Rio de Janeiro está violento. Aí vamos aprovar um projeto de lei na carreira para poder jogar lá.

Então, a pergunta é esta: turismo ligado, não só o turismo externo, mas o da gente também... Na minha cidade, no Rio Grande do Norte, em Natal, caiu o turismo e é uma cidade do Brasil que tem uma orla de dar inveja e não falando só disso, do turismo religioso. Mas, se a gente não tiver um plano de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

segurança pública e se este Governo não apresentar como vai melhorar emprego e renda, investindo no setor produtivo deste País, fica difícil.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Bem, para concluir essa rodada – aproveito para registrar a presença do nosso Deputado Federal Capitão Alberto Neto, que está inscrito, mas após os Senadores, é regimental –, eu concedo a palavra ao Senador Lucas Barreto.

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP. Para interpelar Ministro.) – Bom dia, Sr. Presidente!

Bom dia, Sr. Ministro, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, senhoras e senhores aqui presentes!

Ministro, eu assisti atentamente à explanação que o senhor fez em nível de turismo. Eu penso e entendo que o turismo deve ser regionalizado. E eu estou aqui a falar pela Amazônia e pelo meu Amapá; o Amapá, que é o Estado mais preservado do mundo, que tem a maior área preservada. E eu posso lhe dar um exemplo: nós temos lá, quanto aos parques de que o senhor falou, o maior parque do mundo, que está lá, o Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque, 3,8 mil hectares; desde 2002, ele está lá intocado. O Sr.Cristopher, que é um alemão naturalizado brasileiro, passou num concurso, é o chefe do parque desde 2002. E, desde 2002, não há nenhuma atividade nesse parque. É totalmente preservação.

E aí eu pergunto: por que só preservar? Por que não conservar, usar racionalmente, explorar o turismo? O Amapá também tem uma posição geográfica privilegiada, não é à toa que foi lá construída a maior fortaleza do Brasil; não é à toa que há uma base aérea lá abandonada desde a Segunda Guerra Mundial, pela posição geográfica privilegiada; é lá que está o maior rio do mundo, é a única capital banhada pelo Rio Amazonas; o Amapá também tem – dito até por Alex Atala – a melhor gastronomia de base do mundo, e falo isso, porque gastronomia é uma atividade econômica, comida une povos e pessoas.

Então, isso tudo a gente está trabalhando. Nós já estamos terminando a produção do primeiro guia de pesca e de turismo de um Estado brasileiro, o *Fishing Guide*. Mas lá nós estudamos também qual o turista-alvo. Fomos lá ao PNDPA para buscar qual era o turista-alvo. Nós estamos trabalhando.

Sexta-feira o Presidente Bolsonaro inaugura o novo aeroporto de Macapá, construído com emenda de bancada, da nossa Bancada Federal.

Lá, no Amapá, anteontem, saiu o decreto do Governador e foi aprovado pelo Confaz. Lá nós não reduzindo para 12% nem para 7%, nós reduzimos para 3% o ICMS do querosene da aviação, mas nós estamos pedindo uma compensação das empresas: que elas montem lá o Ribe, que lá haja também uma atenção especial, porque nós somos zona de livre comércio. Então, pode-se importar lá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu falo isso até para convidá-lo, para convidar os outros Senadores, a população do Brasil para conhecer o Amapá. O Amapá é o novo, é a última fronteira na Amazônia a ser descoberta. Eu até falo que os amapaenses, muitos, não conhecem o Amapá, mas não é só o Estado mais hospitaleiro como é também o de maior potencial turístico no Brasil. E é isso que eu vim aqui pedir ao senhor que tenha essa atenção especial aos Estados amazônidas e ao Amapá, que está lá cumprindo o seu papel, tentando sair da escravidão ambiental que nos impuseram...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP) – ... porque todo o mundo e o Brasil querem que o Estado do Amapá preserve, preserve. Nós fizemos o nosso papel, mas nós queremos compensação, principalmente do Governo Federal, para incentivar essas políticas públicas, como o turismo, que tem um retorno rápido. Nós precisamos desse apoio do senhor e eu conto com esse apoio.

Digo que esse desenvolvimento regional nós vamos trabalhar e, para não me alongar muito, eu quero fazer duas perguntas ao senhor: como o senhor pretende na Amazônia tratar o turismo haliêutico e o turismo cinegético?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Concluída essa primeira rodada, eu passo para o Ministro fazer seus comentários e responder, mas pediria ao Ministro que se delimitasse aos assuntos do requerimento.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Pois não, Eliziane.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Para questão de ordem.) – Presidente, com todo o respeito que eu tenho a V. Exa. e aos colegas que já também manifestaram posição semelhante, eu queria dizer a V. Exa. que nós temos aqui as nossas garantias constitucionais de fazer as perguntas que nós entendermos que são necessárias para o bom andamento dos trabalhos da Comissão. As perguntas que eu fiz são direcionadas ao Presidente e, mais uma vez, ao Ministro. E, mais uma vez, digo ao senhor que, apesar das suas colocações, a decisão de responder ou não é do Ministro. Ele, na verdade, pode ou não responder a critério dele.

Outra coisa também, Presidente: nós não podemos estabelecer aqui na Comissão uma autocensura, é muito ruim, sobretudo no momento brasileiro, em que a gente está preocupado com as nossas instituições, com as manifestações que têm sido colocadas evocando a censura. E a postura de V. Exa., com todo o respeito, remete a uma autocensura nesta Casa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu queria assegurar o meu direito de fazer a pergunta que eu entender que é necessária e importante para o bom andamento da Comissão e pedir que o Ministro responda. Naturalmente, se ele não quiser, é uma decisão dele, mas que a decisão seja tomada pelo Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Eu quero dizer a V. Exa. que, em momento algum, quis limitar a palavra de V. Exa. Eu só fiz um apelo inicial, porque o nosso requerimento foi baseado no art. 50, §1º, e o objetivo desta Comissão é exatamente esse convite que fiz ao Ministro – eu sou o autor do requerimento – para exatamente contribuir com a política de desenvolvimento regional. Nós temos um convite na Comissão de Transparência, Fiscalização e Controle especificamente para tratar desse outro assunto.

Então, óbvio, eu só pedi que a gente limitasse o assunto para a gente aproveitar o máximo possível dessas informações, mas jamais colocaria no sentido de inibir ou vetar qualquer pronunciamento de V. Exa. Evidente, o Ministro responde o que ele quiser; agora, eu faço um apelo que a gente se limite ao assunto do requerimento.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Senador Eduardo.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO. Pela ordem.) – Só para preservar o bom andamento da reunião, deixo registrado aqui sobre a sua condução. Em nenhum momento, observei qualquer possibilidade de autocensura por parte de V. Exa. e acho que uma reunião específica convocada para ouvir o Ministro acerca do assunto turismo preserva também os nossos direitos; todos aqui estão com os direitos preservados; eu, inclusive, com o direito de conversar sobre turismo. Então, quero só destacar a forma como V. Exa. está conduzindo a reunião. É preciso foco e há outros instrumentos de questionamento. Então, não vi, em nenhum momento, qualquer Senador aqui com os seus direitos não preservados de questionar ou perguntar, mas aqui neste momento faço essa observação com relação à condução de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Agradeço.

Eu só gostaria de aproveitar o máximo de tempo possível no assunto.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Só regimentalmente, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Pois não, Eliziane.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Nós temos no Regimento, que é claro, acerca da fiscalização e controle dos atos do Poder Executivo. Isso aí não é uma ação ou uma iniciativa peculiar de apenas uma comissão. Sim, são questões regimentais. Em todas as comissões, nós temos o dever e a obrigação, como representante público, de exercer o papel também de fiscalização e controle das ações do Poder Executivo. Então, eu estou buscando um direito que eu tenho assegurado como Parlamentar nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Jamais tive a intenção de tirar esse direito.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Mais uma vez, eu quero reafirmar o respeito – e V. Exa. sabe – que eu tenho pelo senhor de uma forma extrema.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Sim, eu também.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Fomos colegas na Câmara dos Deputados, e a minha colocação simplesmente é para assegurar o meu direito de exercer o meu papel como Parlamentar.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – O.k., Senadora.

Eu passo, então, para o Ministro, mas ponderando e pedindo não só à Senadora Eliziane, mas a todos os Parlamentares presentes, para que a gente possa utilizar o máximo possível do tema, porque nos interessa muito concluir essas informações para elaborarmos um projeto da Comissão que é o projeto estruturante de desenvolvimento regional.

Ministro, V. Exa. tem a palavra.

O SR. MARCELO ÁLVARO ANTÔNIO – Bom, Senadora, vamos falar aqui da questão dos parques, como a senhora mesma citou os Lençóis Maranhenses, uma das grandes maravilhas do nosso Brasil, o trabalho, o plano de concessão de parques no Brasil é feito no âmbito do Ministério do Meio Ambiente, através do seu respectivo Ministro, Ricardo Salles, obviamente com apoio do Ministério do Turismo. É um processo em que, pelo menos, parece que temos 11 parques já prontos para serem concedidos à iniciativa privada. Obviamente, a concessão é uma concessão responsável visando, sobretudo, à conservação deste e também ao aumento e à promoção da visitação dos turistas a esses respectivos parques. A contrapartida de cada parque é obviamente investida no local. Todos os parques têm o seu plano de manejo, que é regido pelo ICMBio, e isso é respeitado integralmente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O objetivo final é realmente não só conservar o parque, mas, aumentando a visitação turística, nós vamos conseguir assim gerar emprego e renda para essas respectivas regiões. O Parque dos Lençóis Maranhenses certamente faz parte desse plano do Ministério do Meio Ambiente com apoio do Ministério do Turismo, para que consigamos realmente fazer dos Lençóis Maranhenses um lugar mais acessível, melhorar, inclusive, a infraestrutura logística para chegar aos Lençóis Maranhenses, promovendo, sobretudo, emprego e renda na região.

Parece-me que a senhora também questionou a questão da segurança nacional em relação aos vistos que também acho que é a mesma pergunta da Senadora Zenaide. Não existe nenhum tipo de flexibilização por parte da Polícia Federal na questão da segurança pública. Continua exatamente o mesmo plano de segurança exercido até hoje no Brasil. Então, a isenção dos vistos não traz nenhum tipo de flexibilização na questão de segurança pública para os visitantes desses quatro países. Então, a regra permanece a mesma.

Aproveitando aqui, já que a gente está falando de segurança pública, Senadora Zenaide e Senadora Eliziane, no âmbito do Ministério, também a gente criou uma área específica para tratar as questões de segurança pública. Eu já estive pessoalmente com o Ministro Moro fazendo algumas propostas, que eu creio que a senhora conhece bem, que são propostas exitosas que a gente consegue observar no mundo.

Estudando o mundo em relação à segurança pública, a gente tem dois *cases* aí muito importantes, que são Medellín e Bogotá. A gente percebe que ali foi feito um trabalho de segurança pública importantíssimo ao longo de 15 anos que resolveu o problema. Medellín chegou a ter 381 homicídios por 100 mil habitantes, hoje gira na casa de 19 a 23 homicídios por 100 mil habitantes e mostrando ali que realmente a repressão com o braço duro do Estado, mas também com o braço social, implementando ali programas sociais e um conjunto de programas que a Colômbia apresentou muito bem ao mundo através das suas respectivas cidades Medellín e Bogotá.

Em relação, Senadora, ao questionamento da senhora da questão do PSL. Eu posso afirmar para a senhora que sempre agi estritamente dentro da legislação eleitoral à frente do partido em Minas, nunca fiz qualquer procedimento inadequado que viesse macular ou a imagem do Partido ou a minha. O processo corre em segredo de Justiça. Confio plenamente nas instituições, na Polícia Federal e no Ministério Público, e sempre tenho dito – e reafirmo aqui – que esse inquérito vai ser a melhor oportunidade que eu terei de provar que eu não tenho absolutamente nenhum problema ou nenhum procedimento inadequado à frente do partido em Minas. É o que eu posso falar com a senhora. Acredito que são os dois questionamentos que a senhora me fez.

Aqui o nosso amigo Senador Fernando questionou sobre a questão do Prodetur+Turismo; não questionou, mas ele trouxe aqui como uma importante ferramenta para promover a infraestrutura nas cidades turísticas e para receber os nossos turistas no Brasil. Realmente é um programa de extrema

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

importância. O Prodetur hoje conta com quase R$4 bilhões para essa iniciativa de promover a infraestrutura nas cidades. É acessível a todos os Municípios, obviamente obedecendo os critérios estabelecidos pelos bancos parceiros. Temos o BNDES e temos outros bancos também, privados, que estão em parceria com o Prodetur+Turismo. Algumas cidades – pelo menos 150, ou mais de 150 cidades – já estão com acesso ao programa, ou já entraram com seus pedidos. O Ministério do Turismo estabelece um selo mostrando ao BNDES que aquele programa é importante para o fomento do turismo nacional. São linhas de crédito extremamente atrativas, em alguns casos com carência de cinco anos, com amortizações de 30 anos, que certamente vão trazer um impulso, um incremento muito positivo para as cidades que os acessar. Eu posso aqui citar um exemplo: a cidade de Canela. A cidade de Canela teve um acesso de R$70 milhões nesse programa, e certamente vai fazer uma revolução na infraestrutura para o recebimento dos turistas na cidade. Então, é um programa de extrema importância para que todos os prefeitos no Brasil possam ter ciência e acesso a esse programa.

O Senador Fernando Bezerra também disse da questão da conectividade marinha. Nós temos hoje um programa no Ministério do Turismo exatamente para promover essa conectividade marinha. Esse assunto está sendo estudado. Está aqui o nosso Secretário Executivo, Daniel Nepomuceno, que está a frente desse projeto para que a gente consiga fazer essa conectividade marinha, que é inédita no Brasil. Hoje ainda não temos nenhum programa, nem no âmbito do Ministério do Turismo, nem no Governo Federal, que promova essa conectividade. Então, é um programa que certamente vai trazer um conforto logístico para os viajantes, sobretudo os viajantes das regiões litorâneas do País. Acho que foram os dois questionamentos do Senador Fernando Bezerra, as duas perguntas.

A abertura do capital estrangeiro também foi mencionada aqui pela Senadora Eliziane e pela Senadora Zenaide. Se possível, já respondendo uma, respondo a outra Senadora. A abertura do capital estrangeiro é a melhor maneira que nós temos de promover realmente a competitividade entre as empresas. Nós temos toda a garantia de que esse processo vai ser exitoso no ponto de vista da redução do valor das passagens aéreas. É impossível hoje nós termos apenas quatro operadoras. O Chile já tem mais de dez; a Argentina, se não me engano, oito ou nove. Então, os nossos vizinhos, que também já abriram mão da exigência dos vistos para esses quatro países e estão tendo resultados importantíssimos. Mas a abertura das aéreas brasileiras em 100% eu acredito que é o melhor caminho para que a gente consiga promover um aumento no número de rotas e destinos e, o mais importante, a redução das tarifas aéreas brasileiras.

Senador Lucas Barreto, do nosso querido Amapá. Ele foi à CCJ. Posso responder? O Senador trouxe aqui a questão dos parques. Existe um parque muito importante no Amapá, que certamente também está no radar do Ministério do Meio Ambiente para que seja promovida a concessão do parque.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É importantíssimo. Essas concessões, realmente, levam uma infraestrutura importante para cada parque. A gente tem exemplos muito exitosos, como o das Cataratas do Iguaçu. O Parque do Iguaçu faz muito bem isso, recebe um número altíssimo de turistas todos os anos; se eu não me engano, está na casa de 1,8 milhão turistas/ano, só ali no Parque do Iguaçu. O que ampara essas concessões é toda a infraestrutura de hotéis, restaurantes, lojinhas, para que o turista possa, então, ter um conforto com a sua família.

O Senador também questionou a respeito do turismo haliêutico, que é a pesca. A gente realmente tem, no âmbito do Ministério do Turismo, um apoio e diretrizes para promover o turismo da pesca, sobretudo a pesca esportiva. Sabemos que existe uma grande parcela, uma boa parcela de viajantes que buscam essa modalidade de turismo, portanto, é importante que nós ressaltemos aqui que o Ministério do Turismo está preparando, sim, com boas diretrizes, um planejamento para o turismo da pesca.

Com o Turismo Cinegético nós não trabalhamos, é o turismo da caça. A gente realmente não tem nenhum programa que estimule ou promova o turismo da caça no âmbito do Ministério do Turismo.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Agradeço-lhe.

E antes de passar para o próximo, indago se há alguma...

Senadora Eliziane.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Para interpelar Ministro.) – Eu indago, Presidente.

Ministro, eu queria lhe fazer uma pergunta ainda referente ao caso – primeiro, cumprimentá-lo por V. Exa. ter respondido a todas as nossas perguntas – específico do PSL. Eu lhe falo até como mulher, eu lhe digo que eu fiquei extremamente revoltada e indignada com essa situação em relação à utilização de candidaturas laranjas pelo PSL, que foi a denúncia colocada na imprensa. É muito revoltante ver, por exemplo, as mulheres sendo utilizadas como instrumentos por homens para alcançar os seus objetivos. Essa é uma prática que a gente luta todos os dias para combater, a gente luta todos os dias para mostrar que a mulher tem que ter o seu empoderamento, ela tem que ter o seu protagonismo, ela tem que ter a sua participação. Uma mulher, quando tem acesso ao recurso do fundo eleitoral, ela consegue ter o seu papel rodado, o seu combustível no seu carro, consegue colocar a sua campanha de fato para funcionar. E eu lhe asseguro que nós temos muitas mulheres no Brasil que,...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – ... pela falta de acesso a esse recurso, não conseguem ter uma militância partidária. A gente lutou muito, Ministro, para a gente conseguir ter o voto, para a gente ser votada e para a gente chegar aqui.

Eu cheguei aqui como Senadora, V. Exa. é Deputado, e eu também fui Deputada, junto com V. Exa., e não é fácil a gente chegar aqui, é com muita luta, é com muito empenho. E a utilização dessa forma é terrível, ela traz o retrocesso, ela mostra para alguns uma falsa verdade de que essa cota tem que ser eliminada, de que o fundo eleitoral tem que ser eliminado para as mulheres. Isso de fato é muito ruim. Eu acho que renderia um pedido de desculpas às mulheres brasileiras.

Eu quero só finalizar, Ministro. No Governo Itamar, os Ministros, quando eram colocados sob alguma suspeição, eram orientados a saírem do Governo por um tempo provisório para que realmente a investigação pudesse acontecer e transcorrer na sua mais absoluta normalidade. Depois, ele poderia voltar.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Eu acho que era uma atitude que o Governo Bolsonaro deveria tomar para que e gente pudesse ter de fato uma investigação isenta e a gente pudesse ter um Governo mais equilibrado.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Entrando já no outro bloco, eu passo a palavra ao Senador Eduardo Gomes.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO. Para interpelar Ministro.) – Ministro, eu quero agradecer a sua presença aqui.

Apenas para uma observação de consideração política, inevitável neste momento: eu também concordo com o que disse a Senadora Eliziane, e faço uma observação ainda que o processo do Ministério Público, nas várias instâncias, versa sobre o problema de candidaturas laranjas em diversos partidos, inclusive no partido em que eu disputei a eleição para Senador, o Solidariedade, o PPS, o MDB. É preciso dar essa amplitude, Presidente, para que fique preservado aqui o direito à defesa, mas o direito à informação. Então, faço essa observação cabal, porque é assim que tem sido divulgado o assunto e eu acho que de maneira exagerada, no caso do Ministro, até pelo destaque da posição que ocupa. Então, para que não haja prejuízo na informação, essa é uma ação ampla.

Concordo em gênero, número e grau com a colega, a Senadora Eliziane, e acho que esse assunto deve ser tratado nas instâncias devidas com essa dimensão, de todos os partidos sob suspeita. É uma forma do sistema político que é necessária neste País.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ministro, exercendo o direito de discutir turismo, eu queria aqui parabenizar as explanações anteriores, cada uma com a sua característica, por isso não vou repetir as perguntas feitas pelos Senadores que me antecederam.

Quero também registrar, com muito orgulho, com muita satisfação, a participação de um tocantinense nato, nosso amigo Hercy Filho, na Chefia de Gabinete do Ministério, um homem do sudeste do Tocantins. Orgulha-nos muito ter aqui um tocantinense que, por mérito próprio, por capacidade própria, sem indicação política, partidária, participa da Administração Pública nacional. Isso é muito importante para a juventude do meu Estado, para aqueles que desenvolvem a missão de servir o serviço público.

Aí faço uma observação, Ministro, apenas sobre a questão na ótica da logística do turismo, entendendo que V. Exa. desenvolve um trabalho com muita devoção, tem usado a sua juventude para os desafios que cercam esse assunto tão importante, essa indústria tão importante para o País. Primeiro, uma observação de caráter sugestivo, mas também de uma preocupação muito forte com a cultura do nosso País. Nós entendemos que a cultura, a música, o folclore são vertentes absolutamente ligadas ao desenvolvimento da indústria do turismo. Então, é preciso que esta Casa faça um esforço junto ao Governo, com os Líderes, os Vice-Líderes, os Líderes de partido para ver se a gente consegue colocar a cultura junto com o turismo, porque a gente entende que são indústrias que crescem de maneira simétrica e conjunta. E hoje a gente vê a cultura do País sofrendo muito por essa falta de norte. Essa é a observação que a gente gostaria de fazer.

A outra questão é a briga lateral por obtenção de fundos de toda ordem. Há neste momento, no País, uma disputa muito grande não de criação de novas fontes de renda, mas de substituição e de briga lateral de ministérios e de ações públicas com relação a recursos. Tivemos aqui, na semana passada, um debate sobre a transferência dos recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública para a saúde.

Aí, ao mesmo tempo...

Outra observação que eu queria fazer a V. Exa. é sobre buscar um redesenho para o Sistema S no Brasil. A gente entende que o Sistema S está também muito ligado à qualificação profissional e ao investimento no turismo.

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO) – Então, nós queríamos um trabalho nesse sentido de que qualquer recurso... Há um novo momento de discussão do papel do Sistema S, mas que seja observada também a sua importância e a sua relevância para a indústria do turismo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E também não posso deixar aqui, Presidente, de encerrar falando muito do nosso Tocantins. O Governador Carlesse reduziu o ICMS do combustível de aviação. O Jalapão passa por um momento de transformação, de descobrimento, é um bioma completamente diferente e que alia belezas naturais imensuráveis, mas também uma população que sofre muito com a miséria, com a falta de recurso. Então, o investimento do turismo como agente social, porque em nenhum lugar, em nenhuma outra atividade se gera emprego de maneira tão rápida. Eu queria reforçar o apoio a V. Exa., ao trabalho que você vai desenvolver, eu tenho certeza, no Ministério do Turismo e quero me colocar à disposição para esses novos desafios que realmente fazem a gente pesquisar novas características.

E uma observação final, Ministro. Há um programa de privatização de algumas vertentes na área de infraestrutura no País. Então, eu queria saber se o Ministério pretende desenvolver também alguma coisa aliada à questão de transporte, tanto no financiamento do transporte rodoviário, para que o turista tenha condição de rodar... Nós falamos aqui da aviação, mas não falamos de turismo rodoviário, com financiamentos, com aporte para transporte de melhor qualidade.

E uma observação singela sobre esses primeiros leilões na questão da renovação e da construção da malha ferroviária do País, se o Ministério do Turismo pensa em desenvolver um programa nesse sentido, já que os leilões são feitos com a característica de apenas carregar e transportar cargas. Mas a gente vai ter, por exemplo, o Estado do Tocantins e uma ligação da Região Norte, Nordeste do País para a região central, em Brasília, onde é o maior turismo cívico do País, com uma ferrovia disponível. Quero saber se o Ministério vai desenvolver isso também.

No mais, muito obrigado, Sr. Ministro.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Obrigado, Sr. Eduardo. Já passo...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Pela ordem, Presidente. O Senador citou meu nome, só 30 segundos.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Não, mas V. Exa. citou...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Senadora Eliziane.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Pela ordem.) – Eu quero só dizer ao Senador que eu não estou aqui fazendo a defesa de uma investigação seletiva, eu estou falando ao Ministro, que está numa função estratégica do Governo.

E quero dizer a V. Exa., primeiro, que eu não tenho conhecimento de investigação que envolva o PPS. E, se houver, tenha da minha parte o mesmo, absolutamente o mesmo empenho, tenha da minha parte absolutamente o mesmo empenho de proceder a essa investigação.

Eu queria pedir licença ao Presidente e ao Ministro, com todo o respeito, Ministro. Na CCJ estamos votando um projeto importante de cunho das mulheres, e eu precisarei estar lá.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Agradeço-lhe.

Já passo imediatamente ao nosso próximo indagador, Senador Elmano Férrer, meu Líder.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PI. Para interpelar Ministro.) – Sou eu, Presidente.

Eu aqui, em dois minutos, fiz uma breve intervenção parabenizando o nosso Presidente, como Presidente desta Comissão de Desenvolvimento Regional, consequentemente o esforço que ele tem feito em chamar Ministros de Estado de vários setores *versus* regionalismo. Nós temos, Ministro...

Com isso eu quero parabenizar o nosso Ministro e o acolhimento. Aliás, o nosso Presidente e o acolhimento do nosso Ministro.

Nós temos aqui, ouvimos Senadores do Norte defendendo o turismo na Região Norte. Nós outros, da Região Nordeste, o nosso Líder, já se manifestou. E da Região Centro-Oeste eu não sei se alguém fez alguma manifestação. Eu quero me desculpar por ter chegado atrasado em decorrência de uma participação em uma audiência, que me privou da exposição do nobre Ministro.

Na realidade, eu queria dar um testemunho. Eu vi nascer, como Secretário de Planejamento do Piauí, o Prodetur. Lembro-me, à época, Ministro, aliás, Presidente, do BID, Banco Interamericano de Desenvolvimento Econômico, em visita ao Nordeste, quando cada Governador queria fazer seu programa específico de desenvolvimento do turismo em cada Estado. E ele, o então Presidente do banco, Enrique Iglesias, à época, no começo da década de 90, sugeriu que se fizessem três blocos, ou seja, Maranhão, Piauí e Ceará; de outra parte, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte – são os três Estados –; e Alagoas, Sergipe e Bahia.

Por aquela oportunidade eu quero parabenizar aqui a Bahia, na pessoa do nosso estimado, querido Jaques Wagner, e o então Governador de Pernambuco, que era Joaquim Francisco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PI) – À época, Antonio Carlos Magalhães, na Bahia, e no Piauí... Aliás, no Ceará, o Ciro Gomes. Fizeram um trabalho fantástico. Lamentavelmente, alguns Estados perderam aquela grande oportunidade daquele grande programa e a alocação de recursos significativos. Bahia, Pernambuco e Ceará agiram com muita competência, através de seus secretários técnicos, sintonizados com o problema setorial importante, que era a geração de emprego, enquanto outros Estados também não deram a devida importância.

Eu quero dizer com isso que é preciso que tenhamos a responsabilidade na escolha dos secretários. Sou testemunha de secretários eminentemente políticos, que não entendem de turismo, mas isso estou falando em termos de Estados... E há uma dissintonia também desses Estados e dessas regiões com o Ministério do Turismo.

Então, é preciso... Eu queria saber, no final, aqui, apenas para nós discutirmos o programa de dois anos, as metas, as diretrizes para esses próximos dois anos do Ministro, que veja... Falou aqui a representante do Maranhão dos Lençóis Maranhenses. Nós fizemos, há mais de 20 anos, o programa Rota das Emoções, que envolve os Lençóis Maranhenses, o Delta do Parnaíba e a Região de Jericoacoara. Ou seja, integração de Estados dentro de uma Região.

No Nordeste, nós temos as nossas praias...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PI) – ... como temos também, no caso específico do Piauí, a Serra da Capivara, hoje o Museu do Homem Americano, graças ao trabalho de uma cientista, a Niède Guidon, e não a governos, trabalho científico que ela... Hoje nós temos o Museu do Homem Americano. Pela datação através do carbono, data de 40 mil anos atrás o homem americano no Piauí. Isso é um fato inusitado, inclusive é uma área tombada pela Unesco.

Então, lá nós não tínhamos aeroporto, nem tínhamos turismo, nem tínhamos hotéis. Passamos a ter agora um hotel, em que se gastaram 40 milhões com recursos federais, mas está entregue ao Estado. E vai acabar aquilo ali. Por quê? Porque lá o turismo é científico, principalmente decorrente de aspirações de nações, sobretudo europeias. O pessoal do Oriente, como o Japão, etc.,tem interesse.

Então, há uma desconexão entre as autoridades estaduais – isso em todos os Estados – e o próprio Ministério do Turismo. Isso tem prejudicado muito, e eu chamo a atenção, ao tempo em que eu tenho como exemplo o Estado de Pernambuco, o Estado da Bahia e o Estado do Ceará, que investiram maciçamente nesse setor, dentro e fora do País. Hoje são um sucesso esses três Estados, e os demais não avançaram – eu estou falando em termos de Nordeste. Por quê? Questão eminentemente política.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Meu caro conterrâneo, você conhece muito bem Marcelo Castro. Nós temos designado secretários que não estavam ou não estão preparados para essa área. Daí porque, Ministro, a minha pergunta: quando nós vamos sair de 5 milhões a 6 milhões de turistas receptivos, quer dizer, aqueles que vêm para cá há mais de 20 anos? Eu gosto de me caracterizar como um técnico. Como técnico, de fato, cheguei aqui, ao Senado. E todos os Ministros, todos, passaram por aqui, pelo Brasil, vários: "Olha, nós vamos sair de 5 milhões para 6 milhões, 8 milhões, 10 milhões". E não saímos. De 5 milhões a 6 milhões, patinando. Olhe a Hileia Amazônica.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PI) – Nenhuma parte do mundo tem o que nós temos, a atração turística da Amazônia.

As praias do Nordeste e muitas atrações, como nos casos do Piauí, do interior, da Caatinga, que nós inauguramos agora, o Governo Federal alocou recursos através do BNDES. Aquela fundação, o Museu do Homem Americano, o Museu da Natureza, coisa inusitada neste País! Ninguém sabe.

Então, a minha pergunta, feitas essas considerações: quando, Ministro, nós vamos sair de 5 milhões, 6 milhões, como todas as atrações que nós temos? O Pantanal, a Amazônia, o Nordeste, com suas praias... Quando nós vamos sair de 6 milhões para 8 milhões, 10 milhões, 20 milhões, 30 milhões? Nenhum país do mundo tem as atrações turísticas que nós temos.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Com a palavra o Senador Marcelo Castro, representante do grande Piauí.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI. Para interpelar Ministro.) – Sr. Presidente, Sr. Ministro, nobres colegas, o que eu ia falar, o colega Elmano Férrer acabou de falar. Eu me sinto amplamente contemplado.

Eu quero apenas reforçar aqui, Ministro, e convidá-lo para que V. Exa. possa visitar o nosso querido Estado do Piauí, especialmente a minha região lá de São Raimundo Nonato, onde está o Parque Nacional da Serra da Capivara, que, como disse o nosso Senador Elmano Férrer, é onde nós temos os vestígios, os sítios arqueológicos mais antigos das Américas. E isso não é pouca coisa.

Então, há um interesse arqueológico do mundo inteiro em visitar esses sítios, e recentemente nós fizemos lá o Museu da Natureza, que é uma coisa fantástica, belíssima, que conta a história da fauna e da flora da nossa região da Caatinga. Temos aeroporto de boa qualidade e temos o Museu do Homem Americano. Evidentemente, a gente precisa de outras infraestruturas.

Então, o meu convite é para que V. Exa., quando puder, visite o Piauí. Está convidado – aqui eu o faço em nome do Governador do Estado – para visitar essa região promissora de turismo cultural, turismo arqueológico, turismo histórico, e também visitar a Rota das Emoções, que eu vejo como uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

região de grande probabilidade de crescimento do turismo, porque pega uma das regiões talvez mais belas do nosso País. Aqui eu estou falando do Maranhão, dos Lençóis Maranhenses, que são uma coisa fantástica, do Delta do Parnaíba, de Jericoacoara, no Ceará, que foi designada como a Rota das Emoções, só que falta infraestrutura e nunca se andou a contento. Evidentemente que isso precisa de um planejamento mais complexo e mais determinado para que a gente possa chegar a bom termo.

Então, agradecer aqui a V. Exa. e dizer que nós estamos aqui, no Senado Federal, no Congresso Nacional, para dar o apoio necessário para a pasta do turismo, tão importante para o desenvolvimento do nosso País, para a empregabilidade, para as divisas do nosso País. É injustificável um país com as dimensões continentais como as do Brasil, com as riquezas naturais que nós temos, com as belezas naturais que nós temos, ter um índice de visitação tão pequeno quanto nós temos ainda até hoje. Quer dizer, o Brasil é um dos países, um dos destinos turísticos menos concorridos do mundo inteiro. Isso nos deixa em uma posição bastante desconfortável e mostra a dimensão do problema, do trabalho que V. Exa. tem pela frente.

Aqui eu aproveito para desejar grande sucesso e reiterar o convite para V. Exa. visitar o nosso querido Estado do Piauí.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Passo imediatamente ao próximo, encerrando o segundo bloco, o Senador Jaques Wagner.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Para interpelar Ministro.) – Sr. Ministro, cumprimento a sua vinda aqui, a esta Casa, a esta Comissão, assim como a condução dos trabalhos pelo Senador Presidente.

Eu queria começar apenas – não é nem indagando – fazendo uma sugestão e dando um voto de esperança. O Nordeste, o Norte e o Centro-Oeste têm uma destinação turística muito forte. Eu sou um apaixonado pelo turismo, porque eu o considero a indústria sem fumaça, em você gera emprego, não gera poluição, faz troca de conhecimento. É um elemento que produz a paz mundial pelo intercâmbio que se têm. E acho que a destinação – fui Governador por oito anos no meu Estado – do Nordeste é fortemente na área de turismo.

Então, apenas uma esperança. A eleição já se foi. Nós agora temos que governar, o Governo e a oposição. E eu espero que essa pasta não tenha nenhum tipo de contaminação, já que o Presidente não teve seu melhor desempenho no Nordeste. Mas eu acho que, para quem pretende voos mais altos e ampliação de sua área de influência, eu digo sempre que se cativa tratando bem, e não maltratando.

Portanto, eu quero me colocar, como membro da oposição aqui, à disposição, porque o meu Estado tem muito interesse em trocar ideias. Espero que realmente o tratamento seja, como eu digo, republicano. Eu fui Governador por oito anos, ganhei minoria, fiz maioria, tenho um bloco de alianças

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

absolutamente amplo. Não estou dando sugestão nem ensinando padre-nosso a vigário, até porque V. Exa. teve uma votação muito ampla e o Presidente também, mas apenas uma sugestão eu trouxe para que o Brasil dê certo. Ganhar ou perder eleição faz parte do jogo democrático.

Então, eu só quero esperar. Eu sei que a sua pasta teve um corte violento, foi das que mais teve corte. Para mim é uma tristeza, porque, repito, é a indústria sem chaminé, Presidente. O turismo tem uma capacidade de geração de emprego imediata de uma qualificação não tão elaborada, porque você treina camareira, porteiros, guias, etc. Então, é algo fantástico!

Então, esse era o primeiro ponto que eu queria ponderar.

O segundo ponto. Quando fui Governador, e era Governador do Rio o ex-Governador Sérgio Cabral, e de Pernambuco o ex-Governador Eduardo Campos, por uma ideia minha, nós criamos, durante dois anos, o que a gente brincava que era o Triângulo da Alegria, ou seja, sugerindo a turistas que viessem que fossem ver o Carnaval do Rio, de Recife e de Salvador, com características totalmente diferentes.

O Senador Elmano falou mais ou menos a mesma coisa, quando ele cita esse... Como é que você chamou, das emoções?

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PI) – A Rota das Emoções.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – A Rota das Emoções.

O que eu quero dizer: eu acho que esse é o papel do Governo Federal. Os governos estaduais, por si só, não devem ser muito ciumentos uns com os outros. Então, acho que o Governo Federal, através da pasta do turismo, tendo uma visão mais global, eu creio que pode induzir a pacotes. E aí, de novo, aqui nós estamos com a galinha e com o ovo. Não há turista porque não há propaganda; não há propaganda porque não traz turista. Alguém tem que começar, e quem tem que começar é o Poder Público. A iniciativa privada não vai botar voos onde acha que não tem expectativa de voos. Só que a gente fica nisso: não há passageiros porque não há voo; não há voo porque não há passageiro. Alguém precisa dar o primeiro passo. Obrigatoriamente, é o Poder Público.

Então, eu queria deixar essa sugestão para a sua equipe, que talvez reunisse secretários de turismo de vários Estados e trouxesse pautas de seus Estados para saber o que a gente pode fazer. Todo mundo está com dinheiro curto, a sua pasta está com dinheiro curto, mas talvez, se juntar uma propaganda comum de três, quatro Estados...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – ... mais o Governo Federal, porque se a gente não fizer a exposição lá fora, não vem turismo.

Então, queria deixar essa sugestão como uma forma.

O segundo ponto que eu queria falar é que a gente fala sempre de turismo e olha sempre para o turismo externo. É evidente que ele é muito bem-vindo, porque ele traz dinheiro de fora, mas há muito turismo interno. Na Bahia agora, o carnaval de Salvador recebeu mais de 2 milhões de turistas. Seguramente, não foram 2 milhões de estrangeiros; foram de brasileiros que vieram para cá.

Eu vi uma experiência fora do Brasil, que eu acho que também o Ministério do Turismo poderia capitanear, que é o descasamento das férias escolares. Não acho que é uma coisa simples. Por quê? Porque todo mundo sai de férias no mesmo período. Então, nesse período estoura tudo, e imediatamente depois não há mais nada.

Então, se se consegue... É um trabalho que tem que ter coragem de começar, para se dizer: "Bom, vamos descasar as férias do Nordeste das do Sul e Sudeste". Significa que, quando o pessoal estiver em férias lá, nós não estamos aqui, então você tem um fluxo de turismo; quando eles estiverem lá e nós não estivermos aqui, aí você tem um outro fluxo de turismo – em vez de ter superlotação num período, preços extorsivos, e depois um mergulho para baixo.

E, por último, falar – eu sei que não é diretamente da sua área, porque há a Anac, que deveria estar controlando isso; eu sei que nós vivemos numa economia de mercado, que não cabe estabelecer preço, mas, Ministro, isso deve estar empatando muito a vinda de turista estrangeiro para cá: eu hoje, como Senador da República, para ir para a minha terra agora, voltando, mesmo comprando com antecedência, eu pago US$430 a US$440 por uma viagem de uma hora e meia de Brasília a Salvador. Ou seja, ida e volta seriam US$860. Com isso eu vou a Portugal e volto de lá, saindo de Salvador. Não é possível que não se tenha uma banda de preços – eu não estou querendo controlar preço, mas tem que haver uma banda. Quanto é que se cobra por milha voada? Aí, vem sempre a alegação de bancos vazios. Eu não tenho viajado em nenhum voo com banco vazio. É uma extorsão que está sendo feita, uma extorsão deliberada. A linha Norte-Sul no Brasil – V. Exa. deve saber disso como Ministro do Turismo – é a linha mais adensada, mas cadê entrar no nosso País nas linhas Leste e Oeste, para penetrar nos Estados, por exemplo, do Norte e do Nordeste?

Nós temos uma agência reguladora. Eu não estou querendo tirar a economia de mercado, porque acredito nela. Agora, se nós não temos concorrência e a agência não tem poder de controle efetivo, porque lá fora, se o cidadão abusar, qualquer agência entra, e entra pesado. Então, eu acho um absurdo, chega a ser uma vergonha: eu imagino um estrangeiro que paga o mesmo para chegar até aqui do que paga para vir de Salvador para São Paulo!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu queria deixar essas sugestões e desejar que V. Exa. tenha sucesso. A pauta policial não me interessa, porque eu acho que a agenda nacional está extremamente contaminada com essa pauta falsamente moralista, e por aí nós não vamos para lugar nenhum. Eu acho que cada um tem direito de se defender. Eu não sou seu advogado; seguramente, V. Exa. deve ter os seus advogados. O que eu acho é que o Brasil não vai viver dessa novela policial. Nós precisamos viver é de emprego, renda e prosperidade, e a sua aposta pode trazer muitas dessas coisas. Eu desejo sorte a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Com a palavra, então, o Ministro, para responder a esse segundo bloco.

O SR. MINISTRO MARCELO ÁLVARO ANTÔNIO – Senador Eduardo, eu vou começar pelo nosso amigo, Senador Eduardo. A cultura – nós vamos falar de cultura, e o senhor frisou bem aqui: a questão da cultura é hoje uma Secretaria na pasta do Ministério da Cidadania, do nosso amigo Osmar Terra, e é uma discussão muito pertinente para o momento; inclusive o Iphan possui várias áreas, ou imóveis, que são de interesse diretamente turístico. Eu acredito também que é muito pertinente essa discussão para trazer a cultura para caminhar junto com o turismo.

Vou fazer uma agenda ainda amanhã com o Ministro Osmar Terra: eu preciso entender, obviamente, o que que está na cabeça dele em relação a essa possibilidade, para que a cultura... Embora nós tenhamos a Secretária do Iphan, a Kátia Bogéa, que tem uma relação extremamente profícua com o Ministério do Turismo, tem sido cooperativa, realmente os projetos que vinculam o turismo à cultura têm sido tratados de uma forma muito atenciosa por parte da Presidente do Iphan, Kátia Bogéa.

A questão do Sistema S, que o senhor também citou aqui. Nós temos hoje uma parceria com o Sebrae. Essa parceria envolve um montante de R$500 milhões, a serem distribuídos num período de cinco anos. Através dessa parceria, que visa à capacitação em todo o território nacional e o estabelecimento de algumas rotas – aliás, são 27 rotas, inclusive a das Emoções, que está já no escopo desse projeto –, o Sebrae tem sido um grande parceiro para financiar a capacitação nessas 27 rotas já preestabelecidas pelo Ministério do Turismo. Inclusive, essa sugestão do Senador Elmano, de integrar mais as Secretarias Estaduais, ou os secretários, ao Ministério do Turismo, é uma grande oportunidade, Senador. Nessas 27 rotas preestabelecidas pelo Ministério do Turismo, em parceria com o Sebrae, porque o Sebrae financia esses projetos, um dos nossos objetivos é exatamente os encontros regionais com os secretários estaduais, para que a gente possa promover essa integração maior entre o Estado e o Ministério do Turismo, ou seja, o Governo Federal.

O Senador Jaques Wagner disse muito bem aqui: a eleição passou, acabou. Agora existe o Brasil para o qual todos nós, sendo Governo ou oposição, precisamos estar sempre focados, no que é melhor e para ele e para o bem dele. O Governo dentro do seu papel e a oposição também, mas essa integração, independentemente de coloração ou de bandeira partidária dos Estados, através dos seus

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

respectivos secretários estaduais, vai ser feita. Nesse anúncio regional dessa parceria com o Sebrae, que promove essas 27 rotas, nós vamos fazer os grandes fóruns regionais, atraindo ali os secretários estaduais, exatamente para que a gente consiga fazer uma integração maior e ter um planejamento mais coordenado entre Governo Federal e Estados.

A Bahia, já estive lá com o nosso amigo, o Secretário Fausto – temos uma relação muito boa –, e acredito que a Bahia... Eu estive lá no carnaval, Senador, também, para conhecer de perto o carnaval da Bahia. O Malab está dando uma risadinha aqui porque ele esteve lá também e gostou, não é, Malab? (*Pausa.*)

O carnaval da Bahia é sempre muito bom, e então essa preocupação, Senador, jamais...

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Me permita só, Ministro. É que foi tocada a questão da segurança, que é pertinente. Mas, por exemplo, no carnaval da Bahia, eu me orgulho – na verdade, a Polícia Militar se orgulha...

O SR. MINISTRO MARCELO ÁLVARO ANTÔNIO – Fantástico!

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – ... de que, com 2 milhões de pessoas lá, nós empregamos mais de 20 mil membros da Polícia Militar e Civil, utilizando a tecnologia moderna chinesa que nós trouxemos para cá, de reconhecimento facial. No meio daquela confusão, por reconhecimento facial, prendemos um meliante que estava sendo procurado. Então, é possível combinar as duas coisas se a gente tiver decisão e usar as tecnologias mais modernas.

O SR. MINISTRO MARCELO ÁLVARO ANTÔNIO – Sim, Senador. Na agenda pré-carnaval, eu estive na Bahia, estive em São Paulo, também estive no Rio de Janeiro, exatamente para entender como é que estava a segurança para o turista, e realmente a Bahia é um exemplo, avançou muito. Então, são ações ali integradas, coordenadas, entre Polícia Militar, Corpo de Bombeiros, órgãos de trânsito, Secretaria de Segurança Pública, realmente com todo o monitoramento. E, quando você vai pegar e entender quais são os índices de ocorrências, são baixíssimas – tanto na Bahia como em São Paulo e também no Rio de Janeiro, por incrível que pareça – as ocorrências em decorrência do carnaval.

Então, a Bahia realmente está muito bem preparada e é um exemplo dessa questão. Nós queremos, no âmbito do Ministério do Turismo também, fazer um plano nacional de segurança turística, e para isso nós fizemos essa visita à Bahia, a São Paulo, ao Rio de Janeiro, para que a gente possa replicar aquilo que tem dado certo na Bahia em outros locais de grande concentração turística.

Então, eu respondi um pouco ao Senador Elmano aqui. Em relação a essa integração com os secretários estaduais, já está prevista, Senador, isso vai acontecer. Aproveitando aqui a resposta ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nosso Senador Eduardo Gomes, é exatamente no anúncio dessas 27 rotas, que incluem a das Emoções, que certamente é uma rota das mais belas que nós temos no País.

Falei do Sistema S, dessa possibilidade. Nessa transformação da Embratur em agência, nós precisamos garantir uma fonte mantenedora. A gente tem aí várias opções, mas vamos discutir também com o Sistema S essa possibilidade, para que a gente consiga aumentar, vamos dizer assim, o poder de divulgação do Brasil em todo o mundo, do Brasil como destino.

Os transportes: o senhor disse aqui que nós observamos e falamos muito do transporte aéreo. Certamente, o Ministério da Infraestrutura, através do Ministro Tarcísio, tem uma preocupação muito grande em melhorar a logística como um todo no Brasil. Em relação à malha ferroviária no Brasil, infelizmente nós não temos um transporte de passageiros eficiente no nosso País. Parece que há uma prioridade do Governo Federal agora na Ferrovia Centro-Oeste; parece que é uma questão de logística e de escoamento de produção por parte do Ministério da Infraestrutura, mas, nesse diálogo com o Ministro Tarcísio, são certamente questões pontuais, como por exemplo uma discussão que acaba que os modais precisam ser integrados – o aéreo com o rodoviário e com o ferroviário. Dentro dessa discussão, a Anac tem sido uma grande parceira. Já passamos para a Anac a lista, ou a relação, de pelo menos cem aeroportos que precisam de ser estruturados, com equipamentos, e aí entra a infraestrutura rodoviária para o acesso aos aeroportos, acesso também às rotas. Lençóis Maranhenses, aqui citados pela Exma. Senadora Eliziane: existe um problema logístico para chegar até o Parque dos Lençóis Maranhenses.

Então, o nosso objetivo, Senador Eduardo, é fazer essa integração dos modais de transporte no Brasil: aéreo, terrestre – que seja rodoviário ou ferroviário. É uma discussão ainda embrionária, estou discutindo com o Ministro Tarcísio, da Infraestrutura, mas eu acredito que, com essa parceria do Ministério da Infraestrutura e do Turismo, nós vamos conseguir, dentro dessas principais rotas, que são essas 27, promover exatamente essa conexão entre os modais de transporte, facilitando o acesso ao turista nas partes mais belas do Brasil, que muitas vezes têm uma dificuldade de logística muito grande.

Senador Elmano, eu disse aqui da integração entre os secretários estaduais conosco, aqui no Governo Federal, que é fundamental, o senhor tem total razão. Os secretários estaduais é que sabem onde o calo aperta, o que é preciso ser feito, quais as necessidades locais para que o turismo possa ser promovido em cada respectivo Estado. Então, a gente quer realmente aproximar e fazer essa integração.

Os seis milhões, que o senhor disse – há anos a gente conta seis milhões de turistas estrangeiros no Brasil –, são muito aquém daquilo que a gente tem como potencial turístico no Brasil. Então, nessa reflexão do que é que precisa ser feito, eu apresentei aqui hoje vários pontos que são fundamentais para isso, para que a gente consiga realmente trazer o turista estrangeiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa ação da isenção dos vistos para esses quatro países é uma ação importantíssima nesse processo – peço apoio ao Senador Roberto Rocha; prazer tê-lo aqui conosco, é uma honra muito grande –; é de fundamental importância. A própria abertura do capital estrangeiro para as aéreas também. Nós inauguramos um voo *low-cost* agora, na semana retrasada – no domingo retrasado –, no Rio de Janeiro, da Norwegian, que passa a operar um voo de Londres ao Rio de Janeiro de baixo custo. Então, inicia-se agora este momento no Brasil de a gente incentivar e promover o aumento das *low-costs*. Só para se ter uma base aqui, o Senador Jaques Wagner disse que são US$450 dólares, parece, um voo de Brasília a Salvador. Nesse voo *low-cost*, por exemplo, da Norwegian, são R$2 mil, ida e volta, Londres-Rio de Janeiro. É quase o voo daqui para Salvador que o Senador Jaques Wagner citou aqui. Então, é esse o aumento que a gente tem buscado, dessas parcerias com essas empresas para aumentar os *low-costs*. Isso também vai reduzir o custo Brasil, e o viajante estrangeiro, quando for fazer a conta, vai entender que viajar para o Brasil já não é tão caro como antes. Então, é uma situação também que precisa ter um planejamento para que nós ampliemos esses voos *low-costs* aqui para o Brasil.

Com todas essas metas estabelecidas, essas diretrizes, Senador Elmano, a gente quer realmente passar, de seis, 6,5 milhões de turistas estrangeiros-ano no Brasil, para, pelo menos, 12 milhões de turistas estrangeiros até 2022. Essa é a meta que está no Plano Nacional de Turismo, estabelecida no Governo passado, mas abraçada por nós, por essa gestão, com todo o empenho, para que a gente consiga atingi-la.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PI) – Ministro...

O SR. MINISTRO MARCELO ÁLVARO ANTÔNIO – A Serra da Capivara...

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PI) – Ministro...

O SR. MINISTRO MARCELO ÁLVARO ANTÔNIO – Vamos lá. Por favor, Senador.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PI) – Eu quero complementar, me antecipando. Com a aquiescência do nosso Presidente da Comissão, eu sempre gostei e atuei nessa área de planejamento, através da articulação, mas sobretudo integração de instituições. E nós já estávamos planejando com o Ministro aliás, com o Presidente, com o Botelho lá da agência, da Anac...

O SR. MINISTRO MARCELO ÁLVARO ANTÔNIO – Botelho.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PI) – ... porque ele deseja conhecer a Serra da Capivara, o Museu do Homem Americano; e o interesse, a estratégia nossa, seria uma visita articulada, integrada, conjunta, dele – porque nós temos um aeroporto que custou R$40 milhões, abandonado e que deve se acabar por falta de uso, enfim, ligado a essa área turística e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

científica –, levar além do Botelho, o nosso Ministro, conforme a oportunidade do convite, quando for oportuno o convite formulado pelo Deputado Marcelo Castro – aliás, um Deputado de cinco mandados federais –, Senador Marcelo Castro, e o Ministro Osmar Terra. Por que? Lá há um componente cultural, científico muito profundo. O trabalho da Niède Guidon, que está com 82 anos... Eu sempre tenho preocupação com a sucessão dessas instituições nascidas e inspiradas por pessoas, está entendendo? Então, nós queríamos fazer uma coisa integrada, uma visita do Ministro do Turismo, do Presidente da Anac e do Osmar Terra.

Com isso, já faríamos a economia e, sobretudo, a integração, que é o que o nosso Presidente desta Comissão tem feito desde o começo, princípios de fevereiro, aqui nesta Comissão. Já ganharíamos muito, porque é um trabalho articulado, interligado e da mais alta importância para o Estado do Piauí e, especificamente, para aquela região, que é um patrimônio da humanidade, segundo a Unesco.

Nós já estávamos fazendo essa articulação, inclusive em uma iniciativa do próprio Botelho, que tem uma vontade – ele conhece através da literatura, de revistas –, tem interesse em conhecer. E V. Exa... Não no carnaval, seria uma viagem científica, uma visita científica. Então, é uma proposição que estou fazendo, eu iria fazê-la pessoalmente a V. Exa. lá no Ministério, mas aproveitamos o momento e a intervenção do nosso Marcelo Castro para fazer nesta oportunidade.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MINISTRO MARCELO ÁLVARO ANTÔNIO – Obrigado, Senador Elmano; obrigado, Senador Marcelo Castro. Já está aceito o convite.

Inclusive, a Serra da Capivara está entre os patrimônios mundiais que esse decreto interministerial previu. É um decreto entre o Ministério do Turismo, o Ministério da Cidadania, o Ministério de Desenvolvimento Regional e o Iphan, porque o Iphan é também parte fundamental nesse processo.

Então, está aceito o convite. Vou falar com o Osmar Terra para a gente promover junto com o Botelho, o Presidente da Anac, essa visita para que a gente consiga realmente discutir, observando sempre a questão da logística.

Como eu disse para o senhor, esse decreto, que está dentro da meta dos cem dias do Ministério do Turismo, é o decreto de gestão dos patrimônios mundiais tombados pela Unesco em que está incluída a Serra da Capivara. O objetivo desse decreto é trazer para o âmbito do Ministério do Turismo a gestão, sempre sob o ponto de vista de estruturação turística, para o recebimento dos visitantes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, essa agenda vai ser marcada em breve, eu posso afirmar para o senhor. Eu vou falar com o Ministro Osmar Terra e também com o Botelho para que a gente consiga alinhar tanto com a agenda do senhor como com a do Ministro, e agora Senador, Marcelo Castro.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MINISTRO MARCELO ÁLVARO ANTÔNIO – Sim, o ICMBio também.

O Ministério Meio Ambiente, através do Ministro Ricardo Salles, tem facilitado muito os processos, principalmente ambientais, para que o turismo possa caminhar de forma sustentável, mas para que também a gente consiga promover o aumento de visitantes nos parques. Tinha-se uma visão equivocada de que isso poderia trazer qualquer tipo de prejuízo ambiental, o que não é verdade.

O que a gente quer é organizar com investimento. Por parte da concessão das iniciativas privadas, a gente promover as trilhas, sinalizações, com guias, infraestrutura, obviamente obedecendo ao plano de manejo do parque.

O Ministro Jaques Wagner, o Senador Jaques Wagner citou uma situação aqui importantíssima, Senador e Presidente Izalci, ousada, mas que eu vejo com muito bons olhos: intercalar a questão das férias por regiões no Brasil. Eu acredito que... Obviamente, eu não tenho acesso a nenhum estudo em relação a isso, mas, puxa vida, seria um grande ganho para o turismo, para a economia do Brasil, para a geração de emprego e renda, porque uma região, estando em férias, promove a migração de outra região, e assim sucessivamente. Eu acho uma medida ousada, mas muito inteligente para promover o turismo, a geração de emprego e renda no Brasil também.

O Senador Jaques Wagner também abordou a questão da tarifa aérea. Eu já disse aqui que, pelo menos na minha visão, a redução da tarifa aérea está ligada diretamente a esse projeto de abertura do capital estrangeiro às aéreas. Não há outro caminho mais eficiente ou eficaz para que a gente consiga realmente promover...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MINISTRO MARCELO ÁLVARO ANTÔNIO – É promovendo a competitividade entre as empresas que nós vamos conseguir realmente reduzir as tarifas aéreas.

Eu acredito que é isso.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Agradeço.

E nós vamos agora para o último bloco, que tem como o primeiro inscrito o Senador Chico Rodrigues.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Sr. Presidente, V. Exa. pode me inscrever ainda? Senador Styvenson.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Sim.

Senador Chico Rodrigues.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – Meu caro Presidente, Senador Izalci Lucas, Ministro Marcelo Álvaro, Wilson Souto, assessor especial, meus colegas e Senadores, nós vimos aqui rapidamente, por termos chegado quando já iniciada essa vossa apresentação, Marcelo... O que me chamou a atenção foi o título dessa apresentação: "A Hora do Turismo". E aí os números, na verdade, são magnânimos. Os números demonstram exatamente a perspectiva de crescimento do turismo no mundo, quando hoje um 1,4 bilhão de pessoas participam dessa atividade da vida humana tão saudável. No Brasil, são apenas 6,6 milhões turistas.

Pois bem, isso representa menos de 0,5% do turismo mundial, com uma diferença muito importante e de forma abismal em relação ao que representa o nosso País, com 8,5 milhões de quilômetros quadrados; com mais de 8 mil quilômetros de costa atlântica, com praias belíssimas, paradisíacas, para todos níveis de turista que se possa imaginar: o turista de baixa renda, de média renda, de altíssima renda.

Nós tínhamos mais de 17 mil quilômetros de fronteira com os países vizinhos. Ali está encravado, por exemplo, o meu Estado, Roraima, com uma beleza turística inquestionável. Seja o Monte Roraima, com as suas belezas e a sua originalidade; sejam os rios e igarapés, a pesca esportiva... Inclusive hoje nós temos, no ranking mundial, o Água Boa do Univini registrado na revista *Forbes* como o segundo ponto de pesca no País. Ali, a mãe de Bill Gates, os famosos do mundo inteiro ali estão silenciosamente em uma atividade localizada e que não é divulgada pelo nosso Estado, pelo Governo. Enfim, a importância desses ambientes para a exploração do turismo.

E aí vai embora... Quanto ao turismo em relação aos indígenas, lá, na verdade, os poucos estrangeiros que ainda teimam em ir até o nosso Estado veem os seus rituais, usos e costumes, mas tudo isso de forma extremamente ainda artesanal, sem a participação ativa dos governos.

Eu vejo também a questão das passagens. Foi dito aqui de uma forma claríssima pelo colega, o Senador Jaques Wagner, que é um absurdo as tarifas de passagens no País. Tem que haver uma equalização; temos que abrir, inclusive, para as empresas aéreas internacionais para que aumente a competitividade. Enfim...

E, lógico, que também ouvi... Pela sua experiência, V. Exa.vai passar os quatro anos nessa cadeira aí, porque os fuxiqueiros de plantão têm que cuidar de outras coisas, de coisas maiores, e não de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

procurar criar problemas para o Ministro, que tem uma experiência enorme e que está dando uma contribuição fantástica para o nosso Governo, mas eu gostaria de dizer...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – ... que deve ser incentivada mais ainda a participação do Sebrae nesse curso de capacitação, porque isso é fundamental. Por não termos tradição na área de turismo, obviamente a nossa mão de obra ainda é pouco eficiente. E, na medida em que o Sebrae, em um arco de abrigo para a capacitação desse púbico – centenas de milhares de jovens estão ávidos para fazerem parte desses cursos – isso, na verdade, vai nos capacitar, porque nós sabemos... É claro, você chega seja em Salvador, no Rio de Janeiro, em São Paulo, no nosso Estado, no Amazonas, enfim, e você vai ver que as pessoas com informações detalhadas para trabalhar no turismo ainda são incipientes. Então, o Sebrae tem uma colaboração enorme nessa área.

Eu gostaria, só para encerrar, Ministro, de dizer que essa questão dos vistos foi tão questionada por aqueles que, na verdade, não sabem que é uma forma de nós abrirmos o nosso País, inclusive, e principalmente para a atividade turística, porque você pega por exemplo República do Congo – aqui, sem nenhum menosprezo, você não vai pegar Guiné Bissal –, você vai pegar o Canadá, os Estados Unidos, o Japão e a Austrália, que vão entrar com um valor agregado enorme aqui em nosso País.

E eu gostaria que o nosso Estado, que fica na parte mais setentrional do País, ou seja, estamos praticamente no Hemisfério Norte, com as belezas imensuráveis que tem o Estado de Roraima, pudesse ser uma dessas portas de entrada, porque em um processo de irrigação natural da distribuição desses voos, eles entrariam por Roraima, eles se espalhariam pelo Amazonas, por Mato Grosso, pelo Pará. E aí viriam descendo, porque o turista, na verdade, se tivesse a oportunidade de ao mesmo tempo participar desse turismo em vários sistemas, nós teríamos obviamente essa meta de 12 milhões de turismos rapidamente alcançada.

Então, quero parabenizar V. Exa. e dizer que conte aqui nesta Casa com os Senadores, porque obviamente a gente conhece a oposição e conhecemos aqueles que na verdade querem o Brasil do quanto pior melhor e que, na verdade, não deram contribuição. A História está registrando os últimos anos.

Queremos que V. Exa., pela sua experiência e pelo seu compromisso com este País, possa na verdade se solidificar cada vez mais neste cargo e ajudar o nosso País nessa atividade econômica fantástica.

A cada cinco empregos gerados no Planeta, um é originário do turismo, e o Brasil precisa agregar valor com o turismo para que nós possamos melhorar as condições do Brasil. Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO ÁLVARO ANTÔNIO (*Fora do microfone*.) – Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Passo imediatamente a palavra ao próximo Senador inscrito, o Senador Roberto Rocha.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MA. Para interpelar Ministro.) – Sr. Presidente, Sr. Ministro Marcelo, Sras. e Srs. Senadores, quero cumprimentar o Ministro e dizer da nossa confiança, do nosso apoio ao seu trabalho e aqui trazer um pouco da voz do Maranhão para trazer um pouco de luz, não de calor. Acho que calor nós já temos demais.

O Maranhão, como V. Exª sabe, é um Estado que tem muitas riquezas naturais, ele tem um patrimônio ambiental extraordinário. O Maranhão está ali situado entre o Semiárido e o Semiúmido. Não tem nem os problemas de falta do Nordeste e nem os de excesso do Norte, e tem riquezas que só lá existem. Por exemplo, o melhor lugar do planeta para lançamento de foguetes e satélites, porque está a dois graus abaixo da linha do Equador. Alcântara vai se transformar em um extraordinário ponto turístico, como é o Cabo Canaveral e tantos outros. Então, a pessoa de pronto se colocar contra essa possibilidade é um absurdo sem tamanho.

Em frente a Alcântara há a Ilha de São Luís, que tem o melhor porto das Américas, com um calado natural de 27 metros. E a duas horas e meia de carro, há uma maravilha natural sem igual, que são os Lençóis Maranhenses, que só existem em um lugar do Planeta: no Maranhão. O Maranhão tem as suas jabuticabas, e essa também é uma delas.

Os Lençóis Maranhenses fazem parte da Rota das Emoções. Estão aqui o Senador Elmano e o Senador Marcelo, que são do Piauí e sabem que nós temos aqui uma frente parlamentar, a Frente Parlamentar da Rota das Emoções, para desenvolver, para estimular. Estamos, inclusive, pedindo o apoio do Ministério do Turismo para, junto à Infraero, poder colocar nos aeroportos divulgação dessa beleza, desse destino natural, que é um dos mais lindos do Planeta, com uma biodiversidade fantástica. E também trabalhando em obras de infraestrutura, como a BR 402, que liga Barreirinhas até Parnaíba, fazendo uma nova ponte sobre o Rio Parnaíba.

Agora, é esforço de todos nós brasileiros criar sempre um ambiente favorável a negócios, e o turismo é um excelente negócio. Não precisa a gente chover no molhado.

Os Estados Unidos, dados de 2015, recebeu nos seus parques naturais mais de 300 milhões de turistas, nos parques naturais, nos parques nacionais. E o Brasil, algo em torno aí de seis, sete, dez milhões de turistas. É um absurdo completo!

É como o turismo de um modo geral. Uma praia no México recebe mais turistas do que o Brasil. A Torre Eiffel recebe mais turistas que o Brasil, só a Torre Eiffel. Ou seja, por causa desse xiitismo político, ambiental e cultural que tem travado o Brasil. Porque essas pessoas não querem cuidar de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente, elas querem controlar gente. E o jeito mais fácil de controlar é separar a sociedade em classes, porque ninguém controla o conjunto, controla partes.

Lamentavelmente, essa é uma realidade. De modo que, se o Brasil não tiver um jejum ideológico, não sai desse atoleiro, porque está demais isso. Eu até admito que na Câmara, muito mais até do que no Senado, você tenha essa guerra ideológica. Por quê?

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MA) – Porque o Deputado representa parte, parcela, segmento. O Senado não, é majoritário. Tem que olhar o conjunto. Imagina o Executivo, do outro lado da avenida! Neste País ninguém é eleito por um partido, nem quem está sentado na cadeira de Presidente, como já esteve o PT e o PSDB. Precisa ter coligação. A coligação consegue metade mais um, mas não é dado o direito à coligação governar para a metade mais um. Tem-se que governar para todos. Ora, se uma coligação não tem legitimidade para governar com a sua ideologia, imagina um partido! Então eu quero aqui essa pincelada política da nossa compreensão política.

O Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses foi criado há muito tempo atrás. O Senador Elmano, que inclusive está aqui e é Relator de um projeto que me foi proposto pelo ICMBio, o daqui de Brasília, porque parece que tem um ICMBio de Brasília e tem um ICMBio lá no Maranhão, que administra o parque... O ICMBio nasceu do Ibama. O Ibama já não tinha estrutura para administrar o parque, que é maior do que a cidade de São Paulo, o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses. Imagina o ICMBio! Aí a gente quer levar uma pessoa idosa, com dificuldade de locomoção, uma pessoa obesa numa lagoa, não há... Não deixam. Os garotos pegam lá o quadriciclo deles do ICMBio...

Um dia desses, para V. Exa. ter ideia, eu peguei um helicóptero de um amigo e fui levar o pessoal da Record, da TV Record, para poder conhecer e gravar uma novela lá, para passar pelo mundo. Resultado: eu estou lá almoçando, comendo camarão fresquinho lá, com eles, um peixe e tal, chega um garoto no quadriciclo, por cima da duna, multando o helicóptero.

Eu falei: "Ei, rapaz, o que você está fazendo?" "Não pode." "Esse helicóptero é de turbina, rapaz, ele não pode parar na areia. Ele tem que parar aqui nesta grama." "Não pode." "Ah, quer dizer que tu podes vir por cima da duna?" "Eu estou fazendo o meu trabalho." E ponto. E ponto final.

Agora eles não deixam mais nem sobrevoar. Eles são donos do parque.

Ora no meio ambiente quem tem que estar no centro do debate é o ser humano. E ninguém mais é dono daquilo do que os nativos que moram lá, que eles querem botar para fora sem dar oportunidade para eles trabalharem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu queria pedir o apoio de V. Exa. Já estive tratando isso com V. Exa., porque eu passei quatro anos da primeira metade do meu mandato tentando fazer com que aquelas comunidades que moram lá tivessem direito a serviço básico de educação e saúde. Para os povoados que estão dentro do parque o ICMBio não deixa fazer escola, não deixa fazer posto de saúde, não deixa fazer nada, absolutamente nada! Quanto mais empreendimentos turísticos! Quanto mais empreendimentos turísticos!

Aí eu tentei por quatro anos e não consegui. Vejam que o ministro era do Maranhão, e não consegui. Entrou um outro ministro, e a gente evoluiu, avançou. Fizemos uma reunião lá no Ministério do Meio Ambiente, ele chamou o Presidente do ICMBio e o próprio ICMBio. A Consultoria aqui do Senado foi chamada para auxiliar o ICMBio, e eles, Consultoria do Senado e o ICMBio, fizeram uma proposta para eu apresentar aqui como projeto de lei, para dar um novo traçado ao parque, retirando das bordas essas comunidades.

A queixa que ficou, segundo o ICMBio na época, é que algumas comunidades não puderam sair porque elas estão mais dentro do parque. A área do parque fica do mesmo tamanho ou maior.

Pois muito bem, o xiitismo ambiental e político, essa histeria monumental, fez com que se criasse aqui, o Senador Elmano sabe, uma confusão, como se eu estivesse vendendo o parque. Vendendo o parque! Eu estou vendendo o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses. De tal modo que nós vamos ter uma audiência pública... Eu acho que é aqui nesta comissão, não é Elmano?

É aqui e eu queria aproveitar, Presidente, para convidar o Ministro para essa... Porque isso tem tudo a ver com o turismo. Acabei de falar do número de turistas. Olha nós estamos... Até apresentei para V. Exa. um projeto...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Do meio ambiente também...

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MA) – Claro, o meio ambiente também, para poder dizer: Vem cá, que história é essa?

Aí dois garotos lá do Maranhão fazem uma nota técnica, dizendo que a gente quer violentar o parque, que quer acabar com as comunidades vulneráveis... Pelo contrário, pelo contrário!

Muito bem, e para finalizar, eu quero dizer é muito importante a presença de vocês dois, o Ministro do Meio Ambiente, o Ministro do Turismo e o ICMBio

O SR. MARCELO ÁLVARO ANTÔNIO – Confirmo presença.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Dia 22 de maio. Ótimo!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MA) – Muito bom!

E para concluir, Sr. Presidente, nessa mesma Rota das Emoções, que vou ter o prazer de levar V. Exa. lá, no meio do ano, para conhecer...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Já aceito o convite.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MA) – Muito bem!

Eu me pergunto assim: por que não param navios de cruzeiro, já que estamos bem pertinho do Caribe, onde há centenas de navio de cruzeiro e mega iates de milionários? Por que que não param lá para conhecer aquela maravilha natural? Porque você pode até achar uma praia mais bonita do que a outra, um cânion mais bonito do que o outro, um rio, mas nunca vai achar o que tem nos Lençóis Maranhenses. Nunca, em lugar nenhum.

Aí, claro: não para um navio de cruzeiro porque não há porto, Senadora Mara..

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Nem píer.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MA) – Não tem nem píer. Então, é evidente que não para. A produção vem por consequência da logística.

Aí nós estamos com um projeto de fazer no meio da Rota das Emoções um porto de cruzeiro. E esse turismo de cruzeiro tem que ser mais explorado. Olha o tamanho do litoral do Brasil! Não estou nem falando de navio que vem de fora.

Em Fortaleza foi feito, com recurso público, um porto de cruzeiro. Está lá. Mas na hora em que se fizer o dos Lençóis, da Rota, viabiliza mais o de Fortaleza e vice-versa, porque vão parando...

Então eu queria pedir a V. Exa. um olhar muito especial para essa questão.

E eu não quero me estender mais, dando oportunidade para outros. Apenas cumprimentar mais uma vez V. Exa. e ressaltar esses números, que são espantosos, em relação aos turistas dos parques nacionais e dizer que a gente tem mesmo é que abrir a possibilidade de visitação a esses parques nacionais.

Claro que o melhor fiscal é o olho humano. Quanto mais pessoas estiverem dentro dos parques, olhando, conhecendo, mais serão fiscalizados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – O próximo que estava inscrito era o Senador Styvenson, mas acho que deve ter saído.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou passar agora, antes também de fazer as minhas ponderações...

Está aí o Senador Styvenson Valentim.

Pode respirar!

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN. Para interpelar Ministro.) – Desculpe-me não estar presente desde o início da comissão. Achei pouco, Senador Elmano, estava com oito e peguei mais uma, estou com nove agora, estou no Meio Ambiente.

Sou do Rio Grande do Norte, Sr. Ministro, de Natal, que tem um potencial imenso! Faixa litorânea de 400km! Praias paradisíacas, Mara, que vão de Pipa até Costa Branca, quase encostando no Ceará, passeios de Buggy. Precisa conhecer, viu? Já chamou para conhecer a Serra da Capivara, não é? Vá conhecer o nosso Genipabu, conhecer as nossas dunas.

A pergunta sobre o turismo inclui também o meu Estado, porque eu tenho interesse em promovê-lo, uma vez que está estagnado, o turismo como fonte de renda e fonte de divulgação para o nosso País. Porque não tem condições, Sr. Ministro, dados tirados do próprio Ministério, que os turistas que vêm para o nosso País, Mara, gastem cinco, aproximadamente 6 bilhões, não sei se já foi comentado aqui... Já? Gastam 6 bilhões, e os nossos que vão para fora gastem quase 20. As pessoas preferem viajar, e o motivo muitas vezes é porque a passagem é cara, as estradas muitas vezes, Elmano, para a gente sair do Rio Grande do Norte e ir lá para a sua terra, para conhecer o seu Estado, além de péssimas, além de o asfalto estar totalmente degradado, além de muitas vezes vender-se uma propaganda enganosa dos Estados... O meu Estado está passando por um problema de violência? Está. Mas também não está esse faroeste não. Então dentro desses números que eu mostrei, dessa inversão, para promover o turismo dentro do nosso País, principalmente no interior, no interior do meu Estado, no interior dos nossos Estados, Elmano, como o turismo religioso, ao qual eu já ofereci um PLS para ter essa divulgação, essa promoção... Existem festas importantíssimas! Agora a gente está bem próximo a uma, o São João, que precisa dessa promoção. Que não fique só a cargo de empresas, é preciso mais incentivo! Eu não sei como se vai fazer, por isso que eu estou aqui perguntando ao senhor.

Então, há esses motivos que eu estou falando, desde uma passagem cara, desde um hotel caro, desde uma situação que não promova esse turismo dentro do nosso País. Que esse dinheiro fique dentro do nosso País e que a gente possa conhecer o nosso Estado, o nosso País, os nossos interiores.

Eu acabei de falar com as senhoras, com as promotoras do interior do meu Estado, Currais Novos. Acredita que há uns cânions e que eu nunca fui visitar? Não foi porque eu tive má vontade, não, Mara, foi porque eu não conhecia, não sabia, não é divulgado. Pretendo ir agora conhecer. Pretendo ir conhecer pontos que eu não sabia nem que existia no meu Estado, que é grande, riquíssimo em turismo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, por mais que a gente tenha essa vocação, no meu caso, como reduzir essa disparidade, como inverter tudo isso?

E no segundo, eu sei que eu falei das ferrovias, falei das estradas, como que a gente vai também ligar o interior, se as pessoas que saem do litoral pela BR-101, Litoral Norte, do Rio Grande do Norte, muitas vezes se para em certo ponto, que a última praia, Touros, ou São Miguel do Gostoso, que também aconselho o senhor a ir visitar, fazer *kitesurf e* surfar também, são paradisíacas essas praias. Dessa praia para frente não se tem mais acesso. O asfalto deteriorado e não há como ligar a outras riquezas.

Isso seria uma possibilidade para o meu Estado, uma forma de integrar os litorais todinhos já que tem 400 Km de litoral e é pouco utilizado. É um potencial imenso, com pouca utilidade.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MA) – Sr. Presidente só para poder colaborar com o Senador Styvenson...

O Ministério, Ministro, poderia examinar a possibilidade de estender a Rota da Emoções, que vai do Maranhão, Piauí, Ceará, até essas praias do Rio Grande do Norte, que fica ao lado do Ceará.

Eu acho que é uma possibilidade que a gente tem de incluir essa beleza natural do seu Estado na Rota das Emoções.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Já que o senhor falou, a gente está vendo tanto leilão, leilão dos portos, leilão dos aeroportos, leilão... São 7 bilhões, 8 bilhões...

Como é que ficam os Ministérios? Não se comunicam para ter esse investimento, uma vez que se está, vamos dizer, alocando para a iniciativa privada todo esse nosso recurso? Mas como eles vão promover o turismo, se nós não temos essa infraestrutura mínima? Há essa comunicação entre os Ministérios?

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MA) – Olha, só para informar –perdão, eu não quero monopolizar o debate –, ontem nós lemos... Eu sou o Relator da medida provisória que abre o capital estrangeiro para as empresas aéreas, e nós apresentamos um parecer favorável. Isso vai permitir que o Brasil tenha uma quantidade muito maior de empresas aéreas. É um absurdo um País deste tamanho ter apenas três empresas.

E esse tal xiitismo sobre o qual falamos há pouco protege empresas ditas brasileiras. A TAM não é mais brasileira, a TAM é da Chile. Aquela que quebrou agora, a Avianca, é da Colômbia. A única que tem capital majoritário brasileiro é a GOL.

Está protegendo o quê? Ah, mas se abrir para cá, tem que abrir para lá, para os Estados Unidos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Estados Unidos têm um PIB de US$25 bilhões, ou melhor, tem 25% do PIB do mundo. O Brasil tem 2%. O dia em que o Brasil crescer, de acordo com os eu potencial, e tiver crescimento econômico, é óbvio que vai crescer o PIB e é óbvio que vai crescer a arrecadação tributária e óbvio que vai crescer os investimentos, aí as empresas de fora vão querer investir aqui.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Concluído, Senador?

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – A pergunta é a mesma: como fazer essa inversão? Como deixar os nossos brasileiros conhecendo o nosso País? Como já disse aqui, pouco conheço. Pouco conheço e agora talvez nem tenha essa possibilidade, porque, como Senador, a gente vive aqui. Não vejo mais nem a luz do sol... Sou quase um Drácula aqui dentro...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Não é isso Mari? Vou levar você lá, viu? Vou levar você lá para conhecer para passar um final de semana com a gente.

Então tem que inverter. Vamos investir mais.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Passo, então, a palavra ao nosso Deputado Herculano Passos, que é o nosso Presidente da Frente Parlamentar do Turismo.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN. *Fora do microfone.*) – A Mari quer falar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Mara? Está inscrita Mara.

Senadora Mara.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP. Para interpelar Ministro.) – Obrigada, Presidente.

Queria cumprimentar o Ministro e, só fazendo um adendo aqui à fala dos meus colegas Senadores, qualquer coisa em que a gente pense de aumentar o turismo no Brasil, não dá para esquecer um público que hoje soma 45 milhões de brasileiros. E as pessoas com deficiência foram consideradas o público mais fiel e leal ao turismo, porque, quando dá certo para uma pessoa com deficiência ou para um idoso visitar o lugar, conseguir ter o mínimo de acesso, ela volta. Esse é público

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mais leal do turismo. E muitas vezes, em tudo que a gente vai começar do zero, esquece-se de incluir uma pessoa que tem a mobilidade reduzida.

O que alguém mais quer da vida quando vai ficando mais idoso? É conhecer, é se divertir.

Então, é uma observação que diz respeito a abrir as portas do nosso turismo de uma forma internacional.

Eu recebo tantos telefonemas de pessoas de fora falando: "Como se faz no Brasil? Eu consigo alugar um carro acessível? Eu consigo usar um hotel?".

Eu fui Relatora da Lei brasileira de inclusão e, quando a gente foi regulamentar a questão dos hotéis, foi impressionante o quanto a gente, infelizmente, retrocedeu, porque a gente não respeitou o conceito de acessibilidade razoável, que é o mínimo para ter o ir e vir com segurança e autonomia. E é isso o que todas as pessoas querem.

No Japão, você não tem mais um percentual de quartos acessíveis num hotel, todos os quartos são feitos com desenho universal. Então, atende a todas as diferenças dos seres humanos. Não importa se a pessoa é surda, cega, baixinha, alta, obesa. Tem que haver estrutura para todo mundo. E essa estrutura, claro, tem que perpassar portos, perpassar aeroportos, hotéis, toda a infraestrutura urbana.

E nunca se esquecer de calçadas. É um absurdo este País não ter uma cultura de investimento em calçadas. Para você ter ideia, Ministro, a gente não tem uma rubrica orçamentária específica de calçadas, que seria tão importante, porque em qualquer lugar é a via pública do pedestre e é onde a gente consegue a união de todos os equipamentos. E é claro que o turista também usa calçada. Todo mundo usa calçada, quem usa ônibus, quem usa carro, quem usa moto, quem usa qualquer meio de transporte precisa de calçadas.

E todo o nosso sistema de transporte, segundo a nossa legislação, já deveria ser acessível desde 2014. E é isso que, com certeza, faz os turistas chegarem com autonomia.

Então, só lembrando que esse não é um item que diz respeito a minorias, é um item que diz respeito a todo mundo. E qualquer pessoa se tiver que escolher entre um quarto com desenho universal e um quarto comum, vai escolher com desenho universal porque é mais legal.

E eu fui obrigada a ouvir de proprietários de hotéis dizerem assim: "Não, as pessoas com deficiência não ficam em hotel porque elas não têm dinheiro". Não, realmente, infelizmente é um público mais vulnerável do País, mas a gente está crescendo, há uma lei de quotas, as pessoas estão trabalhando. E onde elas investem? No turismo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, Ministro, por favor, não tire do seu radar essa questão. Em qualquer ação que você pense em fazer, tenta contemplar a diversidade humana que, com certeza, o turismo no Brasil terá muito mais qualidade.

O SR. MINISTRO MARCELO ÁLVARO ANTÔNIO – O.k, Senadora.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Estava deixando a Mara por último, e você vê que ela faz a diferença.

Vou passar a palavra para nosso presidente da Frente.

O SR. HERCULANO PASSOS (Bloco/MDB - SP) – Presidente, Izalci Lucas, Senador, Ministro Marcelo Álvaro Antônio, que aqui nos prestigia com a presença, quero cumprimentar toda a sua equipe, Ministro, que é qualificada, começando pelo Chefe de Gabinete, o Hercy, que está aqui ao meu lado; o Daniel, Secretário Nacional; o Bob, que faz um grande trabalho, já trabalhou comigo na Frente Parlamentar lá atrás; e o Malab.

Parabéns pela equipe que foi formada. Tenho certeza de que vão avançar muitas matérias do turismo no Brasil com a sua competência e o seu trabalho, liderando esta equipe.

Eu queria aqui, primeiramente, agradecer ao Senado, porque ontem aprovou a PEC 61, que é o repasse das emendas individuais e de bancada direto fundo a fundo para o FPM. Isso para o municipalismo foi maravilhoso. Parabéns, Senadores, por aprovarem essa matéria tão importante!

E, respondendo à Mara, que é do meu Estado, que foi uma grande Deputada, companheira amiga, estaremos juntos agora na sexta-feira com o Governador, fazendo as nossas reivindicações. Eu, como coordenador da bancada paulista, nós temos um trabalho intenso aqui com Senadores de São Paulo e Deputados.

O Senador Styvenson Valentim falou algumas coisas que eu queria até responder.

Primeiramente, o Presidente da República não está exigindo visto através de um decreto dos países Estados Unidos, Canadá, Austrália e Japão. E eu soube que aqui, no Senado, há uma proposta de revogar esse decreto. Então, quero pedir o apoio dos Senadores, que são voltados ao turismo, que defendem o turismo, que não deixem isso acontecer, porque isso daí é um trabalho que a gente tem feito há muito tempo. Na Copa do Mundo, não se exigiram os vistos durante um ano e aumentou a vinda de turistas estrangeiros para cá.

Então, Senadores, se a gente revogar esse decreto, vai ser um retrocesso muito grande. Então, eu quero aqui pedir a vocês que olhem com carinho essa matéria e não revoguem o decreto do Presidente, porque para nós foi um grande avanço.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa reciprocidade vai acontecer automaticamente. Podem ter certeza de que será benéfico para o turismo. Então, venho pedir esse apoio ao Senado.

E é uma forma de resolver o que o Senador reivindicou agora: de melhorar a balança comercial. Hoje nós recebemos R$6 bilhões e gastamos 20 lá fora. Se a gente trouxer mais turista estrangeiro para cá, nós vamos equilibrar essa balança comercial. Isso é um ponto para o equilíbrio da balança comercial.

Há outro ponto que eu queria pedir aos Senadores. Nós estivemos com o Presidente do Senado, e estamos muito preocupados, porque nós aprovamos na Câmara a Lei Geral do Turismo e a abertura do capital estrangeiro para as companhias aéreas, e pedimos que o Senador Roberto Rocha, que é o Relator da medida provisória da abertura do capital estrangeiro, seja o Relator de uma matéria correlata, que é justamente o projeto da Lei Geral do Turismo junto com a abertura do capital estrangeiro, porque, senão, vai se aprovar a abertura do capital estrangeiro e a Lei Geral do Turismo vai ficar para trás, vai ficar patinando aqui no Senado. E é uma lei importante que atualiza, moderniza e atualiza 118 artigos da Lei Geral do Turismo.

Então, a minha palavra é curta até pelo andar da hora, mas essas reivindicações eu queria deixar aqui, Ministro. Nós estamos trabalhando juntos, o Marcelo está se empenhando. E só foi possível isso porque nós temos a força do Ministério relacionada com o Presidente Jair Bolsonaro. Isso é muito importante para que o turismo avance.

Parabéns, Ministro! Conte com a gente. Eu tenho certeza de que a gente vai avançar em todas essas matérias que irão para frente, como a legalização dos cassinos, que temos que debater, aprovar, para trazer mais recurso, para equilibrar a balança comercial. É outra pauta importante. E a transformação da Embratur de autarquia em agência, que também vai divulgar o Brasil lá fora e vai ter mais força, que vai também equilibrar essa balança comercial.

Então, são projetos, ações que a gente pode fazer aqui e que podem melhorar os recursos de turistas estrangeiros aqui no Brasil, desenvolvimento, empregabilidade e progresso para o nosso País.

O Peninha, que é um grande Deputado, companheiro, do meu Partido, que acabou de chegar, também defende o turismo. É uma grande liderança o Deputado Peninha.

Um forte abraço e obrigado pela oportunidade da fala aqui nesta Comissão. Eu não poderia deixar de vir aqui para dar o apoio nosso da Frente Parlamentar Mista em Defesa do Turismo para essas propostas em benefício do nosso País, porque o turismo é um fator de desenvolvimento econômico sustentável, social, que gera emprego e renda.

Muito obrigado, Presidente Izalci.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Bem, eu quero também registrar a presença do Iphan, está aqui o Marcelo Brito, representando; o nosso Deputado Peninha.

Antes de passar a palavra ao Ministro para responder a esse bloco, eu também gostaria de fazer aqui algumas colocações.

Como a gente acaba ficando por último, praticamente o assunto foi basicamente esgotado, mas nós definimos aqui um programa de centro de desenvolvimento regional, que é uma iniciativa, de 2017, do Ministério da Educação, com a aproximação e integração da ciência e tecnologia, do instituto de pesquisa, no desenvolvimento regional, desenvolvimento econômico.

E eu pergunto ao Ministro com relação ao Ministério do Turismo se há algum programa de cooperação com as instituições de ensino superior, com ciência e tecnologia, principalmente nas atividades de turismo no âmbito regional e também qual a estratégia do Ministério para o turismo rural, turismo ecológico.

Como podemos mobilizar recursos para estruturação dessas atividades turísticas? Existe alguma parceria utilizada pelo Ministério para desenvolver a sua atividade de forma capilarizada ao longo do País?

Existe um índice de competitividade de viagem de turismo no Brasil. Pelo menos, em 2015, a informação de que o Brasil ficou em 28º entre 141; e também a 23º posição em recursos culturais; primeiro lugar em termos de recursos naturais. Mas, como foi dito aqui por diversos Senadores, há questão da infraestrutura; praticamente não temos infraestrutura e ficamos em 129º lugar na infraestrutura. Acaba prejudicando a questão da infraestrutura do País.

Há a questão também que a Senadora Mara colocou sobre a baixa renda. Nós temos um público de baixa renda. Há também nesse processo alguma iniciativa de incentivar, como incentivo tributário, para dar oportunidade às pessoas de baixa renda poderem ter acesso ao turismo cultural?

E, aproveitando isso, evidente que vou até convidar aqui todos os Parlamentares pare conhecerem um pouquinho o Distrito Federal. O Distrito Federal é um museu aberto, tem uma arquitetura maravilhosa; há a Casa do Candango, na Ceilândia. Há aqui a segunda catedral do País, maior do que a de Trindade. Depois de Aparecida, Brasília tem em Brazlândia a segunda maior catedral do País. E a gente precisa incentivar o turismo religioso e o turismo cívico, aqui é a Capital da República. Temos que criar mecanismos de trazer todos os alunos do País para conhecer a sua capital. Aqui nós temos estudantes na região metropolitana que nem conhecem a Capital.

Então, vou sugerir aos Deputados para ficarem em alguns finais de semana em Brasília, não para ficarem aqui no Plano Piloto, mas conhecerem o nosso turismo ecológico e rural, que é muito bom. E

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vão conhecer o Memorial JK, a Casa do Candango, na Ceilândia. Há uma série de atrativos importantes. Mas é fundamental.

Acho que nós temos hoje um potencial muito grande, seja aqui na Capital, seja no País como um todo. A gente precisa realmente criar condições. Por isso esta Comissão tem esse objetivo, de buscar instrumentos que possam auxiliar a gente chegar a esse objetivo maior.

Para encerrar, eu tenho algumas colocações que foram feitas no Portal e-Cidadania e também pelo 0800.

Rute Rodrigues, de Alagoas: "É preciso capacitar os profissionais de turismo para receber os turistas. É extrair o que temos de mais rico no Brasil, a beleza natural. É de Alagoas. Inclusive de vez em quando passo as minhas férias lá, viu Mara? A Praia do Francês é muito boa.

Waldilher Ayres Canuto, do Rio de Janeiro: "Para melhorar o turismo deve ser investido na capacitação profissional de guias e tradutores para que os turistas tenham mais conforto".

Manoel Neto, do Rio Grande do Norte: "Salubridade local e tratamento dos impactos da concentração de atividades inertes a localidade". Se há algum tratamento.

Marcos Mussi, do Rio de Janeiro: "Tem que liberar o cassino e bingo. Foi muito forte, gerou muito emprego e renda no País. É salutar para o turismo brasileiro".

É um tema aqui que interessa muito ao turismo e em que há muita resistência.

Passo, então, a palavra ao Ministro para fazer as suas considerações.

O SR. MINISTRO MARCELO ÁLVARO ANTÔNIO – Muito obrigado, Presidente.

O nosso Senador Chico Rodrigues que não está mais presente mas fez alguns questionamentos ou considerações. Citou aqui até o título: a hora do turismo. Quero só explicar, Senadora Mara, de forma breve. Por que a hora do turismo? Porque acredito que, pela primeira vez, nós temos um Presidente da República que acredita verdadeiramente que o turismo possa ser ou possa estar no centro da agenda econômica do País e possa ser talvez a principal mola propulsora de geração, emprego e renda para a nossa população.

O Presidente Jair Bolsonaro, em pelo menos, que eu me lembre, três ou quatro oportunidades na própria campanha política citou o turismo. Em Davos, naquela fala objetiva, e pelo menos seis minutos, ele, mais uma vez, cita o turismo no Brasil. Então, é um Presidente que vai, certamente, nós ajudar a retirar o Brasil da 126ª posição numa *ranking* de 136 países. Na ordem de prioridade do Governo é, obviamente, uma prioridade muito maior do que qualquer outra vista em outros tempos. Por isso, consideramos que é a hora do turismo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E também por um engajamento muito grande dos Deputados Federais na Câmara dos Deputados, representados aqui pelo nosso Deputado Herculano Passos, que tem tido uma atuação fundamental, preponderante, para que o turismo possa avançar. O Deputado Peninha, que está aqui à nossa direita, é um outro parceiro. O Deputado Herculano é o Presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa do Turismo. O Deputado Peninha é um amigo próximo do nosso Presidente Jair Bolsonaro, uma pessoa que tem dado uma contribuição fundamental aos demais Deputados Federais nesse propósito de, realmente, colocar o turismo no centro da agenda econômica do Brasil.

O Senado Federal também tem papel fundamental. Ou seja, existem algumas atribuições ou ações que são concernentes ao Governo Federal, outras ao Congresso Nacional. E o Senado Federal também tem demonstrado ser um grande parceiro nessa visão, nessa nova ótica de que o turismo realmente não pode ser um patinho feito da economia, mas que pode ser um ator fundamental para que a economia do País possa avançar a cada dia. Então, a hora é do turismo porque nós entendemos que temos um Governo federal já consciente de que o turismo tem essa importância, aliado a um Congresso Nacional que também já tem esse mesmo sentimento de colocar o turismo no centro da agenda econômica do Brasil.

O Senador Chico Rodrigues falou aqui também em relação aos vistos. Eu já disse isso aqui, mas vou repetir. A questão é fundamental. O Deputado Herculano pediu agora aqui o apoio, e a gente já está estudando juntos. Para isso tudo existem critérios, obviamente estudados principalmente pelo Ministério de Relações Exteriores, pelo nosso Ministro Ernesto. Esses países têm, obviamente, uma propensão migratória baixíssima. Então, todo estudo é feito com o maior critério possível. As questões de segurança pública, em momento nenhum, foram flexibilizadas pela Polícia Federal, e qualquer tipo de procedimento de segurança pública. Então, está tudo muito bem estudado e muito seguro.

Já estamos estudando, inclusive, a possibilidade, Deputado Peninha, da implantação do visto eletrônico para países como China e Índia. Quando eu disse que nós estamos estudando é porque já levamos esse pleito ao Ministro Ernesto, das Relações Exteriores, que já está, no âmbito do seu ministério, fazendo um estudo para ver a possibilidade de a gente instituir o visto eletrônico para China e Índia. Os chineses, ao lado dos americanos, são os viajantes que mais gastam no mundo. Portanto, nós temos aqui o primeiro lugar – e nisso a gente está em primeiro. Que bom! – em recursos naturais do mundo, e o chinês procura muitos destinos com atrativos de recursos naturais. Então, a gente está com essa possibilidade também.

O Senador Roberto Rocha fez aqui considerações importantíssimas, com muita serenidade e entendimento. Trouxe aqui que nos governos passados... Não vamos aqui citar nomes, mas talvez a ICMBio, a política de meio ambiente do País, teve sim, na minha opinião, seus excessos. Ninguém está aqui propondo nenhum tipo de degradação do meio ambiente; muito pelo contrário. Todas as nossas políticas ou ações junto ao Ministério do Meio Ambiente visam, principalmente, à preservação do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

meio ambiente, à conservação. Isso é fundamental, mas para isso, nós temos de eliminar aquilo que é excesso, aquilo que traz entrave para a o avanço, não só do turismo, mas para a economia do Brasil como um todo.

Trouxe muito bem aqui, dizendo que há locais como o Nordeste e outros pontos do Brasil onde é importante aumentar, inclusive, os turistas cruzeiristas, dos cruzeiros. Nós não temos um píer. Pasme, Senador Roberto Rocha, hoje no Brasil, a legalização ou o licenciamento – não vou dizer hoje, mas nos governos passados – de um píer chega a levar 10, 13 anos. Nos Estados Unidos, consegue-se o licenciamento de um píer em três meses. Então, nós precisamos realmente, nessa visão de uma economia liberal, entender que o Brasil tem tudo, nós temos tudo para crescer e avançar numa velocidade muito grande, crescer 5%, 6%, 7% ao ano. Mas nós precisamos, também, observar, retirar todas essas instruções normativas, tirar todos esses decretos que trazem prejuízo ao crescimento econômico do Brasil.

Sobre a Rota das emoções foi dito aqui até da possibilidade de integrar com o Rio Grande do Norte. Nosso amigo e Senador Styvenson, é isso?

O Rio Grande do Norte conta também, dentro dessa parceria, com o Sebrae. Nós temos 27 rotas no Brasil. É um investimento do Sebrae da importância de R$500 milhões, ao longo de cinco anos, em parceria com o Ministério. Nós já temos essas 27 rotas, e a do Rio Grande do Norte já está estabelecida. O que são essas rotas? Essas parcerias com o Sebrae promovem, obviamente, a capacitação de pessoas para o recebimento dos turistas, a qualificação dos serviços, o planejamento e a governança do turismo naquela região ou naquela rota e, sobretudo, a promoção de campanhas daqueles destinos turísticos. O Rio Grande do Norte já tem essa rota específica, mas podemos, talvez, fazer esse estudo e, quem sabe fazer uma integração dessas rotas, o que vai, certamente, trazer mais possibilidades para os turistas que se dispuserem a ir ao Nordeste, para essas rotas.

Roraima, também – o Senador Chico Rodrigues não está aqui mais –, já tem essa rota predefinida, já está contemplada nessas 27 rotas. Roraima já faz parte desse calendário, dessas rotas.]

O Senador Styvenson trouxe aqui algumas questões relacionadas à balança comercial do turismo. O senhor está coberto de razão, Senador. Realmente, nós temos aqui – eu disse no início – uma balança de pelo menos 12 bilhões desfavorável ao turismo, para isso. Nós vamos precisar, realmente, de aliar ou de coordenar um conjunto de ações para que a gente consiga equilibrar essa balança comercial.

Já foi dito aqui sobre a abertura do capital estrangeiro para a aéreas. É fundamental reduzir o custo das passagens aéreas.

A Lei Geral do Turismo, que moderniza 118 pontos da Lei do Turismo, também é fundamental. Nós precisamos, sobretudo, de reduzir o custo Brasil. Hoje, muitas vezes, a família, quando vai decidir

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um destino de viagem, faz contas e percebe que viajar de forma doméstica, no Brasil, ainda é muito caro. Prefere, muitas vezes, ir a Buenos Aires, a Miami que, por incrível que pareça, ficam mais em conta. Nessa redução do custo Brasil a gente precisa promover ou inserir, no mercado turístico doméstico, pelo menos mais 40 milhões de brasileiros. Essa é uma das metas do nosso ministério e, para isso a gente precisa, obviamente, reduzir o custo Brasil.

E também a transformação da Embratur em agência é fundamental. Vai ser uma agência com muito mais robustez no que diz respeito à divulgação do Brasil como destino no exterior. Hoje, a Embratur é muito engessada, é impossibilitada de fazer as parcerias privadas, que são fundamentais, com grandes empresas que têm interesse, como as aéreas e outras, em promover o Brasil como destino. Então, a transformação da Embratur em agência também é um fator fundamental para que a gente consiga...

A própria criação de áreas de interesses especiais turísticas, no Brasil... Isso foi feito, e a gente pode ilustrar muito, com Cancún, que são 24km de praia. Ali foi decretada uma área especial de interesse turístico onde definiram-se critérios de incentivos tributários, fiscais, simplificação ambiental nos projetos ambientais. Isso tudo, esse conjunto de fatores macro, vamos dizer assim... No ministério nós trabalhamos em duas vertentes: o que é macro é aquilo que é importante numa visão geral de Brasil para promover o turismo; e o que são questões regionais, como por exemplo as rotas aqui já ditas, como a do Rio Grande do Norte e também a das Emoções. Então, esse conjunto de fatores e esse pacote que estamos definindo como a hora do turismo é o que vão promover esse equilíbrio da balança comercial do turismo no Brasil.

A Senadora Mara Gabrilli é sempre muito combativa, atuante. Foi minha colega na Câmara Federal na última legislatura e está aqui hoje, como Senadora, representando o Estado de São Paulo com muita capacidade, com muito louvor e sempre preocupada com a acessibilidade das pessoas com deficiência no Brasil. Esse é um ponto fundamental, Senadora.

O Ministério do Turismo possuiu um programa de turismo acessível, com um aplicativo para a avaliação da acessibilidade dos atrativos. Hoje já temos um aplicativo para que essa avaliação dos atrativos turísticos no Brasil possa ser feita. O Ministério também já está investindo em obras de infraestrutura de acessibilidade, principalmente nos maiores pontos de concentração turística do Brasil. A gente pode, depois, enviar um relatório mais detalhado para V. Exa.

Há também a qualificação da mão de obra do turismo, a sensibilização e o preparo para atender os turistas com deficiência, para que a gente possa, realmente, dar mais conforto. É aquilo que V. Exa. disse aqui: que o turista com deficiência que é bem tratado, que tem um acesso bom ao local, volta. Este é o nosso objetivo: dar satisfação plena aos turistas que precisam realmente contar com esse bom senso e com esse trabalho focado na acessibilidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E há uma cartilha sobre como atender bem as pessoas com deficiência no Brasil. Essa cartilha já está pronta e vai ser disseminada em todos os pontos turísticos do Brasil para que a gente consiga, realmente, conscientizar e preparar todos para receber os turistas com deficiência, no Brasil, que representam uma importante parcela da nossa população. São mais de 40 milhões de pessoas que precisam de ter essa atenção especial, principalmente do Poder Público.

Então, Senadora, depois posso enviar para o gabinete de V. Exa. com mais detalhes tudo o que o turismo abrange em relação à acessibilidade.

O Senador Izalci trouxe aqui a importância da qualificação. Há programas de cooperação que a gente tem desenvolvido no âmbito do Ministério. É bom dizer que essa parceria com o Sebrae, sobretudo, visa à qualificação profissional de todos os agentes do setor do turismo.

Sabemos que o setor do turismo impacta mais de 50 segmentos da nossa sociedade, é uma cadeira produtiva muito importante, e a qualificação e o preparo desses profissionais é fundamental, sobretudo no atendimento ao turista estrangeiro. Então, esse programa é junto ao Sebrae.

Nós temos, também, vários programas *on-line,* cursos que abrangem a capacitação dos profissionais. Certamente, esse é um ponto fundamental para que aquele turista que vem do exterior ou mesmo para o turista doméstico possa encontrar profissionais de alto nível, qualificados para atendê-los.

Inclusive, há a questão, também, da sinalização das cidades, bilíngue. A gente já está fazendo um mapeamento, em todo o Brasil, para sabermos os pontos de maior concentração turística para que a gente consiga, realmente, dar também esse direcionamento, essa tranquilidade para o turista estrangeiro.

Rute Rodrigues, de Alagoas: "É preciso capacitar os profissionais de turismo para receber o turista, é extrair o que temos de mais rico no Brasil, a beleza natural." É verdade, a Rute tem razão. Eu disse aqui que a capacitação é fundamental, e essa parceria com o Sebrae tem possibilitado desenvolver programas visando, obviamente, à qualificação profissional. É com o Sebrae e o Senac também. Foi bem lembrado pelo nosso amigo Wilken.

Waldilier Ayres Canuto, do Rio de Janeiro, trata do mesmo assunto, que é a capacitação dos profissionais.

O Manoel Neto, do Rio Grande do Norte: "Salubridade local e tratamento dos impactos da concentração de atividades inertes à localidade." Obviamente, eu disse aqui que temos uma visão macro de Brasil, no turismo, mas há as pontuais também. Então, em todas as atividades, o turismo vai ser tratado de forma pontual em todas as suas vocações, seja o turismo de sol e praia, seja o turismo rural.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Foi dito aqui também, alguém disse aqui que no turismo rural e o ecológico o Brasil está em primeiro lugar. É uma vocação indiscutível. Obviamente nós temos que ter ações e programas para estimular isso. E, quando eu digo, Senadores e Presidente, que nós temos 27 rotas já prefinidas em parceira de investimentos quer sejam na qualificação ou na promoção, essas 27 rotas abrangem, praticamente, todos os Estados do Brasil e promovem cada Estado dentro da sua vocação turística.

Então, por exemplo, Minas Gerais tem uma vocação turística muito ligada à gastronomia, à parte histórica e ao turismo rural também. As rotas visam a promover exatamente essa vocação turística local. E, assim, sucessivamente, em todos os outros Estados da Federação. Então, todas as vocações turísticas são observadas e apoiadas através dessas 27 rotas já predefinidas entre o Ministério do Turismo e o Sebrae.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Eu quero fazer o registro também da presença do Marlon Roberto, Prefeito Municipal.

Como nós temos aqui a Marcha dos Prefeitos, vou fazer uma consideração do que colocou aqui o Marlon, de Itapoá, Santa Catarina: "Na alta temporada passamos de 25 mil habitantes fixos para 350 mil habitantes. Entretanto, não se verificam políticas públicas no Ministério do Turismo para auxiliar os Municípios na infraestrutura mínima capaz de mitigar os efeitos da sazonalidade. Com esse diagnóstico, aproveitamos essa oportunidade para reivindicar políticas capazes de atender às necessidades municipais".

Como V. Exa. disse que vai conversar com os secretários estaduais também, depois de uma rodada com os secretários municipais, o que é muito importante... E nós temos isso em vários Municípios do Brasil. Então, peço uma atenção especial.

Sei que nós estamos encerrando aqui a audiência pública, mas quero fazer também... Porque, esse final de semana... Eu tenho um programa no rádio, no domingo, na Rádio Atividade FM, Todos pelo DF, e na discussão que nós fizemos eu recebi o Rinaldo de Oliveira. Ele criou um *site*, superacessado, que se chama Só Notícia Boa. É espetacular! Ele é ex-jornalista, acho que da Band, e disse que há muita gente com depressão, porque você acorda com notícia ruim, almoça com notícia ruim, dorme com notícia ruim. Então, é evidente que a imprensa tem um papel fundamental no turismo também, porque lá fora e aqui também a gente só vê notícias ruins. Então, muitas vezes a gente deixa de viajar para alguns lugares em função das notícias ruins.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN. *Fora do microfone*.) – Foi o que que eu falei.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – V. Exa. falou lá de Natal, que não tem esse faroeste lá, não é tanto assim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse trabalho é fundamental para que a gente possa tranquilizar realmente os nossos turistas.

Mas eu quero aqui agradecer muito ao nosso Ministro e a toda a sua equipe. Acho que foi uma audiência bastante produtiva, atendeu realmente aos nossos anseios, que eram exatamente conhecer a proposta para os próximos dois anos.

O Deputado Herculano citou todos os auxiliares e quero agradecer a cada um de vocês todos.

Outras vezes nós vamos ainda trazê-lo aqui para fazer um debate sobre outras propostas que existem aqui na Casa.

Está chegando aqui também, Deputado Herculano, a política de turismo. Já, inclusive, passei a relatoria para o Senador Veneziano, que vai ser o nosso Relator, e vamos fazer audiências públicas, vamos debater realmente para a gente poder avançar.

Então, agradeço, Ministro, a sua competência, a sua apresentação, o seu trabalho, e desejo a você muito sucesso e contem com esta Comissão aqui.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PI) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Sim, Senador Elmano.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PI) – Se me permitir, queria fazer só um rápido registro.

O nosso Ministro falou, várias vezes, no Sebrae. Sou testemunha do trabalho do Sebrae nos últimos 25 anos em prol do desenvolvimento do turismo em todo o País, principalmente no Nordeste.

Ao tempo em que falo do Sebrae, eu falaria também nos serviços prestados na formação dos operadores turísticos, desde os agentes de turismo, a parte de gastronomia, dos hotéis, etc., pelo Senac. São duas instituições importantes neste processo.

Também não poderia deixar de registrar o *trade* turístico deste País, a iniciativa privada contribui com relevantes serviços prestados ao desenvolvimento turístico nacional e regional.

Por último, a própria Frente Parlamentar Mista, aqui representada pelo nosso Deputado Herculano e também o nosso Peninha.

Queria fazer esse registro destas instituições que têm somado para o desenvolvimento do turismo nacional.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Agradeço as ponderações de V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Senador Styvenson.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Aproveitando que o Ministro está aqui... Ministro, aproveitando que o senhor está aqui e eu não fiz a pergunta a tempo... Não vai ser uma pergunta, vai ser só uma sugestão de cuidado com o nosso turismo e com as nossas crianças principalmente: que o nosso País não seja vendido como turismo sexual, que o nosso País – como na Copa do Mundo, quando eu era policial – não seja vendido para os outros países como um País em que se pode tudo.

Eu digo isso porque eu estava na rua em 2014 e vi turistas de várias partes do Planeta na minha cidade, lá em Natal, na capital, acreditando que poderiam fazer o que quisessem fazer. Então, vamos tirar essa imagem de turismo de prostituição, turismo de droga, turismo de que pode tudo neste País. Neste País há regras. Eu espero que seja promovido este turismo lá fora e que cause obediência às nossas leis, às nossas instituições e à nossa população, principalmente às nossas mulheres e crianças.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Parabéns, Senador, pela colocação.

Proponho aqui, antes do encerramento, a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 7ª Reunião da Comissão.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está, então, aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com as notas taquigráficas.

Informo que, em cinco minutos, nós daremos início à 9ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo para tratar de um requerimento com o objetivo de debater a situação de Bonito, no Mato Grosso do Sul.

Nada mais havendo a tratar, eu declaro encerrada essa reunião, agradecendo ao Ministro e a toda a sua equipe pela presença.

O SR. MINISTRO MARCELO ÁLVARO ANTÔNIO – Muito obrigado, Presidente, e muito obrigado a todos os Senadores.

(*Iniciada às 09 horas e 14 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 15 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 9ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE ABRIL DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às doze horas e dezenove minutos do dia dez de abril de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Izalci Lucas, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Marcelo Castro, Eduardo Gomes, Fernando Bezerra Coelho, Daniella Ribeiro, Plínio Valério, Soraya Thronicke, Elmano Férrer, Mara Gabrilli, Styvenson Valentim, Juíza Selma, Veneziano Vital do Rêgo, Eliziane Gama, Leila Barros, Jaques Wagner, Zenaide Maia, Lucas Barreto, Chico Rodrigues, Jorginho Mello, Paulo Paim, Arolde de Oliveira, Roberto Rocha, Telmário Mota, Marcos do Val, Paulo Rocha e Wellington Fagundes. Deixam de comparecer os Senadores Dário Berger, Randolfe Rodrigues, Omar Aziz e Zequinha Marinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo nº 20, de 2019** que: "Requeremos, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo e a Comissão de Meio Ambiente, com o objetivo de debater as soluções e impacto ambiental causado por plantações, construções irregulares e estradas feitas em áreas de preservação ambiental em Bonito- MS." **Autoria:** Senador Nelsinho Trad, Senador Lucas Barreto e Senador Styvenson Valentim. **Resultado:** Aprovado, com a subscrição do Senador Styvenson Valentim. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Izalci Lucas

Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/04/10

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Havendo número regimental, declaro aberta a 9ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 8ª Reunião da Comissão da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado* juntamente com as notas taquigráficas.

Expediente.

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião é destinada à discussão e votação de requerimento.

Item único. Requerimento da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo nº 20, de 2019.

ITEM 1

REQUERIMENTO Nº 20, de 2019

- Não terminativo -

Requeremos, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo e a Comissão de Meio Ambiente, com o objetivo de debater as soluções e impacto ambiental causado por plantações, construções irregulares e estradas feitas em áreas de preservação ambiental em Bonito- MS.

Autoria: Senador Styvenson Valentim e outros

Observações:

Em apoio à iniciativa, o requerimento é subscrito pelo Senador Nelsinho Trad.

Concedo a palavra ao Senador para fazer o encaminhamento do requerimento.

Senador Styvenson.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, a propositura dessa audiência chamando esses representantes dos Ministérios da Pecuária, do Meio Ambiente, do Turismo e outros, se dá porque – no caso específico de Bonito, o turismo, como acabou de ser dito aqui, poderia ter sido aproveitado essa oportunidade – é um tema com transversalidade entre esses Ministérios, uma vez que quarenta ou mais hectares, numa área de ocupação de brejo, próxima ao Rio Prata, está sendo ocupada pela plantação de soja. E essa drenagem de terra está destruindo o patrimônio natural e turístico deste País, que são as águas cristalinas de Bonito. Então, essa audiência tem esta finalidade, Sr. Presidente: trazer a discussão aqui para esta Casa sobre até onde vai o patrimônio público, o patrimônio nacional da nossa natureza, em detrimento da voracidade do agronegócio, da plantação de soja.

Então, estamos aí com dois valores econômicos distintos: o agronegócio, com a plantação se soja, que cada vez mais entra nessas áreas de proteção ambiental e de turismo; e, por outro lado, o turismo do Mato Grosso do Sul, acho que não existe lugar – só o meu mesmo, só o Rio Grande do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Norte é mais bonito que lá... Então, essa audiência tem essa previsão, tem essa discussão e dá também soluções; essa audiência pública não é só para discutir, é para chegar a uma conclusão e a uma solução com esses representantes de Ministérios sobre a providência a ser tomada para resgatar e proteger o meio ambiente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Registro que estão sendo convidados o representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; representante do Ministério do Meio Ambiente; representante do Ministério do Turismo; representante da Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar (Semagro); representante da Famasul; representante da Prefeitura de Bonito, Mato Grosso do Sul; representante da Câmara Municipal de Bonito, Mato Grosso do Sul; e representante das agências de turismo de Bonito.

Em votação o requerimento.

As Senadoras e Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Será cumprida a decisão da Comissão.

Não havendo mais nada a tratar, eu declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 12 horas e 19 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 23 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 10ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE ABRIL DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às nove horas e cinquenta e um minutos do dia dezessete de abril de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob as Presidências dos Senadores Izalci Lucas e Soraya Thronicke, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Marcelo Castro, Eduardo Gomes, Fernando Bezerra Coelho, Styvenson Valentim, Veneziano Vital do Rêgo, Leila Barros, Flávio Arns, Marcos do Val, Paulo Rocha, Arolde de Oliveira, Jorge Kajuru e Telmário Mota. Deixam de comparecer os Senadores Dário Berger, Plínio Valério, Elmano Férrer, Randolfe Rodrigues, Eliziane Gama, Jaques Wagner, Zenaide Maia, Lucas Barreto, Omar Aziz, Chico Rodrigues e Zequinha Marinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Plano de Trabalho da Política Pública em Avaliação**. **Finalidade:** Reunião de trabalho para apresentação e discussão do Plano de Trabalho, que aborda os procedimentos a serem adotados no processo de avaliação da Política Pública escolhida pela CDR. **Resultado:** É lido e aprovado o Plano de Trabalho. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo nº 11, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir a situação de obras paralisadas do Programa Minha Casa, Minha Vida." **Autoria:** Senador Angelo Coronel. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido do autor. **ITEM 2 - Requerimento da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo nº 21, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a venda da Transportadora Associada de Gás (TAG) pela Petrobras." **Autoria:** Senador Jaques Wagner. **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Subscrito pelo Senador Izalci Lucas. **ITEM 3 - Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), para prever a inclusão de requisitos econômicos, sociais e ambientais em empreendimentos habitacionais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Jaques Wagner. **Relatório:** Pela aprovação com a Emenda nº1-CMA, alterada pela subemenda que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta para reexame do relator. **ITEM 4 - Projeto de Resolução do Senado nº 24, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Cria a Frente Parlamentar Mista em defesa do consumidor de energia elétrica da Região Norte" **Autoria:** Senador Zequinha Marinho. **Relatoria:** Senador Lucas Barreto. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido do relator. **ITEM 5 - Projeto de Resolução do**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senado n° 27, de 2019 - Não Terminativo - que: "Cria a Frente Parlamentar Mista para defesa do Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste – (Consórcio Nordeste)" **Autoria:** Senador Weverton, Senador Angelo Coronel, Senadora Eliziane Gama, Senador Elmano Férrer, Senador Humberto Costa, Senador Jean Paul Prates, Senador Marcelo Castro, Senador Otto Alencar, Senador Styvenson Valentim, Senadora Zenaide Maia. **Relatoria:** Senador Jaques Wagner. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 6 - Ofício "S" n° 3, de 2016 - Não Terminativo -** que: "Encaminha, em cumprimento à Lei 7.827/89, art. 20, §4º, Relatório das atividades desenvolvidas e dos resultados obtidos pelo FCO, referente ao 1º semestre de 2015." **Autoria:** Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO. **Relatoria:** Senador Izalci Lucas. **Relatório:** Pelo conhecimento e arquivamento. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 7 - Ofício "S" n° 5, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Programação do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) para o exercício de 2018." **Autoria:** SUDECO - Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste. **Relatoria:** Senador Izalci Lucas. **Relatório:** Pelo conhecimento e arquivamento. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 8 - Ofício "S" n° 57, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Encaminha, em cumprimento à Lei nº 7.827/1989, art. 20, §§ 4º e 5º, o Relatório de Atividades e Resultados do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO referente ao Exercício de 2017." **Autoria:** SUDECO - Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste. **Relatoria:** Senador Izalci Lucas. **Relatório:** Pelo conhecimento e arquivamento. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 9 - Projeto de Lei do Senado n° 439, de 2015 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre o exercício de atividades nos campos da Administração." **Autoria:** Senador Donizeti Nogueira. **Relatoria:** Senador Chico Rodrigues. **Relatório:** Pela rejeição. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido do relator. **ITEM 10 - Projeto de Lei do Senado n° 667, de 2015 - Terminativo -** que: "Altera a redação do art. 40 da Lei n.º 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), definindo-se o Plano Diretor como instrumento de desenvolvimento humano, econômico e social das cidades brasileiras, devendo estabelecer obrigatoriamente parâmetros para as políticas públicas de saúde, educação, segurança pública, transportes e habitação, e dá outras providências." **Autoria:** Senador Reguffe. **Relatoria:** Senador Zequinha Marinho. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido do relator. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e dezoito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Izalci Lucas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/04/17

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Havendo número regimental, declaro aberta a 10ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Comunicados.

Declaro prejudicado o Requerimento 17, de 2019 – CDR, que propunha a convocação do Ministro do Turismo, por razão da realização de audiência pública com a sua presença na última semana.

Informamos que esta Presidência aguarda a manifestação dos membros da CDR que desejam integrar a Subcomissão temporária para o acompanhamento das obras da Usina de Belo Monte, para que procedamos à sua indicação, para que fixemos sua composição e para que a instalação seja agendada. A Subcomissão será composta por três titulares e três suplentes.

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião é dividida em duas partes: a primeira parte se destina à apresentação e discussão do Plano de Trabalho, que aborda os procedimentos a serem adotados no processo de avaliação da política pública escolhida pela CDR; a segunda parte é deliberativa, para a apreciação de matérias.

Daremos início à primeira parte da reunião, para leitura, discussão e aprovação do Plano de Trabalho, que aborda os procedimentos a serem adotados no processo de avaliação da política pública escolhida pela CDR.

Faço, então, a leitura da proposta.

Avaliação de políticas públicas.

Art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal.

Proposta de Plano de Trabalho.

Avaliação da Política de Centros de Desenvolvimento Regional.

Apresentação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De acordo com o art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, as comissões permanentes selecionarão, na área de sua competência, políticas públicas desenvolvidas no âmbito do Poder Executivo, para serem avaliadas. Avaliações dessa natureza têm como objetivo principal aprimorar a gestão do Estado, por meio da mensuração da eficiência, da eficácia e da efetividade de determinadas políticas públicas, bem como orientar as ações do Poder Público e, eventualmente, aprimorar a legislação pertinente.

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo deliberou, ao aprovar o Requerimento n° 15, de 2019, em 3 de abril do corrente ano, proceder à avaliação da Política de Centros de Desenvolvimento Regional, desenvolvida pelo Ministério da Educação desde 2017.

Conforme o mencionado requerimento, o Centro de Desenvolvimento Regional (CDR) constitui uma articulação das Instituições de Educação Superior (IES) e de Ciência e Tecnologia (ICT) com a sociedade no âmbito do território em que se encontram, de modo a promover o desenvolvimento regional sustentável. Ainda de acordo com o Requerimento, "a combinação da capilaridade das Instituições de Educação Superior (IES) e de Ciência e Tecnologia (ICT) no território com a concentração de competência de que elas dispõem cria uma excelente oportunidade para estabelecer vínculos mais fortes entre estas e a sociedade no âmbito regional, aproximando oferta e demanda para gerar soluções para o desenvolvimento regional.

[...]

O projeto constitui a aplicação, em escala piloto, de uma ampla política nacional que estruturará Centros de Desenvolvimento Regional em universidades, institutos ou outras instituições de ensino e pesquisa brasileiras, que sejam capazes de articular atores relevantes e tomadores de decisão em prol do aumento da competitividade e sustentabilidade das estruturas sociais e econômicas regionais; melhorar a apropriação social dos esforços de formação de recursos humanos; e gerar resultados das atividades de pesquisa e desenvolvimento; sempre no sentido de superar desafios, aproveitar vantagens competitivas e condições próprias de cada região com vistas à melhoria de qualidade de vida das respectivas populações".

O projeto CDR desenvolveu atividades em escala piloto, em diferentes regiões brasileiras, com o objetivo de testar conceitos, metodologias e governança, entre outros parâmetros. As regiões escolhidas foram Campina Grande (PB), Itapeva (SP), Bagé (RS) e DF e seu Entorno. Foi lançado, ainda, outro piloto na região do Triângulo, englobando as fronteiras entre Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Goiás e São Paulo. As carteiras de projetos produzidas em cada um destes contextos aproximam oferta e demanda para gerar soluções para o desenvolvimento regional, com impactos sociais e econômicos claros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A organização do projeto inclui a coordenação das atividades em nível nacional, envolvendo a Secretaria de Educação Superior do MEC (SESu/MEC) e parceiros da articulação federal, como as agências de fomento CNPq, Capes, Finep, o Centro de Estudos e Debates Estratégicos (Cedes) da Câmara dos Deputados e o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE). No nível regional, foram instalados os seguintes CDRs: CDR Campanha, no Rio Grande do Sul; CDR Campina Grande, na Paraíba; CDR Sudeste Paulista, em São Paulo; CDR DF e Área Metropolitana de Brasília. Foi lançado também o CDR Triângulo.

Em vista das competências legislativa, orçamentária e fiscalizatória próprias do Poder Legislativo, a avaliação dessa política pública incluirá atividades nessas três dimensões. No que tange à dimensão orçamentária, caberá avaliar as alternativas de financiamento e formular novas, de modo a assegurar os recursos financeiros, materiais e humanos para o desenvolvimento das carteiras de projetos. Na dimensão fiscalizatória, caberá verificar as condições institucionais para o apoio e a gestão intersetoriais da atividade. Na dimensão legislativa, caberá avaliar a necessidade de aprimoramento da legislação no sentido de permitir o pleno desenvolvimento do CDR.

Constituem os fundamentos para isso os dados relativos às experiências piloto em andamento e sobre outros projetos que aproximam a base técnico-científica das demandas regionais, a audiência dos órgãos e dos atores sociais diretamente envolvidos, bem como estudos e análises pertinentes ao tema.

Atividades propostas.

São propostas as seguintes atividades para proceder à avaliação do CDR:

- encaminhamento de requerimentos de informações sobre o tema da avaliação aos órgãos federais pertinentes e ao CGEE;

- levantamento e análise da legislação e da regulamentação afeta ao tema da avaliação, incluindo as IES, as ICT, as agências de fomento e os mecanismos de cooperação intersetorial;

- realização de audiências públicas para divulgação e debate da política em avaliação, com a presença de representantes do Poder Público, da academia e da sociedade civil.

Ao final, deverá ser apresentado à Comissão um relatório da avaliação, a ser apreciado até o final desta Sessão Legislativa.

Este Plano de Trabalho propõe a seguinte programação para a avaliação:

- maio a novembro de 2019: solicitação de informações aos órgãos pertinentes, audiências públicas e desenvolvimento de estudos;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- dezembro de 2019: apresentação e votação do relatório final.

Esse, então, é o relatório.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo presentes para a discussão, está encerrada a discussão.

Aqueles que o aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 9ª Reunião da Comissão.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal* juntamente com as notas taquigráficas.

Deliberação de proposições.

Item 1: Requerimento da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo nº 11, de 2019.

Foi solicitada a retirada pelo autor do requerimento.

(É o seguinte o item retirado:

ITEM 1

REQUERIMENTO Nº 11, DE 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir a situação de obras paralisadas do Programa Minha Casa, Minha Vida.

Autoria: Senador Angelo Coronel.)

Passamos ao item 2 da pauta.

ITEM 2

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO Nº 21, DE 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a venda da Transportadora Associada de Gás (TAG) pela Petrobras.

Autoria: Senador Jaques Wagner e outros.

O requerimento foi subscrito também por mim.

Trata-se de uma audiência pública.

Aqueles Senadores e Senadoras que quiserem discutir... (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco-o em votação.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Será cumprido pela Comissão.

Item 3: Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 2018, não terminativo.

O Relator, o Senador Jaques Wagner, solicita a retirada de pauta do projeto para reexame da matéria.

Determino, portanto, a sua retirada e o encaminhamento ao gabinete do Relator.

(É o seguinte o item retirado:

ITEM 3

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 34, DE 2018

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), para prever a inclusão de requisitos econômicos, sociais e ambientais em empreendimentos habitacionais.

Autoria: Deputada Moema Gramacho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Jaques Wagner

Relatório: Pela aprovação com a Emenda nº1-CMA, alterada pela subemenda que apresenta.

Observações:

- *A matéria segue para apreciação do Plenário do Senado Federal.*)

Item 4: Projeto de Resolução do Senado nº 24, de 2019, não terminativo.

Pela ausência do Relator, nós o retiramos de pauta.

A matéria será encaminhada para a Comissão...

Está retirado de pauta.

(É o seguinte o item retirado:

ITEM 4

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 24, DE 2019

- Não terminativo -

Cria a Frente Parlamentar Mista em defesa do consumidor de energia elétrica da Região Norte

Autoria: Senador Zequinha Marinho

Relatoria: Senador Lucas Barreto

Relatório: Pela aprovação.

Observações:

- *A matéria segue para apreciação da CDIR - Comissão Diretora do Senado Federal.*)

Item 5: Projeto de Resolução do Senado nº 27, de 2019.

Pela ausência do Relator, fica retirado de pauta.

(É o seguinte o item retirado:

ITEM 5

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 27, DE 2019

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cria a Frente Parlamentar Mista para defesa do Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste – (Consórcio Nordeste)

Autoria: Senador Weverton e outros

Relatoria: Senador Jaques Wagner

Relatório: pela aprovação.

Observações:

A matéria segue para apreciação da CDIR - Comissão Diretora do Senado Federal.)

Passamos ao item 6 da pauta.

ITEM 6

OFICIO "S" Nº 3, DE 2016

- Não terminativo -

Encaminha, em cumprimento à Lei 7.827/89, art. 20, §4º, Relatório das atividades desenvolvidas e dos resultados obtidos pelo FCO, referente ao 1º semestre de 2015.

Autoria: Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO

Relatoria: Senador Izalci Lucas

Relatório: Pelo conhecimento e arquivamento.

Observações:

- A matéria vai ao Plenário do Senado Federal para adoção das providências cabíveis.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF. Para proferir relatório.) – Farei a leitura do relatório do item 6 e aguardaremos a chegada de algum Senador para o debate.

O art. 20 da Lei nº 7.827, de 1989, estabelece que "os bancos administradores dos Fundos Constitucionais de Financiamento apresentarão, semestralmente, ao Ministério da Integração Nacional e às respectivas superintendências regionais de desenvolvimento relatório circunstanciado sobre as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos".

O §4º do art. 20 determina que "o relatório de que trata o *caput* deste artigo, acompanhado das demonstrações contábeis, devidamente auditadas, será encaminhado pelo respectivo conselho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

deliberativo da superintendência do desenvolvimento, juntamente com sua apreciação, às comissões que tratam da questão das desigualdades inter-regionais de desenvolvimento na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, para efeito de fiscalização e controle".

O §5º determina que o relatório de que trata o *caput* do art. 20, "acompanhado das demonstrações contábeis, devidamente auditadas, será encaminhado pelo respectivo conselho deliberativo de desenvolvimento regional, juntamente com sua apreciação, a qual levará em consideração o disposto no §4º deste artigo, à Comissão Mista permanente de que trata o §1º do art. 166 da Constituição Federal, para efeito de fiscalização e controle, devendo ser apreciado na forma e no prazo do seu regimento interno".

Assim, nos termos da legislação mencionada, cabe, no Senado Federal, à CDR analisar a documentação relativa ao FCO observando sua contribuição para a redução das desigualdades regionais no País.

De maneira análoga aos relatórios relativos aos demais Fundos Constitucionais de Financiamento periodicamente enviados a esta Comissão, o "Relatório de Gestão do Primeiro Semestre de 2015" referente ao FCO é um documento extenso que contém dados sobre as aplicações do Fundo em sua região de atuação. O documento registra os resultados alcançados e o desempenho dos recursos do Fundo durante o primeiro semestre de 2015 e o estado de seus recursos e aplicações no final do período analisado.

O relatório é formado por dez seções: i) introdução; ii) apresentação; iii) competências institucionais da unidade; iv) programação orçamentária; v) execução orçamentária no primeiro semestre de 2015; vi) desempenho operacional do fundo; vii) situação da demanda; viii) situação da carteira de financiamentos; ix) renegociação de dívidas; e x) conclusão.

Também compõem a documentação enviada a esta Comissão: i) o relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis do FCO elaborado pela KPMG Auditores Independentes; e ii) a avaliação do relatório referente às atividades desenvolvidas e aos resultados obtidos com a aplicação dos recursos do FCO elaborada pela Sudeco.

Em face do grande volume de dados disponíveis, destacamos, neste parecer, as principais informações contidas na documentação encaminhada.

Convém, inicialmente, registrar que o art. 159, inciso I, alínea "c", da Constituição Federal de 1988 prevê que a União entregará três por cento do produto da arrecadação do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados aos programas de financiamento ao setor produtivo das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. A Lei nº 7.827, de 1989, que regulamenta esse dispositivo constitucional, criou, juntamente com os Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte (FNO) e do Nordeste (FNE), o FCO, cuja área de aplicação restringe-se às

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Unidades da Federação que compõem a Região Centro-Oeste. O FCO recebe um quinto dos recursos discriminados no art. 159, inciso I, alínea "c", da Constituição Federal.

O objetivo do FCO, do FNO e do FNE é contribuir para o desenvolvimento econômico e social das regiões em que são aplicados seus recursos mediante a execução de programas de financiamento aos setores produtivos, em consonância com os respectivos planos regionais de desenvolvimento.

Conforme indicado no art. 13 da Lei nº 7.827, de 1989, o FCO é administrado conjuntamente pelo Condel/Sudeco, pelo Ministério da Integração Nacional – cujas atribuições foram incorporadas pelo atual Ministério do Desenvolvimento Regional – e pelo Banco do Brasil S.A.

A programação orçamentária do FCO para 2015 foi elaborada pelo Banco do Brasil S.A. e aprovada pelo Condel/Sudeco. A programação previa a segmentação dos financiamentos com recursos do FCO em programas e linhas que permitem uma agregação dos dados nos setores empresarial e rural. O setor empresarial envolve programas e linhas cujo foco são a indústria, a infraestrutura, o turismo e as atividades de comércio e serviços. Já o setor rural envolve o apoio ao desenvolvimento rural e à agropecuária irrigada e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), por exemplo.

Na programação do FCO para 2015, previa-se um montante total de aplicações de R$6,03 bilhões ao longo do ano. Os recursos previstos para o setor empresarial correspondiam a 55,7% do total, sendo o restante destinado ao setor rural.

No primeiro semestre de 2015, o orçamento previsto alcançava R$3,14 bilhões, correspondentes a pouco mais da metade (52,1%) do total do ano. Já o orçamento do FCO realizado no primeiro semestre de 2015 alcançava R$2,73 bilhões. Esse valor corresponde a 86,9% do orçamento previsto para o mesmo período. As participações dos Estados de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul na Programação do FCO para 2015 correspondiam, respectivamente, a 29,0%, 29,0% e 23,0%. A parcela restante (19,0%) destinava-se ao Distrito Federal. Com exceção dessa última Unidade da Federação, em todos os demais casos a distribuição entre os setores empresarial e rural era equitativa. Já no caso do Distrito Federal, a expressiva maioria dos recursos destinava-se ao setor empresarial.

Os dados mencionados até aqui dizem respeito ao orçamento do FCO. Os dados relativos às contratações ao longo do primeiro semestre de 2015 revelam um quadro semelhante, mas não idêntico àquele descrito anteriormente.

As contratações com recursos do FCO atingiram R$2,63 bilhões no primeiro semestre de 2015. Esse valor corresponde a 83,6% do montante previsto para o exercício. O setor empresarial respondeu por 44,6% do valor contratado no período, cabendo a parcela restante de 55,4% ao setor rural. Observa-se, assim, uma inversão em relação ao quadro descrito para o orçamento do primeiro semestre de 2015.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Convido a Senadora Soraya a assumir a Presidência, para que eu possa continuar a leitura do meu relatório.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Bom dia!

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – As contratações com recursos do FCO atingiram R$2,63 bilhões no primeiro semestre de 2015. Esse valor corresponde a 83,6% do montante previsto para o exercício. O setor empresarial respondeu por 44,6% do valor contratado no período, cabendo a parcela restante de 55,4% ao setor rural. Observa-se, assim, uma inversão em relação ao quadro descrito para o orçamento do primeiro semestre de 2015.

O Estado de Goiás liderou as contrações (31,6% do valor total contratado). Em seguida, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul responderam por 28,0% e 25,4%, respectivamente, do valor total contratado pelo FCO no primeiro semestre de 2015. A parcela restante (14,9%) coube ao Distrito Federal.

Empreendimentos de menor porte (pequeno-médio, pequeno, micro/mini e empreendedores individuais) contrataram 88,4% dos recursos. Coube aos empreendimentos de maior porte (grande e médio) uma parcela correspondente a 11,6% dos valores contratados no primeiro semestre de 2015.

O montante contratado no primeiro semestre de 2015 foi 7,6% superior àquele contratado no mesmo período do ano anterior. Já o crescimento do número de operações foi de 181,5%. Esse incremento expressivo deve-se, em sua maioria, às operações contratadas nas linhas do Pronaf.

Um total de 8.758 operações contratadas no primeiro semestre de 2015 envolveu novos beneficiários do FCO. O montante dessas operações alcançou R$778,7 milhões. Assim, os novos beneficiários representaram, no período, 23,8% do número de contratos e 29,6% dos recursos aplicados pelo FCO no primeiro semestre de 2015.

No relatório, registra-se que, para efeito de aplicação dos recursos do FCO, foram consideradas prioritárias as atividades, propostas pela Sudeco, com base nas sugestões das Unidades da Federação e aprovadas pelo Condel/Sudeco. Destacam-se, no conjunto dessas prioridades: i) projetos de apoio à agricultura familiar; ii) projetos com alto grau de geração de emprego e renda e/ou da economia solidária; iii) projetos voltados para a preservação e a recuperação do meio ambiente; iv) projetos que utilizem tecnologias inovadoras e/ou contribuam para a geração de novas tecnologias; v) projetos do setor de turismo; vi) projetos da indústria de alimentos; vii) projetos dos setores comercial e de serviços; viii) projetos que contribuam para o desenvolvimento da agricultura irrigada; e ix) projetos que contribuam para a redução das desigualdades regionais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Registra-se, no relatório, que, no primeiro semestre de 2015, das 38.773 propostas acolhidas, 36.797 foram contratadas. Dessa forma, o percentual de atendimento alcançou, no período, 94,9%.

Os dados disponíveis na documentação enviada indicam que o saldo da carteira de operações do FCO, em 30 de junho de 2015, era de R$21,77 bilhões. O saldo das operações rurais correspondia a 60,8% da carteira de financiamentos do FCO, cabendo os 39,2% restantes às operações empresariais.

Com relação à renegociação de dívidas, no primeiro semestre de 2015, foram reprogramadas, no âmbito do FCO empresarial, duas operações cujo valor total alcança R$2,2 milhões. Já no âmbito do FCO rural, foram prorrogadas 53 operações, correspondentes a um valor total de R$14 milhões.

Convém observar que, na opinião dos auditores independentes, as demonstrações contábeis do FCO apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Fundo em 30 de junho de 2015, o desempenho de suas operações e seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis regulamentadas pelo Governo Federal aplicáveis aos Fundos Constitucionais.

De maneira análoga, a Sudeco, ao avaliar o relatório referente às atividades desenvolvidas e aos resultados obtidos com a aplicação dos recursos do FCO no primeiro semestre de 2015, manifestou-se favoravelmente à sua aprovação.

Entro agora no voto.

Em vista do exposto, votamos pelo conhecimento do Ofício "S" nº 3, de 2016, e pelo encaminhamento da matéria, com o presente parecer, ao Arquivo.

É esse o voto, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório, que conclui pelo conhecimento e arquivamento.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal para a adoção das providências cabíveis.

ITEM 7

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

OFICIO "S" Nº 5, DE 2018

- Não terminativo -

Programação do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) para o exercício de 2018.

Autoria: SUDECO - Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste

Relatoria: Senador Izalci Lucas

Relatório: Pelo conhecimento e arquivamento.

Observações:

- A matéria vai ao Plenário do Senado Federal para adoção das providências cabíveis.

Senador, considerando a similitude das matérias e que o relatório seria o mesmo, acho que seria bom ler apenas o voto, se o senhor assim desejasse...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Sim.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – ... para que a gente o colocasse em discussão e o votasse.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF. Para proferir relatório.) – Corresponde à Programação do Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO) para o exercício de 2018.

Foram mantidos os Programas de Financiamento constantes das Programações dos exercícios anteriores:

- Programa de FCO Empresarial de Apoio aos Empreendedores Individuais (EI) Micro, Pequenas e Pequeno-Médias Empresas (MPE);

- Programa de FCO Empresarial para Médias e Grandes Empresas (MGE);

- Programa de FCO Rural;

- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf);

- Programa de FCO Empresarial para Repasse; e

- Programa de FCO Rural para Repasse.

Em síntese, verifica-se que foram cumpridos os dispositivos legais pertinentes e que a preocupação com a redução das desigualdades regionais está contemplada nas diretrizes adotadas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para aplicação dos recursos do FCO no período. Cabe, portanto, a esta Comissão, tomar conhecimento da matéria e, não havendo observações a fazer, encaminhar a mesma ao Arquivo.

Voto.

Em vista do exposto, votamos pelo conhecimento do Ofício "S" nº 5, de 2018, e pelo encaminhamento da matéria, com o presente parecer, ao Arquivo.

É esse o voto.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório, que conclui pelo conhecimento e arquivamento.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal para adoção das providências cabíveis.

ITEM 8

OFICIO "S" Nº 57, DE 2018

- Não terminativo -

Encaminha, em cumprimento à Lei nº 7.827/1989, art. 20, §§4º e 5º, o Relatório de Atividades e Resultados do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO referente ao Exercício de 2017.

Autoria: SUDECO - Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste

Relatoria: Senador Izalci Lucas

Relatório: Pelo conhecimento e arquivamento.

Observações:

- A matéria vai ao Plenário do Senado Federal para adoção das providências cabíveis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Novamente, pela similitude, o senhor profira o seu voto, se assim o desejar.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF. Para proferir relatório.) – Em síntese, a documentação encaminhada a esta Comissão mostra que a aplicação dos recursos do FCO no exercício de 2017 atende os requisitos legais e demonstra que o Fundo tem participado de maneira relevante no desenvolvimento de sua região de atuação, contribuindo para a redução das desigualdades sociais e regionais, um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil inscrito no inciso III do art. 3º da nossa Carta Magna.

Vou direto ao voto.

Em vista do exposto, votamos pelo conhecimento do Ofício "S" nº 57, de 2018, e pelo encaminhamento da matéria, com o presente parecer, ao Arquivo.

Esse é o voto, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório, que conclui pelo conhecimento e arquivamento.

As Senadoras e Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal para adoção das providências cabíveis.

Suspendemos a reunião por um momento? (*Pausa.*)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigada.

(*Iniciada às 9 horas e 51 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 18 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 5ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE MARÇO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às onze horas e treze minutos do dia vinte e sete de março de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência da Senadora Soraya Thronicke, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com a presença dos Senadores Luis Carlos Heinze, Mecias de Jesus, Marcelo Castro, Juíza Selma, Izalci Lucas, Acir Gurgacz, Eliziane Gama, Jean Paul Prates, Paulo Rocha, Telmário Mota, Zenaide Maia, Lucas Barreto, Sérgio Petecão, Nelsinho Trad, Jayme Campos, Wellington Fagundes, Fernando Bezerra Coelho, Marcos do Val e Angelo Coronel. Deixam de comparecer os demais senadores membros. Havendo número regimental, declara-se aberta a reunião. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. A Senhora Presidente, Senadora Soraya Thronicke, comunica o recebimento do seguinte expediente: Ofício nº 49/2019-CAPADR, subscrito pelo Deputado Fausto Pinato (PP-SP), comunicando sua eleição à Presidência da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, da Câmara dos Deputados. Registra-se a presença dos Vereadores Volnei Christofoli (PP) e Neri Mazzochin (PP) da Câmara Municipal de Bento Gonçalves, Rio Grande do Sul. Passa-se à apreciação da 1ª Parte da Pauta – Deliberativa: ITEM 1 - Projeto de Lei da Câmara n° 107, de 2018 - Não Terminativo - Ementa: "Institui a Política Nacional de Incentivo à Ovinocaprinocultura." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Lasier Martins. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 2 - Projeto de Lei da Câmara n° 122, de 2018 - Não Terminativo - Ementa: "Dispõe sobre a elaboração e a comercialização de queijos artesanais e dá outras providências." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Lasier Martins. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 3 - Ofício "S" n° 51, de 2018 - Não Terminativo - Ementa: "Encaminha, em cumprimento ao art. 23, § 2°, da Lei n° 13.303/2016, e nos termos do artigo 37, § 3º, do Decreto nº 8.945/2016, as conclusões e a análise de atendimento das metas e resultados na execução do Plano de Negócios e da Estratégia de Longo Prazo da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab." Autoria: Companhia Nacional de Abastecimento - Conab. Relatoria: Senador Izalci Lucas. Relatório: Pelo conhecimento e arquivamento da matéria. Resultado: Adiado. ITEM 4 - Projeto de Lei do Senado n° 384, de 2016 - Terminativo - Ementa: "Altera a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, que dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal, para permitir ao assentado, mediante autorização do Incra, a exploração do potencial de energia eólica ou solar existente no imóvel." Autoria: Senador José Agripino. Relatoria: Senador Wellington Fagundes. Relatório: Pela aprovação do Projeto na forma do Substitutivo que apresenta. Resultado: Retirado de Pauta a pedido do Relator para reexame do Relatório. ITEM 5 - Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária n° 6, de 2019 - Ementa: "Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o AVS 39/2018, que Encaminha cópia do Acórdão nº 1197/2018, que trata de auditoria sobre o procedimento de emissão da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário (Sead) como instrumento de identificação e de qualificação de agricultores familiares, com as suas formas associativas, para o acesso aos respectivos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

programas e às correspondentes políticas públicas (TC 012.700/2017-7)." Autoria: Senadora Soraya Thronicke e Senadora Zenaide Maia. Resultado: Aprovado o Requerimento, subscrito pela Senadora Zenaide Maia, que inclui, como convidado, o Senhor Aristides Veras dos Santos - Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (Contag). EXTRAPAUTA ITEM 6: Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária n° 7, de 2019 – Ementa: "Em aditamento ao Requerimento de nº 03/2019-CRA, que dispõe sobre a criação da subcomissão Temporária no âmbito desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, requeiro que a composição seja de 5 membros titulares e 5 membros suplentes, para debater a Implementação da Regularização Fundiária das áreas rurais no Brasil." Autoria: Senador Acir Gurgacz. Resultado: Aprovado. EXTRAPAUTA ITEM 7: Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária n° 8, de 2019 – Ementa: "Nos termos do artigo 90, IX, 96-B e 104-B do Regimento Interno do Senado Federal, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária decide selecionar a seguinte Política Pública do Poder Executivo para avaliação no ano de 2019: Política de Comércio Internacional Agropecuário." Autoria: Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Resultado: Aprovado. Encerrada a apreciação de matérias, dá-se início à 2ª Parte da Pauta: Reunião de Trabalho com a finalidade de selecionar a Política Pública a ser avaliada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária em 2019 (art. 96-B do RISF), bem como, designar os membros da Subcomissão Temporária sobre Regularização Fundiária e fixar sua composição (art. 89, IV do RISF). Resultado: Selecionada a Política de Comércio Internacional Agropecuário como Política Pública que será avaliada pela CRA em 2019, aprovada pelo Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária n° 8, de 2019, cuja relatoria caberá ao Senador Luis Carlos Heinze. 2. A Senhora Presidente designa os seguintes senadores membros da Subcomissão Temporária sobre Regularização Fundiária, criada pelo REQ 3/2019-CRA, aditado pelo REQ 7/2019-CRA: Titulares (Juíza Selma, Acir Gurgacz, Paulo Rocha, Chico Rodrigues e Soraya Thronicke); Suplentes (Luis Carlos Heinze, Izalci Lucas, Nelsinho Trad, Wellington Fagundes e Telmário Mota). Os Senadores Luis Carlos Heinze, Acir Gurgacz, Wellington Fagundes e as Senadoras Zenaide Maia e Soraya Thronicke, Presidente da Comissão, fazem uso da palavra. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADORA SORAYA THRONICKE
PRESIDENTE DA CRA

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/03/27

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Bom-dia a todos!

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos hoje.

Declaro aberta a 5ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Sras. e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a ata.

A presente reunião será dividida em duas partes, conforme foi divulgado na pauta previamente: primeira parte, deliberativa; segunda parte, reunião de trabalho para selecionar a política pública a ser avaliada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária em 2019, como também designar os membros da Subcomissão Temporária sobre Regularização Fundiária e fixação de sua composição.

Temos hoje expediente sobre a mesa, que passo a ler.

Esta Presidência comunica o recebimento da seguinte manifestação externa: Ofício nº 49, de 2019, da CAPADR, subscrito pelo Deputado Fausto Pinato, comunicando sua eleição à Presidência da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, da Câmara dos Deputados.

Quero parabenizar o Deputado Fausto Pinato pela eleição. Que nós consigamos trabalhar unidos!

Primeira parte, item nº 1 da pauta. (*Pausa.*)

Pela ausência... Hoje a Casa está concorrida, temos o Ministro Sergio Moro, temos o Ministro Mandetta, e os Relatores estão nessas reuniões. Então, só para a gente caminhar, dar seguimento, gostaria de chamar o Senador Lasier Martins – os dois primeiros itens são da Relatoria dele –, o Senador Izalci Lucas, item 3...

Vou dar prosseguimento ao item 4 enquanto isso.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 384, DE 2016

- Terminativo -

Altera a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, que dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal, para permitir ao assentado, mediante autorização do Incra, a exploração do potencial de energia eólica ou solar existente no imóvel.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Autoria: Senador José Agripino

Relatoria: Senador Wellington Fagundes

Relatório: Pela aprovação do Projeto na forma do Substitutivo que apresenta.

Observações:

- Em 02.05.2017, a Comissão de Meio Ambiente aprovou um Parecer favorável ao Projeto na forma da Emenda nº 1-CMA (Substitutivo).

- Em 13.03.2018, o Senador Paulo Rocha apresentou a Emenda nº 2.

- Nos termos do artigo 282, combinado com o artigo 92 do Regimento Interno do Senado Federal, se for aprovado o Substitutivo será ele submetido a Turno Suplementar.

- Votação nominal.

A matéria será retirada de pauta, a pedido do Relator, para reexame do relatório. (*Pausa.*)

Enquanto os Relatores não vêm, Senador Acir, Senador Heinze, eu acho interessante que a gente passe para a segunda parte da reunião para discutir políticas públicas e a questão da Subcomissão. Tudo bem dar andamento?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sra. Presidente, V. Exa. me falou ontem da sua preocupação, e eu lhe passei, pelo Whatsapp, um artigo sobre a questão do crédito rural para a safra 2019/2020. Esse é um tema sobre o qual nós conversamos e sobre o qual já aprovamos também requerimento aqui, nesta Casa. Um era para fazer aquela audiência em Não-me-Toque, que era uma questão mais estadual, mas temos, na mesma esteira, uma proposta para fazer a discussão em nível nacional sobre a questão do crédito rural.

E a preocupação desse artigo, externalizada sobre o volume de crédito do Banco do Brasil... É que há uma ideia do Ministro Paulo Guedes restringindo a aplicação de recursos pelo Banco do Brasil. E falam também em recursos livres. As taxas estão muito altas. Eu acho que é um tema que nós, nesta audiência que nós temos ali, devemos fazer um debate, tratando dessa questão específica com a Ministra da Agricultura e com o próprio Ministro da Fazenda, com as nossas entidades de classe, seja a nossa Confederação Nacional da Agricultura, com as suas federações, seja a Organização das Cooperativas do Brasil, com as suas organizações estaduais, seja a nossa Aprosoja Brasil, seja a Abrapa Brasil, seja a Fedearroz, dos Estados do Sul, para que possamos discutir as questões do crédito rural. É muito importante, porque o Plano Safra, logo, logo, terá que ser anunciado, e sabemos que existe uma ideia, externalizada pela imprensa e pelo próprio Ministro Paulo Guedes, de reduzir o volume de subsídios que nós temos hoje na agricultura, agricultura que está dando sustentação para o nosso País. Portanto, é importante essa discussão.

Que a gente possa marcar para os próximos dias essa audiência pública e, ai, fazer o convite para que os principais Estados ligados à produção possam estar presentes aqui. Era uma preocupação do seu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Estado, também do meu Estado e seguramente de todo o Brasil: qual será o rumo da política agrícola do Governo Bolsonaro? E a gente sabe que a maioria dos produtores apoiou Bolsonaro.

Aqui há dois Vereadores de Bento Gonçalves, das pequenas propriedades da Serra Gaúcha, que estão preocupados com a questão da uva e do vinho e também da pequena agricultura que há naquela região. E também a média e a grande agricultura têm problemas, e a gente precisa dessa discussão. Portanto, é importante.

É só esse lembrete para que a gente possa marcar essa audiência e fazer essa discussão.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Eu realmente reconsiderei e acredito que seja para um momento posterior. Como o senhor, eu estou sendo cobrada. Eu fui cobrada em Ponta Porã, na última sexta-feira, por Prefeitos, por Vereadores da região e por produtores rurais sobre essa questão. Existe realmente um desconforto, uma angústia, uma insegurança, e a reclamação... A angústia dos produtores é que o produtor de pequeno porte, que não seja aquele que esteja inserido nos limites da agricultura familiar, daqueles projetos mais simples, fique sem crédito, querendo ou não. Então, os médios e os grandes, como vão fazer? É isso que a gente precisa entender.

Então, o que o senhor acha do dia 10?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Já foi colocado? Já está colocado o dia 10.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Dez?

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Dia 10 de abril.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Dia 10 de abril.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – É a data.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Na próxima quarta-feira?

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Na outra.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – De hoje a duas quartas-feiras.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Duas quartas-feiras.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O.k.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Está tudo o.k.?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O.k.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – O senhor quer inserir, tem intenção de inserir mais gente? Eu acho que é muita gente. São nove. Eu acho que deveríamos fazer mais uma, todas nessa vertente, porque a gente poderia, Senador...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sim.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – ... verificar quem poderiam ser os próximos convidados para debater sobre isso.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Está bem.

Eu só quero registrar a presença dos Vereadores Volnei Christofoli e Neri Mazzochin, dois Vereadores de Bento Gonçalves que visitam a nossa Comissão.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Sejam bem-vindos.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Obrigado.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Pela ordem, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Sim. Com a palavra o Senador Acir.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO. Pela ordem.) – Presidente, na aprovação do requerimento para a criação da Subcomissão, nós colocamos aqui sete membros titulares e sete membros suplentes. Eu entendo que poderíamos diminuir para cinco membros titulares e cinco membros suplentes, porque é difícil a gente conseguir reunir sete membros para debater e discutir numa subcomissão. Então, se nós pudermos... Se V. Exa. concordar – depois eu encaminho o ofício por escrito –, a gente poderia diminuir de sete para cinco membros. Eu acho que seria mais ágil.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Se não houver nenhum impedimento, eu também concordo com a agilidade. Impedimento regimental, eu digo para o senhor, acho que não há.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Não há. Não há.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Não há?

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Não há impedimento regimental, é apenas...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Para agilizar.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Apenas, eu teria que fazer o pedido.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – A ideia tem sido de a gente fazer, uma vez por mês, reunião da Subcomissão para a gente otimizar, justamente pela dificuldade de reunir os Senadores, porque é difícil...

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Exato.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Eu não sei se vocês também concordam, mas eu acho que seria mais proveitoso para a gente...

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Eu já tenho aqui uma apresentação de plano de trabalho, o qual depois eu vou protocolar para V. Exa., para que a gente possa ter um plano de trabalho já aprovado. Isso *a posteriori*, mas eu já fiz um plano de trabalho para que a gente possa debater, discutir.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Aí seria após instalada.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Claro, claro.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Eu fui alertada agora de que a gente também tem que ver, nos membros da Subcomissão, a proporcionalidade para... Nós analisamos isso na sugestão...

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Exato.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – ... que foi dada para conferir para os blocos e para os partidos uma presença proporcional para todos. Então, se não houver objeção dos demais, porque a gente vai ter que, de repente, excluir alguém...

Eu gostaria muito de participar como titular...

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Claro.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – ... porque é um assunto extremamente relevante para mim, é um assunto que eu estudo muito. Então, é isso aí que eu gostaria, mas os demais...

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Sem dúvida, vamos trabalhar juntos.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Vamos sim!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – E eu entendo que essa Subcomissão vai dar a importância de que o tema necessita, vai tratar especificamente desse tema.

Enfim, acho que temos de aprovar de 7 para 5 membros. Acho que isso é importante neste momento. Depois a Mesa tem também de aprovar e, aí, vem a instalação e tudo mais. Mas, inicialmente, só essa questão de diminuir de 7 para 5 membros.

Se a senhora...

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Vamos passar para as políticas públicas – é a minha sugestão – e, aí, o pessoal vai calcular... Vocês calculam isso para que, até chegarem os demais Senadores...

Com a palavra, Senadora.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Presidente, eu queria fazer uma sugestão quanto a esse item 5, esse requerimento da Comissão de Agricultura. Eu queria ver se a gente introduzia o Sr. Aristides Veras dos Santos, Presidente da Contag. (*Pausa.*)

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Vamos voltar, porque a senhora não estava...

Vamos lá. Voltando, vamos votar o item 5.

ITEM 5

REQUERIMENTO Nº 6, DE 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o AVS 39/2018, que Encaminha cópia do Acórdão nº 1197/2018, que trata de auditoria sobre o procedimento de emissão da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário (Sead) como instrumento de identificação e de qualificação de agricultores familiares, com as suas formas associativas, para o acesso aos respectivos programas e às correspondentes políticas públicas (TC 012.700/2017-7).

Convidado incluído pela Senadora Zenaide Maia: Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - Contag.

Autoria: Senadora Soraya Thronicke e outros

Observação: *Lido em 20.03.2019.*

Esse requerimento é de minha autoria. Foi lido no dia 20/03.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Só para esclarecer: trata também de questão fundiária. Nós recebemos um aviso bastante preocupante do TCU. Hoje, às 17 horas, tenho reunião com o Ministro do TCU, justamente para compreender a fundo e estudar essa situação.

Vou passar para a senhora.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Queria ver se a gente incluía o Sr. Aristides Veras dos Santos, Presidente da Contag. Eu seria coautora desse seu requerimento, que considero ter importância fundamental, até porque é para esclarecer o que esses projetos de lei que já estão aqui... Quanto mais pessoas ligadas à agricultura tiverem conhecimento desse Acórdão 1.197 melhor, é preciso divulgar isso.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Vamos colocar em votação o requerimento com a inclusão...

Como é o nome da pessoa?

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Aristides Veras dos Santos. Ele é o Presidente da Contag.

Quando eu vi aqui que se tratava de encaminhar o acórdão... Eu acho que quanto mais gente tomar conhecimento melhor. Por isso é que solicitei, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Perfeito. (*Pausa.*)

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Retornamos para a segunda parte, para a nossa seleção de políticas públicas.

Seleção da política pública a ser avaliada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária em 2019.

Nos termos do art. 96-B do Regimento Interno da Casa, as Comissões permanentes avaliam, anualmente e no âmbito de sua competência, políticas públicas desenvolvidas pelo Poder Executivo.

Na reunião do dia 20 de fevereiro, esta Comissão decidiu demarcar os assuntos das políticas públicas em três grandes temas previamente apurados pela Consultoria Legislativa da Casa, que são os seguintes:

I – questões fundiárias;

II – questões econômicas;

III – questões de comércio internacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Considerando que, neste ano, funcionará, no âmbito da nossa Comissão, uma subcomissão temporária sobre regularização fundiária, sugiro aos senhores que deixemos o primeiro tema para ser tratado somente na subcomissão – que não tratemos também como política pública, porque serão dois trabalhos. Eu acho que não... Aí a gente fica com as duas grandes questões a serem discutidas: questões econômicas e de comércio internacional.

E nós recebemos algumas sugestões.

Do Senador Chico Rodrigues:

I - Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM); e

II - Programa Terra Legal da Amazônia – enfim, isso já é economia.

Do Senador Wellington: questões fundiárias – eu creio que será decidido aqui que a gente não vai falar, não vai tratar desse assunto na política pública.

Da Senadora Selma Arruda:

I – Programa Nacional de Reforma Agrária – mais uma vez –;

II – Programa de Consolidação e Emancipação (Autossuficiência) de Assentamentos Resultantes da Reforma Agrária – eu acho que também está incluído, Senador; seria tema para a subcomissão –;

III – Política Nacional de Irrigação;

IV – política de armazenagem da Companhia de Abastecimento (Conab);

V – política de produção de orgânicos;

VI – acordo sobre a aplicação de medidas sanitárias e fitossanitárias, o acordo SPS.

E, por fim, o Senador Jader Barbalho encaminhou duas sugestões:

I – Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), subprograma do Programa Minha Casa, Minha Vida; e

II – Desenvolvimento de assentamentos rurais através de investimento na produção agrícola, principalmente do cacau.

Em discussão.

Só vou dizer aqui que a preocupação fundiária é tão grande que foi subtema do subtema do subtema. Acho bom a gente...

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – É que na verdade, Presidente, esses temas podem ser debatidos tanto na Subcomissão como na Comissão, pela importância do tema. Então, eu sugeriria a V. Exa. que não precisaria tirar das políticas públicas, a não ser a regularização fundiária especificamente. Mas esse é um tema tão importante que deve ser tratado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

tanto na Comissão quanto na Subcomissão. É evidente que vai estar sempre ligado ao tema da agricultura.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Sim, mas e a questão econômica? Se a gente abranger...

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – É, nós não podemos abranger na Subcomissão. Deixar a Comissão especificamente para a regularização fundiária...

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Sim.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – As questões econômicas e reforma agrária podem ser debatidas tanto numa quanto na outra.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Sim, não tem problema nenhum. Quanto a isso, não. Mas só para a gente delimitar o tema mesmo da política pública.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Certo.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Senador Heinze, políticas públicas. Questões econômicas ou questões de comércio internacional foi o que restou, acredito.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Questão de comércio internacional.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Eu também sugeriria... Hoje, o tema que mais nos preocupa com relação à agricultura...

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Esse é o tema.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – ... é a questão internacional, são as nossas exportações e as relações.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Importações também, não é? Nós tivemos...

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Exato.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – ...uma discussão ontem com a Ministra Tereza Cristina por se estar abrindo para trazer trigo dos Estados Unidos, prejudicando o trigo do Paraná, o trigo do Rio Grande do Sul. Já há o Mercosul que nos afeta aqui dentro. Agora há a questão do leite. Rio Grande do Sul e Santa Catarina são grandes produtores, Paraná é grande produtor de leite e também Goiás e Minas Gerais, há vários Estados produtores, e hoje estamos importando leite.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Então, teríamos que delimitar, Senador, porque é abrangente, não é?

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – É importação e exportação.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Importação e exportação. Delimita-se assim?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sim. Acho que esse é o ponto.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Eu entendo que sim.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Então vamos discutir importação e exportação como a temática da política pública neste ano.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Sim. Na verdade, o que move o agronegócio brasileiro é exatamente a exportação, e o que pode nos prejudicar é a importação. Então, esses são realmente os temas relevantes para a gente debater.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Se o Brasil tem hoje mais de US$400 bilhões de reservas, mais de 90% veio do agro que foi exportado. Portanto, é um setor que deve ser debatido. Isso é extremamente importante. Não são automóveis, geladeiras, bicicletas e, sim, soja, frango, suíno, boi, laranja, fumo. Esses são os setores que exportam, e é isso que deixa o saldo positivo na nossa balança comercial. Por isso é um tema importante para nós debatermos aqui.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Está certo.

A Consultoria acha que a gente tem que delimitar. (*Pausa.*)

Sugestão: Política de Comércio Internacional de *Commodities* Agrícolas. Que tal?

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Eu entendo que sim, Presidente. Abrange a importação, a exportação, *commodities.*

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – A gente dá um nome mais específico.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Eu acho que sim. Talvez *commodities*... Não tem como tirar "*commodities"*? Porque nós temos produtos manufaturados também.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Tem.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – A importação de...

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Produtos agrícolas?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Só tirar "*commodities*".

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – "*Commodities"*, porque aí a gente fica mais limitado.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Fica mais abrangente na verdade.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Política de Comércio Internacional Agropecuário.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Isto! Perfeito, Presidente!

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Nada mais a discutir... Está o.k., Senador?

Está o.k.

Então, não havendo mais quem queira discutir, eu encerro a discussão.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Desculpe, Presidente, era só um requerimento que eu pedi para dar...

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – O.k., um prosseguimento então.

A Comissão decide avaliar, em 2019, a seguinte política pública: Política de Comércio Internacional Agropecuário. O.k.?

Requerimento da CRA...

Espera aí. Então formalizaremos essa decisão em requerimento. É o requerimento:

ITEM 7

REQUERIMENTO Nº 8, DE 2019

- Não terminativo -

Nos termos do artigo 90, IX, 96-B e 104-B do Regimento Interno do Senado Federal, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária decide selecionar a seguinte Política Pública do Poder Executivo para avaliação no ano de 2019: Política de Comércio Internacional Agropecuário.

Autoria: Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Em votação o requerimento.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Aprovada a nossa política pública de 2019. (*Pausa.*)

Senador, que tal a relatoria aqui?

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Eu sugeriria o Senador Luis Carlos Heinze. É a minha sugestão, porque ele é uma pessoa que está bem integrada, inteirada do tema, e eu acho que pode nos ajudar bastante nessa relatoria.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Há algum assessor do Senador Heinze aqui?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Não?

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Eu não tenho dúvida de que ele vai concordar, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Eu o designo, então, posteriormente. (*Pausa.*)

ITEM 6

REQUERIMENTO Nº 7, DE 2019

- Não terminativo -

Em aditamento ao Requerimento de nº 03/2019-CRA, que dispõe sobre a criação da subcomissão Temporária no âmbito desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, requeiro que a composição seja de 5 membros titulares e 5 membros suplentes, para debater a Implementação da Regularização Fundiária das áreas rurais no Brasil.

Autoria: Senador Acir Gurgacz

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Em aditamento ao Requerimento nº 3, de 2019, da CRA, que dispõe sobre a criação da Subcomissão Temporária, no âmbito desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, requeiro que a composição seja de cinco membros titulares e cinco membros suplentes, para debater a implementação da Regularização Fundiária das áreas rurais no Brasil.

Autoria do Senador Acir Gurgacz.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Item nº 2.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Designação dos membros e fixação da composição da Subcomissão Temporária.

No dia 20 de fevereiro, em nossa segunda reunião, a Comissão aprovou o Requerimento nº 3, de 2019, da CRA, que cria a Subcomissão Temporária sobre Regularização Fundiária, a ser composta por sete membros titulares e sete suplentes, com prazo até o final desta Sessão Legislativa.

Perdão: são cinco membros. Portanto, voltando: "... a ser composta por cinco membros titulares e cinco suplentes, com prazo até o final desta Sessão Legislativa."

Em nossa última reunião, no dia 20 de março, solicitei às Lideranças e aos Senadores que manifestassem o seu interesse em compor a Subcomissão Temporária. Regimentalmente, conforme a proporcionalidade partidária, cada bloco que compõe a Comissão tem direito a uma vaga titular. Obedecidos os critérios de proporcionalidade dos Senadores que estavam presentes na reunião em que o requerimento foi aprovado e da indicação recebida do Líder do Bloco Vanguarda, nos termos do art. 89, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, designo então os membros da Subcomissão.

Titulares: Senadora Juíza Selma, Senador Acir, Senador Paulo Rocha, Senador Chico Rodrigues, Senadora Soraya Thronicke. Como suplentes: Senador Luis Carlos Heinze, Senador Izalci Lucas, Senador Nelsinho Trad, Senador Jayme Campos e Senador Telmário Mota.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Senadora Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Com a palavra, Senador.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Como eu cheguei agora, eu gostaria apenas de, porque eu não vi o critério da escolha... Se for possível, como é uma área em que eu tenho uma atuação já nos quatro anos anteriores e principalmente porque o meu Estado é um Estado em que nós temos mais de 80 mil famílias à espera da documentação há 20, 30, 40 anos – e eu fiz várias emendas, inclusive na medida provisória, que foram aprovadas; é uma área em que eu tenho trabalhado bastante –, eu gostaria, se for possível, de participar – se for possível, não é imposição – dessa Subcomissão, e inclusive ajudar, colaborar, participar efetivamente.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – O.k.

Vamos lá então. Titulares: Senadora Juíza Selma, Senador Acir Gurgacz, Senador Paulo Rocha, Senador Chico Rodrigues, Senadora Soraya Thronicke. Suplência: Senador Luis Carlos Heinze, Senador Izalci Lucas, Senador Nelsinho Trad, Senador Wellington Fagundes, Senador Telmário Mota.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Não sei se também a Presidente vai adotar algum critério... Que bom que V. Exa. vai, inclusive, participar da Subcomissão! Como Presidente, a senhora é a chefe de todos nós. Mas eu acho que seria importante, porque a gente já criou muitas subcomissões em muitas comissões e, às vezes, muitos não têm interesse, não participam depois. Então, efetivamente, aqueles que não estiverem participando...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Pode ser que alguém decline, sim, eu acredito.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – ... a Presidente poderia, inclusive, substituir...

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Aí eu redesigno posteriormente, mas os critérios adotados, Senador...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – De minha parte, não tem problema nenhum.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – ... foram a proporcionalidade dos blocos. E nós pedimos que as pessoas nos dissessem se estavam dispostas ou não, que os Senadores se dispusessem. Isso foi na semana passada. E os Senadores não se dispuseram, eu recebi só do Bloco Vanguarda.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Do Bloco Vanguarda, eu sou o Líder. Eu indiquei quem? (*Risos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – O senhor não se autodesignou.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Então, está bom. Pelo menos eu me designei!

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Agora! Deu tempo!

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Não, já tinha designado. Ou não?

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – O senhor? O senhor designou o Senador Chico Rodrigues. É o que consta aqui.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Sem problema nenhum. Estou me sentindo contemplado. Eu queria saber se eu não fui... (*Risos.*)

Queria saber se eu não fui um que também não tinha cumprido o seu papel. Mas está ótimo!

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Para ratificar, vamos lá, mais uma vez. Se está difícil fazer dez, imaginem quatorze!

Então vamos lá. Titulares: Senadora Juíza Selma, Senador Acir Gurgacz, Senador Paulo Rocha, Senador Chico Rodrigues, Senadora Soraya Thronicke. Suplentes: Luis Carlos Heinze, Izalci Lucas, Nelsinho Trad, Wellington Fagundes e Telmário Mota.

O.k.? Fechado?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Então, os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a composição da Subcomissão, que será comunicada ao Presidente do Senado Federal.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Presidente, pela ordem, por gentileza.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Com a palavra o Senador Acir.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO. Pela ordem.) – Conversei com o Senador Heinze: ele agradece a indicação e concorda em ser o Relator dessa matéria tão importante para a nossa Comissão, para o nosso País.

Obrigado, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Ótimo! Então já vamos deixar isso resolvido.

Voltando às políticas públicas, designo o Relator Luis Carlos Heinze para a política pública escolhida: Política Internacional de Comércio Agropecuário.

Conforme o §4º do art. 96-B, o resultado dessa avaliação anual constará de um relatório a ser apresentado antes do final desta Sessão Legislativa.

Senhores, obrigada pela agilidade.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 11 horas e 13 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 48 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 6ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE ABRIL DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às onze horas e vinte e um minutos do dia dez de abril de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência da Senadora Soraya Thronicke, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com a presença dos Senadores Luis Carlos Heinze, Marcelo Castro, Juíza Selma, Izalci Lucas, Mara Gabrilli, Kátia Abreu, Eliziane Gama, Paulo Rocha, Telmário Mota, Zenaide Maia, Nelsinho Trad, Chico Rodrigues, Jayme Campos, Wellington Fagundes, Paulo Paim, Marcos do Val e Arolde de Oliveira. Deixam de comparecer os demais senadores membros. Havendo número regimental, declara-se aberta a reunião. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. A Senhora Presidente, Senadora Soraya Thronicke, comunica o recebimento dos seguintes expedientes: Moção de Apoio, encaminhada pelo Ofício nº 015/2019-GPC, da Câmara de Vereadores de Bagé, Rio Grande do Sul, referente à reivindicação dos produtores de leite da Região da Campanha, acerca das circunstâncias que geram a diminuição da margem de lucro para essa atividade do setor primário; Expediente da Federação Estadual dos Trabalhadores e Empregados na Agricultura do Estado de São Paulo (Fetragro/SP) com manifestação contrária à Medida Provisória 873/2019, que altera a Consolidação das Leis do Trabalho para dispor sobre a contribuição sindical e revoga a alínea "c" do caput do artigo 240 da Lei 8.112/1990; Expediente da Federação Estadual dos Trabalhadores e Empregados na Agricultura do Estado de São Paulo (Fetragro/SP) com manifestação contrária à Medida Provisória 871/2019, que altera as condições de aposentadoria dos trabalhadores rurais. Conforme Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 12, de 2019, os expedientes serão disponibilizados na página da Comissão, na Internet, pelo prazo de quinze dias para manifestação dos senadores membros a fim de que as matérias sejam analisadas pelo colegiado. A presente reunião se destina à realização da Audiência Pública, aprovada pelo Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária nº 5, de 2019, de iniciativa do Senador Luis Carlos Heinze, com a finalidade de debater o crédito rural e seguro agrícola, com a presença do Sr. Eduardo Sampaio Marques - Secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa); Sr. Rogério Boueri Miranda - Subsecretário de Política Agrícola e Meio Ambiente do Ministério da Economia (ME); Sr. Bruno Barcelos Lucchi - Superintendente Técnico da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA); Sr. Ademiro Vian - Consultor de Crédito Rural da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB); Sr. Alexandre Velho - Vice-Presidente da Federação das Associações de Arrozeiros do Estado do Rio Grande do Sul (Federarroz); Sr. Eduardo Luís Leão de Sousa - Diretor Executivo da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Única); Sr. Bartolomeu Braz Pereira - Presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Soja (Aprosoja-Brasil). Justifica ausência, o Sr. Antoninho Rovaris - Diretor da Confederação Nacional

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (Contag). O Senador Luis Carlos Heinze e a Senadora Kátia Abreu fazem uso da palavra. Registra-se a presença do Sr. Marcio Portocarrero - Diretor Executivo da Associação Brasileira dos Produtores de Algodão (Abrapa). Por fim, a Senhora Presidente procede à leitura do seguinte Requerimento: Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo e a Comissão de Meio Ambiente, com o objetivo de debater as soluções e impacto ambiental causado por plantações, construções irregulares e estradas feitas em áreas de preservação ambiental em Bonito- MS. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: Representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Representante do Ministério do Meio Ambiente; Representante do Ministério do Turismo; Representante da Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar- SEMAGRO; Representante FAMASUL; Representante da Prefeitura de Bonito- MS; Representante da Câmara Municipal de Bonito- MS; Representante das Agencias de Turismo de Bonito - MS. Autoria: Senador Nelsinho Trad e Senadora Soraya Thronicke. O Requerimento lido retornará à Pauta para votação conforme Ato nº 1, de 2019-CRA. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADORA SORAYA THRONICKE
PRESIDENTE DA CRA

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/04/10

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Declaro aberta a 6ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciar os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a ata da reunião anterior.

Nós temos alguns expedientes sobre a mesa que eu passo a ler nesse momento.

Essa Presidência comunica o recebimento das seguintes manifestações externas:

1) moção de apoio encaminhada pelo Ofício nº 15, de 2019-GPC, da Câmara de Vereadores de Bagé, Rio Grande do Sul, referente à reivindicação dos produtores de leite da Região da Campanha, acerca das circunstâncias que geram a diminuição da margem de lucro para essa atividade do setor primário;

2) expediente da Federação Estadual dos Trabalhadores e Empregados da Agricultura do Estado de São Paulo (Fetragro) com manifestação contrária à Medida Provisória 873, de 2019, que altera a Consolidação das Leis do Trabalho para dispor sobre a contribuição sindical e revoga a alínea "c" do *caput* do art. 240 da Lei 8.112, de 1990;

3) expediente da Federação Estadual dos Trabalhadores e Empregados na Agricultura do Estado de São Paulo (Fetragro-SP) com manifestação contrária à Medida Provisória 871, de 2019, que altera as condições de aposentadoria dos trabalhadores rurais.

Conforme instrução normativa da Secretaria-Geral da Mesa, o referido documento ficará à disposição na Secretaria desta Comissão e na página da Comissão na internet pelo período de 15 dias.

Quero dar bom dia a todos e agradecer a presença.

Esta reunião de hoje destina-se a uma audiência pública para a gente debater o crédito rural e o seguro agrícola, uma proposição do Senador Luis Carlos Heinze, Requerimento nº 5, de 2019.

Também informo aos senhores que essa é um pouco diferente daquelas em que a gente recebe os ministros, então, as pessoas com interesse em participar ou perguntar podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania e pelo Alô Senado. O e-Cidadania é senado.leg.br/e-cidadania e no Alô Senado é 0800-612211.

O crédito rural e todas essas questões são muito importantes para que a gente compreenda como as questões vão se dar, para a gente dirimir todas as inseguranças.

Foram chamadas pessoas de todos os setores para que todo mundo consiga participar, para que a gente consiga realmente pôr para a frente a força motriz do nosso País, que é o agronegócio, que é quem segura a nossa economia.

Então, eu vou chamar, convidar para compor a nossa Mesa os nossos ilustres oradores.

Eduardo Sampaio Marques, Secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Rogério Boueri Miranda, Subsecretário de Política Agrícola e Meio Ambiente do Ministério da Economia; Bruno Barcelos Lucchi, Superintendente Técnico da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA); Ademiro Vian, Consultor de Crédito Rural da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB); Alexandre Velho, Vice-Presidente da Federação das Associações de Arrozeiros do Estado do Rio Grande do Sul (Federarroz); Eduardo Luís Leão de Sousa, Diretor-Executivo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica); Bartolomeu Braz Pereira, Presidente da Associação Brasileira de Produtores de Soja (Aprosoja Brasil).

Registro a presença de Marcio Portocarrero, Diretor Executivo da Associação Brasileira de Produtores de Algodão (Abrapa).

Justifico a ausência de Antoninho Rovaris, Diretor da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag).

Gostaria que o proponente desta audiência, o Senador Luis Carlos Heinze, tomasse a palavra nesse momento para as suas considerações iniciais.

É muito importante, Senador, que o senhor inicie.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Senadora Soraya; Senadora Kátia, nossa ex-Ministra da Agricultura; Alexandre Velho, quero dizer que lá nós temos, com Santa Catarina junto, 85% do arroz do Brasil. Portanto, o Ademiro vem pela OCB; o Bruno, pela nossa CNA; o Sampaio, o nosso Secretário de Política Agrícola; o Boueri; o Eduardo Leão, pela cana; e o Bartolomeu Braz Pereira, que vem aqui pela nossa Aprosoja.

O que nós estamos discutindo e principalmente aqui temos conversado com a agricultura – com a Ministra Tereza, representada aqui pelo Eduardo Sampaio, e também o Boueri lá e o próprio Secretário Sachsida, que está presente conosco hoje – é sobre a questão dos volumes de crédito rural, se nós compararmos os últimos três, quatro, cinco anos; as taxas de juros e também a própria questão do volume de recursos para a subvenção.

A Kátia, ainda na Comissão de Agricultura da Câmara, martelava nesse assunto junto com a gente, e depois no Senado, a Kátia trabalhava, e a gente junto; depois como Ministra, enfim, a gente conseguiu evoluir, e agora o Sampaio, com a Ministra Tereza Cristina, e nós temos de dar todo a força. É um interesse que nós temos aqui no Senado Federal e seguramente a Câmara, da mesma forma, e as entidades de classe. Aí eu sei que é uma questão muito mais do Boueri e o Sachsida, na área econômica do Governo. Aqui o pessoal vai pedir, tanto a agricultura familiar como a agricultura empresarial, e nós queremos que isso aconteça.

O volume de recursos do ano passado – nós pegamos aqui 2016 e 2017 – e foram 188 milhões para a agricultura empresarial e 26 milhões para a agricultura familiar, somando 215 milhões. Foram aplicados só 50%, e 50% não foram aplicados. Pegamos 2018 e 2019 e até aqui nós temos 217 bilhões aprovados, que foram anunciados, e só 119 aplicados, 55%. Ainda é claro que restam dois ou três meses para chegar na próxima safra. A taxa de juros que nós tínhamos do Pronaf foi de 2,5% a 4,5%. Não pode aumentar, Senadora Soraya. Da mesma forma, a da agricultura empresarial ou da média agricultura, como nós temos aqui, varia de 6% a praticamente 9,5%. São essas as taxas. Boueri, não tem como a gente fazer esses valores aumentarem. A agricultura brasileira não aguenta taxas maiores do que essa taxa.

Só os subsídios que o Brasil coloca – nós estamos pegando aqui alguns dados – são extremamente inferiores aos que outros países do mundo estão utilizando, tanto no seguro rural, como também no próprio subsídio agrícola que nós temos aqui.

Então, esse é o ponto.

A Kátia falou outro dia aqui e depois eu fui olhar os números exatos que nós temos no mundo inteiro. Estados Unidos: com o valor bruto da produção de US$372 bilhões, eles têm 96 bilhões de subsídio. Senadora Soraya, isso é 26% do valor bruto da produção. A União Europeia, de 434 bilhões, o valor bruto da produção em dólares, eles aplicam 104 bilhões de subsídios. A China, 1,366 bilhão é o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

valor bruto da produção, aplicam 239 bilhões de subsídios. Nós aqui, US$171 bilhões, aplicamos 7 bilhões. Sete: 4%. Isso quer dizer que nós ainda temos a receber, se nós pegarmos os nossos concorrentes, entendeu, Bartolomeu? Acho que esse é o problema. Não adianta. Querer tirar disso aqui é humanamente impossível. Isso aqui está mostrando isso.

Na questão do seguro agrícola também, da mesma forma. Eu sei de todo o empenho do Governo. Estou há 20 anos aqui com a Kátia. Nós começamos na Câmara, Kátia, há vinte anos. Depois no Senado, e a Kátia Ministra.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Pois é. A Kátia era criança quando chegou aqui. (*Risos.*)

Bem, mas os Estados Unidos também, com US$8 bilhões de subsídios; China, 5 bilhões; e o Brasil, 119 milhões. No subsídio, o Ademiro, e nós já conversamos lá atrás, uma vez, em Não-Me-Toque, acho que foi em 2018 ainda... Não, em 2017...

O SR. ADEMIRO VIAN – Em 2017.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Em 2017. Temos que mexer nessa questão.

Basicamente, a Comissão de Agricultura do Senado tem o objetivo de discutir com as entidades que representam os produtores rurais – nós até colocamos que a Contag, dos pequenos agricultores, viria aqui, mas acabou não vindo. Mas foi convidada a Contag. Está aqui a CNA, e a gente agradece. Está aqui também a OCB, que representa as cooperativas brasileiras; está aqui a Federarroz, pelos produtores de arroz, está aqui a Aprosoja, a Unica; o pessoal da maçã também deixa um recado que não conseguiu vir. Nós pedimos que eles viessem aqui também. A demanda maior da maçã não é tanto o crédito rural, é o seguro agrícola.

Outro recado, Sampaio, é com relação à subvenção. Aquela química de baixar de 60 para 30, o pessoal não aguenta mais. Esse é um outro ponto. Depois temos mais dados para colocarmos para vocês. A subvenção tem que voltar aos 50, 60%, como ela sempre foi, e aumentarmos recursos e o pessoal ter efetivamente algum seguro para a sua atividade.

Bom, falei demais. O mais importante é nós ouvirmos as entidades e principalmente o Ministério da Economia e o Ministério da Agricultura, para nós arrematarmos.

Nós estamos juntos com os agricultores brasileiros, os pequenos, os médios, os grandes e estamos juntos também com a nossa Ministra Tereza Cristina, para dar toda força que ela precisa.

Então, esse é o papel nosso aqui no Senado Federal.

Obrigado, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Obrigada, Senador.

Eu vou conceder a palavra primeiramente a Eduardo Sampaio, Secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, por cinco minutos.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Enfim, nós vamos discutir, sim, a questão profundamente. Eu sei da necessidade. Nós temos muitos oradores, mas vamos saber chegar à exaustão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. EDUARDO SAMPAIO MARQUES – Vocês vão me ajudar a passar os eslaides?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO SAMPAIO MARQUES – Pessoal, vou rapidamente. Eis um pouco do que pretendo falar: um pouco do histórico dos últimos anos e um pouco do que estamos pensando para frente.

Vou muito rapidamente. Vou pular o Censo, porque realmente não é foco, e isso eu vou mostrar.

O Censo, gente, ainda não está disponível 100%, mas isto aqui já está na internet para quem quiser olhar. É só um número que vou mostrar aqui.

Agora, nós temos 5,072 milhões de propriedades rurais no Brasil. Metade, gente, arredondando, tem até 10 hectares. Mais do que 1%, um pouquinho mais do que 1% tem acima de mil hectares. Então, é só um retrato muito rápido para a gente contextualizar daqui para frente.

Nos últimos anos, esse é o desempenho do crédito rural. Aqui não é uma crítica ao passado. Eu fiz parte disso. Eu trabalho no Ministério da Agricultura há vinte anos, dez dos quais na Secretaria de Política Agrícola. Então, isto aqui é a realidade. O fato é que o crédito rural, como o Senador levantou aqui, está aplicando menos do que o que está disponibilizado.

Isso aqui e mais uma coisa que vou mostrar para frente merecem fazer um estudo qualitativo, que nós não temos ainda. Nós temos com a CNA uma parceria aqui. Eles estão nos ajudando a entender melhor o seguro e quantificar isso que o Senador falou no começo, mas, no crédito, Bruno, ainda não temos, e é preciso ter. Não é só por este problema aqui; o outro que vou mostrar mais adiante me incomoda mais ainda.

O fato é que, neste ano, a estimativa, Senador – o senhor falou desse número aí –, já está em 129 bilhões e a gente espera chegar em 178, ali, 180, de aplicação. Então, essa é a base de que estou partindo agora, esses 180 bilhões aí.

Aqui, muito rapidamente, são os dados disponíveis no Banco Central – amigável, qualquer pessoa pode consultar isso – do desempenho nos últimos anos, nas últimas cinco safras. Há cinco safras, a gente tinha 1,141 milhão contratos de crédito rural de custeio – custeio só aqui –, desembolsando um total de 107 bilhões – o número está até inflacionado. Na safra passada, não nesta que estamos, mas na passada, que já fechou, nós tivemos um número de 858 mil contratos, com valor de 98 bilhões. O valor mais ou menos caiu um pouco, caiu 8%, mas o número de contratos caiu, assustadoramente, 25%.

Então, o Senador falou aqui no começo e vou comentar sobre isso aqui, Senador. Hoje, no crédito rural, muito simplificadamente, o produtor rural vai ao banco, dependendo de onde ele se enquadrar, e ele tem acesso a um crédito com custo de 2,5% – 4,6%, se for do Pronaf. Então, esses dois. Serão 6%, se ele for um médio produtor, e 7% se ele for um grande produtor. São taxas de juros, para as quais o Senador chamou a atenção aqui e que algumas pessoas acham caras. Mas se a gente for para a realidade do campo: eu sou um produtor rural e vou ao banco e consigo acessar dinheiro a 6% ou 7%. Se eu não acessar esse recurso, as outras fontes de financiamento são muito mais caras do que essa.

Se eu for... O pessoal do arroz sabe bem disso, toda hora o Alexandre fala isso aqui: se eu for lá me financiar junto à empresa que me compra o arroz ou junto à empresa que me fornece os insumos, produtos químicos, que são grandes multinacionais, as taxas de juros são estimadas em 15%; às vezes 18%.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Então, tudo isso posto, ainda considero que a taxa de juros do crédito rural, com todos os problemas que tem, é uma taxa muito favorecida. Quem tem acesso a esse recurso está muito melhor do que quem não tem acesso. Quem tem acesso a esse recurso não precisa vender o produto quando ele colhe na hora, que não tem o cara da multinacional cobrando naquela hora. Ele tem um planejamento para poder escalonar a sua venda. Isso é importante na renda dele, porque não é preciso vender tudo no momento pior, que é na boca da safra.

Então, assusta isso. Caíram quase 300 mil contratos. São 300 mil contratos a menos. Em média – essa é a média, viu gente – cada família, cada CPF faz 1,5 contrato. Faz um de soja e um de pecuária; um de arroz e um de feijão. Faz mais de um contrato. Isso é legal, não tem problema.

Então, arredondando ali, umas 200 mil pessoas, 200 mil propriedades rurais...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO SAMPAIO MARQUES – ... deixaram de acessar crédito de custeio. Aqui é que eu preciso de um estudo, porque eu tenho certeza que tem gente que está muito bem e simplesmente não quer mais enfrentar burocracia no banco: "Não aguento mais aquilo e não vou pegar crédito mais". Tem gente assim, eu tenho certeza. Tem gente que arrendou terra, aglutinou com vizinhos e aumentou. Mas eu tenho certeza que aqui tem muita gente que não teve acesso ao crédito. Tenho certeza de que o dinheiro faltou para muita gente aí. Mas essa certeza minha é muito intuitiva e eu gostaria de saber disso quantificado, e estamos vendo isso lá.

Aqui o número que valida um pouco o outro. No Censo de 2017, Censo declaratório, 784 mil declararam ter omitido o crédito. Esse número um pouco conversa com o outro ali de 858, sendo que o do Censo eu tenho que lembrar que também inclui crédito de investimento e outros tipos de crédito. No do investimento o número é muito alto também.

Vamos lá.

E aqui – estou vendo o meu tempo aqui, Senadora – é o seguinte: é o perfil só da última safra de tomadores.

Voltando lá, gente, são 858 mil contratos, no total. Quase a metade, 400 mil é de até 20 mil. Então, é gente muito pequenininha. Vinte mil está muito abaixo, é 10%, abaixo de 10% – cadê o Henrique, que pode me ajudar? – do teto do Pronaf. Então, o grosso dos contratos, até 50 mil, são 600 mil contratos, num total de 858. Então, o grosso é de gente muito pequena.

E pega aqui na ponta um crédito acima de 3 milhões, isso é crédito para cooperativa. Então, isso aí, mal ou bem, é dividido entre os cooperados. Mas de 2 a 3 milhões. É um grupo de 2 mil produtores, de 1,8 mil produtores, tomando quase 5 bilhões.

Então, aqui já dou o indicativo. Talvez, se a gente tiver que mexer em alguma coisa, talvez mexa no limite, para continuar favorecendo os pequenos e médios. O seguro... Vamos pular esse eslaide aqui, que é um resumo do programa. O seguro, talvez a Senadora Kátia Abreu... Saber, tenho certeza de que ela sabe mais do que eu disso aqui. Ela tem projeto de lei até para corrigir isso aqui, a não ser que eu esteja enganado.

Uma coisa é o seguro ter pouco dinheiro. Tudo isso é problema: tem pouco dinheiro, a sistemática está sendo melhorada, mas pior do que ter pouco dinheiro... É claro que muito pouco dinheiro não resolve mesmo, não é? Mas tão ruim ou pior do que ter pouco é a instabilidade.

Então, vamos supor que hoje, na safra passada, o número no gráfico da direita, no canto inferior direito, é de 370 milhões. Aquele foi o valor da subvenção da safra passada, que alavancou o seguro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

que está sendo usado, do que o pessoal está colhendo agora. É um número muito baixo. Só para dar um indicativo: só para a soja, a nossa estimativa é que esse recurso está alavancando agora indenizações de um bilhão. Então, é baixo, mas já faz algum movimento no mercado. Pior do que ser baixo é aquilo: sobe um ano, cai no outro; sobe um ano, cai no outro; sobe um ano, cai no outro. Como é que o mercado vai se organizar com isso? Como é que a seguradora lá do Japão ou não sei de onde vai se interessar em estar aqui se ela não tem essa certeza?

Nós estamos trabalhando com isso. O Pedro Loyola está aqui. Ele é o Diretor do Departamento de Gestão de Risco Rural do Ministério. Nós estamos trabalhando, neste ano, com um piloto talvez para poder mudar o jeito de distribuir o seguro, com um piloto em uma região específica, para talvez o produtor acessar um direito de ter a subvenção ou o produtor mesmo. Vamos fazer via leilão. Estamos tentando fazer isso ainda este ano, com um projeto piloto.

De qualquer maneira, além dessa instabilidade, o volume de subvenção também é muito pequeno. Seguro rural é uma coisa cara. Estou fazendo seguro de um troço caro. Então, alguma participação do Estado tem que ter.

Vamos lá para a frente.

Está vendo? Isso aqui reflete. Tudo é sobe e desce, sobe e desce. Isso aqui é valor de indenização, sobe e desce. Aqui também sobe e desce.

Estou correndo aqui porque quero falar um pouco agora aqui.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO SAMPAIO MARQUES – Voltar? Posso. Esse é o mais chato de entender. O verde é o valor da subvenção. A coluna grandona é a importância segurada e a vermelhinha é a indenização paga.

O gráfico não está muito bonito porque um é muito maior do que o outro. Quer dizer que com 370 milhões de subvenção, a gente segurou uma importância de 12,3 bilhões. Esses gráficos todos vão ficar aqui. O seguro tem informação muito segmentada.

Podemos passar, Senadora?

Estou no meu finalmente. Quero deixar uma mensagem aqui, a mensagem mais objetiva.

Estamos num momento agora de decisão do crédito rural, do Plano Safra que vem. A gente tem alguns elementos objetivos para trabalhar. O volume de recurso tem se mantido ali mais ou menos estável. A relação do crédito sobre o valor bruto da produção também tem se mantido em torno de 30%. Então, mal ou bem, o Brasil conta com a política agrícola, mesmo com pouco recurso, com seus problemas, suas críticas. Ela tem sido capaz de auxiliar o produtor rural a manter o Brasil num protagonismo mundial no setor. Então, com todas as suas críticas, o setor conta com instrumental de política agrícola. O Brasil...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Presidente, pela ordem.

Eu não gostaria de ser indelicada, mas o barulho aqui atrás está insuportável e o assunto é sério.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Por favor, silêncio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Nós viemos aqui para prestar atenção. Por favor, lá fora os corredores são muito grandes para serem ocupados.

O SR. EDUARDO SAMPAIO MARQUES – Obrigado, Senadora.

Então, mal ou bem, o Brasil, com todo esse problema... O Brasil conviveu com taxas de juros altíssimas no seu histórico, a agricultura mobiliza um volume de capital grande por muito tempo. Então, foi construída uma sistemática relativamente complexa para possibilitar que o produtor acessasse o recurso um pouco mais barato do que o mercado oferece.

Nós estamos num momento agora de aperto fiscal, isso não é segredo para ninguém. Então, a gente tem que fazer escolhas. O Senador falou assim: "A taxa de juros do Pronaf não pode ser mexida". Não sei se eu concordo exatamente, mas nós estamos fazendo tudo para não mexer em taxa de juros de Pronaf. O que nós estamos priorizando agora? Obviamente, vamos priorizar os pequenos e médios. Está escrito isso ali em outras palavras. Vamos privilegiar ou beneficiar ou focar a ajuda do Estado naquele público que não pode ser atendido pelo mercado privado adequadamente. Então, nós estamos lá...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO SAMPAIO MARQUES – Há pequenos numa mão; e o médio produtor e o grande produtor... Ninguém está pensando em fazer cortes de política agrícola, mudar tudo de uma hora para outra. Nós estamos com um grupo interministerial discutindo a política agrícola daqui para a frente. Obviamente, isso tem impacto nesse Plano Safra agora, mas já saiu na imprensa que o Banco do Brasil vai sair do crédito rural, que se vai cortar o subsídio para o grande produtor... Nada disso está em discussão. O Rogério, que vai falar, que me corrija. O que está em discussão é o seguinte: nós temos um cobertor curto para algo a ser coberto cada vez mais, que é a agricultura brasileira, e o que cobre é cada vez menor.

Por outro lado, nós temos agora uma condição macroeconômica que nos ajuda um pouco, porque a taxa de juros está relativamente baixa e estável. Então, o que nós estamos tentando desenvolver são outras fontes de recursos, para que socorram pelo menos uma parcela do nosso universo agrícola, dos produtores maiores. Isso posto, é isso, isso posto... Então, é isso.

Se eu tiver que arbitrar – e eu já falei isto com a Ministra Tereza Cristina, já falei com o Senador Luis Carlos Heinze em outro momento, falo para os senhores aqui e falo para os produtores rurais que me visitam – em algum momento, se baixar aqui na minha frente o Ministro Paulo Guedes e, com a faca no meu pescoço, disser que eu tenho que resolver agora, se eu tiver que resolver agora, se eu tiver que arbitrar entre manter juros e manter recursos ou abaixar juros, mas ser forçado a abaixar recursos ou ter que suportar um pouco de aumento de juros para, com isso, alavancar um pouco mais de recursos, eu optaria pela terceira opção, se eu tivesse que chegar a essa decisão salomônica.

Eu vou dar aqui um exemplo muito concreto – estou vendo o representante da Anfavea ali atrás e já falei este exemplo com eles – que é o do Moderfrota. Os recursos para investimento neste ano se esgotaram não só para o Moderfrota, mas para todas as linhas de investimentos. Ontem, me ligou uma pessoa da minha cidade de origem, lá do sul de Minas, que queria investir num *compost barn*, para produzir leite. Não há recurso, acabou o recurso. Isso tem o lado bom e o lado ruim, porque tudo que foi anunciado foi aplicado – isso é o lado bom –, mas há demanda de recursos para investimentos no setor e todos se esgotaram agora. E o exemplo do Moderfrota, que eu ia dar, encerrando agora: se, neste momento do ano passado, quando foi discutido o Plano Safra, o Moderfrota, que é um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

programa que financia máquinas e equipamentos agrícolas, quando a taxa de juros foi fixada em 7,5%, segundo o Tesouro me explicou e segundo os meus colegas do Ministério da Agricultura me explicaram, se essa taxa de 7,5% tivesse sido fixada em 8,5%, haveria uma disponibilidade de recursos, naquela época, a mais de 2,5 bilhões. Então, uma reflexão. Se eu passasse a taxa de 7,5% para 8,5%, eu ia ter um impacto na venda de máquinas? Certamente que sim, pois estou encarecendo aquele crédito, mas tirar 2,5 bilhões do mercado não é um impacto muito maior, sem rodar nenhum modelo econométrico? Se eu tivesse 2,5 bilhões agora, eu chegaria até o fim do Plano Safra financiando máquina. Isso é um exemplo que eu dou sobre essa balança difícil de mexer, que é juros *versus* recursos.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO SAMPAIO MARQUES – Exatamente. A Senadora já me... Custeio é o exemplo menos bom, porque há uma parte do recurso importante que é o recurso que não precisa de equalização, que é o do Banco Central.

Isso vai ficar aí. Nós temos uma série de coisas para discutir, mais estruturantes.

Há a coisa do seguro rural, em que teria que se fazer muita coisa, há muita coisa sendo feita já. A gente tem que melhorar a base do programa, Senadores. Hoje, nesse ano agora, vamos ter 440 milhões de subvenção. Isso vai alavancar uns 2 bilhões em prêmio. Nesse ano, houve seca em algumas regiões do Brasil, não foi um grande evento de seca, mas houve eventos concentrados em algumas regiões importantes – Mato Grosso do Sul teve, Paraná teve, aqui em Goiás houve. Seguradoras tiveram dificuldades em fazer peritagem. Chegou uma hora do ano em que não faltou perito, mas ficou difícil arrumar perito. Então, a gente tem que arrumar a base do programa, melhorar o zoneamento, ampliar o zoneamento, incluir outras culturas no zoneamento agrícola, que é subsídio para o seguro, treinar mais gente para poder fazer perito, atualizar um pouco as normas. Às vezes, o perito chega a uma propriedade e não consegue fazer a peritagem direito. Então, há uma base toda que dá suporte a ter, um dia, talvez no fim deste Governo, quem sabe, 3 bilhões, 4 bilhões de subvenção para o seguro. Um valor como esse daria para não universalizar, mas abranger o grosso dos produtores rurais brasileiros. Nós estamos contando muito que, neste ano, já tenhamos um valor que talvez seja o dobro do que tivemos no passado, em termos de 1 bilhão para subvenção do seguro.

Já passei muito do tempo aqui.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Sampaio, todo o tempo é pouco para a gente discutir isso, tamanha a angústia, a ansiedade dos produtores rurais. A gente vai tentar aprofundar.

Agora, concedo a palavra a Rogério Boueri Miranda, Subsecretário de Política Agrícola e Meio Ambiente do Ministério da Economia.

O SR. ROGÉRIO BOUERI MIRANDA – Muito obrigado, Senadora.

Bom dia, Sras. e Srs. Senadores. Bom dia, senhoras e senhores da audiência.

Eu vou tentar ser bem rápido para a gente poder aprofundar na discussão.

Eu tenho alguns números. Vou passar, pois muitas coisas aqui já são conhecidas, e vou me deter naquilo que eu acho realmente mais importante.

Para fazer meu ponto, eu preciso começar neste gráfico, onde a gente vê lá... Este gráfico quer dizer o seguinte: a barra escura é o quanto a agricultura empresarial está sujeita à equalização; e a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

barra azul-claro é o quanto está fora. Aqui, eu tenho o número para a agricultura familiar. O contraste aqui é que nós temos, proporcionalmente, mais equalização na agricultura familiar, que dá um pouco mais de 50%, 54%, se não me falha a memória; e aqui nós temos um número proporcionalmente menor na agricultura empresarial de recursos equalizados, porém o número absoluto é mais de três vezes maior. É claro que aqui entra o Pronamp também.

O ponto que eu quero fazer é que o Plano Safra, o crédito agropecuário foi muito importante e é muito importante para a agricultura e para o Brasil. Em 30 anos basicamente, ele nos levou da posição de importador de alimentos para a segunda e talvez, num futuro próximo, a primeira nação exportadora de alimentos. Nós precisamos continuar tendo uma política agrícola ativa, porque, segundo a ONU, para que todo mundo seja alimentado no mundo nos próximos 30 anos, a produção de alimentos tem que crescer 15% e, para isso acontecer, a produção de alimentos brasileira tem que crescer 40%.

O Plano Safra, do jeito que é concebido hoje, foi concebido para uma situação em que nós éramos importadores de alimentos. Hoje, nós somos exportadores. A política agropecuária brasileira precisa evoluir, porque ela não afeta só ela própria. Nós temos algumas distorções que eu gostaria de comentar aqui.

Primeiro, nós temos uma política em que a focalização dos recursos não é a ideal, nós preferíamos mais recursos para públicos mais estratégicos, Pronamp, Pronaf, programas que levassem a externalidades ambientais também.

O direcionamento de crédito – não estou falando de equalização, não, estou falando é do direcionamento de crédito – é parte do problema de por que o crédito no Brasil é tão caro. Eu costumo falar lá para o meu pessoal que, quando a gente está num congestionamento, a gente fala que está preso num congestionamento, mas a gente nunca fala que está criando um congestionamento. Quando você está num congestionamento, você o está criando. Na questão do *spread* bancário no Brasil, há um montão de fontes que criam essa alta do *spread* bancário. Uma delas, Senadores, é o próprio direcionamento de crédito. Agricultura não é a vilã nesse problema, mas ela faz parte, ela é 18% do problema.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGÉRIO BOUERI MIRANDA – Então, o que acontece é que a gente... E mais ainda: no caso do 6,2, no caso dos depósitos à vista, o que nós estamos vendo é um decréscimo desses recursos por conta das inovações bancárias. Então, essa fonte de recursos tende a diminuir cada vez mais. Então, não é só uma questão de afetar os outros setores, porque, daqui a pouco, o 6,2 também vai estar num nível que não vai dar conta de financiar a agricultura brasileira. Nós temos que evoluir a política de crédito.

A equalização de taxas, obviamente, causa uma pressão no Orçamento. Reconhecemos que o subsídio direto no Brasil é muito menor que em outros países, mas ele faz também parte de um conjunto de subsídios generalizados – mais uma vez, a agricultura é pequena em relação aos subsídios que são dados em outros setores da economia, mas é parte do problema. A gente reconhece que isso nunca vai poder acabar. O que nós precisamos é direcionar melhor esses subsídios para áreas estratégicas.

As taxas controladas são também um subsídio implícito que todos os outros setores dão para os setores que têm as taxas controladas. Mais uma vez, a agricultura é uma parte menor do problema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Nós temos, na indústria, fundos constitucionais que não são só para agricultura. Eu também uso uma analogia de que também não adianta só a agricultura ceder isso, tem que ser igual à linha de impedimento, tem que sair todo mundo junto, porque, senão, não funciona. É uma coisa que nós temos que pensar em evoluir.

E nós temos isenções tributárias, o caso mais visível são as LCAs, mas isso é uma luta para uma segunda instância. Não seria agora.

Na evolução da política agrícola nesses termos, nós teríamos as seguintes diretrizes.

Eu gostaria que os senhores vissem que a primeira delas é a viabilidade da produção agrícola. Não é possível a gente fazer mexidas bruscas, a política agrícola brasileira é um transatlântico, não é um *jet ski*. Têm que se fazer mudanças paulatinas e, paralelamente, ir habilitando a agricultura brasileira, dando armas para a agricultura brasileira conseguir recursos a termos mais amigáveis, mais viáveis no mercado livre de crédito, mas isso tem que ser paulatino. A nossa estratégia é, primeiro, viabilizar esses instrumentos e, depois, fazer as mudanças, porque a primeira diretriz é a viabilidade da produção.

Depois, nós gostaríamos de, a longo prazo, fazer uma redução progressiva no direcionamento do crédito; uma focalização das subvenções; o fim das taxas controladas sem equalização, porque isso é uma subvenção implícita, porque o banco não vai perder. O banco vai compensar no crédito livre e vai tornar a taxa de crédito do cartão de crédito ou do cheque especial em três dígitos, é isso que eles têm feito. Queremos fazer leilões nas equalizações. A gente acha que, com todo o respeito aos bancos que atualmente operam as equalizações, uma competição nesse mercado seria salutar para todos os envolvidos, para o agricultor, para o Governo, para os próprios bancos que vão trabalhar num ambiente em que, se vier realmente a abertura da economia, como está sendo programado, eles vão ter que estar preparados para trabalhar nesse ambiente mais competitivo. Isenções tributárias, progressivamente, o que é uma proposta do Ministro Paulo Guedes, mas, mais uma vez, em longo prazo, aos poucos, sentindo o terreno, pois ninguém quer dar cavalo de pau nesse transatlântico; e mecanismos de fortalecimento do produtor no mercado de crédito.

Eu estava conversando, agora há pouco, com a Senadora Kátia Abreu. Nós estamos trabalhando fortemente para desenvolver seguros, não só seguros climáticos, mas seguros *hedge* de preços, e usar o cadastro positivo conjuntamente – e nós já estamos conversando com as seguradoras – de forma a fazer um pacote para aqueles produtores que são bons pagadores, que estão no mercado há anos, que já são conhecidos no banco em que ele opera, mas não necessariamente no sistema bancário. É uma medida em que o Presidente do Banco Central tem se empenhado, para deixar a informação bancária do cliente ser do cliente e não do banco. Isso seria muito útil para a queda da taxa de juros. Então, pegar esse pacote todo, chegar para a seguradora e falar o seguinte: "Qual é a subvenção que você precisa aqui para transformar esse pacote num seguro de crédito?". Isso seria uma arma muito boa para o produtor conseguir juros mais baixos. Por quê? O seguro de crédito – mais uma vez, isto depende de conversa com o Banco Central – poderia ser transformado numa garantia real, que causaria aos bancos desprovisionar-se um pouco de capital mediante essa garantia, reduzindo o *spread* bancário...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGÉRIO BOUERI MIRANDA – Só tenho mais um eslaide.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Como é que a gente pensa a política agrícola e de crédito de longo prazo? É uma integração, na verdade, de seguro e crédito, sendo que o seguro vira uma arma para o produtor no mercado de crédito.

É essa a ideia, porque, Sras. e Srs. Senadores, senhoras e senhores na audiência, o crédito controlado tem um peso para o País, ele amarra o crédito livre. E atualmente 47% das operações de crédito no Brasil são direcionadas. Os outros 53% inevitavelmente pagam um subsídio cruzado nessas operações, na forma de taxas de juros e *spreads* mais altos.

Era isso o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado por sua atenção.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Obrigada, Rogério.

Acho que, nas perguntas, vocês vão poder esclarecer, porque a gente quer saber muito mais.

Concedo a palavra a Ademiro Vian, Consultor de Crédito Rural da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB).

O SR. ADEMIRO VIAN – Presidente Soraya, em nome da OCB, do Presidente Márcio Lopes de Freitas, agradecemos o convite.

Eu vou fazer uma apresentação talvez um pouco mais sucinta e vou direto ao ponto, porque acho que este Plenário precisa entender um pouquinho o que a gente vai dizer.

O dinheiro do crédito rural existe. A questão é como está sendo conduzida a política agrícola no Brasil.

Só aqui, num primeiro eslaide, para dar uma... O crédito rural é um insumo fundamental para o setor cooperativista de produção. Ele compõe o *funding* das operações de crédito do setor cooperativista, que tem, na sua esmagadora maioria, pequenos produtores. Então, eu solicitaria aqui, porque nós já estamos desenhando um novo Plano Safra, que fosse considerado esse ponto, que é um ponto que atende, na ponta, os pequenos produtores.

Dado o exíguo tempo que temos para discorrer, nós estamos falando de 1.550 cooperativas no Brasil. E me preocupa demais, preocupa muito a OCB, de uma forma geral, a questão do desmonte do crédito rural que está sendo praticado. Não é que vai fazer, já está sendo praticado. E é o que eu vou mostrar.

Aqui é a pujança do setor cooperativista em números, as principais feiras agropecuárias, seu faturamento, quantidade de pessoas envolvidas, enfim, como está se desenvolvendo. E é através do setor cooperativista que se chega com tecnologia de ponta rapidamente ao produtor, ou seja, se você quer implementar uma tecnologia imediatamente, você coloca na mão de uma cooperativa e ela faz isso chegar.

O produtor rural trabalha num ambiente bastante hostil, altamente regulamentado. Basta compararmos com os outros países. Olhe o peso da regulamentação que temos aqui. Esse peso aqui é o peso, aqui embaixo... Aqui é o peso da regulamentação. De 1 a 7, que é o peso máximo, nós estamos em 1,59, comparando com os demais países, ou seja, nós estamos aqui num patamar de praticamente 1% para chegar a uma escala até 7, que é o melhor, que é o excepcional, que é o bom.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Fora do microfone.*) – O que o senhor quer dizer com essa regulamentação? Não entendi.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. ADEMIRO VIAN – A regulamentação é toda aquela... Vamos dizer, regulatório de crédito, observância, crédito rural, todos os manuais de crédito rural, manuais de seguro, manuais de BNDES, todo o peso infra de leis e normas e procedimentos.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – É pouco, então?

O SR. ADEMIRO VIAN – É muito. O nosso é muito alto, porque o máximo é 7, o melhor é 7, e nós estamos em 1,59.

Visão de longo prazo. Os outros países: América do Norte, 5,64; 2,23 do Brasil. Índice de qualidade rodoviária, 63 é o nosso, o máximo é 100. Efeito de distorção dos impostos, nós estamos com 27 numa escala de 0 a 100.

Eu particularmente tenho minhas dúvidas, e os números mostram isso. Nessa escala aqui, nós estamos mostrando o quanto em nível mundial os produtores de outros países recebem, quanto da sua renda vem de subsídios governamentais: Coreia, 53%; Suíça, 50%; e assim sucessivamente. O último aqui embaixo é o Brasil, 2%, ou seja, nós praticamente não temos subsídio na agricultura brasileira.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ADEMIRO VIAN – Segundo ponto, do lado esquerdo, aqui nós temos a tarifa. A tarifa são as barreiras de importação. A Coreia tem 56,9% de barreiras de importação; nossa barreira de importação é da ordem de 10%.

Mas o que mais importa aqui, neste momento, e objeto principal desta convocação é discutir o crédito rural.

Pois bem, eu vou até pular esse eslaide, volto nele depois.

O que importa é o seguinte: todo ano se faz um plano agrícola e todo ano se divulga um plano agrícola, com Presidência da República, Ministros de Estado, etc. O problema é a execução desse plano agrícola posteriormente. E é aí que está se dando o desmonte do crédito rural, o Sistema Nacional de Crédito Rural. E a pergunta que vai ficar no final é o que vai colocar no lugar? Taxas livres numa economia instável como a nossa, cíclica como a nossa?

Então, vamos lá. Veja só, redução significativa da oferta de crédito, de recursos controlados por meio de resoluções do CMN. Nas safras 2017 e 2018... Isso aqui depois vai ter os números na frente. Então, depois que se divulgou o plano agrícola, vem com uma resolução e reduz a exigibilidade bancária da poupança rural de 74% para 60%. Isso através da Resolução 4.614.

Ponto dois: redução da exigibilidade bancária dos depósitos à vista de 34% para 30%. Ora, alguém foi ouvido? O setor produtivo? Por quê? Quais foram os motivos que reduziram essa exigibilidade? O que levou a essa medida?

Médios e pequenos bancos tiveram uma isenção de 70 milhões. Explico, nós temos uns 80 bancos aproximadamente, porque todos os bancos que têm depósito à vista no Brasil têm exigibilidade bancária e são obrigados a aplicar em crédito rural.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ADEMIRO VIAN – Então, nós temos aí uns 80 bancos aproximadamente que, quando calculam seu exigível, quando atingem 70 milhões, não precisam aplicar. Isso isentava uns 70 bancos. O que o Banco Central fez agora com outra resolução? Elevou esse patamar para 200 milhões, ou seja, tirou uma quantidade excepcional de bancos do Sistema Nacional de Crédito Rural. E, além disso,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

numa medida também logo em seguida, ele vem e faz o seguinte: os grandes bancos, que ultrapassam os 70 milhões, também podem reduzir 200 milhões.

Não bastasse isso, ele fez uma mudança da metodologia de cálculo da exigibilidade de crédito rural, que significa o seguinte: o ano agrícola é de 12 meses, de julho a junho do ano seguinte; então, o depósito à vista deste mês reflete no mês seguinte e assim sucessivamente. Sempre foi assim. Resultado, neste ano-safra, o Banco Central chegou, fez uma resolução e disse o seguinte: "Não, não. Vamos mudar isso aqui. Agora vamos fixar uma meta para o ano inteiro". A exigibilidade era 67 bilhões. Ele fixou em 53.

Outro ponto, liberação dos juros da taxa das LCAs. Lá no Plano Safra, que está no *site* do Ministério da Agricultura, foi colocado que seriam 27,180 bilhões, oriundos das LCAs, cuja taxa de juros seria até 8,5%. Está no Plano Safra, foi negociado com as entidades, foi fixado com o Presidente da República e com Ministros de Estado. Numa resolução depois, chegou-se à conclusão de que não precisa disso. E aí liberou tudo. Então, hoje é o seguinte: toda LCA, que é captada com isenção tributária... Portanto, o banco capta com uma isenção tributária para pessoa física, não paga imposto de renda, ele vai emprestar agora à taxa livre no mercado financeiro, no crédito rural, sem limites. Fica 100%, ele capta com isenção tributária e aplica numa taxa de mercado, sem teto, só com a obrigação de reverter 35% dessa captação para operações de crédito rural. Então, liberou geral a LCA.

E, no outro eslaide que eu vi anteriormente, é que nós vamos privilegiar as taxas de mercado. Se você não tiver uma taxa de mercado para um mercado nosso altamente concentrado... E aí se justifica por que reduziu aquela quantidade de contratos que o Sampaio mostrou: é pela concentração bancária e por normas do Banco Central. As duas coisas somadas é que levam à redução da quantidade de contratos. É excludente. A norma é excludente, não includente. Então, quando se fala "Eu vou chegar mais próximo do produtor", de que jeito? Como nós vamos chegar mais próximo do produtor? Com que malha de distribuição de crédito?

(*Soa a campainha.*)

O SR. ADEMIRO VIAN – E o último ponto aqui também é a redução da base de cálculo mediante aplicação automática. Isso aqui já é uma questão mais antiga e que merece ser tratada com bastante atenção, porque, só neste "raspa conta" que os bancos fazem diariamente, excluem da base de cálculo da exigibilidade bancária algo em torno de 20 bilhões por mês. O banco tira da conta-corrente da pessoa, passa para uma poupança, passa para uma outra aplicação. Como a pessoa não fica os 30 dias na poupança, não cumpre a carência porque precisa do dinheiro, aqueles dias que ficou ficam como receita para o banco e ficam como taxa de juros para a sociedade.

Redução... Aquilo tudo em números. O importante são os números. Contra números não há argumentação.

Redução estimada dos recursos de crédito rural em face das medidas adotadas pelo Banco Central nas últimas safras 2017/2018 e 2018/2019. Aquela redução da exigibilidade de que eu falei, de 34% para 30%, redundou num volume de 2,5 bilhões de redução do volume aplicado. Na redução da exigibilidade da poupança rural, mais 14,4 bilhões. A mudança da metodologia de cálculo de mensal para anual, sem considerar os efeitos da economia, ou seja, nós temos uma economia que é volátil, todo mês você tem aumentos, acréscimos e decréscimos dos depósitos à vista... Do jeito que foi fixado, foi uma métrica, uma reta, uma meta de 53,7 bilhões que o banco vai cumprir ao longo de um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

ano inteiro. Resultado, ele faz as operações no primeiro mês, fecha a carteira, não há mais crédito. Isso daí retirou do setor, Senadores, R$7,4 bilhões.

A elevação dos bancos, ou seja, daquela isenção de 70 milhões...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ADEMIRO VIAN – ... para 200 milhões, elevou em mais uma retirada de R$2 bilhões. Ou seja, se não consideramos esses 20 bilhões em vermelho que estão no PowerPoint, nós teríamos 34,2 bilhões que foram tirados do Plano Safra, deste Plano Safra que está em curso, de dinheiro a taxas controladas.

Exceção feita da poupança rural, que tem taxas de juros equalizadas pelo Tesouro Nacional, as demais *fundings* não têm equalização. É peso zero para o Tesouro Nacional. Então, à medida que você isenta o banco de aplicar o depósito à vista, você sobrecarrega o Tesouro Nacional com taxas. E também não há um efeito vinculante direto. Eu sou egresso do sistema financeiro e conheço muito bem. Então, não há esse vínculo direto de dizer que a taxa subsidiada do crédito rural...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ADEMIRO VIAN – ... impacta na taxa elevada do juro do cheque especial ou outros títulos. Isso não é 100% verdadeiro. Pode ser em outros países, não no Brasil, dada a nossa singularidade do sistema financeiro.

Eu já estou com o tempo bastante...

Recurso de depósito à vista. Só para vocês terem uma ideia, esse gráfico demonstra, mostra, aliás, o efeito. Nós tínhamos aqui uma... Não está conseguindo... Não está...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ADEMIRO VIAN – É o *laser* que não está... Quando ele chega lá, não está...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ADEMIRO VIAN – Perfeito. Vamos lá.

Nesse gráfico, vocês estão vendo aqui no azul. Ali era julho de 2018, a ponta do lado de cá esquerda, onde está o 50, ali começa o ano-safra que estamos em curso. Ali o exigível era 68... A aplicação, desculpa, era 68,5 bilhões. Não está o exigível aí, mas era 67. Então, os bancos tinham que aplicar 67, obrigatório. Eles aplicavam um pouquinho a mais, 68, para ter aqui um excesso. O Banco Central veio e fixou na linha vermelha, 53, o ano inteiro, ou seja, 12 meses, 53. Só aí tirou 7 bilhões do setor. Desconsidera, essa metodologia, Senador Heinze, toda a curva econômica do País.

Aí vem a poupança, idem. Na poupança, o exigível era em torno de 110 bilhões. Os bancos continuam mantendo os 110 bilhões aplicados. Porém, o exigível caiu para 95.

E aí a LCA. A LCA obviamente, depois que se libera a taxa de juros, você vai criar produtos dentro do sistema financeiro. Claro que eu vou colocar a LCA para *prime*, colocar para alta renda e fazer uma operação com um *spread* muito mais gordo do que numa operação normal, em que eu vou captar a taxa de mercado...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. ADEMIRO VIAN – ... pagar para um CDB e aplicar no recurso da LCA. Então, houve uma elevação.

A pergunta que a gente faz é: e o crescimento econômico, o crescimento da agricultura? Quem vai financiar esse crescimento se você vai desmontando o crédito rural da forma que está sendo desmontado via regulamentações infra? Uma média de crescimento. Nós não podemos esquecer que historicamente a economia brasileira tem momentos cíclicos de crises. E a taxa de crédito rural sempre foi um balizador das demais taxas.

Aí, então, a gente pergunta: a quem interessa o desmonte do crédito rural que está sendo feito? Ao setor produtivo? Acredito que não. Ao setor de seguradora? Acredito que não. Então, fica aí a pergunta. A resposta já está aí também.

E nós não podemos esquecer que a LCA continua, aí também...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ADEMIRO VIAN – ... na lente do Governo, como tem uma isenção tributária – e eu já estou me encaminhando para o encerramento –, como um ponto que precisa ser tocado. Vimos anteriormente que tudo que tem subsídio precisa ser revisitado. Aí a pergunta de novo: está bom, nós estamos contando com a LCA para alavancar e para poder mitigar a taxa de juros do crédito rural, de onde vai vir o dinheiro? Vai ser a taxa Selic. Mas, se der um repique da inflação e tiver que aumentar a taxa Selic, quanto vai pagar o crédito rural? Quanto essas operações vão custar para o produtor?

Não coloquei aqui a questão do seguro, mas gostaria de fazer uma menção ao seguro. Toda essa apresentação é mais completa, tem uma série de outras perguntas, uma série de indagações. Está à disposição de todos. E aqui à frente também há mais pontos para reflexões. Mas eu queria só deixar registrada a questão do seguro. É imprescindível: agricultura sem seguro, para a frente vamos ter grandes problemas. Não há que se discutir o seguro na agricultura. A questão do seguro na agricultura é uma só, aliás, duas, para ser bem sincero para vocês, porque eu, como disse, conheço bem o mercado segurador, inclusive: é previsibilidade. Não adianta falar que vai haver 1 bilhão, ninguém vai montar estrutura confiando que vai haver 1 bilhão. Não adianta você montar uma estrutura e falar que vai haver 3 bilhões. Não é quantidade, é previsibilidade.

Questão de leilões, dizer que seguradoras e bancos vão entrar em leilões, disputando leilões: se fosse num mercado altamente competitivo, faria todo o sentido – desculpem, mas faria todo o sentido. Mas, num mercado altamente concentrado na mão de dois, ou três, ou quatro, fazer leilão não tem o menor sentido, não vai haver leilões, e vocês podem olhar bem o interesse, como está a política de seguro no Brasil olhando para quantas seguradoras brasileiras participam do setor de seguros.

Outro ponto do seguro, só para fechar, é o da informação. Toda vez em que você tem informação, o prêmio de seguros baixa, basta olhar para o setor cooperativista: quando ele contribui com as suas informações para algumas seguradoras, que têm um retrovisor em que olha para a vida do cliente, do produtor – você sabe o que ele faz, onde ele está –, você consegue precificar um prêmio de seguro correto. Então, faltam informações, bancos de dados. Eles existem. Falta somente uma articulação aqui para juntar isso tudo debaixo de um boné só, de um chapéu só.

Eu não poderia deixar este último. Temos três seguros, não é um: Proagro tradicional, Proagro Mais e o Seguro, para tratar do mesmo produtor. Gente, ineficiência total. Desculpa.

Fico à inteira disposição para responder a perguntas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Muito obrigada, Ademiro.

Concedo a palavra agora a Bruno Barcelos Lucchi, Superintendente Técnico da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).

O SR. BRUNO BARCELOS LUCCHI – Obrigado, Senadora Soraya. Na sua pessoa, cumprimento todos os membros da Mesa; o Senador Heinze, um defensor da nossa política agrícola; a Senadora Kátia, também uma batalhadora pelo seguro rural, modernizou bastante o departamento de seguros no Ministério da Agricultura em sua gestão, deu as diretrizes da política agrícola plurianual, que infelizmente não foram encaminhadas pelas outras gestões.

Bem, no primeiro eslaide, eu queria só enfatizar o que foi colocado aqui em relação a subvenções ligadas ao setor. Analisando os dados do orçamento, o setor agropecuário é um dos que menos recebe subvenção da área econômica: são 13,8% de subvenção. E, quando começamos a abrir um pouco esses dados, nós percebemos que, de renúncia fiscal, é o valor maior, e, nessa renúncia fiscal, 50% são voltados à desoneração da cesta básica, ou seja, o consumidor está sendo beneficiado diretamente, não só o produtor rural.

Na questão dos subsídios implícitos do orçamento, do valor que vem ao crédito, são 11 bilhões, como foi colocado, que são usados para gerar em torno de 600 bilhões no valor bruto da produção, o que foi colocado no último ano. Aí, vale a gente enfatizar a busca pela eficiência da aplicação do recurso público, para que realmente esse dinheiro vá para a mão do produtor e haja esses benefícios não só para a classe rural, mas para toda a sociedade.

Quando avaliamos os dados de inflação, pegando o ano fechado de 2018, nós temos aí o índice geral, que foi a inflação média do ano, que fechou em torno de 3,75%, e há o índice da inflação da alimentação nos domicílios. O que a gente observa até maio é que, basicamente, os alimentos vinham puxando o índice de inflação para baixo, tanto é que, em 2017, o índice fechou abaixo do piso da meta, ficou em torno de 2,97%. O que aconteceu depois de maio foi a fatídica greve dos caminhoneiros, o tabelamento de frete e alguns outros eventos que mudaram um pouco o comportamento da inflação dos alimentos.

Mas eu quero dizer que, no ano em que tivemos uma supersafra, tivemos uma produtividade ideal, ela contribuiu não só para a economia, mas principalmente para o lado social também da população, gerando comida mais barata.

E quais são os entraves do crédito rural? Muito já foi colocado em relação à falta de transparência. O produtor chega a uma agência para tomar uma linha e é convencido ou induzido pelo agente financeiro a tomar outra. Então, a gente não sabe se realmente faltou recurso para aquela linha, o que aconteceu. A ausência de previsibilidade foi muito bem colocada – este ano foi um exemplo –, atraso na liberação, o excesso de reciprocidade bancária e os altos custos de contratação. Então, basicamente esse é o diagnóstico que nós temos hoje.

Aí, pegando um pouco mais amplamente, Eduardo, a análise que você comentou anteriormente, colocando custeio, investimento e comercialização: nesses seis anos, a queda foi de quase 1 milhão de contratos. Aí você tem a seletividade das instituições financeiras; o produtor, numa situação mais difícil, já começa a ter dificuldade para tomar esse crédito. Aí, os outros quesitos ligados ao *funding*, que foi muito bem apresentado pelo Ademiro, que também impactaram nessa redução. Não temos o estudo que você pediu, mas esses também são indícios que nós levantamos junto aos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

produtores rurais, num trabalho que nós fazemos todo ano, visitando as cinco principais regiões produtoras.

Em relação ao crédito, quais seriam as propostas?

O primeiro item o Ademiro já comentou muito bem, não vou enfatizar.

Testar com cautela a taxa de juros pós-fixada: apesar de ter sido lançada no ano passado com um percentual pequeno, ela não emplacou este ano por problema de regulamentação. Então, eu acho que não pode ser colocado o teste num volume muito elevado, porque o produtor ainda precisa analisar melhor o comportamento de mercado. Adotar gradativamente incentivos aos produtores que contratarem Seguro Rural, o que já foi colocado aqui: esse produtor que busca mitigar os seus riscos tem que ter uma vantagem, uma prioridade em relação a taxas melhores. Buscar novas fontes de financiamento, numa pulverização do *funding*, através dos títulos do agronegócio.

(*Soa a campainha.*)

O SR. BRUNO BARCELOS LUCCHI – A CNA tem trabalhado, conversado com fundos de pensão, tratado dos títulos verdes, que podem ser uma grande oportunidade para oxigenar um pouco o crédito rural.

Aí, algumas medidas que estão muito mais ligadas à regulamentação, como a não tributação da variação cambial, a regulamentação das emissões dos títulos em moedas estrangeiras, possibilitar que o registro seja feito em outros sistemas financeiros, não só na B3. Enfim, são algumas sugestões que podem trazer um pouco mais de recursos para o crédito rural brasileiro.

Outro ponto que foi colocado aqui é aumentar a participação de mais bancos no crédito oficial. Então, aqui ninguém quer excluir, mas, sim, trazer, aumentar essa competição, principalmente no sistema cooperativista de crédito. Isso pode ajudar muito a reduzir um pouco esse custo da burocracia, trazendo agilidade na tomada do crédito.

Equalizar os custos cartoriais. Isso é uma discrepância elevadíssima que nós temos hoje no Brasil. O Estado delegou, o Governo delegou aos Estados na Lei Maior e eles tabelam os seus preços. Aí nós temos diferenças de três a cinco vezes de um Estado para outro no registro de um título cartorial.

Reduzir as práticas abusivas de instituições financeiras na questão da reciprocidade. Para isso eu acho que tem que haver uma política mais forte do Banco Central, de fiscalização. É difícil para o produtor denunciar. Nos casos que nós atendemos recentemente, o produtor realmente é boicotado na agência, ele não consegue ter crédito nos anos seguintes.

Retornar o financiamento da assistência técnica com recursos do crédito oficial. Foi retirado no ano passado. Nós buscávamos que o produtor pudesse ter a assistência técnica que queria. Na verdade, tiraram completamente o financiamento da assistência técnica do crédito oficial.

Em relação ao seguro, como nós podemos trabalhar melhor os mecanismos de mitigação de risco? Esses dados já foram apresentados também, mostrando que hoje, por mais que se tenham feito esforços, a questão da previsibilidade...

(*Soa a campainha.*)

O SR. BRUNO BARCELOS LUCCHI – ... é muito importante. A área segurada hoje no Brasil com recursos da subvenção não chega a 5%. Ainda faltam os produtos adequados para a região de fronteira. Isso nós temos discutido bastante com as seguradoras, que são muito abertas a discutir isso, mas realmente precisam ter a garantia de que vai haver subvenção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Então, precisamos, primeiro, aumentar o orçamento e garantir que haja o recurso. Aí o projeto de lei da Senadora Kátia Abreu, se eu não me engano o 185, trabalha justamente nessa linha de dar essa garantia de que o recurso que for colocado realmente vai estar na mão do produtor, ele vai poder ser trabalhado pelo setor.

Desenvolver novos produtos, como seguro de faturamento: esperado não só para algumas culturas, como existe hoje, como soja e café, mas para as demais.

Conceder a subvenção do prêmio do seguro rural diretamente ao produtor rural, para que, aí sim, ele possa, com a apólice na sua mão, barganhar melhores taxas de juros com o banco e ter mais poder de negociação.

E a Lei do Zoneamento: o zoneamento é importante política. Hoje nós temos 44 culturas, e a ideia é chegar...

(*Soa a campainha.*)

O SR. BRUNO BARCELOS LUCCHI – ... a cem, mas nós precisamos realmente que haja recurso. Que os senhores, como Parlamentares, no orçamento, realmente consigam fazer o aporte necessário para que o Ministério da Agricultura, via Embrapa, consiga chegar aos volumes necessários.

Por fim, a agenda legislativa de alguns projetos de lei que poderiam ajudar nessa questão de crédito.

O primeiro é o Projeto de Lei do Senado nº 185, da Senadora Kátia Abreu, que, como eu falei, ajuda que o orçamento do seguro não seja contingenciado; o projeto de lei do Deputado Covatti Filho, que simplifica o ambiente regulatório relacionado ao crédito; outro projeto do Deputado Covatti, que pulveriza um pouco, que auxilia para que bancos privados e confederações de crédito possam participar também da questão do crédito rural oficial; o Projeto de Lei 7.734, que autoriza a emissão de Cédula de Produto Rural vinculada à variação cambial – aí, naquela questão dos títulos, também há um aporte muito grande; e a questão também do Projeto de Lei 2.053, que autoriza a constituição de imóvel rural como patrimônio de afetação, permitindo ao produtor segmentar a sua propriedade rural para fins de garantia hipotecária – isso ajuda muito o produtor a não ter que, às vezes, para obter um volume de crédito que corresponde a 10% da sua propriedade, dar a propriedade inteira como garantia e ficar engessado em relação a isso.

Então, basicamente, esses são os principais pontos. Nós temos aí uma agenda de curtíssimo prazo em que muitos itens relacionados à burocracia podem ser trabalhados. Em muitos itens relacionados, esta Casa pode ser protagonista nessa modernização de que nós precisamos para promover uma mudança do crédito agrícola brasileiro.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. BRUNO BARCELOS LUCCHI – Essa agora foi de 7% se eu não me engano – é isso, Eduardo?

O SR. ADEMIRO VIAN – Agora o crédito é de 7.

O SR. BRUNO BARCELOS LUCCHI – Sete. Na anterior, acho que era elevado a 8,75...

O SR. ADEMIRO VIAN – Oito e setenta e cinco...

O SR. BRUNO BARCELOS LUCCHI – Então, era de 7 nesta atual, 8,75 na anterior, se eu não me engano, Senadora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – O.k. Muito obrigada, Bruno.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. BRUNO BARCELOS LUCCHI – Mas, no acesso ao crédito, o número de contratos tem caído, mostrando a dificuldade que o produtor está tendo ao acessar esse volume.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O custeio aqui foi de 7,5 para 6, no Pronamp, e de 8,5 para 7, e, depois de 7,5 de investimento, 10,5; 7,5 a 9,5, caiu um pouquinho. É o que tem que manter.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Muito obrigada, Bruno.

Concedo a palavra a Eduardo Luís Leão de Sousa, Diretor Executivo da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica).

O SR. EDUARDO LUÍS LEÃO DE SOUSA – Muito obrigado, Presidente Senadora Soraya.

Quero cumprimentar aqui os meus colegas de Mesa, particularmente o Secretário de Política Agrícola, Eduardo Sampaio, e o Subsecretário de Política Agrícola do Ministério da Economia, Rogério Boueri.

Quero cumprimentar também o nosso Senador Luis Carlos Heinze, cumprimentá-lo por esta iniciativa extremamente oportuna e pertinente, e dizer que o Senador é um histórico defensor das nossas pautas, e isso nos dá muita alegria.

E quero cumprimentar também, finalmente, a Senadora Kátia Abreu, nossa Ministra, que também é profunda conhecedora e histórica defensora da nossa pauta, da nossa agenda.

Eu gostaria de, primeiro, mencionar aqui alguns dados do nosso setor.

O setor sucroenergético representa hoje cerca de 370 unidades produtoras, um PIB de US$40 bilhões – 2% do PIB brasileiro –, uma geração de emprego da ordem de 800 mil empregos diretos, 70 mil fornecedores independentes de cana – esses fornecedores produzem cerca de 35% da produção e as usinas representam cerca de 65% da produção de cana no País –, cerca de US$7 bilhões de geração de divisas, isso no ano passado, que foi um ano atípico – tradicionalmente o açúcar exporta algo próximo a US$12 bilhões a US$13 bilhões por ano; no ano passado, houve aí, em função da depressão dos preços internacionais de açúcar, uma migração forte do *mix* de produção do açúcar para o etanol, o que gerou uma exportação de menos 10 milhões de toneladas com relação à safra anterior –, 17% da matriz energética e cerca de 600 milhões de toneladas de reduções de gases de efeito estufa somente pelo uso do etanol substituindo a gasolina e também pelo uso da bioeletricidade para a geração de energia.

Bem, eu gostaria de trazer hoje quatro pontos que são de nosso interesse nessa discussão que se inicia agora do Plano Safra, sendo que dois deles estão bem mais afeitos ao BNDES, mas entendo que é muito importante trazer esta mensagem aqui, principalmente para o Ministério da Agricultura e para o Ministério da Economia, para que possam, realmente, nas discussões com o BNDES, levar essas preocupações do nosso setor.

Basicamente nós estamos falando do Prorenova, que é um programa de renovação de canaviais extremamente importante neste momento para a atividade; do programa de apoio à estocagem de etanol; terceiro, pequenos ajustes voltados ao produtor de cana-de-açúcar – aqui eu represento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

basicamente as entidades que produzem especificamente a cana –; e, por fim, a construção de armazéns de açúcar.

Em relação ao Prorenova, o Programa de Renovação de Canaviais: esse é um tema extremamente importante, porque o que tem acontecido no Brasil é um envelhecimento do canavial. A renovação histórica da cana é da ordem de 18%, ou seja, todo ano se renovam 18% do canavial para que ele mantenha uma idade média e uma produtividade média adequadas, lembrando que utilizamos a cana por cinco ou seis cortes consecutivos. Apesar de o ideal ser 18%, o que nós temos visto é uma renovação da ordem de 12% a 13%, extremamente abaixo do necessário e, como consequência, nos vemos um envelhecimento do canavial. A média desejável para um canavial é da ordem de 3,2 anos. Com isso nós conseguimos garantir uma produtividade média adequada. O que nós temos visto, infelizmente, por conta desse baixo índice de renovação, é uma idade média hoje da ordem de 3,7 anos, bem acima, portanto, do desejável.

O que tem acontecido nesse sentido é que, para que nós tivéssemos esses 18% de renovação, nós precisaríamos renovar 1,5 milhão de hectares por ano, o que daria um aporte de R$12 bilhões todo ano, ou seja, isso é o que nós precisaríamos para ter uma renovação adequada.

O que está acontecendo hoje é o seguinte: nós temos conseguido renovar somente 1 milhão de hectares, o que equivale a R$8 bilhões, quer dizer, estamos renovando 500 mil hectares a menos, gastando R$8 bilhões, dos quais R$1,5 bilhão têm vindo do BNDES. Então, R$6,5 bilhões têm vindo das próprias usinas, mas têm sido insuficientes para renovar o necessário para que nós mantenhamos uma produtividade adequada. E isso é o que nós precisaríamos para cumprir o programa RenovaBio, que é um programa extremamente inovador, que dá incentivos ao consumo de biocombustíveis.

(*Intervenção fora do microfone.*)

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO LUÍS LEÃO DE SOUSA – Ah, sim, exatamente.

Com isso, nós temos tido um desempenho muito abaixo do que precisaríamos.

Então, o nosso pleito aqui é, primeiro, tornar o Prorenova um programa permanente. Isso, na realidade... Quando a Senadora Kátia era ministra, ela instituiu o Prorenova como permanente. O problema, Senadora, é que todo ano as condições mudam, os limites mudam, a definição das condições chegam atrasadas. Então, o nosso pleito é que ele realmente tenha condições, vamos dizer, já previsíveis ao longo dos anos, de forma que as usinas possam se programar adequadamente para tomar esse crédito. Então, para que nós possamos efetivamente cumprir essa necessidade de 1,5 milhão de hectares por ano, o nosso pleito é que hoje o BNDES pudesse oferecer R$4 bilhões, sendo que atualmente tem oferecido R$1,5 bilhão.

Bem, o segundo pleito diz respeito a financiamento à estocagem de etanol, lembrando que os produtores produzem etanol em oito meses e comercializam em doze, e são só os produtores que carregam esses estoques: as distribuidoras não carregam estoques. Então, essa linha de crédito de estocagem de etanol, que é uma outra linha do BNDES, nos daria, então, melhores condições para distribuir melhor a oferta ao longo do ano e reduzindo um pouco os custos de carregamento que nós temos que levar ao longo dos doze meses, lembrando que produzindo em oito.

Além disso, existe uma exigência da ANP que obriga que, no dia 31 de março, nós tenhamos 4% desses estoques, ou melhor, dessas vendas de etanol em nossos estoques, quer dizer, nós somos obrigados a manter esse estoque de 4% – lembrando que aí já inicia a safra, os preços despencam e,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

mesmo assim, a gente tem que ter esse estoque em nossos armazéns. Então, o segundo ponto é que haja um recurso permanente para esse financiamento à estocagem de etanol.

O terceiro ponto...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO LUÍS LEÃO DE SOUSA – ... diz respeito a plantio de cana-de-açúcar, basicamente é um pleito trazido pelos fornecedores de cana.

Quer-se, primeiro, que haja uma dilação do prazo do reembolso para dois anos, porque, quando você planta cana-de-açúcar, três quartos do plantio é feito com cana de 1,5 ano, ou seja, a receita só vai vir depois de 1,5 ano e temos que pagar com um ano. Então, que houvesse essa consideração; segundo: a inclusão da cana-de-açúcar na Política de Garantia de Preços Mínimos para criar condições para que a gente possa usar mecanismos mais sofisticados recebíveis para toda a cadeia produtiva; terceiro: a inclusão da cana-de-açúcar no Programa ABC, visto a sua alta capacidade de estocagem de CO_2 no solo quando você expande principalmente em cima de pastagens degradadas; por último, a questão da construção de armazéns de açúcar.

Hoje, entre todos os países produtores e exportadores de açúcar, o Brasil...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO LUÍS LEÃO DE SOUSA – ... é o que detém o menor nível de capacidade de estocagem por produção (30%), enquanto nossos competidores, como Tailândia, Austrália e Índia, têm de 65% a 95% de capacidade de estoque em relação à produção, o que lhes dá melhor oportunidade de negociação. Ressalto que normalmente o que se alega é que esse financiamento é voltado para o produtor rural, mas lembro que, no caso da cana, não há como fazer armazenagem – a cana é altamente perecível –, então ela seria feita via seu produto final, que seria o açúcar. E lembro que, como nós temos aí o Consecana, que repassa parte das nossas receitas aos fornecedores de cana, qualquer benefício que nós tenhamos por uma armazenagem adequada será repassado também aos produtores rurais.

Então, com isso, eu concluo a minha exposição, Senadora Presidente, e fico à disposição para questionamentos.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Muito obrigada, Eduardo.

Concedo a palavra a Alexandre Velho, Vice-Presidente da Federação das Associações de Arrozeiros do Estado do Rio Grande do Sul.

O SR. ALEXANDRE VELHO – Bom-dia a todos!

Obrigado, Senadora Soraya.

Quero saudar aqui os demais Senadores e Senadoras e parabenizar o nosso Senador Luís Carlos pela inciativa de trazer este importante tema a ser discutido.

A pauta aqui é Plano Safra e Seguro Rural.

Eu queria salientar que, em nome do Presidente Henrique Dornelles, eu queria comentar com vocês a necessidade cada vez maior de recursos para irrigação. Nós temos um aumento significativo na metade sul do Estado do Rio Grande do Sul da área de soja e, então, cada vez mais se trabalha

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

numa segurança para essa atividade, com o uso de pivôs e demais mecanismos para a gente trazer uma segurança maior nessa importante atividade.

Há também a questão da armazenagem. Eu pediria um cuidado especial nesta área. Precisamos de recursos para armazenagem; para que o produtor tenha, então, uma condição melhor de ter sua armazenagem, e, com isso, um poder maior de barganha com relação aos compradores.

Também há a parte de tecnologia, cada vez mais...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ALEXANDRE VELHO – Não está. Só que se garanta... Sim, está contemplando armazenagem.

Também há a parte de inovação, tecnologia: precisamos cada vez mais nos preocupar com isso. A agricultura de precisão está aí e demanda muitos recursos.

Com relação ao seguro, eu penso que nós temos que fazer melhorias no modelo atualmente existente. Temos a satisfação de ter hoje como Diretor do MAPA o Pedro Loyola, que conhece o assunto e está nos proporcionando uma discussão muito grande deste tema. Estivemos em São Paulo com as seguradoras tratando disso e mostramos a realidade do seguro atualmente existente, que está... Na verdade, ele acaba cobrindo uma parte, um percentual do valor financiado pelo banco, e o valor financiado fica bem aquém do valor que realmente o produtor tira do bolso para plantar. No caso do arroz, o financiamento fica em torno de R$4 mil e o desembolso hoje não baixa de R$6 mil. Então, quando há um seguro que paga um percentual, normalmente 60%, do valor do financiamento, não se está contemplando, então, o valor que o produtor gasta. Mas temos uma abertura, como eu falei, por parte do ministério para, realmente, evoluir.

O Secretário Eduardo falou muito bem aqui da questão do crédito oficial, da importância dele. E eu acho, Secretário Eduardo, que, para uma parte significa dos produtores, nós temos que tentar algum mecanismo para trazer de volta esses produtores para o crédito oficial, porque essa dependência que nós temos da indústria e dos fornecedores de insumos acaba prejudicando em grande parte o mercado, principalmente o mercado de arroz, que é o tema que a Federarroz defende.

Também tivemos uma oportunidade muito importante no Ministério da Economia através do Rogério Miranda: tivemos a oportunidade de mostrar a realidade do setor, as particularidades – não é, Rogério? – que há dentro desse setor, para que o ministério, então, tivesse consciência e pudesse auxiliar. Surgiu uma ideia muito importante de se trabalhar com mercado futuro para o arroz. A CNA tem uma participação muito importante...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALEXANDRE VELHO – ... nisso, está trabalhando no assunto para o café e também para o milho. Nós pensamos que, talvez, nós possamos avançar também num estudo para trazer uma segurança maior para o mercado de arroz.

Também rapidamente queria mencionar a importância, Eduardo, de a gente trabalhar o preço mínimo. Precisamos, então, de um preço mínimo dentro da realidade dos custos, que hoje, no arroz, fica acima de R$40.

E há também a questão do Mercosul, que já tem 27 anos e nunca foi revista. Nós temos tido prejuízo em toda a cadeia do arroz em função dessa entrada de arroz, principalmente do Paraguai.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Nós precisamos de um regramento. Precisamos, então, estabelecer quotas, algum sistema que traga maior segurança e não gere prejuízos para toda a cadeia.

Então, seriam essas, basicamente...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALEXANDRE VELHO – ... as pautas da Federarroz.

E eu agradeço muito o espaço.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Muito obrigada, Alexandre.

Agora eu concedo a palavra a Bartolomeu Braz Pereira, Presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Soja, a Aprosoja Brasil.

O SR. BARTOLOMEU BRAZ PEREIRA – Boa tarde!

É uma satisfação estarmos aqui. Obrigado, Senador Luis Carlos Heinze, Senador que já antes, como Deputado, fez muito pelo agro brasileiro. Nós o reconhecemos como um dos grandes líderes e também como alguém que traz políticas importantes para o setor, como esta audiência pública neste momento de incertezas para o crédito rural. Então, obrigado por nos colocar aqui para debater este tema neste momento tão importante para o nosso setor.

Soraya, obrigado pela audiência pública, por nos conceder... É uma Senadora nova que está chegando, mas que já atua muito bem na frente parlamentar. Obrigado, Soraya.

Senadora Kátia Abreu, obrigado pela presença, V. Exa. que é ex-Ministra, ex-Presidente da CNA também. Nós já fomos colegas de embate. Obrigado por estar aqui também debatendo este tema importante.

E eu queria fazer colocações aqui sobre o nosso setor da soja.

A soja é a principal *commodity* brasileira. Ela tem essa força, essa pujança, esse poder de transformação nas regiões. A gente cita aqui o caso... Nós estamos hoje na cobertura de representatividade em 16 Estados, e 100% da produção somente em Estados que não têm tradição de produção de soja. Estamos aqui hoje com o nosso Presidente da Aprosoja do Maranhão, o Carlos, que veio aqui nos acompanhar. É um importante Estado do Matopiba, acho que é quase o líder na produção por hectare.

Enfim, a gente tem buscado cada vez mais levar esse setor, essa cadeia produtiva, aos Estados, pelo fator econômico, porque ele traz uma economia muito importante, e principalmente pelo fator social também. Nós temos dados que mostram que, antes da soja nos Municípios, nós tínhamos IDHs baixos e muito baixos e, depois de cinco, seis e até dez anos, nós temos IDHs altos e muito altos. Então, isso mostra o fator social importante que a soja traz aos Municípios e ao desenvolvimento e à interiorização das nossas economias do Brasil.

Foram citados vários pontos já, mas, no contexto do Plano Safra, a gente tem: a PEC dos Gastos, que limitou o crescimento das despesas do Governo; os limites orçamentários, a inflação em 3,75%, sendo que o custo por área de produção cresce mais do que isso. Então, são fatores que nos preocupam.

Outro fator que também nos preocupa muito, falando em custo, é o custo de produção, que tem tirado toda a rentabilidade do produtor, às vezes até com excesso de tecnologia e, às vezes, até com falta, é lógico. Nós temos problemas graves de infraestrutura. Precisamos mudar, estamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

trabalhando para isso, mas é um ponto que preocupa muito este setor, a cadeia de soja, que é o setor que vai à frente do desenvolvimento.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Fora do microfone.*) – O custo de produção? Quantos por cento?

O SR. BARTOLOMEU BRAZ PEREIRA – O custo hoje, nós estamos praticamente...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. BARTOLOMEU BRAZ PEREIRA – Não, o nosso custo de produção hoje, Senadora, está praticamente nivelado com a renda que nós estamos tendo. Estamos com um custo de... Aproximadamente 3,6 mil hectares, com a produção de 60 sacos, o que fica mais ou menos na média de R$60. Então, nós estamos no limite do custo de produção. Ele tem aumentado gradativamente todos os anos.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Esse aumento foi de mais de vinte ou menos?

O SR. BARTOLOMEU BRAZ PEREIRA – Dependendo das regiões, ultrapassa 20%. Em outras, não. Algumas regiões que têm logística, como o Sul, têm fatores... Mas essas regiões de expansão, principalmente aquela em que V. Exa. atua, são regiões em que o custo de produção tem aumentado muito.

Nós temos aqui as taxas de juros. Já foram colocadas, e nós também temos proposta.

A nossa proposta de custeio é de que o Pronaf baixe para 4%, a média, e o Pronamp para 5,5%. O Pronamp é muito importante, gente! A gente tem que se preocupar com ele, porque ele é que vai tirar a concentração desse setor. Então, nós temos que ter... Às vezes, a gente fala muito de pequenos agricultores...

(*Soa a campainha.*)

O SR. BARTOLOMEU BRAZ PEREIRA – ... mas nós temos que observar o Pronamp. O Pronamp é que dá a certeza da continuidade da produção, e não a concentração desse setor, que é um setor muito dinâmico, mas também pode haver uma concentração. E para outros produtos nós também pedimos uma taxa de 6%.

O Pronaf e o Pronamp já são utilizados pelos produtores de soja, principalmente das regiões Sul e Sudeste, e demais produtores estão predominantes na Região Centro-Oeste e em Matobipa, onde estão os grandes e médios produtores.

As nossas propostas de investimento...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – A rentabilidade nas regiões é diferente, em Matopiba e no Sul?

O SR. BARTOLOMEU BRAZ PEREIRA – Sim. A rentabilidade do Sul é bem acima da rentabilidade do centro e do Matopiba. Por quê? Nós temos fatores de logística e custo de produção onde há acesso aos insumos, que são importados. Nós tivemos aí... Foi colocado aqui o tabelamento de frete, que causa um impacto muito grande, que está havendo ainda, nesse setor. Nós calculamos, na cadeia de soja, em até 10%. Está tirando a rentabilidade principalmente dos produtores do centro. Então, é um fator bastante preocupante para o setor neste momento, mas o custo de produção no centro fica acima 10% a 15% em relação ao custo para os produtores do Sul.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Há programas que são importantes. A gente tem vários programas de investimentos e custeio, mas os programas que são importantes são esses três aí.

Temos o PCA (Programa de Construção e Ampliação de Armazéns), principalmente no centro, centro-norte, nessa grande expansão agrícola, onde nós temos dificuldades de logística. O PCA nos ajuda muito a manter o equilíbrio nas negociações e nas exportações. Então, para esse programa...

(*Soa a campainha.*)

O SR. BARTOLOMEU BRAZ PEREIRA – ... nós também sugerimos uma taxa de juros a 4,5%.

Há o Inovagro, que vem na inovação, principalmente na área de energia elétrica. Enfim, em vários setores também... A gente pede a manutenção e também a baixa dos juros para 4,5%.

E há o Programa ABC. O Programa ABC é um dos programas mais importantes para a expansão agrícola, para a recuperação das pastagens, para a melhoria das condições de solo. Então, isso traz um benefício muito grande...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Fora do microfone.*) – Quando foi a última safra do ABC?

O SR. BARTOLOMEU BRAZ PEREIRA – Eu não tenho esse dado aqui agora, mas eu acredito que o Sampaio o tenha.

Mas é um programa que nós temos que ampliar, até pela dificuldade que nós temos de infraestrutura logística, e esse armazém vai dar tranquilidade de poder o produtor, em grupos... Nós temos vários grupos já – viu, Sampaio? – conseguindo crédito. São consórcios, condomínios que estão sendo feitos, com vários produtores, de 400ha, 800ha, fazendo o seu armazém pelo PCA, tirando aí um peso das nossas estradas, principalmente nesse período que é de exportação.

Então, a gente pede aí também a baixa dos juros. Nós precisamos... Aí estão os juros atuais, Senadora Kátia, e o que a gente está pedindo, pela manutenção e também pela importância desses três programas para a sustentabilidade da produção do produtor rural dentro da propriedade rural.

Apoio à comercialização. Muitas vezes a gente pensa que não... É importante essa comercialização, mas quero citar bem o exemplo. Essas últimas chuvas nossas que estão ocorrendo em todo o Brasil estão elevando a nossa produção de segunda safra. É uma segunda safra que é de difícil previsibilidade: ela acontece dependendo do clima, das chuvas que acontecem, principalmente neste mês de abril. Nós teremos, assim, um aumento da segunda safra na produção de milho, de produtividade. Então, nós precisamos de apoio a essa comercialização. Houve um ano/safra em que se retirou esse apoio, mas nós precisamos, devido a essa situação que acontece às vezes nas condições climáticas e que levam à necessidade, principalmente em alguns Estados, como o Mato Grosso. O Centro-Oeste todinho necessita muito dessa subvenção.

Recursos controlados. Isso foi bem citado pelo nosso colega da cooperativa, o Ademiro, que já fez essa apresentação na CNA. É um ponto em que a gente pede que nos devolvam esse dinheiro. Esse dinheiro vem para o bem e a sustentabilidade desse setor, que tem qualidade de crescimento, tem qualidade e tem mostrado resultados positivos. Então, quanto a esses recursos, a gente pede que o depósito à vista volte para os 40%; a poupança rural, para os 70%, que é um dinheiro que já havia sido programado; e a LCA, para 50%. Dessa forma, isso não vai custar para o Brasil, é um recurso que já está aí. A gente fala muito... Basta uma regulamentação – não é, Ademiro? – para que esse recurso volte a esse setor que é tão importante para o Brasil. Esse setor não é importante para os produtores, mas para o Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

A proposta do Seguro Rural. Nós fizemos um levantamento de quanto seria necessário de subvenção para cobrir uma área maior de seguro, nós fizemos uma simulação. Nós temos um custo médio – foi calculado o custo total, milho, safra, soja e segunda safra –, e nós chegamos a um custo de seguro a 5%, o que chegaria a 5,4 bilhões – lá são bilhões, nós não colocamos. Mas, se a subvenção abaixar para 35%, isso abaixa para 1,890 bilhão. E o ideal, que a gente está pedindo neste momento, seria uma subvenção de 40%, o que custaria 2,2 bilhões. Traria essa proposta do Rogério aqui, que é uma economia mais vinda de outros recursos, que poderia ter a garantia... Porque tenho certeza de que um banco prefere uma apólice de seguro, assim como qualquer instituição financeira, a uma certidão de terra na fazenda. A apólice resolve muito rápido, e o penhor de safra...

Então, nós precisamos modernizar isso também, Senadora, o penhor...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Fora do microfone*.) – Com 40% de prêmio governamental.

O SR. BARTOLOMEU BRAZ PEREIRA – Com 40% de prêmio, de subvenção governamental, nós atingiríamos 2,7 bilhões nas duas safras e nós estaríamos atendendo uma grande produção de grãos, soja e milho. Então, isso daria tranquilidade para termos mais crédito, e nós teríamos a tranquilidade para um produtor produzir, que é um ponto fatal a que estamos assistindo.

O Sampaio colocou a dificuldade de peritos para acompanharem...

(*Soa a campainha.*)

O SR. BARTOLOMEU BRAZ PEREIRA – Nós temos uma safra que é plantada muito rapidamente devido à segunda safra que vai acontecer. A safra de soja é plantada em 20, 30 dias. Então, os problemas vão acontecer todos na mesma época.

O que aconteceu? O prêmio pago foi pouco para 1 bilhão e pelo caos que tivemos na visita desses peritos às nossas propriedades rurais. Nós precisamos modernizar, tirar, talvez, o olho humano, a mão humana, desse mecanismo de seguro – nós já temos modelos inteligentes –, para que a gente possa dar celeridade e também tranquilidade às seguradoras que vão investir, senão nós vamos ficar a vida inteira... Quando há problema...

Um problema que tivemos agora, que foi sério, mas não tão sério como era a nossa expectativa, trouxe uma dificuldade muito grande para o produtor ser ressarcido nesse momento, até por falta de estrutura.

O seguro do banco...

(*Soa a campainha.*)

O SR. BARTOLOMEU BRAZ PEREIRA – Hoje o valor orçado é 700 milhões; a necessidade, como coloquei, em 40%, era de 2,7 bilhões – é o que nós necessitamos para que seja atendido.

E um dos pontos unânimes aqui é que esse acesso vá direto ao produtor rural. Nós não podemos enriquecer, às vezes, os bancos... E trata-se de tirar isso do banco também: o banco não pode vender seguro, o banco é uma instituição financeira. Para ele vender seguro – está aqui o pessoal do arroz –, ele acaba atrelando e fazendo uma venda casada, que é um crime que tem acontecido e tem trazido problemas seriíssimos para os nossos produtores.

Então, esse acesso, nós precisamos que seja leilão ou *voucher*, mas que chegue ao produtor rural e ele vá buscar sua ferramenta de seguro para que ele possa ter tranquilidade. Hoje só quem tem seguro é quem vai a uma instituição financeira, principalmente uma que domina aí quase que 60%, ou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

mais de 60%, do crédito rural. Nós não podemos deixar o nosso recurso, o recurso do Brasil, sendo jogado nas mãos dos bancos. Nós temos que levar isso para a produção de alimentos. Então esse é um ponto que nós temos que mudar e tentar fazer com que isso aconteça.

A Lei Agrícola de 2018. Americana... Isso aí é só um exemplo para citar: nos Estados Unidos – foi transformado em reais já... Enquanto nós estamos falando aqui em 400, 700, ou 2.700 bilhões, que é o nosso pedido, os Estados Unidos, com praticamente a mesma produção nossa, têm 28,9 bilhões, e programas de renda, de preços lá, para manter o preço dos grãos, que é esse que nós falamos, em 400 milhões – lá são 23,9 bi!

E um fator importante é que nós temos aqui as nossas propriedades rurais com áreas protegidas por lei, reservas legais, e nós não temos nenhuma renda sobre isso. Lá o Governo destina 22 bilhões ao ano para produtores não plantarem em algumas áreas. Então, a gente precisa de avançar. A Ministra Tereza Cristina ontem, na audiência, colocou esse ponto, que é um ponto em que nós temos que avançar. Proteger meio ambiente é econômico também. Ninguém é obrigado a proteger sozinho. Ninguém aqui coloca 25% ou 30% ou 50% da sua residência, do seu apartamento, para o meio ambiente, somente o produtor rural. Então, isso precisa ser revisto, porque nós não podemos ficar enganando a nós mesmos.

Os preços mínimos nos Estados Unidos. Uma soja lá hoje tem um preço mínimo de R$70 – nós transformamos em reais. O milho... Porque os mercados são *commodities* formadas nos Estados Unidos. O nosso preço também é de lá. O milho é R$33. Você tem um preço lá de EGF se você quiser ficar; estocado é um valor abaixo, mas, se você tiver uma garantia, você vai trabalhar em cima daqueles valores lá. Então, olhem a diferença que nós estamos tendo aqui. E o Governo não dá dinheiro para nós, ele nos empresta caro, comparando aos concorrentes... E há também à própria taxa Selic aqui hoje.

Então o produtor... Foi citado aqui pelo Belmiro que nós temos apenas 2% de subvenção na renda, contra 10% dos Estados Unidos e 50% do Japão. Isso são dados da OCDE, não são dados nossos. E o Brasil é o País mais competitivo do mundo na produção, pessoal. Ninguém no mundo tem uma soja com qualidade de proteínas, tem uma soja sustentável, tem uma soja mais competitiva... Ainda passamos pelas nossas dificuldades de infraestrutura, mas nós somos o país mais competitivo ainda. Por isso que é interessante não deixar esse setor, às vezes, num momento desses sem esse produto.

Eu estou falando aqui desde o pequeno produtor até o grande produtor. Nós não tratamos diferença nisso aí, apesar de alguns precisarem de mais políticas, é lógico. O setor necessita, todo ele, de políticas públicas para dar continuidade... E quem regula os juros, são os juros controlados... Nós precisamos buscar uma forma, Sampaio, de resolver essa questão, porque esse juro vai ter que ter uma regulação. Nós não podemos deixar isso solto neste momento de instabilidade e trazer aí, às vezes, um agiotismo a esse setor.

Então nós estamos aqui abertos a discutir. A nossa expectativa é de continuar crescendo. O setor de soja é um setor que vai na frente; a pecuária vai e abre as áreas, mas nós é que transformamos as economias. Então, nós queremos, cada vez mais, dar resultado ao Brasil.

Obrigado, Soraya.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Obrigada, Bartolomeu.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Antes de conceder a palavra aos Senadores para os questionamentos, eu gostaria de exaltar a participação da população, cada dia mais, aqui pelo e-Cidadania.

Cláudio Roberto, de São Paulo, tratou de fraude no seguro para facilitar mais o crédito e minimizar os riscos.

Assis Marinho, do Distrito Federal, disse que o seguro agrícola deve cobrir a rentabilidade das atividades agropecuárias e que, no Brasil, só cobre o capital emprestado.

Catharina Marques, de São Paulo, também falou sobre seguro agrícola, tratando dos fenômenos climáticos.

Waldilier Canuto, do Rio de Janeiro, disse que o setor rural é o mais importante do País, por isso ele deve ser beneficiado.

E o Hélio Divino, de Goiás, trouxe algo sobre cooperativas, Ademiro, sobre desvio de objetivo – depois eu te passo, certo?

E quero agradecer, foi bastante esclarecedor. Eu tenho certeza de que o Ministro Paulo Guedes e a Ministra Tereza Cristina terão horas e horas para discutirem os pleitos que daqui os senhores vão levar.

Agora eu concedo a palavra à Senadora Kátia Abreu.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – O Dr. Rogério deve estar um pouco assustado... Está bem, não é? Pelo menos cabelo para cair não tem mais, só nós! (*Risos.*)

Muito obrigada a todos pela presença.

Foi apenas uma brincadeira! Já estive com o senhor no Ministério da Economia, foi uma ótima conversa.

Nossos amigos antigos, Presidente da Comissão, como nós temos apenas dois Senadores, acho que a gente pode falar um pouquinho mais e aproveitar a presença de todos aqui. O assunto é bastante sério; não é grave, mas é sério.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Senadora, só para justificar a ausência: é que está sendo votada na CCJ a questão da CPI da Lava Toga. Então, não é um desprestígio não. É que a Casa está com muitas pautas de urgência, como essa.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Eu queria iniciar fazendo uma consideração um pouco mais abrangente, Dr. Rogério – S. Sa. é do Ministério da Economia, por isso estou me dirigindo a ele –, porque pouca coisa pode fazer a Ministra da Agricultura se não tiver uma força e um entendimento global, geral, da agricultura brasileira. Vai ficar falando sozinha e pouco vai avançar, fazendo apenas o arroz com feijão; não importa competência ou não nessa hora. Então, eu me dirijo ao senhor para que nós possamos pensar em alguma coisa um pouco mais ampla para a agricultura, incluindo setores e fatores e características importantes e muito diferentes da agropecuária brasileira.

Infelizmente ainda não saíram todos os resultados do censo agropecuário, nós só temos o censo de 2006 totalmente aberto – está demorando um pouco a abertura de todos os dados, e eu gostaria de dar dados um pouco mais atualizados.

Nós temos 5,2 milhões de propriedades rurais no Brasil. É muita coisa. Os Estados Unidos, o Canadá e a Austrália juntos têm 2,7 milhões de propriedades rurais. A infelicidade é que nós estamos caminhando para um fim, para uma estrada, onde vamos fazer agricultura sem agricultores. A

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

concentração está acontecendo cada dia mais fortemente em todos os setores. No nosso não está sendo diferente.

Desses 5,2 milhões de produtores, 86% são pequenos produtores. Não significa que todos sejam pobres. Nós temos pequenos produtores ricos, mas, para se ter uma ideia, há 1,3 milhão de assentados da reforma agrária, e nós sabemos como estão as condições dos assentamentos no Brasil.

Quero dizer, com isso, que nós temos uma agricultura muito próspera, que faz fama no mundo inteiro, mas que, desses 500 milhões de propriedades, temos 500 produtores que fazem 50% do valor bruto da produção. E nós temos, mais ou menos, 70% desses produtores que não chegam a 5%. Nós temos que considerar que, entre esses 70% que não produzem, nós temos uma boa parte de moradores rurais, como no Nordeste por exemplo. Opção. Não tem casa na cidade, não produz nada. Às vezes são pessoas idosas que recebem o BPC ou o Bolsa Família. Elas moram, não têm expectativa quase nenhuma em termos de produção.

Mas nós temos um classe D, ampla e muito capaz, que poderia facilmente ser incluída na classe média. A classe média rural brasileira não existe, ela é muito pequena, ao contrário da classe urbana brasileira, que é de 50%. Então, hoje nós precisamos elevar essa classe D. Isso não tem nada a ver com tamanho de terra – viu, doutor? –, estamos falando de tamanho de renda.

Se o senhor levantar hoje a pobreza no Brasil, verá que grande parte está no campo, grande parte está no campo hoje. Então, a gente tem de tomar uma decisão política apenas. É uma decisão política como a que foi tomada no governo militar para a criação da Embrapa. Foi uma decisão política acertada: a criação da Embrapa tinha como objetivo fazer com que o Brasil deixasse de ser um grande importador de alimentos e pudesse ser autossustentável – naquela época, a gente gastava 50% do que ganhava com comida, hoje nós gastamos 18%. Então, com esse foco, com esse planejamento estratégico, nós não só deixamos de importar alimentos como transformamos o Brasil no maior exportador de quase todos os produtos importantes do mundo, como soja, carne bovina, frango. Nós somos os primeiros do mundo.

Nós temos de tomar agora, neste momento – qualquer governo que ganhasse essas eleições –, outra decisão política daqui para diante. O que nós queremos da agricultura brasileira? Qual é o planejamento estratégico para o futuro? Nós queremos uma concentração? Queremos fortalecer uma classe média? Queremos uma agricultura com agricultores?

O que aconteceu com o crédito oferecido e não tomado? O próprio Secretário de Política Agrícola do Mapa disse que não tem as explicações totais. Pois eu tenho: a grande maioria arrendou terras, e esse produtor arrendatário... Ninguém aumentou o limite dele, do CPF dele. Então, ele continua com o mesmo limite de CPF, pode tirar o mesmo valor que ele tirava quando era sozinho e agora ele arrendou cinco fazendas do lado. Então, o Ministério, nesta hora... Trezentos mil contratos a menos... Não deveria ter sido extinto, eles deveriam ter sido transferidos para quem arrendou, por isso houve devolução de dinheiro. Não há possibilidade de ser outra coisa. Então, o limite precisa ser ampliado, e não apenas anunciar 300 mil contratos a menos. Foi falta de uma política que acompanhasse a tendência do arrendamento no País. Não tenho dúvida nenhuma de que seja isso.

A tecnologia que nós produzimos hoje no Brasil é de ponta. O Roberto Rodrigues falou outro dia – achei muito bonitinho –, na nossa "ciência tropical brasileira". Nós temos uma tecnologia de ponta, nós tropicalizamos a agricultura no mundo; importamos tudo da Europa e tropicalizamos no Brasil.

O que acontece? A tecnologia também concentra, ela é concentradora de renda, ela concentra renda, e eu acredito – não tenho medo de errar – que toda tecnologia disponível no País hoje não está

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

nas mãos de nem 20% dos produtores brasileiros, porque, no passado, acabou-se com a assistência técnica, com a extensão rural, com todos os programas. Não há outro jeito de fazer tecnologia andar, ela é produzida em laboratório e campo e alguém tem que levar a informação e a boa nova até os produtores. Os grandes têm os seus meios, e essa tecnologia é totalmente aberta, mas os pequenos e os médios estão cada vez mais pobres porque não têm renda para comprar a tecnologia e a tecnologia não chega até eles, porque ela também custa. Então, são dois problemas graves: eu tenho que fazer a tecnologia chegar, democratizar a tecnologia, e eu tenho que fazer com que esse cidadão dê conta de comprar essa tecnologia.

O que estou dizendo? Ele pode chegar em uma casa agropecuária e ter dois tipos de milho: um que vai custar R$200 o saco de semente e um outro que vai custar R$500, mas que vai produzir muito mais, o dobro. Ele não tem os R$500 para comprar. Ele sabe que vai produzir menos e compra o saco de R$200, uma semente inferior. Isso é falta de renda para comprar tecnologia. Então, não é apenas o conhecimento.

Se isso for um ideal de governo, isso tudo tem formas simplíssimas de resolver, ninguém vai buscar a roda. Nós temos um exemplo aqui perto no Rio Grande do Sul, do Heinze, no Paraná, em Santa Catarina, parte de São Paulo, algumas coisas em Minas Gerais, que é o cooperativismo, uma questão cultural, não é uma questão de opção de fazer ou não fazer.

No Centro-Oeste, no Matopiba, nós não temos essa cultura de cooperativismo e é difícil implantá-la. É a única forma que você tem de curar a distorção de mercado, porque a distorção de mercado é que eles compram mal e vendem mal porque eles estão sozinhos. Eles estão sem escala tanto para produzir, para comprar os insumos, como para vender os seus produtos. Dez caixas de bananas não se vendem tão facilmente como um caminhão de banana. Isso, Dr. Rogério, é uma opção.

Como é que os Estados Unidos e a Europa fizeram? Do jeito mais fácil possível, muito melhor do que o nosso, bancaram com subvenção: "Não queremos problemas. Quanto custa isso aí? Paga." Custa US$1 bilhão/dia, o que dá US$365 bilhões ao ano. Então, eles vão lá e pagam. "Quanto custou o leite?" "Dez." "Quanto é o preço na rua?" "Três." "Então, toma sete." Então, subvenciona, o povo está no campo... Agora, nós não temos essa condição; nós temos dificuldades com o nosso Tesouro; nós não temos recursos apropriados e suficientes para fazer isso. Então, nem estou sugerindo isso, mas há um jeito fácil e um pouco mais trabalhoso de fazer, mas dá para fazer, sim, porque o modelo cooperativista é um exemplo para nós.

Agora, nós temos, com relação à agricultura comercial, empresarial... Com relação à armazenagem, o senhor viu que todo mundo aqui reclamou. O que acontece? A safra se move. É igual gente: ela se move. Então, a armazenagem correspondente a uma safra tem que ser um e meio, ela tem que ser 150% de armazenagem para 100% de safra. Nos Estados Unidos é assim: eles têm 150% de capacidade de armazenagem da produção americana, porque ela anda, ela muda de lugar na medida em que vai sendo comercializada.

E nós estamos falando não da armazenagem pública; nós estamos falando de armazenagem privada, dentro das fazendas, que isso... A nossa? O senhor quer saber quanto nós temos? Cerca de 60%. A nossa safra: de 100% só tem armazenagem para 60%. Então, quando eles falam desse assunto, é gravíssimo, é muito grave. Então, não é apenas um pedido vão com vontade de ter armazém em casa. É verdadeiro isso e muito sério.

Com relação ao ABC. Quando o Presidente Lula foi a Copenhague e inventou esse ABC, nós quase morremos. Nós queríamos matar, morrer, porque achamos que isso iria ser um negócio que ia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

acabar conosco, ainda mais por uma imposição em lei... "Como é que a gente vai fazer?" E, aí, ao fim e ao cabo, transformou-se em um instrumento muito bom para nós – e, depois, no outro Governo, ampliaram-se esses valores –, que é a fertilização de terras, mais nada. Fertilização de terras! Cumpriu o compromisso que se fez na COP 15, se não me engano, mas o nosso bolso melhorou, ele encheu um pouco mais, porque, em vez de duas vacas, colocou cinco; em vez de tantos sacos, produziu mais.

Então, o ABC é de uma importância para aumentar a produtividade brasileira que não temos como dimensionar, não temos como mensurar o que isso significa em termos de redução de emissão de CO_2, com toda... Não adianta o Governo ter aversão a tudo isso. Nós todos já tivemos muita aversão a essa questão ambiental, mas, hoje, nós já assimilamos tudo isso, sabemos que é uma exigência internacional. Não adianta gritar, esbravejar. Isso é coisa lá de trás. A gente já se acostumou, porque nós aprendemos que, graças a Deus, todas as exigências ambientais trazem lucro para nós. Nenhuma delas traz prejuízo para nós, todas dão lucro. Pode levantar tudo. Então, são as técnicas de manejo que eu estou dizendo de redução de CO_2.

Então, nós acreditamos que o ABC... Nós fizemos um compromisso de 197 bi; nós já aplicamos, até agora, pelo menos até a última vez que eu olhei, 17 bi. Fizemos nove milhões de hectares, o que não é pouco, é muito. Melhorou bastante, ajudou muito! Então, quem faz o ABC tem uma preferência também. Você não pode tirar só para comprar vaca; você pode comprar vaca, mas você tem que reformar a pastagem. Você pode comprar trator, mas você tem que reformar a pastagem. Então, é uma vinculação muito importante.

Talvez, eu não sei, nós poderíamos criar alguns fundos, junto com recursos internacionais, para que pudéssemos ampliar o ABC. Ele é pago, a gente paga por ele. Claro que os juros são subvencionados, lógico, porque o retorno não é tão rápido assim, o retorno de se investir na terra. É igual investir em saneamento básico: é médio e longo prazo na saúde humana e é super necessário.

Então, para a agricultura, o ABC tem o mesmo significado que o saneamento básico na saúde das pessoas. Será que eu fiz uma analogia muito ruim? Não, não é? Eu acho que têm o mesmo grau de importância para nós o saneamento e o programa ABC. Que a Agricultura de Baixo Carbono tenha outro nome, de qualquer coisa, mas eu penso que os países ricos têm muitos recursos, fundos soberanos, como a Dinamarca, a Noruega, a Salic, da Arábia Saudita, que é a segunda maior, países que poderão querer investir nisso, com os mesmos juros. Eles não sabem onde pôr o dinheiro. E qualquer juro para eles é "jurão". Se a gente pagar o juro do ABC para eles, eles não vão acreditar. Eles vão morrer de alegria. Então, é apenas uma sugestão.

Com relação à produção e, agora, à subvenção, ela foi reduzida, Dr. Rogério, em 43% nos últimos anos. Ela saiu de 21, passou para 15 e, nesta última safra, foram 12, realizados, números oficiais. Então, nós saímos de 21 para 12.

Eu gosto de fazer uma comparação, só para amolecer um pouco o coração da Fazenda, da Economia e do povo brasileiro, para não imaginar que os produtores estão choramingando dinheiro, Presidente da nossa Comissão, Senadora Soraya. A gente não choraminga dinheiro. Nós choramingamos competitividade, porque, se tivéssemos um Estado que correspondesse exatamente ao que nós fazemos da porteira para dentro, não precisaríamos de subvenção nenhuma – estrada, ferrovia, hidrovia, porto, energia. Não haveria problema. Agora nós fazemos a nossa parte da porteira para dentro, e o Estado brasileiro não fez da porteira para fora. E vocês viram a taxa de juros aqui, a taxa de juros brasileira na agropecuária. Então, essa subvenção não é financeira, econômica. Ela é uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

subvenção de competitividade para que a gente não perca e não possa competir com o mercado americano, que é o maior competidor que nós temos.

Então, eu comparo aqui a Zona Franca de Manaus, para o senhor amolecer o seu coração um pouco, para o senhor ver que coisa horrorosa – não é a Zona Franca de Manaus que é horrorosa; a comparação é que horrorosa. A Zona Franca de Manaus recebeu de isenção fiscal, que, de certa forma, é uma "subvenção" – entre aspas –, R$24 bilhões no ano passado. E nós caímos de 21 para 12, certo? Agora o que representa uma e outra? A Zona Franca tem 113 mil empregos, e nós, 30 milhões. Nós temos um PIB de um 1,380 tri, e lá o faturamento é de 87 bi. A balança comercial de Manaus é deficitária em US$10 bi, a nossa é superavitária em US$88 bi. As exportações de Manaus significam US$718 milhões, a nossa, US$102 bilhões. Então, eu sei que não tem nada a ver uma coisa com a outra. É apenas para dar uma dimensão do que é aplicado na agricultura e do que é aplicado em outros lugares e o resultado, porque quero chamar a atenção para resultado de subversão, porque subvenção não é do Governo. Subvenção é do povo brasileiro. É imposto, gente! O que o povo fez foi contribuir. Então, nós temos que dar satisfação para esse povo que pagou de como nós estamos usando isso. Está dando resultado ou nada? Está. Garanto que a agricultura está dando resultado, certo? Agora os demais eu não sei. Tem que verificar.

Então, aqui, na verdade, outra coisa que precisa ser observada – já estou terminando, Presidente – é: os custos do frete... Eu adorei você tocar nesse assunto, porque está virando uma obsessão, e o povo já está até enjoado de me ouvir falar.

O leilão da Ferrovia Norte-Sul foi um descalabro, foi horrível e consertaria isto aqui: os custos de 15% a mais do que a soja tem no Centro-Oeste e no Matopiba poderiam ter sido consertados rapidamente com o direito de passagem no leilão da Ferrovia Norte-Sul.

Eu não desisti ainda, eu estou com oito ações na Justiça, estou movendo céus e terra. Eu tenho absoluta certeza de que o Paulo Guedes não sabe disso. Não pode saber, porque um homem liberal como ele não pode ter tirado a livre concorrência da Ferrovia Norte-Sul, renovando todas as outorgas dez anos antes – certo? –, tudo sem direito de passagem, todas as ferrovias do centro-sul e todas as do centro-norte. Então, nós vamos ficar 10 mais 30, 40 anos sem direito de passagem. A chance de baratear o fretezinho nosso lá, no Matopiba e no Centro-Oeste, é zero, porque eles são os donos totais, eles colocam a tarifa em 90% do preço do frete, 90%, é o que está valendo na VLI Tocantins, e eu vivo levando carão de produtor. Mesmo sendo contra, eles se encontram comigo e me dão carão por conta do preço da ferrovia, da VLI.

Então, eu quero apenas lembrar que, apesar de reduzir a subvenção em 43% nesses três anos, nós aumentamos os custos de produção em 22%, nós aumentamos a terra em apenas dez, aumentamos a produtividade muito mais do que isso e a conta não fecha. Eu reduzi a subvenção e aumentei o meu custo de produção. Se antes eu recebia – é 1 milhão por CPF, eu não sei mais quanto é; quanto é? – 1,5 milhão por CPF, quanto é 20% disso, 22%? Isso tem que ser corrigido ano a ano, de acordo com o custo. Então, eu tenho que receber 1,5 milhão mais os 22% do custo de produção. Vocês têm a Conab, vocês têm o Ministério da Agricultura, que calcula isso numa velocidade incrível.

Então, o CPF, o valor e o limite não podem ficar congelados. Ele tem que variar sob dois aspectos: um é o custo de produção. Eles não são culpados não, não são eles que são incompetentes. São os insumos que estão subindo com uma velocidade enorme. E tudo em dólar – não preciso falar o preço do dólar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Então, os custos subiram e eles ampliaram as suas terras, porque, graças a Deus, uns não querem mais porque ficaram todos sabidos, e uns doidos ainda querem. Então, eles arrendam as terras, estão aumentando a sua produção e continuam com 1,5 milhãozinho, Presidente. Então, não há possibilidade. Sobra o dinheiro mesmo.

São detalhes por que a gente luta há muitos anos, não é uma crítica focada neste Governo, absolutamente. Isso são considerações com que nós trabalhamos há anos. Aliás, uma ampliação de terra foi de 5% e o aumento de produção de 22% e o custo, também, em 22%, coincidentemente.

Então, eram essas as considerações que eu gostaria de fazer e o nosso projeto de lei, graças a Deus, todos aqui mencionaram e o apoiaram, porque, apesar de eu ser a autora, ele foi construído quando eu estava no Ministério, eu ouvi todas as entidades do País. Eu queria fazer um novo passo, o quarto passo moderno da agricultura brasileira. O primeiro foi a Embrapa, o segundo foi no Governo militar, o terceiro foi no Governo Collor, com a PGPM, os preços mínimos, a garantia de preço mínimo. Depois, nós tivemos o seguro agrícola, no Micheletto, no Governo do Fernando Henrique, se não me engano – Micheletto foi Fernando Henrique, não é?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Em 2003, Governo Lula, 2003. E esse projeto, que não é meu, eu só emprestei a tinta da caneta, é um projeto que vai revolucionar a agricultura. Vai ser o quarto passo da agropecuária brasileira, no qual vamos melhorar a gestão de risco e ir diminuindo passo a passo a injeção de crédito, chegando a 90%, 99% de seguro, porque se tivermos 99% de seguro até eu vou vender uma fazenda e vou financiar produtor, porque é rentável. Para quem tem seguro garantido todo mundo quer emprestar e por um juro bem barato, mais barato do que Selic.

Então, seguradora, que hoje corta o nosso pescoço, esquece esse povo! Porque na hora em que nós aprovarmos esse projeto em que os 6 bilhões ou 7 bilhões, que foi o que deu aqui, e mais um da Conab... Porque não vai precisar de Conab para fazer o seu seguro, nem vai precisar de AGF mais. O que vai acontecer? A Conab pode ter outra função importante, é mais 1 bilhão de economia. Então, nós podemos ter 8 bilhões, Bartolomeu, em um saco só, que é no Tesouro, fazermos o risco e irmos administrando na medida da necessidade do País, inovando com os contratos de opções privadas. Isso vai ser fantástico e também será um seguro para o produtor.

Então, isso vai na linha do Governo Federal, vai na linha do Ministro da Economia. Eu tenho certeza de que nós precisamos aprovar, com alguns ajustes, de novo, reunindo todo o pessoal, para ver se é isso mesmo e começar a fazer, porque gradativamente a subvenção do crédito não vai ser necessária.

Só a título de informação, Heinze, é a última coisa: quando o Heinze citou essa tabela aqui, muito correta, sobre o VBP, os Estados Unidos investem 26%, a Europa 24%, a China 17% e nós 4%, qual é o permitido pela OMC? É 10%. A cláusula de minimis determina que cada país pode gastar até 10% do valor bruto da sua produção em subvenção. Então, nós estamos em 4%. Se a gente quisesse entrar com uma ação contra os Estados Unidos, a Europa e a China, nós teríamos instrumentos, porque eles passaram dos 10%: 26%, 24% e 17%.

Nós somos, doutor, bons demais da conta. Nós somos um espetáculo, sucesso absoluto, a economia fica junto conosco, o planejamento, vendo o que querem os produtores de soja, o que querem os da região do eixo Arco Norte; a logística tem que entrar nesse planejamento. Nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

queremos sair para cima, acima do Paralelo 16, o que é prejuízo para quem desce. O Paralelo 16 corta Goiás na cintura, o Estado de Goiás. Quem estiver acima dele tem que sair por Santos, tem que sair por Paranaguá, tem que sair por Vila do Conde, não pode descer para Santos e Paranaguá, porque é prejuízo na certa. Quem estiver abaixo do 16, tudo bem. Agora, lá para cima, está tudo fechado.

Nós aprovamos a MP dos Portos. Eu tive o prazer e a honra de colaborar fortemente em escrevê-la. Aumentamos os portos, mas nós precisamos de saída e de logística para cima. Para cá nós vamos pelo Canal do Panamá, chegamos na China mais rápido; e, para a direita, por Itaqui, vamos para Roterdã, e é cinco dias a menos do que Santos para Roterdã, o espetáculo que é essa região do eixo Arco Norte brasileiro.

São essas as considerações para que a gente possa dialogar. As entidades têm uma capacidade técnica maravilhosa e a gente pode sentar. Depois do governo militar, nunca mais tivemos o planejamento. Nós podemos agora aproveitar inclusive a presença dos militares no Governo para ampliar esse debate e fazer um grande projeto nacional para a agropecuária, uma grande agricultura, mas com agricultores.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Obrigada, Senadora.

Senador, o senhor prefere falar antes de eles tomarem a palavra? O senhor fala depois?

Então, começamos com o Sr. Rogério.

O SR. ROGÉRIO BOUERI MIRANDA – Pelo discurso da Senadora, pelas palavras da Senadora, temos muitos e muitos pontos de alinhamento. E eu acho que nós temos uma estrada em comum para seguir, muito embora algumas das coisas aqui nesta Comissão em que há divergência entre o Ministério da Economia e as outras entidades, com o Ministério da Agricultura nós também estamos alinhados, mas com as entidades, obviamente, elas sabem onde o calo aperta e eu realmente não vejo como naturais alguns dissensos.

Eu só gostaria de esclarecer que, na questão do nosso Plano Safra, do nosso financiamento, se nós olharmos os números – e como foi dito aqui, os números não mentem –, vemos que estamos prevendo para o ano safra corrente o maior valor de crédito rural da história. A gente fala lá das fontes, etc., é tudo muito pertinente, mas o valor utilizado é o maior, e o da safra 2018/2019 é o segundo maior. Então, a gente pode discutir onde estamos botando a subvenção, Programa ABC.

E outra coisa que gostaria de frisar, e obviamente eu estou respondendo aqui diretamente à OCB e ao Ademiro, que é uma pessoa que eu respeito profundamente, é que existe uma série de estudos – o último deles da Fundação Getúlio Vargas, do Prof. Samuel Pessôa, que é um dos maiores economistas do Brasil – que detectam claramente uma redução: para cada 1,5 ponto percentual de crédito direcionado – esse 1,5 em relação ao PIB –, você tem um aumento da TJLP, da Selic, das duas taxas, de cerca de 2,2 pontos percentuais. Então, esse aumento é detectado. Baseado nisso é que a gente tem que evoluir essa política. Eu acho que as palavras da Senadora estão completamente na direção certa.

Quanto à questão da armazenagem, nós tivemos e estamos tendo um diálogo intenso com a frente parlamentar – eu estou virando freguês lá. Quanto à questão da armazenagem, em 2007 houve uma medida provisória, uma minuta de medida provisória, para que se permitisse aos cerealistas tomar crédito rural para construir armazéns. Essa medida provisória parou. A pedido da frente parlamentar nós estamos revendo, estamos trazendo de volta para...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Fora do microfone*.) – Proibir o cerealista...

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Não. Permitir. Então, é rever, propor melhorias.

Na questão do crédito, nós estamos propondo nos próximos dez dias uma medida provisória também. Já tive luz verde do Secretário Especial Waldery Rodrigues e do adjunto, ex-Ministro do Planejamento, Esteves Colnago, que está com...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Fora do microfone*.) – André Esteves – não deve ser?

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Não, não. Foi ato falho. É Esteves Colnago, que foi Ministro do Planejamento, que é o adjunto do Secretário Waldery.

Tivemos sinal verde para propor uma medida provisória criando um mecanismo de aval fraterno, solidário para aumentar a capacidade de contratação de crédito dos agricultores e tentar equacionar, pelo menos, parte do problema do crédito daqueles agricultores que já estão endividados, inclusive fora do setor bancário.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGÉRIO BOUERI MIRANDA – Então, quando a gente vê, o cenário é de mudança, até por imposição da realidade, mas nós podemos fazer com que essa mudança seja benéfica ao agricultor brasileiro. E não tenho dúvida de que o que Ministério da Economia quer é que o *agrobusiness* bombe, porque nosso negócio hoje, no Ministério da Economia, é *business*. Nós somos agora um Governo liberal na economia, nós queremos que as pessoas que produzem ganhem bastante dinheiro e que as famílias tenham a segurança alimentar devida. Nós não queremos que o preço dos produtos agrícolas pese na inflação e assim por diante.

Eu não vou me alongar mais porque, dado o adiantado da hora, eu tenho que deixar os outros falarem também.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Fora do microfone*.) – Cada 1,5% de crédito subvencionado aumenta a taxa Selic em 2,2?

O SR. ROGÉRIO BOUERI MIRANDA – Segundo o estudo da FGV, Luciano Miranda e Samuel Pessôa, cada 1,5 ponto percentual a mais de crédito direcionado – não é o subvencionado, é o direcionado, esse 1,5 é em relação ao PIB – dá um diferencial de Selic de 2,2 pontos percentuais a mais.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Mas isso não é só agricultura.

O SR. ROGÉRIO BOUERI MIRANDA – Não, absolutamente. A agricultura...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Foi mostrado ali que o comércio, que a indústria estão muito além do nosso subsídio.

O SR. ROGÉRIO BOUERI MIRANDA – O ponto aqui, Senador, não é a agricultura. A agricultura é uma pequena parte desse conjunto. É 18% na verdade. Os outros 82% estão fora da agricultura.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Sim, com a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. BARTOLOMEU BRAZ PEREIRA – Esse pedido, Senadora, foi nosso, do setor produtivo, principalmente do setor de grãos, para segurar essa PEC.

Qual é o objetivo do PCA? O objetivo do PCA é atender o produtor rural, e nós não podemos redirecioná-lo para uma forma, o atravessador. Eu acho que nós deveríamos criar outra linha de crédito, mas o PCA, da forma que ele está, nós precisamos melhorar o acesso e pedir menos burocracia. Nós já temos melhorado isso.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – E manter só para os produtores.

O SR. BARTOLOMEU BRAZ PEREIRA – Para os produtores rurais. Então, esse é um pedido nosso.

Por isso, eu quis colocar aqui, porque, às vezes, estavam entendendo errado. Então, é um ponto que é necessário que se mantenha, porque são modelos que deram certo, a gente conhece. Nos Estados Unidos, os armazéns estão dentro das propriedades rurais e ali é que se faz depois a redistribuição desse produto e uma boa logística.

Um outro ponto – inclusive, nós estamos no grupo de trabalho do endividamento – é essa questão de dívidas com terceiros. Pela dificuldade de acesso a crédito – a Senadora colocou muito bem –, houve o aumento do custo de produção, e os valores continuaram, acho que uns quatro, cinco anos, o mesmo valor de 1,5 milhão.

Então, isso fez com que, pela necessidade de o custo ser muito alto, o produtor rural buscasse crédito fora, com juros altos. E nós temos outros fatores. O arroz também tem essa mesma situação. Então, o produtor está endividado fora. Nós precisamos buscar essa alternativa que, como você colocou, é bastante interessante.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Obrigada, Bartolomeu.

O SR. EDUARDO LUÍS LEÃO DE SOUSA – Posso fazer um comentário rápido?

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – A voz é tua, ligue o microfone.

O SR. EDUARDO LUÍS LEÃO DE SOUSA – Vou comentar um pouco o que cada um falou aqui rapidamente.

O Ademiro falou várias coisas, já debatemos isso em outros fóruns, a questão das medidas do Banco Central foge da minha... Mas um ponto que eu deveria ter mencionado e não mencionei é a questão do Proagro, Proago Mais e o seguro. Estamos fazendo um esforço sim. O Proagro é um programa em que os produtores comunicam com o PSR, então, estamos tentando trazer tudo para um balaio só. O Proagro Mais não é o mesmo produtor, não, Ademiro; o produtor é menorzinho. Estamos tentando também ver se atrai a maior parte deles para o PSR.

O Eduardo Leão, eu quero usar esse exemplo, o comentário da Senadora Kátia Abreu, do Rogério, agora, olhem só: R$12 bilhões para o Prorenova, não é?

O SR. BARTOLOMEU BRAZ PEREIRA – São R$12 bilhões os recursos totais necessários.

O SR. EDUARDO LUÍS LEÃO DE SOUSA – Isso.

O SR. BARTOLOMEU BRAZ PEREIRA – O que nós estávamos pleiteando seriam R$4 bilhões de recursos do BNDES.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. EDUARDO LUÍS LEÃO DE SOUSA – Então, 1,5 de custeio para a cana, que é totalmente justificável, incluir a cana no ABC, e a questão do armazém do açúcar... Cerealista não tem, esse é o debate que está havendo aqui agora, cerealista não tem acesso ao crédito rural. Esse é o debate que teve...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO LUÍS LEÃO DE SOUSA – Exatamente, ele não tem acesso.

Então, é isso. Depois eu vou falar um pouco mais da fala da Senadora, que foi muito longa. Mas é isso, o cobertor é esse. A não ser que se tome decisão política, como a Senadora falou aqui: "Vamos mudar esse cobertor", entendo o cobertor como... Olha só, eu preciso do dinheiro para renovar a cana um pouco mais do que estou tendo, eu preciso atender ao cerealista ou não? Eu sou de outra opinião, é certo, mas eu acho que não devo, porque se o dinheiro é curto e eu tenho que priorizar armazenamento na propriedade, aí, eu abro para o cerealista também, entendeu?, eu vou cobrindo um santo e descobrindo o outro.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Fora do microfone.*) – Ninguém quer aumentar.

O SR. EDUARDO LUÍS LEÃO DE SOUSA – Mas ele quer. Muita gente quer, Senadora. Muita gente quer.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Mas não é para a agricultura isso...

O SR. EDUARDO LUÍS LEÃO DE SOUSA – Pois é.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – ... BNDES para a fila da empresa.

O SR. EDUARDO LUÍS LEÃO DE SOUSA – Eu entendo que o cerealista tem um efeito importante no setor, há lugar em que ele ajuda, mas olha isso aí.

Voltando, se o cobertor é do mesmo tamanho, tem que tomar decisões difíceis.

A Senadora fez uma fala longa, praticamente inatacável. Havia uma coisa pontual que eu queria comentar, mas eu escrevi tanta coisa aqui, Senadora... Inatacável! Há uma coisinha que eu queria comentar aqui, mas eu...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – O discurso foi para ele, entendeu?

O SR. EDUARDO LUÍS LEÃO DE SOUSA – Eu sei, mas eu queria falar uma coisa.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Foi direcionado a ele.

O SR. EDUARDO LUÍS LEÃO DE SOUSA – Eu escrevi tanto aqui que eu perdi o que eu queria falar.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Esse povo não conhece a roça.

O SR. EDUARDO LUÍS LEÃO DE SOUSA – Realmente, eu me perdi aqui. Uma pena.

Mas é isso, Senadora. O exemplo que a Senadora deu sobre o cara do milho – vou usar isso, se a senhora me permitir – é o famoso acesso à tecnologia. Se o cara não tem um dinheirinho, ele não tem acesso à tecnologia. Ele vai plantar milho com adubo ou sem adubo, com a semente boa ou com a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

semente mais ou menos. É isso. Tecnologia, no fim das contas, é isso. O cara vai produzir 100 ou 130 e, às vezes, o lucro é 20. Vai produzir 100, não tem lucro...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Ou desmata mais um pedacinho.

O SR. EDUARDO LUÍS LEÃO DE SOUSA – Ou, pior ainda, vai desmatar mais.

Lembrei o que era: o ABC. O Eduardo Leão falou do ABC, a senhora falou do ABC. Hoje eu sou impressionado com a quantidade de pleito que chega: "Me inclui no ABC, por favor". O ABC foi um programa criado, foram R$2 bilhões aproximadamente, Senadora, a senhora perguntou aqui, e é muito atraente porque a taxa de juros é mais baixa, e é mais baixa porque é um programa para priorizar mesmo, para priorizar mesmo alguns investimentos. Então, ele é mais complicado, tem que fazer um projeto integrado. Eu não consigo comprar um boi no ABC; mas se eu reformar o pasto, plantar eucalipto e comprar o boi, eu consigo. Ele é mais complicado mesmo.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Fora do microfone*.) – Foi, porque eu tenho que pagar...

O SR. EDUARDO SAMPAIO MARQUES – Isso, e todo mundo que entrar no ABC. Então é isso. Uma coisa que é prioridade, quando você põe tudo para dentro, deixa de ser prioridade. Prioridade é para ser menos do que o total.

Algumas coisas sobre... O Senador comentou aqui agora do seguro rural. Um dos estudos que nós estamos fazendo aqui – nós, não; a CNA está fazendo, meio a pedido nosso – é sobre a questão do seguro, quantificando o prêmio do seguro no custo de produção, até quanto aquilo pode ir.

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO SAMPAIO MARQUES – Prêmio é custo de produção. E para aquela decisão, Senador, infelizmente, de novo, cobertor curto. E eu advogo e defendo: prefiro subvencionar 35% e atingir um número maior de produtores a voltar para 50% e concentrar o dinheiro em menos gente.

Peço que o Bruno me mande, por favor, essa representação. Temos urgência, Bruno, em absorver, tem muita coisa boa ali.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Alguém deseja comentar a palavra da Senadora Kátia? Alguém mais deseja? (*Pausa.*)

Então, Senador Luis Carlos Heinze.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Heinze; só um minutinho, Presidente. Depois que eu gostaria que o Rogério pudesse dizer para nós – é uma solicitação, não é nenhuma resposta – o que faremos para melhorar as cooperativas de crédito. Nós temos uma sugestão: temos o FNO na Região Norte, que tem uma morosidade e uma burocracia horrível no Banco da Amazônia, ninguém consegue tirar o dinheiro, e nós gostaríamos que isso pudesse ser livre mercado, igualzinho o povo do Governo gosta e eu também gosto. Então, vamos deixar o Banco do Brasil, vamos deixar todo mundo operar – FNO, FCO, FNE, as cooperativas de crédito –, é uma das nossas salvações. Então eu queria deixar registrada essa análise e também, sobre as *fintechs*, o que é que poderia também ampliar e melhorar.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – A Senadora falou sobre as cooperativas de crédito. Boueri, outro dia o Roberto Campos recebeu lá a direção do Sicredi e a direção do Sicoob, esses dois sistemas que hoje... No Rio Grande do Sul, Kátia, o sistema Sicredi financia... Primeiro é o Banco do Brasil, depois o sistema Sicredi; assim seguramente deve ser em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

outros Estados também, no Brasil, o.k.? Então, é um sistema que cresceu, evoluiu muito, com muita segurança e seriedade. É essa a diferença.

Mas, Boueri, o maior volume de crédito rural... Eu estou pegando 1979 – eu corrigi para 2017, eu não corrigi para 2019, eu vou corrigir –: nós plantávamos, naquela ocasião, 37 milhões de hectares – hoje são 62, cresceu 68% a nossa produção. Nós colhíamos 41 milhões de toneladas – colhemos 233, aumentou 461%. Essa a gente merece o que nós estamos pedindo aqui; esse povo que fez isso.

Eu gostaria, para contrariar um pouco...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Fora do microfone*.) – Foi de quanto agora, para sair o maior dinheiro da safra, que ele prometeu?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Bom, ele tinha que aumentar 461%, vai R$300, R$400 milhões.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Fora do microfone*.) – Eu sou da roça, mas eu cumpro!

O SR. ROGÉRIO BOUERI MIRANDA – Está aqui, esses são dados do Banco Central. Isso já se emprestou em crédito rural. E vou dizer agora, viu, Sampaio: naquela ocasião, devia haver quase 3 milhões de contratos. As cooperativas – Ademiro, que está aqui, representando a OCB – faziam o repasse dos contratos. Eu fazia projeto para o Banco do Brasil em 1974, 1975, naquela ocasião lá. Então, as cooperativas eram repassadoras; faziam lá, naquela ocasião, 5, 10, 15 mil contratos, sei lá; as cooperativas faziam, simplificavam o processo.

Mas eu gostaria que, no meu arroz, ou na soja, ou no milho, ou no trigo, sei lá, eu tivesse o que a Petrobras está fazendo: "Agora o meu reajuste é de 15 em 15 dias". Nós não conseguimos fazer isso. Eles fixam ali, Kátia: "Eu, de 15 em 15 dias, vou reajustar o preço". E reajustam. Claro, porque é concentrando. Não é uma questão da única, mas está junto com eles, entendeu? O preço de vocês vai ser reajustado como se reajusta a gasolina, o etanol e o diesel.

O SR. BARTOLOMEU BRAZ PEREIRA (*Fora do microfone*.) – Era o que gostaríamos, viu, Senador?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Não, mas a Petrobras está fazendo isso hoje, e ela marca território e faz o que quer, faz isso.

Então, os contratos, Kátia, que baixaram de 1,141 milhão para 858 mil, em parte, pela questão do CPF, mas a maior parte deles é pela questão da perda de renda dos agricultores. Não é o arrendamento, estão lascados, seja arrendado ou proprietário.

O Banco Central me deu aqui, eu peguei o nosso arroz ali, em 2016, havia 6.446 contratos do Banco do Brasil e, em 2018, 4.311. Caiu 33%; em Santa Catarina caiu 18%. O milho caiu 27% e, em Santa Catarina, 36%. A soja manteve o número de contratos. E por que isso? A soja tem renda, entendeu Bartolomeu, tem renda e está se mantendo. Agora, o miserável do arroz e esse cara do milho aqui, e estou falando em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, que são dois Estados... Não é o caso daquele que não planta.

Então, essa redução, em grande parte, foi por causa disso aqui. Ele migrou para onde? Ele foi para a indústria porque não tem mais onde financiar, o banco não acredita mais nele.

Aí o Bartolomeu me faz encher os olhos aqui, quando ele disse assim: preço mínimo – viu Sampaio, e vocês não querem nos dar o preço mínimo lá, viu Boueri? –, o preço mínimo nos Estados Unidos, a chuva não está lá, é de R$58,00. É o preço mínimo dos Estados Unidos. O nosso é R$35,00, R$36,00, e está errado o preço, nós podemos colocar para R$ 41,00, doutor. Entendam esse lado, é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

gente que precisa. Oitenta e cinco por cento do arroz, é do que eu estou falando aqui, R$58,00. O da soja, R$70,00, esse é o nosso preço de mercado. Eles têm preço de mercado: milho, trigo, arroz, algodão, R$58,00. Como é que está o preço de vocês aí, tchê?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO (*Fora do microfone.*) – Está equivalente.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O.k. Então vejam, eu estou falando de alguém que precisa, não é de quem não precisa; da necessidade e, inclusive, da questão do endividamento, e aí nós temos que trabalhar bem. O Bartolomeu falou da questão do endividamento. A sacada que estão fazendo hoje, o Banco Central já praticamente autorizou, nós conversamos aquele dia com eles, terça-feira passada, é que esse Fundo de Aval Soberano, sei lá, chamem como quiserem, é que vai nos ajudar. É preciso fazer isso, mas, para alguns tipos de produtores, tem que haver um pouco de subsídio. Esses juros de 10%, 11% são um pouco complicados para nós. Essa TLP mais três, quatro, cinco, sei lá, dez, onze, o.k.? Até a formatação, viu, Sampaio, de colocar os 4% para o produtor, 4% para a empresa, 4% para não sei o quê, essa é uma situação. E vou deixar.

Foi falado aqui na questão dos problemas de financiamento para armazenagem. Em 2017/2018, quando havia 1,6 bilhão, era o valor, foram aplicados 433. E pasmem, o Banco do Brasil foi o que menos aplicou naquele momento. Outros bancos financiaram mais. Neste ano, de 2,124 bilhões, foram aplicados 924, é o dado que eu tenho de fevereiro, esse no PCA, que financia armazenagem. Não sei se há um dado mais recente, mas é esse aqui.

Essas empresas precisam hoje desse financiamento, viu Kátia. A cerealista não é Bunge, não é Cargil, não é ADM. São cerealistas iguais a cooperativas, existem em qualquer parte do Brasil hoje. São empresas que... No Rio Grande do Sul, as cooperativas devem ter 50%, 60% de recebimento dos grãos, e eles têm 40%; está nas mãos das cooperativas. É preciso, sim, para o produtor.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Fora do microfone.*) – É agroindústria?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – É agroindústria. Nós lá chamamos de cerealista não é a Bunge, não é a Cargil. Aqueles que tomaram... Porque a Cargil não tem mais armazéns, então, quem entrou no lugar deles é uma cerealista, como chamamos; cerealista ou uma cooperativa, que recebe os grãos. Lá no Sul há...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – É. Então...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – É, é, a cooperativa.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Heinze, só um minutinho. Há uma lei que nós aprovamos no passado que define o que é agroindústria. Agroindústria é quem tem produção própria e de terceiros. Então, se ela tem, essa cerealista, é agroindústria de verdade, na base da lei.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Não, não é indústria, eles não têm indústria, porque eles vendem a soja para as grandes *trades*.

O SR. BARTOLOMEU BRAZ PEREIRA (*Fora do microfone.*) – É comercialização.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Comercialização, eles só fazem comercialização. Nisso nós estamos tentando mexer. Já tinha no ano passado, para tentar acertar, e não foi... É preciso que esse pessoal possa...

Bom, então aqui há recurso para armazenagem. Nós precisamos envolver isto aqui, entendeu, Boueri?

O que nós precisamos fazer, o que nós queremos hoje, o objetivo, minha Senadora Soraya, acho que nós alcançamos. Trouxemos aqui o Governo, está aqui a economia, está aqui a agricultura. Temos aqui as entidades que representam os produtores rurais, faltaram duas ou três aqui, mas o resto está fechado.

Sobre a questão do seguro agrícola, eu gostaria até que a Laura falasse, ela tem a experiência de 22 safras nas costas, a empresa que ela tem trabalha isso aqui. E os produtos – viu, Alexandre? –, como o Barroso está falando, eles já fazem lá; essa empresa já faz no Rio Grande do Sul seguro até de renda. Se eu quiser, eu já tenho isso aqui, com o trabalho que eles já fazem, uma experiência de 22 anos. É importante na discussão – viu, Sampaio? – ouvir a experiência que eles têm nas costas. Falaram aqui agora, eu recebi uma demanda, recém estava eleito Senador, de uma granizada que deu ali na Serra Gaúcha, em 14, 15, 16 Municípios. Quantos técnicos botaram lá, Laura?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Quatrocentos técnicos. Em questão de duas semanas, fizeram a vistoria em 20 mil propriedades rurais. Aquilo foi injeção na veia. Isso existe já no Brasil, só para colocar para vocês. Então esses modelos são o que nós temos que ampliar para poder fazer.

Para mim, obrigado, Senadora Soraya, Senadora Kátia e nossos debatedores aqui. Vamos seguir juntos, viu? Nós vamos chegar ao Presidente Bolsonaro. Pode crer que nós vamos chegar. O desempate vai ser lá, viu, Soraya? Vamos levar, espichem até onde der, Eduardo Sampaio, com as nossas entidades aqui. E vamos chegar ao Presidente, vai ter que chegar, porque quem faz essa agricultura, os números que a Kátia mostrou, que eu estou mostrando aqui, pelo amor de Deus, ninguém, nenhum país do mundo pode fazer tanto como a gente está fazendo aqui no Brasil. Esses agricultores são heróis. Quem está plantando e criando hoje no Brasil, explorado pelas multinacionais, seja do petróleo, dos defensivos, dos fertilizantes, das máquinas, dos bancos, todo mundo, pelo amor de Deus, e ainda está plantando, fazendo este Brasil ser o que é, merece respeito, merece atenção.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – O Presidente Bolsonaro eu tenho certeza de que tem consciência disso. Agora, o Rogério vai levar isso lá para o Paulo Guedes, não é?

Alguma consideração a mais?

O SR. BARTOLOMEU BRAZ PEREIRA – Senadora Soraya, eu vou pedir que ele leve mais uma consideração para o Paulo Guedes. Nós ontem tivemos uma audiência. Nós estamos aí com a Marcha dos Prefeitos, os Governadores também, juntos, na questão da Lei Kandir. Nos preocupa muito a Lei Kandir para a produção brasileira, a agropecuária. A agropecuária é essencial para a subsistência. Então leve. Eu acredito que se há forma de buscar a compensação, eu não sei qual é a fórmula, mas a Lei Kandir é essencial para a continuidade da agropecuária brasileira.

Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. ROGÉRIO BOUERI MIRANDA – Quero fazer uma consideração particular sobre isso, a Lei Kandir. Nós sabemos que não podemos onerar as exportações primárias brasileiras. Agora, eu gostaria que os senhores considerassem, quando se está falando e está na imprensa esse fundo do pré-sal, que vai ser dividido entre Estados etc., inclusive, a repartição vai ser pelos montantes da Lei Kandir, eu gostaria também de que houvesse um esforço. É difícil pedir mais esforço da agricultura brasileira, porque realmente eu concordo em gênero, número e grau com o que o Senador Heinze falou, ou seja, que são realmente os heróis do Brasil. Mas heróis fazem sacrifícios e nesse caso não é nem sacrifício, é uma pressão pelo entendimento de que o Governo está tentando solucionar esse problema via fundo de repartição do pré-sal. Inclusive, o desenho inicial dele responde à divisão da Lei Kandir. Às vezes pode parecer que a gente está deixando a coisa correr solta. Não é. Nós estamos fazendo um esforço para não onerar as nossas exportações primárias. Sabemos que não podemos brincar com isso. Nossa balança comercial depende disso. Nossa acumulação de divisas depende disso. Nós não estamos brincando com isso. Podem ficar tranquilos.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Senadora... Sim, pode falar...

O SR. ROGÉRIO BOUERI MIRANDA – Gostaria só de agradecer a atenção. Acho que falei um pouco demais, fui um pouco prolixo. Quero agradecer a atenção e a compreensão de todos.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Soraya, só para dar mais um dado importante, Bruno, pegue um trabalho que o Antônio da Luz tem, do Rio Grande do Sul, sobre os impostos que a agricultura brasileira paga. Eu peguei soja, milho, trigo, arroz, boi e leite. Sobre o custo operacional, não é sobre o custo total de venda, deu quase R$52 bilhões o que nós pagamos no ano passado, de imposto, bilhões. Quem pagou? Isso é dentro da porteira do agricultor. Eu não estou falando de produto industrializado, mas de dentro da porteira, sobre sementes, sobre adubos, sobre defensivos, sobre peças, sobre máquinas, sei lá, R$52 bilhões; mais ou menos 45% são para o Governo Federal, 50% para o governo estadual, 5% para o Município. Não há mais o que tirar dessa gente, não há mais o que tirar, entendeu, Boueri? Por favor, esse é o passo.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Agradeço a presença dos senhores oradores e quero dizer que o que precisarem da nossa Comissão, em termos de legislação para os dois secretários, para que a gente consiga avançar, estamos aqui para isso.

Muito obrigada.

Eu só vou fazer a leitura de um requerimento aqui para poder encerrar.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Gostaria de pedir ordem só um minutinho.

Eu dispensei os oradores pelo avançado da hora, mas não encerrei ainda a reunião. Eu só vou ler um requerimento de uma audiência pública. Não tem problema, não, é que ninguém sabia. Então, vou pedir um minutinho de silêncio para poder terminar.

REQUERIMENTO - CRA.

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo e a Comissão de Meio Ambiente, com o objetivo de debater as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

soluções e impacto ambiental causado por plantações, construções irregulares e estradas feitas em áreas de preservação ambiental em Bonito – MS.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; representante do Ministério do Meio Ambiente; representante do Ministério do Turismo; representante da Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar (Semagro); representante da Famasul; representante da Prefeitura de Bonito – MS; representante da Câmara Municipal de Bonito – MS; representante das agências de turismo de Bonito.

Autoria: Senadores Nelsinho Trad e Soraya Thronicke.

Só um minutinho.

Bom, a questão é só um problema na cidade de Bonito – MS. Nós precisamos unir lá turismo e agro. Estamos tendo um problema bastante sério. Essa é a justificativa.

Lido o requerimento, a matéria vai retornar à pauta para votação na semana que vem.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigada.

(*Iniciada às 11 horas e 21 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 03 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 3ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE MARÇO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às nove horas e quarenta e oito minutos do dia treze de março de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Vanderlan Cardoso, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com a presença dos Senadores Eduardo Gomes, Dário Berger, Luiz do Carmo, Izalci Lucas, Oriovisto Guimarães, Selma Arruda, Major Olimpio, Marcos do Val, Flávio Arns, Paulo Rocha, Rogério Carvalho, Arolde de Oliveira, Angelo Coronel, Carlos Viana, Chico Rodrigues, Wellington Fagundes, Jayme Campos, Rodrigo Pacheco, Telmário Mota e Paulo Paim. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Daniella Ribeiro, Rodrigo Cunha, Weverton e Jean Paul Prates. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 91, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO CULTURAL INFORMATIVO E SOCIAL DE MIRASSOL D'OESTE para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Mirassol d'Oeste, Estado de Mato Grosso." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Paulo Rocha. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto. **ITEM 2 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 74, de 2018 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Vida e Cidadania – ACVC para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Icó, Estado do Ceará." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Paulo Rocha. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto. **ITEM 3 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática nº 3, de 2019** que: "Requer, nos termos do art.93, II do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado o Senhor Leonardo Euler de Morais, Presidente do Conselho Diretor, da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL para apresentar, em audiência pública nesta Comissão de Ciência e Tecnologia, as ações da referida Agência para os próximos dois anos." **Autoria:** Senador Chico Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 4 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática nº 4, de 2019** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir o potencial de geração, distribuição e armazenamento das Pequenas Centrais Hidroelétricas - PCH e das Centrais Geradoras Hidroelétricas-CGH, no Brasil." **Autoria:** Senador Vanderlan Cardoso. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 5 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática nº 5, de 2019** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir os desdobramentos do programa MCMV para os próximos 4 anos." **Autoria:** Senador Vanderlan Cardoso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Resultado: Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 6 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática n° 6, de 2019** que: "Requer, nos termos do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública para apresentação das pesquisas realizadas pelas instituições abaixo relacionadas, por tratar-se de assunto de interesse da sociedade brasileira, principalmente aos segmentos que atuam na área de saúde pública." **Autoria:** Senador Paulo Rocha. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e quarenta e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Vanderlan Cardoso

Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/03/13

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Bom dia! Estamos aguardando o quórum – alguns Senadores estão chegando –, pois hoje nós precisamos de nove Senadores para a votação de dois projetos cujo Relator é o Senador Paulo Rocha. Alguns já nos comunicaram que estão se dirigindo para cá. Então, enquanto isso, nós vamos fazer a abertura, e eu vou fazer um relatório da minha viagem à Espanha, a convite do congresso. Fui pelo Senado e também por esta Comissão, representando a CCT.

Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura, que se realiza nesta data de 13 de março de 2019.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal,* juntamente com as notas taquigráficas.

Enquanto a gente aguarda os demais Senadores, vou fazer aqui uma prestação de contas dessa viagem – já que fui representando a Comissão, como Presidente – à Espanha, para o Congresso de Telecomunicações, já que esta Comissão, aqui, também, abrange as telecomunicações.

Fomos à cidade de Barcelona – eu, juntamente com alguns Senadores, Esperidião Amin, Arolde, e com alguns Deputados – e lá tivemos a oportunidade de participar de palestras e conhecer um pouco mais do que já há de avanço no mundo, em prol da situação em que nos encontramos, já que todas as empresas de telefonia do Brasil estavam ali presentes.

Então, eu, que era mais um curioso nessa área e não entendia tão bem, muitas vezes, questionava, Senador, por que em algumas áreas do nosso País nós estávamos tão atrasados ainda, Leonardo Euler, Senador Luiz. E ali eu pude entender. Na verdade, nós, que estávamos ali como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

representantes, como Presidente de uma Comissão tão importante como esta, neste momento pelo qual o País passa, quando todos estão eufóricos e numa expectativa muito grande com o nosso Brasil, pudemos entender que ficamos um pouco para trás em algumas áreas.

O mundo hoje fala muito em tecnologia 5G, e, embora eu tenha observado, ali, naquele congresso, coisas muito interessantes sobre tecnologia 5G, sei também que nós temos os pés no chão e somos muito realistas. Nossa hora vai chegar – está chegando –, antes, porém, nós temos algumas distorções no nosso País que precisamos, Senador Paulo Rocha, corrigir.

E aí vem através de algumas ações que o Governo brasileiro tem que tomar e esta Comissão – volto a falar – vai ser muito importante na aprovação de alguns projetos que já estão há algum tempo aí, como o PLC 79 e tantos outros em que se precisa realmente avançar corrigindo algumas distorções.

Eu observava – a falando dessa área –, esses dias atrás, em uma apresentação, a diferença que existe ainda no nosso País com relação à banda larga e Internet mais rápida. Quando se olha no mapa do Brasil, de uma certa parte do Brasil para baixo, os pontinhos ali estão todos em vermelho, ou seja, a presença maciça ou bem melhor de internet, como nas escolas, a tão falada banda larga. E pegando-se Norte, parte do Centro-Oeste e Nordeste ainda carentes de muitos investimentos. Então, nós precisamos realmente encarar isso de frente e é tão importante que os recursos que se tem hoje, através dessas taxas que são arrecadadas de tudo o que a população investe em telefonia e que recolhe esses recursos que vão para aqueles dois fundos, que eles sejam destinados a corrigir essas distorções. Mais de R$20 bilhões, segundo dados que tenho da própria Anatel, esses recursos foram para o Tesouro para tirar um pouco ali, melhorar um pouco o caixa do Tesouro, que estava muito negativo. Então, são R$20 bilhões que constam somente no papel, dinheiro mesmo não existe. Se fosse investido, a meu modo de ver, pode ser que eu esteja enganado, se esses recursos fossem investidos para melhorar internet, levar às escolas, melhorar a situação do Norte, do Nordeste e de parte do Centro-Oeste... Há parte do Centro-Oeste que ainda é muito carente, Senador, de internet, desse carinho especial do nosso Governo.

Eu vejo que tem como a gente melhorar e, bastante, mas olhando aquele congresso parece que estamos vivendo em outro mundo. Nós precisamos avançar um pouco mais, temos que ser um pouco mais ousados não só nessa área, mas temos, por exemplo, a questão energética, outro ponto de que queria prestar contas a vocês.

Aproveitando a viagem, eu fui conhecer algumas usinas termossolares. Enquanto no Brasil ainda se está falando... Lógico que agora já temos notícias e já estamos buscando um conhecimento melhor, através de investimento da iniciativa privada em energia termossolar, mas muito se investiu em nosso País em energia fotovoltaica, nos painéis fotovoltaicos. E eu fui visitar algumas usinas ali na região de Sevilha, na Espanha, pegamos uma estrada no rumo de Portugal, mais precisamente na cidade de Évora onde está a Universidade de Évora e somente ali, Senador, numa rodovia, entramos e visitando usinas termossolares, de 50MW.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quem, às vezes, não tem muita familiaridade com a potência que é um mega de energia, mas 50MW dão para iluminar uma cidade, eu acho que a maioria aqui, quem não conhece, mas já ouviu falar da cidade de Anápolis, em Goiás, dá para iluminar uma cidade igual a Anápolis. E ali são várias, várias usinas. Às vezes, de um lado, numa região só, num trecho ali de cinco quilômetros, você tem duas, três usinas como essas de que eu estou falando. A menor que eu fui visitar, e só foi uma, de 30, só uma, que dá para iluminar uma cidade como a cidade de Luziânia, que é aqui, do lado, acho que todos conhecem, porque é aqui, no entorno de Brasília e tem 200 mil habitantes.

Então, eu fui visitar essas usinas e o interessante é que eu observava e perguntava às pessoas que estavam me acompanhando: "Mas isso aqui tem um ano, dois anos [viu, Senador Paulo Rocha?], tem um ano, dois anos?" Eles diziam: "Não, isso a aqui nós já estamos buscando novas alternativas em que seja mais barato o custo de instalação e que aproveite melhor a luz solar".

Fui visitar uma que me chamou mais a atenção ainda, de que eu ouvia falar, mas não acreditava muito, mesmo olhando foto e tudo, porque eu sou um entusiasta dessa área. Há muitos anos que a gente já estuda isso, trabalha e visita e, quase dez anos, trabalhando e buscando alternativa com parceiros chineses na área de geração de energia com painéis fotovoltaicos e, aí, essa nova tecnologia termossolar, quando chegou, eu não tive oportunidade de me aprofundar muito. Então, aproveitando o congresso, fui lá.

Mas eu vi uma usina de painéis, aliás, termossolar, só que um modelo um pouco diferente, que é com torres, em que, Senador Paulo Rocha, uns painéis de aproximadamente, creio que com uns 60 metros quadrados cada um, de vidro, de espelho, em que centenas deles refletem a luz solar, Senador Luiz, naquelas placas e essas placas remetem para essas torres, porque são duas torres. E fica a coisa mais linda, porque é uma bola, parecendo uma bola de fogo e, dali, sai o processo natural, mandando para as usinas. Só essas duas torres com esses painéis é uma usina de 50 mega também. E, quando eu comentava: "Mas, olha, isso é muito moderno...", falavam: "Não, essa aí já tem 12 anos". Doze anos.

Então, nós já temos quórum aqui, eu queria só terminar essa fala nessa prestação de contas.

A gente viaja o Brasil inteiro. Nós temos as operações nossas, através das nossas empresas, temos, lá, no Pará – não é, Senador? –, ali, na Curva do Cupuaçu, nós conhecemos o Pará todo, aquela luminosidade toda do Pará; temos ali, na Bahia, viajamos a Bahia. Agora mesmo estive lá, na Bahia, visitando ali, as empresas, e aquela luminosidade toda. Conheço o interior da Bahia, onde estão ali as torres eólicas. É uma região intensa de torres eólicas, nós temos no Ceará, no Nordeste todo, aliás, e, só fazendo um comparativo, eu olhando, sou muito observador, eu olhando, ali, todas aquelas usinas em Sevilha, e nós pegamos uns dias ali, na Espanha, em que amanhecia o dia e você não via o sol e nós aqui não temos praticamente esse problema.

E já em outro assunto aqui, como a gente tem outras Comissões, há Senador – bom dia, Senador – que esteve conosco lá, deu uma aula para nós. É muito bom viajar com ele. Até digo para vocês uma coisa: eu não estava aguentando mais no segundo dia, cansado. Eu olhava para ele e estava

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

parecendo um menino. Eu falava: "Não tenho direito de fraquejar aqui". A vontade era ir para o hotel descansar e ele estava parecendo um rapaz.

Então, eu quero depois, na próxima oportunidade, falar para vocês sobre as PCHs, que é uma coisa interessante, e o que nós temos no nosso País.

Bom, já deu quórum.

O SR. LUIZ DO CARMO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO) – Senador Vanderlan.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Rapidinho.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Senador Luiz e Senador Paulo Rocha.

O SR. LUIZ DO CARMO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO) – Presidente, o senhor falando em 3G e internet. Um tempo trás, o Governo brasileiro, em sociedade – esqueci-me com quem aí –, soltou um satélite para arrumar a internet no Brasil nessas cidades mais distantes. Parece-me que esse projeto – eu não sei, eu não fiquei sabendo – morreu. Era bom a Comissão ficar sabendo como que está isso aí – concorda? – para nós sabermos como é que está esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Senador Luiz, o Senador Chico Rodrigues – inclusive nós vamos votar daqui a pouco um requerimento – convidou o Presidente da Anatel para vir falar para nós na Comissão – nós vamos marcar a data – sobre o que há de telecomunicações e de projetos para o Brasil inteiro e nada melhor do que ele, que é da Anatel, para falar para nós aqui. Certo?

Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Ontem nós comentávamos essa questão da valorização de nossos pesquisadores e das nossas pesquisas aqui no Brasil.

Eu queria ser um entusiasta no incentivar com que esta Comissão passe a fazer costumeiramente esses debates e trazer para cá os nossos cientistas, os nossos pesquisadores no sentido de expor aqui e, a partir desta exposição, naturalmente via as nossas publicações, o Brasil toma conhecimento dessas experiências e dessas pesquisas.

Já fiz o comentário da vez passada sobre o negócio da rabeta que foi inventada lá na Amazônia, sobre a questão da movimentação dos pequenos barcos. Agora lá está avançando um experimento que é exatamente a partir da energia solar. Aproveitando o toldo dos barquinhos, há um experimento lá que põe a placa solar sobre aquele toldo e, como consequência, aquela energia passa a movimentar os barcos na Amazônia. Isso aí é já experimento na nossa Amazônia, no nosso interior, provocando exatamente e se aproveitando destes avanços tecnológicos do mundo que o nosso País deve apreender.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Senador Arolde.

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PSD - RJ) – Presidente e colegas Parlamentares, tive o privilégio de acompanhar o nosso Presidente nessa viagem, nesse mergulho na tecnologia mais moderna nesse congresso internacional em Barcelona.

Eu estou dando entrada agora, Presidente, com o meu relatório, que apresentei à Presidência do Senado, mas eu vou deixar uma cópia na Secretaria. Estou encaminhando a V. Exa. para os Srs. Parlamentares, Senadores e Senadoras, que desejarem poderem tomar conhecimento. É um resumo do que nós vimos lá e eu, então, gostaria somente que, se for o caso, a Secretaria o reproduzisse e o distribuísse, então, para os integrantes da Comissão, que, aliás, não são muitos. Foi uma viagem realmente ímpar. Naturalmente, V. Exa. vai ter oportunidade de tratar do assunto mais especificamente, e faremos isso aqui ao longo das próximas reuniões, porque as implicações são bastante sérias para o nosso País, para nós não ficarmos mais para trás – é o meu entendimento que coloco aqui.

E aponto aqui algumas medidas fundamentais que é preciso adotar agora. A primeira é o PLC 79, que será levado já ao Plenário na próxima semana, imagino, e outras que nós temos que fazer para destravar esse processo. Também faço a análise de alguns impactos muito sérios que essa nova tecnologia, esse novo mundo no qual já estamos mergulhados, vai trazer, principalmente na área do trabalho, que é mais ou menos o que foi levantado aqui...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Que era a sua preocupação sempre lá nas reuniões.

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PSD - RJ) – ... pelo Senador Paulo Rocha. A grande preocupação é essa inclusão do trabalhador nesse novo mundo para minorar o drama social, a tensão social na transição.

É o meu ponto de vista. Então, está colocado aqui no relatório.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Nós temos aqui o Senador Chico Rodrigues, que quer apresentar um requerimento. Ele tem de ir a outra Comissão, tem de sair. Então, já queria passar a ler esse requerimento relativo ao item 3, de autoria do Senador Chico Rodrigues. Depois a gente volta aos outros itens.

Só lembro, Chico, que vamos precisar do senhor aqui para aprovar os dois projetos do Senador Paulo Rocha.

ITEM 3

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO Nº 3, de 2019

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art.93, II do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado o Senhor Leonardo Euler de Morais, Presidente do Conselho Diretor, da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL para apresentar, em audiência pública nesta Comissão de Ciência e Tecnologia, as ações da referida Agência para os próximos dois anos.

Autoria: Senador Chico Rodrigues.

Com a palavra o autor do requerimento, Senador Chico Rodrigues.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR. Para encaminhar.) – Meu caro Presidente, desculpe a voz, estou meio afônico.

No momento que vivemos hoje, de expansão das nossas telecomunicações, com uma tecnologia cada vez mais de ponta, nós nos deparamos com profissionais de altíssimo gabarito, inclusive funcionários de carreira a presidir a Anatel. Nós entendemos que o Leonardo Euler de Morais, com quem estivemos dez dias atrás, tem conhecimento profundo de toda a área em que o País precisa se expandir. Obviamente, gostaria, em razão de sua presença nesta Comissão, que houvesse uma ampla divulgação dessa audiência, porque, tenho certeza, vai irrigar com muitas informações o desconhecimento de muitos e, lógico, não apenas aqui de Brasília, mas dos Estados, das empresas estaduais também. A ideia é que haja uma participação extremamente importante para a nossa Comissão e para o País, obviamente.

Eu também gostaria de dizer, Presidente, que, apesar de diretamente não fazer parte da nossa Comissão, de qualquer forma dela participo indiretamente e tive também oportunidade de, com o Ministro das Minas e Energia, no período do Carnaval – coincidentemente, sábado, domingo, segunda, terça e quarta – participar de um grande evento sobre mineração. E por que me reporto a isso nesta Comissão? Porque o alto nível de tecnologia utilizado nas explorações, principalmente de minérios de ocorrência profunda, faz com que nós possamos também nos inserir no mundo dos desenvolvidos – a África do Sul está quilômetros à frente na exploração mineral. Aí, num segundo momento, e já conversei, inclusive, com técnicos da CPRM que acompanham *pari passu* essas tecnologias utilizadas nessas explorações, que elas sejam também aqui discutidas e apresentadas – por que não? – para o conhecimento da maioria dos nossos companheiros Senadores da Comissão.

Então, eu gostaria de deixar este registro, porque considero o tema da mais alta importância e sei que essa vinda do Leonardo Euler vai ser realmente extremamente proveitosa para todos nós desta Comissão.

Obrigado, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Obrigado.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o requerimento.

Os Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Senador Chico Rodrigues, eu queria pedir aqui aos Senadores que... Ontem, numa conversa com o Senador Paulo Rocha, nós falávamos da importância de a Comissão fazer convites como o que acabamos de aprovar aqui. E conversava com ele ontem: "Senador, nós temos que conhecer a Comissão e, através da Comissão, nós vamos levar para o Senado Federal e, levando para o Senado, nós estamos levando para todo o Brasil". Trata-se de trazermos aqui, para nosso conhecimento, as pessoas que estão em diversas áreas trabalhando no País para saber como estão trabalhando, até mesmo para valorizarmos esse trabalho. E ele dizia: "Olha, inclusive, nós temos lá no Rio de Janeiro a Fundação Oswaldo Cruz, que faz um trabalho na área científica muito importante." Vamos convidá-los a vir aqui".

Então, o que eu queria falar para vocês... Já aprovamos o requerimento do Senador Chico Rodrigues, nós temos requerimento a ser aprovado em relação ao Ministro da Ciência e Tecnologia, mais o corpo técnico lá da Ciência e Tecnologia, das Minas e Energia... Em todas as áreas nós temos a ciência e a tecnologia, a informação, as telecomunicações, ou seja, nós estamos em todas as áreas, e nós temos pauta aqui para esses dois anos toda semana, se é que não teremos que fazer duas reuniões.

Por exemplo, na área de telecomunicações, depois que assumi a Comissão, eu aprendi, Senador Arolde, com V. Exa. também, muita coisa e vi o potencial de crescimento que o nosso País tem, o que nós já avançamos, mas também aquilo em que ficamos muito para trás.

Então, é importante essa participação de V. Exas. trazendo essas ideias para nós aprovarmos esses requerimentos. Há vários requerimentos para serem aprovados para a gente movimentar esta Comissão.

Da mesma forma, eu quero falar para vocês que são os membros da Comissão que, somente no dia de segunda-feira, nós liberamos 220 projetos para relatoria. Duzentos e vinte! Eu creio que quase limpamos a pauta da Comissão.

Eu queria pedir também que vocês nos ajudassem com os relatores. Recebeu, faça a relatoria, devolva para a gente já encaminhar, terminar e buscar novos projetos. Vocês podem ter certeza de que, através desses convites – chamo de convite o que aqui acabamos de aprovar, Senador Chico –,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nós vamos ter aqui muitos outros projetos que virão, através dessas reuniões, desses convites, das pessoas que virão aqui. Então, isto vai ser muito importante para nós: estar discutindo.

Eu tenho, e isso é motivo... Nem dá para a gente estar falando muito aqui sobre a questão energética, que é uma pauta muito grande, mas nós temos um potencial de PCHs neste Brasil que vocês não calculam. Nós temos de falar sobre isso. Quem vai falar melhor sobre isso? Nós vamos chamá-lo: o Presidente da Associação das PCHs do Brasil, que vai trazer para nós qual o potencial de cada região, com o que pode contribuir, se não há impacto ambiental, isso e aquilo.

Então, vocês vão ficar maravilhados e, ao mesmo tempo, até um pouco indignados com por que se trava tanto a licença ambiental para fazer uma PCH e, ao mesmo tempo, se libera uma licença ambiental para fazer, por exemplo, essas usinas poluentes, em que é quatro ou cinco vezes mais cara a geração do que numa PCH, que são essas termelétricas a óleo diesel e gás. Por que isso? Tem alguma coisa estranha nisso aí. Energia cara. Aí vem a tarifa vermelha, a tarifa verde, que pega as empresas, pega o consumidor, pega o pobre, pega todo mundo.

Então, é preciso trazer o assunto aqui para nós conhecermos, para sabermos o potencial do nosso Brasil nessa área, porque talvez nós não precisaríamos nem fazer outras coisas. As PCHs talvez resolveriam o problema, trazendo essas fontes de energia termossolar com o potencial que nós temos.

Eu queria aqui, Chico, aproveitar a sua presença para tratar dos dois projetos que estão para ser aprovados.

Ainda não deu quórum? Você falou para mim que tinha dado. São nove? (*Pausa.*)

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Presidente, queria dar uma sugestão. É o seguinte: é muito difícil, ao dar quórum, segurar o Senador sentado numa Comissão, porque ele tem de cobrir, às vezes, duas ou três comissões ao mesmo tempo, então, ele naturalmente opta por onde tem de ficar mais naquele momento. Como já deu quórum para funcionar, permita aos Senadores fazerem os seus relatórios, ou seja, preparar a matéria para a votação em si. E quando for para votação, no caso, nós mobilizamos os Senadores para virem só votar, uma vez que haja aqui um quórum razoável para o debate das matérias.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Os Senadores concordam? (*Pausa.*)

Se os Senadores não estivessem tão ocupados, Senador Chico, com outras comissões, teríamos história aqui, coisa para contar o dia inteiro. Mas vamos lá. Inclusive, eu também tenho outras reuniões.

ITEM 1

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 91, de 2017

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO CULTURAL INFORMATIVO E SOCIAL DE MIRASSOL D'OESTE para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Mirassol d'Oeste, Estado de Mato Grosso.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Paulo Rocha

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Já vou passar ao segundo também.

ITEM 2

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 74, de 2018

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Vida e Cidadania – ACVC para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Icó, Estado do Ceará.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Paulo Rocha

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Com a palavra o Relator, Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Para leitura de relatório.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, este relatório e estes votos já são corriqueiros e já têm uma espécie até de forma, porque há um conjunto de iniciativas de rádios comunitárias que são o papel desta Comissão. Qual é o papel da Comissão? Analisar se foram cumpridos todos os trâmites legais que a legislação exige para a aprovação. Como funciona isso? A associação cumpre com a legislação, dá entrada no ministério, que faz a verificação de se está cumprindo as regras e as exigências e manda para o Presidente da República enviar ao Congresso Nacional, porque, ao final, é o Congresso Nacional que aprova essas autorizações. E a nossa Comissão tem esse papel de fazer essa averiguação de se foram cumpridas todas as normas e as exigências da lei.

Como envolve também a análise técnica, porque se trata de autorização de funcionamento de uma rádio, há também as exigências técnicas que, no caso, o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicação analisa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, esse projeto da Associação Comunitária Desenvolvimento Artístico Cultural Informativo e Social de Mirassol D'Oeste cumpriu todas as normas e as exigências legais, deu entrada em 26 de setembro de 2017, a CCT aprovou o parecer de nº 129 e concluiu pelo encaminhamento de requerimentos ao Ministério da Ciência e Tecnologia.

As respostas ao mencionado requerimento, contidas na nota informativa foram recebidas no Senado Federal por meio do ofício do Ministério, em 12 de junho de 2018.

Em 13 de junho, a matéria foi enviada a meu gabinete, para elaboração de relatório.

Portanto, cumprindo todas as normas legais, inclusive o nosso Regimento Interno, o meu voto, tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 91, de 2017, não se evidenciou violação da legislação pertinente e, não havendo reparos quanto aos aspectos da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a autorização da outorga. Portanto, isso aqui já é uma renovação da outorga dada para a Associação Comunitária Desenvolvimento Artístico Cultural Informativo e Social de Mirassol d'Oeste, para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Mirassol, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse é o voto do primeiro processo, do qual sou Relator.

O segundo item da pauta, do qual também sou Relator, trata do mesmo assunto, para autorizar outorga à Associação Comunitária Vida e Cidadania para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Icó, no Estado do Ceará.

É a mesma situação. A associação cumpriu todas as exigências legais e técnicas do projeto que exige essa outorga, passou por todas as instâncias e órgãos competentes e foram cumpridas, portanto, todas as exigências.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, tem que aprovar na Câmara e no Senado. Já passou pela Câmara. Portanto, o exame da documentação que acompanha o PDS nº 74, de 2018, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na lei.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o projeto não evidenciou violação e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga a autorização à Associação Comunitária Vida e Cidadania para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Icó, Estado do Ceará, na forma do projeto do decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Este é o meu voto nos dois itens, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – As matérias referentes aos itens 1 e 2 estão em discussão. (*Fora do microfone.*) (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Colocaremos em votação os projetos pelo sistema de votação eletrônica.

Consulto o Plenário se podemos fazer votação em bloco para esses dois projetos.

Se todos estiverem de acordo, queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Em votação os projetos referentes aos itens 1 e 2 da pauta.

Como foi dito aqui, não há quórum ainda. (*Pausa.*)

Quem vota com o Relator vota "sim". (*Pausa.*)

Vai abrir o painel? Vamos abrir o painel.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. *Fora do microfone.*) – Vamos ter que mobilizar os Senadores aqui.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Estou seguindo aqui a... Eu estou achando que ela está com uma carta na manga aqui, viu?

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PSD - RJ. Para questão de ordem.) – Uma questão de ordem. A votação tem que ser nominal?

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Tem.

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PSD - RJ) – É obrigatoriamente nominal para...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Obrigatória. Tem de haver, no mínimo, nove Senadores sentados, não é?

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PSD - RJ) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Dizendo ela que não pode ser nem em pé, Paulo Rocha. Tem que ser nominal. Seria interessante que a gente votasse hoje. Senador Paulo Rocha, nos seus contatos aí, membro da Comissão, a nossa Vice-Presidente não chegou ainda. A assessora dela se encontra, veio à frente. A Selma, Senadora Selma. E nós temos aí... Faltam três Senadores. É isso? Ela está vindo?

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. *Fora do microfone.*) – Vamos fazer uma tentativa. Abra...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – O.k. Então, já aberta a votação. Os Senadores podem votar. Quem vota com o Relator vota "sim".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só um informativo aqui para... Por exemplo, eu procurei essa informação porque eu estava em dúvida. Mas a outorga para rádio é de dez anos– nós temos hoje aqui uma para renovação e uma para outorga –, são dez anos; e, para TV, são quinze anos. Só essa informação aí que... Viu, Senador, eu estou passando porque eu não sabia também. Certo?

Senador Paulo Rocha foi buscar Senador para a Comissão? Vamos... Vai lá? Daqui a uns dez minutos, quinze minutos. O.k.?

(*Procede-se à votação.*)

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – ...4, de 2019.

EXTRAPAUTA

ITEM 4

REQUERIMENTO Nº 4, de 2019

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir o potencial de geração, distribuição e armazenamento das Pequenas Centrais Hidroelétricas - PCH e das Centrais Geradoras Hidroelétricas- CGH, no Brasil.

Autoria: Senador Vanderlan Cardoso

Proponho, para a audiência, a presença do seguinte convidado: Paulo Arbex, Presidente Nacional da Associação Brasileira de Pequenas Centrais Hidrelétricas.

Sala da Comissão, 13 de março de 2019.

Senador Vanderlan Cardoso.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Sr. Presidente, quando da realização, acho que deveria ficar em aberto um tipo de requerimento como esse para que os Senadores pudessem agregar outros nomes que viessem a enriquecer, neste caso.

Também conheço bem essa questão das PCHs, e há, dentro do Sistema Elétrico Brasileiro, especialistas e técnicos que vêm, inclusive, colaborar com esse debate. Então, a gente tinha de buscar dentro, por exemplo, do Ministério da... Eu sei, por exemplo, que, na Eletronorte, há especialistas nisso,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

técnicos importantes, que podem colaborar, inclusive, com essa questão do potencial de cada região etc.

Há um problema no debate das PCHs: há regiões que têm um grande potencial de produção, mas não têm linhão próximo para poderem, digamos assim, ligá-las ao sistema unificado. Então, o maior investimento não é nem na PCH, mas no linhão. Ao discutir essa questão, temos de chamar à responsabilidade o Governo para que, vamos dizer, construa linhões para poder exatamente aproveitar esses recursos naturais que são produzidos. Isso vai ao encontro – e sei que é essa a sua preocupação – da questão da redução do custo Brasil e do aproveitamento para o nosso desenvolvimento em todas as regiões.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Senador, acho que é muito boa a sua colocação. Mas, no caso, a apresentação da associação é para as PCHs.

De acordo até com o que a gente discutiu, com que o a gente falou antes, seria bom apresentarmos um requerimento – talvez até do próprio Senador – para que viesse aqui a Eletrobras passar para nós o que já é de interesse, porque sei que eles têm projetos também na área de energia termossolar. Inclusive, está sendo construída uma muito grande no Estado do Piauí, e nós precisamos saber...

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – E eólica, inclusive.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Eólica e tudo.

Então, eles vão poder nos informar melhor.

Com relação às PCHs e também às usinas hidrelétricas, é uma discussão que nós precisamos saber do potencial que o Brasil tem. E, com relação à questão do linhão, realmente isso procede tanto que nós temos usinas feitas no Nordeste com geração eólica que estão paradas porque não há o linhão.

É uma discussão, e eles vão ter que vir aqui explicar para a gente como é que está isso, para que a gente entenda também, para a gente poder até ajudá-los aqui na Comissão e no Senado Federal.

Então, se V. Exa. concordar, já pode fazer um requerimento hoje mesmo para nós chamarmos, talvez marcarmos para o mesmo dia tanto os PCHs, que são na área de energia, e também a Eletrobras, para que façam uma apresentação.

O que nós temos de discutir é, como é uma matéria de tanta importância para nós, um horário para não chocar com outras Comissões para fazermos esse trabalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como nós vamos ter agora muitos convidados aqui com matérias importantes, como a que acabamos de aprovar, da Anatel, nós temos de tirar o máximo proveito dessas explicações para obtermos esse conhecimento.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Se V. Exa. aceitar, eu agrego aqui, oralmente, ao seu requerimento o convite também ao Presidente da Eletrobras, para que venha aqui apresentar todo o potencial energético, quer seja hidráulico, quer seja voltaico, quer seja eólico, e quais são os projetos que a Eletrobras está propondo para resolver esse problema do sistema elétrico no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Concordo em número, gênero e grau, Senador.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Inclusive, nas PCHs, uma das regiões com maior potencial que eu sei é o lado esquerdo do Rio Amazonas, acima do rio, lá nos limites com os outros países.

Então, qual é o problema? Não havia linhão. Agora, foi feito o linhão, com a transposição do Rio Amazonas. Só que o linhão leva a energia de Tucuruí para Macapá e para Manaus.

Então, são aqueles linhões...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Só não chega a Roraima.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – ... de 500 kVA. Ou seja, tem que rebaixar, fazer o outro linhão, que é o rebaixamento, para poder transmitir 130, 120, 220 etc., que aí é onde entram os linhões das PCHs, entendeu?

Então, isso é uma oportunidade de a Eletrobras apresentar esses projetos e a gente cobrar deles o objetivo principal do seu requerimento, que também eu queria agregar com a presença...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – E é interessante, Senador, porque dias atrás, conversando no meu gabinete com um dos representantes, se não me engano, da Eletrobras, que estava lá na reunião, ele me falou de um projeto que eu não sabia que é esse que está sendo construído no Piauí. Se eu não me engano – Samuel teve mais contato –, é para 300 MW essa usina termossolar que está sendo construída no Piauí.

Foi anunciada também para Goiás – uns investidores sul-coreanos, eu não apurei ainda – uma de 600 aqui no nordeste goiano. São sul-coreanos que estão investindo nessa usina termossolar. Foi anunciado um investimento. Agora, eu vou me aprofundar melhor para ver se realmente é. Se essa for realmente construída aqui na cidade de Flores de Goiás, vai ser a maior termossolar do mundo, porque a maior hoje está na China e, se eu não me engano, é 400 ou 500. Essa do Piauí parece que é a terceira hoje. E essa daqui, se se concretizar mesmo esse projeto, vai ser a maior termossolar do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mundo. A gente pode se preparar porque a China virá – eles são danados e devem fazer mais uns 3, 4 mil. Então, já foi acrescentado e só vamos depois colocar o Presidente, o nome, tudo certinho.

O segundo requerimento.

EXTRAPAUTA

ITEM 5

REQUERIMENTO Nº 5, de 2019

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir os desdobramentos do programa MCMV para os próximos 4 anos.

Autoria: Senador Vanderlan Cardoso

Proponho para a audiência a presença do seguinte convidado: Celso Toshito Matsuda - Secretário Nacional de Habitação.

Sala da Comissão, 12 de março de 2019.

É de minha autoria esse requerimento.

Vamos colocar em votação e discussão esse requerimento?

Acho que é um tema, Senador, que interessa a todos.

O Sr. Celso Matsuda eu conheço pessoalmente, é uma pessoa comprometida, uma pessoa que, além de técnica, conhece bem a área e é muito experiente. Vocês podem ter certeza, Senador Paulo Rocha, de que ele vai dar uma dinâmica muito grande para o Programa Minha Casa Minha Vida.

Estive com ele e falei desse convite, para ele vir aqui explicar para nós como é que está, qual é o projeto, qual é o andamento, uma vez que hoje o setor de construção de casa para o Minha Casa Minha Vida está em polvorosa porque paralisou tudo, não se estava fazendo pagamento, e nós precisamos saber o porquê disso, o que está acontecendo, quando vai voltar. Depois, em outra oportunidade, traremos o Ministro. O Ministério mudou de nome, era Cidades e hoje não sei o nome, esqueci, mudou tanto... Era o Ministério das Cidades...

Alguém me ajude...

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Desenvolvimento Regional, em que o Baldy era Ministro, Ministro Alexandre Baldy.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Os Requerimentos 4 e 5 estão em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o requerimento.

Os Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovados os Requerimentos 4 e 5.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Há mais um aqui que foi apresentado e é do Senador Paulo Rocha. Desculpe.

EXTRAPAUTA

ITEM 6

REQUERIMENTO Nº 6, de 2019

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública para apresentação das pesquisas realizadas pelas instituições abaixo relacionadas, por tratar-se de assunto de interesse da sociedade brasileira, principalmente aos segmentos que atuam na área de saúde pública.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Fundação Osvaldo Cruz e Instituto Evandro Chagas.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Para encaminhar.) – Presidente, o Instituto Evandro Chagas é também conhecido mundialmente pelas pesquisas nas áreas de saúde e doenças tropicais. Por estar na Amazônia, lá no Pará, eles são de grande... São inclusive conhecidíssimos internacionalmente. Então, é muito importante a presença

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

deles quando se trata dessa questão de saúde, de pesquisas nessas áreas tropicais, como no caso da Amazônia, da África. Eles têm muitos especialistas, cientistas nisso, têm descoberto vacinas sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Inclusive, dias atrás, vi uma matéria muito importante do Instituto Evandro Chagas. Parabéns, está no seu Estado!

O requerimento está em discussão. É o Requerimento 6, de 2019. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o requerimento.

Os Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Obrigado a todos.

(*Iniciada às 9 horas e 47 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 49 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 4ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE MARÇO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às nove horas e quarenta e um minutos do dia vinte e sete de março de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Vanderlan Cardoso, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com a presença dos Senadores Eduardo Gomes, Luiz do Carmo, Izalci Lucas, Oriovisto Guimarães, Juíza Selma, Plínio Valério, Styvenson Valentim, Major Olimpio, Marcos do Val, Flávio Arns, Jean Paul Prates, Paulo Rocha, Rogério Carvalho, Arolde de Oliveira, Angelo Coronel, Wellington Fagundes e Eliziane Gama. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Daniella Ribeiro, Rodrigo Cunha, Weverton e Chico Rodrigues. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 203, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO CASA DE APOIO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Autazes, Estado do Amazonas." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Plínio Valério. **Relatório:** Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. **Resultado:** Aprovado parecer preliminar pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. **ITEM 2 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 112, de 2018 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Santa Maria / RN (ACCCSM-RN) para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Santa Maria, Estado do Rio Grande do Norte." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Styvenson Valentim. **Relatório:** Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. **Resultado:** Aprovado parecer preliminar pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. **ITEM 3 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática nº 7, de 2019** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de que seja convidado o Excelentíssimo Senhor Marcos Cesar Pontes, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações- MCTIC, para apresentar dados do Acordo de Salvaguardas Tecnológicas (AST),que permite que os Estados Unidos da América do Norte e outras nações lançarem satélites a partir do Centro Espacial de Alcântara (CEA), no Maranhão." **Autoria:** Senador Chico Rodrigues e outros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Resultado: Aprovado. **Observação:** 1. Em 21/03/2019, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional aprovou o REQ 10/2019-CRE, destinado à realização da reunião conjunta prevista neste item; 2. Reunião agendada para dia 28/03/2019, às 10h, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7. **ITEM 4 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática n° 8, de 2019** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com a Ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Senhora Tereza Cristina Corrêa da Costa Dias, com o objetivo de discutir a contribuição da tecnologia para a agricultura." **Autoria:** Senador Chico Rodrigues e outros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 5 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática n° 9, de 2019** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o Ministro de Minas e Energia, Senhor Bento Albuquerque, para debater as ações do Ministério de Minas e Energia para fomentar a produção de energia por meio das Pequenas Centrais Hidrelétricas e das Centrais Eólicas." **Autoria:** Senador Angelo Coronel e outros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 6 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática n° 10, de 2019** que: "Requer, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática avalie, no exercício de 2019, as políticas públicas de ciência, tecnologia e inovação para energias renováveis e biocombustíveis." **Autoria:** Senador Vanderlan Cardoso. **Relatoria:** Senador Plínio Valério. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 7 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática n° 11, de 2019** que: "Requer aditamento ao REQ 4/2019-CCT para incluir os seguintes convidados: André Pepitone da Nóbrega – Diretor Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL; Ricardo Cyrino – Secretário de Energia Elétrica do Ministério de Minas e Energia – MME; Reive Barros – Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia – MME; e Luis Eduardo Barata Ferreira – Diretor Geral do Operador Nacional do Sistema – ONS." **Autoria:** Senador Vanderlan Cardoso. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 8 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) n° 61, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DOS CAVALEIROS DE BOM SUCESSO DE ITARARÉ para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Bom Sucesso de Itararé, Estado de São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Styvenson Valentim. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 9 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) n° 63, de 2016 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE GROSSOS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Grossos, Estado do Rio do Grande do Norte." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Styvenson Valentim. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 10 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) n° 72, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA DA REGIÃO LESTE DE FOZ DO IGUAÇU -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PR para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Oriovisto Guimarães. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 11 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 97, de 2018 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga permissão à Ola FM Sociedade Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Paranapuã, Estado de São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Plínio Valério (*Ad hoc*), substituiu Senador Major Olimpio. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 12 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 124, de 2018 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural de Cruzeiro do Sul Paraná - ACCS para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Cruzeiro do Sul, Estado do Paraná." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Plínio Valério (*Ad hoc*), substituiu Senador Flávio Arns. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 13 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 91, de 2018 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização ao Instituto Tauá de Comunicação Comunitária para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Santo Antônio do Tauá, Estado do Pará." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Paulo Rocha. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 14 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 172, de 2018 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Moraes Almeida para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Itaituba, Estado do Pará." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Paulo Rocha. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 15 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 173, de 2018 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Rádio Comunitária Guarany FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Abaetetuba, Estado do Pará." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Paulo Rocha. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 16 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 176, de 2018 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Ji-Paranaense (Ascojipa) para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Ji-Paraná, Estado de Rondônia." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Plínio Valério (*Ad hoc*), substituiu Senador Confúcio Moura. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 17 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 165, de 2018 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga permissão à Fundação João Paulo II para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de São José dos Campos, Estado de São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Plínio Valério (*Ad hoc*), substituiu Senadora Juíza Selma. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e quarenta e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.067287/2019-48

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Vanderlan Cardoso

Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/03/27

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Havendo número regimental, declaro aberta a 4ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura, que se realiza nesta data, 27 de março de 2019.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com as notas taquigráficas.

Comunicado da Presidência.

A CCT realizará, no dia 17 de abril, às 9h, audiência pública com o Exmo. Sr. Marcos Cesar Pontes, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, que prestará informações sobre as prioridades e diretrizes da pasta sob sua responsabilidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Chegou a esta Comissão o esclarecimento prestado pela Google Brasil acerca do suposto desafio Momo e as providências tomadas pela instituição para a segurança de crianças e adolescentes. O documento ficará disponível para consulta na Secretaria da Comissão.

Passamos à análise de pauta deliberativa.

ITEM 1

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 203, de 2017

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO CASA DE APOIO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Autazes, Estado do Amazonas.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Plínio Valério

Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Com a palavra o Relator, Senador Plínio Valério.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Bom dia a todos. Bom dia, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Bom dia, Senador.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM. Para proferir relatório.) – Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 203, de 2017 (nº 534, de 2016, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Casa de Apoio à Criança e ao Adolescente para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Autazes, Estado do Amazonas.

O relatório, Sr. Presidente. Vou tentar também resumir.

Chega a esta Comissão este projeto, que eu já li... Portanto, vou dar uma passada aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu Relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

Análise.

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal (Risf), nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à CCT opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe se pronunciar também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina... E cita aqui as leis.

De acordo com o art. 11 da Lei nº 9.612, de 1998, está vedado à entidade que detém autorização para a execução do serviço o estabelecimento de vínculo que a subordine à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais.

Foi detalhado o referido dispositivo...

Para esclarecer esse ponto específico, entendemos ser necessário encaminhamento de requerimento de informações ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, na forma prevista no §2º do art. 50 da Constituição Federal.

Voto.

Em vista do exposto, voto pelo encaminhamento ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações do requerimento de informações a seguir e pelo sobrestamento da tramitação do PDS nº 203, de 2017, nos termos do art. 335 do Risf.

A sugestão do requerimento.

Nos termos do art. 50, §2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja solicitada ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações a seguinte informação referente à renovação da autorização para a execução do serviço de radiodifusão comunitária de que trata o projeto que ora estou relatando:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

– a confirmação da inexistência de vínculo que subordine a entidade interessada à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais.

Essa é mais até uma questão burocrática.

O voto é favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa.*)

A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer preliminar da CCT pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Item 2 da pauta. (*Pausa.*)

O Relator do item 2 é o Senador Styvenson, que pediu para aguardar um pouco. Então, nós vamos dando sequência na pauta até que ele...

Vamos para o item 6.

ITEM 6

REQUERIMENTO Nº 10, de 2019

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática avalie, no exercício de 2019, as políticas públicas de ciência, tecnologia e inovação para energias renováveis e biocombustíveis.

Autoria: Senador Vanderlan Cardoso

Relatoria: Senador Plínio Valério

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Item 6, Senador Arolde. Bom dia, Senador!

O requerimento é de minha autoria. Eu gostaria de ver com os nobres Senadores que aqui se encontram se há algum Senador que queira relatar este requerimento, que eu vejo de muita importância; é uma pauta que a gente tem estudado bastante. Eu gostaria de consultar os senhores.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Sr. Presidente, para V. Exa. ficar como autor da relatoria, peça ao nosso mais antigo aqui para presidir, enquanto, ao lado, V. Exa. relata: o nosso Oliveira. Há dois requerimentos seus?

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Na verdade, ele é o autor desse, não é?

Na verdade, Paulo, ele é o autor desse...

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Ah, ele é o autor?

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Ele é o autor.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Então o Oriovisto...

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Não, ele é o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Estou consultando se...

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Sr. Presidente, embora eu não tenha sido muito ativo na presença aqui, eu me coloco à disposição para relatar qualquer processo, ler o relatório que o senhor me passar. Eu tenho dado a presença constantemente... Coincide muito com a CAE, que tem andado inflamada ultimamente. Mas eu me coloco à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – O requerimento está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o requerimento.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PSD - RJ. Pela ordem.) – Presidente, pela ordem, apenas um minuto.

Eu desconheço o Regimento aqui da Comissão, ou não estou ainda bem atualizado, mas, quando existe proposição do próprio Presidente, normalmente, em todos os Plenários, o Presidente passa ao Vice-Presidente ou a quem de direito regimentalmente para que exerça, naquele momento da apresentação, a função de Presidente, enquanto o Presidente, como interessado, faz a defesa da sua proposição.

Então, eu só queria lembrar... Então, o que eu estou fazendo... Já está resolvido esse problema dos requerimentos, o senhor já vai votar, mas eu queria consultar a V. Exa. qual é o rito regimental.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Hoje nós aprovamos o requerimento e o Senador Plínio se colocou à disposição para relatar. Nós aprovamos hoje; amanhã será encaminhado para o Senador Plínio para que ele faça a relatoria e nos apresente para continuar os trabalhos, Senador Arolde.

A Mariana está me explicando aqui, para falar ao senhor, que, nesse caso, eu não sou o Relator. Eu fiz o requerimento. No caso de relatoria, aí sim, eu teria que sair. A Mariana já tinha me explicado antes, quando eu achei por bem não relatar essa matéria aqui, esse requerimento.

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PSD - RJ) – Perfeito. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Sétimo. Continua no sétimo.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Item 7.

ITEM 7

REQUERIMENTO Nº 11, de 2019

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer aditamento ao REQ 4/2019-CCT para incluir os seguintes convidados: André Pepitone da Nóbrega – Diretor Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL; Ricardo Cyrino – Secretário de Energia Elétrica do Ministério de Minas e Energia – MME; Reive Barros – Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia – MME; e Luis Eduardo Barata Ferreira – Diretor Geral do Operador Nacional do Sistema – ONS.

Autoria: Senador Vanderlan Cardoso

O item 7, Senador Arolde.

O requerimento está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o requerimento.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, uma proposta de reordenamento dos trabalhos, como sugestão para a Mesa, aproveitando os Senadores que estão aqui. Pelo que eu estou vendo aqui pela pauta, o próximo item seria o item 10, de que o Senador Oriovisto é Relator; depois eu peço para irmos aos itens 13, 14 e 15, de que eu sou também Relator, aproveitando que nós estamos aqui para fazer a relatoria.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Item 10.

ITEM 10

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 72, de 2017

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA DA REGIÃO LESTE DE FOZ DO IGUAÇU - PR para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Oriovisto Guimarães

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Com a palavra o Senador Oriovisto.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR. Para leitura de relatório.) – Sr. Presidente, trata-se de uma outorga de autorização à Associação Cultural de Comunicação Comunitária da Região Leste de Foz do Iguaçu, no Paraná.

É também um relatório muito simples e vou me permitir, então, ler as partes mais importantes para ganho de tempo.

Quanto ao relatório, chega à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 72, de 2017 (nº 1.514, de 2014, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural de Comunicação Comunitária da Região Leste de Foz do Iguaçu para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, §3º, ambos da Constituição Federal.

Pulo os parágrafos seguintes e vou à análise.

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à CCT opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Permito-me pular os três parágrafos seguintes e ir ao penúltimo, em que relatamos o seguinte:

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS 72, de 2017, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei 9.612, de 1998.

Voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 72, de 2017, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Cultural de Comunicação Comunitária da Região Leste de Foz do Iguaçu para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Não havendo quórum, eu passo aos itens 13, 14 e 15, que são de relatoria do Senador Paulo Rocha.

ITEM 13

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 91, de 2018

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização ao Instituto Tauá de Comunicação Comunitária para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Santo Antônio do Tauá, Estado do Pará.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Paulo Rocha

Relatório: Pela aprovação do projeto.

ITEM 14

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 172, de 2018

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Moraes Almeida para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Itaituba, Estado do Pará.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Paulo Rocha

Relatório: Pela aprovação do projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 15

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 173, de 2018

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Rádio Comunitária Guarany FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Abaetetuba, Estado do Pará.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Paulo Rocha

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Com a palavra o Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Para proferir relatório.) – Obrigado, Presidente.

Trata-se do mesmo assunto, que é autorização de funcionamento de rádios comunitárias.

Neste caso, trata-se de autorização ao Instituto Tauá de Comunicação Comunitária para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Santo Antônio do Tauá, no Estado do Pará.

Todos sabem – e os nossos assessores são muito diligentes nisso – que o serviço de radiodifusão comunitária encontra-se disciplinado e especificado na Lei 9.612, de 1998, e que é regulamentado também por um decreto do mesmo ano. A matéria é totalmente de competência do Congresso Nacional porque, na verdade, ele aprecia os atos do Poder Executivo, que autoriza esse tipo de serviço.

Portanto, há um roteiro de exigências às associações para cumprir e conquistar essa autorização. O que nós vimos, neste caso, é que o exame da documentação que acompanha o processo foi cumprido pela associação, segundo a determinação das leis, inclusive da Constituição. Portanto, evidencia-se que cumpriram as normas e as formalidades.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 91, de 2018, não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos da constitucionalidade, da juridicidade, da técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato de outorga e pela autorização ao Instituto Tauá de Comunicação Comunitária para executar serviços de radiodifusão comunitária no Município de Santo Antônio do Tauá, no Estado do Pará, na forma do decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Este é o voto do primeiro item de minha relatoria, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Item 14.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Trata-se, também, de rádios comunitárias. Essa aqui é da Associação Comunitária de Moares Almeida, no Município de Itaituba, no Estado do Pará, para executar serviços de radiodifusão comunitária.

Do mesmo modo, este relatório já tem um roteiro a seguir. A análise do Relator é exatamente sobre se são cumpridas as formalidades, porque o serviço de rádios comunitárias é disciplinado pela lei que criou as rádios comunitárias, em 1998, uma lei que tem o número de 9.618. É regulamentado também por um decreto.

Essas formalidades e essa aprovação são de competência, totalmente, do Congresso Nacional. O processo se inicia pela Câmara – é aprovado na Câmara –, depois chega aqui ao Senado Federal para autorizar o Poder Executivo a permitir esse serviço de rádio comunitária.

A associação cumpriu o roteiro e as formalidades estabelecidas na lei. Portanto, tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 172, de 2018, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação deste ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Moraes Almeida para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Itaituba, Estado do Pará, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Este é o voto, Sr. Presidente, do item 14.

Passo ao item 15, que também é de minha relatoria.

Trata também de autorização... Na verdade, aqui é de renovação da Associação Rádio Comunitária Guarany FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Abaetetuba, Estado do Pará, cidade importante, próxima da região metropolitana do nosso Estado.

De novo, do mesmo modo, a associação cumpriu as regras estabelecidas na lei, a regulamentação que autoriza o Executivo a fazer funcionar esse tipo de serviço de radiodifusão. Portanto, pelo exame da documentação que acompanha o PDS nº 173, foram cumpridas todas as formalidades estabelecidas nas leis, nos decretos e na Constituição, não se evidenciou nenhuma violação. Então, não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova autorização de outorga à Associação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Rádio Comunitária Guarany FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Abaetetuba, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Presidente, eu queria fazer um agradecimento especial a V. Exa. por ter me brindado com essas relatorias, principalmente esta última, do Município de Abaetetuba, porque eu fui um dos articuladores e o Relator também da aprovação quando da primeira autorização para a rádio FM, a Rádio Comunitária Guarany, do Município de Abaetetuba.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Obrigado pelas suas palavras.

Nós vamos retornar ao item 2, o PDS 112, de 2018, do Senador Styvenson.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Presidente, eu queria que V. Exa. já desse como concluída a discussão para ficar pronto para votação quando houver o quórum.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – O.k.

Não havendo quórum... (*Pausa.*)

Em discussão a matéria, itens 13, 14 e 15. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Como não há quórum ainda...

Daqui a pouco, Senador Paulo Rocha, nós vamos fazer como V. Exa. nos orientou da outra vez: vamos atrás – viu, Senador Styvenson? – dos nossos pares para que eles venham votar.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Eu estava na CAE, Comissão da qual sou Vice-Presidente, onde está o Ministro Mandetta. Estava lá quando a sua nobre e linda assessora pediu minha presença e logo vim para ler esses relatórios relativos aos itens 2, 8 e 9, se não me engano. É isso?

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Isso.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Posso começar, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – O item 2... Aliás, já para ganhar tempo, o item 2, o item 8 e o item 9.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 2

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 112, de 2018

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Santa Maria / RN (ACCCSM-RN) para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Santa Maria, Estado do Rio Grande do Norte.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Styvenson Valentim

Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

ITEM 8

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 61, de 2017

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DOS CAVALEIROS DE BOM SUCESSO DE ITARARÉ para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Bom Sucesso de Itararé, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Styvenson Valentim

Relatório: Pela aprovação do projeto.

ITEM 9

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 63, de 2016

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE GROSSOS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Grossos, Estado do Rio do Grande do Norte.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Styvenson Valentim

Relatório: Pela aprovação do projeto.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Estou esperando abrir aqui na tela, porque estou sem o papel.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Estou esperando abrir aqui. (*Pausa.*)

Posso partir para o que interessa, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Por favor, Senador.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN. Para leitura de relatório.) – Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 112, de 2018 (nº 632, de 2017, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Santa Maria/RN para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Santa Maria, Estado do Rio Grande do Norte.

Relator: Senador Styvenson Valentim.

Chega à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 112, de 2018 (nº 632, de 2017, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Santa Maria/RN para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Santa Maria, Estado do Rio Grande do Norte. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o art. 223, §3º, ambos da Constituição Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu Relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

Análise.

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal (Risf), nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à CCT opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária (RadCom) encontra disciplina específica na Lei n° 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto n° 2.615, de 3 de junho de 1998, e na Portaria do Ministério das Comunicações (MC) nº 4.334, de 17 de setembro de 2015.

De acordo com o art. 11 da Lei nº 9.612, de 1998, está vedado à entidade que detém autorização para a execução do serviço o estabelecimento de vínculo que a subordine à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais.

Detalhando o referido dispositivo, o parágrafo único do art. 132 da Portaria nº 4.334, de 2015, considera que a existência dos referidos vínculos para os processos de renovação da outorga, como no caso em tela, configura vício insanável, inviabilizando sua aprovação.

Para esclarecer esse ponto específico, entendemos ser necessário encaminhamento de requerimento de informações ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, na forma prevista no §2º do art. 50 da Constituição Federal.

Voto.

Em vista do exposto, voto pelo encaminhamento ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações do requerimento de informações a seguir, e pelo sobrestamento da tramitação do PDS nº 112, de 2018, nos termos do art. 335 do Risf.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Senador, eu pedi que o senhor lesse os itens 8 e 9 também, mas o item 2 é votação simbólica, um erro que foi cometido pelo Presidente. Então, nós vamos votar logo o item 2 e, em seguida, passo para a leitura dos itens 8 e 9, que são votação nominal e a gente precisa dos Senadores aqui.

A matéria está em discussão, o item 2, PDS 112, de 2018. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Resultado: a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer preliminar da CCT pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Agora, sim, Senador Styvenson, o item 8 e o item 9.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN. Para leitura de relatório.) – Muito bem. Vou sintetizar, Sr. Presidente, já que se trata de um mesmo assunto: outorga e autorização para radiodifusão.

Esse projeto vem lá da Câmara dos Deputados e visa à liberação para a Associação dos Cavaleiros de Bom Sucesso de Itararé para executar serviço de radiodifusão comunitária nesse Município, Estado de São Paulo.

A exposição de motivos, como a anterior, já que se trata de radiodifusão, é uma rápida análise: como o Regimento Interno do Senado, no seu art. 104, "c", inciso VII, delega a esta Comissão opinar sobre este tema, serviço de radiodifusão, vou direto ao voto, Sr. Presidente, uma vez que se trata da mesma matéria, para não ser tão repetitivo, pois essa liberação de radiodifusão só muda o nome da rádio, o Estado, o Município.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 61, de 2017, não evidenciou violação de legislação pertinente e não havendo reparos quanto ao aspecto de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga a autorização à Associação dos Cavaleiros de Bom Sucesso de Itararé para executar serviços de radiodifusão comunitária no Município de Bom Sucesso de Itararé, no Estado de São Paulo, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Vamos passar para o nono agora, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Se quiser ler só o voto.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Acabei de ler. Vou repetir. Posso repetir?

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Item 9, por favor. Senador.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 61, de 2017, não evidenciou violação de legislação pertinente e não havendo reparos quanto ao aspecto de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga a autorização à Associação dos Cavaleiros de Bom Sucesso de Itararé para executar os serviços de radiodifusão comunitária no Município de Bom Sucesso de Itararé, no Estado de São Paulo, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Vou para o item 9 agora.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Esse era o item 8.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Isso. Agora vou para o item 9.

Sr. Presidente, eu só adiantei porque se trata do mesmo tema, mas, se o senhor achar que eu devo ler todos, com todo cuidado e atenção, assim o farei. E também se algum Senador assim o quiser.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Só o voto.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Trata-se do mesmo tema. O que muda é o nome dado à associação de radiodifusão comunitária. Neste caso agora, de Grossos, do Estado do Rio Grande do Norte, no meu Estado.

Então, segue o mesmo rito, e vou antecipar o voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 63, de 2016, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária de Grossos para executar serviço de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

radiodifusão comunitária na cidade de Grossos, Estado do Rio Grande do Norte, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse foi o voto.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Não havendo quórum, nós vamos passar para os próximos itens.

Eu quero convidar aqui o Senador Plínio Valério, como Relator *ad hoc*, para relatar os itens cujos Senadores não se encontram presentes, os Itens 10... Aliás, desculpem-me, os itens 11, 12, 16 e 17.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO. Pela ordem.) – Pela ordem, Sr. Presidente. Estou subscrevendo o item 3, do Senador Chico Rodrigues.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – O item 3, do Chico Rodrigues?

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Pois não, Senador.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Pela ordem.) – Na forma de sugestão para a Mesa, é possível dentro do Regimento Interno, nós sabemos que essas questões das rádios comunitárias ainda têm uma importância muito grande para os nossos Estados, para o nosso interior. V. Exa. vê que é interesse aqui do conjunto de todos os Parlamentares, dos nossos Senadores e Senadoras. E como realmente torna-se difícil a presença, o quórum aqui, qual é a sugestão?

Aproveitando que nós temos aqui um conjunto para ser aprovado aqui e, pelo que está posto aí, com mais essas, devem ser umas dez ou quinze, de muita importância, o que é que eu sugestiono? Depois de estabelecidos os votos, abre-se a votação e a gente vai buscar os Senadores que já registraram presença para virem votar no pacote, porque trata-se do mesmo assunto, da mesma questão, do mesmo relatório etc., etc.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – O.k.

De acordo?

Bom, então, o Senador Plínio...

O Senador Eduardo...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Enquanto ele lê o 3, eu vou localizar, porque eu estou sem o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Item 3.

ITEM 3

REQUERIMENTO Nº 7, de 2019

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de que seja convidado o Excelentíssimo Senhor Marcos Cesar Pontes, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações- MCTIC, para apresentar dados do Acordo de Salvaguardas Tecnológicas (AST), que permite que os Estados Unidos da América do Norte e outras nações lançarem satélites a partir do Centro Espacial de Alcântara (CEA), no Maranhão.

Autoria: Senador Chico Rodrigues e outros

Observações:

Em 21/03/2019, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional aprovou o REQ 10/2019-CRE, destinado à realização da audiência pública conjunta prevista neste item.

Com a palavra o Senador Eduardo Gomes.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO) – Obrigado, Sr. Presidente.

Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática nº 7, de 2019.

Nas condições regimentais, requer a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de que seja convidado o Exmo. Sr. Marcos Cesar Pontes, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, para apresentar dados do Acordo de Salvaguardas Tecnológicas (AST),que permite aos Estados Unidos da América do Norte e outras nações lançarem satélites a partir do Centro Espacial de Alcântara (CEA), no Maranhão.

Autoria: Senador Chico Rodrigues.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a nossa subscrição.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o requerimento.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Resultado: aprovado o requerimento.

ITEM 11

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 97, de 2018

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à Ola FM Sociedade Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Paranapuã, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Plínio Valério

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Senador Plínio, com a palavra.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM. Para proferir relatório.) – Presidente, me permitam só ler a ementa e depois ir para o voto.

Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 97, de 2018 (nº 621, de 2017, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Ola FM Sociedade Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Paranapuã, Estado de São Paulo, projeto do Senador Major Olimpio.

O relatório segue as leis.

Então, vamos, Senador Paulo, ao voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 97, de 2018, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão à Ola FM Sociedade Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Paranapuã, Estado de São Paulo, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – O item 12, PDS 124, de 2018 do Senador Flávio Arns.

ITEM 12

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 124, de 2018

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural de Cruzeiro do Sul Paraná - ACCS para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Cruzeiro do Sul, Estado do Paraná.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Plínio Valério

Relatório: Pela aprovação do projeto.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Deixe-me ver só qual é a página, Presidente, porque...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – É a página seguinte.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – É a 48. Então, vamos na sequência.

As informações são as mesmas, as leis são as mesmas, as regras. O relatório segue o das anteriores e a análise também. Portanto, a gente se permite ir para o voto.

Voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 124, de 2018, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos que constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

autorização à Associação Cultural de Cruzeiro do Sul Paraná para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Cruzeiro do Sul, Estado do Paraná, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Senador, o item 16, do Senador Confúcio Moura.

ITEM 16

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 176, de 2018

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Ji-Paranaense (Ascojipa) para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Ji-Paraná, Estado de Rondônia.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Plínio Valério

Relatório: Pela aprovação do projeto.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – É o 16 agora. Pulou aqui, não é?

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – É o PDS 176, de 2018.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – PDS 176, de 2018, p. 64.

O Relator seria o Senador Confúcio Moura, e eu o substituo.

Também a exemplo dos outros, aqui se renova a autorização de outorga à Associação Comunitária Ji-Paranaense. É o relatório.

Voto, Sr. Presidente. Vou ler o voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 176, de 2018, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

autorização outorgada à Associação Comunitária Ji-Paranaense para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Ji-Paraná, Estado de Rondônia, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Este é o voto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Vamos para o Item, Senador Plínio, PDS 165, de 2018, da Senadora Juíza.

ITEM 17

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 165, de 2018

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à Fundação João Paulo II para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de São José dos Campos, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Plínio Valério

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Antes de o senhor fazer a leitura, quero aqui registrar a presença do Prefeito de Quirinópolis nesta Comissão. Sr. Gilmar, seja bem-vindo. E também do ex-Deputado Federal Pedro Chaves. Tenho o maior prazer de ser ele o meu primeiro suplente no Senado Federal.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM. Para proferir relatório.) – Portanto, merecem estar sentados aqui conosco. Por favor, sentem-se aqui conosco.

Relatoria da Senadora Selma Arruda.

Outorga permissão à Fundação João Paulo II.

O relatório cita, como sempre, as leis, procura saber se está em conformidade. E, estando, eu vou direto ao voto, Presidente.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 165, de 2018, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão à Fundação João Paulo II para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

modulada, com fins exclusivamente educativos, no Município de São José dos Campos, Estado de São Paulo, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Este é o voto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Senador Plínio, obrigado pela sua leitura.

Senador Paulo Rocha, o senhor pode subscrever os itens 4 e 5, para a gente passar uma régua em tudo hoje?

ITEM 4

REQUERIMENTO Nº 8, de 2019

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com a Ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Senhora Tereza Cristina Corrêa da Costa Dias, com o objetivo de discutir a contribuição da tecnologia para a agricultura.

Autoria: Senador Chico Rodrigues e outros

ITEM 5

REQUERIMENTO Nº 9, de 2019

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o Ministro de Minas e Energia, Senhor Bento Albuquerque, para debater as ações do Ministério de Minas e Energia para fomentar a produção de energia por meio das Pequenas Centrais Hidrelétricas e das Centrais Eólicas.

Autoria: Senador Angelo Coronel e outros

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Para proferir relatório.) – Autoria do Senador Chico Rodrigues.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requerimento para realização de audiência pública com a Sra. Cristina, Ministra da Agricultura, para falar sobre a tecnologia que contribui para a alta produtividade na nossa rica agricultura. Portanto, é um convite à Ministra para fazer essa audiência pública sobre tecnologia na agricultura.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – O requerimento está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o requerimento.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se estão. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Item 5.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Esse requerimento é de autoria do Senador Angelo Coronel, do PSD, da Bahia, o qual eu subscrevo, para trazer, através de convite, o Ministro Bento Albuquerque, Ministro de Minas e Energia, para, em audiência pública, debater como anda o fomento da produção de energia por meio de pequenas centrais hidrelétricas e centrais eólicas. É muito importante esse debate. Chegou o especialista aqui, inclusive, o Senador Jean Paul.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Seja bem-vindo, Senador Jean Paul!

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. *Fora do microfone.*) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – É uma honra ter o senhor na nossa Comissão.

O requerimento está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o requerimento.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

As votações simbólicas hoje foram todas aprovadas. Nós vamos passar agora para os itens 8 a 17 da pauta, cuja votação é nominal. As matérias referentes a...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Quero só explicitar para os companheiros que aqui chegaram agora, principalmente o Jean e o Izalci, que há cerca de dez itens que tratam de rádio comunitária. Já foram todos relatados. Está encerrada a discussão. Agora será feita apenas a votação. Eles são de interesse de vários Estados. Todos sabem aqui o interesse, inclusive o do seu Estado do Rio Grande do Norte. O encaminhamento já aprovado pelos Senadores anteriores é o de que nós faríamos uma votação em bloco, abrindo a votação, porque é preciso fazer a votação nominal. E vai ficar aberto para a gente buscar os outros companheiros que já passaram por aqui para aprovar.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Senador Izalci, seja bem-vindo!

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Coincidentemente, esta audiência acontece ao mesmo tempo em que realizamos a reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional, da qual sou o Presidente. Estamos lá em audiência pública, mas eu preciso muito...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Mas é uma honra ter o senhor aqui. Eu sei o esforço que o senhor fez para estar aqui.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Obrigado, Senador.

Nós vamos votar em bloco, então, essas matérias?

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Vamos votar em bloco.

Seja bem-vindo!

As matérias referentes aos itens 8 a 17 estão em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Colocaremos em votação os projetos pelo sistema de votação eletrônica.

Consulto o Plenário se podemos fazer a votação em bloco para esses projetos.

Se todos estiverem de acordo, queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a proposta.

Em votação os projetos referentes aos itens 8 a 17 da pauta.

Quem vota com o Relator vota "sim".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós vamos abrir o painel. Como foi feito na última reunião nossa, por sugestão do Senador Paulo Rocha, nós vamos abrir a votação.

Eu pediria que os Senadores que foram para outras Comissões – nós precisamos de nove Senadores – que viessem aqui para votar.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Por segurança regimental, Presidente, para ficar na ata, acho que seria bom ler cada item, para ficar gravado ali na nossa...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – O.k.! Leio só o título, Senador, ou só o número?

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. *Fora do microfone.*) – O número já diz tudo.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Para quem estiver acompanhando, leio os números: item 8, PDS nº 61, de 2017, Senador Styvenson Valentim; PDS nº 63, de 2016, também Senador Styvenson Valentim; PDS nº 72, de 2017, Senador Oriovisto Guimarães; PDS nº 97, de 2018, Senador Major Olímpio; PDS nº 124, de 2018, Senador Flávio Arns; PDS nº 91, de 2018, Senador Paulo Rocha; PDS nº 172, de 2018, Senador Paulo Rocha; PDS nº 173, de 2018, Senador Paulo Rocha; PDS nº 176, de 2018, Senador Confúcio Moura; PDS nº 165, de 2018, Senadora Juíza Selma.

Está aberta a votação.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Encerrarei a votação.

Antes de fazer a leitura, eu quero ainda registrar a presença aqui – esta é uma honra para nós – do Vereador Márcio Xavier, da cidade de Quirinópolis, que está acompanhando o Prefeito Gilmar, e do Secretário da Indústria e Comércio João Batista, também daquela cidade.

Sejam bem-vindos, mais uma vez!

A Comissão aprova os projetos constantes dos itens 8 a 17 da pauta, nos termos dos relatórios apresentados.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Obrigado a todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Iniciada às 9 horas e 41 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 48 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 7ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE ABRIL DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às nove horas e cinquenta e cinco minutos do dia dez de abril de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência da Senadora Kátia Abreu, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com a presença dos Senadores Eduardo Gomes, Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso, Luiz do Carmo, Izalci Lucas, Oriovisto Guimarães, Juíza Selma, Mara Gabrilli, Plínio Valério, Styvenson Valentim, Marcos do Val, Paulo Rocha, Arolde de Oliveira, Telmário Mota, Paulo Paim e Eliziane Gama. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Rodrigo Cunha, Weverton, Jean Paul Prates, Angelo Coronel, Chico Rodrigues e Wellington Fagundes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática n° 12, de 2019** que: "Requer a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com o objetivo de debater a prorrogação dos benefícios da Lei nº 8.685, de 20 de julho de 1993 (Lei do Audiovisual)." **Autoria:** Senador Marcos do Val e outros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - Projeto de Lei do Senado n° 356, de 2017 - Terminativo -** que: "Altera as Leis nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e nº 9.991, de 24 de julho de 2000, para incentivar a modernização das instalações do serviço público de distribuição de energia elétrica." **Autoria:** Senador Eduardo Braga. **Relatoria:** Senador Paulo Rocha. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com as emendas nº 1 e 2 - CTFC/CI. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) n° 80, de 2018 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Tucupi de Arte Cultura e Comunicação para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Marituba, Estado do Pará." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Paulo Rocha. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) n° 86, de 2018 - Terminativo -** que: "Rejeita o ato que declara perempta a concessão outorgada à Rádio Anchieta Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias no Município de Itanhaém, Estado de São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Paulo Rocha. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, que rejeita ato declaratório de perempção. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) n° 96, de 2018 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Comunicação Comunitária Tucumaense para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Tucumã, Estado do Pará." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Paulo Rocha. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) n° 66, de 2016 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA AGUANOVENSE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Água Nova, Estado do Rio Grande do Norte." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Styvenson Valentim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Lido o relatório. **ITEM 7 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 76, de 2016 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DE CAMPO REDONDO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campo Redondo, Estado do Rio Grande do Norte." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Styvenson Valentim. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Lido o relatório. **ITEM 8 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 64, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à APRC - ASSOCIAÇÃO PRATIANA DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Pratânia, Estado de São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Styvenson Valentim. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Lido o relatório. **ITEM 9 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 85, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga permissão à TV PIONEIRA DE MOGI DAS CRUZES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Londrina, Estado do Paraná." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Lido o relatório. **ITEM 10 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 222, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL DE PEDRINHAS PAULISTA para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Pedrinhas Paulista, Estado de São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Styvenson Valentim. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Lido o relatório. **ITEM 11 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 42, de 2018 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Comunicação Comunitária de Uirapuru para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Uirapuru, Estado de Goiás." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Luiz do Carmo. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Lido o relatório. **ITEM 12 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 120, de 2018 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a concessão originalmente outorgada à Abril Radiodifusão S.A., e posteriormente transferida à Spring Televisão S.A., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens, no Município de São Paulo, Estado de São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Major Olimpio. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Lido o relatório. **ITEM 13 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 175, de 2018 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cidade Alta para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Jaguariaíva, Estado do Paraná." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Paulo Rocha (*Ad hoc*), substituiu Senador Oriovisto Guimarães. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Lido o relatório. **ITEM 14 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 235, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO SERRA VERDE para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Paulo Rocha (*Ad hoc*), substituiu Senador Marcos do Val. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Lido o relatório. **ITEM 15 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 83, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CARIRI DE PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE E CULTURA para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Cariri do Tocantins, Estado do Tocantins."

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Paulo Rocha (*Ad hoc*), substituiu Senadora Kátia Abreu. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Lido o relatório. **ITEM 16 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) n° 323, de 2015 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DE SAQUAREMA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Saquarema, Estado do Rio de Janeiro." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Paulo Rocha (*Ad hoc*), substituiu Senador Arolde de Oliveira. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Lido o relatório. **ITEM 17 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) n° 316, de 2015 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS AMIGOS DE DIFUSÃO, ÉTICA E MORAL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campos dos Goytacazes, Estado do Rio de Janeiro." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Paulo Rocha (*Ad hoc*), substituiu Senador Arolde de Oliveira. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Lido o relatório. **ITEM EXTRAPAUTA 18 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática n° 13, de 2019** que: "Requer que sejam prestadas, por intermédio do Ministro de Estado da Economia, informações sobre vedações ou restrições do Banco da Amazônia (BASA) ao financiamento de novos projetos para construção de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) e Centrais Geradoras Hidroelétricas (CGHs)." **Autoria:** Senadora Kátia Abreu. **Resultado:** Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado. **ITEM EXTRAPAUTA 19 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática n° 14, de 2019** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de discutir os desdobramentos da tecnologia e inovação no âmbito da Confederação Nacional da Indústria - CNI." **Autoria:** Senador Vanderlan Cardoso. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e vinte e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Kátia Abreu

Presidente Eventual da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Bom dia a todos. Havendo número regimental, declaro aberta a 7ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura, que se realiza nesta data, 10 de abril de 2019.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal* juntamente com as notas taquigráficas.

Comunicados da Presidência.

No dia 17 de abril, às 9h, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Sr. Marcos Cesar Pontes, comparecerá à CCT para prestar informações sobre as prioridades e diretrizes da pasta sob sua responsabilidade.

Chegou a esta Comissão o Aviso 145-Seses-TCU-Plenário, de 28 de março de 2019, que encaminha cópia do Acórdão nº 716, de 2019, proferido nos autos do processo nº TC 022.280/2016-2, que trata de representação acerca de irregularidades na potencial celebração de termos de compromisso de ajustamento de conduta pela Anatel.

Nos termos da Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 12, de 2019, fica aberto o prazo de 15 dias para manifestação de interesse por parte dos Senadores membros desta Comissão.

O item 1 é do Senador Marcos do Val, que não está presente.

O item 2, o Senador Paulo Rocha pediu que fosse retirado de pauta por não estar presente. Será apreciado na próxima reunião.

Vamos passar para a leitura do item 6.

ITEM 6

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 66, de 2016

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA AGUANOVENSE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Água Nova, Estado do Rio Grande do Norte.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Styvenson Valentim

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Eu peço ao Senador Oriovisto para fazer a leitura *ad hoc,* por gentileza. (*Pausa.*)

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – Sra. Presidente, estou tendo aqui alguns probleminhas com o computador, mas acho que... (*Pausa.*)

Sra. Presidente, posso fazer a leitura, então?

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Com certeza. Obrigada.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR. Para proferir relatório.) – A ementa diz: da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 66, de 2016 (nº 308, de 2015, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Aguanovense para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Água Nova, Estado do Rio Grande do Norte.

O relatório, resumidamente, mostra que chega à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 66, de 2016 (nº 308, de 2015, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato de outorga à Associação Comunitária Aguanovense para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Água Nova, Estado do Rio Grande do Norte. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o art. 223, §3º, ambos da Constituição Federal. Há uma referência à exposição de motivos.

O projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu Relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

Da análise, destacaria que, conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à CCT opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga... Para serviços de radiodifusão sonora e de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução n° 3, de 2009, do Senado Federal.

Eu me permito ir direto ao voto, Sra. Presidente.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 66, de 2016, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Comunitária Aguanovense para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Água Nova, Estado do Rio Grande do Norte, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse é o voto.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Em votação.

Na verdade, será só a leitura do relatório porque não temos quórum para a votação.

Obrigada, Senador.

Vamos passar para o item 7, pois Paulo Rocha pede que aguarde a chegada dele para votar os seus relatórios.

ITEM 7

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 76, de 2016

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DE CAMPO REDONDO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campo Redondo, Estado do Rio Grande do Norte.

Autoria: Câmara dos Deputados.

Relatoria: Senador Styvenson Valentim

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Com a palavra, para leitura.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN. Para proferir relatório.) – Obrigado, Sra. Presidente.

Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 76, de 2016 (nº 473, de 2016, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Rádio Comunitária de Campo Redondo para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campo Redondo, Estado do Rio Grande do Norte, meu Estado.

Sra. Presidente, já posso seguir para o voto, uma vez que... E se eu puder falar um pouco dessa cidade, de que gosto muito, no meu Estado, bem rapidamente...

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Fique à vontade.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – É uma cidade que fica a 135km da capital do meu Estado, Rio Grande do Norte. Tem cerca de 10 mil habitantes, tem uma festa de padroeira muito forte, que é a de Nossa Senhora de Lourdes. Essa rádio faz uma diferença muito grande, então, é uma honra estar aqui dando esse voto para aprovar que ela continue funcionando, uma vez que é um meio mesmo de comunicação, distração e de informação para aquelas pessoas.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 76, de 2016, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a autorização outorgada à Associação Rádio Comunitária de Campo Redondo para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campo Redondo, Estado do Rio Grande do Norte, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Acho que virá outro, não é?

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – É.

Quero dar como lido também, por ser terminativo e não termos quórum ainda suficiente, que é de nove Senadores.

Próximo item da pauta:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 8

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 64, de 2017

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à APRC - ASSOCIAÇÃO PRATIANA DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Pratânia, Estado de São Paulo.

Autoria: Câmara dos Deputados.

Relatoria: Senador Styvenson Valentim

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Senador Styvenson Valentim, por favor, com a palavra.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN. Para proferir relatório.) – Sra. Presidente, para ganhar tempo, uma vez que acho que todos aqui estão em muitas Comissões, já indico logo qual é a rádio, Associação Pratiana de Radiodifusão Comunitária, do Estado de São Paulo, Município de Pratânia. Passo para a análise, rapidamente.

O exame da documentação que acompanha o PDS n° 64, de 2017, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei n° 9.612, de 1998.

Passo para o voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 64, de 2017, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação da Associação Pratiana de Radiodifusão Comunitária para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Pratânia, Estado de São Paulo, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Dado como lido, também sem condições de votação, pelo quórum.

Item 13, PDS 175. Não, desculpa.

ITEM 10

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 222, de 2017

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL DE PEDRINHAS PAULISTA para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Pedrinhas Paulista, Estado de São Paulo.

Autoria: Câmara dos Deputados.

Relatoria: Senador Styvenson Valentim

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Senador Relator Styvenson Valentim.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Seguindo da mesma forma, mas se alguém tiver interesse em que eu leia todo, Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Pode ir direto ao voto, se preferir.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN. Para proferir relatório.) – Está bem.

Associação Comunitária Cultural de Pedrinhas Paulista é a rádio agora.

Direto ao voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 222, de 2017, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Cultural de Pedrinhas Paulista para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Pedrinhas Paulista, Estado de São Paulo, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Dado como lido, sem condições de votação, pelo quórum.

Item 13, PDS 175, de 2018, Senador...

O SR. LUIZ DO CARMO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO) – E o 11? Não tem o item 11? O 11 primeiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Desculpa! É que eu tinha marcado os que estavam presentes antes de V. Exa. chegar.

ITEM 11

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 42, de 2018

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Comunicação Comunitária de Uirapuru para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Uirapuru, Estado de Goiás.

Autoria: Câmara dos Deputados.

Relatoria: Senador Luiz do Carmo

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Relator, Senador Luiz do Carmo, do nosso Estado de Goiás.

O SR. LUIZ DO CARMO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO. Para proferir relatório.) – Esse também é a outorga de uma rádio comunitária, no Município de Uirapuru, uma cidade pequena, que depende muito dessa rádio.

Já vou direto ao voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 42, de 2018, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação de Comunicação Comunitária de Uirapuru para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Uirapuru, Estado de Goiás, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Muito obrigada.

Dado como lido, também sem condições de votação.

Agora sim:

ITEM 13

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 175, de 2018

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cidade Alta para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Jaguariaíva, Estado do Paraná.

Autoria: Câmara dos Deputados.

Relatoria: Senador Oriovisto Guimarães

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Senador Relator Oriovisto Guimarães.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR. Para proferir relatório.) – Sra. Presidente, esse processo trata da outorga para a Associação Cidade Alta, na cidade de Jaguariaíva para executar serviço de radiodifusão comunitária.

Vou também, como os demais colegas, direto ao voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 175, de 2018, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Cidade Alta para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Jaguariaíva, Estado do Paraná, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Dado como lido. Também sem votação, por ausência de quórum.

Eu gostaria de solicitar ao Senador Oriovisto Guimarães que fizesse a leitura *ad hoc* do item 15 da pauta, de minha relatoria, que trata da rádio comunitária de Cariri, no Tocantins, no sul do Estado, uma cidade importante, forte na agropecuária, e próxima à cidade de Gurupi, que é a terceira maior cidade do Estado.

ITEM 15

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 83, de 2017

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CARIRI DE PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE E CULTURA para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Cariri do Tocantins, Estado do Tocantins.

Autoria: Câmara dos Deputados.

Relatoria: Senadora Kátia Abreu

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Por favor.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – Assim que eu conseguir me entender com o computador aqui, só um minuto.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Tenho meu voto aqui, escrito. O voto está aqui.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR. Para proferir relatório.) – Já deu aqui.

Vamos ler a ementa: da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 83, de 2017 (nº 307, de 2015, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cariri de Preservação do Meio Ambiente e Cultura para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Cariri do Tocantins, Estado de Tocantins.

Também como os demais, Sra. Presidente, vamos direto ao voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 83, de 2017, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cariri de Preservação do Meio Ambiente e Cultura para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Cariri do Tocantins, Estado de Tocantins, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Muito obrigada.

Dado como lido, também sem quórum para votação.

Antes de passar para o Senador Arolde de Oliveira, lerei um requerimento de pedido de informação, de minha autoria, em que requeiro, nos termos do art. 50, §2º, da Constituição Federal e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro da Economia, Paulo Guedes, informações sobre vedações ou restrições do Banco da Amazônia (Basa) ao financiamento de novos projetos para construção de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) e Centrais Geradoras Hidroelétricas (CGHs).

EXTRAPAUTA

ITEM 18

REQUERIMENTO Nº 13, de 2019

- Não terminativo -

Requer que sejam prestadas, por intermédio do Ministro de Estado da Economia, informações sobre vedações ou restrições do Banco da Amazônia (BASA) ao financiamento de novos projetos para construção de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) e Centrais Geradoras Hidroelétricas (CGHs).

Autoria: Senadora Kátia Abreu.

Na última reunião, tivemos uma audiência pública muito interessante sobre esse formato de produção de energia, e eu fiz uma reclamação de que o Banco da Amazônia financiava eólica, fotovoltaica, mas tinha tirado do seu portfólio o financiamento de pequenas usinas hidrelétricas.

Então, eu peço a aprovação dos colegas Senadores para que o banco possa justificar por que tirou do portfólio esse financiamento.

Em votação. (*Pausa.*)

Aprovado.

Muito obrigada.

Passo a palavra agora para o Senador Arolde de Oliveira, para o item 16.

ITEM 16

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 323, de 2015

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DE SAQUAREMA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Saquarema, Estado do Rio de Janeiro.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Arolde de Oliveira

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Com a palavra o Senador.

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PSD - RJ) – É 3223, nobre Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Desculpa, 323, de 2015.

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PSD - RJ) – Trata-se de outorga para a Associação Cultural e Comunitária de Saquarema, no Estado do Rio de Janeiro.

Eu vou proceder da mesma forma que os Relatores que me antecederam indo direto ao voto.

Voto do Relator.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 323, de 2015, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Cultural e Comunitária de Saquarema para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Saquarema, Estado do Rio de Janeiro, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Muito bem, dado como lido.

Também sem condições de voto em função do quórum.

Agora, o item 17.

ITEM 17

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 316, de 2015

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS AMIGOS DE DIFUSÃO, ÉTICA E MORAL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campos dos Goytacazes, Estado do Rio de Janeiro.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Arolde de Oliveira.

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PSD - RJ. Para proferir relatório.) – Trata-se, nobre Presidente, de outorga à Associação Comunitária dos Amigos de Difusão, Ética e Moral para executar serviço de radiodifusão na cidade de Campos dos Goytacazes, Estado do Rio de Janeiro.

Voto do Relator.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 316, de 2015, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Comunitária dos Amigos de Difusão, Ética e Moral para executar serviço de radiodifusão comunitária em Campos dos Goytacazes, Estado do Rio de Janeiro, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Este é o voto, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Muito obrigada, Senador.

Dado como lido.

Sem quórum para a votação.

Temos mais dois itens na pauta.

ITEM 1

REQUERIMENTO Nº 12, de 2019

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com o objetivo de debater a prorrogação dos benefícios da Lei nº 8.685, de 20 de julho de 1993 (Lei do Audiovisual).

Autoria: Senador Marcos do Val e outros

Observações:

Em 02/04/2019, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte aprovou o REQ 17/2019-CE, destinado à realização da reunião conjunta prevista neste item.

Temos o item nº 1, Requerimento 12, de 2019, que foi subscrito para o Senador Styvenson Valentim fazer a leitura do requerimento em questão.

Com a palavra, Senador.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN. Para encaminhar.) – Obrigado, Sra. Presidente.

Este requerimento partiu de Marcos do Val. Respeitando a legalidade, Senador Arolde, e a formalidade dos requerimentos, ele solicita uma audiência pública conjunta, que já foi aprovada pela CE. E ele solicita também, para essa mesma audiência, que aqui seja aprovada a presença do Sr. Henrique Pires, Secretário Especial da Cultura do Ministério da Cidadania – vou dizer do que se trata, um minutinho –; do Sr. Christian de Castro, Diretor-Presidente da Agência Nacional do Cinema (Ancine); Sr. Leonardo Edde, Presidente do Sindicato Interestadual da Indústria Audiovisual; Sr. Mauro Garcia, Presidente Executivo da Brasil Audiovisual.

Pelas pessoas, já dá para entender que se trata do audiovisual, da Lei do Audiovisual, Lei 8.685, de 20 de julho de 1993. Trata-se da manutenção dela, uma vez que, desde a sua promulgação, em 1993, essa lei tem sido um importante mecanismo de captação de renda para a realização de filmes.

Inicialmente prevista para durar até o ano de 2003, a Lei do Audiovisual recebeu constantes prorrogações, sendo a última realizada por meio da Lei nº 13.594, de 5 de janeiro de 2018 (fruto da conversão da Medida Provisória nº 796, de 2017).

Então, este requerimento tem o objetivo de discutir com a sociedade, órgãos públicos e entidades do setor a necessidade de nova prorrogação da Lei do Audiovisual, dada sua importância no fomento da atividade audiovisual de produção independente brasileira.

Então, o Senador Marcos do Val quer anexar essas duas audiências na CE. Só quer essa aprovação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Obrigada, Senador.

Em votação. (*Pausa.*)

Aprovado.

Gostaria de pedir ao Senador Arolde de Oliveira para fazer, *ad hoc*, a leitura do item 9, a pedido do Senador Flávio Arns, PDS 85, de 2017.

ITEM 9

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 85, de 2017

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à TV PIONEIRA DE MOGI DAS CRUZES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Londrina, Estado do Paraná.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Flávio Arns.

Relatório: Pela aprovação do projeto.

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PSD - RJ. Para proferir relatório.) – Presidente Kátia Abreu, vou proceder, então, diretamente à leitura do voto.

É relativo à TV Pioneira de Mogi das Cruzes Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Londrina, Estado do Paraná – é uma emissora de televisão comercial.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 85, de 2017, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão à TV Pioneira de Mogi das Cruzes Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Londrina, Estado do Paraná, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Este é o voto, Sra. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Muito obrigada, Senador Arolde.

Não havendo quórum, apenas dou como lido.

Gostaria ainda de pedir ao Senador Arolde para fazer a leitura, *ad hoc*, do PDS 120, de 2018, do Senador Major Olímpio – a pedido.

ITEM 12

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 120, de 2018

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a concessão originalmente outorgada à Abril Radiodifusão S.A., e posteriormente transferida à Spring Televisão S.A., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens, no Município de São Paulo, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Major Olimpio

Relatório: Pela aprovação do projeto.

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PSD - RJ. Para proferir relatório.) – O Projeto de Decreto Legislativo 120, Sra. Presidente, trata da renovação da outorga à Abril Radiodifusão S.A. e, posteriormente, transferida à Spring Televisão S.A., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens no Município de São Paulo, Estado de São Paulo.

Vou passar diretamente ao voto, Senadora.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 120, de 2018, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova concessão originalmente outorgada à Abril Radiodifusão S.A. e, posteriormente, transferida à Spring Televisão S.A., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse é o voto, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Muito obrigada, Senador Arolde, pela leitura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não teremos quórum para a votação.

Peço agora ao Senador Styvenson para fazer a leitura do PDS 235, de 2017, do Senador Marcos do Val.

ITEM 14

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 235, de 2017

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO SERRA VERDE para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Marcos do Val.

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Por favor, com a palavra – leitura *ad hoc*.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN. Para proferir relatório.) – Qual é o item?

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – É o item 14, PDS 235.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN. Para proferir relatório.) – Obrigado.

Sra. Presidente, trata-se também de outorga, à Associação dos Moradores do Serra Verde, para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

Vou para o voto, o.k.?

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 235, de 2017, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a autorização outorgada à Associação dos Moradores do Serra Verde para executar serviço de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

radiodifusão comunitária no Município de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Lido o voto, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Dado como lido.

Sem quórum para a votação.

Requerimento extrapauta do Senador Vanderlan Cardoso.

EXTRAPAUTA

ITEM 19

REQUERIMENTO Nº 14, de 2019

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de discutir os desdobramentos da tecnologia e inovação no âmbito da Confederação Nacional da Indústria - CNI.

Autoria: Senador Vanderlan Cardoso.

Propõe, para a audiência, a presença dos seguintes convidados: Gustavo Leal Sales Filho, Diretor de Operações do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – Senai; Gianna Sagazio, Superintendente do Instituto Euvaldo Lodi – IEL/NC.

Coloco em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, passa-se à votação. (*Pausa.*)

Aprovado.

Eu gostaria, antes de encerrar a reunião, aproveitando esta oportunidade da aprovação de concessão a tantas rádios comunitárias, de dizer que uma rádio comunitária em Taquaralto, em Palmas, com o nome de Rádio Pequi, abriu uma oportunidade interessantíssima para novos e jovens talentos de locutores de rádio. Há um horário nessa rádio para que aqueles que têm a vocação, o talento, possam usar a rádio como um treinamento para uma profissão, para seu primeiro emprego.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu gostaria de deixar essa sugestão, dando oportunidade de trabalho aos jovens, rapazes e moças talentosos que podem ser locutores de rádio.

Não havendo mais nenhuma matéria em pauta, declaro encerrada a presente reunião. Muito obrigada a todos.

(*Iniciada às 09 horas e 55 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 24 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 2ª REUNIÃO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE MARÇO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às quatorze horas e quarenta e nove minutos do dia vinte de março de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Mecias de Jesus, reúne-se a Comissão Senado do Futuro com a presença dos Senadores Marcio Bittar, Marcelo Castro, Styvenson Valentim, Eduardo Girão, Rogério Carvalho, Zenaide Maia, Arolde de Oliveira, Wellington Fagundes, Selma Arruda, Fernando Bezerra Coelho, Rodrigo Pacheco, Dário Berger, Izalci Lucas, Confúcio Moura, Paulo Paim, Paulo Rocha, Chico Rodrigues, Marcos do Val, Sérgio Petecão e Angelo Coronel. Deixam de comparecer os Senadores Irajá e Zequinha Marinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em duas partes: **1ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Requerimento da Comissão Senado do Futuro n° 1, de 2019** que visa: "Debater a cobrança do usuário pela operadora para o acesso a conteúdos, aplicações e serviços disponibilizados na internet por órgãos e entidades da administração direta e indireta da União." **Autoria:** Senador Mecias de Jesus. **Resultado:** Aprovado o Requerimento nº 1 de 2019 da Comissão Senado do Futuro. **2ª Parte - Reunião de Trabalho**. **Finalidade:** Definir temas a serem debatidos no exercício de 2019 na Comissão Senado do Futuro. **Resultado:** Após discussão, fazem uso da palavra os Senadores Eduardo Girão e Styvenson Valentim e, em consequência, foi definido que os seguintes temas serão objeto de debate na Comissão Senado do Futuro no exercício de 2019: Empreendedorismo; Startups; Uso de tecnologias e inovações para aprimorar políticas públicas; Futuro da Previdência Social; Tecnologias aplicadas à segurança pública; Tecnologias aplicadas à educação; Transparência e participação popular no processo legislativo; Reforma política e candidaturas independentes. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e treze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Mecias de Jesus

Presidente da Comissão Senado do Futuro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/03/20

O SR. PRESIDENTE (Mecias de Jesus. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR) – Sras. e Srs. Senadores, boa tarde a todos.

Havendo quórum regimental, declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão Senado do Futuro da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura, que se realiza nesta data, 20 de março de 2019.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 1ª Reunião, realizada no dia 26 de fevereiro de 2019.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Está aprovada a ata e será publicada no *Diário Oficial*.

Sras. e Srs. Senadores, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno, o Senado Federal, as comissões permanentes selecionarão, na área de sua competência, políticas públicas desenvolvidas no âmbito do Poder Executivo para serem avaliadas, observando os impactos dessas políticas e as atividades meio de suporte para a execução nesse sentido.

Comunico o que segue:

1 – Fica aberto o prazo para que os Senadores membros da Comissão Senado do Futuro apresentem sugestões de políticas públicas a serem avaliadas ao longo do corrente exercício.

Creio que os nobres Senadores entenderam o que diz o item 1.

As sugestões devem ser encaminhadas na forma de requerimento à secretaria da Comissão, por meio do sistema próprio. A via física deve ser entregue com assinatura do Parlamentar também à secretaria.

A escolha de até duas sugestões entre as apresentadas se dará na primeira reunião deliberativa após o término do prazo.

O prazo que eu gostaria de estabelecer com os senhores não está definido aqui. Portanto, eu gostaria de ver com os senhores um prazo de dez dias, vinte dias, para que os senhores possam apresentar dois temas, conforme as sugestões aqui e o que prevê o nosso Regimento Interno.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/03/20

O SR. PRESIDENTE (Mecias de Jesus. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR) – Sras. e Srs. Senadores, boa tarde a todos.

Havendo quórum regimental, declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão Senado do Futuro da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura, que se realiza nesta data, 20 de março de 2019.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 1ª Reunião, realizada no dia 26 de fevereiro de 2019.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Está aprovada a ata e será publicada no *Diário Oficial*.

Sras. e Srs. Senadores, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno, o Senado Federal, as comissões permanentes selecionarão, na área de sua competência, políticas públicas desenvolvidas no âmbito do Poder Executivo para serem avaliadas, observando os impactos dessas políticas e as atividades meio de suporte para a execução nesse sentido.

Comunico o que segue:

1 – Fica aberto o prazo para que os Senadores membros da Comissão Senado do Futuro apresentem sugestões de políticas públicas a serem avaliadas ao longo do corrente exercício.

Creio que os nobres Senadores entenderam o que diz o item 1.

As sugestões devem ser encaminhadas na forma de requerimento à secretaria da Comissão, por meio do sistema próprio. A via física deve ser entregue com assinatura do Parlamentar também à secretaria.

A escolha de até duas sugestões entre as apresentadas se dará na primeira reunião deliberativa após o término do prazo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O prazo que eu gostaria de estabelecer com os senhores não está definido aqui. Portanto, eu gostaria de ver com os senhores um prazo de dez dias, vinte dias, para que os senhores possam apresentar dois temas, conforme as sugestões aqui e o que prevê o nosso Regimento Interno.

Os Relatores designados para as avaliações selecionadas terão o prazo até o dia 30 de novembro – que isso? – para a conclusão dos relatórios dos trabalhos e a apresentação dos relatórios. Trinta de novembro, é tudo isso mesmo? É o Regimento isso? É um prazo muito doido.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Mecias de Jesus. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR) – Podemos mudar aqui, não é?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Mecias de Jesus. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR) – Porque o prazo até 30 de novembro...

Eu gostaria de comunicar às pessoas presentes, às Srs. e aos Srs. Senadores, que a Comissão Senado do Futuro é nova para mim, como é nova para os senhores também, mas é uma Comissão, a nosso ver, extremamente importante para debater temas de todas as naturezas. Quando assumi aqui como Presidente desta Comissão, fui informado, como os senhores também o foram, de que esta Comissão não teria competência para emitir parecer, para analisar matérias de interesse do Senado Federal.

Estava aqui conversando com a nossa assessoria e, graças a Deus, já temos a assinatura do Senador Eduardo Girão e do Senador Cap. Styvenson concordando que esta Comissão poderá, sim, emitir parecer, analisar matérias e ser terminativa. Portanto, nós vamos já iniciar solicitando à Mesa Diretora, propondo algumas sugestões de mudanças no Regimento Interno.

Ao mesmo tempo, pelo que diz o nosso Regimento Interno... Está aqui. Olhem o que diz o nosso Regimento Interno:

Art. 90. Às Comissões compete:

I – discutir e votar projetos de lei nos termos do art. 91 (Const., Art. 58);

O que diz?

XII – opinar sobre o mérito das proposições submetidas a seu exame, emitindo o respectivo parecer;

Isso aqui é permitido às comissões permanentes. A Comissão Senado do Futuro é uma comissão permanente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> Art. 91. Às comissões, no âmbito de suas atribuições, cabe, dispensada a competência do Plenário, nos termos do art. 58, §2º, I, da Constituição, discutir e votar: [...]

E aí discorre sobre os projetos e as competências das Comissões.

Temos ainda o art. 97, que diz:

> Art. 97. Às comissões permanentes compete estudar e emitir parecer sobre os assuntos submetidos ao seu exame.

Portanto, para aquilo que for submetido ao exame da Comissão Senado do Futuro, ela terá, sim, competência para emitir parecer, para votar e para finalizar qualquer matéria.

O Art. 58 da Constituição Federal:

> Art. 58. O Congresso Nacional e suas Casas terão comissões permanentes e temporárias, constituídas na forma e com as atribuições previstas no respectivo Regimento ou no ato de que resultar sua criação.
> .....
> .....
> § 2º Às comissões, em razão da matéria de sua competência, cabe:
> I - discutir e votar projeto de lei que dispensar, na forma do regimento, a competência do Plenário [...].

Ou seja, meu caro Senador Eduardo Girão, meu caro Senador Cap. Styvenson, a Comissão Senado do Futuro é uma Comissão como qualquer outra comissão permanente do Senado da República.

Com a palavra o Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Presidente, Senador Mecias de Jesus, eu não tenho a menor dúvida disso. Eu fico extremamente feliz em ver seu comprometimento aqui em querer trabalhar, em querer fazer esta Comissão forte, porque é uma Comissão que historicamente...

Eu cheguei agora – é a primeira eleição que disputei, Deus me abençoou ao trazer-me aqui para o Senado, o povo do Ceará nos trouxe, o Cap. Styvenson também, do Rio Grande do Norte –, mas o que eu ouço falar nos corredores do Senado é que esta Comissão, que já existe há algum tempo, carece de um maior prestígio. Que os Parlamentares procurem participar mais, que a Casa dê mais, outorgue.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como o senhor mesmo acabou de ler, ela tem todos os pré-requisitos para tratar de assuntos importantes aqui, como V. Exa. falou, como o Regimento Interno. É um Regimento que está muito atrasado, há muita coisa para evoluir. Há ainda o voto fechado, que foi o grande debate da eleição deste ano; o voto aberto, que os Parlamentares definiram...

Então, acho que chegou a hora de encarar esta Comissão – esta importante Comissão, concordo com V. Exa. – do Senado do Futuro com projetos que possamos deliberar como, por exemplo, também, além do Regimento Interno, essa questão da estrutura do Senado. Repensar, fazer uma reengenharia do Senado Federal, que é uma estrutura que custa 4,5 bilhões – 4,5 bilhões!– ao contribuinte brasileiro, ao povo brasileiro. Eu acredito que, com uma nova discussão, uma análise de organograma, das funções, dos custos dos contratos, a gente possa ter uma economia nisso. Uma eficiência junto com a economia.

Então, eu considero esta Comissão fundamental. Vejo que V. Exa. está imbuído em fazer diferente nesta Legislatura, e nós estamos aqui. Conte comigo integralmente para que a gente possa deliberar sobre assuntos tão importantes como o Regimento Interno. O próprio Presidente Davi disse que iria ser, vamos dizer, analisado, debatido nesta Casa, e eu acredito que a Comissão é esta, não há outra. Diga-me qual é a outra? Não há.

Temos, também, essa questão de repensar os custos do Senado Federal para haver produtividade, para termos uma economia maior para o contribuinte.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mecias de Jesus. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR) – Senador Girão, sua fala engrandece esta Comissão e qualquer Comissão desta Casa já é prestigiada quando tem V.Exa. como membro. Portanto, eu fico feliz de tê-lo aqui nesta Comissão, como membro desta Comissão.

A sua fala, neste momento, é de uma relevância muito grande para todos nós. Repensar o Senado, a estrutura do Senado, o custo do Senado. Isso é, sem dúvida nenhuma, importante. E nós vamos debater isso, sobretudo com o auxílio de V. Exa.

Eu pedi para a nossa assessoria e nós preparamos aqui alguns requerimentos que eu vou ler para que os senhores tomem conhecimento, encaminhados ao Presidente do Senado.

Requeiro, nos termos do art. 255, II, "c", 12, do Regimento Interno do Senado Federal, que [...] sobre o Projeto de Lei nº 64, de 2019, que institui a Responsabilidade Compartilhada, criando mecanismos para conter a evolução dos gastos públicos quando houver déficits primários e premiando o funcionalismo público quando houver superávits primários. Além do constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a Comissão Senado do Futuro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós estamos aqui iniciando os trabalhos, de fato, desta Comissão, pedindo à Mesa Diretora que distribua atribuições, porque esta Comissão está, sim, preparada e tem competências para isso.

Este projeto de lei, se não me engano, é de autoria do Senador Major Olímpio.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Mecias de Jesus. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR) – Ãh? Ah, é do Senador Oriovisto. Mas aqui diz que é do Senador Major Olímpio.

Então, é do Senador Oriovisto.

Outro requerimento que nós apresentamos... Inclusive pedimos o desarquivamento no Senado do Projeto de Lei nº 246, de 2017, de autoria do Senador Eduardo Lopes, que altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, que dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995, para estabelecer o direito de os usuários dos serviços de telecomunicações acessarem gratuitamente os conteúdos, aplicações e serviços disponibilizados na internet pela União e órgãos da administração pública federal.

Ou seja, eu creio que seja de interesse de toda a sociedade debater temas nesse sentido e que esses aplicativos estejam de forma a que todos possam acessá-los nas redes sociais ou em qualquer aparelho celular. (*Pausa.*)

Agora, Srs. Senadores, eu quero ouvir de V. Exas. sobre um tema importante no momento e que o Brasil todo discute: a previdência social. É a previdência, é a lei do Moro, que se encontra também aí para ser debatida. Mas eu queria ouvi-los no sentido de que nós possamos trazer pessoas aqui na Comissão para falarem sobre a previdência. Podemos trazer um que fale a favor, outro que fale contra alguns temas. Todo mundo é a favor da reforma da previdência. Talvez não nos termos e da forma como ela foi apresentada, mas algumas pessoas certamente devem ter ideias contra alguns pontos e a favor de outros. Nós podemos ouvir pessoas nesse sentido.

Podemos ouvir também especialistas em segurança pública sobre a questão da lei do Ministro Sergio Moro, como outros temas. E nós temos aqui alguns, inclusive, que ficam para... De acordo com a deliberação de V. Exas., nós vamos sempre ouvir o Plenário da Comissão para tomarmos decisões.

Nós temos aqui também proposta de audiências públicas para ouvir:

1. Representante da Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel.

2. Representante do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

3. Representante da Associação Brasileira de Internet - Abranet.

4. Representante Ordem dos Advogados do Brasil - OAB.

Fora esses temas, esses aí de que nós já falamos e que eu submeto à discussão de V. Exas.

Com a palavra o nobre Senador Capitão Styvenson.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN. Para discutir.) – Sr. Presidente Mecias de Jesus, Senador Girão, todos os presentes. Ouvi aqui a fala do Senador Girão dizendo que esta Comissão, até então, não tinha tanta significância. Quis dizer em outras palavras isso, não é, Girão? Mas eu creio que aqui ela lá vai ter significado e importância.

É um tema especial: futuro. Quando a gente trata do futuro, eu penso logo em novas tecnologias, inovações, em algo que possa melhorar, agilizar, facilitar a vida das pessoas que estão nos assistindo agora. Então, temas como a previdência, temas como segurança pública não são cansativos de serem discutidos em todas as comissões. Eles têm que ser vistos por todas as óticas, por todos os lados. Eles têm que ser esmiuçados mesmo, principalmente a previdência. A previdência, porque, nesse momento agora, lidando com a palavra futuro, é bem pertinente.

Então, a sugestão também para ser discutida como grandes temas aqui – porque esta Comissão vai ter propósito, vai ter significado, com a nossa presença, com o empenho do Sr. Presidente Mecias de Jesus, com todos os outros Senadores – é trazer para esta Comissão essa discussão do que é futuro realmente para as pessoas que estão nos assistindo.

O empreendedorismo seria um tema que deveria ser muito discutido aqui. O tema das *startups*, isso é futuro. Concordo que o acesso das pessoas hoje pelo Portal Transparência, Sr. Presidente, do Senado... Eu digo isso porque eu pedi informações no ano passado e até hoje não chegaram. Informações simples, viu, como presença de Senadores. Simples, porque está lá na Constituição que, se faltar em uma quantidade, perde até o mandato. E, até o presente momento, eu não recebi.

Então, aplicativos que as pessoas tenham em tempo real. E isso eu digo, Sr. Presidente Mecias de Jesus, porque a instituição UFRN/IFRN, Rio Grande do Norte, está, neste momento, debruçada criando um aplicativo que torne a minha vida parlamentar transparente para todos terem acesso a ela; não tenho por que ser oculto ou ser nebuloso. Então, são temas como esse – como do que eu estou falando aqui –, de tornar o cidadão mais próximo desta Casa, até mesmo do significado de cada Comissão, que atraem as pessoas para a política.

Como o senhor mesmo disse aí no início, eu sou novo, primeiro mandato, nunca fui nem vereador, deputado, nada. Entrei logo no Senado. E, até ontem, eu ficava do lado da televisão, ali, assistindo à TV Senado e não entendia: que Comissão é essa, do que eles estão falando? Aproximar as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pessoas de cada Comissão acho que é a nossa missão. Mostrar para elas o que nós estamos discutindo, o que nós estamos fazendo para o bem deles, essa é a nossa missão, esse é o nosso futuro.

Então, seria importante incluir temas de relevância, como o senhor mesmo disse, como previdência, segurança pública – que eu tanto domino – e educação, sempre trazendo tecnologias e inovações dentro desses temas. Sempre trazendo hoje possibilidades em que as pessoas possam ser mais incluídas e não afastadas, principalmente desta Casa, da política.

Então, era isso o que eu queria dizer. Estou honrado por estar aqui. Fico feliz e espero que possamos fazer o melhor por esta Comissão e pelo nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Mecias de Jesus. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR) – Senador Styvenson, pela sabedoria com que usa as palavras, fica claro porque V. Exa. saiu de lá direto para o Senado da República. É que o seu povo escolheu com muita sapiência os seus representantes aqui no Congresso Nacional e, em especial, V. Exa. para o Senado da República.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Presidente, só uma colocação rápida.

O SR. PRESIDENTE (Mecias de Jesus. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR) – Senador Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE. Pela ordem.) – Muito inspirada essa fala do Senador Cap. Styvenson, e eu queria agregar outra coisa. Enquanto ele estava falando aqui, eu lembrava: poxa, tem tudo a ver com esta Comissão Senado do Futuro – e a sua competente equipe pode me dizer, também, se eu tenho razão ou não – essa questão da reforma política.

Por exemplo, há projetos aqui, Senador Cap. Styvenson, Presidente Mecias de Jesus... Em número de Senadores, como era antigamente, há décadas, o número de Senadores cair de três para dois por Estado. E essa representatividade, pelos estudos a que eu tive acesso, é uma representatividade interessante, para as próximas legislaturas, e que atende a uma demanda da sociedade também.

Então, a reforma política seria um assunto que poderíamos debater e está travado aqui no Brasil. As candidaturas independentes também; avulsas, como se chama. E acho que o Senado do Futuro tem tudo a ver com esse debate.

O SR. PRESIDENTE (Mecias de Jesus. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR) – Com esse futuro próspero que o Brasil espera de nós.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Girão, V. Exa. tem toda razão. Eu acho que é um excelente tema para trazermos também a bordo da Comissão Senado do Futuro, até porque a reforma política – já se avizinham eleições no próximo ano – eu creio que há que ser debatida, sim. E, se for possível, iniciar por esta Comissão, ou que esta Comissão seja ouvida. Não tenha dúvida de que é importante para o Brasil e para o povo brasileiro, que espera de todos nós posições firmes no sentido de melhorar a vida de cada um de nós.

Eu quero colocar em votação o requerimento, incluindo as pautas sugeridas pelo Senador Styvenson e pelo Senador Eduardo Girão.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Para finalizar, farei a leitura, muito rápida.

A instituição da Comissão Senado do Futuro, criada pela Resolução nº 14, de 8 de maio de 2013, representou providências importantes desta Casa no sentido de voltar os olhos para as discussões envolvendo não apenas o porvir das grandes questões nacionais, como mais especificamente o Senado Federal pode buscar caminhos para ter um funcionamento adequado nesse novo contexto.

Nesse sentido, para que a Comissão possa efetivamente atuar na matéria em sua totalidade, estamos apresentando um Projeto de Resolução para ampliar o seu escopo, atribuindo-lhe a competência de opinar sobre proposições que visem à alteração do Regimento Interno e do Regulamento Administrativo do Senado.

Essa providência, além de permitir que o Colegiado possa analisar as propostas de alteração do funcionamento da Casa, que certamente afetarão tanto a relação entre os seus órgãos como a sociedade civil, irá liberar a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania desse ônus, conferindo-lhe maior efetividade ante o amplo leque de temas do ordenamento jurídico do País que lhe compete.

Em segundo lugar, na mesma linha, incluímos como competência da Comissão Senado do Futuro a de avaliar e propor iniciativas envolvendo a implantação de inovações em tecnologia e informática para o Senado Federal nos âmbitos legislativo e administrativo, para permitir que a Comissão aprofunde o estudo sobre o funcionamento da Casa, não apenas do ponto de vista interno, como para ampliar cada vez mais a possibilidade da participação da cidadania em suas atividades.

Finalmente, para suprir omissão hoje existente no Regimento Interno, estamos fixando o horário das reuniões ordinárias da Comissão Senado do Futuro às quartas-feiras, às 12h, se assim os colegas concordarem.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN. *Fora do microfone.*) – Meio-dia, quarta-feira?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Mecias de Jesus. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR) – Às quartas-feiras, ao meio-dia. É uma sugestão nossa. Ok?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Mecias de Jesus. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR) – Esses seriam horários ordinários apenas. A Comissão poderia funcionar em qualquer outro horário.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Mecias de Jesus. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR) – O senhor acha que atrapalharia uma outra Comissão ou qualquer coisa assim?

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Mecias de Jesus. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR) – Há CAS às 9h, há...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Mecias de Jesus. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR) – Às 11h30?

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Mecias de Jesus. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR) – CMA às 11h30.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Mecias de Jesus. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR) – Vocês acham, então, que nesse horário ficaria melhor?

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Mecias de Jesus. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR) – Então, fica fixado...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Mecias de Jesus. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR) – Também na equipe.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Mecias de Jesus. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR) – Com horários para almoço, para... Enfim, então, está...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – E nada é por acaso, nada é por acaso, nós estamos reunidos aqui nesse horário, não é?

O SR. PRESIDENTE (Mecias de Jesus. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR) – Exatamente.

Então, fica definido o horário de 14h30, às quartas-feiras, como horário dessa reunião.

Os Srs. Senadores têm alguma coisa mais a...

Não havendo mais nada a tratar, está encerrada esta reunião.

(*Iniciada às 14 horas e 48 minutos, a reunião é encerrada às*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 3ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE MARÇO DE 2019, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às onze horas e dezenove minutos do dia quatorze de março de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob as Presidências dos Senadores Fabiano Contarato e Jean Paul Prates, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Jarbas Vasconcelos, Confúcio Moura, Plínio Valério, Lasier Martins, Major Olímpio, Leila Barros, Marcos do Val, Jaques Wagner, Telmário Mota, Jayme Campos, Selma Arruda, Paulo Paim e Acir Gurgacz. Deixam de comparecer os Senadores Marcelo Castro, Luis Carlos Heinze, Soraya Thronicke, Carlos Viana, Otto Alencar e Wellington Fagundes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à audiência pública interativa, atendendo ao requerimento REQ 3/2019 - CMA, de autoria do Senador Jean Paul Prates, com a finalidade de debater a segurança de barragens. Foram convidados: Sra. Deborah Duprat, Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão; Sr. Victor Bicca, Diretor-Geral da Agência Nacional de Mineração; Sr. Eduardo Nunes de Queiroz, Defensor Nacional de Direitos Humanos; Sr. Alan Vaz Lopes, Superintendente de Fiscalização, representando a Agência Nacional de Águas - ANA; Sr. Carlos Bernardo Vainer, Professor-Titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ; Sr. Leandro Scalabrin, Conselheiro do Conselho Nacional de Direitos Humanos - CNDH; Sr. Iury Charles Paulino Bezerra, Representante do Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB; Sr. Rafael Silveira, Coordenador-Geral de Estudos e Projetos da Secretaria Nacional de Segurança Hídrica do Ministério de Desenvolvimento Regional. Antes das exposições, o Presidente lê participações dos cidadãos feitas via Portal e-Cidadania. Após as exposições, usam da palavra os senhores deputados Mauro Nazif e Léo Moraes, de Rondônia. Resultado: audiência pública realizada com participação dos oito expositores. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e trinta e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Fabiano Contarato

Presidente da Comissão de Meio Ambiente

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/03/14

Apresentações dos convidados e participações dos cidadãos disponíveis em:
http://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaoaudiencia?id=15107

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de debater o tema segurança de barragens, em atendimento ao Requerimento nº 3, de 2019, da CMA, de autoria do Senador Jean Paul Prates.

Quebrando um pouco o protocolo, eu quero agradecer o comparecimento de todos, de toda plateia, da população que está aqui. Àqueles que não me conhecem eu quero dizer que não tenham dúvida de que se eu estou aqui é porque acredito numa sociedade mais justa, fraterna e igualitária; é porque eu acredito que em um dia nós vamos ter um meio ambiente sendo tratado como efetivamente merece; é porque eu acredito que em um dia as pessoas vão entender que topograficamente o meio ambiente está situado dentro dos direitos humanos e que atinge uma universalidade de pessoas.

Eu acredito, sim, que em um dia nós vamos ter a responsabilização tanto civil quanto administrativa e criminal, conforme preceitua desde a Constituição Federal, no art. 225, que foi uma inovação, estabelecendo a possibilidade de condenação criminal de pessoa jurídica em crime ambiental, que é a Lei 9.605. Eu acredito muito nisso. Mas para isso é necessário que esta Casa de leis comece a ter uma postura muito mais proativa e incisiva.

Enquanto Deus me der vida e saúde e eu estiver presidindo esta Comissão, não tenham dúvida de que "verás que um filho teu não foge à luta".

Eu quero agradecer e quero também enaltecer um Senador que de longe eu observava há muito tempo e sempre o admirava. E quis Deus que ele fosse também escolhido como Vice-Presidente desta Comissão, o Senador Jaques Wagner, que nos honra com sua larga experiência – você pode ter certeza – como Governador do Estado da Bahia, como Deputado Federal, como Ministro, mas acima de tudo como pessoa humana...

Há pessoas que passam na vida da gente e não é preciso que você os conheça há muito tempo para saber quem realmente são. Pode ter certeza de que eu tenho muito orgulho de fazer parte desta Casa de leis tendo você ao meu lado. E, comigo, aqui nós estamos lado a lado. Pode ter certeza disso.

Eu quero parabenizar o Senador Jean Paul por essa iniciativa. Espero aquilo que Platão falava, que a sabedoria está na repetição. Eu quero contaminar os Senadores deste Senado Federal a abraçar o meio ambiente, a lutar, porque essa luta é de todos! E fico triste quando nas Comissões ela não é realizada, porque não há quórum ou porque alguns Senadores, com todo respeito, acovardam-se diante da sua função constitucional e para aquilo, que pelo sufrágio universal, a população os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

credenciou. Mas eu tenho fé em Deus que comigo aqui, juntamente com o Senador Jaques Wagner e com a atuação do Jean Paul, tentaremos mudar isso. Nós estaremos aqui persistentes.

E quero convocar a sociedade civil, as ONGs, as organizações, o Ministério Público a nos ajudarem. É esse apelo que eu faço. Vamos fazer essa corrente do bem, essa corrente que vai garantir aquilo que já está expresso na Constituição Federal, que o meio ambiente é um direito de todos e é dever do Estado; e infelizmente o próprio Estado é o principal violador desses direitos, e por vezes, por omissão, esta Casa de leis.

Eu aprendi, no banco da faculdade, que a gente erra, peca e comete crime não só por ação, mas também por omissão. Aliás, isso está expresso no art. 13, §2º, alínea "a" do Código Penal, quando ele diz que a omissão é penalmente relevante quando o agente tenha, por lei, a obrigação de proteção, vigilância e cuidado.

Perdão pelo desabafo. E, só para dar continuidade, formalmente foram convidados a participar para debater aqui o Ministro do Desenvolvimento Regional; a Agência Nacional de Águas; a Agência Nacional de Mineração; o Movimento dos Atingidos por Barragens; o Sr. Eduardo Nunes de Queiroz, Defensor Nacional de Direitos Humanos da Defensoria Pública da União; o Sr. Leandro Gaspar Scalabrin, do Conselho Nacional dos Direitos Humanos; a Sra. Deborah Duprat, Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão; e o Sr. Carlos Bernardo Vainer, professor titular da UFRJ.

Eu quero, desde já, com humildade, falar que tenho muito orgulho de recebê-los aqui. E podem ter certeza de que todos vocês dignificam e muito a honrada classe dos seres humanos, tendo esse trabalho árduo, corajoso, com afinco e determinação. Podem ter certeza de que aqui todos vocês terão vez e voz, não tenham dúvida disso.

Eu não me submeteria a presidir esta Comissão se não fosse para fazer um trabalho sempre em defesa do meio ambiente, podem ter certeza. Eu sei que muitos daqui não me conhecem, eu nunca fui político, este é o meu primeiro mandato. Mas podem ter certeza de que eu não vou decepcionar a população capixaba nem tampouco a população brasileira.

Neste momento, eu gostaria de convidar o Senador Jean Paul Prates para assumir a presidência dos trabalhos. E quero desde já, Senador Jean Paul, parabenizá-lo e falar que você dignifica e muito a honrada classe dos Senadores da República. (*Palmas.*)

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Presidente, antes de o senhor sair, apenas para agradecer a referência elogiosa a minha pessoa e devolver dizendo-lhe o que eu lhe falei naquele dia: que foi minha primeira alegria tê-lo conhecido aqui.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero dizer que esse seu Deus nos abençoe, ou Deus me abençoe, que você me desejou agora, é muito importante, porque esta é a primeira audiência pública que eu estou presidindo na minha vida e é muito necessário.

Muito obrigado, Presidente.

Senador Jaques, quer sentar aqui com a gente? Desculpe a informalidade, mas...

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – É que eu tenho de ir à Comissão de Relações Exteriores, porque há uma votação...

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Vice-Presidente da Comissão de Meio Ambiente... Mas pode sair daqui a pouco. A gente só começa aqui com a parte interativa.

Eu queria agradecer a todos a presença e especificamente a do Deputado Mauro Nazif, de Rondônia, que está aqui conosco, também nos prestigiando; de todos os convidados, de todas as pessoas que estão na audiência, e dizer protocolarmente aqui algumas mensagens.

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, senado.leg.br, ou pelo telefone 0800-612211.

Também informo que, nos termos da Instrução Normativa nº 9, de 2017, a Secretaria solicitará degravação da presente reunião, para que as notas taquigráficas sejam anexadas à respectiva ata, de modo a facilitar a análise de projetos e ações futuras sobre esse tema.

Para melhor organização dos debates, formaremos duas Mesas, porque não cabe todo mundo aqui, infelizmente. Então, formaremos duas Mesas. Para a primeira Mesa, serão convidados quatro expositores, e, para a segunda, outros quatro.

Eu, particularmente, sugeri ao Airton, Secretário da Comissão, que a gente fizesse uma divisão onde se problematizasse primeiro e depois viessem as partes governamentais, para que houvesse respostas e se otimizasse o nosso tempo.

O Senador Jaques queria fazer uma colocação inicial, e eu também queria dar a palavra a ele, antes de montarmos a Mesa.

Obrigado.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Bom, apenas para parabenizá-lo pela ideia desta audiência pública e lembrar que nós dois somos membros da CPI de Brumadinho e, portanto, esta audiência pública é um momento, mas, durante a CPI, seguramente nós precisaremos traçar um plano de trabalho para que não seja só um libelo condenatório aquilo que acontecer, mas que a gente tenha também algo que possa fazer pensar e olhar para frente, do ponto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de vista de legislação e de outras proteções ao meio ambiente e aos seres humanos, para que não haja novos acidentes trágicos como aquele.

Só para registrar, Jean Paul, eu dei entrada hoje em um projeto que, longe de resolver, porque evidentemente não é essa a questão central, é um projeto que visa obrigar a utilização desses rejeitos, como já é feito em alguns países e é possível fazê-lo, dando uma destinação de blocos, de argamassa e de material, depois de descontaminados, que podem ser usados para isso. Essa não é a questão central, então, é só para deixar bem claro... Não passa pela minha cabeça que isso seja solução, a coisa é muito mais profunda, mas até estranhei que não houvesse nenhuma legislação a esse respeito. Então, aproveitei para apresentar esse projeto.

Agora, eu acho que a gente terá, nesta audiência pública, com a presença dos companheiros e companheiras do MAB, com especialistas, com o Ministério Público Federal, uma oportunidade de começar a aprofundar; e, depois, no plano de trabalho da CPI, que a gente possa realmente ir ao fundo do problema olhando para frente. Era só isso.

Eu, daqui a pouquinho, tenho que me retirar porque eu tenho uma votação de embaixador na Comissão de Relações Exteriores.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Senador.

Vamos dar segmento aqui. Eu vou tentar ser objetivo e restrito à questão do tempo, porque a gente tem muitos oradores e pouco tempo. Então, eu queria logo formar a primeira Mesa com a Sra. Deborah Duprat, Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão; o Sr. Carlos Bernardo Vainer, professor titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro; o Sr. Leandro Scalabrin, conselheiro do Conselho Nacional dos Direitos Humanos; e o Sr. Iury Charles Paulino Bezerra, representante do Movimento dos Atingidos por Barragens.

Na segunda Mesa, teríamos o Sr. Antônio Moura, Diretor de Projetos Estratégicos do Ministério do Desenvolvimento Regional; Alan Vaz Lopes, Superintendente de Fiscalização da Agência Nacional de Águas; Victor Hugo Bicca, Diretor-Geral da ANM (Agência Nacional de Mineração), a quem eu já agradeço por permanecer; e Eduardo Nunes de Queiroz, Defensor Nacional de Direitos Humanos da Defensoria Pública da União.

Apenas antecipando a segunda Mesa, para que todos tenham ideia da dimensão da nossa audiência hoje. Obrigado, pessoal, por estarem aqui com a gente.

Algumas palavras iniciais aqui, sem tomar muito tempo. Depois eu tenho que aprender a mexer nesta campanha aqui.

Nós estamos hoje realizando uma audiência pública – vou tomar pela informalidade – no Dia Internacional de Luta contra as Barragens. E aí cabe uma primeira – Senadora Leila, obrigado pela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

presença – pequena observação, porque normalmente as pessoas se assustam quando a gente fala "luta contra as barragens". Parece que é para eliminar as barragens de um dia para o outro. Gente, não é isso, o.k.? Tudo em meio ambiente, Presidente Senador, é de longo prazo, é de médio a longo prazo. Nada em meio ambiente se faz, em termos de política ambiental, em curtíssimo prazo. Quem trabalha com meio ambiente sabe perfeitamente disso.

Então, quando a gente fala de luta contra as barragens, eliminação das barragens, evitar barragens, mitigar riscos etc., está-se falando num horizonte de tempo muito mais vagaroso do que para meramente assustar quem quer que seja que tenha investimentos em barragens ou o próprio sertanejo que precisa de barragens para armazenar água, por exemplo. Nós não estamos falando em eliminação imediata, nós estamos falando em tendências de mitigação e de buscas de alternativas às barragens, porque, de fato, elas são um objeto um pouco precário e primitivo. De fato, a gente sabe que armazenar coisas com barreiras relativamente precárias tem um potencial de risco iminente, natural, normal por si só, fora o fato de você não poder eventualmente ter dinheiro para fazer manutenção etc., o que ainda potencializa mais esses riscos. Deslocamento de populações... Tudo isso são decorrências da necessidade da humanidade de usar barragens.

Nosso objetivo justamente aqui é tentar visar a um mundo sem barragens. Isso é legítimo, isso não é assustador – não é assustador –, é apenas forçar a humanidade a buscar tecnologicamente, operacionalmente, legislativamente formas de chegar a este mundo, como a gente tem outras coisas que a humanidade já utilizou no passado e hoje não utiliza mais.

Então, basicamente é para esclarecer o que é o Dia Internacional de Luta contra Barragens. Muita gente, quando viu o objeto desta audiência, estranhou o fato de a gente estar falando de luta contra as barragens como se fosse um bando de tresloucados que quisessem terminar com as barragens no dia seguinte à audiência. Não é o caso, obviamente, mas é bom que se esclareça isso.

Nós temos tragédias recentes envolvendo barragens mineradoras e divulgação de um Relatório de Segurança de Barragens 2017, pela Agência Nacional de Águas, que a gente vai debater aqui, que demonstra o quanto esse debate é importante.

O Senador Confúcio Moura também presente, obrigado. Obrigado pela presença.

A situação parece ser dramática. O estudo da ANA apontou mais de 24 mil – 24.092 – barragens cadastradas no Brasil. Uma pequena parcela disso foi vistoriada em 2017, e, nesse pequeno universo, 723 foram consideradas de alto risco; alto risco em duas dimensões: nos aspectos das barragens, que é a possibilidade de acidentes, e no dano potencial associado por si só. Então, são dois critérios que geram a classificação de alto risco dessas 723 que foram vistoriadas e consideradas como tal.

As barragens estavam sob ameaça de rompimento e tinham um potencial de causar danos à infraestrutura local e às populações próximas. A maioria dessas barragens que está classificada como de alto risco está na Região Nordeste – na minha região, a região que eu represento. Além das 723,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

outras 45 foram consideradas vulneráveis, ou seja, foi encontrado algum comprometimento que impacte sua segurança, a maioria com baixo nível de conservação. Das 45, 3 estão no meu Estado do Rio Grande do Norte e 25 pertencem a órgãos e entidades públicas.

A nossa responsabilidade nesta audiência pública, portanto, é muito grande. Pretendemos recolher subsídios para aprimorar a Política Nacional de Segurança de Barragens. Temos também que buscar parâmetros que regulamentem a legislação para que tragédias como Brumadinho e Mariana não aconteçam mais. Mas não só focar nas tragédias, porque temos CPI e outras ações no Parlamento a respeito disso.

Aqui nós vamos além. Como eu disse, há medidas de médio e longo prazos. Há metas que o Governo, o planejamento setorial deverá cumprir, tanto no setor de mineração quanto no setor de águas, quanto no setor de irrigação e desenvolvimento regional. Se nós conseguirmos alguma coisa próxima disso, será um tremendo avanço. Na nossa tarefa através do processo legislativo, moldar a legislação para que as tragédias não se repitam e que evoluamos, como eu disse, para outras dimensões tecnológicas e operacionais.

Já recebemos uma importante contribuição da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. No ano passado, escolheu como temática principal a Política Nacional de Barragens como política pública do Poder Executivo a ser analisada.

Então, a Senadora Fátima Bezerra – que eu tenho a honra de substituir nestes próximos quatro anos –, Presidente, então, da CDR, ao apresentar o texto final do trabalho da Comissão, constatou que faltam recursos para manutenção, para obras de recuperação, para fiscalização dos equipamentos de segurança, entre outras mazelas que vivemos nesse segmento.

Segundo a Agência Nacional de Águas, no ano passado foram aplicados apenas R$34 milhões – e o número de barragens é de 24 mil, não é? – apenas nas ações de operação, manutenção e recuperação de barragens.

A importância do Poder Público nessa situação e o conflito que a gente precisa viver aqui, vivenciar e discutir é entre a iniciativa privada e a iniciativa pública. Quem constrói barragens tem uma responsabilidade por isso. Não é porque o assunto é ambiental que só o Estado vai ter o peso de não só fiscalizar, como também manter etc. Claro que nas barragens públicas há uma outra situação.

Temos que levar em conta que, quando debatemos o tema segurança de barragens, estamos tratando, óbvio, de prioritariamente preservar vidas humanas. Convém destacar que o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana aprovou em 2010 – em 2010! – um relatório relativo a atingidos por barragens. O documento concluiu que o padrão vigente de implantação de barragens no Brasil tem facilitado, a forma de fazer as barragens tem facilitado, de forma recorrente, graves violações de direitos humanos. Essa situação acentua as já graves desigualdades sociais, traduzindo-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

se, dessa maneira, em miséria e desestruturação social, familiar e individual. Outro ponto que provavelmente nós vamos atacar aqui com o MAB presente e que é muito severo.

Enfim, espero que, ao final, possamos encontrar alternativas para pontos importantes, como melhorar a fiscalização, ampliar os recursos para recuperação, manutenção e operação das barragens públicas e privadas. Também precisamos proteger melhor as famílias que moram em áreas próximas aos reservatórios, respeitando todos os seus direitos.

Ainda é necessário garantir maior rigor nas punições dos responsáveis. Portanto, desejo a todos nós que tenhamos um proveitoso debate.

Passarei aos palestrantes, que têm muito mais a dizer do que eu sobre o assunto, para que a gente depois faça uma dinâmica e talvez concentremos algumas perguntas ao final.

Só para se ter uma ideia – utilizando o processo do e-Cidadania que nós temos aqui – de o que o público espera normalmente desses assuntos: Ítalo Santos, de Pernambuco: "Quais são as medidas de fiscalização que serão tomadas em outras barragens de outros estados/municípios?"

Iberê Matos, do Pará: "É um absurdo considerar acidente uma negligência e imperícia".

João Paulo, do Distrito Federal: "Dados os inúmeros casos de desastres ocorridos no país, o problema está muito mais no cumprimento do que no endurecimento da norma".

Luiz Nunes, de São Paulo: "Quais medidas legislativas serão tomadas para aumentar a fiscalização e o controle de segurança destas barragens?"

Então, isso demonstra o interesse enorme que o público em geral tem pelo assunto, não necessariamente especializado, mas as pessoas têm essa apreensão.

Lá no meu Estado, particularmente, e em alguns lugares do País, nós temos visto aí amadoristicamente vários fiscais de barragens aparecendo hoje. Há vários filmes no YouTube de várias pessoas que vão para as barragens encontrar rachaduras e iminências de risco. Isso tem causado uma série de celeumas hoje e também pode ser um objeto de debate.

Então, vamos começar hoje aqui pelo Prof. Carlos. Prof. Carlos, por favor. Depois eu vou chamando cada um na sua ordem.

Eu vou pedir dez minutos, vou tentar ser rígido só no apontamento do tempo para a gente poder ter um pouco do debate no final.

Obrigado a todos.

O SR. CARLOS BERNARDO VAINER – Eu queria, em primeiro lugar, agradecer o honroso convite, é uma grande honra para mim, é uma grande responsabilidade também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Trabalho com a questão dos impactos de barragens há cerca de 30 anos e ainda sou absolutamente ignorante sobre o tema.

Integrei a Comissão Barragens e Desenvolvimento do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, com sede em Nairóbi, e integrei a comissão de atingidos do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana.

Eu tentarei, no pouco tempo que tenho aqui, fazer algumas... Meus alunos, meus colegas pesquisadores e minha equipe disseram: "Você tem uma oportunidade única". Depois descobri que é única mesmo porque são dez minutos. Então, vou tentar ser muito rápido.

Próximo.

O que eu queria tratar, primeiramente, é da dimensão da questão de que nós estamos tratando. Nós estamos tratando de grandes tragédias sociais e ambientais. Eu queria dizer que – alguns podem considerar que isso é um consolo, eu acho que não, é uma tristeza – nós não somos os únicos expostos a grandes desastres.

Eu peguei aqui uma lista de grandes desastres recentes para ter uma ideia de o que nós estamos tratando e vi que isso é uma questão global. Mas eu também gostaria de chamar a atenção, por exemplo, sobre as providências tomadas em alguns casos. Por exemplo, no derrame de óleo no Alasca, da Exxon Valdez, foram mobilizados 11 mil homens, 1,4 mil barcos e 85 aviões para tentar fazer a limpeza. A multa foi de US$5 bilhões. Agora, a Exxon conseguiu reduzir para US$2,5 bilhões.

No acidente da explosão e vazamento de óleo no Golfo do México da British Petroleum, a multa foi de US$21 bilhões. Essa é a multa, não tem nada a ver com as indenizações. Ontem eu li uma notícia de que a Samarco entrou com um recurso contra o pagamento de uma multa de R$200 milhões. Isso é para termos uma ideia de o que estamos falando.

Próximo.

Embora não seja minha especialidade, porque eu trabalhei muito mais com barragens de abastecimento de água, de energia e controle de cheias, peguei alguns desastres...

Não, volte um pouquinho mais.

Ali, na última linha, nós temos grandes acidentes de rompimentos de barragens, não necessariamente de rejeitos, está bem?

Desde 1889, nos Estados Unidos, na França e na Itália.

Próximo.

Eu peguei algumas barragens de rejeitos e alguns acidentes recentes. Na Mina de Los Frailes, na província de Sevilha, 4 a 5 milhões de metros cúbicos de rejeitos tóxicos atingiram um parque nacional

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que é patrimônio da ONU. Se vocês compararem, Fundão foram 47 milhões; Brumadinho, 12 milhões de metros cúbicos. Esse desastre na Espanha foi de 4 a 5 milhões.

Foi montado um comitê de 90 especialistas para analisar o desastre.

Estou falando um pouco das respostas que foram dadas a isso para compararmos às nossas respostas.

Fiz uma lista que eu não teria tempo de ler de recentes episódios de barragens de rejeitos. Percebe-se que, na medida em que o tempo vai passando, esses acidentes vão acontecendo cada vez mais no que a gente poderia chamar de países do sul ou países periféricos, porque hoje são os grandes centros para os quais se deslocou a indústria de mineração. Países como o nosso se transformam cada vez mais, lamentavelmente, em países primários exportadores e o minério é um elemento central disso. Então, há uma geopolítica da indústria de mineração que desloca a indústria para países como o nosso.

Para vocês terem também uma dimensão internacional, nós estamos falando da Billiton e da Vale, as duas maiores empresas da indústria de mineração do mundo, umas das maiores indústrias globais. Eu não vou ter tempo aqui...

Quer dizer, é necessário entender que o que se resolver no Brasil sobre isso terá impacto sobre a indústria de mineração no mundo inteiro. Assim como, por exemplo, o desastre em Fukushima teve impacto sobre a indústria nuclear; assim como o desastre no Golfo do México teve impacto sobre o transporte de petróleo no mundo. Quer dizer, o que se resolve aqui impacta a indústria de mineração no mundo inteiro, e por isso estamos tratando também de um grande negócio e mexendo com interesses extraordinariamente poderosos.

Próximo.

Essa questão vem mobilizando especialistas no mundo inteiro. Em 1997, com o apoio do Banco Mundial, uma Comissão Mundial de Barragens se constituiu, presidida pelo ministro de Assuntos Hídricos da África do Sul com representante da indústria, *experts* e representantes da sociedade civil, que produziu um relatório extraordinário chamado Barragens e Desenvolvimento, que constitui até hoje a principal base de pesquisas sobre barragens no mundo.

Agora, recentemente, nós estamos falando aí de milhares de barragens desse tipo no mundo – desse tipo é do tipo da nossa. "Uma bomba-relógio", diz um especialista da University College London.

Nos Estados Unidos, de um total de quase 90 mil barragens, quase 100 mil barragens, há 15 mil consideradas de grande risco. Isso é para a gente saber de o que a gente está falando. Se a gente for à Índia, são mais de 150 mil barragens, se formos à Indochina... Quero dizer que estamos falando de uma coisa muito relevante na organização do mundo contemporâneo, com riscos extraordinários e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com questões e pessoas estudando e trabalhando sobre esse tema e organizações internacionais trabalhando sobre esse tema.

Próximo.

Aí eu estou falando dessa Comissão Mundial de Barragens – e aqui o nobre Senador já fez referência à comissão sobre atingidos de barragens –, que trata das violações de direitos humanos na construção e operação de barragens, constituída pelo Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, que produziu um relatório que eu considero o estudo mais completo até hoje sobre impactos sobre direitos humanos. Tive a honra de participar dessa comissão também, convidado pelo então Secretário de Direitos Humanos, e isso merece ser visto e retomado.

Embora o foco principal sejam barragens hidrelétricas e de abastecimento de água, eu diria que 80% do que ali está se aplica também a barragens de rejeitos.

Próximo.

Aí é um pouco... A síntese – se é que é possível sintetizar: quais são os direitos violados normalmente na construção e operação de barragens? Parece que todos os direitos humanos são violados. Parece que não há nenhum que eles se esqueceram de violar. Há um que é muito importante que é: acesso à Justiça e razoável duração do processo judicial e o direito à justa negociação e tratamento isonômico, conforme critérios transparentes e coletivamente acordados.

Próximo.

Essa comissão fez 42 recomendações legais, de ordem da prática, da ordem de procedimentos etc. e tal. Há apenas um resultado concreto até hoje, que foi um decreto do Presidente Lula, no final, no apagar das luzes de seu segundo Governo, que estabeleceu critérios para o cadastramento de atingidos por barragens. Foi um avanço, embora ainda bastante limitado, mas foi algum resultado desse trabalho.

Próximo.

A questão, então, que se coloca é se há um conhecimento nacional ou internacional disponível; se há um reconhecimento de que não há nenhuma barragem sem risco. Não existe. Como não existe atravessar a rua sem risco, não existe nenhuma barragem sem risco. Por isso que, em grande parte dos países do mundo, é obrigatório seguro contra riscos de barragens. No Brasil, não existe seguro.

Eu fico perguntado se fosse a Lloyds, inglesa, que ressegurasse uma barragem brasileira, se ela iria controlar as nossas barragens da mesma maneira que o Ibama. Certamente ela iria ser bem mais rigorosa no controle.

Então, há conhecimento, há propostas... Por que os direitos continuam sendo violados? Esse é o desafio que nós temos. E nós queremos, de fato, avançar numa reflexão e não apenas – o que é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

necessário também, e cabe isso também a vocês, aos militantes sociais, aos defensores as denúncias e as lutas imediatas e concretas.

Próximo.

Eu quero dizer que vou tentar um pouco desvendar o que, na minha visão, é o ciclo da produção desses crimes, dessas tragédias e dessas violações, que tem como fulcro a questão da impunidade. É um elemento central: tudo aquilo que é impune tende a ser repetido. Parece abuso falar disso da Vale do Rio Doce, Mariana e Brumadinho. Parece um oportunismo, mas não é. Isso está estabelecido desde há muito tempo.

Eu quero dizer que há uma espécie de ciclo perverso que produz a impunidade e, portanto, a repetição das violações. Eu chamo isso de um ciclo de imprevisão, dano, não reparação e impunidade. E isso é o resultado da articulação entre uma coisa que eu chamo de economia política da produção do dano, a impunidade pelo dano e a não reparação, e a ausência da reparação – que faz parte da impunidade e, portanto, propicia a repetição.

Próximo.

A economia política da produção do dano. Como é que isso opera? Os estudos que são feitos são de má qualidade, superficiais, não são rigorosos, não preveem medidas mitigadoras, e isso rebaixa enormemente o custo desses estudos, rebaixa enormemente o custo desses empreendimentos. Se todas as medidas mitigadoras e de segurança fossem tomadas, os custos desses empreendimentos seriam muito maiores.

Portanto, as economias resultantes dessa imprevidência, na verdade, são o resultado de uma busca desenfreada pelo lucro máximo. Então, há uma lógica na produção da imprevidência. Não é uma mera omissão. É um processo produtivo da imprevidência.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS BERNARDO VAINER – Não são feitos seguros e, quando os danos acontecem – porque foram feitas economias, e eles são decorrentes dessas economias –, quem paga são os atingidos, com o seu sofrimento, com a destruição de suas vidas, como se houvesse uma transferência dos custos que deixaram de ser do empreendimento e passaram a ser da sociedade. A economia dos custos, por parte da empresa, é uma transferência de custos para os atingidos. Não sei se isso está claro.

Próximo.

Nós temos outro elemento fundamental na produção da impunidade. É que o próprio Estado brasileiro – e eu estou pegando aqui o caso de Brumadinho e Mariana – é sócio da Vale. O Estado da brasileiro é sócio da Vale através do Bandespar, e o Estado de Minas Gerais é sócio da Vale na usina Aliança Geração e numa *joint venture* que tem sete usinas: Aimorés, Funil, Candonga etc. e tal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Estado de Minas e os Municípios dependem...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS BERNARDO VAINER – ... enormemente da Vale.

Eu estou tentando correr ao máximo.

Portanto, o Estado não pode cumprir o seu papel público. É um conflito de interesses.

Próximo.

E o Judiciário? O problema é que o Judiciário também não tem cumprido o seu papel.

A Vale tem interesse – no caso da Vale – em que não haja processos judiciais. Ela quer fazer acordos. Por quê? Porque o processo judicial a obriga a fazer uma provisão nas suas contabilidades que impede a distribuição de dividendos, investimentos etc. e tal. Então, ela quer fugir disso, porque isso aí tem um efeito sobre a sua economia política interna enorme. Então, ela caminha sempre para os TACs, para os chamados acordos. Só que esses acordos negociam coisas inegociáveis. Direitos humanos não podem ser objeto de negociação, e muitas vezes os tribunais, em Minas, têm abdicado, aberto mão, sem consulta aos atingidos, do que se chama, em Direito, dos direitos indisponíveis. Se eu assino um contrato, dizendo que eu não sou um homem livre, sou escravo de determinado senhor, esse contrato é nulo, porque nem mesmo eu posso abrir mão desse direito. Esse direito é indisponível. E, na verdade, os tribunais têm homologado acordos disponibilizando direitos indisponíveis.

Próximo.

E um acordo escandaloso, que é entregar a Renova, que é uma entidade privada, constituída pela Vale, Samarco e Billiton, para cuidar justamente da identificação dos danos à indenização. É como entregar uma parte, que está *sub judice*, o Poder Público, de ser o condutor e mediador do processo. Evidentemente, uma parte não pode ser a condutora do processo de negociar uma mediação, que é o que está acontecendo no caso de Mariana.

Próximo.

Então, nós estamos assistindo a um termo de colaboração que implica a abdicação de direitos indisponíveis.

Eu não tenho tempo aqui, mas eu quero... Já houve várias decisões dos supremos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS BERNARDO VAINER – ... tribunais brasileiros sobre a indisponibilidade desses direitos. O Ministério Público não pode abdicar de um direito. Um juiz não pode dar à Vale o direito de negociar, por exemplo, no caso de Governador Valadares, as indenizações sobre a suspensão do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

abastecimento de água e arquivar, arbitrariamente, milhares de processos que estavam em curso. Ele retirou o direito das pessoas de acessar a Justiça.

Próximo.

Estou tentando terminar.

Não há uma negociação justa, possível, quando as partes são desiguais, e é o que está acontecendo ali. Qual é a lógica dessa negociação controlada pela Renova, portanto, pela Vale, pela Billiton e pela Samarco? É a procrastinação. E, aí, eu digo que entra a lógica da tortura. Por quê?

Como é que opera a tortura? A tortura opera infligindo um sofrimento a uma vítima e prolongando esse sofrimento. Se o torturado levar só um tapa, ele não aceitará. A tortura opera no prolongamento do sofrimento. É um sofrimento que se transforma, pelo seu prolongamento, em tão insuportável, que leva a vítima da tortura a acabar aceitando o acordo proposto pelo torturador, reconhecendo um crime que não cometeu, por exemplo.

Essa é a lógica da Samarco: há três anos aconteceu o desastre de Mariana, e uma casa não foi construída. Ela não pagou um tostão de multa até agora, porque está recorrendo. Ela prorroga todas as negociações e acordos, para que as pessoas sejam levadas, na lógica da procrastinação e da tortura psicossocial, a aceitar qualquer acordo. Essa é a lógica. É aquilo: "Meu filho, você está ferrado mesmo! Você quer o quê? Você bota um advogado e eu boto os advogados da Vale e nós vamos passar anos na Justiça. Vamos ver se você recebe mais do que eu estou te oferecendo agora. Pega isso e aceita". E o sofrimento se prolonga. E o sofrimento se prolonga.

Próximo.

Então, em síntese, a Vale evita processos, aposta nas negociações, a União e o Estado não são idôneos, porque há conflito de interesse, o MP e a Justiça homologam acordos que indisponibilizam direitos... Então, nós entramos nessa economia política do dano, da denegação do direito, do conflito de interesse do Estado, da leniência e lentidão da Justiça, da tortura psicossocial como lógica da negociação, do custo transferido ao atingido, da impunidade e de novos projetos de violação de direitos.

Próximo.

Eu trouxe agora, para concluir – e, de fato, agora estou concluindo –, três propostas audaciosas, mas o fato é que estamos colocados diante de um desafio extraordinário.

A primeira: acolher a proposta de um *expert* da ONU em disposição de resíduos tóxicos, Baskut Tuncak, que sugere que a gente faça uma moratória nas barragens, suspenda o seu funcionamento, até que medidas preventivas, resultantes de estudos sérios e rigorosos, sejam tomadas.

Próximo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Proposta 2.

Como o processo em Mariana – e também acontece em Brumadinho – está contaminado, porque o Poder Público não tem tido capacidade de conduzir de maneira adequada, eu estou sugerindo que, de alguma maneira – e isso pode ser feito por uma comissão de meio ambiente –, a gente organize uma comissão internacional de *experts*. Está na moda – não é? –, para controlar as eleições na Venezuela... Agora mesmo, para controlar as investigações sobre a Marielle... Vamos constituir uma comissão internacional de especialistas nessa área também com especialistas brasileiros, fazer um estudo sério, avaliar os danos, valorar os danos, ver quem foi atingido e ver o que deve ser feito.

Próximo.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS BERNARDO VAINER – Para que não mais aconteça – e aqui é a minha última transparência –, que a gente faça, na área de barragens de mineração e mineração, um processo similar ao que foi feito com a Comissão de Atingidos de Barragens da Comissão de Direitos Humanos: que se constitua uma comissão de atingidos sobre a segurança de empreendimentos minerários e direitos dos atingidos pela mineração, também para fazer um diagnóstico do caso brasileiro em geral e fazer recomendações.

Desculpe-me pelo tempo, Sr. Presidente. Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Prof. Carlos.

Eu quero só esclarecer aos que são menos vezeiros de assistir às audiências públicas pela televisão que a campainha toca com um minuto faltando, não ao final. E é automática. Quando dá um minuto aqui, ela toca. Então...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Para não parecer que eu estou insistindo com essa campainha, porque, apesar de ser a minha...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – De Mariana, não é?

Porque, apesar de ser a primeira audiência que eu presido, eu já participei de várias como palestrante também. E ficava agoniado para saber quem é que tocava essa campainha. E agora eu estou sabendo que, com um minuto... E fica ali, de frente para todos vocês, o tempo... E isso nos ajuda também a controlar o tempo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas está ótimo, está perfeito... Dinâmica perfeita.

Eu queria também informar que temos aqui, na audiência, companheiros e companheiras atingidos por barragens dos Estados da Bahia, Minas Gerais, do Pará, de Rondônia, do Espírito Santo e do Ceará. (*Palmas.*)

Deputado Léo Moraes também, saúdo a presença aqui...

E, retificando aqui uma ausência na constatação que eu fiz, antes, da Senadora Leila Barros, presente aqui, esclarecendo que ela apresentou um projeto de lei que tramita em conjunto com outros aqui, para ampliar o rigor na segurança das barragens e a proteção da população, do seu patrimônio.

E esse projeto se diferencia do anterior, que estava tramitando na legislatura passada, basicamente por três aspectos... Depois você pode até nos ajudar a esclarecer, mas acho que ele é mais rigoroso, no sentido da obrigação de o órgão fiscalizador exigir seguro – o Carlos estava mencionando isso, há pouco, aqui atrás –, garantias financeiras para futura desativação da barragem – é muito parecido com a legislação do petróleo, que obriga o operador a tamponar o poço e arrasar a locação, restituí-la ao estado anterior, ambiental – e a obrigação do órgão fiscalizador de elaborar um plano anual de fiscalizações, fora as multas.

Então, é um projeto que já evolui em relação ao primeiro, e, com certeza, vamos trabalhar juntos, aqui na Casa, para que ele tramite o mais rápido possível.

Vou chamar a segunda pessoa que vai falar, Dra. Deborah Duprat, procuradora federal...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Aqui na Casa ele já foi aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Já está aprovado aqui, vai agora para a Câmara.

Mas, se for modificado, volta de toda forma. Enfim...

Vamos à frente.

E foi aprovado logo nos primeiros dias, tempo recorde, é importante...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Trigésimo quarto dia...

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Trigésimo...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Trigésimo quarto dia após o acidente.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeito: 34º dia após o acidente, aprovado o projeto de autoria da Senadora Leila, que foi muito parabenizada aqui por isso, e, com certeza, foi uma amostra de atuação rápida do Senado em relação a esse infortúnio.

Dra. Deborah, por favor.

Obrigado.

A SRA. DEBORAH DUPRAT – Muito obrigada.

Bom dia a todas e a todos.

Senador Jean Paul, minhas homenagens por esta audiência, meus companheiros de Mesa...

Eu, tal como o Prof. Vainer, também tenho a minha atuação institucional atravessada pelo tema de barragens. E, também como ele, eu me sinto, até hoje, bastante insegura a respeito de conclusões jurídicas sobre a melhor maneira de usar o instrumental do Direito em relação a esses empreendimentos.

Eu quero também dizer que fiz uma opção, nesta audiência pública, e, considerando que hoje é o Dia Internacional dos Atingidos por Barragem, de fazer uma análise das barragens... (*Palmas.*)

... tal como considerada na Política Nacional de Segurança de Barragens, ou seja, acumulação de água para quaisquer usos. E quero fazer aqui um relato de um pouco da minha experiência ao longo do tempo, porque eu acho que as conclusões vão aproximar todos os tipos de barragem, não só aquelas para fins de rejeitos, mas também aquelas para produção de energia hidrelétrica e para acumulação, inclusive, de interesses privados – e vou tratar aqui de um tema específico.

Também tenho medo... Já estou com oito... Ai, que medo! Mas, enfim, eu gostaria de fazer alguns relatos aqui, porque eu atuo, como eu disse, há mais de 30 anos, e, no início, havia uma percepção quase naturalizada de que as empresas hidrelétricas eram uma solução limpa para o Planeta, e isso numa época de muita disputa com a energia nuclear. Nós estávamos vivendo Angra, e esse foi um discurso que ficou bastante recorrente.

Curiosamente, eu iniciei a minha vida no Ministério Público Federal, já sempre tratando da questão indígena, com o episódio dos tuxá. Os tuxá eram um povo absolutamente autossuficiente, com abundância de recursos, que, quando eu conheci, vivia uma diáspora. Eles haviam sido atingidos pela hidrelétrica de Itaparica, estavam distribuídos em três Estados da Federação, com rompimento de vínculos, inclusive, de natureza familiar, porque àquela época se pagava um auxílio mensal, enquanto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não havia alocação em novos territórios, e netos disputavam com avós, porque os tais cadastros tornavam inviável que as novas gerações recebessem pelo dano causado àquela comunidade.

Depois, eu estive no primeiro Fórum Social Mundial e, pela primeira vez, eu tive contato com movimentos de atingidos por barragens, ouvindo um relato – e agora eu não me recordo exatamente de que ponto foi, mas era sobre essa situação de uma barragem que é construída e uma comunidade inteira é dispersada com rompimento dos vínculos de parentesco, de amizade, de compadrio, de produção... Enfim, tudo aquilo desmontado e o drama humano vivido por essas pessoas.

Na sequência – isso não é muito sequencial, porque o tempo não é sequencial –, eu recebi, no Ministério Público Federal, um grupo de Mato Grosso, os enawenê-nawê, que eram um grupo que a gente considera de recente contato. Eles tinham um mito inaugural de barragem que significava que eles sempre habitaram à beira de um rio, e esse rio, por que eles tinham sido perversos, maus, tinha sido barrado pelas raízes das árvores, a água tinha subido, e apenas um casal conseguiu se salvar, indo para o pico de um morro, porque, para ele, ficou o compromisso de que eles ofereceriam para os deuses abundância de peixes, sempre e sempre. E um dia eles acordam e descobrem que o Rio Juruena vai ter 80 PCHs. E falam: "O que é que vai acontecer com o nosso rio?" E esse povo estava vivendo um holocausto, porque eles estavam vivendo a sua tragédia inaugural. Ou seja, haveria um barramento, e todo mundo iria morrer. Será que iria sobrar alguém para oferecer peixes?

Depois disso, os empreendimentos aconteceram, e essa população que vivia totalmente com a sua cosmologia ligada ao rio parou de pescar, porque os peixes não mais existiam, e a Funai começou a fornecer frango para essa comunidade.

Eu também acompanhei as discussões desde o início, há mais de 20 anos, sobre Belo Monte. Estive em Altamira e vi um grupo de pessoas se mobilizando, porque todo o seu sentido de vida era compreendido a partir do rio. O rio era a grande estrada. As crianças iam para a escola de voadeira; a escoação da produção econômica era pelo rio. O que é que iria acontecer com aquele rio? Aquele drama vivido sobre... Enfim, o que é que significa uma hidrelétrica e o que ela vai trazer de consequências para o rio?

Estive recentemente, duas semanas atrás, visitando a Volta Grande do Xingu. E, com imensa tristeza, verifiquei que toda a previsão daquelas pessoas se concretizou: nós temos crianças que, hoje em dia, têm de se valer de estradas perigosíssimas. Para quem não conhece as estradas na Região Norte do País, elas são picadas na floresta, sem asfaltamento. São crianças transportadas em motocicleta, com perigo de vida enorme, para poder alcançar uma escola. Aquilo que faziam em cinco minutos demora uma hora e vinte. Há comunidades ilhadas, sem possibilidade de escoamento de produção; ausência de lazer; o rio ficou perigoso, não é mais navegável – um rio tão bonito como o Xingu; as pessoas morrem de doenças; a água não é consumida; as pessoas passam fome na beira do rio...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que é que eu quero dizer com isso tudo? Acumulando aqui os desastres acontecidos em Mariana, Barcarena, Brumadinho; a apropriação privada por meio de barragem, com outorga da ANA, em Correntina; a disputa pela água; e lembrando que a ONU tem relatórios que mostram que as grandes disputas deste século serão por água; as grandes guerras se travarão por água. E nós estamos aqui, comprometendo esse recurso fundamental.

O que é que eu quero dizer com isso? Barragens, sejam elas de que forma forem, causam danos, e danos que são distribuídos de maneira muito desigual entre a população brasileira. Ou seja, há grupos que suportam muito mais fortemente os ônus do que o restante da população brasileira, que é beneficiária daquele empreendimento.

Isso já nos convoca para um dispositivo constitucional que é central para a compreensão da Constituição de 1988, que é o art. 3º, que se propõe a construir ali, a partir daquele ato normativo tão importante, uma sociedade de iguais, uma sociedade que é resultado de um projeto solidário, de um projeto em que todos se empenham por mais igualdade e menos discriminação.

Então, eu acho que toda a nossa compreensão de empreendimentos desse vulto, em qualquer área, tem de ter esse norte. E lembrando que a lei que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens tem algumas noções – eu vou precisar de mais cinco minutos – que são muito importantes: primeiro, a noção de risco, que é uma noção diferente da de dano potencial. A outra, lembrando os fundamentos da Política Nacional de Segurança de Barragens, primeiro: a população tem de ser informada e estimulada a participar; tem de haver promoções de mecanismos de participação e controle social. E a segurança de uma barragem influi diretamente na sua sustentabilidade e no alcance de seus potenciais efeitos sociais e ambientais.

Isso significa que nós temos uma boa lei e práticas péssimas de empreendedores do setor privado e do setor público. Por quê? Porque nós não temos uma responsabilidade desde o início. Não há uma responsabilidade, desde o início, séria de, na hora em que se deliberar por um empreendimento desses, haver uma escuta responsável sobre a percepção de risco que grupos diferentes têm – nós temos uma sociedade plural, em que a percepção de riscos é diferente – e de como essa atividade pode ser desenvolvida com responsabilidade, em relação a todos os segmentos.

Essa questão da participação social é um imperativo constitucional em todas as atividades, em todos os empreendimentos. Por quê? Porque é uma Constituição que parte do princípio de que são os próprios atingidos pelas políticas públicas, para o bem e para o mal, que saberão melhor direcioná-las. E, a respeito disso, as políticas de barramento não estão imunes.

Então, nós falamos muito da Convenção 169 da OIT, que atinge povos indígenas e comunidades tradicionais, mas isso vale para a população de uma maneira geral. A oitiva vai orientar uma política pública responsável, vai orientar uma atividade econômica responsável.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, essa interlocução ética, desde o início do empreendimento, que é outro imperativo da Lei de Segurança de Barragens, diz que a segurança de barragens, desde o início até o final do empreendimento, é o primeiro imperativo.

Outra coisa: a interlocução é permanente; ela dura do início ao fim de uma barragem. Ela envolve Poder Público – e, aí, eu falo muito claramente das agências fiscalizadoras, que não obedecem em nada à participação social.

Vainer, eu respeito muito os *experts*. Eu acho que há uma parte de conhecimento científico, mas não há ninguém que conheça mais o rio do que quem está à beira dele. Então, vamos aprender com quem entende, com quem sabe, e vamos entender o que é risco, porque o cotidiano das pessoas é fortemente abalado por um empreendimento desses.

Acho que nós temos que ter, portanto, sempre disponíveis informação, participação, e essas coisas que vão, enfim, se interpelando o tempo todo.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. DEBORAH DUPRAT – A comunidade tem que ser informada, para poder participar, e isso tem que comprometer agentes econômicos e Poder Público. Como eu disse, isso é de uma duração indefinida no tempo, o tempo de vida de uma barragem ou, às vezes, até posterior a ele, porque os danos não são medidos só pela existência desse empreendimento. Eles responsabilizam a empresa e o Poder Público, porque nós estamos falando aqui de destinos humanos, de comunidades que existem e vivem e que, de repente, têm a sua vida completamente modificada por um empreendimento dessa natureza. E quero lembrar que a percepção de risco é dinâmica, porque os grupos humanos são dinâmicos, porque a mobilidade na vida e a mobilidade no território é uma realidade. Não temos pessoas que ficam o tempo todo localizadas num único lugar. Então, é preciso haver essa dinâmica permanente da escuta responsável, da participação e da informação.

Então, eu acho que nós temos uma lei boa e práticas péssimas. As agências reguladoras são absolutamente imunes à participação social, e as empresas econômicas, absolutamente irresponsáveis neste sentido: não ouvem, não prestam contas. Enfim, acho que muito mais do que pagar, temos que dar importância ao protagonismo desses agentes tão afetados por esse empreendimento.

Muito obrigada e, mais uma vez, parabéns a esta Comissão por esta iniciativa! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigada, Dra. Deborah.

São extremamente importantes esses aspectos.

Quero só comentar uma coisa com relação a essa questão da energia elétrica limpa e renovável em relação a hidrelétricas. Há muitos debates realmente quanto a isso fora, inclusive em relação não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

só à parte limpa como à parte de renovabilidade da água. Também há essa questão. Então, represar água não a torna renovável necessariamente.

Vamos passar ao terceiro palestrante...

A SRA. DEBORAH DUPRAT – Só uma informação: como eu disse, a comunidade que vive atingida na Volta Grande do Xingu passa sede. Estão na beira do rio e não podem beber água.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Pronto, está aí um exemplo de o que eu estou dizendo. Exatamente.

Leandro, vamos lá?

Leandro Scalabrin, Conselheiro do Conselho Nacional de Direitos Humanos.

Obrigado, Leandro.

O SR. LEANDRO SCALABRIN – Bom dia a todos e a todas.

Eu queria saudar o Senador Jean Paul Prates e parabenizá-lo pela iniciativa, além dos demais membros da Mesa, mas eu queria saudar especialmente os atingidos e atingidas por barragens que estão aqui conosco, neste dia 14 de março, que é o Dia Internacional de Luta contra Barragens, mas também de defesa dos rios, da água e da vida.

No mundo inteiro, nesta semana, além de no Brasil todo, estão acontecendo manifestações em alusão a este dia, em razão de que, no Brasil, mais de 1 milhão de pessoas já foram afetadas, ameaçadas ou atingidas por barragens, e, no mundo todo, mais de 80 milhões de pessoas, para termos a dimensão dessa questão.

Como os demais membros da Mesa, há 20 anos eu atuo como defensor de direitos humanos de atingidos por barragens no Brasil, tendo participado da Comissão Especial do CDDPH, que elaborou o relatório referido pelo Prof. Vainer, e hoje tenho desincumbido esse papel no Conselho Nacional de Direitos Humanos, que sucedeu o CDDPH e é o órgão do Estado brasileiro, similar à Comissão de Direitos Humanos da OEA e da ONU, para prevenir, remediar e investigar situações de violações de direitos humanos.

Nós trabalhamos na perspectiva de que deve haver mudanças para a efetivação dos direitos humanos e que essas mudanças cabem aos órgãos de Estado. Cabem aos órgãos de Estado a prevenção e a efetivação dos direitos humanos, e às empresas cabe a não violação, tudo o que não está acontecendo nesses casos que a gente elencou aqui.

A própria lei que instituiu a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil afirma que é dever da União, Estados e Municípios adotar medidas necessárias à redução de riscos e desastres. O termo "desastres" tem sido utilizado nesses casos porque a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

reconhece como desastres não somente os eventos naturais, mas também aqueles causados pela ação do homem, como aconteceu no crime de Brumadinho, no crime de Mariana, e em outros casos.

Os casos não são só de barragens de mineração. No Conselho de Direitos Humanos, nós fizemos missões: na Barragem de Foz do Chapecó, uma hidrelétrica, em 2014, onde mais de 300 famílias foram atingidas numa situação de insegurança de barragens causada por uma enchente, em que todo o sistema de proteção de alarme de comunicação falhou; em Mariana, em 2015; em Barcarena, no Pará, em 2018, com situações também de insegurança de barragens; em Brumadinho, em 2019... Mas eu também quero lembrar o caso de Campos Novos, em 2006, também uma hidrelétrica, e Salto Caxias, no Paraná, onde 300 famílias também foram atingidas por uma situação de insegurança e risco de barragens.

Nesses casos, temos empresas privadas, como a Hydro, em Barcarena; empresas públicas, como a Copel, no caso de Salto Caxias; a CEEE, que é sócia da Enercan, lá em Campos Novos; CPFL Energia, que é sócia de Foz do Chapecó; e outros casos. E, recentemente, o Conselho de Direitos Humanos esteve em Belo Monte, e questionamos os Prefeitos e a população atingida, e fomos informados de que Belo Monte não tem plano de emergência de barragens – da barragem – para a segurança dos atingidos.

Eu queria destacar esse aspecto a que a Dra. Deborah já se referiu de que, quanto às diretrizes nacionais da Política Nacional de Defesa Civil, uma das diretrizes, a garantia da participação da sociedade civil, e também a Política Nacional de Segurança de Barragens têm como uma das suas diretrizes a promoção, a criação de mecanismos de participação e controle social. E esse vai ser o foco da minha exposição.

A constatação do CNDH e pela minha experiência como defensor de direitos humanos é de que a violação dos direitos humanos, da participação das comunidades, do MAB (Movimento dos Atingidos), dos sindicatos de trabalhadores, a violação desse direito, a não garantia pelas empresas e pelo Estado da participação dos atingidos é que tem causado a insegurança nas barragens e a violação dos direitos humanos dos atingidos.

Hoje, Minas Gerais, os Municípios de Congonhas, de Barão de Cocais; hoje, em Belo Monte; hoje, em todo o Brasil, há um sentimento e uma situação concreta de insegurança nas barragens, porque a população atingida, através dos sindicatos de trabalhadores, através do MAB, das comissões de atingidos, não tem assegurado o seu jeito de participação. E vou dar alguns exemplos disso.

Não foi assegurado o direito de participação dos atingidos no estudo, na aprovação e implantação dos planos de ação de emergência de segurança de barragens, nos planos de segurança de barragens pelo conjunto de agências e de órgãos dos Estados responsáveis pelos estudos da aprovação e implantação dos programas. Também não está sendo assegurada a participação social dos atingidos na elaboração dos planos de contingência de proteção de defesa civil que são de responsabilidade dos Municípios, dos Estados e também da União. E também não está sendo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

assegurada, hoje, a participação social no monitoramento desses planos todos que eu citei, através dos relatórios de segurança de barragens em que os órgãos da Defesa Civil e da Política Nacional de Segurança de Barragens deveriam garantir a participação.

Inclusive, agora, nesses planos emergenciais que a Aneel e a Ana anunciaram, que estão fazendo inspeções em todo o Brasil, naquelas barragens que elas estão considerando como potencial de risco, nas quais estão fazendo inspeções e para as quais não têm convocado audiências públicas, para ouvir as populações atingidas e os movimentos e as comunidades que deveriam já ter participado na elaboração desses planos, na implantação desses planos. Agora não estão sendo ouvidos nessas inspeções da Aneel, da Ana e das agências reguladoras, para se saber quais seriam as suas sugestões para a garantia e para a efetivação, para termos, efetivamente, segurança naqueles empreendimentos.

Por isso que temos esse sentimento de caos instalado no Brasil todo pelas tragédias, pelo crime e pelo desastre de Brumadinho e de Mariana, porque não houve esses espaços efetivos de controle social e que propiciassem a participação dos atingidos.

Inclusive, no ano passado, foi criado um GT e foi feito um seminário nacional sobre segurança de barragens, do qual participaram empresas, do qual participou o Ibama, participou a Ana, participou a Aneel, participou o Conselho Nacional de Recursos Hídricos, mas o MAB não foi convidado para participar. Os sindicatos de trabalhadores não foram convidados para participar de um seminário nacional, um GT nacional, que tirou propostas concretas para a segurança de barragens. Que tipo de proposta foi tirado de um seminário nacional em que não foi ouvida a população atingida ou sequer outros órgãos, como o CNDH e outros órgãos da sociedade civil que têm *expertise* nessas situações, nesses casos, com propostas, com planos, com *expertise* acumulada em mais de 20, 30 anos, na universidade, no Ministério Público e nos espaços de controle da sociedade civil?

Então, isso confirma mais uma vez que... E agora, em 2019, novamente, com a criação de um conselho interministerial de Ministros, para tratar do caso de Brumadinho, em que novamente não se garantiu participação de representantes da sociedade civil para trazerem o seu conhecimento da realidade, da vazão dos rios, das enchentes, da situação de controle.

É inadmissível nós não termos espaço nas comissões internas de prevenção de acidentes em que os trabalhadores possam eleger seus representantes, como aconteceu em Brumadinho e Mariana, em que as Cipas possam discutir a realidade de cada barragem de rejeitos.

Se a Cipa de Brumadinho tivesse uma participação efetiva, jamais os refeitórios da Vale e os escritórios estariam onde estavam. Se a população de Congonhas e de Belo Monte pudesse ter participado da aprovação do plano de emergência, não estaria se sentindo insegura, como está se sentindo hoje, porque a Deborah esteve lá, há poucos dias, e constatou isso, conversando com os Prefeitos municipais, que não têm conhecimento da existência desse plano. Como é que aquela comunidade vai se sentir segura, se não pôde participar da discussão e aprovação do plano?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. LEANDRO SCALABRIN – Então, para concluir – eu vou cumprir o plano –, eu gostaria de afirmar aqui, pedir o apoio desta Comissão de Meio Ambiente e fazer um apelo às autoridades do Estado que aqui estão e das empresas para que reconheçam a legitimidade do MAB; que reconheçam a legitimidade das comissões de atingidos por barragens; que reconheçam a legitimidade e a importância dos sindicatos de trabalhadores, das associações, porque a experiência que o CNDH tem, que o CDDPH tem, é de que, onde foi reconhecida a legitimidade desses movimentos, dessas instâncias, há mais segurança nas barragens, há mais mecanismos de mitigação, há mais reparação efetiva quando acontecem violações dos direitos dos atingidos, como a Dra. Deborah e o Dr. Vainer destacaram. Onde as empresas não reconhecem a legitimidade desses movimentos, não criam mecanismos de diálogo e de participação, e, da mesma forma, os órgãos de Estado, há mais insegurança nas barragens, há mais violação de direitos e há menos mitigação; há mais violação dos direitos ao meio ambiente.

Então, este é o apelo que o CNDH faz às empresas responsáveis pelas usinas hidrelétricas, pelas barragens hidrelétricas, pelas barragens de mineração, de rejeitos, pelas barragens de captação d'água; este é o apelo que o CNDH faz aos órgãos de Estado: reconheçam esses movimentos, criem mecanismos, porque será somente através desses canais de mediação que haverá segurança efetiva para os atingidos e atingidas em todo o Brasil.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Leandro.

Informamos a todos que essas apresentações que foram projetadas aqui estão disponíveis já no portal e-Cidadania.

Passamos diretamente para o Iury, para a participação.

E informamos que, depois, temos mais quatro participações com a segunda Mesa.

Obrigado, Iury.

O SR. IURY CHARLES PAULINO BEZERRA – Obrigado.

Boa tarde a todas e todos presentes!

Agradeço à Comissão pelo convite, ao Senador Jean, e ao Presidente da Comissão, que esteve aqui anteriormente.

Trago uma saudação especial dos atingidos por barragens que, hoje – na verdade, toda esta semana –, estão em lutas no mundo, mas em vários Estados do Brasil, evidenciando essa problemática, e, em alguns lugares, enfrentando a truculência do Estado, a truculência da polícia, só

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pelo fato de estarem fazendo a defesa e a denúncia do que está acontecendo no Brasil com a situação das populações atingidas.

A questão da insegurança de barragem, do nosso ponto de vista, do Movimento dos Atingidos por Barragens, é um aspecto até bem mais amplo do que o que nós estamos vivendo com o crime de Mariana... O crime da Vale em Mariana – Mariana não tem nada a ver. Aquela região maravilhosa... Que era, pelo menos, antes... –, o crime da Vale em Brumadinho e diversos outros crimes que já aconteceram ou acidentes, com o rompimento de barragens no Brasil. Mas a insegurança com o atingido começa quando ele tem notícia de que vai acontecer uma barragem, porque é aí que o atingido tem aquela certeza: "Eu vou ser roubado. Eu perdi o que eu construí de história, de cultura, de vida, de dignidade, nesse território em que eu vivo". Aí começa a insegurança da população atingida, porque nós sabemos que não há nem diálogo, não há construção que seja na perspectiva de, pelo menos, minimizar os impactos que as barragens causam na vida da população; não há honestidade; não há seriedade nos projetos que caminhem para isso. O que há é uma tentativa e um projeto, em todos eles, organizados, arquitetados e projetados por pessoas que sabem e se preparam, ao longo da vida e do tempo, para violar o direito das populações atingidas.

Desafio vocês a apresentar, nessas empresas, nos projetos de construção de barragens, qual é o núcleo que sentou e que pensou assim: "Nós vamos dedicar a inteligência a construir uma reparação adequada à vida dessa população". Porque o que nós conquistamos de direito foi lutando, foi perdendo companheiros assassinados, foi com companheiros presos, com companheiros criminalizados, porque temos que ficar no asfalto, trancando rodovias, em órgãos públicos.

Não sei se alguns de vocês que estão aqui, que estão no Governo ou que estão no Poder Judiciário sabem o que é passar dois, três dias em cima de uma rodovia, com várias famílias, lutando para que tenham um direito... Na verdade, para que não percam uma coisa que já tínhamos. Não é nem pedindo direitos que nos faltavam; é para que não tomem o que já tínhamos construído ao longo da vida, com todo o esforço que fizemos ao longo da vida. E, muitas vezes, a principal recepção que nós temos, o principal reconhecimento desse direito se dá com a polícia, para desobstruir as vias, como se fôssemos bandidos e como se não pudéssemos nos organizar para reclamar esse direito. Essa é a realidade das barragens no Brasil.

E a violência começa aí. A violência começa quando o atingido, quer seja rural ou urbano, sabe que não pode reformar mais sua casa, ou querer uma casa mais confortável, porque ele sabe que, daqui a 10, 20, 30 anos, embora não saiba quando, vai ter que perder. E a empresa já disse para ele: "Olha, essa área foi congelada, e você não vai poder reformar, porque você vai perder e, se pagarmos, nós não vamos pagar o que você fez". A violência é uma família morar 30, 40 anos, numa terra, e, porque ela não tem documento, por que ela não usa para vender, a empresa chegar e dizer: "Você não tem direito a receber nenhum ressarcimento por essa terra, porque você não tem como comprovar que você é o dono, porque nós temos aqui um decreto de utilidade pública, e essa barragem vai ser

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

feita pelo bem da Nação. Portanto, vocês têm que sair daqui". Não é condição de dizer: "Nós vamos negociar se vocês vão sair ou não; vocês têm que sair".

E, aí, começa a tortura, começa a pressão psicológica, inclusive do ponto de vista da desigualdade de pessoas, com equipes extremamente preparadas que têm essas empresas, e os atingidos, que não têm nenhuma forma de mediação, a não ser quando eles se organizam para poderem fazer frente a essas violações. E, quando eles se organizam, as empresas têm mecanismo eficiente de desorganização e de perseguição judicial, para criminalizar a luta dos atingidos, porque, ao contrário, as empresas não estão preocupadas, porque o atingido é considerado como custo, e o custo, na lógica do capital, você tem que diminuí-lo, para que seu investimento seja mais bem remunerado. Então, nós somos custo; nós não somos gente. Atingido não é visto como gente, na perspectiva do capital. Por isso que se pode colocar um refeitório de trabalhadores embaixo de uma barragem que corre o risco de estourar; por isso que se pode fazer isso, porque não é visto como gente. E essa é a luta permanente do Movimento dos Atingidos por Barragens.

Então, a insegurança é permanente.

Vocês sabem o que é viver embaixo de uma represa com potencial de estourar? Você não sabe o que ela é, não tem uma informação adequada, não sabe os riscos que ela representa, mas todo atingido sabe que ela representa um risco, todo atingido sabe que amanhã poderá não estar mais vivo e não estar mais ali na sua casa, porque aquela represa, seja ela para qualquer atividade, pode romper e pode matar a sua família e extinguir sua comunidade.

Então, são esses elementos que são essenciais para a gente poder pensar e refletir sob o ponto de vista dos atingidos.

Nós aqui estivemos naquela audiência da Comissão de Turismo que a Senadora Fátima puxou, e nós já dizíamos: "Em Mariana, não foi feito nada, não foi resolvido nada". Então, se o criminoso não é punido, ele tem carta branca para voltar a cometer os crimes. E nós dizíamos: "Vão acontecer outros crimes". Só que, agora, o criminoso volta com uma dimensão maior do crime. Lá ele tinha matado 19; agora se chega a quantos? Trezentos, 400... Quantos vão ser? O criminoso volta a cometer o crime, e numa dimensão maior. E ainda é possível, pela lógica em que se desenrola as coisas, que usem as vítimas para poder "repotenciar" os lucros de quem cometeu o crime. Essa é a realidade extremamente complicada e a realidade que os atingidos têm vivido.

A política é extremamente importante. Agora, a gente queria enfatizar essa questão da participação. Quando não há política de direito para as populações, não há política de segurança. Uma coisa está extremamente atrelada à outra. Os companheiros que são mais do campo jurídico sabem que a lei que trata dos atingidos por barragens trata da questão da propriedade. E o conceito de atingido já avançou; há várias dimensões de atingido. Atingido não é só aquele que sai de sua casa porque a água chegou ao lago. É uma dimensão extremamente mais ampla, e é uma luta do movimento contra as empresas, porque as empresas querem cada vez mais – as empresas e o Estado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

– reduzir. Já chegaram a nos dizer que, se garantir direitos para os atingidos, afugentam os investimentos no Brasil. O Estado brasileiro já disse para nós que, se garantir direitos para os atingidos, afugentam investimentos no Brasil. Então, é essa a perspectiva do debate que tem de ser colocado.

É preciso, Senador, como proposta para esta Comissão, dado o tempo, que nos façam um diagnóstico das realidades dessas populações, porque estamos falando de um conjunto de coisas, mas não temos um diagnóstico real. Vou dar um exemplo de um diagnóstico: através da luta do MAB, nós conseguimos fazer na Barragem de Sobradinho na Região Nordeste, e – pasmem! –, nós encontramos várias famílias – eu posso depois passar o relatório com os dados concretos – que, depois de 30 anos atingidos pela barragem, não tinham acesso sequer a energia elétrica. Como temos em Tucuruí, trinta anos após a usina hidrelétrica, as pessoas que estão na usina e não têm energia elétrica. É inadmissível pensar isso, mas essa é uma realidade. E, quanto a essa realidade dos atingidos, tem o Estado de garantir um diagnóstico com participação. Não podem ser alguns espertos que vão lá, olham e dizem o que o povo quer, o que o povo está sentindo, porque o povo sabe o que quer e sabe o que está sentindo.

Por isso, estamos nas lutas, estamos nas ruas. Nunca faltou, do nosso ponto de vista de exposição, contribuir com o Estado brasileiro para formular políticas adequadas que atendessem os atingidos. Peguem ao longo da história em todos os Governos todas as pautas que nós colocamos. Todas elas têm um conjunto de propostas; não são só reclamações, entretanto elas não são resolvidas, não são solucionadas, não há a mesma atenção e agilidade que há para os empreendimentos.

Para concluir, nós precisamos de um mecanismo que nos possa... Veja bem, são várias agências que tratam da política de segurança e fiscalização – ANA, Agência de Mineração e Aneel –, só que os atingidos são os mesmos. E costumamos dizer que os atingidos são cachorros sem dono, porque não há um órgão a que possamos nos reportar, não há um mecanismo. E somos vítimas de um processo em que vamos correndo de um lado para outro; cada um diz que a competência é de outro e ninguém resolve, ninguém aponta uma solução concreta. E, do nosso ponto de vista, isso é intencional, inclusive para não haver espaço, para não haver mecanismo que efetive a participação e possa absorver o que nós compreendemos como desenvolvimento e o que nós compreendemos sobre a questão da segurança de barragens.

Temos várias ideias e já as temos apresentado. Inclusive a Lei de Segurança de Barragens achamos que é muito boa. O problema não é a lei; o problema é a efetivação dela. A lei está dizendo que se tem de participar. Agora é possível que comece a criar mecanismos que não sejam reais da participação do povo para se dizer que há participação, porque é uma questão de lógica, da política.

A política de construção de barragens no Brasil é uma política extremamente violentadora de direitos humanos e não trata a população como gente. E nós somos gente. Nós somos cidadãos brasileiros, nós construímos este País e nós não vamos aceitar morrer soterrados por barragens, hidrelétricas e mineração. Não podemos fazer isso! Podem continuar nos reprimindo, mas nós vamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

continuar lutando, porque essa é a única alternativa que nós temos. Nós não temos outra. Por isso nós achamos muito importante e solicitamos a esta Comissão que possamos fazer encaminhamentos concretos e que possamos dar aos atingidos pelo menos a possibilidade de ter esperança de que isso vai mudar, de que isso vai começar a mudar. Estamos há trinta anos lutando, e a coisa tem piorado para os atingidos, mas a nossa luta continua.

Por isso a gente queria saudar de forma muito especial aos atingidos que estão nas ruas toda esta semana em praticamente todos os Estados do Brasil. Estão em caminhadas, porque infelizmente o 14 de março ainda é marcado com mais uma perversidade, o assassinato da companheira Vereadora Marielle Franco e do seu trabalhador, motorista Anderson, no Rio de Janeiro. Infelizmente o Brasil ainda tem de viver isso.

Então, a gente continua em luta.

Queremos agradecer e pedir a vocês uma forte salva de palmas para luta dos atingidos.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Iury, obrigado.

Eu quero assegurar a você que nesta Comissão, em nome do Presidente Fabiano Contarato e dos demais membros, que você terá toda oportunidade – e o movimento também – de trazer as contribuições que são necessárias para a gente seguir neste trabalho.

Eu queria, rapidamente, agradecer às quatro pessoas que estiveram na primeira Mesa e pedir ao Carlos, à Deborah, ao Leandro e ao Iury que tomem lugar com microfone próximo, porque eventualmente ainda vamos fazer ao final um debate.

Aproveito para chamar os quatro participantes da próxima Mesa.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senador Leila, obrigado.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Eu vou ter de sair, me ausentar, mas eu queria fazer algumas colocações...

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Por favor.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – ... a respeito do PLS 550, que foi aprovado aqui na Casa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ele foi construído a várias mãos, principalmente na última legislatura. Quando cheguei à Casa, já era o segundo dia da ocorrência do acidente de Brumadinho. Eu consultei a assessoria legislativa da Casa se existia algum projeto aqui que contemplasse e atendesse para termos mais celeridade, para darmos resposta mais imediata para toda população, principalmente para as pessoas atingidas e a Minas Gerais sobre essa questão das barragens. Então, sentamos e nos debruçamos... Nós não tivemos tempo, porque queríamos dar uma resposta. Mas eu vou deixar esse material com todos vocês, porque eu acho que, se a gente não teve tempo porque queríamos dar uma resposta, acho que ainda há tempo para dar contribuição.

Foi muito bacana. Queria parabenizar o senhor por esta iniciativa, porque abre o olhar e sensibiliza mais ainda. Eu já estou supersensibilizada com tudo que aconteceu. Primeiro, por Mariana e por não termos dado resposta por três anos e logo depois pela tragédia em Brumadinho.

Há uma parte do projeto sobre o que depois vocês vão ter oportunidade de se debruçar – o art. 12, §2º:

> § 2º Os órgãos de proteção e defesa civil e a população da área potencialmente afetada devem ser ouvidos na fase de elaboração do PAE quanto às medidas de segurança e aos procedimentos de evacuação em caso de emergência.
> § 3º Antes do início do enchimento da barragem, o empreendedor deverá:
> I – instalar equipamentos de alerta de emergência e sinalização de rotas de fuga e de pontos de encontro;
> II – realizar audiência pública para apresentação do PAE;
> III – promover treinamento de evacuação com a população da área potencialmente afetada;
> IV – divulgar à população o contato para oferecimento de denúncias relacionadas à segurança da barragem.
> § 4º Os procedimentos de evacuação em caso de emergência previstos no PAE serão coordenados pelos órgãos de proteção e defesa civil das áreas atingidas ou potencialmente afetadas pelo acidente...

Houve a contribuição do Senador Anastasia no seguinte: o órgão fiscalizador delimitará a área de proibição de ocupação humana e fixa o prazo para o empreendedor remover as pessoas em situação de risco.

Enfim, temos aqui um material que eu gostaria muito que os senhores pudessem... Obviamente nós não tivemos a oportunidade de ouvir o MAB, e eu realmente acho que é importantíssimo. Estou deixando aqui, junto com a minha assessoria, todo material para que vocês possam... Vai passar pela Câmara. Acho que vale o trabalho. Nós temos aqui Deputados também. Peço aos meus colegas da Câmara que a gente se debruce sobre esse PLS e que a gente trabalhe em cima dele, junto com todos vocês, para dar uma resposta definitiva... Não é definitiva, mas que a gente dê uma resposta para essas pessoas, para a população, para os atingidos, para aqueles que ainda estão em áreas de risco. Essa é uma aflição de todos nós, e este Congresso, esta Casa... Já estamos no segundo crime, no segundo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

assassinato de pessoas que foram vítimas disso. Nós temos de dar uma resposta. Então, em nome do Senado, entendo a necessidade de ouvir todos. A questão aqui foi a de dar uma resposta imediata para que houvesse celeridade, mas ainda temos tempo para as contribuições de todos vocês. Quando esse projeto passar na Câmara e voltar para esta Casa, estarei de portas abertas para atender a todos, inclusive ao MAB.

Peço desculpas...

Pois não.

A SRA. DEBORAH DUPRAT – Senadora, se me permite só uma observação, há uma prática antiga muito anterior à própria Lei de Segurança de Barragens das audiências públicas porque o licenciamento ambiental tem um caráter de participação social muito forte. As audiências públicas são a válvula de escape para negar a participação social muito mais do que garantir a participação social. Geralmente são realizadas em hotéis cinco estrelas, as perguntas só podem ser feitas por escrito e as pessoas não podem entrar de chinelo de borracha. Então...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Então vamos ter de nos atentar a isso também, doutora. Nós vamos estar muito ligadas nessa situação também. Você pode ter certeza de que essa é uma contribuição que você já está dando para que a gente acrescentar ao projeto.

Obrigada, doutora.

Então, a ideia é essa. Sei que temos pessoas da área jurídica, toda a representação dos atingidos por barragens, vocês que são especialistas na área. O projeto vai estar aqui, nós vamos deixar... É isto: estamos de portas abertas. Acho que tanto o Senado quanto a Câmara têm de se debruçar sobre esse projeto, sobre essa realidade e acrescentar para que a gente dê uma resposta efetiva e urgente à situação das barragens.

Eu queria parabenizar todos os atingidos. Não sei se é um dia para comemorar... Não é um dia para comemorar, mas apenas para lembrar e alertar que temos muitas pessoas atingidas por barragens, e nós, como entes públicos, temos de ter responsabilidade com a população, nós temos de dar respostas imediatas e efetivas a essa situação.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Senadora.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Estou deixando aqui todo o material.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Vamos prosseguir.

É interessante salientar que a gente escolheu essa dinâmica justamente... Pessoal, eu pedi que vocês sentassem em lugares onde há microfones para a gente continuar com o segundo bloco. Saliento de novo que esta dinâmica foi proposital, colocando o bloco de Governo, o bloco de respostas mais regulatórias, de política setorial ao final, para que a gente pudesse problematizar antes e depois ter alguma contribuição de volta.

Agora temos aqui algumas respostas. O próprio projeto de lei e a salientação dos pontos importantes do projeto de lei já são um tipo de resposta e provocam algum tipo de debate.

Eu queria chamar os próximos...

Sim.

O SR. MAURO NAZIF (PSB - RO) – Senador Jean Pau...

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – É um prazer.

O SR. MAURO NAZIF (PSB - RO) – Primeiro, parabenizo-o por assumir a presidência dos trabalhos juntamente com os nobres Senadores e todos os que fizeram parte da Mesa, em especial a todos os atingidos por essas tragédias das barragens e todos que estão ao redor das barragens em risco.

Sou Mauro Nazif, de Rondônia. Falo aqui, em nome do MAB de Rondônia, do João e da Flávia. Estamos tendo muitas preocupações também lá em Rondônia, mas eu gostaria aqui de citar e cumprimentar todos os que fizeram parte da Mesa anterior, Sr. Presidente. Eu me senti contemplado por todas as falas, mas uma fala me chamou muito a atenção, a do Dr. Carlos Vainer.

O Dr. Carlos Vainer começou pelas tragédias, elencou diversas tragédias que aconteceram no mundo – é o resultado final. Ao mesmo tempo mostrou como se pode tentar evitar, como acontece hoje e o que mais chama a atenção e preocupa: a complacência do Executivo, as anuências do Judiciário e até em parte do MPF nos TACs, nos acordos que são firmados.

E quem paga o preço do prejuízo é só um: o povo. É o povo, Iury, atingido por todas essas tragédias. Quem leva o lucro de tudo isso é quem ocasiona todos os danos, que são as usinas. Então quem paga o preço é quem perde vida, perde tudo que fez na vida, e quem ganha são aqueles que estão construindo, que estão empreendendo.

E um ponto importante: isso virou um mecanismo institucional, é de usina para usina. "Nós podemos fazer isso, podemos fazer aquilo, e nada vai acontecer; vêm as multas, vêm as indenizações, e nós jogamos: vamos nos remeter a TACs, vamos pedir mais prazos"... E as famílias praticamente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

despejadas dos seus locais, muitos perdendo suas famílias. E não quero aqui fazer discurso político porque eu acho que nem cabe, que o sofrimento é tão grande que não cabe discurso político, mas só ressaltando isso tudo que vem acontecendo – com a complacência do Executivo, a anuência do Judiciário e também do Legislativo. Incluo nós representantes que aqui somos, eleitos, nessa anuência.

Nós temos duas grandes usinas no Estado de Rondônia, Jirau e Santo Antônio, que geram energia para mais de 40 milhões de brasileiros. Repetidamente temos observado enchentes históricas no Estado. Históricas. A maior enchente aconteceu em 2014, quando mais de 30 mil pessoas foram desalojadas, desabrigadas de suas localidades. Eu era Prefeito, na época, de Porto Velho. Trinta mil pessoas. Um prejuízo demonstrado, Procuradora, ao Ministério da Integração e ao Ministério das Cidades de mais de R$1,2 bilhão. O Governo Federal repassou ao Município de Porto Velho a quantia de R$600 mil. Um bilhão e duzentos milhões. Mas Deus foi tão bom para nós lá, e eu posso falar que eu sou muito grato por isso, que nós não registramos um caso de óbito. E tudo isso ocasionado pelas usinas, tudo ocasionado por essas usinas, enchente histórica, centenária, e que agora está sendo recorrente. Histórica lá significava 19,70m. Hoje, com 17,30m, já está atingindo boa parte da cidade, decorrência do assoreamento que existe no Rio Madeira.

Distritos como Jaci-Paraná, Nova Mutum, são atingidos. Eles tiveram que sair daqui porque foram para uma outra reunião.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MAURO NAZIF (PSB - RO) – Estiveram lá. E até coloco alguns pontos que foram colocados aqui por eles.

Eles pedem, para se ter uma ideia, Procuradora... Para se ter uma ideia, eles exigem o remanejamento de toda a comunidade de Jaci-Paraná. Foram semana passada propor às usinas que vão botar 30 milhões para o distrito, para fazer aquilo que eles bem entenderem como sendo o melhor, e a comunidade só quer uma coisa: ser remanejada de Jaci-Paraná. Por quê? Porque o Rio Jaci Paraná virou um reservatório da Santo Antônio Energia. E a água vem pelo Rio Madeira, vem por trás pela Santo Antônio, e está engolindo Jaci-Paraná.

Não existe um plano de defesa, não existe plano de ação nenhum apresentado até hoje por essas usinas. Não existe plano. Eles dizem que vão mostrar, sempre dizem. E sempre mentem. Eles mentem. Então, Dra. Deborah, a senhora, como Procuradora... Os órgãos... Eu sei que esse trabalho é feito, e lá eu reverencio muito a Procuradoria da República, porque eu sei que a luta não é fácil. A luta não é fácil! Mas o prejuízo hoje está sendo muito grande.

Quando eu vejo aqui o Iury falar... Iury, você me remete a todo esse povo, todo esse povo que está sendo atingido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos aqui questões muito sérias. A ANA esteve fazendo visita e considerou 22 usinas do Estado de Rondônia como sendo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAURO NAZIF (PSB - RO) – Desculpem-me aqui estar falando especificamente de Rondônia quando a pauta é uma pauta nacional, mas eu entendo que Rondônia também é um espelho do Brasil, porque nós geramos para 40 milhões de brasileiros a energia. A ANA esteve lá e colocou 22 usinas como sendo usinas de alto risco. Nós já pedimos que a Aneel mande por escrito. Eu não quero das usinas. O bêbado nunca fala que é bêbado; o ladrão nunca fala que é ladrão; a usina nunca vai falar que traz dano para a população, as usinas nunca irão falar isso. Agora, eu quero ver o Governo se manifestar, e o Governo tem que se manifestar por escrito, e não depois do que acontece.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAURO NAZIF (PSB - RO) – Então, Sr. Presidente, senhoras e senhores representantes, entidades aqui presentes, a pauta é muito séria. É o tipo do dia em que a gente não pode nem parabenizar, "olha hoje é o dia internacional, hoje é o dia mundial...". O que nós temos para parabenizar? Nós podemos parabenizar pelo Dia das Mães, Dia dos Pais, desejar feliz Natal, feliz Ano-Novo. Que parabéns nós podemos dar hoje? Como eu vou me dirigir, Carlos, como é que eu me dirijo ao povo? Só falando que nós temos muito o que fazer e nós temos que tomar para nós a responsabilidade.

Cumprimento o senhor, Senador: parabéns pela atitude! E no que precisar, no que nós pudermos trabalhar juntos, pode nos convidar que também estaremos presentes.

Obrigado.

Mauro Nazif. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Muito obrigado, Deputado Mauro, e obrigado pela participação.

Deputado Léo, eu queria, antes de lhe dar a palavra, rapidamente chamar a Mesa para a gente começar a segunda parte. Eu vou diminuir o tempo de cada um, mas eu queria de fato apresentar e ouvir as pessoas que vieram nos prestigiar nesta audiência.

Sr. Rafael Silveira, Diretor de Projetos Estratégicos do Ministério de Desenvolvimento Regional; Sr. Alan Vaz Lopes, Superintendente de Fiscalização da Agência Nacional de Águas; Sr. Victor Hugo Bicca, Diretor-Geral da Agência Nacional de Mineração, a quem agradeço; e Sr. Eduardo Nunes de Queiroz, Defensor Nacional de Direitos Humanos da Defensoria Pública da União.

Enquanto nós estamos montando a Mesa, Deputado Léo, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LÉO MORAES (Bloco/PODE - RO) – Senador Jean Paul, agradeço a oportunidade e parabenizo a Comissão pela condução dos trabalhos. É uma necessidade nós debatermos assunto tão relevante e importante, e ainda mais com pessoas tão qualificadas como nós tivemos no primeiro dispositivo.

Quero cumprimentar o colega, Deputado Mauro; o Senador Confúcio, que aqui esteve.

Lógico que remonta à tragédia, vem imediatamente à cabeça toda a tragédia – mais do que uma tragédia, o genocídio – que aconteceu em Brumadinho, aconteceu em Mariana e também o que acontece diariamente próximo a nossas usinas hidrelétricas, em áreas de barragens, nas nossas comunidades ribeirinhas.

Sou do Estado de Rondônia, fui Deputado Estadual, votei sempre contrário, por exemplo, ao aumento das turbinas, ao aumento do reservatório das Usinas Hidrelétricas de Santo Antônio e de Jirau, e a gente parte de uma premissa um tanto viciada e errônea, equivocada, de que crime de soberania nacional é reivindicar melhorias ou pelo menos a garantia de direitos preconizados na nossa Constituição. Mas não é crime de soberania nacional, por exemplo, quando a usina alaga o reservatório muito mais do que o autorizado no EIA-RIMA, que é devidamente comprovado, e ninguém fala nada.

A agência reguladora inverte a lógica no Brasil há muitos anos. As agências reguladoras não fiscalizam e não trazem qualidade e dignidade para o cidadão, muito pelo contrário: são benevolentes, são, sim, complacentes, são flexíveis para atender o interesse muitas vezes das empresas. E não quero falar em fechar portas e impedir que o mercado tenha um mínimo de regulação e que se prevejam, sim...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LÉO MORAES (Bloco/PODE - RO) – ... o benefício e o lucro, mas sobretudo os prejuízos que acarretam para aquelas populações ribeirinhas tradicionais e que vivem ao lado da água e não a consomem, por exemplo. Nós temos áreas alagadas com terras encharcadas, com água contaminada, pessoas que não conseguiram sequer a sua indenização ou reintegração, centenas de casos judicializados no Estado de Rondônia. As usinas sequer, por exemplo, participavam das audiências públicas e dos chamamentos que fizemos na Assembleia Legislativa. As audiências promovidas por elas para legitimar o feito, para trazer um ato jurídico perfeito, conforme a lei, nunca teve participação social como deveria. Nós sequer podíamos participar.

Requeri agora, e gostaria de pedir o apoio da Comissão e dos Senadores da República, que a gente faça uma visita *in loco* para diligenciar sobre os riscos de rompimento das nossas usinas. Para vocês terem uma ideia, nós oficiamos, pedimos uma agenda para levar geólogos, engenheiros, engenheiros de segurança do trabalho, engenheiros civis, e foi denegado nosso pedido. Foi denegado um pedido legítimo de um mandato que deve ser popular.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós gostaríamos que esta Comissão de Meio Ambiente, assim como a Comissão de Minas e Energia, a qual componho lá na Câmara Federal, que nós possamos fazer essa diligência nas duas usinas hidrelétricas que estão localizadas em Porto Velho, no nosso Estado de Rondônia, Senador Jean Paul. Isso é de vital e fundamental importância.

E fora essa questão imediata do risco do rompimento das barragens, dos rejeitos, que também é mais ou tão grave quanto, é difícil o entendimento de que no Estado de Rondônia nós pagamos a energia mais cara do Brasil! Como entender que mais uma vez utilizam nossas riquezas e sequer conseguimos ter um preço... A gente tem discutido, Senador Jean Paul, por exemplo, o marco regulatório da energia elétrica, para que a gente possa ao menos discutir as imunidades tributárias. Estado que produz e gera energia elétrica sequer fica com imposto para investir em benefício da população!

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Estamos discutindo isso.

O SR. LÉO MORAES (Bloco/PODE - RO) – Isto é, nós ficamos com nada ou muito pouco. A água passa entre as nossas mãos, e temos que nos contentar com a síndrome do cachorro vira-lata, que o pouco é muito e a gente tem que aplaudir. A gente não pode aceitar e a gente precisa do apoio institucional. A gente tem que prever, sim, uma moratória. Esses atos protelatórios meramente com interesse de engessar ou de não beneficiar as populações atingidas que o doutor mencionou, isso é muito claro. Que se preveja uma moratória, que se cassem as licenças de instalação e operação, que são dadas num piscar e num estalar de dedos, num piscar de olhos.

Ora, se eles estão lá utilizando uma margem muito maior de áreas alagadas, que se casse a licença de operação para que a gente possa discutir legalmente o que deve ser feito. Que possamos legalmente discutir o que pode ser feito. Fica-se aqui com essa inversão de valores, quando nós podemos legislar. Ora, a multa deve ser aplicada a eles. A penitência deve ser dada a eles, e o perdão à população, que está lá muito tempo antes dos empreendimentos, que sequer ficam no nosso Estado de Rondônia.

Tenho falado há muito tempo que a água – e concordo com a Procuradora – já é motivo das maiores discórdias em nível mundial, e cada vez mais estará flagrante na nossa Nação. A gente tem que proteger as áreas fronteiriças e também a maior bacia hidrográfica, a maior bacia de água doce que nós temos no mundo, e Rondônia está compreendida nela. A gente tem que fazer o quanto antes, porque depois o leite está derramado, como aconteceu nas nossas usinas hidrelétricas.

Agora temos a Usina Hidrelétrica Tabajara, a usina hidrelétrica binacional Bolívia-Brasil, em Guajará-Mirim, e a gente não pode cometer os mesmos erros.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Verdade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LÉO MORAES (Bloco/PODE - RO) – O Brasil tem o talento para tornar o provisório permanente. A gente tem que visualizar isso com mais coerência e responsabilidade. Isso não é discurso, isso não é palanque, mas isso é, sem sombra de dúvidas, dignidade, sobrevivência humana e respeito à Região Norte, ao nosso Estado de Rondônia.

Fica aqui a condição de nós legislarmos em comum acordo, a várias mãos, porque o problema todos nós já sabemos, o difícil são soluções. Leis nós temos aos bocados, mas também poucas são aplicadas e têm efeito prático em benefício da população.

E quanto às agências reguladoras, nós estamos agora colhendo assinaturas para criar uma frente parlamentar de acompanhamento e fiscalização das agências reguladoras do nosso País. Agência reguladora aqui é para inglês ver, é para brincar, é para fazer de conta, mas, para realmente atender a sociedade... Faz-me rir, porque isso não acontece. São só salários gordos para atender, muitas vezes, interesses de grupos políticos.

Muito obrigado.

Fica esse reclamo em função da vontade de todas as pessoas que nos pedem essa manifestação aqui, principalmente no interesse de legislar em benefício da maioria – se não no interesse de todos, pelo menos no interesse da maioria vamos legislar.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Deputado Léo. (*Palmas.*)

Deputado Mauro, Deputado Léo, com certeza a Comissão atenderá o convite e a informação das visitas solicitadas, para estarmos juntos lá e legislarmos juntos a respeito desse problema.

Vamos prosseguir, então, com os nossos convidados deste período.

Eu queria dar voz ao Diretor-Geral Victor em primeiro lugar, porque ele tem de sair e deixará o Ouvidor Paulo Santana, também para participar da fase de perguntas.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Por favor.

Obrigado, Diretor Victor.

Eu vou marcar o tempo: vamos ter aquele estrilado quando estiver faltando um minuto.

O SR. VICTOR BICCA – Sem problema.

Muito obrigado, Senador Jean Paul.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom-dia a todos, bom-dia a todas.

Quero cumprimentar meus colegas companheiros de Mesa e dizer que sou servidor público federal há 35 anos, sou geólogo por formação, tenho especialização em docência na Unicamp e hoje ocupo a função de Diretor-Geral da Agência Nacional de Mineração, agência que foi criada no final de 2017 e implantada em 5 de dezembro de 2018.

Não temos grandes salários, Deputado. Nós somos uma agência em implantação, somos uma agência que foi criada sem aumento de despesas e continuamos recebendo exatamente o que recebíamos antes de sermos transformados em agência reguladora.

Eu fiz um apanhado rápido, Presidente Senador Jean, e queria, para ganhar tempo, já passar de imediato para a primeira transparência – não sei se vou saber operar.

A ideia era falar desta agenda: contextualização da Política Nacional de Segurança de Barragens; histórico da implementação da política; medidas e ações adotadas antes de novembro de 2015; medidas adotadas pós-2015; e medidas adotadas pós-janeiro de 2019, propostas legislativas; e, por fim, algumas considerações finais.

Os conceitos da Lei 12.334, de 2010...

Aqui cabe um registro: após a votação, com a promulgação da lei da Política Nacional de Segurança de Barragens, o então DNPM, Departamento Nacional de Produção Mineral, não teve nenhum concurso público específico para prover o órgão de profissionais com competência específica para fazer cumprir o que está previsto na legislação, ou seja, profissionais que tenham conhecimento específico em geotecnia, na área da engenharia, que permita a condição ao fiscal para, efetivamente, fazer uma fiscalização adequada.

Bom, o empreendedor... Essa lei define com muita clareza que o empreendedor é o responsável legal pela segurança da barragem, cabendo-lhe o desenvolvimento de ações para garanti-la (art. 4º, III). Da mesma forma, a fiscalização da segurança de barragens caberá, sem prejuízo das ações fiscalizatórias dos órgãos ambientais integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama)...

Ainda dentro da lei da Política Nacional de Segurança de Barragens, o art. 5º define que a fiscalização da segurança de barragens caberá, sem prejuízo das ações, à entidade outorgante de direitos minerários para fins de disposição final ou temporária de rejeitos – no caso, é o Ministério de Minas e Energia e o antigo DNPM, agora Agência Nacional de Mineração – e também à entidade que forneceu a licença ambiental de instalação.

Este é um histórico muito resumido da evolução da política, da implementação da lei: de 2009 a 2010, participação na discussão da elaboração da lei; 2011, participação no GT Interministerial, que baixou uma resolução do Conselho Nacional de Recursos Hídricos; publicação da Portaria DNPM nº 416/2012, que foi a primeira regulamentação da Lei 12.334; depois, em 2013, nós editamos uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

portaria, a Portaria DNPM nº 526, também regulamentando, aperfeiçoando, aprimorando aquela primeira regulamentação; a partir de julho de 2016, nós suspendemos a análise de Planos de Aproveitamento Econômico de empreendimentos que continham projetos de construção com alteamento a montante – então, desde julho de 2016, o Departamento e, agora, a Agência Nacional de Mineração, não analisa Planos de Aproveitamento Econômico que contenham esse tipo de barramento –; em 2017 publicamos a Portaria DNPM nº 70.389/2017, que revogou a 416 e a 526, e teve início a implantação do Sistema Integrado de Gestão de Segurança de Barragens de Mineração; em 2019, após a tragédia de Brumadinho, nós publicamos a Resolução ANM nº 4, de 15 de fevereiro de 2019 – eu vou detalhá-la um pouco mais à frente. Esse é o universo com que nós trabalhamos.

Na justificativa da convocação, Senador Jean, há referência a 24 mil barragens. Então, dessas 24 mil barragens, nós somos responsáveis pela fiscalização de algo em torno de 769 barragens, das quais 425 estão inseridas na Política Nacional de Segurança de Barragens e 344 não estão inseridas.

Para fazer parte da Política Nacional de Segurança de Barragens, a lei definiu critérios. Por exemplo, o barramento tem que ter mais de 15 metros de altura; o volume represado tem que ser maior que 3 milhões de metros cúbicos; a natureza do que está sendo barrado – se é letal ao meio ambiente ou não – também enseja a inclusão na Política Nacional de Segurança de Barragens.

Aí temos uma divisão por categoria de risco. Duas estão mapeadas com alto risco, 61 com risco médio, e 362 com risco baixo. É importante, porque a categoria de risco é essencialmente lastreada na questão de engenharia, ou seja, há plano, há projeto de engenharia para a construção da barragem? Sim. Há profissional legalmente habilitado que responda pelo projeto? Sim. Ela foi construída sob a execução de um profissional responsável? Foi. Então, é isso que define... Então, é importante ter claro esse conceito, porque é um conceito definido em lei, quer dizer, não é risco, mas risco no que tange à questão de engenharia. Agora, o dano potencial associado, sim: esse considera, em caso de acidente, se há vítimas, a quantidade de vítimas, o prejuízo ambiental, enfim, outros fatores. Então, nessa classificação, nós teríamos, do universo inserido na Política Nacional de Segurança de Barragens, 219 com dano potencial alto; 157, médio; e 49 com potencial baixo.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. VICTOR BICCA – Não sei se eu posso dispor do meu tempo, que já é curto. Eu prefiro não parar.

O SR. CARLOS BERNARDO VAINER – Isso daí é baseado na declaração do empreendedor?

O SR. VICTOR BICCA – Não, isso aqui é o sistema...

O SR. CARLOS BERNARDO VAINER – Ele é que diz que tem um engenheiro, que foi feito isso...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VICTOR BICCA – Não, não é ele que diz, é ele que comprova através da Anotação de Responsabilidade Técnica, que é um documento legalmente definido pelo Confea-Crea. É o conselho que define.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. VICTOR BICCA – ART.

Por último, então, Paulo, só para não perder o foco aqui – já estou atrapalhado.

Método construtivo: montante ou desconhecido, 84; linha de centro, 30; jusante, 107; etapa única ou dique de partida, 204. Então, é só para dividir o universo com que trabalhamos.

Esse é o mapa do Brasil, que nos mostra onde estão localizadas essas barragens inseridas na Política Nacional de Segurança de Barragens.

Uma evolução normativa, muito rapidamente. Nós tínhamos, no passado, duas portarias que regulamentavam a lei de 2010. Nós aprimoramos a regulamentação através da Portaria 70.389, de 17 de maio de 2017. E por que dizemos que aprimoramos? Porque ela foi executada a várias mãos. Essa portaria esteve em consulta pública por 73 dias. Houve centenas de contribuições e nós aperfeiçoamos. Aí, nós criamos um grupo de trabalho dentro do então DNPM para consolidar as contribuições que chegaram através da consulta pública. Então, houve avanços significativos no aprimoramento da regulamentação.

Lamentavelmente, lamentavelmente, todos os avanços não foram suficientes para impedir a tragédia que ocorreu no dia 25 de janeiro lá em Brumadinho. Então, estamos retomando tudo o que foi feito na busca de aprimoramento ainda maior.

Essa Portaria 70.389 prevê:

– extrato de inspeção regular inserido quinzenalmente no SIGBM, quer dizer, de 15 em 15 dias tem de haver uma fiscalização, Dr. Carlos Vainer, fiscalização que é feita pelo empreendedor, e ele tem de reportar os parâmetros que ler nos instrumentos que aferem a condição de estabilidade, como piezômetro e inclinômetro, e ele tem de alimentar o sistema que nós desenvolvemos, ao qual vou me referir rapidamente;

– Declaração de Condição de Estabilidade semestral em vez de anual (uma declaração de estabilidade é dada em março e outra em setembro);

– maior criticidade para a elaboração dos relatórios;

– Inspeção Especial diária quando houver necessidade para tal;

– implantação do Plano de Ação Emergencial para Barragens de Mineração com DPA alto e DPA médio ou quando existe população a jusante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É importante lembrar que, nesse plano de ação emergencial, pessoal – não sei se todos sabem –, nós exigimos que o empreendedor apresente junto à agência a comprovação de que ele protocolou o plano de ação emergencial no Município e na Defesa Civil. Essa exigência é feita sob pena de interdição do empreendimento. Então, todos os Municípios e todas as defesas civis municipais têm conhecimento do plano de ação de emergência dessas estruturas de mineração inseridas na Política Nacional de Segurança de Barragens com DPA alto ou médio e com essa condição de risco para a vida humana.

A portaria também traz a definição da Zona de Autossalvamento; a obrigatoriedade de se ter sirenes nas Zonas de Autossalvamento; treinamentos internos sobre o PAEBM.

Os palestrantes anteriores mencionaram a questão do treinamento, e isso está previsto na lei, é exigido que se faça o treinamento. Nós, lamentavelmente, não temos a cultura da prevenção. Precisamos aprimorar isto, os treinamentos internos sobre o Plano de Ação Emergencial.

A portaria também prevê a obrigatoriedade de se elaborar Relatório de Causas e Consequências.

Enfim, houve uma série de aprimoramentos, houve uma evolução grande na legislação.

Agora, após a tragédia de 25 de janeiro, nós baixamos a Resolução nº 4, agora já da Agência Nacional de Mineração, e aquela proibição que eu mencionei que era praticada desde julho de 2016 foi transformada numa proibição definitiva, ou seja, está proibida, em todo o Território nacional, a utilização do método construtivo por alteamento a montante.

Ficou proibido também o empreendedor manter ou construir na Zona de Autossalvamento instalação que inclua presença humana.

Fica proibido o empreendedor manter ou construir na Zona de Autossalvamento...

Foi estabelecida a obrigatoriedade de sistemas automatizados de acionamento de sirenes para todas as barragens na Política Nacional de Segurança de Barragens.

Aí é importante – vou fazer um breve comentário – o seguinte. Nós já tínhamos, e agora temos ainda mais, cuidado e preocupação, porque o sistema que nós desenvolvemos, que é o Sistema Integrado de Gestão de Segurança de Barragens de Mineração, tem esse pressuposto que foi observado aqui pelo Dr. Carlos: é a mão do empreendedor que alimenta o sistema. Então, há um pressuposto de seriedade na alimentação do sistema. Agora, é claro que, como há intervenção humana, sempre há uma área de risco, porque ele pode ser movido por outros interesses que não efetivamente a segurança da barragem.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VICTOR BICCA – Então, nós estamos... As empresas estão sob a exigência de, até o final de junho e início de julho, automatizarem as leituras dos instrumentos.

Relativamente à barragem de Brumadinho, nós tivemos, no dia 27 de janeiro, num programa televisivo, a entrevista de um operário que estava exatamente no meio do corpo do barramento. Ele estava lá com uma sonda fazendo pequenas perfurações para colocar piezômetros automatizados, ou seja, as leituras seriam automáticas – fazer leitura e mandar direto para o sistema. A intenção era tirar a interferência humana para evitar qualquer descaminho no processo de leitura. Ele, então, deu o depoimento de que estava fazendo esse trabalho lá.

Então, o sistema de avaliação possui vários módulos: cadastrar; atualizar informações; gerenciar barragens; os relatórios gerenciais; fiscalizar *in loco*; público externo.

(*Soa a campainha.*)

O SR. VICTOR BICCA – Só para dar um exemplo, em 2018, no mês de fevereiro de 2018, nós tivemos, em nove ocasiões, o acendimento da luz do sistema e fizemos intervenções nas empresas; em algumas, vistoria *in loco*; em outras, obras emergenciais. Nessas nove intervenções que houve, as anomalias que suscitaram o acendimento da luz do sistema foram mitigadas, e não houve nenhum problema. Então, o sistema, se bem alimentado, com seriedade, com boa técnica, realmente funciona, e é esse aprimoramento que nós estamos buscando agora para tirar o máximo possível essa interferência humana do processo.

Então, são esses os módulos.

Aí, uma definição. O sistema tem informações gerais, classificação, profissionais envolvidos, ações cotidianas a serem reportadas. Ele traz o posicionamento do barramento, a localização, os responsáveis técnicos, o quadro geral das informações.

É evidente que o empreendedor, quanto às informações com as quais alimenta o sistema, não tem noção do cruzamento que nós fizemos, porque esse é um trabalho interno, o sistema tem uma parte não acessível ao empreendedor, que gera os relatórios internos.

Muito obrigado.

Desculpem a correria. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Victor. Nós é que pedimos desculpas por fazê-lo correr, assim como todos os demais.

Eduardo, se você quiser fazer a sua intervenção agora, depois falariam o Rafael e o Alan.

O SR. EDUARDO NUNES DE QUEIROZ – Senador, muito obrigado pelo convite à Defensoria Pública. Desejo também muito sucesso. Já começa muito bem ao trazer esse assunto em sua legislatura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como sou um ponto fora da curva aqui, vou voltar ao tema da Mesa anterior, que foi a questão das constatações que têm sido vistas de desformidades na política de segurança de barragem e de atenção às populações que são atingidas por esses empreendimentos. Nesse sentido, pela Defensoria Pública, que é um órgão de Estado destinado a dar acesso à Justiça, realmente dar instrumental jurídico para a população para lidar com as violações de direitos que elas enfrentam, a gente se envolveu diretamente não só com a questão de Brumadinho e Mariana, e ainda mais nessa fase do processo de construção da Usina de Belo Monte. Neste dia, acho muito importante a gente trazer esse assunto na Comissão de Meio Ambiente, até para reforçar que o meio ambiente não é algo isolado.

Algo que se tem trazido aqui é que a defesa do meio ambiente é um entrave ao desenvolvimento, é algo contrário, que pode ser um entrave. Mas a gente tem trabalhado, até nas respostas dadas a Brumadinho, o caráter socioambiental, que é o principal, que tem que ser tratado em relação ao meio ambiente. O meio ambiente equilibrado é um interesse sobretudo da população que está no próprio local desses empreendimentos, a sua defesa, porque, como já foi tratado aqui, qualquer desequilíbrio ambiental afeta a própria condição existencial dessas pessoas, a própria autoidentificação delas com o ambiente em que vivem, com a cultura onde estão inseridos. Então, o meio ambiente é algo essencial para a condição das pessoas e das comunidades.

Nesse sentido, até retomo a conversa, a exposição do Iury, quando se trata de segurança, a primeira coisa com que realmente a comunidade lida quando se trata de barragens é realmente a insegurança. A Defensoria Pública, logo ao chegar em Brumadinho, lidou muito claramente com essa insegurança. Eu cheguei lá dois dias depois de quando aconteceu a tragédia, o rompimento da Barragem do Córrego do Feijão. Os primeiros relatos dos meus colegas que chegaram e que eu constatei logo que cheguei é que era uma população em transe, uma população que não sabia para onde ia, o que faria. A gente não conseguia sequer prestar assistência jurídica, porque a população não sabia o que faria, o que seria da sua existência num contexto desse.

Então, dentro de vários pontos que podem ser tratados aqui que foram muito bem colocados pelos expositores e expositoras que me antecederam está essa questão da preocupação com o envolvimento social do empreendimento. Esse envolvimento social, seja no momento do anúncio da obra, da escolha da obra, do início da sua execução, até da operação e finalização, inclusive em casos de acidente, é absolutamente central aqui, não pode se perder em nenhum momento. E essa participação precisa ser substantiva. Ou seja, quanto ao envolvimento da comunidade, da sociedade atingida, não pode ser, como foi muito bem colocado até pela Dra. Deborah ao comentar o projeto de lei da Senadora Leila, não há como se propor uma consulta pública ou uma audiência e entender que se esgota o espaço de colaboração e envolvimento da sociedade, sobretudo da comunidade local no processo atinente às barragens. Isso precisa ser um processo substantivo, precisa ser um processo em que a população não só saiba, participe e tenha condições de dar respostas a isso.

Essa foi uma das questões que nosso aprendizado com o Rio Doce trouxe, porque o que se mostra muito claro é que as agências estatais – e aí eu não me limito só às agências reguladoras, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente tem de trazer a responsabilidade também para o sistema de Justiça, aí é transversal –, a Defensoria Pública não tem meios, condições de lidar com o desafio absurdo que é um empreendimento de grande porte como, por exemplo, Belo Monte. Em Belo Monte, agora, movimentamos uma missão interinstitucional para termos uma noção de como as coisas estão. É um desafio gigantesco e a gente tem que reconhecer que o Estado só não pode levar isso. Ele tem que, sim, e aí, no sentido de acesso à Justiça – e acesso à Justiça não é pegar na mão e levar, mas empoderar e dar noção de cidadania –, entender que a comunidade é a principal interessada, é aquela que vai levar, aquela que vai sentir, aquela que vai dar a primeira resposta quando algo estiver errado.

Então, é essa centralidade que não pode se perder, que a gente aprendeu com as tentativas desastradas em relação a Rio Doce, de tentar se substituir a essa comunidade ao buscar soluções, seja no TTAC, seja na reforma posterior, seja até agora, enfim, no TAC Governança, entender que não há solução que está na mão de alguma entidade mágica, seja estatal, seja "extratal". Isso precisa ser devolvido à sociedade, precisa ser um ponto central de qualquer que seja a política: política de segurança, política de reparação. E isto foi trazido logo nas primeiras respostas que as instituições de Justiça deram para Brumadinho, entender: "Olha, vamos começar aqui uma discussão sobre o processo de reparação dessa sociedade que foi dilacerada por isso, foi completamente dilacerada".

Não há como se fazer os primeiros diálogos sobre a questão do auxílio emergencial, ou seja, do momento emergencial – a gente não vai nem discutir indenizações, a emergência –, a gente não pode fazer esse início sem prever para essas comunidades, primeiro, que elas estejam presentes. Elas precisam estar presentes, com direito de voz, entendendo suas formas de organização. Ou seja, a questão trazida pelo Leandro sobre o reconhecimento da importância das comissões, das formas de auto-organização dessas sociedades como instâncias legítimas para participar do diálogo, isso foi colocado desde o início. Então, a gente buscou toda a discussão, as propostas foram feitas nas comunidades, o que é importante também, porque, como trazido aqui, não adianta nada fazer uma audiência pública em local distante, de uma forma completamente alheia às formas de diálogo social dessa comunidade. Não há como fazer isso.

Além disso, uma coisa que ficou muito clara para mim assim que cheguei é que o monopólio da informação não pode estar com a empresa. A empresa não pode dizer. E até hoje há suspeitas em Brumadinho se o monopólio da informação que ainda está parcialmente com a Vale pode estar sendo uma ferramenta de ocultação de uma maior lesividade da tragédia. Então, esse monopólio da informação não pode estar na mão da empresa, não podem ficar as autoridades, muito menos a comunidade, dependentes da vontade da empresa, de um ato voluntário da empresa de dar essa informação. Essa informação precisa vir e é preciso haver um envolvimento público.

Sobre essa informação, acho que há até um relato que a Dra. Deborah trouxe na comissão nacional da missão dela, que ela fez na volta do Xingu, de que a informação que se prestava para a população local sobre as enchentes lá utilizavam um índice que ninguém entendia. Então, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

população teve que ver, a partir das variações de altitude, o que esse índice significava para entender o quanto era atingida. A informação não pode ser hermética.

Aí entro para o meu segundo ponto: a população precisa participar, precisa ter informação, mas precisa ter meios de entender essa informação, de traduzir essa informação, que foi outro dos importantes parâmetros colocados. E isso é o quê? Assessoria técnica. Entender que essa população precisa ter interlocutores técnicos creditados pela sua própria organização para poder traduzir isso e levar para a população, para poder dizer: "Vocês vão decidir", e uma decisão informada sobre os riscos que estão sofrendo, sobre as lesões que já foram infligidas e poder, nesse diálogo com empresas que, como trazido pelo professor, estão entre as primeiras, segundas, terceiras mundiais, dar o mínimo de equalização nesse diálogo.

Então, acho que aqui o que pode sair realmente, até para já aproveitar, respeitar o meu tempo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO NUNES DE QUEIROZ – ... e dar alguma concretude para isso, é realmente aprofundar a forma de participação social. Não adianta prever – isso já está muito bem previsto no Plano Nacional de Segurança de Barragem – participação, informação; precisa dar concretude. Precisa haver uma forma assegurada de que essa participação seja substancialmente efetiva, não meramente formalmente prevista. Então, precisa sim... E aí realmente vou só pontuar, as instituições de Justiça precisam estar preparadas para isso, precisa haver um diálogo sobre respostas não só às questões de barragens, mas de grandes empreendimentos. As formas de desenvolvimento social, o Judiciário, as instâncias de Justiça precisam estar preparadas para isso.

Por fim, há sim de se avançar no marco relativo à responsabilidade com direitos humanos das empresas, porque o decreto que saiu ano passado para isso foi um avanço, mas foi um avanço tímido.

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO NUNES DE QUEIROZ – Sequer avançou nos princípios que são colocados na própria ONU. Ou seja, o dever de informação que é colocado nos princípios gerais da ONU de empresas de direitos humanos fala que as populações, sobretudo as mais atingidas, têm de ser o foco preferencial das informações. Isso é previsto de forma muito genérica no decreto e precisa avançar dentro deste tripé que eu coloco aqui, que é participação, informação e assessoria.

Agradeço o tempo e coloco a Defensoria Pública sempre à disposição desta Comissão e do Senado Federal para mais informações.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Muitíssimo obrigado, Eduardo.

Vou passar, sem mais delongas, ao Rafael.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu apresentei você como Diretor, Rafael, mas é Coordenador-Geral de Estudos e Projetos da Secretaria Nacional de Segurança Hídrica do Ministério do Desenvolvimento Regional. Obrigado, Rafael.

Obrigado, Alan, por esperar. Daqui a pouco a gente volta.

O SR. RAFAEL SILVEIRA – Bom dia, pessoal.

Queria agradecer o convite, parabenizar o Senador pela Comissão, cumprimentar todos desta Mesa e da que nos antecipou.

A minha palestra, o que o Ministério vem aqui colocar, como empreendedor público, é mostrar quais são as ações que o nosso Ministério, Ministério do Desenvolvimento Regional, está tomando, relativas à segurança de barragem. É uma palestra um pouco técnica, vou tentar ser objetivo e didático, o mais possível, estar aberto a perguntas e mostrar que o Ministério não está inerte. Ele está preocupado com essa questão e está fazendo, mesmo antes até do acidente de Mariana, muitas ações em relação à segurança de barragem e à proteção e defesa civil.

Bom, o objeto que pretendo apresentar aqui: Projeto de integração do Rio São Francisco, Plano de Ações Estratégicas para Reabilitação de Barragens da União (Planerb), que foi um estudo elaborado numa parceria com o Banco Mundial, e um pouco da ação da Defesa Civil. Vou tentar ser mais rápido em respeito ao nosso tempo aqui. Acho que a palestra vai ficar um pouco grande, talvez seja mais fácil eu pular algumas partes.

Sobre o Projeto de Integração do Rio São Francisco, para quem não é familiarizado, esse projeto são dois trechos cada um: o Trecho Norte e o Eixo Leste, duas derivações do São Francisco que atravessam o Semiárido nordestino. O Eixo Norte são quinze barragens. Já foram construídas quinze barragens no Eixo Norte e, no Eixo Leste, doze barragens. Ali há uma relação delas.

O Plano de Segurança de Barragens. Já foram implementados todas no Eixo Leste, que é um eixo que já está em pré-operação, todos os reservatórios já estão com volume de operação e, no Eixo Norte, nós temos até o reservatório de Jati com o Plano de Segurança de Barragem já elaborado. Estamos esperando ainda a evolução das obras.

Dentro do Projeto de Integração do São Francisco existe um contrato de pré-operação, proteção e manutenção que hoje tem uma coordenação. Dentro do TAC foi prevista uma coordenação especialmente para a segurança de barragem e meio ambiente. Dentro dessa coordenação existe uma subcoordenação preocupada principalmente com a elaboração do plano de barragem e a implementação. Dentro dessa subcoordenação, foi programado um coordenador do Plano de Segurança de Barragem, do plano de ação inicial, que coordenaria três grupos: o de operação e logística, que faz um fluxo de informação com Inpe, com Cemaden, com Inmet; um grupo de manutenção e observação, que trata das informações com as entidades externas e fiscalizadoras; e o grupo de relações públicas e comunicações, que troca informações com a sociedade civil, as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

populações dos ZAS, que são as zonas de autossalvamento, que é aquela zona em que as pessoas se salvam por si próprias, delimitadas pela onda cheia, a até 10km da onda de cheia ou meia hora da onda; e os comunicados e relatórios, que trocam ideia com o grupo de segurança de barragem.

Aqui é uma foto de uma das nossas barragens, que mostra que nossas barragens não são tão altas. Essa água represada é água de chuva. Esse é o Reservatório de Boa Vista, no Eixo Norte; ali, o Reservatório de Areias, no Eixo Leste.

Aqui eu vou tentar ser um pouco didático, é só o que nós estamos elaborando com o Plano de Segurança de Barragem. Essa foto é a história de um estudo de Dam Break. O estudo de Dam Break representa uma simulação do rompimento da Barragem. A simulação é imediata, seria como se tirassem a barragem e veriam como seria o comportamento da onda, a situação, o evento mais crítico possível. Ele mostra toda a área que seria afetada por esse Dam Break e consegue mapear para os nossos estudos quais são os edifícios que serão atingidos, onde serão atingidos e quem serão os atingidos.

No relatório, seriam mostrados todos os Municípios que serão atingidos, como, no nosso caso, os de Salgueiro, Cabrobó e Terra Nova; as estruturas que serão atingidas também, como um aqueduto da nossa própria obra; quantas serão as edificações; a distância a que esse Município ou essa edificação está da barragem; o tempo em que ela vai chegar; e a altura do lâmina d'água a que ela vai chegar. Então, a gente apresenta tudo isso mapeado. Isso vai ser entregue para a área de Proteção e Defesa Civil, para que ela apresente essa comunicação à população.

Acho que é isso.

Temos também o Mapa de Risco Hidrodinâmico, que é uma escala de cor que mostra qual é a força da onda em cada ponto do Dam Break. Por exemplo, na parte mais vermelha, estão os colapsos dos edifícios, onde a onda seria capaz de derrubar certos edifícios; na mais clara, a azul, a onda consegue derrubar crianças ou deficientes físicos. Com isso, a gente consegue planejar, fazer um planejamento de onde concentrar as forças de ação.

Aqui se trata do Pisf. Além desses planos de segurança que estão sendo elaborados, também foram financiados ao Dnocs todos os reservatórios estratégicos de recuperação que vão receber a água do Pisf. Então, também há uma preocupação com a segurança de barragens, com esse novo aporte de água. Foram transferidos recursos ao Dnocs, para que fossem feitos os reservatórios, a recuperação dos reservatórios que nós chamamos de estratégicos.

Ali também – não sei se todos conseguem enxergar –, nesse estudo de Dam Break, está dividida a Zona de Auto Salvamento. A partir dali até o ponto verde no canto inferior esquerdo, é a barragem, o barramento. Então, naquele mapeamento, entre a Zona de Salvamento até a barragem, há a denominada a Zona de Auto Salvamento, onde a população atingida precisa ser treinada, para que, quando ouvir uma sirene, quando houver algum indício de preocupação, ela esteja treinada para se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

salvar. E, a jusante, após essa Zona de Auto Salvamento, está a zona diretamente afetada, onde a população também precisa de treinamento. Mas ela não está nessa zona a que, em meia hora, em 10km, a onda vai chegar; nesse caso, há certo tempo de ação da Defesa Civil.

Essa foi a ideia do Ministério como empreendedor público. Apesar de nós sermos pessoa jurídica, de termos personalidade jurídica, houve uma situação em que o Ministério do Desenvolvimento Regional agiu como dono da obra. Então, por isso, nessas ações, o Ministério do Desenvolvimento Regional está agindo como empreendedor público.

Quanto às nossas vinculadas – aí são empresas públicas, donas de barragens e empreendedoras públicas –, o Ministério, junto com o Banco Mundial, elaborou o Plano de Ações Estratégicas para a Reabilitação de Barragens da União, o Planerb, que já foi apresentado até em outras audiências públicas desta mesma Comissão em que se tratou da preocupação com a segurança de barragens. Trata-se de um diagnóstico de 139 barragens, tanto do Dnocs quanto da Codevasf e também do extinto Dnos. É um diagnóstico estrutural, ambiental e até institucional. E também é uma adequação à Lei de Segurança de Barragens, é uma adequação dessas barragens à Lei de Segurança de Barragens, na elaboração do Plano de Segurança de Barragens.

Foram 139 barragens disponibilizadas nesses Estados. Vê-se que a maior concentração se dá nos Estados de Pernambuco, da Bahia e do Ceará, dentro dos órgãos Dnocs, Codevasf e Dnos.

Dentro das barragens inspecionadas, foi verificado que 61% das barragens foram classificadas com o nível de risco de atenção e que 29% estão em alerta, ou seja, 90% ou estão em atenção ou em alerta e precisam de alguma intervenção. Nove por cento estão normais. E aquele 1% deveu-se ao fato de que, na barragem Norte, em Santa Catarina, não foi possível fazer a inspeção por causa de manifestações indígenas.

Eu também gostaria de mencionar que não encontramos nenhum estado emergencial, aquela situação em que a população precisa sair dali imediatamente, em que o Plano de Ação Emergencial precisa entrar em ação. O que mais nos preocupa são as que estão em alerta, em que existe alguma anomalia que precisa ser tratada, para que ela não passe para a situação de emergência. Isso foi mapeado pelo Planerb e foi passado ao Dnocs e à Codevasf.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RAFAEL SILVEIRA – Aqui, mostramos a distribuição de nível de risco. Como era de se esperar, Pernambuco, Bahia e Ceará possuem os maiores riscos, por terem também as maiores barragens.

Aqui mostramos uma classificação relativa ao risco potencial, que é o órgão fiscalizador que faz. Mas o estudo se antecipou a isso. A gente verificou que todas as barragens do Dnocs e do extinto Dnos estão inseridas na categoria A e que 84% das barragens estão na categoria A. O que isso significa? Isso significa que, em todas essas barragens, o Plano de Segurança de Ação Emergencial tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma exigência máxima. Então, em todas essas barragens, terão de ser cumpridas todas as exigências previstas por lei.

Também dentro do produto, foi apresentado um programa de aplicação de recursos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RAFAEL SILVEIRA – ... públicos em segurança de barragens.

Vou tentar ser um pouco mais rápido.

Ali, naquele gráfico XY, estão todas as ações que devem ser feitas em barragens e quais foram as priorizadas, aquelas em que a gente consegue baixar o maior risco.

A Proteção e Defesa Civil, talvez, seja a parte mais importante nessa discussão. É possível que a barragem rompa; isso não tem como se prever. Toda obra de engenharia é passível de rompimento. O problema é que ninguém pode morrer, e essa é uma ação da Defesa Civil. A Defesa Civil precisa estar equipada para justamente fazer essa interligação, de que tanto se está falando aqui, entre o empreendedor e a população.

Sobre a atuação, a gente conseguiu levantar – vou falar de forma bem resumida, porque meu tempo está curto – que o papel fundamental é a efetiva implementação.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RAFAEL SILVEIRA – Não adianta nada um órgão ou um empreendedor apresentar um Plano de Ação Emergencial perfeito, com todos os detalhes, com todas as sirenes, se ele não for efetivamente implementado e passado para a população. Não adianta haver todo um processo de treinamento se a Defesa Civil não aplicar isso no treinamento da população.

Dentro das atuações, está a integração entre a Política de Segurança de Barragens e a de Proteção e Defesa Civil e a necessidade de estruturação dos órgãos de Proteção e Defesa Civil.

Aqui estão alguns exemplos da atuação em Mariana, da atuação da Defesa Civil, como a implantação das placas de rotas de fuga e de pontos de encontro, explicando onde está um ponto de encontro, o que as pessoas devem fazer caso ouçam o toque de sirene. Há um mapeamento de Mariana sobre a rota de fuga.

Mostra-se exatamente essa ligação entre o produto que o empreendedor é obrigado a entregar para apresentar à população, os treinamentos que foram feitos e as simulações que foram feitas no caso de Mariana. Isso é trabalho da Defesa Civil, do órgão público.

Um exemplo de atuação é esse. Ali está a barragem e aquela zona marrom, que é a Zona de Auto Salvamento, onde as pessoas precisam se salvar no caso de rompimento. Elas se salvam e vão para o ponto de encontro. Essa interligação entre o ponto de encontro, os hospitais, os abrigos, a nova

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

localização, todo esse processo é feito pela Defesa Civil. E essa Defesa Civil precisa de equipamento, tem de estar bem equipada para essa atuação.

As nossas principais ações de políticas públicas – vou terminar; esse é o último eslaide – relativas à segurança de barragens são: obtenção de recursos para o subsídio aos empreendedores públicos, tanto no nosso caso, do MDR, quanto no caso do Dnocs e da Codevasf; estudo de viabilização da sustentabilidade financeira dos empreendimentos públicos, para que ela não dependa desse subsídio, com uma parceria público-privada ou com uma concessão; recursos para a estruturação dos órgãos públicos empreendedores de barragem, que hoje têm uma falta muito grande, porque não houve renovação por concurso público, e dos órgãos de Proteção e Defesa Civil, tanto federais como municipais e estaduais; proposta do MDR, no PL da revisão da Lei de Segurança de Barragens, para a viabilidade de compensação financeira. O empreendimento público ou privado implantado não deve dar compensação financeira só para o Município beneficiado pela barragem, mas também deve haver uma preocupação com os Municípios que estão a jusante da barragem, porque esses, sim, serão atingidos em caso de rompimento da barragem. Essa compensação financeira deve propiciar que a Defesa Civil esteja bem equipada. Por exemplo, no caso de Brumadinho, existem várias barragens de mineração no local, e a Defesa Civil de lá precisa estar bem equipada. Esse equipamento, devido ao escasso recurso público, deveria ser compensado pelos empreendedores de barragens que ali estão.

Muito obrigado.

Era isso que eu tinha para apresentar.

Desculpem-me! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Rafael. Obrigado.

Alan, finalmente, vamos lá! Obrigado, meu amigo.

Com a palavra o Alan, da Agência Nacional de Águas.

O SR. ALAN VAZ LOPES – Boa tarde a todos!

Quero cumprimentar o Senador Jean Paul, em nome de quem cumprimento os demais membros da Mesa.

Agradeço, em nome de toda a diretoria da Agência Nacional de Águas, o convite para esta importante audiência.

Quero cumprimentar os demais palestrantes, os membros do Movimento dos Atingidos por Barragens.

Vou ser bastante breve, por conta do adiantado da hora. Vou tentar adicionar mais alguns elementos a tudo que foi dito aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou apresentar algumas visões da Agência Nacional de Águas sobre a Política Nacional de Segurança de Barragens e algumas formas que nós temos visto de aperfeiçoá-la.

Já de início, a principal mensagem que a gente gostaria de dizer é que, de fato, há necessidade de a gente fazer uma aperfeiçoamento da Lei 12.334.

Desde o acidente de Mariana, a ANA, no seu papel de articuladora dos órgãos fiscalizadores de barragens, começou a empreender diversas ações, oficinas de discussão sobre a lei, sobre problemas na lei, sobre problemas de execução da lei com diversas entidades, como a Associação Brasileira de Recursos Hídricos, que promoveu mais de dez oficinas, e o Comitê Brasileiro de Barragens. Nós mesmos fizemos oficinas regionais com os fiscalizadores, discutimos no Fórum Mundial da Água no ano passado, lançamos propostas de revisão da lei. Mas, infelizmente, isso não se tornou efetivo, nós não conseguimos fazer o aperfeiçoamento da lei. Então, a gente tem duas avaliações: a lei é boa, mas tem lacunas, e essas lacunas têm nos retardado na sua implementação. É isso de que a gente vai falar um pouco aqui.

O que há na lei? A lei, basicamente, foi instituída a partir da sua discussão em 2003. Vou só falar um pouquinho que sou Superintendente de Fiscalização da ANA, trabalho na Agência Nacional de Águas desde a sua criação, em 2002. Em 2003, houve as primeiras discussões sobre a Lei 12.334, o PL 1.181, da Câmara dos Deputados, em função do rompimento das barragens de Cataguases. Não sei se vocês lembram que foi um desastre horrível, que levou à degradação da qualidade da água da Bacia do Rio Paraíba do Sul.

A discussão da lei se deu de 2003 até 2010, até que se conseguiu, de fato, implementar essa lei. O foco era definir papéis mais claros, o papel de quem é o responsável pela barragem. Está muito claro que o responsável é o empreendedor, mas ainda há lacunas nesta definição de quem é o empreendedor na própria lei hoje. Ela diz que pode ser ou o dono da terra ou o beneficiário da barragem ou aquele que recebeu autorização para construí-la. Em muitos casos, esses atores são diferentes, são três, quatro, cinco, e a gente não consegue identificar, em muitos casos, quem é o empreendedor, para buscar a implementação dos requisitos da política. Então, isso precisa estar equacionado na lei.

Quanto aos órgãos fiscalizadores, é essa a distribuição que todos já conhecem. Nós temos um número grande de fiscalizadores, porque temos um número grande de barragens. A estimativa por imagens de espelhos d'água é a de que há algo da ordem de 70 mil a 90 mil barragens no País. Hoje estão cadastradas e identificadas por órgãos fiscalizadores 24 mil barragens, nessa distribuição.

Há as barragens de uso múltiplo, para abastecimento de água, para irrigação etc., que são fiscalizadas pela ANA. A ANA fiscaliza 110 barragens, em rios de domínio da União, e, nos Estados, 27 órgãos gestores estaduais as fiscalizam nos seus rios.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Aneel fiscaliza as suas barragens de hidrelétricas, que são 890. Esses são dados do relatório de 2017. A ANM, agora – era o DNPM, e passou a ser a ANM –, fiscaliza 790 barragens de mineração. E 55 barragens estão com órgãos ambientais.

Nós temos, então, potencialmente, um conjunto de mais de 40 órgãos fiscalizadores. E nós não temos um sistema de coordenação da atuação desses fiscalizadores; cada um tem a sua própria forma de agir. Nós temos um problema de governança na coordenação e até na supervisão da atuação dos fiscalizadores. Isso já foi falado aqui. Isso foi falado ali na ponta pela Defensoria Pública um pouco nesse sentido.

Os empreendedores têm requisitos de segurança; basicamente, são planos de segurança, inspeções, revisões. A lei estava baseada na prevenção, mas temos visto que isso não é suficiente. Mesmo barragens bem mantidas, com todos os requisitos da política implementados, correm o risco de romper, e nós precisamos estar preparados para o desastre.

Essa é uma outra constatação. A primeira lei que a gente aprende no curso de Engenharia é a Lei de Murphy: se algo pode dar errado, dará. E a gente precisa estar preparado, com a certeza de que pode dar algo errado. Precisamos ter a defesa civil preparada, a proteção civil preparada, e o empreendedor também, no seu papel, na hora do desastre.

Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens. É um sistema que está sendo implementado pela ANA.

O Conselho Nacional de Recursos Hídricos tem uma atribuição genérica de zelar pela Política Nacional de Recursos Hídricos, e ele emitiu, desde a lei, duas resoluções que dão algumas diretrizes gerais – o que também é o papel dele – para a classificação de barragens. Essas resoluções de classificação têm levado a essa classificação de barragens em dano potencial alto, risco de rompimento, que a gente tem visto nos relatórios. Há um número grande de barragens com dando potencial alto. Algumas barragens que não apresentam risco são classificadas com risco alto, e barragens que têm risco alto não são classificadas dessa forma, são classificadas como risco baixo. As duas barragens, Brumadinho e Mariana, estão classificadas com risco baixo por conta das resoluções que assim definem a forma de se classificar. Então, aí também há uma questão que precisa ser aperfeiçoada.

Nós da ANA, além de fiscalizarmos as 110 barragens em rios da União de usos múltiplos, elaboramos anualmente o relatório de segurança de barragens, desde 2012, e implementamos o sistema de informações e a articulação entre os empreendedores.

Nós já conhecemos esses dados: 58% das barragens cadastradas estão regularizadas, ou seja, um número grande, quase metade das barragens não tem autorização para existir. Depois eu vou esmiuçar um pouco quais são essas barragens, onde elas estão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos um sistema bastante bem organizado, vamos dizer assim, no setor elétrico, na área de aproveitamento hidrelétrico, porque há uma cultura de segurança de barragens desde muito tempo. Isso não significa que não precise ser aperfeiçoada, por exemplo, na questão de participação social, como foi colocado aqui. Na área de mineração também temos uma agência. Foram mostrados aqui os aperfeiçoamentos que têm sido colocados.

Temos um problema enorme nas barragens de uso múltiplo. São a maior parte do nosso contingente de barragens: mais de 20 mil barragens só cadastradas, como eu falei. O número é muito maior.

A evolução da política. Em termos de classificação de barragens, dessas 24 mil, 4,5 mil foram de fato classificadas quanto ao risco e ao dano pelo órgão fiscalizador. Então, de muitas barragens, de 76% dessas barragens nós não temos sequer informações para saber se elas têm um risco médio, baixo ou alto e qual é o dano potencial. Então, nem mesmo a implementação da política começou a ser executada em muitos desses Estados. Treze dos órgãos fiscalizadores regulamentaram o Plano de Ação de Emergência. Isso significa que a maior parte dos órgãos fiscalizadores sequer regulamentou o Plano de Ação de Emergência. E, se não regulamentaram, o empreendedor não consegue implementar e fazer o Plano de Emergência, porque o órgão fiscalizador sequer está cobrando isso. E já tem nove anos a lei. Então, há um atraso nesse processo.

Onde estão essas barragens mais problemáticas? Este eslaide mostra um pouco esses números. Hidrelétricas (Aneel): barragens submetidas à política, 847; barragens sem informação, zero. ANM, a mesma coisa: zero sem informação. ANA: temos 33, mas já verificamos – esse é um dado de 2017 – e de todas elas já temos essas informações.

Quase todas são barragens de pequeno porte abandonadas, não oferecem risco substantivo. São barragens que não estão autorizadas pela ANA. Porém, todas as barragens da ANA já foram fiscalizadas *in loco* mais de uma vez, em campo. Todas elas têm um diagnóstico direto pelo próprio fiscalizador.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALAN VAZ LOPES – O problema está nas barragens de uso múltiplo: 3,1 mil barragens; 18 mil barragens sem informação; número de fiscalizações, 780 no total. Aneel, ANM e ANA têm fiscalizado essas barragens, têm buscado fazer cumprir o que está na lei.

Nos órgãos estaduais já há um outro cenário: número menor de fiscalização, à exceção de alguns Estados. Ceará, Bahia, por exemplo, e outros têm implementado de fato a lei, mas a maioria, de fato, ainda está atrasada nesse processo.

Isso é uma questão do número de acidentes, que está no relatório. Vou passar rápido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós no relatório também começamos, até por conta dessa deficiência de classificação... Ao ir a campo o fiscalizador e identificar as anomalias, nós temos percebido quais são as barragens que de fato preocupam. Muitas vezes não são aquelas classificadas com risco alto; são, às vezes, as classificadas com risco baixo, porque o risco baixo, às vezes, é só por conta de uma falta de documentação, de um projeto que, às vezes, existe, mas não se tem acesso a ele, é uma barragem muito antiga, mas de fato a barragem está sem problemas, sem anomalias no campo. Então, identificamos aí, com todos os fiscalizadores, 45 barragens que de fato preocupam de forma significativa o fiscalizador. Esse número pode aumentar.

Algumas fotos de algumas anomalias que a gente tem visto em campo, mostrando a realidade de barragens de usos múltiplos, por conta de falta de conservação, falta de recurso financeiro para o custeio da operação, manutenção e atendimento aos requisitos da lei: problemas em paramentos dos taludes, problemas de conservação, problemas de deterioração de estruturas extravasoras.

Aqui, o caso da barragem de Passagem das Traíras, no Rio Grande do Norte, que a gente conhece bem: concreto de baixa qualidade e deterioração.

Ali, uma barragem em que o piso teve um problema. Aí há uma questão até de implementação do que estava no projeto, enfim, problemas de fundação.

São inúmeros os problemas que a gente tem encontrado em campo. E, enfim, são barragens já fiscalizadas. Nós já cumprimos o ciclo de fiscalização, e mesmo assim o empreendedor não tem cumprido. Então, ainda existe um outro problema nas barragens de uso múltiplo que vai além da fiscalização, vai à questão dos fiscalizadores.

Como já foi falado, nós temos uma preocupação grande na hora de situações de emergência, porque os planos de emergência precisam ser implementados em articulação com a defesa civil, e as defesas civis locais no País têm problemas sérios, não estão estruturadas, não estão capacitadas, não têm como agir na hora de um acidente. E, como foi falado aqui, elas poderiam ser custeadas, talvez, por aqueles empreendedores que de fato estão colocando um risco a mais para aqueles Municípios, um risco que não existiria se a barragem não existisse ali. A defesa civil não precisaria ter essa estrutura – que é necessária – se a barragem não existisse, então é necessário um mecanismo de custeio, financiamento de órgãos de proteção e defesa civil.

Aí, são só duas barragens, para dar um exemplo. Preocupa-nos a Barragem da Passagem das Traíras. Existe a cidade de Caicó, no Rio Grande do Norte, e a gente já tem o mapeamento de que ela pode ser atingida pela barragem, se ela se romper. Nós já executamos todos os instrumentos – já advertimos, multamos, exigimos do Estado –, e não há possibilidade de se recuperar a barragem no curto prazo, porque o Estado não tem recurso financeiro. É uma barragem do Estado, uma barragem pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A mesma coisa em Jucazinho. O Governo Federal está tentando recuperar a Barragem de Jucazinho. Se a Barragem de Jucazinho se romper, o abastecimento de Caruaru, em Pernambuco...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALAN VAZ LOPES – Há uma Barragem a jusante, que é Carpina. Ela não dá conta de segurar. Isso é levado, isso atinge Recife. Então, a gente tem esses danos já mapeados, e são obras que precisam ser feitas no longo prazo.

Há quatro pontos só para destacar, dando um pouco da nossa visão nessas discussões todas ao longo dos anos, no sentido de se aperfeiçoar a lei.

A questão da governança: necessidade de se definirem mais claramente as responsabilidades de empreendedor e fiscalizador, principalmente em situações de emergência; e uma normatização mais específica pelo fiscalizador, da classificação das barragens. Não dá para a gente ter uma classificação genérica, tentar incluir mineração, hidrelétrica, uso múltiplo; cada barragem tem a sua especificidade. O órgão precisa atuar nisso para não ficar esperando uma norma para exigir do empreendedor o cumprimento da lei.

A coordenação entre os 40 fiscalizadores, que eu citei no início. A sustentabilidade financeira dos fiscalizadores de barragens de uso múltiplo principalmente. Isso não é um problema na Aneel, por exemplo, e na ANA também não é muito um problema, mas nos órgãos estaduais, que são a maioria, que cuidam dessas 20 mil barragens, isso é um problema. É preciso haver um mecanismo de custeio. Por exemplo, a Aneel tem a taxa de fiscalização, temos discutido com a ANM, e a ANA também tem a taxa de fiscalização, mas o Estado precisa ter também.

E empreendedores públicos. A barragem de uso múltiplo tem vários usuários de água, e ela não é autossustentável, porque não repassa o custo de execução. Por exemplo, a elaboração do Plano de Segurança de Barragem é um estudo caro; no Plano de Ação de Emergência, existe topografia a jusante, é caro, são dois, três, quatro milhões de reais. O empreendedor público usa esse dinheiro dos cofres públicos. Ele precisa ter um mecanismo de repassar isso para o usuário final da barragem, que, às vezes, são vários – companhia de abastecimento de água, irrigante etc. –, por meio de uma tarifa, porque no órgão público não existe um mecanismo de custeio. O recurso financeiro do MDR para barragens do Dnocs sempre existe para novas obras, mas não há recursos para manter as que existem.

Sistema de infrações e penalidades. A lei, do jeito que está, não tem um sistema, não diz o que é infração e não diz quais são as penalidades; remete à legislação setorial. Legislação setorial é o quê? No caso da ANM, a multa máxima é no valor de R$3,4 mil. No caso da ANA, o valor máximo é de R$10 mil. Isso foi falado no início aqui, comparando-se com os bilhões... Falta muito zero ainda para chegar-se a um valor de multa razoável. É preciso estar na lei. Não esquecendo a atualização da própria legislação setorial. Poder-se-ia atualizar também a legislação setorial desse setor. Não é o caso da Aneel. A Aneel já tem um valor substantivo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, por último, a preparação para situações de emergência. Mesmo com isso tudo, a gente precisa estar preparado se algo pior acontecer. Haver treinamentos periódicos; a população precisa estar preparada. Não é uma cultura nossa. A gente precisa começar a ter mais isso embutido na nossa cultura, da prevenção, como em países que têm terremotos, países que têm maremotos. Nós somos um país que tem populações vivendo a jusante de barragens que podem romper, então a população precisa estar prevenida, precisa estar informada – isso está na lei também –, precisa estar comunicada, precisa participar da elaboração dos planos de ação de emergência, como foi colocado. Concordamos com isso tudo.

Então, é isso. Eu queria, sem mais me estender muito no prazo, agradecer de novo o convite. Estamos à disposição para continuar o debate, enfatizando a necessidade de se concluir o processo legislativo, para que se aperfeiçoe a lei. Isso é muito importante para os fiscalizadores.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Alan.

Rapidamente, eu queria obviamente abrir espaço para uma colocação ou outra – há algumas inscrições já – e, depois, em cinco minutos finais, ter a paciência de vocês para ouvir um arremate final que fiz. E, eventualmente, se ainda houver algum comentário para acréscimo do que nós vamos encaminhar, teremos esse tempo também. Então, eu queria estabelecer mais ou menos 20 minutos, porque está todo mundo já meio cansado e com fome, para que a gente fizesse todo esse processo final, incluindo todos os palestrantes que já participaram também, que têm os microfones à disposição para responder e debater.

Obrigado.

Primeira inscrição – quem for se inscrevendo já vai me sinalizando.

O SR. JOSIVALDO ALVES DE OLIVEIRA – Boa tarde a todos e a todas.

Eu sou Josivaldo, militante do movimento, o MAB, e sou do Estado do Ceará.

Quero saudar a iniciativa do Senador e dizer a todos e a todas... Na primeira Mesa, o Carlos Vainer, o Iury, o Leandro, a Deborah apresentaram elementos que evidenciam e questionam o papel do Estado brasileiro e o papel das empresas; e, no segundo momento agora, os camaradas que representam o Estado brasileiro.

Acho que está mais do que evidenciado que essa parte que pode assegurar a vida das pessoas, da maioria e dos mais pobres, sempre ficou em segundo plano, seja nas áreas urbanas, seja na periferia, seja quando dá chuva, seja quando dá seca e tem fome, seja quando dá cheia e tem desabamento, tem enchimento – pegue São Paulo, pegue todos os outros –, ou então no caso das barragens.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador e senhores do Governo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSIVALDO ALVES DE OLIVEIRA – ... penso que o que está ocorrendo agora é que evidencia mais o quanto é grave a situação das barragens no Brasil. Evidencia. Em 2004, rompeu-se Camará, na Paraíba, uma barragem pequena, mas o desastre lá foi enorme. Eu fui lá visitar. Em 2008, rompeu-se uma na Paraíba, ou melhor, no Piauí, acho que a de Algodões. Lá até hoje não se resolveram os problemas ambientais e sociais. Na sequência, vieram as daqui, de Minas Gerais.

A nossa preocupação, do MAB, dos ativistas e da população de maneira geral, e a indignação é que, apesar de haver determinadas leis, elas no papel até são bonitinhas... Quando vocês... A ANA está falando, e eu sei da seriedade da ANA, sei do Ministério que era da Integração – agora é uma bagunça nesse Governo, ninguém sabe mais qual é o Ministério; o que era integração nacional, o que era...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSIVALDO ALVES DE OLIVEIRA – Virou uma bagunça que ninguém sabe mais com quem fala no Governo Federal. E isso nos causa uma preocupação, porque o atual Presidente da República se pronunciou e tem posição clara contrária, digamos, à dos órgãos de fiscalização, porque há um exagero em multar, há um exagero em fazer a segurança da sociedade, seja no agronegócio, seja em preservar a natureza, seja em preservar a água, seja em preservar as populações atingidas ou ameaçadas pelas barragens. Nós estamos em uma situação crítica, porque o número de barragens com possibilidade de rompimento é gigantesco no Brasil, em todas as Regiões. Brumadinho e a outra, em Mariana, não estavam classificadas e romperam. Então, nós...

(*Interrupção do som.*)

O SR. JOSIVALDO ALVES DE OLIVEIRA – ... estamos vivendo uma situação... Não quero colocar aqui o caos, mas a situação é muito séria, e o Estado brasileiro, de fato, o Governo brasileiro tem que ser enquadrado, tem que ser colocado como responsável para que isso consiga punir as empresas privadas e os Estados que não tomam providência.

Nós não sabemos, e se vocês tiverem, revelem, é a obrigação do Estado ter. Quantas famílias moram abaixo das barragens construídas no Brasil hoje? No Sudeste, no Sul, no Centro-Oeste, no Norte e no Nordeste? São milhões. O Rio São Francisco, com o crime da Vale em Brumadinho e no Córrego do Feijão, está correndo o risco, Senador, nós que somos do Nordeste, de ser totalmente contaminado, com maior gravidade ou não. E as autoridades, inclusive o Governo brasileiro, têm dificuldade em assumir esse risco. Isso significa dizer que é um rio que abastece milhares e milhões de pessoas em todos os aspectos imaginados.

Então, queremos colocar aqui a importância da luta, da resistência, mas da seriedade do funcionamento do Estado brasileiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSIVALDO ALVES DE OLIVEIRA – E a sociedade tem que pressionar, tem que ir para as ruas. Do contrário, não haverá mudança. Essas propostas que estão aí, por mais bem intencionadas que sejam, se não designarem recurso, dinheiro, orçamento, seriedade e botarem na cadeia os verdadeiros criminosos, o Presidente da Vale, os principais acionistas, que estão aí soltos, rindo da cara do povo, isso não vai mudar. Botam o laranja, botam o que assinou o laudo forçadamente, botam o terceirizado. Agora, os responsáveis mesmo não estão sendo punidos verdadeiramente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Josivaldo, obrigado.

Prof. Carlos, dois minutos.

O SR. LEANDRO SCALABRIN – Senador...

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Leandro.

O SR. LEANDRO SCALABRIN – O Dr. Eduardo, eu e a Dra. Deborah estamos numa reunião do Conselho Nacional e interrompemos para vir aqui. Então, nós queríamos...

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – O Eduardo me informou. Sem problema, evidentemente. Vocês podem...

O SR. LEANDRO SCALABRIN – Eu o parabenizo mais uma vez pela iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado.

O SR. LEANDRO SCALABRIN – E digo também que, com a sugestão do Dr. Carlos, o Conselho estará criando um GT no seu âmbito para discutir a proposta aqui encaminhada e contamos com a parceria do Senado e da Comissão para os encaminhamentos que sejam possíveis fazer juntos.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeito. Eu vou listar a sua proposta aqui também no final. Obrigado, Leandro.

Obrigado, Deborah.

Obrigado, Eduardo.

Prof. Carlos.

O SR. CARLOS BERNARDO VAINER – Muito rapidamente alguns pontos que eu gostaria de enfatizar. O comentário do representante da ANM, de que a legislação feita em 2015 agora, não me lembro, 2017 foi insuficiente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. CARLOS BERNARDO VAINER – Em 2012, foi insuficiente. A questão não é que ela foi insuficiente, é que ela reitera o mesmo modelo. E, por isso, será sempre insuficiente.

A cada desastre, se faz um novo adendo. Da mesma maneira que, a cada crime, se faz uma nova lei para aumentar a pena sobre aquele crime, sem ir ao fundo da questão, ou seja, se replica o modelo ampliando as suas perversidades, porque ele é incapaz.

E por que ele é incapaz? Tomemos a mineração brasileira. Ela está baseada no que os economistas chamam de concorrência espúria, ou seja, ela é competitiva, porque os seus custos são minimizados de duas maneiras: uma, aquela que eu falei, da transferência do custo privado para a socialização dos custos sobre a forma de sofrimentos, destruição de vidas, destruição do meio ambiente, mas existe uma outra que está na pauta, que é a Lei Kandir, que isenta de impostos, penalizando sobretudo os Estados de Minas Gerais e Pará...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS BERNARDO VAINER – ... que torna a nossa comunidade espúria.

E já que está se discutindo agora o pacto federativo, vamos rever a Lei Kandir, que torna a competitividade da mineração brasileira espúria, porque ela recebe subsídios fiscais.

É o bebedor de cerveja no Japão com latinha de alumínio que está sendo subsidiado pelo Estado de Minas Gerais e pelo Estado do Pará e pelo sofrimento do nosso povo.

Segunda questão. É insuficiente tomar medidas para, não sei daqui a quanto tempo, as barragens de alteamento a jusante sejam eliminadas...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CARLOS BERNARDO VAINER – ... a montante. Se há um reconhecimento de que os riscos são graves, se há um reconhecimento de que vidas estão em risco, em alto risco, se há um reconhecimento de que bacias enormes estão ameaçadas, tem que ser suspensa a licença de operação imediatamente dessas barragens. As outras eu acho que devem vai ficar em moratória, pode-se dar um prazo. Essas têm que estar suspensas. Está se brincando com a vida das pessoas.

Tudo bem que, em Mariana, não se sabia, ou não se tinha claro, ou não se tinha dimensão, mas já se replicou em Brumadinho. Então, eu sugiro que uma das recomendações seja a suspensão imediata da operação de todas essas barragens já identificadas como ameaçadoras da vida, da dignidade e do meio ambiente, que são direitos indisponíveis do povo brasileiro. Estamos brincando com o direito à vida. Quem será responsável? A empresa e o Estado, que permitiu que ações criminosas como essa continuassem existindo, ameaçando a todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu gostaria de acrescentar isso e dizer que há uma espécie de deboche do nosso povo. Se vocês forem hoje ao *site* da Renova, vocês encontrarão a seguinte declaração: as bolsas famílias distribuídas pela Vale estão dinamizando a vida econômica de Mariana. Quer dizer, depois de destruir um Município, depois de destruir um rio e seu vale, 40 Municípios, atingir os Abrolhos, eles estão dinamizando a vida dessa população, recusando a pagar as multas, recusando a pagar as indenizações e dando bolsas famílias. Isso é um deboche na cara do povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado.

Iury.

Obrigado, Prof. Carlos.

O SR. IURY CHARLES PAULINO BEZERRA – Senador, no campo das propostas. Com relação às agências, eu acho que a gente tem que reconhecer talvez um esforço maior da ANA, um diálogo, uma outra qualidade no diálogo que a gente tem, que os atingidos têm com a ANA. Precisa melhorar muito, mas eu acho que já tem passos e coisas importantes feitas. Agora, as demais são um antro das empresas. Isso não tem participação do povo. Nós não temos confiança e segurança de que, se não mudar dessa forma que está sendo feito, que saia alguma coisa produtiva. Ela faz parte do pacote que resultou nesses crimes aí. Esses têm que ser responsabilizados por isso, eles são culpados por isso. Eles são culpados por isso também, assim como o Presidente da Vale, todos esses que cometem e continuam cometendo esses crimes. Isso a gente não pode negar.

E não é por falta... Inclusive, vamos oficializar todos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. IURY CHARLES PAULINO BEZERRA – ... pedindo a oportunidade de poder contribuir. Os atingidos querem contribuir. Vamos oficializar. Porque nós já estamos fazendo isso há muito tempo e vamos continuar fazendo, para que nunca digam que nós não tivemos disposição de contribuir.

Mas, do ponto de vista de ideias que a gente acha que deveriam ser encaminhadas, nós precisamos encaminhar, porque, como eu já falei, não existe segurança sem política de direito às populações. Nós precisamos começar a tramitar nesta Casa, no Congresso, um projeto de lei qualificado e queremos solicitar ao senhor, Senador, que possa fazer parte dessa articulação.

Porque nós já temos um acúmulo no MAB discutido democrático com os atingidos, que tem um conjunto de ideias para um projeto que trate dos direitos às populações atingidas. E nós precisamos trabalhar para que isso possa ser, de certa forma, mais um instrumento, pelo menos mais uma lei que possa nos amparar e que nós possamos lutar para que ela tenha efetivação concreta nas ações.

Então, a gente gostaria de sugerir isso para o Senador como uma proposta nossa também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Está O.k. Obrigado, Iury.

Dr. Paulo, por favor.

O SR. PAULO RIBEIRO DE SANTANA – Boa tarde a todos.

Prof. Carlos, é o seguinte. O problema do descomissionamento de uma barragem não é um problema simples. Aquilo é uma obra de engenharia muito complexa e que precisa de um projeto para fazer o seu descomissionamento, porque o projeto de descomissionamento envolve várias fases. Primeiro, você tem que fazer uma engenharia acoplada à geologia e à geotecnia. Então, é multifacetada.

Então, você tem que convocar todo um complexo de profissionais. Esses profissionais têm que estudar toda a movimentação da... Porque a barragem é viva. A barragem, você entrou com um material com uma densidade num tempo, você entrou com outro material com outra densidade em outro tempo. E esse material vai se sedimentando em vários lugares diferentes da barragem. Então, é um projeto complexo de engenharia. Não é você chegar e parar hoje...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO RIBEIRO DE SANTANA – ... e deixar a barragem lá parada.

Das 84 barragens a montante que existem, 40 já estão desativadas. Essas têm que estar descomissionadas até 2021. Essas aí. As que estão em atividade, que são 44, estão fazendo o monitoramento diário.

E agora a nossa regra é a seguinte: esses equipamentos têm que estar ligados direto ao nosso sistema. Não pode haver interferência humana mais. A partir de junho, não vai haver mais interferência humana. Esses equipamentos já estarão ligados direto ao nosso sistema e o nosso sistema tem uma inteligência artificial dentro dele, que vai dar a bandagem da luz que vai se acender para qualquer empreendimento desse.

Então, é um projeto complexo. Não é simplesmente chegar: "A partir de hoje, não se faz mais isso". Não é assim, dessa forma. É um projeto complexo, como eu expliquei anteriormente.

Quanto à questão das multas, a nossa multa maior mesmo é três mil, quatrocentos e poucos reais. Nós tentamos botar R$30 milhões, mas o Congresso Nacional não deixou. Nós colocamos na MP o valor máximo das multas, mas o Congresso Nacional disse que não, que a multa máxima seria R$3.400. Então, eram essas as considerações finais que eu queria fazer.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Paulo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dois minutinhos. Por favor, se identifique e a sua entidade, para as notas taquigráficas.

O SR. RAFAEL MACHADO – Obrigado, é só um comentário rápido. Meu nome é Rafael Machado, eu sou da Defesa Civil Nacional.

Só reforço a fala de muitos dos palestrantes sobre a importância do órgão de proteção e defesa civil como esse agente que tem a missão de fazer a interlocução entre os empreendimentos e as comunidades nos procedimentos emergenciais. Então, reforço a importância desse papel de inclusão da participação das comunidades nos procedimentos emergenciais das barragens.

E chamo atenção para o que já foi dito, é um grande desafio para que haja a efetiva estruturação desses empreendimentos, especialmente nos Municípios, especialmente ainda nos Municípios que estão a jusante das barragens e não alcançam as compensações financeiras que os empreendimentos pagam.

Só alcançam os Municípios que estão acima da barragem. São afetados diretamente pela barragem, pelo reservatório, pela atividade.

É importante que haja uma mudança legislativa...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RAFAEL MACHADO – ... para que haja uma compensação financeira para que os Municípios que são obrigados a se preparar para o risco a jusante, abaixo da barragem, tenham condições de estruturar seus órgãos de proteção e defesa civil e garantir a participação popular nos procedimentos emergenciais das barragens.

É uma oportunidade, uma sugestão para que haja normatização desse aspecto também. Os empreendimentos pagarem uma compensação financeira aos Municípios que são obrigados a desenvolver uma capacidade excepcional de proteção e defesa civil para se preparar para os riscos que os empreendimentos geram. E hoje esses Municípios não recebem nada.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – É verdade. Essa questão tem a ver com o tal do pacto federativo, a revisão não só do tipo de tributação, como também da destinação das tributações, incluindo o ICMS, no caso da energia, no caso da mineração, Lei Kandir, tudo isso.

Eu queria, meus amigos, tentar encerrar aqui hoje. Eu sei que o tema abrange muitas coisas, muitos subsetores, mas basicamente fazer um apanhado geral aqui do que eu tomei. No ponto de vista global, o Prof. Carlos salientou bem e é uma coisa importante como contexto, e nós estamos trabalhando com alguma coisa que mexe com o mundo todo no sentido de mercados, mercado de energia, mercado principalmente de mineração. Então, isso é um contexto importante e a gente tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que ter noção disso, por conta do peso que está por cima dessa discussão e dos interesses que estão envolvidos.

A segunda coisa é em relação aos diagnósticos. Pelo que percebemos aqui, apesar da evolução do tema, nós ainda temos muita imprecisão em diagnósticos de danos, em diagnósticos de riscos e em diagnósticos de como as populações são atingidas. Não é claro isso e provavelmente a gente vai ter encaminhamentos aqui em relação a isso. E, finalmente, o outro ponto inicial é a centralidade de consulta e legitimação dessas comunidades e da sociedade. É importante incorporar isso aos nossos projetos de lei.

Um esclarecimento em relação ao PL 550, que nós várias vezes comentamos aqui, apenas para esclarecer que ele vai à Câmara dos Deputados agora e ele dá 18 meses para empreendedores descomissionarem e descaracterizarem as barragens de alteamento a montante existentes. Portanto, o setor de mineração especificamente. E em relação a multas, nós temos aqui algum alento de ir, nesse projeto de lei, no art. 17, de um mínimo de R$10 mil até o máximo de R$10 bilhões. Portanto, abre um espectro bastante maior para as multas.

Em relação à questão das sugestões nossas do encaminhamento final aqui da nossa audiência, eu anotei algumas coisas, evidentemente temos que falar de aperfeiçoamento legislativo, das leis referentes ao tema, principalmente a 12.334, de 2010, definição e atribuição de responsabilidades; coordenação, governança e supervisão dos órgãos fiscalizadores; questão de classificação de risco alto também pouco definida, mal definida, pelo que se viu por aqui; mecanismos de seguro e prevenção.

Há sugestões concretas que nós anotamos antes e agora ao longo da audiência. Primeiro, a inclusão na Lei Orçamentária Anual de 2020 e no Plano Plurianual, no PPA de 2020/2023, tentar incluir os recursos e as ações necessárias para garantir a segurança de barragens em âmbito nacional. Segundo, enviar um pedido de informação ao Governo Federal sobre fiscalização das barragens e medidas adotadas para a redução dos riscos das barragens.

Terceiro, avaliar uma proposta de projeto de lei para a criação de um fundo público específico com recursos oriundos das atividades econômicas correlatas relacionadas às respectivas barragens com intuito de garantir o processo de participação, informação e capacitação das populações. Avaliar também uma proposta de lei prevendo a criação de comitês em âmbito nacional, estaduais e municipais com participação paritária da sociedade civil e do Estado com o objetivo de monitoramento das ações.

Anotações do curso da audiência. Trabalhar no reconhecimento do movimento dos atingidos por barragens como entidade representativa dos atingidos; propor ciclos de debates regionais e avaliar proposta de projeto de lei colocada pelo Iury, projeto de lei sobre proteção das populações atingidas, um projeto de lei mais específico complementando a lei que já está em curso em relação não só a desastres como a barragens planejadas em operação. E, incorporando a sugestão do Prof. Carlos também, analisar a possibilidade da suspensão. E eu entendi a diferença, não é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

necessariamente o descomissionamento, mas, eventualmente, a desaceleração da operação e talvez até a suspensão que é no sentido de colocação de novos resíduos. Primeiro, suspende-se a utilização da barragem e, depois, se inicia o descomissionamento do corpo, do ativo. Então, nesse caso, suspensão imediata da operação no sentido da utilização das barragens já identificadas como de alto risco.

O SR. PAULO RIBEIRO DE SANTANA (*Fora do microfone.*) – O projeto de engenharia é demorado.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Até para suspender. Mas o...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Para a utilização é o que entendi e, na verdade, um caminhamento é o de simplesmente analisar essa possibilidade de incorporação nisso em algum texto legal.

Alguma colocação final de um minuto, um minuto para nós encerramos aqui ou não? (*Pausa.*)

O SR. CARLOS BERNARDO VAINER – O apoio e a participação da Comissão... O apoio da Comissão ao grupo de trabalho que está sendo criado no Conselho Nacional de Direitos Humanos, apoio e eventual... Não como é isso, teria que se conversar com o Conselho Nacional de Direitos Humanos, mas foi feita aqui a comunicação tanto pela Dra. Deborah quanto pelo Dr. Leandro de que o Conselho já deliberou criar um grupo de trabalho sobre isso. Então, acho que o mínimo é a Comissão dizer que está à disposição, que apoia essa iniciativa e que está disposta a colaborar com ela.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeito, incorporado, perfeito.

O SR. CARLOS BERNARDO VAINER – Além disso, é porque a gente não pode aqui deliberar por eles, mas dizer que a Comissão está disposta.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeito, incorporado, a Comissão está...

O SR. PAULO RIBEIRO DE SANTANA – Sobre a questão de participação social, neste momento, nós estamos com a Resolução nº 4, que está em vigor, mas também está em consulta pública. Nós a colocamos em vigor, porque era emergencial, mas está em consulta pública, e os senhores podem colaborar.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO RIBEIRO DE SANTANA – Ela está em nosso sítio na internet, www.anm.gov.br, inclusive é sobre o método construtivo a montante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – E o texto final, complementando, desse Projeto de Lei 550, de 2019, está disponível na área da atividade legislativa do Portal do Senado Federal. Aquele que foi distribuído aqui hoje mais cedo era o projeto inicial com as emendas. Para facilitar a consulta e pelo trâmite em que já está o projeto, eu sugiro consultar aqui a área de atividade legislativa do Portal do Senado e obter o texto final do Projeto de Lei 550, de 2019.

E, antes de terminar e de encerrar aqui os trabalhos, eu quero fazer aqui a finalização com dispensa da leitura e aprovação da Ata da 2ª Reunião, realizada em 27 de fevereiro de 2019.

Aqueles Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Queria informar também que estiveram registrando presença nesta audiência os Senadores Jarbas Vasconcelos; Confúcio Moura; Leila Barros; Marcos do Val; Fabiano Contarato, Presidente desta Comissão; Plínio Valério; Lasier Martins; Jaques Wagner; Telmário Mota; Major Olimpio; Jayme Campos; Acir Gurgacz; Paulo Paim; Selma Arruda; e eu mesmo, Jean Paul Prates.

Nada mais havendo a tratar, encerro a reunião.

Agradeço a todos os presentes tanto palestrantes quanto audiência. Obrigado a todos. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 11 horas e 19 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 32 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 4ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE MARÇO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às onze horas e quarenta e dois minutos do dia vinte de março de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Jaques Wagner, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Marcelo Castro, Soraya Thronicke, Lasier Martins, Leila Barros, Marcos do Val, Fabiano Contarato, Telmário Mota, Paulo Rocha, Carlos Viana, Sérgio Petecão, Jayme Campos, Wellington Fagundes, Maria do Carmo Alves, Fernando Bezerra Coelho, Izalci Lucas, Dário Berger, Paulo Paim, Angelo Coronel e Selma Arruda. Deixam de comparecer os Senadores Jarbas Vasconcelos, Luis Carlos Heinze, Plínio Valério e Otto Alencar. Havendo número regimental, a reunião é aberta presidida pelo senador Jaques Wagner. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. A presidência comunica procedimentos para organização dos trabalhos do colegiado e informa os documentos recebidos. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - Projeto de Lei do Senado n° 234, de 2016 - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre a obrigatoriedade da comprovação da procedência legal da madeira nativa utilizada nas obras, serviços e aquisições da Administração Pública." Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). Relatoria: Senador Otto Alencar. Retirado de pauta a pedido do relator. ITEM 2 - Projeto de Lei do Senado n° 358, de 2018 - Não Terminativo - que: "Proíbe a venda de animais de estimação nas vias de circulação ou em ambiente público fora de estabelecimento comercial." Autoria: Senador Rudson Leite. Relatoria: Senadora Soraya Thronicke. Retirado de pauta a pedido da relatora. ITEM 3 - Projeto de Lei do Senado n° 524, de 2018 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, para possibilitar a aplicação de recursos em operações de crédito destinadas a empresas que usam energia fotovoltaica." Autoria: Senadora Rose de Freitas. Relatoria: Senador Jaques Wagner. Retirado de pauta a pedido do relator para reexame. ITEM 4 - Projeto de Lei do Senado n° 232, de 2015 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988, para incluir como diretriz do Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro o controle da erosão marítima e fluvial." Autoria: Senador Fernando Bezerra Coelho. Relatoria: Senador Otto Alencar. Retirado de pauta a pedido do relator. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Jaques Wagner
Vice-Presidente da Comissão de Meio Ambiente

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/03/20

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Havendo número regimental, declaro aberta a 4ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 3ª Reunião realizada em 14 de março 2019.

Eu não vou nem perguntar aqueles que concordam, porque...

Aprovada.

Comunico o recebimento dos seguintes expedientes.

Ofício nº 9, de 2019, da Câmara Municipal de Cascavel no Paraná, que encaminha cópia do Requerimento nº 20/2019 daquela Casa Legislativa para solicitar ao Senado Federal celeridade na apreciação e aprovação do PLC 134, de 2018, que altera o art. 32 da Lei 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para agravar a pena pela prática do ato de abuso consistente em maus-tratos ou mutilação de animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos, e instituir como causa de aumento da pena do crime de maus-tratos aos animais a prática de atos de zoofilia. O documento foi juntado ao processado da matéria, que está sob a relatoria da Senadora Soraya Thronicke.

Ofício nº 168, de 2019, da Câmara Municipal de Batatais, em São Paulo, que encaminha fotocópia da Moção nº 49/2019 de apelo a S. Exa. o Sr. Ricardo Salles, Ministro do Meio Ambiente, objetivando providências no sentido de resolver o problema dos lixões a céu aberto nos Municípios brasileiros.

Nos termos da Instrução Normativa da Secretaria Geral da Mesa nº 12, de 2019, fica aberto o prazo de 15 dias para manifestação de interesse por parte dos Senadores membros desta Comissão.

Funcionamento da CMA no biênio 2019/2020.

Justifico que o Presidente não pôde estar na abertura desta reunião porque está na CCJ relatando uma matéria.

No sentido de organizar os trabalhos deste Colegiado à luz da regimentalidade, da publicidade e da eficiência, comunico as seguintes diretrizes para o biênio 2019/2020, nos termos do artigo 89, inciso I, do Regimento Interno.

I- As reuniões da Comissão ocorrem nas dependências do Senado Federal, nos termos do artigo 106 do Regimento Interno, o que objetiva, além da contenção de despesas, possibilitar a efetiva participação de todos os Senadores nas atividades do Colegiado. Assim, o apoio logístico e operacional para eventos que precisem ser realizados em outras localidades serão responsabilidade do autor do requerimento.

II- As audiências públicas serão agendadas em reuniões extraordinárias, em dia a ser acordado com o autor do requerimento, para não colidirem com o horário reservado semanalmente às reuniões

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

deliberativas, que são às quartas-feiras às 11h30. O Parlamentar que propôs a audiência deve estar disponível para presidir a reunião na ausência do Presidente e do vice.

III- Os requerimentos de audiências públicas serão pautados apenas quando incluírem as entidades convidadas a indicar representantes ou os nomes dos convidados, sempre que possível indicá-los nominalmente.

IV- A inclusão de itens extrapauta nas reuniões deliberativas, em atenção ao disposto nos arts. 108, § 1º e 412, inciso XI, será evitada ao máximo, sendo vedado deliberar qualquer matéria nas reuniões destinadas a audiências públicas.

V– Os pedidos para retirar matéria de pauta publicada devem ser encaminhados à Secretaria por meio de ofício assinado pelo relator quando ocorrerem antes do início da reunião. Após o início da reunião, o pedido deve ser apresentado oralmente pelo relator e, em todos os casos, o Presidente decidirá durante a reunião.

IV– Para garantir o bom andamento dos trabalhos, os relatores designados devem procurar atender o prazo regimental para a entrega de seus relatórios. Não ocorrendo a entrega, esta Presidência prorrogará o prazo automaticamente por outros 15 dias úteis. Havendo necessidade de nova extensão, deve o relator comunicar o pedido, por ofício, à Secretaria da Comissão para decisão do Presidente. Findo o prazo concedido, a matéria poderá ser distribuída a novo relator ou pautada, nos termos do art. 121 do Regimento Interno.

Escolha de políticas públicas.

Nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, as comissões permanentes selecionarão, na área da sua competência, políticas públicas desenvolvidas no âmbito do Poder Executivo para serem avaliadas, observando os impactos dessas políticas públicas e as atividades meio de suporte para sua execução.

Considerando a vinda do Sr. Ministro do Meio Ambiente, Sr. Ricardo Salles, a este Colegiado, no próximo dia 27 de março, às 14h30, quando apresentará as diretrizes e os programas prioritários da pasta para o corrente ano e os próximos, comunico que:

I- Fica aberto prazo para que os Senadores membros da Comissão de Meio Ambiente apresentem sugestões de políticas públicas a serem avaliadas ao longo do corrente exercício.

II- As sugestões devem ser encaminhadas na forma de requerimento à Secretaria da Comissão por meio de sistema próprio. A via física deve ser entregue com a assinatura do Parlamentar também à Secretaria.

III- O prazo se encerrará no dia 29 de março, às 18 horas.

IV- A escolha de até duas sugestões entre as apresentadas se dará em reunião deliberativa no dia 3 de abril.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

V– Os relatores designados para as avaliações selecionadas terão prazo até o dia 30 de novembro para a conclusão dos trabalhos e apresentação dos relatórios.

Nada mais havendo a tratar e não havendo matérias a serem deliberadas, está encerrada esta reunião.

(*Iniciada às 11 horas e 42 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 48 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 5ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE MARÇO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às quatorze horas e trinta e quatro minutos do dia vinte e sete de março de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Fabiano Contarato, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Marcelo Castro, Marcio Bittar, Soraya Thronicke, Major Olimpio, Leila Barros, Marcos do Val, Randolfe Rodrigues, Alessandro Vieira, Eliziane Gama, Jaques Wagner, Telmário Mota, Jean Paul Prates, Paulo Rocha, Jayme Campos, Wellington Fagundes, Chico Rodrigues, Flávio Bolsonaro, Juíza Selma, Dário Berger, Angelo Coronel, Styvenson Valentim, Izalci Lucas, Fernando Bezerra Coelho, Acir Gurgacz e Sérgio Petecão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Luis Carlos Heinze, Plínio Valério, Lasier Martins, Carlos Viana e Otto Alencar. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se ao cumprimento da pauta: **Comparecimento de Ministro de Estado**, atendendo ao requerimento REQ 2/2019 - CMA, de autoria do Senador Fabiano Contarato. **Finalidade:** Solicita o comparecimento do Senhor Ricardo Salles, Ministro de Estado do Meio Ambiente, para apresentar as diretrizes e os programas prioritários do Ministério do Meio Ambiente para o corrente ano e os próximos vindouros. **Participante:** Senhor Ricardo Salles, Ministro de Estado do Meio Ambiente. **Resultado:** Reunião realizada no horário definido. Registre-se a presença do deputado Rodrigo Agostinho, presidente da Comissão do Meio Ambiente na Câmara dos Deputados e dos presidentes do Ibama, Senhor Eduardo Fortunato Bim, e do ICMBio Senhor Adalberto Eberhard. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e quarenta e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Fabiano Contarato

Presidente da Comissão de Meio Ambiente

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/03/27

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Havendo número regimental, declaro aberta a 5ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 4ª Reunião, realizada em 20 de março de 2019.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publica no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se ao comparecimento de S. Exa. o Senhor Ricardo Salles, Ministro de Estado do Meio Ambiente, que vem a esta Comissão apresentar as diretrizes e os programas prioritários da pasta que comanda no Poder Executivo para o corrente ano e os próximos de seu mandato, em atenção ao Requerimento nº 2, de 2019, da Comissão de Meio Ambiente, nos termos do §1º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o §1º do art. 397 do Regimento Interno do Senado Federal.

Em atenção aos regramentos regimentais constantes do Título XI – Da convocação e do Comparecimento de Ministro de Estado, esta Presidência comunica os procedimentos para a reunião:

1. O Ministro usará da palavra para sua exposição inicial por até 30 (trinta) minutos, sem interrupções;

2. Os senadores que desejarem interpelar o Ministro após a sua apresentação devem solicitar inscrição à Secretaria;

3. A cada senador inscrito, intercalando-se os oradores de cada partido, serão concedidos cinco minutos para sua interpelação, assegurado igual prazo para a resposta do Ministro. Para contraditar, o orador poderá usar da palavra novamente pelo prazo máximo de dois minutos, concedendo-se ao Ministro o mesmo prazo para tréplica;

4. A campainha soará automaticamente quando restar um minuto do prazo;

5. Na fase de interpelações, o Ministro só será aparteado se assim permitir;

6. Não podendo esta reunião estender-se além do horário de início da Ordem do Dia do Plenário, na hipótese de não concluirmos a apresentação do Ministro e a correspondente fase de interpelações, outra reunião será designada para esse fim;

7. Os cidadãos podem assistir à reunião em tempo real e encaminhar perguntas e comentários por meio do Portal e-Cidadania, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800-612211. As participações serão moderadas pela equipe técnica e podem ser aproveitadas por esta Presidência ou pelos Senadores presentes para enriquecimento do debate;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

8. Lembro ainda aos membros da Comissão de Meio Ambiente que está aberto o prazo para sugerirem políticas públicas que serão avaliadas pelo Colegiado em 2019.

Convido o Ministro a tomar assento à mesa.

Sr. Ministro, Vossa Excelência tem a palavra por até 30 minutos.

Antes de conceder a palavra, eu quero desde já agradecer a sua presteza em estar aqui nesta Comissão, a qual eu, com muita alegria, estou presidindo, em um tema de tamanha relevância, porque, além de ter previsão constitucional, principalmente no art. 225, de forma pioneira no Brasil estabeleceu-se que a responsabilidade por qualquer atividade lesiva ao meio ambiente tem repercussão não só no aspecto administrativo e civil, mas também no aspecto criminal.

E olha que eu estou comentando que não é uma responsabilidade criminal por crime ambiental, previsto na Lei 9.605, de 1998, do preposto ou pessoa física. Não. A inovação da Constituição Federal, que foi ratificada pelo art. 3º da Lei 9.605, prevê a responsabilidade criminal da pessoa jurídica, ou seja, após o *due process of law,* após o devido processo legal, em um crime praticado, por exemplo, por uma Prefeitura, como um crime de poluição, o Estado, o juiz vai condenar não só o Prefeito, não só o Secretário, mas também a Prefeitura Municipal do Município. Então, esse foi um avanço muito positivo na nossa lei de proteção ambiental, que foi um reflexo, obviamente, da Carta Constitucional de 1988, do art. 225.

Eu queria fazer só algumas pequenas considerações, se o senhor me permitir – e eu tenho certeza de que me permite.

Eu me inquieto – é mais um desabafo – quando eu vejo, por exemplo, o aumento de um número significativo de deferimento de registro de agrotóxicos no Brasil. Só para se ter uma ideia, de 2005 a 2016, a média era de 150 por ano; esse número, de 2017 a 2018, para 450. É um número extremamente elevado. O pior: diferentemente de alguns países desenvolvidos, como Estados Unidos e União Europeia, esses deferimentos de registros são por prazo indeterminado, e é extremamente difícil a sua revogação. Então, isso também me assusta.

A nossa legislação, Ministro, é permissiva no que se refere aos limites de agrotóxicos presentes na água potável. Às vezes, 300 vezes maior do que o tolerado pela União Europeia.

Então, veja, nós temos esse comportamento de autorização de deferimento de registro de agrotóxico pulando de 150 para 450; nós temos vigência de prazo indeterminado; há dificuldade depois de cancelar; nós temos a nossa legislação permissiva no que tange ao herbicida na água potável: 300 vezes mais nocivo; nós temos 43% das novas apurações no Brasil são... Essas aprovações desses registros de utilização de agrotóxicos são altamente ou extremamente tóxicas, e isso impacta diretamente na saúde. Prova disso é que os números apontam que, em um ano, morreram 790 pessoas na utilização de agrotóxicos, mas esse número pode ser multiplicado até por 50 vezes, porque a maioria desses casos não é registrada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E estou falando em morte, que é o principal bem jurídico que tem de ser protegido pelo Poder Público e que é uma garantia constitucional, é o abre-alas que está lá no art. 5º, que diz que a vida humana e o respeito à integridade física são o principal bem jurídico a ser tutelado por todos, mas principalmente pelo Estado.

Sem falar que esse desmando com a utilização de agrotóxico vem ocasionando... Há um nexo causal com câncer, doenças degenerativas, má formação da vida humana intrauterina; nós temos aí aborto espontâneo. Isso tudo me preocupa. Por isso que eu, na qualidade de Presidente, fiz questão de colocar esta Comissão à disposição para este debate.

Faço um apelo às ONGs, ao Ministério Público, à sociedade civil a abraçar essa causa, porque o direito ao meio ambiente é um direito de todos e é com ele que nós vamos garantir a efetivação desse direito humano essencial.

Causa-me também preocupação quando vejo que o próprio Poder Público não está fiscalizando as barreiras que há com rejeitos de minério. Já tivemos o caso de Mariana em 2015, e o Poder Público ficou omisso durante esse período. Agora recentemente houve Brumadinho. Estou muito preocupado com as minas existentes, por exemplo, em Poços de Caldas, que têm rejeitos de exploração de urânio, material altamente radioativo.

Então, quais são as políticas públicas que o Estado, que o Executivo, que o Ministério do Meio Ambiente pode adotar? Claro que em parceria com outros Ministérios, porque sabemos que todos somos responsáveis porque todos somos parte da mesma sociedade humana.

Para finalizar, eu também me preocupo quando vejo, veiculado pela imprensa, que o Ministro de Minas e Energia – e tive oportunidade até de questionar –, em uma entrevista no Canadá, claramente disse que está aberto a autorizar a exploração da atividade de mineração em terras indígenas quando a própria Constituição assegura o direito de propriedade, a função social da propriedade. Nós temos de respeitar os povos originários que são a comunidade indígena, que já sofre com ausência de médicos, com exclusão de médicos nos programas sociais.

Então, a minha preocupação e a minha fala como Senador e como Presidente é que, infelizmente, vejo que o Executivo não está cumprindo com seu papel nem no que tange à saúde e tampouco com a educação, com habitação, com moradia, com laser, enfim, com as garantias constitucionais que já estão asseguradas desde 1988.

Então, essa fala é mais um desabafo. Eu me coloco à disposição da população, das comunidades e de todos aqueles que estiverem nos assistindo e nos ouvindo para que participem, que mantenham contato.

Eu tenho um sonho: o sonho de que, um dia, esta Comissão esteja repleta de pessoas efetivamente comprometidas com o meio ambiente, porque é através do meio ambiente que nós vamos garantir a vida, o respeito à integridade física e o futuro das futuras gerações e da nossa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado.

Desculpas por me ter alongado.

Neste momento, passo a palavra ao Ministro para, em 30 minutos, fazer sua exposição.

Desde já agradeço.

O SR. RICARDO SALLES – Sr. Presidente, Srs. Senadores, senhoras e senhores, em primeiro lugar, agradeço a oportunidade de estar aqui no Senado para apresentar ideias, ouvir sugestões, críticas e projetos que cada um dos senhores Senadores certamente têm a agregar e a fazer o esforço conjunto – senhor colocou bem – para o trabalho em parceria do Poder Executivo com o Legislativo.

Nós temos procurado dar algumas prioridades à agenda do ministério, uma vez que é inexorável a constatação, como o senhor bem colocou, de que o meio ambiente é um valor de todos, valor inegociável, um princípio de preservação inegociável. E, portanto, tudo que nós fazemos no Governo, fora dele, nas nossas vidas pessoais, nas nossas atividades profissionais, no Governo Federal, nos Governos estaduais, nos Governo municipais, enfim, têm de levar o meio ambiente em alta consideração. Assim preceitua a Constituição Federal, colocando em pé de igualdade a preservação, o cuidado e o valor do meio ambiente dentre os critérios e os princípios mais importantes da nossa Constituição.

Qual é a missão a que nós nos dispusemos a avançar no ministério? Primeiro, como me referi há pouco, delimitar quais são as ações em que nós efetivamente podemos colaborar, com que podemos trabalhar, por que podemos lutar, dentro das limitações que temos como País. Há algumas limitações de ordem financeira, orçamentária; outras de ordem logística, locacional; outras de ordem cultural. Mas, reconhecendo essas limitações, fazer o melhor que estiver ao nosso alcance.

Com esse pensamento, nós identificamos, em primeiro lugar, que o Brasil, como o senhor bem colocou aqui ao tratar da questão da saúde das pessoas, da água potável, das habitações e, infelizmente, da moradia, muitas, Brasil afora, localizadas em locais de baixa qualidade, impróprios para moradia... Identificamos que o primeiro item que precisaríamos atacar – não que seja mais importante que os demais, mas, talvez, o mais premente – é o que nós denominamos de Agenda de Qualidade Ambiental Urbana.

Por que Agenda de Qualidade Ambiental Urbana? Dentre esses temas, 74, parece-me, ou 75 – os dados são conflitantes – um número significativo da população brasileira já vive nas cidades. E vivem nas cidades, em muitos casos, em condições de saúde e de meio ambiente muito precárias. Essas condições são determinadas, dentre outros motivos, por um problema grave – e ligado diretamente ao tema da água que o senhor bem colocou – ligado à falta de saneamento. Há uma cobertura de saneamento muito reduzida e, mesmo naqueles locais onde há coleta, muitas vezes o tratamento não está presente. Em alguns casos até há o tratamento presente, mas com grau de eficiência reduzido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, há emprego de recurso público nesse caso em especial para um tratamento que é pouco eficaz para fins de cuidado com o meio ambiente e saúde das pessoas. Então, para nós, na Agenda de Qualidade Ambiental Urbana, o saneamento talvez seja uma das matérias ou a matéria mais relevante.

Para além do tema saneamento, há também a parte de resíduos, comumente chamado de lixo, mas não só. Há um problema gravíssimo em todo País na gestão dos resíduos sólidos, em que pese nós tenhamos uma legislação de 2010, metas e valores bem postos; há um certo hiato entre o que está formalmente colocado e aquilo que é, na prática, verificado. Então, uma parte do nosso esforço no tocante aos resíduos é aproximar, portanto, a parte legal – já posta ou aquela legislação, ainda que infralegal, que possa ser aprimorada e que deve ser de maneira permanente – daquilo que acontece na prática.

Há um problema que transcende muito a esfera do Governo Federal. Vejo aqui o Governo Jaques Wagner, agora Senador, que deve ter enfrentado também essa dificuldade no Estado da Bahia com a questão do lixo, dificuldade com os Municípios. Os Municípios ficaram com bastantes encargos nesse tema dos resíduos do lixo e com poucos mecanismos – inclusive financeiro, mas não só – para lidar com esse tema. E a premência da Política Nacional de Resíduos Sólidos tendo de ser implementada também pela ótica dos Municípios. Então, outro tema que é prioridade para nós é essa agenda dentro da qualidade ambiental urbana, a agenda de resíduos.

Para além da agenda de resíduos e do saneamento, outra preocupação com reflexos imediatos na saúde das pessoas é a qualidade do ar. Nós demoramos oito anos para aprovar o regramento administrativo infralegal que daria uma melhora na qualidade do ar, sob a ótica da emissão dos combustíveis fósseis, dos veículos enfim, mas há muita coisa para avançar. E há instrumentos, inclusive vendo a experiência que ocorre o mercado internacional, com os países que enfrentaram esse problema da qualidade do ar... A China talvez seja o caso de mudança de qualidade do ar mais rápida. Pequim tinha um problema gravíssimo e, em curto espaço de tempo, vem endereçando soluções com alto grau de efetividade nesse sentido, em que pese haja outras experiências também muito importantes.

Então, esse é o tema da qualidade do ar, que complementa essa Agenda de Qualidade Ambiental Urbana, prioridade número 1 do Ministério.

Esse tema da qualidade do ar, Sr. Presidente, tem um impacto imediato na saúde das pessoas. O índice... Nós temos um número bastante elevado de doenças respiratórias decorrentes desse problema de qualidade do ar nos grandes centros urbanos do nosso País, e entendemos, portanto, que esse é um tema, embora endereçado sob a ótica do meio ambiente pelo nosso Ministério, tem reflexos diretos e bastante palpáveis na saúde das pessoas.

Então, saneamento, qualidade do ar, lixo, resíduos e alguns outros temas, importantes também na Agenda de Qualidade Ambiental Urbana.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós fizemos na sexta-feira, dia 22 de março, Dia Mundial da Água, o lançamento de um programa nacional, uma agenda de combate ao lixo no mar. Os Estados e os Municípios litorâneos percebem esse problema de maneira mais clara, mais evidente.

Os Estados que vivem do turismo têm as suas praias, enfim, o seu turismo ligado ao mar, ao litoral, diretamente afetado por esse problema. Aliás, que tangencia ambos os pontos: o lixo no mar propriamente dito, decorrente da poluição difusa que é carreada aos oceanos em razão da falta de gestão dos resíduos; e também a poluição decorrente da ausência de saneamento, que atinge diretamente a qualidade do turismo e a qualidade de vida das pessoas nos Estados e Municípios litorâneos.

Então, essa Agenda de Qualidade Ambiental Urbana no tocante ao combate ao lixo no mar foi lançada no Dia Mundial da Água, sexta-feira passada, e é uma agenda permanente de monitoramento de índices de qualidade, ações em parceria com Governos estaduais e municipais, parceria com a Marinha do Brasil, que já faz um trabalho bastante consistente nessa área. É um tema complexo e que exige permanentemente uma ação dos Poderes dos três níveis federativos e do terceiro setor também.

Então, esse é um tópico da Agenda de Qualidade Ambiental Urbana.

Outro tópico dessa Agenda de Qualidade Ambiental Urbana é o tema de áreas contaminadas. Por que áreas contaminadas têm esse peso? Porque área contaminada, além dos reflexos na saúde, tem o problema de ocupação das áreas urbanas, sobretudo nas regiões periféricas dos grandes centros urbanos. Ao permitir que nós tenhamos ocupações, habitações, sobretudo essas de baixa renda, em áreas contaminadas, estamos também deixando esse problema de saúde se ampliar. Então é uma questão importante que tem reflexos na saúde, mas também é pautado pela importante defesa do meio ambiente nesse aspecto.

No mundo, há uma discussão importante sendo travada – e nós, aqui no Brasil, enfrentamos e continuaremos a enfrentar esse problema, que demanda posturas muito bem fundamentadas –, que é a dubiedade ou conflito de posições decorrente de dois conceitos: a recuperação integral *versus* a recuperação suficiente e adequada à luz da destinação que determinada área contaminada se proponha, se para residência, se para atividade industrial, comercial, edifícios públicos, etc.

Então, essa Agenda de Qualidade Ambiental Urbana também engloba, portanto, o tema de áreas contaminadas.

Também faz parte dessa Agenda de Qualidade Ambiental Urbana a parte de áreas verdes nas cidades e nos grandes centros, ou seja, nós incentivarmos o aumento de vegetação para melhoria na qualidade do ar, de temperatura, de sensação, de grau de qualidade em áreas urbanas. Ter uma visão também bastante próxima daquilo que é supressão de vegetação em áreas sensíveis urbanas, sobretudo mananciais, mas não apenas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essas são matérias que vão se somando. Todas essas que compõem a Agenda de Qualidade Ambiental Urbana são matérias que vão se somando e têm direta relação com a qualidade de vida das pessoas que, como já mencionado, representam, na área urbana, 70%. Mais ou menos, pouco mais de 70% do volume da população brasileira já está vivendo em área urbana.

Então, é um tema muito importante tudo que diz respeito às áreas urbanas e que impacta o meio ambiente de maneira definitiva.

Quanto a essa agenda, a ideia concebida por nós para a Agenda de Qualidade Ambiental Urbana é que, a cada 30 dias... para o grupo da Secretaria da Qualidade Ambiental do ministério, em parceria com diversas entidades e órgãos governamentais e outras esferas e níveis da Federação – e importante também nesse ponto a parceria com o Legislativo, porque tem, tanto no Senado quanto na Câmara, projetos, ideias, frentes parlamentares que congregam muitos bons projetos, boas ideias e boas informações que, não sendo por esse canal, muitas vezes não chegam ao conhecimento do Executivo.

Nesse trabalho nós idealizamos que seria feito, a cada 30 dias, um tópico da Agenda de Qualidade Ambiental Urbana, justamente para que, neste interregno, entre um ponto da agenda e outro, pudéssemos coletar as contribuições, as informações, produzir o material de maneira adequada. Com isso, encerra-se de alguma forma a ideia da prioridade, que é a Agenda de Qualidade Ambiental Urbana.

Soma-se à Agenda de Qualidade Ambiental Urbana a visão da correlação entre os diversos segmentos produtivos, sobretudo o agronegócio, mas não apenas, com a agenda de defesa do meio ambiente. Então, esse é um tema de extrema importância para o ministério: como o ministério se correlaciona com as atividades que estão sob a tutela do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, como se relaciona com os temas que estão sob a tutela do Ministério de Infraestrutura, do Ministério do Desenvolvimento Regional, do Ministério de Minas e Energia e assim sucessivamente.

Por que essa preocupação? Porque, no cerne dos projetos emanados dessas diversas instâncias governamentais, nós entendemos que é extremamente importante inocular, desde o primeiro momento, do início da concepção do projeto ou da ideia, a preocupação com o tema ambiental, para que, ao longo do processo de criação e robustecimento desses projetos, vá se contemplando os diversos desafios ambientais desde o princípio, de tal sorte que com isso ganha o meio ambiente em primeiro lugar, e ganha a população, que terá projetos mais bem formulados em menor espaço de tempo, com maior robustez técnica e maior oportunidade para que esses temas sejam tratados e não sejam surpresa para o órgão licenciador – e talvez essa seja uma ideia que possa ser replicada nos níveis estaduais, naqueles projetos que são de competência, por delegação, dos órgãos de licenciamento estadual, e da mesma forma os órgãos municipais quando o Município é encarregado do licenciamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos esta fase de elaboração, concepção e alinhamento dos projetos desde logo contemplando o tema ambiental. Isso é uma preocupação que está muito presente no ministério e na interlocução com os demais ministérios. Quando chega para o licenciamento formal, seja através de iniciativa do Poder Público ou eventualmente de iniciativas privadas, mas que têm interesse público e que, portanto, tenham passado pelos respectivos órgãos em cada ministério, isso já chegaria com os principais pontos bem alinhavados para o licenciamento ambiental no Ibama. Isso facilita sobremaneira; desincumbindo-se de uma parte do trabalho técnico, que já teria sido antecipado e bem endereçado, dá mais condições para que a análise técnica do nosso órgão licenciador se debruce sobre os temas que realmente são de maior relevância e que encontram desafios em cada caso concreto, ao invés de ter que se dedicar a lapidar as ideias, a entabular esses projetos em temas que já poderiam de alguma forma ter sido bem formulados nos respectivos órgãos.

Essa também é uma ideia de preservação, de cuidado, de prestigiar o meio ambiente em todos os projetos de interesse dos demais ministérios e que certamente também são objeto de preocupação e acompanhamento e contribuição do Legislativo nas suas respectivas frentes parlamentares, nas câmaras. Enfim, em cada órgão em que eles estejam relacionados certamente haverá muitas contribuições para serem agregadas. Essa é uma preocupação nossa.

Nesta agenda também de prioridades do ministério está o tema da mudança climática e da Amazônia, diretamente relacionados um com o outro, em que nós optamos por dar maior foco a determinados princípios. Primeiro, com relação ao monitoramento: ter um sistema de monitoramento aprimorado, melhorado, e para isso buscando tecnologias que nem sempre estão disponíveis no nosso mercado nacional, mas estão disponíveis em outros... De origem inclusive internacional.

Hoje, por coincidência, na parte da manhã, fizemos uma reunião no Censipam, o centro de monitoramento da Amazônia, em que se discutiu o avanço para uma tecnologia em que se congregam monitoramento por satélite, monitoramento por radar e a utilização de uma certa tecnologia, *drones*, VANTs, etc., para um processo de monitoramento e fiscalização da Amazônia com relação ao desmatamento ilegal, seja decorrente de avanço da agropecuária, ou supressão de vegetação para madeira ilegal, garimpo, etc., e esse esforço se dedica tanto às áreas de unidades de conservação, como às áreas indígenas, áreas que pertencem aos governos estaduais, áreas sem destinação, enfim, às diversas modalidades de ocupação territorial presentes naquela localidade. Então, a ideia foi, hoje cedo, delinear quais são as tecnologias possíveis e à disposição para que nós tenhamos uma maior dedicação e, com isso, uma maior qualidade e velocidade na obtenção dessas informações.

Também, por outro lado, o desafio dessa parte de monitoramento do desmatamento e ações é um trabalho que se faz, basicamente, em três fases: a primeira fase, identificação das imagens e o monitoramento, seguida do chamado alerta de desmatamento, que é o sinal que é emitido, e o relatório, o laudo que é decorrente desse alerta, ou seja, técnico – e aí o sistema discutido hoje é que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

isso se fará de uma maneira automatizada, por inteligência artificial, algoritmos, uma maneira mais eficiente –, o relatório decorrente, portanto, dessas imagens, desses alertas.

Esse relatório gera, por sua vez, algumas possibilidades de ações, que podem ser, simplesmente, a constatação, por exemplo, à luz da informação contida no âmbito estadual, de que se trata de uma área de supressão de vegetação autorizada ou não pelo Cadastro Ambiental Rural, pelo PRA, enfim, pelos sistemas à disposição dos órgãos ambientais estaduais junto com o Governo Federal, ou, caso se trate de um desmatamento aparentemente ilegal, quais medidas devem ser tomadas: medidas de fiscalização remota, sensoriamento e fiscalização remota, por um lado – e o mais sistematizado e automatizado possível – ou, naqueles casos mais importantes ou em que haja uma densidade de informações a comprovar realmente a real necessidade de ação *in loco*, atividades de fiscalização e de polícia propriamente ditas, poder de polícia, em solo, no local.

Com essa visão de monitoramento, identificação de alertas e pareceres e a fiscalização *in loco*, nós teremos mais condições de dar uma resposta significativa para a redução do desmatamento e, com isso, uma melhora do tema de mudanças climáticas e a posição brasileira em relação a esse aspecto.

Há outros temas importantes também sob os nossos cuidados e que tenho certeza interessam ao Srs. Senadores, que são a efetividade do processo de licenciamento e o cuidado em transformá-lo em algo detalhado, célere e ao mesmo tempo com qualidade. Há uma constatação nacional que transcende o Poder federal, vai também ao âmbito do licenciamento estadual e em alguns casos municipal, de que há um subdimensionamento dos corpos técnicos, da equipe de trabalho e, em alguns casos, até questões orçamentárias e, por outro lado, uma dispersão deste trabalho às vezes em temas que não demandam a mesma importância ou o mesmo grau de detalhamento que temas relevantes, como – e o senhor colocou bem – o tema das barragens, e já vou entrar nele.

Em outras palavras, o que isso significa? Que nós precisamos dar foco aos temas mais relevantes, aprofundar as análises por ocasião dos licenciamentos, análises essas que demandam, de fato, maior dedicação, aprofundamento e detalhamento do trabalho dos diversos órgãos licenciadores e, no nosso caso em especial, o Ibama, e com isso desafoga essa equipe, portanto, para poder fazer esse trabalho de maneira mais satisfatória. Os casos de baixa relevância, baixo risco, podem e devem, a exemplo do que acontece mundialmente, ter um tratamento mais expedito porquanto não representam, pelo menos *a priori*, um risco maior à sociedade ou ao meio ambiente, dada a sua complexidade, tema, etc.

Como temos, tanto federal quanto estadual e municipal, uma limitação inconteste, é preciso saber priorizar, portanto, esses esforços, sejam de recursos humanos, de tecnologia ou orçamentários, para os temas de fato de maior relevância. Isso se dá na parte antecedente, ou seja, no licenciamento e se dá também na parte subsequente, que é a fiscalização.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O tema das barragens em especial não foge a essa lógica. O que houve no final neste caso específico de Brumadinho, e uma ponderação que serve para o tema de barragens em geral, mas também outras infraestruturas? Há um subdimensionamento do corpo técnico especializado, uma dispersão do trabalho fiscalizatório em questões às vezes que não demandam ou não demandariam uma análise tão detalhada, mas aquelas que demandam têm tido uma análise superficial. Então, o maior foco nessa parte das barragens... E aí são diferentes cenários, as barragens de mineração têm uma conformação, fiscalizadas no aspecto de segurança pela Agência Nacional de Mineração, que não está nesse mistério, licenciadas na grande maioria dos casos pelos órgãos estaduais por força da delegação de competências de licenciamento aos órgãos estaduais, mas com uma função subsidiária complementar do órgão federal.

Então, o Governo respondeu, e isso já está em andamento, com um curso de capacitação e aumento da capacidade de trabalho do corpo técnico da Agência Nacional de Mineração para ter um maior grupo de pessoas habilitadas a aprofundar e acelerar esse processo de reanálise ou verificação das barragens. Trata-se especificamente das de mineração.

As barragens de uso múltiplo de energia elétrica, enfim, têm uma outra conformação, até porque, nesses casos, aquela técnica da construção a montante não se põe. Então, são casos diferentes. Mas, de todo modo, essa é uma preocupação bastante grande.

Por fim, nós temos um outro aspecto também muito positivo, e nesse ponto também eu diria até que uma participação decisiva dos representantes do Legislativo nos diversos Estados, que são as unidades de conservação, os parques nacionais, as áreas administradas pelo Instituto Chico Mendes, pelo ICMBio.

Nós temos aí um desafio grande: são áreas espalhadas em todo o Território nacional, cada uma delas com as suas características, com o seu entorno diferente um do outro, com desafios de toda natureza, seja de infraestrutura, de possibilidades de visitação, desafios de conservação, de biomas, enfim, muito distintos uns dos outros. E o nosso cuidado nesse aspecto é saber identificar, no caso a caso, quais são as principais demandas para cada uma dessas unidades, qual a melhor forma de endereçar a solução para esses desafios, e isso passa também pela participação do setor privado, através de concessão de muitas dessas unidades, os parques nacionais, para o ecoturismo, tão importante na conservação, na conscientização, na geração de oportunidade de emprego, na geração de recursos para a própria conservação daquela biodiversidade. Enfim, é um mecanismo que acaba reforçando, portanto, a defesa e a conservação do meio ambiente, na medida em que traz novos investimentos, novas tecnologias, traz uma nova estratégia de gestão para áreas em que, estando dispersas em todo o Território nacional e com questões orçamentárias e de administração que limitam a efetividade do processo, a coparticipação do setor privado através dessas concessões – ou permissões, em casos específicos – é muito bem-vinda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, de forma geral, são esses os principais desafios que nós temos à frente do ministério neste momento e para os quais nós gostaríamos muito de ter a parceria do Senado e das Sras. e Srs. Senadores para o encaminhamento de sugestões, de ideias, de críticas, o que entenderem pertinente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Muito obrigado, Ministro, pelos esclarecimentos.

Neste momento, para interpelar o Ministro Ricardo Salles, eu convido o Senador Jaques Wagner, do PT, para suas considerações, por até cinco minutos.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Para interpelar Ministro.) – Boa tarde, Presidente; Sras. e Srs. Deputados.

Sr. Ministro, prazer em recebê-lo.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Falei Deputados? É o vício do cachimbo, porque fui por doze anos Deputado e só estou há dois meses como Senador. Perdoem-me, Senadores.

Eu fui Governador do Estado e gostava de dizer para qualquer plateia de empresários ou de militantes do movimento ambientalista que eu considero que o meio ambiente tem dois grandes adversários: o fundamentalista da motosserra, que acha que tudo vale a pena – perdoe-me roubar do poeta – se a grana não é pequena, e o fundamentalista da contemplação, que acha que nada pode ser feito – óbvio que há lugares em que nada pode ser feito –, que em geral nada pode ser feito. Eu acho que esses dois militam, como sempre nos extremos, no mesmo sentido: no sentido de não encontrar um caminho que é próprio da democracia, do bem-vindo debate de ideias, em que você acha um caminho. Como se diz: não me diga que não pode, me diga como pode. Então, minha cabeça é essa.

Fui por oito anos Governador do Estado e me orgulho de ter facilitado muito o processo de licenciamento ambiental, até na linha do que o Ministro falou, porque eu entendo que, a depender do impacto ambiental, do negócio, do investimento, alguns podem ser até autodeclaratórios, como é o imposto de renda. Você declara. Nosso drama seria ter capacidade de fiscalizar e ser efetivo numa aplicação de pena para aqueles que fizessem uma autodeclaração fraudulenta.

Então, sempre orientei a equipe nesse sentido. É evidente que uma fábrica é uma coisa e um hotel que vai vender meio ambiente é outra, se ele estragar o meio ambiente ele próprio estragará o negócio dele.

É óbvio que esse é um debate sempre muito quente, muitas vezes ideologizado. Eu tenho preocupação, Ministro, porque eu sei de algumas afirmações que o senhor fez em entrevistas, sei da sua convicção que vou chamar ou ideológica ou programática, diferente da minha, o que não nos impede de termos a capacidade de dialogar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que o pior caminho para se encontrar soluções é quando se dicotomizam as coisas e se botam as pessoas obrigatoriamente como inimigos. Eu acho que a beleza da democracia é a pluralidade, a ruindade da democracia é quando as pessoas não sabem conviver com essa diversidade. Por que eu estou falando isso? Porque ontem o Deputado Flávio Arns foi à tribuna para defender o sistema de saúde dos indígenas, que estava sendo partilhado em vários locais, e um outro colega...

Eu falei de novo Deputado?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Bem, serei punido depois.

Um outro Senador levantou com aquilo que eu acho que é tábula rasa, que eu espero que não ocupe nem a sua mente nem a orientação do ministério: "Ah, não, porque esse dinheiro ia para a mão das ONGs, e não para a mão dos índios". Eu disse a ele: "Colega, jogue a água suja fora, mas não jogue a criança junto". Eu aprendi que tem santo e diabo em tudo que é lugar, inclusive dentro da gente, e a luta sempre é para você tentar fazer o santo prevalecer.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Por que eu estou lhe falando isso? Porque, infelizmente, para a minha concepção, o atual Governo Federal, e particularmente a figura do Excelentíssimo Senhor Presidente, é muito ideológico em tudo que ele fala. Então, fecha portas para o diálogo. "Vamos matar adversário". Não vou listar aqui. Ou "vamos acabar com as ONGs, que estão roubando a biodiversidade da Amazônia". Seguramente, se nós não nos cuidarmos, as pessoas irão lá, laboratórios travestidos de ONGs, para fazer isso, mas em toda generalização, acaba que a gente joga fora a água e a criança. Então, eu queria levantar essa preocupação porque existe muito essa tônica no começo do Governo, e eu acho que ela é péssima. Nós somos uma sociedade plural, diversa, com concepções diferentes, graças a Deus, e temos que ter a capacidade de debater sem se ofender e acharmos o caminho do meio. Então, em primeiro lugar queria colocar isso.

Segundo, em relação às questões das barragens, já disse isso em outra Comissão, nós não teremos estrutura suficiente para fazer fiscalização de barragem, pelo volume de barragens que nós já temos. Eu acho muito mais próprio que nós obriguemos as mineradoras a terem seguro das barragens, porque quem vai fiscalizar não sou eu, não é o senhor, é a própria seguradora, que não fará seguro se o cidadão não cumprir *ipsis litteris,* porque aí é dinheiro brigando com dinheiro, e não o setor público, às vezes fragilizado, brigando com uma gigante da mineração. Seria muito mais prático. Imagine uma grande seguradora vindo segurar a barragem de Brumadinho. Não vou dizer que não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aconteceria, mas é possível que não acontecesse, porque ele, para garantir o seguro, ia fazer um rosário de obrigações para aquela empresa.

Então, eu não tenho nenhum preconceito contra a iniciativa privada. Eu fiz licenciamento ambiental em convênio com entidades da iniciativa privada. A palavra final é minha, mas quem preparava o processo, exatamente porque eu não tinha gente suficiente para preparar, era gente de fora. Eu fico preocupado porque eu ouvi a sua afirmação sobre Suframa, e só quero desejar e esperar que ela não corresponda a essa lógica de que, se é ONG, obrigatoriamente é nefasta, porque tem gente ruim em tudo que é lugar.

Essas são as duas observações que eu queria fazer.

Eu, por acaso, fui Ministro da Defesa e considero, conheço muito o sistema que V. Exa. visitou, o sistema de controle, e acho que ele é bastante moderno. Pode ser que tenha evoluído, e creio que os militares o usam bem. Se houver algo para evoluir... Mas reconheço que o mapeamento que se faz via satélite, agora que nós já conseguimos lançar um satélite próprio, nosso, brasileiro, feito em convênio com a França... Eu creio que tudo tem que ser aprimorado. Mas, exatamente em relação à Amazônia, a minha pergunta é se o ministério ou o Governo já tem metas em quilômetros quadrados de desmatamento, meta piso de desmatamento que tenha a ver com o Acordo de Paris. Então, eu queria saber se V. Exa. já estabeleceu... Eu sei que faz pouco tempo que chegou. Ou se o próprio Governo tem essa, vamos dizer... Se já tem estabelecido esse limite de desmatamento.

Até na Comissão de Relações Exteriores um colega Senador acho que fez também um convite a V. Exa., pela afirmação que V. Exa. fez de que o aquecimento global é só uma questão teórica. Eu acho que, evidentemente, a natureza por si só tem a sua evolução, é claro que a gente controla muito mais microclima do que o clima em geral, mas a soma de mil microclimas malcuidados seguramente dará impacto. Eu também não sou de abraçar verdades absolutas, porque para mim todas elas, via de regra, embutem alguma mentira, mas, como o senhor levantou esse tema, acho que a Comissão de Relações Exteriores... Não sei se já formulou esse convite, porque ele queria fazer exatamente esse debate sobre esse tema do aquecimento, mas eu queria ouvi-lo também.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado, Senador Jaques Wagner.

Quero deixar registrada aqui a minha satisfação, enquanto Presidente desta Comissão, de tê-lo como Vice-Presidente. E não só V. Exa., mas o Jean Paul, o Alessandro, Senadores que efetivamente estão comprometidos com essa causa tão nobre. Obrigado por suas ponderações.

Passo a palavra ao Ministro para que, em até 5 minutos, responda por gentileza.

O SR. RICARDO SALLES – Senador Jaques Wagner, agradeço muito as suas ponderações, muito equilibradas e muito procedentes sob todos os aspectos em que se manifestou aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tomei a liberdade de anotar cada um dos pontos e vou começar pelo último, mais recente.

A ponderação que eu fiz e que reflete exatamente o que eu penso é que a discussão... Que há aquecimento... Acho que todos temos alguma concordância, como o senhor bem colocou, acerca da existência do aquecimento. As variações climáticas são perceptíveis, seja o regime de chuvas, nível do oceano, enfim, há uma série de critérios que nós poderíamos elencar aqui exaustivamente. A discussão a seguir é: qual é o percentual de contribuição das atividades humanas para esse aquecimento? Quanto disso é decorrente da atividade humana e quanto é consequência natural da dinâmica do planeta, da natureza? Nesse aspecto, como o senhor bem colocou, há verdades absolutas e há questões de bom senso e de equilíbrio de parte a parte.

Como nós nos posicionamos? Foi para dizer o seguinte. O Brasil tem inúmeros desafios, conforme listamos aqui, na agenda de qualidade ambiental urbana, saneamento, qualidade do ar, lixo, enfim, vários. Há vários desafios, muitos ainda incipientes no que diz respeito à resposta pública. Portanto, a discussão acadêmica acerca do modelo de mensuração, do formato de enquadramento do problema e tudo mais, ainda que nós reconheçamos que ela é importante, ela não me parece ser o caso prioritário para um órgão governamental dedicar os seus recursos escassos, seja sob a ótica dos recursos humanos, orçamentários ou técnicos. Ou, em outras palavras, nós reconheceremos e apoiaremos a discussão feita no âmbito da academia, terceiro setor, etc., mas como prioridade do Ministério não está a discussão se a origem é do homem e em que proporção etc., mas, sim, tomar essas medidas a que me referi aqui, da agenda de qualidade ambiental urbana, que acabam sendo, ao fim e ao cabo, também contribuições nossas para essa agenda de combate à mudança climática, não como um fim em si mesmo, mas como atividade meio dessa agenda que nós reputamos mais relevante neste momento, de um país com necessidades e problemas tão tangíveis quanto esses já comentados.

Às vezes são difíceis as colocações via mídia impressa ou... Elas não necessariamente espelham o espírito daquilo que se quer dizer. Então, é muito importante a sua colocação nesse sentido, porque me dá a oportunidade de dizer isso de maneira bem direta. A sua análise foi muito ponderada, sob todos os aspectos. Volto àquilo que V. Exa. colocou bem na sequência.

De fato, a análise nossa do licenciamento é uma análise de impacto. O licenciamento é um instrumento através do qual os órgãos ambientais mensuram o resultado para a sociedade nas mais diversas frentes – geração de empregos, desenvolvimento etc. etc. – e também os riscos inerentes, medidas mitigatórias ou compensatórias. Então, o licenciamento precisa estar bem enquadrado, ele precisa estar bem calibrado para ele dar a melhor resposta para o desafio mais evidente, o desafio que está posto ali para nós. Então, o que o senhor fez no Estado da Bahia serve de inspiração para nós do ponto de vista da objetividade.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RICARDO SALLES – Com relação às ONGs, para ficar aqui no segundo tema, nós também entendemos isto: há bons projetos e boas ideias que acabam sendo obscurecidos, ou, em alguns casos, até relativizados por alguns projetos e algumas prestações de conta ou metas ou ideias que não são explicitadas, quer seja por incapacidade ou desiderato próprio. Então, o que nós estamos tentando fazer com esse esforço? Fazer justamente esta distinção: aquilo que, pelo mérito, pelo objetivo, enfim, pelas diversas características, merece apoio e continuidade e aquilo que merece algum reparo, no todo ou em parte.

Por fim, Sr. Presidente, só concluindo, com relação à segurança das barragens.

Acho que a ideia do seguro é perfeita. É uma ideia supercorreta que dá uma resposta realista para um problema que está posto. Nós estamos falando, no caso de barragens de mineração, de mais de setecentas Brasil afora. De maneira geral, são milhares, se nós congregarmos as de uso múltiplo, energia elétrica e mineração e, de fato, não há, com o senhor bem colocou, força regulatória que consiga se equiparar a esse volume gerado pelo setor produtivo. O setor de seguros, por outro lado, como bem posto, tem, sim, interesse em fazer uma boa auditoria, uma boa fiscalização, porque ele próprio vai mensurar prêmio, ele próprio via mensurar risco, ele vai mensurar o custo do seguro. E, se nós fizermos a exigência – essa é uma excelente ideia – do seguro como regra, ele se encarregará de normatizar um problema de disparidade de informações muito evidente.

Sr. Presidente.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. *Fora do microfone*.) – E sobre a questão do desmatamento da Amazônia?

O SR. RICARDO SALLES – Ah, me desculpe. Eu anotei aqui, mas não grifei.

Quanto ao desmatamento, o que nós temos feito? A primeira medida foi tornar a divulgação dos dados do Deter, que é um dos sistemas de monitoramento, de divulgação mensal. Em vez de aguardarmos o período de divulgação anual para só então entabular esses raciocínios estratégicos, nós decidimos... O Ibama tem feito, a cada primeira semana do mês – já foi feito o segundo, agora será o terceiro –, a divulgação dos dados de desmatamento.

O que nós pretendemos fazer? Reduzir o desmatamento. O Brasil tem uma curva hoje – isso foi objeto de discussão – ascendente de 2012 para cá e, no final de 2016 e 2017, 2018 e 2019, como tudo indica, já há um crescimento vindo lá de trás. Então, é uma área muito sensível. De fato, as mudanças de curso não surtem resultado imediato. Então, o que nós temos feito é criar esse arcabouço de medidas, de monitoramento e de fiscalização para a redução. Quanto nós vamos conseguir reduzir? Ainda não conseguimos saber, porque, de fato, essas medidas que nós estamos delineando e que precisarão ser feitas em parceria com os Estados... Nessa região da Amazônia, sobretudo, são áreas muito grandes. A realidade local, os governos estaduais sabem bem. As dificuldades das diversas cadeias produtivas – agroflorestal, setor agro, a parte de mineração e tudo mais – têm peculiaridades

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

próprias. Então, seria prematuro neste momento dar um percentual propriamente dito, mas há necessidade de – o senhor bem ressaltou –, no mínimo, conter essa evolução do gráfico e, no mais curto espaço de tempo, inverter a curva. Isso é fundamental.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Sr. Senador Jaques Wagner, V. Exa. deseja contraditar algo mais?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Só isso.

Todos os que desejarem participar deste evento poderão fazê-lo através do portal e-Cidadania, no *site* www.senado.leg.br/ecidadania, ou por meio do telefone 0800-612211.

Nesse sentido, Ministro, tomo a liberdade de prestigiar os questionamentos aqui chegados.

O primeiro deles é de Antonio Vieira, do Acre, que questiona: "Quando o Ministério do Meio Ambiente aprovará o Plano Nacional de Gestão de Resíduos Sólidos, previsto na Lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos?"

Também do Acre, Pablo Saldo: "Quem cuidará de Produção e Consumo Sustentáveis no Ministério do Meio Ambiente? Antes havia um departamento específico, hoje sequer é citado nas atuais competências."

Parabenizo o Acre pela participação.

Por fim, do Distrito Federal, Clarissa Barros, que pergunta: "Qual é o objetivo do governo com a suspensão das parcerias com ONGs?"

O SR. RICARDO SALLES – Com relação ao Plano Nacional de Resíduos Sólidos, que é uma lei federal já em vigor há bastante tempo, o que nós verificamos, Sr. Presidente, Srs. Senadores, é que há uma distância muito grande entre aquilo que foi delineado como objetivo, como metas – e aí nós temos os acordos setoriais, as políticas regionais de reciclagem, de logística reversa... Há um problema de regionalização muito grande. As realidades nos grandes centros urbanos e em algumas regiões do País são muito díspares, e a solução, portanto, não pode ser a mesma. Diversos...

Nós teremos na semana que vem a Marcha dos Prefeitos, os prefeitos com problemas sérios de responder às obrigações decorrentes da Política de Resíduos. De outro lado, os diversos setores produtivos com os respectivos acordos setoriais, com as obrigações, com as metas e com os prazos, premidos por uma situação factual que não se coaduna necessariamente com a legislação que foi posta. Em outras palavras, nos parece um caso típico em que há um distanciamento entre o mundo ideal e o real, e nós precisamos aproximar esses dois polos, essas duas questões, com muito bom senso, reconhecendo quais são as limitações do setor público, do setor privado e do terceiro setor

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para que possam alcançar resultados concretos, em vez de traçar algumas metas que, nós sabemos, são de muito difícil atingimento por parte desses diversos setores. Onde acaba ficando o peso desse distanciamento, desse hiato entre o real e o ideal? Acaba ficando sobre os prefeitos, extremamente onerados, sobre os governos estaduais, também com problemas graves de gestão dos seus resíduos, e sobre os setores produtivos, que incutem um risco e um custo que acaba se refletindo diretamente na sua capacidade de investimento, de contratação e, portanto, de aprofundamento – ao não contratar, ao não investir, ao não fazer – de problemas sociais, de meio ambiente e de outras naturezas.

Então, esse assunto do resíduo acaba sendo um assunto extremamente complexo, cujo resultado, decorrente de uma ação desequilibrada ou desconectada da realidade, gera efeitos nocivos em várias cadeias, em vários segmentos, públicos e privados.

Então, a resposta não é uma resposta simples, mas é uma resposta de adequação permanente entre o que acontece do ponto de vista legislativo, normativo, e no campo real das prefeituras, governos estaduais e setores produtivos.

Com relação ao consumo sustentável, nós entendemos que esse é um trabalho de todo o Ministério. Ao contrário de se criar um órgão específico para cuidar do tema de consumo sustentável e essa parte de educação ambiental e tudo mais, nós temos uma visão de transversalidade. Este é um tema de tanta importância que ele permeia todas as secretarias, todos os órgãos, todas as iniciativas, e deve ser assim, na nossa visão, porque o não contemplar esses princípios em qualquer um dos segmentos que se colocam vai gerar lá na ponta uma distorção que não será simplesmente um órgão encarregado desse ponto que vai resolver. A exemplo do que falávamos das políticas ministeriais nas outras pastas, ele tem que estar inoculado na formulação e no desenho de cada um dos projetos e pontos a serem desenvolvidos.

Por fim, a terceira, que é aqui do Distrito Federal, com relação à suspensão de parcerias.

Não houve suspensão linear. O que houve foi um sobrestamento das novas eventuais parcerias para que nós pudéssemos olhar com cuidado – aliás, da forma como bem posta pelo Senador Jaques Wagner –, distinguindo, portanto, aquilo que está bem posto, bem desenhado e deve continuar na forma em que está e aquilo que merece reparo total ou parcialmente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Muito obrigado, Ministro.

Concedo a palavra ao Senador Alessandro Vieira para suas considerações e questionamentos por até 5 minutos.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. Para interpelar Ministro.) – Boa tarde, Sr. Presidente, Sr. Ministro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Já antecipo minhas escusas, mas é que esta Casa recebe simultaneamente três Ministros de Estado concentrados neste mesmo corredor – deve ser algum recorde! Merece elogio o Governo por disponibilizar seus principais assessores para prestar esclarecimentos.

Objetivamente, Sr. Ministro Ricardo Salles, vou apresentar alguns dados e pedir os esclarecimentos que eu venho recebendo de colegas aqui – peço licença para fazer a leitura.

Uma das coisas mais inoportunas e inadequadas que se pode ter é tentar substituir uma ideologia radical por outra ideologia igualmente radical, só que em sentido contrário. Essa é a melhor forma para você não resolver nada, só para aprofundar problemas.

Nós temos problemas severos, Sr. Ministro, no tocante à fiscalização de segurança ambiental. O senhor fez a destituição de 21 dos 27 gestores estaduais do Ibama, inclusive do gestor de Minas Gerais que denunciou o risco do desastre de Brumadinho e não foi adequadamente ouvido.

Este Governo, Sr. Ministro, liberou, nos últimos três meses, 54 novos agrotóxicos, uma média de 3 a cada 2 dias. Setenta por cento desses insumos... Eles são essenciais, o uso do defensivo agrícola é essencial para o agronegócio, ninguém discute isso.

O Brasil chegou à posição de celeiro do mundo com a legislação que tínhamos e com aqueles produtos que usávamos. Liberamos agora esses 54 novos agrotóxicos, 21 deles denominados pela própria Anvisa como "altamente tóxicos". Setenta por cento deles têm proibição em outros países do mundo.

Cito alguns exemplos: Hexazinona, vetado na Europa desde 2002; Sulfoxaflor, proibido nos Estados Unidos. E ressalto que, aqui no Brasil, a reavaliação dessa liberação, ordinariamente falando, só é feita daqui a 15 anos. Então, ficamos 15 anos dependendo e sofrendo com o consumo inadequado de produtos.

Nós temos uma situação, pelo menos indicativo, de aumento de desmatamento – o senhor reconheceu essa curva de crescimento – e gostaríamos de entender qual seria a política de forma um pouco mais efetiva para que a gente tenha a redução do desmatamento no Brasil.

E, mais precisamente, queremos entender qual é a sua visão com relação – peguei a sua fala e também, tangencialmente, a fala em explicação e em resposta ao Senador Jaques Wagner – à questão do aquecimento global, para que fique de forma mais clara qual será a postura do Governo considerando a postura internacionalmente estabelecida sobre o tema.

Obrigado, Sr. Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado, Senador Alessandro Vieira.

Ministro, sua resposta em até 5 minutos, por gentileza.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RICARDO SALLES – Senador, obrigado pelas colocações, todas muito relevantes. Vou começar obedecendo a sequência em que o senhor as colocou.

Com relação às superintendências do Ibama, o que nós tomamos foi uma decisão linear, até para que administrássemos o mesmo princípio para todos os casos, que era a substituição – e isso está sendo feito –, em alguns casos até pode haver a recondução, se assim se mostrar adequado. Assim foi feito para que nós tenhamos a exata medida de quem são os nossos representantes de meio ambiente em cada um dos Estados, todos eles. Novos a serem colocados ou reconduzidos estão sendo já entrevistados, verificadas as suas questões técnicas, para que possam, assim, ocupar essas posições.

Nesse sentido, até cabe uma questão importantíssima, que é a parceria do Poder Executivo com o Legislativo. Quem conhece a realidade dos Estados são os senhores, representantes do Legislativo. Eu, como cidadão de São Paulo, posso falar com bastante pertinência, bastante consistência, do meu Estado, o Estado de São Paulo, mas não posso falar igualmente dos Estados de cada um dos senhores. Então, é muito positivo poder receber essas colaborações, essas indicações, porque sabem, sim, muito melhor do que o Poder Central... Aliás, esse é um problema do nosso sistema federativo, que centraliza no Poder Central, no Executivo, muitas das decisões que seriam mais bem tomadas de forma descentralizada nos Estados e nos Municípios. Portanto, a ideia de fazer isso era também para prestigiar esse modelo federativo e, portanto, a atuação dos senhores representantes do Poder Legislativo em cada um dos respectivos Estados.

Com relação aos agrotóxicos, eu compartilho da preocupação. Acho que, realmente, nós vivemos um problema sério no Brasil, mas, talvez, enquadrar a origem do problema seja também igualmente importante. Por que nós temos, de maneira geral... Claro que esse raciocínio sempre incute algum erro, porque está, como bem colocou o Senador Jaques Wagner, generalizando um pouco o raciocínio, mas ele serve para o fim da nossa colaboração, que é um sistema regulatório, um órgão regulador e um procedimento de análise e aprovação absolutamente anacrônico e que tarda a sua análise, dá respostas, sejam positivas ou negativas, de forma intempestiva, seja para aprovação ou reprovação. E é esse sistema – a questão é sistêmica – que gera, justamente, esses riscos à sociedade, porque demora tanto para analisar e aprovar ou até, eventualmente, rechaçar alguma coisa que, quando o faz, faz de maneira tardia, e a resposta tardia é, no mais das vezes, inadequada. Então, me parece que o processo de aprovação, em que pese não ser matéria do Ministério do Meio Ambiente – há apenas uma coparticipação do ministério nessa etapa que culmina com o registro lá na Anvisa, do Ministério da Saúde –, é uma matéria para olharmos principalmente o procedimento de registro, aprovação e análise para, com isso, dar maior efetividade.

Como relação à redução do desmatamento.

É isto o que temos feito, atacar neste binômio, origem do desmatamento, um problema que muitas vezes está em incentivos ou desincentivos para a prática, incentivos de produção, exploração de agroflorestal, a parte de manejo, toda a parte de incentivos, pagamento por serviços ambientais, o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

reconhecimento e, aí, um apoio necessário, extremamente importante, do Governo Federal para os estaduais na consecução do objetivo almejado pelo Código Florestal no tocante ao Cadastro Ambiental Rural, o CAR. Então, nós precisamos colocar todas as propriedades no CAR e, ato contínuo, fazer a aplicação do PRA, o Programa de Regularização Ambiental, que é de competência estadual. Não fazer a aplicação do PRA, eu entendo que é um desserviço em ambos os lados, quer seja para a agricultura, porque traz insegurança jurídica e, portanto, fragiliza todos os dispositivos, inclusive esses de manutenção, e também, sobretudo, para o meio ambiente, porque diversas das medidas de recomposição florestal que fariam cair o índice de desmatamento, porque seriam áreas em recomposição, estão sendo tolhidas. Nós temos um subaproveitamento dessa recomposição florestal porque o PRA não está validado. Então, não se dá a segurança jurídica para que o proprietário faça a recomposição. Então, este é um trabalho também importante com relação aos índices de desmatamento, para além da fiscalização e do monitoramento explicitados aqui, que impõem uma tecnologia e uma dedicação maiores.

Por fim, reafirmar aqui a nossa posição em relação ao aquecimento global. A discussão teórica, acadêmica, metodológica etc. do aquecimento continua sendo feita no âmbito da academia, pelo Ministério de Ciência e Tecnologia, enfim, pelos órgãos que têm capacidade e habilitação para tanto, e nós, com relação ao meio ambiente, vamos cuidando da agenda de qualidade ambiental urbana, que tem tudo a ver com isso.

Mas, especificamente quanto à parte de aquecimento global, há um aspecto importante – aquecimento/Acordo de Paris. Quando da negociação do Acordo do Clima, os países desenvolvidos colocaram à disposição dos países em desenvolvimento, grupo no qual nós estamos inseridos, um montante de US$100 bilhões, basicamente num raciocínio simplista de que, "para que vocês façam a preservação e o cuidado do meio ambiente, os países desenvolvidos pagarão por isso". Estou simplificando, não é tão simples assim, mas... E, desses US$100 bilhões, apenas US$1 bilhão foi disponibilizado ao Brasil. Nós estamos falando do país que mais preserva, que tem a maior capacidade de atuação, que tem feito um excelente trabalho e cuja compensação financeira decorrente daquilo que já tem feito e já tem demonstrado não tem ocorrido.

Então, este também é um esforço nosso: trazer recursos para que o País possa efetivamente remunerar, compensar e monetizar todos aqueles, em diversos setores, que têm feito esse esforço.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – O Senador Alessandro Vieira deseja contraditar?

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Sim. Quero apenas... (*Fora do microfone.*)

Desculpe-me, Presidente! Apenas quero consignar para dar mais clareza: então, as exonerações se deram para que pudesse haver um espaço de composição política por indicação, especificamente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

pelos Estados, o que não necessariamente é negativo, mas sempre embute um risco, normalmente pela falta de qualificação dos indicados. Espero que não aconteça isso.

Com relação à autorização, que nos parece e a qualquer pessoa meridianamente racional acelerada, de 54 defensivos agrícolas num lapso de três meses, eu sou obrigado a me reportar à imagem que o Senador Jaques Wagner utilizou: você está jogando fora a criança, a água suja, a bacia, tudo junto de uma vez só. Não há o menor sentido em justificar, pelo retardo no passado, uma aceleração indevida e inoportuna.

Aproveito este espaço para abordar outro questionamento, muito pequeno, que nos chegou agora, Presidente Fabiano: a notícia do possível cancelamento do programa federal de conversão de multas ambientais, com a anulação do edital de investimento de cerca de R$1,5 bilhão em recuperação ambiental e em ações de adaptação a mudanças climáticas nas bacias...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – ... do Rio São Francisco e do Rio Parnaíba, no Nordeste, e do Rio Taquari, no Pantanal. Eu gostaria de obter um pouquinho mais de informação com relação a esse tema, Sr. Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Ministro, sua tréplica também pode ser feita em dois minutos. Por gentileza, vamos obedecer ao prazo.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Presidente, permita-me só completar essa última pergunta do Senador, do colega de Sergipe, fazendo uma pequena brincadeira construtiva. São Paulo, evidentemente, é locomotiva, é o maior Estado e, por isso, é seguramente o local onde mais se aplicam multas dessa natureza. Não sei se foi o coração paulista do Ministro que não zerou a aplicação... (*Risos.*)

É normal! Todos nós... Eu, seguramente, sempre puxarei mais para a Bahia e, por isso, eu a estou aqui defendendo com o colega de Sergipe.

Qual é o problema? O dispositivo de conversão indireta não obriga que esteja... Sei que V. Exa. vai responder que não está dito que está proibido, que está dito "prioritariamente", mas, no caso, o termo "prioritariamente" recai sobre o Estado de origem de V. Exa., que tem um peso político muito grande. Eu queria ponderar que sei que V. Exa. enviou à Casa Civil essa mudança. Repare: o colega reportou que nós temos alguns projetos já aprovados nos Rios São Francisco e Parnaíba. Se essa mudança for autoaplicável imediatamente, praticamente esses projetos, já pré-aprovados pelo MMA e pelo Ibama, ficarão sem lastro financeiro. Como esse dinheiro não é público e, então, não cai sobre as restrições impostas pelo ajuste fiscal, eu queria fazer uma observação, até porque sou nascido no Rio, mas vivo na Bahia. Quero fazer esta observação: São Paulo já é forte demais e deveria deixar que o pagamento indireto pudesse sair para os Estados que são muito mais carentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu lhe peço, como V. Exa. não é mais o Secretário de Meio Ambiente de São Paulo, mas sim é o Ministro de Meio Ambiente do Brasil inteiro, para fazer essa ponderação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Com a palavra o Ministro, por dois minutos.

O SR. RICARDO SALLES – Primeiro, com relação à questão da nomeação, do critério político, acho que não expliquei bem.

Não foi para critério político, foi justamente o contrário, para nós termos a certeza de que, tecnicamente, todos aqueles que ocupam as superintendências preenchem o requisito. A indicação para que venham pessoas qualificadas é que pode vir muito bem do setor político, porque não há preconceito nenhum, antes pelo contrário.

Com relação aos temas demais colocados, sobre esse aspecto da aceleração eu pouco posso dizer, porque, como eu disse, não é da seara do nosso Ministério senão ponderar, na minha opinião, por um equívoco do modelo.

E, na parte que conheci das perguntas dos Srs. Senadores, que é a conversão de multa, não é São Paulo o maior gerador de multa, é o Rio de Janeiro. E o Rio de Janeiro, por força das atividades da Petrobras e de outras companhias relacionadas a petróleo e gás, justamente para evitar que houvesse um excesso de concentração das eventuais conversões de multa no Estado do Rio de Janeiro ou em qualquer outro, como São Paulo – o senhor citou bem; foi um bom exemplo –, nós colocamos o termo "prioritariamente", mas não só isso. Por que o termo "prioritariamente"? Porque o Estado, seja ele qual for, em que há multa gerada se sente legitimado a dizer: "Olha, eu onerei o meu setor produtivo, mas estou recebendo aqui." Os Estados onde, provavelmente, há a maior concentração, no Sudeste, serão aqueles que não usarão toda a conversão de multa, provavelmente, por causa dos projetos que já existem em outros Estados, esses das bacias especificamente.

Há um equívoco na informação que foi divulgada na imprensa, o de que esses projetos estariam aprovados – não o estão – e o de que as conversões já estariam feitas, ou seja, a adesão daqueles devedores de multa que já teriam se comprometido, o que também não é verdade. Então, há aí uma confusão de informações que acabaram sendo divulgadas como se houvesse já não só a aprovação do projeto, como também a vinculação do recurso. Não há nem uma coisa nem outra, não havia.

O que nós estamos procurando fazer com esse projeto é simplesmente mudar a dinâmica: em vez de ser um projeto por adesão, ele é um projeto direcionado. Inclusive, na exposição de motivos que nós estamos organizando para essa versão final, que não está pronta – aliás, essa contribuição é importante –, a ideia é haver, já na exposição de motivos, a indicação das prioridades para esses casos em que já há uma previsão e, mais do que isso, utilizar os projetos que foram elaborados, mesmo aqueles que não foram contemplados, como uma espécie de manifestação pública de interesse em que se acolhem as ideias ali colocadas e em que, portanto, se faz uma melhor modulação dessas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ideias, conjugadas entre si. Às vezes, há boas ideias dispersas em cada um dos projetos. Recolhe-se o que há de melhor em cada um deles, e aí se faz a delimitação a partir da conversão dessa multa.

Então, eu os tranquilizaria com relação à destinação, não pelo projeto especificamente, que não está aprovado, a *contrario sensu*, mas pela prevalência da importância de cada uma dessas pautas, não só desses, mas também do Taquari. Enfim, há projetos que são de conhecida importância, e nós vamos mantê-los.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado, Ministro.

Para interpelar o Ministro, convido o Senador Jean Paul Prates, para fazer as suas considerações, por gentileza, por cinco minutos.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para interpelar Ministro.) – Ministro Ricardo, Presidente Contarato, obrigado.

Ministro, tenho duas perguntas bem objetivas a fazer, mas, antes, sou obrigado – desculpe-me – a fazer uma pergunta de caráter quase pessoal, porém público, porque V. Exa. foi candidato com uma plataforma, com um panfleto que eu até trouxe aqui e que causa espécie a muita gente. O senhor tinha o número ".30-06". Neste panfleto, dizia-se: "Bala no MST e na esquerda".

Por que estou levantando isso aqui? Nós, certamente, Ministro, teremos vários encontros aqui. Esta Comissão é muito animada, muito objetiva e muito bem conduzida pelo Presidente e pelo Vice-Presidente.

E, aqui, nós estamos criando um ambiente muito afável e muito bom para se discutir e se construir governo. O Ministro Moro esteve, hoje, pela manhã, aqui conosco. O Ministro Paulo Guedes já esteve aqui várias vezes – foram duas vezes, parece-me. Outros Ministros têm aqui estado. E a gente quer que você venha aqui muitas vezes discutir várias questões que serão demandas.

Eu acho que a construção do Governo, de quem quer que seja, de qualquer partido, de qualquer grupo de partidos, faz-se conosco também aqui, discutindo com o Legislativo. O Legislativo constrói ao conceber leis, ao conceber regras, normas, e ao propor isso para o ambiente de leis do Brasil. Nós estudamos os setores, nós nos debruçamos sobre estatísticas, sobre entidades. Nós recebemos outras entidades. Hoje recebemos também o BNB, o Dnocs, discutimos o papel deles. E, a cada renovação de mandatos e de governos, há uma oportunidade de repensar essas instituições, essas entidades.

Há também a oportunidade, para quem assume o Ministério, mesmo eleito ou não eleito com uma plataforma que considero um pouco exagerada... Não sei se o marqueteiro errou na mão aqui ou se o seu discurso é este mesmo. Mas eu queria, primeiro, perguntar se o conceito de lidar com os movimentos sociais rurais e com a esquerda é este mesmo, o da bala. Eu me considero da esquerda, como também muitos outros nossos aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí faço um pedido também. É claro que isso tudo numa eleição é uma coisa, mas espero que a gente possa lhe ajudar a conhecer melhor alguns desses movimentos rurais, para que não tenha essa visão por vezes preconceituosa que alguns trazem. Inclusive, eu mesmo, antes de ir ao Rio Grande do Norte, como já confessei várias vezes aqui – sou nascido também no Rio de Janeiro, sou botafoguense de nascimento –, não conhecia o MST. Eu não conhecia os movimentos rurais do Brasil antes de ter a honra de ser Secretário de Energia da Governadora Wilma no Rio Grande do Norte e de abrir caminho para os parques eólicos, que hoje fazem do meu Estado líder nacional, ladeado pela Bahia, em energia eólica. Então, eu me converti de petroleiro a energia renovável, muito disso também graças à militância ambiental etc. Eu também me considerava um militante Zona Sul de Rio de Janeiro. Eu fui conhecer esses movimentos.

Eu queria presenciar, inclusive, testemunhar o dia em que V. Exa. recebesse as lideranças do MST, para conhecer, de fato, o que é o MST, por que ele tem essa configuração, o histórico de lutas do MST, os personagens que estão ligados a ele, de outros movimentos rurais importantes e de movimentos sociais que interagem todos os dias com as grandes obras do Brasil, com pequenos trabalhos, como a pesca artesanal, como a agricultura familiar, que é uma realidade que, infelizmente, muitos de nós acabam não vivendo.

Então, peço um esclarecimento rápido sobre isso. Até por conta de a gente ter esta convivência no futuro, é preciso esclarecer isso. "Não, isto aqui realmente passou do ponto."

E nós vamos ter muita coisa para tratar. No meu Estado, por exemplo, temos óleo e gás *offshore*...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... licenciamento federal. Teremos a honra de ser o primeiro Estado a ter eólica *offshore*, com licenciamento federal também.

Sou relator de um projeto nacional importante, que é o das ferrovias, o do novo marco regulatório das ferrovias, em que há muito licenciamento federal.

Faço duas perguntas objetivas. A primeira é referente à sua posição em relação ao Fundo da Amazônia ou Fundo Amazônia. V. Exa. declarou algumas coisas sobre isso logo no início. Eu queria saber se mantém mais ou menos essa posição. Houve agora uma tratativa nos Estados Unidos com a intenção de constituir um fundo para a Amazônia de US$100 milhões, e o Fundo Amazônia já tem recebido R$3,5 bilhões, ou seja, R$3,5 bilhões já estão lá!

Então, qual é a visão que se tem disso? Sabe-se que R$1 bilhão já foi desembolsado. Evidentemente, isso envolve entidades do terceiro setor. Faço coro com o Senador Jaques Wagner sobre qual é o seu entendimento sobre o relacionamento com o terceiro setor, sem jogar a criança com a água na bacia fora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outra pergunta é incidental, operacional mesmo. Quero pedir-lhe apoio, em função da preocupação que V. Exa. expressou em relação aos processos deficientes de licenciamento. Nós estamos vivendo agora uma situação bastante crítica em relação ao Iphan. Eu sei que não é da sua pasta, mas, como esses licenciamentos andam juntos com o licenciamento socioambiental para grandes obras... Os parques eólicos, agora, estão correndo para o leilão, para justamente concorrer no leilão federal de energia. Outras grandes obras estão ligadas a isso, como a linha de transmissão Xingu-Rio, do Rio Xingu; a Manaus-Boa Vista; a Ferrovia Centro-Oeste, na integração do Centro-Oeste. Enfim, várias obras como essas estão dependendo de atuação do Iphan imediatamente, neste momento. E o que está acontecendo lá é que os contratos temporários estão terminando, terminam hoje, ou de ontem para hoje. Cento e trinta e uma pessoas – parece pouco, mas é o que o Iphan tem – vão sair, vão deixar de trabalhar, não vão dar cobertura de contrato. Houve um concurso, e esse pessoal não foi chamado ainda. Para chamá-los, levam-se 60 dias, porque fazem exame de saúde etc., aquela coisa toda. Durante 60 dias, no Iphan do Rio Grande do Norte, por exemplo, em que há cinco pessoas, o número vai cair para uma pessoa, e o pessoal está correndo lá para preparar os projetos para o leilão federal.

Então, é um problemaço fácil de resolver, porque é uma MP da Casa Civil. Aí sim, tem que se resolver entre Casa Civil e o Ministro da Economia. E aí outros Ministérios, como, por exemplo, o seu, poderiam também se somar a esse coro – isso é para ser feito agora, hoje à noite, de hoje para amanhã! –, para que o Iphan consiga trabalhar pelos próximos 60 ou 90 dias, até que os concursados assumam o seu lugar.

Era isso. Eram os três pontos que eu queria levantar.

Obrigado pela presença.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado, Senador Jean Paul.

Com a palavra o Ministro, para fazer as suas considerações.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – Presidente, há só uma questão: parece-me que o último inscrito... Eu estava em outra Comissão com o Juiz Sergio Moro. Ele estava respondendo, e eu fiz perguntas e não tinha como sair. Parece-me que o último inscrito sou eu, que era o primeiro. Não valeria a pena me colocar para fazer a pergunta, e o Ministro já responderia tudo?

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Não, não! Por gentileza...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – Há outro bloco?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Não. Estamos fazendo sem bloco aqui.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – Um a um?

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Sim, um a um.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – Desculpe-me!

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Com a palavra o Ministro para fazer suas considerações, por cinco minutos.

O SR. RICARDO SALLES – Sr. Senador, primeiro, quero agradecer as suas colocações e dizer, como foi bem dito no meio das suas ponderações, que campanha é campanha e que Executivo é outra coisa. Felizmente, esse espírito que nos une aqui hoje, o de trabalhar pelo Brasil, foi muito bem descrito nas suas palavras. Estamos aqui alinhados, há contribuições de parte a parte.

Outro dia, até para lhe demonstrar na prática o que estou lhe dizendo, recebi o Governador Dino, do Maranhão. Fizemos uma reunião excelente, até para tratar, por exemplo, do caso dos Lençóis, que é um problema que acaba parecendo um pouco com esse problema do Iphan. Criou-se uma parte procedimental bastante complicada, com uma série de requisitos, e o arcabouço de regras ou da parte de funcionários não acompanhou o problema.

O Iphan... O senhor tratou aqui da ferrovia, da FCO, do licenciamento *offshore* e de tudo que passará pelo desenvolvimento do Estado. No que tange ao Iphan, certamente, encontraremos alguma dificuldade, porque, de fato, ele não está aparelhado, equipado para desempenhar a função que lhe foi atribuída nesse modelo.

Isso nos remete, portanto, à primeira constatação, de que é preciso fazer uma reanálise disso tudo – nesse caso, eu estou entendendo que é uma questão premente, para já, e já é um caso específico, mas, conceitualmente, para tudo – e também das funções que foram atribuídas a cada um desses órgãos opinativos ao longo dos processos de licenciamento. Talvez se deva olhar isso com muito cuidado para que não seja um óbice indevido, porque, quando a questão é necessária e fundamental, ela deve acontecer, mas às vezes ela tem algum grau de sobreposição ou repetição de tarefas, e isso coloca uma morosidade desnecessária ao processo.

Com relação ao Fundo Amazônia, são 104 contratos que foram celebrados no âmbito do Fundo Amazônia ao longo desses dez anos, e nós fomos analisar *in loco*. Até para facilitar o trabalho, o levantamento de informações, dividimos essa análise em quatro partes: no primeiro, 25%; enfim, um quarto em cada etapa. Da primeira etapa já concluímos a análise; da segunda etapa, recebemos agora na segunda-feira os contratos oriundos do Fundo Amazônia. E o que nós já pudemos constatar ali? Pelo menos nessa primeira fase, o que é até compreensível – foi quando o fundo começou a operar,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

havia ali um desconhecimento etc. –, ela tem um grau de fragilidade enorme, seja nos objetivos traçados nos projetos apresentados, seja na execução desses projetos, tanto do desembolso de recursos quanto da consecução objetiva, ou seja, o cumprimento daquela proposta que lá está, e uma fragilidade muito grande dos instrumentos de controle e mensuração de resultado – muito grande, uma fragilidade muito grande.

O que isso nos indica, pelo menos *a priori*? Que é um caso de melhora da governança, de melhorar a governança intrínseca do modelo do Fundo Amazônia, governança essa que começa com a análise do objetivo do projeto, ou seja, ter um delineamento dos objetivos feito de maneira mais clara, objetiva, tangível; uma execução acompanhada de forma mais precisa, no passo a passo; e, depois, uma mensuração de resultados mais clara. Se nós tivermos esses três componentes presentes, o instrumento do Fundo Amazônia é um grande instrumento de desenvolvimento. Se nós não tivermos esses três instrumentos presentes, aquilo se torna uma dispersão de recursos com pouca efetividade de resultado para a sociedade.

Há um argumento que vira e mexe é colocado com relação ao Fundo Amazônia, em questões de imprensa ou em fóruns, como se aquele recurso não pertencesse ao Brasil: "Ah, mas isso é doação estrangeira".

(*Soa a campainha.*)

O SR. RICARDO SALLES – Não é necessariamente verdade, porque ele é recebido pelo BNDES em razão da redução do desmatamento, que é do Brasil. Portanto, a legitimidade para a captação do recurso, efetivada através do instrumental do BNDES, é do Governo brasileiro. Ela não é uma doação sem paternidade; ela tem uma destinação própria, que é o Governo. Então, nós estamos falando de uma doação para o Governo, administrada por um banco do Governo, que é o BNDES, cujas métricas e objetivos têm que ser, de alguma forma, pautados no interesse brasileiro através até de uma cooperação – pode ser mais estrita, inclusive – do Governo em nível federal e dos estaduais que também participam do Fundo Amazônia.

Então, esse aprimoramento de governança é de fundamental importância.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Senador Jean Paul Prates, deseja contraditar?

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Não; agradecer os esclarecimentos, especialmente sobre a questão da origem do dinheiro, com a qual eu concordo. Realmente, o dinheiro é brasileiro, o dinheiro é do Governo, e o Governo tem que controlar. Apenas para ratificar o agradecimento aqui. Obrigado, Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Convido o Senador Marcio Bittar para interpelar o Ministro, por cinco minutos.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC. Para interpelar Ministro.) – Quero cumprimentar o Ministro – é um prazer vê-lo aqui nesta Comissão –; o Presidente da Comissão – perdoe-me aí o atraso e muito obrigado por me conceder a palavra –; e os colegas todos.

Ministro, quero parabenizá-lo, porque é preciso ter coragem para falar aquilo que não está convencionado como politicamente correto, principalmente nessa questão do meio ambiente. Eu o parabenizo porque, de fato, os maiores problemas ambientais que o Brasil tem não estão na Amazônia – não estão mesmo – e, quando estão na Amazônia, não são na área rural. O maior problema ambiental que o Acre tem é o Igarapé São Francisco, que corta a cidade ao meio e é um esgoto a céu aberto. E ele se constituiu em um esgoto a céu aberto nos últimos 20 anos. O maior problema ambiental que o Acre tem, disparado, é o Rio Acre, que alaga ciclicamente, dando prejuízo de 200 milhões, e nada foi feito até hoje em todas as gestões. Vamos para o Amazonas: o maior problema ambiental que tem o Amazonas é Manaus, que tinha um monte de igarapés que cortavam aquela cidade e que se tornaram esgoto a céu aberto. Vamos para São Paulo, onde há o Tietê. Então, o maior problema ambiental de poluição no Brasil está nos grandes centros, não na área rural.

O que me chama a atenção, ao longo desses 30 anos de convivência com esses assuntos, é que eu vejo muitos amigos, conhecidos, muito bem intencionados, acusando que isso estaria acabando com a Amazônia, cheios de boas intenções, mas, no fim das contas, acabam, querendo ou não, conscientemente ou não, se perfilando ao lado de interesses econômicos estrangeiros. Quando se cria uma série de mecanismos quase que proibitivos para a Amazônia e para o Centro-Oeste brasileiro para a produção de comida, a Europa agradece, o agronegócio europeu bate palmas e financia. E o agronegócio norte-americano, tão visto por alguns como se fosse o demônio, o mal; o agronegócio norte-americano aplaude.

O problema na Amazônia, Ministro, é que tudo que se quer fazer não pode. Você vai fazer uma estrada, tirando do isolamento um Município onde o litro da gasolina custa três vezes mais caro do que aqui, o remédio... Imagine o que é morar em quatro Municípios do meu Estado, ou em outros da Amazônia, aonde você tem acesso, em uma época do ano, pelo rio e, em outra época, só de avião. Imagine quando custa a mercadoria lá. Aí você quer fazer uma estrada, que é um direito das pessoas, de ir e vir, e facilitar a produção, levar a educação... Como é que você leva a educação a uma área isolada? Como é que você leva o professor, a professora? Na saúde, a mesma coisa. E aí se criou uma série de restrições. Tudo é difícil, tudo esbarra na burocracia do Governo. E, na verdade, o que se levou para a Amazônia foi miséria. Na eleição passada, o jornalista me perguntava... Eu propunha, na minha cartilha, trabalhar pela ligação dos últimos quatro Municípios, que são absolutamente isolados via terrestre no Acre. O jornalista me perguntou se isso não trazia um problema ambiental. Eu digo: não; o problema que se traz até agora é fome, é desemprego. Esse é o saldo concreto do que aconteceu com essa política tão forte de proibição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu me lembro – meu pai ainda era vivo: há 35 anos, proibiram o mogno. Qual foi o argumento? Se o madeireiro entra, ele vai tirar a árvore madura e vai levar também a que tem mais branco do que cerne. Porque ele é malvado por natureza, ele vai fazer isso – o que é uma meia-verdade, porque isso não tem lucro. E, 35 anos depois, o Estado não teve ainda a coragem de se preparar para poder, então, dar a condição para que esse mogno...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – ... maduro seja retirado. E aí, todos os anos, milhares de metros cúbicos de madeira nobre são jogados no mato, porque se perdem, morrem, sem gerar um real, sem gerar um emprego, sem gerar nenhum tipo de riqueza.

E um dos problemas, Ministro, que parece que não tem fim é que o Estado brasileiro passou a ter o poder absoluto de dar ou não licença sem tempo determinado. Olhe Belo Monte: foram mais de sete anos! E ainda construíram lâmina d'água, que é, inclusive, uma oposição até à própria ideia da represa, que é represar água. Sete anos se passaram. Então, como é que alguém investe economicamente, faz financiamento, se não tem segurança de que vai poder executar o serviço ou não?

Então, eu apresentei aqui um projeto, Ministro – e eu gostaria de ter sua opinião –, dizendo que, cumpridos seis meses... A lei diz isso, só que, quando terminam os seis meses, não acontece nada. É como vem acontecendo: não há responsabilidade nenhuma, e pode passar para um ano, para dois, para três, para cinco, para sete, para dez; não há limite. Então, eu proponho que, se o Estado não conseguiu dar a licença em seis meses, ela estará dada automaticamente, até para que o Estado perceba que não pode manter na sua mão uma decisão tão cara como essa para a economia.

E, quando o Estado burocratiza, como está burocratizado, ele facilita o desperdício e a corrupção, porque, se você tem um agente econômico que quer a licença, e ela começa a demorar demais – na área rural, por exemplo, você tem o prazo da chuva, em que chove mais, chove menos e tal –, o que ele faz? Acaba oferecendo alguma vantagem para ver se a licença sai o mais rapidamente possível. Então, quanto maior a burocracia, maior o desperdício e maior a corrupção. Eu queria saber do Ministro a opinião sobre esse projeto que visa colocar limite nisso.

E outro, Ministro. Fui Deputado Federal pela primeira vez em 1998, lutei por isso lá, não consegui e apresentei de novo: que, se o Governo Federal quiser criar mais unidades de conservação, ele tem que passar pela aprovação das Assembleias Legislativas dos Estados afetados; e, se o Governo do Estado for criar outras reservas, elas têm que passar pela aprovação do Poder Legislativo dos Municípios. Isso por uma razão clara, Ministro: você tirou áreas do meu Estado... A Amazônia é cheia de Municípios em que você não tem onde plantar: você vai para a direita, é terra indígena; você vai para a esquerda, é uma área de conservação permanente; você volta para outro canto, é uma reserva extrativista, em que as pessoas estão todas mal de situação. Não há o que fazer. Então, você afetou os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estados, afeta os Municípios, sem que o Poder Legislativo desses Estados e desses Municípios tenham o direito de opinar. Proponho que a gente, na minha opinião, moralize e que, se a Federação for criar, os Estados envolvidos precisam se posicionar obrigatoriamente – ou sim ou não – e as Câmaras Municipais, no caso do Governo do Estado.

São duas proposições que eu apresentei e sobre as quais gostaria de saber a opinião do Ministro. De antemão, eu me coloco à disposição para ajudar, Ministro – embora saiba que é difícil –, a trazer mais equilíbrio para essa discussão ambiental. Muita gente se aproveitou disso. Poderios econômicos, interesses externos se aproveitaram muito dessa ideia bonita. Quem é que não quer preservar? A palavra preservar, por si só... Você quer devastar? Ninguém quer devastar, mas você quer se alimentar.

Quero terminar, Ministro, dizendo o seguinte. Um dia desses, conversando com uma jovem, ela disse que tomou uma decisão, Jaques: ela só vai comer agora produto orgânico. Eu disse: "Olha, mas você está politicamente errada". "Mas por que você está me dizendo um negócio desses? Que bom seria se todo mundo comesse orgânico!". Não há comida para todo mundo! É simples assim! O que alimenta a humanidade é a criação em larga escala. Se a humanidade amanhã resolvesse viver toda ela de produto orgânico, a gente precisaria escolher quais seriam os dois terços para morrer, porque não ia haver comida para todo mundo.

Então, Ministro, parabéns pela sua coragem, porque não é fácil falar o contrário da onda que dominou as universidades, o meio político, a imprensa como um todo. Não é fácil ousar falar algo questão não esteja nesse mesmo veio que se tornou voz comum, mas é preciso ter coragem para dizer qual é a opinião de cada um. Então, parabéns, e conte com o meu apoio.

E peço a opinião do Ministro sobre esses dois projetos que apresentei aqui no Senado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado, Senador Marcio Bittar.

Com a palavra o Ministro, para suas considerações, no prazo de cinco minutos.

O SR. RICARDO SALLES – Senador Marcio Bittar, obrigado pelas colocações. V. Exa. colocou dois projetos, e eu vou começar por eles.

Primeiro, a racionalidade do licenciamento ambiental – aliás, é coincidente com a posição colocada pelo Senador Jaques Wagner –, de haver de fato esse equilíbrio no licenciamento, sobre pesar questões técnicas, enfim, afastar dogmatismos e pontos que não têm fundamento senão por um preconceito ideológico, seja na linha que for.

O licenciamento é um ato técnico e como tal deve ser tratado; deve ser tratado pelos entes que estão se licenciando, sejam entes públicos, sejam privados, e também por quem está a cargo do licenciamento. Sobretudo o funcionalismo, a parte técnica tem que dar opiniões com a precisão, com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

o fundamento, e com a celeridade que o dinamismo requer, que a responsabilidade com a geração de emprego e, portanto, com o desenvolvimento do País requer.

É claro que não se farão concessões àquilo que é inaceitável só pelo argumento do desenvolvimento econômico, seja na ótica do emprego, seja na de qualquer outra forma em que assim se veja. Porém, a celeridade compõe um dos critérios da importância e da robustez do licenciamento. Tudo aquilo que tarda, em geral, falha. O licenciamento postergado disfarçadamente, seja por incompetência, seja por ideologia disfarçada de burocracia, também é muito ruim para o meio ambiente, porque é aquele investimento represado não realizado que, como já dito aqui, Sr. Presidente, vai manter determinada região, determinada população, determinado Estado ou o País no subdesenvolvimento. Represar o desenvolvimento como medida preservacionista não é uma medida inteligente. A medida inteligente é mensurar adequadamente quais são os riscos, quais são as consequências e endereçar, de forma adequada, as mitigações, as compensações, os mecanismos, portanto, inerentes ao processo de licenciamento.

Esse projeto da concordância ou da aprovação tácita decorrente, em razão do decurso de prazo, traz consigo um valor importante, que é: o Estado precisa dar a resposta adequada, precisa e célere, dentro do que o processo permite. Uma sugestão que eu posso desde já dar ao projeto que foi apresentado é justamente a lógica que nós temos lá de informatização, de monitoramento do procedimento; uma espécie de alerta, de sinal para aquilo que está imotivadamente retardado ou demorado em um determinado guichê, em uma determinada mesa de um determinado funcionário. Tendo um monitoramento, esse alerta, essa colocação, você imediatamente tem condições de monitorar, levantar e dizer: "Por que está parado em determinado lugar há seis meses? Por que não há sequer um despacho ordenatório para o encaminhamento dessa medida?". Isso é de fundamental importância para fazer gestão. É muito importante haver gestão na área ambiental. Em que pese o valor seja importante, muito mérito, um valor de preservação, ele não dispensa a eficiência e a gestão; ao contrário, é a má gestão e a ineficiência que tornam a preservação, o cuidado, enfim, algo com limitação, algo com o resultado mais contido.

Por outro lado, com relação às unidades de conservação, a exemplo de outros temas, é necessário ter muito critério com a delimitação de unidades de conservação, seja porque elas impactam a sociedade, seja porque elas têm um problema de ocupação territorial no entorno muito grave, seja porque isso precisa ser mantido depois. O recurso que nós colocamos, humano, financeiro, orçamentário, tecnológico – não importa –, para cuidar das unidades de conservação tem que ser previsto no momento da sua concepção da sua ideia; tem que ter um objetivo, tem que ter um valor intrínseco a ser preservado ali, e não meramente uma delimitação ilimitada das unidades de conservação.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RICARDO SALLES – Com relação aos outros temas, que são em geral relacionados à Agenda de Qualidade Ambiental Urbana, como nós dissemos aqui, é um problema nacional: o Estado do Rio Grande do Norte, o Estado do Rio de Janeiro, o Estado da Bahia, o Acre, enfim, todos os Estados brasileiros têm um problema grave nas áreas urbanas. São as áreas urbanas que estão degradando o meio ambiente no Brasil de maneira intensa: falta de saneamento, despejo de esgoto *in natura* nos cursos d'água, contaminação do solo, contaminação do ar – problema de poluição do ar gravíssimo –, gestão do lixo. Então, é realmente um grau de preocupação altíssimo a Agenda de Qualidade Ambiental Urbana, em especial na região da Amazônia, porque, pela sua fragilidade ambiental, o esgoto não tratado e despejado *in natura* causa um dano gigantesco, o lixo não recolhido e não destinado adequadamente causa um dano gigantesco, e assim sucessivamente. Então, são temas de extrema importância para a agenda ambiental e que precisam ser endereçados como prioridade.

Com relação ao saneamento, eu repito aqui – o senhor mencionou há pouco os casos do Acre, da Amazônia, enfim –, na Bahia em especial, com as praias que tem, nós temos problemas de saneamento; no Rio Grande do Norte, em Pernambuco, enfim, em vários lugares do Nordeste, que são verdadeiras joias ambientais, há aquelas línguas de esgoto chegando às praias, contaminando e, enfim, prejudicando a saúde das pessoas, além do meio ambiente, da fauna e da flora.

Então, são temas de extrema importância e que guardam, portanto, a prioridade número um do Ministério na Agenda de Qualidade Ambiental Urbana.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Senador Marcio Bittar, deseja contraditar? (*Pausa.*)

Dois minutos.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – Não vou precisar, Presidente.

Quero só agradecer, mais uma vez, à Comissão e parabenizar o Ministro. Conte com a nossa ajuda, com o nosso apoio para que a gente traga mais racionalidade, mais sensatez a esse assunto, que é tão importante, mas que não pode ser manipulado ideologicamente por quem quer que seja.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado.

Eu queria registrar aqui a presença do Sr. Eduardo Fortunato Bim, Presidente do Ibama, e do Sr. Adalberto Eberhard, Presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

Agora, eu quero também conceder a palavra, por no máximo cinco minutos, ao Deputado Federal, Presidente da Comissão de Meio Ambiente da Câmara dos Deputados, o Deputado Rodrigo Agostinho, para suas considerações e interpelações ao Ministro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RODRIGO AGOSTINHO (PSB - SP. Para interpelar Ministro.) – Boa tarde, Sr. Presidente, Sr. Ministro.

Nós estamos percebendo de maneira muito clara uma mudança na linha de prioridades do ministério no que diz respeito a priorizar agora a questão urbana, a questão dos grandes desafios urbanos do País, que efetivamente também são problemas ambientais, como a questão do saneamento, resíduos sólidos e tudo mais.

Eu gostaria de saber como é que isso vai ser resolvido do ponto de vista orçamentário, porque a gente sabe que os recursos do ministério são muito escassos; grande parte das reclamações de licenciamento ambiental diz respeito à falta de servidores, à falta de funcionários, à falta de estrutura para analisar e dar velocidade aos processos; grande parte dos recursos que hoje são mobilizados para o combate ao desmatamento e a conservação da nossa biodiversidade tem sido insuficiente para fazer frente a todo o desmatamento da Região Amazônica e de áreas de Cerrado. Então, eu gostaria de saber como vai ser coberto isso, se nós vamos retirar dinheiro do combate ao desmatamento para conseguir, efetivamente, atuar na questão urbana, ou se existe alguma outra previsão em relação a isso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Com a palavra o Ministro, para suas considerações.

O SR. RICARDO SALLES – É importantíssima a colocação, porque é um desafio do dia a dia. Como é que se faz a alocação eficiente dos recursos escassos? Constatar a realidade de que os recursos são escassos é o primeiro requisito, como bem colocado, sejam recursos financeiros orçamentários, sejam recursos humanos, tecnológicos etc.

O que nós vemos como primeiro ponto nesse aspecto? Os instrumentos de gestão e de gestão com tecnologia desses temas é de fundamental importância, ou seja, a resposta para a questão do licenciamento adequado, do cuidado com o desmatamento ou de qualquer outra política pública, todas igualmente importantes – embora, como ordem de prioridade, em primeiro lugar a questão ambiental urbana –, enfrenta, por exemplo, o desafio do quadro de pessoal para a realização do licenciamento. Qual é a resposta que o Poder Público – e aí não me refiro só ao nosso aspecto, do Ibama, mas entendo que é algo linear, nacional, para os entes federativos, Estados e Municípios... Qual é a resposta que nós podemos dar? O avanço de tecnologia e de metodologia. A metodologia pressupõe elencar prioridades, também dentro do licenciamento, também dentro da defesa do meio ambiente: quais são os temas prioritários, como tratá-los de maneira eficiente, com uma gestão adequada, sem que isso seja um sinônimo, que é sempre repetido e equivocadamente colocado como uma solução linear, para todos os casos, que é: abre concurso, contrata mais gente, põe mais funcionário. Não é necessariamente essa a melhor solução. Você pode ter casos em que uma determinada capacidade técnica tem déficit de pessoal, mas outros que são problemas de gestão, de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

processos, de procedimento, de etapas; você ter a delimitação do que precisa ser feito e fazer de acordo, como é conhecido.

Eu costumo dizer que o Brasil é o país do diagnóstico. Nós temos diagnóstico para tudo, mas nós temos problemas graves de endereçamento da solução. Então, a partir do momento em que as soluções são relativamente conhecidas e o problema está na execução dessas soluções, o nosso desafio é tornar concretas, materializar essas alternativas ou essas soluções que se colocam para cada um desses temas.

No quesito orçamentário em especial, nós temos o orçamento engessado e temos recursos na área do meio ambiente que podem ser utilizados em caráter complementar, como recursos internacionais, que vêm sob diferentes rubricas. Têm destinação própria alguns deles, outros têm maior flexibilidade na sua alocação, mas eu entendo que, dentre os temas e as formas de utilização desse recurso, talvez a mais premente seja na eficiência, na colocação de maneira adequada dos instrumentos que já estão postos, seja para licenciamento, seja para monitoramento, combate ao desmatamento. Enfim, qualquer tema que perpasse o ministério e as áreas ambientais não abre mão, não deixa de lado o requisito obrigatório da eficiência e da gestão, sob pena de termos um bom tema, uma matéria de mérito, positiva etc., mas de execução insuficiente ou inadequada em razão de problemas de gestão.

Eu acho que isso endereça bem a ponderação trazida, que é super pertinente, e é uma preocupação permanente de todos os órgãos que compõem o Sistema Nacional de Meio Ambiente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Sr. Deputado, o senhor deseja contraditar?

O SR. RODRIGO AGOSTINHO (PSB - SP) – Não.

Apenas fazer uma observação em relação a um item que nos preocupa bastante, que diz respeito à questão do controle social e da participação no que diz respeito aos Conselhos. Nós estamos assistindo a uma série de notícias referentes principalmente ao Conselho Nacional do Meio Ambiente e vários outros colegiados do Ministério do Meio Ambiente. Eu, particularmente, participei, por mais de dez anos, como membro titular do Conselho Nacional do Meio Ambiente. Nunca foi um Conselho paritário, a sociedade civil nunca teve maioria dentro do Conselho, apesar de ter sido, por muitas vezes, reivindicado isso. É um Conselho antigo, que existe desde a criação da Política Nacional do Meio Ambiente com a Lei 6.938, de 1981, e a gente vê uma preocupação retratada pelo menos pela imprensa e de maneira visível na última reunião do Conselho no que diz respeito a uma possível restrição da participação da sociedade dentro do Conselho ou mesmo até ao desmonte de vários órgãos colegiados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Eu gostaria de saber, enfim, do próprio Ministro, qual é o objetivo em relação a isso, quais são quais os planos?

(*Soa a campainha.*)

O SR. RODRIGO AGOSTINHO (PSB - SP) – A sociedade civil é minoritária dentro do Conselho Nacional do Meio Ambiente. A maior parte do Conselho é formada por órgãos de Governo de Estado e de Municípios, além do próprio Governo Federal, em que todos os Ministérios têm titularidade dentro do Conselho, e quais são os planos em relação aos colegiados, porque grande parte dos colegiados são específicos de temas em que técnicos atuam. Não é uma participação social pela participação. É uma participação técnica efetiva no que diz respeito a melhorar a qualidade ambiental do País.

Então, eu gostaria de saber a opinião do Ministro em relação a isso, quais são efetivamente os planos em relação a isso.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Com a palavra, o Ministro.

O SR. RICARDO SALLES – Muito bem colocado.

Eu acho que os Conselhos não fogem à regra do instrumento de eficiência e gestão de que nós falamos há pouco. O caso específico, para ficar no caso do Conama, mas isso se estende a qualquer órgão colegiado e Conselho etc., tem que ter um resultado prático. Basta dizer que o Conama levou oito anos para concluir – oito anos – a discussão do programa de qualidade do ar de veículos, Proconve, e isso tem uma clara razão. É um sistema de tomada de decisão e de discussão que se ressente de uma sistemática e de uma tangibilidade de prazos e de soluções tangíveis para cada um dos termos que são ali colocados. Isso decorre de questões regimentais de um lado, questões de representatividade de outro e, novamente, casos de elencar prioridades, metas e prazos.

Isso não se confunde com representatividade. Eu tenho uma opinião sobre esse tema da representatividade e da questão da sociedade, como bem colocado, de que uma coisa é a participação; outra...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RICARDO SALLES – ... coisa é essa obsessão com a paridade.

A paridade não reflete necessariamente o que é o funcionamento do próprio sistema representativo. Isso eu vou traduzir em outras palavras. Os senhores legisladores, tanto do Senado, quanto da Câmara, representam em larga escala a verdadeira participação da sociedade. Ou seja, através do voto, alguns milhares, outros na casa do milhão, acabou sendo conferida a legitimidade para falar em nome da sociedade. E, em alguns casos e Conselhos especificamente, às vezes, você tem um processo de elencar uma lista de participação de entidades que não têm legitimidade nenhuma.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aquilo, muitas vezes, é um acordo entre três, quatro entidades do setor da sociedade, que fazem uma decisão entre si e escolhem que a entidade A, B ou C vai representar a sociedade. E, às vezes, essas entidades não têm sequer cem participantes.

Então, elas não representam necessariamente – em alguns casos, sim – a sociedade. Representam a sociedade, sim, os órgãos e o Governo cujos representantes tiveram, em muitos casos, milhões de votos e que, portanto, são representantes decorrentes de um processo eleitoral estruturado, fundamentado e que reflete um ordenamento jurídico. Agora, isso também não diminui, por outro lado, a importância de ouvir as diversas opiniões, mas não necessariamente nessa proporção colocada como algo permanente e imexível, até porque o Conama, como bem lembrado, é um órgão que nunca teve, jamais teve paridade. Não se trata de uma discussão deste momento, é uma discussão histórica, e ela não teve justamente porque ela não reflete necessariamente uma conformação social.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado, Ministro.

Para interpelar o Ministro, convido o Senador Randolfe Rodrigues, para suas considerações, por, no máximo, cinco minutos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar Ministro.) – Obrigado, Presidente.

Sr. Ministro, eu tenho duas questões, sendo a primeira delas pertinente a um tema que é diretamente vinculado à questão ambiental não somente no Brasil como no mundo.

Nós percebemos, no organograma do atual Governo, que a agenda do clima desaparece. Anteriormente, nós tínhamos uma secretaria voltada para o clima no Ministério das Relações Exteriores e tínhamos também no Ministério do Meio Ambiente. Em ambos os ministérios, essas secretarias foram suprimidas, e não há nenhuma instituição, um conselho, um departamento... Não há nada no lugar desses departamentos que cuidavam da questão climática.

Eu pergunto se isso é, por acaso, um sinal concreto – e se V. Exa. concorda com essa diretriz – de que o Brasil vai passar a se alinhar, a partir de agora, com a posição dos Estados Unidos, que oficialmente assumem uma atitude negacionista em relação ao aquecimento global. Lembro que essa atitude, em parte, do Governo norte-americano trava as negociações internacionais sobre a agenda e revê todos os compromissos assumidos desde a assinatura da convenção do clima, durante a Eco-92, no Rio de Janeiro.

É bom sempre lembrar, Ministro, que o nosso País teve um papel de vanguarda na questão do debate climático desde a conferência. Lembremos que a segunda conferência mundial do meio ambiente foi realizada aqui em 1992, e essas preocupações que aqui trago dizem respeito à ação atual

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

do Governo. Veja que, além da extinção das secretarias que cuidam do aquecimento global tanto no Ministério das Relações Exteriores como no Ministério dirigido por V. Exa., antes da posse do atual Presidente, o próprio Presidente admitiu que não tem interesse em realizar nenhuma conferência ambiental, nenhuma conferência climática aqui no País.

Então, a pergunta é se esta é a posição oficial do Governo brasileiro: alinhar-se com a posição norte-americana e negar o aquecimento global?

Nesse sentido, se não é essa posição, eu pergunto a V. Exa.: o que o ministério já tem planejado, em termos de planejamento, nesses cem dias de Governo, em relação à agenda ambiental, em relação a essa agenda específica do aquecimento global?

A segunda pergunta, Ministro, diz respeito ao seguinte. No dia 15 de março último, o Presidente Jair Bolsonaro assinou o Decreto 9.727, que dispõe sobre os critérios, o perfil profissional e os procedimentos gerais a serem observados para a ocupação dos cargos em comissão e das funções administrativas do Poder Executivo. Obviamente, a nomeação de ministro não está enquadrada nesse decreto, mas aqui destaco – há um termo para cujo autor há diferentes opiniões, alguns dizem que é de Lenin, outros dizem que é da antiguidade clássica, mas eu gosto muito da consígnia: "Palavra convence, exemplo arrasta!". Eu acho que o próprio Governo do Presidente Jair Bolsonaro deve assim entender. Então, um dos critérios para a nomeação seria: "idoneidade moral e reputação ilibada", que estão no art. 2º.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – É de conhecimento de todos que V. Exa. tem uma condenação por improbidade administrativa e teve os direitos políticos suspensos por três anos.

A pergunta que o faço é: V. Exa. se sente confortável na nomeação de seus subalternos tendo tido essa condenação?

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Com a palavra o Ministro.

O SR. RICARDO SALLES – Eu me sinto totalmente confortável, e por uma razão simples: o Brasil ainda é um País cujas leis existem e devem ser cumpridas, a legislação da ficha limpa diz que só se enquadra quem tem condenação em órgão colegiado, trata-se de uma decisão de primeira instância, não transitada em julgada, aliás, proferida no último dia do período forense, para evitar que o recurso fosse apresentado a tempo. Essa decisão é uma decisão extremamente frágil do ponto de vista de conteúdo e dela está se recorrendo, nos termos do devido processo legal, que é o que nós ainda temos vigente no nosso País. O que ela demonstra ao final das contas? Que nós temos um grau de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aparelhamento ideológico muito grande em diversas instituições e que ela acabou ressaltando pontos que são, apesar de tudo e todo o esforço retórico ali contido, reconhecidos como... Nenhum dos requisitos, em absoluto, dos critérios de improbidade administrativa estão lá presentes. Não obstante, ela acaba por traçar uma condenação *de minimis* legal, por uma questão praticamente exclusivamente ideológica, aliás, como contido na própria decisão. É uma decisão judicial que às tantas, no meio da sua parte dispositiva, cita como fundamento uma posição de Marx. Portanto, fala por si só.

Com relação aos termos trazidos, realmente é uma questão superimportante. Nós não temos, na parte do Ministério de Meio Ambiente, um alinhamento necessário e automático com ninguém. O que nós acabamos por ponderar? Que há aspectos no acordo do clima que militam a favor do Brasil, notadamente um que foi mencionado aqui há pouco, que é a contrapartida financeira que foi prometida aos países em desenvolvimento que adotassem as medidas mitigatórias da mudança climática, ou seja, de combate ao aquecimento global. O Brasil é exemplo, dentre outras atividades, graças à agricultura, de sustentabilidade para o mundo e ainda assim, dos 100 bilhões prometidos, nós recebemos apenas 1 bilhão. Então, há aí uma larga medida de crédito – digamos assim –, de recursos a virem para o Brasil, e que serão – se vierem, como prometido foi, até agora não veio – empregados em diversas medidas de melhoria da qualidade, que também militam uma questão de causa e feito, que também militam em favor do combate ao aquecimento global e questões de qualidade ambiental, como, por exemplo, a Agenda Nacional de Qualidade Ambiental Urbana – saneamento, lixo etc. –, já amplamente debatida aqui. Então é um círculo vicioso, ou positivo, dependendo da ótica que se olhe. Se vier o recurso e nós conseguirmos fazer; nós fazemos, temos mais recurso, e assim sucessivamente.

Portanto, respondendo à colocação bem trazida aqui, nós não temos posição alinhada, não temos essa visão negacionista; ao contrário, já dissemos que o Brasil continua, como de fato já dito até pelo Presidente mais de uma vez, e há aqui uma grande agenda que nós podemos fazer positiva para o interesse dos brasileiros. Basta que nós tenhamos sempre como medida de ação a tangibilidade desses benefícios para o Brasil, decorrente das medidas que tomou, tanto na área urbana, que precisa melhorar muito, quanto no setor agro, no setor rural, que é para o resto do mundo um exemplo grande de sustentabilidade.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Só na réplica, Sr. Presidente, se me permite.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Permito.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Se eu entendi direito, Ministro, a agenda – corrija-me se eu estiver errado – de combate ao aquecimento global, a incorporação, a contribuição do Brasil ao aquecimento global só existirá se houver recursos financeiros? Se houver dinheiro? Se houver contrapartida dos demais países? Sem isso, não haverá colaboração brasileira? Corrija-me se eu estiver errado em relação a esse ponto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outro aspecto, permita-me, Ministro: eu só quero fazer a ligação do discurso com a prática, porque, pela premissa que o senhor diz de condenação em primeira instância, de ainda haver o devido processo legal, que são princípios que eu julgo civilizatórios do Estado democrático de direito, que eu também argumento e concordo com V. Exa., mas o decreto inibindo que ocorra nomeações dessa natureza para cargos abaixo do seu foi do superior seu, o Presidente da República.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Parece-me que é essa a incompatibilidade para a qual eu não encontro o termo devido.

Pela lógica sua aqui apresentada, a sentença, ou melhor, a condução à prisão do Presidente Temer, na semana passada, que foi uma decisão em primeira instância do Juiz Bretas, igualmente seria arbitrária, e assim várias outras situações que poderíamos aqui destacar. Eu só quero aqui trazer a contradição do próprio Governo, porque, há pouco tempo, eram os defensores do próprio Governo que não argumentavam o devido processo legal, que eram contrários.

Eu saúdo a conversão de um quadro do Governo ao ideário do devido processo legal, ao ideário, a achar que realmente uma condenação só não deve configurar um juízo de valor, eu saúdo a vinda a esse que eu considero que é inclusive um processo e um princípio civilizatório. Mas só destacar que esse não era o discurso recente, não foi inclusive o discurso levado a cabo até o período de campanha. E me permita dizer, concordando até com V. Exa., está em contradição com o decreto do Presidente da República, está em contradição com o Decreto 9.727 ali estipulado.

Mas me esclareça o segundo aspecto: eu não entendi sobre a questão da mudança climática. A agenda brasileira estará vinculada única e exclusivamente à vinda de recursos? É essa a ideia de V. Exa.?

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Com a palavra o Ministro para a tréplica.

O SR. RICARDO SALLES – Sr. Senador, vamos deixar aqui... Esse assunto eu faço questão de esclarecer bem. Nós temos várias medidas em andamento, medidas que têm reflexos, têm origem no setor industrial e que contribuem para o atingimento da meta brasileira, da NDC, enfim... Temos medidas do setor agropecuário, que também contribuem para o atingimento da meta; medidas do setor de transporte, que também contribuem para o atingimento da meta; medidas essas, todas, que estão em andamento e continuarão em andamento.

O que nós temos defendido é que novas medidas, adicionais àquelas que já foram entabuladas e, de certa forma, incorporadas pelos diversos setores, tanto público quanto privado, novas medidas requerem a demonstração da compensação financeira decorrente destas ações que já estão em andamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. RICARDO SALLES – Nós, para implementarmos algo eventualmente mais auspicioso do que já foi comprometido, precisamos que aquela compensação pelo que se comprometeu, pelo que se fez e pelo que se vem fazendo aconteça, senão nós estamos onerando excessivamente os diversos setores da economia brasileira em todas as frentes, em vários segmentos. E isso acaba refletindo, de certa forma, negativamente naquele raciocínio circular de que o não atingimento do desenvolvimento, a não consecução de projetos, a não realização de determinadas atividades é extremamente perniciosa para a parte econômica, para a qualidade de vida, para a saúde, mas também para o meio ambiente. A ausência de recursos decorrentes do desenvolvimento econômico milita em desfavor do meio ambiente, do meio ambiente em vários aspectos, inclusive sob a ótica do aquecimento global.

Então, são coisas que me parecem intrinsecamente relacionadas. E nós precisamos, de alguma forma, fazer o condicionamento, vamos dizer assim, dessas etapas ao mecanismo financeiro.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado, Sr. Ministro.

Com a palavra o Senador Jaques Wagner.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Para interpelar Ministro.) – É apenas para fazer um comentário e uma sugestão. Começo pela sugestão. Do ponto de vista do tratamento de resíduos sólidos – eu fui Governador –, é óbvio que, pela incapacidade de investimento dos Municípios, é pedir demais que eles o façam. Nós na Bahia passamos a nos utilizar de um instrumento que existe, está legalizado, que é a pessoa jurídica dos consórcios. Então, fizemos um consórcio na área de centro de diagnósticos: o Governo estadual constrói, instala, equipa e banca 40%; e 60% são distribuídos entre os 15, 20 Municípios que fazem parte do consórcio.

Nunca é muito fácil, porque nós ainda temos o velho hábito – cada Prefeito ou cada Governador – de só querer que as coisas aconteçam no seu *locus*, então, tem que ser aqui. Por isso eu acho que foi um avanço, até, os Prefeitos aceitarem. A próxima etapa é partir para os consórcios do tratamento de resíduos sólidos, porque senão não acontece. Vão ser lixões. Eles não têm capacidade de investir.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Depois, aproveitando aqui um comentário final do Senador Randolfe, eu quero só comungar da sua indignação e rezar para que essa sua indignação também faça com que todos nós combatamos esse viés ideológico ou do Ministério Público ou do Poder Judiciário.

Nós estamos no serviço público – eu e o senhor – e não devemos ter direito ao fígado. Na minha opinião, quando a gente assume a cadeira do Poder Público, seja em que área for, a gente pode não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gostar, mas esse não gostar não pode fazer com que a gente ultrapasse o dispositivo legal para punir ou para presentear aqueles de que não gostamos ou de que gostamos. Então, eu digo isso porque eu sou realmente defensor da democracia e acho que a convicção política e ideológica de cada um é bem-vinda, porque é disso que vivem os partidos políticos, mas é impossível que a gente veja um agente público dizer: para esse eu dou a licença, para aquele eu não dou a licença. Aí, estamos perdidos do ponto de vista da democracia e das instituições.

E, só por fim também, a título mais não de brincadeira, mas de informação que o Senador Jean Paul já lhe falou. Eu fui Governador e, toda vez que havia a marcha do MST, eu os recebia na sede, embaixo, do Governo, porque em geral eles são muitos, com o barulho das enxadas e dos facões. E, em geral, o pessoal da minha segurança e da Polícia Militar dizia: "O senhor vai falar com eles?". E eu dizia para o pessoal da Polícia Militar e dizia para o pessoal do próprio movimento que eu preferia o barulho dos gritos deles e da batida da enxada lá, o que fosse, do que o zumbido das balas daqueles que, no desespero, acabam trilhando o caminho errado. Então, é só para... Como eu acredito nisso, eu não quero lhe convencer de nada. Eu só quero dialogar.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado, Senador Jaques Wagner.

Eu, para finalizar, quero agradecer a presença do Ministro Ricardo Salles e dizer para o senhor que esta Comissão está aberta e, por gentileza, que seja sempre solícito, como assim o foi.

Quero também concluir falando do meu carinho com os movimentos sociais, da minha admiração com o MST, do meu respeito à comunidade indígena. E quero convocar a população, as ONGs, o Ministério Público, todas as instituições a, juntos, estarmos caminhando de mãos dadas nessa luta, que é um dever de todos. Thiago de Mello já dizia isso com bastante propriedade: nós não temos caminho novo; o que temos de novo é um jeito de caminhar. E eu acho que, a partir do momento em que o Poder Executivo cumprir o seu papel, que ele não está cumprindo – seja na saúde, educação, habitação, moradia, geração de emprego e renda, redução da desigualdade, diminuição desse abismo entre os milhões de pobres e a concentração de riquezas na mão de tão poucos, redução da discriminação em detrimento de raça, cor, etnia, religião, origem, pessoa com deficiência, idoso –, efetivamente nós teremos um verdadeiro Estado democrático de direito.

Informo a todos que serão entregues ao Ministro todas as 48 questões feitas pelo e-Cidadania, a quem eu agradeço a participação efetiva. Durante a reunião, 48 pessoas demandaram, estão aqui e serão entregues ao Ministro. Caso o Ministro tenha interesse em respondê-las – e eu espero que tenha –, poderá fazê-lo para a Comissão de Meio Ambiente, que nós encaminharemos as respostas aos cidadãos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de encerrar, lembro que há uma reunião deliberativa convocada para amanhã, às 9h, neste mesmo Plenário.

Nada mais havendo a tratar, encerro a reunião.

Muito obrigado a todos.

(*Iniciada às 14 horas e 34 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 49 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 6ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE MARÇO DE 2019, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às dez horas e vinte e dois minutos do dia vinte e oito de março de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Fabiano Contarato, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Leila Barros, Marcos do Val, Randolfe Rodrigues, Alessandro Vieira, Jaques Wagner, Jean Paul Prates, Paulo Rocha, Carlos Viana, Otto Alencar, Jayme Campos, Wellington Fagundes, Chico Rodrigues, Izalci Lucas e Acir Gurgacz. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Marcelo Castro, Luis Carlos Heinze, Plínio Valério, Soraya Thronicke, Lasier Martins e Telmário Mota. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - Projeto de Lei do Senado n° 234, de 2016 - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre a obrigatoriedade da comprovação da procedência legal da madeira nativa utilizada nas obras, serviços e aquisições da Administração Pública." Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). Relatoria: Senador Otto Alencar. Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo. Resultado: Retirado de pauta a pedido do relator. ITEM 2 - Projeto de Lei do Senado n° 358, de 2018 - Não Terminativo - que: "Proíbe a venda de animais de estimação nas vias de circulação ou em ambiente público fora de estabelecimento comercial." Autoria: Senador Rudson Leite. Relatoria: Senadora Soraya Thronicke. Relatório: Pela aprovação. Resultado: Retirado de pauta a pedido da relatora. ITEM 3 - Projeto de Lei do Senado n° 232, de 2015 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988, para incluir como diretriz do Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro o controle da erosão marítima e fluvial." Autoria: Senador Fernando Bezerra Coelho. Relatoria: Senador Otto Alencar. Relatório: Pela aprovação com emendas. Resultado: Retirado de pauta a pedido do relator. ITEM 4 - Projeto de Lei do Senado n° 603, de 2015 - Terminativo - que: "Disciplina o licenciamento ambiental dos aproveitamentos de potenciais hidroenergéticos considerados estratégicos e estruturantes e dá outras providências." Autoria: Senador Delcídio do Amaral. Relatoria: Senador Confúcio Moura. Relatório: Pela rejeição. Resultado: Lido o relatório e iniciada a discussão, a apreciação da matéria foi adiada. ITEM 5 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 1, de 2019 que: "Requeiro, nos termos art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Seminário desta Comissão de Meio Ambiente como parte integrante do evento sobre a sustentabilidade das Américas - ECOCUIABÁ, que terá lugar em Cuiabá – MT, no período de 11 a 15 de maio de 2020." Autoria: Senador Wellington Fagundes. Resultado: Retirado de pauta a pedido do autor. ITEM 6 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 5, de 2019 que: "Realização de ciclo de debates acerca do PLS 222, de 2016" Autoria: Senador Jean Paul Prates. Resultado: Aprovado. ITEM 7 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 6, de 2019 que: "Requer, nos termos do art. 93,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de ciclo de palestras e debates, por esta Comissão, em conjunto com a Assembleia Legislativa do Estado do Mato Grosso, na cidade de Cuiabá, em data a ser viabilizada, com o propósito de avaliar as situações de risco das barragens do Estado do Mato Grosso." Autoria: Senador Wellington Fagundes. Resultado: Retirado de pauta a pedido do autor. O presidente aproveitou a reunião para reforçar informes anteriores e decidiu pela prorrogação de prazo para apresentação de políticas públicas a serem avaliadas pela Comissão de Meio Ambiente. O senador Jayme Campos reforçou a fala do presidente ressaltando a importância da realização de painéis e audiências públicas. O presidente Fabiano Contarato resgatou informe anterior sobre a questão e agradeceu o apoio do senador Jayme Campos. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e quarenta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Fabiano Contarato

Presidente da Comissão de Meio Ambiente

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/03/28

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 6ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 5ª Reunião, realizada no dia 27 de março.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Gostaria de informar aos presentes que o item 1, o item 2 e o item 3 foram retirados de pauta, a pedido do Senador Otto Alencar e da Senadora Soraya Thronicke.

(São os seguintes os itens retirados de pauta:

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 234, de 2016

- Não terminativo -

Dispõe sobre a obrigatoriedade da comprovação da procedência legal da madeira nativa utilizada nas obras, serviços e aquisições da Administração Pública.

Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo

Observações:

1. O projeto resultou da Sugestão nº 3 de 2016, do Projeto Jovem Senador.

2. Em 27/3/19, o relator apresentou novo relatório pela aprovação nos termos do substitutivo.

3. A matéria vai ainda ao Plenário.

4. Constou da pauta em 20/3/2019.

ITEM 2

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 358, de 2018

- Não terminativo -

Proíbe a venda de animais de estimação nas vias de circulação ou em ambiente público fora de estabelecimento comercial.

Autoria: Senador Rudson Leite

Relatoria: Senadora Soraya Thronicke

Relatório: Pela aprovação

Observações:

1. A matéria vai ainda à CCJ, em deliberação terminativa.

2. Constou da pauta em 20/3/2019.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 232, de 2015

- Terminativo -

Altera a Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988, para incluir como diretriz do Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro o controle da erosão marítima e fluvial.

Autoria: Senador Fernando Bezerra Coelho

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: Pela aprovação com emendas

Observações:

1. Constou da pauta em 20/3/2019).

Nesse sentido, eu passo a palavra, pelo item 4, ao Senador Confúcio Moura, para leitura do seu relatório ao projeto.

ITEM 4

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 603, de 2015

- Terminativo -

Disciplina o licenciamento ambiental dos aproveitamentos de potenciais hidroenergéticos considerados estratégicos e estruturantes e dá outras providências.

Autoria: Senador Delcídio do Amaral

Relatoria: Senador Confúcio Moura

Relatório: Pela rejeição

Observações:

1. Em 5/12/17, a matéria foi apreciada pela CI com parecer favorável ao projeto com a emenda nº 1-CI.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Para proferir relatório.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, este projeto é de autoria do ex-Senador Delcídio do Amaral, que disciplina o licenciamento ambiental dos aproveitamentos de potenciais hidroenergéticos considerados estratégicos e estruturantes e dá outras providências.

O art. 1º do projeto de lei estabelece que o Plano Plurianual e seus projetos de lei de revisão deverão contemplar o Plano de Expansão da Oferta de Energia Elétrica e priorizar as fontes renováveis de energia.

Eu vou saltando aqui alguns trechos, porque é muito longo o relatório, entrando na p. 2.

O art. 3º determina que o Conselho Nacional de Política Energética defina a natureza do potencial hidroenergético, por meio de ato, baseado em instrumentos de planejamento e diretrizes do poder concedente, estabelecendo várias premissas aqui, de tal forma que fica garantido durante dez anos após a entrega do inventário, exigindo-se anuência do Ministério de Minas e Energia para criar espaços territoriais protegidos e limitações administrativas.

Vamos saltar alguns trechos.

Seguindo, no próximo parágrafo, no art. 4º, o projeto concebe um balcão único de licenciamento ambiental, organização composta por representantes – esse aqui é o trecho mais importante da proposta – do órgão ambiental licenciador, da Funai, do Iphan, da Fundação Cultural Palmares, do Instituto Chico Mendes (ICMBio) e do Ministério da Saúde. Essa organização ficaria responsável pelo licenciamento prévio de aproveitamentos de potenciais hidroenergéticos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estratégicos ou estruturantes, na totalidade da área abrangida, incluindo todos os aproveitamentos existentes.

Ele vai para o próximo parágrafo e fala também sobre a questão do departamento de mineração, DNPM, bloqueio das atividades minerárias, excluindo agência de águas, sobre as concessões de outorga.

O art. 5º do parágrafo seguinte trata da autorização do Congresso Nacional requerida para o aproveitamento dos recursos hídricos em terras indígenas.

Muito bem, da análise, p. 3.

Compete à Comissão de Meio Ambiente opinar sobre assuntos pertinentes à defesa do meio ambiente, especialmente proteção do meio ambiente, controle da poluição e conservação da natureza, nos termos do inciso I do art. 102-F do Regimento Interno do Senado Federal. Por se tratar de decisão terminativa, esta Comissão está incumbida de analisar a constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa da matéria.

No tocante à constitucionalidade, saudamos o Senador Wilder Morais pelos reparos feitos ao projeto por meio da Emenda nº 1 – CI, contudo entendemos que os arts. 3º e 4º do PLS incidem em inconstitucionalidade formal, pois distribuem atribuições e criam "balcão" ou "colegiado" único de licenciamento ambiental no âmbito do Poder Executivo. Nesse sentido, o Supremo Tribunal Federal e as Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal e da Câmara dos Deputados entendem que é inconstitucional projeto de lei de iniciativa parlamentar que vise criar ou modificar atribuições ou estrutura administrativa no âmbito do Poder Executivo. Da nossa parte, julgamos que esse tema é de competência privativa do Presidente da República por força do art. 61, inciso II, alínea "e", e art. 84, inciso VI, alínea "a" da Constituição Federal de 1988.

Não há ressalvas a serem feitas quanto à regimentalidade e juridicidade da proposição.

Quanto à técnica legislativa do PLS, deveria o art. 1º do projeto indicar o objetivo e o campo de aplicação do projeto.

Aí há uma série de atribuições. Vamos saltar.

Na página 5, no §2º, em cima.

Em seguida, cabe lembrar que a maior parte das unidades de conservação da Amazônia Legal já foram criadas, recobrindo área superior a 20% de seu território. Não nos parece ser uma ameaça real e atual a criação de novas unidades de conservação para embaraçar a construção de novos aproveitamentos hidrelétricos, pois o Poder Executivo é quem deve decidir qual rumo tomar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos adiantar mais, aqui para o finalzinho da p. 5, o último parágrafo.

Segundo o Plano Decenal de Expansão de Energia, a geração hidrelétrica em 2018 foi responsável por 64% da energia elétrica gerada e para 2027 estima-se um percentual menor: 51%. Essa redução pode ser explicada por três principais motivos: i) restrições socioambientais para construção de grandes hidrelétricas; ii) competição com outras fontes renováveis não hídricas (eólica, solar fotovoltaica e biomassa); e iii) menor confiabilidade no regime hidrológico, especialmente na bacia do São Francisco. Além disso, há uma sinalização para a expansão de fontes renováveis não hídricas.

Assim, Sr. Presidente, o voto.

Ante o exposto, votamos pela rejeição do PLS nº 603, de 2015, e pela prejudicialidade da Emenda nº 1 da Comissão de Infraestrutura.

Muito bem. É esse o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Agradeço o voto do Senador Confúcio Moura.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Bom, como se trata de decisão terminativa, não havendo quórum presencial para deliberar a matéria, fica adiada para a próxima reunião.

Passamos agora para o item 6.

ITEM 6

REQUERIMENTO Nº 5, de 2019

- Não terminativo -

Realização de ciclo de debates acerca do PLS 222, de 2016.

Autoria: Senador Jean Paul Prates.

Com a palavra o autor para leitura.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Presidente, obrigado. Vice-Presidente Jaques Wagner. Presidente Contarato.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Rapidamente, para encaminhar o requerimento, explicar um pouquinho para os senhores qual é a razão desse requerimento.

O PLS 222 é um PLS que vem da autoria do Senador Garibaldi Alves, da legislatura passada, e que trata de política de desenvolvimento sustentável para o bioma da Caatinga. Sabemos que é um projeto de lei que tratará especialmente da preservação do meio ambiente nesse bioma, erradicação da pobreza, redução das desigualdades sociais no território coberto pela Caatinga. É um território bastante extenso, um bioma típico do Brasil, inédito em outras partes do mundo. Apenas no Brasil temos o bioma Caatinga, e abrange o Rio Grande do Norte, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Bahia, Sergipe, Alagoas e parte de Minas Gerais.

Nós estamos propondo aqui, Sr. Presidente, a realização de um ciclo de debates e nós estamos imaginando fazer quatro debates em quatro Estados principais: Ceará e Rio Grande do Norte juntos, provavelmente na cidade de Mossoró, próximo aos dois Estados; Paraíba e Pernambuco juntos, em João Pessoa ou em Recife; Piauí, Maranhão, em Teresina ou em Timon; Bahia, Sergipe, Alagoas e o norte de Minas centralizados em Salvador. E esperamos com isso coletar a opinião e a participação de especialistas e de pessoas desses Estados, principalmente interessados no bioma da Caatinga, e com isso discutir melhor o projeto.

Essa é a razão do requerimento e espero deferimento e aprovação dos senhores.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Agradeço, Senador Jean Paul Prates, e quero daqui publicamente manifestar a minha honra e gratidão por estar tendo esse contato com V. Exa., Senador. Eu fico muito feliz quando eu vejo pessoas na qualidade do senhor, comprometidas com a redução da desigualdade social, que é uma coisa tão presente no Brasil e que infelizmente, por parte dos nossos próprios colegas, esse não é o comportamento.

Então, quando eu presencio pessoas que dignificam muito a honrada classe dos políticos, como V. Exa. com esse requerimento, não tenha dúvida de que com o que eu puder humildemente contribuir, V. Exa. pode sempre contar comigo. Está bom?

Em votação o requerimento apresentado pelo brilhante Senador Jean Paul Prates.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o Requerimento nº 5, de 2019, da CMA.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Senador Presidente, já pedindo auxílio ao Senador Jaques Wagner para organizar um dos ciclos de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

debates sobre a Caatinga lá, na cidade de Salvador, para abranger Sergipe, Alagoas, norte de Minas e Bahia numa reunião apenas, para medidas de economia processual.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Eu gostaria agora de fazer um apelo aos colegas. Se fosse possível, por gentileza, sensibilizarem os demais Senadores, porque o meio ambiente é um tema de tamanha relevância no mundo, é um direito transcendental, é um direito humano sagrado. E eu queria muito ver esta Comissão sendo muito mais atuante e participativa. Então, vamos fazer uma corrente do bem, vamos contaminar os colegas. Eu agradeço aqui à Senadora Leila, amiga, tenho orgulho de fazer parte desse time.

Eu quero deixar claro para vocês que eu estou aqui também por missão, mas esse compromisso é de todos nós. Vamos contaminar as pessoas, vamos fazer um apelo aos Senadores e não só encher isso aqui – com todo o respeito –, só encher esta Comissão quando houver projeto que, infelizmente, vai ser para acabar com o meio ambiente. Essa é a triste realidade, minha gente. Então, vamos aqui nos conscientizar, entender que nós somos eleitos para representar a população e a população clama por um Senado com o olhar mais humanizador, é humanizar a dor, é se colocar na dor do outro, é lutar pela redução da desigualdade social. Então, o apelo que eu faço é esse.

Diante desse apelo, eu vou prorrogar o prazo – oportunamente vou falar a data – para que os Srs. Senadores apresentem sugestões de políticas públicas que vão ser avaliadas e cumpridas por esta Comissão de Meio Ambiente. De antemão, eu falo: se os Senadores não apresentarem sugestões de políticas públicas aqui para debater – porque o espaço é este, aqui que nós temos legitimidade –, eu, na qualidade de Presidente, vou ter que apresentar essas sugestões diante da inércia lamentável dos colegas que compõem... Porque eu não posso achar crível, razoável, lícito, moralmente permitido que, numa comissão composta por 17 titulares e 17 suplentes, nós não tenhamos nenhuma sugestão de políticas públicas direcionadas à Comissão de Meio Ambiente.

Fica aqui o meu apelo. Eu espero que, com essa prorrogação, haja sugestões efetivamente de política pública.

Pedi também a celeridade na devolução dos relatórios. As matérias estão sendo distribuídas, por gentileza, recebam as matérias, analisem e, claro, dentro do seu livre convencimento, apresentem com maior brevidade possível relatórios para que eles possam ser pautados, e aí, esta Comissão possa ser mais proativa. Podem ter certeza de que, no que depender desta Comissão, nós vamos estar aqui sempre convocando Ministro, quem quer que seja, debatendo e promovendo audiências públicas, tudo para fazer com que esta Comissão dignifique muito o Senado da República. Está bom?

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Pois não.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT. Pela ordem.) – Senador Jayme Campos, de Mato Grosso.

Após ouvir V. Exa. dizendo que lamentavelmente... Talvez, na visão do senhor, a Comissão não esteja andando conforme o senhor gostaria que andasse.

Primeiro, quando V. Exa. distribuiu... Eu fui Presidente de Comissão, já participei desta Comissão como Relator de várias matérias da Comissão de Meio Ambiente e da Comissão de Agricultura, acho que a distribuição, naturalmente, dos projetos que chegam a esta Casa tem que ser feita de forma muito criteriosa, sobretudo por quê? Muitas pessoas que estão participando da Comissão não têm nem grandes interesses, por força partidária a pessoa é indicada ou por blocos foi indicada aqui e talvez não tenha nem interesse com relação a essa matéria desta Comissão, pelo fato, talvez, de não haver nenhum envolvimento com a sua pessoa.

Particularmente, eu gostaria de sugerir ao senhor – já tenho até uma certa experiência, segunda vez Senador da República, já fui Presidente de Comissão, já fui relator, já participei de quase tudo aqui nesta Casa, eu acho que seria de bom alvitre o senhor promover aqui também – poderia ser livre arbítrio do senhor –, convidar algumas autoridades, sobretudo, inicialmente, o próprio Ministro do Meio Ambiente para comparecer, Presidente do Ibama, e nós construirmos aqui uma pauta, alguns painéis aqui para serem discutidos nesta Comissão para que haja motivação, até mesmo dos Srs. Senadores.

Com todo respeito de V. Exa., muito dependente do Presidente aqui, muito. Eu fui Presidente de duas Comissões aqui, algumas delas estavam bem piores em relações a esta aqui na questão da presença. Houve, de lá para cá, quando eu assumi... uma motivação muito grande que a transformou depois numa grande comissão daqui do Senado. Eu acho que muito vai depender de V. Exa. aqui, sobretudo – não seu qual o critério – na distribuição, naturalmente, também daqui se fala processado. Os projetos processados V. Exa. também distribuir para as pessoas que querem participar.

Caso contrário, há pessoas, Senadores aqui, com todo respeito, pegam um processo que fica seis ou oito meses na gaveta e não retornam para a Casa, para a Comissão, para ser relatado. Muitas vezes, um Senador relata e não vem aqui, no dia em que está a matéria na pauta aqui, nem relatar. V. Exa. tem autoridade de nomear qualquer um desses Senadores aqui *ad hoc*, para fazer a coisa andar – *ad hoc*. Não é isso? Pode relatar *ad hoc* para andar. Há dia em que você teria capacidade de botar 50 ou 60 projetos para votar, Senador Wagner, aqui na Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, eu quero me manifestar aqui, realmente dizer que nós estamos solidários. V. Exa. tem toda razão. Conte comigo, estou vendo que o senhor está agoniado, quer fazer a coisa aqui andar a mil por hora – mil por hora...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. *Fora do microfone*.) – Sangue nos olhos!

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – ... estou vendo aqui que o senhor está interessado. Isso é louvável, é meritória, naturalmente, essa sua pretensão. Conte comigo. Se possível, vamos sentar. Posso dar pouco ou nada de experiência que eu tenho, mas eu tenho quase 70 anos e tenho sete mandatos, aqui eu posso ajudar o senhor para construirmos e fazermos com que, de fato, a Comissão ande como V. Exa. deseja e desejamos todos nós, como membros desta Comissão.

Parabéns! Conte comigo.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Muito obrigado, Senador Jayme Campos.

Eu aqui quero fazer só algum esclarecimento.

No que tange a convidar Ministros, ontem mesmo o Ministro do Meio Ambiente esteve aqui, mas apenas quatro Senadores se...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT. *Fora do microfone*.) – Nesta Comissão?

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Nesta Comissão. Quatro Senadores – quatro Senadores... Então, veja só: já convoquei, o Ministro esteve, foram quatro Senadores apenas. O Ministro de Estado do Meio Ambiente esteve aqui e apenas quatro Senadores estiveram.

Outro ponto em que V. Exa. toca, com relação à distribuição das matérias. Já foi aprovado aqui, inclusive, quem presidiu foi o Senador Jaques Wagner, o item 6 do funcionamento da CMA, que fala: para garantir o bom andamento dos trabalhos, os relatores designados devem procurar atender o prazo regimental para a entrega de seus relatórios. Não ocorrendo a entrega, esta Presidência prorrogará o prazo automaticamente por outros 15 dias úteis. Havendo necessidade de nova extensão, deve o relator comunicar o pedido por ofício à Secretaria da Comissão para decisão do Presidente. Findo o prazo concedido, a matéria poderá ser distribuída a novo relator ou pautada, nos termos do art. 121 do Regimento Interno. E isso vai ser feito.

Então, antes de tomar uma medida mais drástica... Eu sei muito bem que aqui nós temos projetos que já têm relator, que já estão em pauta e o relator não está aqui. Eu poderia muito bem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nomear um Senador para ser o relator *ad hoc* e já passar. Mas eu estou aqui com um comportamento mais ético, mais apelativo, tendo em vista que estamos no início deste mandato legislativo – e eu no início da Presidência – no sentido da voluntariedade e do compromisso com esse tema. Agora, se o Senador não tem afinidade com o tema, que busque outra Comissão, este não é o espaço.

Com relação à distribuição, isso está sendo feito de forma criteriosa, de forma igualitária, distribuindo, vendo o interesse de cada relator... Eu atendo aqueles que não querem relatar determinado assunto, mas as matérias têm que ser relatados. Então, é nesse sentido.

Muito obrigado. Eu vou contar, sim, com a sua ajuda, Senador Jayme Campos, porque eu sei da sua brilhante trajetória política, que muito pode contribuir.

Além das políticas públicas, vamos preparar um plano de trabalho para o biênio, contando com as consultorias, secretarias e os membros para suprir essas lacunas apresentadas, inclusive por V. Exa.

Nada mais havendo, declaro encerrada esta reunião.

Muito obrigado a todos.

(*Iniciada às 10 horas e 23 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 44 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 7ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE ABRIL DE 2019, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às nove horas e trinta e sete minutos do dia quatro de abril de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Fabiano Contarato, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Marcio Bittar, Plínio Valério, Lasier Martins, Major Olimpio, Leila Barros, Marcos do Val, Jaques Wagner, Paulo Rocha, Lucas Barreto, Jayme Campos e Paulo Paim. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Confúcio Moura, Marcelo Castro, Luis Carlos Heinze, Soraya Thronicke, Telmário Mota, Carlos Viana, Otto Alencar e Wellington Fagundes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - Projeto de Lei do Senado n° 234, de 2016 - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre a obrigatoriedade da comprovação da procedência legal da madeira nativa utilizada nas obras, serviços e aquisições da Administração Pública." Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). Relatoria: Senador Otto Alencar. Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo. Resultado: Retirado de pauta pelo relator. ITEM 2 - Projeto de Lei do Senado n° 358, de 2018 - Não Terminativo - que: "Proíbe a venda de animais de estimação nas vias de circulação ou em ambiente público fora de estabelecimento comercial." Autoria: Senador Rudson Leite. Relatoria: Senadora Soraya Thronicke. Relatório: Pela aprovação. Resultado: Adiado. ITEM 3 - Projeto de Lei do Senado n° 524, de 2018 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, para possibilitar a aplicação de recursos em operações de crédito destinadas a empresas que usam energia fotovoltaica." Autoria: Senadora Rose de Freitas. Relatoria: Senador Jaques Wagner. Relatório: Pela aprovação com emendas. Resultado: Lido o relatório. Vista concedida ao senador Márcio Bittar pelo prazo regimental de 5 dias, conforme art. 132 do Regimento Interno do Senado Federal. ITEM 4 - Projeto de Lei do Senado n° 603, de 2015 - Terminativo - que: "Disciplina o licenciamento ambiental dos aproveitamentos de potenciais hidroenergéticos considerados estratégicos e estruturantes e dá outras providências." Autoria: Senador Delcídio do Amaral. Relatoria: Senador Confúcio Moura. Relatório: Pela rejeição. Resultado: Retirado de pauta a pedido do relator. ITEM 5 - Projeto de Lei do Senado n° 232, de 2015 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988, para incluir como diretriz do Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro o controle da erosão marítima e fluvial." Autoria: Senador Fernando Bezerra Coelho. Relatoria: Senador Otto Alencar. Relatório: Pela aprovação com emendas. Resultado: Retirado de pauta a pedido do relator. ITEM 6 - Projeto de Lei do Senado n° 90, de 2018 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, para incluir no conteúdo mínimo do plano de gerenciamento de resíduos sólidos a destinação de materiais recicláveis descartados a cooperativas de catadores ou organizações da sociedade civil que tenham por finalidade o aproveitamento econômico desses materiais." Autoria: Senadora Rose de Freitas. Relatoria: Senador Jaques Wagner. Relatório: Pela aprovação. Resultado: Lido o relatório, discussão e votação adiada. ITEM 7 -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 1, de 2019 que: "Requeiro, nos termos art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Seminário desta Comissão de Meio Ambiente como parte integrante do evento sobre a sustentabilidade das Américas - ECOCUIABÁ, que terá lugar em Cuiabá – MT, no período de 11 a 15 de maio de 2020." Autoria: Senador Wellington Fagundes. Resultado: Adiado. ITEM 8 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 6, de 2019 que: "Requer, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de ciclo de palestras e debates, por esta Comissão, em conjunto com a Assembleia Legislativa do Estado do Mato Grosso, na cidade de Cuiabá, em data a ser viabilizada, com o propósito de avaliar as situações de risco das barragens do Estado do Mato Grosso." Autoria: Senador Wellington Fagundes. Resultado: Adiado. ITEM 9 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 7, de 2019 que: "Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de analisar os dados do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e a preservação ambiental por produtores rurais, com a presença dos seguintes convidados: Sr. Evaristo de Miranda, pesquisador da EMBRAPA; Deputado Alceu Moreira, presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária; e Sr. João Martins da Silva Junior, presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil" Autoria: Senador Marcio Bittar. Resultado: Aprovado com a inclusão de representante da CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura), por sugestão do Senador Paulo Rocha acatada pelo autor. ITEM 10 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 9, de 2019 que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, aditamento na lista de convidados do Requerimento nº 7 de 2019 – CMA, que objetiva a realização de audiência pública com o propósito de analisar os dados do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e a preservação ambiental por produtores rurais, de modo a promover o contraditório." Autoria: Senador Fabiano Contarato. Resultado: Aprovado. ITEM 11 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 10, de 2019 que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, combinado com os arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública conjunta da Comissão de Meio Ambiente com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional para, nos termos do Requerimento nº 12, de 2019 – CRE, aprovado em 21 de março de 2019, debater questões relacionadas às mudanças climáticas e ao aquecimento global, com a inclusão dos convidados que relaciona de modo a promover o contraditório." Autoria: Senador Fabiano Contarato. Resultado: Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Fabiano Contarato

Presidente da Comissão de Meio Ambiente

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/04/04

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Bom dia a todos! Havendo número regimental, declaro aberta a 7ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa de leitura e aprovação da ata da 6ª Reunião, realizada em 28 de março de 2019.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal.

Há uma inversão da pauta. Passamos para o Item nº 3.

Decisão não terminativa. Projeto de Lei do Senado nº 524, de 2018. Altera...

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Com a palavra V. Exa.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Pela ordem.) – Pelo fato de eu ser suplente, queria propor, depois do Item 3 – já que se decidiu pela... –, que já se entrasse nos requerimentos, porque o requerimento do Item 7 – aí eu quero dialogar com o Senador Márcio Bittar – trata de uma audiência pública de debates. E eu queria, combinado com ele, incluir a Contag no debate sobre essa questão de Cadastro Rural.

Aliás, é o Item 9.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Está bem, Senador. Eu só pediria um pouquinho de paciência.

Vou aproveitar que o Senador Jaques Wagner já apresentou o relatório...

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Concordo que se inicie pelo Item 3. O que estou dizendo é que, depois, se passe para os itens que tratam de requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Perfeito.

Só pediria paciência, mais uma vez, porque ele tem dois para relatar e aí eu queria aproveitar já, porque ele também vai ter de participar em outro momento.

ITEM 3

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 524, DE 2018

Altera a Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, para possibilitar a aplicação de recursos em operações de crédito destinadas a empresas que usam energia fotovoltaica.

Autoria: Senadora Rose de Freitas

Relatoria: Senador Jaques Wagner

Relatório: Pela aprovação com emendas

Observações:

1. A matéria vai ainda à CAS, em decisão terminativa.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Concedo a palavra ao Senador Jaques Wagner para leitura do seu relatório.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Para proferir relatório.) – Bom dia, Sr. Presidente, bom dia colegas Senadoras e Senadores, vou direto à leitura do relatório.

Venho a esta Comissão para dar parecer ao Projeto de Lei do Senado 524, de 2018, que altera a Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, para possibilitar a aplicação de recursos em operações de crédito destinadas a empresas que usam energia fotovoltaica.

De autoria da Senadora Rose de Freitas, a proposição, estruturada em dois artigos, tem por objetivo garantir crédito barato para empresas que utilizem a energia fotovoltaica, fomentando, dessa forma, o crescimento dessa fonte de energia renovável na matriz elétrica brasileira.

Nesse sentido, o art. 1º do projeto altera os §§ 2º, 3º, 9º e 10 do art. 9º da Lei nº 8.036, de 1990, para incluir, entre as entidades habilitadas a receber crédito proveniente de recursos do FGTS, as empresas que utilizem preponderantemente energia elétrica de fonte fotovoltaica. A alteração promovida no §3º ainda destina, no mínimo, um por cento dos recursos previstos no programa de aplicação do Fundo às empresas beneficiadas pela alteração proposta.

O art. 2º versa sobre a cláusula de vigência, estabelecendo que a lei resultante da aprovação do Projeto entre em vigor na data de sua publicação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na justificação, a autora, Senadora Rose de Freitas, argumenta que os incentivos propostos atuarão no sentido de promover o uso da energia fotovoltaica, levando a uma maior diversificação da matriz energética e à redução do uso de energias que são mais agressivas ao meio ambiente.

A proposição foi distribuída para esta Comissão e para a Comissão de Assuntos Sociais, na qual será objeto de decisão terminativa.

Por fim, cumpre consignar que não houve apresentação de emendas ao projeto.

Análise.

De acordo com o disposto no inciso I do art. 102-F do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), cabe à Comissão de Meio Ambiente opinar sobre assuntos pertinentes à defesa do meio ambiente, especialmente sua proteção, controle da poluição, conservação da natureza e defesa dos recursos naturais – assuntos relacionados ao fomento às energias limpas de que trata a proposição em análise.

O Brasil é referência em energias renováveis, tendo uma das matrizes elétricas mais limpas do mundo. Enquanto as energias renováveis representam 22,2% da matriz elétrica mundial, no Brasil esse percentual é de 79,14%. Apesar desse belo exemplo que o País demonstra ao mundo no grave contexto atual de ameaças oriundas das mudanças climáticas causadas pelas emissões de gases de efeito estufa de origem antrópica, há margem para aperfeiçoamento da atuação brasileira na área energética, especialmente na ampliação da diversificação da matriz. Segundo a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), em termos de potência instalada, a fonte hídrica responde hoje por 60,79% da matriz de energia elétrica. A energia fóssil representa 14,94% da matriz elétrica e a nuclear, 1,16%.

Não obstante o percentual ainda expressivo de fontes renováveis na matriz elétrica brasileira, é sabido que o potencial hídrico se encontra cada vez mais difícil de ser explorado porque, em geral, a capacidade ainda não explorada está, em grande parte, em áreas de proteção ambiental ou em terras indígenas. Assim, para evitar que a nossa matriz de energia elétrica perca qualidade ambiental, é importante incentivar novas fontes de geração limpas.

Nesse sentido, incentivos com vistas a promover a ampliação de fontes alternativas de geração de energia na matriz brasileira, como a solar – que o hoje representa 1,16% da capacidade elétrica instalada –, são muito bem-vindos. Como exemplo, destacamos os compromissos assumidos pelo Brasil no Acordo de Paris relacionados às energias renováveis: atingir participação de 45% de todas as energias renováveis na matriz energética em 2030; expandir o uso de fontes renováveis (exceto energia hídrica), na matriz total de energia para 28% a 33% de participação também até 2030; aumentar a participação de energia de biomassa sustentável na matriz energética para 18% até o mesmo ano.

Portanto, podemos afirmar que a iniciativa expressa neste PLS, de autoria da Senadora Rose de Freitas, é absolutamente meritória.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Contudo, entendemos ser exequível aperfeiçoar a proposição, ampliando a aplicação de recursos do FGTS em operações de crédito destinadas que utilizem energia elétrica proveniente preponderante de usina fotovoltaica a pessoas jurídicas de direito privado, em vez de exclusivamente a empresas. Ocorre que existe uma série de instituições que não ostentam a forma empresarial, mas que podem ser alcançadas pela proposta, a exemplo de instituições de ensino, de saúde e cooperativas.

Nesse contexto, em lugar de limitar o alcance da norma a empresas, seria melhor direcionar esse incentivo para pessoas jurídicas de direito privado, de modo a viabilizar a ampliação do acesso a essa importante fonte alternativa de energia para um rol maior de beneficiados. Assim, haveria maior ganho ambiental, com maior geração de energia limpa, e mitigação dos impactos tarifários nos consumidores atendidos pelas distribuidoras.

Dessa forma, propomos alterar o alvo do benefício creditício previsto neste PLS, direcionando o incentivo para pessoas jurídicas de direito privado que utilizem energia elétrica proveniente preponderantemente de usina fotovoltaica.

Voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei 524, de 2018, nos termos das seguintes emendas:

Emenda nº 1
Dê-se a seguinte redação à Ementa do Projeto de Lei do Senado nº 524, de 2018:
[...]

É só o caput da emenda.

Emenda nº 2
Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 524, de 2018, a seguinte redação:
"Art. 1º O art. 9º da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:
'Art. 9º .....
§ 2º Os recursos do FGTS deverão ser aplicados em habitação, em saneamento básico, em infraestrutura urbana e em operações de crédito destinadas a entidades hospitalares filantrópicas e sem fins lucrativos que participem do SUS de forma complementar, a instituições que assistem pessoas com deficiência, bem como em operações de crédito destinadas a pessoas jurídicas de direito privado que utilizem energia elétrica proveniente preponderantemente de usina fotovoltaica, desde que as disponibilidades financeiras sejam mantidas em volume que satisfaça as condições de liquidez e de remuneração mínima necessária à preservação do poder aquisitivo da moeda.
§ 3º O programa de aplicações deverá destinar, no mínimo:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> I – 60% (sessenta por cento) para investimentos em habitação popular;
> II – 5% (cinco por cento) para operações de crédito destinadas a entidades hospitalares filantrópicas e sem fins lucrativos que participem do SUS de forma complementar;
> III – [que é o objeto deste projeto] 1% (um por cento) para operações de crédito destinadas a pessoas jurídicas de direito privado que utilizem energia elétrica proveniente preponderante de usina fotovoltaica.
> .....
> § 9º A Caixa Econômica Federal, o Banco do Brasil S. A. e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social poderão atuar como agentes financeiros autorizados para aplicação dos recursos do FGTS em operações de crédito destinadas a entidades [e aí segue o texto, semelhante ao que vou ler] [...]
> § 10. Nas operações de crédito destinadas a entidades hospitalares filantrópicas e sem fins lucrativos que participem do SUS [e evidentemente inclui aí o objeto principal] [...]

Sr. Presidente, eu conversei com a Senadora Rose e ela entendeu que a emenda era no sentido de ampliar o escopo e não apenas empresa. Na verdade, eu, quando Governador, estimulei muito hospitais, até campo de futebol que se utilizassem de energia fotovoltaica, até porque, mesmo quando você não a utiliza, acaba sendo um retorno para essa entidade, porque, quando você não está em utilização, você joga na rede e há, na verdade, um crédito e débito na conta que você tem a pagar. Dou como exemplo o estádio municipal de Pituaçu, em que nós instalamos energia fotovoltaica, e hoje a Secretaria de Trabalho e Esporte do Estado da Bahia praticamente não tem conta de energia elétrica, porque, quando está em utilização, nós consumimos da própria energia; quando não está, ela joga na rede, e isso é contabilizado como crédito para o Estado – no caso, para a secretaria. Então, eu acho que o projeto tem objetivo.

Eu só queria destacar que fui procurado, primeiro, ainda quando do primeiro relatório, por representantes da Caixa Econômica, que depois não apresentaram para mim o relatório que pretendiam. E ontem alguém de Governo me pediu para retirar o projeto. Como eu já tinha retirado uma vez e como aqui ele não tem o caráter terminativo, entendo que, se o Governo quer fazer ponderações, ainda teremos uma outra Comissão. Por isso, eu trouxe o relatório, que é no que eu tenho a contribuir.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Muito obrigado.

A matéria está em discussão.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Com a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – Com todo o carinho que tenho à Rose, com quem fui Deputado Federal, e o carinho também a um petista histórico e que sabe cativar as pessoas como quase ninguém, o Relator Jaques Wagner, eu gostaria de aprofundar um pouco o conhecimento sobre a matéria. Em tese é um assunto absolutamente relevante, mas, como há essa questão do FGTS, eu gostaria de pedir vista, com a promessa de que não vou demorar a trazer de volta com a minha opinião.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. *Fora do microfone*.) – Eu só espero que o colega tenha mais sorte, porque eu tirei da outra vez e não me apresentaram, quando eles vieram me pedir. Eu acho que uma consideração pode ser feita...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – Se não me apresentarem, eu trago de qualquer forma. Eu vou dar essa oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Algum outro Senador quer pedir vista? Vista coletiva? (*Pausa.*)

Então, concedida vista ao Senador Marcio Bittar. Eu só pediria, por gentileza, a celeridade na tramitação.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC. *Fora do microfone*.) – Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Está bem, obrigado.

Com a palavra ainda... Vou pular para o item 6.

ITEM 6

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 90, DE 2018

- Terminativo -

Altera a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, para incluir no conteúdo mínimo do plano de gerenciamento de resíduos sólidos a destinação de materiais recicláveis descartados a cooperativas de catadores ou organizações da sociedade civil que tenham por finalidade o aproveitamento econômico desses materiais.

Autoria: Senadora Rose de Freitas

Relatoria: Senador Jaques Wagner

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela aprovação

Concedo a palavra ao Senador Jaques Wagner para leitura do seu relatório.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Eu só registro, Sr. Presidente, que esse projeto tem caráter terminativo nesta Comissão. (*Fora do microfone.*) Então, na verdade, para ir a votação nós teríamos que ter quórum presencial.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Só para adiantar a leitura.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Para proferir relatório.) – Está bem.

Da Comissão de Meio Ambiente, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 90, de 2018, da Senadora Rose de Freitas, que altera a Lei 12.305, de 2 de agosto de 2010.

Relatório.

Submete-se ao exame desta Comissão, em decisão terminativa, o PLS 90, de 2018, de autoria da Senadora Rose de Freitas.

O art. 1º da proposição acrescenta o inciso X ao *caput* do art. 21 da Lei 12.305, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, para determinar que o plano de gerenciamento de resíduos sólidos estabeleça em seu conteúdo mínimo a destinação dos resíduos sólidos recicláveis descartados a associações ou cooperativas de catadores ou organizações da sociedade civil que tenham por finalidade o aproveitamento econômico desses materiais e que possuam infraestrutura para realizar a triagem e a classificação deles, quando isso for possível.

O art. 2º do projeto estabelece que a lei que dele resultar entrará em vigor na data de sua publicação.

A matéria chegou a ser objeto de análise pelo Senador Benedito de Lira, que apresentou, nesta Comissão, relatório pela sua aprovação. Entretanto, o mencionado relatório não foi votado em razão de o antigo Relator ter deixado os quadros desta Comissão – só para suscitar que já houve um relatório anterior.

Não foram apresentadas emendas.

Análise.

Nos termos do art. 102-F, inciso I, do Regimento Interno desta Casa, cabe à CMA opinar sobre o mérito de proposições que versem sobre proteção... Eu vou me dar o direito de não repetir para não ficar enfadonho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os requisitos formais e materiais de constitucionalidade são atendidos pela proposição, tendo em vista que compete à União legislar concorrentemente sobre proteção do meio ambiente e controle da poluição. No que concerne às atribuições do Congresso Nacional, é livre a iniciativa de Deputados e Senadores nesta matéria, de conformidade com o *caput* do art. 48 da Carta Magna. De resto, o PLS em análise não apresenta vícios de regimentalidade ou juridicidade.

Com relação ao mérito, concordamos com o teor do relatório apresentado, e não votado, nesta CMA pelo Senador Benedito de Lira e, por isso, adotamos suas conclusões. A proposição visa a estimular de maneira direta o acesso, pelos catadores, aos resíduos sólidos recicláveis produzidos por algumas categorias de geradores desses resíduos que, por força da Lei 12.305, estão obrigados a elaborar seus planos de gerenciamento de resíduos sólidos.

Desse modo, a destinação de materiais recicláveis para associações e cooperativas de catadores dependerá da elaboração de instrumentos administrativos específicos, como termos de cooperação, convênios e acordos, que estabeleçam os meios, os procedimentos e as contrapartidas das empresas que necessitam elaborar plano de gerenciamento de resíduos sólidos e dos catadores.

Diante do fato de que o objetivo deste PLS é favorecer o desempenho dos catadores e proporcionar meios para que de sua atividade possam obter de maneira digna um retorno econômico minimamente suficiente para a continuidade e o aperfeiçoamento de suas ações, consideramos a proposição um avanço não apenas para a legislação ambiental pátria, mas também para a promoção da distribuição de renda e, portanto, merece ser aprovada.

Voto.

Em razão do exposto, votamos pela aprovação do PLS nº 90, de 2018, de autoria da Senadora Rose de Freitas.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado, Senador, por suas considerações e seu voto.

Uma vez que a matéria exige votação nominal e que não temos na sala Senadores em número suficiente, lido o relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria.

Vamos passar agora para o item 9.

ITEM 9

REQUERIMENTO Nº 7, DE 2019

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de analisar os dados do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e a preservação ambiental por produtores rurais, com a presença dos seguintes convidados: Sr. Evaristo de Miranda, pesquisador da EMBRAPA; Deputado Alceu Moreira, presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária; e Sr. João Martins da Silva Junior, presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil

Autoria: Senador Marcio Bittar

Com a palavra o autor para leitura.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, já estou incorporando a proposta do Senador, meu ex-colega também (*Fora do microfone.*) na Câmara Federal, sem nenhum problema; já incorporando nesta lista o representante da Contag.

Passo a ler o requerimento.

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, inciso II, da Constituição Federal e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de analisar os dados do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e a preservação ambiental por produtores rurais.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: Sr. Evaristo de Miranda, pesquisador da Embrapa; Deputado Alceu Moreira, Presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária, colega nosso do Congresso Nacional, Deputado Federal; e o Sr. João Martins da Silva Junior, Presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil. Acrescento, oralmente, um representante da Contag, a juízo da própria entidade. Justificativa.

A consolidação dos dados do Cadastro Ambiental Rural demonstra que o produtor rural é o maior agente de proteção ambiental do País. Mesmo diante desse fato, o produtor rural e a atividade agropecuária ainda são demonizados por grupos ambientalistas que se aferram a uma cartilha política e recusam-se a aceitar dados concretos e objetivos.

O Brasil, graças aos produtores rurais, é um dos países que mais protege o meio ambiente, com patamares muito superiores aos dos países desenvolvidos – aliás, entre os dez países do mundo em termos territoriais, ninguém protege mais o seu Território do que o nosso País –, como os Estados Unidos, o Canadá e a Austrália. O ecologismo político condenou diversos estados à estagnação econômica, em virtude da impossibilidade de explorarem as riquezas naturais e as potencialidades regionais.

Torna-se imperioso discutir possibilidades de incrementar a produção agrícola brasileira, explorando imensas faixas territoriais que, mesmo quando exploradas, ainda manterão o Brasil na dianteira do mundo no quesito preservação ambiental.

Era o que tinha para a manhã de hoje, Sr. Presidente, agradecendo ao Senador Paulo Rocha, porque acho que a sugestão dele completa o leque de pessoas que poderão fazer com que essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

audiência pública ajude a elucidar, a trazer mais ciência e menos calor a um debate que às vezes beira a irracionalidade.

Era o que eu tinha para a manhã de hoje, Sr. Presidente.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Eu só queria acrescentar, Presidente, argumentos a esse tipo de debate, que é premente para a sociedade, mas que tem visões diferentes, principalmente nessas questões ambientais e em biomas como a Amazônia, o próprio Cerrado e até o Pantanal. Esses são biomas de grandes complexidades, portanto, esse tipo de debate tem que trazer as várias visões para, ao final, o Congresso Nacional tirar posições que atendam os vários interesses do desenvolvimento, levando em consideração também a questão de que lá na Amazônia nós já construímos essa ideia de desenvolvimento, mas com autossustentabilidade, inclusive, ambientalmente correta.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado...

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Por isso a presença de várias visões nesse tipo de debate, que podem trazer para os vários Parlamentares um posicionamento mais adequado à situação.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC. *Fora do microfone*.) – Correto.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Agradeço a colaboração do Senador.

Em votação o requerimento apresentado.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Passo agora ao Requerimento nº 9, de 2019, da Comissão de Meio Ambiente.

ITEM 10

REQUERIMENTO Nº 9, DE 2019

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, aditamento na lista de convidados do Requerimento nº 7 de 2019 – CMA, que objetiva a realização de audiência pública com o propósito de analisar os dados do Cadastro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ambiental Rural (CAR) e a preservação ambiental por produtores rurais, de modo a promover o contraditório.

Autoria: Senador Fabiano Contarato

Observações:

Em aditamento ao REQ 7/2019-CMA

Vou passar à leitura do meu requerimento.

Nos termos do art. 58, §2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a esta douta Comissão de Meio Ambiente seja aditado o Requerimento nº 7, de 2019 – CMA, que objetiva a realização de audiência pública com o propósito de analisar os dados do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e a preservação ambiental por produtores rurais.

A fim de promover o contraditório na audiência pública pretendida, proponho os seguintes convidados: Britaldo Silveira Soares Filho, Professor titular do Departamento de Cartografia do Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais; Luís Fernando Guedes Pinto, Pesquisador do Imaflora, responsável pelo Atlas da Agropecuária; Eduardo Assad, pesquisador da Embrapa; Warwick Manfrinato, pesquisador do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo – IEA/USP.

Esse requerimento é justamente para dar esse contraponto para que nós possamos ter uma visão muito maior e para que a discussão seja mais aprofundada. Então, o objetivo é única e exclusivamente esse.

Em votação o requerimento apresentado.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ITEM 11

REQUERIMENTO Nº 10, DE 2019

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, combinado com os arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública conjunta da Comissão de Meio Ambiente com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional para, nos termos do Requerimento nº 12, de 2019 – CRE, aprovado em 21 de março de 2019, debater questões relacionadas às mudanças

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

climáticas e ao aquecimento global, com a inclusão dos convidados que relaciona de modo a promover o contraditório.

Autoria: Senador Fabiano Contarato

Passo à leitura do meu requerimento.

Nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal, combinado com os arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a esta douta Comissão de Meio Ambiente a realização de audiência pública conjunta com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional para, nos termos do Requerimento nº 12 – CRE, aprovado em 21 de março de 2019, debater questões relacionadas às mudanças climáticas e ao aquecimento global.

A fim de promover o contraditório na audiência pública pretendida, proponho os seguintes convidados: Luiz Gylvan Meira Filho, Doutor em Astro-Geofísica pela University of Colorado, Estados Unidos, pesquisador visitante do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, linha de pesquisa Mudanças do Clima; Paulo Artaxo, Doutor em Física Atmosférica pela Universidade de São Paulo (USP), Professor titular do Departamento de Física Aplicada do Instituto de Física da USP, membro do IPCC (Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas, na sigla em inglês); Carlos Nobre, Doutor em Meteorologia pelo Massachusetts Institute of Technology, membro da Academia Nacional de Ciências dos Estados Unidos e da Academia Brasileira de Ciências; e Mercedes Bustamante, Doutora em Geobotânica pela Universität Trier, Alemanha, e Professora da Universidade de Brasília (UnB); Gustavo Luedemann, Doutor em Ecofisiologia Vegetal, pela Universidade Técnica de Munique, Alemanha, e pesquisador do Ipea.

Eu gostaria de ler a justificativa deste meu requerimento.

Em 21 de março de 2019 a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal aprovou o Requerimento nº 12, que propunha a realização de audiência pública perante aquela Comissão com o objetivo de "debater questões relacionadas às mudanças climáticas e ao aquecimento global".

Ao justificar a audiência pública em questão, afirmou-se a inexistência de "conclusões definitivas do envolvimento do ser humano, como agente ativo e responsável, pelo aumento da temperatura no Planeta e pelas mudanças observadas na biosfera". Ademais, ao fazer referência a pesquisadores cujos estudos apontam para a existência de "manipulação e falsificação de dados e resultados de pesquisas", colocou-se em xeque o trabalho de diversos estudiosos que se dedicam a pesquisar sobre as mudanças climáticas e o aquecimento global.

Destaque-se, porém, que, ao indicar os convidados para debater o tema proposto, cuidou-se de elencar tão somente os defensores de uma mesma linha de pesquisa. Ocorre que, por amor ao debate e em respeito ao contraditório, sugerimos a inclusão de debatedores com vasta experiência e cujas pesquisas concluem de modo diverso, além de propormos que a audiência pública seja promovida

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conjuntamente com a Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal, por ser a comissão de maior pertinência temática para tratar do assunto.

Em votação o requerimento apresentado.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, longe de me afastar do debate, no qual eu fui criado desde os 16 anos de idade, eu acho que, pela funcionalidade, incluir uma pessoa, como foi o caso do requerimento do Senador Paulo, vá lá! Mas, ao se incluírem mais cinco pessoas ou quatro pessoas, num total de oito, vai ficar uma coisa em que, talvez, nós não consigamos nos aprofundar.

Quero propor, com todo o respeito, que a gente faça duas audiências públicas quase claramente com duas tendências. E, como resultado das duas audiências públicas, nós poderíamos, aí sim, fazer a terceira audiência, e escolheríamos, de um lado e de outro, dois representantes, para, aí sim, promover um debate mais maduro. Agora, ao trazer para a primeira audiência pública oito palestrantes, parece-me que a gente não vai conseguir sugar dessas duas correntes de pensamento, que claramente existem... Como V. Exa. acaba de mencionar existe uma corrente respeitada de cientistas que afirmam ser o homem responsável pela mudança climática, como existe outra corrente de cientistas, também respeitáveis, que afirmam o contrário.

Então, acho que seria de bom tom fazermos duas audiências e, talvez, migrarmos, aí sim, para uma terceira, na qual representantes das duas correntes estariam ao mesmo tempo aqui, mas não fazermos uma primeira audiência com todos. Acho que sugaríamos menos com essa metodologia. É uma questão de metodologia apenas.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Eu compreendo, Senador.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Com a palavra o Senador.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Eu pensei que a divergência era referente aos nomes ou às correntes, mas, se ela é referente à metodologia, em vez de fazer três audiências públicas – haveria uma provável terceira audiência –, isso pode ser feito numa sentada só, dividindo os vários convidados num dia só.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Perfeitamente!

Vejam bem: eu vou colocar em votação o requerimento apresentado. E a forma como nós vamos definir isso... Como vai ser uma audiência conjunta, eu vou sentar, oportunamente, com o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente da outra Comissão, da CRE, para, aí sim, nós deliberarmos se isso vai ser feito numa só audiência ou se vamos fazê-lo em dois momentos.

Eu coloco em votação o requerimento apresentado.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – Senador Presidente, eu vou concordar com o seu requerimento, até numa demonstração de boa vontade, mas insisto que, longe de querer fugir desse debate – ao contrário, trago esse debate para o Senado da República–, confio no seu equilíbrio e que, conversando com o Presidente Nelsinho Trad, da Comissão de Relações Exteriores, V. Exas. vão chegar a um consenso sobre aquilo que será mais proveitoso não apenas para nós Senadores da República, mas também para as pessoas que, através da audiência pública, assistirão às exposições em suas casas.

Acreditando na sapiência de V. Exa., eu aprovo o seu requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado, Senador.

Está aprovado o requerimento.

Muito obrigado pela presença de todos.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 37 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 08 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Fale com o Senado
0800 61 2211

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B30802E002D6730.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.